XI Encontro EDICIC Ibérico

XEDICIC Iberico



Formação e Investigação em Ciência da Informação: Oportunidades e Desafios

10, 11 e 12 de novembro de 2025

Edições POLITEMA

FICHA TÉCNICA

Título

Livro de Atas do XI Encontro EDICIC Ibérico - Formação e Investigação em Ciência Da Informação: Oportunidades e Desafios

Editores

Milena Carvalho, Susana Martins, Olga Ferreira, Inês Braga

Editora

Edições POLITEMA

Local

Porto

Revisão Documental

Inês Braga, Milena Carvalho, Susana Martins, Olga Ferreira

Compilação

João Carvalho, Rúben Lopes, Leonor Leitão, Mariana Soares, Sandro Vasconcelos

1.ª Edição – janeiro de 2026

ISBN
978-989-9226-08-1

DOI
https://doi.org/10.26537/ed.p.porto.165

© Autores. Os conteúdos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores. Esta obra encontra-se sob Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

LIVRO DE ATAS DO XI ENCONTRO EDICIC IBÉRICO

FORMAÇÃO E INVESTIGAÇAO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO OPORTUNIDADES E DESAFIOS

10 a 12 DE NOVEMBRO 2025

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

PATROCÍNIOS

AGRADECIMENTOS

A Comissão Organizadora do XI Encontro EDICIC Ibérico expressa os seus mais profundos agradecimentos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para o sucesso desta edição. Agradece-se à Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caraíbas (EDICIC) pelo apoio institucional e pela confiança depositada no ISCAP para acolher este evento.

Um agradecimento especial é dirigido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) e ao Politécnico do Porto, pela disponibilização das condições académicas, logísticas e organizativas que viabilizaram a realização de um encontro marcado pela excelência científica e pelo pluralismo de perspetivas.

Reconhece-se também o contributo da Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação (CTDI), cuja participação ativa e empenhada esteve na base da organização desta edição, refletindo o compromisso do curso com a promoção de iniciativas científicas relevantes para a área.

À comunidade de docentes, investigadores, avaliadores, conferencistas, moderadores, estudantes e voluntários, manifesta-se profunda gratidão pelo trabalho, dedicação e espírito colaborativo que demonstraram ao longo de todo o processo.

Regista-se ainda um agradecimento especial às Edições POLITEMA do P.PORTO, pelo apoio editorial prestado e pela colaboração na preparação deste volume de atas, garantindo a qualidade e o rigor necessários à sua publicação.

Finalmente, agradece-se o apoio dos patrocinadores, cujo contributo foi essencial para reforçar a qualidade científica e logística do evento, viabilizando recursos e iniciativas fundamentais para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

A todos, o nosso sincero reconhecimento.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ailin Martínez Rodriguez

Alexandra Albuquerque

Blanca Rodríguez Bravo

Cláudia Pinto

Elisabete Fraga

Jairo Guadamuz Villalobos

Maria Inês Braga

Marta Lígia Pomim Valentim

Miguel Vieira

Milena Carvalho

Olga Ferreira

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Pedro Duarte

Ramón Masís Rojas

Ricardo Soares

Rúben Folha

Rui Humberto

Susana Martins

Susana Pinto

Zeny Duarte

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adilson Luiz Pinto (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Ailín Martínez Rodríguez (Universidad de La Habana, Cuba)
Alejandro Uribe Tirado (Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia)
Alma Beatriz Rivera Aguilera (Universidad Iberoamericana, Mexico)
Ana Alves Pereira (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação – APBAD, Portugal)
Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho (Instituto Politécnico de Viseu/ Escola Superior de Gestão de Tecnologias de Lamego, Portugal)
Ana Célia Rodrigues (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Ana Isabel Alves Vieira Novo Guimarães (Universidade Aberta, Portugal)
Ana Margarida Dias Silva (Universidade de Coimbra, Portugal)
Ana María Talavera Ibarra (Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú)
Ana Terra (Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Portugal)
Andréa Vasconcelos Carvalho (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil)
António Abreu (Instituto Politécnico do Porto, Portugal)
António João Vidal de Carvalho (Instituto Politécnico do Porto, Portugal)
Armando Malheiro (Universidade do Porto, Portugal)
Aurora González-Teruel (Universidade de Valência, Espanha)
Bernardina Freire de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)
Bianca Panisset (Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil)
Blanca Rodríguez Bravo (Universidad de León, Espanha)
Carla Eiriz (Arquivo Municipal de Vila Real, Portugal)
Carlos Alberto Ávila Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)
Carlos Alberto Redondo Díaz (Universidad de Salamanca, Espanha)
Carlos Cândido de Almeida (Universidade Estadual Paulista, Brasil)
Carlos Guardado (Universidade de Lisboa, Portugal)
Carlos Miguel Tejada Artigas (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
Carlos Suárez Balseiro (Universidad de Puerto Rico, Porto Rico)
Clarissa Schmidt (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Concepción Mendo Carmona (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
Cintia Aparecida Chagas (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)
Cristian Berrío Zapata (Universidade Federal do Pará, Brasil)
Cristóbal Urbano (Universitat de Barcelona, Espanha)
Críspulo Travieso Rodríguez (Universidad de Salamanca, Espanha)
Eleonora Santos (Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)
Elisa Cerveira (Universidade do Porto (UP), Portugal)
Elsa Barber (Universidad de Buenos Aires, Argentina
Francisco Javier García Marco (Universidad de Zaragoza, Espanha)

Francisco Paletta (Universidade de São Paulo, Brasil)
Fernanda Olival (CIDEHUS, Universidade de Évora, Portugal)
Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto, Portugal)
Gustavo Liberatore (Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina)
Isidoro Gil Leiva (Universidad de Murcia, Espanha)
Jairo Guadamuz-Villalobos (Universidad de Costa Rica, Costa Rica)
Javier Canzani Cuello (Universidad de la República, Uruguai)
Johann Pirela Morillo (Universidad de La Salle, Colômbia)
Jussara Borges de Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Jorge Revez (Universidade de Lisboa, Portugal)
José Agostinho de Sousa Pinto (ISCAP, Politécnico do Porto, Portugal)
José Antonio Frías Montoya (Universidad de Salamanca, Espanha)
Jose António Moreiro Gonzalez (Universidad Carlos III de Madrid, Espanha)
José Carlos Sales (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
José Claúdio Alves de Oliveira (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
José Luis Bonal Zazo (Universidad de Extremadura, Espanha)
Josefa Gallego Lorenzo (Univ. León, Espanha)
Juan Carlos Fernández Molina (Universidad de Granada, Espanha)
Leonor Calvão Borges (Assembleia da República, Portugal)
Luis Borges Gouveia (Universidade Fernando Pessoa, Portugal)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Luís Corujo (Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal)
Luísa Alvim (CIDEHUS, Universidade de Évora, Portugal)
Maria Amélia Teixeira da Silva (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)
Maria Beatriz Marques (Universidade de Coimbra, Portugal)
María del Carmen Agustín Lacruz (Universidad de Zaragoza, Espanha)
María del Carmen Rodríguez López (Universidad de León, Espanha)
María Gladys Ceretta Soria (Universidad de La República, Uruguai)
Maria Inês Peixoto Braga (Instituto Politécnico do Porto, Portugal)
Maria João Castro (ISCAP, Politécnico do Porto, Portugal)
Maria Manuela Pinto (Universidade do Porto, Portugal)
Maria Manuel Borges (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Amélia Teixeira da Silva (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)
Maria de Jesús Madera Jaramillo
Maria Gladys Ceretta Soria (Universidad de la República, Uruguai)
María Luisa Lascuráin Sánchez (Universidad Carlos III de Madrid, Espanha)
María Manuela Moro Cabero (Universidad de Salamanca, Espanha)
María Olivera Zaldua (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
María Teresa Múnera Torres (Universidad de Antioquia, Colômbia)
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Universidade Estadual Paulista, Brasil)

Marta Lígia Pomim Valentim (Universidade Estadual Paulista, Brasil)
Martha Sabelli (Universidad de la República, Uruguai)
Martha Suzana Cabral Nunes (Universidade Federal de Sergipe, Brasil)
Márcio Bezerra (Universidade de Brasília, Brasil)
Michael Boock (Oregon State University, EUA)
Miguel Ángel Marzal Garcia Quismondo (Universidad Carlos III de Madrid, Espanha)
Miguel Ángel Rendón Rojas (Fundación Dialnet)
Milena Carvalho (Instituto Politécnico do Porto (IPP), Portugal)
Moisés Rockembach (Universidade de Coimbra, Portugal)
Mónica Izquierdo Alonso (Universidad de Alcalá, Espanha)
Natanael Sobral (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)
Natalia Bolfarini Tognoli (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Olívia Pestana (Universidade do Porto, Portugal)
Olga Márcia do Vale Ferreira (Universidad de Salamanca, Espanha | P. Porto, Portugal)
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Universidade Estadual Paulista – Brasil)
Paula Alexandra Ochoa de Carvalho Telo (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Paula Peres (Instituto Politécnico do Porto, Portugal)
Paulo Batista (CIDEHUS, Universidade de Évora, Portugal)
Radamés Linares Columbie (Universidad de la Habana, Cuba)
Rafael Ceballos Roa (Univ. León, Espanha)
Rainer Rubira García (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)
Ramón Masís Rojas (Universidad de Costa Rica, Costa Rica)
Raquel Rebeca Umana Alpizar (Universidad de Costa Rica, Costa Rica)
Rasa Pocevičienė (Siauliai State University of Applied Sciences, Lituânia)
Renato de Mattos (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Rosa San Segundo (Universidad Carlos III de Madrid, Espanha)
Rosa Saraiva (Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde (APDIS), Portugal)
Salim Silva Souza (Instituto Federal de Sergipe, Brasil)
Saray Córdoba González (Universidad de Costa Rica, Costa Rica)
Silvia Sleimen (Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina)
Sergio de Castro Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Silvia Sleimen (Universidad Nacional de Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Sónia Estrela (Universidade de Aveiro, Portugal)
Suellen Oliveira Milani (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Susana Martins (Instituto Politécnico do Porto, Portugal)
Таня Тодорова (University of Library Studies and Information Technologies, Hungria)
Teresa Silveira (Universidade do Porto, Portugal)
Yanet Fuster (Universidad de la República, Uruguai)
Yunier Rodríguez Cruz (Universidad de Habana, Cuba)

NOTA INTRODUTÓRIA

O XI Encontro EDICIC Ibérico, intitulado Formação e Investigação em Ciência da Informação: Oportunidades e Desafios, realizado entre 10 e 12 de novembro de 2025 no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), Politécnico do Porto, integrou-se na tradição consolidada de encontros científicos promovidos pela EDICIC e dedicados à promoção do desenvolvimento, da reflexão crítica e do diálogo interdisciplinar no âmbito da Ciência da Informação, tanto no contexto ibérico como no espaço ibero-americano.

Organizado sob os auspícios da Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caraíbas (EDICIC), o encontro constituiu um fórum académico de excelência, reunindo docentes, investigadores, estudantes e profissionais provenientes de Portugal, Espanha e diversos países da América Latina. A programação científica promoveu o intercâmbio de conhecimento, a disseminação de resultados de investigação e a discussão crítica de temáticas emergentes que moldam o campo da Ciência da Informação.

Os eixos temáticos — Ética e Deontologia, Gestão da Informação e do Conhecimento, Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação, Perspetivas Epistemológicas e Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação — refletiram a diversidade e a complexidade dos desafios contemporâneos da área, sublinhando a pluralidade de abordagens presentes na comunidade científica.

A organização do encontro decorreu no âmbito da Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação (CTDI), ministrada no ISCAP, reforçando o compromisso deste ciclo de estudos com a articulação entre ensino, investigação e prática profissional, bem como com a dinamização de iniciativas científicas que contribuem para a consolidação da comunidade académica da área.
O XI Encontro EDICIC Ibérico reafirmou o valor da colaboração interinstitucional entre os países ibéricos, enriquecida por contributos provenientes da América Latina, que ampliaram o debate e favoreceram a reflexão crítica sobre práticas educativas, profissionais e investigativas. As comunicações orais, sessões plenárias e mesas-redondas proporcionaram momentos de aprofundamento científico que contribuíram para a renovação conceptual e metodológica da disciplina.

O presente volume de atas reúne os contributos resultantes desta edição, preservando a memória científica do encontro e reforçando o papel do EDICIC como espaço de referência e cooperação no panorama ibérico e ibero-americano da Ciência da Informação.

Milena Carvalho

PREFÁCIO

É com particular satisfação que se apresenta o Livro de Atas do XI Encontro EDICIC Ibérico, resultado do esforço coletivo de uma comunidade científica comprometida com o avanço da Ciência da Informação. Este volume reúne um conjunto substancial de contributos que refletem a vitalidade, diversidade e qualidade da investigação desenvolvida no espaço ibérico e ibero-americano.

O tema desta edição — Formação e Investigação em Ciência da Informação: Oportunidades e Desafios — revelou-se especialmente pertinente num momento em que a área enfrenta transformações profundas, impulsionadas por mudanças tecnológicas, epistemológicas e sociais. Os textos aqui reunidos constituem não apenas os registos de investigação, mas também contributos que alimentam o debate científico e ajudam a delinear futuros caminhos para o campo.

A realização do XI Encontro EDICIC Ibérico foi possível graças à convergência de esforços institucionais, científicos e organizativos, bem como ao compromisso das comunidades de investigadores, docentes, estudantes e profissionais. A todos os que contribuíram com trabalhos, moderação, participação ativa ou apoio institucional, expressa-se aqui o mais sincero reconhecimento.

O presente volume visa, assim, disponibilizar à comunidade académica um repositório de conhecimento crítico e atualizado, capaz de inspirar novas investigações, práticas e trajetórias académicas no domínio da Ciência da Informação.

Milena Carvalho

SUMÁRIO

SESSÃO 1 18

ACCESS TO PUBLIC INFORMATION: A COMPARISON OF THE MAIN ASPECTS OF BRAZILIAN INFORMATION ACCESS LAWS AND THOSE OF OTHER COUNTRIES AND THE ROLE OF INFORMATION SCIENCE IN THIS CONTEXT 19

SIGILO E ÉTICA NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE PERÍCIAS EM SAÚDE DO IF BAIANO 30

VALORES ÉTICOS NOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO 41

A PRESENÇA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 55

O MEME COMO DOCUMENTO INFORMATIVO 57

VISIBILIDADE DA LITERATURA QUEER EM AMBIENTES INFORMACIONAIS: UMA PROPOSTA 69

CARTAS SÃO DOCUMENTOS? 81

ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM INCLUSIVOS: A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E UNIVERSITÁRIAS 94

A PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NO PROGRAMA PERMANENTE DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA 113

AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA REGISTRADA NA BASE SCOPUS 126

AVANCES EN INTEGRIDAD Y REPRODUCIBILIDAD DE LA INVESTIGACIÓN EN EL SISTEMA UNIVERSITARIO ESPAÑOL 139

AVANCES EN CIENCIA ABIERTA EN EL SISTEMA UNIVERSITARIO ESPAÑOL: ANÁLISIS DEL SISTEMA UNIVERSITARIO CATALÁN 142

A INTEGRIDADE DA CIÊNCIA SOB PRESSÃO: DESAFIOS ÉTICOS E INFORMACIONAIS NO CAMPO ACADÊMICO 156

CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA DIGITAL 171

BIBLIOTERAPIA NA SAÚDE E EM CONTEXTOS HOSPITALARES: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO BRASIL E EM PORTUGAL 183

LETRAMENTO INFORMACIONAL ATRAVÉS DAS FANFICTIONS 193

IMPACTOS SOCIAIS DA PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA VOLTADA PARA GERAÇÃO DE INOVAÇÃO NAS IES DE ANGOLA 195

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO: RESSIGNIFICANDO AS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS 207

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO ACADÊMICA: AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO 221

CLUBES DE LEITURA E BIBLIOTECAS DE ENSINO SUPERIOR: ALIADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO. 235

BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS:DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS DA AGENDA 2030 249

REDES DE COMUNIDADES DE ATENÇÃO NO X (TWITTER) SOBRE TRATAMENTO AMBULATORIAL PRECOCE DE COVID-19: UM ESTUDO DE CASO 266

BANCO DE DADOS DE COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS BRASILEIRAS 280

COLONIALIDADE DO SABER E EPISTEMICÍDIO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXOS E REFLEXÕES 292

COMPETÊNCIAS PARA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO 306

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO AÇÃO DECOLONIZADORA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS NO CONTEXTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS 320

BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA EM PERSPECTIVA: TRATAMENTO TEMÁTICO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM FOCO 333

SESSÃO 2 352

PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NA BIBLIOTECONOMIA: DIRETRIZES PARA ATUAR COM A GESTÃO DA INFORMAÇÃO[1] 353

CICLO DO CONHECIMENTO E AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS: PROJETO BIBLIOTIC 370

A TRANSVERSALIDADE ENTRE GESTÃO DO CONHECIMENTO E MÉTODOS ATIVOS DE APRENDIZAGEM: CONEXÕES ENTRE A EDUCAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 374

ALTMETRIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO: UMA RELAÇÃO A SER EXPLORADA 388

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: SENSIBILIDADE PEDAGÓGICA, TECNOLOGIAS EMERGENTES E COMPROMISSO SOCIAL 402

REPENSAR A AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA: DESAFIOS TEÓRICOS E PROPOSTAS NEOMODERNAS PÓS-DIGITAIS 409

ECOSABER DIGITAL: CONSERVAÇÃO, ÉTICA E IMPACTOS SOCIAIS NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO 410

EL IMPACTO DEL BIG DATA EN LAS BIBLIOTECAS: OPORTUNIDADES, RIESGOS Y TRANSFORMACIÓN DE LOS SERVICIOS BIBLIOTECARIOS 417

GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: O MODELO GIPMEI 430

IMPACTOS NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO: PANDEMIA DE COVID-19 E OS INCIDENTES CRÍTICOS EM DUAS UNIVERSIDADES LUSÓFONAS 444

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: ESTUDO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA 459

MONITORAMENTO DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE SENTIMENTO DE MARCAS NAS MÍDIAS SOCIAIS NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO 474

SISTEMA IBEROAMERICANO DE REDES DE BIBIBLIOTECAS (SIRBI): AMBIENTE DE DIÁLOGO, INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO. 488

POLÍTICAS EDITORIAIS SOBRE DADOS DE PESQUISA EM PERIÓDICOS DA CIÊNCIAS DA SAÚDE INDEXADOS NA SCIELO 510

RECOMPOSIÇÃO DO FUNDO HISTÓRICO ARQUIVÍSTICO ELEITORAL DA PARAÍBA (1932-1937): MEMÓRIA, CIDADANIA E DIFUSÃO DOCUMENTAL 524

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO BRASILEIRO 528

GESTÃO DO CONHECIMENTO EM INSTITUTOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: ESTRATÉGIAS PARA SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO 542

CAMINHOS DA REPRESENTAÇÃO À METARREPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DA MODA NA FRANÇA DA 2ª GUERRA MUNDIAL 544

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: IMPULSIONAR A PERFORMANCE ORGANIZACIONAL E DELIMITAR UM PERCURSO PROFISSIONAL DE SUCESSO 547

A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO NA PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO MUSEU CASA DE RUI BARBOSA 549

IDENTIFICAR E PROMOVER O ACESSO À DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA EM ARQUIVOS: INICIATIVAS DE RECENSEAMENTO, LEVANTAMENTO E REGISTO A NÍVEL INTERNACIONAL 563

ASPECTOS ÉTICOS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DA BIBLIOTECONOMIA 574

EXTINÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: IMPACTOS INFORMACIONAIS DA DESCONTINUIDADE E DA PERDA DE CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 589

O FAROL: CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS DA PREFEITURA DO RECIFE 591

OBSERVA RECIFE: CONSTRUÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO PÚBLICO DE INDICADORES 605

200 ANOS DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA DO SENADO BRASILEIRO: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO 607

INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NA ARQUIIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E SISTEMA DA INFORMAÇÃO 624

SESSÃO 3 638

A POSSE PRESIDENCIAL BRASILEIRA: UM ESTUDO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 639

MAPEAMENTO DOS ACERVOS PRIVADOS DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA: DIFUSÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL BRASILEIRO 651

REPERCUSIÓN DE LA INVESTIGACIÓN ESPAÑOLA SOBRE GÉNERO EN AUDIENCIAS DIVERSAS 664

DEL ANÁLISIS A LA ACCIÓN: ALFABETIZACIÓN MEDIÁTICA E INFORMACIONAL COMO HERRAMIENTA DE EMPODERAMIENTO PARA JÓVENES CUBANOS DESDE LAS BIBLIOTECAS 666

INFOEDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DOS SABERES INFORMACIONAIS 677

A ONTOLOGIA DA CAIXA PRETA 690

A CONTROVÉRSIA DA UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE RECONHECIMENTO FACIAL NO BRASIL 703

PROJETO TASSIA: ARTICULAÇÕES ENTRE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO 715

A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: CRÔNICA DE UMA INFODEMIA ANUNCIADA 731

TRABALHO DECENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA O ALCANCE DO ODS 8 744

SABERES, SABORES E TERMOS: CONVERGÊNCIA TERMINOLÓGICA NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BACHARELADO EM GASTRONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (BRASIL) 747

MISSING INFORMATION IN DECISION-MAKING: CONSEQUENCES AND SOLUTIONS 756

DATOS VINCULADOS SOBRE PATRIMONIO CULTURAL: METADATOS PARA UN DOMINIO TEMÁTICO EN EXPANSIÓN EN LA WEB SEMÁNTICA 762

PROBLEMAS DE REPRESENTAÇÃO EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DE GRUPOS MARGINALIZADOS 763

USO DEL ETIQUETADO EN LAS REDES SOCIALES. EL CASO DE LOS *HASHTAGS* EN TIKTOK SOBRE TRASTORNOS DE CONDUCTA ALIMENTARIA (TCA) 776

TIPO E CONCEITO REGULATÓRIO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DIPLOMÁTICA NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA 789

A ANÁLISE DE DOMÍNIO COMO PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA A AVALIAÇÃO DE REVISTAS CIENTÍFICAS 805

A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) 824

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO *LIBRARY PUBLISHING*: EXPERIÊNCIAS EDITORIAIS DE BIBLIOTECAS DO NORTE AO SUL GLOBAL 838

DISCURSOS MÉDICOS SOBRE HPV NO YOUTUBE 854

ESTRUTURAS ÔNTICAS E CLASSIFICAÇÃO UNIVERSAL: A PROPOSTA DE I. DAHLBERG PARA O MAPEAMENTO DE DOMÍNIOS CIENTÍFICOS 866

MAPEAMENTO TEMÁTICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O USO DE NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE TESAUROS 868

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMOS NA COMUNIDADE DISCURSIVA DA *INFORMATION LITERACY* NO BRASIL 889

O ENSINO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DE BIBLIOTECONOMIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS 902

MAESTRÍAS SOBRE ARCHIVÍSTICA EN COLOMBIA Y ESPAÑA. ¿ES POSIBLE UN DIÁLOGO CURRICULAR? 905

INTEGRACIÓN DE LA GESTIÓN DE DATOS EN EL CURRÍCULO PARA LA FORMACIÓN ARCHIVÍSTICA: LA EXPERIENCIA DE LA UNIVERSIDAD DISTRITAL FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS 906

SESSÃO 4 908

DESINFORMAÇÃO E JOVENS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE POUCO MAIS DE UM SÉCULO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: 1920 A 2024 909

NECESIDADES FORMATIVAS Y SATISFACCIÓN DE LA PROFESORADO DE LA UNED EN EL USO DE LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN: UNA MIRADA DESDE LA FORMACIÓN INSTITUCIONAL 924

CONVERGÊNCIA EM INFRAESTRUTURAS PARA ACERVOS ESPECIAIS: UM ESTUDO SOBRE A INFRAESTRUTURA ROSSIO E O PORTAL BRASILIANA MUSEUS 938

A PROBLEMÁTICA EXISTENTE ENTRE SILOS DE DADOS E O COMPARTILHAMENTO DE DADOS: UM ESTUDO SOBRE O SCIELO DATA 951

PÓS-FOTOGRAFIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS PARADIGMAS DA IMAGEM DOCUMENTAL 964

CIENCIA CIUDADANA PARTICIPATIVA PARA LA PROMOCIÓN DE LA LECTURA Y EL USO REFLEXIVO DE LA TECNOLOGÍA DIGITAL EN ADOLESCENTES 979

NORMALIZAÇÃO EM REDES SOCIAIS CIENTÍFICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE COMUNICAÇÃO ACADÊMICA DIGITAL 993

A INTEROPERABILIDADE ENTRE ATOM E ARCHIVEMATICA EM MUSEUS: UM OLHAR À LUZ DO DESIGN DA INFORMAÇÃO E DA CURADORIA DIGITAL 999

CONTRIBUIÇÕES DA INFRAESTRUTURA INFORMACIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA AO ENSINO 1012

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA: ANÁLISE E DEBATES 1028

FLUXOS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA DE TEMAS EMERGENTES NO CONTEXTO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE O POLE DANCE NO BRASIL E O IMPACTO DAS TICS 1043

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E REDES SOCIAIS: ESTUDO DE PERFIS DO INSTAGRAM NA ÁREA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL 1057

INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL: AVANÇOS E LIMITES NAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS 1067

CONCENTRAÇÃO INFORMACIONAL NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO 1068

O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL BRASILEIRO SOB O PRISMA DAS ECOLOGIAS INFORMACIONAIS COMPLEXAS 1082

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL EM ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS: UM INSTRUMENTO PARA A DIFUSÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 1097

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO EMPREENDEDORISMO INFORMACIONAL: FOCO NOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS A LUZ DO MODELO CANVAS 1112

DISEÑO DEL TRABAJO Y CARACTERÍSTICAS LABORALES ASOCIADAS A LAS TAREAS EN BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UNA REVISIÓN SISTEMATIZADA 1131

IMPLICAÇÕES DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: CONEXÕES PRÁTICAS COM O COTIDIANO PROFISSIONAL 1145

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA GESTÃO DE PESSOAS: UMA ANÁLISE NA LITERATURA COM ÊNFASE NAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS 1161

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO REFERENTE A TEMÁTICAS INDÍGENAS: UM ESTUDO NA LITERATURA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA AMÉRICA DO SUL 1162

CATÁLOGOS DE MUSEUS COMO POTENCIAIS INSTRUMENTOS DA DIMENSÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO 1169

SESSÃO 5 1176

PROJETO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE FOTOGRAFIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP 1177

PRESERVAÇÃO EM ACERVOS FOTOGRÁFICOS: UM ESTUDO DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA 1179

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS: UMA ANÁLISE DE SUAS METODOLOGIAS NOS MANUAIS ARQUIVÍSTICOS BRASILEIROS 1195

ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DIGITAL COM O MODELO RECORDS CONTINUUM 1210

MULHERES INDÍGENAS COMO TEMA DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS EM TESES DE DOUTORAMENTO DO BRASIL: BASE DE DADOS OÁSIS DO IBICT 1223

O ACESSO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO CARCERÁRIO DO SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL: ESTUDOS NA ÁREA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 1236

INFORMAÇÃO, GÊNERO E MASCULIDADES NO ENFRENTAMENTO DO CÂNCER DE PRÓSTATA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO *SEMENTE AZUL* 1245

PONTES DIALÓGICAS ENTRE A ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO E A ÉTICA DO CUIDADO 1258

REFLEXÕES SOBRE A BIBLIOTECONOMIA ANTIRRACISTA NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1270

GOVERNANÇA DE CONHECIMENTO PERIFÉRICO COMO RESISTÊNCIA EPISTÊMICA 1273

O USO ÉTICO DA IA GENERATIVA EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DA LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 1281

REPRODUZINDO ESTEREÓTIPOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS IMAGENS DE GÊNERO GERADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CHATGPT E DEEPSEEK 1295

LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA: APRESENTAÇÃO E TENDÊNCIAS DO ÚNICO CURSO BRASILEIRO 1296

REPARAÇÃO EPISTÊMICA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO EM TESAUROS À LUZ DA INTERSECCIONALIDADE E DA DECOLONIALIDADE 1310

INTERSEÇÃO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA: REFLEXÕES A PARTIR DA DISCIPLINA BIBLIOTECONOMIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE 1329

FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE: O BIBLIOTECÁRIO E OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL 1343

MAPEAMENTO DAS DISSERTAÇÕES E TESES BRASILEIRAS FOCADAS EM COLEÇÕES ESPECIAIS E DE OBRAS RARAS 1362

INTEGRAÇÃO DE ACERVOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: BASES TEÓRICAS PARA A INTEROPERABILIDADE 1375

MÉTODOS DE ESTUDO DOS NÃO-UTILIZADORES EM BIBLIOTECAS DE ENSINO SUPERIOR 1396

SESSÃO 6 1403

O ENCONTRO NACIONAL DE ACERVOS RAROS (ENAR) COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS REFERÊNCIAS AO LONGO DO TEMPO 1404

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE 1416

INOVAÇÃO DOS ESTUDOS INFORMACIONAIS BRASILEIROS: O PAPEL DO IBICT E DE SUA ESCOLA NA VANGUARDA DO ENSINO PARA ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM INFORMAÇÃO (2013-2025) 1429

DESARROLLO DE UN TÍTULO DE GRADO EN GESTIÓN DE INFORMACIÓN Y CONTENIDOS DIGITALES: REFERENTES Y METODOLOGÍA DE TRABAJO 1446

GERAÇÃO NEM NEM? NEM PESQUISADOR, NEM PROFESSOR: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL 1455

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA QUÊ? POSSIBILIDADES DE USO COMO FONTE DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISADORES 1472

FORMAR PARA INCLUIR: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL E EM PORTUGAL 1486

BIBLIOTECONOMIA ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO CONTINUADA: HORIZONTES PARA A ATUAÇÃO DA LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA 1500

O ENSINO SOBRE A GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL 1503

PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS NO ÂMBITO DA DISCIPLINA ORGANIZAÇÃO PRÁTICA DE ARQUIVO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO 1520

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: ANÁLISE DE CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO NACIONAL 1535

FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO BRASIL: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES PARA A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO 1553

DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO DO ACERVO PESSOAL DO FOTÓGRAFO SEBASTIÃO CARVALHO LEME 1566

PRESERVAÇÃO DIGITAL DE ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS: UM ESTUDO DE LITERATURA 1583

ANÁLISIS TEMÁTICO DE LA INFORMACIÓN SOBRE SALUD MENTAL PUBLICADA EN TIKTOK 1599

O ENLACE ENTRE O *SCHEMA.ORG*, AS TÉCNICAS DE *SEARCH ENGINE OPTIMIZATION* E OS PRINCÍPIOS FAIR NO CONTEXTO DA ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO 1613

A CONTRIBUIÇÃO DA RETRIEVAL-AUGMENTED GENERATION PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INOVAÇÕES, APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES ÉTICAS 1628

PODCAST COMO FONTE DE INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DE *PODCASTS* DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 1643

POLÍTICAS NACIONAIS DE LITERACIA DIGITAL EM PORTUGAL: OPORTUNIDADES E CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL 1646

NOÇÃO DE GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL 1664

SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS (SESA): INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PRÁTICAS EDUCATIVO-DECOLONIAIS PARA A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA E PROMOÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO 1679

INFORMAÇÃO, SIGILO E ÉTICA: CONFLITOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO 1682

AVALIAÇÃO DE TESAUROS: METODOLOGIAS, ABORDAGENS E CLASSIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS QUALITATIVOS 1695

A DESPROFISSIONALIZAÇÃO E A BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES 1708

DE LO DISCIPLINAR A LO TRANSDISCIPLINAR EN LA FORMACIÓN DE PREGRADO Y POSTGRADO SOBRE ESTUDIOS DE INFORMACIÓN. UNIVERSIDAD DE LA SALLE. BOGOTÁ-COLOMBIA. 1718

SESSÃO 7 1720

TESES E DISSERTAÇÕES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA: 2004-2018 1721

MAPEAR TERRITÓRIOS E NICHOS: ESTRUTURA RETÓRICA DAS INTRODUÇÕES DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO NO 2.º CICLO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO REALIZADOS NAS BIBLIOTECAS EM PORTUGAL (2015-2024) 1722

ALFABETIZACIÓN EN DATOS EN EL CONTEXTO UNIVERSITARIO: UNA PROPUESTA FORMATIVA PARA EL ÁMBITO DE LAS CIENCIAS SOCIALES 1734

RECONHECIMENTO, (IN)JUSTIÇA EPSTÊMICA E FORMAÇÃO CRÍTICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 1736

A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR BRASILEIRO: UM OLHAR PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 1752

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: NARRATIVAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS, REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FORMAÇÃO 1766

BIBLIOTECÁRIOS EM AÇÃO: UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA 1777

A COMPETÊNCIA EDITORIAL DOS EDITORES CIENTÍFICOS DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE 1787

ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO PORTUGUESA DA ESCALA DE PERCEÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM LITERACIA DA INFORMAÇÃO – PILS 1804

COLABORAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS EM EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE 1809

A VISUALIZAÇÃO DE DADOS NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO: PANORAMA CURRICULAR 1810

CIÊNCIA ABERTA EM ANGOLA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA À LUZ DO ACESSO ABERTO. 1824

TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DA EDUCAÇÃO BIBLIOTECOLÓGICA EM CUBA: CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DO SCOPUS 1830

LITERACIA DIGITAL: DESAFIOS E CONQUISTAS DA COMUNIDADE SÉNIOR DO MUNICÍPIO DE VALONGO 1832

RECOMENDAÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: UMA PROPOSTA DIALÓGICA COM A COMPETÊNCIA CIENTÍFICA BASEADA NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 1847

DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NOS CURRÍCULOS DE BIBLIOTECONOMIA DA UFF E DA UNAM: UMA ANÁLISE COMPARATIVA 1862

O CONCEITO DE COMPETÊNCIA NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL (2000-2010): IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA 1877

GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY:DESAFIOS E POSSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS 1890

A EDUCAÇÃO PARA A INFORMAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DA ABORDAGEM CENTRADA NAS COMPETÊNCIAS 1904

ÉTICA, COMPETÊNCIA E PRESERVAÇÃO DIGITAL: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO SÉCULO XXI 1919

REFLEXÕES SOBRE ARQUIVO E PODER: UM OLHAR SOBRE SERVIÇOS E AÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DO ARQUIVO NACIONAL 1930

SESSÃO 8 1942

O WHATSAPP COMO FERRAMENTA PARA COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO NO CONTEXTO DA MONITORIA ACADÊMICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 1943

DIRETRIZES DE PREPARAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO DE OBJETOS DIGITAIS AUDIOVISUAIS EM PLATAFORMAS DIGITAIS 1958

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA TAPIOQUEIROS 1971

USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS POR GRUPOS DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA 1986

INSTAGRAM E DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ 2002

INFODIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 2015

ESTÁGIO DE DOCÊNCIA ORIENTADA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO 2029

TECNOFEUDALISMO: RECONFIGURAÇÕES DO PODER NA ERA DIGITAL E IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 2043

A PROMOÇÃO DE CONHECIMENTO PELO MOVIMENTO ASSOCIATIVO: MEMÓRIA DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA 2055

HUMANIDADES DIGITAIS NA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES: O PAPEL DO ATOM 2065

EDUCAÇÃO MIDIÁTICO-INFORMACIONAL CRÍTICA EM REGIÕES PERIFÉRICAS NO BRASIL: SOBRE A APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS LÚDICAS 2078

VÍNCULOS NECESARIOS ENTRE LA FORMACIÓN PEDAGÓGICA Y DIDÁCTICA DE LOS PROFESIONAL DE LA INFORMACIÓN Y EL COMBATE A LOS PROCESOS DE DESINFORMACIÓN 2090

¿ES POSIBLE PENSAR EL MUNDO 3 PARA LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN? UNA PERSPECTIVA CRÍTICA 2102

PERSPECTIVA DISCENTE ACERCA DOS CONTEÚDOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CURRÍCULO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA 2112

ALÉM DOS DADOS: A ATUAÇÃO DO CIENTISTA DA INFORMAÇÃO NA MEDIAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA 2126

REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANÁLISE SEMIÓTICA DOS EMOJIS NAS BIOGRAFIAS E TWEETS DE USUÁRIOS QUE COMPARTILHARAM PESQUISAS SOBRE COVID-19 NO BRASIL 2140

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL 2153

EQUIDADE E RESPONSABILIDADE NA PESQUISA AGRÍCOLA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA EMBRAPA 2167

EPISTEMOLOGÍA FEMINISTA EN CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN: ANÁLISIS CRÍTICO PARA LA TRANSFORMACIÓN DE LA DISCIPLINA 2176

O SUJEITO INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS A PARTIR DA RELAÇÃO SUJEITO-INFORMAÇÃO-REALIDADE 2177

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PROCESSOS DE PRESERVAÇÃO DE ARQUIVOS DIGITAIS 2178

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E POPULARIDADE DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO NO DOMÍNIO DA CLÍNICA MÉDICA 2191

CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DIGITAL 2205

Sessão 1

ACCESS TO PUBLIC INFORMATION: A COMPARISON OF THE MAIN ASPECTS OF BRAZILIAN INFORMATION ACCESS LAWS AND THOSE OF OTHER COUNTRIES AND THE ROLE OF INFORMATION SCIENCE IN THIS CONTEXT

Simone Cristina Ceron Ripoli, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0003-3804-5688, Brasil, simone.ceron@unesp.br

Carlos Cândido de Almeida, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0002-8552-1029, Brasil, carlos.c.almeida@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6556

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Introduction

The right to access public information is currently a central pillar of Brazilian democracy. Law No. 12,527/2011, Information Access Law (LAI), is one of the tools responsible for providing citizens with the conditions to participate in the democratic process.

Information for the public sector goes beyond a tool used in strategic planning and decision-making. Information within the scope of public administration allows citizens to participate in administration, exercise social control, and develop fair public policies.

Information in public administration has the following functions: serve as a basis for state decisions in favour of improvements for the population; keep citizens informed to ensure the implementation of their rights and duties; and serve as a resource for management and development.

At first, access to public information referred to the idea of state supervision by citizens in addition to ensuring the exercise of other rights (life, liberty, equality, security, and property). Today, access to public information goes beyond the supervision of public spending. The availability of information produced/stored by the public sector can be used in a variety of ways, for example, in the planning and management of private sector organisations.

This article presents the results of a study that investigated organisation and access to public information. This study delved deeper into the study of information access laws and compared the main differences between access laws in Brazil, Sweden, Italy, Mexico, Chile, the United States, Spain, and Argentina. Through this comparison, the Brazilian law on access to information is complete and highly regarded.

Evolution of Brazilian Access to Information Law

Until the middle of the 20th century, the Brazilian public administration was not obliged to expose its information to citizens. The public manager made his decisions and carried out actions without the need to motivate his choices; the citizen was just a mere spectator of the government's acts. However, with the end of the dictatorship and the beginning of the movement towards a democratic society, citizens began to seek more information about the actions of public managers and participation in public administration, making them active participants in public administration.

Expressed in the Federal Constitution of 1988, access to information in Brazil took a long time until its regulation by law no. 12,527/2011, and all the laws created between the Federal Constitution and the LAI contributed significantly to the construction of a more transparent.

The 1988 Federal Constitution guarantees access to information immediately following its first paragraph, ensuring that the people retain power. Therefore, "if the people are the only holders of power, no information regarding the

exercise of that power can be hidden from its holder, unless the public interest so requires (Canhadas, 2018, p. 94)."

Article 5, XIV, of the Federal Constitution also provides access to public information, which is necessary for professional practice. The constituent does not distinguish between information held by the individual or that held by the public authorities and personal information of the person requesting information or any other person. Thus, Canhadas (2018) understood that the aforementioned article can consider any and all information, including public information, if the Constitution itself makes no distinction.

One of the main provisions of Article 5, XXXIII, is the guarantee of every citizen's right to receive information from the public authorities of their particular or collective interest. The right to access understandable information is protected in addition to protecting access to information (Canhadas, 2018). Article 5, LXXII, ensures the constitutional remedy of "habeas data" to guarantee access to information contained in governmental or public entity databases.

Article 37 of the Federal Constitution also addresses the right to information and establishes the principle of public publicity. The same article prescribes that direct or indirect public administration must guarantee citizen participation and regulate access to administrative records and information on acts carried out by public authorities (Brasil, 1988).

Article 58, 2 of the Constitutional Text provides for the creation of permanent and temporary commissions by the National Congress and its houses to hold public hearings with civil society entities (Brasil, 1988).

Through Articles 93, IX, and X, the Constituent Assembly also ensured that the actions of the Judiciary, including its judgments and the administrative decisions of all courts, became public. Furthermore, the Constituent Assembly requires the public authorities to disclose the amount collected from each of the taxes received monthly (Art. 162), as well as the publication of the summary report on budget execution (Brasil, 1988).

Finally, another requirement expressed in the Federal Constitution and subsequently regulated by Law 12.527/2011—Information Access Law—is that the public administration is responsible for the management of public documents and the measures to provide access to citizens (Brasil, 2011).

Some constitutional laws indirectly regulate access to public information: Law No. 6,015, of December 31, 1973 (public records); Law No. 8,159, of January 8, 1991 (national policy on public and private archives); Law No. 8,666, of June 21, 1993 (rules for tenders and contracts); Law No. 9,051, of May 18, 1995 (issuance of certificates for the defence of rights and clarification of situations); Law 9,784, of January 29, 1999 (regulates the administrative process within the scope of the federal public administration); Law No. 10,520, of July 17, 2002 (institutes the auction bidding modality); Law No. 12,426, of August 4, 2011 (establishes the differentiated public procurement regime), among others.

However, Complementary law 101 of 2000, better known as the Fiscal Responsibility Law, is the most important law for strengthening and implementing public transparency and access to public information. The LRF establishes public finance standards for fiscal management responsibility. According to Bento (2015), this is the first law in the Brazilian legal system to establish an obligation on the state to produce and widely disseminate information of public interest, with a chapter dedicated to fiscal management transparency.

Complementary Law No. 131 of 2009 ensured the transparency of information by: encouraging popular participation and holding public hearings during the processes of drafting and discussing plans and enforcing laws on budgetary guidelines and budgets. Complementary Law No. 131 requires the public administration to disclose information regarding revenue and expenditure on official websites.

Complementary Law No. 156 of 2016 amended item II of Article 48 of Complementary Law 101/2000 to ensure that detailed information regarding budgetary and financial execution was released in real time for the full knowledge and monitoring of society.

The Brazilian law on access to information was outlined with the presentation of Bill No. 219/2003, which consisted of the provision of information held by the public administration.

After passing through several committees in the Chamber of Deputies, the project was approved at the end of April 2010 and forwarded to the Federal Senate, which was approved in October 2011 and sent to the Presidency of the Republic for sanction by then President Dilma Roussef (Gomes; Paulino; Farranha, 2020).
According to Soares et al. (2013), the objectives and goals of LAI are as follows: advertising as a general principle; secrecy as an exception; dissemination of information of interest to citizens regardless of request; use of information technology to make information available; and encouraging a culture of transparency in administrative acts and social control. Some of these principles have been present in previous acts.

The regulation of access to information confirms that all information produced by public bodies or in their possession must be made public and made available to citizens in an active manner, strengthening the concept of a public good. This new paradigm projects information services and units, as well as the area of information science, as protagonists in this process.

Methodology

This work originated from a master's degree research in which a case study was conducted on the reality of a public archive in a municipality in the state of São Paulo in relation to the organisation of its archival and access to information.
This study compares the differences between access laws in Brazil and other countries.
The laws considered most relevant as they present essential aspects in their text for broad access to information are: Sweden, Italy, Mexico, Chile, the United States, Spain, and Argentina and were objects of comparison in relation to Brazilian laws.
The main points to be compared are: bodies obliged to make information available, mandatory active transparency, creation of the Citizen Information Service (SIC), legitimate to request information, restriction on access to information, treatment of personal information, degree of secrecy of information, presentation of motivation, and deadline for making the information available.

Laws on Access to information: a comparative study in Sweden, Italy, Mexico, Chile, United States, Spain, Argentina, and Brazil

The laws considered most relevant as they present essential aspects in their text for broad access to information are: Sweden, Italy, Mexico, Chile, the United States, Spain, and Argentina, and will be objects of comparison in relation to Brazilian laws. As shown in the previous comments, the LAI represents the consolidation of a series of efforts towards access to information.
The main points to be compared are: bodies obliged to make information available, mandatory active transparency, creation of the Citizen Information Service (SIC), legitimate to request information, restriction on access to information, treatment of personal information, degree of secrecy of information, presentation of motivation, and deadline for making the information available.
Frame 01 compares the bodies required by each country's law to make available information.

Table 1 - Bodies required to make available information

Country	What the standard says
Brazil	Executive, legislative, and judiciary powers, autarchies, public foundations, public companies, mixed capital companies, entities controlled directly or indirectly by the Union, states, municipalities, and private non-profit entities that receive public resources (Brasil, 2011).
Sweden	The constitution obliges all public authorities (Suécia, 1766).
Italy	All state administrations, including all types and levels of educational institutions, companies and state administrations with an autonomous system, regions, provinces, municipalities and communities, their consortia and associations, autonomous social housing institutes, chambers of commerce, all national, regional and local non-

	economic public bodies, and the national health service (Itália, 2016).
Mexico	Any authority, entity, bodies of the legislative, executive, judiciary, autonomous bodies, political parties, trusts, public funds, any natural person, legal entity, or union that receives and exercises federal public resources or carries out acts of authority under the terms provided for in the Constitution of United Mexican States and General Law on Transparency and Access to Public Information (México, 2015).
Chile	Ministries, municipalities, regional administrations, public administrations, armed forces, public order and security, public bodies and services created to comply with the law, general controllership of the republic, central bank, open companies constituted by law, companies in the state where their shareholding is greater than 50%, state bodies that comply with the provisions of the respective organic laws, public authorities whatever the name under which the constitution and laws designate, and state administration officials must strictly respect the principle of transparency (Chile, 2008).
U.S	Federal government's executive branch agencies, independent regulatory agencies, and certain components of the president's executive office. Other organisations, such as Amtrak, are subject to FOIA by statute (Estados Unidos, 1966).
Spain	General administration of the State, autonomous communities, the cities of Ceuta and Melilla, and the local administration. Social security management entities, mutual insurance companies for accidents at work and occupational diseases, autonomous state bodies, public law entities that have regulatory or supervisory functions, public law entities with their own legal personality, public universities, societies of public law subject to administrative law, House of Majesty, congress, constitutional court, general council of the judiciary, bank of Spain, council of state, ombudsman, court of auditors, economic and social council, entities that are subordinate to administrative law , commercial companies with share capital greater than 50% public, public foundations and associations constituted by the administrations of the entities provided for here (Espanha, 2013).
Argentina	The central public administration and decentralised bodies, social security institutions, legislative and judiciary powers, Public Fiscal and Defence Ministry, Council of the judiciary, State companies and companies, joint stock companies with majority state participation, mixed capital companies, organisations in which the government has majority participation in capital, companies and society without the State having minority state participation, concessionaires, permission holders, public service or use of public domain, business organisations, political parties, unions, universities and private entities that have received public funds, institutions or funds whose custody is the responsibility of the State, public legal entities, trusts constituted wholly or partially with State resources, Central Bank, jurisdictional entities in which the State has participation or representation, concessionaires, operators or administrators of games of bad luck (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

The laws mentioned above oblige all bodies of direct and indirect administration to make information available, except for American law, which does not cover the legislative branch or the courts; its application is concentrated in the executive branch. Chilean, Spanish, and Argentine laws provide a more detailed description of the entities obliged to provide information. Sweden's constitution, in turn, obliges every public authority to make information available, but its text does not specify the list of entities that are part of the public authority.

Through frame 2, it is possible to see which countries have adopted the obligation to make information available without a request.

Table 2 - Mandatory active transparency

Country	What the standard says
Brazil	It obliges bodies and entities to promote the disclosure of information of collective or general interest, regardless of their request, with disclosure on the internet being mandatory. Access must be achieved through objective, agile, transparent, clear, and understandable procedures (Brasil, 2011).

Sweden	Absence of active advertising obligations (Suécia, 1766).
Italy	Each body must publish the information in a clearly identifiable part of the "Transparent Administration" section (Itália, 2016).
Mexico	The obliged must make themselves available to the public and keep information updated on their respective electronic media (México, 2015).
Chile	State administration bodies must keep information permanently available to the public through electronic websites and provide updated and complete information (Chile, 2008).
U.S	The FOIA recognised the use of technology in disseminating information. Agencies must make FOIA library information available on a website. Agencies must maintain and make available current indexes in electronic format that provide identification information to the public (Estados Unidos, 1966).
Spain	It obliges bodies and entities to promote active advertising in a periodic and updated manner of relevant information to guarantee the transparency of public activities. Information must be published on the Internet in a clear, structured, and understandable manner using mechanisms that facilitate accessibility, interoperability, quality, and reuse (Espanha, 2013).
Argentina	The information must be accessible in an open electronic format that facilitates its processing by automatic means that enable reuse and distribution by third parties. Documents must be published as quickly as possible and in a time compatible with preserving their value (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

Active transparency, especially in electronic media, is provided for in all laws researched, except Swedish law. Sweden's law on access to information is the oldest and was enacted in 1766. Although the law contained many progressive aspects, the proactive disclosure of information was not expected at the time.

However, to make information available electronically in the field of information science, it is necessary to implement information processing, preservation, and dissemination processes, which are not always carried out for physical media.

The frame below enables us to identify which countries require public bodies to have the Citizen Information Service in their structure.

Table 3 - Citizen Information Service (SIC)

Country	What the standard says
Brazil	Yes. To assist and guide the user, receive requests for information, file documents, provide requested information, and inform about the processing of documents (Brasil, 2011).
Sweden	No. Information must be obtained from the body that holds it (Suécia, 1766).
Italy	No. The request must be presented to the obligated body that has or is presumed to have it (Italia, 2016).
Mexico	Yes. It plans to establish an institute to manage public transparency (Mexico, 2015).
Chile	No. The bodies responsible for the information must directly provide the requested information (Chile, 2008).
U.S	No. Each federal agency is responsible for receiving and responding to information requests (Estados Unidos, 1966).
Spain	No. The information must be requested from the body that has the information, which must establish systems to integrate the management of requests (Espanha, 2013).
Argentina	No. The request must be presented to the obligated body that has or is presumed to have it (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

Of the countries studied, only the Brazilian and Mexican laws provide for the creation of a responsible body to receive requests for information, in addition to guiding and serving citizens. The SIC facilitates the user's information request process. Citizens know where to go to request information with this established service because the user is not always aware of which body has the information they want. This lack of knowledge can be a barrier for citizens who want more information.

Other research could be conducted to evaluate SICs and highlight the difficulties in accessing information. Structured information must be easy to understand; however, websites at different levels of public administration require prior knowledge of categories/subjects, departments/sections of bodies, and

types/formats of documents that are difficult for ordinary citizens to assimilate.

It is precisely in this niche that information professionals can act by promoting studies of portal and SIC users and promoting the review of categories, 24tandardization and language adaptation. Without the work of these professionals, the process of locating and understanding information will be more complicated.

Frame 4 presents each country's legislation on who can request information from public bodies.

Table 4 – Legitimate to request information

Country	What the standard says
Brazil	Any interested party and the request must identify the applicant and specification of the information (Brasil, 2011)
Sweden	Any interested party may apply to the public authority that holds it (Suécia, 1766).
Italy	Anyone can submit a request for information (Italia, 2016).
Mexico	Anyone can request information (Mexico, 2015).
Chile	Except in exceptional cases, any person has the right to request and receive information contained in acts, resolutions, minutes, files, contracts, and agreements, as well as all information prepared with a public assumption, regardless of the format or support. The request must be made in writing and must contain the applicant's full name and address, clear identification of the information desired, the applicant's signature, and the body to which it is intended (Chile, 2008).
U.S	Anyone, citizen or not, can make a FOIA request. There are no specific forms to use. This must be done in writing, where the applicant must describe in detail the information they need and how they wish to receive the response. Each agency may have its own rules for requesting information (Estados Unidos, 1966).
Spain	In the application, any interested party must include the applicant's identity, desired information, contact information, and how they wish to receive the information (Espanha, 2013).
Argentina	A natural or legal person, public or private. The document must contain the applicant's identity and clear identification of the desired information, and the applicant's contact should follow formalities (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

With regard to holders of the right to access to information, all compared laws are unanimous in legitimising the right of any natural or legal person to request information. The expressions used by the laws, any interested party, any person, and every natural and legal person, make it clear that there are no restrictions on residence, domicile, or citizenship to request information.

The need to identify the applicant is one of the main factors that inhibit the request for information. Therefore, the federal government intends to amend the decree that regulates the Information Access Law with rules that guarantee the requester's identity confidentiality.

Access to information has some exceptions. As shown in frame 5, each country imposes its own restrictions on access to public information.

Table 5 - Restrictions on access to information

Country	What the standard says
Brazil	When it puts national sovereignty or the integrity of the national territory, international negotiations or relations, the life, safety, or health of the population at risk, it poses a risk to financial, economic, or monetary stability, harms scientific and technological research and development projects, endangers the security of institutions or high-ranking national or foreign authorities, and compromises ongoing intelligence, investigation, or inspection activities (Brasil, 2011).
Sweden	The right to participate in public documents may be limited if they concern national security or its relationship with another state or international organisation, fiscal and monetary policy, activities of inspection, control or other supervisory authorities, public economic interest, the protection of circumstances personal or financial interests of individuals or interest in conserving animal or plant species (Suécia, 1766).
Italy	Information may be refused to avoid harm to the protection of public security and public order, national security, defence and military issues, international relations, political and financial and economic stability of the state, carrying out investigations into

	crimes and their criminal prosecution, performing regular inspection activities, for the protection of personal data, freedom and confidentiality of correspondence, the economic and commercial interests of a natural or legal person, including intellectual property, copyright law, and commercial secrets (Italia, 2016).
Mexico	All information generated, obtained, acquired, transformed, or in the possession of federally obligated subjects is public and accessible to anyone and may exceptionally be classified as confidential and temporarily reserved for reasons of public interest and national security. Individuals will have access to them under these laws (México, 2015).
Chile	The reasons for applying secrecy and reservation in cases where publicity affects the due fulfilment of the functions of the requested body, when it is a generic request or referring to a large number of administrative acts, when it becomes necessary to use a large number of employees and affect their activities, when it affects the rights of people, particularly when it concerns their safety, health, private life and rights of a commercial and economic nature, when it affects national security, public security, international relations and the country's economic and commercial interests. When dealing with documents, data, or information that the law declares to be reserved or confidential (Chile, 2008).
U.S	The FOIA establishes categories of restrictions called exemptions. There are nine categories of exempt information: to protect national security; information relating to an agency's internal personnel rules or practices; information whose disclosure is prohibited by federal law; information related to commercial or financial secrets; information related to communications between agencies protected by legal privileges, which include: lawyer's professional secrecy, lawyer-client professional secrecy, professional secrecy of the deliberative process; professional confidentiality of presidential communications; information that may invade personal privacy; information compiled for law enforcement purposes; information associated with the supervision of financial institutions; and geological information in wells (Estados Unidos, 1966).
Spain	The right of access may be limited when access to information harms national security, defence, foreign relations, public security, the prevention, investigation and sanction of criminal, administrative and disciplinary offences, the equality of parties in judicial proceedings, the administrative functions of surveillance, inspection and control, economic and commercial interests, economic and monetary policy, professional secrecy and intellectual and industrial property, ensuring the confidentiality of the secrecy required in processes and the protection of the environment (Espanha, 2013).
Argentina	The right of access will be limited when the information is classified as reserved, confidential or secret for reasons of defending foreign policy, information that could endanger the correct functioning of the financial and banking system, industrial, commercial, financial, scientific, technical secrets and technological that may harm the competitiveness of those obliged to provide information, which compromises the rights and interests of third parties obtained on a confidential basis, information held by the Financial Information Unit that is part of the investigation of illicit acts, information produced by regulatory and supervisory bodies of financial institutions, information prepared by legal advisors of the national public administration whose access could harm the processing of legal proceedings, professional secrecy, personal information, information that could cause danger to the life and safety of the individual, information protected by international treaties, the disclosure of which could hinder the success of an investigation, information from a corporation subject to the public offering regime (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

The laws in question present a series of restrictions on access to information, which often leads public bodies to classify information to fit it into one of the restrictions imposed by law. National security, as observed in all laws, is one of the most used restrictions, especially regarding federal government information, since individuals find it difficult to evaluate information that could harm the country.

The laws impose a series of restrictions that allow the classification of various information as restricted, making it difficult to judge which information will harm the country's economic, financial, professional, institutional system, etc. Access to personal information will also be limited. Frame 6 presents personal information processing in each country.

Table 6 - Processing personal information

Country	What the standard says
Brazil	The processing of personal information must be conducted in a transparent manner with respect to intimacy, private life, honour and image of people, and individual freedoms and guarantees. Personal information relating to intimacy, private life, honour and image will have restricted access to legally authorised public agents and the person to whom they refer, regardless of secrecy classification and for a maximum period of 100 (100) years from the date of production (Brasil, 2011).
Sweden	Restricted access to information about an individual's health or sexual life, such as information about illness, abuse, sexual orientation, gender change, sexual crime, or other similar information, when it causes distress to someone close to them (Suécia, 1766).
Italy	Protection of personal data in accordance with applicable legislation (Italia, 2016).
Mexico	Personal information is protected. Individuals who provide information to public bodies must identify what is confidential. Personal information may only be made available with the authorisation of the individual who provided it. Personal information relates to ethnic origin, physical, moral, emotional, affective, family characteristics, home, contact, heritage, ideology, politics, beliefs, religion, and physical or mental state (México, 2015).
Chile	Restricted access affects personal rights, particularly their safety and health in the sphere of their private life (Chile, 2008).
U.S	Personal, medical, and similar file information meets exemption requirement number 6. When disclosure can reasonably be expected to constitute an unwarranted invasion of personal privacy (Estados Unidos, 1966).
Spain	If the requested information contains personal data that reveal your ideology, union affiliation, religion, and beliefs, it can only be provided with the express authorisation of the person concerned. If the information contains personal data relating to race, health, and sexual orientation, genetic data, or criminal and administrative offenses, the express authorisation of the affected person or if any law authorises it. When personal interest overrides public interest. When the requested information contains specially protected data (Espanha, 2013).
Argentina	Restricted access (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

Laws protect personal information by guaranteeing special treatment aimed at protecting individuals' dignity, intimacy, private life, honour and image. Some countries, such as: Brazil, Sweden, Chile, the United States, and Argentina, restrict the laws in these cases; others, such as Mexican and Spanish law, provide for their availability with the authorisation of the individual to whom the information belongs. Italy has a specific law that regulates access to and protection of personal information. The shall by this law.

With the need to regulate the processing of personal data in Brazil, Law No. 13,709—General Personal Data Protection Law was enacted in 2018 to protect personal data made available in physical or digital media.

Some information may be classified as confidential; each country adopts a method for classifying its information's degree of confidentiality, as shown in frame 7.

Table 7 - Degree of information confidentiality

Country	What the standard says
Brazil	They can be classified as top secret: 25 years, secret: 15 years and reserved: 5 years) (Brasil, 2011).
Sweden	The obligation to provide confidentiality of information may be waived (Suécia, 1766).
Italy	We did not find any information on the confidentiality degree of the information (Italia, 2016).
Mexico	Reserved: Confidential information is not subject to temporality until 05 years; only those authorised by law may have access (México, 2015).

Chile	Secret or reserved. The law does not specify in its text the duration of each degree of secrecy (Chile, 2008).
U.S	The Congress has provided special protection for three narrow categories of national security and law enforcement records. They are known as exclusions (Estados Unidos, 1966).
Spain	We did not find any information on the degree of confidentiality of the information (Espanha, 2013).
Argentina	Reserved, confidential or secret. The law does not specify in its text the duration of each degree of secrecy (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

Brazil is the only country in which the degree of information confidentiality is classified as top secret, secret, or reserved, and the confidentiality period is assigned for each classification. Argentina classifies the degree of confidentiality of its information as reserved, confidential, or secret, but does not assign the period during which the information must remain confidential. The Italian and Mexican laws did not specify the secrecy degree of restricted information.

Frame 8 presents the reasons for requesting information and the guidelines established by each country.

Table 8 - Motivation Presentation

Country	What the standard says
Brazil	Any requirements relating to the reasons for determining the request for information of public interest are prohibited (BRASIL, 2011).
Sweden	No public authority is authorised to inquire into the purpose of your request, except to the extent that such inquiry is necessary to enable the authority to judge whether there is any obstacle to the disclosure of the document (Suécia, 1766).
Italy	The applicant does not need to provide reasons for requesting the information (Italia, 2016).
Mexico	According to the law, motivation is not relevant to the provision of information (México, 2015).
Chile	The applicant does not need to provide motivation to support their request (Chile, 2008).
U.S	The applicant was not required to provide a reason for their request (Estados Unidos, 1966).
Spain	The applicant need not provide reasons for the request. However, you can indicate the reasons why you requested the information, which can be considered when the resolution is issued (Espanha, 2013).
Argentina	The applicant does not need to motivate their request (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

As provided for in the Brazilian information access law, the interested party does not need to motivate their request in any compared law. In the case of Swedish law, the public authority may request motivation to judge whether the availability of information may cause harm to the state or to an individual. The Spanish law does not require the motivation to be presented; however, this helps to fulfil the request.

A relative consensus does not consider the reasons for the demand for such information. Population control over the activities of public entities is facilitated when citizens do not need to explicitly express their intentions explicit. This would be a type of "inverted Foucauldian panopticon," as public authorities can be asked to provide information to any individual at any time without knowing the requester's motivation.

The applicant hopes to receive information as quickly as possible. Each country determines the deadline for meeting information requirements in its law, as shown in frame 09.

Table 9 - Deadline for making available information

Country	Standard states:
Brazil	Deadline of 20 days, which can be extended for another 10 days (Brasil, 2011)
Sweden	Immediately or as soon as possible (Suécia, 1766).
Italy	Deadline of 30 days (Italia, 2016)
Mexico	Notification of a decision must be made within 20 working days. After notification, the information must be provided within 10 working days (Mexico, 2015).

Chile	Deadline of 20 working days, which can be extended for another 10 working days (Chile, 2008).
U.S	The time response depends on each request's complexity. However, the established standard deadline is 30 days (Estados Unidos, 1966).
Spain	Deadline of 30 days, which can be extended for another 30 days (Espanha, 2013).
Argentina	Deadline of 15 days, which may be extended for another 15 days (Argentina, 2016).

Source: Brasil, 2011; Suécia, 1766; Itália, 2016; México, 2015; Chile, 2008; Estados Unidos, 1966; Argentina, 2016.

The Swedish law is the only one that does not provide a deadline for making the requested information available; the other laws have adopted deadlines that do not exceed 30 days, except in Spain, where the deadline for responding to the request can reach 60 days.

However, to meet this deadline, information services in the various spheres of public administration need to have physical and digital document processing processes already developed and in full operation. For this to occur, especially at the municipal level, archivists and IT professionals must make significant efforts. In Brazil, such public functions are absent at the municipal level.

In a recent study, in a municipality in the interior of the State of São Paulo, Ripoli (2022) highlighted problems in the processes of processing and disseminating information, including the lack of professional archivists and a more precise performance of information technology professionals. For deadlines to be met, from the demand for public information to the dossier with the response, this bottleneck needs to be addressed, especially in city halls, as is the case in Brazil.

When comparing the laws, several commonalities have been adapted to their reality. Countries where the law on access to information has been more recently enacted have appropriately adapted the laws previously enacted by other countries.

An increasing number of countries are recognising the right to information as a fundamental human right. In Sweden, the right to information gained recognition in 1776, not as a fundamental human right but as a utilitarian benefit. The right to information was elevated to a fundamental right only much later, specifically in Brazil, with the 1988 promulgation.

Simply creating a law that allows citizens to have access to information is not enough to realise this right. Much depends on the political will. However, the adoption of a law on information access represents the first step towards administrative transparency.

Information science and its professionals will be required to shape processes and more quickly meet demands. These skills of processing, organising, disseminating information, and conserving documents are not always present in professionals who work at the lowest levels of the public administration hierarchy.

According to Machado and Camargo (2000, p. 17), "whatever the size of the municipality, there is a close correspondence between the social demand for services and the institutions of public power created to satisfy them." For the authors, the circulation and accumulation of documents in archives "are a natural consequence of this process, a kind of necessary product of each body's functioning" (2000, p. 17).

According to CONARQ (2014), the municipal public administration must create a municipal public archive to guide, coordinate, and supervise the processing of public documents from their creation and receipt to their safekeeping and preservation to guarantee full access to the information contained therein.

However, most Brazilian municipalities lack public archives with qualified professionals who manage public documents. In the state of São Paulo, according to data from the State Public Archive, of the 645 municipalities in the state, only 149 have public archives, that is, only 23% of municipalities have structured public archives to support the information service (São Paulo, 2021).

Final Considerations

The Information Access Law is an instrument that aims to guarantee access to public information, enabling citizens to receive information of particular, collective, or general interest from public bodies, always respecting the hypotheses in which the information is

considered confidential. This law represents only the current stage of the normative development of the Brazilian state since 1988.
The Brazilian law on information access is the most advanced, as demonstrated in the comparison. However, the law alone is insufficient to provide full access to information. Citizens must exercise their right to access and have tools at their disposal that guarantee access to information in an agile, transparent, and understandable manner.
Although the topic is presented in different countries, the practice of transparency and ease of access to information depends on the professional conditions of the most different spaces. Accordingly, a demand exists for professionals with knowledge of information science to perform the Brazilian project of being a state whose free access to information is the rule.

References

Argentina. (2016). Ley 27.275, de 14 de septiembre de 2016. Ley de acesso a la información pública. Bueno Aires, Bueno Aires, Argentina: Boletim Nacional. https://observatoriolegislativocele.com/en/access-to-public-information-law-27275/.

Arruda, C. S. (2020). O princípio da transparência. São Paulo: Quartier Latin.

Bento, L. V. (2015). Access to public information: Bento, L. V. (2015). Acesso a informações públicas: princípios internacionais e direito brasileiro. Curitiba, 2015: Juruá.

Brasil. (05 de outubro de 1988). Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Brasil: Diário Oficial da União.

Brasil. (2000). Lei complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. . Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil: Diário Oficial da União.

Brasil. (2009). Lei complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de infor. Brasília, DF, Brasil: Diário Oficial da União.

Brasil. (2011). Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositiv. Brasília, DF, Brasil: Diário Oficial da União.

Brasil. (2014). Guia resumido de como criar um Arquivo Público Municipal. Transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquino Nacional.

Brasil. (2016). Lei Complementar n.º 156, de 28 de dezembro de 2016. Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 . Brasília, DF, Brasil: Diário Oficial da União.

Canhadas, F. A. (2018). O direito de acesso à informação pública: o princípio da transparência administrativa. Curitiba: Appris.

Chile. (2008). Ley n.º 20.285, de 11 de agosto de 2008. Regula el principio de transparencia de la función pública, el derecho de acceso a la información de los órganos de la Administración del Estado, los procedimientos para el ejercicio del derecho y para su amparo, y las excepciones a la publicidad de la in. Santiago, Chile: Congresso Nacional de Chile.

Espanha. (2013). Lei n.º 19, de 09 de dezembro de 2013. De transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno. Madri, Espanha: Boletín Oficial del Estado.

Estados Unidos. (1966). Freedom of Information ACT (FOIA). Washington, Estados Unidos: Departament of Justice Guide to the Freedom of Information Act .

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed.

Gil, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social. – 7. ed. – São Paulo: Atlas

Gomes, R. d., Paulino, F. O., & Farranha, A. (mar. de 2020). Leis de Acesso à Informação na América Latina: uma análise comparativa entre o Brasil e a Argentina. Confluências - Revista Interdisciplinar de sociologa e direito, pp. 115-136.

Itália. (2016). Decreto Legislativo n.º 97, de 25 de maio de 2016. Revisão e simplificação das disposições sobre a prevenção da corrupção, publicidade e transparência, corretiva da lei de novembro de 2012, n.º 190 e do decreto legislativo de 14 de março de 2013, n.º 33, nos termos do artigo 7 da lei de 7 de agosto de 201. Roma, Itália: Gazzetta Ufficiale.

Martins Júnior, W. P. (2010). Transparência Administrativa: publicidade, motivação e participação popular. São Paulo: Saraiva.

Machado, H. C., & Camargo, A. d. (1999). Como implantar arquivos públicos municipais. São Paulo: Arquivo do Estado.

México. (2015). Ley general de Transparencia y Acceso a la información pública. Cidad de México, México: Diário Oficial de la Federación.

Paes, E. (2012). International Influence on the Construction of the Right to Access to Information in Brazil. Public rights. https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2125.

Paes, E. B. (dez. de 2012). A Influência Internacional na Construção do Direito de Acesso à Informação no Brasil. Direito Público.

Ripoli, S. C. (2022). Organização e acesso à informação pública: Um estudo de caso na Prefeitura Municipal de Sabino/SP. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, São Paulo, Brasil: Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP.

São Paulo (2022). Assistência aos Municípios: Gestão Documental. Acesso em 16 de mai de 2023, disponível em Arquivo Público do Estado de São Paulo: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/gestao/assistencia_municipios.

Soares, F. d., Jardim, T. D., & Hermont, T. B. (2013). Lei de Acesso à Informação no Brasil: o que você precisa saber. Brasília: Senado Federal.

Suécia. (1766). https://www.rti-rating.org/country-data/Sweden/. Estocolmo, Suécia: Suécia.

SIGILO E ÉTICA NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE PERÍCIAS EM SAÚDE DO IF BAIANO

Marco Tulio Moreira de Souza, Instituto Federal Baiano, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1758-3639, Brasil, mtmsouza2@hotmail.com

José Carlos Sales dos Santos, Universidade Federal da Bahia, https://orcid.org/0000-0003-1758-3639 , Brasil, jsalles@ufba.br

Jaqueline Silva de Souza, Universidade Federal da Bahia , https://orcid.org/0000-0001-5743-780X , Brasil, jaquelinesou@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6613

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Introdução

O sigilo das informações de saúde constitui um dos pilares éticos fundamentais da prática profissional, especialmente no contexto das instituições públicas, onde o manejo de dados sensíveis de servidores envolve responsabilidades legais, morais, deontológicas e organizacionais. Informações relativas à condição física e mental de trabalhadores do serviço público são classificadas como dados sensíveis, cuja proteção é assegurada por marcos legais como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), bem como por normas éticas, a exemplo do Código de Ética do Servidor

Público Federal (Decreto nº 1.171/1994). No entanto, mais do que o cumprimento normativo, o tratamento dessas informações exige o fortalecimento de uma cultura institucional de confidencialidade, respeito à privacidade e compromisso com os direitos informacionais dos sujeitos (Batista, 2010).

A pandemia de COVID-19 deflagrou uma série de transformações nas práticas administrativas e tecnológicas das organizações públicas, exigindo respostas ágeis para assegurar a continuidade do funcionamento institucional em meio ao distanciamento físico. Esse contexto impôs desafios significativos à gestão de informações em saúde dos servidores, com a migração de processos físicos para plataformas digitais, ampliação do uso de sistemas remotos e reconfiguração de fluxos documentais envolvendo atestados, laudos e perícias médicas. A emergência sanitária evidenciou a tensão entre proteção de dados sensíveis e a necessidade de compartilhamento de informações entre órgãos públicos, sobretudo no uso secundário dos dados para controle e vigilância sanitária (Cristóvam, Bergamini & Hahn, 2021; Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021).

Este artigo se insere na interface entre a ética informacional, a gestão da informação em saúde e a cidadania informacional, articulando fundamentos da Ciência da Informação (CI) à experiência do Núcleo de Perícias em Saúde (NUPS) do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), responsável pela tramitação e guarda de dados sigilosos relacionados à saúde de servidores federais de diversos órgãos. A partir de 2020, o NUPS teve que reorganizar processos, adotar soluções tecnológicas e redefinir práticas de acesso e proteção às informações, afinando-se com as diretrizes da LGPD e os preceitos de governança informacional aplicáveis ao setor público. Nesse contexto, destaca-se a construção de um modelo de gestão orientado por princípios éticos e normativos, que se materializou na implantação de um prontuário eletrônico institucional e na criação de fluxos restritos de tramitação no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), assegurando sigilo, rastreabilidade e controle de acesso aos documentos sensíveis.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e reflexiva, ancorada na análise de conteúdo de Bardin (2011), para examinar registros administrativos, processos digitais e comunicações institucionais. Os resultados são organizados em três eixos analíticos — práticas informacionais, ética e proteção de dados — que revelam os avanços, desafios e sentidos atribuídos às transformações operadas. Como reforço metodológico e teórico, autores como Bardin (2011) e Belluzzo (2011) são mobilizados para discutir a informação como elemento estruturante da governança institucional.

Ao sistematizar essa experiência, o artigo contribui para o debate sobre cidadania informacional e proteção de dados no setor público, oferecendo subsídios para a formulação de políticas mais sensíveis à dignidade dos sujeitos e à realidade das instituições. As mudanças provocadas pelo contexto pandêmico evidenciaram lacunas históricas na infraestrutura e na capacitação dos servidores públicos para lidar com sistemas de informação sensíveis, ao mesmo tempo em que reforçaram a importância de princípios como responsabilidade, sigilo, confiabilidade e finalidade — pilares centrais da LGPD. Nesse cenário, as instituições públicas foram chamadas não apenas a cumprir a norma legal, mas a desenvolver competências institucionais voltadas à governança informacional ética e deontológica, com atenção à proteção dos sujeitos e à integridade dos sistemas. Isso implica alinhar procedimentos administrativos a princípios como o respeito à privacidade, à dignidade e ao sigilo profissional, conforme exigido tanto por marcos legais quanto pelos deveres morais e profissionais que regem o serviço público. O foco não está na produção de generalizações, mas na valorização de práticas concretas que colocam a ética e a deontologia informacional no centro das decisões administrativas e na mediação sensível dos fluxos informacionais em contextos de vulnerabilidade.

A experiência do NUPS/IF Baiano mostra que é possível construir soluções de baixo custo e alto impacto, baseadas em protocolos internos claros, diálogo intersetorial e uso criativo das plataformas já existentes na administração

pública federal. A atuação do núcleo durante e após o período mais crítico da pandemia aponta para caminhos viáveis de inovação ética, nos quais a tecnologia é pensada como meio — e não fim — para garantir a confidencialidade e o respeito à dignidade informacional dos servidores públicos. Nesse sentido, o presente artigo oferece uma contribuição não apenas acadêmica, mas também prática, ao compartilhar uma experiência institucional que alia teoria e ação, articulando princípios da CI com os imperativos éticos e legais da gestão pública contemporânea.

Referencial Teórico

A ética, entendida em conjunto com a deontologia — isto é, o conjunto de deveres e normas que orientam condutas profissionais responsáveis (Jonas, 2006) —, bem como a proteção das informações sensíveis em saúde constituem pilares fundamentais para a construção da confiança, da cidadania informacional e da dignidade do sujeito no contexto do serviço público. A proteção da privacidade de dados sensíveis é discutida amplamente por autores como Castells (1999), que ressalta os desafios da sociedade em rede na manutenção da confidencialidade. No campo da saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2016) aponta a importância do sigilo como elemento essencial da confiança entre profissionais e usuários. No Brasil, a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e o Código de Ética Médica (CFM, 2018) reforçam a obrigatoriedade da confidencialidade em todas as etapas de tratamento de dados pessoais.

A CI, enquanto campo interdisciplinar, dedica-se ao estudo dos processos de produção, organização, mediação, circulação, uso e preservação da informação em diferentes contextos sociais, científicos e institucionais. Segundo Le Coadic (1996), a CI busca compreender o ciclo informacional em sua totalidade, envolvendo os sujeitos, os suportes e os sistemas, sendo particularmente relevante quando se trata da gestão de informações sensíveis, como as relativas à saúde. Nesse sentido, a CI oferece ferramentas conceituais e metodológicas para analisar como o tratamento da informação afeta a vida dos sujeitos, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como o adoecimento físico ou mental.

No âmbito da informação em saúde, a CI encontra um campo fértil para aplicação de seus conceitos centrais, pois lida diretamente com a circulação de dados sensíveis em ambientes institucionais. Como aponta Targino (2009), a informação em saúde deve ser tratada como um bem público, regulado por políticas específicas e alicerçado em princípios éticos e legais. Essa perspectiva dialoga com o conceito de cidadania informacional, proposto por Coutinho (2021), que defende o direito dos sujeitos à proteção de suas informações pessoais e ao controle sobre como esses dados são coletados, armazenados e utilizados por instituições públicas e privadas.

A ética, portanto, ocupa um lugar central na CI, especialmente em ambientes onde há assimetrias de poder entre os sujeitos que produzem, tratam e consomem dados. Capurro (2003) introduz a ideia de uma ética intercultural da informação, que reconhece os contextos socioculturais diversos nos quais as práticas informacionais ocorrem e propõe uma reflexão crítica sobre a responsabilidade dos agentes envolvidos na mediação informacional. Batista (2010), por sua vez, argumenta que a deontologia informacional deve ser entendida não apenas como um conjunto de normas técnicas, mas como uma prática reflexiva e ética que sustenta a confiança nas instituições e protege os sujeitos diante do tratamento de informações sensíveis.

A LGPD (Lei nº 13.709/2018) estabelece diretrizes fundamentais para o tratamento adequado de dados pessoais no Brasil, incluindo os dados sensíveis relacionados à saúde, que exigem proteção reforçada devido ao seu potencial de exposição e discriminação. Inspirada no General Data Protection Regulation (GDPR) da União Europeia (2016), a LGPD define princípios como a finalidade, necessidade, transparência e segurança, além de garantir direitos ao titular dos dados e impor obrigações às instituições públicas e privadas no trato dessas informações. No caso dos dados de saúde, a legislação prevê regras

específicas para garantir o sigilo, o consentimento informado e a minimização do acesso, considerando que essas informações são frequentemente manipuladas por sistemas interinstitucionais, como no caso das perícias médicas no serviço público.

O serviço público federal brasileiro opera em um ambiente normativo complexo e cada vez mais exigente em termos de responsabilidade informacional. Por lidarem com volumes expressivos de dados sensíveis — relativos à saúde, à vida funcional, à identidade e à segurança dos cidadãos e servidores — as instituições públicas são obrigadas a adotar modelos de governança da informação que garantam não apenas eficiência administrativa, mas também segurança, transparência e respeito aos direitos fundamentais (Tarapanoff, 2001; Belluzzo, 2011).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, incisos X e XII, assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada e das comunicações, estendendo essa proteção ao tratamento de informações pessoais, inclusive em ambientes institucionais. No âmbito do serviço público, essa garantia ganha ainda mais relevância, uma vez que o Estado detém e manipula dados sensíveis de milhões de cidadãos e servidores. O princípio da legalidade administrativa, previsto no artigo 37 da mesma Constituição, reforça que todo tratamento de dados deve ser regido por normas específicas e fundamentado em interesse público, sem violar direitos individuais. Portanto, qualquer acesso, uso ou compartilhamento de informações, especialmente as relacionadas à saúde, exige respaldo legal e respeito ao sigilo.

A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) regula o acesso a informações públicas, estabelecendo o dever da Administração Pública de garantir a transparência, mas também prevendo limites claros quanto ao acesso a dados classificados como sigilosos. O artigo 31 da LAI determina que informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem devem ter seu acesso restrito por até cem anos, especialmente no caso de dados sensíveis como os de saúde. Já a Lei nº 8.112/1990, que rege o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, estabelece em seu artigo 116, inciso IX, o dever do servidor de guardar sigilo sobre assuntos da repartição, inclusive após o desligamento do cargo. Tal obrigação reforça o caráter ético e jurídico do compromisso com a confidencialidade no trato da informação institucional.

No campo da saúde e das práticas profissionais, o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) e o Código de Ética Profissional do Servidor Público (Decreto nº 1.171/1994) representam importantes instrumentos de deontologia. O primeiro, ao tratar das relações entre médicos, pacientes e instituições, determina em diversos artigos a obrigação de manter sigilo profissional sobre quaisquer dados obtidos no exercício da medicina, salvo por justa causa, dever legal ou autorização expressa do paciente. O segundo reafirma que o servidor deve manter discrição no manuseio de informações e agir com respeito à privacidade de colegas e usuários, além de proibir o uso da informação privilegiada para fins pessoais ou indevidos. Ambos os códigos se articulam com os princípios constitucionais da moralidade, da dignidade da pessoa humana e do interesse público.

A própria LGPD (Lei nº 13.709/2018), já mencionada, reforça e atualiza o tratamento ético e legal das informações no setor público, exigindo bases legais para coleta, tratamento e compartilhamento de dados, bem como a implementação de medidas técnicas e administrativas para proteger a privacidade dos titulares. Ela classifica dados de saúde como “dados sensíveis” e impõe regras mais rígidas para seu tratamento, sendo obrigatória a existência de protocolos de segurança, consentimento informado (exceto nos casos de cumprimento de obrigação legal ou execução de políticas públicas) e restrição de acesso apenas a pessoas autorizadas. O descumprimento dessas regras, conforme previsto na própria LGPD e na Lei nº 8.112/1990, pode acarretar responsabilizações disciplinares, civis e até penais, reforçando o compromisso do Estado com a proteção dos direitos informacionais dos cidadãos.

A governança da informação no setor público federal, especialmente em instituições como o

Instituto Federal Baiano (IF Baiano), demanda um alinhamento efetivo entre a estrutura administrativa, os sistemas tecnológicos e os princípios éticos que regem o serviço público. Em contextos em que se lida com informações sensíveis — como dados de saúde, funcionais e pessoais de servidores —, torna-se fundamental adotar práticas responsáveis em todas as etapas do ciclo informacional: da coleta ao descarte. No IF Baiano, isso implica o fortalecimento de protocolos institucionais e a consolidação de uma cultura organizacional que valorize a confidencialidade, o cuidado e a integridade na gestão da informação. A proteção dos dados dos servidores, os sujeitos informcionais, portanto, não é apenas uma exigência normativa, mas uma condição para a construção de relações institucionais pautadas na confiança, na legalidade e na dignidade (Oliveira & Freire, 2011; Ribeiro & Lima, 2021).

O IF Baiano é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, com presença significativa em diversas regiões do interior da Bahia. Com a missão de promover educação pública, gratuita e de qualidade nos níveis médio, técnico e superior, a instituição tem se destacado pelo compromisso com o desenvolvimento regional e com a formação integral de seus estudantes. Conforme previsto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021–2025, o IF Baiano tem priorizado a valorização das pessoas, com ações voltadas ao bem-estar biopsicossocial de servidores e discentes, à promoção da saúde mental e à construção de ambientes de trabalho pautados na ética, na escuta e no acolhimento. Essa diretriz estratégica revela um esforço institucional consistente para alinhar suas práticas administrativas aos princípios de cuidado, transparência e responsabilidade informacional no serviço público federal (IF Baiano, 2021).

O próprio PDI do IF Baiano 2021–2025 reconhece como um de seus compromissos estratégicos a necessidade de consolidar políticas institucionais voltadas ao bem-estar biopsicossocial dos servidores e estudantes, incluindo o aprimoramento da gestão das informações de saúde (IF Baiano, 2021). Entre suas diretrizes, o PDI destaca a importância da valorização das pessoas e do fortalecimento dos mecanismos de escuta, acolhimento e suporte psicossocial, o que demanda, necessariamente, uma governança da informação sensível pautada na ética, na segurança e no respeito aos direitos informacionais dos sujeitos envolvidos.

No âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), a Coordenação de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida (COASQ) é responsável por articular ações de promoção à saúde, acompanhamento de servidores adoecidos e suporte à gestão dos afastamentos por motivo de saúde física ou mental. A COASQ atua em consonância com diretrizes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), e adota protocolos voltados à confidencialidade, como acesso restrito a sistemas, segmentação da informação e uso ético dos dados sensíveis.

Inserido na estrutura da COASQ, o Núcleo de Perícias em Saúde (NUPS) representa o setor técnico responsável pela organização e condução dos processos periciais que envolvem os servidores do IF Baiano e, por meio de cooperação técnica com outros órgãos, também atende servidores de inúmeros orgãos federais. O NUPS gerencia licenças para tratamento de saúde, perícias admissionais, readaptações, remoções por saúde, aposentadorias por invalidez, reavaliações funcionais, exames admissionais, dentre outros.

A atuação do NUPS exige não apenas conhecimento técnico-administrativo, mas também uma sólida formação ética-informacional. Conforme destaca Tarapanoff (2004), o tratamento da informação sensível no setor público deve estar fundado em valores como responsabilidade, justiça, equidade e empatia. A ética da informação concretiza-se nas decisões cotidianas dos profissionais que lidam com prontuários, laudos, pareceres e sistemas informatizados, sendo parte essencial da cidadania informacional.

O NUPS promove a mediação segura e eficaz entre servidores adoecidos, chefias, peritos e sistemas administrativos, assegurando que os fluxos informacionais estejam em conformidade com a legislação e os princípios éticos. Como ressaltam Freire e Prado (2012),

essa mediação não é um mero canal técnico, mas um processo sociotécnico e ético que envolve escuta, empatia e responsabilidade institucional. A experiência do IF Baiano, por meio da COASQ e do NUPS, demonstra como a aplicação dos fundamentos da CI, aliados aos princípios éticos, ao sigilo profissional e à deontologia, pode fortalecer a governança informacional, garantir a proteção de dados sensíveis e promover a cidadania informacional no âmbito da administração pública.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, cujo método se baseia no relato de experiência institucional. Essa escolha metodológica visa documentar, refletir e sistematizar uma prática concreta ocorrida no âmbito do Núcleo de Perícias em Saúde (NUPS) do IF Baiano, entre os anos de 2020 e 2024. A produção dos dados foi realizada por meio de observação direta da rotina do setor, acompanhando de forma participativa os fluxos de trabalho, as dificuldades enfrentadas e as decisões administrativas adotadas ao longo do processo de adaptação tecnológica.

Durante esse acompanhamento, observou-se o uso cotidiano de sistemas como o SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), plataforma digital desenvolvida pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e amplamente adotada por Institutos Federais, incluindo o IF Baiano. O SUAP integra funcionalidades administrativas, acadêmicas e de gestão de pessoas, funcionando como um ambiente institucional seguro para a tramitação de documentos oficiais, inclusive os de natureza sigilosa. Também foi identificado o uso de pastas digitais compartilhadas, acessíveis apenas pela equipe autorizada, como meio de armazenamento interno de documentos sensíveis, especialmente aqueles relacionados à saúde dos servidores.

A análise foi complementada por um levantamento documental envolvendo prontuários de saúde contendo atestados médicos, laudos periciais, relatórios assistenciais, receitas, exames e outros documentos clínico-administrativos. Foram examinados também processos individuais relacionados a licenças para tratamento de saúde, pedidos de remoção por motivo de saúde, solicitações de readaptação funcional e de concessão de horário especial. Além disso, foram considerados os registros de comunicações institucionais realizadas por e-mail entre os setores envolvidos, especialmente o NUPS, a COASQ e os servidores solicitantes. Essa variedade documental contribuiu para a triangulação das fontes, assegurando maior consistência na análise e favorecendo uma compreensão aprofundada das práticas informacionais e da gestão do sigilo no contexto institucional.

A interpretação dos dados considerou o impacto das medidas adotadas sobre três dimensões principais: eficiência administrativa, segurança da informação e conformidade ética e legal, com base nos referenciais da CI.

O estudo buscou compreender como a transição do suporte físico para o digital, impulsionada pela pandemia de COVID-19, afetou a proteção das informações sensíveis em saúde e exigiu novas práticas de mediação e governança informacional. A pandemia, ao restringir atividades presenciais, forçou a rápida digitalização dos fluxos de informação, desafiando os setores administrativos a implementarem soluções seguras e éticas para o tratamento de dados sensíveis, em conformidade com a LGPD.

A escolha pelo relato de experiência como estratégia metodológica se justifica pela necessidade de valorização dos saberes produzidos no interior das instituições públicas, especialmente aqueles que emergem da prática cotidiana e da resolução de problemas concretos. Como destaca André (1995), o relato de experiência é uma forma legítima de investigação, capaz de revelar saberes tácitos, decisões institucionais e aprendizados organizacionais que muitas vezes escapam aos métodos tradicionais de pesquisa.

A sistematização da experiência foi feita com base em um diário institucional de bordo mantido pelo autor durante sua atuação na chefia do NUPS, complementado por reuniões com colegas da área, revisão de normativas

internas e análise crítica das legislações e comunicações oficiais. Tal abordagem permitiu não apenas reconstruir o percurso da transformação administrativa, mas também avaliar criticamente se os protocolos de sigilo aplicados na gestão das informações sensíveis estavam, de fato, alinhados às normas deontológicas que regem o serviço público e a atuação em saúde.

A análise dos dados seguiu uma lógica de categorização temática, conforme proposto por Bardin (2011), que define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de descrição do conteúdo de mensagens, com vistas à interpretação de seus significados. No presente estudo, tal metodologia permitiu organizar o material empírico em três grandes eixos analíticos: práticas informacionais, ética e proteção de dados. Cada um desses eixos foi construído a partir da recorrência de temas identificados nos documentos institucionais, nos registros da experiência, nas interações entre os diversos setores envolvidos e na análise dos sistemas utilizados para a gestão informacional, como o SUAP e as pastas compartilhadas internas, que concentram dados sensíveis relacionados à saúde dos servidores.

O eixo das práticas informacionais compreendeu a análise dos fluxos de informação no interior da instituição, os modos de registro, circulação e arquivamento dos dados de saúde, bem como os canais de comunicação formal e informal estabelecidos entre o NUPS, a COASQ e os servidores atendidos e os demais setores administrativos. Nesse campo, buscou-se compreender como as práticas se ajustaram (ou não) às novas exigências tecnológicas e legais impostas pela LGPD, e como a cultura institucional influenciou o modo como essas práticas foram adotadas.

No eixo da ética, a análise recaiu sobre os dilemas enfrentados pelos profissionais envolvidos na gestão das informações de saúde, especialmente nos momentos em que se estabeleciam tensões entre o cumprimento de normas administrativas e o respeito à privacidade e à dignidade dos servidores adoecidos. Foram examinadas as decisões que demandaram julgamento ético, como o controle de acesso a sistemas, o compartilhamento restrito de informações com chefias, ou a mediação de conflitos relacionados à exposição indevida de dados sensíveis.

O eixo da proteção de dados permitiu identificar as medidas implementadas para garantir a segurança da informação, tais como a transição para formulários digitais com controle de permissões, o uso de sistemas com autenticação e o desenvolvimento de procedimentos para tramitação sigilosa de documentos. Essa dimensão também envolveu a análise das dificuldades enfrentadas, como a ausência de sistemas integrados, as limitações tecnológicas e a necessidade de capacitação dos servidores para lidar com ferramentas digitais alinhadas às exigências da LGPD.

Do ponto de vista metodológico, este estudo adota uma postura reflexiva e implicada, considerando a posição do pesquisador como sujeito participante da experiência institucional analisada. Tal posicionamento não compromete a objetividade da pesquisa; ao contrário, favorece uma análise crítica e engajada, que leva em conta os dilemas vivenciados na gestão de informações sensíveis. O foco do estudo não está na produção de generalizações estatísticas, mas na compreensão de processos, na identificação de boas práticas e na problematização de desafios enfrentados na busca pelo equilíbrio entre eficiência administrativa e respeito à privacidade dos servidores. Por tratar-se de uma análise de documentos administrativos e da descrição de processos institucionais, sem coleta de dados pessoais de terceiros nem aplicação de instrumentos com seres humanos, a pesquisa não demandou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para estudos institucionais de caráter não clínico.

A abordagem qualitativa adotada neste estudo permitiu revelar aspectos subjetivos e institucionais das decisões administrativas, como conflitos entre setores, silêncios organizacionais e ajustes informais que

garantiram a continuidade do serviço em contextos desafiadores. Ao articular vivência prática e reflexão teórica, a metodologia transcende a mera descrição burocrática e busca compreender os sentidos éticos, informacionais e institucionais envolvidos nas práticas de sigilo no serviço público. Com isso, pretende-se contribuir para o campo da CI e para a construção de políticas públicas mais sensíveis à proteção dos sujeitos informacionais.

Resultados Parciais ou Finais

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo propostos por Bardin (2011), que orienta a investigação qualitativa por meio de um processo sistemático de categorização temática. A escolha metodológica por esse modelo permitiu organizar a interpretação dos documentos institucionais e dos registros da experiência em três eixos analíticos principais: práticas informacionais, ética e proteção de dados. Esses eixos orientaram tanto a leitura crítica do material quanto a estruturação dos resultados obtidos.

No eixo das práticas informacionais, os dados revelaram uma transformação significativa nos fluxos de informação relacionados à saúde dos servidores. A implementação do prontuário eletrônico institucional e a criação de um fluxo digital específico no SUAP evidenciam a mudança da cultura documental baseada no papel para uma lógica de mediação tecnológica. As práticas passaram a ser orientadas por critérios de rastreabilidade, controle de acesso e padronização dos registros, permitindo não apenas maior segurança, mas também maior eficiência na tramitação dos processos sensíveis.

Nesse novo modelo, os documentos de saúde — como atestados médicos, relatórios clínicos e exames — são protocolados diretamente pelo servidor no SUAP, com o nível de acesso configurado como restrito e com a justificativa legal de informação pessoal, conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a LGPD (Lei nº 13.709/2018). Após o envio, esses processos são direcionados exclusivamente ao setor RET-NUPS, onde passam a ser tratados apenas pela equipe técnica autorizada, com acesso limitado e sob o compromisso legal e deontológico de sigilo. A tramitação se encerra nesse ponto, sendo vedado o redirecionamento a outros setores, e as eventuais comunicações com os servidores são feitas exclusivamente por e-mail ou, em situações específicas, via WhatsApp institucional. Essa prática reforça o compromisso com a proteção dos dados sensíveis e a construção de uma governança informacional alinhada à ética, à legislação e à cidadania digital.

No eixo da ética, a análise permitiu identificar como a equipe da COASQ lida com dilemas recorrentes relacionados à exposição de dados sensíveis, à mediação entre chefias e servidores adoecidos, e à definição de limites institucionais para acesso à informação. A adoção de restrições formais no sistema SUAP, com definição de níveis de acesso e registro da hipótese legal “informação pessoal” nos processos de saúde, é um dos mecanismos que demonstram a incorporação prática de princípios da ética informacional, como o respeito à privacidade, à dignidade dos sujeitos e à não exposição indevida.

Uma das estratégias adotadas pela equipe do NUPS para garantir o sigilo das informações sensíveis foi a criação de uma pasta digital compartilhada e criptografada, hospedada em ambiente institucional seguro, destinada ao armazenamento dos prontuários de saúde dos servidores. Essa pasta reúne documentos altamente sensíveis — como atestados, laudos médicos, relatórios de saúde e comunicações periciais — e possui acesso controlado exclusivamente pela equipe autorizada do NUPS, sendo vedado o acesso por quaisquer outros setores da instituição. A existência dessa estrutura de armazenamento restrito reforça a cultura organizacional de proteção à privacidade e expressa, de forma concreta, o compromisso ético com o sigilo profissional e a confidencialidade dos dados de saúde.

Esse arranjo técnico-operacional, que inclui tanto as restrições no SUAP quanto o uso criterioso da pasta compartilhada, é resultado da construção de uma governança informacional baseada na confiança, no cumprimento da legislação e na valorização da

ética como princípio estruturante da atuação institucional no campo da saúde do servidor público.

Além disso, a equipe envolvida na gestão da saúde dos servidores realiza estudos sistemáticos da legislação aplicável — como a LGPD, o Código de Ética Médica, a Lei nº 8.112/1990, entre outras —, o que proporciona embasamento técnico e normativo às decisões tomadas no dia a dia. A atuação conjunta de peritos, equipe administrativa e profissionais da equipe multidisciplinar (como psicólogos e assistentes sociais) cria um ambiente de constante troca, que favorece decisões éticas, integradas e humanas.

Finalmente, o eixo da proteção de dados foi central para os resultados obtidos. A adoção de sistemas em nuvem com controle de permissões, a criação de registros auditáveis de acesso e a transição para plataformas compatíveis com a LGPD revelam um esforço institucional para atender às exigências legais sem comprometer a fluidez da gestão administrativa. A categorização dos documentos sensíveis e a limitação de sua visibilidade apenas a agentes autorizados demonstram a aplicação concreta dos dispositivos legais à realidade institucional do IF Baiano.

A articulação entre os eixos analíticos de Bardin e os resultados alcançados permitiu não apenas sistematizar os avanços administrativos, mas também compreender os sentidos atribuídos a essas mudanças pelos agentes envolvidos. Os achados mostram que a análise de conteúdo, quando aplicada em uma perspectiva crítica e situada, é capaz de iluminar tensões, aprendizagens e transformações organizacionais que transcendem a dimensão técnica e revelam o papel da informação como eixo estruturante da ética e da governança institucional. Como destaca Bardin (2011), o valor da análise está em sua capacidade de captar as significações latentes nos discursos.

Dentre os principais resultados obtidos com a experiência institucional conduzida pelo NUPS do IF Baiano, destaca-se a criação de um prontuário eletrônico institucional, desenvolvido com base em critérios de segurança, confidencialidade e rastreabilidade. Esse prontuário passou a ser armazenado em ambiente de nuvem institucional, com acesso rigorosamente restrito à equipe da COASQ. A digitalização dos documentos sensíveis, como atestados, laudos e pareceres médicos, permitiu a superação de práticas anteriormente baseadas em arquivos físicos, mais vulneráveis a extravios e acessos indevidos.

A implantação do prontuário eletrônico foi acompanhada da revisão dos fluxos administrativos internos, com a definição de novos protocolos para coleta, envio, armazenamento e exclusão de documentos. Todos os acessos aos prontuários passaram a ser registrados, reforçando a responsabilização dos usuários do sistema. Essa medida também facilitou o atendimento remoto de servidores lotados em diferentes campi, sem comprometer a integridade das informações, aspecto essencial diante das restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Após o recebimento e análise dos documentos, os processos de saúde são finalizados ou arquivados diretamente no setor RET-NUPS, sem qualquer tramitação interna posterior. Essa decisão institucional visa restringir ao máximo a circulação de informações sensíveis e reforça o compromisso com o sigilo e a proteção dos dados pessoais.

Outro resultado relevante foi a criação de um fluxo específico de processos sensíveis dentro da plataforma SUAP. Por meio de customizações realizadas em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DGTI), os processos relativos à saúde (como licenças, readaptações, remoções e aposentadorias por invalidez) passaram a ser classificados com grau de acesso restrito, visível apenas ao servidor interessado, à equipe técnica do NUPS e, quando necessário, a peritos autorizados.

Esse recurso eliminou um dos principais problemas identificados no diagnóstico inicial: o acesso não autorizado de setores administrativos a processos que continham dados médicos sigilosos. Antes da adoção dessa medida, documentos como atestados eram, por vezes, visíveis a servidores que não tinham qualquer vínculo com a área de saúde

ou com o processo em questão, o que feria princípios legais e éticos fundamentais. Com a nova configuração, foi possível assegurar o princípio da minimização de dados, conforme previsto na LGPD.

Além dos ganhos em termos de segurança e conformidade legal, a iniciativa também promoveu mudanças culturais dentro da instituição, fortalecendo uma ética informacional mais sensível à proteção de dados pessoais. A delimitação clara de competências, o uso de ferramentas digitais seguras e a promoção de treinamentos internos contribuíram para ampliar a consciência dos servidores sobre a importância da confidencialidade no trato das informações em saúde.

O modelo adotado pelo NUPS também evidenciou a possibilidade de compatibilizar transparência institucional e sigilo, ao garantir que o servidor possa acompanhar seus próprios processos com clareza, sem que isso comprometa o sigilo dos dados perante terceiros. Tal equilíbrio é essencial para a construção de relações de confiança entre servidores e a administração pública, bem como para o fortalecimento da cidadania informacional.

A análise dos registros revelou contradições institucionais importantes, como a convivência entre práticas digitais e analógicas, a ausência de normativas claras e as adaptações informais adotadas para garantir a continuidade dos serviços. Tais elementos evidenciam os sentidos atribuídos à informação em saúde no IF Baiano e os limites entre a norma e a prática. Ao sistematizar erros, acertos e ajustes, a pesquisa contribui para a produção de aprendizados institucionais e oferece subsídios para o aprimoramento de políticas públicas informacionais mais aderentes à realidade do serviço público.

Os resultados alcançados apontam para a viabilidade da replicação dessa experiência em outras instituições públicas, especialmente aquelas que enfrentam desafios semelhantes no que diz respeito ao tratamento de informações em saúde. A experiência do IF Baiano demonstra que é possível alinhar práticas administrativas eficientes à proteção dos direitos fundamentais dos servidores, reforçando o papel da CI como campo estratégico para a governança ética da informação no setor público.

Considerações Parciais

A experiência do NUPS do IF Baiano revela que é possível conciliar inovação tecnológica com os princípios éticos, legais e informacionais que regem o tratamento de dados sensíveis no serviço público. A adoção de práticas baseadas na ética da informação, no respeito à privacidade dos servidores e na conformidade com a LGPD permitiu transformar rotinas administrativas e elevar o padrão institucional de segurança informacional, sem comprometer a eficiência da gestão.

Os resultados obtidos demonstram que soluções, como o prontuário eletrônico institucional, o controle de acesso a processos no SUAP e a rastreabilidade das ações administrativas não apenas protegem os sujeitos informacionais, mas também promovem uma nova cultura de responsabilidade na administração pública. Trata-se de um avanço que, embora impulsionado pelas exigências da pandemia, consolida uma mudança estrutural no modo como se compreende e se gerencia a informação em saúde no contexto institucional.

Como recomendações para pesquisas futuras, propõe-se a digitalização integral dos acervos físicos ainda existentes, com definição de protocolos claros de arquivamento. Além disso, é fundamental investir na capacitação continuada dos servidores, especialmente nas áreas de ética, sigilo profissional e legislação informacional. A incorporação desses temas na formação institucional contribui para o desenvolvimento de uma cultura de vigilância ética e empatia no trato das informações sensíveis.

Outro aspecto relevante é a necessidade de consolidação de políticas institucionais de cidadania digital, alinhadas às diretrizes da CI, que garantam aos servidores a consciência de seus direitos como titulares de dados, bem como o acesso transparente aos canais de informação e aos mecanismos de controle

sobre o tratamento de seus dados pessoais. No entanto, tais políticas só alcançarão efetividade plena se forem acompanhadas de um esforço mais amplo de fortalecimento da cultura organizacional voltada à proteção da privacidade, o que requer lideranças comprometidas, incentivos institucionais e participação ativa dos servidores. A construção de um ambiente informacional ético não pode ser imposta exclusivamente por normas, mas deve ser cultivada como um valor partilhado no cotidiano institucional, fortalecendo a noção de confiança mútua entre os sujeitos e as instituições públicas.

Os aprendizados gerados pela atuação do NUPS demonstram que a ética da informação no serviço público não se reduz ao cumprimento formal de normas legais. Trata-se de uma prática política e pedagógica que reafirma o valor da dignidade humana e a centralidade dos sujeitos na governança da informação. Promover a proteção dos dados em saúde é, acima de tudo, promover os direitos digitais, a cidadania informacional e a confiança nos serviços públicos em um cenário de crescente sensibilidade e complexidade das informações.

Referências

Batista, C. L. (2010). Informação pública: uma questão de acesso, de direito e de apropriação social. Revista da Escola de Comunicação, 10(1), 1–20.

Belluzzo, R. C. B. (2011). Gestão da informação e do conhecimento nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva.

Brasil. (1994). Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jun. 1994. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1171.htm

Brasil. (2018). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm

Capurro, R. (2003). Ética intercultural da informação. Ciência da Informação, 32(3), 9–15.

Castells, M. (1999). A sociedade em rede (Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra.

Comitê Gestor da Internet no Brasil (2021). Limites e possibilidades para o uso secundário de dados pessoais no poder público: lições da pandemia (Panorama Setorial da Internet, n. 4). Comitê Gestor da Internet no Brasil. https://cetic.br/pt/publicacao/limites-e-possibilidades-para-o-uso-secundario-de-dados-pessoais-no-poder-publico/

Conselho Federal de Medicina – CFM. (2018). Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 2.217/2018. https://portal.cfm.org.br

Coutinho, D. (2021). Proteção de dados e cidadania digital: desafios da informação sensível no setor público. Brasília: IBICT.

Cristóvam, J. S. da S., Bergamini, J. C. L., & Hahn, T. M. (2021). Governança de dados no setor público brasileiro: uma análise a partir da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Interesse Público – IP, 23(129), 75–101.

European Union. Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council, of 27 April 2016: on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data (General Data Protection Regulation). Official Journal of the European Union, Brussels, 2016. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj. Acesso em: 18 jul. 2025.

Freire, I. & Prado, D. G. (2012). Mediação da informação e ética: uma análise das práticas de atuação em bibliotecas universitárias. Perspectivas em Ciência da Informação, 17(3), 22–41. https://doi.org/10.1590/S1413-99362012000300003

Le Coadic, Y. F. (1996). A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos.

Oliveira, E. F. T., & Freire, I. (2011). Governança da informação e cultura organizacional: contribuições da Ciência da Informação. Transinformação, 23(2), 139–148. https://doi.org/10.1590/S0103-37862011000200002

Organização Mundial da Saúde – OMS. (2016). Framework on integrated, people-centred health services. https://apps.who.int/iris/handle/10665/252698

Ribeiro, F. R., & Lima, G. A. S. (2021). Cultura informacional e proteção de dados no serviço público. Revista Informação & Sociedade, 31(2), 75–91. https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2021v31n2.51091

Tarapanoff, K. (2001). Responsabilidade ética e informação. Ciência da Informação, 30(2), 23–29. https://doi.org/10.18225/CI.INF.V30I2.128.

Tarapanoff, K. (2004). Inteligência organizacional e competitiva: Informação e conhecimento nas organizações. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Targino, M. das G. (2009). Políticas públicas de informação em saúde: informação como bem público. Perspectivas em Ciência da Informação, 14(2), 18–36. https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000200003.

VALORES ÉTICOS NOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

Cleide Oliveira da Silva, Universidade Federal de São Carlos, 0009-0005-7393-073X, Brasil, cleideodasilva@gmail.com

Zaira Regina Zafalon, Universidade Federal de São Carlos, 0000-0002-4467-2138, Brasil, zaira@ufscar.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6615

Eixo 1: Ética e Deontologia

Introdução

A catalogação envolve implicações éticas, vinculadas ao acesso igualitário à informação, à privacidade e às desigualdades sociais e intelectuais. Os profissionais devem estar atentos a essas questões, respaldados pelos códigos de ética da área, para que possam cumprir com o principal objetivo da catalogação: servir às demandas do usuário. No entanto, ainda não está claro como os Princípios Internacionais de Catalogação (PIC) abordam os valores éticos discutidos nos códigos e na literatura especializada da área.

Diante disso, esta pesquisa busca discutir os valores éticos presentes nos PIC e tem, como objetivos secundários: apresentar aspectos conceituais do processo de catalogação; descrever os PIC; discorrer sobre os códigos de ética profissional; demonstrar pesquisas que relacionam a ética aos estudos de catalogação e identificar valores éticos que poderiam ser mais bem envolvidos nos PIC.

Referencial Teórico

A Catalogação é uma disciplina da área de Organização e Representação da Informação, no campo da Ciência da Informação, que tem por objetivo a representação bibliográfica dos itens de um acervo documental. Tanto Mey (1995) quanto Machado & Zafafon (2020) sugerem catalogação como processo de elaboração de metadados e de organização de mensagens codificadas de documentos, com

vistas a garantir a busca e a recuperação e posterior acesso a estes itens. Por meio desse processo é dada a possibilidade de interação dos usuários com os catálogos para buscar, recuperar e acessar documentos que atendam aos seus interesses de pesquisa de maneira eficiente.

Para Mey (1995), a catalogação vai além da construção de catálogos uma vez que não apenas caracteriza os itens, mas os individualiza perante os outros e reúne aqueles que são semelhantes. Zafalon (2014), por sua vez, retoma os objetivos primordiais do catálogo: informar os itens disponíveis, a partir da identificação por meio das características descritas, como também suas diferentes manifestações ou quantidade de itens e, reunir todos os documentos semelhantes, considerando seu conteúdo e expressões. A catalogação promove, portanto, um processo comunicativo entre itens documentais e usuários.

Nesse sentido, a catalogação ganha ainda mais destaque quando se leva em conta sua aplicação a diferentes suportes informacionais. Deste modo, a visão, até então concebida, de ser um processo que se limita apenas à descrição bibliográfica do documento é superada pelo entendimento de que essa atividade abrange aspectos formais e temáticos (Baptista, 2008). Essa perspectiva possibilita a representação individual de cada objeto e sua posterior recuperação a partir de um conjunto de registros e suportes, tornando mais fácil o acesso ao item informacional e permitindo que sejam estabelecidas relações entre diversos itens semelhantes.

Deve-se considerar, ainda, a influência tecnológica nesse processo, uma vez que, conforme evidenciado por Baptista (2008), a partir do cenário atual de nativos digitais, a atribuição de metadados faz-se ainda mais necessária e a realização desse processo por meio da interoperabilidade entre sistemas é elementar.

Nesse contexto, a construção de elementos que estejam interconectados a partir da representação bibliográfica permite facilitar o fluxo informacional. Quando essa ação é realizada por meio do uso estratégico das tecnologias digitais, está garantido o acesso, simultâneo e universal de tal modo que essas informações sejam transformadas em conhecimento (Santos, 2013). Percebe-se, portanto, a relevância da catalogação para o acesso à informação e sua função mediadora junto ao usuário. Observa-se, ainda, sua adaptação às inovações tecnológicas, mantendo sempre como foco a representação bibliográfica fidedigna, atuando como elo entre a informação e o usuário.

Os catálogos são a concretização desse processo. Elaborados a partir de três etapas primordiais, conforme evidenciado por Lourenço, Zafalon e Lopes (2020), os catálogos se formam a partir do resultados das ações de leitura técnica, em que são identificados os elementos do documento; de identificação dos pontos de acesso, que serão os recursos utilizados para recuperação da informação; e por fim, da descrição bibliográfica, em que são transcritos os elementos identificados na etapa anterior para o sistema de informação.

Percebe-se portanto que a catalogação possui a função de atuar como mediadora entre o documento e o usuário: um catálogo bem estruturado permite que os recursos informacionais disponíveis no acervo sejam de fato, buscados e acessados. Conforme afirmado por Nascimento & Souza (2021), essa não é uma função mecânica, configurando-se como um processo eminentemente intelectual e cognitivo. Tal processo culmina na elaboração de registros bibliográficos que expressam e representam o material disponível nos acervos das bibliotecas.

Nesse sentido, as autoras ressaltam ainda que é imperativo ao bibliotecário possuir uma postura proativa e consciente no processo de catalogação (Nascimento & Souza, 2021). É essa abordagem que permite garantir que o usuário possa acessar a informação e identificar novas necessidades, o que justifica que a prática da catalogação deva ser centrada no usuário, ainda que não haja sua participação direta na elaboração de registros bibliográficos.

Em relação ao seu produto, Mey (1995, p. 9) afirma que, para além de apenas uma lista ordenada dos itens disponíveis em uma

biblioteca, os catálogos devem ser encarados como "[...] canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos". Ou seja, a função primordial do catálogo é a difusão de mensagens referentes aos itens que compõem o acervo da biblioteca.

Zafalon (2014) propõe um esquema de comunicação para catálogos. Nesse esquema, a representação bibliográfica veicula mensagens codificadas sobre os itens disponíveis na unidade de informação, comunicando-se com os usuários a partir de suas necessidades informacionais. Essas mensagens são caracterizadas pelos elementos essenciais definidos pelo bibliotecário durante a catalogação, considerando a forma como seu público específico realizará a busca, cumprindo assim o processo comunicativo do e no catálogo. Esse processo, ademais, individualiza por meio das diferenças e agrega pelas semelhanças.

Há que se considerar, ainda, a perspectiva social desses produtos, uma vez que eles são elementos essenciais na democratização do acesso à informação e ao conhecimento (Machado & Zafalon, 2020).

Para que a catalogação se realize e para que o catálogo, enquanto produto, se concretize são necessários princípios que apoiem e consolidem a construção de códigos de catalogação e também promovam a evolução das teorias da Catalogação.

Os Princípios Internacionais de Catalogação têm seu início a partir da *International Conference on Cataloguing Principles*, que aconteceu em Paris no ano de 1961, quando foi publicada a Declaração de Princípios, mais conhecida como Princípios de Paris. O principal objetivo desse documento caracterizava-se por atuar enquanto "[...] referência para a padronização internacional da catalogação, além de orientar a construção de catálogos e de códigos de catalogação" (Machado & Zafalon, 2020, p. 34).

Ainda na década anterior, Ranganathan (1959) já alertava a respeito da importância de se estabelecer princípios para elaboração de um código internacional de catalogação. Essa proposta considerava, principalmente, a economia que essa ferramenta poderia proporcionar, por meio da produção em massa de descrições bibliográficas devidamente padronizadas, já que as entradas poderiam ser replicadas em diferentes bibliotecas, evitando assim o retrabalho. No entanto, o pesquisador evidenciou alguns dos principais desafios para essa construção, como barreiras culturais e o preconceito em relação ao novo.

As bases para as discussões havidas no evento de 1961 foram iniciadas pelo bibliotecário Seymour Lubetzky, em sua obra *Cataloguing Rules and Principles*. Nela, Lubetzky questionou o código de catalogação então vigente, elaborado pela American Library Association, direcionando suas reflexões a partir da indagação: "essa regra é realmente necessária?". O cerne da preocupação de Lubetzky residia na necessidade de uma metodologia para a elaboração de códigos de catalogação que contemplasse a definição de objetivos e a lógica das regras expressas no documento, determinando as diferenças entre obra e livro, bem como o uso da página de rosto como fonte principal de informação, dentre outros aspectos. Foram esses questionamentos que nortearam a construção dos principais códigos de catalogação elaborados, em especial o AACR (Santos & Correa, 2009).

Todas essas discussões a respeito de princípios internacionais para o processo de catalogação motivou também uma proposta da Unesco para estabelecer um controle bibliográfico universal. Nesse programa previa-se o depósito legal de toda a produção bibliográfica nacional em um determinado país, visando à preservação dessas informações. As instituições responsáveis pela salvaguarda desses materiais seriam encarregadas do intercâmbio de seus dados bibliográficos (Campello & Magalhães, 1997).

Posteriormente, em 2009, houve atualização dos Princípios, sem que sua essência fosse alterada – a satisfação do usuário; essa revisão apresentava elementos da descrição bibliográfica: os pontos de acesso, a descrição em si e os "catálogos auxiliares" — agora designados como tabelas auxiliares. O intuito

da revisão era o de promover a padronização da catalogação, expandindo-se para além das entradas e cabeçalhos, elementos já privilegiados na versão inicial. Tal contexto impulsionou a necessidade de reflexão sobre a proposta em torno de um código internacional de catalogação, o *Resource Description and Access* (RDA), como substituto do *Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition* (AACR2), ainda amplamente empregado (Santos & Correa, 2009).

A última versão da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, publicada em 2016, estabelece os seguintes princípios: Conveniência do usuário; Uso comum; Representação; Exatidão; Suficiência e necessidade; Significância; Economia; Consistência e normalização; Integração; Interoperabilidade; Abertura; Acessibilidade; e Racionalidade (International Federation of Library Association and Institutions, 2016).

O processo de catalogação, portanto, envolve grande esforço intelectual, e implica, inclusive, que se assuma uma postura ética em seu desenvolvimento.

As escolhas feitas durante a catalogação podem moldar ou até influenciar a maneira como os usuários buscam e interpretam os dados dos documentos de interesse. Dessa forma, a catalogação é também um ato que implica responsabilidade moral e social do catalogador. A ética relaciona-se à catalogação por meio de uma série de aspectos, sejam eles de justiça, igualdade no acesso à informação, privacidade, respeito às diferenças, desigualdade social e intelectual.

De modo geral, a ética pode ser compreendida enquanto uma área de estudo da Filosofia que aborda os princípios e valores que orientam o comportamento humano, ajudando a distinguir o que é considerado certo ou errado, bom ou mau, justo ou injusto. A ética busca, então, compreender e avaliar as ações humanas em termos de moralidade, questionando o que devemos fazer e como devemos viver. Uma das vertentes da ética são suas questões deontológicas, ou seja, regras morais relacionadas ao fazer profissional, geralmente expressas em códigos de ética.

No âmbito da Ciência da Informação, importantes códigos de ética foram desenvolvidos, tais como:

- Código de Ética da *International Federation of Library Association and Institutions* (IFLA) para bibliotecários e outros profissionais da informação: estabelecido por meio de um grupo de trabalho criado em 2012, o documento ressalta os seguintes valores fundamentais à profissão: garantia de acesso à informação; responsabilidade individual e social; respeito à privacidade, sigilo e transparência; promoção do acesso aberto e proteção da propriedade intelectual; neutralidade, integridade pessoal e competência profissional; e manutenção de relações respeitosas entre colegas e na dinâmica empregador / empregado. Além disso, prevê a realização de estudos adicionais sobre esses aspectos (International Federation of Library Associations and Institutions, 2012);

- *American Library Association (ALA) Code of Ethics*: elaborado por um comitê e atualizado pela última vez em 2021, expressa valores fundamentais, que incluem: serviços de qualidade e equitativos; liberdade intelectual; direito à privacidade e confidencialidade; respeito à propriedade intelectual; respeito nas relações de trabalho; a necessidade de desvincular crenças pessoais do desenvolvimento profissional; o desenvolvimento profissional contínuo e o avanço da profissão; e o respeito à dignidade humana, diversidade e justiça social (American Library Association, 2021);

- Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia: documento do contexto brasileiro que foi aprovado por meio da Resolução nº 207, de 2018; este documento distingue-se dos anteriores por apresentar suas premissas em formato normativo. Contudo, os valores estão implícitos ao longo da norma, exemplificados nos artigos 2º, 5º e 6º que indicam, respectivamente: a natureza da profissão, prescrevendo que o bibliotecário deve prestar serviços de informação à sociedade e garantir acesso indiscriminado aos serviços, livre de quaisquer embargos; os deveres do profissional, enfatizando a necessidade de se exercer a profissão com zelo

e honestidade, observar os ditames da ciência e da técnica, contribuir para o desenvolvimento da sociedade e guardar sigilo no desempenho das atividades; e o respeito nas relações de trabalho, no que se refere aos colegas (lealdade, solidariedade, respeito à propriedade intelectual alheia, respeito às atividades dos colegas), em relação à categoria (dignificar moral, ética e profissionalmente a categoria), e em relação ao usuário (tratar o usuário com respeito e civilidade, aplicar todo zelo e recursos no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional e assumir responsabilidades pelas informações fornecidas). Ademais, o referido Código define as infrações ético-disciplinares, prevendo penalidades e sanções em caso de descumprimento (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018).

Alguns valores se mostram fundamentais nesses códigos, como o direito à privacidade e à confidencialidade, o respeito à propriedade intelectual, além do respeito nas relações profissionais. No entanto, nenhum desses códigos mencionados reflete com profundidade as questões éticas da catalogação.

Estudos elaborados para atender a esta lacuna, como os de Bair (2005), Hoffman (2009), Shoemaker (2015), Sardo (2019) e Martin (2021) contribuíram para essas discussões.

Bair (2005) criticava o fato de que as especificidades a respeito dos processos de catalogação não terem sido abordados nesses documentos, uma vez que a autora considerava que os catalogadores precisam ter em mente as implicações éticas de seu trabalho em garantir ou não o acesso à informação. A pesquisadora estabelece, então, um código de ética específico para esse grupo de profissionais, o que se consagra como uma das primeiras iniciativas nesse sentido.

Hoffman (2009) argumentou que, embora a catalogação tenha como premissa o foco no usuário, seus padrões e ferramentas não são desenvolvidos com essa orientação. A autora destaca que os catalogadores frequentemente não conhecem seus usuários, não conseguem identificar suas necessidades e presumem que a adesão a padrões seja suficiente para atendê-los. Com vistas a contribuir para alteração desse cenário, a autora sugere duas ações: focar nos usuários tanto a prática quanto as pesquisas em catalogação, e focar nos usuários como parte de dado domínio (Hoffman, 2009).

Shoemaker (2015) enfatizou a necessidade de se criar um código de ética específico para catalogadores, dado que as decisões tomadas no processo de catalogação possuem implicações éticas significativas. Um código de ética em catalogação não determinará a solução correta, mas oferecerá diretrizes estabelecidas por consenso entre especialistas, orientando as decisões mais adequadas diante dos desafios. Para a autora, o processo de catalogação é complexo e transcende a mera tecnicidade; as escolhas realizadas durante essa atividade impactam diretamente o acesso à informação, o uso dos documentos e a representação de diferentes culturas e pontos de vista (Shoemaker, 2015). Ela ainda afirma que a catalogação influencia a forma como os usuários acessam e percebem a informação, e as decisões referentes às atividades de seleção classificação, descrição e indexação afetam a visibilidade de ideias, pessoas ou comunidades, frequentemente perpetuando preconceitos e a exclusão de grupos marginalizados (Shoemaker, 2015).

Sardo (2019), por sua vez, também ressalta aspectos fundamentais a respeito da ética na catalogação, especialmente em relação ao acesso (como os itens são nomeados) e os dados. No que se refere ao primeiro, a perspectiva ética relaciona-se à abordagem semântica, abrangendo aspectos como o uso de palavras-chave e esquemas de classificação apropriados, ou a correspondência entre a linguagem controlada e a linguagem natural, definindo qual porção do conteúdo intelectual é relevante para a representação. Nomear algo implica um julgamento ético, especialmente em questões sensíveis como raça, gênero, etnia, religião, entre outras, e influencia diretamente a recuperação da informação, uma vez que se opta por determinados termos em detrimento de outros. Quanto ao segundo ponto apresentado por Sardo (2019), diz respeito à má qualidade dos dados catalográficos visto que isso interfere, impede ou dificulta o acesso dos usuários aos recursos

informacionais; relaciona-se, portanto, à atividade catalográfica e à ética do profissional, visto que catalogação é produção de substitutos das mensagens do item documental.

Mais recentemente, Martin (2021) também destacou a responsabilidade dos catalogadores e o impacto de suas decisões na representação da informação. Os catalogadores detêm uma responsabilidade ética significativa, pois suas decisões afetam a organização, o acesso e a interpretação dos registros; suas atividades, portanto, possuem especificidades incomuns ao restante das da profissão. Esse grupo de profissionais necessita de um compromisso ético mais direcionado, que pode ser compreendido como "catalogação ética" — um conjunto de princípios e valores que auxilia a tomada de decisão por esses profissionais. Para a autora, alguns desses valores estão presentes nos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC), como, por exemplo, o de servir aos interesses dos usuários, que deve ser o objetivo principal da catalogação; tornar os materiais acessíveis para que todos os usuários possam acessar a informação; produzir registros precisos para facilitar a recuperação da informação; e neutralidade, sem tendenciosidades ou vieses que possam refletir as opiniões pessoais do catalogador — embora este último seja um valor frequentemente criticado na literatura da área. Outro valor não explicitamente descrito, mas implícito aos princípios, é a redução de danos ou a produção do menor dano possível no momento da descrição. A catalogação não é um processo neutro; ela envolve escolhas que podem refletir e perpetuar relações de poder, marginalizando certas vozes ou perspectivas e privilegiando outras, o que pode reforçar estruturas de poder existentes (Martin, 2021).

Esses documentos foram a base para a elaboração de um *do Cataloguing code of ethics* pela ALA em 2021. O código foi organizado no âmbito do *Cataloging Ethics Steering Committee da American Library Association*, que possui membros dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Nesse documento, define-se ética em catalogação como um conjunto de princípios e valores que orientam intencionalmente as tomadas de decisão na prática profissional dos catalogadores. Além disso, o conceito de catalogação crítica também é abordado, sendo um subtema da biblioteconomia crítica que se concentra em compreender como as organizações do conhecimento refletem sobre sistemas opressores (American Library Association, 2021).

O *Cataloguing code of ethics* é organizado tendo como base princípios como acesso aos recursos e aos metadados; reconhecimento de preconceitos; *advocacy*; colaboração; aplicação de padrões de maneira crítica; diversidade, equidade e inclusão; educação e capacitação; respeito à privacidade; responsabilidade e transparência; compreensão e atendimento às necessidades dos usuários (American Library Association, 2021).

De modo mais específico, os seguintes valores são evidenciados:

> 1. Catalogamos nossos recursos tendo em mente o usuário final, de modo a facilitar o acesso e promover a descoberta.
>
> 2. Comprometemo-nos a descrever os recursos sem discriminação, respeitando a privacidade e as preferências dos indivíduos.
>
> 3. Reconhecemos que trazemos nossos preconceitos ao local de trabalho e, portanto, nos esforçamos para superar preconceitos pessoais, institucionais e sociais em nossas atividades.
>
> 4. Reconhecemos que a interoperabilidade e a aplicação consistente de padrões ajudam nossos usuários a encontrar e acessar materiais. Contudo, todos os padrões são tendenciosos e, portanto, devem ser abordados de maneira crítica e defenderemos que a catalogação seja mais inclusiva.
>
> 5. Apoiamos os esforços para tornar os padrões e as ferramentas financeiramente, intelectualmente e tecnologicamente acessíveis a todos os catalogadores, e desenvolvidos com pesquisas baseadas em

> evidências e contribuições das partes interessadas.
>
> 6. Assumimos as responsabilidades pelas nossas decisões de catalogação e defendemos a transparência nas nossas práticas e políticas institucionais.
>
> 7. Colaboramos amplamente para apoiar a criação, a distribuição, a manutenção e o enriquecimento de metadados em vários ambientes e jurisdições.
>
> 8. Investimos na diversidade, na equidade e na inclusão no local de trabalho. Promovemos educação, formação, remuneração equitativa e um ambiente de trabalho justo para todos aqueles que catalogam, para que possam continuar a apoiar a pesquisa e a descoberta.
>
> 9. Defendemos o valor do trabalho de catalogação dentro das nossas organizações e com parceiros externos.
>
> 10. Trabalhamos com nossas comunidades de usuários para compreender suas necessidades, a fim de fornecer serviços relevantes e oportunos. (American Library Association, 2021, p. 3, tradução nossa).

É possível perceber, portanto, que alguns estudos já discutiam sobre a ética na catalogação, todavia não foram identificados reflexos destes estudos nos PIC. Nessa conjuntura, a presente pesquisa propôs a análise da literatura sobre a abordagem ética na catalogação.

Procedimentos metodológicos

Este estudo possui abordagem qualitativa e se configura com natureza aplicada. Com objetivos exploratórios recorre aos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, visto que permite uma análise aprofundada dos princípios éticos que orientam a catalogação, garantindo a relevância e validade dos resultados obtidos. A combinação desses elementos metodológicos proporciona uma base sólida para a compreensão dos desafios éticos enfrentados pelos profissionais, contribuindo para a promoção de práticas éticas no campo da catalogação. A partir da pesquisa bibliográfica procedeu-se à seleção dos estudos, conforme relevância temática, e à análise, identificando as principais tendências e debates relacionados ao tema central desta pesquisa. Para tanto, foram utilizados como fontes de informação as bases de dados: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Web of Science* (Wos), Scielo.Org, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD). Foram selecionados artigos de publicações periódicas e de eventos, dissertações e teses, nos idiomas português e inglês.

Os autores selecionados para dar subsídio às discussões sobre a presença dos valores éticos nos PIC são: Aranalde (2005), Arboit (2018), Arboit e Guimarães (2015), Cabrera (2012), Chan *et al*. (2022), Cirne e Ferreira (2002), Evangelista *et al*. (2020), Farias e Freire (2022), Ferreira (2004), Fonseca e Garcia (2009), Fox e Reece (2012), Freire e Silva (2013), Freire, Silva e Nascimento (2015), Gomes *et al*. (2020), Guedes, Baptista e Borges (2011), Guimarães e Pinho (2007), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Hott e Oliveira (2021), Iakovakis (2011), López-Huertas (2008), Mai (2013), Martin (2021), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Martins (1996), Medeiros (2015), Milani e Guimarães (2011), Mischiati e Valentim (2005), Mont (1991), Morán (2017), Moreno (2014), Oliveira (2023), Pena (2022), Pinho e Milani (2020), Rasche (2005), Rego *et al*. (2014), Ridi (2013), Rovetto (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022), Santos *et al*. (2020), Saracevic (2010), Sardo (2019), Shachaf (2005), Shoemaker (2015), Silva (2010), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Smiraglia (2015), Souza (2018), Souza e Stumpf (2009), Stumpf (2010), Vigário (1996) e Yon e Willey (2021). A análise dos resultados foi traçada a partir da análise de conteúdo categorial do material coletado que, depois de sistematizados, foram contrapostas aos elementos definidos nos PIC.

Resultados

O levantamento bibliográfico realizado trouxe documentos que foram lidos e analisados à luz da revisão narrativa, de modo a verificar quais seriam os valores expressos por essa literatura. A partir da análise deste material foram identificados os seguintes valores éticos expressos na literatura analisada:

Acesso à informação: o acesso à informação é um direito básico do usuário; as ferramentas de representação da informação devem ser elaboradas e utilizadas tendo em vista esse valor, sempre prezando pelo equilíbrio entre o acesso e a privacidade dos dados e o respeito aos direitos autorais. Esse valor foi comprovado por estudos relatados em Mont (1991), Martins (1996), Vigário (1996), Ferreira (2004), Aranalde (2005), Rasche (2005), Shachaf (2005), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Souza e Stumpf (2009), Saracevic (2010), Guedes, Baptista e Borges (2011), Cabrera (2012), Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Moreno (2014), Rego *et al*. (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Shoemaker (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Arboit (2018), Souza (2018), Sardo (2019), Evangelista *et al*. (2020), Gomes *et al*. (2020), Martin (2021), Farias e Freire (2022), Pena (2022), Rovetto (2022) e SánchezTarragó e Silva (2022);

Catalogação e ética: Os profissionais catalogadores possuem uma responsabilidade ética no desenvolvimento de suas atividades, uma vez que as decisões tomadas afetam diretamente a forma como esses registros são organizados, acessados e interpretados. Esse valor pôde ser identificado em Souza e Stumpf (2009), Moreno (2014), Shoemaker (2015), Sardo (2019), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Pena (2022) e Chan *et al*. (2022);

Confidencialidade: as unidades informacionais devem respeitar a confidencialidade dos históricos de busca de seus usuários, sempre prezando pelo equilíbrio entre o direito ao privado e o acesso à informação e transparência. Esse valor foi trabalhado em Martins (1996), Vigário (1996), Iakovakis (2011), Rego *et al*. (2014) e Silva, Tognoli e Guimarães (2017);

Formação ética: é esperado que os profissionais bibliotecários tenham constante formação ética, seja no âmbito do ensino superior, seja por meio de cursos e palestras realizados enquanto profissionais. Isso pode ser percebido em Mischiati e Valentim (2005), Fonseca e Garcia (2009), Stumpf (2010), Guedes, Baptista e Borges (2011), Iakovakis (2011), Freire e Silva (2013), Santos *et al*. (2020) e Evangelista *et al*. (2020);

Impacto de novas tecnologias: o contexto da sociedade da informação impactou a forma como os usuários se relacionam, buscam e recuperam a informação, afetando assim as formas de representação. A catalogação deve acompanhar essas alterações para que a recuperação seja cada vez mais rápida e precisa, de modo a atender prontamente às necessidades dos usuários. Esses aspectos foram relatados em López-Huertas (2008), Fonseca e Garcia (2009), Souza e Stumpf (2009), Saracevic (2010), Stumpf (2010), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Evangelista *et al*. (2020) e Rovetto (2022);

Importância dos códigos de ética: o código de ética profissional é um instrumento legal que deve guiar a atuação responsável diante de situações reais que envolvam dilemas éticos. É um documento que deve ser atualizado sempre que se fizer necessário e ainda, responder às questões éticas enfrentadas pelas comunidades a que se destinam, conforme destacado por Mont (1991), Vigário (1996), Ferreira (2004), Mischiati e Valentim (2005), Rasche (2005), Shachaf (2005), Fonseca e Garcia (2009), Saracevic (2010), Iakovakis (2011), Milani e Guimarães (2011), Ridi (2013), Rego *et al*. (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Shoemaker (2015), Morán (2017), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Farias e Freire (2022), Pena (2022) e Chan *et al*. (2022);

Interoperabilidade: os sistemas de gerenciamento de unidades de informação devem ser integrados e interoperabilizar de maneira eficaz com outros diferentes sistemas. O desenvolvimento de padrões permite a comunicação entre sistemas diversos e garante a reutilização efetiva desses dados. Esse valor

foi retratado nos trabalhos de López-Huertas (2008) e Ridi (2013);

Justiça: a representação de registros do conhecimento deve ser justa, garantindo que todos os grupos, perspectivas e culturas sejam representadas de forma a garantir especificidades sociais, conforme evidenciado por Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Moreno (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Evangelista *et al*. (2020), Farias e Freire (2022) e Rovetto (2022).

Neutralidade: a neutralidade é uma ação necessária na representação documental, uma vez que o profissional deve abster-se de suas opiniões e valores para que não influenciam a análise e o tratamento documental. O processamento bibliográfico não é uma atividade meramente técnica, o que requer que os profissionais tenham em mente seus preconceitos e valores e os dominem de modo que estes não influenciam na representação documental. Com efeito, é necessário ter consciência de que não é possível ser completamente imparcial nessa ação. Esse valor pode ser comprovado nos trabalhos de Aranalde (2005), Shachaf (2005), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Ridi (2013), Rego *et al*. (2014), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Sardo (2019), Martin (2021) e Sánchez-Tarragó e Silva (2022).

Organização da Informação e ética: todos os processos que envolvem a Organização da Informação – catalogação, classificação e indexação – devem estar imbuídos de uma perspectiva ética, promovendo sempre o acesso à informação de maneira igualitária, representando todas as perspectivas e garantindo que as minorias sejam compreendidas por esses sistemas. Esse valor é ressaltado por muitos dos autores analisados, como Guimarães e Pinho (2007), Guimarães, Milani e Pinho (2008), López-Huertas (2008), Souza e Stumpf (2009), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Fox e Reece (2012), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Ridi (2013), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Rego *et al*. (2014), Smiraglia (2015), Arboit e Guimarães (2015), Medeiros (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Arboit (2018), Evangelista *et al*. (2020), Pinho e Milani (2020), Santos *et al*. (2020), Hott e Oliveira (2021), Rovetto (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022) e Oliveira (2023).

Precisão: A catalogação deve ser elaborada com o maior nível de exatidão possível, com vista à melhor recuperação da informação. Essa precisão deve ser buscada, inclusive, nos termos de autoridade, especialmente quando se trata de aspectos inerentes às comunidades marginalizadas, conforme exposto por Cirne e Ferreira (2002), Guimarães e Pinho (2007), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Cabrera (2012), Freire, Silva e Nascimento (2015), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Martin (2021) e Chan *et al*. (2022).

Privacidade: os dados pessoais referentes aos usuários devem ser armazenados respeitando as leis de proteção de dados e tendo o uso dessas informações devidamente expressas em termos a serem aceitos pelos indivíduos a que pertencem. Esse valor pode ser verificado em Mont (1991), Martins (1996), Cirne e Ferreira (2002), Ferreira (2004), Shachaf (2005), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Souza e Stumpf (2009), Stumpf (2010), Ridi (2013), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Rego *et al*. (2014), Medeiros (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Evangelista *et al*. (2020), e Gomes *et al*. (2020);

Propriedade intelectual: todos os direitos referentes aos autores produtores do conhecimento devem ser respeitados, especialmente no contexto de ciência aberta e do amplo acesso à informação. Isso pode ser evidenciado em Cirne e Ferreira (2002), Souza e Stumpf (2009), Ridi (2013), Shoemaker (2015), Evangelista *et al*. (2020);

Respeito à diversidade: a representação documental deve refletir a multiplicidade de vozes e pontos de vista da comunidade usuária tendo em mente o seu potencial na promoção desses discursos ou, ao contrário, do silenciamento. A sub-representação de grupos marginalizados reforça estereótipos e preconceitos, o que deve ser, a todo custo, evitado. Esse valor é ressaltado nos trabalhos de Mont (1991), Shachaf (2005), Guimarães e Pinho (2007), López-Huertas (2008), Stumpf

(2010), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Ridi (2013), Moreno (2014), Arboit e Guimarães (2015), Freire, Silva e Nascimento (2015), Shoemaker (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Arboit (2018), Souza (2018), Sardo (2019), Evangelista *et al*. (2020), Pinho e Milani (2020), Santos *et al*. (2020), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Rovetto (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022) e Chan *et al*. (2022).

Responsabilidade profissional: os profissionais possuem responsabilidade sobre suas ações na representação bibliográfica, tendo um compromisso ético de proporcionar o acesso igualitário por todas as pessoas, conforme destacado por Vigário (1996), Cirne e Ferreira (2002), Ferreira (2004), Aranalde (2005), Mischiati e Valentim (2005), Shachaf (2005), Guimarães e Pinho (2007), Fonseca e Garcia (2009), Saracevic (2010), Stumpf (2010), Iakovakis (2011), Milani e Guimarães (2011), Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Rego *et al*. (2014), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Sardo (2019), Gomes *et al*. (2020), Martin (2021), Farias e Freire (2022), Pena (2022), Rovetto (2022) e Sánchez-Tarragó e Silva (2022).

Transparência e imparcialidade: o profissional da informação deve ser transparente em todos os processos e decisões tomadas na representação bibliográfica, tendo em mente que assume o lugar de uma terceira pessoa, o que requer que seja imparcial haja vista o papel que exerce na atuação como ponte entre o documento e o usuário. Esse valor foi identificado em trabalhos como Martins (1996), Vigário (1996), Saracevic (2010), Ridi (2013), Moreno (2014), Rego *et al*. (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Silva (2010), Evangelista *et al*. (2020) e Chan *et al*. (2022).

Faz-se importante destacar que os valores *Catalogação e ética* e *Organização da informação e ética*, expressos na literatura e identificados na presente pesquisa, estão presentes em todos os PIC. Outros valores puderam ser relacionados com princípios específicos, como por exemplo:

Interesse do usuário: conforme sua descrição, interesse significa que se deve fazer todos os esforços para manter - dados compreensíveis e adequados para os usuários. A palavra "usuário" compreende a qualquer indivíduo que busque no catálogo e utilize os dados bibliográficos e/ou de autoridades. As decisões referentes a criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos, devem ser decididas tendo em mente o usuário. Esse princípio pode estar relacionado a valores como *Acesso à informação*, *Respeito pela diversidade* e *Justiça*.

Uso comum: aborda a perspectiva de que o vocabulário utilizado nas descrições e pontos de acesso devem estar em concordância com a maioria dos usuários. É um princípio relacionado a valores como *Respeito pela diversidade* e *Justiça*.

Representação: afirma que uma descrição deve representar o recurso tal como aparece. As formas controladas dos nomes de pessoas, entidades coletivas e famílias devem seguir a maneira como estas entidades se autodenominam. As formas controladas dos títulos de obras devem ser baseadas na forma com que aparece na primeira manifestação da expressão original. Se isso não for possível, deve-se usar a forma comumente utilizada nas fontes de consulta. É um princípio relacionado também aos valores *Respeito pela diversidade* e *Justiça*.

Precisão: afirma que os dados bibliográficos e de autoridade *Suficiência e necessidade*: deve-se incluir os elementos dos dados requeridos para: facilitar o acesso para todos os tipos de usuários, incluindo aqueles com necessidades específicas; cumprir os objetivos e funções do catálogo e descrever ou identificar entidades. devem ser uma representação exata da entidade descrita. Esse valor foi encontrado na literatura utilizando exatamente o mesmo termo, *Precisão*.

Suficiência e necessidade: deve-se incluir os elementos de dados requeridos na catalogação para: facilitar o acesso para todos os tipos de usuários, incluindo aqueles com necessidades específicas; cumprir os objetivos e funções do catálogo e descrever ou identificar entidades. Esse é um princípio que pode ser relacionado a valores como *Precisão*, *Respeito pela*

diversidade, *Transparência e imparcialidade* e *Justiça*.

Significação: afirma que os elementos dos dados devem ser relevantes para a descrição, dignos de menção e permitir a diferenciação entre entidades, o que também está relacionado ao valor ético de *Precisão*.

Economia: quando existem diferentes vias para conseguir um objetivo, deve-se preferir o meio que melhor favoreça a total conveniência e sentido prático (isto é, o menor custo e implementação mais simples), algo que também influencia o valor *Acesso à informação*.

Coerência e normalização: afirma que deve-se normalizar as descrições e a criação de pontos de acesso, até o ponto em que seja possível, para possibilitar a coerência, o que também está relacionado com o valor *Respeito à diversidade*.

Integração: reforça que as descrições para todos os tipos de recursos e formas controladas dos nomes de qualquer tipo de entidade devem ser baseadas o máximo possível em um conjunto de regras comum, o que também relaciona-se à *Interoperabilidade*.

Interoperabilidade: destaca devem-se fazer todos os esforços possíveis para assegurar o intercâmbio e a reutilização dos dados bibliográficos e de autoridade dentro e fora da comunidade bibliotecária. É extremamente recomendável o uso de vocabulários que facilitem a tradução automática e a desambiguação, para o intercâmbio de dados e ferramentas de descoberta. Além desse princípio ser identificado como um valor prezado pela literatura, também é possível relacioná-lo com outros como *Impacto de novas tecnologias*.

Abertura: as restrições aos dados devem ser mínimas a fim de fomentar a transparência e cumprir com os princípios de acesso aberto, como também é mencionado nos PIC (IFLA, 2016) sobre o acesso aberto. Qualquer restrição de acesso aos dados deve ser declarada explicitamente. Esse princípio possui intrínseca relação com os valores *Transparência e imparcialidade* e o *Acesso à informação*.

Acessibilidade: afirma que o acesso aos dados bibliográficos e de autoridade, assim como as funcionalidades dos dispositivos de busca, devem cumprir as normas internacionais de acessibilidade, como se recomenda no Cataloguing code of ethics da ALA. Esse princípio, portanto, está relacionado a valores éticos como *Importância dos códigos de ética*, *Acesso à informação* e *Justiça*.

Racionalidade: diz respeito à concepção de que as regras de um código de catalogação devem ser defensáveis e não arbitrárias. Se, em situações específicas, não for possível respeitar todos os princípios, então adota-se uma solução prática e defendível, com explicações sobre as razões para sua adoção, o que também se relaciona a valores como Transparência e imparcialidade e Justiça.

No entanto, valores como *Formação ética*, *Confidencialidade*, *Privacidade*, *Propriedade intelectual* e *Responsabilidade profissional* não foram abordados pelos PIC.

Considerações finais

No contexto da presente pesquisa, defende-se que alguns dos valores elencados na literatura poderiam estar presentes nos PIC e serem mais bem explorados e discutidos, tais como:

• Responsabilidade Ética: uma vez que a catalogação envolve decisões que impactam a representação cultural, social e histórica de diversos grupos sociais deve-se incentivar a responsabilidade ética na decisão de termos e descritores dos itens do acervo, garantindo que estes sejam inclusivos e respeitem as sensibilidades culturais;

• Sustentabilidade Ética: levando-se em consideração que a formação ética é necessária para garantir que as práticas de catalogação sejam envolvidas por uma vertente ética durante toda essa atividade, introduzindo discussões a respeito dos dilemas éticos encontrados pelos profissionais em seu fazer do dia a dia;

• Proteção de Dados e Privacidade do Usuário: valores que refletem o valor da Confidencialidade e consideram como ela envolve a proteção dos dados referentes ao comportamento de busca e aos dados pessoais

do usuário, bem como, a restrição de acesso a materiais sensíveis – como documentos governamentais ou de dados de pesquisa em repositórios, dentre outros consentimentos referentes à dados;

• Propriedade Intelectual: para que expresse a importância do cumprimento das leis de direitos autorais de modo a garantir que qualquer obra incluída no acervo tenha seus direitos devidamente reconhecidos, incluindo menções aos autores e licenças de uso, e a correta atribuição de autoria e créditos.

Referências

American Library Association (2021). Cataloguing code of ethics. ALA.

Aranalde, M. M. (2005). A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. Em Questão, 11(2), 337-368.

Arboit, A. E. & Guimarães, J. A. C. (2015). The Ethics of Knowledge Organization and Representation from a Bakhtinian Perspective. Knowledge Organization, 42 (5), 324-331, https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-5-324.

Arboit, A. E. (2018) Representação do conhecimento como ato ideológico. Logeion, 4(1), 154-166. http://dx.doi.org/10.21728/logeion.2017v4n1.p154-166.

Bair, S. (2005). Toward a Code of Ethics for Cataloging. Technical Services Quarterly, 23(1), 13-26. http://dx.doi.org/10.1300/J124v23n01_02

Baptista, D. M. (2008) Catalogação: uma revolução em curso. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11, 2008, São Paulo. Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo: Ancib.

Cabrera, M. R. D. (2012). A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Campello, B. S. & Magalhães, M. H. de A. (1997). Introdução ao controle bibliográfico. Briquet de Lemos.

Chan, M. *et al*. (2022). The development and future of the Cataloguing Code of Ethics. Cataloging & Classification Quarterly, 60(8), 786-202. https://doi.org/10.1080/01639374.2022.2134247.

Cirne, M. T. & Ferreira, S. M. (2002). A ética para os profissionais da informação audiovisual: o devir tecnológico a moldar uma atitude. Cadernos BAD, 1, 116-129.

Conselho Federal de Biblioteconomia. (2018). Resolução CFB nº 207/2018, de 07 de novembro de 2018. Brasília: CFB.

Evangelista, I. V. *et al*. (2020) O acesso à informação como supravalor ético em organização do conhecimento: diálogos entre a literatura científica e as fontes normativas na perspectiva brasileira. RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, 13(2), 503-521. https://doi.org/10.26512/rici.v13.n2.2020.24955

Farias, V. C. S. & Freire,I. M. (2022). O código de ética e deontologia do bibliotecário brasileiro e as lições socráticas. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, 27(1), 1-20.

Ferreira, R. G. M. P. (2004). O fundamento ético de uma consciência bibliotecária. Infociência, 4, 9-20.

Fonseca, J. S. da & Garcia, J. C. R. (2009) Responsabilidade ética e social do profissional da informação. Biblionline, 5(1/2).

Fox, M. J. & Reece, A. (2012) Which Ethics? Whose Morality?: an analysis of Ethical Standards for Information Organization. Knowledge Organization, 39(5), 377-383. https://doi.org/10.5771/0943-7444-2012-5-377.

Freire, I. M. & Silva, J. T. (2013). A mandala das virtudes arquivísticas: relato de pesquisa. Archeion Online, 1(1), 33-44.

Freire, I. M., Silva, A. L. de A. & Nascimento, G. F. C. (2015). A mandala das virtudes dos profissionais bibliotecários. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 11(1), 78-93.

Gomes, A. A. *et al*. (2020). Aspectos éticos na prática arquivística. Archeion Online, 7(2), 62-84, 2020. https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2020v7n2.52669.

Guedes, M. G., Baptista, S. G. & Borges, M. A. G. (2011). Competência ética do bibliotecário: um fator de qualidade. RICI: Revista Ibero-americana em Ciência da Informação, 3(1), 50-71.

Guimarães, J. A. C. & Pinho, F. de A. (2007). Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. Informação e Informação, 12(1).

Guimarães, J. A. C., Milani, S. de O. & Evangelista, I. V. (2015). Valores éticos na organização e representação do conhecimento. Encontros Bibli, 20(1), 19-32. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p19.

Guimarães, J. A. C., Milani, S. de O. & Pinho, F. de A. (2008). Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. Encontros Bibli, 13(25).

Guimarães, J. A. C., Pinho, F. de A. & Milani, S. de O. (2016). Theoretical Dialogs About Ethical Issues in Knowledge Organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. Knowledge Organization, 43(5), 338-350.

Hoffman, G. (2009). Meeting users' needs in cataloging: what is the right thing to do?. Cataloging & Classification Quarterly, 47(7), 631-641. http://dx.doi.org/10.1080/01639370903111999

Hott, D. F. M. & Oliveira, L. P. de. (2021). Questões éticas em tratamento temático da informação e o impacto sobre a acessibilidade informacional. LOGEION: Filosofia da informação, 7(2), 44-58. https://doi.org/10.21728/logeion.2021v7n2.p44-58

Iakovakis, C. L. (2011). An interdisciplinary inquiry into the Ethics Codes of the helping professions: interpretations of moral principles and professional responsibilities. Dissertação (Mestrado em Estudos em Informação). University of Texas in Austin.

International Federation of Library Associations and Institutions. (2016). Statement of International Cataloguing Principles (ICP). IFLA.

International Federation of Library Associations and Institutions. (2012). Professional Codes of Ethics for Librarians. IFLA.

López-Huertas, M. J. (2008). Some current research questions in the field of knowledge organization. Knowledge Organization, 35(2/3).

Lourenço, C. A., Zafalon, Z. R. & Lopes, A. T. (2020). Catalogação e metadados: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências. *In*: Simões, M. G. & Lima, G. A. de (coord.). Do tratamento à organização da informação: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Machado, R. S. & Zafalon, Z. R. (2020). Catalogação: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. Ed. UFPB.

Mai, J-E. (2013). Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. Knowledge Organization, 40(4), 242-253. https://doi.org/10.5771/0943-7444-2013-4-242

Martin, J. M. (2021). Records, Responsibility, and Power: An Overview of Cataloging Ethics. Cataloging & Classification Quarterly, 59(2-3), 281-304. https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1871458.

Martínez-Ávila, D. & Guimarães, J. A. C. (2013). Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics. Scire, 19(2), 21-26.

Martins, M. H. P. (1996). A ética em questão. Cadernos BAD, 1, 79-84.

Medeiros, J. da S. (2015). Uma abordagem conceitual sobre garantias de representação no gerenciamento da organização de estoques de informação como proposição ético-informacional. Em Questão, 21(3), 190-210.

Mey, E. S. A. (1995). Introdução à catalogação. Briquet de Lemos.

Milani, S. de O. & Guimarães, J. A. C. (2011). Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. DataGramaZero, 12(1).

Mischiati, A. C. & Valentim, M. L. P. (2005). Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do Bibliotecário. Transinformação, 17(3), 209-220.

Mont, R. D. (1991) Ethics in librarianship: a management model. Library Trends, 40(2), 201-215.

Morán, A. (2017). Dimensiones éticas de la bibliotecología: puntos relevantes a considerar para la posibilidad de un nuevo código de ética profesional para bibliotecólogos en México. Perspectivas em Ciência da Informação,22(3), 143-157.

Moreno, E. A. (2014). A ética no serviço de catalogação: uma revisão bibliográfica. Biblios, 55, 51-59.

Nascimento, A. P. de J. & Souza, A. C. M. (2021) A catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação: um estudo a partir da percepção das bibliotecárias do SIBI da UFBA. Biblionline, 17(3), 65-83.

Oliveira L. P. (2023). A percepção do bibliotecário universitário sobre a ética no tratamento temático da informação. Páginas a&b, 19(3). https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a9

Pena, R. A. (2022). Cataloguing Ethics: world overview and a focus on Portugal: literature review. Páginas a&b, 18(3), 3-17. https://doi.org/10.21747/21836671/pag18a1

Pinho, F. de A. & Milani, S. de O. (2020). Ética em Organização do Conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. Logeion: Filosofia da Informação, 6(2), 84-103. https://doi.org/10.21728/logeion.2020v6n2.p84-103

Ranganathan, S. R. (1959) International Catalogue Code. Annals of Library and Information Science, 6(1).

Rasche, F. (2005). Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 10(2).

Rego, L. M. do *et al*. (2014). Aspectos éticos na organização do conhecimento na prática profissional arquivística: um estudo dos princípios de ética da AAB, CIA e SAA. Scire, 20(2), 37-42.

Ridi, R. (2013). Ethical Values for Knowledge Organization. Knowledge Organization, 40(3), 187-196. https://doi.org/10.5771/0943-7444-2013-3-187

Rovetto, R. J. (2022). The ethics of conceptual, ontological, semantic and knowledge modeling. AI & Society, 39, 1547-1568. https://doi.org/10.1007/s00146-022-01563-3

Sánchez-Tarragó, N. & Silva, M. C. T. da. (2022). O domínio da Ética na Organização do Conhecimento: um mapeamento da produção científica brasileira. Folha de Rosto, 8(2), 86-114. https://doi.org/10.56837/fr.2022.v8.n2.681.

Santos, A. dos *et al*. (2020). Representação terminológica da população negra em tesauros. Informação & Informação, 25(1), 254-275. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n1p254.

Santos, P. L. V. A. C. & Correa, R. M. R. (2009). Catalogação: trajetória para um código internacional. Intertexto.

Santos, P. L. V. A. da C. (2013). Catalogação, formas de representação e construções mentais. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 6(1). http://hdl.handle.net/11449/115044

Saracevic, T. (2010). Ética profesional en la búsqueda de bases de datos y motores de búsqueda: problemas, cuestiones, soluciones. Ibersid, 37-40.

Sardo, L. (2019). Ethics and cataloguing. JLIS.it, 10(3). https://doi.org/10.4403/jlis.it-12565

Shachaf, P. (2005). A Global Perspective on Library Association Codes of Ethics. Library & Information Science Research, 27(4).

Shoemaker, E. (2015). No one can whistle a symphony: seeking a catalogers' Code of Ethics. Knowledge Organization, 42(5), 353-364. https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-5-353.

Silva, A. P. da, Guimarães, J. A. C. & Tognoli, N. B. (2015). Ethical Values in Archival Arrangement and Description: An Analysis of Professional Codes of Ethics. Knowledge Organization, 42(5).

Silva, A. P. da, Tognoli, N. B. & Guimarães, J. A. (2017). Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico. Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends, 11(1), 44-53. https://doi.org/10.36311/19811640.2017.v11n1.05.p44

Silva, J. L. C. (2010). A tríade identidade, ética e informação na Biblioteconomia brasileira: análise sobre o código de ética do bibliotecário. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 7(2), 76-101. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1958

Smiraglia, R. (2015). Ethics in Knowledge Organization: two conferences point to a new core in the domain. Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 20(1), 1-18. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p1

Souza, F. C. de & Stumpf, K. (2009). O tema "ética" na literatura periódica brasileira de Ciência da Informação e Biblioteconomia. Informação & Sociedade, 19(3), 77-85. https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3105.

Souza, W. E. R. de. (2018). Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. Em Questão, 24(1), 267-295. http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245241.267-295

Stumpf, K. (2010). Abordagens recentes sobre ética no campo da Ciência da Informação no Brasil. DataGramaZero, 11(6). http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=14160

Vigário, A. (1996). A decisão ética no trabalho de informação. Cadernos BAD, 1, 49-76. https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/2436/2197

Yon, A. & Willey, E. (2021). Using the Cataloguing Code of Ethics Principles for a Retrospective Project Analysis. ISU ReD: Research and eData, 145. https://ir.library.illinoisstate.edu/fpml/145

Zafalon, Z. R. (2014). Scan for MARC: conversão de registros bibliográficos analógicos para o Formato MARC 21 Bibliográfico. Ed. Unesp.

A PRESENÇA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Amanda Dameto Hortencio, Universidade Federal de São Carlos, 0009-0005-7579-8170, Brasil, amandadhortencio@hotmail.com

Zaira Regina Zafalon, Universidade Federal de São Carlos, 0000-0002-4467-2138, Brasil, zaira@ufscar.br

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.316

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

A Ditadura Militar no Brasil, um período que se estendeu de 1964 a 1985, marca uma das fases mais conturbadas e complexas da história brasileira. Sustentado pela doutrina de segurança nacional, o regime consolidou um aparato repressivo voltado à supressão de direitos civis, censura à imprensa, perseguição política e eliminação de opositores sob a justificativa de combater a subversão e promover o desenvolvimento. A repressão atingiu movimentos estudantis, greves operárias, setores da esquerda, artistas, intelectuais e partidos políticos gerando resistências em múltiplas frentes – da luta armada à mobilização civil.

A transição democrática foi gradativa, marcada por pressões sociais crescentes ao longo dos anos 1980. A campanha "Diretas Já" – ainda que não tenha obtido eleições diretas naquele momento – foi fundamental para viabilizar o processo de redemocratização. A eleição de Tancredo Neves, em 1985, representa esse novo ciclo, ainda que sua posse não tenha ocorrido por motivos de saúde, tendo seu vice, José Sarney, assumido o governo.

Sessenta anos após o golpe, a Ditadura Militar permanece como uma ferida aberta na

memória nacional brasileira. O debate sobre esse período é permeado por tensões emocionais, políticas e éticas, refletindo tanto as violações cometidas quanto as dificuldades de enfrentamento desse legado. Ao contrário de outros países do Cone Sul, o Brasil adotou uma abordagem mais lenta e fragmentada no processo de justiça de transição, distanciando-se de políticas de responsabilização e reparação imediatas.

Exemplo emblemático dessa postura é a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), que impossibilitou a responsabilização penal de agentes do Estado por crimes cometidos durante o regime. Segundo Uzêda (2024), tratou-se de um "pacto do esquecimento", não oficializado por documentos ou consulta popular, mas efetivamente estabelecido nas entrelinhas políticas da época. Tal medida impôs obstáculos significativos à construção duma memória justa, sendo até hoje um entrave para familiares de desaparecidos que lutam por verdade e justiça.

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, representou um marco na tentativa de confrontar as violações do passado. Seu relatório final, entregue em 2014, identificou responsáveis por torturas e mortes, além de propor medidas de reparação, como a requalificação de espaços públicos e a abertura de arquivos (Santos, 2021). No entanto, mesmo com esses avanços, persistem desafios na consolidação de uma memória coletiva que contemple múltiplas vozes e experiências.

As memórias sobre a Ditadura não são homogêneas: elas se constituem por narrativas fragmentadas, disputas simbólicas e interpretações divergentes, muitas vezes influenciadas por posições ideológicas. De acordo com Santos (2021), essas memórias coletivas moldam modos de sentir, agir e avaliar o passado e o presente, sendo fundamentais para a construção das identidades sociais. Nesse contexto, ganha relevância o debate sobre o direito ao esquecimento que, no caso da Ditadura, tem sido criticado por promover o silenciamento de violações graves (Karam & Oliveira, 2020).

Diante dessas questões, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: como os estudos da Ditadura Militar no Brasil estão retratados na Ciência da Informação? Para isso, como objetivo geral, propõe-se investigar como a memória da Ditadura Militar no Brasil é preservada e representada no campo da Ciência da Informação, a partir de três objetivos específicos: caracterizar a Ditadura Militar no Brasil; contextualizar os estudos sobre Memória e Esquecimento; analisar o papel da Ciência da Informação na preservação e difusão da memória sobre o regime ditatorial.

Ao refletir sobre os 60 anos do golpe, torna-se imprescindível compreender o papel desse campo na formação das narrativas e na mediação entre passado e presente.

Metodologicamente, trata-se de um estudo aplicado, de natureza qualiquantitativa, com objetivo exploratório, adotando-se como procedimento o mapeamento sistemático da literatura disponível na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). A análise dos resultados será orientada pela análise de conteúdo, permitindo identificar padrões e tendências nas abordagens informacionais sobre o período.

Espera-se que este estudo contribua para a ampliação do debate sobre o papel da informação e da memória em contextos de autoritarismo, evidenciando como os registros e suas mediações constroem narrativas históricas. Ao promover o acesso à informação e à verdade, a pesquisa reforça os valores democráticos e o compromisso com a justiça social, demostrando que o passado, quando bem documentado e debatido, pode iluminar os caminhos do presente e do futuro.

O MEME COMO DOCUMENTO INFORMATIVO

Luiza Correia Lima Felix, Instituto Federal de São Paulo (IFSP), 0009-0008-9432-0668, Brasil, felix.luiza@ifsp.edu.br

Zaira Regina Zafalon, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 0000-0002-4467-2138, Brasil, zaira@ufscar.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6620

EIXO: Organização da Informação

Introdução

A digitalização da sociedade e o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) transformaram a criação intelectual, destacando os memes como fenômenos comunicacionais. O meme, surgido com Dawkins (1976, citado em Chagas, 2018) como unidade de transmissão cultural, popularizou-se no ambiente digital como meio de comunicação rápida, humorada e viral.

Ao longo dos anos, diversos conceitos foram sendo atribuídos à palavra informação. Alguns exemplos são possíveis de serem observados, tais como o conceito de informação como processo: “Quando alguém é informado, o que ele sabe muda. Neste sentido, ‘informação’ é ‘o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou 'notícia' de algum fato ou ocorrência; a ação de contar ou o fato de ser informado de algo” (Oxford English Dictionary, 1989 citado em Buckland, 1991, pp. 351, tradução nossa). Ou o conceito de informação como conhecimento: “[...] usado para denotar aquilo que é percebido na 'informação como processo': o 'conhecimento comunicado’ sobre algum fato, assunto ou evento específico; aquilo sobre o qual alguém é informado ou avisado; inteligência, notícias” (Oxford English Dictionary, 1989 citado em Buckland, 1991, pp. 351, tradução nossa). O interessante de constatar a respeito do uso de informação como conhecimento é que a sua característica chave é a de que, aqui, a informação é intangível: como afirma Buckland (1991), não se pode tocar ou medir o conhecimento de uma forma única. Conhecimentos, crenças e opiniões são pessoais, subjetivas e conceituais.

Contudo, quando se extrai determinada informação de um meme, ele é tangível. Nesse caso, portanto, o conceito de informação aplicada a essa pesquisa é o de informação como coisa, ou seja: “O termo 'informação' também é usado atributivamente para objetos, como dados e documentos, que são chamados de 'informação' porque são considerados informativos, como 'tendo a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informações; instruções” (Oxford English Dictionary, 1989 citado em Buckland, 1991, pp. 351, tradução nossa). A informação como coisa é então considerada um documento.

É nesse cenário que se apresenta a questão principal que se pretende responder com o desenvolvimento desta pesquisa: seria o meme um documento que informa? Para que se consiga fazer isso, foram traçados alguns objetivos. O objetivo geral da pesquisa é discutir o papel do meme junto à caracterização da informação e, como objetivos específicos, têm-se: tratar o aspecto documental dos memes e analisar o conteúdo informacional nas mensagens dos memes. Sendo assim, essa pesquisa se justifica dado o surgimento de novas formas de comunicação social, cujo olhar científico precisa ser despertado.

Referencial Teórico

Para a composição do Referencial Teórico a pesquisa foi subdividida em outras duas partes, que se referem respectivamente ao meme, com sua origem, definição e uso, e uma outra parte, concernente aos conceitos relacionados à informação e ao documento.

Meme

Lemos (2013, pp. 69) explica que o que hoje denominamos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foram moldadas na década de 1970, com a fusão das telecomunicações

analógicas e a informática, o que tornou possível a veiculação de diversos tipos de mensagens (tais como texto, áudio, vídeos e imagens) sob um mesmo suporte, o computador. No Brasil, de forma mais enfática, a Internet começou a ser inserida na vida cotidiana na década de 1990 e hoje boa parte da comunicação e das informações compartilhadas é feita em linha. "Essa revolução digital implica, progressivamente, a passagem do *mass media* (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque da informação" (Lemos, 2013, pp. 69). Nesse caso, a informação deixa de ser apenas transferida de um produtor para vários telespectadores e passa a ser produzida, consumida e compartilhada em uma relação de todos para todos.

Os memes de Internet estão inseridos nesse contexto, pois podem ser produzidos, consumidos e compartilhados por qualquer pessoa, de forma rápida e numerosa, muitas vezes se tornando virais. Atualmente, os usuários da Internet, principalmente os que possuem redes sociais, estão familiarizados com um tipo específico de mensagem, geralmente bem-humorada, composta por "[...] mensagens grosseiras, aspecto intencionalmente amador e conteúdo sucessivamente parodiado. Trata-se do meme [...]" (Neves & Pavan, 2018, pp. 151).

Diferentes estudiosos apresentam variadas definições para o conceito de meme. No entanto, há consenso de que o termo foi introduzido pelo biólogo Richard Dawkins em sua obra O Gene Egoísta (1976). De acordo com Dawkins (1976, citado em Chagas, 2018), um meme representa uma unidade de transmissão cultural, abrangendo elementos como melodias, ideias, slogans, tendências de moda, utensílios e arquitetura. Assim como os genes são propagados por meio de células reprodutivas, os memes se difundem de um indivíduo para outro por meio da interação social e da imitação. O meme é, assim, uma unidade fundamental para a perpetuação da memória contemporânea, sendo um componente essencial nos diversos aspectos da convivência social, tal qual o gene. Souza (2019, pp. 199-200) continua a explicação de afirmando que no ato de imitar ou reproduzir, sempre há mudanças, da mesma forma que acontece com a transmissão do DNA, em que variações e mudanças de significado surgem em cada contexto histórico, além da apropriação e evolução tanto coletiva quanto individual. O meme é, portanto, algo transmitido de maneira similar aos genes: geralmente sem intenção ou percepção consciente, em movimentos "automáticos" ou "instintivos" da memória genética e cultural. Ainda assim, a consciência humana e a intenção de agir influenciam a propagação dessas unidades replicadoras da cultura (Dawkins, 1976, citado em Souza, 2019, pp. 199-200). Dessa forma, desempenham um papel crucial na preservação da memória coletiva e na dinâmica social.

Sobre o meme, pode-se dizer que ele já está inserido no contexto científico, com diversos estudos sobre o tema publicados, principalmente nas áreas de Comunicação e Linguística (Neves & Pavan, 2018, pp. 151). Com este artigo, pretende-se ampliar também as discussões no universo da Ciência da Informação.

Santosa ***et al.*** (2018, pp. 2) afirmam que meme é um conceito, ideia, pensamento ou outra obra usada na Internet como uma forma de comunicação visual. Foi uma novidade que se popularizou em 2008, quando um estudante da Universidade de Hong Kong, chamado Ray Chan, criou um sítio para compartilhar conteúdo humorístico em forma de vídeos, fotos e textos. Em pouco tempo, o sítio de Chan passou a ser visitado por 70 milhões de pessoas por mês. O sítio é conhecido como 9Gag e este seria o começo da disseminação global dos memes pelo mundo.

Ferreira, Mota & Maciel (2020, pp. 204) caracterizam o meme como "[...] jogos de linguagem situados socio-historicamente que podem ser utilizados como forma de conhecimento de uma cultura e/ou sociedade, além de possuir função informacional". Além disso, os memes podem ser considerados componentes definidores de uma cultura, transmitidos de indivíduo para indivíduo por meio da imitação (Ferreira, Mota & Maciel, 2020, pp. 204), tal qual acontece com o

conceito de meme cunhado por Dawkins. Portanto, os memes são vinculados a uma cultura específica porque possuem padrões cognitivos que levam os sujeitos a copiarem e popularizarem determinadas ideias.

Além disso, Recuero (2008, pp. 24-25) afirma que os memes podem ser classificados em três tipos: *replicadores*, que reproduzem a ideia original de outro meme ou imagem; *metamórficos*, que são alterados e depois disseminados; e *miméticos*, que mantêm sua estrutura original, ajustando-se ao sítio, perfil ou blog onde são compartilhados. Sobre essa temática, Chagas (2018, pp. 9) explica que os memes podem ser classificados em *persuasivos* ou de *discussão pública*. Os memes persuasivos são "[...] peças estrategicamente construídas para serem disseminadas de modo a angariar apoio a uma determinada proposta ou candidatura [...]"; o que acontece nos casos da utilização de conteúdos na área política. Chagas (2018, pp. 9) afirma também que os memes podem desempenhar a função de discussão pública, se apoiando no humor. Paz et al. (2021, pp. 159), por sua vez, indicam que os memes são capazes de sintetizar várias informações em uma única imagem, bem como serem reproduzidos e rearranjados em outras ideias e contextos.

Há autores que, inclusive, separam os diversos tipos de meme em gêneros, como é o caso de Shifman (2014), que classifica os memes como sendo *image macros* (basicamente fotografias com legendas em letras grandes, inseridas dentro da própria imagem), *exploitables* (montagens com sobreposição de imagens) e *look-alikes* (compostos por justaposição de retratos de personagens lado a lado, a fim de compará-los).

Ainda sobre o trabalho de Shifman (2014, pp. 10), é importante observar que a autora lista três características dos memes para que se possa analisar a cultura digital sob uma perspectiva contemporânea: a propagação gradual de informações disseminadas inicialmente de indivíduo a indivíduo até alcançar a escala de um fenômeno compartilhado por toda uma sociedade; a reprodução por imitação ou cópia; e a difusão por meio de competição e seleção. Shifman (2014) explica que a propagação de conteúdos diversos entre as pessoas pode atingir grandes escalas em um curto período de tempo.

A replicação por meio de cópia e imitação foi simplificada com as ferramentas de edição e manipulação de imagens e vídeos, e a disseminação foi impulsionada pela competição e seleção. Toda essa dinâmica se alinha com a ideia de uma Internet colaborativa, onde as pessoas não apenas produzem conteúdos, mas também participam ativamente na curadoria das informações que desejam consumir (Tsai, 2021, pp. 58).

Sobre a diferença entre meme e viral, pode-se afirmar que o meme prescrito por Dawkins é uma ideia que se propaga de forma viral (originalmente fora do âmbito da Internet e, atualmente, através da Internet) sem nenhuma modificação ou reedição perceptível. No entanto, essa ideia de mudança ou reedição é um componente definidor crucial de um meme de Internet, pois é a propriedade que o distingue do viral.

Dynel (2022), ao estudar conceitos de meme e sua relação com conteúdo viral, indica que a afinidade entre ambos se baseia na conjugação de elementos comuns de conteúdo e forma mas, para diferenciá-los, recorre a Shifman (2013, pp. 56 citada por Dynel, 2022, pp. 74, tradução nossa): "Enquanto o viral compreende uma única unidade cultural (como um vídeo, uma foto ou uma piada) que se espalha em muitas cópias, um meme da Internet é sempre uma coleção de textos."

Retomando os conceitos de meme, é possível afirmar que, por vezes, as definições de cartum, charge e meme se confundem. A esse respeito, Ferreira (2019) faz uma diferenciação sucinta e objetiva, a qual se transcreve a seguir:

> Cartum é um desenho humorístico ou caricatural, acompanhado ou não de legenda, de caráter extremamente crítico, retratando, de uma forma bastante sintetizada, algo que envolve o dia a dia de uma sociedade;
>
> Charge é um desenho humorístico, com ou sem texto, que, veiculado geralmente pela imprensa, critica um fato de conhecimento público. A charge está entre os gêneros

opinativos da esfera jornalística: é eminentemente interpretativa e crítica, e tem por objetivo fazer uma crítica (social ou política) de fatos do cotidiano e costuma apresentar como tema uma ideia, uma pessoa ou uma situação. Tem vida efêmera, pois sua interpretação está vinculada à situação e ao contexto histórico-social. Para análise de charges, é preciso levar em consideração os aspectos verbais (títulos, falas) e os não-verbais (as imagens). Deve-se identificar o tema para depois relacioná-lo com os aspectos mais relevantes. É preciso explicar os elementos que compõe esse tipo de texto sempre buscando associá-los ao tema. Na análise busca-se a intenção das escolhas do chargista e explicar os pressupostos e subentendidos, quando houver.

Meme é um gênero textual multissemiótico, marcado pelo humor e crítica. É considerado uma expressão cultural de ideia, comportamento e estilo que é propagado de uma pessoa ou grupo para outra pessoa ou grupo. [Também pode ser uma] linguagem virtual; Meme é um termo grego que significa imitação. O termo é bastante conhecido e utilizado no "mundo da internet", referindo-se ao fenômeno de "viralização" de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc, que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade. Uma característica do texto verbal no meme é o uso de fonte de tamanho grande, letras maiúsculas e em cor contrastante à imagem para facilitar a leitura. A linguagem nos memes é essencialmente informal, popular e repleta de gírias, não obedecendo aos padrões da gramática normativa. As temáticas nos memes pertencem ao domínio da vida cotidiana, assim como os cartuns e charges. A efemeridade da informação está ligada à ideia de conhecimento de mundo. Não se explica um meme, pois ele tem a concepção de algo passageiro.

Além disso, Tay (2014, citado em Tsai, 2021, pp. 55) afirma que se tornou comum os cidadãos responderem a certas situações online por meio de memes. É notável destacar que o uso do humor pode ser importante para compreender processos sociais e culturais, tornando os memes também uma poderosa ferramenta política.

O exposto corrobora o estudo de Santosa et al. (2018, pp. 2), que afirmam que o meme se caracteriza pela replicabilidade, sendo um objeto digital de fácil reprodução e uso, capaz de ultrapassar barreiras econômicas e culturais.Santosa et al. (2018, pp. 2, tradução nossa) continuam a explicação afirmando, inclusive que, por poder "[...] estar na forma de pesquisabilidade, ou seja, um objeto digital que é fácil de encontrar, se torna popular nos motores de busca [...]". O meme já é utilizado como gênero jornalístico, apesar da ressalva de que os repórteres são bastante criteriosos ao utilizar memes como fonte de notícias na mídia. Além disso, não existe um consenso em relação aos critérios e às técnicas adotados por cada repórter: eles seguem seus próprios juízos críticos e, se considerarem que um meme possui um valor social significativo, eles irão compartilhá-lo (Santosa et al., 2018, pp. 2). Lohmann (2019, pp. 16) também afirma que: "Antes relegados à marginalidade, os memes hoje figuram reconhecidos [em] sites de notícias como maneira de explicar a realidade do mundo (seja política, social, particular, etc.), fazem parte das comunicações interpessoais, e se tornaram produtos a serem consumidos".

Ainda no que diz respeito ao poder de transmissão da informação por parte dos memes, Santosa et al. (2018, pp. 2) afirmam que existe uma correlação entre meme e mídia porque, ocasionalmente, suas fontes vêm da mídia e vice-versa. Exemplo disso são os memes que são feitos após os debates políticos ou as notícias que aparecem na televisão, conforme mencionado várias vezes por Rezende (2018), em sua tese.

O que é interessante observar no que Vaz (2013) expôs, é que os gêneros jornalísticos não são uma categoria de informação fixa e imutável, pelo contrário: ao que tudo indica, as classificações a respeito dos gêneros variam de

acordo com a época e as características da sociedade em que os teóricos se encontram. “Uma vez que os gêneros jornalísticos são demarcados historicamente no tempo e no espaço, sua classificação universal é utópica. Em cada país, os conteúdos jornalísticos se configuram em classificações diferentes” (Gomes, 2015, pp. 64).

Sendo assim, é pertinente reafirmar que as classificações de gênero precisam ser adaptadas da melhor forma possível para cada época e cada comunidade. Por isso mesmo, e também por vários exemplos de memes que são colocados em matérias de jornais e outros veículos de comunicação, acredita-se ser plausível a hipótese de classificar o meme como gênero jornalístico, a depender do contexto em que ele está inserido.

Vaz (2013, pp. 69) também esclarece que alguns estudiosos enxergam o jornalismo e a mídia (e consequentemente os gêneros que os compõem), como uma área de formação e construção social da realidade, integrada às esferas da vida social. “Seus agentes, desse modo, são vistos como mediadores entre os leitores, [...] e os acontecimentos, numa atividade que elabora quadros interpretativos sobre a realidade”. A esse respeito, é interessante observar como diversos autores afirmam ser o meme, objeto capaz de comunicar a realidade de determinado contexto social e histórico de uma comunidade. Como exemplo, é possível citar Dynel (2022, pp. 74) que, a par do resultado de outras pesquisas, mostra que os usuários da Internet utilizam os memes (humorísticos, mas não apenas os de humor) como resposta e reação às situações sociais, políticas e culturais. Dynel (2022, pp. 74, tradução nossa) também explica que “[...] os memes são um claro reflexo da situação atual [da sociedade]”.

Documento

Desde a pré-história, a humanidade criou ferramentas para simplificar o trabalho e, conforme surgiam novas necessidades, desenvolvia e aprimorava esses instrumentos. Isso também aconteceu com os métodos de registro e disseminação da informação, evoluindo das pinturas rupestres até a comunicação online em tempo real (Machado & Zafalon, 2020, pp. 10).

O conceito de documento que se conhece hoje foi moldado no século XX, conforme explica Ortega (2024, pp. 53), por Paul Otlet, quando iniciou os estudos do que, no futuro seria conhecido como Ciência da Informação, por meio da análise de documentos.A partir do período que sucede as ideias elaboradas por Paul Otlet, retomadas por Suzanne Briet, a concepção de documento na França, nos anos 1960, assumiu, com Robert Escarpit, Jean Meyriat e Robert Estivals, um papel análogo ao conceito de informação nos países anglo-americanos (embora nunca de forma idêntica), impactando epistemológica e politicamente o campo do ensino, da pesquisa e da prática profissional. Em outras palavras, enquanto o documento, em sua aplicação prática na França, conquistou espaço em diversos contextos de produção de significado, desde o educativo ao profissional, no cenário anglo-americano, o conceito de informação ganhava autonomia. (Ortega, 2024, pp. 53).

Nesse sentido, Meyriat (1981, pp. 51 citado em Ortega, 2024, pp. 54) afirma que um documento pode ser descrito como um artefato que sustenta a informação, facilita a comunicação e possui durabilidade. Segundo a concepção de Meyriat, “[...] a definição de documento opera por meio de duas noções inseparáveis uma da outra, pois sua conjunção é essencial: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte) e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação)” (Ortega, 2024, pp. 54). Os espanhóis Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, pp. 265, 411 citado em Ortega, 2024, pp. 57), afirmam: “[...] um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental. Para eles, o documento é um objeto manufaturado, no sentido de um suporte fabricado, [...] por ser um conteúdo significativo gerado pela mente”.

Em relação à documentação, Meyriat (2016, pp. 244-247) atribui três características, sendo que a primeira delas é situar o objeto em relação ao seu destino (seria ele considerado documento ou não?); já a sua segunda

característica é a de que ela seja útil: quando se utiliza a documentação para afirmar que determinado objeto é um documento, essa ação é útil; por fim, a terceira característica da documentação é se constituir como um sistema técnico-social, cujo objetivo é obter informações por meio de pessoas, objetos materiais e conhecimentos técnicos.

Seguindo essa linha de raciocínio, Meyriat (2016) afirma que para se constituir um documento, o objeto deve ser utilizado como tal, ou seja, o foco recai sobre quem faz o documento.Exatamente por isso, o autor separa os objetos documentais em documentos por intenção, que seriam aqueles que foram concebidos já com a intenção de documentar, informar alguma coisa; e documentos por atribuição, que seriam aqueles objetos que passaram a ter caráter documental posteriormente (Meyriat, 2016, pp. 242-243). Claramente, o documento resulta da ação humana e emerge em um espaço intangível quando os vários sistemas sociais ou técnico-sociais que o originaram se convergem. Por essa razão, ele pode ser classificado como documento por intenção ou por atribuição. Um documento por intenção, contudo, é especificamente aquele criado com o propósito de transmitir informação, como um livro ou artigo escrito por um autor.

Complementando essa perspectiva, Buckland propõe uma classificação baseada na intencionalidade documental dos objetos. Ele os divide em três categorias: artefatos criados para comunicar (como livros), artefatos sem essa intenção inicial (como barcos) e objetos naturais, que não são artefatos (como antílopes) (Ortega, 2024, pp. 63).

A esse respeito, Ortega (2024, pp. 58) infere que:

> [...] o documento é: objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento) e objeto que pode funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que assim o seja (uso do documento). Além disso, a função de informação do documento pode mudar no tempo (uso do documento no tempo). As ideias identificadas – produção do documento, uso do documento e uso do documento no tempo (esta sendo parte da ideia anterior) –, podem ser tomadas como explicativas da proposição categorial de Meyriat: documento por intenção e documento por atribuição. Essa sistematização reforça a ideia de que um documento produzido com esta intenção não é definitivo para uma situação de 'ser documento', pois disso depende que ele seja abordado enquanto tal, e essa abordagem pode ser reformulada no decorrer do tempo.

Ortega (2024, p. 64-65) afirma ainda que:

> O documento é tornado pertinente a partir da seleção, da descrição formal e da atribuição de descritores ou outras unidades de classificação e indexação, enquanto atividades de organização da informação, as quais são seguidas das demais atividades documentárias. As atividades documentárias são resultado de uma série de escolhas, pois os documentos são organizados em categorias por meio de aspectos que são priorizados frente a outros, implicando uma construção que é permeada de elementos ideológicos. [...] Os documentos são o resultado de informações construídas materialmente em um sistema, cujas significações objetivam orientar o processo de significação pelo público.

Para além das definições propostas, tanto de informação, que seria o conhecimento registrado em qualquer suporte (Le Coadic, 1996), quanto de documento, que seria o objeto que informa, independentemente do seu formato (Briet, 2016; Meyriat, 2016; Ortega, 2024), ao se olhar o conceito de informação como coisa que Buckland (1991, pp. 351) apresenta, é possível depreender que o recurso informacional toma proporções amplas, a partir do momento em que o recurso pode ser tanto textual quanto de qualquer outro tipo, inclusive rochas, plantas, fósseis, recursos digitais etc. A esse respeito, Zafalon (2017, pp. 2-3) explica que:

> O centro da indagação centra-se no fato de que recursos informacionais são coletados, armazenados,

> tratados, recuperados, o que faz com que seja possível aproximar desta ótica os prédios históricos que, apesar de não formarem uma coleção, são assumidos como recursos informacionais por estarem em seus locais de origem, ou seja, o contexto dá o seu aspecto colecionável, de modo a ter, inclusive, obras derivadas (filmes, fotografias, etc.). Assim, recursos informacionais, dotados de contextos e seus significados, e por caracterizarem-se como evidências, configuram-se como objeto de estudo da representação documental.

Zafalon (2017, pp. 3) explica ainda que os recursos informacionais passam a ser "[...] o resultado de uma representação mental, intelectual ou artística, nos quais o conteúdo ideacional, uma entidade abstrata, é inscrito em um suporte, quer seja analógico ou digital". O recurso informacional é considerado então, a inscrição de uma ideia em um suporte, resultado da obra e da manifestação conjugados (Zafalon, 2017, pp. 3).

> [...] uma obra começa como um conjunto de impressões (conceitos ideacionais) na mente de seu criador (intenção autoral), uma vez que o criador refletiu suficientemente sobre essas impressões de modo a analisar a forma mais adequada de apresentação ordenada do conceito. Então, esta obra tem condições de assumir as características de expressão (conteúdo ideacional) que, por sua vez, poderá vir a ser realizada em uma expressão alfa-numérica, musical, sonora, imagética, etc. Tendo a obra sido expressa, ocorre a corporificação da obra, ou seja, a manifestação concreta, a qual recorre a um conjunto específico de cadeias semânticas e ideacionais em um conjunto ordenado fisicamente realizado ou, melhor dizendo, assume uma instância física, quer seja em meio analógico ou digital. A manifestação desta obra, por sua vez, pode ser corporificada em um ou mais itens (Zafalon, 2017, pp. 3).

Desse modo, a obra reflete a criação intelectual de um artista, um produtor, escritor... É uma representação ideacional e, para que se torne um recurso informacional, essa obra precisa ser registrada.

A ideia de se fazer um meme utilizando uma imagem qualquer, é uma obra. Quando essa ideia é construída por meio da língua portuguesa, tem-se então a expressão da obra. Um mesmo meme pode ser construído em diversos idiomas ou formatos (expressão). A compreensão dessa ideia apresentada pode tomar parte a partir de Zafalon (2017, pp. 4), quando se debruça nas ideias de Saussure: o conceito de obra é mental e remete ao significado; o conceito de manifestação, por outro lado, remete-se ao significante, que seria a "acústica registrada". Quando essa expressão é registrada, seja em formato de gif, em formato de vídeo, em letras grandes ou em letras pequenas, coloridas ou em preto, dentre tantas outras opções, ocorre a manifestação dessa obra. Então, um meme efetivamente publicado é na verdade a manifestação de uma obra. Da mesma forma, Santaella & Nöth (2020, pp. 13) explicam que "Não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que a produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais".

O meme é um documento que, em uma biblioteca, poderia ser classificado junto à coleção de documentos iconográficos, visto que pode assumir diversos formatos, tais como vídeo (gif), imagem, texto, além da combinação desses elementos.

Em sua maioria, o meme é um documento composto por imagem e texto, com predominância imagética. A esse respeito, Netto et al. (2004) explicam que um documento imagético se caracteriza por ser uma imagem registrada, que pode assumir a forma de uma fotografia, uma gravura, uma escultura, um vídeo, um filme, um afresco, uma iluminura, uma ilustração decorativa ou um desenho. O que é possível observar é que as imagens são recursos cognitivos essenciais para a linguagem visual, da mesma forma que a linguagem falada é essencial para o estudo da linguística. A imagem serve como complemento à fala, ou, no caso dos memes, a

linguagem escrita serve como complemento à imagem.

Netto et al. (2004, pp. 18) explicam ainda que o termo imagem "[...] possui em si um sentido polissêmico, por permitir um leque muito diverso de significados, desde reflexo, passando por sombra, por simulacro, até as imagens mentais, ou signos." Os autores concluem afirmando que a imagem tem perpassado todos os campos do conhecimento humano, do religioso, ao científico, adotando também diversas funções ao longo da história, assumindo contornos socioculturais distintos, a depender dessa função (Netto et al., 2004, pp. 18-19). A imagem e, consequentemente, o documento imagético são, portanto, artefatos que mediatizam a relação do homem consigo mesmo e com o mundo ao seu redor, produzindo sentido.

Norstrom & Sarna (2021), embasados por outros estudos, afirmam que os memes de Internet apresentam ideias específicas e metafóricas por meio de textos, imagens, vídeos e hashtags e que podem funcionar como uma moldura, que se manifestariam através de palavras-chave, frases comuns ou estereótipos, veiculados pelos diversos tipos de mídia. Nesse sentido, a moldura seria um esquema cognitivo que ajudaria a compreender a informação de uma determinada maneira, e a sua aplicação seria derivada da experiência coletiva de uma comunidade específica, contribuindo para a decodificação das mensagens. Isso significa que o meme pode ser entendido não somente como uma "piada interna" de um determinado grupo social, mas também como um caracterizador de um grupo específico, requerendo um conhecimento prévio de um contexto, traduzindo a situação cultural vivenciada em um determinado período de tempo.

Parafraseando o exemplo do antílope, apresentado por Suzanne Briet (2016), tudo pode resultar em um documento, em um registro de informação; depende apenas de quem estaria interessado em estudar ou acessar essas informações. Dessa forma, o meme pode ser considerado um documento!

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa pode ser caracterizada sob a perspectiva dos objetivos como exploratória, sob a abordagem como qualitativa e sob a natureza como básica. Em relação aos procedimentos de coleta foi adotado o levantamento bibliográfico. Os resultados foram analisados pelo método da análise de conteúdo. Os temas do referencial teórico estavam relacionados aos memes, abrangendo os seus aspectos históricos, conceituais, contextuais, possíveis usos e classificações, e também à documentação ou à sua representação.

Gonsalves (2001, pp. 65) explica que a pesquisa exploratória se caracteriza "[...] pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado." Nesse sentido, a pesquisa em execução poderá ser considerada uma análise exploratória, visto que tal caráter comparece quando inicialmente se busca esclarecer o que é meme e caracterizá-lo como documento. Além disso, como o meme ainda é um assunto pouco explorado pela Ciência da Informação (CI) – uma pesquisa inicial pela Biblioteca de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia não recuperou trabalhos que correlacionassem meme e CI -- busca-se apresentar um panorama desse universo.

Para construir o referencial teórico sobre o meme, adotaram-se procedimentos sistemáticos que, conforme Sampaio e Lycarião (2021, pp. 51), visam a uma revisão menos narrativa e mais focada em resultados científicos. A sistematização de procedimentos adotados na revisão de literatura, tal qual adotada no mapeamento sistemático de literatura, prevê a definição de objetivos e critérios de inclusão e exclusão bem definidos, além de método mais rigoroso para analisar quais textos deveriam ou não ser selecionados para fazer parte deste trabalho. Para essa pesquisa foram previstas tanto etapas relacionadas ao planejamento quanto à condução em si, conforme Kitchenham (2004) afirma; foram realizadas etapas de planejamento, como a criação de um protocolo

de revisão, e de condução, incluindo identificação, seleção e análise dos estudos.

O protocolo de pesquisa, elaborado com o intuito de apresentar e normatizar os passos que deveriam ser seguidos para que fosse obtido como resultado a revisão de literatura, tinha como objetivo o desenvolvimento de uma pesquisa dissertativa, o que exige a adoção de métodos científicos. Considerou-se a pergunta norteadora e as secundárias com o intuito de que elas direcionassem e consolidassem o aporte teórico da pesquisa. A busca considerou, como população, documentos nos quais incidem a escrita com metodologias próprias da ciência, tais como teses, dissertações, artigos de periódicos científicos e de eventos. A opção por documentos em português, inglês e espanhol, revisados por pares, disponíveis em texto completo e de acesso aberto se justifica, por um lado, diante da intenção de aprimorar a qualidade do referencial teórico a ser desenvolvido e, por outro, de aplicar mecanismos que promovam e façam uso da ciência aberta.

O mecanismo de controle para a seleção dos documentos se justifica pela maior autoridade e confiabilidade que os textos científicos revisados por pares apresentam, além de reconhecer a contribuição que o acesso livre promove. Para a definição dos resultados serão realizadas ações de extração, agregação e apresentação de dados obtidos no mapeamento da literatura, o que se justifica diante da missão de coletar material para proceder à análise do que foi recuperado e consolidar o referencial teórico da pesquisa.

O protocolo visou recuperar documentos que abordassem o meme como tema principal. Para conseguir alcançar os objetivos definidos, a metodologia foi inicialmente composta por uma revisão de literatura. Os temas do referencial teórico estavam relacionados aos memes, abrangendo os seus aspectos históricos, conceituais, contextuais, possíveis usos e classificações, e aos diferentes contextos e conceitos que a palavra documento pode estar relacionada.

Com a análise dos documentos selecionados pretendeu-se responder então à questão proposta no que se refere ao caráter documental e informativo do meme.

Resultados Finais

Após a realização de pré-testes com a expressão de busca e a definição do protocolo de pesquisa, procedeu-se à sua aplicação. A coleta de dados foi realizada em 2023: nas bases Scopus e *Web of Science* (WoS), a busca foi realizada em outubro; na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD) em novembro; e, em dezembro, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na *E-prints in Library and Information Science* (e-Lis). A quantidade de registros recuperados em cada uma das bases, já excluídos aqueles que não eram de acesso aberto ou nos idiomas previstos no protocolo foram: BDTD 253; BRAPCI 18; e-Lis 17; NDLTD 4; Scopus 30; e WoS 10.

Tendo sido coletados os dados, procedeu-se à avaliação de documentos duplicados, fase em que foram identificados 34 registros: 13 da BDTD, oito da e-Lis, sete da WoS, quatro da BRAPCI e dois da Scopus, o que resultou em 298 registros. A avaliação preliminar dos dados também permitiu identificar que este universo de documentos era composto por artigos de periódicos, artigos de eventos, teses e dissertações, como definidos no protocolo, mas também de errata, preprint, livro, e material não publicado, o que resultou na exclusão de outros seis documentos. O processo de busca e recuperação de documentos, aliado à aplicação dos critérios de exclusão, permitiu a identificação de 292 documentos, os quais foram submetidos à exploração inicial dos resultados para a definição do corpus de análise.

Na análise preliminar de conteúdo foi feita a avaliação do título, das palavras-chave e do resumo, com o intuito selecionar os documentos que fariam parte do corpus de análise e que viriam a consolidar a referencial teórico da pesquisa.

A partir da leitura do título foram prontamente selecionados 30 documentos, isso porque a aderência ao tema de interesse estava evidentemente declarada. Em situações em

que o título gerava dúvida sobre a aderência ou não à temática, recorreu-se à leitura das palavras-chave, fase em que foram identificados outros cinco documentos. Quando o título e as palavras-chave não permitiam avaliar a aderência ao tema da pesquisa, o resumo foi lido; fase em que foram selecionados quatro documentos.

Tendo sido feita a análise do título, das palavras-chave e do resumo de todos os 292 documentos, o que permitiu fazer a seleção de 39 documentos, buscou-se identificar mais detalhadamente os motivos pelos quais 253 documentos haviam sido excluídos.

Foi diante dessa aproximação que foram identificados que 243 documentos foram recuperados, ainda que a palavra 'meme' não estivesse presente nos campos determinados no protocolo para a realização da busca: título, resumo ou palavra-chave. A avaliação permitiu observar que 232 registros haviam sido recuperados na BDTD e que o motor trouxe resultados que tinham partes iguais da palavra, como memória, e outros nos quais, tampouco, essa situação se aplicava, fator que não permitiu depreender a causa de terem sido recuperados; isto também ocorreu com outros 11 documentos: nove da BRAPCI e dois da Scopus. Nos 10 registros restantes, aplicada a análise documental, identificou-se que não eram de interesse: dois deles, por terem a palavra 'même' (mesmo/mesma em francês), sendo um no título e outro no resumo. Nos sete registros restantes, meme se referia a ativismo ambiental, a aplicação computacional associada a avaliação de motivos por pontuação *leave-one-out*, a transmissão memética de mensagens culturais, a um programa de pesquisa, intitulado *Project meme Evolution Programme*, ao mapa Library 2.0, um modelo que identifica bibliotecas de pesquisa no Kenya, outro que tratava da estrutura gene-cultura, na relação de linguagens genéticas e culturais, ou, ainda, por mencionar um meme aplicado à ciência dos dados.

A análise dos documentos selecionados revelou um corpus composto por 39 trabalhos, todos de autoria única, evidenciando o caráter contemporâneo do tema e a ausência de especialistas consolidados. Dentre os materiais, predominam 28 artigos em periódicos, além de 10 trabalhos acadêmicos (cinco teses e cinco dissertações) defendidos em universidades brasileiras e internacionais. Foi identificado ainda um artigo de evento apresentado em 2018, na Indonésia. Não houve padrão significativo na distribuição dos documentos ao longo dos anos.

Em relação ao conteúdo dos documentos, foi possível observar que o meme, embora tenha surgido como forma de entretenimento, carrega informações que noticiam fatos e expressam costumes e culturas. Assim, pode ser considerado um documento, passível de controle e catalogação pela Ciência da Informação. A interdisciplinaridade, ao integrar áreas como Comunicação, Sociologia e Antropologia, enriquece as abordagens para lidar com documentos digitais emergentes.

Os memes demonstraram a força do humor e da ironia como ferramentas de comunicação, transformando-se em recursos de engajamento político e social. Nesse sentido, o estudo destacou que a dimensão visual dos memes muitas vezes carrega conotações simbólicas capazes de ressignificar contextos históricos ou desafiar interpretações preexistentes. Além disso, os memes também funcionam como instrumentos de contestação, permitindo o surgimento de vozes antes marginalizadas no cenário político: graças ao meme, e sua linguagem concisa, crítica e humorística, muitas mensagens acabam por se tornar mais acessíveis.

Durante a análise dos dados, observou-se que os memes frequentemente apresentam conteúdos que se entrelaçam com eventos históricos e políticos, tornando imprescindível a compreensão do contexto em que foram criados e compartilhados.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, buscou-se discutir o papel dos memes enquanto documentos, propondo sua análise sob a perspectiva da representação documental. Partiu-se da premissa de que os memes ultrapassam a sua função primordial de entretenimento, assumindo-se como artefatos culturais que retratam contextos históricos, políticos e

sociais. A abordagem metodológica adotada permitiu validar os memes como elementos essenciais para a preservação da memória coletiva em tempos de digitalização intensa e polarização política, como pode ser evidenciado ao longo da seção relativa ao referencial teórico.

Contextualizar os memes no campo da Ciência da Informação foi o primeiro passo, destacando suas propriedades enquanto documentos que integram informações extrínsecas e intrínsecas. A riqueza semântica dos memes emerge da combinação de elementos textuais e visuais, oferecendo múltiplas camadas interpretativas que variam conforme o repertório cultural e conhecimento prévio do receptor. Essa complexidade demanda uma representação documental que incorpore não apenas metadados básicos, mas também relações intertextuais e contextuais, promovendo uma visão mais ampla sobre a mensagem contida nos memes.

Ademais, a proposta traz contribuições importantes para a Ciência da Informação, especialmente no que diz respeito à ampliação da aplicação do conceito de documento. Os memes, muitas vezes vistos como efêmeros e desprovidos de valor acadêmico, são tratados como artefatos culturais, necessitando de análise e preservação. Essa abordagem não apenas amplia o escopo da área, mas também desafia ideias prévias sobre o que constitui um documento digno de ser elegível para a representação formal.

Os memes, enquanto artefatos culturais, são também marcadores de transformações sociais e políticas. Sua capacidade de condensar significados complexos e provocar reflexões os torna elementos valiosos para a compreensão de fenômenos contemporâneos. Ademais, os memes são importantes instrumentos de registro histórico, pois documentam não apenas eventos, mas também as reações e os sentimentos coletivos que os acompanham. Essa documentação é fundamental para preservar aspectos da memória coletiva que poderiam ser rapidamente esquecidos devido à efemeridade do conteúdo digital.

A preservação da informação digital é uma necessidade estratégica para garantir a continuidade do acesso e da memória social em ambientes digitais caracterizados pela fluidez e obsolescência tecnológica. Documentos como os memes, que representam registros significativos de manifestações culturais e sociais, demandam metodologias específicas de organização e armazenamento para assegurar sua disponibilidade futura. Sem ações sistemáticas de preservação, há o risco de perda irreversível de documentos relevantes para a compreensão histórica e social de um período. Portanto, preservar esses objetos digitais é uma forma de assegurar a permanência do conhecimento em meio à dinamicidade do ambiente informacional contemporâneo.

Concluiu-se que os memes ultrapassam o entretenimento, atuando como artefatos culturais que refletem contextos históricos, políticos e sociais, sendo fundamentais para a preservação da memória coletiva na era digital. No campo da Ciência da Informação, sua riqueza semântica, resultante da combinaçao de texto e imagem, exige uma representação documental que vá além de metadados básicos, considerando aspectos intertextuais e contextuais. Os memes se revelam documentos valiosos que ampliam o escopo da área e desafiam concepções tradicionais sobre informação e documento.

Essa pesquisa não se encerra em si mesma. Ela é parte de uma pesquisa mais ampla que exigia o posicionamento do meme como objeto de estudo no campo da Ciência da Informação; optou-se por recorrer aos estudos da documentação, situação possível de ser alcançada por meio dos procedimentos metodológicos adotados. Ademais, a pesquisa é um convite para que acadêmicos e profissionais da informação olhem com maior atenção para os documentos da contemporaneidade, reconhecendo sua riqueza informacional e cultural.

Referências

Briet, S. (2016). O que é a documentação? Briquet de Lemos.

Buckland, M. K. (1991). Information as thing. Journal of the American Society for

Information Science, 42(5), 351–360. https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3

Chagas, V. (2018). A febre dos memes de política. Revista FAMECOS, 25(1). https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/27025.

Dynel, M. (2022). La vida de los memes de mascarillas del COVID-19: Un estudio diacrónico del panorama memético durante la pandemia. Comunicar: Revista Científica de Comunicación y Educación, 30(72), 3º trimestre. https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=revista&numero=72

Ferreira, M. (2019). Gêneros jornalísticos e digitais: cartum, charge e meme. https://docplayer.com.br/136039203-Generos-jornalisticos-e-digitais-cartum-charge-e-meme.html

Ferreira, D. M. M., Mota, N. V., & Maciel, Í. C. S. (2020). Paródia e riso ambivalentes em memes da Barbie Fascionista: Uma análise à luz da carnavalização. Calidoscópio, 18(1), 202–215. https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/issue/view/815.

Gomes, T. P. D. (2015). A charge é o assunto: análise documentária de charge (Dissertação de mestrado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Gonsalves, E. P. (2001). Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Alínea.

Kitchenham, B. (2004). Procedures for performing systematic reviews. Keele University.

Le Coadic, Y. F. (1996). A ciência da informação. Briquet de Lemos.

Lemos, A. (2013). Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea (6ª ed.). Sulina.

Lohmann, R. (2019). Manda memes: dinâmicas e trajetos de imagens (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). LUME Repositório Digital. https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/194866

Machado, R. de S., & Zafalon, Z. R. (2020). Catalogação: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. Editora UFPB. https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336

Meyriat, J. (2016). Documento, documentação, documentologia. Perspectivas em Ciência da Informação, 21(3), 240–253. https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480.

Netto, C. X. de A., Freire, B. M. J., & Pereira, P. (2004). A representação de imagens no acervo da Biblioteca Digital Paulo Freire: proposta e percursos. Ciência da Informação, 33(3), 17–25. https://www.scielo.br/j/ci/a/PK7FkWLTw5QXkMjGnzT5t7x/?lang=pt

Neves, L. F. F., & Pavan, R. (2018). Goiânia mil grau: dialogismo, heterodiscurso e carnavalização nos memes de internet. Comunicação e Informação, 21(3), 150–165. https://revistas.ufg.br/ci/article/view/53373

Norstrom, R., & Sarna, P. (2021). Memes de internet em tempos de confinamento por Covid-19 em Polônia. Comunicar: Revista Científica de Comunicación y Educación, 29(67), 2º trimestre. https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=revista&numero=67

Ortega, C. D. (2024). Organizar para socializar: A função social da mediação documentária. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica.

Paz, C. G. S. da *et al.* (2021). Imagens incendiárias: A crise político-ambiental de 2020 no Brasil vista por montagens de memes. Comunicação e Informação, 25, 155–172. https://revistas.ufg.br/ci/article/download/72176/38681.

Recuero, R. C. (2008). Memes em weblogs: Proposta de uma taxonomia. Revista FAMECOS, 14(32), 23–31. https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3411.

Rezende, H. P. de. (2018). Comunicação, violência e representação em disputas eleitorais virtuais: uma pesquisa sobre os ataques simbólicos a políticos brasileiros na Internet (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21757

Sampaio, R. C., & Lycarião, D. (2021). Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação. Enap.

Santaella, L., & Nöth, W. (2020). Imagem: cognição, semiótica, mídia. Iluminuras.

Santosa, H. P., Lestari, S. B., & Ayun, P. Q. (2018). The reception of memes as political information in the media. E3S Web of Conferences, 73, Article 14014. https://www.e3s-conferences.org/articles/e3sconf/abs/2018/48/e3sconf_icenis18_14014/e3sconf_icenis18_14014.html

Shifman, L. (2014). Memes in digital culture. MIT Press.

Souza, L. C. M. de. (2019). Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho. Policromias, 4(2), 189–212. https://brapci.inf.br/#/v/129458

Tsai, Y. J. (2021). Bolsolixo versus Malddad: O uso dos memes para campanha negativa apócrifa no Twitter nas eleições de 2018 [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense]. https://app.uff.br/riuff/handle/1/22709.

Vaz, G. F. F. (2013). O que é que a Dilma tem? Os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais). https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AR4FK7

Zafalon, Z. R. (2017). Recurso informacional e representação documental. In Anais do 1º Encontro de Representação Documental (EnReDo). Universidade Federal de São Carlos. http://eprints.rclis.org/44378/1/2017%20-%20EnReDo%20-%20Recurso%20informacional%20e%20representa%C3%A7%C3%A3o%20documental.pdf

VISIBILIDADE DA LITERATURA QUEER EM AMBIENTES INFORMACIONAIS: UMA PROPOSTA

Dayani Deysi Santos de Andrade, Universidade Federal de São Carlos, 0009-0009-7071-9452, Brasil, dayannideysi@hotmail.com

Zaira Regina Zafalon, Universidade Federal de São Carlos, 0000-0002-4467-2138, Brasil, zaira@ufscar.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6621

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade.

Introdução

Atualmente unidades de informação enfrentam desafios em promover a visibilidade da literatura queer em plataformas digitais, onde, ao se fazer a representação informacional das obras, muitas vezes são adotados termos genéricos ou limitados ao gênero literário.

A presente pesquisa, inserida no campo da Ciência da Informação, propõe uma análise da literatura queer e suas dimensões de leitura e interpretação, considerando o contexto social do usuário e focando na visibilidade destas obras em contextos informacionais.

O problema de investigação que orienta o estudo, *como dar visibilidade à literatura queer em contextos informacionais?*, deu subsídio para a definição do objetivo geral da pesquisa, discutir as dimensões da leitura e interpretação de literatura queer, centrada no contexto social do usuário. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar a articulação entre a literatura queer e os estudos em Ciência da Informação; discutir conceitos de sexualidade, representação e identidade; mapear a trajetória histórica dos movimentos LGBTQIAP+ até a década de 1970;

identificar representações queer nas obras selecionadas; e propor mecanismos de representação informacional que ampliem o acesso e a visibilidade dessas produções.

Tendo em vista a questão norteadora da investigação, foram escolhidas como objeto de estudo duas obras, consideradas clássicos da literatura queer: *Orlando*, de Virginia Woolf, e *O Quarto de Giovanni*, de James Baldwin.

Em se tratando de grupos sociais marginalizados é possível afirmar que a literatura queer, antes referenciada como literatura homoafetiva ou homoerótica, surgiu como uma resposta social à necessidade de dar voz à comunidade LGBTQIAP+. Com base nisso, a relevância do estudo está na ampliação do debate acadêmico sobre diversidade, inclusão e representatividade nos sistemas de organização e mediação da informação.

Como contribuição científica esta pesquisa visa demonstrar e incentivar estudos que mostrem a diversidade de vozes retratadas na literatura, bem como encorajar debates acadêmicos acerca da representação e da inclusão da comunidade LGBTQIAP+, o que pode estimular reflexões sobre o papel dos estudos da Ciência da Informação como facilitadora do diálogo entre comunidades discursivas e na promoção de espaços de pluralidade informacional.

Referencial Teórico

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar que articula a Ciência da Informação, os estudos queer, a crítica literária contemporânea e a história dos movimentos LGBTQIAP+ até a década de 1980. Tal base teórica orienta a análise da literatura queer como um objeto informacional, cultural e político, com ênfase em sua representação em ambientes informacionais.

Na Ciência da Informação, adota-se a perspectiva sociocultural de Hjørland (2003 citado em Capurro, 2003), que compreende a informação como fenômeno enraizado nas práticas discursivas e nos contextos sociais. Essa concepção é reforçada por Almeida *et al.* (2007) quando se observa que a informação, por ser um fenômeno social coletivo, se ergue como como uma instituição de conhecimento e de memória das comunidades e citam o paradigma social como evidencia para a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários, considerando sua visão de mundo. Quando adotado na Ciência da Informação, o paradigma social "[...] volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação" (Almeida *et al.*, 2007, p. 22).

Em consonância com essa perspectiva, Santos, Lima & Freire (2019) reforçam a importância de reconhecer a informação como um elemento fundamental no desenvolvimento histórico das sociedades. Ou seja, como parte da responsabilidade social que cerca a Ciência da Informação, é necessário que questões de acesso e propagação dessa informação façam parte da rotina dos agentes da informação.

A compreensão dos conceitos de sexo e gênero constitui um ponto de partida essencial para qualquer análise que envolva sexualidade e literatura queer. Butler (2003) argumenta que os gêneros são construções culturais que atribuem humanidade aos indivíduos na sociedade contemporânea, de modo que aqueles que não se conformam às normas de gênero são frequentemente penalizados. A autora sustenta que o gênero não é uma essência pré-existente, mas sim o resultado de atos repetitivos que o performatizam, ou seja, sem esses atos, o próprio conceito de gênero não existiria, já que ele não expressa uma realidade objetiva nem aspira a um ideal universal (Butler, 2003).

Essa concepção performativa e socialmente construída do gênero é corroborada por outros estudos. O livro publicado pela Editora da Câmara dos Deputados, Edições Câmara, por exemplo, reforça essa perspectiva ao afirmar que "[...] as diferenças de sexo são as distinções biológicas dos corpos de mulheres e homens, as diferenças físicas. O conceito de gênero está ligado à construção social de ser mulher ou homem, ao feminino e ao masculino" (Zauli *et al.*, 2015, p. 18).

No campo literário, a crítica pós-estruturalista — especialmente com Lugarinho (2013) — rompe com a leitura isolada da obra e a insere em seu contexto sociocultural. Oliveira e Markendorf (2020) apontam que a literatura

funciona como um artefato cultural, mas também desempenha um papel crucial na promoção da diversidade e na representação de uma multiplicidade de experiências humanas. A literatura queer é, então, abordada como um discurso de resistência que dá visibilidade a experiências dissidentes e promove a inclusão simbólica de grupos historicamente marginalizados.

Numa tentativa de caracterizar a literatura queer, os autores Blackburn, Clark, Nemeth & Giraldo (2009 citado em Nodari, 2019), apontam que essa vertente literária se caracteriza pela valorização da multiplicidade de identidades sexuais. Tal concepção não se restringe à presença de personagens LGBTQIAP+ na narrativa, mas obras que também abordam a representação de diferentes vivências e expressões de gênero e sexualidade que questionam e subvertem as normas heteronormativas. Nesse sentido, a literatura queer ultrapassa a mera busca por visibilidade, configurando-se como um espaço de afirmação e legitimação de identidades diversas, ao promover representações autênticas das experiências de sujeitos queer.

Ao destacar a importância do conhecimento acerca da comunidade queer pelos profissionais da informação, Martins (2022) relata em seu ensaio episódio emblemático envolvendo uma bibliotecária convidada a colaborar com ativistas de grupos homossexuais. Durante a atividade, a profissional utilizou o termo técnico "homossexualismo" como ponto de partida para o diálogo. No entanto, ao desconhecer a carga histórica e simbólica do sufixo "ismo", que remete à patologização da homossexualidade, a profissional acabou suscitando um debate já amplamente discutido entre os ativistas, segundo o qual esse termo não deveria ser utilizado, justamente por associar a homossexualidade à noção de doença.

Essa falta de preparo, aliada à ausência de sensibilidade em relação à linguagem e à representação da comunidade LGBTQIAP+, encontra ressonância em outras esferas da Ciência da Informação. Baum (2021) analisa a presença de autores da literatura LGBTQIAP+ nos espaços escolares e informacionais públicos no Brasil, destacando como a censura a essas obras reforça uma cultura homogênea alinhada aos interesses das classes dominantes. O autor, ao citar Castrillón (2011 citado em Baum, 2021, p. 28), enfatiza que a leitura pode ser usada como instrumento de exclusão, controlada historicamente por instituições como a Igreja e, mais recentemente, por interesses econômicos. Tal controle revela a permanência de relações de poder que restringem o acesso à diversidade cultural e intelectual.

Além disso, os estudos sobre os movimentos LGBTQIAP+, como os de Dose (2014), Molina, Andrade & Silva (2018) e James (2005) contribuem para contextualizar as obras analisadas como parte de uma memória coletiva de resistência e reivindicação de direitos.

James (2005) destaca que Henry Gerber criou, em 1924, nos Estados Unidos, a *Society for Human Rights* (SHR), uma organização voltada à defesa dos direitos de gays e lésbicas. Esta foi a primeira organização nos Estados Unidos a ser reconhecida pelos direitos dos homossexuais e, durante sua curta existência, a sociedade publicou o primeiro boletim informativo voltado para a comunidade homossexual, chamado *Friendship and Freedom*.

Após o fim da segunda guerra mundial, os acontecimentos acarretados por ela moldaram uma nova consciência de resistência e organização entre os sobreviventes e ativistas da causa queer, catalisando movimentos de libertação e direitos civis nas décadas seguintes. Segundo o *LGBTQIA+ Studies: A Resource Guide* (Library of Congress, 2019), um guia de pesquisa LGBTQIAP+, três grupos desempenharam um papel crucial no movimento homófilo e que antecederam os eventos de Stonewall: The Daughters of Bilitis, One, Inc., e The Mattachine Society.

> Stonewall não teria tido um efeito tão eletrizante [...] se os pioneiros defensores da igualdade de direitos para os homossexuais não tivessem trabalhado de 1950 a 1969 para lançar as bases de um movimento mais amplo

> (Cruikshank, 1992 citado em James, 2005, p. 26, tradução nossa).

Esses movimentos anteriores prepararam o terreno para que a Rebelião de Stonewall se tornasse um marco decisivo na história da comunidade queer, inaugurando um novo período de intensas lutas e conquistas para a população LGBTQIAP+.

Esse arcabouço teórico ampara a proposta de repensar os sistemas de organização e representação da informação sob uma perspectiva plural, crítica e inclusiva, promovendo o reconhecimento da diversidade como valor epistemológico central na Ciência da Informação.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa, com abordagem qualitativa, natureza aplicada e objetivos exploratórios, adotou o método do estudo de caso para aproximar-se das obras *Orlando*, de Virginia Woolf, e *O Quarto de Giovanni*, de James Baldwin. A escolha dessas obras se justifica pela relevância que ambas têm na representação de questões de identidade de gênero, sexualidade e pertencimento dentro da literatura queer.

A coleta de dados para o referencial teórico foi realizada por meio de levantamento em bases acadêmicas (Google Scholar, SciELO, BRAPCI) e bibliotecas digitais, considerando documentos primários (as obras) e secundários (teses, artigos, sinopses, resenhas e catálogos). Para realizar a coleta de dados das obras primárias, primeiramente, foram destacadas e registradas, durante a leitura integral das obras, citações relevantes das obras literárias selecionadas. Essas citações foram organizadas em eixos temáticos recorrentes.

Para a análise dos resultados, foi utilizado o método de análise de conteúdo por temática, apresentado por Bardin (1977), mesclado com a análise interpretativa de conteúdo, abordada por Drisko & Maschi (2016). Para a análise desses dados utilizou-se o enfoque interpretativo e cada trecho selecionado da obra foi analisado detalhadamente, considerando seu contexto dentro da narrativa, e com cunho histórico, como aquele trecho refletia a comunidade queer da época, além de se observar a forma que os autores adotaram para fazer essa representação, entre outras análises pertinentes a cada trecho destacado.

Os procedimentos para a análise dos resultados envolveram a identificação de eixos temáticos relevantes nas obras e a criação de quatro categorias: identidade de gênero e sexualidade; personalidade e suas expressões; expectativas sociais de percepção de gênero; opressão de corpos queer e femininos. Posteriormente, realizou-se a organização e distribuição dos trechos extraídos das obras originais nas categorias, juntamente com a análise interpretativa dos significados de cada trecho.

Também realizou-se a investigação dos termos atribuídos cada uma das obras, objetos deste estudo, nos acervos da Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Digital BibliON, Fundação Biblioteca Nacional e na plataforma de vendas Amazon. O objetivo principal foi verificar como as obras eram representadas nesses sistemas e se essas representações eram condizentes com as temáticas centrais das obras.

Análise e Discussão de Resultados

Para iniciar a análise dos resultados foram criados os seguintes eixos temáticos para estruturar a análise: identidade de gênero e sexualidade; personalidade e suas expressões; expectativas sociais de percepção de gênero; opressão de corpos queer e femininos. A partir destas categorias, serão analisados trechos das obras queer: *Orlando*, de Virginia Woolf, e *O Quarto de Giovanni*, de James Baldwin.

A análise de *Orlando, de Virginia Woolf* inicia-se com o eixo **Identidade de gênero e sexualidade**. A construção da identidade de Orlando, desde o início do romance, já sugere uma fluidez que transcende as categorias fixas de sexo e gênero. Embora a narrativa afirme inicialmente que ele é homem, a própria ambientação e os elementos simbólicos apontam para uma concepção mais complexa da identidade. O percurso amoroso de Orlando, quando ainda era homem, marcado por um interesse por figuras femininas e por experiências ambíguas, revela uma tensão entre desejo e repressão, muito influenciada

pelos valores morais e culturais de cada época. Mesmo quando se vê atraído por uma figura que não consegue identificar como sendo homem ou mulher, a repressão aflora no momento em que a masculinidade do outro é percebida, revelando o peso da norma heterossexual. Ainda assim, o desejo permanece, embora mediado por censuras internas e externas. Após a transição, vivida de forma simbólica e abrupta, a identidade de Orlando se amplia. A felicidade vivida junto aos ciganos e à natureza sugere um reencontro consigo mesma, como se a liberdade recém-descoberta estivesse ligada a um pertencimento mais profundo. A metáfora do "lugar desejado" reforça essa ideia de que, mais do que uma mudança corporal, a transformação diz respeito a um alinhamento subjetivo entre quem se é e como se vive. O modo como a narrativa explora o gênero a partir das vestimentas aprofunda a discussão sobre performatividade. As roupas não apenas alteram a percepção do outro, mas também modificam a forma como Orlando sente e atua no mundo. A escolha por trajes femininos ou masculinos é menos sobre representação externa e mais sobre expressão interna — como se, ao vestir-se, ela ativasse aspectos distintos de si mesma. Há, assim, uma oscilação contínua entre feminino e masculino, vivida sem rupturas ou crises, mas como parte de uma mesma identidade múltipla. A convivência com diferentes papéis de gênero expande não só sua visão de mundo, mas também sua capacidade afetiva. Orlando experimenta o amor por homens e mulheres, e se reconhece em ambos os polos — vivenciando tanto os privilégios da masculinidade quanto as restrições impostas ao feminino. Esse trânsito é descrito não como algo doloroso, mas como fonte de enriquecimento e liberdade, sugerindo que a rigidez das categorias de gênero é uma limitação imposta culturalmente. A relação de Orlando com Shelmerdine reforça essa fluidez. Ambos se reconhecem como seres ambíguos, trocando percepções que desafiam as convenções. O entendimento entre eles nasce justamente da quebra dessas expectativas, e o diálogo revela uma conexão que transcende o binarismo. Orlando se mostra confortável em habitar simultaneamente experiências consideradas masculinas e femininas, expressando desejo, empatia e pertencimento em múltiplas direções.

A análise do eixo **Identidade de gênero e sexualidade** uma vida "normal", no livro *O Quarto de Giovanni,* revela uma narrativa profundamente marcada pelo medo, pela repressão e pelo conflito interno. Desde as primeiras páginas, o protagonista, David, se apresenta como alguém que vive atormentado pela própria sexualidade. Ao narrar sua história em retrospecto, ele revela como a negação constante de seus desejos moldou suas escolhas e o distanciou de si mesmo e dos outros. A primeira experiência homoafetiva de David, ainda na adolescência, desperta nele sentimentos até então desconhecidos, provocando um misto de curiosidade, prazer e culpa. A relação com Joey é vivida com intensidade, mas logo é recoberta por vergonha e negação. Esse momento inaugural marca o início de uma trajetória de autossabotagem e de fuga, em que David busca reafirmar uma masculinidade heteronormativa como mecanismo de defesa contra aquilo que teme em si. A relação com Giovanni intensifica esse conflito. David se apaixona, mas não consegue se entregar plenamente ao sentimento. O amor que sente vem acompanhado de culpa, vergonha e raiva — uma raiva que nasce do reconhecimento de que Giovanni o obriga a encarar a si mesmo de maneira crua e honesta. Em vez de encontrar liberdade nessa relação, ele sente sua identidade ameaçada, pois o afeto entre dois homens desafia os valores e normas sociais internalizados. A tensão entre o desejo e a recusa o consome, fazendo com que, mesmo nos momentos de intimidade, David se distancie emocionalmente, tentando reduzir a experiência ao plano físico, como se isso o poupasse de encarar seu verdadeiro eu. A figura de Jacques, que vive sua homossexualidade de forma mais aberta, funciona como um espelho incômodo para David. A aversão que sente por ele é, na verdade, o reflexo do desprezo que sente por si mesmo — por não se encaixar nos moldes tradicionais da masculinidade, por desejar aquilo que aprendeu a rejeitar. Esse desprezo se intensifica ao perceber que seus

sentimentos não se restringem a Giovanni, mas se estendem a outros homens, ampliando ainda mais sua crise de identidade. A fuga para Hella, sua noiva, representa uma tentativa desesperada de reafirmar uma vida "normal", pautada pelos valores sociais que considera seguros. No entanto, a ausência de conexão emocional com ela é evidente. Mesmo em momentos de carinho e proximidade, David se mostra frio e apático, o que evidencia que a relação é sustentada por uma tentativa de negar quem ele é, e não por amor genuíno. Ao longo de toda a narrativa, David vive um ciclo de repressão e recaída. O uso que faz do álcool, suas idas aos bares, seus encontros fugazes — tudo serve para anestesiar a dor de não poder ser ele mesmo. A relação com Giovanni termina de forma trágica, resultado de sua covardia e da pressão que sente para se adequar. A decisão de abandoná-lo, ainda que permeada por justificativas racionais, é, no fundo, mais um capítulo de sua luta interna contra uma identidade que insiste em se manifestar. Portanto, a análise deste eixo deixa evidente que essa obra não é apenas uma história sobre homossexualidade, mas uma profunda investigação sobre as consequências emocionais da negação de si. Baldwin constrói um retrato sensível e complexo de um homem dividido entre o desejo e o medo, entre a liberdade e a vergonha.

O segundo eixo analisado em *Orlando* foi **Personalidade e suas expressões,** no qual a trajetória de Orlando revela uma personalidade marcada por sensibilidade e introspecção desde o início da narrativa. Ainda jovem, seu apreço pela contemplação e pela natureza já o colocava à margem dos modelos hegemônicos de masculinidade, sugerindo que sua identidade sempre esteve em desacordo com os padrões binários impostos pela sociedade da época. Essa característica se mantém ao longo da obra, evidenciando uma continuidade entre o Orlando homem e a Orlando mulher. A literatura surge como um refúgio e uma forma de dar sentido à sua existência, especialmente após vivências emocionais intensas. No entanto, enquanto homem, Orlando enfrenta barreiras internas e externas que dificultam sua expressão artística. A dificuldade em escrever revela um conflito entre o desejo de se expressar e a repressão imposta pelas normas de gênero. A escrita, nesse momento, aparece como uma tarefa árdua, marcada por inseguranças e perfeccionismo. A transição de gênero não apaga sua identidade anterior, mas a expande. A fluidez artística que surge após se tornar mulher mostra como a quebra de barreiras sociais pode libertar aspectos subjetivos antes contidos. A escrita passa a ser vivida de forma mais intensa e orgânica, como se a nova identidade possibilitasse acessar dimensões mais profundas de si mesma. Essa transformação não é apenas física, mas simbólica e emocional. Entretanto, essa liberdade também vem acompanhada de novas limitações. Ao adotar comportamentos socialmente atribuídos ao feminino, Orlando se vê submetida a novas formas de controle e expectativa. A obra evidencia, assim, a ambiguidade da experiência: a transição oferece liberdade interior, mas também revela as imposições e estigmas direcionados às mulheres.

No segundo eixo de *O Quarto de Giovanni,* **Personalidade e suas expressões,** identificou-se que a formação da personalidade de David está profundamente marcada pela ausência de figuras afetivas sólidas em sua infância. Após a morte da mãe, quando ele tinha apenas cinco anos, David foi criado por seu pai e sua tia, cuja relação era tensa e conflituosa. O pai, emocionalmente distante e frequentemente bêbado, não oferecia o suporte emocional necessário, enquanto a tia reprimia o pai, exigindo dele uma postura mais presente e responsável. Essa dinâmica familiar difícil moldou um David solitário, que desde cedo teve que lidar com o vazio afetivo e a falta de um vínculo seguro. Um ponto crucial em sua formação é sua primeira experiência sexual, com seu colega de escola Joey, que, longe de ser um momento de descoberta tranquila, foi seguido por um profundo arrependimento e desejo de nunca mais repetir aquela intimidade. Esse episódio marca uma ruptura na personalidade de David, que decide se fechar emocionalmente, criando uma barreira para se proteger da vulnerabilidade e do medo que o consumiam. Ele passou a se tornar reservado, agressivo e recluso, afastando-se

das pessoas e construindo uma nova identidade baseada na repressão de seus verdadeiros desejos. O relacionamento com seu pai durante toda a narrativa é marcado por uma tentativa frustrada de conexão. O pai busca uma amizade "de peito", uma relação que David não deseja, pois deseja um vínculo genuíno de pai e filho, que nunca teve. Essa falsa "franqueza masculina" se revela uma máscara opressiva, que dificulta ainda mais a possibilidade de intimidade verdadeira. David, por sua vez, prefere manter distância, evitando ser conhecido e escondendo seu sofrimento e identidade. Essa dinâmica se expressa também quando ele se muda de casa após um grave acidente: mesmo distante fisicamente, ele manipula a percepção do pai, passando a imagem de um filho bem-sucedido e obediente, para manter a aprovação paterna e evitar conflitos, o que evidencia seu contínuo autoengano e desconexão consigo mesmo. Ao partir para a França, David vive um conflito ambíguo entre o desejo de escapar e a consciência, ainda que inconsciente, de que estava perseguindo algo inevitável: sua verdadeira identidade. Essa tensão se mantém mesmo durante seu relacionamento com Giovanni, onde a relação começa com êxtase e deslumbramento, mas logo é dominada por angústia, medo e insegurança. David oscila entre apego intenso e distanciamento, especialmente na relação com Giovanni e, posteriormente, com Hella. Seu apego à noiva é superficial e insuficiente, revelando sua incapacidade de conexão autêntica enquanto nega a si mesmo. Por outro lado, os laços com Giovanni, embora profundos, também são marcados por fugas e medos, refletindo o conflito interno que o impede de se aceitar plenamente. O momento mais revelador ocorre quando David admite, pela primeira vez, que a maior mentira que contou não foi para os outros, mas para si mesmo. Essa confissão ocorre no ápice da crise, diante da iminente tragédia envolvendo Giovanni, e marca um ponto de inflexão na narrativa: o desmoronamento da fachada construída e a necessidade de encarar a verdade. Contudo, esse reconhecimento ainda não significa aceitação, mas sim a dolorosa percepção do autoengano que o dominava. Em síntese, a personalidade de David é um complexo jogo de construção e desconstrução, impulsionado pelo medo, pela repressão e pela busca constante por uma identidade que possa ser aceita tanto por si quanto pelos outros. Sua trajetória revela como a ausência de vínculos afetivos seguros, as pressões sociais e familiares e o próprio medo de si mesmo levam a uma vida marcada por fugas, máscaras e conflitos internos profundos. A narrativa mostra, de forma sensível e crua, o impacto dessas experiências na formação da subjetividade e nas expressões da personalidade do protagonista.

O terceiro eixo de *Orlando*, **Expectativas sociais de percepção de gênero,** revela como a narrativa utiliza a transição de gênero da personagem como um mecanismo para desestabilizar as normas de comportamento impostas socialmente ao feminino. Woolf constrói a experiência de Orlando com foco numa percepção crítica que só é possível graças à vivência da personagem em ambos os gêneros. A estranheza diante das exigências sociais – como a necessidade de castidade ou a obrigação de ser salva – não surge apenas da novidade, mas do contraste vivido entre a liberdade masculina e a contenção feminina. Além disso, a consciência de Orlando sobre a artificialidade dessas expectativas, como a ideia de que "as mulheres não são obedientes por natureza", coloca em xeque a naturalização de tais comportamentos. A narrativa sugere que esses papeis de gênero são construções sociais rígidas, que cobram um alto custo emocional e subjetivo das mulheres. Outro aspecto relevante é o deslocamento interno vivido por Orlando: embora vá se adaptando às convenções femininas, a sensação de desconforto e deslocamento permanece. A reflexão amarga sobre o papel da maternidade e a crítica à hipocrisia social revelam o quanto a identidade feminina, naquele contexto, era moldada pela negação do próprio corpo e desejo. Ao final, a trajetória de Orlando deixa claro que viver sob diferentes gêneros é também carregar diferentes pesos simbólicos, demonstrando que o gênero é menos uma essência do que uma construção histórica e socialmente regulada.

O terceiro eixo de *O Quarto de Giovanni,* **Expectativas sociais de percepção de gênero,**

é caracterizado pela pressão que David enfrenta para se encaixar em padrões tradicionais de masculinidade. Essa pressão o leva a agir com agressividade para esconder sua vulnerabilidade e vergonha após seu primeiro envolvimento com outro homem. David tenta compensar o que percebe como uma "perda" de masculinidade adotando uma postura dura e agressiva. Na relação com Giovanni, David sente que assume um papel "feminino", associado à submissão, o que para ele representa uma humilhação e ameaça à sua identidade masculina. Isso revela sua visão rígida e binária dos papeis de gênero, onde a masculinidade é ligada ao poder e a feminilidade à fraqueza. David internaliza a ideia de que relacionamentos heterossexuais são legítimos e seguros, enquanto relações entre homens são vistas como "obscuras" e sem futuro. Essa crença alimenta o conflito interno e a insegurança em sua relação com Giovanni. O ambiente apertado e opressivo onde vivem simboliza a limitação social que enfrentam, reforçando o sentimento de aprisionamento emocional. As expectativas sociais reforçam o dilema entre o desejo pessoal e as normas culturais, gerando sofrimento e rejeição de si mesmo. Assim, as normas rígidas de gênero impactam negativamente a identidade de David e suas relações, criando um ciclo de negação, vergonha e isolamento, evidenciando o preço da heteronormatividade para quem dela foge.

O último eixo analisado de *Orlando* é **Opressão de corpos queer e femininos,** sendo esse um dos mais simbólicos da narrativa de *Orlando*, o qual marca o momento central da transição de gênero da personagem. No momento da transição de Orlando, Woolf assume o papel de uma biógrafa que antecipa algo profundamente impactante, preparando o leitor para uma transformação radical e desconcertante. A passagem destaca não só a mudança física, mas o abalo irreversível na identidade do personagem, apresentando a transição como um evento chocante e carregado de significados simbólicos. Ao despertar em um corpo feminino, Orlando se depara com as pressões intensas que acompanham essa nova condição, representadas por três figuras simbólicas que personificam valores tradicionais: Pureza, Castidade e Modéstia. Essas entidades simbolizam as normas rígidas e opressoras impostas ao corpo feminino, que agora passam a cercar Orlando de maneira inescapável. Elas agem como forças conservadoras que tentam "congelar" e silenciar a transformação, buscando manter a ordem moral vigente. Essas figuras funcionam como metáforas para a repressão social que oculta e desvaloriza corpos queer e femininos, disfarçando imposições limitadoras sob a aparência de virtudes. A tentativa dessas "santidades" de abafarem a verdade simboliza o medo e a aversão da sociedade diante da ruptura das normas binárias e da expressão de identidades fora do padrão estabelecido. A narrativa revela o embate entre a "verdade" da transformação de Orlando e as forças que tentam negá-la, mostrando o conflito entre a autenticidade da experiência corporal e as expectativas sociais que querem esconder e censurar o que foge do convencional. A resistência dessas figuras às trombetas que clamam pela verdade expõe a tentativa de silenciar e invisibilizar corpos trans e queer, pintando-os como algo vergonhoso e impuro. No desfecho dessa cena simbólica, apesar das tentativas frustradas de ocultar a nova identidade de Orlando, a revelação da verdade se impõe, e a figura de Orlando, nua e vulnerável, é descrita com uma beleza singular, quebrando as noções tradicionais de pureza e modéstia. Assim, Woolf utiliza essa passagem para criticar a opressão histórica sofrida por corpos femininos e queer, destacando a rigidez das normas sociais que regulam os corpos e identidades. Portanto, esse momento na obra é uma potente metáfora para o processo de repressão que Orlando virá a sofrer agora como mulher e da invisibilização que acompanha as experiências trans e queer, bem como uma crítica às formas de opressão que tentam conter a liberdade corporal e identitária. Woolf destaca que a verdadeira transformação não pode ser apagada, mesmo diante dos esforços da sociedade para silenciá-la, reafirmando a importância da afirmação da identidade e do corpo em sua diversidade.

O quarto e último eixo de *O Quarto de Giovanni*, **Opressão de corpos queer e femininos** expõe a marginalização e a

desumanização enfrentadas por corpos queer, opressões que se manifestam tanto de forma explícita, como o desprezo por personagens afeminados, quanto por meio da vergonha internalizada de quem tenta se adequar aos padrões heteronormativos. David, projeta seu conflito interno ao descrever com desprezo os homens gays afeminados, referindo-se a eles com termos que os animalizam ("papagaios", "pavões", "galinheiro"). Sua afirmação de que ninguém poderia desejar esses homens demonstra como ele absorve e reproduz uma visão estigmatizante, ao mesmo tempo que tenta negar sua própria atração por outros homens. A hostilidade com que observa "*les folles*", termo associado a homens gays afeminados, revela mais sobre sua luta pessoal do que sobre os indivíduos que critica. A contraposição entre David e seu amigo Jacques aprofunda esse conflito. Jacques, embora também marginalizado, não tenta esconder sua feminilidade ou sua sexualidade. Ele aceita as migalhas de afeto que lhe são permitidas, mas também questiona David sobre o porquê de relacionamentos queer serem considerados vergonhosos. Sua fala mais marcante, "[...] vai acabar preso dentro do seu próprio corpo sujo, pra sempre [...]" (Baldwin, 2018, p. 88), denuncia o sofrimento causado pela repressão e a alienação vivida por aqueles que não se permitem viver plenamente. A análise mostra que, mais do que relações interpessoais, a obra revela as marcas da opressão sobre o corpo e o desejo queer naquela época: relações afetivas sendo substituídas por encontros vazios, e a vergonha moldando comportamentos. A marginalização não vem apenas de fora, mas é internalizada pelos próprios sujeitos, criando prisões identitárias e emocionais.

Após a análise desses eixos, constatou-se uma discrepância entre a forma como essas obras são apresentadas nos contextos informacionais e os temas centrais que realmente abordam. Para aprofundar essa questão, adotou-se uma abordagem metodológica que examinou as sinopses oficiais das obras selecionadas, a fim de verificar se, mesmo sem a leitura completa, é possível identificar as principais temáticas que esses livros tratam.

Utilizou-se a sinopse da primeira edição de *Orlando*, publicada em 2014, pela editora Companhia das Letras, sob o selo Penguin Companhia; examinou-se ela por completo:

> Nascido no seio de uma família de boa posição em plena Inglaterra elisabetana, Orlando acorda com um corpo feminino durante uma viagem à Turquia. Como é dotado de imortalidade, sua trajetória então atravessa mais de três séculos, ultrapassando as fronteiras físicas e emocionais entre os gêneros masculino e feminino. Suas ambiguidades, temores, esperanças, reflexões - tudo é observado com inteligência e sensibilidade nesta narrativa que, publicada originalmente em 1928, permanece como uma das mais fecundas discussões sobre a sexualidade humana (Woolf, 2014).

O texto destaca a apresentação inicial de *Orlando*, indicando que sua trajetória abordará profundamente temas relacionados à identidade de gênero e sexualidade. Expressões como "[...] acorda com um corpo feminino" e "[...] ultrapassando as fronteiras físicas e emocionais entre os gêneros" apontam para a transição de gênero do personagem e sugerem reflexões sobre como essas questões são vivenciadas ao longo do tempo. A análise também enfatiza o modo sensível e reflexivo com que Virginia Woolf trata o tema, reforçado pela afirmação de que a obra "[...] permanece como uma das mais fecundas discussões sobre a sexualidade humana [...]", evidenciando a relevância e o impacto duradouro da narrativa.

Porém, ao consultar a catalogação na fonte neste livro, verificou-se a adoção do termo *Romance Inglês*. Para aprofundar essa constatação, foram realizadas pesquisas nos catálogos da Biblioteca de São Paulo, BibliOn, Fundação Biblioteca Nacional e na livraria online Amazon. Em todos os casos, os termos atribuídos à obra – *Literatura Inglesa*, *Romance*, *Século XX*, *Ficção clássica* e *Literatura e ficção* – ignoram os aspectos temáticos mais profundos da narrativa, deixando de refletir diretamente sua

relevância para discussões sobre gênero e sexualidade.

O mesmo foi feito para a obra *O Quarto de Giovanni*; analisou-se a sinopse da primeira edição, publicada pela Companhia das Letras e lançada em 2018. A sinopse utilizada foi retirada diretamente do site da editora e é mesma que está na obra física.

> Com pinceladas autobiográficas, o livro trata de uma relação bissexual ao acompanhar David, um jovem americano em Paris à espera de sua namorada, Hella, que por sua vez está na Espanha. Enquanto ela pondera se deve ou não se casar com David, ele conhece Giovanni, um garçom italiano por quem se apaixona.
>
> Se em "O sol também se levanta" Ernest Hemingway retrata um grupo de americanos em uma Paris boêmia e fervilhante, O Quarto de Giovanni explora, na mesma cidade, as agruras de personagens que enfrentam o vazio existencial ao perceber a fragilidade dos laços e as frustrações de seus desejos. (Baldwin, 2018).

A sinopse de O Quarto de Giovanni destaca as principais temáticas do romance, sugerindo sua profundidade emocional e cultural. Ao mencionar "[...] a fragilidade dos laços e as frustrações de seus desejos [...]", é revelado o modo como Baldwin trata as pressões sociais e morais que moldam as escolhas dos personagens. A expressão "[...] uma relação bissexual [...]" explicita o tema central da fluidez das relações afetivas e sexuais. O conflito de David, dividido entre a relação com Hella e sua paixão por Giovanni, evidencia a tensão entre os desejos pessoais e as convenções sociais. A frase sobre "[...] as agruras de personagens que enfrentam o vazio existencial [...]" remete, de forma indireta, às dificuldades enfrentadas por pessoas LGBTQIAP+ em sociedades que marginalizam suas identidades.

Ao consultar a catalogação na fonte desta obra, foi identificado o termo *Ficção norte-americana*, que, assim como ocorreu em *Orlando*, refere-se ao gênero literário e não ao conteúdo temático. A busca nos catálogos da Biblioteca de São Paulo e da Fundação Biblioteca Nacional resultou, respectivamente, nos termos: *Literatura norte-americana*, *Ficção*, *Romance* e *Bissexualidade*; e *Ficção americana*. No acervo BibliOn, nenhuma referência à obra foi recuperada. Já na Amazon, os termos atribuídos foram: *Gay Literatura e Ficção*, *LGBTQ+* e *Ficção Literária Literatura e Ficção*. Observou-se que, em comparação a *Orlando*, *O Quarto de Giovanni* apresenta termos mais alinhados ao seu conteúdo, embora ainda não capture plenamente os temas centrais da narrativa. Isso revela uma limitação na descrição temática, afetando a visibilidade e compreensão da obra. A classificação mais precisa nesta obra pode estar relacionada ao fato de ela ser mais recente e ao reconhecimento de James Baldwin como autor que incorpora suas vivências como homem gay, além da sinopse editorial que destaca aspectos essenciais do enredo.

Frente a isso, os resultados evidenciaram um padrão recorrente na representação informacional, que privilegia o gênero literário das obras em detrimento de seus conteúdos temáticos. A ausência de termos como *sexualidade* ou *identidade de gênero* nas tags e descrições utilizadas revela uma limitação significativa na política de indexação das bibliotecas analisadas. Portanto, para assegurar maior precisão terminológica e alinhamento com as discussões contemporâneas sobre identidade de gênero e sexualidade, propôs-se uma classificação temática fundamentada no glossário de orientação sexual, identidade e expressão de gênero (The Center of Excellence on LGBTQ+ Behavioral Health Equity, n. d.). Esses termos foram escolhidos para representar de forma mais precisa os temas centrais abordados nas obras, garantindo que suas complexidades e especificidades sejam mais bem trabalhadas.

As palavras escolhidas, beaseadas no glossário, como mais representativas da temática abordada na obra *Orlando* são: *Atração romântica*; *Bissexual*; *Expressão de gênero*; *Feminino*; *Gênero fluido*; *Identidade de gênero*; *Masculino*; *Orientação sexual*; *Orientação sexual*; *Papel de gênero*; *Transgênero*. Para a obra *O Quarto de Giovanni* as palavras

adotadas foram: *Gay*; *Bissexualidade*; *Identidade de gênero*; *Heterossexismo*; *Homossexual*; *Masculino*; *Orientação sexual*; *Papel de gênero*; *Privilégio heterossexual*.

A inclusão desses termos na representação das obras facilitaria a identificação de seu conteúdo central. Eles capturam as nuances e complexidades temáticas que definem tanto *Orlando* como *O Quarto de Giovanni*, indo além das classificações genéricas baseadas em gênero literário. Essa escolha evidenciaria aos leitores e pesquisadores que os livros abordam questões de identidade, expressão e orientação sexual de forma direta, promovendo maior visibilidade de obras com essa temática, enriquecendo e garantindo a evidência da literatura queer em contextos informacionais. Essa adaptação também amplia o potencial do livro como ferramenta educativa e reflexiva, conectando-o diretamente às discussões contemporâneas sobre diversidade e inclusão.

Assim, o estudo alcançou seu objetivo ao demonstrar a desconexão entre o conteúdo crítico e literário da obra e a forma como ela é representada nos sistemas informacionais. Esse resultado reforça a necessidade de revisão nos critérios de representação de conteúdos literários de forma a incluir marcadores que refletem de maneira mais fiel os temas contemporâneos tratados em obras com temática LGBTQIAP+.

Considerações Finais

Este estudo explorou duas obras de grande relevância para a literatura queer: *Orlando*, de Virginia Woolf, e *O Quarto de Giovanni*, de James Baldwin. Essas narrativas, além de suas qualidades literárias excepcionais, desempenham um papel essencial ao abordar questões de identidade de gênero e sexualidade em contextos históricos marcados pela marginalização das comunidades LGBTQIAP+. Ao abordar temas como fluidez de gênero, orientação sexual, masculinidade e as complexidades e dinâmicas de afeto e aceitação, essas obras reafirmam sua importância como instrumentos de resistência e expressão em uma sociedade que, por muito tempo, invisibilizou essas narrativas.

A relevância dessas obras para a comunidade LGBTQIAP+ ressalta a necessidade de uma representação documental mais adequada nos ambientes informacionais. Quando essa representação não é realizada de forma apropriada há o risco de usuários interessados nesses livros enfrentarem dificuldades para encontrá-los ou explorarem plenamente seus temas. Isso compromete o acesso a narrativas essenciais que não apenas refletem experiências importantes, mas também promovem maior visibilidade e inclusão no âmbito informacional.

Além disso, as análises conduzidas demonstraram que tanto Woolf quanto Baldwin não apenas desafiaram as normas literárias e sociais de suas épocas, mas também abriram caminhos para debates mais amplos sobre a experiência humana em sua diversidade. Suas obras continuam a ser fontes poderosas de reflexão e inspiração, destacando a literatura como um espaço de resistência e afirmação.

A pesquisa revelou que a forma como obras literárias são classificadas centra-se no gênero literário e não pautam questões essenciais vinculadas ao conteúdo temático. Embora as duas obras abordem temáticas LGBTQIAP+ de maneira rica e multifacetada, os termos adotados nos sistemas informacionais frequentemente negligenciam ou simplificam essas complexidades. Gêneros literários como *Ficção americana* e *Romance* predominam, enquanto temas cruciais como *identidade de gênero*, *bissexualidade* e *expressão de gênero* são, muitas vezes, deixados de lado, mesmo que estes sejam os termos mais adequados para representar a temática dessas obras.

Essa lacuna evidencia a necessidade urgente de maior atenção ao modo como essas obras são representadas em ambientes informacionais, assegurando uma representação mais fiel e inclusiva de obras literárias. A adoção de abordagens mais sensíveis e atualizadas nas representações de conteúdo não só corrige inadequações, mas também desempenha um papel fundamental na ampliação da visibilidade da literatura queer. Além disso, ao facilitar o acesso a essas obras, permite-se que mais leitores entrem em contato com histórias

que abordem questões de identidade, gênero e sexualidade, promovendo maior empatia, diversidade e inclusão na sociedade como um todo.

Por fim, esta pesquisa teve como objetivo identificar formas de dar visibilidade à literatura queer, propondo novos termos com base em um glossário especializado em termos LGBTQIAP+. A intenção foi evidenciar a importância de utilizar uma terminologia precisa e atualizada para representar de maneira adequada o conteúdo dessas obras. Ao empregar termos mais apropriados, o acesso dos usuários ao conteúdo se torna mais eficaz e direcionado. Além de enriquecer a experiência informacional, essa abordagem amplia o acesso a essas narrativas, permitindo que o público interessado em discutir questões LGBTQIAP+ encontre materiais relevantes para suas pesquisas e leituras.

A Ciência da Informação, enquanto ciência social aplicada, ainda tem um longo caminho a percorrer no que se refere à inclusão e à representatividade de literatura fictícia nos sistemas informacionais. Como contribuição social, este trabalho visou fomentar discussões sobre a representatividade nos sistemas de informação e incentivar a inclusão de temas queer nas práticas bibliotecárias e editoriais. Reconhecer a importância dessas narrativas e garantir sua visibilidade são passos cruciais para promover uma sociedade mais equitativa e consciente das múltiplas identidades que a constituem.

Dessa forma, reforça-se a necessidade de aprimorar as práticas de representação informacional, facilitando o acesso de leitores a conteúdos que se conectem com suas experiências e interesses. Esse esforço busca garantir que as trajetórias e lutas da comunidade LGBTQIAP+ sigam inspirando novos públicos a conhecer essas narrativas, mantendo assim a voz da comunidade viva e ativa.

Referências

Almeida, D. P. R. de, et.al (2007). Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: A recuperação da informação como ponto focal. Informação e Cognição, 6(1), 16–27. https://www.researchgate.net/publication/343435216_Paradigmas_Contemporaneos_da_Ciencia_da_Informacao_a_recuperacao_da_informacao_como_ponto_focal

Baldwin, J. (2018). O quarto de Giovanni (1. ed.). Companhia das Letras.

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Edições 70.

Baum, G. M. B. (2021). O fruto proibido das bibliotecas: Literatura de temática LGBTQIA+ nas unidades de informação públicas e escolares (Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/234816/001136484.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Butler, J. (2003). Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira.

Capurro, R. (2003). Epistemologia e Ciência da Informação. https://www.capurro.de/enancib_p.htm

The Center of Excellence on LGBTQ+ Behavioral Health Equity. (n.d.). Orientação sexual, identidade e expressão de gênero: Glossário de termos. CoE LGBTQ+ BHE. https://pttcnetwork.org/wp-content/uploads/2022/06/SOGIE-Glossary.pdf

Dose, R. (2014). Magnus Hirschfeld: As origens do movimento de libertação gay.

Drisko, J. W., & Maschi, T. (2016). Content analysis. Oxford University Press.

James, E. (2005). The origins of the gay liberation movement. Student Showcase, Anchorage, 21, 23–53. https://scholarworks.alaska.edu/bitstream/handle/11122/2744/Showcase%20Journal%202005%20OCR.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Library of Congress. (2019). LGBTQIA+ studies: A resource guide. https://guides.loc.gov/lgbtq-studies

Lugarinho, M. C. (2013). Como traduzir a teoria Queer para a Língua Portuguesa. Revista Gênero, 1(1), 36–46. https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31116

Martins, C. W. S. (2022). A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. Revista Informação na Sociedade Contemporânea, 6(1), 1–26. https://repositoriotematicoigsci.wordpress.com/2022/05/15/a-cada-lgbti-o-seu-livro-

identidade-de-genero-e-sexualidade-na-biblioteconomia-brasileira-carlos-wellington-soares-martins/

Molina, L. P. P., Andrade, L. de M., & Silva, P. A. P. da. (2018). Rudolf Brazda e o Parágrafo 175: A luta de um prisioneiro homossexual nos campos de concentração. Antíteses, 11(22), 709–726. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/33443

Nodari, R. N. (2019). Entre a teoria queer e a literatura queer: Um estudo em contos brasileiros contemporâneos (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra). https://hdl.handle.net/10316/89818

Oliveira, G. Q. de, & Markendorf, M. (2020). Ficções queer brasileiras: Anotações para um dossiê. Anuário de Literatura, 25(1), 13–21. https://doi.org/10.5007/2175-7917.2020v25n1p13

Santos, R. N. R. dos, Lima, G. B. de, & Freire, I. M. (2019). Interfaces sociais da ciência da informação: Competência em informação por pessoas LGBTI+. In G. B. de Farias & M. G. G. de Farias (Orgs.), Competência e mediação da informação: Percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos (pp. xx–xx). Abecin. https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/218/193

Woolf, V. (2014). Orlando (1. ed.). Companhia das Letras.

Zauli, A., et al. (2015). Reflexões sobre diversidade e gênero (Série Ações Cidadania, n. 19). Centro de Documentação e Informação: Edições Câmara. https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/7b4068bb-f07d-403a-be33-ef9b88bc8491/download

CARTAS SÃO DOCUMENTOS?

Monica Facincani Camacho, Universidade Federal de São Carlos, 0009-0006-0999-8315, Brasil, *mcamacho@ufscar.br*

Zaira Regina Zafalon, Universidade Federal de São Carlos, 0000-0002-4467-2138, Brasil, *zaira@ufscar.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6622

Eixo: Organização da informação

Introdução

A pesquisa surge em meio a vasta diversidade do universo documental com o objetivo de discutir, a partir do conceito de documento, o escopo do objeto deste estudo: as cartas e sua relação com os arquivos pessoais e a memória coletiva. Buscam-se respostas para a questão que direciona esta pesquisa, já apresentada no título desse artigo, e, para isso, entre seus objetivos específicos situa a coleção de Luiz Carlos Prestes, em específico, as cartas, e apresenta o conceito de documento no campo da Ciência da Informação.

A carta foi escolhida como objeto de estudo porque recentemente, em 2018, a Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) recebeu a coleção de uma das figuras históricas mais importantes do Brasil, o militar e político Luiz Carlos Prestes (1898-1990). Ademais, esse tipo documental tem uma importância singular, haja vista que reporta feitos e fatos por meio de uma forma de comunicação que, de certo modo, pode-se dizer, privada.

Com base nesse material, justifica-se a relevância de se perceber as cartas de um acervo pessoal como um documento, e dessa forma, viabilizar a sua representação por meio de elementos contextuais, sendo este um processo essencial para garantia do acesso e da recuperação da informação, bem como para a preservação do patrimônio cultural material, uma vez que tanto Luiz Prestes quanto Olga

Prestes são figuras emblemáticas que viveram em períodos históricos marcantes e revolucionários do Brasil.

O presente artigo integra essa introdução, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos que contemplam a trajetória de construção da pesquisa, os resultados obtidos e interpretados sob a abordagem qualitativa e as considerações finais da pesquisa.

Referencial Teórico

Para entender o processo de escolha da BCo/UFSCar para receber o acervo de Luiz Carlos Prestes é importante mencionar como esse espaço se configura. Integra o espaço da BCo, a Coordenadoria de Coleções Especiais e Obras Raras (ColEsp), um local de pesquisa e preservação do patrimônio cultural material. A ColEsp tem, como um de seus objetivos, preservar, conservar e prover acesso a obras raras e coleções especiais na UFSCar. Conforme exposto por Coscia (2015), na composição desse acervo são utilizados os critérios recomendados pela Biblioteca Nacional (BN) do Brasil para a definição de obras especiais ou raras. Segundo Coscia (2015, p. 71) as coleções especiais "[...] resgatam a memória intelectual da sociedade, perpetuando o saber por meio do registro e disponibilização das criações humanas tanto bibliográficas como pictóricas, dentre outras". O acervo da ColEsp, muito significativo do ponto de vista intelectual e histórico, é composto por oito coleções especiais, dentre as quais destacam-se a de Luís Martins, a de Henrique Luiz Alves e a de Florestan Fernandes.

A coleção de Luís Martins é composta de 3.337 itens que formavam sua biblioteca particular. O acervo deste famoso radialista, e também escritor e jornalista, além de marido da pintora brasileira Tarsila do Amaral, foi o primeiro a compor o acervo da ColEsp, ainda em 1995. A coleção Henrique Luiz Alves, escritor e crítico literário, conta com 6.659 livros que versam sobre literatura, dentre os quais mais de 3.000 possuem dedicatórias.

A maior coleção que a ColEsp congrega é a de Florestan Fernandes, sociólogo e Deputado Federal (por dois mandatos seguidos: 1986-1994) de grande envergadura política. A coleção foi adquirida pela UFSCar em 1996, e em agosto do mesmo ano, quando era relembrado um ano da morte do sociólogo, foi inaugurada. A coleção Florestan Fernandes compreende o acervo bibliográfico, com mais de 15.000 exemplares, o mini-museu, com peças como vestuário e máquina de escrever, além do arquivo pessoal do político (denominado Fundo Florestan Fernandes – FFF). Segundo Costa (2020), o FFF foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Memória do Mundo.

Desta forma, em virtude de sua destacada trajetória com a preservação do patrimônio cultural material, a ColEsp foi honrada com a responsabilidade de custodiar o acervo doado pela Dra. Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário Prestes (1908-1942).

Anita Prestes nasceu em 27 de novembro de 1936 na prisão de mulheres de Barnimstrasse, em Berlim, na Alemanha nazista (Prestes, 2015). Viveu no México, onde viviam exiladas sua avó paterna, Leocádia Prestes, e a tia, Lygia Prestes, até o ano de 1945, quando Luiz Carlos Prestes foi libertado da prisão. Em 1945, após o fim do Estado Novo, então aos nove anos de idade, Anita pôde retonar ao Brasil e conhecer o pai pessoalmente (Redação, 2020). Anita Prestes é graduada em Química Industrial (1964) e mestre em Química Orgânica (1966), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e doutora em Economia Política (1975), pelo Instituto de Ciências Sociais (Rússia) e em História (1989), pela Universidade Federal Fluminense (UFF); é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante comunista (Prestes, 2015). Anita foi perseguida pelo regime militar instalado no Brasil em 1964, fato que a fez, em 1973, se exilar na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Exilada, recebeu o título de doutora em Economia e Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou. Retornou para o Brasil, em 1979, após a Lei de Anistia do Brasil e atuou como assessora do pai até 1990, quando Luiz Carlos Prestes faleceu.

A coleção de Luiz Carlos Prestes presente na ColEsp é composta por, aproximadamente, 1.450 itens. Alguns deles encontram-se

disponíveis para consulta local; o restante ainda está em processo de tratamento técnico. A Coleção registra a participação de Luiz Carlos Prestes por um período de cerca de setenta anos, quer seja na história política do Brasil, em movimentos políticos e sociais, como o Tenentismo e a Coluna Prestes, mas também na sua atuação política enquanto membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quer seja no âmbito privado, com registros de sua vida e de relações pessoais. Dentre os itens da coleção estão livros, objetos pessoais, indumentária, fotografias etc. Entre os materiais documentais, é possível mencionar "[...] livros da prisão com carimbo da 'Casa de Correção, RJ' - 1936-1945, muitos deles com anotações; livros pós-prisão (1948-1958) com dedicatórias, uma vasta documentação e vários objetos entre outros materiais." (ColEsp, 2025). Também fazem parte do acervo documental da Coleção, cartas de diferentes remetentes e destinatários, entre os quais a mãe de Luiz Carlos Prestes, Leocádia Prestes, sua irmã, Lygia Prestes, e sua esposa, a militante comunista alemã, Olga Benário Prestes[i].

Sobre as cartas de Prestes, Souza (2023, p. 12) comenta:

> Ao longo dos seus 92 anos de vida, Luiz Carlos Prestes (1898-1990), o Cavaleiro da Esperança, escreveu muitas cartas. Algumas foram escritas como manifestos que tornaram públicas as suas ideias; outras foram escritas em resposta às demandas de uma vida como revolucionário, líder comunista e Senador da República; outras, ainda, foram escritas no interior das relações familiares que testemunharam diferentes momentos de sua vida, como a marcha da Coluna, o exílio, a prisão e a vida na clandestinidade.

Souza (2023) afirma que as cartas de Luiz Carlos Prestes estão preservadas em três instituições: no Brasil, é possível encontrá-las na ColEsp, da BCo/UFSCar (São Carlos/SP) e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); no exterior, especificamente no Arquivo do Estado Russo de História Social e Política (RGASPI), em Moscou (Rússia). Esses documentos são de grande interesse público, pois salvaguardam a história e a memória nacional, registrando períodos importantes do país, nos quais Prestes teve um papel central com sua ação política e revolucionária (Souza, 2023). Conforme relata Prestes (2015, p. 541) "[...] Prestes foi um revolucionário que dedicou a vida à luta por justiça social e liberdade para o povo brasileiro, um comunista convicto de o socialismo ser o único caminho para a humanidade sair da pré-história [...]".

Dada a contextualização sobre o acervo da Coleção de Luiz Carlos Prestes, propõe-se uma análise do conceito de documento.

Sobre a discussão do conceito de documento, Lund (2009) explica que, ao longo dos anos, os estudos indicam que seu conceito tem sido compreendido de maneiras diferentes e com amplo significado. Antigamente, a palavra documento, derivada do latim *documentum*, não se referia somente a um objeto que poderia ser segurado nas mãos, mas era principalmente relacionado ao ensino e à educação – sentido em desuso atualmente (Lund, 2009). O autor relata que "[...] desde o início da modernidade Europeia e do Iluminismo em diante, um documento é, antes de tudo, um objeto escrito que declara e prova transações, acordos e decisões feitas por cidadãos [...] e desempenharam um papel essencial na criação de uma burocracia pública" (Lund, 2009, p. 9).[ii]

Smit (2008, p. 11), por sua vez, esclarece que foram detectadas duas correntes de pensamento sobre o entendimento do termo documento: uma pragmática, que limita o documento a um registro gráfico, primordialmente textual (podendo abarcar os audiovisuais); e outra funcionalista, que está menos relacionada à materialidade e mais à sua função.

O conceito de documento foi ampliado, a partir das ideias de Henri La Fontaine e Paul Otlet, sendo a partir de então considerado o conteúdo documental expresso em diferentes suportes e formatos (Rabello, 2020). O termo documento, com Otlet (1937, p. 11), seguiu a

corrente funcionalista, e expandiu-se para além de livro:

> Livro (*bíblion*, documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias etc. A documentação no sentido lato do termo abrange o livro, isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresentam.

Suzanne Briet, bibliotecária francesa, seguiu a mesma corrente de Otlet. Ao perceber a carência de um sentido pleno para a abordagem funcional do documento, Briet (2016, p. 1) apresenta uma definição geral em seu livro *Qu'est-ce que la documentation*?, publicado em 1951: "[...] um documento é uma evidência em apoio a um fato". Briet (2016, p. 1) também afirma que documento é "[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual".

Quanto à sua natureza, Robredo (1978) informa que o documento tem se transformado desde o começo do século, bem como que seu conceito tem sido ampliado para "[...] todo tipo de suporte físico da informação, que permita o seu armazenamento e uso". Assim, documento pode ser "[...]um disco, um filme cinematográfico, uma revista, um livro, um artigo, uma coleção de diapositivas, uma fita magnética, um programa de computador, etc" (Robredo, 1978, p. 1-2).

Para Le Coadic (2004, p. 5), documento "[...] é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma ideia ou uma informação por meio de signos gráficos e icônicos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras e símbolos), sonoros e visuais".

Meyriat (2016) propõe uma concepção ampliada do termo documento, definindo-o como um objeto que atua como suporte da informação e essencial para os processos comunicacionais, além de ser caracterizado por sua durabilidade. O autor distingue duas dimensões complementares no conceito de documento: uma de ordem material, que se refere ao suporte físico em que está registrado, e outra, de ordem conceitual, relativa ao conteúdo comunicacional propriamente dito (Meyriat, 2016).

Embora teoricamente qualquer objeto possa ser considerado um documento, nem todos exercem, de fato, a função de informar — embora esta possa estar entre suas possíveis atribuições; documentos são veículos de informação que carregam significados. Para Meyriat (2016), documento não se trata apenas de objetos físicos, mas de suportes informacionais. Ele ressalta os documentos escritos como exemplares privilegiados, sem ignorar que a noção de documento vai além da escrita. Para Meyriat (2016), objetos tornam-se documentos ao receberem significado. Essa ideia é reforçada pela proposição de Frohmann (2004), ao afirmar que documentos são "[...] materialidades da informação".

Meyriat (2016) aponta a relação entre objeto e mensagem posto que, mesmo que um objeto não tenha sido criado com tal finalidade, ele pode tornar-se documento pelo fato de que aquele que nele busca informação, o promove, assim, a suporte de mensagem, afinal "[...] a comunicação pressupõe, de fato, dois atores, o emissor e o receptor da mensagem [...] ambos habilitados a fornecer-lhe uma significação".

No mesmo sentido, Grigoleto e Murguia (2009, p. 7) afirmam que o desejo de obter informação é "[...] um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento, ainda que o desejo de seu criador tenha sido outro. O documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou de ser informado". Chagas (1994), ao relatar sobre como "nasce" um documento, explica:

> Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar

> interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. (Chagas, 1994, p. 35).

Ou seja, o objeto nem sempre surge com a função documental, mas conforme Meyriat (2016) afirma, pode ter, também, esta função, mesmo que atribuída pelo usuário. Lara & Ortega (2011, p. 373), por sua vez, indicam que a noção de documento se amplia visto que "[...] se define como tal quando faz sentido para alguém em alguma circunstância".

Essa diversidade de registros, que ultrapassa os formatos tradicionais e se concretiza em suportes variados, também carregam o valor documental, posto que, conforme Otlet (1937) e Briet (2016) expõem, seu significado está mais ligado à informação presente do que ao suporte ou à forma.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem qualitativa e faz uso da revisão bibliográfica, que é "[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 2012, p. 50). É caracterizada como exploratória, porque segundo Gonsalves (2007, p. 65), ela "[...] se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado".

Com o obejtivo de aprofundar a compreensão sobre cartas, enquanto tipo documental, e dar início ao levantamento da literatura, fase em que acontece o processo de busca e análise das fontes de informação, foram realizadas buscas em uma base de dados, a saber: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), base de abrangência nacional e com conteúdo disponível em acesso aberto. Foram definidas as palavras chaves a serem utilizadas nos campos de busca, sendo elas: carta, correspondência e epístola. Vale observar que durante a realização das buscas foram utilizados também os recursos de truncagem (recursos utilizados para encontrar palavras no singular ou plural, palavras do mesmo radical e variações de escrita).

O referencial teórico acerca do documento teve como base principal os textos de Otlet (1937, 1990), Lund (2009), Briet (2016) e Meyriat (2016), mas também contou com Smit (2008), Robredo (1978) e Le Coadic (2004).

Ao recuperar fontes diversas, foi dada ênfase nos trabalhos que abordavam a reflexão em torno da noção de documento e materiais que abordassem as cartas enquanto documento no campo da Ciência da Informação (seja ele no universo da Arquivologia, Biblioteconomia ou da Museologia).

Resultados

Em seu Tratado de Documentação, Otlet (1934, p. 272-273) reconhece a carta como documento quando faz a apresentação de outras espécies de documentos:

> *Cartas*. *Epístolas*. [...] escritos destinados à correspondência [...]. Dá-se o nome de epístola às missivas dos antigos que chegaram ao nosso conhecimento, em particular as cartas de são Paulo e de alguns outros apóstolos (ver Bíblia). As missivas deram origem a todo um gênero literário, muito amplo e bem variado, chamado de gênero epistolar. Ele compreende tanto as cartas escritas realmente aos correspondentes, quanto as obras escritas em forma de cartas, como as *Lettres provinciales*, de Pascal, as *Lettres persanes*, de Montesquieu, e os romances em forma de cartas.

Meyriat (2016, p. 242-243) também identifica as cartas como documentos:

> As cartas escritas por Napoleão eram originariamente documentos, porque elas foram feitas para fornecer a seus correspondentes informações sobre seus sentimentos, seus planos, suas decisões; em seguida, elas se tornaram documento de segundo grau para o historiador que nelas buscava informações sobre o personagem, sobre os mecanismos políticos do Império, sobre o comportamento dos súditos do Imperador.

Embora não sejam fontes de informação convencionais, as cartas podem ser consideradas documentos pois carregam significado em um suporte material, tornando-as representáveis, recuperáveis e alinhadas às estratégias de preservação da memória.

A partir dessas considerações, e daquelas apresentadas no Referencial Teórico, as cartas de Luiz Carlos Prestes, são documentos e sua coleção pode ser caracterizada como *Arquivo pessoal*, como *Arquivo de família*, ou como *Arquivo privado*.

Arquivo pessoal, definido no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 34), é um termo que remete a "arquivo de pessoa física". A relação com o uso mais amplo do termo – *Arquivo* – também está indicada: "Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte." (Arquivo Nacional, 2005, p. 27). Outros conceitos apresentados nessa mesma fonte, e que tem relação com o objeto de estudo desta pesquisa, é *Arquivo de família*, apresentado como "Arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familial ou arquivo familiar" (Arquivo Nacional, 2005, p. 29); e *Arquivo privado*, "Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular." (Arquivo Nacional, 2005, p. 35).

Conforme conceituado por Oliveira (2016, p. 2), arquivos pessoais correspondem ao "[...] conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais". Complementando essa perspectiva, Fontes & Saeta (2019) afirmam que os arquivos pessoais constituem verdadeiros "arquivos de vivência".

Para Oliveira, Silva & Sobral (2018, p. 2), "[...] documentos que compõem um arquivo pessoal são produtos das relações que um indivíduo desempenha no processo de registrar suas ações, o seu modo de viver e sua forma de se relacionar em sociedade".

> [...] os documentos produzidos e recebidos por um indivíduo no desempenhar de suas atividades, quando preservados, são eivados pelo seu potencial informacional, funcionando como registros de um determinado contexto, e são, também, fonte de memória de seus produtores e da sociedade nos quais foram produzidos, adquirindo novos sentidos para além daqueles que foram gerados. (Oliveira, Silva & Sobral, 2018, p. 2).

Segundo Oliveira (2012 *citado por* Macedo e Oliveira, 2019, p.116), os arquivos pessoais refletem a trajetória de vida de seu titular, revelando suas redes de relações, de caráter pessoal ou profissional, bem como aspectos íntimos e emocionais de sua existência. Fontes & Saeta (2019, p. 119) ampliam essa compreensão ao afirmar que as cartas contidas nesses arquivos não se limitam ao fornecimento de dados sobre a esfera privada de seus autores. Ao serem institucionalizadas e reconhecidas como documentos arquivísticos, essas correspondências adquirem visibilidade pública e valor social.

> O ingresso dos arquivos pessoais em instituições de preservação e acesso não é só devido ao reconhecimento da importância para a sociedade dos documentos que reúne, mas também do desejo dos herdeiros e sucessores

> do titular do arquivo em preservar o conjunto de documentos, e, por seu meio, imortalizar o seu titular. E, igualmente, do interesse de instituições em investir na preservação, organização e difusão desses conjuntos. Cada uma das partes envolvidas possui objetivos específicos e desempenha funções relacionadas a eles. Mas nenhum dos objetivos das partes se assemelha às motivações que dão origem ao documento. (Oliveira, 2016, p. 190).

Carta, em geral, pode ser compreendida como "[...] comunicação impressa ou manuscrita [...] entre pessoas afastadas ou ausentes" (Carta, 2025). Vasconcellos (2008 p. 373) observa que "[...] etimologicamente provém do latim *charta.ae* ou *carta,ae*. 'folha de papiro preparada para receber a escrita; folha de papel (feito antigamente da entrecasca do papiro)' ". No aspecto jurídico, a Lei [Brasileira] nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, define a carta como "[...] objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário" (Lei, 1978). Segundo Vasconcellos (2008, p. 374), cartas "[...] têm caráter íntimo e/ou confidencial", o que reitera o afirmado na Lei. Para Oliveira, Silva & Sobral (2018, p. 4)

> [...] esse meio de comunicação carrega em si sinais reveladores do passado, são veículos comunicacionais que objetivam abolir distâncias entre os interlocutores e encerram características que garantem a sua forma e reconhecimento.

No passado era um dos poucos meios de comunicação disponíveis. Conforme observado por Faviano (2019) "[...] escrever e receber cartas adquiriu uma espécie de refinamento, de costume que ficou lá no passado em detrimento de novos meios de comunicação, como o correio eletrônico, os aplicativos de celular e as mídias sociais". Gonçalves (2021) corrobora esse argumento, informando que hoje em dia a carta é uma espécie documental quase em extinção, tendo sida substituída pelas mensagens eletrônicas.

A prática da escrita remonta às civilizações antigas, e observando pelo contexto brasileiro, Vasconcellos (2008) relembra que a história do Brasil tem início com a carta redigida por Pero Vaz de Caminha, e endereçada ao Rei de Portugal, Dom Manuel I, com suas primeiras impressões da terra descoberta, descrevendo suas belezas e seus habitantes.

Falar sobre a escrita de cartas, considerando como elementos significativos a sua forma e as marcas e sinais que revelam a relação do indivíduo que as produziu com a sociedade em que viveu, é um desafio aos pesquisadores que desejam compreender a natureza da escrita epistolar e suas configurações ao longo do tempo (Sobral, 2019, p. 48).

> [As cartas apresentam] características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem setratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas… Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas. (Oliveira, 2016, p. 5).

Horta, Dias & Cordeiro (2018) indicam que, desde o século XIX, historiadores, sociólogos e antropólogos utilizam cartas como fontes documentais ricas em aspectos culturais, políticos e sociais. Essas fontes possibilitam acessar fatos que articulam perspectivas pessoais com contextos históricos.

Conforme Milanesi (2002), a essência da atividade intelectual e criativa, seja a anotação de pensamentos, a expressão de sentimentos ou a criação de formas, perderia seu significado intrínseco se não houvesse a possibilidade de registrar tais atos. Nesse sentido, o autor alega que a acumulação de registros, em qualquer de suas modalidades, adquire sua plena justificativa e relevância somente quando se garante a acessibilidade futura a esses conteúdos (Milanesi, 2002).

No sentido de preservar a memória, Foucault (1992) afirma que a escrita age na abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer. Otlet (1990) também reflete sobre a memória quando diz que sem a ajuda dos documentos a memória sozinha não é suficiente para a recordação.

> De forma geral, pode-se afirmar que os documentos de todos os tipos, cuja produção começou há séculos e continua de maneira incessante em todos os países, registram, dia após dia, tudo o que foi descoberto, pensado, imaginado ou planejado. Assim, eles representam o meio pelo qual todo esse conhecimento foi transmitido de geração em geração e de um lugar para outro. Como um todo, portanto, os documentos formam a memória gráfica da humanidade, o corpo físico do conhecimento. (Otlet, 1990, p. 105, tradução nossa).

A compreensão da memória coletiva e sua conexão com os arquivos pessoais e documentais é fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática. Segundo Sobral (2019) os arquivos pessoais representam um conjunto relevante de registros que constituem parte da memória coletiva. Esta perspectiva reflete na argumentação de Tanno (2018), que eleva a guarda, preservação e acesso a memórias múltiplas a um patamar essencial para a construção de uma sociedade democrática plena; a autora enfatiza que tais práticas não apenas salvaguardam o passado, mas também geram possibilidades cruciais para um debate imparcial entre os diversos setores sociais, permitindo a confrontação e a coexistência de narrativas distintas. A complexidade inerente ao conceito de memória é um ponto central na reflexão de Tanno (2018, p. 89-90), que adverte que a memória apresenta múltiplos conceitos, e é frequentemente "[...] utilizada como narrativa de certos fatos históricos, cujo conteúdo passou pelo crivo dos interesses de grupos, pessoas ou instituições, sendo assim também símbolo ou representação de algo glorioso que aconteceu, ou que não existe mais, mas que é perpetuado para a posteridade".

A relação entre a organização documental e a proteção do patrimônio humano é apontada por Milanesi (2002), quando argumenta que a ausência de documentos compromete a transmissão de conhecimento às gerações futuras.

A motivação desse esforço de organizar e tornar acessível os documentos e o patrimônio cultural material reside, portanto, na necessidade de assegurar a continuidade do saber acumulado. Merlo & Konrad (2015) complementam essa visão ao destacar que a preservação do patrimônio documental estabelece uma conexão entre a sociedade e os registros. Contudo, para que isso seja possível, é necessário que os registros estejam não apenas organizados e disponíveis, mas, também, sejam recuperáveis. A recuperação dos documentos é o processo que garante que a memória possa ser acessada. Pereira Filho (2000) aponta que "[...] a noção de documento mostra-se como possibilidade para pensarmos formas de representação daquilo que se denomina patrimônio cultural".

Sobre patrimônio cultural brasileiro, é na Constituição Federal do Brasil (1988) que está expresso sua compleição: é constituído de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, mos quais se incluem:

> I - as formas de expressão;
>
> II - os modos de criar, fazer e viver;

> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Conclui-se, portanto, que o patrimônio cultural brasileiro engloba todos os meios de expressão, materiais ou imateriais, consistindo na memória da sociedade, nos quais se inserem os documentos.

Discussão

É importante ressaltar que o propósito desta pesquisa não consistiu em estabelecer uma definição única e definitiva para a concepção de carta enquanto documento, mas sim promover uma reflexão crítica sobre os múltiplos significados que esse conceito assumiu ao longo do tempo, incentivando, assim, estudos futuros sobre o tema.

A revisão da literatura evidenciou diversas interpretações atribuídas ao termo documento em diferentes contextos históricos, disciplinares e epistemológicos. Diante dessa diversidade, optou-se por selecionar os entendimentos considerados mais relevantes para os objetivos deste estudo, de modo a fundamentar a construção de um referencial teórico que privilegie uma abordagem mais ampla e inclusiva do conceito. Também é preciso explicitar a compreensão de documento enquanto coisa, registrado em um suporte, de característica tangível, o que se alinha à proposta de Buckland (1991) sobre a tangibilidade da informação para seu processamento, tratamento e recuperação nos sistemas informacionais.

Diante dos diversos conceitos identificados na revisão de literatura, foram selecionados aqueles considerados mais pertinentes à construção de uma definição mais ampla e compreensiva. A partir da análise dos documentos recuperados, conclui-se que as cartas podem ser caracterizadas como documentos, uma vez que contêm informações ou ideias registradas por meio de texto escrito e/ou imagens, em um determinado suporte, com a finalidade de informar e comunicar.

Cada carta está inserida em um contexto específico, determinado pela motivação que levou à sua produção. Podem abordar temáticas diversas, variando entre questões de cunho profissional e aspectos da vida pessoal, o que lhes confere múltiplas finalidades. Enquanto documentos, as cartas possuem valor informativo significativo, sobretudo quando preservadas com o intuito de registro ou construção da memória. Essa perspectiva é corroborada com a afirmação de Costa (2011): "[...] o conteúdo da carta assim como o próprio documento são instrumentos de formação de memória, independente da veracidade ou autenticidade de sua composição".

Oliveira *et al.* (2020, p. 175), por sua vez, afirmam que "[...] documentos, quaisquer que sejam a ação ou atividade que os originaram, são produzidos em um contexto específico. O lugar social que um sujeito ocupa, as relações sustentadas, os contratos e pactos estabelecidos são elementos passíveis de identificação nestes documentos". Nesse sentido, o entendimento do contexto em que foram produzidas torna-se essencial para assegurar uma representação documental mais precisa, favorecendo sua recuperação informacional e possibilitando o estabelecimento de conexões com outros documentos. Isso vai ao encontro do que Brascher e Café (2008) apresentam, posto que a organização da informação se constitui de um processo complexo que engloba tanto aspectos do suporte quanto do conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo acontece com a materialização dos atributos essenciais do documento em um formato que facilite ações de identificação, busca, recuperação, localização e uso. Santos (2000, p. 7) enfatiza que "[...] o conhecimento se desenvolve a partir da interação entre quem busca o conhecimento e as formas de representação disponíveis". E é sob essa perspectiva que a natureza interativa do

processo se destaca, indicando que a existência de registros não garante a aquisição de conhecimento. Como argumenta Milanesi (2002, p. 21), "[...] o homem registra para reter, e o registrado não encontrável, na prática, é igual ao inexistente". Essa abordagem confirma a indissociabilidade entre a representação e a recuperação da informação, pois, um documento, por mais valioso que seja seu conteúdo, não tem valor se não puder ser localizado e ter seu acesso garantido. Para Milanesi (2002), a atividade de guardar, registrar e buscar informações se estendem para além dos limites de um único indivíduo, configurando-se como um mecanismo fundamental para manter viva da memória da humanidade.

Por sua vez, os resultados evidenciaram uma significativa escassez de literatura específica que explore as cartas enquanto tipologia documental no âmbito da Ciência da Informação. A maioria dos estudos recuperados e analisados concentrava-se na área da Arquivologia, abordando as cartas sob uma perspectiva predominante arquivística. Essa constatação sugere um hiato no campo da Ciência da Informação, especialmente no que se refere ao aprofundamento das discussões teóricas e metodológicas sobre a carta enquanto documento.

Considerações Finais

Pensando nas cartas escritas e recebidas por Luiz Carlos Prestes fica evidente a importância do valor informativo e contextual de seu arquivo pessoal, seja para preservação do patrimônio cultural material, quanto para preservação da memória. Também foi destacada a importância da materialidade do documento, posto que isso garante a representação das cartas e, em consequência, sua recuperação. Luiz Carlos Prestes foi um revolucionário comunista, militar e político brasileiro. Membro do Partido Comunista Brasileiro por muitos anos, elegeu-se senador logo após ser libertado da prisão. Sua vida foi marcada pela perseguição política: preso durante a ditadura do Estado Novo e novamente após a instituição do regime militar no ano de 1964, o que o levou ao exílio na União Soviética. Prestes participou ativamente de movimentos em todo o país, sendo um dos líderes da Coluna Prestes, um importante movimento político-militar brasileiro que ocorreu entre 1925 e 1927. Prestes lutou por reformas sociais e políticas e defendeu a revolução comunista. De acordo com Prestes (2015, p. 529) "[...] até o seu falecimento, manteve o empenho pela criação das condições para a fundação de uma partido revolucionário no Brasil". Foi um líder incansável na luta pela democracia no Brasil, sempre participando de campanhas eleitorais. Sua última participação na eleição presidencial se deu em 1990, na qual formulou seu apoio ao então candidato, Luiz Inácio Lula da Silva – hoje novamente Presidente do Brasil –, apesar de, nas palavras de Prestes "[...] sempre tenhamos feito restrições à candidatura do Sr. Lula" (Prestes, 2015, p. 540). Prestes veio a falecer em 7 de março de 1990, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

A relevância de Prestes na história do Brasil o coloca na condição de protagonista. Seus documentos, como cartas, objetos pessoais e livros, são fontes primárias para a compreensão de sua vida e de sua época, e constituem um patrimônio de valor inestimável.

Talvez, as cartas de Luiz Carlos Prestes não se alinhem com a função documental ou representacional proposta por Chagas (1994); pode ser que se aproximem mais da concepção apresentada por Costa (2011, p. 3.451): "[...] inseridas em contextos sociais e carregadas de informações sobre os grupos, as cartas são detentoras de discursos". Detentoras de discursos, as cartas integrantes do acervo de Luiz Carlos Prestes compreendem parte da história política do Brasil, além de apresentarem a perspectiva da sua vida pessoal, somada à luta política e social.

O acervo de Prestes, por sua vez, traz no bojo o perfil de patrimônio cultural revelado por Araripe (2004): "[...] enquanto memória coletiva, uma valiosa fonte de informação para o ensino e a pesquisa, capaz de promover a construção de um indivíduo atento no processo de formação social".

O incentivo para estudos dedicados às cartas, considerando seu valor documental, são

incentivados, uma vez que a preservação da memória demanda que esses documentos sejam representados de forma adequada, com a finalidade garantir o acesso público.

Referências

Araripe, F. M. A.(2004). Do patrimônio cultural e seus significados. Transinformação, 16(2). https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6371.

Arquivo Nacional. (2005). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional. https://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/pesquisa/ebooks/416005.pdf

Brascher, M. & Café, L. (2008, 28 de setembro a 1 de outubro). Organização da informação ou organização do conhecimento? Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Briet, S. (2016). O que é a documentação? Briquet de Lemos.

Buckland, M. (1991). Information as a thing. Journal of the American Society for Information Science, 42(5), 351-360. https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3

Carta. (2025). Michaelis on-line: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos. https://michaelis.uol.com.br/moderno portugues/busca/portugues-brasileiro/CARTA/

Chagas, M. de S. (1994). Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. Cadernos de Sociomuseologia, (2). https://recil.ulusofona.pt/collections/cff2c341-9e3f-434d-bbde-55e8c90fcfa2

ColEsp – Coordenadoria de Coleções Especiais e Obras Raras. 2025. Universidade Federal de São Carlos. https://www.bco.ufscar.br/acervos/colecoes-especiais

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cóscia, V. L. (2015). UFSCar: Coleções Especiais em uma biblioteca comunitária. Em B. G. V. Vieira & Alves, A. P. M. Acervos especiais: memórias e diálogos. Cultura Acadêmica.

Costa, C. (2020) Universidade Federal de São Carlos guarda o acervo do sociólogo. https://jornal.usp.br/cultura/obras-de-florestan-fernandes-comecam-a-ser-reeditadas/#:~:text=%E2%80%9CAs%20negocia%C3%A7%C3%B5es%20para%20a%20vinda,dos%20Trabalhadores%E2%80%9D%2C%20comenta%20Claudia

Costa, T. C. (2011, 23 a 26 de outubro). O passado presentificado na coleção de cartas da Sra. Madeleine Wallace (O fabuloso destino de Amelie Poulain. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Brasília, DF, Brasil. https://brapci.inf.br/v/183772.

Faviano, G. (2019). Generos textuais e identificação de tipos de cartas no arquivo de Camargo Guarnieri. Em Campos, J. F. G. (org)., Arquivos pessoais: experiências e perspectivas. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP. https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%AAncias-e-perspectivas.pdf

Fontes, L. A. S. & Saeta, T. A. (2019). Cartas de arquivo: um projeto de mediação cultural nos 180 anos do arquivo nacional. Acervo, 32(3), 108. https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1312

Foucault, M. (1992). A escrita de si. Em M. Foucault. O que é um autor? Passagens.

Frohmann, B. (2004). Documentation Redux: Prolegomenon to (Another) Philosophy of Information. Library Trends, 52(3), 387-407. https://www.ideals.illinois.edu/items/1775

Gil, A. C. (2012). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6ª. ed.). Atlas.

Gonçalves, M. M. M. (2021). Representação da informação nas cartas do fundo arquivistivo Antonio Martins Filho na Universidade Federal do Ceará. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação]. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57632/3/2021_dis_mmmgon%C3%A7alves.pdf

Gonsalves, E. P. (2007). Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. (4ª ed.). Alínea.

Grigoleto, M. C.; Murguia, E, I. (2009). O documento e seu valor patrimonial. Os processos de tombamento do museu histórico

e pedagógico “Prudente de Moraes”. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, João Pessoa, PB, Brasil. http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3313/2439.

Horta, N. M., Dias, D. A., & Cordeiro, L. C. (2018). Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, 8(1), 1-16. https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17036/13806

Lara, M. L. G. & Ortega, C. D. (2011, 30 de junio a 1 de julio). Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. Congreso ISKO-España, Ferrol, España. https://iskoiberico.org/es/congresos/ferrol-2011

Le Coadic, Y. F. (2004). A ciência da informação. (2ª ed.). Briquet de Lemos.

Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978. (1978). Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6538.htm

Lund, N. W. (2009). Teoria do Documento. Annual Review of Information Science and Technology, 43(1), 1–55. http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan items/476350/831836/p.6-46-00-5907novo-1.pdf

Macedo, P. L. P., Oliveira, L. M. V. (2019). Arquivos pessoais e teoria arquivística: o arranjo como uma função de pesquisa. Em Campos, J. F. G. (org)., Arquivos pessoais: experiências e perspectivas. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP. https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%AAncias-e-perspectivas.pdf

Merlo, F., & Konrad, G. V. R. (2015). Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. Informação & Informação, 20(1), 26-42. http://arquivistica.fci.unb.br/au/documento-historia-e-memoria-a-importancia-da preservacao-do-patrimonio-documental-para-o-acesso-a-informacao/

Meyriat, J. (2016). Document, documentation, documentologie. Schéma et Schématisation, 14, 51-63. https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22480/18073

Milanesi, L. (2002). Biblioteca. Ateliê Editorial.

Oliveira, L. M. V. (2016). A propósito da carta de Mário. Em L. S. de Freitas, Fonseca, V. M. M. Da & Lima, M. H. T. de F. (Orgs.). Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações. EdUFF. https://ppgci-uff.com.br/wp-content/uploads/2022/02/Etica-e-politicas-da-informacao-Agentes-regimes-e-mediacoes.pdf

Oliveira, L. M. V. de *et al.* (2020, 11 a 12 de julho de 2019). Organização do conhecimento e identificação tipológica: aportes para projetos de pesquisa em arquivos pessoais. Congreso ISKO España y Portugal. https://doi.org/10.5281/zenodo.3736656

Oliveira, L. M. V., Silva, J. A. & Sobral, C. C. (2018, 12 e 13 de novembro). Repensando as cartas em arquivos pessoais. Seminário Hispano-Brasileiro, Madri, España. http://hispano-brasileiro.com.br/items/show/426

Otlet, P. (1934). Tratado de documentação. Briquet de Lemos.

Otlet, P. (1937). Documentos e documentação. [Discurso]. Congresso Mundial da Documentação Universal, Paris. https://eooci.uff.br/documentos-e-documentacao/

Otlet, P. (1990). International organisation and dissemination of knowledge: selected essays of Paul Otlet. Elsevier.

Pereira Filho, H. F. (2022). Documento e patrimônio entre usos e reflexões. Tempo Social, 34(3), 295-313. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.201919

Prestes, A. L. (2015). Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro. Boitempo.

Rabello, R. (2020). Apontamentos sobre a dimensão social e disciplinas do processo de organização do conhecimento. Em A. C. Albuquerque & Arakaki, A. C. S. Questões teórico-epistemológicas para a ciência da informação: possibilidades e contribuições. Ed. Unijuí.

Redação. (2020). Anita: a filha de Prestes e Olga Benário que nasceu em campo de concentração. Aventuras na História. https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-anita-prestes-olga-benario-vargas-comunismo.phtml.

Robredo, J. (1978). Documentação de hoje e de amanhã. Associação de Bibliotecários do Distrito Federal.

Santos, P. L. V. A. C. (2013). Catalogação, formas de representação e construções mentais. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 6(1), 1-24. http://hdl.handle.net/11449/115044.

Smit, J. W. (2008). A documentação e suas diversas abordagens. Em N. Granato, Santos, C. P. & Loureiro, M. L. N. M. (Orgs.). Documentação em Museus. MAST.

Sobral, C. C. (2019). Cartas em arquivos pessoais: uma discussão necessária. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro]. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_4bceaa4ef8c0fc6b01829e12d6f02481/Details

Souza, C. S. (2023). Legado e reconhecimento: trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes (1936-1945). [Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas].

Tanno, J. L. (2018). Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. Acervo: Revista do Arquivo nacional, 31(3). https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/56

Vasconcellos, E. (2008). Intimidade das confidências. Teresa: Revista de Literatura Brasileira, (8-9), 372–389. https://revistas.usp.br/teresa/article/view/116762

[i] Na mesma época em que Luiz Carlos Prestes foi preso, em 1936, sua esposa, Olga Benário, também foi presa e extraditada para a Alemanha; estava grávida de sete meses e, por ser judia, foi entregue à Gestapo, polícia política do governo nazista alemão. Após dar a luz à Anita Prestes, Olga foi separada da filha e morta em um campo de concentração, aos 34 anos. Anita Prestes foi resgatada após mobilização de movimentos de solidariedade internacionais, como na França, nos Estados Unidos e em vários outros lugares, graças, inclusive, às diversas tratativas conduzidas por sua avó, Leocádia, e sua tia, Lygia (Redação, 2020).

[ii] Lund (2009) relata que, por volta de 1900, muitos estudiosos europeus trabalharam juntos para a criação de ambientes de colaboração internacional, como congressos e associações científicas, quanto em sistemas de classificação documental. Rabello (2020) comenta que o desenvolvimento da indústria editorial no século XIX contribuiu com a produção documental em larga escala, o que tornou complexo o processo de organização e de recuperação da informação. Algumas iniciativas criadas para o tratamento documental com finalidade de organizar a informação mencionados por Rabello (2020) são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Diante da necessidade de ferramentas que agilizassem a busca por publicações, os estudiosos Henri La Fontaine e Paul Otlet, mirando a organização de informação, fundaram o *International Institute of Bibliography* (IIB), um centro de cooperação internacional em Bruxelas, na Bélgica, onde nasceu a Classificação Decimal Universal (CDU).

[1] Na mesma época em que Luiz Carlos Prestes foi preso, em 1936, sua esposa, Olga Benário, também foi presa e extraditada para a Alemanha; estava grávida de sete meses e, por ser judia, foi entregue à Gestapo, polícia política do governo nazista alemão. Após dar a luz à Anita Prestes, Olga foi separada da filha e morta em um campo de concentração, aos 34 anos. Anita Prestes foi resgatada após mobilização de movimentos de solidariedade internacionais, como na França, nos Estados Unidos e em vários outros lugares, graças, inclusive, às diversas tratativas conduzidas por sua avó, Leocádia, e sua tia, Lygia (Redação, 2020).

[1] Lund (2009) relata que, por volta de 1900, muitos estudiosos europeus trabalharam juntos para a criação de ambientes de colaboração internacional, como congressos e associações científicas, quanto em sistemas de classificação documental. Rabello (2020) comenta que o desenvolvimento da indústria editorial no século XIX contribuiu com a produção documental em larga escala, o que tornou complexo o processo de organização e de recuperação da informação. Algumas iniciativas criadas para o tratamento documental com finalidade de organizar a informação mencionados por Rabello (2020) são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Diante da necessidade de ferramentas que

agilizassem a busca por publicações, os estudiosos Henri La Fontaine e Paul Otlet, mirando a organização de informação, fundaram o *International Institute of Bibliography* (IIB), um centro de cooperação internacional em Bruxelas, na Bélgica, onde nasceu a Classificação Decimal Universal (CDU).

ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM INCLUSIVOS: A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E UNIVERSITÁRIAS

Michelle Karina Assunção Costa 1[i], Universidade Federal de Minas Gerais, 0000-0001-8419-2908, Brasil, *michelleassuncao@gmail.com*

Dalgiza Andrade Oliveira2, Universidade Federal de Minas Gerais, 0000-0002-0814-6325, Brasil, dalgizamg@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6623

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Introdução

O presente artigo origina-se a partir da tese, defendida no ano de 2022, *As (d)eficiências na gestão de bibliotecas universitárias: um olhar sobre a perspectiva da diversidade*, em que se compreende que é inevitável que todo o sistema educacional brasileiro tenha bibliotecas acessíveis para a pluralidade de alunos que constituem a comunidade escolar. Ademais, dialoga com o objetivo da Frente de Trabalho Biblioteca Escolar e Política de Leitura, lançado em 2024, do Instituto Nacional de Política Educacional e Trabalho Docente (INCT) Gestrado e sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de analisar o movimento em relação à biblioteca escolar e aos hábitos de leitura, usos e substituição do acervo físico por digital, mudança de hábitos, exigências, programas públicos.

O INCT Gestrado se organiza em oito frentes de trabalho, a saber: Atendimento Escolar; Trabalho e Emprego Docente; Saúde Docente; Alimentação Escolar; Biblioteca Escolar e Política de Leitura; Tecnologias Digitais e

Trabalho Docente; Atores, Agendas e Políticas Educacionais; e, Educação e Comunicação.

No contexto da educação, das bibliotecas escolares e universitária, e da comunidade escolar, o problema de investigação centra-se no olhar dirigido aos alunos com deficiência ou pessoas com deficiência (PcD), termos aqui tratados como sinônimos, no sistema educacional brasileiro.

E nesse sistema educacional, as bibliotecas integram o processo ensino-aprendizagem. A biblioteca escolar é

> um espaço de aprendizagem físico e digital numa escola pública ou privada do ensino básico ou secundário que responde às necessidades de informação dos seus alunos e às necessidades curriculares dos seus professores e funcionários. Uma biblioteca escolar disponibiliza uma coleção de recursos educativos adequados aos níveis de ensino da escola. A biblioteca escolar é gerida por um bibliotecário escolar, cuja função é a de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, pessoal, social e cultural dos alunos e professores através de atividades e serviços relacionados com a leitura, pesquisa e investigação (International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO, 2025, p.1).

A biblioteca universitária é aquela

> [...] que é mantida por uma instituição de ensino superior e que atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão. Pode ser única biblioteca ou várias organizadas como sistema ou rede (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 53).

Ante o exposto, nesse universo que compõe as referidas bibliotecas é fundamental naturalizar, no seu cotidiano, a acessibilidade em suas práticas. Tendo em vista que há marcos históricos e regulatórios que orientam e reconhecem o direito das PcD a educação, informação entre outros. Como discorre Carvalho (2017, p. 23-23)

> no âmbito interno das escolas, existem as bibliotecas que são espaços primordiais no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, contribuindo com o enriquecimento cultural dos discentes. Esse ambiente da biblioteca escolar precisa atender, assim como a escola como um todo, às adequações de acessibilidade, evitando, pois, barreiras.

À passagem de Carvalho, acrescentam-se os adultos e idosos matriculados no ensino superior, que também são usuários das bibliotecas universitárias.

No contexto do acesso à informação, aos livros e bibliotecas, no ano de 2018, instituiu-se a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLL), Lei nº 13.696, de 12 de julho. Dentre as suas diretrizes, há a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito [...], o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC) entre outras. Destaca-se no PNLL cabe ao órgão garantir a inclusão de PcD, assegurando as condições necessárias de acessibilidade e observando os acordos, convenções e tratados internacionais que promovem o acesso desse público às obras literárias (Brasil, 2018, *online*). Isso posto, percebe-se a ligação intrínseca da leitura e das bibliotecas e, consequentemente, o de se pensar e incluir todas as pessoas, com ou sem deficiência, nas práticas de leitura, formação de leitor e acesso às bibliotecas brasileiras.

Nesse sentido, deve-se atentar se todos os usuários das bibliotecas escolares e universitárias, incluindo os alunos com deficiência, utilizam os produtos e serviços oferecidos. Para isso, torna-se indispensável conhecê-los e compreender suas demandas e necessidades informacionais. Esse olhar é necessário, pois, para que todos, de fato, façam uso da prestação de serviços nas bibliotecas, é fundamental conhecer o público-alvo das bibliotecas e suas especificidades para acesso/uso aos espaços e/ou da informação.

À vista disso, o objetivo geral do artigo é discutir o direito de alunos com deficiência terem bibliotecas acessíveis no sistema educacional brasileiro. Tendo como desdobramentos os objetivos específicos de apresentar marcos históricos e regulatórios que dão subsídios para as bibliotecas se reorganizarem e dar condições de uso e permanência em seus espaços aos alunos com deficiência; identificar as barreiras presentes nas bibliotecas; e evidenciar a importância da incorporação das temáticas de acessibilidade e inclusão nas práticas de gestão das bibliotecas universitárias e escolares.

Isso posto, a presente investigação retrata a importância e a justificativa dessa temática em que se visualiza as oportunidades e os desafios das áreas da Ciência da Informação (CI), Biblioteconomia e Educação para uma prática mais inclusiva.

Referencial teórico

Na obra *História sobre os movimentos sociais no Brasil* (Lanna Junior, 2010), encontra-se que as PcD, ao se constituirem como movimento social, empenharam-se por novas denominações que rompem com a imagem negativa que as excluíam. Iniciou-se, portanto, com a expressão "pessoas deficientes" usado pelo movimento na sua organização do final dos anos de 1970 e início de 1980 por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD).

Ainda de acordo com o autor, incluir o substantivo ´pessoa´ "era uma forma de evitar a coisificação, se contrapondo à inferiorização e desvalorização associada aos termos pejorativos usados até então" (Lanna Junior, 2010, p.17). Posteriormente, com o intuito de identificar a deficiência como um detalhe da pessoa, a expressão "pessoas portadoras de deficiência" foi incorporada. E adotou-se essa expressão na Constituição Federal, nas leis, sendo esses alguns exemplos.

Em 2006, a expressão PcD, consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), passou a ser adotada para designar esse grupo social. Como menciona, o autor, essa expressão em, oposição à pessoa portadora, demonstra que a deficiência parte do corpo e humaniza a denominação. "Ser pessoa com deficiência é, antes de tudo, ser pessoa humana. É uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência"(Lanna Júnior (2010, p. 17).

Consoante com Lanna Júnior (2010, p. 16), "as palavras são instrumentos importantes de luta política". Acrescenta que foram adotados eufemismos como pessoas com necessidades especiais e portadores de necessidades especiais. Essas denominações são criticadas pelo movimento das PcD diante do adjetivo especial de se criar uma categoria que não condiz com a luta dessas pessoas pela inclusão e equiparação de direitos. Salienta-se que, a luta política para esse movimento não vai em busca de ser especial, contudo, ser cidadão. Dessa forma, passou-se a questionar a "condição de 'portador' pelo movimento "por transmitir a ideia de a deficiência ser algo que se porta e, portanto, não faz parte da pessoa" (Lanna Junior, 2010, p. 17), em que aponta que há uma tendência de priorizar a deficiência, deixando o indivíduo em segundo plano. Lamentavelmente, ainda se lê textos e se ouve pessoas utilizarem essas expressões nos mais diferentes espaços e meios de comunicação.

É sabido que a educação é um direito das PcD e que as instituições de ensino precisam se reorganizar, adaptar e aprender sobre a temática para que garanta a acessibilidade curricular, acessibilidade física, comunicacional, atitudinal entre outras aos estudantes da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. De modo consequente, isso incluirá uma

reorganização das bibliotecas para receber os alunos com deficiência.

De acordo com a Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB) nº 2, 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001,

> devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliário - e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários. (Conselho, 2001, p. 3).

Salienta-se que, é direito de todos ir e vir nos mais variados espaços sociais, e que se insere a PcD visível e ocultas (não aparente). Uma vez que nem toda deficiência é visível. Cabe destacar que no Brasil, de acordo com Maior (2017, p. 32), o arcabouço dos subsídios legais brasileiros "destinadas aos direitos das pessoas com deficiência é reconhecido como um dos mais abrangentes do mundo". Ressalta-se assim, a importância da legislação brasileira, das políticas de cotas, uma vez que propicia a essas pessoas ocuparem mais espaços, em se capacitar, ter uma formação, um emprego, uma renda maior e sair da invisibilidade. E, consequentemente, diminuir o preconceito e o capacitismo. Pois, as PcD foram, por anos, recebendo pouca consideração e tendo seus direitos desrespeitados. Isso as motivou a se organizarem em grupos e a promoverem um movimento intenso de atuação política no contexto do retorno da democracia no Brasil (Lanna Júnior, 2010).

No entanto, conforme presente na *Carta de Brasília*, persistem muitas lacunas para a "efetivação de direitos, especialmente entre as pessoas, grupos e movimentos sobre os quais recaem a sobrecarga da interseccionalidade desses maradores sociais" (Conselho, 2024, p. 35).

Entende-se que, a partir da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, atitudinais, mobiliários e equipamentos e as informacionais (Sassaki, 2009; Nicoletti, 2010) nas bibliotecas escolares e universitárias, os alunos com deficiência, poderão utilizar seus espaços físicos e digital, mobiliários, edificações, informação entre outros serviços, com autonomia, liberdade e independência. Exercendo assim, os seus direitos de cidadão e de participação social (Brasil, 2015).

Considerando o contexto da temática discutida, um dado que chama a atenção são os resultados das edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil realizadas nos anos de 2001, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2024, em que não se encontra dados e/ou menção a leitores (declarados) que sejam PcD. Contudo, na pergunta o que a biblioteca representa? Na 4ª e 5ª ediçoes da pesquisa encontram-se as respostas "Um lugar para acessar ou emprestar livros em braile"; "um lugar para acessar audiolivros". E na pergunta Frequência de leitura por tipo de material, independente do suporte há a resposta "Lê livros em braille", "Livros em braile". E na 6ª edição da da pesquisa, o braille só aparece na resposta da pergunta o que a biblioteca representa.

Reflete-se que entre os participantes da pesquisa pode ter PcD, e que o ato de ler, a sua prática de leitura, o acesso aos livros são aspectos que deveriam ser considerados na pesquisa tendo em vista que no Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 7,3% da população (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022)[ii]. Destaca-se, infelizmente, que essa população tem menor acesso à educação, trabalho e renda. Esse olhar é pertinente uma vez que barreiras informacionais, comunicacionais, físicas, sendo essas algumas tipologias, podem impactar se esse público é um leitor que é "aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de qualquer gênero, impresso ou digital, nos últimos 3 meses" ou não leitor que "é aquele que declarou não ter lido nenhum livro, ou parte de um livro, nos últimos 3 meses, mesmo

que tenha lido nos últimos 12 meses" (Instituto Pró-Livro, 2024).

> A partir do momento em que as sociedades humanas vão evoluindo, novas demandas vão sendo criadas. Por isso, a inclusão é progressiva e interminável. Existe a necessidade de se desenvolver recursos, materiais e procedimentos que favoreçam esse processo (Borges; Schmidt, 2021, p. 29).

Nessa direção, alguns pontos merecem ser mencionados, e destacam-se três, a saber: conhecimento e apropriação das expressões (terminologia) corretas ao se referir às Pcd – já mencionado no texto -, o capacitismo e a valorização da alteridade das pessoas.

O capacitismo é o olhar que as pessoas, sem deficiência, têm a respeito das PcD, como não iguais, em que elas são menos aptas ou não capazes para gerir a própria vida ou de estar e ocupar determinados lugares por causa da deficiência (Dias, 2013).

Para Campell (2001, p. 44), o capacitismo é a

> *network of beliefs, processes and practices that produce a particular kind of self and body (the corporeal standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human. Disability, then, is cast as a diminished state of biblioteca escolaring human*"[iii].

O capacitismo está presente no cotidiano das pessoas, nas ideias, práticas, instituições, relações sociais e esse comportamento priva as PcD de vários de seus direitos (Ivanovich; Gesser, 2020). Prosseguem que o capacitismo é um elemento que dificulta a participação social das PcD materializando-se por meio de atitudes discriminatórias e preconceituosas em que as pessoas são classificadas em "relação à forma como seus corpos estão em relação aos padrões de biblioteca escolarleza e capacidade funcional colocados na sociedade" (Ivanovich; Gesser, 2020, p. 14).

Nessa direção, enfatiza a Carta de Brasília "Pessoas com Deficiência na Luta por Equidade" que é um manifesto político da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CNDPD) realizada em julho de 2024, em Brasília, mobilizando mais de 1.600 participantes. O documento tem o objetivo de efetivar os direitos das PcD e superar práticas capacitistas. De acordo com este documento,

> o capacitismo estrutural é a opressão e discriminação às pessoas com deficiência, que hierarquiza os sujeitos em relação aos seus corpos, a partir de um ideal de beleza e funcionalidade (Conselho, 2024, p. 35).

A respeito da valorização da alteridade das PcD, Sassaki, (1997, p. 172) explicita que uma sociedade inclusiva "garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios", e ultrapassa a intenção de garantir espaços adequados a todos. Essa sociedade tem o intuito de fortalecer atitudes de valorização da alteridade dos sujeitos. A alteridade é a "[...] heterogeneidade radical do Outro" (Levinas, 1980, p. 23), a sua singularidade, suas características, suas especificidades, o reconhecimento de que o outro é diferente de nós. Ou seja, todas as pessoas são diferentes. "O processo de inclusão compreende valores, princípios e atitudes" (Costa, 2022, p. 38). Percebe-se a importância de reconhecer as diferenças e respeitar a singularidade de cada pessoa, construindo um ambiente receptivo e sensível às diversas necessidades. Esses princípios devem orientar qualquer biblioteca que almeje ser, de fato, um espaço inclusivo e acolhedor.

Ao considerar que os marcos históricos, regulatórios e normativos que tratam da acessibilidade e dos direitos das PcD contêm informações relevantes para a promoção da conscientização, sensibilização e implementação de uma gestão inclusiva em bibliotecas do sistema educacional apresenta-se, nesta seção, um levantamento desses documentos.

Cabe destacar que muitas das conquistas das PcD devem-se à luta dessas pessoas e às leis que garantam a acessibilidade, a inclusão, o seu direito de ir e vir.

Como apresentado no Quadro 1[iv] visualiza-se, em ordem crescente, um compilado dos principais marcos brasileiros que contemplam os direitos das PcD ao longo dos anos.

Quadro 1 Marcos históricos e regulatórios

MARCOS HISTÓRICOS E REGULATÓRIOS		DATA
1	Lei nº 4.024 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional	1961
2	Constituição Federal Brasileira	1988
3	Lei n º. 7.853 Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	1989
4	Lei nº 8.069 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	1990
5	Lei nº 9.394 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	1996
6	Decreto nº 3.298 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	1999
7	Lei nº 10.048 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica	2000
8	Lei nº 10.098 (Lei da Acessibilidade) Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	2000
9	Decreto 3.956 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	2001
10	Lei nº 10.172 aprova o Plano Nacional de Educação	2001
11	Lei nº 10.436 - Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras)	2002
12	Lei nº 10.753 Institui a Política Nacional do Livro - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura, livros nos formatos digital, magnético e ótico para o uso exclusivo de PcD visual	2003
13	Decreto nº 5.296 - Decreto da Acessibilidade (Regulamenta as Leis nos 10.048 e 10.098)	2004
14	Decreto nº 5.626 Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras	2005
15	Lei nº 11.133 - Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência	2005
16	Lei nº 11.126 Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia	2005
17	Decreto nº 5.904 – Decreto do Cão Guia	2006
18	Decreto nº 6.094 - Plano de Metas	2007

	Compromisso Todos pela Educação	
19	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	2007
20	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008
21	ABNT NBR 15599: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços	2008
22	Decreto nº 6.949 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007)	2009
23	Lei nº 12.319 Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	2010
24	Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	2011
25	Decreto nº 7.611 - Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências	2011
26	Decreto nº 7.559 dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (revogado pelo Decreto nº 12. 166/2024)	2011
27	Lei nº 12.527 Lei de Acesso à Informação Pública (LAI)	2011
28	Lei nº 12.764 - Política Nacional de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	2012
29	Tratado de Marraqueche para o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.	2013
30	Decreto nº 8.368 Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	2014
31	Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	2015
32	Lei nº 13.409 Dispor sobre a reserva de vagas para PcD nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino	2016
33	Lei nº 13.585 de 2017 que Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência intelectual e Múltipla	2017
34	Decreto nº 9.099 Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático	2017
35	Decreto nº 9.522 que promulga o Tratado de Marraqueche	2018
36	Decreto nº 10.502 - Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida	2020
37	ABNT NBR 9050 Acessibilidade a	2020

	edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	
38	Lei nº 13.977 Instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)	2020
39	Lei nº 14.624 Instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas	2023
40	Decreto nº 12.166 - Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.	2024

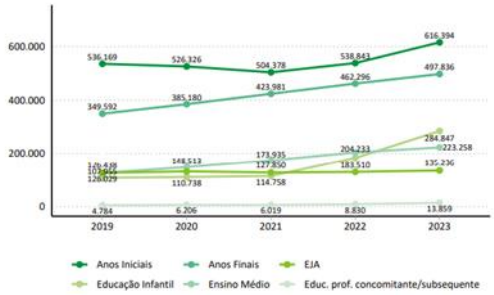
Fonte: Elaboração própria, 2025.

Em face do exposto, os direitos dessas pessoas estão garantidos via leis, decretos, políticas nos mais diversos contextos como nas diretrizes e bases da educação, na Constituição Federal Brasileira, na integração da PcD na sociedade, no atendimento prioritário, na lei da acessibilidade com normas gerais para a sua promoção, na comunicação pela Libras, o acesso ao livro as PcD visual, no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - os editais do PNLD deverão prever as obrigações para os participantes relativas aos formatos acessíveis-, no dia nacional da luta da PcD, na lei do Cão Guia, na Política Nacional de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida entre outros.

Com o entendimento de que as PcD estão presentes nas modalidades de ensino Educação básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional e tecnológica e Ensino superior, esses documentos entre outros são fontes indispensáveis de consultas pois, contém informações pertinentes para o conhecimento, informação, conscientização, sensibilização, acolhimento e a prática de uma gestão e disponibilização de bibliotecas acessíveis e inclusivas.

Ainda a respeito da efetivação do direito das PcD à Educação, visualiza-se que vem crescendo o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo a etapa de ensino no Brasil entre os anos de 2019 a 2023.

Figura 1 Matrículas de PcD na educação básica



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2023

Conforme análise do Censo e apresentado na Fig. 1, ao avaliar o aumento no número de matrículas entre 2019 e 2023, percebe-se que na educação infantil houve acréscimo de 193% nas matrículas de creche e de 151% nas de pré-escola.

Prosseguindo, ao observar e comparar a oferta de educação inclusiva por dependência administrativa (estadual, municipal e privada), verifica-se que as redes estadual (97,8%) e municipal (97,3%) apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos. Enquanto na rede privada a realidade é diferente. De um total de 263.874 matrículas da educação especial, somente 148.308 (56,2%) estão em classes comuns. Essa comparação é apresentada na Figura 2.

Figura 2 Número de matrícula por dependência administrativa



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2023

Assim, infere-se que sejam consideráveis os desafios para os atores sociais nas escolas brasileiras. Apesar disso, ações inclusivas podem ser realizadas no sistema educacional e contribuir para um percurso estudantil menos exclusivo e mais acolhedor.

Conforme discorre Nicoletti (2010, p. 89), "o bibliotecário é tão responsável pela questão da acessibilidade como qualquer outro profissional, pois, o acesso à informação é um direito magno". Portanto, no ambiente escolar, bibliotecários, professores, gestores, alunos e pais (atores sociais) são corresponsáveis por criar uma escola acolhedora, inclusiva e que valoriza a diversidade.

Se é imprescindível às bibliotecas conhecerem os seu público-alvo, seus usuários reais ou em potencial, é essencial, igualmente, que os gestores de bibliotecas conheçam a legislação. E, assim, ter o compromisso de disponibilizar e manter espaços de aprendizagem acessíveis (serviços, produtos, acervo, equipe capacitada etc.). Pois, dentre a heterogeneidade de pessoas que constituem uma sociedade, algumas podem ter deficiências física, auditiva, visual, múltipla, mental, e que podem ser temporárias ou permanentes, progressivas, regressivas ou estáveis, intermitentes ou contínuas, e Transtorno do Espectro Autista – TEA entre outros transtornos e síndromes (Brasil, 1999; Brasil, 2004; Manual, 2014).

Apreende-se, portanto, que os documentos normativos (regulamento, regimento, políticas de desenvolvimento de acervo), das bibliotecas seriam o ponto de partida para que a inclusão, acessibilidade e a PcD possa estar de fato presente nesse espaço informacional. Visto que, eles seriam elaborados a partir das disposições legais. Dessa forma, as normativas das bibliotecas contemplariam a pluralidade de pessoas presentes no sistema educacional brasileiro. É requerido que esse olhar e a prática inclusiva se torne um fazer natural e cotidiano no trabalho das pessoas nos mais diversos espaços sociais.

É preciso lembrar que as PcD lutam por: aprimorar o controle social para assegurar o seu protagonismo, com a sua participação na definição de políticas públicas e acessibilidade; instituir um Fundo nacional e interfederativo de promoção dos direitos da pessoa com deficiência; promover a ampliação da representatividade do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conade; ampliar as políticas afirmativas; qualificar a participação social na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas; instituir um sistema unificado de avaliação biopsicossocial da deficiência; integrar os dados do Cadastro Único da Pessoa com Deficiência aos demais sistemas de informação e gestão para acesso de todas as políticas públicas; promover programas de inclusão da PcD no mercado de trabalho de forma digna; estabelecer programas continuados de formação social e profissional; confirmar a comunicação universal como direito básico; promover políticas públicas de fomento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas nacionais, incluindo medidas para assegurar a acessibilidade digital em todas as esferas de serviços públicos e privados [...]; realizar mobilização popular para enfrentamento ao capacitismo; priorizar a proteção das pessoas com deficiência; fortalecer o arranjo federativo para que se articule colaborativamente os esforços e recursos de todos os entes federativos - União, estados e municípios; e acessibilidade cultural e estética, garantindo a participação das pessoas com deficiência como especialistas na cadeia produtiva cultural (Conselho, 2024). Esses e outros pontos podem ser consultados na *Carta de Brasília Pessoas com Deficiência na Luta por Equidade (2024).*

Em face do exposto, tem-se o entendimento que as demandas das PcD são bem claras e até direcionam para que tipo de ações podem ser criadas para disponibilizarmos bibliotecas mais inclusivas. Contudo, a acessibilidade atitudinal

é a principal para que as demais possam existir, pois, se os gestores das bibliotecas não se conscientizarem do seu papel e dos direitos dos cidadãos as bibliotecas permanecerão espaços inacessíveis para alguns usuários da informação.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, com natureza aplicada e social ao fazer um estudo acerca de temática que pode ter ressonância na sociedade, pois tem como atividade básica indagar, descobrir a realidade, discutir os contextos (Minayo, 1996).

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva tem como objetivo observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, visando à compreensão das diferentes situações e relações presentes nos contextos social, político, econômico, entre outros.

Para Groulx (2008, p. 96) "a pesquisa qualitativa pretende mudar tanto a prática, quanto seus modos de gestão". Essa afirmativa vai ao encontro da necessidade de mudanças serem realizadas nas bibliotecas universitárias e escolares para que na prática o Brasil disponibilize bibliotecas acessíveis e inclusivas. Bem como como dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para a diminuição das desigualdades no cotidiano das bibliotecas.

O universo da pesquisa compreende as bibliotecas escolares e universitárias, com foco nos alunos com deficiência.

Para a coleta de dados, foram empregadas a pesquisa documental — envolvendo a análise de legislações, decretos, políticas públicas, Censo Escolar — e a pesquisa bibliográfica, com foco na produção científica de teses e dissertações, com o intuito de atender aos objetivos propostos. Complementarmente, são apresentados dados parciais da tese, obtidos por meio da aplicação de questionários eletrônicos a estudantes com deficiência de duas instituições de ensino superior, uma pública e outra privada, ambas localizadas no estado de Minas Gerais.

A análise de conteúdo (Bardin, 2009) é a técnica de análise de dados adotada. Essa técnica "utiliza um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos para analisar e descrever os conteúdos das comunicações das mensagens e textos" (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 260).

Resultados

Nesta seção, apresentam-se resultados a respeito da importância da acessibilidade e inclusão em duas tipologias de bibliotecas - a biblioteca universitária e a biblioteca escolar -, que vai ao encontro do objetivo geral do estudo: discutir o direito de alunos com deficiência terem bibliotecas acessíveis no sistema educacional brasileiro.

A partir do levantamento dos marcos históricos e regulatórios, apresentam-se 40 documentos, os quais abrangem diversos aspectos, dentre os quais se destacam: as diretrizes e bases da educação nacional que tratam da inclusão da PcD, assegurar o atendimento prioritário a esse público nos mais variados espaços sociais, normas que visam à promoção da acessibilidade educacional, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, bem como a garantia de acesso a materiais e fontes de informação em formatos acessíveis. Também são considerados dispositivos como o Decreto do Cão-Guia, que assegura às pessoas cegas o direito de frequentar espaços acompanhadas de seu cão-guia; a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reforça o direito à educação inclusiva; e a regulamentação do uso do cordão de girassóis como recurso de identificação de estudantes com deficiências ocultas, promovendo sua visibilidade e apoio adequado no ambiente escolar dentre outros. Infere-se, portanto, que ao apresentar e ter conhecimento dessas informações não há como negar o direito que as PcD têm e da necessidade de mudança do olhar no âmbito das bibliotecas no sistema educacional brasileiro.

A partir da presença crescente de PcD no sistema educacional brasileiro, as instituições de ensino deveriam se reorganizar para

recebê-las e dar condições de permanência. Como também ter os seus funcionários capacitados para trabalhar com esse público.

De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica (2003) nos anos iniciais do ensino, havia 616.394 matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais, 497.836 nos anos finais, 284.847 matrículas na educação infantil, 223.258 matrículas no ensino médio e 13.859 matrículas na educação prof. Concomitante/subsequente (o estudante cursa o ensino médio e um curso técnico ao mesmo tempo, enquanto a subsequente é quando o estudante já concluiu o ensino médio).

Ao que se refere ao universo do ensino superior, entre as PcD matriculadas nesta modalidade as tipologias de deficiências mais declaradas são a física, a visual (baixa visão) e a intelectual. Ainda é baixo o quantitativo de PcD múltiplas (surdocegueira) na graduação. Na figura 3 visualiza-se o número de matrículas de PcD no ensino superior no período de 2013 a 2023.

Figura 3 Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência no Brasil no período de 2013 a 2023
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

O levantamento da comunicação científica foi realizada por meio da pesquisa Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desse levantamento, extraiu-se vários dados para a tese, contudo, para este trabalho, apresenta-se as barreiras presentes nas bibliotecas aos alunos com deficiência[v]. Para a recuperação da informação, sobre a biblioteca escolar foram utilizadas palavras-chave "biblioteca escolar aluno com deficiencia".

Observa-se que na comunicação científica na CI no âmbito da biblioteca universitária várias pesquisas vêm sendo realizadas ao longo dos anos no contexto da acessibilidade e PcD construindo o Estado da Arte. No trabalho empírico realizado na tese, identificou-se 39 investigações realizadas no período de 2006 a 2019, e percebe-se um considerável interesse pelos usuários com deficiência visual e auditiva como objetos de estudos nas pesquisas identificadas. No entanto, carece de um olhar voltado para as pessoas com deficiência intelectual e do transtorno do espectro autista, tendo em vista que há uma lacuna na revisão de literatura em que não se vê estudos com o enfoque nesses usuários e demandam por mais acessibilidade atitudinal, principalmente.

No levantamento realizado no primeiro semestre de 2025, das dissertações e teses presentes no catálogo da CAPES que abordam a biblioteca escolar e o aluno com deficiência, foram recuperadas 33 pesquisas. Essa amostra corresponde a 21 dissertações e seis teses, entre dos anos 2000 (1), 2009 (1), 2010(1), 2011 (1), 2012 (1), 2017 (1), 2019 (6), 2021 (4), 2022 (7) e 2023 (10). Os estudos foram realizados nas áreas do conhecimento de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Ciências Ambientais, Educação, Educação Especial, Engenharia/Tecnologia/Gestão, Ensino, Geografia, Letras, Matemática, Música, Saúde Coletiva.

Na análise dessa literatura, com o objetivo de identificar a temática discutida e responder aos objetivos propostos, constatou-se que somente um estudo aborda especificamente o

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2013	29.034	0,4%
2014	33.377	0,4%
2015	37.927	0,5%
2016	35.891	0,4%
2017	38.272	0,5%
2018	43.633	0,5%
2019	48.520	0,6%
2020	55.829	0,6%
2021	63.404	0,7%
2022	79.262	0,8%
2023	92.756	0,9%

tema, sendo este a dissertação intitulada *Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da Biblioteca Escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora* (2016). Dessa amostra, três trabalhos não estavam disponíveis para consulta *online*, o que

impossibilitou a verificação da inclusão da temática na pesquisa.

Com a análise de conteúdo (Bardin, 2009) da comunicação científica no intuito de verificar o objetivo específico de identificar as barreiras presentes em bibliotecas, verifica-se que algumas barreiras aos alunos com deficiência ainda persistem no cotidiano das bibliotecas/ambiente escolar. E são barreiras a serem superadas por alunos, professores, bibliotecários, gestores, pais e comunidade. Isto é, por todos aqueles que formam a comunidade escolar. Para ilustrar a afirmativa, alguns exemplos de barreiras em bibliotecas escolares e universitárias foram identificados nos estudos de Dischinger, 2009, e Paula, 2009; Nicoletti, 2010; Silva, 2012; Alves, 2017; Carvalho, 2017; Cerqueira, 2019 e Costa, 2022; apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 Barreiras as PcD presentes nas bibliotecas

Dimensões da acessibilidade	**Barreiras**
Arquitetônica	• Biblioteca escolarbiblioteca escolardouros muito altos não permitem serem usados por pessoas em cadeira de rodas, crianças pequenas ou pessoas de baixa estatura; • Banheiros inacessíveis; • Corredores estreitos entre as estantes que não permitem o giro da cadeira de rodas; • Inesistência de barras de apoio ao longo de paredes que funcionam como corrimãos (para PcD visual e mobilidade reduzida); • Porta de entrada da biblioteca estreita; • Bibliotecas com vários níveis sem rampa, elevador ou plataforma elevatórias; • Rota acessível para a biblioteca; • Ausência de espaços com cores contrastantes.
Atitudinal	• Desconhecimento de: Cordão de Girassol (indicação de deficiências ocultas como autismo, epilepsia, fibromialgia, surdez entre outras); Cordão de Quebra-cabiblioteca escolarça que sinaliza o TEA; Cordão de Transtorno de Déficit de Atenção (TDH); • Segregação na convivência, discriminação, preconceitos, estigmas, estereótipos; • Falta de capacitação da equipe quanto as questões da inclusão e acessibilidade; • Proibição da entrada do Cão-Guia

Comunicacional	• Documentos audiovisuais sem legendas; • Publicações nas redes sociais sem audiodescrição.
Informacional	• Ausência de publicações em Braille, Libras, letra ampliada; • Texto digital inacessível; • Produção de documentos sem descrição de imagens; • Ausência de material didático tátil (acessível); • Falta de computadores com recurso para ampliar a fonte e propiciar uma leitura mais agradável; • Softwares sem recursos de acessibilidade.
Instrumental	• Ausência de equipamentos para ampliação textos; • Ausência de scanner para digitalização de documentos que permita a transcrição dos documentos para formatos acessíveis; • Falta de tecnologia assistiva; • Documentos produzidos sem descrição de imagens; • Uso de imagens complexas (gráficos e tabiblioteca escolarlas) e sem descrição nos; • Ausência de teclados alternativos, sem destaques nas teclas, mouses alternativos.
Metodológica	• Capacitação dos usuários sem considerar a diversidade dos alunos e suas necessidades para uso, consulta da informação/computadores; • Falta de capacitação da equipe quanto as questões da inclusão e acessibilidade; • Documentos audiovisuais sem legendas; • Publicações nas redes sociais sem audiodescrição; • Ausência de material didático tátil (acessível).
Mobiliário e Equipamentos	• Mesas inacessíveis a pessoa em cadeira de rodas; • Ausência de assento destinado a pessoas com mobilidade reduzida e/ou pessoas obiblioteca escolarsas; • Balcão e quadros de avisos inacessíveis à

	pessoa em cadeira de rodas e baixa estatura; • Falta de prateleiras e gaveteiros para guardar livros e objetos ao alcance de todos os usuários; • Computador sem programa de leitor de tela; • Materiais organizados nas prateleiras mais altas que impedem o acesso pelas crianças menores, pessoas em cadeira de rodas, pessoas com baixa estatura ou mobilidade reduzida (braços); • Falta de computadores com recurso para ampliar a fonte e propiciar uma leitura mais agradável; • *Softwares* sem recursos de acessibilidade.
Programática	• Regulamentos, regimentos, normas e políticas que não contemplem questões de acessibilidade; • Proibição da entrada do Cão-Guia.

Fonte: Elaboração própria, 2025

As barreiras apresentadas no Quadro 2 constituem uma compilação resultante da análise da comunicação científica e podem servir como subsídio para que gestores de bibliotecas avaliem aspectos como estrutura, serviços, atendimento, mobiliário, tecnologias e normativas dentre outras, no cotidiano dessas unidades de informação.

Verifica-se que em todas as tipologias de acessibilidade (Brasil, 2015; Nicoletti, 2010; Sassaki; 2009) há barreiras para os alunos com deficiência. Infere-se que, a principal barreira é a atitudinal visto que com a sua existência essa dimentão da acessibilidade impede a eliminação das demais barreiras e desta forma disponibilizar bibliotecas acessíveis a uma diversidade de alunos.

Considerações

Ao longo deste trabalho, percebe-se que as PcD possuem um aparato legal que garante seus direitos. Embora o país disponha de uma legislação robusta que assegura os direitos das PcD e represente avanços significativos, a implementação prática ainda enfrenta desafios expressivos, e esse público continua a se deparar com inúmeras barreiras e formas de preconceito.

Observa-se uma lacuna significativa entre a teoria e a prática, o que evidencia a necessidade de planejamento e de estratégias mais eficazes para transformar os princípios inclusivos em realidade nas bibliotecas escolares e universitárias.

Na prática, estudantes com deficiência deveriam receber, desde sua matrícula no sistema educacional, recursos pedagógicos adaptados às suas necessidades individuais. Salienta-se que, que alunos com a mesma tipologia de deficiência possuem comportamentos informacionais diferentes bem como aquelas pessoas sem deficiência. Isto é, cada indivíduo tem suas preferências por fontes de informações, tecnologias assistivas entre outros aspectos para pesquisa, leitura, estudo etc. Assim sendo, caberia ao sistema educacional disponibilizar salas de recursos multifuncionais, mobiliário adequado, equipe capacitada, domínio de tecnologias

assistivas, acervo acessível, além de profissionais como tradutores e intérpretes de Libras etc.

Mais do que espaços de consulta e empréstimos de livros, as bibliotecas podem promover práticas literárias acessíveis, como hora do conto, saraus e clubes do livro, assegurando que todos possam vivenciar o prazer da leitura e a participação plena nessas atividades. Ao considerar as bibliotecas como equipamentos pedagógicos, como espaços democráticos de conhecimento, as bibliotecas precisam ser estruturadas de forma a acolher a diversidade, eliminar barreiras e promover a equidade. Isso implica a aquisição ou elaboração de materiais acessíveis, tecnologia assistiva e infraestrutura inclusiva, além da capacitação contínua dos profissionais que estarão em contato direto com esse público. Tais ações contribuem para a oferta de um atendimento qualificado e sensível às especificidades das PcD.

Contudo, para que essas ações se concretizem, é fundamental que todos os atores sociais envolvidos na gestão das bibliotecas ampliem seus conhecimentos sobre a diversidade humana. Tal compreensão é essencial para reconhecer e valorizar os diferentes modos de ler, pensar, agir, ser e sentir.

Infere-se, portanto, que para disponibilizarmos espaços de aprendizagem inclusivos a sua concretização exige um compromisso contínuo de gestores, educadores e da sociedade como um todo. Ou seja, é fundamental que a acessibilidade atitudinal esteja presente. Na ausência dessa acessibilidade, as transformações necessárias dificilmente se concretizarão no contexto das bibliotecas e demais espaços educacionais

Infere-se que a falta de conhecimento, por parte de gestores escolares e bibliotecários, sobre o contexto da deficiência e as necessidades das PcD pode afetar diretamente a qualidade do atendimento e dos serviços prestados. Estudos na área da Biblioteconomia e CI demonstram que, muitas vezes, os usuários com deficiência não usufruem plenamente dos serviços, espaços e informações disponíveis nas bibliotecas. Essa limitação reforça a inacessibilidade desses espaços e aprofunda as desigualdades no acesso à leitura e à formação de leitores, especialmente para aqueles que dependem de recursos específicos – como as tecnologias assistivas- para participar dessas atividades.

Depreende-se que a discussão sobre o processo de inclusão — que é contínuo e permanente — precisa continuar no contexto das bibliotecas. Assim, ao garantir que as bibliotecas sejam, efetivamente, espaços acessíveis e inclusivos, fortalecerá o seu papel como agente de transformação social, promovendo respeito, equidade e acesso ao conhecimento para todos.

Deve ficar claro que o processo de inclusão acontece diariamente, e algumas barreiras apresentadas no Quadro 2 podem ser um ponto de partida, um *checklist* para observar e verificar como estão as bibliotecas escolares e universitárias.

Os dados do Censo Demográfico, que indicam que o Brasil possui mais de 14 milhões de PcD, assim como as informações do Censo da Educação, não podem ser negligenciados na gestão das bibliotecas. É fundamental compreender a relevância dessa temática e promover sua incorporação nas práticas biblioteconômicas. Ao longo dos anos, as PcD têm ocupado, de forma crescente, os diversos espaços sociais a que têm direito, o que reforça a urgência de garantir ambientes de aprendizagem inclusivos e acessíveis.

Referências

Alves, T. L. (2017). Biblioteca acessível: Eliminando barreiras. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13 (Edição Especial CBBD). https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/915/914

American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [Recurso

eletrônico] (5ª ed.). Artmed. http://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf

Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. d. Rio de Janeiro, 2015.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 15599: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008

Bardin, L. (2009). Análise de conteúdo. Edições 70.

Borges, A. A. P; Schmidt, C. Desenho universal para a aprendizagem. Revista Teias v. 22• n. 66• jul./set.2021. https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57044/38785

Brasil. (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

Brasil. (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Brasil. (1989). Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde.

Brasil. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Brasil. (1999). Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

Brasil. (2000). Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Brasil. (2000). Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Brasil. (2001). Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Brasil. (2001). Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Brasil. (2002). Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

Brasil. (2003). Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro – assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura, livros nos formatos digital, magnético e ótico para o uso exclusivo de pessoas com deficiência visual.

Brasil. (2004). Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que especifica, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Brasil. (2005). Decreto nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº

10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Brasil. (2005). Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11133.htm

Brasil. (2005). Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

Brasil. (2007). Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Brasil. (2008). Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf

Brasil. (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Brasil. (2010). Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Brasil. (2011). Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll

Brasil. (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2011/decreto/d7611

Brasil. (2011). Decreto nº 7.559 – Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Brasil. (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação Pública (LAI).

Brasil. (2012). BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Brasil. (2014). Decreto nº 7 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Brasil. (2016). Lei n° 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Brasil. (2017). Lei nº 13.585, de 29 de dezembro de 2017. Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência intelectual e Múltipla

Brasil. (2017). Decreto nº 9.099, 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Brasil. (2018). Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso

Brasil. (2018). Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 – Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm

Brasil. (2020). Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política

Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-desetembro-de-2020-280529948

Brasil (2020). Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Brasil. (2023). Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Brasil. (2024). Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.

Campbell, F. K. (2001). Inciting Legal Fictions: disability's date with ontology and the ableist body of the Law. Griffith Law Review, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001. http://hdl.handle.net/10072/3714

Carvalho, E. M. de. Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora. (Dissertação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Cerqueira, F. de J. (2019). A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação: um estudo nas bibliotecas da UFRB. (Dissertação). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CBL, BRACELPA, SNEL & ABRELIVROS. (2001). Retratos da leitura no Brasil (1ª ed.). https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/10/1aedicaoRetratosdaLeitura2001.pdf

Chiavenato, I. (1987). Administração de empresas: Uma abordagem contingencial. MacGraw-Hill.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. (2001). Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). (2024). 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (5ª CNDPD) – https://www.5cndpd.org/_files/ugd/3ccff0_b8a89727739f44b6b88483c976406f05.pdf

Convensão sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424- cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

Costa, M. K. A. (2022). As (d)eficiências na gestão de bibliotecas universitárias: um olhar sobre a perspectiva da diversidade (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Cunha, M. B da; Amaral, S. A. do; Dantas, E. B. (2015). Manual de estudos de usuários da informação. São Paulo: Atlas.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. (2008). Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos.

Cruz-Riascos, S. A. (2013). Rede colaborativa de serviços e produtos de informação no contexto das bibliotecas universitárias brasileiras (Tese) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação.

Cunha, M. B. da, & Cavalcanti, C. R. de O. (2008). Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Briquet de Lemos.

Dias, A. (2013). Por uma genealogia do capacitismo: Da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência (SEDPcD/Diversitas/USP Legal).

Dischinger, M., Ely, V. H. M. B., & Borges, M. M. F. C. (2009). Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.

Groulx, L.-H. (2008). Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: J. Poupart et. al. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). Censo da Educação Superior 2023 https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Inep.

Instituto Pró-Livro. (2024). Retratos da leitura no Brasil (6ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf

Instituto Pró-Livro. (2019). Retratos da leitura no Brasil (5ª ed.).

Instituto Pró-Livro. (2015). Retratos da leitura no Brasil (4ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf

Instituto Pró-Livro. (2011). Retratos da leitura no Brasil (3ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf

Instituto Pró-Livro. (2007). Retratos da leitura no Brasil (2ª ed.). https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/APRESENTACAO_RETRATOS_DA_LEITURA_NO_BRASIL_28MAIO.pdf

International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA); United Nations Educational, scientific and cultural Organization (UNESCO). Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. (2025). https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/f4228eaa-48aa-4d95-biblioteca escolar1e-467cdc2948f4/content

Ivanovich, A. C. F., Gesser, M. (2020). Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a)políticos. Quaderns de Psicologia, 22(3).

Lanna Júnior, M. C. M. (Comp.). (2010). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Levinas, E. (1980). Totalidade e infinito. Edições 70.

Maior, I. M. M. L. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: Reflexões sobre a conquista de direitos. Inclusão Social, 10(2), 28-36. http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029/3365

Minas Gerais. Conselho Estadual de Educação. (2013). Resolução CEE nº 460, de 12 de dezembro de 2013. https://drive.google.com/file/d/0B_7kHDwWm0Q7ckwySVYwSzhlcU0/view?resourcekey=0-YJlhh6GOfIU111ltvLswuw

Nicoletti, T. F. (2010). Checklist para bibliotecas: Um instrumento de acessibilidade para todos (Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ONU. (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

PAULA, S. N. (2009). Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do Bibliotecário (Dissertação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), 12, 10-16.

[i] O presente trabalho é realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 do projeto INCT - Política educacional e trabalho docente na modalidade de Estágio Pós-Doutoral da Universidade Federal de Minas Gerais.

[ii] https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil

[iii] Uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um determinado tipo de eu e corpo (o padrão corpóreo) que é projetado como o perfeito, espécies típicas e, portanto, essenciais e totalmente humanas. A deficiência, então, é lançada como um estado diminuído de ser humano (tradução nossa).

[iv] Quadro 1 menciona 43 documentos – marcos históricos e regulatórios – entre os anos de 1961 a 2023.

[v] Mais detalhes da metodologia da tese sugere-se a leitura do documento.

A PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NO PROGRAMA PERMANENTE DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA

Carmen Lúcia Costa Brotas, Universidade Federal da Bahia, ORCID: 0009-0003-2687-7644, Brasil, *cbrotas26@gmail.com*

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, Universidade Federal da Bahia, Brasil, ORCID: 0000-0002-3835-2883, isasousa2010@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6627

Eixo: Ética e Deontologia

Introdução

Os discursos ácidos e contundentes são inerentes às disputas eleitorais, sendo o uso de criticas severas direcionadas aos adversários políticos recurso recorrente na busca por angariar votos. Por isto, a propaganda realizada pelos candidatos demanda, no período eleitoral, a atuação do Poder Judiciário, a fim de que os excessos sejam coibidos e mantida a paridade entre os concorrentes.

Ocorre que, com o advento da tecnologia digital, os engenhos propagandísticos, que, no Brasil, estavam restritos ao horário gratuito na Televisão e no Rádio, e os debates que eles ensejavam, passaram a ser difundidos, de forma intensa, nas redes sociais digitais. Assim, a mentira e a incitação de condutas violentas assumiram novas e acentuadas repercussões, atingindo não só os candidatos, mas também a própria Justiça Eleitoral e seus membros.

Este quadro informacional ocorreu nas últimas eleições brasileiras de 2018, 2020 e 2022, sendo estes pleitos marcados pelo ataque à confiabilidade e segurança do processo eleitoral por meio da disseminação de discursos desinformativos e de ódio. O direcionamento destes contéudos à Justiça

Eleitoral do Brasil e a seus integrantes tinha/tem o intuito de gerar incerteza acerca do resultado das eleições.

Neste contexto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instituiu o Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições de 2020, o qual visava a implementação de medidas para o pleito municipal realizado naquele ano. Os resultados da implementação dos projetos e ações previstas naquele Programa evidenciaram a necessidade de sua ampliação para abranger a disseminação de desinformação e discurso de ódio de forma permanenente, englobando anos eleitorais e não eleitorais.

Assim sendo, o TSE instituiu o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justica Eleitoral, por meio da Portaria TSE n.º 510, de 4 de agosto de 2021, que tem como ponto central reduzir os efeitos nocivos dos mencionados fenômenos informacionais relacionados à Justiça Eleitoral, à seus membros, ao sistema eletrônico de votação e ao processo eleitoral em suas direrentes fases. Por conseguinte, no escopo deste Programa estão excluídos os enunciados dirigidos à pré-candidatos, candidatos, partidos políticos, coligações e federações, que podem ser objeto de apreciação na seara judicial.

A par do propósito do referido Programa, foi desenhado o Plano Estratégico para as Eleições/2022, as quais diziam respeito à escolha pelos cidadãos brasileiros dos titulares dos cargos de Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores, Vice-governadores, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distristais. Desta forma, estabeleceu-se vinte projetos desdobrados em diversas ações distribuidas em três eixos estruturantes: 1) Informar: disseminação de informação de qualidade; 2) Capacitar: alfabetização midiática e capacitação; e 3) Responder: identificação e contenção da desinformação.

Importante registrar que, de acordo com a legislação eleitoral brasileria, as eleições denominadas gerais, como aquela ocorrida em 2022, realiza-se em época distinta da efetivada para escolha dos titulares dos Poderes Executivo Municipal – Prefeito e Vice-Prefeito e dos vereadores, cargos que tem atuação local. Assim, a cada dois anos, os eleitores brasileiros são convocados ao exercício do direito de sufrágio que se materializa pelo voto. Neste sentido, a Justiça Eleitoral, tendo em vista os ataques informacionais relativos ao processo eleitoral e seus integrantes, estrutura, para cada pleito e com base nas diretrizes firmadas no Programa Permanente de Enfrenetamento à Desinformação, plano estratégio para efetivar as ações e os projetos planejados.

Assim sendo, para as Eleições Municipais de 2024, foram inlcuídos, no Plano Estratégico para aquele pleito, os seguintes eixos: Eixo 1 – Sensibilizar a população sobre os perigos da desinformação, Eixo 2 – Identificar rapidamente conteudos falsos ou enganosos e Eixo 3 - cooperar para a atuação Coordenada da Justiça Eleitoral com outras instituições na promoção da educação em cidadania e no enfrentamento à desinformação. Isso inclui a capacitação de magistrados e servidores, assim como a promoção dos valores democráticos e dos direitos digitais.

O TSE estabeleceu o enfrentamento à desinformação atinente à Justiça Eleitoral a partir da interlocução, da cooperação e do engajamento de toda a sociedade, optando pelo modelo de organização e funcionamento “em rede”, no qual o tribunal funciona como ponto de conexão (hub). Desta forma, este ramo do Poder Judiciário contou com 154 parceiros nas Eleições/2022 e 165 no pleito realizado em 2024.

Dentre as entidades parceiras estão partidos políticos, plataformas digitais, instituições da sociedade civil organizada, de direitos humanos e de ensino, grupos de pesquisa acadêmica, agências de checagem, sindicatos, Ordem dos Advogados, Ministério Público, institutos de pesquisa, órgãos de controle e pertencentes aos Poderes Executivo e Judiciário. Esta diversidade evidencia o propósito de englobar diversos atores no enfrentamento dos fenômenos informacionais que atinge a Justiça Eleitoral.

Em outro vértice, destaca-se que, em relação aos estudos sobre a corrupção informacional nas redes sociais digitais, emergiu a abordagem da promoção da integridade da informação. A alusão à este conceito desloca a discussão do viés negativo, voltado à desinformação para aquele que visa possibilitar o acesso à

informação confiável, precisa e segura (Santos, 2024). A circulação de conteúdos acerca do processo eleitoral com as referidas caracteristicas possibilita que o cidadão exerça o direito ao sufrágio de forma esclarecida e informada.

Por conseguinte, o objetivo deste estudo é identificar em que medida os projetos previstos no Plano Estratégico das Eleições/2022 visvam promover a informação íntegra acerca do processo e da atuação da Justiça Eleitoral conforme estabelecido nos documentos editados pelo The World Leadership Alliance – Club de Madrid (WLA – CdM), em 2018, e pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2022 e 2023.

Para alcançar este objetivo, foram estabelecidos os seguinte objetivos especificos: a) mapear os projetos e ações contemplados no Programa Pemanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral; b) identificar os elementos do conceito de integridade da informação estabelecidos pelas mencionadas entidades; e c) delinear os pontos de diálogo entre os propósitos perseguidos nas ações e projetos contemplados no referido Plano Estratégico das Eleições/2022 e os atributos da informação íntegra.

É importante frisar que a produção acadêmica acera da integridade da informação relacionada à desinformação e ao discurso de ódio ainda é incipiente. Desta forma, o enfoque deste trabalho evidencia-se diferenciado e inovador, uma vez que, ao tempo em que discute o conceito no quadro informacional contemporâneo, tem como objetivo desvelar em que medida a Justiça Eleitoral Brasileira o promoveu nos projetos e ações contemplados no Plano Estratégico das Eleições/2022, esboçado de acordo com o mencionado Programa.

Referencial Teórico

A tecnologia digital, que proporcionou beneficios em diversas searas sociais, transformou a interação entre as pessoas e delas com os conteúdos informacionais. Neste contexto sociotecnológico, as redes sociais digitais passaram a figurar como fonte de informação em relação as mais variadas temáticas.

A velocidade, ubiquidade, capilaridade de produção e propagação de conteúdos com reduzidos custos contribuem para a corrupção informacional, estando ainda estes ambientes marcados pela constante captura de dados utilizados para predizer desejos, necessidades e comportamentos (Schneider, 2022, p. 61, Zuboff, 2021). Assim, os sujeitos podem ser guiados nas mais variadas atuações sociais, o que inclui também os pleitos eleitorais.

Aos individuos são direcionados enunciados e abordagens em relação aos quais estão, por questões particulares, mais propopensos a aderirem. Isto é feito por meio da comunicação afetiva, ou seja, aquela que visa afetar o sujeito na sua percepção dos diversos aspectos da realidade (Han, 2022; Morozov, 2018). Em outros termos, a regulação algoritima faz com que o enunciado encontre aquele que tem maior potencial para a ele aderir.

Em relação as últimas eleições brasileiras esta dinâmica visou, sem comprovações, gerar dúvidas acerca dos resultados dos pleitos e do próprio sistema eleitoral. A desinformação difundida tinham o intuito de atingir a confiança do eleitorado em relação a este ramo do Poder Judiciário do Brasil.

Esta propagação de narrativas falsas ocorre na denominada cultura da pós-verdade, a partir da qual se estabelece regime em que as concepções preconcebidas são mais fortes e apreendidas do que a verdade dos fatos. Desta forma, ainda que exista recursos tecnológicos para identificação fácil da veracidade ou falsidade dos conteúdos, há desinteresse em realizar tal verificação, sendo elemento basilador a adequação do conteúdo acessado às concepções já adquiridas. (Araújo, 2020, p. 40).

A partir da cultura da pós-verdade, são formadas “bolhas” ou “câmaras de eco”, em que os sujeitos, isolados de novas cognições e percepções, criam cenários centrados na repetição de crenças inamovíveis, com acesso quase exclusivo à visões unilaterais dentro de um panorama político, repudiando-se tudo o que está fora da bolha circulante (Santaella, 2018, Han, 2022). Neste panorama, emergem os fenomenos causadores de corrupção

informacional – desinformação e discurso de ódio.

A desinformação caracteriza-se como conteúdos falsos ou verdadeiros descontextualizados que visam enganar para prejudicar e/ou beneficiar determinado grupo e/ou indivíduo (Araújo, 2021, p. 4). Ela pode ocorrer na forma de *fake news* ou negacionismos. As primeiras são narrativas noticiosas que, tendo a aparência de matérias jornalísticas legítimas, são produzidas e disseminadas com a intenção de enganar. Elas trazem elementos próprios do jornalismo sério, mas, em verdade, são inveridicas. Já os negacionismos podem ser científico (*fake science*), que se apresentam na refutação, sem evidências, de descobertas e/ou recomendações científicas, como é o caso da recusa vacinal, ou histórico – rejeição da ocorrência de fatos históricos, estando presente, por exemplo, nos enunciados que negam a existência da escravidão e dos regimes ditatoriais no Brasil e na Argentina.

Além disto, há o discurso de ódio que se constitui no uso da linguagem para indicar aquele que ostenta caracteristias e/ou convicções diferentes como inimigo a ser eliminado (Allcott; Gentzkow, 2017, p. 213; Brugger, 2007). Estas narrativas podem ser verdadeiras ou falsas, tendo como ponto de distinção a instigação da emoção contra o outro. Elas são potencializadas pela desinformação, razão pela qual são encontradas, de forma ordinária, associados à conteúdos desinformativos.

Estes fenômenos foram manejados, de forma ampla e intensa, nos últimos pleitos eleitorais em diveros paises, sendo o Brasil e os Estados Unidos exemplos emblemáticos. Neles, a propagação da negação da lisura e confiança no sistema eleitoral gerou a invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021 e da sede dos Três Poderes no Brasil, em 08 de janeiro de 2023. Nestes episódios, as ações efetivadas centravam-se na crença, sem comprovação, de que os resultados das eleições para Presidente da República teriam sido fraudados, não refletindo, na visão propagada na desinformação, a vontade dos cidadãos.

Importa trazer, nesta discussão, a contribuição de Arendt (1997, p. 288) acerca da relação entre a verdade e a política. Ela preconiza, que a verdade fatual, por ser mais frágil que a racional, tem menor possibilidade de sobreviver ao assédio da política. Para ela, a verdade racional uma vez perdida poderá ser recuperada, o mesmo não ocorrendo com o esquecimento ou a dissimulação dos fatos. Desta forma, se Einstein não tivesse estabelecido a teoria da relatividade, por exemplo, outra pessoa em época e/ou lugar distintos daquele em que ele viveu, poderia descobri-la. No entanto, o mesmo não ocorre com a matéria fatual, a qual depende da contigência dos fatos e de testemunhas e, por isto, uma vez perdida não pode ser recuperada. Isto posto, Arendt assevera que o contrário da verdade fatual não é nem o erro, próprio da Matemática e das Ciências Naturais, nem a ilusão que se relaciona à Filosofia, mas a mentira, a falsidade deliberada. Assim, ela aduz que "a veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e as mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos" (Arendt, 1973, p. 15). As mentiras sempre foram admitidas como ferramentas necessárias para os políticos, os demagogos e os estadistas.

A mentira - que, na visão defendida por Arendt, é o contrário da verdade fatual - priva os indivíduos das informações acerca dos fatos, mantendo-os alheios a realidade, comprometendo, por isto, a capacidade de julgar e agir na esfera pública, de deliberar acerca do bem comum.

Neste sentido, Arendt defende que "conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós" (Arendt, 1997, p. 325). Assim, o conhecimento da verdade fatual é imprescindivel para a atuação do individuo na sociedade. É com base nela que ele poderá decidir acerca dos diversos aspectos da vida.

A propagação de narrativas falsas acerca da lisura de processos eleitorais, distante de se respaldar no exercicio da liberdade de expressão e pensamento, atinge o direito ao sufrágio dos cidadãos e àquele relacionado à informação verdadeira.

A cultura democrática se define pelo esforço em combinar unidade e diversidade, liberdade

e integração. Nela, busca-se o equilíbrio entre estas vertentes, uma vez que as liberdades "sustentam a democracia, mas podem também torná-la prisioneira de interesses particulares; por outro a defesa comunitária exige a democracia, mas tem igualmente a possibilidade de destruí-la em nome das homogeneidades nacional, étnica ou religiosa" (Touraine, 1996, p. 32). Desta forma, no regime democrático, é bom que se advirta, a liberdade de expressão não se delineia como absoluta, uma vez que ela terá como limite o bem da coletividade e a observância a outros direitos que são, igualmente, primordiais à democracia. O limite também constitui elemento crucial para a ideia democrática, uma vez que, por um lado, o Estado deve observar os direitos fundamentais como demarcações necessárias para o exercício do seu poder, devendo, ainda, estes serem respeitados pelos indivíduos nas relações sociais. Desta forma, nem o Estado pode agir sem limitações em relação aos indivíduos, nem estes podem tudo em referência aos seus pares e as instituições

Neste sentido, Touraine (1996, p. 43-44) nos indica três dimensões necessárias para que a democracia esteja presente. A primeira delas é a representatividade dos governantes, os agentes políticos devem ser representantes dos atores sociais. Como, na sociedade civil, há pluralidade de atores, a democracia só pode ser representativa se for pluralista. Na segunda perspectiva, está a consideração do eleitor como cidadão pelo Estado e pelos próprios indivíduos, ou seja, como titular dos direitos fundamentais.

O reconhecimento dos mencionados direitos limitam o poder do Estado, dos indivíduos, das igrejas, das famílias ou das empresas, sendo indispensável para a democracia (Touraine, 1996, p. 45). A associação da representação dos interesses particulares e da limitação do poder em uma sociedade política define mais exatamente a democracia.

A própria adjetivação destes direitos fundamentais refere-se às situações "sem as quais a pessoa humana não se pode realizar, não tem condições de convívio e, por vezes, sequer é capaz de sobreviver. E são fundamentais do homem pois devem ser materialmente efetivados a todos [...]" (Castro, 2016, p. 107). Estes direitos são aqueles que todos os humanos detêm e que devem ser reconhecidos pelo Estado.

Ao abordar o fundamento dos direitos humanos, Bobbio (2004, p. 17) adverte que o problema grave de que se tem atualmente, com relação aos direitos do homem, não se centra mais em fundamentá-los, mas em protegê-los. Para ele, saber se estes direitos são naturais, históricos ou absolutos, deve ceder espaço à busca do modo mais seguro para garanti-lo, para impedir que, apesar das declarações, eles sejam continuamente violados. No entanto, no contexto em que se vive hoje, com a cultura da pós-verdade e os fenômenos que a partir dela emergem, torna-se necessária à discussão acerca das bases que respaldam estes direitos, bem assim os limites que podem, em nome da democracia, ser impostos ao seu exercício.

Em uma sociedade democrática, portanto, a integridade da informação pode ser concebida como o limite da liberdade de expressão, não podendo esta diretriz ser confundida com a censura que visa cercear a livre manifestação de opinião e pensamento para atender à interesses de grupos, governos e/ou individuos.

O emprego da pomoção da informação íntegra para o enfrentamento aos discursos desinformativos e de ódio centra-se na ponderação entre distintos direitos fundamentais: de um lado aquele relacionado à liberdade de expressão e do outro o atinente à informação verdadeira. A avaliação, neste caso, deve amparar-se na busca pelo bem coletivo, que é própria do regime democrático. A propagação de narrativas desinformativas e de ódio tem reflexos negativos em relação a diversos direitos fundamentais, incluindo os políticos que se manifestam, de forma direta, no exercicio do sufrágio. Assim, o quadro informacional que permeia os pleitos eleitorais tem repercussão direta na (in)existência de decisões informadas e esclarecidas por parte dos eleitores, elemento crucial para se ter democracia.

Neste cenário, a difusão de contéudos causadores de corrupção informacional, por meios tecnológicos, tem conduzido entidades internacionais e multilaterais a buscarem compreender e apresentar possibilidades para

o enfrentmaneto dos efeitos danosos que ele pode gerar.

Com este intuito, foi editado, em 2018, pelo The World Leadership Alliance – Club de Madrid (WLA – CdM) o documento "Proteção da integridade da informação", que indicava a importância deste conceito para a democracia. Este documento, realçando o direito à informação como essencial para que os cidadãos possam exercer os demais direitos em sociedades democráticas, indica a informação íntegra como aquela que tem confiabilidade, equilíbrio e completude, sem distorção em relação à verdade factual.

Por outro lado, a Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos de 2022 e 2023, publicou, respectivamente, os documentos "Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança" e "Integridade da informação nas plataformas digitais", nos quais também delineia-se a integridade da informação como necessária à promoção de ecossistema informacional saudável.

O documento ""Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança", editado em 2022, pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas -*United Nations Development Programme* (UNDP), designa o acesso à informação como direito humano fundamental indispensável para a configuração da democracia e da coesão social. Ele apresenta a integridade da informação como aquela relacionada à exatidão, consistência e confiabilidade, constituido o ecossistema informacional saudável. Ela diz respeito a informação completa que está de acordo com a matéria fatual.

Na mesma linha, o documento "Integridade da informação nas plataformas digitais", publicado em 2023, de acordo com as diretrizes da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU, destaca o papel das plataformas digitais na promoção da integridade da informação. Assim, a informação íntegra é concebida, neste documento, como precisa, consistente, confiável e capaz de contribuir na implementação dos ODS.

Para Santos (2024), a indicação da integridade da informação mencionada pela ONU e pelo Club de Madrid evidencia o deslocmaneto da perspectiva negativa do enfrentamento à corrupção informacional, a qual se estabelece na alusão à desinformação e ao discurso de ódio, para aquela de natureza propositiva, que tem a finalidade de, ao promover a circulação de informação íntegra, sustentar o ambiente informacional saudável.

A despeito de a expressão não ser nova, uma vez que já era utilizada nas áreas de Ciência da Computação, Ciência de Dados e Engenharia de Redes, bem assim no campo da Arquivologia e Biblioteconomia, a proposição trazida pelas referidas entidades inaugura forma diferenciada de se perceber e enfrentar a desinformação e os discursos de ódio. Por esta razão os estudos acadêmicos acerca desta temática ainda estão em construção (Araújo, 2024).

A integridade da informação é associada à configuração do ecossistema de informação saudável, o qual é admitido, no mencionado conjunto documental, como "todo complexo que engloba a infraestrutura de informação, ferramentas, meios de comunicação, produtores, consumidores, curadores e distribuidores". Em outros termos, é o contexto em que a informação se move, que se caracteriza como salutar pelo trânsito de informação íntegra.

Por sua vez, a informação classificada como íntegra é aquela que apresenta como atributos a confiabilidade, o equilíbio e a completude. Ela tem o potencial de guiar os indivíduos à emancipação e à autonomia por oferecer conteúdos adequados e veridicos, que os tornam protagonistas nas decisões exigidas no convivio social. Por conseguinte, ela atende à verdade factual, que para Arendt é aquela concatenada com os acontecimentos ocorridos no mundo em que os homens interagem entre si – são os eventos e circunstâncias em que muitos estão envolvidos (1997, p. 288).

Na perspectiva arendtiana, a Ciência, o Poder Judiciário e a imprensa livre constituem "refugios da verdade", uma vez que eles, ao atuarem de acordo com as funções que sustentam a sua existência, preservam e/ou revelam a verdade dos fatos. No âmbito dos documentos das mencionadas entidades, a poluição informacional é indicada como causadora do desfalecimento da integridade

da informação, com o desvirtuamento da verdade fatual, que pode ocorrer pela desinformação e pelo discurso de ódio.

A difusão destas narrativas mostra a modificação do paradigma da comunicação, e dos espaços de circulação da informação que são disputados por interesses diversos em um momento em que se verifica a crise epistemológica sobre as instituições consolidadas na produção da verdade. (Albuquerque; Quinan, 2019, p. 84). A Justiça Eleitoral, que tem a incumbência de revelar aos cidadãos a "verdade eleitoral", constitui uma das instâncias inseridas nesta crise epistêmica, sendo alvo de intensos ataques acerca da confiabilidade do sistema eleitoral informatizado.

Assim sendo, as instituições epistêmicas que recebem esta denominação por produzirem a verdade, em algum sentido, passam a ter sua legitimidade atacada. Dentre elas estão a ciência, a imprensa e o poder judiciário, as quais se coadunam com os "refúgios da verdade" pensados por Arendt e abordados anteriormente.

O fato de a concepção acerca da integridade da informação ainda estar em processo de consolidação não afasta a sua invocação pelas instituições que, envolvidas em crises epistêmicas, necessitam se organizar para enfrentar os ataques informacionais que visam atingir a confiança que o público tem em relação a elas, seus serviços e produtos. Este é o caso da Justiça Eleitoral Brasileira.

O ecossistema informacional saudável, que se constitui a partir da integridade da informação, tem relação com a coesão social, percebida como os laços que mantêm as sociedades unidas, ainda que com a preservação da divergência de ideias, concepções e convicções. O convívio da diferença é especialmente importante nas sociedades democráticas, nas quais polos distintos coexistem em hamonia, ainda que divirjam.

Leininger et al (2021, p. 12) entendem que a coesão social compreende três atributos principais: cooperação, confiança e identididade inclusiva. Esta útlima "permite que diferentes identidades sociais coexistam e oferece mais do que apenas um senso de pertencimento ou identidade conjunta". A referida dimensão abrange a questão relacionada ao convivio entre pessoas e/ou grupos com pensamentos, convicçãoes ou caracteristicas distintas, sendo situada como ponto primordial das suas ações o bem coletivo.

O aspecto relativo ao bem comum que se alicerça na relação harmônica entre grupos e/ou indivíduos e o Estado é apontado pelos autores como pertencente à esfera da cooperação. Ademais, há, no que se refere à coesão social, o elemento da confiança, com ênfase naquela relacionada às instituições, que ocorre em nível vertical, na relação baseada na confiabilidade dos cidadãos nas organizações formais e legais do governo e do Estado. Este nível de confiança (o vertical) é responsável por manter a sociedade como unidade institucional. É em relação a ela que se insere a crise epistêmica que atinge, por meio da disseminação da desinformação e do discurso de ódio, a Justiça Eleitoral Brasileira, seus membros e o próprio processo eleitoral.

A promoção da integridade da informação contribui para a coesão social, reverberando na manutenção e fortalecimento da democracia e, na consequente, observância aos direitos que lhe são inerentes. Neste cenário, o enfrentamento aos discursos desinformativos e de ódio direcionados às questões eleitorais assumem especial importância por repercutirem no exercício do direito ao sufrágio que é materializado no voto do cidadão de forma esclarecida e , por isto, no seu protagonismo social.

O reconhecimento da relevância de que sejam adotadas medidas que visem diretamente à promoção da integridade da informação, no entanto, não afasta a pertinência de manutenção de iniciativas que envolvam a regulação das condutas nos espaços digitais, a atuação propositiva das plataformas, como mediadoras no que se refere ao acesso à informação íntegra, bem assim na preparação dos indivíduos para, ao transitar nas redes sociais digitais, identificar e destinar o conteúdo falso e odioso à finalidade adequada, o que é alcançado por meio do desenvolvimento das competências criticas em informação. Estas medidas (regulação e desenvolvimento de competências críticas em informação) mantêm relação direta com a promoção do trânsito de informação íntegra.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso, por se tratar de uma instituição específica – Justiça Eleitoral Brasileira. Ela é descritiva, no que se refere aos objetivos, por delinear como o mencionado ramo do Poder Judiciário do Brasil abrange o conceito de integridade da informação nas ações e projetos contemplados no Programa Permente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral.

A abordagem é quali-quantitativa, uma vez que conjuga a análise guiada por números com aquela orientada mediante dados qualitativos. Ademais, trata-se de investigação documental. Para o tratamento e interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin,1977; Kientz, 1973) com a realização das seguintes etapas: a primeira fase - pré-análise; segunda fase - exploração do material ou codificação e terceira fase - tratamento dos resultados – inferência e interpretação.

Na etapa de pré-análise, foi definido o documento a ser manejado no estudo. Destacou-se o Plano Estratégico das Eleições/2022 relativo ao citado Programa como documento a ser investigado, uma vez que este consolida as estratégias a serem adotadas no que concernia aos conteúdos desinformativos e de ódio produzidos e disseminados com a finalidade de causar desconfiança no que se refere ao processo eleitoral de 2022.

A escolha do mencionado documento deve-se ao fato de o pleito eleitoral daquele ano versar acerca da escolha dos titulares dos cargos de Presidente da República e Vice-Presidente cuja disputa ocorre em âmbito nacional. Esta abrangência permite identificar como a Justiça Eleitoral Brasileira reagiu à desinformação acerca do sistema eleitoral e de seus membros disseminada em maior proporção.

A par dos objetivos definidos para pesquisa, estabeleceu-se como unidade de regisro as expressões relacionadas às nuances concernentes ao intuito de cada projeto, sendo manejadas como unidades de contexto as descrições dos objetivos indicados, no Plano Estratégico das Eleições/2022, para cada projeto contemplado nos três eixos estruturantes.

Após o delineamento do arcabouço documental a ser examinado, com base no referencial teórico e nos documentos oficiais editados pela ONU e pelo The World Leadership Alliance – Club de Madrid (WLA – CdM), os quais foram pioneiros em estabelecer o conceito de integridade da informação para o debate acerca da desinformação e do discurso de ódio, foram estipuladas as categorais para a realização da análise do material documental: "Ecossistema Informacional Saudável", na qual foram inseridas as alusões acerca do trânsito de informações íntegras e confiáveis sobre o processo eleitoral, os membros da Justiça Eleitoral (ministros, juizes, servidores e colaboradores), o sistema de votação e apuração; "Confiança Institucional" que contemplou as abordagens sobre a percepção dos cidadãos acerca da confiabilidade na Justiça Eleitoral enquanto instituição epistêmica; "Cooperação" – referências à convivência pacifica de pessoas com características e/ou convicções distintas e a busca pela colaboração de outros órgãos na construção de ambientes informacionais que proporcionem este quadro.

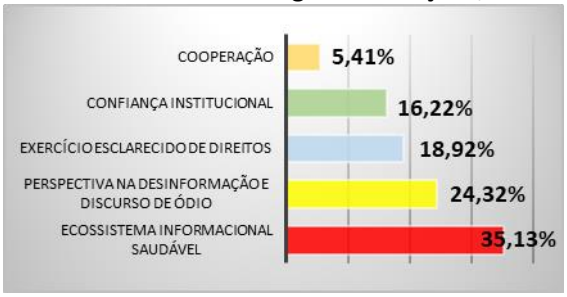
A denominada "Exercício Esclarecido de Direitos" que se amparou na promoção e apreensão de informação íntegra para que o cidadão exerça seus direitos de forma esclarecida e a "Perspectiva na Desinformação e Discurso de Ódio" que englobou as referências aos fenômenos causadores de corrupção informacional, distanciando-se da vertente propositiva vinculada à integridade da informação.

Por fim, na útlima fase da análise, analisou-se os resultados obtidos em relação as categorias estabelecidas para o estudo, assentando-se as inferências acerca da (in)existência de aspectos que aproximam os objetivos das ações e projetos contemplados no Plano Estratégico das Eleições/2022 e do Programa Permanente de Enfrentamento da Desinformação da Justiça Eleitoral com os elementos da informação íntegra.

Resultados Parciais ou Finais

O resultado da análise dos propósitos firmados nos projetos contemplados em cada eixo estruturante do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral (Informar, Capacitar e Responder) está representado no Gráfico 1.

Gráfico1 – Plano estratégico da Eleições/2022



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Vale advertir que, devido a abrangência dos projetos descritos no Plano Estratégico das Eleições/2022, estabelecido de acordo com os ditames do Programa Permanente de Enfretamento à Desinformação da Justiça Eleitoral, houve a identificação de mais de uma categoria nos seguintes projetos: “Coalização Permanente para Checagem”, “Apoio a outros organismos eleitorais e instituições públicas para implementação de ações de combate à desinformação”, “Interlocução com partidos políticos para conscientizá-los sobre sua responsabilidade no âmbito do enfrentamento à desinformação”,“Cooperação e ações para potencializar o alcance das iniciativas de alfabetização midiática e informacional de parceiros”, “Capacitação para o público interno e externo sobre o processo eleitoral”, “Campanhas de conscientização sobre a desinformação e ações de educação midiática e informacional para o público externo”, “Desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas tecnológicas e canais digitais para disseminar informação verdadeira e de qualidade”, “Aprofundamento da transparência eleitoral”, “Acesso, disseminação e potencialização do alcance das checagens de fato sobre o processo eleitoral”, “Chatbot – Tira-dúvidas eleitoral no WhatsApp”, “Rede de divulgação massiva de informações verídicas e oficiais sobre as eleições e o processo eleitoral” e “Engajamento das plataformas digitais e de seus recursos tecnológicos no enfrentamento de redes estruturadas de desinformação e comportamento inautêntico”.

É possível se perceber que a categoria com maior ocorrência foi “Ecossistema Informacional Saudável” com 35,13%, sendo importante enfatizar a significativa contribuição dos eixos “Informar” e “Capacitar” para o alcance deste patamar, uma vez que eles juntos perfizeram 76,2% das referências incluídas nesta categoria.

O desempenho da categoria “Ecossistema Informacional Saudável” revela-se pertinente com a promoção da integridade da informação e com o propósito do referenciado Programa, uma vez que a produção e a circulação de conteúdos informacionais acerca do sistema eleitoral que ostentem confiabilidade e completude em relação aos fatos são imprescindiveis para que se mantenha a lisura do próprio processo para a escolha dos titulares dos cargos eletivos.

Neste aspecto, merecem destaque o projeto 5 do eixo “Informar” que tem a finalidade de desenvolver e apriomorar ferramentas tecnológicas e canais digitais para disseminação célere de informções verdadeiras e de qualidade, ou seja, de conteúdo íntegro. No que atine ao eixo “Capacitar”, enfatiza-se o projeto 3 que visa capacitar magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, parceiros do programa (partidos políticos e plataformas digitais, por exemplo), jornalistas, formadores de opinião e influenciadores, bem como o público externo para a promoção de informações verídicas sobre o processo eleitoral e o consequente exercício esclarecido e consciente dos direitos políticos e da cidadania.

Importa destacar que os mencionados eixos (“Informar” e “Capacitar”) estão direcionados à promoção da informação íntegra, ainda que este adjetivo não seja utilizado na descrição dos objetivos almejados em cada projeto que os constitui, sendo empregados os termos “informação de qualidade”, “informação confiável”, “informação verídica”, “informação verdadeira” e “informação útil’. Cabe lembrar que a integridade da informação é apontada como elemento crucial para configuração do ecossistema informacional saudável.

A indicação do projeto "Prevenção a doenças mentais e promoção da saúde mental dos membros, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral que lidem diretamente com as ações de contenção da desinformação", que faz parte do eixo 2 – "Capacitar" - deve ser realçado, uma vez que evidencia a preparação dos membros da Justiça Eleitoral e dos seus colaboradores para a atuação no ambiente permeado pela desinformação e o discurso de ódio. Importante frisar que os discursos desinformativos e de ódio são direcionados também aos integrantes da Justiça Eleitoral, razão pela qual se demonstra adequada a previsão de ações voltadas ao impacto que estes ataques podem ter na saúde destas pessoas.

A categoria "Perspectiva na desinformação e discurso de ódio", que atingiu 24,32%, teve maior incidência no eixo "Responder", o qual está alicerçado na verificação de contéudos realizada em conjunto com as agências de checagem. Ainda que as medidas relacionadas à verificação também tenham conexão com a promoção de ecossistema informacional saudável e o estabelecimento da informação íntegra, o foco delas está, de forma direta, voltado para o enfrentamento pelo viés da desinformação e do discurso de ódio.

Foi possível constatar que, dos três eixos que estruturam o Programa em estudo, aquele denominado "Responder" é o mais distante da abordagem amparada na promoção da integridade da informação, uma vez que os projetos e ações nele inseridas visam "desmentir" a desinformação. Assim, ainda que ao final contribua na construção de ecossitema informacional saudável, o caminho que conduz à ele parte do enfrentamento direto dos conteúdos desinformativos e de ódio.

Os projetos e ações integrantes do eixo "Responder" têm o intuito diretamente relacionado à corrupção informacional razão pela qual eles contribuiram para o patamar alcançado no que concerne à categoria "Perspectiva na desinformação e discurso de ódio". Exemplos emblemáticos desta contribuição estão nos projetos "Coalização permanente para checagem" que visa a coordenação e o fomento de rede permanente de checagem de fatos e fornecimento de informações sobre o processo eleitoral por meio da parcerias com agências e instituições de checagem. Para a efetivação das ações dos projetos incluídos neste eixo, a Justiça Eleitoral estabeleceu rede de atuação com as agências de checagem, as quais colaboraram como parceiras na verificação dos conteudos desinformativos. Nas Eleições de 2022, a Justiça Eleitoral contou com nove agências de chacagem como parceiras.

Vale realçar, os limites que este tipo de medida pode proporcionar no que se refere ao enfrentamento da desinformação, uma vez que os conteúdos falsos e de ódio, por serem disseminados por meio do aparato tecnológico, ainda que esclarecidos com informação verdadeira tendem a não alcançar o mesmo público que teve acesso à corrupção informacional ou o contato com a narrativa verídica ocorre quando os indivíduos já aderiram a falsidade e a propagaram.

Por outro lado, a categoria "Exercício esclarecido de direitos", que atingiu 18,92%, foi encontrada nos três eixos, pois, quer seja pela promoção da integridade da informação ou pelo afastamento dos conteúdos desinformativos e de ódio, a atuação do cidadão, num ambiente informacional saudável, permitirá que ele fundamente a sua decisão na verdade fatual. Em outros termos, ele será guiado ao exercício do direito ao sufrágio com conhecimento adequado da realidade em que o pleito está sendo realizado. Em relação a essa categoria ("Exercício esclarecido de direitos") é importante registrar o projeto "Campanhas de conscientização sobre a desinformação e ações de educação midiática e informaiconal para o público externo" que tem o propósito de instruir e conscientizar os cidadão sobre "a importância da checagem de fatos, bem como sobre o processo eleitoral, de modo a (i) contribuir para que os eleitores possam exercer o seu direito de voto de forma consciente e informada; (ii) fortalecer a capacidade dos cidadãos de identificar e enfrentar a desinformação, sobretudo no contexto eleitoral; e (iii) prevenir conflitos e cenários de violência política, fundados em falsas narrativas sobre a integridade dos pleitos nacionais.". Em verdade, os projetos incluídos nesta categoria estão intriscicamente

vinculados aos reflexos positivos que a promoção da integridade da informação pode gerar para a atuação cidadã e consciente no que diz respeito ao exercício dos direitos políticos.

A "Confiança Institucional" está vinculada à crise epistêmica que atinge os instituições estatais próprias da democracia, dentre as quais estão aquelas pertencentes à Justiça Eleitoral. Neste sentido, a referida categoria contempla a busca deste ramo do Poder Judiciário em (re)estabelecer a confiabilidade na sua estrutura e nos resultados que dela emanam. A contribuição para o índice, que atingiu 16,22%, está concentrada, portanto, no eixo – Informar, que tem como escopo a disseminação de informação verdadeira, confiável e oficial (termos utilizados pela Justiça Eleitoral). Exemplo emblemático de projeto incluído nesta categoria é aquele denominado de "Aprofundamento da transparência eleitoral" que visa garantir o maior alcance e destaque às ações de transparência por meio da divulgação de informações sobre iniciativas de ampliação do acesso aos procedimentos de fiscalização e auditoria do processo eletrônico de votação. Como a desinformação e o discurso de ódio direcionado às instituições da Justiça Eleitoral Brasileira centram-se na negação da existência de transparência e de medidas para a fiscalização e auditoria dos resultados advindos do sistema informatizado eleitoral, o mencionado objetivo foca nestes aspectos com o intuito de recuperar e/ou firmar a confiança do cidadão na verdade eleitoral ditada pelo sistema informatizado de votação e apuração. Em outras palavras, busca-se demonstrar a lisura e confiabilidade do sistema informatizado e de todas as fases do processo eleitoral.

Na categoria "Cooperação", que atingiu 5,41%, teve predominância os projetos que tinham a finalidade de dissuadir os efeitos negativos da propagação de desinformação e discurso de ódio para a coesão social. A sua mitigação instala, no contexto social, a radicalização e o extreminismo, afastando da discussão os preceitos democráticos que amparam o convívio dos diferentes. Este quadro corroe a coesão social, que deve ser entendida como a coexistência das divergências.

Neste sentido, enfatiza-se o objetivo discriminado no projeto 6 do eixo "Responder" - Parceria e interlocução com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Eleitoral (MPE) que tem o fim de estabelecer uma rede de comunicação próxima, ágil e efetiva entre a Justiça Eleitoral e os representantes da PF e o MPE a fim de agir no que se refere aos ilicitos de violência, incluindo aquela caracterizada como política e eleitoral. Além disto, há o projeto 3 do eixo "Capacitar" – Campanhas de conscientização sobre a desinformação e ações de educação midiática e informacional para o público externo que, tendo sido incluido na categoria "Exercício esclarecido de direitos", também visava, conforme já declinado, coibir conflitos e quadros de violência político-eleitoral fomentados pela desinformação e o discurso de ódio.

Cabe lembrar que a compreensão de que há a polarização da sociedade demonstra-se inadequada, uma vez que é próprio da democracia o convívio de polos opostos, de pessoas e grupos distintos que devem, em respeito aos direitos e garantias inerentes ao regime democrático, conviver em harmonia, ainda que tenham divergências.

Neste sentido, a análise dos resultados obtidos em relação aos projetos contemplados no Plano Estratégico das Eleições/2022 evidenciou que a Justiça Eleitoral agregou posições diferentes daquelas que ocupava antes do advento da desinformação e do discurso de ódio na dimensão em que se verificou nos últimos anos. Percebe-se, portanto que, no enfrentamento dos mencionados ataques informacionais, este ramo do Poder Judiciário Brasileiro movimentou-se no sentido de assumir papéis que não lhe eram típicas antes da configuração deste quadro, por exemplo, de agências de checagem e instituições promotoras de educação midiática.

Considerações Parciais ou Finais

A corrupção informacional observada nos contextos digitais tem exigido das instituições a assunção de novas incumbências além daquelas que lhe eram inerentes. Este é o caso da Justiça Eleitoral Brasileira que, a partir dos ataques que lhes foram direcionados, nas

eleições de 2018, 2020 e 2022, agregou às funções consultiva, executiva e juridicional estabelecidas na legislação do Brasil àquela de natureza estratégico-informacional que tem como objeto o enfrentamento da desinformação e do discurso de ódio.

Neste sentido, o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral surge como resposta à crise de confiança que lhe atingiu. A implementação das ações previstas nos projetos nele inseridos busca, por meio do (re)estabelecimento e fortalecimento da confiança nos integrantes das instituições da justiça eleitoral, no processo eleitoral, na votação e apuração dos resultados proteger a própria democracia. O exercício do direito ao sufrágio perpassa a atuação do cidadão a partir de informação íntegra acerca de todo processo eleitoral.

Este estudo possibilitou verificar o movimento da Justiça Eleitoral Brasileira em ultrapassar os limites da atuação jurídica para vincular-se a atores sociais que, também tendo interesse no enfrentamento da desinformação e do discurso de ódio, poderiam contribuir na formação de rede de atuação com esta finalidade.

O exercício informado e esclarecido do direito ao sufrágio, que se materializa com o voto, deve estar amparado no respeito ao direito fundamental à informação verdadeira, o qual constitui elemento essencial para o regime democrático. Ainda que a cidadania possa ser exercida por outras formas, as eleições pautadas na atuação livre e consciente do eleitor reclama a existência de ecossistema informacional saudável devido a importância que tem no regime democrático.

As perspectivas pensadas para se alcançar esta ambiência, a partir dos documentos editados pelo Club de Madrid, em 2018, e pela ONU em, 2022 e 2023, firmaram-se na concepção da promoção da integridade da informação. Assim, a ideia é que, para se ter cenário informacional salutar, deve estar presente a informação confiável, segura, completa que esteja em sintonia com a verdade dos fatos.

A par desta compreensão, foi possivel se identificar que o mencionado Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral, a despeito de trazer referências diretas à desinformação e ao discurso de ódio, as quais estão diretamente relacionadas ao eixo “Responder”, contempla aspectos relacionados à integridade da informação.

O eixo que mostrou maior aderência ao enfrentamento aos referidos fenômenos informaiconais pelo viés da integridade da informação, segundo a abordagem inaugurada pela ONU e Club de Madrid, foi aquele denominado “Informar: Disseminação de informação de qualidade”, que, na sua apresentação, traz referência à propagação de informação de qualidade, verdadeira e oficial.

No entanto, aqueles vinculados aos eixos “Capacitar” e “Responder” também trazem, ainda que de forma mediata e indireta, a alusão à informação íntegra, uma vez que buscam, da mesma maneira, mitigar os efeitos dos fenômenos desinformativos e de ódio que, ao atingirem a Justiça Eleitoral, também geram com reflexos negativos ao regime democrático.

Referências

Araújo, C. A. A. (2024). Integridade da informação: um novo conceito para o estudo da desinformação. Revista Comunicação Midiática, Bauru, SP, v. 19, n. 1, p. 207–226, 2024. DOI: 10.5016/gpkkyf59. Disponível em: https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/614.

Araújo, C. A. Á. 2021. “Infodemia, desinformação, pós-Verdade: O Desafio De Conceituar Os fenômenos Envolvidos Com Os Novos Regimes De informação”. The International Review of Information Ethics 30 (1). Edmonton, Canada. DOI:10.29173/irie405.

Allcott, H.; Matthew, G. (2017). Social Media and Fake News in the 2016 Election. Journal of Economic Perspectives, 31 (2): 211oliveira-36. DOI: 10.1257/jep.31.2.211

Arendt, H. (1973). Crises da República. São Paulo: Perspectiva.

Arendt, H. (1997). Entre o Passado e o Futuro. 4. ed. São Paulo: Perspectiva.

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.

Brugger, W. (2007). Proibição ou proteção do discurso do ódio? algumas observações sobre o direi. to alemão e o americano. Revista de Direito Público, v. 15, n. 117, p. 117-136, jan./mar.

Castro, R. I.(2016). O direito fundamental à verdade: divulgação e acesso à informação. 2016. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2016. Cap. 5.

Han, Byung-Chul. (2022). Infocracia. Digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Leininger, J. Bruchi, F. Fiedler, C., Mross, K., Nowack, D., Von Schiller, A., Sommer, C., Strupat, C., & Ziaja, S. (2021). Social cohesion: A new definition and a proposal for its measurement in Africa (DIE Discussion Paper 31/2021). German Development Institute/Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE). DOI:10.23661/dp31.2021.v1.1

Morozov, E. (2018). Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu. 2018. Doi 10.53000/cma.v27i51.18986

Santos, N. (2024). Integridade da informação: uma agenda em disputa. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES).

Santos, N. (2024). Por que precisamos discutir a chamada “integridade da informação”? Le Monde Diplomatique Brasil, 06 fev. 2024. Disponível em:: https://diplomatique.org.br/integridade-da-informacao/

Kientz, A. (1973). Comunicação de Massa. Análise do conteúdo. Rio de Janeiro: Eldorado.

Schneider, M. (2022). A era da desinformação: Pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022, 160 p. DOI:10.31560/pimentacultural/2022.234

Santaella, L. (2018).A pós-verdade é verdadeira ou falsa?. Barueri-SP: Estação das Letras e das Cores.

Touraine, A. (1996). O que é a democracia?''. Rio de Janeiro: Vozes

Zuboff, S. (2021). A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca. E-book

AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA REGISTRADA NA BASE SCOPUS

José Augusto Bagatini, Universidade Estadual Paulista (UNESP) / Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), 0000-0002-8830-2075, Brasil,
jose.bagatini@unesp.br

José Augusto Chaves Guimarães, Universidade Estadual Paulista, 0000-0002-0310-2331, Brasil,
chaves.guimaraes@unesp.br

Antonio Perianes-Rodríguez, Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), 0000-0002-1188-3481, Espanha,
aperiane@bib.uc3m.es

DOI:
https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6630

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Introdução com referencial teórico

Na visão do jurista Alan Westin (1967), poucos valores fundamentais para a sociedade, como a Privacidade, foram deixados tão indefinidos na teoria social ou foram objeto de definições tão vagas e confusas por parte dos cientistas sociais. Isso ocorre, segundo o autor, porque a maioria dos que se debruçaram sobre o tema, supõe que a privacidade seja uma noção moderna, possivelmente surgida como uma ideia no final do século XVIII, com o protestantismo e o capitalismo, e que amadureceu no final do século XIX ou início do século XX. No mesmo sentido, Solove (2008), evidencia a característica desordenada do conceito Privacidade, afirmando enfaticamente que ninguém pôde articular concretamente seu significado, sendo, na contemporaneidade, muito abrangente, por englobar aspectos como a liberdade de pensamento, o controle sobre o próprio corpo, a solidão em casa, o controle sobre informações pessoais, a liberdade de vigilância, a proteção da reputação e contra buscas e interrogatórios, entre outros.

Na perspectiva de Westin (1967), a reivindicação humana por privacidade deriva primariamente das origens animais do homem, para defender tal hipótese, o autor apoia-se nas obras *The Hidden Dimension* (Hall, 1966) e *The Territorial Imperative* (Ardrey, 1966). A partir desse cotejo entre as referidas obras, o autor destaca que a privacidade, enquanto direito de estar só – e ainda que parecendo uma necessidade exclusivamente humana – pode ser identificada nas mais distintas espécies, que demonstram necessidade de reclusão individual temporária ou da intimidade de pequenas unidades como elementos fundamentais para sua sobrevivência. Desse modo, sugere Westin (1967) que a busca por privacidade surge nos processos biológicos e sociais de quase toda vida e pode ser notada na denominada "tendência à territorialidade", nome que se dá ao processo no qual um organismo reivindica uma área de terra, água ou ar e a defende contra a intrusão de membros de sua própria espécie.

Já a noção moderna de privacidade, adotada pela sociedade ocidental, remonta aos gregos e sua organização social na Antiguidade, tendo se desenvolvido a partir da tradição de limitar poderes de vigilância de autoridades sobre atividades privadas de indivíduos. Esta, segundo Westin (1967, p. 26 **tradução nossa**) pode ser entendida como "a reivindicação de indivíduos, grupos ou instituições para determinar por si próprios quando, como e em que medida suas informações são comunicadas a terceiros. Em termos da relação indivíduo-sociedade, a privacidade pode ser entendida como a retirada voluntária e temporária de uma pessoa, por meios físicos ou psicológicos, seja em um estado de solidão ou intimidade de um pequeno grupo ou, quando entre grupos maiores, em condição de anonimato ou reserva". Esse desejo por privacidade nunca é absoluto, e cada indivíduo está continuamente engajado em um processo de ajustamento pessoal no qual equilibra o desejo de privacidade com o desejo de

divulgação e comunicação de si mesmo aos outros, à luz das condições ambientais e das normas sociais estabelecidas pela sociedade em que vive. Nesse sentido, os limites da privacidade são definidos subjetivamente e sensorialmente, portanto, uma violação pode ocorrer a partir de um odor, um ruído, uma intrusão visual ou um toque, por exemplo (Westin, 1967).

Buscando conceitualizar a privacidade, a partir de uma perspectiva mais recente, Holvast (2007) destaca que essa pode ser compreendida como sendo o direito individual de *autodeterminação* dentro de certos limites, domésticos, corporais ou informacionais.

Abrangendo as problemáticas semânticas do termo privacidade, Solove (2008) preconiza que o mesmo pode ser útil como uma abreviação para se referir a um grupo relacionado de problemas, e seu valor difere dependendo de qual tipo de problema se ocupa, ou seja, não possui valor uniforme. Portanto, para que se possa compreender a privacidade, Solove (2008) propõe que a mesma seja observada a partir de uma estrutura taxonômica, fundamentada nos diferentes tipos de problemas que lhe afetam, nomeadamente, os de *coleta* de informação, de seu *processamento*, de sua *disseminação* e da *invasão* do ambiente no qual essa informação está armazenada.

À vista do exposto, nota-se que o termo Privacidade assume natureza polissêmica, sendo necessário, portanto, considerar propostas de categorização como a estrutura taxonômica de (Solove, 2008) e/ou a divisão de (Holvast, 2007, p. 741), que sugere que a privacidade seja analisada a partir de duas dimensões. Para este último autor, tem-se uma *dimensão relacional*, que lida com a relação com outros indivíduos, por exemplo, controlando quem pode entrar em um espaço doméstico ou quem é autorizado a tocar o corpo e, pode ser descrito como "privacidade territorial ou corporal" e uma *dimensão informacional*, que se refere à coleta, ao armazenamento e ao processamento de dados de natureza pessoal.

Com o desenvolvimento do campo da computação, as problemáticas relacionadas com a dimensão informacional da Privacidade ganharam atenção ao longo das últimas décadas, principalmente porque essas tecnologias proporcionaram um grande avanço no que diz respeito a volume, velocidade e variedade em termos de coleta e processamento de dados (pessoais) em ambiente informatizado – contexto esse que pode ser expresso a partir do termo *big data*.

Como resposta para o avanço das problemáticas decorrentes da fricção entre novas tecnologias de computação e privacidade, difunde-se o termo autodeterminação informativa (*informational self-determination*), definido e qualificado na decisão de 15 de dezembro de 1983 do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha (*Bundesverfassungsgericht*), resultante das discussões para regulamentação da coleta de dados no processo recenseamento do país. Segundo o documento, o direito à autodeterminação informativa abrange a proteção do indivíduo contra a coleta, o armazenamento, o uso e o compartilhamento ilimitado de seus dados pessoais, esse direito fundamental confere ainda, ao indivíduo, a autoridade de, em princípio, decidir por si mesmo sobre a divulgação e o uso de seus dados pessoais. Nesse contexto, restrições à autodeterminação informativa são permitidas apenas se servirem a um interesse público preponderante, requerendo uma base constitucional, e desde que satisfaça a um requisito de clareza legal sob o estado de direito, observado o princípio da proporcionalidade (Judgment of 15 December 1983).

Desse modo, o termo passa a figurar nas discussões relacionadas a Privacidade e proteção de dados no campo das estruturas jurídicas, sendo citado explicitamente, por exemplo, no artigo 2º. da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (LGPD), que prevê o respeito à privacidade e a autodeterminação informativa como fundamentos da proteção de dados pessoais (Brasil, 2018) e de maneira implícita, no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), item (6), "[…] as pessoas singulares deverão poder controlar a utilização que é feita dos

seus dados pessoais" (European Parliament, 2016).

Demonstra-se, a partir do exposto, a relevância do termo para a delimitação da dimensão informacional da "Privacidade", entretanto, a nebulosidade que o cerca afeta diretamente a compreensão de sua própria delimitação e aplicabilidade.

Desse modo, o presente trabalho objetiva, em uma perspectiva teórica, delimitar a "autodeterminação informativa", mais especialmente no intuito de verificar como esse tema vem se apresentando na literatura científica internacional, em termos de atores, referentes, fontes e contextos institucionais e geográficos, como subsídio à caracterização desse domínio de conhecimento.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa, de natureza exploratória e bibliográfica, decorre do fato de o termo "autodeterminação informativa" e seus impactos ser tema ainda pouco abordado, notadamente na Ciência da Informação, o que exige um estudo aprofundado que possa explorar seus aspectos fundamentais. Nesse sentido, pauta-se em fontes bibliográficas (obtenção, análise e sistematização) para sua consecução.

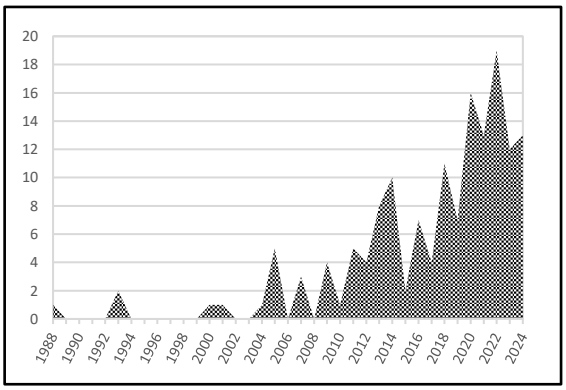
Visando a atingir os objetivos propostos, a pesquisa teve como universo bibliográfico a base de dados Scopus, com recorte temporal abrangendo itens publicados antes de 2025, cuja busca ocorreu a partir do termo "*informational self-determination*", em artigos ou revisões, com a seguinte *query*: *TITLE-ABS-KEY ("informational self-determination") AND PUBYEAR > 1987 AND PUBYEAR < 2025 AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE, "re"))*.

Foram, então, recuperados 150 itens, os quais foram tabulados em fichas de registro possibilitando, assim, a realização das análises apresentadas nos Resultados a seguir.

Resultados

O corpus de 150 itens recuperados na base Scopus refere-se a publicações entre 1988 e 2024.

Figura 1: volume de artigos publicados ano a ano



Fonte: Elaboração própria (2025)

Até o ano de 2008 a produção acerca do tema mostra-se irregular, passando a receber atenção constante somente a partir do ano de 2009 em diante, atingindo seu pico no ano de 2022, com 19 publicações. As correlações entre volume de artigos e acontecimentos – como a promulgação da GDPR e pandemia de COVID-19.

Os artigos foram publicados em 103 periódicos distintos, sendo que 24 revistas (23%) publicaram 2 ou mais artigos. Observa-se, pois, que 47% da produção(70 artigos) concentra-se em 23% dos periódicos, o que demonstra que o tema vem se consolidando mais especificamente em um grupo restrito e especializado de veículos de comunicação científica, a saber: Computer Law and Security Review (8 artigos); Bundesgesundheitsblatt - Gesundheitsforschung – Gesundheitsschutz (6 artigos); IT - Information Technology (5 artigos); Zeitschrift fur Medizinische Ethik, Revista de Direito Civil Contemporaneo e Medicine and Law (4 artigos cada); BioLaw Journal, Revue Française d'Administration Publique, European Data Protection Law Review, e International Review of Law, Computers and Technology (3 artigos cada); e AI and Society, European Journal of Human Genetics, Ethics and Information Technology, Revista del Ministerio de Trabajo y Economia Social, Revista de Derecho Politico, Arbeitsmedizin Sozialmedizin Umweltmedizin, Verwaltung, BMC Medical Informatics and

Decision Making, Revista de Estudios en Derecho a la Información, Philosophy and Technology, European Foreign Affairs Review, Revista Chilena de Derecho y Tecnologia, Internet Policy Review, e Lecture Notes in Computer Science (2 artigos cada).

No que diz respeito às áreas de conhecimento dos periódicos, verificam-se 74 categorias temáticas distintas, ainda que se deva ressaltar que a Scopus pode atribuir mais de uma categoria a um periódico.

Ao reorganizar as categorias dos periódicos, a partir das dez principais classes da Classificação Decimal de Dewey – CDD, nota-se que 87% (131 de 150) das revistas possuem em sua categorização temática pelo menos uma classe que habita o domínio da categoria 300 - Ciências Sociais, demonstrando que há aderência predominante com questões de campos como Direito, Ciências Políticas, Comunicação e Sociologia, entre outras. A partir da análise, observa-se também o comportamento pluridisciplinar dos periódicos, categorizados nas áreas de Ciência da Computação, Informação e obras gerais – classe 000 (87 de 150 periódicos), Tecnologia – classe 600 (50 de 150 periódicos), Ciências – classe 500 (38 de 150 periódicos) e Filosofia e Psicologia – Classe 100 (19 de 150 artigos); sendo que 6 outros periódicos encontram-se nas demais categorias.

À vista do exposto, pode-se inferir que a produção científica analisada sobre autodeterminação informativa tem sido majoritariamente discutida e difundida em periódicos científicos que têm em seu núcleo preocupações relacionadas aos campos aplicados das Ciências Sociais, mas pluridisciplinarmente conectadas com as questões éticas e filosóficas que permeiam outros campos de saber (Administração, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Comunicação, Economia, etc.), tecnologias (inteligência artificial, testes genéticos, etc.) e ambiências e contextos específicos (softwares, sistemas de informação, administração pública, bibliotecas, clínica, etc.). Tais aspectos evidenciam a natureza complexa e multifacetada dessa temática.

No que diz respeito às palavras-chave do corpus, foram identificados 500 termos distintos, que se repetiram 718 vezes. Desse universo, têm-se 122 palavras-chave (24% das palavras-chave únicas) que se repetiram duas ou mais vezes, totalizando 279 repetições o que representa 39% das palavras-chave totais usadas para delimitar os trabalhos que compõem o corpus analisado. Isso sugere que há uma concentração temática que demonstra certo grau de concordância terminológica entre os pesquisadores.

Visando a identificar como os trabalhos analisados foram representados por seus autores, procedeu-se ao controle de vocabulário e à categorização temática das 122 palavras-chave que se repetiram duas ou mais vezes, excluindo-se desse rol aquelas relativas a locais e instituições, as quais totalizaram 17 palavras-chave (6% das 122 palavras-chave únicas que foram analisadas).

A partir dessa categorização, foi possível identificar que o termo central da pesquisa - "*informational self-determination*" – repetiu-se 49 vezes (18% do total de incidências), tema esse diretamente conectado com Privacidade, este com 33 incidências (12% do total). Isso revela um forte vínculo temático entre ambos os termos que, somados, respondem por 30% do total.

Aplicando-se a análise de conteúdo (Bardin, 2013) para identificar clusters temáticos das palavras chaves, foi possível categorizar as palavras-chave , o que permitiu identificar que:

- 73 palavras-chave (26%) tratam de maneira geral sobre **Dados**, especificamente Dados Pessoais (15) e dados de saúde (2), são abordadas também questões como proteção (38) –acoplado o termo *information privacy*, que diz respeito a proteção–, portabilidade (2), processamento (3), limitação de propósito de uso (2), retenção (2) e regulação no campo jurídico (2), tal como na GDPR (9), desses dados.
- 29 palavras-chave (10%) dizem respeito especificamente aos **Valores Éticos** (4) relacionados a temática, tais como consentimento (10), dignidade

humana (5), transparência (3), salvaguarda (3) – termo original "*safety*" –, proporcionalidade (2) e legitimo interesse (2).

- 28 palavras-chave (10%) tratam sobre os **Direitos** abordados na produção que compõe o corpus, tais como os direitos fundamentais (13) abordados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito ao esquecimento (6), o direito a proteção de dados pessoais (2), o direito ao livre desenvolvimento da personalidade (2), o direito a liberdade de informação (2) – *freedom of information* termo original –, todos em um contexto digital (3).
- 21 palavras-chave (8%) são utilizadas para descreverem **Tecnologias, Ações ou Processos**, tais como Inteligência Artificial (6), *Profiling* (3), Pseudonimização (2), técnica de Privacidade Diferencial (2) e Governança (2), visando objetivos como Gerenciamento de Identidade (2), Vinculação de Registros (2) e Regulação de Riscos (2) ou a fundamentação de Políticas de privacidade (2).
- 17 palavras-chave (6%) abordam os **Contextos** em que a temática da autodeterminação pode ter desdobramentos, tais como no contexto de *big data* (6), de vigilância (3), da sociedade da informação (2), de datificação (2), de testes genéticos (2), todos relacionados com o universo online (2).
- 12 palavras-chave (4%) tratam sobre as **Aplicações,** tais como *Automatic number plate recognition - APNR* (2), *Electronic health record* (4), *Electronic patient record* (2), *DNA databases* (2) e *population census decision* (2).

O conjunto de palavras-chave que se repetiram 2 vezes ou mais demonstra que os trabalhos recuperados a partir do termo "*informational self-determination*" têm, principalmente, tratado sobre questões relacionadas à dimensão informacional da privacidade, especificamente no que diz respeito a dados (pessoais), aos valores éticos que devem, transversalmente, promover o uso desses dados, alinhado com a manutenção de direitos que resguardam a sociedade de possíveis prejuízos decorrentes de tecnologias e contextos que se apoiam em grandes conjuntos de dados.

No que diz respeito à autoria do corpus, foi possível identificar que 83 artigos (55,33%) são assinados por somente um autor, 39 artigos (26%) são de autoria dupla, 9 artigos (6,00%) são de autoria tripla, 17 artigos (11,33%) são assinados por quatro até dez autores e 2 artigos (1,33%) possuem onze ou mais autores. A média geral de autores por artigo é de 2,03, aproximando-se das práticas de composição de autoria científica das Ciências Humanas e Sociais, em que, historicamente, tem-se predominantemente até três autores por trabalho. Destaca-se, também, que o fato de a grande maioria dos trabalhos serem assinados por apenas um autor, sugere que, na temática tratada, há uma escassa colaboração, possivelmente em decorrência de uma ainda incipiente composição de colégios invisíveis, talvez por conta do caráter emergente da temática.

No corpus, foram identificados 289 autores distintos, dos quais destacam-se Pournaras E., Buitelaar J.C., Winkler E.C. (com 3 artigos cada, representando 6% da produção total). Outros 10 autores publicaram 2 artigos cada, Asikis T., Molnár-Gábor F., Knoppers B.M., Schickhardt C., Gstrein O.J., Contreras P., Pfitzmann A., Hornung G., Schnabel C. e Hansen M. (13% da produção total). Esse grupo de 13 autores é responsável 14% (21 trabalhos) da produção que forma o corpus analisado. Mesmo que 86% da produção esteja dispersa entre outros 276 autores, nota-se que existe um núcleo, ainda que incipiente, de pesquisadores que lideram a temática.

A existência desse núcleo de autores se evidencia, ainda, pelas colaborações de autoria, verificada em 8 artigos, havendo dois artigos em colaboração de Asikis T. e Pournaras E. (Asikis & Pounaras, 2020; Asiks; Kinglmayr, Helbing & Pournaras, 2021); dois entre Hornung G. e Schnabel, C. (Hornung & Schnabel, 2009 a,b); dois entre Schickhardt C.

e Winkler E.C., (Schickhardt ; Fleischer & Winkler, 2020); e ainda um entre Molnár-Gábor, F. e Knoppers, B.M. (Bernier et al, 2024) e um entre Hansen M. e Pfitzmann, A. (Hansen; Borcea- Pfitzmann & Pfitzmann, 2005).

Com objetivo de aprofundar as análises sobre vinculação institucional dos autores, os dados obtidos pela base de dados Scopus foram acoplados com os fornecidos pela base de dados Research Organization Registry – ROR. No processo de acoplamento de dados não foi possível identificar, na base ROR, as instituições de 48 (16% do total de autores) dos 305 autores, sendo que os outros 257 autores estão vinculados a 157 diferentes instituições cadastradas na base.

Metodologicamente a escolha por analisar as instituições cadastradas na base ROR se dá, principalmente, pelo fato de ser um registro global *open source*, composto de identificadores persistentes e abertos, permitindo maior facilidade na desambiguação dos dados institucionais a serem analisados.

Observa-se que 154 autores (60% do total de autores com vinculação institucional comprovada) estão vinculados a 54 (34%) das instituições identificadas, sendo que os outros 101 (33%) autores (50%), estão distribuídos em 103 instituições (66%) representadas por aquelas que possuem dois ou mais autores vinculados, revelando uma grande dispersão institucional dos pesquisadores envolvidos com a temática. Tal aspecto, por sua vez, pode sinalizar pela importância disseminada do tema na comunidade científica internacional, visto ser objeto de abordagem por autores das mais diversificadas filiações institucionais

Em busca de analisar a distribuição geográfica das instituições, procedeu-se ao acoplamento dos dados das bases Scopus e ROR, somando-os para preencher lacunas faltantes de uma ou outra base. Desse modo, foi possível identificar o país da instituição de 289 (95%) autores, enquanto 16 (5%) autores não possuíam dados de vinculação disponíveis em nenhuma das bases. A configuração da distribuição geográfica se apresenta da seguinte maneira:

Quadro 1: autores por país

País da filiação	Autores
Germany	111
Brazil	24
Spain	16
United Kingdom	14
Netherlands	13
South Korea	11
Canada	10
Austria	8
Portugal	8
United States	8
Italy	7
Finland	7
Belgium	7
France	6
Switzerland	4
Chile	4
Sweden	4
Hungary	4
Norway	3
Czech Republic	3
Russian Federation	3
China	2
Denmark	2
Ireland	2
Australia	1
Estonia	1
Serbia	1
Poland	1
Colombia	1
South Africa	1
Croatia	1
Israel	1
Total	**289**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Destaca-se que a grande incidência de autores vinculados a instituições alemãs, se dá, provavelmente, pelo fato de o país ser precursor no debate sobre proteção de dados (pessoais), onde a questão remonta ao ano de 1970, quando foi editado o texto jurídico popularmente conhecimento como Lei de Hesse, tido como o primeiro a legislar sobre a proteção de dados no mundo e, posteriormente, em 1983 a questão da autodeterminação informativa, como preconizado anteriormente, promovendo assim, um debate mais amplo no ambiente

científico alemão. A relação entre outros países e sua relevância, tais como Brasil com 24 autores (8%), Espanha com 16 autores (5%), Reino Unido com 14 autores (5%) e Países Baixos com 13 autores (4%) etc., deve ser analisada levando em conta a temática e as possíveis correlações com acontecimentos de variadas escalas.

Observe-se, outrossim, que cerca de 70% da produção científica nessa temática provém de um conjunto de apenas sete países, sendo quatro da Europa (Alemanha, Espanha, Reino Unido e Países Baixos), dois da América (Brasil e Canadá) e um da Ásia (Coreia do Sul), o que sugere serem esses espaços prioritários de pesquisa na área.

Observe-se, ainda, que 226 autores (78,2% do total) concentram seus vínculos institucionais com entidades europeias, demonstrando conexão entre a origem e o desenvolvimento da temática. Outro fator que pode justificar tamanha disparidade com outras áreas do globo é o fato de que a Europa tem liderado as discussões sobre Privacidade, principalmente com a GDPR. Tem-se ainda que 29 (10% do total) autores apresentam vinculação com instituições da América do Sul, dos quais 24 (83%) encontram-se vinculados a instituições do Brasil. Isso demonstra uma preocupação com o tema da autodeterminação informativa, adotado expressamente como princípio pela LGPD brasileira, e evidenciando uma forte influência europeia na construção do arcabouço jurídico que rege a proteção de dados no país. A presença de 18 autores (6,2%) vinculados a instituições da América do Norte, sugere que a temática ainda encontra dificuldade em se difundir em um espaço que pode sofrer forte influência de questões como a noção de liberdade ou a pressão de empresas de tecnologias que, conhecidamente, fazem uso de dados (pessoais) com objetivo financeiro. O restante dos autores, por sua vez, distribui-se por instituições da Ásia, com 13 (4,5%), e da África, Oceania e Oriente Médio com 1 (0,3%) autor cada. Tal aspecto pode sinalizar para o fato de que a preocupação científica com o tema tem sido mais claramente objeto de produção no mundo geograficamente Ocidental, mas que começa a expandir-se por outros espaços do globo.

Procedeu-se, então à análise das referências citadas pelo corpus, no intuito de identificar os referentes teóricos e as fontes de informação que subsidiaram a produção analisada. Para tanto, realizou-se uma extração via base de dados Scopus. Neste processo, foi possível recuperar as referências de 137 dos 150 artigos, sendo que os outros 13 artigos não possuem suas referências catalogadas, impossibilitando que se realize uma análise global dos itens referenciados. Desse modo, teve-se que juntos, os 137 artigos referenciaram 5.386 citações, com 5.093 diferentes itens.

Das 5.093 referências obtidas, 1.144 (22,46%) não possuem dados de autoria registrados na base, de modo que foi possível analisar 3.949 referências diferentes, citadas 4.225 vezes no total.

No que diz respeito à configuração de autoria e colaboração desse conjunto de 3.949 referências, foi possível identificar 10.903 autores, resultando em uma média de 2,76 autores por item, que se distribuem da seguinte maneira: 2.226 referências (56,37%) são de autoria única; 754 referências (19,09%) têm autoria dupla; 384 referências (9,72) apresentam autoria tripla; 491 referências (12,43%) resultam da colaboração entre quatro até dez autores e; 94 referências (2,38%) são fruto de colaboração entre onze ou mais autores.

Cabe destacar que, no grupo de 94 referências assinadas por onze ou mais autores, concentram-se 3.3340 nomes, ou seja, 2,38% das citações respondem por 30,63% do total de nomes identificados. Sublinha-se também, o fato de uma única referência ser assinada por 1.313 autores distintos, 12,04% de todos os nomes citados.

Observa-se comparativamente os dados sobre autoria do corpus e das referências no quadro abaixo:

Quadro 2: comparativo de autoria entre corpus e referências considerando itens com onze ou mais autores

Critério	Corpus	Referências
Média	2,03%	2,76%

Um autor	55,33%	56,37%
Dois autores	26,00%	19,09%
Três autores	6,00%	9,72%
Quatro até dez autores	11,33%	12,43%
Onze ou mais autores	1,33%	2,38%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nota-se, a partir do comparativo acima disposto, que citações com onze ou mais autores, quando levadas em conta, podem conduzir à uma distorção na análise, principalmente, no que diz respeito à média de autores, uma variável importante para compreensão da configuração de um domínio. Assim, em busca de amainar referida distorção, procedeu-se à uma nova análise onde são desconsideradas referências assinadas por onze ou mais autores:

Quadro 3: comparativo de autoria entre corpus e referências desconsiderando itens com onze ou mais autores

Critério	Corpus	Referências
Média	1,86%	1,96%
Um autor	56,08%	57,74%
Dois autores	26,35%	19,56%
Três autores	6,08%	9,96%
Quatro até dez autores[1]	11,49%	12,74%

Fonte: Elaboração própria (2025).

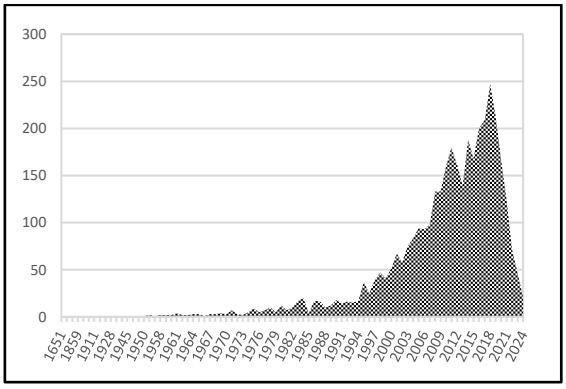
Ilustrada a análise que desconsidera as referências com alto volume de autores, é encontrada uma realidade em que a comparação com o corpus se torna. Frente a isso, é importante salientar que os variados campos de saber assumem diversas configurações de autoria, podendo haver mais ou menos nomes na assinatura dos itens publicados. Entretanto, à luz de uma análise que busca compreender a constituição de um determinado domínio, há de se atentar para as distorções que acompanham o fenômeno da *hiperautoria*, desse modo, opta-se, no presente trabalho apresentar análises que desconsiderem as referências sem dados de autoria ou assinadas por onze ou mais autores, nos levando, portanto, à um universo de 3.855 referências, que foram citadas 4.129 vezes no total.

A partir do expresso no **Quadro 2**, nota-se alta semelhança na configuração de autoria entre corpus e citações, com divergência mais acentuada nas categorias “Dois autores” e “Três autores”. Enquanto no corpus a colaboração se dá, em maior peso, entre dois autores, nas referências têm-se maior incidência a autoria tripla. Tal diferença, pode decorrer do fato de que os trabalhos que compõem o corpus, como mencionado anteriormente, localizam-se, em maioria, no campo das ciências humanas e sociais, os quais citam em grande volume estudos de áreas outras que as de sua origem, buscando importar questões provenientes de discussões de outros campos, como da computação, da genética, da medicina, da psiquiatria, entre outros. Tal aspecto indica uma característica a ser sublinhada, a da natureza transdisciplinar dos temas privacidade e autodeterminação informativa, os quais, transversalmente, permeiam discussões de variadas áreas de saber, em um movimento contínuo, onde aporta e assimila conhecimento.

Para proceder à análise cronológica das referências, verificou-se, preliminarmente, que 173 delas (4,48% do total) não apresentavam data de publicação registrada na base de dados SCOPUS, o que levou a se trabalhar com um conjunto de 3682 referências. Nesse conjunto, tem-se com item mais antigo o *Leviathan or The Matter, Forme and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil*, de Thomas Hobbes, publicado em 1651, enquanto os itens mais recentes datam de 2024.

Na análise apresentada no gráfico a seguir é possível verificar como se dá a configuração da distribuição cronológica dos itens que compõem o universo das referências citadas.

Figura 2: Cronologia das referências citadas



Fonte: Elaboração própria (2025)

Observa-se, na **Figura 2**, que são citados trabalhos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, mas, é principalmente em produções do século XX e XXI que o corpus busca seu referencial teórico, especialmente, observando que a partir do ano de 1956 há citações de todos os anos, ininterruptamente.

Há de se destacar, também, a similaridade entre os dados expressos nas **Figuras 1** e **2**, pois a cronologia do corpus e a cronologia das referências possuem forte semelhança em questão de tendência – e não de volume de dados - no que diz respeito ao comportamento de publicação ao longo dos anos. Isso revela que ocorre apoio teórico em textos clássicos, mas predominantemente se faz uso de uma bibliografia que constantemente se atualiza, aspecto que pode ser um possível reflexo do processo de desenvolvimento, compreensão e regulação das tecnologias que afetam a trama social, relativamente ao tema da privacidade, processo que tem início no período pós-guerras, quando se instala um paradigma de acelerado avanço tecnológico e informacional, culminando na necessidade de novas análises para as questões relacionadas a privacidade e autodeterminação informativa.

Avançando para uma análise de como as 3.855 referências diferentes foram citadas pelo corpus, é possível identificar que 174 (4,51%) foram citadas duas ou mais vezes, somando 448 citações (10,85% das 4.129 citações), indicando uma grande dispersão no que diz respeito às fontes citadas pelos trabalhos do corpus. Entretanto, há de se destacar que, mesmo pequeno, um núcleo de obras se postula como fundamentais para os trabalhos que compõem o corpus. Listadas abaixo, têm-se as dez obras mais citadas.

1. Com 18 citações, o artigo *The right to privacy* (Warren & Brandeis, 1890);
2. Com 8 citações, o livro *A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje* (Rodotà, 2008);
3. Com 8 citações, o livro *Privacy in Context: Technology, Policy, and the Integrity of Social Life* (Nissenbaum, 2010);
4. Com 7 citações, livro *Da privacidade à proteção de dados pessoais (*Doneda, 2006);
5. Com 7 citações, o livro *Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento* (Bioni, 2019);
6. Com 6 citações, o livro *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power* (Zuboff, 2019);
7. Com 5 citações , livro *Privacy and Freedom* (Westin, 1967);
8. Com 5 citações, o livro *Understanding Privacy* (Solove, 2008);
9. Com 5 citações, o artigo *The cost of reading privacy policies* (McDonald & Cranor, 2008);
10. Com 5 citações, o artigo *The Right to Informational Self-Determination and the Value of Self-Development: Reassessing the Importance of Privacy for Democracy* (Rouvroy & Poullet, 2008).

Constatada a alta dispersão de obras citadas, manifesta-se a necessidade de corroborar ou confrontar tal resultado a partir de uma análise que evidencie a existência ou não de um núcleo de autores – referentes teóricos. Assim sendo, os 8.000 nomes que assinam as 4.129 citações foram submetidos a um processo de normalização manual em que se buscou a redução de duplicatas de nomes, uma vez que o nome de um mesmo autor pode surgir de diversas maneiras (exemplo: Rodota S., Rodotà S. e RODOTÀ). Tal etapa fez-se necessária, uma vez que os dados extraídos da base de dados SCOPUS não fornece, em grande maioria, um identificador único para os autores das referências, ou mesmo vinculação com o

ORCiD, o que dificulta o processo de desambiguização.

Após a normalização foi possível identificar 5.937 autores efetivamente distintos, dos quais, 962 (16,20%) foram citados duas vezes ou mais, somando 3.025 incidências (37,81% do conjunto). Isso demonstra que, em comparação com as referências e citações, a dispersão no quesito autores citados é menor. Tal divergência pode se dar, porque, ao analisar as obras referenciadas, pode-se perder de vista a trajetória de um determinado autor, que pode dispor de vários trabalhos sobre uma mesma temática, pulverizando, assim, seu nome em diversas referências distintas.

Objetivando identificar os principais referentes teóricos entre os autores identificados, aplicou-se o conceito de elitismo proposto por Price (1963). Segundo o autor, uma pequena parcela de pesquisadores é responsável pela maior parte do que é produzido em um campo de saber e, para identificar tal grupo, é necessário o cálculo da raiz quadrada do valor total, no caso, dos 5.937 autores. Desse modo, chega-se a um conjunto de 77 autores, o que nos leva aos autores com seis citações ou mais, portanto, para abarcar de maneira igualitária todos aqueles que estão acima desse valor, destacam-se como os principais autores dentre as referências 92 nomes citados seis ou mais vezes.

Neste grupo de 92 nomes, figuram 21 autores vinculados aos 150 trabalhos que compõem o corpus analisado; entretanto, ao subtrair as autocitações, apenas Purtova N. e Knoppers B.M., se encontram no conjunto selecionado pelo Elitismo de Price. Apresentam-se, a seguir, os 73 nomes (1,22% do total de autores identificados), responsáveis por 494 obras referenciadas, ou seja, 12,81% de todas as referências.

Quadro 4: autores mais citados pelo corpus e média de citação por obra

Autor	Citações	Obras	Média
Floridi L.	22	17	1,29
Rodotà S.	22	14	1,57
Boyd D.M.	21	15	1,40
Brandeis L.D.	20	2	10,00
Doneda D.	19	9	2,11
Warren S.D.	19	1	19,00
Nissenbaum H.	18	7	2,57
Solove D.J.	18	10	1,80
Acquisti A.	15	13	1,15
Mayer-Schönberger V.	15	10	1,50
De Hert P.	15	13	1,15
Ellison N.B.	12	8	1,50
Hildebrandt M.	12	12	1,00
Bioni B. R.	11	5	2,20
Gutwirth S.	11	10	1,10
Mantelero A.	11	11	1,00
Mittelstadt B.D.	11	7	1,57
Poullet Y.	11	7	1,57
Schwartz P.M.	11	7	1,57
Simitis S.	11	8	1,38
Wachter S.	11	7	1,57
Pérez Luño A.E.	11	9	1,22
Trepte S.	10	9	1,11
Purtova N.	9	9	1,00
Kaye J.	9	7	1,29
Mendes L.S.	9	6	1,50
Pape S.	9	9	1,00
Rouvroy A.	9	5	1,80
van der Hof S.	9	7	1,29
Westin A.F.	9	4	2,25
Zuboff S.	9	4	2,25
Murillo de la Cueva P.L.	9	7	1,29
Dove E.S.	8	6	1,33
Ienca M.	8	7	1,14
Koops B.-J.	8	5	1,60
Kuner C.	8	8	1,00
Mascalzoni D.	8	7	1,14
Roßnagel A.	8	8	1,00
Borgesius F.J.Z.	8	4	2,00
Albers M.	7	4	1,75
Altman I.	7	4	1,75
Ausloos J.	7	6	1,17
Bygrave L.A.	7	6	1,17
Cate F.H.	7	6	1,17
Chen J.	7	3	2,33
Cranor L.F.	7	5	1,40
Custers B.	7	7	1,00
Dwork C.	7	5	1,40
Helberger N.	7	7	1,00
Helbing D.	7	6	1,17

Kühling J.	7	5	1,40
Lynskey O.	7	7	1,00
Marwick A.E.	7	5	1,40
Pohle J.	7	6	1,17
Vayena E.	7	6	1,17
Knoppers B.M.	6	9	0,67
Agustina Sanllehí J.R.	6	6	1,00
Barocas S.	6	2	3,00
Baruh L.	6	6	1,00
Bennett C.J.	6	5	1,20
Böhme R.	6	3	2,00
Castells M.	6	4	1,50
Ciancimino M.	6	6	1,00
Cohen J.E.	6	4	1,50
COLAPIETRO C.	6	5	1,20
Crawford K.	6	6	1,00
Dienlin T.	6	6	1,00
Habermas J.	6	6	1,00
Hornung G.	6	5	1,20
Lampe C.	6	3	2,00
Pasquale F.	6	5	1,20
Rallo Lombarte A.	6	5	1,20
Sunstein C.R.	6	6	1,00

Fonte: Elaboração própria (2025).

Frisa-se, sobre o arranjo do **Quadro 4**, dois pontos. Primeiro, a média é calculada a partir do valor de citações acumuladas dividido pelo valor de obras referenciadas. Segundo, o ranqueamento se dá pelo valor total de citações, todavia, tal quesito, não reflete a importância do autor para o domínio de maneira fundamental. Isso se dá pelo fato de que, o valor da média de citações por trabalho, permite observar autores que tiveram as citações recebidas concentradas em uma ou poucas obras suas em contraste com autores que receberam citações de diversas obras suas. Isso leva a constar que, no âmbito das citações há autores seminais pelo conjunto de sua obra e há outros em que uma obra sua manifesta-se como seminal. Assim, por exemplo, Mantelero teve onze obras diferentes citadas, aspecto que se observa igualmente em Floridi (22 citações de 17 obras distintas), Rodotà (citado 22 vezes com 14 obras distintas) e Boyd (citada 21 vezes com 15 obras distinta). Por outro lado, Brandeis foi citado 20 vezes com três obras e Warren foi citado 19 vezes com duas obras – em colaboração com Brandeis L. D. – evidenciando, portanto, que na constituição do domínio analisado, têm-se em igual importância, obras e autores fundamentais.

Destacam-se ainda, os campos de atuação dos dez autores com mais citações, em busca de compreender as influências contextuais exercidas para a construção do arcabouço teórico sobre privacidade e autodeterminação informativa:

- Floridi L. (1964), filósofo italiano com ampla atuação no campo da filosófica e ética da informação;
- Rodotà S. (1933-2017), jurista e político italiano, com contribuições para o campo da hermenêutica, bioética e direito;
- Boyd D.M. (1977), cientista da computação estadunidense que pesquisa tecnologia e mídias sociais;
- Warren S. D. (1852-1910) & Brandeis L.D. (1856-1941), advogados estadunidenses vanguarda na formulação da concepção da privacidade como direito;
- Doneda D. (1970-2022), jurista brasileiro com ampla atuação no campo da privacidade e proteção de dados,
- Nissenbaum H. (1954), professora de Ciência da Informação com ampla contribuição para o campo da privacidade digital, especialmente por sua teoria “contextual integrity”;
- Solove D.J. (1972), professor de direito na George Washington University Law School com ampla contribuição para o campo da privacidade, principalmente pela sua proposta “Taxonomia da Privacidade”
- Acquisti A. (1972), economista estadunidense, professor de Tecnologia da Informação e Políticas Públicas na Carnegie Mellon University com atuação científica no campo da privacidade.
- Mayer-Schönberger V. (1966), professor de Governança e Regulação da Internet na Universidade de Oxford,

conduz pesquisas especialmente no campo da economia digital, com obras que abordam o campo da privacidade e big data.

Fica, pois, evidente, a partir do exposto, o caráter interseccional/transdisciplinar dos temas privacidade e autodeterminação informativa, reforçando a já preconizada característica do campo que, em igual medida, absorve e aporta conhecimento de e para outras áreas, especialmente aqueles que tem como objeto a filosofia, ética, direito, tecnologias da informação, informação e economia.

Conclusão

À vista do exposto, destaca-se que, pela natureza polissêmica do termo Privacidade, a sua compreensão em um panorama global é de difícil execução, sendo necessária a adoção de ferramentais, tais como a taxonomia de Solove (2008) e as dimensões propostas por Holvast (2007), que proporcionam que seja construído um recorte terminológico a ser analisado. No presente trabalho, esse recorte se deu a partir do termo "*informational self-determination*", temática que, a partir dos resultados obtidos na base de dados Scopus, se revela relativamente jovem no campo científico – a publicação mais antiga incluída na base sobre o tema é de 1988 –, e também pouco explorada, o que resultou em um baixo número de trabalhos recuperados a partir do termo.

Todavia, ao longo das últimas décadas, o tema tem recebido atenção, especialmente a partir do ano de 2009, não havendo interrupções nas publicações e crescendo de maneira relevante ano a ano.

A partir da análise do *corpus*, constituído por 150 itens, é possível observar que a temática da autodeterminação informativa se conecta, principalmente, mas não exclusivamente, com questões relacionadas a Privacidade (contexto geral), em uma perspectiva jurídica, sobretudo em contextos informatizados. Existe um pequeno núcleo de autores que se ocupam do tema, ainda como incipiente índice de colaboração entre eles. Evidencia-se, pois, uma grande pulverização de autores, temas adjacentes, periódicos e instituições que envolvem o contexto abordado. Mais especificamente em relação às instituições, destaca-se o fato de sua maioria estar distribuída em países europeus, muito em consequência de sua origem, Alemanha, país pioneiro na questão de proteção de dados (pessoais), onde a questão remonta ao ano de 1970, quando foi editado o texto jurídico popularmente conhecimento como Lei de Hesse, tido como o primeiro a legislar sobre a proteção de dados no mundo. Posteriormente, ainda no espaço europeu, o tema se desenvolveu em outros textos jurídicos sobre o tema, sendo o mais atual a GDPR, que tem forte influência no desenvolvimento de diretrizes no mundo todo.

No que diz respeito a fundamentação teórica do corpus, foi possível, partir das referências analisadas, observar que existe um núcleo tanto de obras quanto de autores seminais para o desenvolvimento das reflexões sobre privacidade e autodeterminação informativa, mas, por conta da característica transversal/transdisciplinar das temáticas, o referido núcleo é de tamanho reduzido frente ao vasto universo de autores e obras referenciados.

Referências

Ardrey, R. (1966). The Territorial Imperative: A Personal Inquiry into the Animal Origins of Property and Nations (1st ed.). Dell Publishing Co., Inc.

Asikis, T. *et al.* (2021). How value-sensitive design can empower sustainable consumption. *Royal Society Open Science*, *8*(2), 201418. http://doi.org/10.1098/rsos.201418.

Asikis, T., & Pournaras, E. (2020). Optimization of privacy-utility trade-offs under informational self-determination. *Future Generation Computer Systems*, *109*, 488-499. https://doi.org/10.1016/j.future.2018.07.018.

Bernier, A. *et al.* (2024). Reconciling the biomedical data commons and the GDPR: Three lessons from the EUCAN ELSI collaboratory. European Journal of Human Genetics, 32, 69–76. https://doi.org/10.1038/s41431-023-01403-y.

Bioni, A. (2019). Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Barueri: Editora Forense.

Brasil (2018). Lei No 13.709, de 14 de Agosto de 2018 Que Dispõe Sobre a Proteção de Dados Pessoais e Altera a Lei No 12.965, de 23 de Abril de 2014 (Marco Civil Da Internet)., No. 13.709. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm.

Doneda, D. (2006). Da privacidade à proteção de dados pessoais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Hansen, M., Borcea-Pfitzmann, K. & Pfitzmann, A. (2005). PRIME – Ein europäisches Projekt für nutzerbestimmtes Identitätsmanagement (PRIME – A European Project for Privacy-Enhancing Identity Management). it - Information Technology, 47(6), 352-359. https://doi.org/10.1524/itit.2005.47.6.352

Holvast, J. (2007). History of privacy. In K. D. Leeuw & J. Bergstra (Eds.), The History of Information Security (pp. 737–769). Elsevier Science B.V. https://doi.org/10.1016/B978-044451608-4/50028-6.

Hornung, G., & Schnabel, C. (2009a). Data protection in Germany I: The population census decision and the right to informational self-determination. *Computer Law & Security Review*, *25*(1), 84-88. https://doi.org/10.1016/j.clsr.2008.11.002

Hornung, G., & Schnabel, C. (2009b). Data protection in Germany II: Recent decisions on online-searching of computers, automatic number plate recognition and data retention. *Computer Law & Security Review*, *25*(2), 115-122. https://doi.org/10.1016/j.clsr.2009.02.008.

Judgment of 15 December 1983 (1983). https://www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/EN/1983/12/rs19831215_1bvr020983en.html.

McDonald, A. M.; Cranor, L. F. The cost of reading privacy policies. (2008). I/S: A Journal of Law and Policy for the Information Society, v. 4, n. 3, p. 540-565.

Nissenbaum, H. (2010). Privacy in context: technology, policy, and the integrity of social life. Stanford: Stanford University Press.

Regulation (EU) 2016-679 (2016).

Rodotà, S. (2008) A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje. São Paulo: Editora Renovar.

Rouvroy, A., Poullet, Y. (2009). The Right to Informational Self-Determination and the Value of Self-Development: Reassessing the Importance of Privacy for Democracy. In: Gutwirth, S., Poullet, Y., De Hert, P., de Terwangne, C., Nouwt, S. (eds) Reinventing Data Protection?. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9498-9_2.

Schickhardt, C., Fleischer, H., & Winkler, E. (2020). Do patients and research subjects have a right to receive their genomic raw data? An ethical and legal analysis. BMC Medical Ethics, 21, Article 10.1186/s12910-020-0446-y.

Solove, D. J. (2008). Understanding privacy. Cambridge: Harvard University Press.

T. Hall, E. (1966). The Hidden Dimension (1st ed.). Anchor Books, Doubleday.

Warren, S. D., Brandeis, L. D. (2008) The right to privacy. Harvard Law Review, v. 4, n. 5, p. 193-220, 1890.2.

Westin, A. (1967). Privacy and Freedom. Ig Publishing.

Zuboff, S. (2019). The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs.

AVANCES EN INTEGRIDAD Y REPRODUCIBILIDAD DE LA INVESTIGACIÓN EN EL SISTEMA UNIVERSITARIO ESPAÑOL

María Luisa Lascurain, Universidad Carlos III de Madrid (depto. de Biblioteconomía y Documentación) / Instituto INAECU/ Unidad Asociada IEDCYT-LEMI, ORCID: 0000-0001-9023-4967, España, mlascura@bib.uc3m.es

Flor Sánchez, Universidad Autónoma de Madrid (Facultad de Psicología) / Instituto INAECU, ORCID: 0000-0002-8058-5584, España, flor.sanchez@uam.es

Daniela De Filippo, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Instituto de Filosofía) / Instituto INAECU / Unidad Asociada IEDCYT-LEMI, ORCID: 0000-0001-9297-9970, España, daniela.defilippo@cchs.csic.es

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6632

Eje: Ética y deontología

Introducción

En los últimos años, como comunidad científica y como ciudadanos, hemos sido testigos de casos de falta de integridad en la investigación que han tenido gran repercusión. A través de los medios de comunicación se han difundido y discutido noticias sobre denuncias de fraude en grandes empresas editoriales, así como malas prácticas por parte de investigadores de diversas instituciones. En general, han saltado a primera plana los casos relacionados con la falsedad de los datos publicados que han llevado a la retractación de numerosos artículos, la presencia de conflictos de interés en la producción de resultados científicos, o malas prácticas en la citación de los artículos - tanto propia (exceso injustificado de auto-citación) como ajena (plagio y omisión de autorías).

Esta situación no sólo sirve como crítica al actual sistema de producción, difusión y evaluación de la actividad científica, sino que pone de relieve la importancia que actualmente tiene la ética y la integridad en la investigación.

En este contexto, el **objetivo principal** de este estudio es **analizar el grado de avances en acciones que aseguren la integridad y reproducibilidad de la investigación en el sistema universitario español (SUE).**

Para ello se parte de dos premisas:

- Las diferentes normativas, acciones y códigos de conducta instan a las instituciones a comunicar los fundamentos de la integridad, por lo que es posible medir su grado de cumplimiento analizando la información que difunden.
- Dado que la promoción de buenas prácticas relacionadas con la gestión de datos abiertos es otro aspecto por el que deben velar las instituciones, es posible medir su grado de cumplimiento considerando las acciones que realizan.

Para alcanzar el objetivo propuesto se han realizado las siguientes acciones:

3) Análisis de la información que ofrecen las universidades públicas sobre las actuaciones que realizan relacionadas con ética e integridad en la investigación y con datos FAIR.
3) Comparación de la información obtenida de las páginas web de las universidades con informes y estudios empíricos.

Marco Teórico

Tal como se menciona en el *Código europeo de conducta para la integridad en la investigación* "la integridad de la investigación es crucial para preservar la fiabilidad del sistema de investigación y sus resultados" (Allea, 2023: pp.2).

En este sentido, el marco que aporta la ciencia abierta resulta idóneo para promover la ética e integridad en la investigación ya que ciertas prácticas como el prerregistro de estudios, el intercambio abierto de datos, el intercambio abierto de código fuente, la publicación de código abierto y la priorización de los estudios de replicación, contribuyen notablemente a la transparencia de la investigación (Cyran, 2022). Este mismo argumento es retomado por Heide Laine (2018) quien analiza la relación conceptual entre los principios éticos de la integridad en la investigación y la ciencia abierta, analizando la apertura en la publicación científica, los datos de investigación y el uso de los principios FAIR.

Procedimientos Metodológicos

En primer lugar, se realizó una búsqueda de información en las páginas web de las universidades públicas a través de una plantilla para responder a las siguientes preguntas: .
¿Cómo se denomina la sección con información institucional sobre ética e integridad en investigación?, ¿Dónde se localiza la información dentro de la web institucional?, ¿Qué información incluye la web?, ¿La institución cuenta con Comité de ética?, ¿Cuándo se creó?, ¿Hay un documento propio sobre buenas prácticas y/o ética (integridad) de la investigación?, ¿Hay información sobre datos FAIR?, ¿De quién depende la gestión de datos FAIR?, ¿Dónde se localiza la información?, ¿Hay repositorio de datos abiertos?

La información obtenida se tabuló y normalizó y, posteriormente, se obtuvieron datos generales sobre cada una de las variables analizadas. Simultáneamente se realizó una búsqueda de información sobre normativas europeas y españolas relacionadas con ética e integridad en la investigación así como informes y estudios recientes relacionados con el tema. Por último, se realizó una comparación entre la situación "observada" y la situación "idónea" planteada en las normativas.

Resultados Parciales

El análisis de las páginas web de las 49 universidades públicas muestra que un 35% de las instituciones (17 universidades) no cuentan con una sección dedicada exclusivamente a ética e integridad de la investigación. La denominación más frecuente incluye el término "Ética" (35%). "Integridad" aparece en un 24%. La conjunción de ambos sólo está presente en 4 universidades (8%) (figura 1).

Figura 1. Términos más usados en la sección de ética e integridad de las universidades españolas



Solo 7 instituciones (14%) tienen un enlace directo a la sección de ética desde la página de inicio. Otras 27 (54%) remiten a una sección específica sobre el tema y en las 13 restantes (26%) la información está dispersa o es de difícil acceso. Aunque esta sección resulta muy heterogénea, lo más habitual es encontrar información sobre el Código de buenas prácticas, los Comité de ética (integrantes, funciones) y normativas que regulan la actividad relacionada con la ética y la integridad en la investigación, tanto a nivel internacional, como nacional e institucional.

Todas las instituciones analizadas cuentan con un Comité de Ética pero, en un 32%, no se ha podido identificar la fecha de creación siendo pionera la Universidad Autónoma de Barcelona en 1994.

En un 78% de las instituciones existe un documento propio sobre buenas prácticas, ética e integridad en la investigación. Los más antiguos son los de la Universidad Miguel Hernández de Elche y la Universidad de Almería -en 2011- y el más reciente el de la Universidad de Las Palmas en 2024.

En un 74% de las páginas web analizadas aparecen menciones relacionadas con definiciones, gestión, normativas y acciones de la institución para garantizar que los datos sean FAIR. En la totalidad de las universidades la responsabilidad sobre este ámbito recae en la biblioteca.

Todas las universidades cuentan con un repositorio institucional, aunque algunos incluyen los dataset como tipología documental y otros los depositan (o recomiendan su depósito) en repositorios externos. Muchas de las instituciones cuentan con repositorios regionales en red como BUVAL para las universidades valencianas, CORA para las catalanas o Consorcio Madroño para las universidades de Madrid.

Consideraciones finales

El estudio realizado apunta que las políticas de promoción de la integridad y la transparencia en la investigación están siendo asumidas por las universidades del SUE, pero su implementación práctica y su accesibilidad necesitan un impulso para alcanzar totalmente los estándares recomendados por las normativas europeas y los principios de ciencia abierta.

El análisis a partir de las páginas web de las universidades indica que existe un reconocimiento generalizado de la importancia de la ética y la integridad en la investigación en el sistema universitario español que se manifiesta en la existencia de Comités de Ética y de documentos de buenas prácticas.

En relación con los datos FAIR, aparentemente, la mayor parte de las universidades ha dedicado atención a este tema aportando menciones sobre el mismo, sin embargo son muy pocas las instituciones que disponen de repositorios que permitan un uso compartido real de los datos de investigación entre investigadores.

La ausencia de información pública actualizada en algunos casos, el difícil acceso en otros y la heterogeneidad en los contenidos publicados en las páginas web, revelan que se requiere un mayor compromiso con el tema y que aún hay áreas de mejora.

Referencias

ALLEA (2023) El Código Europeo de Conducta para la Integridad en la Investigación -Edición revisada 2023 (español). Berlín. DOI 10.26356/ECOC-Spanish

Cyran, L. (2022). Open science is good science, so what's getting in the way?. University of Toronto Medical Journal, 99(1).

Laine, H. (2018). Open science and codes of conduct on research integrity. Informaatiotutkimus, 37(4).

Agradecimientos

La realización de este estudio ha sido financiada a través del proyecto del Plan Nacional del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades titulado "Ciencia abierta y Ciencia Ciudadana para una sociedad más sostenible e inclusiva: aportaciones del Sistema Universitario Español (UnInCA)" (PID2023-149340OB-I00).

AVANCES EN CIENCIA ABIERTA EN EL SISTEMA UNIVERSITARIO ESPAÑOL: ANÁLISIS DEL SISTEMA UNIVERSITARIO CATALÁN

Adrián Romero Arévalo, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), INAECU, https://orcid.org/0009-0003-8731-5899, España, adrian.romero@uam.es

Leyla Angélica Sandoval Hamón, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), INAECU, https://orcid.org/0000-0003-1213-8990, España, angelica.sandoval@uam.es

Flor Sánchez, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), INAECU, https://orcid.org/0000-0002-8058-5584, España, flor.sanchez@uam.es

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6633

Eje: Gestión de la Información y del Conocimiento

Introducción

La ciencia abierta se está convirtiendo en el nuevo paradigma para para realizar, compartir y difundir la investigación. Este nuevo enfoque ha venido respaldado por declaraciones y actuaciones (principalmente de la Comisión Europea) sobre el acceso abierto, datos en abierto, revisión abierta, innovación abierta y ciencia ciudadana, entre otros.

Este cambio de paradigma en la forma de entender y practicar la ciencia implica una transformación profunda en los modos de generar, validar y compartir el conocimiento. La ciencia abierta propone superar las barreras tradicionales que han limitado el acceso, la colaboración y la transparencia en la investigación, promoviendo una lógica más inclusiva, participativa y orientada al bien común. Esta transformación no se limita a lo técnico o normativo, sino que requiere una revisión de las prácticas culturales, sociales y comunicativas que sostienen el sistema científico. En este contexto, se vuelve necesario repensar cómo se articulan los distintos actores, recursos y tecnologías para favorecer entornos donde el conocimiento circule libremente, se reutilice con responsabilidad y contribuya de manera efectiva a enfrentar los desafíos colectivos contemporáneos.

Así, la ciencia abierta está captando cada vez más la atención de diversos grupos de interés a nivel mundial, aunque, dada su complejidad y los cambios que requiere su desarrollo, éste está siendo lento. En ese sentido, las instituciones de educación superior pueden favorecer los avances de la ciencia abierta, al propiciar un cambio cultural y social aliados con la tecnología.

Las universidades juegan así un papel destacado porque pueden profundizar en la teoría y, además, en la puesta en práctica de la ciencia abierta, sirviendo como ejemplo de generación, gestión, promoción y difusión de acciones de esta. En este último factor se focaliza este trabajo, con el fin de identificar los esfuerzos de transparencia y accesibilidad del conocimiento científico que se están realizando en este tipo de instituciones. El presente estudio se enmarca en un análisis global del sistema universitario español y se centra en el sistema universitario catalán, por ser éste un referente tanto académico como de investigación.

Las universidades públicas de Cataluña se congregan en la Asociación Catalana de Universidades Públicas (ACUP), creada en 2002, comprende la Universidad de Barcelona (UB), la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), la Universidad Politécnica de Cataluña (UPC), la Universidad Pompeu Fabra (UPF), la Universidad de Girona (UdG), la Universidad de Lleida (UdL), la Universidad Rovira i Virgili (URV) y la Universidad Oberta de Catalunya (UOC). La finalidad de esta asociación es representar de manera conjunta a estas instituciones ante la sociedad y las

administraciones, y trabajar de forma coordinada para fortalecer el sistema universitario catalán.

La ACUP recupera y da continuidad a los ideales que inspiraron los Congresos Universitarios Catalanes celebrados entre 1903 y 1918: autonomía universitaria, identidad catalana y vocación de modernidad. Estos valores siguen representando una base sólida para fomentar la colaboración entre las universidades, guiada por el compromiso, la responsabilidad y el deseo de aportar al progreso del país.

La creación de esta asociación refleja la voluntad de las universidades públicas catalanas de actuar como un organismo unificado en los temas que lo permitan, facilitando también una relación fluida con las administraciones públicas para reforzar el papel cultural e institucional de las universidades dentro de Cataluña.

De manera relativamente reciente, la ACUP ha aumentado notablemente su actividad y presencia pública, logrando una proyección internacional significativa. Gracias a ello, hoy en día es considerada un actor relevante en el panorama universitario europeo. Bajo una estrategia común, la asociación impulsa numerosas acciones destinadas a mejorar el conjunto del sistema universitario catalán en aspectos clave como la docencia, la investigación, la transferencia de conocimiento a la sociedad y la gestión organizativa (Catalan Association of Public Universities, 2016).

La puesta en marcha de estas acciones se ve reflejada en los avances alcanzados en temas de ciencia abierta. Las universidades incluidas en la ACUP han sido las primeras en crear repositorios institucionales, incentivando el acceso abierto y permitiendo el acceso a la producción científica. Del mismo modo, comparten herramientas que habilitan el acceso unificado a todo producto proveniente del sistema catalán de investigación, desarrollo e innovación como el repositorio de revistas científicas y culturales RACO o el Portal de la Recerca de Catalunya (Consorci de Serveis Universitaris de Catalunya, s. f.).

El Departament de Recerca i Universitats (2025) recoge que el 17 de enero de 2024 se aprueba la Estrategia catalana de ciencia abierta por parte del Pleno de la Comisión Interdepartamental de Investigación e Innovación (CIRI), cuyo objetivo es la mejora de la práctica científica y el aumento del impacto de la ciencia en la sociedad, contribuyendo así al progreso científico y a la consecución de los objetivos de desarrollo sostenible.

La estrategia catalana (Departament de Recerca i Universitats, 2025) se sostiene en una estructura bien definida entorno a seis ejes estratégicos, tomando medidas para cada uno de ellos:

1. Acceso abierto a publicaciones científicas: se promueve que toda la publicación financiada con fondos públicos esté disponible en acceso abierto, incluyendo repositorios institucionales.
2. Datos FAIR: se hace obligatorio el diseño de planes de gestión de datos y formación para garantizar que los datos sean localizables, accesibles, interoperables y reutilizables.
3. Infraestructuras: inversión en plataformas y herramientas digitales interoperables, integradas con iniciativas como EOSC.
4. Desarrollo de competencias: programas formativos y perfiles especializados para gestión y gobernanza de datos.
5. Incentivos: integración de prácticas de ciencia abierta en evaluaciones, carrera y reconocimientos profesionales; premios y estímulos vinculados al acceso abierto y la transferencia.
6. Participación social: fomento de la ciencia ciudadana y la divulgación como parte de la evaluación de la investigación y la responsabilidad social.

La estrategia incluye también una serie de indicadores concretos para evaluar el avance en la implementación de la ciencia abierta en las universidades catalanas:

- Número y porcentaje de publicaciones científicas en acceso abierto.

- Porcentaje de proyectos con planes de gestión de datos implementados.
- Volumen y uso de infraestructuras digitales de acceso y preservación.
- Participación en actividades de formación, creación de perfiles competentes en datos.
- Presencia de criterios de ciencia abierta en la evaluación y el desarrollo profesional.
- Alcance social: participación ciudadana, actividades divulgativas y transferencia del conocimiento a la sociedad.

La realización de este estudio ha sido financiada a través del proyecto del Plan Nacional del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades titulado "Ciencia abierta y Ciencia Ciudadana para una sociedad más sostenible e inclusiva: aportaciones del Sistema Universitario Español (UnInCA)" (PID2023-149340OB-I00).

El **objetivo general** de este trabajo es analizar las acciones de ciencia abierta, difundidas a través de la web, que se están desarrollando en universidades públicas del sistema universitario catalán.

Con la idea de alcanzar este objetivo y a partir de considerar políticas, normativas, estrategias, informes e investigaciones de ciencia abierta vinculados con el sistema universitario catalán, se procede a plantear los siguientes objetivos específicos:

- Identificar y analizar las acciones de ciencia abierta que difunden en la web de las universidades públicas catalanas.
- Comparar los avances en los distintos ejes de análisis propuestos
-

Referencial teórico

Según la Secretaría General Técnica del Ministerio de Ciencia e Innovación (2023), la Ciencia Abierta (open science) implica una evolución de la forma de producir, financiar, comunicar y evaluar el conocimiento científico.

La Ciencia Abierta es conocimiento transparente y accesible que se comparte y se desarrolla a través de redes colaborativas (Vicente-Saez & Martinez-Fuentes, 2018).

A partir de una revisión sistemática de la literatura compuesta por 57 estudios, Vicente-Saez y Martinez-Fuentes (2018) presentan una propuesta estructurada para agrupar los distintos conceptos vinculados a la ciencia abierta, con el fin de avanzar hacia una definición integrada y coherente del término. Estas son las agrupaciones:

Open Science as knowledge: la ciencia abierta entendida como una nueva forma de generar y estructurar el conocimiento científico.

Open Science as transparent knowledge: enfatiza la transparencia en los procesos de investigación, incluyendo la trazabilidad de los datos, métodos y resultados.

Open Science as accessible knowledge: se centra en la eliminación de barreras de acceso al conocimiento, promoviendo el acceso abierto a publicaciones, datos y recursos científicos.

Open Science as shared knowledge: destaca la importancia de compartir el conocimiento entre comunidades científicas y con la sociedad en general.

Open Science as collaborative-develop knowledge: subraya el carácter colaborativo de la ciencia abierta, promoviendo la co-creación y el trabajo en red entre investigadores y otros actores sociales.

Esta es solo una propuesta, dado que hay una amplia variedad de perspectivas y aproximaciones al concepto de ciencia abierta.

Esta diversidad hace que existan varias escuelas asociadas a la ciencia abierta, una de las opciones planteadas por Fecher y Friesike (2014) considera cinco tipos de escuelas de pensamiento que se vinculan con este movimiento de ciencia abierta. Cada una de estas escuelas representa una perspectiva distinta sobre qué significa abrir la ciencia y por qué es importante hacerlo. Las cinco escuelas y sus principales enfoques son:

d) Escuela de Infraestructura

Esta escuela se enfoca en los aspectos técnicos y estructurales que permiten la ciencia abierta. Su preocupación principal es construir y

mantener plataformas, herramientas digitales y estándares que faciliten el intercambio de datos, publicaciones y otros productos científicos. Aquí se incluyen iniciativas como repositorios abiertos, sistemas interoperables y software libre para la investigación.

d) Escuela Pública

Su objetivo es acercar la ciencia a la sociedad. Esta escuela promueve la comunicación científica accesible, la divulgación del conocimiento y la participación ciudadana en el proceso científico. Se interesa por cómo hacer que los resultados de la investigación sean comprensibles y útiles para el público general, no solo para la comunidad académica.

d) Escuela de Medición

Esta perspectiva se centra en cómo evaluar el impacto de la ciencia más allá de las métricas tradicionales como el factor de impacto. Promueve el uso de indicadores alternativos (altmetrics), como menciones en redes sociales, descargas o citas en blogs, para capturar una visión más amplia y dinámica del alcance de la investigación.

d) Escuela Democrática

Aquí el foco está en la equidad en el acceso al conocimiento. Esta escuela defiende que toda persona, sin importar su ubicación geográfica o situación económica, debe poder acceder a los resultados de la investigación científica. Se alinea con el principio de que el conocimiento financiado con fondos públicos debe estar disponible para todos.

d) Escuela Pragmática

Esta escuela promueve la colaboración abierta como una forma de mejorar la eficiencia y la calidad de la investigación. Se interesa por modelos de trabajo colaborativo, ciencia ciudadana, co-creación de conocimiento y redes interdisciplinarias. La idea es que abrir los procesos científicos puede acelerar la innovación y resolver problemas complejos de manera más efectiva.

La ciencia abierta permite la incorporación progresiva de diferentes tendencias emergentes que se alinean con sus valores y principios fundamentales. Estos valores y principios buscan al menos constituir el núcleo ético y operativo de una ciencia más inclusiva, colaborativa y orientada al bien común. A partir de la recomendación de la UNESCO (2021), se presentan los cuatro valores y seis principios sobre ciencia abierta, en un breve resumen a continuación:

Valores:

h) Calidad e integridad

La ciencia abierta debe garantizar que la investigación se realice con altos estándares de calidad, respetando la libertad académica y los derechos humanos. Para ello, es fundamental que los métodos, datos y resultados sean accesibles y verificables, lo que permite una evaluación crítica y transparente por parte de la comunidad científica.

d) Beneficio colectivo

El conocimiento científico debe estar disponible para todas las personas, sin restricciones. Este principio defiende que la ciencia beneficie a la humanidad en su conjunto, promoviendo prácticas inclusivas, sostenibles y que fortalezcan las capacidades científicas a nivel global.

d) Equidad y justicia

Se busca garantizar que todas las personas, sin importar su origen o condición, tengan igualdad de oportunidades para acceder, producir y beneficiarse del conocimiento científico. Esto implica fomentar colaboraciones justas entre regiones con diferentes niveles de desarrollo.

d) Diversidad e inclusión

La ciencia abierta reconoce y valora la pluralidad de saberes, lenguas, enfoques y actores. Este valor promueve la participación de comunidades tradicionalmente excluidas, como pueblos indígenas y actores sociales locales, ampliando así la relevancia y legitimidad de la ciencia.

Principios:

f) Transparencia, control, crítica y reproducibilidad

La apertura en todas las etapas del proceso científico fortalece la calidad y el rigor de los resultados. Al hacer accesibles los datos, métodos y resultados, se fomenta la verificación por pares, se refuerza la confianza pública en la ciencia y se consolida su carácter como conocimiento basado en pruebas.

f) Igualdad de oportunidades

Todas las personas, sin importar su origen, género, idioma, situación económica o ubicación geográfica, deben tener las mismas posibilidades de participar en la ciencia abierta, acceder a sus beneficios y contribuir activamente a su desarrollo.

f) Responsabilidad, respeto y rendición de cuentas

La apertura científica implica un compromiso ético con la sociedad. Esto requiere actuar con integridad, reconocer posibles conflictos de interés, anticipar impactos sociales y ambientales, y rendir cuentas de manera transparente ante la comunidad y la ciudadanía.

f) Colaboración, participación e inclusión

La ciencia abierta promueve el trabajo conjunto entre disciplinas, generaciones, regiones y sectores sociales. Se valora especialmente la participación activa de comunidades marginadas y la integración de sus conocimientos en la búsqueda de soluciones a problemas complejos.

f) Flexibilidad

Dado que los contextos científicos y tecnológicos varían en todo el mundo, no existe una única forma de practicar la ciencia abierta. Se deben fomentar múltiples caminos de transición, adaptados a las capacidades locales, siempre que respeten los valores fundamentales del movimiento.

f) Sostenibilidad

Para que la ciencia abierta sea efectiva a largo plazo, necesita infraestructuras, servicios y modelos de financiación estables, accesibles y sin fines de lucro. Esto garantiza la participación equitativa de instituciones y países con menos recursos, y el acceso continuo al conocimiento generado.

A partir de estos fundamentos, se han ido consolidando varias prácticas, herramientas y enfoques que materializan el espíritu de apertura en el que se sustenta este movimiento.

En este contexto, cada vez es más común encontrar asociadas al concepto de ciencia abierta expresiones como "...el código abierto, los datos abiertos, el acceso abierto, la ciencia basada en grandes volúmenes de datos, los sistemas alternativos de reputación, los cuadernos abiertos, los libros de laboratorio abiertos, los blogs científicos, las bibliografías colaborativas, la ciencia ciudadana, la revisión por pares abierta o el pre-registro" (Vicente-Saez & Martinez-Fuentes, 2018).

La OCDE (2015) reconoce diversos actores clave que pueden promover la ciencia abierta, algunos de estos son:

Gobiernos: desarrollando estrategias, integradas o independientes, para impulsar la ciencia abierta.

Agencias de financiación: promueven o exigen el acceso abierto a los resultados de investigaciones financiadas, y pueden cubrir costos asociados.

Universidades e institutos públicos: implementan políticas propias y capacitan a investigadores en prácticas de ciencia abierta.

Bibliotecas y repositorios: son infraestructuras clave para preservar y compartir datos y publicaciones científicas.

Organizaciones sin fines de lucro: financian investigaciones abiertas y crean redes de colaboración global.

Editoriales científicas privadas: ofrecen opciones de publicación en acceso abierto y servicios relacionados.

Empresas: utilizan datos abiertos para innovar y, en algunos casos, colaboran en investigaciones abiertas.

En todo caso, las instituciones superiores, tienen un rol que puede ser estratégico en el marco de la ciencia abierta, al considerar sus múltiples misiones, y en particular, con su ejemplo, al desplegar nuevas formas de funcionar y difundir sus acciones. De esta manera, "la ciencia abierta es un medio por el cual la colaboración, el intercambio y la apertura pueden integrarse en las actividades de investigación. Adoptar la ciencia abierta requiere un cambio cultural a nivel institucional y una serie de acciones para lograr ese cambio" (Burgelman, 2019).

En parte, este cambio cultural puede lograrse mediante el desarrollo de políticas, estrategias

y la evaluación del trabajo y los resultados según criterios de apertura. Sin embargo, el cambio cultural implica más que una serie de acciones. Solo puede producirse cuando existe confianza, colaboración y compromiso con una visión compartida del futuro. Cabe argumentar que esto último representa un desafío mayor que lo anterior (Ayris, López-de-San-Román, Maes, & Labastida, 2018)

De hecho, cuatro de los aspectos que detallan Ayris et al. (2018) para ese cambio cultural en la universidad tienen que ver con:

-El cambio efectivo requiere liderazgo, visión y recursos, junto con una colaboración activa entre líderes y comunidad universitaria.

-Las universidades deben implementar medidas específicas adaptadas a su contexto para fomentar un cambio estructural hacia la ciencia abierta.

-La transparencia, la rendición de cuentas y el monitoreo son esenciales para una implementación institucional efectiva de la ciencia abierta.

-El compromiso colectivo y una visión compartida entre todos los actores son fundamentales para consolidar el cambio hacia la ciencia abierta.

Estos aspectos subrayan la necesidad de una transformación profunda y coordinada dentro de las instituciones de educación superior. Para avanzar hacia una implementación efectiva de la ciencia abierta, es fundamental contar con herramientas que permitan evaluar el grado de preparación institucional y orientar las acciones estratégicas. En esta línea, el checklist elaborado por la UNESCO (2023) constituye una guía práctica que permite no solo diagnosticar el estado actual de implementación de la ciencia abierta, sino también trazar rutas de mejora institucional. A continuación, se presentan las principales orientaciones contenidas en dicho documento:

a) Promover un entendimiento común de la ciencia abierta, los beneficios y retos asociados, así como las diversas vías hacia la ciencia abierta.

Las universidades deben fomentar una comprensión compartida de qué es la ciencia abierta, por qué es relevante y cómo puede implementarse. Esto implica sensibilizar a toda la comunidad académica sobre sus principios, promover el acceso abierto a los resultados de investigaciones financiadas con fondos públicos, respetar los derechos de comunidades como los pueblos indígenas, y fomentar la diversidad lingüística y editorial. También se debe facilitar el diálogo con el sector privado para abordar desafíos como la propiedad intelectual, la privacidad o la explotación de datos.

h) Desarrollar un entorno político favorable a la ciencia abierta

Es necesario establecer marcos normativos sólidos que respalden la ciencia abierta desde lo institucional hasta lo internacional. Las universidades deben diseñar políticas claras, coherentes con la legislación vigente, que promuevan la participación de múltiples actores, integren la perspectiva de género, y fomenten la ciencia ciudadana. Estas políticas deben incentivar buenas prácticas, reconocer colaboraciones no académicas y garantizar una evaluación justa de la investigación.

h) Invertir en infraestructuras y servicios científicos abiertos.

La ciencia abierta requiere infraestructuras accesibles, interoperables y sostenibles. Las universidades deben invertir en plataformas digitales, redes de investigación, almacenamiento de datos, software de código abierto y servicios que permitan la preservación y reutilización del conocimiento. También se promueve la cooperación internacional para compartir infraestructuras, desarrollar herramientas innovadoras y garantizar que estas sean accesibles para todos, siguiendo principios como FAIR y CARE.

h) Invertir en recursos humanos, formación, educación, alfabetización digital y desarrollo de capacidades para la ciencia abierta.

Es fundamental formar a toda la comunidad universitaria en competencias clave para la ciencia abierta: desde la gestión de datos y la alfabetización digital hasta la ética, la propiedad intelectual y la comunicación científica. Esto implica desarrollar marcos de competencias, profesionalizar roles técnicos,

promover el uso de recursos educativos abiertos (REA) y fortalecer la comunicación científica para llegar a públicos diversos.

h) Fomentar una cultura de ciencia abierta y alinear los incentivos para la ciencia abierta.

Para consolidar la ciencia abierta, las universidades deben transformar su cultura institucional. Esto implica revisar los sistemas de evaluación académica para reconocer prácticas abiertas, prevenir efectos negativos como la privatización de datos o los modelos de publicación excluyentes, y promover políticas que garanticen la equidad y la diversidad en la comunicación académica. También se deben establecer criterios claros para la contratación y promoción que valoren el compromiso con la ciencia abierta.

h) Promover enfoques innovadores para la ciencia abierta en distintas fases del proceso científico

La apertura debe estar presente desde el diseño de los proyectos hasta la difusión de resultados. Esto incluye fomentar *preprints*, revisión por pares abierta, publicación de resultados negativos, ciencia ciudadana, y estrategias participativas que integren a comunidades marginadas. También se debe facilitar el depósito de datos, el desarrollo de infraestructuras compartidas y la creación de espacios colaborativos transdisciplinarios.

h) Promover la cooperación internacional y entre múltiples partes interesadas en el contexto de la ciencia abierta y con vistas a reducir las brechas digitales, tecnológicas y de conocimiento

La ciencia abierta requiere colaboración global. Las universidades deben participar en redes internacionales, compartir buenas prácticas, desarrollar capacidades conjuntas y promover la solidaridad entre países. Esto implica también establecer mecanismos de financiación regionales e internacionales y evitar la explotación de datos abiertos a través de fronteras.

h) Monitoreo

Es estratégico implementar sistemas de seguimiento que midan la eficacia de las políticas de ciencia abierta. Esto debe hacerse con indicadores cualitativos y cuantitativos, bajo supervisión pública y con participación de múltiples actores. El monitoreo debe ser transparente, inclusivo y orientado a mejorar continuamente las estrategias institucionales, identificando tanto avances como posibles efectos negativos.

El panorama de la ciencia abierta, en cuanto al contexto europeo, pasa porque hay que destacar que "...han sido fundamentales las iniciativas de la Comisión Europea y el interés de muchos países miembros por alinearse con los objetivos planteados" (De Filippo, Lascurain-Sánchez, & Sánchez, 2023).

Así, la Unión Europea ha sido una de las principales impulsoras de la Ciencia Abierta, liderada por la Comisión Europea desde 2013. Como explican Abadal y Anglada (2020), el concepto evolucionó desde ideas iniciales como la "ciencia digital" o "Ciencia 2.0" hasta consolidarse como una estrategia estructurada. En 2014 se realizó una consulta pública que derivó en recomendaciones clave: promover el acceso abierto a publicaciones y datos, capacitar a los investigadores y fomentar una actitud receptiva ante los cambios del sistema científico.

A partir de estas bases, en 2016 se formuló la agenda europea de Ciencia Abierta, destacando iniciativas como la European Open Science Cloud (EOSC). En 2016, se creó un grupo de expertos que definió ocho áreas estratégicas para su implementación:

- Reconocimiento e incentivos,
- Nuevas métricas de evaluación,
- Comunicación científica del futuro,
- Infraestructura (EOSC),
- Datos FAIR (localizables, accesibles, interoperables y reutilizables),
- Integridad científica,
- Capacitación y formación, y
- Ciencia ciudadana.

Estas dimensiones han guiado políticas institucionales y planes de acción en toda Europa.

En España, la implementación de la ciencia abierta también está alineada con los objetivos planteados por los organismos supranacionales y puede, a su vez, tener diferentes enfoques centrándose en aspectos

más económicos (como las líneas seguidas por la OCDE), o más vinculados con una perspectiva cultural y ética (como en el caso de la UNESCO) haciendo hincapié en el acceso abierto y su regulación (De la Torre, Sandoval, Galindo, & Casani, 2021).

En el Informe de situación y análisis de la percepción de ciencia abierta en España de Abadal *et al.* (2023), se evidencia que la ciencia abierta comenzó a tomar forma a principios de los años 2000 y que estuvo centrada la ciencia abierta inicialmente en el acceso abierto a la producción científica. Un hito clave fue la creación en 2001 del repositorio TDX (Tesis Doctorals en Xarxa), el primero de carácter institucional en el país. Paralelamente, surgieron las primeras revistas científicas españolas en formato electrónico y de libre acceso.

El impulso normativo llegó en 2008 con el mandato de la Comunidad de Madrid para el depósito en acceso abierto de publicaciones financiadas públicamente, seguido por la Universitat Politècnica de Catalunya en 2009. En 2011, dos normas fundamentales consolidaron este enfoque: el Real Decreto sobre enseñanzas de doctorado, que obligaba al depósito de tesis en repositorios institucionales, y la Ley de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación, que estableció la obligatoriedad de archivar en acceso abierto los resultados de investigaciones financiadas con fondos públicos.

A partir de entonces, la ciencia abierta amplió su alcance hacia los datos de investigación y nuevos modelos de evaluación científica. Este proceso se reforzó entre 2022 y 2023 con reformas legislativas clave: la nueva Ley de la Ciencia y la Ley Orgánica del Sistema Universitario introdujeron medidas concretas para garantizar el acceso abierto tanto a publicaciones como a datos científicos. Aunque su implementación está en sus primeras fases, estas normativas representan un avance decisivo hacia la plena adopción del modelo de ciencia abierta en España.

En este contexto surge la Estrategia Nacional de Ciencia abierta (ENCA) 2023-2027, la cual constituye una respuesta integral del Gobierno de España al nuevo internacional de ciencia abierta. Establece un marco estructurado y coherente para transformar los procesos de generación, difusión, evaluación y reaprovechamiento del conocimiento científico, alineándose con los principios de transparencia, accesibilidad, equidad e inclusión.

La ENCA se articula dentro de un entorno internacional cada vez más comprometido con la ciencia abierta. Algunas iniciativas como Horizonte Europa, la European Open Science Cloud (EOSC), las recomendaciones de OCDE y la UNESCO, así como políticas nacionales de países como Francia, Países Bajos y Finlandia, reflejan esta tendencia.

España ha adoptado medidas legislativas fundamentales para consolidar esta estrategia. La Ley 17/2022 y la Ley Orgánica 2/2023 del Sistema Universitario (LOSU) introducen mandatos de acceso abierto a los resultados financiados con fondos públicos, fomentando el uso de repositorios institucionales y la participación de diferentes agentes sociales. Al mismo tiempo, la Estrategia Española de Ciencia, Tecnología e Innovación (EECTI) 2021-2027 y el Plan Estatal de Investigación Científica, Técnica y de Innovación (PEICTI) 2021-2023 ya contemplan la promoción de la ciencia abierta como un eje transversal.

La principal misión de la ENCA es fortalecer la calidad, la transparencia y la reproductibilidad de la actividad científica en España, aumentando la difusión, el acceso abierto y la participación ciudadana. Su visión es que para 2027 todos los procesos vinculados a la ciencia (financiación, ejecución, comunicación y evaluación) estén impregnados de los principios de la ciencia abierta. Se pretende también propiciar un cambio cultural profundo en el Sistema Español de Ciencia, Tecnología e Innovación (SECTI).

El diseño de la ENCA fue liderado por la Comisión de Open Science (COS), coordinada por la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT). Esta comisión se dividió en dos grupos, por una parte, COS-Gob, la cual representa un alto nivel político, y COS-Tec, la cual representa un alto nivel técnico. La estrategia incorpora las aportaciones de agentes relevantes del SECTI, incluyendo

universidades, centros públicos de investigación, agentes de financiación y evaluación.

Para la elaboración de la ENCA se ha realizado un diagnóstico mediante el sistema DAFO, el cual arroja lo siguiente:

- Debilidades: escasa familiarización con la ciencia abierta entre el personal investigador y los gestores, ausencia de sistemas de evaluación alineados con este paradigma, falta de perfiles profesionales para la gestión de los datos y coordinación insuficiente entre agentes del SECTI.
- Amenazas: la dependencia de las editoriales comerciales, así como sus costes asociados; posibles conductas oportunistas por parte de editoriales científicas.
- Fortalezas: apoyo político y legal, existencia de una red de repositorios interoperables, un compromiso institucional creciente.
- Oportunidades: impulso global por parte de la UNESCO, OCDE y UE; existencia de iniciativas europeas como EOSC y Open Research Europe; reformas en la evaluación científica promovidas por la Comisión Europea y CoARA.

La ENCA ha sido estructurada en cuatro grandes objetivos estratégicos:

1. Desarrollo de infraestructuras digitales interoperables que permitan la implementación eficiente de la ciencia abierta y su integración en el ecosistema internacional (EOSC).
2. Garantizar la gestión adecuada de los datos de investigación conforme a los principios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable).
3. Establecer el acceso abierto y gratuito por defecto a todas las publicaciones y resultados científicos financiados con fondos públicos.
4. Transformar el sistema de evaluación e incentivos de modo que promueva, reconozca y capacite para prácticas de ciencia abierta.

Para alcanzar estos cuatro objetivos estratégicos se pretenden tomar diferentes medidas:

1. Infraestructuras digitales: realizar un mapeo y desarrollar nuevas infraestructuras digitales para almacenar, preservar y compartir los resultados científicos; fomentar el software libre, la soberanía digital y la interoperabilidad con los estándares internacionales como EOSC y OpenAIRE.
2. Gestión de datos FAIR: incorporación de perfiles profesionales como data stewards y research data analysts; obligación de elaborar planes de gestión de datos (PDG) en los proyectos financiados; coordinación interministerial para facilitar el acceso abierto a datos de investigación y de las administraciones públicas.
3. Acceso abierto a publicaciones científicas: cumplimiento legal de mandato de acceso abierto de manera simultánea al momento de publicación; inclusión del acceso abierto como criterio de evaluación en convocatorias públicas; negociación de acuerdos transformativos con editoriales y diversificación de los canales de publicación, como por ejemplo Open Research Europe; promoción de modelos no comerciales de difusión científica.
4. Incentivos, formación y evaluación: introducción de requisitos de ciencia abierta en convocatorias y evaluación curricular; reducción progresiva del uso de indicadores bibliométricos tradicionales; reconocimiento de contribuciones más allá de las publicaciones, incluyendo la divulgación, gestión y transferencia del conocimiento; diseño de programas de formación en ciencia abierta con micro-credenciales; creación de un premio nacional (FECYT-ANECA) que visibilice las prácticas ejemplares en ciencia abierta.

La ENCA es gestionada dentro del marco de la EECTI, y el seguimiento corre a cargo del

Comité de Seguimiento de la EECTI, el cual incluye representantes de ministerios, comunidades autónomas, agentes sociales y entidades financiadoras. Se ha previsto realizar una evaluación bienal de indicadores de implementación, una evaluación intermedia en este año 2025 y una evaluación final externa tras la finalización del período. Los indicadores se centran en la infraestructura, el cumplimiento de los mandatos de acceso abierto, la formación, el impacto de los datos FAIR y cambios en los sistemas de evaluación e incentivos.

La Estrategia Nacional de Ciencia Abierta 2023-2027 es un instrumento clave para posicionar a España en la vanguardia de la transformación hacia una ciencia más accesible, reproducible y alineada con los valores democráticos. Su implementación requerirá coordinación institucional, inversión sostenida y un profundo cambio cultural en la forma de hacer y comunicar la ciencia. La ENCA no solo busca mejorar la eficiencia y la calidad científica, sino también democratizar el conocimiento como bien común al servicio del conjunto de la sociedad.

Dentro de España, Cataluña ha sido históricamente una de las regiones más activas en la promoción de la ciencia abierta en España, liderando iniciativas pioneras tanto a nivel institucional como legislativo.

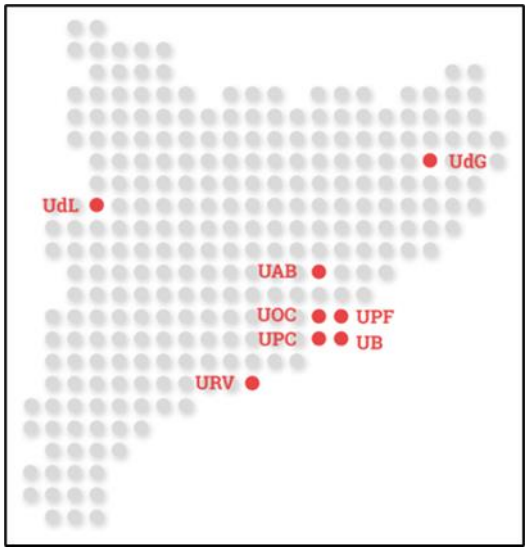


Figura 1: Universidades públicas catalanas

Fuente Imagen: https://www.acup.cat/es/universidades-publicas-catalanas (2025)

Procedimientos metodológicos

Teniendo en cuenta los ejes estratégicos de la Estrategia Nacional de Ciencia Abierta 2023-2027, así como otros indicadores considerados esenciales para analizar el avance de la ciencia abierta en las universidades, se definieron los siguientes ejes para buscar información: "*1.Política institucional de ciencia abierta*"; "*2.Infraestructuras digitales*"; "*3.Gestión de datos FAIR*"; "*4.Acceso abierto a publicaciones*"; "*5.Incentivos, reconocimiento y formación*"; "*6.Ciencia ciudadana*"; y "*7.Innovación abierta".* Cada uno de los ejes utilizados incluye entre 1 y 9 ítems diferentes, los cuales se describen a continuación:

- Política institucional de ciencia abierta:
  1. Política y declaraciones.
  2. Persona responsable.
  3. Web específica de ciencia abierta.
  4. Estrategia de ciencia abierta.
  5. Declaración de integridad.
  6. Código de integridad.

- Infraestructuras digitales:
  1. Identificación de infraestructuras digitales.
  2. Generación y mantenimiento de infraestructuras digitales.
  3. Interoperabilidad de las infraestructuras digitales.

- Gestión de datos FAIR:

1. Plan de gestión de datos de investigación.
2. Repositorio para publicar datos de investigación.
3. Soporte para la gestión de datos de investigación.
4. Disponibilidad de perfiles profesionales de apoyo y asesoramiento para la gestión de datos.

- Acceso abierto a publicaciones:
  1. Política institucional de acceso abierto.
  2. Termómetro de acceso abierto.
  3. Observatorio de acceso abierto.
  4. Revistas en acceso abierto.
  5. Acuerdos transformativos para publicar en abierto.
  6. Indicación del número de publicaciones financiadas con fondos públicos en el repositorio.
  7. Indicador del número de publicaciones en plataformas de acceso abierto.
  8. Repositorio institucional de publicaciones.
  9. Evaluación externa del repositorio.

- Incentivos, reconocimiento y formación:
  1. Indicador del número de publicaciones académicas sobre ciencia abierta.
  2. Sensibilización, formación y promoción de la ciencia abierta (Cursos y talleres).
  3. Consideración de prácticas de ciencia abierta en la evaluación de la investigación.
  4. Normativa sobre la evaluación de la investigación.
  5. Adscripción a CoARA.

- Ciencia ciudadana:
  1. Página web específica de ciencia ciudadana.
  2. Proyectos de ciencia ciudadana.

- Innovación abierta:
  1. Evidencia de este concepto en la página web de la universidad.

De estos ítems, no sólo se recogió la presencia o ausencia, sino también se recogieron datos como fechas, cantidades, porcentajes y documentos encontrados en relación con los ítems que así pudieran incorporarlo.

A continuación, se realizó una búsqueda en las páginas web de las universidades del sistema universitario público catalán entre el 20 de enero y el 28 de febrero de 2025. La información fue recogida por dos investigadores entrenados para garantizar la fiabilidad de los datos.

Una vez obtenida la información, se tabuló y se procedió a realizar un análisis descriptivo de la misma.

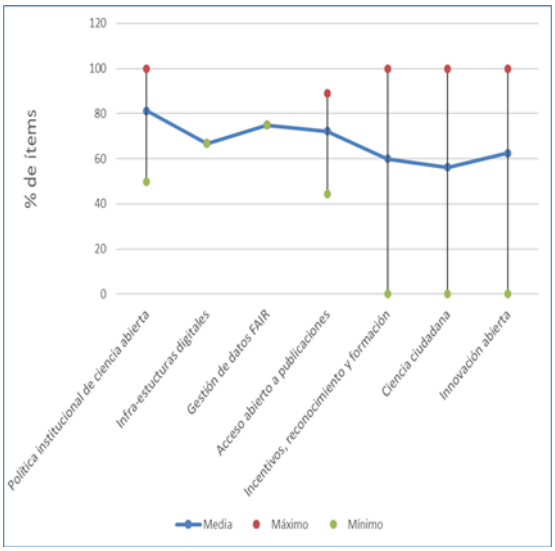
Resultados

El análisis de la información recopilada en las páginas web de las 8 universidades que conforman el sistema universitario catalán (**Figura 1**) muestra lo siguiente: el eje con mayor porcentaje medio de ítems cumplimentados sobre los que se encuentra información es el de "*1.Política institucional de ciencia abierta*" (6 ítems), obteniendo información para entre un 50 y un 100% de los ítems, y un porcentaje de cumplimiento medio de un 81,24%, cabe destacar que sólo 2 universidades del sistema presentan una cumplimentación del 100% de este eje; seguido por el eje "*3.Gestión de datos FAIR*", con un porcentaje de cumplimiento medio de un 75%, el cual comparten todas las universidades evaluadas, destacando que no se ha encontrado información en ninguna de las páginas de las universidades sobre el ítem "*Generación y mantenimiento de infraestructuras digitales*"; continuamos con el eje "*4.Acceso abierto a publicaciones*", contando con un porcentaje de cumplimiento medio de los indicadores de un 72,24%, con un máximo de un 88,9% y un mínimo de un 55,6% de cumplimiento; en siguiente lugar encontramos el eje "*2.Infraestructuras digitales*", el cual tiene un porcentaje de cumplimiento medio de un 66,7%, también compartido por todas las universidades evaluadas.

Los ejes sobre los que se muestra menos información en las páginas web de las universidades son el "*5.Incentivos, reconocimiento y formación*", con un porcentaje de cumplimiento medio del 60%, encontrando una de las universidades que no presenta información alguna sobre este índice y 3 universidades que presentan el 100% de los

indicadores; "*6.Ciencia ciudadana*", con un cumplimiento medio del 56,25%; y el "*7.Innovación abierta*", con un porcentaje de cumplimiento medio del 62,5%. En estos dos últimos ejes encontramos hasta 3 universidades que no muestran información para ninguno de los ítems analizados, pero se debe tener en cuenta que estos ejes presentan 2 y 1 ítems respectivamente (**Gráfico 1**).

Gráfico 1: % medio de ítems por eje



Fuente Imagen: Producción propia (2025).

En cuanto al análisis descriptivo de los ítems incluidos en cada uno de los ejes, cabe destacar que las 8 universidades tienen disponible en sus páginas web de manera fácilmente accesible información sobre: "Web específica de ciencia abierta", "Declaración de integridad", "Identificación de infraestructuras digitales", "Interoperabilidad de infraestructuras", "Plan de gestión de datos", "Repositorio de datos de investigación", "Soporte para la gestión de datos", "% de artículos en abierto a partir de un observatorio" y "Repositorio institucional de publicaciones". Por otra parte, ninguna de las universidades del sistema catalán presenta información visible o fácilmente accesible sobre la "Generación y mantenimiento de nuevas infraestructuras digitales", "Disponibilidad de perfiles profesionales de apoyo y asesoramiento" ni "Nº de publicaciones financiadas con fondos públicos en el repositorio".

Consideraciones Finales

El estudio pone de manifiesto que las universidades públicas catalanas están avanzando en el desarrollo de la ciencia abierta y haciendo difusión de las acciones que llevan a cabo, destacando las referidas a política institucional de ciencia abierta, aportando menos información sobre el resto de los ejes explorados.

El avance de la ciencia abierta en las universidades públicas catalanas y las acciones concretas que se están llevando a cabo se puede constatar a través de la difusión que hacen a través de la web institucional, apreciándose logros importantes como la existencia de un repositorio compartido de datos en abierto.

Una limitación del estudio que se presenta tiene que ver con la disponibilidad de información sobre los ejes analizados y con la heterogeneidad de los procesos de publicación de información sobre ciencia abierta en las webs de las universidades. A pesar de ello, el estudio deja constancia de los avances en ciencia abierta que se están materializando en uno de los sistemas más salientes del sistema universitario español, como es el caso del sistema catalán, y también de la difusión de estos. Estos avances son indicadores de su compromiso con la ciencia abierta.

Como continuación de la presente línea de investigación, se está llevando a cabo la revisión del sistema universitario español al completo, del cual esperamos tener resultados en un corto período de tiempo. Así mismo, se están desarrollando las herramientas para poder realizar la evaluación de los índices y la búsqueda en las páginas web de las universidades de manera automática mediante técnicas de "*web scrapping*", lo que permitirá actualizar los datos cada cierto tiempo de manera rápida y periódica.

Los resultados de la fase actual de la investigación que se está llevando a cabo van a permitir analizar los avances en el conjunto del sistema universitario español y la comparación entre los sistemas universitarios de las diferentes comunidades autónomas.

Algunas implicaciones prácticas de la presente línea de investigación comprenden la capacidad de revisión, por parte de las universidades españolas, de su actual grado de compromiso con la ciencia abierta, permitiéndoles indagar en qué ejes se encuentran debilidades para poder tomar medidas al respecto en base a datos fiables y accesibles para todos. Las universidades contarán con la capacidad de aportar información que no haya sido encontrada mediante la revisión.

Además de ofrecer a las universidades la posibilidad de revisar su grado de compromiso con la ciencia abierta, identificar debilidades y complementar la información disponible con aportes propios, los resultados de esta línea de investigación también tienen implicaciones prácticas para otros actores del ecosistema científico y social. Si bien el análisis se ha centrado en una muestra concreta de instituciones, y por tanto los resultados deben interpretarse con cautela, los hallazgos permiten extraer aprendizajes útiles para una diversidad de grupos de interés que participan, directa o indirectamente, en la promoción y consolidación de la ciencia abierta. Esta precaución no resta valor a las observaciones realizadas, sino que invita a considerar los resultados como una base orientativa para la reflexión y la acción en distintos niveles del ecosistema científico.

Para los organismos financiadores, estos resultados pueden servir como base para revisar criterios de evaluación y considerar convocatorias que incentiven prácticas abiertas en todas las etapas del ciclo de investigación. Los responsables de políticas públicas, por su parte, pueden utilizar esta información para comenzar a identificar brechas, formular estrategias más contextualizadas y promover marcos normativos que refuercen la transparencia y la equidad en el acceso al conocimiento.

También se abren oportunidades para los servicios de información científica, como bibliotecas y centros de documentación, que pueden fortalecer su rol como facilitadores de la gestión de datos abiertos y la alfabetización informacional. Los investigadores y grupos de investigación, al conocer el estado de avance institucional, pueden alinear sus prácticas con los principios de apertura, mejorar la gestión de sus resultados y participar más activamente en iniciativas colaborativas.

Por otro lado, la ciudadanía y otros actores sociales se benefician de una mayor visibilidad y accesibilidad del conocimiento científico, lo que refuerza la legitimidad del sistema de investigación y abre espacios para la participación en procesos de ciencia ciudadana. Incluso el sector tecnológico puede encontrar en este contexto oportunidades para desarrollar herramientas que faciliten la automatización, la interoperabilidad y la reutilización de datos abiertos.

Referencias

Abadal, E., & Anglada, L. (2020). Ciencia abierta: Cómo han evolucionado la denominación y el concepto. *Anales de Documentación, 23*(1). https://doi.org/10.6018/analesdoc.378171

Abadal, E., Abad-García, F., Anglada, L., Boté-Vericad, J. J., Esteve, A., González-Teruel, A., Labastida, I., López-Borrull, A., Ollé, C., Melero, R., Rodríguez-Gairín, J. M., & Santos-Hermosa, G. (2023). Ciencia abierta en España 2023: Informe de situación y análisis de la percepción. Universitat de Barcelona. https://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/200020

Ayris, P., López-de-San-Román, A., Maes, K.,Labastida, I. (2018). Open Science and its role in universit ies: A roadmap for cultural change. *LERU*. Advice Paper n. 24. https://www.leru.org/files/LERU-AP24-Open-Science-full-paper.pdf

Burgelman, JC. (2019). *Open Science, Open Data, and Open Scholarship: European Perspectives*. Insights, 32(1), 1-10. https://doi.org/10.1629/uksg.501

Catalan Association of Public Universities. (2016). *Universities and economic growth in Catalonia: Efficiency in knowledge transfer and policy implications*. ACUP. https://www.acup.cat

Consorci de Serveis Universitaris de Catalunya (CSUC). (s. f.). *Estrategia catalana de ciencia abierta*. CORA – Catalan Open Research Area. Recuperado el 18de julio de 2025, de https://cora.csuc.cat/es/ciencia-abierta/estrategia-catalana/

De Filippo, D., & Mañana-Rodríguez, J. (2022). The practical implementation of open access policies and mandates in Spanish public universities. *Scientometrics,* 127(12), 7147–7167.

De-Filippo, D., Lascurain-Sánchez, ML., & Sánchez, F. (2023). Mapeando la ciencia abierta en las universidades españolas: Análisis de los sistemas de educación superior. *Profesional de la Información*, 32(4), 1-20.

De Filippo, D., & Lascurain-Sánchez, M. L. (2023). La implicación de España en actividades científicas sobre ciencia abierta: Análisis de proyectos y publicaciones científicas. Revista Española de Documentación Científica, 46(2), 1-16.

De la Torre, E., Sandoval, L. A., Galindo, R., & Casani, F. (2021). Análisis de los estándares, regulaciones, políticas y estrategias (tanto nacionales como internacionales) sobre ciencia abierta en la educación superior – Entregable 1*. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.4882885*

Departament de Recerca i Universitats. (2025, 26 de febrero). *Estratègia catalana de ciència oberta*. Recerca i Universitats. Generalitat de Catalunya. Recuperado el 18 de julio de 2025, de https://recercaiuniversitats.gencat.cat/ca/01_departament_recerca_i_universitats/linies-estrategiques/estrategia-catalana-ciencia-oberta/

Fecher, B., & Friesike, S. (2014). Open Science: One Term, Five Schools of Thought. In S. Bartling & S. Friesike (Eds.), *Opening Science* (pp. 17-47). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-00026-8_2

Ministerio de Ciencia e Innovación. (2023). *Estrategia Nacional de Ciencia Abierta (ENCA) 2023–2027*. Secretaría General Técnica del Ministerio de Ciencia e Innovación. https://www.ciencia.gob.es/Estrategias-y-Planes/Estrategias/ENCA.html

OECD. (2015). Making open science a reality. OECD Publishing. https://www.oecd.org/en/publications/making-open-science-a-reality_5jrs2f963zs1-en.html

UNESCO. (2021). Recomendación de la UNESCO sobre Ciencia Abierta. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_spa

UNESCO. (2023). Resumen del checklist para universidades sobre la aplicación de la Recomendación de la UNESCO sobre Ciencia Abierta. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/file:///C:/Users/LS.5043801/Downloads/383328spa.pdf

Vicente-Saez, R., & Martinez-Fuentes, C. (2018).Open Science now: A systematic literature review for an integrated definition. Journal of Business Research, 88, 428-436.https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043

La realización de este estudio ha sido financiada a través del proyecto del Plan Nacional del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de ESpañatitulado "Ciencia abierta y Ciencia Ciudadana para una sociedad más sostenible e inclusiva: aportaciones del Sistema Universitario Español (UnInCA)" (PID2023-149340OB-I00).

A Integridade da Ciência sob Pressão: Desafios Éticos e Informacionais no Campo Acadêmico

Lívia de Oliveira Lima Cavalcanti de Araujo, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0003-1721-4817, Brasil, *liviacavalcanti@id.uff.br*

Michely Jabala Mamede Vogel, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0002-0311-3161, Brasil, *michelyvogel@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6635

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Introdução

A integridade da pesquisa científica é analisada a partir dos impactos causados por desvios de conduta, cujas implicações extrapolam o meio acadêmico e afetam a sociedade. A investigação, em desenvolvimento desde o mestrado e aprofundada no doutorado, busca mapear os principais conceitos recorrentes na literatura especializada, incluindo abordagens emergentes como a ansiedade da informação — fenômeno descrito por Bawden e Robinson (2009) como resultado do excesso de informação e da dificuldade de filtrá-la criticamente.

Em ambientes acadêmicos, a ansiedade informacional manifesta-se de maneira intensa, uma vez que pesquisadores, docentes e discentes são constantemente expostos a um volume crescente de dados, artigos, relatórios e exigências institucionais. A busca por atualização permanente, aliada à pressão por produtividade, pode gerar sensação de sobrecarga, insegurança diante das decisões informacionais e dificuldade em estabelecer prioridades. Como consequência, o excesso de informação torna-se paralisante, afetando a capacidade de julgamento e, em muitos casos, levando à superficialidade na leitura e no uso das fontes. Essa condição, se não gerenciada, compromete não apenas a eficiência da pesquisa, mas também sua profundidade e confiabilidade.

No contexto da Ciência da Informação, a ansiedade informacional é entendida como um entrave cognitivo e emocional que afeta a tomada de decisões, a concentração e a autonomia intelectual, podendo comprometer tanto a qualidade quanto a integridade do fazer científico.

O campo científico inserido em um ecossistema marcado por pressões por produtividade, métricas e visibilidade, se vê diante de um cenário em que muitos pesquisadores enfrentam o esgotamento e, por vezes, recorrem a atalhos antiéticos, como o plágio, o autoplágio ou a manipulação de dados. Esse contexto suscita questionamentos fundamentais: que informação está sendo produzida e como está sendo comunicada? Quais são as consequências de uma má conduta durante o desenvolvimento de uma pesquisa? E, sobretudo, de que forma os mecanismos de avaliação, revisão e publicação, muitas vezes acelerados e frágeis, podem comprometer a credibilidade do conhecimento científico?

Além disso, os sistemas de avaliação acadêmica, baseados em métricas quantitativas como o número de publicações, fator de impacto e índice H, contribuem para a distorção da finalidade da ciência, ao premiar volume em detrimento da qualidade. Esse modelo, ainda hegemônico em diversas agências de fomento e instituições, tende a incentivar comportamentos competitivos, muitas vezes em prejuízo da colaboração, da transparência e do rigor metodológico. Publicar mais torna-se um fim em si mesmo, o que pode levar à fragmentação de pesquisas, à repetição de conteúdos e até mesmo à prática de má conduta, em nome da visibilidade ou da manutenção de financiamentos. Tal cenário

reforça a urgência de revisitar os critérios de avaliação científica, considerando também aspectos éticos, sociais e epistêmicos.

Com estes breves questionamentos, este estudo tem como objetivo analisar como a Ciência da Informação trata os desvios de conduta — como plágio, autoplágio, fabricação e falsificação de dados — e como essas práticas impactam o desenvolvimento científico, em especial no âmbito da Comunicação Científica. Busca-se também compreender a relação entre o produtivismo acadêmico e o surgimento da ansiedade informacional, considerando seus efeitos na integridade do processo científico.

A justificativa para este trabalho reside na crescente preocupação com a credibilidade da produção científica, especialmente no ambiente digital, onde o acesso à informação é facilitado, mas nem sempre acompanhado por práticas éticas ou critérios de qualidade (Le Coadic, 2004; Oliveira & Silva, 2018). Nesse contexto, a circulação de informações sem a devida curadoria pode comprometer a confiabilidade da ciência e prejudicar os limites entre produção legítima e práticas questionáveis (Zanotto, 2007). Ao investigar as consequências de condutas inadequadas, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a responsabilidade dos agentes da ciência e a promoção de uma cultura de integridade (Silva & Ribeiro, 2013; Baptista & Guimarães, 2007).Estes valores são fundamentais não apenas para a reputação dos pesquisadores e das instituições, mas para a sustentabilidade do próprio conhecimento científico e seu papel social (Tarapanoff, 2001).

A emergência de debates sobre integridade na ciência foi intensificada também por casos emblemáticos de fraudes, retratações e manipulações de dados em diversas áreas do conhecimento, alguns amplamente divulgados na mídia e nas redes sociais. Esses episódios geraram questionamentos públicos sobre os métodos científicos, o papel dos pares e a confiabilidade das instituições de pesquisa. Diante disso, torna-se cada vez mais necessário compreender a integridade não apenas como um conjunto de normas ou boas práticas, mas como um valor constitutivo da atividade científica e da própria democracia informacional. Ao contribuir com essa reflexão, o presente estudo busca fomentar estratégias de prevenção, educação e sensibilização que fortaleçam o compromisso ético na produção e circulação do conhecimento.

Após esta introdução, a Seção 2 apresenta o referencial teórico com foco nos conceitos de integridade da pesquisa e desvios de conduta . A Seção 3 descreve a metodologia empregada. Na seção 4, são apresentados os resultados alcançados até o fechamento deste texto. Por fim, a Seção 5 arrola as considerações parciais da pesquisa.

Referencial Teórico

2.1 Integridade da Pesquisa

A expressão “integridade da pesquisa” (research integrity) tem sido amplamente empregada para delimitar um campo específico dentro da ética profissional do cientista — entendida como o conjunto total de deveres éticos que regem suas atividades científicas. No interior dessa esfera ética, é possível distinguir dois níveis: de um lado, os deveres baseados em valores éticos universais; de outro, aqueles mais vinculados à prática científica.

Dada sua relevância, a integridade da pesquisa passou a ocupar um espaço de destaque nas agendas científicas, políticas e educacionais de diversos países e instituições. Questões relacionadas à conduta responsável na pesquisa têm sido sistematicamente discutidas e incorporadas por organismos internacionais.

Segundo o *European Code of Conduct for Research Integrity* (ESF, 2011), a integridade em pesquisa envolve a responsabilidade e honestidade dos pesquisadores na comunicação de seus objetivos, métodos, resultados e interpretações, de maneira transparente e imparcial. Isso implica, ainda, o compromisso com princípios éticos ao lidar com seres humanos, animais, ambientes ou objetos de estudo; o respeito e o devido crédito ao trabalho de outros; e a

responsabilidade com a formação ética de futuros cientistas sob sua orientação.

Nos Estados Unidos, o *Committee on Assessing Integrity in Research Environments*, ligado ao *Institute of Medicine* da *National Science Foundation* (NSF), define a integridade da pesquisa como um elemento essencial para a excelência científica e a manutenção da confiança pública. Destaca-se que essa integridade deve ser preservada tanto pelo pesquisador quanto pelas instituições às quais ele pertence. No caso do cientista, isso envolve sua honestidade intelectual, responsabilidade pessoal, caráter moral e experiência. Já as instituições devem garantir um ambiente que favoreça a conduta responsável, baseado em padrões de excelência, legalidade e confiabilidade, além de avaliar continuamente se esse ambiente atinge os níveis esperados de integridade (INSTITUTE OF MEDICINE, 2002, p. 4).

Korenman (2006) enfatiza que os princípios da integridade estão associados não apenas à conduta pessoal, mas também à experiência moral e intelectual do pesquisador, sustentados por práticas baseadas em honestidade, responsabilidade e compromisso com padrões éticos.

Por outro lado, fontes como o *Dictionary of Public Health* abordam a integridade da pesquisa a partir da noção de má conduta científica (*scientific misconduct*), vinculando o conceito a diferentes tipos de transgressões éticas. Entre elas, destacam-se: o plágio, a falsificação ou fabricação de dados, o roubo de propriedade intelectual, conflitos de interesse não declarados, autoria fictícia e a duplicação de publicações — prática adotada com o intuito de inflar artificialmente o currículo acadêmico de um autor. Essas condutas acarretam sérias consequências, como o desperdício de recursos informacionais e a desorganização de bibliotecas e sistemas de recuperação eletrônica, que acabam sobrecarregados por conteúdos repetitivos e desnecessários (FRAUD, 2007; PESSANHA, 1998, p. 227).

Espera-se que, ao ouvir ou ler uma comunicação científica, o público possa confiar que o autor adotou métodos adequados ao seu objeto de estudo, reportando fielmente os procedimentos realizados e os resultados obtidos. No entanto, quando essas premissas são violadas — seja por negligência, seja de forma intencional — configura-se uma violação da integridade da pesquisa. Tais ações são conhecidas como desvios de conduta, os quais serão apresentados a seguir.

2.2 Desvios de Conduta

Os chamados desvios de conduta ocorrem no campo científico, definido por Bourdieu (1983) como:

> "sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), [sendo] o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado." (Bourdieu, 1983, pp. 122-123).

Para o autor ainda, o capital científico pode ser dividido de duas formas (2004, pp. 35):

b) Capital científico institucionalizado: poder temporal, político, institucional e institucionalizado, bem como poder sobre meios de produção e reprodução; ou
b) Capital científico puro: relacionado ao prestígio, poder específico e o reconhecimento pelos pares.

Diante do apontado por Bourdieu, devemos pensar que as motivações para cometer desvios de conduta, não são novidade. Essas práticas não são novas, porém, os

pesquisadores têm vivido sob a máxima "publicar ou perecer", prática que vem acontecendo muito e traz uma discussão acerca da integridade das pesquisas científicas e seu consequente impacto.
De fato, é a Comunicação Científica quem move os processos de compartilhamento de pesquisas, porém, o que fazer quando esse processo sofre determinadas condutas inapropriadas?

Em 2005, Briquet de Lemos publicou um editorial intitulado "Publicar e Perecer", em que aborda a questão que, embora não seja nova, permanece atual. Ele discute situações que muitas vezes estão além do controle do pesquisador. O termo expressa, de forma direta: ou se publica o trabalho, ou se perece — ou seja, deixa-se de receber bolsas e investimentos para a pesquisa. Essa pressão pode levar os pesquisadores a recorrerem a meios não íntegros na hora de publicar seus estudos.

Ao discutir essas práticas, não se pode deixar de refletir sobre o papel das agências de fomento e dos órgãos reguladores dos cursos de pós-graduação. Tais instituições exigem produtividade acadêmica e, talvez por esse motivo, muitos pesquisadores se preocupam em prevenir más condutas no processo de publicação, como:

> "[…] casos de plágio, fraude, falsificação de dados, duplicidade e segmentação de resultados, autoria indevida, conflito de interesses, etc." (SHINKAI, 2011, pp. 2).

Entretanto, embora em alguns casos essa regulação iniba práticas fraudulentas, o próprio mecanismo de avaliação, voltado à progressão na carreira e ao financiamento de pesquisas, pode ser um fator que induz à adoção de condutas antiéticas. Zabalza (2004) aponta que os mecanismos básicos de promoção estão frequentemente ligados à produtividade científica, utilizando como critério de mérito pessoal as atividades de pesquisa e produção acadêmica.

Para Bolaño, Kobashi e Santos (2006) "a produção científica sempre esteve, portanto, associada ao prestígio e ao reconhecimento, fenômenos responsáveis pela ascensão na carreira e ocupação de postos importantes, como ocorre até os dias de hoje" (pp. 124).

Nesse contexto, González Fuster (2016, pp. 2) destaca que a integridade na pesquisa refere-se à própria prática científica, ou seja, àquela realizada em conformidade com as normas que orientam e definem a ciência. De forma complementar, Steneck (2006, pp. 56) conceitua a integridade científica com base nos padrões profissionais, enfatizando que os pesquisadores devem adotar e seguir rigorosamente os padrões estabelecidos por organizações profissionais e instituições de pesquisa.

A ética, por sua vez, não se limita à moralidade individual, mas abrange também o código deontológico profissional, entendido como uma "ciência da conduta" (Abbagnano, 2007). É fundamental lembrar que não apenas a comunidade científica, mas toda a sociedade se beneficia quando a pesquisa é conduzida de forma ética e responsável.

Dahler-Larsen (2011) afirma que vivemos em uma Era da Avaliação. De acordo com o autor:

> "Vivemos na era da avaliação. Nos últimos anos, temos testemunhado um boom na avaliação. Hoje, dificilmente se pode entrar em um hospital, candidatar-se a um emprego ou buscar informações na prefeitura sem ter que avaliar ou ser avaliado. Muitos países estabeleceram centros com pessoal em tempo integral que não fazem outra coisa senão avaliar — e estes centros devem ser avaliados por si mesmos. É como se não houvesse limite para os ciclos de feedback, como se se pudesse olhar para um espelho que se reflete em mais um espelho, como se o monstro da avaliação insaciável exigisse cada dia mais e mais alimentos."

> (Dahler-Larsen, 2011, tradução nossa).

Essas reflexões são fundamentais para a preservação do status científico das pesquisas e para o desenvolvimento do conhecimento como um todo.

Durante a revisão de literatura, foram identificados os termos mais recorrentes utilizados para caracterizar os desvios de conduta científica. Enquanto alguns são considerados menos graves, outros apresentam maior gravidade e podem acarretar consequências sérias para o desenvolvimento das pesquisas. A seguir, serão apresentadas suas definições e os impactos que esses desvios provocam no processo científico.

Plágio

Talvez este seja o desvio de conduta acadêmica mais grave, pois consiste em "utilizar ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outra pessoa e não dar a elas o devido crédito, levando os leitores a acreditar que aquela produção é de quem assina o trabalho" (EMBRAPA, 2020). Há ainda casos em que o plágio ocorre de maneira tão sutil que se torna quase imperceptível.

Autoplágio

Assim como o plágio, o autoplágio envolve a reutilização de ideias ou formulações já publicadas anteriormente pelo próprio autor, induzindo o leitor à falsa percepção de que se trata de uma contribuição original e inédita (EMBRAPA, 2020). Em muitos casos, os autores que cometem autoplágio sequer modificam as informações do artigo reproduzido.

Fabricação de dados

O Office of Research Integrity – ORI (s.d.) define essa conduta como a invenção ou comunicação de dados falsos. Já a EMBRAPA (2020) aponta que esse comportamento envolve o relato falso de obtenção de dados, resultados ou de realização de procedimentos. Vale destacar que, nesses casos, não apenas o autor, mas também quem comunica os dados falsificados pode ser responsabilizado.

Falsificação de dados e informações

Consiste na:

> "[...] falsificação, ou apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem." (FAPESP, 2014, p. 31)

Omissão de dados

Essa conduta diz respeito a posturas e procedimentos que dificultam a replicação de experimentos ou o prosseguimento de pesquisas por outros pesquisadores.
Espera-se que os registros de uma pesquisa estejam acessíveis, após a publicação dos resultados, para que possam ser verificados, replicados ou continuados. O acesso só pode ser restringido por razões éticas ou legais (EMBRAPA, 2020).

Atribuição incorreta de autoria

Todos os autores de um trabalho científico devem ser responsáveis pela qualidade científica do conteúdo, exceto nos casos em que sua participação tenha sido limitada a tarefas específicas. Assim, a cessão de recursos financeiros ou infraestruturais (como laboratórios, equipamentos, materiais, recursos humanos, apoio institucional etc.) não é, por si só, justificativa suficiente para constar como autor do trabalho.
Devem ser indicados como autores apenas aqueles que tenham contribuído intelectualmente e de forma substancial na concepção, execução ou análise dos resultados da pesquisa.
Por isso, recomenda-se que, no momento da submissão do manuscrito, a carta de encaminhamento ao editor detalhe a contribuição individual de cada autor —

especialmente em trabalhos com mais de três autores (EMBRAPA, 2020).

Publicações duplicadas

A duplicação de publicação ocorre quando um manuscrito se sobrepõe a outro já publicado. Entretanto, segundo diretrizes como as do *Vancouver Group*, uma publicação secundária — na mesma língua ou traduzida para outro idioma, especialmente se publicada em outro país — pode ser justificável e até benéfica, desde que todas as condições estabelecidas sejam respeitadas (INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS, 2016).

Ciência Salame (*Salami Slicing*)

Talvez esse seja um dos tipos de má conduta que causem menos danos, quando praticado. A chamada publicação "salame" refere-se à divisão de um único estudo em dois ou mais artigos (Smolčić & Bilić-Zulle, 2013), nos quais são relatados dados do mesmo experimento, segmentados artificialmente. Embora considerada uma forma de autoplágio, essa prática se distingue da duplicação de publicação, pois não há necessariamente repetição textual, mas sim sobreposição de hipótese, metodologia ou resultados.

Ghostwriting

O *ghostwriting* não é, necessariamente, um tipo de má conduta, mas pode ser caracterizado como plágio (Spinak, 2014) ou manipulação de autoria (Grieger, 2007). Essa prática, comum no meio editorial, ocorre quando uma obra é escrita por terceiros sem que isso seja declarado. No meio acadêmico, pode ser usada para promover determinadas pessoas ou instituições de forma indevida.

Fabricação de artigos

Esse é um ponto sensível, pois, assim como os demais, envolve sérios riscos à integridade científica. A fabricação de artigos consiste na produção de textos inteiramente fictícios e, muitas vezes, na sua publicação sem revisão adequada.

Um caso emblemático foi o do físico Alan D. Sokal, que na década de 1990 submeteu um artigo fabricado, recheado de jargões sem sentido, a uma revista acadêmica. O artigo foi aceito e publicado, revelando falhas importantes no processo de revisão por pares.

Revistas predatórias

As chamadas revistas predatórias caracterizam-se por publicar artigos sem a devida revisão por pares, cobrando taxas dos autores para tal. Essas publicações também são conhecidas como pseudo-revistas (McGlynn, 2013; Laine & Winker, 2017) ou revistas oportunistas (Greenblatt & Bertino, 2018). Elas comprometem a qualidade da produção científica e colocam em risco a credibilidade da pesquisa.

Sequestro de periódicos (*Hijacked Journals*)

Trata-se de uma prática fraudulenta na qual impostores se apropriam do nome e da identidade visual de periódicos legítimos, criando sites falsos e oferecendo publicação de artigos mediante pagamento, sem qualquer avaliação científica criteriosa (Marques, 2021).

Os dados apresentados evidenciam a diversidade de práticas que configuram má conduta na pesquisa científica. É importante observar que determinados tipos de infração são mais frequentes em áreas específicas do conhecimento. No entanto, nenhuma área está imune a esses desvios, que colocam em risco a credibilidade da ciência e a confiança da sociedade nas instituições acadêmicas.

2.3 Produtivismo Acadêmico e Ansiedade da Informação

Na sociedade contemporânea, o conhecimento científico assumiu status de capital intelectual altamente valorizado, ocupando um papel central nas estratégias de

desenvolvimento das nações. No Brasil, essa produção está concentrada, em grande parte, nas instituições públicas de ensino superior, especialmente por meio da pesquisa acadêmica. Para impulsionar essa produção, o Estado e as agências de fomento estabeleceram sistemas de avaliação que privilegiam a quantidade de publicações, instaurando uma lógica produtivista que aproxima a ciência de um modelo fabril, em que o conhecimento se transforma em mercadoria.

Tal lógica, marcada pela máxima *publish or perish* (publicar ou perecer), disseminada sobretudo nas universidades norte-americanas a partir da década de 1950 (Caplow & McGee, 1958), vem sendo incorporada no Brasil desde o final dos anos 1970. Esse modelo consolida-se como diretriz da avaliação acadêmica, impondo à pesquisa científica exigências crescentes por produtividade. De acordo com Alcadipani (2011), trata-se de uma forma de performatividade acadêmica, que reduz o fazer científico à mera produção mensurável. Para Curty (2010), essa dinâmica representa a decadência da universidade como espaço reflexivo, substituído por uma cultura da produtividade acrítica — fenômeno que pode ser compreendido à luz do conceito de *normose*, isto é, a normalização de práticas institucionais nocivas ao bem-estar e à ética científica.

Nesse cenário, docentes e discentes enfrentam pressões cada vez mais intensas. Os professores acumulam funções administrativas, responsabilidades pedagógicas e exigências científicas, muitas vezes em condições precárias e sob o peso de metas de desempenho. Isso tem levado ao esgotamento físico e mental, como evidenciado nos estudos de Camargo Jr. (2014), que relaciona o produtivismo à deterioração da saúde mental dos profissionais da ciência. Já os estudantes de pós-graduação, como apontam Café, Ribeiro e Ponczek (2017), são igualmente afetados por essa lógica produtivista, sendo submetidos a avaliações que priorizam a produção científica em detrimento da formação docente — uma lógica de controle que, conforme Sguissardi (2006), assume contornos punitivos. Tais exigências intensificam o nível de estresse entre os pesquisadores, comprometendo tanto sua qualidade de vida quanto sua permanência na carreira acadêmica.

Esse quadro é agravado por um contexto social mais amplo, caracterizado por um fluxo incessante de informações impulsionado pelas tecnologias digitais. Embora facilite o acesso ao conhecimento, esse ambiente também gera sobrecarga informacional e ansiedade da informação — fenômeno que afeta diretamente os pesquisadores, sobretudo aqueles com baixa competência em informação, ou seja, que enfrentam dificuldades para localizar, selecionar, avaliar e utilizar criticamente os recursos informacionais disponíveis. Essa ansiedade é potencializada por práticas como o *doomscrolling*, caracterizado pelo consumo compulsivo de notícias negativas e conteúdos alarmistas, alimentando sentimentos de insegurança e desorientação cognitiva. Além disso, uma arquitetura da informação inadequada em ambientes acadêmicos digitais — como portais de periódicos, sistemas de busca e repositórios — pode dificultar a recuperação eficiente da informação, agravando a sobrecarga e a sensação de perda de controle informacional.

O termo ansiedade da informação (*information anxiety*) foi cunhado por Richard Saul Wurman (1989) para descrever o desconforto provocado pela dificuldade de acessar, compreender ou utilizar informações disponíveis. Segundo o autor, a ansiedade surge da distância entre o que se entende e o que se acha que se deveria entender. Tal sensação tornou-se mais frequente e intensa nas últimas décadas, em especial com o crescimento da internet e da produção científica em massa. Como o próprio Wurman (1989) afirma:

> "Ansiedade da informação é o que sentimos quando tentamos lidar com mais informação do que conseguimos processar ou entender."

Byung-Chul Han (2010) aponta que o século XXI é marcado por doenças de ordem neuronal, como a depressão, o transtorno de personalidade limítrofe e, principalmente, a síndrome de burnout, associadas ao excesso de estímulos, competitividade e exaustão mental — características amplificadas no meio acadêmico pela lógica do produtivismo.

A justificativa para publicar é, sem dúvida, nobre: disseminar resultados científicos, fomentar o desenvolvimento social e contribuir para a qualidade de vida. No entanto, a ênfase desmedida na quantidade de publicações compromete a qualidade e, por vezes, conduz à adoção de práticas antiéticas. Entre essas, destaca-se o *salami slicing* — ou fatiamento de resultados —, que consiste em dividir uma mesma pesquisa em múltiplos artigos. Embora não envolva, necessariamente, plágio, essa prática configura má conduta científica quando adotada com o intuito de inflar artificialmente a produtividade dos autores. Segundo Smolčić (2013), o fatiamento refere-se à publicação de dois ou mais artigos derivados de uma mesma pesquisa, utilizando dados semelhantes, hipóteses e metodologias próximas. Em certos casos, porém, pode ser justificável, como em pesquisas desenvolvidas ao longo de anos cujos resultados parciais são divulgados antes da conclusão do estudo integral.

Além do *salami slicing*, outras tensões éticas emergem no contexto do produtivismo: a ciência aberta e o acesso irrestrito aos dados versus a privacidade e a ética no uso dessas informações; a múltipla afiliação institucional e seu impacto na avaliação da produtividade de autores e instituições. Tais questões demonstram como a pressão por desempenho ultrapassa a esfera da publicação e alcança dilemas complexos que envolvem a integridade da pesquisa científica.

É necessário, portanto, distinguir o produtivismo acadêmico de produção científica. Embora frequentemente tratados como sinônimos, esses termos remetem a dinâmicas distintas. Segundo Costa et al. (2023), o produtivismo caracteriza-se por uma pressão ou estímulo voltado à produção em larga escala, muitas vezes desvinculada de critérios de qualidade (Estácio et al., 2019). Em contrapartida, a produção científica, conforme Witter (1989), está vinculada ao papel formativo e investigativo dos programas de pós-graduação, sendo um elemento fundamental na formação de professores e pesquisadores. Targino (2010) complementa ao afirmar que a produção científica é o reflexo do desenvolvimento de uma ciência e de sua comunidade, constituindo um indicador estratégico do progresso das nações.

Mais do que opor quantidade à qualidade, trata-se de refletir criticamente sobre os efeitos dessa lógica na saúde mental dos pesquisadores, na ética da produção científica e nos rumos que a universidade deve assumir como espaço de formação, pensamento crítico e responsabilidade social. Uma abordagem integrada, que considere o fortalecimento da competência em informação, a promoção do bem-estar e a construção de ambientes informacionais saudáveis, pode contribuir para um modelo mais sustentável de produção científica.

Os termos mais encontrados na literatura, relacionados a esse tema, e selecionados nesse momento são os que seguem:

Competência em Informação

Refere-se à habilidade de identificar a necessidade de informação, localizá-la com eficiência, avaliá-la de maneira crítica e utilizá-la de forma ética e eficaz. É considerada uma competência fundamental para a cidadania informacional e a autonomia dos indivíduos na sociedade contemporânea.

Kuhlthau (1991) desenvolveu um modelo de busca de informação que articula essa competência a aspectos cognitivos e afetivos da experiência informacional. Lima e Sayão (2020) ressaltam seu papel estratégico no empoderamento dos usuários, sobretudo em contextos marcados pela desinformação.

Saúde Mental

No campo da Ciência da Informação, a saúde mental é compreendida como uma condição que pode ser diretamente afetada pela qualidade, quantidade e gestão da informação. A forma como a informação é mediada, acessada e consumida pode gerar sobrecarga cognitiva e contribuir para o estresse informacional.

Lima et al. (2021) evidenciam que a sobrecarga de informações e a má organização de conteúdos digitais impactam negativamente a saúde mental, especialmente em ambientes acadêmicos e profissionais.

Normose

Conceito formulado por Pierre Weil, a normose descreve a aceitação social de normas disfuncionais como se fossem naturais. Na Ciência da Informação, o termo tem sido utilizado para analisar práticas institucionalizadas prejudiciais, como o produtivismo extremo e a banalização da sobrecarga informacional, que comprometem tanto a saúde dos sujeitos quanto a integridade da ciência.

Apesar de ter origem na psicologia e filosofia, o conceito é incorporado criticamente pela Ciência da Informação, como demonstram Silva e Ribeiro (2023), para compreender padrões tóxicos legitimados nos ambientes informacionais.

Produtivismo

Trata-se da pressão por desempenho contínuo e elevado, sobretudo em número de publicações, dentro da academia. Essa lógica de valorização da quantidade em detrimento da qualidade modifica a dinâmica do ecossistema científico, afetando o comportamento informacional dos pesquisadores e favorecendo práticas potencialmente antiéticas.

Santos et al. (2019) apontam o produtivismo como uma das principais distorções do fazer científico, vinculando-o a desvios de conduta e à intensificação da ansiedade da informação.

Doomscrolling

Consiste na prática compulsiva de consumir conteúdos negativos ou alarmantes em ambientes digitais. No escopo da Ciência da Informação, é entendido como um comportamento informacional disfuncional, estimulado por algoritmos que priorizam notícias sensacionalistas, contribuindo para a desregulação emocional dos usuários.

Marchioro e Garcia (2022) exploram esse comportamento à luz da sobrecarga emocional e informacional observada durante contextos críticos, como a pandemia, caracterizando-o como um fenômeno emergente das infodemias digitais.

Arquitetura da Informação

Constitui o campo dedicado à organização, estruturação e apresentação da informação em ambientes físicos e digitais, visando facilitar sua busca, recuperação e uso. Uma arquitetura bem projetada contribui significativamente para a experiência do usuário e para a mitigação da ansiedade informacional.

Wurman (1997) define arquitetura da informação como o processo que possibilita compreensão por meio da organização coerente dos dados.
Duarte e Ferreira (2020) demonstram sua aplicabilidade na estruturação de repositórios científicos, destacando o impacto positivo na mediação da informação.

Estresse

Na perspectiva da Ciência da Informação, o estresse é entendido como uma resposta psicofisiológica ao excesso de estímulos informacionais. Esse quadro pode ser agravado pela dificuldade em lidar com volumes elevados, fragmentados ou contraditórios de informação.

Le Coadic (1996) relaciona o estresse ao papel da mediação informacional, destacando a

importância de filtros e sistemas organizacionais capazes de reduzir a saturação cognitiva.

Ansiedade da Informação

Define-se como um estado emocional negativo desencadeado pela dificuldade de processar, compreender ou lidar com volumes excessivos ou complexos de informação. É um fenômeno cada vez mais relevante na Ciência da Informação, ligado à infodemia, ao comportamento de busca e à insuficiente competência informacional.

No contexto brasileiro, Lopes e Silva (2022) discutem os impactos desse fenômeno nas práticas acadêmicas e na formação de novos pesquisadores.

Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de recuperar o maior número de informações, foram estabelecidas palavras-chave para proceder à revisão de literatura, conforme a tabela.

Tabela 1: Palavras-chave

Português	Inglês
Integridade Da Pesquisa	Research Integrity
Ética Da Pesquisa	Research Ethics
Desvios De Conduta	Misconduct

Fonte: a autora (2023)

Em seguida, foi realizado um levantamento nos artigos selecionados para identificar quais termos estavam associados a fraudes acadêmicas em pesquisas científicas. Isso permitiu a elaboração do quadro que segue.

Quadro 1 - Desvios de conduta acadêmica

Plágio
Autoplágio
Fabricação de dados
Falsificação de dados e informações, procedimentos e resultados
Omissão de dados (dificultando a replicação da pesquisa)
Atribuição incorreta de autoria
Publicações duplicadas
Ciência salame
Ghostwriting
Fabricação de artigos científicos
Editoras e revistas predatórias
Sequestro de periódicos

Fonte: A autora (2023)

A etapa de levantamento bibliográfico foi essencial, pois permitiu recuperar diversos autores que discutem a integridade da pesquisa, e quais os termos mais encontrados na literatura. Para esse levantamento, foram utilizadas algumas bases de dados científicas, inicialmente: BRAPCI, SciELO, BDTD e Oasisbr. Além disso, a Revista *Pesquisa FAPESP*, que possui uma seção voltada para as boas práticas na pesquisa científica, também foi consultada, enriquecendo a discussão proposta. Foi por meio dessas fontes que a produção sobre o tema foi reunida.

Em um segundo momento, a fim de aprofundar o tema da ansiedade da informação, foi realizado um novo levantamento para ver como esse tema vem sendo tratado na literatura da área. Para esse levantamento, foi utilizada apenas a base BRAPCI, para medir a produção desse tema na Ciência da Informação Brasileira.

Tabela 2: Palavras-chave

Português	Inglês
Ansiedade da Informação	Infomation Anxiety

Fonte: a autora (2025)

Em seguida, procedeu-se à análise dos artigos selecionados, com o objetivo de identificar os termos associados à ansiedade da informação em pesquisas científicas na Ciência da

Informação. A partir dessa etapa, foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 2 - Ansiedade da Informação

Competência em Informação
Saúde mental
Normose
Produtivismo
Doomscrolling
Arquitetura da Informação
Estresse digital
Ansiedade da Informação

Fonte: A autora (2025)

Esses termos foram os que mais foram recuperados quando foi feito o levantamento.

Resultados Parciais

Como brevemente apontado na introdução, os desvios de conduta podem ocorrer ao longo do desenvolvimento de uma pesquisa científica. Mas surge uma questão central: por que esses desvios acontecem?

Dahler-Larsen (2011) argumenta que vivemos na chamada "Era da Avaliação". Segundo o autor, há um crescimento exponencial da prática avaliativa em diversas esferas sociais — seja ao buscar atendimento hospitalar, concorrer a um emprego ou interagir com órgãos públicos, é cada vez mais comum sermos avaliados ou avaliarmos. Essa lógica se institucionalizou a tal ponto que surgiram centros especializados em avaliação, que, por sua vez, também são avaliados. Trata-se de um ciclo aparentemente interminável de retroalimentação, comparável a um espelho que reflete outro espelho, revelando um sistema insaciável de aferição e controle.

Nesse contexto, a pesquisa científica também passa a operar sob intensa pressão por resultados e desempenho. A busca por reconhecimento, financiamentos e prestígio impulsiona práticas produtivistas que, por vezes, resultam em desvios éticos. O Escritório de Integridade da Pesquisa (ORI), dos Estados Unidos, define má conduta científica como "fabricação, falsificação ou plágio ao propor, conduzir ou revisar pesquisas, ou ao relatar seus resultados" (ORI, s.d.). Tais práticas comprometem não apenas os indivíduos envolvidos, mas todo o ecossistema científico, pois afetam a confiança nos processos e resultados de pesquisa.

É importante ressaltar que a responsabilidade pela integridade da ciência não recai apenas sobre os autores, mas também sobre revisores e editores. Quando falhas ocorrem em qualquer uma dessas etapas, o sistema científico como um todo é colocado em risco. Os dados analisados nesta pesquisa indicam que, embora existam fatores individuais relacionados às fraudes, há também um forte componente estrutural que contribui para os desvios de conduta.

Rosa (2008, p. 109) observa que, ao adotar modelos avaliativos baseados em desempenho, como o *Balanced Scorecard* (BSC), a CAPES reforça uma lógica de quantificação que privilegia a maximização de resultados. Esse modelo influencia diretamente na distribuição de recursos e torna-se, como afirma Duhram (2002), uma "vitrine do ensino superior brasileiro".

A valorização da produtividade e do prestígio acadêmico não é recente. Bolaño, Kobashi e Santos (2006, p. 124) destacam que a produção científica sempre esteve associada ao reconhecimento e à ascensão na carreira. Tal fenômeno se articula com o chamado "Efeito Mateus", descrito por Robert Merton (1968), numa alusão ao Evangelho: "pois a quem tem, mais será dado, e terá em grande quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado" (Mateus 13,12). Essa lógica reforça desigualdades e concentra ainda mais recursos e prestígio nas mãos de poucos.

Diante desse cenário, Larigot (2019) chama atenção para a necessidade de consciência crítica por parte dos pesquisadores quanto às consequências sociais e ambientais de seu trabalho. A autora também problematiza a

responsabilidade das instituições acadêmicas diante das más condutas cometidas por seus membros. Afinal, quando uma pesquisa é publicada, pressupõe-se que ela tenha passado por um processo de avaliação por pares — e eventuais falhas nesse percurso não podem ser atribuídas apenas ao autor, mas são o resultado de uma estrutura que, muitas vezes, falha em prevenir, detectar ou corrigir essas condutas.

Considerações Parciais ou Finais

Esta pesquisa teve como objetivo central investigar como a Ciência da Informação aborda os desvios de conduta na comunicação científica e de que forma tais práticas impactam o desenvolvimento da ciência. A partir da revisão de literatura, da análise de artigos e do mapeamento da produção na área, foi possível alcançar os objetivos propostos e, ao mesmo tempo, evidenciar lacunas importantes que ainda precisam ser enfrentadas com mais ênfase pela comunidade científica.

Conforme indicam os dados levantados, as fraudes acadêmicas — como o plágio, a fabricação e a falsificação de dados — seguem sendo uma ameaça concreta à credibilidade da ciência. No entanto, o campo da Ciência da Informação ainda discute o tema de maneira incipiente, como destaca Guimarães (2008), o que revela a urgência de fomentar esse debate tanto nos espaços de formação quanto nas práticas editoriais e institucionais. Embora o termo "plágio" concentre o maior número de produções acadêmicas no levantamento realizado, é necessário ampliar a compreensão do que constitui má conduta científica, reconhecendo que ela pode ocorrer em diferentes níveis e etapas do processo de pesquisa.

O impacto dessas fraudes transcende o ambiente acadêmico. Como demonstrado por Abadal (2022), em palestra proferida no encerramento do XXII Enancib (Encontro Nacional Brasileiro de Ciência da Informação, 2022) os principais motivadores da má conduta estão relacionados à lógica produtivista que rege a carreira científica: a pressão por publicações, o desejo por reconhecimento e o conflito entre ciência e interesses econômicos. Essa constatação dialoga com as reflexões de Dahler-Larsen (2011), ao evidenciar que vivemos imersos em uma “Era da Avaliação”, na qual a lógica de desempenho e quantificação se impõe como parâmetro dominante para aferir valor, competência e legitimidade. Nesse cenário, não é difícil compreender por que alguns pesquisadores, submetidos a condições de trabalho precárias e exigências desmedidas, acabam por adotar condutas antiéticas.

Entretanto, é preciso reconhecer que as fraudes não se explicam apenas por motivações individuais ou falhas de caráter. Há um componente estrutural importante, que envolve agências de fomento, instituições acadêmicas, periódicos científicos e políticas de avaliação que reforçam a competitividade e o produtivismo. Como aponta Rosa (2008), quando modelos gerenciais como o *Balanced Scorecard* são incorporados à avaliação da pós-graduação, instala-se uma lógica de desempenho que transforma a ciência em vitrine — e o pesquisador, em vendedor de resultados.

Nesse sentido, mais do que responsabilizar exclusivamente o autor por uma má conduta, é fundamental discutir o papel das estruturas institucionais que permitem, silenciam ou mesmo estimulam tais práticas. A responsabilização ética deve ser acompanhada de educação científica — não apenas pela criação de novos manuais de boas práticas, mas, principalmente, pela ampla divulgação dos recursos já existentes, como os promovidos pela seção Boas Práticas da Revista Pesquisa Fapesp.

Outro ponto de atenção diz respeito à necessidade de formar pesquisadores desde a graduação, promovendo uma cultura científica orientada por princípios éticos. É necessário superar práticas que vem desde os anos escolares como o “copiar e colar”, ainda bastante presentes entre os estudantes ingressantes, e ensinar sobre o processo de construção do conhecimento científico de maneira crítica, reflexiva e responsável.

Adicionalmente, o estudo indicou a importância de considerar temas emergentes como a inteligência artificial, que embora não tenha sido objeto central da análise, já se impõe como um desafio urgente no debate sobre integridade científica. Em um cenário marcado pela velocidade da informação e pela facilidade de criação e disseminação de conteúdos por meio de tecnologias automatizadas, torna-se imperativo refletir sobre os limites éticos do uso dessas ferramentas, bem como sobre a necessidade de educar os pesquisadores para que as utilizem com discernimento e responsabilidade.

Por fim, a pesquisa demonstrou que o combate às fraudes acadêmicas exige uma abordagem interdisciplinar e colaborativa. A construção de uma ciência mais íntegra, confiável e socialmente comprometida passa pelo reconhecimento da complexidade envolvida nas práticas de pesquisa e pela disposição contínua para refletir, revisar e transformar. Como profissionais da informação, cabe-nos o papel de zelar não apenas pela organização e disseminação do conhecimento, mas também por sua legitimidade, relevância e responsabilidade social.

Ainda que este trabalho tenha alcançado os objetivos propostos, ele não representa um ponto de chegada, mas sim de partida. Novos desafios estão postos, e a transformação do cenário atual exige vigilância crítica, engajamento ético e compromisso coletivo com o futuro da ciência.

Referências

Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia* (5. ed.). Martins Fontes.

Alcadipani, R. (2011). Resistir ao produtivismo: Uma ode à perturbação acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, *9*(4), 1174–1178. https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000400018

Baptista, A. A., & Guimarães, J. A. C. (2007). A comunicação científica e a integridade na pesquisa: reflexões para uma Ciência da Informação ética e responsável. *Ciência da Informação, 36*(2), 60–68. https://doi.org/10.18225/CIINF.V36I2.396

Bawden, D., & Robinson, L. (2009). The dark side of information: Overload, anxiety and other paradoxes and pathologies. *Journal of Information Science*, *35*(2), 180–191. https://doi.org/10.1177/0165551508095781

Bolaño, C. R. S., Kobashi, N., & Santos, R. N. M. dos. (2006). A lógica econômica da edição científica certificada. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, *11*(esp. 1), 119–131. https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p119

Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu* (pp. 122–123). Ática.

Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. Editora UNESP.

Café, A. L. da P., Ribeiro, N. M., & Ponczek, R. L. (2017). A fabricação dos corpos dóceis na pós-graduação brasileira: Em cena o produtivismo acadêmico. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, *22*(49), 75–88. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p75

Café, L. P., Ribeiro, C. G., & Ponczek, V. (2017). *A pós-graduação em tempos de produtivismo acadêmico: O impacto na formação docente*. Educação & Sociedade, 38(140), 657–672. https://doi.org/10.1590/es0101-73302017178977

Camargo Jr, K. R. de. (2014). Publicar ou perecer, ou perecer por publicar (em excesso)? *SciELO em Perspectiva*. https://blog.scielo.org/blog/2014/02/05/publicar-ou-perecer-ou-perecer-por-publicar-em-excesso/

Caplow, T., & McGee, R. J. (1958). *The academic marketplace*. Basic Books.

Costa, L. F., & Barbosa Filho, E. T. (2023). Produtivismo acadêmico e seus impactos: Com a palavra, os doutorandos da área da Ciência da Informação no Brasil. In *Anais do XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação* (pp. 1–10). ANCIB.

Curty, R. G. (2010). *Produção intelectual no ambiente acadêmico*. Renata Curty.

Dahler-Larsen, P. (2011). *The evaluation society*. Stanford Business Books.

Duarte, A., & Ferreira, S. M. S. P. (2020). *Arquitetura da informação em repositórios digitais de acesso aberto: Contribuições para a recuperação da informação científica*. Informação & Informação, 25(3), 259–279. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p259

Durham, E. (2002). A universidade pública sob nova ótica. *São Paulo em Perspectiva*, *16*(2), 3–9.

Estácio, L. S. S., Andrade, W. G. F., Kern, V. M., & Cunha, C. J. C. A. (2019). O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação. *Em Questão*, *25*(1), 133–158. https://doi.org/10.19132/1808-5245251.133-158

European Science Foundation. (2011). *European Code of Conduct for Research Integrity*. Strasbourg: ESF – European Science Foundation & ALLEA. Recuperado de https://allea.org/code-of-conduct/

González Fuster, G., & Gutwieth, S. (2016). *Promoting integrity as an integral dimension of excellence in research: D II.4 Legal analysis*. PRINTEGER. http://printeger.eu/wp-content/uploads/2017/02/D2.4.pdf

Han, B.-C. (2010). *Sociedade do cansaço* (1ª ed.). Vozes.

Institute of Medicine. (2002). *Integrity in scientific research: Creating an environment that promotes responsible conduct*. Washington, DC: National Academies Press. https://doi.org/10.17226/10430

Korenman, S. G. (2006). *Teaching the responsible conduct of research through a case study approach: A handbook for instructors*. Washington, DC: Office of Research Integrity. Recuperado de https://ori.hhs.gov/

Kuhlthau, C. C. (1991). *Inside the search process: Information seeking from the user's perspective*. Journal of the American Society for Information Science, 42(5), 361–371. https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5

Larigot, L. (2019). Intégrité scientifique et recherche: Vers un (ré)apprentissage pour prévenir les inconduites scientifiques involontaires? *Med Sci*, *35*, 693–696. https://doi.org/10.1051/medsci/2019095

Last, J. M. (Ed.). (2007). **Fraud**. In *A dictionary of public health*. Oxford: Oxford University Press. Recuperado de http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780195160901.001.0001/acref-9780195160901-e-1621

Le Coadic, Y. F. (1996). *A ciência da informação* (L. G. Bellodi, Trad.). Briquet de Lemos.

Le Coadic, Y. F. (2004). *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos.

Lemos, A. A. B. (2005). Publicar e perecer. *Ciência da Informação*, *34*(2).

Lima, G. C., & Sayão, D. (2020). *Competência em informação em tempos de desinformação: Uma abordagem crítica*. Informação & Sociedade, 30(2), 1–12. https://doi.org/10.22409/infSoc.v30i2.1478

Lima, G. C., Santos, R. F., & Bezerra, M. P. (2021). *Sobrecarga informacional e saúde mental: Conexões possíveis à luz da Ciência da Informação*. Perspectivas em Ciência da Informação, 26(3), 146–165. https://doi.org/10.1590/1981-5344/3896

Lopes, R. F., & Silva, L. S. (2022). *Ansiedade da informação na pós-graduação: Uma análise à luz da competência informacional*. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 15(2), 34–51. https://doi.org/10.26512/rici.v15i2.42192

Marchioro, M. M., & Garcia, F. J. (2022). *Doomscrolling e infodemia: Quando a informação adoece*. Revista Comunicação & Informação, 25(2), 120–136. https://doi.org/10.5216/ci.v25i2.72332

Merton, R. K. (1968). The Matthew effect in science: The reward and communication systems of science are considered. *Science*, *159*(3810), 56–63. https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56

Office of Research Integrity. (n.d.). *Definition of research misconduct*. U.S. Department of Health and Human Services. https://ori.hhs.gov/definition-research-misconduct

Oliveira, E. F. T., & Silva, M. A. (2018). Ética na ciência e o papel da informação: reflexões à luz da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação,* *23*(4), 170–186. https://doi.org/10.1590/1981-5344/3329

Pessanha, E. A. M. (1998). Integridade e ética na ciência. In E. A. M. Pessanha & M. P. Carvalho (Orgs.), *Ciência, ética e poder* (pp. 219–230). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Porta, M. (Ed.). (2007). *Dictionary of public health*. New York: Oxford University Press.

Rosa, A. R. (2008). "Nós e os índices" – Um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, *48*(4), 108–114. https://doi.org/10.1590/S0034-75902008000400009

Santos, G. S., Targino, M. G., & Ferreira, S. M. S. P. (2019). *O produtivismo acadêmico e suas implicações éticas: Uma análise sob a ótica da Ciência da Informação*. Informação & Sociedade, 29(3), 39–52. https://doi.org/10.22409/infSoc.v29i3.1284

Sguissardi, V. (2006). A avaliação defensiva no modelo CAPES de avaliação: É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, *24*(1), 49–88.

Shinkai, R. (2011). Integridade na pesquisa e ética na publicação. *Scientia Medica*, *21*(1), 2–3. https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/13791/2/Integridade_na_pesquisa_e_etica_na_publicacao_Editorial_convidado.pdf

Silva, T. A. P., & Ribeiro, L. C. (2023). *Normose informacional: Reflexões sobre práticas institucionalizadas e seus impactos na integridade científica*. Cadernos de Ciência da Informação, 18(1), 75–90. https://doi.org/10.18225/ci.inf.v18i1.3895

Silva, C. M. da, & Ribeiro, L. C. de Q. (2013). Integridade na pesquisa científica: aspectos éticos e epistemológicos. *Liinc em Revista, 9*(1), 33–43. https://doi.org/10.18617/liinc.v9i1.563

Smolčić, V. Š., & Bilić-Zulle, L. (2013). How do we handle self-plagiarism in submitted manuscripts? *Biochemia Medica*, *23*(2), 150–153. https://doi.org/10.11613/BM.2013.019

Steneck, N. H. (2006). Fostering integrity in research: Definitions, current knowledge, and future directions. *Science and Engineering Ethics*, *12*, 53–74. https://link.springer.com/article/10.1007/PL00022268

Tarapanoff, K. (Org.). (2001). *Inteligência organizacional e competitiva: uma abordagem da Ciência da Informação*. Brasília: Universidade de Brasília.

Targino, M. G. (2010). Produção intelectual, produção científica e produção acadêmica: Facetas de uma moeda. In R. G. Curty (Org.), *Produção intelectual no ambiente acadêmico* (pp. 21–40). UEL/CIN.

Witter, G. P. (1989). Pós-graduação e produção científica: A questão de autoria. *Transinformação*, *1*(1), 29–37.

Wurman, R. S. (1997). *Information anxiety 2*. Que Publishing.

Zabalza, M. A. (2004). *O ensino universitário: Seu cenário e seus protagonistas* (239 p.). Artmed.

Zanotto, D. C. (2007). Ética na comunicação científica: condutas e práticas de publicação. *Ciência da Informação, 36*(2), 79–87. https://doi.org/10.18225/ci.inf.v36i2.377

CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA DIGITAL

Gisele A. R. Sanches, UNESP/UFMS, https://orcid.org/0000-0002-3628-9868, Brasil, gisele.sanches@unesp.br

Claudio Marcondes de Castro Filho, UNESP/USP, https://orcid.org/0000-0003-0889-4291, Brasil, claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6637

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Introdução

A introdução deve apresentar o tema geral da investigação. Apresentar o problema de investigação, a justificação da importância da investigação e os objetivos gerais e específicos da investigação.

A versatilidade de temáticas no âmbito da Ciência da Informação proporciona aos pesquisadores a possibilidade de abordarem conteúdos diversificados e plurais que espelham o desenvolvimento do conceito de informação e suas interligações e impactos no tecido social.

A informação é um aspecto elementar no contexto de uma organização social e é matéria prima e produto dos processos humanos. Amplamente examinado pelos mais diversos ângulos por estudiosos da área, seja como dado, como coisa, mediado, representado, apropriado, gerido ou gestado, o ponto pacífico entre todos é que o conceito de informação produz e é produtor de sentido. Seguindo essa mesma lógica, agora pensando no conceito de informação e suas correlações com a área da Educação o que aproxima e posiciona a Biblioteca Escolar na discussão que queremos fazer.

O acesso à informação é cada vez maior e mais rápido com o uso de redes sociais e aplicativos de mensagens. Na mesma proporção vem a necessidade de saber filtrar e selecionar as opções que representam a versão mais coerente dos acontecimentos, e isso tem se tornado uma tarefa complexa e desafiadora para os profissionais da informação. Nesse sentido, e compreendendo a informação como um elemento essencial para o pleno exercício da Cidadania dentro do campo democrático, pode-se verificar que há uma carência de políticas públicas em informação que assegurem a responsabilidade devida de sua divulgação.

Em 2014 foi sancionada no Brasil a Lei n. 12.965, de 23 de abril, que ordena sobre princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país, bem como define as orientações para arbitragem no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros como se posicionar frente ao tema. A referida lei tem mais de 10 anos, o que para temas como *internet* equivale a séculos, pois nesse tempo muito já se modificou e se atualizou sobre o assunto. Outros projetos de leis tramitam pelo Congresso brasileiro na perspectiva de criação de leis que possam oferecer uma maior cobertura na tentativa de assegurar os direitos humanos no ambiente digital. Um exemplo disso é o Projeto de Lei n° 2338, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial no Brasil. E justamente sob este ponto de vista de como a Ciência da Informação pode contribuir, pensamos ser necessária a construção de dispositivos tanto legais quanto administrativos na tentativa de assegurar direitos, garantias individuais e coletivos estabelecendo deveres claros para uma área que está sendo desenvolvida à medida em que se discute sobre ela.

Quando focalizamos propriamente estudos e práticas sobre a Biblioteca Escolar seja pública ou privada suas atividades, na maioria das vezes, são a formação do estudante como leitor, o suporte aos docentes para a formulação das atividades pedagógicas e no oferecimento de serviços de informação de qualidade. Dentro desse conjunto de afazeres do cotidiano da Biblioteca Escolar

quanto mais capacitada a equipe for maior será a qualidade do que será oferecido ao usuário.

Em se tratando sobre temas como Cidadania e Inteligência Artificial uma formação para além dos conhecimentos biblioteconômicos é indispensável para compreender a significação dos conceitos e o quanto seus entendimentos resultam em atividades que possam promover o crescimento intelectual preciso e coerente. Entendemos a Cidadania como o sentimento comunitário, de inclusão, direitos civis, políticos e econômicos. O conceito de Cidadania é a manifestação verdadeira da democracia construída a partir de reivindicações ligadas às questões das más condições de trabalho a partir da Revolução Industrial e Francesa dos séculos XVII e XVIII e posteriormente baseada em conceitos Marxistas e mais a frente na Teoria Keynesiana.

Já quando pensamos em Inteligência Artificial, termo elaborado em 1956 pelo professor John McCarthy que mesmo datando dos anos de 1950 identificamos que sua definição está muito atrelada a sua finalidade e utilização. As definições vão desde uma inteligência artificial não biológica com a capacidade de desenvolver atividades com a mesma qualidade que um ser humano faria (Tegmark, 2019), outras que apresentam como simular o raciocínio humano auxiliando em tarefas de ensino aprendizagem. No entanto, a maior parte das definições se conectam quando com a utilização da Inteligência Artificial se abre um leque de possibilidades possibilitando uma atuação multifacetada.

Sustentados pela perspectiva exposta acima e diante da consolidação da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação no ambiente escolar, temos a urgência na discussão desse aporte conceitual para a garantir uma ambiente seguro e justo de aprendizagem em um momento em que as relações humanas extrapolaram o pessoal e o presencial, ampliando a interação para um ambiente virtual no qual as regras e contratos sociais para o que é permitido e o ilícito possui uma linha tênue.

Sendo assim, este estudo busca refletir os enfrentamentos e desafios da Biblioteca Escolar em contribuir com a construção de uma Cidadania digital. Para tanto, o trabalho está organizado da seguinte forma. Em um primeiro momento apresentaremos o conceito de Cidadaniae ética, na seção seguinte abordaremos a respeito da Biblioteca Escolar e seu posicionamento frente às questões relacionadas à Inteligência Artificial e por fim, algumas considerações parciais. Metodologicamente a pesquisa é considerada descritiva aos moldes qualitativos sob a perspectiva bibliográfica.

Cidadania: o conceito fundamental para a contrução de uma Ética Digital

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 traz em seu artigo 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Brasil, 1988).

O que está descrito no trecho citado é a promessa da operação do conceito de Cidadania. O conceito sofreu mudanças ao longo da história e no momento presente é entendido como o sentimento comunitário, de inclusão, direitos civis, políticos e econômicos, foi se fazendo, isto é, foi resultado de momentos de modos de viver em sociedade em tempos anteriores. A leitura dessa transitividade na formação de sentido do que seja Cidadania é apresentado de forma bastante detalhada em suas mudanças históricas sofridas pelo conceito por Pinsky e Pinsky (2021) e Ferreira e Fernandes (2018).

A primeira concepção é formada em Atenas com a ideia de que o homem que participa da *polis* é cidadão. Ferreira e Fernandes (2018), de acordo com Aristóteles (1997, p. 88) “cidadão é o homem que partilha os privilégios da cidade”. É importante ressaltar nessa citação a palavra privilégios, pois ela nos remete a uma assimetria social imposta, já que só tem direito quem é homem ateniense e não escravo. Sendo assim, uma parte considerável da população fica de fora da condição de seres com direitos, ou seja, o ser cidadão em Atenas é excludente.

Em Roma, com sua heterogeneidade de povos, houve avanços no sentido de se estabelecer participação no debate da vida pública que implicava diretamente no modo de organização social com a tentativa de estruturação de um sistema político consolidando o direito romano. Porém, ainda somente uma parcela da população partilhava do que era ser cidadão romano Pinsky e Pinsky (2021).

Para ser cidadão é necessário se reconhecer como homem. Se reconhecer um homem que ocupa um lugar no mundo. E por isso deve refletir sobre o que é o mundo e qual mundo ele quer para si e para o outro. Essa é a grande mudança de paradigma que se dá com a Revolução Inglesa no século XVII quando se passa de citadino/súdito para citadino/cidadão ligados a concepção de uma estrutura do Estado quando o indivíduo não está mais sob o poder divino absoluto e natural. Isso significa que há uma distinção entre o todo e a parte.

De acordo com Pinsky e Pinsky (2021, pp. 49) "Cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1789) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. O conceito formulado toma corpo na revolução francesa e também da Revolução Americana (1776). A evolução dos direitos civis em uma nova concepção política, proporcionada por uma profunda modificação do entendimento do conceito de liberdade, que por sua vez impacta diretamente no modelo de Estado. Assim, se funda o homem como um sujeito de direito civil. Vale destacar que essa mudança do modo de o homem se compreender está centrado na razão, uma vez que a revolução, mediante a qual se forjou essa nova concepção do modo de o homem viver em sociedade, foi baseada nos conceitos iluministas.

É importante pontuar que as mudanças sociais promovidas foram feitas a partir de muita disputa no campo político e econômico por uma parcela da população insatisfeita como o Estado francês era organizado, forma essa em que as necessidades da maioria da população ficava de fora das prioridades do regime absolutista.

Neste estudo compartilhamos a concepção de Pinsky e Pinsky (2021) por entendermos a Cidadania como o sentimento comunitário, de inclusão, direitos civis, políticos e econômicos. O conceito de cidadania, do modo que conhecemos na sociedade atual, é a manifestação verdadeira da democracia construído historicamente a partir de reivindicações ligadas às questões das más condições de trabalho a partir da Revolução Industrial e Francesa dos séculos XVII e XVIII. E isso seguido das contribuições que vieram com os conceitos Marxistas no século XIX. Dentre muitas outras concepções formuladas nesse escopo conceitual, vale destacar o pensamento de que o homem transforma o mundo e transforma a si mesmo, e mais a frente na Teoria Keynesiana no século XX, de orientação teórica liberal, que objetiva, a grosso modo, garantir o pleno emprego.

Pensando já ao conceito de Cidadania a partir do final do século XX, com as teorias neoliberais orientando o modo de organização do Estado, Ferreira e Fernandes (2018) aponta um desafio que fica entre a garantia do direito e seu efetivo proveito quando se fala em direitos sociais, direitos políticos e direitos civis. Essa conquista da Cidadania depende do sistema de governo para se efetivar e do modelo de políticas econômicas e do desenho das políticas públicas adotadas pelos gestores.

O cenário conceitual de construção da Cidadania ainda é um campo que exige muito debate, conflito, divergências e convergências. Essa exigência se coloca quando se considera a produção de uma sociedade menos desigual que seja guiada por interesses comuns e não por interesses de grupos específicos que visam a obtenção de privilégios.

Nesse sentido, após apresentar o conceito de Cidadania que nos dê sustentação para a refletir para construção de um cenário em que a Cidadania Digital possa existir e ser exercida, nos parece adequado trazer para o debate o conceito de Ética. É comum encontrar textos que discutem a questão da Inteligência Artificial e a utilização de redes sociais nos deparar com frases afirmando que é necessário se ter boas práticas no ambiente digital. No entanto, entendemos que deixar a cargo de quem está utilizando as redes definir o que é bom ou não relativiza e coloca na mão de quem está usando a decisão do que é bom ou ruim baseado em seus princípios éticos. Como estamos falando de redes sociais de uma forma

que ultrapassa fronteiras físicas entre países e culturas, possibilitando acesso aos costumes e práticas diversas, boas condutas são necessárias, mas também precisam ser definidas.

Podemos pensar em Ética como a disciplina filosófica que reflete a respeito de atitutes que norteiam o comportamento humano em sociedade qualificando o modo de agir como corretos ou incorretos. Valls (2010, pp. 7) conceitua Ética como "estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento." Já em Abbagnano (2007, pp. 380) apresenta uma descrição bem completa do conceito de Ética, em um trecho comenta:

> Em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1- a que a considera como ciência do /zm para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem; 2- a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta.

Em ambas as citações o conceito de Ética é entendido como norma, como valores que conduzem e regulam a ação e o comportamento em sociedade. Concebemos que um comportamento ético é o conjunto de valores que guiam o comportamento humano visando o bem estar de todos, não acarretando prejuízos a terceiros seja no âmbito profissional e social. Adotar uma postura Ética é estar de acordo que há um contrato coletivo no cumprimento de regras com responsabilidade e respeito. Essa perspectiva, de acordo com nosso entendimento, deve estar presente dentro e fora do ambiente digital. No entanto, as interações presentes no virtualmente, por não ser algo presencial, passam a impressão de que seu agente está oculto e por esta falta de identificação imediata possui permissão para se agir de uma forma fora do aceitável, muitas vezes incorrendo em crimes digitais.

E justamente nesse ponto, em que a ausência de respeito e responsabilidade nas interações digitais parecem não ter consequências no mundo real, que se faz necessário estabelecer uma Cidadania Digital. E a Ciência da Informação tem muito a contribuir nesse campo principalmente quando pensamos como a Biblioteca Escolar pode auxiliar no desenvolvimento de ações de educação e formação. Nesta nossa reflexão, estamos partindo de um ponto em que já se possui o aporte tecnológico necessário para se ter acesso à tecnologia. Carvalho (2014. pp.77) reforça que é necessário pensar na inclusão digital em um primeiro momento para que a Cidadania Digital seja para todos.

> Nesse cenário incerto e turvo, o termo cidadania digital está intimamente relacionado à ampliação dos direitos já conquistados nos campos social, político, econômico e cultural também para as redes digitais, principalmente para aquelas que utilizam as tecnologias da informação e comunicação.

Entendemos a preocupação do autor quando diz que em 2014 estávamos em um momento incerto e turvo uma vez que o resultados das eleições presidenciais no Brasil foram colocadas em cheque e nos anos que se seguiram o cenário político brasileiro sofreu fortes abalos. O que gostaríamos de ressaltar no discurso do autor é que a Cidadania Digital nada mais é do que a extensão de direitos e deveres já conquistados e que precisam ser assegurados.

Pensando em buscar dados de acesso a internet referente ao ano de 2014, infelizmente não obtivemos os dados do ano em que o texto foi publicado, no entanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE publicou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua com total de domicílios em que havia acesso à Internet por qualquer meio (microcomputador, de mesa ou portátil; tablet; telefone móvel celular; televisão; ou outro equipamento). A pesquisa mostra que no ano de 2016 que 47.802 milhões de domicílios possuíam acesso à internet. Comparando com o ano de 2023, último dado disponibilizado, o número de domicílios que possuem acesso passou para 72.462 milhões de um total de 90.704.582 de domicílios no Brasil. Em 7 anos

houve um aumento de aproximadamente 51,5% na cobertura de internet no país. De acordo com as figuras abaixo.

Figura 1 - Domicílios brasileiros com acesso à internet: 2016-2023



Fonte: https://painel.ibge.gov.br/pnadc/

Este aumento significativo no acesso à internet foi principalmente alavancado pela pandemia de COVID -19 na qual o nosso contato com o mundo externo à nossas casas foi via redes sociais e por aplicativo de mensagens conduzidos pela internet. Houve um aumento no fluxo de dados e informações que forçadamente tiveram que acontecer com o distanciamento físico. E o modo de se comunicar, trabalhar e estudar exigiu uma mudança no comportamento de todos frente ao cenário global. Uma mostra disso foram as aulas nas escolas públicas e privadas se tornarem remotas e tivemos que nos habituar com termos com síncrono e assíncrono, bem como desenvolver nossas atividades remotamente.

A pandemia passou, mas seus resultados na forma de se comunicar virtualmente ficaram e assim a necessidade de se discutir padrões de comportamento adequados que seja sinônimo de segurança e Ética. Nesse sentido, pensar em uma Cidadania Digital é uma medida coerente.

Pensando na realidade brasileira, tivemos que dar um salto muito grande em relação às questões de aparato tecnológico com a pandemia, principalmente porque não houve uma previsibilidade para que a comunicação se tornasse remota tão rapidamente. Foi como trocar os pneus do carro com o carro em movimento, com isso não houve tempo hábil para se discutir e assegurar direitos e deveres no ambiente virtual.

O Projeto de Lei n° 2338, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado no momento da formulação e divulgação desse projeto, foi apresentado e votado no Senado Federal brasileiro. E ainda tramita na Câmara dos Deputados para depois ser sancionado pelo Presidente da República. O texto principal possui 33 páginas que versam sobre salvaguardar a pessoa natural, bem como dispositivo de governança no que se refere ao alcance social da Inteligência Artificial no país. E em seu primeiro artigo dispõe que:

> Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Ao prever regras que terão um alcance nacional, o projeto promete a segurança jurídica e princípios éticos para o uso da Inteligência Artificial no país, pela perspectiva de proteger os direitos fundamentais e os direitos autorais. O texto ainda apresenta definições de conceitos para que não haja

dúvida sobre o que está sendo tratado, como os conceitos de sistema de inteligência artificial, fornecedor de sistema de inteligência artificial, autoridade competente, dentre outros.

A lei afirma em seu Artigo 32º que o Poder Executivo é o responsável em constituir meios de implementação e fiscalização da referida lei. No entanto, não aponta qual órgão regulatório responsável deixando assim uma lacuna, que sob nossa perspectiva, pode fragilizar a lei quando consideramos sua efetivação. Não apontando de forma clara e objetiva quem é agente público responsável pela manutenção do projeto, não aponta a quem de fato recorrer quando os direitos forem infringidos deixando um pouco deficitário seu pleno exercício. Entendemos que em um projeto de lei não necessariamente estará descrito de forma procedimental essas atribuições, mas poderia coadunar com outras instâncias dando assim uma sustentação caso a lei fosse descumprida.

Ressaltamos também o Artigo 4º, que nos oferece as seguintes definições:

> IV – agentes de inteligência artificial: fornecedores e operadores de sistemas de inteligência artificial; V – autoridade competente: órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional;

Mais à frente no Artigo 30º o texto traz:

> Os agentes de inteligência artificial poderão, individualmente ou por meio de associações, formular códigos de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, inclusive sobre reclamações das pessoas afetadas, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para cada contexto de implementação, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e as medidas de segurança técnicas e organizacionais apropriadas para a gestão dos riscos decorrentes da aplicação dos sistemas.

Entendemos ser significativo apresentar as duas citações acima na íntegra tanto a do Artigo 4º quanto a do Artigo 30º por uma trazer a definição do que são agentes de Inteligência Artificial e a outra, que consta no Capítulo VI de Boas Práticas e Governança, aponta o alcance desses agentes por tipificar e estabelecer seu possível exercício assegurado na lei. Ainda assim, quando pensamos em Cidadania Digital entendemos que o foco principal é o pleno exercício da Cidadania e nos parece um ponto crucial, e para não dizer de tensão, a ser destacado na norma é a função a ser desempenhada pelos agentes de Inteligência Artificial. O texto aponta que esses fornecedores e operadores de sistemas podem ser responsáveis em promover a condução e o gerenciamento de boas práticas, deixando os demais interessados, governo e sociedade, à margem da discussão e da decisão. E assim, cabendo ao Poder Executivo somente arbitrar sobre as sanções em caso de descumprimento.

Deixar a cargo dos Agentes da Inteligência Artificial a formulação e a determinação do que são boas práticas causa preocupação, uma vez que estamos falando de produtos vendáveis, ou seja, desenvolvidos para gerar lucro sem o compromisso imediato com o desenvolvimento social. E concentrar somente no conceito de boas práticas o mesmo sentido de modelos coerentes de conduta abre margem para qualquer tipo de interpretação por não apresentar informações suficientes para ser um conceito, gerando ambiguidade e dificultando a garantia de um resultado positivo na perspectiva de garantia de direitos.

Outro ponto que nos chamou atenção foi o único momento em que o projeto de lei cita um processo educativo sobre Inteligência Artificial. Da mesma maneira que foi tratado a questão de boas práticas também está designado aos agentes de Inteligência Artificial a função educativa. Pensamos que não

incluindo outras instituições brasileiras que poderiam contribuir com essa atividade educativa nos parece arriscado e pouco produtivo na tentativa de se construir um uso responsável privilegiando uma Cidadania Digital.

Diante o exposto nesta seção que teve como objetivo refletir sobre o conceito de Cidadania para a construção de uma Cidadania Digital, o questionamento que nos fica é como a Biblioteca Escolar pode contribuir com a discussão de uma Cidadania Digital, tema que trataremos na próxima seção deste trabalho. Na parte seguinte, o objetivo é apresentar conceitos como de Inteligência Artificial - IA no ambiente da Biblioteca Escolar e pensar nas possibilidades de atuação tanto no processo de apoio à integração da IA no contexto educativo, bem como no modelo de gestão dos serviços e assim talvez estejamos próximos de assegurar que mais pessoas desses mais de 90 milhões de domicílios brasileiros tenham acesso e utilizem de forma coerente e respeitosa a internet.

Biblioteca escolar e a construção de uma Cidadania Digital

Há alguns meses no Brasil aconteceu uma *trend* em que o aplicativo Chatgpt foi usado, a partir de uma foto de nossa preferência, para criar uma nova imagem ao estilo Studio Ghibli (estúdio de animação japonês). Em notícia publicada no Portal G1, afirmou que em uma hora o aplicativo ganhou 1 milhão de usuários, em sua grande maioria com interesse em obter a imagem. Como o assunto é de nosso interesse, identificamos uma grande oportunidade de verificar na prática a operacionalização de um conceito.

Nós, profissionais da informação e operadores dos procedimentos biblioteconômicos lançamos mão de nossos conhecimentos técnicos para tal atividade. Estamos acostumados a fazer buscas nas bases de dados de forma de quanto mais específico e conciso for o termo, e até mesmo utilizando vocabulários controlados para determinar qual é a forma autorizada daquele conceito, esperamos receber os melhores resultados. E assim o fizemos no aplicativo esperando gerar a imagem. O que não contávamos é que o resultado obtido foi muito distante do esperado. Após muitas tentativas e erros, descobrimos que deveríamos fazer o movimento inverso, quanto mais informação e detalhes eram dados, quanto mais natural a linguagem utilizada, melhores seriam os resultados. Descobrimos que deveríamos proceder como se estivéssemos em uma conversa, pedindo um favor a um amigo.

O que essa pequena experiência nos mostra é que a lógica utilizada nos aplicativos que usam Inteligência Artificial é outra, diferente da que aprendemos como bibliotecários. Com isso, precisamos entender qual a melhor forma de se utilizar das ferramentas presentes nas IAs e promovendo uma mudança e adequação na forma de elaborar as premissas no momento da busca, bem como no entendimento da contribuição da Biblioteca Escolar na trajetória de seus usuários. As Diretrizes IFLA/UNESCO (2015) servem de norte oferecendo orientações sobre o conceito de Biblioteca Escolar colocando-a em uma posição de um espaço de aprendizagem propício para o crescimento pessoal, social e cultural de seus usuários, seja no ambiente físico ou virtual. Também nos aponta a necessidade de estabelecer estratégias para que esse aprendizado aconteça.

Refletindo sobre a questão da Biblioteca Escolar ter parte da responsabilidade no desenvolvimento social e cultural, podemos dizer que essa temática está intimamente ligada ao conceito de Cidadania e sua concretização. Isso porque, para que uma sociedade seja mais justa e solidária é necessário que que direitos sejam assegurados no acesso aos bens culturais e ao conhecimento como um todo. Em um momento em que a informação está sendo acessada por meio virtual, a biblioteca tem um papel importante na inclusão digital e no desenvolvimento de competências para utilizar as ferramentas de forma coerente e segura.

Mais uma vez recorremos a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) quando no documento “Desenvolvendo uma Resposta Estratégica da Biblioteca à Inteligência Artificial” (tradução

nossa) conceitua Inteligência Artificial (IA) como:

> um conjunto de tecnologias e ferramentas que visam reproduzir ou superar habilidades em sistemas computacionais que exigiriam 'inteligência' se humanos as executassem. Isso pode incluir a capacidade de aprender e se adaptar; de sentir, compreender e interagir; de raciocinar e planejar; de agir autonomamente; ou mesmo criar. Ela nos permite usar e dar sentido aos dados.

O documento tem duas finalidades, a primeira é mostrar as ponderações sobre o impacto da Inteligência Artificial no âmbito da biblioteca a fim de provocar reflexões, em um segundo momento apresenta a análise SWOT forças (strengths), fraquezas (weaknesses), oportunidades (opportunities) e ameaças (threats) como uma ferramenta de gestão na perspectiva de ajudar a identificar áreas que podem ser melhoradas com a finalidade de desenvolver estratégias eficazes com o intuito de dar suporte às decisões locais sobre IA.

Destacamos também, a linguagem usada na formulação do documento. Nos chamou atenção e gostaríamos de destacar o uso de termos atuais, alinhados ao vocabulário do ambiente digital. Palavras como conectar, compartilhar, equidade, cocriar, proteção de dados, criadores de informação e criação de conteúdo mostram um empenho perceptível da organização em se manter atualizada e em harmonia com as mudanças sociais e tecnológicas. Este entendimento por parte da a IFLA acompanha as mudanças que ocorrem além de seus próprios limites institucionais, em um cenário no qual as fronteiras territoriais estão cada vez mais diluídas.

De acordo com o descrito no texto há muitos pontos positivos trazidos pelos Tecnologias Inteligentes baseadas em dados como ferramentas de tradução oferecendo acesso a materiais em outros idiomas, sumarização, leitura de coleções de dados legíveis por computador, digitalização e automação de coleções históricas e raras, recomendações personalizadas de materiais bibliográficos, com base nas escolhas prévias do usuários os algoritmos podem identificar padrões de demanda e assim otimizar o processo de aquisição ao mostrar as preferências dos usuários.

No entanto, nem tudo são flores no uso de Sistemas de Inteligência Artificial. Há pontos preocupantes a serem analisados com calma e que precisam ser colocados em ampla discussão. Preocupações com questões Éticas como a proteção e privacidade de dados, transparência e responsabilidade sobre o que está sendo apresentado pelo sistema, observar e avaliar o impacto social no acesso aos meio tecnológicos que muitas vezes são pagos colocando uma parcela da população desprovida de recursos econômicos para a aquisição acentuando a desigualdade digital, com uma quantidade e rapidez na criação dos conteúdos podem ter impactos na opinião pública ao produzir notícias falsas propagando a desinformação, problemas de violação dos direitos autorais ao gerar textos e imagens sem autorização do criador humano do conteúdo.

A publicação traz considerações muito valiosas que ampliam o alcance conceitual e prático para o espaço da Biblioteca Escolar. Ao colocar na seção visão, missão e objetivos conceitos como acesso equitativo, espaços de aprendizagem e se basear na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como articular ações que consideram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas como norteadores do fazer da Biblioteca Escolar resguarda da pressão comercial, política ou religiosa.

Ampliando nosso campo conceitual, encontramos em Portugal a discussão sobre Inteligência Artificial e Biblioteca Escolar. Nos deparamos com o debate público com a preocupação do estabelecimento de um marco regulatório, bem como direcionar que as ações relacionadas ao tema, sejam elas educativas ou econômicas, estão sendo tratadas de forma a assegurar o exercício da Cidadania de seu povo. É importante ressaltar que não é somente nas questões educacionais que o assunto impacta, no âmbito econômico também tem muita relevância.

Portugal é um dos países que fazem parte da União Européia (UE), no ano de 2023 o Parlamento europeu aprovou, e entrou em vigor em 1º de agosto de 2024 o Regulamento Europeu sobre Inteligência Artificial. Essa iniciativa mostra que o tema está sendo

tratado como prioridade por serem discutidos por agências e secretarias específicas dentro dos governos demonstrando a importância do tema e o impacto que ele gera na sociedade. No sítio do Conselho Europeu/Conselho da União Européia estão disponíveis as principais partes das diretrizes que devem ser seguidas pelos seus países membros. Inclusive o ano de 2025 está sendo tratado como "Ano Europeu da Educação para a Cidadania Digital " abordando temas como Desinformação,Ciberbullying, Discurso de ódio online e Segurança digital.

Ainda nos referindo ao texto, prioriza os conceitos de responsabilidade, análise de riscos, inovação e investimentos, quatro níveis de risco (mínimo ou nulo, limitado, elevado, inaceitável) e cria organizações de governança. Percebemos que há um comprometimento com a segurança jurídica seja em um âmbito pessoal, bem como nacional. O documento é bastante detalhado e é apresentado no sítio em tópicos ou em um formato mais interativo. O interessante é que há uma preocupação em disponibilizar o conteúdo de maneira acessível e de fácil entendimento.

Esses pontos também foram levantados pela Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal - RBE. Antes de prosseguir na discussão, acreditamos que seja necessário acrescentar algumas considerações sobre a Rede de Bibliotecas Escolares portuguesas. Iniciaremos pelo texto "Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares" de 1996 de responsabilidade do grupo de trabalho formado por especialista em biblioteconomia e educação ligados ao Ministério da Educação português.

O documento apresenta que há uma preocupação com o "desenvolvimento de bibliotecas escolares integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública." Desta maneira desenhou-se um projeto de política pública com o principal foco na prática de leitura entre a população portuguesa, com a pretensão que se tornasse um hábito. Assim, a proposta ao final do grupo de trabalho foi elaborar um relatório que apresentasse um diagnóstico da situação das Bibliotecas Escolares naquele momento e que apresentasse, a partir dos dados analisados, o levantamento de problemas e possíveis soluções a partir de linhas de orientação que norteassem a rede de bibliotecas escolares portuguesas que estava sendo criada.

Estabelecendo como princípio fundamental que as Bibliotecas Escolares são um dos recursos básicos do processo educativo, o relatório apresenta em seu conteúdo os seguintes tópicos, ("Lançar a rede de bibliotecas escolares", 1996).

> (i) estudos de organismos internacionais ou de outros países;
> (ii) estudos existentes sobre as bibliotecas escolares portuguesas;
> (iii) resultados de investigação sobre os processos de inovação neste domínio; mas especialmente na;
> (iv) experiência directa que ao longo dos anos os seus elementos puderam recolher, trabalhando com crianças e jovens e com professores, dando apoio a responsáveis por bibliotecas escolares e públicas e/ou participando nas suas iniciativas.

Ressaltamos a importância de experiências de outros lugares para aprender e talvez replicar o que deu certo em outro local, bem como o levantamento do que foi estudado até o momento sobre as bibliotecas escolares portuguesas como forma de levantamento de dados que podem ser aproveitados, considerar as vivências do que já haviam sido feitas no âmbito nacional para que a cultura organizacional seja respeitada, assim como dar suporte às atividades e mapear processos de inovação feitos. Desta forma, é possível diagnosticar o que já se tem com o objetivo de aperfeiçoamento.

O mesmo texto, ("Lançar a rede de bibliotecas escolares", 1996), ainda estabelece que a Biblioteca Escolar tem como função:

> (i) a aprendizagem da leitura;
> (ii) o domínio dessa competência (literacia);
> (iii) a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura;
> (iv) a capacidade de seleccionar informação e actuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas;
> (v) o desenvolvimento de métodos de estudo, de investigação autónoma;

(vi) o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.

Em 2025, após quase 30 anos de projeto, está acessível em seu sítio muitas informações sobre o programa que conta com um total de 2582 bibliotecas escolares públicas. Em seu quadro profissional possui um total de 1034 assistentes de biblioteca em tempo integral e 856 em período parcial. Podemos conferir que desde o lançamento do documento que regulamenta o Programa que como o tempo, o investimento e a dedicação a uma política pública para Biblioteca Escolar em uma série de publicações feitas em seu *blog* que reitera a necessidade de discussão, principalmente porque a maioria dos usuários das Bibliotecas Escolares são compostas por pessoas menores de idade. Lima (2025) reforça em seu estudo sobre Bibliotecas Escolares brasileiras e portuguesas, reconhece que houve um aumento no número de bibliotecas escolares brasileiras, no entanto reforça que há muita fragilidade, em consequência de não haver uma rede articulada em uma esfera federal que fortaleceria a discussão, bem como o desenvolvimento de estratégias de gestão para determinar pontos fortes e fracos. Muito diferente do que o autor apresenta no cenário mostrado na Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal.

Castro Filho (2018) em seu estudo sobre redes de bibliotecas brasileiras portuguesas aponta a relevância de um serviços informacional organizado em rede uma que vez que apresenta alguns benefícios como estabelecer parcerias entre os setores da estrutura educacional como secretarias de educação e bibliotecas escolares que podem promover a troca de informações e conhecimento, entre as bibliotecas pertencentes à rede favorece a redução de custos e de tempo em tarefas como catalogação e com a ausência de um sistema de redes de bibliotecas públicas brasileira sua ação educativa fica deficitária. Logo, quando refletimos sobre a participação da Biblioteca Escolar pública brasileira na construção de uma Cidadaniadigital nesse cenário brasileiro com projetos de lei para a proteção de dados, privacidade, propagação de notícias falsas tramitam no Congresso Nacional brasileiro de forma lenta e estagnada temos na União Européia já aprovada a Lei da Inteligência Artificial e suas sanções a partir dos níveis de risco que apresenta afirmando assim um compromisso com a Cidadania Digital.

Contudo, esperamos que no Brasil as discussões e as práticas sobre o tema avancem para que as Bibliotecas Escolares possam oferecer o suporte necessário para que a Cidadania, não somente a digital, se faça presente no cotidiano dos usuários dos serviços de informação, e assim contribuindo para uma sociedade mais justa, baseada na equidade e nas práticas coerentes na utilização dos meios digitais de informação.

Na seção seguinte, abordaremos de forma sucinta os procedimentos metodológicos.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é descritiva aos moldes qualitativos sob a perspectiva bibliográfica. Nesse sentido, de acordo com as considerações de Hernández Sampieri; Hernández Collado, Baptista Lucio (2013, pp.22) podemos definir pesquisa científica como "[...] um conjunto de processos sistemáticos e empíricos utilizado para o estudo de um fenômeno; é dinâmica, mutável e evolutiva." Uma pesquisa científica pode se apresentar de três formas: quantitativa, qualitativa e mista. Essa última implica em combinar as duas primeiras. A estruturação da pesquisa científica em tipos ou formas faz-se necessária para melhor explicar o fenômeno a ser estudado, pois em cada um deles há pressupostos a serem adotados que se aplicam melhor a cada situação de análise. Desta maneira, o cuidado por parte do pesquisador na escolha da forma de pesquisa, seja ela qualitativa, quantitativa ou mista, deve estar de acordo com problema a ser investigado, bem como os objetivos que se quer alcançar devem estar em condição de interagir com outros estudos, servindo de exemplo e base teórica que contribua com a disseminação do conhecimento.

Esta pesquisa pode ser compreendida como qualitativa na medida em que, seguindo a conceituação de Flick (2009, pp. 8, aspas do autor), o objetivo é "[...] abordar o mundo 'lá fora' (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender,

descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais 'de dentro' de diversas maneiras diferentes." O autor também destaca a importância da experiência, interações e documentos no processo da pesquisa qualitativa para o entendimento de um tema em investigação.

Considerações Parciais

Ao longo do trabalho percebemos que o debate sobre Cidadania Digital tem muito a caminhar, principalmente no Brasil. No entanto, ao mesmo tempo em que se deve pensar uma Cidadania Digital temos que entender o que o conceito de Cidadania se propõe e se ele está sendo de fato operacionalizado na prática. Cidadania como o sentimento comunitário, de inclusão, direitos civis, políticos e econômicos ainda se apresenta como um desafio a ser alcançado em muitas esferas no Brasil. Afirmamos que os movimentos feitos pelo Poder Legislativo brasileiro de propor projetos de lei que regulamentem o uso da Inteligência Artificial são muito importantes para a construção de uma Cidadania Digital no país. Julgamos que muito já avançou em relação aos direitos e deveres com o objetivo de uma sociedade mais equânime e eticamente equilibrada. No entanto, entendemos que o debate no Brasil precisa ser mais amplo, englobando a esfera educacional, econômica, cultural e política, com a finalidade de que todos possam apresentar suas considerações sobre o que é relevante para cada setor, de uma forma que os documentos, projetos e leis que tratem sobre Cidadania Digital possam atender melhor cada demanda.

Em se tratando da Biblioteca Escolar, concluímos que sua principal contribuição está exatamente em encarregar-se do processo de aprendizado e preparo na utilização da Inteligência Artificial ao pensar em atividades e em serviços de informação que contemple o acesso e auxiliando na diminuição da desigualdade digital, bem como fortalecer o debate com seus pares sobre o uso coerente, ético e seguro na esfera digital. Entendemos também que as atividades propostas devem estar em alinhamento com o que propõe os Direitos Humanos, bem como os Objetivos de Desenvolvimento principalmente no Objetivo 4 que trata sobre "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos."

Outro ponto importante que não podemos deixar de mencionar são os termos utilizados no documento da IFLA. Nos parece importante ressaltar que o texto utiliza termos muito atualizados e alinhados ao linguajar utilizado no meio digital. O texto emprega em seu conteúdo palavras como conectar, compartilhar, equidade, cocriar, proteção de dados, criadores de informação, criação de conteúdo, dentre outros. Isso confere que a organização está em plena atualização com está acontecendo fora de seus muros, que se trata de um contexto social em que as fronteiras foram diminuídas.

Constatamos que em países europeus, como Portugal a discussão em torno do tema está mais avançada e consolidada principalmente estimulada pela União Européia. De acordo com a pesquisa que fizemos, encontramos no sítio do Conselho Europeu e Conselho da União Européia o Regulamento Inteligência Artificial. Com uma proposta pioneira de legislação, a organização UE garante que os Sistemas de Inteligência Artificial ofereçam segurança, ética e confiabilidade dentro do bloco de países.

Justamente nesse ponto que envolvem questões Éticas e de Segurança que a Biblioteca Escolar pode atuar. Em países como em Portugal, as bibliotecas escolares públicas fazem parte de um sistema de bibliotecas, como eles chamam Rede de Bibliotecas Escolares, assim possuem uma maior visibilidade perante a administração pública, do mesmo modo em que ofertam serviços de informação, um exemplo disso é participar do 2025: Ano Europeu da Educação para a Cidadania Digital.

Esperamos com este estudo promover o debate e motivar novas pesquisas sobre o tema, principalmente considerando a perspectiva do usuário.

Referências

Abbagnano, N. (2007). Dicionário de filosofia. Martins Fontes. https://marcosfabionuva.com/wp-content/uploads/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf.

Brasil. Presidência da República, Casa Civil. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Brasil. Presidência da República, Secretaria-Geral. (2014) Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso de internet no Brasil. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>.

Brasil. Senado Federal.(2023) Projeto de Lei 2.338/2023.Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9347622&ts=1742240889313&disposition=inline.

Brasil. Nações Unidas. Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4

Carvalho, A. M. G. de. (2014). Inclusão e cidadania digital no Brasil: a (des) articulação das políticas públicas. https://doi.org/10.15213/redes.n9.p69

Castro Filho, C. M. de. (2018). Redes de Bibliotecas Escolares em Portugal e Brasil: diálogos entre políticas públicas para a educação (Tese - Livre Docência). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/59/tde-27102021-174346/

Conselho Europeu. Conselho União Européia. (2024) Regulamento Inteligência Artificial. https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/artificial-intelligence/#0

Ferreira, G. Nunes; F., Maria F. Lombardi. Cidadão/Cidadania. (2018) In. Di Giovanni, G.; Nogueira, M. A. Dicionário de políticas públicas. 2ª ed. UNESP.

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa (3ª ed.). Artmed.

Hernández Sampieri, R.; Hernández Collado, C.; Baptista Lucio, P. (2013) Metodologia de pesquisa. McGrawHill.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE).(2023) Painel PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. https://painel.ibge.gov.br/pnadc/.

International Federation of Library Association (IFLA). United Nations Educational,(IFLA). (2023). Developing a library strategic response to Artificial Intelligence. https://www.ifla.org/developing-a-library-strategic-response-to-artificial-intelligence

International Federation of Library Association (IFLA). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2015) Directrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. 2015. https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf

Lima, A. F. (2025). Bibliotecas escolares: Brasil e Portugal: diretrizes e orientações para formação/construção de bibliotecas escolares. Biblioteca escolar em revista; 11. https://www.brapci.inf.br/v/351828

Pinsky, J., Pinsky, C. B. (2021). História da cidadania. Contexto.

Presidência do Conselho de Ministros. Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) (2025) https://blogue.rbe.mec.pt/2025-ano-europeu-da-educacao-para-a-2913379

Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) (1996). Lançar a rede de bibliotecas escolares. Ministério da Educação.

https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=105&fileName=lancar_rb e.pdf .

Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) (2025). Sobre. Lisboa: Ministério da Educação https://www.rbe.mec.pt/np4/sobre.html.

Tegmark, M. (2019) Life 3.0: Ser-se humano na era da Inteligência Artificial. Benvirá.

Trend de 'Studio Ghibli' bomba, e ChatGPTganha 1 milhão de usuários em 1 hora. https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/03/31/trend-de-studio-ghibli-bomba-e-chatgpt-ganha-1-milhao-de-usuarios-em-1-hora.ghtml

Valls, Á. L. M. (2023). O que é ética. 9ª ed. Brasiliense.

BIBLIOTERAPIA NA SAÚDE E EM CONTEXTOS HOSPITALARES: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO BRASIL E EM PORTUGAL

Susana Patrícia Capelo de Jesus Oliveira Marques, ESEnfC, https://orcid.org/0009-0002-6551-9156, Portugal, capelo.susana@gmail.com

Jéssica Bedin, Unochapecó,

https://orcid.org/0000-0003-2324-4246, Brasil, jessicabedin06@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6638

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

A hospitalização, independentemente da gravidade do problema, é uma situação de crise geradora de desconforto e sofrimento (Seitz, 2008, p.148). A pessoa hospitalizada enfrenta um processo de adaptação a um ambiente desconhecido, desprovido de intimidade, no qual precisa se adequar a rotinas institucionais e a procedimentos técnicos. Simultaneamente, tem de lidar com as suas angústias e medos relacionados com a doença e ao impacto que esta tem na sua vida pessoal e familiar.

A Biblioterapia apresenta-se como uma área interdisciplinar, embasada por várias esferas do conhecimento, tais como a filosofia, a literatura, a biblioteconomia, a psicologia, entre outras. Caldin (2001, pp.36), definiu a biblioterapia como “leitura dirigida e discussão em grupo, que favorece a interação entre as pessoas, levando-as a expressarem seus sentimentos”. A biblioterapia apresenta uma perspectiva holística do ser humano, procura cuidar a pessoa na sua totalidade, respeitando a sua unicidade e afirma-se com potencial para colaborar no desenvolvimento pessoal e bem-estar emocional.

A doença e a necessidade de hospitalização geram emoções como medo, dor e preocupação, que, inevitavelmente, perturbam o equilíbrio tanto do indivíduo

quanto da sua família. A biblioterapia, através da linguagem simbólica e metafórica dos textos literários, pode contribuir para a estabilização das emoções.

Ao facilitar a expressão de sentimentos e a adaptação à hospitalização por meio da literatura, a biblioterapia contribui para a inclusão social, fortalece a cidadania e melhora a qualidade de vida no ambiente hospitalar. Nesse contexto, a biblioterapia destaca-se também pelo seu impacto social, promovendo cuidados humanizados e favorecendo o bem-estar emocional de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ademais, a realização deste artigo, é justificado por um interesse pessoal e profissional na Biblioterapia, o que resultou na frequência do curso de Especialização em Biblioterapia e Mediação da Leitura Literária Especialização ofertada na modalidade Educação a Distância pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) localizada em Santa Catarina, Brasil. A experiência como estudante internacional, criou uma conexão com o Brasil e na sequência da disciplina "Conhecimento e pesquisa científica" surgiu a motivação de explorar os estudos existentes nos dois países.

Este trabalho busca responder à seguinte pergunta: como tem se configurado e evoluído a produção científica sobre a biblioterapia em contextos hospitalares e da saúde no Brasil e em Portugal?

Para responder tal questionamento, definiu-se como objetivo comparar a produção científica sobre biblioterapia em ambientes de saúde no Brasil e em Portugal, destacando contribuições, enfoques metodológicos e áreas de aplicação.

Contexto Hospitalar

Os hospitais, tal como os conhecemos hoje, tiveram origem em abrigos que tinham como finalidade a assistência aos peregrinos, pobres e enfermos. A palavra hospital deriva do latim hospitāle e significa "casa para hóspedes" (Porto Editora, 2024), estes abrigos eram estabelecidos por iniciativa das instituições de caridade e serviam apenas os pobres. Os ricos e abastados eram tratados nas suas casas, pois os recursos destas obras de assistência eram escassos e sem conforto, mesmo depois de terem sido convertidos em instituições, de responsabilidade social do estado, com acesso e frequência gratuitos.

Em A evolução histórica dos hospitais (Brasil, Ministério da Saúde, 1965, p.47) é mencionado que os cirurgiões preferiam operar nos domicílios dos clientes, devido às condições precárias das casas assistenciais. De acordo com Melo (2020, pp.26), o progresso técnico e científico, aliado à crescente preocupação com a responsabilidade, levaram à transição do local da prestação de cuidados de saúde do domicílio para o hospital.

Assim, inverteu-se a situação anterior, passando médicos e cirurgiões a exigir o internamento dos doentes em hospitais e casas de saúde, levando a uma evolução dos hospitais para entidades complexas. Atualmente, o hospital é um estabelecimento de saúde que "presta cuidados de saúde curativos e de reabilitação em internamento e ambulatório" (Martins & Nogueira, 2017, p.28). Além disso, pode participar na área da prevenção, no ensino e na pesquisa científica.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2024) os hospitais são "reservatórios de recursos e conhecimento crítico", podem ser classificados de acordo com os cuidados que oferecem à população e desempenham um papel importante no sistema de saúde, na educação e literacia em saúde:

> Os hospitais complementam e ampliam a eficácia de muitas outras partes do sistema de saúde, proporcionando disponibilidade contínua de serviços para condições agudas e complexas. Concentram recursos escassos em redes de referência bem planejadas para responder eficientemente às necessidades de saúde da população. Eles frequentemente fornecem um ambiente para a educação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde e são uma base crítica para a pesquisa clínica (Organização Mundial de Saúde, 2024).

Os hospitais, são organizações complexas que integram uma grande quantidade e

diversidade de pessoas, desde profissionais, utentes/pacientes, familiares, voluntários entre muitos outros, e estão em funcionamento permanente. Concentram conhecimento, recursos humanos e técnicos especializados que possibilitam o diagnóstico e tratamento de uma ampla variedade de doenças, e têm particularidades que, por si só, representam riscos que podem ser físicos, biológicos ou químicos e com impacto de diferentes maneiras nos utilizadores, tal como afirma Silva (2018, p.13).

A hospitalização ou internamento, de acordo com Martins e Nogueira (2017, pp.32), é a "ocupação de cama (ou berço da neonatologia ou pediatria) para diagnóstico, tratamento ou cuidados paliativos, com permanência de, pelo menos, 24 horas." A prestação de cuidados em ambulatório destina-se a utentes não internados e com permanência no contexto clínico inferior a 24h. O principal objetivo da hospitalização é restabelecer ou melhorar a saúde para que a pessoa internada possa regressar a casa o mais rápido possível. Porém, o hospital pode ser um local confuso e assustador, para pacientes de todas as idades e associado a dor e sofrimento, conforme explica Cabete (2001, p.16).

O internamento é uma situação de crise, requer da pessoa hospitalizada um processo de adaptação ao ambiente estranho e impessoal, às rotinas, aos procedimentos técnicos, ao mesmo tempo que, tem de lidar com as suas angústias e medos relacionados com a doença e com o que esta implica na sua vida pessoal e familiar. A hospitalização, produz emoções que podem ser, de alguma forma, assustadoras e desencadeadoras de ansiedade (Cabete, 2001, p.31).

Ainda de acordo com a mesma autora, esta ansiedade pode permanecer algum tempo, após a alta, principalmente se não tiver sido alvo de atenção, por parte dos profissionais. Deste modo, a humanização dos serviços de saúde é determinante para que a pessoa doente e família, se sintam menos intimidados e vulneráveis com a experiência no hospital e, por outro lado, mais confiantes no seu processo de recuperação, reconhecendo no hospital um local de vida reencontrada.

Como diz Cabete (2001, p.16), as políticas de humanização advém da consciência de que a pessoa doente tem necessidades que vão além da melhoria ou cura do órgão afetado pela doença. As metodologias e equipamentos são instrumentais e conjugam o melhor da evidência, no entanto, a humanização deve estar na base das relações que se estabelecem entre pacientes e profissionais de saúde, de modo a permitir alcançar níveis de satisfação hospitalar elevados a todos os que integram a comunidade hospitalar, conforme está descrito no Compromisso para a humanização Hospitalar (República Portuguesa, 2019).

A pessoa doente, o seu cuidado e tratamento são a razão de ser da existência de um hospital. As intervenções, devem ser baseadas no melhor que experiência clínica e conhecimento têm para oferecer mas, igualmente, pautadas por valores humanos, éticos e culturais. A implementação de projetos e programas que visem a minimização do impacto negativo decorrente do internamento, reveste-se de especial importância.

Neste contexto, a Biblioterapia pode apresentar-se como um recurso para o alívio de tensões e contribuir para que o processo de internamento seja menos penoso, desmistificando a ideia do ambiente hospitalar como sendo apenas um lugar de dor e sofrimento e agregar valor aos serviços prestados pela instituição, (Seitz, 2008, p.146). Sendo assim, na próxima seção serão apresentados alguns conceitos sobre a Biblioterapia.

Biblioterapia

Desde o Antigo Egipto, até à actualidade é possível observar o uso da leitura para lidar com o sofrimento físico e psíquico. Por cima da porta de entrada da biblioteca do faraó Ramsés II estava escrito: "Casa para a terapia da alma" (Cruz, 2021, p.76). Marc- Alain Ouaknin (1996, p.27) refere: "A biblioterapia uma novidade? Nem um pouco! Quanto mais longe remontarmos na História, mais encontraremos esta intuição da virtude terapêutica do livro e da narrativa".

Todavia, o primeiro registo de utilização do termo biblio-terapia remonta a 1916 por

Samuel McChord Crothers, num artigo do Atlantic Monthly, intitulado a Literacy Clinic. Crothers, relata como um amigo seu transformou uma sacristia, numa clínica onde prescrevia textos literários, conforme as queixas das pessoas que o procuravam. Neste artigo, Crothers apresenta a biblioterapia como uma nova ciência: "Bibliotherapy is such a new science that it is no wonder that there are many erroneous opinions as to the atual effect which any particular book may have" (Crothers, 1916. p. 295).

Caroline Shrodes, na década de 40, dirigiu os seus estudos sobre a aplicação da literatura com finalidade terapêutica. A sua tese de doutoramento "Bibliotherapy: a theoretical and clinical-experimental study" sobre o efeito da palavra e da escrita é considerada a fundamentação teórica da biblioterapia (Caldin, 2001, p. 34).

De acordo com, o Dicionário infopédia da Língua Portuguesa (Porto Editora, 2024), a palavra biblioterapia deriva da junção de biblio, do grego biblíon que exprime a ideia de livro, e terapia do grego *therapeía* que significa tratamento. Contudo, a literatura demonstra que a biblioterapia vai além da terapia através de livros. Sousa (2021, p.33) apresenta o conceito de livro-cápsula e a importância da metáfora no processo biblioterapêutico: "O livro é apenas a cápsula que envolve o medicamento, são as histórias, mas o que vai agir dentro do ser humano, ou seja, o princípio ativo desse medicamento é a metáfora".

Caldin (2009, p.204) defende a Biblioterapia como "um cuidado com o desenvolvimento do ser mediante a leitura, narração ou dramatização de histórias". Uma das linhas essenciais da biblioterapia, segundo Caldin (2009) é a visão integral do ser, isto é, a biblioterapia tem a preocupação com a manutenção ou a restauração do equilíbrio, nas dimensões sensoriais, afetivas e sociais. Por outro lado afirma: "a biblioterapia em instante algum reivindica o estatuto de ciência e tampouco dispensa os cuidados médicos ou despreza indicações medicamentosas" (Caldin, 2009, p.204). Deste modo, coloca a tónica do cuidado na pessoa e no seu bem estar, não na doença.

Para Sousa (2021. p.70), na biblioterapia, através das histórias e da literatura, promove-se o equilíbrio do ser humano, logo, um estado de saúde mesmo que provisório. Abreu, Henriques e Zulueta (2011, p.96) apontam as perspectivas preventiva e terapêutica da biblioterapia por meio da "leitura de livros de ficção ou de auto-ajuda, em grupo ou individualmente" e referem que a biblioterapia tem como finalidade contribuir para a recuperação da saúde, ou promover o contínuo desenvolvimento, em qualquer fase ou idade da vida.

Considerando Sousa (2021, pp.71-72) e Caldin (2009, p.10), os principais eixos da biblioterapia são: a biblioterapia clínica e a biblioterapia de desenvolvimento. A primeira é praticada em contexto clínico, de forma individualizada e por profissionais de saúde com formação e conhecimentos específicos. Pressupõe um diagnóstico, planeamento e conhecimento médicos, remetendo para tratamento de uma condição clínica. A biblioterapia de desenvolvimento, pode ser desempenhada por profissionais de qualquer área que sejam amantes de literatura, sensíveis e que tenham conhecimentos teóricos da área" (Sousa, 2021, p.72). Para a autora em questão, a biblioterapia de desenvolvimento está intrinsecamente ligada à mediação de leitura, literatura e afectos:

> Na biblioterapia, a mediação da literatura anda de mãos dadas com os afetos. Quando falo em afeto não me refiro só a sentimentos bons. Para mim, afeto é tudo aquilo que entra em nós e nos mobiliza de alguma forma, seja uma lembrança, uma emoção boa ou ruim. Afeto é tudo aquilo que nos move (Sousa, 2021, p.75).

O valor terapêutico, da biblioterapia, reside no potencial dos textos literários e no efeito que produzem em quem os lê ou escuta. A função dos textos literários, vai além da nomeação do que se sente, de acordo com Seixas (2018, p.62), "outra propriedade fundamental é oferecer uma leitura divergente, interpretar alguma situação por outra perspectiva não imaginada".

A biblioterapia, não se detém na análise do texto na perspetiva do autor que o escreveu, como sustenta Ouaknin (1996, p.193): "o que o texto diz importa mais do que o autor quis dizer". Ao invés, procura explorar a imaginação e capacidade reflexiva e abrir caminho para novos significados. Ainda de acordo com Ouaknin (1996. p.198), "a leitura enquanto interpretação não vem para repetir o sentido, mas para movimentá-la".

Esta mobilização, isto é, as respostas aos estímulos provocados pelos textos literários consiste nos componentes biblioterapêuticos: a catarse, a identificação ou a introspecção, estes não ocorrem, necessariamente, concomitante ou sucessivamente, (Caldin, 2009, p.6).

Seixas (2018, p.84) e Caldin (2009. p. 123) concordam que o potencial terapêutico do texto literário reside na linguagem simbólica e metafórica. Esta é excelente para a prática de biblioterapia, pois é o que está implícito ou subentendido numa história que oferece novas possibilidades de encarar os problemas do dia-a-dia. Portanto, a biblioterapia para além de cuidar "possibilita o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis através das histórias e da interação promovida nos encontros" (Sousa, 2021. p. 64).

Ao considerar a hospitalização um processo que causa desarmonia, independentemente da gravidade da doença, depreende-se que, a biblioterapia, pode ser uma aliada no restabelecimento do equilíbrio do ser, através da sua matéria prima, ou seja, o potencial terapêutico dos textos literários. Assim, a relevância deste estudo é fundamentada pela busca de evidência que sustente a contribuição da biblioterapia, para o bem estar da pessoa internada, como será apresentado a seguir, na secção referente aos procedimentos metodológicos.

Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho foi desenvolvido com base em materiais publicados no Brasil e em Portugal sobre biblioterapia em contexto hospitalar. Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, isto é, elaborada a partir de material publicado, conforme explica Menezes (2009, p.17).

Para o levantamento de dados no Brasil foi utilizada a plataforma digital brasileira Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Esta base de dados reúne uma ampla gama de publicações, desde artigos, trabalhos de eventos, livros e capítulos de livros de fontes maioritariamente brasileiras e da américa latina. Para o levantamento de publicações portuguesas foi utilizado o portal Repositórios científicos de acesso aberto de Portugal (RCAAP), pois foi a única plataforma digital a devolver resultados consonantes com a temática em questão. O RCAAP reúne a descrição dos documentos depositados nos vários repositórios institucionais, repositórios de dados e revistas científicas portuguesas, tenta reunir apenas literatura científica e académica que se encontra em acesso aberto.

Os termos de busca utilizados foram biblioterapia, saúde e hospital ligando os que pertencem a conceitos diferentes por E ou AND. Foram definidos como critérios de pesquisa as publicações produzidas em Portugal e no Brasil, sem definição de temporalidade e selecionadas, unicamente, as que estão relacionadas com o contexto hospitalar, as buscas foram realizadas entre os meses de março e abril de 2024.

A pesquisa na base de dados BRAPCI com as palavras-chave "biblioterapia AND saúde obteve um resultados de vinte e seis artigos, dos quais três foram eliminados por se encontrarem repetidos e nove por não apresentarem relação com o tema, isto é, não têm ligação com o contexto hospitalar. Com as palavras-chave biblioterapia AND hospital a base devolveu um total de dez artigos, foram eliminados dois por se encontrarem repetidos.

A soma das duas buscas totalizou vinte e dois artigos, verificando-se cinco repetições. Após a leitura dos materiais foram eliminados sete por não estarem de acordo com os critérios definidos. O resultado final da pesquisa na BRAPCI é de dez artigos para análise conforme quadro 1.

Quadro 1: Soma das buscas na Brapci

Origem	Quantidade

Artigos	22
Documentos eliminados	
Repetidos	-5
Sem relação com o tema	-7
Total	**10**

Fonte: Elaboração própria (2025).

A pesquisa no portal português RCAAP permitiu recuperar 20 documentos, dado que o resultado não é elevado, todos foram avaliados independentemente da sua natureza. Eliminadas as repetições e os que não estão diretamente relacionados com o ambiente hospitalar obtiveram-se, no total, seis trabalhos para posterior análise conforme quadro 2.

Quadro 2: Soma das buscas na RCAAP

Origem	Quantidade
Artigos	4
Teses	11
Comunicações Científicas	2
Pôster Científico	1
Actas de conferências	1
Total	**20**
Documentos eliminados	
Repetidos	-1
Sem relação com o tema	-13
Total	**6**

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise das publicações recuperadas, foi orientada pelos elementos: ano, autor, tipo de pesquisa, periódico ou origem, palavras-chave, público-alvo, profissional que aplica e dinâmicas propostas ou utilizadas nas sessões de biblioterapia e os efeitos da biblioterapia observados.

Resultados Finais

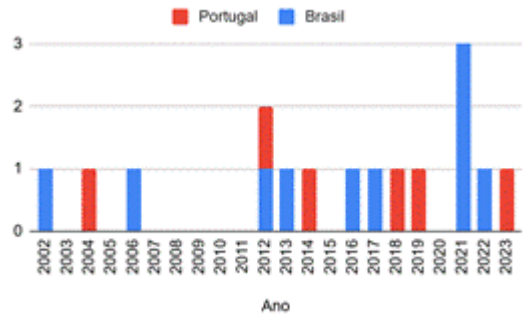
A presente pesquisa não delimitou um horizonte temporal prévio, contudo, observou-se que os estudos sobre biblioterapia aplicada exclusivamente em ambientes hospitalares, tanto no Brasil quanto em Portugal, são relativamente recentes. Considerando o conjunto dos dois países, o recorte cronológico identificado abrange 21 anos.

No Brasil, a primeira publicação registrada na base BRAPCI data de 2002 e refere-se a um relato de experiência com crianças internadas, com coautoria da professora aposentada Clarice Caldin — referência nacional em biblioterapia de desenvolvimento, mentora e docente da disciplina de Biblioterapia na Universidade Federal de Santa Catarina. Desde então, diferentes tipos de pesquisas vêm sendo conduzidos e publicados, com destaque para um pico nas publicações observado no ano de 2021.

No contexto português, o intervalo cronológico observado foi de 19 anos. O primeiro registro, datado de 2004, consiste em um artigo teórico de autoria da Professora Ana Paula Monteiro, docente da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, no qual apresenta a biblioterapia como uma estratégia de intervenção em enfermagem de saúde mental e psiquiátrica (Monteiro, 2004).

Observa-se que, no Brasil, houve um intervalo de quatro anos entre a primeira e a segunda publicação sobre biblioterapia em contexto hospitalar. Em Portugal, esse intervalo foi ainda maior, totalizando oito anos. A partir do segundo trabalho português, publicado em 2012, identificam-se lacunas temporais de dois e quatro anos entre as publicações subsequentes, sendo o estudo mais recente datado de 2023. Destaca-se que, em Portugal, não há mais de uma publicação por ano dentro do período analisado, conforme representado no Gráfico 1. Apesar do crescente interesse pelo tema, a biblioterapia em ambientes hospitalares ainda se configura como um campo pouco explorado na produção acadêmica dos dois países.

Figura 1: Análise temporal das publicações

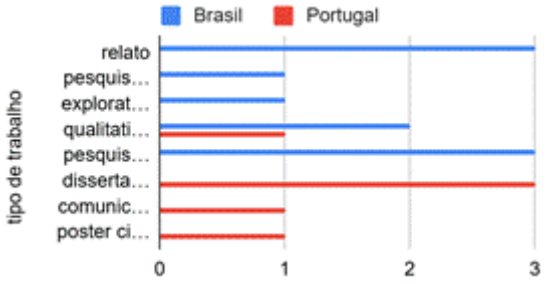


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto ao tipo de pesquisa verifica-se, conforme gráfico 2 que, no Brasil, o relato de experiência e a pesquisa bibliográfica foram os mais executados com três produções de cada.

Duas das produções são de tipos cumulativos, pesquisa qualitativa e exploratória, uma publicação de natureza exploratória e outra qualitativa. Relativamente aos seis trabalhos recuperados na plataforma portuguesa, observam-se três teses de mestrado, uma comunicação científica internacional, um artigo publicado em revista e um pôster científico.

Figura 2: Tipos de pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Relativamente à origem dos trabalhos, no caso de Portugal constata-se no quadro 1 que, apenas um artigo está publicado em revista. As restantes produções encontram-se, em repositórios das instituições de ensino superior onde foram elaboradas e o pôster científico, no repositório da instituição que promoveu as jornadas onde foi apresentado. Os artigos brasileiros em análise encontram-se publicados em revistas, sendo a Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina a que apresenta maior frequência com 3 publicações.

Quadro 3: Origem das publicações

Origem	Brasil	Portugal
Revista ACB	3	
Informação e Informação	2	
Biblionline	2	
Palabra Clave (Argentina)	1	
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis)	1	
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1	
Revista Hospitalidade		1
Repositórios		5

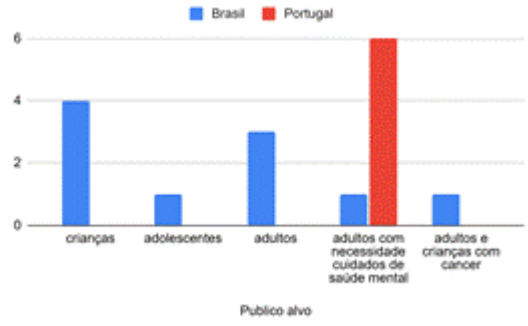
Fonte: Elaboração própria (2025).

O artigo publicado no periódico Palabra Clave (Argentina) é de autoria de pesquisadores afiliados a instituições brasileiras; por esse motivo, optou-se por manter o trabalho.

Foram apurados 43 termos de busca, sendo a palavra “biblioterapia" utilizada em todas as pesquisas e a única em comum em ambos os países. Na sequência, os termos mais pesquisados foram “biblioterapia hospitalar”, em três trabalhos brasileiros e as palavras: biblioteconomia, ciência da informação, criança hospitalizada, leitura, leitura terapêutica, hospital/ hospitais são repetidas duas vezes. Nos trabalhos portugueses depois da biblioterapia,os termos mais utilizados foram: saúde mental e enfermagem de saúde mental.

No que diz respeito ao público alvo, no Brasil os dados da pesquisa revelam que a biblioterapia em contexto hospitalar com foco na população pediátrica, foi objeto de estudo em quatro publicações e nos adultos em três. No gráfico 3 pode-se observar que uma publicação é dirigida a adultos e crianças com cancro, outra a adolescentes e uma a adultos com necessidade de cuidados de saúde mental. Os trabalhos em análise realizados em Portugal, sem excepção, foram dirigidos a adultos com necessidade de cuidados de saúde mental.

Figura 3: Público alvo



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para a realização desta pesquisa, considerou-se importante averiguar que profissionais estiveram envolvidos ou se propuseram envolver na aplicação de biblioterapia em ambiência hospitalar. Neste viés, verifica-se que alguns trabalhos são resultantes de práticas biblioterapeuticas em contexto hospitalar, portanto práticos, e outros são

teóricos com propostas para aplicação de programas de biblioterapia hospitalar.

No gráfico 4, observa-se que na produção de Portugal, uma bibliotecária realizou um trabalho prático em colaboração interdisciplinar com membros da equipa de saúde, enquanto os demais trabalhos foram executados por profissionais da área de Enfermagem. A tendência em Portugal, para o desenvolvimento de trabalhos por Enfermeiros é evidente, através realização de dissertações de mestrado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica; na publicação de artigo científico e numa comunicação científica internacional, estes últimos da autoria de docentes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Diante dos resultados obtidos, verifica-se que ao nível académico a Enfermagem de saúde mental e psiquiatria reconhece a importância e o potencial da biblioterapia, durante o processo de hospitalização, sendo referida a pertinência no "investimento em estudos de investigação para medir mais eficazmente o impacto e ganhos em saúde" (Dias & Borges, 2023).

Nos artigos brasileiros, constata-se que a maior frequência é em publicações de artigos teóricos que promovem o trabalho conjunto de bibliotecários com os profissionais de saúde. Em duas publicações de cariz prático, os bibliotecários atuaram sozinhos, um artigo relata as atividades realizadas por um corpo de voluntários constituído por profissionais de áreas das ciências da informação e da saúde.

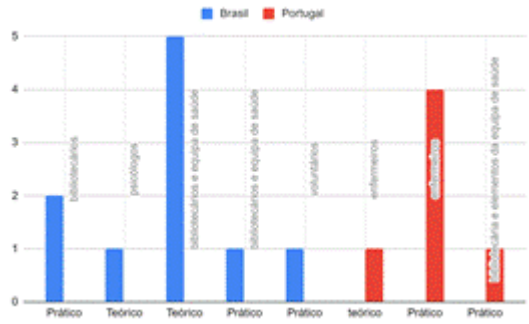


Figura 4: Profissionais atuantes e tipo trabalho

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Sobre as dinâmicas utilizadas ou propostas para potenciar a prática biblio terapêutica a leitura é a mais utilizada, em ambos os países, seguida da leitura complementada com atividades lúdico terapêuticas. Um dos artigos brasileiros apresenta o recurso a espaços maker (faça você mesmo) associado à biblioterapia em ambientes hospitalares e outro não discorre sobre dinâmicas.

O impacto da biblioterapia em pessoas com necessidade de cuidados hospitalares, apontado pelos autores, encontra-se sintetizado no quadro 4, elucida sobre alguns efeitos associados à biblioterapia.

Quadro 4: Impacto da biblioterapia

Impacto	Brasil	Portugal
Humanização	6	
Bem-estar	4	3
Pacificação	2	
Alegria	1	
Auxílio na recuperação	3	
Diminuição da sintomatologia depressiva e ansiosa		1
Melhoria na concentração e memória		1
Melhoria da comunicação		2

Fonte: Elaboração própria (2025).

A questão da humanização dos cuidados, sentimentos de bem estar e auxílio na recuperação, são os aspectos mais apontados nos artigos do Brasil. A aplicação de biblioterapia no espaço hospitalar demonstrou eficácia no apaziguamento do sofrimento, o que vai de encontro à finalidade da biblioterapia, definida por Caldin (2009, p.204),

isto é um "cuidado com o ser" na sua totalidade.

Nos materiais de Portugal para além do bem estar é referida a melhoria na comunicação, concentração e diminuição da sintomatologia ansiosa e depressiva (Cajão *et al*, 2018).

Os resultados apresentados permitem constatar o crescimento gradual do interesse e da produção científica sobre biblioterapia em contexto hospitalar nos dois países analisados. Apesar das diferenças identificadas quanto ao perfil das publicações, profissionais envolvidos e públicos-alvo, o tema vem ganhando espaço e relevância no âmbito acadêmico e assistencial.

Considerações Finais

Considerando o recorte temporal de 21 anos no conjunto dos dois países, é perceptível que a investigação sobre biblioterapia aplicada em contextos hospitalares e da saúde é recente e discreta, especialmente em Portugal. A maioria dos estudos apurados são teórico-práticos, é possível que a pandemia de COVID 19 possa ter contribuído para um abrandamento na produção, por exemplo, o projeto "Nem todo herói usa capa, alguns leem livros" foi interrompido por esse motivo.

Os resultados obtidos mostram uma lacuna nesta área, mas estima-se que existam mais trabalhos e vivências realizadas em biblioterapia em contexto hospitalar do que as encontradas. Portanto, são necessárias mais pesquisas que comprovem a eficácia e os benefícios da aplicação da biblioterapia, para que haja mais investimento dos contextos de saúde, em programas ou projetos que promovam esta prática.

Os resultados desta análise evidenciam que a biblioterapia, ao ser implementada em ambientes hospitalares, gera benefícios concretos como humanização dos cuidados, promoção do bem-estar, auxílio na recuperação e melhoria da comunicação entre pacientes e equipes de saúde. Assim, a biblioterapia revela-se uma estratégia inovadora e necessária para a construção de ambientes hospitalares mais acolhedores e centrados na pessoa, demonstrando que a literatura mediada de forma sensível e ética, pode ser um agente efetivo de mudança social e de promoção da qualidade de vida.

A biblioterapia acolhe e abraça, observa as necessidades da pessoa para além do diagnóstico e tratamento. A biblioterapia contribui para o processo de reequilíbrio e adaptação a um quotidiano abalado. Os componentes biblioterapêuticos ajudam a pessoa hospitalizada a questionar-se sobre que descobertas pode fazer, que caminhos pode percorrer para lidar com a dor e sofrimento.

Na adversidade, a biblioterapia pode oferecer instantes, sejam eles breves ou prolongados, de alívio e conforto e isso, em tempos difíceis, pode ser tudo o que é necessário!

Referências

Abreu, A. C., Henriques, A., & Zulueta, M. A. (2012/2013). Biblioterapia: Estado da questão. Cadernos BAD, (1/2), 95–112. https://www.researchgate.net/publication/337367938_Biblioterapia_-_estado_da_questa_-

American Library Association. (2024). Bibliotherapy. In ALA Tools & Resources. https://www.ala.org/tools/atoz/bibliotherapy

Brasil. Ministério da Saúde. (1965). História e evolução dos hospitais (Reedição de 1965, p. 7). Departamento Nacional de Saúde, Divisão de Organização Hospitalar. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_08.pdf

Cabete, D. G. (2001). O impacto do internamento hospitalar no estado funcional e psicológico da pessoa idosa (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada). https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/372/1/DM%20CABE-D1.pdf

Cajão, R., Morais, P., Almeida, C., Gonçalves, A., Teixeira, D., & Borges, S. (2018).Arte no olhar: Cinematerapia e biblioterapia em hospital de dia. XIII Jornadas APDIS. https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/28475

Caldin, C. F. (2001). A leitura como função terapêutica: Biblioterapia. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 6(12), 32–34. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2001v6n12p32

Caldin, C. F. (2009). Leitura e terapia (Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina).[https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92575]

Crothers, S. M. (1916). A literary clinic. The Atlantic, 118(3), 291–300. https://cdn.theatlantic.com/media/archives/1916/09/118-3/132285593.pdf

Cruz, A. (2021). O vício dos livros. Penguin Random House Grupo Editorial.

Dias, C., & Borges, A. (2023, outubro). Uso de biblioterapia para a recuperação da saúde mental – revisão tipo scoping [Comunicação científica]. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. https://repositorio.esenfc.pt/rc/index.php?module=repository&target=details&id=14685

Martins, J., & Nogueira, P. (2017). Semântica da informação em saúde (2ª ed., pp. 28–32). Direção-Geral da Saúde. http://hdl.handle.net/10400.26/22501

Melo, M. I. M. (2020). *Hospitalização domiciliária vs. hospitalização clássica, o modelo custo-efetivo: Revisão sistemática da literatura* (Dissertação de mestrado, Escola Superior de Enfermagem do Porto). https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35312/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20mestrado_In%c3%aas%20Melo.pdf

Menezes, E. M. (2009). *Pesquisa bibliográfica*. Florianópolis: Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. https://dptcin.paginas.ufsc.br/files/2022/03/CIN7003-340-PESQUISA-BIBLIOGR%C3%81FICA.

Monteiro, A. P. T. A. V. (2004). Biblioterapia como forma de intervenção de Enfermagem de saúde mental e psiquiátrica. *Hospitalidade*, (264), 13–17. http://repositorio.esenfc.pt/?url=PnFUGl

Oaknin, M.-A. (1996). *Biblioterapia*. Edições Loyola.

Organização Mundial da Saúde. (2024). *Hospitais*. https://www.who.int/health-topics/hospitals

Porto Editora. (2024). Bibli(o)-. In Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/bibli(o)

Porto Editora. (2024). Hospital. Em Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/hospital

PortoEditora.(2024).Terapia. Em Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/terapia

República Portuguesa. (2019). Compromisso para a Humanização Hospitalar. Serviço Nacional de Saúde. https://www.chtmad.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/25/2021/08/carta_comp.pdf

Seitz, E. (2008). A biblioterapia na humanização da assistência hospitalar do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina – HU/UFSC. ETD - Educação Temática Digital, 9(2), 145–169. https://doi.org/10.20396/etd.v9i2.824

Seixas, C. (2018). Vivências em biblioterapia: Práticas do cuidado através da literatura. In C. Seixas (Ed.), Coleção Biblioterapia (Vol. 3, pp. 33–84). Editora Cândido.

Silva, M. S. M. (2018). Ambiente físico hospitalar: A influência no burnout, stress, fadiga e satisfação no trabalho dos profissionais de saúde (Dissertação de mestrado, Universidade de Évora). https://core.ac.uk/download/pdf/159372816.pdf

Sousa, C. (2021). Biblioterapia & mediação afetuosa da literatura (1. ed.). Edição da autora

LETRAMENTO INFORMACIONAL ATRAVÉS DAS FANFICTIONS

Sara Mendonça Poubel de Oliveira, Universidade Federal Fluminense, ORCID 0000-0003-2139-9009, Brasil, ***sara_poubel@id.uff.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6640

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

As fanfictions, narrativas ficcionais escritas por fãs de objetos midiáticos (como livros, filmes, séries e até mesmo personalidades do mundo real como celebridades e artistas) têm sido extensivamente analisadas por investigadores de diversas áreas do conhecimento. Tais pesquisas mostram como as fanfictions ajudam os fãs a materializar seus sentimentos e expressões através da escrita e reforçam o senso de comunidade que surgem nos fandoms, as comunidades de fãs. Porém, um aspecto pouco investigado sobre as fanfictions é o seu potencial de educar os seus leitores e sua conexão com o letramento informacional. Atualmente, milhões de leitores de fanfiction estão imersos em universos ficcionais e, diariamente, se baseiam na busca por informação para acessar histórias de seu interesse. Diante deste cenário, surge a questão que fundamentará nossa pesquisa: qual a relação entre as fanfictions e o letramento informacional?

Nosso objetivo geral é elaborar um estudo teórico sobre letramento informacional e fanfictions na cibercultura, compreendendo suas contribuições para a sociedade, já que uma grande parcela da mesma faz uso deste tipo de leitura. Nesse sentido, temos por objetivos específicos: compreender o que são fanfictions e suas tipologias; evidenciar como se dá a relação entre letramento informacional no contexto das fanfictions.

Referencial Teórico

Desenvolveremos a pesquisa com base em estudos desenvolvidos nas áreas de Ciência da Informação, Comunicação, Letras e em outras áreas do conhecimento. Conceituações, definições e contribuições sobre as fanfictions serão feitas a partir dos estudos de Vargas (2005), Padrão (2007), Doneda (2016), Alencar e Arruda (2017) e Menezes e Araújo (2018). Para falar sobre leitura digital, foram selecionados os seguintes autores: Bufrem e Sorribas (2009), Araújo *et al.* (2013), Faria, Faria e Ramos (2014), Coutinho e Pestana (2015) e Dantas *et al.* (2017), entre outros.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa proposta apresenta-se como uma pesquisa básica, de caráter exploratório, de tipologia bibliográfica, de abordagem qualitativa e que apresenta método de análise indutivo. A mesma possui uma perspectiva sócio-histórica, que busca valorizar os aspectos descritivos e as percepções sociais e cujo objetivo é entender o indivíduo e seu contexto (Freitas, 2002).

A pesquisa exploratória tem como premissa a busca pelo desenvolvimento de conceitos e ideias, com o objetivo de formular problemas ou hipóteses para estudos futuros. Este tipo de pesquisa é o mais utilizado quando "o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis" (Gil, 2008, pp.27). É um tipo de pesquisa que apresenta planejamento flexível, permitindo a observação do fenômeno a partir de diversos ângulos (Prodanov & Freitas, 2013).

A tipologia da pesquisa apresenta-se como bibliográfica, uma modalidade que permite o estudo a partir da análise de obras como periódicos e artigos científicos (Sá-Silva, Almeida, Guindani, 2009) cuja finalidade é ter acesso direto aos documentos que tratam do assunto pesquisado. A abordagem qualitativa usa de valores, crenças e opiniões (Minayo; Sanches, 1993) e mesclar a pesquisa qualitativa com a abordagem sócio-histórica permite ao pesquisador entender os eventos estudados,

descrevendo-os e buscando relações através da integração do individual com o social (Freitas, 2002).

Considerações Finais

Por meio desta pesquisa, foi possível entender mais profundamente o papel do letramento informacional em relação à escrita e leitura de fanfiction, e à busca por informação enquanto objeto. Para ler e escrever fanfics, o letramento informacional faz necessário, pois para interagir com as narrativas hipertextuais, o indivíduo necessita ter passado pelo processo de educação de usuários que o letramento informacional apresenta.

Entendemos, então, que as fanfictions exercem um papel relevante enquanto incentivadora na produção de textos, uma vez que o ambiente no qual elas são propagadas (o fandom) propicia a troca de informações e experiências que leva o sujeito à experimentação de escrever, muitas vezes, pela primeira vez. Logo, podemos afirmar que as fanfictions são a porta de entrada para experiências literárias que, por vezes, mudam a vida das pessoas. As fanfictions são, então, objeto a ser estudado pela Ciência da Informação, pois elas representam a produção de conhecimento a partir da informação pré-existente, expressão máxima da comunicação social. Ademais, cabe enfatizar que este assunto precisa ser mais estudado e discutido na academia. As fanfictions, assim como todos os outros trabalhos de fãs, configuram produção cultural riquíssima.

Referências

Freitas, M. T. A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, (116), 21-39.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Editora Atlas.

Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública, 9*(3), 239-262.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Editora Feevale.

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 1*, 1-15.

IMPACTOS SOCIAIS DA PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA VOLTADA PARA GERAÇÃO DE INOVAÇÃO NAS IES DE ANGOLA

Niembo Maria Daniel, Universidade Rainha Njinga Mbande, https://orcid.org/0000-0001-6253-6204, Angola, *danielgloriamaria@gmail.com*

Damião de Almeida Manuel, Universidade Rainha Njinga Mbande-Instituto Politécnico de Malanje, https://orcid.org/0000-0001-9820-2548, Angola, *damiaoalmeidam@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6641

Eixo Temático: Impactos Sociais

Introdução

A inovação é um aspecto que faz parte do cotidiano das organizações empresariais, mas também deve fazer parte das instituições de ensino superior, principalmente por estas serem geradoras de conhecimento que impactam social e economicamente em uma comunidade local, regional e/ou nacional. A realidade das universidades angolanas em relação à investigação científica voltada à inovação, ainda, carece de estratégias e ações que a viabilizem efetivamente, pois considera-se que a inovação gerada nesse contexto é fator determinante para o desenvolvimento do País. Nessa perspectiva, este artigo é resultado da tese de doutorado e objetiva-se analisar os impactos sociais das propostas de diretrizes para a investigação científica voltada à geração de inovação para Estado e Ensino Superior de Angola. Em relação aos procedimentos metodológicos, a natureza da pesquisa é qualitativa, do tipo exploratória. Para tanto, o universo pesquisado é constituído por uma instituição de ensino superior do país e o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Como método de pesquisa aplicou-se o Estudo de Caso Múltiplo. Nesse propósito as diretrizes foram produzidas, de modo a formar um modelo de inovação voltado à investigação científica para a geração de inovação, com seus respectivos impactos para cada agente de inovação, cuja prioridade é a contribuição para sociedade e, consequentemente, o desenvolvimento do País. Para este artigo, o foco está nos impactos sociais para os agentes de inovação Estado e Instituições de Ensino Superior de Angola. Sendo assim, as diretrizes estão ajustadas à realidade de Angola.

Referencial Teórico

2.1 O conhecimento para geração da inovação.

O conhecimento produzido pelas universidades por meio da investigação científica, além de propiciar o desenvolvimento econômico e/ou social, possibilita que qualquer país se torne competitivo em nível internacional no que concerne à inovação. Nesse sentido, a possibilidade de a investigação científica gerar inovação, depende essencialmente do bom funcionamento do processo sistêmico de inovação. Neves & Neves (2011) mencionam que a inovação voltada ao desenvolvimento local por meio da investigação científica, contribuem para o equacionamento de problemas sociais, mas são dependentes de um diálogo entre os agentes envolvidos, quais sejam: universidades, institutos de pesquisa, empresas, governo, entre outros.

No que tange a geração de inovação na vertente do desenvolvimento econômico, Neves & Neves (2011) defendem a inovação para o mercado, a partir dos resultados obtidos por meio da investigação científica, cuja finalidade se refere à transformação do conhecimento em valor econômico. Desse modo, destaca-se que é fundamental que ocorra uma maior interação entre as universidades, as instituições de pesquisa e as empresas, por meio da pesquisa, desenvolvimento, compartilhamento e/ou transferência de conhecimento e tecnologia.

2.2 Os agentes de inovação na dinamização da inovação de um país

La A dinâmica complexa baseada no conhecimento para o desenvolvimento econômico, engloba em sua estrutura três elementos importantes: governo-universidade-indústria, conforme detalhamento a seguir.

Para Leydesdorff & Etzkowitz (1998 *apud* Ipiringa & Almeida, 2012), diante ao contexto sistêmico, as atribuições dos agentes podem ser caracterizadas conforme segue:

c) **Universidades, institutos de pesquisa**: são responsáveis pela geração de conhecimento, formação de capital humano e fornecem apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico no que tange a geração de inovação;
c) **Empresas, indústrias:** são agentes responsáveis pela implementação da inovação, mediante a transformação de conhecimento científico em materiais, processos, produtos e serviços, assim como sua comercialização;
c) **Estado, governo:** responsável em promover e/ou incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, através da criação de políticas públicas e da inserção de recursos financieros para apoiar a investigação e a inovação.

A universidade se constitui em uma instituição fundamental para as sociedades baseadas em conhecimento, assim como a indústria se constituiu nas principais organizações da Sociedade Industrial. A indústria continua a ser protagonista no âmbito da produção e o governo ainda é a fonte das relações contratuais que garantam interações e intercâmbios estáveis. A vantagem competitiva da universidade em relação às outras instituições produtoras de conhecimento se refere ao capital intelectual presente constantemente nesse ambiente (Etzkowitz & Zhou, 2017).

O modelo Tríplice Hélice voltado à inovação e ao empreendedorismo pode ser aplicado em acordo com os seguintes princípios (Quadro 1):

Quadro 1: Principios de Modelo de Triple Hélice enfocados en a inovação e empreendimento

Princípios	Descrição
A universidade empreendedora é um motor-chave em uma economia baseada no conhecimento e um importante motor do desenvolvimento social.	Em uma sociedade baseada no conhecimento, ela se tornou uma esfera institucional primária no mesmo nível que a indústria e o governo. É uma peça fundamental para desenvolver o espaço do conhecimento e, cada vez mais, os espaços de inovação e de consenso.
A formação e o desenvolvimento de firmas baseadas no conhecimento são os resultados das interações entre os atores primários e secundários de uma Hélice Tríplice	Os atores secundários variam de acordo com o ambiente local, ao passo que os atores principais variam em sua força.
O papel do governo na Hélice Tríplice deve ser moderador, não controlador	Seu objetivo é garantir que a Hélice Tríplice funcione bem, incluindo as hélices duplas governo-universidade, universidade-indústria e indústria-governo, assim como as três hélices simples. O governo pode ser o melhor candidato para criar um "espaço de consenso" reunindo os protagonistas relevantes para conceber e implementar projetos de inovação.
As atividades de inovação ocorrem principalmente no espaço da inovação, que consiste em diversas organizações resultantes do esforço intelectual de uma "entidade	As entidades dentro e entre as esferas institucionais da Hélice Tríplice que traduzem o conhecimento em atividade econômica, podem atuar como uma sequência integrada ou isolada umas das outras, unidas apenas pelos empreendedores que buscam seu apoio, consecutiva ou

inovadora", não de um único inventor	simultaneamente. Incubadoras, aceleradores e escritórios de transferência de tecnologia promovem startups e desenvolvimento inovador em uma determinada região, apoiados por governos municipais, universidades e associações empresariais setoriais, entre outros.
A inovação é um processo interminável.	A Hélice Tríplice, como modelo para manter e desenvolver o processo, é uma teoria universal de inovação e empreendedorismo. No futuro, atuará com vistas não só ao crescimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, encorajando o mundo a transcender os "ismos" e avançando para uma sociedade à la Hélice Tríplice.
O capital de risco pode atuar como uma parceria ou como o braço de uma corporação, governo, universidade ou fundação	O setor de capital de risco privado, baseado em parcerias, foi formado pelas interações entre todos os protagonistas da inovação e é um importante propulsor da formação e crescimento de empresas.

Fonte: Adaptado (Etzkowitz & Zhou, 2017).

2.3 Políticas Públicas de Inovação

A Atualmente a base de desenvolvimento de um País está assente na qualidade do conhecimento de seus recursos humanos, para tanto o investimento na investigação científica é fundamental. Na visão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005, pp.11):

> [...] os ativos intangíveis gerados estão assumindo importância e em muitos casos estão até superando investimentos em ativos tangíveis. Do mesmo modo, destacam que "[...]a geração, a exploração e a difusão do conhecimento são fundamentais para o crescimento econômico, o desenvolvimento e o bem-estar das nações.

Segundo Silva (2015), salienta que qualquer país necessita de P&D para melhorar sua condição econômica e social, assim Torna-se claro que, assim como a inovação é um fator importante para a competitividade e o desenvolvimento econômico, a informação e o conhecimento são elementos essenciais para a inovação.

> A importância da informação científica para o desenvolvimento tem demandado novas propostas e esforços por representar um bem comum para a sociedade. Numa concepção ampla, as políticas públicas de acesso à informação podem contribuir com métodos e alternativas para a promoção de desenvolvimento social, como: a adoção de *softwares* livres, desenvolvimento tecnológico, projetos e programas aliados às novas tecnologias como instrumento de função inclusiva para a inserção adequada de acesso à informação para a sociedade. Campêllo & Souza (2019, pp.57).

As políticas públicas de inovação, no que tange a sua implementação, devem proporcionar um impacto social, isto é, devem favorecer o desenvolvimento econômico, possibilitar o atendimento eficiente às necessidades nacionais e locais. Para tanto, é importante que exista um sistema nacional de inovação que de fato funcione, apoiando a interação entre governo, universidades e empresas para geração da inovação.

2.4 Políticas Públicas de Ciencia, Tecnologia e Inovação (PNCTI)

A PNCTI estabelece a promoção da cultura científica, visando assegurar a produção de conhecimento científico e tecnológico, cuja meta é popularizá-lo com a finalidade de se elevar a cultura científica, tecnológica e de inovação para a população em geral, acelerando-se dessa maneira a integração de Angola em nível regional e internacional (Decreto Presidencial nº201, 2011). Algumas diretrizes no âmbito das políticas públicas que visam a ampliação do SNCTI, das quais destacam-se a capacitação de instituições científicas, a criação de parques tecnológicos e

incubadoras de empresas, a promoção da cultura científica, a criação de bibliotecas físicas e *online*, entre outras ações para impulsionar a geração de inovação em nível nacional. Contudo, para efetivação dessas diretrizes, carece de financiamento no que tange a capacitação de recursos humanos, as atividades de investigação, a divulgação do conhecimento, entre outras.

O Decreto governamental institui a necessidade de um diagnóstico solicitado pelo Executivo da República de Angola e realizado pelas Nações Unidas, sob a égide da UNCTAD, que recomenda para o desenvolvimento da C&T+I em Angola as seguintes áreas prioritárias: Educação, Cultura e Formação Profissional; Ensino Superior; Agricultura e Pescas; Telecomunicações e Tecnologias de Informação; Indústria, Petróleo, Gás e Recursos Minerais; Saúde; Recursos Hídricos; Energia; Ambiente.

Relativamente ao ensino superior ressalta-se a formação de recursos humanos, por meio de cursos de pós-graduação, devendo esta ser vista como uma estratégia para fomentar as atividades de investigação, fortalecer as equipes de pesquisa existentes e reforçar as capacidades institucionais. Nesse intuito, visa-se amenizar o déficit em investigação científica no País, uma vez que em 2010 os resultados indicavam uma carência de quadros científicos com alto nível de formação, resultado do fraco financiamento em P&D, cujo orçamento total girava em torno de uma cifra entre 0,004% e 0,2%, sendo considerado um fator determinante para o insucesso da produção (Decreto Presidencial nº201, 2011).

2.5 Políticas de inovação voltadas ao Ensino Superior de Angola

Destaca-se os esforços que o Ministério de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) tem feito neste âmbito, conforme pode ser observado a partir do Decreto nº 201/11 referente a Política Nacional de ência, Tecnologia e Inovação (PNCTI), que salvaguardava o desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando a investigação científica, reconhecendo-a como construtora de uma Sociedade do Conhecimento, visando o desenvolvimento de Angola. A P&D alarga os horizontes de conhecimento e as fronteiras das ciências (Decreto Presidencial nº201, 2011).

Além disso, os objetivos estabelecidos para o Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da 'Estratégia de Longo Prazo de Angola 2025' e do 'Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013-2020', que consideram a formação pós-graduada como a principal via de potencialização de docentes universitários, considerando-a fundamental para a melhoria da qualidade no ensino superior e da investigação científica para se gerar inovação (PND 2018-2022, 2018).

Nesse contexto, o PNFQ pretendeu atingir até 2020 os seguintes resultados: melhoria e reformulação do ensino superior; estruturação, organização e implementação do SNCTI e do Sistema de Formação de Quadros Docentes e de Investigadores em Educação (GOVERNO DE ANGOLA, s.d.). Destaca-se nesse âmbito, que o convênio entre o MESCTI com a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Brasil, se enquadra no PNFQ atualmente em vigor, de modo a desenvolver a formação de docentes em nível de mestrado e doutorado. Ambas as partes acordaram na assinatura do protocolo, a implementação de um programa de bolsas de estudos para estudantes de pós-graduação angolanos, financiados pelo INAGBE de Angola (Protocolo 2333/2017, 2018).

No entanto, o ensino superior angolano enfrenta fragilidades relacionadas a: recursos humanos, em especial de professores que não possuem titulação de mestrado ou doutorado; infraestrutura universitária, reconhece-se a necessidade de ampliar a rede de IES pelo País (dada a sua forte concentração na província de Luanda), de ajustar a distribuição da comunidade acadêmica, possibilitando o desenvolvimento de novos cursos e, assim, aumentar a população estudantil (PND 2018-2022, 2018).

Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos, a natureza da pesquisa é qualitativa e do tipo de pesquisa exploratória. Gil (2010). Quanto ao método de pesquisa, é estudo de caso de

acordo com Yin (2015). Os resultados mereceram dos dados das Instituições de ensino superior e do Ministério de ensino superior de Angola, através dos instrumentos de pesquisa: Entrevistas, questionários, documentos governamentais e institucionais e portal de *Servicio de Inserción Profesional de Prácticas, Empleo y Emprendimiento, da Universidade de Salamanca na Faculdade de Tradução e Documentação.*

Resultados Parciais ou Finais

4.1 Diretrizes voltadas à investigação científica para geração de inovação e diferenciais competitivos no âmbito de Governo e das IES de Angola

Para Para definir as diretrizes, utilizou-se as análises realizadas a partir dos dados e informações obtidas por meio dos documentos, entrevistas e questionários aplicados nas distintas IES objeto de estudo.

Como resultado desta tese apresenta-se algumas propostas denominadas de diretrizes, oriundas não só dos dados de pesquisa, conforme supracitado, mas também da experiência obtida pela pesquisadora no curto espaço de tempo do intercâmbio de estudo realizado na *Universidad de Salamanca* (USAL), Espanha, na *Facultad de Traducción y Documentación*, mais especificamente no *Servicio de Inserción Profesional de Prácticas, Empleo y Emprendimiento*.

Nesse propósito as diretrizes foram produzidas, de modo a formar um modelo de inovação voltado à investigação científica para a geração de inovação, com impactos (sociais, financeiros, tecnológicos e educacionais) para cada agente de inovação, cuja prioridade é a contribuição para sociedade e, consequentemente, o desenvolvimento do País. Sendo assim, as diretrizes estão ajustadas à realidade de Angola.

O Estado é o agente impulsionador do processo de construção de uma sociedade que prima pelo conhecimento, fruto da investigação científica, isto é, a partir de políticas públicas elaboradas e implementadas, dirigidas a diferentes setores da sociedade.

Vale destacar que as políticas devem ser baseadas nas demandas das instituições produtoras e transformadoras de conhecimento, sempre com o foco na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Com base nesta lógica, as diretrizes propostas ora apresentadas estão associadas aos problemas levantados e/ou evidenciados pelos sujeitos de pesquisa que, por sua vez, fazem parte das políticas públicas que carecem de execução, pois às vezes não são executadas com a abrangência necessária (Quadro 2).

Quadro 2: Diretrizes voltadas à investigação científica para geração de inovação e diferenciais competitivos no âmbito de Governo e das IES de Angola

Agentes de inovação	Diretrizes
Estado/Governo	- Implementar políticas públicas elaboradas, divulgadas mas não executadas. - Apoiar as IES e as instituições de pesquisa em termos de infraestrutura, visando a melhoria das ações de pesquisa no País. - Reforçar as possibilidades de financiamento para sustentar as ações de Ciencia, tecnologia e inovação, conforme consta no Decreto nº 201/2011. - Valorizar e fazer uso (apropriar) da produção de conhecimento local que viabilize soluções voltadas à realidade do País. - Efetivar políticas públicas que amenizem a importação de quadros, por meio de incentivos remuneratórios que motivem os angolanos qualificados a servirem o País. - Efetivar políticas públicas que apoiem a criação do ecossistema nacional de inovação, justamente para reunir investigadores, docentes, inventores, incubadoras de empresas e, do outro lado, aproximar o setor produtivo das IES e institutos de pesquisa.

	- Criar políticas públicas que incentivem/estimulem o estabelecimento de convênios e contratos entre as IES e as empresas, de modo que os discentes possam realizar estágios que propiciem a prática profissional e abram a possibilidade do primeiro emprego, bem como as empresas possam encontrar novo capital humano (talentos). - Implementar políticas públicas que facilitem o acesso às bases de dados relevantes para o desenvolvimento de investigação científica no País. - Fiscalizar as ações de investigação científica de modo frequente e monitorar as instituições do País para obter dados de inovação que sirvam de base para avaliação do IGI. - Disponibilizar abertura às IES públicas, a gestão de fundos próprios, oriundos de projetos de pesquisas, visando facilitar a execução de ações de investigação científica sem morosidade. - Promover ativamente atividades voltadas ao estabelecimento de relacionamentos frutíferos entre os agentes de inovação, possibilitando a geração de um estado favorável, tanto para apoiar o novo empreendedor, quanto para promover a expansão (*scaling up*) das *startups* mais consolidadas. - Criar políticas públicas que propiciem o aproveitamento, registro e divulgação dos resultados desenvolvidos por angolanos e bolsistas do INAGBE, como uma forma de aproveitamento do investimento do Estado. - Criar uma plataforma sob a responsabilidade do INAGBE, visando congregar a produção científica de pesquisadores e bolsistas angolanos. - Criar políticas que propiciem competição entre

	as IES, por meio de editais para a efetivação de projetos de investigação que tragam soluções para o País, como uma forma de valorizar o capital humano nacional e diminuir custos em consultorias externas. - Criar diretrizes orientadoras para a implementação e o uso de *e-mails* institucionais por parte dos sujeitos internos das IES e dos institutos de pesquisa angolanas, para assegurar o vínculo institucional em caso de publicação em periódicos, livros e jornais internacionais. - Criar políticas públicas que estabeleçam critérios de inovação, visando gerar *rankings* nacionais com os dados obtidos dos agentes do SNI, que sirvam de indicadores de C&T+I. - Incentivar os pesquisadores locais a publicarem em periódicos indexados em bases de dados de renome ou internacionais, justamente para maior divulgação ou/e visibilidade em nível internacional. - Criar canais de comunicação acessíveis às IES do País, bem como aos sujeitos que realizam investigação científica, sobre editais que financiam projetos e qualificação de capital humano em nível de pós-graduação e pesquisa. - Efetivar políticas públicas de incentivo à participação de mulheres na investigação científica, incluindo editais específicos às mulheres com formação em nível de pós-graduação, visando a elaboração e implementação de projetos de investigação, entre outras atividades. - Criar políticas públicas de incentivo para aproveitamento das inovações de autoria de discentes, por meio de apoio a feiras e exposições e ao estabelecimento de prêmios. - Criar políticas de apoio aos investigadores científicos para participação em eventos internacionais, de modo a

	aumentar a visibilidade do conhecimento nacional gerado. - Criar políticas de apoio para o licenciamento da propriedade intelectual, de maneira a proteger as inovações nacionais. Criar políticas públicas que visem a uniformização de planos curriculares, de acordo com as áreas de ensino, visando a consolidação de quadros especialistas que possam interagir e gerar conhecimento integrado por meio de colaboração científica no âmbito do País.
Instituição de Ensino Superior	- Elaborar planejamento estratégico institucional em que um dos objetivos contemple a geração de inovação, por meio da investigação científica. - Criar uma política institucional para a capacitação contínua dos gestores, coordenadores, docentes e técnicos-administrativos, visando o desenvolvimento de ações voltadas à investigação científica que gere inovação. - Criar uma plataforma para cadastro de ações e/ou projetos de investigação científica que propiciem a transferência de conhecimento; criação de serviços e produtos inovativos; empreendedorismo inovador; estágios; feiras; exposições; intercâmbios; etc.). - Efetivar políticas públicas que amenizem a importação de quadros, por meio de incentivos remuneratórios que atraiam os angolanos formados em nível de pós-graduação a servirem a IES, evitando o problema da fuga de quadros. - Captar externamente e gerar recursos oriundos de projetos de pesquisas, de modo a facilitar a execução das ações de investigação científica sem morosidade. - Propiciar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de investigação científica nos departamentos, centros de estudo e de pesquisa no âmbito da IES. - Divulgar o papel das IES como agentes de inovação à sociedade, por meio de palestras, órgãos de comunicação, capacitação, redes sociais, panfletos, trabalho de campo etc. - Criar políticas institucionais de incentivo que possibilitem a atração e a retenção de docentes, como uma via para que estes se dediquem em período integral às ações de investigação científica nas IES. - Criar condições tecnológicas para a organização, participação em eventos virtuais, como uma via de aproximação entre as IES nacionais de outras IES internacionais, gerando colaboração e desenvolvimento de conhecimento. - Criar políticas institucionais que promovam o empreendedorismo, por meio de programas de capacitação de empreendedores, propiciando a sustentabilidade dos negócios e, assim, se alavancar a economia local, regional e nacional. - Criar políticas institucionais de aproveitamento de produtos e serviços gerados por docentes e discentes, apresentando-os em feiras de inovação e junto aos órgãos competentes (Estados, agências de apoio, empresas etc.). - Firmar convênios entre universidades, visando a realização de mobilidade docente e discente, projetos científicos, eventos científicos e publicações. - Criar políticas institucionais de apoio aos docentes para participação em eventos internacionais como uma maneira de aumentar a visibilidade da produção nacional.

	- Firmar parcerias com instituições que desenvolvem ações de inovação e empreendedorismo (Laboratório de Inovação do Sistema de Pagamentos, Aceleradora Angola, Inova Angola, Projeto Envolver). - Firmar parcerias com ordem dos peritos e contabilistas de Angola, justamente para amenizar o problema de contadores formados sem experiência e carteira para exercício da atividade e, assim, contribuir para melhor controle contábil de empresas, diminuindo a fuga ao fisco. - Efetivar políticas institucionais de incentivo a criação de incubadoras na IES, como uma maneira de gerar receitas, visando a prestação de serviços de consultoria empresarial e apoio à sociedade em áreas mais procuradas no mercado. - Divulgar em plataformas digitais os resultados científicos oriundos de monografias, dissertações, teses e outros trabalhos afins, para evitar duplicidade de trabalhos ou plágios, e servir como base de dados para o desenvolvimento de pesquisas. - Incentivar os pesquisadores locais a publicarem em periódicos indexados em bases de dados de renome ou internacionais, visando uma maior divulgação da produção científica gerada na instituição. - Implementar cursos de pós-graduação em nível de doutoramento, visando qualificar pessoal para atender as demandas de pesquisa no âmbito da IES e as necessidades da sociedade. - Criar grupos de pesquisas baseados em linhas de pesquisa, englobando docentes, discentes, investigadores científicos e técnicos em nível nacional, como uma maneira de gerar conhecimento, promover parcerias entre
	pesquisadores, instituições e/ou empresas. - Propiciar a comunicação fluida entre a IES e os docentes/pesquisadores em relação às políticas públicas que divulgam editais de financiamento de projetos, de qualificação de capital humano, entre outros. - Incentivar a participação de mais mulheres para o desenvolvimento de investigação científica, a partir de políticas institucionais que incluam editais específicos voltados às mulheres com formação em nível de pós-graduação, visando a participação em projetos de pesquisa, entre outras ações. - Propiciar a infraestrutura necessária para as bibliotecas, por meio de tecnologia, capacitação dos quadros e materiais, de modo que consigam atender a demanda oriunda de docentes, pesquisadores, discentes e técnicos-administrativos. - Uniformizar os planos curriculares de acordo às áreas de ensino no âmbito do ensino superior, como uma maneira de consolidar quadros especialistas em distintas linhas de atuação, visando gerar conhecimento e formação de futuros pesquisadores. - Implementar o uso de e-mails institucionais, por parte dos sujeitos internos às IES, visando assegurar o vínculo institucional em caso de publicações em periódicos, livros e jornais internacionais

Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme apresentado no Quadro 2, trata-se de propostas visando a geração de inovação e diferenciais competitivos, por meio da elaboração da investigação científica em IES e institutos de pesquisa em Angola. É fundamental reforçar, não obstante às limitações no processo investigativo do País, que alguns passos têm sido feitos, a destacar o quesito qualificação do capital humano dentro

e fora do País, todavia ainda é insuficiente diante a demanda das instituições.

As questões relacionadas à inovação em Angola são recentes, tanto que a preocupação do Governo é buscar experiências em organismos internacionais.

Os passos que o País tem dado neste quesito, trouxe mudanças significativas com base os dados do Índice Global de inovação de 2021, visto que houve a inclusão de Angola, conforme mencionado anteriormente. Em 2022 verificou-se uma alteração positiva no que tange a posição do País, tanto em termos gerais quanto em relação aos pilares. Desse modo, em 2021 verificou-se a presença de Angola na 132ª posição, compondo os países da África Subsaariana que possuem a renda média-baixa, e no Ano de 2022 passou para a 127ª posição em termos gerais. Defende-se o fomento da interação entre os agentes de inovação de Angola, para que os resultados possam repercutir no bem-estar social e, naturalmente, o País poderá avançar o desenvolvimento sustentável, cujos resultados serão mais visíveis para se atingir os índices positivos de inovação na África e em âmbito mundial.

As IES são responsáveis pela construção de conhecimento, oriunda da investigação científica que envolve seus atores internos, desde gestores, chefes de departamentos, coordenadores, docentes, discentes e técnicos-administrativos. As IES devem no exercício de suas atividades, cumprirem o estabelecido nas políticas públicas e nas estratégias e metas propostas em suas comunidades, por meio de suas políticas e planejamentos institucionais.

Quanto às IES, é fundamental insistir no quesito valorização, ou seja, entende-se após a análise dos dados obtidos durante a pesquisa de campo que por um lado, estão as IES que existem em termos de estrutura e pouco se conhece sobre o seu real papel na sociedade, porque entende-se que há falta posicionamento. No que tange a esta questão, propõe-se a divulgação das atividades realizadas, por meio de fóruns, palestras, eventos científicos, etc., em canais de comunicação acessíveis a todos os agentes do SNI, bem como da população em geral, destacando seu papel.

É fundamental que as instituições angolanas valorizem o conhecimento local, a partir do seu consumo para atender os reais problemas do País, pois as pesquisas desenvolvidas são baseadas nos problemas existente e demandados pela própria sociedade, muitas vezes em localidades inacessíveis, porém o pesquisador com espírito investigativo e dotado de resiliência consegue realizá-las. Sendo assim, o não retorno pode ser desmotivador não só para o pesquisador como também para o cidadão que participou.

Em relação a qualificação dos quadros, defende-se que deve ser contínuo englobando todos os elementos que compõem as instituições de ensino e pesquisa, porque o processo de geração de inovação não é algo isolado, tanto de modo interno quanto externo à IES. No caso das IES privadas, é importante que se faça um esforço na constituição de quadros próprios, a partir da contratação efetiva de docentes, pois muitos docentes que atuam neste tipo de IES, possuem contratos temporários, conforme mencionado anteriormente, a partir da análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. Destaca-se a diretriz sobre a formação/capacitação contínua de gestores, chefes de departamentos, coordenadores, docentes e técnicos-administrativos sobre esse quesito. Dessa maneira, ressalta-se que é fundamental que exista por parte do órgão ministerial uma política ou diretriz orientadora às IES do País, para colmatar esta situação.

Percebe-se a complexidade que há quando se observa as IES de Angola, o quesito investigação ainda carece de melhoria. É imprescindível que as investigações desenvolvidas, gerem publicações em revistas locais, nacionais e internacionais de fácil acesso, para contribuir com a visibilidade do conhecimento que foi gerado localmente e abrir portas para a realização de parcerias com outros países. Nesse âmbito, não menos importante, é a diretriz que sugere o uso do *e-mail* institucional como uma maneira para a identificação e facilitação nas avaliações dos rankings nacionais e internacionais.

4.2 Impactos da implementação das diretrizes e modelo de inovação para os agentes de inovação

De modo geral, vale reforçar que um dos grandes impactos econômicos pode ser visto, quando os agentes de inovação conheçam o papel das IES, valorizando assim o conhecimento local, pois os pesquisadores desenvolvem suas investigações científicas a partir da realidade local e, por conseguinte, conhecem a conjuntura do País em termos de zonas, povo, cultura, vivência, idioma etc. Este tipo de valorização, pode favorecer na diminuição dos gastos públicos no que tange a importação de quadros para a execução de diagnósticos (estudos), cujos resultados muitas vezes, condizem pouco ou nada com a realidade do País.

Seguem os impactos sociais oriundo da efetivação das diretrizes propostas (Quadro 3).

Quadro 3: Impactos sociais da implementação das diretrizes para geração de inovação e diferenciais competitivos no âmbito do Estado e as IES de Angola

Agentes de inovação	Impactos sociais
Estado/Goverrno	- Ameniza o desemprego - Soluções dos problemas de diferenças sociais - Políticas públicas mais assertivas - Melhoria na comunicação com a sociedade Melhoria da qualidade do nível educativo
Instituição de Ensino Superior	- Maior Maior visibilidade social do papel das IES - Aumento de Parcerias e melhoria da comunicação com os agentes sociais - Políticas institucionais mais assertivas - Levar a cabo os projetos que beneficiam a sociedade - Capacitação dos empreendedores para melhor seus negócios - Receber o retorno da sociedade sobre as suas pesquisas - Mais pesquisadores motivados com espírito de patriotismo, persistência e resiliência

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os impactos sociais ora descritas no quadro corroboram com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A implementação das diretrizes pode proporcionar à sociedade não só impacto sociais, como científicos e econômico, notadamente: objetivo um (Erradicação da pobreza); Objetivo quatro (Educação de qualidade); Objetivo oito (Trabalho decente e crescimento econômico); objetivo nove (Indústria, inovação e infraestrutura); Objetivo dez (Redução das desigualdades); Objetivo 11 (Cidades e comunidades sustentáveis); e Objetivo 17 (Parcerias e meios de implementação).

A interação das IES com o Estado ou outros agentes de inovação, com base na investigação científica pode propiciar inovação e diferenciais competitivos relevantes, cujos impactos nos âmbitos econômicos e sociais se referem a: redução do desemprego, a partir do fomento ao empreendedorismo (criação das incubadoras, *startups*, empresas juniores); a capacitação de empreendedores que atuam no mercado informal, precisamente porque proporciona sustentabilidade aos negócios e, assim, gera mais postos de trabalho. A redução do desemprego auxilia nos problemas sociais aumentando o número de famílias com negócios próprios.

Por outro lado, o governo pode aproveitar a investigação científica, para a tomada de decisão estratégica, viabilizando o atendimento a problemas sociais crônicos e exercer uma governança mais transparente e comunicativa, ou seja, mais próxima do cidadão.

No âmbito investigativo e empresarial destaca-se a transferência de conhecimento das universidades às empresas que, por sua vez, subsidia a geração de novos processos, produtos e serviços, bem como a valorização do capital humano local e a melhoria de renda. As empresas podem, no âmbito da interação com as universidades, abrir portas para estágio de estudantes e oferecer postos de trabalho aos novos talentos.

Considerações Parciais ou Finais

A O artigo é resultado da tese de doutorado e procurou analisar as propostas de diretrizes para a investigação científica voltada à geração de inovação para Estado e Ensino Superior de Angola. O estudo é caracterizado de qualitativo, do tipo exploratório, cujo universo pesquisado abrange três IES de Angola e o MESCTI.

Desse modo, integram a sugestão da efetivação das políticas públicas existentes; a proposta da inevitabilidade do apoio às instituições de ensino superior em termos de infraestrutura para o melhoramento das ações de investigação no País e, com isso, reforçar o quesito financiamento através da captação de recursos suficientes para sustentar as ações de Ciencia, Tecnologia e Inivação, conforme consta no Decreto nº 201/2011.

Um aspecto que mereceu ser proposto como diretriz no âmbito da política pública é a valorização, apropriação e uso da produção de conhecimento local para a tomada de decisão do País, pois este viabiliza soluções baseadas em fatos reais da sociedade.

Em relação às IES, podem encontrar no empreendedorismo, com a implementação de incubadoras de empresas, a geração de receitas e, com isso, reinvestir em ações de investigação. Por outro lado, muito se questiona o papel das IES para a sociedade, quando se trata de investigação científica, ou seja, a diretriz enfoca o retorno dos resultados obtidos, de modo a dar maior divulgação do seu papel aos atores de inovação.

A questão da publicação mereceu proposta, em que se destacou a importância da disseminação da produção local, a partir da existência de revistas eletrônicas, a participação em eventos científicos locais e internacionais que culmina em publicações em anais, bem como a cultura de os pesquisadores angolanos publicarem em periódicos indexados em bases dados internacionais e, nesta senda, é crucial o uso de *e-mails* institucionais, visando maior alcance e uso da produção, o que propicia maior visibilidade ao País.

Na tese foi proposta um modelo de inovação que integra a relação entre IES e os agentes de inovação, para além das diretrizes. As IES têm a responsabilidade de desenvolver ações ligadas à investigação com o intuito de favorecer a sociedade. Os atores são os gestores, chefes de departamentos, coordenadores, docentes, discentes e técnicos-administrativos. A interação entre os agentes de inovação pode impactar no âmbito social, financeiro, econômico, tecnológico e educacional e/ou investigativo.

A interação das IES com o Estado ou outros agentes de inovação, com base na investigação científica pode propiciar inovação e diferenciais competitivos relevantes, cujos impactos nos âmbitos econômicos e sociais se referem a: redução do desemprego, a partir do fomento ao empreendedorismo (criação das incubadoras, *startups*, empresas juniores); a capacitação de empreendedores que atuam no mercado informal, precisamente porque proporciona sustentabilidade aos negócios e, assim, gera mais postos de trabalho. A redução do desemprego auxilia nos problemas sociais aumentando o número de famílias com negócios próprios.

Por outro lado, o governo pode aproveitar a investigação científica, para a tomada de decisão estratégica, viabilizando o atendimento a problemas sociais crônicos e exercer uma governança mais transparente e comunicativa, ou seja, mais próxima do cidadão.

No âmbito investigativo e empresarial destaca-se a transferência de conhecimento das universidades às empresas que, por sua vez, subsidia a geração de novos processos, produtos e serviços, bem como a valorização do capital humano local e a melhoria de renda. As empresas podem, no âmbito da interação com as universidades, abrir portas para estágio de estudantes e oferecer postos de trabalho aos novos talentos.

Referências

Benouar, D. (2013). Algerianexperience in education, researchandpractice. Procedia: Social and Behavioral Sciences, (102), 361-367. 10.1016/j.sbspro.2013.10.751.

Decreto Presidencial n.º 201/11, de 20 de julho. (2011, 20 de julho). Publicado no Diário da República I Série, Nº 137. ANGOLA.

Etzkowitz, Henry & Zhou, Chunyan. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Revista de Estudos avançados, São Paulo, 31 (90), 23-49. https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003.

Gil, A. C. (2010). Métodos e Técnicas de pesquisa social.(6ª Ed.) São Paulo: Atlas Editora

Governo de Angola. (2012, novembro). Plano Nacional de formação de Quadros 2013-2020. Nota informativa. Luanda: Comissão Interministerial.

Governo de Angola. (2018, 26 de abril). Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, nos termos da Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento (Lei n.º 1/11, de 14 de Janeiro), Luanda: governo de Angola.

Índice Global de Inovação. (2019). Criar vidas sadias: o futuro da inovação médica. (12. ed). New York: Universidade Cornell; INSEAD ; OMPI.

Índice Global de Inovação. (2021). Resumo executive. World intellectual property organization. (14 ed.). https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_gii_2021_exec.pdf.

Ipiringa A. S. R. & Almeida; P. C. H. (2012). O tipo de pesquisa e a cooperação universidade, empresa e governo: uma análise na rede nordeste de biotecnologia. Organizações & Sociedade, 19(60), 17-34. http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302012000100002.

Neves, C. E. B. & Neves, F. M. (2011). Pesquisa e inovação: novos desafios para a educação superior no Brasil e na Alemanha. Cadernos CRH, 24, (63), 481-502. https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300003.

OCDE. Manual de Oslo. (2005). Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. (3.ed.). Brasília: OCDE; FINEP, 184p. https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf.

Protocolo de cooperação 2333/2017 RUNESP . (2018). Informação para homologação do C.O. UNESP, Ministério do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação de Angola, por intermédio do Instituto nacional de gestão de bolsas de estudo-INAGBE. http://www.unesp.br/secgeral/Pautas/CO/190214/Proc_2333_2017_Runesp_homologacao_convenio.pdf.

Silva, E. (2015). Informação e conhecimento: Elementos essenciais para a geração de inovação. In: Valentim, M. L.P & Basnuevo, A. M. (Cap. 11, pp. 249-270). São Paulo: Cultura Acadêmica. https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/i nteligencia-organizacional_ebook.pdf

EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO: RESSIGNIFICANDO AS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS

Ana Paula Santos Souza Teixeira, Universidade Federal da Bahia (UFBA), https://orcid.org/0000-0002-7795-2734, Brasil, *teixeiraa@ufba.br*

Nídia Maria Lienert Lubisco, Universidade Federal da Bahia (UFBA), http://orcid.org/0000-0002-5008-8878, Brasil, *nidialubisco@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6643

Eixo: Impactos sociais

Introdução

A partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil, em 1909, a educação profissional passou a ser uma das alternativas para a qualificação de mão de obra e a provisão da sobrevivência das classes proletárias e dos seus filhos, considerados pessoas em situação de vulnerabilidade social – em sua maioria jovens indígenas e pessoas escravizadas – que buscavam entrar no mercado de trabalho (Ministério da Educação, 2010). Foi nesse contexto que se estabeleceram as bibliotecas da RFEPCT, com características de biblioteca escolar, por atenderem apenas aos cursos técnicos de nível médio.

Em 2008, cria-se, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), o qual foi reestruturado em uma instituição *multicampi*, com proposta político-pedagógica verticalizada[1], congregando o ensino superior (graduação e pós-graduação), a pesquisa e a extensão.

A partir disso, as bibliotecas passaram a ser caracterizadas concomitantemente como biblioteca escolar e universitária, fato que levou Moutinho (2014) a propor a terminologia "biblioteca multinível", assim compreendida por contemplar três níveis de ensino (médio, técnico e superior). Nesse contexto institucional, entende-se que a biblioteca multinível tem uma peculiaridade por ancorar sua atuação na diversidade do perfil da comunidade dos IF.

Neste trabalho, compreende-se que a Ciência da Informação (CI), especialmemte, a Biblioteconomia e a Educação se inter-relacionam pela perspectiva humanista e social e pela característica de a educação ser um processo de aprendizagem contínuo, enquanto a informação é elemento essencial nesse desenvolvimento. Sendo assim, compreende-se que, para além da execução de atividades relativas às funções biblioteconômicas convencionais, a biblioteca é um espaço de educação não formal de aprendizagem e carrega, intrinsecamente, em sua natureza, o papel de promover a educação para a sociedade.

Nesse sentido, este estudo se justifica por entender que promover ações de educação em informação na biblioteca multinível é um dos caminhos para o enfrentamento dos desafios informacionais hodiernos, como, por exemplo, a desinformação, o negacionismo científico e a proliferação de notícias falsas, em paralelo à oportunidade de autoaprendizagem, da convivência multicultural e do desenvolvimento do pensamento científico. Além disso, compreendemos que a educação em informação corrobora para a ressignificação e o fortalecimento da identidade da biblioteca multinível, isso porque ela carrega, por sua natureza - como todos os tipos de biblioteca -, o papel de promover a educação para a sociedade (Perrotti, 2016).

A educação em informação envolve o desenvolvimento de ações educativas, isto é, refere-se à formação de sujeitos capazes de buscar, produzir, disseminar, apropriar-se e utilizar criticamente a informação (Borges, Brandão & Barros, 2022). Entende-se, portanto, que as ações voltadas para a educação em informação propiciam ao sujeito informacional o desenvolvimento de um pensamento crítico, ético e autônomo.

Neste estudo, visualiza-se a biblioteca como espaço não formal de aprendizagem que

carrega intrinsecamente em sua filosofia o papel de promover a educação para a sociedade. Além do mais, são espaços fundamentais para promover essa educação, por serem interativos e de construção de saberes com a participação do sujeito, sobretudo, em acordo com sua crença, vivência sociocultural e histórica.

Diante do exposto, parte-se do princípio de que a biblioteca multinível precisa considerar as mudanças no cenário informacional e tecnológico, principalmente, com a evolução da Inteligência Artificial (IA), a qual tem alterado os formatos e conteúdos com que a informação se apresenta ao sujeito. Esses fatores demandam o desenvolvimento de ações para orientá-lo a localizar, acessar, selecionar, processar e avaliar de forma crítica e ética essas informações, contribuindo para seu processo de apropriação (Perrotti, 2016), bem como para incentivá-lo a dinamizar esses processos.

Fruto da discussão teórica da pesquisa em andamento no doutorado em Ciência da Informação, este trabalho objetiva elucidar o caráter educativo da biblioteca multinível, com vistas a fortalecer a sua identidade, contribuindo para o atendimento às demandas sociais emergentes quanto aos aspectos educacionais e informacionais. De abordagem qualitativa, origina-se a seguinte pergunta de partida: - De que forma a biblioteca multinível pode fortalecer a sua identidade, contribuindo no atendimento às demandas sociais emergentes quanto aos aspectos educacionais e informacionais?

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e descritiva, tendo por embasamento a revisão da literatura especializada sobre a temática, em que se incluíram teóricos do campo de estudo da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Educação.

Os Institutos Federais: percurso histórico de uma instituição centenária

A primeira composição da RFEPCT foi na Primeira República (1889 a 1930), por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha. Na época, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais dos estados brasileiros[2], financiadas pela União, com a finalidade de promover o ensino profissional primário gratuito (Decreto nº 7.566, 1909*)*. Naquele momento, estabeleceram-se também as bibliotecas da RFEPCT com características de biblioteca escolar.

O cenário brasileiro de então estava ocupado com o capital agrário exportador, visando promover o desenvolvimento econômico do país, corroborando os interesses do capitalismo industrial nacional. Pacheco (2020, p. 1) afirma que "A formação da sociedade brasileira foi marcada, principalmente, por três elementos essenciais: a escravidão, o *déficit* democrático e a ausência de Projetos Nacionais consistentes". Foi nesse cenário que foram criadas as Escolas de Aprendizes e Artífices, objetivando qualificar a mão de obra e prover a sobrevivência das classes proletárias e dos seus filhos jovens, tendo em vista sua vulnerabilidade social.

Em 1937, com a promulgação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, durante o Governo Getúlio Vargas, as Escolas de Aprendizes e Artífices transformaram-se em liceus profissionais, orientados a diversos ramos de possível atuação laboral. Já em 1942, os liceus passaram a chamar-se Escolas Industriais e Técnicas, devido às Leis Orgânicas do Ensino, que remodelaram todo sistema educacional brasileiro, equiparando o ensino profissional e técnico ao nível médio (Ministério da Educação, 2018).

Anos mais tarde, foi no período industrial brasileiro (1956 a 1961) – governo Juscelino Kubitschek – que ocorreram os maiores investimentos em infraestrutura e em Educação, com o objetivo de atender às metas de desenvolvimento do país. Logo, surgiu a necessidade de mão de obra especializada, desencadeando, desse modo, investimentos voltados para "[...] a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país." (Ministério da Educação, 2010, p. 11). Nesse contexto, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram a chamar-se Escolas Técnicas Federais e se tornaram autarquias federais, com autonomia didática, financeira e administrativa (Ministério da Educação, 2010).

Diante desse cenário, com a necessidade de formar técnicos sob o regime da urgência, foi promulgada em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 5.692, por meio da qual estabeleceu-se que todo currículo do segundo grau se transformasse em técnico-profissional (Ministério da Educação, 2010) – Governo Médici.

Nessa conjuntura da ditadura militar, em 1978 – governo Geisel -, a Lei nº 6.545 transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), visando formar engenheiros de operação e tecnólogos, desenvolver pesquisa na área técnica industrial e ofertar cursos industriais de graduação e pós-graduação (Ministério da Educação, 2018).

No bojo dessas transformações da RFEPCT, suas bibliotecas ainda conservavam um caráter custodial e tecnicista, tendo em vista que elas seguiam a missão e os valores da instituição nas quais estavam inseridas. Até a década de 1990, a RFEPCT trazia como primordial no seu fazer pedagógico tanto a educação profissional, quanto o desenvolvimento econômico. Foi a partir de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que a RFEPCT assumiu a qualidade social como a sua prioridade (Ministério da Educação, 2010), ou seja, ela passou a apresentar a educação profissional e tecnológica destacando a importância da "[...] melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas." (Ministério da Educação, 2010, p. 14).

Salienta-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 (Governo Fernando Henrique Cardoso) também contribuiu para essa mudança, fortalecendo a educação profissional com apresentação de artigos específicos que tratam dessa modalidade de ensino de forma humanística e social, propiciando, sobretudo, a inclusão e a democratização dos bens sociais (Ministério da Educação, 2018), superando, desse modo, os "[...] enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país" (Ministério da Educação, 2018, p. 5).

Em 2003, o então governo Luiz Inácio Lula da Silva visualizou a educação profissional como importante e crucial, tanto para o crescimento local, quanto para o regional, e dessa vez o enfoque foi para o desenvolvimento econômico e o aspecto social, mediante a pretensão de formar cidadãos trabalhadores emancipados, com maior padrão de qualidade de vida (Ministério da Educação, 2010).

Nessa linha de pensamento, iniciou-se a expansão da RFEPCT, sendo a primeira, em 2006, com a implantação de 64 novas unidades de ensino e a segunda, em 2007, com a criação de 150 novas unidades de ensino, com o objetivo de ampliar a oferta dos cursos em todo território brasileiro, sob o tema "Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país" (Ministério da Educação, 2018, p. 15).

Esse cenário de crescimento, somado ao prevalecimento do caráter social da educação profissional, oportunizou a criação dos Institutos Federais (IF) – governo Luiz Inácio Lula da Silva – por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, subordinados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC). Destaca-se que, de 2003 a 2014, foram criadas 18 novas universidades federais e 173 *campi* universitários, praticamente duplicando o número de alunos, além de mais de 360 Institutos Federais por todo o país (Ministério da Educação, 2018). Não foi apenas uma mudança na nomeclatura, mas uma transformação no perfil da educação profissional e tecnológica. A instituição dos IF, representa

> [...] um salto qualitativo em uma caminhada singular . . . [de mais de] cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Ministério da Educação, 2018, p. 18).

Em 2024, os IF já estavam presentes em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, e sua principal finalidade assim definida: "[...] desenvolver a educação profissional e

tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais" (Lei n. 11.892, 2008, Art. 6º). Segundo Pacheco (2020, p. 7), os IF "Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão." Por essas características, os IF são considerados uma política pública, não somente por serem uma instituição pública ou por serem mantidos por orçamento público, mas por terem como finalidade a prestação de serviço de educação de ensino superior, profissional e tecnológica à sociedade na perspectiva de transformá-la, com a criação de oportunidades e compartilhamento de proveitos sociais e, assim, dirimir a desigualdade no país (Ministério da Educação, 2010).

Equiparados às universidades a partir de 2008, os IF tiveram sua proposta político-pedagógica ampliada e verticalizada em estrutura de *multicampi,* formada, entre outros espaços, por salas de aula convencionais e multimídia, laboratórios e bibliotecas, em paralelo ao aumento do número de discentes e servidores públicos atuantes nos *campi* (Becker & Faqueti, 2015). A Figura 1 demonstra a verticalização do ensino e as modalidades da educação profissional e tecnológica ofertadas nos IF.

Figura 4 - A verticalização do ensino e as modalidades da educação profissional e tecnológica dos IF



Fonte: Ministério da Educação (2024, p. 7)

Destaca-se que, os IF continuam em processo de expansão em todo território brasileiro, sendo que em 12 de março de 2024, o governo federal anunciou a criação de 100 novas unidades financiadas pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)[3].

Além disso, os IF vêm fortalecendo estratégias de internacionalização, a fim de desenvolver acordos interinstitucionais voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão. Cita-se a parceria com os institutos politécnicos portugueses, por meio do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal (CCISP). A exemplo da parceria entre o Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém) - Portugal e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – (IFSULDEMINAS), que oferece o Programa de mobilidade estudantil cujo objetivo é proporcionar intercâmbio estudantil por um semestre letivo ao discente do IFSULDEMINAS.

Apesar de a Rede Federal ser uma instituição centenária, tanto ela como os espaços que a compõem, como as bibliotecas, continuam em processo de transformação. No entanto, questiona-se se as bibliotecas acompanharam as mudanças de valores dos IF, inclusive no que se refere às políticas educacionais, pois entende-se que, por serem vinculadas aos IF, elas também sofrem influências na sua missão. Sendo assim, a próxima seção apresentará as características das bibliotecas multiníveis na perspectiva de tecer reflexões para contribuir no fortalecimento e ressignificação da sua identidade, acompanhando, assim, as transformações dos IF, deixando, cada vez mais o viés instrumental e assistencialista como os Liceus de 1909.

A biblioteca multinível

As bibliotecas têm diversas modalidades de apresentação e na literatura nacional elas foram classificadas a partir da combinação de três variáveis: função, acervo e público, formando a seguinte tipificação: nacionais, públicas, escolares, universitárias e especializadas (Lubisco, 2021). Apesar de cada tipo de biblioteca ter suas especificidades, todas têm em comum as funções básicas ou tradicionais, de reunir, organizar, preservar e

disseminar a informação, assim como o papel social de formar uma sociedade crítica e informada.

As bibliotecas da RFEPCT foram criadas juntamente com as Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, como citado. À época, elas tinham características apenas de biblioteca escolar, por atenderem os cursos técnicos de nível médio. Segundo Carvalho (1970), as bibliotecas nas escolas técnicas industriais tinham como objetivo

> [...] facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para uso dos professores, como para uso dos alunos; desenvolver nestes o gôsto pela boa leitura, habituando-os a utilizar livros; desenvolver-lhes a capacidade de pesquisa, enriquecendo sua experiência pessoal, tornando-os, assim, mais aptos a progredir nas profissões para as quais estão sendo preparados (Carvalho, 1970, p. 9).

Ora, se as Escolas de Aprendizes tinham características instrumentais e assistencialistas, suas bibliotecas também seguiam a mesma linha, ou seja, atuavam em duas vertentes: no serviço técnico (processamento técnico do acervo: seleção, aquisição, registro, encadernação, classificação, catalogação); e, no serviço com o leitor (a referência, orientação à leitura e o empréstimo) (Carvalho, 1970).

Porém, como visto na seção 2, a trajetória histórica dos IF foi marcada por transformações atreladas ao cenário econômico e social do Brasil, e, com isso, sua missão, que outrora era mais instrumental e assistencialista, ao longo do tempo adotou o viés social. É nesse sentido que tecemos reflexões sobre a importância das bibliotecas multiníveis também acompanharem essas mudanças, alinhando sua missão àquelas das instituições às quais estão ligadas, com a finalidade de reconstruir uma identidade humanista e social, conforme perfil dos Institutos.

Para Silva (2004, p. 82), o termo identidade é atrelado à diferença, ou seja, "[...] dizer o que somos" significa também dizer "o que não somos" [pois] . . . afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora."

Tal distinção é evidenciada pelas transformações que a instituição passa no decorrer dos anos, já que a identidade institucional é um processo desenvolvido pelas interações sociais (Machado, 2003). Nesse sentido, a identidade de uma instituição é percebida nos seus valores e sua missão, assim como em suas atividades meio e fim. Diante disso, neste estudo, compreende-se que ações voltadas à educação em informação podem contribuir para o processo de fortalecimento e a ressignificação da identidade das bibliotecas multiníveis, de forma alinhada ao que propugnam os IF quanto à sua missão educadora, educacional e educativa, aqui entendidas conforme segue: a) **função educadora** refere-se ao que é efetivamente ensinado, à formação de valores e à transmissão de conhecimento; b) **função educacional** refere-se ao contexto da educação, quanto à estrutura como um todo, ligada ao papel da educação na sociedade; e, c) **função educativa** refere-se ao propósito ou ao efeito de educar, sem necessariamente ser intencional.

Segundo Becker e Faqueti (2015), em 2011, no VI Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (FNBIF), ocorrido em Pernambuco, foi instituída a Comissão Brasileira de Bibliotecas (CBBI) da RFEPCT, que objetivou "[...] articular os saberes deste grupo de bibliotecários em busca da garantia de novas políticas para as bibliotecas da Rede" (Becker & Faqueti, 2015, p. 16). Essa articulação buscou ouvir os bibliotecários da Rede, a fim de conhecer a real situação das bibliotecas, para então pensar em soluções de integração, já que os bibliotecários atuavam de forma isolada (Becker & Faqueti, 2015).

A partir dessas discussões, da reestruturação para um IF *multicampi*, com proposta político-pedagógica verticalizada, a partir de 2008, como citado na seção 3, propiciou que as suas bibliotecas passassem a ter duas características: de biblioteca escolar e de biblioteca universitária.

Nesse sentido, faz-se oportuno tecer algumas características da biblioteca escolar e da universitária a fim de diferenciá-las. Em relação

à biblioteca escolar, as diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (2016, p. 19) a define como "[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural."

Segundo Lourenço Filho (1946, p. 4), "Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito." Além disso, precisa haver uma integração entre professores e bibliotecários, no sentido de desenvolver competências, habilidades e atitudes, com vistas a contribuir na formação de um sujeito crítico e responsável (International Federation of Library Associations and Institutions, 2016). Dessa forma, as diretrizes da IFLA destacam seis diretrizes referente ao papel educativo da biblioteca escolar conforme apresenta-se no Quadro 1.

Quadro 1- Diretrizes para o papel educativo da biblioteca escolar

Diretrizes	Habilidades/atitudes a serem desenvolvidas
Recursos	Avaliar as fontes de informação nos diversos formatos durante o processo de pesquisa.
Pensamento crítico	Analisar de forma crítica o(a) dado/informação no processo de pesquisa.
Produção de conhecimento	Demonstrar compreensão na criação, no uso e compartilhamento da informação.
Leitura	Prazer pela leitura, comunicação, desenvolvimento de significado e compreensão.
Participação social e cultural	Aprender sobre si mesmo e os outros enquanto pesquisadores.
Gestão da própria aprendizagem	Planejar as atividades de uma unidade curricular com base em investigação.

Fonte: Baseado em International Federation of Library Associations and Institutions (2016, p. 21)

Quanto à biblioteca universitária, ela tem função educativa e de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão, na orientação, respectivamente, de seu papel como laboratório de aprendizagem, como consolidadora do espírito científico e como promotora do desenvolvimento sociocultural (Lubisco, 2014).

Nesse sentido, Strehl (2023) chama a atenção para a necessidade de uma mudança de infraestrutura, de produtos e serviços das bibliotecas universitárias tradicionais que concentram suas atividades em sua coleção e no conhecimento que sua equipe tem dos serviços que se referem ao compartilhamento dessas coleções. Ou seja, é essencial reinventá-las com o intuito de cumprirem sua função educativa, científica e cultural.

Para tanto, a autora afirma ser necessária a integração de duas funções à missão dessas bibliotecas, as quais são representadas pela biblioteca tecnológica e pela biblioteca educadora. Na primeira, o acesso à informação passa a ser remodelado com a virtualização das coleções, favorecendo o acesso aberto das publicações; a segunda refere-se à formação de competência em informação e de promoção de leitura que, mediante o grande volume de informações (verdadeiras ou falsas), contribui para que o sujeito supere as possíveis dificuldades de uso crítico e ético ao lidar com a informação (Strehl, 2023).

Somado a isso, vale ressaltar que tecnologias emergentes, a exemplo da IA, trazem avanços para as bibliotecas, mas também se mostram desafiadoras. Isso porque, enquanto a IA

permite o acesso a coleções de dados e informações, ela também potencializa o fenômeno da desinformação e a criação de *deep fakes*, por exemplo, comprometendo, assim, a interação do sujeito no ambiente informacional. De fato que, as tecnologias conectaram pessoas, concederam vozes que, por vezes, não eram ouvidas, romperam barreiras geográficas, entre outros benefícios. Entretanto, segundo a (Organização das Nações Unidas, 2023, p. 3), essas mesmas tecnologias

> [...] permitiram a rápida disseminação de mentiras e do discurso de ódio, causando danos reais em escala global . . . A capacidade de disseminar desinformação em larga escala para minar fatos cientificamente estabelecidos representa um risco existencial para a humanidade . . . e coloca em perigo as instituições democráticas e os direitos humanos fundamentais.

Com vistas a abarcar essas características de biblioteca escolar e biblioteca universitária, Moutinho (2014) propôs o constructo "bibliotecas multiníveis", levando em conta a atual característica dessas bibliotecas que passaram a atender a sujeitos integrados a três níveis de ensino (técnico, médio e superior), além dos servidores, colaboradores terceirizados, estagiários e a comunidade externa.

Assim, a designação aqui adotada se ancora na diversidade do perfil da comunidade dos IF: adolescentes, jovens, em paralelo a outros sujeitos sem limite de idade que ali estudam, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), da Formação Inicial e Continuada (FIC), do Programa Mulheres Mil, entre outros. Para além dessas características, compreende-se que há de se considerar a representação socioeconômica e cultural das comunidades que estudam nos IF. Isso porque, como estratégia de ampliação e para oportunizar a formação e aprendizagem a esses sujeitos, os IF são construídos em cidades do interior, ribeirinhas, próximo a comunidades quilombolas e indígenas, ou seja, longe dos grandes centros urbanos. Esta visão de contemplar esses sujeitos diz muito a respeito da identidade dessa instituição, isso porquê, enquanto política pública, o IF

> [...] estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras) (Ministério da Educação, 2018, p. 19).

O atendimento a essa diversidade corrobora também a construção identitária das bibliotecas multiníveis. Santos, Hoffmann e Boccato (2011, p. 1) afirmam que as bibliotecas dos IF "[...] caminham na busca de sua construção identitária, abarcando uma junção de tipologias e olhares a serem refinados e construídos", donde se entende que o termo 'biblioteca multinível' representa de forma completa essas unidades informacionais.

Diante do exposto, observa-se que mesmo as bibliotecas multiníveis tendo características de biblioteca escolar e universitária, com especificidades segundo sua natureza, sua simbiose proporciona benefício mútuo, não somente no que tange ao atendimento às necessidades informacionais específicas de sua comunidade, mas no sentido de ser um espaço que pode fomentar ações voltadas à educação em informação. Logo, essas características contribuem para elas se tornarem educadoras em informação e a sua identidade seja fortalecida também sob o viés educacional. Nessa linha de pensamento, Becker e Faqueti (2015, p. 44) afirmam que,

> [...] tanto bibliotecas universitárias como escolares têm como objetivo atuar . . . [oferecendo] serviços que visam estimular a formação crítica de leitores, o desenvolvimento do espírito científico, dentre outras competências. No entanto, a forma como os serviços educacionais são ofertados se diferenciam, respeitando o nível de cada público e os recursos que a instituição oportuniza.

Em suma, Brandão (2007, p. 9) entende que "[...] a escola não é o único lugar onde [a

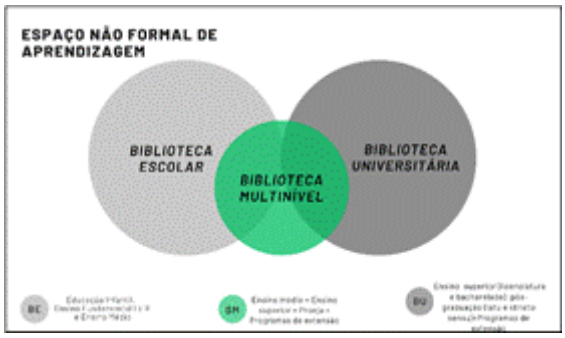
educação] acontece e talvez nem seja a melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor não é o seu único praticante." A partir dessa inferência, compreende-se que os espaços não formais de aprendizagem - nesta pesquisa representados pela biblioteca multinível - complementam os espaços formais como a sala de aula, ou seja, eles não são opositores, mas sim, complementares. Do mesmo modo, assim como o professor é o educador responsável pela educação dos alunos em sala de aula, o bibliotecário é o educador na biblioteca.

Segundo Gohn (2006, p. 28), a educação não formal "É aquela que se aprende 'no mundo da vida', via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas". Entretanto, a complementaridade da educação não formal e da educação formal contribui para a formação da cidadania, emancipação, autonomia, as quais levam o sujeito a pensar e agir criticamente (Gadotti, 2005). Leitis Junior (2018, p. 66) reitera que

> As áreas da Biblioteconomia e da educação também estão empenhadas na construção de leitores e alunos críticos, . . . com competências e discernimento crítico para viabilizar a mudança social. A forma que isso pode se concretizar é pela educação não formal.

Diante do exposto, acerca das características das bibliotecas multiníveis abarcarem características de biblioteca escolar e biblioteca universitária e serem consideradas espaços não formais de aprendizagem, apresenta-se na Figura 2 a representação desses elementos.

Figura 2 - Características da biblioteca multinível



Fonte: elaboração própria (2025)

Visto por esse ângulo, independentemente do nível de ensino em que o sujeito se encontre, o desenvolvimento de ações de educação em informação pode atuar como fio condutor da biblioteca multinível e corroborar a aproximação dos serviços da biblioteca à realidade prática do sujeito informacional.

Além disso, diante da oferta desses serviços e do cenário informacional contemporâneo, entende-se ser necessário que as bibliotecas multiníveis avancem para uma biblioteca orientada a desempenhar seu papel educacional, principalmente no desenvolvimento de ações de educação em informação.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo propõe a discussão teórica da pesquisa em andamento no doutorado em Ciência da Informação. De abordagem qualitativa, segundo o objetivo, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e descritiva, com base em revisão da literatura não sistemática sobre a temática. Procedeu-se um levantamento bibliográfico no período de agosto a outubro de 2024 no Portal de Periódicos da Capes, na *Web of Science*; nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB); e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), em que considerou as publicações do período de 2012 a 2024.

Utilizou-se o filtro de idiomas: inglês, espanhol e português; e as palavras-chave: educação; educação em informação; competência em informação, infoeducação; biblioteca multinível; biblioteca universitária; e biblioteca escolar.

Abrangeram-se teóricos do campo de estudo da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Educação, em que os textos foram analisados e organizados, para que, em seguida, fossem realizados os fichamentos destacando a descrição das citações com vistas à análise e interpretação dos resultados.

Educação em informação: um caminho para o fortalecimento do caráter social e educador da biblioteca multinível

A educação, como processo de transmissão e construção de conhecimentos e de formação pessoal e cidadã, existe – não exatamente com esta ampliação - desde as civilizações mais remotas como uma ação intrínseca ao ser humano. Dentre seus inúmeros papéis, a educação contribui na formação do sujeito, conscientizando-o para uma reflexão sobre seu papel social, cultural, político e econômico. Brandão (2007, p. 11) compreende que a educação

> [...] ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, fazendo passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.

Para Pinto (1982, p. 21), "A educação é um fato de ordem consciente. É determinada pelo grau alcançado pela consciência social e objetiva suscitar no educando a consciência de si e do mundo." Logo, não se trata apenas de direcionar o sujeito por meio de instruções como uma receita pronta para que ele assimile o conteúdo proposto – à similitude da educação bancária, definida por Paulo Freire – , mas sim de instigá-lo à autoaprendizagem e à reflexão do porquê e para que ele precisa de determinada informação.

Nesse sentido, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, com o passar das décadas, tem direcionado seus interesses de pesquisas para o enfrentamento de desafios informacionais emergentes na contemporaneidade, alinhada ao que pensa Silva (2022) sobre a informação como objeto flutuante, pois ela tende a aceitar, a se relacionar e a valorizar as influências de diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Psicologia, do Jornalismo, da Comunicação, da Biblioteconomia e da Arquivologia.

Assim, compreende-se que a relação entre educação e informação se estabelece por uma rede de informação - redes humanas, redes institucionais e redes não-humanas (elementos tecnológicos de cunho impresso e digital) - que está envolvida no processo de apropriação e de construção de conhecimento para a autonomia do sujeito (Silva, 2022). Segundo Perrotti (2016, pp. 25-26), a infoeducação

> [...] oferece uma alternativa nova aos profissionais da informação . . . Mesmo não se tratando de um pedagogo, no sentido clássico do termo, cabe aos profissionais da informação configurar dispositivos que sejam educativos, no sentido formativo e não meramente instrucional.

Destaca-se que, a infoeducação coaduna com a educação em informação, perspectiva adotada neste trabalho. Conforme Borges, Brandão e Barros (2022): a educação em informação é um conjunto de ações que visam à promoção de competências, habilidades e atitudes na busca, apropriação e no uso da informação de forma crítica, ética, responsável e autônoma. Apropriar-se da informação, portanto, proporciona liberdade para aquele que lê, amplia e transforma seu conhecimento, tirando-o de um lugar de mera assimilação para o de apropriação (Perrotti & Pieruccini, 2007), entendendo-se aqui assimilação como uma recepção passiva, uma transferência, e apropriação, como apreensão do sentido e incorporação ao próprio conhecimento, em uma relação de construção dinâmica entre o sujeito e o mundo, tendo em vista que esta relação "[...] é dinâmica, inconstante e mutável porque se refere à construção de um ser que sempre se transforma e que está inserido num mundo sempre em mudança" (Batista, 2018, p. 230).

Partindo desse princípio, entende-se que a educação em informação é uma ação transformadora que está para além de apenas desenvolver ações de capacitação quanto ao acesso e o uso da informação, pois ela transcende essa perspectiva quando o "[...] conjunto formativo que passa por essa capacitação . . . avança para a compreensão do papel da informação na sociedade e as possibilidades de mudança a partir da educação do sujeito informacional" (Zattar, Barbosa & Borges, 2023, p. 11). Assim sendo, considera-se que a educação em informação viabiliza a formação dos sujeitos informacionais como

> [...] analistas conscientes das artimanhas do conhecimento, lançando-os, nas dimensões superiores do metaconhecimento. Trata-se principalmente de saber operar reflexivamente, de enfrentar desafios que exigem domínio dos modos de proceder, mas sobretudo de suas razões de ser, como condição de sobrevivência do pensamento nos mares caóticos e revoltos da informação na contemporaneidade (Perrotti, 2016, pp. 88-89).

Nesse sentido, para que a biblioteca multinível atue na educação em informação de forma consolidada, faz-se necessária a congruência de alguns fatores: primeiramente, as bibliotecas multiníveis precisam se reconhecer como espaço que promove educação em informação e o bibliotecário ter consciência do seu papel de educador. Para Borges, Massoni e Martini (2023, p. 8), "A biblioteca precisa desempenhar um papel como educadora, sendo necessário, para tanto, a formação de bibliotecários comprometidos com a educação para a informação, ou seja, bibliotecários educadores."

Juntamente a isso, faz-se necessário que os IF também reconheçam as bibliotecas multiníveis como um ambiente atuante nas ações de educação em informação e não a visualize somente como um espaço que desenvolve serviços convencionais, a exemplo do empréstimo dos materiais informacionais, catalogação, indexação e organização do acervo, recebimento de equipe do Ministério da Educação (MEC) para autorização e reconhecimento de curso de nível superior, entre outros serviços.

Outro ponto importante, é entender que os documentos normativos dos Institutos Federais, como o Regimento Geral e o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) dos IF, podem estabelecer, direcionar e/ou orientar no desenvolvimento de ações voltadas à educação em informação, contribuindo, assim, para a formação da identidade dessas bibliotecas, tendo em vista que o IF é "[...] um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana" (Ministério da Educação, 2010, p. 18).

Salienta-se que esses aspectos são a base que fundamenta os pensamentos pedagógicos de Álvaro Vieira Pinto e de Paulo Freire, autores a que esta pesquisa se alinha, sobretudo porque ambos compartilharam ideias quanto ao desenvolvimento de uma educação com vista à consciência crítica do sujeito. Para Paulo Freire, a educação é o caminho para a transformação do país, pois ele entende que "[...] a educação, especificidade humana, [atua] como um ato de intervenção no mundo" (Freire, 2021, p. 106).

A título de exemplificação, destaca-se, primeiramente, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) que Integra a amostra da pesquisa de doutorado em Ciência da Informação em andamento. O IFBA tem um SIBI que gerencia 21 bibliotecas multiníveis distribuídas em 22 *campi*[4]. Salienta-se que apenas um não tem biblioteca por ser um *campus* avançado e este não fazer parte da amostra da pesquisa. No Regimento Interno do SIBI/IFBA é pontuado que as bibliotecas têm a finalidade de

> VI-disseminar a informação e promover o uso do ambiente junto à comunidade interna e externa por meio de ações culturais, **educativas** e de lazer; . . . X - **orientar** e **instruir** os usuários, podendo ser na forma de **capacitação** a grupos ou personalizada, e na forma presencial ou à distância (*Resolução nº 10,* 2017, Art. 12, grifo nosso).

A partir disso, observa-se que o documento apresenta indícios referentes a ações educativas que podem ser desenvolvidas para o sujeito informacional.

Como reflexo desses direcionamentos, citam-se iniciativas de dois *campi* localizados na Bahia: o Clube de Leitura Rosa dos Ventos, da biblioteca do *campus* Paulo Afonso; e o Clube do Livro Sertão da biblioteca, no *campus* de Feira de Santana, os quais, por meio de leitura e discussão de obras literárias, objetivam estimular o sujeito ao hábito e gosto pela leitura, não somente por meio da leitura da palavra escrita, mas, sobretudo, por sua leitura de mundo, das suas memórias, que possibilitam interpretações e uma leitura crítica (Freire, 2021), elementos essenciais

para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

No entanto, faz-se oportuno inferir que apesar dos exemplos acima citados, essas ações são desenvolvidas de forma autônoma e pontual por essas bibliotecas, carecendo de um planejamento sistemático junto ao SIBI para que todos os *campi* possam realizar atividades como essas. Salienta-se, que esses exemplos não refletem a totalidade dos resultados obtidos na pesquisa, tendo em vista que a pesquisa de doutorado está em andamento.

Além disso, a construção de uma identidade pautada no caráter social e educador da biblioteca multinível pode ser fortalecida por meio dos documentos institucionais como o Regimento Geral dos IF e o Regimento Interno do SIBI, os quais podem estabelecer e/ou orientar ações voltadas à educação em informação. Esses documentos refletem a dimensão política que envolve a educação em informação, além de reforçar o compromisso dos IF com a educação transformadora, responsável pela melhoria da vida social dos cidadãos.

Outro exemplo pautado no desenvolvimento de competências em informação na biblioteca multinível foi um estudo realizado por Almeida e Freire (2017), em que apresentam eixos temáticos (profissional, científico, tecnológico e cultural) para a elaboração de um projeto educativo sob a perspectiva de desenvolvimento de competência em informação para a biblioteca multinível, com o intuito de contribuir no atendimento de necessidades humanas, na busca de soluções para problemas e para aquisição e construção de novo conhecimento. De acordo com os autores,

> O Projeto Educativo em uma biblioteca multinível consiste em um tipo de projeto que reúne atividades e/ou ações educativas com o objetivo de desenvolver competências em informação no âmbito da educação profissional, científica e tecnológica, oportunizando a construção de conhecimentos interdisciplinares e a aprendizagem em coletividade nos mais diversos níveis de ensino e de processos formativos (Almeida & Freire, 2017, p. 22).

Observa-se, deste modo, que os dois exemplos supracitados, conformam ações de educação em informação, as quais viabilizam a formação dos sujeitos informacionais como analistas conscientes das complexidades do conhecimento, capazes de atuar criticamente no ambiente informacional (Perrotti, 2016).

No entanto, ressalta-se que a educação em informação exige ações multidimensionais, isso significa que não basta uma ação pontual de dois ou três *campi*, é interessante que haja esforços em outras frentes como, por exemplo, uma iniciativa política, mencionada neste estudo como o estabelecimento de orientações em documentos normativos do Instituto que direcionem os bibliotecários a promover ações de educação em informação de forma planejada e consolidada.

Diante do exposto até aqui, considera-se importante refletir acerca da ressignificação da identidade das bibliotecas multiníveis, tomando como referência o desenvolvimento de educação em informação para além das ações formativas, elementos que propiciam ao sujeito informacional o desenvolvimento de um pensamento ético, crítico e autônomo para lidar com a informação.

Conclusões

Este trabalho se propôs a elucidar o caráter educativo da biblioteca multinível, com vistas a fortalecer a sua identidade, contribuindo no atendimento às demandas sociais emergentes quanto aos aspectos educacionais e informacionais.

Destaca-se que, ao longo de mais de um século passando por diversas transformações de ordem pedagógica, administrativa e política, o IF abandonou o viés assistencialista e instrumental e passou a se voltar para uma perspectiva humanista e social, com vistas a consolidar sua identidade.

No entanto, observa-se que as bibliotecas multiníveis precisam acompanhar os valores da instituição à qual estão vinculadas, de forma que ressignifiquem e fortaleçam a sua identidade, deslocando-se para uma concepção educadora voltada para a

transformação social e a formação do sujeito ético e crítico.

Assim, compreende-se que a educação em informação é um caminho capaz de contribuir para o fortalecimento do caráter social e educador das bibliotecas multiníveis, desenvolvendo pensamento crítico e a convivência multicultural. Logo, tais elementos são fundamentais para a ressignificação da identidade dessas bibliotecas, de modo que elas estejam alinhadas com a missão e os valores dos IF.

Contudo, a pesquisa de doutoramento que deu origem ao presente estudo ampliará as discussões, identificando se e como as bibliotecas multiníveis dos IF da Região Nordeste do Brasil promovem educação em informação, apresentando, em sua próxima etapa, a análise dos resultados empíricos.

Referências

Almeida, J. L. S., & Freire, G. H. A. (2017). Competências em informação na biblioteca multinível: uma atividade de rotina ou uma atividade baseada em projetos? *Revista Folha de Rosto*, 3(2), 15-27. https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/251/187

Batista, C. L. (2018). Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. *Em Questão*, 24(2), 210-234. https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/74317

Becker, C. R. F., & Faqueti, M. F. (2015). *Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um olhar sobre a gestão*. Instituto Federal Catarinense.

Borges, J., Brandão, G., & Barros, S. S. (Orgs.). (2022). *Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais*. Pimenta Cultural. https://www.pimentacultural.com/_files/ugd/9711c4_14847c3dc8b042c79fb1f9d6afd083f4.pdf

Borges, J., Massoni, L. F., & Martini, P. (2023). *O bibliotecário educador como parte da reinvenção da Biblioteconomia no Brasil*. In: Encuentro de Directores y de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del MERCOSUR (EDDBCIM) (Org.). Anais do Encuentro de Directores y de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del MERCOSUR. EDDBCIM. https://encuentro-mercosur.fic.edu.uy/index.php/encuentro-mercosur/article/view/58/15

Brandão, C. R. (2007). *O que é educação*. Brasiliense.

Carvalho, D. Q. (1970). *Biblioteca de escolas técnicas industriais: manual de organização e funcionamento*. Fundação IBGE.

Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. (1909, setembro 23). Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Imprensa Nacional. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html

Freire, P. (2021). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* Paz e Terra.

Gadotti, M. (2005). *A Questão da Educação Formal/Não-Formal*. Institut International Des Droits De L'enfant (IDE). IDE. https://repositorio.ufpe.br/jspui/bitstream/123456789/54490/1/gadotti-educacao-nao-formal.pdf

Gohn, M. G. (2006) Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval.pol. públ. Educ*., 14(50), pp. 27-38. https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt.

International Federation of Library Associations and Institutions. (2016). *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. (2a ed.). IFLA. https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf

Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. (2008, dezembro 29). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Congresso Nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Leitis Junior, A. (2018). *A biblioteca enquanto campo de educação não formal.* [Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Internacional Uninter]. Repositório Digital da Uninter. https://repositorio.uninter.com/handle/1/100

Lubisco, N. M. L. (2014). Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). *PontodeAcesso*, 8(3), 5. https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaci/article/view/12834/9273

Lubisco, N. M. L. (2021). *Tipologia de bibliotecas segundo as variáveis: função, acervo e público*. Salvador, 2021. [Slide de PowerPoint]. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23819/5/Tipologia%20N%c3%addia.pdf

Lourenço Filho, M. B. (1946). *O ensino e a biblioteca*. Imprensa Nacional.

Machado, H. V. (2003). A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Rev. adm. contemp.* 7 (ed. especial). pp. 51-73. https://www.scielo.br/j/rac/a/Y7KdVD3kD5NKdmjQJCWtkYS/?format=pdf

Ministério da Educação. (2010). *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes*. Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação (2018). Centenário *da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.* https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

Ministério da Educação. (2024). *Institutos Federais, a cara do Brasil*. MEC. https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/institutos-federais.pdf

Ministério das Relações Exteriores. (2023). *Nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*. https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-praia/nova-versao-do-programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac

Moutinho, S. O. M. (2014). *Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina Zona Sul.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3075

Organização das Nações Unidas. (2023). *Informe de política para a nossa agenda comum: integridade da informação nas plataformas digitais.* ONU. https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf.

Pacheco, E. (2020). Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista, 4*(1). https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/issue/view/42

Perrotti, E. (2016). Infoeducação: um passo além científico-profissional. *Informação@Profissões, 5*(2), 5–31. https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p05

Perrotti, E., & Pierruccini, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In M. L. G. Lara, A. Fujino, & D. P. Noronha (Orgs.), *Informação e Contemporaneidade: perspectivas,* 179–196. Néctar. https://repositorio.usp.br/item/001826107

Pinto, A. V. (1982). *Sete lições sobre educação de adultos*. Editora Autores Associados, Cortez Editora.

Resolução nº 10, de 31 de maio de 2017 (2017, maio 31). *Aprova o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas e Informação do IFBA*. Instituto Federal da Bahia. https://portal.ifba.edu.br/prodin/anexos-prodin/biblioteca/Resoluo10RegimentointernodoSIB.pdf.

Santos, C. A. S., Hoffmann, W. A. M., & Boccato, V. R. C. (2011). *Os múltiplos olhares para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. In Instituto

Federal do Sertão Pernambucano (Org.). Anais do sexto Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais. Instituto Federal do Sertão Pernambucano.

Silva, J. L. C. (2022). *Fundamentos da informação II: perspectivas epistemológicas, humanas e técnico-pragmáticas* (Vol. 2). Abecin Editora.

Silva, T. T. (2004). *A produção social da identidade e da diferença*. In Silva, T. T. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. (3a ed.), Vozes.

Strehl, L. (2023). Uma agenda para reinvenção da biblioteca universitária: exercício estratégico e de ciência aberta. *SciELO Preprints*. https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3323/11372

Zattar, M., Barbosa, M. F. S. O., & Borges, J. (2023). Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. *Informação & Sociedade*, 33. https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/67651/39224

Notas

[1] Os Institutos Federais validam a verticalização do ensino na medida em que balizam suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, tomando para si a responsabilidade de possibilidades diversas de escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com todos(as) (Ministério da Educação, 2010, p. 26).

[2] Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo (Ministério da Educação, 2018, p. 3).

[3] Programa de investimento que detém recursos da União, de estatais e de companhias privadas, voltados a projetos para os seguintes eixos: saneamento básico, infraestrutura, inclusão digital, transição energética, ciência e tecnologia, educação, saúde, etc. (Ministério das Relações Exteriores, 2023).

[4] Barreiras; Brumado; Camaçari; Euclides da Cunha; Eunápolis; Feira de Santana; Irecê; Ilhéus; Jacobina; Jequié; Juazeiro; Lauro de Freitas; Paulo Afonso; Porto Seguro; Salvador; Santo Amaro; Santo Antônio de Jesus; Seabra; Simões Filho; Avançado Ubaitaba (não tem biblioteca); Valença; Vitória da Conquista.

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO ACADÊMICA: AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO

Ana Paula Santos Souza Teixeira, Universidade Federal da Bahia (UFBA), https://orcid.org/0000-0002-7795-2734, Brasil, teixeiraa@ufba.br

Gleise da Silva Brandão, Universidade Federal da Bahia (UFBA), https://orcid.org/0000-0003-4739-445X, Brasil, gleise.brandao@ufba.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6774

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

Compreendemos que a mediação da informação é um fundamento basilar para as práticas arquivísticas e bibliotecárias que consideram não somente a informação como seu objeto de trabalho, mas também a relação com os sujeitos informacionais para a sua apropriação. Nesse sentido, a mediação da informação é percebida como as ações de interferências realizadas pelos profissionais da informação visando a apropriação dos conteúdos informacionais a fim de atender uma necessidade ou mesmo gerar novas inquietações (Almeida Júnior, 2015).

De tal modo, temos questionado por meio do projeto de pesquisa "A mediação da informação e a formação acadêmica de arquivistas e bibliotecários: saberes informacionais necessários ao perfil do mediador" se os princípios e fundamentos da mediação se fazem presentes durante a formação desses profissionais da informação, que já vivenciam a ação mediadora de forma consciente ou não em seu labor.

A partir de 2021, temos buscado entender de que forma a mediação da informação tem sido contemplada na formação acadêmica de arquivistas e bibliotecários. Tendo em vista que:

> As universidades públicas brasileiras têm importante papel no que tange ao desenvolvimento social, político e tecnológico do país. Através do conhecimento por elas construído, essas instituições elaboram e reelaboram ações para a sociedade. É através da mediação da informação que o conhecimento pode ser mediado dentro e fora das universidades, entre seu público especializado e para a sociedade (Garcia, Almeida Júnior & Valentim, 2011, p. 252).

A primeira fase da pesquisa focou em compreender o perfil do mediador, e a partir da literatura da Ciência da Informação, observou-se que são apontados conhecimentos, habilidades e atitudes associados à relação com a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), diálogo e interação com o usuário, responsabilidade social e atuação ética, desenvolvimento de ações educacionais e educação intercultural, apropriação da informação, protagonismo e pensamento crítico-reflexivo. Logo, o perfil delineado encontra coerência com o conceito e as dimensões da mediação da informação. Concluiu-se que o perfil do mediador da informação reflete o contexto histórico-social ao qual está inserido, logo é dinâmico e está em constante transformação. Ele caminha, cada vez mais, para um perfil humanista, crítico e dialógico que se volta também para o sujeito informacional e não apenas para o trato da informação e a estética dos ambientes informacionais (Brandão *et al.*, no prelo).

Já na segunda fase da pesquisa, buscamos identificar as disciplinas relacionadas à mediação da informação nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia das universidades públicas brasileiras. Com os primeiros resultados, observamos que a mediação da informação ainda é tratada de forma incipiente: ao analisar 16 currículos no curso de Arquivologia e 31 currículos no curso de Biblioteconomia, identificou-se 24 disciplinas que tratam diretamente sobre o

tema, sendo duas em Arquivologia e 22 em Biblioteconomia (Brandão *et al.*, 2024).

Para corroborar essa constatação, Moraes (2019) concluiu em sua pesquisa que a mediação da informação ainda não se apresenta como norteador da formação em Ciência da Informação em países como o Brasil e a Colômbia. A autora compreende que embora o conceito:

> [...] possua potencial estratégico para criar modos alternativos de construção curricular, de atuação dos profissionais da informação, ainda se encontra pouco presente nos currículos analisados. Na ausência, ou na pouca clareza do conceito de mediação, o diálogo entre as áreas da informação no campo do currículo e mesmo nas práticas profissionais, numa perspectiva inter ou transdisciplinar, encontra dificuldades para se constituir evidenciando aspectos de sociedade e de ciência percebida pela Ciência da Informação. Além disso, embora os ventos teóricos e de práticas profissionais (na Colômbia) apontem para que a mediação seja o objeto da Ciência da Informação, este fato ainda não se consolidou nos currículos de formação dos profissionais mediadores de informação e de culturas (Moraes, 2019, p. 86).

Por outro lado, consideramos que o currículo é um documento que reflete a prática do tempo em que foi produzido, portanto, há a possibilidade de que outras atividades sobre o tema como aquelas voltadas à pesquisa e extensão possam ser realizadas durante a formação acadêmica. Dessa forma, este trabalho é resultado da terceira fase da pesquisa e buscou investigar ações de pesquisa e extensão realizadas pelos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia brasileiros para promover a mediação da informação.

Quanto à estrutura, ele encontra-se organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção discutimos o conceito de mediação de forma conectada à pesquisa e à extensão. Já na terceira, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Tratamos sobre os resultados de forma parcial na quarta seção. Por fim, nos debruçamos sobre as conclusões e as reflexões decorrentes deste estudo.

Relações entre a mediação da informação, a pesquisa e a extensão universitária

Partimos do pressuposto de que a mediação da informação — entendida como a ação de interferência realizada pelo profissional da informação, segundo Almeida Júnior (2015) — "[...] precisa ser consciente, cuidadosa e conduzida pelo exercício da práxis, que favorece o desenvolvimento do conhecimento e do autoconhecimento" (Santos *et al.*, 2022, p. 287).

Compreendemos que o agir consciente demanda um processo de conscientização baseado na ação-reflexão, que se constitui no diálogo entre a teoria e a prática (Freire, 1979). Nesse sentido, Gomes (2020, p. 2) defende a mediação consciente:

> Constitui-se na efetividade da ação mediadora que, com o cuidado necessário, busca alcançar suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política, promovendo o processo de problematização que contribui para que ocorra a apropriação da informação e a tomada de consciência por parte dos sujeitos envolvidos na ação de interferência.

Este entendimento coaduna com a abordagem defendida neste trabalho, uma vez que para o desenvolvimento de uma mediação consciente faz-se necessário investir no desenvolvimento de ações alinhadas à formação acadêmica dos profissionais da informação a fim de estimular a conscientização, de forma a conectar a teoria à prática.

Dessa forma, partimos de uma concepção de mediação da informação pensada no contexto da formação de bibliotecários e arquivistas que nos remeta à questão da necessidade de uma reestruturação curricular para contemplar ações de ensino, pesquisa e extensão que

promovam tal conhecimento. Isso se faz necessário à medida que se busca formar um mediador com pensamento crítico, capaz de compreender seu contexto e utilizar os recursos sociotécnicos (Moraes & Almeida, 2013, pp. 191-192): "Se almeja a construção de um mediador da informação e do conhecimento com competências críticas, capaz de analisar os contextos em que se insere e a manejar os recursos sociotécnicos à sua disposição."

Diante disso, cabe-nos refletir sobre o papel do ensino superior, sobretudo, da graduação na formação de um mediador consciente, pois ela é influenciada pelo ambiente em que o estudante está inserido, sendo impactada por fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais, conforme defendem Santos Neto e Almeida (2016, p. 3):

> A ambiência que um profissional está inserido durante sua graduação, interfere na sua formação e, consequentemente, em sua atuação no campo de trabalho e na sociedade. Acredita-se que fatores políticos, econômicos, sociais, ideológicos, culturais, educacionais, informacionais etc. influenciam na formação de qualquer profissional, e isto precisa ser levado em consideração.

Nesse sentido, necessitam-se não apenas competências técnicas e gerenciais, mas críticas e reflexivas. Assim, defendemos a promoção de ações interculturais que estimulem o pensar sobre o "ser" e "fazer" do mediador e o seu papel protagonista nas relações sociais como, por exemplo, disciplinas, programas, projetos e atividades de pesquisa e/ou extensão.

Estudos como o de Fialho, Nunes e Carvalho (2017) e Farias e Farias (2017) demonstram que o interesse e a produção científica sobre mediação da informação têm se consolidado no campo da Ciência da Informação (CI), ou seja, essas pesquisas representam um esforço dos grupos de pesquisas em desenvolver estudos, programas, projetos e atividades para explorar o fenômeno.

Fialho, Nunes e Carvalho (2017) identificaram 38 grupos de pesquisa sobre mediação da informação registrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), alocados na grande área de Ciências Sociais e Aplicadas e na área de Ciência da Informação.

Tal esforço se reflete na significativa produção acadêmica em eventos científicos da área como o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib). Entendido como o:

> [...] principal evento de Pesquisa e de Pós-graduação do campo da Ciência da Informação do Brasil e visa discutir e refletir a produção de conhecimento na área, de modo a estimular, por meio de amplo diálogo entre os pesquisadores/as que nela atuam, a realidade da pesquisa e dos programas de pós-graduação (Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2025, para. 1).

Ressaltamos, especialmente, o terceiro grupo de trabalhos (GT3) intitulado "Mediação, Circulação e Apropriação da Informação", uma vez que se dedica aos estudos da mediação da informação, incluindo aspectos voltados à circulação, apropriação, leitura, dispositivos mediadores, protagonismo social, bem como às pessoas leitoras e mediadoras (postura, formação, perfil e qualificações) (Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2025).

Farias e Farias (2017) verificaram a presença de 35 trabalhos publicados no GT3, de um total de 44. A pesquisa ocorreu em maio de 2016 e teve como recorte temporal o período de 10 anos, compreendendo os anos de 2005 a 2014. Já Fialho, Nunes e Carvalho (2017) identificaram 277 publicações sobre mediação relacionadas ao GT3 da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) entre os anos de 2005 a 2016. O que representa um aumento expressivo na quantidade de produções com uma diferença temporal pequena.

Entendemos que o esforço no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas é um dos fatores que tem possibilitado o desenvolvimento conceitual e metodológico em torno da mediação da informação. Além

disso, destaca-se a aproximação do conceito com a prática, tornando a ação mediadora um processo contínuo, dinâmico e aplicável a diferentes contextos e grupos sociais, bem como aos campos da Arquivologia e da Biblioteconomia.

Para exemplificar essa diversidade de ações mediadoras, cita-se o estudo de Calheira *et al*. (2020) que analisam os trabalhos sobre a mediação da informação e da leitura relacionada ao idoso na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no GT3 do Enancib, entre os anos de 2014 e 2019. O estudo identificou, apenas, oito comunicações científicas que relacionam o tema mediação e o sujeito idoso nas duas fontes informacionais investigadas. Este resultado demonstra a necessidade de ampliar as pesquisas referente a mediação da leitura voltada para a pessoa idosa "Considerando que esse público tem aumentado gradativamente e que o bem-estar e o convívio social são essenciais para o aumento da expectativa de vida" (Calheira *et al*., 2020, p. 599).

Outro exemplo: Farias e Santos (2020) analisam a produção científica sobre mediação da informação em arquivos, indexada na base de dados BRAPCI, no período de 2010 a 2020. A partir da pesquisa, "[...] constatou-se apenas 10 publicações sobre mediação da informação em arquivos ao longo dos últimos 10 anos. Assim sendo, percebemos **uma carência** na literatura arquivística sobre essa temática." (Farias & Santos, 2020, p. 41). Além disso, enfatizam que o mapeamento realizado buscou provocar discussões e reflexões a fim de incentivar a realização de futuras pesquisas.

Em relação à extensão, de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, podemos entendê-la como um

> [...] processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (*Resolução nº 7*, 2018, Art. 3º).

Nesse sentido, compreendemos a extensão universitária enquanto um conjunto de atividades que visam estabelecer uma interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade, de modo a desenvolver o protagonismo dos sujeitos envolvidos, estimulando a formação crítica e cidadã e incentivando a reflexão sobre o compromisso social das instituições de ensino superior com o desenvolvimento de todas as áreas da sociedade.

Salienta-se que, o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), responsável por definir as políticas acadêmicas de extensão, publicou em 2007, o documento intitulado "Extensão Universitária: organização e sistematização", no qual estabelece as seguintes atividades de extensão: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, produção e publicação acadêmica (produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão) (FORPROEX, 2007).

Destaca-se que os desenvolvimentos dessas ações refletem o exercício da função das universidades, principalmente, ao disseminar os conhecimentos produzidos por elas à comunidade externa. De acordo com Silva (2017, p. 73),

> [...] deixar de ser uma instituição desarticulada dos interesses sociais e tornar-se protagonista de um processo educativo capaz de interferir na sociedade é uma conquista que deve ser galgada por essas instituições. A universidade participativa está intimamente relacionada à aproximação desta com a realidade externa e provoca um processo de revisão do processo de interpretação da missão educacional da Instituição.

As atividades extensionistas integram um processo educativo centrado no protagonismo social, que amplia e possibilita o diálogo e a colaboração entre a universidade e a sociedade. Para a FORPROEX (2007)

> A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis

> de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2007, p. 12).

Assim, observamos que os princípios da extensão encontram familiaridade com os fundamentos da mediação da informação. Segundo Almeida Júnior (2015, p. 25), a mediação da informação é

> [...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A mediação da informação é percebida como as ações de interferências realizadas pelos profissionais da informação visando a apropriação dos conteúdos informacionais a fim de atender uma necessidade ou mesmo gerar novas inquietações (Almeida Júnior, 2015). Portanto, envolvem o diálogo, a interação, o protagonismo, bem como o trabalho interdisciplinar e colaborativo em uma perspectiva transformadora.

Na tentativa de compreender as possíveis relações entre a mediação da informação e a extensão universitária, Frutuoso e Silva (2022, p. 262) partem do pressuposto de que:

> [...] tanto a Extensão Universitária como a mediação da informação são temas de atuação pedagógica e institucional que visam a construção de estratégias e atividades as quais contribuam e interfiram na comunidade. Ou seja, a Extensão Universitária também prima pela intervenção e interferência como a mediação da informação, por isso ambas as dimensões possuem pontos potencialmente comuns que podem ser explorados e trabalhados no cotidiano acadêmico de uma forma contextual.

Frutuoso e Silva (2021, p. 5) propõem algumas aproximações e relações entre a mediação da informação e a extensão, a partir de nichos temáticos:

> [...] que podem ser planejados, desenvolvidos e executados por meio de metodologias dialógicas, interacionistas e interdisciplinares. Desse modo, um dos fenômenos pelos quais intercorre a mediação na extensão é através de suas modalidades supracitadas, como se pode vislumbrar a seguir: a) mediação da informação no âmbito de programas extensionistas; b) mediação da informação no âmbito de projetos extensionistas; c) mediação da informação no âmbito de cursos extensionistas; d) mediação da informação no âmbito de eventos extensionistas; e) mediação da informação no âmbito de prestação de serviços extensionistas; f) mediação da informação no âmbito de produção e publicação científica extensionista.

Diante do exposto, entendemos que as iniciativas de pesquisa e extensão universitária em mediação da informação desempenham um papel estratégico no desenvolvimento da sociedade, ao promoverem o fortalecimento do diálogo entre a universidade e a comunidade, sobretudo por meio de ações integradas que desenvolvem intervenções voltadas à solução de problemas, à construção de novos conhecimentos, à formação crítica de sujeitos e à valorização dos saberes locais. Além disso, essas atividades de pesquisa e extensão contribuem para ampliar o impacto social da produção acadêmica, além de se mostrarem essenciais para a construção de uma sociedade mais equitativa, ao favorecerem a participação cidadã.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa se configura como descritiva, pois se propõe a descrever os programas, projetos e atividades de pesquisa e extensão

desenvolvidos no âmbito dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia de universidades públicas brasileiras. Por isso, adotamos a abordagem qualitativa de modo a analisar o fenômeno da mediação da informação a partir dessas ações relatadas pelos coordenadores dos respectivos cursos.

O universo é constituído por 32 cursos de Biblioteconomia e 16 cursos de Arquivologia de universidades públicas brasileiras.

A amostra foi composta pelos cursos das 10 universidades que forneceram a anuência para participar da pesquisa, são elas: Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), embora tenham consentido participar da pesquisa, não responderam ao questionário. Logo, contemplou-se, sete cursos de Arquivologia e nove de Biblioteconomia das sete universidades participantes.

Dessa forma, os critérios para a seleção foram: possuir um curso nas áreas mencionadas (sendo públicos e gratuitos) e concordar em participar da pesquisa, a partir de termo de anuência submetido ao Comitê de Ética (nº 74960122.7.0000.5531).

Aplicamos um questionário *on-line* com os 16 coordenadores dos cursos e obtivemos 11 respostas, sendo seis de Arquivologia e cinco de Biblioteconomia.

Foram criados códigos alfanuméricos para identificar os cursos participantes. Assim, os cursos de Arquivologia foram designados como: A1-UNESP, A2-UFSC, A3-UFBA, A4-UFRGS, A5-UFMG e A6-UNIRIO. Já os cursos de Biblioteconomia foram representados pelos códigos: B1-UFMG, B2-UDESC, B3-UNIRIO, B4-UFBA e B5-UFRGS. No entanto, optou-se por manter em sigilo o nome dos participantes da pesquisa. No Quadro 1, apresentamos o passo a passo do delineamento da amostra.

Quadro 1 - Delineamento da amostra

	Curso de Arquivologia	**Curso de Biblioteconomia**
Concordou com o termo de anuência	- Universidade Estadual Paulista (UNESP)	- Universidade Estadual Paulista (UNESP)
	- Universidade Federal da Bahia (UFBA)	- Universidade Federal da Bahia (UFBA)
	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
	- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
	- Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
	- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
		- Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
		- Universidade Federal de Sergipe (UFS)
	Total: 7 cursos	**Total: 9 cursos**
	Total de cursos: 16	
Não respondeu ao questionário *on-line*	- Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
		- Universidade Federal de Sergipe (UFS)

		- Universidade Estadual Paulista (UNESP)
		- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
	Total Geral de respondentes: 6	**Total Geral de respondente: 5**
Cursos participantes da pesquisa	A1-UNESP, A2-UFSC, A3-UFBA, A4-UFRGS, A5-UFMG e A6-UNIRIO.	B1-UFMG, B2-UDESC, B3-UNIRIO, B4-UFBA e B5-UFRGS

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O questionário foi aplicado de forma *on-line*, através do *Google Forms* no período de novembro de 2024 a janeiro de 2025. Foi constituído de 20 questões 9 objetivas e 11 subjetivas; contemplou aspectos referentes ao conceito de mediação da informação, às competências promovidas pelos cursos, aos desafios enfrentados para a formação do perfil do mediador e outros quesitos relacionados. No entanto, optamos por definir um recorte para este trabalho com foco na relação da mediação com a pesquisa e a extensão universitária.

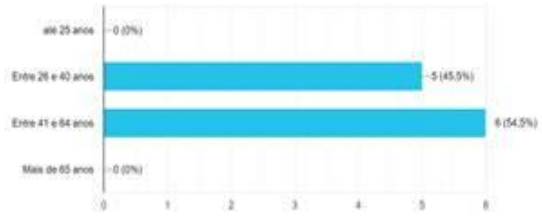
Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa a partir de categorias de assunto pré-definidas, a saber: perfil dos participantes; projetos e ações de pesquisa; e projetos e ações de extensão. E interpretados à luz da literatura acadêmica. Os extratos das respostas dos participantes são utilizados ao longo da descrição dos dados de forma a exemplificar e subsidiar a análise.

Resultados Parciais

Antes de adentrarmos na apresentação e análise dos dados acerca da percepção dos participantes sobre os projetos de pesquisa e/ou extensão promovidos no âmbito dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, consideramos necessário apresentar um breve perfil que foi delineado para fins deste estudo, realizado com 11 docentes que atuam na coordenação dos referidos cursos. Destaca-se que, apesar de Biblioteconomia ter o dobro de cursos (32), teve apenas 5 respondentes. Já o curso de Arquivologia teve 6 respondentes, de um total de 16 cursos.

Sobre o perfil dos participantes, identificamos que 72,7% se reconhecem como do gênero feminino e apenas 27,3% indicaram o masculino. Em relação à idade, verificamos uma faixa etária entre 25 e 64 anos, conforme ilustrado no Figura 1.

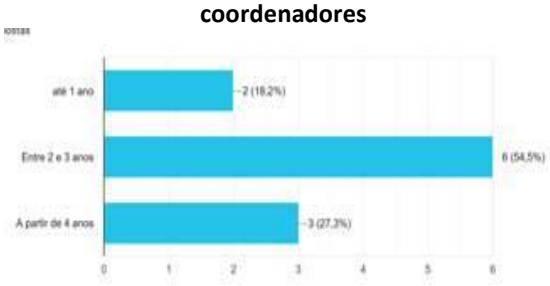
Figura 1: Faixa etária indicada pelos coordenadores



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maioria dos docentes atua como coordenadores (90,9%), sendo que apenas um indicou ser vice-coordenador. Quanto ao tempo de atuação no cargo mencionado, os resultados demonstram que um pouco mais da metade (54,5%) indica possuir entre dois e três anos de atuação na coordenação. Além disso, 27,3% afirma estar há quatro anos ou mais no cargo (Figura 2).

Figura 2: Tempo de coordenação indicado pelos coordenadores



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Apenas 18,2% informaram ter até um ano de tempo de atuação. Logo, esses dados se mostram favoráveis para o desenvolvimento

da pesquisa, tendo em vista que o maior tempo de atuação pode indicar mais familiaridade e conhecimento da estrutura curricular do curso, bem como conhecimento das experiências e atividades desenvolvidas ligadas à formação do perfil dos discentes.

Em relação ao curso de alocação dos docentes, percebemos que 54,5% atua em Arquivologia e 45,5% no curso de Biblioteconomia, de acordo com os dados apresentados na Figura 3.

Figura 3: Curso de atuação indicado pelos coordenadores



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Notamos, portanto, um equilíbrio em relação à distribuição dos participantes por curso. Embora não houvesse a pretensão de realizar uma análise comparativa neste trabalho, isso nos forneceu uma visão mais aproximada e proporcional da realidade de cada um.

Acerca dos **projetos de pesquisa** realizados, perguntamos aos coordenadores dos cursos, que participaram da pesquisa, quais projetos de pesquisa o curso realiza para desenvolver o perfil mediador e como eles contribuem para a formação do mediador.

Os entrevistados dos cursos A3-UFBA; B1-UFMG e B3-UNIRIO (noturno) responderam que os professores que trabalham com a temática 'Mediação da informação' são as pessoas mais apropriadas para responder a esta pergunta. Diante dessa afirmação e da observação de algumas respostas menos específicas, podemos inferir que há a necessidade de um mapeamento mais sistematizado das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas nos cursos.

Diante disso, entendemos que os colegiados dos cursos podem não ter pleno conhecimento das atividades desenvolvidas no âmbito da pesquisa e isso pode dificultar, por exemplo, a análise da estrutura curricular, bem como o seu acompanhamento e avaliação.

Por outro lado, isso também aponta uma limitação da pesquisa ao contemplar na amostra apenas os coordenadores dos cursos. Os resultados apontam para a necessidade de escuta dos docentes que ministram componentes curriculares ou desenvolvem estudos que possuam aderência à temática. Apesar disso, a resposta de A3-UFBA se mostrou bem específica ao citar nove projetos de iniciação científica realizados no curso de Arquivologia para incentivar a produção do conhecimento, são eles:

> 1) Mediação consciente da leitura musical para o protagonismo social; 2) Ações de mediação e gestão da informação; 3) Sentido e significado nas ações de mediação da leitura musical: reflexões por meio de práticas musicais; 4) A mediação da informação e a formação acadêmica de arquivistas e bibliotecários: saberes informacionais necessários ao perfil do mediador; 5) Educação para competência em informação em comunidades quilombolas; 6) Regime de informação da rede digital de informação e conhecimento; 7) Entrelaces da mediação da leitura e da mediação da informação: leituras sobre a periferia de salvador a partir da fotografia; 8) Mediação cultural e a constituição da memória e da identidade a partir das informações advindas das práticas musicais; 9) Memória, Identidade e Mediação Cultural nas produções da Informação Musical e seus Entrelaçamentos com a Alteridade.

A2-UFSC destaca que "[...] os discentes têm participação direta atuando como pesquisadores ou em projetos de extensão." Já B4-UFBA afirma que o curso tem "[...] grupos de pesquisa e pesquisadores que realizam estudos especificamente sobre mediação." e que eles se relacionam com estudos diversos. Embora não tenham sido citados especificamente os projetos desenvolvidos, os relatos enfatizam a atuação em grupos de pesquisa cujo objeto de estudo é a mediação e, sobretudo, a participação dos discentes nos grupos e atividades desenvolvidas.

Nessa perspectiva, Espírito Santo e Monteiro (2017, p. 523) argumentam que "O corpo discente e professores em contato com o aporte teórico da mediação da informação em alguma medida apontam a necessidade da ressignificação das posições e das ideias para além dos muros da universidade." De tal modo, os autores apontam para a demanda por um maior protagonismo discente nestas iniciativas que relacionam a teoria à prática mediadora.

Sem citar os projetos que o curso desenvolve, B5-UFRGS relata que os "Projetos de Extensão acadêmica, voltados às reais necessidades dos usuários, [...] [melhoram] a estrutura das Bibliotecas e unidades de informação em geral." Já A1-UNESP afirma que "[...] os projetos de extensão estão na direção do perfil de liderança." Verificamos que o relato é voltado para as ações extensionistas que, embora possam envolver a pesquisa, possuem outros objetivos e motivações, conforme defendido pela Resolução nº 7 (2018). Isso impossibilitou saber com clareza se o curso contempla ou não a mediação da informação no âmbito da pesquisa.

A5-UFMG e A6-UNIRIO informaram não ter projetos relacionados à temática, o que chama a atenção, pois indica que a mediação da informação pode ser pouco explorada nos cursos no âmbito da pesquisa. Em estudo realizado em 2024, também não identificamos componentes curriculares que tratam especificamente da temática no ensino de Arquivologia nestas instituições (Brandão, Santos & Teixeira, 2024). Na ocasião, encontramos, apenas, componentes curriculares que contemplam a mediação da informação de maneira indireta nas disciplinas voltadas ao estudo de usuário, serviço de referência e educação dessas universidades (Brandão & Teixeira, 2024).

Por fim, B2-UDESC cita que "[...] há relatos de Trabalhos de Conclusão e de Mestrado que abordaram a temática." No entanto, não deixa claro o teor do conteúdo abordado pelas pesquisas e se os trabalhos decorreram da atuação em grupos de pesquisa. Destacamos, ainda, que apenas A4-UFRGS não respondeu ao questionamento. Esses relatos apontam tanto para a necessidade de uma articulação mais efetiva entre os coordenadores e os professores que desenvolvem atividades de pesquisa sobre a temática nos cursos, quanto para a possibilidade de que a mediação da informação esteja sendo realizada de maneira não sistematizada ou pouco evidente.

Também questionamos se o curso desenvolve **programas, projetos e atividades de extensão** que aproximam o estudante da comunidade/setores da sociedade. E em caso positivo, quais seriam eles.

Nesse sentido, apenas A1-UNESP respondeu estar "[...] no início de elaboração dos projetos, programas e das atividades de extensão." Este relato demonstra a importância de iniciar atividades e projetos de extensão como componente essencial do pensamento e da prática universitária, além de buscar sua institucionalização, tanto no âmbito administrativo quanto no acadêmico (Frutuoso, & Silva, 2022).

Os demais cursos afirmaram ter vários projetos e programas de extensão, porém o A5-UFMG não mencionou quais seriam eles, e nem as suas temáticas. Já a B5-UFRGS citou que tem "Projetos de Extensão acadêmica, voltados às reais necessidades dos usuários, melhorando a estrutura das Bibliotecas e unidades de informação em geral."

A2-UFSC e B2-UDESC apresentaram apenas as temáticas dos projetos que são desenvolvidas pelos professores, por exemplo: "[...] combate à desinformação, formação em TICs, bibliotecas e leitura em espaços de privação de liberdade, biblioteca cidadã - voltada a pessoas em situação de rua." Observa-se, a partir do relato, que são desenvolvidos estudos que relacionam a mediação da informação com a educação, gestão da informação, competência em informação, música, mediação de leitura, mediação cultural, saúde, memória e o perfil e a formação de arquivistas e bibliotecários.

Com relação a estudos relacionados à mediação de leitura, infere-se que eles "[...] envolvem ações de interferência que podem influenciar as práticas sociais e culturais e contribuir para a construção e apropriação de novas informações." (Calheira *et al*., 2020, p. 593), assim como favorece uma compreensão mais crítica sobre as ações que impactam a sociedade.

Já A3-UFBA, A4-UFRGS, A6-UNIRIO, B1-UFMG, B3-UNIRIO e B4-UFBA elencaram os projetos e

programas que são promovidos pelos docentes como as disciplinas extensionistas, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Atividades extensionistas indicadas pelos coordenadores

Cursos	Projetos/programas/atividades
A3-UFBA	Participação em Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS); bem como estimula a realização de eventos de integração entre a graduação e a pós-graduação. Alguns dos Projetos e Programas de Extensão: 1) Programa DiversAção - cinema e leitura com diversidade; 2) Leituras Andantes: dialogando escrevivências; 3) Lapidar: ações de leitura para o protagonismo social; 4) Comportamento informacional dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal da Bahia e o processo de recuperação de conteúdos orientados à prevenção da Covid-19; 5) Comportamento informacional e saúde mental na pós-graduação: avaliação dos mecanismos de enfrentamento à ansiedade de informação de mestrandos e doutorandos vinculados à Universidade Federal da Bahia; 6) Comportamento humano e ansiedade informacional em discentes vinculados a programas de pós-graduação em Ciência da Informação (stricto sensu) do nordeste brasileiro; 7) Diálogos Reflexivos sobre Discência Universitária: Ansiedade e Normose Informacionais; 8) Curso de Elaboração de Anteprojetos de Pesquisa (Mestrado e Doutorado); 9) ICIne - Tema: Informação e memória social; 10) Promoção de competências infocomunicacionais para bibliotecários e arquivistas; 11) Competências infocomunicacionais para bibliotecários e arquivistas; 12) Normalização em trabalhos acadêmicos; 13) Rede Mediar; 14) Sala aberta live streaming; 15) Práticas leitoras com crianças de comunidade quilombola. Educação para competência em informação em comunidades quilombolas. Atualmente o Curso tem 3 (três) ACCS vinculadas a sua matriz curricular: ADML43 ACCS: Oficina de projetos em inteligência artificial ICIB97 ACCS: Etnotecnologia cultural em terreiros de candomblé ICIB98 ACCS: Infoeducando: competência em informação com jovens.
A4-UFRGS	Programas de extensão PAPEARQ e ECCOA que atuam na perspectiva da amplificação da arquivologia, dos arquivos e dos arquivistas.
A6-UNIRIO	Projetos de extensão vigentes: Colóquio Revis-Arq; DIGARQ; Arquivologia: memórias de uma ciência; Documentos arquivísticos: o que, por que e como preservar? Observa Abrigo: desenvolvimento de processos de gestão de documentos e informações em observatórios de políticas públicas; Oficinas práticas em arquivologia; Divulgação da Arquivologia, do arquivista e dos arquivos nas redes sociais; Café com Arquivo: o documento em revista; Arquivos e Direitos Humanos em Perspectiva Global; Empresa Júnior TEIA - Tecnologia, Empreendedorismo e Inovação em Arquivo Portal do Carnaval Memorável Samba Memória, documento e cidadania: reflexões sobre direitos humanos e participação popular Memórias e documentos em perspectiva social Comunicação e marketing da Arquivologia: um processo pedagógico inserido na comunidade universitária; Diálogos sobre práticas de tratamento em arquivos privados e pessoais; Memória

	bibliográfica: organização do acervo técnico da editora da UFRN; Núcleo Temático da Seca: Preservação, memória e acesso à informação a partir do Acervus; O Audiovisual como documento arquivístico e ferramenta didática: os filmes no CineArquivo Unirio entre ficção e documentário.
B1-UFMG	Programas de extensão como Carro-biblioteca, Boletim bairro a bairro, Hora do conto, entre outros.
B3-UNIRIO (noturno)	Projetos de extensão, que são coordenados pelos professores, tais como Cineclube Leila Ribeiro, Batendo pernas nas bibliotecas do Rio de Janeiro, Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Bibliotecas Populares do Município de Niterói (RJ), gerenciamento e divulgação do Repositório TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio: uma fonte de informação no campo da acessibilidade, dentre outros
B4-UFBA	Projetos de extensão e disciplinas de extensão (chamadas na UFBA de ACCS) que são voltadas à promoção de ações em comunidades. Temos ações em quilombos, terreiros de candomblé e escolas.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme observado, os resultados indicam que nos projetos de extensão são trabalhadas a dimensão cultural, tecnológica e educativa como evidenciam as ações citadas pela A3-UFBA: "[…] Oficina de projetos em inteligência artificial, ICIB97: Etnotecnologia cultural em terreiros de candomblé, ICIB98: Infoeducando: competência em informação com jovens." o que ressalta a importância da "[...] interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social [...]" (*Resolução nº 7*, 2018, Art. 5º).

A responsabilidade social e atuação ética também são representadas no depoimento destacado, assim como em outros relatos: B4 - UFBA: "Sim, tem projetos de extensão e disciplinas de extensão, [chamadas na UFBA de Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS)] que são voltadas à promoção de ações em comunidades. Temos ações em quilombos, terreiros de candomblé e escolas." Essas iniciativas demonstram uma preocupação com o desenvolvimento de ações que revelem atitudes de responsabilidade social e ética "[...] com respeito aos padrões universais de direitos humanos e de cidadania e com a participação de toda a sociedade; com respeito às diversidades e aos diferentes, sem discriminações (Felipe & Gomes, 2014, p. 161). Já B1 – UFMG diz ter: ''[...] programas de extensão como Carro-biblioteca, Boletim bairro a bairro, Hora do conto, entre outros."
Dessa forma, os cursos demonstram ter "[...] as preocupações da aprendizagem do conceito mediação no âmbito da Ciência da Informação, em conformidade com os princípios éticos e práticos da atividade profissional junto às minorias raciais, de gênero e, consequentemente, das reflexões sobre a exclusão social" (Espírito Santo & Monteiro, 2017, p. 517).

Além disso, os relatos também evidenciam a dimensão dialógica e o protagonismo de docentes e discentes, assim como da comunidade envolvida. Acerca disso, Frutuoso e Silva (2021, p. 6) consideram salutar "[...] a interação das Instituições de Ensino Superior (IES) com os campos da sociedade, auxiliando por meio do diálogo com o sujeito, a construção de sua consciência a qual permite questionar certezas e reconstruir conhecimentos."

Ou seja, esse diálogo estabelece uma ação de interferência, na qual contribui para a formação dessa consciência, principalmente, para o enfrentamento de desafios informacionais contemporâneos como, a exemplo do fenômeno da desinformação, minimizando, assim, os possíveis danos causados pelas informações manipuladas.

Considerações Parciais

Este trabalho buscou investigar ações de pesquisa e extensão realizadas pelos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia brasileiros para promover a mediação da informação. A mediação da informação, embora reconhecida como fundamental na formação de arquivistas e bibliotecários, ainda é abordada de forma limitada nas ações de pesquisa e extensão.

Além disso, vale destacarmos que alguns coordenadores não conseguiram apontar com precisão a presença de projetos que envolvem mediação. Isso pode indicar a necessidade de maior articulação desses coordenadores com as atividades desenvolvidas nos cursos, mas também pode significar que a mediação é trabalhada de forma não sistematizada ou de difícil identificação.

É importante considerarmos também as limitações desta pesquisa, tendo em vista que em virtude de não ter sido possível obtermos a anuência das demais instituições de ensino superior públicas que ofertam os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no país – com exceção daquelas que foram citadas na terceira seção deste trabalho – o estudo toma como base a realidade de uma pequena parcela do universo pretendido.

Para superá-las, consideramos de forma complementar as reflexões oriundas das outras fases da pesquisa, a observação empírica em torno dos currículos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia em consonância à perspectiva dos seus coordenadores possibilitou-nos ter uma visão mais abrangente em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes que estão sendo promovidos no âmbito desses cursos visando à formação de mediadores aptos, qualificados e conscientes do seu papel.

Nesse contexto, os resultados encontrados neste trabalho indicam que as iniciativas existentes são importantes, mas carecem de apresentação em um modelo sistemático e consolidado nos currículos. Logo, percebe-se, a necessidade de integrar a mediação da informação aos currículos de Arquivologia e Biblioteconomia, de maneira a potencializar a formação crítica, reflexiva e ética dos futuros profissionais da informação, fortalecendo seu compromisso com a transformação social.

Ademais, destaca-se que a proposta de inserir a mediação da informação no contexto da pesquisa e extensão contribui para a formação dos estudantes. No âmbito da pesquisa, eles são orientados em todas as etapas desde o levantamento bibliográfico, incluindo a seleção da amostra, pesquisa de campo, tratamento e análise dos dados, redação científica até a comunicação científica em eventos e produção de artigos científicos. Dessa forma, há uma contribuição efetiva no sentido de os estudantes desenvolverem conhecimento e experiência que os incentive a elaborar e desenvolver projetos de pesquisa, compartilhar e discutir conceitos em grupos de pesquisa e comunicar em eventos ou outras atividades envolvendo os pares ou a comunidade em geral, os resultados e percepções adquiridas nos trabalhos desenvolvidos.

Já a participação em ações extensionistas incentiva novas formas de interação e colaboração com comunidades e/ou grupos sociais, o que favorece a dimensão dialógica da mediação da informação. Além disso, estimula o protagonismo dos discentes no engajamento de propostas voltadas à transformação social.

Tal formação se mostra valiosa para a consolidação e apropriação dos fundamentos da mediação da informação, bem como para ajudar na construção de um perfil mediador colaborativo, crítico e consciente.

Por isso, este estudo não pretende apontar lacunas e nem tão pouco tecer julgamentos ou comparações entre os cursos e as atividades promovidas, mas sim dar luz às ações que tem sido desenvolvidas no âmbito da graduação em Arquivologia e Biblioteconomia relacionadas à mediação da informação, bem como despertar o interesse das Instituições de Ensino Superior (IES) para incentivar o aperfeiçoamento dessa temática durante a graduação, por meio de ações pedagógicas e realização de atividades de pesquisa e extensão que desenvolvam nos estudantes o perfil mediador.

Referências

Almeida Júnior, O. F. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In Bortolin, S., Santos Neto, J. A., & Silva, R. (Orgs.), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9–32). ABECIN.

Almeida Júnior, O. F. de. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesq. bras. Ci. Inf.*, 2(1), p. 89-103 https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170/170

Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. (2015). ENANCIB. https://enancib2025.ibict.br/o-evento/sobre/

Brandão, G., Teixeira, A. P. S. S., & Santos, K. (2024). Relações entre a Mediação da Informação e os saberes informacionais: um olhar sobre a formação acadêmica de arquivistas e bibliotecários brasileiros. *Revista Conhecimento Em Ação*, 9, e65969. https://doi.org/10.47681/rca.v9i.65969

Brandão, G., & Teixeira, A. P. S. S. (2024). *Disciplinas relacionadas à mediação da informação nos currículos de arquivologia e biblioteconomia*. Anais do XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (pp. 1-16). ANCIB. Vitória-Espírito Santo https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2462/1832

Brandão, G., Teixeira, A. P. S. S., Soares, L., Neiva, L., & Santos, K. (no prelo). Perspectivas acerca do perfil do Mediador da Informação. *Informação & Informação*

Calheira, F. J. S., Santos, R. do R., Jesus, I. P. de, & Assis, P. O. (2020). Tendências da produção científica sobre a mediação da informação e mediação da leitura voltada para o idoso. *Revista ACB,* 25(3), 588–602. https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1720

Espírito Santo, S. M. do; Monteiro, C. A. B. (2017). Mediação e recepção da informação experiência de ensino, pesquisa e extensão. (M. M. Borges, & E. S. Casado, Coord.). Anais do VIII Encontro Ibérico EDICIC (pp. 517-526). Universidade de Coimbra, Coimbra-Portugal.

Farias, D. dos S., & Santos, T. H. do N. (2020). A produção científica sobre mediação da informação em arquivos: uma análise bibliométrica. *Iris – Informação, Memória e Tecnologia*, 6, pp. 28-43 https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/view/248583/37441

Farias, M. G. G., & Farias, G. B. de. (2017). Mediação na Ciência da Informação: uma análise bibliométrica na coleção Benancib. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*, *10*(2), 332–349. https://doi.org/10.26512/rici.v10.n2.2017.2551

Felipe, A. A. C., & Gomes, J. F. (2014). Parceria entre Ciência da Informação e responsabilidade social universitária para fins de inclusão social. *Rev. digit. bibliotecon. cienc. Inf*. 12(1), pp.147-163 https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1622/pdf_51

Fialho, J. F., Nunes, M. S. C., & Carvalho, T. de. A. (2017). Mediação da informação nos grupos de pesquisa e no GT3 dos ENANCIB: espaços de comunicação científica em Ciência da Informação. *Em Questão*, 23(2), pp. 252–276 https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/66952

Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2007). *Extensão universitária: organização e sistematização*. (E. J. Corrêa, Org.). Cooperativa Editora e de Cultura Médica, pp. 1-112 https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf

Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (K. M. Silva, Trad.). Cortez & Moraes.

Frutuoso, A. M. R., & Silva, J. L. C. (2021). Extensão universitária como prática de mediação: o projeto nas entrelinhas da arte na interação entre a Universidade Federal do Cariri e a Escola de Ensino Médio José Bezerra de Menezes em Juazeiro do Norte. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 26(1) https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1742

Frutuoso, A. M. R., & Silva, J. L. C. (2022). Abordagens conceituais e relacionais entre extensão universitária e mediação da informação. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc*., 12(2) pp. 261-283 https://revistas.usp.br/incid/article/view/180768/177601

Garcia, C. L. S., Almeida Júnior, O. F. de, & Valentim, M. L. P. (2011). O papel da mediação da informação nas universidades. *Revista EDICIC*, 1(2), pp. 351-359 https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/79dd0d9d-30bb-450e-94e7-2e6c1d8969c4/content

Gomes, H. (2020). Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade: Estudos*, 30(4), pp. 1-23 https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516

Moraes, M. B. (2019). Mediação Informativo-cultural: e a formação dos mediadores? *Ciência Da Informação Em Revista*, 6(2), pp. 69-89 https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7254

Moraes, M. B., & Almeida, M. A. (2013). Mediação da informação, ciência da informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. *Informação & Informação, 18*(3), 175–196. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12349

Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. (2018, dezembro 18). Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Ministério da Educação. https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192

Santos Neto, J. A., & Almeida Júnior, O. F. (2016). A disciplina mediação da informação nos currículos de arquivologia, biblioteconomia e museologia no Brasil. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 3*(1), 3–23. http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71531

Santos, R. R., Sousa, A. C. M., & Gomes, H. F. (2021). As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. *Em Questão, 28*(1), 281–298. https://doi.org/10.19132/1808-5245281.281-298

Silva, E. do N. (2017). *A responsabilidade social da Biblioteconomia nas ações de extensão universitária*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia] Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25357/1/TESE%20FINAL%20REPOSIT%C3%93RIO.pdf

NOTAS

[1] Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Clubes de leitura e bibliotecas de Ensino Superior: aliados no desenvolvimento do pensamento crítico

Cristina Domínguez-Iglesias, Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, https://orcid.org/0009-0000-4698-2554, Portugal, cristinaiglesias@ese.ipvc.pt

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6645

Eixo: Impactos Sociais

Resumo

O artigo examina o papel das bibliotecas de Ensino Superior como agentes pedagógicos complementares à educação formal, destacando a sua contribuição no desenvolvimento do pensamento crítico entre os estudantes universitários, por meio da criação e implementação de clubes de leitura. Neste contexto, as bibliotecas assumem uma função ativa na formação de cidadãos críticos, refletindo o seu papel como centros de inovação pedagógica.

Os clubes de leitura no Ensino Superior representam uma prática pedagógica de educação não formal, na qual se abordam temas contemporâneos, num cenário em que a sobrecarga informativa na *internet*, a proliferação de notícias falsas e a polarização política se tornam desafios constantes para a formação académica e cidadã. A disseminação de opiniões desinformadas, muitas vezes desprovidas de base científica ou social, sublinha a necessidade urgente de práticas que incentivem a análise crítica das fontes e a construção de conhecimento autêntico. Perante este cenário torna-se necessário adotar metodologias para a reflexão profunda, a partilha de ideias e o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais para a cidadania digital.

As práticas relatadas no artigo evidenciam que os clubes de leitura não só são amplamente valorizados pelos estudantes, mas também oferecem uma plataforma eficaz para o desenvolvimento de competências de cidadania, argumentação e raciocínio autónomo. Além disso, a interação e o debate entre os participantes contribuem para o fortalecimento do sentido de comunidade académica e para a promoção da diversidade de opiniões, fatores essenciais para a formação de um pensamento independente e responsável.

Por fim, o artigo também destaca a relevância das bibliotecas de Ensino Superior como agentes educativos que, ao integrar o conceito de literacia da informação, promovem a resistência à desinformação e favorecem a criação de ambientes de aprendizagem colaborativa.

Palavras-chave

Bibliotecas Ensino Superior; Pensamento crítico; Clubes de leitura; Ensino Superior;

Resumen

El artículo examina el papel de las bibliotecas universitarias como agentes pedagógicos complementarios a la educación formal, destacando su contribución en el desarrollo del pensamiento crítico entre los estudiantes universitarios, a través de la creación e implementación de clubes de lectura. En este contexto, las bibliotecas asumen una función activa en la formación de ciudadanos críticos, reflejando su papel como centros de innovación pedagógica.

Los clubes de lectura en la educación universitaria representan una práctica pedagógica de educación no formal, en la que se abordan temas contemporáneos en un escenario donde la sobrecarga informativa en internet, la proliferación de noticias falsas y la polarización política constituyen desafíos constantes para la formación académica y

ciudadana. La diseminación de opiniones desinformadas, a menudo carentes de base científica o social, subraya la necesidad urgente de prácticas que fomenten el análisis crítico de las fuentes y la construcción de conocimiento auténtico. En este sentido, los clubes de lectura surgen como espacios privilegiados para la reflexión profunda, el intercambio de ideas y el desarrollo de habilidades cognitivas esenciales para la ciudadanía digital.

Las prácticas relatadas en el artículo evidencian que los clubes de lectura no solo son ampliamente valorados por los estudiantes, sino que también ofrecen una plataforma eficaz para el desarrollo de competencias de ciudadanía activa, argumentación y pensamiento crítico. Además, la interacción y el debate entre los participantes contribuyen al fortalecimiento del sentido de comunidad académica y a la promoción de la diversidad de opiniones, factores esenciales para la formación de un pensamiento independiente y responsable.

Por último, el artículo también destaca la relevancia de las bibliotecas universitarias como espacios que, al integrar el concepto de alfabetización informacional, promueven la resistencia a la desinformación y favorecen la creación de entornos de aprendizaje colaborativo.

Palabras clave
Bibliotecas universitarias; Pensamiento crítico; Clubes de lectura; Educación Superior

Abstract

This article examines the role of Higher Education libraries as pedagogical agents that complement formal education, highlighting their contribution to the development of critical thinking among university students through the creation and implementation of reading clubs. In this context, libraries take on an active role in the formation of critical citizens, reflecting their position as centres of pedagogical innovation.

Reading clubs in Higher Education represent a non-formal educational practice in which contemporary issues are addressed in a context marked by information overload, the proliferation of fake news, and political polarisation, persistent challenges to academic and civic education. The spread of misinformed opinions, often lacking scientific or social foundation, underscores the urgent need for practices that foster critical analysis of sources and the construction of authentic knowledge. In this sense, reading clubs emerge as privileged spaces for deep reflection, debate, and the development of cognitive skills essential to digital citizenship.

The practices discussed in this article show that reading clubs are not only highly valued by students, but also provide an effective platform for developing citizenship, argumentation, and critical thinking skills. Furthermore, interaction and debate among participants contribute to strengthening the sense of academic community and encouraging diverse perspectives, both essential to the formation of independent and responsible thinking.

Finally, the article also highlights the relevance of university libraries as spaces that, by integrating the concept of information literacy, promote resistance to disinformation and support the creation of collaborative learning environments.

Keywords
Higher Education libraries; Critical thinking; Reading clubs; Higher Education

Introdução

No atual contexto académico do Ensino Superior, deparamo-nos com desafios sem precedentes na história da humanidade, que colocam à prova tanto a estrutura institucional como a capacidade dos estudantes para desenvolver pensamento crítico. A transformação digital acelerada, a democratização do acesso à informação e a constante exposição de conteúdo nas redes sociais trouxeram consigo fenómenos paradoxais: se por um lado, a informação está mais disponível do que nunca, por outro, a capacidade de a avaliar criticamente parece

diminuir. A sobrecarga informacional, a proliferação de conteúdos digitais de baixa qualidade e o fenómeno das "notícias falsas" resultam de uma utilização massiva e acrítica da internet e das redes sociais. A estes fenómenos junta-se a chamada era da "pós-verdade", em que a credibilidade é frequentemente atribuída à opinião ou à emoção, em detrimento da verificação factual ou da análise racional. Neste cenário, o pensamento crítico revela-se mais urgente do que nunca.

Como sublinha Carr (2010), o uso intensivo da internet está a transformar os nossos hábitos mentais, tornando-nos leitores mais rápidos, porém menos reflexivos. A sua tese, baseada em investigações interdisciplinares, alerta para a substituição do pensamento profundo por uma atenção fragmentada, com implicações sérias para a educação e para o desenvolvimento do pensamento crítico. Neste contexto, os clubes de leitura podem ser entendidos como espaços contra-hegemónicos, que reabilitam a leitura lenta, a concentração sustentada e o diálogo crítico, competências cada vez mais escassas num ecossistema digital dominado pela velocidade e pela superficialidade.

Simultaneamente, a pressão académica e a crescente dificuldade de concentração dos estudantes contribuem para a disseminação de estratégias de trabalho orientadas pelo princípio do "mínimo esforço – máxima gratificação" Saiz (2020), facilitadas pelo uso de ferramentas baseadas em modelos de linguagem de larga escala (LLMs), comummente designadas por "inteligência artificial". O recurso a soluções automatizadas para responder a exigências académicas levanta questões éticas e pedagógicas sobre a autonomia intelectual, a integridade e o compromisso com a aprendizagem. Este contexto desafia os educadores e as instituições a criar alternativas pedagógicas que favoreçam uma atitude ativa e reflexiva perante o conhecimento, para além dos conteúdos e dos resultados imediatos.

De acordo com Paul e Elder (2014), o pensamento crítico é o processo de analisar e avaliar o pensamento com o propósito de o melhorar. Esta definição implica a capacidade de raciocinar de forma lógica, de questionar pressupostos, de considerar diferentes pontos de vista e de tomar decisões fundamentadas com base em critérios intelectualmente rigorosos. Os autores defendem que o pensamento crítico exige domínio de padrões universais, como a clareza, a exatidão, a pertinência, a profundidade e a imparcialidade, e pressupõe disposições intelectuais como a humildade, a coragem, a empatia, a integridade e a perseverança. Assim, pensar criticamente não é apenas raciocinar bem, mas também desenvolver uma atitude ética perante o conhecimento e a sociedade.

A promoção do pensamento crítico no Ensino Superior não deve limitar-se a intervenções pontuais em disciplinas isoladas, mas deve antes integrar-se numa visão educativa mais abrangente e coerente. Como refere Saiz (2020), o pensamento crítico é uma competência complexa que requer treino deliberado e sistemático, com recursos, tempo e acompanhamento adequados. O autor sublinha que, para que os estudantes se tornem pensadores críticos eficazes, é necessário desenvolverem tanto habilidades cognitivas, como atitudes metacognitivas, num ambiente que valorize a reflexão, a dúvida construtiva e o confronto de ideias. No entanto, os currículos académicos, cada vez mais orientados para a produtividade e a mensurabilidade, nem sempre favorecem este tipo de aprendizagem profunda.

Neste contexto, importa considerar alternativas pedagógicas que operem fora dos limites formais da sala de aula. A educação não formal, desenvolvida em contextos mais flexíveis e horizontais, permite a experimentação de práticas pedagógicas centradas no sujeito e nos processos de diálogo e colaboração. As bibliotecas de Ensino Superior, para além do seu papel tradicional de disponibilização e organização da informação, têm vindo a se afincarem dentro da academia como espaços de aprendizagem ativa e inclusivos para todo o tipo de alunos. Como lugares de encontro entre conhecimento e comunidade, entre mediação e autonomia, as

bibliotecas podem assumir um papel central na promoção de competências críticas, através da criação de contextos informais, mas intencionalmente formativos.

Neste sentido, os clubes de leitura emergem como estratégias particularmente eficazes para fomentar a análise fundamentada no Ensino Superior. Ao promoverem a leitura partilhada e a exploração de ideias em ambiente informal, inclusivo e não avaliativo, estas comunidades favorecem o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais essenciais para a análise crítica do mundo. A leitura em grupo estimula a escuta ativa, o respeito pela diferença, a expressão argumentada de opiniões e a construção colaborativa de sentido. Além disso, os clubes de leitura promovem o pensamento profundo, contrariando o ritmo acelerado da cultura digital. Ao ler, interpretar e discutir em conjunto, os estudantes são convidados a ativar as suas experiências, estabelecer inferências e consequentemente, elaborar pensamentos próprios.

Estudos recentes têm apontado os clubes de leitura como lugares de resistência crítica e de fortalecimento de comunidades de aprendizagem, nomeadamente em contextos universitários. Por exemplo, o artigo *"Vigilância, dados e desinformação: o clube de leitura como exercício de resistência"* Domínguez-Iglesias (2025), demonstra como a leitura partilhada pode constituir uma prática subversiva, ao promover a análise crítica das narrativas dominantes e o questionamento dos discursos mediáticos. Nestes espaços, a literatura torna-se um pretexto para a reflexão sobre temas contemporâneos, como a vigilância digital, as desigualdades sociais, a exclusão simbólica e a ética da informação, sempre numa lógica de diálogo emancipadora.

Neste artigo, propõe-se refletir sobre o papel dos clubes de leitura promovidos a partir das bibliotecas de Ensino Superior como práticas de educação não formal com potencial transformador no contexto das instituições de Ensino Superior em Portugal. Por meio de uma revisão teórica e da análise de práticas emergentes, pretende-se analisar como estes clubes podem funcionar como laboratórios de pensamento crítico, onde os estudantes são incentivados a pensar por si próprios, a escutar o outro e a participar ativamente na construção de saberes partilhados. Considera-se que, ao fomentar o gosto pela leitura e o diálogo, os clubes de leitura contribuem para formar estudantes mais conscientes, mais reflexivos e mais preparados para enfrentar os desafios intelectuais, éticos e sociais do presente.

Revisão da Literatura

A crescente preocupação com a redução do raciocínio autónomo nos estudantes do Ensino Superior tem motivado abordagens inovadoras por parte das bibliotecas universitárias, que procuram ir além das tarefas tradicionais associadas a este tipo de serviços. Neste contexto, os clubes de leitura criados pelas bibliotecas de Ensino Superior têm vindo a consolidar-se como ambientes propícios para o diálogo, a reflexão e o desenvolvimento intelectual. Diversos estudos têm explorado o seu potencial pedagógico, oferecendo perspetivas complementares que fundamentam a sua implementação em instituições de Ensino Superior.

Clubes de leitura: pedagogia crítica e participação

Azevedo (2023), na sua obra "Práticas de promoção da leitura no Ensino Superior: a estratégia metodológica dos Clubes de Leitura", apresenta uma experiência desenvolvida na Universidade do Minho que ilustra a eficácia dos clubes de leitura como prática de educação não formal. Sustentado numa abordagem dialógica e horizontal, o autor defende que a leitura partilhada em ambiente académico, mas não avaliativo, "incentiva a análise crítica e a interpretação pessoal. A discussão em grupo amplia a compreensão dos participantes, oferecendo diferentes pontos de vista e enriquecendo a experiência de leitura". Azevedo observa que os clubes de leitura "fomentam habilidades críticas, empatia literária e uma compreensão mais profunda do papel transformador que os

livros podem desempenhar na vida dos leitores".

Esta perspetiva articula-se com a visão proposta por Domínguez-Iglesias (2025), no artigo "Vigilância, dados e desinformação: o clube de leitura como exercício de resistência", onde é enfatizado o papel dos clubes de leitura como defensores do exercício intelectual, promotores da empatia entre os participantes dos clubes, e o discurso fundamentado. Segundo a autora, estes grupos constituem formas de resistência simbólica ao ruído informacional e à lógica da vigilância algorítmica, promovendo uma leitura crítica que questiona a desinformação e os mecanismos de controlo digital. Ao propor clubes de leitura como atos de cidadania crítica, a autora sublinha a sua relevância na formação de sujeitos conscientes, participativos e atentos à complexidade da realidade contemporânea.

Literatura, interpretação e construção de sentido

As propostas anteriores encontram eco na obra clássica de Rosenblatt, "Literature as Exploration" (1938), onde se defende a leitura literária como uma experiência estética e de transação. Para a autora, o significado do texto não reside apenas nas suas estruturas linguísticas, mas emerge da relação entre o leitor e a obra, num processo dinâmico de interpretação por parte do leitor. Esta abordagem enfatiza a importância da subjetividade, da escuta do outro e da criação de novas reflexões, princípios centrais também nas dinâmicas dos clubes de leitura. Ao incentivar os estudantes a posicionarem-se criticamente perante o texto e a refletirem sobre as suas próprias ideias, os clubes promovem um tipo de leitura que está na base do pensamento crítico.

Harvey Daniels, em Literature Circles: Voice and Choice in Book Clubs & Reading Groups (2002), reforça esta perspetiva ao propor modelos de círculos de leitura onde a escolha do livro, a divisão de papéis e a discussão em pequenos grupos promovem a autonomia dos leitores. Daniels defende que a voz ativa dos estudantes no processo de leitura aumenta a sua motivação e compromisso de participação, ao mesmo tempo que os desafia a argumentar, ouvir e reconstruir as suas interpretações com base no confronto de ideias.

Entre literacia crítica e pensamento reflexivo

Para além do plano literário, os clubes de leitura podem constituir-se como práticas eficazes de desenvolvimento da literacia crítica, conceito desenvolvido por autores como James Elmborg. No seu artigo "Critical Information Literacy: Implications for Instructional Practice (2006)", Elmborg critica uma visão instrumental da literacia da informação e propõe uma abordagem que privilegia o contexto social, cultural e político da produção e circulação da informação. Neste sentido, os clubes de leitura, ao fomentarem a análise crítica de discursos, narrativas e estruturas simbólicas, alinham-se com a literacia crítica enquanto prática transformadora e libertadora.

Do ponto de vista cognitivo, Saiz (2020), em "Pensamiento crítico y eficacia", oferece um contributo relevante ao sublinhar que o pensamento crítico exige treino deliberado e sistemático. O autor distingue entre "pensamento espontâneo" e "pensamento crítico eficaz", defendendo que o último depende do desenvolvimento de competências como a argumentação lógica, a identificação de falácias, a avaliação de fontes e a capacidade de tomar decisões fundamentadas. Neste quadro, os clubes de leitura podem ser concebidos como laboratórios informais de raciocínio autónomo fundamentado, onde os estudantes são expostos a desafios interpretativos, dilemas morais e pontos de vista divergentes, num ambiente cooperativo, seguro, mas, ao mesmo tempo, desafiador.

Este papel formativo dos clubes também é explorado por Hales, Hasselquist e Durr (2020), no artigo "Using Book Clubs to Support Inquiry in Teacher Education", em que os autores demonstram como os clubes de leitura, aplicados à formação de professores,

favorecem a reflexão pedagógica, o questionamento de práticas instituídas e o desenvolvimento de uma postura crítica sobre os conteúdos curriculares. Os autores sublinham que a leitura partilhada permite aos futuros docentes integrar perspetivas múltiplas, aprofundar a compreensão de temas complexos e desenvolver a empatia como ferramenta educativa.

Nesta mesma linha de raciocínio, Sanches, Antunes e Lopes (2021) reconhecem o potencial dos clubes de leitura para fomentar o pensamento crítico no Ensino Superior. Os autores sublinham que:

"Shared literary reading, particularly in reading groups, fosters literacy, critical thinking, helps curb the decline in reading habits, and increases the ability to concentrate and contemplate, while stimulating the mind, and spirit, and students' imagination [...]. Therefore, each group facilitator has scope to create, through the direct relationship with the group, renewed readings, uniting interpretations, and establishing the relationships between the various moments in a fluid way." (Sanches, Antunes & Lopes, 2020, p. 40)

Esta perspetiva reforça a ideia de que os clubes de leitura funcionam como práticas críticas situadas, onde a experiência da leitura se transforma num exercício de análise, partilha e construção de significados. A natureza relacional destes clubes, mediados por facilitadores atentos à diversidade e à escuta ativa, permite uma abordagem renovada à formação leitora e à cidadania crítica. Além disso, a própria estrutura horizontal dos clubes favorece um ambiente de confiança e de tomada de palavra, estimulando nos participantes a autonomia intelectual e o envolvimento ativo no processo formativo.

Literacia da informação no Ensino Superior: uma prática crítica e formativa

A literacia da informação, entendida como um conjunto articulado de competências que permitem aos indivíduos reconhecer a necessidade de informação, aceder a fontes relevantes, avaliar a credibilidade dos conteúdos e utilizá-los de forma ética e eficaz, constitui uma dimensão essencial da formação académica contemporânea. No contexto do Ensino Superior, esta literacia assume um papel estruturante no desenvolvimento da análise fundamentada, ao fomentar a capacidade dos estudantes para analisar, interpretar e transformar informação em conhecimento.

Segundo o Referencial da literacia da informação para o ensino superior: versão portuguesa, de Sanches, Antunes e Lopes (2022), a literacia da informação deve ser concebida não apenas como uma competência técnica, mas como uma prática crítica e situada. Os autores defendem uma abordagem formativa e transversal, na qual os estudantes são encorajados a desenvolver consciência da complexidade dos processos informacionais, incluindo os fatores sociais, culturais e éticos que os condicionam. Assim, a literacia da informação contribui para formar cidadãos capazes de questionar as fontes, analisar argumentos, identificar manipulações discursivas e tomar decisões fundamentadas, dimensões centrais do pensamento crítico.

Neste sentido, as bibliotecas de Ensino Superior podem deixar de ser vistas como meros repositórios de recursos, assumindo-se antes como espaços de mediação pedagógica, onde se desenham aspetos de aprendizagem crítica e colaborativa. Os clubes de leitura organizados a partir das bibliotecas oferecem um exemplo concreto desta função ampliada. Ao incentivarem momentos de discussão coletiva e interpretativa, estas práticas estimulam nos estudantes a capacidade de argumentar, de escutar ativamente, de acolher perspetivas divergentes e de refletir sobre as implicações ideológicas, epistemológicas e éticas dos textos lidos.

O referencial proposto por Sanches, Antunes e Lopes (2022) apresenta, ainda, uma série de domínios de competência, que vão da identificação da necessidade de informação à comunicação e uso ético dos dados, que podem ser diretamente trasladados ao diálogo nos clubes de leitura. Sobretudo quando estes

se orientam por temas socialmente relevantes e obras literárias ou ensaios com potencial reflexivo. Neste contexto, a prática da leitura é acompanhada pelo discernimento das questões sociais, e pela construção de saberes partilhados.

Ao articular o desenvolvimento de competências informacionais com práticas leitoras mediadas pela biblioteca, abre-se caminho para uma formação mais integral dos estudantes, onde o raciocínio autónomo emerge como uma capacidade transversal, exercitada tanto no acesso à informação como na análise dos seus conteúdos e significados.

Iniciativas de apoios institucionais

Reconhecendo o potencial dos clubes de leitura como ferramentas de promoção do pensamento crítico e da cidadania, o Plano Nacional de Leitura 2027 (PNL2027: https://www.pnl2027.gov.pt/np4/home) tem vindo a recomendar a criação e dinamização destas iniciativas em diversos contextos educativos. Embora a sua implementação no ensino superior ainda se encontre numa fase inicial e pouco sistematizada, o enquadramento dado pelo PNL2027 constitui um apoio institucional relevante, legitimando estas práticas enquanto estratégias de formação crítica e literária.

Entre os objetivos definidos no documento orientador do PNL2027, destaca-se o compromisso com a formação de leitores críticos e autónomos, capazes de compreender a leitura como uma prática social, cultural e ética. A valorização da leitura partilhada, assim como de ideias e da interpretação colaborativa, pretendem atingir esse objetivo e os clubes de leitura surgem como uma das formas práticas para o concretizar. A menção explícita a clubes de leitura no ensino superior em Portugal (ainda que de forma genérica), abre possibilidades para que bibliotecários, docentes e instituições de Ensino Superior encontrem apoio político e simbólico para investir nestas iniciativas.

Paralelamente, algumas instituições de Ensino Superior em Portugal têm integrado a promoção da leitura e da literacia crítica nos seus planos estratégicos, em articulação com políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento integral dos estudantes. A criação de clubes de leitura sob a alçada de bibliotecas universitárias ou de centros politécnicos, centros de investigação ou departamentos académicos tem vindo a consolidar-se como uma resposta inovadora aos desafios da educação contemporânea, nomeadamente no que respeita à fragmentação da atenção, ao consumo passivo de informação e à perda de capacidade argumentativa.

Este reconhecimento institucional permite que os clubes de leitura deixem de ser vistos como meras atividades extracurriculares, passando a ser valorizados como agentes de formação não formal com potencial transformador. A biblioteca de Ensino Superior, enquanto lugar de acesso democrático ao conhecimento e de promoção da literacia informacional, assume aqui um papel central como mediadora cultural e pedagógica, capaz de promover práticas de leitura que favoreçam este tipo de pensamento, a escuta ativa e o diálogo entre pares.

Neste contexto, urge reforçar os mecanismos de monitorização e avaliação destas práticas em contexto universitário, de forma a consolidar evidências que sustentem a sua replicação e integração mais estruturada nas políticas institucionais e educativas.

Clubes de Leitura no Ensino Superior: Práticas e Resultados

A implementação de clubes de leitura em instituições de Ensino Superior tem demonstrado resultados promissores no desenvolvimento do pensamento crítico. Hales, Hasselquist e Durr (2021) descrevem uma experiência realizada ao longo de quatro semestres em três cursos distintos de formação de professores numa instituição de ensino superior norte-americana. A proposta consistiu na integração de clubes de leitura estruturados em contextos disciplinares, com

turmas compostas por mais de quarenta estudantes cada, totalizando cerca de 150 participantes. Apesar de os clubes estarem inseridos formalmente no currículo e de implicarem avaliação, os autores destacam o elevado grau de envolvimento dos estudantes, que manifestaram satisfação com a experiência e consideraram-na significativa para o seu desenvolvimento pessoal e académico.

Os clubes de leitura foram organizados em torno de temas socialmente relevantes, (como racismo estrutural, justiça educativa, inclusão e ética docente), e articularam textos literários com textos académicos. A abordagem metodológica foi abordada mediante a leitura partilhada, a realização de diários reflexivos, análise em pequenos grupos e em debates orientados em sala de aula. Esta configuração permitiu aos estudantes desenvolver a capacidade de escuta ativa, o pensamento argumentativo e a articulação entre experiências pessoais e saberes teóricos, competências reconhecidas como centrais no raciocínio autónomo e fundamentado.

Um aspeto relevante desta prática foi a forma como os estudantes se apropriaram da leitura como uma experiência de construção de sentido partilhado, conectando os conteúdos com os desafios reais das suas comunidades e do futuro exercício profissional. Vários participantes relataram que a leitura coletiva, ao ser mediada por discussões abertas e horizontais, os ajudou a reformular preconceitos, aprofundar posicionamentos éticos e ganhar confiança para intervir criticamente em contextos educativos.

Mesmo no contexto de uma prática formalmente avaliada, o clube de leitura revelou-se um espaço fértil de diálogo e crescimento. Os estudantes valorizaram a oportunidade de refletir em profundidade sobre temas complexos, afastando-se de abordagens meramente técnicas. Para os autores, este tipo de atividade promove um modelo de formação docente mais humanista e crítico, onde a leitura literária funciona como catalisador de consciência social e de responsabilidade ética. Esta experiência reforça a ideia de que os clubes de leitura, mesmo quando integrados em unidades curriculares com critérios avaliativos, podem manter o seu caráter formativo, reflexivo e transformador. O trabalho de Hales, Hasselquist e Durr evidencia, assim, a versatilidade desta prática pedagógica e o seu contributo efetivo para o desenvolvimento de competências críticas entre os estudantes do ensino superior.

Por sua vez, Azevedo (2024) realizou um estudo exploratório centrado nas perceções de estudantes de cursos de educação de uma universidade pública portuguesa sobre a participação em clubes de leitura promovidos no contexto académico. A investigação teve como principal objetivo compreender o papel destas iniciativas na formação leitora dos estudantes e no desenvolvimento de competências críticas, tanto em formato presencial como digital. O autor conduziu entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário a um grupo diversificado de estudantes que haviam participado, ao longo de vários semestres, em clubes de leitura dinamizados em articulação com a biblioteca da instituição. As sessões, realizadas presencialmente ou em ambiente virtual (em particular durante o contexto pandémico), centravam-se na leitura partilhada de obras literárias contemporâneas e clássicas, seguida de debates orientados em torno de questões temáticas, éticas e pedagógicas suscitadas pelos textos.

Os resultados evidenciam que os estudantes atribuem grande valor à experiência de participar nestes clubes, não apenas pelo estímulo ao gosto pela leitura, mas sobretudo pelo contributo para a construção de uma identidade leitora mais reflexiva e consciente. Muitos participantes referiram que, ao longo das sessões, passaram a questionar de forma mais sistemática as narrativas e os discursos apresentados nos textos, desenvolvendo uma postura mais crítica face à informação, aos valores culturais e às práticas educativas. Esta capacidade de distanciamento crítico foi frequentemente associada à discussão em grupo, à escuta ativa de perspetivas

divergentes e à análise argumentativa dos temas abordados.

Além disso, os estudantes reconheceram o impacto positivo do clube de leitura na sua futura prática profissional, particularmente no que se refere à mediação da leitura em contextos educativos. Ao experimentarem, na condição de leitores, um modelo de leitura colaborativa e problematizadora, muitos manifestaram a intenção de replicar estas dinâmicas em contexto de sala de aula, para assim promover o juízo informado entre os seus futuros alunos.

Outro aspeto relevante da investigação prende-se com a valorização da dimensão digital dos clubes. Embora alguns participantes tenham inicialmente expressado reservas quanto à eficácia das sessões online, muitos reconheceram que os ambientes digitais, quando bem estruturados, também podem favorecer a interação, o debate e a criação de comunidades leitoras, desde que exista intencionalidade pedagógica e mediação qualificada.

Em suma, o estudo de Azevedo demonstra que os clubes de leitura, enquanto práticas de educação não formal integradas no contexto do ensino superior, têm um impacto significativo no desenvolvimento de hábitos de leitura, na formação do pensamento crítico e na preparação para práticas pedagógicas mais reflexivas. Esta evidência empírica reforça a importância de promover e consolidar este tipo de iniciativas nas instituições de ensino superior portuguesas, articulando bibliotecas, docentes e estudantes num esforço conjunto de valorização da leitura e da cidadania crítica.

Por último, Domínguez-Iglesias (2025) documenta a criação e implementação do clube de leitura, promovido pela Biblioteca Professor Luís Mourão da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), com o tema central: “Distopia Tecnológica e Desinformação”, no contexto do seu plano de dinamização cultural e literária. Esta iniciativa enquadrou-se numa estratégia mais ampla de promoção da literacia crítica e digital, assumindo um duplo propósito: cultivar o gosto pela leitura literária e, simultaneamente, fomentar a análise crítica de fenómenos contemporâneos ligados à cultura digital, à desinformação e à vigilância algorítmica.

O clube foi concebido como um espaço de educação não formal, onde os estudantes eram convidados a ler e debater obras literárias, tanto ficcionais como ensaísticas, que abordavam temáticas como o controlo das massas através da tecnologia, a manipulação da informação, a inteligência artificial e os riscos da hipervisibilidade mediada por plataformas digitais. Títulos como “1984” de George Orwell, “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury ou “Gosto, logo existo” de Isabel Meira e Bernardo P. Carvalho foram usados como ponto de partida para discussões orientadas por um mediador, complementadas com excertos de livros sobre a identificação de notícias falsas (literacia mediática), permitiu uma abordagem transdisciplinar.

O clube foi dinamizado ao longo de vários encontros mensais, com sessões de discussão estruturada moderadas por bibliotecários e com a participação de docentes da instituição. Os participantes, maioritariamente estudantes de cursos de educação e artes, eram encorajados a contribuir com leituras críticas, reflexões pessoais e análise de paralelismos entre as obras e a realidade socio-tecnológica atual. Para além do debate oral, alguns alunos participaram na produção de um podcast sobre o próprio clube de leitura promovido por alunas do mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico da mesma instituição.

Os resultados obtidos foram expressivos em termos de envolvimento e maturação crítica dos participantes. Os estudantes relataram ter desenvolvido uma maior consciência sobre os mecanismos de manipulação informativa nas redes sociais, sobre a opacidade dos algoritmos e sobre a sua própria vulnerabilidade enquanto cidadãos digitais. O ambiente de leitura partilhada revelou-se fértil para o questionamento de certezas, a desconstrução de narrativas dominantes e a emergência de

uma postura ética e informada perante os media. A discussão em grupo foi apontada como um fator-chave no processo de aprendizagem, permitindo confrontar ideias divergentes de forma respeitosa e fomentar uma escuta ativa, imprescindível ao exercício do pensamento crítico.

Domínguez-Iglesias (2025) sublinha ainda o papel estratégico da biblioteca de ensino superior como promotora deste tipo de experiências transformadoras. Ao propor leituras exigentes e socialmente relevantes, a biblioteca transcende a sua função tradicional de apoio técnico e afirma-se como agente de formação cidadã, sensível aos desafios de um mundo digital em constante mutação. Este exemplo ilustra como a articulação entre leitura literária, mediação pedagógica e problemáticas contemporâneas pode criar ambientes de aprendizagem colaborativos e fomentar uma cultura académica mais crítica, democrática e comprometida.

Deste modo, o clube de leitura Distopia Tecnológica e Desinformação constitui uma prática exemplar de como as bibliotecas universitárias podem inovar no plano da mediação leitora, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento da literacia mediática, a análise fundamentada e da responsabilidade cívica entre os estudantes do ensino superior.

Estes resultados sugerem que os clubes de leitura não apenas promovem o gosto pela leitura, mas também consolidam competências de análise crítica fundamentais numa era marcada pela polarização informativa, pela fragmentação do discurso público e por uma crescente crise de confiança nas instituições democráticas. Ao envolver os estudantes em práticas regulares de leitura partilhada e debate textual, os clubes de leitura estimulam a reflexão autónoma e o questionamento fundamentado, criando um lugar onde é possível articular pensamento, emoção e argumentação de forma construtiva. Esta prática deliberativa, mediada por textos literários e por contextos de escuta ativa, potencia não só a formação académica dos estudantes como também o seu desenvolvimento pessoal e ético, implicando um verdadeiro empoderamento cognitivo.

Este facto manifesta-se na capacidade dos estudantes para interpretar discursos complexos, desconstruir argumentos falaciosos, reconhecer manipulações ideológicas e propor leituras alternativas da realidade. Ao lidar com narrativas literárias que abordam temas como a injustiça social, a vigilância, o poder simbólico ou as tensões culturais, os participantes são convidados a cruzar conhecimentos, a relacionar diferentes domínios e a construir sentido de forma dialógica. Assim, os clubes de leitura não constituem apenas um espaço de fruição cultural, mas um dispositivo formativo que favorece a construção de um olhar crítico e informado sobre o mundo.

Importa ainda sublinhar que a construção de uma comunidade leitora no seio da universidade, baseada na confiança, na escuta e no compromisso partilhado com o conhecimento, contribui significativamente para o desenvolvimento do pensamento colaborativo. Neste contexto, o respeito pela diversidade de opiniões, a valorização das vozes dissonantes e o incentivo ao diálogo intercultural tornam-se práticas educativas centrais. Tais competências são cada vez mais valorizadas num mercado de trabalho globalizado, onde a capacidade de comunicar de forma eficaz, de trabalhar em equipa e de interpretar múltiplas perspetivas culturais é considerada essencial.

Os clubes de leitura, ao reunirem estudantes com origens e experiências diversas, criam também oportunidades para a construção de uma cidadania ativa, sensível às desigualdades, atenta aos mecanismos de exclusão e disposta a transformar pequenas comunidades a partir da reflexão coletiva. Desta forma, contribuem para o reforço de uma cultura universitária mais democrática, plural e crítica, onde a leitura se afirma como instrumento de emancipação e como prática transformadora.

A promoção de clubes de leitura pelas bibliotecas de ensino superior representa uma

prática pedagógica inovadora, em que os bibliotecários desempenham um papel central enquanto mediadores neutros, sem a carga avaliativa associada aos docentes. Esta neutralidade permite que os estudantes se sintam mais à vontade para participar, expressar opiniões e partilhar dúvidas ou experiências, sem receio de julgamento. Estudos como o de Lackner, Luxmore e Kneedler-Shorten (2022) demonstram que os clubes de leitura dinamizados por bibliotecários contribuem para reduzir a ansiedade associada à biblioteca universitária, ao mesmo tempo que reforçam o sentimento de pertença e a confiança dos estudantes. Este aspeto é particularmente relevante no contexto do ensino superior, onde os estudantes, sobretudo os internacionais, enfrentam desafios de integração cultural e académica (Penn State-Brandywine Librarians, 2019). Condict-Fagan et al. (2021) sublinham que a relação entre bibliotecários, docentes e estudantes carece de uma maior articulação, sendo o bibliotecário frequentemente percecionado como mais acessível e disponível para apoiar o desenvolvimento de competências informacionais e críticas. Por sua vez, Fundator e Maybee (2019) reforçam o papel dos bibliotecários como promotores de aprendizagem informada, ao facilitarem o contacto ativo dos estudantes com a informação em contextos significativos, como é o caso dos clubes de leitura.

Em Portugal, a prática descrita por Domínguez-Iglesias (2025) o clube de leitura revelou-se como um lugar seguro de construção coletiva de saberes críticos, nos quais a leitura tornou-se um "ato de liberdade" promovido pelo bibliotecário que desenvolveu a função de mediador de leitura. Esta prática coincide com a proposta de Sanches, Antunes e Lopes (2023), ao defenderem que as bibliotecas do ensino superior devem assumir um papel proativo no combate à desinformação e no desenvolvimento do pensamento crítico, mediante programas de literacia da informação centrados nos estudantes. Assim, ao promoverem contextos informais e colaborativos de aprendizagem, os bibliotecários contribuem para a formação de leitores críticos, conscientes e socialmente comprometidos.

Não obstante, deve ser realizado um investimento em formação para que os bibliotecários de Ensino Superior que desejem participar neste tipo de atividade, como mediadores de leitura. A literatura especializada alerta para a necessidade de formação contínua destes profissionais no domínio pedagógico. Lackner, Luxmore e Kneedler-Shorten (2022) demonstram que clubes de leitura organizados por bibliotecários reduzem significativamente a ansiedade dos estudantes relativamente em relação à biblioteca, desde que estes profissionais estejam preparados para facilitar discussões reflexivas num ambiente seguro e acolhedor. Já Condict-Fagan, Ostermiller e Price et al. (2021) mostram que os estudantes percecionam os bibliotecários como figuras acessíveis e neutras, o que facilita o diálogo e a escuta mútua, especialmente em comparação com o papel tradicional dos docentes. Contudo, essa perceção apenas se traduz em impacto formativo se os bibliotecários dominarem estratégias de mediação que incentivem a participação crítica e colaborativa.

Neste sentido, Fundator e Maybee (2019) defendem que os bibliotecários devem ser concebidos como "desenvolvedores de aprendizagem informada", ou seja, profissionais capazes de integrar práticas pedagógicas com a mediação da informação. Essa função exige competências específicas no desenho de atividades de leitura, definição de objetivos críticos e avaliação reflexiva dos processos. Azevedo (2023) reforça esta perspetiva ao defender que a mediação exercida pelas bibliotecas universitárias deve ser entendida como uma prática educativa centrada no estudante, que favorece a autonomia, a escuta ativa e o juízo informado, em vez de apenas fornecer recursos informativos.

Em articulação com esta visão, o estudo de Sanches, Antunes e Lopes (2023) sobre literacia da informação no Ensino Superior em Portugal, sublinha que os bibliotecários, ao integrarem

práticas formativas como os clubes de leitura, passam a desempenhar um papel ativo no combate à desinformação e na construção de uma cultura académica mais crítica, ética e reflexiva.

Assim, os clubes de leitura não devem ser encarados como atividades acessórias, mas como práticas educativas com elevado potencial transformador — desde que apoiadas por mediadores qualificados e enquadradas num projeto pedagógico coerente e partilhado pelas instituições de Ensino Superior.

Conclusão

Ao longo deste estudo, ficou patente que os clubes de leitura promovidos por bibliotecas de ensino superior emergem como mecanismos eficazes de promoção do pensamento crítico, da literacia informacional e da cidadania académica. A introdução definiu claramente o contexto contemporâneo de sobrecarga informativa, desinformação e superficialidade cognitiva, sublinhando a urgência de práticas pedagógicas que estimulem a reflexão autónoma e a análise argumentativa.

A fundamentação teórica, sustentada apenas em Paul & Elder (2014) e Saiz (2020), mostrou que o pensamento crítico pressupõe padrões de rigor intelectual e atitudes éticas que vão além das competências cognitivas, incluindo abertura, humildade, coragem e perseverança. Saiz (2020) destaca que o "pensamento crítico eficaz" requer treino deliberado em ambientes que desafiem o conformismo e encorajem a dúvida construtiva. A base teórica reforça assim a lógica de que os clubes de leitura, ao proporem desafios interpretativos e debate reflexivo, funcionam como regimes formativos privilegiados.

A revisão da literatura articulou perspetivas diversas: desde a estratégia metodológica de Azevedo (2023), que projeta os clubes como ambientes reflexivos em sentido amplo, até à abordagem emancipatória de Elmborg (2006) sobre literacia crítica. Os modelos de Daniels e Rosenblatt legitimam a leitura literária como experiência estética e transacional, enquanto Hales, Hasselquist & Durr ilustram o impacto da prática de clubes de leitura em contexto formal. A narrativa de Domínguez-Iglesias (2025) destaca o caráter de resistência simbólica dos clubes diante das narrativas digitais dominantes. Finalmente, o referencial de Sanches, Antunes e Lopes (2022) liga de forma coerente literacia da informação, mediação bibliotecária e pensamento crítico.

No âmbito das iniciativas institucionais, o reconhecimento formal dado pelo Plano Nacional de Leitura 2027 e por diversos projetos de clubes nas bibliotecas universitárias portuguesas, legitima esta estratégia enquanto política alinhada com objetivos de literacia mediática, responsabilidade social e formação integral. Merece relevo o caráter estratégico destas iniciativas, que posicionam as bibliotecas como espaços de inovação pedagógica, respaldados por financiamento e enquadramento institucional.

A análise das práticas concretas confirma esta lógica. Azevedo (2024) apresentou dados empíricos que sublinham o valor dos clubes de leitura presenciais e digitais como catalisadores de hábitos de leitura e de competências críticas entre estudantes de educação. Os estudantes valorizaram não só o envolvimento pessoal, mas também o impacto na futura prática profissional. A metodologia adotada de debate orientado, leitura em grupo e reflexões escritas, mostrou-se eficaz no fortalecimento do autoconhecimento crítico. Por outro lado, o clube da Biblioteca Professor Luís Mourão da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo (Domínguez-Iglesias, 2025), evidencia como a articulação entre literacia mediática e leitura literária pode fomentar uma resistência consciente contra a desinformação, promovendo diálogos críticos sobre vigilância, tecnologia e cultura digital. Neste contexto, a leitura coletiva constitui-se como espaço libertador da realidade virtual e crítico para a construção de sentido e empoderamento cognitivo.

Em termos de impacto formativo, constatou-se que os clubes de leitura promovem muito mais que o acesso ao livro: eles consolidam

capacidades de análise crítica, promovem empatia, pensamento colaborativo e cidadania ativa. Debates literários em ambiente académico potenciam a maturidade intelectual dos estudantes e promovem uma postura crítica sustentável no exercício da cidadania digital.

Adicionalmente, salientou-se a importância de os clubes serem dinamizados pelos bibliotecários, enquanto mediadores neutros. Estudos como os de Lackner et al. (2022), Condict-Fagan et al. (2021) e Fundator & Maybee (2019) demonstram que essa neutralidade reduz a ansiedade associada ao ambiente universitário e favorece maior abertura e participação dos estudantes. Este modelo contrasta com práticas curriculares tradicionais, onde a presença docente e a avaliação podem gerar receio na participação dos estudantes. Em clubes promovidos por bibliotecários, os estudantes sentem-se mais seguros para explorar ideias, partilhar perspetivas e desenvolver pensamento crítico de forma descontraída e reflexiva.

Em síntese, os clubes de leitura promovidos por bibliotecas de ensino superior representam uma proposta pedagógica robusta e transformadora:

- Fomentam o pensamento crítico e literacia mediática em contexto de saturação informativa.
- Fortalecem competências cognitivas, analíticas e colaborativas em ambientes informais.
- Defendem uma leitura estética, transacional e reflexiva, que articula emoção, intelecto e ação.
- Reforçam o papel da biblioteca como agentes de formação cidadã e inovação pedagógica.
- Contribuem para reduzir barreiras institucionais e promover inclusão e protagonismo estudantil.

Com base nestes princípios e evidências, recomenda-se que as instituições de ensino superior em Portugal invistam na implementação e sistematização dos clubes de leitura como instrumento estratégico de literacia crítica e transformação académica. Torna-se essencial combinar apoio institucional (como o PNL2027), mediação qualificada por bibliotecários, conteúdos literários adaptados e metodologias dialogais para consolidar estes espaços como referências académicas. Em última análise, ao facilitarem leitura, diálogo e autonomia interpretativa, os clubes de leitura ajudam a formar cidadãos reflexivos, analíticos e culturalmente conscientes — a resposta educativa robusta que cabe às bibliotecas universitárias no século XXI.

Bibliografia

Association of College & Research Libraries. (2022). *Referencial da literacia da informação para o ensino superior: Versão portuguesa* (T. Sanches, M. L. Antunes, & C. Lopes, Trads.). Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais da Informação e Documentação. http://hdl.handle.net/10451/57509

Azevedo, F. (2023). Práticas de promoção da leitura no Ensino Superior: A estratégia metodológica dos Clubes de Leitura. In P. Costa & A. B. Vieira (Orgs.), *Práticas de leitura e educação literária 1* (pp. 63–73). Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), Instituto de Educação, Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/88121/1/Livro_Pra%CC%81ticas%20de%20leitura%20e%20educac%CC%A7a%CC%83o%20litera%CC%81ria%201.pdf

Carr, N. G. (2011). *Superficiais: O que a internet está a fazer com os nossos cérebros* (M. S. Duarte, Trad.). Temas e Debates / Círculo de Leitores.

https://doi.org/10.1080/13614533.2021.1906717

Daniels, H. (2002). *Literature circles: Voice and choice in book clubs and reading groups* (2nd ed.). Stenhouse Publishers.

Domínguez-Iglesias, C. (2025). Vigilância, dados e desinformação: O clube de leitura como exercício de resistência. *Sinergias – Diálogos Educativos para a Transformação Social*(19). https://sinergiased.org/vigilancia-dados-e-desinformacao-o-clube-de-leitura-como-exercicio-de-resistencia/

Elmborg, J. (2006). Critical information literacy: Implications for instructional practice. *The Journal of Academic Librarianship, 32*(2), 192–199. https://doi.org/10.1016/j.acalib.2005.12.004

Fagan, J. C., Ostermiller, H., Price, E., & Sapp, L. (2021). Student perceptions of academic librarians and the librarian–faculty–student dynamic: Minding our gaps. *New Review of Academic Librarianship, 28*(2), 125–171.

Freire, P. (1981). *A importância do ato de ler*. Congresso Brasileiro de Leitura.

Fundator, R., & Maybee, C. (2019). Academic librarians as informed learning developers. In *Informed learning applications* (Vol. 46, pp. 81–94). Emerald Publishing. https://doi.org/10.1108/S0065-2830201946

Hales, P. D., Hasselquist, L., & Durr, T. (2021). Using book clubs to support inquiry in teacher education. *Networks: An Online Journal for Teacher Research, 23*(1). https://doi.org/10.4148/2470-6353.1348

Lackner, J., Luxmore, R., & Kneedler-Shorten, X. (2022). Book clubs as means of reducing library anxiety. *iSchool Capstone Project*, University of Washington.

Paul, R., & Elder, L. (2014). *The miniature guide to critical thinking: Concepts and tools* (7th ed.). Foundation for Critical Thinking. https://www.criticalthinking.org/files/Concepts_Tools.pdf

Penn State Brandywine Librarians. (2019). Building bridges with book club: Supporting international students' comfort and belonging on campus. C&RL News. https://crln.acrl.org/index.php/crlnews/article/view/24049/31758

Plano Nacional de Leitura 2027. (2017). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, de 3 de março: Leituras para todos – Plano Nacional de Leitura 2027*. República Portuguesa. https://www.pnl2027.gov.pt/

Rosenblatt, L. M. (1995). *Literature as exploration* (5th ed.). Modern Language Association.

Saiz, C. (2020). *Pensamiento crítico y eficiencia*. Editorial Pirámide.

Sanches, T., Antunes, M., & Lopes, C. (2021). Improving information literacy in higher education in an unorthodox way: The literature potential for ACRL Framework application. In *Western Balkans Information and Media Literacy Conference 2020: Information literacy: Know it, teach it, live it* (pp. 33–42).

BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS:DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS DA AGENDA 2030

César dos Santos Moreira, IFMG, https://orcid.org/0000-0002-3118-0839, Brasil, *cesar.moreira@ifmg.edu.br*

Dalgiza Andrade Oliveira, UFMG, https://orcid.org/0000-0002-0814-6325, Brasil, *dalgizamg@gmail.com*

Marília de Abreu Martins de Paiva, UFMG, https://orcid.org/0000-0002-0155-4043, Brasil, *biblio.marilia@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6647

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem transformado radicalmente a forma como a informação é acessada, processada e compartilhada, tornando-se um tema central nas discussões dos campos de investigação da Biblioteconomia e Ciência da Informação. A ubiquidade da informação, impulsionada por essas tecnologias, afeta os diversos setores da sociedade, demandando novas abordagens para sua gestão e disseminação.

Reflete-se que os avanços tecnológicos por si só não asseguram o acesso universal à informação, especialmente para as populações periféricas que permanecem marginalizadas dos processos de desenvolvimento social. Ainda, a relevância das TIC para a construção de uma sociedade fundamentada no conhecimento é incontestável, mas sua eficácia depende de estratégias que garantam inclusão e equidade.

No contexto social, a informação desempenha um papel essencial na autonomia dos indivíduos e na efetivação dos seus direitos ao viabilizar sua participação ativa na sociedade. Compreende-se que o empoderamento, como processo de emancipação individual e coletiva, está diretamente relacionado ao acesso à informação, aspecto que possibilita aos sujeitos tomarem decisões informadas e atuarem na transformação das relações políticas, sociais e culturais. Assim, garantir esse acesso aos sujeitos é essencial para promover a equidade social.

A discussão sobre o ecodesenvolvimento, movimento que vem sendo ressignificado desde os anos de 1960 e fortemente impulsionado na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo (Suécia) em 1972, lançou luz sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais, tendo em vista a sobrevivência de todas as formas de vida no planeta.

O avançar dessa discussão culminou, em 2015, com o lançamento da Agenda 2030 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). A Agenda 2030 é compromisso global com a sustentabilidade e a equidade construído pelos seus 193 Estados-membros que contempla 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas com foco na erradicação da pobreza e na promoção de uma vida digna a todos.

Como marcos históricos, a Agenda 2030 foi precedida pela Agenda 21 – objetivava a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica – e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – focados no desenvolvimento humano via a eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta.

A ideia do ecodesenvolvimento foi abraçada pela Agenda 2030, estabelecendo um horizonte de possibilidades para a transformação do modelo de desenvolvimento vigente, ao confrontar os aspectos econômico, social e ambiental como dimensões essenciais ao desenvolvimento sustentável. Em harmonia, essas três dimensões demandam a reestruturação da economia mundial visando à preservação do meio ambiente e à garantia de

recursos para as gerações futuras. Esse pacto global vislumbra um modelo de desenvolvimento que seja mais sustentável e inclusivo.

No cerne do debate da Agenda 2030, a alocação de recursos para a implementação dos ODS requer um redirecionamento das prioridades globais, enfatizando investimentos em desenvolvimento sustentável em detrimento de gastos com armamentos e conflitos militares.

Quando se trata de ecodesenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente debatido na literatura, evidencia as contradições do sistema capitalista, que frequentemente instrumentaliza as relações sociais em prol do lucro. O modelo econômico em vigor impõe desafios à sustentabilidade, ao passo que a Agenda 2030 propõe uma mudança paradigmática, orientada para a adoção de valores e práticas voltados ao bem-estar coletivo e à preservação dos recursos naturais.

Nesse processo, o acesso à informação surge como um pilar fundamental para a implementação dos 17 ODS elencados pela ONU elencados na Agenda 2030. Acrescenta-se a esses objetivos o ODS 18, lançado pelo governo do Presidente Lula em 2023, que versa sobre as questões étnico-raciais, tema urgente e que surge da necessidade de enfrentamento a um dos principais problemas que impacta o desenvolvimento do país: o racismo e a desigualdade.

Nessa conjuntura, as bibliotecas públicas emergem, como agentes de transformação social, desempenham um papel ativo na formação cidadã e na ampliação das possibilidades de participação social, assim como na promoção da inclusão informacional e contribuindo para a consecução dos ODS. Ao oferecerem acesso facilitado a informações de interesse coletivo, contribuem para a materialização dos princípios do desenvolvimento sustentável, que não esgotam os recursos naturais, tornando-os perenemente disponíveis. Portanto, discutir sua relevância para a implementação da Agenda 2030 é essencial, sobremaneira para compreender como podem influenciar o desenvolvimento sustentável em seus contextos de atuação.

Diante dos desafios globais e da necessidade de um planejamento estratégico para a sustentabilidade, a gestão dos serviços de informação nas bibliotecas públicas deve ser repensada. A materialização dos ODS depende de políticas e práticas que assegurem o acesso equitativo à informação, com vistas a promoção do desenvolvimento humano e da participação cidadã.

As reflexões apresentadas neste texto são parte de uma pesquisa de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. A narrativa teve como objetivo discutir a atuação das bibliotecas públicas no Estado de Minas Gerais com base nos ODS da Agenda 2030. A questão de investigação que orientou a discussão foi “como as bibliotecas públicas de Minas Gerais atuam em relação aos ODS da Agenda 2030?”.

Reflete-se que a *Biblioteconomia* e a *Ciência da Informação* se posicionam como áreas de investigação fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, em que a promoção do acesso à informação e da construção do conhecimento se convertem em ferramentas de emancipação e progresso social das comunidades. Nesse contexto, as bibliotecas públicas também são potencializadas, tendo em conta as reflexões em torno de políticas e práticas que ampliem o acesso à informação, especialmente para as comunidades periféricas. Além disso, a integração das bibliotecas com as redes comunitárias e as organizações sociais fortalece seu impacto na promoção da cidadania e no desenvolvimento sustentável.

As Bibliotecas Públicas no Contexto Brasileiro

As bibliotecas públicas no Brasil possuem uma história que remonta ao período colonial, quando o acesso à informação era restrito às elites, e os livros eram mantidos em coleções privadas ou em instituições religiosas. A criação da Biblioteca Nacional em 1810, a partir da

transferência da Real Biblioteca Portuguesa para o Brasil, foi um marco fundamental na democratização do acesso ao conhecimento materializado nos livros.

Lins (2021) destaca que no início do século XIX, embora já houvesse uma demanda por espaços públicos de acesso ao conhecimento, como bibliotecas, o alto índice de analfabetismo no Brasil impediu o uso democrático desses serviços, utilizados apenas por uma elite masculina. A exclusão de grande parte da população, especialmente mulheres e crianças, refletia tanto a desigualdade de gênero quanto a ausência de políticas efetivas de alfabetização e inclusão social.

No entanto, foi apenas ao longo do século XX que as bibliotecas públicas começaram a ser vistas como instrumentos essenciais de democratização da informação e promoção da cidadania (Lins, 2021). Nesse curso desse processo ocorreu a formalização da política nacional para bibliotecas públicas com a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992, coordenado pelo Ministério da Cultura (Brasil, 1992). Essa iniciativa teve como objetivo estruturar e integrar as bibliotecas em uma rede de apoio técnico, normativo e financeiro, promovendo ações de incentivo à leitura, atualização de acervos e capacitação de profissionais.

É preciso considerar que na historicidade das bibliotecas públicas brasileiras registram-se muitas dificuldades relativas à criação e manutenção, à política de crescimento e atualização do acervo e contratação de pessoal. Nesse sentido, Lins (2021, p. 239) pondera:

> De modo geral, o poder público tem-se mantido presente, promovendo a abertura de novas bibliotecas públicas, porém, poucas são as condições oferecidas para que elas se desenvolvam e desempenhem a sua missão.

Apesar dos avanços proporcionados pelo SNBP, os desafios persistem, incluindo a necessidade de investimentos contínuos, modernização tecnológica e fortalecimento das políticas públicas. Reflexões de Lins (2021) e Menegale (2022) apontam que várias das queixas feitas no ano ainda permanecem como reivindicações atuais dos gestores de muitas bibliotecas públicas. A principal razão está relacionada à falta de recursos.

Para além dos desafios, autores como Cunha (2003), Paiva (2008) e Bernardino e Suaiden (2011) expressam que as bibliotecas públicas têm desempenhado um papel crucial na promoção do acesso à informação e no desenvolvimento de práticas educativas e culturais. Essas instituições são vistas como agentes de transformação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

As diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (Koontz & Gubbin, 2013) e o *IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022* (IFLA, 2022) reforçam essa perspectiva, destacando que as bibliotecas públicas devem ser instituições inclusivas, acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de classe social, gênero, etnia ou religião. No Manifesto, a IFLA (2022) enfatiza a importância dessas instituições na promoção da liberdade intelectual, no apoio à educação formal e informal e na preservação do patrimônio cultural.

No Brasil, essas diretrizes influenciaram a formulação de políticas públicas e práticas bibliotecárias, incentivando a criação de espaços democráticos de acesso à informação e à cultura. As bibliotecas públicas, sob essa ótica, tornam-se instrumentos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, estudos como os de Paiva (2008), Lins (2021) e Rocha (2019) sobre a escassez de políticas públicas para as bibliotecas e que impacta de forma negativa o seu objetivo, ressaltam a importância de considerar o papel dessas instituições públicas na promoção dos ODS, especialmente no que se refere à redução das desigualdades (ODS 10), ao acesso à educação de qualidade (ODS 4) e ao fortalecimento das instituições (ODS 16). A aplicação das diretrizes da IFLA nas bibliotecas públicas de Minas Gerais tem sido pontual, com algumas iniciativas de inclusão digital, preservação cultural e incentivo à leitura, mas

ainda há um grande potencial de expansão dessas ações.

Embora possuam uma estrutura consolidada em termos de rede, as bibliotecas públicas em Minas Gerais precisam de maior apoio institucional e financiamento adequado para desenvolver projetos alinhados às diretrizes internacionais e às metas estabelecidas pela Agenda 2030. A criação de políticas específicas que integrem as diretrizes da IFLA com os objetivos locais pode potencializar o impacto dessas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável e no fortalecimento da cidadania.

Políticas para as Bibliotecas Públicas Brasileiras

As bibliotecas públicas desempenham um papel crucial na democratização do acesso à informação, na preservação da memória cultural e na promoção da inclusão social. A consolidação de políticas públicas voltadas para essas instituições é fundamental para garantir a universalização do acesso à informação e o fortalecimento da cidadania, como destaca Ferraz (2015).

Entretanto, ao falar da fragilidade das bibliotecas públicas brasileiras, em razão do país não ter avançado na formalização de marcos legais para a constituição e manutenção desses equipamentos, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) (2019, p. 141) afirma que:

> O país tem uma lei para o livro, tem uma lei para o fomento da leitura e escrita, entretanto não tem uma lei específica que garanta a existência e o bom funcionamento de bibliotecas públicas em seu território, coerente com a sua realidade, realidade está marcada pela grandeza territorial e pela diversidade cultural, econômica e social. Uma lei que estabeleça parâmetros para a sua criação e funcionamento, e que garanta investimentos financeiros contínuos para a sua manutenção.

Enfatizando a importância da formulação de políticas públicas como políticas de Estado, Ferraz (2015) destaca também que o investimento contínuo nas bibliotecas públicas deve ser prioridade, mesmo diante de desafios financeiros, devido ao seu papel social. Além disso, aponta que a ausência de regulamentação fragiliza a execução e permanência das políticas públicas na área .

Rocha (2019), ao discutir a influência do pensamento neoliberal na formulação das políticas públicas para as bibliotecas, aponta que a redução dos investimentos sociais afeta diretamente o funcionamento dessas instituições. O caráter assistencialista e paternalista das políticas públicas, além da carência de pessoal qualificado e da descontinuidade de ações e programas para essa área são fatores limitantes para o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Ao analisar a relação entre bibliotecas públicas e políticas públicas, Lins (2016) ressalta que a falta de uma diretriz clara prejudica a consolidação dessas instituições como agentes de desenvolvimento social. Nesse sentido, propõe uma abordagem que integre as bibliotecas ao planejamento estratégico de desenvolvimento das comunidades, especialmente em contextos de vulnerabilidade .

Na mesma perspectiva de análise, Paiva (2008) identifica a ausência de uma "lei de bibliotecas" como um fator que compromete a sustentabilidade das bibliotecas públicas, destacando que as políticas para o setor frequentemente priorizam o livro como objeto, em vez de reconhecer as bibliotecas como espaços sociais estratégicos. Essa abordagem contribui para a invisibilidade das bibliotecas públicas na condição de agentes de transformação social. Ademais, essa situação impede a universalização das bibliotecas no território brasileiro, sobretudo em municípios pequenos e em áreas de vulnerabilidade social. Nessa conjuntura, a descontinuidade administrativa, provocada por mudanças de governo, compromete a execução de programas e projetos para impulsionar essas instituições, resultando na precarização dos serviços prestados de informação à comunidade.

Outro aspecto abordado por Paiva (2008), é a carência de bibliotecários para atuar na gestão

e desenvolvimento das bibliotecas públicas. Como caminho, a proposição é a implementação de políticas que garantam a contratação de profissionais qualificados, além de programas de capacitação contínua, como estratégia para fortalecer o papel das bibliotecas como espaços de inclusão social e promoção da cidadania.

À despeito das diretrizes propostas pela IFLA/UNESCO no Manifesto, a FEBAB (2019) pondera que o governo brasileiro não conseguiu garantir a existência de bibliotecas públicas em número suficiente, com serviços de qualidade, para atender as demandas de informação e leitura da população. Não houve avanços na ampliação e fortalecimento das bibliotecas públicas no país, ao contrário, muitas dessas instituições que obtiveram investimentos ou foram priorizadas pelo poder público no passado, vêm sofrendo sucessivas descontinuidades, a exemplo das bibliotecas parque do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar das bibliotecas públicas serem estratégicas, a situação desses equipamentos é preocupante aos anseios do processo de desenvolvimento sustentável, posto que "marca e expõe o atraso do país em relação à democratização do acesso à leitura, à informação e ao conhecimento, direitos dos cidadãos, garantidos na Constituição de 1988" (FEBAB, 2019, p. 141).

Políticas nacionais para o desenvolvimento das bibliotecas públicas

A construção de políticas públicas para bibliotecas no Brasil tem suas bases no período republicano, mas se fortaleceu a partir da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937 (Brasil, 1937). De acordo com Paiva (2008), Ferraz (2015) e Rocha (2019), o INL foi um órgão importante para o desenvolvimento da política para as bibliotecas públicas no Brasil, sendo responsável por planejar e coordenar a criação de bibliotecas em todo o território nacional. Sua missão era incentivar a leitura, promover a difusão do livro e fornecer apoio técnico e financeiro para a criação e manutenção de bibliotecas públicas.

Ao longo de sua existência, o INL desempenhou um papel importante na institucionalização das bibliotecas públicas, especialmente por meio de programas de doação de acervos e da capacitação de bibliotecários. O órgão também estabeleceu parcerias com governos estaduais e municipais para ampliar o acesso ao livro e à leitura.

Contudo, a atuação do INL sofreu descontinuidade ao longo dos anos, especialmente devido à falta de recursos financeiros e às mudanças na política governamental. Em uma perspectiva crítica sobre o INL, Paiva (2008) reflete que apesar de seu papel na institucionalização das bibliotecas públicas no Brasil, o órgão priorizou o fortalecimento da indústria editorial em detrimento da criação e manutenção de bibliotecas. Como política pública, a atuação do INL estava mais voltada para a integração nacional, com uma perspectiva cultural elitizada, do que para a resolução efetiva dos problemas enfrentados pelas bibliotecas públicas .

Segundo Araújo (2002), a ausência de investimentos contínuos contribuiu para a extinção do INL nos anos de 1990, deixando uma lacuna na coordenação das políticas para bibliotecas públicas, fato que impactou diretamente o desenvolvimento dessas instituições no país. Apesar disso, o legado do INL permanece como um marco na história das bibliotecas públicas brasileiras, sendo uma referência para a formulação de políticas públicas na área.

Atualmente, a principal normativa que rege as bibliotecas públicas é a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 (Brasil, 2003), que instituiu a Política Nacional do Livro. Essa legislação tem como objetivos a democratização do acesso ao livro, fomento à criação literária e estimulo à formação de leitores. Posteriormente, essa lei foi complementada pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 (Brasil, 2018), que criou a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). A PNLE estabeleceu diretrizes para a universalização do acesso à leitura e o fortalecimento das bibliotecas públicas e comunitárias como equipamentos culturais essenciais para o desenvolvimento humano e social.

É importante destacar que a Política Nacional do Livro e a Política Nacional de Leitura e Escrita trouxeram avanços ao reconhecer a importância das bibliotecas públicas e comunitárias. Entretanto, essas normativas são reedições das perspectivas trazidas pelo INL, mas que não resolveram os problemas que cercam as bibliotecas públicas. Elas apresentam um viés excessivamente voltado para o mercado editorial, sem garantir mecanismos eficazes para a expansão e fortalecimento dessas instituições. Sua implementação não incluiu diretrizes claras sobre o financiamento contínuo para as bibliotecas e sobre a capacitação dos seus profissionais. A falta de instrumentos regulatórios efetivos prejudica a execução de suas diretrizes, comprometendo sua efetividade como política pública.

Outro marco normativo relevante foi o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992 (Brasil, 1992), que definiu diretrizes para a implantação de bibliotecas públicas em municípios que não contavam com esses equipamentos culturais. Também, possibilitou a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), um avanço na coordenação de políticas para bibliotecas públicas no país.

Anteriormente vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e atualmente subordinado ao Ministério da Cultura, o SNBP tem como objetivo promover a criação, modernização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Atua na articulação entre as bibliotecas públicas e comunitárias municipais e estaduais, promovendo a capacitação de profissionais, o desenvolvimento de acervos e a implementação de serviços bibliotecários para a comunidade. Ainda, é responsável por coordenar programas de incentivo à leitura, apoiar a criação de novas bibliotecas e fomentar a cooperação entre as bibliotecas públicas existentes. Entre as principais iniciativas do SNBP, destacam-se o Programa de Implantação de Bibliotecas Públicas (PIBP) e o Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas (PMBP), que visam ampliar o acesso à informação e fortalecer o papel das bibliotecas como centros de desenvolvimento comunitário.

Como as demais políticas para as bibliotecas, esse Decreto não teve força para estabelecer mecanismos efetivos de cooperação entre os entes federativos, resultando em ações isoladas e desarticuladas. Também não prevê um modelo de governança eficiente ou um orçamento estável para a manutenção dos sistemas de bibliotecas públicas existentes, impactando a articulação efetiva entre os entes federativos na implementação de políticas integradas e sustentáveis.

Ferraz (2015) ressalta a importância do SNBP para a gestão e coordenação das bibliotecas públicas no Brasil. No entanto, destaca que esse órgão, apesar de seu papel na estruturação da rede nacional de bibliotecas, enfrenta desafios como a ausência de dados objetivos para a avaliação situacional das bibliotecas e a carência na tradição de coleta de dados estatísticos. Essa deficiência compromete a capacidade do SNBP de comunicar o valor social das bibliotecas públicas e de realizar um planejamento estratégico adequado .

Apesar de sua importância, é relevante frisar que o SNBP, assim como as demais políticas para o setor, enfrenta desafios relacionados à descontinuidade administrativa, à falta de recursos financeiros e à baixa integração entre os diferentes níveis de governo. A criação de mecanismos legais que garantam a sustentabilidade do sistema é fundamental para fortalecer sua atuação e ampliar o acesso à informação em todo o país.

Políticas para a bibliotecas públicas em Minas Gerais

No contexto local, as políticas para as bibliotecas públicas em Estado de Minas Gerais são norteadas por diversas normativas, com base nas políticas nacionais, destacando-se:

i- o Decreto nº 23.512, de 30 de novembro de 1984, institucionalizou o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SEBP-MG), com o objetivo de fortalecer e integrar a rede de bibliotecas do estado, além de promover as políticas de incentivo à leitura, formação de bibliotecários e modernização das bibliotecas;

ii- a Lei nº 18.312, de 20 de agosto de 2009, institui a Política Estadual do Livro, com vistas a promover a leitura e assegurar a criação, modernização e manutenção de bibliotecas públicas no Estado. Essa normativa atribui ao SEBP-MG o papel de promovera e incentivr a leitura e o acesso ao livro em Minas Gerais;

iii- o Decreto nº 48.649, de 28 de março de 2023, vinculou o SEBP-MG à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (DLLLB), órgão subordinado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), bem como atribuiu a essa Diretoria a execução da Política Estadual do Livro, a articulação das bibliotecas públicas e comunitárias, a implementação de programas de capacitação para bibliotecários e ações de estímulo à leitura em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Com o mesmo viés nacional, as normativas em Minas Gerais não estabeleceram mecanismos concretos de financiamento contínuo para bibliotecas públicas, fato que compromete a efetivação das diretrizes previstas na lei e que pode gerar descontinuidade nas políticas de incentivo à leitura, na atualização dos acervos e na estruturação das bibliotecas públicas para a prestação dos serviços de informação.

Apesar dessas iniciativas serem indicadores para as bibliotecas públicas mineiras, é necessário mencionar que essas instituições enfrentam os já conhecidos desafios estruturais: a falta de recursos financeiros, a ausência de profissionais qualificados e em quantitativo suficiente e a precariedade dos acervos.

Ferraz (2015), ao estudar as políticas estaduais para as bibliotecas públicas, demonstrou que, apesar dos avanços obtidos com a criação do SEBP-MG, as bibliotecas públicas mineiras ainda enfrentam inúmeros desafios. Além daqueles anteriormente mencionados, incluem também a desatualização dos acervos e a necessidade de maior integração com as políticas públicas de educação e cultura.

No âmbito da DLLLB, ainda há dificuldades na execução das ações previstas, especialmente em comunidades com poucos recursos. A carência de pessoal especializado, a falta de infraestrutura e ausência de uma rede de cooperação bem articulada entre os municípios também são barreiras para o fortalecimento das bibliotecas públicas no estado. Essas condicionantes impactam a atuação do SEBP-MG, permanecendo os desafios para sua implementação efetiva.

Sem esquecer que as políticas para as bibliotecas públicas até então implementadas representam a precarização constante dessas instituições, é possível destacar que as situações apontadas constituem oportunidade de melhorias, se avaliadas como aspectos para mudanças. As normativas elencadas representaram iniciativas pioneiras na formulação de políticas voltadas para o fomento da leitura e do livro, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, assim como contribuíram para a criação de bibliotecas públicas e para a ampliação do acesso ao conhecimento em um período em que a democratização da informação ainda é limitada.

Essas normativas reconhecem o livro como um bem cultural essencial para o desenvolvimento social e a leitura como um direito fundamental e como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento humano. Além disso, procurou estabelecer diretrizes para a criação e fortalecimento de bibliotecas públicas e comunitárias, mesmo que aquém do considerado ideal.

Pontua-se que a criação do SEBP-MG representou significativa importância na ampliação da coordenação e articulação das bibliotecas públicas em âmbito local, permitindo maior organização e planejamento das políticas para o setor, bem como contribuiu para a modernização e expansão das bibliotecas públicas no Estado.

As bibliotecas e os objetivos do desenvolvimento sustentável

A Agenda 2030 é um compromisso assumido por 193 países para alcançar um mundo melhor até 2030, estabelecida em setembro de 2015, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Agenda 2030 é um marco inclusivo

integrada por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que englobam o desenvolvimento econômico, ambiental e social. Entre os principais objetivos, destacam-se:

- Erradicação da pobreza em seus vários estágios;
- Agricultura sustentável e fome zero;
- Saúde e bem-estar;
- Educação de qualidade;
- Igualdade de gênero;
- Água potável e saneamento;
- Energia limpa e acessível;
- Crescimento econômico e trabalho digno.

No arcabouço dos ODS da Agenda 2030, a IFLA (2015, *on-line*) acredita que as bibliotecas são instituições fundamentais para se alcançar esses objetivos, por meio do acesso público à informação.

> As comunidades que têm acesso à informação relevante e no tempo certo estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura, proporcionar educação de qualidade e promover a saúde, a cultura a pesquisa e a inovação.

Sabendo do papel fundamental das bibliotecas em apoio à implementação dos ODS, a IFLA (2015) destaca diversas diretrizes e apontamentos para que essas instituições atuem como agentes de transformação social. Destacam-se os seguintes serviços:

- Acesso livre e equitativo à informação: Bibliotecas devem garantir acesso aberto e democrático à informação, permitindo que todas as pessoas possam usufruir de conhecimentos essenciais para seu desenvolvimento;
- Apoio à alfabetização e à educação ao longo da vida: Promover programas de alfabetização básica e digital, além de apoiar a educação formal e informal, contribuindo para o aprendizado contínuo;
- Redução das desigualdades sociais e digitais: Oferecer acesso à tecnologia, internet e recursos digitais para comunidades carentes, ajudando a diminuir a exclusão digital;
- Fomento à inovação e ao desenvolvimento econômico: Apoiar empreendedores e pequenas empresas com informações, treinamentos e espaços colaborativos para inovação;
- Preservação da cultura e promoção da diversidade: Salvaguardar o patrimônio cultural local, promovendo a diversidade linguística e incentivando a produção cultural comunitária;
- Espaços seguros e inclusivos: Criar ambientes acolhedores, promovendo inclusão social, respeito à diversidade e acesso a serviços para todos os grupos sociais;
- Parcerias e articulação com governos e organizações: Trabalhar em conjunto com autoridades locais, ONGs e outras instituições para fortalecer políticas públicas de acesso à informação e desenvolvimento sustentável.

Vistas como promotoras da inclusão, cidadania, conhecimento e inovação, as bibliotecas públicas são ferramentas essenciais para o alcance dos ODS, conforme aponta a IFLA (2015). Nesse sentido, essa instituição reforça que os investimentos pelo poder público nesses espaços contribuem diretamente para o crescimento sustentável e a equidade social.

Acerca disso, no documento *IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022*, a IFLA (2022) destaca a importância das bibliotecas públicas na promoção dos ODS da Agenda 2030 da ONU. Essas instituições são reconhecidas como basilares para o desenvolvimento sustentável, oferecendo acesso livre e igualitário à informação, educação e cultura, elementos fundamentais para sociedades democráticas e informadas.

Entre as principais diretrizes para as bibliotecas públicas relacionadas aos ODS, a IFLA (2022) enfatiza:

- Acesso à informação e ideias: as bibliotecas devem fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias, livres de censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis, além de promover a aprendizagem ao longo da vida;

- Desenvolvimento criativo pessoal: oferecer oportunidades para o desenvolvimento criativo dos indivíduos, estimulando a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia;
- Promoção de hábitos de leitura: incentivar e fortalecer os hábitos de leitura desde a infância até a vida adulta, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e informados;
- Atividades de alfabetização: participar e apoiar programas de alfabetização que desenvolvam habilidades de leitura e escrita, além de facilitar o desenvolvimento de competências em mídia, informação e habilidades digitais para todas as idades;
- Serviços presenciais e digitais: oferecer serviços à comunidade tanto presencialmente quanto remotamente, utilizando tecnologias digitais para ampliar o acesso à informação.

Compreende-se, a partir desses apontamentos, que o cumprimento dessas diretrizes e considerando as missões-chave dos serviços bibliotecários – relativas à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e a cultura, as bibliotecas públicas contribuem diretamente para a construção de sociedades mais equitativas, humanas e sustentáveis, alinhando-se aos ODS e promovendo o bem-estar individual e coletivo.

É preciso ponderar que as bibliotecas públicas no Brasil enfrentam desafios estruturais, como falta de financiamento, recursos humanos limitados e infraestrutura inadequada, aspectos que dificultam a plena implementação dos ODS. Sozinhas, essas instituições não conseguem mobilizar os recursos necessários para essa finalidade.

No entanto, se os investimentos públicos alcançarem as bibliotecas públicas, elas poderão apoiar programas de alfabetização, inclusão digital, preservação cultural e acesso à informação, contribuindo significativamente para os objetivos da Agenda 2030. Iniciativas locais, parcerias com instituições e políticas públicas são estratégias de incentivo substanciais para que essas instituições consigam ampliar o seu impacto social e superar as desigualdades regionais que assolam a comunidade usuária dos seus serviços de informação.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é qualitativa e exploratória, buscando compreender como as bibliotecas públicas mineiras, vinculadas ao SEBP-MG, têm incorporado os ODS da Agenda 2030. Utilizou-se a revisão narrativa da literatura para embasar teoricamente a investigação, além de levantamento documental, bibliográfico e verbal.

A coleta de dados foi por meio de questionários eletrônicos enviados a 691 bibliotecas públicas de Minas Gerais. Após várias tentativas de contato e redefinição da amostra, a pesquisa compreendeu 26 bibliotecas públicas (Quadro 1). Também foram realidadas entrevistas com oito gestores desses equipamentos.

Quadro 1: Perfil das bibliotecas públicas

BIBLIOTECA	MUNICÍPIO	REGIÃO DO ESTADO
Ler é Preciso	Aimorés*	Região do Rio Doce
Prof. Tyndaro Correa da Costa	Luz*	Região Centro-Oeste
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Uberlândia***	Região do Triângulo Mineiro
René Lepesqueur	Paracatu**	Região Noroeste
Jornalista Virgílio Carlos	Ouro Branco**	Região Central
Leonor de Aguiar Batista	Betim***	Região Metropolitana de BH
Alencar Assis	São Sebastião do Paraíso**	Região Sul de Minas
Prof. Caetano de Faria	Guarda-Mor*	Região Noroeste
Benjamim Lemos	Mariana**	Região Central
Djalma Andrade	Congonhas**	Região Central
Antenor Ayres Vianna	Santos Dumont**	Região Zona da Mata
Aurélio Camilo	Nova Serrana**	Região Centro-Oeste
Francisco Badaró Júnior	Nanuque**	Região do Mucuri
Afonso Lopes de Almeida	Passa Quatro*	Região Sul de Minas
Prof. Luiz Balbino	Entre Rios de Minas*	Região Central

Dr. Edson Diniz	Contagem***	Região Metropolitana de BH
D. Maria José Jacques Penido	Belo Vale*	Região Central
Lafayette Rodrigues Pereira	Conselheiro Lafaiete**	Região Central
Jornalista Assis Chateaubriand	João Monlevade**	Região Central
João XXIII	Patos de Minas**	Região Alto Paranaíba
Centenário	Poços de Caldas**	Região Sul de Minas
Prof. Júlio Bonazzi	Poços de Caldas**	Região Sul de Minas
Theodomiro Magnamo	Itueta*	Região do Rio Doce
Ataliba Lago	Divinópolis***	Região Centro-Oeste
Joaquim Ribeiro Costa	Conceição do Mato Dentro*	Região Central
Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais	Belo Horizonte***	Região Centro-Sul
a) Porte municipal estimado conforme número de habitantes: *Pequeno até 50 mil; **Médio, entre 50–200 mil; ***Grande, acima de 200 mil. b) As bibliotecas municipais são vinculadas às secretarias de cultura dos municípios. A biblioteca estadual é vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais		

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Acerca do tratamento dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). As categorias de análise foram construídas com base no Manifesto da Biblioteca Pública da IFLA/UNESCO, conforme se segue:

- **Missões da Biblioteca Pública**
  → *Eixos*: informação, inclusão, educação, participação cívica.
  → *Exemplo de codificação*: "Realização de rodas de leitura" → inclusão e formação de leitores.
- **Redes, Legislação e Financiamento**
  → *Eixos*: acesso físico/digital, apoio legal, articulação em rede.
  → *Exemplo de codificação*: "Disponibilidade de orçamento próprio" → ausência de financiamento.
- **Funcionamento e Gestão**
  → *Eixos*: políticas de informação, prioridades locais, gestão participativa.
  → *Exemplo de codificação*: "Adaptação de ações com base nas demandas da comunidade" → participação social.
- **Parcerias e Serviços**
  → *Eixos*: cooperação com escolas, ONGs, secretarias.
  → *Exemplo de codificação*: "Firmação de parceria com escola para alfabetização de adultos" → ação intersetorial.
- **ODS e Agenda 2030**
  → *Eixos*: conhecimento da Agenda, contribuição para metas, divulgação dos ODS.
  → *Exemplo de codificação*: "Conhecimento dos ODS, promoção de atividades ambientais" → atuação indireta.

As categorias abordaram missões das bibliotecas, gestão, parcerias, legislação e atuação frente aos ODS. Os dados foram tratados de forma a garantir o anonimato dos participantes.

Apresentação e discussão dos dados

As bibliotecas públicas desempenham um papel essencial na implementação da Agenda 2030 da ONU, sobretudo ao garantir o acesso à informação e a promoção da inclusão social. A partir do acesso público ao conhecimento, as bibliotecas permitem que as comunidades tomem decisões mais conscientes, contribuindo diretamente para os ODS. A IFLA (2015) destaca que as bibliotecas são agentes estratégicos para o desenvolvimento sustentável, uma vez que oferecem espaços para a disseminação de informações relevantes para os ODS, tornando-se aliadas na construção de sociedades mais justas e igualitárias.

No Brasil, a implementação da Agenda 2030 enfrentou diversos desafios em decorrência de mudanças normativas e políticas desde 2016 (QUADRO 2). A oscilação no compromisso governamental revelou sucessivas revogações de atos normativos que inicialmente orientavam a condução dos ODS.

Quadro 2: Políticas relativas aos ODS adotadas no contexto brasileiro, a partir de 2016

NORMATIVA	OBJETIVOS DAS NORMATIVAS
Decreto 8892/2016	Criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) para articulação

	entre governo e sociedade para implementação da Agenda 2030.
Decreto 10179/2019 (revogação do Decreto 8892/2016)	À SEGOV-PR competiu a governança das políticas e ações referentes aos ODS.
Decreto 9980/2019	Criação da Secretaria Especial de Articulação Social da – SEAS da SEGOV-PR para articulação dos Entes Federados e sociedade para condução e implementação da Agenda 2030.
Decreto 10591/2020 (revogação do Decreto 9980/2019)	Alteração de cargos em comissões e funções e alteração das competências da SEAS relativas à Agenda 2030.
Decreto 11209/2022 (revogação do Decreto 10591/2020)	Novo remanejamento e transformação de cargos em comissão e funções de confiança da SEGOV-PR.
Decreto 11382/2023 (revogação do Decreto 11209/2022)	Remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações para a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Fonte: Elaboração do autor (2024).

Esse cenário causou retrocessos na execução de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Contudo, em 2023, a recriação da CNODS e a inclusão do ODS 18, focado na igualdade racial, representaram um marco na retomada do compromisso do governo brasileiro – gestão do Presidente Lula – com a Agenda 2030.

Em relação ao acesso à informação, destaca-se o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes – devido à sua relação direta com as bibliotecas públicas, em especial a Meta 16.10, que visa assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais. Os indicadores avaliados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam desafios significativos em diversas metas desse objetivo. Por exemplo, a Meta 16.1, que trata da redução da violência, apresenta estagnação, com aumento dos homicídios contra mulheres em razão da violência doméstica. Por sua vez, a Meta 16.6, referente à eficácia e transparência das instituições, sofreu retrocessos devido a mudanças na política fiscal e à limitação de recursos orçamentários. O cenário é agravado pela falta de indicadores consistentes para monitorar dessa meta, o que dificulta a mensuração dos avanços no acesso à informação. (IPEA, 2024).

As bibliotecas públicas, segundo a IFLA (2015), têm potencial para mitigar esses desafios ao promover o acesso gratuito e aberto à informação. Considerando o chamamento da IFLA, que lançou o *International Advocacy Program* (IAP) ao publicar *Acesso e Oportunidade para Todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda 2030*, desde 2016 a FEBAB atua em *advocacy* para reforçar o papel das bibliotecas na implementação dos ODS no Brasil.

Nesse aspecto, sublinha-se a promoção de eventos como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), que vem discutindo a relação entre as bibliotecas e a Agenda 2030. As quatro últimas edições do CBBD – 2017-2024 – versaram sobre a construção de um mundo melhor, "não deixar ninguém para trás", como apregoa a Agenda 2030.

- 2017 – 27º CBBD: "Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a Agenda 2030";
- 2019 – 28º CBBD: "Desigualdade e Democracia: qual é o papel das bibliotecas?";
- 2022 – 29º CBBD: "Bibliotecas por um mundo melhor: década da ação";
- 2024 – 30º CBBD: "Bibliotecas fortes: sociedades democráticas".

Notabiliza-se que o CBBD têm sido uma instância substancial para a discussão do papel estratégico das bibliotecas, em especial das bibliotecas públicas, na promoção dos 18 ODS da Agenda 2030, com vistas à construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Em síntese, o QUADRO 3 aponta alguns indicativos desse espaço entre os anos de 2017 e 2024.

Quadro 3: Indicativos do CBBD entre os anos de 2017 e 2024

EDIÇÃO DO CBBD	APONTAMENTO GERAL
27º CBBD (2017) – Objetivos para o Desenvolvimento	Esta edição centrou-se na integração das bibliotecas à Agenda 2030 da ONU. Foram

Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a Agenda 2030	discutidas estratégias para que as bibliotecas contribuíssem efetivamente para os ODS, enfatizando a importância do acesso à informação e da inclusão social. Como resultado, foi aprovada uma moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 7920/2017 – propõe a eliminação de todos os documentos originais, após sua digitalização, evidenciando o posicionamento ativo das bibliotecas em questões legislativas que impactam o desenvolvimento sustentável.
28º CBBD (2019) – Desigualdade e Democracia: qual é o papel das bibliotecas?	Nesta edição, o foco foi o papel das bibliotecas na redução das desigualdades e na promoção da democracia. Foram apresentadas práticas e discussões sobre como as bibliotecas podem atuar como agentes de transformação social, promovendo a inclusão e o acesso equitativo à informação. O relatório do congresso destacou a necessidade de colaboração das bibliotecas na diminuição das desigualdades e no fortalecimento das habilidades necessárias para enfrentar essas demandas. Traz também uma manifestação pública contra o desmonte das políticas públicas para o setor, repúdio à falta de investimentos em bibliotecas públicas brasileiras, espaço democrático fundamental para uma efetiva transformação social para a população brasileira.
29º CBBD (2022) – Bibliotecas por um mundo melhor: década da ação	Esse congresso enfatizou a urgência de ações concretas das bibliotecas na promoção dos ODS durante a "década da ação". Foram discutidas iniciativas práticas e estratégias para que as bibliotecas contribuíssem efetivamente para um mundo mais sustentável e justo. Um dos resultados foi a elaboração do "Manifesto Político sobre Competência em Informação (COINFO) - 2022 – Bibliotecário: Profissional Luz", fruto dos debates ocorridos no "I Fórum de Debate sobre Competência em Informação". O tema central: "Competência em informação e Agenda 2030: combate à desinformação e às fake news para a promoção de sociedades inclusivas, pacíficas e justas", que teve como pauta a COINFO e os ODS 4, 16 e 17 da Agenda 2030 da ONU.
30º CBBD (2024) – Bibliotecas fortes: sociedades democráticas	Esta edição destacou a relação entre bibliotecas robustas e o fortalecimento das sociedades democráticas. Foram abordadas questões sobre como as bibliotecas podem atuar como pilares da democracia, garantindo acesso à informação, promovendo a liberdade de expressão e apoiando a participação cidadã. As atividades da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) no CBBD 2024, realizado em Recife, reforçaram a importância das bibliotecas na promoção de sociedades democráticas e informadas. Além do debate da Agenda 2030, outros fatores preocupantes se somaram a isso: o negacionismo (científico, climático, histórico), a proliferação das chamadas fake news, a redução da participação civil junto às instâncias de governo e as ameaças constantes à democracia.

Fonte: Adaptação da FEBAB (2024).

A partir do exposto e considerando o descompasso brasileiro na plena efetivação dos ODS (IPEA, 2024), a descontinuidade dos investimentos em políticas públicas para o setor (Paiva, 2008; Ferraz, 2015; Rocha, 2019; FEBAB, 2019), mapeamento das bibliotecas públicas no país distante de índices satisfatórios e os dados disponíveis desatualizados (FEBAB, 2019), entre outras

questões, compreende-se a importância de bibliotecas fortes nesse processo.

Destaca-se nesse contexto, a relevância das bibliotecas públicas – "entendida como um espaço público de cultura e educação, que possibilita meios para a inserção e desenvolvimento da população, em todas as áreas que afetam direta ou indiretamente a vida das pessoas" (FEBAB, 2019, p. 142), instituições tanto um direito humano como também imprescindíveis para a defesa da democracia, da liberdade de expressão e da inclusão de todos.

Contextualmente, em Minas Gerais evidencia-se a atuação do SEBPMG como exemplo prático de compromisso em relação à implementação dos ODS. Por intermédio do boletim Notícias do Sistema de Bibliotecas - MG e da coluna Sem Deixar Ninguém Para Trás, são disseminadas informações relacionadas aos ODS, destacando ações voltadas para grupos minoritários e vulneráveis. Durante a pandemia de COVID-19, o SEBPMG intensificou suas ações de capacitação via meio digital, ampliando o entendimento das equipes bibliotecárias acerca da Agenda 2030 e sua aplicação prática nas bibliotecas públicas do Estado.

Entretanto, a análise dos dados coletados na pesquisa revela que muitas bibliotecas públicas ainda enfrentam dificuldades para incorporar os ODS em suas práticas cotidianas. Apesar de algumas equipes das bibliotecas demonstrarem conhecimento sobre a Agenda 2030 e realizarem ações alinhadas a esses objetivos, uma parcela significativa apresenta desconhecimento ou não desenvolve atividades relacionadas aos 18 ODS. A falta de recursos financeiros e humanos foi apontada como um dos principais obstáculos para a ampliação das iniciativas, somada à visão tradicional que limita a atuação das bibliotecas públicas apenas ao empréstimo de livros e à disponibilização de acervos.

Em relação ao desenvolvimento e atualização dos acervos, aspecto fundamental ao acesso à informação para a tomada de decisão consciente e informada, isso ainda é um ponto crítico para as bibliotecas públicas de Minas Gerais. Ficou evidenciado que muitas bibliotecas enfrentam dificuldades relacionadas à atualização e diversificação do acervo devido à escassez de financiamento público e apoio institucional. Apesar de haver uma lei para o livro, conforme apontado por Paiva (2008), Ferraz (2015), Rocha (2019) e a FEBAB (2019), as bibliotecas públicas padecem com acervos desatualizados, sobrevivendo com doações de membros da sua comunidade.

Essas limitações prejudicam a capacidade das bibliotecas de alinhar seus acervos às demandas contemporâneas, como aquelas relativas aos temas abordados na Agenda 2030. A ausência de investimentos contínuos impede a incorporação de publicações relevantes para os ODS, como temas emergentes relacionados à igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10) e sustentabilidade ambiental (ODS 13). Nessa seara, também existe uma lacuna na curadoria do acervo em relação à diversidade cultural, étnica e social. Muitas bibliotecas não possuem acervos que representem os grupos historicamente marginalizados, como a população negra, povos originários e tradicionais, e pessoas representativas da diversidade sexual e de gênero.

A falta de recursos para a aquisição de novos materiais, que deveriam refletir as transformações sociais e as novas demandas informacionais, impacta diretamente a garantia do acesso público à informação, relativa ao ODS 16, assim como dificulta a promoção de uma educação crítica e plural, essencial para a implementação do ODS 4 (Educação de Qualidade) e do ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Embora a IFLA (2022) saliente que além dos materiais tradicionais as coleções e serviços devem incluir todas as tipologias de mídias apropriadas e tecnologias modernas, muitas bibliotecas enfrentam dificuldades em implementar acervos e serviços digitais devido à falta de infraestrutura tecnológica, como consequência do desinvestimento público. Essa limitação aprofunda a exclusão digital, acomete a garantia de acesso amplo e democrático à informação (ODS 16), especialmente em comunidades vulneráveis,

contrariando o princípio da Agenda 2030 de "não deixar ninguém para trás".

Embora algumas bibliotecas públicas empreendam esforços para disponibilizar materiais voltados à inclusão e à promoção da diversidade cultural, segundo os relatos dos sujeitos participantes da pesquisa, ainda existem lacunas no entendimento e na aplicação prática dos ODS. Reforça-se o potencial das bibliotecas para contribuir com diversos objetivos, como o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 18 (igualdade étnico-racial), entre outros. Algumas bibliotecas já desenvolvem projetos voltados para a inclusão social, como programas para populações em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência e idosos. Essas iniciativas demonstram que, apesar das limitações, as bibliotecas públicas podem se tornar agentes de transformação social ao oferecer serviços de informação voltados ao desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, é preciso refletir ainda que a análise qualitativa das respostas coletadas com os questionários e as entrevistas semiestruturadas revela uma lacuna entre o discurso institucional e a prática cotidiana. Há uma desconexão em algumas bibliotecas em relação ao entendimento dos ODS e sua aplicabilidade no contexto local. Enquanto alguns profissionais das bibliotecas públicas veem a Agenda 2030 como uma oportunidade para ampliar sua atuação social, outras questionam seu papel na implementação dos objetivos globais, priorizando demandas mais imediatas da comunidade local.

Para superar esses desafios, é fundamental investir em programas de capacitação contínua para os profissionais de bibliotecas, reforçar as estratégias de *advocacy* e garantir apoio governamental em nível municipal, estadual e federal. A IFLA (2022) ressalta a importância da formação continuada dos profissionais para que as bibliotecas possam oferecer serviços eficazes e enfrentar os desafios do futuro. Além disso, a integração de ações intersetoriais, envolvendo outras políticas públicas, é essencial para ampliar o alcance das bibliotecas na promoção dos ODS.

Em síntese, as bibliotecas públicas possuem um papel estratégico na implementação da Agenda 2030, sobretudo ao facilitar o acesso à informação, promover a inclusão social e estimular o engajamento comunitário em prol do desenvolvimento sustentável. Para que possam desempenhar plenamente esse papel, é imprescindível o compromisso de gestores públicos e a mobilização contínua dos profissionais de bibliotecas em ações alinhadas aos ODS. Assim, as bibliotecas se afirmam como agentes vitais de mudança, contribuindo de forma efetiva para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Considerações Finais

Apresentou-se neste texto as reflexões de uma pesquisa de doutorado defendida no PPGGOC da Escola de Ciência da Informação Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo foi discutir a atuação das bibliotecas públicas de Minas Gerais em relação aos ODS da Agenda 2030.

Reflete-se que a discussão dos ODS entrelaçada à missão das bibliotecas públicas trouxe aportes ao campo de investigação da Biblioteconomia e a Ciência da Informação, áreas de conhecimento interdisciplinares que se atém ao estudo de práticas, sistemas e tecnologias relacionados à produção, organização, preservação, disseminação e uso da informação. Esses aportes aprofundam os estudos em torno da compreensão do papel social das bibliotecas públicas e das práticas que orientam e reforçam a importância da informação como um direito fundamental nesses espaços. Ao passo oferecem subsídios para o fortalecimento do papel dessas instituições na transformação social, orientando a adoção de políticas informacionais mais justas, inclusivas e sustentáveis. Ademais, proporciona elementos integrativos entre as bibliotecas públicas com as redes comunitárias e as organizações sociais, fortalecendo seu impacto na promoção da cidadania e no desenvolvimento sustentável.

A partir do estudo, foi possível apreender que entre os principais desafios para a implementação efetiva das políticas públicas para as bibliotecas em Minas Gerais incluem-

se: a descontinuidade dessas políticas, uma vez que são políticas de governo e não políticas de Estado; a insuficiência de recursos financeiros; e a ausência de uma legislação que vincule o financiamento dessas instituições ao orçamento público. Além disso, a precariedade na infraestrutura e na formação dos profissionais afeta a capacidade das bibliotecas públicas atender as necessidades de informação das comunidades.

A efetividade das políticas para bibliotecas públicas depende da construção de políticas públicas como políticas de Estado, já que os governos são transitórios. Isso requer a criação de marcos legais que garantam a continuidade dos programas, ações e projetos para as bibliotecas públicas, além do fortalecimento da participação social na definição e avaliação dessas políticas.

Sabendo que essa problemática afeta o Brasil como um todo, não somente Minas Gerais, a implementação efetiva das políticas para bibliotecas públicas demanda investimentos financeiros; a garantia da gestão técnica por bibliotecários e uma maior articulação entre os entes federativos – governos federal, estadual e municipal. A construção de políticas públicas como políticas de Estado é fundamental para assegurar a continuidade e o fortalecimento dessas instituições, que são essenciais para o desenvolvimento social e cultural.

A redução do orçamento federal destinado à cultura e educação, assim como a descontinuidade de políticas públicas voltadas para a modernização dos acervos são barreiras que impedem as bibliotecas de avançarem em sua missão social. Apesar dos esforços de advocacy como propõe a IFLA e, no contexto brasileiro, conduzido pela FEBAB, ainda há um descompasso entre as diretrizes internacionais – como os ODS – e as práticas efetivas nas bibliotecas públicas brasileiras.

Os desafios relacionados ao acervo das bibliotecas públicas evidenciam diversas limitações que impactam diretamente a capacidade das bibliotecas públicas contribuírem com os ODS da Agenda 2030. Esses desafios estão ligados a questões estruturais, financeiras e de gestão, dificultando o alinhamento dos acervos às demandas sociais contemporâneas.

Em particular, o aspecto referente à capacitação adequada para os profissionais das bibliotecas compromete a implementação dos ODS. Sem formação contínua, os bibliotecários encontram dificuldades para identificar lacunas informacionais, selecionar materiais relevantes e implementar políticas de acervo que reflitam os princípios da Agenda 2030.

As bibliotecas públicas, a partir das missões-chave relacionadas à "informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural" contribuem para a implementação dos ODS, no sentido da construção de sociedades mais igualitárias, humanas, informadas e sustentáveis. Para tanto, recomenda-se que os gestores:

- Fortaleçam a presença da biblioteca no contexto digital;
- Aumentem a oferta de ações educativas e de leitura para promoção do livro, da leitura, da escrita e da literatura;
- Desenvolver acervos e serviços representativos da diversidade étnica, de gênero, das culturas afro-brasileiras, indígenas e quilombolas;
- Ampliem as atividades culturais em parceria com agentes culturais e sociais;
- Adotem as diretrizes da IFLA/UNESCO para o estabelecimento depadrões de funcionamento e gestão;
- Garantir acessibilidade e inclusão nos serviços bibliotecários e a participação comunitária nas decisões da biblioteca;
- Consolidem uma visão sistêmica e atuem em rede, com uma lógica colaborativa e não hierárquica;
- Defendam uma política nacional de cooperação e desenvolvimento;
- Busquem financiamento específico e sustentável junto à administração pública e, principalmente, que utilizem mecanismos de financiamento alternativo como: Leis de Incentivo à Cultura, ICMS Patrimônio Cultural, e parcerias público-privadas.

Mesmo diante de desafios estruturais e institucionais, as bibliotecas públicas podem alinhar seus serviços e acervos aos ODS com ações simples e estratégicas.

Em resumo, as bibliotecas públicas enfrentam múltiplos desafios para alinhar seus acervos aos ODS. Superar essas barreiras requer investimento público sustentável, capacitação contínua dos profissionais e a implementação de políticas de curadoria que priorizem a inclusão, a diversidade e o acesso aberto e equitativo à informação.

Referências

Araújo, E. A. (2002). *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil*. Ed. Universitária

Bernardino, M. C. R., & SUAIDEN, E. J. (2011). O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(4), 29-41. Recuperado de https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf.

Brasil. (1992). *Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992: Dispõe sobre a criação de bibliotecas públicas em municípios carentes*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm

Brasil. (1937). *Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937: Cria o Instituto Nacional do Livro*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm

Brasil. (2003). *Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003: Institui a Política Nacional do Livro*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm

Brasil. (2018). *Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018: Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita*. Diário Oficial da União. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm

Cunha, M. F. V. da. (2003). O papel social do bibliotecário. *Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da informação*, *8*(15), 41–46. Recuperado de https://doi.org/10.5007/1518-2924.2003v8n15p41

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. (2017). *Relatório: XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação (CBBD)*. FEBAB. http://repositorio.febab.org.br/items/show/7000

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. (2019). *Relatório: XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação: Desigualdade e democracia: Qual o papel das bibliotecas?* FEBAB. Recuperado de http://repositorio.febab.org.br/items/show/4553

Ferraz, M. N. (2015). *Políticas do Estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012)* [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. Recuperado de http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AANGFL

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2024). *Agenda 2030: Objetivos de desenvolvimento sustentável: Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis* (Cadernos ODS, 16). IPEA. Recuperado de http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS16

International Federation of Library Associations and Institutions. (2015). *Conjunto de ferramentas: As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU*. IFLA. Recuperado de https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf

International Federation of Library Associations and Institutions. (2019). *Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas*. IFLA. Recuperado de https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf

International Federation of Library Associations and Institutions. (2022). *Manifesto da IFLA-UNESCO para bibliotecas públicas*. IFLA. Recuperado de https://repository.ifla.org/server/api/core/bit

streams/d414c76e-17ef-4581-9c0f-cc6e250a2743/content

Koontz, C., & Gubbin, B. (Eds.). (2013). *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública* (2.ª ed.). Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Recuperado de https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/1055

Lins, I. A. B. (2016). *Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil* [Dissertação de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. Recuperado de https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20978

Lins, I. A. B. (2021). Relações entre a biblioteca pública e as políticas públicas: Cenas do passado e do presente, perspectivas para o futuro. In B. Lessa & I. Lins (Orgs.), *Para que serve a biblioteca pública?: Novas configurações para o século XXI* (pp. 232–249). EDUFBA. Recuperado de https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37086

Menegale, J. G. (2022). *O que é e o que deve ser a biblioteca pública*. (2.ª ed.). Briquet de Lemos / Livros

Minas Gerais. (1984). *Decreto nº 23.512, de 06 de abril de 1984: Dispõe sobre o Sistema Operacional da Cultura, organiza a Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências*. Minas Gerais Diário do Executivo, p. 6, col. 1. Recuperado de https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/23512/1984/

Minas Gerais. (2009). *Lei nº 18.312, de 20 de agosto de 2009: Institui a Política Estadual do Livro*. Diário Oficial de Minas Gerais. Recuperado de https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/18312/2009/

Minas Gerais. (2023). *Decreto nº 48.649, de 10 de julho de 2023: Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo*. Diário Oficial de Minas Gerais. Recuperado de https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48649/2023/

Paiva, M. de A. M. (2008). *Bibliotecas públicas: Políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006* [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7HUKTJ/1/disserta__o_marilia.pdf

Rocha, E. S. (2019). *Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil* [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37526

REDES DE COMUNIDADES DE ATENÇÃO NO X (TWITTER) SOBRE TRATAMENTO AMBULATORIAL PRECOCE DE COVID-19: UM ESTUDO DE CASO

Marília Catarina Andrade Gontijo, Universidade Federal de Minas Gerais, https://orcid.org/0000-0002-9181-0302, Brasil, mariliacgontijo@gmail.com

Ronaldo Ferreira de Araújo, Universidade Federal de Minas Gerais, https://orcid.org/0000-0003-0778-9561, Brasil, ronaldfa@gmail.com

Doi: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6648

Eixo: Impactos sociais

Introdução

O surgimento de novos estudos métricos da informação, principalmente devido à Web Social e às mídias sociais, possibilitou que se meçam o impacto da disseminação e a recepção de resultados de pesquisas científicas não somente dentro do ambiente acadêmico e das métricas tradicionais, mas também fora deles, como o impacto social.

Esses tipos de estudos favorecem análises advindas de outras medidas, como a altmetria, considerada um "[...] campo que se ocupa da análise, produção e uso de indicadores científicos e tecnológicos, baseando-se em ferramentas que captam informações de múltiplas fontes" (Barcelos, Macedo & Maricato, 2020, pp.461).

Com essas novas possibilidades, os "[...] dados altmétricos de acesso aos artigos e de comentários sobre eles podem servir de monitoramento quanto ao interesse e relevância do conteúdo publicado ao longo do tempo" (Gouveia, 2013, pp.223), nos quais é possível acompanhar a procura pela pesquisa pelo público, em que "[...] os simples atos de curtir, compartilhar e comentar uma publicação de caráter científica nas redes sociais, já propicia a divulgação e comunicação acerca de uma pesquisa no meio científico através de seus pares" (Silva& Oliveira, 2020, pp.51).

Nesse contexto, o público interessado no acesso às pesquisas científicas (tanto aqueles que fazem parte da comunidade científica quanto o público geral) pode se agrupar de diferentes maneiras, como exemplo, por meio de relacionamentos e interesses em comum, agregando-se em redes de comunidades de atenção *online* que interagem com pesquisas científicas disponibilizadas em mídias sociais, entre elas, os *sites* de redes sociais. Suas caracterizações podem ser notadas por meio das análises altmétricas, levando em consideração os interesses em comum e os tipos de redes de relacionamentos (Alperin, Gomez& Haustein, 2019).

Portanto, o levantamento e a análise desses tipos de redes de relacionamentos são importantes para caracterizarem os grupos de interesses e refletirem sobre o comportamento desses usuários em mídias sociais, uma vez que "a presença e atuação de comunidades epistêmicas, ou mesmo de grupos de pesquisadores de determinadas áreas, em mídias sociais como o Twitter pode contribuir para o debate de temas emergentes destas áreas" (Pedri& Araújo, 2023, pp.372).

Nessa perspectiva, as análises das redes de comunidades de atenção *online* destacam o "[...] tipo de atenção e envolvimento que os artigos podem estar recebendo em outras áreas, setores, referências de políticas, comentários de pares pós-publicação, cidadãos, grupos sociais, organizações civis e outros" (Araújo, 2018, pp.4253). É significativo e necessário que os muitos campos do conhecimento as levantem e analisem para compreenderem o real alcance de suas pesquisas e como seus resultados estão sendo entendidos, engajados e disseminados pela sociedade.

Esses tipos de estudos têm se mostrado potenciais ao demonstrar perspectivas teóricas e metodológicas significativas (Araújo& Costas, 2024), podendo ser aplicados em qualquer

área do conhecimento e sobre qualquer assunto em evidência. No quadro da recente pandemia do coronavírus (COVID-19), são muitos os estudos que abrangem o engajamento do público e seus vários grupos de interesse, buscando mapear as redes de comunidades de atenção *online* por todo o mundo.

Devido ao grande volume de buscas na internet sobre pautas relacionadas à COVID-19, com informações disponibilizadas de maneira exponencial em mídias e *sites* de redes sociais, o seu debate público foi maximizado por diferentes áreas de interesse e de variados discursos político-sociais por todo o mundo, com evidência, também, ao compartilhamento de desinformação.

Assim, o presente estudo de caso tem como objetivo geral analisar as redes de comunidades de atenção *online* do artigo científico sobre COVID-19 mais mencionado no *site* de rede social X (antigo Twitter) no mundo. O objetivo específico é levantar e analisar, utilizando técnicas altmétricas, as características das postagens e dos perfis de usuários que o compartilharam.

Altmetria e as redes de comunidade de atenção *online*

Na perspectiva da Ciência da Informação, as novas métricas, como a altmetria, voltadas à análise de fontes da Web Social, superam as limitações de medidas de impacto tradicionais, como as citações da bibliometria, surgindo devido "[...] as mudanças da comunicação científica trazidas pela internet e a presença dos pesquisadores na Web 2.0" (Barcelos & Maricato, 2023, pp.1-2).

A altmetria, também conhecida como métricas alternativas, surgiu com a possibilidade de se utilizar fontes virtuais, como mídias e *sites* de redes sociais, como provedoras de dados estatísticos sobre produções científicas quando disseminadas em ambiente virtual, considerando compartilhamentos, menções, *downloads*, comentários, recomendações, curtidas e usuários que interagem com os resultados científicos (Adie & Roe, 2013; Bornman & Haunschild, 2018; Díaz-Faes, Bowman & Costas, 2019).

Essa métrica ainda salienta o impacto social de pesquisas, uma vez que ele "[...] pode ser medido através da influência da produção científica em políticas públicas, mas também na presença de cientistas em jornais e na circulação em plataformas digitais e *sites* de redes sociais" (Oliveira, 2020b, pp.23); possibilitando entender "[...] a capacidade de exposição que uma fonte ou fluxo de informação possui de, por um lado, influenciar o público-alvo e, por outro, ser acessado em resposta a uma demanda de informação" (Packer & Meneghini, 2006, pp.237).

Por meio dos indicadores altmétricos, "[...] pesquisadores e outros interessados conseguem identificar, dentre as pesquisas atuais, quais temas e assuntos são mais populares e atraem mais interlocutores" (Araújo & Furnival, 2016, pp.72). Entre eles, tem-se o indicador de engajamento, que, além de ser utilizado na perspectiva das mídias sociais (Ormen, 2021), permite que se analisem aspectos sobre a produção científica além do ambiente acadêmico, isto é, equiparando as curtidas, menções e compartilhamentos em fontes virtuais às citações e dados sobre usos advindos das métricas da informação consideradas tradicionais.

Dessa forma, em ambientes virtuais, o engajamento do público pelas produções científicas está sujeito à localização, considerando os rastros "[...] deixados pelos usuários nas interações entre sistemas e produtos - que anteriormente eram invisíveis - passaram a ser registrados e passíveis de serem coletados e analisados com mais facilidade, indo muito além das citações" (Barcelos, Macedo & Maricato, 2020, pp.460). A altmetria, por complementar as métricas tradicionais, envolve análises de aspectos considerados mais amplos e de fácil disposição fornecidos por meio de plataformas virtuais (Bornmann & Haunschild, 2018).

Um desses aspectos monitorados pelos indicadores altmétricos é a recepção das pesquisas científicas pelo público nas fontes da Web Social, levando em consideração a sua percepção e as discussões e debates como consequência de seus compartilhamentos. Nesse sentido, surgem as redes de

comunidades de atenção *online* que interagem entre si de acordo com tópicos de interesse em comum sobre assuntos científicos, o que permite, consequentemente, entender o impacto da ciência na sociedade (Imran *et al*., 2018; Schalkwyk, Dudek & Costas, 2020).

Sobre a forma como essas redes de comunidades de atenção *online* se compõem, presume-se que pode ser devido aos interesses e opiniões similares (Imran *et al*., 2018). Nesse quadro, no âmbito dos usuários, Fenner (2013) explica que o interesse em determinado artigo científico disseminado em mídias sociais e *sites* de redes sociais pode ocorrer devido ao interesse geral da sociedade sobre o tema ou por interesse específico, em que o indivíduo busca informações detalhadas sobre o assunto e tende a retornar a sua leitura ou a fazer o seu *download*.

Nesse contexto, "estudos recentes exploram a análise de sentimentos em contextos altmétricos, investigando correlações entre sentimentos expressos, plataformas de mídia social e impacto acadêmico" (Pontes & Maricato, 2024, pp.2). Para tanto, as análises altmétricas se referem às investigações das diferentes redes de comunidades de atenção *online* de usuários ativos nas plataformas *online* de mídias sociais e suas interações com pesquisas científicas, levando em consideração os muitos tipos de engajamentos que elas oferecem (Araújo, 2020).

Essas novas investigações possibilitam diferentes formas de análises e avaliações dessas redes, conjeturando-se que se aumentem a visibilidade e o alcance das produções científicas em fontes virtuais (Wouters, Zahedi & Costas, 2018).

Para isso, as análises altmétricas das redes de comunidades de atenção *online* combinam uma abordagem quantitativa, por meio de dados estatísticos de compartilhamento e engajamento do usuário com as pesquisas científicas, com análises qualitativas descritivas de diferentes variáveis, como o motivo de se compartilhar a pesquisa, as formas de interação, os contextos dos conteúdos das postagens nos *sites* de redes sociais e conteúdos disponibilizados nos perfis pelos próprios usuários (Fraumann, 2020).

Essas análises são facilitadas, sobretudo, em mídias sociais em que são favorecidas as interações sociais, como o *site* de rede social X. O X tem seu fácil acesso e uso pelos usuários por se tratar de um *microblog* de postagens sucintas e de conversas instantâneas (Alperin, Gomez & Haustein, 2019; Bik & Goldstein, 2013), em que se formam redes por meio de menções em *tweets* (postagens), *retweets* (repostagens) e *hashtags,* possibilitando análises mais aprofundadas da disseminação e compartilhamento das pesquisas científicas pelas redes de comunidades de atenção *online* (Holmberg *et al*., 2014).

Portanto, o X é uma fonte potencial "[...] para medir o impacto da ciência na sociedade como um todo, [...] tanto por pesquisadores e instituições, quanto por periódicos científicos", utilizado, recorrentemente, em estudos altmétricos (Delbianco & Grácio, 2024, pp.2).

Quanto às análises das redes de comunidades de atenção *online,* o X deve ser utilizado visando capturar informações relevantes sobre as interações dos usuários com as pesquisas científicas disseminadas nesse *site* de rede social. Tais dados devem ser voltados ao entendimento do desenvolvimento das redes e aos conteúdos das conversas, sem focar somente no número de *tweets* (Nelhans & Lorentzen, 2016). Nessa linha, entende-se que disseminar um documento por meio de apenas um *tweet* será diferente de divulgar e facilitar conversas através de comentários, avaliações e discussões abertas pelas redes de comunidade de atenção (Orduña-Malea, Martín-Martín & Delgado-López-Cózar, 2016), sendo as últimas mais significativas ao se pensar nas análises dos indicadores altmétricos.

Pandemia de COVID-9 e informação em saúde

A pandemia de COVID-19 trouxe um fluxo intenso de informações principalmente quando se considera a busca e compartilhamento em mídias e *sites* de redes sociais, o que, consequentemente, fortaleceu o seu debate público perante a sociedade em geral.

Silva e Gouveia (2019, pp.40) destacam que

> [...] a busca por informações acerca da saúde resulta no uso do conhecimento adquirido por meio das notícias e informações coletadas para uma determinada tomada de decisão. Seja ela: a procura por ajuda médica, início de um tratamento medicamentoso caseiro ou farmacêutico ou procura por fontes informais (conversa face a face, por redes sociais ou grupos de discussão na *web*) para confirmação do entendimento das informações absorvidas.

Em todo o mundo, as trocas de informações sobre a pandemia nesse ambiente virtual evidenciaram "[...] discussões das estratégias de poder, agora caracterizadas pelo uso intenso da informação em tempo real, com a Internet" (Lima *et al*., 2020, pp.7). Essas discussões influenciaram as respostas dos países diante da pandemia de COVID-19, em que ocorreram distintas formas de comunicação e implementação dos procedimentos e medidas adotados. Assim, países com capitais sociais, econômicos e institucionais mais avançados responderam à crise com maior efetividade, empregando grandes investimentos em saúde pública, ciência e tecnologia (Alcíbar Cuello, 2021; Caponi *et al*., 2021).

Ainda em uma visão global, Lima *et al*. (2020, pp.15) ponderam que em

> [...] um mundo de desigualdade social, econômica, política e tecnológica, o acesso, o uso, a apropriação e a produção de informação são também muito desiguais, muito assimétricos. Em tempos extraordinários como o que vivemos, em que estudos científicos para definir tratamentos e medidas de contenção da COVID-19 ainda não são conclusivos e existe uma mistura gigante de notícias e informações (verdadeiras, erradas e fabricadas), a apropriação de uma conduta única e/ou exclusiva, principalmente para uso de um medicamento ou uma medida como a do isolamento social, está envolvida numa onda de desinformação, desequilibrando relações, podendo levar a tomadas de decisões errôneas pela assimetria de informações.

Nesse contexto de trocas de informações em fontes da Web Social, o aumento exponencial de desinformação também foi destaque durante os anos em que a pandemia decorreu, uma vez que "a internet não só democratizou a informação, mas permitiu apagar as fronteiras entre fatos e opiniões, entre argumentos informados e especulação gananciosa" (Caponi *et al.*, 2021, pp.81). Dessa forma, a desinformação foi facilitada pelos *sites* de redes sociais, em que "[...] potencialmente qualquer ator social (individual ou institucional) pode produzir e distribuir diferentes conteúdos, ironicamente tem acarretado um aprofundamento progressivo da desinformação" (Carvalho, Castro & Schneider, 2021, pp.4).

Como consequência, Oliveira (2020a, pp.2-3) pondera que

> [...] os desafios para produzir respostas efetivas frente a essa profusão informacional exigem um grande trabalho multidisciplinar e em conjunto a vários setores da sociedade, buscando uma compreensão ampla sobre o tópico para entender as disputas inerentes à circulação da informação relacionada à ciência e as implicações sociais, culturais, políticas e jurídicas no enfrentamento à desinformação.

Ao se pensar na desinformação, que no âmbito da pandemia de COVID-19 fortaleceu movimentos negacionistas e de revisionismos científicos que resultaram em desconfianças e crise das instituições epistêmicas, torna-se importante desenvolver pesquisas que possam dar conta da profusão discursiva atrelada à circulação de informação relacionada à ciência, sobretudo no contexto da pandemia e as possíveis formas de seu enfrentamento como respostas (Araújo & Oliveira, 2020, pp.197).

Como um dos temas que recebeu grande atenção pela população mundial, sendo maximizado tanto por desinformação quanto por informações verídicas, o tratamento precoce da doença do coronavírus foi pautado por diversas pesquisas e debates, sendo propagado por figuras públicas, como os

presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro. Uma das vertentes desse protocolo realizado visando o tratamento em seu estado inicial, ou até mesmo de forma profilática, foi o tratamento precoce em ambientes ambulatoriais.

Dentre os tipos de ajuda médica, o tratamento ambulatorial precoce foi muito difundido e discutido tanto pela ala científica e médica quanto pela população em geral para a tentativa de diminuição da COVID-19, principalmente nos primeiros períodos da pandemia, quando ainda não havia vacina cientificamente comprovada contra o coronavírus. Como uma das formas nessa tentativa de se descobrir tratamentos contra o novo vírus da família SARSCoV-2, McCullough *et al*. (2021) explicam que, assim como muitas outras infecções, a doença da COVID-19 pode ser passível de terapia ainda no início de seu curso, mas que, provavelmente, não responderia aos mesmos tratamentos nos estágios mais tardios, como hospitalizações e casos terminais.

Os autores também explicam que, pelo fato de os resultados dos testes para verificação da doença do coronavírus demorarem até mais de uma semana para retorno, o tratamento poderia ser iniciado antes de sua resposta em casos em que o paciente apresentasse características da doença, como febre, dores no corpo, congestão nasal e perda do paladar e do olfato.

Dessa forma, para os pacientes ambulatoriais confirmados portando a doença ou mesmo apresentando tais características, alguns protocolos poderiam ser empregados de forma precoce em ambientes médicos, como: 1) redução da reinoculação, isto é, aumentar o ar fresco ao redor do paciente para reduzir a propagação do vírus; 2) terapia antiviral combinada pelo uso de medicamentos já utilizados em tratamentos para doenças virais, como zinco, hidroxicloroquina, azitromicina, doxiciclina e favipiravir; 3) uso de imunomoduladores que atuam no sistema imunológico, como o fármaco colchicina; 4) terapia com substâncias antiplaquetárias ou antitrombóticas, em que os anticoagulantes podem ajudar na redução de casos de morte (McCullough *et al*., 2021).

Por fim, ainda para a tentativa de se estabelecer tratamentos para a COVID-19, principalmente em ambientes ambulatoriais, McCullough *et al*. (2021) citam o fornecimento e monitoramento de oxigênio para os pacientes, importante para manutenção da saturação arterial de oxigênio.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso de natureza exploratória e de abordagem qualitativa-quantitativa que tem como objetivo geral analisar as redes de comunidades de atenção *online* de artigo científico sobre COVID-19 mais mencionado no X e objetivo específico de levantar e analisar, por meio de técnicas altmétricas, as características das postagens e dos perfis de usuários que compartilharam o artigo.

Por ser um campo relativamente novo de pesquisas sobre as redes de comunidades de atenção *online*, os estudos altmétricos se tornam importantes fontes de dados para análises por permitirem compreender o que está sendo compartilhado, quem está compartilhando, quando está sendo compartilhado e como os compartilhamentos estão sendo realizados (Araújo *et al.*, 2023).

A pesquisa foi dividida em cinco etapas metodológicas.

Figura 1: Etapas metodológicas.



Fonte: Elaboração própria (2025).

A primeira etapa consistiu na coleta do artigo científico na base de dados Dimensions. Optou-se por essa base indexadora por apresentar cobertura ampla de documentos, campos de pesquisas e regiões (Bode *et al*., 2023; Gouveia, 2024). A coleta da publicação foi realizada pela expressão de busca: "2019-nCoV" *OR* "COVID-19" *OR* "SARS-CoV-2" *OR* ("coronavirus" *OR* "corona virus"), sem delimitação de data de publicação, sendo ordenada pela quantidade de menções. Para o estudo de caso, foi escolhido o artigo científico com o maior número de menções em fontes da Web Social, "Pathophysiological Basis and Rationale for Early Outpatient Treatment of SARS-CoV-2 (COVID-19) Infection" de McCullough *et al*. (2021), mencionado 24.757 vezes por 14.547 usuários. A escolha de apenas um artigo para a investigação se dá pelos fundamentos das *article-level metrics* (métricas em nível de artigo).

As *article-level metrics* trazem a "[...] possibilidade de se produzir indicadores independentes, em oposição à metodologia correntemente adotada nas avaliações de artigos feitas a partir das revistas nas quais foram publicados" (Barcelos & Maricato, 2023, pp.9).

Assim, inclui dados de citações, usos e comentários sobre um artigo particular em fontes como as mídias sociais, refletindo na forma como essa publicação está sendo aceita pela comunidade científica (Fenner, 2013).

São importantes também por permitirem análises mais detalhadas sobre as diferentes maneiras de como os leitores acessam e utilizam as produções científicas, destacando o interesse do público sobre a pesquisa individualmente (Fenner, 2013); e quantificando a sua influência, por meio de análises de informações sobre como o artigo está sendo lido, compartilhado e discutido em fontes da Web Social (Iyengar & Vaishya, 2023).

Para o levantamento dos dados altmétricos na segunda etapa, utilizou-se, primeiramente, a extensão Altmetric it! do Sistema Altmetric.com diretamente na página do artigo no repositório em que foi publicado. Feito isso, redirecionou-se a página de detalhes do artigo no Altmetric.com, que fornece dados altmétricos sobre os países que mais mencionaram a produção científica, o tipo de usuário interagindo com ela (de acordo com categorias estabelecidas pelo próprio Altmetric.com) e os dados dos *tweets* publicados no X.

O Altmetric.com é a plataforma aberta mais utilizada para o levantamento de dados altmétricos mundialmente, com grande abrangência na captura das menções das publicações científicas *online* pelo rastreamento de seus identificadores digitais, como o DOI (Imran *et al*., 2018; Joubert& Costas, 2020; Said *et al*., 2019). A coleta foi realizada em janeiro de 2025.

Na terceira etapa, foi utilizada a extensão da ferramenta digital Simplescraper, que faz a extração e estruturação dos dados minerados de qualquer *site* de forma rápida (Simplescraper, 2025). Os dados obtidos por meio da página de detalhes do artigo no Altmetric.com foram extraídos a partir de quatro categorias:

Quadro 1: Categorias dos dados

Título da propriedade	Conteúdo
Text	Conteúdo dos *tweets*
Created_at	Data da publicação dos *tweets*
User_screen_name	Usuários do X
In_reply_to_screen_name	Menções no X

Fonte: Elaboração própria (2025).

Após essa coleta, os dados foram exportados em formato CSV (*Comma Separated Values*) para serem utilizados na plataforma Communalytic para a visualização dos resultados na quarta etapa.

O Communalytic oferece recursos sem necessidade de codificação para visualização e análises de comunidades *online* e de discursos públicos realizados em *sites* de redes sociais, como o X. Ele foi desenvolvido para fornecer a pesquisadores uma infraestrutura para a realização de pesquisas com base em dados coletados em mídias sociais (Communalytic, 2025).

Nessa etapa, foram utilizadas as opções de *Dataset Overview* e *Network Analyzer* do Communalytic. A primeira forneceu a visualização dos dados sobre a data da publicação dos *tweets* por dia, a nuvem de palavras e a nuvem de *emojis* obtidas por meio do conteúdo dos *tweets* e a lista dos dez usuários que mais publicaram o artigo no X. A segunda opção ofereceu as visualizações das redes de interações das comunidades de atenção *online* que interagiram com o artigo sobre COVID-19.

Por fim, a quinta etapa consistiu na análise dos dados apoiados nas visualizações geradas pelo Communalytic de acordo com as categorias coletadas.

Resultados

Para o estudo de caso baseado nas *article-level metrics*, foi selecionado o artigo científico "Pathophysiological Basis and Rationale for Early Outpatient Treatment of SARS-CoV-2 (COVID-19) Infection" de McCullough *et al*., publicado em janeiro de 2021, que aborda o tratamento ambulatorial precoce da infecção causada pelo vírus da doença COVID-19. Os autores mostram que, devido à ausência de ensaios clínicos sobre o então novo vírus, o artigo traz a necessidade de a área médica utilizar técnicas aprendidas sobre infecções da conhecida família do coronavírus para o tratamento ambulatorial precoce da doença, objetivando prevenir hospitalização ou, em casos mais graves, a morte dos pacientes.

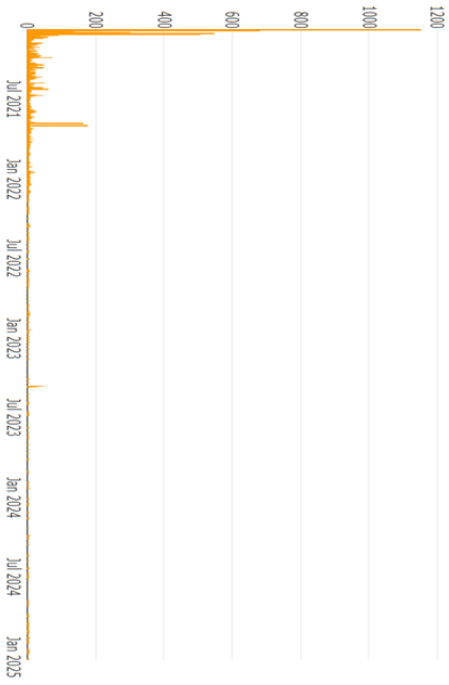
Para a análise das redes de comunidades de atenção *online* do artigo, os primeiros resultados são referentes aos dados altmétricos sobre os indicadores de: quantidade de menções em *tweets* e quantidade de usuários mencionando o artigo científico, datas de publicação dos *tweets,* países com maiores quantidades de usuários mencionando a publicação, e tipos de usuários do X que interagiram com ela.

Tais "indicadores altmétricos da produção científica contribuem significativamente para entendermos a dinâmica da circulação da ciência fora do âmbito acadêmico" (Rocha, Silva & Maricato, 2023, pp.235).

Para a quantidade de menções em *tweets* compartilhando o artigo e a quantidade de usuários no X, foram localizadas 24.757 menções feitas por 14.547 usuários, o que pode ser considerado um nível alto de engajamento e impacto social nesse *site* de rede social quando se analisa pela perspectiva das *article-level metrics,* isto é, um único artigo recebendo uma grande quantidade de menções pós-publicação. Esses resultados estão de acordo com a perspectiva de Fenner (2013), de que, a partir das *article-level metrics*, é possível notar a frequência em que um único artigo está sendo discutido nos comentários *online* em mídias sociais e mídias acadêmicas.

Seguindo essa linha, a Figura 2 representa o panorama das datas de publicações dos *tweets* que mencionaram e compartilharam o artigo científico sobre COVID-19.

Figura 2: Data dos *tweets*.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota-se que a grande maioria das menções ocorreu no primeiro semestre de 2021, logo após a publicação do artigo em janeiro do mesmo ano, mostrando que a velocidade no acúmulo das menções permite que se demonstre o seu impacto pós-publicação,

conforme Nascimento e Odonne (2015), e Araújo *et al.* (2023), que também apontaram a mesma variação da proporção de menções em seus achados, com picos altos logo após a publicação, seguido por uma menor quantidade de menções nos primeiros meses e forte diminuição com poucas menções ao longo do restante do tempo estipulado.

Esse acúmulo, ainda nos primeiros meses de 2021, também pode ser explicado pela natureza do tema do artigo, já que, ao abordar o tratamento ambulatorial precoce da doença, em 2021, o assunto ainda era muito debatido, pois as formas de tratamento e as medidas de contenção ainda eram estudadas e discutidas e estavam em fase de implementação globalmente, como a vacinação, que foi aprovada para uso emergencial no final de 2020 e aderida pelo mundo inteiro gradativamente ao longo de 2021 (Castro, 2021; Fuster-Casanovas *et al.,* 2022; World Health Organization, 2025).

Para os países com maiores índices de engajamento, o Brasil contou com 3.232 (22%) usuários mencionando o artigo de McCullough *et al*. (2021), seguido pelos Estados Unidos com 1.571 (11%) e França com 452 (3%) usuários. Canadá, Reino Unido, Itália, África do Sul, Austrália e Holanda também integram a lista com 1 a 2% dos usuários que o compartilharam no X, outros países e desconhecidos (de acordo com a categorização do Altmetric.com) apresentaram 5% e 53% das menções respectivamente, não sendo possível nomeá-los.

A liderança do Brasil no engajamento desse artigo pode ser justificada pela grande divergência no discurso público sobre COVID-19 no país e sobre o tratamento precoce, uma vez que a sociedade estava dividida entre aqueles que acreditavam nos resultados científicos e aqueles que os negavam, em que uma parcela da população, movida pela ideologia política (Couto & Malta, 2020), apoiava-se no tratamento precoce da doença mesmo não tendo resultados efetivos de sua eficácia, muito devido ao discurso do então presidente Jair Bolsonaro, que reforçava as ideias do também então presidente dos Estados Unidos Donald Trump (Carvalho, Castro & Schneider, 2021), país com a segunda colocação entre os que mais mencionaram o artigo.

Para caracterizar os tipos de usuários das redes de comunidade de atenção *online* do estudo de caso conforme o sistema Altmetric.com, tem-se que os membros do público geral foram 13.962 (96%) perfis, seguidos com grande diferença por cientistas 243 (2%), profissionais da saúde 192 (1%), comunicadores da ciência 121 (1%) e desconhecidos 27 (1%).

O destaque do público geral no interesse sobre COVID-19 traz a importância de se compreender o seu comportamento diante de assuntos de grande notoriedade no debate público bem como relacionados à ciência, principalmente quando disseminados em mídias e *sites* de redes sociais, como o X, visando beneficiar a sociedade como um todo (Dias *et al.*, 2024).

Os próximos resultados são referentes aos dados da nuvem das palavras mais utilizadas e da nuvem dos *emojis.* Também a lista dos dez usuários que mais mencionaram o artigo de McCullough *et al*. (2021) no X e as visualizações das redes de comunidades de atenção *online* de acordo com o Communalytic.

A nuvem de palavras mostra os 100 termos mais utilizados nos conteúdos dos *tweets* das redes de comunidades de atenção *online*.

Figura 3: Nuvem de palavras.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Primeiramente, é importante salientar que as três palavras mais utilizadas - *Medicine, American* e *Journal* - são referentes ao título do periódico científico no qual o artigo de McCullough *et al*. (2021) foi publicado, The American Journal of Medicine.

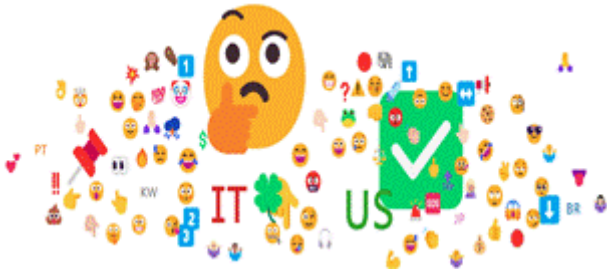
Algumas das outras palavras com destaque foram: hidroxicloroquina, que pode

representar a discussão sobre os fármacos utilizados na tentativa de combate à doença pelo tratamento precoce; tratamento (*treatment*) e precoce (*early*), que são os principais temas do artigo; e máscaras, infecção e protocolo, assuntos que foram amplamente discutidos e debatidos publicamente no mundo inteiro. A *hashtag* #COVID19 também esteve presente nos termos mais utilizados, sendo uma forma de agrupar os *tweets* por tópicos (Bik & Goldstein, 2013).

Nota-se, também, a prevalência dos idiomas inglês (idioma original do artigo), português e francês nas palavras mais utilizadas, estando de acordo com os resultados dos países que mais mencionaram o artigo científico (Brasil, Estados Unidos e França respectivamente).

A nuvem de *emojis* traz a representação semiótica dos sentimentos, humores, pessoas, ações, objetos, entre outros (Bai *et al*., 2019), escolhidos pelos usuários para utilizarem nos conteúdos dos *tweets*, mostrando também os 100 mais usuais.

Figura 4: Nuvem de *emojis*.



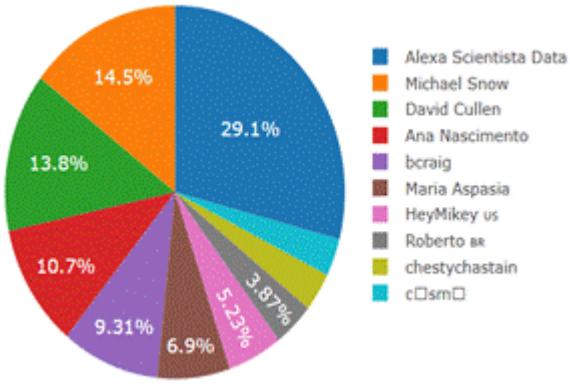
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme Al-Rawi *et al*. (2020), durante a pandemia, os *emojis* se tornaram vitais no entendimento do discurso público da época. Percebem-se diferentes ilustrações de emoções transmitidas pelos indivíduos que compartilharam a pesquisa de McCullough *et al*. (2021) no X que podem ser compreendidas tanto entre sentimentos de positividade, como os *emojis* dos diferentes tipos de sorrisos, do símbolo de marca de seleção (*check mark*) e de polegar para cima; e *emojis* representando negatividade, como a expressão de dúvida e de diferentes tipos de choro. Foram notados também os símbolos de seringa, que pode se referir à área da saúde, e de pedido de socorro, como SOS. Considerando o tema do artigo do presente estudo de caso, o tratamento ambulatorial precoce do coronavírus, os *emojis* utilizados podem indicar uma suposta dicotomia quanto aos seus entendimentos, enquanto os usuários que utilizavam as representações de positividades estavam propensos a serem a favor do tratamento precoce, os que utilizavam os *emojis* de negatividade poderiam estar em dúvidas quanto à efetividade desse protocolo.

Emojis que representam países e regiões também foram amplamente utilizados, como US para os Estados Unidos, IT Itália, BR Brasil e PT Portugal.

Quanto aos perfis do X, a listagem dos dez usuários que mais mencionaram o artigo do estudo de caso é apresentada na Figura 5.

Figura 5: Usuários que mais mencionaram o artigo sobre COVID-19.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

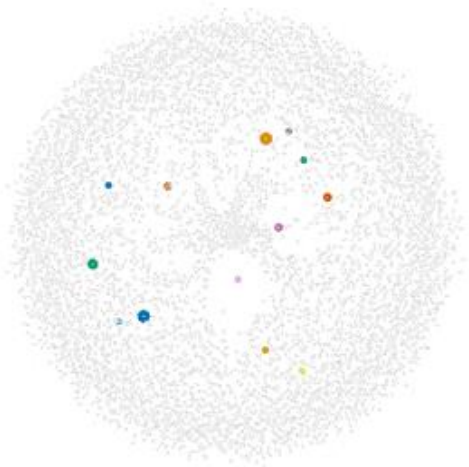
Nota-se que o primeiro usuário (Alexa Scientista Data) representa aproximadamente 30% das menções do artigo, mostrando alto engajamento e interesse com a pesquisa escolhida para o estudo de caso. Também é possível perceber, pelo seu nome de usuário, que é um perfil de cientista de dados, portanto, sua presença *online* reforça as perspectivas de Mendes e Maricato (2020) de que é comum encontrar pesquisadores em mídias e *sites* de redes sociais, e de Araújo (2014, pp.34), que traz a importância de pesquisadores em "[...] criar uma presença *online* por meio de um *blog* ou perfis em *sites* de rede social; localizar pares e conversações *online* pertinentes; filtrar informações; interagir com diversos participantes; e atingir seu público".

Quanto aos demais usuários que compartilharam o artigo de McCullough *et al*. (2021), nota-se que são perfis individuais de pessoas anônimas, estando de acordo com o que foi exposto por Maricato e Manso (2022) que, em geral, esse tipo de perfil apresenta maior impacto na disseminação de pesquisas nas mídias sociais, pois permite a interpretação de que, devido à grande predominância de perfis individuais nas fontes da Web Social, a promoção da ciência fora do ambiente acadêmico se torna uma motivação individual e não apenas uma iniciativa organizacional.

Por fim, as visualizações das redes de interações das comunidades de atenção *online* são mostradas na Figura 6. A rede conta com 12.676 nós com 10.000 conexões, sendo os nós representados pelos usuários individuais do X, enquanto as conexões são mostradas pelos *clusters* (agrupamentos), representando os tipos de engajamento com os *tweets* sobre o artigo, como comentários e repostagens, assim como também mostrado nos estudos de Gruzd e Mai (2020) e Singgalen (2024).

Figura 6: Redes de interações.





Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Pela quantidade elevada de conexões aproximando-se do número de nós da rede (12.676 e 10.000 respectivamente), pode-se entender que a rede de interações apresenta poucas conexões em grande número entre os usuários do X, indicando maior quantidade de conexões individuais. Portanto, é encontrado um número relativamente pequeno de nós apresentando conexões com número significativo de interações, como os 13 nós coloridos na segunda visualização: os dois maiores contam com 22 e 17 conexões com outros usuários respectivamente.

A partir dessas análises, é possível perceber a circulação da ciência e seus fenômenos por meio dos rastros deixados em ambientes virtuais, permitindo estudar e entender as relações entre usuários (tanto individuais quanto organizacionais), plataformas sociais e resultados científicos (Maricato & Manso, 2022); ao passo que as redes de comunidades de atenção *online* representam os *clusters* de perfis individuais que estão discutindo, compartilhando e engajando com pesquisas científicas (Araújo & Costas, 2024), como as interações mostradas na Figura 6.

Considerações finais

O compartilhamento de informações sobre saúde nos meios de comunicação sempre foi uma prática rotineira pela sociedade, seja por indivíduos ligados a essa área ou apenas interessados em um conteúdo específico; sendo comum que atuem na geração, na busca, no uso e na disseminação de informações

independentemente da localização geográfica, muito devido à internet e às mídias sociais.

Pelas análises altmétricas, é possível conhecer as redes de comunidades de atenção *online* que interagiram com trabalhos científicos divulgados nas fontes da Web Social. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as redes de comunidades de atenção *online* do artigo científico sobre COVID-19 mais mencionado nas fontes da Web Social, "Pathophysiological Basis and Rationale for Early Outpatient Treatment of SARS-CoV-2 (COVID-19) Infection" de McCullough *et al*. (2021).

Para analisar as redes de comunidades de atenção *online*, foram encontradas 24.757 menções por 14.547 usuários do X. Os países que mais compartilharam esse artigo foram Brasil, Estados Unidos e França, com 3.232, 1.571 e 452 usuários mencionando o artigo respectivamente. Quanto aos tipos de usuários, os membros do público geral foram os que mais interagiram, 13.962 (96%) perfis.

A distribuição de *tweets* por datas mostrou o destaque do ano de 2021 nas postagens, enquanto a nuvem de palavras mostrou o grande uso dos termos medicamentos e tratamento precoce. A nuvem de *emojis* realçou o uso das figuras de marca de seleção e do sentimento de dúvida. Quanto aos usuários, o que mais interagiu com o artigo foi um perfil de cientista de dados.

Por fim, as redes de interações mostraram que ocorreram muitas conexões individuais pela comunidade de atenção *online,* com poucos nós apresentando conexões de usuários em maior escala.

Como trabalhos futuros, sugerem-se novas análises altmétricas de redes de comunidades de atenção *online* de artigos científicos sobre COVID-19, considerando outras mídias sociais como fontes de dados e sobre temas relacionados à pandemia, como vacinação, medicamentos utilizados e protocolos de prevenção e tratamento da doença.

Referências

Adie, E., &Roe, W. (2013). Altmetric: enriching scholarly content with article-level discussion and metrics. Learned Publishing, 26(1), 11-17.https://doi.org/10.1087/20130103.

Al-Rawi, A. *et al.* (2020). COVID-19 and the Gendered Use of Emojis on Twitter: Infodemiology Study. Journal of Medical Internet Research, 22(11), 1-11. https://doi.org/10.2196/21646.

Alcíbar Cuello, J. M. (2021). La pandemia de la covid-19 como debate público: el caso español. Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones", 14(2), 1-21. https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.10334.

Alperin, J. P., Gomez, C. J., & Haustein, S. (2019). Identifying diffusion patterns of research articles on Twitter: A case study of online engagement with open access articles. Public Understanding of Science, 28(1), 2-18. https://doi.org/10.1177/096366251876173.

Araújo, R. F. de (2018, 22-26 de outubro). Altmetria e rede de comunidades de atenção no Twitter: primeiros passos de uma proposta teórico-metodológica [sessão da conferência]. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Londrina, Brasil. https://doi.org/10.6084/m9.figshare.7318724.v1.

Araújo, R. F. de. (2014). Ciência 2.0 e a presença online de pesquisadores: visibilidade e impacto. Ciência da Informação em Revista, 1(3), 32-40. https://doi.org/10.28998/cirev.%25y132-40.

Araújo, R. F. de. (2020). Communities of attention networks: introducing qualitative and conversational perspectives for altmetrics. Scientometrics, 124, 1793-1809. https://doi.org/10.1007/s11192-020-03566-7.

Araújo, R. F. de, Araújo, K. M. de, Maricato, J. M., & Tarragó, N. S. (2023, 6-10 de novembro). O debate público e a desinformação científica: estudo sobre a nitazoxanida como tratamento para COVID-19 [sessão da conferência]. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Aracaju, Brasil. https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/2017/1437.

Araújo, R. F. de, & Costas, R. (2024, 23-26 de julho). Communities of attention networks

around covid-19 papers in Brazil: a preliminary study[sessão da conferência]. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, Brasília, Brasil. https://ebbc.inf.br/ojs/index.php/ebbc.

Araújo, R. F. de, & Furnival, A. C. M. (2016). Comunicação científica e atenção online: em busca de colégios virtuais que sustentam métricas alternativas. Informação & Informação, 21(2), 68-89. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n2p68.

Araújo, R. F. de, & Oliveira, T. M. de. (2020). Desinformação e mensagens sobre a hidroxicloroquina no Twitter: da pressão política à disputa científica. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, 9(2), 196-205. https://doi.org/10.5380/atoz.v9i2.75929.

Bai, Q. *et al*. (2019). A systematic review of emoji: current research and future perspectives. Frontiers in Psychology, 10(2.221), 1-16. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02221.

Barcelos, J., Macedo, D. J., & Maricato, J. de M. (2020). Altmetrics in Altmetric platform: an interview with Stacy Konkiel. RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, 13(1), 452-474. https://doi.org/10.26512/rici.v13.n1.2020.28870.

Barcelos, J., & Maricato, J. de M. (2023). Altmetria: uma análise de seus termos, expressões, conceitos e definições. Em Questão, 29, 1-31. https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.129518.

Bik, H. M., & Goldstein, M. C. (2013). An Introduction to Social Media for Scientists. PLoS Biology, 11(4), 1-8. https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001535.

Bode, C., Herzog, C., Hook, D., Mcgrath, R., & Wade, A. (2023). A Guide to the Dimensions Data Approach. Digital Science.

Bornmann, L., & Haunschild, R. (2018). Alternative article-level metrics: the use of alternative metrics in research evaluation. EMBO Reports, 19(2), 1-4. https://doi.org/10.15252/embr.201847260.

Caponi, S., Brzozowski, F. S., Hellmann, F., & Bittencourt, S. C. (2021). O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. Revista Brasileira De Sociologia, 9(21), 78-102. https://doi.org/10.20336/rbs.774.

Carvalho, P. R., Castro, P. C. de, & Schneider, M. A. F. (2021). Desinformação na pandemia de Covid-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro. Em Questão, 27(3), 15-41. https://doi.org/10.19132/1808-5245273.15-41.

Castro, R. (2021). Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia?. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 31(1), 1-5. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312021310100.

Communalytic. (2024). Communalytic. https://communalytic.org/.

Couto, M. R. D., & Malta, R. M. (2020). COVID-19 no Brasil: uma questão de saúde ou política? Em Cordeiro, D. F.; Cassiano, K. K.; Santos, A. P. dos; Silva, N. R. da (Eds.), Mídias, Informação e Ciência de Dados: pesquisas, tendências e interfaces (pp.223-236). Cegraf UFG.

Delbianco, N. R., & Grácio, M. C. C. (2024, 24-26 de julho). A caracterização dos usuários dos periódicos da Ciência da Informação no Twitter (X) [sessão da conferência]. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, Brasília, Brasil. https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.309.

Dias, T. M. R., Ribeiro, R. G. P., Araújo, R. F. de, & Dias, P. M. (2024, 23-26 de julho). Explorando o cenário da divulgação científica no youtube: uma abordagem utilizando o Social4Science [sessão da conferência]. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, Brasília, Brasil. https://ebbc.inf.br/ojs/index.php/ebbc.

Diáz-Faes, A. A., Bowman, T. D., & Costas, R. (2019). Towards a second generation of 'social media metrics': Characterizing Twitter communities of attention around science. PLoS ONE, 14(5), 1-18. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0216408.

Fenner, M. (2014). What Can Article-Level Metrics Do for You?. PLoS Biology, 11(10), 1-4.

https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001687.

Fraumann, G. (2020). What Lies Behind Altmetrics Scores?: Guidelines on How to Use Qualitative Approaches in Altmetrics. LIBER Innovative Metrics Working Group.

Fuster-Casanovas, A.*et al.* (2022). The #VaccinesWork Hashtag on Twitter in the Context of the COVID-19 Pandemic: Network Analysis. Jmir Public Health And Surveillance, 8(10), 1-8. https://publichealth.jmir.org/2022/10/e38153.

Gouveia, F. C. (2013). Altmetria: métricas de produção científica para além das citações. Liinc em Revista, 9(1), 214-227. https://doi.org/10.18617/liinc.v9i1.569.

Gruzd, A., & Mai, P. (2020). Going viral: How a single tweet spawned a COVID-19 conspiracy theory on Twitter. Big Data & Society, 7(2), 1-9. https://doi.org/10.1177/2053951720938405.

Holmberg, K., Bowman, T. D., Haustein, S., & Peters, I. (2014). Astrophysicists' Conversational Connections on Twitter. PLoS ONE,9(8), 1-13. https://doi.org/doi:10.1371/journal.pone.0106086.

Imran, M., Akhtar, A., Said, A., Safder, I., Hassan, S., & Aljohani, N. R. (2018, 12-14 de setembro). Exploiting Social Networks of Twitter in Altmetrics Big Data[sessão da conferência]. International Conference On Science And Technology Indicators, Leiden, Holanda.https://hdl.handle.net/1887/65219.

Lima, C. R. M. de, Sánchez-Tarragó, N., Moraes, D., Grings, L., & Maia, M. R. (2020). Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. Folha de Rosto, 6(2), 5-21. https://doi.org/10.46902/2020n2p5-21.

Iyengar, K. P., & Vaishya, R. (2023). Article-level metrics: A new approach to quantify reach and impact of published research. Journal of Orthopaedics, 40. 83-86. https://doi.org/10.1016/j.jor.2023.05.001.

Joubert, M., & Costas, R. (2020). Getting to Know Science Tweeters: A Pilot Analysis of South African Twitter Users Tweeting about Research Articles. Journal of Altmetrics, 2(1), 1-14. https://doi.org/10.29024/joa.8.

Maricato, J. de M., & Manso, B. L. C. (2022). Characterization of the communities of attention interacting with scientifc papers on Twitter: altmetric analysis of a Brazilian University. Scientometrics, 127, 3815-3835. https://doi.org/10.1007/s11192-022-04442-2.

McCullough, P. A. *et al.* (2021). Pathophysiological Basis and Rationale for Early Outpatient reatment of SARS-CoV-2 (COVID-19) Infection. The American Journal of Medicine, 134(1), 16-22. https://doi.org/10.1016/j.amjmed.2020.07.003.

Mendes, M. M., & Maricato, J. de M. (2020). Das apresentações públicas às redes sociais: apontamentos sobre divulgação científica na mídia brasileira. Comunicação & Informação, 23, 1-16. https://doi.org/10.5216/ci.v23i.49959.

Nascimento, A. G. do, & Oddone, N. E. Uso de altmetrics para avaliação de periódicos científicos brasileiros em Ciência da Informação. Ciência da Informação em Revista, 2(1), 3-12. http://eprints.rclis.org/29526/.

Nelhans, G., & Lorentzen, D. G. (2016). Twitter conversation patterns related to research papers. Information Research: An International Electronic Journal, 21(2), 1-41. https://eric.ed.gov/?id=EJ1104377.

Oliveira, T. (2020a). Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. Liinc em Revista, 16(2), 1-23. https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5374.

Oliveira, T. (2020b). Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. Revista Fronteiras - estudos midiáticos, 22(1), 21-35. https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.03.

Orduña-Malea, E., Martín-Martín, A., & Delgado-López-Cózar, E. (2016). The next bibliometrics: ALMetrics (Author Level Metrics) and the

multiple faces of author impact. El Profesional de la Información, 25(3), 485-496. https://doi.org/10.3145/epi.2016.may.18.

Ormen, J. (2021). Explicating engagement: An exploratory mapping and critical discussion of a contested concept. Journal of Audience and Reception Studies, 18(1), 244-265. https://www.participations.org/18-01-14-ormen.pdf.

Packer, A. L., & Meneghini, R. (2006). Visibilidade da produção científica. Em Poblacion, D. A., Witter, G. P., & Silva, J. F. M. da (Eds.), Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação (pp. 237-259). Angellara.

Pedri, P., & Araújo, R. F. de (2023). Cientistas da informação no Twitter: presença, visibilidade e autoridade social. P2P & INOVAÇÃO, 10(1), 371-385. https://doi.org/10.21728/p2p.2023v10n1.p371-385.

Pontes, D. P. N., & Maricato, J. de M. (2024, 23-26 de julho). Padrões de comportamento das contas bots e humanas na mídia X por meio da análise de sentimentos no ChatGPT [sessão da conferência]. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, Brasília, Brasil. https://ebbc.inf.br/ojs/index.php/ebbc.

Rocha, E. S. S., Silva, M. R. da,& Maricato, J. de M. (2024). Correlacionamento do Altmetric Attention Score com dados desagregados de mídias sociais: análise dos artigos de acesso aberto da biblioteconomia e Ciência da Informação. Informação & Informação, 28(3), 231-254. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2023v28n3p231.

Said, A., Bowman, T. D., Abbasi, R. A., Aljohani, N. F., Hassan, S., & Nawaz, R. (2019). Mining networklevel properties of Twitter altmetrics data. Scientometrics, 120, 217-235. https://doi.org/10.1007/s11192-019-03112-0.

Schalkwyk, F.V., Dudek, J., & Costas, R. (2020). Communities of shared interests and cognitive bridges: the case of the anti-vaccination movement on Twitter. Scientometrics, 125, 1-18. https://doi.org/10.1007/s11192-020-03551-0.

Silva, I. C. O. da, & Gouveia, F. C. (2019). A busca e o acesso às informações sobre saúde no contexto tecnológico. Conhecimento em Ação, 4(2), 23-45. https://doi.org/10.47681/rca.v4i2.29085

Silva, I. C. O. da, & Oliveira, L. R. de (2020). Utilização de mídias sociais na ciência: uma reflexão acerca dos estudos métricos de informação sobre o engajamento informacional na comunicação científica. Em Cordeiro, D. F., Cassiano, K. K., Santos, A. P. dos & Silva, N. R. da (Eds.), Mídias, Informação e Ciência de Dados: pesquisas, tendências e interfaces (pp.42-55). Cegraf UFG.

Simplescrape. (2025). Simplescraper Docs. https://simplescraper.io/docs/.

Singgalen, Y. A. (2024). Analyzing Social Networks and Topic Clustering in Backpacker Tourism Content Reviews using K-means, Fast HDBScan, and Gaussian Mixture with Communalytic. Journal of Information System Research, 6(1), 34-48. https://doi.org/10.47065/josh.v6i1.5969.

World Health Organization. (2025, 10 de março). Segurança das vacinas COVID-19. https://www.who.int/pt/news-room/feature-stories/detail/safety-of-covid-19-vaccines.

Wouters, P., Zahedi, Z., & Costas, R. (2018). Social media metrics for new research evaluation. In: Springer Handbook of Science and Technology Indicators. Springer.

Banco de Dados de coleções etnográficas brasileiras

Marco Brandão, UFF, https://orcid.org/0000-0001-6045-482X, Brasil, *marcobrandao@id.uff.br*

Jully Reis, UFF, https://orcid.org/0000-0003-1546-2403, Brasil, *reisjully@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6649

Eixo: Organização da Informação

Introdução

Os bancos de dados digitais (BD) representam um recurso essencial para a gestão informacional contemporânea, com aplicações diretas nos negócios, na ciência e na formulação de políticas públicas. No que tange às competências técnicas e operacionais constitutivas de uma sociedade interconectada por sistemas de informação, que utilizam BDs estruturados com múltiplas características e finalidades, destaca-se o uso de ferramentas computacionais nas atividades científicas e acadêmicas. O advento da Internet na década de 1990, entre outras influências técnicas e metodológicas, contribuiu para a efervescência dos projetos de digitalização e disponibilização *online* de fontes que transformaram substancialmente a relação dos investigadores com o mundo digital (Alves, 2016).

Nesse panorama de democratização dos recursos informáticos e do entorno virtual, somado às incorporações de métodos que promoveram mudanças técnico-científicas ao oportunizar a criação de redes de interação e investigação entre pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, com efeito, tornou viável a aplicação e publicização de teorias das humanidades por meio de *softwares* e plataformas digitais.

A consolidação de práticas de pesquisa interdisciplinares, envolvendo a colaboração de profissionais que se valem dos atributos digitais para interagir, investigar, aplicar e divulgar o saber e a produção científica, se apresenta como alguns dos estímulos e oportunidades que a convergência entre as Ciências Humanas e a Tecnologia da Informação (TI) oferece. Assim, configura-se uma das amplas definições possíveis da atuação acadêmica no campo das Humanidades Digitais (HD), especialidade fundamentalmente dinâmica, cuja *práxis* investigativa é transversal, incapaz de ser reduzida a uma única forma, disciplina ou instituição, em função das "comunidades fluídas de prática" (Burdick, 2012, citado em Alves, 2016, p. 94) que colaborativamente exploram a aplicabilidade e difusão das disciplinas humanísticas, escopo metodológico do qual este trabalho se apresenta como expressão.

Delineiam-se, mediante a tendência interdisciplinar das "comunidades de prática" (Burdick, 2012, citado em Alves, 2016, pp. 95), novas formas de segmentar e difundir o conhecimento histórico, antropológico, filosófico, sociológico etc., impactando as possibilidades de organização e disponibilidade das informações para sistematizá-las em uma unidade lógica, estruturada, contextualizada e funcional, formando um conjunto de requisitos e operações impreteríveis à elaboração de um BD (Brandão & Reis, 2025).

Em particular, no campo da Museologia e da Antropologia brasileira, a organização e representação digital de informações culturais torna-se ainda mais relevante diante dos desafios de localização, documentação e preservação de acervos. Dimensionar a existência dessas tensões é, sobretudo, reconhecer os entraves que condicionam os métodos de aplicação das formulações teóricas. No âmbito do presente trabalho, ampliar as fronteiras disciplinares tradicionais com novas formas de pensar e produzir o conhecimento, a partir de tecnologias digitais, implica converter a abordagem geográfica e polissêmica das coleções constituintes de patrimônios plurais, profundamente

conectadas a seus contextos de origem e às instituições que as salvaguardam, em um produto delimitado pela univocidade dos termos.

A transformação das múltiplas interpretações antropológicas para uma solução semântica, necessária à natureza técnica da TI, caracteriza uma transposição baseada em critérios seletivos e simplificadores que possam estabelecer taxonomias a serem empregadas, bem como as tipologias de povos, comunidades, segmentos sociais e expressões culturais relacionados às coleções etnográficas que serão representadas, assim, concebendo uma especificação da informação em detrimento de outras que não foram designadas.

Trata-se, porém, de uma seleção cuja origem não se restringe às "regras preditivas da TI" (Wazlawick, 2010), mas sim é anterior a elas: os documentos que compõem um arquivo derivam de um processo que os tornou elegíveis à preservação. Frente aos critérios de seleção que optam por preservar determinados documentos, ao passo que outros são descartados, o próprio acervo documental, na qualidade de um conjunto de itens que foram classificados segundo sua utilidade e, posteriormente, preservados para consecução de seus objetivos, endossa o atributo funcional da preservação como um privilégio (Mbembe, 2002).

Tendo em vista que os acervos musealizados também passam por iniciativas compartilhadas de curadoria para serem preservados e expostos – embora para finalidades culturais, diferentemente do arquivo – avaliam-se conceitualmente ambas as composições de acervo como processos de seleção. Dessa maneira, o exercício de definir e operacionalizar taxonomias, seja nas concepções da Antropologia e da Museologia, seja nos recursos informáticos da TI, não subverte tampouco sobrepõe os valores particulares de cada área disciplinar, posto que um BD, em termos aplicados, não será reducionista em razão da polissemia não ser tecnicamente possível, assim como os acervos musealizados, que envolvem curadores antropólogos, são incapazes de representar todos os povos e segmentos sociais com suas nuances, complexidades e significados em uma única exposição. Em sua expressão digital ou material, as manifestações desses acervos são produtos de um recorte.

Revela-se, portanto, uma problemática circunscrita nas concepções arquivísticas e museais: quais são os critérios para eleger o que deve ser documentado, preservado e disponibilizado ao público? E como fazê-lo em contextos digitais? Preliminarmente, registra-se que o ofício museológico, em especial, converte o patrimônio histórico em herança, fruto de uma inerente apropriação Ocidental que os museus têm procurado se opor através de experiências de diálogo *com* e *para* o protagonismo dos agentes envolvidos, além de debater as bases desses sistemas (Wichers, 2019). As narrativas expositivas dos museus que se propõem a canalizar a expressividade das memórias, das coleções, dos acervos, criam enunciados sobre o passado que se aproximam das práticas decoloniais quando, a título de exemplo, privilegiam as experiências das comunidades, alteram a seleção e a disposição das peças a partir da interação pública, e geram novos sentidos que passam a integrar o campo referencial ao qual os acervos estão relacionados. A circularidade do saber na dimensão pública, sem se limitar à perspectiva historiográfica-acadêmica, produz novos questionamentos e interpretações para as formas de se apresentar um acervo nos espaços de conhecimento.

Contudo, as limitações de construção dos patrimônios etnográficos – desde a formulação do conceito "coleção" que resulta do colonialismo – refletem na constituição semântica e seletiva do BD deste Projeto que, assim como (e baseado nas) instituições de memória, nos conceitos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Museologia, estabelece quais serão os registros informacionais representados e as formas pelas quais será possível rastreá-los no BD, por meio de procedimentos de concepção e implementação tidos como fundamentais às etapas de desenvolvimento: (1) análises dos objetivos e requisitos de estruturação do

banco e (2) definição dos parâmetros indexadores que estabelecem a organização, a modelagem e a padronização dos dados.

Nesse escopo de atuação convergente com os campos da TI e da Antropologia, pretende-se contribuir para o conhecimento do público amplo, sobretudo dos detentores associados às coleções etnográficas, mas também de interação, de modo que o BD opere como um meio de reparação histórica ao disponibilizar as informações desses acervos e dialogar com os povos representados por estas culturas em consonância às políticas de democratização dos registros museológicos.

Para tanto, este trabalho apresenta os aspectos conceituais, metodológicos e técnicos do desenvolvimento do BD do projeto "Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil", coordenado pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasil) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O objetivo geral da pesquisa é criar um BD nacional e interoperável desenvolvido no *software* brasileiro Tainacan, um *plugin* de gestão de conteúdo do *WordPress*, que permita reunir, sistematizar e disponibilizar informações sobre coleções etnográficas, promovendo o acesso público e a valorização da diversidade cultural brasileira.

Identificam-se os pontos pertinentes à discussão das categorias antropológicas e as funcionalidades da TI, no que concerne aos processos de gestão informacional, para amplificar as características – assim como as limitações – dos acervos musealizados. À vista disso, aprofundar a experiência metodológica de estruturação do BD de coleções etnográficas, disponibilizado em uma plataforma *online*, alinhado e correspondendo a um dos produtos da Política Nacional de Museus (PNM) (Russi *et al.*, 2024), implementada no país com o objetivo de ampliar o acesso à cultura, à memória e à cidadania por meio da democratização e qualificação do setor museológico.

Como resultado, para além da interdisciplinaridade praticada por um grupo de pesquisadores articulados e distribuídos geograficamente em todo o território nacional, cujas competências investigativas são desempenhadas por meio das tecnologias digitais – de acordo com as prerrogativas teórico-metodológicas do campo das HD (Alves, 2016) – o Projeto também promove a transposição do conhecimento acadêmico para o público geral, em conformidade com outra vertente central desta atuação e abordagem interdisciplinar.

Do arquivo ao museu: as fronteiras dos acervos

Achille Mbembe (2002) conceitua o arquivo, em um imaginário instituinte, como um "*status* de privilégio". Há de se considerar uma perspectiva à margem ao elucidar os critérios de arquivabilidade dos documentos, uma vez que o processo seletivo, discriminatório e classificatório da atividade arquivística é fundamentalmente uma ação de julgamento: para a peça documental que será destinada ao arquivo, situada fora de sua materialidade pois, deixa de pertencer a seu autor para servir à história que a torna possível, é concedido esse *status*.

Em oposição ao privilégio do arquivável, está a recusa da mesma concessão a outras peças documentais, transformando-as em documentos não suscetíveis ao registro arquivístico. Este contraste credibilizado a partir do seu sentido, sobressai os poderes da instituição e seu potencial excludente na gestão e constituição dos acervos, emergindo novas possibilidades de discussão e crítica aos discursos arquivados, às classificações e às disputas de narrativa.

Paulatinamente, assim como os arquivos, os museus têm sido interpelados a pensar a construção desses sistemas de seleção e organização dos patrimônios (Wichers, 2019). Decerto, a Museologia Social precisamente assumiu um papel de destaque por atuar junto a movimentos sociais, uma vertente que deriva desses esforços que buscam diminuir a relação assimétrica entre as instituições museais – tradicionalmente associadas a uma finalidade historiográfica-acadêmica que não praticava

uma curadoria dialógica – e o público amplo, que deve ser mais participativo à medida que pensa o museu como um lugar social de produção do conhecimento histórico e da memória social, cujas exposições tenderão a suscitar mais perguntas do que respostas, contribuindo para que os acervos musealizados passem a ter novos interlocutores que leem a história para o tempo presente (Knauss & Carvalho, 2019).

Essas transformações do enfoque e do fazer museológico têm como base a Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pela UNESCO em parceria com o Comitê Internacional dos Museus (ICOM), realizada no ano de 1972, na qual o conceito de "museu integral" foi proposto. Institucionalmente, mais que comprometida com a transformação social resultante da proposição conceitual, a nova museologia instrumentaliza a circularidade do saber na esfera pública, alterando seus processos de curadoria para selecionar, contextualizar, interpretar temas e objetos para as exposições de maneira compartilhada, em conjunto com os agentes envolvidos no contexto de uso e posse das peças.

Por meio delas, é possível retratar biografias individuais que, quando dispostas em uma coleção, passam a traduzir significados coletivos (Knauss & Carvalho, 2019). E com isso, vai além: insere a questão da educação museal como um dos principais desdobramentos do "museu integral", repondo saberes tradicionais e adicionando ou renovando pontos de vista, aspecto que resvala nas novas reflexões da Antropologia acerca do patrimônio cultural, com ênfase em práticas decoloniais e participativas (Ribeiro, 1994; Russi *et al.,* 2022).

A reestruturação do passado pelas lentes do presente nesses moldes, seguida de uma agenda política pós-colonial com práticas museológicas que promovem a mediação cultural, indica a vocação excedente dos discursos históricos, retirando-os do "*lócus* da fala impossível" (Hartman, 2020) imposta pelo arquivo, e reinscrevendo-os em novos formatos de narrativa da memória.

Antes, se a constituição de um acervo foi orientada e preservada de acordo com as competências de uma autoridade inquestionável (Mbembe, 2002), amplificando a discrepância do arquivo, mediante uma educação museal que se propõe decolonial em suas práticas, constata-se novas experiências e métodos de elaboração da história e das memórias que serão acessadas. Nesse sentido, surge uma "narrativa recombinante", que entrelaça as temporalidades do presente, passado e futuro (Hartman, 2020) a partir das interlocuções com os detentores das memórias, explorando a incomensurabilidade dos significados dos artefatos que são importantes para os coletivos e segmentos sociais associados aos saberes, fazeres e usos dos objetos das coleções musealizadas.

2.1 A memória e a intersecção com o contexto digital

Interessa a este Projeto que os modelos tradicionais de museus sejam confrontados, propondo novas formas de autorrepresentação, custódia compartilhada e uso social da informação (ICOM, 2018). A este propósito, compreende-se que o termo "coleções" envolve um "conjunto de objetos naturais e artificiais, reunidos por pessoas ou instituições, que perderam seu valor de uso" (Caderno de Diretrizes Museológicas 1, 2006, citado em Wichers, 2019, p. 58).

Portanto, as coleções etnográficas aqui tratadas são concebidas pela Antropologia e deslocadas do seu contexto de uso para o contexto museal (Wichers, 2019). Ainda que as práticas de colecionismo sejam heranças do pensamento colonial, neste movimento atual de concepção da coleção, o exercício curatorial dos antropólogos e museólogos é incessantemente debatido para produzir a descolonização do seu próprio pensar, mergulhando em outro universo conceitual.

Lança-se um "olhar etnográfico" (Oliveira, 1996) para as coleções, na tentativa de ocupar o ponto de vista de um nativo, de modo que a "situação paradoxal de tornar-se estrangeiro em relação ao seu próprio pensamento, estranhando-o, e ao mesmo tempo tornar-se

nativo de um pensamento estrangeiro, borrando os limites entre ambos" (Rocha, 2012, p. 183), será determinante para a produção de uma historiografia que amplia os limites de silêncio produzidos pelo arquivo, extraindo o conhecimento histórico originalmente atribuído a um plano estático para inseri-lo em um lugar identitário. Já na categoria central da Museologia, a memória, que é reiteradamente disputada no espaço museal em função de sua seletividade e dinamismo, é expressa na identificação da coerência e da consistência das coleções, indicando as relações existentes entre as peças que foram reunidas em um conjunto.

Em uma narrativa contada a partir da História, mas que busca ultrapassar as concepções arquivísticas e museais, os acervos musealizados serão abordados sob novas matrizes epistemológicas e reformulados em novos enquadramentos discursivos. Este horizonte decolonial da operação museológica implica transformações de ordem cultural vinculadas à promoção de políticas públicas, sobretudo com ênfase no uso de tecnologias, principalmente as digitais, para a democratização do acesso aos acervos.

De acordo com Luchesi *et al.* (2018, p. 75), a fim de ampliar o acesso do público ao conhecimento histórico, a História Digital deve esclarecer e dominar o vocabulário e os mecanismos técnicos que estruturam o espaço público virtual. No entanto, o presente trabalho retoma o conceito de "comunidades de prática" (Burdick, 2012, citado em Alves, 2016, p. 95) do campo das HD, para indicá-lo como abordagem alternativa para lidar com os desafios que as novas tecnologias impõem, seja aos museus, seja a outras disciplinas das humanidades que visam a ampla divulgação do conhecimento acadêmico.

A esta tendência de proposta articulada interdisciplinarmente, não escapam as particularidades de cada área. No âmbito das HD e deste trabalho, cujo Projeto possui abrangência nacional, a estratégia adotada pela ABA para o desenvolvimento do mapeamento das coleções etnográficas foi o estabelecimento de uma rede de pesquisadores organizados por regiões no país e, administrativamente, a gestão do Projeto se dá através de três equipes: (1) a de pesquisa (PE), que se concentra na continuidade da coleta de dados relativos ao mapeamento; a de desenvolvimento do banco de dados (BD), que visa disponibilizar os dados da pesquisa em uma plataforma digital; e a equipe de difusão (DF), que atua na publicidade e promoção das ações do Projeto, aqui entendidas as de Educação e também a própria divulgação da plataforma digital.

Tendo em vista que este trabalho fundamenta-se nos estudos da TI e da Museologia digital, articulando conceitos de metadados, interoperabilidade e representação da informação (Araraki & Arakaki, 2021; Martins *et al*., 2018), a construção do BD se apoia em tecnologias abertas como o Tainacan e o MySQL, cuja estrutura relacional possibilita a organização lógica, contextualizada e funcional de dados complexos (López, 2024; Smart Data, 2023).

Essa abordagem técnica está em consonância com os princípios da Ciência da Informação, que defendem a necessidade de normalização terminológica, controle de vocabulário e estrutura semântica como fundamentos para garantir a recuperação eficiente e significativa dos registros informacionais (Bates, 2006; Marcondes, 2004). Além disso, ao considerar as especificidades das coleções etnográficas, o projeto adota uma perspectiva crítica e decolonial na modelagem do banco, respeitando os contextos socioculturais dos acervos e valorizando as formas locais de organização do conhecimento (Capurro, 2010; Frohmann, 2004).

A escolha pelo uso do Tainacan, portanto, enquanto recurso voltado à construção de repositórios digitais interoperáveis em ambientes *WordPress*, demonstra também a preocupação em democratizar o acesso às ferramentas de curadoria digital, na medida em que atendem a públicos diversos e promovem usos educativos e colaborativos do acervo (Ferreira et al., 2023). Assim, o desenvolvimento do BD integra critérios técnicos e epistemológicos, conectando

infraestrutura tecnológica, práticas informacionais e valorização do patrimônio cultural de modo coerente com as exigências contemporâneas da gestão digital de coleções (Silva, 2012; Rossi et al., 2024).

Assim, por meio de um BD disponível em uma plataforma *online*, os acervos musealizados obtém uma nova concepção de sentido, posto que o exercício curatorial é aberto e livre ao público que pode, por exemplo, relacionar coleções de uma mesma tipologia em instituições distintas, mediante buscas e filtragens, criando seus próprios modos de exposição das informações em um repositório virtual (Knauss & Carvalho, 2019). A seguir, se descreve a metodologia incorporada a cada uma das fases de criação deste BD que oportuniza esta e outras funcionalidades.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa-exploratória com procedimentos documentais e participativos. O universo da investigação envolve instituições museológicas, arquivos, bibliotecas e centros culturais que preservam acervos etnográficos em todo o território brasileiro. A coleta de dados foi conduzida por uma rede nacional de articuladores regionais, responsáveis por mapear e registrar as coleções com base em um formulário-padrão - a Ficha A (F1), aprovado pela ABA (2018) (Figura 1).

Figura 1 – Formulário-padrão (F1)



Fonte: ABA (2023).

A estruturação do BD teve início, portanto, com o F1: este instrumento foi transformado digitalmente em planilhas, doravante denominadas F2, as quais serviram de base a uma estrutura de banco de dados relacional em SQL - *Structured query language* (Smart Data, 2023). As informações foram normalizadas para o registro padronizado no F2, com o devido controle de vocabulário para garantir interoperabilidade, rastreabilidade e recuperação eficaz da informação por meio do cruzamento semântico e estrutural dos metadados. O Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (DBMS), o MySQL, utiliza uma interface dada pelo *software WordPress*, o *plugin* (aplicação) chamado Tainacan (Figura 2).

Figura 2 – Interface do Tainacan



Fonte: https://colecoesetnograficas.uff.br (2025).

O Tainacan é um *free software* brasileiro que permite a criação, gestão e publicação de repositórios digitais de acervos culturais, científicos e educacionais de forma acessível, flexível e interoperável. Criado em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), oferece uma solução robusta para a organização e disponibilidade de dados sobre coleções em ambientes virtuais, com suporte a metadados personalizados, taxonomias, filtros e integração com padrões internacionais como *Dublin Core* e OAI-PMH (Tainacan, 2024).

Portanto, a escolha do DBMS MySQL e do Tainacan para o desenvolvimento do BD envolve, entre outros fatores, estratégias de popularidade e interoperabilidade, uma vez que essas tecnologias garantem o acesso ao BD com outros e diversos DBMS, com segurança e confiabilidade ao sistema.

O desenvolvimento de um BD adequado ao campo de conhecimento e às especificações do

Projeto, se deu em quatro etapas principais relacionadas e representadas na figura 3:

Figura 3 – Etapas de desenvolvimento do BD



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os desafios também envolveram as perspectivas de contemplar diferentes usuários do BD: especialistas, pesquisadores, professores, estudantes, acadêmicos, as comunidades representadas pelas coleções, crianças, o público em geral, entre outros. Por esse motivo, o projeto possui um forte apelo educativo, com ações de difusão e usos do BD como material educativo exemplificado na figura 4.

Figura 4 – Ações de difusão e educação do Projeto



Fonte: https://colecoesetnograficas.uff.br (2025).

Nesse mesmo sentido, a metodologia do trabalho envolveu o que Velázquez (2006) registra sobre a necessidade de colaboração de diferentes profissionais em serviços de informação de projetos interdisciplinares. Tomando como exemplo as necessidades informacionais das comunidades indígenas, o autor destaca a importância de um grupo de trabalho que inclua sociólogos, antropólogos, linguistas, historiadores e engenheiros da computação ou informática, configurando a atuação acadêmica do campo das HD, dada a dinâmica desta *práxis* metodológica.

Da mesma forma neste projeto, ao se transpor os dados do F1 pelos pesquisadores - localizados em diferentes e distantes regiões do Brasil - para uma linguagem de máquina, somado ao fato das informações estarem registradas em diferentes formatos (papel, arquivos .doc, .pdf etc.) e sem padronização, identificou-se um outro desafio técnico: o encontro entre a área da Antropologia, caracterizada por uma linguagem natural e polissêmica, e a área da TI, que necessita de uma linguagem controlada e pré-determinada. Assim, a colaboração desta equipe interdisciplinar de profissionais foi fundamental para alinhar os requisitos e interesses das áreas, especialmente neste projeto, que incorpora além das questões indígenas, taxonomias de coleções etnográficas pertencentes a outros povos e culturas.

A convergência entre a Antropologia e a TI no âmbito das HD, revelou também uma preocupação dos pesquisadores em limitar os termos para garantir a funcionalidade do BD, de forma que as informações possam ser recuperadas sem comprometer os contextos das taxonomias que se relacionam ou que possuem significados equivalentes, mas que poderiam ser interpretadas como diferentes no sistema do BD. Isso porque, considerando as inúmeras possibilidades de registros informacionais, poder-se-ia haver sobreposição de dados, a exemplo do campo "tipologias", que permite o preenchimento com mais de uma opção (indígena, sertanejo, extrativista etc.).

Dessa maneira, considerando essas variações possíveis na ocorrência informacional, os 36 (trinta e seis) campos do F1 foram compreendidos e convertidos como chaves

primárias do BD, ou seja, foram modelados eletronicamente para incorporar todas as possibilidades de registros e recuperação da informação, com a criação de seus respectivos metadados e relações no F2.

No entanto, estruturar este BD também se revelou como um desafio metodológico pela necessidade de identificação ou criação de padrões para uma variedade de tipologias, categorias e formatos de materiais que produzem dados distintos, mas que precisam estar relacionados em um único BD (e.g.: uma coleção no museu, em um centro cultural, em uma comunidade etc.). Sem um modelo, foi necessário criar metadados estruturais que permitissem relações entre partes dos recursos entre si, integrando metadados e sinalizações para outras características estruturais ou semânticas dentro do conteúdo (Araraki & Arakaki, 2021). Uma vez definidos os metadados estruturais e finalizada a fase de modelagem dos dados, procedeu-se ao desenvolvimento do repositório virtual no Tainacan.

A importância desse processo e solução tecnológica não se baseia somente na análise das necessidades informacionais das coleções etnográficas com relação às possibilidades do *software*, ou seja, transformar em metadados os registros das informações coletadas: esse processo e solução são o que garantem a eficiência na recuperação da informação, não apenas dentro do BD constituído, como também fora dele, uma vez que assim ele poderá adaptar-se outros DBMS, permitir e otimizar a comunicação, a visualização e a difusão das coleções digitais.

Resultados

O Projeto Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil está inserido no contexto da Política Nacional de Museus (PNM) deste país (Russi *et al*., 2024). O seu desenvolvimento tem apontado para resultados promissores que, embora ainda em curso, já podem ser identificados no bojo de suas ações e entregas.

Com efeito, podemos enumerar cinco grupos de resultados, tendo-se como o principal o BD do Projeto em ambiente virtual.

4.1 Mapeamento e localização das coleções

O primeiro resultado se refere ao conhecimento proveniente da atividade de pesquisa do Projeto, ou seja, o mapeamento em si. Em 2004, para superar a carência de informações acerca do setor museal no Brasil e a necessidade de conhecê-lo melhor, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fomentou um conjunto de iniciativas com este foco e criou o Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Entre os seus objetivos, o eixo 1 (um) previa ações de coleta de dados, identificação, cadastramento e articulação de instituições com o propósito de "mapear para agir" (IBRAM, 2011 a).

De lá para cá, a institucionalização das políticas para os museus vêm se consolidando no país e a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, foi o marco que oficializou a entidade responsável pelo desenvolvimento e implementação dessas políticas no país.

É nesse contexto que o Projeto do "Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil" surge no ano de 2018, como uma iniciativa da ABA junto às comunidades e populações tradicionais brasileiras que se soma aos ideais da PNM. Naquele ano, durante a realização da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), ocorreram várias mesas-redondas que uniram antropólogos, lideranças indígenas e comunitárias com ideais de museologia colaborativa, restando uníssono nas falas a necessidade de saber e conhecer onde estão objetos e coleções das populações tradicionais e comunidades originárias.

Em 2023, o CNPq passa a apoiar a iniciativa sob a coordenação geral da UFF para o desenvolvimento do BD. Naquele ano, já se registravam mais de 200 (duzentas) instituições ou iniciativas com coleções etnográficas mapeadas e localizadas pelo projeto (Russi *et. al.*, 2024). De lá para cá, o número de instituições e iniciativas contactadas e em processo de cadastramento segue crescente e reconhecidamente desafiador, tendo em vista a dispersão destas coleções no território nacional, a carência das

informações e os recursos do Projeto, em termos humanos e materiais.

4.2 Catalogação e registro

O Cadastro Nacional de Museus (CNM), lançado em 2006 pelo IBRAM, foi a origem de desenvolvimento de instrumentos que visassem o conhecimento e o mapeamento dos museus no Brasil. Desde então, foram catalogadas mais de 3.700 (três mil e setecentas) instituições museológicas no Brasil, o que viabilizou divulgar o registro destas informações em publicações como a "Museus em Números" (IBRAM, 2011a; 2011b) e o "Guia dos Museus Brasileiros" (IBRAM, 2011 c). Estes dados sistematizados pelo CNM se tornaram ponto de partida para os levantamentos preliminares do Projeto "Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil" (Russi & Santos, 2018) e o inspirou, na medida em que ele complementa o CNM, contribuindo com o aprimoramento dos dados e sua divulgação, sobretudo ao qualificar os registros acerca das coleções etnográficas preservadas no país, colaborando para a formulação e/o monitoramento de políticas públicas para o campo museal.

Junto ao CNM, ao Registro de Museus (RM) e a outras iniciativas da PNM e do IBRAM, a plataforma Museusbr (https://cadastro.museus.gov.br), criada em 2017, é considerada como o sistema nacional de mapeamento e identificação de museus no país para a gestão e o compartilhamento de informações sobre estas instituições. Desenvolvida também com o *free software* Tainacan, incorpora aspectos de colaboração, descentralização, uso de dados abertos e transparência entre os desenvolvedores e os usuários. Nesse mesmo sentido, o projeto "Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil" persegue a ideia de disponibilidade de informações destas coleções, criando e incorporando a um BD colaborativo, descentralizado, dados abertos e transparentes sobre o catálogo, a localização, as instituições, iniciativas e as comunidades que representam e abrigam estas coleções, para além do foco destas coleções etnográficas estarem preservadas em museus, incluindo de maneira ampliada os entes que possuem acervos etnográficos.

4.3 Criação do BD

Com base no F2, foi desenvolvido e publicado o principal resultado do Projeto, um BD, cujas informações que o integram estão na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Esquema de modelagem do BD Tainacan

Campo	Descrição	Metadado	Representação no Tainacan
Data de preenchimento	Data em que o formulário foi preenchido	Data	Metadado administrativo
Nome da instituição	Nome da entidade responsável pelo acervo	Texto livre	Campo obrigatório
Natureza jurídica	Pública / Privada	Caixa de seleção	Faceta (filtro)
Cidade / Estado	Localização geográfica	Texto	Geolocalização / Filtro geográfico
Endereço completo	Endereço postal da instituição	Texto	Informativo
E-mail institucional	Contato oficial	E-mail	Campo de contato
Redes sociais	Links de mídias sociais	URL	Link externo
Telefone	Contato telefônico	Número	Informativo
Site	Endereço eletrônico	URL	Link externo
Responsável pelo acervo	Nome, setor e contato	Texto	Campo livre
Breve descrição institucional	Histórico, perfil, missão, tipo de coleção	Texto longo	Campo descritivo principal
Imagem institucional	Logotipo, arte ou símbolo representativo	Imagem	Mídia destacada
Tipologia do acervo	Ex: indígena, afro-brasileiro, sertanejo, caiçara etc.	Caixa de múltipla escolha	Faceta
Tipos de materiais	Ex: artefatos, textos, fotografias, filmes/vídeos, sonoros	Caixa de múltipla escolha	Faceta
Grupos sociais de origem	Ex: Quilombola, Vão de Almas (GO), Povo Xikrin (PA)	Texto estruturado	Campo principal de contextualização
Abrangência temporal	Período dos objetos coletados ou representados	Intervalo de datas	Filtro de período
Tombamento ou proteção legal	Informação sobre proteção patrimonial legal	Texto livre	Campo descritivo
Órgão de proteção	Nome da instituição responsável (ex: IPHAN, IBRAM)	Texto	Campo descritivo
Materiais de referência textual (*online* ou físico)	Livros, artigos, documentos	Lista de URLs ou citações	Campo com link e/ou metadado bibliográfico
Materiais de referência midiática	Fotos, vídeos, músicas	URL / Link	Galeria / Mídia anexada
Observações adicionais	Notas relevantes incluídas pela instituição	Texto livre	Campo adicional

Fonte: Elaboração própria (2025)

Essa estrutura representa os 36 (trinta e seis) campos principais do F1, suas categorias, e como estão associados à interface pública de acesso no Tainacan. Os campos que foram modelados como chaves primárias do banco, permitem relações entre a instituição e a tipologia do acervo; entre o acervo e o grupo social representado, entre a tipologia e o material de suporte, e entre a instituição e a documentação referenciada. Essas relações foram modeladas via taxonomias e relacionamentos no Tainacan, promovendo

recuperação estruturada e a interoperabilidade dos dados.

4.4 Plataforma do projeto

Embora o Tainacan ofereça suporte para publicação *web*, a disponibilidade do BD se deu a partir de uma plataforma (*site*), a exemplo de outras instituições que utilizam esta aplicação. O ambiente virtual https://colecoesetnograficas.uff.br (Figura 5), acessível ao público em geral, incorpora o BD e as informações institucionais do projeto.

Figura 5 - Plataforma do Projeto



Fonte: https://colecoesetnograficas.uff.br (2025)

A plataforma visa, portanto, reunir e divulgar as informações sobre coleções etnográficas ligadas aos diversos grupos sociais existentes no Brasil, abrigadas por museus, centros culturais e iniciativas de memória catalogadas no BD, bem como oferecer os conceitos, o histórico, a organização das equipes de trabalho, os parceiros institucionais e o acesso aos materiais de difusão científica e educacional de todo o projeto.

As coleções estão categorizadas de forma estruturada sob os critérios elaborados pela ABA, como tipologia do acervo (ex: indígena, sertanejo, arte popular), tipo de suporte (artefatos, vídeos, fotografias), localização geográfica (por região e estado), além de unidades federativas de origem, oferecendo filtros temáticos e geográficos que facilitam a busca e o acesso às informações. Uma ferramenta de geolocalização também permite visualizar no mapa onde estão estas coleções (Figura 6).

Figura 6 - Organização da busca



Fonte: https://colecoesetnograficas.uff.br (2025)

A plataforma conta ainda com uma barra de busca que permite filtrar registros por instituição, título, suporte, comunidade, localização, entre outros parâmetros, tornando a navegação intuitiva e eficaz para a diversidade de usuários almejados. Por isso também, há uma seção de glossário com termos técnicos e conceituais que ajudam na compreensão e na navegação da plataforma (Figura 7).

Figura 7 - Barra de busca



Fonte: https://colecoesetnograficas.uff.br (2025)

Assim, seja por palavras-chave, seja por taxonomias ou localização geográfica, as informações do BD estão acessíveis. Este repositório já contempla registros em caráter experimental de algumas coleções etnográficas brasileiras e evidencia o papel das tecnologias digitais no registro, na organização, na gestão cultural e na democratização da informação patrimonial.

4.5 Difusão e educação

Finalmente, o quinto e não menos importante resultado do projeto consiste no engajamento produzido com os materiais educativos e as estratégias de difusão para uso da BD por diferentes públicos, desde pesquisadores até crianças em idade escolar.

Nesse sentido, a plataforma inclui uma seção voltada à difusão científica e educacional, onde estão disponíveis materiais didáticos, guias de estudo, planos de aula e atividades interativas destinadas a educadores, estudantes e pessoas interessadas no tema. Também há uma biblioteca virtual com livros, relatórios e publicações gerados pela equipe do Projeto (figura 8).

Figura 8 - Seção de difusão e materiais didáticos



Fonte: https://colecoesetnograficas.uff.br (2025)

Também os usuários são convidados a colaborarem com novas informações sobre acervos, coleções etnográficas por meio de um formulário eletrônico presente no *site*, de *e-mail* e ainda através das mídias sociais *Facebook* (@colecoesetnograficasbr), *YouTube* (@colecoesetnograficasbr) e *Instagram* (@colecoesetnograficasbr).

Considerações finais

O desenvolvimento do BD do projeto "Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil" evidencia a importância de integrar fundamentos teóricos da Ciência da Informação, da Museologia e da Antropologia com soluções técnicas proporcionadas pelas tecnologias digitais. O processo permitiu não apenas sistematizar informações dispersas sobre acervos etnográficos, mas também fortalecer iniciativas de representação cultural, custódia compartilhada e uso social do conhecimento, conforme preconizado pelas abordagens participativas e decoloniais, bem como pelas práticas críticas das HD.

As etapas metodológicas – desde a concepção do projeto, a definição de seus objetivos e o delineamento conceitual dos dados, até a análise dos requisitos funcionais, a estruturação relacional baseada no Formulário A (F1), a modelagem das chaves primárias e a normalização terminológica – foram conduzidas por uma rede interdisciplinar de pesquisadores, articulada regionalmente. A construção do modelo de dados, com base nos 36 (trinta e seis) campos padronizados derivados do F1, possibilitou o mapeamento de coleções heterogêneas a partir de uma estrutura semântica coerente, permitindo o cruzamento eficiente de dados sem comprometer a diversidade e os contextos de origem dos acervos.

A escolha por tecnologias livres, por sua vez, como o MySQL e o Tainacan, revelou-se estratégica para assegurar a transparência, a flexibilidade e a sustentabilidade da iniciativa, respeitando-se os padrões internacionais de interoperabilidade e democratizando o acesso à informação. A estrutura relacional adotada, compatível com SQL e interoperável com outras ferramentas, favorece tanto a recuperação eficaz dos dados quanto a futura integração com repositórios complementares, como o CNM. O resultado é um BD público, adaptável e escalável, que já conta com contribuições relevantes para o mapeamento, a catalogação e a visibilidade das coleções etnográficas no Brasil.

Por fim, os resultados alcançados destacam o potencial do projeto para subsidiar políticas públicas culturais, fortalecer redes de pesquisa, promover a valorização dos acervos e ampliar os meios de difusão e educação

patrimonial, sobretudo entre os povos representados pelas coleções etnográficas. Ao oferecer uma plataforma aberta e participativa, fundamentada em princípios de equidade informacional e respeito à diversidade cultural, a iniciativa contribui com um instrumento concreto para o reconhecimento, a preservação e a circulação do patrimônio cultural brasileiro em sua pluralidade, especialmente em contextos historicamente marginalizados nos processos tradicionais de curadoria.

Referências

Alves, D. (2016). As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo académico: dos exemplos internacionais ao caso português. Ler História, 69. 91-103. https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2496

Araraki, F., & Arakaki, A. (2021). Metadados e tipos de metadados: conceitos, categorias e relações. Inclusão Social, 14(2). 59-81. https://doi.org/10.18225/inc.soc.v14i2.6407

Brandão, M., & Reis, J. (2025). El desarrollo de Bases de Datos de colecciones museográficas: consideraciones de una experiencia brasileña. Em G. Torres Vargas (Ed.), Bibliotecas, Archivos y Museos digitales (BAM). Coincidencias en su desarrollo. (pp. 115-130). IIBI/UNAM.

Hartman, S. (2020). Vênus em dois atos. Revista Eco-Pós, 23(3), 12-33. https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus (2011). Museus em números, v. 1. https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/museus-em-numeros-volume-1.pdf/view

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus (2011). Museus em números, v. 2. https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/museus-em-numeros-volume-2-2013-parte-2/view

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. (2011). Guia dos Museus Brasileiros. https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sul.pdf

Instituto Brasileiro de Museus. (2025, 20 de julho). Cadastro Nacional de Museus. https://cadastro.museus.gov.br

Knauss, P., & Carvalho, B. L. P. (2019). Museus para se pensar o presente em perspectiva histórica. Em B. Leal Pastor Carvalho, & A. P. Tavares Teixeira (Eds.), História Pública e divulgação de História. (pp. 139-153). Letra e voz.

López, M. (2024, 17 de fevereiro). Base de dados: o coração da era digital. IMMUNE Technology Institute. https://immune.institute/blog/bases-de-datos-ejemplos-y-aplicaciones/

Lucchesi, A., Sossai, F., Prado, G., Correa, L. O., Albaine, M., Silveira, P. T., Bonaldo, R. B., & Junior, W. S. (2021). Quais os limites da história digital em um país marcado pela exclusão e pela desigualdade social? Em J. Rabêlo Almeida, & R. Rosa Rodrigues (Eds.), História Pública em movimento. (pp. 61-87). Letra e voz.

Martins, D. L., & Silva, M. F., & Carmo, D. (2018). Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. Em Questão, 24(1), 194-216. https://doi.org/10.19132/1808-5245241.194-216

Mbembe, A. (2002). The power of the Archive and its Limits. Em C. Hamilton, V. Harris, J. Taylor, & et. al. (Eds.), Refiguring the Archive. (pp. 19-26). Springer.

Oliveira, R. C. (1996). O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. Revista de Antropologia, 39(1). 13-37. https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579

Pagani, M. L. (2010). Introdução às organizações públicas: marco conceitual e características. Em VI Jornadas de Sociologia da UNLP, La Plata, Argentina. https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5343/ev.5343.pdf

Rocha, M. L. (2012). Escutar a escrita: por uma teoria literária ameríndia. O eixo e a roda, 21(2). 179-202. https://doi.org/10.17851/2358-9787.21.2.179-202

Ribeiro, B. (1994). Etnomuseologia: da coleção à exposição. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 4. (pp. 189-201).

https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1994.109204

Russi, A., van Velthem, L. H., & Cury, M. X. (2022). Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil: três relatos de um percurso em formação. Em J. Cavignac, R. Abreu, & S. Vassallo (Eds.), Patrimônios e museus: inventando futuros. (pp. 377-415). ABA Publicações e EDUFRN.

Russi, A., Braga, G. G., & Brandão, M. (2024). Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil: percursos e contribuições à PNM. Em Calabre, Lia (org.). Anais do XIII Seminário Internacional de Políticas Culturais, (pp. 180-193). Fundação Casa de Rui Barbosa.

Smart Data. (2023). La historia de SQL: el lenguaje de base de datos más popular. https://smartdata.com.pe/sqlhistoriayevolucion

Tainacan. (2024, 16 de setembro). Blog do Tainacan. https://tainacan.org/es

Universidade Federal Fluminense. (2025, 20 de julho.). Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil. https://colecoesetnograficas.uff.br

Velázquez, César. (2006). “Servicios bibliotecarios y de información en comunidades indígenas: una perspectiva interdisciplinaria”. In Arellano, Filiberto., & Juan González (Eds.), Problemas y métodos de investigación en Bibliotecología e Información. Una perspectiva interdisciplinaria: memoria del XXIII Coloquio de Investigación Bibliotecológica y de la información. (pp.173-180). IIBI/UNAM.

Wazlawick, R. S. (2010). Uma reflexão sobre a pesquisa em Ciência da Computação à luz da classificação das Ciências e do Método Científico. Revista de Sistemas de Informação da FMSA, 6. 3-10.

Wichers, C. Z. M. (2019). Sobre a musealização de acervos iny-karajá: desafios e possibilidades para uma prática decolonial. Habitus, 17(1). 53-76. https://doi.org/10.18224/hab.v17i1.7258

COLONIALIDADE DO SABER E EPISTEMICÍDIO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXOS E REFLEXÕES

Felipe Arthur Cordeiro Alves, Universidade Federal da Paraíba, https://orcid.org/0000-0003-1339-710X, Brasil, felipecordeiro41@hotmail.com

Wendia Oliveira de Andrade, Universidade Federal do Pará, https://orcid.org/0000-0002-1917-8218, Brasil, wendia@ufpa.br

Edivanio Duarte de Souza, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0000-0002-7461-828X, Brasil, edivanio.duarte@ichca.ufal.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6655

Eixo: Perspectivas Epistemológicas

Introdução

O colonialismo histórico é amplamente reconhecido como um período de intensa violência e opressão contra as diversas formas de ver, de julgar e de agir dos povos subalternizados. No entanto, é crucial destacar, em consonância com Santos (2019), que a independência das colônias não significou o fim do colonialismo, mas a transmutação em outras formas de exploração, de marginalização e de submissão, como xenofobia, racismo, neocolonialismo e colonialidade do conhecimento.

Mignolo (2005, 2017) argumenta que a colonialidade transformou uma ordem mundial policêntrica e não capitalista, existente antes do século XVI, em um sistema monocêntrico e de mentalidade capitalista entre 1500 e 2000. Além disso, a colonialidade impulsionou uma transformação epistemológica ligada ao Renascimento Europeu, que impactou tanto a ciência quanto a arte. O imaginário moderno/colonial emergiu

de uma complexa articulação de forças, vozes silenciadas, memórias fragmentadas e narrativas unilaterais que suprimiram outras histórias, além de relatos que refletem a duplicidade da consciência colonial. Assim, o colonialismo histórico persiste como colonialidade, a face sombria da modernidade (Mignolo, 2017).

É preciso, portanto, ressaltar que colonialismo e colonialidade são conceitos imbricados, mas que representam coisas diferentes. Quijano (2009) esclarece que o colonialismo se refere a uma estrutura de dominação e de exploração mais direta. Nele, uma população exerce controle sobre a autoridade política, os recursos de produção e o trabalho de outra população com identidade distinta, e essa dominação é exercida a partir de uma sede de poder localizada em uma jurisdição territorial diferente. É, em sua essência, uma relação de controle territorial e político explícito. No entanto, o autor destaca que o colonialismo nem sempre, e não necessariamente, implica em relações racistas de poder.

Por outro lado, a colonialidade é apresentada como um fenômeno mais profundo e duradouro que o colonialismo, embora esteja intrinsecamente ligada a ele. Inobstante o colonialismo seja obviamente mais antigo, a colonialidade tem se mostrado persistente ao longo dos últimos 500 anos. Isso significa que, mesmo após o fim das formas explícitas de dominação colonial (como a independência política de países), os padrões de poder, de conhecimento e de ser que foram estabelecidos durante o colonialismo continuam a operar e a moldar as sociedades, perpetuando hierarquias e desigualdades. Essa distinção é fundamental porque nos permite ver que, mesmo sem uma ocupação territorial direta, as heranças coloniais persistem em diversas esferas da vida, desde a economia até a forma como produzimos e validamos o conhecimento, passando pelas estruturas sociais e raciais (Quijano, 2009).

A passagem da Europa Medieval para a era "moderna" foi marcada por uma série de imposições do Norte Global, especialmente da Europa, sobre suas colônias. O sistema mundo moderno-colonial estabeleceu próprios valores, perspectivas religiosas, concepções de coletividade, modelos de Estado de Direito, matrizes econômicas e epistemologias, entre outros. Essencialmente, o pensamento moderno-colonial demonstra uma intolerância intrínseca a modos de ser, pensar e agir distintos, invariavelmente reprimindo aquilo que difere de seu *modus operandi*. Em última análise, trata-se de um sistema impositivo, centrado em um sujeito universal eurocêntrico idealizado. Esse modelo, em tese, deveria servir de exemplo para os demais, desconsiderando as idiossincrasias dos seres humanos em todo o mundo.

Apesar disso, a relação entre modernidade e colonialidade nem sempre é imediatamente perceptível. Maldonado-Torres (2008) esclarece essa aparente dissonância: à primeira vista, os conceitos de modernidade (ligado ao tempo) e imperialismo/colonialismo (ligado ao espaço) parecem díspares. Poder-se-ia argumentar que a modernidade implica uma "colonização do tempo" por parte da Europa, criando estágios históricos que culminaram no seu advento em solo europeu. Contudo, os discursos dominantes sobre a modernidade, mesmo ao associá-la inerentemente à Europa, não conseguem desvincular-se da sua localização geopolítica. O conceito de modernidade, de forma engenhosa, tende a ocultar a relevância da espacialidade em sua própria formulação. É por essa razão que muitos dos que aderem ao discurso da modernidade adotam uma perspectiva universalista, desconsiderando a importância da localização geopolítica. Para esses, a modernidade é vista como uma fuga ao legado da colonização e da dependência, ignorando que ela esteve intrinsecamente ligada à experiência colonial.

Com efeito, modernidade e colonialidade constituem um par conceitual onde os termos se relacionam e se definem mutuamente. A produção histórica da Modernidade, entendida como uma racionalidade técnico-científica ocidental, é inseparável de seu lado obscuro: a colonialidade. Esta, por sua vez, abrange um conjunto de processos objetivos e subjetivos que impeliram países e povos colonizados à subalternização. O "lado obscuro" faz referência àquilo que permanece invisível

(como o lado oculto da lua), precisamente o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade, que desvaloriza tudo o que diverge do pensamento moderno (Almeida, 2011).

O ocultamento da colonialidade no pensamento moderno gerou diversas formas de violência e de opressão, especialmente contra grupos subalternizados em situação de vulnerabilidade social. É crucial ressaltar que a modernidade e a colonialidade operam de modo estrutural e estruturante, não havendo, portanto, ambientes imunes a elas. Conforme Grosfoguel (2008), nenhuma cultura no mundo permaneceu intocada pela modernidade europeia. Quijano (2009) exemplifica que a colonialidade, como extensão viva e atuante do colonialismo, imbrica-se no sistema capitalista com vieses racistas de dominação, (Quijano, 2009).

Consequentemente, as ciências em geral, e a Ciência da Informação em particular, são diretamente influenciadas por esse tipo de pensamento. Nesse sentido, com base em Silva (2008), é possível desconstruir qualquer pressuposto de neutralidade nas ciências. O racionalismo tentou mascarar uma ideia de neutralidade baseada no uso da razão. Todavia, a neutralidade é um dos princípios que confere poder e *status* à Ciência Moderna. No entanto, é necessário desvelar que essa ciência é diretamente influenciada por interesses políticos, econômicos e sociais, que se refletem em questões de gênero e raça. A Ciência moderna é masculina, androcêntrica, branca, ocidental, e assentada nas classes mais abastadas da sociedade. Ela se sobrepõe a outros saberes, ditando o que conhecer, para que conhecer, como conhecer e quem pode conhecer.

A estrutura de dominação da colonialidade manifesta-se em três dimensões cruciais: poder, ser e saber (Oliveira & Silva, 2021). Na dimensão do saber, uma das expressões da colonialidade é o silenciamento dos conhecimentos (epistemicídios) de povos subalternizados, um processo destrutivo que promove a aniquilação do conhecimento.

Este estudo questiona, então, como a colonialidade do saber influenciou os epistemicídios na Ciência da Informação brasileira. Com efeito, o objetivo desta comunicação é discutir a contribuição da colonialidade do saber para a ocorrência de epistemicídios no contexto da Ciência da Informação brasileira.

A relevância desta investigação justifica-se pela urgência em desconstruir a colonialidade do saber e os silenciamentos de saberes que dela decorrem no campo de conhecimento informacional. Além disso, a pesquisa se alinha diretamente à temática do evento, podendo contribuir para a construção de perspectivas epistemológicas decoloniais na área.

Fundamentos da crise do pensamento moderno-colonial

O pensamento moderno, historicamente enraizado em um universalismo que busca leis e princípios aplicáveis a todas as culturas e contextos, enfrenta hoje uma crise profunda. Essa crise se manifesta na crescente incapacidade desse paradigma de compreender e de integrar as realidades locais e suas particularidades. Ao desconsiderar as nuances culturais, sociais e históricas de cada comunidade, o universalismo moderno não apenas falha em oferecer soluções eficazes para problemas globais, mas também perpetua dinâmicas de poder que marginalizam conhecimentos e práticas tradicionais. Além disso, a imbricação da modernidade e da colonialidade com o capitalismo resultou em um profundo estado de frustração da sociedade com as promessas de desenvolvimento moderno, sobretudo, em países do Sul Global.

A modernidade encontra-se em um estado de crise impulsionado, em grande parte, pela mítica neutralidade científica e pelo não cumprimento pleno de suas promessas. Grosfoguel (2008) argumenta que a suposta neutralidade e objetividade desinteressada da ciência são, na verdade, mitos ocidentais. René Descartes, considerado o fundador da filosofia ocidental moderna, marcou um divisor de águas ao substituir Deus – o alicerce da teopolítica do conhecimento medieval europeu – pelo homem. No entanto, esse "homem" não representava a humanidade em sua totalidade, mas sim o homem ocidental,

que se tornou o novo fundamento do conhecimento moderno europeu. Atributos antes considerados divinos, como a Verdade Universal, o acesso privilegiado às leis do universo e a capacidade de produzir conhecimento e teorias científicas, foram transferidos para a mente desse homem ocidental. O *ego-cogito* cartesiano (eu penso, logo existo) tornou-se, assim, a base das ciências modernas ocidentais.

Complementarmente, Gonçalves (2011) destaca que o modelo moderno se mostrou insustentável e inconciliável com outras formas de conhecimento e com a própria sociedade contemporânea. A Modernidade não conseguiu entregar plenamente suas promessas, como o famoso lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Embora essas promessas continuem válidas, esse autor sugere que sua plena conquista exige a adoção de outros meios, instrumentos e uma racionalidade distinta daquela que pautou a modernidade. Isso aponta para a necessidade de repensar os paradigmas atuais e buscar abordagens mais inclusivas e eficazes para os desafios contemporâneos.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2018), a racionalidade científica moderna enfrenta uma crise profunda e irreversível, resultado de fatores tanto teóricos quanto sociais. No âmbito teórico, descobertas científicas revelaram as limitações do modelo moderno tradicional. Exemplos incluem a relativização das leis de Newton por Einstein, os estudos de Heisenberg e Bohr na mecânica quântica, as investigações de Gödel que demonstraram os limites do rigor matemático (existência de proposições indemonstráveis), e as teorias dissipativas de Ilya Prigogine sobre "ordem através das flutuações". Em relação às condições sociais, a industrialização da ciência a ligou intrinsecamente ao poder econômico, social e político. Isso se tornou evidente na Segunda Guerra Mundial com a produção de bombas, gerando dois efeitos principais: a estratificação da comunicação científica e o aumento das relações de poder entre cientistas, além de um agravamento da desigualdade no desenvolvimento tecnológico e científico entre os países do Norte Global e do Sul Global.

Essa breve análise de conjuntura é crucial para o desenvolvimento do presente estudo, pois a Ciência da Informação, enquanto campo do conhecimento, emerge em um período de declínio moderno e transição paradigmática. Esse novo estatuto do conhecimento, caracterizado pela crise, é designado por Santos (1995) como pós-modernismo ou pós-modernidade; contudo, este estudo prefere o termo pensamento contemporâneo devido à pluralidade de definições para o período pós-declínio da modernidade. Conforme Alves (2025), em um cenário de crise e transição paradigmática, a Ciência da Informação nasce no Norte Global e se dissemina por países do Sul Global, como o Brasil, que, invariavelmente, são sinal visível do não cumprimento das promessas modernas em termos de desenvolvimento socioeconômico.

Emergências dos pensamentos críticos contemporâneos intra-europeu e extra-europeu

Em relativa concomitância ao surgimento da Ciência da Informação no Norte Global e sua posterior disseminação no Sul Global, emergiram perspectivas críticas ao pensamento moderno, notadamente ao conhecimento científico. Gaston Bachelard (2006, pp. 17) argumenta que "o conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão", sugerindo que, para o espírito científico, traçar uma fronteira já significa superá-la. Ele critica o racionalismo a priori cartesiano, de caráter universalista, por considerá-lo um "racionalismo em recuo sobre a experiência", uma redução da realidade. Esse processo filosófico redutivo, para ele, torna-se involutivo. Em contraposição, o autor defende um racionalismo integral ou integrante, que se constrói a partir da consideração das características das regionalidades e das experiências locais, e que, por conseguinte, não é universal (Bachelard, 2006).

Em um esforço para contextualizar e conferir uma roupagem mais integral ao racionalismo científico, surgiram diversas teorias críticas à modernidade. Essa perspectiva crítica abrange tanto o cenário intra-europeu quanto o extra-europeu. De acordo com Oliveira & Gomes (2021), a própria formação da ciência moderna

e a subsequente crítica epistemológica a ela direcionada se deram na Europa Ocidental. No entanto, essa crítica estava intrinsecamente ligada a uma cosmovisão europeia, considerando as diversas tradições às quais pertenciam e de onde partiam todos os seus teóricos. A crítica intra-europeia e pós-positivista, embora de inegável relevância e representada por nomes como Gaston Bachelard, Michel Foucault, Fritjof Capra, Jürgen Habermas, Jean Piaget, Karl Popper e Boaventura de Sousa Santos, ainda se insere, parcialmente, no horizonte da tradição ocidental.

Nesse contexto de crítica à modernidade e aos estudos intra-europeus (ou do Norte Global em geral), emergem as perspectivas críticas extra-europeias. Na América Latina, o grupo Modernidade/Colonialidade desponta como um representante crucial dessa vertente. Composto majoritariamente por pesquisadores latino-americanos de diversas áreas, esse coletivo se dedica a analisar as realidades regionais e a produzir uma bibliografia que oferece perspectivas alternativas para entender a história e as sociabilidades humanas. Essas novas abordagens desvelam aspectos antes obscurecidos pelos discursos da Modernidade, especialmente aqueles relacionados aos sujeitos colonizados. Um marco importante foi a obra "A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais", organizada e publicada por Edgar Lander, em 2005. Essa publicação reuniu grandes nomes do grupo Modernidade/Colonialidade, como Alejandro Moreno, Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Francisco López Segrera, Santiago Castro-Gómez e Walter D. Mignolo (Damasceno *et al*., 2021).

Para superar efetivamente a colonialidade e suas complexas ramificações, é essencial buscar uma conciliação entre as críticas intraeuropeias e extraeuropeias à modernidade. As perspectivas extra-europeias, exemplificadas pelo grupo Modernidade/Colonialidade na América Latina, oferecem um olhar privilegiado ao expor as estruturas de poder e de saber a partir da vivência dos povos colonizados. Contudo, essa visão não anula a importância das análises intra-europeias, cujas contribuições de pensadores como Boaventura de Sousa Santos são cruciais para desconstruir os mitos da neutralidade científica e as promessas não cumpridas da modernidade a partir do próprio sistema que as originou. A síntese dessas abordagens permite uma compreensão mais completa e multifacetada da colonialidade, abrindo caminho para a construção de uma Ciência da Informação dotada de epistemologias plurais e verdadeiramente descolonizada, favorecendo a identificação de epistemicídios parciais e até mesmo totais de alguns grupos na produção científica deste campo do conhecimento.

Em consonância com a centralidade da colonialidade do poder, Oliveira & Silva (2021) argumentam que a colonialidade vai além, estabelecendo classificações de pessoas e culturas. Ela impõe uma civilização e uma visão de mundo eurocêntricas, bem como uma epistemologia e produção de conhecimento eurocêntricas, tudo fundamentado em padrões modernos de humanidade. Isso afeta profundamente a própria dimensão ontológica do ser. Em uma perspectiva complementar, Alves (2025) destaca que as dimensões da colonialidade estabelecem relações constitutivas. O poder se constrói e se sustenta nas diversas interações entre os seres, que, por sua vez, produzem conhecimento oriundo dessas inter-relações. Da mesma forma, o saber é um produto dos seres influenciados por relações de poder. A colonialidade do saber, portanto, materializa-se nos construtos epistêmicos que foram mediados por regras específicas de produção e comunicação científica, refletindo e perpetuando as hierarquias coloniais.

Entre as diversas dimensões da colonialidade, a colonialidade do poder é considerada basilar devido à sua proeminência e capacidade de estruturar ambientes, pessoas e conhecimentos de maneiras construtivas, destrutivas, disruptivas e reconstrutivas. De Lyssovoy & Bailón (2021) afirmam que a colonialidade do poder remete ao poder que é ontologicamente colonial em sua origem e cuja articulação como ordem mundial surgiu após a

invasão europeia e subsequente colonização da atual América Latina e Caribe.

> Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torna da ideia de 'raça'. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou racista) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (Quijano, 2002, n. pp).

Grosfoguel (2008) aprofunda a conceitualização de colonialidade do poder proposta por Aníbal Quijano, que centraliza a raça. Grosfoguel percebe essa colonialidade como um "enredamento" ou algo próximo ao conceito feminista de interseccionalidade. Para ele, raça, diferença sexual, sexualidade, espiritualidade e epistemologia são partes integrantes, entrelaçadas e constitutivas desse amplo "pacote enredado" (Grosfoguel, 2008).

Nessa perspectiva, a "colonialidade do poder" designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial. Esse processo articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. O autor enfatiza que os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da "colonialidade global" imposto pelos Estados Unidos da América, por meio de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Pentágono e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Grosfoguel, 2008).

A compreensão da colonialidade do poder, conceito fundamental para analisar as estruturas de dominação contemporâneas, é enriquecida pela articulação entre as abordagens de Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel. Enquanto Quijano (2002) firmemente estabelece a raça como o pilar central dessa colonialidade, argumentando que sua invenção há quinhentos anos, em paralelo ao surgimento da América, Europa e do capitalismo, deu origem a mais profunda e duradoura forma de dominação colonial, permeando todas as esferas sociais e alicerçando o padrão de poder global; Grosfoguel (2008), por sua vez, não apenas endossa essa centralidade, mas aprofunda-a ao conceber a colonialidade do poder como um complexo "enredamento" ou um fenômeno interseccional.

Essa perspectiva interseccional, crucial para uma análise mais robusta, demonstra como a raça se entrelaça indissociavelmente com outros marcadores sociais de diferença dentro de uma mesma estrutura de poder. Ademais, Grosfoguel (2008) expande a análise de Quijano (2002) ao vincular a colonialidade do poder diretamente à divisão internacional do trabalho e à hierarquia étnico-racial global, abarcando até mesmo a experiência dos migrantes do Sul Global em grandes centros metropolitanos. Aquele autor ressalta, de forma contundente, a persistência dessa colonialidade como um regime de "colonialidade global", imposto e perpetuado por instituições hegemônicas como o FMI e o BM, evidenciando que essa estrutura de poder transcende as fronteiras estatais e continua operante na atualidade. Dessa forma, embora ambos os pensadores convirjam na identificação da colonialidade do poder como um alicerce do sistema-mundo moderno/colonial, Grosfoguel (2008) aprimora o escopo analítico de Quijano (2002) ao

introduzir a lente da interseccionalidade e ao explicitar a dimensão institucionalizada da colonialidade global.

Os marcadores sociais de diferença que compõem o "pacote enredado" de Grosfoguel (2008), juntamente com outros não explicitados e a colonialidade global, permitiram que a colonialidade interferisse profundamente nas relações sociais por ela hierarquizadas. Essa interferência atingiu, concomitantemente, a própria dimensão ontológica dos sujeitos. De certo modo, a colonialidade do poder arroga para si o papel de estabelecer como o sujeito deve "ser", com quem e como deve se relacionar com o outro, e, inclusive, como deve produzir seus conhecimentos. É nessa esteira de reflexões sobre Modernidade e colonialidade, e as intrínsecas relações entre poder e conhecimento, que emerge a crucial dimensão da colonialidade do ser.

A colonialidade do ser, conforme explicado por Maldonado-Torres (2008), descreve como o senso comum e as tradições são moldados por relações de poder desiguais. Esse processo resulta na discriminação de indivíduos e na marginalização de certas comunidades, que se tornam alvos preferenciais dessas dinâmicas. É possível considerar que a colonialidade do ser insidiosamente drena a essência da existência alheia, tecendo um manto de inferioridade que aprisiona o outro em um cárcere ontológico. Essa teia se constrói a partir de fios tão diversos quanto a fé, a ancestralidade e a cor da pele, entre outros, que se tornam marcas de um suposto demérito. Contudo, seja qual for a face dessa inferioridade imposta, seu propósito permanece inalterado e cruel: perpetuar e fortalecer as amarras da dominação e da exploração sobre os povos silenciados.

Conforme Porto-Gonçalves (2005), o eurocentrismo deixou não apenas um legado de desigualdades e injustiças sociais provenientes do colonialismo e do imperialismo, mas também um legado epistemológico que nos impede de compreender o mundo a partir de nossa própria conjuntura e de suas epistemes inerentes. Dussel (2015) aprofunda essa questão, explicando que, para pensadores como Descartes ou Husserl, o *ego cogito* constrói o Outro (colonial, neste caso) como *cogitatum*. Contudo, antes disso, o *ego conquiro* o constituiu como "conquistado" (*dominatum*). Em latim, *conquiro* originalmente significa buscar com diligência, inquirir com cuidado, ou reunir, fazendo de *conquisitum* o que é buscado com diligência. Entretanto, durante a Reconquista espanhola contra os muçulmanos, a palavra adquiriu o sentido de dominar, submeter, sair para recuperar territórios para os cristãos. É este novo sentido que empregar-se-á ontologicamente aqui.

Em síntese, as diversas expressões da colonialidade compõem um conjunto de "egos" (eus) universalistas, modernos e abissais que se impõem sobre aqueles tidos como colonizados intelectuais. Isso perpassa as dimensões dos sujeitos em suas relações de poder, em sua composição ontológica e em sua produção de conhecimento. De acordo com Ferreira & Pita (2020), a colonialidade do saber/conhecimento, que se origina da colonialidade do poder, refere-se à produção de conhecimento dentro de relações de poder. Nesse contexto, as instituições de educação formal desempenham um papel padronizador, estabelecendo a distinção entre a "civilização" (europeia) e a "barbárie" (sul-americana).

“A colonialidade do saber trata da forma como se caracteriza a hegemonia do saber eurocêntrico no mundo” (Lima & Carneiro, 2019). A colonialidade do saber opera ao impor um padrão universalizante para a produção de conhecimento nas universidades ocidentalizadas. A legitimidade da estrutura do conhecimento moderno foi construída sobre uma lógica intrinsecamente racista e sexista. Conhecimentos de origem popular, indígena e negra sofrem epistemicídio não apenas no ambiente universitário, mas em qualquer instituição alicerçada e mantida pelos postulados ocidentais (França, 2023).

Como apontam Alves *et al.* (2024, p. 8), "a colonialidade do saber é um sinal visível da perpetuação da colonialidade na história". O aspecto mais ignominioso dessa colonialidade e do silenciamento de saberes reside na supremacia e predominância do

eurocentrismo e do Norte Global nas construções epistêmicas, que foram autoproclamadas e fundadas em falácias históricas e científicas endossadas por algumas ciências (Alves *et al.*, 2024).

Epistemicídio na Ciência da Informação como herança moderno-colonial

Para além de todas as violências oriundas do colonialismo histórico, da modernidade e da colonialidade, há ainda um legado de violências epistêmicas, notadamente epistemicídios que refletem a colonialidade do saber.

Santos (1995) sopesa que o genocídio, que frequentemente marcou a expansão europeia, também se configurou como um epistemicídio. Ele explica que a eliminação de povos estranhos estava ligada à supressão de suas formas de conhecimento, e vice-versa, pois essas formas de conhecimento eram sustentadas por práticas sociais e povos considerados estranhos. No entanto, o autor ressalta que o epistemicídio foi muito mais abrangente que o genocídio. Isso se deve ao fato de ter ocorrido sempre que houve a intenção de subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais que poderiam ameaçar a expansão capitalista (ou, em grande parte do século, a expansão comunista, considerada tão moderna quanto a capitalista nesse aspecto). Além disso, o epistemicídio ocorreu tanto nas periferias (espaços extra-europeus e extra-norte-americanos) quanto nos centros (espaços europeus e norte-americanos) do sistema mundial, atingindo trabalhadores, indígenas, negros, mulheres e minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Santos, 1995).

O epistemicídio, um processo contínuo de produção de indigência cultural, não apenas anula o conhecimento de grupos subalternizados, mas também nega seu acesso à educação e promove sua inferiorização intelectual. Dessa forma, serve como instrumento de dominação étnico-racial, invalidando os saberes e os sujeitos produtores de conhecimento de grupos dominados (Carneiro, 2005). Para Santos (2019), consiste na destruição de uma imensa variedade de saberes sobretudo nas sociedades e sociabilidades coloniais.

No Brasil, o cenário epistemicida é ainda mais agravado pela sua reconhecida diversidade étnica, cultural e ambiental. O epistemicídio se manifesta na anulação sistemática dos saberes, epistemologias e práticas culturais dos povos originários, das comunidades tradicionais e da vasta herança africana. Conforme a perspectiva de "enredamento" de Grosfoguel (2008), esse cenário também abrange os mais pobres em geral e as comunidades subalternizadas que fogem dos padrões hegemônicos sexuais, religiosos e epistemológicos. Essa violência intelectual impõe uma única lente eurocêntrica para interpretar a realidade, marginalizando e silenciando conhecimentos ancestrais, línguas, cosmologias e formas de organização social que divergem do padrão dominante. Ao deslegitimar esses sistemas de pensamento, o epistemicídio não só empobrece a compreensão da complexidade cultural e étnica do país, mas também perpetua estruturas de poder que reforçam a discriminação e impedem o reconhecimento pleno da diversidade brasileira como pilar fundamental de sua identidade e desenvolvimento.

A institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação no Brasil revela as marcas da colonialidade do saber no pensamento informacional, notadamente, na intervenção de agentes externos (*outsiders*) na produção do conhecimento, na desvalorização de saberes locais, na hierarquização epistemológica e na supremacia do conhecimento do Norte Global (Alves, 2025). Face ao exposto, convém ressaltar a dinâmica de influências da colonialidade do saber nos diversos contextos sociais e científicos, principalmente, nas ciências sociais e ciências sociais aplicadas, onde se enquadra a Ciência da Informação brasileira.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa deriva de uma tese de doutorado defendida em março de 2025, que investigou as influências da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira. Logo, a

metodologia aqui utilizada segue o mesmo alinhamento da pesquisa que a embasou.

A pesquisa se caracteriza como descritiva e adota uma abordagem qualitativa, buscando "conhecer-com" os sujeitos sob uma perspectiva metodológica não extrativista (Santos, 2019). O autor discorre que o cientista pós-abissal, assim como um artesão, utiliza as metodologias de forma criativa, recorrendo às técnicas aprendidas e aos instrumentos disponíveis. Isso porque as diretrizes metodológicas não são meras receitas mecânicas, dada a vasta diversidade de contextos nos quais o conhecimento é produzido (Santos, 2019). A ciência pós-abissal se compromete a fortalecer as lutas sociais contra a dominação. Esse "conhecer-com" pode ocorrer em diversos cenários:

- em arquivos ou bibliotecas, explorando tempos e espaços habitados por diferentes grupos sociais;
- com grupos sociais subalternos, participando e compartilhando ações ou experiências em curso, ou estudando-as anos ou séculos após sua ocorrência;
- analisando o passado para compreender o presente, ou fechando-o para construir o futuro;
- através de diálogos — sejam eles presenciais ou virtuais, reais ou imaginários, com seres humanos ou não-humanos.

É justamente analisando o passado, a gênese da Ciência da Informação no Brasil e a atuação dos *outsiders* nos seus processos de implantação e de institucionalização que se pretende compreender a conjuntura epistêmica presente para construir um futuro mais plural e diverso do ponto de vista epistemológico. Nesse sentido, a pesquisa também utiliza os métodos arqueológico (Foucault, 2015) e indiciário (Rodrigues, 2005, 2006; Ginzburg, 2007), combinados com a imaginação epistemológica (Santos, 2019).

Ademais, quanto aos procedimentos, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e documental. Para a construção do *corpus* bibliográfico, foram utilizadas obras que representam tanto as críticas intra-europeias quanto as extra-europeias à modernidade, estabelecendo uma relação dialógica entre essas perspectivas e praticando o diálogo intercultural para estudos decoloniais. Conforme Grosfoguel (2008), um diálogo intercultural Norte-Sul exige a descolonização dessas relações. Um diálogo horizontal, que se contrapõe ao modelo vertical ocidental, demanda uma transformação nas estruturas de poder globais. Em vez de buscar um consenso, pode-se imaginar mundos alternativos que transcendam o eurocentrismo e o fundamentalismo, embasados no respeito à diversidade e na justiça social. Boccato (2006) destaca que a pesquisa bibliográfica é um método crucial para solucionar um problema ou testar uma hipótese. Ela se baseia na análise e na discussão de referenciais teóricos já publicados, explorando as diversas contribuições científicas existentes sobre um determinado tema. Segundo esta autora, esse tipo de pesquisa fornece subsídios essenciais para compreender o que já foi pesquisado, como essa pesquisa foi conduzida e sob quais enfoques ou perspectivas o assunto foi abordado na literatura científica.

No recorte desta pesquisa, o *corpus* foi composto por artigos de intelectuais estrangeiros (*outsiders*) publicados em três periódicos brasileiros: Ciência da Informação (RCI), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Revista da Escola de Biblioteconomia (REB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Revista de Biblioteconomia de Brasília (RBB) da Universidade de Brasília (UnB). O levantamento bibliográfico foi feito no *site* das respectivas revistas, bem como na Base de dados em Ciência da Informação (Brapci).

Alguns pesquisadores estrangeiros atuaram, na implantação da Ciência da Informação no Brasil, como docentes e orientadores de dissertações no primeiro mestrado em Ciência da Informação do Brasil e da América Latina, no IBICT, e foram identificados no estudo preliminar, a saber, Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills e Douglas John Foskett.

Resultados

A atuação de intelectuais em alguns campos do conhecimento pode ser vista como relativamente clara e é impulsionada por diversos fatores, como a criação de uma nova área, a escassez de mão de obra especializada local, a internacionalização e o intercâmbio cultural. No Brasil, a presença de *outsiders* na Ciência da Informação tem relação com esses aspectos, mas está também profundamente ligada a um projeto de intervenção estrangeira no âmbito educacional brasileiro, que parte do Norte Global em direção ao Sul Global.

Pinheiro & Loureiro (1995) afirmam que a área da Ciência da Informação surgiu impulsionada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que visava estabelecer um sistema mundial de informação científica e tecnológica, com sistemas nacionais interligados a ele. Alves (2025) aponta que a implementação da Ciência da Informação foi moldada por diversos fatores, entre os quais se destacam a influência de políticas econômicas, inicialmente desenvolvimentistas durante o regime militar e, mais tarde, neoliberais no período republicano; a importação de modelos universitários estrangeiros, especialmente norte-americanos, as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação; e a interação disciplinar com outros campos do conhecimento, como a Biblioteconomia e a Documentação.

O contexto demonstrado até aqui permite considerar que essas influências estrangeiras não são obras do acaso, mas fazem parte de um projeto de subalternização epistêmica que começa no colonialismo histórico e se perpetua na modernidade e no movimento contemporâneo, bem como nas diversas dimensões da colonialidade, sobretudo, no domínio do saber.

Santos (2019) argumenta que a ciência moderna sempre se caracterizou por ser um conhecimento produzido por "alguém de fora" sobre "alguém de dentro". Ele explica que essa distinção entre *outsiders* e *insiders* estabelece que o último é visto apenas como um objeto de investigação e um provável fornecedor de informações, mas nunca de conhecimento.

O levantamento da pesquisa recuperou 14 artigos dos *outsiders* supracitados, distribuídos em três revistas: oito na RCI, quatro na REB e duas na RBB, com publicações que vão de 1972 a 1995. Para uma ilustração mais clara dos resultados, sintetizou-se a lista dessas pesquisas no Quadro 1, conforme resultados obtidos por Alves (2025).

Quadro 1 – Produção científica de *outsiders* em periódicos brasileiros

Título	Periódico	Ano	Autoria
Libraries, technology, and the need to know	Revista Ciência da Informação	1972	LaVahn Marie Overmyer
Teorias dos sistemas gerais e a organização de bibliotecas	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1973	Douglas John Foskett
Alguns aspectos sociológicos dos sistemas formais de comunicação do conhecimento	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1973	Douglas John Foskett
Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1974	Tefko Saracevic
Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública	Revista Ciência da Informação	1974	Tefko Saracevic
Literature growth and the retrieval system in scholarly communication	Revista Ciência da Informação	1974	Bert Boyce
Ordem e Progresso	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1975	Bert Boyce
Acessibilidade da informação	Revista Ciência da Informação	1975	Frederick Wilfrid

na pesquisa científica em processo			Lancaster
The information services librarian	Revista Ciência da Informação	1976	Frederick Wilfrid Lancaster
Educação em ciência da informação na década de 1980	Revista Ciência da Informação	1978	Tefko Saracevic
Integrating in librarianship information	Revista Ciência da Informação	1979	Tefko Saracevic
O currículo de Ciência da Informação	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1989	Frederick Wilfrid Lancaster
Ameaça ou oportunidade? O futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1994	Frederick Wilfrid Lancaster
A natureza interdisciplinar da ciência da informação	Revista Ciência da Informação	1995	Tefko Saracevic

Fonte: Alves (2025, pp. 160).

A preferência pela RCI é compreensível, dada sua proximidade com o mestrado do IBICT. É importante notar que alguns desses trabalhos são sínteses ou transcrições de palestras proferidas pelos estrangeiros. Do total, cinco artigos foram publicados em inglês e nove em português, sendo que os textos em português foram traduzidos por pesquisadores brasileiros, como Hagar Espanha Gomes, Antônio Agenor Briquet de Lemos, Aldo de Albuquerque Barreto, Alba Maria Martins Vaz de Oliveira, Suzana Pinheiro Machado Mueller, Gercina Ângela Borém, Isis Paim, e Laura Maia Figueiredo (que teve Tefko Saracevic como orientador no mestrado). O artigo "Ordem e Progresso", de Bert Boyce, é a única publicação de um *outside*' em português sem tradução por pesquisador nacional (Alves, 2025).

A escolha do título “Ordem e Progresso” para uma publicação de um *outsider* revela uma ambivalência notável, com implicações que merecem ser analisadas criticamente. Ao apropriar-se de um lema profundamente arraigado na identidade nacional brasileira sem demonstrar um aprofundamento na realidade local, o autor sinaliza uma desconexão. Ocorre que esse distanciamento, ainda que inconsciente, acaba por reforçar as dinâmicas de poder e as relações coloniais de saber.

Para que a análise proposta por esse estudo tivesse maior solidez, seria fundamental que o mesmo estabelecesse um diálogo mais robusto com a produção científica brasileira, em vez de se limitar a mencionar pesquisadores estrangeiros. A adoção exclusiva do lema nacional como ponto de contato com a conjuntura brasileira, embora simbólica, mostra-se insuficiente para contextualizar adequadamente a pesquisa e demonstrar sua real contribuição para o debate sobre bibliotecas, serviços de informação e publicações especializadas no Brasil.

Adicionalmente, o fato de alguns estudos serem meras sínteses de palestras, aponta para uma possível falta de compromisso por parte desses *outsiders* em se comunicar efetivamente com o público brasileiro. A barreira idiomática era, presumivelmente, um obstáculo ainda maior na época, em um país já caracterizado por profundas desigualdades. Nesse interim, torna-se questionável a postura do IBBD/IBICT que, dispondo de recursos para trazer esses intelectuais estrangeiros, aparentemente não providenciou tradutores, delegando essa responsabilidade aos pesquisadores brasileiros. Essa prática pode ser interpretada como um reflexo de uma hierarquia epistêmica que negligencia as condições locais de acesso e disseminação do conhecimento.

Alves (2025) considera que é crucial observar que os 14 artigos recuperados se caracterizam metodologicamente como estudos teórico-descritivos, muitos deles originados de palestras ou traduções de trabalhos estrangeiros. Dentro desse conjunto, um artigo se destaca metodologicamente, a saber, "Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia" (Saracevic, 1974).

O trabalho de Saracevic (1974) revela indícios de uma pretensa integração entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, ao

mesmo tempo em que expõe elementos do paradigma moderno e da colonialidade do saber. O artigo descreve o desenvolvimento e a implementação de um curso introdutório em Ciência da Informação, concebido para estudantes sem formação prévia na área. A singularidade do curso LS 524, oferecido na *School of Library Science da Case Western Reserve University*, reside no fato de ser a única exposição dos alunos à Ciência da Informação, o que demandou adaptações específicas em seu planejamento. A experiência com este e outros cursos dessa área na instituição culminou na elaboração e na publicação de um livro-texto que reflete diretamente o conteúdo e a abordagem do LS 524. A motivação, os objetivos, a definição e a estrutura da Ciência da Informação adotados no curso, bem como a metodologia de ensino aplicada, são apresentados com a crença de que podem ser generalizados e aplicados em outros programas de instrução que busquem integrar a Ciência da Informação à Biblioteconomia.

Nesse ponto, destaca-se o indicativo de intenção de uma universalização da Ciência da Informação em todos os locais onde seria implementada. Isso revela uma característica flagrante do pensamento moderno e da colonialidade de saberes: a imposição de metodologias universalistas. Essas metodologias, como vestimentas padronizadas, desconsideram as peculiaridades regionais em detrimento de um "eu ideal", ignorando a rica diversidade dos "corpos" de pesquisa. A pesquisadora brasileira Gomes (1974) inclusive observou que alguns discentes apresentaram dificuldades persistentes com as metodologias propostas por certos docentes. É crucial mencionar que, onde há a atuação da colonialidade de saberes e suas consequentes ações epistemicidas, também há resistências. Os grupos subalternizados, dentro de suas possibilidades, demonstram que não permanecem inertes diante dessas violências, mas buscam modificar e ressignificar essa realidade.

É importante também ressaltar, conforme Alves (2025), que a concepção do curso introdutório de Saracevic (1974) aponta para um campo de estudo bem estruturado. Esse modelo sugere uma clareza e um consenso em relação aos fundamentos essenciais da Ciência da Informação passíveis de aplicação em diversos contextos educacionais. Além disso, a proposta de generalização reforça a importância da integração entre esse campo e a Biblioteconomia, onde o compartilhamento de motivações, objetivos e metodologias pode promover uma formação mais abrangente e integrada para os profissionais desta área. Isso indica que, para além da crítica à colonialidade do saber, o campo também buscava um considerável nível de institucionalização sociocognitiva desde sua implementação.

Conforme Alves (2025), os principais temas fundadores do campo, "Ciência da Informação", "Biblioteconomia", "currículo", "bibliotecas", "tecnologia" e "recuperação da informação", e seu desenvolvimento revelam uma base teórica com forte ênfase na relação com a Biblioteconomia, no currículo e nas tecnologias. Contudo, nota-se uma escassez de abordagens acerca da realidade nacional, evidenciada pela ausência de referências nacionais nas pesquisas iniciais. Nesse contexto, os primeiros epistemicídios na Ciência da Informação brasileira foram cometidos por agentes externos que, como docentes, orientadores e autores de referência, negligenciaram a produção científica nacional, desvalorizando o conhecimento local.

É extremamente prejudicial que uma área emergente seja marcada por ações epistemicidas, especialmente quando impostas de fora para dentro. A postura dos *outsiders* referenciados em solo brasileiro, conforme analisado, exemplifica um extrativismo intelectual. De acordo com Santos (2019), essa postura difere das abordagens não extrativistas, como "conhecer-com" (envolvimento moderado, relação sujeito-sujeito) e "ser-com" (alto envolvimento, integração de saberes locais e científicos), nas quais o pesquisador se engaja profundamente com a comunidade, evitando a mera objetificação dos sujeitos e do campo de pesquisa para a extração de dados e de conhecimentos. Essa postura abriu caminho para outros silenciamentos, especialmente de populações vulneráveis, legitimando uma violência epistêmica interna, um "canibalismo

epistêmico", que combina violências física, cognitiva e epistêmica.

Considerações Finais

A colonialidade do saber e o epistemicídio são fenômenos densos e de grande complexidade teórico-metodológica. Por isso, precisam ser acompanhados e combatidos de modo contínuo, nos diversos campos do conhecimento, inclusive da Ciência da Informação.

A atuação dos *outisders* no Brasil evidencia a colonialidade na constituição do pensamento informacional brasileiro, que se materializa no silenciamento de conhecimentos de povos historicamente excluídos e subalternizados, sinalizando para a presença de violências epistêmicas na conformação do campo da informação.

As violências epistêmicas, que se materializam nos processos de institucionalização científica e social da ciência, especificamente da Ciência da Informação, podem ser silentes e passarem despercebidas, porém, provocam problemas epistêmicos retumbantes, reforçando processos históricos de marginalização, de opressão e de exclusão.

Referências

Almeida, J. (2011). Geopolíticas e descolonização do conhecimento. Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Vitória, Espírito Santo. https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1482.

Alves, F. A C. (2025). A colonialidade do saber na implantação da ciência da informação no brasil: influências dos outsiders no processo de institucionalização sociocognitiva. [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Paraíba].

Alves, F. A. C., Andrade, W. O., & Souza, E. D. (2024). Colonialidade de saberes na ciência da informação brasileira: o epistemicidio nas publicações cientificas. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 17, 1-24. https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/667.

Bachelard, G. (2006). A epistemologia. Edições 70.

Boccato, V. R. C. (2006). Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, 18(3), 265-274.

Carneiro, A. S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf.

Damasceno, M., Amorim, G., & Cardoso, D. (2022). Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: perspectivas teóricas e históricas. Revista TEL, 13(1), 12-27. https://doi.org/10.5935/2177-6644.20220002.

De Lissovoy, N., Fregoso Bailón, R. O., & Maia, F. G. (2021). Colonialidade: dimensões-chave e implicações críticas. Revista X, 16(1), 101–117. https://doi.org/10.5380/rvx.v16i1.78401.

Dussel, E. (2015). Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade Parte I. Filosofazer, 46(1), 11-44.

Ferreira, D. M. M., & Pita, J. R. (2020). Colonialidade do saber no ensino da educação básica: resistência ou reprodução do eurocentrismo? Revista Escrita, 26, 1-17. https://doi.org/10.17771/PUCRio.escrita.46645.

Foucault, M. (2015). A arqueologia do saber. Forense Universitária.

França, I. G. (2023). Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber e Oligopólios de Comunicação de Massa. Revista Ítaca, 39, 7-20. https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/61538.

Ginzburg, C. (2007). O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Companhia das Letras.

Gomes, H. E. (1974). Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 3(1), 13-26.

Gonçalves, M. B. (2011). Boaventura de Sousa Santos e a “Pós- Modernidade de contestação”: algumas notações marxistas. Revista Aurora, 4(2), 3–17.

https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1265.

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, (80), 115–147. https://doi.org/10.4000/rccs.697.

Lander, E. (Org.). (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas. CLACSO.

Lima, J. S., & Carneiro, R. N. (2019). Colonialismo do saber e suas implicações para a aplicação da lei nº 10.639/2003 nas escolas públicas. Revista Contexto & Educação, 34(108), 42–56. https://doi.org/10.21527/2179-1309.2019.108.42-56.

Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais, (80), 71-114. https://journals.openedition.org/rccs/695.

Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32(94), e329402. https://doi.org/10.17666/329402/2017.

Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Em E. Lander (Org.), A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas (pp. 35-54). CLACSO.

Oliveira, D. B., & Gomes, R. C. (2021). Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. Educação e Filosofia, 35(74), 643-677. https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v35n74a2021-55175.

Oliveira, G. A., & Silva, É. (2021). “Tudo isso é Conversa para Comer sem Trabalhar”: capoeira, resistência decolonial. Folha de Rosto, 7(1), 161-176. https://doi.org/10.46902/2021n1p161-176.

Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. Em E. Lander (Org.), A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas (pp. 3-5). CLACSO.

Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. Em, B. S. Santos & M. P. Meneses, (Eds.), Epistemologias do Sul. (pp. 73-118). Cortez Editora.

Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. Novos Rumos, 37(17), 4-28. https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192.

Rodrigues, M. B. F. (2006). Exercícios de indiciarismo. Programa de pós-Graduação em História Social das Relações Políticas / Universidade Federal do Espírito Santo.

Rodrigues, M. B. F. (2005). Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. Dimensões - Revista de História da UFES, 17, 213-221.

Santos, B. S. (2019). O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Autêntica Editora.

Santos, B. S. (2018). Um discurso sobre as ciências. Cortez Editora.

Santos, B. S. (1995). Pela Mão de Alice. Cortez Editora.

Saracevic, T. (1974). Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 3(1), 40-64. https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/download/35991/28238/108469.

NOTAS

[1] Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.

COMPETÊNCIAS PARA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Alessio Sandro de Oliveira Silva, Universidade Federal de Alagoas, 0000-0003-4880-5855, Brasil, alessiosandro@gmail.com

Dario Albuquerque Lima, Universidade Federal de Alagoas, 0009-0004-7400-2639, Brasil, dario_albuquerque@hotmail.com

Isaac Fernando Calaça dos Santos, Universidade Federal de Alagoas, 0000-0002-7276-8217, icalaca.ppgci.ufal@gmail.com

Ronaldo Ferreira de Araujo, Universidade Federal de Alagoas, 0000-0003-0778-9561, ronaldo.araujo@ichca.ufal.br

Edivanio Duarte de Souza, Universidade Federal de Alagoas, 0000-0002-7461-828X, Brasil, edivanio.duarte@ichca.ufal.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6651

Eixo Temático: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

A exportação representa um vetor estratégico para a expansão econômica e cultural em um mundo cada vez mais globalizado. Nesse cenário, a arte e a cultura brasileira detêm um valor intrínseco e uma capacidade singular de encantar mercados internacionais, abrindo portas para a valorização de talentos e o intercâmbio cultural. Para o estado de Alagoas, localizado na Região Nordeste do Brasil, essa oportunidade assume contornos de um novo horizonte. Tradicionalmente reconhecido pela robusta exportação de *commodities* como açúcar e álcool, o estado agora busca diversificar sua pauta exportadora, vislumbrando o potencial inexplorado dos produtos artesanais alagoanos.

Para que Alagoas possa realmente se destacar e competir de forma eficaz no dinâmico mercado internacional, especialmente com o potencial único de seus produtos artesanais, é absolutamente fundamental contar com profissionais que possuam competências informacionais específicas para o comércio exterior. Não basta apenas ter peças de artesanato de alta qualidade para exportar. É preciso saber como navegar no complexo e em constante mudança ambiental global, o que exige um domínio apurado na coleta, análise e, principalmente, no uso estratégico de informações cruciais. Isso engloba desde dados sobre os mercados internacionais, passando pelas tendências de consumo em diferentes culturas, até as intrincadas regulamentações alfandegárias e os requisitos de certificação específicos de cada país importador.

Nesse cenário de crescente competitividade, o mapeamento de competências emerge como uma ferramenta indispensável e estratégica para as organizações, sejam elas cooperativas de artesãos, empresas de exportação ou agências de fomento. Entendido como a identificação e a organização sistemática tanto do conhecimento tácito – aquele saber prático e intuitivo adquirido pela experiência do dia a dia, muitas vezes não formalizado – quanto do conhecimento explícito – que é documentado, codificado e facilmente compartilhado, como manuais e bases de dados –, esse mapeamento oferece uma visão panorâmica e detalhada das habilidades, conhecimentos e aptidões presentes na equipe.

Com um mapeamento tão detalhado em mãos, a identificação de lacunas de competências se transforma de um mero achismo em um processo estratégico e direcionado. Ao compreender exatamente quais conhecimentos, habilidades ou atitudes estão faltando para que os objetivos de exportação sejam alcançados com sucesso, os gestores recebem informações cruciais e acionáveis. Isso lhes permite, primeiramente, definir perfis profissionais ideais, ou seja, desenhar as

características e qualificações necessárias para os cargos e funções diretamente ligadas às demandas do comércio exterior. E, mais importante, esse entendimento aprofundado capacita o desenvolvimento de estratégias de capacitação altamente direcionadas.

Essa sinergia entre o mapeamento de competências e a capacitação contínua é vital para impulsionar o sucesso da exportação alagoana, assegurando que a arte e os produtos do estado cheguem cada vez mais longe, com eficiência e competitividade.

Em muitas empresas, especialmente aquelas que vislumbram o mercado internacional de Alagoas, o profissional encarregado da exportação dificilmente possuirá todas as competências exigidas por um cenário global tão dinâmico. Esse é um desafio comum: o conhecimento necessário para navegar em trâmites aduaneiros complexos, identificar nichos de mercado em outros países, entender a logística internacional ou mesmo negociar em diferentes culturas, muitas vezes, está aquém do ideal. Essa lacuna de habilidades pode ser um grande entrave para o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas no comércio exterior.

Ao aplicar uma metodologia de mapeamento de competências, as empresas podem ter uma visão clara de onde estão seus pontos fortes e, mais importante, onde estão suas lacunas de conhecimento e habilidade. Com essa informação em mãos, torna-se possível planejar estratégias de capacitação direcionadas. O objetivo é desenvolver profissionais de exportação que não só compreendam os desafios, mas que tenham as ferramentas e o conhecimento necessários para superá-los e, assim, abrir as portas do mundo para os produtos alagoanos.

Nessa perspectiva, questiona-se: quais estratégias podem ser adotadas para a implantação e o aprimoramento das competências técnicas objetivando a exportação de produtos artesanais alagoanos?

O objetivo principal é analisar as competências individuais do profissional responsável pelo setor comercial de vendas para mercados internacionais, sob a perspectiva da Gestão da informação e do Conhecimento.

Destaque-se que a relevância da presente pesquisa reside na fragilidade do processo de exportação em virtude da alta complexidade procedimental. Para tanto, o trabalho está estruturado em seis seções, a saber: a) Introdução; b) Produção e exportação no mercado globalizado a partir das perspectivas empresariais e gerenciais; c) A produção artesanal tomando como base os contextos tanto cultural quanto exportador; d) Caracterização da pesquisa e dos procedimentos metodológicos adotados; e) Achados científicos que corroboram com a pesquisa; e f) Considerações finais em que são realizados a síntese dos resultados e um ponderamento em torno das questões encontradas na presente pesquisa.

Produção e exportação no mercado globalizado: dos desafios empresariais e às contribuições gerenciais

No ambiente corporativo hodierno, o conhecimento é reconhecido como um ativo intangível crucial para a competitividade das empresas. Sua importância reside na capacidade de impulsionar a inovação, a eficiência e a adaptabilidade em um mercado em constante mudança. Esse ativo é categorizado em três características interligadas, que juntas formam a base do que uma organização sabe e como ela utiliza esse saber para alcançar seus objetivos.

O capital humano representa o conjunto de capacidades, conhecimentos, habilidades e experiências individuais de cada pessoa que compõe a organização. É a base fundamental do conhecimento, pois são os indivíduos que criam, interpretam e aplicam as informações. Este capital é dinâmico e em constante evolução, sendo a fonte primária de inovação e diferenciação. Ele se manifesta nas competências técnicas e interpessoais dos colaboradores, na sua capacidade de resolução de problemas e na sua criatividade. A valorização e o desenvolvimento do capital humano são essenciais para que uma organização possa extrair o máximo de seu potencial intelectual.

O capital estrutural refere-se à capacidade organizacional e aos sistemas físicos e digitais que permitem transmitir e armazenar o conhecimento gerado tanto pelo capital humano quanto pelo capital do cliente. Isso inclui processos internos, patentes, bancos de dados, softwares, manuais, cultura organizacional e toda a infraestrutura que codifica e formaliza o conhecimento, tornando-o acessível e reutilizável. Este capital é vital porque transforma o conhecimento implícito em conhecimento explícito, que pode ser compartilhado e replicado em toda a organização, garantindo que o saber não reste prejudicado com a eventual saída de colaboradores e que a empresa possa aprender e evoluir continuamente.

O capital do cliente compreende o valor dos relacionamentos que uma empresa estabelece com seus parceiros de negócios, clientes e fornecedores. Este capital engloba não apenas a fidelidade e a satisfação do cliente, mas também o conhecimento gerado a partir dessas interações.

Destaquemos desde já que, para Maximiano (2012), a terminologia organização pode ser entendida como uma combinação de esforços individuais que têm por finalidade realizar propósitos coletivamente e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa. Com efeito, quanto mais ampla a gama de conhecimentos que uma pessoa dispõe, mais ampla a realidade que ela consegue interpretar, os conhecimentos funcionam como pontos de referência para a compreensão da realidade e como base para o desenvolvimento de habilidades.

Para Teixeira & Valentim (2016), a partir da prospecção e análise de dados e informações é possível filtrar e tratar conteúdos relevantes para uso da organização e gerar informação com valor agregado, direcionando a tomada de decisão e o planejamento de ações estratégicas. Desse modo, após a análise e a escolha da melhor opção entre várias alternativas, é possível transformar informação em inteligência organizacional, cuja perspectiva é gerar conhecimento para a melhoria do desempenho da organização, permitindo solucionar problemas, criar novos produtos, projetar mudanças e melhorias.

Dito isto, a modesta inserção de Alagoas no cenário das exportações revela uma oportunidade significativa e, até então, subexplorada para as micro e pequenas empresas do estado. Essa realidade aponta para um imenso potencial de crescimento e expansão que, se devidamente aproveitado, pode impulsionar de forma substancial as vendas dessas empresas. Ao ampliar seus horizontes para mercados internacionais, as micro e pequenas empresas alagoanas não apenas diversificam suas fontes de receita, mas também contribuem diretamente para a injeção de novos recursos na economia local.

Carvalho (2007) aponta que Alagoas é um Estado que, além de produzir pouca riqueza, distribui muito mal sua renda, excluindo assim uma grande parcela da sua população do mercado interno. Além de um parque industrial mínimo, existe também uma grande fatia de comércio informal e seu agronegócio é pouco diversificado.

A entrada no mercado global significa mais do que apenas um aumento no volume de negócios; representa a possibilidade de melhoria da competitividade, acesso a novas tecnologias e aprimoramento de processos. Ao se aventurarem no comércio exterior, essas empresas são incentivadas a elevar seus padrões de qualidade e eficiência, tornando-se mais resilientes e inovadoras. Esse movimento, em cadeia, gera um efeito multiplicador positivo em toda a economia alagoana, com a criação de novos empregos, o fortalecimento de cadeias produtivas locais e o estímulo ao desenvolvimento de infraestrutura e serviços de apoio à exportação.

A ampliação da participação das micro e pequenas empresas alagoanas no setor exportador, portanto, não é apenas uma estratégia para alavancar vendas individuais, mas sim um vetor fundamental para o tão almejado desenvolvimento socioeconômico de Alagoas. É a chave para que o estado possa diversificar sua base econômica, reduzir a dependência de setores tradicionais e construir um futuro mais próspero e equitativo para sua população, transformando um ponto de baixa

participação em um trampolim para o sucesso global.

A globalização empresarial não surgiu de forma abrupta; ela foi o resultado de um processo gradual e contínuo, caracterizado pela lenta e progressiva abertura dos mercados ao redor do mundo. Essa evolução histórica moldou o cenário econômico atual, no qual a busca pela customização de bens e serviços se tornou uma demanda crescente e um diferencial competitivo. É precisamente nesse nicho que as micro e pequenas empresas encontram um cenário promissor para alcançar resultados significativos. Sua agilidade e capacidade de adaptação as posicionam de forma vantajosa para atender às necessidades específicas de consumidores e mercados, algo que grandes corporações, por sua própria estrutura, muitas vezes, não conseguem replicar com a mesma eficiência.

A inserção nesse contexto globalizado não é apenas uma oportunidade, mas também um catalisador para o desenvolvimento e a modernização das empresas. A competição em escala mundial força as pequenas e médias empresas a aprimorar constantemente seus processos, produtos e serviços. Essa pressão por inovação impulsiona a busca por novas tecnologias, métodos de gestão mais eficientes e estratégias de marketing mais eficazes. Como consequência, essas empresas são estimuladas a prospectar novos mercados, expandindo seu alcance para além das fronteiras locais ou nacionais. Essa expansão não só diversifica suas fontes de receita, mas também fortalece sua posição competitiva.

Além disso, o movimento em direção à globalização atua como um mecanismo de consolidação do desempenho no mercado interno. Ao se prepararem para competir em um cenário global, as pequenas e médias empresas elevam seus padrões de qualidade e de eficiência, tornando-se mais robustas e atraentes para os consumidores domésticos. A experiência e o conhecimento adquiridos na interação com mercados internacionais enriquecem sua capacidade de inovar e de se adaptar às dinâmicas do próprio país. Assim, a globalização se revela não apenas como uma via para a expansão externa, mas como um motor essencial para o aprimoramento contínuo, a inovação e o crescimento sustentável das pequenas e micro empresas, permitindo-lhes prosperar tanto em escala global quanto em seus mercados de origem. Não por acaso, German Segre (2006) leciona que a função do comércio é perceptível tanto nas transações realizadas entre sociedades de uma mesma nação, quanto naquelas praticadas entre sociedades de nacionalidades distintas.

Desta feita, para que uma empresa realmente prospere no cenário internacional e alcance seus objetivos de exportação, o primeiro passo fundamental é adotar uma postura intrinsecamente profissional. Isso vai além da simples intenção de “vender para fora”; exige uma dedicação séria e um comprometimento com os rigores e as particularidades do comércio exterior. Mais do que apenas profissionalismo, é crucial desenvolver uma verdadeira cultura exportadora. Isso significa que a mentalidade de exportação deve permear todos os níveis da organização. Implica em compreender as exigências dos mercados globais, adaptar produtos e processos, investir em conhecimento sobre logística e regulamentações internacionais, e estar preparado para desafios e oportunidades que surgem ao operar em diferentes contextos culturais e econômicos. Sem essa base sólida de profissionalismo e uma cultura orientada para a exportação, a jornada no mercado internacional será significativamente mais desafiadora e com menores chances de sucesso duradouro.

Diante disto, esta pesquisa, com foco no aprimoramento da capacidade de exportação de Alagoas, especialmente no setor de artesanato, está fundamentada em três pilares conceituais e práticos. Primeiramente, a gestão de competências serve como base essencial. Este pilar aborda a identificação, o desenvolvimento e a alocação estratégica de habilidades, conhecimentos e atitudes dos profissionais envolvidos no processo de exportação. Entender as competências existentes e as necessárias para o comércio internacional é crucial para construir equipes eficazes e preparadas para os desafios globais.

O segundo pilar é a gestão da informação e do conhecimento. Em um cenário globalizado, a informação é um ativo inestimável. Este pilar explora como as organizações podem coletar, organizar, armazenar, disseminar e utilizar dados e informações relevantes para transformá-los em conhecimento aplicável. Isso inclui desde a prospecção de mercados e a análise de tendências de consumo até a compreensão de regulamentações internacionais e a identificação de parceiros estratégicos. Uma gestão eficaz da informação e do conhecimento permite que as empresas tomem decisões mais assertivas e se adaptem rapidamente às mudanças do mercado.

Por fim, o terceiro pilar abrange os estudos sobre comércio exterior e exportação. Este campo de estudo proporciona o contexto macroeconômico e as especificidades das operações de exportação. Ele permite entender as dinâmicas do mercado global, as barreiras e oportunidades, as políticas comerciais e as melhores práticas para que a empresa possa se posicionar de forma competitiva. A combinação desses três pilares – gestão de competências, gestão da informação e do conhecimento, e os estudos aprofundados sobre comércio exterior – oferece uma estrutura robusta para analisar e propor soluções que impulsionem a capacidade exportadora, contribuindo para que a empresa prospere internacionalmente.

Em um cenário corporativo cada vez mais dinâmico, a comunicação eficaz e oportuna emerge como um pilar central para o sucesso organizacional, representando um desafio constante para as empresas. Não basta apenas transmitir informações; é crucial que essa comunicação ocorra no momento certo, com a clareza necessária e direcionada para o alcance de objetivos específicos.

Para superar esse desafio, em virtude da especificidade da natureza da empresa em estudo, qual seja, a exportação de produtos artesanais, faz-se necessário investir na formação de equipe de alto desempenho. Isso implica reunir profissionais altamente qualificados, que possuam não apenas o conhecimento técnico, dada a complexidade da atividade, mas também um elevado espírito de trabalho em equipe. A confiança mútua entre os membros e a liderança é um fator determinante e primordial, permitindo que a equipe opere com maior fluidez e autonomia.

Ademais, é interessante que os profissionais tenham certa autonomia na tomada de decisões relativas às suas atribuições, haja vista que a microgestão não apenas desmotiva, mas também retarda processos e inibe a inovação. Ao valorizar os colaboradores, a organização estimula a proatividade, a responsabilidade e a agilidade na resolução de problemas, elementos cruciais para a adaptação em um mercado tão volátil quanto o da exportação de produtos artesanais.

Em suma, a construção de uma cultura organizacional focada na comunicação estratégica, no desenvolvimento de talentos e na autonomia responsável é o caminho para que a empresa não apenas supere os desafios de um ambiente complexo, mas também prospere, alcançando seus objetivos de forma mais eficiente e inovadora. Esse alinhamento entre pessoas, processos e objetivos é a chave para que a comunicação seja um vetor de crescimento e competitividade.

A produção artesanal nos contextos cultural e exportador: estratégias gerenciais

Convém explanar a relevância do artesanato, pois, como bem explica Linton (1968), cultura é um todo complexo que abarca os conhecimentos, as crenças, as artes, os costumes, hábitos adquiridos pelos homens numa sociedade. A cultura se manifesta através das mentes individuais, atuando como um fenômeno psicossocial que reside em cada um de nós. Ela nos provê a maioria dos conceitos essenciais que fundamentam nosso raciocínio, embora a maneira como pensamos permaneça uma característica intrinsecamente pessoal, e não um produto puramente cultural.

Nesse contexto, o artesanato assume uma relevância cultural e econômica profunda, especialmente em locais como Alagoas. Ele não é apenas um produto, mas uma expressão tangível dessa cultura que habita o espírito dos artesãos. Cada peça artesanal reflete os conceitos, as tradições e os saberes

transmitidos de geração em geração, que formam a base para a criatividade e a técnica individual do artesão. O artesão, ao criar, utiliza "conceitos culturais", tais como padrões estéticos, simbologias regionais e técnicas ancestrais, que foram internalizados. Contudo, o processo criativo e a execução são singulares.

O artesanato alagoano se constitui de peças únicas, carregadas de cultura e história, e para que tais peças alcancem novos mercados globalmente, é preciso mais do que beleza. É fundamental conhecer as tendências de consumo em outros países, as regulamentações de importação, os custos de logística, os melhores canais de distribuição e as preferências de design.

A habilidade de transformar matéria-prima em arte, de inovar dentro de uma tradição ou de resolver desafios durante a produção, é um ato de pensamento individual que se manifesta através das mãos. Desta feita, o artesanato exemplifica como a cultura oferece as diretrizes, mas o indivíduo imprime sua marca única. Ele se torna um vetor potente para a valorização cultural, a geração de renda e a diversificação econômica, permitindo que a riqueza imaterial de uma comunidade se materialize em produtos que encantam e conectam pessoas em escala global.

O artesanato, portanto, é a prova viva de que a cultura se manifesta de forma vibrante através da singularidade de cada criador. O conceito de artesanato é bem delineado por José Artur Rios (1974), o qual aponta que este é a atividade de tipo industrial, executada com finalidades comerciais em local especializado ou não, com precários equipamentos e acentuado índice de manualismo, em que os produtores (mestres) se encarregam por si próprios ou através de auxiliares (oficiais e aprendizes), sem relação empregatícia, de todas as fases da produção, desde a transformação da matéria-prima até a obtenção do produto acabado, que conserva sempre em grau maior ou menor, sua individualidade e originalidade.

Conforme Teixeira & Valentim (2015), estratégias organizacionais como a busca sistemática de informações externas e internas que possibilitam aos gestores conhecerem concorrência e os clientes, e a análise dos dados visando selecionar, compartilhar e disseminar o conhecimento tangível (explícito) e, a partir de sua apropriação, construir conhecimento intangível (tácito), tornou-se diferenciais em ambientes empresariais competitivos. O conhecimento, a informação e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) tornaram-se ativos significativos para gerar inteligência competitiva organizacional (ICO).

A gestão de competências, desde as contribuições de Fleury & Fleury (2000), consolidou-se como abordagem estratégica para alinhar capacidades individuais com objetivos organizacionais. As competências são formadas por conhecimentos, habilidades e atitudes, que se correlacionam, respectivamente, a "saber teórico", "saber prático" e "vontade de fazer" (Parry, 1996). Com efeito, o mapeamento de competências, conforme Gramigna (2002), corresponde ao processo de identificar, descrever e avaliar aquelas essenciais para o desempenho eficaz.

É fundamental compreender que o mapeamento de competências não segue uma receita pronta. A bem da verdade, a chave para uma gestão eficaz de competências reside em descrever detalhadamente as atividades e as responsabilidades específicas de cada setor dentro de uma organização. Essa clareza é a base para todo o processo. Para que tal mapeamento seja bem-sucedido, é essencial ter uma compreensão profunda das necessidades atuais da empresa e, igualmente importante, das expectativas e demandas tanto dos artesãos quanto dos clientes. Ao alinhar-se com essas necessidades, torna-se possível definir com precisão as tarefas que cada colaborador deve executar. Essa definição clara das atividades é o que, por sua vez, permite identificar com exatidão quais são as competências essenciais, sejam elas conhecimentos, habilidades ou atitudes, que os colaboradores precisam possuir para desempenhar essas tarefas de forma eficiente.

Deste modo, a eficácia do mapeamento de competências não reside em um método rígido, mas sim em um processo flexível que começa com a análise das demandas do negócio e do mercado. Só assim é possível

traduzir essas demandas em atividades bem delineadas para cada função e, consequentemente, determinar as competências que realmente impulsionarão o sucesso da empresa. Essa abordagem garante que a gestão de competências seja estratégica e verdadeiramente alinhada aos objetivos organizacionais.

Valentim (2016) esclarece que o compartilhamento e a socialização do conhecimento decorrente do ambiente organizacional é deveras relevante para o desenvolvimento da empresa, visto que geram vários impactos organizacionais, tais como eficiência, eficácia, inovação, adaptabilidade, aprendizagem e satisfação. Nessa perspetiva, a gestão da informação e do conhecimento oferece base teórica para compreender como informação e conhecimento são criados, armazenados, compartilhados e utilizados nas organizações para agregar valor (Araújo, 2017). No contexto da exportação, esse macroprocesso se torna fundamental para acesso a informações de mercado e a regulamentações internacionais.

Para uma organização alcançar a excelência, é fundamental que ela se empenhe em posicionar seus colaboradores em ambientes que estimulem e ampliem seu potencial. Isso significa criar um ecossistema onde o indivíduo não apenas absorva novas informações, mas também as reelabore ativamente, construindo seu próprio conhecimento de forma contínua. Não basta apenas transmitir dados; é preciso fomentar um processo dinâmico que comece nas etapas iniciais de aquisição do saber e evolua progressivamente para sua aplicação efetiva.

O objetivo primordial é garantir que esse conhecimento recém-adquirido não permaneça teórico, mas seja diretamente convertido em ações e decisões estratégicas. Assim, a organização deve desenhar espaços – sejam eles físicos, digitais ou metodológicos – que sirvam como catalisadores para essa transição. Isso envolve desde a promoção de aprendizado contínuo e o acesso a recursos informacionais até a oferta de oportunidades para que os colaboradores pratiquem a tomada de decisão em cenários relevantes. Ao fazer isso, a organização capacita seus membros a usar o que aprenderam para resolver problemas, inovar e contribuir ativamente para o sucesso e a adaptabilidade da empresa em um mercado dinâmico.

Nessa perspectiva, no entendimento de Souza, Dias & Nassif (2011), o desenvolvimento da cultura de aprendizagem tem por base a promoção de competências em informação da mesma forma que a cultura de compartilhamento é o cerne da composição de inteligentes coletivos. Como bem aponta Barbosa (2008),

> O investimento em tecnologias por si não é o suficiente para se garantir uma administração informacional eficiente e que os administradores precisam desenvolver uma perspectiva holística e integrada da informação.

Costa et al. (2018) inclusive esclarecem que "como as organizações buscam incessantemente novos conhecimentos, para aprimorar seus produtos e superar seus concorrentes, o investimento é nas pessoas, como incentivo à inovação, que é uma das tarefas mais importantes dos gestores do conhecimento". Mais ainda, Choo (2008) explana que a cultura informacional é um conceito amplo e integrado de valores, normas, crenças e princípios que formam e estruturam a ideologia que sustenta a organização.

Para a empresa, ter uma compreensão aprofundada de sua própria cultura informacional é absolutamente fundamental. Essa autoconsciência é uma necessidade estratégica. É ela que permite à organização delinear prioridades claras para otimizar a maneira como lida com suas informações. Isso significa ir além do simples armazenamento de dados; trata-se de criar um ambiente onde a informação seja valorizada, acessível e utilizada de forma inteligente.

Ao entender como a informação é percebida e usada internamente, a organização pode focar em melhorar a gestão de todo o seu ambiente informacional. Isso engloba desde a infraestrutura tecnológica para coletar e processar dados até as políticas e práticas que regem seu uso. Uma cultura informacional

saudável incentiva a proatividade na busca e no compartilhamento de dados relevantes, transformando-os em conhecimento acionável.

Além disso, essa compreensão aprimora significativamente a interação pessoal entre os colaboradores. Quando todos na equipe compartilham uma visão comum sobre a importância da informação, a comunicação se torna mais fluida e eficaz, promovendo a colaboração e a troca de experiências. Essa sinergia é vital para a inovação e para a resolução de problemas complexos.

Consequentemente, há uma melhoria notável no fluxo informacional. A informação corre mais livremente e de forma mais organizada pelos diferentes níveis e áreas da empresa, garantindo que as pessoas certas tenham acesso às informações certas no momento certo. Isso otimiza processos, acelera a tomada de decisões e reduz a burocracia. O resultado direto de tudo isso são melhores resultados organizacionais. Empresas que gerenciam bem sua cultura informacional conseguem ser mais competitivas, inovadoras e adaptáveis às mudanças do mercado, como a expansão da exportação de produtos artesanais de Alagoas, por exemplo. Em suma, reconhecer e investir na cultura informacional é pavimentar o caminho para um desempenho superior e sustentável.

A cultura informacional desempenha, então, um papel absolutamente fundamental para alinhar todos os membros de uma organização, garantindo que atuem com coesão e em busca dos mesmos objetivos. Mais do que um conjunto de normas, ela representa a forma como a informação é percebida, valorizada e utilizada no dia a dia. Essa cultura direciona as pessoas a agir em sintonia com as metas da empresa no que diz respeito à forma como a informação e o conhecimento são criados, compartilhados e aplicados. Uma cultura forte, por exemplo, incentiva a transparência e a colaboração, fazendo com que o conhecimento flua livremente entre os departamentos e níveis hierárquicos. Em contrapartida, uma cultura informacional fraca pode gerar silos de informação, retrabalho e decisões menos embasadas.

Esses valores e atitudes não surgem do nada; eles são constantemente moldados e influenciados pelas interações que ocorrem em todas as diversas camadas da cultura organizacional. Desde a liderança, que deve dar o exemplo e valorizar o uso da informação, até as equipes no dia a dia, que interagem com dados e sistemas, cada elemento contribui para a construção dessa cultura. Políticas internas, ferramentas tecnológicas disponíveis, treinamentos oferecidos e até mesmo a forma como os erros e acertos são comunicados impactam diretamente na percepção da informação.

Carbone (2016) destaca que o conhecimento de competências concentra-se no aprimoramento contínuo dos funcionários, seja por meio de planos de capacitação específicos ou táticas de transferência de conhecimentos no trabalho, permitindo que a organização adote diversas estratégias, como focar na aprendizagem individual, com programas direcionados a lacunas específicas (*gaps*) de cada funcionário, ou investir na aprendizagem coletiva.

A cultura organizacional atua como um guia muitas vezes invisível, mas profundamente influente, que define as normas e expectativas de comportamento dentro de uma empresa. Ela estabelece os padrões – informais e não escritos – do que é aceitável e inaceitável, orientando a conduta dos colaboradores em seu dia a dia. Esse direcionamento não é aleatório; sua finalidade primordial é assegurar que todas as ações e decisões individuais e coletivas estejam alinhadas para que os objetivos estratégicos da organização sejam alcançados.

Sob essa ótica, a cultura organizacional pode ser considerada o pano de fundo primordial sobre o qual todo o trabalho de transmissão, assimilação e criação do conhecimento organizacional é realizado. É nesse ambiente cultural que as ideias são geradas, os aprendizados são compartilhados e as inovações florescem ou, inversamente, são inibidas. A cultura, portanto, não é um mero elemento decorativo; ela é a fonte de normatização dos processos de troca e apropriação da informação.

Isso significa que a forma como a informação flui, se é valorizada, questionada, retida ou disseminada, é diretamente influenciada pelos valores e crenças que compõem a cultura. Em um ambiente onde a transparência e a colaboração são culturalmente incentivadas, por exemplo, a informação tende a ser trocada mais livremente, facilitando a tomada de decisões e a resolução de problemas. Por outro lado, em culturas mais hierárquicas ou fragmentadas, a informação pode ficar retida em pequenos grupos, dificultando o acesso e o aproveitamento do conhecimento coletivo.

Assim, para a empresa expandir sua atuação no comércio exterior, compreender e moldar sua cultura organizacional é um passo estratégico. Uma cultura que valoriza a informação, o aprendizado contínuo e a troca de experiências pode ser o diferencial para superar desafios, inovar em produtos e processos, e alcançar o sucesso em mercados cada vez mais competitivos. Ela garante que, da base ao topo, todos os esforços estejam sincronizados para o desenvolvimento e o crescimento da organização.

Portanto, investir no desenvolvimento de uma cultura informacional robusta é um movimento estratégico. Em vez de apenas se preocupar com a quantidade de informação disponível, as organizações devem focar em como as pessoas se relacionam com ela. Ao fomentar um ambiente onde a informação é valorizada, acessível e bem utilizada, a organização não só otimiza seus processos, mas também fortalece sua capacidade de inovação, resiliência e competitividade em um mercado que, como aqui em Alagoas, exige agilidade e inteligência para se destacar.

Nesta toada, Davenport, De Long e Beers (1999) esclarecem que é a cultura organizacional que contribui na formatação de uma gestão eficaz da informação como forma de promover apoio, entusiasmo e cooperação do pessoal e de gestão semelhantes.

A complexidade das regulamentações, logística internacional e diferenças culturais, em especial, exigem competências particulares para o sucesso da exportação, no dizer de Durand (1998). No setor de artesanato, as particularidades do comércio exterior, já complexas para qualquer segmento, tornam-se ainda mais acentuadas. A própria natureza dos produtos artesanais – muitas vezes frágeis, únicos, feitos à mão e com valor cultural imaterial – impõe desafios específicos. Cada peça pode exigir um cuidado especial no manuseio, embalagem e transporte, muito diferente da padronização de commodities ou produtos industrializados.

Além disso, a produção em pequena escala, característica marcante do artesanato, significa que os produtores individuais ou pequenas associações raramente possuem a estrutura ou os recursos de grandes empresas exportadoras. Eles podem ter dificuldades em lidar com grandes volumes, prazos apertados, ou mesmo em arcar com os custos de certificações e logística internacional. Isso cria um cenário onde o acesso e a utilização eficaz da informação se tornam ainda mais críticos.

Diante dessas especificidades, é imprescindível adotar uma abordagem que coloque em evidência as competências informacionais dos envolvidos. Não basta que o artesão domine sua técnica; ele precisa saber pesquisar mercados, entender as tendências de design internacionais, conhecer as regulamentações de importação de diferentes países, e identificar os melhores canais de distribuição para seu tipo de produto. Da mesma forma, a empresa precisa saber como coletar, analisar e disseminar essas informações de forma clara e acessível aos produtores.

Desenvolver e fortalecer essas competências informacionais – como a capacidade de buscar dados, avaliar sua relevância, utilizá-los para a tomada de decisão e compartilhar esse conhecimento – é fundamental para capacitar o setor de artesanato. Só assim será possível superar as barreiras de sua escala de produção e da delicadeza de seus produtos, abrindo de fato as portas do mercado internacional para a rica arte alagoana.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, focando na compreensão aprofundada das dinâmicas e percepções envolvidas, com o objetivo principal é analisar as competências

necessárias para o sucesso da exportação de produtos artesanais. Essa investigação foi realizada no contexto específico da Empresa ABC, uma organização localizada em Maceió, Alagoas.

A relevância do estudo de caso decorre do fato da produção artesanal alagoana ser valorizada no mercado internacional. Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa na busca da compreensão das nuances do contexto de mercado exportador de produtos artesanais alagoanos.

Adotou-se um questionário composto por 29 perguntas diretas acerca das categorias analíticas que compõe o mapeamento de competências no escopo da exportação, estabelecidos em quatro categorias: a) conhecimento dos colaboradores; b) habilidades dos colaboradores; c) atitudes dos colaboradores; d) valores da empresa. As partes envolvidas - gestora e colaboradores - responderam aos questionamentos com valores de um ("Pouco Importante"), dois ("Medianamente Importante"), três ("Muito Importante") e quatro ("Totalmente Importante").

A análise do estudo de caso, por meio de questionário e análise documental, permite a identificação das competências essenciais para a exportação, incluindo competências técnicas (conhecimento de regulamentações, logística), comportamentais (comunicação intercultural e negociação) e informacionais (busca e uso de informações de mercado).

Ao focar na Empresa ABC, realizou-se um estudo de caso prático e relevante para a realidade alagoana. A análise detalhada das operações, dos profissionais envolvidos e dos produtos artesanais exportados permitiu identificar as competências técnicas, comportamentais e informacionais mais críticas. Esse mapeamento foi essencial para propor estratégias de capacitação e desenvolvimento de talentos, visando fortalecer a capacidade da empresa e, por extensão, do setor artesanal de Alagoas, de se posicionar de forma competitiva no mercado internacional.

Este estudo foi construído sobre uma base sólida, ancorada nos princípios fundamentais da gestão da informação e do conhecimento.

A gestão da informação e do conhecimento nos permitiu desenvolver uma metodologia para não apenas reconhecer a existência dos dois tipos de conhecimento - conhecimento tácito e conhecimento explícito -, mas também para transformá-los em um ativo valioso para as empresas exportadoras. Ao identificar quem detém qual conhecimento, como ele é usado e onde existem lacunas, é possível criar sistemas e processos que facilitem a troca e o aproveitamento desse capital intelectual.

Em sua essência, esta pesquisa se aprofundou em como a identificação e a organização estratégica do conhecimento podem ser catalisadores para o sucesso no comércio exterior.

Delineou-se uma metodologia multifacetada, com uma série de procedimentos sistemáticos, começando por uma revisão bibliográfica. Esta etapa foi crucial para contextualizar o estudo, fundamentar os conceitos teóricos sobre gestão de competências, gestão da informação e do conhecimento, e o cenário do comércio exterior, especialmente no que tange à exportação de produtos artesanais. A revisão permitiu identificar modelos, teorias e discussões existentes que informaram todo o processo de investigação.

Em seguida, optou-se pela metodologia de estudo de caso. Essa abordagem, por sua natureza, permite uma análise aprofundada de um fenômeno em seu contexto real. Ao focar na Empresa ABC, localizada em Maceió, Alagoas, foi possível investigar de perto as dinâmicas e as particularidades das competências informacionais e do conhecimento no processo de exportação artesanal. Este estudo de caso proporcionou dados ricos e contextuais que não seriam obtidos por outras metodologias.

A coleta de dados foi realizada para garantir a abrangência e a triangulação das informações. Complementar a isso, a análise documental foi empregada para examinar documentos internos da empresa, como relatórios, planos de exportação e registros de vendas,

fornecendo uma visão sobre as práticas e as informações já formalizadas.

Todos os dados coletados foram submetidos à análise dos dados, utilizando técnicas qualitativas para identificar padrões, categorias e temas emergentes. Finalmente, o processo de mapeamento de competências foi aplicado. Nesta etapa sintetizamos o conhecimento adquirido, permitindo identificar as competências essenciais, as lacunas existentes e, consequentemente, subsidiar recomendações estratégicas para o desenvolvimento e o fortalecimento da capacidade exportadora da Empresa ABC.

Resultados Parciais

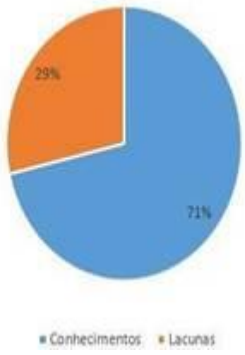
Preliminarmente, observa-se que os resultados revelam disparidade entre a percepção da gestão sobre competências (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) necessárias para exportação e o perfil dos colaboradores. Essa lacuna evidencia a importância do mapeamento de competências como processo de elicitação e de organização do conhecimento organizacional, permitindo intervenção estratégica na gestão do conhecimento. O fato é que a limitada convergência entre expectativas da gestão e dos colaboradores aponta para necessidade de melhor compartilhamento de informações sobre competências requeridas. A alta expectativa da gestão, por sua vez, pode ser interpretada como demanda por elevado capital informacional e humano para a função. Essa compreensão considera modelos teóricos de mapeamento de competências e de gestão do conhecimento aplicáveis ao contexto de pequenas empresas no comércio exterior, fornecendo *insights* sobre competências valorizadas no mercado internacional e desafios específicos.

Nesta pesquisa, cujas alternativas variaram numa escala de um (**"Pouco Importante"**) a quadro (**"Totalmente Importante"**), constatou-se uma tendência de distanciamento das competências assinaladas pela gestora, as quais, de fato, os colaboradores possuem. Dentre as 29 competências pesquisadas, gestora e colaboradores se alinham em dois quesitos com respostas de pontuação quatro, definidas como "**Totalmente Importante"**, compreendendo a "importância da marca para empresa" e o "atendimento amistoso e prestativo ao consumidor" realizado por uma equipe treinada e preparada. A partir daí, a tendência de distanciamento é acentuada.

Nas demais 27 competências, a gestora considerou 25 como competência "**Totalmente Importante"** e dois **"Muito Importante".** Por sua vez, os colaboradores assinalaram 20 como "**Muito Importante",** dois como **"Medianamente Importante"** e cinco como "**Pouco Importante".**

Quanto ao conhecimento dos colaboradores, constatou-se que há conhecimento sobre as culturas dos países e das várias formas disponíveis para exportação, incluindo-se as formas de financiamento, bem como os produtos a serem exportados, construindo-se uma confiável base de dados para as avaliações da clientela. Entretanto, apesar de lidar com as diversas formas disponíveis de exportação, o que implica em trabalhar com câmbio monetário, o conhecimento é insuficiente quanto aos prazos e aos processos de cancelamento de contrato de câmbio. Há também falta de conhecimento suficiente em relação às possibilidades de exportação dos concorrentes, conforme Gráfico 1

Gráfico 1: Indicadores de conhecimentos e de lacunas na Empresa ABC

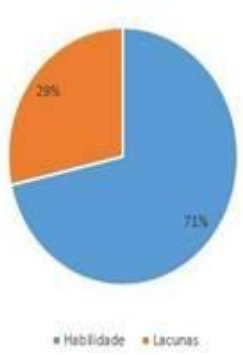


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que pertine às habilidades dos colaboradores, apreende-se que as partes envolvidas participam continuamente do

aprimoramento profissional através de programas de treinamento e de cursos ligados ao comércio exterior, o que permite dominar a legislação para exportação, utilizar racionalmente os recursos disponíveis, incluindo-se as diversas tecnologias disponíveis. Com efeito, em virtude dos conhecimentos apreendidos nas capacitações, há facilidade de se relacionar com ambientes diversos por meio do desenvolvimento da comunicação interpessoal, com visão crítica e analítica para propor, planejar, executar e documentar os serviços inerentes à atividade exportadora, tanto pelo meio portuário como pela via aérea. Constatou-se, entretanto, que existe a necessidade de aprimoramento do domínio de línguas estrangeiras e há a carência de pesquisas relativas ao processo de exportação, incluindo-se o processo de contrato de câmbio, bem como a necessidade de aprimoramento do processamento da informação, que deve ser registrada em diferentes suportes (*backups*). O Gráfico 2 evidenciam o nível de habilidades e de lacunas até então desenvolvidas pelo coletivo da empresa.

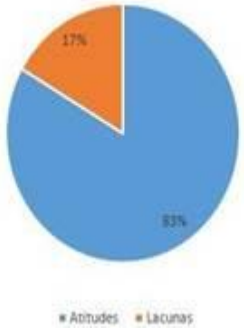
Gráfico 2: Indicadores de habilidades e de lacunas na Empresa ABC



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto às atitudes dos colaboradores, por sua vez, constatou-se que esses são proativos, visto que proporcionam um atendimento amistoso e prestativo ao consumidor, inclusive visualizando oportunidades de prospectar novos clientes, orientando-os no melhor desenvolvimento da exportação, e agilizando os procedimentos internos de tal forma que minimiza os processos antes que cheguem à gestão. Todavia, observou-se que há uma divergência de percepção entre a gestão e os colaboradores no que se refere às diferenças de demanda dos consumidores e às exigências dos governos de outros países. No Gráfico 3, podem ser visualizados os indicadores referentes às atitudes.

Gráfico 3: Indicadores de atitudes e de lacunas na Empresa ABC



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que diz respeito aos valores da empresa, tanto a gestão quanto os colaboradores têm a compreensão de que a empresa produz para mercado global produtos com forte apelo e justiça social, cultural e regional, por meio de processos baseados nos conceitos de sustentabilidade ecológica e justiça social. Ademais, constatou-se que a marca da empresa é considerada deveras relevante para as partes envolvidas, e foi reputada com percepção de qualidade e de confiabilidade. Deste modo, não há lacunas que demandem capacitação quanto aos valores da empresa no presente momento.

Como bem explana Carbone (2016), o mapeamento de competências identifica as competências existentes e as lacunas (*gaps*), tomando por base as competências necessárias, e através de seu uso as organizações são capazes de tomar decisões para a contratação de pessoas ou de investimento na capacitação de seus profissionais. Atenta-se aos indicadores de grande divergência apresentada em sete das

29 competências analisadas, observando que essas necessidades são determinadas pelas variáveis do macro ambiente, conforme Gráficos 4.

Gráfico 4: Indicadores gerais de competências e de lacunas na Empresa ABC



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em que pesem as particularidades deste estudo e, mais especificamente, as lacunas identificadas, os resultados demonstram a importância da gestão da informação e do conhecimento para o mapeamento de competências, evidenciando como o conhecimento tácito pode ser explicitado e integrado ao conhecimento formal da organização. Com efeito, o mapeamento de lacunas, por sua vez, fornece subsídios para ações de treinamento, visando fortalecer a capacidade exportadora da Empresa ABC.

Considerações Finais

Na sociedade contemporânea, a competitividade depende da capacidade de as organizações gerenciar seu ativo de informação e de conhecimento dos colaboradores. Não se pode perder de vista que a atuação de recursos humanos, em colaboração com a gestão, é fundamental para criar ambiente que valorize o aprendizado contínuo que promove desenvolvimento de informação, conhecimento, inovação e valor agregado.

O mapeamento de competências, sob a ótica da Ciência da Informação, contribui para o desenvolvimento organizacional ao considera o fluxo de informação transparente sobre expectativas e necessidades de competências, revelando-se como uma ferramenta que oferece ao gestor recurso valioso para otimizar processos de recrutamento e de seleção. Essa relevância se mostra bastante sublinhada em contextos específicos, com destaque para o ambiente de exportação de produtos artesanais, que requer conhecimentos especializados em torno dos protudos ofertados e de políticas, processos e serviços que sustentam esta cadeia de suprimentos.

É certo que, além desses resultados, a continuidade desta pesquisa permitirá análises mais aprofundadas acerca das necessidades informacionais específicas para exportação de produtos artesanais em Alagoas, fornecendo *insights* para desenvolvimento de sistemas de informação e de estratégias de gestão do conhecimento que fortaleçam a competitividade da Empresa ABC, bem como de outras organizações pertencentes a este mercado.

Referências

Araújo, C. A. A. (2017). Teorias e tendências contemporâneas da ciência da informação. Informação em Pauta, Fortaleza, 2(2), 9-34.

Barbosa, R. R. (2008). Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. Informação & informação; 13(1).

Carbone, P. P. (2016). Gestão por competências. Editora FGV.

Carvalho, C. P. de. (2007). Economia Popular - Uma Via de Modernização para Alagoas (2a ed.). Edufal.

Choo, C. W. (2003). A organização do conhecimento: Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Senac.

Choo, C. W., Bergeron, P., Detlor, B., & Heaton, L. (2008). Information culture and information use: an exploratory study of three organizations. Journal of the American Society for Information Science and Technology, 59(5), 792-804.

Costa, L. F., Gomes, J. O., Duarte, E. N. N., & Valentim, M. L. P. (2018). Reflexões sobre o estado da arte da gestão da informação e do

conhecimento por emeide nóbrega duarte. Perspectivas em gestão & conhecimento; 8(2).

Dahlberg, I. (2006). Knowledge organization: A new science? Knowledge Organization, 33(1). https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2006-1-11/knowledge-organization-a-new-science-jahrgang-33-2006-heft-1.

Davenport, T. H., De Long, D. W., & Beers, M. C. (1999). Successful knowledge management projects. In J. W. Cortada & J. A. Woods (Eds.), Knowledge Management Year Book 1999-2000 (pp. 43-57).

Durand, T. (1998) Forms of incompetence. [sessão da conferência]. Four International Conference on Competence - Based Management. Norwegian School of Management, Oslo.

Fleury, A. C. C., & Fleury, M. T. L. (2000). Estratégias empresariais e formação de competências. Atlas.

Fujita, M. S. L. (2008). Organização e Representação do Conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 1(1). http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/119329.

Gramigna, M. R. (2002). Modelo de competências e gestão dos talentos. Makron Books.

Linton, R. (1968). O homem: Uma introdução à antropologia (6a ed.). Martins.

Maximiano, A. C. A. (2012). Introdução à administração (8a ed.). Atlas.

Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). Criação de conhecimento na empresa: Como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Campus.

Parry, S. B. The quest for competencies. Training, v. 33(7), 48-54.

Rios, J. A. (1974, agosto/setembro). Fórmula para vender artesanato. Comércio Exterior, 51-54.

Segre, G. (Org.). (2006). Manual prático de comércio exterior. Atlas.

Simon, H. A. (1971). Comportamento administrativo (A. L. Pinto, Trad.). Fundação Getúlio Vargas.

Souza, E. D., Dias, E. J. W., & Nassif, M. E. (2011). A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. Informação & sociedade: estudos; 21(1).

Teixeira, T. M. C., & Valentim, M. L. P. (2015). Modelo conceitual de inteligência competitiva organizacional. Isko brasil; 3(3).

Teixeira, T. M. C., & Valentim, M. L. P. (2016).Inteligência competitiva organizacional: um estudo teórico.Perspectivas em gestão & conhecimento; 6.

Torrance, E. P., & Torrance, J. P. (1974). Pode-se ensinar criatividade. EPV.

Valentim, M. L. P. (2016). Processos de compartilhamento e socialização do conhecimento em ambientes empresariais. Ciência da informação; 45(3).

NOTAS

[1] Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO AÇÃO DECOLONIZADORA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS NO CONTEXTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS

Angerlânia Rezende, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, https://orcid.org/0000-0002-8284-6071, Brasil, *lanny.rezende3@gmail.com*

Edivanio Duarte de Souza, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas - Universidade Federal da Paraíba, https://orcid.org/0000-0002-7461-828X, Brasil, *edivanio.duarte@ichca.ufal.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6653

Eixo:Gênero,Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

> *A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhä com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? (Krenak, 2020, pp. 9).*

A história do Brasil é marcada pelo colonialismo perpetuado nas relações sócio-históricas moderno-coloniais, iniciadas com a invasão do território no século XVI e prosseguidas por meio de relações sociais, políticas e culturais que se estendem até os dias atuais. O colonialismo não se restringiu à exploração econômica ou ao domínio físico das terras, mas construiu uma estrutura duradoura que organizou a sociedade brasileira em torno de hierarquias de poder, de saber e de ser, centradas na supremacia europeia e no silenciamento de outras formas de existência.

Embora o processo colonial tenha promovido uma convivência forçada entre diferentes culturas, essa interação não ocorreu em bases igualitárias. Ao contrário, os encontros culturais foram marcados por imposições violentas, apagamentos sistemáticos e tentativas de assimilação. As línguas, as espiritualidades e as formas de vida dos povos originários e africanos foram deslegitimadas, consideradas inferiores ou "bárbaras", e, muitas vezes, criminalizadas. Essa lógica de subordinação deu origem a estruturas sociais excludentes, que ainda hoje se refletem na desigualdade de acesso a direitos, na negação de identidades e na marginalização dos saberes tradicionais.

As elites coloniais impuseram uma ideia de civilização que desumanizava os povos originários e os africanos escravizados, justificando a dominação com base em argumentos racistas, religiosos e científicos. Essa visão eurocêntrica consolidou-se nas instituições, nas práticas educativas, nas políticas públicas e nas formas de narrar a história, criando um Brasil em que o passado colonial continua operando sob novas formas, o que muitos autores chamam de colonialidade. Ela se expressa, por exemplo, na permanência de estruturas que valorizam apenas os conhecimentos ocidentais e invisibilizam epistemologias indígenas e afro-brasileiras.

Essa imposição de narrativas eurocêntricas, baseadas na extorsão capitalista dos territórios e das riquezas da biodiversidade, assim como na exploração da força de trabalho dos povos indígenas resultou em formas de vulnerabilidade e exclusão que continuam a moldar as relações sociais e culturais desses grupos. Todo esse processo reforça desigualdades estruturais, onde saberes, práticas e modos de vida de povos marginalizados são sistematicamente desvalorizados, enquanto as lógicas de acumulação capitalista e de dominação cultural persistem como forças modeladoras das interações contemporâneas.

Assim, a história do Brasil não pode ser compreendida sem o reconhecimento dos mecanismos de exclusão e de silenciamento

que afetaram, e ainda afetam, os grupos historicamente menos favorecidos. Recontar essa história sob uma perspectiva crítica e decolonial é fundamental para desmontar os discursos dominantes e abrir espaços para outras narrativas, outras memórias e outras formas de saber. Valorizar as contribuições dos povos indígenas e afrodescendentes não é apenas uma questão de justiça histórica, mas uma condição para a construção de um país mais plural, equitativo e verdadeiramente democrático.

Para enfrentar as forças desse sistema capitalista, herdadas do colonialismo e responsáveis por transformar a vida em mercadoria, surgem movimentos dinâmicos de resistência que buscam questionar e transformar as estruturas opressoras surgidas da colonialidade. Esses movimentos se manifestam de diversas formas, como a valorização das epistemologias indígenas e afrodescendentes, a luta por direitos territoriais, ambientais e sociais e a promoção de práticas coletivas e solidárias que desafiam a lógica neoliberal.

Diante disso, pode-se considerar a competência crítica em informação *(critical information literacy)*, como sendo um desses processos de resistência, compreendida como uma prática relativamente formativa profundamente política e emancipadora, que se alinha à decolonialidade e aos processos de resistência dos povos indígenas frente às opressões históricas. Ao promover o desenvolvimento da consciência crítica sobre as estruturas que controlam, filtram e legitimam o conhecimento, essa competência favorece a leitura crítica do mundo, permitindo que os sujeitos identifiquem mecanismos de exclusão, desconstruam narrativas coloniais e afirmem seus saberes em espaços onde historicamente foram silenciados. Trata-se de um instrumento de enfrentamento decolonial, na medida em que busca não apenas democratizar o acesso à informação, mas a transformar em ferramenta de agência política e cultural.

Essa competência ainda atua como um meio de fortalecimento das epistemologias subalternizadas, ao estimular práticas de informação e de conhecimento que rompem com a hierarquização entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais. No caso dos povos indígenas, ela possibilita a revalorização de suas narrativas, suas cosmologias, suas memórias e seus modos próprios de se relacionar com o conhecimento, com o espaço e com o território. Através dela, emerge a possibilidade de construir contra-narrativas, nas quais os sujeitos não apenas resistem à colonialidade, mas também reivindicam o direito de narrar-se e de produzir conhecimento a partir de suas próprias referências, vivências, memórias e culturas.

Nesse contexto, a competência crítica em informação pode se apresentar como um processo de resistência, centrado no posicionamento crítico voltado ao desenvolvimento da capacidade de analisar, questionar e resistir às estruturas de poder e de opressão que afetam esses grupos em situação de vulnerabilidade (Rezende *et al.*, 2024).

Assim, essa competência visa mais do que o desenvolvimento de habilidades referentes à busca, à seleção e ao uso da informação, posto que provoca questionamentos e suscita a necessidade de propor soluções mediante a problematização crítica da informação. Ela evidencia disputas, opressões e discriminações, se atenta às lutas de classe e à transformação social do sujeito (Elmborg, 2006 & Downey, 2016).

Ademais, essa competência tem como objetivo despertar no sujeito o potencial de intervenção transformadora, uma vez que ela não se limita à crítica teórica, mas mobiliza o questionamento em direção à ação concreta. Ao evidenciar disputas simbólicas, tensões ideológicas e desigualdades sociais por meio da informação, a competência crítica convida os indivíduos a problematizarem a realidade que os cercam e a se engajarem em práticas voltadas à justiça social, à equidade epistêmica e à inclusão. Com isso, ela contribui para o empoderamento informacional e político de sujeitos vulnerabilizados, promovendo a reconstrução de identidades, o reconhecimento de saberes e a possibilidade real de transformação dos contextos sociais em que estão inseridos.

Partindo dessa explanação, questiona-se: de que maneira a competência crítica em informação pode atuar como ação

decolonizadora no contexto dos povos originários no Brasil? Com base nisso, objetiva-se refletir sobre as potencialidades dessa competência como ação decolonizadora no contexto dos povos originários, destacando sua contribuição para o enfrentamento da colonialidade do poder, do saber e do ser.

A pesquisa se justifica diante da permanência da colonialidade como estrutura de poder e saber, cujos efeitos, herdados do colonialismo histórico, ainda se manifestam de forma concreta no cotidiano das populações originárias. Essa lógica continua a marginalizar suas formas de conhecer, viver e se expressar, deslegitimando epistemologias ancestrais e modos de existência que resistem à homogeneização cultural imposta pelo modelo ocidental. Diante desse cenário de negação e de silenciamento, a competência crítica em informação surge como uma ação estratégica — não apenas de resistência, mas de reexistência — ao possibilitar que sujeitos indígenas desenvolvam ferramentas analíticas para questionar, reconfigurar e afirmar seus saberes e suas narrativas em meio às disputas simbólicas e epistêmicas contemporâneas.

Este estudo insere-se em uma pesquisa de doutorado cujo foco é a análise da competência crítica em informação em uma comunidade indígena situada na região Norte do Brasil, a partir de suas práticas socioculturais e informacionais. A investigação parte do reconhecimento da potência desses sujeitos em produzir conhecimento, memória e identidade em contextos atravessados pela exclusão, buscando compreender de que forma a competência crítica pode contribuir para o fortalecimento de suas lutas, para a valorização de suas epistemologias e para a construção de caminhos coletivos voltados à justiça cognitiva e à autodeterminação. Trata-se, portanto, de uma proposta que alia reflexão teórica, escuta sensível e compromisso político com os povos historicamente marginalizados do Brasil.

Colonialidade: aspectos conceituais e esferas de atuação

As formas persistentes de dominação e de hierarquização provenientes da colonização se repetem e continuam a influenciar as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim do colonialismo histórico. Maldonado-Torres (2008) evidencia de forma incisiva que a colonialidade não se limita ao período histórico do colonialismo, mas constitui um padrão persistente de dominação que sobreviveu ao fim das colônias formais. O autor salienta que:

> [...] a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, pois, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (Maldonado-Torres, 2008, pp. 131).

A colonialidade se refere, pois, a uma lógica de poder que articula o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações humanas com base em hierarquias raciais e na expansão do mercado capitalista global. Ao destacar que a colonialidade se mantém mesmo após a independência política dos países colonizados, Maldonado-Torres (2008) denuncia como as estruturas de exclusão e de subalternização continuam operando por meio de práticas institucionais, econômicas e epistêmicas que naturalizam a inferiorização dos povos menos favorecidos.

Compreende-se também, com base na perspectiva de Quijano (2014), que a colonialidade não é um resquício do passado, mas sim um elemento estrutural e constitutivo do sistema-mundo capitalista moderno, que continua operando nas mais diversas esferas da vida social. Com efeito,

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na

> imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal (Quijano, 2014, p. 73).

A colonialidade, conforme apresenta o autor, permeia todos os planos da existência: do material ao simbólico, do cotidiano ao estrutural, reafirmando constantemente a supremacia de um modelo eurocentrado de humanidade e marginalizando epistemologias, modos de vida e culturas que escapam a esse padrão.

Assim, observa-se, ainda com base no entendimento de Quijano (2014), a existência de três esferas de colonialidade, sendo essas a do poder, a do ser e do saber. A colonialidade do poder se manifesta na repetição de sistemas econômicos e políticos que privilegiam elites e nações ocidentais, mantendo desigualdades globais, materializando-se em instituições, processos políticos, condições econômicas e sociabilidades.

Já a colonialidade do ser alcança a constituição de subjetividades (gênero, sexualidade e raça, etc.), promovendo a desumanização e a marginalização de identidades, impondo normas e valores eurocêntricos que subjugam e silenciam as culturas e os modos de vida dos povos colonizados (Quijano, 2014), incluindo os povos negros e os povos indígenas. Essa dimensão promove o processo de exclusão que abarcam o genocídio, o racismo, o sexismo, entre outros.

A colonialidade do saber, por sua vez, refere-se à hegemonia do conhecimento europeu, que desqualifica e marginaliza outros sistemas de conhecimento, como os saberes indígenas e africanos, por exemplo, reforçando a ideia de que o conhecimento válido e legítimo é exclusivamente o produzido por parte do ocidente (Quijano, 2014).

Esses três aspectos são interligados e multiplica a lógica colonial, influenciando e limitando as possibilidades de emancipação e de autonomia dos povos e saberes subalternizados. Ademais, percebemos que a colonialidade não se limita a um evento histórico, mas é um processo contínuo que se manifesta em diversas esferas ainda na vida contemporânea (Mignolo, 2017). As estruturas coloniais permeiam também as instituições, os sistemas educacionais, os discursos midiáticos e as relações sociais, reproduzindo hierarquias de poder e marginalizando vozes e perspectivas não hegemônicas.

Decolonialidade: espaços de emergências e movimentos de resistências

Em contraponto à colonialidade, emerge a decolonialidade como movimento de grupos Latino-Americanos e Sul-Asiáticos, com o objetivo de valorização e de compreensão da sociedade em relação à produção de conhecimento dos grupos que, até então, eram desvalorizados, explorados e oprimidos pelos seus colonizadores (Quijano, 2014).

A decolonialidade, sob essa perspectiva, configura-se como uma proposta que visa desafiar e romper com os sistemas de poder impostos pela modernidade, buscando resgatar e valorizar formas de conhecimento, memória e história que foram por muito tempo invisibilizadas ou deslegitimadas, rotuladas como não legítimas, bárbaras, primitivas, místicas ou supersticiosas (Maldonado-Torres, 2008 & Oliveira & Gomes, 2021).

Vale ressaltar que, ao contrário da descolonização, que se refere ao processo jurídico-político de independência dos estados colonizados, a decolonialidade opera em outra dimensão: do pensamento, da subjetividade e da epistemologia. Dimensão esta que questiona os fundamentos do eurocentrismo e a imposição da modernidade como modelo único e universal de desenvolvimento, de ciência, de civilidade e de racionalidade. Como destaca Mignolo (2017), a colonialidade é a face oculta ainda presente na modernidade. Enquanto a decolonialidade se apresenta como progresso, a colonialidade sustenta-se por meio da subordinação de culturas, dos territórios e de populações inteiras.

Dessa forma, a decolonialidade representa uma mudança de foco e de perspectivas, ao invés de apenas incluir os saberes subalternizados no sistema dominante, busca

reconhecer e valorizar outras formas de produção de conhecimento, enraizadas em experiências, em cosmovisões e em territorialidades distintas (Quijano, 2014). Isso inclui, por exemplo, os saberes indígenas, os afrocentrados, e os quilombolas, que, até então, eram excluídos das instituições formais de ciência e educação, por serem considerados "místicos", "orais", "não científicos" ou "arcaicos".

Para Santos (2023), a decolonialidade não é um "giro teórico", mas um "giro da vida". Em sua obra, ele afirma que não se trata apenas de denunciar a colonialidade imposta pelos europeus, mas de recusar o modelo civilizatório ocidental como a única referência existente no mundo. Um dos pontos centrais de sua crítica é a ideia de que os povos indígenas, os negros e os quilombolas do Brasil não precisam somente se integrarem aos modelos ocidentais de desenvolvimento — com suas ideias de progresso, de produção e de consumo —, mas sim reafirmarem suas formas próprias de viver, de produzir, de cuidar da terra e de educar. "Decolonizar é criar o que nos serve, o que nos nutre, o que nos permite viver bem sem precisar da permissão do mundo branco" (Santos, 2023, pp. 39).

Competência crítica em informação na perspectiva decolonial

No cenário decolonial, a competência crítica em informação surge como uma ação estratégica, ao favorecer o acesso, a análise crítica e o uso de informações e saberes que fortalecem as identidades e as culturas dos povos originários, contribuindo para uma compreensão mais ampla de suas lutas e de seus processos de resistência.

Jenkins (2006) oferece uma definição bastante relevante e introdutória sobre o escopo da competência crítica em informação. Ao caracterizá-la como sendo um campo de estudo que se dedica à análise e avaliação de informações com o objetivo de desenvolver um entendimento mais profundo e crítico sobre as fontes, os contextos, as vivências e os conteúdos, o autor aponta para três dimensões fundamentais que merecem destaque.

A primeira delas é composta pela análise e avaliação como eixo central, uma vez que a competência crítica não se limita ao simples acesso ou coleta de dados. Ela exige um posicionamento reflexivo, crítico e ativo do sujeito diante de determinadas situações (Jenkins, 2006).

A segunda, conforme Jenkins (2006), é o entendimento profundo das fontes, dos conteúdos e dos contextos, visando formar os sujeitos a serem capazes de identificar as intenções, os vieses e as lacunas. O que no contexto dos povos originários é bem importante, no sentido de saberem identificar as manipulações externas, a opressão, e a exclusão epistêmica e politíca.

A terceira dimensão, apresentada Jenkins (2006), se refere ao reconhecimento dos contextos e das produções informacionais. Com efeito, saber reconhecer e compreender uma informação não depende somente de críterios técnicos, mas também dos contextos que moldam a forma como a informação é produzida e recebida. Esse aspecto torna a competência crítica especialmente poderosa para análises decoloniais, pois permite questionar quais saberes são reconhecidos como válidos e quais são sistematicamente invisibilizados.

Assim, diante da urgência de romper com as práticas coloniais, hegemônicas e opressoras ainda presentes no cotidiano, a competência crítica em informação ocorre como uma prática essencial na formação de sujeitos conscientes e ativos frente à exclusão epistêmica. Ao desenvolverem a capacidade de analisar criticamente os discursos informacionais, os sujeitos passam a questionar as estruturas que historicamente invisibilizam determinados saberes — especialmente os dos povos indígenas — e a reconhecer as múltiplas formas de conhecimento existentes para além da racionalidade ocidental (Brisola, 2021).

Quanto à finalidade da competência crítica em infrmação, na concepção de Tewell (2015), ela visa fomentar a capacidade dos sujeitos de reconhecer e questionar as estruturas de poder implícitas nos sistemas informacionais, promovendo, assim, a consciência sobre os mecanismos de dominação que operam no acesso e controle do conhecimento. Essa competência, ao possibilitar o empoderamento informacional, transforma-se

em ação de resistência, sobretudo, para populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas, que tiveram seus saberes silenciados ou apropriados sem consentimento. Assim,

> [...] a competência crítica aborda a informação não somente como um processo de necessidade, uso e busca da informação, mas sob uma perspectiva de induzir o indivíduo para um aprendizado contínuo associado a uma reflexão crítica e ética sobre as informações. Essas reflexões demonstram que o desenvolvimento da autonomia no sujeito informacional fortalece o seu papel de cidadão e consequentemente interfere nas mudanças sociais, assim como na elaboração de estratégias de como lidar com os recursos tecnológicos (Furtado *et al.,* 2021, p. 839).

Logo, a postura crítica e, mais especificamente, a competência crítica em informação surgem como atitudes teórico-práticas fundamentais para desafiar e subverter essas estruturas de dominação. Ao desenvolver habilidades de análises e de questionamentos, em meio a experiências vividas, as contradições sociais e as lutas concretas, os indivíduos são levados a conhecer, a reconhecer e a desnaturalizar essas formas de poder abusivas que, no entendimento de Mignolo (2017), subjazem às relações sociais e institucionais. Isso inclui a capacidade de identificar e de confrontar manifestações contemporâneas de colonialismo, uma vez que:

> A competência crítica em informação [...] representa uma linha conceitual que reflete sobre as competências em informação para além das vias formais de ensino, visto que tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível "sujeito competente em informação" (Oliveira & Souza, 2022, pp. 78).

A proposta de uma competência crítica em informação deslocada do foco das habilidades técnicas e formais para uma compreensão mais ampla, que envolve a formação política, social e cultural do sujeito informacional, é um diferencial desse tipo de competência. Trata-se de uma abordagem que valoriza a pluralidade de saberes e experiências, e que compreende que não é possível exigir padrões uniformes de competência em realidades marcadas por profundas desigualdades de acesso, de reconhecimento e de valorização dos saberes.

Segundo Schneider (2019)**,** a criticidade presente nessa competência está diretamente relacionada à capacidade de problematizar os sistemas de poder que moldam a produção, a circulação e a legitimação da informação. Para o autor, essa competência não se limita a habilidades técnicas de busca ou avaliação de fontes, presente na competência em informação, mas se ancora em uma postura reflexiva e politicamente engajada diante das desigualdades informacionais. Ela implica em desconstruir discursos dominantes, identificar relações de opressão e compreender os processos históricos e sociais que silenciam certos grupos e saberes, especialmente os que estão à margem dos cânones institucionais, como os povos indígenas, comunidades negras e periféricas. Assim, a criticidade, nesse contexto, é o que permite transformar a informação em instrumento de emancipação e resistência**.**

A competência crítica em informação "é, portanto, fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade informada e participativa" (Silva, Prado & Llarena, 2024, p.4). Essa competência ajuda a tornar os sujeitos capazes de se posicionarem criticamente diante das estruturas de poder e mecanismos opressores. O fato é que, quando bem articulada e aplicada, esse tipo de

competência possibilita o surgimento de práticas inclusivas e emancipadoras.

Assim, essa perspectiva crítica é fundamental para pensar práticas informacionais mais inclusivas e justas, sobretudo, em contextos marcados por exclusões históricas, pois, ao invés de medir o sujeito por uma régua normativa, a competência crítica propõe compreendê-lo em sua singularidade e potência de resistência, apropriação e produção de sentidos informacionais.

Por uma história indígena decolonial a partir da informação indígena

Compreender a informação indígena é um elemento-chave para a reconstrução e a afirmação das memórias, das identidades e das cosmologias dos povos originários. Seu reconhecimento e sua valorização possibilitam romper com as narrativas coloniais que historicamente silenciaram, distorceram ou marginalizaram os seus saberes. Ao tornar visíveis os modos próprios de produzir, de conservar e de transmitir o conhecimento — enraizados em práticas orais, espirituais, territoriais e comunitárias —, a informação indígena se consolida como instrumento de resistência epistemológica e de justiça cognitiva. Decolonizar a história, nesse sentido, passa por reconhecer essas fontes como legítimas e necessárias para uma compreensão plural do mundo, reafirmando a dignidade, a autonomia e os projetos de vida dos povos originários.

Nesse contexto, a informação indígena compreendida como manifestação viva de cosmologias, de narrativas, de práticas sociais e de formas de relação com o território (Krenak, 2019), foi, historicamente, marginalizada, silenciada e, por vezes, criminalizada.

> Não se podendo negar, que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa Sagrada Religião [...] (Almeida, 1997, pp. 174).

O trecho, retirado de Almeida (1997), exemplifica e expressa um dos tantos discursos coloniais eurocêntrico que justificava as políticas de assimilação cultural e religiosa impostas aos povos indígenas durante o século XVIII, no Brasil, por exemplo. No contexto do Diretório dos Índios — instituído em 1757 como parte das reformas pombalinas — os indígenas eram considerados "bárbaros" e "pagãos", alheios à "civilidade" europeia e ao cristianismo. A imposição dessa lógica justificava, do ponto de vista colonial, a conversão forçada, a supressão de línguas nativas e a reeducação dos corpos e das mentes indígenas dentro de um modelo ocidental normativo, cruel e desrespeitoso.

Observa-se, portanto, que os processos coloniais não operaram apenas por meio da violência física ou da dominação territorial, mas também pelas vias da violência epistêmica e da substituição dos sistemas de conhecimento dos povos subalternizados. Isso implicou a imposição de padrões ocidentais de linguagem, ensino, legislação, e religiosidade como os únicos válidos ou "civilizados", sendo os de seus colonizadores.

Os povos originários, no contexto da colonialidade, foram vistos como "sem voz" ou "sem história", mas no movimento decolonial, eles se tornam autores de suas próprias narrativas, produzindo conhecimento, arte e política em seus próprios termos.

> Os povos indígenas aprenderam a dominar as ferramentas do "branco" para poder nela expressar suas reivindicações, alteridade, identidade, estéticas, epistemologias e saberes específicos inerentes a eles. Com a escrita e, cada vez mais, a utilização de mídias, lideranças e intelectuais indígenas falam, escrevem e se manifestam em favor da defesa dos variados povos existentes no Brasil. A literatura tornou-se, desse modo, uma voz-práxis para que suas vozes sejam escutadas, para que de alguma forma eles possam ter acesso aos direitos que lhe foram tirados (Dorrico, 2017, p. 66).

No entanto, sob a perspectiva decolonial, o dominio dessas ferramentas, que antes eram apenas instrumentos de dominação, agora é ressignificado como estratégia de resistência, de luta e reexistência. Ao se apropriarem criticamente da linguagem, da literatura e das tecnologias de mídia, intelectuais, lideranças e escritores indígenas constroem novos espaços de visibilidade, onde podem expressar sua pluralidade cultural, política, epistêmica e estética. A literatura indígena contemporânea, por exemplo, vem se tornando uma prática discursiva e política que desafia o monopólio ocidental sobre os saberes e a narrativa histórica, recuperando memórias silenciadas, reafirmando identidades coletivas e tensionando o racismo estrutural e o epistemicídio ainda vigentes.

Frente a isso, autores indígenas como Kopenawa e Albert (2010), Krenak (2019), Dorrico (2020) e Santos (2023), entre outros, têm reivindicado o direito à existência plena dos povos originários do Brasil, não apenas como sujeitos de direito jurídico, mas como sujeitos de saber. Segundo Krenak (2019), a tentativa histórica de "civilizar" os povos indígenas foi, na verdade, um projeto de apagamento de sua humanidade plural, de sua relação espiritual com a terra e de sua forma não fragmentada de ver o mundo. Em suas palavras, resistir à lógica da civilização imposta é uma forma de adiar o fim do mundo.

Ainda na perspectiva de Krenak (2019), a ausência de políticas educacionais interculturais eficazes, a contínua desvalorização das línguas indígenas e a resistência institucional à incorporação de epistemologias não ocidentais evidenciam a persistência da lógica colonial no presente. Nesse contexto, reconhecer e valorizar a informação indígena vai além de um gesto simbólico: trata-se de uma exigência ética, política e epistêmica, fundamental para a promoção da justiça cognitiva.

Nesse sentido, vale ressaltar também a importância de se reconhecer, sistematizar e compreender, o conceito de informação indígena como um campo de estudo, como uma concepção decolonial. Essa conceituação é oferecida por autores como Paiva (2013), que amplia o entendimento sobre a informação indígena ao compreendê-la como um conjunto diverso de registros e saberes produzidos pelos próprios povos indígenas ou sobre eles, independentemente do suporte em que se manifestem. Dada sua natureza complexa e multifacetada, esse conceito se articula com diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Linguística, Educação, Saúde, Direito e Arte, entre outras.

Para Dorricó (2020), as fontes de informação que contêm saberes indígenas possibilitam que os próprios povos originários assumam o protagonismo na construção de seus conhecimentos, reelaborando suas histórias de forma ativa e crítica. Essa perspectiva rompe com visões coloniais que associam suas trajetórias a traumas ou apagamentos e refuta, sobretudo, a ideia de desaparecimento desses povos após o processo de colonização.

Rezende *et al.* (2023) complementam essa visão ao enfatizarem que as fontes especializadas em informação indígena podem tanto ser produzidas por sujeitos indígenas quanto se referir a eles, utilizando diferentes canais, desde os meios tradicionais, como os livros, os museus, as bibliotecas e os arquivos, às plataformas digitais, como os repositórios, as bases de dados, as redes sociais, os documentários e os portais governamentais.

Compreender o conceito de informação indígena é essencial para reconhecer, valorizar e preservar os modos de vida, e suas práticas culturais e os saberes tradicionais desses povos. Trata-se de uma via concreta para promover justiça social e inclusão, à medida que se reconhece a riqueza de conhecimentos produzidos ao longo de gerações, muitas vezes silenciados ou esquecidos pelas imposições coloniais. Dessa maneira, essa compreensão se torna fundamental para impulsionar ações que visem à equidade, à autonomia e ao bem-viver das comunidades indígenas em toda a sua diversidade.

A informação indígena é também uma forma de reconstrução identitária e de fortalecimento político: ela permite que os próprios povos narrem suas histórias, sem mediações coloniais, e consolidem suas memórias e seus direitos em meio a uma sociedade que, muitas vezes, ainda os nega. Esse tipo de informação revela uma dimensão essencial da luta dos povos indígenas: sua

capacidade de agir estrategicamente, de reinterpretar o território, e de negociar espaços de existência frente às forças coloniais e aos múltiplos processos de opressão**.**

Esse protagonismo, muitas vezes apagado pela historiografia tradicional, não se limita à resistência física ou à permanência territorial. Ele se manifesta em formas sutis e complexas de reinvenção cultural, mobilização política, negociação interétnica e reafirmação identitária, diante de contextos de violência, expropriação e negação de direitos (Apolinário & Amorim, 2021).

Nesse sentido, o protagonismo indígena também se manifesta de maneira resiliente em ações de reinvenção cultural, como o fortalecimento de línguas nativas, o resgate de saberes ancestrais e a adaptação de práticas tradicionais a novos contextos. Do mesmo modo, ganha forma na mobilização política organizada, que inclui a criação de movimentos sociais, organizações indígenas, participação em conferências e elaboração de reivindicações baseadas em direitos constitucionais e tratados internacionais.

Além disso, o acesso qualificado à informação indígena, tanto internamente, entre os membros da comunidade, quanto externamente, em espaços de diálogo intercultural, promove a visibilidade das cosmovisões indígenas, desmistifica estereótipos e amplia a compreensão da sociedade sobre a diversidade étnica e epistêmica do país. Trata-se, portanto, de um instrumento de empoderamento coletivo, que alimenta a autonomia cultural, epistêmica e política, ao mesmo tempo em que desafia as estruturas de poder que historicamente marginalizaram os povos originários no Brasil.

Vale lembrar que essa informação não se restringe somente a dados ou registros formais, ela inclui também processos de convivências como as narrativas orais, os cantos, a arte, a espiritualidade, a relação com o território e os modos comunitários de aprender e ensinar, suas acestralidades e suas práticas sustentaveis. Quando acessada, preservada e compartilhada sob os próprios critérios das comunidades, torna-se uma peça poderosa de resistência e de reexistência. Ao serem protagonistas de suas narrativas e guardiões de seus saberes, os povos indígenas fortalecem suas lutas por direitos, terras, educação diferenciada, saúde intercultural e participação política.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada caracteriza-se como sendo descritivo-explicativa, conforme a perspectiva de Minayo (2010), com o intuito de analisar os efeitos decoloniais de ações em torno da competência crítica em informação.

Concernente à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca compreender fenômenos em sua complexidade, explorando dimensões que não podem ser quantificadas (Minayo, 2010).

Os resultados parciais tiveram como base três categorias: 1) domínios da competência crítica em informação - capacitar os indivíduos para avaliar, interpretar e utilizar a informação de maneira crítica e reflexiva; 2) ações decolonizadoras - desafiar e desmantelar estruturas de poder colonial que perpetuam desigualdades e injustiças; e 3) diretrizes estratégicas - reconhecer e desafiar estruturas opressivas e narrativas dominantes, promover saberes locais e tradicionais, e incentivar o olhar crítico, reflexivo e atento.

As categorias analíticas deste estudo foram definidas a partir de uma revisão bibliográfica sistemática realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), por meio da seleção criteriosa de fontes relevantes ao campo da competência crítica em informação e sua interface com os saberes indígenas e estudos decoloniais.

Este trabalho integra uma pesquisa em nível de doutorado, cujo foco principal é a competência crítica em informação no contexto de uma comunidade indígena situada na região Norte do Brasil.

Resultados Parciais

Propõe-se um conjunto de diretrizes da competência crítica em informação que podem se apresentar como ações decolonizadoras no contexto dos povos originários. Apesar das diversas abordagens acerca da competência crítica em informação, é importante compreendê-la como possibilidade de enfrentamento e de superação do estado de opressão característico de algumas sociedades em decorrência das relações modernas, capitalistas e patriarcais, que hierarquizaram e

dividiram geopoliticamente o mundo (Ballestrin, 2013).

Assim, esse tipo de competência pode ser útil no processo de decolonização, permitindo que grupos marginalizados acessem, interpretem e utilizem informações de maneira que promovam a justiça social, a valorização cultural e a autodeterminação, quebrando formas abusivas de capitalismo e enfraquecendo paulatinamente barreiras de opressão.

Oliveira e Souza (2022) consideram que a competência crítica em informação pode contribuir para a autonomia e a emancipação dos sujeitos, capacitando-os a participarem de forma ativa e informada na sociedade.

Essa competência constitui uma abordagem teórica-conceitual alicerçada nos fundamentos do pensamento crítico, caracterizando-se por sua complexidade e por oferecer contribuições relevantes à consolidação de uma base conceitual consistente (Manhique, Casarin & Ançanello, 2023). No contexto dos povos indígenas do Brasil, essa perspectiva assume um papel essencial, na medida em que ela fortalece a pluralidade de saberes e sustenta a luta por reconhecimento, autonomia cultural e soberania informacional das comunidades originárias. Além disso, ela se preocupa com a emacipação e protagonismo do sujeito e a participação libertadora dele na sociedade.

No Quadro 1, são apresentadas algumas contribuições dessa competência à decolonialidade, nas esferas do poder, do ser e do saber.

Quadro 1: Contribuições da competência crítica da informação à decolonialidade

Ação	Domínio	Efeito
Questionar modos e narrativas dominantes	Poder	Emancipação crítica do sujeito. Contribui para identificar narrativas históricas, sociais, culturais e opressoras impostas pelo colonialismo.
Desconstruir formas de preconceitos e de ideias estereotipadas	Ser	Desenvolvimento de habilidades críticas do sujeito. Permitem questionar fatos e acontecimentos, tornando-o capaz de identificar e de desconstruir preconceitos e ideias estereotipadas, perpetuados pela colonialidade.
Reconhecer o conhecimento como diverso e plural	Saber	Reconhecimento e valorização de diferentes formas de conhecimentos, incluindo os saberes tradicionais indígenas.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A primeira ação apresentada no Quadro 1, se relaciona ao questionamento dos modos e das narrativas dominantes. Essa ação está diretamente ligada à colonialidade do poder, que atua impondo hierarquias, desigualdades sociais, étnicas e econômicas, dentre outras, independente da atualidade (Quijano, 2014 & Mignolo, 2017). Ao questionar as narrativas dominantes, muitas vezes naturalizadas como verdades históricas, o sujeito se emancipa criticamente e se torna capaz de reconhecer e rebater os mecanismos de silenciamento e de exclusão que subalternizaram suas comunidades. Essa ação de questionar, característica da competência crítica em informação, favorece à emancipação crítica, contribuindo para a identificação de narrativas históricas, sociais, culturais e opressoras impostas pelo colonialismo.

A segunda ação apresentada no Quadro 1, se refere a desconstruir as formas de preconceitos e de ideias estereotipadas. Essa ação visa combater à colonialidade do ser, que desumaniza e inferioriza os sujeitos não alinhados à norma ocidental hegermônica. Desconstruir estereótipos os quais retratam os indígenas do Brasil como “primitivos”, “selvagens” ou “folclóricos”, (Krenak, 2019 & Dorrico, 2020). Essa ação é essencial para que o sujeito recupere sua humanidade plena e sua identidade cultural. Essa ação crítica amplia a consciência de si e do outro, fomentando processos de reconhecimento intercultural e de resistência simbólica. Observa-se nessa ação o desenvolvimento de habilidades críticas do sujeito, que permite questionar fatos e acontecimentos, tornando-o capaz de identificar e desconstruir preconceitos e ideias estereotipadas, perpetuados pela colonialidade. Esse olhar crítico e reflexivo presente na competência crítica é vital para

combater a reprodução de discursos excludentes, assim como, reconhecer e valorizar a pluralidade epistêmica produzida existente, bem como, promover práticas informacionais comprometidas com a equidade e com a superação das lógicas coloniais ainda vigentes nas instituições, nas mídias e em tantos outros espaços sociais.

Já a terceira ação do Quado 1, é voltada a reconhecer o conhecimento como diverso e plural. Essa ação toca diretamente na colonialiade do saber, isto é, a imposição do pensamento ocidental como sendo o mais verídico e racional do mundo (Quijano, 2014). Reconhecer o conhecimento e os saberes como plurais, significa considerar e aceitar os saberes dos povos originários, compreendendo sua legitimação e seu valor. Dignificar essas epistemologias é um ato de resistência e de reconfiguração do campo informacional dos saberes desses povos. O efeito dessa ação desenvolvido através da competência crítica, se dá pelo reconhecimento e pela valorização de diferentes formas de conhecimento, incluindo os saberes tradicionais indígenas do Brasil.

Observa-se sinteticamente as correlações entre esses três pilares da decolonização - poder, ser e saber -, e a proposta de ações concretas que podem ser operacionalizadas em contextos comunitários. O Quadro 1, também, está em sintonia com a proposta da competência crítica em informação, como ação decolonizadora, pois estimula a postura reflexiva e a leitura crítica do mundo.

Assim, por intermédio do olhar crítico, os sujeitos podem se engajar em processos de decolonização que busquem desconstruir as hierarquias e privilegiar as vozes silenciadas, sobretudo, em torno daquelas comunidades que permanecem em situação de alta vulnerabilidade.

A eficácia da competência crítica está nitidamente ligada à capacidade de reconhecer, de conscientizar, de lutar e de superar desafios, incluindo a apropriação de discursos críticos e a resistência às narrativas dominantes. Com efeito, a partir do desenvolvimento dessa competência, crítica consciente e comprometida, é possível promover processos de decolonização que contribuam para a construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas.

Para os povos originários, desenvolver um olhar crítico significa questionar a versão oficial da história que os apresenta como atrasados, passivos ou extintos, e, em seu lugar, afirmar sua existência, agência e contribuição na formação do Brasil, por exemplo, e de suas culturas. Esse olhar crítico está enraizado em suas cosmologias, territorialidades, memórias orais, línguas e modos de cuidar da vida e da terra**.**

Ao se apropriarem de discursos críticos, os povos indígenas não apenas adentram em espaços, mas reconfiguram esses espaços**,** transformando-os com suas epistemologias.

Portanto, quando os povos indígenas desenvolvem e aplicam a competência crítica, de maneira situada e ancestral, não estão apenas reivindicando voz, mas refazendo o mundo**.** Estão propondo outras formas de viver, baseadas na reciprocidade com a natureza, no coletivo, na oralidade e na memória longa. Promovem, assim, processos de decolonização do saber, do ser e do poder, conforme propõem pensadores decoloniais como Quijano (2014) e Mignolo (2017).

Assim, a eficácia da competência crítica para os povos indígenas reside na sua capacidade de recuperar territórios, curar memórias, reconectar saberes e reorganizar o futuro sob suas próprias lógicas. Trata-se não apenas de inclusão, mas de transformação radical das estruturas que historicamente marginalizaram, silenciaram, violentaram e apagaram suas formas de poder, de ser e de saber.

Considerações Finais

As discussões empreendidas ao longo deste trabalho evidenciam as potencialidades da competência crítica em informação como uma ação estratégica e transformadora no campo da decolonialidade. Mais do que uma habilidade técnica, o desenvolvimento dessa competência se revela como um movimento político, pedagógico e epistêmico**,** capaz de impulsionar processos de enfrentamento às condições históricas de esquecimento, invisibilização e subalternização impostas aos povos originários. A partir dela, é possível tensionar os regimes hegemônicos de

produção, circulação e validação do conhecimento, propondo uma nova ética informacional, sensível à pluralidade de saberes e às memórias silenciadas pela colonialidade.

As ações decolonizadoras fomentadas pela competência crítica em informação podem desempenhar um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual os povos indígenas, assim como as comunidades afrodescendentes e outros grupos socialmente marginalizados, tenham não apenas suas vozes amplificadas, mas, sobretudo, seus modos de conhecer, ser e viver reconhecidos como legítimos. Isso implica a necessidade de reconfigurar os espaços educacionais, culturais e científicos, de forma a incorporar epistemologias plurais e práticas informacionais baseadas no respeito, na escuta e na reciprocidade.

Neste sentido, a competência crítica em informação deve ser entendida como uma forma ativa de resistência social**,** operando junto às comunidades subalternizadas por meio de processos dinâmicos de decolonização do poder, do saber e do ser. Ao possibilitar que sujeitos historicamente excluídos acessem, avaliem e reapropriem-se criticamente das informações que circulam sobre si mesmos e sobre o mundo, essa competência contribui para reverter processos de epistemicídio, resgatar narrativas ancestrais e fortalecer identidades coletivas.

Na prática, isso envolve desconstruir mitos, estereótipos e representações distorcidas impostas ao longo de séculos de dominação colonial e neocolonial, permitindo o surgimento de novas narrativas que partam dos próprios povos originários. Trata-se, portanto, de promover uma revalorização dos saberes ancestrais, da oralidade, das línguas nativas, das práticas comunitárias e das cosmologias indígenas, muitas vezes, tratadas como “não conhecimento” pelo paradigma ocidental dominante.

Ao fim, a competência crítica em informação, assumida como prática decolonizadora, abre caminhos para um projeto de sociedade mais plural, radicalmente democrático e sensível às diferenças. Um projeto no qual a informação não seja apenas um instrumento de controle e de normatização, mas, sobretudo, um meio de emancipação, de reexistência e de justiça cognitiva.

Referências

Almeida, R. H. (1997). O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII,. Editora UnB, 1997.

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. (11), 89–117. https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069.

Brisola, A. C. (2021). Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante às distopias informacionais contemporâneas. 293f. [Dissertação de doutoramento, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Dorrico, J. (2020). Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. Em Dorrico, J. & Danner, L. & Correia, H. & Danner, F. organizadores. Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora.

Downey, A. (2016). Critical Information Literacy: foundations, inspiration and ideas. Sacramento, CA: Library Press Juice.

Elmborg, J. (2006) Critical information literacy: implications for instructional practice. The Journal of Academic Librarianship. 32 (2).

Furtado, R. L. *et al*. (2021). Panorama brasileiro sobre os estudos de competência crítica em informação. RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, DF. 14 (3). https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/index.

Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020). O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras.

Kopenawa, D. & Albert, B. (2010). A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.

Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. Tabula Rasa, 9(61). http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf.

Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais. 32 (94) 1-18. https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt.

Minayo, M. C. S. (2010). Pesquisa social: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes.

Oliveira, M. L. P. & Souza, E. D. (2022). Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. Em Bezerra, A. C. & Schneider, M. (Orgs.). Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT.

Oliveira, D. B. & Gomes, R. C. & Souza, E. D. (2021). Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. Educação e Filosofia. 35(74). https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175.

Paiva, E. B. (2013). Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013.199f. [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa].

Quijano, A. (2014). Colonialidad del poder y clasificación social. Buenos Aires: Clacso.

Rezende, A. & Paiva, E. B. & Souza, E. D. (2024). Competência crítica em informação como estratégia decolonizadora: aproximações teórico-conceituais em torno dos povos originários**.** Em Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Vitória. Anais [...] Vitória: PPGCI/UFES. https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2772/1597.

Santos, A. B. (2023). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora.

Silva, S. T. & Prado, M. A. R. & Llarena, R. A. S. (2024). A competência crítica em informação na era da pós-verdade: uma análise conceitual para desenvolvimento do profissional da ciência da informação. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro. 11(1). https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7136.

Schneider, M. (2019). CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. Em: Arthur Coelho Bezerra *et al*. (Org.). iKrítika: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond.

Tewell, E. (2015). A decade of critical information literacy. Communications in Information Literacy. 9(1). https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol9/iss1/2/.

NOTAS

[1] Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.

BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA EM PERSPECTIVA: TRATAMENTO TEMÁTICO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM FOCO

João Marcello de Lima Marques, Universidade de Brasília, 0009-0005-7132-5333, Brasil, *joaomunb@gmail.com*

Katia Isabelli Melo, Universidade de Brasília, 0000-0002-0559-3891, Brasil, *isabelli@unb.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6656

Eixo: Organização da informação

Introdução

A sociedade como um todo vive um momento de grande crescimento informacional. A comunidade científica devido aos grandes avanços nas tecnologias e nas constantes mudanças percebidas vem produzindo cada vez mais trabalhos em todas as suas formas, artigos, monografias, teses e dissertações, dentre outros.

A escrita científica contribui para a resolução de problemas e para a proposta de melhorias, permitindo que a sociedade continue evoluindo. Através da investigação e das análises realizadas no âmbito científico, é possível identificar novos modos de agir, pensar e perceber várias coisas, aplicando esses conhecimentos de forma prática na sociedade.

A Arquivologia evoluiu significativamente com a implementação das novas tecnologias presentes no mercado. O trabalho dos profissionais de arquivos passou a incorporar tecnologias da informação, automatizando processos e integrando o meio digital ao cotidiano, com o objetivo de otimizar as tarefas técnicas relacionadas à gestão documental.

Com as mudanças percebidas, o fluxo de produção científica envolvendo a área da Arquivologia teve um crescimento perceptível (Silva, 2023). Começou uma movimentação para investigar não apenas o uso de tecnologias da informação na área, mas também outros temas que envolvem o fazer arquivístico.

Outro motivo para o aumento da produção científica na área da Arquivologia consiste no crescente número de eventos científicos que permeiam assuntos relevantes para a área, impulsionando pesquisadores antigos e novos, de todos os níveis, a engajarem com a comunidade científica.

Com a percepção do crescimento da produção científica na área de Arquivologia, em 2019, identificou-se a necessidade de construir um repositório digital, que reunisse a produção científica e técnica, de autores brasileiros, relacionados à Arquivologia[i].

Surgiu a Base de Dados em Arquivística (BDA), ferramenta disponibilizada para a sociedade, em 2021. No cadastramento elege-se, majoritariamente, os itens produzidos no idioma português. No entanto, uma parcela atende as produções científicas e técnicas nos idiomas inglês, francês, espanhol refletindo contribuições de profissionais convidados que participaram de eventos científicos ou que contribuíram em edições dos periódicos seriados.

A BDA está em contínuo progresso, com o constante cadastro de novos itens e materiais, juntamente com a implementação de ajustes destinados a aprimorar a eficácia da plataforma tanto para seus colaboradores quanto para seus usuários.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como se processa a organização das produções científicas cadastradas na BDA considerando as técnicas de Tratamento Temático da Informação (TTI) adotadas. O objetivo é analisar as técnicas de Tratamento Temático da Informação (TTI) usadas na BDA, justificando-se pela necessidade de organização eficiente devido ao crescimento da produção científica em Arquivologia. Para atender o objetivo maior, traçou-se os

seguintes objetivos específicos: investigar como é feito o processo de TTI na BDA; identificar possíveis problemáticas no uso do TTI na BDA; analisar a relação entre TTI e Recuperação da Informação (RI), e averiguar como o uso de metodologias de tratamento da informação influencia na RI na BDA[ii].

A pesquisa se justifica pela crescente produção científica na área de Arquivologia e esta demanda sistemas de organização eficientes para garantir a acessibilidade e a recuperação da informação (Silva, 2023).

Uma das contribuições para o crescimento da produção científica na área da Arquivologia está ligada à criação de novos cursos e ao exponencial crescimento de discussões relacionadas a área dentro do território brasileiro.

Referencial Teórico

O referencial teórico da pesquisa baseou-se numa vasta literatura, com destaque para os estudos de Taylor & Joudrey (2004), Silva (2011), Santos & Corrêa (2017), (Coelho (2020), Melo (2021), Wang (2023), Melo, Souza, & Paiva (2023).

O aumento do uso da internet para disseminação de informações atingiu seu ponto máximo após a Segunda Guerra Mundial, impulsionado pelo imenso volume de dados e informações produzidos diariamente, sem contar com tecnologias adequadas para processá-los (Oliveira *et al,* 2019).

Uma das soluções tecnológicas encontradas para atender à demanda de processamento, organização e armazenamento de informações foram as bases de dados. O surgimento e a evolução dessa ferramenta ocorreram de forma rápida, transformando-a em um repositório capaz de reunir informações de qualidade.

No âmbito da Arquivologia, no início dos estudos sobre base de dados o conceito se confundia com o de banco de dados (Albrecht & Ohira, 2000). Cunha e Cavalcanti no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia definem base de dados como:

> [...] coleção de valores de dados inter-relacionados de tal natureza que, de acordo com o sistema de gerenciamento de base de dados, os arquivos que contêm os dados podem integrar-se temporariamente em uma única estrutura conectada ou integrar-se somente por ocasião da consulta. (Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 43).

O estudo de base de dados existe no âmbito tanto da Ciência da Computação, focado em dados, quanto na C.I., que tem como uma de suas lentes o cadastro, gerenciamento e acesso de produções bibliográficas. Na Arquivologia temos a base de dado referencial bibliográfica definida por Cunha e Cavalcanti como:

> [...] base de dados que contém registros automatizados, relativos a documentos e itens bibliográficos. Pode, ou não, conter resumos e é formada por "uma série de registros bibliográficos ligados entre si, onde cada um em geral apresenta uma combinação dos seguintes componentes: número do documento; título; autor; referência da fonte; resumos; texto integral; termos ou expressões de indexação; citações ou quantidade de referências; instituição de origem do documento, ou endereço do autor, ou ambos; língua do documento-fonte; informação de uso interno, como números de classificação ou localização (Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 44)

Um repositório digital pode ser classificado de acordo com o seu uso. Quando o conteúdo de um repositório é focado em um assunto, ele é considerado um repositório temático e quando o conteúdo reflete o acervo de produção científica de uma instituição, ele é chamado de repositório institucional[iii] (Pinheiro & Ferrez, 2014).

As bases de dados bibliográficas fazem parte do cotidiano de um profissional da Ciência da Informação, como o Arquivista e o Bibliotecário, sendo uma importante fonte de pesquisa sobre diversos temas. Elas podem ser de conhecimentos gerais, como o *Google Scholar*, que indexa produções bibliográficas de todas as áreas do conhecimento, ou de conhecimentos temáticos, como a BDA, estudo de caso retratado, que indexa apenas produções científicas sobre a área da Arquivologia, de autores brasileiros.

Procedimentos Metodológicos

O percurso metodológico deste trabalho se deu como um estudo de caso descritivo e qualitativo da BDA. A pesquisa se iniciou com a navegação da estrutura da Base de Dados, permitindo uma análise detalhada do funcionamento e dos métodos de organização empregados.

O estudo de caso se caracteriza como um estudo profundo e exaustivo de um ou alguns objetos trazendo conhecimento sobre o que foi analisado (Yin, 2001). É considerada aplicada pois busca a aplicação prática para a solução de problemas identificados no objeto de estudo. (Boaventura, 2004).

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa busca interpretar fenômenos a partir da compreensão de significados, contextos e experiências vivenciadas, sendo especialmente útil quando se deseja investigar relações e dinâmicas que não podem ser expressas apenas em dados numéricos. Como o foco deste estudo está na descrição e análise de práticas relacionadas ao uso de taxonomias, categorização e indexação, uma abordagem quantitativa não seria suficiente para alcançar os objetivos propostos. A pesquisa qualitativa, por sua vez, permite interpretar as funcionalidades da BDA e as escolhas técnicas a partir de uma perspectiva contextual e crítica.

Quanto ao processo metodológico, o estudo de caso é o mais apropriado por permitir uma investigação profunda de uma unidade específica dentro de seu contexto real. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 127), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente definidos”. No presente trabalho, essa definição aplica-se perfeitamente, já que o funcionamento da BDA e suas práticas de organização estão diretamente relacionadas ao seu contexto digital e institucional.

O estudo de caso permite, ainda, a coleta de múltiplas fontes de evidência, como a observação direta da plataforma, a análise dos documentos cadastrados, e a revisão bibliográfica especializada. Essa triangulação metodológica proporciona maior confiabilidade e profundidade aos resultados obtidos, permitindo identificar não apenas as técnicas empregadas, mas também suas limitações e possibilidades de aprimoramento.

Assim, tanto a abordagem qualitativa quanto o estudo de caso são fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa, pois permitem compreender o fenômeno investigado em sua complexidade e propor melhorias efetivas para o tratamento e a recuperação da informação na BDA.

O presente trabalho consiste em coletar e analisar informações sobre como a BDA organiza os materiais técnico científicos cadastrados. Buscou-se identificar se foram utilizadas técnicas/métodos de TTI para organizar as informações depositadas.

Ademais da metodologia indicada, para alcançar os objetivos foram adotados os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico pertinente ao assunto, tendo como fontes de pesquisa a BDA, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a base de dados *Google Scholar*.

Tecnologia da Informação na Arquivologia

No último século a sociedade se modificou em uma velocidade acelerada devido aos grandes avanços na tecnologia. Muitas áreas do conhecimento tiveram que adaptar a sua realidade com o surgimento de novas tecnologias e demandas. A Arquivologia foi

uma das áreas afetadas pelo surgimento de novas tecnologias, principalmente devido a percepção que a Arquivologia é uma ciência interdisciplinar (Vieira *et al,* 2015).

A interdisciplinaridade da Arquivologia com a área da Tecnologia da Informação está relacionada com a prática do tratamento, armazenamento, acesso e recuperação de informação e documentos, de acordo com Vieira *et al* (2015). O uso de *Softwares* como os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), o Archivematica, o ICA-AtoM e as bases de dados auxiliam o trabalho do Arquivista, diariamente.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2022) no e-ARQ Brasil[iv] define o SIGAD como um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característicos de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Esse *Software* é utilizado na produção, classificação e no gerenciamento dos documentos produzidos e recebidos por determinada entidade.

Em seu Guia de Usuários Archivematica, Costa *et al* (2016) definem Archivematica como um sistema de preservação digital de *Software* livre, gratuito e de código aberto, responsável por manter os dados baseados em padrões de preservação digital e possibilitar o acesso a longo prazo das coleções de objetos digitais.

O Access to Memory (AtoM) é definido como um *Software* de código aberto programado para *Web*, baseado em padrões desenvolvidos pelo *International Council on Archives* (ICA) (Artefactual Systems, 2015). Utilizado no processo de descrição, acesso, e difusão dos documentos depositados nos fundos arquivísticos de uma entidade, formando um Repositório Arquivístico Digital Confiável.

> Os *Softwares* são utilizados em conjunto no processo de gestão documental proposto pelo modelo *Open Archival Information System* (OAIS), criado pelo *Consultative Committee for Space Data System* (CCSDS, 2012). O modelo é responsável por especificar os principais critérios que devem ser seguidos em um projeto de preservação digital.

Para além do mundo da gestão de documentos e dos repositórios arquivísticos digitais confiáveis, dentro da área da Ciência da Informação (C.I.) e da Arquivologia existem os repositórios digitais de conhecimento, como as bases de dados, que são um importante meio de consulta científica, podendo elas serem de conhecimentos gerais ou temáticas.

Podemos ter uma visão inicial de como a área da Arquivologia e a área da Tecnologia da Informação estão interligadas. É de extrema importância que os profissionais das duas áreas estejam em constante colaboração para elaborar e utilizar corretamente *softwares* arquivísticos e repositórios digitais de conhecimento, como as bases de dados, sem prejudicar a entidade e os usuários.

Ao que tange a C.I., esta é uma ciência interdisciplinar (Almeida Junior, 2020) responsável por fornecer base teórica e metodológica para as áreas que a compõem, como a Arquivologia e a Biblioteconomia (Rabelo & Cé, 2023). E isso se dá, pois, essas duas áreas têm como objeto principal de estudo a informação registrada em algum suporte.

Mesmo tendo a informação como fonte de estudo, o conceito de documento para essas áreas possui especificidades. Por serem áreas correlatas são perceptíveis os limites e trocas relacionados aos objetos, técnicas e teorias fundamentais desses campos, como fica evidenciado pela estreita relação entre os conceitos discutidos sobre os repositórios digitais de documentos tanto na Arquivologia quanto na Biblioteconomia, dentro do escopo da C.I.

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia escrito por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 321) define repositório como: “Lugar físico ou digital onde objetos são armazenados [...]”, “Conjunto ou base de dados com informações importantes. Biblioteca digital”. No Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação, um repositório digital é definido como um meio para armazenar, gerenciar e preservar

conteúdos informacionais no formato eletrônico (Pinheiro & Ferrez, 2014).

O Repositório digital é formado por "coleções digitais de documentos de interesse para a pesquisa científica e, no caso dos institucionais, representam a sua memória científica." (Pinheiro & Ferrez, 2014, p. 195.). Se destaca no caso dos repositórios digitais a possibilidade de compartilhamento dos metadados do seu conteúdo através de modelos de dados, como o Dublin Core[v]3, e protocolos como OAI-PMH[vi], que garantem a interoperabilidade entre ferramentas, transformando assim o repositório digital em um arquivo aberto (Martins *et al,* 2017).

O tratamento técnico aplicado aos documentos bibliográficos e documentos arquivísticos é feito de forma distinta. Essa disparidade de tratamento também se reflete nos repositórios digitais, devido às singularidades de tratamento de cada categoria documental. Ao analisar a categoria de repositórios na Arquivologia percebe-se a existência de vários tipos de repositórios, como os repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) e os repositórios de dados, conhecidos como base de dados.

Estudo de caso: a Base de Dados em Arquivística (BDA)

Na contemporaneidade houve um grande crescimento na produção científica na área de Arquivologia devido a busca por novos conhecimentos e soluções para problemas encontrados no cotidiano de trabalho de um Arquivista e pessoas que trabalham com arquivos (Silva, 2023). A produção científica desempenha um papel fundamental no avanço de todas as áreas do conhecimento, permitindo a descoberta de novas ideias e soluções e na Arquivologia esse fenômeno não foi diferente.

A construção da BDA reflete uma necessidade vista em muitas áreas do conhecimento. De acordo com Sayão,

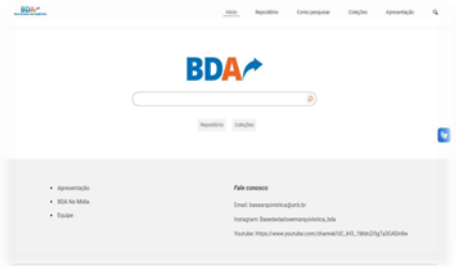
> Quando um pesquisador, diante de um microcomputador ligado a um banco de dados [...] à procura de informações que definam, completem ou estabeleçam as fronteiras do seu trabalho de pesquisa, ele repete o mesmo gesto de quem mergulha na memória de seu grupo para reconstruir as lembranças comuns e dessa forma manter íntegra a sua comunidade. (1996, pp. 314).

Uma das inspirações para esse projeto veio do *Centro de Información Documental de Archivos* (CIDA), um setor vinculado a *Subdirección General de Los Archivos Estatales* que é subordinado ao *Ministerio de Cultura y Deporte* da Espanha. O CIDA é responsável por reunir, difundir e disponibilizar a literatura sobre Arquivologia produzida no território espanhol e em países Iberoamericanos (Melo, Souza & Paiva, 2022).

A BDA nasce de uma necessidade de reunir as produções técnicas e científicas da área da Arquivologia do Brasil, majoritariamente em língua portuguesa, em um só lugar[vii]. A produção da interface da base de dados foi feita a partir da ferramenta Tainacan, que é um plugin de código aberto para *Wordpress*, utilizado na criação de repositórios digitais, que tem como foco a gestão e publicização de acervos digitais de diversas áreas, responsável por organizar e expor coleções através do uso de metadados (Brasiliana Museus, 2024).

O *Wordpress* foi desenvolvido em 2003 como um *Software* de código aberto. Inicialmente era utilizado para criação de blogs, orientado e utilizado através de uma comunidade ativa de usuários que contribuem, continuamente, com novos códigos para aumentar e melhorar suas funcionalidades (Messenlehner & Coleman, 2014). A Figura 1, a seguir, ilustra a página inicial da BDA.

Figura 1: Página Inicial da Base de Dados em Arquivística (BDA)



Fonte Base de Dados em Arquivística (2024).

O projeto da BDA foi dividido em etapas que se iniciaram com o projeto de criação e implementação da ferramenta. Além disso, foram desenvolvidas outras etapas dedicadas à manutenção e melhorias da usabilidade da base de dados, além do cadastramento das produções científicas e técnicas (Melo, 2020). Atualmente, a Base de Dados conta com, aproximadamente, 10.024 produções científicas cadastradas, incluindo artigos científicos, eventos, livros e outras contribuições acadêmicas. Com a implementação das taxonomias na BDA se tornou necessária a vinculação de palavras-chave e keywords aos itens cadastrados para auxiliar na recuperação da informação.

O uso de taxonomias também impactou o processo de categorização das produções cadastradas, seja considerando-os em sua totalidade, como no caso de eventos científicos, livros, entre outros, ou como itens vinculados a uma categoria geral, como Anais de eventos científicos, capítulos de livros e artigos publicados nos Anais.

A visibilidade da BDA impactou diretamente a comunidade científica que debate sobre Arquivologia. A Base conseguiu se tornar um ponto de referência em pesquisas nacionais e internacionais (Melo & Paiva, 2023), e como objeto de pesquisas como apresentado por Silva (2023).

Com o crescimento da importância da BDA como fonte de referência e os impactos causados por ela, se viu necessário revisar o uso das taxonomias dentro da plataforma, para identificar possíveis problemas ligados ao seu uso e com isso poder estudar propostas para a melhoria delas.

As produções científicas e técnicas a serem cadastradas na BDA passam por um processo de tratamento da informação antes de serem disponibilizadas, tendo como objetivo proporcionar a melhor experiência possível ao usuário da ferramenta.

Os profissionais da C.I., incluindo Arquivistas e Bibliotecários, desempenham um papel crucial na organização e tratamento da informação. Seus objetivos consistem em proporcionar uma experiência eficaz e eficiente para os usuários, ao mesmo tempo em que consideram o impacto dessas atividades em seu trabalho diário.

Um dos primeiros passos para o tratamento informacional é definir o objeto informacional (OI), que é definido por Taylor & Joudrey (2004) como uma unidade informacional organizável, sendo registrada em vários formatos como texto, imagem, registro sonoro, etc. No caso das bases de dados, o objeto informacional a ser tratado são as produções científicas e técnicas, como os artigos, manuais e monografias.

O tratamento da informação permite que ela seja organizada de forma padronizada, facilitando a recuperação e a disseminação (Hillesheim & Fachin, 2016). Nesse contexto, Dias define que:

> Nos sistemas de informação e de recuperação da informação, o tratamento da informação é definido como a função de descrever os documentos, tanto do ponto de vista físico (características físicas dos documentos) quanto do ponto de vista temático (ou de descrição do conteúdo). (Dias, 2001, pp. 3).

Nessa perspectiva, Brascher e Monteiro (2010) destacam também a importância de analisar as informações do ponto de vista tanto físico, quanto temático na organização da informação em repositórios digitais. O tratamento temático auxilia na construção e adoção de taxonomias para categorizar as informações a serem cadastrados nas bases de dados.

Tratamento Temático da Informação

O tratamento da informação é composto por várias subáreas, uma delas considerada fundamental para a organização e representação do conhecimento, se chama Tratamento Temático da Informação (TTI) (Tartarotti, Dal'evedove & Fujita, 2015). O TTI está ligado com o estudo do conteúdo do documento a ser analisado.

O estudo do conteúdo utiliza um conjunto de instrumentos, processos e produtos que permite que sejam explorados dois aspectos, um relacionado à determinação do assunto e o segundo à suas especificações (Brascher & Guimarães, 2018). O TTI também pode ser chamado de análise documental, análise temática, análise de assuntos, descrição de conteúdo (Café & Sales, 2010).

O TTI na cadeia de tratamento documental é utilizado para fazer a mediação entre a produção e o uso da informação (Guimarães, Sales & Grácio, 2012). Sua análise é voltada para extrair informações pertinentes aos atributos temáticos, tendo como base de seus estudos a análise do assunto e do conteúdo dos documentos. Em resumo, abrange as áreas de análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos tendo como objetivo sua organização e recuperação (Guimarães, Ferreira & Freitas, 2012).

O TTI pode ser entendido também como o ato de produzir informação sobre a informação analisada (Vieira, Oliveira & Cunha, 2017). Seu uso é capaz de gerar produtos através das análises realizadas em cima de um documento.

Um dos produtos gerados através do uso do TTI são as taxonomias, termos descritores, utilizadas para categorizar ou indexar informações em Repositórios Digitais como as bases de dados. A categorização e a indexação são técnicas que auxiliam na organização e na recuperação de informações em ambientes informacionais.

O uso de taxonomias ficou conhecido a partir da classificação de seres humanos utilizada na Biologia ao categorizar os seres vivos em classes e subclasses (Mendes & Pinto, 2019). Essa prática rompeu barreiras e começou a ser utilizada em outras áreas do conhecimento como na Arquivologia. Nessa área de acordo com Novo (2010), as taxonomias são utilizadas principalmente nos estudos de recuperação da informação e na experiência do usuário, pois são responsáveis por melhorar e facilitar o acesso à informação nelas organizadas e classificadas.

Com o crescimento do uso de tecnologias da informação e do grande número de informações criadas, a recuperação de informações ficou bastante prejudicada. Tendo em vista essa problemática, se viu necessário promover estudos para encontrar métodos para melhorar a organização e a recuperação de informação. Segundo Terra e Bax (2003) esses estudos visam simplificar a procura e a navegação, desenvolvendo estruturas de informação e categorias que sejam facilmente compreendidas pelos usuários que utilizam o sistema.

Segundo Sousa e Araújo Júnior,

> A taxonomia pode ser definida como sistema de classificação que apoia o acesso à informação, permitindo classificar, alocar, recuperar e comunicar informações em um sistema de maneira lógica. (2013, pp. 140).

Tem por finalidade permitir agregação de informação e dados, possibilitando acesso através de navegação. Nessa prática as informações são construídas por palavras e traduzidas por conceitos responsáveis por agrupar informações que possuam conteúdo parecidos.

Nessa perspectiva, Miranda e Simeão (2005, s. p.) descrevem que "na análise dos documentos são exigidos princípios, métodos e técnicas que permitem examinar, distinguir e separar cada uma das partes do documento para determinar a categoria, estrutura formal, propriedades e significado de seu conteúdo temático". A análise feita de cada documento permite a extração e criação de conceitos que serão utilizados para organizar as informações, criando assim as taxonomias.

A estrutura taxonômica é responsável por representar através de conceitos o mapeamento de um domínio de

conhecimento e geralmente são apresentadas em uma forma hierárquica, onde são estabelecidas classes e, dentro delas, subclasses para melhor organizar a informação. (Novo, 2010).

Através de investigação em literatura de trabalhos de autores da Arquivologia foi possível perceber que não existem critérios metodológicos para a elaboração de taxonomias, sendo os desenvolvedores responsáveis por estabelecê-los no momento da criação (Viana, 2022).

No artigo de Wang (2023), a autora destaca a importância da taxonomia e da recuperação da informação no contexto do crescente número de pesquisas retratadas, apontando que os sistemas de informação atuais enfrentam desafios significativos para lidar com esse fenômeno. Wang argumenta que a taxonomia, como estrutura classificatória de conhecimento, é essencial para organizar, rastrear e distinguir obras confiáveis daquelas comprometidas, facilitando uma recuperação mais precisa e contextualizada da informação. A autora propõe que os sistemas de recuperação devem incorporar novas funcionalidades, como a capacidade de sinalizar retratações e de oferecer interações mais transparentes aos usuários, contribuindo para um ecossistema informacional mais confiável e ético.

O uso de taxonomias tem se mostrado essencial para a recuperação eficiente da informação em ambientes digitais, especialmente em bases de dados voltadas à ciência da informação. Segundo Coelho (2020), as taxonomias atuam como estruturas organizacionais que facilitam a navegação, o acesso e a localização de conteúdos, promovendo uma melhor experiência informacional aos usuários.

A autora destaca que, quando bem construídas, as taxonomias permitem a representação lógica e sistemática do conhecimento, favorecendo a indexação precisa dos documentos e, consequentemente, aumentando a relevância e a precisão dos resultados recuperados em sistemas de busca.

Além disso, Coelho (2020) aponta que as chamadas taxonomias navegacionais facetadas possibilitam múltiplos caminhos de acesso à informação, permitindo ao usuário realizar buscas a partir de diferentes perspectivas e critérios.

Esse aspecto é particularmente importante em repositórios digitais como a BDA, onde a diversidade de tipos documentais e de temáticas exige uma estrutura flexível, porém coerente, para garantir a eficácia na recuperação. Dessa forma, o uso de taxonomias não apenas organiza o acervo, mas também potencializa o acesso ao conhecimento, contribuindo para a democratização da informação e para a valorização dos repositórios especializados.

O uso de taxonomias é um grande aliado no processo de organização e recuperação da informação, estas são criadas através da análise documental e utilizadas no processo de criação de categorias para reunir as informações, e no processo de descrição da informação, através da indexação dos documentos por assunto.

Ao que tange a categorização, Silva (2011, p. 272) a define como “o processo cognitivo de compreensão das características dos objetos por critérios de similitude ou dessemelhança”. Essa técnica é muito utilizada na Arquivologia pois ajuda na organização e na recuperação de documentos.

A categorização é uma atividade cognitiva, pois é um processo totalmente ligado ao pensar e ao agir dos seres humanos. É uma prática que ocorre quando dois ou mais objetos, seres ou eventos distintos são reunidos devido a uma certa semelhança ou afinidade entre eles (Silva & Lima, 2011).

É uma necessidade humana criar categorias para classificar os inúmeros elementos da natureza. No entanto, dentro dessas categorias existem subclasses que refinam a categorização inicial, transformando em menos geral, para mais específico. Quanto mais subclasses são definidas, menos abrangente se torna a classificação. (Marques, 2021).

Nas bases de dados referenciais muitas vezes se utiliza essa técnica para melhor organizar os documentos depositados, podendo ser categorizados por assunto, ou por modelo de documento, como artigos, periódicos, monografias, livros entre outros tipos de produção científica, além de auxiliar no processo de recuperação da informação. Outro método muito utilizado para organizar é a indexação.

Santos e Corrêa (2017) definem a indexação como:

> [...] consiste na descrição do conteúdo de um documento, de forma concisa e condensada, por meio do emprego de termos - também denominados como palavras- chave ou descritores - que exercem a função de pontos de acesso mediante os quais um documento pode ser identificado e recuperado. (Santos & Corrêa, 2017, p. 249).

Em complemento, o procedimento de indexação, de acordo com Souza e Hillesheim, é assim definido:

> [...] resulta na representação temática dos documentos por meio de índices e resumos, possibilitando a recuperação dos assuntos principais [...] a indexação descreve seu conteúdo utilizando vários termos de indexação, usualmente selecionados de algum tipo de vocabulário controlado. (Souza & Hillesheim, 2014, p. 85).

A NBR 12.676 (1992), norma que versa sobre métodos para análise de documentos, define três etapas para o processo de indexação: o exame do documento e estabelecimento do assunto do seu conteúdo, a identificação dos conceitos presentes no assunto e a tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

Essa mesma norma, prevê o uso de instrumentos auxiliares para definir os termos para uso da indexação, como os tesauros, códigos de classificação e cabeçalhos de assuntos. Esses instrumentos auxiliam na escolha e definição dos termos a serem utilizados de forma padronizada.

A padronização dos termos de indexação é importante, pois a partir dessa técnica é possível identificar homônimos, eliminar ambiguidades, escolher o melhor termo para representar uma palavra ou sentença que possuem várias formas de serem escritas, como por exemplo: arquivista e arquivologista.

Para a indexação de materiais escritos como os presentes em base de dados, a NBR 12.676 (1992), define que deve ser feita uma leitura técnica do documento a ser analisado, isso elimina a necessidade da leitura por completo do material, os termos devem ser extraídos com a leitura do título, subtítulo, resumo, sumário e introdução. Após a análise das seções indicadas é possível ter informação suficiente para a extração dos termos para realizar a indexação.

O trabalho do indexador está diretamente ligado ao processo de organização e recuperação da informação, pois ao padronizar e conhecer os termos utilizados para indexar as obras ali representadas, é possível fazer pesquisas com uma maior relevância e entregar resultados melhores ao usuário. O uso da indexação é uma das formas de ter uma melhor recuperação da informação.

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 307) define a R.I. como: “Restituição dos dados constantes do sistema, para obtenção de informações específicas ou genéricas" e “A restituição, ou recuperação, abrange o processo total de identificação, busca, encontro e extração da informação armazenada”.

A recuperação da informação tem como primeira atividade a montagem de uma estratégia de busca. O objetivo da estratégia de busca é entender e delimitar qual é a lacuna informacional do usuário, definir os melhores termos para realizar a busca, visando a extração de materiais e documentos

pertinentes com o objeto de pesquisa (Marques, 2021).

Vieira e Garrido (2011, s. p.) definem o objetivo principal da recuperação da informação como:

> [...] recuperar mais documentos que alcancem a necessidade informacional dos usuários e recuperar menos documentos irrelevantes, é o objetivo central da recuperação da informação. No entanto, tudo está interligado: a recuperação efetiva da informação relevante depende tanto das tarefas dos usuários, quanto da visão lógica dos documentos adotados pelos sistemas de recuperação de informação. [...] A princípio, o objetivo de um sistema de recuperação de informação é apenas atender a necessidade de informação do usuário, e não recuperar com exatidão todos os documentos requeridos. A recuperação de dados diferencia-se da recuperação da informação, uma vez que a sua precisão e exatidão é essencial e imprescindível. [...]

Os operadores booleanos[viii] auxiliam no processo de busca em Base de Dados. Sua estrutura básica é composta pelos termos *and, or, not.* O *And* é utilizado para unir dois termos distintos. Por exemplo "indexação *and* Arquivologia". Ao utilizar este operador, vão ser pesquisadas e recuperadas na base, documentos que possuem em seu escopo os dois termos. O *or* é utilizado como forma elegível, busca por um termo ou outro, como no caso de "veículo *or* automóvel". O *not* é utilizado para excluir um ou mais termos. (Picalho, Lucas & Amorim, 2022).

Ingwersen (1992) traz em sua obra três pontos de vista para pesquisa e desenvolvimento da recuperação da informação: *Aboutness,* considerado o tema ou o assunto a ser pesquisado; tipos de representação da informação; a relevância e avaliação dos resultados recuperados.

Utilizar os operadores booleanos refinam o processo de busca e melhoram a recuperação e extração de materiais e informações pertinentes para uso. Além dos operadores booleanos, as técnicas de tratamento temático da informação, como a categorização e a indexação, também auxiliam no processo de recuperação da informação.

Neste trabalho foram abordadas temáticas sobre o uso de tecnologias da informação na Arquivologia, repositórios digitais, base de dados, métodos e técnicas da área de representação temática da informação e a recuperação da informação. No segmento, demonstrou-se como elas são aplicadas na BDA.

A discussão teve como objeto de estudos a identificação de técnicas de organização da informação na BDA para propor melhorias e analisar a relação entre TTI e RI.

Análise e discussão dos resultados

Para realizar a investigação de como é feito o TTI dentro da BDA, o primeiro passo adotado foi a leitura de bibliografia pertinente ao assunto. O procedimento permitiu a identificação de métodos e técnicas de organização da informação que poderiam ser adotados pela base de dados para a organização de seus documentos, como a taxonomia, categorização, indexação, entre outros métodos.

O segundo passo adotado foi navegar na própria plataforma para identificar quais dos métodos/técnicas foram utilizadas na BDA. Foi possível identificar três metodologias adotadas, as taxonomias, a categorização e a indexação, utilizadas para organizar e auxiliar na recuperação da informação.

Na BDA, empregam-se taxonomias para estabelecer a nomenclatura dos metadados a serem preenchidos durante o cadastramento dos documentos, por exemplo: ano, autores, coleções, edições, editoras, *key words*, locais, natureza, organizadores, palavras-chave. Também adotou-se a taxonomia "categoria" para classificar os objetos cadastrados em categorias que os englobam.

A Base de Dados por ser desenvolvida através do Tainacan, utiliza de taxonomias para se criar vocabulários de categorização em seu acervo digital (Luna, 2023). As taxonomias são responsáveis por dar nome às coleções presentes na BDA.

O Tainacan não utiliza um tesauro padrão para definir o nome de suas coleções. Devido ao grande número de áreas do conhecimento que utilizam essa ferramenta para gerenciar as suas coleções, a escolha da nomenclatura fica no encargo da instituição gestora. (Silva & Segundo, 2019). A Figura 2, a seguir, demonstra as coleções presentes na BDA.

Figura 2: **Página de Coleções da Base de Dados em Arquivística**



Fonte: Base de Dados em Arquivística (2024)

As coleções estão organizadas com base em dois tipos principais de categorização: Obras e Arquivística, totalizando 10.036 itens cadastrados. A coleção Obras reúne, aproximadamente, 890 itens, incluindo livros, cadastro principal dos periódicos e anais de eventos em geral.

Por sua vez, a coleção Arquivística conta atualmente com 9146 itens, entre os quais se destacam artigos científicos, capítulos de livros e artigos apresentados nos eventos científicos. Esses registros podem, ou não, estar associados a materiais cadastrados na coleção Obras.

A segunda categoria das coleções, Arquivística, pode ser entendida como subcategoria da categoria Obras, sendo que os documentos depositados são categorizados por tipo de produção bibliográfica. Na coleção de eventos científicos, foram cadastrados os Anais, cadernos de resumos, programação dos eventos científicos da área de Arquivologia. Na coleção de periódicos foram cadastradas as revistas científicas seriadas, impressas e digitais, e outros tipos de periódicos. Já na coleção de monografias, são depositados os livros, capítulos de livros e manuais relacionados à área de Arquivologia.

Ao navegar pela página da BDA, podemos observar o uso da categorização, uma importante ferramenta para a organização e recuperação da informação. Com o aprofundamento da navegação dentro dos materiais depositados na Base de Dados, também se consegue perceber o uso de outra técnica que auxilia na organização e recuperação da informação, que é a indexação.

O Tainacan permite a criação e a utilização de palavras-chave para descrever os documentos depositados. Os descritores utilizados nas obras podem ser considerados como termos de indexação. A extração dos termos para a indexação é realizada através da análise do documento ali depositado. A imagem a seguir, Figura 3, retirada da BDA, exemplifica como é feita essa descrição:

Figura 3: **Página de documento cadastrado na Base de Dados em Arquivística**



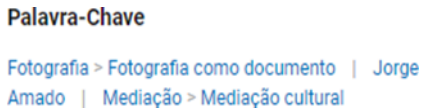
Fonte: Base de Dados em Arquivística (2024)

Na página é possível identificar os metadados preenchidos com as informações relevantes sobre o item como o resumo, paginação, observações entre outros. As informações aliadas às palavras-chave auxiliam na identificação e na descrição do documento cadastrado na base.

A imagem a seguir, Figura 4, traz os termos utilizados para indexar um documento

cadastrado na BDA, onde são apresentados os termos gerais (pai) e seus termos específicos.

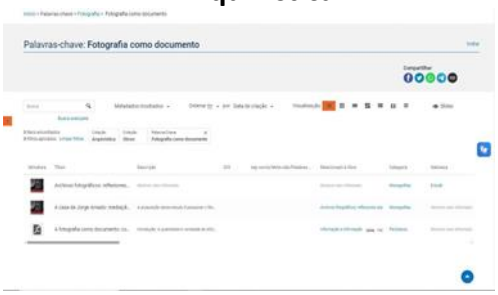
Figura 4: Termos descritores de uma obra cadastrada na BDA



Fonte: Base de Dados em Arquivística (2024)

A indexação realizada pela BDA não só descreve os documentos cadastrados por meio de taxonomias, mas também reúne e organiza todos os documentos que tratam do mesmo assunto em um único local. Ao clicar em um termo descritor, se consegue recuperar todos os documentos indexados com o termo conforme ilustrado na imagem a seguir, Figura 5.

Figura 5: Página da Palavra-chave "fotografia como documento" cadastrada na Base de Dados em Arquivística



Fonte: Página da Base de Dados em Arquivística (2025)

O uso da indexação, utilizada na representação e organização da informação, permite uma melhor usabilidade de uma base de dados, como visto na BDA, e auxilia na recuperação da informação dos documentos cadastrados.

Problemáticas identificadas no uso do tratamento temático da informação

Foram identificadas algumas problemáticas ligadas ao uso do tratamento temático das informações adotadas na BDA. Os problemas identificados estão relacionados à criação das categorias para categorização e no processo de indexação dos documentos cadastrados na Base de Dados.

Quando foi proposta, a BDA apresentava três categorizações: Periódicos, Eventos científicos e Monografias. Num segundo momento, a fim de unificar os procedimentos para o cadastramento, foram definidas duas categorias. A primeira, "Obras", inclui o material bibliográfico geral, ou seja, a denominação do(s) evento(s) científico(s), o título do(s) periódico(s) e o título do(s) livro(s) e manual(ais). Na segunda "Arquivística", são preenchidos, com detalhamento, os metadados referentes aos artigos apresentados nos eventos científicos, artigos publicados nos periódicos e, no caso dos livros, os capítulos que reflitam temáticas relacionadas à arquivística.

Ainda que as nomenclaturas das categorias principais sejam genéricas, os vários tipos de materiais bibliográficos estão identificados. Para isso, o pesquisador precisa compreender o percurso durante as buscas, o que pode ocasionar um tempo mais longo na resposta.

Na imagen a seguir, Figura 6, temos exemplos de diferentes tipos de materiais cadastrados na categoria "Obras", onde são apresentadas duas monografias e um evento científico.

Figura 6: Página da categoria "Obras"



Fonte: Base de Dados em Arquivística (2025)

Uma proposta de solução para as problemáticas ligadas à categorização seria extinguir as categorias "Obras" e "Arquivística" e retomar apenas a categorização ligada aos tipos de produção. A técnica permite a criação de categorias mais específicas para melhor ordenar os documentos.

Na categoria de "Eventos Científicos" seriam cadastrados os eventos como um todo e os

itens ligados aos eventos seriam cadastrados em subcategorias como “Anais de evento”[ix], “Programação”, “Livro de resumos”[x] e por fim criar mais uma subcategoria para categorizar os artigos apresentados no evento e publicados nos Anais, denominado “Artigo dos Anais”.

Na categoria de “Monografias” a nomenclatura seria substituída por “Livros e Manuais”, onde seriam cadastrados o inteiro teor dos documentos e os itens ligados aos livros e manuais em subcategorias como “Capítulo de livro” e “Capítulo de manual”. Na categoria de “Periódicos” seriam cadastrados os periódicos como um todo, e os itens ligados aos periódicos em uma subcategoria denominada “Artigo de periódico”.

Ao adotar categorias gerais e outras mais específicas, a recuperação dos itens cadastrados tornaria a pesquisa mais rápida. Essa técnica, categorias gerais e específicas, colabora com a melhora na experiência do usuário ao utilizar a BDA.

Ao navegar nas categorias e nos itens presentes na BDA, nota-se a presença de termos de indexação, representados pela nomenclatura de palavras-chave, utilizados como pontos de acesso e recuperação da informação. Aprofundando no uso da técnica foi possível identificar três pontos a serem considerados.

O primeiro é que nem todos os itens cadastrados estão indexados, por exemplo, em vários artigos, sobretudo os mais antigos, estão ausentes o resumo, as palavras-chave, o ano de produção entre outras informações relevantes para a extração dos termos de indexação. Isso deve-se ao fato de que os textos publicados anteriormente não registravam os resumos e as palavras-chave, ocasionando lacunas nos metadados a serem preenchidos.

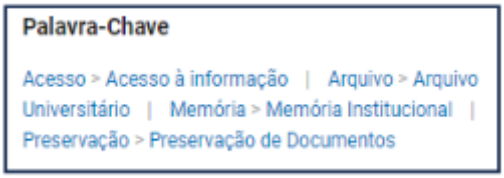
Quanto ao segundo é a ausência do uso de uma linguagem documentária estruturada para padronizar e organizar os termos utilizados para indexação. Os dois pontos levantados são importantes, pois prejudicam o usuário no processo de busca e recuperação da informação.

A ausência de atribuição das palavras-chave ocorre devido à ausência de informação na produção científica a ser cadastrada.

Há a possibilidade de os usuários realizarem pesquisas apenas utilizando os termos atribuídos como palavras-chave. Dada essa opção de navegação, é crucial que todos os itens cadastrados estejam devidamente indexados. O usuário pode empregar essa função da plataforma para recuperar todos os itens cadastrados que abordem uma palavra-chave específica. Quando documentos não são indexados, isso prejudica significativamente a recuperação da informação.

O outro ponto a ser observado é na criação dos termos a serem utilizados no momento da indexação. Ao navegar no item que possui a atribuição do termo, é possível notar a estrutura de uma linguagem documentária, apresentando a relação hierárquica dos termos, indo do mais geral para o mais específico, conforme a Figura 7, a seguir:

Figura 7: **Palavras-chave atribuídas a um item cadastrado na Base de Dados**



Fonte: Base de Dados em Arquivística (2024)

Para a criação de termos de indexação, geralmente, o profissional que trabalha com esse tipo de técnica extrai os termos do documento em sua linguagem natural. Com o auxílio de uma linguagem documentária, como um tesauro ou um vocabulário controlado básico, ele transforma esses termos da linguagem natural em uma linguagem documental. O termo traduzido para uma linguagem documental será utilizado para indexar todos os outros itens que tratam do mesmo assunto.

Visando a melhoria dos termos utilizados para a indexação dos itens cadastrados e por se tratar de uma base de dados temática em Arquivologia, a BDA poderia utilizar o Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação (2014),

criado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, escrito por Cunha e Cavalcanti (2008) e o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), criado pelo Arquivo Nacional. Os instrumentos são fontes de pesquisa para a revisão dos termos já criados e extração de novos termos a serem utilizados para a indexação dos itens.

Outra alternativa é utilizar esses documentos como fonte de pesquisa e criar um tesauro ou um Vocabulário Controlado Básico (VCB), especializado em Arquivologia, para ser utilizado na Base de Dados. Criando uma linguagem documentária, além de auxiliar e melhorar o trabalho de cadastramento e indexação, também é possível contribuir com outros repositórios que indexem documentos que abordam a Arquivologia.

Após a revisão e criação dos termos, é possível selecionar os itens já cadastrados na Base de Dados que ainda não possuem palavras-chave atribuídas e, em seguida, designar adequadamente os termos que melhor descrevem cada item. Esse processo contribuirá significativamente para a organização e a recuperação eficiente da informação pelos usuários, que poderão utilizar as palavras-chave atribuídas aos itens para realizar buscas de maneira mais eficaz. Ressalta-se que estão previstos projetos para melhoria da funcionalidade da BDA e adequação do vocabulário controlado.

Através da literatura das áreas de C.I e de Arquivologia, foi possível compreender a relação entre o uso de metodologias de TTI com a RI. Com o uso correto das técnicas, as informações a serem depositadas são organizadas de maneira eficiente, o que impacta diretamente na recuperação da informação ali registrada.

Na BDA, foram empregadas três metodologias de TTI. A primeira consiste no uso de taxonomias para criar e alimentar os metadados de catalogação dos itens. A segunda envolve a categorização, que organiza os itens cadastrados em grupos que melhor os representam. Por fim, a terceira metodologia é a indexação, utilizada para descrever o conteúdo dos itens cadastrados.

O uso de taxonomias e a categorização desempenham um papel fundamental na recuperação da informação, especialmente no contexto de bases de dados em Ciência da Informação, conforme discutido por Santos e Duque (2023). As taxonomias funcionam como estruturas ontológicas que organizam conceitos e categorias de forma hierárquica e sistemática, facilitando a classificação e a representação do conhecimento. Essa organização permite que os sistemas de recuperação da informação possam mapear e relacionar termos e conceitos de maneira mais precisa, melhorando a precisão e a relevância dos resultados encontrados.

A categorização e a indexação estão diretamente ligadas ao processo de recuperação da informação. Através da categorização, é possível organizar e recuperar itens que compartilham características em comum, enquanto a indexação possibilita a organização e a recuperação de itens com conteúdo similares. A utilização de metodologias de organização e descrição da informação enriquece e facilita a experiência do usuário ao acessar a base de dados como fonte de pesquisa e extração de informações relevantes. Além disso, essas metodologias auxiliam e padronizam o processo de cadastramento de novos itens.

Considerações finais

A pesquisa foi realizada para identificar as técnicas e metodologias de tratamento temático da informação utilizadas na BDA, propor soluções e melhorias e analisar a relação entre TTI e RI. O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de leituras referentes à organização da informação, focando no tratamento temático de materiais bibliográficos e na navegação na base de dados.

Por meio da revisão de literatura e da navegação na plataforma, foi possível iniciar

um estudo de caso, identificando os métodos e técnicas de organização da informação utilizados na (BDA), como o uso de taxonomias, categorização e indexação. A identificação permitiu observar algumas problemáticas relacionadas ao uso e à aplicação das metodologias no repositório.

Os pontos observados para melhoria estão relacionados à escolha das taxonomias para categorização, à forma de agrupamento dos materiais nas categorias, à falta de padronização dos termos de indexação e aos materiais cadastrados na plataforma que não receberam termos indexadores.

Para a melhoria e soluções dos problemas relacionados a indexação foi proposta uma revisão dos termos já cadastrados, utilizando documentos auxiliares, como o Tesauro Brasileiro da Ciência da Informação (2014), o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) e o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), para revisar e extrair novos termos para serem utilizados na indexação dos itens cadastrados.

O uso dos documentos proporciona a oportunidade de criar um Tesauro ou um Vocabulário Controlado Básico (VCB) específico para a área de Arquivologia, a ser implementado para a criação e padronização dos termos de indexação dos itens cadastrados na Base de Dados.

Após a revisão e criação dos novos termos, a próxima etapa proposta foi identificar as produções científicas e técnicas que não possuem palavras-chave atribuídas e, posteriormente, atribuí-las por meio de uma análise prévia dos itens cadastrados, visando identificar as expressões que melhor descrevem o conteúdo dos documentos depositados.

A partir da leitura dos materiais da área de C.I. e Arquivologia foi possível identificar que o tratamento temático da informação não apenas influencia na organização da informação, mas também na recuperação da informação. Através do uso da categorização, é possível organizar e recuperar itens que compartilham características em comum, enquanto a indexação possibilita a organização e a recuperação de itens com conteúdo similares.

Para estudos futuros sugere-se a análise de outras estruturas da BDA, promovendo investigações constantes do funcionamento e da navegabilidade, para que ela continue sendo uma fonte de pesquisa eficiente e de qualidade para os usuários interessados na área de Arquivologia.

Portanto, a pesquisa a partir do entendimento da organização dos itens cadastrados na BDA, propôs possíveis alternativas de melhorias para serem aplicadas no uso das taxonomias, no tratamento temático da informação, que vão gerar impacto na recuperação da informação. Buscou-se, dessa maneira, possibilitar ajustes na navegação e usabilidade da plataforma por parte dos usuários.

Pretende-se que, a partir dos resultados sa pesquisa, a BDA continue em constante evolução e crescimento, trazendo maiores benefícios para a comunidade acadêmica da Arquivologiae áreas afins. Ademais, as propostas apresentadas possibilitam uma melhor navegabilidade e usabilidade do repositório por seus usuários e por seus colaboradores, se transformando em um importante aliado para as pesquisas voltadas para a temática arquivística.

Referências

Albrecht, R. F., & Ohira, M. L. B. (2000). Bases de dados: metodologia para seleção e coleta de documentos. Revista Acb, 5(5), 131-144.

Almeida Júnior, O. F. de. (2020). Prefácio. In L. S. Freitas et al. (Orgs.), O PPGCI/UFF nos Enancib: Trabalhos premiados (pp. 9–13). São Paulo: Tikinet. http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2021/04/O-PPGCI-UFF-nos-Enancib_Completo_Final-1.pdf

Artefactual Systems. (2015). *AtoM*. https://www.accesstomemory.org/pt-br/

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1992). *NBR 12676: Métodos*

para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/NBR-12676-INDEXACAO.pdf

Boaventura, E. M. (2004). *Metodologia da pesquisa: Monografia, dissertação e tese*. Atlas.

Bräscher, M., & Guimarães, J. A. C. (2018). Tratamento temático da informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995. Liinc Em Revista, 14(2). https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4347

Bräscher, M., & Monteiro, F. de S. (2010). Organização da informação em repositórios digitais. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, *15*(29). https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/13705

Brasil. Casa Civil. Secretaria-Executiva. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. (2022). *E-arq Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. CONARQ. https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf

Brasil. Ministério da Cultura. Brasiliana Museus. (s.d.). *Testes de Boques Tainacan*. https://brasiliana.museus.gov.br/testes-de-bloques-tainacan/

Café, L. M. A., & Sales, R. de. (2010). Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In J. Robredo & M. Bräscher (Orgs.), *Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento* (pp. 115–129). IBICT.

Coelho, A. I. R. C. G. (2020). *A produção científica sobre taxonomias navegacionais facetadas: Estudo a partir de bases de dados da ciência da informação (2010–2018)* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra].

Consultative Committee for Space Data Systems (CCSDS). (2012, June). *Reference model for an open archive information system (OAIS)* (CCSDS 650.0-M-2). CCSDS Secretariat. http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf

Costa, M., et al. (2016). *Guia do usuário Archivematica*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. http://livroaberto.ibict.br/123456789/1063/4/Manual-Archivematica.pdf

Crow, R., et al. (2002). *The case for institutional repositories: a SPARC position paper*. https://sparcopen.org/wp-content/uploads/2016/01/instrepo.pdf

Cunha, M. B. da, & Cavalcanti, C. R. de O. (2008). *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Briquet de Lemos. http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/34113

Dias, E. W. (2001). Contexto digital e tratamento da informação. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, 2(5), 1-10.

Guimarães, J. A. C., Ferreira, G. M., & Freitas, M. F. M. (2012). Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-España. In *Congreso ISKO Capítulo Español, 10., 2011. Actas* (pp. 181–194). Ferrol. https://iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/dd282-181-194_guimaraes.pdf

Guimarães, J. A. C., Sales, R., & Grácio, M. C. C. (2012). A dimensão interdisciplinar da análise documental nos contextos brasileiro e espanhol no âmbito da organização do conhecimento. *DataGramaZero*, 13(6). https://cip.brapci.inf.br/download/45874

Hillesheim, A. I. de A., & Fachin, G. R. B. (2016). Prática de tratamento da informação: relato de experiência docente. *Revista ACB*, *21*(3), 627–638. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1204

Ingwersen, P. (1992). *Information retrieval interaction*. Taylor Graham.

https://peteringwersen.info/publications/0060_ingwersen_iri.pdf

Luna, M. M. (2023). Tainacan Beta 0.20.3 – Gerenciando e exibindo termos de taxonomias. Tainacan. https://tainacan.discourse.group/t/tainacan-beta-0-20-3-gerenciando-e-exibindo-termos-de-taxonomias/1436

Marques, J. M. L. (2021). *Nível de relevância dos resultados de busca apresentados pela Netflix: um estudo de caso com consumidores de conteúdos LGBTQI+* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília). https://bdm.unb.br/handle/10483/28601

Martins, D. L., Silva, A. S., Santarém Segundo, J. A., & Albuquerque, E. M. (2017). Repositório digital com o software livre Tainacan: Revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista Filme Cultura. Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). https://www.researchgate.net/publication/338045811

Melo, K. I. (2021). BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA. In *Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos* (Vol. 8). Eventus. https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/292347-BASE-DE-DADOS-EM-ARQUIVISTICA--A-PRODUCAO-CIENTIFICA-BRASILEIRA

Melo, K. I., Souza, S., & Paiva, D. (2023). Construção da base de dados em arquivística: uma ferramenta de pesquisa. *Participação*, 1(38). https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/46805

Mendes, I., & Pinto, V. B. (2019). Taxonomia nas áreas da biblioteconomia e da ciência da informação: uma revisão sistemática. *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)*, (12). https://cip.brapci.inf.br//download/127650

Miranda, A., & Simeão, E. (2005). Estrutura da informação e modelo extensivo: uma abordagem para a Ciência da Informação. In A. Miranda & E. Simeão (Orgs.), *Informação e tecnologia: conceitos e recortes* (pp. 177–199). Universidade de Brasília. (Série Comunicação da Informação Digital, v. 1).

Novo, H. F. (2010). A taxonomia enquanto estrutura classificatória: uma aplicação em domínio de conhecimento interdisciplinar. *PontodeAcesso*, 4(2), 131–156. https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4103

Messenlehner, B., & Coleman, J. (2014). *Criando aplicações web com WordPress: WordPress como um framework de aplicações*. Novatec Editora. https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1KPDBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA293&dq=conceito+de+wordpress

Oliveira, R. R. de, & Carvalho, C. L. de. (2009). Implementação de interoperabilidade entre repositórios digitais por meio do protocolo OAI-PMH (pp. 3–9). Universidade Federal de Goiânia, Instituto de Informática. https://www.researchgate.net/profile/Renan-Oliveira/publication/266459173_Implementacao_de_Interoperabilidade_entre_Repositorios_Digitais_por_meio_do_Protocolo_OAI-PMH/links/55bf3d9b08aed621de122906/Implementacao-de-Interoperabilidade-entre-Repositorios-Digitais-por-meio-do-Protocolo-OAI-PMH.pdf

Oliveira, E. D., et al. (2019). Base de dados e suas vertentes: uma organização das emissoras de rádio da região de Campinas. In *Anais do 28° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB*. https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2390

Picalho, A. C., Lucas, E. R. de O., & Amorim, I. S. (2022). Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. *AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, 11. https://brapci.inf.br/#/v/193823

Pinheiro, L. V. R., & Ferrez, H. D. (2014). *Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. http://sitehistorico.ibict.br/publicacoes-e-

institucionais/tesauro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1/copy_of_TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA24102014.pdf

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Editora Feevale.

Rabelo, N. B., & Cé, G. (2023). Repositórios digitais: especificidades e proximidades sob a ótica da ciência da informação. *Brazilian Journal of Information Science*, 17. https://brapci.inf.br/#/v/220255

Rocha, M. M. V. da. (2021). *Um olhar sobre os cursos de bacharelado em arquivologia no Brasil à luz do regime de informação* (Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba). https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20883?locale=pt_BR

Santos, R. F. dos, & Corrêa, R. F. (2017). Organização da informação em repositórios digitais: uma abordagem sobre a política de indexação da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). In *Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento (ISKO-BRASIL)*, Recife. https://cip.brapci.inf.br//download/122077

Santos, L. S., & Duque, C. G. (2023). *Estudos ontológicos aplicado ao contexto: Base de dados em Ciência da Informação - BRAPCI*.

Sayão, L. F. (1996). Bases de dados: a metáfora científica. *Ciência da Informação*, 25(3). https://doi.org/10.18225/ci.inf.v25i3.629 https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/629

Silva, A. R. da, & Lima, G. Â. B. de O. (2011). As categorias e a categorização cognitiva contemporânea: enfoque sobre os olhares da biblioteconomia e ciência da informação e das ciências cognitivas. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 34(3). https://cip.brapci.inf.br//download/83778

Silva, A. R. da. (2011). Estudo dos princípios de categorização na biblioteconomia e ciência da informação: Ranganathan - entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva contemporânea. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16(4). https://brapci.inf.br/#/v/32784

Silva, M. E. dos S. (2023). Bases de dados em arquivologia no Brasil: estudo da usabilidade na Base de Dados em Arquivística (BDA) e na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB) (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa). https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/28930/1/MESS13112023.pdf

Silva, L. C., & Segundo, J. E. S. (2019). Componentes de representação da informação em ambientes de informação digital: estudo do sistema de organização do software Tainacan. In *ENANCIB 2019*. https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1333/912

Sousa, R. T. B. de, & Araújo Júnior, R. H. de. (2015). A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. *Ciência da Informação*, 42(1). https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1400

Souza, F. P. de, & Hillesheim, A. I. de A. (2014). Tratamento da informação e o uso das tecnologias da informação e comunicação. *Biblionline*, 10(2). https://brapci.inf.br/#/v/16519

Souza, M. I. F., Vendrusculo, L. G., & Melo, G. C. (2000). Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. *Ciência da Informação*, 29, 93–102. https://www.scielo.br/j/ci/a/tcW3q4WvNBQNTqTyLK8qfFF/

Tartarotti, R. C. D., Dal'Evedove, P. R., & Fujita, M. S. L. (2015). Atuação bibliotecária na análise de assunto de teses nas dimensões teóricas da catalogação de assunto e indexação. In J. A. C. Guimarães & V. Dodebei (Orgs.), *Organização do conhecimento e diversidade cultural* (pp. 329–337).

ISKO-Brasil; FUNDEPE. https://cip.brapci.inf.br/download/135506

Taylor, A. G., & Joudrey, D. N. (2004). *The organization of information*. Libraries Unlimited.

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=hK_2EAAAQBAJ

Terra, J. C. C., & Bax, M. P. (2003). Portais corporativos: instrumento de gestão de informação e de conhecimento. In I. Paim (Org.), *A gestão da informação e do conhecimento* (pp. 33–53). Belo Horizonte.

Viana, J. Q., et al. (2022). Metodologia para a construção de taxonomia corporativa facetada. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44638

Vieira, A. A. N., et al. (2015). Novas perspectivas e diálogos para a arquivologia: tecnologias e ciências jurídicas. *Informação & Tecnologia*, 2(1). https://brapci.inf.br/#/v/41340

Vieira, A. P. F., Oliveira, L. P. de, & Cunha, T. M. (2017). Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. *Informação em Pauta*, 2(1), 28–49. http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/6542/30021

Viera, A. F. G., & Garrido, I. S. (2011). Folksonomia como uma estratégia para recuperação colaborativa da informação. *DATAGRAMAZERO*, 12(2). https://brapci.inf.br/#/v/7336

Wang, P. (2023, March). Rising of retracted research works and challenges in information systems: Need new features for information retrieval and interactions. In *Proceedings of the 2023 Conference on Human Information Interaction and Retrieval* (pp. 69-82).

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2. ed.). Bookman. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf

NOTAS

[i] A Base de Dados em Arquivística (BDA), desde a sua criação, é coordenada pela Profa. Katia Isabelli Melo. A proposta inicial surgiu como um Projeto de Iniciação Científica (ProIC), da Universidade de Brasília.

[ii] A pesquisa resulta de um estudo desenvolvido ao término do curso de graduação em Arquivologia, da Universidade de Brasília.

[iii] Conforme Crow (2002), repositórios institucionais são coleções que capturam e preservam a produção intelectual de uma instituição ou comunidade.

[iv] O e-ARQ Brasil é um modelo de requisitos para a gestão arquivística de documentos digitais, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) no Brasil. O objetivo do e-ARQ Brasil é fornecer diretrizes e normas para a criação, manutenção, preservação e acesso a documentos arquivísticos digitais, garantindo a autenticidade, confiabilidade e integridade desses documentos ao longo do tempo. (CONARQ, 2022).

[v] Conforme registrado pelos autores, "Dublin Core pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos." (Souza, Vendrusculo & Melo, 2000, p. 93).

[vi] Segundo os autores, "O OAI-PMH (Open Archives Initiative– Protocol for Metadata Harvesting) é um protocolo que possibilita aos participantes da iniciativa OAI compartilhar seus metadados, para aplicações externas que se interessem na coleta desses dados." (Oliveira & Carvalho, 2009, p. 7).

[vii] Integram a equipe da BDA discentes de graduação, bolsistas e voluntários, vinculados ao Projeto de Iniciação Científica e ao Projeto de Extensão, coordenados pela Profª. Katia Isabelli Melo, docente do Curso de Arquivologia, da Universidade de Brasília.

[viii] "[...] a álgebra booleana consiste em um conjunto lógico, binário e bivalente criado pelo matemático George Boole na metade do século XIX." (Picalho, Lucas & Amorim, 2022, p. 3).

[ix] Utilizado para cadastrar os Anais como um todo.

[x] Como há eventos para os quais os Anais não estão disponíveis, são cadastradas as programações ou cadernos de resumos relacionados a esses eventos.

Sessão 2

PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NA BIBLIOTECONOMIA: DIRETRIZES PARA ATUAR COM A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Daniela Spudeit, UDESC, Brasil, danielaspudeit@gmail.com

Beatriz Heinrich, UDESC, https://orcid.org/0000-0003-0064-7675, Brasil, *beatrizheinrichh@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6658

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

Quando aborda-se o tema do empreendedorismo na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação pode-se observar que empreender envolve não apenas mudanças no perfil e nas competências dos profissionais, mas também em toda a sua visão de atuação profissional e cultura organizacional. Segundo Spudeit (2016, p. 13) "empreender, trata-se de incorporar novas práticas que redefinem o comportamento e a perspectiva do bibliotecário". Embora o empreendedorismo seja bem discutido em áreas como Administração e Economia, ele ainda é pouco explorado na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, o que apresenta um campo promissor para inovação e crescimento para atuação profissional.

Fonseca e Mota (2016, p. 2) destacam que "o conceito de Empreendedorismo comumente é associado, ao olhar do senso comum, à criação de um novo negócio, ao ambiente empresarial, lucro e inovação". Essa visão popular se faz limitada no contexto da Biblioteconomia, pois nessa área o empreendedorismo pode ir além desse senso comum, pois pode envolver aspectos de transformação social, melhoria de processos e a criação de informações, visando não apenas o lucro.

Baseado nesses conceitos, falar sobre empreendedorismo na Biblioteconomia e Gestão da Informação vai muito além da criação de negócios e pode ampliar o impacto dos profissionais da informação, assim como sua valorização profissional, ajudando na democratização do acesso à informação, e não apenas adaptando o bibliotecário às mudanças tecnológicas e demandas de mercado, mas visando ao valor e reconhecimento ao trabalho do bibliotecário como gestor da informação.

Como objetivo geral o trabalho visa apresentar diretrizes para os bibliotecários que desejam empreender na área de Gestão da Informação. Para isso, como objetivos específicos: a) conceituar a cultura e prática empreendedora por meio de levantamento bibliográfico b) identificar trabalhos na literatura que tratem de empreendedorismo na Biblioteconomia c) mapear empresas que prestam serviços dentro da área da Biblioteconomia e Gestão da Informação d) conhecer os desafios e experiências dos bibliotecários que prestam serviços na área no Brasil.

Como justificativa da pesquisa, destaca-se sua relevância no âmbito social, profissional e pessoal. No âmbito social, a presente pesquisa contribui para o fortalecimento do empreendedorismo na Biblioteconomia destacando o potencial inovador desses profissionais como gestores da informação. Em consonância com o no projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), possui o objetivo principal de "Formar bibliotecários habilitados em gestão da informação com competências ético-políticos, técnicas, tecnológicas e cientificas para desempenhar seu papel social e atuar de forma crítica e comprometida com o caráter humanístico da profissão" (UDESC, 2017, p.11).

Dessa forma, percebe-se que a UDESC desempenha um papel importante e pioneiro ao incorporar o ensino do empreendedorismo no currículo da Biblioteconomia desde 2009, o que torna os bibliotecários formados pela universidade capacitados para exercer suas funções de maneira ética e socialmente comprometidos, ampliando as perspectivas de

atuação desses profissionais no mercado de trabalho.

No que tange ao âmbito profissional, pesquisar sobre empreendedorismo na Biblioteconomia denota ser uma boa alternativa para bibliotecários e gestores da informação pois explora novos campos de atuação por meio da inovação e a organização de diferentes suportes informacionais prestando serviços para a sociedade. Spudeit e Romeiro (2015) enfatizam a "importância do empreendedorismo como atividade imprescindível ao bibliotecário no atual mercado de trabalho".

Por fim, no âmbito pessoal, a autora desta pesquisa reflete o interesse obtido após a realização de pesquisas como estudante de iniciação científica, em que foi abordado o tema empreendedorismo na Biblioteconomia durante a vida acadêmica, destaca o interesse no desenvolvimento de competências empreendedoras dentro da Biblioteconomia não somente em nichos de atuação tradicionais, mas também em outros espaços.

Referencial Teórico

Nesta seção é abordado sobre conceito de Empreendedorismo e as perspectivas da inserção da cultura do Empreendedorismo no contexto da Biblioteconomia a partir de Chiavenato (2007), Dornelas (2005, 2014), Conti, Pinto e Davok (2009), Madalena (2018), Spudeit (2016) entre outros.

2.1 Empreendedorismo

De acordo com Chiavenato (2007, p. 5) "o empreendedorismo tem sua origem na reflexão de pensadores econômicos do século XVIII e XIX, conhecidos como defensores do *laissez-faire* ou liberalismo econômico". Chiavenato (2007) destaca que o conceito de empreendedorismo tem suas origens enraizadas nas ideias de pensadores que defendiam o liberalismo econômico. Esses pensadores abordavam a intervenção do estado economia, argumentando que indivíduos e empresas deveriam operar livremente. Assim, a ideia central era que a liberdade econômica incentivaria a inovação e o empreendedorismo, impulsionando o desenvolvimento econômico.

Apesar da primeira ideia sobre empreendedorismo que vem à mente estar associada com a construção de um novo negócio ou uma maneira diferente de inovar, ligada a área empresarial visando lucro, seguindo a visão de Chiavenato (2007) existem três linhas de pensamento para o empreendedorismo, são elas: a visão dos economistas, a visão dos behavioristas e a escola de traços de personalidade.

Os economistas basicamente apresentam o empreendedorismo como a ideia de inovação que tem como influência sempre o desenvolvimento econômico. Já os Behavioristas traçam que o empreendedorismo tem ligação com a personalidade do empreendedor, ou seja, um perfil empreendedor. Na última linha de pensamento da escola de Traços e personalidades manifestam que para ser um empreendedor é preciso ter certas características e aperfeiçoar pontos específicos para que o negócio tenha sucesso. (Chiavenato, 2007)

Para Bateman e Snell (2012, p.104) "ser empreendedor é estabelecer uma nova organização sem os benéficos do patrocínio coorporativo". Desta maneira o empreendedorismo pode ser definido como a capacidade do indivíduo de enxergar oportunidades e desenvolver soluções para um problema ou situação visando a criação de algo em prol da sociedade que está inserido. Assim, o indivíduo empreendedor é aquele que está disposto a assumir riscos para dar início a um novo negócio, seja ele um projeto pessoal ou social, aquela pessoa que consegue realizar as coisas porque externam em suas características o perfil empreendedor, portanto, os empreendedores "são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, são apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais uns na multidão querendo ser reconhecidos, admirados, referenciados e imitados, querem deixar um legado" (Dornelas, 2014, p. 8).

Dessa forma, pode-se concluir que o empreendedorismo é um processo que vai além da criação de novos negócios que priorizam apenas o lucro, empreender abarca

diversos fatores, como, a capacidade de identificar oportunidades, assumir riscos, transformar ideias, obter soluções inovadoras que contribuem para o desenvolvimento seja social ou econômico.

Abordagens como visão econômica, behaviorista e de trações de personalidade sobre o empreendedorismo apresentam que ser empreendedor envolve aspectos tanto de inovação quanto características pessoais específicas.

Seguindo a ideia de Dornelas (2005) existem diversos tipos de empreendedores, dentre eles: os empreendedores natos que constroem grandes impérios a partir do zero, e se tornam admiráveis por suas histórias de sucesso; empreendedores sociais, que são aqueles que focam em dividir recursos em prol da sociedade sem buscar lucro pessoal, esses empreendedores são comumente encontrados em países em desenvolvimento como o Brasil; os empreendedores inesperados são os que aproveitam uma oportunidade que surge ao longo da vida para iniciar negócios e por outro aspecto tem o empreendedor serial, que é aquele que está constantemente criando negócios, ele é movido constantemente pela paixão do novo, de começar a empreender; e o empreendedor cooperativo ou intraempreendedor, que apresenta outro perfil, trabalhando dentro de grandes organizações, ele assume riscos e sempre busca inovar em situações propostas a ele, contudo não possui uma grande autonomia.

Outros perfis empreendedores de acordo com Dornelas (2003), incluem aqueles que criam seus negócios por necessidades, eles se enquadram como empreendedores por necessidade, que sem oportunidade no mercado de trabalho tradicional, criam seus negócios com baixo retorno financeiro. Já o empreendedor por sucessão familiar, é aquele que herda o patrimônio da família e enfrenta o desafio de expandir o negócio. Por fim, o empreendedor planejado é aquele que estuda o mercado e os riscos, trançando metas e buscando realizá-las de forma estruturada.

Além dos tipos de empreendedorismo também pode-se destacar uma forma de empreendedorismo, além do empreendedorismo tradicional que se conhece: O 'empreendedorismo social', que é segundo Oliveira (2016 p. 7) está relacionado a "Ação inovadora voltada para o campo social cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento".

Ou seja, o empreendedorismo social é voltado à inovação, mas direcionada ao campo social, esse tipo de empreendedorismos tem seu ponto de início por meio da identificação de um problema em uma comunidade, e a partir dessa identificação, se formula uma solução ou estratégia para resolver essa questão social, de modo que gere um impacto positivo na sociedade, já que a inovação e a capacidade de gerar solução são essenciais para o processo de mudança social.

2.2 Empreendedorismo na Biblioteconomia

No campo da Biblioteconomia, Conti, Pinto e Davok (2009), Madalena (2018), Sena, Blattmann e Teixeira (2017) apresentam características que enquadram o perfil e competências empreendedoras na área. Os autores também reforçam a necessidade do desenvolvimento das competências empreendedoras, não somente na graduação com o intuito de ampliar a visão do graduando, mas também como forma de educação continuada, onde esses futuros profissionais empreendedores ficaram aptos ao mercado de trabalho.

As competências empreendedoras fazem parte de um conjunto de características fundamentais para atuação do bibliotecário empreenderem seriam, a criatividade, pensamento crítico, iniciativa, adaptabilidade, flexibilidade, resolução de problemas, comunicação oral, gerenciamento de projetos, mentoria *networking* e colaboração interna (Madalena 2018).

Se bem analisadas essas características das competências empreendedoras, se adequam, não apenas ao empreendedorismo dentro da Biblioteconomia, mas sim a todas as áreas onde é necessário um trabalho em conjunto ou individual em prol de uma solução ou demanda do mercado. Essas mesmas competências são adquiridas por meio de conhecimento, estudos, vivências, experiências do decorrer da atuação profissional.

O empreendedorismo dentro da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação é um tema recente diante os parâmetros da área, de acordo com Spudeit e Romeiro (2015, p. 1) “o empreendedorismo cada vez mais ganha espaço frente às oportunidades de negócios que se formam na atual sociedade”.

Baseado na ideia de Spudeit (2016), para um bibliotecário ser empreendedor é necessário não apenas saber como criar o seu negócio, mas também gerenciar, planejar, organizar e definir funções, ações essas que os bibliotecários realizam em suas rotinas de trabalho. Os bibliotecários são profissionais totalmente aptos para o manuseio da informação em suportes diversificados, fato esse que dentro do empreendedorismo agrega muito valor aos serviços e produtos como elementos de inovação.

Os bibliotecários podem abrir seu próprio negócio para prestar serviços na área da Gestão da informação, com o tratamento técnico das informações, organizações das informações de empresas, na recuperação e preservação de dados, criação de novos meios de comunicação interna, com boletins, relatórios padronizados, modelagem de processos e análise de fluxos informacionais, entre outros nichos.

Além disso, seguindo Spudeit, Frevier e Pinto (2020) os bibliotecários também podem desenvolver caraterísticas como intraempreendedores pois sua atuação profissional exige adaptação, inovação e a criação de soluções que atendam a demanda dos usuários e da comunidade que ele está inserido, ao melhorar suas competências os bibliotecários contribuem para o desenvolvimento de características intraempreendedoras, essas características podem ser, na identificação de oportunidades, na inovação, no pensamento crítico, em soluções de problemas, na comunicação, na administração de conflitos, no entendimento da cultura organizacional, etc. e todas essas habilidades proporcionam inovação e adaptabilidade dos bibliotecários.

As universidades desempenham um papel social de formar profissionais, por meio de ensino, pesquisa e extensão, que serão capazes de conviver em sociedade e transformá-la. Em que os cursos de graduação devem ensinar perspectivas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade civilizada.

Nesta perspectiva, os cursos de Biblioteconomia visam formar bibliotecários hábeis para manusear as informações em diversas áreas do conhecimento, com isso as universidades podem desempenhar um papel fundamental na implementação do empreendedorismo nos cursos de biblioteconomia, por meio de disciplinas, pesquisas, projetos, eventos e oficinas.

A atuação nos centros acadêmicos faz com que os estudantes desenvolvam competências que podem ser aplicadas para o mercado de trabalho, tais como: lidar com conflitos, saber negociar, liderar, saber se comunicar, entre outras. Isso significa que toda essa atuação representa um aprendizado sobre o mundo empresarial. (Madalena, 2018, p.61)

A formação empreendedora pode ser implementada por meio das graduações, com disciplinas teóricas e técnicas, participação em empresas júnior com o aprimoramento técnico pelo trabalho, resolução de problemas, cursos de capacitação que podem ou não ser ofertados pelas universidades, projetos de pesquisas, *workshops*, oficinas, projetos de extensão cursos, palestras. Desta forma o empreendedorismo será ensinado não somente como uma disciplina, mas como o olhar que faça o graduando reconhecer as oportunidades de empreender de maneira que ele desenvolva postura empreendedora.

No Brasil pode-se notar que existem algumas áreas que o bibliotecário pode empreender como comunicação, informação, atividades cientificas, atividades técnicas, atividades administrativas, educação, artes, cultura.

Além dessas oportunidades de negócio, com base na pesquisa “Empreendedorismo na Biblioteconomia: novos campos de atuação. 3ª edição” realizada por Spudeit e Heinrich (2023) existem outros nichos de atuação para os bibliotecários empreenderem e atuarem como prestadores de serviços em Gestão da informação tais como: editoras, livrarias, centros de documentação, criação de bases e bancos de dados, digitalização de arquivos e documentos, desenvolvimento de softwares de gerenciamento, tratamento e preservação de documentos, mapeamento e documentação de processos, criação de

marcas e produtos personalizados, criação de sites e sistemas, organização de eventos, ministração de cursos, oficinas, elaboração de materiais para estudos em concursos, gerenciamento de redes sociais, consultoria na elaboração de projetos entre outros.

Bezerra (2015) apresenta a possibilidade de empreender por meio da criação de produtos e traz o exemplo da marca T-Shirt Mural[2] que desenvolve produtos personalizados como camisetas e canecas com temas voltados aos bibliotecários, bibliotecas e Biblioteconomia.

Pires e Fernandes (2012), Milano e Davok (2009), Anna e Pereira (2014) mostram a consultoria para empresas, voltadas para o tratamento técnico de informações, difusão cultural, disseminação de informação e redes de sistemas de informações.

Fonseca, Fonseca e Fonseca (2005) citam a oportunidade empreender em livrarias e editoras realizando análises de dados. Pereira e Spudeit (2015) apontam o comercio eletrônico como nicho de atuação. Spudeit e Ferreira (2020) discorrem sobre a consultoria em empresas jurídicas com a necessidade de retorno de informação rápida, atualizações de legislação, jurisprudências e doutrinas.

Fonseca, Ferreira e Girard (2017) apresentam o caso da Class Cursos[3] que atua com desenvolvimento gerencial e treinamento, a Santa Biblioteconomia[4] com foco em concursos públicos, a Agência Biblioo[5] que é voltada para o mercado editorial e a comunicação.

Para conhecer melhor as empresas criadas por bibliotecários que prestam serviços na área de Gestão da Informação no Brasil, foi feita uma coleta de dados conforme procedimentos metodológicos apresentados a seguir.

Procedimentos Metodológicos

Essa pesquisa se caracteriza como pesquisa aplicada, pois segundo Pradanov e Freitas (2013, p. 51) a pesquisa aplicada "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais", com abordagem quanti-qualitativa. No que tange aos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva, que segundo Pradanov e Freitas (2013, p.52) a pesquisa "registra e descreve os fatos observados sem interferir neles". Também é considerada pesquisa exploratória quando envolve "levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão" como explicam Pradanov e Freitas (2013, p. 52). A pesquisa exploratória explicita os desafios de empreender na área e os torna público àqueles que tenham interesse em empreender na Biblioteconomia.

Quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa, é uma pesquisa bibliográfica pois foi necessário realizar um amplo levantamento em bases de dados para atingir os objetivos da pesquisa. Foi realizado o mapeamento na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), na *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo) e no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) para verificar artigos de revistas ou trabalhos de eventos que abordassem a temática pesquisada no qual foram usadas as seguintes palavras-chave: Empreendedorismo; Biblioteconomia; competência empreendedora; bibliotecário empreendedor; e campos de atuação. Optou-se em selecionar apenas estudos no idioma da língua portuguesa no período 1980 a 2024.

Dessa forma, recuperou-se 43 trabalhos que após a leitura (100%), somente 18 (41,9%) estavam de acordo com objetivos da pesquisa que foram apresentados na fundamentação teórica sobre empreendedorismo na Biblioteconomia e foram usados na discussão dos resultados. Além disso, os trabalhos encontrados auxiliaram na criação das diretrizes que se relaciona ao objetivo principal dessa pesquisa.

Quadro 1 – Trabalhos recuperados nas bases de dados

Autores	Título	Fonte
Fonseca, Fonseca, Fonseca	Ruptura de paradigmas biblioteconômicos, autoformação e mercado de trabalho: estudo de caso	Revista ACB: Bibliotecono mia em Santa Catarina 2005
Conti, Pinto, Davok	O perfil do bibliotecário empreendedor	Revista ACB: Bibliotecono

		mia em Santa Catarina 2009
Milano, Davok	Consultor de informação: serviços prestados por empresas de consultoria nas áreas de biblioteconomia e gestão da informação	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina 2009
Pires, Fernandes	O bibliotecário consultor: perfil profissional	Revista Biblionline 2012
Anna, Pereira	Ampliando o campo de atuação bibliotecária: o bibliotecário como consultor informacional	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina 2014
Bezerra	Empreendedorismo na Biblioteconomia em tempos de conexões digitais: o caso da marca T-Shirts Mural	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação 2015
Pereira, Spudeit	A atuação de bibliotecários em empresas de comércio eletrônico	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 2015
Spudeit, Romeiro	A formação de bibliotecários empreendedores no Brasil	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 2015
Fonseca, Mota	O empreendedorismo no contexto da formação do bibliotecário da Universidade Federal de Alagoas	Ciência da Informação em Revista 2016
Laurindo, Spudeit, Madalena, Duarte	Empresas criadas por bibliotecários no Brasil: uma análise em relação ao perfil e ramos de atuação	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina 2016
Fonseca, Ferreira, Girard	A economia criativa na Biblioteconomia	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação 2017
Sena, Blattmann, Teixeira	Ecossistema de startups em Florianópolis: possibilidades para profissionais da Biblioteconomia	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação 2017
Silva, Silva Júnior, Salcedo	O bibliotecário como consultor da informação: um campo para atuação profissional	Seminário Nacional de Gestão da Informação e do Conhecimento 2017
Spudeit	Empreendedorismo e profissionais da informação	AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento 2017
Silva, Spudeit	A contribuição do empreendedorismo para a visibilidade do bibliotecário no Brasil	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação 2018
Spudeit, Poleza, Madalena, Romeiro	Formação para o Empreendedorismo nos cursos de bacharelado e licenciatura em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Gestão da Informação no Brasil	Revista Perspectivas em Gestão e Conhecimento 2019
Spudeit, Ferreira	Empreendedorismo e consultoria informacional na área jurídica	Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação 2020
Spudeit, Fevrier, Pinto	Práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia	Revista ACB 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Por meio da revisão da literatura foram apresentados os conceitos sobre a cultura e prática empreendedora em geral e na área da

Biblioteconomia, também foi possível discorrer sobre trabalhos que tratem de empreendedorismo na Biblioteconomia apresentados na seção 2.

Para atingir um dos objetivos, foi feito um mapeamento de empresas criadas por bibliotecários que prestam serviços dentro da área da Gestão da Informação nas mídias sociais (Instagram, LinkedIn e grupos profissionais no Facebook), na literatura e em grupos profissionais para conhecer os bibliotecários que tem negócios na área da Gestão da Informação. Foram encontradas 62 empresas no Brasil que compuseram o universo dessa pesquisa.

Elaborou-se um questionário com questões abertas e fechados enviado de forma online para coletar dados cujas perguntas tratavam sobre formalização, características dos negócios, equipe, atuação geográfica e atividades realizadas, exploram o perfil do proprietário, o uso de tecnologias, redes de clientes, fornecedores e parceiros, além de questionar sobre os desafios para empreender na área. Das 62 empresas que foi enviado o questionário, 25 pessoas responderam, ou seja, a amostra foi composta por 40% das empresas.

A partir desse levantamento bibliográfico e da aplicação do questionário foi possível conhecer os desafios e experiências dos bibliotecários que prestam serviços na área no Brasil e por fim, apresentar diretrizes para os bibliotecários que desejam empreender na área de Biblioteconomia e Gestão da Informação, que foi o principal objetivo dessa pesquisa.

Apresentação e discussão dos resultados

No mapeamento das empresas criadas por bibliotecários que prestam serviços na área de Gestão da Informação no Brasil foram encontradas: @Cervus.doc Consultoria e Assessoria, Acervo Organização e Guarda de Documentos, Acesso Consultoria & Gestão da Informação, Biblio Art Consultoria, Biblio Ideias, BIBLIOCOOP, Biblioteconomia para Concursos, BiblioHelp, BiblioHub, Biblion Consultoria, Biblioo, Bibliotec, CDM Gestão, Class Cursos, Content Mind, Control Consultoria em Informação e Documentação, Data Coop, Ebig, Editora Malê, EDOC Consultoria e Capacitação, Normalize, Extralibris, Felícia Fleck- MEI, FM Treinamentos e palestras, Formatum Consultoria, Ged Brazil, Guzzo Projetos, Heloisa Costa, Ideia Consultoria e Treinamentos, Index Informação Integrada, Indexare, Info Content Gestão da informação, Info Milleniun, Informar Gerência de Documentos e Informações, InfosDoc, Innova Gestão Consultoria em informação, Jornada Acadêmica, Kuau Experiencias, Lepidus Tecnologia, Livraria Africanidade, MC Normalizações, Mila Organiza, Modal, Moniee Gestão documental, Morgana Barbieri, Normalizar Consultoria, Normalize Eficiente, NS Consultoria e Gestão da Informação, Optimize Soluções, Personal bibliotecário, Praxis, Pro arquivo, REDATA, Renateland Resultados Digitais, Sabrina Martins Consultoria, Santa Biblioteconomia, Selo Editorial Nyota, Soluarq – Soluções em Arquivos e Gestão da informação, Triagem consultoria, T-shirts Mural, Umanus, Zilli Gestão de documentos

As empresas Modal e Personal Bibliotecária não foram encontradas informações atualizadas. A empresa FM Treinamentos e Palestras teve sua página do Facebook desativada.

Após feito o contato via e-mail ou pelas mídias sociais, 25 empresas retornam a pesquisa apresentando suas experiências, dicas, recomendações e desafios para bibliotecários que queiram empreender na área. As empresas respondentes do trabalho foram: Acesso Assessoria Documental, Biblioteconomia para concursos, BIBLIOCOOP, Bibliohub, Class Cursos, Cervus.doc Consultoria e Assessoria, Control Consultoria em Informação e Documentação, Data Coop, Editora Malê, EDOC Consultoria e Capacitação, Felícia Fleck, Guzzo Projetos, Heloisa Costa Consultoria, InnovaGestão Consultoria em Informação, Jornada Acadêmica, Kuau Experiências, Livraria Africanidades, Mila Organiza, Praxis, REDATA, Renateland Resultados Digitais, Sabrina Martins, Santa Biblioteconomia, Selo Editorial Nyota, Triagem Organização LTDA.

Com base nas respostas das empresas foi possível categorizar os nichos de atuação e as oportunidades para empreender foi respondido que:

Quadro 2 –Nichos de atuação

Áreas de atuação	Nichos e serviços
Tratamento técnico e organização de informações	Atuação em editoras, atuação em livrarias, elaboração de currículo lattes, atuação em centros de documentação, empresas cinematográficas, empresas de publicidade, mercado editorial
Recuperação, preservação, registro documental.	Criação de base e banco de dados, hospedagem em nuvens, microfilmagens, digitalização de arquivos e documentos, desenvolvimento de softwares de gerenciamento, tratamento e preservação de documentos, mapeamento e documentação de processos
Marketing, mentoria, capacitação, disseminação	Criação de marcas personalizadas, criação de produtos, inovação em startups, consultoria jurídica, criação de sites, organização de eventos, gerenciamento de redes sociais, consultoria na elaboração de projetos

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No quadro acima é possível observar as diversas áreas e oportunidades para bibliotecários que desejam empreender nos nichos de atuação apresentados, que variam desde as áreas mais tradicionais, relacionadas a padronização de documentos, elaborações de currículos, centros de documentações atuações em livrarias e editoras. Mas também campos totalmente diversificados como, a criação de sites, produtos, inovações em startups, gerenciamento de redes sociais, consultorias em elaboração de projetos. Autores como, Bezerra (2015), Pires e Fernandes (2012), Milano e Davok (2009), Anna e Pereira (2014), Pereira e Spudeit (2015), Spudeit e Ferreira (2020), Fonseca, Ferreira e Girard (2017), também abordam nichos de atuação para Bibliotecários empreenderem em seus artigos científicos. Como pode-se observar no quadro a seguir os anos de criações das empresas ficam organizados da seguinte forma:

Quadro 3– Ano de criação das empresas

Ano de criação	Empresas
1980 a 1990	Acesso: Assessoria Documental, Control Consultoria em Informação e Documentação, REDATA
1991 a 2000	Data Coop
2001 a 2010	@cervus.doc Consultoria e Assessorias, Biblioteconomia para Concursos, Editora Malê, Felicia Fleck- MEI, EDOC Consultoria e Capacitação, Triagem Organização LTDA
2011 a 2020	BIBLIOCOOP, Class Cursos, Guzzo Projetos, Heloisa Costa Consultoria, InnovaGestão-Consultoria em informação, Jornada Acadêmica, Kuau Experiências, Livraria Africanidades, Mila Organiza, Praxis, Santa Biblioteconomia, Selo Editorial Nyota
2021 a atualmente	Bibliohub, Renateland Resultados Digitais, Sabrina Martins Consultoria

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No quadro acima pode-se observar que a maior parte das empresas foi criada no período de 2011 a 2020, período que também há maior publicação de obras sobre a temática de empreendedorismo na Biblioteconomia conforme apresentado no Quadro 1. Entre as 25 (100%) empresas respondentes um total de 13 (52%) empresas correspondem ao seu ano de criação nesse período, mais especificamente no período de 2018.

Outra questão foi direcionada à formalização do negócio, se havia inscrição como pessoa jurídica e se tinha CNPJ, 21 (84%) responderam que sim, 04 (16%) responderam que não, o que mostra que a maioria dos bibliotecários empreendedores entrevistados buscou formalizar seus negócios por meio da obtenção do CNPJ.

Outro questionamento foi sobre o registro da empresa no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), 13 responderam que sim, 12 (48%) responderam que não. É importante que os bibliotecários que têm empresa tenham também o registro como pessoa jurídica no CRB conforme a Resolução

CFB nº 443 de 14 de março de 1997 (CFB, 1997).

Foi perguntado se o proprietário fundador da empresa é graduado em Biblioteconomia, 23 (92%) responderam que sim, 02 (8%) responderam que não, as empresas que o fundador não é bibliotecário é a InnovaGestão - consultoria em informação e a Control – Consultoria em Informação e Documentação, porém há bibliotecários atuando. Mostrando que a maioria das empresas nasceram de uma iniciativa de um bibliotecário de empreender, inovar, inciativa essa que está ligada com a ideias das autoras Spudeit e Romeiro (2015) onde elas destacam o "empreendedorismo como atividade imprescindível ao bibliotecário no atual mercado de trabalho".

Também perguntou se havia outros bibliotecários na equipe, 15 (60%) responderam que sim, 10 (40%) responderam que não, demonstrando que a maioria dos profissionais tem uma equipe de trabalho formada com outros bibliotecários para oferecer serviços especializados nessa área.

Referente à área de abrangência da atuação das empresas ficou organizado da seguinte maneira:

d) Todas as regiões brasileiras: Santa Biblioteconomia, Felícia Fleck – MEI, Praxis, InnovaGestão - Consultoria em Informação, Data Coop, @Cervus.doc Consultoria e Assessoria, Class Cursos, Editora Malê, Livraria Africanidades, Kuau experiências, Selo Editorial Nyota, Guzzo Projetos, Triagem Organização LTDA, Bibliohub, Biblioteconomia para concursos, Jornada Acadêmica, EDOC Consultoria e Capacitação.
d) Nordeste: Mila Organiza, BIBLIOCOOP e Acesso: Assessoria Documental.
d) Sudeste: REDATA.
d) Sul: Sabrina Martins Consultoria, Heloisa Costa Consultoria, Control Consultoria em Informação e Documentação.

Pode-se observar que a maioria das empresas atende todas as regiões em território nacional, a empresa da Felícia Fleck atende todo o país, mas também desenvolve trabalhos no exterior em países como Chile, Argentina e Espanha.

Silva e Spudeit (2018) destacam em sua pesquisa as regiões do Brasil onde bibliotecários atuam como empreendedores comprovando a abrangência a nível nacional, embora grande parte esteja situada na região sudeste. Pires e Fernandes (2012) também apresentam em sua pesquisa as regiões onde estão dispostas as empresas de bibliotecários que prestam serviços de consultoria se relacionando com os dados dessa pesquisa.

Dando sequência, perguntou-se quais atividades são desenvolvidas pela empresa, as empresas responderam que são atividades técnicas bibliotecárias (catalogação, classificação, indexação de fontes), atividades literárias, atividades comerciais e culturais, treinamento e capacitações em documentação e gestão da informação, transcrição de áudios para textos, elaboração de materiais didáticos, formação à distância para bibliotecários, informatização de acervos, sinalização e organização de acervos com dados em nuvens, projetos de humanidades digitais, governança de dados, tradução, revisão, submissão de artigos, publicação, editoração de livros e lançamento de obras, condução de projetos relacionados ao tratamento de informação, documentação digital.

Também foi respondido outras atividades como a implementação e customização de softwares, taxonomia corporativa, gestão de dados, ministração de palestras, cursos, aulas, orientação acadêmica em curso de graduação ou pós-graduação, manutenção e treinamento de softwares (como o sistema ABCD), atualização de legislação sobre meio ambiente, alocação de profissionais qualificados em gestão documental, leitura documental, plastificação de livros, reformas de estantes, translado de acervo, entre outros. Relacionando-se a essas atividades, Laurindo *et al.* (2016), Fonseca, Ferreira e Girard (2017), Milano e Davok (2009), Silva, Silva Junior e Salcedo (2017), Pereira e Spudeit (2015), Spudeit e Ferreira (2020) apresentam atividades e serviços que podem ser prestados na área de Gestão da Informação.

Em se tratando destas atividades, foi questionado as empresas respondentes se

havia diferenciais na empresa e quais eram descritas a seguir:

Quadro 4 – Diferenciais das empresas

Empresa	Diferencial
@cervus.doc Consultoria e Assessoria	Confiabilidade, responsabilidade e qualidade.
Acesso: Assessoria Documental	"Primeiramente, eu sendo bibliotecário, sempre vou ter uma atenção a mais na qualidade do serviço, além de também, atuar nas áreas de Arquivos e Museus, e todas com profissionais devidamente regularizados, tanto os profissionais como a empresa, bem como também, nossos colaboradores têm titulação mínima de especialista."
BIBLIOCOOP	Por ser cooperativa, trabalha no coletivo.
Biblioteconomia para concursos	Minha experiência no mundo dos concursos.
Bibliohub	Agência de empreendedorismo informacional para a capacitação do profissional bibliotecário.
Class Cursos	Qualidade e variedade de cursos voltados para bibliotecárias.
Control Consultoria em Informação e Documentação	serviços personalizados de acordo com a necessidade do cliente; Equipe de profissionais qualificados em gestão documental; Imagem de credibilidade e competência e 30 Anos de experiência
Data Coop	"Todos os nossos prestadores de serviço são cooperados, portanto donos da empresa, não havendo vínculo trabalhista entre eles e a Cooperativa ou com o tomador de serviços. Como cooperativa temos tratamento tributário diferenciado, o que torna os orçamentos mais atraentes. Na qualidade de cooperativa, a Data Coop possui mais facilidade de negociação de valores e forma de atuação, uma vez que o coletivo tem poder decisório e a Diretoria administra de acordo com a política decidida em assembleias gerais".
Editora Malê	Investir na literatura de autoria negra.
EDOC Consultoria e Capacitação	"Ter rede, capilaridade, termo utilizado "para definir a abrangência de uma empresa no seu mercado de atuação"
Guzzo Projetos	Experiência de mercado e portfólio.
Heloisa Costa Consultoria	Acredito que o preço, a formação e a experiência que possuo na área me qualificam para um destaque na prestação de serviços.
InnovaGestão-Consultoria em informação	O conhecimento da área de informação por parte dos nossos integrantes e consultores; o uso de softwares livres que atendem a normas e padrões nacionais e internacionais.
Jornada Acadêmica	Acredito que ter a vivência como bibliotecária permite que eu simplifique os bastidores de determinadas demandas técnicas que permeiam a vida dos estudantes.

Livraria Africanidades	Acervo especializado em narrativas pretas, 90% dele produzido por mulheres pretas.
Mila Organiza	Atuar na organização de bibliotecas, organização residencial e corporativa.
Praxis	Os sócios são bibliotecários todos com especialização, mestrado e um doutorando em CI, Funcionários bibliotecários com especialização, filosofia de trabalho pautada no relacionamento com o cliente, nosso último software para bibliotecas, lançado em 2016, foi pensado já sabendo das fragilidades do MARC21, da descontinuidade do AACR2 e da filosofia do RDA para organização das novas informações. Foi construído um software baseado nessas informações e aliado às tendências de mercado relativos às necessidades dos usuários interagentes e os novos processos de engajamento gerados na Rede. O i10Bibliotecas praxis.com.br é um software completo de gerenciamento de bibliotecas com uma Rede Social de Leitores acoplada a ele. Foi apresentado no Fórum Mundial da IASL em Maastricht, Holanda.
REDATA	Documentar todos os processos e entregar ao final do trabalho, políticas, procedimentos e guias. Trabalhar com profissionais da informação, hoje todos com vínculo empregatício. Experiência comprovada, 35 anos no mercado. Não desrespeitar piso salarial, nem ofertar preço baixo, apenas para vencer concorrências e não conseguir entregar os projetos com qualidade, o que tem sido bem comum, infelizmente, em nossa área.
Renateland Resultados Digitais	A formação do proprietário em Tecnologia e Estratégias organizacionais.
Sabrina Martins Consultoria	Além da formação em Biblioteconomia. Possui certificado de Personal Organizer e Especialização em Conservação e Restauro em documentos de suporte em papel.
Santa Biblioteconomia	Contato próximo com os clientes e identificação.
Selo Editorial Nyota	Priorizamos as publicações de mulheres, pessoas não-brancas e população LGBTQIA +
Triagem Organização LTDA	Certificada Internacionalmente com as seguintes certificações, CDIA +, ECMSpecialiste e ECMImplementation.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Após conhecer as principais atividades desenvolvidas e os diferenciais dessas empresas, foi perguntado quais os principais desafios para empreender na área de Biblioteconomia em um contexto geral na opinião desses profissionais:

Quadro 5 – Principais desafios para empreender

Empresas	**Desafios**

@cervus.doc Consultoria e Assessoria	Ter *know how* nos serviços bibliotecários para oferecer seus serviços. Saber mensurar o valor dos seus serviços. Conquistar o mercado aos poucos, sem desistir. Mostrar que dentro da Biblioteconomia tem filões de mercado não explorados e tirar proveitos deles. Se estabelecer no mercado e ser reconhecido pelos serviços prestados.
Acesso: Assessoria Documental	A principal dificuldade é iniciar sem um bom capital de giro, seja para qualquer projeto de empreender. Tenho certeza de que a principal, é que no seguimento particular, não se valorizam nossas atividades culturais, educacionais por parte de contratantes privados.
BIBLIOCOOP	A não valorização do profissional e a concorrência de outras empresas que não são da área.
Biblioteconomia para concursos	Pirataria dentro da biblioteconomia é o maior desafio.
Bibliohub	Estigma de profissão ultrapassado, e pela sociedade em geral desconhecer o que fazemos na prática.
Control Consultoria em Informação e Documentação	Instabilidade econômica. Altos encargos tributários e trabalhistas. Tornar a empresa reconhecida no mercado. Baixo investimento financeiro para a área de gestão da informação
Editora Malê	A nossa formação não contempla disciplinas, mesmo que optativas, voltadas para gestão de negócios, negócios informacionais. De certa forma ainda temos currículos voltados para "se conseguir um emprego, passar em um concurso...". Outro desafio é a imagem do bibliotecário e da biblioteconomia pelo senso comum no Brasil. Existe um descrédito sobre as áreas que esse profissional poderá atuar e empreender.
EDOC Consultoria e Capacitação	Se posicionar e estar sempre atenta às mudanças do mercado, acompanhar e estar atenta ao cenário, que muda muito rápido, manter a rede de relacionamento, se manter atualizado.
Felícia Fleck – MEI	Poucos exemplos de bibliotecários empreendedores, formação acadêmica que prioriza a técnica.
Guzzo Projetos	Falta de conhecimento e reconhecimento do mercado sobre possibilidades de atuação.
Heloisa Costa Consultoria	Tornar a área conhecida.
InnovaGestão-Consultoria em informação	A falta de importância política, autonomia administrativa e financeira das bibliotecas.
Jornada Acadêmica	Saber de gestão, impostos, formalização de empresa, fluxo de caixa, contratar prestadores de serviço.
Kuau Experiência	Mudança da mentalidade/paradigma e apoio a própria classe.

Livraria Africanidades	Os desafios são na parte financeira, pois cada vez mais os livros estão caros, pois o papel está caro. Outro fator é o aumento de saber manusear diversas ferramentas tecnológicas para atingir o cliente, pois acaba virando um fardo.
Mila Organiza	Trabalhar com inovação.
Praxis	A sociedade conhece pouco a abrangência das competências do profissional bibliotecário. Os bibliotecários ainda encontram dificuldade em estabelecer uma conversa com a alta gestão das empresas que trabalham e eles mesmo se adiantam em buscar soluções que nem sempre tem o melhor potencial para elevar as condições de trabalho da biblioteca.
REDATA	Gerar o chamado comprometimento organizacional.
Renateland Resultados Digitais	A necessidade de uma visão sistêmica sobre a organização e entender o negócio e as necessidades do cliente, buscando soluções personalizadas.
Sabrina Martins Consultoria	Mostrar para os clientes a importância do seu serviço. Além de convencê-los que precisam desse serviço. Reunir a pessoa que tem a soluções e a pessoa que precisa dessa solução.
Santa Biblioteconomia	Falta de informações sobre as opções de legalização e falta de cultura empreendedora na área.
Selo Editorial Nyota	A situação socioeconômica do país.
Triagem Consultoria Ltda	Ausência de formação ao empreendedorismo, ausência da compreensão sobre o mundo dos negócios, preconceito cultural aos empresários e empregadores.

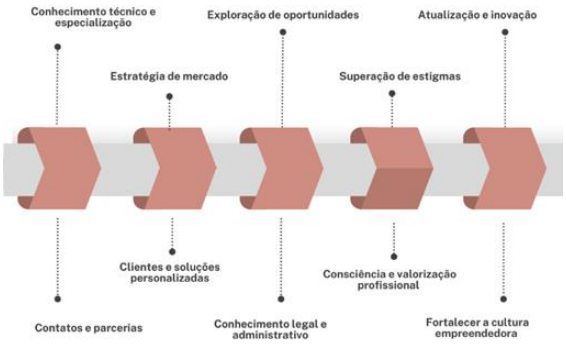
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

É possível concluir que segundo os empreendedores o maior desafio de empreender na área está voltado ao fazer como que as pessoas reconheçam o verdadeiro potencial da profissão e as possibilidades de empreender na área da Biblioteconomia e Gestão da Informação. Desta forma é possível evidenciar uma necessidade de maior visibilidade da profissão, e do incentivo do Empreendedorismo na Biblioteconomia, com a inclusão de disciplinas voltadas a temática no currículo.

Autores como Fonseca e Mota (2016), Spudeit, Poleza e Madalena (2019) destacam em sua pesquisa a importância da inclusão da disciplina de Empreendedorismo nas matrizes curriculares, demonstram que existe uma carência em aprofundar o ensino no que tange às oportunidades de negócios, prestação de serviços, acreditam que também o empreendedorismo na universidade qualifica o profissional para atuação no mercado.

Com base nos resultados da pesquisa bibliográfica e na coleta de dados com profissionais apresenta-se assim as diretrizes para bibliotecários que desejam empreender na área de Gestão da Informação.

Figura 1 – Diretrizes para empreender na área de Gestão da Informação
Fonte: Autoras (2024)



Fonte: Autoras (2024)

Com o infográfico é possível observar as dez diretrizes essenciais que os bibliotecários que desejam empreender precisam conhecer e se capacitar com base nos principais desafios citados.

j) Conhecimento técnico sobre serviços: essa diretriz retrata que para atuar como empreendedor o bibliotecário precisa ter um conhecimento amplo sobre funções técnicas e práticas dos serviços que serão oferecidos, dessa forma inclui-se gestão de acervos, tratamento técnico da informação, classificação, sistemas e métodos, planejamento, organização de informações, recuperação da informação, tecnologia da comunicação e informação, entre outros. Essa diretriz ajuda a desenvolver serviços de alta qualidade e a diferenciar a empresa do mercado.

j) Estratégia de mercado: é fundamental para medir o impacto e o valor dos serviços prestados das empresas para os clientes, por meio da criação de estratégias que demonstram a relevância do trabalho realizado enfatizando a importância dos serviços de Gestão da Informação de modo que contribua para a valorização do bibliotecário empreendedor e o planejamento de inserção no mercado. Pode-se começar com projetos menores pode ajudar a conquistar espaço aos poucos, de forma sustentável, reduzindo riscos financeiros e facilitando o reconhecimento dos serviços.

j) Exploração de oportunidades: existem diversas oportunidades ainda pouco exploradas inseridas na Biblioteconomia como a curadoria de dados, os serviços de Biblioterapia, arquitetura da informação, editoração, entre outros. Saber identificar essa necessidade no mercado e fazer proveito dessas oportunidades pode ser uma forma de diferenciar sua empresa das demais e agregar valor a ela.

j) Superar os estigmas da profissão: para muitos a profissão do Bibliotecário é vista como antiquada e obsoleta, então se torna necessário enfrentar os estigmas que são impostos promovendo uma nova imagem do bibliotecário como gestor de informação e um agente de transformação social e organizacional, pode mudar a percepção do mercado.

j) Atualização e inovação o profissional: é sempre importante estar atendo as mudanças do mercado e as necessidades dos clientes pois o cenário informacional muda rapidamente. Para isso é necessário acompanhar as tendências e inovações tecnológica para oferecer serviços relevantes e de alta qualidade.

j) Contatos e parcerias: a criação de uma rede de contatos com outros profissionais da área, clientes em potencial e parceiros estratégicos é fundamental para abrir portas para novas oportunidades de negócios, parcerias e fortalecer a posição no mercado. Fazer parcerias com diferentes profissionais que possuem competências importantes para gestão de negócios trará diferencial também.

j) Clientes e soluções personalizadas: é preciso compreender e atender as necessidades específicas de cada cliente. Cada cliente é único e existe uma solução personalizada que atenda diretamente as demandas informacionais dos clientes.

j) Conhecimento legal e administrativo: estar sempre atento sobre os aspectos legais, tributários e de formalização empresarial é importante para o sucesso da empresa. Precisa-se ter conhecimento de gestão financeira para que o bibliotecário saiba como lidar com instabilidades econômicas, encargos tributários e trabalhistas. Um bom gestor financeiro busca por parcerias com profissionais da área financeira e contábil para ajudar a manter a empresa sustentável.

j) Consciência e valorização profissional: é preciso fomentar a conscientização e importância da gestão da informação, promovendo o reconhecimento dos bibliotecários como agentes de mudanças, trabalhar para que os clientes entendam ou reconheçam a importância das atividades culturais e educacionais realizadas pelos bibliotecários e o valor dos serviços oferecidos pelos bibliotecários.

j) Fortalecimento da cultura empreendedora: É preciso buscar capacitação adicional em empreendedorismo, administração, marketing, inovação além da graduação em Biblioteconomia, fazer uma especialização ou MBA na área de gestão de negócios pode ser um diferencial competitivo. A estimulação da formação continuada sobre empreendedorismo visa a compreensão do mundo dos negócios entre os bibliotecários contribuindo para o fortalecimento da cultura empreendedora na área.

Todas as diretrizes criadas para empreender na área de Biblioteconomia e Gestão da Informação foram criadas com base no que a literatura recomenda, principalmente Laurindo *et al* (2016), Fonseca e Mota (2016), Spudeit (2016) e Madalena (2018), além da coleta de dados com bibliotecários que estão empreendendo na área, alguns desde a década de 1980 /1990 que possuem bastante experiência de mercado e gestão de negócios.

Considerações Finais

Com base nesta pesquisa pode-se considerar que empreender na área de Biblioteconomia abre oportunidades promissoras quando se trata de atender as demandas da sociedade e principalmente do próprio mercado de trabalho que apresenta muitos nichos de atuação fora dos campos tradicionais da Biblioteconomia.

Ao longo do desenvolvimento do estudo algumas dificuldades foram encontradas, no que tange à pesquisa bibliográfica. É possível destacar que falta material bibliográfico atualizado que tratem do tema, foi possível observar também que são os mesmos autores encontrados dentro dessa temática que mantem essa linha de pesquisa, ou seja, há necessidade de mais pessoas pesquisarem a temática dada a importância do assunto.

Referente à coleta de dados da pesquisa, a maior dificuldade encontrada para conclusão do trabalho foi o contado com as empresas mapeadas para o estudo, pois como apresentado obteve-se do total de 62 empresas

No mais, destaca-se a importância e necessidade de realização de outros trabalhos científicos que abordem a temática inserida na área da Biblioteconomia e Gestão da Informação, como possível mapeamento das universidades que abordem a disciplina do empreendedorismo nas suas matrizes curriculares, desenvolvendo dessa maneira a implementação da cultura empreendedora em seus graduandos, ou o relato de bibliotecários que obtiveram a disciplina de Empreendedorismo e como isso os diferenciou e os destacou diante do mercado de trabalho.

Por fim, destaca-se que ao seguir as diretrizes apresentadas nessa pesquisa, os bibliotecários podem superar os desafios ao empreender e aproveitar as oportunidades emergentes, de forma com que contribua para a consolidação do empreendedorismo na Biblioteconomia e na Gestão da Informação bem como ampliação e fortalecimento da atuação do bibliotecário em diferentes áreas e nichos contribuindo com a visibilidade do profissional e da profissão, bem como abrir novos espaços emergentes de atuação para a área.

Referências

Anna, J. S.; Pereira, G. (2014). Ampliando o campo de atuação bibliotecária: o bibliotecário como consultor informacional. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 19 (2) 163-173.

Bateman, S. T.; Snell, S. A. (2012) Administração. 2 ed. Porto Alegre: AMGH.

Bezerra, F. M.P. (2015) Empreendedorismo na Biblioteconomia em tempos de conexões digitais: o caso da marca t-shirts mural. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 11 224–237.

Dornelas, J. C. A. (2005) Empreendedorismo na prática**:** mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus.

Dornelas, J.C. A. (2016) Empreendedorismo: transformando ideais em negócios. 6 ed. São Paulo: Empreende/Atlas.

Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução n. 443, de 14 de março de 1997. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 mar. 1997. Seção 1, p. 5572.
Conti, D. L.; Pinto, M. C. C.; Davok, D. F. (2009) O perfil do bibliotecário empreendedor. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, São José, 14 (1) 27-46.

Chiavenato, I. (2007) Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 2 ed. São Paulo: Saraiva.

Fonseca, D. L.; Ferreira, M. C.; Girard, C. D. T. (2017) A economia criativa na biblioteconomia. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 13 2589-2605.

Fonseca, F. J. L.; Fonseca, F. M. L.; Fonseca, N. L. (2005) Ruptura de paradigmas biblioteconômicos, autoformação e mercado de trabalho: estudo de caso. Revista ACB**:** Biblioteconomia em Santa Catarina, São José, 10 (2) 207-223.

Fonseca, S. D.; Mota, F. R. L. (2016) O empreendedorismo no contexto da formação do bibliotecário da Universidade Federal de Alagoas. Ciência da Informação em Revista, Maceió, 3 (2) 3-9.

Laurindo, K. R.; *et al (*2016) Empresas criadas por bibliotecários no Brasil: uma análise em relação ao perfil e ramos de atuação. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, São José, 21 (3) 676-696.

Milano, M. C. D.; Davok, D. F. (2009) Consultor de informação: serviços prestados por empresas de consultoria nas áreas de biblioteconomia e gestão da informação. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, São José, 14 (1) 253-278.

Oliveira, E. M. (2016) Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista da FAE, *[S. l.]*, 7 (2).

Pereira, V. F. R.; Spudeit, D. A atuação de bibliotecários em empresas de comércio eletrônico. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16, São Paulo, SP, 22 a 24 de julho de 2015. Anais…

Pires, E. A. N.; Fernandes, E. N. N. C. (2012) O bibliotecário consultor: perfil profissional. Biblionline, *[S. l.]*, 8 (2).

Pradanov, C.C.; Freitas, L. (2013) Metodologia do trabalho científico. 2. ed. Nova Hamburgo: Feevale.

Sena, P. M. B.; Blattmann, U.; Teixeira, C. S. (2017) Ecossistema de startups em Florianópolis: possibilidades para profissionais da Biblioteconomia. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 13 2571-2588.

Silva, M. V. R.; Silva Júnior, A. S.; Salcedo, D. A. (2017) O bibliotecário como consultor da informação: um campo para atuação profissional. In: Seminário Nacional de Gestão da Informação e do Conhecimento, Anais... 1.

Silva, P. E.; Spudeit, D. F. A. O. (2018) A contribuição do empreendedorismo para a visibilidade do bibliotecário no brasil. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 14 (3) 170-192.

Spudeit, D. (Org). (2016) Empreendedorismo na Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Biblioo.

Spudeit, D. (2017) Empreendedorismo e profissionais da informação. AtoZ**:** novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, 6 (1) 5-7.

Spudeit, D.; Heinrich, B. (2023) Empreendedorismo na Biblioteconomia: novos campos de atuação. 3 ed. Relatório de pesquisa. Florianópolis, SC: UDESC. Material não publicado.

Spudeit, D.; Romeiro, N. L. (2015) A formação de bibliotecários empreendedores no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16. Anais...

Spudeit, D.; Poleza, M.; Madalena, C. S.; Romeiro, N. (2019) Formação para o Empreendedorismo nos cursos de bacharelado e licenciatura em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Gestão da Informação no Brasil**.** Perspectivas em Gestão e Conhecimento, *[S. l.]*, 9 (1) 232–247.

Spudeit, D. F. A. O.; Ferreira, J. (2020) Empreendedorismo e consultoria informacional na área jurídica. Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação, [s. l], 13 (2) 548-569.

Spudeit, D. F. A. O.; Fevrier, P. R.; Pinto, M. D. de S. (2020) Práticas intraempreendedoras na Biblioteconomia. Revista ACB, São José, 25 (2) 426–447.

Madalena, C. S. Competências empreendedoras para prestação de serviços de informação por bibliotecários no Brasil. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
UDESC. Reformulação curricular e projeto pedagógico do Curso de Biblioteconomia - habilitação gestão da informação. Florianópolis, SC, 2017.

[1] Trabalho oriundo do projeto de pesquisa “Empreendedorismo na Biblioteconomia: novos campos de atuação”.
[2]https://www.udesc.br/faed/labib/observatorio/empresascriadasporbibliotec%C3%A1rios
[3] https://classcursos.com/
[4] https://www.santabiblioteconomia.com.br/
[5]https://biblioo.info/

CICLO DO CONHECIMENTO E AS TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS: PROJETO BIBLIOTIC

Vanessa Marie Salm, Universidade do Estado de Santa Catarina, https://orcid.org/0000-0003-1576-8541, Brasil, *vanessa.salm@udesc.br*

Dayane Dornelles, Universidade do Estado de Santa Catarina, https://orcid.org/0000-0002-4171-6502, Brasil, *dayane.dornelles@udesc.br*

Letícia Lazzari, Universidade do Estado de Santa Catarina, https://orcid.org/0000-0002-6435-097X, Brasil, *leticia.lazzari@udesc.br*

Orestes Trevisol Neto, Universidade do Estado de Santa Catarina, https://orcid.org/0000-0001-5446-2153, Brasil, *orestes.trevisol@udesc.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6659

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Resumo

Introdução: A Gestão do Conhecimento (GC) consolidou-se como uma prioridade estratégica para organizações que buscam aprimorar processos de criação, compartilhamento e uso de informações em ambientes marcados por rápidas transformações. No contexto das bibliotecas universitárias, a GC assume papel central diante dos desafios impostos pela democratização do acesso à informação, incorporação de tecnologias emergentes e adaptação às demandas de uma comunidade usuária cada vez mais heterogênea e digitalizada (Domenico et al., 2021). As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm impactado significativamente a atuação dos bibliotecários, exigindo atualização constante de competências e habilidades (Amaro, 2018). Assim, torna-se fundamental que profissionais e estudantes de Biblioteconomia adotem postura proativa frente às inovações, participando de capacitações e programas de formação continuada (Nepali & Tamang, 2022). Neste cenário, o projeto de extensão Bibliotic, desenvolvido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), foi criado com o objetivo de disseminar conhecimentos sobre tendências tecnológicas na Biblioteconomia, promovendo a formação de profissionais e acadêmicos da área. O projeto se estruturou a partir da realização de webinars transmitidos pelo canal da Biblioteca Universitária (BU) da UDESC no YouTube, abordando temas como Big Data, Ciência Aberta, Gestão de Dados, Repositórios Digitais e princípios FAIR. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade do projeto Bibliotic sob a perspectiva do ciclo do conhecimento - identificar, criar, armazenar, compartilhar e usar -, avaliando sua contribuição para a capacitação em novas tendências tecnológicas no campo da Biblioteconomia. A GC é um campo multidisciplinar que busca compreender e aprimorar o ciclo de vida do conhecimento nas organizações (Pacheco, 2016; Kucza, 2001). O ciclo do conhecimento, segundo o European KM Framework (CEN, 2004), envolve atividades sequenciais e interdependentes: identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e uso do conhecimento. Cada etapa desempenha papel fundamental na dinâmica organizacional, influenciando diretamente a capacidade de inovar, aprender e manter a competitividade (Nair & Prakash, 2009; Serrat, 2010; Uriarte, 2008). A identificação do conhecimento envolve o mapeamento de necessidades informacionais e lacunas estratégicas, utilizando técnicas como brainstorming, mapeamento do conhecimento e feedback dos usuários (CEN, 2004; Young, 2010). A criação do conhecimento ocorre por meio de interação social, troca de experiências e atividades formais de pesquisa, potencializadas por ferramentas digitais. O armazenamento refere-se à preservação e recuperação eficiente do conhecimento, seja em formato físico ou digital

(Bergeron, 2003). O compartilhamento é promovido por canais como webinars, oficinas, comunidades de prática e plataformas colaborativas (Alaffad & Masroma, 2018). Por fim, o uso do conhecimento representa a aplicação prática para resolução de problemas, tomada de decisão e inovação (Alavi & Leidner, 2001). O contexto atual da Biblioteconomia é marcado pela rápida adoção de tecnologias como computação em nuvem, Big Data, Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IoT) e Ciência Aberta (Ferreira, 2016; Barsha & Munshi, 2024; Amaral et al., 2020). Essas inovações exigem dos profissionais novas competências e a capacidade de adaptar práticas tradicionais à realidade digital, promovendo a disseminação e preservação do conhecimento acadêmico (Ogungbeni et al., 2018).

Métodos: A pesquisa adotou abordagem de métodos mistos, coletando e analisando dados qualitativos e quantitativos (Creswell, 2007). Classificada como exploratória e prática (Vergara, 1990), caracteriza-se como estudo de caso (Yin, 2015), tendo como universo os participantes dos webinars do projeto Bibliotic - comunidade acadêmica, profissionais de Biblioteconomia e público geral interessado em tendências tecnológicas. A definição dos temas dos webinars baseou-se em pesquisa bibliográfica em plataformas como Google Acadêmico, complementada por consultas a especialistas de instituições parceiras (UFSC, IBICT, CIASC). A avaliação dos webinars foi realizada por meio de questionário online aplicado aos participantes, contendo questões abertas e fechadas sobre didática, compreensão do conteúdo e espaço para sugestões e elogios. Dados quantitativos sobre participação e visualizações foram coletados no canal do YouTube da BU/UDESC, em dois momentos: dezembro de 2023 (encerramento do projeto) e maio de 2024 (elaboração do artigo). A análise dos dados seguiu abordagem mista: análise de conteúdo das respostas qualitativas (Bardin, 2011), categorizadas conforme as etapas do ciclo do conhecimento, e análise quantitativa dos dados de participação e visualização.

Resultados: A análise dos resultados do projeto Bibliotic, à luz do ciclo do conhecimento, evidencia sua efetividade em cada etapa. Identificação do conhecimento: A seleção dos temas dos webinars foi fundamentada em lacunas estratégicas identificadas na literatura acadêmica e validadas por especialistas, garantindo alinhamento às necessidades emergentes da Biblioteconomia. Temas como Big Data, Ciência Aberta e Gestão de Dados foram escolhidos por sua relevância e impacto direto na atuação dos profissionais da área (Reis & Da Fonseca, 2020; Tartarotti et al., 2019). Criação do conhecimento: Os webinars proporcionaram ambiente favorável à conversão de conhecimento tácito (experiência dos palestrantes) em explícito (conteúdo estruturado). A interação ao vivo, com 264 participantes, gerou perguntas e discussões que enriqueceram o processo de aprendizagem. O feedback dos participantes destacou a clareza e utilidade dos conteúdos, evidenciando a construção coletiva do conhecimento. Armazenamento do conhecimento: Os webinars foram gravados e disponibilizados no canal do YouTube da BU/UDESC, assegurando acesso permanente e institucionalização do conhecimento. O vídeo “Plataformas de Ciência Aberta” atingiu 1.806 visualizações até dezembro de 2023, demonstrando o potencial do repositório digital para preservar e disseminar conteúdos relevantes (Firestone, 2003; Wiig, 1993). Compartilhamento do conhecimento: O projeto alcançou participantes de diferentes regiões do Brasil, incluindo profissionais de instituições como USP, Unicamp e UFRGS. O aumento de 1.542 visualizações após as transmissões ao vivo evidencia a eficácia do YouTube como plataforma de disseminação e a capacidade do projeto de transcender fronteiras institucionais (Ruggles, 2009). Uso do conhecimento: Os participantes manifestaram interesse em aprofundar conhecimentos sobre tendências tecnológicas, mencionando conceitos como Plano de Gestão de Dados (PGD) e Repositórios FAIR.

Discussão e Conclusões: As respostas indicam internalização e aplicação prática do conhecimento, fundamentais para a transformação das bibliotecas em núcleos de inovação (Alavi & Leidner, 2001). O projeto

Bibliotic demonstrou aderência plena ao ciclo do conhecimento, promovendo a identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e uso do conhecimento sobre tendências tecnológicas em Biblioteconomia. O alinhamento dos temas às demandas do campo, a participação ativa de especialistas e público, a adoção de estratégias digitais para preservação e disseminação e a apropriação prática do conhecimento pelos participantes evidenciam a efetividade da iniciativa. A experiência reforça a importância de ações extensionistas que integrem teoria e prática, promovam colaboração interinstitucional e utilizem tecnologias digitais para ampliar o alcance e o impacto das iniciativas de formação. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise do impacto de projetos semelhantes em outros contextos e explorem estratégias inovadoras para potencializar a gestão do conhecimento em Biblioteconomia, contribuindo para o fortalecimento da profissão e para a promoção de uma cultura de aprendizagem contínua e colaborativa.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento; Biblioteconomia; Tendências Tecnológicas; Formação Continuada; Webinars..

Referências

Albagli, S. (2015) Ciência aberta em questão. Em: ALBAGLI, S. Ciência Aberta, Questões Abertas. (pp. 9-26) Ibict.

Amaral, F. V., Juliani, J. P., & Bettio, R. W. de .. (2020). Internet das coisas aplicada no ambiente das bibliotecas: uma revisão sistemática da literatura internacional. Perspectivas Em Ciência Da Informação, 25(4), 80–101. https://doi.org/10.1590/1981-5344/4048 .

Amaro, B. (2018). O bibliotecário e o seu relacionamento. M. L. & Ferreira, P. C. G. (org.). Bibliotecário do Século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade. (pp.33-45). Ipea.

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Edições 70.

Bergeron, B. (2003). Essentials of knowledge management. John Wiley & Sons.

Biblioteca Universitária Udesc (2023). Sobre. Udesc. : https://www.youtube.com/udescbu

Bukowitz, W. R.; Williams, R. L. (2002). Manual De Gestão Do Conhecimento: Ferramentas E Técnicas Que Criam Valor Para A Empresa. Bookman.

Creswell, J. (2007). Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed.

Diseiye O, Ejiro Ukubeyinje S, Oladokun BD & Kakwagh VV (2024). Emerging Technologies: Leveraging Digital Literacy for Self-Sufficiency Among Library Professionals. Metaverse Basic and Applied Research. 3. https://doi.org/10.56294/mr202459

European Committee for Standardization – CEN (2004). European Guide to good Practice in Knowledge Management. WA 14924-1: Knowledge Management Framework.

Farias, M. G. G. (2015). Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. InCID: Revista De Ciência Da Informação E Documentação, 6(2), 106-125. https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v6i2p106-125.

Ferreira, D. T.(2016) As novas competências do profissional da informação bibliotecário: reflexões e práticas. Em: Ribeiro, A. C. M.; Gonçalves, P. C (org.). Biblioteca do Século XXI: desafios e perspectivas. Ipea.

Firestone, J. M. (2003). The New Knowledge Management: a paradigm and its problems. KT web. Connecting Knowledge Technology Communities, 1-8.

Kucza, T. (2001). Knowledge management process model. Vtt Publications.

Langen, T. da S. C., Mussareli, F., & Carlos, H. da S. (2020). Tendências de inovação em bibliotecas mistas. South American Development Society Journal, 6(16), 295. https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v6i16p295-320

Liu, L.& Liu, W. (2023). The engagement of academic libraries in open science: A systematic review. The Journal of Academic Librarianship, 49(3).

Lopes, L. B. P., & Silva, M. B. (2021). Tecnologia big data em bibliotecas: estudo contributivo a partir de pontuações literárias. Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação, 17, 1–23. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1563

Munshi, S.A., Koner, S. and Barsha, S. (2024), "The future of academic librarianship: the imperatives of embedded librarianship practice and implementation", Library Management, Vol. 45 No. 5, pp. 362-375. https://doi.org/10.1108/LM-11-2023-0119

Nair, P.& Prakash, K. (Orgs.). (2009) Knowledge Management: Facilitator's Guide. APO.

Nepali, R. T.. (2022). A Review on Emerging Trends and Technologies in Library. American Journal of Information Science and Technology, 6(1), 8-15. https://doi.org/10.11648/j.ajist.20220601.12

Ogungbeni J.I. Obiamalu A.R. Ssemambo S., & Bazibu C.M. (2018). The roles of academic libraries in

propagating open science: A qualitative literature review. Information Development, 34 (2) 113-121.

Pacheco, R. C. dos S. (2016). Coprodução em Ciência, Tecnologia e Inovação: fundamentos e visões. Em: Pedro, J. M.; Freire, P. de Sá (Org.). Interdisciplinaridade: universidade e inovação social e tecnológica. CRV.

Reis, L. C. R., & Sá, M. I. da F. e. (2020). Big Data: Um novo campo de atuação para bibliotecários. PRISMA.COM, (41), 231–250. Obtido de https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/6752

Ruggles, R. (2009). Knowledge management tools. Routledge.

Serrat, O. (2010). Learning in Development. ADB Knowledge Solutions.

Small, C. T.; Sage, A. P. (2006). Knowledge management and knowledge sharing: A review. Information Knowledge systems management, 5(3), 153-169.

Tartarotti, R. C. D., Dal'Evedove, P. R., & Fujita, M. S. L. (2019). Biblioteconomia de dados em repositórios de pesquisa: perspectivas para a atuação bibliotecária. Informação & Informação, 24(3), 207–226. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n3p207

Uriarte, F. A. (2008). Introduction to knowledge management. ASEAN Foundation.

Wiig, K. M.. (1993). Knowledge Management Foundations : Thinking about Thinking : How People and Organizations Create, Represent and Use Knowledge. Schema.

Yin, R. K. (2015). Estudo de Caso: planejamento e métodos. Bookman.

Young, R. (2010). Knowledge Management: Tools and Techniques manual. Asian Productivity Organization https://www.apo-tokyo.org/00e-books/IS-43_KM-Tools_and_Techniques_2010/IS-43_KM-Tools_and_Techniques_2010.pdf.

A TRANSVERSALIDADE ENTRE GESTÃO DO CONHECIMENTO E MÉTODOS ATIVOS DE APRENDIZAGEM: CONEXÕES ENTRE A EDUCAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 0000-0001-8620-2612, Brasil, ***pinheiro.santos@unesp.br***

Ieda Pelógia Martins Damian, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 0000-0001-5364-3243, Brasil, ***iedapm@usp.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6660

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

A teoria do conhecimento, segundo Hessen (1999), oferece uma explicação filosófica do conhecimento humano, enfatizando que este deve ser observado e descrito de maneira detalhada. O processo de criação do conhecimento envolve a interação entre a consciência humana e o objeto de conhecimento, mediado pelo dualismo entre sujeito e objeto e suas relações contextuais. O sujeito tem como função resgatar o objeto, enquanto este, por sua vez, deve ser incorporado pelo sujeito. Esse processo é essencial para a construção do conhecimento, que ocorre por meio da assimilação e apreensão do objeto em uma realidade concreta, estreitamente relacionada à essência do conhecimento e ao conceito de verdade.

Segundo Moser, Mulder e Trout (2008), o conhecimento humano é, por natureza, uma crença verdadeira, desde que seja justificada por quem a emite. Este conhecimento é considerado resultado de uma experiência, ou seja, ele é caracterizado como a posteriori, em contraste com o conhecimento a priori, que não resulta de uma experiência prática, mas de um credo ou crença. O'brien e Marakas (2013) destacam que o conhecimento emerge de um estado híbrido, resultante tanto da mente humana quanto das influências externas, sendo, portanto, dependente de justificações baseadas em fatos e experiências.

Nonaka e Takeuchi (1997) fazem uma distinção entre dois tipos de conhecimento: o tácito, que é adquirido ao longo da vida e está armazenado na mente do indivíduo, e o explícito, que é tangível, registrado e armazenado em diferentes formatos, podendo ser compartilhado. A Gestão do Conhecimento (GC), nesse contexto, torna-se fundamental, pois permite o gerenciamento e a aplicação eficaz desses tipos de conhecimento em diversos contextos, sendo essencial para a tomada de decisão e para a vida organizacional.

Dentre as abordagens educacionais que influenciam a construção do conhecimento, as metodologias ativas de aprendizagem se destacam por proporem uma ruptura com a aprendizagem passiva, tradicionalmente centrada na oratória do docente e na escuta passiva do discente. As metodologias ativas têm como objetivo estimular a participação ativa e autônoma do aluno em seu processo de aprendizado, promovendo a interação contínua entre discentes e docentes. Segundo Abreu (2009), as raízes das metodologias ativas remontam ao pensamento de Jean Jacques Rousseau, que valorizava a prática e a experiência em detrimento da teoria, embora o conceito tenha ganhado força na Década de 1980, como apontam Mota e Rosa (2018).

Nesse contexto, surge a necessidade de integrar essas metodologias com a Gestão do Conhecimento, a fim de aprimorar os processos de ensino-aprendizagem e fomentar um ambiente mais dinâmico, cooperativo e colaborativo.

A partir dessa contextualização, surge o problema central desta pesquisa: como a aplicação dos métodos ativos de aprendizagem

podem influenciar e aprimorar os processos de Gestão do Conhecimento nas organizações, especialmente no contexto educacional? A importância desta investigação reside na possibilidade de integrar os métodos ativos de aprendizagem com a gestão do conhecimento, contribuindo para a melhoria da prática pedagógica e da aprendizagem no contexto da Ciência da Informação.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre as metodologias ativas de Aprendizagem e a Gestão do Conhecimento.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de analisar a relação entre as metodologias ativas de aprendizagem e a gestão do conhecimento. Para tanto, foi empregada a revisão bibliográfica como principal estratégia de investigação. A pesquisa bibliográfica consistiu em uma análise de materiais previamente publicados, incluindo livros, artigos científicos, dissertações, teses e outros documentos relevantes para o tema em questão, sem delimitação temporal específica. A seleção dos referenciais teóricos foi conduzida a partir de bases de dados reconhecidas, como Scielo, Google Acadêmico, Periódicos CAPES, entre outras fontes indexadas, garantindo a qualidade e a relevância das informações analisadas.

Referencial Teórico

2.1 Métodos Ativos de Aprendizagem

Os métodos ativos de aprendizagem surgem como um conjunto de práticas que visam incentivar a criatividade, a criticidade, a responsabilidade, a ética e a sensibilidade dos discentes, ao mesmo tempo que valorizam a diversidade de pensamentos e ideias nos ambientes educacionais. De acordo com Pereira (2012), os métodos ativos de aprendizagem são aqueles que possibilitam uma redefinição dos papéis dos docentes e discentes, permitindo que o docente atue como mediador e o discente assuma o protagonismo na construção do conhecimento. Para Borges e Alencar (2014), uma das grandes conquistas desses métodos é promover a transição do discente de uma posição passiva, como mero receptor do conhecimento, para uma postura ativa, na qual ele se torna o emissor de seu próprio conhecimento prévio e das percepções que têm sobre o objeto de estudo.

De acordo com Santos e Soares (2011), os professores passaram a notar uma crescente no desinteresse dos alunos pelos conteúdos que são ensinados, assim como uma perda sobre o sentimento de respeito pela autoridade docente. Essas situações podem indicar que a transmissão do conhecimento, de modo isolado, não pode mais caracterizar um processo eficaz de ensino, tampouco de aprendizagem.

Antunes (2018) alerta que não se pode considerar a aprendizagem como efetivamente ativa quando o discente se limita a assistir a uma aula expositiva tradicional, já que estudos da ciência cognitiva indicam que, para uma aprendizagem verdadeira, é necessário que o discente vá além de apenas ouvir uma exposição teórica. Para o autor, o contexto educacional atual, caracterizado pela diversidade de abordagens de ensino e aprendizagem, revela que, embora muitos docentes ainda utilizam práticas tradicionais como a aula expositiva, o livro didático e a lousa, outros buscam implementar práticas pedagógicas inovadoras, que frequentemente envolvem o uso de novas tecnologias.

Nesta mesma linha de raciocínio, Moran (2015) afirma que os métodos ativos de aprendizagem englobam diferentes abordagens e técnicas, que, apesar de suas diferenças, têm como objetivo estabelecer uma comunicação mais eficaz entre discentes e docentes. Além disso, ele destaca que a interação entre os próprios discentes contribui para a resolução mais rápida e eficaz de problemas, pois os métodos ativos estimulam a troca de conhecimento, a participação conjunta em atividades e a criação de novos projetos. Esses métodos podem ser subdivididos em duas categorias principais: os métodos ativos por aprendizagem colaborativa e os métodos ativos de aprendizagem cooperativa (McInerney & Roberts, 2004).

Hounsell e Gasparini (2007) argumentam que essa subdivisão é crucial para organizar os diferentes métodos ativos e para definir de que maneira devem ser operados na prática educacional. Os métodos cooperativos envolvem a colaboração entre pares para realizar uma tarefa, com cada indivíduo desempenhando uma função específica. Já os métodos colaborativos caracterizam-se pela ação conjunta dos membros, que trabalham mutuamente para alcançar objetivos comuns, compartilhando a liderança e sem funções específicas atribuídas a cada integrante.

Lopes e Silva (2010) explicam que os métodos cooperativos buscam organizar os discentes em grupos pequenos e heterogêneos, promovendo um espaço de aprendizagem através do trabalho colaborativo, além de incentivar a autoavaliação tanto do grupo como de seus membros individuais. Neste modelo, o docente atua como mediador, mas mantém o controle do processo de aprendizagem. Nos métodos colaborativos, ao contrário, não existem relações hierárquicas fixas, o que exige que os integrantes dos grupos estejam atentos à capacidade de ouvir e dividir ideias de forma aberta e sem objeções derivadas de estruturas hierárquicas rígidas. Melim (2014) reforça que, embora o professor continue como mediador do conhecimento, ele deve proporcionar mais abertura ao processo de aprendizagem, transferindo maior controle e responsabilidade aos alunos, permitindo que assumam o protagonismo da sua aprendizagem.

Entre os métodos ativos, a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) se destaca por transformar o aluno em um indivíduo capacitado para desenvolver habilidades conceituais, procedimentais e atitudinais ao lidar com problemas que envolvem contextos motivadores. Segundo Borochovicius e Tortella (2014), esse método coloca a solução de problemas reais como o núcleo do processo educativo, estimulando o pensamento reflexivo e orientando os alunos a enfrentarem desafios complexos que exigem a aplicação de conhecimentos teóricos, práticos e atitudes pertinentes.

Conforme Tiballi (2003), a reflexão sempre se inicia tendo como base os questionamentos, que colaboram com o ato de investigação a fim de encontrar respostas para os mesmos questionários e outros que tendem a surgir durante o caminho da pesquisa que o aluno realiza. Assim sendo, o processo de investigação se divide em 1) apresentação de um problema; 2) identificação do problema; 3) sugestão de uma solução; 4) prova - experimentação; e 5) solução do problema. Essas etapas são condizentes às características do método em questão, que visa favorecer a construção do conhecimento de maneira cíclica e alternada, até que a solução se comprove realmente efetiva para o problema inicialmente propelido.

Na opinião de Barell (2007), a ABP viabiliza a curiosidade por parte dos alunos, o que contribui diretamente para o surgimento de dúvidas e incertezas sobre as situações reais do cotidiano, e, portanto, essa circunstância fomenta a sensação de desafio e, consequentemente, o comportamento comprometido na busca e construção de um novo conhecimento. Além disso, é um método que pode ser definido como um conjunto de etapas autodirigidas e auto reflexivas, pois os alunos se tornam responsáveis individualmente e em grupo com o objetivo de elencar soluções para o problema, assim como por realizar avaliações sobre o processo de descoberta da solução, enquanto o professor desenvolve a modelagem de cada etapa realizada pelos alunos, mediante análise do conhecimento prévio do aluno e o conhecimento construído por ele, sem necessariamente fornecer respostas marcantes como solução do problema elegido de acordo com Hung, Jonassen & Liu (2008).

Complementar à ABP e igualmente centrada no protagonismo discente, a metodologia ativa da Sala de Aula Invertida (SAI) vem ganhando espaço como uma alternativa inovadora para reorganizar o tempo e o espaço pedagógicos. Criada por Jonathan Bergmann e Aaron Sams em 2007, essa abordagem propõe que os conteúdos sejam inicialmente apresentados fora da sala de aula, por meio de vídeos e materiais digitais, permitindo que o tempo

presencial seja reservado a atividades práticas e colaborativas. Assim, os alunos têm contato prévio com os conteúdos em seus próprios ritmos, e utilizam o momento em sala para a resolução de problemas, discussão em grupo, esclarecimento de dúvidas e desenvolvimento de projetos — elementos que dialogam diretamente com os princípios da ABP.

Nesse modelo, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) desempenham papel fundamental, pois permitem o acesso aos conteúdos em ambientes virtuais de aprendizagem. Segundo Valente (2014), a SAI pode ser considerada uma modalidade de e-learning, ao passo que exige o uso de dispositivos eletrônicos para o acesso aos materiais. Essa integração das TIC ao processo educativo, longe de ser uma distração, transforma-se em aliada da aprendizagem significativa, promovendo a autonomia do estudante e reforçando o papel do professor como mediador e facilitador da construção do conhecimento.

Outro método ativo que se alinha aos pressupostos da aprendizagem centrada no estudante é o uso de estudos de caso, estratégia que promove a análise de situações reais ou simuladas com o objetivo de desenvolver a capacidade crítica, o raciocínio lógico e a tomada de decisões fundamentadas. Conforme Berbel (1998), o estudo de caso favorece a aprendizagem significativa ao possibilitar a articulação entre teoria e prática, colocando o estudante diante de problemas complexos que demandam análise, posicionamento e proposição de soluções. Trata-se de uma abordagem que exige participação ativa e reflexiva, na qual os alunos são desafiados a compreender diferentes perspectivas, discutir alternativas e justificar escolhas, tanto individual quanto coletivamente (Godoy & Antonello, 2011). Além disso, Yin (2001) destaca que essa metodologia contribui para o desenvolvimento de competências profissionais relevantes, como a comunicação, a cooperação e a autonomia intelectual. Nesse sentido, o estudo de caso também pode ser potencializado pelo uso das TIC, à medida que permite o acesso a bancos de dados, documentos, vídeos e outros recursos que enriquecem a análise dos cenários apresentados, fortalecendo a construção colaborativa do conhecimento e aproximando o contexto educacional da realidade concreta dos sujeitos envolvidos no processo formativo.

Portanto, à luz dos conceitos apresentados, compreende-se que os métodos ativos de aprendizagem, como a Aprendizagem Baseada em Problemas, a Sala de Aula Invertida e os Estudos de Caso, configuram abordagens pedagógicas que rompem com a lógica transmissiva tradicional e promovem uma construção do conhecimento de forma cíclica, colaborativa e contextualizada. A ABP estimula a investigação, a reflexão e a resolução de problemas reais, desenvolvendo habilidades analíticas e críticas fundamentais para a formação discente. A SAI, por sua vez, reorganiza os tempos e espaços pedagógicos, valorizando a autonomia do estudante e o uso das tecnologias digitais como aliadas da aprendizagem significativa. Já os Estudos de Caso favorecem a articulação entre teoria e prática, desafiando os alunos a posicionar-se frente a situações complexas e a tomar decisões fundamentadas. Em conjunto, essas metodologias fortalecem o protagonismo estudantil, incentivam a aprendizagem ativa e crítica, e contribuem para a formação de sujeitos capazes de intervir de maneira reflexiva e transformadora na realidade em que estão inseridos.

2.2 Gestão do Conhecimento

O conhecimento é dinâmico, se modifica e evolui conforme o ambiente em que se origina ou se desenvolve (Davenport & Prusak, 1998). Segundo os autores, ele é composto por valores, reflexões, experiências, informações, sínteses e contextos. Sua origem está na mente humana, o que torna difícil estruturá-lo, compartilhá-lo e armazená-lo em máquinas. Dessa forma, o conhecimento humano é um ativo complexo, cujo gerenciamento exige um esforço significativo para ser eficazmente compartilhado e utilizado.

Para Hessen (1999), a teoria do conhecimento busca explicar filosoficamente a natureza do

conhecimento humano, que deve ser analisado e descrito em detalhes. A criação do conhecimento ocorre por meio da fusão entre a consciência humana e o objeto que se explica, revelando o dualismo entre sujeito e objeto. As diversas relações contextuais entre esses elementos geram múltiplos conhecimentos aplicados, pois o sujeito busca resgatar o objeto, enquanto o objeto precisa ser resgatado e incorporado pelo sujeito (Hessen, 1999). Assim, o conhecimento é construído por meio da assimilação e apreensão de um objeto, o qual está inserido em uma realidade específica. Essa realidade, por sua vez, está profundamente relacionada à essência do conhecimento, que se integra ao conceito de verdade. Para Hessen (1999, p. 23), "somente o conhecimento verdadeiro é efetivo; o 'conhecimento não-verdadeiro' não é propriamente conhecimento, mas erro e engano". Nesse sentido, o autor reflete sobre como discernir a verdade do conhecimento, afirmando que este deve ser definido de acordo com sua correspondência com a realidade do objeto, e deve sempre partir de fatos comprovados, ou seja, daquilo que é real.

Moser, Mulder & Trout (2008) defendem que o conhecimento humano deve ser considerado uma crença verdadeira, desde que seja adequadamente justificado por quem o emitiu. Eles acrescentam que o conhecimento é fruto de uma experiência, sendo, portanto, caracterizado como a posteriori, em contraste com o conhecimento a priori, que não resulta de experiência prática, mas de um credo, sendo este último entendido de maneira lógica. A discussão sobre a veracidade ou não do conhecimento gera reflexões sobre sua criação e sobre a possibilidade de o conhecimento humano ser produto da interação entre o ser humano, como sujeito, e o objeto, como imagem. Nesse ponto, Oliva (2011) questiona a teoria da verdade que vincula crença e fato, argumentando que as crenças estão associadas a pensamentos que precisam de confirmações práticas para serem verificadas como conhecimento fidedigno.

O'brien & Marakas (2013) afirmam que o conhecimento resulta de um estado híbrido, composto tanto pela mente do ser humano quanto pelas influências externas que ele enfrenta. Mesmo que o conhecimento tenha origem em uma crença, essa crença depende de justificações baseadas em fatos e experiências externas para se tornar conhecimento. Oliva (2011) propõe que, ao conhecer a fonte do conhecimento, o primeiro passo para alcançá-lo é examinar essa fonte. A qualidade e a veracidade do conhecimento, segundo Oliva (2011), dependem de sua origem, permitindo que se possa ter certeza de sua autenticidade.

Em relação à origem do conhecimento, Oliva (2011) apresenta quatro fontes principais: sensação, memória, introspecção e razão. A sensação, memória e introspecção estão relacionadas ao conhecimento que se origina da experiência a posteriori, enquanto a razão está associada ao conhecimento a priori, conforme discutido por Moser, Mulder e Trout (2008).

No contexto organizacional, Drucker (1999) argumenta que o conhecimento se tornou um recurso econômico de maior relevância, superando até mesmo o trabalho e o capital. Acompanhando essa visão, Cerdá (2013) destaca que o conhecimento é a matéria-prima mais valiosa do Século XXI, com um enorme potencial para aumentar a competitividade das organizações. Takeuchi & Nonaka (2008) afirmam que o conhecimento é gerado a partir do processo cognitivo dos colaboradores, sendo geralmente relacionado às atividades corporativas.

Segundo Nonaka & Takeuchi (1997), o conhecimento dentro das organizações pode ser classificado em dois tipos: tácito e explícito. O conhecimento tácito é aquele adquirido ao longo da vida, incluindo experiências profissionais e pessoais, sendo intangível e armazenado na mente humana. Ele é compartilhado por meio de práticas de socialização. Já o conhecimento explícito é tangível, registrado e armazenado em diferentes suportes, mas também é proveniente da mente humana. Embora seja muitas vezes confundido com informação formal, que é registrada em documentos, o conhecimento explícito envolve um processo cognitivo e não é apenas uma junção de dados tecnológicos. A partir dessa caracterização, é

possível perceber a relevância do gerenciamento do conhecimento nas organizações.

A gestão do conhecimento é essencial para as organizações, pois sua aplicação possibilita a criação, o compartilhamento e a utilização eficaz do conhecimento, seja tácito ou explícito, gerando valor nas práticas organizacionais. Segundo Terra (2005), a GC é um processo universal que se aplica a organizações de diferentes portes e nacionalidades, com a finalidade de incentivar principalmente a criação e o compartilhamento de conhecimento. Yang (2010) descreve a GC como um conjunto de fases intensas, cujo objetivo é disseminar conhecimento de qualidade para futuras utilizações dentro de um campo organizacional. Para Stefano & Sartori (2016), a GC é um processo sistemático de aquisição, organização e comunicação do conhecimento, com o intuito de facilitar a tomada de decisões e a definição de estratégias, resultando em processos mais eficazes.

De acordo com Silva, Damian & Santarém-Segundo (2016), a GC busca criar um ambiente de aprendizado que preencha as lacunas informacionais de uma sociedade pós-industrial, promovendo a criação, identificação, integração, recuperação, compartilhamento e utilização do conhecimento em diferentes ambientes. Oliveira-Del-Massa, Damian & Valentim (2018) destacam as vantagens da GC, como a possibilidade de realizar planejamentos e tomar decisões assertivas, mesmo em cenários econômicos ou políticos instáveis. Além disso, afirmam que a GC contribui para a qualidade, criatividade e inovação nos ambientes organizacionais.

Apesar da sua importância, a implementação da GC nas organizações não é uma tarefa simples. Segundo Jorge & Faléco (2016), um dos maiores desafios está no desenvolvimento de processos de armazenamento, coordenação e compartilhamento do conhecimento, já que este é um recurso intangível. A verificação de resultados e a alocação do conhecimento para tomada de decisões dependem de fatores externos, o que dificulta sua mensuração. Davenport & Prusak (1998) ressaltam que uma organização com grande volume de conhecimento não será eficaz se esse conhecimento não for gerido adequadamente e não estiver acessível aos usuários. Para isso, é essencial que as ferramentas corporativas de gestão do conhecimento sejam implantadas e utilizadas. Essas ferramentas visam sintetizar e transformar o conhecimento em um recurso valioso e acessível no contexto organizacional.

Por fim, a GC, quando integrada à estratégia organizacional, incentiva os membros da organização a utilizar os recursos existentes de maneira eficaz, gerando melhores práticas no cotidiano de trabalho, sem a necessidade de investimentos significativos para adquirir novos recursos (Hoffmann, 2016). Santos & Damian (2018) afirmam que a GC foca na utilização do conhecimento em diversos processos organizacionais, especialmente no processo decisório. Assim, a GC pode ser definida como um conjunto de práticas relacionadas à criação, mapeamento, organização, compartilhamento e utilização do conhecimento, realizadas pelos membros da organização, com o objetivo de melhorar os processos de gestão e gerar valor para as organizações.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de analisar a relação entre as metodologias ativas de aprendizagem e a gestão do conhecimento. Para tanto, foi empregada a revisão bibliográfica como principal estratégia de investigação.

A pesquisa bibliográfica consistiu em uma análise de materiais previamente publicados (sem delimitação de tempo), incluindo livros, artigos científicos, dissertações, teses e outros documentos relevantes para o tema em questão. A seleção dos referenciais teóricos foi conduzida a partir de bases de dados reconhecidas, tais como Scielo, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e outras fontes indexadas, garantindo a qualidade e a relevância das informações analisadas.

A coleta de dados foi realizada mediante a identificação, leitura e fichamento das publicações pertinentes ao estudo. A análise do material foi conduzida de forma descritiva, priorizando a síntese das principais ideias, conceitos e discussões encontradas na literatura. Dessa maneira, buscou-se estabelecer relações e comparações entre diferentes perspectivas teóricas, possibilitando uma visão abrangente sobre o tema.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma compreensão aprofundada da inter-relação entre as metodologias ativas de aprendizagem e a gestão do conhecimento, fundamentando-se em estudos consolidados na área e contribuindo para um entendimento crítico e estruturado do tema.

Resultados Finais

A partir da revisão bibliográfica realizada, identificou-se que as metodologias ativas de aprendizagem desempenham um papel essencial na Ciência da Informação, pois permitem que os estudantes se tornem protagonistas na construção e na gestão do conhecimento. Essas metodologias não apenas incentivam a participação ativa, mas refletem as exigências de um ambiente informacional em constante transformação. Pereira (2012) destaca que os métodos ativos possibilitam uma redefinição dos papéis entre docente e discente, permitindo que o aluno assuma o protagonismo na construção do conhecimento, o que é claramente refletido nos resultados, ao destacar a importância de tornar os alunos protagonistas no processo educacional.

Um exemplo claro é a **Aprendizagem Baseada em Problemas**, utilizada para desafiar os alunos a resolver situações práticas e complexas, como o desenvolvimento de sistemas de recuperação de informações eficientes ou a criação de estratégias para preservar e organizar grandes volumes de dados digitais. Borochovicius & Tortella (2014) defendem que a ABP é um método que coloca a solução de problemas reais no centro do processo educativo, o que, nos resultados, se evidencia no estímulo a engajar os alunos com problemas reais como a curadoria de fontes confiáveis em um ambiente digital saturado de informações.

Entre os métodos ativos, a ABP se destaca por transformar o aluno em um indivíduo capacitado para desenvolver habilidades conceituais, procedimentais e atitudinais ao lidar com problemas que envolvem contextos motivadores. Segundo Borochovicius & Tortella (2014), esse método promove o pensamento reflexivo e orienta os alunos a enfrentarem desafios complexos que exigem a aplicação integrada de conhecimentos teóricos, competências práticas e atitudes comprometidas. Nesse processo, conforme Tiballi (2003), a reflexão inicia-se a partir do questionamento e da investigação, estruturando-se em etapas progressivas: apresentação, identificação e análise do problema, proposição e experimentação de soluções, até a validação da alternativa mais eficaz. Essas fases dialogam diretamente com uma concepção de aprendizagem como processo cíclico e investigativo, centrado na construção progressiva de sentidos.

Na perspectiva de Barell (2007), a ABP fomenta a curiosidade e a dúvida produtiva como motores da aprendizagem significativa. Ao confrontar os estudantes com situações do cotidiano, promove-se o sentimento de desafio e, com ele, o engajamento na busca por respostas. Trata-se de um método estruturado em ações autodirigidas e auto reflexivas, que favorecem tanto a responsabilidade individual quanto o trabalho colaborativo. Hung, Jonassen & Liu (2008) complementam essa abordagem ao indicarem que o papel do professor na ABP é o de mediador do processo, responsável por orientar, provocar e apoiar os estudantes, sem fornecer respostas prontas, mas valorizando a construção de conhecimento a partir do repertório e das experiências dos discentes.

Esse movimento dialógico e investigativo no qual o conhecimento é construído a partir de problemas reais também se relaciona com a própria natureza do conhecimento. Para Davenport & Prusak (1998), o conhecimento é um ativo intangível e dinâmico, formado pela

síntese entre experiências, valores, informações e contextos sociais. Como tal, está sempre em processo de modificação e reconstrução, o que exige estratégias pedagógicas capazes de promover sua compreensão, apropriação e aplicação crítica. Nesse sentido, a ABP revela-se como uma metodologia eficaz, ao favorecer a produção de saberes aplicados em contextos situados, exigindo dos estudantes a capacidade de articular informações e experiências em um processo contínuo de reflexão e ação.

Sob uma perspectiva filosófica, Hessen (1999) reforça que o conhecimento é resultado da interação entre sujeito e objeto, sendo produzido na medida em que o sujeito apreende o objeto com base na realidade em que ambos estão inseridos. A construção do conhecimento, portanto, não é neutra nem automática, mas envolve a intencionalidade do sujeito em compreender, analisar e transformar essa realidade. Para o autor, "somente o conhecimento verdadeiro é efetivo; o 'conhecimento não-verdadeiro' não é propriamente conhecimento, mas erro e engano" (Hessen, 1999, p. 23). Assim, ao articular os princípios da ABP com a concepção de conhecimento como fenômeno situado, processual e investigativo, reafirma-se a importância de metodologias que favoreçam o pensamento crítico e a autonomia intelectual dos estudantes, especialmente em áreas como a Ciência da Informação, na qual o domínio, a curadoria e a aplicação do conhecimento são fundamentais.

A **sala de aula invertida** também é uma metodologia relevante nesse contexto. Os alunos são incentivados a estudar conceitos e teorias fundamentais da Ciência da Informação, como taxonomia e metadados, antes das aulas, permitindo que o tempo presencial seja dedicado à aplicação desses conceitos em atividades práticas, como a construção de sistemas de indexação ou a análise de fluxos informacionais em uma organização. Essa abordagem é um exemplo claro do que Moran (2015) afirma sobre as metodologias ativas que visam melhorar a comunicação e a interação entre docentes e discentes, permitindo que o foco se desloque para a aplicação prática do conhecimento, tornando o aprendizado mais dinâmico e eficaz.

A proposta da sala de aula invertida, conforme Bergmann & Sams (2007), implica uma reorganização significativa do tempo pedagógico, permitindo que os momentos presenciais deixem de ser centrados na transmissão de conteúdos e passem a ser utilizados como espaços de interação, resolução de problemas e colaboração. Essa lógica está fortemente alinhada aos princípios da aprendizagem baseada em problemas, pois coloca os estudantes em contato direto com situações que exigem análise crítica e aplicação dos conceitos previamente estudados. Além disso, como destaca Valente (2014), ao se configurar como uma modalidade de e-learning, a SAI potencializa o uso das TIC como mediadoras da construção do conhecimento, promovendo maior autonomia, engajamento e personalização da aprendizagem por parte dos estudantes.

No contexto da Ciência da Informação, a adoção da SAI pode ainda ser compreendida como uma estratégia complementar à gestão do conhecimento, na medida em que favorece a criação e a circulação de saberes de maneira mais orgânica e participativa. Segundo Silva, Damian & Santarém-Segundo (2016), a GC visa desenvolver ambientes de aprendizagem que promovam o compartilhamento e a aplicação do conhecimento, aspectos diretamente potencializados por metodologias como a SAI, que mobilizam o repertório individual e coletivo dos alunos em atividades colaborativas. Essa articulação entre ensino e GC torna-se ainda mais relevante quando se considera que a Ciência da Informação atua justamente na mediação entre informação e ação. Como afirmam Oliveira-Del-Massa, Damian & Valentim (2018), a GC contribui para a inovação e a tomada de decisão em ambientes complexos — competências essas que podem ser desenvolvidas pedagogicamente por meio de práticas educacionais inovadoras, como a SAI, que aproximam o processo formativo das dinâmicas reais do trabalho com a informação.

Na prática, a aplicação da Sala de Aula Invertida em cursos de Biblioteconomia e Arquivologia pode se concretizar em atividades que aproximem o estudante da realidade profissional e da gestão informacional contemporânea. Por exemplo, após estudarem previamente os fundamentos teóricos da descrição arquivística, os alunos podem, em sala, trabalhar colaborativamente na análise de fundos documentais digitalizados, aplicando normas como a ISAD(G) ou a NOBRADE em situações simuladas. Da mesma forma, em disciplinas voltadas à organização do conhecimento, os discentes podem utilizar o tempo presencial para desenvolver taxonomias temáticas e estruturas de metadados aplicadas a repositórios institucionais, após terem estudado os conceitos e padrões técnicos por meio de vídeos e materiais online.

Tais experiências didáticas se alinham às práticas de gestão do conhecimento, uma vez que incentivam o estudante a atuar como agente ativo no tratamento da informação, ao mesmo tempo em que compreende os fluxos e processos de produção, organização e uso do conhecimento em ambientes reais. Em bibliotecas universitárias, por exemplo, os estudantes podem desenvolver projetos de curadoria digital, propondo estratégias de seleção, avaliação e organização de fontes confiáveis em redes acadêmicas, com base nos conteúdos estudados previamente fora da sala. Em centros de documentação, a SAI pode ser utilizada para simular a gestão de acervos corporativos, promovendo atividades em que os alunos identifiquem lacunas informacionais e proponham mecanismos de recuperação, alinhando suas soluções aos princípios da GC, como descrito por Silva, Damian & Santarém-Segundo (2016).

Essas abordagens reforçam o papel formativo das metodologias ativas como mediação entre o conhecimento teórico e a aplicação profissional, possibilitando que o estudante compreenda o ciclo de vida da informação e do conhecimento em diferentes contextos institucionais. Em uma sociedade em que o conhecimento é um recurso estratégico, como afirmam Oliveira-Del-Massa, Damian & Valentim (2018), formar profissionais capazes de gerenciar a informação e o conhecimento de forma crítica, ética e inovadora é essencial. A utilização da Sala de Aula Invertida, ao integrar a autonomia intelectual com a resolução de problemas reais, contribui diretamente para esse objetivo, ampliando as fronteiras da formação tradicional e promovendo uma aprendizagem situada, relevante e transformadora.

Os **estudos de caso**, outro exemplo de metodologia ativa, são amplamente aplicados no ensino de Ciências da Informação. Através da análise de casos reais, como a implementação de sistemas de gerenciamento de conteúdo em bibliotecas digitais ou a gestão de dados sensíveis no contexto de *big data*, os alunos podem compreender as complexidades envolvidas na gestão do conhecimento. McInerney & Roberts (2004) defendem a importância da aprendizagem colaborativa e cooperativa, e os resultados refletem essa ideia ao destacar como os alunos, por meio de estudos de caso, trabalham em grupo para resolver problemas complexos da Ciência da Informação, como a falha na preservação digital de um repositório acadêmico.

Conforme Berbel (1998), o estudo de caso se configura como uma metodologia que articula teoria e prática, proporcionando ao estudante a vivência de situações desafiadoras que exigem análise crítica, posicionamento fundamentado e proposição de soluções. Ao explorar cenários reais ou simulados, o estudante é levado a lidar com a ambiguidade e a incerteza, elementos característicos da dinâmica informacional contemporânea. Essa abordagem também promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, como argumentação, empatia, trabalho em equipe e autonomia, conforme ressaltam Godoy & Antonello (2011). Yin (2001) acrescenta que essa metodologia contribui significativamente para a formação de competências profissionais, especialmente em contextos nos quais a tomada de decisão baseada em evidências é crucial.

No campo da Ciência da Informação, o uso de estudos de caso permite aos alunos se

aproximarem da realidade de atuação em arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Casos sobre migração de acervos físicos para plataformas digitais, gestão de metadados em repositórios institucionais, ou ainda falhas no fluxo de preservação digital, possibilitam a análise de variáveis técnicas, éticas e organizacionais. Tais experiências são ainda mais enriquecedoras quando articuladas ao uso de TIC, as quais, segundo Yin (2001), ampliam o acesso a documentos, dados e recursos multimídia, possibilitando uma análise mais contextualizada e fundamentada.

Além disso, os estudos de caso oferecem um espaço pedagógico privilegiado para refletir criticamente sobre os desafios da gestão do conhecimento nas organizações. Jorge & Faléco (2016) afirmam que um dos principais obstáculos para a GC está relacionado à dificuldade de capturar, organizar e compartilhar um recurso intangível como o conhecimento. Ao explorar casos de sucesso e insucesso em ambientes informacionais, os alunos podem compreender como a ausência de políticas eficazes de GC compromete a qualidade da informação, a memória organizacional e a capacidade de inovação institucional. Nessa perspectiva, o estudo de caso se revela uma ferramenta estratégica para simular decisões complexas, em cenários nos quais o conhecimento é mal gerido ou subutilizado.

Davenport & Prusak (1998) reforçam essa ideia ao argumentar que não basta possuir uma grande quantidade de conhecimento: é necessário gerenciá-lo adequadamente, garantindo que esteja acessível e aplicável no momento certo. Ao vivenciarem essas análises em contextos educacionais, os estudantes desenvolvem uma consciência crítica sobre a importância de ferramentas e processos voltados à circulação e reutilização do conhecimento em ambientes informacionais. Como ressaltam Hoffmann (2016) e Santos & Damian (2018), a GC, quando alinhada à estratégia institucional, contribui para a melhoria dos processos decisórios e para a geração de valor organizacional, objetivos que podem ser alcançados pedagogicamente por meio da análise reflexiva e colaborativa de casos reais no contexto acadêmico.

Além disso, a revisão da literatura destaca a importância da integração entre metodologias ativas e gestão do conhecimento, favorecendo não apenas a retenção de conhecimento, mas sua aplicação prática em contextos profissionais. Davenport & Prusak (1998) enfatizam que o conhecimento, para ser eficaz, precisa ser gerido e compartilhado de maneira acessível e prática, e nos resultados, essa integração é destacada ao mencionar a utilização de plataformas de gerenciamento do conhecimento, como *wikis* ou *intranets*, que possibilitam a troca de informações e a construção colaborativa de repositórios de dados, que por sua vez, atende a múltiplas necessidades informacionais, como pode ser demonstrado na figura a seguir.

Figura 1: Fluxo da aprendizagem ativa e gestão do conhecimento



Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Outro ponto relevante identificado na literatura é a necessidade de adaptação dos modelos tradicionais de ensino. A transição para metodologias mais interativas, como a aprendizagem ativa e colaborativa, exige uma mudança significativa na abordagem pedagógica e na cultura institucional. Antunes (2018) alerta que a aprendizagem verdadeira vai além da simples exposição teórica, e nos resultados essa transição é vista como essencial para preparar os alunos da Ciência da Informação para lidar com a inovação constante e as complexidades da gestão do conhecimento, um processo que, como destacado por Oliva (2011), exige a adaptação das práticas pedagógicas aos desafios e às necessidades do cenário contemporâneo.

Essas mudanças são desafiadoras, mas são necessárias para preparar os profissionais para lidar com questões atuais, como a sobrevivência do conhecimento organizacional em um cenário de inovação constante, ou a curadoria e gestão de grandes volumes de dados, áreas essenciais dentro da Ciência da Informação. Takeuchi & Nonaka (2008), ao discutirem a importância do conhecimento nas organizações, enfatizam que a criação e o compartilhamento de conhecimento são fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos, sendo os processos de criação e compartilhamento do conhecimento fundamentais ao destacar a necessidade de capacitar os alunos para lidar com essas demandas dinâmicas e tecnológicas.

Portanto, os resultados apontam que a inter-relação entre metodologias ativas de aprendizagem e gestão do conhecimento na Ciência da Informação representa um caminho promissor para a evolução dos processos educacionais, algo que Silva, Damian & Santarém-Segundo (2016) afirmam sobre a criação de ambientes de aprendizado que promovam a gestão do conhecimento de maneira eficiente, com foco na integração entre teoria e prática.

Figura 2: Integração entre as Metodologias Ativas de Aprendizagem e a Gestão do Conhecimento



Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

As metodologias destacadas na Figura 2 não só fomentam a construção do conhecimento de forma mais colaborativa e dinâmica, mas preparam os alunos para enfrentar os desafios do mercado, tornando-os mais capacitados a lidar com a rápida evolução tecnológica, a gestão de dados e a inovação constante no campo da informação. Esse conceito está alinhado ao que Hoffmann (2016) descreve sobre como a gestão do conhecimento, quando integrada à estratégia organizacional, contribui para a inovação e o desenvolvimento contínuo dentro das organizações, algo que pode ser estendido para o contexto educacional, preparando os alunos para o futuro da Ciência da Informação.

Essa transformação no modelo educacional demanda a construção de estratégias pedagógicas capazes de articular o desenvolvimento de competências teóricas e práticas com os processos dinâmicos da gestão do conhecimento. A figura apresentada neste trabalho ilustra essa inter-relação ao dispor, de um lado, os métodos ativos de aprendizagem — aprendizagem baseada em problemas, sala de aula invertida e estudos de caso — e, do outro, os processos-chave da gestão do conhecimento: aquisição, compartilhamento e uso. Esses elementos estão conectados por fluxos contínuos de troca de informações e construção coletiva do saber, evidenciando que o conhecimento não é apenas adquirido, mas produzido e reconstruído por meio da ação pedagógica e da interação entre sujeitos.

Cada uma dessas metodologias contribui de forma específica para esse ciclo. A ABP estimula a aquisição ativa do conhecimento por meio da problematização e da investigação; a SAI favorece o compartilhamento, ao antecipar o contato com o conteúdo e permitir que o tempo em sala seja voltado à colaboração e ao esclarecimento coletivo; e os Estudos de Caso impulsionam a aplicação do conhecimento, exigindo análise crítica de situações reais, tomada de decisão e proposição de soluções fundamentadas. Ao serem integradas aos processos educacionais da Ciência da Informação, essas metodologias potencializam a formação de profissionais aptos a lidar com contextos informacionais complexos e com as múltiplas dimensões do conhecimento nas organizações.

Portanto, a imagem não apenas representa uma articulação teórica entre aprendizagem ativa e gestão do conhecimento, mas serve como modelo prático e aplicável à realidade formativa dos cursos da área. Ela destaca que o conhecimento é continuamente reconfigurado à medida que circula entre sujeitos e contextos, sendo enriquecido por múltiplas perspectivas, experiências e interações. Em consonância com os apontamentos de Takeuchi & Nonaka (2008), essa lógica favorece a criação e o compartilhamento do conhecimento como estratégias essenciais para enfrentar os desafios organizacionais e informacionais do Século XXI. Assim, ao promover ambientes de aprendizagem colaborativos, interativos e tecnologicamente mediados, a articulação entre metodologias ativas e gestão do conhecimento se afirma como uma via promissora para a inovação curricular e para o fortalecimento da formação crítica e socialmente engajada em Ciência da Informação.

Essas mudanças são desafiadoras, mas são necessárias para preparar os profissionais para lidar com questões atuais, como a sobrevivência do conhecimento organizacional em um cenário de inovação constante, ou a curadoria e gestão de grandes volumes de dados, áreas essenciais dentro da Ciência da Informação. Takeuchi & Nonaka (2008), ao discutirem a importância do conhecimento dentro das organizações, enfatizam que a criação e o compartilhamento de conhecimento são fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos, o que é reforçado nos resultados ao destacar a necessidade de capacitar os alunos para lidar com essas demandas dinâmicas e tecnológicas.

Considerações Finais

Este estudo explorou a inter-relação entre as metodologias ativas de aprendizagem e a gestão do conhecimento no contexto da Ciência da Informação. A partir da revisão bibliográfica realizada, constatou-se que essas metodologias promovem um aprendizado mais dinâmico, interativo e voltado para a resolução de problemas reais, preparando os estudantes para os desafios complexos do mercado de trabalho.

Observou-se que estratégias como a aprendizagem baseada em problemas, a sala de aula invertida e os estudos de caso permitem que os alunos desenvolvam habilidades essenciais, como pensamento crítico, colaboração e aplicação prática do conhecimento. No campo da Ciência da Informação, essas metodologias demonstram ser particularmente eficazes ao estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras para a organização, curadoria e preservação de grandes volumes de dados, além de promoverem o uso de tecnologias emergentes para a recuperação da informação.

Além disso, verificou-se que a integração entre metodologias ativas e gestão do conhecimento favorece a criação de ambientes colaborativos de aprendizagem, onde o conhecimento é constantemente atualizado e compartilhado. O uso de ferramentas tecnológicas, como repositórios digitais e plataformas colaborativas, mostrou-se fundamental para essa construção coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de aprendizado contínuo.

Contudo, os desafios para a implementação dessas metodologias ainda são significativos. A necessidade de reestruturação dos modelos tradicionais de ensino, a adaptação das instituições educacionais e a capacitação de professores para utilizarem abordagens mais interativas representam obstáculos que devem ser superados. A resistência a mudanças e a limitação de recursos podem dificultar a adoção dessas práticas em larga escala.

Dessa forma, conclui-se que a adoção de metodologias ativas no ensino da Ciência da Informação não apenas aprimora a aprendizagem dos estudantes, mas fortalece a gestão do conhecimento, tornando-a mais eficiente e integrada às demandas do mundo digital. Para que essa transformação seja efetiva, é essencial que haja um compromisso contínuo das instituições de ensino e dos profissionais da área, garantindo que os futuros especialistas estejam preparados para

lidar com os desafios de um ambiente informacional em constante evolução.

Futuras pesquisas podem aprofundar essa discussão por meio de estudos empíricos que avaliem o impacto prático dessas metodologias em diferentes contextos educacionais e organizacionais. Além disso, a investigação sobre o papel das tecnologias emergentes, como inteligência artificial e *blockchain*, na gestão do conhecimento pode trazer novas perspectivas para esse campo de estudo.

Referências

Abreu, J. R. P. (2009). *Contexto atual do ensino médico: metodologias tradicionais e ativas - necessidades pedagógicas dos professores e da estrutura das escolas* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 105 p.

Antunes, C. (2014). *Professores e professores: reflexões sobre uma aula e práticas pedagógicas diversas.* Petrópolis: Voz.

Bergmann, J., & Sams, A. (2007). *Flip your classroom: Reach every student in every class every day.* International Society for Technology in Education (ISTE).

Borges, T. S., & Alencar, G. (2014). Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. *Cairu em Revista, 3*(4), 119-143.https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/37446.

Borochovicius, E., & Tortella, J. C. B. (2014). Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. *Ensaio: Aval. Pol. Publ. Educ., 22*(83), 263-294. https://www.scielo.br/j/ensaio/a/QQXPb5SbP54VJtpmvThLBTc/?lang=pt&format=pdf.

Cerdá, J. D. (2013). Gestión documental y gobierno abierto: El archivo en la república de los dados. *Tábula: Estudios Archivísticos de Castilla y León, 16*, 123-137. https://publicaciones.acal.es/tabula/article/view/123.

Davenport, T. H., & Prusak, L. (1998). *Working knowledge: how organizations manage what they know.* Boston: Harvard Business School Press.

Drucker, P. (1999). *Administrando em tempos de grandes mudanças.* São Paulo: Pioneira.

Hessen, J. (1999). *Teoria do conhecimento.* Tradução: João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins Fontes.

Hounsell, M. S., & Gasparini, I. (2021). Colaboração e cooperação: pertinência, competição ou complementaridade. *Revista Produção Online, 7*(3), 1-15. https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/68/68.

Hoffmann, W. A. M. (2016). Gestão do conhecimento e da informação em organizações baseadas em inteligência competitiva. *Ciência da Informação, 45*(3), 31-43. http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4045/3564.

Hung, D., Jonassen, D. H., & Liu, W. K. (2008). Problem-based learning. In J. M. Spector, M. D. Merrill, J. van Merriënboer, & M. P. Driscoll (Eds.), *Handbook of research on educational communications and technology* (3rd ed., pp. 485–506). Lawrence Erlbaum Associates.

Jorge, C. F. B., & Faléco, L. L. (2016). A aplicação da gestão do conhecimento como estratégia de competitividade organizacional. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends, 10*(3), 69-75. https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5754544.pdf.

Lopes, J., & Silva, H. (2010). *O professor faz a diferença na aprendizagem dos alunos, na realização escolar dos alunos, no sucesso dos alunos.* Lisboa: LIDEL.

Melim, L. M. C. (2014). *Desenvolvimento e avaliação de estratégias cooperativas de ensino de Biociências para alunos de baixa renda* (Tese de doutorado, Instituto Oswaldo Cruz). Rio de Janeiro, 138 p.

Moran, J. (2015). Mudando a educação com metodologias ativas. In *Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*.

Moser, P. K., Mulder, D. H., & Trout, J. D. (2008). *A teoria do conhecimento.* Tradução: Marcelo

Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMP Martins Fontes.

McInnerney, J. M., & Roberts, T. S. (2004). Colaborativo ou cooperativa aprendizagem? In T. S. Roberts (Ed.), *Aprendizagem colaborativa: teoria e prática.* Hershey: IGI Global.

Mota, A. R., & Rosa, C. T. W. R. (2018). Ensaio sobre metodologias ativas: reflexões e propostas. *Revista Espaço Pedagógico, 25*(2), 261-276. http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8161/4811.

Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação.* Rio de Janeiro: Elsevier.

Oliva, A. (2011). *Teoria do conhecimento.* Rio de Janeiro: Zahar.

Oliveira-Del-Massa, H. C., Damian, I. P. M., & Valentim, M. L. P. (2018). Competência em informação no apoio à gestão do conhecimento. *Inf. & Soc.: Est, 28*(1), 257-267. www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/download/32569/pdf

O'Brien, J. A., & Marakas, G. M. (2013). *Administração de sistemas de informação* (15ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Pereira, R. (2012). Método ativo: técnicas de problematização da realidade aplicada à educação básica e ao ensino superior. In *VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade*. São Cristóvão, SE.

Santos, B. R. P., & Damian, I. P. M. (2017). A relação da cultura organizacional e da cultura informacional no desenvolvimento da competência em informação dos profissionais de uma unidade de saúde da família. *Tendências de Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 10*(1), 1-16. https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/436/435.

Stefano, N. M., & Sartori, S. (2016). A gestão do conhecimento e o capital intelectual: enfoque teórico para discussão. *Revista Ingeniería Industrial, 15*(2), 179-192. http://revistas.ubiobio.cl/index.php/RI/article/view/2783.

Takeuchi, H., & Nonaka, I. (2008). *Gestão do conhecimento.* Porto Alegre: Bookman.

Terra, J. C. C. (2005). *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial.* Rio de Janeiro: Elsevier.

Yang, J. (2010). The knowledge management strategy and its effect on firm performance: A contingency analysis. *International Journal of Production Economics, 125*(2), 215-223. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527310000940.

ALTMETRIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO: UMA RELAÇÃO A SER EXPLORADA

Márcia Regina da Silva, Universidade de São Paulo, ORCID 0000-0001-5852-1026, Brasil, *marciaregina@usp.br*

Ieda Pelógia Martins Damian, Universidade de São Paulo, ORCID 0000-0001-5364-3243, Brasil, *iedapm@usp.br*

Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos, Universidade Estadual Paulista, ORCID 0000-0001-8620-2612, Brasil, pinheiro.santos@unesp.br

Elaine Mosconi, Université de Sherbrooke, ORCID 0000-0001-5579-9997, Canada, *Elaine.Mosconi@usherbrooke.ca*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6662

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

No contexto de valorização da transparência dos processos científicos e maior participação da sociedade, as universidades enfrentam desafios importantes para repensar suas estratégias de gestão da informação científica. A circulação da informação extrapola os canais tradicionais de publicação acadêmica, alcançando as mídias digitais, onde diferentes públicos interagem com os resultados de pesquisas. Torna-se importante pensar em práticas estratégicas para organizar, estruturar e monitorar o saber produzido institucionalmente.

O conhecimento é essencial para a tomada de decisão, destacando-se tanto em ambientes organizacionais quanto acadêmicos.

O conhecimento, de acordo com Davenport e Prusak (1998, p. 6), é

> uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores.

Para Duarte, Lira e Lira (2014), o conhecimento é utilizado para tomar decisões e resolver problemas, portanto sua gestão é essencial para o sucesso organizacional.

Freire et al. (2012) afirmam que, em um ambiente competitivo, o conhecimento e seu compartilhamento são diferenciais organizacionais.

Devido à importância do conhecimento, sua gestão se faz essencial, uma vez que ela cuida do conhecimento advindo dos sujeitos organizacionais que deve ser utilizado em diversas atividades organizacionais, especialmente no processo decisório (Santos, Damian, 2018). Para Dalkir (2015), a Gestão do Conhecimento (GC) diz respeito ao gerenciamento ordenado e sistemático de pessoas, tecnologias, processos e estrutura de uma organização com a finalidade de agregar valor à esta organização, por meio do reuso do conhecimento e da inovação.

Neste cenário de inovação, aliado a evolução tecnológica, destaca-se a altmetria, que vai além dos índices de citação tradicionais, medindo a atenção *online* dada a resultados científicos em mídias sociais e digitais.

Desde 2010, quando Jason Priem introduziu a altmetria, os estudos sobre o tema cresceram significamente, organizando-se em vertentes como conceituação, avaliação de periódicos e ciências abertas (Gouveia, 2019).

As métricas alternativas, como o *Altmetric Score*, são complementares às tradicionais, refletindo a atenção *online* recebida por resultados científicos em plataformas digitais (Haustein *et al*., 2014; Zahedi, Costas, Wouters, 2014; Erdt *et al*., 2016).

A altmetria é um campo dinâmico, continuamente redefinido pelas

transformações da internet e das mídias sociais.

A altmetria, incorporada aos estudos métricos, permite avaliar, em tempo real, o impacto digital das pesquisas, ampliando a visão dos pesquisadores sobre a disseminação de duas publicações (Vanti, Sans Casado, 2016).

Embora os indicadores altmétricos sejam usados para medir o interesse social pela ciência, sua aplicação no ambiente organizacional ainda é limitada.

Diaz-Faes, Bowman e Costas (2019) apontam que integrar dados altmétricos ao planejamento estratégico institucional pode ampliar a capacidade da organização em mensurar o impacto social percebido de suas pesquisas, especialmente quando esses dados sao triangulados com práticas de gestao da comunicação científica e iniciativas de ciência aberta. Alem disso, Sugimoto et al. (2017) sugerem que os indicadores de atenção digital podem servir como termômetros do engajamento publico, revelando tendências de interesse da sociedade e reforçando o papel das instituições acadêmicas como produtoras de conhecimento socialmente relevante.

Dessa forma, o uso de altmetria em organizações não se limita a mensuração de popularidade ou alcance, mas pode se constituir em ferramenta valiosa para identificar padrões de engajamento social, fortalecer a legitimidade pública da ciência e orientar políticas institucionais mais conectadas aos desafios contemporâneos. Esta discussao é relevante no contexto da comunicação digital e da crescente presença das universidades em redes sociais, o que exige uma análise crítica sobre as formas de consumo e circulação da ciência em ambiente *online*.

Este estudo investiga as inter-relações da altmetria com a gestão do conhecimento, considerando sua contribuição na identificação de tendências científicas. Nesse sentido, esta pesquisa, a partir de um estudo exploratório da literatura, busca refletir sobre as possíveis aplicações no campo da comunicação científica institucional.

Referencial Teórico

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre a gestão do conhecimento e a altmetria, destacando a relevância dos mesmos como instrumentos estratégicos para ampliar a circulação e o aproveitamento do conhecimento para além dos limites institucionais. A gestão do conhecimento estrutura e organiza os saberes produzidos internamente, enquanto as ferramentas altmétricas possibilitam mensurar, de forma dinâmica, o engajamento de públicos externos com os resultados da produção científica, contribuindo para avaliar sua repercussão social e visibilidade digital.

Gestão do conhecimento

A importância do conhecimento é bem retratada por Cerdá (2013), que o considera como a nova matéria-prima do Século XXI, uma vez que ele torna possível o aumento da competitividade organizacional.

O conhecimento, de acordo com Nonaka e Takeuchi (1997, p. 58), "está essencialmente relacionado à ação humana" e deve ser entendido como o conjunto obtido pela informação e o contexto associado, o que engloba a percepção do ambiente, do sistema em que foram compostas e coletadas e de como este sistema atua nos contextos organizacionais.

Bukowitz e Williams (2002) ressaltam que, quando o conhecimento é utilizado de modo adequado nos contextos organizacionais, ele contribui para o desenvolvimento de processos mais eficientes e efetivos que resultam em impactos positivos nos resultados financeiros, o que se dá por meio da redução de custos e do tempo dos ciclos, de modo que se obtenha o que necessita de modo mais rápido, entregue mais rapidamente o que o usuário deseja, incentiva a inovação e gera mais valor ao cliente. Deste modo, fica evidente que o conhecimento pode contribuir para que as organizações desenvolvam condições essenciais para a sua permanência em um ambientes altamente competitivos, o que justifica sua gestão.

A gestão do conhecimento, segundo Hoffmann (2016), é um modelo de gestão voltado a estratégia organizacional que aproveita os

recursos organizacionais já existentes para que os sujeitos organizacionais tenham condições para identificar e fazer uso das melhores práticas em vez de tentar criar algo que já foi criado.

Para que a gestão do conhecimento seja implantada com sucesso, o uso de um modelo de implantação é altamente recomendável, porque eles possibilitam desenvolver uma compreensão realista da GC nas organizações, ou seja, entender as organizações como estruturas de conhecimento e ter uma visão completa e aprofundada da gestão do conhecimento e dos elementos envolvidos (Bennet, Bennet, 2004).

No estudo desenvolvido por Damian e Moro-Cabero (2020), é apresentado um modelo de gestão do conhecimento voltado à Memória Organizacional (MO), estruturado em seis processos interdependentes que buscam otimizar a gestão do conhecimento nas organizações. O primeiro processo, denominado Identificar, envolve a comunicação clara da missão e visão organizacional, a seleção de um projeto piloto para a implementação da gestão do conhecimento, e a definição dos objetivos esperados. Além disso, é essencial a determinação dos conhecimentos necessários para a execução das atividades do projeto, bem como o desenvolvimento de um levantamento situacional dos Fatores Críticos de Sucesso (FCS) da GC, que devem ser considerados para garantir o sucesso da iniciativa (Damian & Moro-Cabero, 2020).

O processo seguinte, Criar/obter, diz respeito à criação de condições organizacionais que favoreçam a geração de conhecimento relevante, o qual será convertido em conhecimento organizacional. Para isso, as organizações precisam analisar e melhorar os FCS identificados na etapa anterior, a fim de garantir que o conhecimento gerado seja significativo e eficaz para as necessidades organizacionais. A criação de um ambiente propício à inovação e ao compartilhamento de saberes é essencial para a continuidade da gestão do conhecimento (Damian & Moro-Cabero, 2020).

O terceiro processo, Armazenar, tem como principal objetivo garantir que o conhecimento criado seja mantido de forma ordenada e sistemática. O armazenamento adequado do conhecimento assegura que ele não seja perdido e possa ser facilmente recuperado sempre que necessário. A preocupação com a maneira pela qual o conhecimento é armazenado e a estruturação de sistemas eficientes para sua recuperação são fundamentais para a sustentabilidade da gestão do conhecimento nas organizações (Damian & Moro-Cabero, 2020).

Após o armazenamento, o processo de Disseminar/compartilhar torna-se crucial, uma vez que o conhecimento armazenado na memória organizacional precisa ser utilizado. A disseminação e o compartilhamento do conhecimento são objetivos primários dessa etapa, uma vez que o valor do conhecimento reside em sua circulação e utilização dentro da organização. As práticas de compartilhamento devem ser estruturadas para garantir que o conhecimento seja acessado e utilizado pelas pessoas certas, no momento adequado, promovendo a aprendizagem organizacional e o aprimoramento contínuo (Damian & Moro-Cabero, 2020).

No processo de Utilizar, o conhecimento criado, obtido, armazenado e disseminado é aplicado nas atividades organizacionais, com o objetivo de agregar valor a essas atividades. Este processo destaca a importância de as organizações desenvolverem estruturas e práticas que incentivem a reutilização do conhecimento acumulado, assegurando que o conhecimento seja efetivamente aproveitado para a melhoria dos processos e decisões organizacionais (Damian & Moro-Cabero, 2020).

Por fim, o processo de Avaliar tem como foco a análise do conhecimento armazenado para verificar se ele ainda é válido e se o seu armazenamento continua sendo necessário. Além disso, envolve a avaliação dos resultados obtidos pela gestão do conhecimento, o que permite que a GC receba os recursos necessários para sua continuidade. A avaliação constante é essencial para realizar ajustes e melhorar os processos de gestão do

conhecimento, garantindo que os resultados sejam cada vez mais expressivos e alinhados com os objetivos organizacionais (Damian & Moro-Cabero, 2020).

Embora os processos de gestão do conhecimento tradicionalmente se concentrem no ambiente interno das organizações, é cada vez mais evidente que o conhecimento relevante também é gerado e compartilhado fora desses limites institucionais. A crescente digitalização e o uso intensivo de tecnologias de informação têm ampliado os espaços de circulação do conhecimento, especialmente em ambientes virtuais. Nesse cenário, torna-se fundamental que as organizações e instituições acadêmicas desenvolvam estratégias para captar, analisar e integrar o conhecimento que circula em plataformas externas, como fóruns especializados, repositórios digitais e, notadamente, redes sociais acadêmicas e profissionais. Essa ampliação do escopo da gestão do conhecimento representa uma evolução natural diante das novas dinâmicas de produção e disseminação do saber.

Altmetria

Para além das fronteiras organizacionais, muito conhecimento relevante oriundo de pesquisas científicas circula em redes sociais digitais e plataformas informacionais abertas. Essa circulação extrapola os domínios acadêmicos tradicionais, alcançando audiências amplas, não especializadas, que interpretam, compartilham e transformam o conteúdo científico em novas formas de conhecimento e engajamento. Tal dinâmica, devido à sua crescente relevância na sociedade digital contemporânea, demanda instrumentos eficazes de monitoramento e análise. Uma das ferramentas mais promissoras nesse cenário são as métricas alternativas, ou altmetria, capazes de captar, em tempo real, indícios da antenção pública da ciência.

Segundo Rodríguez-Pomeda, Casani e Serrano-López (2023, p. 668), as altmetrias,

> [...] são construídas a partir de informações sobre o uso de redes sociais e podem ser utilizadas em conjunto com as citações – uma rastreando a influência formal e reconhecida, e a outra acompanhando a influência não intencional e informal, o chamado 'prestígio científico de rua'.

A partir dessa concepção, a altmetria não busca substituir os métodos consagrados de avaliação do impacto científico, como a bibliometria e a cientometria, mas complementar esses modelos com uma abordagem mais sensível às dinâmicas sociais e culturais do consumo de informação científica.

A essência da altmetria está na sua capacidade de rastrear, por meio de plataformas específicas (como Altmetric.com, PlumX e Dimensions), menções a publicações científicas em fontes como redes sociais (X/Twitter, Facebook, TikTok), *blogs*, repositórios, plataformas de compartilhamento de slides e vídeos (YouTube, SlideShare), *sites* de notícias e repositórios de dados. Isso permite aos pesquisadores e instituições obterem uma visão mais ampla da recepção social de seus trabalhos, abrindo caminho para a análise do impacto para além do universo acadêmico.

Ainda que enfrente limitações importantes, como apontado por Robinson-Garcia et al. (2017), a altmetria se afirma como um método não convencional para avaliar o impacto da ciência. Os dados altmétricos, quando interpretados criticamente, revelam como os resultados de pesquisa são apropriados por diferentes públicos: jornalistas, educadores, profissionais de saúde, formuladores de políticas públicas e cidadãos interessados. Dessa forma, o campo ultrapassa a lógica da citação formal e entra no terreno da visibilidade, engajamento e influência social.

A utilização da altmetria como aliada no monitoramento da atenção pública da ciência se alinha a uma concepção mais plural e democrática da comunicação científica. No

entanto, coonforme argumentam Jarió, Pipek e Novoa (2025), as plataformas altmétricas ainda precisam evoluir para oferecer uma visão verdadeiramente inclusiva do impacto acadêmico. Eles defendem que tais ferramentas devem ampliar a diversidade de redes sociais e idiomas analisados, mitigar a instabilidade temporal por meio de *timestamping* confiáveis e aumentar a transparência dos algoritmos de rastreamento, a fim de proporcionar análises mais representativas da recepção global da ciência.

Após 15 anos da publicação do Manifesto Altmétrico (Priem et al., 2010), a altmetria permanece em processo de consolidação como subdisciplina dos estudos métricos. Essa trajetória é marcada por desafios conceituais e metodológicos. Barcelos e Maricato (2023), ao revisarem o estado da arte da área, identificam três grandes perspectivas que moldam o campo: a pragmática (voltada para o uso aplicado dos indicadores), a genealógica (interessada em suas origens e evolução histórica) e a epistemológica (centrada em debates sobre validade, confiabilidade e sentido dos dados altmétricos). A coexistência dessas perspectivas indica a riqueza e complexidade teórica da altmetria, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de amadurecimento de suas bases conceituais.

Mesmo diante dessa imaturidade, a altmetria se mostra uma ferramenta estratégica para a tomada de decisão em ciência, tecnologia e inovação. Ao capturar em tempo real manifestações de atenção, compartilhamento e debate em torno de produtos científicos, ela permite identificar quais temas estão ganhando repercussão pública, quais perfis influenciam a disseminação da ciência e como certos grupos sociais se envolvem com os conteúdos científicos. Assim, a altmetria pode ser incorporada como elemento fundamental da inteligência organizacional em universidades, centros de pesquisa e agências de fomento.

Nesse sentido, a articulação entre gestão do conhecimento e altmetria revela-se um potencial a ser explorado. Se por um lado a GC se dedica a organizar, estruturar e disseminar o conhecimento científico produzido internamente pelas instituições, a altmetria fornece indicadores dinâmicos e situados sobre como esse conhecimento é consumido, apropriado e discutido fora dos muros acadêmicos. Juntas, essas duas abordagens oferecem subsídios para melhorar o planejamento estratégico, as práticas de comunicação institucional e as políticas de engajamento social com a ciência.

No contexto da Ciência Aberta, a altmetria também ganha centralidade. Documentos como o Manifesto de Leiden (Hicks et al., 2015), a Declaração DORA (2012) e o Acordo CoARA (2022) destacam a urgência de ampliar o repertório de indicadores utilizados na avaliação científica, incorporando métricas que reflitam o impacto social e cultural da pesquisa. A altmetria, ao revelar a circulação digital dos resultados científicos, contribui diretamente para essa perspectiva, possibilitando uma avaliação mais abrangente e responsiva.

Um exemplo prático dessa aplicação é o uso de dados altmétricos para avaliar a repercussão de pesquisas sobre saúde pública durante a pandemia de COVID-19. Muitos estudos foram amplamente compartilhados antes mesmo de serem revisados por pares, influenciando decisões governamentais e comportamentos sociais. Embora esse cenário tenha levantado alertas sobre a desinformação científica, também demonstrou o poder das métricas alternativas para mapear o alcance e a influência de certas pesquisas em tempo real (Hook & Porter, 2021).

No entanto, é fundamental adotar uma postura crítica diante dos dados altmétricos. O

alto número de menções não necessariamente indica qualidade, utilidade ou confiabilidade da pesquisa. Um artigo pode viralizar por razões negativas, como erros metodológicos ou controvérsias éticas e os algoritmos de rastreamento nem sempre diferenciam engajamento positivo de crítica ou ironia. Por isso, o uso institucional da altmetria requer mediação qualificada por profissionais da informação, letramento digital por parte dos pesquisadores e políticas claras de interpretação e contextualização dos indicadores.

Assim, investir em capacitação e cultura métricas responsáveis é essencial. Bibliotecários, analistas de dados, assessores de comunicação e gestores acadêmicos devem trabalhar juntos para interpretar corretamente os dados altmétricos, evitando uso reducionista ou enviesado dos números. Como sugerem Bornmann et al. (2022), a altmetria deve ser parte de um ecossistema de avaliação diversificado, qualitativo e orientado por princípios éticos e científicos.

Em síntese, a altmetria representa muito mais do que uma nova forma de contagem. Ela reflete as transformações nos modos de produção, circulação e recepção do conhecimento científico. Seu uso inteligente e ético pode ampliar a visibilidade da ciência, fortalecer a confiança pública nas instituições de pesquisa e enriquecer os processos de gestão do conhecimento e avaliação científica. Para tanto, é necessário reconhecer tanto seu potencial como suas limitações, promovendo seu uso crítico, transparente e contextualizado.

A gestão do conhecimento estrutura e organiza o conhecimento para que seja reutilizável. A altmetria fornece indicadores dinâmicos sobre como o conhecimento é consumido e disseminado. Neste sentido, ambas podem ser consideradas ferramentas que oferecem suporte à inteligência organizacional, permitindo decisões mais fundamentadas.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória e teórico-reflexiva. A partir do levantamento em bases de dados nacionais e internacionais, buscou-se identificar a produção científica sobre altmetria no contexto empresarial.

As bases de dados utilizadas como fontes de informaçao foram Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), SCIELO e OpenAlex. Essas bases foram escolhidas pelo reconhecimento e pela diversidade, sendo a OpenAlex uma base de dados aberta, podendo representar, de forma mais democrática, a produção científica. A base Scielo pela representatividade na América Latina e por ser modelo na publicação em acesso aberto. A base de dados BRAPCI, única especializada, permite monitorar a produção nacional do campo da Ciência da Informação. A busca foi realizada entre 10 e 20 de fevereiro de 2025. Como critério de seleção optou-se pela análise de artigos científicos.

A seguir, o Quadro 1 contempla as estratégias de busca utilizadas nas bases de dados utilizadas neste estudo.

Quadro 1: Estratégia de busca nas bases de dados

Fonte de Informação	Estratégia de busca	Total
BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação)	altmetria OR "métricas alternativas" AND "gestão do conhecimento"	1
OpenAlex	altmetrics OR "alternative metrics" AND "knowledge management" AND "adecision-making" OR "institutional policies"	1.497
Scielo	altmetria OR "métricas alternativas" AND "gestão do conhecimento"	1

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na base de dados OpenAlex foi necessário aplicar o filtro de categoria temática (focando em artigos da área de Administração e Ciência da Informação), devido à diversidade de assuntos que abrangiam as publicações que

não representavam o interesse da pesquisa. Após essa exclusão, chegamos a um total de 61 registros.

O *corpus* de análise se constituiu então em 63 artigos científicos. No entanto, após a leitura dos resumos, apenas dois registros apresentaram aderência à inter-relação entre gestão do conhecimento e altmetria, conforme delimitado na proposta original. Diante desse número reduzido, optou-se por considerar para a análise uma observação que se denotou interessante nos registros que seriam desprezados. Identificou-se a recorrência dos termos vigilância tecnológica, vigilância informacional e inteligência empresarial, os quais, embora não integrassem o escopo inicial da pesquisa, revelaram-se conceitualmente próximos à gestão do conhecimento por também envolverem estratégias de monitoramento informacional e apoio à decisão. Assim, justifica-se a inclusão desses conceitos nos resultados, com o intuito de enriquecer a compreensão dos possíveis pontos de convergência entre a gestão do conhecimento e os indicadores altmétricos, ampliando a base teórica para essa proposta.

Resultados

Os dois registros selecionados (um da Brapci; um da OpenAlex) foram lidos na íntegra. Nenhum desses artigos abordou diretamente uma relação possível entre a altmetria e a gestão do conhecimento. No entanto, destacamos pontos relevantes desses dois trabalhos que merecem ser comentados.

O trabalho de Damian e Silva (2017), embora não discuta ou traga aproximação entre as duas disciplinas, destacou que a gestão do conhecimento tem aderência no campo da Ciência da Informação (CI), circulando em periódicos científicos importantes da área e em redes sociais. As autoras construíram indicadores bibliométricos e altmétricos da produção científica sobre GC, destacando a presença e interesse da CI pela gestão do conhecimento.

Elbashir *et al.* (2022) verificaram que a alta gestão incentiva a criação de conhecimento entre os funcionários operacionais e apoia suas atividades com uma infraestrutura robusta de *Business Intelligence* (BI), além de que as capacidades de assimilação do conhecimento observadas no setor privado também se aplicam ao setor público. Os resultados desta pesquisa embora não aproximam diretamente a gestão do conhecimento dos estudos altmétricos, enfatiza a importância da assimilação de conhecimento no setor público, neste sentido, é importante considerar a repercussão social ou a disseminação desse conhecimento em ambientes digitais, como propõem as altmetrias.

Como observado, a relação da gestão do conhecimento e da altmetria ainda não é devidamente explorada na literatura científica, o que indica uma importante lacuna que precisa ser suprimida.

Como já indicado anteriormente, no processo de leitura e exclusão de documentos que não representavam a temática desta pesquisa, foi possível verificar a incidência de conceitos como vigilância tecnológica, vigilância informacional e inteligência empresarial.

A vigilância informacional refere-se ao monitoramento sistemático e estratégico de informações relevantes para uma organização (Tarapanoff, 2000). Seu objetivo é antecipar tendências, reduzir incertezas e apoiar decisões. Esse processo envolve a coleta, análise e interpretação de dados provenientes de diversas fontes, com a finalidade de obter insumos que influenciam positivamente as estratégias organizacionais (Heikkila, 2018).

A vigilância tecnológica, por sua vez, é um processo contínuo e organizado de coleta, análise e disseminação de informações relacionadas à ciência e a tecnologia. Seu foco está em publicações científicas, patentes e notícias do setor, com o intuito de apoiar a tomada de decisões e antecipar mudanças tecnológicas. A informação tecnológica captada deve ser convertida em conhecimento, visando apoiar o processo decisório e manter a competitividade em um ambiente de rápidas inovações (Miguel, Gerlin & Costa, 2024).

A inteligência empresarial, também conhecida como business intelligence (BI), se dá pela sinergia entre conhecimento, inovação e

empreendedorismo (Cavalcanti, Gomes, 2001). O BI é representa o uso sistemático de dados, análises e ferramentas tecnológicas para apoiar a tomada de decisão nas organizações, permitindo gestores transformar grande volumes de informações em conhecimento estratégico (Davenport & Harris, 2017). Envolve a coleta, análise e transformação de dados em informação e informação em decisões e ações. Utilizando tecnologias e metodologias específicas, a inteligência empresarial converte dados brutos em informações estratégicas que contribuem para a melhoria da performance empresarial.

Esses conceitos, embora distintos, compartilham objetivos comuns de embasar e auxiliar as organizações na tomada de decisões mais informadas, no acompanhamento de tendências e no uso eficiente do conhecimento gerado. A integração entre esses processos pode fortalecer a capacidade de resposta das organizações em um ambiente dinâmico e altamente competitivo.

Apresentamos, no Quadro 2, uma sistematização que busca denotar a relação desses conceitos com a gestão do conhecimento e a altmetria.

Quadro 2 – Relação entre conceitos relacionados à gestão do conhecimento e a altmetria

Conceito	Relação com GC	Relação com a altmetria
Vigilância Informacional	Facilita a organização e disseminação do conhecimento institucional, ajudando a estruturar informações estratégicas.	Acompanhamento da repercussão de pesquisas científicas em redes sociais e outras plataformas digitais.
Vigilância Tecnológica	Apoia a criação e compartilhamento de conhecimento sobre avanços tecnológicos e tendências do setor.	Pode utilizar altmetrias para monitorar tendências tecnológicas emergentes.
Inteligência Empresarial	Transforma dados em conhecimento acionável, permitindo a formulação de estratégias organizacionais.	Indicadores altmétricos podem ser usados para avaliar impacto de pesquisas sobre mercado e inovação.
Gestão do conhecimento	Fundamental para a retenção e disseminação do conhecimento dentro das organizações	Os indicadores altmétricos enriquecem o processo de gestão do conhecimento ao fornecer informações sobre o impacto social do conhecimento científico.
Altmetria	Complementa a gestão do conhecimento ao fornecer dados sobre a recepção e disseminação da produção científica.	Mede o impacto da produção científica em tempo real, complementando métricas tradicionais.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Em relação ao Quadro 2, se faz necessário destacar que demonstrou-se coerente a presença de termos vigilância informacional, vigilância tecnológica e inteligência empresarial, que, inicialmente, não faziam parte do escopo do trabalho, mas como pode ser observado, pode representar caminhos relevantes a serem explorados em pesquisas futuras.

Em complemento, ao observar os dados do Quadro 2, percebe-se que a altmetria pode servir como uma ponte estratégica entre os processos de gestão do conhecimento e os novos modelos de inteligência organizacional. Como destacam Rodriguez-Pomeda, Casani e Serrano-Lopez (2023), as métricas altmétricas capturam a influência informal e não intencional da produção científica, o chamado "prestígio científico de rua" e, por isso, revelam-se instrumentos úteis para compreender como o conhecimento circula e é absorvido fora dos canais tradicionais.

Nesse sentido, os indicadores altmétricos oferecem mais do que visibilidade: eles apontam tendências, demandas informacionais emergentes e redes de circulação do saber. Como Borman (2014) ressalta, esses dados oriundos de redes sociais, blogs e outras plataformas digitais ampliam a compreensão da repercussão social dos resultados científicos, sendo fundamentais

para alimentar sistemas de vigilância informacional, vigilância tecnológica e estratégias de business intelligence.

Além disso, ao considerar que a gestão do conhecimento envolve a captação, organização, disseminação e uso do saber organizacional, a altmetria surge como aliada ao permitir, em tempo real, a aferição do alcance e da relevância do conhecimento produzido. Como Jarió, Pipek e Novoa (2025) destacam, apesar de limitações metodológicas, as plataformas altmétricas têm potencial para evoluir e oferecer uma visão mais inclusiva e democrática do impacto acadêmico, especialmente se ampliarem sua cobertura de redes, idiomas e métodos de rastreamento.

Ainda que a literatura não explore profundamente a relação direta entre GC e altmetria, conceitos intermediários, como vigilância informacional, vigilância tecnológica e inteligência empresarial, atuam como interfaces relevantes entre essas áreas. Como defendem Barcelos e Maricato (2023), mesmo diante de uma certa imaturidade conceitual e terminológica da altmetria enquanto subdisciplina, seu valor prático para a tomada de decisão é evidente, justamente por captar formas diversas de engajamento e circulação do conhecimento.

Dessa forma, a integração entre gestão do conhecimento e altmetria pode ser compreendida como uma via de mão dupla. De um lado, a GC fornece a estrutura teórica e metodológica para o uso eficiente do conhecimento dentro das organizações; de outro, a altmetria, mesmo enquanto "método não convencional" (Robson-Garcia et al., 2017), emerge como uma ferramenta de aferição da disseminação e aceitação social do conhecimento. Quando articuladas, essas abordagens impulsionam modelos mais dinâmicos e responsivos de gestão da informação, conectando os processos internos das instituições com os fluxos externos de visibilidade digital.

Outro ponto relevante é que, ao captar menções e interações em ambientes digitais diversos, a altmetria fornece um mapeamento mais amplo da circulação do conhecimento. Isso permite às organizações identificar temas de maior engajamento, autores e instituições com maior repercussão, e alinhamentos entre produção científica e demandas sociais, informações valiosas para nutrir processos de inteligência organizacional e orientar decisões baseadas em evidências.

Dessa maneira, ao aproximar-se de campos como vigilância informacional e tecnológica, a altmetria também favorece a identificação de tendências emergentes, áreas de interesse em ascensão e lacunas temáticas, expandindo o escopo tradicional da gestão do conhecimento. Como apontam Rodriguez-Pomeda, Casani e Serrano-Lopez (2023), a integração das métricas alternativas pode fortalecer o papel estratégico da informação ao lado dos modelos tradicionais, promovendo um ciclo contínuo de retroalimentação entre produção e recepção do conhecimento.

Portanto, a articulação entre GC e altmetria não apenas é possível, mas se revela necessária para contextos organizacionais que buscam inovação, competitividade e adaptabilidade contínua. A metáfora visual representada no Quadro 2 sintetiza essa complementaridade, evidenciando a ponte que se constrói entre o conhecimento gerado e seu impacto real nos diversos contextos sociais.

Figura 1 - Altmetria como Vetor Estratégico da gestão do conhecimento



Elaborada pelas autoras (2025).

A figura proposta, que simboliza uma ponte entre a gestão do conhecimento e a altmetria, revela um cenário no qual o fluxo de saberes organizacionais não se restringe apenas ao

ambiente interno, mas se expande para além dos muros institucionais, atravessando as fronteiras digitais contemporâneas. Como propõem Damian e Moro-Cabero (2020), a gestão do conhecimento é composta por seis processos interdependentes: identificar, criar/obter, armazenar, disseminar/compartilhar, utilizar e avaliar. Esses processos são representados no pilar esquerdo da figura por engrenagens e livros, remetendo ao conhecimento estruturado e sistematizado no âmbito organizacional.

No processo de identificar, por exemplo, a clara definição dos conhecimentos necessários e a análise dos fatores críticos de sucesso constituem a base para iniciativas de gestão do conhecimento eficazes (Damian & Moro-Cabero, 2020). Na figura, esse processo é simbolizado pelas engrenagens organizacionais que iniciam o fluxo do conhecimento. No entanto, o conhecimento relevante deve ultrapassar as fronteiras institucionais e circular em redes sociais, o que exige novas estratégias de captura e análise, função que pode ser desempenhada pela altmetria. Nesse sentido, o centro da ponte, ocupado pelos conceitos intermediários como vigilância informacional e tecnológica, atua como mecanismo de captação desse conhecimento externo e emergente.

No segundo e terceiro processos, criar/obter e armazenar, o foco está na geração e preservação do conhecimento organizacional (Damian & Moro-Cabero, 2020). A altmetria, ao rastrear interações em redes sociais, blogs e outros meios digitais, fornece subsídios para que a gestão do conhecimento identifique quais temas estão em alta circulação e engajamento. Como abordam Rodriguez-Pomeda, Casani e Serrano-Lopez (2023), os dados altmétricos capturam a influência não intencional e informal do conhecimento, o chamado “prestígio científico de rua”, o que amplia o escopo tradicional da criação de conhecimento organizacional ao considerar também o saber socialmente validado.

Ao chegar aos processos de disseminar/compartilhar e utilizar, a integração com a altmetria torna-se ainda mais estratégica. A disseminação do conhecimento, segundo Damian e Moro-Cabero (2020), deve ser estruturada para garantir que as informações certas cheguem às pessoas certas no momento certo. A altmetria pode auxiliar nesse processo ao indicar em tempo real quais produções científicas estão sendo amplamente acessadas, compartilhadas e debatidas em ambientes digitais. Como aponta Borman (2014), essas métricas possibilitam capturar a repercussão social do conhecimento, tornando-se aliadas no monitoramento de como o saber é consumido fora do circuito acadêmico convencional.

No processo de utilização, as organizações devem aplicar o conhecimento acumulado para gerar valor. A figura sugere, por meio da travessia conceitual representada no centro da ponte, que os dados altmétricos, ao oferecerem uma leitura atualizada sobre a aceitação e ressonância social de determinadas informações, podem orientar decisões mais alinhadas às demandas reais da sociedade e do mercado. Como Jarió, Pipek e Novoa (2025) destacam, é necessário ampliar a diversidade das redes e idiomas analisados para garantir um retrato mais fiel do impacto global, reforçando a importância de ferramentas altmétricas como apoio às estratégias da gestão do conhecimento.

Finalmente, o processo de avaliar envolve a verificação da validade do conhecimento e a análise dos resultados da própria gestão do conhecimento (Damian & Moro-Cabero, 2020). A figura sugere que, à medida que a altmetria fornece *feedback* contínuo sobre a performance e o engajamento da produção científica, ela se torna um instrumento eficaz de avaliação. Como defendem Barcelos e Maricato (2023), apesar de sua imaturidade conceitual, a altmetria já oferece suporte à tomada de decisão ao mensurar formas de engajamento que escapam às métricas tradicionais, contribuindo para ciclos de retroalimentação do conhecimento mais responsivos e conectados ao ambiente digital.

Portanto, a figura da ponte entre GC e altmetria, estruturada por conceitos intermediários e sustentada por pilares complementares, representa mais do que uma metáfora visual: ela traduz uma nova

abordagem para a gestão estratégica da informação, na qual os fluxos internos de conhecimento organizacional dialogam de forma contínua com os sinais e tendências do ecossistema digital. Essa integração é fundamental para que as organizações se tornem mais adaptáveis, inovadoras e conectadas ao tempo presente.

Por fim, compreendemos que, embora ainda pouco explorada, a integração entre altmetria e gestão do conhecimento representa uma oportunidade valiosa para alavancar o uso estratégico da informação nas organizações. Essa articulação abre espaço para a criação de indicadores híbridos que contemplem tanto a dimensão técnica (científica) quanto a social do conhecimento, fortalecendo a inteligência competitiva e o posicionamento institucional.

Proposições para a aplicação da gestão do conhecimento e da altmetria

As universidades públicas são produtoras centrais de conhecimento científico e tecnológico em diversas áreas, representando, desta maneira, uma importante fonte geradora de conhecimento relevante. No entanto, a percepção pública sobre a ciência desenvolvida nesses espaços ainda necessita de estratégias eficazes de disseminação e valorização, pois, muitas vezes, a ciência não é devidamente divulgada a este público de maneira adequada. Nesse cenário, a integração entre a gestão do conhecimento e a altmetria pode oferecer subsídios valiosos para fortalecer o vínculo entre universidade e sociedade, promovendo maior visibilidade e angajamento social com os resultados da pesquisa científica, além de promover o desenvolvimento de sociedades modernas, quando estas se apoderam e fazem uso deste conhecimento.

As inovações científicas geradas no âmbito das universidades resulta em documentos estratégicos, como relatórios técnicos, artigos, bases de dados, softwares, produtos de comunicação científica entre outros. Esses documentos circulam não apenas em canais formais, mas também em plataformas digitais e redes sociais.

No campo da saúde, por exemplo, os esforços voltados para o desenvolvimento de vacinas em respostas as emergências sanitárias geram uma ampla gama de registros informacionais que vão desde dados laboratoriais até publicações em periódicos e materiais de divulgação para o público leigo. Um plano estruturado de gestão de conhecimento permitiria a sistematização desses conteúdos, com a devida curadoria e armazenamento em repositórios organizacionais, assegurando sua preservação, reuso e disseminação estratégica. A incorporação de ferramentas altmétrics como o Altmetrics Explorer, Pum X ou Dimensions nesse processo viabiliza o acompanhamento, em tempo real, da repercussão digital nessas produções, oferecendo indicativos sobre o alcance social do conhecimento gerado.

Em pesquisas ambientais, principalmente aquelas voltadas ao monitoramento de mudanças climáticas, desmatamento e implicações economicas, são produzidos documentos com forte potencial de engajamento público, como mapas interativos, visualizações de dados, pareceres técnicos e recomendações de políticas públicas. A gestão eficaz desse conhecimento envolve não apenas a sua organização e disponibilização, mas também a análise de como ele circula em redes digitais, como portais de notícias, fóruns de políticas públicas e plataformas científicas abertas, permitindo compreender seu papel na formação de opinião e na mobilização social.

Na área de tecnologia e inovação, por exemplo, em particular em temas como inteligência artificial, tem sido desenvolvidos algoritmos e prototipos impactantes. O tratamento adequado ao registro do processo de construção e aplicação, requer a adoção de práticas de gestão do conhecimento que garantem o versionamento, a documentação técnica, a proteção da propriedade intelectual e a divulgação estruturada desses resultados. Ao mesmo tempo, a análise altmétrica permite identificar a ressonância dessas inovação em comunidades técnicas, redes profissionais e mídias especializadas, contribuindo com feedbacks relevantes para a gestão da inovação.

Outra temática de relevância social, são as pesquisas voltadas à justiça social, que

abarcam os efeitos do racismo estrutural na saúde e na educação, o conhecimento produzido extrapola os limites da academia ao encontrar apoio em coletivos digitais, movimentos sociais e campanhas de conscientização. Os artigos, relatórios e materiais de apoio gerados nesses contextos ganham vida nas interações online, sendo reinterpretados por diferentes grupos. Principalmente relacionado a esse direcionamento temático, o uso de indicadores altmétricos permite mensurar quais públicos estão sendo alcançados, quais plataformas permitem maior visibilidade as mensagens e quais temas tem maior engajamento, oferecendo insumos importantes para ações afirmativas e formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Esses exemplos contribuem para ressaltar que a integração entre a gestão do conhecimento e a Altmetria emerge como uma estretégia para transformar dados e documentos em ativos informacionais estratégicos. Nessa perspectiva, a gestão do conhecimento estrutura e dá inteligibilidade ao acervo de conhecimento institucional, a altmetria oferece uma visão dinâmica e responsiva sobre a circulação social. Essa combinação pode fortalecer o posicionamento das instituições no ecossistema científico, como também amplia sua capacidade de dialogar com a sociedade e orientar decisões sustentada em evidências.

Considerações Finais

Com o objetivo de verificar como a gestão do conhecimento e a métricas alternativas se relacionam no contexto da produção científica, este trabalho se propôs a realizar uma pesquisa exploratória e teórico-reflexiva, a partir do levantamento da literatura sobre os conceitos citados em bases de dados nacionais e internacionais.

Por meio deste levantamento, foi possível verificar que, apesar da relevância dos conceitos pesquisados e da possível relação entre eles, se verificou que tal relação ainda não é devidamente explorada na literatura pesquisa, demonstrando uma importante lacuna a ser preenchida.

Apesar das contribuições apresentadas, esta pesquisa possui limitações que devem ser consideradas. A principal delas refere-se à escassez de publicações que articulam diretamente os conceitos de gestão do conhecimento e altmetria, o que restringiu a análise empírica a um número reduzido de registros. Essa limitação levou à necessidade de ampliar o escopo do estudo, incorporando conceitos adjacentes como vigilância tecnológica, vigilância informacional e inteligência empresarial, a fim de enriquecer a compreensão sobre estratégias de apoio à tomada de decisão baseadas em informação. Ademais, por tratar-se de uma análise predominantemente exploratória e teórica, a ausência de estudos de caso ou aplicação prática limita a generalização dos resultados para outros contextos institucionais.

Ainda assim, os achados desta investigação sinalizam potenciais impactos sociais relevantes, especialmente no que se refere à valorização de instrumentos que promovam maior visibilidade pública da produção científica e à integração entre conhecimento organizacional e métricas informacionais. A articulação entre gestão do conhecimento e altmetria desponta como uma via promissora para o fortalecimento da inteligência organizacional em universidades, centros de pesquisa e órgãos públicos. Além disso, a discussão apresentada contribui para o campo da Ciência da Informação ao destacar caminhos pouco explorados na literatura, evidenciando a importância de abordagens interdisciplinares para compreender os fluxos informacionais contemporâneos. Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento empírico da temática, por meio da aplicação de instrumentos de altmetria em ambientes institucionais específicos, bem como a análise de como os dados altmétricos são incorporados em processos decisórios, estratégias de comunicação científica e políticas de avaliação da pesquisa. Torna-se também importante, investigar o papel de competências informacionais e digitais no uso crítico dessas métricas, ampliando a perspectiva sobre a apropriação em diferentes contextos organizacionais.

Referências

Barcelos, J., & Maricato, J. de M. (2023). Altmetria: uma análise de seus termos, expressões, conceitos e definições. *Em Questão*, 29, e-129518.

Bennet, A.; Bennet, D. (2004). *The intelligent complex adaptive system*. New York: Elsevier Butterworth Heinemann.

Bornmann, L. (2014). Do altmetrics point to the broader impact of research? An overview of benefits and disadvantages of altmetrics. *J Informet*, 8(4), 895–903. https://doi.org/10.1016/j.joi.2014.09.005

Bornmann, L., Haunschild, R., Boyack, K., Marx, W., & Minx, J. C. (2022). How relevant is climate change research for climate change policy? An empirical analysis based on Overton data. *PLoS One*, *17*(9), e0274693.

Bukowitz, W.R.; Williams, R.L. (2002). *Manual de gestão do conhecimento*: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 399p.

Cavalcanti, M., & Gomes, E. (2001). Business intelligence: a new management model for a new economy. *Revista de Administração Pública*, *35*(6), 7.

Cerdá, J. D. (2013). Gestión documental y gobierno abierto: el archivo en la república de los dados. Tábula. *Estudios archivísticos de Castilla y León*, 16, 123–137.

CoARA. (2022). *Agreement on Reforming Research Assessment*. Recuperado de https://coara.eu/app/uploads/2022/09/2022_07_19_rra_agreement_final.pdf

Dalkir, K. (2005). *Knowledge management in theory and practice*. Elsevier.

Damian, I. P. M., & Cabero, M. M. M. (2020). Proposição de um modelo de gestão do conhecimento voltado às características da memória organizacional. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 25, 1-21.

Damian, I. P. M.; Silva, M. R. (2017). Gestão do conhecimento: repertório brasileiro de Ciência da Informação. *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, 18.

Davenport, T. H., & Prusak, L. (1998). *Conhecimento empresarial*. Campus.

Davenport, T., & Harris, J. (2017). *Competing on analytics: Updated, with a new introduction: The new science of winning*. Harvard Business Press.

Díaz-Faes, A. A., Bowman, T. D.; Costas, R. (2019**).** Towards a second generation of 'social media metrics': Characterizing Twitter communities of attention around science. *PLOS ONE*, [S. l.], v. 14, n. 5, p. e0216408, 2019. DOI: 10.1371/journal.pone.0216408.

DORA. (2012). *Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa*. Recuperado de https://sfdora.org/read/read-the-declaration-portugues-brasileiro/

Duarte, E. N., Lira, S. de L., & Lira, W. S. (2014). Gestão do Conhecimento: origem, evolução, conceitos e ações. In E. N. Duarte, R. A. da S. Lharena, & S. de L. Lira (Orgs.), *Da informação a auditoria de conhecimento*: a base para a inteligência organizacional (pp. 269–308). Editora da UFPB.

Elbashir, M. Z. et al (2022). Leveraging business intelligence systems to enhance management control and business process performance in the public sector. *Meditari Accountancy Research*, *30*(4), 914-940.

Erdt, M., et al. (2016). Altmetrics: an analysis of the state-of-the-art in measuring research impact on social media. *Scientometrics*, 109(2), 1117–1166. http://doi.org/10.1007/s11192-016-2077-0

Freire, P. de S., et al. (2012). Memória Organizacional e seu papel na Gestão do Conhecimento. *Revista de Ciências da Administração*, 14(33), 41–51.

Gouveia, F. C. (2019). Estudos altmétricos no Brasil: uma análise a partir dos currículos da Plataforma Lattes-CNPq. *Transinformação*, 31, e190027. https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e190027

Haustein, S. et al. (2014). Coverage and adoption of altmetrics sources in the bibliometric community. *Scientometrics*, 101(2), 1145–1163. https://doi.org/10.1007/s11192-013-1221-3

Heikkilä, H. (2018). Privacy under surveillance: Towards a conceptual analysis of the price of connection. *Northern Lights*, 16(1), 59-74.

Hicks, D, and *et al*. Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature.* 2015, vol. 520, nº 7548 , pp. 429–431. DOI: http://dx.doi.org/10.1038/520429a

Hoffman, W. A. M. (2016). Gestão do conhecimento e da informação em organizações baseados em inteligência competitiva. *Ciência da Informação*, 45 (3).

Porter, S. J., & Hook, D. W. (2020). How COVID-19 is changing research culture. *London: Digital Science*.

Jarić, I., Pipek, P., & Novoa, A. (2025). A call for broadening the altmetrics tent to democratize science outreach. *PLoS Biol*, 23(2), e3003010. https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3003010

Miguel, M. C., Gerlin, M. N. M., & da Costa, R. D. P. F. (2024). A vigilância tecnológica na base SCOPUS: métricas da produção científica, relações na bibliometria. *ETD-Educação Temática Digital*, *26*, e024016-e024016.

Nonaka, I.; Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa*: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 29.ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Priem, J. *et al* Altmetrics: a manifesto. *Scholarly Communication*: libraries at University of Nebraska, Lincoln, p. 1-5, 2010

Robinson-Garcia, N. et al (2017). The unbearable emptiness of tweeting: about journal articles. Public Library of Science, San Francisco, v. 12, n. 8, p. e0183551.DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0183551

Rodriguez-Pomeda, J., Casani, F., & Serrano-López, A. E. (2023). Reflections on the diffusion of management and organization research in the context of open science in Europe. *European Management Journal*, 41(5), 664–672.

Santos, B. R. P.; Damian, I. P. M. (2018). O mapeamento do conhecimento por meio da análise SWOT: estudo em uma organização pública de saúde. *Em Questão*, 24, 253.

Sugimoto, C.R.; Work, S.; Larivière, V.; Haustein, S. (2017). Scholarly use of social media and altmetrics: a review of the literature. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, [S. l.], v. 68, n. 9, p. 2037–2062, 2017. DOI: 10.1002/asi.23833.

Tarapanoff, K., Araújo Júnior, R. H. D., & Cormier, P. M. J. (2000). Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. *Ciência da informação*, *29*, 91-100.

Vanti, N., & Sanz-Casado, E. (2016). Altmetria: a métrica social a serviço de uma ciência mais democrática. *Transinformação*, 28(03), 349-358.

Zahedi, Z., Costas, R., & Wouters, P. (2014). *How well developed are altmetrics?* A cross-disciplinary analysis of the presence of 'alternative metrics' in scientific publications. Scientometrics, 101, 1491–1513. https://doi.org/10.1007/s11192-014-1264-0

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: SENSIBILIDADE PEDAGÓGICA, TECNOLOGIAS EMERGENTES E COMPROMISSO SOCIAL

Beatriz Rosa Pinheiro dos Santos, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 0000-0001-8620-2612, Brasil, *pinheiro.santos@unesp.br*

Claudia Barbosa dos Santos de Souza, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 0000-0002-1520-8053, Brasil, *claudia.bs.souza@unesp.br*

Niembo Maria Daniel, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 0000-0001-6253-6204, Brasil, *niembo.daniel@unesp.br*

Ieda Pelógia Martins Damian, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 0000-0001-5364-3243, Brasil, *iedapm@usp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6663

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

A educação em Ciência da Informação tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas tanto pelo avanço das tecnologias digitais quanto pela necessidade de uma abordagem pedagógica mais crítica e sensível. Bibliotecários e Arquivistas enfrentam desafios crescentes em um cenário informacional marcado pela sobrecarga de dados, pelo crescimento da inteligência artificial e pela valorização do acesso aberto ao conhecimento. Diante dessas mudanças, emerge a necessidade de refletir sobre as tendências contemporâneas na formação desses profissionais, especialmente no que se refere às metodologias de ensino, aos conteúdos curriculares e à preparação para lidar com a complexidade da Era Digital.

O problema central desta investigação reside na seguinte questão: de que maneira as tendências contemporâneas na formação em Ciência da Informação podem contribuir para a construção de um ensino mais crítico, inovador e alinhado às demandas da sociedade da informação? Para respondê-la, é essencial considerar não apenas os impactos das inovações tecnológicas, mas, sobretudo, o papel da sensibilidade pedagógica no processo formativo. Autores como Rubem Alves (1991, 2004) destacam a importância de um ensino que transcenda a mera transmissão de conteúdos, estimulando a imaginação, a escuta ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico. Da mesma forma, Paulo Freire (1970, 1996) defende uma pedagogia libertadora, que valorize o diálogo, o protagonismo estudantil e a construção coletiva do saber.

A relevância desta investigação justifica-se pela urgência em repensar os currículos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação frente às novas exigências do mercado de trabalho e às transformações sociais no Brasil. A crescente digitalização da informação, o fortalecimento das práticas de ciência aberta e a ampliação do acesso aos dados demandam profissionais tecnicamente qualificados, bem como conscientes de seu papel social. Nesse contexto, compreender a influência da pedagogia crítica e da inteligência coletiva na formação acadêmica dos profissionais advindos da área da Ciência da Informação pode subsidiar propostas de ensino mais dinâmicas, inovadoras e humanizadas.

Diferentemente de abordagens que realizam levantamentos extensivos em currículos institucionais, este estudo propõe uma alternativa conceitual: a partir de uma revisão integrativa da literatura, são discutidos os principais desafios e tendências da formação na área da Ciência da Informação brasileira,

culminando na elaboração de um quadro teórico-propositivo de disciplinas voltadas à gestão da informação, tecnologias emergentes e práticas pedagógicas inovadoras. Tal proposição é orientada por três eixos fundamentais: (i) pedagogia crítica e sensível, (ii) inovação e tecnologias emergentes na formação, e (iii) mediação social e gestão da informação.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica, estruturando-se com base na análise de produções acadêmicas extraídas de bases reconhecidas, como SciELO, Google Scholar e Periódicos da CAPES. Foram considerados textos que tratam de forma direta a formação acadêmica na Biblioteconomia e Ciência da Informação e áreas correlatas, com atenção especial às práticas educacionais críticas, à aplicação de tecnologias na educação e às transformações epistemológicas na ciência da informação. Os referenciais teóricos de Rubem Alves, Paulo Freire, Pierre Lévy, Jean-Claude Guédon e Lev Manovich fundamentam a discussão crítica e a construção das propostas curriculares sugeridas.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre os rumos da formação em Ciência da Informação, evidenciando que a adaptação curricular deve contemplar tanto os avanços tecnológicos quanto a urgência de uma pedagogia sensível, crítica e voltada à transformação social. Assim, busca-se oferecer subsídios para o aprimoramento dos processos formativos e para o fortalecimento do papel dos profissionais da informação como mediadores do conhecimento e agentes de mudança na sociedade contemporânea.

Referencial Teórico

2.2 Educação em Ciência da Informação: entre a Técnica e a Sensibilidade

A educação em Ciência da Informação (CI) busca, de maneira geral, preparar profissionais capazes de lidar com a gestão, organização, e disseminação da informação em diversas plataformas (Belluzzo, 2005). Contudo, a formação do profissional da informação não pode ser reduzida apenas ao aprendizado de técnicas e metodologias. Deve integrar uma dimensão mais ampla, que envolva sensibilidade para compreender e lidar com os fluxos de informações, com as questões éticas, sociais e culturais que elas envolvem.

Manovich (2001), ao discutir a cultura digital, apresenta o impacto das novas tecnologias na sociedade contemporânea e como estas moldam as práticas culturais e educacionais. O autor sugere que a digitalização não apenas modifica os objetos de estudo, mas os processos pedagógicos. A abordagem de Manovich ajuda a pensar como as mídias digitais, por exemplo, estão transformando o modo como o conhecimento é produzido e compartilhado, impactando diretamente a formação dos futuros profissionais da Ciência da Informação.

Paulo Freire (1996), renomado educador brasileiro, também tem uma contribuição significativa, ao propor um modelo de educação libertadora, que valoriza a construção do conhecimento a partir da experiência do aluno, e não apenas de uma forma técnica e verticalizada. A visão de Freire aponta para a necessidade de uma educação que desenvolva a capacidade crítica do aluno, essencial para o profissional da informação que precisa não apenas dominar as ferramentas, mas compreender o impacto social e político das informações.

Rubem Alves (1990), por sua vez, destaca a importância da sensibilidade e da emoção no processo educativo. Alves propõe que a educação deve formar pessoas capazes de pensar de maneira criativa, sensível e ética, o que é essencial para o profissional da informação que enfrenta questões como a ética do acesso à informação, privacidade e a curadoria de conteúdos digitais.

Assim, a educação em Ciência da Informação deve ir além do aprendizado de técnicas, incorporando uma reflexão crítica e sensível sobre os impactos sociais, culturais e políticos da informação e da tecnologia, permitindo que o profissional atue de maneira ética e responsável

2.3 O impacto das Tecnologias na Formação do Profissional da Informação

A revolução tecnológica tem alterado de maneira significativa as formas de produção, circulação e consumo da informação. O acesso aberto e as novas maneiras de disseminação da informação têm remodelado a prática da Ciência da Informação, influenciando diretamente a formação dos profissionais dessa área.

Jean-Claude Guédon (2016) é um autor central neste debate, especialmente ao tratar do impacto do acesso aberto no processo de disseminação do conhecimento. Guédon defende que o movimento de acesso aberto não é apenas uma questão técnica, mas também política e social, pois promove um novo modelo de acesso à informação, rompendo com os modelos tradicionais de comercialização do conhecimento. O autor argumenta que o acesso aberto democratiza a informação, permitindo que ela seja compartilhada de forma mais ampla e sem as barreiras econômicas que limitam o acesso a publicações científicas. Essa mudança exige uma formação diferenciada para o profissional da informação, que deve ser capaz de lidar com a organização e a curadoria de dados e conteúdos de maneira ética e responsável, considerando as novas dinâmicas de acesso à informação.

O impacto das tecnologias também é discutido por Castells (1999), que analisa como as novas tecnologias da informação estão redefinindo as estruturas sociais e econômicas. Castells aponta que a sociedade da informação, caracterizada pela conectividade e pelo acesso imediato a dados, exige que o profissional da informação desenvolva habilidades não apenas técnicas, mas analíticas, para lidar com as novas formas de organização e circulação de dados.

Por outro lado, a reflexão de Yochai Benkler (2006) sobre o "Commons-based Peer Production" destaca como as tecnologias digitais e as plataformas colaborativas têm permitido a criação de novos modelos de produção e compartilhamento de conhecimento, desafiando as estruturas hierárquicas tradicionais. Este fenômeno tem grande relevância para a formação dos profissionais da informação, pois exige que se tornem facilitadores da colaboração e do compartilhamento de informação em espaços digitais.

A utilização de novas tecnologias também exige que o profissional da informação desenvolva competências relacionadas à curadoria de dados, à preservação digital e à gestão do conhecimento em ambientes digitais. O conceito de "alfabetização informacional", abordado por autores como Hjorland (2010), se torna fundamental, pois envolve não apenas a capacidade de acessar a informação, mas a de avaliá-la criticamente e utilizá-la de maneira eficiente.

O impacto das tecnologias na formação dos profissionais da informação não se limita apenas às questões técnicas, mas à necessidade de desenvolver uma postura ética e crítica frente aos desafios e oportunidades trazidos pela digitalização da informação. Estes profissionais precisam ser capazes de entender as implicações sociais, culturais e políticas das tecnologias de informação e comunicação.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e natureza bibliográfica, ancorando-se na revisão integrativa da literatura como principal estratégia metodológica. Tal abordagem permite uma análise ampla, crítica e reflexiva sobre os caminhos contemporâneos da formação dos profissionais da informação no Brasil, especialmente nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A revisão integrativa tem como objetivo reunir e sintetizar os conhecimentos disponíveis acerca da temática, possibilitando o mapeamento de tendências, lacunas e contribuições relevantes (Souza, Silva & Carvalho, 2010).. Para a construção do *corpus* teórico, foi realizado um levantamento sistemático em bases de dados científicas reconhecidas, como SciELO, Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES. Foram incluídas

publicações que abordam diretamente a formação acadêmica na Ciência da Informação, com ênfase em práticas pedagógicas, gestão da informação, tecnologias emergentes e abordagens críticas e humanizadoras no ensino superior. Trabalhos com escopo tangencial ou ausência de rigor científico foram excluídos da análise.

A partir do referencial teórico selecionado — fundamentado nos aportes de autores como Rubem Alves, Paulo Freire, Pierre Lévy, Jean-Claude Guédon e Lev Manovich — desenvolveu-se uma leitura crítica sobre os desafios da formação profissional na atualidade. Em vez de se apoiar na análise sistemática dos currículos institucionais, este estudo opta por um caminho propositivo: elaborar, com base nos princípios identificados na literatura, um **quadro conceitual de disciplinas sugeridas** para os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que articule sensibilidade pedagógica, pensamento crítico, inovação tecnológica e compromisso social.

Essa proposta é sustentada pela técnica de **análise de conteúdo temática**, que possibilita a categorização e interpretação dos achados bibliográficos em três eixos centrais: (i) pedagogia crítica e humanizada, (ii) tecnologias emergentes na formação profissional e (iii) gestão da informação com enfoque social. Tais categorias orientam a construção de um conjunto de disciplinas-modelo, organizadas de forma a integrar teoria, prática e valores éticos na formação dos futuros profissionais da informação.

Assim, a metodologia deste estudo valoriza o olhar reflexivo e interdisciplinar, promovendo uma discussão sobre o papel das instituições de ensino superior na formação de sujeitos comprometidos com a mediação do conhecimento, a inovação e a transformação social — pilares que se mostram cada vez mais urgentes frente às mudanças culturais e tecnológicas que marcam o Século XXI.

Resultados Parciais

Os resultados parciais deste estudo emergem da articulação entre a revisão integrativa da literatura e a análise crítica fundamentada nos aportes teóricos de Rubem Alves, Paulo Freire, Pierre Lévy, Jean-Claude Guédon e Lev Manovich. A partir da categorização temática dos achados bibliográficos, foram definidos três eixos centrais que orientam a elaboração de um conjunto propositivo de disciplinas-modelo para os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação: (i) pedagogia crítica e humanizada; (ii) tecnologias emergentes na formação profissional; e (iii) gestão da informação com enfoque social.

A seguir, apresenta-se a sistematização dessas disciplinas sugeridas, que buscam integrar os princípios de sensibilidade pedagógica, pensamento crítico, inovação tecnológica e compromisso ético-social. As transições entre os eixos promovem um diálogo entre os autores do referencial teórico, ressaltando os pontos de convergência e complementaridade de suas visões.

Eixo 1: Pedagogia Crítica e Humanizada

Este eixo reconhece a importância de uma formação acadêmica que valorize o estudante como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. A proposta pedagógica aqui delineada parte da ideia freiriana de uma educação libertadora, baseada no diálogo, na escuta e na coautoria do conhecimento. Para Freire (1996, p.25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".

Rubem Alves (1990), por sua vez, contribui ao propor uma educação que desperte o encantamento, a curiosidade e a sensibilidade. Ele afirma que educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu, enfatizando que o processo educativo precisa ser mais sensível, emocional e poético, especialmente em áreas tradicionalmente técnicas como a Ciência da Informação.

Esse eixo, portanto, fundamenta-se na necessidade de formar sujeitos criativos, críticos e eticamente comprometidos, capazes de atuar na mediação cultural com empatia e

responsabilidade social, sendo o que se defende no Quadro 1.

Quadro 1: Disciplinas no eixo de Pedagogia Crítica e Humanizada

Disciplina	Objetivos
Didática Crítica e Humanizadora	Desenvolver competências para práticas pedagógicas libertadoras, dialógicas e afetivas.
Mediação Cultural e Educação Emocional	Refletir sobre o papel das emoções e da sensibilidade na mediação do conhecimento e da cultura.
Epistemologias do Sul e Conhecimento Popular	Integrar saberes tradicionais e epistemologias alternativas ao campo informacional.
Formação Ética e Política do Profissional da Informação	Discutir o compromisso social e político do bibliotecário e arquivista frente às desigualdades sociais.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Ao transitar do campo das práticas pedagógicas humanizadas para o universo tecnológico, torna-se evidente a importância de equilibrar técnica e sensibilidade. Como destaca Manovich (2001), a digitalização transforma não apenas os objetos de estudo, mas os próprios processos pedagógicos. A tecnologia, nesse sentido, não é antagônica à humanização do ensino; pelo contrário, pode ser uma aliada, desde que acompanhada de uma postura crítica e ética. É neste ponto que se articula o segundo eixo.

Eixo 2: Tecnologias Emergentes na Formação Profissional

Neste eixo, destaca-se no quadro 2 a necessidade de preparar os profissionais da informação para atuar em um cenário cada vez mais digital, interconectado e orientado por dados. As ideias de Manovich (2001) são centrais para entender como as mídias digitais moldam a cultura e os processos de aprendizagem, impactando diretamente a formação dos futuros profissionais da informação.

Lévy (1998) também contribui ao destacar o conceito de inteligência coletiva, no qual o conhecimento é construído em rede, de maneira colaborativa. Tal perspectiva reforça a importância de disciplinas que abordem as potencialidades das tecnologias na mediação do conhecimento.

Jean-Claude Guédon (2016), ao tratar do acesso aberto, lembra que a digitalização da informação é um processo político e social, que exige profissionais capazes de curar, organizar e democratizar conteúdos em ambientes digitais. Segundo Guédon (2016), a abertura do conhecimento é um direito coletivo e uma condição para o avanço científico e social.

Quadro 2: Disciplinas no eixo de Tecnologias Emergentes na Formação Profissional

Disciplina	Objetivos
Cultura Digital e Inteligência Coletiva	Explorar as redes digitais e suas implicações na construção coletiva do conhecimento.
Humanidades Digitais e Arquivística Expandida	Investigar a intersecção entre patrimônio, cultura digital e práticas inovadoras de arquivamento.
Introdução à Inteligência Artificial na Ciência da Informação	Compreender os fundamentos da IA e suas aplicações no contexto da organização da informação.

Tecnologias Acessíveis e Inclusão Informacional	Desenvolver práticas informacionais inclusivas a partir de recursos tecnológicos acessíveis.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Entretanto, a atuação dos profissionais da informação em ambientes digitais não pode prescindir apenas de um compromisso social. A gestão da informação, especialmente no contexto de políticas públicas, exige profissionais com visão crítica, ética e sensível às desigualdades. Castells (1999) destaca que, na sociedade em rede, a informação tornou-se um fator estruturante das relações sociais, econômicas e políticas.

Yochai Benkler (2006) aprofunda essa discussão ao apontar que as plataformas colaborativas de produção do conhecimento representam uma ruptura com as estruturas hierárquicas tradicionais, reforçando a importância de práticas mais democráticas e horizontais. Assim, o terceiro eixo propõe um olhar transformador para a gestão da informação.

Eixo 3: Gestão da Informação com Enfoque Social

Este eixo propõe uma abordagem crítica da gestão da informação, entendendo-a não apenas como processo técnico, mas como prática estratégica voltada ao empoderamento das comunidades, à transparência e à construção de políticas públicas baseadas em dados.

Quadro 3: Disciplinas no eixo de Gestão da Informação com Enfoque Social

Disciplina	Objetivos
Gestão Social da Informação	Abordar a informação como bem comum, enfatizando a mediação comunitária e os direitos informacionais.
Políticas Públicas e Informação	Estudar a relação entre gestão da informação, cidadania e formulação de políticas sociais.
Dados Abertos e Transparência Informacional	Promover a compreensão crítica sobre o acesso, uso e reutilização de dados públicos.
Planejamento Informacional para Transformação Social	Desenvolver habilidades para planejar ações informacionais com impacto social positivo.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A construção do quadro 3 propositivo de disciplinas visa inspirar reformas curriculares mais sensíveis às transformações do Século XXI. As propostas aqui delineadas têm caráter inicial e parcial, devendo ser aprofundadas em estudos futuros com a participação de docentes, discentes e profissionais da área.

Entretanto, apontam para a necessidade urgente de uma formação mais crítica, tecnológica e humanizadora nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, alinhada aos valores da pedagogia sensível e à ética da informação. Como bem ressaltam Daniel & Valentim (2021), as Instituições de Ensino Superior públicas devem fomentar estratégias formativas que impactem socialmente e contribuam com a formulação de políticas públicas orientadas à inovação.

Esses resultados parciais reforçam que o currículo deve ser compreendido como um projeto formativo vivo, capaz de integrar afetividade, inovação e responsabilidade social — aspectos indispensáveis à formação de sujeitos que não apenas lidam com a informação, mas a mobilizam em favor da transformação do mundo.

Considerações Parciais

Os resultados parciais deste estudo indicam que a formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil demanda uma reestruturação curricular que vá além da dimensão técnico-operacional, incorporando elementos pedagógicos sensíveis, tecnologias emergentes e compromissos ético-sociais. A partir da articulação entre os achados da revisão integrativa da literatura e os aportes teóricos selecionados, foi possível construir um conjunto propositivo de disciplinas organizadas em três eixos que se interconectam: pedagogia crítica e humanizada; tecnologias emergentes na formação profissional; e gestão da informação com enfoque social.

As contribuições de autores como Paulo Freire em 1996 e Rubem Alves em 2004 ressaltam a urgência de práticas educativas que valorizem a escuta, o afeto e o protagonismo discente na construção do conhecimento. A sensibilidade pedagógica, nesse sentido, não deve ser entendida como uma dimensão acessória, mas como fundamento para a formação de profissionais mais críticos, éticos e comprometidos com a realidade social.

Por sua vez, os estudos de Manovich (2001), Lévy (1999), Guédon (2016), Castells (1999) e Benkler (2006) demonstram que a formação profissional precisa acompanhar as transformações provocadas pelas tecnologias digitais, sem, no entanto, perder de vista os contextos socioculturais nos quais essas tecnologias operam. A alfabetização digital e informacional, a mediação tecnológica e o acesso aberto ao conhecimento tornam-se, assim, competências essenciais ao exercício profissional no Século XXI.

Os três eixos aqui delineados não são estanques, mas se entrelaçam em uma proposta formativa integrada, na qual a técnica se alinha à sensibilidade, a inovação tecnológica se compromete com a inclusão, e a gestão da informação se orienta por princípios éticos e sociais. O diálogo entre os autores do referencial teórico reforça essa convergência, demonstrando que é possível e necessário construir uma educação em Ciência da Informação mais humanizada, crítica e transformadora.

Neste momento do estudo, compreende-se que as disciplinas propostas não esgotam a complexidade do processo formativo, mas oferecem uma base inicial para repensar os currículos a partir de uma perspectiva inter e transdisciplinar. A escuta de outros atores envolvidos – como docentes, estudantes e profissionais da área – será fundamental nas próximas etapas, para validar e ampliar as proposições aqui apresentadas.

Assim, este trabalho pretende contribuir para o fortalecimento de uma formação que não apenas instrumentalize tecnicamente, mas que também inspire futuros profissionais a atuarem como mediadores culturais, agentes de inclusão e promotores do direito à informação, em favor de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Referências

Alves, R. (1990). *A alegria de ensinar*. Papirus.

Alves, R. (1991). *O poeta, o guerreiro e o profeta*. Papirus.

Alves, R. (2004). *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Papirus.

Belluzzo, R. R. (2005). Competência em informação: fundamentos e perspectivas para a educação. Perspectivas em Ciência da Informação, 10(1), 61–70.

Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. Yale University Press.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Vol. 1). Paz e Terra.

Daniel, N. M., & Valentim, M. L. P. (2021). Formação para atuação em políticas públicas: desafios para a Ciência da Informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 26, e020015. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e020015

Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Guédon, J.-C. (2016). *Open access: Toward an Internet of the mind*. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/open-access-toward-an-internet-of-the-mind/

Hjørland, B. (2010). The foundation of information science. *Knowledge Organization*, 37(2), 86–99. https://doi.org/10.5771/0943-7444-2010-2-86

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.

Manovich, L. (2001). *The language of new media*. MIT Press.

Souza, M. T. A., Silva, M. D. P., & Carvalho, R. R. S. (2010). Revisão íntegrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), 8(1), 102–106. https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134

Repensar a Avaliação Arquivística: Desafios Teóricos e Propostas Neomodernas Pós-Digitais

Luis Corujo, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, 0000-0003-4411-2453, Portugal, *luiscorujo@edu.ulisboa.pt*

Maria Cristina Vieira de Freitas, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Interdisciplinares, 0000-0002-8849-8792, Portugal, *cristina.freitas@fl.uc.pt*

José Luis Bonal Zazo, Universidad de Extremadura, Facultad de Información y Comunicación, 0000-0002-6518-0976, España, *jlbonal@unex.es*

Carlos Guardado da Silva, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, 0000-0003-1490-8709, Portugal, *carlosguardado@edu.ulisboa.pt*

Jorge Revez, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, 0000-0002-3058-943X, Portugal, *jrevez@edu.ulisboa.pt*

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.310

Introdução

O presente artigo analisa as dinâmicas transformadoras da avaliação arquivística num contexto cada vez mais moldado pelas tecnologias digitais. A ascensão das tecnologias digitais influenciou de forma substancial a produção, a gestão e a disseminação da informação. Esta transformação introduziu novos desafios à avaliação arquivística, exigindo uma reavaliação crítica dos modelos tradicionais (Cook, 2001). Os arquivistas contemporâneos operam num campo de tensões entre a preservação de narrativas históricas sancionadas pelo Estado e o fomento

de memórias sociais coletivas (Harris, 1997; Ketelaar, 2001). Esta dupla responsabilidade implica uma compreensão refinada dos processos de atribuição e reatribuição de valor nos arquivos, os quais estão profundamente enraizados nos contextos sociopolíticos e culturais da memória.

Estas transformações ecoam no seio da Teoria Arquivística, enquanto domínio que se propõe estudar fenómenos, oferecendo interpretações que orientem a *praxis* dos arquivistas e das instituições (Thomassen, 2001). As Tecnologias da Informação, ao facilitarem a disseminação e a partilha de estudos de caso oriundos de distintas realidades políticas e comunitárias, evidenciam a diversidade de abordagens profissionais e propostas arquivísticas, frequentemente moldadas por tradições administrativas e linguísticas específicas (Douglas, 2010; Thomassen, 2015).

O presente artigo propõe uma análise crítica da avaliação arquivística, partindo das perspetivas modernista e pós-modernista, com particular atenção às inovações teóricas e metodológicas das últimas décadas. Abordam-se ainda os desafios impostos pela era neomoderna e pós-digital, propondo-se, para o futuro da prática arquivística, um roteiro orientado por Propostas e Princípios.

Palavras-Chave: Avaliação Arquivística; Neomodernidade; Pós-Digital; Princípios; Propostas

EcoSaber Digital: Conservação, Ética e Impactos Sociais na Gestão da Informação

Nuno Miguel Teixeira Sousa, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 0000-0002-5146-8514, Portugal, *nunomsousa@fd.uc.pt*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6665

Eixo:Gestão da Informação e Conhecimento

Introdução

EcoSaber Digital é um conceito que propomos como lente interpretativa para compreender as transformações contemporâneas na gestão da informação mediada por inteligência artificial (IA). Este combina a noção de ecossistema de saber com preocupações éticas, sociais e ambientais, propondo um modelo de gestão que valorize a **sustentabilidade digital**, a **inclusão informacional** e a **preservação do conhecimento**. Esta perspetiva reconhece que a transição digital, embora repleta de oportunidades, acarreta riscos significativos como a intensificação de desigualdades, a opacidade algorítmica e o impacto ambiental crescente. Assim, refletir sobre o **EcoSaber Digital** implica explorar como os sistemas inteligentes podem ser integrados de forma ética, colaborativa e sustentável nos contextos informacionais.

A rápida evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem transformado profundamente a gestão da informação, trazendo tanto oportunidades como desafios éticos, sociais e epistemológicos. A IA surge como um elemento disruptivo neste contexto, sendo amplamente utilizada na organização, curadoria e preservação do conhecimento. No entanto, a sua implementação não está isenta de riscos, uma vez que a automatização da gestão informacional pode amplificar desigualdades no acesso ao conhecimento, comprometer a privacidade e perpetuar vieses algorítmicos. Assim, torna-se essencial analisar criticamente de que forma a IA pode ser integrada de modo responsável e sustentável na Ciência da Informação (CI), garantindo não apenas eficiência operacional, como também equidade, transparência e conformidade com princípios éticos.

Diante deste cenário, a presente investigação tem como objetivo central analisar o impacto da IA na gestão da informação, com particular foco na sua interseção com a ética, a preservação digital e os impactos sociais. Para tal, propõe-se a analisar o papel da IA na otimização da organização e recuperação da informação, destacando as suas contribuições para a sustentabilidade digital; identificar os desafios éticos e epistemológicos inerentes à automatização, nomeadamente no que se refere à transparência e aos vieses algorítmicos e avaliar os impactos sociais da implementação da IA, sobretudo no que diz respeito à inclusão digital e ao risco de aprofundamento das desigualdades informacionais. Com base nestas dimensões, pretende-se, ainda, apresentar diretrizes para uma utilização ética e sustentável da IA, alinhada com princípios de justiça informacional e responsabilidade social.

A relevância desta investigação reside na necessidade urgente de compreender como a IA pode ser integrada na CI sem comprometer os direitos digitais, a equidade no acesso ao conhecimento e a sustentabilidade da informação. Num contexto em que bibliotecas, arquivos e centros de documentação recorrem cada vez mais a sistemas inteligentes para a preservação e curadoria de acervos, a definição de estratégias que equilibrem inovação e responsabilidade revela-se essencial. Ao formar uma abordagem crítica e interdisciplinar, este estudo pretende contribuir significativamente para o debate sobre a transformação digital na gestão da informação, demonstrando que a IA não deve ser apenas uma ferramenta de automatização, mas um instrumento que reforce a ética, a equidade e a preservação do conhecimento na sociedade digital.

Referencial Teórico

A fundamentação teórica desta investigação baseia-se na integração de diversas correntes que envolvem a transformação digital, os fundamentos éticos e sustentáveis na IA, a governança participativa e as aplicações práticas da IA em ambientes de informação. Esta convergência permite compreender como o **poder coletivo**, isto é, a atuação conjunta de profissionais e utilizadores pode reconfigurar processos decisórios, promover a inclusão digital e assegurar uma transformação tecnológica alinhada com princípios éticos e de sustentabilidade.

A transformação digital é caracterizada pela incorporação intensiva das TIC nos processos organizacionais. Estudos como os de Lee et al. (2023) e Madan & Ashok (2023) evidenciam que a implementação da IA exige não só uma revisão dos processos operacionais, como também uma mudança cultural que valorize a inovação e a participação de todos os *stakeholders*. Esta abordagem possibilita a criação de sistemas que otimizam a eficiência operacional, promovendo uma integração harmoniosa entre tecnologias emergentes e práticas tradicionais.

Quadro 1: Principais evidências sobre transformação digital e implementação da IA

Estudos	Principais evidências	Impacto
(Lee et al., 2023)	A transformação digital exige revisão de processos e mudanças culturais para a inovação	Otimização da eficiência operacional e participação dos *stakeholders*
(Madan & Ashok, 2023)	A implementação da IA deve promover a integração entre tecnologias emergentes e prática tradicionais	Melhoria na adaptação tecnológica e inovação organizacional

Fonte: Elaboração própria (2025).

O desenvolvimento e adoção de sistemas de IA devem estar ancorados numa estrutura ética robusta. Ashok et al. (2022) propõem um *framework* que enfatiza a responsabilidade e a transparência na utilização das tecnologias digitais. Em paralelo, Matei et al. (2024) aprofundam o debate sobre a ética aplicada à segurança cibernética, salientando a importância de integrar princípios éticos na IA para evitar a perpetuação de vieses e garantir a proteção dos direitos dos utilizadores.

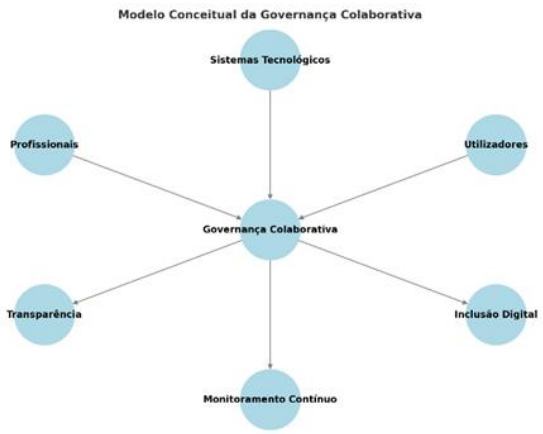
Quadro 2: Comparação dos *frameworks éticos na IA*

Estudos	Foco principal	Contribuição
(Ashok et al., 2022)	Responsabilidade e transparência na IA	Garante que a IA seja utilizada de forma responsável e justa
(Matei et al., 2024)	Ética aplicada à segurança cibernética e mitigação de vieses	Reduz riscos de segurança e garante equidade na utilização da IA

Fonte: Elaboração própria (2025).

A governança colaborativa surge como uma resposta estratégica à concentração de poder nos sistemas algorítmicos. Collins et al. (2021) e Bawack & Bawack (2025) defendem que a participação ativa dos utilizadores, aliada à *expertise* dos profissionais, é essencial para a criação de modelos de gestão que promovam transparência e inclusão. Segundo estes estudos, o **poder colaborativo** é determinante para o desenvolvimento de sistemas de IA que não só atendam aos objetivos organizacionais, como também satisfaçam as necessidades sociais e éticas da comunidade. A abordagem sociotécnica propõe a integração dos aspetos técnicos e humanos, permitindo o monitoramento contínuo dos algoritmos e a correção de eventuais falhas.

Figura 1: Modelo conceitual da governança colaborativa



Fonte: Elaboração própria com recurso a IA (2025).

Nas últimas décadas, a aplicação da IA em bibliotecas e sistemas de informação tem-se revelado um campo propício à inovação. Aboelmaged et al. (2024) destacam a utilização de *chatbots* conversacionais como ferramentas de suporte na pesquisa enquanto que Concha et al. (2024) comprovam a evolução das aplicações de IA nas bibliotecas entre 2019 a 2023. Tais estudos demonstram que a incorporação de tecnologias inteligentes contribuem para otimizar a organização da informação, para melhorar a experiência dos utilizadores e para ampliar o acesso aos recursos digitais. Ademais, Danquah et al. (2024) e Harisanty et al. (2024) enfatizam a importância de políticas de inclusão digital e a capacitação dos profissionais para a implementação eficaz da IA em contextos académicos.

Quadro 3: Estratégias de implementação da IA em ambientes de informação

Estratégias	Vantagens	Desafios	Resultados alcançados
Utilização de *chatbots*	Melhoria na pesquisa e no seu suporte	Necessidade de aprimoramento da interação humano-IA	Experiência aprimorada para utilizadores
Automação de processos	Otimização da organização da informação e eficiência operacional	Integração com sistemas existentes e compatibilidade tecnológica	Maior eficiência na recuperação e organização da informação
Capacitação profissional	Maior adaptação dos profissionais às novas tecnologias	Resistência à mudança e necessidade de formação contínua	Profissionais mais preparados para lidar com a IA
Políticas de inclusão digital	Ampliação do acesso a recursos digitais e redução de desigualdades	Garantia de acessibilidade e superação de barreiras tecnológicas	Aumento da equidade digital e acesso facilitado à informação

Fonte: Elaboração própria com base em Aboelmaged et al., (2024); Concha et al. (2024); Danquah et al. (2024)

A gestão do conhecimento é fundamental na era digital e assume um papel central na transformação dos sistemas de IA. Borges et al. (2021) e Ofosu-Ampong (2024) sublinham a importância de estratégias que promovam a partilha e a disseminação do conhecimento, evidenciando que a inclusão digital depende da integração das aprendizagens dos profissionais e dos utilizadores. Estas abordagens reforçam que o conhecimento coletivo é indispensável para a inovação e para a adaptação dos sistemas de informação às novas demandas tecnológicas. Shahzad et al. (2024) complementam esta visão ao demonstrar que a adoção de tecnologias robóticas em bibliotecas depende, em grande parte, da participação e da capacitação dos utilizadores.

A convergência de tecnologias emergentes impulsiona uma reavaliação dos modelos tradicionais da gestão da informação. Lee et al. (2023) e Madan & Ashok (2023) afirmam que a implementação da IA deve ser acompanhada de uma abordagem integradora que valoriza a conexão entre sistemas digitais e processos organizacionais, promovendo uma mudança cultural que enfatize o **poder coletivo**. Matei et al. (2024) reforçam esta perspetiva ao destacar a importância do raciocínio ético na segurança cibernética, evidenciando que a interseção entre a tecnologia e a ética é crucial para o sucesso da transformação digital. Assim, a integração de tecnologias emergentes não só aprimora a eficiência operacional, como também fomenta um ambiente colaborativo e inclusivo, embora requeira práticas contínuas de capacitação e reestruturação dos modelos de gestão.

A ascensão da IA nos ecossistemas informacionais ocorre num contexto de rápida transformação digital, onde a automatização de processos, a análise massiva de dados e a criação de serviços inteligentes reconfiguram as práticas profissionais e as interações com os utilizadores.

Contudo, esta transformação tecnológica não é neutra. A crescente delegação de decisões a sistemas de IA levanta questões éticas centrais, como a transparência, a justiça algorítmica e a proteção de dados pessoais. Reconhecendo este cenário, diversos autores alertam para a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento centrados em valores humanos (Ashok et al., 2022; Matei et al., 2024).

Para dar resposta a tais desafios, propomos a adoção de uma governança colaborativa capaz de envolver profissionais da informação, utilizadores, especialistas em ética e técnicos na conceção, avaliação e supervisão de sistemas inteligentes. Este modelo reforça a ideia de que a qualidade informacional deve ser co-construída e partilhada, especialmente num ambiente digital marcado por assimetrias de acesso e competências.

Neste sentido, é também fundamental considerar os impactos sociais e ambientais da IA. A gestão informacional sustentável exige não apenas infraestrutura técnica eficiente, mas também estratégias conscientes de preservação digital e de mitigação da pegada ecológica das tecnologias emergentes.

Sustentabilidade e Preservação Digital

A sustentabilidade digital e a preservação do conhecimento surgem como pilares fundamentais do conceito de **EcoSaber Digital**. A literatura recente identifica o papel emergente da IA na curadoria digital, nomeadamente através da utilização de algoritmos para a extração automatizada de metadados, migração de formatos obsoletos e recuperação de acervos digitais (Bushey et al., 2023). Estas aplicações reforçam a capacidade das organizações de informação em gerir grandes volumes de dados e assegurar o acesso futuro ao património documental.

Paralelamente, importa discutir as implicações ambientais e infraestruturais da adoção da IA em ambientes informacionais. Embora a maioria dos estudos enfatize os benefícios funcionais da IA, há uma crescente consciencialização sobre os seus custos energéticos e exigências técnicas, sobretudo no contexto de bibliotecas e arquivos (Concha et al., 2024; Mannheimer et al., 2024). A integração de sistemas inteligentes requer infraestruturas robustas de armazenamento e processamento, que por vezes aumentam

significativamente a pegada ecológica das organizações. Neste sentido, algumas abordagens emergentes, como as estratégias de preservação digital assistida por IA e o uso de tecnologias mais eficientes, começam a ser exploradas (Bushey et al., 2023). A adoção de práticas sustentáveis, como a racionalização de fluxos informacionais, o uso consciente de recursos computacionais e a avaliação do ciclo de vida dos dados, revela-se, assim, indispensável à construção de ecossistemas informacionais responsáveis e duradouros.

Algumas abordagens emergentes incluem o uso de técnicas de IA para monitorar a integridade de ficheiros digitais ao longo do tempo e automatizar *backups*, bem como a adoção de infraestruturas computacionais energeticamente eficientes para reduzir a pegada de carbono das operações informacionais. Assim, a sustentabilidade no **EcoSaber Digital** implica não apenas proteger os conteúdos digitais, mas também fazê-lo de forma ambientalmente responsável.

Procedimentos Metodológicos

Para esta investigação, utilizou-se uma revisão sistemática da literatura (fevereiro de 2025) nas bases de dados *Web of Science (WoS)* e *Scopus* com a expressão de pesquisa: *"artificial intelligence" OR "machine learning" OR "deep learning" AND "information management" OR "knowledge management" OR "digital curation" AND "ethics" OR "algorithmic transparency" OR "algorithmic bias" AND "digital preservation" OR "information conservation" OR "sustainable digital practices" AND "social impact" OR "digital inclusion" OR "information inequality"*. Na *WoS* foram aplicadas três técnicas: filtragem por área de investigação (*Information Science & Library Science"*), justificada pelo rigor metodológico e profundidade teórica desta área e a seleção de *review articles*, resultando em 470 resultados. Na *SCOPUS*, com apenas 19 resultados, não houve necessidade de aplicar técnicas adicionais. Utilizou-se a ferramenta *Rayyan.ai* para detetar duplicados (n= 0), e após o *screening* baseado nos *abstracts* e nas *keywords*, foram excluídos 440 artigos e incluídos 49, considerados os mais relevantes. Este processo garantiu a consistência e relevância dos itens selecionados para a investigação.

Dos 49 estudos selecionados, 15 foram utilizados com maior profundidade na análise e discussão, por representarem de forma mais robusta as categorias centrais do estudo. Os restantes serviram como base complementar para mapeamento temático e validação dos eixos identificados

Em síntese, o rigor metodológico aplicado permitiu consolidar uma base sólida e representativa da literatura, viabilizando uma análise aprofundada dos desafios e impactos decorrentes da integração da IA na gestão da informação. Este procedimento não só fortalece a validade dos resultados obtidos, como também estabelece um paradigma robusto para futuras investigações. Assim, revela-se imperativo explorar, de forma transversal e interdisciplinar, novas metodologias e *frameworks* que possam aprofundar a compreensão dos impactos sociais, éticos e epistemológicos das tecnologias emergentes, contribuindo para a definição de práticas sustentáveis e transparentes na CI.

Resultados Finais

A investigação realizada permitiu identificar padrões distintos na interseção entre a IA, a governança colaborativa e a sustentabilidade em ambientes de informação. A análise dos artigos revela que a adoção da IA não se limita à eficiência operacional, mas redefine também as dinâmicas de decisão e gestão do conhecimento (Lee et al., 2023). A implementação destas tecnologias não é homogénea e enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de capacitação profissional e a adaptação dos sistemas organizacionais (Madan & Ashok, 2023).

A preocupação com a ética e a segurança da IA persiste como uma área crítica de análise. Ashok et al. (2022) enfatizam que os modelos algorítmicos devem integrar princípios de transparência e responsabilidade. Estudos recentes mostram que a confiabilidade dos sistemas de IA dependem da sua capacidade de evitar vieses e de garantir a equidade informacional (Matei et al., 2024). Esta

dimensão é ampliada pela necessidade de sustentabilidade ambiental, visto que a infraestrutura digital consome recursos energéticos, tornando fundamental a adoção de soluções tecnológicas otimizadas.

A governança da IA tem sido apontada como um fator-chave para a sua adoção eficaz. Collins et al. (2021) argumentam que a descentralização da tomada de decisão em sistemas algorítmicos melhora a confiabilidade e inclusão dos utilizadores. O modelo de governança colaborativa apresentado por Bawack & Bawack (2025) demonstra que uma supervisão estruturada e participativa reduz riscos e melhora a integração da IA em diferentes contextos.

Nas bibliotecas, arquivos e centros de documentação, a IA tem sido utilizada para personalizar serviços e otimizar a gestão dos acervos. Aboelmaged et al. (2024) destacam que os *chatbots* estão a transformar o suporte ao utilizador, enquanto que Concha et al. (2024) analisam as implicações da IA na curadoria digital e preservação do conhecimento. A implementação bem-sucedida destas tecnologias requer estratégias de inclusão digital (Danquah et al., 2024), garantindo que a automação não amplie desigualdades no acesso à informação.

Considerações Finais

Os resultados desta investigação demonstram que a IA pode atuar como um elemento transformador na gestão da informação, desde que sustentada por estratégias éticas e colaborativas. O impacto da IA vai além da automatização de processos, moldando a forma como o conhecimento é gerido e acedido. No entanto, os desafios associados à segurança, transparência e sustentabilidade requerem maior aprofundamento, especialmente no que diz respeito à regulação e ao impacto ambiental das infraestruturas digitais.

Recomenda-se que futuras investigações explorem a relação entre IA e desenvolvimento sustentável, aprofundando a forma como modelos de eficiência energética podem ser aplicados à gestão da informação. Além disso, é essencial analisar a adoção da IA em contextos com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico, garantindo que uma implementação equitativa e acessível.

Diretrizes propostas para uma IA ética e sustentável

Com base na revisão sistemática realizada, podem ser delineadas pelo menos **cinco recomendações concretas**:

5) **Transparência e auditoria algorítmica**: Adotar mecanismos formais de *auditoria* dos sistemas de IA, garantindo que as decisões automatizadas sejam compreensíveis, rastreáveis e passíveis de correção. Isto envolve implementar *frameworks* de transparência algorítmica conforme sugerido por Ashok et al. (2022) de modo que se possa detetar e mitigar eventuais vieses ou erros nos algoritmos;
5) **Capacitação contínua dos profissionais**: Investir em formação técnica e ética permanente para bibliotecários, arquivistas e demais profissionais da informação que lidam com a IA. A literacia digital crítica deve ser fomentada nas instituições, preparando as equipas para compreender as limitações e potenciais da IA conforme destacado em Danquah et al. (2024) ao evidenciar a necessidade de treino e capacitação na adoção de IA em bibliotecas académicas;
5) **Governança colaborativa e participativa**: Envolver os utilizadores e a comunidade na conceção, teste e avaliação de sistemas inteligentes. Esta governança inclusiva assegura que os sistemas de IA reflitam necessidades locais e valores sociais e está alinhada com as propostas de Bawack & Bawack (2025) sobre integrar múltiplos *stakeholders* na supervisão da IA. A co-participação amplia a confiança, a transparência e a legitimidade das soluções tecnológicas;
5) **Inclusão digital como princípio transversal**: Desenvolver aplicações de IA acessíveis e equitativas, evitando a

exclusão de grupos vulneráveis ou menos familiarizados com tecnologia. Por exemplo, garantir interface em múltiplos idiomas, usabilidade para pessoas com deficiências e programas de inclusão digital para reduzir desigualdades informacionais. Esta recomendação reforça que cada inovação em IA deve vir acompanhada de medidas para não ampliar a pegada digital existente;

5) **Monitorização da pegada ecológica**: Avaliar continuamente o impacto ambiental das infraestruturas e algoritmos de IA utilizados, adotando princípios de TIC verde na gestão informacional. Isso inclui monitorizar o consumo energético de servidores, otimizar códigos para eficiência e planejar a obsolescência programada de forma sustentável. Ao incorporar metas de sustentabilidade ambiental, as organizações de informação contribuem para minimizar a pegada de carbono das suas operações digitais.

Estas diretrizes sintetizam os principais contributos do estudo e oferecem um caminho prático para organizações que desejam incorporar a IA de forma socialmente responsável. São, acima de tudo, um convite à construção conjunta de um **EcoSaber Digital** robusto, ético e sustentável.

Em suma, a investigação reforça a ideia de que a IA não é apenas uma ferramenta operacional, mas um fenómeno que redefine a gestão do conhecimento e a inclusão informacional. O desafio futuro está em equilibrar a inovação tecnológica com princípios da ética, sustentabilidade e justiça informacional, assegurando que a evolução digital beneficie a sociedade como um todo.

Referências

Aboelmaged, M., Bani-Melhem, S., Al-Hawari, M., & Ahmad, I. (2024). Conversational AI Chatbots in library research: An integrative review and future research agenda. *JOURNAL OF LIBRARIANSHIP AND INFORMATION SCIENCE*. https://doi.org/10.1177/09610006231224440

Ashok, M., Madan, R., Joha, A., & Sivarajah, U. (2022). Ethical framework for Artificial Intelligence and Digital technologies. *INTERNATIONAL JOURNAL OF INFORMATION MANAGEMENT*, *62*. https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2021.102433

Bawack, R., & Bawack, R. (2025). «Hey librarian, what can AI and analytics do for you»: A systematic literature review and sociotechnical perspective. *ASLIB JOURNAL OF INFORMATION MANAGEMENT*. https://doi.org/10.1108/AJIM-04-2024-0317

Borges, A., Laurindo, F., Spínola, M., Gonçalves, R., & Mattos, C. (2021). The strategic use of artificial intelligence in the digital era: Systematic literature review and future research directions. *INTERNATIONAL JOURNAL OF INFORMATION MANAGEMENT*, *57*. https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102225

Bushey, J., He J., Palpanas T., Hu X., Cuzzocrea A., Dou D., Slezak D., Wang W., Gruca A., Lin J.C.-W., & Agrawal R. (2023). AI-Generated Images as an Emergent Record Format. *Proc. - IEEE Int. Conf. Big Data, BigData*, 2020–2031. https://doi.org/10.1109/BigData59044.2023.10386946

Collins, C., Dennehy, D., Conboy, K., & Mikalef, P. (2021). Artificial intelligence in information systems research: A systematic literature review and research agenda. *INTERNATIONAL JOURNAL OF INFORMATION MANAGEMENT*, *60*. https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2021.102383

Concha, K., Zenteno, F., & Alfaro, J. (2024). Use of artificial intelligence in libraries: A systematic review, 2019-2023. *SOUTH AFRICAN JOURNAL OF LIBRARIES AND INFORMATION SCIENCE*, *90*(2). https://doi.org/10.7553/90-2-2387

Danquah, M., Dadzie, P., Gyesi, K., Yeboah, F., & Nyarko, C. (2024). Artificial intelligence implementation strategies for Ghanaian academic libraries: A scoping review. *JOURNAL OF ACADEMIC LIBRARIANSHIP*, *50*(6). https://doi.org/10.1016/j.acalib.2024.102975

Harisanty, D., Anna, N., Putri, T., Firdaus, A., & Azizi, N. (2024). Leaders, practitioners and scientists' awareness of artificial intelligence in libraries: A pilot study. *LIBRARY HI TECH*, *42*(3), 809–825. https://doi.org/10.1108/LHT-10-2021-0356

Lee, M., Scheepers, H., Lui, A., & Ngai, E. (2023). The implementation of artificial intelligence in organizations: A systematic literature review. *INFORMATION & MANAGEMENT*, *60*(5). https://doi.org/10.1016/j.im.2023.103816

Madan, R., & Ashok, M. (2023). AI adoption and diffusion in public administration: A systematic literature review and future research agenda. *GOVERNMENT INFORMATION QUARTERLY*, *40*(1). https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101774

Mannheimer, S., Bond, N., Young, S. W. H., Kettler, H. S., Marcus, A., Slipher, S. K., Clark, J. A., Shorish, Y., Rossmann, D., & Sheehey, B. (2024). Responsible AI practice in libraries and archives: A review of literature. *Information Technology and Libraries*, *43*(3). https://doi.org/10.5860/ital.v43i3.17245

Matei, S., Jackson, D., & Bertino, E. (2024). Ethical reasoning in artificial intelligence: A cybersecurity perspective. *INFORMATION SOCIETY*. https://doi.org/10.1080/01972243.2024.2429060

Ofosu-Ampong, K. (2024). Artificial intelligence research: A review on dominant themes, methods, frameworks and future research directions. *TELEMATICS AND INFORMATICS REPORTS*, *14*. https://doi.org/10.1016/j.teler.2024.100127

Shahzad, K., Khan, S., & Iqbal, A. (2024). Factors influencing the adoption of robotic technologies in academic libraries: A systematic literature review (SLR). *JOURNAL OF LIBRARIANSHIP AND INFORMATION SCIENCE*. https://doi.org/10.1177/09610006241231012

EL IMPACTO DEL BIG DATA EN LAS BIBLIOTECAS: OPORTUNIDADES, RIESGOS Y TRANSFORMACIÓN DE LOS SERVICIOS BIBLIOTECARIOS

Sonia María Puerta Correa, Universidad Carlos III de Madrid, https://orcid.org/0009-0009-1092-0875, España, 100547539@alumnos.uc3m.es

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6666

Introducción

El presente trabajo tiene como finalidad analizar el impacto del Big Data en el ámbito bibliotecario, considerando tanto sus aplicaciones prácticas como los desafíos éticos y sociales que conlleva su implementación. La elección de este tema surge del creciente protagonismo que los datos masivos han adquirido en múltiples sectores, y de la necesidad de comprender cómo esta tecnología puede ser aprovechada en las bibliotecas sin comprometer sus principios fundamentales.

El Big Data se ha consolidado como una herramienta estratégica en ámbitos muy diversos: en el sector sanitario, ha permitido detectar patrones epidemiológicos y mejorar diagnósticos personalizados; en las finanzas, se emplea para prevenir fraudes y analizar riesgos; en el comercio, para optimizar decisiones de marketing y personalizar la experiencia del cliente; en el transporte, para planificar rutas más eficientes; y en la educación, para adaptar contenidos y evaluar procesos de aprendizaje. Asimismo, en el ámbito político, su uso ha suscitado controversias relevantes: un caso paradigmático es el de la empresa Cambridge Analytica, que recopiló datos personales sin consentimiento explícito para influir en procesos electorales como el referéndum del Brexit o la campaña de Donald Trump en 2016. Para esta última, a través de perfiles psicográficos, el equipo de campaña segmentó a votantes indecisos y diseñó mensajes

altamente emocionalizados y dirigidos, en ocasiones aprovechando asociaciones simbólicas con productos culturales (De Llano Neira, 2018; Postedin, s. f.). Este episodio evidenció hasta qué punto el Big Data puede emplearse no solo para personalizar servicios, sino también para manipular decisiones y emociones de forma opaca.

Frente a este panorama, las bibliotecas no permanecen al margen. Como espacios de mediación del conocimiento, generan y gestionan una enorme cantidad de datos sobre el comportamiento informacional de sus usuarios: préstamos, consultas, búsquedas, participación en actividades, etc. Analizar y aprovechar estos datos de forma responsable podría permitirles mejorar sus servicios, anticipar las necesidades y optimizar los recursos. Sin embargo, este potencial debe equilibrarse con el respeto a la privacidad, la autonomía del usuario y la ética profesional. Por ello, este trabajo busca reflexionar críticamente sobre las oportunidades y límites del Big Data en el entorno bibliotecario, en un momento en el que la gestión responsable de la información se vuelve más necesaria que nunca.

El fenómeno del Big Data ha comenzado a tener una presencia significativa también en bibliotecas de referencia a nivel internacional. Por ejemplo, la Biblioteca del Congreso de Estados Unidos ha desarrollado proyectos de minería de datos a partir de colecciones digitales masivas, mientras que la British Library ha puesto en marcha herramientas analíticas para estudiar patrones de uso de sus fondos digitales. En países nórdicos, algunas bibliotecas públicas han explorado el uso de análisis predictivo para planificar adquisiciones según tendencias lectoras emergentes. Estos casos demuestran que el potencial del Big Data trasciende los límites del marketing o la gestión empresarial y puede ser una herramienta al servicio del acceso al conocimiento, siempre que se gestione bajo principios éticos sólidos.

En el plano normativo y profesional, también se observa una creciente atención hacia los efectos del uso masivo de datos. Organizaciones como la Federación Internacional de Asociaciones de Bibliotecarios y Bibliotecas (IFLA) han subrayado la importancia de aplicar marcos éticos sólidos en el tratamiento de información personal en entornos bibliotecarios. Del mismo modo, la legislación europea sobre protección de datos, recogida en el Reglamento General de Protección de Datos (GDPR), establece principios fundamentales como el consentimiento informado, el derecho al olvido o la minimización de datos, que deben ser tenidos en cuenta al implementar sistemas de análisis masivo en bibliotecas. Estas normativas no solo delimitan lo que es legal, sino que reflejan un consenso social sobre la necesidad de proteger la dignidad y la autonomía de los usuarios en la era digital.

Este trabajo adopta una metodología de carácter cualitativo basada en la revisión documental y bibliográfica. Se ha realizado un análisis crítico de fuentes académicas especializadas en Big Data, biblioteconomía y ética de la información, así como de informes institucionales y casos de aplicación en distintos sectores, con especial atención al ámbito bibliotecario. La elección de esta metodología responde al objetivo de comprender en profundidad tanto las potencialidades como los riesgos del uso de datos masivos en entornos informacionales, sin limitarse a una mera descripción técnica, sino incorporando una perspectiva ética, social y profesional.

En definitiva, comprender el impacto del Big Data en las bibliotecas implica ir más allá de su mera utilidad instrumental. Se trata de analizar cómo estas tecnologías reconfiguran los modos de acceso a la información, las relaciones entre usuarios e instituciones, y los marcos de decisión profesional. Este enfoque permite no solo identificar oportunidades, sino también anticipar dilemas y construir propuestas de futuro que sitúen a las bibliotecas como referentes en el uso responsable de los datos y en la defensa de los derechos informacionales de la ciudadanía.

Desde esta perspectiva, el análisis del Big Data desde el prisma bibliotecario se vincula estrechamente con varios de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030, especialmente con el ODS 4 (Educación de

calidad), el ODS 9 (Industria, innovación e infraestructura) y el ODS 16 (Paz, justicia e instituciones sólidas). Las bibliotecas, como garantes del derecho a la información y agentes clave en la alfabetización digital, tienen el potencial de utilizar los datos masivos no solo para mejorar su eficacia, sino también para fortalecer su función social. La integración crítica del Big Data puede contribuir, por ejemplo, a una gestión más inclusiva de los recursos, a la detección de necesidades formativas emergentes o a la reducción de desigualdades en el acceso a la información.

Por ello, a lo largo del presente trabajo se exploran estos y otros aspectos mediante un enfoque teórico y crítico, que parte de una revisión bibliográfica contrastada y se estructura en torno a cinco grandes ejes: la fundamentación conceptual del Big Data, la metodología adoptada, sus aplicaciones prácticas en el contexto bibliotecario, los principales riesgos asociados a su uso y una reflexión final sobre las oportunidades futuras. Se trata, en definitiva, de una contribución al debate actual sobre el papel que deben desempeñar las bibliotecas en la sociedad del conocimiento, no solo como gestoras de información, sino como instituciones que modelan el acceso, el uso y la ética de los datos.

Referencial Teórico

La presente investigación se fundamenta en una selección rigurosa de fuentes académicas y técnicas que permiten comprender el fenómeno del Big Data desde una perspectiva multidisciplinar. Se han consultado artículos científicos, monografías especializadas, capítulos de libros y documentos institucionales que abordan el impacto de los datos masivos en distintos sectores, con especial atención al ámbito bibliotecario.

El enfoque adoptado ha sido crítico y comparativo, integrando fuentes nacionales e internacionales que aportan tanto marcos teóricos como ejemplos prácticos. Esta diversidad ha permitido construir una visión equilibrada entre las potencialidades del Big Data y los riesgos éticos derivados de su uso indiscriminado. En particular, se han considerado las aportaciones de autores como Zuboff (2020), cuya crítica al capitalismo de la vigilancia resulta esencial para entender los dilemas actuales relacionados con el control y la explotación de datos personales; Pariser (2017), quien alerta sobre los efectos de la personalización algorítmica en la diversidad informativa; y Ríos Hilario y Fraile Sastre (2020), que abordan el uso del Big Data en el entorno bibliotecario desde una perspectiva aplicada.

Además, se han tenido en cuenta marcos normativos internacionales, como el Reglamento General de Protección de Datos (GDPR) de la Unión Europea, así como los principios éticos promovidos por organismos como la IFLA o la UNESCO, que refuerzan la necesidad de un uso responsable de la tecnología en contextos de acceso público a la información. Todas las referencias se presentan al final del trabajo siguiendo el estilo APA (7.ª edición).

Definición y evolución del Big Data

El término Big Data hace referencia al procesamiento y análisis de grandes volúmenes de datos que, por su tamaño, velocidad de generación y complejidad estructural, superan las capacidades de los sistemas tradicionales. La definición más influyente es la propuesta por Doug Laney (2001), quien estableció el modelo de las “3V”: volumen, variedad y velocidad. A esta clasificación inicial se han ido sumando nuevas dimensiones propuestas por distintos autores y organismos, como la veracidad, el valor, la variabilidad o la validez, lo que ha dado lugar a una comprensión más rica y crítica del fenómeno (Moreno-Carriles, 2018; Cordero, 2025).

- Volumen: se refiere a la cantidad ingente de datos generados continuamente por sensores, dispositivos móviles, redes sociales, transacciones, servicios digitales, etc.
- Velocidad: indica la rapidez con la que los datos son creados, transmitidos y analizados, en muchos casos en tiempo real.
- Variedad: alude a la heterogeneidad de los datos (estructurados, semiestructurados y no

estructurados): textos, imágenes, vídeos, audios, logs de navegación, etc.
- Veracidad: hace referencia a la calidad y fiabilidad de los datos. El ruido informacional y la desinformación son desafíos clave.
- Valor: consiste en la capacidad de transformar los datos en conocimiento útil para la toma de decisiones.
- Variabilidad: describe la inestabilidad contextual de ciertos datos cuyo significado puede cambiar según el entorno de análisis.

El desarrollo del Big Data está estrechamente ligado a los avances tecnológicos de las últimas décadas: la expansión de internet, la computación en la nube, el abaratamiento del almacenamiento digital y la proliferación del Internet de las Cosas (IoT). En un principio, su uso se limitó a entornos empresariales, donde permitió optimizar estrategias de marketing, segmentar clientes y anticipar tendencias. Con el tiempo, se ha extendido a sectores como la medicina personalizada, la predicción de delitos, la investigación científica o la planificación urbana, y hoy constituye uno de los pilares de la transformación digital.

En el ámbito bibliotecario, el Big Data se asocia con herramientas como *dashboards* de análisis, software de minería de datos, sistemas de recomendación y gestores de metadatos enriquecidos. Estos instrumentos permiten a las bibliotecas interpretar el comportamiento informacional de sus usuarios, gestionar sus colecciones de forma eficiente y justificar políticas de adquisición o renovación de servicios. No obstante, el uso de estos datos plantea también interrogantes sobre el consentimiento, la anonimización, el sesgo algorítmico y la privacidad del usuario, temas que deben abordarse con rigor y transparencia.

Principales características del Big Data

Vivimos en una sociedad donde los datos se han convertido en un recurso estratégico comparable al capital o la energía. Sin embargo, el acceso a datos no garantiza el acceso al conocimiento. La transformación de información en conocimiento útil exige capacidades cognitivas avanzadas, pensamiento crítico, competencias digitales y una ética sólida en el tratamiento de la información (Colmenarejo Fernández & Pedrajas, 2017). En este contexto, el Big Data actúa como una herramienta ambivalente: puede facilitar la toma de decisiones fundamentadas o, por el contrario, ser instrumento de manipulación, exclusión y vigilancia.

Autores como Han (2018) o Zuboff (2020) denuncian la progresiva sustitución de la esfera pública por lógicas algorítmicas opacas, donde las decisiones son tomadas por sistemas automatizados que escapan al control ciudadano. Este fenómeno, al que algunos llaman “infocracia”, pone en entredicho los principios democráticos de deliberación, transparencia y rendición de cuentas. Frente a ello, las bibliotecas tienen la posibilidad de actuar como espacios de resistencia ética y formación crítica.

Desde esta perspectiva, el papel de las bibliotecas en la sociedad del conocimiento va más allá de la gestión de información: se trata de formar a ciudadanos capaces de comprender cómo se producen, seleccionan y usan los datos en entornos digitales. La alfabetización en datos, la visualización crítica de información, el fomento de la diversidad informativa y la defensa de la privacidad son hoy competencias clave que las bibliotecas deben promover activamente.

En suma, el Big Data no es solo una tecnología: es una cuestión política, cultural y ética. Su aplicación en bibliotecas debe estar guiada por una reflexión profunda sobre los fines que se persiguen y los valores que se defienden. De este modo, será posible construir una bibliotecología informada, crítica y al servicio de una ciudadanía más libre y empoderada.

Big Data y su papel en la sociedad del conocimiento

La implementación del Big Data en bibliotecas no se limita a una transformación conceptual, sino que requiere también el uso de tecnologías específicas que permitan capturar, procesar, analizar y visualizar grandes volúmenes de datos. Estas herramientas varían según el propósito del análisis y el nivel de

infraestructura disponible, pero todas comparten el objetivo de convertir datos dispersos en conocimiento accionable.

Entre las plataformas más utilizadas en entornos profesionales destaca Apache Hadoop, un marco de software de código abierto diseñado para almacenar y procesar grandes volúmenes de datos distribuidos. Gracias a su arquitectura escalable, Hadoop permite a las instituciones manejar información masiva sin necesidad de servidores centralizados costosos, lo que resulta especialmente útil para bibliotecas con colecciones digitales amplias o datos de uso acumulado durante años.

Otra herramienta destacada es ElasticSearch, un motor de búsqueda basado en texto que permite realizar consultas complejas y análisis en tiempo real. En el ámbito bibliotecario, se utiliza para mejorar la recuperación de información en catálogos, portales de descubrimiento y repositorios institucionales, facilitando búsquedas más precisas e intuitivas para los usuarios.

Para el análisis de datos bibliométricos y la visualización de redes, destacan aplicaciones como VOSviewer y Gephi. Ambas permiten representar gráficamente relaciones entre autores, instituciones, publicaciones o términos clave, facilitando la interpretación de grandes conjuntos de datos académicos. Estas herramientas han sido empleadas con éxito en bibliotecas universitarias para mapear áreas de investigación, identificar colaboraciones emergentes o evaluar la producción científica de sus comunidades académicas, a menudo utilizando como fuente de datos bases como Web of Science (WoS) o Scopus, que ofrecen indicadores estandarizados y estructuras de metadatos especialmente adecuadas para este tipo de estudios.

Asimismo, OpenRefine se ha consolidado como una solución eficaz para la limpieza, normalización y enriquecimiento de datos. Su utilidad es especialmente visible en proyectos de integración de metadatos procedentes de diferentes fuentes o en la preparación de conjuntos de datos para su análisis posterior.

Además, muchas bibliotecas han comenzado a utilizar tableros de mando o *dashboards* personalizados, que permiten visualizar en tiempo real indicadores clave como la frecuencia de préstamos, las tasas de asistencia a actividades, los patrones de navegación en recursos electrónicos o la satisfacción del usuario. Estos sistemas, basados en herramientas como Power BI o Google Data Studio, ofrecen una visión panorámica del funcionamiento de la biblioteca y permiten tomar decisiones basadas en evidencias.

No obstante, el uso de estas tecnologías también plantea retos significativos. Requiere personal capacitado, inversiones en infraestructura, estrategias claras de protección de datos y una cultura organizacional orientada al uso crítico de la información. En este sentido, la formación del personal bibliotecario en competencias digitales y analíticas se convierte en un factor clave para que el potencial del Big Data se traduzca en mejoras reales y éticamente sostenibles en los servicios ofrecidos.

En resumen, las bibliotecas que incorporan herramientas de análisis de datos no solo están modernizando su gestión interna, sino que están avanzando hacia un modelo más proactivo, transparente y centrado en las necesidades de sus comunidades. Estas tecnologías no sustituyen la función humanista de la biblioteca, sino que la complementan, siempre que su uso esté guiado por valores éticos y una orientación al bien común.

Procedimentos Metodológicos

Este trabajo adopta una metodología de carácter cualitativo basada en la revisión documental y bibliográfica, lo que resulta especialmente pertinente para abordar un fenómeno complejo, emergente y en constante evolución como es el Big Data. El enfoque cualitativo permite explorar en profundidad las implicaciones sociales, éticas y profesionales del uso masivo de datos en bibliotecas, más allá de la cuantificación o medición estadística de variables.

La investigación parte de una revisión exhaustiva de fuentes académicas

especializadas en Big Data, ciencia de la información, ética informacional y biblioteconomía, complementadas con informes institucionales de organismos como la IFLA, la UNESCO o la Comisión Europea. Asimismo, se han incorporado estudios de caso y experiencias prácticas documentadas en bibliotecas reales, lo que ha permitido vincular la reflexión teórica con ejemplos aplicados de interés. Esta triangulación de fuentes garantiza una aproximación integral y actualizada al objeto de estudio.

El desarrollo del trabajo ha seguido las etapas propias de una investigación teórica: en primer lugar, se procedió a la delimitación del tema, centrado en la intersección entre el Big Data y el entorno bibliotecario. A partir de ahí, se formularon preguntas orientadoras como: ¿Qué aplicaciones concretas del Big Data se están desarrollando en bibliotecas? ¿Qué riesgos éticos implica su implementación? ¿Cómo pueden las bibliotecas mantener sus principios fundacionales en un contexto de vigilancia digital? Estas cuestiones guiaron la búsqueda y selección de bibliografía relevante, procedente de bases de datos académicas, catálogos universitarios y repositorios institucionales.

Las fuentes seleccionadas fueron organizadas temáticamente en función de su contribución al marco conceptual, la dimensión práctica o la perspectiva crítica. Para ello se elaboraron fichas de lectura, esquemas comparativos y matrices de contenido que facilitaron la identificación de patrones recurrentes, tensiones entre enfoques o lagunas en la literatura. Este proceso permitió construir un discurso coherente, basado en evidencias textuales contrastadas, que articula los distintos apartados del trabajo.

Aunque el estudio no incluye una fase empírica de recogida de datos mediante encuestas, entrevistas o análisis estadísticos, la metodología adoptada permite generar conocimiento útil y orientado a la práctica profesional. La revisión bibliográfica no se limita a una descripción acumulativa, sino que se aplica con un enfoque analítico, interpretativo y propositivo, que busca problematizar los discursos dominantes sobre la neutralidad tecnológica, el uso de algoritmos en entornos de servicio público o la privacidad informacional de los usuarios.

Un aspecto relevante del procedimiento metodológico es la atención a la dimensión ética de la investigación. Se ha procurado citar todas las fuentes utilizadas de manera transparente, respetar los derechos de autor y contrastar la información procedente de informes o artículos. Además, se ha mantenido un compromiso con la pluralidad de perspectivas, incorporando tanto voces críticas como posturas más optimistas sobre el papel del Big Data en las bibliotecas.

Entre las limitaciones del estudio cabe señalar que, al tratarse de una investigación teórica, los resultados no pueden generalizarse empíricamente ni se derivan de una experimentación directa. Tampoco se han incorporado testimonios de profesionales bibliotecarios o datos propios de usuarios, lo cual podría enriquecer futuros estudios complementarios. No obstante, esta limitación se ve compensada por la profundidad analítica, la conexión interdisciplinar y la actualidad del objeto de estudio.

En definitiva, este procedimiento metodológico ha permitido construir un marco interpretativo sólido, que fundamenta las reflexiones y propuestas expuestas en el resto del trabajo. El enfoque cualitativo y documental se presenta, por tanto, como una estrategia válida y necesaria para abordar los retos éticos, técnicos y profesionales que plantea el uso del Big Data en las bibliotecas contemporáneas.

Aplicaciones del Big Data en el ámbito bibliotecario

La progresiva digitalización de los servicios bibliotecarios ha generado un volumen creciente de datos que, si se analizan adecuadamente, pueden ofrecer un conocimiento valioso sobre el funcionamiento de las bibliotecas y las necesidades de sus comunidades. Este apartado examina algunas de las principales aplicaciones del Big Data en el entorno bibliotecario, con especial atención al análisis del comportamiento de los usuarios,

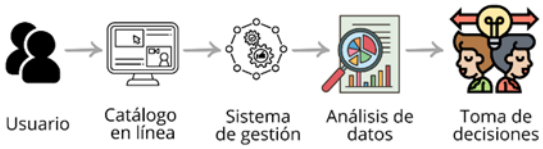
la gestión de colecciones y la visualización de datos para la toma de decisiones.

Análisis de usuarios y mejora de servicios

Una de las aplicaciones más significativas del Big Data en el ámbito bibliotecario es el análisis del comportamiento de los usuarios. Cada acción (como realizar una búsqueda en el catálogo, solicitar un préstamo, participar en una actividad o acceder a recursos electrónicos), genera información que puede recogerse y analizarse para comprender mejor las necesidades reales de la comunidad usuaria. En esta línea, Ríos Hilario y Fraile Sastre (2020) destacan que las bibliotecas universitarias consideran especialmente valiosos los datos internos generados por la propia institución, ya que estos permiten evaluar el funcionamiento del servicio y orientar mejoras basadas en evidencias.

La imagen siguiente representa el recorrido de los datos desde la interacción del usuario con el catálogo hasta su análisis y utilización para la mejora de los servicios bibliotecarios.

Figura 1: Flujo de datos en una biblioteca digital



Fuente: elaboración propia.

Gracias a este tipo de análisis, es posible identificar patrones de uso, detectar cambios en los intereses temáticos, ajustar horarios o evaluar el impacto de nuevos servicios. Esta información facilita una planificación más eficiente y una toma de decisiones menos basada en intuiciones y más en datos objetivos. Como afirman los autores, uno de los principales beneficios del Big Data en bibliotecas radica en su capacidad para personalizar la atención, adaptar los recursos a las demandas reales y optimizar el uso institucional de forma estratégica.

Además, el uso del Big Data permite avanzar hacia modelos de servicio más personalizados. Por ejemplo, los sistemas de recomendación basados en algoritmos pueden sugerir lecturas según el historial de préstamo, intereses o búsquedas previas. Estas técnicas, ampliamente empleadas en plataformas comerciales como Amazon o Netflix, están comenzando a explorarse también en el ámbito bibliotecario para adaptar la oferta informativa a las preferencias reales de cada usuario.

Sin embargo, esta personalización debe gestionarse con especial cautela. Como advierte Pariser (2017), los algoritmos que filtran la información tienden a construir burbujas invisibles que refuerzan nuestras ideas previas y reducen nuestra exposición a contenidos diversos, lo que puede limitar la capacidad crítica y el acceso a perspectivas alternativas. En el caso de las bibliotecas, esto implica un riesgo: lejos de ser espacios de apertura y pluralidad, podrían transformarse en entornos cerrados si los datos se utilizan sin una reflexión ética. Por ello, la personalización debe estar al servicio del usuario, pero sin comprometer su privacidad, su autonomía ni el principio de acceso libre y equitativo a la información.

Gestión de colecciones y adquisiciones

El uso del Big Data también está transformando los procesos internos de las bibliotecas, especialmente en lo que respecta a la gestión de colecciones y a las decisiones de adquisición. Gracias al análisis de datos históricos sobre circulación, reservas, renovaciones, quejas o solicitudes de los usuarios, es posible identificar qué materiales tienen mayor impacto, cuáles presentan baja rotación o qué áreas temáticas muestran una demanda emergente. En este sentido, Ríos Hilario y Fraile Sastre (2020) subrayan que las bibliotecas valoran especialmente los datos internos generados por su propia actividad, ya que permiten conocer mejor su funcionamiento y orientar decisiones estratégicas.

Estos datos permiten fundamentar con mayor rigor las decisiones sobre compra, descarte o renovación de fondos, optimizando los recursos presupuestarios disponibles. Asimismo, ayudan a diseñar colecciones más alineadas con los intereses reales de la comunidad a la que sirve la biblioteca, reduciendo la brecha entre la oferta documental y las necesidades informativas de

los usuarios. De hecho, uno de los campos donde las bibliotecas universitarias prevén un mayor potencial de mejora gracias al Big Data es precisamente la adecuación de servicios y recursos a los perfiles y comportamientos reales de su comunidad académica (Ríos Hilario & Fraile Sastre, 2020).

El Big Data también facilita la evaluación continua del rendimiento de recursos electrónicos como bases de datos, revistas digitales o plataformas de préstamo en línea. A través de herramientas estadísticas y cuadros de mando, los profesionales pueden acceder a información detallada sobre tasas de uso, momentos pico de consulta o patrones de abandono, lo que permite negociar licencias más ajustadas a la demanda real o redirigir esfuerzos de formación hacia recursos infrautilizados. Los datos masivos, analizados en tiempo real o retrospectivamente, ofrecen así una base sólida para tomar decisiones más eficientes y justificadas.

Por otro lado, el análisis predictivo basado en series temporales o algoritmos de aprendizaje automático puede emplearse para anticipar tendencias futuras en la demanda documental, permitiendo una planificación más proactiva. No obstante, es esencial recordar que la interpretación de los datos debe tener en cuenta el contexto social, cultural y educativo, evitando una excesiva dependencia de modelos automatizados que puedan invisibilizar a colectivos minoritarios o reproducir sesgos preexistentes.

Visualización de datos y toma de decisiones

La visualización de datos es una herramienta fundamental para transformar conjuntos masivos de datos en conocimiento accesible y útil. En el ámbito bibliotecario, permite representar gráficamente patrones de uso, evolución de servicios, impacto de actividades o distribución temática de colecciones, facilitando así la toma de decisiones fundamentadas. Como afirman Adell y Guersenzvaig (2013), los datos no constituyen información por sí mismos; es su organización, procesamiento y visualización lo que les otorga significado y utilidad para el análisis.

Paneles de control *(dashboards),* mapas de calor, gráficos interactivos o informes dinámicos son formatos cada vez más comunes en bibliotecas para comunicar datos tanto a responsables institucionales como a la ciudadanía. Esta visualización de la información permite justificar presupuestos, rediseñar servicios o evaluar programas en base a evidencias. Ríos Hilario y Fraile Sastre (2020) destacan que este tipo de análisis interno es especialmente valorado en el entorno bibliotecario por su utilidad para ajustar los servicios a las necesidades reales de los usuarios.

La visualización también cumple una función clave en la transparencia institucional. Publicar datos sobre circulación, asistencia o uso de recursos refuerza la rendición de cuentas y puede fomentar la participación si se acompaña de estrategias de alfabetización en datos. Sin embargo, como advierte Zárate-Sánchez (2024), los errores lógicos en la interpretación visual (como la falacia de la falsa causalidad o la paradoja de Simpson) pueden generar lecturas erróneas si no se contextualizan adecuadamente.

Además, la visualización moderna ha dejado de ser estática: hoy se espera que sea interactiva, adaptable e intuitiva. Adell y Guersenzvaig (2013) insisten en que no basta con una buena representación gráfica; es necesario un diseño centrado en el usuario, con atención a la experiencia de navegación, la claridad de los elementos y la posibilidad de manipular los datos para generar nuevas preguntas. Esta interacción potencia el análisis cultural y social a partir de grandes volúmenes de datos.

Por ello, el desarrollo de competencias en visualización crítica y el uso de herramientas especializadas es clave en las bibliotecas actuales. Herramientas como OpenRefine, para la limpieza y normalización de datos, o VOSviewer, para la representación de redes y patrones bibliométricos, permiten tratar grandes volúmenes de información y ofrecer representaciones comprensibles, rigurosas y orientadas a la toma de decisiones. Como resumen Adell y Guersenzvaig (2013), una visualización eficaz requiere la colaboración entre analistas, diseñadores y programadores

para convertir los datos en conocimiento compartido.

Inteligencia artificial y análisis predictivo en bibliotecas

La integración del Big Data con tecnologías de inteligencia artificial (IA) representa una de las aplicaciones más innovadoras y, al mismo tiempo, más controvertidas en el entorno bibliotecario. Gracias al uso de algoritmos de aprendizaje automático, las bibliotecas pueden anticipar necesidades informativas, automatizar procesos rutinarios e incluso ofrecer atención personalizada a través de sistemas conversacionales, conocidos como chatbots.

El análisis predictivo basado en datos históricos permite a las bibliotecas identificar tendencias futuras en la demanda de recursos o servicios. Por ejemplo, mediante el análisis de series temporales sobre préstamos o reservas, es posible prever picos de demanda y adaptar la oferta documental o la asignación de personal. Esta capacidad de anticipación contribuye a mejorar la planificación operativa y a maximizar la eficiencia de los recursos disponibles.

Además, algunos centros han comenzado a experimentar con sistemas de recomendación automatizados, similares a los que utilizan plataformas comerciales, pero con objetivos formativos o culturales. Estos sistemas analizan los historiales de consulta, los intereses temáticos y las interacciones previas del usuario para sugerir lecturas, recursos académicos o actividades relevantes. Aunque estas herramientas pueden enriquecer la experiencia del usuario y fomentar el descubrimiento de contenidos, también plantean interrogantes éticos similares a los ya señalados en relación con la personalización algorítmica: ¿hasta qué punto se respeta la diversidad informativa? ¿Existe riesgo de reforzar sesgos o de limitar el pensamiento crítico del usuario?

Otra aplicación emergente de la IA en bibliotecas es el desarrollo de chatbots capaces de responder preguntas frecuentes, guiar al usuario en la búsqueda de información o ayudar en la navegación por los recursos electrónicos. Estos asistentes virtuales, cuando están bien diseñados, pueden mejorar significativamente la accesibilidad y la disponibilidad del servicio, especialmente fuera del horario habitual o en contextos de sobrecarga del personal. Sin embargo, su efectividad depende en gran medida de la calidad de los datos con los que han sido entrenados, así como de su capacidad para entender el lenguaje natural y adaptarse a distintos perfiles de usuarios.

Por otro lado, el uso de técnicas de minería de textos *(text mining)* y procesamiento del lenguaje natural (PLN) también está siendo explorado en bibliotecas académicas y de investigación. Estas técnicas permiten analizar grandes corpus documentales, identificar tendencias temáticas, mapear áreas de conocimiento o detectar duplicidades y vacíos en las colecciones. Este tipo de análisis puede contribuir a mejorar las decisiones de adquisición, a optimizar los catálogos y a reforzar el papel de las bibliotecas como agentes activos en la producción y organización del conocimiento.

No obstante, la incorporación de IA en bibliotecas debe ser abordada con una mirada crítica. Tal como advierte Han (2022), la automatización informacional corre el riesgo de desplazar el juicio profesional y de reducir la complejidad del pensamiento a respuestas programadas. La biblioteca no debe renunciar a su función mediadora ni a su papel formativo, sino encontrar un equilibrio entre innovación tecnológica y humanismo informacional.

En este sentido, resulta imprescindible que los desarrollos tecnológicos en bibliotecas estén acompañados de políticas éticas claras, formación del personal, transparencia en los algoritmos utilizados y participación de la comunidad usuaria en las decisiones tecnológicas. Solo así será posible garantizar que la inteligencia artificial y el Big Data se conviertan en aliados al servicio del acceso equitativo, crítico y plural al conocimiento.

Riesgos y desafíos

La incorporación del Big Data en bibliotecas, si bien ofrece múltiples beneficios, también plantea una serie de riesgos y desafíos que no

pueden ser ignorados. A diferencia de otros sectores, las bibliotecas están estrechamente ligadas a principios como la privacidad, la libertad intelectual o el acceso equitativo, lo que implica una especial sensibilidad frente al uso de tecnologías que pueden afectar a estos valores. Antes de abordar los principales riesgos, se presenta a continuación un análisis DAFO que sintetiza de forma visual las fortalezas, debilidades, oportunidades y amenazas que implica el uso del Big Data en el entorno bibliotecario.

Figura 2: Análisis DAFO del uso del Big Data en bibliotecas



Fuente: elaboración propia.

Privacidad y protección de datos

Uno de los principales riesgos del uso del Big Data en bibliotecas es la vulneración de la privacidad de los usuarios. Cada interacción (una búsqueda en el catálogo, un préstamo o la asistencia a una actividad) genera un volumen de datos que, si no se gestionan de forma segura, pueden comprometer derechos fundamentales.

Este riesgo se agrava si los usuarios no son conscientes del alcance del tratamiento de sus datos ni del uso que puede hacerse de ellos (Zuboff, 2020). Este autor define esta dinámica como capitalismo de la vigilancia, un modelo económico que convierte la experiencia humana en materia prima gratuita para ser extraída y comercializada sin consentimiento real.

Desde esta perspectiva, aceptar términos de uso poco claros o políticas de *cookies* invasivas equivale a una expropiación de la autonomía informativa. Por ello, en el ámbito bibliotecario resulta imprescindible establecer políticas claras de privacidad, mecanismos de anonimización robustos y protocolos de consentimiento informado adaptados a un entorno no lucrativo, tal como exigen los principios éticos de la profesión.

Brechas digitales y exclusión

El Big Data también puede acentuar desigualdades ya existentes en el acceso a los servicios bibliotecarios. Las bibliotecas con mayor dotación tecnológica estarán en mejores condiciones para implementar herramientas avanzadas de análisis, mientras que otras pueden quedar relegadas, reproduciendo desigualdades estructurales.

Además, si los datos utilizados para tomar decisiones provienen únicamente de usuarios activos, es probable que queden invisibilizados aquellos colectivos que interactúan menos con los entornos digitales (Colmenarejo Fernández & Pedrajas, 2017). Esta exclusión no es solo tecnológica, sino también epistémica. Como advierte Zuboff (2020), el capitalismo de la vigilancia actúa mediante una asimetría radical del conocimiento: las plataformas lo saben todo sobre nosotros, mientras que nosotros apenas sabemos nada sobre sus procesos internos. Por tanto, interpretar los datos sin una perspectiva inclusiva puede llevar a decisiones sesgadas. Es necesario complementar el análisis cuantitativo con metodologías participativas y cualitativas que integren la voz de colectivos tradicionalmente subrepresentados en los datos.

Ética de los algoritmos y sesgos

Los sistemas algorítmicos que gestionan y analizan grandes volúmenes de datos no son neutrales. Están diseñados por seres humanos, entrenados con datos históricos y tienden a reproducir desigualdades sociales preexistentes. En el entorno bibliotecario, esto puede traducirse en recomendaciones automatizadas que favorezcan a determinados grupos, perpetuando sesgos de género, clase o etnia (San Segundo, Martínez-Ávila & Frías Montoya, 2023).

Además, una confianza excesiva en los algoritmos puede disminuir la autonomía profesional del personal bibliotecario. Como recuerdan estos autores, “el usuario es el

contenido": nuestras decisiones, preferencias y comportamientos alimentan sistemas que luego dictan lo que debemos ver, leer o consumir, generando un peligroso bucle de retroalimentación. Es lo que Eli Pariser (2011) llamó filtro burbuja, algo que limita nuestra exposición a la diversidad informativa. Ante esta realidad, es crucial fomentar la transparencia algorítmica, el pensamiento crítico y la supervisión humana, tal como proponen Colmenarejo Fernández y Pedrajas (2017), quienes insisten en la necesidad de mantener un enfoque ético en la toma de decisiones apoyadas en datos.

Rendición de cuentas, transparencia y derechos digitales

En el contexto del Big Data, la rendición de cuentas y la transparencia institucional se han convertido en valores clave para preservar la confianza de los usuarios y garantizar una gestión ética de los datos. Las bibliotecas, como espacios de acceso libre y servicio público, deben asumir una responsabilidad activa en la protección de los derechos digitales de sus comunidades.

Uno de los grandes desafíos del entorno digital es la opacidad con la que se gestionan los algoritmos y los sistemas de análisis de datos. En muchas ocasiones, las decisiones automatizadas se toman a partir de procesos que no son comprensibles para los usuarios ni fácilmente auditables por terceros. Esta falta de transparencia puede erosionar la legitimidad de las instituciones, incluso cuando las intenciones son positivas. Tal como señalan Colmenarejo Fernández y Pedrajas (2017), una gobernanza algorítmica sin supervisión externa ni participación ciudadana puede derivar en prácticas tecnocráticas que vulneran los principios democráticos.

Las bibliotecas tienen el potencial de actuar como modelos de transparencia institucional. Esto implica no solo proteger los datos personales, sino también informar a los usuarios sobre qué datos se recogen, con qué finalidad, durante cuánto tiempo se conservan y cómo se toman decisiones automatizadas, si las hubiera. Publicar memorias de actividad con indicadores desglosados, mantener políticas de privacidad accesibles y promover espacios de participación activa son prácticas que refuerzan la legitimidad institucional y la autonomía de los usuarios.

Además, la defensa de los derechos digitales debe ir más allá del ámbito técnico. El derecho a ser informado, el derecho a la portabilidad de los datos y el derecho al olvido son aspectos clave del Reglamento General de Protección de Datos (RGPD) de la Unión Europea, que también deben aplicarse en contextos bibliotecarios. Por ejemplo, los usuarios deberían poder solicitar la supresión de sus historiales de préstamo, navegación o consulta, especialmente si se han utilizado para generar perfiles o recomendaciones personalizadas.

En este sentido, las bibliotecas pueden desempeñar un papel pedagógico fundamental, actuando como espacios de alfabetización digital crítica. Informar a la ciudadanía sobre los derechos que les asisten en el entorno digital, sobre los riesgos de la sobreexposición de datos y sobre las formas de proteger su identidad informacional contribuye a una sociedad más justa, autónoma y consciente. La transparencia institucional debe ir acompañada, por tanto, de una acción formativa orientada a empoderar a los usuarios en el uso de sus datos y en la toma de decisiones informadas.

También es importante señalar que la rendición de cuentas debe operar en todos los niveles. Las bibliotecas no solo deben rendir cuentas ante las administraciones o los organismos financiadores, sino también ante sus propias comunidades usuarias. Incorporar mecanismos de evaluación participativa, consultas abiertas o auditorías éticas externas puede ayudar a detectar prácticas problemáticas y a fortalecer la legitimidad social del uso del Big Data en estos entornos.

Finalmente, en un escenario donde los datos se han convertido en un recurso estratégico, es urgente reclamar una ética pública del dato que contrarreste las lógicas extractivas propias del sector privado. Las bibliotecas, por su tradición humanista y su vocación de servicio, están en una posición privilegiada para liderar esta transformación. Adoptar prácticas de gobernanza ética, fomentar la

corresponsabilidad informacional y garantizar la transparencia son condiciones imprescindibles para un uso justo, crítico y emancipador del Big Data en el ámbito bibliotecario.

Conclusiones: perspectivas de futuro

La irrupción del Big Data en el ámbito bibliotecario ha abierto un abanico de posibilidades que van desde la mejora de la toma de decisiones hasta la personalización de servicios y la optimización de recursos. Las bibliotecas, tradicionalmente defensoras del acceso libre y equitativo a la información, se enfrentan ahora al reto de integrar esta tecnología sin comprometer sus valores fundamentales.

Esta integración exige una transformación profunda en el perfil profesional. Ya no basta con dominar las técnicas clásicas de gestión documental; también se requiere formación en análisis de datos, visualización, pensamiento crítico y ética digital. El bibliotecario del siglo XXI debe actuar como un mediador consciente entre los datos y la comunidad, capaz de interpretar la información de forma responsable y al servicio del bien común.

Asimismo, se impone la necesidad de revisar y actualizar los marcos normativos que regulan el tratamiento de datos en contextos bibliotecarios. Aunque existen leyes de protección de datos como el RGPD, la especificidad del trabajo bibliotecario requiere guías y protocolos propios que traduzcan estos principios generales a las prácticas cotidianas del sector. Esta normativa no debe entenderse como una traba, sino como una herramienta para asegurar la equidad, la transparencia y la justicia en el uso de los datos.

Es previsible que en los próximos años el uso del Big Data en bibliotecas se expanda, especialmente en ámbitos como la evaluación del impacto, la automatización de procesos, la anticipación de demandas y el diseño de servicios inteligentes. La incorporación de inteligencia artificial para tareas de clasificación documental, chatbots para la atención a usuarios o sistemas predictivos para la gestión de colecciones son ejemplos que ya están comenzando a implantarse. No obstante, esta expansión tecnológica no debe conducir a una pérdida del carácter humano, ético y social del trabajo bibliotecario.

La hibridación entre datos y valores es, por tanto, un terreno fértil para la innovación responsable. Lejos de asumir el Big Data como una moda o como una imposición externa, las bibliotecas pueden apropiarse críticamente de estas herramientas para reforzar su misión cultural, educativa y democrática. En este sentido, la formación continua del personal, el fomento del trabajo colaborativo con perfiles técnicos y la participación activa de los usuarios en la toma de decisiones serán claves para garantizar procesos inclusivos y sostenibles.

En este escenario, las bibliotecas tienen la oportunidad de liderar un modelo de innovación tecnológica con responsabilidad social. Para ello, será necesario:

- Adoptar una visión crítica y reflexiva sobre el uso de los datos, priorizando la transparencia, la privacidad y la equidad.
- Formar al personal en competencias relacionadas con el tratamiento ético y estratégico de grandes volúmenes de información.
- Impulsar la alfabetización en datos de la ciudadanía como parte del compromiso educativo de la institución.
- Fomentar el uso de herramientas tecnológicas que favorezcan la toma de decisiones basadas en evidencias sin perder de vista el contexto humano.
- Reforzar el papel de la biblioteca como garante de una sociedad informada, autónoma y capaz de entender los riesgos y oportunidades de la era digital.

Por otro lado, será fundamental fomentar redes de cooperación entre bibliotecas, universidades, centros tecnológicos y administraciones públicas. Esta colaboración puede facilitar el desarrollo de proyectos piloto, el intercambio de buenas prácticas y la construcción de estándares comunes para el análisis ético de datos en entornos bibliotecarios.

También cabe destacar el valor estratégico de los datos abiertos y la ciencia abierta como líneas de actuación prioritarias. Las bibliotecas pueden desempeñar un papel clave como mediadoras entre los datos generados por la administración y la ciudadanía, promoviendo su reutilización responsable para la mejora de políticas públicas, investigaciones colaborativas o procesos de participación social.

Integrar el Big Data desde una perspectiva estratégica y humanista no solo hará más eficaces a las bibliotecas, sino que fortalecerá su papel como instituciones clave en una sociedad del conocimiento más justa, crítica y participativa.

Finalmente, a medida que el uso del Big Data se consolida en el ámbito bibliotecario, emergen nuevas líneas de investigación que complementan las prácticas ya iniciadas y abren horizontes para una innovación ética y responsable. Resulta prioritario, por ejemplo, estudiar el impacto real de los sistemas de recomendación sobre la diversidad informativa, comparar modelos de visualización de datos en entornos bibliotecarios o analizar críticamente los algoritmos aplicados a contextos culturales y educativos. Asimismo, sería de gran interés desarrollar indicadores que permitan evaluar no solo la eficiencia de los servicios, sino también su equidad, inclusividad y respeto por los derechos digitales. Estas líneas de trabajo pueden contribuir a consolidar un modelo de biblioteca tecnológicamente avanzada, guiada por principios de justicia informacional y compromiso social.

Referencias

Libros

Colmenarejo Fernández, R., & Pedrajas, M. (2017). *Una ética para Big Data: Introducción a la Gestión ética de Datos Masivos.* Ed. UOC, Tecnología.

Pariser, E. (2017). *El filtro burbuja: Cómo la web decide lo que leemos y lo que pensamos.* Taurus.

Zuboff, S. (2020). *La era del capitalismo de la vigilancia: La lucha por un futuro humano frente a las nuevas fronteras del poder*. Paidós.

Artículos de Revistas

Adell Español, F., & Guersenzvaig, A. (2013). Big Data y los nuevos métodos de visualización de la información. Elisava Temes de disseny, 29, 78-85. https://recerca.uoc.edu/documentos/672281261dbb3d0eb5d3e8b4?lang=ca

Camargo-Vega, J. J., Camargo-Ortega, J. F., & Joyanes-Aguilar, L. (2015). Conociendo big data. Revista Facultad de Ingeniería, 24(38), 63-77. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-11292015000100006&script=sci_arttext

Juárez, H. F. G. (2019). Tendencias tecnológicas en el análisis de datos: Patrones a gran escala o pistas específicas de gran valor, la simbiosis entre Big Data y Small Data. Revista Académica ECO, 20(20). https://revistasguatemala.usac.edu.gt/index.php/race/article/view/1062

Moreno-Carriles, R. M. (2018). Big data, ¿pero qué es? Angiología, 70(5), 191-194. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S000331701830066X

Ríos Hilario, A. B., & Fraile Sastre, A. (2020). Aproximación al grado de conocimiento y aplicación de Big Data en las bibliotecas universitarias españolas. Anales de Documentación, 23(1). https://doi.org/10.6018/analesdoc.390931

San Segundo, R., Martínez-Ávila, D., & Frías Montoya, J. A. (2023). Ethical Issues in Control by Algorithms: The User is the Content. Knowledge Organization, 50(5), 352–358.

Zárate-Sánchez, R. A. (2024). Explorando los desafíos lógicos en la visualización y

análisis de datos en arquitecturas de Big data: un enfoque en falacias, sesgos y paradojas. Revista Nacional de Administración. Volumen, 15(1), 103-115.

Ambiente *Web*

Cordero, E. (24 de marzo 2025). ¿Qué es Big Data y para qué sirve? ICX Consulting. https://blog.icx.co/es/transformacion-digital/big-data/que-es-big-data-y-para-que-sirve

De Llano Neira, P. (18 de marzo de 2018). Una consultora que trabajó para Trump manipuló datos de 50 millones de usuarios de Facebook. El País. https://elpais.com/internacional/2018/03/17/estados_unidos/1521308795_755101.html

Postedin. (s. f.). ¿Cómo el Big Data fue utilizado en la campaña de Trump? https://www.postedin.com/blog/como-el-big-data-fue-utilizado-en-la-campana-de-trump/

GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: O MODELO GIPMEI

Sónia Catarina Lopes Estrela, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, Universidade de Aveiro. Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM/UPorto), ORCID 0000-0002-8932-7055, Portugal, *sestrela@ua.pt*

Eliane Pawlowski de Oliveira Araújo, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM/UPorto), ORCID 0000-0002-0949-8760, Brasil, e*lianepaw@yahoo.com.br*

Armando Malheiro da Silva, Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM/UPorto), ORCID 0000-0003-0491-3758, Portugal, *armando.malheiro@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6667

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

Os tempos atuais, delimitando-se esse "atual" a partir dos anos 2020 para fins deste artigo, são caracterizados por um misto de sensações que variam de espetacular a preocupante devido à incerteza que o avanço tecnológico está a gerar na sociedade. Muitas das motivações para esses sentimentos podem ser associadas à emergência de ferramentas de inteligência artificial (IA), como o ChatGPT, que tem levado a relação de indivíduos e organizações com a informação a outros patamares. Em especial, no contexto empresarial, a possibilidade de ter respostas

imediatas sobre assuntos diversos, gerar ideias criativas, elaborar textos (como relatórios), auxiliar na execução de tarefas (como atendimento ao cliente, planeamento e implementação de estratégias de marketing digital), bem como definir táticas de venda, por exemplo, têm sido facilitadas pelo uso de ferramentas de IA, o que ampliou as possibilidades de negócios das empresas (Sebrae, 2023).

Contudo, essas inúmeras possibilidades de utilização de IA no ambiente corporativo escondem perigos proporcionados pela pouca literacia que normalmente acompanha a emergência das inovações tecnológicas no início das suas implementações. Como mencionado pela própria criadora do ChatGPT (a empresa Open AI), os dados inseridos pelos utilizadores da ferramenta podem não estar seguros, uma vez que toda a informação é usada para treinar os modelos utilizados por essa IA, fazendo desses dados uma informação pública. Nesse sentido, partilhar documentos corporativos (a exemplo de atas de reuniões e registos de transações) no ChatGPT, procurando verificar que tipo de análise a ferramenta faz desse conteúdo, pode ser enquadrado como violação de segredos comerciais (Forbes, 2025).

Este cenário aponta para a necessidade crescente de as empresas estarem atentas à gestão da sua informação e à capacitação dos seus colaboradores para lidarem com esta nova realidade. Desta forma, considera-se premente que as empresas estejam cada vez mais atentas ao valor que a informação tem para o desenvolvimento dos seus negócios e a necessidade de implementarem estratégias para a sua gestão eficaz em função, entre outros, deste novo cenário tecnológico.

Para que essa gestão ocorra de forma efetiva, uma importante estratégia é a adoção de modelos que se apresentem como um roteiro baseado em boas práticas e recomendações. Neste sentido, o objetivo desse trabalho é apresentar uma proposta de modelo de gestão da informação (GI) desenvolvido no âmbito do projeto denominado Gestão da Informação e Cultura Digital nas PME Industriais de Portugal: comportamento, memória e inovação (GIPMEI).

A construção do Modelo GIPMEI foi inspirada no Modelo INDE-InfoDecisor, elaborado por Estrela (2014; 2016), e no Modelo de Alinhamento da Gestão de Informação e Conhecimento (MAGIC)[1], desenvolvido por Pessoa (2016; Pessoa et al., 2022). Parte do pressuposto de que, conforme aponta o Fórum Económico Mundial (WEF, 2023), o verdadeiro valor da informação reside na geração de conhecimento e estratégias que podem ser fomentadas a partir dela.

Referencial Teórico

A informação tem sido, historicamente, um recurso fundamental para o funcionamento das organizações. No entanto, a forma como este recurso tem sido tratado ao longo do tempo tem sofrido diversas transformações. Dutra e Barbosa (2020), numa análise retrospetiva dos modelos de gestão da informação, constataram que, na década de 1950, a informação era encarada essencialmente como um requisito de natureza burocrática, necessário para o cumprimento de obrigações administrativas das organizações. Os autores acrescentam que, nas décadas de 1960 e 1970, a informação continuava a ser percecionada de forma limitada, sendo vista sobretudo como um elemento de apoio às operações da empresa, sem um reconhecimento estratégico consolidado.

Foi a partir do final da década de setenta do século passado que a informação começou a ser reconhecida como um elemento de apoio à tomada de decisão:

> Em 1979, o autor John Diebold escreveu um artigo intitulado '*Information resource management – The new challenge'* em que se introduzia a ideia de que a informação devia se manejar como um recurso fundamental na empresa. Em 1981, por meio do livro '*Information Resource management – opportunities and strategies for the 1980s'*, Synott y Gruber aprofundaram tal ideia. Ambos os trabalhos inauguraram uma linha de pensamento baseada na convicção de que a informação deveria receber uma maior consideração por parte das empresas (Dutra & Barbosa, 2020, p. 109).

Terá sido apenas na última metade de noventa do século passado que a informação passou a ser vista como um recurso estratégico, com um papel essencial na obtenção de vantagem competitiva. Porém, o que elevou a informação a esse novo patamar de relevância — ao ponto de denominar uma fase da civilização contemporânea como Sociedade da Informação — foi o acelerado desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Tal transformação teve um impacto tão significativo que, em 2003, a Organização das Nações Unidas instituiu a Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação. A iniciativa surgiu da preocupação com a concentração da informação por parte das nações hegemónicas, detentoras dos principais meios de controlo e uso da informação, e com as implicações decorrentes desse poder informacional (UNESCO, s.d.).

As TIC também foram determinantes para o advento da denominada Era da Inteligência em Redes (Rossetti, 2008), caracterizada por uma gestão da informação alicerçada em vastas e volumosas bases de dados. Este contexto evidencia que não basta organizar e disponibilizar informação; é igualmente essencial assegurar a sua veracidade, segurança e promover a literacia informacional necessária para o seu uso crítico.

No domínio empresarial, a intensificação da globalização dos mercados, impulsionada pelo avanço das TIC, tem reforçado ainda mais o papel da informação enquanto fator competitivo. A crescente necessidade de conhecer e compreender o perfil de clientes e concorrentes, identificar oportunidades de negócio, tomar decisões mais rápidas e fundamentadas, bem como oferecer produtos e serviços diferenciados, exige que as organizações assegurem o acesso célere e eficiente a informação de qualidade.

Para que a informação possa efetivamente constituir uma vantagem competitiva, é imprescindível que seja gerida eficaz e eficientemente, o que tem conduzido ao desenvolvimento de diferentes modelos de gestão de informação (GI). Numa revisão sistemática da literatura, Nonato et al. (2023) identificaram, entre 1980 e 2019, cinco temas centrais nos estudos sobre modelos de gestão da informação: gestão da informação, gestão da informação e do conhecimento, gestão de registos, sistemas de gestão da segurança da informação, e tecnologia da informação. Apesar de não ser exaustivo, este estudo exemplifica as diversas possibilidades teóricas da área e evidencia o dinamismo do campo na construção de ferramentas que possibilitem a análise e/ou a implementação da GI nas organizações.

Os modelos são representações simplificadas da realidade, permitindo a identificação das características essenciais de um determinado contexto, fenómeno ou objeto de estudo (Sayão, 2001; Núncio, 2010; Dutra, 2022). Existem modelos de base processual de que são exemplo os de Davenport (1998), Mcgee e Prusak (1994) e Choo (2006). Este último considera que um modelo processual de gestão de informação deve "abarcar toda a cadeia de valor da informação, começando pela identificação das necessidades de informação, passando pela aquisição, organização e armazenamento, produtos e serviços, distribuição da informação e fechando o ciclo com a utilização da informação" (Choo, 2006, p. 60).

Os modelos são linhas orientadoras que podem ser aplicados em realidades organizacionais específicas. Tal como sublinhado por Estrela (Estrela, 2016, p. 35), "a GI deve ter por base um SI desenvolvido e atento às características e necessidades da organização, desempenhando funções de articulação e processamento de informação com origem nas várias fontes de informação".

Atendendo à relevância que a informação assume no processo de tomada de decisão, torna-se evidente que a sua utilização constitui uma etapa crucial. A mera existência da informação, por si só, não assegura a sua utilização — e muito menos a sua utilização adequada, ou seja, alinhada com as necessidades informacionais da organização, bem como com a sua missão e os seus objetivos estratégicos. É, portanto, o uso apropriado da informação que capacita os

decisores a adotar opções mais fundamentadas e assertivas no exercício da sua ação.

Neste enquadramento, destacam-se, de seguida, dois modelos - INDE-InfoDecisor e o MAGIC - que incidem sobre a tomada de decisão estratégica e sobre a necessidade de alinhar a GI com as tecnologias de informação, tendo sempre em consideração as necessidades organizacionais. Este alinhamento exige o conhecimento aprofundado da organização e da sua estrutura, elementos essenciais para a definição e compreensão dos contornos do próprio sistema de informação organizacional. Estes modelos constituem a base conceptual para o modelo proposto no presente trabalho.

Modelo INDE-InfoDecisor

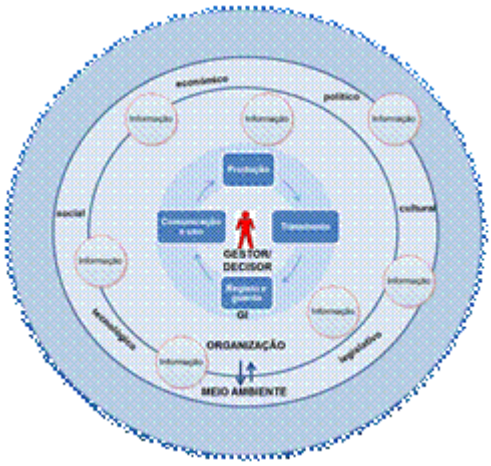
Resultante de um estudo sobre GI e tomada de decisão em pequenas e médias empresas portuguesas (PME), o modelo INDE-InfoDecisor, desenvolvido por Estrela (2016), partiu da constatação de que o processo decisório dos gestores "é intensivo no uso da informação, mas que esse uso não é acompanhado por uma política efetiva de GI [que os auxilie neste processo], nomeadamente na identificação dos tipos informacionais mais pertinentes e densos" para apoiar os gestores nas suas decisões (Estrela, 2016, pp. 327-328).

A autora utilizou como base do seu trabalho o Modelo Sistémico de Informação Ativa e Permanente (SIAP) proposto por Pinto e Silva (2005). Inspirado na Teoria Sistémica, este modelo não se limita à análise da realidade, propondo igualmente soluções e um plano de otimização de resultados. Por outro lado, para identificar e determinar a relevância dos tipos informacionais, o modelo INDE-InfoDecisor foi decalcado da proposta de Ribeiro e Silva (2004) para a avaliação de fluxo informacional, para determinar qual a informação a conservar (e que fica na memória imediata e de longa duração da organização) e a que pode ser eliminada. Para tal, recorre-se aos parâmetros de pertinência e densidade, que possibilitam o agrupamento das tipologias informacionais de acordo com a sua pertinência (função que levou à sua produção/recolha) e densidade (informação mais completa ou mais parcelar). Esta classificação facilita a identificação da informação mais relevante para a tomada de decisão, mitigando o risco de decisões baseadas em informação incompleta, dispersa ou contraditória.

À semelhança do SIAP, o modelo de Estrela (2016) estrutura-se em duas fases distintas: a fase de diagnóstico e a interventiva. A fase de diagnóstico é "radiográfica", procura caracterizar o estado atual da GI na organização, identificando as fontes e os modos de aquisição da informação utilizada no processo decisório. A fase interventiva assenta em três pilares fundamentais: (i) a valorização da GI mediante a sua formalização e execução por profissionais qualificados; (ii) a formação e sensibilização dos gestores, de modo a promover uma mudança de mentalidade relativamente às práticas informacionais; e (iii) o desenvolvimento de um "esquema analítico que permita identificar os tipos informacionais existentes nas empresas e agrupá-los consoante os parâmetros pertinência e densidade" (Estrela, 2016, p. 332). Esta segunda fase é de natureza estratégica, na medida em que possibilita a identificação dos tipos de informação mais relevantes e apoiar os decisores na tomada de decisões rápidas e eficazes, visando otimizar os resultados das organizações.

Entre os pressupostos que sustentam o modelo INDE-InfoDecisor destaca-se a premissa de que o gestor e a sua organização estão inseridos num contexto económico, político, social, tecnológico, cultural e legislativo em constante mutação. Tal realidade exige que a informação disponibilizada seja o mais completa e pertinente possível, de fácil localização e acesso. Este cenário justifica as propostas do modelo (Figura 1) que tem como premissas a determinação da pertinência e da densidade informacional, a fim de evitar os riscos de alicerçarem as suas decisões em informação que não é confiável nem pertinente.

Figura 1: Esquema global do modelo INDE-InfoDecisor



Fonte: Estrela (2016, p.337)

No que respeita ao parâmetro pertinência, os tipos informacionais podem ser de três níveis:

i) nível A, se forem tipologias informacionais diretamente relacionada com os objetivos centrais da organização e com as suas funções-fim;

ii) nível B, se se tratar de informação associada a objetivos e funções de apoio ou funções-meio;

iii) nível C, quando se trata de informação marginal ou periférica aos objetivos da organização

A densidade refere-se à consistência/completude da informação, podendo ser classificada como:

i) primária/original;

ii) secundária (resumo ou síntese, uma parcela ou acumulação de informação primária); e

iii) informação progressiva (Figura 2).

Figura 2: Parâmetros do Modelo INDE-InfoDecisor
Fonte: Estrela (2016, p.338)

A informação primária caracteriza-se por uma maior densidade em comparação com a informação secundária, que, por sua natureza, tende a ser mais parcelar. No entanto, a informação primária, é passível de ser substituída, nos casos de resumos ou sínteses (normalmente elaborados a partir de um vasto leque de tipologias informacionais específicas) ou de informação cumulativa, resultante da concentração de informação dispersa por informação parcelar.

Modelo MAGIC

O Modelo de Alinhamento da Gestão da Informação e do Conhecimento (MAGIC) foi proposto por Pessoa (2016) como um guia para alinhar a informação do negócio com as necessidades informacionais dos utilizadores, os requisitos de segurança da informação e as obrigações legais.

Na construção do modelo, o autor partiu da premissa de que a análise prévia do negócio da organização é essencial para adequar a informação e as ferramentas de TIC que darão suporte na execução das atividades organizacionais. Como o próprio autor sublinha, "não adianta possuir informações armazenadas em banco de dados, sem saber ao certo como estas informações contribuem com o negócio da organização" (Pessoa, 2016, p. 124).

O modelo MAGIC (Figura 3) tem como objetivo apoiar os gestores na compreensão e avaliação do nível de maturidade da gestão da informação e do conhecimento na organização. A partir dessa avaliação, torna-se possível implementar ações que conduzam a um maior alinhamento estratégico.

Figura 3: Modelo MAGIC



Fonte: Pessoa et al. (2022)

Para tal, o modelo está estruturado em quatro etapas fundamentais: a sensibilização da gestão de topo, a criação do Conselho de especialistas, a Gestão da informação e do conhecimento e o suporte tecnológico.

Na etapa de sensibilização, é introduzido conceito de GI com vista à tomada de consciência da importância da informação e

das mais-valias que a sua gestão pode trazer à organização, convidando os gestores a uma reflexão sobre o papel estratégico da informação no contexto organizacional. Simultaneamente, procede-se à avaliação do nível de alinhamento existente entre a gestão da informação, a gestão estratégica e as ferramentas de TIC usadas na organização.

O objetivo é, segundo o autor, "criar parâmetros e métricas que apontarão a melhoria (ou não) dos resultados operacionais após adoção do modelo" (Pessoa, 2016, p. 127).

A segunda etapa – a criação do comité de especialistas – prevê a constituição de uma equipa composta pelos líderes da organização, devendo, sempre que possível, integrar um representante de cada área funcional (Jurídica, Comercial, Financeira, Recursos Humanos, ente outras). Esta fase envolve a realização de diversas análises, com vista a garantir uma visão abrangente e articulada das necessidades informacionais da organização, bem como dos processos, riscos e oportunidades associados à gestão da informação e do conhecimento. Essas análises abarcam:

a) a análise do negócio (para conhecer, mais profundamente, as necessidades, estratégias, missão da organização);
b) a análise dos processos organizacionais, que inclui o mapeamento e redesenho dos processos organizacionais;
c) a análise de pessoal, com o objetivo de identificar os recursos humanos envolvidos;
d) o levantamento e análise das TIC existentes, com vista a assegurar que estão alinhadas com os objetivos do negócio;
e) capacitação dos profissionais, assegurando a continuidade do processo de alinhamento estratégico.

A terceira etapa corresponde ao ciclo da informação, que compreende as fases de: perceção, recolha, validação/seleção, organização, armazenamento, disseminação/manutenção, uso efetivo/tomada de decisão e feedback/monitorização estratégica. Esta última fase reveste-se de particular importância, uma vez que permite avaliar se o alinhamento estratégico foi, de facto, reforçado e se as soluções tecnológicas implementadas estão a responder adequadamente às necessidades do negócio.

A etapa do suporte tecnológico contempla a análise e definição das soluções tecnológicas mais adequadas à gestão organizacional, assegurando a sua coerência com os objetivos estratégicos da organização. Esta etapa inclui, igualmente, a valorização da competência dos profissionais envolvidos, os quais deverão possuir conhecimentos sólidos tanto na área tecnológica como na área da gestão da informação, de forma a garantir uma implementação eficaz e sustentável das TIC adotados.

A implementação do modelo MAGIC nas organizações configura-se como um processo dinâmico e contínuo, exigindo dos gestores uma vigilância permanente sobre as transformações do mercado e dos elementos que compõem a estrutura organizacional, como pessoas, tecnologia e processos. Esta monitorização constante é fundamental para assegurar a eficácia do modelo ao longo do tempo, evitando que mudanças no contexto interno ou externo comprometam o alinhamento estratégico entre a informação, o conhecimento e os objetivos da organização.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho, de natureza qualitativa, compreendeu uma pesquisa bibliográfica realizada em torno dos temas gestão da informação e tecnologia da informação e comunicação. A revisão da literatura teve como referência principal o projeto GIPMEI (Silva et al. 2024), cujos resultados serviram de base à construção do modelo de GI aqui apresentado.

A construção do modelo considerou, além dos contributos teóricos dos modelos de Estrela (2016) e Pessoa (2016), o diagnóstico realizado entre 2022 e 2023 junto de PME industriais portuguesas, situadas nas regiões Centro e Norte do país, no âmbito do projeto GIPMEI. A partir deste diagnóstico, foram definidas diretrizes que orientaram a estruturação do modelo, complementadas por um conjunto de recomendações práticas.

Resultados

A construção do modelo de gestão da informação GIPMEI surge num contexto cada vez mais complexo, marcado pela rápida evolução das TIC, especialmente a partir de 2022, com o advento de ferramentas de inteligência artificial generativa, como o *ChatGPT*. Estas transformações trouxeram novos desafios para as organizações, não apenas no que respeita à produção e recolha de informação, mas, sobretudo, no domínio da segurança da informação digital.

Outro elemento contextual relevante é a crescente exigência de decisões rápidas e precisas, dificultadas pelo volume massivo de informação gerado continuamente. Este cenário remete para os conceitos de tempos hipermodernos, propostos por Lipovetsky (2004), e de cultura da urgência, de Aubert (2003). A hipermodernidade é marcada pelo excesso, imediatismo, instabilidade e tem como características a fluidez e a flexibilidade. Na sociedade hipermoderna, segundo Lipovetsky (2004, pp. 56-57), a ênfase é colocada na obrigação do movimento "ditada pelo imperativo da eficiência e pela necessidade da sobrevivência. Na hipermodernidade, não há escolha, não há alternativa, senão evoluir, acelerar para não ser ultrapassado pela 'evolução'".

A cultura da urgência, conforme proposta por Aubert (2003), considera que as ações dos indivíduos e das organizações estão condicionadas por quatro dimensões distintas: a gestão da rotina, a gestão estratégica, a gestão da crise e a gestão da urgência. Esta última, ao contrário das demais, exige respostas imediatas, sendo caracterizada pela necessidade de atuação instantânea. Tal forma de operar tem vindo a consolidar-se como um imperativo na sociedade contemporânea, caracterizada por uma aceleração constante dos ritmos de ação e decisão. Esta tendência tende a suprimir os espaços de reflexão e análise, sob pena de as organizações serem ultrapassadas por concorrentes mais ágeis ou absorvidas por grandes corporações.

Como destacado por Araújo (2013),

> Na quarta dimensão – a gestão da urgência – o indivíduo percebe uma ameaça de efeito imediato e impactante sobre a estrutura que requer uma ação instantânea para sua superação. Neste contexto, não é avaliado o comprometimento dos outros fatores que normalmente são considerados nas situações de rotina, sendo a ação competente para o enfrentamento desta situação alocada no campo da intuição e dos automatismos dela decorrentes (Araújo, 2013, p. 22).

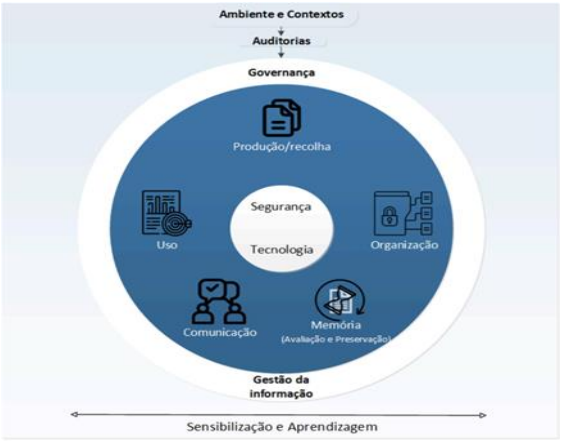
O aumento das exigências por reações imediatas, em que a excelência passou a ser aferida pela capacidade de desempenho num dado instante, tem imposto às organizações a necessidade de alcançar uma maior eficácia em diversos níveis da sua gestão, entre os quais se destaca a gestão da informação.

As características do cenário atual — hipermoderno e fortemente marcado pela intensificação tecnológica — impõem a necessidade de um modelo de Gestão da Informação que transcenda os elementos tradicionais do ciclo informacional, incorporando outras dimensões capazes de responder à complexidade contemporânea.

Neste ambiente hipertecnológico, dinâmico e em permanente transformação propõe-se o modelo GIPMEI, concebido para assegurar uma abordagem integrada, estratégica e adaptativa da Gestão da Informação nas organizações. Este modelo alicerça-se em seis eixos fundamentais (Figura 4):

vi) Governança da Informação;
vi) Gestão da Informação;
vi) Segurança e Tecnologia;
vi) Sensibilização;
vi) Meio Ambiente e Contextos; e
vi) Auditorias.

Figura 4: Modelo GIPME



Fonte: Silva et al. (2024, p.119).

Na conceção desta proposta, parte-se do pressuposto de que o fluxo infocomunicacional é mediado por tecnologias que sustentam os processos e operações organizacionais, assegurando simultaneamente os fatores inerentes à segurança da informação. O modelo proposto assenta, ainda, na sensibilização — tanto de gestores como de colaboradores — para a importância estratégica do uso e da gestão da informação, e realça o papel das Auditorias como mecanismos de salvaguarda da transparência, precisão, integridade e segurança informacional (Silva et al., 2024). Considera-se, igualmente, que as diretrizes definidas no âmbito da governança não podem ser dissociadas do ambiente e dos contextos em que as empresas operam.

Conforme salientado por Silva et al. (2024), para além das operações nucleares inerentes à gestão do fluxo infocomunicacional — as quais abrangem a produção e/ou recolha, organização, preservação, comunicação e utilização da informação — um modelo de Gestão da Informação deve, necessariamente, integrar dimensões de natureza cognitiva, social, organizacional e tecnológica. Assim, para além de considerar o utilizador da informação como elemento central, importa também ter em conta o contexto em que este se insere, bem como a gestão de topo, enquanto componentes estruturantes e indissociáveis do modelo.

Eixos de atuação

Os eixos que estruturam o Modelo GIPMEI são interdependentes e representam distintas dimensões que influenciam e integram a GI.

a) Ambiente e Contextos

No âmbito do Modelo GIPMEI, o ambiente engloba as dimensões políticas, económicas, sociais, ambientais e culturais, sejam de influência nacional ou internacional, que compõem o cenário em que as organizações estão inseridas. Este ambiente inclui, ainda, os grupos com os quais a organização se relaciona no quotidiano, como clientes, fornecedores, concorrentes, entre outros atores relevantes.

O Modelo proposto considera que todos esses elementos afetam e podem causar um impacto significativo no desempenho das organizações. Assim, a monitorização e a recolha sistemática de informação sobre o ambiente e os contextos tornam-se ações estratégicas, essenciais para a transformação dessa informação em vantagem competitiva, permitindo às organizações antecipar tendências e fomentar inovações nos seus produtos, processos ou serviços.

b) Governança

Este eixo preconiza a necessidade de a gestão do topo da organização reconhecer e apoiar ativamente a implementação de uma gestão informacional na empresa. Este reconhecimento inicia-se com a valorização da informação como um ativo organizacional, ao mesmo nível dos recursos humanos, financeiros, produtivos ou comerciais.

Este enquadramento estratégico desencadeia um conjunto de ações estruturantes, entre as quais se destaca o alinhamento da GI com os objetivos globais da organização, garantindo assim uma abordagem integrada que abrange os níveis estratégico, tático e operacional.

Outra ação fundamental é a criação de um comité responsável pela gestão, proteção e segurança da informação, composto por profissionais das áreas de gestão da informação, tecnologias e sistemas informáticos, bem como representantes das principais áreas da organização. Este comité deve estabelecer diretrizes e supervisionar a eficácia das práticas informacionais adotadas porque, tal como destacado por Silva et al. (2024, p. 122), uma governança eficaz

"estabelece as diretrizes que orientam os fluxos da informação, garantindo a integração e a sincronização entre os diversos departamentos e com os parceiros comerciais envolvidos.

c) Segurança e tecnologia da informação

As tecnologias digitais têm contribuído para uma melhoria dos diversos processos organizacionais, otimizando tarefas e potenciando a criação de valor. Sistemas de informação, canais de comunicação digital, redes sociais, automatização de processos e digitalização são exemplos de ferramentas que têm vindo a melhorar desempenho organizacional. Segundo Silva et al. (2024), as tecnologias:

- promovem a comunicação e colaboração eficazes entre indivíduos e equipas, permitindo a partilha rápida de informação;
- possibilitam a automatização de tarefas repetitivas e rotineiras, reduzindo erros e aumentando a eficiência;
- facilitam o acesso rápido e fácil à informação, independentemente da sua localização;
- permitem o processamento e a análise de informação de forma rápida e precisa;
- apoiam a tomada de decisão, com base em informação em tempo real e análises detalhadas que auxiliam todos os níveis de gestão das organizações no processo decisório.

Estas funcionalidades tornam as tecnologias digitais elementos indissociáveis da informação ao longo de todo o seu ciclo de vida, contribuindo para o aumento da eficácia na recolha, organização, utilização e armazenamento da informação e, consequentemente, para a construção de uma memória organizacional ativa.

A gestão da informação mediada por tecnologias assume um papel central no Modelo GIPMEI, que reconhece, na sua estrutura, a importância estratégica dessa mediação. No entanto, a sua adoção requer um planeamento adequado, de modo a assegurar que os diferentes sistemas usados na organização sejam interoperáveis e comuniquem entre si, prevenindo a fragmentação da informação em silos e promovendo uma gestão integrada da informação.

Outro aspeto salientado pelo Modelo refere-se à segurança da informação digital, a qual deve incluir "ferramentas e tecnologias para proteger dados contra acessos não autorizados, ataques cibernéticos e outras ameaças (inclui *firewalls*, sistemas de deteção de intrusão, criptografia de dados e outras medidas de segurança)" (Silva et al., 2024, p. 134). Acresce a necessidade de definição clara de níveis e controlos de acesso, assegurando a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade da informação.

d) Gestão do fluxo informacional

A gestão do fluxo informacional é o elemento central da GI. A informação, seja produzida internamente ou obtida a partir de fontes externas, precisa de ser organizada, partilhada, utilizada e armazenada de forma a permitir a sua recuperação rápida e precisa por parte dos utilizadores que dela necessitem. Neste sentido, o Modelo GIPMEI propõe uma abordagem estruturada à gestão do fluxo informacional:

i) Produção e/ou recolha - contempla a identificação das necessidades informacionais e a seleção criteriosa de fontes fiáveis. A informação deve ser classificada, organizada e estruturada para garantir a sua integridade e acessibilidade futura, o que implica também classificá-la para garantir a integridade no acesso.

ii) Comunicação - engloba tanto os canais de divulgação quanto a partilha da informação. Deve contemplar ações que minimizem ruídos ou perda de informação relevante, bem como assegurar que a informação esteja acessível a todos que dela precisam para executar as suas atividades.

iii) Uso - relaciona-se a todas as outras etapas do fluxo informacional: a informação deve estar disponível nos canais institucionais, organizada e acessível, exigindo dos utilizadores competências em literacia informacional e digital, de modo a transformar a informação em conhecimento aplicado à tomada de decisão (Silva et al., 2024, p. 132).

iv) Memória organizacional - o armazenamento estruturado da informação assegura a sua disponibilidade contínua, independentemente

da rotatividade dos colaboradores. Tal pressupõe a necessidade de avaliar e proceder à seleção da informação que deve ser preservada para uso futuro e a que pode ser eliminada. Segundo Estrela e Araújo (no prelo),

> O armazenamento estruturado da informação garante que esta se mantém disponível, podendo ser reutilizada sempre que necessário, independentemente da rotatividade das pessoas na organização. A memória organizacional, assim, assegura a continuidade e identidade institucional, funcionando como uma ponte que liga o passado ao presente e projeta o futuro. A identidade organizacional — os seus valores fundadores, missão, cultura e reputação — depende da capacidade de recordar, refletir e comunicar a sua trajetória (Schein, 2010), reforçando o sentido de pertença e a coesão interna.

No que respeita à seleção e eliminação, a acumulação crescente da informação tem vindo a gerar desafios significativos, particularmente ao nível da localização, armazenamento e recuperação. Nesse sentido é necessário assegurar

> a libertação de espaço e, ao mesmo tempo, reduzir o tempo gasto para a recuperação da informação, evitar a sua dispersão e redundância, assim como uniformizar a sua tramitação e a guarda apenas pelo tempo legalmente exigido ou em função do interesse/necessidade da organização (Silva et al., 2024, p. 126).

Conforme refere Estrela (2022, p.8), "as empresas produzem e recolhem grandes volumes de informação, mas devem assegurar que esta é usada de forma ativa, para apoiar na gestão global da organização, não se limitando a mantê-la sobretudo para fins de conservação". Este uso ativo pode converter-se num diferencial para as organizações, pois, como defendem Ribeiro e Silva (2004, p.19), a única garantia de se atingir uma inovação sustentada pela experiência é por meio da informação acumulada, o que atribui a este aspeto do fluxo um patamar diferente dos conceitos até então atribuídos a essa informação.

e) Auditorias

As auditorias de informação são importantes instrumentos de avaliação dos sistemas, processos e práticas informacionais de uma organização, garantindo que a GI está alinhada com as políticas, regulamentos e melhores práticas informacionais. Estas devem estar integradas com as auditorias de segurança da informação, orientadas para a identificação de vulnerabilidades e riscos, com foco na proteção de dados sensíveis (Silva et al., 2024).

Uma auditoria de informação deve contemplar

> i) a avaliação das medidas de segurança implementadas para proteger os dados contra acessos não autorizados, ataques cibernéticos, etc.; ii) a verificação da integridade dos dados (precisão, completude e confiabilidade); iii) a conformidade da empresa com as leis, regulamentos e padrões relevantes relacionados com a privacidade e segurança da informação (RGPD ou NIS2, como exemplos); iv) a análise da eficiência e da eficácia dos processos e procedimentos para identificar oportunidades de melhoria e de otimização da gestão da informação; v) a identificação e avaliação dos riscos associados à GI e a recomendação de medidas para mitigar esses riscos (Silva et al, 2024, p. 141).

O Modelo GIPMEI defende que as auditorias de informação e as de segurança da informação são elementos fundamentais na GI. Com base dos parâmetros e diretrizes definidos pela governança, e num fluxo informacional sustentado pelas TIC, cabe à empresa avaliar o desempenho global da estrutura informacional que a suporta. Este processo deve incluir o conhecimento da estrutura orgânico-funcional da empresa, dos seus processos de negócio, missão e objetivos, com vista a identificar eventuais desalinhamentos e propor soluções orientadas para a melhoria contínua.

f) Sensibilização e aprendizagem

A sensibilização de todos os atores envolvidos no processo infocomunicacional é entendida como um eixo essencial para a implementação de boas práticas de GI. Quando os gestores reconhecem o valor estratégico da informação, essa visão reflete-se em toda a cultura organizacional. Desta forma, os gestores

tornam-se peça-chave na promoção de boas práticas de GI.

Este processo de sensibilização deve ser realimentado por uma aprendizagem contínua motivado pela identificação de lacunas de conhecimento, dos colaboradores da empresa, sobre gestão, proteção e segurança da informação. É crucial, também, considerar as competências em literacia informacional e os riscos associados à infoexclusão, assegurando que todos os colaboradores estejam capacitados a interagir eficazmente com o ecossistema informacional da organização.

Recomendações

O modelo GIMPEI propõe um conjunto de estratégias a serem adotadas pelas organizações com vista a promover a implementação de uma gestão eficaz da informação. Entre estas estratégias destacam-se: a construção de uma infraestrutura de Tecnologias de Informação (TI) resiliente; a promoção da qualidade e da segurança da informação; o desenvolvimento de programas de formação destinados aos colaboradores, com o objetivo de fomentar uma cultura organizacional orientada para a informação, a transformação digital e a sustentabilidade; bem como a instituição de um modelo robusto de governança da informação (Figura 5).

Figura 5: Recomendações



Fonte: Silva et al. (2024, p.147).

Nesse enquadramento, é igualmente estabelecido um conjunto de atividades que podem ser alinhadas com o objetivo de promover a implementação de uma GI consistente. Silva et al (2024) elencam algumas dessas atividades, que incluem: a transição da informação em suporte físico (papel) para o digital; a adoção de protocolos de segurança da informação em ambientes digitais; o fortalecimento de uma cultura digital no seio das organizações; e a definição de diretrizes claras de governança da informação.

Em relação à transição da informação do suporte em papel para o digital, é recomendável que esta inclua, por exemplo, o estabelecimento de critérios de digitalização com especial atenção para os padrões de qualidade de digitalização, metadados a associar aos documentos digitalizados e práticas de segurança da informação; a seleção de ferramentas e tecnologias apropriadas para digitalizar e gerir os documentos, bem como a definição de técnicas e procedimentos consistentes para assegurar a pesquisa, localização e recuperação da informação com vista ao seu uso.

A adoção de protocolos de segurança da informação digital pode incluir a definição de regras e tecnologias para proteger a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados em ambientes digitais; e a implementação de medidas adequadas para proteger a informação contra acesso não autorizado, perda de dados ou violações de segurança (como criptografia de dados, controlo de acesso baseado nas funções desempenhadas e a implementação de políticas de cópias de segurança regulares).

No que se refere ao fortalecimento de uma cultura digital nas organizações, Silva et al. (2024) apresentam um conjunto de premissas:

- Liderança pelo exemplo: gestores e líderes que utilizam ativamente as tecnologias digitais e demonstram entusiasmo pela sua adoção tendem a inspirar confiança nas equipas, evidenciando como estas tecnologias podem ser integradas no dia a dia organizacional.
- Sensibilização, formação e capacitação: é fundamental apoiar os colaboradores no desenvolvimento e atualização das competências digitais necessárias, através de uma abordagem pedagógica que explique a importância da transformação digital e o

impacto positivo da tecnologia na eficiência, produtividade, inovação e competitividade.
- Disponibilização de ferramentas e recursos digitais: garantir o acesso a sistemas informáticos, plataformas de colaboração e outras infraestruturas tecnológicas adequadas ao desempenho das funções.
- Promoção de uma cultura de inovação e adaptabilidade: incentivar os colaboradores a explorarem novas soluções digitais, fomentando a criatividade e a experimentação no uso da tecnologia para enfrentar os desafios organizacionais.
- Formação em boas práticas de segurança digital: capacitar os utilizadores para adotarem comportamentos seguros e conscientes no uso das TIC.
- *Feedback* e melhoria contínua: estimular a partilha de opiniões e sugestões por parte dos colaboradores quanto à eficácia das ferramentas digitais utilizadas, promovendo a identificação e implementação de melhorias.
- Monitorização e avaliação: definir métricas e indicadores-chave de desempenho que permitam acompanhar o progresso da transformação digital e avaliar o impacto das iniciativas implementadas.

No que se refere à instituição da governança da informação, esta pode contemplar um conjunto de diretrizes fundamentais, orientadas para uma gestão eficaz e alinhada com os objetivos estratégicos da organização. Entre estas diretrizes, destaca-se a definição de estratégias e normas internas elativas à gestão da informação, que envolvem a implementação de tecnologias adequadas, o estabelecimento de padrões de segurança, a definição de fluxos informacionais, a preparação das equipas e a atribuição clara de responsabilidades.

Adicionalmente, a governança deve incorporar mecanismos de monitorização e avaliação contínua, mediante a revisão regular das políticas e procedimentos adotados para garantir a sua consonância com as necessidades da organização. Por fim, designação de funcionários internos capacitados para assumirem a responsabilidade pela gestão da informação, pelo acompanhamento da estrutura de TI e da segurança da informação.

Considerações Finais

Os desafios da globalização têm imposto às organizações a necessidade de se munirem de informação adequada às suas necessidades e acompanharem a transformação digital. Num cenário cada vez mais digital, a ausência deste alinhamento pode comprometer a competitividade organizacional. Em particular, no que se refere à IA, área para a qual a União Europeia está a desenvolver a primeira legislação sobre o tema, estas tecnologias revelam um elevado potencial para auxiliar as empresas na otimização da sua eficiência operacional e na qualificação da tomada de decisão. Um exemplo concreto é o uso de sistemas inteligentes de *Enterprise Resource Planning* (ERP), que permitem integrar dados em tempo real, favorecendo uma gestão mais eficaz, adaptativa e orientada por informação.

Adaptar-se à transformação digital é, portanto, essencial para a sobrevivência das empresas, bem como para a melhoraria da sua eficiência e capacidade de inovar. Conforme salientam Rowles e Brown (2017), as organizações e os indivíduos que conseguem adaptar-se às mudanças contínuas estão em melhor posição para prosperar neste ambiente cada vez mais volátil e competitivo.

Contudo, persistem diversas barreiras de natureza estrutural à adoção do digital nas organizações (OCDE, 2021). Para superá-las, é fundamental que as empresas tenham acesso a aconselhamento especializado que permita aos seus gestores implementar soluções digitais eficazes, adaptando os modelos de negócio e os processos organizacionais ao atual contexto tecnológico. Ações governamentais - como o incentivo à inovação empresarial e a oferta de novas soluções digitais, no quadro de políticas de investigação e inovação – como recomendado pela OCDE, podem contribuir para mitigar essas dificuldades.

Não obstante, importa sublinhar que as TIC dificilmente gerarão valor acrescentado para as organizações se não forem sustentadas por uma abordagem de gestão integrada, que considere de forma holística a forma como os indivíduos interagem com a informação, a interpretam, a utilizam e a partilham nas organizações. As pessoas devem ser

reconhecidas como pilares centrais no processo de transformação digital. A responsabilidade de organizar a informação não pode ser delegada exclusivamente à tecnologia, nem as decisões relativas à apropriação, aplicação e gestão dos conteúdos devem ser tomadas com base unicamente em soluções digitais.

Silva *et al.* (2024, p. 18) propõem, nesse sentido, um equilíbrio entre a dimensão humana e a escala acelerada imposta pelo digital: "o paradoxo de manter a escala humana do tempo para as boas experiências e, ao mesmo tempo, recorrer ao digital para dar conta de uma escala de tempo nada humana para operar". Assim, apenas uma gestão da informação que se articule com o digital, mas que permaneça orientada para o humano, será capaz de promover esse equilíbrio necessário.

Neste cenário de competição global e crescente digitalização, as organizações são chamadas a repensar os seus modelos de gestão e os seus processos internos, transformando a forma como trabalham com a informação e como envolvem os seus colaboradores nesse processo. Tais mudanças devem ser impulsionadas, prioritariamente, a partir do nível estratégico das organizações, o qual deve assumir um compromisso concreto e efetivo com esta visão. Este é um dos pressupostos estruturantes do modelo GIPMEI: que a gestão de topo das organizações assuma, de forma clara e ativa, a responsabilidade pela governança da informação, da tecnologia e dos sistemas informáticos, assegurando, assim, uma estratégia de gestão da informação eficaz, integrada e alinhada com os objetivos globais da organização.

Os eixos sobre os quais esse modelo se apoia perpassam não só os aspetos tecnológicos, mas também os de governança, os processuais e comportamentais, o que se considera irem ao encontro de todas as dinâmicas envolvidas numa gestão de informação organizacional.

Inicialmente concebido para apoiar as pequenas e médias empresas portuguesas, o modelo GIPMEI – alinhado com as premissas apresentadas na reunião do Fórum Económico Mundial (WEF, 2023) - foi estruturado com base numa abordagem flexível que possibilita a sua implementação em qualquer organização, independentemente do seu perfil. Espera-se, desta forma, que o modelo apoie as organizações que procuram melhorar o seu desempenho, assegurar a sua sustentabilidade ao longo do tempo e implementar uma GI de qualidade, alinhada com os seus objetivos estratégicos e adaptada às exigências de um ambiente em constante transformação.

Referências

Araújo, E. P. O. (2013). *Tomada de decisão organizacional e subjetividade: Análise das dimensões simbólico-afetivas no uso da informação em processos decisórios* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].

Aubert, N. (2003). *Le Culte de L'Urgence. La société malade du temps*. Paris: Flammarion.

Choo, C. W. (2006). *A organização do conhecimento: Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac.~

Davenport, T. H. (1998). *Ecologia da informação: Porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. Futura.

Dutra, F. G. C. (2022). Gestão estratégica da Informação: Proposta de modelo baseado em uma revisão sistemática de literatura. *XLVI EnANPAD.* https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/34186e9eb70e30487210b962e867b742.pdf

Dutra, F. G. C., & Barbosa, R. R. (2020). Modelos e etapas para a gestão da informação: Uma revisão sistemática de literatura. *Em Questão*, 26(2), 106-131. https://doi.org/10.19132/1808-5245262.106-131

Estrela, S. C. L. (2014). *A Gestão da informação na tomada de decisão das PME da região centro: Um estudo exploratório e de multicasos no âmbito da Ciência da Informação* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra].

Estrela, S. C. L. (2016). *A gestão da informação na tomada de decisão: Estudo em PME da Região Centro*. Faro: Silabas e Desafios.

Estrela, S. C. L. (2022). Gestão da informação nas PME: Diagnóstico e impacto na tomada de decisão. Em G. A. T. Vargas (Ed.), *Las prácticas sociales en la producción, distribución y acceso a la información mediadas por las tecnologías digitales.* UNAM: Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información.

https://ru.iibi.unam.mx/jspui/bitstream/IIBI_UNAM/604/1/practicas_sociales.pdf

Estrela, S., & Araújo, E. P. (no prelo). Em A. V. Simões, O. S. Rodrigues, G. O. Moreira, & C. C. de Freitas (Eds.), *Humanidades digitais críticas em perspetiva: Diálogo luso-brasileiro sobre comunicação, cultura e educação*. UA Editora.

Forbes. (2025). *Perigos do Chat GPT: 5 coisas que você nunca deve dizer à IA*. https://forbes.com.br/forbes-tech/2025/04/perigos-do-chatgpt-5-coisas-que-voce-nunca-deve-dizer-a-ia/

Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla.

Mcgee, J., & Prusak, L. (1994). *Gerenciamento estratégico da informação: Aumente a competitividade de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica*.

Nonato, R. S., Aganette, E. C., & Leal, H. R. (2023). Gestão da Informação: Uma Revisão Sistemática da Literatura sobre teorias, modelos e metodologias. *Brazilian Journal of Information Science*: *Research trends, 17.* DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023015

Núncio, M. J. S. (2010). *Introdução ao Serviço Social: História, teoria e métodos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

OCDE. (2021). *The Digital Transformation of SMEs*. OECD Studies on SMEs and Entrepreneurship [Em linha]. Paris: OCDE. Disponível em: https://doi.org/10.1787/bdb9256a–en

Pessoa, C. R. M. (2016*). Gestão da Informação e do Conhecimento no Alinhamento Estratégico em empresas de engenharia* [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais].

Pessoa, C., Jamil, G., & Estrela, S. (2022). A Gestão da Informação Aplicada na Proteção e Privacidade de Dados: Estudo de Multicasos*. Encontros da Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação*. https://doi.org/10.34630/ctdi.vi.6194

Pinto, M. M. G. A., & Silva, A. M. (2005) Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações [em linha]. *Congresso Internacional de gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação,2*. https://ler.letras.up.pt/iploads/ficheiros/3085.pdf

Rossetti, A., Pacheco, A. P. R., Salles, B., Garcia, M., & Santos, N. (2008). A organização baseada no conhecimento: Novas estruturas, estratégias e redes de relacionamento. *Ciência da Informação*, *37*(1), 61-72.

Rowles, D., & Brown, T. (2017). *Building digital culture: A practical guide to successful digital transformation.* Kogan Page *Publishers.*

Ribeiro, F., & Silva, A.M. da. (2004). A Avaliação de informação: Uma operação metodológica. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas.* ISSN 0873-5670. 14 (2004) 7-37.

Sayão, L. F. (2001). Modelos teóricos em Ciência da Informação: Abstração e método científico. *Ciência da Informação*, Brasília, *30*(1), 82-91

Sebrae (2023). *Como o Chat GPT pode ajudar os pequenos negócios.* https://shre.ink/Mmek

Silva, A. M. da, Estrela, S. C. L., & Araújo, E. P. O. (2024). *Gestão da informação nas PME Industriais de Portugal (Norte e Centro): Diagnóstico e bases para um modelo orientador*. Porto: CITCEM. 171 p. eISBN: 978-989-8970-75-6. DOI: 10.21747/978-989-8970-75-6/ges

UNESCO (s.d.). *Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação* (CMSI). https://share.google/Xhs38Z6RJB4iprpM0

World Economic Forum [WEF]. (2023). *How digitalization will drive the global recovery for small businesses. Briefing papel.* https://www.orum.org/agenda/2023/01/how–digitalization–lead–recovery–small–businesses–davos2023/

[1] O modelo originalmente proposto por Pessoa (2016) foi designado Modelo de Intervenção de Alinhamento Estratégico da Gestão da Informação e do Conhecimento (MIAEGIC). Posteriormente, a designação foi simplificada para MAGIC — Modelo de Alinhamento da Gestão da Informação e do Conhecimento.

IMPACTOS NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO: Pandemia de COVID-19 e os Incidentes Críticos em duas Universidades Lusófonas

Rita De Cássia Silva dos Santos, Universidade Estadual Paulista UNESP,

https://orcid.org/0000-0002-7647-1066, rcs.santos@unesp.br

Tamara De Souza Brandão Guaraldo, Universidade Estadual Paulista UNESP,

https://orcid.org/0000-0001-7925-2021, tamara.guaraldo@unesp.br

Glória Bastos, Universidade Aberta, LEAD,

https://orcid.org/0000-0002-1432-225X, gloria.bastos@uab.pt

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6668

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

A pandemia de COVID-19 impôs desafios sem precedentes às instituições de ensino superior, provocando a interrupção abrupta de atividades presenciais e a exigência de adaptação acelerada às tecnologias digitais. Nesse cenário, a gestão da informação assumiu um papel estratégico, tornando-se elemento central para garantir a continuidade das atividades académicas, administrativas e de suporte aos utilizadores. Este estudo investiga os impactos dessa transição forçada a partir de incidentes críticos identificados em duas universidades públicas lusófonas: a Universidade Estadual Paulista (UNESP), no Brasil, e a Universidade Aberta (UAb), em Portugal.

A investigação foca-se na análise da gestão da informação durante o período de maior isolamento social, entre 2020 e 2022, com base na perspectiva dos gestores responsáveis pelos sistemas institucionais de informação das duas universidades. Para compreender as mudanças provocadas pela pandemia, adopta-se como estrutura analítica a tríade Pessoas, Processos e Tecnologias, conceito amplamente consolidado na literatura da Ciência da Informação. Esta abordagem permite identificar não apenas as alterações operacionais, mas também os impactos sobre a cultura institucional, os fluxos de trabalho e o funcionamento dos sistemas informacionais que suportam as atividades universitárias.

A UNESP, tradicionalmente estruturada em modelo presencial, viu-se forçada a migrar de forma súbita para o ambiente digital, exigindo a reformulação de rotinas administrativas, pedagógicas e de comunicação. Já a UAb, referência internacional em educação a distância, enfrentou desafios distintos: apesar de operar há décadas com tecnologias digitais, precisou intensificar o suporte aos utilizadores, ampliar a gestão emocional das equipas e fortalecer práticas institucionais em resposta ao aumento da procura por seus serviços e colaborações com outras instituições. A comparação entre as duas realidades, embora não se configure como um estudo comparativo tradicional, possibilita identificar padrões, contrastes e boas práticas emergentes no contexto lusófono.

A técnica de investigação utilizada foi a dos incidentes críticos (Flanagan, 1973), aplicada na fase qualitativa da pesquisa. Trata-se de uma metodologia que permite recolher experiências significativas directamente a partir do relato dos gestores, considerando episódios concretos que impactaram a gestão da informação em cada instituição durante o confinamento. Foram realizadas entrevistas com três gestores de cada universidade, totalizando seis participantes que, em suas funções, atuaram como mediadores entre os sistemas informacionais e os utilizadores finais: docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos.

Como base teórica, enfatiza-se a gestão estratégica da informação, ancorada nos contributos fundamentais de autores como

Choo (2003), Davenport e Prusak (1998), Laudon e Laudon (2007) e Turban et al. (2010). Estes autores destacam que uma gestão eficaz da informação depende fortemente da complementaridade entre Pessoas, Processos e Tecnologias, especialmente em contextos de disrupção organizacional. Durante a pandemia, essa tríade revelou-se determinante para garantir a resiliência institucional, exigindo respostas rápidas, flexíveis e integradas, particularmente no que diz respeito à estrutura e utilização de sistemas institucionais de informação.

A relevância desta investigação reside na sua capacidade de produzir conhecimento aplicável à realidade de instituições públicas de ensino superior, em diferentes graus de maturidade digital. Ao adoptar uma abordagem aplicada, centrada na experiência dos gestores e no funcionamento dos sistemas informacionais, o estudo contribui para o desenvolvimento de estratégias de gestão mais robustas, capazes de enfrentar futuras crises com maior preparação e alinhamento institucional.

Adicionalmente, os resultados alinham-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial com o ODS 4, que defende uma educação inclusiva e de qualidade, e com o ODS 9, que enfatiza a inovação e a resiliência das infraestruturas. As aprendizagens extraídas dos incidentes críticos relatados oferecem pistas para a formulação de políticas mais eficazes relacionadas à gestão estratégica da informação, ao investimento em tecnologias institucionais adequadas e ao fortalecimento dos processos internos de comunicação e tomada de decisão nas universidades.

A escolha das universidades baseia-se não apenas na sua diversidade estrutural, mas também na possibilidade de observar como contextos institucionais distintos responderam a um mesmo fenómeno global. Essa abordagem permite identificar elementos comuns às instituições públicas de países lusófonos e reforça a importância da troca de experiências internacionais na gestão académica contemporânea.

Neste contexto, o objetivo geral desta investigação consiste em analisar os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 na gestão da informação de duas universidades públicas lusófonas, por meio da técnica dos incidentes críticos. Especificamente, pretende-se: (1) identificar incidentes críticos relacionados aos sistemas institucionais de informação durante o período de isolamento social; (2) analisar como tais incidentes impactaram os fluxos informacionais, processos administrativos e académicos, e as práticas institucionais das universidades; (3) compreender as estratégias adotadas pelos gestores para superar tais incidentes; e (4) propor recomendações que possam subsidiar futuras ações institucionais relacionadas à gestão estratégica da informação em contextos de crise.

Em síntese, este artigo apresenta uma análise aprofundada dos impactos da pandemia na gestão da informação em duas universidades públicas lusófonas, a partir de um corpus empírico robusto e de referenciais teóricos consolidados. Ao investigar os episódios críticos vivenciados pelos gestores da UNESP e da UAb, oferece uma leitura estruturada sobre os desafios enfrentados, as respostas adotadas e as transformações institucionais que se revelaram necessárias para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços universitários em tempos de crise.

Referencial Teórico

A pandemia de COVID-19 provocou uma transformação abrupta e profunda nos modos de funcionamento das instituições universitárias, especialmente no que se refere à circulação, gestão e uso da informação. Nesse contexto, a gestão da informação revelou-se não apenas uma função operacional, mas sobretudo uma competência estratégica essencial para assegurar a continuidade dos processos organizacionais durante situações de crise.

Para compreender como os gestores universitários enfrentaram tais desafios, este estudo ancora-se em referenciais teóricos consolidados sobre a gestão estratégica da informação, sistemas de informação institucionais, e na abordagem analítica da tríade Pessoas, Processos e Tecnologias (PPT). A articulação desses elementos teóricos

proporciona uma base coerente e robusta, alinhada ao eixo temático "Gestão da Informação e do Conhecimento" do evento, permitindo interpretar com rigor científico os episódios críticos relatados pelos gestores das universidades investigadas.

Inicialmente, parte-se da definição de gestão da informação em contextos institucionais, destacando seu caráter integrado e estratégico na articulação entre dimensões humanas, processuais e tecnológicas. Em seguida, apresenta-se a tríade Pessoas, Processos e Tecnologias como eixo estruturante da análise dos dados empíricos recolhidos. Posteriormente, abordam-se os sistemas de informação, enfatizando seu papel central na mediação entre dados institucionais, utilizadores e tomada de decisões em períodos críticos. Por fim, descreve-se a técnica dos incidentes críticos, escolhida como base metodológica desta investigação qualitativa..

Gestão da informação em contextos institucionais

A gestão da informação, enquanto área de estudo e prática organizacional, tem como premissa a ideia de que a informação é um recurso estratégico que sustenta a tomada de decisões, a aprendizagem institucional e a inovação. Autores como Davenport e Prusak (1998), Choo (2003) e Laudon e Laudon (2007) apontam que a informação não se limita a dados organizados, mas constitui um ativo que, quando devidamente gerido, gera valor, reduz incertezas e promove ações mais eficazes. Neste sentido, a gestão da informação ultrapassa o domínio técnico da organização de documentos e sistemas, envolvendo processos de mediação, interpretação e aplicação contextualizada.

No contexto universitário, a gestão da informação adquire características particulares, dada a multiplicidade de atores (gestores, docentes, estudantes, técnicos) e a diversidade de fluxos informacionais, que vão desde o planejamento institucional até as práticas pedagógicas e de extensão. Como argumenta Choo (2003), gerir informação é gerir sentido. Essa perspectiva é particularmente relevante em períodos de crise, nos quais as instituições precisam reorganizar rapidamente os seus canais de comunicação, sistemas de suporte e processos internos. Durante a pandemia, a gestão da informação tornou-se elemento-chave para garantir a continuidade das atividades, exigindo respostas ágeis e articuladas entre diferentes setores.

A informação, neste contexto, deve ser compreendida como fenômeno social, cultural e técnico, que implica interações humanas, estruturação de dados e definição de protocolos organizacionais. Segundo Alavi e Leidner (2001), a informação não é apenas um input para a ação, mas um elemento estruturante do próprio comportamento organizacional. Assim, pensar a gestão da informação em tempos de crise requer uma abordagem que reconheça a complexidade dos ambientes institucionais, bem como a interdependência entre os sujeitos e os sistemas de informação que os suportam.

Nesse cenário, a relação entre informação e conhecimento torna-se central. Choo (2003) destaca que as informações constituem a base para a construção do conhecimento necessário à tomada de decisão. Mesmo quando um indivíduo utiliza sua experiência e aprendizados prévios, é a informação disponível – proveniente de fontes diversas, como websites, jornais ou relatórios – que fundamenta sua ação. Tal como afirma o autor, a construção de conhecimento ocorre por meio de aprendizado contínuo, sendo essencial que as instituições incentivem competências informacionais que permitam aos usuários interpretar, apropriar-se e utilizar a informação de forma crítica e ética.

A Association of College & Research Libraries (ACRL, 2016) ressalta que o uso da informação deve estar vinculado à criação de novos conhecimentos e à participação em comunidades de aprendizagem, com uma compreensão clara de como a informação é produzida e valorizada. Haider e Sundin (2022, p. 58), por sua vez, sublinham a importância de literacias voltadas à infraestrutura corporativa em rede, diante da volatilidade informacional que caracteriza a sociedade contemporânea.

Dessa forma, gerir a informação implica, também, compreender seus efeitos sobre os

processos cognitivos e sociais de aprendizagem institucional. A informação apropriada precisa ser compreendida, reinterpretada e conectada a outras estruturas cognitivas já existentes. Como observa Choo (2003), isso exige mediação humana e um ambiente de aprendizagem constante. O conhecimento, neste sentido, não é mera acumulação de dados, mas a capacidade de transformar informação em ação com base em contextos interpretativos e reflexivos.

Valentim (2010) aprofunda essa concepção ao afirmar que o conhecimento é gerado por um sujeito cognoscente, isto é, alguém capaz de apropriar-se criticamente das informações disponíveis e transformá-las em saber. Esse processo é singular, baseado em estruturas cognitivas e experiências prévias, mas torna-se coletivo na medida em que o conhecimento é socializado. Em ambientes organizacionais, esse ciclo é contínuo: o conhecimento individual alimenta o coletivo e, reciprocamente, é alimentado por ele, em uma espiral de construção e reconstrução permanente.

A gestão da informação, nos termos aqui tratados, não se limita a uma função isolada, mas manifesta-se na intersecção entre as práticas humanas, os fluxos institucionais e os recursos tecnológicos disponíveis. Essa intersecção é sistematizada na literatura através da tríade Pessoas, Processos e Tecnologias, que será explorada a seguir como eixo estruturante da análise dos incidentes críticos relatados pelos gestores.

A tríade Pessoas, Processos e Tecnologias

A compreensão da gestão da informação nas organizações contemporâneas requer uma abordagem sistémica que considere simultaneamente os factores humanos, os fluxos organizacionais e os recursos tecnológicos. Neste sentido, a tríade Pessoas, Processos e Tecnologias (PPT) constitui uma estrutura conceptual que permite analisar, de forma integrada, os elementos centrais da acção informacional. Segundo Belluzzo (2017), a gestão da informação deve ser entendida como atividade complexa, estruturada na articulação dinâmica entre sujeitos, procedimentos institucionais e suportes técnicos. Essa perspectiva é reforçada por Choo (2003), ao afirmar que gerir informação é, essencialmente, gerir sentido no interior de sistemas sociais em constante transformação.

A dimensão “Pessoas” refere-se aos indivíduos que lidam com a informação no quotidiano organizacional. São os actores institucionais, como gestores, docentes, técnicos e estudantes, que produzem, interpretam e aplicam informação no processo de tomada de decisão. Durante a pandemia de COVID-19, os sujeitos institucionais foram desafiados a actuar em contextos marcados pela instabilidade, o que exigiu competências específicas, adaptação ágil e elevada autonomia funcional. Como observado nesta investigação, muitos dos incidentes relatados envolveram precisamente a capacidade de resposta humana diante da incerteza.

A componente “Processos” compreende os fluxos institucionais que estruturam as actividades das organizações. Incluem os procedimentos operacionais, os canais de comunicação, os circuitos de decisão e os mecanismos formais e informais de coordenação. Alavi e Leidner (2001) destacam que os processos organizacionais não são apenas estruturas administrativas, mas formas de expressão do conhecimento tácito e da inteligência colectiva. A pandemia obrigou as universidades a reconfigurarem rapidamente os seus fluxos de trabalho, evidenciando tanto lacunas quanto potencialidades nos seus modelos operacionais. A análise dos incidentes críticos revelou que, em diversos casos, o redesenho dos processos institucionais foi condição necessária para a continuidade das actividades essenciais.

Já a dimensão “Tecnologias” abrange os sistemas, plataformas e dispositivos utilizados para captar, armazenar, transmitir e transformar a informação. Para Laudon e Laudon (2007), os sistemas de informação devem ser compreendidos como sistemas sociotécnicos, ou seja, conjuntos integrados de tecnologia, pessoas e processos organizacionais que actuam em conjunto para produzir resultados. No contexto estudado, a presença ou ausência de infraestrutura tecnológica adequada foi um dos factores

determinantes para o sucesso das estratégias institucionais. No entanto, como enfatizado por Belluzzo (2011), o investimento em tecnologias, por si só, não garante eficácia se não houver alinhamento com os processos e desenvolvimento das competências humanas necessárias ao seu uso.

A interdependência entre os três elementos da tríade é fundamental para a eficácia da gestão informacional. No caso das universidades analisadas, os incidentes críticos mais relevantes ocorreram precisamente nos pontos de ruptura entre estas três dimensões, como falhas de comunicação entre sectores, desajustes nos sistemas digitais ou ausência de protocolos claros de acção. A abordagem PPT, portanto, não apenas orienta o referencial teórico deste estudo, mas serve também como instrumento metodológico para a análise dos dados empíricos recolhidos.

Essa compreensão integrada da gestão da informação, centrada na tríade Pessoas, Processos e Tecnologias, permite uma transição coerente para a discussão dos sistemas de informação, que serão abordados a seguir como infraestruturas essenciais ao funcionamento institucional em tempos de crise.

Sistemas de Informação em contextos institucionais

No contexto da gestão da informação em ambientes universitários, os sistemas de informação representam a infraestrutura essencial para a organização, armazenamento, circulação e recuperação de dados institucionais. Tais sistemas não se limitam a dispositivos tecnológicos, mas constituem estruturas organizacionais que articulam tecnologia, processos e sujeitos, formando a base operacional e estratégica para o funcionamento das instituições. A sua relevância tornou-se ainda mais evidente durante o período pandémico, em que a virtualização das atividades académicas e administrativas exigiu respostas rápidas e sustentadas por meios digitais.

De acordo com Laudon e Laudon (2007), todo sistema, utilizando ou não recursos de tecnologia da informação, que manipula dados e gera informação pode ser genericamente denominado sistema de informação. O termo “sistemas de informação” refere-se, portanto, a qualquer configuração, automatizada ou não, que envolva pessoas, métodos organizados, máquinas e processos para coletar, processar, transmitir e disseminar dados relevantes aos usuários. Nesse sentido, os sistemas de informação não funcionam isoladamente, mas integram um ecossistema mais amplo que os envolve institucionalmente e influencia tanto sua forma quanto sua eficácia.

A concepção sistêmica desses sistemas é também destacada por Capra (1982), ao apontar que organizações devem ser compreendidas como totalidades integradas. Para o autor, sua natureza é dinâmica, marcada por estruturas interdependentes e flexíveis que emergem das relações entre os seus componentes. Sob essa ótica, a gestão da informação está diretamente vinculada ao modo como os sistemas são planejados e implementados. Quanto mais coerente for essa concepção sistêmica, mais eficiente e eficaz será o funcionamento do sistema como apoio aos processos organizacionais.

O caráter sociotécnico dos sistemas também é sublinhado por Laudon e Laudon (2007), ao afirmarem que tais sistemas implicam transformações simultâneas em fluxos de trabalho, papéis desempenhados pelos indivíduos e cultura organizacional. Isso indica que a implementação de um sistema de informação deve ser entendida não apenas como aquisição tecnológica, mas como um processo institucional que envolve adaptações culturais e operacionais significativas. A eficácia da gestão da informação, neste caso, depende diretamente da articulação entre a cultura organizacional, os processos informacionais e as competências dos seus agentes.

Chiavenato (2008) complementa esse entendimento ao destacar que a necessidade dos sistemas de informação nas organizações surgiu em resposta ao crescente volume de dados e à complexidade das decisões gerenciais. Os sistemas, nesse caso, oferecem suporte analítico ao planejamento, controle e organização, ao permitirem uma visão

integrada da realidade organizacional. Quando estruturados adequadamente, os sistemas são capazes de transformar dados brutos em informações úteis, assegurando vantagem competitiva por meio de decisões mais rápidas e fundamentadas.

Contudo, como também observa Belluzzo (2017), a eficácia de um sistema de informação não reside apenas em sua robustez tecnológica, mas em sua capacidade de se integrar ao quotidiano institucional e responder às necessidades reais dos seus utilizadores. A ausência de políticas de interoperabilidade, aliada à fragmentação dos sistemas implantados por diferentes setores, pode gerar ruídos informacionais, retrabalho e sobrecarga de mediação. Em ambientes universitários, isso é especialmente crítico, dada a multiplicidade de actores e de usos informacionais envolvidos.

Padoveze (2009) observa que os sistemas informatizados, além de favorecerem a descentralização e integração da informação, também promovem uma visão horizontal das organizações, em contraste com a verticalização tradicional. Isso permite ampliar a transparência dos processos e distribuir responsabilidades decisórias com maior equidade, desde que o sistema tenha sido planejado com foco nos fluxos reais de trabalho e não apenas na hierarquia formal. No caso das universidades, isso se aplica, por exemplo, aos sistemas de gestão acadêmica, ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas bibliográficas e sistemas de comunicação interna.

Para que tais sistemas sejam eficazes, é imprescindível considerar os recursos disponíveis (hardware, software, dados, recursos humanos), o ambiente em que estão inseridos e os objetivos institucionais a que se propõem. Como assinala Corrêa (1998), um bom sistema deve estar apto a reconhecer o estado atual de uma organização e orientar ações para atingir um estado futuro desejado, por meio de mecanismos de coleta, processamento e retroalimentação. Essa dimensão teleológica da informação, isto é, orientada por objetivos, reforça a importância de que os sistemas sejam permanentemente avaliados e adaptados ao contexto em que operam.

Nesse sentido, a Ciência da Informação oferece um aporte fundamental, ao compreender a informação não apenas como dado processado, mas como mediação simbólica e estratégica da ação organizacional. Belluzzo (2017) propõe que a construção de um sistema deve partir de uma visão crítica do uso da informação e considerar aspectos sociais, éticos, legais e culturais. Um sistema de informação que não reconhece os múltiplos significados da informação corre o risco de automatizar processos ineficientes ou, pior ainda, ampliar desigualdades internas de acesso e uso da informação.

A contribuição de O'Brien (2004) reforça a ideia de que os sistemas de informação, quando bem concebidos, oferecem suporte à organização como um todo, ao fornecer dados seguros e em tempo hábil para a tomada de decisão. Esses sistemas integram diferentes subsistemas que, visualizados de forma coordenada, constituem um ambiente informacional coeso. Em universidades, isso pode significar, por exemplo, integrar dados da secretaria académica com o sistema de bibliotecas, os ambientes virtuais de aprendizagem e os sistemas de avaliação institucional, garantindo que docentes, estudantes e técnicos tenham acesso a informações coerentes e úteis.

A própria estrutura de um sistema institucional deve contemplar três dimensões interligadas, conforme Laudon e Laudon (2007): a organizacional (relativa aos fluxos, metas e políticas da instituição), a humana (relacionada aos utilizadores que inserem e consomem informação) e a tecnológica (referente aos dispositivos, softwares e bases de dados). Ignorar qualquer uma dessas dimensões compromete a funcionalidade do sistema e a gestão da informação como um todo.

Além disso, a integração entre os sistemas é vista como um elemento essencial para o êxito da gestão institucional. Sistemas fragmentados, implantados por setores independentes, sem diretrizes comuns de interoperabilidade, frequentemente geram retrabalho, dados duplicados ou inconsistentes

e, por vezes, perda de informação crítica. Como observa Matos (2010), a principal vantagem dos SI bem integrados é a capacidade de garantir maior velocidade na obtenção de dados e maior confiabilidade das informações produzidas. Essa confiabilidade é indispensável para a tomada de decisões estratégicas, especialmente em contextos de crise.

A agilidade, a clareza e a atualidade da informação disponibilizada pelos sistemas impactam diretamente a rotina das universidades e influenciam a forma como os actores institucionais lidam com a sobrecarga informacional. João (2012) aponta que a ausência de SI adequados leva à dependência de relatórios em papel e a processos manuais sujeitos a erros e atrasos. Em contraste, os SI automatizados, integrados e bem configurados proporcionam ganhos significativos de eficiência, segurança e capacidade analítica.

Para que esses sistemas cumpram seu papel, é necessário que sejam precedidos por uma gestão informacional consciente. Como destaca Bio (2008), o êxito do ciclo de planejamento, execução e avaliação institucional repousa em sistemas informacionais que respondam efetivamente às necessidades reais dos decisores. Por isso, não se trata apenas de adquirir sistemas tecnológicos, mas de envolver os diversos setores na sua construção e apropriação.

O papel dos sistemas de informação torna-se ainda mais crucial em momentos de transição ou de crise, como o vivenciado durante a pandemia de COVID-19. Nesses períodos, o acesso remoto, a interoperabilidade e a segurança da informação passam a ser fatores determinantes para garantir a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas. Além disso, como propõe Choo (2003), os sistemas de informação devem ser também mecanismos de produção de sentido, capazes de apoiar processos de interpretação e decisão que exigem mais do que processamento automático de dados: exigem mediação humana qualificada, intencionalidade e contexto.

Por fim, entende-se que a eficácia dos sistemas de informação institucionais reside na sua capacidade de promover, de forma contínua, a integração entre pessoas, processos e tecnologias. Ao facilitar essa articulação, os SI contribuem não apenas para a gestão da informação, mas para o fortalecimento das práticas colaborativas, o alinhamento estratégico institucional e a valorização do conhecimento coletivo. Nos próximos tópicos, essa compreensão será articulada à análise dos incidentes críticos identificados durante o período pandémico, com base na escuta qualificada de gestores universitários e na observação dos desafios enfrentados no uso concreto desses sistemas.

Técnica dos Incidentes Críticos (CIT) fundamentos e aplicação

A técnica dos incidentes críticos, ou Critical Incident Technique (CIT), é uma abordagem qualitativa que visa identificar, analisar e interpretar episódios considerados significativos na experiência de indivíduos em contextos organizacionais. A técnica foi originalmente desenvolvida por Flanagan (1973), no âmbito da psicologia aplicada à aviação militar, com o objectivo de estudar comportamentos associados ao desempenho eficaz ou ineficaz em tarefas específicas. Desde então, a CIT tem sido aplicada em diversas áreas, incluindo educação, saúde, gestão e ciência da informação, dada a sua capacidade de captar aspectos subtis, mas reveladores, da acção humana em situações concretas.

O fundamento central da técnica reside na recolha sistemática de descrições factuais de comportamentos observáveis em situações reais, reportadas por quem vivenciou directamente esses acontecimentos. Para que um episódio seja classificado como incidente crítico, é necessário que tenha provocado um efeito marcante, seja positivo ou negativo, sobre a realização de determinada tarefa ou objectivo. A técnica permite aceder a experiências ricas em significado, que frequentemente escapam a metodologias mais estruturadas ou padronizadas.

Os cinco passos definidos por Flanagan (1973) para aplicação da CIT constituem ainda hoje a referência principal para a sua utilização: (1) definição clara do objectivo da actividade a ser analisada; (2) desenvolvimento de critérios e procedimentos para a recolha dos incidentes;

(3) recolha dos relatos críticos com base em entrevistas ou questionários abertos; (4) análise e categorização dos incidentes relatados; e (5) interpretação dos dados e apresentação dos resultados com foco na melhoria de processos ou compreensão do fenómeno estudado.

A principal vantagem da CIT é a sua orientação para a prática e para a experiência real dos sujeitos, o que permite a identificação de aspectos muitas vezes invisíveis nos dados quantitativos ou nos relatos institucionais oficiais. A técnica oferece, assim, um retrato denso e contextualizado de como indivíduos percebem, interpretam e enfrentam eventos disruptivos ou decisivos no seu quotidiano profissional. Essa característica mostrou-se especialmente relevante no contexto da pandemia de COVID-19, que alterou de forma abrupta as dinâmicas institucionais, exigindo reacções imediatas, reorganização de rotinas e mobilização de competências nem sempre formalizadas.

Ao focar-se nos episódios considerados críticos pelos próprios participantes, a CIT permite revelar dimensões afectivas, cognitivas e relacionais da acção organizacional, bem como aspectos estruturais e tecnológicos. A análise dos incidentes pode, assim, contribuir para a identificação de padrões, fragilidades sistémicas, estratégias informais de resolução de problemas e oportunidades de melhoria, tanto no plano individual como colectivo.

Por ser uma técnica flexível, a CIT pode ser utilizada de forma isolada ou integrada em abordagens metodológicas mais amplas. Neste estudo, a técnica foi utilizada como etapa qualitativa inicial, com o intuito de recolher dados empíricos aprofundados que subsidiassem a construção dos instrumentos aplicados na fase quantitativa. A recolha dos incidentes deu-se por meio de entrevistas com gestores universitários envolvidos directamente na gestão da informação durante a pandemia, sendo os relatos posteriormente categorizados com base em critérios temáticos.

As descrições obtidas através da CIT possibilitaram não apenas compreender os desafios enfrentados pelos gestores, mas também revelar competências mobilizadas, redes de apoio informais, estratégias institucionais emergentes e lacunas nos sistemas informacionais. Esta abordagem foi particularmente eficaz para captar a complexidade das decisões tomadas em tempo real, sob condições de incerteza, e as formas como a informação foi gerida, partilhada e apropriada em situações críticas.

A CIT mostrou-se, portanto, uma ferramenta metodológica valiosa para alcançar os objectivos deste estudo, permitindo articular a dimensão vivencial dos sujeitos com os referenciais conceptuais da competência em informação e das competências digitais. A partir desta base, delineou-se o desenho metodológico completo da investigação, integrando diferentes instrumentos e técnicas, como será descrito na secção seguinte.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adopta uma abordagem qualitativa, com base na técnica dos incidentes críticos, para compreender os impactos da pandemia de COVID-19 na gestão da informação em duas universidades públicas lusófonas. A opção pela técnica dos incidentes críticos deve-se à sua adequação para identificar situações e acontecimentos relevantes experienciados pelos indivíduos (Byrne, 2001), apontando comportamentos significativos relacionados à resolução de problemas concretos em contextos organizacionais. Essa técnica permite recolher, a partir do relato dos participantes, episódios marcantes que exigiram acções diferenciadas, respostas inesperadas ou mudanças relevantes nas práticas institucionais.

A técnica dos incidentes críticos, originalmente proposta por Flanagan (1973), baseia-se na recolha sistemática de descrições factuais de eventos considerados relevantes e com efeitos significativos sobre a execução de determinada tarefa ou processo. Neste estudo, a técnica foi aplicada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores responsáveis pelos sistemas institucionais de informação nas universidades analisadas. O objectivo foi captar relatos que evidenciassem as dificuldades, as adaptações e as respostas institucionais no período de maior impacto da

pandemia, com foco específico na gestão estratégica da informação e na utilização dos sistemas informacionais.

A recolha de dados foi efetuada através de entrevistas (Urquhart et al., 2003), com o objetivo de potenciar a profundidade dos elementos recolhidos junto dos responsáveis pelos serviços ligados às diversas estruturas tecnológicas de suporte à gestão da informação.

Os participantes da pesquisa são gestores diretamente responsáveis pelos sistemas institucionais de informação das universidades estudadas. Estes participantes foram seleccionados com base na sua actuação directa nas áreas de gestão tecnológica e sistemas de informação, especialmente em posições que implicam mediação entre os sistemas institucionais e os utilizadores finais. Os critérios de inclusão envolveram experiência directa na gestão estratégica da informação antes e durante o isolamento social, bem como a disponibilidade para partilhar episódios significativos vividos nesse contexto. Em cada uma das universidades lusófonas foi conduzida uma série de entrevistas com três participantes, totalizando seis sujeitos envolvidos na investigação.

As entrevistas foram conduzidas de forma individual, com recurso a plataformas digitais, respeitando as normas éticas em vigor. Todos os participantes assinaram termos de consentimento livre e esclarecido, sendo garantido o anonimato das instituições e a confidencialidade das respostas. Os dados foram registados mediante autorização dos entrevistados e posteriormente transcritos integralmente para análise.

As entrevistas foram realizadas em janeiro de 2024; portanto, são entrevistas retrospectivas, nas quais os participantes revisitam situações vivenciadas anteriormente. O conceito de incidente crítico foi explicado previamente aos participantes.

A análise dos dados seguiu um procedimento interpretativo com base na categorização temática dos relatos. A codificação foi realizada a partir dos três domínios principais que estruturaram a investigação: Pessoas, Processos e Tecnologias. Esta categorização permitiu identificar padrões emergentes, estratégias adotadas e fragilidades percebidas pelos gestores em relação à gestão da informação e dos sistemas institucionais no contexto pandémico. Os relatos foram organizados em torno de situações críticas, com atenção especial à forma como os gestores mobilizaram recursos humanos, processuais e tecnológicos.

As entrevistas centraram-se em episódios ocorridos no período de maior isolamento social, com atenção especial às mudanças estruturais e operacionais implementadas nos sistemas institucionais de informação, bem como às acções destinadas ao suporte administrativo e académico. Buscou-se compreender como os gestores identificaram os problemas, quais adaptações foram realizadas, quais resultados foram obtidos e em que medida essas mudanças se mantiveram no período posterior.

Ao focar na experiência directa dos gestores, a técnica dos incidentes críticos permitiu captar elementos que frequentemente não são visíveis em abordagens exclusivamente quantitativas. Os episódios relatados evidenciaram tanto os desafios quanto as soluções construídas em tempo real, permitindo compreender as dinâmicas de decisão, improvisação e reestruturação que caracterizaram o período analisado. Esta abordagem revelou-se eficaz para alcançar os objectivos do estudo, fornecendo uma base empírica sólida para a discussão dos resultados.

A seguir, apresenta-se o conjunto das perguntas utilizadas nas entrevistas realizadas com os gestores, que serviram de guião para a identificação dos incidentes críticos relacionados à gestão da informação nas universidades em análise.

Questões das entrevistas realizadas.

1. Quais foram os incidentes críticos vivenciados por você no período de maior isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, que impactaram seu trabalho junto ao SISTEMA em termos de gestão de informações?

2. Quais foram as necessidades de adaptações/ajustes nos sistemas de IM devido a cada incidente? Se possível, você pode descrever:
   b) Qual ajuste foi feito:
   b) Qual a finalidade desta adaptação:
   b) Qual resultado foi obtido:
3. Quais foram as acções de apoio neste período, visando atender às necessidades e fomentar a competência informacional e mediática na gestão da informação:
   b) No trabalho administrativo?
   b) No ensino/aprendizagem, para alunos e professores?
4. O que foi adaptado durante o período de isolamento social em relação à gestão da informação e que continua a ser utilizado após esse período? Por qual motivo?
5. Na sua opinião, qual foi a mudança que teve maior impacto na área de gestão da informação e por quê?

Resultados

Na sequência apresentam-se os resultados obtidos na investigação, organizados em duas partes: inicialmente os resultados da Universidade Aberta (UAb), seguida dos resultados da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Cada subseção sintetiza os incidentes críticos identificados pelos gestores entrevistados, analisando-os segundo os domínios Pessoas, Processos e Tecnologias. Ao final de cada uma das subseções é apresentado um quadro comparativo, evidenciando a evolução dos processos institucionais antes, durante e após o período crítico da pandemia, facilitando a compreensão das transformações ocorridas.

Síntese resultados UAb

A Universidade Aberta (UAb), única instituição portuguesa pública dedicada exclusivamente ao ensino superior a distância, enfrentou durante o período de isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19 desafios específicos relacionados à gestão da informação e à utilização estratégica dos sistemas institucionais de informação. Para compreender os impactos sentidos, foram entrevistados três gestores diretamente envolvidos na gestão tecnológica e informacional da instituição, permitindo uma análise detalhada dos principais incidentes críticos e das estratégias adotadas para sua resolução.

Gestor 1

O primeiro gestor entrevistado exerce a função técnica superior, assumindo responsabilidades diretas pela infraestrutura digital da universidade, com vasta experiência prévia na gestão dos sistemas internos e nas interações entre as equipas administrativas e tecnológicas. Durante o período crítico, destacou-se um incidente particularmente desafiador: a necessidade urgente de realizar uma transição completa das avaliações presenciais para um modelo totalmente digital.

Esse incidente colocou em evidência três desafios fundamentais: (1) a infraestrutura tecnológica existente, particularmente a plataforma Moodle, não estava otimizada para sustentar um grande volume de utilizadores simultâneos em avaliações síncronas; (2) inexistência de um mecanismo ágil para gerir e centralizar o calendário das avaliações; e (3) garantia da equidade e integridade das avaliações em ambiente totalmente digital, assegurando condições justas para todos os estudantes.

Para superar esses desafios, foram implementadas ações técnicas específicas, incluindo a ampliação substancial da capacidade dos servidores do Moodle, permitindo suporte simultâneo a até 2.000 utilizadores. Paralelamente, foi desenvolvido um sistema automatizado, baseado em scripts de linha de comando (CLI), para gestão centralizada dos calendários das provas através do recurso cron, garantindo a visualização automática dos conteúdos no momento exato dos exames. Essas soluções técnicas resultaram em uma operação mais fluida, consistente e equitativa durante todo o período crítico, permitindo uma adaptação eficaz das avaliações ao ambiente virtual.

Gestor 2

O segundo gestor, chefe da Divisão de Serviços de Informática da UAb, com aproximadamente sete anos em funções gerenciais, relatou dois incidentes críticos principais. O primeiro foi o

aumento substancial da procura por suporte técnico institucional, especialmente decorrente das novas demandas governamentais relativas à capacitação digital docente. O segundo incidente relacionou-se às dificuldades iniciais na gestão eficaz da comunicação interna, que necessitou de profunda reorganização para garantir clareza, rapidez e padronização das informações divulgadas à comunidade académica.

Em resposta a esses desafios, a equipa liderada pelo gestor implementou ações rápidas e eficazes, como a expansão imediata da infraestrutura tecnológica, incluindo a instalação de novos sistemas digitais de suporte administrativo e pedagógico, para dar conta do crescimento repentino de utilizadores simultâneos. Além disso, foi reforçada e padronizada a utilização da Intranet institucional como meio oficial e prioritário para comunicação interna, permitindo reduzir ruídos, incertezas e garantir maior segurança na transmissão de informações essenciais à comunidade universitária.

Gestor 3

A terceira gestora entrevistada é responsável pela área administrativa e operacional, com papel fundamental na organização das equipas de trabalho durante a pandemia. O incidente crítico relatado envolveu principalmente questões humanas e organizacionais: o impacto emocional negativo dos colaboradores em decorrência do isolamento social e das novas rotinas remotas, resultando em queda de produtividade e dificuldades na manutenção da coesão das equipas operacionais.

Para gerir esse incidente, foram implementadas estratégias específicas como a realização de reuniões síncronas regulares, destinadas a reforçar a comunicação interna, promover coesão, assegurar o suporte emocional das equipas e destacar o papel relevante dos colaboradores na manutenção das atividades institucionais durante o período de crise. Estas estratégias produziram um resultado claro de fortalecimento da cultura organizacional, aumento da motivação e uma redução significativa das tensões emocionais provocadas pelo contexto pandémico.

A síntese detalhada da evolução institucional da gestão da informação na UAb é apresentada no Quadro 1, destacando claramente as mudanças ocorridas antes, durante e após a pandemia segundo os domínios Pessoas, Processos e Tecnologias.

Quadro 1: Evolução da gestão da informação (UAb)

Dimensão	Antes da pandemia	Durante a pandemia	Depois da pandemia
Pessoas	Cultura consolida-da de ensino a distância. Usuários já tinham autono-mia no acesso a recursos.	Medo e insegurança dos colabo-radores devido ao isolamento. Dificuldade na gestão da equipe a distância. Necessidade de reuniões síncronas frequentes para manter a coesão e motivação.	Maior valorização da gestão de pessoas e apoio emocional. Reuniões síncronas mantidas para acompanha-mento contínuo.
Processos	Atendi-mento remoto e presencial coexistiam Formação docente sobre ensino digital já era prática comum.	Adoção de novos canais internos de comunica-ção para evitar ruídos e desinfor-mação. Redirecio-namento de chamadas para celulares de funcionários para garan-tir atendi-mento ininterrupto	Atendimen-to remoto se consoli-dou como padrão, reduzindo necessidade de atendi-mento presencial. Formação em ensino digital expandida e instituciona-llizada. Maior integração dos proces-sos institu-cionais.

		Aumento da demanda por suporte a outras universidades portuguesas	
Tecnologias	Infraestrutura já adaptada para ensino remoto. Uso do Repositório Virtual da UAb.	Pico de acessos ao Repositório Virtual e crescimento no uso de REA. Ampliação do suporte para questões de licenciamento de conteúdos digitais.	Consolidação do Repositório Virtual como fonte essencial de conhecimento. Fortalecimento dos REA e crescimento do compartilhamento de materiais abertos.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Síntese Resultados UNESP

A Universidade Estadual Paulista (UNESP), instituição brasileira tradicionalmente estruturada em modelo de ensino presencial, enfrentou impactos intensos relacionados à gestão da informação e à transformação digital forçada durante o isolamento social imposto pela pandemia. Foram realizadas entrevistas com três gestores diretamente envolvidos com a gestão estratégica e tecnológica dos sistemas institucionais, permitindo uma análise aprofundada dos incidentes críticos e das estratégias adotadas para garantir a continuidade das operações académicas e administrativas.

Gestor 1

O primeiro gestor entrevistado é Diretor Técnico de Informática da FAAC, com vasta experiência profissional acumulada em diversos cargos institucionais relacionados à gestão tecnológica. Durante a pandemia, identificou três incidentes críticos principais: a interrupção abrupta dos processos administrativos que dependiam da tramitação física de documentos, dificuldades substanciais na comunicação interna das equipas e limitações na execução de atividades colaborativas.

Para enfrentar esses desafios, foram adotadas estratégias efetivas de digitalização total dos processos administrativos, incluindo a implantação ágil de sistemas de assinaturas eletrônicas para substituir procedimentos antes exclusivamente presenciais. Além disso, a comunicação interna foi reestruturada rapidamente por meio da ampla utilização de ferramentas digitais colaborativas, como Google Docs, WhatsApp e plataformas de videoconferência, promovendo maior fluidez na interação institucional. Essas mudanças tornaram-se permanentes, aumentando significativamente a eficiência e agilidade das atividades administrativas internas.

Gestor 2

O segundo entrevistado atua como Assistente de Informática na instituição há mais de uma década, com atribuições essenciais no suporte técnico a docentes e técnicos-administrativos. Os principais incidentes críticos relatados foram a resistência inicial e falta generalizada de familiaridade dos utilizadores institucionais com as novas ferramentas digitais, aliadas a uma sobrecarga substancial das equipas técnicas responsáveis pelo suporte imediato.

A resposta institucional a esses desafios consistiu na produção emergencial de materiais didáticos e formativos, incluindo tutoriais detalhados e sessões síncronas de capacitação técnica em larga escala, destinadas a aumentar rapidamente a autonomia digital dos utilizadores. Essas ações produziram resultados positivos evidentes, permitindo uma curva acelerada de aprendizagem digital, maior autonomia tecnológica dos colaboradores e uma significativa otimização dos fluxos de trabalho administrativos e académicos.

Gestor 3

O terceiro gestor, com ampla experiência em gestão tecnológica e coordenação de sistemas institucionais digitais, relatou como principais incidentes críticos: interrupção imediata dos fluxos administrativos presenciais; ausência de protocolos digitais claramente definidos; e a

existência inicial de sistemas institucionais fragmentados e não integrados.

Esses desafios exigiram intervenções urgentes e eficazes, destacando-se particularmente a rápida integração dos sistemas institucionais digitais existentes, com investimento substancial em interoperabilidade e segurança digital. Além disso, foram adotadas soluções tecnológicas avançadas, como redes privadas virtuais (VPN), autenticação multifatorial e servidores remotos. Adicionalmente, a criação de dashboards automatizados permitiu acompanhamento em tempo real e uma gestão estratégica mais eficaz baseada em dados institucionais confiáveis. O resultado obtido foi a consolidação definitiva de uma cultura institucional fortemente orientada por dados, com decisões mais rápidas e robustas em contextos críticos.

A síntese detalhada da evolução institucional da gestão da informação na UNESP está apresentada claramente no Quadro 2, descrevendo as principais mudanças institucionais ocorridas antes, durante e após o período pandémico segundo os domínios Pessoas, Processos e Tecnologias.

Quadro 2: Evolução da gestão da informação (UNESP)

Dimensão	Antes da pandemia	Durante a pandemia	Depois da pandemia
Pessoas	Resistência ao uso de ferramentas digitais, pouca familiaridade com tecnologias educacionais.	Capacitação emergencial para docentes e servidores; aumento da dependência do suporte técnico.	Maior aceitação do ensino híbrido e digital; capacitação contínua incorporada às rotinas institucionais.
Processos	Documentos físicos ainda predominavam, pouca digitalização administrativa.	Digitalização acelerada de documentos e processos; implementação de reuniões *online*.	Fluxos administrativos e acadêmicos digitalizados de forma permanente; reuniões remotas mantidas.
Tecnologias	Infraestrutura tecnológica limitada para ensino remoto e reuniões virtuais.	Adoção forçada de Google Classroom, Meet, VPN e ferramentas colaborativas.	Uso definitivo de plataformas digitais; Segurança reforçada para acessos institucionais.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Considerações Finais

Este estudo, fundamentado metodologicamente na Técnica dos Incidentes Críticos, permitiu identificar e analisar com profundidade os impactos provocados pela pandemia de COVID-19 na gestão da informação de duas universidades públicas lusófonas, a Universidade Aberta (Portugal) e a Universidade Estadual Paulista (Brasil). Os resultados da investigação revelam que, apesar das diferenças estruturais e operacionais entre as duas instituições, ambas enfrentaram desafios semelhantes relacionados à gestão estratégica da informação durante o período de isolamento social.

Entre os principais impactos identificados destacam-se incidentes críticos relacionados à sobrecarga e à necessária adaptação acelerada dos sistemas institucionais de informação, interrupções e reorganizações nos fluxos informacionais e administrativos, além da urgente necessidade de capacitação técnica e emocional das equipas. A análise revelou que a maturidade digital prévia da UAb permitiu respostas mais ágeis e eficazes em comparação à UNESP, que precisou acelerar substancialmente sua curva de aprendizagem digital e adequação tecnológica.

As entrevistas com os gestores permitiram uma compreensão clara das estratégias institucionais utilizadas para enfrentar e superar os desafios impostos pelos incidentes críticos. Na UAb, prevaleceram estratégias de reforço à infraestrutura tecnológica existente, consolidação da comunicação interna e

investimento significativo no suporte emocional e organizacional das equipas. Já na UNESP, as estratégias concentraram-se principalmente na digitalização emergencial dos processos administrativos, no desenvolvimento rápido de competências técnicas e na integração de plataformas digitais colaborativas, essenciais para a manutenção das atividades institucionais.

Ao analisar os relatos dos gestores entrevistados, observa-se que a capacidade institucional de responder às exigências do confinamento esteve diretamente relacionada à maturidade da gestão da informação. Tanto na UNESP quanto na UAb, os gestores relataram a importância da existência de canais institucionais formais, políticas de partilha de informação e suporte técnico estruturado. A gestão da informação, assim, revelou-se o eixo de sustentação da atividade universitária durante o período pandêmico, não apenas pelo domínio de ferramentas, mas pela capacidade de articulação entre pessoas, processos e tecnologias.

Do ponto de vista dos contributos, este estudo fornece uma base empírica robusta e detalhada que pode subsidiar futuras ações institucionais relacionadas à gestão estratégica da informação em contextos de crise. Entre as principais recomendações extraídas das experiências relatadas, destacam-se:

(1) a importância de investir continuamente na atualização e interoperabilidade dos sistemas institucionais de informação, garantindo flexibilidade tecnológica e operacional diante de futuras crises;

(2) a necessidade de formação continuada dos recursos humanos das universidades, tanto em aspectos técnicos quanto em competências socioemocionais e de gestão informacional;

(3) a importância da criação e consolidação de protocolos claros e eficazes de comunicação interna e gestão estratégica da informação, essenciais para uma rápida resposta institucional; e

(4) o fortalecimento da resiliência institucional por meio de políticas de governança digital claramente estruturadas e apoiadas em experiências internacionais, com foco especial nas boas práticas identificadas.

Este estudo não está isento de limitações. Uma delas diz respeito à sua natureza qualitativa e à consequente dificuldade em generalizar amplamente os resultados obtidos. Ademais, o número reduzido de participantes pode não refletir integralmente a complexidade institucional das universidades analisadas. Contudo, a riqueza descritiva obtida com a técnica dos incidentes críticos permitiu uma compreensão detalhada e profundamente contextualizada das realidades institucionais estudadas, compensando parcialmente essas limitações.

Finalmente, reforça-se a relevância deste estudo para futuras investigações que desejem analisar como as instituições de ensino superior respondem a crises globais, especialmente no contexto lusófono. Sugere-se, ainda, que pesquisas futuras possam aprofundar aspectos específicos dos impactos da digitalização acelerada nos processos universitários, avaliando a sustentabilidade das estratégias adotadas e explorando o potencial das boas práticas identificadas na presente investigação.

Em síntese, esta investigação oferece contributos relevantes para a compreensão crítica das transformações institucionais ocorridas em contexto pandémico, destacando o papel central da gestão estratégica da informação na capacidade adaptativa das universidades públicas lusófonas frente a cenários disruptivos e complexos.

Referências

Alavi, M., & Leidner, D. E. (2001). Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. *MIS Quarterly*, 25(1), 107–136.

American Library Association. (2016). *Framework for information literacy for higher education*. Association of College & Research Libraries. https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework

Belluzzo, R. C. B. (2011). *Competência em informação: Dimensões e abordagens para sua compreensão e aplicação*. Thomson Learning.

Belluzzo, R. C. B. (2017). O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: Das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13(n. Esp.), 47–76. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648

Bio, S. R. (2008). *Sistemas de informação: Um enfoque gerencial* (2ª ed.). Atlas.

Byrne, M. (2001). Critical incident technique as a qualitative research method. *AORN Journal*, 74(4), 536–539. https://doi.org/10.1016/S0001-2092(06)61688-8

Capra, F. (1982). *O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Cultrix.

Chiavenato, I. (2008). *Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações* (3ª ed.). Elsevier.

Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. SENAC São Paulo.

Corrêa, H. L. (1998). *ERPs: Por que as implantações são tão caras e raramente dão certo?* Corrêa & Associados. http://www.correa.com.br/biblioteca/artigos.htm

Davenport, T. H., & Prusak, L. (1998). *Working knowledge: How organizations manage what they know*. Harvard Business School Press.

Flanagan, J. C. (1973). A técnica do incidente crítico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 21(2), 99–141.

Haider, J., & Sundin, O. (2022). *Paradoxes of media and information literacy: The crisis of information*. Routledge.

João, B. N. (Org.). (2012). *Sistemas de informação*. Pearson.

Laudon, K. C., & Laudon, J. P. (2007). *Sistemas de informação gerenciais* (7ª ed.). Prentice Hall.

Matos, G. A. (2010). *Storytelling: Líderes narradores de histórias*. Qualitymark.

Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa: Como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Campus.

O'Brien, J. A. (2004). *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet*. Saraiva.

Padoveze, C. L. (2009). *Sistemas de informações contábeis: Fundamentos e análise* (6ª ed.). Atlas.

Turban, E., Volonino, L., & Wood, G. (2010). *Information technology for management: Improving performance in the digital economy*. Wiley.

Urquhart, C., Light, A., & Thomas, R. (2003). Critical incident technique and explicitation interviewing in studies of information behavior. *Library and Information Science Research*, 25(1), 63–88. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818802001664

Valentim, M. L. P. (2010). Ambientes e fluxos de informação. Em M. L. P. Valentim (Org.), *Ambientes e fluxos de informação* (pp. 11–34). Cultura Acadêmica.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: estudo de uma universidade brasileira

Rita De Cássia Silva dos Santos, Universidade Estadual Paulista UNESP,

https://orcid.org/0000-0002-7647-1066, rcs.santos@unesp.br

Tamara De Souza Brandão Guaraldo, Universidade Estadual Paulista UNESP,

https://orcid.org/0000-0001-7925-2021, tamara.guaraldo@unesp.br

Glória Bastos, Universidade Aberta, LEAD,

https://orcid.org/0000-0002-1432-225X, gloria.bastos@uab.pt

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6669

Eixo: Impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação

Introdução

A pandemia de Covid-19 provocou mudanças abruptas na organização das atividades académicas em todo o mundo. No contexto universitário brasileiro, essas mudanças impactaram profundamente a gestão da informação e as competências digitais exigidas dos seus atores institucionais. Esta pesquisa investiga como os gestores responsáveis pelos sistemas informáticos da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru/SP, especificamente da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), perceberam e enfrentaram os desafios impostos pelo isolamento social, com ênfase nas competências em informação e competências digitais.

Os referidos gestores, que são os profissionais que atuam na administração técnica dos sistemas institucionais e garantem o suporte digital a docentes, discentes e técnicos, desempenharam papel estratégico como agentes de mediação entre os sistemas informáticos institucionais e os utilizadores, fornecendo apoio contínuo durante o processo de transição forçada para o ambiente digital. Esses gestores representam, assim, um elo crítico entre as estruturas tecnológicas das universidades e as comunidades académicas que delas dependem para realizar suas atividades de ensino, investigação e extensão. Trata-se, portanto, de um grupo cuja atuação, apesar de essencial, tem sido pouco explorada na literatura científica da área.

O problema de investigação decorre da necessidade de compreender como os impactos tecnológicos emergenciais foram assimilados por esses gestores em um contexto de transição repentina para o digital, considerando-se as condições específicas do ensino superior público brasileiro. A pandemia expôs fragilidades estruturais nas universidades e demandou dos gestores não apenas competências técnicas, mas também capacidade de adaptação, resolução de problemas e mediação de conflitos informacionais. A relevância da presente investigação reside, pois, na análise crítica dos mecanismos de suporte técnico-informacional mobilizados pelas instituições durante o período pandémico.

Ao privilegiar a percepção dos gestores dos sistemas de informação, esta pesquisa contribui para o aprofundamento da análise sobre como foram enfrentadas as disrupções impostas pela crise sanitária, evidenciando os desafios associados à adaptação dos processos de trabalho, à mediação tecnológica e ao suporte prestado aos utilizadores. Estes concentraram, durante a pandemia, múltiplas responsabilidades essenciais à manutenção da vida académica.

O objetivo geral é analisar as competências em informação e competências digitais dos utilizadores sob a ótica dos gestores da UNESP, com base em referenciais reconhecidos, mapeando as competências críticas mobilizadas durante o período de isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19. A

análise estrutura-se a partir de dois eixos principais: os padrões de competência em informação propostos por Belluzzo (2007) e as áreas de competência digital estabelecidas no DigComp 2.2 (Vuorikari, Kluzer e Punie, 2022), com foco na gestão da informação em ambientes universitários mediados por tecnologias. Esta abordagem possibilita uma compreensão sistémica dos impactos informacionais ocorridos, cruzando teoria, dados empíricos e diretrizes internacionais de avaliação.

Os objetivos específicos da pesquisa são: (1) verificar as percepções dos gestores da UNESP sobre as competências em informação e competências digitais dos utilizadores (professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos) durante o período de isolamento social provocado pela pandemia; (2) avaliar, com base nos referenciais de Belluzzo e do DigComp 2.2, os níveis de competência dos utilizadores conforme a percepção dos gestores; e (3) identificar lacunas formativas relacionadas às competências investigadas, com foco nas dificuldades de avaliação crítica da informação, uso ético e seguro, e adaptação às tecnologias digitais no ambiente universitário.

A delimitação da pesquisa concentra-se exclusivamente na UNESP, campus de Bauru, com recorte específico na FAAC. O foco recai sobre o período de março de 2020 a março de 2022, correspondente à fase de ensino e trabalho remoto adotada durante a pandemia. O critério de seleção da unidade deve-se à representatividade da FAAC como uma estrutura complexa e multidisciplinar, que concentra diferentes cursos presenciais e administrativos, os quais enfrentaram impactos significativos durante a transição digital emergencial. A unidade é composta por múltiplas áreas do saber, o que confere riqueza e diversidade à análise dos dados recolhidos, refletindo a complexidade dos desafios enfrentados pelos gestores em contextos organizacionais diversos.

A pesquisa utiliza a metodologia de incidentes críticos (Flanagan, 1973) para recolher dados qualitativos junto aos gestores dos sistemas informáticos, identificando episódios considerados relevantes no contexto da gestão da informação. Essa técnica permite isolar acontecimentos concretos que exigiram uma resposta imediata e significativa, constituindo evidência empírica sobre as competências efetivamente mobilizadas no exercício da função. A abordagem permite, assim, destacar os comportamentos e decisões mais significativos adotados frente aos desafios impostos pelo isolamento social, fornecendo elementos para avaliar as competências exigidas e as estratégias adotadas para mitigar os efeitos da crise.

A originalidade deste estudo reside na perspectiva adotada, centrada na percepção dos gestores como mediadores da transição digital institucional, em um momento de elevada complexidade organizacional. A partir de uma abordagem aplicada, a investigação busca não apenas descrever o cenário vivido, mas compreender como a tríade formada por pessoas, processos e tecnologias foi mobilizada para garantir a continuidade das atividades académicas e administrativas. Essa tríade, consagrada nos estudos sobre gestão da informação (Davenport e Prusak, 1998; Choo, 2003; Turban, Sharda e Delen, 2010), serve como fundamento analítico para compreender a integração entre os recursos humanos, as estruturas operacionais e os meios tecnológicos utilizados durante a pandemia.

Além disso, este trabalho está alinhado com as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em particular os ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), ao contribuir com subsídios para o fortalecimento da educação pública e para a reflexão crítica sobre os processos de transformação digital em contextos universitários. A pandemia não apenas acelerou a digitalização das práticas académicas, mas também expôs desigualdades de acesso, exigindo das instituições o desenvolvimento de estratégias inclusivas e sustentáveis para garantir a continuidade pedagógica e administrativa.

Ao investigar os desafios enfrentados pelos gestores dos sistemas de informação da

FAAC/UNESP durante o isolamento social, com foco nas competências em informação e competências digitais, esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão dos fatores críticos que interferem na mediação tecnológica e no suporte à aprendizagem e ao trabalho em ambientes digitais. Trata-se de uma contribuição empírica e teórica relevante para os estudos sobre gestão da informação em tempos de crise, com implicações para o desenvolvimento de políticas institucionais de formação continuada, inovação digital e inclusão informacional no ensino superior.

Esta investigação justifica-se, adicionalmente, pela pertinência de analisar, a partir do caso da UNESP, as competências acionadas nos processos de mediação e apoio institucional, especialmente em situações de crise.

Referencial Teórico

A fundamentação teórica que sustenta esta investigação estrutura-se a partir de três eixos centrais que se entrelaçam de forma estratégica: a competência em informação, a competência digital e a gestão da informação no âmbito universitário. Esses conceitos constituem a base analítica sobre a qual se desenvolve a compreensão das práticas de mediação informacional e tecnológica implementadas no contexto específico da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), pertencente ao campus de Bauru da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ao considerar o impacto profundo e imediato provocado pela pandemia de Covid-19 nas dinâmicas institucionais do ensino superior, reconhece-se a importância de examinar como tais competências foram mobilizadas e articuladas no esforço de adaptação das rotinas académicas e administrativas a um novo modelo de funcionamento baseado na virtualidade.

A emergência sanitária expôs de forma evidente os limites e potencialidades das instituições de ensino superior no que se refere à sua capacidade de integrar, de forma eficaz e crítica, tecnologias digitais e práticas informacionais coerentes com os desafios contemporâneos. Neste cenário, a figura dos gestores dos sistemas informáticos assume um papel fulcral, não apenas como operadores técnicos, mas sobretudo como mediadores institucionais responsáveis por garantir a continuidade dos processos de ensino, aprendizagem e gestão académica. A acção desses profissionais revela-se, assim, como um ponto de observação privilegiado para avaliar os efeitos da crise sobre a cultura informacional e digital da universidade pública.

Neste quadro, a presente secção dedica-se à apresentação e discussão dos principais referenciais teóricos que embasam a análise proposta. São destacados autores e modelos conceptuais que oferecem suporte consistente à investigação, com especial ênfase nas contribuições de Belluzzo (2007), no que concerne à competência em informação; no modelo DigComp 2.2 (Vuorikari, Kluzer e Punie, 2022), no que respeita à competência digital; e nas abordagens de Choo (2003), Davenport e Prusak (1998) e Alavi e Leidner (2001), que elucidam as inter-relações entre conhecimento, tecnologias e processos de gestão da informação nas organizações. A intersecção entre esses referenciais permite estabelecer um quadro teórico robusto e coerente com os objectivos desta pesquisa, proporcionando bases sólidas para a análise crítica das práticas de mediação implementadas no contexto da FAAC/UNESP durante o período de ensino e trabalho remoto emergencial.

Competência em informação

Segundo Belluzzo (2011), na sociedade contemporânea, o desafio principal não reside mais no acesso à informação, mas na sua utilização eficaz. A competência em informação, ou *information literacy*, é fundamental para que os indivíduos sejam capazes de questionar, interpretar e trocar informações de forma crítica e autônoma. Conceito introduzido por Paul Zurkowski em 1974 nos Estados Unidos, surgiu no âmbito da Biblioteconomia e, ao longo do tempo, expandiu-se para diversas áreas, em especial para a Educação. No Brasil, ganhou expressão a partir dos anos 2000, consolidando-se como um campo ainda emergente.

Entre as principais capacidades associadas à competência em informação, destacam-se: reconhecer necessidades informacionais e

formular questões; identificar, buscar, acessar e localizar informações em diversas mídias; organizar, analisar e avaliar informações; utilizar informações para resolver problemas e gerar aplicações práticas; e apropriar-se criticamente da informação para construir novo conhecimento e desenvolver a capacidade de aprender a aprender (ALA, 1989). Essas competências são consideradas fundamentais em uma sociedade pautada na circulação intensiva de dados e conhecimentos, sendo parte integrante da formação crítica dos sujeitos e da consolidação de uma cultura informacional mais madura.

Belluzzo (2011) propõe um conjunto de etapas para o desenvolvimento da competência em informação. Inicialmente, o sujeito deve ser capaz de definir sua necessidade informacional de forma clara, compreendendo o objetivo da busca. Em seguida, deve identificar a informação necessária, mesmo diante de dificuldades de expressão ou consciência da própria necessidade. O processo subsequente envolve saber localizar informações em fontes diversas, impressas ou digitais, pessoais ou institucionais. O quarto passo é a seleção e organização da informação relevante, interpretando os dados, avaliando sua qualidade e reescrevendo-os em linguagem própria.

Após essa etapa, torna-se essencial avaliar o impacto da informação e agir com ética, respeitando os direitos autorais e a legislação sobre propriedade intelectual. Na sequência, deve-se saber comunicar a informação com clareza, usando os meios apropriados e normas documentais adequadas. Por fim, a última etapa compreende a preservação e reutilização da informação, promovendo a memória institucional e o compartilhamento do conhecimento. Trata-se, portanto, de um ciclo contínuo de busca, apropriação, comunicação e retenção de saberes que requer, além de habilidades técnicas, uma postura crítica e reflexiva diante do universo informacional.

Reafirmamos a atualidade e pertinência das palavras de Barreto (1994), ao afirmar que "A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive" (p. 2).

Nesse sentido, Vitorino (2022) apresenta a utilização de indicadores como estratégia de planejamento e monitoramento da competência em informação. Esses indicadores abrangem aspectos como compartilhamento, aprendizagem, recuperação, transferência e disseminação da informação, além da ação coletiva e da capacidade de associação dos indivíduos. A autora destaca que o conhecimento sobre os utilizadores é essencial para o desenvolvimento de tais indicadores, pois é fundamental compreender como as pessoas se relacionam, se comunicam e utilizam a informação. Ressalta ainda que o acesso à informação é uma das vias para o desenvolvimento da competência em informação e que políticas públicas nessa área *devem* considerar as singularidades dos contextos locais.

Entre os benefícios do uso de indicadores para a Ciência da Informação, Vitorino (2022, p. 22) aponta a capacidade de apreender realidades complexas, fornecer informações especializadas, monitorar oportunidades, orientar decisões estratégicas e avaliar atividades promissoras. A autora enfatiza que os indicadores são instrumentos para a tomada de decisão e não fins em si mesmos. A elaboração e validação desses indicadores exigem esforços multidisciplinares e podem envolver fatores sociais, educacionais, tecnológicos e culturais, refletindo a pluralidade da sociedade informacional contemporânea.

Na literatura sobre competência em informação, Yafushi (2020) compila diversos modelos internacionais amplamente reconhecidos. Entre eles estão o modelo “Information Search Process” (ISP), de Carol Kuhlthau (1993), que abrange as dimensões cognitiva, emocional e física em sete etapas; o modelo “The Research Cycle”, de Mackenzie (1995), centrado na resolução de problemas e na produção de informação; o modelo “BIG6”, de Eisenberg e Berkowitz, estruturado em seis estágios aplicáveis a diversos contextos; e o

modelo “Information Skills” da SCONUL, atualizado em 2011, que define as competências e atitudes esperadas ao longo da formação acadêmica.

Esses modelos funcionam como referências para a formação e avaliação da competência em informação em diversos contextos educacionais e profissionais. Cada um deles oferece um conjunto de etapas e práticas que auxiliam no desenvolvimento sistemático das habilidades informacionais, permitindo que educadores, bibliotecários, gestores e profissionais da informação implementem programas formativos adequados às necessidades dos seus públicos. Além disso, os modelos internacionais favorecem o intercâmbio entre instituições e países, contribuindo para o fortalecimento da cultura informacional em escala global.

Ainda nesse escopo, Alves e Alcará (2014) citam documentos e orientações internacionais essenciais, como a *Alexandria Proclamation* (UNESCO, 2005), as *Guidelines on Information Literacy for Lifelong Learning* (IFLA, 2006), e os documentos da UNESCO e IFLA de 2013. Essas iniciativas fornecem bases normativas e referenciais para a formação de competências informacionais e midiáticas em nível mundial, influenciando políticas educacionais, programas de alfabetização digital e ações de cidadania informacional.

No contexto brasileiro, Belluzzo (2007) propõe um conjunto de cinco padrões de competência em informação, amplamente utilizados em pesquisas na área. Esses padrões compreendem: a determinação da necessidade informacional; o acesso eficaz à informação; a avaliação crítica das fontes; o uso efetivo da informação para obtenção de resultados; e a compreensão das questões legais, econômicas e sociais associadas ao uso da informação. A sistematização desses padrões representa um avanço metodológico importante para a avaliação da maturidade informacional dos indivíduos e organizações.

Diversas pesquisas aplicaram esses padrões, como os estudos de Rosetto e Belluzzo (2017), Santos (2017), Bassetto (2018) e Yafushi (2020), em contextos que variam da educação superior à formação profissional e ao ambiente empresarial. Os resultados dessas investigações destacam o papel da CoInfo no fortalecimento da autonomia, da tomada de decisão e da geração de valor em diferentes esferas sociais e produtivas. Em comum, os estudos demonstram que a competência em informação promove a transformação de dados em conhecimento estratégico e contribui para o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional.

Rosetto e Belluzzo (2016) analisaram a competência em informação em atividades do Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência da PUC/SP, articulando os padrões de Belluzzo com habilidades em TIC, comunicação e cognição. Santos (2017) investigou a CoInfo na formação profissional e tecnológica, destacando lacunas entre docentes e discentes quanto ao uso ético e técnico da informação. Bassetto (2018) enfocou o ambiente empresarial, aplicando os padrões ao Programa ALI do SEBRAE/SP, e demonstrou como os princípios da CoInfo impactam a produtividade, inovação e sustentabilidade. Por fim, Yafushi (2020) explorou o papel da competência em informação na geração de valor em empresas de consultoria, com destaque para o uso das TIC e a criação de novos serviços baseados em conhecimento compartilhado.

Essas abordagens evidenciam que a competência em informação não se limita ao campo acadêmico, mas estende-se ao mercado de trabalho, à gestão de organizações e à vida cotidiana. O desenvolvimento dessa competência é um fator essencial para a formação de sujeitos críticos, criativos e capazes de atuar estrategicamente em contextos diversos e em constante transformação. Portanto, compreender e promover a CoInfo constitui uma demanda urgente para as instituições de ensino, os formuladores de políticas e os profissionais da informação em escala global..

Competência digital

A competência digital refere-se ao conjunto de habilidades necessárias para utilizar tecnologias digitais de forma crítica, segura e eficaz. Este conceito abrange desde o domínio técnico de ferramentas até a capacidade de

pensar criticamente sobre o uso da tecnologia em diferentes contextos sociais, educacionais e profissionais. Neste estudo, adoptou-se como referencial o Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos, o DigComp 2.2, desenvolvido pelo Joint Research Centre da Comissão Europeia (Vuorikari, Kluzer e Punie, 2022). Este modelo organiza a competência digital em cinco áreas principais: literacia em informação e dados, comunicação e colaboração, criação de conteúdo digital, segurança e resolução de problemas.

O DigComp constitui uma referência amplamente utilizada em políticas educacionais e estudos comparativos na União Europeia, por oferecer uma estrutura robusta para avaliar e desenvolver competências digitais em diferentes populações. Sua aplicação permite identificar não apenas as habilidades técnicas de indivíduos, mas também aspectos éticos, sociais e colaborativos envolvidos no uso das tecnologias digitais. Assim, trata-se de uma abordagem abrangente e coerente com os objectivos desta investigação, voltada para a compreensão do impacto da pandemia de COVID-19 sobre as práticas informacionais e digitais no ensino superior público brasileiro.

A relevância do DigComp no contexto universitário brasileiro tem sido reconhecida por estudos como o de Silva *et al.* (2020), que demonstram sua aplicabilidade na análise das competências digitais de professores e estudantes. A adopção deste quadro neste estudo permite o alinhamento com padrões internacionais e favorece a identificação de lacunas formativas, necessidades de desenvolvimento profissional e estratégias de melhoria contínua. Ferrari (2013) reforça que a competência digital não se resume à alfabetização tecnológica, devendo englobar a capacidade de compreender, avaliar criticamente e aplicar as tecnologias digitais em situações reais e complexas.

Com a pandemia de COVID-19 e o consequente isolamento social, as instituições de ensino tiveram que migrar rapidamente para plataformas digitais. Esse movimento abrupto revelou, de maneira evidente, a importância crítica das competências digitais para assegurar a continuidade das atividades académicas. A alfabetização digital, segundo Bawden (2001), está intimamente relacionada à capacidade de acessar e utilizar informações de maneira eficiente e significativa, especialmente no contexto educacional, onde o uso de ferramentas tecnológicas se tornou imprescindível.

Neste sentido, o desenvolvimento dessas competências tem sido discutido por diversos autores e enquadramentos teóricos, entre os quais se destaca o DigComp (Carretero, Vuorikari e Punie, 2017; Vuorikari, Kluzer e Punie, 2022), que define as competências digitais essenciais ao exercício pleno da cidadania na sociedade em rede.

A aplicação do DigComp neste estudo permitiu avaliar as competências digitais de colaboradores e utilizadores, considerando as cinco áreas do modelo: literacia de informação e dados, comunicação e colaboração, criação de conteúdo digital, segurança e resolução de problemas. Cada uma destas áreas contempla exemplos de conhecimentos, competências e atitudes, o que possibilita compreender como se dá o desenvolvimento das habilidades digitais associadas às diferentes dimensões da prática académica.

As competências digitais são hoje consideradas essenciais em contextos educacionais e acadêmicos. Para Carretero, Vuorikari e Punie (2017), essas competências incluem não apenas o domínio técnico das tecnologias digitais, mas também a capacidade de navegar, interpretar e aplicar criticamente a informação disponível em ambientes digitais. No contexto universitário, o desenvolvimento de competências digitais é indispensável, pois permite a integração de tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem, além de contribuir para a eficiência dos sistemas administrativos (Bawden, 2001).

O desenvolvimento e a avaliação das competências digitais têm sido amplamente investigados, especialmente em função da crescente digitalização das práticas educativas. Estudos analisam como essas competências são adquiridas por diferentes perfis institucionais, considerando as especificidades de professores, estudantes e técnicos

administrativos. No caso dos professores, investigações como as de Ilomäki *et al.* (2016) e Redecker (2017) apontam que o desenvolvimento das competências digitais está fortemente relacionado à formação continuada e ao apoio institucional. A ausência de familiaridade com as tecnologias digitais pode comprometer a qualidade do ensino, particularmente em situações emergenciais, como ocorreu durante a pandemia. Ilomäki *et al.* (2016) também destacam que tais competências não se limitam ao domínio técnico, devendo incluir a capacidade de integrar pedagogicamente as tecnologias digitais, de modo a promover aprendizagens significativas e contextualizadas.

Tondeur *et al.* (2017) acrescentam que o desenvolvimento profissional contínuo é crucial para que os professores não apenas dominem ferramentas digitais, mas também adquiram competências pedagógicas e didáticas para utilizá-las de forma eficaz. Para esses autores, a formação docente deve incorporar elementos reflexivos sobre o uso da tecnologia, evitando uma abordagem puramente instrumental.

No que se refere aos estudantes, o desenvolvimento de competências digitais é comumente discutido no âmbito da literacia digital e da alfabetização mediática. Segundo Buckingham (2010), os estudantes devem ser capazes não apenas de operar dispositivos digitais, mas também de analisar criticamente as informações em diferentes formatos e linguagens. Kirschner e De Bruyckere (2017) argumentam que o facto de muitos estudantes serem considerados "nativos digitais" não implica necessariamente que possuam competências digitais avançadas. Ao contrário, muitos enfrentam dificuldades para utilizar as tecnologias de forma crítica e responsável. Assim, cabe às instituições de ensino promover programas sistemáticos de desenvolvimento de competências digitais, visando alinhar a formação académica às exigências do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea.

Em relação aos funcionários administrativos, a transformação digital nas universidades também exigiu um novo conjunto de competências. Belluzzo (2011) defende que a gestão eficaz da informação em ambientes universitários requer domínio técnico e competências informacionais específicas, especialmente no que se refere à manipulação segura de dados. O estudo de Carretero, Vuorikari e Punie (2017) sugere que a avaliação das competências digitais dos funcionários deve incluir a capacidade de inovação, adaptabilidade e domínio de novas tecnologias.

Além do DigComp, outros modelos teóricos, como os de Bawden (2001) e Littlejohn, Beetham e McGill (2012), também contribuem para a compreensão das competências digitais no contexto educacional. O modelo de Bawden enfatiza a relação entre literacia informacional e digital, enquanto o modelo de Littlejohn e colegas propõe a integração contínua das competências digitais no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, o DigComp foi adoptado neste estudo por sua estrutura prática e por permitir uma análise detalhada das competências digitais em diferentes grupos dentro da universidade. O modelo fornece parâmetros objetivos para identificar pontos fortes e fragilidades nos processos de ensino, aprendizagem e gestão. O contexto da pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a necessidade dessas competências, dada a urgência na adaptação às plataformas digitais e à manutenção da qualidade dos serviços educacionais.

Em síntese, o DigComp apresenta-se como um modelo robusto e abrangente para avaliação e desenvolvimento de competências digitais. Ao classificar essas competências em cinco áreas interdependentes, oferece um instrumento valioso para orientar políticas educacionais e estratégias institucionais de capacitação. A sua aplicação em estudos como os de Carretero, Vuorikari e Punie (2017), Redecker (2017) e Vuorikari, Kluzer e Punie (2022) reforça a sua relevância e utilidade prática. Este estudo, ao adoptar o DigComp como referencial, contribui para a compreensão do papel estratégico das competências digitais no ensino superior contemporâneo, especialmente em contextos de crise e transformação acelerada..**2.3 Relação entre competências e gestão da informação**

As competências em informação e digitais não se desenvolvem de forma isolada, sendo fortemente influenciadas pelas estruturas institucionais e pelos sistemas de gestão da informação. No ambiente universitário, essas competências são mobilizadas em práticas como o acesso a bases de dados, a participação em ambientes virtuais de aprendizagem, a criação de conteúdos digitais e a interacção com plataformas administrativas e pedagógicas.

Choo (2003) destaca que a gestão da informação nas organizações depende da articulação entre pessoas, processos e tecnologias. Essa tríade é fundamental para a criação de ambientes informacionais eficazes, nos quais os utilizadores possam desenvolver e aplicar as suas competências. Davenport e Prusak (1998), por sua vez, referem que o conhecimento é gerado a partir da interacção entre dados, informação e contexto, sendo o papel das pessoas central nesse processo.

Durante o período pandémico, a gestão da informação foi posta à prova, exigindo respostas rápidas das instituições. Os gestores de sistemas informáticos, nesse cenário, desempenharam um papel crucial na mediação entre as ferramentas tecnológicas e os utilizadores, garantindo o funcionamento dos sistemas e oferecendo suporte para adaptação às novas condições de ensino e trabalho remoto.

Alavi e Leidner (2001) apontam que os sistemas de gestão da informação devem ser concebidos não apenas como infraestruturas técnicas, mas como espaços de aprendizagem e partilha de conhecimento. Essa perspectiva aproxima-se da proposta de Belluzzo (2007), ao considerar que o desenvolvimento das competências depende de um ecossistema informacional favorável, no qual a mediação humana e institucional tem papel estruturante.

Por fim, a articulação entre competência em informação, competência digital e gestão da informação fornece um quadro analítico robusto para compreender as dinâmicas institucionais em tempos de crise. Esta abordagem permite não apenas identificar fragilidades, mas também propor caminhos para o fortalecimento da cultura informacional e digital no ensino superior público brasileiro.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota abordagem mista, de natureza exploratório-descritiva, com foco na análise da gestão da informação em contexto universitário durante o período pandémico. O recorte aqui apresentado concentra-se na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), uma das principais instituições públicas brasileiras de ensino superior. A pesquisa buscou compreender como as competências em informação e digitais foram percebidas por gestores responsáveis pelos sistemas informacionais da instituição, bem como mapear os impactos ocorridos nas dimensões de pessoas, processos e tecnologias.

A abordagem quantitativa foi conduzida por meio da aplicação de questionários estruturados, e a abordagem qualitativa baseou-se na técnica dos incidentes críticos (CIT), reconhecida por sua capacidade de captar eventos significativos associados ao comportamento humano em contextos organizacionais. A CIT permitiu identificar episódios marcantes vivenciados pelos gestores durante a transição forçada para o ensino remoto, provocada pelas restrições sanitárias da pandemia de COVID-19.

A pesquisa foi aplicada entre agosto de 2023 e fevereiro de 2025, com foco exclusivo na realidade da FAAC/UNESP. Participaram da investigação três gestores vinculados aos sistemas académicos e informacionais da unidade, incluindo responsáveis técnicos e analistas envolvidos na gestão e mediação do uso de plataformas digitais, como o Google Workspace e o ambiente Moodle.

No total, foram aplicados três questionários estruturados aos gestores. Cada instrumento continha dezassete questões, organizadas em três blocos: (i) cinco questões relacionadas à autoavaliação dos próprios gestores quanto às competências em informação, conforme os padrões de Belluzzo (2007); (ii) cinco questões sobre a perceção desses gestores acerca das competências informacionais dos utilizadores

finais (docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos); e (iii) sete questões voltadas à análise das competências digitais, com base no modelo europeu DigComp 2.2 (Vuorikari, Kluzer & Punie, 2022).

As perguntas foram formuladas a partir dos indicadores presentes nos referenciais adotados, incluindo também elementos do Painel TIC COVID-19 (Cetic.br; NIC.br; CGI.br, 2022), o qual orientou a selecção de tecnologias efetivamente utilizadas durante o ensino remoto. A escala de mensuração utilizada foi a de Likert, permitindo uma avaliação graduada das perceções e competências reportadas. A opção por questionários estruturados visou garantir uniformidade na recolha de dados e possibilitar a análise estatística descritiva dos resultados, com identificação de padrões e lacunas.

O universo da pesquisa compreende os gestores dos sistemas informacionais da FAAC/UNESP, que atuaram de forma direta na manutenção, adaptação e apoio técnico aos utilizadores durante o período de maior isolamento social, entre março de 2020 e março de 2022. Esses sujeitos ocupam posição estratégica na organização e foram selecionados devido à sua atuação transversal entre os sectores administrativos, docentes e discentes, o que os torna observadores qualificados dos impactos institucionais da crise sanitária.

A recolha de dados foi precedida de contacto formal com os participantes e envio dos termos de consentimento livre e esclarecido, conforme preconizam os princípios éticos da pesquisa científica. Os documentos foram remetidos por correio eletrónico e, após a devolutiva com anuência, os instrumentos foram aplicados de forma remota. A sistematização dos dados recolhidos foi realizada por meio de folhas de cálculo, com categorização dos resultados conforme os domínios definidos para análise.

A análise dos dados quantitativos concentrou-se na descrição estatística das respostas e na identificação de tendências em relação aos níveis de competência informacional e digital observados. A etapa qualitativa, por sua vez, seguiu a lógica da CIT, focalizando o período de isolamento social como incidente crítico central. Os relatos dos gestores foram organizados a partir da tríade Pessoas, Processos e Tecnologias, permitindo identificar fragilidades, adaptações institucionais e oportunidades de melhoria na gestão da informação.

O quadro conceptual utilizado articula os seguintes eixos analíticos:

Pessoas: competências em informação, segundo os cinco padrões definidos por Belluzzo (2007), tanto na perspetiva de autoavaliação dos gestores quanto na avaliação das competências dos utilizadores;

Processos: competências digitais dos gestores, com base no referencial DigComp 2.2, incluindo habilidades de comunicação, colaboração, criação de conteúdo digital, segurança e resolução de problemas;

Tecnologias: tecnologias utilizadas no contexto do ensino remoto, com base nos dados do Painel TIC COVID-19, considerando ferramentas como plataformas de videoconferência, nuvem, redes sociais e sistemas de partilha de ficheiros.

Os resultados foram organizados em função desses domínios, permitindo observar não apenas o desempenho individual em relação às competências investigadas, mas também os efeitos estruturais sobre a dinâmica da informação na instituição durante a pandemia.

O detalhamento das competências, processos e tecnologias investigadas encontra-se sistematizado em quadros de análise que integram os referenciais de Belluzzo (2007), DigComp 2.2 ((Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022) e Painel TIC COVID-19 (2022), possibilitando uma abordagem integrada e comparável com outras investigações internacionais.

Por fim, esta pesquisa seguiu rigorosamente os preceitos éticos exigidos em estudos com seres humanos, assegurando o anonimato dos participantes e a confidencialidade dos dados obtidos. Nenhuma informação sensível foi divulgada, e os resultados foram apresentados exclusivamente para fins académico-científicos.

Resultados Finais

Os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários e da técnica dos incidentes críticos (CIT) permitiram compreender as percepções dos gestores da FAAC/UNESP sobre as competências em informação e competências digitais dos utilizadores dos sistemas de informação durante o período pandémico. Os resultados são organizados conforme a tríade analítica proposta nesta investigação, Pessoas, Processos e Tecnologias, articulando-se aos referenciais teóricos utilizados: Belluzzo (2007), DigComp 2.2 (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022) e Painel TIC COVID-19 (Cetic.br; NIC.br; CGI.br, 2022). A análise está segmentada por grupo de utilizadores: gestores, docentes, discentes e técnicos-administrativos.

Competências em informação (Domínio: Pessoas)

No domínio das competências em informação, os dados revelaram níveis distintos de desempenho entre os grupos avaliados. Os docentes apresentaram pontuações elevadas nos cinco padrões definidos por Belluzzo (2007), com destaque para a capacidade de acessar a informação de forma eficaz (Padrão 2) e para o uso ético e legal da informação (Padrão 5). Os gestores atribuíram aos docentes um nível satisfatório de competência informacional, destacando sua familiaridade com bases de dados, recursos bibliográficos digitais e práticas de curadoria de conteúdo.

Por outro lado, os discentes demonstraram maiores fragilidades, sobretudo na avaliação crítica das fontes (Padrão 3) e no uso eficaz da informação para alcançar objectivos específicos (Padrão 4). Muitos estudantes, segundo os gestores, apresentavam dificuldades em distinguir fontes confiáveis de conteúdos opinativos ou não validados, especialmente em ambientes digitais informais, como redes sociais e fóruns abertos.

Os técnicos-administrativos, embora não tenham sido o foco central da análise, foram avaliados com desempenho mediano. As competências em informação manifestaram-se de forma mais operacional e restrita ao uso de sistemas internos. O Padrão 1 (identificação da necessidade de informação) e o Padrão 2 (acesso) foram considerados os mais desenvolvidos, enquanto o Padrão 3 (avaliação crítica) foi identificado como ponto de melhoria.

No que se refere aos próprios gestores, a autoavaliação revelou um bom domínio dos cinco padrões, com destaque para a capacidade de utilizar a informação para tomada de decisão (Padrão 4). A experiência acumulada e a atuação transversal na instituição pareceram favorecer uma visão estratégica da informação, com aplicação prática nos processos administrativos e pedagógicos.

Competências Digitais (Domínio: Processos)

Quanto às competências digitais, a análise baseou-se nos cinco domínios propostos pelo DigComp 2.2: Alfabetização em Informação e Dados, Comunicação e Colaboração, Criação de Conteúdo Digital, Segurança e Resolução de Problemas. Os resultados apontam diferenças significativas entre os grupos.

Os docentes demonstraram domínio consolidado das ferramentas de comunicação digital, como plataformas de videoconferência (Zoom, Google Meet) e ambientes virtuais de aprendizagem (Google Classroom, Moodle). Foram considerados competentes nas áreas de comunicação e criação de conteúdo, sobretudo na produção de materiais didácticos digitais. No entanto, dificuldades foram apontadas em relação à segurança da informação, especialmente no uso de senhas, proteção de dados e práticas de cibersegurança.

Entre os discentes, verificou-se uso frequente de tecnologias digitais, mas de forma fragmentada e muitas vezes superficial. A alfabetização digital revelou-se limitada a funcionalidades básicas. Lacunas foram identificadas na criação de conteúdo e na resolução de problemas técnicos. A aprendizagem autónoma mediada por tecnologias exigiu adaptações significativas, e muitos estudantes não dispunham de condições técnicas adequadas em casa, o que impactou negativamente o processo educativo.

Os técnicos-administrativos demonstraram variabilidade no domínio digital. Enquanto

alguns setores apresentaram elevado grau de adaptação, outros mostraram resistência ou dificuldades no uso das ferramentas digitais. Os gestores relataram desafios relacionados à comunicação interna, gestão documental digital e uso eficiente das plataformas colaborativas.

A autoavaliação dos gestores revelou competências digitais robustas, com ênfase em resolução de problemas, uso criativo das tecnologias e atualização contínua das suas competências. O domínio das plataformas institucionais e o envolvimento em decisões estratégicas contribuíram para um desempenho superior nos diferentes domínios do DigComp.

Tecnologias Utilizadas (Domínio: Tecnologias)

A análise do domínio "Tecnologias" concentrou-se na investigação das ferramentas tecnológicas utilizadas durante o ensino remoto, com base no Painel TIC COVID-19. As plataformas de videoconferência (Google Meet, Zoom, Microsoft Teams) foram amplamente adotadas, especialmente por docentes e gestores. O uso de ferramentas de mensagem instantânea (WhatsApp, Telegram) foi referido como essencial para manter a comunicação entre setores e com os estudantes.

O armazenamento e partilha de ficheiros por meio da nuvem (Google Drive, OneDrive) consolidou-se como prática institucional. Contudo, os gestores apontaram que, apesar da disponibilização das ferramentas, muitos utilizadores (especialmente discentes e alguns técnicos) não as utilizavam estrategicamente, limitando-se ao uso reativo e pontual.

Os docentes demonstraram maior protagonismo na adoção de recursos multimédia e na gravação de aulas, promovendo maior acessibilidade e flexibilidade. Já os estudantes, embora utilizassem com frequência as redes sociais, raramente recorriam a canais de vídeo educativos ou plataformas abertas de aprendizagem.

Os gestores identificaram como desafio a ausência de padronização no uso das tecnologias entre departamentos e cursos, o que gerou redundâncias e dificuldades na comunicação institucional. Apontaram ainda a sobrecarga informacional como um obstáculo à gestão eficaz dos processos, sobretudo no período de maior intensidade das medidas de isolamento.

Discussão Geral dos Resultados

A análise dos resultados evidencia a relevância de iniciativas institucionais voltadas à formação continuada em competências informacionais e digitais. A heterogeneidade observada entre os grupos de utilizadores revela a necessidade de estratégias diferenciadas de capacitação, considerando os perfis, funções e contextos específicos.

A tríade Pessoas, Processos e Tecnologias mostrou-se uma lente eficaz para compreender os impactos da pandemia na gestão da informação universitária. A pandemia acelerou processos de digitalização, mas também revelou lacunas estruturais na preparação dos diferentes atores institucionais para o uso crítico e estratégico da informação. Os resultados sugerem que a competência digital e informacional não deve ser tratada como uma habilidade técnica isolada, mas como parte integrante da cultura organizacional.

Dentre os achados mais relevantes, destacam-se: a necessidade de reforçar a avaliação crítica da informação entre discentes; o fortalecimento das práticas de segurança digital entre docentes; a qualificação dos técnicos para uma atuação mais proativa e estratégica; e o reconhecimento do papel dos gestores como agentes articuladores da inovação institucional.

Além disso, os dados sugerem que o ensino remoto, quando bem estruturado, pode ampliar a autonomia dos estudantes e diversificar os modos de acesso à aprendizagem. Para tal, é fundamental que as universidades invistam em políticas de inclusão digital, suporte técnico contínuo e processos colaborativos de gestão da informação.

Os resultados aqui apresentados poderão subsidiar futuras ações institucionais de formação, bem como fomentar o

desenvolvimento de indicadores para acompanhamento das competências em informação e digitais no ensino superior. O estudo reforça a importância de integrar esses indicadores às políticas de avaliação institucional e aos planos de desenvolvimento pedagógico.

Por fim, a análise evidencia que o papel dos gestores na mediação tecnológica e informacional é estratégico para a resiliência organizacional em contextos de crise. Investir no fortalecimento das suas competências e na criação de espaços interdisciplinares de partilha pode contribuir significativamente para a inovação, sustentabilidade e qualidade da educação superior.

Considerações Finais

Os achados da pesquisa evidenciam que o desenvolvimento de competências digitais e informacionais entre os utilizadores da UNESP é fator determinante para a eficácia das práticas académicas e administrativas em cenários digitais. A partir da percepção dos gestores, fica clara a urgência de políticas de formação continuada, voltadas especialmente para os estudantes e funcionários técnico-administrativos, cujas lacunas se revelaram mais expressivas. A pandemia impulsionou a transição digital, mas também expôs vulnerabilidades estruturais na mediação da informação e no uso estratégico das tecnologias institucionais. Neste sentido, a criação de programas institucionais de capacitação, alinhados aos referenciais de Belluzzo e do DigComp 2.2, surge como medida prioritária para consolidar uma cultura informacional crítica, ética e eficiente no contexto universitário.

Através da estrutura analítica desenvolvida com base na tríade Pessoas, Processos e Tecnologias, é possível visualizar de forma abrangente os impactos observados na gestão da informação universitária durante o isolamento social imposto pela pandemia. Este panorama evidencia as transformações institucionais ocorridas na UNESP, permitindo uma leitura sistematizada dos desafios enfrentados e das estratégias adotadas para assegurar a continuidade das atividades académicas e administrativas no período.

A análise dos incidentes críticos relatados pelos gestores, aliada aos resultados obtidos na avaliação das competências informacionais e digitais, reforça que a formação contínua constitui um factor essencial para a resiliência organizacional e para a inovação na gestão da informação. As entrevistas revelaram que, na percepção dos gestores da UNESP, a ausência de programas de capacitação estruturados comprometeu significativamente a adaptação de docentes, discentes e técnicos ao ambiente digital, impactando a eficácia das respostas institucionais ao ensino remoto emergencial.

Além disso, os dados evidenciaram fragilidades na avaliação crítica da informação, no uso eficiente das plataformas digitais e na proteção de dados sensíveis. Essas lacunas apontam para a necessidade urgente de implementação de políticas institucionais robustas e articuladas ao desenvolvimento de competências digitais e informacionais. A ausência histórica de diretrizes específicas para formação continuada neste campo revelou-se um dos principais desafios identificados.

Dessa forma, os resultados da pesquisa permitem afirmar que a formação continuada em competências informacionais e digitais deve ser compreendida como um eixo estruturante da gestão universitária. Tal formação não pode ser tratada como medida remediativa, mas como parte essencial da estratégia institucional, visando garantir a integração eficiente das tecnologias, a optimização dos processos e a promoção da equidade no acesso à informação.

Tornou-se evidente ainda que, mesmo em contextos adversos como o da pandemia, as instituições de ensino superior e os seus membros demonstraram notável capacidade de mobilização e inovação. Os gestores entrevistados expressaram orgulho pelas respostas institucionais adotadas, ainda que em caráter emergencial. A crise actuou como catalisador de soluções criativas, aprendizagem colaborativa e aceleração de processos previamente adiados.

Esta pesquisa oferece contribuições relevantes para o campo da Ciência da Informação, ao apresentar uma análise situada da experiência da UNESP, uma universidade pública brasileira

presencial, diante de um cenário de crise sanitária global. Os resultados permitem identificar boas práticas institucionais e mapear pontos de atenção cruciais para o fortalecimento da cultura informacional em contextos digitais.

Contudo, observou-se também a ausência de uma cultura institucional voltada para a antecipação estratégica. A inexistência de protocolos digitais consolidados, canais de suporte efectivos e programas estruturados de formação continuada comprometeu a eficácia das respostas institucionais no momento de maior exigência. No caso específico da UNESP, apesar de sua reconhecida robustez académica e tecnológica, emergiram fragilidades relacionadas à baixa priorização histórica da gestão da informação como eixo estruturante das decisões organizacionais.

A análise crítica do percurso investigativo conduz à defesa da gestão da informação como uma função transversal, integrada e orientada por uma lógica de prevenção. A construção de planos estratégicos nesse domínio, com metas explícitas de qualificação, inclusão digital, inovação e participação activa da comunidade universitária, deve assumir caráter prioritário nas universidades públicas brasileiras.

Se considerado o cenário actual e suas exigências, a principal recomendação à UNESP seria o desenvolvimento urgente de uma política institucional de gestão da informação centrada no utilizador, sustentada por mecanismos permanentes de escuta, ferramentas acessíveis, capacitação contínua e articulação concreta entre tecnologia, pessoas e processos. A pandemia demonstrou que a improvisação pode assegurar a continuidade operacional da universidade em tempos críticos, contudo, somente o planeamento estratégico é capaz de promover transformações duradouras e sustentáveis.

Contribuições da Pesquisa

Esta pesquisa contribui de forma significativa para a compreensão dos impactos da pandemia de COVID-19 na gestão da informação universitária, ao articular a técnica dos incidentes críticos com a análise das competências digitais e informacionais segundo referenciais consolidados. A estrutura analítica construída, pautada nos domínios de Pessoas, Processos e Tecnologias, revela-se útil não apenas para compreender o contexto da UNESP, mas também como modelo de análise para outras investigações.

No domínio das Pessoas, os resultados mostraram que a transição forçada para o ensino remoto evidenciou lacunas relevantes entre os diferentes públicos institucionais. Os docentes apresentaram maior domínio das competências informacionais, enquanto os discentes e técnicos demonstraram dificuldades mais acentuadas. A ausência de padronização no uso de plataformas, combinada à falta de cultura digital consolidada, comprometeu a eficácia das interacções académicas e administrativas.

No domínio dos Processos, a pandemia demandou reorganizações imediatas nos fluxos informacionais. A UNESP teve de implementar plataformas digitais para ensino, avaliação, comunicação e gestão sem uma base previamente consolidada, o que gerou sobrecarga e tensões entre os diferentes sectores institucionais.

Quanto às Tecnologias, a investigação evidenciou que, embora a universidade já dispusesse de recursos técnicos como Google Classroom e Microsoft Teams, havia carência de políticas estruturadas para integração tecnológica de forma transversal. A conectividade precária de parte dos utilizadores e a insuficiência de suporte técnico foram desafios recorrentes.

Ao sistematizar essas dimensões, o estudo contribui para o fortalecimento da governança digital e reforça a necessidade de alinhar práticas informacionais com as exigências de um ecossistema universitário em permanente transformação. A integração crítica e estratégica entre pessoas, processos e tecnologias constitui, portanto, um caminho promissor para a consolidação da gestão da informação como função central na educação superior.

Recomendações para Pesquisas Futuras

Embora esta investigação tenha alcançado os seus objetivos, é importante reconhecer

algumas limitações. Trata-se de um estudo de natureza exploratório-descritiva, com foco em uma única instituição, o que não permite generalizações diretas para outros contextos universitários. Além disso, a amostra restringe-se a gestores vinculados aos sistemas informacionais da FAAC/UNESP, o que confere à análise um carácter específico, ainda que representativo no âmbito do objecto investigado.

As transformações observadas nas dimensões de pessoas, processos e tecnologias são complexas e exigem aprofundamentos metodológicos em futuros estudos, incluindo abordagens comparativas, recortes longitudinais e investigações interdisciplinares. Assim, embora este trabalho contribua para o avanço do debate sobre competências informacionais e digitais no ensino superior, novas investigações poderão expandir estas reflexões com diferentes perfis e contextos institucionais.

Sugere-se que futuras investigações ampliem o escopo metodológico e institucional, incorporando diferentes perfis de gestores e utilizadores, bem como contextos universitários diversos, incluindo instituições privadas, comunitárias e internacionais. O quadro analítico desta pesquisa, articulando Belluzzo, DigComp 2.2 e o Painel TIC COVID-19, constitui uma base sólida para estudos comparativos e aprofundamentos longitudinais sobre resiliência digital, cultura informacional e políticas de inovação educativa.

Além disso, novas pesquisas poderão explorar a eficácia das políticas implementadas após a pandemia, os impactos da inteligência artificial na gestão universitária e a sustentabilidade das infraestruturas digitais em cenários híbridos. Espera-se que tais estudos contribuam para consolidar a gestão da informação como eixo estratégico da educação superior e reforcem a Ciência da Informação como campo de investigação aplicado à resolução de desafios sociais contemporâneos.

Referências

Alavi, M., & Leidner, D. E. (2001). Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. *MIS Quarterly*, 25(1), 107–136.

ALVES, F. M. M. & ALCARÁ, A. R. (2014). Modelos e experiências de competência em informação em contexto universitário. *Encontros Bibli*, Florianópolis, 19(41), 83-104, https://doi.org/10.5007/1518-2924.2014v19n41p83

American Library Association (1989). *Presidential Committe on Information Literacy: Final report*. Chicago: ALA https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential

Barreto, A. de A. (1994). A questão da informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, 8(4), 1-11.

Bassetto, C. L. (2018). A competência em informação como elemento inovador no apoio às micro e pequenas empresas: uma modelagem teórico-prática aplicável aos programas de capacitação do SEBRAE/SP. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

Bawden, D. (2001). Information and digital literacies: a review of concepts. *Journal of Documentation*, 57(2), 218-259. https://doi.org/10.1108/EUM0000000007083

Belluzzo, R. C. B. (2007). *Construção de mapas: Desenvolvendo competências em informação e comunicação* (2ª ed.). Cá Entre Nós.

Belluzzo, R. C. B. (2011). *Competência em informação: Dimensões e abordagens para sua compreensão e aplicação*. Thomson Learning.

BELLUZZO R. C. B. (2017). O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, n. esp., 47-76. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648.

Carretero, S., Vuorikari, R. & Punie, Y. (2017). DigComp 2.1: the digital competence framework for citizens: with eight proficiency levels and examples of use. Luxembourg: European Union.

Cetic.br, NIC.br, & CGI.br. (2022). *Painel TIC COVID-19: Pesquisa on-line com usuários de internet no Brasil* (4ª ed.). Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20220404170927/painel_tic_covid19_4edicao_livro%20eletronico.pdf

Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: Como as organizações usam a informação para*

criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. SENAC, São Paulo.

Davenport, T. H. & Prusak, L. (1998a). *Working knowledge: How organizations manage what they know*. Harvard Business School Press.

Ferrari, A. (2013). *DIGCOMP: A framework for developing and understanding digital competence in Europe*. Publications Office of the European Union.

Flanagan, J. C. (1973). A técnica do incidente crítico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 21(2), 99–141.

Ilomäki, L., Paavola, S., Lakkala, M. & Kantosalo, A. (2016). Digital competence: an emergent boundary concept for policy and educational research. *Education and Information Technologies*, 21(3), 655-679. https://doi.org/10.1007/s10639-014-9346-4.

Littlejohn, A., Beetham, H. & Mcgill, L. (2012). Learning at the digital frontier: a review of digital literacies in theory and practice. *Journal of Computer Assisted Learning*, 28(6), 547-556. https://doi.org/10.1111/j.1365-2729.2011.00474.x

Kirschner, P. A. & Bruyckere, P. (2017). The myths of the digital native and the multitasker. *Teaching and Teacher Education*, 67, 135-142. https://doi.org/10.1016/j.tate.2017.06.001

Kuhlthau, C. C. (1991). Inside the search process: Information seeking from the user's perspective. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(5), 361–371.

Redecker, C. (2017). *European framework for the digital competence of educators: DigCompEdu*. Luxembourg: European Union.

Rosetto, M. & Belluzzo, R. C. B. (2016). Estudo teórico-prático sobre a competência em informação como fator de interação entre a ciência da informação e história da ciência com o uso de abordagens qualitativas. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society*, 9(2), 107-126. https://doi.org/10.14571/cets.v9.n2.107-126.

Santos, C. A. (2017). Competência em informação na formação básica dos estudantes da educação profissional e tecnológica. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

Silva, M. J., Gomes, R. A., & Oliveira, L. F. (2020). Competência digital de professores universitários: Um estudo a partir do modelo DigComp. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(Esp. 1), 563–581.

Tondeur, J. van Braak, J., Ertmer, P. A. & Ottenbreit-Leftwich, A. (2017). Understanding the relationship between teachers' pedagogical beliefs and technology use in education: a systematic review of qualitative evidence. *Educational Technology Research and Development*, 65(3), 555-575. https://doi.org/10.1007/s11423-016-9481-2

Turban, E., Sharda, R. & Delen, D. (2010). *Decision support and business intelligence systems* (9th ed.). Prentice Hall.

UNESCO (2013). *Global media and information literacy (MIL) assessment framework: country readiness and competencies*. Paris: UNESCO.

Vitorino, E. V. (2022). Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 27(2), 7-36. https://doi.org/10.1590/1981-5344/39996

Vuorikari, R., Kluzer, S., & Punie, Y. (2022). *DigComp 2.2: The digital competence framework for citizens: With new examples of knowledge, skills and attitudes*. Publications Office of the European Union.

Yafushi, C. A. P. (2020). A competência em informação e a agregação de valor sob a ótica do cliente: estudo de caso em ambientes de consultoria. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

MONITORAMENTO DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE SENTIMENTO DE MARCAS NAS MÍDIAS SOCIAIS NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO

Frederico Giffoni de Carvalho Dutra, Universidade Fumec, 0000-0002-8666-0354, Brasil, fgcdutra@gmail.com

Armando Sérgio de Aguiar Filho, Universidade Fumec, 0000-0001-5542-7165, Brasil, armando.filho@fumec.br

Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva, Universidade do Porto, 0000-0003-0491-3758, Portugal, armando.malheiro@gmail.com

Josiane da Costa Vieira Rezende, Universidade Fumec, 0000-0001-9469-8646, Brasil, josiane.rezende@fumec.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6670

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

O desenvolvimento e a popularização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) transformaram profundamente as interações entre empresas, clientes e sociedade, estabelecendo novos paradigmas de comunicação e relacionamento comercial (Dutra, 2020, pp.13). Para Rogers (2019, pp.1), o uso de ferramentas digitais está alterando a forma como clientes descobrem, avaliam, compram e usam produtos, e como compartilham, interagem e mantêm-se conectados com as marcas.

A ascensão da *internet*, o crescimento exponencial da *web* móvel e a constante evolução das plataformas digitais resultaram em um ambiente dinâmico e participativo, onde os consumidores desempenham um papel ativo na geração e disseminação exponencial de conteúdos. Essa transição evidencia a importância estratégica das organizações estarem presentes e atuantes nesses espaços digitais (Oliveira, Maziero & Araújo, 2018; Okada & Souza, 2011).

As motivações para ingresso nesta nova realidade são variadas, seja pelo volume de usuários, pela mudança comportamental do indivíduo ou pelo aspecto de cocriação entre empresas e clientes/parceiros (Massadar, 2018).

Tal aumento se confirma por meio de levantamento da International Telecommunication Union (ITU), Agência especializada das Nações Unidas para tecnologias digitais, cujo relatório apontou que o alcance da *internet* mundial em 2024 foi de 5,5 bilhões de usuários, correspondendo aproximadamente à 65% da população (ITU, 2024).

Com o surgimento de plataformas sociais digitais no Brasil e no mundo, a rápida disseminação desses meios entre o público despertou a atenção de empresas e marcas, que passaram a ver este espaço como fonte de comunicação e de projeção dos negócios. A partir de então, as empresas passaram a se preocupar mais em criar mecanismos sistemáticos para monitorar as marcas e as ações de clientes e outras partes interessadas (Dutra, 2020, pp.18).

No contexto corporativo, as mídias sociais e o ambiente digital não são apenas canais de divulgação, mas também fontes ricas de informações estratégicas. A capacidade de monitorar e analisar dados provenientes desses meios é fundamental para compreender percepções, comportamentos e tendências de mercado, além de responder de forma proativa a crises ou oportunidades. Entretanto, estudos apontam que uma parcela significativa das empresas, cerca de 25%, ainda não utiliza métricas de análise em suas estratégias digitais, o que compromete a eficácia de seus investimentos e ações (Muniz, 2017).

Nesse cenário, destaca-se a importância da gestão da informação (GI) como processo organizacional estratégico. De acordo com Choo (2003, pp. 26), a gestão da informação compreende a identificação, aquisição, organização, armazenamento e disseminação de informações relevantes, visando apoiar a tomada de decisão e o alcance dos objetivos organizacionais. Assim, a capacidade de coletar, interpretar e utilizar adequadamente os dados oriundos das mídias sociais torna-se um diferencial competitivo para as empresas no ambiente digital.

Esta preocupação é legítima, visto que a principal característica das mídias sociais é o rápido compartilhamento de conteúdo entre os públicos, o que pode alavancar ou desestabilizar a imagem e os negócios de uma empresa. Cabe às organizações o papel de se adequar a esta realidade e buscar soluções para mensurar e classificar as informações oriundas destes meios (Muniz, 2017).

Um dos métodos utilizados para esta finalidade é a análise de sentimento, que refere-se à técnica de determinar a opinião ou emoção expressa em um texto, permitindo categorizar essas opiniões em positivas, negativas ou neutras (Pang & Lee, 2008).

Diante do crescente volume de dados gerados nas mídias sociais, a análise de sentimento tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para diferentes setores. Todavia, impõe-se a necessidade de compreender de que maneira a produção científica sobre o tema tem evoluído ao longo do tempo, com ênfase no contexto luso-brasileiro.

Dessa forma, tem-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: quais são as principais características da produção científica sobre análise de sentimento de marcas nas mídias sociais no contexto luso-brasileiro?

O objetivo deste estudo é analisar a produção científica relacionada à análise de sentimento de marcas nas mídias sociais, com ênfase no contexto luso-brasileiro, traçando um panorama sobre o volume de publicações, os principais setores de aplicação, os objetivos perseguidos, os benefícios alcançados e os obstáculos enfrentados pelas empresas pesquisadas.

Referencial Teórico

Monitoramento de informações em mídias sociais e análise de sentimento

Mídias sociais são plataformas digitais projetadas para promover a participação ativa dos usuários, permitindo a criação e compartilhamento de conteúdo em um ambiente colaborativo (O´Reilly, 2005, pp.17). De acordo com Sokolova e Kefi (2020, pp.12), além das publicações, os usuários geram e publicam ativamente conteúdo multimídia, incluindo suas opiniões sobre marcas e produtos.

O uso das mídias sociais ajuda a fortalecer uma marca, além de divulgar produtos e serviços para um público particular. Elas têm um papel fundamental na qualidade dos relacionamentos das empresas com os consumidores e, principalmente, na gestão de sua reputação (Castro, 2013).

Cada vez mais as mídias sociais, tais como Twitter, Facebook e Instagram, são utilizadas como um local para as pessoas desabafarem alguma insatisfação com as empresas. Inclusive, os clientes têm percebido que estão obtendo uma resposta mais rápida das empresas devido à publicação de posts nestes meios de comunicação (Castro, 2013).

Hoje a presença da empresa na *internet* não é mais um diferencial, mas sim algo essencial (Torres, 2013). Sendo a concorrência entre as empresas cada vez mais acirrada, a importância do valor de uma marca forte faz a diferença, sobretudo, em um mundo globalizado, onde todos estão conectados e a troca de informação é muito rápida (Evangelista & Padilha, 2014).

Em pesquisa recente, o Centro Regional de Estudos para a Sociedade da Informação (Cetic.br) traçou um panorama interessante sobre o uso de mídias sociais pelas empresas. O estudo, que analisou empresas dos mais variados setores, descobriu que 78% das empresas consultadas usam, ou ao menos monitoram, uma ou mais ferramentas de mídia social (Agência Brasil, 2020). A mesma pesquisa

descobriu que os principais objetivos das empresas nestas ferramentas são o de aumentar a percepção da marca, gerar marketing boca-a-boca e criar vantagem competitiva.

Se anteriormente as empresas contavam apenas com ferramentas unidirecionais de comunicação, como a TV ou o jornal, o que temos hoje é um cenário onde ouvir pode ser tão ou mais importante quanto falar. Diferente da mídia tradicional, onde recolher o *feedback* é um processo lento e impreciso, no novo mundo digital o retorno que seu consumidor oferece é imediato e espontâneo – e que diz muito sobre a sua empresa, seus produtos e sua forma de construir sua marca (Fernandes, 2010).

Há poucos anos as empresas contavam com pouquíssimos recursos para avaliar a recepção de sua marca ou de seu produto perante o público. Se antes era necessário encomendar caríssimas pesquisas qualitativas para que se pudesse fazer um "raio-x" da sua marca, hoje as mídias sociais funcionam de maneira muito mais efetiva e imediata – como uma "ressonância magnética" corporativa, permitindo a análise detalhada e em tempo real da percepção que o público tem de sua empresa. Mais do que isso, ela disponibiliza ferramentas simples para que sua empresa atue de forma proativa na gestão do relacionamento com o cliente (Fernandes, 2010).

Com sua riqueza de informações, liberdade de expressão, alcance global e o uso ubíquo de ferramentas de comunicação, o bom monitoramento das mídias sociais é capaz de detectar um pequeno ruído antes que ele se transforme em uma grande dor de cabeça.

O monitoramento de informações no ambiente digital pode ser definido como o processo de coleta, análise e interpretação de dados provenientes de fontes digitais. Segundo Kazienko et al. (2013), esse monitoramento busca compreender a interação entre os indivíduos e as plataformas digitais, permitindo a identificação de padrões e sentimentos.

Nessa nova era, denominada era do *big data*, evidenciou-se a importância de analisar o grande volume de dados para as empresas que desejam entender melhor o comportamento do seu consumidor. Neste cenário, os profissionais de *data science* desenvolveram ferramentas para extrair informações e *insights* a partir destes dados (Figueiredo, 2022).

Um dos métodos adotados é a análise de sentimentos, também conhecida como mineração de opinião, que tem o propósito de identificar opiniões polarizadas (positivas, negativas e neutras) sobre determinados temas em bases de dados não estruturadas (Sobkowicz; Kaschesky; Bouchard, 2012).

Para Liu (2012), o princípio da análise de sentimento é extrair a polaridade emocional das interações nas mídias sociais — classificando-as como positivas, negativas ou neutras — e, assim, fornecer *insights* sobre a percepção do público em relação à empresa ou marca (Liu, 2012).

Conforme Aggarwal (2018), a análise de sentimento diz respeito à interpretação da atitude de um sujeito em relação a determinado tópico, o que pode envolver julgamentos, estados afetivos ou comunicações emocionais. Trata-se de um subcampo do processamento de linguagem natural voltado à extração, classificação e análise de opiniões em grandes volumes de dados textuais (Yoon; Elhadad; Bakken, 2013).

De acordo com Mouthami, Devi & Bhaskaran (2013), esse processo envolve a identificação de informações subjetivas em dados não estruturados, por meio da combinação de técnicas de mineração de dados, processamento de linguagem natural, recuperação da informação e gestão do conhecimento.

A origem do conceito de análise de sentimento remonta aos primórdios da mineração de opinião e análise de texto nos anos 2000, à medida que a *internet* e as mídias sociais começaram a gerar volumes massivos de dados textuais. O termo ganhou destaque especialmente com o trabalho de pesquisadores como Liu (2012), que abordou o tema de maneira abrangente em seu livro *"Sentiment Analysis and Opinion Mining"*. Esse

trabalho ajudou a consolidar a análise de sentimento como uma subárea do processamento de linguagem natural (PLN) e da mineração de dados, enfocando a categorização de opiniões em positivas, negativas e neutras para compreender percepções em grande escala.

A rápida ascensão das redes e mídias sociais proporcionou um crescente interesse pela área de análise de sentimentos. A multiplicação de opiniões, avaliações, recomendações e outras formas de expressão *on-line* transformou o reconhecimento e interpretação de dados em valor para as empresas. Afinal, com essas informações é possível gerenciar reputações e identificar novas oportunidades (Figueiredo, 2022).

Com o auxílio da tecnologia da informação, a análise de sentimento reduz drasticamente a necessidade de se lerem grandes quantidades de documentos para extrair opiniões (Yu, Duan & Cao, 2013).

Atualmente, a técnica de análise de sentimento é aplicada sob duas abordagens principais: aprendizagem supervisionada e aprendizagem não supervisionada. A aprendizagem supervisionada exige a classificação manual de amostras da base de dados (ou conjunto de treino) para se criarem padrões baseados no texto que servirão de parâmetro à classificação automática de toda a base de dados com o auxílio de algoritmos de aprendizagem de máquina (Pang & Lee, 2008). Já a aprendizagem não supervisionada é baseada na orientação semântica com base em um conjunto de palavras previamente construído, contendo termos positivos e negativos, de forma que a identificação automatizada da polaridade seja determinada pela frequência desses termos no texto, sem a necessidade de que uma amostra da base de dados seja previamente classificada (Yu, Duan, & Cao, 2013).

Para Yu, Duan & Cao (2013), há três principais razões para escolher a análise de sentimento como uma abordagem de pesquisa: 1) converte grandes volumes de dados não estruturados em informações que permitem previsões sobre questões específicas; 2) constrói modelos para agregar a opinião coletiva e revela informações úteis sobre o comportamento da população para previsão de tendências futuras; 3) possibilita recolher informações sobre a opinião das pessoas a respeito de vários temas.

A origem do conceito de análise de sentimento remonta aos primórdios da mineração de opinião e análise de texto nos anos 2000, à medida que a internet e as mídias sociais começaram a gerar volumes massivos de dados textuais. O termo ganhou destaque especialmente com o trabalho de pesquisadores como Liu (2012), que abordou o tema de maneira abrangente em seu livro "*Sentiment Analysis and Opinion Mining*". Esse trabalho ajudou a consolidar a análise de sentimento como uma subárea do processamento de linguagem natural e da mineração de dados.

Além de ser um indicador da percepção pública, a análise de sentimento também permite que as empresas ajustem suas estratégias em tempo real, oferecendo a possibilidade de respostas rápidas a crises e oportunidades de melhorar o relacionamento com o cliente. Por exemplo, ao identificar um aumento nas menções negativas sobre um produto, uma empresa pode tomar ações corretivas imediatas para mitigar o impacto (Cambria *et al*., 2013).

Um dos principais desafios enfrentados pelas empresas na análise de sentimento é a interpretação correta das nuances e do contexto em que as opiniões são expressas. Sentimentos sarcásticos ou irônicos, por exemplo, podem ser difíceis de identificar por sistemas automatizados (Medhat, Hassan & Korashy, 2014). Por isso, muitas empresas combinam ferramentas de inteligência artificial com a análise humana para garantir maior precisão nos resultados.

Aspectos da análise de sentimento

A análise de sentimentos exige atenção a diversos aspectos técnicos e metodológicos para assegurar resultados precisos e relevantes, a saber:

- Falta de estrutura textual: textos não estruturados podem conter problemas como falta de maiúsculas, gramática inadequada e pontuação inconsistente, dificultando a análise (Figueiredo, 2022);
- Ambiguidade semântica: lidar com palavras que podem ter múltiplos significados, dependendo do contexto (Kumar *et al*., 2017, pp. 1–5);
- Sarcasmo e ironia: reconhecimento de sarcasmo e ironia, que podem alterar o significado do texto, tornando a análise mais complexa. (Tepperman *et al*., 2010, pp. 160–166);
- Pré-processamento de texto: refere-se à limpeza e formatação dos dados textuais, como remoção de *stopwords*, pontuação, abreviações, grafia incorreta e normalização (Manning *et al*., 2008);
- Múltiplos graus de sentimento: identificação de diferentes intensidades emocionais (por exemplo, níveis de ódio, felicidade ou tristeza) presentes em uma opinião (Figueiredo, 2022);
- Escolha do modelo de análise: seleção do modelo adequado - por exemplo modelos baseados em léxico, aprendizado supervisionado ou redes neurais (Pang & Lee, 2008);
- Classificação e avaliação: escolha dos métodos de classificação (como Naive Bayes, SVM) e avaliação da precisão dos resultados (Sebastiani, 2002, pp. 1–47);
- Contextualização do sentimento: Análise do contexto em que a opinião é dada, considerando que a polaridade pode mudar dependendo do contexto (Socher e*t al*., 2013);
- Subjetividade vs. Objetividade: distinção entre textos subjetivos (opiniões, sentimentos) e objetivos (fatos). Análise de frases ou parágrafos muito subjetivos, cuja interpretação pode variar até mesmo entre humanos (Wiebe *et al*., 2005).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa apresenta natureza exploratória-descritiva. Exploratória por ajudar a entender melhor o problema investigado e descritiva por buscar mostrar com clareza o fenômeno estudado (Malhotra, 2009). Do ponto de vista da abordagem, é classificada como qualitativa-quantitativa, o que propicia a determinação causal, previsão e generalização das descobertas (Hoepfl, 1997), bem como a investigação do fenômeno por meios interpretativos, permitindo maior profundidade nas análises.

A técnica de coleta de dados adotada é a pesquisa bibliográfica, fundamentada em artigos científicos para alcançar os objetivos propostos (Gil, 2019). Nesse contexto, os dados foram obtidos por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura, realizada na base Scopus. Neste estudo, optou-se por adotar o Protocolo de Dresch, Lacerda & Antunes Jr. (2015), apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Protocolo de Revisão Sistemática da Literatura

Protocolo	Descrição
Quadro conceitual	A adoção de técnicas inovadoras para a análise de mídias sociais está criando expectativas sobre as futuras oportunidades de inovação e o surgimento de ferramentas que possibilitem utilizar essas mídias como fonte de conhecimento (Criado; Sandoval-Almazan; Gil-Garcia, 2013). Uma técnica promissora é a análise de sentimento. A análise de sentimento é um subcampo do processamento de linguagem natural voltada a extrair, classificar e analisar opiniões sobre diversos temas em grandes volumes de dados textuais (Yoon; Elhadad; Bakken, 2013). Seu objetivo é classificar textos não por tópicos, mas pelo sentimento ou opinião contidos na base de dados (Di Caro; Grella, 2013). Essa é uma técnica que tem como tarefa básica a classificação automática de bases de dados contendo opiniões polarizadas (positivas, negativas ou neutras) sobre temas previamente definidos (Pang; Lee, 2008).
Contexto	Está sendo proposta pelo autor uma pesquisa de pós-doutorado

	sobre a questão do monitoramento de informações e favorabilidade da marca no ambiente digital. Para tanto, entende-se ser importante realizar, preliminarmente, uma análise da produção acadêmico-científica que envolva a temática análise de sentimento.
Horizonte	2008 a 2024
Idiomas	Inglês e português
Critérios de exclusão	CE 1- Estudos cujas palavras-chave não coincidam com os descritores da estratégia de busca CE 2- Estudos diferentes de artigos científicos ou *papers* de congressos/seminários CE 3- Estudos que não versem sobre análise de sentimento no ambiente digital, com foco em mídias e redes sociais CE 4- Estudos duplicados CE 5- Estudos que não tenham origem luso-brasileira
Descritores (termos de pesquisa)	Análise de sentimento, mídias sociais, redes sociais, *sentiment analysis, social media, social network*, com o conectivo booleano AND presente nas palavras-chave do autor
Pesquisar fontes	Scopus

Fonte: Dresch, Lacerda & Antunes Jr. (2015, pp.142).

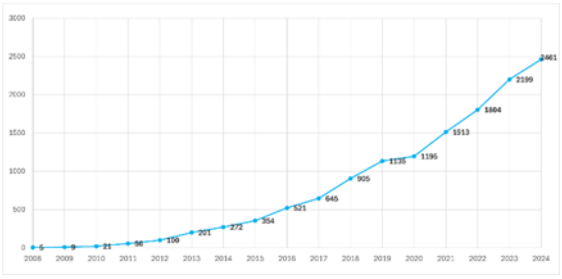
Os resultados serão analisados por meio da análise de conteúdo, definida por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas que descrevem e interpretam o conteúdo das mensagens para revelar informações sobre seu contexto de produção e recepção.

Resultados Parciais ou Finais

A busca na base de dados foi realizada entre os dias 3 e 5 de abril de 2025, resultando na recuperação de 14.929 documentos. Após a aplicação dos critérios de exclusão definidos no protocolo de pesquisa, 14.563 registros foram descartados por inconformidade, totalizando 383 estudos elegíveis para a análise. Dentre estes, 27 documentos foram identificados como duplicados e, consequentemente, excluídos, resultando em um conjunto final de 356 estudos analisados.

Com base nos resultados, foi possível realizar análises referentes ao número de publicações por ano, formato dos documentos recuperados, país de origem das publicações, quantidade de publicação por autor, as áreas temáticas mais representativas, os objetivos dos estudos, assim como benefícios e obstáculos enfrentados pelas empresas.

Figura 1: Número de publicações por ano



Fonte: Elaboração própria (2025).

O aumento substancial no número de documentos ao longo dos anos, conforme ilustrado pelo gráfico, pode ser explicado por diversas razões relacionadas ao avanço da tecnologia, aumento da relevância do tema e mudanças no comportamento digital:

1. Avanço tecnológico e crescimento do uso de mídias e redes sociais: desde 2008, o uso de redes sociais cresceu exponencialmente, levando empresas e pesquisadores a estudar a interação com consumidores e a percepção de suas marcas no ambiente digital. Kaplan & Haenlein (2010) discutem o crescimento e o impacto das mídias sociais no comportamento humano e organizacional. Já Boyd & Ellison (2007) abordam a evolução das redes sociais e seu impacto nas interações digitais;

2. Adoção de tecnologias avançadas: ferramentas de análise de sentimento, como algoritmos de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, se tornaram mais sofisticadas e acessíveis, permitindo análises mais detalhadas e ampliando o interesse acadêmico e comercial. Pang e Lee (2008) forneceram uma visão abrangente sobre o desenvolvimento da análise de sentimentos, destacando o aumento do interesse acadêmico na área. Kitchin (2014) explica o papel do *big data* no avanço de áreas como a análise de sentimentos. Cambria & White (2014) detalham como métodos baseados em inteligência artificial, como redes neurais, elevaram a precisão das análises de sentimentos;

3. Demanda por dados estratégicos e disponibilidade de ferramentas: com o aumento do volume de dados gerados diariamente no ambiente digital, tornou-se crucial identificar padrões de comportamento e sentimentos para decisões baseadas em dados, incentivando a pesquisa sobre análise de sentimento. Cambria *et al*. (2013) abordam como as tecnologias emergentes e as ferramentas de processamento de linguagem natural influenciaram a expansão das análises de sentimentos. Já Liu (2012) explora como a coleta de dados de redes sociais mudou o cenário da pesquisa em análise de sentimentos;

4. Valorização da reputação digital: Empresas passaram a compreender a importância da reputação digital para a fidelização de clientes e para a vantagem competitiva, aumentando a demanda por estudos na área. Jansen *et al*. (2009) discutem como as empresas utilizam as mídias sociais para monitorar e gerenciar a reputação de suas marcas. Culotta (2014) mostra como dados de redes sociais são usados para prever e monitorar percepções organizacionais;

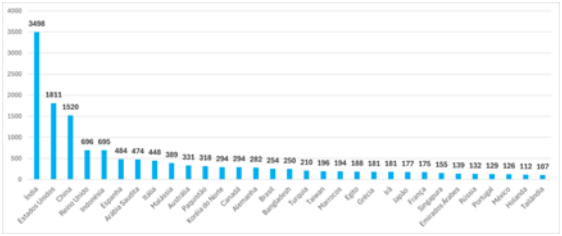
5. Avanço da interdisciplinaridade: o tema análise de sentimento tem atraído o interesse de diversas áreas, como *marketing*, ciência da computação, psicologia, sociologia e administração, ampliando a base de produção acadêmica (Cambria, 2014);

6. Maior pressão por responsabilidade social: empresas enfrentam mais cobranças da sociedade para responder adequadamente a crises e reclamações. Monitorar o sentimento público auxilia na gestão proativa dessas questões;

7. Pandemia de COVID-19: nos últimos anos, a pandemia acelerou a digitalização de interações e levou a um aumento significativo de debates *online*, o que também pode ter contribuído para o aumento dos estudos sobre o tema.

Ao se analisar a temática análise de sentimento no ambiente digital, é interessante identificar a origem das publicações, seja pela nacionalidade, autores ou até mesmo os periódicos com maior incidência. Tais associações estão representadas nos gráficos a seguir.

Figura 2: Número de publicações por país

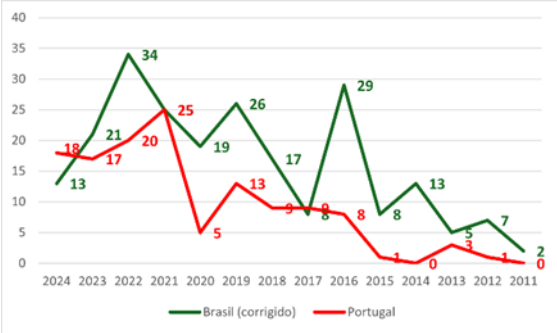


Fonte: Elaboração própria (2025).

O gráfico anterior apresenta a distribuição global dos estudos sobre análise de sentimento por país. Foram elencados os 30 países mais bem ranqueados. Observa-se uma forte concentração na Índia (3.498), seguida pelos Estados Unidos (1.811) e pela China (1.520), evidenciando o papel central desses países na produção científica sobre o tema. A soma de publicações dos 3 países representa 52,85% do volume total. Esses resultados podem ser atribuídos, em parte, à ampla adoção de tecnologias digitais, ao uso intensivo de redes sociais e à existência de grandes volumes de dados textuais disponíveis para pesquisa nessas localidades (Zimbra *et al*., 2018; Pang & Lee, 2008).

O Brasil, por sua vez, ocupa uma posição intermediária, com 254 estudos, o que evidencia um interesse crescente pela temática, embora ainda distante dos polos mais produtivos. Portugal contabiliza 129 publicações, demonstrando também um envolvimento progressivo com o tema, ainda que com um volume inferior. Considerando especificamente a realidade dos dois países analisados, o Gráfico 3 apresenta a evolução das publicações brasileiras e portuguesas ao longo do tempo.

Figura 3: Número de publicações Brasil e Portugal



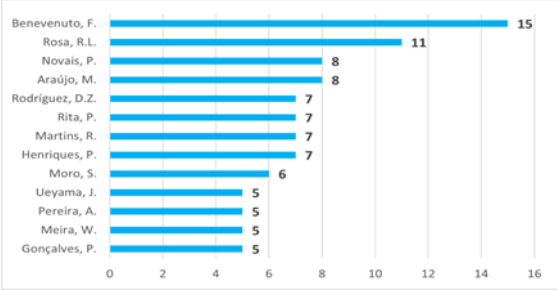
Fonte: Elaboração própria (2025).

O Brasil sempre apresentou números superiores em relação a Portugal em toda a série histórica analisada (2011-2024). Apesar disso, Portugal acompanhou a tendência de crescimento até 2021, evidenciando interesse crescente, mas sem conseguir sustentar o ritmo posteriormente.

Apesar da diversidade de países com publicações, para este estudo foram selecionados apenas documentos oriundos do Brasil e Portugal nos idiomas inglês e português, sendo 339 (88,5%) e 44 (11,5%), respectivamente. Tal resultado corrobora a afirmação de Jahan e Oussalah (2021) de que a análise de sentimentos é uma técnica ainda pouco explorada em estudos em língua portuguesa.

Levando em consideração os autores mais publicados no contexto luso-brasileiro, vale destacar Fabrício Benevenuto, pesquisador brasileiro que aborda em seus estudos as temáticas de análise de comportamento em redes sociais, desinformação e *fake news*, ética e privacidade de dados.

Figura 4: Número de publicações por autor



Fonte: Elaboração própria (2025).

Outro aspecto identificado na análise dos documentos refere-se às Instituições de Ensino Superior (IES) luso-brasileiras com maior volume de publicações. O Gráfico 5 apresenta as instituições que contabilizaram, no mínimo, 10 artigos. As IES com maior número de documentos são a Universidade de São Paulo (34 publicações) e a Universidade Federal de Minas Gerais (30 publicações), seguidas pela Universidade do Minho (20 publicações) e pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (20 publicações).

As instituições citadas são reconhecidas por suas contribuições significativas em áreas como análise de dados, ciência computacional, inteligência artificial e, particularmente, análise de sentimento.

Figura 5: Número de publicações por IES

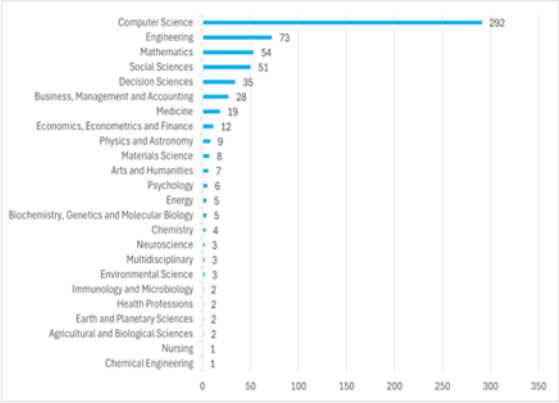


Fonte: Elaboração própria (2025).

No que diz respeito ao formato dos documentos, há predominância dos *papers* apresentados em congressos e conferências (56,3%). Os demais estão representados pelos artigos publicados em periódicos.

Segundo Cambria (2014), a interdisciplinaridade e crescimento do interesse em diversas áreas é uma das razões que explicam o aumento no número das publicações ao longo dos anos. O gráfico 6 evidencia as principais áreas temáticas dos documentos extraídos na RSL.

Figura 6: Relação das áreas temáticas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Com base nos dados apresentados no gráfico, foi possível mapear 24 áreas de atuação e observar a predominância da Ciência da Computação como a principal disciplina associada ao tema, com 292 publicações. Esse volume expressivo reflete a importância do desenvolvimento de algoritmos, técnicas de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, que são fundamentais para implementar métodos de análise de sentimento.

A Engenharia e Matemática possuem, respectivamente, 73 e 54 publicações. Isso reforça o papel dessas áreas como suporte técnico e metodológico, fornecendo as ferramentas matemáticas e computacionais necessárias para a análise de grandes volumes de dados em ambientes digitais.

Com 51, 35 e 28 publicações, respectivamente, as Ciências Sociais e os campos relacionados a Negócios, Gestão e Contabilidade refletem o interesse em compreender o impacto social e econômico das análises de sentimentos. Esses estudos podem abranger temas como comportamento do consumidor, *marketing*, e reputação de marcas em redes sociais.

A área de Medicina (19 publicações) indica o uso da análise de sentimento em contextos como a avaliação de percepções de pacientes, saúde mental e impacto de campanhas de saúde pública.

Há ainda setores menos explorados e com poucas contribuições, como o de Economia, Econometria e Finanças, Física e Astronomia, Artes, Psicologia, Química entre outros. Isso pode indicar um potencial ainda não explorado para aplicar a análise de sentimento em contextos específicos. Por outro lado, também sinaliza o avanço da interdisciplinaridade e a ampla aplicabilidade da análise de sentimento em diferentes campos de estudo.

Considerando os objetivos propostos pelos estudos luso-brasileiros analisados, bem como os benefícios alcançados e os obstáculos enfrentados, os Quadros 2, 3 e 4 a seguir apresentam a síntese dos resultados.

Quadro 2: Objetivos dos estudos

Objetivo	Frequência
Avaliar percepção e reputação de marcas, produtos ou destinos	57
Apoiar estratégias de *marketing* e engajamento	25
Detectar riscos à saúde e comportamento de pacientes	23
Prever comportamentos de consumo ou eleitorais	16
Analisar campanhas de comunicação e impacto de notícias	14
Detectar crises ambientais, políticas ou reputacionais	10
Criar modelos automáticos de recomendação ou classificação	10
Detectar emoções para melhoria organizacional	8

Fonte: Elaboração própria (2025).

O levantamento realizado a partir dos estudos de Portugal e Brasil demonstra que a principal aplicação da análise de sentimento nas mídias sociais é a avaliação da percepção e reputação de marcas, produtos ou destinos. Essa tendência é coerente com o que afirmam Cambria *et al*. (2013), para quem a análise de sentimentos é um instrumento essencial na gestão da imagem corporativa em ambientes digitais altamente dinâmicos.

A utilização da técnica para apoiar estratégias de *marketing* e engajamento, segundo Ghiassi *et al*. (2013), permite às empresas personalizar suas ações com base nas emoções e opiniões expressas pelos consumidores em tempo real. Além disso, o uso da análise de sentimentos na detecção de riscos à saúde e no monitoramento do comportamento de pacientes, como destacado por Calvo *et al*. (2017), revela a expansão do método para

áreas críticas, como saúde pública e bem-estar social.

A previsão de comportamentos de consumo e eleitorais, outra finalidade recorrente nos estudos, é validada pelas observações de Pak & Paroubek (2010), que identificaram o potencial preditivo dos sentimentos extraídos de redes sociais em relação a comportamentos futuros.

Do mesmo modo, Pang & Lee (2008) afirmam que a análise de sentimentos, ao captar flutuações na opinião pública, é uma ferramenta valiosa para identificar crises reputacionais e antecipar tendências.

Finalmente, a aplicação do método na criação de modelos automáticos de recomendação e na detecção de emoções em ambientes organizacionais reflete a expansão do uso da análise de sentimentos como um suporte estratégico para a gestão do conhecimento e a inovação, corroborando as abordagens propostas por Liu (2012) e Feldman (2013).

Dessa forma, evidencia-se que a análise de sentimentos tem se consolidado como uma ferramenta multidisciplinar de valor estratégico em diversos setores. Seu uso está diretamente associado aos benefícios obtidos por organizações que adotam práticas de monitoramento de informações e análise sistemática das percepções e emoções expressas pelos públicos. Os principais benefícios identificados nos estudos analisados estão sintetizados no Quadro 3.

Quadro 3: Benefícios obtidos

Objetivo	Frequência
Melhor compreensão do comportamento do público	44
Apoio à gestão da imagem e reputação	30
Melhor resposta a crises e gestão de riscos	22
Antecipação de tendências sociais e de mercado	17
Redução de custos com pesquisas tradicionais	11
Apoio à tomada de decisão estratégica baseada em dados	16
Agilidade na identificação de problemas internos	7

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os benefícios apresentados no quadro anterior reforçam a análise de sentimento como uma ferramenta estratégica para organizações que buscam aumentar sua competitividade no ambiente digital.

Adicionalmente, tais benefícios têm relação direta com os princípios fundamentais da gestão da informação.

Segundo Choo (2003), a gestão da informação nas organizações envolve identificar, coletar, processar, armazenar, interpretar e usar informações estratégicas para apoiar a tomada de decisão. A análise de sentimentos, ao transformar dados não estruturados das mídias sociais em *insights*, atua como um mecanismo de processamento e interpretação de informações, exatamente como preconiza a GI.

Cada benefício identificado corresponde a uma etapa típica da gestão da informação:

- Compreensão do comportamento = coleta e interpretação de informações relevantes do ambiente externo;
- Gestão da imagem e reputação = uso da informação para monitorar e proteger ativos intangíveis;
- Identificação precoce de crises e riscos = antecipação e resposta com base no monitoramento informacional;
- Antecipação de tendências = análise de dados para projeções futuras e planejamento estratégico;
- Suporte à tomada de decisão = uso da informação para orientar escolhas organizacionais de forma mais fundamentada.

Além disso, a redução de custos com pesquisas tradicionais também é um benefício vinculado à eficiência informacional, pois reflete uma melhor utilização dos recursos para captação e análise de informações.

Portanto, a análise de sentimento não é apenas uma técnica isolada: ela é uma extensão prática das atividades de gestão da informação, adaptada ao contexto digital contemporâneo.

Por outro lado, também foram mapeadas as principais dificuldades e obstáculos enfrentados pelas empresas na implementação dessas atividades, conforme sintetizado no Quadro 4.

Quadro 4: Dificuldades enfrentadas

Desafios	Frequência
Dificuldade de interpretar ironia e sarcasmo	23
Baixa qualidade ou ruído dos dados	25
Problemas de representatividade e viés de amostragem	20
Falta de padronização metodológica	10
Dificuldade com multilinguismo e variações culturais	11
Dependência da qualidade dos algoritmos (*machine learning*)	9
Sensibilidade a polarizações extremas e *fake news*	7
Problemas no pré-processamento de dados (limpeza textual, emojis, *hashtags*)	8
Dificuldade de interpretar sentimentos complexos (ambivalência, múltiplas emoções)	6

Fonte: Elaboração própria (2025).

As razões apontadas no quadro anterior vão de encontro aos aspectos apresentados pelos autores na seção 2.2 do referencial teórico.

A principal barreira identificada refere-se à dificuldade de interpretar ironia, sarcasmo e sentimentos ambíguos nas postagens, uma limitação amplamente reconhecida na literatura por autores como Reyes, Rosso & Veale (2013), que destacam que o humor e a ironia são grandes desafios para os classificadores automatizados.

Outro obstáculo recorrente diz respeito à baixa qualidade ou ruído dos dados coletados em mídias sociais, fenômeno mencionado por Liu (2012), que observa que os textos nas redes sociais são muitas vezes curtos, informais e cheios de variações linguísticas, o que dificulta a análise automática. Além disso, a representatividade limitada das amostras e o viés de seleção surgem como problemas relevantes, especialmente quando os dados analisados provêm de plataformas específicas, como o Twitter, que não representam toda a população (Olteanu *et al*., 2019).

A falta de padronização metodológica entre os estudos também foi apontada como uma dificuldade, alinhando-se às observações de Ribeiro *et al*. (2020), que ressaltam a diversidade de abordagens e a ausência de métricas consensuais na avaliação da acurácia dos modelos. Por fim, obstáculos como a dificuldade de lidar com multilinguismo e variações culturais, a dependência da qualidade dos algoritmos e a sensibilidade a polarizações extremas indicam que, apesar do amadurecimento das técnicas de análise de sentimento, ainda existem importantes barreiras técnicas e conceituais a serem superadas para ampliar a confiabilidade dos resultados.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi investigar a produção científica da análise de sentimento de marcas nas mídias sociais, no contexto luso-brasileiro.

O estudo contribui para a compreensão de um setor relevante em um contexto de crescente presença das pessoas e empresas no ambiente digital e do uso de novas ferramentas, como a inteligência artificial.

Constatou-se que, em um panorama global, a temática está em pleno crescimento, com destaque para países como Índia, Estados Unidos e China. Entretanto, nas realidades de Portugal e do Brasil, o número de publicações tem oscilado em ciclos de crescimento e queda ao longo dos últimos anos.

Essa instabilidade pode ser atribuída a diferentes fatores contextuais e estruturais, como a maturidade dos programas de pós-graduação nos dois países, o grau de institucionalização da ciência da informação e da ciência de dados, bem como à priorização de outras agendas de pesquisa em determinados períodos.

Apesar dessa instabilidade, a análise de sentimento é explorada em diversos setores, com destaque para ciência da computação e engenharia, além de encontrar aplicações em

áreas como negócios, matemática, ciências sociais, gestão e contabilidade, ciências da decisão e medicina. Essa diversidade de abordagens evidencia o avanço da interdisciplinaridade e a ampla aplicabilidade do tema em diferentes campos de estudo.

E as razões que podem explicar este fenômeno são diversas, sendo o avanço da tecnologia, aumento da relevância do tema e as mudanças no comportamento digital.

No que tange aos objetivos pretendidos nos estudos, é possível citar o uso da atividade de análise de sentimento como uma forma estratégica para organizações que buscam aumentar sua competitividade no ambiente digital, seja compreendendo melhor o seu público, reduzindo custos com pesquisas, desenvolvendo agilidade e proatividade na tomada de decisão.

Diante do apresentado, fica evidente que a análise de sentimento não é uma técnica isolada, mas uma aplicação concreta dos princípios da gestão da informação no ambiente digital.

Entretanto, os obstáculos identificados revelam limitações importantes para a consolidação da análise de sentimento em contextos organizacionais. A dificuldade em interpretar ironias e sarcasmos, os ruídos nos dados e os problemas de viés e representatividade ainda comprometem a confiabilidade dos resultados, principalmente em contextos multilinguísticos e culturais, como o luso-brasileiro. Esses achados reforçam a importância de combinar recursos automatizados com análise humana, bem como de desenvolver modelos mais sensíveis ao contexto linguístico e emocional dos textos analisados.

Por outro lado, o estudo apresenta como limitações os seguintes pontos: o foco geográfico restrito, concentrando-se exclusivamente em publicações luso-brasileiras, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos culturais e mercadológicos; a utilização única da base Scopus para a revisão sistemática; e a ausência de uma análise aprofundada das tecnologias específicas empregadas na análise de sentimento, como algoritmos, bibliotecas e plataformas utilizadas nos estudos.

Como propostas para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação do escopo da pesquisa, buscando compreender o panorama em países com maior produção sobre a temática, com a utilização de outras bases de dados além da Scopus, bem como a investigação das ferramentas e tecnologias empregadas na análise de sentimento para a gestão de informações no ambiente digital.

Referências

Agência Brasil. (2020). Cetic.br aponta que 78% das empresas utilizam mídias sociais. Agência Brasil. https://agenciabrasil.ebc.com.br

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo (Edição revista e ampliada). Edições 70.

Aggarwal, C. C. (2018). Machine learning for text. Springer.

Boyd, D. M., & Ellison, N. B. (2007). Social network sites: definition, history, and scholarship. Journal of Computer-Mediated Communication, 13(1), 210–230. https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x

Calvo, R. A., D'Mello, S. K., Gratch, J., & Kappas, A. (2017). The influence of affective computing on human-computer interaction. International Journal of Human-Computer Studies, 50–61. https://doi.org/10.1016/j.ijhcs.2016.09.001

Cambria, E., Schueller, J., Xiao, J., & Liu, Q. (2013). SenticNet: a publicly available semantic resource for opinion mining. In Proceedings of the Twenty-Sixth International Florida Artificial Intelligence Research Society Conference (pp. 67–72).

Cambria, E., & White, B. (2014). Jumping NLP curves: a review of natural language processing research. IEEE Computational Intelligence Magazine, 9(2), 48–57. https://doi.org/10.1109/MCI.2014.2307227

Castro, F. R. (2013). Marketing e redes sociais: como conquistar e manter clientes usando as mídias sociais. Évora.

Choo, C. W. (2003). Gestão da informação para a organização inteligente. São Paulo: SENAC.

Criado, J. I., Sandoval-Almazan, R., & Gil-Garcia, J. R. (2013). Social media and government: A new form of innovation and communication? Government Information Quarterly, 30(4),

434–443. https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.06.004

Culotta, A. (2014). Estimating county health statistics with Twitter. In Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems (pp. 1335–1344). https://doi.org/10.1145/2556288.2557139

Di Caro, L; Grella, M. (2013). Sentiment analysis via dependency parsing. Computer Standards & Interfaces, v. 35, n. 5, p. 442–453, 2013. https://doi.org/10.1016/j.csi.2012.10.005.

Dresch, A., Lacerda, D. P., & Antunes Junior, J. A. V. (2015). Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman Editora.

Dutra, F. G. C. (2020). Monitoramento e uso de informações sobre clientes e marcas em mídias e redes sociais digitais: um estudo em empresas públicas (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais.

Evangelista, R., & Padilha, C. (2014). Gestão de marcas e redes sociais: posicionamento e relacionamento com o consumidor. Editora Intersaberes.

Feldman, R. (2013). Techniques and applications for sentiment analysis. Communications of the ACM, 56(4), 82–89. https://doi.org/10.1145/2436256.2436274

Fernandes, C. M. (2010). Reputação na era digital: como as empresas devem gerenciar sua imagem nas mídias sociais. Novatec.

Figueiredo, M. R. (2022). Análise de sentimentos e big data: o que sua marca está dizendo sem você saber. Atlas.

Ghiassi, M., Skinner, J., & Zimbra, D. (2013). Developing a sentiment analysis model to identify positive and negative opinions in online reviews. Proceedings of the International Conference on Web Intelligence, 1–8. https://doi.org/10.1109/WI-IAT.2013.157

Gil, A. C. (2019). Como elaborar projetos de pesquisa (6. ed.). Atlas.

Hoepfl, M. C. (1997). Choosing qualitative research: A primer for technology education researchers. Journal of Technology Education, 9(1), 47–63. https://doi.org/10.21061/jte.v9i1.554

International Telecommunication Union (ITU). (2024). Measuring digital development: facts and figures 2024. ITU Publications. https://www.itu.int

Jansen, B. J., Zhang, M., Sobel, K., & Chowdury, A. (2009). Twitter power: tweets as electronic word of mouth. Journal of the American Society for Information Science and Technology, 60(11), 2169–2188. https://doi.org/10.1002/asi.21149

Kaplan, A. M., & Haenlein, M. (2010). Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. Business Horizons, 53(1), 59–68. https://doi.org/10.1016/j.bushor.2009.09.003

Kazienko, P., Kaczmarek, M., & Kordos, M. (2013). Multidimensional social network analysis. Springer.

Kitchin, R. (2014). The data revolution: big data, open data, data infrastructures and their consequences. SAGE Publications.

Kumar, P., Ghosh, A., & Sharma, A. (2017). A comprehensive review on semantic ambiguity resolution in sentiment analysis. International Journal of Computer Applications, 160(1), 1–5. https://doi.org/10.5120/ijca2017914240

Liu, B. (2012). Sentiment analysis and opinion mining. Morgan & Claypool Publishers.

Malhotra, N. K. (2009). Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman.

Manning, C. D., Raghavan, P., & Schütze, H. (2008). Introduction to information retrieval. Cambridge University Press.

Massadar, M. C. (2018). Transformações digitais e comportamento do consumidor. UFMG Editora.

Medhat, W., Hassan, A., & Korashy, H. (2014). Sentiment analysis algorithms and applications: A survey. Computers in Human Behavior, 31, 1–17. https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.10.011

Mouthami, K., Devi, K. N., & Bhaskaran, V. (2013). Sentiment analysis and classification based on textual reviews. Procedia Computer Science, 2, 6–11.

Muniz, E. M. (2017). Métricas digitais: como medir o desempenho das ações online. Elsevier.

Okada, A., & Souza, M. R. (2011). Cocriação de conhecimento em redes sociais digitais. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, 10(1), 20-36.

Oliveira, F., Maziero, C., & Araújo, M. (2018). Comportamento digital e estratégias de marketing nas redes sociais. Revista de Comunicação e Tecnologia, 18(2), 45-60.

Olteanu, A., Castillo, C., Diaz, F., & Kiciman, E. (2019). Social data: Biases, methodological pitfalls, and ethical boundaries. Frontiers in Big Data, 2, 13. https://doi.org/10.3389/fdata.2019.00013

O'Reilly, T. (2005). What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. Communications & Strategies, n. 65, p. 17.

Pak, A., & Paroubek, P. (2010). Twitter as a corpus for sentiment analysis and opinion mining. Proceedings of the Seventh Conference on International Language Resources and Evaluation (LREC 2010), 1320–1326. https://www.aclweb.org/anthology/L10-1038

Pang, B., & Lee, L. (2008). Opinion mining and sentiment analysis. Foundations and Trends in Information Retrieval, 2(1–2), 1–135. https://doi.org/10.1561/1500000011

Reyes, A., Rosso, P., & Veale, T. (2013). A multidimensional approach for detecting irony in Twitter. Language Resources and Evaluation, 47(1), 239–268. https://doi.org/10.1007/s10579-012-9196-x

Ribeiro, F. N., Araújo, M., Gonçalves, P., Gonçalves, M. A., & Benevenuto, F. (2020). SentiBench - A benchmark comparison of state-of-the-practice sentiment analysis methods. EPJ Data Science, 9(1), 1-30. https://doi.org/10.1140/epjds/s13688-020-00225-w

Rogers, D. (2019). Transformação digital: repensando o seu negócio para a era digital. DVS Editora.

Sebastiani, F. (2002). Machine learning in automated text categorization. ACM Computing Surveys (CSUR), 34(1), 1–47. https://doi.org/10.1145/505282.505283

Sobkowicz, P., Kaschesky, M., & Bouchard, G. (2012). Opinion mining in social media: modeling, simulating, and forecasting political opinions in the web. Government Information Quarterly, 29(4), 470–479.

Socher, R. e*t al*. (2013). Recursive deep models for semantic compositionality over a sentiment treebank. *In:* EMNLP 2013 – *Proceedings of the 2013 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing*. Seattle, WA: Association for Computational Linguistics, 2013. p. 1631–1642.

Sokolova, K.; Kefi, H. (2020). Instagram and YouTube bloggers promote it, why should I buy? How credibility and parasocial interaction influence purchase intentions. Journal of Retailing and Consumer Services, v.53, p.101742.

Tepperman, J., Lavoie, B., & Rooth, M. (2010). Detecting sarcasm in text. Proceedings of the NAACL HLT 2010 Workshop on Computational Approaches to Analysis and Generation of Sentiment and Subjectivity, 160–166. https://doi.org/10.3115/1866652.1866675

Torres, C. (2013). A bíblia do marketing digital. Editora Novatec, São Paulo.

Wiebe J. et al. (2005). Annotating expressions of opinions and emotions in language. Language Resources and Evaluation, Dordrecht, v. 39, n. 2–3, p. 165–210, 2005.

Yoon, H., Elhadad, N., & Bakken, S. (2013). A practical approach for content mining of Twitter for public health surveillance. Health Informatics Journal, 19(1), 42–56.

Yu, L., Duan, W., & Cao, Q. (2013). The impact of social and conventional media on firm equity value: a sentiment analysis approach. Decision Support Systems, 55(4), 919–926.

Zimbra, D., Abbasi, A., Zeng, D., & Chen, H. (2018). The state-of-the-art in opinion mining and sentiment analysis: a review. ACM.

SISTEMA IBEROAMERICANO DE REDES DE BIBIBLIOTECAS (SIRBI): ambiente de diálogo, intercâmbio e cooperação

Wellington Santos Silva, Universidade Estadual Paulista (UNESP), https://orcid.org/0000-0002-0975-9596, Brasil, *ws.silva@unesp.br*

Cláudio Marcondes de Castro Filho, Afiliação, Universidade de São Paulo (USP), https://orcid.org/0000-0003-0889-4291, Brasil, *claudiomarcondes@ffclrp.usp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6671

RESUMO: A Agenda 2030 da ONU, por meio de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade –, orienta a transformação dos sistemas educacionais globais. Neste contexto, as redes de bibliotecas escolares públicas emergem como instrumentos estratégicos para ampliar o acesso à informação, promover a inclusão e fomentar a aprendizagem. Esta pesquisa revisa e mapeia, de forma comparativa, as estruturas, os marcos legais e as práticas institucionais de redes de bibliotecas escolares públicas em 10 países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), descritas pelo Sistema Iberoamericano de Redes Nacionais de Bibliotecas (SIRBI). Com base em dados documentais, análise de conteúdo (Bardin, 2021) e revisão sistemática da literatura, os resultados evidenciam que, embora existam particularidades em cada modelo, as experiências regionais apontam para a importância da integração por meio das TICs, da descentralização administrativa e da cooperação interinstitucional. Tais achados oferecem subsídios para a proposição de diretrizes estratégicas para a implementação de uma rede nacional de bibliotecas escolares robusta no Brasil.

Palavras-chaves: Agenda 2030; ODS 4; Bibliotecas Escolares Públicas; Redes; Inclusão; TIC; Educação de Qualidade.

RESUMEN: La Agenda 2030 de la ONU, a través de sus Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), especialmente el ODS 4 – Educación de Calidad –, orienta la transformación de los sistemas educativos globales. En este contexto, las redes de bibliotecas escolares públicas surgen como instrumentos estratégicos para ampliar el acceso a la información, promover la inclusión y fomentar el aprendizaje. Esta investigación revisa y mapea comparativamente las estructuras, los marcos legales y las prácticas institucionales de redes de bibliotecas escolares públicas en diez países de América del Sur (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela), descritas por el Sistema Iberoamericano de Redes Nacionales de Bibliotecas (SIRBI).. A partir de datos documentales, análisis de contenido (Bardin, 2021) y revisión sistemática de la literatura, los resultados evidencian que, aunque existen particularidades en cada modelo, las experiencias regionales destacan la importancia de la integración mediante las TIC, la descentralización administrativa y la cooperación interinstitucional. Estos hallazgos ofrecen aportes para la formulación de directrices estratégicas orientadas a implementar una red nacional sólida de bibliotecas escolares en Brasil.

Palavras-clave: Agenda 2030; ODS 4; Bibliotecas Escolares Públicas; Redes; Inclusión; TIC; Educación de Calidad.

ABSTRACT: The UN's 2030 Agenda, through its Sustainable Development Goals (SDGs), especially SDG 4 – Quality Education – guides the transformation of global educational systems. In this context, public school library networks emerge as strategic tools to expand access to information, promote inclusion, and foster learning. This study reviews and compares the structures, legal frameworks, and institutional practices of public-school library networks in ten South American countries (Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Peru, Uruguay,

and Venezuela), as described by the Ibero-American System of National Library Networks (SIRBI). Based on documentary data, content analysis (Bardin, 2021), and a systematic literature review, the results show that although each model has its particularities, regional experiences highlight the importance of integration through ICTs, administrative decentralization, and interinstitutional cooperation. These findings provide support for the development of strategic guidelines aimed at implementing a robust national school library network in Brazil.

Keywords: Agenda 2030; SDG 4; Public School Libraries; Networks; Inclusion; ICT; Quality Education.

Introdução

A Agenda 2030 das Nações Unidas configura-se como um pacto global firmado entre os Estados, orientando-os à adoção de estratégias integradas de desenvolvimento sustentável em suas políticas e ações. Nesse contexto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) – que versa sobre a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade – incide de forma direta sobre os sistemas educacionais, demandando transformações estruturais e institucionais. Com base em dados preliminares extraídos do Sistema Iberoamericano de Redes Nacionais de Bibliotecas (SIRBI), este estudo empreende uma revisão crítica e um mapeamento das redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul, analisando sua articulação frente às diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030.

A pesquisa, de caráter documental e qualitativo, utiliza a análise de conteúdo (Bardin, 2021) e uma Revisão Sistemática da Literatura [RSL] (Brasil, 2021) para triangulação de fontes [leis, relatórios, estudos científicos etc.] (Gil, 2008).

A educação de qualidade é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, conforme o ODS 4 da Agenda 2030. Em meio aos desafios contemporâneos – desigualdades de acesso, disparidades regionais e a rápida evolução tecnológica – as redes de bibliotecas escolares emergem como instrumentos cruciais para democratizar a informação e promover a inclusão social.

A escolha do Sistema Iberoamericano de Redes Nacionais de Bibliotecas (SIRBI) como uma das principais fontes de dados nesta pesquisa justifica-se por sua relevância enquanto repositório institucional que consolida informações sistematizadas sobre políticas, estruturas e práticas das redes de bibliotecas escolares no contexto ibero-americano, além de promover um ambiente de diálogo, intercâmbio e cooperação. O SIRBI destaca-se por promover o intercâmbio técnico entre países, favorecer a comparabilidade entre modelos organizacionais e evidenciar a centralidade das bibliotecas escolares como agentes de promoção da leitura, inclusão digital e desenvolvimento sociocultural (CEPAL, 2021; UNESCO, 2022).

Além disso, sua interface digital oferece dados atualizados, acessíveis e alinhados com diretrizes internacionais de monitoramento das metas da Agenda 2030, especialmente aquelas relacionadas ao fortalecimento de ambientes escolares equitativos e informacionalmente qualificados (UNESCO, 2015).

Com base nessas informações, esta pesquisa realiza uma análise comparativa das redes de bibliotecas escolares públicas em 10 países da América do Sul, com o intuito de compreender suas formas de organização, os marcos legais que as sustentam e as estratégias de implementação adotadas. A análise visa identificar padrões, lacunas e potencialidades que possam subsidiar políticas públicas no Brasil, contribuindo para o fortalecimento e a expansão dessas redes em consonância com os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) – Educação de Qualidade, que reconhece a importância de ambientes de aprendizagem inclusivos, seguros e equitativos como condição para o exercício pleno do direito à educação (UNESCO, 2020; Silva & Castro Filho, 2023).

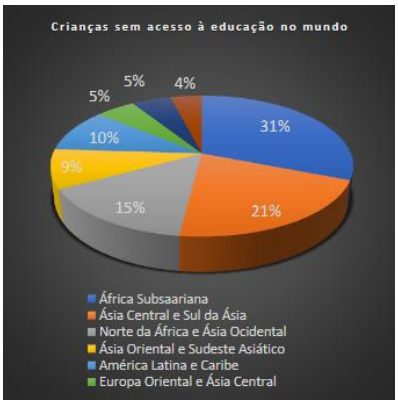
A relevância das bibliotecas escolares transcende o simples armazenamento de livros; elas são espaços de encontro, cultura e aprendizagem – capazes de transformar o ambiente educacional. Estudos internacionais

ressaltam que sistemas integrados de bibliotecas ajudam a reduzir desigualdades e promovem a cidadania por meio da inclusão digital e do acesso ao conhecimento (Castro Filho, 2018).

A escolha de países sul-americanos como objeto de estudo baseia-se tanto na afinidade cultural e linguística quanto na diversidade dos modelos regionais. Essa comparação possibilita identificar os pontos fortes e os desafios existentes, oferecendo subsídios para a proposta de um modelo ajustado à realidade brasileira.

Dados do Relatório Anual da UNESCO reforçam a disparidade global no acesso à educação e às tecnologias. Enquanto regiões desenvolvidas dispõem de total acesso à infraestrutura educacional (100% das escolas primárias com eletricidade na Europa e América do Norte), outras, como a África Subsaariana, permanecem em condições críticas. Tal desigualdade evidencia a urgência em promover a democratização do acesso à informação. Na América do Sul, apesar de haver avanços, se reproduzem os mesmos desafios – especialmente em contextos de baixa renda e alta vulnerabilidade (UNESCO, 2023).

Gráfico 01 – Percentual de crianças sem acesso à educação



Fonte: UNESCO, 2023

Portanto, o objetivo central desta pesquisa é desenvolver um modelo que, a partir do mapeamento e análise das redes existentes, revele caminhos para o estabelecimento de uma rede de bibliotecas escolares públicas no Brasil mais robusta e alinhada à Agenda 2030 e seus ODS.

A problemática central decorre dos baixos índices de desempenho educacional apontados em avaliações internacionais (como o PISA) e da necessidade de ações estruturantes para reverter esse quadro (OCDE, 2023).

As bibliotecas escolares, quando estruturadas em rede, potencializam o acesso à informação, formam cidadãos críticos e colaboram com o sistema educacional. Tais redes podem reduzir disparidades sociais ao oferecer espaços inclusivos e equipados, onde o custo operacional não faça barreira ao acesso do conhecimento (Castro Filho, 2018).

Objetivo Geral: Analisar as redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul, mapeando suas práticas informacionais, educacionais e ações culturais à luz da Agenda 2030 e do ODS 4.

Objetivos Específicos:

- Identificar e descrever os modelos de redes de bibliotecas escolares em 10 países sul-americanos.
- Comparar os marcos legais e estruturas organizacionais que regem essas redes.
- Evidenciar práticas de inclusão, uso de TICs e estratégias de cooperação interinstitucional.
- Propor diretrizes para a implementação de uma rede integrada de bibliotecas escolares no Brasil.

Como já elencado, a importância dos espaços de leitura vai além da simples oferta de acervos: as bibliotecas escolares modernas são centros de promoção cultural, educacional e de inclusão. Estudos internacionais ressaltam que a expansão e o fortalecimento desses espaços podem reduzir desigualdades e fomentar o desenvolvimento social (IFLA, 2016).

Ao analisar os modelos de 10 países da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela – baseia-se na diversidade de suas experiências institucionais. Essa análise se torna relevante não só para entender os desafios da região, mas também para fornecer subsídios teóricos e práticos que possam

orientar a formulação de políticas públicas no Brasil.

Referencial Teórico

A promoção da educação de qualidade, conforme estabelecido pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030, exige a criação de ambientes que garantam o acesso à informação, cultura e conhecimento. Nesse contexto, as bibliotecas escolares públicas se configuram não apenas como repositórios de livros, mas como espaços dinâmicos de aprendizagem e inclusão social, fundamentais para a formação crítica dos cidadãos.

Segundo Silva (2022), o livro assume papel central na emancipação do indivíduo ao difundir cultura e propiciar o acesso ao conhecimento. Essa ideia é complementada por Maroto (2012, pp. 75), que ressalta a importância da biblioteca escolar como "centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela coletividade", estabelecendo o primeiro contato dos alunos com o patrimônio científico e cultural. Assim, a biblioteca deixa de ser um mero espaço de armazenamento e passa a ser um ambiente propício para a construção do saber.

Com a evolução das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o conceito de biblioteca também passou por transformações. Castells (1999, pp. 567) define "rede" como um conjunto de nós interligados que, por meio de sistemas comunicacionais, possibilitam a expansão ilimitada do acesso à informação. No contexto escolar, essa abordagem merece destaque, pois a inserção de TICs tem permitido a criação de redes de bibliotecas – modelos que rompem as barreiras físicas e possibilitam uma gestão integrada e colaborativa, conforme argumentam Castro Filho (2018, pp. 23-24). Dessa forma, a modernização das bibliotecas escolares se articula a uma lógica de rede, onde os espaços de leitura se interconectam para oferecer um ambiente inclusivo e eficaz.

A importância dessas redes é ressaltada pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2016) que, segundo Anna & Costa (2020, pp. 512), elaborou diretrizes para que bibliotecas e seus profissionais se envolvam ativamente na implementação de ações sustentáveis, contribuindo para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Nesse sentido, o paradigma da rede não se restringe à integração física, mas envolve também a digitalização dos acervos e a criação de ambientes colaborativos virtuais, como evidenciado por Santos & Amaral (2020, pp. 37). A convergência de recursos informacionais, educacionais e culturais através das TICs é, portanto, um elemento crucial para ampliar o alcance e a eficácia das redes de bibliotecas escolares.

Além disso, a análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2021, pp. 129), permite distinguir a relevância de diferentes dimensões no funcionamento destas redes – a dimensão informacional, educacional, cultural e social. Estudos recentes indicam que as melhores práticas de redes integradas, destacadas na literatura (Barbosa *et al*., 2020; Camillo *et al.*, 2019), evidenciam a necessidade de políticas públicas que promovam a cooperação interinstitucional, a formação continuada dos profissionais e a aplicação de tecnologias modernas para modernizar e democratizar o acesso à informação.

Em síntese, o referencial teórico apresentado baseia-se na interseção entre as contribuições da biblioteca escolar na formação do leitor e a teoria das redes, que privilegia a integração, a interconexão e a cooperação. Esta abordagem fornece subsídios essenciais para compreender como redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul podem apoiar os esforços para alcançar o ODS 4, promovendo a inclusão, a equidade e o desenvolvimento sustentável.

Assim, ao integrar as dimensões cultural, educacional e tecnológica, as redes configuram-se como instrumentos indispensáveis para a transformação social e para a construção de uma educação de qualidade, conforme os preceitos da Agenda 2030.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem documental qualitativa e exploratória, sustentada por pressupostos epistemológicos que reconhecem a complexidade dos fenômenos informacionais e educacionais nas

suas múltiplas dimensões político-institucionais, culturais e sociais. A escolha por métodos qualitativos se ancora na perspectiva interpretativista, segundo a qual a compreensão dos significados sociais, das práticas institucionais e das políticas públicas requer uma análise aprofundada das construções discursivas e dos contextos históricos que as moldam (Minayo, 2014; Guba & Lincoln, 1994).

Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) constitui o primeiro eixo metodológico da pesquisa, sendo concebida não apenas como um levantamento técnico, mas como um processo crítico e reflexivo de mapeamento do estado da arte. O recorte temporal (2015–2023), as bases selecionadas (BRAPCI e BDTD) e os critérios de inclusão centrados na relevância temática e na originalidade dos estudos permitem identificar tendências, lacunas e contribuições científicas no campo das bibliotecas escolares em rede e sua interface com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade.

Mais do que uma etapa preliminar, a RSL cumpre papel estratégico ao subsidiar a fundamentação teórica e à problematização empírica da tese. A seleção criteriosa dos estudos contribui para a legitimação científica da análise e para o alinhamento com os referenciais internacionais de avaliação de políticas públicas informacionais e educacionais (Santos & Amaral, 2020).

Análise de Conteúdo

A segunda dimensão metodológica, a Análise de Conteúdo segundo Bardin (2021), é adotada com o objetivo de operacionalizar a interpretação sistemática dos dados documentais. Por meio da codificação e categorização temática, é possível evidenciar os discursos normativos, as diretrizes institucionais e os valores subjacentes aos documentos legais, relatórios técnicos e estudos de caso que compõem o corpus analítico da pesquisa.

A técnica de Bardin permite explorar os sentidos explícitos e implícitos nos textos, o que é particularmente relevante para captar as representações simbólicas da biblioteca escolar como espaço de mediação informacional, formação cidadã e promoção da diversidade. Assim, a análise não se limita à descrição dos conteúdos, mas busca decifrar as tensões, contradições e silenciamentos presentes nos discursos estatais e intergovernamentais sobre o papel das redes de bibliotecas escolares no desenvolvimento sustentável e na equidade educacional (Foucault, 2008; Apple, 2006).

Triangulação de Fontes

A triangulação de fontes, por sua vez, reforça o rigor metodológico da pesquisa ao integrar múltiplas perspectivas e origens de dados: documentos legais, estatísticas oficiais (IBGE, INEP), relatórios de organismos internacionais (UNESCO, OCDE) e literatura acadêmica especializada. Essa estratégia favorece uma análise comparativa robusta entre os diferentes contextos nacionais da América do Sul, possibilitando identificar padrões, assimetrias e singularidades nos arranjos político-administrativos das redes de bibliotecas escolares.

Ao adotar a triangulação, o estudo busca transcender análises unidimensionais e promover uma compreensão mais holística das condições estruturais, dos marcos regulatórios e das práticas informacionais que impactam diretamente a efetivação do ODS 4. A triangulação também se articula com o princípio da validade cruzada, conferindo maior fidedignidade às inferências produzidas (Gil, 2008; Flick, 2009).

Considerações Reflexivas

Essa metodologia integrada contribui para desvelar não apenas as estruturas institucionais das redes, mas também os desafios históricos que envolvem a construção de políticas públicas voltadas à educação inclusiva e à justiça informacional. Ao priorizar a análise crítica de documentos e discursos, o estudo evidencia que o fortalecimento das bibliotecas escolares em rede está diretamente relacionado à capacidade dos Estados nacionais em promover marcos normativos coerentes, financiamento sustentável e gestão participativa, com atenção à diversidade cultural e às desigualdades territoriais.

O estudo assume, portanto, uma perspectiva crítica que não se limita à descrição

do existente, mas se propõe a problematizar as ausências, os conflitos e as disputas por hegemonia que perpassam os campos da informação e da educação. A abordagem documental, nesse contexto, se revela como um instrumento potente de resistência epistemológica, ao permitir que os dados sejam compreendidos à luz de suas determinações históricas e sociopolíticas, e não como meros repositórios neutros de verdades (Santos, 2007).

Resultados Parciais

A análise comparativa das redes de bibliotecas escolares públicas em dez países sul-americanos, fundamentada nas informações sistematizadas pelo Sistema Iberoamericano de Redes Nacionais de Bibliotecas (SIRBI), permitiu a identificação de padrões normativos, operacionais e estruturais que evidenciam diferentes estágios de maturidade institucional, ao mesmo tempo em que revelam convergências importantes. Tais redes não se configuram apenas como suportes administrativos para o acervo físico, mas como instâncias estratégicas de mediação cultural, inclusão digital e democratização do conhecimento (IFLA, 2016; Castro Filho, 2018).

Um dos principais achados refere-se ao papel dos marcos legais como pilares fundamentais para a institucionalização das redes. Em países como Argentina, Chile e Colômbia, a existência de legislações específicas – que vão desde leis de fomento ao livro até a criação de sistemas nacionais de bibliotecas escolares – assegura uma base jurídica sólida para sua consolidação. No entanto, a efetividade dessas redes depende da articulação desses instrumentos legais com políticas intersetoriais de financiamento, capacitação profissional e inovação tecnológica (UNESCO, 2020; Barbosa *et al.,* 2020).

A integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desponta como elemento central na modernização das redes analisadas. Observou-se que os países com maior desenvolvimento em suas redes – como Chile, Uruguai e Argentina – investiram na digitalização de acervos, na interoperabilidade de sistemas e na criação de plataformas colaborativas, expandindo o alcance informacional para além dos espaços físicos das escolas. Tais estratégias se alinham ao conceito de rede informacional de Castells (1999), que compreende os nós de uma rede como elementos dinâmicos conectados por fluxos de informação, promovendo uma gestão distribuída e eficaz do conhecimento.

Outro aspecto central identificado foi a descentralização administrativa. Essa característica, presente especialmente em países como Bolívia, Paraguai e Equador, possibilita a adaptação das redes às especificidades culturais, étnicas e geográficas dos territórios, promovendo um modelo de bibliotecas escolares mais sensível às realidades locais. Contudo, a descentralização exige um alto grau de coordenação interinstitucional e capacidade técnica – dimensões ainda frágeis em contextos como o brasileiro, onde a recente criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) por meio da Lei nº 14.837/2024 marca um avanço jurídico, mas esbarra em desafios operacionais e tecnológicos (Brasil, 2024; Silva & Castro Filho, 2023).

De modo geral, os dados parciais indicam que as redes mais eficazes compartilham três pilares estruturantes: (i) **amparo legal robusto**, com normativas claras e aplicáveis; (ii) **adoção de TICs como ferramentas estruturantes**, ampliando o acesso, conectividade e gestão; (iii) **cooperação interinstitucional vertical e horizontal**, que permite integração entre níveis de governo, escolas e instituições culturais (Anna & Costa, 2020; UNESCO, 2023).

Esses elementos reforçam que as redes de bibliotecas escolares devem ser compreendidas como ecossistemas informacionais que integram dimensões educacionais, culturais e tecnológicas. Assim, o fortalecimento dessas redes, especialmente no Brasil, requer mais do que investimentos pontuais: exige uma política pública sistêmica, sustentável e alinhada ao ODS 4 da Agenda 2030, que promova ambientes de aprendizagem equitativos, inovadores e conectados com as necessidades contemporâneas de formação cidadã.

Considerações Parciais

A síntese dos dados obtidos revelou que os 10 países analisados apresentam redes de bibliotecas escolares públicas com modelos diversificados, mas com pontos convergentes:

- A existência de um arcabouço legal que sustenta a implantação e manutenção das bibliotecas.
- A adoção de TICs para modernizar os acervos e facilitar a inclusão digital.
- A descentralização administrativa que adapta as políticas às realidades regionais.

Os diagramas hierárquicos extraídos dos documentos oficiais evidenciam a existência de estruturas organizacionais que conectam órgãos de governo – desde ministérios centrais até secretarias regionais – aos serviços fornecidos pelas bibliotecas escolares. Essa integração é fundamental para alcançar os objetivos de inclusão e de melhoria dos índices educacionais, neste artigo descreveremos os dados e apresentaremos os organogramas de forma suscinta em benefício de um entendimento amplo dos modelos sul-americanos vigentes. Salientamos que as formas descritas podem e devem sofrer alterações conforme as estruturas políticos-administrativas vigentes a época de cada país analisado.

Argentina

Na Argentina, a consolidação das redes de bibliotecas escolares públicas reflete-se em um arcabouço normativo sólido e articulado, cuja materialização ocorre por meio de legislações específicas — notadamente as Leis nº 25.446/2001, 26.058/2005, 26.206/2006 e 26.917/2013. Essas normativas conferem não apenas legitimidade institucional às bibliotecas escolares, mas também as inserem de forma estratégica no cerne das políticas públicas educacionais e informacionais do país.

Aprofundamento teórico

Essa arquitetura normativa revela uma compreensão avançada da biblioteca escolar como instrumento de política pública e de justiça informacional (Weller, 2010; Silva & Araújo, 2021), superando sua tradicional função de repositório passivo e incorporando-a como agente de transformação educacional e inclusão sociocultural. À luz da teoria das políticas públicas (Parsons, 2002), as legislações argentinas demonstram coerência interna e alinhamento com o ciclo de formulação, implementação e avaliação de políticas, com foco na institucionalização de práticas informacionais sustentáveis e no fortalecimento da equidade.

Do ponto de vista epistemológico, o reconhecimento da biblioteca como espaço de mediação entre sujeitos, saberes e práticas sociais dialoga com as concepções críticas de Paulo Freire (1987), segundo as quais o acesso ao conhecimento deve ser um direito universal, e não um privilégio. As redes de bibliotecas escolares, nesse contexto, operam como estratégias de democratização do saber, contribuindo para a formação leitora crítica e para o fortalecimento da cidadania informacional.

Além disso, os marcos legais em vigor sinalizam uma clara articulação com os princípios da Agenda 2030 da ONU, especialmente no que se refere ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que preconiza a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e à meta 4.a, que menciona explicitamente a necessidade de ambientes de aprendizagem eficazes e inclusivos — nos quais as bibliotecas escolares desempenham papel central.

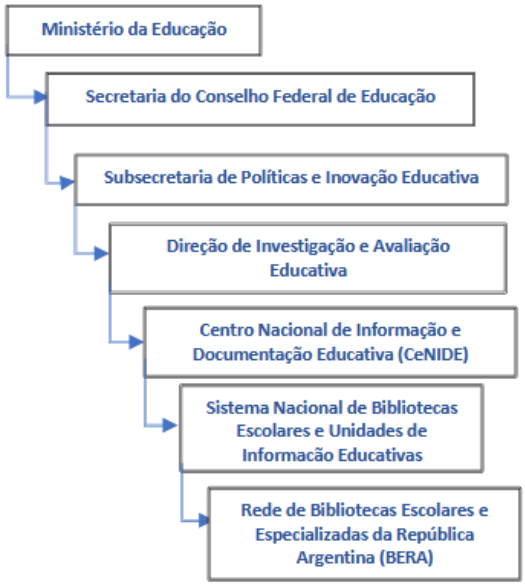
Considerações reflexivas

A experiência argentina oferece um exemplo paradigmático de como a presença normativa estatal pode ser determinante para a consolidação de redes de bibliotecas escolares públicas. Ao institucionalizar sua existência, regular seu funcionamento e vinculá-las aos projetos educacionais nacionais, o Estado argentino reconhece a informação como bem público e a biblioteca como infraestrutura crítica para o desenvolvimento humano.

Porém, a efetividade dessas políticas não depende apenas do marco legal, mas de sua capacidade de transposição em práticas concretas, o que demanda financiamento contínuo, capacitação de recursos humanos, articulação federativa e monitoramento sistemático. Como alerta Gramsci (2000), as

instituições educacionais, entre elas as bibliotecas, são também espaços de disputa ideológica, razão pela qual sua consolidação como agentes emancipatórios exige atenção constante à correlação de forças políticas e ao papel dos sujeitos sociais na sua defesa e reinvenção.

Gráfico 2 - Rede de Bibliotecas Escolares e Especializadas – Argentina – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

Bolívia

A Bolívia apresenta um modelo de rede de bibliotecas escolares públicas caracterizado por sua capilaridade territorial e sensibilidade sociocultural, sustentado por um arcabouço normativo que inclui a Lei da Educação "Avelino Siñani–Elizardo Pérez" (Lei nº 070/2010) e a Lei do Livro e da Leitura (Lei nº 366/2013). Tais legislações conferem fundamentos institucionais para a constituição de bibliotecas escolares enquanto espaços de mediação intercultural, promoção da leitura e valorização dos saberes locais**,** refletindo o compromisso do Estado plurinacional com uma educação descolonizadora, inclusiva e situada.

5.2.1 Aprofundamento teórico

O modelo boliviano se alinha às perspectivas da educação como direito coletivo e emancipatório, conforme autores como Freire (1987) e Santos (2010), ao reconhecer que o acesso à informação e à leitura deve respeitar os contextos socioculturais e as epistemologias dos povos historicamente marginalizados. A ênfase na descentralização – isto é, na possibilidade de adaptação regional das diretrizes do Ministério da Educação – reforça a ideia de gestão democrática e contextualizada da informação, aspecto fundamental para o êxito de políticas de bibliotecas em países marcados pela diversidade étnica e geográfica.

Além disso, o modelo boliviano encontra respaldo em concepções contemporâneas de redes de bibliotecas escolares como ecossistemas sociotécnicos e interculturais, cuja legitimidade e sustentabilidade dependem da articulação entre políticas públicas educacionais, participação comunitária e práticas pedagógicas alinhadas à realidade local (Neves & Oliveira, 2020). A biblioteca, nesse sentido, não é pensada como estrutura periférica ao currículo, mas como espaço integrador, vital à formação integral dos sujeitos e à construção de uma educação crítica e transformadora.

Considerações reflexivas

A experiência boliviana aponta para um caminho alternativo e promissor na consolidação de redes de bibliotecas escolares públicas: aquele que reconhece a pluralidade de saberes e valoriza a cultura como vetor da educação. A combinação entre centralidade normativa e flexibilidade local permite que as bibliotecas operem de maneira contextualizada, plural e resiliente, desafiando a lógica homogênea dos sistemas educacionais centralizados e monoculturais.

No entanto, os desafios permanecem significativos, especialmente em relação à infraestrutura, formação continuada de profissionais, financiamento e conectividade digital. Tais limitações, se não enfrentadas de forma intersetorial e participativa, podem comprometer a efetividade das políticas já institucionalizadas. A análise crítica do caso boliviano, portanto, reforça a necessidade de considerar as bibliotecas escolares não apenas como dispositivos técnicos ou pedagógicos, mas como espaços estratégicos para a justiça

cognitiva, a inclusão social e a construção da cidadania informacional, em consonância com os princípios da Agenda 2030 e o ODS 4.

Gráfico 3 - Rede de Bibliotecas Públicas e Escolares – Bolívia – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

O modelo apresentado destaca a descentralização, permitindo que as diretrizes do Ministério da Educação sejam adaptadas regionalmente, considerando a diversidade étnica e cultural.

O diagrama hierárquico demonstra que, embora a nomenclatura formal de "rede" seja menos evidente, o sistema organiza sua oferta de serviços com foco na inclusão e na promoção de literatura local, contribuindo para a diminuição das disparidades educacionais.

Brasil

No Brasil, a consolidação de redes de bibliotecas escolares públicas encontra-se em estágio incipiente e em processo de institucionalização, ainda que respaldada por avanços normativos recentes. A promulgação da Lei nº 14.837/2024, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), representa um marco importante no reconhecimento da biblioteca escolar como componente essencial da política educacional. Esta legislação articula-se com normativas anteriores de relevância estratégica, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), a Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares (Lei nº 12.244/2010) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), formando um arcabouço jurídico que confere legitimidade, finalidade e direcionalidade política ao papel das bibliotecas no processo educativo.

Aprofundamento teórico

O modelo brasileiro reflete um esforço para alinhar-se às concepções contemporâneas de bibliotecas escolares enquanto instrumentos de justiça informacional e inclusão educacional (Weller, 2010; Silva & Neves, 2022), capazes de promover a formação leitora, o pensamento crítico e o engajamento cívico. A implementação do SNBE sinaliza o reconhecimento institucional do papel das bibliotecas escolares na mediação de saberes, na superação das desigualdades de acesso à informação e na construção de uma educação integral — conforme preconiza o ODS 4 da Agenda 2030, sobretudo em suas metas 4.a e 4.5.

No entanto, a formalização legal, embora necessária, não é suficiente para garantir a efetividade das políticas públicas. Conforme Grindle & Thomas (1991), a diferença entre formulação e implementação de políticas decorre frequentemente de fatores contextuais, como capacidade técnica dos entes gestores, instabilidade institucional, ausência de financiamento contínuo e falta de articulação entre setores. Esses desafios são particularmente visíveis no caso brasileiro, onde a criação do SNBE ainda carece de regulamentação detalhada, mecanismos de governança eficazes e integração com as agendas digitais da educação.

Além disso, é preciso destacar que as políticas para bibliotecas escolares no Brasil têm sido historicamente marcadas por descontinuidade, baixa prioridade orçamentária e ausência de diagnóstico sistêmico.

Considerações reflexivas

A experiência brasileira ilustra a tensão entre avanços normativos e fragilidades estruturais no campo das bibliotecas escolares. Por um lado, observa-se um conjunto articulado de leis que reconhecem a importância da biblioteca no contexto educacional e promovem sua universalização. Por outro, persiste um

descompasso entre o ideal normativo e as condições concretas de implementação — especialmente no que se refere à integração tecnológica, à formação dos profissionais da informação, à atualização dos acervos e à inserção das bibliotecas nas práticas pedagógicas cotidianas.

O desafio do Brasil, nesse sentido, não reside apenas na expansão da infraestrutura física, mas na reconfiguração simbólica e funcional da biblioteca escolar como espaço de inovação pedagógica, de inclusão digital e de construção do protagonismo estudantil. Isso exige o fortalecimento do papel do bibliotecário escolar como mediador cultural e educador, bem como o engajamento de gestores públicos e comunidades escolares na defesa de políticas sustentáveis, interdependentes e transformadoras.

A partir dessa perspectiva, o SNBE deve ser compreendido não apenas como uma nova estrutura legal, mas como uma plataforma estratégica para o redesenho da política nacional de leitura, informação e educação, com base nos princípios da equidade, do pluralismo e da participação democrática. Sua efetivação é um passo crucial para a realização do ODS 4, mas depende, sobretudo, de vontade política, mobilização social e continuidade institucional.

Ministério da Educação (MEC)

Gráfico 4 - Rede Nacional de Bibliotecas Escolares – Brasil – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

O diagrama hierárquico referente ao modelo brasileiro revela uma articulação inicial entre o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as secretarias estaduais e municipais de educação e as unidades escolares. No entanto, essa estrutura ainda se encontra em fase de consolidação operando predominantemente por meio de ações pontuais e fragmentadas sem a existência cabal de uma Rede Nacional de Bibliotecas Escolares Públicas.

Chile

O Chile apresenta uma das redes de bibliotecas escolares públicas mais estruturadas, modernas e institucionalizadas da América do Sul, consolidada por meio dos Centros de Recursos para a Aprendizagem (Redes CRA), um programa que integra diretamente as bibliotecas escolares ao sistema educacional nacional. Essa rede é respaldada por um conjunto normativo robusto, que inclui a Lei do Livro (Lei nº 19.227/1993), a Lei de Fomento das Bibliotecas Públicas (Lei nº 19.928/2003) e a Lei Geral de Educação (Lei nº 20.370/2009). Em conjunto, essas legislações conferem à biblioteca escolar um papel estratégico na formação cidadã, na inclusão digital e no fortalecimento da qualidade educacional.

Aprofundamento teórico

O sistema chileno pode ser compreendido à luz das concepções contemporâneas de bibliotecas escolares como ambientes de aprendizagem mediados por tecnologias e por práticas de letramento múltiplo (Kuhlthau, 2004; Coiro *et al.,* 2008). A integração entre biblioteca, currículo e ambiente digital representa um avanço significativo na direção de uma escola conectada aos desafios do século XXI — especialmente no que se refere à formação crítica de leitores e cidadãos aptos a navegar em ecossistemas informacionais complexos e dinâmicos.

A efetividade das redes CRA está fortemente ligada à atuação do Ministério da Educação chileno, que oferece orientações curriculares, financiamento, formação continuada para profissionais e mecanismos de

avaliação. A centralidade da biblioteca escolar como eixo do processo educativo é coerente com as diretrizes da Agenda 2030 da ONU, particularmente no âmbito do ODS 4, que enfatiza a equidade, a inclusão e a aprendizagem ao longo da vida. Com um índice de analfabetismo inferior a 3%, o Chile apresenta resultados educacionais que atestam a eficácia de políticas públicas que reconhecem a informação como direito e a biblioteca como infraestrutura educacional crítica.

Adicionalmente, a institucionalização das bibliotecas CRA exemplifica uma aplicação bem-sucedida da lógica de redes educacionais como sistemas colaborativos e distribuídos, nos quais o conhecimento circula e se transforma a partir de interações entre sujeitos, contextos e tecnologias (Castells, 1999; Dussel, 2012). O modelo tecnológico chileno, portanto, vai além da mera informatização: ele configura-se como estratégia de equidade e inovação pedagógica, reforçando o papel da biblioteca como instância de justiça social.

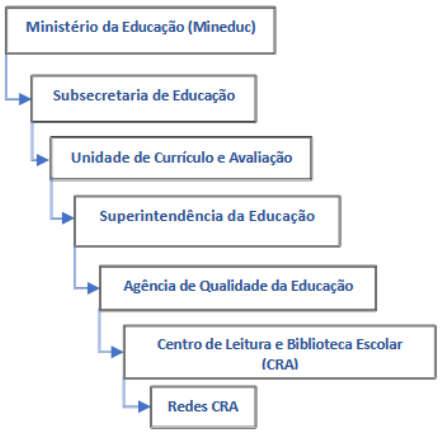
Considerações reflexivas

O caso chileno revela que a consolidação de redes de bibliotecas escolares de qualidade exige ação estatal coordenada, financiamento contínuo, clareza normativa e valorização profissional. Ao articular legislação específica, políticas públicas estáveis e mecanismos de governança educacional, o Chile oferece um modelo de referência regional sobre como integrar bibliotecas ao cotidiano das escolas, com impacto concreto sobre os indicadores de aprendizagem e inclusão.

Contudo, é importante reconhecer que a manutenção desse sistema requer vigilância democrática, especialmente diante de mudanças políticas e econômicas que podem comprometer a continuidade de políticas redistributivas e inclusivas. A aparente solidez do modelo chileno não exclui os riscos da despolitização da informação, da padronização curricular excessiva e da concentração de conteúdos digitais sob controle corporativo. Assim, a crítica freiriana permanece pertinente: é necessário que as bibliotecas continuem sendo espaços de formação da consciência crítica e de diálogo entre saberes, e não apenas centros de reprodução de conteúdo (Freire, 1987).

O modelo chileno evidencia que tecnologia e inclusão não são dimensões excludentes, mas complementares, desde que fundamentadas em um projeto pedagógico humanista, democrático e socialmente referenciado. Nesse sentido, as Redes CRA materializam uma prática institucional que aproxima o país dos compromissos assumidos com o ODS 4, com destaque para as metas de promoção da leitura, redução de desigualdades educacionais e garantia de ambientes escolares seguros, acessíveis e inovadores.

Gráfico 5 – Rede de Bibliotecas Escolares – Chile – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria, 2024.

O diagrama hierárquico do Chile evidencia uma estrutura verticalizada, onde o Ministério da Educação coordena diretamente as redes e os centros de recursos, garantindo eficiência operacional e alinhamento com políticas educacionais.

Colômbia

Na Colômbia, as redes de bibliotecas escolares públicas apresentam-se como um modelo em constante aprimoramento, caracterizado por estrutura normativa consolidada, forte articulação interinstitucional e foco na

territorialização das políticas educacionais e informacionais. O sistema é sustentado principalmente por dois marcos legais: a Lei Geral de Educação (Lei nº 115/1994), que define a biblioteca escolar como parte essencial da infraestrutura pedagógica das instituições de ensino, e a Lei da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (Lei nº 1379/2010), que estabelece diretrizes para a integração e modernização das bibliotecas no território colombiano, incluindo as escolares.

Aprofundamento teórico

A política colombiana para bibliotecas escolares encontra respaldo em concepções que compreendem a informação como um direito humano fundamental (UNESCO, 2014; Silva & Gómez, 2019) e a leitura como prática sociocultural e emancipadora. A atuação coordenada do Ministério da Educação com o Instituto Colombiano para a Avaliação da Educação (ICFES) exemplifica uma abordagem baseada em evidências, permitindo não apenas a avaliação da presença física das bibliotecas, mas também seu impacto sobre os indicadores educacionais — como proficiência em leitura, equidade e permanência escolar.

Do ponto de vista epistemológico, o modelo colombiano aproxima-se das concepções de redes informacionais como sistemas sociotécnicos interdependentes, nos quais a mediação humana e a dimensão territorial são essenciais para a eficácia das políticas públicas (Castells, 1999; Willinsky, 2006). A aposta na integração regional e cultural — com adaptações às demandas específicas de comunidades indígenas, afro-colombianas e camponesas — confere ao modelo características de resiliência e justiça cognitiva, aproximando-o das epistemologias do sul e das pedagogias interculturais (Santos, 2010; Walsh, 2009).

A estrutura hierárquica, porém descentralizada, permite uma governança multinível: enquanto o nível central formula e coordena as diretrizes, os níveis locais (departamentais e municipais) operam com relativa autonomia para adaptar os serviços das bibliotecas escolares às realidades educacionais, linguísticas e socioeconômicas de seus territórios.

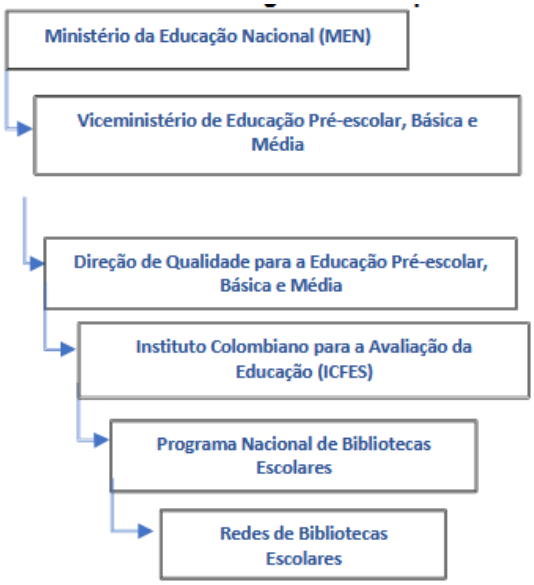
Considerações reflexivas

O caso colombiano evidencia a importância da articulação entre política pública, planejamento territorial e valorização da diversidade cultural como pilares para a consolidação de redes de bibliotecas escolares eficazes. A presença de um programa nacional voltado especificamente às bibliotecas escolares, aliado a mecanismos de monitoramento institucionalizados, diferencia a Colômbia de países onde essas estruturas ainda não foram plenamente implementadas ou carecem de estratégias sistêmicas de avaliação.

Todavia, desafios importantes persistem, especialmente nas áreas mais isoladas e vulneráveis, onde a infraestrutura tecnológica, a conectividade e a formação continuada dos mediadores de leitura ainda são insuficientes. O êxito do modelo colombiano depende, portanto, da manutenção do financiamento público, da superação das desigualdades territoriais e da continuidade das políticas mesmo em contextos de instabilidade política.

A experiência colombiana sugere que a biblioteca escolar, para além de um espaço físico, deve ser compreendida como plataforma relacional de diálogo, identidade e transformação educativa, alicerçada na escuta ativa das comunidades e na promoção de práticas informacionais inclusivas. Ao conectar suas políticas educacionais à Agenda 2030, a Colômbia contribui para a construção de um modelo de educação equitativa e plural, no qual as bibliotecas desempenham um papel estruturante para o ODS 4, sobretudo nas metas relacionadas à qualidade da aprendizagem, redução de desigualdades e valorização da diversidade cultural.

Gráfico 6 – Rede de Bibliotecas Escolares – Colômbia – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

O diagrama institucional da Colômbia evidencia um modelo de governança educacional multinível, no qual a articulação entre instâncias nacionais e regionais se dá de forma coordenada e orientada por políticas públicas que privilegiam a equidade no acesso à informação. Tal estrutura revela um compromisso com a inclusão social e com a implementação de práticas avaliativas contínuas, fundamentais para assegurar a efetividade das redes de bibliotecas escolares.

Equador

No Equador, o desenvolvimento das redes de bibliotecas escolares públicas está fundamentado em um arcabouço legal que articula educação, cultura e diversidade. As principais referências normativas são a Lei Orgânica de Educação Intercultural (Lei nº 417/2011), que rege o sistema educacional em sua totalidade e reconhece o caráter plurinacional do Estado equatoriano, e a Lei Orgânica de Cultura (Lei nº 913/2016), que estabelece as diretrizes para a gestão de instituições culturais, incluindo bibliotecas como dispositivos de promoção da cidadania cultural.

Neste contexto, as bibliotecas escolares são vistas como espaços de encontro entre epistemologias diversas, o que amplia sua função para além do acervo e da leitura instrumental — situando-as como mediadoras interculturais que viabilizam a convivência entre o conhecimento tradicional e o científico (Walsh, 2009).

Aprofundamento teórico

O modelo equatoriano dialoga com teorias da justiça cognitiva e da pluralidade epistêmica, ao propor que a biblioteca escolar não deve reproduzir unicamente os cânones do saber hegemônico, mas também acolher e promover saberes ancestrais e locais (Santos, 2010; Tuhiwai Smith, 2012). O investimento em modernização tecnológica, por meio da digitalização de acervos e da integração das bibliotecas a plataformas online educativas, tem contribuído para o fortalecimento da equidade no acesso à informação, especialmente em regiões de difícil acesso físico.

Contudo, o processo enfrenta desafios estruturais importantes, como a escassez de recursos humanos especializados, a baixa cobertura de conectividade em áreas rurais e a necessidade de formação continuada de mediadores de leitura com sensibilidade intercultural. Além disso, a sustentabilidade das políticas públicas depende da articulação intersetorial entre educação, cultura, ciência e tecnologia, bem como da continuidade administrativa e orçamentária diante de possíveis instabilidades políticas.

Considerações reflexivas

O caso equatoriano evidencia uma tentativa sólida de construir redes de bibliotecas escolares inclusivas, multiculturais e digitalmente integradas, conectadas aos princípios constitucionais do “Buen Vivir” (Sumak Kawsay) e ao reconhecimento dos direitos coletivos dos povos originários. Nesse sentido, alinha-se diretamente ao ODS 4 da Agenda 2030, especialmente às metas que tratam da educação equitativa, inclusiva e de qualidade, bem como do respeito à diversidade cultural e linguística.

As bibliotecas escolares, nesse cenário, tornam-se mais do que espaços de leitura — configuram-se como núcleos de mediação simbólica e de fortalecimento da cidadania informacional, contribuindo para a transformação das estruturas de exclusão e

invisibilização cultural que historicamente marcaram a América do Sul.

Gráfico 7 – Rede de Bibliotecas Escolares – Equador – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria, 2024.

O diagrama hierárquico evidencia uma estrutura de governança educacional em que a vinculação direta entre o Ministério da Educação e as redes bibliotecárias locais possibilita a implementação de políticas informacionais mais responsivas às realidades territoriais. Essa configuração favorece a adaptação dos serviços às especificidades culturais, linguísticas e tecnológicas de cada região, refletindo uma abordagem descentralizada e sensível à diversidade sociocultural, fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e contextualizada.

Paraguai

O Paraguai tem empreendido esforços para a ampliação e consolidação de suas redes de bibliotecas escolares públicas com base em um arcabouço jurídico em contínuo aprimoramento. Destacam-se as seguintes normativas: Lei de Fomento ao Livro (Lei nº 24/1991), Lei Geral de Educação (Lei nº 1264/1998), Lei de Bibliotecas Públicas (Lei nº 5035/2013) e, mais recentemente, a Lei de Fomento ao Livro e à Leitura (Lei nº 7140/2023). Esse conjunto normativo confere sustentação legal às políticas públicas voltadas à democratização do acesso à leitura e à informação no âmbito escolar.

Aprofundamento teórico

O caso paraguaio insere-se em um contexto latino-americano em que a biblioteca escolar passa a ser compreendida como instituição mediadora de direitos. Isso significa que ela não apenas disponibiliza livros, mas age como agente promotor da equidade informacional e da justiça educacional (Dudziak, 2003). A inclusão da leitura no centro da política educacional indica um avanço em direção ao cumprimento das metas do ODS 4 da Agenda 2030, especialmente no que tange à alfabetização plena e ao acesso igualitário ao conhecimento.

Contudo, persistem desafios estruturais. A falta de padronização nos acervos, a ausência de formação continuada de bibliotecários escolares, a fragilidade da infraestrutura tecnológica e os níveis desiguais de financiamento público comprometem a consolidação das redes no país. Além disso, a efetividade da descentralização depende de um arranjo federativo funcional, com capacidades institucionais suficientes em nível subnacional – o que nem sempre é garantido.

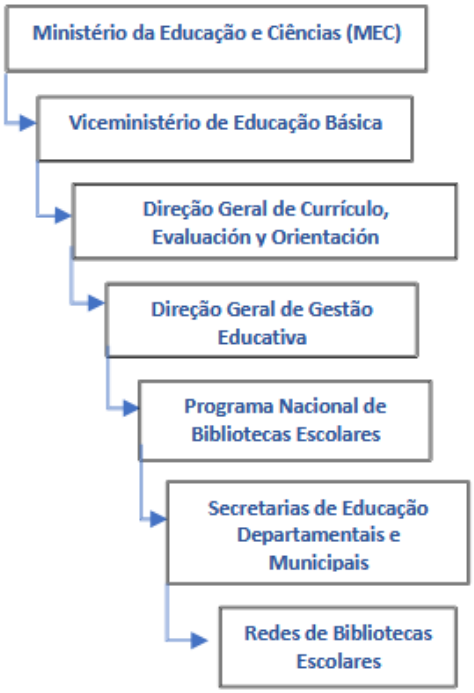
Considerações reflexivas

O Paraguai caminha no sentido de estabelecer uma política de bibliotecas escolares públicas que seja territorialmente articulada, culturalmente relevante e pedagogicamente transformadora. Sua experiência revela a importância de um modelo de desenvolvimento bibliotecário baseado na equidade territorial, no estímulo à leitura crítica e na transversalidade das ações governamentais.

A recente promulgação da Lei nº 7140/2023, que renova o compromisso com o fomento à leitura e ao livro, pode representar um ponto de inflexão rumo à consolidação de um sistema nacional de bibliotecas escolares efetivamente comprometido com a educação inclusiva e de qualidade, conforme previsto no marco global da Agenda 2030. Para tanto, será necessário fortalecer os mecanismos de avaliação, coordenação e financiamento, com vistas à perenização das iniciativas e ao empoderamento das comunidades escolares

enquanto protagonistas da transformação educacional e cultural do país.

Gráfico 8 – Rede de Bibliotecas Escolares – Paraguai – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

O diagrama institucional do Paraguai revela uma articulação entre instâncias nacionais e locais voltada à inclusão e à democratização do acesso à informação. No entanto, observa-se uma fragilidade na definição clara de fluxos de coordenação e atribuições entre os diferentes níveis de gestão, o que pode comprometer a eficiência operacional e a coerência das ações no âmbito das redes de bibliotecas escolares.

Peru

O Peru, especialmente a partir do início do século XXI, passou por um processo de reforma educacional estruturante, no qual as bibliotecas escolares foram reposicionadas como instrumentos estratégicos de apoio pedagógico e inclusão informacional. Esse movimento foi sustentado por importantes marcos legislativos, tais como a Lei Geral de Educação (Lei nº 28044/2003), a Lei de Fomento ao Livro e à Leitura (Lei nº 28086/2003) e a Lei do Sistema Nacional de Bibliotecas (Lei nº 30034/2013). Tais normativas conferiram status institucional ampliado às bibliotecas escolares, integrando-as às políticas públicas voltadas à qualidade da educação básica e à promoção da cidadania cultural.

Aprofundamento teórico

O caso peruano exemplifica uma transição paradigmática de uma concepção tradicional de biblioteca escolar – centrada no acervo físico e no uso disciplinar – para um modelo mais amplo de centro de recursos para a aprendizagem (CRA), que envolve o fomento à leitura, o letramento informacional e digital, a mediação cultural e a promoção da cidadania.

A atuação das bibliotecas em áreas vulneráveis aproxima-se da lógica de justiça cognitiva, conceito formulado por Santos (2007), ao reconhecer que diferentes formas de saber, culturas e linguagens devem ser valorizadas no espaço educativo. Assim, a presença das bibliotecas escolares em comunidades andinas, amazônicas e rurais do Peru também revela um esforço de descolonização do conhecimento, combatendo assimetrias historicamente estruturadas no acesso à informação e ao capital cultural.

Por fim, o modelo peruano demonstra aderência à abordagem de políticas públicas como sistemas integrados, tal como sugerido por Howlett & Ramesh (2003). Nesse arranjo, as bibliotecas escolares não operam isoladamente, mas como partes interdependentes de políticas de leitura, currículo, inovação pedagógica e inclusão digital.

Considerações reflexivas

O Peru vem consolidando um modelo de bibliotecas escolares públicas que conjuga infraestrutura normativa robusta, ações de modernização tecnológica e estratégias territoriais de combate às desigualdades educacionais. Essa configuração permite que as redes bibliotecárias escolares não apenas cumpram funções de apoio didático, mas atuem como polos transformadores da experiência educacional em contextos urbanos e rurais.

Entretanto, persistem desafios ligados à sustentabilidade orçamentária, à distribuição equitativa dos recursos digitais e à formação continuada dos mediadores da informação. Avançar nessa direção é fundamental para garantir a perenidade das políticas bibliotecárias e sua contribuição efetiva para a realização do ODS 4 da Agenda 2030, promovendo aprendizagens significativas, acesso universal ao conhecimento e fortalecimento da cidadania informacional em todo o território peruano.

Gráfico 9 – Rede de Bibliotecas Escolares – Peru – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

O diagrama hierárquico revela uma estrutura centralizada de governança, na qual o Ministério da Educação atua como núcleo decisório, assegurando coerência vertical nas políticas informacionais. Essa configuração favorece a racionalização dos processos e o controle normativo, elementos característicos de modelos burocráticos weberianos aplicados à gestão educacional.

Uruguai

O Uruguai destaca-se na América do Sul por apresentar um modelo consolidado e institucionalizado de bibliotecas escolares públicas, cuja base legal está assentada na Lei do Livro (Lei nº 15.913/1987) e na Lei Geral de Educação (Lei nº 18.437/2009). Tais normativas sustentam uma abordagem integrada entre os setores educacional, cultural e tecnológico, o que contribui significativamente para a qualidade e equidade do sistema educacional uruguaio.

Aprofundamento teórico

A principal característica do modelo uruguaio é sua sustentabilidade estrutural e funcional, uma vez que as bibliotecas escolares estão integradas aos sistemas nacionais de educação e cultura, operando em sinergia com as diretrizes curriculares e com políticas públicas de fomento à leitura, alfabetização informacional e inclusão digital. Essa articulação intersetorial confere resiliência e continuidade institucional às bibliotecas, mesmo diante de mudanças políticas ou orçamentárias, conforme sustentam autores como Ball (2001) e Kingdon (2003) no campo das políticas públicas educacionais.

O Uruguai se consolidou como um dos pioneiros na América Latina em políticas de inclusão digital na educação básica, por meio do célebre Plano Ceibal, iniciado em 2007. Essa iniciativa viabilizou a distribuição de laptops educacionais (um por aluno) e a universalização do acesso à internet nas escolas públicas, o que impactou diretamente o papel das bibliotecas escolares, agora também configuradas como espaços de mediação tecnológica e curadoria digital. Assim, as bibliotecas não apenas mantêm acervos físicos organizados, mas também integram plataformas digitais, repositórios abertos e ambientes virtuais de aprendizagem.

A atuação das bibliotecas escolares nesse ecossistema digital dialoga com a perspectiva de literacias múltiplas proposta por Cope & Kalantzis (2000), na qual os sujeitos aprendem a lidar criticamente com diferentes linguagens, mídias e suportes, desenvolvendo competências para a cidadania no século XXI.

Os resultados educacionais do Uruguai evidenciam os frutos dessa abordagem integrada e tecnológica: com um dos mais baixos índices de analfabetismo da região (1,2%) e desempenho consistente em

avaliações educacionais internacionais, o país lidera em indicadores de qualidade educacional, equidade de acesso e desenvolvimento de competências leitoras.

Além disso, o país demonstra alinhamento robusto com os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade) da Agenda 2030, especialmente nas metas 4.1 (educação primária e secundária equitativa), 4.a (ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e eficazes) e 4.7 (educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania global).

A experiência uruguaia reforça a compreensão das bibliotecas escolares como sistemas sociotécnicos, conforme delineado por Latour (2005), nos quais elementos materiais (infraestrutura, acervos, redes digitais), humanos (profissionais da educação e da informação) e normativos (leis, diretrizes pedagógicas) interagem de forma complexa e interdependente. O sucesso do modelo uruguaio reside justamente na capacidade do Estado em coordenar esses elementos em um arranjo sinérgico, garantindo continuidade, inovação e aderência às necessidades sociais contemporâneas.

Além disso, esse modelo encarna uma visão de justiça informacional, conforme proposta por Britz (2004), ao assegurar que todos os cidadãos — independentemente de sua localização geográfica, condição socioeconômica ou origem étnica — tenham igualdade de oportunidades para acessar, interpretar e utilizar a informação de forma crítica e autônoma.

Considerações reflexivas

O Uruguai oferece um exemplo de política pública bibliotecária bem-sucedida, orientada por uma abordagem intersetorial, sustentável e centrada nos direitos educacionais e informacionais dos estudantes. Ao garantir infraestrutura tecnológica, formação continuada dos mediadores e integração das bibliotecas ao cotidiano pedagógico, o país transforma esses espaços em agentes promotores de cidadania, inclusão digital e aprendizagem significativa.

Esse modelo demonstra que, mesmo em países de pequeno porte ou com recursos limitados, é possível atingir altos níveis de desempenho e equidade educacional quando as bibliotecas escolares são valorizadas como parte estratégica da política educacional. O caso uruguaio, portanto, deve ser analisado como referência para a América do Sul, sobretudo na implementação de ações em conformidade com a Agenda 2030 e o fortalecimento dos direitos culturais e informacionais das juventudes.

Gráfico 10 – Rede de Bibliotecas Escolares – Uruguai – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

O diagrama institucional evidencia uma governança policêntrica, articulando o Ministério da Educação e Cultura, a Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) e os conselhos regionais em um arranjo interinstitucional que assegura tanto a supervisão normativa quanto o aprimoramento contínuo das redes, em consonância com modelos de gestão educacional participativa e descentralizada.

Venezuela

Apesar dos desafios impostos por sucessivas crises políticas e econômicas, a Venezuela mantém redes básicas de bibliotecas escolares públicas, regulamentadas por instrumentos legais como a Lei do Instituto Autônomo da Biblioteca Nacional e de Serviços

de Bibliotecas (1977), a Lei de Depósito Legal (1993) e a Lei Orgânica de Educação (2009). Essas legislações formam a espinha dorsal de um sistema bibliotecário que, embora fragilizado em sua operacionalização, permanece como instância formal de garantia do direito à leitura e à informação.

A criação do Instituto Autônomo da Biblioteca Nacional (IABN) na década de 1970 representa um marco institucional na tentativa de estruturar um sistema nacional bibliotecário, com ênfase na preservação da memória documental e no incentivo à leitura pública e escolar. O IABN cumpre função de órgão coordenador das políticas bibliotecárias nacionais, ainda que, nos anos recentes, suas atividades tenham sido limitadas pela instabilidade administrativa e restrições orçamentárias. Em termos simbólicos, esse arranjo remonta à função das bibliotecas como aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 1985), promovendo a formação de identidades culturais e a difusão de discursos oficiais.

Aprofundamento teórico

O modelo venezuelano é formalmente descentralizado: redes de bibliotecas escolares estão distribuídas por estados e municípios, sob responsabilidade compartilhada entre os governos locais e o Ministério do Poder Popular para a Educação. No entanto, a descentralização ocorre sem mecanismos efetivos de equidade fiscal, acompanhamento técnico e padronização de serviços, o que acentua disparidades entre regiões centrais e periféricas. A descentralização sem suporte técnico e financeiro pode, paradoxalmente, intensificar desigualdades já existentes no sistema educacional.

Além disso, a fragilidade das bibliotecas escolares está relacionada à carência de recursos humanos qualificados, à falta de acervos atualizados e à descontinuidade de programas de incentivo à leitura. Essas limitações comprometem a capacidade das bibliotecas escolares de atuarem como espaços de mediação crítica da informação, afetando seu potencial transformador no âmbito da justiça cognitiva (Santos, 2010).

Apesar das dificuldades, as bibliotecas escolares venezuelanas têm presença significativa em territórios rurais e periféricos, oferecendo serviços básicos de leitura e acesso à informação. Essa capilaridade territorial é relevante, sobretudo diante de barreiras históricas ao acesso educacional em zonas não urbanas. Tais esforços, mesmo que restritos, refletem um compromisso com os princípios do ODS 4 da Agenda 2030, notadamente nas metas 4.1 (acesso equitativo à educação primária e secundária) e 4.a (infraestrutura inclusiva e eficaz).

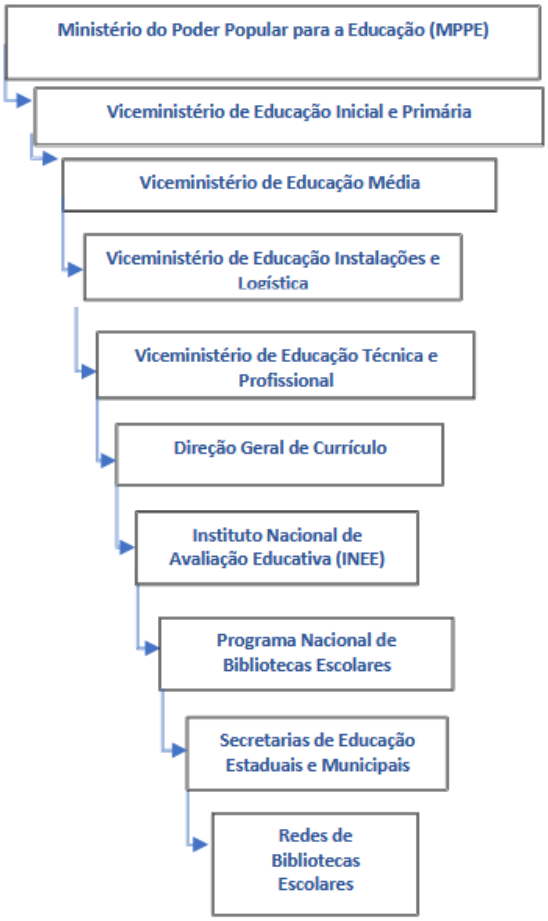
Entretanto, o sistema encontra-se imerso em problemas estruturais e operacionais, tais como baixa transparência na gestão, obsolescência tecnológica e desarticulação entre os níveis de governo. A ausência de diagnósticos sistemáticos e de indicadores públicos atualizados sobre o funcionamento das bibliotecas escolares compromete tanto o monitoramento de políticas públicas quanto a elaboração de estratégias baseadas em evidências.

Considerações reflexivas

O caso venezuelano demonstra que a presença normativa de bibliotecas escolares não garante, por si só, sua efetividade institucional, sobretudo em contextos marcados por crises prolongadas. A literatura sobre políticas públicas educacionais (Souza, 2006; Mainardes, 2006) reforça que a implementação é um processo social e político, no qual disputas, lacunas operacionais e interesses locais moldam o alcance das ações planejadas.

Para que as bibliotecas escolares venezuelanas possam cumprir seu papel como instrumentos de democratização do conhecimento e de promoção de uma educação de qualidade, é imprescindível que o país retome investimentos públicos estruturantes, priorize a formação de bibliotecários escolares, e fortaleça mecanismos de transparência, participação social e avaliação sistemática.

Gráfico 11 – Rede de Bibliotecas Escolares – Venezuela – Diagrama hierárquico



Fonte: Elaboração própria (2024).

O diagrama hierárquico demonstra uma conexão entre o Ministério do Poder Popular para a Educação e as redes municipais, que enfrentam desafios operacionais significativos.

Considerações finais

A análise comparativa das redes de bibliotecas escolares públicas nos dez países sul-americanos investigados permite constatar que, embora cada estrutura apresente arranjos institucionais próprios, há elementos convergentes que apontam para um compromisso regional com a promoção da inclusão informacional, da equidade educacional e da democratização do conhecimento.

As dimensões legais, organizacionais e tecnológicas identificadas nos modelos analisados evidenciam que as bibliotecas escolares, quando concebidas como redes articuladas, desempenham papel estratégico na concretização das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), notadamente no que se refere à construção de ambientes de aprendizagem inclusivos, equitativos e culturalmente sensíveis.

No entanto, é imprescindível reconhecer que os modelos institucionais aqui descritos não são estruturas rígidas ou estanques. Ao contrário, trata-se de arranjos político-administrativos que historicamente são contextualizados, cujas configurações estão submetidas à ação de forças sociais, econômicas e políticas que os moldam continuamente.

Como salienta Ball (2001), as políticas educacionais são produtos de disputas ideológicas e contextuais, sendo permeadas por negociações, contingências e reinterpretações ao longo do tempo. Assim, as estruturas observadas nos diagramas institucionais refletem apenas o estado atual dos sistemas e, portanto, são passíveis de alterações em virtude de reformas legislativas, reconfigurações administrativas ou mudanças de orientação política dos governos nacionais e subnacionais.

Essa perspectiva dinâmica exige, portanto, uma vigilância contínua sobre os fatores que favorecem ou comprometem a efetividade das redes. Modelos que hoje se mostram sólidos podem se fragilizar diante de crises econômicas ou retrocessos institucionais; por outro lado, sistemas incipientes podem se fortalecer mediante investimentos em tecnologia, formação de profissionais e cooperação interinstitucional.

Isso reforça a tese de que redes de bibliotecas escolares não devem ser pensadas apenas como dispositivos técnicos de organização informacional, mas como ecossistemas sociotécnicos cuja sustentabilidade depende da articulação entre vontade política, engajamento social e diretrizes orientadas ao bem comum.

À luz dessas considerações, compreende-se que a consolidação de redes nacionais de bibliotecas escolares no Brasil, e em demais países da região, não pode prescindir de um planejamento estratégico que combine institucionalização legal, descentralização responsável, uso intensivo de

tecnologias da informação e cultura avaliativa permanente.

Além disso, deve-se considerar que as transformações políticas são inerentes aos regimes democráticos e, portanto, os modelos aqui descritos devem ser vistos como pontos de partida – e não de chegada – para a formulação de políticas públicas informacionais, culturais e educacionais verdadeiramente transformadoras.

Referências

Althusser, L. (1985). Aparatos ideológicos de Estado: notas para una investigación. In L. Althusser, Posiciones (pp. 91–142). São Paulo: Graal.

Anna, J. S., & Costa, M. E. O. (2020). Associação de bibliotecários e a Agenda 2030: A contribuição social das bibliotecas no estado de Minas Gerais. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 25*(3), 509–530. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/150576

Apple, M. W. (2006). Educação e poder (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

Ball, S. J. (2001). Políticas educacionais: textos, discursos e práticas. Tradução: Dalila Andrade Oliveira. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados.

Barbosa, E. T., Mata, M. L., & Pereira, G. (2020). Ações de competência em informação voltadas para as bibliotecas escolares. *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), 14*, 112–132. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/152827

Bardin, L. (2021). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. (2021). Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de estudos observacionais comparativos sobre fatores de risco e prognóstico [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/diretrizes-metodologicas-elaboracao-de-revisao-sistematica-e-metanalise-de-estudos-observacionais-comparativos-sobre-fatores-de-risco-e-prognostico

Brasil (Ministério da Educação). (2024). *Instituído Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares*. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/

Britz, J. J. (2004). To know or not to know: A moral reflection on information poverty. Journal of Information Science, 30(3), 192–204. https://doi.org/10.1177/0165551504044666

Camillo, E. S., Castro Filho, C. M., & Jesus, M. F. (2019). Rede de bibliotecas escolares: Discursos sobre a importância da manutenção de recursos. Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas, (12), 88–107. http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127709. http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127709.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede: A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.

Castro Filho, C. M. (2018). Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: Uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 16*(3), 355–372. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650931

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Agenda 2030 en América Latina y el Caribe: Plataforma de monitoreo regional de los ODS. Santiago: CEPAL, 2025. https://agenda2030lac.org/es

Coiro, J., Leu, D. J., Castek, J., Hartman, D. K., Henry, L. A., & Reinking, D. (2008). Research on instruction and assessment in the new literacies of online reading comprehension. In C. C. Block & S. R. Parris (Eds.), Comprehension instruction: Research-based best practices (2nd ed., pp. 321–346). The Guilford Press.

Cope, B., & Kalantzis, M. (Eds.). (2000). Multiliteracies: Literacy learning and the design of social futures. London: Routledge.

Dudziak, E. A. (2003). Biblioteca escolar: espaço de aprendizagem. São Paulo: Global.

Dussel, E. (2012). Ética da libertação: Na idade da globalização e da exclusão (3ª ed.). São Paulo: Vozes.

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

Foucault, M. (2008). Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978–1979). São Paulo: Martins Fontes.

Freire, P. (1987). A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez.

Gil, A. C. (2008) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 6. ed. São Paulo, Atlas. 200 p.

Gramsci, A. (2000). Cadernos do cárcere (C. N. Coutinho, Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Grindle, M. S., & Thomas, J. W. (1991). Public choices and policy change: The political economy of reform in developing countries. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), Handbook of qualitative research (105–117). Thousand Oaks, CA: Sage.

Howlett, M., & Ramesh, M. (2003). Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems. Oxford: Oxford University Press.

IFLA/UNESCO. (2016). *Manifesto da IFLA/UNESCO: As bibliotecas podem promover a implementação da Agenda 2030*. Disponível em: https://www.ifla.org/publications/ifla-unesco-manifesto/

Kingdon, J. W. (2003). Agendas, alternatives, and public policies (2nd ed.). New York: Longman.

Kuhlthau, C. C. (2004). Seeking meaning: A process approach to library and information services (2nd ed.). Libraries Unlimited.

Latour, B. (2005). Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press.

Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, 27(94), 47–69. https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100004

Maroto, Lucia Helena(Org.). Biblioteca escolar eis a questão! Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica editora, 2012.

Minayo, M. C. de S. (2014). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde (14ª ed.). São Paulo: Hucitec.

Neves, L. M. das, & Oliveira, A. C. de. (2020). Bibliotecas escolares e políticas públicas: Avanços e desafios no contexto da educação básica. Revista Brasileira de Educação, 25(80), 1–18. https://doi.org/10.1590/S1413-24782020258017

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. (2023). Resultados do PISA 2022: o desempenho dos alunos em leitura, matemática e ciências. Paris: OCDE. Disponível em: https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2022-results.htm.

ONU – Organização das Nações Unidas. (2021). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: https://sdgs.un.org/2030agenda

Parsons, W. (2002). Políticas públicas: Uma introdução à teoria e à prática da análise de políticas públicas. São Paulo: Loyola.

Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos CEBRAP, (79), 71–94. https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004

Santos, B. S. (2010). A gramática do tempo: Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.

Santos, P. S., & Amaral, R. C. (2020). Tecnologias digitais como suporte para bibliotecas escolares. *Revista Educação e Tecnologia, 10*(1), 35–50. Disponível em: https://eduemtec.com

Silva, G. A. da, & Araújo, C. A. A. de. (2021). Bibliotecas escolares e mediação da informação: O papel do bibliotecário na formação de leitores. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 17(1), 1–20. https://doi.org/10.36311/1980-5144.2021.v17n1.01.p1

Silva, G. A. da, & Gómez, R. (2019). Bibliotecas escolares e cidadania informacional: Um olhar sobre o acesso e a justiça social. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 12(1), 55–72. https://doi.org/10.36311/rici.v12n1.2019.55

Silva, G. A. da, & Neves, L. M. das. (2022). Bibliotecas escolares e inclusão informacional: Desafios para a efetivação de políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 18(2), 1–18. https://doi.org/10.36311/1980-5144.2022.v18n2.01.p1

Silva, W. S. (2022). Plano Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca: estudo de caso da cidade de Jardinópolis, Região Metropolitana de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília. https://repositorio.unesp.br/handle/11449/246020.

Silva, W. S. & Castro Filho, C. M. (2023). Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências às práticas informacionais, educacionais e culturais em redes de bibliotecas escolares públicas na américa do sul. Revista EDICIC, v. 3, n. 4, 2023. https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/239

Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. Sociologias, 8(16), 20–45. https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003

Tuhiwai, S. L. (2012). Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples (2nd ed.). London: Zed Books.

UNESCO. (2014). Relatório de monitoramento global da educação para todos: Ensino e aprendizagem – alcançar a qualidade para todos. Paris: UNESCO.

UNESCO (Organização Das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência Ea Cultura). (2020) Inclusão e educação: todos, sem exceção – Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: América Latina e Caribe. Paris: UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375582.

UNESCO (Organização Das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência E A Cultura). (2023). Relatório de monitoramento global da educação 2023: tecnologia na educação – uma ferramenta a serviço de quem? Paris: UNESCO. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por.

Walsh, C. (2009). Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In C. Walsh (Ed.), Interculturalidad, Estado, sociedad (pp. 47–61). Quito: Abya-Yala.

Weller, W. (2010). A construção de tipologias na pesquisa qualitativa: A exemplo da pesquisa sobre as concepções de justiça. Revista Teoria e Pesquisa, 19(2), 287–305. https://periodicos.ufscar.br/index.php/tp/article/view/290

POLÍTICAS EDITORIAIS SOBRE DADOS DE PESQUISA EM PERIÓDICOS DA CIÊNCIAS DA SAÚDE INDEXADOS NA SCIELO

Janaina Lais Pacheco Lara Morandin, Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília, 0000-0001-7172-3087, Brasil, janaina.morandin@unesp.br

Fernanda Bochi, Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília, 0000-0002-3275-0725, Brasil, fernanda.bochi@unesp.br

Maria Cláudia Cabrini Grácio, Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília, 0000-0002-8003-0386, Brasil, cabrini.gracio@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6672

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

O compartilhamento de dados de pesquisa (CDP) é um princípio da Ciência Aberta voltado à transparência e colaboração científica. Segundo Piwowar (2011), o compartilhamento e o reuso de dados pode potencializar a eficiência e a qualidade da pesquisa, além de permitir explorar hipóteses relacionadas ou novas, principalmente quando combinados com outros conjuntos de dados disponíveis.

Assim, o compartilhamento de dados de pesquisa tem conquistado o reconhecimento por parte de organismos internacionais, agências de fomento, sociedades científicas e pesquisadores.

Diversas organizações têm estabelecido diretrizes no sentido de ressaltar as vantagens do compartilhamento, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Royal Society. Da mesma forma, instituições como a National Information Standards Organization (NISO), em conjunto com a National Federation of Abstracting and Information Services publicaram um conjunto de práticas recomendadas visando auxiliar editoras e editores na orientação de autores e pareceristas, quanto ao tratamento de materiais suplementares (Sturges *et al.*, 2015).

No contexto brasileiro, um estudo realizado na Fiocruz aponta que, embora a maioria dos pesquisadores reconheça os benefícios do compartilhamento, ainda existem barreiras como a desinformação sobre plataformas e normas vigentes, o que limita a prática na instituição (Veiga *et al.*, 2019).

Um aspecto importante a ser considerado no debate sobre o compartilhamento de dados de pesquisa é a identificação dos fatores que influenciam de forma positiva ou negativa o interesse dos pesquisadores em compartilhar os dados. O Modelo de Fatores que Influenciam o Compartilhamento de Dados de Pesquisa (MFDados), proposto por Veiga, Silva e Borges (2021), considera que o compartilhamento está condicionado a custos, benefícios e outros fatores. Barreiras como a possibilidade de perda de oportunidade de publicação, o tempo adicional necessário para preparação dos dados, preocupação com sigilo, usabilidade das plataformas e o receio de plágio ainda dificultam essa prática. Em contrapartida, benefícios percebidos como aumento da visibilidade, acessibilidade, reconhecimento acadêmico e credibilidade tornam-se estímulo para a prática do compartilhamento. O modelo ressalta que a decisão de compartilhar dados é socialmente situada e depende da interação entre os atores envolvidos, as motivações e o ambiente técnico-institucional que os cerca.

Além dos fatores individuais e institucionais, políticas públicas e diretrizes nacionais e internacionais têm papel central no fomento ao compartilhamento de dados. O National Institutes of Health (NIH), nos Estados Unidos, é um exemplo de organismo que tem promovido políticas consistentes e progressivas nessa direção. Conforme estudo de Jorge e Albagli (2018), desde 2003, o NIH

estabeleceu uma política geral de compartilhamento de dados para pesquisas com financiamento superior a US$ 500 mil, exigindo um plano de compartilhamento como critério para a concessão de recursos. Além disso, foram instituídas políticas específicas em áreas como genômica, doenças raras, neuroimagem e ensaios clínicos, associadas a repositórios próprios e regras claras de governança. A experiência do NIH mostra que a criação de infraestrutura de dados, aliada a políticas consistentes e articuladas aos processos de financiamento e avaliação da pesquisa, pode fomentar uma cultura mais sólida de abertura e reuso de dados científicos.

O incentivo ao compartilhamento de dados, assim como à elaboração de Planos de Gestão de Dados, tem motivado a criação de repositórios como um canal eficiente de comunicação e publicação, por meio do armazenamento e gestão (Monteiro; Sant'Anna, 2022).

No Brasil, a iniciativa SciELO Data, proposta pela Scientific Electronic Library Online (SciELO), busca facilitar essa prática por meio de repositórios baseados nos princípios FAIR (localizável, acessível, interoperável e reutilizável). Contudo, a adoção ainda é limitada.

Nesse sentido, as iniciativas de dados abertos têm sido parcialmente atendidas, sobretudo quando se trata de periódicos científicos tradicionais, uma vez que não há maiores incentivos aos pesquisadores que compartilham dados de suas pesquisas. Desse modo, o compartilhamento só ocorre quando há exigências ou incentivos claros. Embora muitas agências e alguns periódicos possuam políticas de compartilhamento, muitos autores ainda não cumprem as recomendações (Walters, 2020).

Nesse cenário, este estudo analisa a adesão de periódicos brasileiros da área da Ciências da Saúde, indexados na biblioteca eletrônica SciELO, às políticas de Compartilhamento de Dados de Pesquisa. De forma mais específica, caracterizam-se os periódicos da área da Ciências da Saúde quanto a sete indicadores: Compartilhamento de dados; Embargos; Citação de dados; Licenciamento de dados; Padronização no formato de dados; Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta; Indicação de repositório.

A Coleção SciELO Brasil é um indexador e publicador online de periódicos de qualidade do Brasil em modus operandi de Ciência Aberta, na modalidade dourada, com textos completos de periódicos científicos brasileiros de todas as áreas do conhecimento. Tem por objetivo contribuir para maximizar a qualidade, a visibilidade e o impacto das pesquisas, para o fluxo global de comunicação científica, a diversidade temática, o multilinguismo, assim como a reprodução, replicação, reuso e preservação digital dos dados de pesquisa e retorno dos investimentos em pesquisa. Ademais, a SciELO é pioneira mundial na adoção da publicação de periódicos em acesso aberto na modalidade dourada (SciELO, 2024).

Desde 2020, a SciELO apresenta critérios para a admissão e a permanência de periódicos científicos em sua coleção, alinhados ao modelo e práticas da Ciência Aberta (SciELO Brasil, 2024). Entre as ações relacionadas à gestão e operação editorial para o alinhamento com práticas da Ciência Aberta, os Critérios SciELO Brasil estabelecem que o periódico deve informar nas instruções aos autores que os dados de pesquisa subjacentes ao manuscrito devem ser citados, referenciados e disponibilizados em Acesso Aberto, exceto em caso justificáveis (Packer, 2025). Ainda neste sentido, a SciELO (2024) encoraja o referenciamento de dados reusados, a necessidade de se estabelecer uma licença adequada para acesso e uso dos artigos publicados, além da promoção da interoperabilidade.

Desse modo, justifica-se o foco da pesquisa na biblioteca eletrônica SciELO Brasil, dado seu papel central que desempenha na promoção e adoção de práticas abertas nos processos de comunicação científica no país (Correa-Orrego *et al.*, 2025).

Quanto à Área da Saúde, Corrales-Garay *et al.* (2019) e Lee e Chung (2022) apontam que esta área está entre as *Main knowledge Areas* nos estudos sobre Ciência Aberta, com dados abertos e reuso de dados entre os principais temas. Todavia, no universo da ciência

brasileira, estudos relativos à Ciência Aberta e políticas de compartilhamento de dados de pesquisa nesse campo do conhecimento são ainda incipientes.

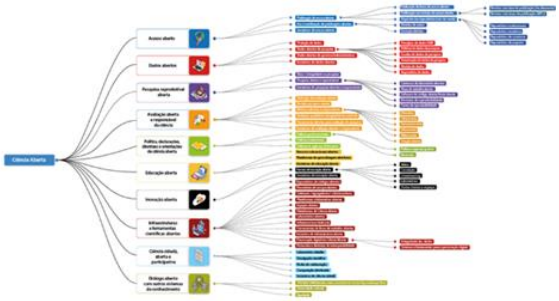
Ademais, o interesse e estudos relativos a dados abertos de pesquisa é relativamente recente na literatura científica (Corrales-Garay *et al.*, 2019).

Referencial Teórico

Entendida como o conjunto de princípios e práticas empreendidas para o acesso e utilização do conhecimento científico por todos, a Ciência Aberta objetiva aumentar o compartilhamento da informação e a colaboração científica para o benefício da ciência e da sociedade (UNESCO, 2021). A Ciência Aberta compreende um movimento que busca tornar a pesquisa científica mais transparente, aberta e acessível, visando acelerar o avanço da ciência por meio da construção do conhecimento científico focado em maior impacto no desenvolvimento social (Martínez-Samper *et al.*, 2019). O avanço da Ciência Aberta depende da ação proativa de todos os atores e instâncias da pesquisa científica, entre os quais se destacam atores diversos, como os periódicos, seus editores e pareceristas (SciELO, 2024).

Diversos estudos se propuseram a apresentar uma taxonomia da Ciência Aberta, entre eles Silveira *et al.* (2023). O modelo a seguir integra a recomendação da UNESCO (2021).

Figura 1: Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada



Fonte: Silveira *et al.* (2023)

No primeiro nível da taxonomia da Ciência Aberta (Figura 1), observam-se 10 facetas, entre elas os Dados Abertos, que podem ser definidos como dados que podem ser acessados, usados e compartilhados por qualquer pessoa, governo e empresa para gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais (Corrales-Garay *et al.*, 2019). Dentro da faceta Dados Abertos, encontram-se os Dados Abertos de Pesquisa, que envolvem a Gestão de Dados de Pesquisa e a Política de Dados de Pesquisa, entre outros.

O movimento de dados abertos de pesquisa tem como princípio a garantia da transparência, confiabilidade e possibilidade de reprodução, replicação e reuso dos dados (Silveira *et al.*, 2023). O compartilhamento dos dados de pesquisa permite a avaliação das metodologias e resultados apresentados nos textos dos manuscritos, assim como fortalece a credibilidade e a cooperação entre pesquisadores, essenciais para o avanço da ciência. Ademais, a abertura de dados (ou sua disponibilidade restrita em casos especiais) tem dois efeitos-chave para a ciência: sua preservação, ao evitar a perda de dados; retorno do financiamento público, ao permitir que os dados sejam utilizados por outros pesquisadores, podendo-se acrescentar também a contribuição para o aperfeiçoamento das pesquisas (Packer, 2025).

Nesse contexto, de forma extremamente relevante, destacam-se os Princípios FAIR, propostos por Wilkinson *et al.* (2016), amplamente reconhecidos como diretrizes para a boa gestão e compartilhamento de dados de pesquisa. O acrônimo FAIR refere-se a quatro características essenciais: Findable (localizáveis), Accessible (acessíveis), Interoperable (interoperáveis) e Reusable (reutilizáveis). Estes princípios visam garantir que os dados e seus metadados sejam não apenas abertos, mas efetivamente úteis para pesquisadores e sistemas automatizados. Como observa Veiga (2024), a adoção dos princípios FAIR potencializa a inovação científica ao assegurar que os dados possam ser encontrados, acessados e integrados a outras fontes, assim como reutilizados em diferentes contextos. Vale ressaltar que, embora dados FAIR não sejam necessariamente abertos, todo o dado aberto deve ser FAIR, a fim de potencializar seu impacto e valor científico (Caregnato *et al.*, 2021).

As discussões sobre compartilhamento de dados no contexto da comunicação científica têm sido tema recorrente no debate sobre Ciência Aberta. Como vantagens do compartilhamento, Piwowar (2011) ressalta que esta prática ajuda a identificar erros, desestimula fraudes, contribui com a formação de novos pesquisadores e no uso eficiente de recursos financeiros, ao evitar a coleta duplicada de dados. Além disso, segundo Vila Nova *et al.* (2024), fatores motivacionais individuais, como atitudes, crenças e percepções de benefícios, são determinantes no comportamento de pesquisadores frente ao compartilhamento de dados, sendo tão relevantes quanto os fatores institucionais ou técnicos.

Piwowar e Chapman (2008) reconhecem que a cultura de CDP é improvável de ser alcançada sem políticas de orientação. Assim, destacam o papel dos periódicos e agências de fomento nesse sentido, quando exigem que pesquisadores compartilhem seus dados com outros pesquisadores. Nesse contexto, observa-se que o acesso aberto a dados de pesquisa também tem sido impulsionado por diretrizes e exigências institucionais. Na União Europeia, por exemplo, a Diretiva (UE) 2019/1024 determina legalmente o acesso aberto a dados de pesquisa, resultante de decisões tomadas por entidades que financiam e conduzem pesquisas (Fischer & Piskorz-Ryń, 2021). Esse tipo de regulação reforça o papel das agências de fomento como impulsionadoras da transparência científica. No Brasil, contudo, entre as agências de fomento à pesquisa, apenas a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) possui uma política explícita de gestão de dados de pesquisa (Packer, 2025). Desde 2017, na submissão de projetos, a FAPESP exige a apresentação de um Plano de Gestão de Dados, no qual devem ser detalhados os processos de geração, disponibilização e preservação dos dados, observando as restrições éticas, de confidencialidade e de segurança aplicáveis (FAPESP, 2017).

Sturges *et al.* (2015) reforçam que as políticas mais eficazes são aquelas que exigem o compartilhamento, ao mesmo tempo em que facilitam o mesmo por meio de orientações quanto aos metadados e repositórios adequados com links acessíveis. Tais práticas beneficiam não apenas os próprios pesquisadores, mas também outros cientistas, que podem complementar os dados depositados. No caso de compartilhamento obrigatório, Piwowar (2011) sugere que a obrigatoriedade é útil para mostrar o grau de conformidade dos pesquisadores com as práticas exigidas e suas possíveis consequências. Por outro lado, o autor aponta que o compartilhamento voluntário permite compreender quais dados são mais facilmente compartilhados, sobre quais assuntos, por quem e em quais locais.

Nesse sentido, também Walters (2020) considera que autores de artigos de periódicos geralmente não compartilham dados, a menos que mandatos ou outros mecanismos o exijam ou incentivem essa prática. Para Sturges *et al.* (2015), questões relacionadas à propriedade intelectual podem limitar o CDP, já que pesquisadores podem buscar a consolidação de direitos sobre ideias derivadas dos dados, no que diz respeito a tópicos de pesquisa e inovações. Somando-se a isso, o estudo de Monteiro e Sant'Anna (2022) identifica outros fatores que podem limitar os pesquisadores quanto ao CDP, como pouca clareza quanto às normas ou seu descumprimento, baixa percepção de benefícios e acréscimo de esforços. Por outro lado, o apoio de bibliotecários e o reconhecimento de benefícios sociais e éticos podem influenciar positivamente o comportamento quanto ao compartilhamento.

Em periódicos de qualidade, a exigência de que o autor do artigo declare a disponibilização dos dados subjacentes é um critério comum para a aceitação de manuscritos (Packer, 2025). Nesse cenário, para atender à demanda do movimento de dados abertos de pesquisa, os periódicos científicos têm se defrontado com questões e desafios relativos ao recebimento, à avaliação, à armazenagem, à distribuição, ao acesso e à divulgação de dados científicos (Silveira *et al.*, 2023).

As políticas editoriais de periódicos direcionadas à questão da vinculação dos

dados de pesquisa aos artigos são relevantes para evidenciar a transparência e credibilidade da publicação (Silveira *et al.*, 2023). Todavia, segundo Silveira (2023), é a partir de 2020 que surgem as recomendações e boas práticas para a implementação de políticas editoriais de dados de pesquisa, com orientações mais precisas nas instruções aos autores sobre o compartilhamento de dados.

Nos últimos anos, observam-se estudos dedicados a analisar políticas editoriais de periódicos científicos em relação à adesão e recomendação das práticas da Ciência Aberta, entre elas o compartilhamento dos dados de pesquisa. Dentre eles, destacam-se: Castro *et al.* (2017), que avaliam as políticas editoriais sobre compartilhamento e citação de dados de pesquisa de periódicos de Acesso Aberto, indexados nos diretórios Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Open Journal Systems (OJS); Rousi e Laakoo (2020), que analisam 366 periódicos na área de Neurociência; Walters (2020), que analisam periódicos da área da Saúde e Ciências Biológicas; Araujo e Príncipe (2021), que analisam todos os periódicos da área da Ciências da Saúde indexados na SciELO; Silveira *et al.*, (2023), que analisam periódicos da Comunicação e Informação; Caregnato *et al.* (2024), que analisam periódicos com Dataverses ativos no repositório SciELO Data .

Atrelado ao princípio do compartilhamento dos dados de pesquisa, os repositórios de dados se destacam como instrumentos especializados na publicação, curadoria e disseminação de conjuntos de dados, contribuindo para a sua validação como produtos científicos legítimos.

No Brasil, o SciELO Data é um repositório de dados de pesquisa associado aos periódicos publicados pela Coleção SciELO. Implantado na plataforma Dataverse, do Institute for Quantitative Social Science da Universidade de Harvard, o repositório permite a criação de múltiplos repositórios de dados de pesquisa, um para cada revista da coleção, com edição e curadoria de dados realizadas pelos próprios periódicos . Um periódico com um Dataverse ativo significa que o mesmo já depositou pelo menos um conjunto de dados, disponibilizado segundo as regras do SciELO Data (Caregnato *et al.*, 2024; Packer, 2025).

Com início como projeto piloto em 2020 e com operação regular em 2022, o SciELO Data segue os padrões internacionais. Até o final de 2024, a adesão dos periódicos brasileiros da SciELO aos repositórios de dados da SciELO Data era ainda pequeno (19% do total de periódicos), explicada pela resistência à abertura dos dados e pela dificuldade operacional dos periódicos em adotar práticas editoriais de curadoria de dados.

Nesse cenário, o uso de repositórios de dados configura o maior desafio para os periódicos avançarem na adoção da Ciência Aberta, requerendo o avanço na política editorial para que a gestão de dados passe a fazer parte do processo de edição. Ademais, no SciELO, a disponibilização dos dados de pesquisa subjacentes aos textos, tem sido, primordialmente, considerada como uma prática que enfrenta mais resistências (Packer, 2025).

Procedimentos Metodológicos

A biblioteca eletrônica SciELO Brasil (https://www.scielo.br/) abrange oito Grandes Áreas do Conhecimento: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; Multidisciplinar.

Dos 85 periódicos da Grande Área de Ciências da Saúde indexados na biblioteca eletrônica SciELO Brasil, foram analisados 45 (53%) periódicos, com modelo editorial de publicação contínua em dezembro de 2024, mantida em 2025. Justifica-se o critério adotado de publicação contínua em função de esta prática editorial contribuir decisivamente para acelerar a comunicação das pesquisas, promovendo um fluxo ágil com ganhos para toda comunidade científica (SciELO, 2024), em consonância com os princípios da Ciência Aberta.

Os 45 periódicos analisados estão distribuídos em nove áreas do conhecimento (Tabela 1) da Grande Área da Ciências da Saúde, conforme a Tabela de Áreas de Conhecimento do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), todos indexados na biblioteca eletrônica SciELO.

Tabela 1: Distribuição dos periódicos por área dentro da Grande Área de Ciências da Saúde

Área do conhecimento	Quant. Periódico
Medicina	26
Educação física	5
Odontologia	5
Enfermagem	2
Fonoaudiologia	2
Saúde Coletiva	2
Educação Sanitária	1
Multidisciplinar; Bioética	1
Saúde e Segurança no Trabalho	1
Total	**45**

Fonte: dados de pesquisa.

Inicialmente, para o processo de análise das políticas de compartilhamento de dados de pesquisa dos periódicos analisados, para cada um dos 45 periódicos, consultou-se seu website a fim de recuperar informações relacionadas à política de Compartilhamento de Dados de Pesquisa. Com base no estudo de Hrynaszkiewicz *et al.* (2020), as informações disponibilizadas pelos sites dos periódicos foram analisadas sob a perspectiva de sete indicadores: Compartilhamento de dados de pesquisa; Embargos de dados de pesquisa; Citação de dados de pesquisa; Licenciamento de dados de pesquisa; Padronização no formato de dados de pesquisa; Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta; Indicação de repositório. Para cada indicador, consideraram-se três categorias de resposta: Não consta recomendação; Recomenda; Obrigatório.

Quadro 2: Definição dos indicadores para política de dados de pesquisa

Indicador	Definição
Compartilhamento de dados de pesquisa	Recomendação ou exigência da publicação dos dados de pesquisa em acesso aberto.
Embargos de dados de pesquisa	Período de tempo após a coleta ou geração dos dados durante o qual não precisam se tornar publicamente acessíveis. Os pesquisadores têm o direito de usar seus próprios dados antes de liberá-los ao público.
Citação de dados de pesquisa	Recomendação ou exigência de que os dados de pesquisa sejam citados e referenciados de forma formal e sistemática, assumindo os dados de pesquisa como produtos científicos citáveis. Esta é uma prática essencial para a valorização da Ciência Aberta.
Licenciamento de dados de pesquisa	Atribuição dos termos legais sob os quais outras pessoas podem acessar, usar, modificar e compartilhar os dados de pesquisa. Entre eles, está a adoção de licenças abertas, como as da família Creative Commons (ex: CC0, CC-BY). A falta de compreensão dos direitos autorais e do licenciamento de dados dificulta que os pesquisadores os compartilhem.
Padronização no formato de dados de pesquisa	Orientação ou exigência dos periódicos e editoras quanto ao tipo de arquivo em que os dados devem ser disponibilizados (por exemplo: .csv, .txt, .xlsx, .xml, .json, .sav, etc.). A padronização dos dados é essencial para a garantia de que os dados de pesquisa sejam úteis, acessíveis e reutilizáveis.

Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta	Exigência de Formulário preenchido pelos autores relativo ao compromisso com a abertura científica. Indica a disponibilização dos dados, licenças e conflito de interesses e financiamento. Também garante transparência, reprodutibilidade e acessibilidade na produção científica.
Indicação de repositório	Recomendação ou exigência na política editorial que prioriza o uso de repositórios como mecanismo preferencial para garantir o acesso duradouro, a preservação, a citação (via DOI) e a curadoria mínima dos dados.

Fonte: Adaptado de Hrynaszkiewicz *et al.* (2020)

Na sequência, a fim de identificar a adesão dos 45 periódicos ao Scielo Data, fez-se a consulta e levantamento junto à plataforma https://data.scielo.org/. Os dados recuperados nos websites dos 45 periódicos e na SciELO Data foram registrados em Planilha Excel.

Inicialmente, aplicou-se Teste Qui-Quadrado entre cada um dos sete indicadores analisados e área do conhecimento (Tabela 1) a fim de avaliar a existência de associação estatística entre as áreas de escopo dos periódicos e o comportamento em relação a cada indicador. Para a aplicação do teste, as áreas contempladas com um único periódico (Educação Sanitária, Multidisciplinar/Bioética, Saúde e Segurança no Trabalho) foram agrupadas em uma única categoria (Outras áreas). Em função do resultado dos testes, construiu-se uma tabela síntese com o resultado dos sete indicadores associados à política de dados abertos nos periódicos analisados (Tabela 2).

Na sequência, aplicaram-se Testes Qui-Quadrado entre os sete indicadores, dois a dois, a fim de se avaliar a significância estatística da associação entre eles. Todas as análises estatísticas foram realizadas no software SPSS, adotando o nível de significância igual a 0,05.

Resultados

A Tabela 2 apresenta o resultado da aplicação do Teste Qui-Quadrado entre cada um dos sete indicadores analisados e área do conhecimento. Observa-se a ausência da associação estatisticamente significante entre as áreas de escopo dos periódicos e o tipo de informação (não consta recomendação, recomenda e obrigatório) observada em relação ao indicador analisado. Dessa forma, a recomendação ou obrigatoriedade, ou não, em relação a cada característica da política editorial da dados abertos, independe da área de atuação do periódico analisado, dentro da Grande Área da Saúde, o que permite que os 45 periódicos sejam analisados de forma conjunta, ou seja, independente da área.

Tabela 2: Teste Qui-Quadrado entre indicador analisado relativo à política de dados abertos e a área de conhecimento do periódico.

Teste Qui-Quadrado entre	**Área de Conhecimento do Periódico**		
Indicador	**Valor do Qui-Quadrado**	**Valor de p**	**Grau de liberdade**
Compartilhamento de dados de pesquisa	8,55	0,74	12
Embargos de dados de pesquisa	3,13	0,79	6
Citação de dados de pesquisa	8,64	0,73	12
Licenciamento de dados de pesquisa	0,75	0,99	6
Padronização no formato de dados de pesquisa	0,75	0,99	6

Formulário de conformidade com a Ciência Aberta	4,84	0,96	12
Indicação de repositório	3,98	0,68	6

Fonte: elaboração própria (2025)

A partir dos resultados obtidos na aplicação do Teste Qui-Quadrado (Tabela 2), foi possível analisar os sete indicadores de política de dados abertos, sem levar em conta a área de indexação do periódico, dentro da Grande Área de Ciências da Saúde.

A Tabela 3 apresenta as informações presentes nos websites dos 45 periódicos analisados da área de Ciências da Saúde em relação aos sete indicadores associados à política de dados abertos de pesquisa, organizadas em três categorias: Recomenda; Não consta recomendação, Obrigatório.

Observa-se, inicialmente, que somente em três indicadores a menção à obrigatoriedade da prática está registrada nas orientações; a saber: Disponibilização dos dados; Citação de dados; Formulário de conformidade com a Ciência Aberta. Por outro lado, para três indicadores, a quase totalidade dos periódicos não apresenta qualquer menção relativa às suas diretrizes: Embargos (89%); Licenciamento de dados (98%); Padronização no formato dos dados de pesquisa (98%).

Tabela 3: Indicadores associados à política de dados abertos nos 45 periódicos analisados

Indicador relativo à política de dados abertos	**Recomenda**	**Não consta recomendação**	**Obrigatório**
Compartilhamento de dados de pesquisa	23	12	10*
Embargos de dados de pesquisa	05**	40	-
Citação de dados de pesquisa	10	27	08
Licenciamento de dados de pesquisa	01	44	-
Padronização no formato de dados de pesquisa	01	44	-
Formulário de conformidade com a Ciência Aberta	-	19	26
Indicação de repositório	20	25	-

Fonte: elaboração própria (2025)
Notas: * Em alguns casos, depende do tipo de artigo, obrigatória mediante solicitação, obrigatória se o avaliador pedir.
** Em alguns casos, permite embargo, se necessário.

A partir da Tabela 3, observa-se que em apenas uma pequena parcela (12, equivalente a 27%) dos periódicos não consta menção relativa à recomendação do compartilhamento dos dados de pesquisa. Dos 73% com informação relativa ao compartilhamento de dados, a maioria (23) apenas recomenda essa prática associada à Ciência Aberta. Ademais, mesmo entre aqueles em que o compartilhamento de dados é obrigatório, há casos de obrigatoriedade parcial, uma vez que a mesma é mediante solicitação do avaliador. Especialmente no âmbito brasileiro, estes resultados representam um avanço na implementação das políticas de compartilhamento de dados, em comparação ao estudo de Araujo e Príncipe (2021), que identificou que somente 33,3% dos periódicos da área da Ciências da Saúde indexados na SciELO até maio de 2021 encorajavam o compartilhamento de dados.

Também Rousi e Laakoo (2020) identificaram diferentes níveis de exigência entre os

periódicos da Neurociência quanto ao que deve ser compartilhado, em que momento devem ser disponibilizados e em qual repositório devem ser depositados. O estudo revelou que as políticas editoriais de compartilhamento de dados estão presentes na maioria dos periódicos altamente citados na área de Neurociência, com 85% dos periódicos analisados possuindo alguma política formal. As revistas com políticas de dados (58%) apenas encorajam, mas não exigem, o depósito dos dados em repositórios. Apenas 16% dos periódicos exigiram uma política de dados de pesquisa em suas diretrizes editoriais.

Por outro lado, os resultados encontrados relativos à recomendação do compartilhamento dos dados de pesquisa estão acima da incidência observada por Silveira *et al.* (2023) para a área de Comunicação e Informação, que identificaram que 52% das revistas analisadas encoraja o compartilhamento e abertura dos dados em suas políticas editoriais. Em relação à área do Direito, Araújo e Nobre (2023) identificaram que 16,6% dos periódicos indexados na SciELO solicitam a citação dos dados utilizados e sugerem um repositório, enquanto os mesmos 16,6% declaram que os dados devem estar abertos e acessíveis para reuso. Os resultados encontrados neste estudo também indicam maior comprometimento das políticas editoriais com o CDP do que o relatado por Walters (2020), o qual menciona que em torno de 25% dos periódicos da área da Saúde e Ciências Biológicas possuem políticas de compartilhamento de dados de algum tipo.

Os resultados diferem também daqueles de Caregnato *et al.* (2024), que observaram que muitos periódicos com Dataverses ativos no repositório SciELO Data não incluem definições específicas sobre compartilhamento de dados de pesquisa em suas políticas editoriais. Em estudo que avalia as políticas editoriais sobre compartilhamento e citação de dados de pesquisa de periódicos de Acesso Aberto, indexados nos diretórios Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Open Journal Systems (OJS), também Castro et al (2017) observam que aproximadamente 75% dos periódicos não possuíam política de compartilhamento de dados, mesmo que implícita.

Quanto ao período de embargo dos dados, observa-se que em nenhum periódico a menção a essa prática aparece como obrigatória. Ademais, a quase totalidade (40, equivalente a 89%) dos periódicos não faz qualquer observação quanto a essa questão. Entre os poucos em que o embargo é mencionado, verifica-se uma recomendação, ou seja, se necessário.

Quanto à citação de dados de pesquisa, também a maioria (60%) não apresenta qualquer recomendação/orientação sobre a prática. Apenas uma minoria (oito, equivalente a 18%) dos periódicos mencionam em sua política editorial a obrigatoriedade da citação aos dados de pesquisa. Esse resultado se assemelha ao de Castro *et al.* (2017), que observa que as políticas de citação de dados são muito frágeis e raramente mencionadas explicitamente no universo dos periódicos de acesso aberto analisados, indexados no DOAJ e OJS, carecendo de especificidade e sem fornecimento de orientação ao pesquisador sobre o compartilhamento de dados - onde depositar, como citar e, quando aplicável, como garantir que os dados possam ser replicados. Os resultados se assemelham também com aqueles obtidos por Silveira *et al.* (2023), em que somente 35% das políticas editoriais dos periódicos analisados da área da Comunicação e Informação orientam os autores quanto à citação dos dados de pesquisa.

Apenas um periódico menciona o Licenciamento de dados em sua política editorial. A Licença CC-BY, recomendada pela coleção SciELO, é a mais flexível das licenças disponíveis e recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados. Esta licença permite que o conteúdo da obra seja distribuído, remixado, adaptado, assim como que se criem obras a partir dele, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito pela criação original (Vanz, 2023). Esse resultado diverge de Caregnato *et al.* (2024) ao analisarem um conjunto de periódicos com Dataverses ativos no repositório SciELO Data, em que observam que as políticas de licenciamento em relação aos dados de pesquisa foram abordadas pela maior parte das políticas editoriais analisadas.

Também em relação à prática de padronização no formato dos dados de pesquisa, observou-se a presença da recomendação em apenas um periódico analisado. A padronização no formato dos dados de pesquisa costuma facilitar o seu reuso. Assim, a não recomendação indica um desalinhamento com os princípios FAIR. Esse resultado alinha-se ao de Caregnato *et al.* (2024) que observaram a carência de padronização no formato dos dados a serem submetidos, o que pode dificultar a recuperação, disseminação e preservação desses dados.

O preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta é obrigatório em mais da metade (58%) dos periódicos analisados. Todavia, o Formulário permite justificar o não compartilhamento dos dados. Considerando que 5 periódicos declaram a possibilidade de aceitar um período de embargo e que 27% não mencionam o compartilhamento de dados, infere-se que, em uma quantidade significativa de periódicos, os dados podem não ser disponibilizados.

Em conformidade com a Ciência Aberta, o compartilhamento de dados deve se dar em repositórios de acesso aberto. Embora a maioria (73%) dos periódicos recomendem ou exijam que os autores compartilhem os dados de pesquisa subjacente ao texto publicado, os resultados apresentados na Tabela 3 evidenciam que apenas 44% dos periódicos indicam repositórios nas suas políticas, principalmente o SciELO Data. Este resultado demonstra que não há um avanço considerável nos últimos anos, pois, em 2021, 42,3% dos periódicos encorajavam o depósito dos dados em repositórios específicos (Araujo & Príncipe, 2021).

Esse resultado está abaixo do apontado por Packer (2025) para o conjunto total de periódicos da SciELO Brasil, o que sugere que a área de Ciências da Saúde enfrenta mais resistência ao compartilhamento de dados de pesquisa que outras Grandes Áreas da biblioteca eletrônica. Os resultados se assemelham àqueles observados para a área de Comunicação e Informação por Silveira *et al.* (2023), em que 46% das políticas editoriais indicam repositórios de dados de pesquisa externos, com vinculação dos links nos próprios periódicos, o que evidencia que os editores escolheram o uso de plataformas externas aos periódicos.

Complementarmente, como resultado da consulta à plataforma SciELO Data, observou-se que apenas três (~7%) periódicos estão presentes na plataforma. Esse resultado pode ser decorrente da incipiência da SciELO Data, iniciada com operação regular em 2022. Quanto aos indicadores analisados relativos à politica de compartilhamento de dados de pesquisa presentes nos website desses três periódicos, observou-se que nenhum deles orienta quanto ao embargo, citação, licenciamento ou padronização no formato dos dados de pesquisa. Por outro lado, somente em dois deles, o preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta é obrigatório, assim como está explicita a indicação do repositório. Por outro lado, em um dos periódicos não consta recomendação de preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta e nem apresenta em seu website indicação de repositório, o que sugere que, embora este periódico esteja alinhado à faceta CDP do movimento da Ciência Aberta, seu website está ainda imaturo quanto às políticas de CDP.

A Tabela 4 apresenta o resultado da aplicação do Teste Qui-Quadrado entre os sete indicadores de política de dados abertos para o conjunto de 45 periódicos analisados.

Tabela 4: Teste Qui-Quadrado entre os indicadores associados à política de dados abertos.

Valor Qui-Quadrado (valor de p)	EDP	CitDP	LDP	PFDP	FCA	IR
CDP	4,25 (0,119)	11,85 (0,019*)	0,98 (0,61)	3,58 (0,167)	18,26 (0,001**)	15,56 (0,000**)
EDP	-	14,03 (0,001**)	0,16 (0,69)	6,65 (0,275)	5,54 (0,063)	1,39 (0,24)
CitDP	-	-	0,62 (0,73)	5,55 (0,062)	6,95 (0,14)	0,161 (0,92)
LDP	-	-	-	0,23 (0,88)	1,40 (0,50)	1,28 (0,26)
PFDP	-	-	-	-	0,82 (0,66)	1,28 (0,26)
FCA	-	-	-	-	-	8,88 (0,012*)

Fonte: elaboração própria (2025)
Legenda: CDP = compartilhamento de dados de pesquisa; E = Embargos de dados de pesquisa; CitDP = Citação de dados de pesquisa; LDP = Licenciamento de dados de Pesquisa; PFDP = Padronização formato de dados de pesquisa; FCA = Formulário de conformidade com a Ciência Aberta; IR = Indicação de Repositório.
*Associação estatística significante no nível 0.05
**Associação estatística significante no nível 0.01.

Os resultados dos Testes Qui-Quadrado mostram cinco associações estatisticamente significantes entre os sete indicadores de política de dados abertos nos periódicos analisados, sendo três delas envolvendo o indicador de menção ao compartilhamento dos dados de pesquisa. A associação estatisticamente significante entre CDP e os indicadores CitDP, IR e FCA demonstra que políticas de dados abertos são implementadas de forma correlacional: periódicos que incentivam o compartilhamento de dados não o fazem isoladamente, mas o combinam com o procedimento do formulário de ciência da adesão ao movimento da Ciência Aberta, assim como a mecanismos que complementam a rastreabilidade e acesso dos dados, como a citação de dados e uso de repositórios. Desse modo, a partir dessas associações, pode-se inferir que há uma consistência entre a política editorial do periódico requerer o preenchimento do FCA e a recomendação ao CDP, evidenciando que os editores entendem a prática de CDP como intrínseca à Ciência Aberta. Ademais, há uma coerência editorial nas recomendações dos periódicos: quando eles se posicionam quanto ao CDP, se preocupam quanto a sua operacionalização, orientando sobre questões decorrentes dessa prática, como onde depositar (IR) e como citar (CitDP).

A associação estatística entre embargos e citação de dados reforça que, mesmo durante restrições temporárias de acesso, há preocupação com a rastreabilidade dos dados. Em contraste, aspectos como licenciamento e padronização, não mostram tendência a coexistirem nos periódicos analisados.

De maneira geral, o projeto conduzido por Vanz *et al.* (2019), proposto pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), retrata o panorama brasileiro no que tange ao compartilhamento de dados. Esse projeto buscou identificar, no âmbito do Acesso Aberto a Dados de Pesquisa, entre outros aspectos, as percepções de 4.703 pesquisadores brasileiros em relação ao compartilhamento e reuso de dados. Observou-se que esta prática não é comum na ciência brasileira, já que um baixo percentual de respondentes (9,2%) afirmaram compartilhar todos os seus dados de pesquisa, ao passo que 37% não compartilham dado algum.Espe cificamente, 35,3% dos pesquisadores na área de Ciências da Saúde não compartilham dados. A falta de exigência de compartilhamento foi indicada por 31,9% dos pesquisadores como uma das principais causas da ausência. Porém, também foram mencionadas a falta de infraestrutura e de informação especializada, o que pode indicar uma clara necessidade de políticas mais rígidas, assim como, maiores esclarecimentos e incentivos à comunidade científica.

Considerações Finais

Conclui-se que, embora o CDP seja amplamente discutido no contexto da Ciência Aberta, sua aplicabilidade ainda é limitada entre os periódicos brasileiros da área de Ciências da Saúde indexados na biblioteca eletrônica SciELO.

A maioria carece de diretrizes claras sobre CDP e, quando presentes, essas políticas são apenas recomendações, com baixa exigência de práticas como citação, padronização e indicação de repositório.

Os resultados indicaram que, no caso da recomendação ao compartilhamento de dados, há avanços quantitativos em relação a anos anteriores, validando as políticas e práticas empregadas em prol da Ciência Aberta.

Cerca de metade dos periódicos faz uma recomendação, ao passo que, em um pouco mais de 20%, há a obrigatoriedade de compartilhamento. O período de embargo é pouco mencionado nas políticas, assim como a obrigatoriedade da citação aos dados de

pesquisa. Da mesma forma, o licenciamento e a padronização no formato dos dados são recomendados em apenas um periódico analisado.

Já o preenchimento do Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta se mostrou uma recomendação recorrente. Porém, o Formulário permite justificar o não compartilhamento dos dados.

Quanto aos repositórios, quase metade dos periódicos indica onde depositar os dados, sugerindo principalmente o SciELO Data. Porém, considerando-se que 73% dos periódicos fazem menção ao compartilhamento, percebe-se uma lacuna na orientação aos autores quanto às melhores práticas de depósito em repositórios de acesso aberto.

Estes resultados evidenciam que, apesar da SciELO oferecer um guia com diretrizes para os periódicos indexados, há necessidade de maior rigor no cumprimento das mesmas, assim como na supervisão deste cumprimento. Assim, observou-se que pode ser preciso um maior incentivo e engajamento por parte das editoras e agências de fomento, na promoção de uma cultura de CDP alinhados aos princípios FAIR.

Nesse cenário, considera-se que para amplificar e consolidar a prática do compartilhamento dos dados de pesquisa, característica do movimento da Ciência Aberta, considera-se necessária a pressão da sociedade, com a comunidade científica (autores, editores, avaliadores, entidades tomadoras de decisões político-científicas) como parceira no movimento de democratização da ciência. Nesse sentido, destaca-se o papel das agências de fomento exigindo que pesquisas financiadas com dinheiro público se alinhem ao movimento da Ciência Aberta e compartilhem os dados de pesquisa, sem prescindir das restrições de ética, confidencialidade e segurança que se aplicam.

Espera-se que os resultados obtidos abram caminhos para futuras pesquisas, ao permitir propor diversas questões de pesquisa futuras, especialmente em função das limitações do presente estudo. O escopo do estudo restringiu-se a periódicos da Grande Área da Saúde, indexados na Coleção SciELO Brasil (pioneira na comunicação Ciência Aberta, na modalidade dourada), estando assim limitado a um campo científico, região geográfica e plataforma de comunicação científica específicos, com peculiaridades, cultura e epistemologia próprios. Nesse sentido, estudos futuros podem ampliar o universo de pesquisa para outras áreas, bases bibliográficas e países.

Ademais, neste estudo, não foi analisado o impacto do rigor das políticas editoriais sobre a frequência do compartilhamento de dados de pesquisa pelos autores das publicações, que pode ser uma questão a ser comprovada em pesquisas futuras. Também a associação entre compartilhamento de dados e o impacto científico do periódico é uma questão de pesquisa a ser investigada. Da mesma forma, também a associação entre a política de compartilhamento de dados e o tipo de editora (pública ou privada) configura sugestão de pesquisa futura.

Referências

Araujo, L., & Príncipe, E. (2021). Adesão das revistas brasileiras de saúde às práticas de ciência aberta pelos critérios SciELO Brasil. *Anais do Abec Meeting* 2021, Botucatu. https://doi.org/10.21452/abecmeeting2021.7

Araújo, P. C., & Nobre, R. L. S. (2023). Práticas de ciência aberta dos periódicos científicos do domínio do Direito indexados na coleção SciELO Brasil. (2023). *BiblioCanto,* 9(2), 82–88. https://doi.org/10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33812

Caregnato, S. E., Rosa, J. A., & Rodrigues, P. H. S. (2024). Políticas editoriais sobre dados de pesquisa em periódicos no Repositório SciELO Data. *Ciência inclusiva e global:* Métricas, dados e infraestruturas. https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.285

Castro, E., Zyk, N., & Fenner, M. (2017). Evaluating and promoting open data practices in open access journals. *Journal*

of Scholarly Publishing, 49(1), 66–88. https://doi.org/10.3138/jsp.49.1.66

Corrales-Garay, D., Ortiz-de-Urbina-Criado, M., & Mora-Valentín, E. M. (2019). Knowledge areas, themes and future research on open data: A co-word analysis. *Government Information Quarterly,* 36(1), 77–87. https://doi.org/10.1016/j.giq.2018.10.008

Correa-Orrego, A. I., Araújo, K.M., Araújo, P.C., Rode, S.M. & Grácio, M.C.C. (2025, maio). As dimensões da Ciência Aberta na Base SciELO Brasil: Similaridade entre as grandes áreas [Conference presentation]. Latmétricas 2025, México.

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2017). *Ciência aberta e gestão de dados de pesquisa.* https://fapesp.br/openscience/

Fischer, B., & Piskorz-Ryń, A. (2021). Re-use of research data. *Prawo i Więź, 36*(2), 96–111. https://doi.org/10.36128/priw.vi36.292

Hrynaszkiewicz, I., Simons, N., Hussain, A., Grant, R., & Goudie, S. (2020). Developing a research data policy framework for all journals and publishers. *Data Science Journal,* 19(1), 5. https://doi.org/10.5334/dsj-2020-005

Jorge, V. A., & Albagli, S. (2018). Compartilhamento de dados de pesquisa em saúde: Iniciativas do National Institutes of Health (NIH). *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 12(4), 415–422. https://doi.org/10.29397/reciis.v12i4.1499

Lee, J. Y., & Chung, E. (2022). Mapping open science research using a keyword bibliographic coupling analysis network. *Information Research,* 27(4). https://doi.org/10.47989/irpaper949

Martínez Samper, P., Gmelch, N. & Xarles Jubany, G. (2019). El plan de acción de conocimiento abierto de la UOC: la apuesta por un cambio cultural de la Universidad. *RUIDERAe: Revista de Unidades de Información,* (15).

Monteiro, E. S., & Sant'Ana, R. (2022). Factors that influence researchers' state of anomie in the research data sharing process. *Mobile Networks and Applications,* 27(4), 1952–1957. https://doi.org/10.1007/s11036-022-01967-x

Packer, A. L. (2025). O empreendimento de ciência aberta do SciELO*. Ciência e Cultura,* 77(1). https://doi.org/10.5935/2317-6660.20250006

Piwowar, H. A. (2011). Who shares? Who doesn't? Factors associated with openly archiving raw research data. *PLoS ONE,* 6(7), e18657. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0018657

Rousi, A. M., & Laakso, M. (2020). Journal research data sharing policies: A study of highly-cited journals in neuroscience, physics, and operations research. *Scientometrics,* 124(1), 131–152. https://doi.org/10.1007/s11192-020-03467-9

Caregnato, S. E., Rocha, R. P., & Gabriel Júnior, R. F. (2021). Reúso de dados: Princípios FAIR e o ecossistema de pesquisa. In L. F. Sales (Ed.), *Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa.* IBICT. https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1182/2/IBICT_Principios%20FAIR%20aplicados%20a%20gest%C3%A3o%20de%20dados%20de%20pesquisa_2021.pdf

SciELO. (2024). *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na coleção SciELO Brasil.* https://www.scielo.br/media/files/20240900-Criterios-SciELO-Brasil.pdf

Silveira, L. da. (2023). *Políticas editoriais de periódicos no ecossistema da ciência aberta: Impactos da avaliação por pares aberta, pré-print e dados abertos* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].

Silveira, L. da, Silva, F. C. C. da, & Barbosa, A. D. (2023). Políticas editoriais de dados científicos em periódicos da área de comunicação e informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação,* 16(1), 286–306. https://doi.org/10.26512/rici.v16.n1.2023.42055

Silveira, L. da, *et al.* (2023). Taxonomia da Ciência Aberta: Revisada e ampliada. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação,* 28, 1–22. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712

Sturges, P., Bamkin, M., Anders, J. H., Hubbard, B., Hussain, A., & Heeley, M. (2015). Research data sharing: Developing a stakeholder-driven model for journal policies. *Journal of the Association for Information Science and Technology,* 66(12), 2445–2455.

UNESCO. (2021). *Recomendação da UNESCO sobre ciência aberta.* Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por

Vanz, S. A. S., Azambuja, L. A. B., Gabriel Júnior, R. F., Rocha, R. P., Caregnato, S. E., Pavão, C. M. G., Passos, P. C. S. J., & Borges, E. N. (2019). Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: Mapeamento de repositórios, práticas e percepções dos pesquisadores e tecnologias. *Ciência da Informação,* 48(3).

Vanz, S. A. S., *et al.* (2023). *Gestão de dados de pesquisa.* Porto Alegre: RDPBrasil.

Veiga, V. S. O., Machado, R., Jorge, V. A., & Penedo, E. (2019). Compartilhamento de dados de pesquisa na Fiocruz: Diagnóstico e percepção do pesquisador. *Ciência da Informação,* 48(3). https://doi.org/10.18225/ci.inf.v48i3.4999

Veiga, V. S. O., Silva, C. H., & Borges, M. M. (2021). Modelo de fatores que influenciam no comportamento de compartilhamento de dados de pesquisa (MFDados). In M. M. Borges & E. Sanz Casado (Orgs.), *Sob a lente da ciência aberta: Olhares de Portugal, Espanha e Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Veiga, V. S. O. (2024). Princípios FAIR. *AtoZ:* Novas Práticas em Informação e Conhecimento, 13, 1–3. https://doi.org/10.5380/atoz.v13i0.97888

Vila Nova, S., Lóscio, B. F., & Oliveira, M. I. S. (2024). Compartilhamento de dados de pesquisa: Uma análise temática de fatores intervenientes. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends,* 18, e024022. https://doi.org/10.36311/1981-1640.2024.v18.e024022

Walters, W. H. (2020). Data journals: Incentivizing data access and documentation within the scholarly communication system. *Insights: The UKSG Journal,* 33(1), 18. https://doi.org/10.1629/uksg.510

Wilkinson, M. D., *et al.* (2016). The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship**. Scientific Data,** 3, Article 160018. https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18

Recomposição do Fundo Histórico Arquivístico Eleitoral da Paraíba (1932-1937): Memória, Cidadania e Difusão Documental

Gabriela Garcia Londres, UEPB,

https://orcid.org/0000-0002-6457-464X,

Brasil, gabrielalondres9@gmail.com

Eliete Correia dos Santos, UEPB,

https://orcid.org/0000-0002-5491-5711,

Brasil,
eliete.santos@servidor.uepb.edu.br

DOI:
https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6673

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Resumo

Este artigo analisa o *Projeto Origens*, iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) para recompor o Fundo Histórico Arquivístico do período 1932-1937, marco inaugural da Justiça Eleitoral no Brasil. A pesquisa aborda a recuperação de documentos dispersos pelo regime do então presidente Getúlio Vargas, utilizando fontes secundárias como o jornal *A União* e acervos institucionais e particulares. Adotando uma abordagem qualitativa e decolonial, o projeto restaura a organicidade documental, promove a democratização do acesso à informação e fortalece a cidadania por meio de ações educativas e parcerias interinstitucionais. A publicação dos *Livros de Actas do TRE-PB (1932-1935)* destaca narrativas de sujeitos marginalizados e reforça o arquivo como espaço de disputa simbólica e justiça epistêmica.

Palavras-chave: Justiça Eleitoral; Fundo Arquivístico; Memória Institucional; Decolonialidade; Educação Patrimonial; Acesso à Informação; Patrimônio Documental.

Introdução

A criação da Justiça Eleitoral em 1932 representou um marco na consolidação do processo eleitoral brasileiro, introduzindo o voto secreto e a participação feminina. O TRE-PB gerou, nesse período, um acervo documental que registra os primórdios da institucionalização eleitoral no estado.

A extinção da Justiça Eleitoral em 1937, durante o Estado Novo, fragmentou esse fundo, comprometendo sua integridade. O *Projeto Origens*, iniciado em 2012 e consolidado até 2025, responde a essa lacuna, recompondo o Fundo Histórico Arquivístico (1932-1937) para preservar a memória institucional, democratizar o acesso à informação e promover a cidadania.

A pesquisa adota epistemologias do Sul (Santos, 2022) e práticas decoloniais (Mignolo, 2007; Quijano, 2005), posicionando o arquivo como um território de resistência contra narrativas coloniais que silenciam grupos marginalizados. A edição do *Livro de Actas do TRE-PB e os materiais gráficos do projeto* exemplificam esse esforço, destacando figuras como Joaquina Neves Meira e João Lellis de Luna Freire. Este artigo analisa as estratégias de recomposição, os impactos da difusão digital e as ações educativas, enfatizando o papel do arquivo como instrumento de justiça epistêmica.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e documental. O método principal é a análise arquivística, combinando técnicas de descrição (NOBRADE, 2006) e análise diplomática (Belloto, 2002). O universo da pesquisa abrange o Fundo Histórico Arquivístico do TRE-PB (1932-1937), com foco na série documental Acta de Sessão, recomposta a partir de registros publicados no jornal *A União* e preservados no Arquivo Público

Estadual. A população-alvo inclui documentos textuais (atas, pareceres, decisões) e os sujeitos da pesquisa são as espécies documentais das sessões do TRE-PB. As técnicas de coleta de dados envolveram pesquisa hemerográfica, digitalização e transcrição paleográfica. Os instrumentos incluem roteiros de catalogação e metadados para indexação. Os procedimentos de análise compreenderam a contextualização histórica, a verificação da autenticidade documental e a elaboração de catálogos descritivos. A difusão foi realizada por meio de publicações editoriais e repositórios digitais, como o *atom.tre-pb.jus.br*.

Referencial Teórico

A investigação fundamenta-se em teorias arquivísticas contemporâneas, com ênfase na organicidade documental e na função social dos arquivos. Camargo (2003) destaca que a autenticidade dos documentos depende de sua inserção no contexto funcional de produção, enquanto Silva (2015) reforça a importância de preservar o "lugar arquivístico" para manter a inteligibilidade do acervo. Belloto (2002) contribui com a análise diplomática e tipológica, essencial para compreender as atas como registros testemunhais e probatórios. A gestão documental é orientada por normativas como a Resolução CNJ nº 324/2020 e a Resolução TSE nº 23.379/2012, que valorizam a memória institucional e a transparência. A perspectiva de Japiassu (2021) sobre a apropriação crítica dos arquivos como instrumentos de cidadania complementa o enquadramento, destacando seu potencial educativo e social.

Resultados Parciais

A recomposição do Fundo Histórico Arquivístico resultou na publicação dos Livros de Actas (1932-1935), com previsão de conclusão dos volumes de 1936-1937. Esses catálogos descritivos, contendo transcrições paleográficas, imagens digitalizadas e notas técnicas, restauraram a organicidade da série documental, respeitando sua cronologia e função jurisdicional. A iniciativa foi reconhecida com o I Prêmio de Inovação Eleitoral (TSE, 2024) pela criação de cartões postais com QR-Code, que ampliam o acesso digital. O repositório *atom.tre-pb.jus.br* disponibiliza milhares de itens documentais digitalizados, garantindo preservação e acessibilidade. A exposição Origens do TRE-PB (2024) destacou narrativas de magistrados e figuras marginalizadas, como Anacleto Vitorino, promovendo inclusão. A integração com universidades e a adoção da licença Creative Commons fortaleceram o uso educativo dos documentos, com impactos em práticas pedagógicas e pesquisas acadêmicas.

A recomposição do fundo tem permitido não apenas a recuperação física e intelectual de documentos históricos, mas também a ampliação do acesso à memória institucional por meio de plataformas digitais. A digitalização dos Livros de Atas, por exemplo, viabilizou a consulta pública de informações fundamentais sobre os processos eleitorais da época, contribuindo para pesquisas acadêmicas e para o fortalecimento da transparência pública.
Além disso, os esforços de recomposição revelam a importância de políticas arquivísticas contínuas e articuladas com projetos educacionais e de engajamento cívico. A proposta de inserção do acervo em ações de educação patrimonial em escolas, universidades e formações para servidores públicos visa fomentar o uso social dos arquivos e promover o reconhecimento do seu valor para a construção da cidadania e da memória democrática.

Considerações Finais

O projeto de recomposição do Fundo Histórico Arquivístico do TRE-PB reafirma o arquivo como um espaço vivo de memória e cidadania. A recuperação dos Livros de Actas não apenas preserva o patrimônio documental, mas ressignifica narrativas silenciadas, promovendo uma leitura plural da história eleitoral. Limitações incluem a perda irreversível de parte do acervo original e a dependência de fontes secundárias, como o jornal *A União*. Contudo, a digitalização qualificada e a difusão em plataformas abertas mitigam essas lacunas, ampliando o acesso público. O impacto da iniciativa transcende a preservação,

fortalecendo a transparência institucional e o engajamento cívico. Futuras ações incluem parcerias acadêmicas, exposições itinerantes e a continuidade da digitalização, alinhadas ao Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário (CNJ). A abordagem decolonial adotada desafia narrativas dominantes, dando voz a grupos historicamente marginalizados, como mulheres e minorias étnicas e sociais, e consolidando os arquivos como instrumentos de justiça social.

A recomposição do Fundo Histórico Arquivístico do TRE-PB, relativo ao período de 1932 a 1937, representa uma iniciativa essencial para a preservação do patrimônio documental da Justiça Eleitoral e para a consolidação da memória institucional. Ao recuperar documentos fragmentados por uma ruptura autoritária da história brasileira, o projeto reafirma o papel dos arquivos como instrumentos de cidadania, justiça e democracia.

O fortalecimento de ações de difusão e educação, aliado ao uso de tecnologias de acesso aberto, amplia o alcance e o impacto social desse fundo, aproximando a história da Justiça Eleitoral da sociedade paraibana e brasileira. Nesse sentido, espera-se que o presente estudo contribua para a formulação de políticas públicas de gestão arquivística comprometidas com a memória, a democracia e o direito à informação.

Referências

Albuquerque, M. C. (2014). *História do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*. João Pessoa: Editora da Universidade Estadual da Paraíba.

Belloto, H. L. (2002). *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2020). *Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020*. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, (140/1), 2–6.

Camargo, A. M. (2003). Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, (1), 11–17.

Carneiro, R. C. (2012). *Origens da Justiça Eleitoral na Parahyba: de 1932 a 1937*. João Pessoa: TRE-PB.

Japiassu, R. C. (2021). *Usos e apropriações da memória: documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário federal brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Silva, M. (2015). *O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). https://www.researchgate.net/publication/371133809

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. (2023). *Livro de actas do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Paraíba: 1º volume: 1932*. João Pessoa: TRE-PB.

Tribunal Superior Eleitoral. (2024). *Página do I Prêmio de Inovação Eleitoral*. https://www.tse.jus.br/institucional/justicaeleitoral/i-premio-de-inovacao-eleitoral

NOTAS

1. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do PPGDArq/UEPB/UFPB (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística das Universidades Estadual e Federal da Paraíba, com apoio do TRE-PB.

2. Os Livros de Actas estão disponíveis no repositório *atom.tre-pb.jus.br* e no Catálogo de Publicações do TRE-PB .

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra, Universidade Federal do Ceará, https://orcid.org/0000-0003-2510-911X, Brasil, *aureamag@ufc.br*

Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos, Universidade Federal do Ceará, https://orcid.org/0000-0002-2829-769X, Brasil, *nonatoribeiro@ufc.br*

Lívia Tavares de Souza, Universidade Federal do Ceará, https://orcid.org/0009-0009-7388-1076, Brasil, *liviatsouza27@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6674

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

Desde seu surgimento na sociedade humana, as bibliotecas ocupam um papel central no ecossistema de produção, armazenamento, organização e disseminação do conhecimento humano registrado. Contudo, apesar de sua importância histórica e a inegável relevância cultural e educacional, ainda persistem visões que reduzem essas instituições a meros depósitos silenciosos de livros e documentos. Essa percepção limitada ignora a complexidade de suas atividades e o dinamismo de seu papel na sociedade contemporânea.

No universo educacional, a biblioteca se apresenta como um espaço de aprendizagem, com a missão mediar o processo de transformação da informação em conhecimento. De forma geral, atualmente, as instituições de ensino têm reconhecido a contribuição das bibliotecas em sua estrutura organizacional, atuando na formação do pensamento crítico e da competência em informação da sua comunidade, assumindo a liderança nos processos internos e externos de gestão da informação e de gestão do conhecimento (GC), com ênfase no "aprender a aprender" como uma ação contínua de acesso, uso e apropriação da informação, de modo a transformá-la em conhecimento.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de ampliar o debate acadêmico e profissional sobre as práticas de gestão e seu papel dentro das bibliotecas, para além da organização do conhecimento, mas também posicioná-las como espaços ativos de formação crítica, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e ético dos usuários. A temática da GC vêm sendo objeto de pesquisa na Ciência da Informação, com diferentes abordagens teóricas e aplicações em distintas unidades de informação. Nessa pesquisa, focaremos no campo das bibliotecas universitárias (BU).

As bibliotecas universitárias são exemplos de organizações sociais inseridas no âmbito educacional do Ensino Superior, mobilizando recursos e ofertando serviços e produtos informacionais que servem de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades. Cada dia mais não se limitam somente à oferta de acervos físicos e digitais, inovando em ações como a educação de usuários, o apoio à comunicação científica e o incentivo à autonomia na busca por informação, processos compartilhados com o campo da gestão do conhecimento. Atualmente, a literatura existente já vem abordando algumas particularidades e especificidades da aplicação da GC no contexto das bibliotecas universitárias. Assim, o estudo pode oferecer um arcabouço que fomente ainda mais avanços nas práticas.

Nesse cenário apresentado, a pesquisa da qual essa comunicação faz parte busca respostas para o seguinte problema: como têm-se desenvolvido a relação entre a gestão do conhecimento e as bibliotecas universitárias na literatura científica brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação?

Para alcançar essa compreensão, o estudo tem como objetivo analisar bibliograficamente e

bibliometricamente a produção científica brasileira indexada pela Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI)[1] que explora a relação entre a GC e as BU.

Trata-se de uma investigação relevante, que fornecerá uma visão ampla e estruturada da relação entre as temáticas, identificando interseções, tendências, lacunas, limites e possibilidades teóricas e conceituais nos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, além de oportunizar futuras pesquisas e aplicações de práticas de gestão. Projeta-se que os dados coletados e analisados poderão fomentar um mapeamento dos conhecimentos críticos necessários para a implementação da gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias.

Referencial teórico

Nessa seção estabelecemos os pilares teórico-conceituais que fundamentam a relação entre a gestão do conhecimento e as bibliotecas universitárias. O caminho se inicia na compreensão da gestão do conhecimento em seu contexto original, o ambiente empresarial, para então transitar para o cenário educacional, com foco nas universidades. Finalmente, a discussão será direcionada à aplicação específica da gestão do conhecimento no universo das bibliotecas universitárias, explorando suas particularidades e relevância nesse ambiente.

Gestão do conhecimento: das empresas às universidades

No atual sistema de produção que sustenta a sociedade humana, o conhecimento tem-se tornado cada vez mais um insumo valioso, com potencial para gerar inúmeras vantagens, especialmente a longo prazo, junto de outros elementos como a mão de obra, os recursos naturais e o capital. Consolida-se assim a sociedade atual como a chamada Sociedade do Conhecimento. Drucker (1969, p. 264, tradução nossa) atesta que “[...] o conhecimento é hoje o custo mais elevado, o principal investimento e o principal produto da economia avançada, bem como o meio de vida do maior grupo da população”.

Compreender com clareza as distinções entre dado, informação e conhecimento é fundamental para a discussão sobre a gestão do conhecimento. De acordo com Setzer (1999), os dados são entidades puramente sintáticas: representações formais compostas por sequências de símbolos quantificados ou quantificáveis, desprovidas de significado. Quando esses dados adquirem significado para um sujeito, transformam-se em informação, passando a ser relevantes e interpretáveis. Diferente da definição dos dados, o autor não traz uma definição para informação, apenas uma caracterização, a informação é destacada como uma abstração informal, que segundo o autor "representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação." (Setzer, 1999, p. 2).

Complementarmente, o conhecimento é entendido como a capacidade que o temos, diante da informação, de desenvolver uma competência reflexiva, relacionando os seus múltiplos aspectos em função de um determinado tempo e espaço, com a possibilidade de estabelecer conexões com outros conhecimentos e de utilizá-lo na vida quotidiana, como exemplificado em "Associamos informação à semântica, Conhecimento está associado com pragmática, isto é, relaciona-se com alguma coisa existente no 'mundo real' do qual temos uma experiência direta" (Setzer, 1999, p. 3).

O conhecimento emerge da experiência pessoal e direta com a informação, sendo uma construção subjetiva, intransferível e nem sempre plenamente descritível. Davenport e Prusak (2003, p. 6) confirmam:

> Conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.

Compreendemos então que o conceito de conhecimento complementa o de informação com valor relevante e de propósito definido. Entendemos assim que, embora exista uma relação de dependência entre informação e conhecimento ainda existe uma distinção entre os dois conceitos. As informações constituem a base do conhecimento, mas a aquisição deste implica o desencadear de uma série de operações intelectuais, que colocam em relação os novos dados com as informações armazenadas previamente pelo indivíduo. O conhecimento adquire-se, pois, quando as diversas informações se inter relacionam mutuamente, criando uma rede de significações que se interiorizam.

Cabe discutirmos ainda a abordagem hierárquica desses três elementos adotada por Tuomi (1999). Segundo o autor, os conceitos dados, informação e conhecimento são frequentemente tratados em uma hierarquia. Dados são fatos brutos que, ao serem combinados em uma estrutura compreensível, transformam-se em informação. A informação, por sua vez, torna-se conhecimento quando contextualizada, permitindo previsões. Isso ocorre quando um indivíduo a conecta a outras informações, avalia e compreende seu significado em um contexto específico. Nesse sentido, dados são pré-requisitos para a informação, e a informação é pré-requisito para o conhecimento. Contudo, Tuomi (1999) sugere que uma hierarquia inversa também é válida. Nesse caso, a informação emerge apenas após a existência de conhecimento que permita compreender sua estrutura, e os dados são percebidos somente após a informação que verifica a existência dos fatos.

Esses três elementos se inter-relacionam de forma complexa, compondo uma estrutura conceitual essencial para o debate sobre a gestão do conhecimento. De acordo com Duarte (2011, p. 162), “o conhecimento necessita da ação humana por ser um processo realizado unicamente pelo homem, pois máquinas trabalham com dados e informações, mas apenas o homem produz conhecimento”.

De acordo com Santos e Damian (2018, p. 253)

> As organizações lidam, diariamente, com um volume imenso de informação e conhecimento que são produzidos, compartilhados, recuperados e utilizados no ambiente organizacional. Assim, é incontestável o fato de que todo esse volume cause confusão aos funcionários que atuam dentro de organizações, que ainda não perceberam a importância do gerenciamento desses fatores.

A partir dessa distinção, Setzer (1999) propõe uma visão crítica da GC, que não se resume ao armazenamento ou processamento de dados e informações, mas enfatiza a valorização da experiência humana e da competência individual, exigindo subjetividade e discernimento, indo além das capacidades técnicas dos sistemas informacionais. Assim, o conhecimento, elemento essencial da gestão do conhecimento, é construído a partir da união de dados, informações contextualizadas, experiências e valores, proporcionando uma estrutura para a análise e integração de novas experiências e informações (Davenport; Prusak, 2003). Essa perspectiva emerge da indispensável compreensão que a gestão de dados, informações e conhecimentos são fenômenos interligados e essenciais para o desenvolvimento das organizações.

De acordo com Barbalho, Inomata e Fernandes (2021, p. 4):

> A Gestão do Conhecimento (GC) passou a ser considerada como um recurso estratégico que pode ser adotado por qualquer organização e por diferentes ambientes de gestão que contemplem a modelagem dos seus processos baseada na captação de conhecimento e na constante melhoria de desempenho das organizações, trazendo vantagem competitiva em relação às outras instituições, além de garantir a sua sobrevivência, o lucro e a expansão no mercado

A gestão do conhecimento (GC) é um processo que trabalha a produção, armazenamento, uso e disseminação do conhecimento, considerando fontes de conhecimento internas

e externas de uma organização (Oliveira et al., 2011). O uso da GC envolve processos que integram pessoas e tecnologia, dentro das organizações, é utilizado com o intuito de transformar o conhecimento em vantagem competitiva.

Dalkir (2013, p. 3, tradução nossa) compreende a gestão do conhecimento como:

> [...] a coordenação deliberada e sistemática de pessoas, de tecnologia, de processos e da estrutura de uma organização, a fim de agregar valor através da reutilização do conhecimento e da inovação. Esta coordenação é alcançada através da criação, do compartilhamento e da aplicação do conhecimento, bem como da preservação da memória corporativa através da armazenagem e recuperação das valiosas lições aprendidas e das melhores práticas, a fim de promover a aprendizagem organizacional continuada.

A coordenação sistemática desses elementos, que envolve pessoas, tecnologias, processos e a estrutura organizacional, visa primordialmente a agregação de valor à organização. Isso é alcançado por meio de uma estratégia dupla: a reutilização eficaz de conhecimentos já existentes e a promoção contínua da inovação. A gestão do conhecimento é abordada por Alburquerque (2015) como um processo no qual o conhecimento é resultante da interação da organização com o meio, correspondendo a todo um esforço sistemático realizado pela organização para criar, utilizar, reter e medir o seu conhecimento, gerando assim uma rede de compartilhamento.

Custódio (2021, p. 8) confirma:

> [...] no contexto atual das organizações, vistas como entes cognitivos, cujo principal ativo é o conhecimento, torna-se fundamental compreendê-lo como recurso e geri-lo de forma adequada. Neste cenário, a gestão do conhecimento é vista como uma abordagem integrada por processos de identificação, criação, compartilhamento, armazenamento e aplicação do conhecimento como recurso valioso para as organizações. No que tange a estes aspectos, identificar os conhecimentos críticos para a organização, ou parte, é essencial para que estes conhecimentos sejam avaliados, afim de certificar quais ações estão em andamento, como são percebidas pelos seus colaboradores e, quando necessário, elaborar redefinições estratégicas relacionadas à gestão do recurso conhecimento.

Dalkir (2011) enfatiza que essa coordenação se materializa na prática por meio de três pilares fundamentais: a criação proativa de novo conhecimento, o compartilhamento eficiente desse conhecimento entre os diversos níveis e setores da organização, e a aplicação prática desse conhecimento para resolver problemas, otimizar operações e impulsionar o desenvolvimento.

Valentim (2004) relacionou dez atividades-chave de gestão do conhecimento: a) Identificar demandas necessidades de conhecimento; b) Mapear os fluxos informais; c) Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de conhecimento; d) Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação; e) Criar espaços criativos dentro da organização; f) Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização; g) Criar mecanismos de captação de conhecimento das pessoas da organização; h) Desenvolver sistemas corporativos visando o compartilhamento e uso de conhecimento; i) Fixar normas e padrões de sistematização de conhecimento; j) Retroalimentar o ciclo.

Para Cepeda Carrion et al. (2017) o processo de gestão do conhecimento inclui três aspectos importantes: a) a capacidade de absorção, que envolve a exploração de novas informações para criar ou substituir conhecimentos; b) a transferência de conhecimento entre indivíduos, grupos e para a instituição, visando à apropriação coletiva do saber; e c) a aplicação do conhecimento para gerar benefícios e aumentar a eficácia institucional.

Scholl *et al*. (2004) declaram que GC é um campo relativamente difuso e caracterizado por diferentes conceitos, perspectivas e abordagens. Para os autores, a GC expande-se em múltiplas áreas e afirmam que existe um patchwork de subdomínios em volta da GC, que trata de um conjunto de temas enquanto ignoram outros. De acordo com Wilson (2006, p. 37), não existe um núcleo comum na literatura de gestão do conhecimento, estando "[...] dispersa em grande diversidade de áreas, desde a inteligência artificial, passando por aplicações de tecnologia informacional, até o desenvolvimento organizacional".

Desse modo, a gestão do conhecimento vai além de uma perspectiva gerencial tradicional, focando no desenvolvimento de estratégias que fomentem ambientes propícios à criação, ao compartilhamento e à aplicação do conhecimento. Isso acarreta impactos significativos na cultura organizacional e nos processos de decisão, resultando em uma melhoria do desempenho institucional.

A gestão do conhecimento origina-se e encontra seu ambiente natural nas organizações empresariais, tendo como objeto o conhecimento organizacional. No entanto, sua aplicação se estende a outros domínios com intensa atividade do conhecimento humano, como o ambiente acadêmico. Segundo Barbosa (2008), a GC tem sido aplicada frequentemente no contexto das organizações educacionais.

> [...] a construção de conhecimentos, como papel da universidade, que na economia contemporânea é o de formar o trabalhador do conhecimento, compreende também uma reconstrução das significações, possibilitando que esse tipo de instituição se torne, cada vez mais, uma organização intensiva em conhecimento (Alves et al., 2008, p. 4).

Freitas, Ferreira e Silva (2016) destacam a relevância da gestão do conhecimento no campo educacional, apesar de sua ampla discussão no âmbito empresarial. Eles reconhecem os aspectos transversais e interdisciplinares desses estudos, ressaltando como a gestão do conhecimento impacta diretamente a construção de novos saberes, a resolução de problemas e a geração de inovações.

Garcia e Valentim (2009, p. 9) apontam que:

> [...] nas universidades públicas, não só agrega valor à instituição em si, mas a sociedade como um todo. Sendo um órgão público, a universidade pública tem a responsabilidade em devolver à sociedade os investimentos feitos com dinheiro público. Assim, a GC em uma universidade pública pode, também, implicar na qualidade de serviços, diretos e indiretos que a universidade oferece à sociedade.

O ensino na perspectiva contemporânea é voltado para os processos de construção do conhecimento, com ênfase no "aprender a aprender" como um processo contínuo que depende da competência do aluno para usar e apropriar-se da informação, de modo a transformá-la em conhecimento.

A universidade, historicamente, tem sido o epicentro da construção e disseminação do conhecimento. Santos (2011) aponta que, desde a Idade Média no contexto europeu, a universidade assumiu um papel fundamental na produção de alta cultura, no fomento do pensamento crítico e na geração de conhecimentos científicos. Sua função originária visava a formação das elites, o que, consequentemente, gerava um processo de exclusão social. Essa perspectiva histórica demonstra como a instituição universidade foi concebida inicialmente, como um espaço de saber restrito e direcionado a um grupo seleto da sociedade.

As universidades são centros de produção, armazenamento e comunicação do conhecimento científico. A cultura científica presente nessa organização valoriza a visibilidade das produções dos pesquisadores, pois quanto mais um trabalho é citado, maior o prestígio e reconhecimento do pesquisador. Essa disseminação pode gerar resultados para a universidade, como reconhecimento, ou

mesmo facilitar a obtenção de financiamentos para novas pesquisas.

Pode-se afirmar que a universidade, sendo a principal fonte de produção de conhecimento científico, representa um campo fértil para o estudo e a aplicação da gestão do conhecimento. Portanto, a gestão do conhecimento, nesse contexto, visa otimizar a criação, o compartilhamento e a aplicação do saber dentro do ambiente acadêmico, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e adaptabilidade. Tais práticas são essenciais para atender às exigências dinâmicas da sociedade atual e, concomitantemente, preparar toda a comunidade acadêmica para lidar com os desafios complexos e imprevisíveis do futuro.

Contudo, a visão contemporânea da universidade tem sofrido transformações significativas. Chauí (2014) argumenta que a universidade tem sido descaracterizada de sua essência como instituição social para se converter em uma organização. Nesse novo paradigma, o sucesso e a eficiência da universidade são mensurados por métricas de gestão, além de estratégias, recursos e indicadores de desempenho.

Essa mudança de foco, segundo Chauí (2014), acende um alerta sobre a autonomia inerente à construção do conhecimento, comprometendo a capacidade da universidade de ser um verdadeiro polo de inovação e crítica. A priorização da gestão em detrimento da produção de conhecimento autônomo e crítico levanta questões importantes sobre o futuro da educação superior. Nesse cenário de desafios e transformações, a gestão do conhecimento emerge como uma possível solução para as crises enfrentadas pela universidade. A implementação eficaz da gestão do conhecimento pode estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento de novas práticas educacionais.

Gestão do conhecimento no contexto das bibliotecas universitárias

A biblioteca se apresenta dentro do universo educacional como um espaço de aprendizagem, cuja missão é, segundo nosso entendimento, mediar o processo de transformação da informação em conhecimento, através de ações cujo foco é voltado às possibilidades de apropriação do indivíduo.

Como parte dessas organizações educacionais, as bibliotecas universitárias, segundo Carvalho (2004), também devem ser pensadas como espaços facilitadores de produção, armazenamento e comunicação de conhecimentos, utilizando-se da gestão do conhecimento. Shuhuai et al. (2009) destaca que é imperativo que a biblioteca estimule atividades de compartilhamento de conhecimento, alinhadas aos pilares da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

As bibliotecas universitárias cumprem com a sua função social ao atender às necessidades de informação de seus usuários e potenciais usuários. Elas atuam como mediadoras entre as fontes de informação e os diversos agentes da comunidade acadêmica. Cabe a elas elaborarem mecanismos que incentivem a participação crítica desses usuários, promovendo a produção de conhecimento por meio da pesquisa científica (Gomes, 2008).

Para Bem (2015, p. 30), além de ser um modelo de gestão para as bibliotecas universitárias, a GC é “uma oportunidade para as bibliotecas renovarem-se e reinventarem-se como instituições já bastante abaladas pela crescente disponibilização de conteúdos digitais e pela dificuldade em gerenciá-los.”

Segundo Silva e Belluzzo (2017) a gestão do conhecimento é considerada por muitos um processo referente às organizações, que pode conferir às BU um diferencial estratégico e competitivo, possibilitando a adoção de ações adequadas para o gerenciamento dos conhecimentos de toda a comunidade acadêmica.

> A tarefa de categorizar dados e organizá-los em uma biblioteca, por exemplo, somente podem ser desempenhadas por pessoas. [...]. Os bibliotecários têm uma posição garantida no quadro de informações de uma empresa, particularmente porque sua

> história profissional — ao contrário do que acontece com os programadores e profissionais de SI — os predispõem ao contato direto com os usuários. (Davenport, 2003, p. 142).

Ferguson, Hide e Lloyd (2008) sugere cinco áreas de atuação para bibliotecários na gestão do conhecimento: a) fomentar um ambiente propício ao compartilhamento de conhecimento; b) gerenciar a memória corporativa da organização; c) promover a transferência de informações e habilidades em um novo contexto, alinhado aos processos de negócios e operações essenciais; d) impulsionar o desenvolvimento da competência informacional corporativa; e) Realizar a Gestão da Informação em ambientes digitais/eletrônicos.

Di Domenico, De Bona e Fernández (2003) e Li e Li (2010) listam as vantagens da aplicação da GC em bibliotecas: visão estratégica da/na organização; produção de novos conhecimentos a partir de sua cultura organizacional; melhorar a comunicação entre os setores e a organização; identificar e descrever as fontes de conhecimento e ser capaz de transferi-lo eficazmente; simplificar os processos e aumentar a produtividade dos serviços e produtos informacionais; maior utilização dos recursos da biblioteca; possibilidade de criação de um círculo virtuoso entre o aprendizado individual e o da organização; a valorização do trabalho da equipe; criar um sentimento de pertencimento na equipe da biblioteca; definir processos para a tomada de decisão; e inovação para seus processos e serviços. Guaraldo (2022) salienta que a gestão do conhecimento no meio acadêmico deve focar na interação entre as pessoas para estimular a reflexão e a solidificação do aprendizado.

Valentim (2008) descreve a gestão do conhecimento como o processo de transformação do conhecimento tácito em explícito. Em uma biblioteca universitária, esse processo visa facilitar a disseminação, utilização e integração dos conhecimentos dos indivíduos da organização em contextos organizacional e acadêmico. Assim, ao impulsionar a colaboração e o compartilhamento, a gestão do conhecimento converte o saber tácito de professores e alunos em um recurso coletivo, expandindo seu alcance e utilidade.

A gestão do conhecimento também precisa ser incorporada pelas bibliotecas para melhoria dos processos e serviços, acompanhando assim as mudanças, em especial as tecnológicas, das instituições de ensino das quais fazem parte. Em universidades, isso pode ser exemplificado pela criação de repositórios digitais que armazenam e compartilham trabalhos acadêmicos, dados de pesquisa e resultados dos projetos de extensão.

Com o embasamento teórico-conceitual necessário para a compreensão da relação entre a gestão do conhecimento e as bibliotecas universitárias, o próximo capítulo detalhará a metodologia empregada na pesquisa, abordando os métodos de coleta e análise dos dados, a fim de avançarmos em nossa investigação sobre como a gestão do conhecimento tem sido abordada na literatura científica brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação no contexto das bibliotecas universitárias.

Procedimentos Metodológicos

Buscando compreender a relação temática entre a gestão do conhecimento e bibliotecas universitárias, assim como suas características e variáveis, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com uma abordagem quanti-qualitativa (Gil, 2022).

A coleta de dados foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico na BRAPCI. O levantamento bibliográfico consiste na identificação, seleção, organização e análise de materiais já publicados sobre o tema em questão (Gil, 2022). Essa prática permite ao pesquisador conhecer o estado da arte do conhecimento, identificar lacunas, e embasar teoricamente o seu estudo. Utilizamos a estratégia de busca (“gestão do conhecimento” AND “bibliotecas universitárias”). A BRAPCI indexa a produção nacional brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação, publicada em periódicos, anais de eventos e livros.

Para o desenvolvimento do estudo, adota-se a análise bibliométrica, que segundo Macias Chapula (1998, p. 134) refere-se ao "estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada". Curty (2016) destaca que esse tipo de pesquisa é fundamental para o progresso e a ampliação do conhecimento científico, possibilitando a análise de múltiplas abordagens a partir do mesmo acervo de dados.

Foram recuperados 53 documentos, entre artigos e trabalhos apresentados em eventos, nacionais e internacionais. Para a seleção dos documentos, nesta primeira etapa da pesquisa, escolhemos trabalhar somente com artigos publicados em revistas brasileiras. Passou-se a análise do título, resumo e palavras-chave, de forma a identificar aqueles que abordam a relação entre as temáticas GC e BU. Com a aplicação desses filtros, reduzimos para 33 artigos, que constitui-se em nosso corpo de análise.

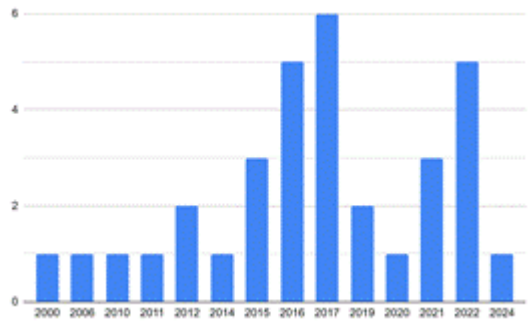
Na etapa de análise dos dados, utilizaremos o Microsoft Excel, para tabulação das informações bibliográficas e elaboração de gráficos, quadros e tabelas.

Resultados da pesquisa

Apresentamos a seguir a análise dos dados coletados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), detalhando as características da produção científica selecionada, incluindo a evolução cronológica das publicações, os periódicos mais relevantes, a autoria dos artigos e as instituições de filiação dos pesquisadores. Além disso, serão analisadas as palavras-chave mais frequentes, que revelam os principais focos e tendências de pesquisa na área. Os resultados apresentados fornecerão uma visão abrangente do panorama atual da produção científica sobre o tema, identificando padrões e lacunas para futuras investigações.

Iniciamos com evolução cronológica dos documentos, publicados entre os anos 2000 e 2024, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução cronológica de publicação



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A ênfase maior de publicação está no ano de 2017, com 6 artigos publicados e nos anos 2016 e 2022, com 5 artigos publicados. Os picos de Produção nos anos 2017, 2016 e 2022 podem indicar períodos de maior atenção ou desenvolvimento de novas abordagens e pesquisas no campo da gestão do conhecimento.

Os demais anos oscilam entre 3, 2 e 1 artigos publicados. Apontamos assim para uma não linearidade na publicação sobre a temática pesquisada, que de certa forma evidencia um aumento, mas com oscilação da produção na literatura como um todo. Isso sugere um interesse contínuo e crescente na área, mas também indica que a produção acadêmica pode ser influenciada por diversos fatores ao longo do tempo.

No Quadro 1, apresentamos os periódicos e a quantidade de artigos recuperados em cada um

Quadro 1: Periódicos recuperados

Revista	Artigos
Biblionline	1
Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas	1
BIBLOS	2
Brazilian Journal of Information Science	1
Ciência da Informação em Revista	1
DataGramaZero	1

Em Questão	1
Encontros Bibli	2
InCID	1
Informação & Informação	2
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	2
Revista ACB	1
Revista Bibliomar	1
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	4
Revista Conhecimento em Ação	1
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1
Revista EDICIC	1
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	1
Revista Folha de Rosto	1
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	4
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2
Transinformação	1

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Destacamos a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação e a Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, como as mais prolíficas, com 4 artigos publicados em cada. Isso sugere que essas publicações têm um foco significativo ou uma maior aceitação de pesquisas na área de gestão do conhecimento.

Temos então uma distribuição dispersa, onde o restante das revistas publicou apenas 1 ou 2 artigos, indicando que o tema da gestão do conhecimento é abordado por uma ampla gama de periódicos, mas com uma concentração menor de publicações em cada um. Isso pode refletir a natureza interdisciplinar do campo ou a ausência de um periódico central dominante.

O Quadro 2 lista os 40 autores dos artigos recuperados. Autores com sobrenomes homônimos receberam um numeral arábico, para fins de diferenciação.

Quadro 2: Autoria dos artigos

Autores	Artigos
Bem	6
Duarte; Rossi	5
Felicio	3
Guerra; Santos; Silva (1)	2
Albino; Alves; Amante; Araújo; Barros; Belluzzo; Carvalho; Cavalcante (1); Cavalcante (2); Chaves; Coelho; Cubillo; Di Domenico; Dutra; França; Freire; Gomes; Gouveia; Lazzari; Marques Junior; Marra; Martins; Muniz; Oliveira; Pereira; Pinheiro; Reis; Sales; Silva (2); Sousa (1); Sousa (2); Sousa (3); Souza	1

Fonte: Dados da pesquisa

Os autores com maior produção são Bem, com 6 artigos publicados, Duarte e Rossi, cada um com 5 artigos publicados. Estes autores podem ser considerados colaboradores-chave ou pesquisadores líderes, dependendo do contexto do seu artigo.

Embora existam autores com múltiplas publicações, o número de indivíduos que publicam 3 ou mais artigos é muito pequeno. Isso sugere um esforço concentrado de alguns pesquisadores altamente produtivos.

Em contraste, um número muito menor de autores publicou dois ou mais artigos, indicando que a produção mais prolífica é concentrada em um grupo menor de pesquisadores. Felicio publicou 3 artigos e Guerra, Santos e Silva (1) publicaram 2 artigos. A maioria dos autores publicou 1 artigo sobre a temática. Essa variação no número de artigos publicados é relativamente baixa, indicando que a maioria dos autores tem um número

semelhante de publicações. Isso sugere que o conjunto de dados inclui um grande número de colaboradores que podem ser iniciantes ou que contribuem ocasionalmente para a área.

No Quadro 3 analisamos algumas informações apontadas quando listamos as instituições às quais os pesquisadores estão vinculados, como por exemplo, a concentração e a diversidade geográfica da produção sobre o tema em questão.

Quadro 3: Periódicos recuperados

Instituição	Quantidade de artigos
Centro Latinoamericano de Documentação Econômica e Social	1
Universidade Federal da Paraíba	6
Universidade Federal do Paraná	3
Universidade Federal de São Paulo	1
Universidade Federal da Bahia	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Instituto Universitário de Lisboa	1
Universidade Federal do Ceará	7
Universidade Federal do Maranhão	2
Universidade Federal do Pará	2
Universidade Federal de Santa Catarina	17
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	5
Universidade Federal de Uberlândia	1
Universidade do Estado de Santa Catarina	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	1
Universidade Fernando Pessoa	1
Universidade do Oeste de Santa Catarina	1
Universidade Federal de Alagoas	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
Universidade Federal Rural da Amazônia	1

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A pesquisa sobre gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias no Brasil demonstra uma concentração significativa em algumas instituições de ensino superior, com destaque para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que publicou 17 artigos, mais que o dobro da segunda colocada, a Universidade Federal do Ceará (UFC), com 7 artigos. Assim, a UFSC se destaca como a instituição com o maior número de artigos publicados sobre gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias, com 17 artigos. Isso a posiciona como um centro de referência e liderança nessa área de pesquisa. Isso pode indicar a existência de grupos de pesquisa consolidados ou linhas de pesquisa específicas na UFSC dedicadas ao tema.

As 5 principais instituições (UFSC, UFC, UFPB, UNESP, UFPR) são todas universidades públicas, reforçando o papel das instituições de ensino superior na produção de conhecimento sobre gestão em bibliotecas universitárias. Juntas, essas 5 instituições são responsáveis por uma parcela significativa da produção total de artigos na amostra analisada.

A UFSC (Sul), UFC (Nordeste), UFPB (Nordeste), UNESP (Sudeste) e UFPR (Sul) mostram que a pesquisa não está restrita a uma única região, mas tem polos de desenvolvimento em diferentes partes do país, ainda que com diferentes níveis de intensidade. Essa distribuição pode refletir a relevância do tema em diferentes contextos regionais e a formação de especialistas em diversas universidades.

A produção científica sobre o tema está majoritariamente concentrada em instituições

públicas federais e estaduais de ensino superior, indicando que as universidades públicas desempenham um papel crucial no desenvolvimento do conhecimento sobre gestão em bibliotecas universitárias. As cinco principais instituições (UFSC, UFC, UFPB, UNESP e UFPR) são responsáveis por uma parcela considerável da produção total de artigos analisados.

Passamos então a analisar as palavras-chave dos artigos recuperados, apresentadas no Quadro 3 (para fins de apresentação, excluímos do quadro as palavras-chave com única ocorrência):

Quadro 4 - Palavras-chave dos artigos

Palavras-chave	Ocorrências
Bibliotecas universitárias	28
Gestão do conhecimento	26
Gestão da informação	6
Inovação	3
Bibliometria	2
Repositórios Institucionais	2
Sistemas Adaptativos Complexos	2
Bibliotecas	2
Mediação da informação	2
Web Social	2
Informação	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As palavras-chave mais frequentes geralmente indicam os temas centrais e as áreas de maior foco nos artigos.

A análise revelou que "bibliotecas universitárias" (28 ocorrências) e "gestão do conhecimento" (26 ocorrências) são as palavras-chave mais proeminentes. Isso sugere que a maioria dos artigos selecionados aborda realmente a aplicação da gestão do conhecimento no contexto das bibliotecas universitárias, se concentrando em como essas organizações gerenciam, organizam e disseminam o conhecimento.

Como temas secundários e relevantes, "gestão da informação" (6 ocorrências), confirmando sua relação próxima com a gestão do conhecimento. São artigos que sugerem aspectos mais amplos do gerenciamento de dados e informações, que são complementares à gestão do conhecimento.

O termo "inovação", com 3 ocorrências, aponta para a importância da inovação na evolução das práticas de gestão do conhecimento e informação em bibliotecas. Isso pode ser o início de uma tendência interessante sobre o futuro da área. Conforme apontado por Baker (2007), as bibliotecas enfrentam grandes oportunidades para assumir sua responsabilidade pela gestão do conhecimento em um mundo cada dia mais digital. Contudo, tais oportunidades vêm acompanhadas de novos desafios e demandas por aprendizado.

Outras palavras-chave como "mediação da informação", "bibliometria", "sistemas adaptativos complexos", "bibliotecas", "repositórios institucionais", "informação" e "web social" aparecem com menor frequência (2 ocorrências cada), mas ainda são relevantes para contextualizar os estudos e indicar práticas específicas de análise e disseminação de informações, como a análise de publicações científicas ou a criação de plataformas para armazenar e compartilhar pesquisas.

Considerações finais

A interconexão de saberes e a colaboração entre diversas áreas do conhecimento são cruciais para que a universidade possa cumprir seu papel de agente de transformação social, gerando soluções para problemas complexos e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e equitativo da sociedade. A universidade do século XXI precisa ser um espaço de convergência de ideias e de integração de conhecimentos, capaz de responder de forma proativa às demandas de um mundo em constante evolução.

A implementação eficaz das práticas de gestão do conhecimento é crucial para transformar a instituição universitária, tornando-a mais

dinâmica, colaborativa e alinhada com as exigências atuais. Para isso, é fundamental estabelecer uma cultura organizacional que valorize o compartilhamento do conhecimento, complementada por diversas práticas de gestão do conhecimento, papel que pode ser liderado pela biblioteca universitária.

Esta fase inicial da pesquisa explorou as tendências em gestão do conhecimento no contexto das bibliotecas universitárias, com base em um levantamento bibliográfico e análise bibliométrica de 33 artigos publicados em periódicos brasileiros, indexados na BRAPCI. O estudo identificou a disseminação do tema entre pesquisadores brasileiros, analisando também as publicações, as instituições, a cronologia e as palavras-chave. Também revelou os autores e periódicos mais prolíficos e influentes na área. Essa identificação dos principais contribuidores facilita a navegação em um campo de estudo cada vez mais complexo e dinâmico, permitindo que os interessados identifiquem rapidamente as referências essenciais e as publicações de maior impacto.

O crescimento notável dos estudos sobre gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias, particularmente evidente a partir de 2016, não é meramente uma estatística; ele serve como um poderoso indicador de que a importância estratégica da Gestão do Conhecimento tem sido reconhecida. Este reconhecimento não se limita apenas ao âmbito acadêmico, mas se estende às práticas de gestão das unidades de informação. A evolução contínua desse reconhecimento impõe uma exigência crítica e urgente: as bibliotecas, em suas diversas formas e funções, precisam se reinventar. Essa reinvenção é fundamental para que continuem a desempenhar um papel relevante e central na sociedade da informação. Para isso, é imperativo que elas não apenas ofereçam novos serviços inovadores, mas também aprimorem continuamente os já existentes, adaptando-se às demandas de um ambiente informacional em constante transformação e às expectativas de seus usuários.

O estudo apontou os avanços práticos e teóricos na literatura selecionada. Agora precisamos avançar no aprofundamento, se debruçando sobre outros dados e informações relevantes: dinâmica de colaboração, redes de coautoria, análise dos resumos e redes de coocorrência. Trata-se de um panorama que nos conduzirá à identificação dos conhecimentos críticos que fundamentam as práticas de gestão do conhecimento no contexto das bibliotecas universitárias.

O conhecimento crítico é compreendido como sendo todo conhecimento relevante para a execução da estratégia de uma organização, o qual é difícil de ser desenvolvido e recuperado, fornece vantagem competitiva sustentável e reduz riscos significativos para o negócio (Fukunaga, 2021). O mapeamento de conhecimentos críticos em bibliotecas universitárias ainda carece de aprofundamento teórico no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e, mais especificamente, no âmbito das bibliotecas universitárias.

Referências

Albuquerque, A. M. (2015). Gestão do conhecimento nas organizações de ensino superior: Proposta para construção de uma rede de compartilhamento das práticas docentes na Universidade Federal do Ceará. In Anais do *1º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB*). Universidade Federal do Ceará. https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/18369

Alves, L., Santos, A. M., Pacheco, A. P. R., Göcks, N. M. K., & Kern, V. M. (2008). Identificando características de organizações intensivas em conhecimento em universidades: Um estudo de caso nas instituições do Sistema ACAFE de Santa Catarina – Brasil. In Anais do *VIII Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur. INPEAU*. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/61476

Barbalho, C. R. S., Inomata, D. O., & Fernandes, T. B. (2021). Mapeamento do conhecimento crítico para a formação do bibliotecário: uma abordagem metodológica. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 8, 1–26.* https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/292

Barbosa, R. R. (2008). Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. *Informação & Informação, 13(1esp)*, 1–25. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n1espp1

Bem, R. M. (2015). Framework de gestão do conhecimento para bibliotecas universitárias (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico). Florianópolis, SC, Brasil.

Carvalho, I. C. L. (2004). A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro, RJ: Interciência.

Cepeda-Carrion, I., Martelo-Landroguez, S., Leal-Rodríguez, A. L., & Leal-Millán, A. (2017). Critical processes of knowledge management: An approach toward the creation of customer value. *European Research on Management and Business Economics*, 23(1), 1–7. https://doi.org/10.1016/j.iedeen.2016.03.001

Chauí, M. (2014). Contra a universidade operacional: a greve de 2014. Aula Magna na USP, em 8 de agosto de 2014. http://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chaui.pdf

Curty, R. (2016). As diferentes dimensões do reuso de dados científicos. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 9(2), 1–28.* Recuperado de https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/download/389/389/

Custódio, M. P. (2021). *Mapeamento dos conhecimentos críticos relacionados às funções de gestão de produto de software* (Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Catarina). Repositório Institucional UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228260

Dalkir, K. (2011). Knowledge management in theory and practice (2nd ed.). Massachusetts Institute of Technology.

Dalkir, K. (2013). Knowledge management in theory and practice (2nd ed.). Routledge.

Davenport, T. H., & Prusak, L. (2003). Conhecimento empresarial: *Como as organizações gerenciam seu capital intelectual (14ª ed.)*. Campus.

Di Domenico, A., De Bona, G. S., & Fernández, O. A. (2003). La inteligencia en acción: gestionar por el conocimiento. Biblios, 4(15), abril-junho. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/161/16101502.pdf

Drucker, P. F. (1969). The age of discontinuity: *Guidelines to our changing society*. Harper and Row.

Duarte, E. N. (2011). Conexões temáticas em gestão da informação e do conhecimento no campo da ciência da informação: proposta de redes humanas. Informação & Sociedade: Estudos, 21(1), 159–173. Recuperado de https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9640

Ferguson, S., Hider, P., & Lloyd, A. (2008). Are librarians the ultimate knowledge managers? A study of knowledge, skills, practice and mindset. Australian Library Journal, 57(1), 39–62. Recuperado de https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00049670.2008.10722440

Freitas, C. C., Ferreira, P. M., & Silva, V. R. (2016). Aspectos inovativos do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade na Educação e suas contribuições para a formação de professores. In M. V. R. Suanno & C. C. Freitas (Orgs.), *Razão sensível e complexidade na formação de professores: desafios transdisciplinares.* Anápolis, GO: Editora UEG.

Fukunaga, F. (2019). *Práticas de GC: Mapeamento de conhecimento crítico.* http://www.sbgc.org.br/blog/pratica-de-gc-mapeamento-de-conhecimento-critico

Garcia, C. L. S., & Valentim, M. (2009). Gestão do conhecimento em universidades: uma proposta de mapeamento conceitual para o departamento de ciência da informação da Universidade Estadual Paulista. In *Anais do 3º Seminário em Ciência da Informação (SECIN)*, Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina.

Gil, A. C. (2022). *Como elaborar projetos de pesquisa* (7ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Atlas.

Gomes, H. F. (2008). A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, 9(1), 1–15. Recuperado de https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3041

Guaraldo, T. S. B. (2022). Metodologias ativas como espaço de gestão do conhecimento: uma experiência no ensino superior em Comunicação. AtoZ: *Novas práticas em informação e conhecimento,* 11, 1–11. https://doi.org/10.5380/atoz.v11i0.80729

Li, N., & Li, Q. (2010). Knowledge management modes and strategies for university libraries. In *Proceedings of the 2nd International Conference on Future Information Technology and Management Engineering* (pp. 288–290). Changzhou, China.

Macias Chapula, C. A. (1998). O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciências da Informação*, 27(2). https://doi.org/10.1590/S0100-19651998000200005

Nascimento, E. G. V. (2009). *Método de gestão para Biblioteca Universitária baseado no Balanced ScoreCard* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, CE, Brasil.

Oliveira, M., Pedron, C. D., Romão, M. J. B., & Becker, G. V. (2011). Proposta de um modelo de maturidade para gestão do conhecimento: KM³. R*evista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 10 (4), 11-25. https://periodicos.fgv.br/rbpg/article/view/78747

Santos, B. S. (2011) *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. Cortez.

Santos, B. R. P., & Damian, I. P. M. (2018). O mapeamento do conhecimento por meio da análise SWOT: estudo em uma organização pública de saúde. *Em Questão, 24(3)*, 253–274. https://doi.org/10.19132/1808-5245243.253-274

Scholl, W., Konig, C., Meyer, B., & Heisig, P. (2004) The future of knowledge management. Journal of Knowledge Management, 19-35.

Setzer, V. W. (1999). Dado, informação, conhecimento e competência. *Datagramazero*; 0(0). https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7327

Shuhuai, R., Xingjun, S., Haiqing, L. & Jialin, C. (2009). From information commons to knowledge commons: building a collaborative knowledge sharing environment for innovative communities. The Electronic Library, 27 (2) 247-257. http://dx.doi.org/10.1108/02640470910947593

Silva, D. S., & Belluzzo, R. C. (2017). Gestão do conhecimento e saber nas bibliotecas universitárias: Reflexões de importância na contemporaneidade. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento,* 7(1), 5–27. https://doi.org/10.21714/2236-417X2017v7n1

Silva, D. S., & Belluzzo, R. C. (2017). Gestão do conhecimento e saber nas bibliotecas universitárias: reflexões de importância na contemporaneidade. *Perspectivas Em Gestão & Conhecimento,* 7(1), 5–27. https://doi.org/10.21714/2236-417X2017v7n1

Tuomi, I. (1999). Data is more than knowledge: Implications of the reversed knowledge hierarchy for knowledge management and organizational memory. Journal of Management Information Systems, 16(3), 103–117. Recuperado de https://www.jstor.org/stable/40398446

Valentim, M. L. P. (2004). *Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências.* https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88

Valentim, M. P. (2008). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica.

Wilson, T. D. (2006). A problemática da gestão do conhecimento. In K. Tarapanoff (Org.), *Inteligência, informação e conhecimento* (pp. 37–55). IBICT; UNESCO.

Gestão do Conhecimento em Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico: Estratégias para Sustentabilidade e Inovação

Maria Cecilia Jardim Barros, IBICT, https://orcid.org/0009-0004-1631-3156, Brasil, *mcecilia.jbarros@gmail.com*

Leandro da Conceição Borges, UFMG, https://orcid.org/0000-0003-0222-3040, Brasil, *leandrocb@ufmg.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6675

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

A intensificação do uso da informação nas atividades científicas e produtivas impõe às instituições de pesquisa a necessidade de desenvolver estratégias eficazes para a criação, retenção e compartilhamento do conhecimento. Nos institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D), que operam em ambientes de alta complexidade e conhecimento intensivo, a Gestão do Conhecimento (GC) revela-se fundamental para assegurar a inovação, a sustentabilidade institucional e a preservação da memória organizacional.

No contexto brasileiro, esses institutos enfrentam desafios significativos, como a rotatividade de profissionais, a complexidade dos projetos desenvolvidos e a ausência de mecanismos sistemáticos de reaproveitamento do conhecimento. Tais fatores dificultam a continuidade das atividades e comprometem o uso estratégico do capital intelectual acumulado. A lacuna entre o conhecimento tácito gerado no cotidiano das equipes e sua sistematização em processos formais constitui um dos principais obstáculos à eficiência institucional.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo compreender os desafios e os resultados da implantação da Gestão do Conhecimento em institutos de P&D, com ênfase na identificação de estruturas e procedimentos capazes de sustentar o uso efetivo do conhecimento e garantir sua preservação em contextos de mudança. A investigação baseia-se em uma abordagem qualitativa, com levantamento documental, oficinas colaborativas e entrevistas com profissionais envolvidos na gestão do conhecimento nos institutos estudados.

Embora ainda em andamento, o estudo já evidencia a importância da GC como processo estratégico e sugere que iniciativas como comunidades de prática, bancos de ideias e programas de mentoria podem fortalecer a retenção e a circulação do conhecimento. Ao final, espera-se contribuir para o aprimoramento das práticas de GC e oferecer subsídios teóricos e práticos que apoiem a institucionalização progressiva dessa abordagem nos ambientes de pesquisa e inovação.

Referencial Teórico

A Gestão do Conhecimento é definida como o conjunto de processos que facilitam a criação, o compartilhamento e a aplicação do conhecimento, com vistas à geração de valor para a organização (Davenport & Prusak, 2003; Alvarenga Neto, 2008). Para Nonaka e Takeuchi (1997), a conversão do conhecimento tácito em explícito é viabilizada por meio da interação social e da criação de contextos compartilhados.

Probst, Raub e Romhardt (2002) argumentam que a Gestão do Conhecimento deve ser compreendida como um ciclo que envolve identificação, criação, armazenamento, distribuição e aplicação do conhecimento. Essa visão é fortalecida por abordagens sociotécnicas, que propõem a integração de aspectos humanos, organizacionais e tecnológicos (Will et al., 2022).

A relevância das normas ISO 9001 e ISO 30401 é destacada como instrumento orientador para sistemas de Gestão do Conhecimento, especialmente em instituições de pequeno e médio porte, como é o caso de muitos institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A ISO 30401 fornece uma estrutura adaptável que orienta a criação de sistemas de Gestão do Conhecimento alinhados aos objetivos estratégicos organizacionais.

Observa-se que, as insituiçoes de pesquisa e desenvolvimento tecnologico, precisam ser capazes de crescer com base no conhecimento existente, seja ele tácito ou explícito, para assim disseminar e garantir a disponibilidade do conhecimento, satisfazendo as necessidades dos seus clientes com tecnologia de ponta, bem como manter a sua relevância e atratividade por meio de uma proposta de inteligencia competitiva exclusiva forte e atualizada. Portanto, entende-se que o cerne da presente pesquisa, quanto a implantaçao da Gestão do Conhecimento em Insitutos de Pesquisa e Desenvolvmento Tecnologico, está em encontrar ferramentas para transformar o conhecimento tácito em explícito, e por conseguinte, dirimir o volume da descontintuidade de pessoas nos insititutos cientificos.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, com base em um estudo de caso de institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Os dados foram obtidos a partir da análise de documentos institucionais, observação de oficinas de trabalho, aplicação de questionários e entrevistas com profissionais desses institutos. As entrevistas seguiram um roteiro estruturado e os dados foram organizados com base em categorias temáticas definidas por referências normativas.

A população pesquisada incluiu pesquisadores, gestores, consultores e técnicos dos institutos, com diferentes níveis de experiência. Foram utilizados instrumentos como matrizes de maturidade, listas de competências e indicadores de engajamento em plataformas colaborativas. O método de análise de conteúdo permitiu identificar práticas recorrentes, lacunas e boas práticas emergentes.

Resultados Parciais ou Finais

A implementação da Gestão do Conheimento nos institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico foi estruturada em cinco fases: iniciação, diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. O processo foi marcado por oficinas colaborativas com representantes dos institutos, nas quais se identificaram desafios, barreiras e oportunidades.

Entre os principais desafios apontados estão a dificuldade de integração de novos colaboradores, a perda de conhecimento com a saída de especialistas seniores, a falta de transparência sobre competências internas e a ausência de mecanismos sistemáticos de reutilização do conhecimento. Em resposta, foram propostas iniciativas como banco de ideias, comunidades de prática, programas de mentoria e plataformas de compartilhamento.

Tais experiências demonstram que a Gestão do Conheimento pode ser institucionalizada de forma eficaz mesmo em ambientes complexos e dinâmicos, desde que haja apoio da liderança e clareza de objetivos.

Considerações Parciais ou Finais

Os resultados parciais indicam que a Gestão do Conheimento, em instituições de P&D, deve ser tratada como um processo organizacional estratégico. A estruturação de sistemas de GC exige não apenas ferramentas tecnológicas, mas também mudanças culturais, envolvimento das equipes e definição clara de papéis e responsabilidades.

A experiência dos institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico mostra que, mesmo diante de desafios como rotatividade de pessoal e diversidade de temas de atuação, é possível construir soluções sustentáveis. A adoção de boas práticas, a articulação com normas internacionais e a criação de instrumentos de avaliação são componentes essenciais para a institucionalização da Gestão do Conhecimento.

Como limitação, destaca-se a necessidade de estudos longitudinais para mensurar os

impactos da Gestão do Conheimento sobre a produtividade e a inovação. Recomenda-se a expansão da análise para outras redes e contextos institucionais, além do aprofundamento em dimensões como avaliação de desempenho, engajamento e cultura organizacional.

Referencias

Alvarenga Neto, R. C. D. (2008). Gestão do conhecimento: uma abordagem socio-técnica. Saraiva.

Davenport, T. H., & Prusak, L. (2003). Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Elsevier.

Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). Criação do conhecimento na empresa. Campus.

Probst, G., Raub, S., & Romhardt, K. (2002). Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Bookman.

Will, M., et al. (2022). Gestão do conhecimento na prática: normas, ferramentas e experiências de implementação. Fraunhofer Institute.

Caminhos da representação à metarrepresentação social do território da Moda na França da 2ª Guerra Mundial

Maria Cecilia Jardim Barros, IBICT, https://orcid.org/0009-0004-1631-3156, Brasil, *mcecilia.jbarros@gmail.com*

Naira Christofoletti Silveira, IBICT, https://orcid.org/0000-0002-0490-0052, Brasil, *naira.silveira@bn.gov.br*

Gustavo Saldanha, IBICT, https://orcid.org/0000-0002-7679-8552 , Brasil, gustavosaldanha@ibict.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6676

Eixo 3 – Informação e Conhecimento

Introdução

A pesquisa, fruto de etapa de resultados de pesquisa de doutorado sanduíche internacional a partir do diálogo Brasil-França, propõe investigar as metarrepresentações iconográficas das mulheres a durante a ocupação nazista no território francês (1939–1945), com base na análise de revistas de moda publicadas na época. O estudo insere-se na interface entre Ciência da Informação, Moda, História, com foco na organização do conhecimento e em seus métodos e técnicas de criação de um discurso a partir do discurso, das representações sobre representações. Parte-se do pressuposto de que a Moda, além de expressão estética, constitui linguagem política e cultural, atuando como dispositivo simbólico de representação social, especialmente em contextos de instabilidade e repressão. Logo, a metalinguagem dos sistemas de organização do conhecimento que do domínio da Moda sobressai, permite preservar e reencontrar formas de construção social da realidade em seus contextos.

O problema de pesquisa consiste em compreender, via os rastros de metadisurso das representações, de que forma a Moda e suas publicações foram moldadas pela ideologia e pelas restrições impostas durante a ocupação nazista, e como essas interferências se refletiram nas imagens, discursos e representações visuais da mulher em um regime autoritário.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como a moda francesa sob ocupação foi influenciada por fatores sociopolíticos e culturais, e como suas representações gráficas e sistemas de organização do conhecimento contribuíram para a construção de modelos de feminilidade e mudanças no comportamento e na percepção do corpo feminino durante a guerra. A investigação é orientada por uma abordagem documental e iconográfica, que considera as imagens como registros válidos da memória social.

Referencial Teórico

Conforme sustentam autores Elizabeth Wilson (2011) e Gilles Lipovetsky (2009) a Moda é compreendida como um fenômeno sociocultural estruturante, capaz de refletir e ao mesmo tempo modelar os valores, normas e disputas ideológicas de uma sociedade, para quem a moda é um sistema de codificação simbólica que se renova constantemente e expressa as tensões entre tradição e modernidade.

No âmbito da História da Moda, os trabalhos de James Laver (1989) e N. J. Stevenson (2012) oferecem bases sólidas para a contextualização histórica das transformações estéticas e sociais do vestuário europeu durante a Segunda Guerra Mundial. Laver (1989) destaca como a indumentária acompanha e responde diretamente aos cenários políticos e econômicos, sendo a Segunda Guerra um marco crítico de transição entre a alta-costura e o vestuário utilitário. Stevenson (2012), por sua vez, identifica como a moda reagiu à escassez de materiais e à imposição de padrões normativos durante o conflito, evidenciando a resiliência e reinvenção estética da mulher em meio à ocupação.

Autores como Braga (2011) e Stevenson (2012) são mobilizados para compreender a relação entre moda, arte e vanguarda, especialmente no que diz respeito à produção de estilistas como Paul Poiret, Elsa Schiaparelli e Gabrielle Chanel. Tais autores evidenciam o papel da alta-costura como plataforma de experimentação visual e política, destacando o vínculo entre modernidade estética e afirmação identitária na França.

No campo da Ciência da Informação, a abordagem adota fundamentos da Organização do Conhecimento, especialmente no que se refere à categorização e análise de documentos visuais e à construção de linguagens documentárias aplicadas à cultura material. Gustavo Saldanha (2013) aponta para relevância cultural ao discutir a potência epistêmica dos documentos iconográficos e audiovisuais como fontes informacionais na construção de narrativas sobre o social. Como sistema simbólico fundado na linguagem, o discurso sobre a Moda e os sistemas de seus sistemas, ou metassistemas sobre e oriundos do mundo da imagem das indumentárias, refletem as dialéticas do mundo social via tal metalinguagem, como podemos interpretar, no plano crítico, a partir de Bakhtin (2012). Ao mesmo tempo, tais sistemas fundam uma exomemória, como denomina García Gutiérrez (2011), no plano da organização do conhecimento, o potencial simbólico de ação de tais metalinguagens do mundo do conhecimento registrado.

Por fim, a abordagem transdisciplinar da pesquisa visa consolidar um diálogo entre Biblioteconomia, Moda, Museologia e História, reconhecendo que os discursos visuais veiculados nas revistas de moda operam como práticas de memória e representação social — dimensão investigada também por autores como Chartier (1998), ao tratar das práticas culturais e das formas de circulação de sentidos nos suportes impressos.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica é qualitativa e documental, com ênfase na análise iconográfica de periódicos de moda franceses publicados entre 1939 e 1945.

Três etapas metodológicas orientam a investigação: (1) levantamento e seleção das fontes icnograficas nos periodicos de Moda da epoca; (2) categorização dos elementos gráficos com base em critérios formais, contextuais e discursivos que permitem antever os rastros dos metassistemas da Moda; e (3) análise crítica à luz das teorias da representação e dos sistemas de organização do conhecimento, tem como horizonte a perspectiva sociocultural da organizaçaõ do conhecimento.

A metodologia adotada visa construir uma leitura crítica das imagens enquanto documentos, compreendendo-os como evidências culturais e políticas do contexto de guerra. As imagens são tratadas como documentos culturais que integram metassistemas estruturados a partir da linguagem da Moda, sendo organizadas como unidades de informação que evidenciam processos de construção da memória e metarrepresentação social, a partir dos sistemas de organização do conhecimento.

Resultados Parciais

Os resultados parciais apontam para a atuação das revistas como dispositivos de organização visual da experiência feminina, estruturando discursos normativos sob a forma de imagens e estilos. A sobriedade estética e o utilitarismo são sinais de uma política de representação que elimina diferenças subjetivas em favor de um modelo disciplinado de feminilidade.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia a presença de sistemas documentais visuais que, ao categorizar e veicular esses conteúdos, constituem metarrepresentações do território simbólico da Moda. A articulação entre os SOC e os registros visuais revela as estratégias de controle e resistência cultural, reforçando a importância da organização do conhecimento na leitura crítica dos dispositivos gráficos da memória.

Considerações Parciais

Os resultados parciais indicam que a Moda, enquanto prática social e linguagem visual, constituiu-se em campo de tensão e negociação simbólica. As revistas de moda atuaram como dispositivos de construção e veiculação de discursos ideológicos, ao mesmo tempo em que ofereceram margens para a reinvenção subjetiva e resistência estética.

A pesquisa confirma que o vestuário feminino foi atravessado por múltiplas camadas discursivas (um conjunto de sistemas simbólicos reconstituindo exomemórias) — da propaganda à austeridade, da submissão à provocação — e que as imagens veiculadas nos periódicos de moda permitiram observar com nitidez os mecanismos de controle social e as formas sutis de oposição cultural. O estudo evidencia também a potência da análise iconográfica no campo da Ciência da Informação, especificamente em organização do conhecimento, ampliando a compreensão dos documentos visuais como mediadores de memória e identidade.

A continuidade da pesquisa prevê a ampliação do corpus documental e o aprofundamento das articulações entre as áreas da Moda, Biblioteconomia e História, com foco na construção sociocultural elaborada pela linguagem manifesta dos sistemas de organização do conhecimento, buscando compreender como as dialéticas, os regimes de poder e as formas de construção da exomemória da Moda impactam a produção de sentidos visuais e a metarrepresentação das subjetividades. Dessa forma, o estudo contribui para a consolidação de práticas interdisciplinares de análise documental.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referencias

Bakhtin, Mikhail. (1988). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec.

Braga, J. (2012). Histórias: O talentoso Paul Poiret. dObra[s]: Revista da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Moda, 5(11), 19–21. https://doi.org/10.26563/dobras.v5i11.153

Chartier, R. (1998). A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII (M. A. D'Incao, Trad.). Editora UNB.

García Gutiérrez, Antonio. (2011),. Epistemología de la Documentación. Barcelona, Stonberg Editorial.

Laver, J. (1989). Costume and fashion: A concise history (3rd ed.). Thames and Hudson.

Lipovetsky, G. (2009). O império do efêmero: A moda e seu destino nas sociedades modernas (M. B. Corrêa, Trad.). Companhia das Letras.

Saldanha, G. S. (2013). O documento e a 'via simbólica': sob a tensão da 'neodocumentação'. Informação Arquivística, v. 2, p. 65-88.

Stevenson, N. J. (2012). Cronologia da moda: De Maria Antonieta a Alexander McQueen (T. Moreira, Trad.). Zahar.

Wilson, E. (2011). Adorned in dreams: Fashion and modernity (2nd ed.). I.B. Tauris.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: IMPULSIONAR A PERFORMANCE ORGANIZACIONAL E DELIMITAR UM PERCURSO PROFISSIONAL DE SUCESSO

Carla Mónica de Carvalho Eiriz 1, Município de Vila Real, https://orcid.org/00000-0003-2577-3424, Portugal, *carlaeiriz@cm-vilareal.pt*

Milena Carvalho 2, CITCEM/CEOS, ORCID, Portugal, https://orcid.org/0000-0003-1897-9686, Portugal, *milenacarvalho@iscap.ipp.pt*

Susana Martins 3, CEOS, ORCID, Portugal, https://orcid.org/0000-0002-5282-1017, Portugal, *susanamartins@iscap.ipp.pt*

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: **https://doi.org/10.62758/re.312**

RESUMO

Este estudo explora a importância da gestão estratégica da informação na administração pública, sublinhando o seu papel essencial na melhoria da performance organizacional e na criação de oportunidades para o desenvolvimento profissional. A pesquisa tem como estudo de caso o Arquivo Municipal de Vila Real, com o objetivo de compreender como a gestão eficaz da informação pode impactar a eficiência administrativa e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação do património cultural e histórico da instituição.

A questão central da investigação é: Como pode a gestão estratégica da informação potenciar a performance organizacional e o desenvolvimento de novos perfis profissionais? Os objetivos específicos são: 1. Compreender o papel da informação na tomada de decisões públicas; 2. Analisar os impactos da digitalização e modernização arquivística; 3. Refletir sobre o valor

estratégico da informação; 4. Identificar os contributos da gestão da informação para a evolução de percursos profissionais.
Para alcançar os objetivos da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base na pesquisa documental e observação das práticas operacionais do Arquivo Municipal. A investigação centra-se como é que a modernização da gestão da informação pode melhorar a eficiência organizacional, contribuindo para a otimização de processos internos e para uma gestão mais eficaz dos documentos.
A gestão da informação na administração pública vai para além da simples organização de dados, sendo um elemento essencial para a criação de processos mais ágeis, eficazes e sustentáveis. A digitalização de documentos e os processos administrativos são uma das principais ferramentas que permite alcançar estes objetivos, promovendo uma gestão mais transparente, acessível e eficiente. O Arquivo Municipal de Vila Real, ao adotar práticas de transformação digital, tem vindo a otimizar a gestão de documentos e informações, incentivando a inovação dentro da organização e garantindo um fluxo mais rápido e seguro de informações essenciais para a administração pública.
A pesquisa conclui que a gestão estratégica da informação é determinante para a performance organizacional, proporcionando maior eficiência interna, com processos administrativos mais rápidos, menos burocracia e maior transparência no acesso público. Além disso, esta gestão impacta positivamente o percurso profissional dos colaboradores do setor público, criando um ambiente de trabalho mais dinâmico e preparado para enfrentar os desafios contemporâneos. A preservação do património cultural, através da valorização documental, também contribui para a preservação da identidade e memória coletiva de Vila Real.
Em síntese, a transformação digital e a gestão estratégica da informação melhoram a eficiência administrativa, mas também são essenciais para o desenvolvimento profissional, promovendo inovação e a evolução de novos perfis no setor público.

Palavras-Chave: Gestão da informação, Arquivo Municipal de Vila Real, transformação digital, eficiência organizacional, desenvolvimento profissional.

ABSTRACT

This study explores the importance of strategic information management in public administration, highlighting its essential role in improving organizational performance and creating opportunities for professional development. The case study is the Municipal Archive of Vila Real, with the aim of understanding how effective information management can impact administrative efficiency and, at the same time, contribute to the preservation of the institution's cultural and historical heritage.
The central research question is: How can strategic information management boost organizational performance and the development of new professional profiles? The specific objectives are: 1. To understand the role of information in public decision-making; 2. To analyse the impacts of digitization and archival modernization; 3. To reflect on the strategic value of information; 4. To identify the contributions of information management to the development of career paths.
In order to achieve the research objectives, a qualitative approach was adopted, based on documentary research and observation of the operational practices of the Municipal Archive. The research focuses on how the modernization of information management can improve organizational efficiency, contributing to the optimization of internal processes and more effective document management.
Information management in public administration goes beyond simply organizing data and is an essential element in creating more agile, effective and sustainable processes. Digitizing documents and administrative processes is one of the main tools for achieving these goals, promoting more transparent, accessible and efficient management. By adopting digital transformation practices, the Municipal Archive of Vila Real has been optimizing

document and information management, encouraging innovation within the organization and ensuring a faster and more secure flow of essential information for public administration.
The research concludes that strategic information management is decisive for organizational performance, providing greater internal efficiency, with faster administrative processes, less bureaucracy and greater transparency in public access. In addition, this management has a positive impact on the career path of public sector employees, creating a more dynamic working environment that is better prepared to face contemporary challenges. The preservation of cultural heritage, through the enhancement of documents, also contributes to the preservation of Vila Real's identity and collective memory.
In short, digital transformation and strategic information management improve administrative efficiency, but are also essential for professional development, promoting innovation and the evolution of new profiles in the public sector.

Keywords: Information management, Vila Real Municipal Archive, digital transformation, organizational efficiency, professional development.

A REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO NA PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO MUSEU CASA DE RUI BARBOSA

Bianca Therezinha Carvalho Panisset, Fundação Casa de Rui Barbosa, https://orcid.org/0000-0002-5568-5225, Brasil, *biancapanisset@gmail.com*

Isabella Henrique Lima Pereira, Fundação Casa de Rui Barbosa e Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0002-8463-0629, Brasil, *isabellalima@id.uff.br*

José Antonio da Silva, Fundação Casa de Rui Barbosa e Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0002-7309-2319, Brasil, *jose_antonio@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6678

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

A pesquisa investiga a representação arquivística no acervo institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), com ênfase na documentação produzida pelo Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB), primeiro museu-casa público do Brasil. Tendo como base a teoria da representação persistente do professor da University College London, Goefrey Yeo (2007; 2008), que entende os documentos como representações duradouras das atividades e dos contextos nos quais foram produzidos, o trabalho parte da premissa de que os arquivos institucionais desempenham um papel central na construção de sentidos sobre os órgãos que os produzem, suas práticas, suas finalidades e suas entregas à sociedade.

Nesse sentido, o problema de pesquisa está centrado em compreender de que forma os documentos arquivísticos produzidos pelo MCRB refletem o seu papel institucional, suas ações de preservação e difusão cultural e sua incorporação na trajetória da própria FCRB. O objetivo geral da pesquisa é promover o entendimento da representação arquivística a partir do acervo institucional da Fundação, com foco na documentação produzida pelo Museu, em processamento técnico.

Esse objetivo se desdobra em três objetivos específicos, a saber: (i) investigar, na literatura arquivística, a inter-relação entre representação arquivística, identificação e gestão de documentos; (ii) identificar a documentação produzida pelo MCRB, com

vistas à atualização dos instrumentos de pesquisa do Arquivo Histórico e Institucional; e (iii) localizar e analisar, nos instrumentos descritivos existentes, os documentos que tratam da atuação do Museu junto à sociedade.

O presente trabalho trata-se do desdobramento da pesquisa em andamento intitulada "A representação arquivística no acervo institucional da FCRB: um olhar sobre a produção documental do Museu Casa de Rui Barbosa" que integra o Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC) da FCRB.

A investigação se justifica no reconhecimento do valor informacional e histórico do acervo institucional da FCRB, na proximidade da efeméride dos 100 anos do MCRB e no alinhamento com o objetivo estratégico da Fundação relacionado à divulgação e à preservação do acervo e da memória do seu patrono, Rui Barbosa.

Com isso, além de analisar a documentação, pretende-se delinear uma proposta de atualização dos instrumentos de pesquisa, que deverão subsidiar ações de difusão do acervo documental da FCRB, especialmente no que diz respeito à atuação do Museu como patrimônio cultural e arquitetônico. Os resultados esperados do projeto envolvem o fortalecimento da memória institucional, a valorização da trajetória do Museu e o incentivo à consulta e uso do acervo institucional.

A FCRB e o Arquivo como espaços de preservação/representação

A Fundação Casa de Rui Barbosa, criada como um espaço de preservação da memória de Rui Barbosa e de sua época, consolidou-se também como uma instituição arquivística de relevância nacional. É uma das primeiras instituições a implantar um serviço de arquivo com procedimentos da gestão documental, antes da Lei de Arquivos (8.159/1991), possuindo código de classificação e tabela de temporalidade próprios e adequados às funções e atividades da Fundação. Desde sua origem, os arquivos têm ocupado lugar central na estrutura institucional da FCRB, não apenas como repositórios documentais, mas como instrumentos de construção de identidade, de memória e de serviço público à sociedade (Mello & Mendonça, 1997).

O Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) é o setor que responde, desde 1989, pela política de gestão de documentos da FCRB e pelo sistema de arquivos com protocolo centralizado realizando o recebimento e o registro dos documentos, classificação de documentos nas fases da produção e do arquivamento, controle da tramitação, processamento técnico e difusão do acervo institucional por meio de instrumentos de pesquisa que garantem o acesso público à informação atualizados anualmente. Conforme regimento interno, o SAHI é a autoridade arquivística da FCRB e desempenha ações estratégicas na formulação de diretrizes de acesso à informação e transparência ativa e passiva. Abaixo seguem as XII (doze) atribuições da unidade, previstas no artigo 32 do Regimento Interno da FCRB, conforme Portaria nº 23/2024:

> Art. 32. Ao Serviço de Arquivo Histórico e Institucional compete: I. gerir, processar tecnicamente, preservar, ampliar e promover o arquivo de Rui Barbosa, de seus contemporâneos e de outras personalidades importantes para a história cultural, social e científica do País; II. gerir, processar tecnicamente, preservar, ampliar e promover os documentos institucionais produzidos e recebidos pela FCRB em decorrência do exercício de suas atividades, custodiados pela FCRB, quaisquer que sejam os formatos e suportes da informação ou a natureza dos documentos, de acordo com a política nacional de arquivos; III. integrar o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - SIGA, como órgão seccional; IV. atuar como única unidade protocolizadora e responsável pela gestão de documentos institucionais; V. propor diretrizes e normas para a produção, manutenção, preservação, acesso, reprodução e uso dos documentos arquivísticos em qualquer formato e

> suporte; VI. promover atividades de natureza científica, acadêmica e cultural, visando inclusive à qualificação profissional, em sua área de atuação; VII. promover a democratização do acesso à diversidade cultural, ao conhecimento, e à reflexão sobre a história e cultura brasileira para e com a sociedade por meio de seus acervos; VIII. propor, planejar e normatizar, em articulação com o Serviço de Tecnologia da Informação, sistemas para o tratamento, preservação e recuperação da informação, referentes aos acervos sob sua guarda; IX. acompanhar, orientar e executar atividades relativas aos estágios e às bolsas de pesquisa em sua área de atuação; X. propor procedimentos, gerenciar e exercer a gestão técnica do software de processos administrativos digitais; XI. promover, gerenciar, propor diretrizes e normas para a preservação digital dos documentos arquivísticos nato digitais e dos representantes digitais dos acervos arquivísticos da FCRB; e XII. executar e controlar procedimentos administrativos necessários à realização de suas atividades, que estejam no âmbito do setor. Parágrafo único. O Serviço de Arquivo Histórico e Institucional é a autoridade arquivística da FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2024).

Conforme evidenciado acima, a atuação arquivística na Fundação se organiza a partir de duas linhas de acervo: o histórico, com destaque para o arquivo pessoal de Rui Barbosa – composto por cerca de 60 mil documentos – e o institucional, que registra as atividades técnico-administrativas da própria Fundação, abrangendo aproximadamente 200 metros lineares. Essa separação de fundos reflete não só a natureza dos documentos, mas também os diferentes papéis que o arquivo desempenha: de um lado, o compromisso com a história nacional; de outro, a responsabilidade para com a gestão documental.

Cabe salientar o reconhecimento da unidade como a autoridade arquivística institucional e, nesse lugar, atua no apoio à formulação de políticas e procedimentos de acesso à informação, preservação e difusão dos acervos arquivísticos.

O trabalho e a preocupação do SAHI enfatizam a importância da representação documental não apenas como reflexo direto das atividades desenvolvidas, mas como representação persistente, capaz de expressar os contextos institucionais, políticos e sociais que permeiam a produção documental – uma concepção que dialoga diretamente com a teoria proposta por Geoffrey Yeo (2007; 2008).

A representação que o documento arquivístico proporciona por meio de sua persistência, evidencia as atividades desenvolvidas por seu produtor, pois registram, comprovam e atestam formalmente o que foi entregue e em que contexto (econômico, político, funcional, administrativo e de uso).

A compreensão da FCRB como espaço de preservação e representação institucional também encontra respaldo na análise de Oliveira e Silva (2015), que destacam a relevância dos arquivos institucionais como elementos de coesão e afirmação da identidade organizacional. Para as autoras, os arquivos são espaços estratégicos de informação, cuja função ultrapassa a simples guarda documental e se estende à mediação da memória institucional, da transparência e da cidadania,

> [...] os arquivos dessas instituições não podem ser vistos apenas como repositórios de documentos administrativos, mas como acervos que contribuem para a construção do conhecimento e para a afirmação institucional (Oliveira & Silva, 2015, pp. 43).

Nesse contexto, reforçamos a ideia de que o SAHI não atua apenas como gestor de documentos, mas como curador das narrativas administrativas, culturais e científicas da Fundação.

Ao lançar um olhar sobre os documentos como representações persistentes da atuação do Museu, a pesquisa insere-se em uma tradição

já consolidada de valorização dos arquivos como meios de preservação da memória institucional e como instrumentos de interlocução entre o passado e o presente.

Arquivologia contemporanêa: representação, documento e memória

A discussão sobre representação arquivística, contexto de produção do documento e a possibilidade de acionamento da memória por meio dos documentos requer, antes de tudo, a compreensão do que se entende, neste trabalho, por documento arquivístico.

Duranti (2005) define o documento arquivístico como

> [...] qualquer documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade (Duranti, 2005, pp. 7).

Essa definição destaca a organicidade do documento em relação à atividade que o originou, conferindo-lhe valor probatório, funcional e administrativo.

Complementando essa perspectiva, Oliveira (2017) amplia a compreensão ao enfatizar o papel social e simbólico desses documentos.

> Documentos de arquivo são produzidos para dar cumprimento a uma atividade e estão ligados às razões que justificam sua produção, ou seja, sem nenhum comprometimento prévio com o legado. Os documentos de arquivo são gerados e mantidos por seu produtor (o responsável pela criação de um arquivo; o seu próprio) para atender às suas necessidades cotidianas de comprovar, de lembrar, de se relacionar, enfim, de exercer o seu lugar na sociedade (Oliveira, 2017, pp. 80).

Essa abordagem contribui para o entendimento de que os documentos arquivísticos são evidências dinâmicas das práticas institucionais e sociais, cuja significância transcende o valor imediato de sua produção, representando não somente sua atividade produtora, cumprindo/comprovando as ações que o originaram, mas também os contextos institucionais e sociais que circunscrevem a produção documental.

O debate contemporâneo na arquivologia tem enfatizado a complexidade que envolve a definição, o tratamento e a significância dos documentos de arquivo. Nesse cenário, a FCRB oferece um contexto produtivo para refletir sobre representação arquivística e gestão da informação.

Essa abordagem conceitual torna-se particularmente relevante quando consideramos e analisamos os procedimentos de gestão documental aplicados ao acervo institucional da FCRB. A preocupação com o tratamento da documentação do MCRB, objeto empírico desta pesquisa, está na noção de que o documento arquivístico é uma representação persistente de uma ação ou contexto institucional, conforme discutido por Geoffrey Yeo (2015). Essa representação, contudo, carrega significados que variam de acordo com os contextos sociais, históricos e administrativos nos quais o documento é produzido, utilizado e avaliado. Yeo (2007) aponta que determinados conceitos como "significância" e "identidade" não são fixos, mas construções sociais, sujeitas à interpretação dos diferentes usuários envolvidos no uso e na gestão dos arquivos.

O autor argumenta ainda:

> Os registros podem ser caracterizados como representações persistentes de atividades, criadas por participantes ou observadores. [...] Mas os registros são persistentes no sentido de que perduram além do término temporal das atividades que representam. Sua durabilidade lhes confere o potencial de serem compartilhados e transmitidos ao longo do tempo e do espaço (Yeo, 2007, pp. 337, tradução nossa).

Essa noção de persistência amplia a compreensão dos documentos arquivísticos para além da função administrativa, reconhecendo-os como registros simbólicos e duradouros das práticas institucionais.

A análise de documentos de determinada instituição precisa de um olhar cuidadoso e

voltado para o contexto institucional. O que está em questão não é apenas o conteúdo documental, mas a forma como esse conteúdo é representado e compreendido dentro de um contexto. Como sinalizado por Jardim (2015), a gestão de documentos precisa considerar a diversidade de tradições arquivísticas e adaptar metodologias às especificidades de cada instituição, sobretudo em países como o Brasil, onde a aplicação de normas internacionais, como a ISO 15489 (2016; 2020), ainda demanda adequações conceituais e operacionais.

A prática adotada pelo SAHI, ao sistematizar os procedimentos de classificação, tramitação, destinação e acesso aos documentos institucionais da FCRB, exemplifica uma abordagem integrada, que busca equilíbrio entre os modelos clássicos (teoria das três idades) e propostas contemporâneas (*records continuum*).

Dessa forma, a dualidade entre proveniência e classificação por assunto, discutida por autores como Duff e Harris (2002), também se manifesta no contexto da FCRB, uma vez que seus arquivos conjugam características de documentos administrativos e históricos. Compreender essas nuances é essencial, especialmente ao lidar com documentos produzidos em e/ou para eventos comemorativos, como o centenário do Museu, nos quais a intencionalidade simbólica se entrelaça à função administrativa.

Outro ponto relevante diz respeito à crítica à abordagem funcional, levantada por Sousa (2022), que evidencia os limites práticos da abstração conceitual quando dissociada das rotinas reais dos usuários. Isso reforça a importância de considerar os contextos institucionais específicos na construção de planos de classificação, e de pensar os usuários durante o processo.

Nesse sentido, pensar a classificação funcional como uma possível abstração intelectual ganha relevância quando analisamos os desafios enfrentados na FCRB. A instituição, ao aplicar modelos normativos de classificação, precisa constantemente ajustar essas estruturas às especificidades da sua produção documental, que está fortemente ligada a práticas culturais, educativas e de pesquisa. Como destaca Sousa (2022, pp. 10),

> [...] a produção documental nas instituições não ocorre, necessariamente, de forma estruturada a partir de funções e atividades claramente delimitadas.

E isto exige uma abordagem flexível e contextualizada; requer abertura, adaptação e revisão contínua – práticas que o SAHI vem buscando implementar.

Isso posto, a análise dos documentos do MCRB não se resume a sua organização formal. Ela envolve o reconhecimento de que esses registros são testemunhos das práticas institucionais e meios de construção da memória organizacional, cuja relevância depende do olhar de quem os interpreta.

A representação arquivística, conforme se evidenciou ao longo da pesquisa, não é um reflexo neutro das atividades institucionais, mas uma construção mediada – e essa mediação é operada, em grande medida, pelos profissionais que atuam na organização, descrição e acesso aos documentos. No contexto da FCRB, o papel do SAHI não se limita à execução de tarefas técnicas, mas envolve escolhas que influenciam diretamente a forma como a trajetória do Museu Casa de Rui Barbosa será lembrada e reinterpretada.

A seleção de documentos, a classificação adotada, os critérios descritivos utilizados, os termos preferenciais e os contextos registrados são decisões que carregam valores, intencionalidades e visões institucionais. Como apontam Cook e Schwartz (2002), os arquivistas são "autores invisíveis" das narrativas documentais, pois atuam na interface entre os registros e os futuros leitores, atribuindo significados e estabelecendo relações.

Ao reconhecer os arquivistas como coautores dessa representação, reforça-se a importância de abordagens reflexivas e éticas na gestão documental, que considerem a diversidade de perspectivas, os usos sociais dos arquivos e o direito à memória. Esse olhar crítico é essencial, especialmente quando se trata de

instituições culturais públicas, cuja legitimidade está profundamente ligada à forma como constroem e compartilham sua própria história.

Nesse sentido, o trabalho do SAHI – ao reclassificar documentos, atualizar instrumentos de pesquisa e propor reorganizações do acervo – participa ativamente da escrita da história institucional da FCRB, uma vez que as atividades desenvolvidas pelo Museu Casa de Rui Barbosa envolvem ações educativas, culturais e de preservação patrimonial que nem sempre se encaixam facilmente nos esquemas funcionais tradicionais.

A fundamentação teórica apresentada oferece os elementos conceituais necessários para compreender como a representação documental se constrói dentro de instituições públicas, em especial no âmbito de arquivos institucionais como o da FCRB. A análise proposta pela pesquisa visa não apenas mapear um conjunto documental, mas compreender suas múltiplas camadas de significação, indo além da representação puramente sob uma perspectiva técnico-funcional (Yeo, 2008; 2007), buscando-se trabalhar e entender a representação arquivística através de uma dimensão mais discursiva, cultural e simbólica, não adotando somente uma abordagem.

Dimensões da representação arquivística: abordagens funcional, cultural e política

A compreensão da representação arquivística exige uma abordagem multifacetada, principalmente quando estamos lidando com acervos como os da FCRB.

Para trabalhar com esses acervos institucionais, precisamos ser capazes de integrar perspectivas técnicas, culturais e sociais sobre os documentos e suas funções nas instituições.

Nesse sentido, compreender a abordagem funcional, centrada na gestão documental e nos princípios normativos internacionais; a dimensão cultural-institucional, que considera os documentos como expressões da identidade e da memória organizacional; e, por fim, a perspectiva político-social, que entende os arquivos como construções discursivas e instrumentos de poder simbólico, é fundamental para sustentar a análise crítica de como os documentos do MCRB não apenas registram, mas também produzem sentidos sobre a atuação institucional da FCRB, influenciando a forma como ela é lembrada, interpretada e acessada.

A primeira abordagem da representação arquivística, entendida como funcional, está alicerçada em modelos normativos que visam garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso aos documentos ao longo do tempo. Nessa perspectiva, os documentos arquivísticos são entendidos como registros estruturados de atividades administrativas, produzidos no decorrer das funções institucionais e classificados segundo sistemas de gestão documental baseados em funções e atividades, cuja existência transcende o momento de sua criação (Yeo, 2007; 2008).

Além disso, o conjunto de normas técnicas, especialmente a ISO 15489 (2016; 2020), fornece fundamentos conceituais e operacionais para o tratamento documental, estabelecendo diretrizes para a classificação, tramitação e destinação dos documentos. No caso da FCRB, essas diretrizes orientam o trabalho do SAHI, evidenciando a centralidade da abordagem funcional na organização do acervo institucional. Essa dimensão, embora essencial, não esgota as possibilidades interpretativas dos documentos, exigindo a ampliação do olhar para outros níveis de análise.

Na perspectiva cultural-institucional, os documentos arquivísticos são compreendidos como artefatos simbólicos que expressam a identidade das instituições que os produzem, refletindo suas práticas, valores e objetivos sociais. Essa abordagem reconhece que os arquivos não são meros depósitos neutros de informação, mas espaços de construção ativa de memória organizacional. A FCRB, com sua trajetória centenária voltada à cultura, à pesquisa e à preservação patrimonial, constitui um campo fértil para essa leitura.

Autores como Jardim (2015) e Mello & Mendonça (1997) demonstram que os

arquivos institucionais da FCRB desempenham papel central na configuração de sua identidade pública e na comunicação de sua missão institucional à sociedade. Os documentos do MCRB, em particular, registram ações de aquisição, preservação e difusão cultural que compõem não apenas a história da instituição, mas também sua narrativa simbólica diante de sua atuação na sociedade. Assim, a representação arquivística é aqui entendida como uma prática cultural, que participa da constituição da memória e do imaginário social sobre a instituição.

A terceira dimensão proposta compreende os arquivos como construções sociais e políticas que participam da formação e legitimação de narrativas institucionais. Esse olhar é fundamentado em abordagens críticas que questionam a aparente neutralidade da prática arquivística e investigam os modos como os documentos podem refletir relações de poder, silenciamentos e disputas de memória. Segundo autores como Ketelaar (2001) e Duff & Harris (2002), os arquivos não apenas documentam o passado, mas o interpretam, o enquadram, o justificam e o tornam inteligível segundo certas lógicas institucionais ou ideológicas.

Nesse sentido, Ketelaar (2001, pp. 131) enfatiza:

> Os fundos arquivísticos, os documentos de arquivo, as instituições arquivísticas e os sistemas arquivísticos contêm narrativas tácitas que precisam ser desconstruídas para que se compreendam os significados dos arquivos.

Essa perspectiva reforça que a representação arquivística envolve não apenas a seleção e preservação de registros, mas também a mediação simbólica e cultural dos sentidos atribuídos aos documentos, suas ausências e suas camadas de significação.

No caso da FCRB, considerar essa dimensão implica refletir sobre as escolhas institucionais que orientaram a produção, a seleção e a descrição dos documentos ao longo dos anos. Quais ações são mais documentadas? Quais ações são menos documentadas? Quais as responsabilidades do museu a partir de seus regimentos? Essas "obrigações" foram cumpridas? As respostas a essas questões estão alicerçadas na representação arquivística que, nesse contexto, é também uma prática discursiva, que molda a forma como a instituição é percebida – por seus próprios agentes, pelo poder público e pela sociedade.

Essas três dimensões não são mutuamente excludentes, mas se entrecruzam no cotidiano da prática arquivística institucional. Reconhecer suas especificidades e interações permite aprofundar a análise da documentação do Museu Casa de Rui Barbosa e da atuação da FCRB como espaço de memória, gestão e representação cultural, assim como abre caminhos para enxergar o arquivo da instituição, o SAHI, como um setor estratégico, responsável por tratar, preservar e difundir a história da FCRB através do mapeamento da documentação e da promoção de ações de difusão socioculturais.

Metodologia

A metodologia desenvolvida é caracterizada como descritiva e qualitativa. A investigação descritiva, nesta ocasião, fundamenta-se por promover, através do conceito da representação arquivística, a relação entre o arquivo e a produção documental do MCRB. Já a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (1993), preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada e trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Ademais, para operacionalizar os objetivos da pesquisa, serão utilizados os seguintes procedimentos: revisão de literatura – para construir os fundamentos teóricos acerca da representação arquivística, identificação, contexto arquivístico, gestão de documentos e difusão de acervos; e a análise documental – como ferramenta metodológica para a identificação dos documentos recolhidos, a atualização e a pesquisa nos instrumentos de pesquisa do acervo institucional do SAHI. Logo, a metodologia empregada combina a análise teórica através da revisão bibliográfica com a

análise dos documentos e instrumentos de pesquisa sobre o acervo da FCRB.

A documentação do Museu Casa de Rui Barbosa custodiada no arquivo institucional

A análise da documentação produzida pelo Museu Casa de Rui Barbosa revela mais do que um registro administrativo das atividades museológicas. Ao organizar, classificar e interpretar documentos – como relatórios de atividades, registros e procedimentos de restauração, exposições e ações culturais – a pesquisa tem evidenciado como essa produção documental atua como agente ativo para o acionamento da memória institucional da FCRB.

A documentação em análise na pesquisa foi recolhida para o arquivo institucional da FCRB. Após o recolhimento do conjunto documental, procedeu-se ao seu processamento técnico arquivístico com as seguintes atividades: higienização, identificação da atividade produtora do documento, classificação conforme o Código de Classificação da Fundação aposto do canto superior esquerdo do documento, acondicionamento em papel neutro, ordenação cronológica e formação de dossiês por código de classificação. Após a formação dos dossiês, os documentos são registrados no instrumento de pesquisa *Inventário do arquivo permanente* do acervo institucional.

A partir da análise dos documentos do MCRB, até o momento, identificamos e classificamos os assuntos presentes no quadro 1.

O quadro 1, abaixo, apresenta os códigos de classificação atribuídos aos documentos analisados, conforme o manual de classificação de documentos por assunto do SAHI (Mello & Mendonça, 1997).

Quadro 1: Amostra de documentos identificados e classificados

nº	Classificação
1.4	Relatório de Atividades
1.9.5	Obras de Conservação e Restauração
1.9.9.2	Furto. Arrombamento. Extravio
2.1.4	Exposições
2.1.7	Comemorações. Homenagens
2.6	Semana da Cultura
5.7.1	Aquisição de acervo
5.7.1.1	Recebimento de Doação de acervos
5.7.1.2	Compra de Acervo
5.7.2	Acesso aos acervos e às informações
5.7.2.1	Consultas. Pesquisa Bibliográfica ou Documental
5.7.2.2	Empréstimo de acervos
5.7.3	Preservação dos acervos
5.7.3.4	Restauração
5.7.6	Processamento Técnico
5.7.8.2	Fotografia. Fita de Vídeo. Filme. Fita Sonora

Fonte: Elaboração própria (2025).

O quadro 1 registra os códigos de classificação dos documentos identificados durante o processamento técnico do acervo. Mais do que uma listagem técnica, esses códigos refletem uma lógica institucional de organização do conhecimento, revelando prioridades, valores e práticas que moldam a forma como a memória institucional é construída e representada. Como destaca Geoffrey Yeo (2007), a classificação documental é também uma prática de mediação simbólica – aquilo que se nomeia, estrutura-se; o que se omite, tende ao apagamento.

A predominância de documentos sob a série "5.7 – Gestão de acervos culturais" (especialmente 5.7.3.4 – Restauração e 5.7.6 – Processamento técnico) sugere uma atuação institucional fortemente orientada para a preservação e organização de seus objetos

museológicos. Essa ênfase evidencia não apenas uma preocupação com a integridade física dos bens, mas também com a construção de um discurso patrimonial que posiciona a FCRB como guardiã da memória nacional. Nesse sentido, a escolha de restaurar, descrever e catalogar determinados itens é também uma forma de atribuir valor e sentido, o que aproxima essas ações da dimensão cultural da representação arquivística (Jardim, 2015; Oliveira, 2017).

O código "1.4 – Relatórios de atividades" oferece outro ponto de reflexão. Ele reúne documentos que articulam os discursos institucionais em torno das ações do MCRB, permitindo observar como o Museu vem se apresentando ao longo do tempo. Sua análise revela uma transformação nas formas de narrar a missão institucional: se, nos primeiros registros, há um foco na manutenção do acervo de Rui Barbosa, nas décadas mais recentes, emergem ações educativas e de mediação cultural. Essa mudança de escopo reflete a ampliação da função social do Museu, bem como a influência de contextos político-culturais mais amplos – o que reforça a ideia de que os arquivos não apenas documentam, mas também interpretam e moldam a memória (Ketelaar, 2001).

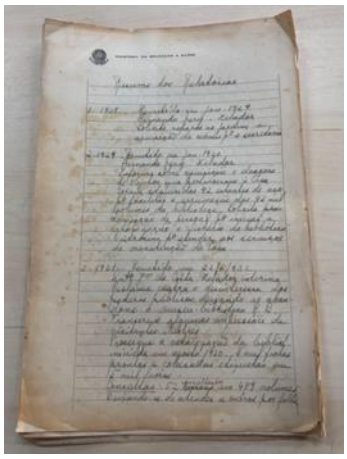
A série "2.1 – Exposições e homenagens" nos permite perceber as estratégias de comunicação simbólica da instituição, evidenciando sua intenção de se projetar publicamente como espaço de cultura e diálogo com a sociedade. A recorrência desses documentos, associados à realização de eventos e efemérides, sugere uma preocupação crescente com a imagem pública, a disseminação da memória de Rui Barbosa e a legitimação de suas práticas.

Dessa forma, os códigos de classificação não devem ser compreendidos como instrumentos neutros, mas como elementos ativos da representação arquivística. Eles organizam os documentos, mas também refletem decisões políticas, simbólicas e culturais sobre o que é registrado, como é descrito e com que finalidade será acessado no futuro.

Até o momento, foram identificados e classificados 140 documentos

Os documentos do MCRB, sobretudo os relatórios de atividades (classificação 1.4), figura 1, e os registros de comemorações e exposições (2.1.7 e 2.1.4), que analisados nos permitiram perceber alguns pontos de atenção, como exemplificado no documento abaixo:

Figura 1: Relatórios de Atividades (1928-1955)



Fonte: AFCRB 1.4. Foto: Elaboração própria (2025).

Destacamos do documento acima o seguinte trecho:

> 2 – 1929 - Informa sobre aquisições e doações de objetos que pertenceram à Casa. Foram adquiridas 42 estantes de aço para facilitar a arrumação dos 42 mil volumes da biblioteca. Solicita nomeação de pessoa para iniciar a catalogação e fichário da biblioteca. Outrossim para atender aos serviços de manutenção da casa (Arquivo permanente FCRB 1.4).

O documento manuscrito apresentado é uma fonte histórica de elevado valor simbólico e informativo, pois oferece uma narrativa contínua da atuação institucional em seus primeiros anos de funcionamento. A menção à aquisição de obras, à catalogação do acervo e à manutenção das instalações indica práticas arquivísticas e biblioteconômicas iniciais que marcaram o período de consolidação da Fundação. Sua análise contribui para a compreensão das estratégias de organização interna, da evolução das práticas de gestão do acervo e da própria trajetória da instituição

enquanto agente promotor da cultura e da educação.

A análise do relatório de atividades (classificação 1.4), desde os primeiros anos de funcionamento do Museu (1928–1955), revela uma demanda institucional dedicada prioritariamente à organização interna do acervo, à conservação da edificação e à catalogação de obras. Os primeiros registros manuscritos, como apresentado na figura 1, mostram uma linguagem factual, com foco na execução de tarefas. Já os relatórios produzidos em décadas posteriores passam a incorporar reflexões sobre a função social do Museu, com ênfase em ações educativas, produção científica e participação em eventos culturais.

Esses deslocamentos discursivos refletem, em parte, os movimentos internos de renovação institucional, acessibilidade e função social dos museus. Conforme destaca Yeo (2007), a representação arquivística não é estática, mas continuamente renegociada conforme os contextos sociais e institucionais se transformam.

Essa mudança de escopo narrativo não é meramente operacional: ela reflete a reconfiguração da própria identidade da FCRB enquanto instituição cultural. Conforme destaca Geoffrey Yeo (2007), os documentos arquivísticos são representações persistentes que carregam as marcas dos contextos nos quais foram produzidos. Assim, os relatórios de atividades funcionam como registros discursivos que refletem a evolução institucional de atividades da Fundação ao longo do tempo, tornando-se também ferramentas de legitimação pública.

Essas transformações revelam um remodelamento da missão institucional da FCRB, que deixa de ser apenas um espaço de custódia e passa a se consolidar como instituição de guarda e acesso aos seus acervos, pesquisa e cultura. O documentos arquivísticos – em sua função de representações persistentes das atividades desenvolvidas pelo MCRB – acompanham e modelam transformações institucionais e o interesse social sobre o museu, articulando representação, identidade e legitimação social.

Os documentos como construção ativa da história institucional

A documentação classificada sob os códigos “5.7.6 – Processamento técnico” e “5.7.3.4 – Restauração” ilustra com clareza o papel ativo dos documentos na construção da história institucional. Esses registros não apenas descrevem ações realizadas, mas também moldam a narrativa sobre o que deve ser lembrado, valorizado ou esquecido. Fotografias de acervos, projetos de catálogo, relatórios técnicos e fichas catalográficas são exemplos de documentos que carregam uma função interpretativa, cultural e educativa.

Nesse sentido, a representação arquivística cumpre um papel de mediação entre os fatos e os sentidos atribuídos a eles, funcionando como uma camada interpretativa que estrutura a memória institucional. Tal leitura ecoa as contribuições de Eric Ketelaar (2001), ao afirmar que os arquivos são "locais de construção de significados" e não apenas depósitos neutros de documentos.

> O arquivo é uma ativação infinita do registro. Cada ativação deixa impressões digitais que se tornam atributos do significado infinito do arquivo. Como escreve David Bearman: Quando fazemos a incorporação, transferência, organização, descarte, documentação e inventário de materiais arquivísticos, modificamos seu caráter ao mesmo tempo em que ampliamos seu valor evidencial e informacional. Os fatos do processamento, da exposição, da citação, da publicação e de outras formas de gestão dos registros tornam-se significativos para o seu sentido como registros [...] (Bearman, 1994 *apud* Ketelaar, 2001, pp. 137, tradução nossa).

Isso reforça a ideia de que os arquivos não apenas refletem o passado, mas o

(re)constroem continuamente por meio de interpretações, usos e recontextualizações sucessivas.

Uma evidência notável das mudanças nos processos de representação arquivística ao longo do tempo está nas transformações observadas na documentação de processamento técnico do acervo museológico, particularmente nas fichas catalográficas. Nas primeiras décadas de funcionamento do MCRB, predominavam fichas manuscritas com descrições breves, frequentemente centradas em critérios estéticos, origem e estado físico dos objetos. Com o tempo, essas fichas foram sendo substituídas por registros mais detalhados, que incorporam elementos interpretativos, histórico-contextuais e referenciais museológicos.

As fichas de catalogação evoluíram para registros mais robustos, que incorporam vocabulários controlados, metadados descritivos e contextos históricos dos objetos. Essa mudança molda uma nova abordagem de representação do acervo, aproximando-se de práticas museológicas contemporâneas e demonstrando a função do processamento técnico como um espaço discursivo e curatorial.

Essa mudança não é apenas formal: ela indica uma virada epistemológica na forma como o acervo é compreendido, descrito e apresentado ao público e à comunidade científica. A padronização da linguagem, a adoção de vocabulários controlados e a integração com bases digitais refletem um esforço institucional de reposicionar o Museu como agente produtor de conhecimento, e não apenas como conservador de objetos. Nesse sentido, as fichas catalográficas – tradicionalmente tratadas como instrumentos técnicos – podem ser lidas como documentos de representação, que participam ativamente da construção narrativa do MCRB, revelando tanto os objetos quanto os olhares institucionais que os descrevem.

Esses documentos indicam uma virada na forma de representação do acervo, onde o processamento técnico não se limita a uma função administrativa, mas atua como mediação simbólica entre o objeto e o público. A ficha torna-se narrativa, explicativa, e, em certa medida, educativa. Isso reforça a ideia de que a documentação de acervo é também um lugar de interpretação institucional, e não apenas de controle.

Essa evolução documental dialoga diretamente com a concepção de Geoffrey Yeo (2007), ao enfatizar que os documentos arquivísticos não apenas conservam dados sobre ações passadas, mas expressam os modos de ver, classificar e atribuir sentido próprios de cada momento histórico da instituição. Além disso, demonstra como a representação arquivística é permeada por critérios técnicos, mas também por intenções comunicativas e culturais.

A documentação relativa às ações de preservação e restauração também apresenta variações significativas ao longo do tempo, revelando mudanças nos modos de registrar, valorizar e representar essas intervenções.

Em determinados períodos, especialmente em momentos de maior investimento institucional, os arquivos guardam relatórios técnicos detalhados, com fotografias de antes e depois, plantas de arquitetura, descrições minuciosas dos danos encontrados e justificativas para as decisões tomadas. Esses documentos não apenas atestam tecnicamente os procedimentos realizados, mas também narram a preocupação da instituição com a conservação patrimonial e com a transparência, fortalecendo sua imagem pública como guardiã da memória nacional.

Em outros momentos, no entanto, observa-se uma redução na densidade documental dessas ações, com a guarda apenas de relatórios sucintos ou, mais drasticamente, apenas das notas fiscais referentes à contratação de serviços ou compra de materiais. Essa mudança pode estar relacionada à escassez de recursos e pessoas, à rotatividade de equipes técnicas ou mesmo a uma reconfiguração das prioridades institucionais.

Essa alternância entre documentação detalhada e registros fragmentários é sintomática da dinâmica da representação arquivística: aquilo que se guarda (e como se guarda) não é apenas reflexo de uma ação técnica, mas expressão de uma decisão institucional sobre o que merece ser lembrado, legitimado ou invisibilizado no escopo da equipe produtora dos documentos, no caso ora em análise, do MCRB.

Essas variações demonstram como os arquivos não apenas registram as ações da instituição, mas também os ciclos de investimento e desinvestimento simbólicos em determinadas áreas. Como afirma Oliveira (2017), os arquivos revelam tanto os "feitos" quanto os "silêncios" das instituições – e a documentação de preservação do MCRB espelha esses movimentos. A ausência de documentação detalhada em determinados momentos não significa apenas um hiato informacional, mas uma lacuna de representação, que afeta diretamente a forma como o passado da instituição poderá ser acessado e interpretado no futuro.

Ao analisarmos esses contrastes documentais, observamos que os arquivos não são apenas instrumentos de controle, mas espelhos parciais e seletivos de práticas, valores e visões de mundo institucionais. Essa constatação reforça a necessidade de abordagens arquivísticas que considerem os documentos como construções sociais – sempre situadas e intencionais – como defendido por Yeo (2007).

Análise do conjunto documental

No escopo da fase atual, que trata os conjuntos documentais referentes aos anos 1929 a 2009, a pesquisa também tem identificado lacunas e fragmentações no acervo que sugerem hiatos no registro das atividades institucionais. A desorganização de documentos relacionados à restauração e a ausência de registros completos sobre determinadas reformas, gestões ou eventos indicam que nem todas as ações foram igualmente representadas. Esse desequilíbrio pode revelar que a representação arquivística está sujeita a contingências materiais, políticas e institucionais.

Como aponta Oliveira (2017), os arquivos também expressam os silêncios das instituições. As escolhas sobre o que manter, descrever ou priorizar são marcadas por relações de poder, limitações técnicas e contextos organizacionais. No MCRB, os períodos de transição administrativa ou escassez de recursos podem se revelar na quantidade de documentos recolhidos e em seus conteúdos, dificultando a reconstituição cronológica e funcional de determinadas ações. Nesse sentido, a classificação documental se torna aqui um indicador para a garantia de uma qualidade fundamental do documento arquivístico: a organicidade.

Durante o tratamento dos documentos, a equipe identificou situações de dispersão documental, especialmente em conjuntos de relatórios e projetos de restauro. Essa ausente organização do conjunto quando do seu recolhimento dificultou a leitura contextualizada dos documentos, o que pode indicar não apenas falhas administrativas, mas conflitos ou descontinuidades nas estratégias de representação dessas atividades. A ausência de registros sobre determinadas reformas, por exemplo, contrasta com a abundância documental de outros momentos similares.

Tais lacunas reforçam a ideia de que os arquivos institucionais não são neutros: eles são seleções e construções de memória, moldadas por decisões conscientes e omissões involuntárias (ou não). Assim, o tratamento arquivístico não se limita à organização física dos documentos: ele é, antes, um exercício crítico sobre como e por que certas narrativas ganham centralidade, enquanto outras são marginalizadas. Isso nos obriga a pensar a atuação arquivística como um campo de responsabilidade ética e social, em que as omissões são tão reveladoras quanto as presenças.

Em síntese, a análise da documentação produzida pelo MCRB evidencia não apenas a diversidade de atividades desenvolvidas e sua relevância histórica e social, mas também os desafios da representação arquivística como prática interpretativa, política e cultural. Esses achados subsidiam a proposta de difusão

patrimonial discutida a seguir, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da reflexão crítica sobre as formas como se constitui e como se reforça a memória institucional.

Difusão e representação: proposta de mostra documental para os 100 anos do MCRB

A partir da análise da documentação institucional do MCRB, identificou-se a relevância de integrar os resultados da pesquisa à prática de difusão cultural da FCRB. Considerando a efeméride do centenário do MCRB, propõe-se a realização de uma mostra documental temática que, além de valorizar o acervo arquivístico institucional, contribua para refletir criticamente sobre os processos de representação documental da memória do Museu.

A proposta parte do pressuposto de que os arquivos não apenas registram eventos, mas constroem narrativas sobre as instituições e seus modos de atuação na sociedade (Yeo, 2007; Oliveira, 2017). Ao organizar documentos como peças expositivas, a mostra visa promover uma leitura ampliada da documentação, o acesso e a possibilidade de apropriação social da documentação produzida que registra os 100 anos de atuação do Museu junto à sociedade e ainda suas ações de preservação do acervo e atendimento ao público.

Entre os eixos temáticos preliminarmente delineados estão:

- Atividades desenvolvidas – com base nos relatórios de atividades (1.4), pretende-se evidenciar as atividades realizadas pelo MCRB ao longo dos seus 100 anos e referenciar estas atividades com os resultados alcançados ao longo do tempo.

- Preservação e restauro – reunindo relatórios técnicos completos, imagens comparativas e notas fiscais (1.9.5; 5.7.3.4), a mostra abordará a oscilação nos modos de registro e representação das ações de conservação do edifício e do acervo.

- Documentação museológica – com fichas catalográficas (5.7.6) de diferentes períodos, será possível evidenciar a evolução das práticas de processamento técnico, do registro técnico à interpretação museológica.

- Museu e sociedade – utilizando documentos relativos a exposições, homenagens e ações educativas (2.1.4; 2.1.7), este eixo abordará a relação do MCRB com seus públicos e sua atuação como mediador cultural.

- Pesquisa aplicada – serão reunidos os documentos arquivísticos que representam as atividades aplicadas de pesquisa desenvolvida pelos museólogos da FCRB.

A mostra poderá ocorrer em formato híbrido, com versão física e digital, articulando a curadoria documental com instrumentos de mediação educativa. Além de valorizar o trabalho técnico do SAHI, a proposta reforça o compromisso institucional com a memória, o acesso e a transparência, transformando o acervo em objeto de leitura pública e reinterpretação contínua.

Considerações finais

As evidências apontam para uma prática institucional voltada à constituição, preservação e disseminação do acervo, em consonância com as tradições arquivísticas e a evolução das normativas e modelos de gestão documental. A investigação revela também a importância da valorização do contexto histórico e da memória institucional como parte integrante da preservação documental.

O artigo promoveu a reflexão crítica sobre a relação entre práticas arquivísticas e identidade institucional, tomando como base a materialidade dos documentos analisados e a sua contextualização.

A pesquisa realizada até o momento evidenciou o papel central dos documentos produzidos pelo MCRB na construção da memória institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. Por meio da análise de relatórios, fichas catalográficas, registros de restauro, exposições e ações culturais, foi possível identificar não apenas a diversidade de funções documentais existentes, mas também as múltiplas formas de representação que esses documentos expressam ao longo do tempo.

A fundamentação teórica, baseada especialmente na noção de representação persistente proposta por Geoffrey Yeo (2007), permitiu compreender os documentos como registros que ultrapassam sua função administrativa original e passam a atuar como narrativas estruturantes da identidade institucional. Ao lado disso, as contribuições de autores como Lucia Maria Velloso de Oliveira (2017) e Renato Tarciso Barbosa de Sousa (2022) possibilitaram uma leitura crítica sobre os limites, silenciamentos e disputas presentes nos processos de descrição, classificação e acesso à documentação arquivística.

O tratamento dos documentos do MCRB revelou oscilações importantes nos modos de registrar a atuação institucional, especialmente em áreas como preservação e processamento técnico. Constatou-se, por exemplo, a coexistência de relatórios detalhados com fotografias e justificativas técnicas e de registros fragmentários limitados a notas fiscais, evidenciando variações nos critérios de representação ao longo das décadas. A evolução das fichas catalográficas também aponta para uma ampliação dos sentidos atribuídos aos objetos museológicos, demonstrando o papel ativo do processamento técnico na mediação cultural.

Esses achados reforçam a necessidade de abordar a documentação arquivística institucional não apenas como repositório de evidências, mas como instrumento de construção simbólica, histórica e política da memória. Nesse sentido, a proposta de realização de uma mostra documental temática sobre os 100 anos do MCRB visa não apenas valorizar o acervo, mas também ampliar sua legibilidade pública, promovendo o acesso e a reflexão crítica sobre as formas de representação arquivística adotadas pela FCRB.

Em sua próxima etapa, a pesquisa buscará aprofundar a análise qualitativa das séries documentais identificadas, revisitar os instrumentos de descrição existentes e estruturar a curadoria da mostra documental proposta, articulando os achados da investigação com práticas de difusão e educação patrimonial. O projeto, assim, avança no sentido de consolidar a interseção entre teoria arquivística, prática institucional e compromisso com a memória de uma instituição pública federal relevante para a área da cultura no Brasil.

Referências

Cook, T. (1997) What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. Archivaria, 43, 17-63.

Cook, T. & Schwartz, J. M. (2002). Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory. Archival Science, 2(1–2), 1-19.

Duff, W. M. & Harris, V. (2002). Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Constructing Meanings. Archival Science, 2 (3–4), 263-285.

Duranti, L. (2005). Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPares. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 4 (1), 5-18.

Fundação Casa de Rui Barbosa. (2024). Portaria FCRB nº 23, de 22 de novembro de 2024. Institui o Regimento Interno da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB. https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=60&data=02/12/2024&captchafield=firstAccess

International Organization for Standardization. (2016). Information and documentation — Records management — Part 1: Concepts and principles (ISO 15489-1:2016[E]). ISO. https://www.iso.org/standard/62542.html.

International Organization for Standardization. (2020). Information and documentation — Records management — Part 2: Guidelines (ISO 15489-2:2020[E]). ISO. https://www.iso.org/standard/62543.html.

Jardim, J. M. (2015) Caminhos e perspectivas da

gestão de documentos em cenários de transformações. Acervo, 28(2), 19-50. https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/607.

Ketelaar, E. (2001) Tacit Narratives: The Meanings of Archives. Archival Science, 1, 131–141.

Mello, M. L. H. L. & Mendonça, L. M. V. de O. (1997). O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. Fundação Casa de Rui Barbosa.

Minayo, M. C. de S. (Org.). (1993). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Vozes.

Oliveira, L. M. V. De, & Silva, M. C. S. de M. (2015) Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa. Fundação Casa de Rui Barbosa.

Oliveira, L. M. V. de. (2017). Ação cultural, protagonismo social e o lugar dos arquivos. Em H. F. Gomes & H. F. Novo (Orgs.), Informação e protagonismo social (pp. 77-92). EDUFBA.

Sousa, R. T. B.(2022). A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? Acervo, 35(2), 1-21. https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1809.

Yeo, G. (2007). Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. The American Archivist, 70(2), 315-343.

Yeo, G. (2008). Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. The American Archivist, 71(1), 118-143.

Yeo, G. (2015). Proporcionar o acesso à informação no domínio do "records management". Em L. M. V. de Oliveira & M. C. S. de M. Silva (Orgs.), Gestão de Documentos e Acesso à Informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa. Fundação Casa de Rui Barbosa.

IDENTIFICAR E PROMOVER O ACESSO À DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA EM ARQUIVOS: INICIATIVAS DE RECENSEAMENTO, LEVANTAMENTO E REGISTO A NÍVEL INTERNACIONAL

Susana Sofia Cunha, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ORCID 0000-0003-4444-4319, Portugal, susana.cunha@student.fl.uc.pt

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6855

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

Desde a sua invenção que a fotografia se tornou objeto de "acumulação" por parte de indivíduos, famílias e instituições: as imagens foram sendo recolhidas por viajantes que captavam cenas e paisagens exóticas, os retratos passam a ser itens colecionáveis e espécies mais antigas, como daguerreótipos e ambrótipos, entre outras, passam a ser objeto de coleção. Também no universo dos arquivos existe referência, pelo menos desde 1840, à utilização de registos fotográficos por diversas instituições no decurso das suas atividades práticas e administrativas, mudando-lhe o estatuto e conferindo-lhe o valor de evidência e prova. Desde a segunda metade do século XIX que a fotografia era utilizada pela polícia (como prova, registo e auxiliar na identificação de criminosos), acompanhava as expedições e ficava à guarda de sociedades etnográficas, estava integrada na prática da medicina enquanto arquivo de tratamentos e desenvolvimento de patologias e era largamente utilizada em áreas como a arqueologia e a arquitetura (Agustín Lacruz & Torregrosa Carmona, 2019). Aumentam, assim, os arquivos pessoais e profissionais dedicados

a diferentes ramos da ciência, as instituições criam os seus arquivos especializados, desenvolvem-se os arquivos de imprensa e surgem as instituições associativas de encorajamento e disseminação da prática fotográfica, passando esta para o domínio da esfera pública, com a sua consequente popularização. Não é de admirar, assim, que o aumento substancial de fotografias em circulação e as coleções guardadas e custodiadas por inúmeras instituições abram espaço para o debate e preocupação quanto à sua preservação, estudo e divulgação um pouco por todo o mundo.

O Congresso Internacional de Paris do *International Council on Archives* - ICA (1988) veio corroborar a perceção de que as fotografias, enquanto documento, estavam vinculadas maioritariamente a arquivos: embora a fotografia esteja presente em quase todas as atividades sociais e, independentemente da sua função, suporte e condição, o documento fotográfico possa pertencer a qualquer tipo de instituição (Salvador Benítez, 2005), é a denominação "arquivo fotográfico" que surge em detrimento de outras instituições de memória como bibliotecas ou museus (Heredia Herrera, 2016).

Em 2009, membros do ICA reuniram em Paris para avaliar o estado da situação do património fotográfico e audiovisual nos arquivos não especializados e tentar perceber quais seriam as carências mais urgentes. Desde logo se percebeu que era necessário chegar a consenso acerca do que nos diferentes países se considerava património audiovisual e património fotográfico (Boadas i Raset, 2021).

O documento elaborado na sequência desta reunião propunha que se considerasse património fotográfico os documentos fotográficos (desde os primórdios da fotografia, incluindo mesmo espécies experimentais, até à mais inovadora forma de fotografia digital) e os documentos textuais vinculados à fotografia, como sejam livros de registo de fotografias e contabilidade, textos técnicos, correspondência, faturas, listas de compra de materiais, documentação pessoal do fotógrafo, prémios recebidos, etc. Por património audiovisual entendia-se documentos cinematográficos, videográficos e imagens em movimento em suporte analógico ou digital, documentos sonoros, guiões e demais documentação textual, material de cenografia e fotografias vinculadas aos documentos audiovisuais. Rapidamente constataram que as organizações que integravam o *Coordinating Council of Audiovisual Archives Association* (CCAAA) se ocupavam, maioritariamente, da gestão do património audiovisual relacionado com documentos cinematográficos, videográficos e sonoros, não existindo, para o património fotográfico, uma organização de âmbito mundial que se dedicasse a delinear estratégias para a melhoria da sua gestão.

Conhecem-se, internacionalmente, várias instituições que albergam valiosas coleções ou fundos fotográficos, trazidos à luz por publicações e exposições (fixas ou itinerantes), dependentes não raras vezes de orçamentos que variam de instituição para instituição, bem como de apoios governamentais ou mecenato. Ficam de fora do conhecimento público um sem número de instituições e respetivos espólios de menor dimensão mas de igual interesse cultural, científico e académico, daí que Sánchez Vigil (2014) reforce a importância e necessidade de efetuar censos oficiais sobre fundos e coleções fotográficas nos diferentes países, bem como de lançar as bases para um guia internacional que permita conhecer o volume e a tipologia desses documentos.

Partindo da questão "que conhecimento temos das coleções e fundos fotográficos existentes em cada país?" e tentando trazer um contributo útil e consistente à área de estudo, o objetivo geral deste trabalho consiste em elaborar um estado da arte acerca da identificação e análise de iniciativas de recenseamento, levantamento e registo, a nível internacional, de instituições detentoras de documentação fotográfica

Referencial Teórico

A produção teórica no âmbito da história e da técnica da fotografia a nível mundial tem trazido contributos importantes e permite a contextualização e evolução deste fenómeno nos diversos países. São, também, numerosas as publicações dedicadas a fotógrafos ou movimentos cujos espólios se conservam em instituições públicas e privadas, contribuindo para um conhecimento, a nível mundial dos

maiores nomes da fotografia, suas influências e projeção. A identificação de fundos e coleções fotográficas a nível internacional tem sido preocupação e objeto de estudo de alguns organismos e grupos de trabalho, sobretudo no que diz respeito a questões de conservação e preservação. Nesse sentido, foram já desenvolvidos esforços para recenseamentos, coletivos ou individuais, em vários países.

No âmbito do projeto *European Visual Archive* (EVA), financiado pelo Programa Info2000 da União Europeia, o SEPIA (*Safeguarding European Photographic Images for Access*) desenvolveu um projeto para promover a necessidade de conservação de coleções de fotografia, disponibilizar formação e desenvolver uma rede de trabalho para futuros projetos na área. Entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2000 foi distribuído um questionário a 300 instituições europeias que preservam fotografias, entre arquivos, bibliotecas, museus e outras instituições de memória. As 141 respostas obtidas deram origem a um relatório cujos resultados, não sendo conclusivos acerca de todas as instituições europeias nem nos permitindo identificar vantagens e desvantagens por país, funciona como indicador de tendências e como ilustrativo da situação no início do século XXI (Klijn & Lusenet, 2000).

Da já mencionada reunião de Paris do ICA, em 2009, resultou a criação do *Photographic and Audiovisual Achives Working Group* (ICA/ PAAG), um grupo de trabalho formado por especialistas que desenvolveram um modo geral de atuação com o objetivo de estabelecer as orientações básicas para a intervenção em fundos fotográficos e audiovisuais; oferecer aos arquivistas ferramentas de trabalho para desenvolver tarefas de descrição, conservação e digitalização; promover atividades e recursos formativos e criar um espaço virtual para a comunicação e difusão de recursos entre profissionais (Boadas i Raset, 2021; *Photographic and Audiovisual Archives Working Group - PAAG*, sem data). O plano de trabalho do PAAG reconhecia a necessidade de compilar e analisar os levantamentos já realizados por diversas instituições para chegar a um ponto de situação, detetar as fraquezas dos arquivos e determinar pontos fortes. Ressalvava, também, a necessidade de criação de uma base de dados bibliográfica e criação de ferramentas de gestão que pudessem ser aplicadas diretamente nos arquivos. Hoje, a página do ICA disponibiliza uma série de recursos à comunidade arquivística internacional, a fim de contribuir para uma melhor gestão do património fotográfico e audiovisual, sobretudo naquelas instituições em que esta documentação convive com outras tipologias documentais.

No que respeita a iniciativas próprias, encontrámos informação que nos permite perceber, com maior ou menor detalhe, levantamentos levados a cabo por alguns países.

Em França, as preocupações acerca da preservação da fotografia remontam à década de 40 do século XX: em 1947 realizou-se uma pesquisa sobre fotografia em serviços públicos e em 1949 é publicado o primeiro reportório nacional de coleções fotográficas, tendo sido identificadas 228 (Heredia Herrera, 2016).

Criado pelo governo do Reino Unido em 2003, o *The National Archives* elaborou um recenseamento dos arquivos e suas instituições detentoras, procurando organizar e centralizar o universo arquivístico do país, ao mesmo tempo que estabelece regras para a normalização do tratamento e acesso à informação e apoia a inovação, investigação e implementação de boas práticas (Pereira, 2018). O catálogo engloba mais de 2500 instituições e, embora não seja específico para fotografia, permite pesquisar as coleções fotográficas (quando identificadas) e obter um breve resumo dos conteúdos e informações biográficas: uma pesquisa efetuada em dezembro de 2023 permitiu identificar 554 instituições públicas e privadas com documentação fotográfica (*The National Archives*, sem data).

Em Espanha, em 1977, sob a tutela do *Ministério de Educación, Cultura y Deporte*, é criado o *Centro de Información Documental de Archivos* (CIDA), que tinha como uma das suas missões elaborar um guia dos arquivos espanhóis. Cerca de uma década depois, em 1985, a Lei do Património Histórico Espanhol determina que seja elaborado o recenseamento do património documental, o que resulta em vários censos-guias por parte das administrações regionais e autónomas

durante as décadas de 1980 e 1990 (Pereira, 2018). Em 1994 amplia-se o âmbito geográfico e o guia converte-se no *Censo-Guia de Archivos de España e Iberoamérica* (CGAEI). A partir de 2011 o CGAEI tornou-se eletrónico e disponível *online* e dele constam os diretórios dos arquivos de Espanha e da Ibero-América, permitindo a localização imediata dos centros de arquivo, fundos e coleções que conservam e os serviços que prestam (Centro de Información Documental de Archivos, 2014). Em 2014 estavam recenseados cerca de 50 000 arquivos sendo que 35 000 se situavam em Espanha e 15 000 na Ibero américa; dos espanhóis, 110 conservavam fundos fotográficos. No âmbito desta investigação foi feita uma consulta ao CGAEI o que nos permitiu contabilizar 53 279 arquivos: 36 427 de Espanha, 18 846 da Ibero américa e seis de Portugal (*Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica*, sem data).

Não obstante a elaboração e constante atualização do CGAEI, várias iniciativas para recensear a documentação fotográfica espanhola foram sendo levadas a cabo: em 1992 a Associação de Arquivistas da Catalunha elaborou um censo para conhecer a situação da documentação fotográfica na província de Barcelona (Heredia Herrera, 2016); em 1998 foi publicado o *Inventari d'arxius fotografics de Catalunya* (Blanch, 1998, citado por Sánchez Vigil et al., 2023), que permitiu identificar 170 fundos em arquivos fotográficos públicos e privados da Catalunha e em 1999 o *Centre de Recerca i difusió de la Imatge* de Girona elaborou um guia inventário dos fundos e coleções fotográficas de instituições pública e privadas, o *Girona, guía de fon en imatge* (Boadas & Casellas, 1999, citado por Sánchez Vigil et al., 2023).

O dFoto – *Directorio de fondos y colecciones de fotografia en España* (criado em 2010) pretendia reunir, num único portal de acesso, instituições que custodiam coleções fotográficas históricas e contemporâneas e os seus objetivos concorrem para organizar e homogeneizar a informação das instituições, divulgar o património e dar visibilidade aos fundos e instituições. Incorpora informação de centros sob alçada do Ministério da Educação, Cultura e Desporto espanhol, arquivos municipais e das delegações provinciais, arquivos históricos provinciais e coleções privadas (Sánchez Vigil et al., 2023).

Em 2014 Carmelo Veja elabora o *Guía-inventario de fondos y colecciones de fotografia de Canarias*, cujos objetivos consistiam em localizar, estudar e classificar o conjunto de fundos e coleções fotográficas existentes nas Canárias, conhecer os temas desses fundos e coleções, onde se guardam e qual o seu estado de conservação, com a finalidade de avaliar a magnitude do património fotográfico, difundir essa informação junto de instituições e investigadores e favorecer e facilitar futuras intervenções (Sánchez Vigil et al., 2023).

Numa retrospetiva para analisar o estado da questão espanhola entre os anos 2000 e 2014, Salvador Benítez (2014) revela a existência de uma incalculável quantidade de originais em diversos suportes, dispersos por fundos e coleções em instituições públicas e privadas, alertando para a falta de coordenação em matéria de recuperação, conservação e difusão deste património, entendendo como prioritário a elaboração de um censo do património fotográfico espanhol. Algumas iniciativas de guias e inventários de fundos e coleções fotográficas já tinham vindo a público e traziam conhecimento nesta matéria, nomeadamente o *Censo-guia de archivos e colecciones fotográficas de Álava* (Aróstegui, 1988), *150 años de fotografia en la Biblioteca Nacional. Guía inventario de los fondos* (Kurtz y Ortega, 1989), *Guía d'arxius, collecion i fons fotográfics i cinematográfics de les Balears* (Aguillo y Mulet, 2004) (citados por Salvador Benítez, 2014) e os já mencionados trabalhos de Blanch (1998), Boadas & Casellas (1999) e Veja (2014), citados por Sánchez Vigil et al. (2023), entre outros.

Heredia Herrera (2016) coordenou um inquérito dirigido aos centros de documentação de instituições públicas da Andaluzia (relativo a oito províncias), procurando saber que tipo de entidades ou instituições detinham documentação fotográfica (arquivos, museus, bibliotecas, hemerotecas), qual o volume dessa documentação e aspetos relacionados com a gestão da informação, tratamento e difusão da documentação. Das 123 respostas recebidas (num total de 340 inquéritos enviados), apenas 45 referiram ter documentação fotográfica à

sua guarda. A autora questiona se este número tão reduzido de instituições com fotografia se possa dever a estas considerarem como não existente as coleções não tratadas ou anexas a outra documentação (como por exemplo, processos de obras).

Em Itália, o *Censimento delle Racolte fotografiche*, criado em 2015, visava identificar instituições que detêm coleções ou arquivos fotográficos, incluindo fotografia contemporânea, no sentido de elaborar políticas para a sua proteção e valorização. Resulta do trabalho conjunto entre o *Istituto centrale per il catalogo e la documentazione del Ministero dei beni e delle attività cultural*, do *Turismo e Camera – Centro italiano per la fotografia* e da *Direzione generale Arte e architettura contemporanee e periferie urbane*, no sentido de criar um portal *web* dedicado à partilha, consulta e estudo de acervos fotográficos, proporcionando maior visibilidade (sobretudo aquelas instituições com menos recursos próprios). Este censo nasceu no espírito do *open data*, nomeadamente no que respeita ao compartilhamento e reutilização dos dados, de acordo com licenças *Creative Commons*. O censo, sempre em atualização, reúne já 354 entidades, o que se traduz em 487 coleções fotográficas e 1378 fundos (*Censimento Fotografia Itália*, sem data).

No que respeita a Portugal, Cunha (2024) fez um levantamento dos projetos e iniciativas de recenseamento de arquivos fotográficos a nível nacional em instituições portuguesas, públicas e privadas, que permite aferir algumas conclusões quanto aos procedimentos de gestão e organização desta documentação. O mais antigo será o elaborado no âmbito do projeto MAP-TV – *Mémoires-Archives Programmes de TV*, um clube que agregava produtores independentes e detentores de arquivos audiovisuais europeus (patrocinado pela União Europeia e pelo Conselho da Europa). Coube aos arquivos audiovisuais da RTP a promoção e recolha de dados relativos aos arquivos nacionais (tarefa desenvolvida entre 1993 e 1995), localizando e descrevendo 151 arquivos públicos e privados, profissionais e amadores, inventariados e tratados ou simplesmente acumulados. A autora refere, ainda, outros levantamentos efetuados, como o de Dias (2012), que traçou um diagnóstico ao estado geral do património arquivístico de natureza fotográfica à guarda dos Centros Especializados de Arquivo (CEA) em Portugal, nomeadamente os Arquivos Nacionais e Distritais pertencentes à DGARQ. Para este diagnóstico foram inquiridas 20 instituições, das quais apenas oito afirmaram possuir documentação fotográfica. Dias colocou, à data, algumas dúvidas acerca da inexistência de documentação fotográfica, ainda que pontual, nas restantes instituições (como, por exemplo, documentação fotográfica inserida em processos de obras). Cunha (2024) refere, também, os trabalhos de Castro (2014), que faz um levantamento dos arquivos fotográficos existentes em Portugal, sendo que a sua identificação se centra naqueles cuja nomenclatura para isso remete e para as instituições públicas e privadas de renome, identificando nove, entre arquivos nacionais e de âmbito municipal, públicos e privados; o de Guimarães e Paz (2014), que com o objetivo de diagnosticar arquivos das casas-museu em Portugal, selecionam as 30 que dispõem de arquivo e identificam documentação fotográfica em 17, não fazendo, no entanto, qualquer referência ao seu estado de conservação ou procedimentos ao nível da gestão documental; o de Pereira (2018), um investigação sobre a preservação de arquivos pessoais em instituições de memoria em que a autora identifica 376 entidades detentoras de arquivos pessoais, resultando num universo de 3850 arquivos, incluindo arquivos pessoais de fotógrafos e instituições que detêm documentação fotográfica, permitindo conhecer 228 entidades com acervos fotográficos, e o de Miranda (2022), cujo objetivo era dar a conhecer a condição atual da fotografia à guarda dos arquivos municipais em Portugal, bem como o papel dos seus profissionais na gestão da informação, tendo revelado que apenas 39 afirmavam ter à sua guarda documentação fotográfica, embora não seja claro se as restantes não possuem, de todo, esta tipologia documental ou se esta não está ainda tratada. Estes levantamentos permitiram identificar cerca de 330 instituições que guardam documentação fotográfica, entre arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, públicos ou privados,

carecendo de alguma atualização quanto à sua dimensão, localização e manutenção em funcionamento.

Ainda no âmbito de portais *web* que disponibilizam conteúdos relacionados com o património cultural fotográfico europeu é fundamental mencionar o *Europeana Photography*, criado em 2012 para compilar coleções fotográficas datadas entre 1839 e 1939, o APEnet, portal de arquivos europeus com a participação das administrações de arquivos de 17 países da União Europeia e o *Europhoto*, o primeiro portal de fotojornalismo histórico financiado pelo programa de apoio a políticas TIC da União Europeia (Sánchez Vigil, 2014). De referir ainda Lázaro (2012), que apresenta um conjunto de sítios *Web* úteis para a investigação sobre fotografia, compilando informação sobre várias instituições e coleções já digitalizadas, a nível mundial, sobretudo instituições de carácter público, nomeadamente o nome, a página *web* e em alguns casos notas sobre o acervo. São elencadas 162 instituições, com destaque para Espanha (86 instituições) e para os Estados Unidos da América (36 instituições).

Na América do Sul, é em meados das décadas de 1970 e 1980 que se iniciam as pesquisas de cunho científico acerca da fotografia, trabalho que ajudou a consciencializar o poder público e as instituições privadas no que diz respeito ao património fotográfico de cada um dos países. Identificamos contributos provenientes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. O *Bibliofoto* de Donato e Lopez (2022) revestiu-se de extrema importância já que constitui um reportório bibliográfico de documentos fotográficos destes seis países da América do Sul.

A Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), dependente do Ministério da Cultura do Brasil, criou em 1984 o Instituto Nacional de Fotografia (INFoto) cujo objetivo era estabelecer uma política nacional de carácter global para a questão da fotografia. Em 1987 a mesma Fundação cria o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica (CCPF) para a recuperação de fundos e coleções fotográficas públicas e privadas (Sánchez Vigil, 2014).

Em 2014 López e Madio traçaram como objetivo referenciar algumas das instituições brasileiras que conservam importantes coleções e fundos fotográficos. Conscientes de que se trata de uma seleção subjetiva e que muitas instituições ficariam de fora, a sua intenção era contemplar as principais instituições cujo acesso através da *web* estivesse operacional, de forma a permitir que qualquer utilizador, mesmo estrangeiro, pudesse conhecer as suas potencialidades (López & Madio, 2014). As 11 instituições referenciadas são do foro público e privado e oferecem um pequeno mosaico da situação no Brasil. Salientam a importância e necessidade de criar uma base de dados mais ampla para os arquivos fotográficos do país, contribuindo para a criação de modelos e uniformização para a organização, descrição e acesso à documentação.

No México inicia-se, em 1996, uma investigação para atualizar a informação constante da obra *Picture Collections: Mexico. A guide to picture sources in the United Mexican States* (1988), da autoria de Martha Davidson, um livro raro e desatualizado. Esta investigação vai resultar num Diretório de arquivos, fototecas e centros especializados em fotografia, editado pela CONACULTA (*Consejo Nacional para la Cutura y las Artes*) (Gonzaléz Reyes et al., 2001). Como referem os autores, não se pretendia uma lista exaustiva de instituições, mas antes uma ferramenta de trabalho. O diretório apresentava 106 instituições, sendo que 20 eram arquivos municipais e estatais, 11 eram arquivos fotográficos e fototecas e as restantes arquivos privados (seis), bibliotecas (quatro), centros culturais (cinco), centros de documentação e informação (quatro), cinematecas e filmotecas (três), museus e galerias (17), arquivos de colégios, escolas, universidades, institutos e centros de investigação (16), entre outras tipologias (20). Dez anos depois, e partindo deste Diretório, é realizado um novo estudo que procura dar um panorama geral de 71 instituições mexicanas que conservam documentação fotográfica (selecionadas entre as 106 através do método probabilístico): o objetivo consistia em conhecer a sua distribuição pelo país, como estavam organizadas, de que recursos humanos e económicos dispunham, quais os serviços que ofereciam e que tipo de utilizadores atendiam

(Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011). Ángeles Jiménez (2014) reforça que a comunidade mexicana que envolve tanto os arquivos como os profissionais que se dedicam à imagem fotográfica é dinâmica e em processo de consolidação. Uma nova abordagem sobre o Directório permite aferir que, até 2010, as instituições registadas somam cerca de 18 milhões de fotografias.

Nos Estados Unidos da América (EUA) é à *Library of Congress* (LoC) que se deve a maior compilação de listas e guias de diversas instituições americanas com coleções de fotografia, desde bibliotecas, museus, arquivos, sociedades históricas, entre outros. Através da página *Pictorial Collection Guides: representative examples* (*Library of Congress*, sem data) é possível aceder às coleções de cada instituição, mas também estabelecer relações entre as diferentes coleções, destacar as mais significativas, obter endereços para outros repositórios americanos e conhecer bibliografia de referência. De salientar, também, o trabalho levado a cabo pela ALIC – *Archives Library Information Center*, que em 2002 compilou os *links* relativos a coleções fotográficas de várias instituições americanas como a LoC, bibliotecas públicas e privadas, projetos, etc, bem como uma lista de guias, catálogos e índices de espólios de várias instituições (*Digital Photography Collections*, 2016).

Em 1949, no Canadá, foi criada a *Royal Comission on National Development in the Arts, Letters and Sciences*, fruto da consciência governamental para a importância das artes e da cultura na preservação da identidade nacional. Esta comissão determinou a proteção dos documentos em todo o seu ciclo de vida e a aquisição de documentos particulares relacionados com o Canadá, independentemente do seu suporte, idade ou origem, encorajando-se, assim, a aquisição de fotografias, filmes, cartografia, correspondência privada e demais documentação cuja gestão, em determinados casos, acabou por originar a criação de repositórios especializados em função das tipologias documentais (Pereira, 2018). Em 1985 é criado o *Canadian Council of Archives* (CCA), cuja missão era desenvolver uma rede abrangente de instituições arquivísticas. Atualmente, o CCA, em iniciativa conjunta com o *Provincial and Territorial Archival Networks* e a *Library and Archives Canada*, gere o portal Archivescanada.ca, a partir de onde é possível navegar por todas as instituições arquivísticas, escolhendo a localização geográfica, área temática ou tipologia documental, utilizando os vários filtros de pesquisa disponíveis. A pesquisa efetuada em Novembro de 2023 permitiu identificar 962 fundos e 122 coleções fotográficas, tranversais a várias instituições arquivísticas (*Archives Canada*, sem data).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa baseia-se numa abordagem qualitativa e investigação e análise documental. A investigação documental é fundamental para realizar revisões de literatura ou estados da arte sobre determinado tema, i.e., obter conhecimento sobre os trabalhos existentes na área, identificar questões cruciais ou lacunas no estado atual do conhecimento, permitindo assentar a investigação em conhecimento científico já produzido (Silva, 2021).

Nesse sentido, fez-se uma revisão de literatura assente em quatro tarefas principais: exploração da bibliografia de base, recorrendo aos autores de referência e teorias recentes sobre arquivos fotográficos e fundos ou coleções de fotografia; pesquisa exploratória sobre documentação fotográfica em contexto arquivístico através da recolha da literatura científica nacional e internacional, tendo por base uma pesquisa de carácter seletivo para identificar textos em repositórios e bases de dados *online* (*Web of Science* (*Information Science & Library Science*), B-on (Biblioteca do Conhecimento *Online*) e OASIS (Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto) sendo que os termos utilizados para delimitar as pesquisas, por títulos e assuntos, foram “fotograf*”, “document*+fotograf*” e “ fotograf*+arquivo”, nos idiomas de português, inglês e espanhol, com uma delimitação temporal balizada entre 2003-2022 (20 anos); pesquisa exploratória no portal *Scimago Journal & Country Rank*, nomeadamente a recolha da literatura científica nacional e internacional nas revistas científicas indexadas de acordo com a informação da Scopus, através da seleção de revistas e boletins na

área *Social Sciences/Library and Information Sciences* (2017-2022), em revistas com acesso aberto do primeiro ao quarto quartis, para identificar textos e autores relacionados com a temática a investigar, e análise das referências bibliográficas citadas pelos autores no sentido de identificar literatura científica e outras referências uteis à investigação. Estas pesquisas foram efetuadas entre Maio e Novembro de 2023, em português, inglês, espanhol e francês, tendo sido regularmente atualizadas através da subscrição do serviço de alerta das diferentes bases de dados.

Constituído o *corpus*, i.e., o conjunto de documentos a ter em conta para serem submetidos ao processo analítico, foram tidas em conta a regra da exaustividade, a regra da homogeneidade (para se conseguir obter resultados globais ou comparar entre si resultados individuais) e a regra da pertinência (os documentos correspondem ao objetivo que motivou a análise). O processo analítico assentou no método de análise de conteúdo, bem como na análise documental resultante da pesquisa bibliográfica (Bardin, 2009).

Análise e Discussão dos Resultados

Através da análise dos trabalhos de recenseamento, levantamento e registo a nível internacional descritos no referencial teórico, é-nos permitido inferir resultados, ainda que parciais, do panorama do conhecimento de instituições detentoras de documentação fotográfica a nível internacional.

Embora não seja possível determinar com precisão quantos e qual o volume exato de fundos e coleções existentes, foram identificadas instituições com documentação fotográfica em 42 países, nomeadamente, Albânia, Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Finlândia, Geórgia, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Letónia, Lichtenstein, Noruega, Polónia, República Checa, Roménia, Suécia e Suíça (Klijn & Lusenet, 2000), Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai (Donato & Lopez, 2022), Brasil (Donato & Lopez, 2022; López & Madio, 2014), Canadá (*Archives Canada*, sem data), Cuba, Hungria, Japão, Líbano, Luxemburgo e Rússia (Lázaro, 2012), Espanha (Heredia Herrera, 2016; Klijn & Lusenet, 2000; Lázaro, 2012; Salvador Benítez, 2017; Sánchez Vigil et al., 2023), Estados Unidos da América (Lázaro, 2012; *Library of Congress*, sem data), França (Heredia Herrera, 2016; Klijn & Lusenet, 2000), Itália (*Censimento Fotografia Itália*, sem data; Klijn & Lusenet, 2000), México (Donato & Lopez, 2022; Gonzaléz Reyes et al., 2001; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011), Portugal (Cunha, 2024; Klijn & Lusenet, 2000) e Reino Unido (Klijn & Lusenet, 2000; Pereira, 2018).

A preocupação com a preservação de documentos fotográficos remonta à primeira metade década de 1940 do século XX, com a publicação, em 1949, do primeiro reportório de coleções fotográficas de França, sendo uma constante a partir da década de 1980 até aos dias de hoje, com maior ou menor atividade consoante o país. Esta preocupação traduz-se nas iniciativas levadas a cabo em cada país, sendo disso exemplo o sem número de catálogos de exposições, monografias, trabalhos académicos e científicos, congressos internacionais e exposições, fixas ou itinerantes.

As instituições identificadas são de âmbito local, nacional e internacional, públicas e privadas, entre arquivos (alguns exclusivamente fotográficos), bibliotecas, museus, centros de investigação e documentação, sociedades de fotografia, centros culturais, cinematecas e universidades, entre outras.

Os relatórios e pareceres decorrentes dos diversos inquéritos e recenseamento efetuados permitem apreender que os problemas relacionados com a manutenção, conservação e tratamento arquivístico deste tipo de documentação são transversais aos países e instituições detentoras, salientando, entre outros, a dificuldade em identificar as instituições que detêm documentação fotográfica, sobretudo quando esta não se encontra tratada ou está anexa a outra documentação (Heredia Herrera, 2016); a falta de pessoal técnico especializado em conservação de fotografia e, quando existente, concentrado em poucas instituições, normalmente nas de maiores recursos (Boadas i Raset, 2021; Klijn & Lusenet, 2000; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011); a inexistência de políticas locais, nacionais e internacionais de preservação e de

coordenação de atividades (Boadas i Raset, 2021; Klijn & Lusenet, 2000; López & Madio, 2014; Salvador Benítez, 2014); a inexistência de modelos específicos para descrição de fotografia, utilizando-se os mesmos modelos que para outros materiais ou normas elaboradas por cada uma das instituições (em arquivos, bibliotecas e museus), com termos demasiado técnicos e muitas vezes pouco acessíveis ao utilizador comum (Donato & Lopez, 2022; Foix Navarro & Alonso Fernández, 2014; Klijn & Lusenet, 2000; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011; Salvador Benítez, 2017); a preocupação com o armazenamento e controle ambiental na maioria das instituições (Klijn & Lusenet, 2000); a digitalização entendida como meio de proteção dos originais, sem grande preocupação com a preservação digital (Klijn & Lusenet, 2000) e número diminuto de documentos tratados e disponíveis *online*, em função da totalidade de cada instituição, prejudicando a sua difusão e conhecimento (Donato & Lopez, 2022; Foix Navarro & Alonso Fernández, 2014; Ramos Fandiño & Gutiérrez Chinas, 2011).

Daqui resulta, segundo os autores dos documentos analisados, a necessidade de estabelecer orientações para a intervenção em documentos fotográficos, a promoção de atividades e recursos formativos, a criação de ferramentas de gestão que possam ser aplicadas diretamente aos arquivos com fotografia (Boadas i Raset, 2021; Klijn & Lusenet, 2000); o estabelecimento de regras para a normalização do tratamento e acesso à informação, nomeadamente no que respeita ao acesso e uso da informação de acordo com as normas de transparência e liberdade de informação (Pereira, 2018); a pertinência da criação de bases de dados a nível nacional, contribuindo para a criação de modelos e uniformização da organização, descrição e acesso à documentação (López & Madio, 2014) e a necessidade de medir o impacto da modernização tecnológica, nomeadamente quanto a políticas de digitalização e disponibilização *online* dos documentos fotográficos (Ángeles Jiménez, 2014).

Considerações Finais

As instituições visadas nos diferentes documentos consultados guardam, no seu conjunto, mais de 120 milhões de fotografias. Importa, antes de mais, salientar que as categorias de instituições de memória diferem de país para país e que ao analisar informações de países de dimensões substancialmente diferentes, as conclusões terão de ser, necessariamente, adequadas a cada realidade. Para além da dimensão, contribuem para esta disparidade razões de ordem financeira e cultural, dependentes de políticas individuais e maior ou menor orientação para a preservação do património arquivístico (não exclusivamente fotográfico). Certamente que os exemplos não se esgotam nos agora apresentados e é possível que alguns se encontrem desatualizados, mas esta pesquisa bibliográfica identificou levantamentos e recenseamentos a nível internacional que nos permitem compreender as características que os aproximam e os distanciam.

É visível a preocupação e o alerta para a necessidade de trabalhar a questão da documentação fotográfica em várias vertentes, desde logo ao nível de políticas nacionais e internacionais de preservação de coleções e fundos fotográficos, bem como a necessidade de quantificar, inventariar e analisar este património para que seja devidamente protegido.

Se a digitalização e divulgação online facilitam a consulta, relembramos Sánchez Vigil et al. (2023) quando afirmam que nem todo o património é digital e nem tudo pode ser digitalizado, o que significa que milhares de espécies permanecem invisíveis e inacessíveis. Estes levantamentos tornam-se, assim, essenciais para um conhecimento mais objetivo da realidade individual e coletiva.

A originalidade deste trabalho reside no fato de abordar o “estado da arte” e apresentar uma panorâmica internacional da produção científica na área. Este estudo insere-se numa investigação de doutoramento em Ciência da Informação, cujo objetivo geral é conhecer a realidade da documentação fotográfica existente nos arquivos municipais portugueses, sendo, por isso, fundamental conhecer casos internacionais que concorram aos mesmos objetivos. Este é um trabalho em permanente atualização, dadas as características da documentação analisada e das constantes inovações técnicas com ela relacionada.

Referências

Agustín Lacruz, M. del C., & Torregrosa Carmona, J.-F. (2019). *Formas de mirar. Usos informativos y documentales de la fotografia*. Ediciones Trea.

Ángeles Jiménez, P. (2014). Un panorama de los archivos fotográficos em México. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografia.*, 113–122.

Archives Canada. (sem data). Obtido 25 de novembro de 2023, de https://archivescanada.ca/

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (4.ª ed.). Edições 70.

Boadas i Raset, J. (2021). *Diccionario Boadas para la gestión de archivos*. Ediciones Trea.

Castro, B. G. de. (2014). Arquivos fotográficos em Portugal: Estado da arte. Em *Del Artefacto Mágico al Píxel. Estudios de Fotografía—XXIII Jornadas FADOC. I congresso internacional de documentación fotográfica* (pp. 71–92). Facultad de Ciências de la Comunicación de la UCM.

Censimento Fotografia Itália. (sem data). www.censimento.fotografia.italia.it. http://www.censimento.fotografia.italia.it/

Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica. (sem data). Obtido 4 de novembro de 2023, de http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm

Centro de Información Documental de Archivos. (2014). *Censo-guía de archivos de España e Iberoamérica. Informe sobre fondos fotográficos* (Anexo 5.2; pp. 130–164). Ministerio de Educación, Cultura y Deporte/ Secretaria de Estado de Cultura.

Cunha, S. S. (2024). A documentação fotográfica em instituições de memória municipais: O caso dos arquivos municipais portugueses—Uma revisão de literatura. *Diálogos na Ciência da Informação: Atas do XIV Encontro EDICIC*, 367–377.

Dias, M. I. C. D. (2012). *Diagnóstico ao estado dos arquivos fotográficos em Portugal: A importância da fotografia nos Centros Especializados de Arquivo* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal]. http://hdl.handle.net/10362/10247

Digital Photography Collections. (2016, agosto 15). National Archives. https://www.archives.gov/research/alic/reference/photography

Donato, J. A., & Lopez, A. P. A. (2022). Bibliofoto: Repertório bibliográfico latino-americano sobre documentos fotográficos em arquivos: Estudos e procedimentos. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, *35*(1), Artigo 1. https://doi.org/10.14195/2182-7974_35_1_4

Foix Navarro, L. F., & Alonso Fernández, J. A. (2014). Los servicios al usuario en los archivos fotográficos patrimoniales de Cataluña. *Métodos de información*, *5*(9), Artigo 9. https://doi.org/10.5557/IIMEI5-N9-239262

Gonzaléz Reyes, G., Centro de la Imagen (Mexico), & Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (Mexico) (Eds.). (2001). *Directorio de archivos, fototecas y centros especializados en fotografía*. CONACULTA.

Guimarães, P. E., & Paz, L. (2014). Os arquivos das casas-museu em Portugal: Um diagnóstico preliminar. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, *1*, 79–101.

Heredia Herrera, A. (2016). A fotografia e os arquivos. *Revista Photo & Documento*, *0*(2), Artigo 2.

Klijn, E., & Lusenet, Y. de. (2000). *In the picture: Preservation and digitisation of European photographic collections*. European Commission on Preservation and Access.

Lázaro, F. J. (2012). Directorio electrónico de instituciones con fondos fotográficos digitalizados. *Artigrama: Revista del Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza*, *27*, 333–357.

Library of Congress. (sem data). [Web page]. Library of Congress, Washington, D.C. 20540 USA. Obtido 6 de novembro de 2022, de https://www.loc.gov/

López, A. P. A., & Madio, T. C. de C. (2014). Colecciones y fondos fotográficos de

Brasil: Un pequeño mosaico. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografia.*, 39–54.

Miranda, M. F. M. da S. C. de. (2022). *Archivo fotográfico de las cámaras municipales en Portugal: La fotografía como información y como documento* (p. 1) [Universidad de Extremadura]. https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=307945

Pereira, Z. M. C. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: Identificação e valorização* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. http://hdl.handle.net/10174/23260

Photographic and Audiovisual Archives Working Group—PAAG. (sem data). ICA. Obtido 4 de junho de 2023, de https://www.ica.org/en/about-photographic-and-audiovisual-archives-working-group

Ramos Fandiño, G. P., & Gutiérrez Chinas, A. (2011). Organización de fondos fotográficos en México. *Documentación de las Ciencias de la Información*, *34*, 101–117. https://doi.org/10.5209/rev_DCIN.2011.v34.36448

Salvador Benítez, A. (2005). Los archivos y el patrimonio fotografico: Estrategias de gestión y difusión cultural. Em P. Amador Carretero, J. Robledano Arillo, & M. R. Ruiz Franco (Eds.), *Terceras Jornadas Imagen, Cultura y Tecnología* (pp. 47–58). Universidade Carlos III, Editorial Archiviana.

Salvador Benítez, A. (2014). De la gestión del patrimonio fotográfico en las instituiciones. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografia.*, 319–328.

Salvador Benítez, A. (2017). La difusión del patrimonio fotográfico. Logros y retos del Censo-Guía de Archivos de Espanã e Iberoamérica. Em *La red de archivos estatales españoles: Retrospectiva en el tiempo y propuestas de futuro* (pp. 215–241). Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas.

Sánchez Vigil, J. M. (2014). Documentación fotográfica.Visión Internacional. *Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografia.*, 27–37.

Sánchez Vigil, J. M., Salvador Benítez, A., & Olivera Zaldua, M. (2023). *Colecciones y fondos fotográficos*. Ediciones Trea.

Silva, C. G. da. (2021). Investigação Documental. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques, *Manual de Investigação Qualitativa: Conceção, Análise e Aplicações* (pp. 103–123). PACTOR.

The National Archives. (sem data). [Text]. The National Archives; The National Archives. Obtido 25 de novembro de 2023, de https://www.nationalarchives.gov.uk/

NOTAS

[i] Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através do programa de bolsas de investigação para doutoramento (referência 2024. 03574.BD)

Aspectos éticos da gestão do conhecimento no contexto da Ciência da Informação e da Biblioteconomia

Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra, Universidade Federal do Ceará, orcid.org/0000-0003-2510-911X, Brasil, *aureamag@ufc.br*

Virgínia Bentes Pinto, Universidade Federal do Ceará, orcid.org/0000-0003-1283-8292, Brasil, *vbentes@ufc.br*

Joeliton Pereira dos Santos, Universidade Federal do Ceará, orcid.org/0009-0003-3962-6836, Brasil, *pereirajoeds@gmail.com*

Luiz Allan Silvestre de Oliveira, Universidade Federal do Ceará, orcid.org/0000-0002-5381-9031, Brasil, l.allansilvestre@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6679

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

No mundo contemporâneo, a informação e o conhecimento passam a ter valor inestimável nas mais variadas atividades humanas em sociedade. Barreto (1994, p. 1) nos lembra que "a informação sintoniza o mundo" ou seja, ela situa o homem dentro de uma dinâmica cognitiva construída ao longo de séculos de reflexões, criação de ferramentas, inovações científicas e desenvolvimento de novas tecnologias. Já o conhecimento figura como

> [...] uma abstração interior, pessoal, de alguma coisa que foi experimentada por alguém. [...] não pode ser descrito inteiramente – de outro modo seria apenas dado ou informação [...] não depende apenas de uma interpretação pessoal, [...] requer uma vivência do objeto do conhecimento. [...] Associamos informação à semântica. Conhecimento está associado com a pragmática (Setzer, 1999, p. 3).

Nesse contexto, principalmente na última metade do século XX e nestes 25 anos do século XXI, marcados pela chamada sociedade da informação, em que se percebe o avanço intensificado das Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação (TDIC's) essas tecnologias funcionam, como uma espécie de arbovirose e se prolifera em todas as sociedades, por meio da Internet e da *World Wide Web* (WWW), favorecendo o acesso ilimitado a fontes de conhecimento, não importa onde estejamos. As TDIC's também adentram às áreas de conhecimentos, sejam científicos, tecnológicos, populares ou teológicos. Justamente pela sua característica ubíqua, igualmente se infiltram nas atividades de todos os domínios e, naturalmente, na gestão do conhecimento (GC), independentemente se na área de Gestão, de *Ciência da Informação* ou na *Biblioteconomia*.

Nesse ambiente "tdicciano", mais do que nunca a ética deve estar presente – ética da computação e da informática, ética da informação e ética na GC. (Hamet & Michel, 2018, p. 3). Ademais, o conhecimento e sua gestão são considerados como fenômenos contemporâneos complexos, tendo sido alvo de uma proliferação de interesses e de estudos das áreas da *Ciência da Informação* e da *Biblioteconomia* entre outras, devido à globalização promovida desde o início do século XXI.

O cenário, marcado pela hipertrofia de dados e de informações que se propagam vertiginosamente de maneira exponencial, urge a necessidade de mecanismos que filtrem, organizem e deem sentido a esse enorme volume. Um desafio para indivíduos e organizações, que influencia diretamente na tomada de decisões fundamentadas. A GC, portanto, surge como uma estratégia racionalizada, sistêmica e holística na busca de filtrar, estruturar, compartilhar e aplicar conhecimentos relevantes em contextos apropriados.

Destarte, Choo (1997, p.1) afirma que o principal objetivo da GC é otimizar a eficácia organizacional no que diz respeito ao conhecimento e seus resultados, continuamente renovando-os, para que a organização possa agir de forma mais inteligente e aproveitar ao máximo seu conhecimento

Isto posto, questiona-se: que aspectos éticos estão sendo levados em consideração na literatura científica da GC, no âmbito da *Ciência da Informação* e da *Biblioteconomia*?

Com base nesse questionamento estruturamos nosso objetivo: identificar, na literatura científica concernente a *Ciência da Informação* e a *Biblioteconomia*, a presença de reflexões sobre os aspectos éticos da gestão do conhecimento.

Esperamos que essa pesquisa possa trazer contribuições para as áreas aqui envolvidas, bem como despertar interesses para estudos dessa natureza.

Referencial Teórico

Considerações sobre ética

Do ponto de vista epistémico, a palavra ética tem origem no grego *ethos* com sentido costume, hábito ou caráter. Com Aristóteles, 384 a.C a 322 a.C. a ética evolui na área de filosofia, em uma de ideia de virtude (areté) e da felicidade (eudaimonia), evidenciando a ideia de "bem agir".

A ética é uma característica intrínseca de toda reprodução social humana, sendo elemento fundamental na manutenção da vida em sociedade. Ela se manifesta no mundo como uma forma de conduta — um modo de proceder bem, sem perder de vista os ideais de virtude que constituem os princípios do pacto civilizatório. Ter uma 'consciência moral' alinhada a um agir sem prejudicar os demais e em conformidade com os valores morais de uma determinada cultura.

> La ética deontológica entiende la corrección de la norma o mandatos por analogía con la verdad de una proposición asertórica. Con todo, no es lícito asimilar la verdad moral de las proposiciones deónticas a la validez asertórica de las proposiciones enunciativas, como hacen el intuicionismo o la ética de los valores" (Cortina, 1995, p.245).

Por sua vez, Habermas (2000, p. 143) argumenta que

> La ética del discurso no proporciona orientaciones de contenido, sino solamente un procedimiento lleno de presupuestos que deben garantizar la imparcialidad en la formación del juicio. El discurso práctico es un procedimiento no para producción de normas justificadas, sino para la comprobación de la validez de normas postuladas de modo hipotético.

Para além de uma forma de existir ou estar no mundo, a ética é uma temática presente em todos os campos de saberes. Estruturando-se como uma temática dialógica e interdisciplinar, o que permite uma simbiose de métodos e teorias possibilitando uma sofisticação epistemológica plural (Silva, 2022).

Abbagnano (1998, p. 380) considera que a ética está associada a duas concepções:

> a) "A ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem." Diz respeito à essência do ser homem;
>
> b) "A ciência móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta". Seria uma espécie de manual de conduta.

No que diz respeito a Ciência da Informação (CI), em seu paradigma social-epistemológico, definido por Hjørland, em conjunto com Albrechtsen, como dominio "en el cual el estudio de campos cognitivos está en relación directa con comunidades discursivas (discourse communities) es decir com distintos grupos sociales y laborales que constituyen una sociedad moderna" (Capurro, 2010, p.256). Tal entendimento sugere o alinhamento entre produção e uso de informações moldadas a partir de contextos sociais e culturais. Inserida nessa dinâmica, a ética se manifesta como ação norteadora da circulação responsável das informações de forma, inclusiva e

comprometida com o bem-estar comum do coletivo.

Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios das Ciências Sociais Aplicadas, "que tem como objetivo compreender e analisar a sociedade e suas nuances, buscando refletir sobre os desafios enfrentados pela humanidade (...) [desempenhando] um papel imprescindível na compreensão da complexidade da sociedade contemporânea." (Costa, 2023, p. 9).

Considerando este cenário de forma holística, observa-se que a ética não apenas sustenta práticas informacionais comprometidas com a justiça social, como também reforça o papel transformador da CI na articulação entre conhecimento, cultura e responsabilidade coletiva.

Retomando a CI, a área tem em seu âmago "a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação" (Le coadic, 1996, p.26), incorporando, da GC, essencialmente, as práticas de gestão, organização e uso da informação em contextos organizacionais diversos (Silva, 2006). Essa intersecção entre CI e GC, ao lidar com a informação como um recurso estratégico, exige uma atenção especial às implicações éticas do seu uso, sobretudo quando inseridas em dinâmicas organizacionais complexas e multidimensionais.

Além disso, também é *mister* lembrar que na GC, aplicada aos campos da CI, da *Biblioteconomia*, da *Arquivologia* e da *Museologia*, a ética, além do sentido antigo de seu conceito, evidencia um olhar normativo, cada vez mais necessário, pois com os diversos usos das TDIC's, particularmente da Inteligência Artificial (IA), é preciso atenção redobrada nesse tipo de gestão. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU) já chamava atenção para o cuidado com a proteção da vida privada e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1948.

Assim, em um mundo globalizado no qual a GC também está presente, a ética passa a ser observada, tanto do ponto de vista geral como aplicado. A esse respeito, Rosati (2012, p.22) defende que a ética "é uma necessidade social, política […] mais, do que um conjunto de normas, porém, a busca que justifique o uso de tais normas. […]." Ele continua suas reflexões afirmando que

> A tarefa mais importante na reflexão ética é, portanto, definir as condições e o método que nos permitem buscar os princípios que podem dar sentido à escolha de agir de uma forma ou de outra. É a isso que a ética é primariamente chamada a fazer: ela nos leva a investigar as razões que podem justificar ter agido de acordo com um padrão em vez de outro.

As reflexões aqui enunciadas evidenciam a necessidade de que a ética seja considerada na gestão do conhecimento nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, em todos os sistemas econômicos.

Ciência da Informação revisitada

A dogmatização científica pouco a pouco vai abrindo frestas rizomáticas para que outros campos de saberes possam brotar. Isso porque o mundo é dinâmico e, evidencia a necessidade de estarmos sensíveis a novas ideias para que possamos compreender as mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea e que conotam

> As dificuldades de se romper com modelos tradicionais, principalmente no campo científico, que são tatuados pelo pensamento cartesiano, linear, estabelecido até o final do século XIX, quando a chamada 'crise de paradigma' veio desestruturar a solidez de áreas do conhecimento antes intocáveis. Porém, que já não estavam dando conta dos novos conhecimentos que, como ervas daninhas, se esparramava além dos seus limites epistemológicos herméticos, estabelecendo diálogos entre as disciplinas, acontecimento antes inimaginável. (Bentes Pinto, 2007, p. 105.

É pois, nesse contexto que a Ciência da Informação é gestada, embora não com essa designação. Em realidade (CI) foi fecundada e já com o genoma da interdisciplinaridade, na pragmática de Paul Otlet e Henri de La

Fontaine, por meio do “Movimento da Documentação” e que fez surgir o Institut International de Documentation.

> Os objetivos da documentação organizada consistem em poder oferecer, sobre qualquer espécie de fato e de conhecimento, informações documentadas: 1° universais quanto ao seu objeto; 2° corretas e verdadeiras; 3° completas; 4° rápidas; 5° atualizadas; 6° fáceis de obter; 7° reunidas antecipadamente e preparadas para serem comunicadas; 8° colocadas à disposição do maior número possível. (Otlet, 2018, p. 5).

Nesse contexto motivacional, tais estudiosos estruturam a Classificação Decimal Universal (CDU), o Repertório Bibliográfico Universal, o Mundaneum (com objetivo de catalogar toda a produção bibliográfica mundial) e que podemos metaforizar como sendo uma “primeira internet”, porém, sem conexão instantânea. Também estão associados a esse fato a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação de Dois Pontos, de Shiyali Ramamrita Ranganathan.

Como é possível observar, todos esses feitos já evidenciaram que uma nova ciência precisaria ser enunciada, pois, os fatos sobre a produção do conhecimento clamavam por esse campo. Pois, a informação estava cada vez mais pervasiva e rizomática, e, portanto, surgem preocupações concernentes ao entendimento sobre tal conceito.

Já em 1996, Le Coadic trazia uma reflexão sobre o conceito de informação, asseverando que “a informação é o sangue da ciência". Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e o conhecimento não existiria.”

Tanto é que, em 1953, J.L Farradane cunha o termo Ciência da Informação. Farradane (1974, p. 4), evidencia uma concepção de que a informação deve ser entendida como algo físico: “qualquer forma física de representação, ou substituto, de conhecimento, ou de um pensamento particular, usada para comunicação”. Assim, trazendo a CI para uma discussão de como "ciência experimental".

Entretanto, efetivamente o conceito de Ciência da Informação é construído em 1961 conferência do Georgia Institute of Technology (1961) onde a CI é entendida como a ciência que

> Ciência da Informação é uma ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação e os meios de processamento da informação para otimizar a acessibilidade e a usabilidade. Os processos incluem a organização, a disseminação, a coleta, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação.

Em artigo publicado por Dyson & Farradane (1979, p. 80)

> A ênfase do programa é que o cientista da informação é principalmente um cientista e obterá, organizará e disseminará informações do ponto de vista de alguém tão versado quanto possível no conhecimento dos assuntos tratados.

Porém, não necessariamente em um perspectiva científica estruturada o que foi somente constituído nas discussões do

> Ciência da Informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, para uma acessibilidade e usabilidade ótima. Ela está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a investigação da representação da informação em ambos os sistemas, naturais e artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, e o estudo do processamento de

> informações e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação (Borko, 1968, p. 3).

Otten & Debons (1970, p.) analisam os conceitos de Ciência da Informação entendem que ela poderia ser considerada como uma metaciência ou informatologia, pois "o estudo dos princípios fundamentais subjacentes à estrutura e ao uso da informação". Eles continuam a sua defesa afirmando que:

> 1. Há a necessidade de fornecer uma base comum sobre a qual todas as ciências e tecnologias especializadas orientadas à informação possam ser compreendidas e estudadas
>
> 2. Uma estrutura e uma linguagem comuns devem ser estabelecidas para servir aos tecnólogos preocupados com a informação
>
> 3. Há a necessidade de construir pontes entre as teorias abstratas que tentam explicações teóricas dos fenômenos da informação, de um lado, e entre as teorias predominantemente empíricas que descrevem a relação do homem com os fenômenos da informação, de outro lado.

Observando esses aspectos, Nicolae Dragulanescu (2005, p. 6-7) como as pesquisas estão analisando a CI no âmbito das TDIC's. Para esse autor as temáticas são:

> a) Necessidades, circulação e uso da informação, relações homem-máquina e outros do gênero;
>
> b) Estrutura sígnica dos dados, sua operação no contexto da comunicação e das linguagens(naturais, controladas e artificiais);
>
> c)Técnicas de documentação levando em consideração a indexação, os , sistemas de classificação, documentos, "processamento auxiliado por computador (parcial ou integralmente, dessas tarefa";
>
> d) Pesquisas e avaliações de operações pautadas contemplando "informações, em todos os níveis (por meio de medições qualitativas e quantitativas de desempenho, bem como de simulações)";
>
> e)Reconhecimento de caracteres alfanuméricos de "voz, processamento de sons, análise, reconhecimento e processamento de imagens, inteligência artificial, sistemas autoadaptativos";
>
> f) "Aspectos econômicos, jurídicos e sociais da informação" inclusive observando as questões de propriedade intelectual e "segurança dos sistemas de informação, impactos econômicos e sociais, ergonomia dos sistemas, etc.";
>
> g) "Educação, formação e métodos de ensino, profissões da informação (gênese, evolução, limites, etc.)"

Ademais essas reflexões o autor ainda trouxe uma relação dos cruzamentos dessas áreas com as tipologias de informação requeridas, conforme a seguir:

a)Geração de Informação: se efetiva em todas as áreas

b) Comunicação da Informação: também se efetiva em todas as áreas;

c) Estocagem de informação: se efetiva somente no contexto da representação, organização e acesso a informação (c), nos contextos dos "Aspectos econômicos, jurídicos e sociais da informação" (f) e na categoria de educação (g)

Nos anos oitenta, Brookes (1981, p.4) defende ainda que

> um papel muito importante para a ciência da informação, um papel ainda não reivindicado por nenhuma outra disciplina e que é uma extensão lógica e natural dos interesses e atividades daqueles que atualmente afirmam ser cientistas da informação.

É interessante observar que, ainda no século XXI, percebe-se que tal reflexão ainda está presente, pois se fizermos um levantamento nas temáticas de estudos da CI, em sua primeira definição originária das discussões do. Ainda nessa esteira, Gilchrist (1979, p. 2 argumenta que

> uma profissão, e possivelmente uma ciência ou disciplina, está sendo cada vez mais reconhecida..." e, mais definitivamente, "Se existe uma disciplina como a ciência da informação (e acreditamos que

> exista), então é hora de estabelecer um consenso internacional quanto às suas definições e à área em que ela deve ser aplicada com sucesso.

Para Alvarelli (2014, p. 47), o paradigma da complexidade é uma das emergências na sociedade atual para que o homem passe a ser visto como complexo e integral. Esse novo pensamento implica na renúncia ao determinismo, ao reducionismo e à linearidade imposta pelo tradicional”

> information science .. may never evolve into a body of knowledge and methodology distinguishable from other sciences [it] will be concerned with the integration of the contributions of other sciences, much as ecologists are today [there is] evidence that information science will remain only an integrating science, never a basic one”. [I have to say I do not understand the “only” in the last sentence. It seems an unnecessary self-belittling expression.

Alguns olhares sobre Gestão do Conhecimento

Se bem pensarmos, mesmo que não seja prática a ser percebida nas organizações que, pouco a pouco, começam a se voltar para as pessoas como capital, haja vista que, efetivamente, são elas que, em suas ações, registram ou tatuam seus conhecimentos, mesmo que não os enunciem. Entendemos que tal dinâmica se constitui em gestão do conhecimento.

No entendimento de Liebowitz e Paliszkiewicz (2019) a definição clássica de Borko (1968) de "ciência da informação", “provavelmente não aprimorada até hoje, é tão inclusiva que não há nenhuma parte funcional da GC que não esteja incluída nela.”

Koenig (1992) e Srikantaiah & Koenig (2000) apontou que a GC surgiu em três estágios claros. O primeiro estágio envolveu a implantação da tecnologia e a configuração das intranets. O segundo estágio envolveu a valorização dos aspectos do fator humano da GC – o reconhecimento de que é inútil configurar os sistemas, por mais capazes e elegantes que sejam, se as pessoas não os utilizam. A frase característica do estágio 2 foi "comunidades de prática". O estágio 3 tratou de conteúdo e descrição do conteúdo. De nada adianta colocar as pessoas no sistema se elas não conseguem encontrar o que desejam ou precisam. O estágio 3 foi o estágio da organização do conhecimento; a frase característica foi "gerenciamento de conteúdo". Foi somente na fase 3, aproximadamente no final da década de 1990, que o que poderia ser chamado de comunidade tradicional de GC orientada por TI percebeu que o que eles chamavam de taxonomias,

Um termo emprestado das ciências naturais, era fundamentalmente o mesmo que a comunidade de Ciência da Informação vinha desenvolvendo há anos como estruturas sindéticas e esquemas de classificação de conhecimento. O fato de essa percepção ter ocorrido um tanto tarde no desenvolvimento de aplicações de GC continua a obscurecer o fato de que a GC é logicamente uma extensão do LIS, e não um domínio separado.”

O termo “gestão do conhecimento" foi cunhado por Wiig em 1986 No final dos anos oitenta, a gestão do conhecimento continua em foco e Broadbent (1997 , pp. 8-9) a defende como sendo,

> is understanding the organization ’s information flows and implementing organizational learning practices which make explicit key aspects of its knowledge base. It is about enhancing the use of organizational knowledge through sound practices of information management and organizational learning.

Helmut Willke (2002) argumenta que “a gestão do conhecimento requer dois pilares: o lado humano e o lado organizacional. Concernente ao lado do humano “ refere-se ao nível de competência, treinamento e capacidade de aprendizagem de toda a organização, dos seus membros; no que diz respeito à organização como um sistema, refere-se à criação, utilização e desenvolvimento da inteligência coletiva e da "mente coletiva". Ainda nesse entendimento, “requer que o conhecimento pessoal e sistêmico interajam em ciclos de conhecimento, e que o recurso do

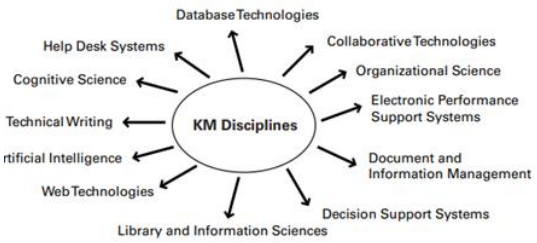
conhecimento se torne um fator produtivo crítico da organização inteligente, também por meio da capacidade de aprendizagem da organização."

Assim, a pesquisa em questão, está associada à segunda concepção e tem como objetivo: analisar, na literatura científica dos campos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, as reflexões sobre ética na gestão do conhecimento.

Na compreensão de Dalkir (2005, p. 2) "Knowledge management represents a deliberate and systematic approach to ensure the full utilization of the organization's knowledge base, coupled with the potential of individual skills, competencies, thoughts, innovations, and ideas to create a more efficient and effective organization". Ele argumenta, ainda, que a Gestão do conhecimento é interdisciplinar com vários campos saberes, como a "*Ciência da informação* e *Biblioteconomia*."

Ainda na compreensão da GC como um domínio interdisciplinar, Desouza & Paquette (2011, p. 36) afirmam que ela tanto pode contemplar conhecimentos práticos como teóricos, e cita entre outros a filosofia, a política, a Ciência da Informação e os sistemas de informação. Na mesma linha, Dalkir (2011, p. 25) aponta as diversas áreas do conhecimento em que a GC é interdisciplinar (imagem-1)

Imagem 1: Interdisciplinaridade da GC



Fonte: Dalkir (2011, p. 25).

Ao mesmo tempo, o autor também, chama a atenção para o fato de que embora haja essa riqueza interdisciplinar na GC, pode também despertar outras compreensões pois

"Os céticos argumentam que a GC não é e não pode ser considerada uma disciplina separada com um corpo único de conhecimento para se basear. Essa atitude é tipicamente representada por afirmações como "KM é apenas IM" ou "KM não faz sentido — são apenas boas práticas de negócios". (Dalkir 2011, p. 26)

Torna-se muito importante ser capaz de listar e descrever quais atributos são necessários e, por si só, suficientes para constituir a gestão do conhecimento, tanto como uma disciplina quanto como um campo de prática que pode ser distinguido dos demais.

Nesse ínterim, Evans, Dalkir & Bidian (2015, p. 21 grifo nosso) diz também que "Um dos principais atributos da GC está relacionado ao fato de que ela lida com conhecimento e também com informação". A GC "resultou no surgimento de novos papéis e responsabilidades, e muitos deles podem se beneficiar de uma base sólida baseada não apenas em tecnologia da informação (TI), mas também em ciência da informação". Para o autor, "Os profissionais da informação, [...] são os candidatos ideais para capturar e desenvolver taxonomias de conhecimento, pois isso está dentro do escopo dos conjuntos de habilidades da *Biblioteconomia* e *Ciência da informação*." Considera-se neste raciocínio que tais conjuntos de habilidades estão ambientados dentro dos princípios éticos da conduta humana.

Davenport, (1992), que é do campo da GC, também, faz reflexões interessante sobre Ciência da Informação, particularmente contemplando "a representação física de conhecimento"[...] e traz o conceito de "ecologia da informação" para descrever as estruturas e regras que moldam a comunicação nos níveis micro e macro, sempre baseadas no contexto. Para ela existem muitas "ecologias de informação", tantas quanto as perspectivas e é importante que os objetos de estudo sejam estabelecidos em sistemas apropriados. (Davenport,1992, *apud*, Loureiro, 1992, p.80).

Sbarcea (2001, p. 40), ua a metáfora para dizer que

> O conhecimento é transportado, flui, é transferido e assimilado por meio de relações pessoais ao longo do tempo. Ele tem uma vida social ativa, o que significa que o conhecimento está sempre mudando e em fluxo. O conhecimento é imerso em contexto e riqueza.

No discurso do Nonagésimo Congresso Cientifico indiano, ocorrido em 2003 na Índia, o presidente da Índia, Avul Pakir Jainulabdeen Abdul Kalam, reflete sobre o uso eficaz do conhecimento como uma fonte de riqueza em que todos saem ganhando. Eis aí a necessidade da GC,

> Une utilisation efficace des connaissances existantes peut créer une richesse globale pour lesnations et également améliorer la qualité de vie, sous la forme d'une meilleure santé, d'unemeilleure éducation, d'une infrastructure et d'autres indicateurs sociaux. La capacité de créer et demaintenir l'infrastructure du savoir, de former des travailleurs du savoir et d'améliorer leurproductivité par la création, la croissance et l'exploitation de nouvelles connaissances seront lesfacteurs clés pour décider de la prospérité de cette société du savoir." (Abdul Kalam, 2003, p. 7).

Neste sentido, pode-se considerar que esta pesquisa, trará contribuições no que tange à reflexão sobre a ética na GC e seus atores envolvidos, observando-se a sintonia entre os valores e as crenças e as expectativas e exigências da organização em relação a criação de novos conhecimentos.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa descritiva, que busca desvelar as características fenomenológicas do objeto de estudo, bem como as variáveis que o tangenciam (Gil, 2017).

A metodologia adotada foi a revisão integrativa, utilizada para o mapeamento de ocorrências em estudos anteriores. Esse tipo de metodologia foi desenvolvido em 1982 por Cooper. A sua vez, Souza, Silva & Carvalho (2010), "a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado".

Considerando essa abordagem, o levantamento teórico foi realizado no âmbito da Gestão do Conhecimento (GC), da *Ciência da Informação* (CI) e da *Biblioteconomia*, utilizando a ética como tema transversal.

Para o mapeamento dos estudos, foram selecionadas as seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Web of Science e Scopus, por sua abrangência e concentração de publicações relevantes nas áreas de *Biblioteconomia* e *Ciência da Informação*, com foco em artigos de acesso aberto, especialmente da América Latina e publicados em português. A delimitação temporal adotada foi de 2022 a 2024.

A busca foi realizada com base nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos, utilizando a seguinte estratégia de busca com operadores booleanos (AND e OR): "gestão do conhecimento" OR "knowledge management" AND "ética organizacional" OR "organizational ethics" OR "ética profissional" OR "professional ethics" OR "ética na informação" OR "information and ethics" OR "ética na gestão do conhecimento" OR "ethics in knowledge management" OR "gestão ética da informação" OR "ethical information management".

Cooper (1984) estabelece que a revisão integrativa ocorre em 5 etapas: (1) formulação do problema, (2),coleta de dados ou busca bibliográfica, (3) avaliação dos dados, (4) análise dos dados e interpretação e apresentação dos resultados.

O primeiro passo foi a formulação de nosso problema de pesquisa, estabelecida na introdução deste artigo, qual seja que aspectos éticos estão sendo levados em consideração na literatura científica da GC, no âmbito da *Ciência da Informação* e da *Biblioteconomia*?

Na segunda etapa, que se refere à coleta de dados ou busca bibliográfica. Definimos os descritores, essenciais para a elaboração da estratégia de busca. Para isso, utilizou-se o vocabulário do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o

Glossário de termos técnicos em *Ciências da Informação*, como apoio na padronização dos termos.

Com os descritores definidos, a estratégia de busca foi aplicada nas bases mencionadas. A seguir, foram aplicados os seguintes filtros de seleção: (i) publicações no período de 2022 a 2024; (ii) artigos publicados em periódicos (excluindo-se outros tipos de documentos); (iii) somente artigos de acesso aberto (Open Access); e (iv) publicações específicas das áreas de *Biblioteconomia*, *Ciência da Informação* e Gestão do Conhecimento, priorizando revistas especializadas nesses campos.

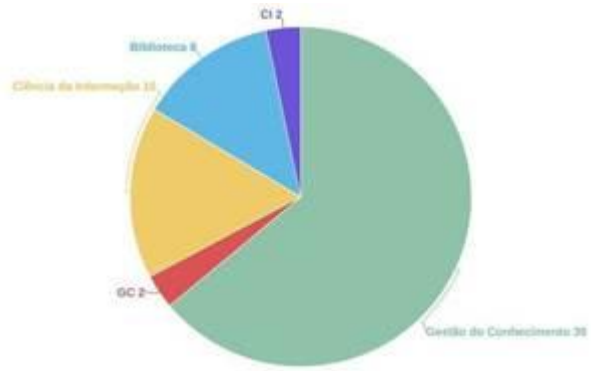
Após a obtenção dos resultados com a aplicação da estratégia de busca nas bases de dados selecionadas, foi elaborada uma planilha no Excel com o objetivo de organizar e sistematizar os dados encontrados. Nessa planilha, foram inseridas informações pertinentes como os títulos dos artigos, resumos/abstracts, ano de publicação e links de acesso, com a finalidade de facilitar consultas futuras e garantir o rastreamento das fontes. Em seguida, com base nos critérios de inclusão previamente estabelecidos, os artigos foram selecionados e submetidos à leitura exploratória e analítica, com o intuito de identificar as principais temáticas abordadas e compreender os enfoques dados à ética na gestão do conhecimento nas diferentes publicações.

Na terceira fase procedemos à avaliação dos dados recuperados de modo que fosse possível seguir para quarta fase, ou seja a análise dos dados e interpretação e apresentação dos resultados. Que se encontram na seção 4.

Resultados e Discussões

Nos resultados parciais foram encontrados na Scielo 52 artigos, porém após a análise pautada na estratégia estabelecida na pesquisa resultaram 9 artigos. De posse dos resultados passamos a conferir a incidência dos termos GC, Ética, *Ciência da Informação* e *Biblioteconomia*, por título, resumos e palavras-chave. No entanto, concernente à ética na GC, não foi encontrada qualquer menção. No entanto, foram identificados os termos Bibliotecas, *Biblioteconomia*, Gestão do Conhecimento e GC, Ciência da Informação e CI. Vejam-se a Figura 1.

Figura 1: Gestão do Conhecimento e Ética na Ciência da Informação e do Conhecimento

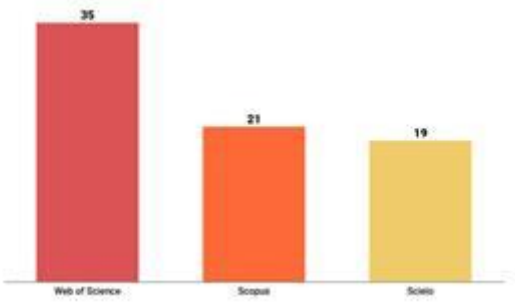


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A representação evidenciada na figura 1 nos indica que a temática de GC na base de dados analisada Scielo que destacamos o contexto da Ciência da Informação e da *Biblioteconomia* já vem se consolidando nestes dois campos de conhecimentos indicando uma tendência de estudos. Surpreende-nos que a GC associada a ética ainda não se concretizou mesmo sendo uma exigência apontada pela literatura em razão das TDICs.

Após esses resultados, estruturamos novas buscas nas bases de dados: Scielo, Scopus e Web of Science. Na figura 2 apresentamos os resultados.

Figura 2: Resultado Total das Bases de Dados



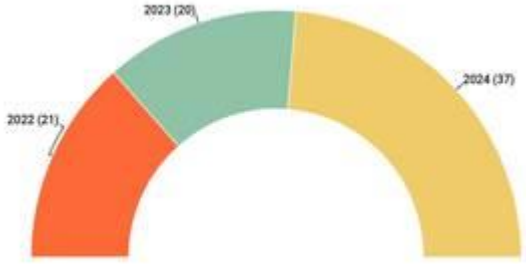
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme é possível observar o destaque dos resultados estão mais evidentes na Web of Science, talvez em razão de sua cobertura que abrange as áreas de Ciências, Ciências Sociais, Artes e Humanidades. Ressaltamos que embora, essa base tenha surgido em 1974, indexa fontes bibliográficas desde 1900 se mostrando uma base de dados com bastante notoriedade no campo científico.

A Scopus, lançada em 2004, é uma base de dados de abrangência multidisciplinar com ampla cobertura nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades, ressaltando assim relevância à produção e disseminação do conhecimento. A SciELO (Scientific Electronic Library Online) teve seu início em ainda na década de 1990, com cobertura multidisciplinar e o intuito de tornar a pesquisa em países latinos, principalmente o Brasil mais visíveis internacionalmente.

Portanto, observa-se que as três bases de dados selecionadas possuem ampla cobertura em diversas áreas temáticas e se destacam por sua natureza multidisciplinar. Da mesma forma, a Gestão do Conhecimento (GC), embora tenha raízes na Ciência da Informação, também está presente no corpo teórico de outras áreas do conhecimento.

Figura 3: Resultado por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação às publicações por ano dentro do recorte temporal adotado nesta pesquisa (2022–2024), observa-se que o ano de 2024 se destacou com 37 publicações, superando significativamente os anos anteriores, como 2022 (21 publicações) e 2023 (20 publicações). Esse resultado indica um aumento recente no interesse pelo tema nas bases de dados analisadas, possivelmente refletindo uma tendência emergente ou uma intensificação das discussões acadêmicas na área.

Quadro 1: Frequência de termos-chave nas bases

Scopus				
	Ética	**GC**	**CI**	**Bibliotecas**
Título	**1**	**0**	**0**	**1**
Resumo	**2**	**0**	**0**	**0**
Palavras-chave	**1**	**0**	**0**	**1**
Web of Science				
Título	**6**	**1**	**0**	**1**
Resumo	**1**	**3**	**0**	**3**
Palavras-chave	**26**	**0**	**0**	**3**

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Desse modo, observando-se no quadro 1, que o maior destaque, dentro dos artigos analisados na Scopus e Web of Science, foi em ‘’ética’’ na web of science que apresentou 26 resultados nas palavras-chave e 6 nos títulos dos artigos recuperados.

Por outro lado, ‘’Bibliotecas’’ e ‘’GC’’ tiveram uma repetição de destaque nos resumos e palavras-chave. Além disso, ‘’CI’’ não apresentou resposta em relação aos demais termos pesquisados nos artigos recuperados nas bases de dados selecionadas.

No que diz respeito a ‘’gestão ética’’ apareceu uma vez nas palavras-chave em um artigo localizado na Scopus, porém, na área de administração. Outro ponto de destaque é ‘’ética na informação’’ tanto no resumo como nas palavras-chaves, apareceu duas vezes na Web of Science em artigos de periódicos da área de tecnologia da informação. Esses achados espelham que as discussões evidenciadas, contemplam os mais diversos contextos da informação e áreas do conhecimento.

É notável que, em muitos dos resultados obtidos nesta análise, o termo "ética" não aparecia de forma isolada, mas sim vinculada a outros contextos específicos. Foram identificadas, por exemplo, menções à ética empresarial, à ética na saúde e à ética mercadológica. Essa recorrência indica que, embora o conceito de ética esteja presente nas publicações, sua aplicação está, em grande parte, direcionada a áreas temáticas distintas da gestão do conhecimento, o que evidencia uma lacuna na abordagem direta do conceito nesse campo específico.

Visando espelhar esses achados construímos a nuvem de palavras- Imagem -2

Imagem 2: Nuvem Temática de Palavras-Chave



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A imagem 2, nos permite perceber as palavras-chave relacionadas a temas como ética, gestão do conhecimento e da ciência da informação. A nuvem evidencia a frequência desses termos dentro dos resultados obtidos. Ética aparece em certo destaque, sugerindo que é o conceito central mais recorrente, uma vez que, esse termo surge com uma forte ligação com as demais áreas, não somente a GC e CI. Conhecimento e Gestão também são termos centrais, revelando que a discussão gira em torno da gestão do conhecimento, um campo multidisciplinar que envolve várias áreas do conhecimento.

Dessa forma, é possível observar que, apesar do destaque do termo ''ética'' não aparece diretamente associado ao termo ''gestão do conhecimento''. Embora a ética seja um tema relevante no corpus analisado, ainda há uma certa lacuna na integração entre os princípios éticos e as práticas de gestão do conhecimento.

No que se refere às temáticas pesquisadas nas bases de dados previamente mencionadas, observou-se que a categoria inicial selecionada para as discussões apresentou maior incidência de resultados na base SciELO. O destaque foi para o ano de 2024, período em que foram identificados seis artigos diretamente relacionados às palavras-chave e aos títulos dos trabalhos analisados com foco em "gestão do conhecimento", conforme demonstrado no Quadro 2, anexado ao final deste trabalho.

Os periódicos que concentraram esses resultados foram: Encontros Bibli, Transinformação, Em Questão e Perspectivas em Ciência da Informação. Tais revistas apresentam como foco editorial as áreas de *Ciência da Informação*, *Biblioteconomia* e Gestão do Conhecimento e da Informação, o que justifica, em parte, a presença desses artigos em seus volumes.

Entretanto, apesar de essas publicações contemplarem em seus escopos temáticos as áreas mencionadas, nota-se uma lacuna importante: os estudos que abordam a Gestão do Conhecimento (GC) e a Ciência da Informação (CI), em sua maioria, não são desenvolvidos sob uma abordagem ética explícita. Ou seja, ainda que tratem de aspectos técnicos e metodológicos relevantes, deixam de lado reflexões mais profundas sobre os impactos éticos, sociais e institucionais dessas práticas no contexto informacional.

Por outro lado, Scopus e Web of Science, apresentaram cada uma 1 resultado nos anos de 2023 e 2024, das categorias propostas onde o destaque foi na Revista de Administração de Empresas onde seu escopo editorial é voltado para administração de empresas.

Por outro lado, as bases Scopus e Web of Science apresentaram, cada uma, apenas um resultado relevante nos anos de 2023 e 2024, dentro das categorias analisadas neste estudo conforme as tabelas 3 e 4 em anexo neste trabalho. O destaque nesses casos foi para a Revista de Administração de Empresas, que publicou artigos relacionados à temática da gestão do conhecimento. Essa revista possui um escopo editorial voltado especificamente para a área de Administração, o que demonstra que, embora o tema seja abordado em outras áreas do conhecimento, sua presença ainda é pontual e limitada fora do campo da *Ciência da Informação* e da *Biblioteconomia*.

Essa baixa representatividade em bases internacionais também evidencia a necessidade de ampliar o diálogo interdisciplinar, incorporando discussões sobre gestão do conhecimento em contextos administrativos, informacionais e éticos de maneira mais sistemática.

Os resultados da pesquisa indicam uma escassez de estudos em língua portuguesa voltados à ética na GC, principalmente no domínio da CI. Também se percebe a falta de uma abordagem pragmática que contribua efetivamente para o avanço dos estudos na área dentro do corpus analisado.

Considerações Parciais ou Finais

As conclusões ou considerações finais de um trabalho de pesquisa, sempre exigem o nosso retorno de modo a verificar se o problema inicial foi respondido e se os objetivos foram alcançados. Em realidade, isso é necessário, pois, com tais evidências, tanto é possível a continuidade da pesquisa com outros olhares, ou reiniciá-la em uma nova perspectiva.

Assim, nossa questão de investigação buscava resposta sobre a presença de aspectos éticos na literatura científica da GC, no âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

Na revisão sistemática, contemplando artigos de periódicos de acesso aberto, em língua portuguesa e com cobertura do período de 2022 a 2024. percebemos que essa temática ainda está debutando e nos surpreende muito, haja vista que, desde 1992, já se percebia estudos na direção de GC no contexto da CI, em que citamos como exemplo Davenport (1992). No que diz respeito ao diálogo da ética e GC, eles estão presentes no domínio da gestão, porém, na CI são raros.

Esses fatos, demandam que a CI e a Biblioteconomia, se posicionem o mais rápido possível, no sentido de intensificar estudos e pesquisas contemplando essas temáticas. Ainda nesse ínterim, urge que em suas pragmáticas de atuação as temáticas aqui destacadas sejam contempladas e possam trazer cada vez mais reconhecimento aos profissionais dessas áreas envolvidos na GC e atuando com ética.

Tais evidências, espelham a necessidade de estimular o compartilhamento do conhecimento sem romper os limites da ética do moralmente correto, do eticamente justo. Reflexão pouco encontrada na literatura da *Ciência da Informação* e da *Biblioteconomia*.

Referências

Abbagnano, N. (1998). Dicionário de filosofia. Martins Fontes.

Alvareli, L. V. G. (2015). Formação de Professores e a Complexidade: Diálogo para uma nova compreensão sobre a Função Docente. Ângulo, (136). 2014. https://web.archive.org/web/20180414015331id_/http://publicacoes.fatea.br/index.php/angulo/article/viewFile/1220/954.

Barreto, A. D. A. (1994). A questão da informação. São Paulo em perspectiva, 8(4), 3-8. https://bibliotextos.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/a-questao-da-informac3a7c3a3o.pdf

Bentes Pinto, V. (2007). Interdisciplinaridade da Ciência da Informação: aplicabilidade sobre a representação indexal. Em Pinto, V.B., Cavalcante, L. E. & Neto, C. S (Eds.), Ciência da Informação: abordagens

transdisciplinares gêneses e aplicações (pp.105-142). Edições UFC.

Borko, H. (1968). Information science: what is it?. American documentation, 19(1), 3-5. https://doi.org/10.1002/asi.5090190103

Brookes, B. C. (1981). The foundations of information science. Part IV. Information science: the changing paradigm, Journal of Information Science, 3(1), 3-12. https://doi.org/10.1177/016555158000200302.

Broadbent, M. (1997). The emerging phenomenon of knowledge management. The Australian library journal, 46(1), 6-24.https://doi.org/10.1080/00049670.1997.10755782.

Capurro, R. (2010). Epistemología y ciencia de la información. *ACIMED*, *21*(2), 248-265. https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1690-75152007000100002.

Costa, A. M. M., Alves, D. I., Corrent, N. (Eds.). (2023). Ciências sociais aplicadas: teoria, prática e metodologia. Atena.

Cortina, A. (1995). La educación del hombre y del ciudadano. Revista Iberoamericana de educación, 7, 41-63. https://doi.org/10.35362/rie701199

Choo, C. W. (1997). The knowing organization: How organizations use information to construct meaning, create knowledge and make decisions. *International journal of information management, 16*(5), 329-340 https://doi.org/10.1016/0268-4012(96)00020-5.

Cooper H.M. Synthesizing Research: A Guide for Literature Reviews. (3rd ed.). Thousand Oaks, Calif: Sage Publications; 1984.

Dalkir, K. (2005). Knowledge management in theory and practice. Elsevier. https://unidel.edu.ng/focelibrary/books/knowledge-management-kimiz-dalkir-2005.pdf.

Dalkir, K. (2011). *Knowledge management in theory and practice.* (2nd ed). Cambridge, MA, USA: MIT Press, pp.47. interdisciplinar

Davenport, T. H. (1993). Process innovation: reengineering work through information technology. Harvard business press.

Desouza, K. C. & Paquette, S. (2011). Knowledge Management: an introduction. Facet.

Dyson, G. M., & Farradane, J. E. (1962). Education in information work: the syllabus and present curriculum of the Institute of Information Scientists Ltd. Journal of Chemical Documentation, 2(2), 74-76. https://pubs.acs.org/doi/pdf/10.1021/c160005a009.

Dragulanescu, N. (2005). Information science syllabus and teaching practices within the higher education. https://www.ndragulanescu.ro/publicatii/CP44.pdf

Farradane, J. (1979). The nature of information. *Journal of information science*, *1*(1), 13-17. https://doi.org/10.1177/016555157900100103

Gil, A. C. (2017). Como elaborar projetos de pesquisa (6nd ed.). Atlas.

Gilchrist, A. Editorial, Journal of Information Science, 1(1) (1979) 1-2. https://doi.org/10.1108/eb051071

Hamet, J., & Sylvie, M. (2018). Sciences, techniques et pratiques de gestion. Revue française de gestion. https://doi.org/10.3166/rfg.2018.00221.

Jürgen, H. (2000). La Constelación Postnacional (Ensayos Políticos. Paidós.

Kalam, A. P. J. A. (2003). Ignited minds: Unleashing the power within India. Penguin Books India.

Koening, M. E. D. (1999). Education for Knowledge Management. Information Services and Use, 19(1), 17-31. https://doi.org/10.3233/ISU-1999-19104.

Le Coadic, Y. F. (1996). A ciência da informação. Brinquet Lemos.

Liebowitz, J., & Paliszkiewicz, J. (2019). The next generation of knowledge management: Implications for LIS educators and professionals. Online Journal of Applied Knowledge Management (OJAKM), 7(2), 16-28. https://www.iiakm.org/ojakm/articles/2019/OJAKM_Volume7_2pp16-28.php.

Nicolescu, B. (1999). O manifesto da Transdisciplinaridade. TRIOM.

Norte, M. B. Glossário de termos técnicos em Ciência da Informação-Inglês/Português. Editora Oficina Universitária, 2010.

Otlet, P. (2018). Tratado de documentação: o livro sobre o livro : teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros. https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003043331.pdf.

Otten, K., & Debons, A. (1970). Towards a metascience of information: Informatology. Journal of the American Society for Information Science, 21(1), 89-94. https://doi.org/10.1002/asi.4630210115

Rosati, M. V. (2012). Une éthique appliquée?. Considérations pour une éthique du numérique. *Éthique publique. Revue internationale d'éthique sociétale et gouvernementale, 14*(2). https://doi.org/10.4000/ethiquepublique.995.

Sbarcea, K. (2001). The mystery of knowledge management. New Zealand Management, 48(10), 33–39.

Setzer, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. DataGramaZero Revista de Ciência da Informação, n. 0, v. 28, p. 27, 1999. https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/datagrama.html.

Silva, A. M. (2022). Ciência da informação: estudos de epistemologia e de ética. Atena.

Silva, A. M. D. (2006). A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Edições Afrontamento.

Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein , 8, 102-106. https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134.

Srikantaiah, T., & Koenig, M. E. (2000). (Eds.). Knowledge management for the information professional. Information Today.

Wiig, K. M. (1988). Management of knowledge: Perspectives of a new opportunity. User interfaces: gateway or bottleneck, 101-116. https://www.researchgate.net/publication/320273803_Management_or_Knowledge_Perspectives_of_a_new_opportunity.

Willke, H. (2002). Nagelprobe des Wissensmanagements: Zum Zusammenspiel von personalem und. Wissensmanagement: Zwischen Wissen und Nichtwissen, 15. https://www.schwarzwild.info/wp-content/uploads/2013/09/0Goetz_Wissensmanagement.pdf#page=15

Quadro 2: Resultados pela Scielo

Autores	Título do artigo	Palavras-chave	Ano	Periódicos
Romero-Carazas, R., Cruz-Arango, O. D. L., Torres-Sánchez, J. A., Manchego, V. T.	Gestão do conhecimento e capital intelectual de acordo com variáveis sociodemográficas entre professores	Gestão do conhecimento; capital intelectual; variáveis sociodemográficas; professores universitários	2024	Encontros Bibli

C. D., Suclla-Revilla, J. L., Gutiérrez-Monzón, S. G., & Bernedo-Moreira, D. H	universitários			
Cavalcante, L. E., Sales, O. M. M., & Guerra, M. A. M. A	Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento	memória institucional; acervos pessoais; representação da informação; gestão do conhecimento	2024	Em Questão
Corrêa, R. D. A., Ribeiro, J. S. D. A. N., Corrêa, F., Dutra, F. G. D. C., & Rezende, J. D. C. V.	Proposição de Melhoria para Elevação da Maturidade da Gestão do Conhecimento em Redes Confessionais de Ensino	Gestão do Conhecimento; Melhorias; Nível de Maturidade; Redes Confessionais de Ensino	2024	Perspectivas em Ciência da Informação
Damian, I. P. M.	Aplicabilidade de um Modelo de Gestão do Conhecimento Voltado à Memória Organizacional Em Organizações Brasileiras	Gestão do Conhecimento; Memória Organizacional; Modelo de Implantação; Organizações de serviços		Encontros Bibli
Fonseca, D. L. D. S., & Zaninelli, T. B.	Modelos conceituais de Gestão do Conhecimento Indígena: uma discussão na Ciência da Informação	Conhecimento indígena; Gestão do conhecimento indígena; Modelos de gestão do conhecimento indígena; Povos indígenas	2024	Transinformação
Pflieger, M. O. S., & Macedo, M.	A contribuição das práticas de Learning commons para o processo de gestão do conhecimento em bibliotecas	learning commons; gestão do conhecimento; bibliotecas	2024	Em Questão

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quadro 3: Resultados pela Scopus

Autores	Título do artigo	Palavras-chave	Ano	Periódicos
Faria, A.	Coprodução de Conhecimento em Gestão em (A	Decoloniality; Learning; Neoliberalism; Racism;	2023	Revista de Administração de Empresas

	Partir De) Países e Sociedades Emergentes	Relevance		

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quadro 4: Resultados Web of Science

Autores	Título do artigo	Palavras-chave	Ano	Periódicos
Alavi, M., Leidner, D., & Mousavi, R., et al	Knowledge Management Perspective of Generative Artificial Intelligence (GenAI)	Generative AI (GenAI), knowledge management (KM), large language models (LLMs), knowledge workers	2024	Revista de Administração de Empresas

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

EXTINÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: IMPACTOS INFORMACIONAIS DA DESCONTINUIDADE E DA PERDA DE CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ellen Cortez Contreiras, Departamento de Morfologia, Instituto Biomédico, Universidade Federal Fluminense, Brasil, ORCID: 0009-0001-1892-6341, ***ellencortez@id.uff.br***

Eloisa Ramos Sousa, Museu da Vida, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil, ORCID: 0000-0002-3421-861X, ***eloisamuseudavida@gmail.com***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6680

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

O encerramento de centros de memória universitários representa um risco concreto à conservação do patrimônio informacional acumulado ao longo de anos de práticas institucionais. No contexto da extensão universitária — que articula saberes acadêmicos e populares — essa perda assume contornos ainda mais críticos. Este trabalho objetiva refletir sobre os impactos informacionais e documentais decorrentes da desativação de um centro de memória voltado à preservação das ações de extensão em uma universidade pública brasileira, que atuou por 15 anos como repositório de registros, documentos, relatos e acervos. A ausência de estratégias de custódia e continuidade pode comprometer seriamente a memória institucional e o acesso à informação de interesse público, acadêmico e científico.

Referencial Teórico

A análise fundamenta-se nos estudos da Ciência da Informação sobre memória institucional, compreendida como uma construção social que depende de políticas de registro, organização e acesso aos documentos (Lopes, 2000; Halbwachs, 1990; Pollak, 1992). A gestão documental e arquivística é abordada com base nas diretrizes de Bellotto (2006), com ênfase nos instrumentos de classificação e preservação. No campo da epistemologia informacional, a abordagem do ciclo de vida da informação (Machlup & Mansfield, 1983) permite compreender a trajetória dos documentos da produção ao descarte — ou preservação — e suas implicações no fluxo informacional. Complementarmente, autores como Pimenta (2012) e Silva e Ribeiro (2013) ressaltam os desafios da organização do conhecimento e da institucionalização da memória como práticas sociais e científicas.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem adotada foi qualitativa, com uso de análise documental e entrevistas semiestruturadas. Foram examinados documentos institucionais (regimentos, atas, relatórios de atividades), além de materiais produzidos pelo centro de memória (publicações, catálogos de exposições, acervo audiovisual e fotográfico). Também foram realizadas entrevistas com ex-integrantes do centro, gestores da extensão universitária e profissionais da informação, buscando identificar percepções sobre o papel do centro e os impactos de seu encerramento. A análise de conteúdo foi utilizada para organizar os dados em três categorias principais: função informacional do centro, fragilidades na gestão do acervo e consequências da descontinuidade.

Resultados Parciais ou Finais

Os resultados indicam que o centro cumpriu papel estratégico na organização e difusão da memória informacional da extensão universitária, atuando como instância de preservação e acesso. Seu acervo reunia documentos com valor histórico, social e científico, contribuindo para a identidade institucional e para a pesquisa sobre a atuação extensionista. Entretanto, a desativação ocorreu sem planejamento de salvaguarda documental, resultando na dispersão de arquivos físicos e digitais. Essa fragilidade revela a ausência de políticas arquivísticas estruturadas (Silva & Ribeiro, 2013) e compromete o ciclo de vida da informação (Machlup & Mansfield, 1983), impedindo que documentos de alto valor informacional sejam devidamente reutilizados, acessados ou preservados.

Considerações Parciais ou Finais

A extinção do centro de memória expõe lacunas profundas nas políticas institucionais de gestão da informação, especialmente no que se refere ao campo da extensão universitária. A Ciência da Informação oferece base teórica e metodológica sólida para enfrentar esses desafios, propondo práticas integradas de curadoria, preservação e acesso (Pimenta, 2012; Bellotto, 2006). A falta de continuidade institucional e a inexistência de uma política informacional voltada à memória da extensão não apenas compromete a preservação do conhecimento, como também fragiliza o direito à informação e à transparência. É urgente que as universidades implementem estratégias permanentes de custódia da memória institucional e invistam em políticas de preservação digital, sistemas arquivísticos interoperáveis e infraestrutura adequada para garantir a integridade e o acesso aos registros da extensão.

Referências

Bellotto, H. L. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

Lopes, L. C. (2000). A construção da memória institucional: notas para uma abordagem interdisciplinar. *Ciência da Informação, 29*(2), 144–150.

Machlup, F., & Mansfield, U. (Eds.). (1983). *The study of information: Interdisciplinary messages*. Wiley.

Pimenta, S. de C. (2012). Memória e arquivo: desafios contemporâneos da organização

do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação, 17*(2), 32–46.

Pollak, M. (1992). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos, 5*(10), 3–15.

Santos, B. S. (2004). *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez.

Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2013). A arquivística como campo científico: Ensaio epistemológico. *Revista da Faculdade de Letras – Ciência da Informação, 14*(1), 11–35.

Tedesco, J., & Silveira, F. (2018). Arquivos universitários e memória institucional: Entre a descontinuidade e a preservação do conhecimento. *Liinc em Revista, 14*(1), 195–206.

O Farol: Construção do Sistema de Gestão de Dados da Prefeitura do Recife

Gabriel Barbosa da Silva, Prefeitura da Cidade do Recife, 0000-0003-1267-8866, Brasil, *gabriel.barbosa@recife.pe.gov.br*

Tatyane Lúcia Cruz Fonseca, UFPE, 0000-0003-2427-8579, Brasil, tatyanelcruz@gmail.com

Luã Lucas Amaral de Lima, Prefeitura da Cidade do Recife, 0009-0009-5554-8077, Brasil, *lua.lima@recife.pe.gov.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6681

Introdução

A informação, enquanto recurso estratégico, pode ser considerada como elemento central para o funcionamento eficiente das organizações contemporâneas, especialmente na administração pública. No campo da Ciência da Informação, autores como Davenport (1998) e Choo (2003) destacam a importância da gestão da informação como um processo contínuo de identificação, coleta, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação para apoiar a tomada de decisão e gerar valor institucional. Em contextos governamentais, essa prática assume um papel ainda mais relevante, dada a complexidade dos sistemas públicos, a multiplicidade de dados gerados por diferentes áreas da administração, e o compromisso com a utilização eficiente dos recursos públicos.

No entanto, a ausência de governança de dados e a falta de integração entre sistemas são desafios que ainda limitam o uso estratégico da informação no setor público. A ausência de metodologias claras para estruturar e operacionalizar sistemas de gestão da informação compromete a capacidade de transformar dados em conhecimento útil para o planejamento, a formulação e a avaliação de políticas públicas. Diante desse cenário, a

construção de sistemas integrados e metodologicamente fundamentados torna-se uma necessidade urgente para fortalecer uma cultura de gestão baseada em evidências.

Este trabalho tem como objetivo descrever a metodologia utilizada na construção do sistema de gestão de dados da Prefeitura do Recife, denominado Farol. O sistema foi desenvolvido como uma estratégia institucional de estruturação e governança de dados, buscando garantir a qualidade, acesso e uso da informação no âmbito municipal. Ao apresentar essa experiência, pretende-se contribuir com a discussão teórica e prática sobre metodologias de gestão da informação no setor público, ampliando o repertório de soluções voltadas à inteligência institucional e à transformação digital na administração pública.

O Farol organiza, integra e disponibiliza os principais recursos de dados da gestão municipal, incluindo políticas públicas, programas, metas, serviços, ações, iniciativas e equipamentos. Desenvolvido com base em princípios de unificação, padronização, integração e automação de dados, o Farol viabiliza uma visão transversal das informações institucionais, fortalecendo a tomada de decisão baseada em evidências. Além disso, o sistema proporciona a consolidação e o processamento de grandes volumes de dados em infraestrutura própria e em nuvem, apoiando iniciativas estratégicas da Prefeitura do Recife. Sua arquitetura inclui a automação de fluxos de atualização de dados e a utilização de inteligência artificial para categorizar os recursos de dados. O Farol configura-se, portanto, como uma ferramenta essencial para o fortalecimento da cultura de dados na gestão pública, promovendo a modernização administrativa e o acesso qualificado à informação no âmbito governamental.

Ao sistematizar e descrever a metodologia empregada na construção do Farol, busca-se contribuir com a produção de conhecimento na Ciência da Informação, oferecendo subsídios empíricos e conceituais para o desenvolvimento de modelos aplicados de gestão da informação no setor público. A experiência relatada pode servir como referência para estudos futuros e para a formulação de práticas que fortaleçam a inteligência institucional, a governança da informação e a integração entre dados e processos decisórios em organizações públicas.

Referencial Teórico

A informação, enquanto recurso estratégico, constitui um dos pilares para o funcionamento eficiente das organizações contemporâneas, especialmente no setor público, onde os desafios de coordenação interinstitucional, produção de dados e formulação de políticas baseadas em evidências se intensificam. No campo da Ciência da Informação, autores como Choo (2003) e Davenport (1998) compreendem a gestão da informação como um processo contínuo que envolve a identificação, coleta, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação com vistas a apoiar a tomada de decisão e a geração de valor institucional.

Choo (2003) ainda afirma que “sem uma visão clara de como a organização cria, transforma e usa a informação, não será possível administrá-la”, o que reforça a necessidade de estruturas organizacionais que articulem fluxos informacionais com os processos cognitivos e operacionais das instituições. No contexto da administração pública, essa articulação torna-se ainda mais relevante diante da complexidade dos sistemas governamentais, da multiplicidade de dados gerados por diferentes setores e da exigência de transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

A utilização de fontes de informação, nesse sentido, deve ser orientada por três premissas fundamentais, conforme proposto por Choo (2006): uma organização processa a informação para dar sentido ao seu ambiente, para criar novos conhecimentos e para tomar decisões. Essas três funções informacionais estão intimamente ligadas à capacidade institucional de lidar com a incerteza, de interpretar o ambiente externo e de agir de forma coordenada. Assim, o ponto de partida da geração de conhecimento nas organizações não está apenas na tecnologia ou nos dados em

si, mas em processos interpretativos e cognitivos. Como afirma Costa (2003, p. 33), “é um processo cognitivo, que necessita da informação como matéria-prima para desencadeá-lo”.

Nesse cenário, a ausência de governança da informação compromete não apenas a capacidade do Estado de formular políticas públicas baseadas em evidências, mas também fragiliza os processos internos de aprendizagem organizacional e de construção de conhecimento coletivo. Como destaca Batista (2025), as principais barreiras ao uso de evidências na gestão pública situam-se no nível organizacional, especialmente na carência de sistemas de governança, de capacidades institucionais e de estruturas informacionais integradas. A superação desses entraves exige não apenas soluções tecnológicas, mas o fortalecimento da cultura informacional, compreendida como o conjunto de práticas, valores e comportamentos que orientam a forma como a informação é produzida, compartilhada e utilizada no interior das organizações.

Nesse sentido, a gestão da informação deve ser compreendida como uma função estratégica voltada à transformação da informação em insumo para o raciocínio institucional, para a deliberação entre atores e para a coordenação entre setores. Tal perspectiva exige reconhecer que a informação não circula de maneira neutra ou espontânea: ela depende de processos estruturados, de competências organizacionais e de ecossistemas informacionais que permitam seu aproveitamento de forma crítica e contextualizada. Como indicam Choo (2006) e Belluzzo (2017), é a partir da qualidade e do uso das fontes de informação — formalizadas ou tácitas — que as instituições constroem sentido sobre sua realidade, integram diferentes visões de mundo e geram o conhecimento necessário para a ação planejada.

Entretanto, conforme aponta Batista (2025, p. 13), “as principais barreiras ao uso de evidências estão no nível organizacional, com o baixo desenvolvimento de capacidades organizacionais e sistemas de governança”. Essa fragilidade institucional afeta diretamente a capacidade de mobilizar informação qualificada nos processos decisórios, como ilustra o relato do Entrevistado 3 (Ministério da Saúde): “Nem sempre temos informações disponíveis e/ou temos como consultá-las pelos ‘tempos’ da gestão. Acredito que também contribua a fragilidade nos nossos sistemas de governança e do planejamento estratégico”. Tais evidências reforçam que a ausência de uma cultura informacional consolidada e de práticas estruturadas de gestão da informação compromete a efetividade das políticas públicas.

Como aponta Choo (2003), a base conceitual da Ciência da Informação nas organizações, especialmente no setor público, exige o reconhecimento de que o uso da informação está profundamente condicionado pelas estruturas organizacionais e pela cultura institucional vigente. A informação só adquire valor estratégico quando inserida em contextos organizacionais capazes de promovê-la como recurso para ação. Nessa perspectiva, Amorim e Tomaél (2012) demonstram como a cultura organizacional influencia diretamente o modo como os sistemas de informação são concebidos, implementados e utilizados em ambientes públicos, evidenciando que a resistência à inovação informacional está frequentemente associada à frágil valorização da informação enquanto ativo estratégico. Superar esses entraves requer não apenas a implantação de ferramentas tecnológicas, mas o desenvolvimento de iniciativas que enfrentem as dimensões institucionais e culturais que moldam o comportamento informacional dos servidores e impactam a efetividade dos sistemas de informação.

A consolidação da gestão da informação no setor público, ao considerar as dimensões estruturais e culturais das organizações, permite avançar na compreensão de como o conhecimento é construído, compartilhado e mobilizado institucionalmente. A informação, nesse contexto, não é apenas um insumo abstrato, mas um artefato que assume materialidade nos sistemas e nas práticas

organizacionais. Como destaca Buckland (1991, p. 3), “informação-como-coisa é de interesse especial no estudo de sistemas de informação. É com informação nesse sentido que sistemas de informação lidam diretamente. [...] Mas o significado, no entanto, que é manipulado e operacionalizado, que é armazenado e recuperado, é a informação física (informação-como-coisa)”. Essa perspectiva amplia o entendimento de que os sistemas informacionais públicos, como cadastros, bases de dados e fluxos administrativos, não operam apenas sobre dados neutros, mas sobre representações que circulam, são interpretadas e ganham valor institucional.

Nesse sentido, a gestão da informação conecta-se diretamente à gestão do conhecimento, pois é a partir da materialidade e da organização da informação que se tornam possíveis processos de aprendizagem organizacional, de retenção de memória institucional e de geração de saber estratégico. Como argumenta Alvarenga Neto (2005, p. 235), “a criação de um contexto capacitante na organização — vis-à-vis à necessidade de se endereçar questões culturais e comportamentais — revela a importância de se promover a aprendizagem organizacional e ampliar as competências dos colaboradores com vistas ao desenvolvimento de uma alta capacidade de aprendizagem”. Ou seja, o conhecimento organizacional não emerge de forma espontânea: ele exige condições estruturais, arranjos sociotécnicos e atores preparados para interpretar a informação e transformá-la em ação.

A criação e a circulação do conhecimento organizacional a partir da informação estruturada é explorada por Nonaka e Takeuchi (1997) por meio do modelo SECI, que descreve quatro modos de conversão do conhecimento: socialização, externalização, combinação e internalização. Esses processos evidenciam que o conhecimento não nasce pronto nas organizações, mas emerge da interação entre saberes tácitos e explícitos, exigindo mediações estruturais e culturais para sua formalização e disseminação. No contexto da gestão pública, sistemas como o Farol operam como catalisadores desses processos, ao possibilitar que informações antes dispersas, fragmentadas ou tácitas sejam sistematizadas, documentadas e disponibilizadas de forma integrada, ampliando a inteligência coletiva da instituição.

Complementando essa perspectiva, Baumgarten (2001) argumenta que os sistemas de informação eficazes devem ser concebidos não como “matrizes” tecnocráticas de controle, mas como “ágores” institucionais, espaços de interação simbólica e construção coletiva de significados. Essa visão enfatiza que o conhecimento organizacional não se resume a bases de dados ou acervos documentais: ele depende de ambientes informacionais que favoreçam a aprendizagem, a colaboração e a circulação dos saberes. Nesse sentido, o papel de sistemas de gestão da informação como o Farol ultrapassa a função técnica de armazenamento e classificação, tornando-se dispositivos de mediação entre dados e decisão, entre informação e ação estratégica.

A partir dessa relação entre informação e conhecimento, Belluzzo (2017) enfatiza que os fundamentos teóricos da gestão da informação se articulam com os desafios contemporâneos das organizações públicas. A autora argumenta que a consolidação de sistemas informacionais exige clareza conceitual, objetivos estratégicos bem definidos e articulação entre política institucional e competência informacional. Belluzzo (2019) complementa essa análise ao afirmar que a transformação digital deve ser acompanhada do fortalecimento das capacidades institucionais de produção, curadoria e uso da informação, sob o risco de se converter em mero acúmulo tecnológico sem impacto organizacional efetivo.

Sob uma perspectiva crítica, Tarapanoff (2001) destaca que a inteligência organizacional está diretamente relacionada à capacidade institucional de transformar dados em conhecimento aplicável à ação. Essa transformação exige mais do que o simples acúmulo ou captação de informações: requer a compreensão da informação em sua intencionalidade, pertinência e valor estratégico dentro dos processos

informacionais articulados que sustentam a tomada de decisão e a ação institucional.

À luz dos fundamentos apresentados, a consolidação de sistemas de gestão da informação no setor público exige uma abordagem integrada que considere não apenas os aspectos tecnológicos, mas também as dimensões culturais, organizacionais e cognitivas do uso da informação. A literatura da Ciência da Informação demonstra que a eficácia da informação como recurso estratégico está intrinsecamente ligada à sua contextualização, acessibilidade e confiabilidade, bem como à existência de estruturas institucionais capazes de mediá-la e convertê-la em conhecimento aplicável à ação pública. Nesse sentido, a informação deve ser compreendida tanto em sua materialidade, como destaca Buckland (1991), quanto em sua função organizacional, como nos modelos de gestão do conhecimento propostos por autores como Nonaka e Takeuchi (1997) e Alvarenga Neto (2008).

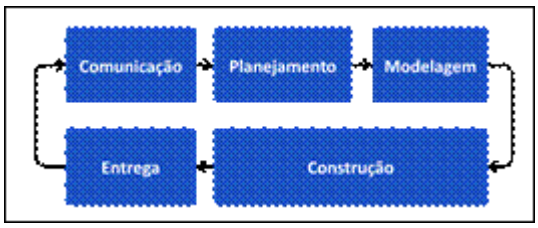
A experiência do Farol, ao integrar diferentes fluxos e fontes de dados da gestão pública municipal, traduz esses fundamentos em uma prática institucional inovadora, que combina padronização técnica, governança colaborativa e foco na geração de inteligência institucional. A iniciativa se insere, portanto, no campo da Ciência da Informação aplicada, ao mobilizar conceitos, métodos e estruturas voltados à criação de valor público a partir da informação.

Ao sistematizar e descrever a metodologia empregada na construção do Farol, busca-se contribuir com a produção de conhecimento na Ciência da Informação, oferecendo subsídios empíricos e conceituais para o desenvolvimento de modelos aplicados de gestão da informação no setor público. A experiência relatada pode servir como referência para estudos futuros e para a formulação de práticas que fortaleçam a inteligência institucional, a governança da informação e a integração entre dados e processos decisórios em organizações públicas.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com características exploratórias e descritivas, apoiada em levantamento documental e em práticas de pesquisa aplicada, voltadas à resolução de problemas institucionais. O método utilizado baseia-se no modelo de processo genérico de construção de software descrito por Pressman (2016), estruturado nas etapas de comunicação, planejamento, modelagem, construção e entrega. Esse modelo, entretanto, foi adaptado à realidade da Prefeitura do Recife, com foco na resolução de problemas, resultando em um fluxo cíclico. A metodologia foi ainda complementada por princípios da pesquisa participante, considerando a atuação direta da equipe de desenvolvimento na identificação das demandas institucionais e na validação da solução junto aos usuários.

Figura 1: Modelo de processo de construção de software



Fonte: Pressman (2016) adaptado

O universo de investigação é a gestão pública municipal do Recife, tendo como população-alvo os órgãos da administração direta com atuação estratégica em políticas públicas. Os sujeitos da pesquisa incluíram servidores técnicos e gestores das secretarias de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS) e Secretaria da Mulher (SEMUL).

As técnicas de coleta de dados utilizadas incluíram entrevistas semiestruturadas, oficinas de escuta e análise documental. Os instrumentos de coleta envolveram roteiros de escuta estruturados, documentos institucionais (como a Estratégia de Dados da Cidade do Recife), além de protocolos de maturidade de dados e listas de verificação. No que se refere à documentação, registro e sistematização das escutas institucionais, todas

as entrevistas e oficinas de levantamento de requisitos foram registradas em vídeo, transcritas integralmente e analisadas em reuniões de planejamento com a equipe de desenvolvimento. As demandas emergentes dessas escutas foram convertidas em atividades operacionais na plataforma Notion, com organização das tarefas em quadros do tipo Kanban, seguindo abordagem de desenvolvimento ágil. Esse procedimento garantiu a rastreabilidade dos insumos gerados pelas escutas, bem como a coerência entre as expectativas dos usuários e as funcionalidades entregues na plataforma.

Os procedimentos de coleta incluíram o agendamento direto com os atores institucionais, com consentimento verbal para uso das informações de forma anônima e agregada. Os dados foram organizados e consolidados em mapas de requisitos funcionais, wireframes e documentos internos de sistematização. A análise dos dados seguiu uma lógica de sistematização temática e análise de conteúdo, focando nas demandas informacionais, obstáculos operacionais e critérios de priorização. Essa análise fundamentou o desenho incremental do sistema, com validação iterativa junto aos usuários institucionais e acompanhamento contínuo da equipe técnica da Superintendência de Inovação.

Antes da criação do Farol, a gestão de dados da Prefeitura do Recife enfrentava um cenário de fragmentação informacional, baixa padronização entre bases, ausência de repositórios unificados e limitações na capacidade analítica estruturada. Embora já existissem iniciativas relevantes, como o Portal de Dados Abertos, a Política de Estratégia de Transformação Digital e a Política de Governança de Dados, os dados da gestão municipal permaneciam dispersos em múltiplas fontes — como o próprio portal, o Diário Oficial e planilhas isoladas nas secretarias — dificultando o acesso integrado e o uso estratégico da informação.

Os dados e informações atualmente consolidados no Farol não representam a totalidade dos dados da Prefeitura, mas sim aqueles organizados, qualificados e disponibilizados pelo Núcleo de Gestão da Informação, que alimentam de forma estruturada os processos de planejamento, monitoramento e decisão em toda a administração municipal. A implementação do Farol permitiu centralizar, integrar e automatizar o acesso a esses ativos de dados, proporcionando uma visão transversal das ações de governo e tornando o uso da informação mais eficiente, confiável e alinhado às estratégias institucionais.

A iniciativa do Farol é coordenada pelo Núcleo de Gestão da Informação (NGI), estrutura vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). O NGI atua como órgão técnico responsável por consolidar, qualificar e disponibilizar os dados estratégicos da Prefeitura, além de desenvolver ferramentas para seu uso efetivo na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A Superintendência de Inovação, dentro do NGI, responde pela infraestrutura técnica e de automação, sendo responsável pelo desenvolvimento, manutenção e aprimoramento contínuo do sistema Farol.

Além do método técnico de construção do sistema, uma inovação metodológica fundamental foi a criação e institucionalização de fluxos operacionais de compartilhamento e atualização de dados. Dois fluxos principais foram formalizados e integram atualmente a rotina de funcionamento do Farol: (1) o Processo de rotina de atualização e compartilhamento de dados pelas secretarias; e (2) o Fluxo de atualização e monitoramento dos recursos do Farol, coordenado semanalmente pelo NGI. Cada fluxo prevê a designação de pontos focais internos do Núcleo de Gestão da Informação como também externos (secretarias e autarquias) responsáveis pelo cadastro, atualização e validação dos recursos, garantindo que os dados tenham responsáveis institucionais claros, com papel ativo na curadoria e confiabilidade das informações. Tal escolha metodológica está alinhada ao que propõem Choo (2003), ao afirmar que a transformação da informação em conhecimento organizacional exige a atuação de sentinelas

informacionais, e Tarapanoff (2001), que reforça a necessidade de atores-chave como mediadores entre dados e decisões.

O primeiro fluxo estabelece etapas como: identificação da base de dados por parte do NGI, definição da periodicidade de atualização, acordo de formato com a secretaria parceira, alimentação de um inventário central e verificação contínua da regularidade de atualizações. Os órgãos responsáveis atualizam suas bases diretamente — geralmente por meio de planilhas estruturadas — e sinalizam a data de atualização, o que permite ao NGI gerar relatórios automáticos de atraso e informar os responsáveis institucionais.

O segundo fluxo, por sua vez, organiza a atualização semanal dos recursos do sistema Farol, como políticas públicas, planos, programas, equipamentos, serviços, diagnósticos, obras, indicadores e painéis. Cada tipo de recurso possui pontos focais responsáveis pelo cadastro, atualização e validação das informações, com um cronograma padronizado (geralmente às terças-feiras). A validação é feita por servidores previamente designados, garantindo que mesmo informações captadas automaticamente passem por uma verificação de contexto e consistência.

Esses fluxos operacionais são fundamentais para que o sistema Farol se mantenha como uma infraestrutura sociotécnica confiável e viva, em constante atualização. A adoção de pontos focais nos órgãos parceiros responde à orientação de autores como Choo (2003), para quem a gestão do conhecimento exige estruturas organizacionais que garantam a continuidade dos fluxos informacionais. Como reforça Marchand (2000), o valor da informação só é realizado quando ela está atualizada, contextualizada e conectada a processos decisórios.

A seleção dos pontos focais, tanto internos quanto externos, foi conduzida com base em critérios tácitos e institucionais. Internamente, os integrantes do Núcleo de Gestão da Informação (NGI) foram designados como pontos focais conforme suas trajetórias profissionais e competências específicas associadas aos recursos informacionais que viriam a gerenciar. Por exemplo, servidores com experiência consolidada na construção de painéis de indicadores na área da Saúde e da Assistência Social assumiram responsabilidades sobre esses eixos; outros, com formação em engenharia e histórico de interação com órgãos de infraestrutura urbana, ficaram responsáveis pelos Projetos de Engenharia. No caso dos pontos focais externos, as designações foram realizadas oficialmente pelas secretarias e autarquias por meio de portaria publicada em Diário Oficial, que instituiu formalmente a Rede de Governança de Dados e Transformação Digital. Tal formalização confere legitimidade institucional às responsabilidades atribuídas e reforça o compromisso com a manutenção dos dados estratégicos.

Ainda que o sistema conte com mecanismos de automação sofisticados, via n8n e integrações com sistemas como o Diário Oficial, o Sistema de Serviços da Prefeitura e outros bancos institucionais, o modelo metodológico enfatiza a necessidade de validação humana e curadoria da informação. Como observa Tarapanoff (2001), a inteligência organizacional depende não apenas da infraestrutura tecnológica, mas de políticas de governança da informação que assegurem confiabilidade, relevância e inteligibilidade dos dados. No caso do Farol, essa diretriz foi incorporada por meio da dupla lógica: automatizar o possível, validar o essencial.

A validação dos dados representa um componente crítico da metodologia. Mesmo com a existência de rotinas automatizadas de ingestão de dados, como aquelas implementadas via n8n a partir de fontes como o Diário Oficial e o Sistema de Serviços, toda nova entrada no Farol é submetida à conferência manual por validadores designados. Esses profissionais confrontam os dados cadastrados com fontes oficiais e públicas — relatórios institucionais, sistemas internos, portais da transparência e notícias oficiais, assegurando a fidedignidade e a coerência das informações publicadas na plataforma. A dupla camada de automação e

curadoria humana responde ao princípio de que a informação, para gerar valor institucional, precisa ser ao mesmo tempo eficiente e confiável.

No plano do monitoramento e controle dos fluxos, a gestão das rotinas automatizadas é realizada por meio de dashboards da plataforma n8n, que exibem indicadores como quantidade de execuções bem-sucedidas, taxa de falhas e alertas automáticos por e-mail em caso de erro. Esse sistema permite acompanhamento em tempo real de execuções críticas, como as da "Base de Equipamentos" e da "Agenda do Prefeito". Por sua vez, os fluxos manuais são supervisionados com base em relatórios semanais enviados por e-mail pelos pontos focais internos, informando atualizações realizadas ou a ausência de mudanças. Essa obrigação institucionalizada confere previsibilidade e regularidade ao processo de atualização, além de documentar a evolução dos dados no tempo.

Outro eixo metodológico essencial é a definição clara dos critérios de dados estratégicos, isto é, os dados que efetivamente compõem o escopo do sistema Farol. Somente recursos informacionais que contribuem diretamente para a formulação, execução ou monitoramento de políticas públicas são incluídos. Além disso, a metodologia estabeleceu um padrão rigoroso de metadados, com campos obrigatórios e formatos definidos: datas em padrão brasileiro, categorias de gênero e raça conforme o IBGE, endereços padronizados segundo os sistemas oficiais da Prefeitura. Essas definições favorecem a interoperabilidade dos dados, a consistência entre fontes e a confiabilidade analítica.

Com esse conjunto de procedimentos articulados, o modelo metodológico do Farol equilibra a participação humana qualificada com automação inteligente, promovendo uma governança da informação sustentada por responsáveis formais, mecanismos de validação, instrumentos de monitoramento e critérios de qualidade bem definidos. Trata-se de uma experiência metodológica que demonstra, na prática, como é possível estruturar ecossistemas informacionais públicos orientados à decisão, à transparência e à inteligência institucional.

Essa arquitetura metodológica evidencia uma importante interseção entre engenharia de software, ciência da informação e inovação institucional. Como destacam Pressman e Maxim (2016), modelos eficazes de desenvolvimento de sistemas requerem adaptação ao domínio específico e envolvimento dos usuários. Ao articular processos técnicos com estruturas de governança e rotinas institucionais, o Farol consolida-se como uma experiência singular de desenvolvimento sociotécnico aplicado à administração pública brasileira.

Por fim, o modelo metodológico do Farol busca dar materialidade a princípios fundamentais da Ciência da Informação: valorização da informação como bem público, construção de confiança institucional por meio da confiabilidade informacional e fortalecimento da capacidade analítica da gestão pública. A sistematização dos fluxos e a curadoria das informações reforçam a construção de uma inteligência institucional distribuída, conforme defendido por Choo (2003) e Tarapanoff (2001), ao transformarem o dado em recurso estruturado, útil e compartilhável entre atores públicos.

Essa metodologia permanece em aprimoramento contínuo, em sintonia com a própria lógica iterativa do sistema, abrindo caminho para a inclusão de novos dados, funcionalidades e análises. Como tal, a experiência do Farol pode servir de referência para outras administrações públicas que buscam estruturar ecossistemas informacionais com base em evidências, colaboração intersetorial e uso responsável da tecnologia.

Resultados Parciais ou Finais

A construção do sistema Farol, fundamentada no modelo metodológico proposto por Pressman (2016), resultou na consolidação de uma plataforma robusta de gestão da

informação da Prefeitura do Recife. A seguir, são apresentados os principais resultados organizados conforme as cinco atividades metodológicas do processo de engenharia de software.

Na fase inicial do projeto, foram conduzidas entrevistas, oficinas e comunicações internas com diversas secretarias e órgãos estratégicos, como SEPLAG, SEMUL, SAS, SESAU, Emprel e SECTI, no âmbito da Estratégia de Dados da Cidade do Recife. Essa etapa permitiu o levantamento de problemas recorrentes na gestão da informação, como: ausência de fluxos claros de atualização de dados institucionais; inconsistência entre fontes oficiais (por exemplo, divergência nos números de creches reportados por diferentes secretarias); dificuldade em responder perguntas estratégicas como "quantos equipamentos públicos existem?", "quais são os serviços ativos?" ou "quais políticas estão em vigor?". A partir dessas escutas, foram identificados 13 requisitos funcionais e 5 não funcionais, essenciais para a primeira versão do sistema.

Durante o planejamento, foram mapeados 11 fluxos de dados institucionais, além de 3 fluxos com inserção direta no banco de dados (relacionados a equipamentos, políticas e programas) e 4 fluxos automatizados via n8n para serviços, projetos de engenharia, monitoramento e indicadores. Realizou-se uma curadoria dos indicadores estratégicos em conjunto com a gestão da SEPLAG e representantes de outras secretarias, e foi definido um cronograma baseado em sprints Scrum. Também foi implementado um catálogo de políticas, planos e programas com validação direta dos órgãos responsáveis.

Na fase de modelagem, foram desenvolvidos protótipos de alta fidelidade no Figma, que passaram por ciclos de validação com a SEPLAG e demais órgãos parceiros. Paralelamente, foram modelados fluxos de atualização de dados no Bizagi, também validados em conjunto com usuários, além do desenho da estrutura UML do banco de dados relacional do Farol. Essa etapa assegurou a aderência entre os requisitos levantados e a futura implementação da plataforma.

O desenvolvimento foi realizado utilizando WordPress, JavaScript, PHP e PostgreSQL, com o uso extensivo do n8n para automatização dos fluxos de ingestão e atualização de dados. Ao longo de 4 meses, foram implementados os requisitos definidos para a primeira versão funcional. O processo envolveu 46 sprints internos e 13 entrevistas não estruturadas com usuários finais, e 16 sprints externos com validação contínua. O sistema conta também com uma seção dedicada à coleta de feedback, permitindo ajustes evolutivos conforme o uso.

A primeira versão funcional do Farol foi lançada em abril de 2024, contendo os módulos CRUD de visualização, edição e exclusão dos recursos cadastrados, com respectivos fluxos de atualização em funcionamento. Desde então, o sistema já registrou 21.896 acessos realizados por 101 usuários cadastrados, dos quais 62% ocupam cargos de gestão (gerentes, gerentes gerais, secretários executivos, secretários e o próprio Prefeito). O sistema reúne (Quadro 1) atualmente os seguintes recursos por quantidade e tipo

Quadro 1: Categoria de recursos por quantidade e tipo

Categoria de Recurso	Quantidade	Tipo
Políticas	36	Coletado e Atualizado
Planos	10	Coletado e Atualizado
Programas	86	Coletado e Atualizado
Equipamentos	1734	Coletado e Atualizado
Serviços	941	Coletado e Atualizado
Projetos de Engenharia	45	Coletado e Atualizado
Projetos de Monitoramento	546	Coletado e Atualizado
Processos Mapeados	23	Produção Própria
Indicadores	84	Produção Própria
Painéis e Mapas	34	Produção Própria

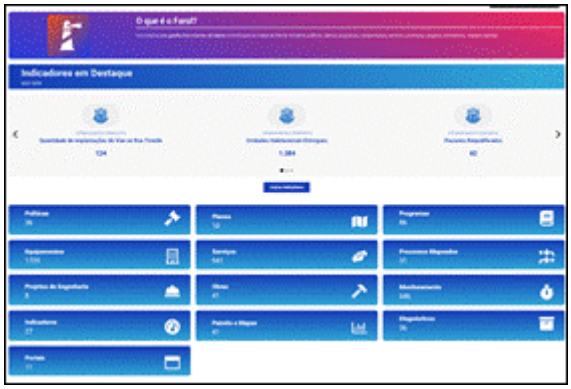
Diagnósticos	38	Produção Própria

Fonte: Elaboração própria (2025).

Todos os recursos são categorizados por Eixos de Atuação, Áreas Temáticas, ODSs, Públicos-Alvo, entre outras taxonomias. O sistema também integra dados de 11 sistemas institucionais distintos, entre sistemas de gestão, financeiros, carta de serviços, geoprocessamento, planejamento e publicações oficiais, consolidando uma visão transversal das políticas públicas municipais.

Na página inicial do Farol, os usuários têm acesso imediato aos principais números consolidados da plataforma — como a quantidade de políticas, planos, programas, serviços, equipamentos e indicadores cadastrados — com destaques visuais e indicadores em tempo real. Essa tela inicial funciona como um painel de entrada para dois modos de exploração dos dados: a navegação individual por recurso (em formato de cards, com filtros por eixo, ODS, órgão, público-alvo, entre outros), e a visualização integrada por áreas temáticas, como Saúde, Educação, Infraestrutura, Primeira Infância, Mulher, Cultura e Lazer, entre outras 21 categorias que organizam semanticamente os recursos governamentais.

Figura 2: Página Inicial do Farol



Fonte: Elaboração própria (2025).

Há ainda a possibilidade de visualizar os dados por órgãos da administração municipal, atualmente com 43 secretarias e autarquias integradas à plataforma. Todos os usuários do sistema, independentemente da unidade de origem, têm acesso aos dados das demais secretarias, o que representa um avanço institucional em termos de transparência interna e cooperação intersetorial.

Um exemplo de impacto direto da plataforma é o Painel de Equipamentos, acessível por todos os gestores e que consolida mais de 1.700 equipamentos ativos da cidade, distribuídos geograficamente e classificados por tipo, bairro, órgão responsável e área temática. Essa visualização georreferenciada permite cruzar informações, identificar vazios de cobertura territorial e subsidiar decisões sobre investimentos, expansão ou requalificação de serviços públicos.

Todos os recursos são visualizados e filtrados por eixos temáticos, órgãos, áreas temáticas, ODSs e públicos-alvo, políticas e programas, sendo exibidos em interfaces interativas como cards, mapas georreferenciados e tabelas dinâmicas. Os indicadores, por exemplo, permitem visualização por série histórica e gestão, com comparações automáticas entre ciclos administrativos. Já os serviços são classificados por tipo, NPS, uso de IA e satisfação dos usuários.

O sistema também viabiliza a navegação por áreas temáticas — como “Infraestrutura e Urbanismo”, “Saúde”, “Assistência Social”, “Educação”, entre outras — apresentando, para cada área, os recursos relacionados (políticas, planos, serviços, programas e equipamentos). Na prática, isso permite que gestores compreendam o ecossistema de políticas públicas de forma integrada e com capacidade analítica aumentada.

Figura 3: Página da política Municipal de Turismo do Recife



Elaboração própria (2025).

Cada recurso cadastrado no sistema Farol — seja uma política pública, um serviço, um indicador ou um projeto de engenharia, possui uma interface específica de visualização, sua "tela single", que consolida informações estruturadas e contextualizadas sobre aquele objeto. A exemplo da Política Municipal de Turismo, ilustrada na **Figura 3**, é possível acessar não apenas sua descrição institucional, órgão responsável, área temática e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculados, mas também visualizar de forma relacional todos os planos, equipamentos, serviços, projetos e obras a ela associados. Essa funcionalidade não apenas facilita o entendimento completo de cada política ou programa, mas também materializa um dos princípios centrais da gestão da informação: a contextualização e integração dos dados com os processos decisórios, conforme defendido por Choo (2003) e Marchand (2000).

Essa solução evidencia a principal entrega conceitual do Farol: a promoção da transversalidade informacional. Ao permitir que cada recurso seja compreendido não de forma isolada, mas como parte de um ecossistema de políticas públicas interligadas, o sistema atua como um instrumento de inteligência organizacional, conforme proposto por Tarapanoff (2001). A interconexão entre os dados rompe com a lógica de silos informacionais e dá concretude à ideia de um sistema integrado de conhecimento institucional, fundamental para transparências e ação planejada, para formulação de políticas intersetoriais e a alocação eficiente de recursos públicos, conforme discutido por Almeida (2024) A capacidade de navegar a partir de uma política de saúde e acessar, por exemplo, as obras que a viabilizam, os serviços que a executam e os equipamentos onde ela ocorre, representa um salto qualitativo na gestão pública baseada em evidências.

Essa arquitetura relacional responde ainda às exigências contemporâneas de interoperabilidade e governança da informação no setor público. A Ciência da Informação, ao compreender a informação como um artefato material e relacional (Buckland, 1991), orienta que sua eficácia depende da forma como é organizada, recuperada e mobilizada pelas instituições. O Farol, ao estruturar visualmente essas relações em suas telas individuais, não apenas amplia a capacidade analítica dos gestores, mas contribui para a formação de uma cultura informacional compartilhada, em que os dados ganham sentido a partir de seu uso estratégico. Trata-se de uma solução que transforma cada tela do sistema em uma unidade cognitiva de apoio à decisão pública, fortalecendo a inteligência institucional distribuída, conceito central em autores como Choo (2006), Belluzzo (2017) e Alvarenga Neto (2008).

O módulo de projetos de engenharia, por sua vez, associa dados cadastrais com imagens, cronogramas, orçamentos e localização georreferenciada. Já o módulo de serviços permite a avaliação por cidadãos, ampliando a transparência e a responsividade. Painéis de indicadores destacam realizações e metas de gestão, como a quantidade de vias urbanizadas, habitações entregues, creches

construídas ou mulheres visitadas pelo Mãe Coruja — com dados comparáveis entre gestões e visualizações gráficas automáticas.

O Farol permanece, portanto, em desenvolvimento contínuo, evoluindo por meio de ciclos iterativos de comunicação, planejamento, modelagem, construção e entrega, conforme novos requisitos e necessidades emergem da dinâmica da gestão pública. Ao reunir tecnologia, estrutura institucional e cultura informacional, o sistema torna-se não apenas uma ferramenta, mas um instrumento de inteligência institucional colaborativa, com efeitos concretos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas do Recife.

Assim, os resultados parciais do Farol não se limitam à entrega de um sistema, mas traduzem a materialização de uma nova cultura institucional de uso estratégico da informação, orientada por evidências, interoperabilidade e colaboração intersetorial. Trata-se de um exemplo concreto de como a ciência da informação aplicada pode estruturar ecossistemas públicos de dados com foco em inteligência institucional e melhoria das políticas públicas.

Considerações Parciais ou Finais

A experiência do Farol representa um marco na governança de dados municipal do Recife. A partir de uma metodologia adaptada de Pressman e Maxim (2016), estruturou-se um processo de desenvolvimento iterativo e participativo, ancorado na realidade institucional e nas práticas cotidianas de gestão pública. Tal abordagem foi essencial para adaptar os princípios da engenharia de software a um ambiente de múltiplos atores, regras informais e dinâmicas políticas complexas, típicas do setor público brasileiro.

Ao descrever metodologicamente a construção do sistema Farol, este artigo buscou evidenciar como a integração entre tecnologia, gestão da informação e participação dos usuários pode gerar soluções sustentáveis e de alto impacto institucional. Os ganhos foram expressivos: integração de dados antes fragmentados, padronização de fluxos informacionais, automação de processos rotineiros e, sobretudo, o fortalecimento de uma cultura de dados orientada à decisão.

Essa trajetória evidencia que, mais do que uma plataforma digital, o Farol configura-se como uma infraestrutura sociotécnica (Choo, 2003; Belluzzo, 2019), onde tecnologia, processos e pessoas são mobilizados em torno da produção de conhecimento institucional. A consolidação de fluxos operacionais com pontos focais internos e externos, a sistematização dos dados por categorias semânticas (ODS, eixos temáticos, públicos-alvo), e a validação humana sobre rotinas automatizadas demonstram um esforço consistente de governança da informação — no qual a curadoria qualificada é tão relevante quanto os recursos técnicos.

Entretanto, persistem desafios estruturais e operacionais. A ampliação da cobertura do sistema para todas as secretarias, a consolidação de uma rotina institucional de atualização, e o aprimoramento contínuo da interface externa são tarefas que demandam engajamento político-administrativo e investimento em capacitação. Além disso, o caráter incremental da solução exige manutenção contínua, retroalimentação permanente dos fluxos e capacidade de resposta a novas demandas da gestão. Essa dinâmica iterativa — herança do modelo adaptado de engenharia de software — precisa ser sustentada institucionalmente, o que só será possível com o reconhecimento do Farol como um ativo estratégico da administração.

A consolidação do Farol como instrumento de inteligência institucional está diretamente vinculada à sua capacidade de romper com a lógica de silos informacionais e promover a transversalidade dos dados. A partir de uma política pública, por exemplo, é possível navegar por serviços, equipamentos, projetos de engenharia, indicadores e diagnósticos relacionados, constituindo uma teia informacional que potencializa análises intersetoriais e decisões mais qualificadas. Essa arquitetura relacional é reflexo da concepção da informação como artefato material e cognitivo (Buckland, 1991), cujo valor reside na

sua organização, contextualização e uso compartilhado.

Nesse sentido, o sistema dá concretude a proposições teóricas de Choo (2003) sobre a informação como matéria-prima do conhecimento institucional, ao mesmo tempo em que mobiliza os princípios de Marchand (2000) e Tarapanoff (2001) ao estruturar ecossistemas informacionais voltados à ação pública. A informação ganha valor quando se torna útil, oportuna e confiável, atributos que só podem ser garantidos por meio de estruturas de governança que articulem tecnologia, normatização e mediação institucional. A experiência do Farol demonstra, na prática, como essas estruturas podem ser viabilizadas no nível municipal.

Outro aspecto relevante é o papel do Farol na construção de uma cultura informacional pública. A institucionalização de pontos focais por meio de portaria e a rotina de validação semanal dos dados não apenas garantem a atualização técnica, mas também promovem o engajamento dos servidores e o reconhecimento da informação como responsabilidade compartilhada. Como defendem Belluzzo (2017) e Alvarenga Neto (2005), a efetividade dos sistemas informacionais está diretamente associada à competência informacional dos seus usuários. Nesse contexto, o Farol não apenas organiza dados, mas também capacita institucionalmente a gestão a pensar com dados.

A relevância desse modelo metodológico também se evidencia na integração entre processos de controle (accountability) e planejamento. Duarte (2016, p. 5) demonstra, a partir de seu estudo sobre o SGI-PAC, que “a informação produzida por processos de controle da política pública acaba sendo utilizada pelo planejamento desta política, para tomar decisões sobre sua continuidade e correções de rumo”. O Farol incorpora esse princípio de retroalimentação institucional ao organizar os dados não apenas para prestação de contas, mas também como insumo para planejamento estratégico, correção de rotas e acompanhamento em tempo real das ações públicas.

Adicionalmente, a experiência relatada contribui para o avanço de uma agenda contemporânea de transformação digital na administração pública, alicerçada em fundamentos da Ciência da Informação e da Governança de Dados. A adoção de padrões de metadados, a interoperabilidade com sistemas já existentes e o uso de automações com validação humana fortalecem a capacidade analítica da gestão municipal. Como alertam Davenport (1998) e Laudon e Laudon (2020), a tecnologia por si só não garante inovação; é preciso integrá-la a processos e capacidades organizacionais que efetivamente produzam valor.

A metodologia desenvolvida pelo Núcleo de Gestão da Informação da Prefeitura do Recife reforça a importância de soluções informacionais baseadas na escuta qualificada dos usuários e na articulação intersetorial. A escuta ativa por meio de oficinas, entrevistas e reuniões técnicas garantiu que os requisitos do sistema não fossem derivados apenas de pressupostos técnicos, mas das reais demandas da administração pública. Isso contribuiu para um modelo que alia agilidade e aderência institucional, características fundamentais para a sustentabilidade da iniciativa.

Em termos de impacto, a plataforma já apresenta resultados expressivos. A navegação por áreas temáticas, a visualização de indicadores por gestão, o cruzamento entre políticas e equipamentos, e a identificação de lacunas territoriais nos serviços públicos são exemplos de funcionalidades que têm potencial para reorientar práticas de planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas. Trata-se de uma mudança não apenas tecnológica, mas epistemológica: do uso reativo da informação para um uso estratégico, antecipatório e qualificado.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, o Farol representa uma aplicação concreta dos conceitos de inteligência organizacional (Tarapanoff, 2001), ciclo de vida da informação (Choo, 2003), e gestão do conhecimento institucional (Nonaka & Takeuchi, 1997). Ao transformar dados dispersos em estruturas informacionais integradas, o sistema gera

conhecimento útil para ação pública e amplia a capacidade de aprendizagem organizacional da Prefeitura. Essa dimensão é fundamental em contextos de alta complexidade e mudança constante, como os vivenciados pela administração pública contemporânea.

Por fim, cabe destacar que o Farol permanece em contínuo aprimoramento. A lógica iterativa do desenvolvimento, a coleta estruturada de feedbacks e a flexibilidade para incorporar novos fluxos e recursos apontam para uma solução viva, adaptável e em sintonia com os princípios da inovação institucional. Essa abertura à evolução é coerente com os fundamentos teóricos da área, que reconhecem a informação como fenômeno dinâmico, processual e situado.

Ao sistematizar e descrever a metodologia empregada na construção do Farol, este artigo buscou contribuir com a produção de conhecimento na Ciência da Informação, oferecendo subsídios empíricos e conceituais para o desenvolvimento de modelos aplicados de gestão da informação no setor público. A experiência relatada pode servir como referência para estudos futuros e para a formulação de práticas que fortaleçam a inteligência institucional, a governança da informação e a integração entre dados e processos decisórios em organizações públicas.

Em resumo, o Farol evidencia que é possível estruturar soluções informacionais robustas no nível municipal, desde que se articulem princípios técnicos, fundamentos teóricos e práticas institucionais. A gestão pública, ao adotar uma abordagem centrada na informação como bem público e recurso estratégico, amplia sua capacidade de gerar valor social, promover transparência e formular políticas mais justas e eficazes. O caso do Recife mostra que, com vontade política, método e escuta ativa, a ciência da informação pode sair dos livros e transformar realidades.

Referências

Almeida, J. (Org.). Governança de dados no setor público: abertura de dados governamentais. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2024. https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Governanca-de-dados-no-setor-publico_abertura-de-dados-governamentais.pdf

Alvarenga Neto, R. C. D. (2008). *Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapa conceitual integrativo*. São Paulo: Saraiva.

Amorim, F. R. B.; Tomaél, M. I. (2012). A influência da cultura organizacional na utilização de sistemas de informações em organizações públicas. *Informação@Profissões*, 1(1/2), 56–76. https://doi.org/10.5433/2317-4390.2012v1n1/2p56

Batista, M. (2025). Evidências e tomada de decisão em políticas públicas: uma análise qualitativa a partir da perspectiva da burocracia dirigente. *Revista de Administração Pública*, 59(2), e2024–0202. https://doi.org/10.1590/0034-761220240202

Baumgarten, M. (Org.). (2001). *A era do conhecimento: matrix ou ágora?* Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS; Brasília: Ed. UnB.

Belluzzo, R. C. B. (2017). Bases teóricas de gestão da informação: das origens aos desafios na sociedade contemporânea. *Palabra Clave (La Plata)*, 7(1), e027. https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe027/8817

Belluzzo, R. C. B. (2019). Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Conhecimento em Ação*, 4(1), 1–28. https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26573/14574

Buckland, M. K. (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, 45(5), 351–360.

Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: SENAC. https://www.academia.edu/42136482/A_Organiza%C3%A7%C3%A3o_do_Conhecimento_Chun_Wei_Choo

Davenport, T. H. (1998). *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. Rio de Janeiro: Futura.

https://pt.slideshare.net/slideshow/davenporttho mas-h-ecologia-da-informa-o-1998/30509981

Duarte, A. V. (2016). Gestão da informação no setor público: diagnóstico do sistema de gestão de informações do Programa de Aceleração do Crescimento. In *IX Congresso CONSAD de Gestão Pública* (pp. 1–19). Brasília: CONSAD. https://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/6/BC-Gest%C3%A3o-por-Resultados-02.pdf

Laudon, K. C.; Laudon, J. P. (2020). *Sistemas de informação gerenciais: gerenciando a empresa digital* (16. ed.). São Paulo: Pearson.

Lee, Y. W.; Strong, D. M.; Kahn, B. K.; Wang, R. Y. (2002). AIMQ: A methodology for information quality assessment. *Information & Management*, 40(2), 133–146. https://doi.org/10.1016/S0378-7206(02)00043-5

Marchand, D. A. (2000). *Competing with information: a manager's guide to creating business value with information content*. Wiley.

Nonaka, I.; Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus.

Pressman, R. S.; Maxim, B. R. (2016). *Engenharia de software: uma abordagem profissional* (8. ed.). AMGH Editora.

Tarapanoff, K. (2001). Referencial teórico: introdução. In: TARAPANOFF, K. (Org.). *Inteligência organizacional e competitiva* (pp. 33–49). Brasília: Editora Universidade de Brasília. http://repositorio.unb.br/handle/10482/14810

Observa Recife: Construção de um Observatório Público de Indicadores

Luã Lucas Amaral de Lima, UFPE,0009-0009-5554-8077, Brasil,lua.lucas@ufpe.br

Gabriel Barbosa da Silva, Prefeitura da Cidade do Recife, 0000-0003-1267-8866, Brasil, *gabriel.barbosa@recife.pe.gov.br*

Tatyane Lúcia Cruz Fonseca, UFPE, 0000-0003-2427-8579, Brasil, tatyanelcruz@gmail.com

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.317

Introdução

Em um contexto urbano marcado pela crescente complexidade na gestão das cidades, a informação qualificada assume um papel estratégico, tornando-se um insumo fundamental tanto para a formulação de políticas públicas eficazes quanto para o exercício pleno da cidadania. Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias da informação e comunicação permitiu a ampliação da produção e disseminação de dados sobre os territórios urbanos. No entanto, esse aumento na geração de dados nem sempre se traduz em informação acessível, compreensível e útil para a população e para os gestores públicos.

Na cidade do Recife, assim como em tantas outras capitais brasileiras, grandes volumes de dados são produzidos diariamente por diversos órgãos e setores da administração pública. Esses dados, que abrangem áreas como saúde, educação, mobilidade, segurança e desenvolvimento social, possuem enorme potencial para subsidiar diagnósticos, monitorar políticas públicas e fomentar a participação social. Contudo, a fragmentação dessas informações, associada à ausência de sistemas integrados e à dificuldade de

visualização e compreensão por parte do público, compromete a transparência, a eficiência da gestão e o controle social.

Diante dessa problemática, este trabalho propõe a construção de um observatório público de indicadores da cidade do Recife. Trata-se de uma plataforma digital interativa que reúne e organiza dados urbanos em painéis temáticos, de forma acessível e visualmente atrativa. A iniciativa, liderada pelo Núcleo de Gestão da Informação da Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura do Recife (SEPLAN), tem como objetivo consolidar, sistematizar e democratizar o acesso a informações públicas, promovendo maior clareza, confiabilidade e usabilidade na apresentação dos dados.

A proposta do observatório, intitulado "Observa Recife", parte do princípio de que o acesso à informação é um direito fundamental e um pilar da cidadania. Ao apresentar dados públicos de maneira compreensível, a plataforma contribui para a qualificação do debate público, o fortalecimento da participação cidadã e a construção de uma gestão mais transparente, aberta e responsiva. Do ponto de vista social, busca-se oferecer um instrumento de empoderamento coletivo, permitindo que diferentes públicos, desde gestores públicos até cidadãos comuns, acessem, interpretem e utilizem informações relevantes sobre sua cidade.

Nesse cenário, a usabilidade do sistema é tratada como um valor central na construção da plataforma. Inspirado nas heurísticas de usabilidade de Jakob Nielsen, o projeto prioriza aspectos como clareza na navegação, visibilidade do status do sistema, consistência visual e simplicidade. Essas diretrizes são fundamentais para garantir que o sistema seja intuitivo, responsivo e inclusivo, especialmente em um ambiente público com grande diversidade de perfis de usuários. Assim, a usabilidade ultrapassa o campo técnico e se consolida como um elemento de justiça informacional, ao reduzir barreiras de acesso e promover a equidade digital.

A usabilidade é, inclusive, um tópico diretamente relacionado à Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), uma vez que de nada adianta tornar públicos os dados se estes não puderem ser compreendidos ou utilizados pelo cidadão. A LAI determina que as informações públicas devem ser apresentadas de forma clara, compreensível e acessível, o que reforça ainda mais a necessidade de plataformas que priorizem a boa experiência do usuário, facilitando a localização, leitura e interpretação dos conteúdos disponibilizados.

Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com os fundamentos da Ciência da Informação, reconhecendo a informação como um recurso estratégico para o desenvolvimento social, político e cultural. Conforme argumenta Capurro, é necessário compreender a informação em seus contextos socioculturais, superando a visão tecnicista e instrumental. A proposta do Observa Recife insere-se nesse debate ao propor uma mediação informacional orientada por princípios de acessibilidade, confiabilidade e relevância social.

Além disso, a pesquisa se ancora nas abordagens da Gestão da Informação, especialmente no que se refere à criação de processos e sistemas capazes de transformar dados brutos em conhecimento significativo para a tomada de decisões. Segundo Choo, a gestão eficaz da informação envolve ciclos contínuos de coleta, organização, interpretação e disseminação. O observatório busca materializar esse ciclo ao consolidar dados dispersos em indicadores organizados por eixos temáticos, com visualizações claras e atualizações regulares, atendendo às necessidades informacionais de múltiplos públicos.

Portanto, este trabalho tem como objetivo principal apresentar a proposta metodológica e conceitual de construção do Observa Recife, desde a seleção de indicadores, a definição de fontes e critérios de curadoria, até o desenvolvimento do layout, da interface e das estratégias de publicação e atualização. Busca-se contribuir não apenas para o fortalecimento da cultura de dados abertos no município, mas também para o avanço do debate sobre a importância da usabilidade e da mediação informacional na construção de cidades mais inteligentes, inclusivas e participativas.

200 ANOS DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA DO SENADO BRASILEIRO: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Maciel Rodrigues Pereira, Senado Federal, Brasil, *mpereira@senado.leg.br*

Daliane Aparecida S. de Sousa, Senado Federal, Brasil, *dalianes@senado.leg.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6683

Eixo: Gestão da Informação e do conhecimento

Introdução

A Gestão da Informação (GI) e a Gestão do Conhecimento (GC) têm se consolidado como campos fundamentais para a eficácia operacional e estratégica de instituições que lidam com grandes volumes de informação, como arquivos e bibliotecas. Enquanto a GI foca no conjunto de práticas que visam a coleta, o armazenamento, a organização, a sistematização, o controle e a recuperação e disseminação de dados e documentos, a GC abrange a transformação desses dados em conhecimento estratégico e a criação, compartilhamento e aplicação do saber acumulado, por meio da sistematização, análise e compartilhamento de informações relevantes, buscando promover a criação, o compartilhamento e a aplicação estratégica dos conhecimentos adquiridos em razão dessas informações. Ambas são práticas essenciais para garantir a integridade e a relevância dos acervos institucionais.

No contexto brasileiro, o Arquivo e a Biblioteca do Senado brasileiro representam casos emblemáticos da aplicação desses conceitos ao longo de 200 anos de história institucional. Essa trajetória bicentenária revela não apenas a evolução dos instrumentos e métodos de preservação documental, mas também a constante transformação na forma como a informação e o conhecimento são gerenciados e disseminados. Ao longo deste período, essas unidades enfrentaram diversos desafios relacionados à preservação física e digital de acervos e dos registros históricos, organização e recuperação eficaz de documentos, garantia de acesso democrático às informações, adaptação às constantes mudanças tecnológicas e sociais, aproveitamento estratégico dos conteúdos armazenados e promoção de um ambiente de inovação, imprescindíveis para a construção de uma cultura organizacional moderna e inclusiva.

A partir dessa perspectiva, a presente investigação tem como tema central "200 Anos do Arquivo e da Biblioteca do Senado Brasileiro: Desafios e Transformações na Gestão da Informação e do Conhecimento", e parte do pressuposto de que a evolução dos processos de gestão nos acervos institucionais reflete as transformações sociais, tecnológicas e culturais que se sucederam ao longo de dois séculos. O problema de investigação reside na dificuldade de integrar e modernizar os métodos de GI e GC, essenciais para a preservação, a democratização e o acesso à memória institucional do Senado, diante dos desafios impostos pela digitalização, pela demanda por transparência e pela necessidade de uma organização eficiente dos acervos. Tal problemática justifica-se pela importância de compreender como as práticas tradicionais podem ser adaptadas ou reinventadas para responder às exigências contemporâneas de gestão e conservação, contribuindo para o fortalecimento do patrimônio informacional e cultural do país.

Portanto, o objetivo central deste trabalho é fornecer uma compreensão abrangente sobre o papel da GI e da GC no contexto específico do Arquivo e da Biblioteca do Senado Brasileiro, identificando claramente os principais desafios e as transformações ocorridas ao longo dos últimos 200 anos e propondo possíveis soluções viáveis para uma implementação mais eficaz e ampla dessas práticas em arquivos e bibliotecas brasileiras. Em última análise,

pretende-se contribuir para o aprimoramento das estratégias de gestão dos acervos no Brasil, reafirmando a importância dos processos de modernização e inovação na promoção do conhecimento e da memória institucional.

Referencial Teórico

Em uma instituição bicentenária como o Senado Brasileiro, com 200 anos de produção documental e bibliográfica, GI e GC enfrentam desafios complexos que exigem a integração de correntes teóricas clássicas e contemporâneas.

Autores como Davenport e Prusak (1998) ressaltam o conhecimento organizacional como um recurso estratégico fundamental, que deve ser compartilhado e gerenciado para gerar valor e inovação, enquanto Nonaka e Takeuchi (1997) descrevem o processo dinâmico de criação do conhecimento por meio da conversão entre conhecimento tácito e explícito (modelo SECI), evidenciando como as organizações podem transformar experiências individuais em conhecimento institucional. Choo (2003) contribui ao conceituar a "organização que sabe", enfatizando que o uso eficaz da informação é essencial para a aprendizagem organizacional, a tomada de decisão fundamentada e a construção de conhecimento coletivo.

Alvarenga Neto (2008) propõe uma abordagem integrativa de gestão do conhecimento no contexto brasileiro, mapeando conceitos e práticas para alinhar informação, conhecimento e estratégia organizacional. Por outro lado, Wilson (2002) oferece uma visão crítica, questionando os limites entre informação e conhecimento e alertando que a chamada "gestão do conhecimento" muitas vezes não passa da gestão da informação sob outro nome, o que exige precisão conceitual por parte dos gestores.

Buckland (1991), em uma perspectiva da Ciência da Informação, explora a natureza do conceito de informação (por exemplo, distinguindo "informação como processo", "como conhecimento" e "como coisa"), lembrando que os documentos e registros – sejam físicos ou digitais – são artefatos concretos de informação que precisam ser organizados e preservados para servir de base ao conhecimento.

Paralelamente, as bases conceituais da Arquivologia e da Biblioteconomia clássicas aportam princípios indispensáveis à gestão da informação em instituições centenárias. Jenkinson (1966), por exemplo, enfatizou o valor da proveniência e da ordem original, concebendo o arquivista como guardião imparcial que assegura a integridade e a autenticidade dos documentos arquivísticos como evidências fidedignas da memória institucional. Schellenberg (1973), por sua vez, trouxe uma perspectiva pragmática à administração de arquivos, introduzindo o conceito de ciclo de vida dos documentos e métodos sistemáticos de avaliação (*appraisal*) para seleção documental, valorizando tanto o uso corrente administrativo quanto o valor histórico futuro dos arquivos.

Na tradição brasileira, Paes (1986) consolidou práticas de gestão de documentos e arquivos, adaptando os preceitos clássicos à realidade institucional local e destacando a importância de políticas documentais claras. Além disso, teóricos como Boadle (2004) e outros discutem a evolução do papel de arquivos e bibliotecas, que deixaram de ser apenas repositórios passivos para atuarem como agentes ativos no fluxo informacional e no compartilhamento do conhecimento.

Ao articular essas diferentes correntes teóricas, constrói-se um referencial sólido que esclarece os fundamentos conceituais e metodológicos necessários para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão da informação e do conhecimento em uma instituição pública bicentenária. Essa síntese teórica evidencia que, para o Arquivo e a Biblioteca do Senado, é crucial unir a preservação da memória e a organização documental de acordo com os clássicos da arquivologia e biblioteconomia – garantindo autenticidade, acessibilidade e continuidade histórica – às estratégias modernas de gestão da informação e do conhecimento, que promovem a conversão da informação em conhecimento útil, o compartilhamento sistêmico de saberes e a inovação, assegurando assim a coerência conceitual, a

fluidez argumentativa e a profundidade crítica necessárias para compreender e enfrentar as transformações e desafios próprios de uma instituição secular.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa com elementos quantitativos, sendo descritiva, exploratória, bibliográfica e documental, usando o método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). O universo de investigação são os acervos do Senado, e a população-alvo inclui publicações acadêmicas e documentos institucionais sobre GI e GC. Para coleta de dados, empregaram-se técnicas bibliográficas e documentais, com uso de listas de verificação e protocolos de análise para sistematizar informações. Os procedimentos incluíram acesso agendado aos materiais e consentimentos necessários, garantindo consistência nos dados coletados. Na análise qualitativa, aplicaram-se técnicas de codificação e categorização para identificar desafios, transformações e oportunidades na gestão dos acervos, permitindo propor soluções inovadoras e sustentáveis na gestão pública da informação e do conhecimento

Essa metodologia propiciou a elaboração de uma interpretação crítica e abrangente dos processos de modernização e preservação institucional, contribuindo para a proposição de soluções inovadoras e sustentáveis no contexto da gestão pública da informação e do conhecimento.

GI e GC: conceitos fundamentais e aplicação institucional

A Gestão da Informação (GI) e a Gestão do Conhecimento (GC) são campos inter-relacionados que desempenham papéis cruciais na eficiência e inovação das organizações. A GI concentra-se na aquisição, organização, armazenamento, disseminação e uso eficaz da informação, garantindo que os dados corretos estejam disponíveis para as pessoas certas no momento oportuno. Já a GC envolve processos que facilitam a criação, compartilhamento e aplicação do conhecimento, transformando informações em insights valiosos para a tomada de decisões e inovação. Embora distintas, GI e GC são complementares: enquanto a GI lida com a gestão de dados e informações explícitas, a GC abrange tanto o conhecimento explícito quanto o tácito, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e colaboração.

Nas instituições arquivísticas e bibliotecárias, a aplicação integrada da GI e da GC é fundamental para a organização, recuperação e disseminação eficazes de conteúdos. A GI assegura que os recursos informacionais sejam sistematicamente organizados e facilmente acessíveis, enquanto a GC promove a construção colaborativa e o compartilhamento de conhecimento entre profissionais e usuários. No contexto do Arquivo e da Biblioteca do Senado, essas práticas são essenciais para preservar a memória institucional e apoiar as atividades legislativas. A implementação de sistemas de gestão documental e repositórios digitais exemplifica a aplicação da GI, facilitando o acesso e a preservação de documentos históricos e legislativos. Simultaneamente, a GC é aplicada por meio de iniciativas que incentivam a troca de conhecimentos entre os funcionários, como programas de capacitação e comunidades de prática, promovendo a inovação e a eficiência nos processos internos.

A integração eficaz da GI e da GC no Arquivo e na Biblioteca do Senado influencia diretamente a organização e recuperação de conteúdos, permitindo que informações críticas sejam facilmente localizadas e utilizadas para embasar decisões legislativas. Além disso, facilita a construção colaborativa do conhecimento, onde experiências e insights são compartilhados, enriquecendo o patrimônio intelectual da instituição. O compartilhamento estruturado de conhecimento contribui para a formação de uma base sólida de informações, essencial para a transparência e responsabilidade no processo legislativo. Portanto, a aplicação estratégica da GI e da GC no Senado não apenas preserva e organiza informações, mas também transforma dados em ativos valiosos, impulsionando a inovação e fortalecendo a função legislativa da instituição.

Trajetória do Arquivo e da Biblioteca do Senado: evolução das práticas de gestão

A história bicentenária do Arquivo e da Biblioteca do Senado Brasileiro reflete a evolução das práticas de gestão da informação e do conhecimento no Parlamento. Observa-se uma constante adaptação para aprimorar a organização, preservação, acesso e disseminação do conhecimento legislativo. Nesta seção, traça-se uma linha do tempo com marcos históricos, inovações tecnológicas e seus impactos na eficiência institucional e na relação do Senado com a sociedade.

Origens no Império (1826–1889): Fundação e primeiros passos

A ideia de se criar um arquivo legislativo surgiu já no projeto constitucional de 1823, que previa um Arquivo como parte da estrutura funcional do novo Senado do Império. Não se concebia o funcionamento do Senado sem a adequada gestão dos documentos por ele produzidos. Assim, na primeira sessão do Senado do Império, em 6 de maio de 1826, foi oficialmente criado o Arquivo do Senado. De fato, pode-se afirmar que o Arquivo do Senado nasceu junto com a própria instalação do Legislativo imperial, encarregado de guardar e manter toda documentação relativa à Câmara Alta brasileira.

Na mesma época, poucos dias depois, em 18 de maio de 1826, os senadores deliberaram a criação da Biblioteca do Senado (chamada então de Livraria do Senado). Essa iniciativa, liderada pelo Visconde de Cairu que sugeriu ao presidente do Senado, Visconde de Santo Amaro, a aquisição de obras para dotar os parlamentares de fontes de referência para os trabalhos legislativos. Nas décadas seguintes, os senadores logo atentaram para a necessidade de ampliar e organizar o acervo bibliográfico e documental, assim, o Arquivo e a Biblioteca cresceram de forma incremental.

Em 1864, um parecer lido em plenário detalhava as medidas tomadas para organizar o arquivo, um avanço significativo para a época. Entre os documentos guardados estavam registros legislativos e administrativos, fundamentais para a memória institucional. Os debates sobre a necessidade de um arquivista capacitado ficavam mais frequentes. A figura do arquivista foi novamente questionada em Plenário em 1866 (Brasil, 1877-1914), junto com a criação de um local para armazenar os arquivos da época.

> "Não deve haver um arquivo? Nós devemos tê-lo. Quem há de se incumbir dele? Hão de ser os mesmos oficiais que estão diariamente trabalhando no serviço da secretaria? Um arquivista que temos é verdadeiramente arquivista? Faz um serviço muito útil, tem servido muito bem; mas não é como arquivista. O nobre presidente do Senado conhece isto tudo; e está certo de que o atual empregado, que pode-se considerar arquivista serve bem, porém não é ainda arquivista"

Em 1866, preocupados com a ampliação do acervo bibliográfico, senadores como o Visconde de Abaeté propuseram usar sobras orçamentárias para adquirir livros na Europa, a fim de tornar a coleção “digna” da instituição e uma biblioteca à altura de suas funções. Nesse ano, foram importadas diversas obras estrangeiras (principalmente em francês, italiano e latim) por intermédio da Embaixada do Brasil em Lisboa. Também em 1866 houve doações de particulares ilustres – por exemplo, 56 obras em 290 volumes doadas por Melchior Carneiro, da Assembleia Provincial de Minas. Tais esforços ampliaram significativamente o acervo e, como resultado, ao final do Império o acervo bibliográfico do Senado já contava com milhares de volumes e periódicos, cobrindo os principais ramos do Direito e outras áreas de interesse legislativo.

Durante o Império, a gestão documental do Arquivo ficava a cargo da Secretaria do Senado, que guardava os projetos de lei, atos, registros das sessões e correspondências oficiais. Em 1867, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), um fato curioso: Alonso Carneiro Pestana de Aguiar, copista da Secretaria do Senado, foi convocado para se alistar, mas conseguiu ser dispensado ao argumentar que sua contribuição seria mais valiosa nos trabalhos de organização do arquivo. Sua dedicação à tarefa, em que ele registrava e classificava manualmente os processos legislativos, e seu zelo pelos documentos atestam a importância que a organização dos papéis começava a ter para o Senado.

Primeira República e Era Vargas (1889–1945): Expansão, separação funcional e perdas

Com a Proclamação da República, o Senado passou por reestruturações administrativas, que impactaram diretamente a Biblioteca e o Arquivo. Em 1896, ampliou-se a sede e o acervo bibliográfico, incluindo cerca de 6 mil volumes e mais de 100 títulos de periódicos. Dois anos depois, em 1898, foi publicado o primeiro catálogo impresso da Biblioteca, com 3.359 itens, e formalizou-se a nomeação de um bibliotecário responsável, que também acumulava a função de arquivista.

A separação funcional entre Biblioteca e Arquivo ocorreu em 1909, refletindo a especialização crescente das atividades. Até então, conforme reconhecido no Regimento Interno de 1904, ambas as unidades atuavam de forma integrada. A sede do Senado nessa época ficava no Rio de Janeiro – primeiro no antigo Paço do Senado (anexo ao Palácio Conde dos Arcos) até 1924, depois no Palácio Monroe de 1925 a 1960. Em 1924, com a mudança para o Monroe, a Biblioteca ganhou instalações mais amplas..

Contudo, durante o Estado Novo (1937–1945), o fechamento do Congresso trouxe perdas significativas. A Biblioteca ficou sem custódia e parte do acervo foi extraviada, incluindo obras raras. A retomada das atividades em 1946 exigiu o tombamento e recadastramento de todas as obras remanescentes. O Arquivo do Senado, por sua vez, também sofreu com a interrupção institucional: a descontinuidade das atividades legislativas significou acúmulo desordenado de papéis e possível perda de organização. Porém, de forma similar, o Arquivo retomou a custódia dos documentos legislativos, assegurando a continuidade documental entre o período pré-1937 e a retomada institucional de 1946. Esse processo marcou a reconstrução da estrutura informacional da Casa, já com um olhar mais técnico e voltado à preservação institucional.

Em 1950, o regulamento da Secretaria do Senado criou uma diretoria específica para a Biblioteca, com seções dedicadas à catalogação, empréstimo e referência legislativa. Propôs-se ainda a criação de uma Divisão de Documentação, integrando as áreas de Biblioteca, Arquivo e Documentação Jurídica – uma antecipação do conceito de gestão integrada da informação.

Transferência para Brasília e reestruturação (1960–1980): Novos desafios e início da automação

A mudança da capital para Brasília, em 1960, representou um marco para o Senado Federal e suas unidades de informação. Embora a sede do Congresso tenha sido inaugurada em abril daquele ano, o acervo da Biblioteca e do Arquivo só foi transferido integralmente em 1961. A reorganização do material ficou a cargo de bibliotecárias como Aurora de Barros Rego e Elsita Campos da Paz, que coordenaram a reinstalação gradual da Biblioteca em Brasília.

Com instalações provisórias e equipe reduzida, os livros foram reorganizados conforme a demanda parlamentar. A Biblioteca passou a operar em diferentes andares do prédio do Senado, enquanto o Arquivo também estruturava sua custódia dos documentos históricos e legislativos oriundos do Rio de Janeiro.

A partir de 1968, intensificaram-se os esforços de modernização. O acervo foi atualizado com obras técnicas e de referência, e criou-se o Serviço de Reprografia, que acelerou a produção de catálogos e a duplicação de documentos. Em cumprimento à Lei nº 4.084/1962, que regulamentava a profissão de bibliotecário, foi nomeada a primeira bibliotecária diplomada, Adélia Leite Coelho, que liderou a Biblioteca até 1980. Nesse período, consolidou-se a profissionalização do setor, com a realização de concursos específicos e fortalecimento da equipe técnica.

Simultaneamente, o Arquivo passou a adotar práticas de classificação e ordenação dos documentos administrativos e legislativos, ainda que de forma incipiente. O crescimento da burocracia pública evidenciava a necessidade de uma gestão documental mais sistemática. A massificação do papel nessa era fez surgir o problema do acúmulo documental – desafio que seria enfrentado com políticas de gestão documental nas décadas seguintes.

O ponto de inflexão ocorreu em 1972, com a criação do Departamento de Informações, nominada hoje de Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC),e do Centro de Processamento de Dados do Senado (PRODASEN). Essa parceria entre esses dois os pilares da modernização dos trabalhos do Senado Federal na época resultou na informatização dos primeiros catálogos bibliográficos: a base BIBL (livros e folhetos) e a base PERI (artigos de periódicos), marcando o início da automação da informação legislativa no Brasil.

Em 1975, essas bases passaram a compor a Rede SABI – uma das primeiras redes cooperativas de bibliotecas governamentais automatizadas no país. O Senado liderava essa iniciativa, integrando sistemas de aquisição, processamento técnico e circulação via sistema eletrônico único, posicionando a Biblioteca do Senado como vanguarda tecnológica em pleno regime autoritário.

Em 1979, com apoio da presidência do Senado, a Biblioteca ganhou nova sede e passou a se chamar oficialmente Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Foram criados espaços específicos para parlamentares, consultores e pesquisadores, e melhoradas as condições de acondicionamento do acervo, refletindo o reconhecimento da informação como ativo estratégico.

Da redemocratização à era digital (1980–2025): Modernização, acesso público e preservação digital

Com a redemocratização e os avanços tecnológicos, o Senado ingressou em uma fase de transformações estruturais na gestão da informação e do conhecimento. Em 1980, foi criado um banco de dados que possibilita conhecer a história dos parlamentares, bem como as conquistas e os desafios enfrentados na carreira política, permitindo entender melhor o contexto em que cada um atua. Tais informações foram reunidas e sistematizadas na Banco de Dados BSEN, que pode ser acessado pelo cidadão no portal institucional, cuja competência de organizar e atualizar os dados biográficos das Senadoras e dos Senadores, alimentando o banco de dados correspondente e de elaborar publicações sobre as biografia dos parlamentares em qualquer suporte coube ao Arquivo.

Na década de 1980, a Rede SABI se expandiu e consolidou como referência nacional em informação legislativa cooperativa. A Biblioteca operava catálogos informatizados e já acumulava mais de 100 mil volumes, incluindo coleções em microfilme de jornais históricos. Em 1986, a Biblioteca do Senado assumiu a responsabilidade de editar periodicamente a Bibliografia Brasileira de Direito, importante referência bibliográfica nacional na área jurídica.

A promulgação da Constituição de 1988 e da Lei n.º 8.159/1991 (Lei de Arquivos) trouxe marcos legais para a gestão documental. Em resposta, o Senado instituiu o SIARQ-SF e a Coordenação de Arquivo como órgão central normativo, responsável por padronizar práticas de protocolo, classificação, tramitação, guarda e destinação de documentos. Iniciou-se, assim, uma gestão sistêmica do ciclo de vida documental, com elaboração de tabelas de temporalidade e eliminação controlada de documentos sem valor permanente. Assim, sanou-se grande parte do problema do acúmulo indiscriminado de papéis e garantiu-se que os documentos de valor histórico fossem recolhidos adequadamente ao Arquivo permanente.

Nos anos 1990, a Biblioteca também evoluiu. A Bibliografia Brasileira de Direito passou a ser publicada em CD-ROM, e, em 1997, a Biblioteca lançou sua presença na internet, disponibilizando o catálogo geral on-line. Com a transição para o formato MARC21 a Rede SABI tornou-se a RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas), ampliando a interoperabilidade com outras instituições, incluindo a Câmara dos Deputados.

Em 2006, foi lançada a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), reunindo mais de 55 mil documentos digitais de conteúdo legislativo, histórico e acadêmico. A BDSF, baseada em software livre e padrões internacionais, ampliou significativamente o acesso remoto ao acervo institucional. Hoje o seu acesso anual gira em torno de duas milhões de pessoas, tendo ampliado exponencialmente o acesso do público e dos pesquisadores à

memória legislativa, sem as barreiras geográficas e físicas antes existentes.

Com a crescente produção de documentos nativamente digitais e a digitalização de documentos, o Arquivo do Senado precisou evoluir para além da guarda física. Após 2010, foram adotadas iniciativas de gestão e de preservação física e digital seguindo modelos internacionais.

Em 2014, o Senado recebe o diploma que certifica a inclusão da série Fallas do Throno, do acervo histórico do Arquivo, no Programa Memória do Mundo, da organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Por ser um retrato da história do Brasil, entre os anos de 1826 e 1889, a série foi reconhecida pelo programa que considera como patrimônio da humanidade documentos, arquivos e bibliotecas de valor internacional. A série Falas do Trono reúne mensagens dos imperadores para os deputados e senadores nas reuniões de abertura e encerramento do ano legislativo da Assembleia Geral Legislativa brasileira. Nos documentos, localizados no Arquivo do Senado, estão os discursos que eram proferidos pelo monarca durante a existência da Assembleia, discorrendo sobre temas políticos, problemas que o país enfrentava, e propostas para resolvê-los.

Em 2013, é lançado o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Senado Federal (SIGAD-SF), administrado pelo Arquivo. Dois anos depois, em 2015, por meio do SIGAD-SF, é implementado o processo eletrônico administrativo, fazendo com que a produção documental administrativa seja feita somente em meio digital. O ponto alto deu-se a partir de 2019, quando o Senado lançou um projeto específico de preservação e difusão digital de documentos arquivísticos, em parceria com a Universidade de Brasília. Implantaram-se os sistemas Archivematica e AtoM, ambos softwares livres amplamente utilizados em gestão arquivística digital. O Archivematica provê um repositório digital confiável, conforme o modelo OAIS, para preservação de longo prazo; e o AtoM (Access to Memory) permite descrever e publicar na web os documentos históricos.

Esse conjunto integrado dos ambinetes de preservação (Archivematica) e de acesso (AtoM) foi denominado de “Arquivo Digital do Senado Federal (ADSF)”, lançado oficialmente em 2022 no Plenário do Senado pelo Presidente da Casa. A integração dessas ferramentas ao fluxo de gestão documental foi completa: o ADSF já se conecta ao SIGAD. Assim, estabeleceu-se uma cadeia de custódia contínua e automatizada: ao final de seu trâmite, documentos de valor permanente são identificados no SIGAD, transferidos automaticamente para o Archivematica para preservação digital, e em seguida publicados no ADSF com descrição arquivística feita pelos profissionais do Arquivo. Em 2024, essa automação integral do ciclo de vida documental – da produção ao acesso público – tornou-se realidade no Senado, num projeto considerado pioneiro na administração pública brasileira (os Diários do Congresso Nacional foram os primeiros documentos nato-digitais a comporem o ADSF). Ainda em 2022, o Arquivo inaugurou uma ferramenta para envio virtual de documentos administrativos para o Senado: o e-Protocolo.

Enquanto isso, a Biblioteca do Senado também incorporava novas tecnologias e redefinia seu papel. Na década de 2010, a biblioteca ampliou seus serviços digitais: além da BDSF, passou a oferecer atendimento remoto ao usuário (referência virtual, recebimento de solicitações de pesquisa por e-mail e, mais recentemente, via formulários web). Foram adotados sistemas integrados mais modernos para gestão do catálogo, incluindo a disponibilização do acervo bibliográfico no portal do Senado para busca pública.

A entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) intensificou a demanda por serviços de informação estruturados, exigindo respostas técnicas do Arquivo e da Biblioteca que demonstram o papel ativo desses órgãos na interface entre o Senado e os cidadãos.

Tais serviços foram fortalecidos por ações educacionais e culturais: no âmbito da SGIDOC, Arquivo e Biblioteca (juntamente com o Museu do Senado) promovem ou colaboram com exposições culturais na Casa e, por serem

referências nacionais e internacionais, recebem visitas educacionais e técnicas. O Arquivo do Senado promoveu, ainda, projetos de história oral e publicações comemorativas, com destaque para o "Arquivo S", seção mensal publicada no Jornal do Senado, convertendo-se em volume de livro ao final de cada ano (já são nove volumes da coleção), que divulga atos e fatos ocorridos no Senado Federal e no Congresso Nacional, explorando o acervo do Senado que conta a história do Brasil. Já a Biblioteca realiza eventos como rodas de leitura e lançamentos de livros e publicações, em especial as Escritoras do Brasil, coleção que busca divulgar o trabalho intelectual de escritoras brasileiras desconhecidas ou pouco reconhecidas no cânone literário do país. Essas iniciativas não apenas difundem o acervo como cumprem função social de aproximar o Parlamento da sociedade, reforçando a imagem de transparência e compromisso com a memória institucional.

Em síntese, a trajetória do Arquivo e da Biblioteca do Senado Federal ao longo de dois séculos ilustra um processo contínuo de adaptação e modernização, além de ser um retrato simbólico de como gestão da informação e do conhecimento caminharam lado a lado com a própria história da instituição. Hoje, o Senado dispõe de uma estrutura integrada de gestão documental e bibliográfica que assegura a preservação da memória legislativa e viabiliza o acesso público àa diversas informações, em tempo real e em múltiplos formatos, contribuindo para a transparência e o controle social. Os desafios permanecem em constante evolução, no entanto, olhando em perspectiva histórica, verifica-se um claro progresso: as práticas de GC no Senado tornaram-se mais profissionais, proativas e orientadas ao cidadão. Esse progresso é resultado de decisões institucionais acertadas, do empenho de gerações de bibliotecários e arquivistas, e da capacidade de incorporar inovações tecnológicas oportunamente. O Senado buscou preservar sua memória documental e, progressivamente, torná-la mais acessível e útil, afirmando-se como referência em gestão do conhecimento legislativo.

Figura 1: Infográfico resumindo os principais marcos históricos na GI no Senado (1826–2025)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Principais desafios na GI e GC no Senado Brasileiro

Transição do Analógico para o Digital

Um dos desafios mais evidentes enfrentados pelo Arquivo e pela Biblioteca do Senado Federal é a transição do suporte analógico para o digital. Trata-se de uma instituição bicentenária, cujo acervo se constituiu majoritariamente em papel durante a maior parte de sua existência. Com o advento das tecnologias digitais, tornou-se imprescindível migrar processos e conteúdos para o ambiente eletrônico sem comprometer a preservação e a autenticidade da informação. Isso inclui tanto a digitalização dos documentos físicos quanto a gestão adequada dos documentos nativamente digitais produzidos atualmente. O Arquivo do Senado ilustra bem essa dualidade

de necessidades: ao mesmo tempo em que precisa conservar papéis históricos de valor permanente, deve garantir a integridade e o acesso contínuo de documentos digitais contemporâneos.

Na prática, a transição digital envolve projetos de digitalização de acervos, implementação de sistemas de informação e capacitação de equipes. No Senado, esforços de digitalização tiveram início, mas ainda cobrem uma parcela modesta do acervo histórico. Em 2022, por exemplo, foi lançada a plataforma ADSF com 200 documentos históricos digitalizados do período imperial, como parte das comemorações do bicentenário da Independência. Embora esse lançamento represente um marco importante de difusão e transparência, ele também evidencia a dimensão do trabalho pendente, já que o acervo sob custódia do Senado nesse período (1826–1889) é muito mais vasto, demanda que esbarra em limitações de recursos e tempo. Assim, a transição do analógico para o digital, quando incompleta ou lenta, impõe riscos à preservação da informação e ao seu acesso público.

Além disso, essa transformação requer novas competências na força de trabalho. Profissionais de arquivo e biblioteca acostumados a lidar com catálogos em papel e manuseio físico de coleções precisaram se atualizar para operar softwares de gestão arquivística, repositórios digitais e bases de dados eletrônicas. No contexto do Senado, identificou-se já em 2020 a necessidade de dar continuidade à digitalização e descrição arquivística digital dos documentos históricos, bem como de customizar e alimentar com metadados adequados o ADSF antes de sua abertura plena ao público. A própria Biblioteca do Senado vivenciou, ao longo das últimas décadas, uma explosão no volume e na variedade de informações disponíveis eletronicamente, exigindo ampliar suas coleções para incluir conteúdos digitais. Essa abundância de informações eletrônicas criou o desafio de filtrar, gerir e entregar informação de qualidade em meio a uma avalanche informacional. Em resumo, a transição do analógico para o digital se impõe como um desafio histórico-atual: é imperativo modernizar os processos de GI para o ambiente digital, mas fazê-lo de modo eficaz demanda planejamento, recursos e adaptação cultural, sob pena de comprometer a memória institucional e a eficiência na disponibilização dos conteúdos do Senado.

Integração de Sistemas com Práticas Tradicionais

A modernização tecnológica no Senado trouxe à tona o desafio de integrar novos sistemas de GI aos métodos e práticas tradicionais já consolidados. O Arquivo e a Biblioteca desenvolveram ao longo do tempo rotinas e normas próprias – como classificações, tabelas de temporalidade, catálogos manuais, protocolos físicos – que não podem ser simplesmente descartadas do dia para a noite. A implementação de sistemas eletrônicos deve, portanto, considerar essas práticas legadas, de forma a integrar dados e processos antigos ao novo fluxo digital.

Um exemplo concreto é a adoção do SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) no Senado. Ao implantar esse sistema, responsável pela gestão e tramitação eletrônica de documentos administrativos, com o passar dos anos, fez-se necessário conectá-lo às plataformas de preservação e difusão de documentos históricos. No projeto de implantação do repositório arquivístico digital, integrou-se o SIGAD com duas novas ferramentas especializadas – o Archivematica (para preservação digital) e o AtoM (para descrição e acesso aos documentos digitais) – a fim de construir uma “cadeia de custódia” completa dos documentos. Essa cadeia de custódia integrada garante que, desde a produção do documento até sua guarda permanente e disponibilização pública, haja continuidade e controle, independentemente do suporte (físico ou digital). Foi um avanço significativo, mas só viabilizado após intensos esforços de integração tecnológica e colaboração intersetorial.

O processo de integração de sistemas esbarra em desafios operacionais importantes. Um deles é a portabilidade de dados: migrar ou sincronizar informações de bases legadas (por exemplo, registros de protocolo em papel ou planilhas antigas) para novas bases digitais sem

perda ou corrupção de dados. Outro é o desenho de processos: o fluxo de trabalho tradicional muitas vezes precisa ser revisto para aproveitar as automatizações oferecidas pelos novos sistemas. No Senado, por exemplo, a substituição do protocolo físico de documentos pelo E-Protocolo eletrônico exigiu não apenas implantar o sistema como também reorganizar o atendimento aos usuários e a tramitação interna de papéis. O E-Protocolo, lançado em 2022, passou a permitir o envio digital de documentos administrativos pela internet, eliminando a necessidade de deslocamento de usuários externos até o balcão do Protocolo para entregar documentos em papel. Essa mudança trouxe agilidade e praticidade, mas implicou treinar usuários para a nova ferramenta e adaptar normas internas.

Adicionalmente, a integração de sistemas requer padronização. Sem padronização prévia, sistemas integrados podem ter dificuldades para interpretar dados. Reconhecendo isso, a SGIDOC atualizou em 2023 o seu Plano de Classificação de Documentos de Arquivo e a respectiva Tabela de Temporalidade, visando simplificar e unificar a classificação documental em toda a Casa. Essa nova abordagem, ao classificar documentos segundo a atividade geradora e distinguir melhor entre documentos do Senado e do Congresso, prepara terreno para futura automação dessas tarefas e facilita o manejo conjunto dos acervos físicos e digitais. Trata-se de adequar as antigas estruturas de organização da informação para que dialoguem bem com os sistemas informáticos atuais.

Os impactos negativos de uma integração falha ou incompleta manifestam-se em retrabalho, inconsistências e perda de eficiência. Por exemplo, se um documento físico não estiver registrado adequadamente no sistema digital, pode ocorrer dificuldade em localizá-lo ou duplicidade de esforços na sua gestão. Logo, integrar sistemas com práticas tradicionais não é apenas uma questão tecnológica, mas também de gestão de processos e mudança organizacional. O Senado vem avançando nesse quesito ao alinhar seus sistemas (SIGAD, Folio, ADSF, BDSF, E-Protocolo etc.) com a revisão de processos e normas, buscando assegurar que a inovação tecnológica não ocorra à revelia das práticas consagradas, mas sim as melhore e racionalize. O desafio permanece em acompanhar a evolução dos sistemas e manter a coerência entre o mundo digital e o legado físico, garantindo que nenhum conteúdo ou funcionalidade se perca nessa transição integradora.

Limitações de Recursos

A escassez de pessoal técnico qualificado compromete a manutenção e expansão das práticas de GI e GC. O acúmulo de atribuições, como transparência, dados abertos, preservação digital e atendimento a novas leis (como a LAI e a LGPD), não foi acompanhado por reforço de equipes. Isso gera sobrecarga, atraso em projetos estratégicos e priorização de tarefas urgentes em detrimento de ações estruturantes.

No campo tecnológico, embora avanços tenham sido realizados, há limitações de infraestrutura, como equipamentos defasados e necessidade de contratação de serviços especializados para tratamento técnico de massas documentais acumuladas. A morosidade resultante compromete prazos e qualidade dos serviços prestados.

A SGIDOC tem adotado estratégias de reorganização interna, realocação de pessoal e parcerias interinstitucionais, mas reconhece que essas medidas, embora eficazes no curto prazo, não substituem a necessidade de uma estrutura permanente e adequadamente dimensionada.

Resistência Cultural a Mudanças

A cultura organizacional do Senado, marcada por tradição e estabilidade, tende a resistir a mudanças. Reformas estruturais recentes, como a reestruturação da SGIDOC em 2022–2023, encontraram receio por parte das equipes diante da redistribuição de funções e da integração entre áreas com identidades técnicas distintas.

Para enfrentar essa resistência, foram adotadas estratégias participativas, com oficinas, escuta ativa e valorização da missão institucional das unidades. O engajamento foi

reforçado pela construção de propósito coletivo e comunicação clara sobre os objetivos das mudanças.

Mesmo assim, a resistência tende a reaparecer com trocas na administração. Por isso, a consolidação de uma cultura favorável à inovação exige constância e demonstração de resultados práticos. A experiência da SGIDOC mostra que é possível avançar quando há diálogo, liderança técnica e envolvimento das equipes.

Desafios Tecnológicos

A rápida evolução tecnológica impõe desafios constantes à gestão da informação e do conhecimento. Não basta digitalizar e integrar sistemas; é preciso mantê-los atualizados, seguros e eficientes diante de mudanças contínuas. No contexto do Senado, vários desafios tecnológicos podem ser destacados, desde a preservação digital de longo prazo até a adaptação a novas ferramentas e plataformas de informação.

Um primeiro desafio diz respeito à **preservação digital**. Documentos arquivísticos digitais exigem estratégias especializadas para garantir sua leitura e autenticidade ao longo de décadas ou séculos. Formatos de arquivo tornam-se obsoletos, mídias de armazenamento se degradam, sistemas mudam. Para enfrentar esse ponto, o Senado adotou o modelo OAIS (Open Archival Information System) para o ADSF, visando assegurar que os pacotes de dados arquivísticos contenham todas as informações necessárias para futura recuperação e compreensão. Mesmo com essa infraestrutura, a **manutenção tecnológica** é crítica: serão necessários upgrades periódicos de software, migrações de formato e monitoramento de integridade dos arquivos ao longo do tempo. Instituições de memória enfrentam o dilema de investir continuamente em tecnologia para não perderem o patrimônio já digitalizado. Se faltarem recursos ou planejamento, corre-se o risco de uma "memória digital perdida" – arquivos inacessíveis por falhas tecnológicas.

Outro desafio é a **segurança da informação e proteção de dados**. Com a transformação digital, grande parte dos ativos informacionais do Senado está em formato eletrônico e acessível em rede. Isso os sujeita a ameaças cibernéticas (vírus, ataques hackers, ransomware) e impõe a necessidade de controles de acesso rigorosos. A aprovação da LGPD trouxe à tona a questão da privacidade e do uso adequado de dados pessoais nos acervos. A SGIDOC precisou desenvolver políticas e práticas para tratar dados pessoais em documentos sob sua guarda, equilibrando transparência e privacidade. Atender a requisitos legais como a LGPD é um desafio tecnológico-organizacional: demanda implementar soluções de anonimização, segurança reforçada nos sistemas e treinamento dos servidores para lidarem com informações sensíveis. Além disso, a Lei de Acesso à Informação impõe agilidade na recuperação de dados e documentos, o que só é possível com sistemas bem estruturados de busca e gerenciamento eletrônico. Ou seja, a conformidade legal acaba pressionando a instituição a aprimorar seus sistemas de informação.

A **interoperabilidade e compatibilidade tecnológica** constituem outro aspecto desafiador. O ecossistema de TI do Senado abrange diversos sistemas (SIGAD, Legis para o processo legislativo, portal da transparência, sistemas administrativos e legislativos etc.). É fundamental que os sistemas da área de informação (arquivo, biblioteca, museu) possam conversar com outros sistemas institucionais e até externos. Por exemplo, é necessário interoperar o *ADSF* com o sistema *Legis*, que produz documentos legislativos nato-digitais desde 2023. Implementar interfaces de interoperabilidade, APIs e adoção de **padrões abertos** são iniciativas tecnológicas desafiadoras que precisam ser planejadas. Se não forem, a consequência é a criação de novos silos digitais, ilhas de informação que dificultam uma visão integrada do conhecimento institucional.

Por fim, um desafio tecnológico onipresente é a **capacitação contínua** em novas ferramentas. Surgem constantemente novidades como **inteligência artificial aplicada à gestão documental** (projeto em desenvolvimento no Senado), soluções de **automação de processos** (RPA – Robotic Process Automation) e até

possibilidades de uso de **blockchain** para autenticação de registros. Para uma instituição tradicional como o Senado, avaliar e eventualmente adotar essas tecnologias requer cautela, mas também mente aberta. Há que se evitar tanto a adoção irrefletida de modismos tecnológicos quanto o conservadorismo que impede de colher benefícios reais de inovações. Encontrar esse equilíbrio exige maturidade e atualização permanente da equipe de TI e de gestão da informação, garantindo que possuam as competências técnicas para operar novas ferramentas e extrair seu potencial máximo em prol da missão institucional.

As implicações de falhas em lidar com os desafios tecnológicos podem ser graves. Sistemas defasados implicam perda de produtividade e falhas de atendimento; insegurança digital pode levar a vazamentos de informações ou destruição de dados; baixa interoperabilidade resulta em retrabalho; falta de atualização tecnológica pode fazer a instituição "ficar para trás" em relação a padrões internacionais de GI. O Senado tem buscado mitigar esses riscos investindo em projetos pioneiros – a automação completa da cadeia de custódia dos Diários do Congresso Nacional em 2024 é um exemplo de vanguarda tecnológica na Administração Pública brasileira. Esse projeto integrou o sistema que produz os diários (e-Diários) ao SIGAD, e deste ao *ADSF*, realizando de forma automática a captura, preservação e publicação dessas publicações oficiais. Iniciativas assim demonstram que, com patrocínio da alta administração e conhecimento técnico da equipe, é possível vencer muitos desafios tecnológicos. A longevidade dos 200 anos do Arquivo e Biblioteca do Senado será cada vez mais condicionada à capacidade de se adaptar tecnologicamente e de incorporar inovações, garantindo que a instituição mantenha não apenas a guarda de seu riquíssimo acervo, mas também sua relevância e eficácia em um mundo crescentemente digital.

Entraves Burocráticos e Políticos

A burocracia interna e a oscilação de prioridades políticas dificultam a continuidade de projetos técnicos. Procedimentos formais lentos comprometem contratações, aquisições e mudanças administrativas essenciais para a GI.

Historicamente, Arquivo e Biblioteca nem sempre gozaram de prestígio institucional proporcional à sua relevância. Projetos ganharam visibilidade quando associados a datas comemorativas ou com apoio político explícito, como no caso do lançamento do ADSF em 2022, respaldado pela Presidência do Senado.

A rotatividade de dirigentes também afeta a sustentabilidade de iniciativas. Para mitigar esse risco, a vinculação dos projetos ao plano estratégico institucional tem sido fundamental. A simplificação de trâmites e o convencimento das lideranças quanto ao valor estratégico da informação têm mostrado efeitos positivos.

Promoção de Inovação nos Processos de Gestão

A inovação nos processos de gestão é um desafio transversal, especialmente em instituições tradicionais como o Senado. Trata-se de criar um **ambiente propício à experimentação e à melhoria contínua**, algo que historicamente não fazia parte do dia a dia de áreas como Arquivo e Biblioteca, pautadas por rotinas bem estabelecidas. Promover inovação significa, em essência, **quebrar paradigmas** arraigados e introduzir novas formas de pensar problemas e soluções – o que está intimamente ligado a vários dos desafios já mencionados, como cultura organizacional, recursos e apoio da liderança.

Nos últimos anos, o Senado buscou fomentar a inovação na SGIDOC por meio de iniciativas estruturadas. A parceria com o Núcleo de Apoio à Inovação (NAINOVA) da Casa foi um passo importante para trazer **metodologias inovadoras** ao processo de modernização administrativa. Esse Núcleo atuou facilitando oficinas de *design thinking, brainstorming* e levantamentos de competências, permitindo que os servidores da SGIDOC participassem ativamente da reformulação dos processos. O resultado foi a geração de propostas alinhadas às necessidades reais e baseada em ***benchmarking*** e melhores práticas. Ou seja, a inovação deixou de ser um conceito abstrato e

passou a se materializar em projetos concretos de mudança, contando com o engajamento coletivo dos servidores.

Entretanto, promover inovação de forma contínua exige superar certos obstáculos. Um deles é a **tendência à acomodação** que qualquer organização enfrenta: após implementar algumas melhorias, pode emergir o sentimento de "trabalho cumprido", reduzindo o ímpeto de novas transformações. Combater isso requer incutir uma **cultura de melhoria contínua**, em que se reconhece que sempre há espaço para aperfeiçoar serviços, incorporar tecnologias emergentes e otimizar processos. Para tanto, a SGIDOC tem utilizado para o Arquivo e a Biblioteca do Senado, bem como para as outras áreas da Secretaria, ferramentas de gestão como **OKRs (*Objectives and Key Results*)** atrelados ao plano estratégico, de modo que metas de inovação fiquem explícitas e mensuráveis a cada período. Além disso, a liderança da SGIDOC incentiva a capacitação e **atualização profissional** constante: servidores são estimulados a participar de cursos, seminários e redes de conhecimento em suas áreas (arquivologia, biblioteconomia, museologia, etc.), trazendo de volta ideias novas para serem experimentadas internamente.

Outro ponto crucial é dar **liberdade e apoio para a criatividade**. Inovação nem sempre nasce em gabinete; frequentemente vem da experimentação no "chão de fábrica", do teste de novas abordagens por quem lida com os problemas diariamente. Nesse sentido, criar canais para colher sugestões dos funcionários e implementar projetos-piloto é fundamental. A Biblioteca e o Arquivo do Senado, por exemplo, desenvolveram projetos de destaque nacional como o *Escritoras do Brasil* (publicação e divulgação de obras em domínio público de autoras brasileiras esquecidas) e o *Arquivo S* (série editorial contando episódios históricos baseados em documentos do arquivo), publicações utilizadas em matérias jornalísticas, exames para cursar o ensino superio e estudos acadêmicos. Esses projetos demonstram **iniciativa e criatividade** da equipe, que foram apoiadas pela gestão e resultaram em produtos inovadores de difusão cultural. São casos em que a inovação processual (no caso, processos editoriais e de curadoria de acervo) gerou valor tanto para a instituição quanto para a sociedade.

As consequências de não promover inovação são preocupantes: a instituição pode se tornar estagnada, presa a modelos que já não respondem às demandas atuais. No mundo de hoje, onde informação e conhecimento evoluem rapidamente, não inovar equivale a retroceder em termos relativos. Para a gestão de acervos, isso significaria, por exemplo, continuar tratando documentos manualmente enquanto outras instituições usam inteligência artificial para indexação e classificação automática; significaria oferecer serviços de biblioteca apenas presenciais enquanto os usuários migraram para plataformas digitais de acesso ao conhecimento.

A ausência de inovação afetaria negativamente a satisfação dos usuários (parlamentares, servidores e cidadãos), reduziria a efetividade do apoio informacional às atividades legislativas e poderia até acarretar perda de relevância institucional da Biblioteca e do Arquivo. Por isso, a promoção sistemática da inovação – seja incremental, aprimorando processos existentes, seja radical, introduzindo novas práticas – é crucial para a **gestão eficiente e sustentável** da informação e do conhecimento no Senado. A SGIDOC tem demonstrado que, com incentivo adequado e colaboração, a equipe responde criativamente: os ganhos em qualidade, agilidade e precisão técnica obtidos nos últimos anos são prova de que a inovação não é apenas um jargão, mas uma realidade possível mesmo em ambientes públicos tradicionais.

Análise de Estudos

A literatura especializada corrobora os desafios enfrentados pela gestão informacional no Senado. No tocante à digitalização, Vieira et al. (2010) destacam que a abundância de dados digitais exige mais filtragem e organização, não menos. Estudos reforçam a importância de planejamento estratégico e investimentos permanentes em preservação digital.

A integração de sistemas com práticas tradicionais também encontra respaldo teórico. Neves (2005) já apontava a GED como

solução viável para o Senado, desde que integrada com as práticas existentes. Estudos de reengenharia de processos enfatizam que tecnologia sem revisão de fluxo apenas reproduz ineficiências.

Quanto à escassez de recursos, pesquisas bibliométricas (Alfenas et al., 2021) mostram que a falta de investimento e de pessoal qualificado compromete programas de GC. Passos (2004) destaca que a perda de memória institucional é risco real quando faltam equipes estáveis e capacitadas.

Sobre resistência à mudança, autores como Bem, Prado e Delfino (2013) apontam a cultura como a principal barreira à implementação da GC. Braquehais et al. (2017) afirmam que culturas colaborativas são mais propensas à inovação. No caso do Senado, os esforços para engajar servidores, comunicar objetivos e valorizar missões técnicas têm sido alinhados com essas recomendações.

A questão tecnológica é amplamente debatida na literatura sobre governo digital. Autores como Batista (2012) ressaltam a necessidade de arquitetura de TI resiliente e integrada. Faltam, porém, estudos aprofundados sobre adoção de IA, big data e blockchain em arquivos legislativos – tema que o Senado começa a explorar com projetos pilotos.

Entraves burocráticos e políticos também são analisados. Braun e Mueller (2014) e o programa GesPública (2014) reforçam a importância do apoio da liderança para a continuidade de projetos técnicos. A experiência do Senado confirma: o sucesso de iniciativas como o ADSF e a BDSF dependeu do patrocínio político e da institucionalização via planejamento estratégico.

Por fim, a inovação é destacada por Brito e Castro (2014) como dependente da disposição para "descartar conhecimento obsoleto". Alfenas et al. (2021) apontam que a GC no serviço público brasileiro ainda está em estágio de desenvolvimento e "necessita maior atenção acadêmica para atingir níveis mais adequados de maturidade", embora a temática esteja evoluindo na direção desejada. As ações do Senado têm demonstrado essa disposição, buscando não apenas preservar a memória, mas torná-la dinâmica, acessível e útil para o futuro.

Resultados Finais

Este estudo evidenciou que a trajetória de 200 anos do Arquivo e da Biblioteca do Senado Brasileiro foi marcada por desafios constantes e transformações significativas na gestão da informação e do conhecimento. Desde o início do período imperial, a instituição reconheceu o valor estratégico da documentação: já em 1823, o projeto da primeira Constituição realçava o Arquivo como "Memória Viva" da Casa, indispensável ao funcionamento do Senado. Ao longo dos séculos XIX e XX, o Senado enfrentou o desafio de preservar e organizar seu acervo durante transições políticas e geográficas – como as mudanças de sede no Rio de Janeiro e depois para Brasília – sem perder a continuidade de sua memória institucional. A análise documental indica que, mesmo diante de limitações tecnológicas nas épocas iniciais, a administração senatorial buscou salvaguardar projetos legislativos, diários, anais e demais registros, ciente de que a adequada gestão documental era fundamental tanto para valor administrativo quanto histórico do acervo.

Com base na revisão da literatura especializada e nos documentos institucionais examinados, constata-se que os processos de GI passaram por modernizações profundas especialmente a partir da segunda metade do século XX. A profissionalização e normatização arquivística intensificaram-se em consonância com a evolução administrativa da Casa, notadamente com a implantação do Sistema de Arquivo e Controle de Documentos (SIARQ-SF) e de programas de gestão documental a partir de 1990, que uniformizaram procedimentos e valorizam a padronização na produção, classificação, avaliação e preservação dos documentos. Do mesmo modo, na área bibliotecária, a inovação foi catalisada pelo uso pioneiro de tecnologias de informação: em 1972, a Biblioteca do Senado, em cooperação com o Prodasen, iniciou a automação de seu acervo e originou a Rede SABI, uma das primeiras redes bibliotecárias informatizadas do país. Essa fase também trouxe a integração organizacional das funções de Arquivo e

Biblioteca sob a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação, demonstrando visão sistêmica na gestão do conhecimento legislativo. Nas décadas seguintes, a instituição incorporou progressivamente melhores práticas recomendadas pela literatura em Ciência da Informação, como a adoção de padrões internacionais (formato MARC para catalogação bibliográfica, por exemplo) e a disseminação eletrônica de conteúdos. A criação da Biblioteca Digital do Senado, em 2006, representa uma transformação marcante ao permitir o armazenamento, preservação e acesso público ao texto integral de publicações oficiais e da produção intelectual da Casa, ampliando drasticamente o alcance do conhecimento legislativo.

Os principais achados da pesquisa revelam, portanto, um panorama em que os conceitos de GI e GC tornaram-se progressivamente entrelaçados no contexto do Senado. A integração efetiva dessas duas vertentes demonstrou ser uma resposta aos desafios de preservar um vasto patrimônio documental e, simultaneamente, torná-lo útil para a tomada de decisões e para a sociedade. Verificou-se que a aplicação consistente de políticas de informação – como planos de classificação, tabelas de temporalidade e diretrizes de preservação – aliada à incorporação de práticas de GC – como a captura da memória institucional e a disseminação ativa do saber legislativo – resultou em melhorias operacionais e estratégicas palpáveis. Por exemplo, a literatura aponta que iniciativas de gerenciamento integrado de informações e conhecimentos podem aumentar a eficiência e a inovação nas organizações públicas.

No caso do Senado, evidenciou-se uma evolução de uma postura reativa de mera custódia documental para uma abordagem proativa, caracterizada por transparência e compartilhamento do conhecimento. A institucionalização da cultura da transparência e do acesso aberto, sobretudo após a Lei de Acesso à Informação (2011), consolidou-se como melhor prática, impulsionando projetos de disponibilização de dados legislativos e acervos digitais ao público. Em síntese, os resultados alcançados demonstram que a gestão integrada e eficaz da informação e do conhecimento contribuiu diretamente para aprimorar processos internos, salvaguardar a memória bicentenária da instituição e promover maior acessibilidade e inovação na utilização do acervo informacional do Senado Federal.

Considerações Finais

As reflexões finais desta pesquisa reafirmam a importância crucial da GI e da GC no fortalecimento institucional de arquivos e bibliotecas legislativas. Ao longo do artigo, foi possível articular fundamentos teóricos e evidências históricas que demonstram como uma abordagem integrada de GI e GC é capaz de sustentar a memória de uma instituição bicentenária, ao mesmo tempo em que a prepara para os desafios contemporâneos. Teoricamente, o estudo contribui ao reforçar a conexão entre os princípios da Ciência da Informação – como organização documental, recuperação da informação e transparência – e os modelos de GC voltados à criação, compartilhamento e aplicação do saber organizacional. Na prática, a análise do caso do Senado evidenciou avanços significativos, mas também revelou limitações e áreas que demandam atenção contínua. Por exemplo, constatou-se que a evolução da SGIDOC (Secretaria de Gestão da Informação e Documentação) nos últimos anos, embora exitosa em modernizar estruturas, enfrentou resistências culturais e operacionais internas que precisaram ser cuidadosamente gerenciadas. Essa constatação ressalta que mesmo com reconhecidos ganhos em eficiência e qualidade, a gestão da mudança é um fator crítico e inerente a qualquer iniciativa de inovação organizacional de longo prazo.

Dentre os impactos positivos verificados, destaca-se o fortalecimento da memória institucional e da transparência pública: hoje, o Senado dispõe de sistemas consolidados para guarda e acesso à informação que servem de referência a outras instituições brasileiras. Ainda assim, a pesquisa reconhece limitações, como a necessidade de constante atualização tecnológica e de capital humano especializado para acompanhar o rápido ciclo de inovações em gestão informacional. A amplitude temporal do estudo (dois séculos de história)

também impõe ressalvas quanto à homogeneidade dos dados – lacunas documentais ou variações conceituais ao longo do tempo podem ter restringido algumas análises. Não obstante, as lições extraídas fornecem um arcabouço sólido para ações futuras e aperfeiçoamentos.

Nesse sentido, propõem-se algumas ações concretas para o fortalecimento e a modernização contínua da GI e GC no âmbito do Senado Federal. Primeiramente, é essencial investir em capacitação contínua de profissionais, assegurando treinamento regular dos servidores do Arquivo e Biblioteca em novas tecnologias, metodologias de organização da informação e ferramentas de GC. Somado a isso, impõe-se uma atualização tecnológica permanente: a infraestrutura de sistemas – incluindo bancos de dados legislativos, repositórios digitais e plataformas colaborativas – deve ser renovada e integrada de forma estratégica. Estratégias de integração de sistemas de informação e bases de conhecimento são recomendadas para eliminar redundâncias, facilitar o fluxo de dados entre arquivos, bibliotecas e outras áreas (por exemplo, integração entre o ADSF e a BDSF, ou entre sistemas legislativos e de preservação digital), potencializando a reutilização da informação. A experiência demonstrou também a necessidade de medidas para superação da resistência institucional e cultural: isso envolve promoção de uma cultura organizacional que valorize a inovação e a aprendizagem contínua, comunicação transparente sobre mudanças planejadas e envolvimento participativo dos profissionais na implementação de novas práticas – abordagem que se mostrou eficaz na recente reestruturação da SGIDOC, cujo êxito dependeu de integrar equipes e especializar funções para melhorar a eficiência. Políticas de gestão internas, por sua vez, devem ser continuamente revisadas e aprimoradas. Recomenda-se o desenvolvimento de políticas internas eficazes de GI e GC que formalizem diretrizes claras sobre classificação, temporalidade, preservação digital, compartilhamento de conhecimento tácito e explícito, bem como responsabilidades definidas em cada unidade da Secretaria. Tais políticas criam um ambiente normativo favorável à inovação e evitam disfunções como a sobreposição de tarefas ou a dispersão de esforços.

Adicionalmente, a promoção da inovação na gestão dos acervos deve ser permanente: incentivando-se projetos de digitalização de novos conjuntos documentais, uso de inteligência artificial para melhorar a indexação e busca de informações, e adoção de práticas de preservação digital de longo prazo, assegura-se que o acervo histórico permaneça acessível e contextualizado para futuras gerações. Essas iniciativas inovadoras podem ser catalisadas por parcerias com instituições de pesquisa e aderência a padrões internacionais, mantendo o Senado na vanguarda da gestão do conhecimento público. A implementação dessas ações certamente contribuirá para o fortalecimento institucional do Arquivo e da Biblioteca do Senado, aprimorando sua capacidade de atender às demandas administrativas e legislativas com agilidade e precisão. Do mesmo modo, tais medidas tendem a ampliar a transparência e o acesso ao conhecimento legislativo, uma vez que informações bem geridas são mais facilmente disponibilizadas ao escrutínio público, atendendo aos preceitos da democracia e fomentando a participação cidadã informada. Em última instância, ao consolidar-se uma cultura organizacional que integra eficientemente a a GI e a GC, cria-se um ciclo virtuoso de aprendizagem institucional, no qual a história e o conhecimento pretéritos iluminam e orientam inovações presentes e futuras.

Por fim, este trabalho aponta direções promissoras para pesquisas futuras. Sugere-se aprofundar investigações em métricas de avaliação do impacto da gestão integrada da informação e conhecimento no desempenho institucional – por exemplo, analisando indicadores de eficiência administrativa, uso do acervo pela sociedade ou qualidade da tomada de decisão legislativa após iniciativas de GC. Estudos comparativos com outras instituições legislativas, nacionais ou internacionais, também seriam valiosos para identificar boas práticas adicionais e avaliar a transferibilidade das soluções aqui discutidas a

diferentes contextos. Ademais, explorar o papel de novas tecnologias (como *big data* e aprendizagem de máquina) na classificação automatizada de documentos e na extração de conhecimento pode oferecer *insights* sobre como potencializar a GC em arquivos e bibliotecas públicas. Em síntese, ao lançar luz sobre dois séculos de desafios e transformações, esta pesquisa não apenas contribuiu para compreender o passado e o presente da GI e GC no Senado, mas também abre caminho para um aprimoramento contínuo dessas funções, imprescindíveis para a memória, a inovação e a transparência nas instituições públicas brasileiras.

Referências

A bibliotheca do Senado. (1898, 16 de fevereiro). Jornal do Commercio, 78(47), 1. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=%22bibliotheca%20do%20senado%22&pagfis=27528

Alfenas, R., Santos, M. C., & Almeida, F. (2021). Gestão do conhecimento na administração pública: uma análise bibliométrica. Revista Brasileira de Administração Pública, 55(1), 123–145.

Alvarenga Neto, Rivadávia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bardin, L. Análise de conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2016

Batista, F. F. (2012) Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea,.

Bem, R. M.; Prado, M. l.; Delfino, N. (2013) Desafios à implantação da gestão do conhecimento: a questão cultural nas organizações públicas federais brasileiras. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 11 (2) 123-135,

Boadle, D. (2004). Reinventing the Archive in a Virtual Environment: Australians and the Non-Custodial Management of Electronic Records. Archives & Manuscripts, 42(2), 155-164.

Braquehais, A. P.; Wilbert, J. K. W.; Moresi, Eduardo A. D.; Dandolini, G. A. (2017) O papel da cultura organizacional na gestão do conhecimento: revisão da literatura de 2009 a 2015. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 7 (especial) 80-93.

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. (1877-1914). Anais do Senado do Império do Brasil (1ª à 20ª Legislatura). Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva: 1826-2006. Brasília, Senado Federal, Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca do Senado: 2006. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70371. Acesso em: 26 mar. 2025.

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Gestão da Informação e Documentação. (2020). Relatório administrativo anual SGIDOC. Brasília.

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Gestão da Informação e Documentação. (2023). Relatório administrativo anual SGIDOC. Brasília.

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Gestão da Informação e Documentação. (2024). Relatório administrativo anual SGIDOC. Brasília.

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Gestão da Informação e Documentação. (2025). Relatório de gestão SGIDOC: 2019–2025. Brasília.

Brasil. (2014) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Programa GESPÚBLICA. Modelo de Excelência em Gestão Pública. Brasília.

Braun, C. C.; Mueller, R. R. (2014) A gestão do conhecimento na administração pública municipal em Curitiba com a aplicação do Método OKA — Organizational Knowledge Assessment. Revista de Administração Pública, 48 (4) 983-1006.

Brito, L. M. P.; Castro, A. B. C. (2014) Descarte do conhecimento como estratégia de inovação: um estudo em uma instituição pública de educação não-formal do Nordeste do Brasil. Holos, 4 397-414.

Buckland, M. K. (1991) Information as thing. Journal of the American Society forInformation Science, 45 (5) 351-360,

Choo, C. W. (2003) A Organização do Conhecimento. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

Coelho, A L. (1973) Histórico da biblioteca do senado federal. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 1 (2) 233-240. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530700/000350951.pdf?isAllowed=y&sequence=1. Acesso em: 29 mar. 2025.

Davenport, T.H. ; Prusak, L. (1998) Conhecimento Empresarial. Rio de Janeiro: Campus.

Jenkinson, H. (1966) A Manual of Archive Administration. London: Percy Lund, Humphries.

Neves, C. E. L. (2005). Gestão Eletrônica de Documentos (GED): estudo de caso no Senado Federal com aplicação na Secretaria de Comunicação Social. https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/642111.

Nonaka,I. ; Takeuchi, H. (1986) Criação do Conhecimento na Empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Paes, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Passos, E., & Chamarelli, M. (1995). Rede de bibliotecas gerenciada pelo Senado Federal. Revista de Biblioteconomia de Brasília, 19(1), 71–83.

Passos, E. J. L. (2004). O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. Ciência da Informação, 23(3), 363–368.

Schellenberg, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

Vieira, S. B., Vieira, H. C., & Pinha, S. M. (2010). A Biblioteca do Senado: sua história e a nova capital. Revista de Informação Legislativa, 47(187), 281–299.

Wilson, T. D. (2002) The nonsense of 'knowledge management'. Information Research, 8 (1).

INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NA ARQUIIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E SISTEMA DA INFORMAÇÃO

Carmen Lúcia Costa Brotas, Universidade Federal da Bahia, ORCID: 0009-0003-2687-7644, Brasil, *cbrotas26@gmail.com*

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, Universidade Federal da Bahia, Brasil, ORCID: 0000-0002-3835-2883, isasousa2010@hotmail.com

Antonio Eduardo de Albuquerque Junior, Instituto Gonçalo Moniz – FIOCRUZ/Bahia, Brasil, ORCID 0000-0002-4128-4666 , eduardo.albuquerque@fiocruz.br

Antonio Marcos Pereira Brota, Instituto Gonçalo Moniz – FIOCRUZ/Bahia, Brasil, ORCID: 0000-0001-8438-2445, ambrotas@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6684

Eixo: Ética e Deontologia

Introdução

O progresso do aparato tecnológico gerou benefícios em diversos aspectos da vida cotidiana. As distâncias e barreiras espaciais que constituíam obstáculos para a interação célere entre as pessoas foram, a partir da tecnologia digital, suplantadas. Além da resignificação da relação entre as pessoas, o advento da tecnologia configurou uma nova fonte de informação: as redes sociais digitais.

A distinção entre estas fontes e aqueles próprias dos meios de comunicação tradicionais, tais como televisão, rádio e jornais, centra-se na ausência, nas redes sociais digitais, de análise prévia no que concerne às narrativas que são nelas produzidas e disseminadas. Isto associado a sensação de

liberdade ilimitada que o mundo virtual gera nos indivíduos potencializou a difusão de conteúdos causadores de confusão informacional, incrementando a propagação de discursos desinformativos e de ódio.

Assim sendo, o alcance e penetração que a Internet proporciona, atributos que geram os mencionados benefícios sociais, também são manejados para a difusão rápida e com grande abrangência destes fenômenos informacionais nas dimensões em que se verifica na contemporaneidade. Ocorre que a sua disseminação tem proporcionado a violação de direitos humanos em diversas aspectos, causando, em consequência, ataques ao regime democrático.

Aliado a isto constata-se, com a emergência da nova extrema direita, a argumentação da promoção da liberdade de expressão e pensamento, por meio do uso das redes sociais digitais, a qual é indicada como absoluta, sendo o estabelecimento de disciplina, de limites a difusão destes enunciados, por meio da edição de legislações, indicados como censura.

Neste panorama, a formatação do ecossistema permeado por esta corrupção informacional, constitui preocupação de autoridades nacionais, internacionais e multilaterais devido aos danos gerados. Assim, ao tempo em que diversos países têm editado legislações nacionais no que alude à estes fenômenos informacionais, como, por exemplo, ocorreu na Alemanha, na França, na Singapura, no Reino Unido, no Canadá e na Índica (Brant, 2021), entidades transnacionais buscam estabelecer parâmetros a serem observados para enfrentá-los. Com intuito de promover agenda propositiva de ações, vem se delineando a concepção de "integridade da informação" pelo G20 (grupo das vinte maiores economias do mundo) e pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Assim, a pretensão é promover o enfrentamento da desinformação e do discurso de ódio pelo viés positivo e propositivo com o estabelecimento do conceito de integridade da informação neste cenário de confusão informacional como parâmetro a ser observado na atuação dos sujeitos nos ambientes virtuais.

Neste sentido, três documentos oficiais têm destaque na apresentação da ideia de integridade da informação: "Proteção da integridade da informação: opções de políticas nacionais e internacionais" (WLA-CdM, 2018); "Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança" (ONU, 2022), "Integridade da informação nas plataformas digitais" (ONU, 2023).

Este conjunto documental foi pioneiro na indicação da concepção de integridade da informação como "uma tentativa de deslocar o debate sobre o atual ecossistema de comunicação de um viés do combate à fenômenos negativos, como a desinformação, discurso de ódio ou teorias da conspiração, para um viés positivo e propositivo" (Santos, 2024). Nele, portanto, são transmitidas duas perspectivas: a importância para o debate acerca das democracias contemporâneas e a normatividade em uma ótica coletiva a partir da qual o conceito necessita ser abordado.

A compreensão da integridade da informação inserida no contexto da desinformação e do discurso de ódio disseminados por meio digital conduziu ao centro do debate os elementos que a constituem, o alcance e as limitações que ela pode apresentar, bem como as contribuições para o entendimento do cenário informacional da atualidade.

A despeito do arcabouço teórico concernente a este conceito estar em construção, há indicação de que a informação íntegra já era suscitada em outros campos do conhecimento, existindo, em verdade, a inauguração de sua abordagem relacionada à corrupção informacional por meio digital.

Desta forma, este trabalho é direcionado pela seguinte indagação: em que medida os preceitos da Biblioteconomia, da Arquivologia e da área de Sistema de Informação podem ser identificados no conceito de integridade da informação? O objetivo geral é desvelar em que medida as diretrizes da Biblioteconomia, da Arquivologia e de Sistema de Informação são encontradas no conceito de integridade da informação dos mencionados órgãos. São objetivos específicos; 1) delinear os elementos que constituem os conceitos formulados nos documentos oficiais da ONU e do Club de Madrid; 2) mapear as referências à integridade da informação na Arquivologia, Biblioteconomia e Sistema de informação; e 3)

cotejar os conceitos dos documentos oficiais com os parâmetros dos mencionados campos do conhecimento sobre integridade informacional.

Importa destacar que a abordagem da integridade da informação como parâmetro para o enfrentamento da corrupção informacional está em processo de construção acadêmica, sendo a produção, neste aspecto, ainda incipiente. Desta forma, a vertente trazida, na investigação em discussão, evidencia-se original e inovadora, uma vez que, além de contemplar as considerações concernentes ao aludido conceito no que se refere ao mencionado ângulo, avança no que atine à revelar o diálogo que ele pode estabelecer com outros campos do conhecimento que já o utilizavam, ainda, que sem estarem voltados para a complexa problemática informacional da atualidade.

Referencial Teórico

A atuação no mundo digital traz para o indivíduo a sensação de poder e liberdade absolutos, como se ele tudo pudesse. As narrativas que impregnam estes ambientes é de que neles o sujeito pode exercer sem limites à liberdade de expressão e pensamento. Este sentimento, no entanto, não condiz à realidade, por dois motivos: o primeiro relaciona-se à constante extração de dados que aprisiona e o outro diz respeito à limitação imposta, em sociedades democráticas, aos direitos.

Nesta linha, a partir da atuação dos indivíduos, no espaço virtual, há, por meio da regulação algorítmica, a extração constante e ininterrupta dos dados. Em outros termos, ao transitar no meio digital o sujeito deixa um rastro de dados que é utilizado para predizer necessidades, desejos, gostos e comportamentos, a fim de que os conteúdos disponibilizados aos sujeitos sejam customizados para aprisioná-los (Han, 2021). Assim, apesar de as pessoas se sentirem libertas, elas estão cada vez mais aprisionadas a esta sistemática, ao regime da psicopolítica, por meio do qual a visibilidade proporcionada pela atuação “livre” no uso da tecnologia conduz à vigilância pelos dados, que gera informações psicográficas acerca dos sujeitos, as quais vão (re)alimentar o próprio sistema (Han, 2020).

Com a plataformização da sociedade, as mais diversas atividades do cotidiano são realizadas por meio do aparato digital, fazendo com que o agir humano no “mundo digital” seja constante, gerando, de forma infinita,a produção da matéria-prima necessária para alimentar esta lógica: os dados (Zuboff, 2021). Este modo de funcionamento gera, para os conglomerados empresariais que detém a tecnologia necessária para o funcionamento desta engrenagem, vultuosos retornos financeiros.

Desta forma, este sistema opera no “modelo do vício” a fim de que o indivíduo passe o maior tempo possível conectado gerando mais dados para a produção de informações psicográficas sobre ele mesmo. Os algoritmos, a partir dos dados colhidos da atuação dos indivíduos, no espaço virtual, gera e apresenta-lhes conteúdos propensos a serem por eles apropriados. Este é o mecanismo do consumo eficiente que se ampliou para as diversas searas sociais, tais como a educação, a saúde, as questões ambientais e as eleições.

Esta vigilância realizada por meio da coleta de dados que gera significativos ganhos financeiros para as chamadas *big tech* fez Zuboff (2021) denominar esta dinâmica de “capitalismo da vigilância”. A associação desta “regulação algorítmica” com a forma de funcionamento da sociedade líquida pensada por Bauman (2021), que exige velocidade nas respostas a serem dadas, independente do conteúdo que elas comportam, e é marcada pela superficialidade das relação ,contribui para a corrupção informacional que se encontra, de forma marcante, nas redes sociais digitais.

A dinâmica da sociedade líquida favorece a denominada “cultura da pós-verdade”, na qual os indivíduos apreendem os conteúdos independente da verificação da sua veracidade ou falsidade. Apesar de o aparato tecnológico proporcionar facilidades para a conferência da pertinência do enunciado a partir dos fatos, da realidade, há desinteresse em se conferir a verdade fatual. Desta forma, os discursos que reforçam as concepções já apreendidas, a partir da informação psicográfica, são

assimilados. As concepções pessoais são, neste aspecto, mais importantes do que os fatos.

Neste contexto sociotécnico, há emergência dos fenômenos caracterizadores da corrupção informacional que atingem, na contemporaneidade, as mais diversas esferas sociais, violando direitos humanos em diversos aspectos. Eles podem surgir como desinformação e/ou discurso de ódio.

A desinformação centra-se na produção e/ou disseminação de conteudos falsos ou verdadeiros descontextualizados para enganar em benefício e/ou prejuízo de determinado grupo ou indivíduo. Ela pode ocorrer na forma de *fake news* (noticias falsas) que são engenhos noticiosos que, com aparência de matéria jornalística legitima, tem o intuito de enganar, ou como negacionismos que, por sua vez podem ser cientifico ou histórico. O primeiro diz respeito à rejeição, sem respaldo em evidências, das descoberta e/ou recomendações advindas da ciência (Araújo, 2021, p. 4, Allcott; Gentzkow, 2017, p. 213). Ele foi difundido, de modo intenso, durante a crise pandêmica da COVID-19, estando presente também na hesitação e/ou recusa vacinal. Já o histórico diz respeito à refutação da ocorrência de eventos como a negação da escravidão, do holocausto e das ditaduras brasileiras e argentina.

O discurso de ódio, que pode ser verdadeiro ou falso, visa o uso da linguagem para instigar emoções negativas em relação ao outro que tem característica e/ou concepções distintas como inimigo a ser eliminado Esta forma de confusão informacional caracteriza-se como o repúdio ao diferente que, por estar na condição de inimigo, deve ser banido, sendo inferiorizado e estigmatizado (Brugger, 2007, p. 118). Assim, para configuração do discurso de ódio se faz necessário que a mensagem se centre na ênfase às características e concepções de grupos e/ou de pessoas a partir de uma conotação negativa, a qual é utilizada para gerar estados emocionais propícios à considerá-los como inimigos a serem eliminados.

Estes enunciados, de forma ordinária, são encontrados associados à desinformação, a qual tem a função de os potencializar. Desta forma, a junção da desinformação e do discurso de ódio permite angariar maiores adeptos para aderirem a estas narrativas e as propagarem.

É importante consignar que, a busca pela regulação da atuação dos indivíduos, nos ambientes virtuais, é rechaçada com o argumento de que estas disciplinas implicariam em cerceamento da liberdade de expressão e pensamento, ou seja, caracterizaria censura.

Como destaca Arendt (1997, p. 297), fatos e opiniões, embora possam estar separados, não são antagônicos; os fatos existem independentemente das opiniões e das interpretações e as demarcações que os distingue não impedem que cada geração possa compreender e (re)significar os fatos.

De mais a mais, em sociedades democráticas, inexiste direito absoluto. O regime democrático exige o livre trânsito de ideias, permitindo que todos tenham direito à voz. Ela só progride e se estabelece com o convívio de visões, concepções distintas, estando a liberdade de expressão protegida por seus preceitos. No entanto, este direito "não respalda a alimentação do ódio, da intolerância e da desinformação. Essas situações representam o exercício abusivo desse direito" (Toffoli, 2024, p. 33). Em outros termos, representa o afastamento da integridade da informação necessária para a implementação e manutenção de outros direitos humanos como aqueles relacionados ao meio ambiente, à saúde, à educação e às eleições.

Os efeitos da desinformação e do discurso de ódio atingem o exercício de direitos fundamentais, gerando iniquidades que se demonstram avessas às disposições democráticas, enfraquecendo a coesão social - conjunto de atitudes e manifestações comportamentais que incluem confiança, identidade inclusiva e cooperação para o bem comum (Leininger et al., 2021, p. 3). Por meio do acirramento do discurso de ódio e da desinformação instiga-se a radicalização e o extremismo que enfraquecem os mandamentos próprios de sociedades democráticas (Brugger, 2010). A intensificação destes fenômenos, esvai a convivência pacífica, fazendo com que o caminho para o bem comum não seja o balizador das discussões, mas o confronto entre aqueles que têm ideias diferentes, o que pode alcançar até a violência

nas suas diversas formas. Dito de outra forma, este quadro informacional proporciona ataque ao regime democrático.

Assim, as entidades internacionais e multilaterais estabeleceram diretrizes concernentes à informação íntegra, compreendida como a que ostenta precisão, inteireza, completude, estando em sintonia com a verdade e apta a angariar a confiança daqueles que a ela tenham acesso, dando-lhes a possibilidade de usá-la para embasar as suas decisões.

O conceito de integridade da informação remete à ideia de ecossistema de informação saudável, de confiança institucional, de cumprimento das funções das instituições - autoridades cognitivas ou epistêmicas. A sua configuração centra-se, portanto, na produção e circulação de conteúdos de qualidade, que estão em harmonia com a verdade dos fatos.

As investigações acerca da referida temática, ressalta Santos (2024), estão concentradas nos Estados Unidos e na Europa, sendo importante a realização de pesquisa a partir de agenda própria do sul global, uma vez que o fenômeno da desinformação deve ser considerado também de acordo com os condicionantes sociais.

Por conseguinte, sem desconsiderar os avanços das investigações do norte global e tendo em vista a ameaça à democracia em diversos países, os quais situam a questão do enfrentamento à desinformação e a promoção da informação de qualidade como centrais, se faz necessário que as abordagens se conectem às realidades sociais em que ocorrem. Ademais, é essencial o diálogo com áreas do conhecimento que tenham objetos de estudo que se relacionem com a integridade da informação, como a Arquivologia, a Biblioteconomia e Sistema de Informação. Estes consolidados campos podem oferecer enfoques que agreguem efetividade ao enfrentamento à corrupção informacional.

Esta investigação evidencia-se inovadora, uma vez que, ao tempo em que enfatiza as nuances da informação íntegra em relação ao enfrentamento dos mencionados fenômenos informacionais abordados em restrita produção acadêmica, avança ao apontar as aproximação e distanciamentos entre este conceito e as diretrizes trazidas na Arquivologia, Biblioteconomia e Sistema de Informação.

A par deste delineamento, será possível trazer para o debate acerca deste complexo problema informacional da contemporaneidade, concepções, abordagens, conceitos e perspectivas dos referidos campos do conhecimento.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo é descritivo, delineando às disposições e diretrizes da Arquivologia, Biblioteconomia e Sistema de informação presentes no conceito de integridade da informação cunhado pelo Club de Madrid (WLA-CdM)/ em 2018, e pela ONU em 2022 e 2023. As pesquisas descritivas têm o propósito de medir e avaliar aspectos, dimensões ou componentes do objeto investigado. Nesse sentido, “do ponto de vista científico, descrever é medir. Ou seja, em um estudo descritivo são selecionadas uma série de questões e cada uma delas é medida” (Sampieri et al, 1997, 71). Este tipo de pesquisa visa proceder à classificação, explicação e interpretação de fatos da realidade, centrando-se em desvelar as diretrizes da Biblioteconomia, da Arquivologia e de Sistema de Informação que se harmonizam com o conceito de integridade da informação para o enfrentamento da corrupção informacional.

A abordagem é qualitativa, uma vez que a pretensão é, a partir das inferências obtidas na análise dos documentos, indicar como as referidas áreas do conhecimento contribuem para a constituição da compreensão de informação íntegra.

No que se refere aos procedimentos é documental, uma vez que se partirá de material que não recebeu tratamento analítico e, ainda que já tenha sido objeto de apreciação, serão examinados a partir do vértice investigatório diferente, estipulado, de modo específico, para a pesquisa.

O itinerário percorrido traz detalhamento dos documentos editados pela ONU e pelo Club de Madrid (WLA-CdM) no que se refere à integridade da informação para o combate à corrupção informacional que se observa nos ambientes virtuais. A partir dos elementos

constitutivos deste conceito, foi estabelecido o confronto com as perspectivas contempladas pela Arquivologia, Biblioteconomia e Sistema da Informação no que se refere aos aspectos que constituem a informação íntegra.
Por meio da comparação entre os preceitos das referidas áreas com aqueles estabelecidos no conceito de integridade da informação para o enfrentamento à desinformação busca-se traçar quadro que evidencie as diferenças e similaridades entre eles.

Resultados Parciais ou Finais

O escopo conceitual da integridade da informação para o enfrentamento à desinformação está em desenvolvimento, tendo sua abordagem partido dos documentos oficiais de instituições internacionais e multilaterais (Araújo, 2024a, p. 4). Três documentos se destacam nesta discussão: "Proteção da integridade da informação: opções de políticas nacionais e internacionais" (WLA-CdM, 2018); "Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança" (ONU, 2022) e "Integridade da informação nas plataformas digitais" (ONU, 2023).
Em razão do objetivo estabelecido para este trabalho, foram abordados, separadamente, cada um dos documentos editados pelas mencionadas entidades transnacionais na indicação do conceito de integridade da informação para o enfrentamento à desinformação e ao discurso de ódio.

PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO: OPÇÕES DE POLÍTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

O documento "Proteção da integridade da informação" foi editado pela The World Leadership Alliance – Club de Madrid (WLA – CdM), a partir das discussões da Chatham Houise realizadas na Mesa Redonda sobre Governança Global para Integridade da Informação organizada com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Letônica em Riga, em 27/09/2018. A WLA-CdM é uma assembleia de líderes políticos composta por mais de 100 ex-presidentes e primeiros-ministros de mais de 60 países estabelecida para discutir temáticas vinculadas à democracia, governança e cidadania. (Araújo, 2024a, p. 6).
A abordagem do documento centra-se na relação entre a integridade da informação e a democracia, realçando a possibilidade da desinformação e de discurso de ódio gerarem violações aos direitos fundamentais. A informação íntegra é assumida como aquela que ostenta confiabilidade, equilíbrio e completude, não submetida a quaisquer processos que distorça sua relação com a verdade.
Em relação às disposições contempladas neste documento, Araújo consigna que nelas a integridade da informação "não seria algo relacionado apenas às mensagens, aos conteúdos informacionais, mas sim algo relacionado ao seu fluxo, às suas condições de circulação" (2024b, p. 222). Há, portanto, um afastamento da consideração apenas da transmissão de informação, na intencionalidade e nos objetivos do seu produtor, a qual é alargada para contemplar o contexto em que o fluxo da informação abrange as dimensões política, econômica, tecnológica e legislativa. A informação é concebida nas interações entre vários fatores e condicionantes, que configuram o modo como ela é produzida e circula na sociedade. Devido ao propósito da The World Leadership Alliance – Club de Madrid (WLA – CdM), que visa o fortalecimento de práticas democráticas, este documento tem foco na seara política.

INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO: CONSTRUINDO O CAMINHO PARA A VERDADE, A RESILIÊNCIA E A CONFIANÇA

O documento publicado, em 2022, pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), contextualiza a situação informacional contemporânea e o reflexo para a democracia. Além disto, localiza o acesso à informação como direito humano fundamental indispensável para a configuração deste regime e da coesão social, englobando as definições de ecossistema de informação, integridade da informação, poluição de informação, desinformação e discurso de ódio.

A integridade da informação é definida como aquela que tem exatidão, consistência e confiabilidade para manter o ecossistema de informação saudável. Ela diz respeito à inteireza, completude da informação, significando que, na produção, circulação, difusão da informação, inexistiu qualquer violação a relação que ela deve ter com à realidade, estando preservada a lisura informacional.

Este documento aborda três vertentes de análise relacionadas aos fenômenos causadores da poluição informacional: a) governança e democracia – indicada como a promoção da degradação da confiança pública nas instituições governamentais e meios de comunicação de massa, bem assim a degradação do debate público de qualidade; b) coesão social – impulsionamento da radicalização política e social, com a estigmatização de grupos marginalizados; e c) direitos fundamentais – limitação do acesso à informação precisa e confiável, reduzindo a capacidade de distinção entre o falso e o verídico (Araújo, 2024a, p. 9). Verifica-se a inclusão da questão relacionada à crise epistêmica – passagem do modelo estabelecido na confiança naqueles atores tidos como produtores de conhecimento para situação em que, com base na crença individual, as instituições e autoridades epistêmicas são desacreditadas (Oliveira, 2020, p. 27). Os efeitos desta mudança foram observados em vários episódios recentes: as eleições em diversos países, a crise pandêmica, a refutação às recomendações científicas para tratamento da COVID-19 e a hesitação vacinal são alguns deles.

INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

O terceiro documento está na série "Our Common agenda" (A nossa Agenda Comum) e foi publicado em junho de 2023 invocando as diretrizes da Agenda ONU 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS[1]. Destaca-se o papel das plataformas digitais na disseminação de desinformação e discurso de ódio.

Há, no referido documento, definição de desinformação, discurso de ódio e integridade da informação. Esta última apontada como precisa, consistente e confiável. Ademais, aborda-se os danos que a corrupção informacional ocasiona à implementação dos ODS, assim como à necessidade de atuação conjunta de diversos atores sociais, dentre os quais estão as plataformas digitais. Neste sentido, as *big tech* podem ser "entendidas como mediadoras, na medida em que hierarquizam e priorizam contéudos, oferecem formas de produção e veiculação, além de coletar dados para direcionamentos seletivos" (Araujo, 2024, p. 223). Elas são percebidas como atores importantes, que distante de agirem com neutralidade no processo de disseminação de desinformação, estabelecem negócios com retorno financeiro.

As *big tech*, possuidoras da tecnologia que sustenta as plataformas utilizadas nas atividades realizadas no cotidiano pelos indivíduos, estão distantes de agirem com neutralidade no processo de difusão de informações falsas, discurso de ódio e desinformação, uma vez que estabelecem negócios com retorno financeiro rápido e vultuoso, conforme preceitua Bezerra (2024). Estes conglomerados, pelo domínio do aparato tecnológico, buscam viabilizam os seus interesses econômico e político, contribuindo com a manutenção do quadro informacional que se verifica, na atualidade, nos ambientes virtuais (Morozov, 2018).

Observa-se que os documentos destacados nesta pesquisa trazem o mesmo marco conceitual sobre integridade da informação, na medida em que a qualificam como aquela que, preservando a relação com a verdade, mantem-se completa e consistente, sendo capaz de embasar as decisões dos indivíduos.

Na busca pelo entendimento dos conceitos de integridade da informação apresentados nos três documentos abordados, investiga-se, em áreas do conhecimento que já os manejavam, enfoques que possam servir de inspiração para a sua aplicação no que atine aos fenômenos informacionais contemporâneos. A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Sistema da

Informação apresentam prescrições que se adequam ao propósito almejado.
O conceito de integridade da informação para o enfrentamento à desinformação está em construção, sendo este viés inaugurado pelas mencionadas entidades, as quais trazem as abordagem discriminados no Quadro 1.

Quadro 1 – Abordagens do conceito de integridade da informação nos documentos editados pela ONU e pelo Club de Madrid WLA-CdM

Proteção da integridade da informação: opções de políticas nacionais e internacinais (WLA-CdM, 2018)	informação íntegra como aquela que ostenta confiabilidade, equilíbrio e completude, sem distorção
Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança (ONU, 2022)	integridade da informação como exatidão, consistência, confiabilidade e necessária ao ecossistema de informação saudável.
Integridade da informação nas plataformas digitais (ONU, 2023)	integridade da informação é apontada como precisa, consistente e confiável.

Fonte: Elaborado pelos autores

INFORMAÇÃO NA ÁREA DA ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

Na Arquivologia, Bellotto (2008, p. 22), lembrando que os arquivos são conjuntos orgânicos de informações registradas em suportes tradicionais ou eletrônicos, aponta a indivisibilidade ou integridade como uma das características básicas da arquivística. A autora a situa como derivada do princípio da proveniência, o qual se estabelece na busca pela preservação do fundo de arquivo – conjunto documental acumulado por determinada entidade – a fim de mantê-lo sem dispersão, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido (2008, p. 25). Significa a conservação dos arranjos originais, sem eliminações e/ou acréscimos de elementos que possam ensejar a sua desconfiguração, visando a preservação da informação contemplada no arquivo. É a manutenção da integridade do arquivo que se desdobra naquela relativa à informação que ele visa preservar.
Importante consignar que a referência à informação íntegra está presente no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística que a indica como decorrente do princípio da proveniência "que consiste em resguardar um fundo de misturas com outros, de parcelamentos e de eliminações indiscriminadas" (Arquivo Nacional, 2005, p. 108). Esta diretriz principiológica visa assegurar que a integridade da informação seja preservada, alcançando o destinatário de forma completa e sem manipulações.
A referida compreensão também é encontrada no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (Cunha; Cordélia; 2008, p. 38), na referência à autenticidade relacionada à informação que é apontada como a "propriedade de uma informação cuja origem e integridade são garantidas. [...] propriedade daquilo a que se pode atribuir fé ou legitimidade". Por conseguinte, a ideia da integridade informacional está presente na seara da Arquivologia.
Por outra perspectiva, é importante assinalar que a comunicação e a informação se caracterizam como fenômenos ativos da atuação humana, sendo determinantes na sustentação do agir de cada sujeito no mundo e da relevante produção de saberes, culturas e conhecimentos. Assim, elas contribuem para a potencialização da capacidade humana de interpelar, de interferir e de (re)criar o conhecimento instituído e o mundo, colaborando, de forma decisiva, para que o sujeito se (re)conheça no espaço em que vive e

convive, condição fundamental para que ele possa se firmar como protagonista social (Gomes, 2021, p. 111). Neste processo, a mediação realizada pelos profissionais da Arquivologia e da Biblioteconomia merece destaque.

A informação adquire maior visibilidade, no referido projeto de transmissão, demandando dispositivos mediadores que a transportam no tempo e no espaço, conferindo-lhe materialidade. É a aquisição de materialidade que torna exequível o projeto de transmissão. (Gomes, 2021, p. 112). Nas ações de comunicação o foco está na aplicação dos dispositivos de mediação no suporte às interfaces necessárias à imediata interação e ao estabelecimento de redes sociais, permitindo que o conteúdo alcance os agentes em épocas e períodos históricos diferentes.

O processo de mediação está presente no trabalho do profissional da Arquivologia e da Biblioteconomia, uma vez que, ao agir como protagonista social, ele tem a possibilidade, pelo manejo da informação, de construir e interferir no meio. A mediação visa, portanto, facilitar a transmissão da herança cultural e a intensificação do processo de comunicação para (re)construir saberes e conhecimentos, sendo pertinente apontar que a construção do saber tem estreita relação com a ação mediadora como importante recurso para que se estabeleça o trânsito da informação, que sendo íntegra, tem o potencial de tornar o sujeito consciente e autônomo (Gomes, 2020, p. 2). Para isto, as atuações do bibliotecário e do arquivista devem preservar a integridade da informação, a apresentação do acervo informacional de forma completa e precisa para que, ao sanar a sua necessidade, o indíviduo agrege conhecimento para a sua atuação social.

A percepção da integridade da informação como elemento necessário à mediação revela-se na abordagem das suas dimensões - dialógica, estética, formativa, ética e política. No que tange à dialógica, Gomes (2020, p. 12), adverte que a ação comunicativa dialógica assegura o processo cooperativo e de trocas objetivas e subjetivas, permitindo o desenvolvimento do sujeito rumo à emancipação reflexiva. A comunicação dialógica é sustentadora da mediação da informação que evidencia sua dimensão formativa e ressalta aspectos imateriais da informação enquanto fenômeno social.

A dimensão formativa, por sua vez, evidencia que o seu objetivo implícito se relaciona ao desenvolvimento do protagonismo social e que o processo dialógico torna possível a aproximação entre agentes e dispositivos de informação. Para que este esquema se complete é necessário que haja o trânsito de informação íntegra.

Na dimensão estética verifica-se o processo de desorganização e reorganização do arcabouço de conhecimento do indivíduo. Assim, de acordo com Gomes (2020, p. 13) “se por um lado, nessa instância o sujeito se desestabiliza, por outro ele tem a possibilidade de, a partir da dialogia e do processo de problematização, reconstruir esse arcabouço, alargando sua compreensão, o que é gerador do prazer estético da criação e da sua própria recriação enquanto sujeito”. A dimensão estética relaciona-se, por conseguinte, ao acolhimento, ao conforto para que se possa pensar, interpelar, questionar e exercer a crítica no encontro com a informação. Dito em outros termos, é a busca pela informação íntegra, completa e apta a gerar o conhecimento libertador.

Ao abordar a dimensão ética, Gomes (2020, p. 16) aponta a tênue relação existente entre a intervenção pela mediação e a manipulação, sendo a consciência e a competência daquele que a promove fatores aptos a afastar a distorção. Deve para tanto, existir a conduta ética e política do agente mediador. Este aspecto demonstra, mais uma vez, a necessidade de que a informação manejada no processo mediador seja íntegra.

A dimensão política é alcançada quando há a plena articulação das demais perspectivas (dialógica, estética, formativa e ética) para conduzir à atuação protagonista na sociedade, pautada nos interesses da coletividade. Este fator, que se alicerça na integridade da informação que, por sua vez, permeia o processo de mediação, afasta a possibilidade de aderir aos fenômenos causadores de corrupção informacional.

O propósito da mediação do arquivista e do bibliotecário é promover as condições para a consciência dos agentes participantes do

processo mediador enquanto sujeitos políticos no exercício da crítica e da atitude propositiva pautada nos interesses da coletividade.

No contexto de grande volume informacional marcado pela desinformação e pelo discurso de ódio, é necessário o trabalho que inspire confiança ao debate, potencialize a exposição e identificação de contradições, inconsistências e/ou qualidades da informação, buscando intensificar o processo de problematização, o espaço da crítica e do exame de novas informações que permitam o contraditório e o debate de ideias, elementos essenciais para a configuração de sociedades democráticas (Gomes, 2020, p. 9). A formação de profissionais para esta atuação constitui objetivo perseguido pelas áreas da Bibibliotecnomia e Arquivologia.

Para que a atuação mediadora do bibliotecário e do arquivista alcance o propósito de tornar o sujeito emancipado e consciente para, a partir da ação esclarecida, reflexiva e crítica, tomar decisões que visem a coletividade e a coesão social, é imprescindível a integridade da informação.

INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SISTEMA DA INFORMAÇÃO

A integridade da informação é relevante também para a área de Sistemas de Informação, sendo discutida na disciplina Segurança da Informação. Nesta direção, Dhillon e Backhouse (2000) explicam que ela constitui princípios sobre os quais a Segurança da Informação se sustenta, ou como entendem Silva e Stein (2007), é uma propriedade da informação que precisa ser preservada, juntamente com a disponibilidade e a confidencialidade. Em harmonia com esta visão, Lopes (2012) acrescenta que o intuito da promoção da integridade é a manutenção das características originais da informação durante seu manejo, garantindo que não haja alteração não autorizada.

Por outro lado, para Cooper (2009), a integridade visa a garantia da exatidão da informação contra mudanças não autorizadas, sejam elas acidentais ou intencionais. Percebe-se que a ideia que permeia estas concepções, conforme ocorre em relação a Arquivologia e a Bibliotecnomia, está em manter a informação na sua inteireza e completude, sem alterações que possam atingir a sua essência.

Ao investigar a percepção dos profissionais de sistemas de informação sobre a integridade da informação, Boritz (2005) destaca que essa característica é vista como essencial para a sua qualidade e pode ser considerada sinônimo de fidelidade representacional. O autor frisa que ela deve ser assegurada por meio de políticas, padrões, acordos, contratos, regulamentos, leis e regras de negócio, que garantam a informação completa, atual e oportuna, precisa e correta, válida e autorizada. Estas especificidades estão presentes nos conceitos de integridade da informação trazidos nos documentos estudados para o enfrentamento à desinformação e discurso de ódio, sendo oportuno destacar que aquele editado pela ONU - "Integridade da informação: abrindo caminho para a verdade, resiliência e confiança" (2022, p. 2) - indica o empréstimo da expressão "integridade da informação" da esfera corporativa, firmando-se na segurança e proteção de informações empresariais. Portanto, no apontado documento, há expresso reconhecimento da utilização deste conceito em outras áreas do conhecimento.

As diferentes ameaças à integridade da informação podem decorrer tanto de falhas humanas e estruturais quanto de ações e ataques cibernéticos deliberados. Falhas de interoperabilidade que resultem em corrupção de dados, erros humanos ao inserir ou modificar informações, e alterações nos dados decorrentes de ações criminosas e intencionais são exemplos apresentados por Burlov, Gryzunov e Tatarnikova (2020). Kurcheeva, Denisov e Khvorostov (2017) apontam a corrupção ou perda de dados devido a falhas na infraestrutura de suporte e erros na transmissão de informações, mas citam a modificação maliciosa de dados.

Em outro aspecto, Egoshin, Konev e Shelupanov (2023) abordam modificações deliberadas de informações por agentes mal-intencionados com a substituição de dados autênticos por informações falsas. A desinformação e o discurso de ódio, que visam, de forma intencional, enganar para gerar ganhos e/ou prejuizos para grupos e/ou individuos, estariam situados nesta vertente da deliberação.

Por outro lado, em uma visão mais conceitual e sociotécnica da integridade da informação, Samonas e Coss (2015) tratam de ameaças relacionadas às alterações não autorizadas nos dados, conduzidas por agentes externos e realizadas sutilmente, e erros, fraudes e violações provocadas por pessoas de dentro da organização. Os autores citam também ameaças relacionadas a questões técnicas, incluindo problemas de autenticação de dados e dificuldade de repudiar informações corrompidas devido à falta de mecanismos tecnológicos adequados, além de falhas na concepção e implementação de sistemas de informação, que podem gerar vulnerabilidades que afetam diretamente os dados. Essas vulnerabilidades técnicas dificultam a verificação da integridade das informações e a responsabilização das pessoas que deram causa à corrupção dos dados.

Para garantir a integridade da informação, a literatura cita criptografia para proteger os dados contra modificação indevida (Egoshin, Konev, & Shelupanov 2023; Samonas & Coss, 2015), assinaturas digitais para assegurar a autenticidade (Samonas & Coss, 2015; Kurcheeva, Denisov, & Khvorostov, 2017), funções de *hash* para detectar alterações indevidas nos dados (Egoshin, Konev, & Shelupanov 2023; Samonas & Coss, 2015), controles de acesso baseados em autenticação e autorização de usuários para evitar acessos indevidos (Burlov, Gryzunov, & Tatarnikova, 2020; Kurcheeva, Denisov, & Khvorostov, 2017; Samonas & Coss, 2015), além de dados redundantes e realização de cópias de segurança para recuperação quando houver corrupção dos dados (Kurcheeva, Denisov, & Khvorostov, 2017; Samonas & Coss, 2015). Estes recursos visam preservar os dados que geraram a informação, o que não afasta a pertinência da sua invocação e inclusão nas discussões acerca da desinformação e do discurso de ódio.

Assim, as contribuições da área de Sistema da Informação que estão direcionadas à unidade informacional apresentam sintonia com os documentos da ONU e do Club de Madrid, pioneiros na abordagem do conceito de integridade da informação relacionados a desinformação e ao discurso de ódio. Em qualquer um desses casos, o comprometimento da integridade da informação pode guiar as pessoas a decisões erradas e, em vários aspectos, contrárias aos interesses coletivos

Considerações Finais

A complexidade dos fenômenos que configuram a corrupção informacional disseminada, de forma constante e intensa, nas redes sociais digitais reclama abordagem multidisciplinar da problemática. Assim, o dialógo com e entre distintos campos do conhecimento se revela imprescindivel para o enfrentamento da desinformação e do discurso de ódio.

Na busca por possíveis caminhos para se alcançar o propósito de mitigar os efeitos nocivos da confusão informacional que se verifica nos ambientes virtuais, a ONU e o Club de Madrid apresentaram a alternativa de utilizar, num viés positivo, o conceito de integridade da informação, concebida como conteúdo confiável, completo, produzido e disseminado de acordo com os fatos, a realidade.

A partir dos documentos editados por estas entidades internacionais, em 2018, 2022 e 2023, passou-se a conceber, nas abordagens da disseminação dos discursos desinformativos e de ódio, nas redes sociais digitais, a promoção da informação íntegra – aquela que estando em sintonia com a realidade, apresenta-se completa e confiável.

Os estudos científicos sobre integridade da informação para o enfrentamento deste quadro estão em construção, sendo relevante, no itinerário a ser percorrido para se firmar entendimentos tocantes à informação íntegra, a identificação da abordagem deste conceito em outros campos do conhecimento que, apesar de não o relacionar à corrupção informacional, podem contribuir para os avanços nas investigações que visam promover o enfrentamento da desinformação e discurso de ódio disseminados pelas redes sociais digitais.

Assim, este trabalho visa sinalizar as inspirações que as compreensões já enraizadas em outros áreas do conhecimento como é o caso da Arquivologia, da Biblioteconomia e de

Sistema de Informação podem proporcionar para o enfrentamento da desinformação e do discurso de ódio.

A comparação entre os preceitos destes campos do conhecimento com aqueles trazidos nos documentos da ONU e do Club de Madrid (WLA-CdM) ratifica que o referido conceito já existia, sendo inaugurado, em verdade, pelas referidas entidades, a sua vinculação ao problema dos mencionados fenômenos informacionais. Por conseguinte, o propósito é, a partir da identificação destes pontos de aproximação, colher destas áreas concepções que possam ser aproveitadas. Dito de outra forma, a constatação dos pontos de afinidade entre os conceitos e considerações trazidos pelas mencionadas entidades com aqueles presentes nas apontadas áreas, deve constituir o primeiro momento, impondo-se, com base nesta percepção, a realização de novas pesquisas no sentido de que a integridade da informação se revele mais do que um novo conceito, mas se configure como um parâmetro de atuação, conforme ocorre na Arquivologia, Biblioteconomia e Segurança da Informação.

A par da cognição de que a promoção da informação íntegra é perseguida nestas áreas do saber, pode-se, a partir do dialógo interdisciplinar, se verificar como elas se organizam e traçam estratégias e procedimentos com vistas a preservar a integridade do conteudo informacional. A ideia é apreender destas áreas mais do que o arcabouço conceitual, mas perceber e buscar nelas formas e inspirações para a perservação da integridade da informação.

REFERÊNCIAS

Allcott, H.; Matthew, G.. (2017). Social Media and Fake News in the 2016 Election. Journal of Economic Perspective**s**, 31 (2): 211-36**.**

Araújo, C. A. A. (2024). Integridade da informação: um novo conceito para o estudo da desinformação. Revista Comunicação Midiática, Bauru, SP, 19 (1) 207–226. DOI: 10.5016/gpkkyf59.

Araújo, C. A. A. (2021). Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. The International Review of Information Ethics, Edmonton, Canadá, 30 (1). DOI: 10.29173/irie405.

Arendt, H. (1997). Entre o Passado e o Futuro. 4. ed. São Paulo: Perspectiva. 348 p.

Arquivo Nacional. (2005) Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Bauman, Z. (2021). Modernidade Líquida. O tempo e o espaço da sociedade da informação no Brasil Rio de Janeiro: Zahar.

Bezerra, A. C. (2024). Miséria da informação: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond.

Boritz, E. (2005). Is practitioners' views on core concepts of information integrity. *International Journal of Accounting Information Systems*, 6 (4) 260-279.

Brant, J.; Santos, J. G. dos; Dourado, T.; Pita, M. (2021). Regulação de combate à desinformação. Estudo de oito casos internacionais e recomendações para abordagem democrática. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil.

Brugger, W. (2010). Proibição ou proteção do discurso do ódio**?** algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Revista de Direito Público, 15 (117) 117-136. https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418

Burlov, V.G.; Gryzunov, V.V., & Tatarnikova, T.M. (2020). Threats of information security in the application of GIS in the interests of the digital economy. *Journal of Physics: Conference Series*, 1703, 012023. https://www.doi.org/10.1088/1742-6596/1703/1/012023

Cooper, M. H. (2009). Information security training: what will you communicate? In *Proceedings of 37º Annual ACM SIGUCCS Fall Conference* (p.217-222), St. Louis, MO, USA.

Cunha, M. B da.; Cavalcanti, C; Robalinho O.. (2008). Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros.

Dhillon, G. S., & Backhouse, J. (2000). Information system security management in the new millennium. *Communications of the ACM*, 43 (7) 125-128.

Egoshin, N.S., Konev, A.A. & Shelupanov, A.A. (2023). Model of threats to the integrity and availability of information processed in cyberspace. *Symmetry*, 15, 431. https://www.doi.org/10.3390/sym15020431

Gomes, H. F. (2020). Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação &Amp; Sociedade*, *30* (4) 1–23. https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047

Gomes, H. F. (2021). Informação, Estudos e Fazeres: Travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da Ciência da Informação. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n4p109.

Han, B.-C. (2020). Psipolítica. O Neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. 7. ed. Belo Horizonte, MG: AYINÉ.

Han, B.-C. (2022). Infocracia. Digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Hawley, J. (2022). A tirania das Big Tech. Tradução: Murilo Resende. Campinas: Vide Editorial.

Kurcheeva, G.I.; Denisov, V.V., & Khvorostov, V.A. (2017). Threats to information security in a highly organized system of the "Smart city". *Journal of Physics: Conference Series*, 803, 012086. https://www.doi.org/10.1088/1742-6596/803/1/012086 .

Leininger, J.; Burchi, F.; Fiedler, C.; Mross, K.; Nowack, D.; von Schiller, A.; Sommer, C., Strupat, C. & Ziaja, S. (2021). Social cohesion: A new definition and a proposal for its measurement in Africa (DIE Discussion Paper 31/2021). German Development Institute/Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE). https://www.idos-research.de/uploads/media/DP__31.2021.v1.1.pdf.

Lopes, I. M. (2012). *Adopção de políticas de segurança de sistemas de informação na administração pública local em Portugal* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20783

Morozov, E. (2018). Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu.

Samonas, S. & Coss, D. (2015). The CIA strikes back: Redefining confidentiality, integrity and availability in security. *Journal of Information System Security*, 10 (3), 21-44.

Sampieri, C. R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B.. (1997). Medodología de la investigación. Ciudad de México: McGraw - Hill Internamericana de México, 497 p.

Santos, N. (2024) Integridade da informação: uma agenda em disputa. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES).

Silva, D. R. P., & Stein, L. M. (2007). Segurança da informação: uma reflexão sobre o componente humano. *Ciências & Cognição*, 10, 43-56.

Toffoli, A. J. A. D. (2024). Fake news, Democracia e liberdade de expressão. In: Araujo, C. A A; Lima, Fábia Pereira;

Alzamora, Geane Carvalho. (Org.) Desinformação e contemporaneidade. Democracia, Ciência e Vida Social. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Zuboff, S. (2021). A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.

[1] Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são metas globais estabelecidas, em 25 de setembro de 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Elas estão contemplados na Agenda ONU 2030, tendo como propóstito: 1) Erradicar a pobreza extrema; 2) Combater a desigualdade e a injustiça; 3) Conter as mudanças climáticas (ONU, 2015)

Sessão 3

A posse presidencial brasileira: um estudo na Ciência da Informação

Gustavo Braga Alcântara, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), https://orcid.org/0000-0003-0694-8751, Brasil, *gbalcantara@finep.gov.br*

Renato de Mattos, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0001-7993-8672, Brasil, *renato_mattos@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6600

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

Em janeiro de 2023, a cerimônia da posse presidencial brasileira foi inusitada. O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu a faixa, símbolo da posse presidencial, das mãos não do seu antecessor, mas das de oito pessoas, que representavam a sociedade brasileira (Carvalho et al., 2023). Não era o que estava previsto no decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, que regulamenta a cerimônia. Nele, a passagem da faixa presidencial deveria ser transmitida do antecessor para o seu sucessor. Apesar da recusa do presidente anterior em efetuar a passagem da faixa, havia uma expectativa de parte da sociedade para que a cerimônia fosse realizada, uma vez que ela já estava cristalizada na memória coletiva brasileira como forma de legitimar o presidente eleito (Alcântara & Carvalhêdo, 2024). Essa expectativa vinha das transmissões das faixas presidenciais entre os presidentes em suas cerimônias de posse, que foram constantemente televisionadas - no período da Ditadura Militar (1964-1985), e que passaram a ser acompanhadas presencialmente pelos cidadãos a partir da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), no final do século XX. A posse, apesar de estar prevista em decretos e na própria Constituição, tinha o seu rito particular, que acabou sofrendo algumas alterações ao longo do tempo. Elas decorreram das mudanças do ecossistema social, cultural e político de cada época que influenciaram diretamente os valores informacionais da posse. O primeiro dispositivo que a regulamentou foi a primeira Constituição Federal do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. O segundo, o decreto nº 2.299, de 21 de dezembro de 1910, estabeleceu a criação de uma faixa que seria transmitida pelas mãos do presidente do Congresso Nacional ao presidente eleito. Com esses atos legais, as cerimônias de posse da República Velha (1889-1930) foram com pompas e festividades típicas da época, de portas fechadas, longe da população (Calmon, 1960). Ao longo das primeiras transmissões da faixa presidencial, a cerimônia começou a tomar uma direção diferente de um simples ato burocrático. A partir do segundo decreto, que versou sobre a matéria (decreto nº 24.910, de 4 de maio de 1948), a passagem da faixa estabeleceu-se, então, como uma transmissão entre presidentes do Poder Executivo. Ela iria criar mais uma camada ritualística e, a partir da Nova República (1985 – atual), com a presença do público, ela iria se descolar do protocolo consignado no texto do decreto (Alcântara & Carvalhêdo, 2024). Enquanto a posse em si era somente um ato formal, cujas etapas estavam descritas em um ato normativo, a sua representação simbólica, caracterizada na transmissão do objeto - a faixa presidencial -, assumiria relevância significativa para a sociedade. Segundo Burke (2018), essas festividades políticas reforçam a identidade coletiva de uma sociedade.

A partir desse recorte temporal, m uma análise da posse, dentro da Ciência da Informação, percebe-se que a sua materialização ocorre pela transmissão da faixa e não pela informação contida pelos dispositivos legais. A posse explítica, segundo as normas, ocorre em sessão conjunto no Congresso Nacional, entretanto, a tácita é no Palácio do Planalto, à vista da sociedade. Assim as modificações da cerimônia de transmissão de posse, promovidas tanto por meio de influência social e política, quanto pela participação popular,

repercutiram na informação relacionada à posse presidencial, contida no documento. Esse dilema entre documentação e informação encontra-se no cerne dos estudos fenomenológicos da Ciência da Informação (CI) e do seu campo científico, em uma abordagem pós-custodial interdisciplinar.

Voltada, no princípio, para a documentação, a Ciência da Informação buscou se firmar sobre a produção, a organização, a disseminação e o uso da informação (Pinheiro & Loureiro, 1995). Buckland (1991) acredita que a informação pode ser intangível, criada ou recriada, como em um processo ou em um evento. Já Frohmann (2008) define que a documentação das práticas informacionais das instituições traduz os movimentos políticos, culturais e sociais de uma população. Nesse sentido, em função dessa amplitude de significados, estudos sobre a epistemologia da informação e sobre a informação e seus suportes são necessários para consolidar o campo de estudo da área (Capurro & Hjorland, 2007; & Rodrigues Tabosa et al., 2016). Para isso, no estudo documentos, objetos e informação, a escolha do paradigma social torna-se lógica, uma vez que os valores informacionais contidos em documentos culturais, como a faixa presidencial, são difundidos pelos sujeitos, de acordo com os fenômenos situacionais, culturais e sociais.

O documento cultural chamado de faixa presidencial relaciona-se diretamente com a informação da posse presidencial. Ela própria representa a posse. Já a informação contida nos documentos constitucionais e nos decretos de cerimônias públicas traduz um conhecimento que não é abarcado culturalmente, como ocorreu na última posse presidencial (Alcântara & Carvalhêdo, 2024). A assinatura de posse em sessão do Congresso Nacional (art. 78, CF 1988), longe do olhar da população, não gera o mesmo impacto. A informação intangível da passagem de faixa entre os presidentes brasileiros se sobrepõe, assim, à informação tangível confinada em um papel. Há, portanto, uma ruptura informacional, promovida pelo paradigma social, do documento textual pelo documento tridimensional.

A partir dessas questões, o objetivo geral deste artigo é cotejar os fenômenos informacionais relacionados aos documentos cerimoniais com a posse presidencial no Brasil, que é representada pela transmissão de um objeto – a faixa presidencial, ao longo do tempo. Os objetivos específicos são a) relacionar os decretos das normas do cerimonial público com as Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 e b) caracterizar o protocolo informacional da posse presidencial. As metodologias escolhidas foram descritiva, qualitativa e exploratória, pautada na literatura da área bem como em fontes diversificadas produzidas pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados e pela Presidência da República. Como resultado obtido da pesquisa, percebeu-se que a relação informacional da posse presidencial, representado por seu documento cultural – a faixa presidencial -, foi modificada e obteve novos significados ao longo da história republicana brasileira.

Referencial Teórico

Estudos epistemológicos dentro da CI são relevantes para o estabelecimento da área em relação às demais disciplinas, como forma de compreensão dos problemas complexos que se relacionam com os fenômenos informacionais e para o estabelecimento dos princípios, objetivos, usos e aplicação de seu *ethos* científico (Braga, 2007).

Inicialmente, a recuperação da informação tornou-se o principal objetivo do campo informacional, uma vez que houve um crescimento vertiginoso da produção de documentos pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e uma necessidade de capacitar os profissionais para responder a esse "caos informacional" (Souza, 2008). Por isso, nessa primeria fase, os estudos debruçaram-se em metodologias teóricas e práticas sobre a produção, a organização, a disseminação e o uso da informação. Em seguida, para se diferenciar das outras disciplinas científicas, a CI precisou se consolidar como uma área à parte, com subáreas que flertavam com diversas disciplinas, como Matemática, História, Sociologia, Comunicação, Filosofia e Antropologia. Contemporeaneamente, a CI

trata os fenômenos informacionais em caráter essencialmente contextual e intersubjetivo.

A partir desse panorama, Capurro (2003) explica, em seus estudos conceituais sobre o valor da informação, que há, na CI, em seu campo científico, três paradigmas informacionais: o físico, o cognitivo e o social. O primeiro, recortado por Buckland (1991), em sua análise da "informação como coisa", diz que livros e documentos, ou qualquer elemento tangível, podem ser valorados como informativos. Já o segundo paradigma, o cognitivo, traz à tona a busca da informação pela necessidade do conhecimento do sujeito cognoscente, sem considerar suas motivações. Por fim, no paradigma social, atualmente influenciado pelo mundo digital e suas mudanças constantes, a informação não pode ser dissociada dos condicionantes sociais e espaciais do usuário na sua busca pela informação, porque ela é circundada por onde esse ser cognoscente atua, por sua trajetória e pelos seus pares.

Dessa forma, a definição de informação não pode ser limitada somente a processos cognitivos humanos ou a documentos, mas também a processos complexos que envolvem uma sociedade informacional. Assim, a informação, na CI, ora pode ser definida objetiva, ora subjetivamente. No primeiro caso, como aponta Frohmann (2008), num caráter materialista da informação, em que a documentação das práticas informacionais das instituições traduz os movimentos políticos, culturais e sociais de uma população; e no segundo caso, como descreve Buckland (1991), a informação pode ser intangível, em que ela é criada ou recriada, como em um processo ou em um evento.

Esses processos informacionais podem ser objetos de estudo no campo da CI, porque:

> Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular (Capurro & Hjorland, 2007, p. 187).

As informações contidas em documentos tridimensionais são relevantes, pois são ornadas por questões sociais, culturais e políticas, uma vez que a análise de um objeto traz a história de quem o analisa (Le Goff, 1996) e a história patrimonial documental de um país (Mattos, 2020). Esse campo de cultura material traz importantes contribuições para o paradigma social proposto por Capurro (2003). Nesse campo, os artefatos podem trazer outra visão dos acontecimentos históricos, sociais e culturais (Soares, 2022). Entretanto, segundo Endelman (2010), os objetos devem ser estudados juntos com outros contextos de evidência. Essa discussão de relacionar a informação registrada em um suporte tridimensional com as ações que por eles se expressam é também percebida em uma vertente orgânica da Arquivologia (Camargo & Guimarães, 2007). As autoras creditam à contextualização do objeto como mecanismo para recuperar o seu estatuto documental. O documento tridimensional, portanto, somente teria sentido com o contexto por trás dele. Nessa mesma linha, Mattos (2024) analisa como a apreensão do contexto de produção de um documento tridimensional pode ser determinante em uma discussão patrimonial entre público e privado.

Jacques Le Goff (1996) discute que o documento e o monumento deveriam ser vistos unidos como uma nova forma de documento, que é o legado da memória coletiva da sociedade. Como prova disso, Bastian (2013) mostra, em uma visão mais abrangente e inovadora, que roupas sul-africanas e monumentos jamaicanos são também formas de documentos históricos, que mostram uma expressão cultural e de memória, numa perspectiva de arquivos pós-coloniais. Essa visão é corroborada por Santana (2019), que relaciona a informação musical a uma perspectiva documental para amadurecer os estudos conceituais sobre o valor documental na CI. São outros olhares sobre a performance dos registros desses objetos não

convencionais para a reconstrução de uma memória coletiva da sociedade.

Assim, nesse contínuo de documentos que retratam as tradições, os das cerimônias de posse presidencial emergem como eventos de profunda significância de instauração de poder. Em específico, no Brasil, a cerimônia de posse presidencial, em que pese as diversas mudanças durante esse mais de um século de República, é repleta de simbolismo e formalmente guiada por um arcabouço legal e consuetudinário.

Essas cerimônias são, por natureza, multifacetadas, refletindo tanto as continuidades históricas quanto as evoluções sociopolíticas de cada país. Ao longo do tempo, essas cerimônias transformam-se e adaptam-se, ao absorverem novos significados e ao descartarem outros, em um processo dinâmico que espelha as mudanças nas narrativas nacionais e nas percepções públicas de liderança e governança. A posse presidencial, portanto, transcende sua função imediata de inaugurar formalmente um novo governo, porque ela se torna um rito de passagem coletivo, um momento de renovação e afirmação de um contrato social entre os governantes e os governados; por fim, uma tradição inventada:

> […] conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (Hobsbawm, 2012, p.8).

Portanto, para se compreender como esse conjunto de práticas influencia os processos informacionais em documentos textuais e tridimensionais, a Ciência da Informação deve alargar o seu repertório conceitual em uma perspectiva social e subjetiva.

Procedimentos Metodológicos

Por meio da abordagem dialética do processo social de Bourdieu & Delsaut (2008), em que o poder não se baseia somente da riqueza material e cultural, mas sim da capacidade dela em transformá-lo em capital simbólico e social, que este artigo versará incialmente. Esse poder de impor uma visão do mundo social em um grupo é a base da unidade e da identidade do grupo que se pretende dar existência. Nesse sentido,

> […] o fato de que as lutas pela identidade (este ser-percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros) tenham como móvel principal a imposição de percepções e de categorias de percepção explica o lugar determinante ocupado pela dialética da manifestação em todos os movimentos regionalistas ou nacionalistas (Bourdieu, 2020, p.111).

Para se observar e discutir essa análise sociocultural de Bourdieu, este trabalho utiliza o Método da História Cruzada (Werner & Zimmermann, 2003), um procedimento comparativo, que considera as esferas sociais, culturais e políticas que se relacionam entre si. O método permite aprender novos fenômenos por meio de elos de sincronia e diacronia, regimes de historicidade e reflexividade, que se baseiam no tripé da historicização: o objeto, nas categorias de análise e nas conexões entre o objeto e o pesquisador.

Para operacionalizá-lo, faz-se necessário pesquisar em sites, revistas, jornais, vídeos e documentos governamentais dos acervos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos arquivos pessoais dos presidentes brasileiros. Por isso, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, qualitativa e exploratória, como base em uma metodologia comparativa.

Resultados Finais

Para cotejar os fenômenos informacionais aos documentos cerimoniais e ao rito propriamente dito, sintetizado pela transmissão da faixa presidencial, foi feita uma pesquisa comparando as informações da posse

presidencial contidas nas Constituições Brasileiras e nos decretos cerimoniais já mencionados. Em seguida, apresentamos o protocolo informacional da posse presidencial brasileira.

Documentos da posse presidencial do Brasil

Em 15 de novembro de 1889, o primeiro chefe da Nação Republicana Brasileira assumiu o poder com respaldo em um documento textual que legitimasse formalmente seu mandato. Foi apenas com a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 1891, que os ritos de posse do presidente do Executivo passaram a ser descritos e regulamentados:

> Art. 44. Ao empossar-se no cargo, o Presidente pronunciará, em sessão do Congresso, ou se este não estiver reunido, ante o Supremo Tribunal Federal esta afirmação:
>
> "Prometo manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição federal, promover o bem geral da República, observar as suas leis, sustentar–lhe a união, a integridade e independência" (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891).

A posse de Marechal Manuel Deodoro da Fonseca de fato acontece, em 26 de fevereiro de 1891, dentro da Sessão da Assembleia Geral do Congresso Nacional, de forma discreta, com a presença de políticos e poucos representantes da sociedade civil (Magalhães Júnior, 1957). À medida que a República se estabelecia, eram instituídos seus símbolos e rituais. Em seu governo, o primeiro presidente promulgou o decreto nº 4, de 19 de novembro de 1899, que criava a bandeira, as armas nacionais, os selos e os sinetes da República.

Quando a faixa presidencial foi instituída, após a promulgação do decreto nº 2.299, de 21 de dezembro de 1910, a cerimônia de posse ganhou uma nova camada. Em seu artigo 2º:

> O distintivo de que trata esta lei, o Presidente da República receberá, no ato de ser empossado no seu cargo e logo depois de fazer a afirmação constitucional, das mãos do presidente do Congresso ou das do presidente do Supremo Tribunal Federal, conforme a posse se verificar perante este ou aquele poder. (Decreto nº 2.299, 1910)

Assim, a informação da posse começava a ter outro tipo de documento associado – a faixa presidencial. Ela, com largura de 15 centímetros, suporta uma medalha de ouro, mostrando no verso o escudo da República bordado a ouro e no anverso o dístico – Presidência da República do Brasil (Decreto nª 2.299, 1910).

Ao longo do tempo, a informação relacionada à posse presidencial começaria a se desprender do documento textual e ligar-se ao documento tridimensional. Esse iria ter uma importância social, cultural e política diretamente ligada à posse e à figura do Presidente da República.

Após Assembleia Constituinte de 1933, uma nova Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934. Nela, a cerimônia de posse se manteve no Congresso Nacional ou no Supremo Tribunal Federal, proferindo o mesmo compromisso estabelecido em 1891 (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891). Entretanto, no artigo 1º, § 3º, das Disposições Constitucionais Transitórias, foi estabelecido que o presidente eleito deveria prestar esse "compromisso" perante a Assembleia dentro de quinze dias da eleição, ou seja, uma inovação em relação à primeria Constituição de 1891, mas ainda com um dia de posse inespecífico.

A Constituição instituída no Estado Novo de Getúlio de Vargas de 1937 retira todas as menções da posse, uma vez que o mandato do presidente começaria na data da promulgação da Constituição e teria o seu mandato renovado até a realização de um plebiscito nacional (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1937). Com o Ato Adicional à Constituição de 1945 (Lei nº 9, 1945, o texto é modificado, e a data de posse do presidente eleito é especificamente escolhida: trinta dias depois da comunicação do resultado da eleição. Nesse sentido, a

relação informacional da posse presidencial afasta-se do documento textual, uma vez que a Constituição de 1937 não lhe deu a devida importância, em uma clara interferência do paradigma político na materialização da informação. Entretanto, com a transição para o regime constitucional em 1945, o documento tridimensional prova-se como a única relação infromacional da posse. Eurico Gaspar Dutra, no dia 31 de janeiro de 1946, em sua posse, colocou a faixa em si (Figura 1), não cumprindo o decreto de 1910, em que deveria ter recebido a faixa das mãos ou do presidente do Congresso ou do Supremo Tribunal Federal. Além disso, a Constituição então em vigor determinava que a posse deveria ocorrer trinta dias depois da comunicação do resultado da eleição, sem elementos ritualísticos, como local da posse e discurso. O único elemento que comprovou a posse foi o documento tridimensional, ou seja, a faixa presidencial. Trata-se do primeiro momento em que o artefato se sobrepõe ao documento textual — ou seja, no contexto da posse, a faixa presidencial figurava como a única evidência considerada suficiente.

Figura 1: Posse de Eurico Gaspar Dutra em 1946



Fonte: https://www.britishpathe.com/asset/stills/69102/ (1940-1949)

Meses após a posse de Eurico Gaspar Dutra, uma nova constituição foi promulgada. Além de reinstaurar o regime democrático, a Constituição de 1946 recupera o texto em que eram definidos o local e o discurso da posse.

> Art. 83. O presidente e o vice-presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional ou, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.
>
> Parágrafo único. O presidente da República prestará, no ato da posse, este compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência" (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946).

Uma inovação é que o texto estabeleceu, pela primeira vez, a figura do vice-presidente como parte da solenidade da posse. Com a Emenda Constitucional nº 9, de 1964, o dia posse foi fixado para o dia 15 de março, em sessão do Congresso Nacional.

Ao se comparar a Constituição de 1946 com a de 1891, em relação à posse presidencial, percebe-se uma influência das práticas sociais, públicas, políticas e culturais. Antes, em 1891, o presidente eleito deveria "assumir" um compromisso com a recém-criada República. Depois, já com o fim do Estado Novo, esse compromisso era com o bem geral do Brasil (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946). A mudança observada nos dois textos evidencia as diferenças entre os contextos políticos da época da promulgação das Constituições, que repercutiram na informação materializado nos documentos.

Com a faixa presidencial presente na cerimônia de posse, a pessoa pela qual faria a sua transmissão ainda não seria relevante. Os presidentes do Congresso que entregaram a faixa presidencial não desempenharam papel de destaque na cerimônia — a ponto de, em certos momentos, a ausência de alguém para transmiti-la sequer ser considerada relevante, como ilustrado na Figura 1. Dessa forma, ao longo do tempo, a materialidade da posse ganhou forma tanto no documento textual quanto no documento tridimensional. Segundo Frohmann (2008), essas práticas documentárias institucionais geram a inércia necessária para materializar a informação que

alterará profundamente a vida social de todos. De fato, o empossamento de um presidente é o primeiro ato da legitimação de um novo governo político e suas relações informacionais da sua posse devem ser observadas.

Com a criação das normas do Cerimonial Público e a ordem geral de precedência, decreto nº 24.910, de 4 de maio de 1948, a representação da posse seria modificada drasticamente no Brasil, com implicações que repercutem até os dias de hoje. Na ocasião, Eurico Gaspar da Dutra determinou que, após o cumprimento do seu compromisso constitucional no Congresso Nacional, o presidente eleito deveria ir ao Palácio da Presidência ser recebido pelo seu antecessor e todos os representantes dos Ministérios, Gabinetes Militar e Civil para que (artigo 43):

> […] trocados os cumprimentos, estas altas autoridades subirão ao Salão de Honra, onde o Presidente empossado receberá *do seu antecessor a faixa presidencial*. Em seguida, o novo Presidente e os membros dos seus Gabinetes conduzirão o Presidente cujo mandato findou até a porta principal do Palácio da Presidência (Decreto nº 24.910, 1948, grifo nosso).

A partir desse momento, a figura do responsável pela passagem desse documento tridimensional entrava na cena política de legitimação do poder político. Quando Eurico Gaspar Dutra passou a faixa Getúlio Vargas, em 31 de janeiro de 1951, a cerimônia de posse passou a ter outro *status*. A confirmação de que o governo antecessor validava o seu sucessor é traduzida por um objeto com as cores do Brasil. Esse paradigma do objeto, por meio do qual a análise da natureza das informaçãoes ocorre, é vista como um dos entendimentos da organização da informação (Nascimento, 2006).

Em 1951, com a primeira transmissão da faixa entre dois chefes do Poder Executivo Federal, esse artefato tridimensional passou a incorporar de maneira ainda mais explícita a informação simbólica do ato de posse. Na primeira posse de Getúlio Vargas, ele foi chefe de um Governo Provisório, em um contexto ainda conturbado da República. Sua posse como presidente da nação só seria efetividade em 1934 (Schwarcz & Startling, 2018). Em sua posse de 1951, ele recebeu a faixa presidencial de seu antecessor como forma de legitmação democrática de poder. Com essa mudança trazida pelo decreto nº 24.910, de 1948, a faixa presidencial passaria a materializar a própria posse, sobrepondo-se aos registros textuais e configurando-se, por si só, como documento comprobatório do fato.

Com a inauguração de Brasília, a faixa ostenta outro significado para a posse. Em 31 de janeiro de 1961, Juscelino Kubitschek transmitiu a faixa para o seu sucessor, Jânio Quadros, não mais dentro do Palácio Presidencial, mas, pela primeira vez, no Parlório, diante do público, na Praça dos Três Poderes (Figura 2).

Figura 2. Discurso de posse de Jânio Quadros para os civis na Praça dos Três Poderes (1961)



Fonte: Acervo Estadão

A cerimônia vista pela população acrescentaria outro valor para o artefato, uma evidência material de um documento constitucional. Assim, a posse era evidenciada pela faixa e a faixa era a prova da posse.

Após o golpe militar de 1964, a faixa presidencial agregou ainda mais ao valor informacional da posse dos mandatários. Em um governo eleito indiretamente pelo povo, a faixa foi passada sequencialmente entre todos os presidentes militares: Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-67), Artur da Costa e Silva (1967-79), Emílio Garrastazu Médici (1969-74), Enerso Geisel (1974-79) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-85). Com a exceção de Castello Branco que recebeu

a faixa do presidente da Câmara dos Deputados e de Médici, que não recebeu de Costa e Silva por motivos de saúde (Fausto, 1995), todos os demais presidentes militares receberam a faixa das mãos de seus antecessores. Apesar de prevista na Constituição de 1967, a posse pode ter sido usada para legitimar o regime ditadorial, em cerimônias sem a participação popular, mas com o objeto que o legitimaria – a faixa de largura de quinze centímetros, com franjas e medalha de ouro.

Novamente, a penúltima Constituição brasileira trouxe para o texto uma informação do contexto social e político. O compromisso que o presidente deveria assumir perante Congresso Nacional foi modificado:

> Prometo manter, defender e cumprir a *Constituição*, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil (Constituição da República Federativa do Brasil, 1967, art. 78, § 1º, grifo nosso).

Observa-se a ausência da palavra República do compromisso presidencial, assim como a da CF/46, e a"promoção do bem geral do Brasil" foi rearranjada. Essas pequenas modificações não influenciaram diretamente no paradigma da cerimônia da posse presidencial, mas são assimiladas na informação-como-coisa (Buckland, 1991), ou seja, na própria faixa. Afinal, a passagem da faixa era também a transmissão do promoção do bem geral, da união, integridade e independência do Brasil

Sobre os decretos que regulamentam as normas do cerimonial público brasileira, o último deles promove algumas alterações importantes sobre o rito da posse presidencial. No decreto da Ordem Nacional de Mérito e do Cerimonial Público da Repúlica, o decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, novos protocolos da transmissão da faixa foram estabelecidos, utilizados atualmente:

> Art. 41. Após os cumprimentos, ambos os Presidentes, acompanhados pelos Vice-Presidentes, Chefes do Gabinete Militar e Chefes do Gabinete Civil, se encaminharão para o Gabinete Presidencial, e dali para o local onde o Presidente da República receberá de seu antecessor a faixa presidencial. Em seguida, o Presidente da República conduzirá o ex-Presidente até a porta principal do Palácio do Planalto (Decreto nº 70.274, 1972).

O decreto promulgado por Emílio Médici deixa em suspensão o local da posse, em que o paradigma espacial teria muita influência na cerimônia da posse. Da posse de Ernesto Geisel, em 1974, até a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990, todos os empossamentos presidenciais seriam dentro do Palácio do Planalto, longe da população.

O primeiro presidente do regime democrático recém-instalado também seria o primeiro, e até então, o único presidente a não receber a faixa presidencial durante a cerimônia de posse. No dia 15 de março de 1985, João Batista Figueiredo, o antecessor, recusou-se a transmitir a faixa ao sucessor (Schwarcz & Starling, 2018). José Sarney, vice-presidente de Tancredo Neves, tomou posse no lugar do presidente, que não pôde participar da cerimônia devido a dores que sentira no dia anterior (Fausto, 1995), vindo a falecer posteriormente. No momento da cerimônia de Sarney, havia dois documentos textuais que tratavam da posse: a Constituição de 1967 e o decreto nº 70.274, de 1972, mas não havia o documento tridimensional. A ausência da faixa não impediu a posse, mas ela não teve o mesmo significado como informação construída ao longo do tempo das outras posses presidenciais. Inclusive, o ex-presidente José Sarney, questionado sobre essa recusa de João Figueiredo disse que a "faixa era uma coisa simbólica que não pesou" (Tramarim, 2005). Porém, com as novas camadas adicionadas à cerimônia da posse e à própria faixa presidencial na redemocratização, esse documento simbólico não só se tornaria o centro da informação relacionada com a posse, como o documento mais significativo.

A partir da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1º de janeiro de 1995, as posses passariam a ser presenciadas novamente pela população, como acontecera

com a posse de Jânio Quadros. A participação popular em 1995 foi de cerca de dez mil pessoas, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (Silva, 2019). Já na posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, havia cerca de 300 mil presentes para a transmissão da faixa (Resende, 2023).

A última constituição promulgada, a Constituição de 1988, trouxe a última inovação sobre a posse presidencial:

Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral *do povo brasileiro*, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, grifo nosso).

O texto do compromisso foi internalizado ao artigo e agora tanto o presidente quanto o vice-presidente deveriam prestá-lo em sessão do Congresso Nacional. A promoção era, agora, em relação ao bem geral do povo brasileiro, característica essa que permeava toda a Constituição Cidadã.

A partir dos textos constitucionais, percebe-se que a posse explícita aconte na sessão do Congresso Nacional, em que o presidente da República toma posse assumindo um compromisso falado perante todos os representantes políticos escolhidos pela população. Entrentanto, para a população, a posse ocorre na transmissão da faixa, vivenciada por ela e não mais dentro de um salão com um punhado de políticos. Desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, a comunidade brasiliera vem buscando presenciar essa passagem do tecido verde e amarelo, do documento tridimensional. Com a recusa de Jair Messias Bolsonaro em passar a faixa, a sociedade exigiu que houvesse a transmissão da posse e da faixa (Machado, 2022). A prova então que a faixa seria a representação da posse tácita, o documento/monumento segundo Le Goff (1996), que relaciona a informação da posse presidencial, pôde ser vista quando o presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, recebeu, em 2023, a faixa de oito pessoas: um cacique, um estudante, uma catadora de lixo, um metalúrgico, uma cozinheira, um professor, um artesão e uma pessoa com deficiência, que representaram a sociedade civil (Figura 3).

Figura 3 A sociedade brasileira representada por oito pessoas para a transmissão da faixa durante a posse de Lula em 2023.



Fonte: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/01/cachorra-resistencia-sobe-a-rampa-com-lula.ghtml

Essa transição do valor da faixa de um mero documento tridimensional para o documento-evidência da posse é a narrativa de como o paradigma social pode contribuir para o campo da Ciência da Informação. A compreensão de como a informação descolada de um suporte físico tradicional pode contribuir para o estudo da dinâmica dos valores informacionais que são distribuídos pelos sujeitos.

Protocolo informacional da posse presidencial brasileira

Com o intuito de estudar qual seria o protocolo informacional da posse presidencial brasileira, foi conduzido um estudo exploratório sobre os ritos da cerimônia da posse. A partir de fontes diversificadas produzidas pelo Senado Federal

e pela Câmara dos Deputados, foi elaborado um quadro com as principais informações sobre as cerimônias das posses dos presidentes brasileiros: a) nome; b) data da cerimônia de posse; c) local da cerimônia de posse; d) se houve transmissão da faixa presidencial; e) quem passou a faixa; f) se houve participação popular na cerimônia de posse; e g) documento que regulamenta a cerimônia de posse (Quadro 1).

Para efeitos de pesquisa, foram adotadas as seguintes considerações: 1) para o local, foi utilizado dentro ou fora do prédio onde houve a cerimônia de posse; 2) a passagem da faixa foi considerada como passagem do cargo; 3) os documentos que regem a cerimônia da posse da época.

Os dados do Quadro 1 demonstram que a cerimônia, apesar de regulamentada por decretos, não necessariamente segue o texto legal em função das circunstâncias políticas e sociais de cada época. Até o advento da faixa, em 1910, não havia transmissão de cargo, somente a posse em si. Após o decreto nº 2.299 de 1910, as cerimônias de posse contavam com uma transmissão de cargo e a transmissão da faixa, porém sem qualificar a pessoa que a passava. Eurico Gaspar Dutra, após a promulgação do Decreto nº 24.910 de 1948, começa a tradição de o presidente antecessor passar o cargo, por meio da faixa, para o seu sucessor. Com a criação de Brasília, a cerimônia de posse começa a ocorrer no Palácio do Planalto, lugar não previsto pelo decreto nº 24.910 de 1948 e só atualizado em 1972, com o decreto nº 70.274, promulgado por Emílio Garrastazu Médici. A partir de 1995, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a população começou a efetivamente participar da cerimônia de posse, em que a passagem aconteceu ora na frente do Palácio, ora no Parlatório. Na última posse, mais uma ação aconteceu que não era prevista pelas linhas do decreto nº 70.274 de 1972: a transmissão de cargo e a da faixa foram feitas por representantes do povo e não pelo presidente antecessor.

Assim, o protocolo informacional da posse presidencial brasileira foi estabelecido como a cerimônia da passagem de uma faixa de cores azuis e verdes na frente da sociedade civil, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O valor informacional que ocorre dentro do Congresso Nacional não traz a mesma dimensão sociocultural, nem as relações dialógicas presentes no contexto da cerimônia que acontece na frente da Palácio do Planalto. Desde a cerimônia de posse de Fernando Henrique Cardoso, a sociedade civil busca a informação relacionada às posses presidenciais na representação simbólica da faixa, vista por todos, em uma formação da autêntica memória brasileira.

As interações estabelecidas entre a cerimônia e a comunidade brasileira foram construídas coletiva e socialmente, de forma perene, ao longo das últimas posses. Assim, o protocolo informacional deve ser considerado nas relações sociais e políticas já estabelecidas.

Considerações Finais

Esse estudo foi executado com o intuito de elucidar e justificar a relação entre o documento e a informação aos olhos da Ciência da Informação. Ele traz novas percepções relacionadas ao valor da informação, de acordo com o paradigma social previsto por Capurro (2003). A cerimônia da posse presidencial é um exemplo de como os fenômenos relacionados às práticas sociais podem influenciar a dimensão física da informação. A posse, apesar de regulamentada por decretos, não acompanhou necessariamente o que estava escrito, uma vez que as circunstâncias e os eventos políticos influenciaram diretamente os seus elementos simbólicos constitutivos. Afinal, trata-se de uma prática cuja formalização teve início com o Decreto nº 2.299, de 21 de dezembro de 1910, promulgado pelo presidente Hermes da Fonseca, e que hoje pode ser compreendida como uma “tradição inventada” (Hobsbawm, 2012). Ainda que tenha passado por pequenas modificações ao longo do tempo, sua repetição confere a ela um sentido de continuidade em relação ao passado.

A faixa teve o seu valor informacional modificado pelo paradigma social, porque esse valor ultrapassou o dos documentos textuais que a regem, por causa das condicionantes: a) sociais (Ditatura e Redemocratização); b)

espaciais (locais da cerimônia da posse) e c) temporais (várias Constituições Federais e Decretos, ao longo do tempo). Além disso, o mundo digital influenciou essa mudança, uma vez que, quando João Figueiredo se recusou em passar a faixa, a sociedade não havia os mesmos meios de reação que atualmente. Em 2023, a posse de Lula foi o tema político mais pesquisado do ano (Carta Capital, 2023) e a recusa de seu antecessor gerou uma reação muito mais veloz na sociedade, porque, com o advento da internet, a velocidade das respostas no mundo digital são quase instantâneas (Alcântara & Carvalhêdo). Portanto, a informação da posse é recriada, por influência do paradigma social, e está caracterizada, atualmente, mais com a faixa do que com os textos do Decreto 70.274, de 1972 e da Constituição Federal, de 1988. Nesse sentido, as diferentes formas de informar são necessárias, assim, para a consolidação do campo da Ciência da Informação no que diz respeito da produção, socialização e usos do conhecimento e da informação.

Referências

Alcântara, G. B., & Carvalhêdo, F. S. (2024). A faixa presidencial brasileira: de insígnia militar a símbolo democrático. Acervo, 37(3), 1-24.

Bastian, J. A. (2013) The records of memory, the archives of identity: celebrations, texts, and archival sensibilities. Archival Science, 13(2-3), 121-131. https://doi.org/10.1007/s10502-012-9184-3.

Bourdieu, P. & Delsaut, Y. (2008) A produção da crença contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk.

Bourdieu, P. (2020) A Economia das Trocas Linguísticas: o que Falar Quer Dizer. Edusp.

Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em S. P. M. Mueller (Ed.), Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação (pp. 17-38). Thesaurus.

Buckland, M. K. (1991) Information as thing. Journal of the American Society for Information Science, 42(5), 351-360. https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3

Burke, P. (2018). O que é históoria cultural? Zahar.

Calmon, P. (1960) História do Brasil. A República. Companhia Editora Nacional.

Camargo, A. M. de A., & Guimarães, S. G. (2007) Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Capurro, R. (2003, 10 de novembro) Epistemologia y Ciencia de la Informacion [Slides de Power Point] capurro.de. https://www.capurro.de/enancib.htm

Capurro, R., & Hjorland, B. (2007) O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação, 12(1), 148-207. https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012.

Carta Capital (2023, 11 de dezembro). Posse de Lula foi tema político mais pesquisado no Google vem 2023; veja o ranking. https://www.cartacapital.com.br/politica/posse-de-lula-foi-tema-politico-mais-pesquisado-no-google-em-2023-veja-o-ranking/.

Carvalho, L.., Mazui, G., Gomes, P. H., & Tito, F. (2023, 1º de janeiro). Lula recebe faixa presidencial das mãos de representantes do povo brasileiro. G1 Política. https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/crianca-negra-indigena-mulher-e-pessoa-com-deficiencia-entregam-faixa-presidencial-a-lula.ghtml.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. (1891, 24 de fevereiro). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. (1934, 16 de julho). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. (1937, 10 de novembro). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 (1946, 18 de setembro). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. (1967, 24 de janeiro). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 de outubro). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Decreto nº 2.299, de 21 de dezembro de 1910. (1910, 21 de dezembro) Cria um distintito do cargo de presidente da República. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl2299-1910.htm.

Decreto n. 24.910, de 4 de maio de 1948. (1948, 4 de maio). Aprova as normas do Cerimonial Público dos

Estados Unidos do Brasil, e a ordem geral de precedência. Presidência da República. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-24910-4-maio-1948-340644-publicacaooriginal-1-pe.html.

Decreto n. 70.274, de 9 de março de 1972. (1972, 9 de março). Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70274.htm.

Endelman, J. E. (2010) « Just a car » The Kennedy Car, the Lincoln Chari, and the Study of Objects. Em F. X., Blouin, Jr., & W. G. Rosenberg (Orgs.), Archives, documentation, and institution of social memory: essays from the Sawyer Seminar (pp.245-256). The University of Michigan Press.

Fausto, B. (1995) História do BrasilI. Editora da Universidade de São Paulo.

Frohmann, B. (2008) O caráter social, material e público da informação. Em M. S. L. Fujita, R. M. Marteleto, & M. L. G. D. Lara (Orgs.), A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. (pp. 19-34). Fundepe editora.

Hobsbawm, E. J., & Ranger, T. (2012) A invenção das tradições. Paz & Terra.

Le Goff, J. (1996) História E Memoria. Editora da Unicamp.

Lei nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. (1945, 28 de fevereiro). Altera a Constituição Federal de 1937. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm.

Machado, U. (2022, 28 de dezembro). Deixar de passar faixa para Lula pode ser último ataque de Bolsonaro à democracia. Política. https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/politica-e-poder/deixar-de-passar-faixa-para-lula-pode-ser-ultimo-ataque-de-bolsonaro-a-democracia/.

Magalhães Junior, R. (1957) Deodoro, a espada contra o império. Companhia Editora Nacional.

Mattos, R. (2020). Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros. Em R. Mattos & V. M. M. Fonseca et al (Eds.), Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF. (pp. 106-122) Tikinet.

Mattos, R. (2024). Acervos presidenciais brasileiros: entre o patrimônio público e a propriedade privada. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, 37(4), 1-24, 2024.

Nascimento, D. M. (2006) A abordagem sócio-cultural da informação. Inf. & Soc.: Est. João Pessoa, 16(2), 25-25.

Pinheiro, L. V. R., & Loureiro, J. M. M. (1995) Traçados e limites da ciência da informação. Ciência da Informação, 24(1), 1-19.

Resente, R. (2023, 1º de janeiro) Milhares de pessoas acompanharam a posse de Lula em Brasília. https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/01/01/milhares-de-pessoas-acompanharam-a-posse-de-lula-em-brasilia.

Rodrigues Tabosa, H, da Silva Tavares, D. W., & Veras Nunes, J. (2016) História e epistemologia da Ciência da Informação: abordagem social em foca. Revista Interamericana de BibliotecologíaI, 39(3), 289-300. https://doi.org/10.17533/udea.rib.v39n3a06.

Santana, J. S. (2019) Escuta, Nelson: representação e memória da cidade do Recife nas letras de frevo do maestro Nelson Ferreira. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/477/1474.

Schwarcz, L.M. & Starling, H.M. (2018) Brasil: uma biografia. Companhia das Letras.

Silva. E. (2019, 1º de janeiro) Tesouro preservado: arquivos inéditos recontam a história das posses dos presidentes em Brasília. https://www.metropoles.com/materias-especiais/posses-dos-presidentes-em-brasilia-historia-em-fotos-audios-e-videos.

Soares, C. (2022) As roupas e os regimes durante a Independência brasileira: uma análise da indumentária de d. João VI e d. Pedro I em retratos de Estado (1807-1831). Acervo, 35(3), 1-27.

Souza, E. D. (2008) Dimensões teóricas metodológicas da Ciência da Informação: dos desafios à consolidação epistemológica. Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), [s. l.], p. 19.

Tramarim, E. (2005, 15 de março) Vinte anos de poder civil. https://www.camare.leg.br/radio/programas/254224-vinte-anos-de-poder-civil-03-55.

Werner, M. & Zimmermann, B. (2003) Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, 11(1-2), 89-128.

Anexos

Quadro 1 – Cerimônia de posse dos presidentes do Brasil[1]

	Presidente	Posse	Local	Faixa	Passagem	Participação popular	Ato legal
1	Manuel Deodoro da Fonseca	26/02/1891	Congresso Nacional[2]	Não	-	Não	-
2	Hermes Rodrigues da Fonseca	15/11/1910	Congresso Nacional	Não	-	Não	-
3	Eurico Gaspar Dutra	31/01/1946	Congresso Nacional	Sim	Presidente da Câmara dos Deputados	Não	Decreto nº 2.299, de 21 de dezembro de 1910
4	Getúlio Dornelles Vargas	31/01/1951	Congresso Nacional	Sim	Presidente antecessor	Não	Decreto nº 24.910, de 4 de maio de 1948
5	Juscelino Kubitschek de Oliveira	31/01/1956	Congresso Nacional	Sim	Vice-Presidente do Senado Federal	Não	Decreto nº 24.910, de 4 de maio de 1948
6	Jânio da Silva Quadros	31/01/1961	Fora das dependências do Palácio do Planalto	Sim	Presidente antecessor	Sim	Decreto nº 24.910, de 4 de maio de 1948
7	Humberto de Alencar Castello Branco	15/04/1964	Palácio do Planalto	Sim	Presidente da Câmara dos Deputados	Não	Decreto nº 24.910, de 4 de maio de 1948
8	Arthur da Costa e Silva	15/03/1967	Palácio do Planalto	Sim	Presidente antecessor	Não	Decreto nº 24.910, de 4 de maio de 1948
9	Ernesto Geisel	15/03/1974	Palácio do Planalto	Sim	Presidente antecessor	Não	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
10	João Baptista de Oliveira Figueiredo	15/03/1979	Palácio do Planalto	Sim	Presidente antecessor	Não	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
11	José Sarney	15/03/1985	Congresso Nacional	Não	-	Não	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
12	Fernando Collor de Mello	15/03/1990	Palácio do Planalto	Sim	Presidente antecessor	Não	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
13	Fernando Henrique Cardoso	1º/01/1995	Palácio do Planalto	Sim	Vice-Presidente antecessor	Sim	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
14	Luiz Inácio Lula da Silva	1º/01/2003	Palácio do Planalto	Sim	Presidente antecessor	Sim	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
15	Dilma Vana Rousseff	1º/01/2011	Palácio do Planalto	Sim	Presidente antecessor	Sim	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
16	Jair Messias Bolsonaro	1º/01/2019	Fora das dependências do Palácio do Planalto	Sim	Vice-Presidente antecessor	Sim	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972
17	Luiz Inácio Lula da Silva	1º/01/2023	Fora das dependências do Palácio do Planalto	Sim	Representantes da sociedade	Sim	Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972

[1] CN – Congresso Nacional; CD – Câmara dos Deputados; SF – Senado Federal.

Fonte: elaborado pelos autores

[1] Referências retiradas do site da Biblioteca da Presidência da República. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes. Acesso em: 20/07/2025

[2] CN – Congresso Nacional; CD – Câmara dos Deputados; SF – Senado Federal.

MAPEAMENTO DOS ACERVOS PRIVADOS DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA: DIFUSÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL BRASILEIRO

Renato de Mattos, Universidade Federal Fluminense, ORCID: https://orcid.org/0009-0001-1039-6518, Brasil, *renato_mattos@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6690

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

No final da década de 1980, às vésperas da celebração do centenário da Proclamação da República, os documentos privados dos presidentes da República passaram a figurar entre os temas prioritários da agenda governamental brasileira. Paralelamente às comemorações oficiais da efeméride, importantes iniciativas foram promovidas pelo poder público com o intuito de identificar e reunir informações sobre os acervos dos ex-presidentes. Foi nesse contexto que, em 1991, sancionou-se a Lei nº 8.394, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República.

Mais de três décadas após a promulgação da chamada "Lei dos Acervos Presidenciais", a situação desses acervos ainda apresenta importantes desafios. Embora a legislação brasileira reconheça o valor dos conjuntos documentais produzidos e acumulados pelos mandatários — atestando seu interesse público e social e os compreendendo como parte representativa do patrimônio histórico-cultural nacional —, tais acervos encontram-se, em grande medida, dispersos entre instituições públicas e privadas. Soma-se a isso o elevado grau de fragmentação de documentos pertencentes a um mesmo titular, muitas vezes

distribuídos entre arquivos, museus, bibliotecas e centros de memória. Esse cenário é agravado pela escassez de guias, inventários e outros instrumentos de pesquisa que possibilitem a sistematização de informações sobre a localização, as características e a composição dos arquivos presidenciais.

Nesse contexto, esta comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) [1], cujo objetivo geral é identificar e promover a difusão dos arquivos presidenciais custodiados por instituições localizadas nos municípios do Rio de Janeiro (RJ) e de Niterói (RJ). A proposta contempla a elaboração de um instrumento de pesquisa contendo informações detalhadas sobre os acervos, como o nível de tratamento arquivístico, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso e as abordagens teórico-metodológicas que fundamentaram as práticas de conservação, organização e descrição. Entre os objetivos específicos da pesquisa, destaca-se a problematização dos critérios estabelecidos na legislação brasileira que definem a natureza pública ou privada dos documentos produzidos e acumulados pelos presidentes da República. Também se enfatiza a relevância dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos enquanto parte constitutiva do patrimônio cultural e como fontes privilegiadas para a compreensão dos contextos históricos e políticos do país.

Referencial Teórico

Desde as últimas décadas do século XX, os arquivos pessoais têm adquirido reconhecimento crescente como fontes fundamentais para a construção da memória coletiva, para o desenvolvimento do conhecimento histórico e para práticas educativas. Além disso, constituem suporte relevante para manifestações criativas e para a formulação de políticas identitárias (Hobbs, 2016; Mattos & Pereira, 2019). Definidos como "conjuntos orgânicos e autênticos, representativos das atividades que lhes deram origem" (Camargo, 2009, p. 28), esses arquivos revelam-se recursos valiosos para pesquisadores de distintas áreas do saber, como História, Literatura, Direito, Antropologia e Sociologia.

No entanto, no contexto brasileiro, apenas uma parcela restrita desses acervos recebe tratamento técnico adequado por parte de instituições especializadas em preservação e difusão documental. Mesmo entre tais instituições, os critérios de aquisição nem sempre consideram a função social dos arquivos ou seu potencial de diálogo com distintos segmentos da sociedade (Dias, 2023). Com frequência, as políticas de incorporação e salvaguarda baseiam-se em critérios temáticos ou subjetivos, muitas vezes definidos pelos interesses de um grupo limitado de pesquisadores (Oliveira, 2012; Troitiño, 2016).

Nesse cenário, a declaração de interesse público e social, prevista na Lei nº 8.159/1991, bem como a Lei nº 8.394/1991, que dispõe sobre a proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, configuram-se como instrumentos jurídicos relevantes para o debate sobre políticas de preservação arquivística. No entanto, a efetivação da declaração de interesse público esbarra em diversos obstáculos, entre os quais se destacam o reduzido número de arquivos formalmente reconhecidos e o desconhecimento, inclusive no meio acadêmico, acerca desse mecanismo legal.

A situação dos arquivos presidenciais ilustra de maneira emblemática os desafios enfrentados no campo da preservação documental no Brasil. Ainda que a Lei nº 8.394/1991 reconheça automaticamente tais acervos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, observa-se sua significativa dispersão entre diferentes instituições, bem como a ausência de instrumentos de pesquisa que facilitem o acesso e a compreensão desses conjuntos documentais. Embora a legislação preveja que os documentos integrantes desses arquivos pertençam ao presidente da República — podendo, portanto, ser herdados, doados ou alienados —, estabelece-se também o "direito de preferência" da União em caso de venda, o que, contudo, não tem garantido sua incorporação sistemática ao patrimônio público.

A questão da distinção entre documentos públicos e privados dos presidentes voltou ao centro do debate recentemente, com

questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a incorporação de presentes oficiais aos acervos pessoais dos mandatários. O Acórdão nº 2.255/2016 do TCU determinou que documentos bibliográficos e museológicos recebidos em eventos oficiais integram o patrimônio da União, salvo itens de uso pessoal. Não obstante a ampla cobertura dada pelos órgãos de imprensa às investigações sobre os arquivos presidenciais, as questões suscitadas pelas ambiguidades da Lei nº 8.394 foram insuficientemente debatidas pela comunidade arquivística brasileira. Em grande medida, a temática dos conjuntos documentais presidenciais permanece alheia à maioria dos pesquisadores das áreas da Arquivologia e da Ciência da Informação, refletindo na persistência de omissões da legislação que trata da matéria não apenas em relação à composição dos acervos privados dos presidentes, mas também aos meios mais apropriados de organizar, preservar e dar acesso a esses documentos (Mattos, 2024).

Além disso, embora a Comissão Memória dos Presidentes da República — criada pela Lei n.º 8.394 e subordinada ao Departamento de Documentação Histórica da Presidência — tenha realizado esforços significativos, dos 33 arquivos presidenciais existentes no país, cerca de um terço permanece indisponível para consulta pública (Lopes & Rodrigues, 2019). Ainda segundo Lopes e Rodrigues (2019), em muitos casos, sequer há informações sobre o depositário responsável. Cumpre assinalar que, salvo raras exceções, a documentação de um mesmo titular se encontra fragmentada em mais de uma instituição pública ou privada, como arquivos, museus e centros de documentação. No entanto, embora algumas das instituições mantenedoras dos arquivos presidenciais sejam dotadas de corpo técnico especializado no tratamento de acervos de valor histórico, a desagregação dos conjuntos documentais dificulta o acesso e a efetiva exploração do potencial informacional dos acervos (Mattos, 2024).

Com efeito, para que o potencial histórico-cultural dos acervos presidenciais possa efetivamente promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, conforme assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, é imprescindível a realização de um mapeamento que contemple as condições da documentação, sua localização e o nível de acesso. Essa iniciativa torna-se ainda mais urgente e necessária diante dos estudos realizados nos últimos anos (Pascoal, 2024; Mattos, 2020; Lopes & Rodrigues, 2019), que evidenciam o alto grau de dispersão dos acervos presidenciais em arquivos, bibliotecas, museus e centros de memória, além da inexistência de planos interinstitucionais voltados à divulgação dessa documentação.

Conforme destacado por Lopez (2002), instrumentos de pesquisa desempenham o papel de “porta de entrada” para as instituições custodiadoras, ao oferecer um mapeamento panorâmico dos conjuntos documentais. Reconhecendo que a confecção de guias e inventários é uma atividade essencial das instituições detentoras de acervos – uma vez que é por meio desses instrumentos que o acesso pleno pode ser efetivado -, o projeto em desenvolvimento prevê que, ao seu término, o instrumento de pesquisa produzido com base nos dados coletados e analisados durante a pesquisa seja disponibilizado em formato digital para todas as instituições detentoras de acervos presidenciais. Os resultados da pesquisa serão compartilhados com os setores responsáveis pelas iniciativas de difusão e ação educativa das instituições para que as informações reunidas no instrumento possam subsidiar programas e planos de divulgação dos respectivos acervos nos âmbitos local, regional e nacional. Além disso, o instrumento será disponibilizado para as equipes técnicas responsáveis pelo tratamento da documentação, contribuindo para a elaboração de estratégias de organização dos conjuntos documentais. Também será amplamente divulgado em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, bem como em entidades e associações profissionais relacionadas aos campos dos arquivos, da história e do patrimônio, incluindo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a Comissão Memória dos Presidentes da República.

É fundamental destacar que o direito à cultura é constitucionalmente assegurado aos

cidadãos, assim como é dever do Poder Público preservar o patrimônio documental brasileiro — incluindo os acervos presidenciais. No entanto, para que esse direito se concretize de maneira plena e ética, é imprescindível a participação ativa da sociedade em suas diversas esferas, especialmente de acadêmicos, pesquisadores e profissionais do campo arquivístico e de áreas correlatas que atuam em instituições públicas e privadas de custódia documental. Nesse contexto, a Ciência da Informação desempenha um papel complementar ao promover reflexões sobre a ética informacional, que envolve o compromisso com a transparência, o acesso equitativo à informação e a responsabilidade na gestão de documentos públicos. Esses princípios são essenciais para fortalecer a "cidadania informacional", permitindo que os indivíduos se apropriem criticamente de seu patrimônio histórico e cultural, desenvolvendo assim uma consciência cidadã mais ampla e participativa. Espera-se, portanto, que os resultados da pesquisa possam promover maior equidade no acesso a uma parte significativa do patrimônio documental brasileiro, contribuindo para que os arquivos presidenciais não apenas cumpram seu papel institucional, mas também sirvam de instrumento efetivo para o exercício da cidadania e para a consolidação da memória social, em conformidade com o interesse público previsto na Lei nº 8.394, de 1991.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualiquantitativa, exploratória e descritiva, conforme os delineamentos teórico-metodológicos de Braga (2007) e Santos (1999), o que se revela adequado à complexidade do objeto de estudo: os acervos privados de ex-presidentes da República sob custódia de instituições na região metropolitana do Rio de Janeiro. A adoção dessa abordagem mista visa a conciliar a precisão dos dados empíricos com a análise interpretativa das práticas arquivísticas e das políticas institucionais envolvidas na preservação, organização e difusão desses acervos.

A natureza exploratória da pesquisa justifica-se pela escassez de estudos sistemáticos sobre o estado atual dos arquivos presidenciais privados, cuja gestão ainda se encontra bastante heterogênea e, em muitos casos, marcada por práticas informais de custódia, organização e acesso. A investigação busca, portanto, identificar elementos estruturantes desses acervos e compreender em que medida suas condições físicas, jurídicas e técnicas se alinham com os princípios da Arquivologia e com as normativas legais que orientam a proteção e a publicização do patrimônio documental brasileiro.

Simultaneamente, o caráter descritivo da pesquisa está relacionado à necessidade de detalhar as características dos fundos documentais analisados, os métodos de tratamento documental aplicados e os instrumentos disponíveis para consulta. Essa descrição sistemática possibilita a produção de um conhecimento objetivo sobre os arquivos presidenciais estudados, ao mesmo tempo que permite a identificação de lacunas, contradições e potencialidades no que diz respeito ao acesso à informação e à preservação da memória institucional.

O ponto de partida metodológico da investigação reside na revisão bibliográfica especializada e na análise da legislação brasileira aplicável à temática dos arquivos privados de interesse público. Esta etapa permite a consolidação de uma base teórica sólida, composta por autores de referência nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação, bem como pela consulta às normas legais e regulatórias que estabelecem os deveres do Estado e os direitos dos cidadãos em relação ao patrimônio documental de interesse histórico, cultural e social. Entre os dispositivos analisados, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.159/1991, que institui a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, e a Lei nº 8.394/1991, que declara de interesse público e social os documentos produzidos e acumulados pelos presidentes da República do Brasil.

Com base nesse arcabouço normativo, torna-se possível articular criticamente os procedimentos arquivísticos adotados nas instituições com os princípios legais que norteiam o tratamento da documentação. Tal articulação é essencial para evitar práticas descontextualizadas que tratam os

documentos apenas como fontes informativas isoladas, em detrimento de sua dimensão orgânica, funcional e institucional — aspecto que a Arquivologia valoriza em sua metodologia descritiva.

Na fase empírica, será realizada uma compilação sistemática das informações disponibilizadas on-line pelos órgãos responsáveis pela custódia dos arquivos presidenciais. Ainda que reconhecidamente incompletas ou desatualizadas em alguns casos, essas informações oferecem subsídios iniciais para a caracterização do acervo, como volume estimado, séries documentais, instrumentos de pesquisa disponíveis e políticas de acesso e difusão. O levantamento virtual funciona, portanto, como ponto de partida para a triangulação com os dados obtidos nas etapas subsequentes da pesquisa.

Em continuidade, serão realizadas entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2002) com os profissionais envolvidos na organização, conservação e difusão dos acervos. A escolha por essa técnica qualitativa permite captar não apenas os procedimentos técnicos adotados, mas também as percepções, os desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas pelas equipes técnicas, muitas vezes compostas por profissionais com distintas formações e experiências. As entrevistas, realizadas presencial ou remotamente, também incluirão o exame direto dos documentos, possibilitando a identificação das espécies e tipologias documentais, assim como dos referenciais teórico-metodológicos que orientaram o tratamento dos acervos. Na organização e análise dos dados coletados, adotar-se-á uma matriz descritiva fundamentada nas contribuições de Lopez (2002), Bellotto (2006) e Meehan (2018). Essa matriz foi estruturada em cinco categorias principais, cada uma subdividida em dimensões analíticas específicas. São elas: 1. Identificação do acervo: reúne dados básicos como nome do fundo ou coleção, volume físico estimado (em metros lineares ou número de documentos) e datas-limite. Esses elementos são fundamentais para a delimitação temporal e material do acervo. 2. Contexto: compreende informações sobre o produtor dos documentos e o histórico de custódia. Esta categoria será dividida em três subcategorias: a) Custódia pessoal: abrange o período de criação, uso e guarda dos documentos pelo titular do acervo. b) História custodial: descreve as transferências sucessivas dos documentos e os meios pelos quais chegaram à instituição atual. Intervenção arquivística: identifica as ações realizadas pela instituição custodiante no que se refere à higienização, classificação, conservação e descrição dos documentos. c) Conteúdo e estrutura: oferece um panorama das principais características dos conjuntos documentais, incluindo o modelo de organização adotado, as séries e subséries, as alterações no acervo decorrentes de descartes ou acréscimos, e suas potencialidades para a pesquisa acadêmica e institucional. 3. Acesso: descreve as condições de consulta e uso dos documentos, incluindo: situação jurídica do acervo; condições de acesso físico e/ou digital; possibilidades legais de reprodução; idiomas predominantes dos documentos; Instrumentos de pesquisa disponíveis (guias, inventários, bases de dados etc.). 4. Documentação associada: mapeia outros conjuntos documentais relacionados ao arquivo em questão, sob a guarda de instituições distintas. Essa categoria é especialmente relevante em função do elevado grau de fragmentação dos acervos presidenciais, cuja recomposição exige um olhar interinstitucional. Com base nessas categorias analíticas, será desenvolvido um instrumento de pesquisa digital, que integrará características do guia — voltado à apresentação geral da instituição, acervo, localização e serviços oferecidos (Lopez, 2002, p. 23) — e do inventário, que descreve as séries documentais, volumes e datas-limite (Lopez, 2002, pp. 29–30). Esse híbrido metodológico visa a atender diferentes perfis de usuários, desde pesquisadores especializados até o público em geral, promovendo maior visibilidade e acessibilidade aos acervos. O produto final da pesquisa será, portanto, um instrumento de referência para o campo arquivístico, que poderá subsidiar ações futuras de preservação, organização e difusão. A sistematização dos dados permitirá, ainda, a reflexão crítica sobre os limites e potencialidades das abordagens atualmente empregadas, incentivando práticas arquivísticas mais coerentes com os princípios da ética informacional, da transparência

pública e da formação cidadã. Em síntese, a abordagem metodológica adotada é não apenas tecnicamente adequada, mas também epistemologicamente coerente com os pressupostos da Arquivologia enquanto disciplina comprometida com a organização, a preservação e o acesso aos documentos produzidos no curso das atividades de pessoas físicas e jurídicas. A articulação entre teoria, método e prática reafirma o compromisso da pesquisa com a valorização do patrimônio documental brasileiro e com o fortalecimento do direito ao acesso à informação como vetor de cidadania.

Resultados Parciais

Embora os arquivos presidenciais sejam reconhecidos como fontes representativas da história da República brasileira, a dispersão e a fragmentação dos conjuntos documentais em distintos espaços públicos e privados, aliada à ausência de planos interinstitucionais voltados à sua divulgação, reforçam a "invisibilidade" desses acervos.

Trata-se de um problema que não é recente. Em suas respectivas pesquisas, Israel Beloch (1986) e Suely Braga da Silva (1989) já haviam alertado para o elevado grau de desagregação dos documentos presidenciais brasileiros. Em seu Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história política econômica no Brasil (1822-1964), Beloch era taxativo ao afirmar que:

> Pode ser elucidativa a documentação de personagens que exerceram funções medulares na elaboração de políticas e na definição de cada momento histórico. Por um lado, devido à prática corrente em nosso país de integrar às coleções privadas papéis produzidos nos órgãos públicos, e por outro, pela capacidade que têm a correspondência e diferentes materiais privados de iluminar o processo de tomada de decisão e as pressões exercidas pelos agentes da economia, revelando dados dissimulados no formalismo dos textos oficiais. Essas coleções pessoais vêm, assim, complementar os arquivos públicos, nem sempre, como se sabe, convenientemente conservados e organizados. Vêm igualmente contribuir para o conhecimento de grandes empreendimentos privados, dada usual superposição, numa mesma personalidade, de funções públicas e empresariais, circunstância retratada nos arquivos correspondentes. No entanto, ao contrário dos centros mais avançados que investem de modo crescente no censo de seus arquivos privados, predomina entre nós completo desconhecimento nesse campo (Beloch, 1986, pp. 15)

A atualidade do diagnóstico apresentado por Beloch há quatro décadas é, no mínimo, inquietante. Embora os avanços alcançados desde então sejam inegáveis, uma parte significativa dos documentos privados produzidos por cidadãos que ocuparam "funções medulares" na República brasileira permanece incógnita ou de acesso restrito. Na cidade do Rio de Janeiro (RJ), por exemplo — onde se concentram integral ou parcialmente mais da metade dos acervos presidenciais que passaram por algum tipo de tratamento (Lopes & Rodrigues, 2019) —, a fragmentação da documentação pertencente a um mesmo titular é especialmente evidente.[i]

Sem dúvidas, o caso mais exemplar da segmentação dos documentos é o de Getúlio Vargas. Atualmente, estão sob custódia do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fudação Getulio Vargas (FGV) os documentos que até o início dos anos de 1970 estavam sob os cuidados de sua filha, Alzira Vargas, enquanto que na Academia Brasileira de Letras são preservados alguns dos documentos produzidos pelo ex-presidente entre os anos de 1943 e 1954, período em que foi membro. Em 2004, por ocasião da celebração dos 50 anos de sua morte, a prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou o Memorial Getúlio Vargas, espaço onde itens de seu acervo pessoal seguem ainda hoje expostos ao público. Já no Museu da República, instalado no Palácio do Catete — que sediou a Presidência da República até a transferência da capital para Brasília, em 1960 —, dois conjuntos documentais que retratam a vida íntima e a trajetória política do ex-presidente: a coleção Getúlio Vargas, formada artificialmente pelos

funcionários do Museu da República, a partir da reunião de documentos do Museu Histórico Nacional e de doações avulsas de aliados e cidadãos comuns, e a coleção Celina Vargas, que reúne diversos documentos doados pela neta do mandatário em abril de 1999, incluindo diplomas, cartões de visita, homenagens, exames médicos, cadernetas bancárias, documentos de identidade pessoal, notas fiscais referentes aos serviços prestados à campanha eleitoral, fotografias registrando sua vida familiar etc.

Há também casos em que a dispersão dos documentos de um mesmo titular decorre de abordagens alheias aos princípios básicos da Arquivologia. De "somatória de elementos articulados e indissociáveis" (Camargo, 2009, p. 29), os conjuntos documentais são erroneamente submetidos a tratamentos pautados na premissa de que os itens são dotados de "autonomia de significado". Nesse sentido, os procedimentos voltados à preservação das redes de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo — indispensáveis para a manutenção da representatividade do acervo — cedem lugar a iniciativas que priorizam determinados documentos com base no interesse que possam despertar entre pesquisadores ou em sua suposta aderência temática ao perfil da instituição custodiadora. Foi esse o motivo que levou à incorporação, ao acervo da Casa de Oswaldo Cruz (COC) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de cartas, ofícios e telegramas contendo pedidos de doações de ambulâncias e remédios, endereçados ao presidente Emílio Médici entre 1972 e 1974. Em razão de sua relação temática com a área da saúde — eixo central das pesquisas realizadas na instituição e do perfil temático da documentação ali preservada —, essa correspondência foi segregada de outra parte do acervo privado de Médici, preservada desde a década de 1990 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.[ii]

Outra prática comumente adotada pelos detentores de acervos presidenciais — e que dificulta ou até inviabiliza a compreensão da funcionalidade e do contexto de produção dos documentos produzidos e acumulados por um presidente da República — é a desagregação dos conjuntos com base em suas características físicas, como o suporte, o formato e a técnica de registro, além do gênero documental, compreendido como o "sistema de signos utilizados na comunicação do conteúdo dos documentos"(Camargo, 2011, p. 157). Embora essa separação seja geralmente justificada pelas especificidades físicas dos documentos — que exigiriam condições especiais de armazenamento —, como ocorreu recentemente com a divisão dos documentos de Jair Bolsonaro entre duas instituições distintas (Arquivo Nacional e Fundação Biblioteca Nacional), a operação faz com que os itens sejam "apartados de seus contextos de produção, e não apenas fisicamente". (Camargo, 2011, pp. 158).

Com efeito, por meio da preservação dos nexos entre os documentos e o seu contexto originário de proveniência, tanto os presentes quanto os demais itens recebidos pelo presidente da República, por mais que sejam desprovidos de metadados e sejam dotados de características heterogêneas e pouco convencionais, podem, a princípio, ser compreendidos como parte de seu arquivo. Tal premissa constitui o cerne da proposta formulada por Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007) que balizou os trabalhos da equipe dedicada à organização do arquivo pessoal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Não obstante a complexidade e o carácter multifacetado do arquivo, em que, a exemplo de tantos outros arquivos pessoais, documentos dos mais variados formatos, gêneros e suportes coexistem, as autoras enfatizam a importância de compreendê-lo como um conjunto indissociável "cujas parcelas só têm sentido se em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram" (Camargo & Goulart, 2007, p. 35-36). Os resultados da aplicação da metodologia elaborada pelas autoras se distinguem pela oportuna ênfase conferida à abordagem contextual, "operação-chave da metodologia arquivística", mas também por inovar ao incorporar livros e objetos ao universo dos arquivos a partir de modelos descritivos coerentes com os princípios da área (Camargo; Goulart, 2007, p. 36).

Ao destacar a importância da compreensão da dimensão instrumental dos documentos no contexto das atividades desenvolvidas por

pessoas físicas e jurídicas, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998) é categórico ao criticar abordagens reducionistas que negligenciam esse aspecto fundamental. Segundo o autor, é inadequado – e mesmo inoportuno – adotar perspectivas centradas exclusivamente em descrições superficiais baseadas em temas ou assuntos, ou ainda em esforços interpretativos análogos àqueles empregados pelos historiadores no exercício de seu ofício. Essas abordagens, ao privilegiarem o conteúdo dos documentos em detrimento do contexto de sua produção, acabam por esvaziar a especificidade arquivística dos conjuntos documentais e comprometem sua função primária como evidência das ações e decisões dos sujeitos e instituições que os produziram.

Meneses alerta para o risco de se desconsiderar que os documentos não são, em essência, produzidos com a finalidade de narrar ou interpretar o passado, mas sim como registros formais de atos administrativos, jurídicos, financeiros ou pessoais no curso das atividades cotidianas. Sua significância, portanto, está intrinsecamente ligada ao vínculo orgânico com o contexto institucional e funcional em que foram gerados. Ignorar essa natureza e privilegiar leituras pautadas unicamente na interpretação do conteúdo pode conduzir a distorções analíticas, rompendo com os princípios fundamentais da Arquivologia e comprometendo a autenticidade e a inteligibilidade dos documentos.

Dessa forma, a advertência de Ulpiano Meneses reforça a centralidade da abordagem arquivística pautada na contextualização dos documentos, exigindo do profissional da informação não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade teórica para reconhecer os limites e potencialidades dos documentos como fontes de informação vinculadas à sua gênese, às estruturas de poder, às dinâmicas institucionais e às práticas sociais que lhes conferem sentido. Tal compreensão é essencial para assegurar a preservação da integridade arquivística e para promover o acesso responsável e ético aos acervos, em consonância com os princípios da Ciência da Informação. Segundo o autor:

> O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica. (Meneses, 1998, pp. 102)

No entanto, se a prática adotada no processo de organização do arquivo de Fernando Henrique Cardoso revela a importância do entendimento dos conjuntos documentais enquanto conjuntos indissociáveis, o reconhecimento do estatuto arquivístico dos documentos reunidos pelos presidentes não significa, por óbvio, que devam ser desconsideradas algumas questões sensíveis comuns aos acervos de titulares de cargos públicos. As suspeitas que pairam sobre as circunstâncias em que as joias e outros itens de valor foram oferecidos ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, incluindo as tentativas de venda dos objetos no exterior, reforçam a necessidade de se equilibrar o respeito aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da moralidade que fundamentam a administração pública com os princípios arquivísticos que conferem o lastro teórico-metodológico essencial para que os acervos presidenciais, reconhecidos como de interesse público, sejam devidamente organizados, descritos e disponibilizados aos cidadãos (Mattos, 2024).

A discussão proposta nos remete à problemática delimitação conceitual estabelecida pelo decreto nº 4.344/2002 entre documentos arquivísticos, bibliográficos e

museológicos — critérios que se somam às circunstâncias em que os documentos foram recebidos pelo presidente da República para a definição de sua natureza pública ou privada. Sem nos determos em uma caracterização exaustiva, é importante destacar que, se os documentos de arquivo se particularizam pelo fato de serem produzidos "de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história", nas bibliotecas e museus, os documentos são dotados de "autonomia de significado e constituem unidades de autossuficiência cuja descrição pode ser feita a partir de regras gerais, sem que se considere o contexto em que foram produzidos ou acumulados" (Camargo & Goulart, 2007, pp. 54).

Nesse sentido, em que pese as especificidades dos documentos arquivísticos e bibliográficos, Camargo e Goulart demonstram ser possível compreender as coleções de livros coexistentes em arquivos pessoais como parcelas representativas das atividades e das áreas de interesse dos respectivos titulares. Partindo da experiência do tratamento dos acervos de Ruth Cardoso e Fernando Henrique Cardoso, as autoras apontam para a possibilidade da aplicação de práticas descritivas comuns aos arquivos, museus e bibliotecas:

> A necessidade de dar à biblioteca a funcionalidade que lhe é própria, descrevendo e indexando seus documentos de acordo com normas convencionais da área, não impediu que as diferentes unidades que a integram se submetessem, sempre que possível, a um processo de contextualização. (Camargo & Goulart, 2007, pp. 55)

Uma possível solução que seja tanto capaz de dirimir os efeitos do alto grau de fragmentação da documentação quanto para o equacionamento do impasse entre a natureza pública e privada dos acervos presidenciais é a análise da experiência de outros países que, assim como o Brasil, dispõem de dispositivos legais voltados à preservação da documentação de chefes de Estado. Apesar das especificidades das normas em vigor nos Estados Unidos, na Argentina e na França, tais modelos se destacam por adotar critérios objetivos que não se baseiam nas características físicas dos documentos. Tal abordagem contrasta com a legislação brasileira, que, como já mencionado, estabelece parâmetros imprecisos e pouco compatíveis com as áreas correlatas ao tema, ao utilizar critérios contextuais — como a participação em eventos oficiais ou não — e supostas características dos documentos — "natureza arquivística, bibliográfica e museológica" — que se sobrepõem e dificultam a distinção efetiva entre documentos públicos e privados.

Mesmo quando sob a guarda de instituições públicas, o acesso aos acervos presidenciais por parte da sociedade é frequentemente limitado por diversos fatores. Um exemplo emblemático é o acervo de Humberto de Alencar Castello Branco, entregue em 1988 por seus familiares à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), situada na cidade do Rio de Janeiro. A proposta dos herdeiros do ex-presidente era que a documentação permanecesse sob custódia do Exército Brasileiro até que fosse criado, no âmbito do Arquivo Nacional, um Centro de Arquivos Particulares de Ex-Presidentes da República. Decorridas mais de três décadas, o referido centro ainda não foi implementado, e os documentos permanecem depositados nas instalações da ECEME, especificamente na chamada "Biblioteca 31 de Março", em alusão à data em que o golpe militar de 1964 foi instaurado. Em 2017, a família de Castello Branco assinou um termo aditivo ao convênio original, prevendo a digitalização e a disponibilização on-line do acervo. Com isso, foi revogada a cláusula anterior que restringia o acesso à documentação apenas às dependências militares e mediante autorização prévia do Comandante da instituição. Apesar de a digitalização ter sido iniciada em 2020, até o presente momento o acesso permanece limitado à consulta presencial dos originais, na sede da ECEME, e sempre sob a supervisão de oficiais responsáveis pela biblioteca.

A partir dos resultados parciais obtidos no levantamento dos acervos presidenciais

custodiados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), e com base nas contribuições teórico-metodológicas de Antonia Heredia Herrera (1991) e Heloísa Bellotto (2014), compreende-se que a função primordial dos arquivos é garantir o amplo acesso à informação. Para tanto, faz-se necessário aplicar, de forma rigorosa, os princípios da Arquivologia, assegurando a autenticidade, a integridade e a acessibilidade dos documentos. Nesse sentido, os arquivos não apenas subsidiam o processo decisório e o funcionamento das esferas governamental, empresarial e pessoal, mas também cumprem papel estratégico na formação cidadã, ao possibilitar que os indivíduos compreendam e (re)construam sua história, memória e identidade coletiva.

Como destaca Heredia Herrera (1991), a forma mais eficaz de tornar acessível um *corpus* documental é mediante a elaboração de instrumentos de pesquisa que promovam a difusão dos arquivos para além dos círculos acadêmicos e administrativos. Essa prática ético-informacional é fundamental para a democratização do acesso ao conhecimento, pois visa atingir públicos historicamente afastados dessas instituições, como estudantes da educação básica, professores da rede pública e comunidades periféricas. A ética informacional, nesse contexto, transcende o compromisso técnico com a gestão documental e envolve a responsabilidade social de garantir que a informação pública cumpra seu papel de bem comum.

A difusão, entendida como processo de aproximação entre os arquivos — enquanto instituições de guarda e memória — e a sociedade que originou os documentos, é essencial para consolidar a cidadania informacional. Conforme observa Barros (2020, p. 77), essa prática se realiza por meio do uso de tecnologias de comunicação, informação e editoração, que ampliam os canais de acesso e participação social. Assim, a construção de instrumentos de pesquisa voltados aos acervos presidenciais não apenas amplia a visibilidade desses documentos entre usuários especializados, mas também promove a inclusão de segmentos sociais com pouca familiaridade com a lógica arquivística, fortalecendo o papel dos arquivos como repositórios do patrimônio documental brasileiro e agentes ativos de mediação cultural e educativa.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam com subsídios relevantes para a formulação de políticas e ações voltadas à difusão de uma parte expressiva do patrimônio documental nacional, ao mesmo tempo em que reforcem o cumprimento do "interesse público e social" previsto na Lei nº 8.394/1991. A proposta de inventariar e divulgar os acervos presidenciais por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa e da promoção de ações de publicização de documentos de valor histórico e cultural reveste-se de atualidade e relevância, especialmente quando alinhada a diretrizes globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Destacam-se, nesse escopo, os compromissos de "assegurar o acesso público à informação" e "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural" (ONU, 2015), reiterando o papel social dos arquivos na construção de uma sociedade mais informada, crítica e participativa.

Considerações Parciais

A preservação do patrimônio documental, bem como a garantia do direito ao acesso à informação, são pilares fundamentais para a construção da memória coletiva de uma nação. Esses princípios não apenas sustentam a identidade histórica e cultural de um povo, como também viabilizam o exercício da cidadania, na medida em que o acesso à informação fortalece a transparência, a responsabilização institucional e o controle social. Os instrumentos de pesquisa, nesse cenário, assumem um papel imprescindível na organização e no controle do acesso aos acervos, especialmente àqueles de inegável valor histórico e cultural, como os arquivos privados de ex-presidentes da República.

Enquanto obras de referência, os instrumentos de pesquisa agrupam informações detalhadas sobre a localização dos documentos, o nível de organização, as condições físicas e jurídicas de acesso, e o histórico de formação dos conjuntos documentais. Ao sistematizar essas informações, tais ferramentas não apenas facilitam a consulta por parte de

pesquisadores, profissionais da informação e cidadãos em geral, mas também asseguram a preservação, valorização e disseminação do patrimônio documental. São, portanto, instrumentos de mediação entre o documento e o usuário, permitindo que o acervo transcenda os limites físicos das instituições e se torne um bem público acessível e compreensível.

Nesse sentido, a elaboração de instrumentos de pesquisa eficazes e acessíveis torna-se ainda mais relevante quando se considera a realidade dos acervos presidenciais brasileiros. Tais acervos, em muitos casos, encontram-se dispersos, fragmentados e desigualmente tratados, devido à ausência de políticas públicas contínuas e integradas voltadas à sua salvaguarda. Diante desse quadro, soluções metodológicas e técnicas sistematizadas são urgentes e devem considerar não apenas aspectos práticos de organização documental, mas também questões mais amplas, como os fundamentos teóricos da Arquivologia, a ética da informação e os marcos legais que regulam o acesso e a preservação de documentos de interesse público.

No campo da Arquivologia e da Ciência da Informação, é crucial refletir sobre o papel dos instrumentos de pesquisa na mitigação dos problemas históricos de desagregação dos acervos. Essa fragmentação documental é, muitas vezes, resultado da ausência de diretrizes unificadas, da descontinuidade de projetos de gestão documental e da baixa articulação entre instituições detentoras de acervos correlatos. Nesse contexto, a proposta de elaboração de um instrumento de pesquisa que contenha informações detalhadas sobre os documentos presidenciais — incluindo o nível de tratamento, a representatividade dos conjuntos documentais, as condições de acesso e as abordagens teórico-metodológicas adotadas nas práticas de conservação, organização e descrição — visa não apenas à correção de distorções históricas, mas também à construção de uma base confiável para futuras pesquisas.

A relevância desse esforço reside, ainda, no seu compromisso com uma abordagem ética, crítica e contextualizada dos processos de arquivamento. Não se trata apenas de registrar ou descrever documentos, mas de compreendê-los enquanto produtos orgânicos das funções e atividades institucionais, preservando seu vínculo com o contexto de produção e evitando leituras reducionistas centradas exclusivamente no conteúdo. A valorização do documento como evidência arquivística está no cerne das práticas arquivísticas contemporâneas e alinha-se aos pressupostos fundamentais da Ciência da Informação, especialmente no que diz respeito ao papel social da informação e sua função formativa.

A pesquisa, portanto, tem potencial para gerar impactos significativos, tanto no curto quanto no longo prazo, para a comunidade acadêmica, os profissionais de arquivos, os gestores de instituições custodiadoras e a sociedade como um todo. Entre os efeitos imediatos, destaca-se a disponibilização de dados cruciais que orientarão pesquisadores de diferentes áreas e níveis em seus estudos, permitindo uma análise mais precisa e contextualizada dos acervos presidenciais. A dispersão dos documentos entre diversas instituições — públicas e privadas, civis e militares, locais e nacionais — constitui um entrave histórico à pesquisa e à compreensão integrada desses conjuntos documentais. Tal fragmentação não apenas dificulta o acesso, mas compromete a percepção da totalidade e organicidade dos acervos, podendo induzir a interpretações equivocadas e comprometedoras da memória histórica nacional.

A abordagem proposta nesta pesquisa visa justamente corrigir essa lacuna, promovendo uma visão mais clara, sistemática e objetiva do patrimônio documental brasileiro, essencial para garantir a autenticidade e a integridade das informações que compõem a memória institucional e política do país. Nesse processo, destaca-se também o papel dos arquivos como instrumentos de democratização do conhecimento e de fortalecimento da cidadania. Ao garantir o acesso à documentação de interesse público, os arquivos tornam-se espaços de exercício dos direitos humanos e da educação para a cidadania crítica e participativa.

Além disso, o desenvolvimento técnico e a capacitação das equipes responsáveis pelo tratamento da documentação privada dos presidentes serão significativamente

beneficiados com a publicação dos resultados da pesquisa. Em muitos casos, essas equipes operam com recursos limitados, formações diversas e acesso restrito a protocolos atualizados de tratamento arquivístico. A disponibilização dos dados obtidos fornecerá subsídios fundamentais para o aprimoramento das práticas profissionais, a uniformização de metodologias e a construção de políticas institucionais mais eficazes e sustentáveis.

Por fim, ressalta-se o potencial da pesquisa para ampliar a visibilidade das instituições custodiadoras dos acervos presidenciais, muitas das quais ainda são pouco conhecidas ou mesmo subutilizadas por pesquisadores e pelo público em geral. A divulgação dos resultados, associada à construção de instrumentos de pesquisa digitais e acessíveis, não apenas fortalece o papel dessas instituições como centros de memória, mas também contribui para o avanço da transparência pública e da difusão cultural. Tal esforço se coaduna com os princípios fundamentais da Arquivologia, especialmente no que tange à função social dos arquivos, à ética informacional e à mediação entre o documento e a sociedade.

Dessa forma, a realização desta pesquisa e a elaboração de instrumentos de pesquisa adequados para os acervos presidenciais não só contribuirão para a preservação do patrimônio documental, como também para a promoção do direito à informação, a qual é reconhecida constitucionalmente como fundamento do Estado Democrático de Direito. Ao promover a articulação entre técnica, ética e cidadania, a pesquisa reforça a centralidade da informação para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e participativa. A ampliação dessas reflexões no âmbito da Arquivologia e da Ciência da Informação constitui, portanto, um passo essencial para o fortalecimento das políticas de memória e para o engajamento social com a preservação da história nacional.

Referências

Barros, T. H. B. (2020). Arquivos permanentes: aspectos iniciais de sua organização. Em A. C. A. Mariz, T. R. R. Rangel (Eds.). Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória (pp. 65-82). Editora Fundação Getulio Vargas.

Beloch, I. (1986). Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história política econômica no Brasil (1822-1964). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Bellotto, H. L. (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. Editora Fundação Getulio Vargas.

Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em S. P. M. Mueller (Ed.), Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação (pp. 17-38). Thesaurus.

Camargo, A. M. A. (2009). Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro (2), 26-39. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf.

Camargo, A. M. A. (2011). Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gêneros documentais. Em L. M. V. Oliveira, E. Vasconcellos (Eds.). Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar (pp. 157-166). Fundação Casas de Rui Barbosa.

Dias, F. C. (2023). Aquisição de acervos arquivísticos: um estudo do termo e de suas práticas. [tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense]. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Heredia Herrera, A. (1991). Archivistica General: Teoria y práctica. Diputación Provincial de Sevilla.

Hobbs, C. (2016). Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. Em T. Eastwood, H. Macneil (Eds.). Correntes atuais do pensamento arquivístico (pp. 303-341). Editora Universidade Federal de Minas Gerais.

Lopes, B. P., & Rodrigues, G. M. (2019). Os acervos privados de presidentes da República no Brasil. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, (10)1, 64-80. https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/153587

Lopez, A. P. A. (2002). Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Mattos, R. (2024). Acervos presidenciais brasileiros: entre o patrimônio público e a propriedade privada. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, 37(4), 1-24, 2024. https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2140.

Mattos, R. (2020). Entre o interesse público e o privado: natureza jurídica e amparo legal dos acervos presidenciais brasileiros. Em R. Mattos

& V. M. M. Fonseca et al (Eds.), Tendências de pesquisa no PPGCI/UFF. (pp. 106-122) Tikinet.
Mattos, R. & Pereira, A. A. (2019). Discussões em torno dos arquivos pessoais face à teoria arquivística. Biblos, (33), 75-91. https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8826.
Meehan, J. (2018). Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In L. Heymann, & L. Nedel (Eds.), Pensar os Arquivos: uma antologia (pp. 305-327). Editora Fundação Getulio Vargas.
Meneses, U. T. B. (1998). Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, (21), 89-104. https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2067.
Minayo, M. C. S. (2002). Pesquisa social: teoria, método e criatividade, Vozes.
Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, 1(3), 1-25.
Oliveira, Lucia. M. V. (2012). Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. Em L. M. V. Oliveira, M. C. S. M. Silva (Eds.). Políticas de aquisição de preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa (pp. 117-130). Museu de Astronomia e Ciências Afins.
Organização das Nações Unidas. (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf
Pascoal, G. S. (2024). Arquivos pessoais presidenciais: seus instrumentos legais e suas instituições de custódia. [Dissertação de mestrado, Fundação Casa de Rui Barbosa]. Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos.
Santos, A. R. (1999). Metodologia científica: a construção do conhecimento. DP&A.
Silva, S. B. (1989). Os presidentes da República: guia de acervos privados. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.
Troitiño, S. (2016). Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo. Resgate, (24) 2, 27-46. https://doi.org/10.20396/resgate.v24i2.8647844.

NOTAS

[1] Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) por financiar a pesquisa no âmbito do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE).

[i] Atualmente, os acervos presidenciais sob a guarda de instituições públicas e custódia localizadas no Rio de Janeiro (RJ) são: Marechal Deodoro da Fonseca (Museu Histórico Nacional), Floriano Peixoto (Arquivo Nacional e Museu Histórico Nacional e Arquivo Histórico do Itamaraty), Prudente de Morais (IHGB e Arquivo Nacional), Rodrigues Alves (IHGB), Afonso Pena (Arquivo Nacional), Nilo Peçanha (Museu da República), Hermes da Fonseca (Museu Histórico Nacional), Venceslau Brás (CPDOC e Museu Histórico Nacional), Epitácio Pessoa (IHGB e Museu da República), Washington Luís (Museu Histórico Nacional), Getúlio Vargas (CPDOC, Academia Brasileira de Letras, Museu da República e Memorial Getúlio Vargas), Eurico Gaspar Dutra (CPDOC e Museu Histórico Nacional), Café Filho (CPDOC), Juscelino Kubitschek (Museu Histórico Nacional), João Goulart (Arquivo Nacional, CPDOC e Fundação Biblioteca Nacional), Humberto Castello Branco (ECEME), Artur da Costa e Silva (CPDOC), Emílio Médici (Arquivo Nacional, Casa de Oswaldo Cruz e IHGB), Ernesto Geisel (Arquivo Nacional, CPDOC e Museu Histórico Nacional), João Batista Figueiredo (Arquivo Nacional), Tancredo Neves (CPDOC), José Sarney (Arquivo Nacional) e Jair Bolsonaro (Arquivo Nacional e Fundação Biblioteca Nacional). É importante sublinhar que outras parcelas dos mesmos acervos hoje se encontram preservadas em instituições sediadas nos estados de Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal.

[ii] O IHGB preserva em seu arquivo 21 caixas com documentos textuais e iconográficos de Emílio Médici. O fundo (BR RJIHGB 117) possui cartas, recortes de jornais, convites, agendas, notas, atas, ofícios, livros, bilhetes, discursos, diplomas, certificados etc. O inventário da documentação está em fase de elaboração.

REPERCUSIÓN DE LA INVESTIGACIÓN ESPAÑOLA SOBRE GÉNERO EN AUDIENCIAS DIVERSAS

Daniela De Filippo, Instituto de Filosofía (IFS) - Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), orcid.org/0000-0001-9297-9970, España, daniela.defilippo@cchs.csic.es

Borja González-Albo, Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CCHS) – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), orcid.org/0000-0002-9330-8121, España, borja.gonzalezalbo@cchs.csic.es

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.311

Eje: Impactos sociales

Introducción

Desde la irrupción de la "ciencia abierta", entendida como un conjunto de principios y prácticas que tiene como objetivo conseguir que la investigación científica y sus resultados sean libremente accesibles, transparentes y reutilizables para cualquier persona de cualquier lugar sin ningún tipo de barreras, un nuevo modo de producir y difundir el conocimiento científico se ha instaurado en el ámbito académico dando lugar a una ciencia más colaborativa e inclusiva (Anglada y Abadal, 2018; Abadal, 2021).

Según Naciones Unidas, la ciencia abierta no consiste únicamente en hacer accesible el conocimiento científico, si no que se tiene que asegurar que la producción de este conocimiento es inclusiva, equitativa y sostenible, beneficiando tanto a los investigadores como a la sociedad en general (Unesco, 2021). Para que exista una plena implementación de la ciencia abierta es fundamental, además, que se produzca un cambio cultural y un gran desarrollo tecnológico dentro de la investigación promoviendo "una ciencia más eficiente, transparente y accesible" (Méndez, 2021).

En este nuevo contexto, los diversos modos de analizar y medir el impacto de la investigación han adquirido una especial relevancia. Tal es así que la repercusión de los resultados científicos en audiencias diversas (ciudadanos, medios de comunicación, tomadores de decisiones, etc.) ya es considerada como un aspecto más en los criterios de evaluación de la investigación en países como España (BOE, 2023; Ministerio de Ciencia Innovación y Universidades, 2023). Asimismo, la repercusión de la investigación ha pasado a formar parte de una agenda para el estudio del "impacto no académico de la investigación" que busca estudiar la resonancia de los resultados científicos en entornos no científicos, a pesar de las dificultades que este tipo de indicadores pueden generar (Gunn & Mintrom, 2017)

En este marco, el presente estudio analiza la repercusión de la investigación sobre género en audiencias diversas con el objetivo de detectar sus productores y usuarios, dentro y fuera del ámbito académico. Se pretende medir la circulación del "flujo de información" identificando las distintas audiencias y los diferentes impactos a los que ha dado origen esta investigación.

Con este trabajo se pretende dar respuesta a interrogantes como los siguientes: ¿cuál ha sido la evolución de la producción científica sobre cuestiones de género en España y en el mundo? ¿qué características tienen los documentos más citados? ¿cuál ha sido la repercusión social, mediática, informativa y política de estas publicaciones? ¿qué características tienen los documentos que alcanzan repercusión fuera del ámbito académico? ¿Quiénes son los usuarios de estos contenidos?

La elección del tema de estudio adquiere especial interés ya que la inclusión de la perspectiva de género en la investigación es un tópico sensible en las políticas científicas (European Institute for Gender Equality, 2016). Asimismo, la promoción de la equidad y paridad está en consonancia con la nueva filosofía de la ciencia abierta y las métricas responsables (Curry et al., 2022; Klinkhamer, 2022).

La realización de este estudio ha sido financiada a través del proyecto del Plan Nacional del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de España titulado " Métricas responsables para el avance de las carreras académicas (RESPONSIBLE)" (PID2021-128429NB-I00).

DEL ANÁLISIS A LA ACCIÓN: ALFABETIZACIÓN MEDIÁTICA E INFORMACIONAL COMO HERRAMIENTA DE EMPODERAMIENTO PARA JÓVENES CUBANOS DESDE LAS BIBLIOTECAS

Ramón Alberto Manso Rodríguez, Centro de Investigación Cultural Samuel Feijóo, 0000-0001-8745-0335, Cuba, mansoram@gmail.com

María Pinto Molina, Facultad de Comunicación y Documentación, Universidad de Granada, 0000-0002-3199-4509, España, mpinto@ugr.es

Luisbey Martínez Alberich, Centro de Investigación Cultural Samuel Feijóo, 0000-0003-4896-6990, Cuba, luisbeymartinez@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6704

Eje: Impacto Social

Introducción

En un contexto donde los jóvenes están expuestos constantemente a flujos de información digital, se vuelve imprescindible fortalecer sus competencias en alfabetización mediática e informacional. Esta iniciativa se presenta como una experiencia formativa dirigida a estudiantes universitarios en Cuba, con el objetivo de promover el uso crítico, ético y consciente de medios, fuentes de información y datos, como alternativa para hacerle frente a la desinformación.

Diversos estudios internacionales y regionales evidencian limitaciones en las competencias críticas de los jóvenes universitarios frente a la desinformación digital. Por ejemplo, Baliou, Lazou y Panagıotou (2022) y Pérez-Escoda *et al.* (2022) documentan bajos niveles de verificación activa en estudiantes de nivel superior, mientras que en el contexto cubano, Presser *et al.* (2024) muestran que menos del 30% de los estudiantes de Ciencias de la Información lograron identificar correctamente contenidos manipulados sobre Cuba en redes sociales.

Esta problemática adquiere mayor relevancia si se considera que la desinformación no solo afecta la formación académica de los estudiantes, sino que también incide en su participación social y política, así como en la defensa de la soberanía cultural e informativa. Ante este escenario, resulta imperativo implementar estrategias que fortalezcan el pensamiento crítico, la verificación de fuentes y la autorregulación del consumo informativo en entornos digitales.

El programa se basó en talleres participativos realizados desde la biblioteca, empleando metodologías cualitativas centradas en el análisis de contenido, *fact-checking*, evaluación de fuentes, lectura crítica de imágenes y alfabetización en datos. La evaluación del impacto y de la apropiación de competencias clave, se realizó mediante observaciones directas, testimonios de los participantes y análisis de los productos generados durante los talleres.

Los resultados obtenidos permiten comprobar la adquisición de las habilidades de verificación crítica, el discernimiento informativo y el manejo ético de datos confirmando el valor de este tipo de intervenciones. Además, se reflexiona sobre el papel de los profesionales de la información como mediadores esenciales en la educación para una ciudadanía digital crítica. A modo de conclusión, se reafirma que esta propuesta formativa de alfabetización integrada, ofrece un modelo de intervención flexible y replicable en otros contextos educativos y socioculturales similares.

Alfabetización Mediática e Informacional: en contexto

La Alfabetización Mediática e Informacional (AMI) ha experimentado una evolución significativa a lo largo del tiempo, pasando de enfoques centrados en la mera transmisión de conocimientos técnicos a visiones integrales

que combinan habilidades cognitivas, técnicas y éticas. En la actualidad, la AMI se concibe como un conjunto de competencias fundamentales que permiten a los individuos acceder, analizar, evaluar críticamente, utilizar, crear y comunicar contenidos en diversos formatos, en un entorno informativo cada vez más complejo, marcado por la digitalización, la conectividad y la proliferación de desinformación (UNESCO, 2024).

Para facilitar la comprensión de las principales definiciones de AMI propuestas por diferentes autores, se presenta la siguiente tabla comparativa (cuadro 1). Esta síntesis permite identificar similitudes y diferencias entre las perspectivas teóricas, destacando los enfoques más relevantes en el contexto de esta investigación. Como se observará, las definiciones varían en función del alcance y propósito específico de cada autor, pero convergen en subrayar la importancia de desarrollar competencias críticas para navegar en el complejo ecosistema informativo actual.

La comparativa permite reconocer tanto los puntos comunes como las diferencias entre las definiciones revisadas, y justifica la elección del modelo de la UNESCO (2024) como base estructural para la estrategia propuesta, donde se concibe la AMI como un conjunto de competencias esenciales para el ejercicio de una ciudadanía activa, crítica y resiliente en la sociedad del conocimiento. Este enfoque enfatiza no solo el acceso y uso eficiente de la información, sino también la capacidad de evaluarla críticamente, crear contenidos éticos, y comprometerse con los valores democráticos en entornos digitales.

Cuadro 1: Resumen sobre definiciones de AMI

Autor(es)	Aportación principal
García, Contreras y Pérez (2018)	Propusieron una visión tridimensional de la AMI: técnica, cognitiva y actitudinal.
Buckingham (2019)	Defendió la alfabetización mediática como práctica educativa crítica, orientada a comprender ideología, poder y representación en los medios.
Ndungu (2024)	Planteó la AMI como un ecosistema que incluye literacidades informacional, digital, noticiosa, y de Inteligencia Artificial (ética, algoritmos, datos).
Díaz y Martín-Vicario (2024)	Enfatizaron la necesidad de integrar la verificación de contenidos como competencia esencial frente a la desinformación algorítmica.
UNESCO (2024)	Reafirmó la AMI como competencia clave del siglo XXI, abogando por un enfoque holístico que abarque medios, ética, ciudadanía digital y justicia social.
Pinto et al. (2024)	La reconocen como una alfabetización múltiple, donde los ciudadanos adquieren formación y capacidades para hacerle frente a los retos de gestión de la información académica, científica, noticiosa y social.

Fuente: Elaboración propia (2025).

Sobre los efectos de la alfabetización mediática e informacional, Hussain y Phulpoto (2024) reconocen que dicha formación permite, a los ciudadanos, empoderarlos en diversos aspectos de la vida, entre ellos, mejores oportunidades profesionales, y de las habilidades digitales, mayor participación social en debates y actividades en línea y les facilita el acceso a recursos y servicios en líneas. Específicamente sobre los jóvenes, refieren Park y Kwon (2018), que los estudiantes formados en AMI presentan un mejor rendimiento académico y son más hábiles en el pensamiento crítico y la resolución de problemas, criterio también compartido, por Gallesse-Pardo *et al.* (2025), en su estudio.

A propósito de lo anteriormente expresando, definen entonces estos autores, Gallesse-Pardo *et al.* (2025), al empoderamiento en los jóvenes estudiantes, como el proceso a través del cual estos desarrollan autonomía, pensamiento crítico y habilidades investigativas en contextos educativos significativos. Resultando evidente, que los esfuerzos desde las bibliotecas se deben encaminar a desarrollar programas y acciones de alfabetización mediática e informacional.

Mostrar la validez de este proceder, resulta esencial, no obstante en un estudio realizado por Pinto et al. (2024) se evidencio que existe pocas referencias que visualicen la incorporación de programas de formación en habilidades en media y datos y su evaluación, en el contexto bibliotecario. Resultando referentes en este sentido los estudios de Guo y Goh (2015); Squibb (2017); Iqbal (2021);

Kozlowska-Barrios (2023), donde se reconocen como sus principales aportaciones, la medición de habilidades para interpretar de manera crítica los mensajes mediáticos, el saber discernir entre fuentes confiables y no confiables, el comprender cómo los medios de comunicación pueden influir en la percepción y la opinión pública, la capacidad para la creación de contenidos mediáticos y el uso ético de la información y los medios de comunicación.

Refiere Pinto *et al.* (2024) que la formación desde la biblioteca y la implicación de los profesionales con acciones formativas dirigidas, contribuyen a la optimización de la adquisición de competencias AMI en el estudiantado universitario. De ahí la necesidad de que los bibliotecarios se impliquen en la implementación de instrumentos evaluadores para mejorar los procesos formativos, desarrollando herramientas eficaces de evaluación y diagnóstico, que permitan reconocer el impacto de las mismas.

Iqbal (2021), con respecto a los procesos de evaluación del aprendizaje en AMI, advierten de su importancia, pues permiten conocer las fortalezas y debilidades de los estudiantes, mejorar con ello los programas de instrucción y permiten medir el éxito de los mismos.

Por tanto, si bien se reconoce el papel de las bibliotecas en el desarrollo de acciones de alfabetización informacional, se requiere hoy en día esta labor complementarla con otras alfabetizaciones emergentes, como la mediática y en datos y aparejado este proceso de formación, instrumentar mecanismos de evaluación de impacto de dichas acciones, así como divulgar dichas experiencias en foros o artículos científicos que visibilicen el papel de esta institución como agente esencial en el empoderamiento de los ciudadanos.

En el contexto latinoamericano, recientes investigaciones han evidenciado la necesidad de articular las competencias de alfabetización mediática e informacional con enfoques situados, inclusivos y centrados en la acción ciudadana. Ferreras Rodríguez (2025) analiza cómo las organizaciones de verificación integradas en la red *Latamchequea* han impulsado intervenciones educativas efectivas, dirigidas especialmente a jóvenes y actores sociales clave. Por su parte, la UNESCO (2023) ha documentado más de 50 iniciativas regionales de AMI, muchas de ellas desde bibliotecas públicas y escolares, consolidando a estos espacios como entornos formativos estratégicos. En Cuba, Suárez (2025) expone el programa *Proami*, desarrollado en la Universidad de La Habana, como experiencia formativa aplicada que combina talleres de verificación digital y reflexión crítica sobre la desinformación.

Señala Jiménez (2025) que países como México, Argentina, Colombia y Perú, entre otros, implementan estrategias diferenciadas para cada sector, señala particularmente que para los jóvenes, se realizan acciones para el desarrollo de competencias digitales mediante plataformas educativas, creación de contenidos multimedia y análisis crítico de información, las que se articulan mediante talleres, proyectos colaborativos y metodologías adaptadas, fomentando así una participación activa y crítica en el ecosistema digital.

Ahora bien, desde una mirada crítica, Pérez (2025), insiste en la urgencia de políticas públicas de alfabetización informacional y mediática que reconozcan el papel formador de las bibliotecas y el compromiso de los profesionales de la información. Todo ello reafirma la necesidad de modelos integrados de AMI que contemplen el contexto sociopolítico latinoamericano, con énfasis en el pensamiento crítico, la ética informacional y el empoderamiento comunitario.

El análisis de estas experiencias regionales, ofrecen lecciones clave para el diseño de una estrategia de AMI contextualizada, entre ellas, que se debe considerar, el priorizar actividades prácticas y participativas, la adaptación de la metodología a las limitaciones tecnológicas locales, y la promoción de la colaboración entre múltiples actores, incluyendo comunidades locales, medios estatales y universidades, pues como bien señala Cabrera *et al.* (2023), la adaptación contextualizada de estos modelos garantiza su pertinencia y efectividad, asegurando que respondan a las necesidades educativas y comunicativas específicas del entorno local.

Por tanto, estos enfoques respaldan la pertinencia de implementar experiencias locales como la a desarrollar en Santa Clara (Cuba), como parte de una red latinoamericana emergente de prácticas educativas transformadoras desde las bibliotecas.

Metodología

El enfoque de investigación empleado es cualicuantitativo, de tipo descriptivo. La elección de este enfoque metodológico mixto ha permitido triangular información cuantitativa y cualitativa, ofreciendo una visión más rica y matizada de las competencias, percepciones y prácticas de los jóvenes en el complejo ecosistema digital actual.

Para el estudio se empleó como población los jóvenes residentes en la ciudad de Santa Clara, Cuba, utilizando un muestreo no probabilístico por oportunidad, a partir de una convocatoria a participar en talleres de formación, sobre la temática, a desarrollarse en la Biblioteca Provincial Martí, resultando seleccionados con este fin los 39 jóvenes participantes en los encuentros.

Como instrumentos de recolección de datos se emplearon: una encuesta diagnóstica (previa al taller, con tipo de preguntas Likert (1–5)), una guía de observación (durante el taller), un diario reflexivo del participante (final del taller) y finalmente una rúbrica de evaluación de productos, para evaluar la aplicación práctica de las competencias (Ver Anexo 1). Estos instrumentos fueron elaborados por los investigadores sistematizado las prácticas propias y lo referenciado en la literatura (Guo y Goh, 2015; Pinto y Guerrero, 2017; Squibb, 2017; Iqbal, 2021; Kozlowska-Barrios, 2023).

Una vez culminada la fase de recolección de datos, se procedió a su procesamiento y análisis sistemático, siguiendo los principios del enfoque mixto de la investigación. Este proceso se dividió en etapas diferenciadas para los datos cuantitativos y cualitativos, culminando en una fase de triangulación metodológica que permitió integrar los hallazgos y obtener una comprensión más robusta del fenómeno de estudio.

Los datos colectados fueron analizados empleando Microsoft Excel, aprovechando sus funciones para la organización, depuración y cálculo de estadísticas descriptivas. Adicionalmente, para un análisis más profundo y la identificación de patrones complejos en los datos cuantitativos, se empleó la herramienta de inteligencia artificial *DeepSeek.* Esta herramienta facilitó la exploración de correlaciones y tendencias que podrían no ser evidentes con métodos estadísticos tradicionales, contribuyendo a una comprensión más matizada de las respuestas de los estudiantes.

Los datos cualitativos, fueron sometidos a un análisis temático. Este método fue seleccionado por su flexibilidad y capacidad para identificar, analizar y reportar patrones (temas) dentro de los datos, permitiendo explorar las percepciones, experiencias y significados de los participantes en profundidad.

Este enfoque integrado fortaleció la validez interna y la credibilidad de los resultados del diagnóstico, proporcionando una base sólida y multidimensional para la identificación de las necesidades formativas y el diseño de la estrategia de AMI.

Resultados

Una de las funciones esenciales de las bibliotecas públicas es apoyar la enseñanza, el aprendizaje y el descubrimiento a lo largo de la vida, en la comunidad donde se asienta. Como resultado de ello se deben diseñar e implementar programas enfocados en lograr que sus usuarios puedan encontrar, localizar, acceder y evaluar críticamente información, datos y hacer un uso ético de los mismos. Con este propósito, se ofreció en la Biblioteca Pública Martí, de la ciudad de Santa Clara, Cuba, el taller “Alfabetización Mediática e Informacional en la Era Digital”, durante el mes de abril y con una frecuencia de seis encuentros. En el cuadro 2 se presentan los contenidos abordados.

Cuadro 2: Temas y Actividades de AMI realizadas

Sesión	Tema	Actividades	Instrumentos
1	Introducción a la AMI	Dinámica inicial,	Encuesta diagnóstica

		encuesta diagnóstica, debate guiado	
2	Evaluación de fuentes y noticias falsas	Análisis de casos, ejercicios de fact-checking	Guía de observación
3	Lectura crítica de imágenes y videos	Análisis de imágenes manipuladas, creación de memes responsables	Guía de observación. Diario reflexivo
4	Alfabetización en datos	Interpretación de gráficos, detección de sesgos	Guía de observación, Diario reflexivo
5	Producción de contenidos críticos	Creación de infografías/videos con información verificada	Rúbrica de evaluación
6	Cierre y reflexión	Presentación de trabajos, diario reflexivo	Diario reflexivo, Rúbrica

Fuente: Elaboración propia (2025).

Antes de iniciar el análisis detallado de los resultados por instrumento, se caracterizó el perfil sociodigital de los participantes, con el propósito de contextualizar sus prácticas informacionales y su grado de familiaridad con tecnologías digitales. El grupo estuvo conformado por 39 jóvenes universitarios, con edades comprendidas entre los 19 y 23 años, en su mayoría estudiantes de Ciencias Sociales y Humanísticas. Un 92% declaró utilizar redes sociales al menos una vez al día, siendo *Facebook*, *WhatsApp*, *Telegram* e *Instagram* las plataformas más frecuentes. No obstante, solo un 18% afirmó seguir páginas de verificación o medios de comunicación alternativos, lo cual evidencia una dependencia de canales informales para documentarse. Este patrón confirma lo planteado por Presser *et al.* (2024) sobre la escasa exposición de los jóvenes cubanos a contenidos verificados, y refuerza la pertinencia de implementar programas AMI desde espacios no formales como las bibliotecas.

Encuesta diagnóstica inicial

La fase diagnóstica inicial, tuvo como objetivo general, el reconocimiento del estado actual de las competencias en AMI del grupo de jóvenes participantes en las acciones formativas, en particular su capacidad para acceder, identificar, verificar y evaluar fuentes de información, datos e imágenes y su uso.

Los resultaros de la aplicación del instrumento diseñado para esta fase, dio como resultado, que el 68% de los jóvenes declararon que rara vez o nunca verificaban la fuente de las noticias que consumían, mientras que un 54% manifestaron desconocer estrategias para identificar imágenes o datos manipulados.

Considerando el estudio inicial se perfilaron los temas y actividades a desarrollar durante las sesiones de alfabetización mediática e información.

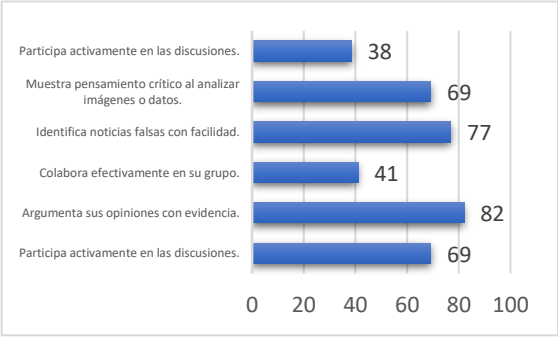
Análisis de la sesiones de AMI

Las sesiones prácticas (sesiones 2, 3 y 4), evidenciaron una participación progresivamente más activa. Según la guía de observación, al finalizar el ciclo de talleres, resaltan como elementos distintivos que:

- El 82% de los participantes argumentaba sus opiniones con evidencia.
- El 77% identificaba con facilidad noticias falsas en los ejercicios propuestos.

De manera particular, en cuanto al conocimiento y uso de herramientas de verificación, se evidenció que solo un 25% de los jóvenes estaba familiarizado con al menos una herramienta o sitio web especializado en *fact-checking* (ej., verificadores de imágenes, bases de datos de desmentidos). Más alarmante aún, solo un 10% reportó utilizar estas herramientas de manera regular para verificar contenido.

Gráfico 1: Resultados de la Observación durante los talleres



Fuente: Elaboración propia (2025).

Por lo general, la mayoría de los jóvenes (65%) recurre a métodos informales de verificación, como "buscar en Google" (sin criterios específicos de fuente) o "preguntar a un amigo que sepa del tema". Mediante el Diario reflexivo se corroboró esta observación, donde varios jóvenes expresaron desconocimiento sobre estas herramientas o la percepción de que su uso era "complicado" o "llevaba mucho tiempo". Uno de los jóvenes manifestó que: "*Sé que existen sitios para verificar, pero no sé cuáles son ni cómo se usan. Normalmente, si me da mucha desconfianza, simplemente lo ignoro o no lo comparto*." Evidenciado una clara brecha entre la necesidad de verificación y la posesión de las habilidades y herramientas para llevarla a cabo.

De forma general, se percibió un incremento en la participación colaborativa, especialmente en las sesiones 4 y 5, donde se propusieron dinámicas de trabajo grupal.

Diario reflexivo final

> Los registros escritos indicaron que el 85% de los participantes percibieron una mejora relevante en su capacidad de análisis crítico de la información. Entre los aspectos destacados por los jóvenes, sobresalen el aprendizaje de herramientas de verificación y la reflexión sobre el impacto social de la desinformación.

Se debe destacar, que al ser jóvenes nativos digitales (edad 19-23 años), les otorga una familiaridad innata con la tecnología, facilitando la adaptación a herramientas y plataformas digitales para la verificación y el análisis. Mostrando de manera general interés en la temática, lo que implica una potencial motivación intrínseca para mejorar sus competencias AMI.

Muy importante, es el reconocimiento de que la habilidad para argumentar constructivamente o para buscar activamente perspectivas diversas fuera de sus "burbujas" personales constituya un desafío a reforzar en su formación.

Rúbrica de evaluación de productos finales

Durante los talleres, los jóvenes produjeron una diversidad de materiales informativos con enfoque crítico, entre ellos: infografías educativas sobre noticias falsas, cápsulas audiovisuales sobre verificación de imágenes en redes sociales, y carteles con mensajes de sensibilización sobre el consumo informativo ético. Estos productos no solo demostraron la apropiación de competencias AMI, sino que fueron presentados públicamente en la biblioteca al cierre del ciclo formativo.

Los trabajos producidos (infografías, videos breves) alcanzaron puntuaciones promedio superiores a 4 en los criterios de claridad del mensaje y uso adecuado de fuentes verificadas. Estos resultados confirman la capacidad adquirida para transformar la información en contenidos propios, éticos y comprensibles.

Como resultado de la triangulación de los instrumentos aplicados, se observó una evolución significativa en las competencias críticas de los participantes. Tras el ciclo formativo, se identificó una mejora del 46% en el uso de criterios objetivos de evaluación de fuentes, y un aumento del 37% en la confianza para debatir públicamente sobre la veracidad de contenidos digitales. Asimismo, el uso de herramientas como *TinEye* o *Google Reverse Image* pasó de un conocimiento casi nulo (10%) a un uso incipiente pero activo en el 41% de los participantes. Esta mejora es coherente con los hallazgos de Pinto *et al.* (2024), quienes documentan que las metodologías participativas promueven una apropiación más profunda y práctica de las competencias AMI.

De manera particular, la evaluación de estos productos mediante rúbricas evidenció creatividad, uso responsable de fuentes y claridad comunicativa, reforzando su valor como resultados tangibles del proceso formativo. A través de las mismas se observó una evolución en el nivel de desempeño de los participantes:

- Un 72% logró integrar elementos de verificación en sus discursos digitales.
- El 65% utilizó referencias contrastadas en sus productos finales.

Los diarios reflexivos también reflejaron una mayor conciencia sobre los efectos sociales de

la desinformación, señalando como aprendizajes clave:

- El uso de herramientas como *Google Reverse Image* o *TinEye*.
- La importancia de contrastar opiniones en redes sociales.
- El compromiso con una comunicación responsable.

Más allá de los aprendizajes técnicos, los registros cualitativos (diarios reflexivos y observaciones) permitieron identificar aprendizajes significativos en el plano ético y actitudinal. Los participantes expresaron mayor sensibilidad ante la circulación irresponsable de contenidos, así como una creciente disposición a actuar como agentes de cambio dentro de sus círculos sociales, ejemplo de ello, uno de los jóvenes asistente manifestó que: "*Antes compartía sin pensar. Ahora intento verificar y explicar a otros por qué algo puede ser falso*". Este tipo de transformación coincide con lo descrito por Gallesse-Pardo *et al.* (2025) respecto al empoderamiento juvenil como un proceso de toma de conciencia crítica y agencia informativa.

No obstante los avances, algunos desafíos persisten. En particular, se constató cierta resistencia a asumir roles activos en la confrontación de contenidos falsos, motivada por el miedo a represalias o conflictos en redes sociales. Este comportamiento reafirma lo expuesto por Pérez (2025) sobre las limitaciones estructurales de la participación ciudadana digital en contextos latinoamericanos, donde la presión social y la censura informal operan como frenos a la acción crítica. Igualmente, la escasa conectividad y la falta de familiaridad con terminología técnica limitaron la apropiación plena de ciertas herramientas de verificación, lo que sugiere la necesidad de adaptar los contenidos a un nivel aún más accesible.

Discusión

Se identifica en el estudio, que los jóvenes participantes presentan en el inicio de la propuesta formativa, dificultades considerables para identificar formas sofisticadas de desinformación (ej., descontextualización, manipulación sutil), así como la aplicación de criterios de evaluación de fuentes y la distinción entre hechos y opiniones sesgadas, representando estas áreas la necesidad de un fortalecimiento práctico.

Evidencia también, la carencia de habilidades y uso de herramientas de verificación. Existiendo un marcado desconocimiento y un uso muy limitado de herramientas y metodologías de *fact-checking*. Se corroboró que la verificación se realiza de manera informal o no se realiza en absoluto, priorizando la inmediatez sobre la rigurosidad. Por tanto, es recomendable en este sentido, profundizar en las barreras tecnológicas y culturales que afectan el uso regular de herramientas de *fact-checking*, como el desconocimiento, la percepción de complejidad y la falta de conectividad.

Otra regularidad detectada, que la mayoría asume una participación digital más pasiva que proactiva. A pesar de ser conscientes del problema, la mayoría de los jóvenes adopta una postura pasiva ante la desinformación, evitando la confrontación o la corrección pública. Su rol como "consumidores" supera ampliamente su percepción y acción como "agentes" activos en la construcción de un ecosistema informativo saludable. Por tanto, ante esa actitud pasiva, es pertinente explorar la relación entre alfabetización mediática y participación ciudadana, como alternativa para reforzar un accionar más enérgico.

Existencia de desafíos en la aplicación ética. Aunque reconocen principios éticos básicos en la difusión de información, la práctica en el entorno digital (especialmente en RRSS) no siempre es rigurosa, evidenciando una brecha entre el conocimiento formal y la aplicación contextual de la responsabilidad informacional.

Estos elementos, promovieron la necesidad del desarrollo de acciones de formación formal y práctica, pues evidentemente, la mayor parte de las habilidades mediáticas e informacionales las adquieren de forma autodidacta, lo que genera inconsistencias y lagunas. Se evidencia una clara necesidad de una formación estructurada y sistemática que trascienda lo teórico.

De manera general, la capacitación práctica en técnicas y herramientas de verificación,

favoreció el fomento del uso sistemático de métodos y herramientas avanzadas de *fact-checking* para la identificación y evaluación de la información, el fortalecimiento del pensamiento crítico y el discernimiento de sesgos, al desarrollar la habilidad para analizar información compleja, reconocer sesgos intrínsecos y diferenciar hechos de opiniones, incluso en narrativas sutilmente manipuladas, la promoción de la participación proactiva en la mitigación de la desinformación, incentivando la corrección constructiva, el reporte de contenido falso y el liderazgo en la difusión de información veraz. Así como, la integración de la ética en la práctica diaria de la difusión de información, subrayando la responsabilidad en la creación y el intercambio de contenidos, más allá de la mera evitación de la falsedad.

Estos hallazgos coinciden con estudios como los de Hussain y Phulpoto (2024) y Park y Kwon (2018), que destacan la efectividad de las intervenciones formativas en el fortalecimiento de competencias mediáticas. En línea con Pinto et al. (2024), se observa que la combinación de metodologías activas y evaluaciones continuas potencia la apropiación significativa de los aprendizajes.

Un aspecto clave de la experiencia fue el protagonismo asumido por los profesionales de la información, quienes actuaron como facilitadores del aprendizaje, diseñadores de materiales, guías metodológicos y evaluadores. Su presencia durante todo el ciclo formativo permitió establecer vínculos de confianza con los participantes, personalizar las estrategias pedagógicas y modelar buenas prácticas de uso crítico de la información.

Se destaca entonces, que el profesional de la información, debe asumir un rol proactivo, como agente de cambio cultural en contextos marcados por la desigualdad digital. Para ello, Pinto et al. (2024), insisten en que la formación bibliotecaria debe incluir no solo competencias informacionales, sino capacidades docentes, evaluativas y comunicativas para responder a las demandas de una ciudadanía digital crítica. Por tanto, esta experiencia, corrobora que el bibliotecario no es un mero transmisor de contenidos, sino un mediador clave en procesos de empoderamiento social a través de la alfabetización mediática e informacional.

Sobre este aspecto, la UNESCO (2024) refiere que resulta clave, para garantizar la eficacia y sostenibilidad de las intervenciones, que los bibliotecarios se impliquen de manera activa en el diseño de actividades, el acompañamiento reflexivo de los participantes y la gestión de contenidos confiables. Asumiendo entonces, que en el contexto actual, la figura del profesional de la información se perfila como agentes necesarios para una educación crítica, ética y comprometida frente a los desafíos de la desinformación y la manipulación digital.

Estos resultados están en consonancia con experiencias en América Latina, donde diversas investigaciones resaltan la eficacia de talleres participativos y actividades de verificación como herramientas para el aprendizaje significativo. En especial, los programas documentados por Ferreras (2025) y UNESCO (2024) evidencian que los entornos bibliotecarios, cuando son gestionados por profesionales capacitados, pueden convertirse en verdaderos laboratorios de ciudadanía crítica. Del mismo modo, propuestas como las de Baratz (2022) y Bustos Cruz *et al.* (2023) demuestran que incluso acciones cotidianas en las bibliotecas —como recomendaciones breves, análisis colectivo de noticias o entrega de guías— pueden tener un impacto formativo importante. Este estudio se suma así a un cuerpo creciente de experiencias que promueven la apropiación crítica de la información desde lo local, lo cultural y lo comunitario.

El enfoque desde las bibliotecas públicas demuestra su potencial transformador al actuar como espacios alternativos de formación ciudadana crítica, más allá del aula tradicional. De ahí que el rol del bibliotecario como mediador debe ser fortalecido mediante formación pedagógica y comunicativa, dotándolo de estrategias para promover aprendizajes activos.

Asimismo, el estudio reconoce la pertinencia de concebir la alfabetización mediática e informacional como un proceso integral, que va más allá del acceso a contenidos y se orienta

al desarrollo del pensamiento crítico, la autonomía y la conciencia ética en el uso de la información. Sin embargo, se identificaron limitaciones derivadas de la duración relativamente breve del programa, lo que sugiere que procesos más prolongados podrían favorecer la consolidación de las habilidades adquiridas.

Consideraciones Finales

La experiencia desarrollada en la Biblioteca Provincial Martí demuestra que los programas de alfabetización mediática e informacional pueden convertirse en estrategias efectivas de empoderamiento juvenil en contextos educativos cubanos, dotándolos de herramientas para el análisis, la verificación y la creación responsable de contenidos.

De los resultados obtenidos se puede concluir que:

- La formación orientada a la identificación de noticias falsas, el análisis crítico de imágenes y la interpretación de datos contribuye al fortalecimiento de competencias clave para la ciudadanía digital.
- El uso de metodologías participativas y la evaluación continua fomentan la implicación activa de los jóvenes y facilitan aprendizajes sostenibles.
- El acompañamiento de los profesionales de la información resulta esencial como mediadores y facilitadores de estos procesos.

Por todo lo anterior, se recomienda replicar y adaptar este modelo de intervención en otras bibliotecas y entornos educativos, ampliando la duración de los programas y profundizando en el seguimiento a medio plazo de los aprendizajes alcanzados.

Finalmente, resulta necesario destacar, que la alfabetización mediática e informacional no debe ser una acción aislada, sino parte de una política pública integrada para el desarrollo de ciudadanía crítica, digital y ética.

Referencias

Baliou, A., Lazou, C., Panagıotou, N. (2022a). Generation Z: media consumption and MIL. İmgelem, 6(11), 455-476. https://doi.org/10.53791/imgelem.1187245

Baratz. (2022). 18 grandes ideas para favorecer la alfabetización mediática desde el mostrador de la biblioteca. Comunidad Baratz. https://www.comunidadbaratz.com/blog/18-grandes-ideas-para-favorecer-la-alfabetizacion-mediatica-desde-el-mostrador-de-la-biblioteca/

Buckingham, D. (2019). Teaching media in a 'post-truth' age: Fake news, media bias and the challenge for media/digital literacy education. Culture and Education, 31(2), 213-231. https://doi.org/10.1080/11356405.2019.1603814

Bustos Cruz, M. J., Peña, J. M., & Tapia, L. F. (2023). Alfabetización mediática y aprendizaje informal en Latinoamérica: Revisión de literatura. Lumina, 27(2), 195–212. https://doi.org/10.34019/1981-4070.2023.v27.40451

Cabrera Castiglioni, M., Canzani Cuello, J., Saraiva Cruz, I. (2023). Pautas de alfabetización informacional y mediática en contextos de desinformación: Su proceso de elaboración. Informatio, 28(2), 126-141. https://doi.org/10.35643/info.28.2.15

Díaz, J. B., Martin-Vicario, L. (2024). Alfabetización mediática en un mundo hiperconectado: De las redes sociales a la Inteligencia Artificial. European Public & Social Innovation Review, 9, 1-17. https://doi.org/10.31637/epsir-2024-1241

Ferreras Rodríguez, E. M. (2025). Propuestas de alfabetización mediática desde el fact checking profesional en Latinoamérica. Revista de Comunicación, 24(1), 205–228. https://doi.org/10.26441/RC24.1-2025-3777

Gallesse-Pardo, N. P., Caparachin Reyes, D. A. y Rojas-Munive De Huali, G. E. (2025). Empoderamiento estudiantil en la era digital. Una revisión narrativa. Maestro y Sociedad, 22(2), 1270-1282. https://maestroysociedad.uo.edu.cu

García-Ruiz, R., Contreras-Pulido, P., Pérez-Escoda, A. (2018). Educar para los nuevos Medios. Claves para el desarrollo de la competencia mediática en el entorno digital. http://dspace.ups.edu.ec/handle/123456789/17049

Guo, Y. R., and Goh, D. H. L. (9-12 December 2015). Evaluating Library Escape: A Prototype Information Literacy Game. Digital Libraries: Providing Quality Information, 17th International Conference on Asia-Pacific

Digital Libraries, Seoul, Korea. (pp. 302-303). https://doi.org/10.1007/978-3-319-27974-9

Hussain, N., Phulpoto, S., (2024). Digital Literacy: Empowering Individuals in the Digital Age. Assyfa Learning Journal, 2(2), 70-83. https://doi.org/10.61650/alj.v2i2.231

Iqbal, S. (2021). The Assessment of Information Literacy Instruction (ILI) in University Libraries of Pakistan. Library Philosophy and Practice (e-journal), 5912, 1-15. https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/5912

Kozlowska-Barrios, A. (2023). Media and information literacy (MIL) in library classrooms: Content analysis of news evaluative criteria in instructional worksheets and checklists. The Journal of Academic Librarianship, 49(3), 102680. https://doi.org/10.1016/j.acalib.2023.102680

Jiménez González, A. (2025). Prácticas de Alfabetización Mediática e Informacional en el contexto latinoamericano. Trabajo de Fin de Grado. Dpto. Ciencias de la Información, Universidad Central de Las Villas.

Ndungu, M. W. (2024). Integrating basic artificial intelligence literacy with media and information literacy in higher education. Journal of Information Literacy, 18(2), 122-139. https://doi.org/10.11645/18.2.641

Park, E., Kwon, M. (2018). Health-Related Internet Use by Children and Adolescents: Systematic Review. Journal of Medical Internet Research, 20(4), e120. https://doi.org/10.2196/jmir.7731

Pérez, A. (2025). Alfabetización mediática e informacional y formación ciudadana en América Latina: Revisión de literatura. *Revista Educación, 44*(1), 520–532.

Pérez-Escoda, A. (2022). Alfabetización digital para combatir las fake news: Estrategias y carencias entre los/as universitarios/as. Prisma Social: revista de investigación social, 38, 221-243. https://produccioncientifica.ucm.es/documentos/62f311104e23c75d61e7bcf0?lang=en

Pinto, M., Guerrero-Quesada, D. (2017). Cómo perciben las competencias informacionales los estudiantes universitarios españoles: un estudio de caso. Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información, 73 (31), 213-236. http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2017.73.57854

Pinto, M. et al. (2024). Assessing information, media and data literacy in academic libraries: Approaches and challenges in the research literature on the topic. The Journal of Academic Librarianship, 50, 102920. https://doi.org/10.1016/j.acalib.2024.102920

Presser, N. H., Pacios, A. R., Silva, A. B. da. (2024). La desinformación en los alumnos que llegan a la universidad en las titulaciones relacionadas con la Information Science. Los casos de Brasil, Cuba y España. Revista General de Información y Documentación, 34(2), 343-361. https://doi.org/10.5209/rgid.95345

Suárez, Y. (2025). La alfabetización mediática e informacional en el mundo educacional cubano: Apuntes críticos. Cuban Studies Institute. https://cubanstudiesinstitute.us/espanol/la-alfabetizacion-mediatica-e-informacional-en-el-mundo-educacional-cubano-apuntes-criticos-1/

Squibb, S.D. (2017). Be aware: Elevate your news evaluation: Emphasizing media literacy, one library's initiative. College & Research Libraries News, 78(10), 541-545. https://doi.org/10.5860/crln.78.10.541

UNESCO. (2023). *Mapeo de iniciativas de alfabetización mediática e informacional en Iberoamérica*. https://www.unesco.org/es/articles/mapeo-de-iniciativas-de-alfabetizacion-mediatica-e-informacional-en-iberoamerica-2023

UNESCO. (2024). *Alfabetización mediática e informacional para la comunicación y el desarrollo sostenible*. https://www.unesco.org/es/media-information-literacy/global-communication-learning

Anexos

Instrumentos empleados en el estudio

Plantilla de Encuesta Diagnóstica

Objetivo: Evaluar el nivel inicial de competencias en alfabetización mediática e informacional.

Instrucciones: Responde marcando la opción que mejor describa tu situación.

Escala: 1 = Nunca, 2 = Rara vez, 3 = A veces, 4 = Frecuentemente, 5 = Siempre

Ítem	Nivel de competencia
Leo noticias a través de redes sociales como Facebook, WhatsApp o Telegram.	1 2 3 4 5
Verifico la fuente antes de compartir una noticia en internet.	1 2 3 4 5
Reconozco cuándo una noticia puede ser falsa o manipulada.	1 2 3 4 5
Identifico si una imagen ha sido alterada digitalmente.	1 2 3 4 5
Interpreto correctamente gráficos o estadísticas simples.	1 2 3 4 5
Uso datos confiables para respaldar mis opiniones o trabajos.	1 2 3 4 5

Plantilla de Guía de Observación

Objetivo: Registrar actitudes, habilidades y niveles de participación de los estudiantes durante los talleres.

Instrucciones: Use la escala del 1 al 4 para evaluar cada criterio.

Escala: 1 = Nunca, 2 = A veces, 3 = Frecuentemente, 4 = Siempre

Comportamiento observado	Valoración	Observaciones adicionales
Participa activamente en las discusiones.		
Argumenta sus opiniones con evidencia.		
Colabora efectivamente en su grupo.		
Identifica noticias falsas con facilidad.		
Muestra pensamiento crítico al analizar imágenes o datos.		

Plantilla de Fact-Checking

Objetivo: Guiar la verificación de una noticia o contenido informativo.

Título del contenido a verificar:	
Fuente original:	
¿Cuáles son los hechos principales que se presentan?	
¿La fuente es confiable?	Sí / No ¿Por qué?
¿Se puede confirmar la información en otros sitios verificados?	Sí / No ¿Cuáles?
Conclusión: ¿Es verdadera, falsa o dudosa?	

Diario reflexivo del participante

Objetivo: Evaluar percepción del aprendizaje y apropiación de competencias.

Guía de escritura:

- ¿Qué aprendí hoy sobre medios y datos?
- ¿Cómo aplicaré este conocimiento en mi vida cotidiana?
- ¿Qué me resultó más desafiante y por qué?

Rúbrica de evaluación de productos

Objetivo: Evaluar la aplicación práctica de las competencias.

Criterios:

Claridad del mensaje.

Uso adecuado de fuentes y datos.

Coherencia visual y textual.

Creatividad y originalidad.

Infoeducação e formação crítica: desafios das políticas públicas na construção dos saberes informacionais

Maria Eliziana Pereira de Sousa, Instituto Federal da Paraíba (IFPB), https://orcid.org/0000-0002-0326-6176, Brasil, *elizianaps@gmail.com*

Gustavo Henrique de Araújo Freire, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), https://orcid.org/0000-0002-9296-2340, Brasil, *ghafreire@gmail.com*

João Vilian de Moraes Lima Marinus, Instituto Federal do Ceará (IFCE), https://orcid.org/0000-0002-4590-0833, Brasil, *joao.vilian@ifce.edu.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6705

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

O século XXI é caracterizado pela importância da informação em todos os aspectos da vida individual e social. Sendo assim, tanto a informação quanto às bibliotecas, em todas as suas formas, exigem dos usuários e dos bibliotecários novas abordagens e posturas perante as mudanças tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea.

A evolução tecnológica trouxe e continua trazendo para as bibliotecas a oportunidade de dinamizar seus acervos, diversificar seus produtos e serviços, além de aprimorar as

técnicas de organização e disponibilização da informação de forma eficiente e eficaz. Além disso, essa evolução tem permitido o surgimento de novos modelos de bibliotecas que vão além do conceito tradicional baseado em materiais impressos. Esses novos modelos incluem as bibliotecas híbridas, midiáticas, digitais, virtuais e/ou eletrônicas, que organizam a informação em diferentes formatos e suportes, buscando agilizar a recuperação de informações de forma eficiente e coerente com a velocidade que caracteriza o mundo digital contemporâneo.

Segundo Lourenço Filho (1944, p. 3-4), "[...] ensino e biblioteca são instrumentos complementares, uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto [...]".

As transformações recentes da sociedade contemporânea também se refletem no campo da educação e vem promovendo impactos sociais, especialmente no que refere as legilações educacionais, como é o caso da reforma do ensino médio, uma proposta para uma nova organização na estrutura do ensino médio, por meio de itinerários formativos, que segundo análises de autores como Paixão (2023), altera o currículo e reduz a participação da juventude a uma atuação e adaptação de forma mais eficiente ao mercado de trabalho e/ou as atividades produtivas formais ou informais (Paixão, 2023).

Tal reforma faz parte de um conjunto de mudanças propostas pelo estado brasileiro (cenário 2016-2019) chamadas de reformas neoliberais (Paixão, 2023). Dessa forma, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (Brasil, 2018a), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018b), e com a Lei nº 13.415/2017, novos rumos são traçados para o ensino médio e a educação profissional e tecnológica por meio de tais instrumentos legais (Moura; Benachio, 2021).

No entrelaçamento de parte desta dinâmica, a proposta de Emenda Constitucional n° 95/2016, limita os gastos públicos e suspende investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social por 20 anos, a partir do ano de 2017. Ou seja, o teto de gastos previstos pela emenda estabelece um limite que só poderá aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (Brasil, 2016).

Desta forma o problema de pesquisa resulta da seguinte forma: da relação entre as propostas

presentes nas reformas do ensino médio e Emenda Constitucional 95 e suas implicações nas políticas de informação, e pode ser formulado da seguinte maneira: Quais mudanças promovidas pelas reformas educacionais e a Emenda Constitucional 95, operacionalizadas na sociedade, influenciam no investimento e no desenvolvimento das políticas de informação e de inclusão social das bibliotecas educativas públicas dos Institutos Federais de Educação no Brasil?

É importante ressaltar que existem poucas pesquisas específicas sobre o tema, especialmente no contexto das bibliotecas educativas públicas e das reformas educacionais voltadas para o ensino médio e a educação profissional.

Essa constatação é feita com base em estudos de Sousa e Freire, (2022) sobre "Infoeducação nas teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil" e, Sousa e Freire, (2022) em trabalho intitulado "A infoeducação na literatura mundial", onde os autores se dedicam a pesquisar em que contexto a temática infoeducação vem sendo estudada na literatura de Ciência da Informação no Brasil e no âmbito internacional. Dessa forma, reforça-se a importância do tema em questão, que é atual e possui relevância política no campo progressista.

O debate que segue neste trabalho, reflete ainda sobre a concepção de infoeducação anunciada por Perrotti (2016) e a insere dentro do âmbito de desdobramentos das políticas de informação mediante a importância desta temática diante das novas demandas das Tecnologias Digitais de Informação e comunicação (TDIC), indo além dos conceitos técnicos que giram em torno de tais significados.

Resalta que o artigo em pauta apresenta parate dos resultados de uma pesquisa de doutorado intitulada, Políticas infoeducacionais e seus impactos em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação brasileiros a partir das reformas educacionais: estudo sobre a apropriação dos saberes informacionais, que objetivou investigar as políticas de informação e as possíveis implicações das reformas educacionais ocorridas no período compreendido entre os anos de 2016 a 2019 e os impactos ocorridos ou não na construção de saberes informacionais.

Referencial Teórico

Neste tópico são apresentados os conceitos e características acerca da relação entre a biblioteca e a educação na formação do sujeito e na construção dos saberes informacionais.

Biblioteca e educação na formação dos saberes informacionais

O acesso à informação é um direito fundamental de todos os cidadãos, conforme estabelece o Manifesto da UNESCO (1994). No entanto, concretizar esse princípio — que reconhece a biblioteca pública como "a porta de entrada para o conhecimento, proporcionando condições básicas para a aprendizagem permanente, a autonomia de decisão e o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais" (IFLA/UNESCO, 1994) — tem se revelado um desafio significativo.

Embora desempenhem um papel crucial na democratização do saber, essas instituições ainda enfrentam obstáculos estruturais, técnicos e sociais para cumprir plenamente essa missão. A literatura especializada destaca que, ao longo dos anos, as bibliotecas públicas têm sido utilizadas, sobretudo, como suporte às atividades escolares, o que evidencia tanto sua relevância quanto as limitações enfrentadas para se consolidarem como espaços efetivos de inclusão, formação cidadã e desenvolvimento comunitário.

As bibliotecas escolares, por sua vez, são indispensáveis às instituições de ensino e devem ser locais de fácil acesso e aprendizagem permanente conforme Campello, (2008). Porém, o modelo de bibliotecas escolares instaladas em instituições de ensino público tem se destacado por apresentarem um amontoado de livros de qualquer natureza e um profissional readaptado prestando os serviços de atendimento ao público escolar, salvo raras exceções.

Destaca-se que espaços como as bibliotecas, inseridos no contexto educacional, têm o potencial de atuar de forma mais efetiva

dentro de um posicionamento político progressista. Ao fazê-lo, contribuem para diminuir a alienação dos indivíduos na sociedade e, assim, superar o paradigma de dominação que tem sido reproduzido ao longo dos anos.

No âmbito da comunidade acadêmica, a biblioteca se torna um instrumento de grande importância na luta de classes e na promoção da redução das desigualdades sociais. Sua função vai além da mera disponibilização de informações, pois desafia estruturas de poder e busca ampliar o acesso ao conhecimento, garantindo a participação de todos os segmentos sociais. Nesse sentido, as bibliotecas desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em outras palavras, além de selecionar, organizar e disponibilizar informações em qualquer formato e suporte, as bibliotecas são locais privilegiados, porque dispõem de ambientes propícios a mediação da informação, da cultura da socialização do conhecimento, podem atuar no desenvolvimento de educação voltada para o uso da informação e na apropriação dos saberes informacionais.

O sujeito que aprende a usar a informação de forma ética, segura e crítica, ao se apropriar de suas múltiplas possibilidades, torna-se um sujeito consciente de suas ações na sociedade em que vive como afirma Freire, 2011.

Desta forma a infoeducação nasce com esta propositura, educacar os sujeitos para o uso da informação, em contexto marcado pelo massivo uso das tecnologias de informação e pela fragmentação da informação e dos signos.

No decorrer dos anos no Brasil, houve o desenvolvimento de diversos estudos voltados para as demandas que envolvem esses dois campos de atuação, educação e informação, demostrando como eles podem contribuir para apropriação da informaçao e para o desenvolvimento dos saberes infrmacionais.

Assim, Cabe iniciar esta parte do texto questionando: O que é infoeducação?

Na literatura brasileira da Ciência da Informação, a infoeducação configura-se como uma proposta que busca ressignificar a relação entre biblioteca e educação, historicamente marcada por distanciamentos e fragmentações. Essa abordagem emerge da necessidade de enfrentar o hiato que se consolidou ao longo do tempo entre as práticas biblioteconômicas e os processos educativos no Brasil.

Mais do que uma simples integração entre informação e ensino, a infoeducação propõe uma perspectiva crítica e formativa, na qual a biblioteca é reconhecida como espaço de mediação do conhecimento, de promoção da leitura e de desenvolvimento da autonomia intelectual dos sujeitos.

Trata-se, portanto, de uma proposta que reivindica a centralidade da biblioteca nos processos de formação cidadã e na construção de uma sociedade mais democrática e informada.

Tal propositura foi lançada por Perrotti no ano 2000, no Colóquio Internacional Brasil-França de Infoeducação realizado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA / USP)[1].

> Lançamos a proposta da Infoeducação, neologismo com o qual sintetizávamos preocupações nascidas de realizações efetuadas por equipe que coordenávamos, com o objetivo de produzir, à época, conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações Biblioteca e Educação (Perrotti, 2016, p. 5).

Desta forna a infoeducação trata-se de um "domínio de estudos transdisciplinares e de práticas sociais que se ocupa das dimensões educativas da informação, em seus múltiplos aspectos históricos e culturais" (Perrotti, 2017, p. 11).

Desse modo, Perrotti e Pieruccini (2007, p.87) esclarecem que "aprender a informar-se é, em decorrência, ação e reflexão sobre os aspectos imateriais e materiais da informação, é ação sobre os significados e os significantes, os saberes e seus dispositivos". Os dispositivos elencados pelos autores são as bibliotecas, as estações de conhecimento, os centros de informação e formação.

Cumpre situar que, desde a década de 80, o professor Edmir Perrotti, juntamente com

outros pesquisadores da ECA/USP**,** vem desenvolvendo estudos e pesquisas dentro de um direcionamento voltado para a compreensão das relações interdisciplinares e transdisciplinares da informação e educação.

A sociedade contemporânea, marcada principalmente pelo uso massivo das ferramentas tecnológicas, demanda bibliotecas com participação ativa nos processos de ensino-aprendizagem focando no desenvolvimento dos saberes e nas aprendizagens informacionais de forma abrangente e atual as novas demandas do século XXI.

Para Scapechi (2009), as bibliotecas, muitas vezes, proporcionam a disponibilização e acesso à informação, mas não propiciam a apropriação dos saberes informacionais. Para avançar no sentido de favorecer a apropriação por meio dos signos, faz-se necessário que as bibliotecas também invistam na mediação cultural e na mediação da informação.

Dentro desse contexto, Scapechi (2009) oferece uma contribuição fundamental ao afirmar que a apropriação dos saberes informacionais vai além do simples acesso à informação. Para ele, é imprescindível o desenvolvimento de um conjunto integrado de competências, habilidades, valores e atitudes em relação à informação e, a partir daí, é possível a apropriação simbólica da informação e a construção do conhecimento, "[...]uma vez que o saber é relacional e se dá por meio de uma educação intelectual" (Scapechi, 2018, p.7).

Os estudiosos da infoeducação defendem a relação entre a biblioteca e educação sem a necessidade de haver uma hierarquia desses setores, mas dentro de uma proposta de trabalho conjunto que promova a superação do passado histórico de fragmentação entre essas duas áreas na sociedade ao longo de anos na educação e que se reflete consequentemente nas bibliotecas.

Considerando as particularidades de cada área de estudos (Educação e Ciência da Informação), Perrotti (2016, p. 5) afirma que, na ocasião da criação do neologismo infoeducação, "o objetivo a época era produzir conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações biblioteca e educação". Nesse caso, a infoeducação se propõe a compreender tanto as dimensões teóricas, quanto as operacionais dessas duas áreas. Tal compreensão se apresenta como um caminho para a superação do longo histórico de fragmentação que tem se constituído ao longo de todos esses anos.

Para Sousa e Freire (2022), A infoeducação recebe, especialmente, contribuições de Paulo Freire, dentro da teoria da dialogicidade, que resgata a dimensão epistêmica da Educação e da Informação, ocupando-se dos saberes informacionais que diz que o sujeito participa do processo educativo por meio da negociação de sentidos e da mediação da informação.

Dessa forma, Perrotti e Pieruccini (2007) reforçam que na infoeducação, o sujeito passa por uma experiência que vai além da assimilação da informação. Ou seja, a apropriação da informação fornece elementos que o tornam capaz de construir sentidos e significados por meio da reflexão crítica e do diálogo.

Há de se observar que as bibliotecas são excelentes espaços no processo de mediação cultural. Isso não exclui também sua função de mediadora da informação, pois ambas coexistem. Na mediação cultural, para Rasteli e Cavalcante (2014, p. 44), "[...] estabelece-se fundamentalmente uma convergência entre dois horizontes: a produção e recepção de bens simbólicos e os dispositivos culturais (bibliotecas) como espaços de apropriação do conhecimento."

Os autores Perrotti e Pieruccini (2007) trabalham com a categoria de bibliotecas como dispositivo de informação e cultura com base em princípios dialógicos que remete também a Freire (2011). O dispositivo, por sua vez, pode ser constituído dessa forma como ambiente onde circula informação, sendo que, para Pieruccini (2004) os dispositivos têm um papel muito importante na atuação "na natureza e nos processos de mediação".

Dentro do quadro de práticas da infoeducação, alguns projetos educacionais e culturais foram implantados contribuindo com diferentes comunidades e proporcionando o desenvolvimento de saberes informacionais e apropriação do conhecimento.

São exemplos dessas iniciativas, a Estação Memória, a Estação do Conhecimento

Einstein/Paraisópolis, a Biblioteca Escolar Interativa da Escola Municipal de Educação Fundamental "Prof. Roberto Mange" na periferia de São Paulo, a Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI) da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo/SP, o laboratório na Creche Oeste da USP (Santos, 2013).

Neste estudo é privilegiada a abordagem da infoeducação que encontra base teórica nas teorias propostas por Freire de uma educação transformadora e libertadora. A abordagem da infoeducação se diferencia e se destaca em relação às propostas de letramento informacional, alfabetização informacional bem como outras propostas similares.

Destaca-se que na infoeducação a informação não se reduz a um conjunto sistemático de procedimentos e técnicas metodológicas, em um formato instrumental em que os indivíduos são treinados por outras pessoas que dominam os recursos informacionais, resultando em sujeitos competentes em informação apenas de forma instrumental.

Dessa forma, os processos de ensino-aprendizagem informacional centram-se na problemática da eficácia, ou seja, não se preocupam senão exteriormente com o sentido social e individual da informação, da significação.

É nesse sentido que a educação freireana, como prática de liberdade, e de autonomia, a infoeducação e o paradigma da mediação cultural entram em convergência: não é só uma metodologia, mas episteme que concentra diferentes aspectos constitutivos de nossa condição humana como ser no mundo, capaz de desenvolver consciência crítica e oportuna para encontrar o caminho da libertação, proposto pelo patrono da educação, Paulo Freire.

A infoeducação está centrada na apropriação da informação, em que o sujeito passa de usuário da informação, categoria limitante, para protagonista cultural. O protagonista cultural se distingue de usuários ou consumidores de informação e cultura. Perrotti e Pieruccini (2007, p.77) compreendem esse sujeito como "ação afirmativa nos processos simbólicos, exercida por sujeitos de diferentes meios e condições, consideradas as dimensões plurais e conflitantes da vida social e pública, no mundo contemporâneo".

É um sujeito criador, produtor de sua realidade que dá sentido às suas ações no mundo, seja de forma individual ou coletiva. Ou seja, é um sujeito que participou do processo de infoeducação e conseguiu se apropriar do conhecimento.

Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, o estudo adota a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

No que concerne à etapa da pesquisa bibliográfica, dedica-se ao aporte teórico para guiar as análises, buscando relacionar o campo informacional com a área de educação. Assim, utiliza-se como atrator o conceito de infoeducação, com amparo nos estudos de Perrotti (2006, 2016, 2017, 2021) e nas teorias de Paulo Freire (1982, 1987, 1996, 1997, 2011). O embasamento epistemológico e filosófico se ancora nas obras de Pedagogia do Oprimido (1982), Pedagogia da Autonomia (1987) e A importância do ato de ler (1997) do referido autor.

Em um segundo momento foi realizado a pesquisa documental (período de 2016 a 2019), que contempla um levantamento realizado nos portais dos Institutos Federais, para identificar a existência de políticas institucionais sobre projetos que podem ser considerados como infoeducativos desenvolvidos nas bibliotecas. Tais projetos precisam estar alinhados com a formação de saberes informacionais e a apropriação da informação pela comunidade acadêmica pertencente às instituições pesquisadas.

Foi efetuado um levantamento nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) técnicos integrados ao ensino médio para identificar se houveram reformulações a partir de 2019 que constituem prerrogativas para a escolha do campo da investigação. Tal levantamento objetivou identificar a existência de indícios de políticas de informação para as bibliotecas dos Institutos Federais nos documentos legais, que regem o Novo Ensino Médio, materializado nos PPC.

A escolha de fazer um levantamento por meio da pesquisa documental no período de 2016 a 2019 se deu em função da possibilidade de

evidenciar as transformações ocorridas na educação durante esse intervalo de tempo, especialmente relacionadas às mudanças nos documentos legais que regulamentam o ensino médio profissionalizante.

No Quadro 1 está contida uma sistematização das ações práticas da pesquisa, e foi elaborado com a finalidade de melhor ilustrar as fases da pesquisa.

Quadro 1 - Explicação simplificada da metodologia da pesquisa

Fases	Ações da pesquisa
Pesquisa bibliográfica	Levantamento bibliográfico em: livros, artigos, *sites*, bases de dados, bibliotecas virtuais e eletrônicas. Perrotti (2007, 2015, 2016, 2017,2021) e nas teorias de Paulo Freire (1982, 1987, 1996, 1997).
Pesquisa Documental	Levantamento documental em*: site* das bibliotecas e documentos legais das reformas educacionais: Lei nº 13.415/2017- reforma do ensino médio, Emenda Constitucional 95 de dezembro de 2016, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ano de 2018, atualizações do ano de 2018 e PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos Institutos Federais do Brasil.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Apresentam-se os critérios elaborados para escolha dos locais de investigação, que representam a amostra do estudo:

c) Selecionar um estado de cada região do Brasil que possua maior quantidade de campi do Instituto Federal de Educação da região;
c) Escolher uma unidade (IF) situada geograficamente na capital;
c) Priorizar nas escolhas, as instituições nas quais os PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, tenham sido reformulados, ou criados a partir de 2019, com base no Novo Ensino Médio e que estejam disponíveis nas páginas oficiais da instituição para consulta na *Internet*.

Para analisar os dados coletados durante todo percurso da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo.

As categorias utilizadas na análise de conteúdo para o tratamento dos dados foram as seguintes: políticas de informação, políticas de educação, protagonismo social, protagonismo cultural, infoeducação, infoeducador, apropriação da informação, saberes informacionais, mediação da informação e mediação cultural.

Resultados Finais

Na análise dos resultados, os itens 4.1 e 4.2 tratam dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental nos PPC dos cursos selecionados pelo critério de pesquisa e na BNCC.

Investigação nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Baseado nos critérios de escolha, os locais de investigação escolhidos encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2 – Locais de Investigação da Pesquisa

Instituições Pesquisadas
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)
Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT)
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Retomando ao primeiro critério privilegiado pela pesquisa, que visa selecionar um estado de cada região do Brasil que possua maior quantidade de *campi* do Instituto Federal de Educação, na região Norte do Brasil o estado que se enquadra nesse critério é o Pará.

A reforma do ensino médio nos Institutos Federais acontece em um ritmo desigual, ficando a cargo de cada instituição decidir se adere ou não à reforma. O Instituto Federal do Pará (IFPA) não havia aderido à reforma no periodo da pesquisa.

Dessa forma, o segundo estado da região Norte que atendia ao critério de escolha da pesquisa foi o Estado do Amazonas, no Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

O IFAM possui 17 unidades, localizadas em 23 municípios, sendo três em Manaus (Manaus

Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste), Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara, Tefé, *campus* avançado do Acre e *campus* avançado Iranduba. Oferece cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, servindo a sociedade amazonense e brasileira (Mello, 2009).

O *campus* escolhido para a pesquisa foi o *campus* Manaus centro. A escolha por esta unidade se deve ao fato de que ela possui uma maior quantidade de cursos na modalidade de ensino médio integrado a cursos técnicos se comparado aos demais *campi* do IFAM instalados na capital do estado, uma vez que a capital possui mais de um *campus* instalado.

A consulta aos PPC dos cursos ofertados pelo IFAM *campus* Manaus centro foi realizada no *site* institucional do instituto na *Internet*. Observou-se por meio da consulta que até o momento da coleta de dados (outubro de 2023) apenas dois cursos aderiram ao novo ensino médio e tiveram os PPC atualizados no ano de 2021, os cursos técnicos em Informática e em Edificações.

Na consulta ao PPC de informática, observou-se que o item nove trata especificamente sobre Biblioteca, e o subitem 9.1, instalações e equipamentos e Biblioteca. Nesse item aparece um breve histórico sobre a biblioteca do *campus* e sua estrutura física, modificada ao longo de mais de 80 anos de existência do IFAM. De acordo com o PPC de informática, a biblioteca possui um acervo bem diversificado contando com livros, mídias eletrônicas, produções acadêmicas, revistas em Braille e CDs, disponibilizando aproximadamente 36.140 itens para comunidade acadêmica.

Já o PPC do curso de edificações foi atualizado em 2020 de acordo com o novo ensino médio, trata da biblioteca no item 10.1, apresentando informações mais resumidas, sobretudo relacionadas ao quantitativo do acervo, a equipe que compõe a biblioteca e a estrutura física do local.

Nesse caso, observa-se que na elaboração do PPC de edificações não houve uma preocupação de apresentar a biblioteca de forma mais ampla, como sua estrutura, seu acervo, as atividades, os produtos, os serviços que oferecem ao público como um elemento significativo para o desenvolvimento do discente e dos saberes informacionais, que se constituem premissas básicas da infoeducação.

Por meio das informações coletadas tanto nos PPC dos cursos modificados pelo novo ensino médio como no site das bibliotecas do IFAM, foi possível observar que os elementos de políticas de informações e infoeducação não se apresentam de forma tão explícitas e desenvolvidas nesses documentos legais.

Passando para a análise na região Nordeste do Brasil, o estado com maior quantitativo de Institutos Federais é o estado do Ceará, nesse caso o Instituto Federal escolhido foi o Instituto Federal do Ceará (IFCE). O IFCE foi criado em 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais do Crato e do Iguatu, vinculado ao Ministério da Educação (Brasil, 2008). Possui atualmente 33 *campi* e oferta um total de 692 cursos[2] de acordo com a plataforma Nilo Peçanha (2022).

O *campus* escolhido para a pesquisa foi o *campus* Fortaleza, situado na capital do estado do Ceará, que possuia na época da pesquisa seis cursos técnicos integrados ao ensino médio. Todos os seis cursos atualizaram o PPC em 2020 de acordo com o novo ensino médio.

No PPC de todos os cursos do IFCE *campus* Fortaleza, a biblioteca é descrita de forma breve em apenas um parágrafo, que trata dos espaços de estudos individual e em grupo, o sistema informatizado, o acervo, a quantidade de livros a serem emprestados para professores e discentes e o horário de funcionamento.

A partir do exposto anteriormente, pode-se creditar por meio de consulta aos PPC do IFCE, uma incipiente presença de informações que versam sobre políticas de informação e o desenvolvimento de infoeducação nesses documentos que regem o ensino médio profissionalizante dentro das instituições do IFCE, o que dificulta a garantia de que tais propostas possam ser desenvolvidas na prática, comprometendo a formação crítica e libertadora, como propõe Paulo Freire (2011).

Na região Centro-oeste, o estado escolhido foi o Mato Grosso e o instituto contemplado foi o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) *campus* Cuiabá, Octayde Jorge da Silva.

O IFMT possui 19 unidades situadas na capital Cuiabá e no interior do estado do Mato Grosso. São os *campi* de Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande. Possui ainda cinco campi avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte.

O IFMT possui dois *campi* na capital do estado, o *campus* Cuiabá Octayde Jorge da Silva (OJS) e o *campus* Cuiabá Bela Vista. Para pesquisa foi escolhido o *campus* Cuiabá OJS por disponibilizar um maior número de cursos técnicos integrados ao ensino médio

O *campus* Cuiabá OJS reformulou três cursos de acordo com a nova reforma do ensino médio. Ao consultar os PPC dos cursos de eletrônica, eletrotécnica e eventos reformulados a partir do ano de 2019, no *site* institucional do IFMT, observou-se que os PPC citam a biblioteca de forma breve em apenas um parágrafo.

Os PPC dos cursos de eletrotécnica e de eletrônica utilizam o mesmo texto para mencionar a biblioteca, os títulos de livros que ela disponibiliza e as quantidades que possuem. No PPC do curso de eventos, observou-se informações referente ao acervo, as quantidades de obras, os serviços oferecidos e a área física disponível para utilização pela comunidade acadêmica.

Na região sudeste, o estado com maior número de *campi* do Instituto Federal é o estado de Minas Gerais, porém devido ao desmembramento dos Institutos Federias e criação de novas escolas neste estado fez com que os institutos se espalhassem pelo estado com diferentes nomenclaturas sendo no sudeste de Minas, (IF Sudeste MG), no norte de Minas (IFNMG), no sul de Minas (IF Sul de Minas), ficando apenas 18 unidades para o IFMG de acordo com a plataforma Nilo Peçanha, não atendendo ao critério da pesquisa de possuir maior quantitativo de campus e uma unidade situada na capital.

Assim a escolha da região sudeste foi pelo Instituto Federal de São Paulo, (IFSP) *campus* São Paulo.

O IFSP possui 41 unidades e oferece cursos técnicos, cursos de licenciatura, cursos de Formação Inicial Continuada (FIC)[extensão], cursos superiores de graduação em bacharelado e de tecnologias, além dos cursos de pós-graduação, *lato sensu* [especialização] e *stricto sensu* [mestrado] (Brasil, 2023, grifos do autor). O *campus* São Paulo foi escolhido para a pesquisa devido ao critério de se encontrar situado na capital do estado.

Dos oito cursos ofertados no IFSP *campus* São Paulo na época da pesquisa, dentre os disponíveis para consulta, apenas dois tiveram seus PPC reformulados. No caso, o curso integrado de Desenvolvimento de Sistemas e o curso integrado de Mecânica.

Na consulta aos PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Desenvolvimento de Sistemas e de Mecânica, foi possível perceber que a biblioteca se encontra descrita no item 14- Biblioteca. Trata-se da caracterização do local e dos serviços prestados à comunidade acadêmica, como empréstimos, devoluções, consultas ao acervo, renovação, elaboração de fichas catalográficas, orientações aos usuários e disponibilização de normas acadêmicas para realização de trabalhos.

Quando trata do acervo da biblioteca é informado que este se encontra automatizado e disponível por meio de endereço eletrônico (http://pergamum.biblioteca.ifsp.edu.br/). O acervo segue a política de desenvolvimento de coleções que norteia as atividades das bibliotecas do IFSP em relação às suas coleções e os objetivos institucionais.

Observou-se nos PPC pesquisados que foi informado sobre o acesso a acervos digitais, eletrônicos e virtuais para a comunidade, sobretudo os que estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e suas inúmeras possibilidades de acesso à informação científica.

Pode-se perceber que a identificação de indícios de algumas políticas de informação dentro dos PPC já se mostra como um diferencial dentro desse instrumento de política pública. É óbvio que se fazem necessárias ações no sentido de materializar tais políticas. Aun (1999, p. 3) destaca que “A construção de uma política de informação implica o que é verdadeiramente prioritário: a

articulação de medidas para que a sociedade se desenvolva de forma justa e democrática".

Na região Sul do país, o estado com maior número de *campi* do Instituto Federal é o estado do Paraná, porém ao realizar a pesquisa nos PPC dos cursos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Paraná (IFPR) *campus* de Curitiba, seguindo o critério de escolha da capital, observou-se que os PPC ainda não haviam sido reformulados de acordo com o novo ensino médio até o momento de nossa pesquisa (outubro de 2023), dessa forma seguindo o critério de reformulações nos PPC, foi escolhido, o segundo estado com maior número de institutos, o estado de Santa Catarina, e a instituição escolhida foi o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), situado na capital Florianópolis.

De acordo com dados do portal institucional do IFSC, esta instituição oferta cursos em mais de 30 polos de apoio presencial em Santa Catarina e nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Assim, o IFSC possui um total de 22 *campi* implantados, sendo espalhados nas regiões sul, região metropolitana, oeste, central e norte, e os *campi* são: Araranguá, Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Garopaba, Florianópolis-Continente, Palhoça Bilíngue, São José, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Caçador, Canoinhas, Lages, Urupema, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul – Centro, Rau e Joinville. O *campus* Florianópolis é o mais antigo da instituição e foi o que deu origem a toda a Rede IFSC.

O IFSC *campus* Florianópolis ofertava seis cursos técnicos na modalidade integrado ao ensino médio na época da pesquisa. Em consulta aos PPC disponíveis por meio do portal institucional, observou-se que apenas um curso passou por reformulações seguindo a nova reforma do ensino médio, o curso de Eletrotécnica.

A biblioteca encontra-se no item 5 do PPC – instalações e equipamentos. Essa seção se dedica especificamente sobre instalações físicas dos laboratórios do *campus* e sobre a biblioteca. Quando trata da biblioteca, o PPC apresenta informações sobre localização do setor, objetivos, área útil do setor, acervo, horários de atendimento, principais serviços, bases de dados digitais, sistema integrado de bibliotecas que pode ser acessado por meio do *site* (https://biblioteca.ifsc.edu.br/index.html). As informações sobre a biblioteca descritas de forma breve no PPC impossibilitaram de identificar se existem de fato implementação e realização efetiva de alguma política de informação e infoeducação na biblioteca do *campus* Florianópolis.

A Base Nacional Comum Curricular frente às políticas de informação

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento legal e normativo que rege a educação básica e os currículos escolares para a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. A BNCC é uma norma vinculada à implementação da reforma do ensino médio (Silva, 2018). Dessa forma, a Lei 13.415/17 determina que "o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos".

Seguindo a investigação deste trabalho sobre as políticas de informação e infoeducação nos documentos legais que regem o novo ensino médio, foi necessário investigar se a BNCC aborda em seu texto a necessidade do equipamento informacional biblioteca, informações sobre o desenvolvimento da leitura, a pesquisa e os profissionais que trabalham no ambiente da biblioteca, a saber, os bibliotecários e demais membros da equipe. Ao consultar sobre a presença da biblioteca na BNCC foram encontrados apenas dois resultados que remetem a presença deste equipamento informacional nas escolas. A primeira menção está no tópico: A área de ciências humanas.

Esse tópico defende que sejam valorizadas as experiências e os ambientes que podem proporcionar vivências aos estudantes, em diferentes espaços educativos extra sala de aula (Duarte, 2021).

O segundo trecho da BNCC faz referência à biblioteca no Processo de alfabetização – e se relaciona as habilidades do estudante em "Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e

compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura" (Brasil, 2017).

Sobre a questão da leitura, compreende-se que promover e incentivar a leitura são algumas das funções da biblioteca, apesar do conceito de leitura mencionado no documento legal da BNCC não estar ligado às funções da biblioteca nesses aspectos, o que deveria ser um tanto óbvio, devido a esta peculiaridade secular do equipamento biblioteca como um agente rico na promoção dessa experiência.

De acordo com Duarte (2021, p. 41) "a palavra leitura na BNCC é citada 461 vezes. Pela importância dada ao conceito, intrinsicamente a figura do bibliotecário deve fazer parte na construção desta habilidade que permeia a vida do indivíduo durante toda a sua trajetória, incluindo a escolar".

A leitura no contexto da BNCC se refere a um sentido mais amplo do termo, se refere não somente ao texto escrito, mas a outras características que este apresenta como as imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais (Brasil, 2017).

Observa-se que o papel educativo da biblioteca com sua potencial prestação de serviços de educação para o uso da informação mais uma vez não está referenciado nesse trecho da BNCC supracitado, que trata especificamente de leitura. A omissão da biblioteca na BNCC em trechos que falam exclusivamente da leitura torna as discussões em torno da importância desse equipamento informacional para a educação cada vez mais enfraquecida.

Ainda neste contexto soma-se a isso a lentidão na implantação da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, inviabilizando a legitimação e o reconhecimento do equipamento biblioteca para um melhor desempenho da educação.

Já sobre o item pesquisa na BNCC, aparece inicialmente em trechos que falam sobre o eixo leitura e práticas de linguagem.

Em outro trecho da BNCC, ao se referir a pesquisa, esclarece esse tema focando no tratamento da informação a ser recuperada/pesquisada e no uso das tecnologias, elemento tão presente na cultura dos estudantes na contemporaneidade.

Mais uma vez percebe-se que a figura do profissional bibliotecário não foi mencionada, mesmo quando se refere ao tratamento e organização da informação, itens tão presentes na profissão e relacionados ao fazer do bibliotecário. Parece que existe um desconhecimento da atuação dos bibliotecários nesse âmbito da seleção, tratamento, organização e recuperação da informação, fases intrinsecamente ligadas à pesquisa.

Nesse sentido, a ausência de políticas educacionais que incentivem a pesquisa atrelada à biblioteca e ao bibliotecário consequentemente demonstra a necessidade do desenvolvimento de políticas de informação. A biblioteca que participa do processo de ensino-aprendizagem do estudante colabora com desenvolvimento de habilidades para a pesquisa. Passos (2013, p. 27) corrobora sobre a importância do desenvolvimento da pesquisa nas bibliotecas.

Na busca por informações sobre os bibliotecários no documento da BNCC, não foi identificado nenhuma menção no texto, nem quando se refere a bibliotecas, mostrando que esse profissional sofre de invisibilidade em um documento de tão grande importância para a educação no país.

Para Duarte (2021, p. 40), [...] "ao se analisar a Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que a cultura da invisibilidade do bibliotecário mais uma vez se fortalece de maneira institucionalizada e governamental. Como já adiantado, não há menção sobre o bibliotecário no documento em questão".

Tal ausência reforça a urgência de um processo educativo que considere pensar elementos que contribuam para essa formação por meio do entrelaçamento de práticas dos diversos profissionais que compõem o processo de aprendizagem, tais como, professores, pedagogos, bibliotecários dentre outros profissionais que podem contribuir com seu conhecimento para uma educação de qualidade.

Considerações Finais

No presente trabalho foi investigado de que forma as reformas educacionais refletem nas políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação no Brasil.

Partindo da questão hipótese de que existe um desmonte na educação pública e na profissão dos bibliotecários que atuam nos Institutos Federais e que vem acontecendo de forma gradativa, por meio do avanço cada vez maior das tecnologias digitais e da implementação de reformas educativas neoliberais que limitam o desenvolvimento da educação e repercutem no trabalho dos profissionais que atuam nesses espaços, se faz necessário a título de conclusões deste trabalho, pontuar como este processo vem acontecendo com base nos achados da pesquisa.

Primeiro ponto é preciso considerar a partir do que foi investigado nos documentos legais dos Institutos Federais do Brasil que existe uma condição de trabalho precarizada, comprometida pela falta de investimentos na educação de um modo geral e nas bibliotecas, fruto de contingenciamentos e cortes orçamentários que refletem severamente no desenvolvimento de políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas e, consequentemente, na atuação dos bibliotecários, intensificando a desvalorização da profissão.

Nesse movimento, intensificado pelo avanço tecnológico cada vez maior, todos os espaços possíveis de atuação tornam-se potencialmente dependentes das tecnologias digitais de informação e comunicação que frequentemente se expandem e exigem qualificação constante para o trabalho.

Não se pode negar por outro lado que as tecnologias digitais vêm alterando cada vez mais a forma como as pessoas usam a informação e se apropriam dos signos, além de romper barreiras simbólicas e distâncias culturais, essas experiências ocasionam profundas transformações tanto para os profissionais bibliotecários que precisam se adequar aos novos formatos em que a informação é oferecida ao seu público de usuários, quanto para aqueles que recebem a informação mediada por meio dos equipamentos informacionais.

Daí que implica o metaconhecimento que auxilia nesse processo de conhecer o conhecimento (Passos; Pieruccini, 2021) além de desenvolver atitudes específicas para se apropriar da informação no ambiente digital, uma realidade que não se pode fugir.

O segundo ponto diz respeito às profundas transformações ocasionadas pelas tecnologias digitais que impactam no acesso e no uso da informação muitas vezes de forma indiscriminada, sem responsabilidade ética, crítica e consciente, oferecendo dentre as várias consequências um retrocesso no campo da formação humana, indicando a necessidade da práxis libertadora freiriana, discutida em alguns momentos deste trabalho, relacionando-a sobretudo à infoeducação de Perrotti, que evidencia a urgência de uma formação humanística, emancipatória e libertadora pautada no desenvolvimento cognitivo, cultural, ético e político do sujeito que vem ao encontro da perspectiva de formação humana e integral ofertada pelos Institutos Federais de Educação em sua proposta principal.

O terceiro ponto se refere à formulação das mais recentes políticas educacionais, que tomam forma por meio da reforma do ensino médio e da Emenda Constitucional 95 do teto de gastos, que visam a diminuição e a regressão dos direitos sociais (Moura; Lima Filho, 2017), bem como uma educação puramente tecnicista que tem como pano de fundo formar jovens para uma rápida inserção no mercado de trabalho pautada na pedagogia das competências.

Considera-se que, a exposição sobre os achados nos documentos legais, por meio da análise da BNCC, e da amostra realizada em 14 PPC de cursos técnicos integrados ao ensino médio dos IFs de todas as regiões do Brasil, demonstra ainda os frágeis laços entre a informação e a educação, ou seja, o que se percebe é que, a ausência do reconhecimento da biblioteca e dos profissionais bibliotecários nesses documentos legais só aumenta a fissura entre biblioteca e educação, bem como fortalece a permanência da cultura do difusionismo informacional, levando a crer que a consolidação das políticas de informação e da infoeducação ainda caminham de forma incipientes em direção ao que se propõe que é

a formação no campo da informação em uma perspectiva emancipatória do sujeito, pautada na pedagogia de Paulo Freire.

Diante disso, a hipótese da pesquisa ganhou um novo elemento, qual seja, a forma desarticulada com que os novos PPC reformulados pela reforma do ensino médio e os profissionais da educação recebem informações sobre esses novos elementos e implementam nas bibliotecas, demonstra e confirma que as reformas não foram apresentadas à comunidade educacional para discussão, e vem sendo implementadas de forma desarticulada e sem nenhum diálogo com a comunidade escolar. Isso evidencia um aspecto impositivo e autoritário que já se fazia presente nos textos base das reformas e assim são concretizados na prática.

Quanto aos caminhos/perspectivas para novos estudos que a pesquisa apresenta, aponta-se como recomendação para trabalhos futuros a criação de um modelo ou programa infoeducacional para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, baseado nas diretrizes propostas pela infoeducação, em diálogos constantes com os profissionais que atuam nessas instituições de ensino por meio de agendas de pesquisa, discussão da proposta, testagem e aplicação *in loco* para adequação a cada realidade.

Referências

Aun, M. P. (1999). A construção de política nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. Ciência da Informação, 28(2), 1-9. https://www.scielo.br/j/ci/a/8NzCHdQ9ct8Lhd7Zb5ZnQ9J/?lang=pt#.

Brasil (2017). Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20 15-2018/2017/Lei/L13415.htm.

Duarte, Y. M. (2021). A Base Nacional Comum Curricular e as possibilidades para a biblioteca escolar. Revista eletrônica da ABDF, 5(1), 29-47. https://cip.brapci.inf.br/download/ 166244.

Freire, P. (1982). Considerações em torno do ato crítico de estudar. Em Freire, P. (Eds.) Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. (pp. 9-12). Paz e Terra.

Freire, P. (1989). A importância do ato de ler em três artigos que se completam. Autores Associados.

Freire, P. (1992). Educação como prática da liberdade. Paz e Terra.

Freire, P. (1997). Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Paz e Terra.

Freire, P. (2011). Pedagogia do oprimido. Paz e Terra.

Freire, P. (2021). Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. Paz e Terra.

International Federation of Library Association (IFLA). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (2016). Diretrizes da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar. https://www.docsity.com/pt/ diretrizes-da-biblioteca-escolar/5437129/pdf.

Lourenço Filho, M. B. (1944). O ensino e a biblioteca. Imprensa Nacional.

Mello, M. S. de V. N. (2009). De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história. Manaus editora.

Moura, D. H., Lima Filho, D. L. (2017). A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. Revista Retratos da Escola, 11(20), 109-129. http//www.esforce.org.

Moura, D. H.; Benachio, E. C. (2021). Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. Revista Trabalho Necessário, 19(39), 163-187. https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479/29251.

Paixão, A. E. (2023). A Lei nº 13.415/2017 e a educação profissional: uma análise dos caminhos da reforma nos Institutos Federais. [dissertação de doutoramento, Universidade Federal do Paraná]. https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/83220.

Passos, M. P. (2013). O ato lúdico de conhecer: a pesquisa como um processo dialógico de apropriação de dispositivos informacionais e culturais. [tese de mestrado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07022014154238/publico/MarcosPauloPassos.pdf.

Passos, M. P., Pieruccini, I. (2021). Mediação cultural e infoeducação: construção de saberes e

conhecimento. Em Couzinet, V., Marteleto, R. (Eds.). Dossie Études de communication (pp. 39-56). https://journals.openedition.org/edc/13974.

Sousa, M. E. P., Freire, G. H. A. (2022). Infoeducação nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. Informação & Informação, 27(1), 51–81. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43651/pdf.

Perroti, E. (2016). Mediação cultural: além dos procedimentos. Em Salcedo, D. A. (Eds.) Mediação cultural. Pedro & João Editores, https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002789163.pdf.

Perroti, E. (2016). Infoeducação: um passo para além do científico-profissional. Informação e Profissões, 5(2), 04-31. http:www.uel.br/revistas/infoprof/.

Perroti, E. (2017). Sobre informação e protago-nismo cultural. Em Gomes, H. F., Novo, H. F. (eds.). Informação e protagonismo social. EDUFBA (pp. 11-26). https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33742.

Perroti, E. (2006). Estação Memória. Em Worcman, K., Pereira, J. V. (eds.). História falada: memória, rede e mudança social. SESC/SP (pp. 127-136). https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1074497/mod_resource/content/1/LEITURA%20COMPLEMENTAR%20-%20Livro%20-%20Hist%C3%B3ria%20Falada.pdf..

Perroti, E. (2021). Do direito à cultura letrada: cartas de Maria da Graça Teixeira. Livro - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição. 1(9/10), 557-574.

Perroti, E., Pieruccini, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. Em Lara, M.L.L, Fujino, A., Noronha, D.P. (eds.) Informação e contemporaneidade: perspectivas. Néctar (pp. 47-96).

Pieruccini, I. (2004). A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação. [dissertação em doutoramento, Universidade de São Paulo]. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_4fe2df860600eb9b73a61b9b05dcd88d.

Rasteli, A., Cavalcante, L. E. (2014). Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 19(39), 43-58. https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43603.

Scapechi, W. (2009). Saberes informacionais na educação superior: um estudo exploratório com estudantes universitários. [tese de mestrado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21102009-120342/publico/Dissertacao.pdf.

Scapechi, W. (2018). Os saberes informacionais e as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo: um estudo exploratório. Seminário FESPSP, 7. https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVII/GT_6/Wanderson_Scapechi.pdf.

Silva, M. R. (2018). A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, 34. https://www.scielo.br/j/edur/a/v3cqz8tbtt3jvts7jdhxxzk/?Format=pdf&lang=pt.

A ONTOLOGIA DA CAIXA PRETA

Antonio Mario Banchik, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), https://orcid.org/0009-0006-2281-6790, Brasil, *ambanchik10@gmail.com*

Gustavo Henrique de Araújo Freire, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), https://orcid.org/0000-0002-9296-2340, Brasil, *gustavofreire@facc.ufrj.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6706

Eixo: Perspectivas Epistemológicas

Introdução

Em 2004, a equipe da Oxford lançou a Palavra Oxford do Ano, prática que elege uma palavra entre os falantes da língua inglesa que possua, no ano referente, maior relevância histórica e social. Inspeções como essa possuem como intrínseco valor o reflexo das temáticas culturais mais influentes no espaço temporal que constitui um ano, e acompanham necessariamente os acontecimentos desvelados pelo mesmo.

Conforme o ambiente informacional e tecnológico chamado de internet cresce em alcance e intensidade, significando que mais pessoas a utilizam por cada vez mais tempo, é de se esperar que entre as práticas que validam a escolha das "palavras do ano", encontra-se o uso de softwares que captam os registros que nela se fazem disponíveis. Dialeticamente, o crescente uso da internet e de outras tecnologias de informação e comunicação (TIC) impactam severamente na escolha dessas palavras.

Com efeito, não é de espantar que, ao considerar todo o contexto informativo deste início de século, a palavra do ano de 2024 escolhida pela *Oxford University Press* (2024) tenha sido "*brain rot*", definida como "a suposta deterioração do estado mental ou intelectual de uma pessoa", especialmente em decorrência, acordando com o *site*, "do consumo excessivo de material (agora particularmente conteúdo online) considerado trivial ou pouco desafiador"

Para efeito de comparação, reportagens nacionais de veículos como O Globo (2024) e CNN Brasil (2024) divulgaram a palavra "ansiedade" como eleita palavra do ano do Brasil, segundo pesquisa realizada pela CAUSE, junto ao Instituto de Pesquisa IDEIA e PiniOn.

Embora os meios de pesquisa utilizados para a eleição das referidas palavras não sejam necessariamente os mesmos, é muito possível identificar razões que as associem, ou mesmo estabelecer entre elas uma relação de causa e efeito, a partir do uso crescente da internet. Seus usuários, entretanto, na enorme maioria das vezes, não tem conhecimento de todos os impactos em suas vidas que decorrem deste uso, como o destino dos dados que nela incessantemente depositam, além de não terem total conhecimento de como funcionam suas infraestruturas físicas ou digitais e considerarem seus algoritmos entidades distantes — embora possuam, todavia, enorme poder de influenciar aquilo que o usuário vê, escuta ou até mesmo pensa.

Com o avanço das inteligências artificiais generativas, o termo "caixa preta" passou a integrar o vocabulário comum no que tange ao processo como os algoritmos funcionam, dentro desta, de forma misteriosa ao usuário, justificando a presença do termo no título deste trabalho. Todavia, os objetivos aqui são, para além de estabelecer conexões entre a adicção ao ambiente digital, realizar uma investigação de como essas tecnologias sustentam estruturas de subordinação que, embora se apresentem de forma opaca, tornam-se mais evidentes quando analisadas sob um prisma decolonial.

Assim, considerando-se as práticas coloniais como um início do processo de subordinação referido e as palavras do ano "ansiedade" e "*brain rot*" como implicações dessa, a partir de configurações tecnológicas atuais, o aspecto primordial neste trabalho deve ser a ponte conceitual que realiza tal conexão, separando o fabricante soberano das

tecnologias utilizadas como meio de manutenção do usuário subordinado.

Para tal, parte-se do pressuposto que a exploração massiva de dados pessoais consolida uma forma de colonialismo em que o usuário dessas tecnologias é desprovido de agência. É defendido o argumento de que as categorias kantianas de fenomenicidade e numenicidade — utilizadas com certa flexibilidade —, quando relacionadas à informação no contexto digital, auxiliam a compreender esta separação epistemológica entre fabricantes e usuários, mostrando como a separação entre as experiências diretas dos primeiros e indiretas dos segundos têm seus reflexos substanciados em dinâmicas de poder e na perpetuação de suas assimetrias.

Busca-se, portanto, demonstrar que tais tecnologias consolidam uma lógica de exploração baseada no extrativismo de dados, que reforça as hierarquias globais e suas desigualdades históricas.

Referencial Teórico

A construção teórica visa articular quatro eixos principais: (1) a filosofia de Kant, a partir da distinção entre o fenômeno e o númeno para distinguir filosoficamente a experiência direta do fabricante das tecnologias daquela indireta de seus usuários; (2) o paradigma cognitivo da informação defendido por Rafael Capurro — que interpreta a virada cognitiva abordada por autores clássicos do campo como Belkin, Brookes e Ingwersen —, uma vez que pode-se observar uma relação entre a informação e sua numenicidade presente nestas teorias; (3) os estudos decoloniais, que, a partir de obras de Ramón Grosfoguel e Paola Ricaurte permitem associar o uso das TIC contemporâneas às noções de extrativismo, através de uma mediação que representa a evolução do paradigma pós-positivista que demarca o solo epistemológico do *big data*; (4) o ”novo realismo” e a “documedialidade”, de Maurizio Ferraris, através de ponderações valiosas de Maria Nélida González de Gómez, relevantes para compreender os documentos e os registros digitais como agentes ontológicos que moldam diferentes realidades sociais e políticas.

Em vias de analisar tais realidades que consolidam o poder de poucos sobre muitos, pensamentos de Álvaro Vieira Pinto e Marco Schneider serão valiosos: ambos estabelecem como a ciência é marcada pela cisão entre nações dominantes e periféricas, destacando como os avanços científicos concentram-se geograficamente. Tais aportes tornam-se fundamentais em vias de construir uma crítica decolonial.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa empregou uma abordagem de natureza qualitativa e exploratória, com ênfase na interdisciplinaridade a partir do foco em três eixos: a relação entre fabricante e usuário de tecnologias, a despossessão de dados como uma prática extrativista e colonial e os impactos ontológicos das TIC contemporâneas por essa desvelados.

A análise de conteúdo concentrou-se na identificação de categorias conceituais chaves (fenômeno, númeno, extrativismo) e em dinâmicas de poder epistêmico e ontológico. Para tal, os critérios de seleção seguiram uma diversidade geográfica com autores do Norte e do Sul Global, além de relevância histórica através de obras clássicas da filosofia e da Ciência da Informação, em diálogo com trabalhos atuais. A triangulação entre essas diferentes tradições teóricas e epistemológicas garante robustez interpretativa ao trabalho, permitindo compreender a contribuição de cada corrente para o desenvolvimento de seus objetivos.

Por conseguinte, a análise de conteúdo adotada se aplica a um corpus diversificado que abrange textos filosóficos — a exemplo da Crítica da Razão Pura de Kant —, clássicos da Ciência da Informação, entre os quais constam obras de Capurro, Brookes e Belkin, e de abordagem decolonial, a partir de Grosfoguel e Ricaurte. Complementarmente, foram examinadas fontes primárias, como os documentos recém lançados pelo encontro dos BRICS no Rio de Janeiro e artigos de notícias referentes aos casos que envolvem as sanções impostas pelo ministro do STF brasileiro, Alexandre de Moraes às plataformas X e *Rumble*, através de veículos de notícias amplamente consumidos no país. Dessa forma,

foi permitida uma integração entre teoria e fenômenos atuais que enriquece a análise.

Resultados Parciais ou Finais

Embora tenha sido escrita na década de setenta e descoberta tardiamente, a obra "O Conceito da Tecnologia", de Álvaro Vieira Pinto (2005) apresenta passagens que ainda atualmente refletem com incrível precisão e profundidade a relação entre homem, informação, técnica e tecnologia, além de descrever com exímio rigor histórico seus desenvolvimentos e interrelações. Por esta razão, antes de procedermos às análises mais específicas do campo da Ciência da Informação e de suas relações com o pensamento kantiano, faz-se valioso recorrer ao pensador brasileiro:

> Pouco importa ser fato evidente, e aliás confessado, que as criações técnicas de significativo porte, capazes de influir sobre os rumos do progresso e a produção dos bens de uso, só se originam em restritas áreas nacionais dominantes, e nestas sejam promovidas por grupos economicamente privilegiados, que delas auferem todos os proveitos. Para tentar obscurecer a evidência dos fatos, busca-se incutir na mentalidade das nações periféricas a crença de que esse é o mecanismo natural e inevitável do progresso, a forma de que, para os homens e as nações, se reveste a lei biológica da seleção dos mais fortes. Não tem sentido, por conseguinte, imaginar uma comunidade universal onde todos os povos pudessem gerar, em igualdade de condições, as criações da ciência e da técnica. Estas, por necessidade, exigem concentração de recursos econômicos e intelectuais, implicam a concentração geográfica. Noutras palavras, os avanços superiores da cultura científica só podem ter lugar nas áreas dominantes (Vieira Pinto, 2005, p. 43).

Mesmo que, durante o período em que Vieira Pinto escreveu o fragmento acima, já estivessem em andamento importantes estágios de transição nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), estas estavam longe do impacto que possuem hoje, quando a sociedade científica se deslumbra com as descobertas da chamada "Segunda Onda Quântica" — como exemplo o chip quântico lançado pela *Google*, que, como divulgado pela *BBC News* (2024), "leva cinco minutos para resolver um problema que atualmente os supercomputadores mais rápidos do mundo levariam dez septilhões ou (10.000.000.000.000.000.000.000.000, ou 10 elevado à vigésima quarta potência) de anos para completar". Não obstante, a separação epistemológica sugerida pelo autor entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas permanece cirúrgica.

Marco Schneider (2015), em "A Dialética do Gosto", dedica um capítulo para discorrer sobre as relações entre ética, política e epistemologia, em que é possível traçar pontos de convergência com o fragmento trazido acima. O autor argumenta que a "verdade científica" é sempre dotada de uma parcialidade, quando infere-se que é construída por sujeitos históricos que operam em um campo epistêmico que se situa em uma determinada ordem socioeconômica. Sobre a parcialidade inerente aos interesses dos que Vieira Pinto chama ironicamente de "mais fortes", aponta que "essa parcialidade necessária pode vir camuflada sob uma falsa objetividade universal (abstrata) ou pode estar explícita, sendo neste último caso política e teoricamente assumida em sua perspectiva particular da totalidade".

O "mecanismo natural e inevitável do progresso", descrito por Vieira Pinto, é aquilo que Schneider chama de "falsa objetividade universal", e o que assemelha ambos é o exercício dissimulado do cinismo que caracteriza a chamada parcialidade. Em seguida, Schneider deixa claro que "tal parcialidade deriva, em outras palavras, do bom e velho ponto de vista de classe". É bem verdade que o autor se refere, em seu argumento, à verdade científica. Considera-se aqui, porém, que a ciência está intimamente associada ao avanço no desenvolvimento das TIC, pois ambas se interligam intrinsecamente através da informação, indispensável para o desenvolvimento científico. A ciência, por sua

vez, contribui também para o avanço tecnológico da informação e suas tecnologias.

A análise destes pontos torna-se proveitosa para apresentar um indício do uso das tecnologias como ferramentas utilizadas para promover uma continuidade epistemológica na relação entre colonizador e colonizado, especialmente quando Vieira Pinto deixa claro que "os avanços superiores da cultura científica só podem ter lugar nas áreas dominantes" (Vieira Pinto, 2008, p. 43).

Paola Ricaurte (2019) ajuda a esclarecer como tal continuidade permanece, quando afirma que o solo epistemológico do momento histórico atual é formado pela *Big Data*, e que esta epistemologia representa uma evolução do paradigma pós-positivista baseando-se em três suposições: "(1) os dados refletem a realidade, (2) a análise de dados gera o conhecimento mais valioso e preciso, e (3) os resultados do processamento de dados podem (e devem) ser utilizados para tomar melhores decisões sobre o mundo" (p. 351, tradução nossa).

A menção da autora sobre o paradigma pós-positivista, em conjunto com as suposições que tece a partir dele, abre um horizonte hermenêutico que permite entender a íntima relação entre a corrente filosófica pós-positivista e o uso dos dados no contexto atual. Para os filósofos que compunham tal corrente, como exemplo emblemático o Primeiro Wittgenstein em seu *Tractatus-Logicus-Philosophicus,* publicado em 1921, consideravam que a lógica da linguagem deveria tratar e solucionar todos os problemas filosóficos. Mauro Lúcio Leitão Condé (1998) afirma que "a função principal do *Tractatus* constitui-se, dessa forma, em investigar o que pode ser dito claramente, isto é, investigar o que pode ser expresso sem erros pela linguagem" (p. 49).

Embora a *Big Data* seja vista como uma evolução desse paradigma, para Ricaurte, ela herda a crença na possibilidade de conhecer a realidade por meio de métodos sistemáticos, com uma racionalidade quase matemática. Esse modelo, que segundo a autora é sustentado por infraestruturas de conhecimento desenvolvidas por corporações e centros de pesquisa localizados principalmente nos países ocidentais, é fundamentado em um processo de colonização que ocorre através dos dados por sua despossessão (Ricaurte, 2019).

A palavra despossessão ilustra bem o que ocorre no chamado "colonialismo dos dados". Poder-se-ia ter optado pelo uso de "expropriação", mas esta sugere, em muitos casos, uma retirada (nesse caso, dos dados) explícita e formal, que muitas vezes possui justificação legal ou política. "Exploração", por sua vez, supõe conhecimento prévio daquilo que é explorado, o que pode acontecer de forma consentida ou não. Demonstra-se crucial, inobstante, a escolha de "despossessão", primordialmente pelo fato último de que aquilo cuja posse é perdida nunca esteve sob total e transparente controle daquele que é despossuído.

É justamente a dicotomia entre transparência e opacidade que oferece interessante oportunidade de recorrer às categorias kantianas de fenômeno e número para situar como estas se relacionam, respectivamente, na epistemologia dominante, ao usuário das tecnologias despossuído de seus dados e ao fabricante que destes toma posse. Todavia, antes de empreender tal relação, é incontornável para a argumentação que se tece, sublinhar algumas diferenças fundamentais entre o conhecimento do usuário e o conhecimento do fabricante, dentro do contexto informacional contemporâneo.

Introduzindo um texto em que defende o construcionismo, Luciano Floridi (2017) faz ampla contextualização histórica sobre a importância da encruzilhada filosófica entre o conhecimento do usuário e o conhecimento do fabricante. O autor, relevante no campo da Ciência da Informação, traça um paralelo histórico que contextualiza ambos os tipos de conhecimento, partindo da filosofia de Platão, que privilegia o conhecimento do usuário, para argumentar que não deve haver um descarte do conhecimento do fabricante:

> Quem, se não for um filósofo, poderia crer e argumentar que o fabricante de um artefato o conhece menos do que seu usuário? Experimente da próxima vez que seu carro estragar e precisar de reparo. Platão estava certo ao sublinhar a importância de ambos os

> tipos de conhecimento, e se equivocou (e por razões equivocadas) ao argumentar que o conhecimento do usuário deveria ser preferível ao dos fabricantes (Floridi, 2017, p. 279, tradução nossa).

O que leva Floridi a ressaltar, a partir do construcionismo, o papel do conhecimento do fabricante deriva de pelo menos dois pontos essenciais e complementares: o primeiro ponto retrata o poderio ontológico que o autor concede à informação, através da maneira como estrutura e organiza a interação humana com o mundo, configurando práticas e produzindo significados:

> Se o conhecimento genuíno é o conhecimento da natureza intrínseca do objeto conhecido (conhecimento da ontologia do conhecido) e, se não há aquisição inata de tal plano, então conhecer um fenômeno, um artefato ou, em nosso caso, obter informação e ser capaz de explicá-la, significa ser capaz de produzi-la e reproduzi-la, montá-la e desmontá-la, construí-la e desmantelá-la, melhorá-la e responder perguntas sobre ela, e tudo isso pelas razões corretas. Para que o conhecimento seja possível, a mímese deve ser substituída pela poiesis (Floridi, 2017, p. 280, tradução nossa).

A informação, para o autor, é responsável por uma espécie de reconfiguração do mundo. O fator complementar que confere a essa um estado de centralidade ontológica é, entretanto, a consagração que recebe a partir das tecnologias atuais de informação e comunicação, tendo como sumário exemplo os dados coletados no ambiente digital. Em passagem breve, Floridi assevera que "as sociedades de informação em que vivemos são sistemas neo-manufatureiros nos quais o manejo especializado e inteligente de dados e informação é a principal ocupação de valor agregado da maioria da população ativa". O segundo ponto que destaca, nesse contexto, a importância do conhecimento do fabricante e que o distancia, por consequência, do conhecimento do usuário, é o controle desses dados e as infraestruturas de coleta e organização dos mesmos:

> É difícil concordar com Platão quando ele sustenta que os usuários conhecem seu iPhone melhor do que a Apple, ao menos sem acrescentar várias qualificações. E é impossível estar de acordo com ele quando diz que os usuários da Wikipedia conhecem melhor a informação a que acessam do que aqueles que a geraram em primeiro lugar. Isso é uma *reductio* (Floridi, 2017, p. 279, tradução nossa).

De volta às categorias kantianas e mantendo em foco as considerações de que (1) o solo epistemológico contemporâneo é formado pelo Big Data, (2) cujas maiores corporações envolvidas em seu tratamento estão localizadas em áreas dominantes do contexto socioeconômico atual, sugerimos aqui que o fabricante interage com as tecnologias e a informação de forma fenomênica. Isso porque sua posição em relação a essas (as TIC) envolve necessariamente uma manipulação prática e técnica, compreendendo como os sistemas e suas infraestruturas são construídos e gerindo seu funcionamento. Em contrapartida, o usuário frequentemente lida com a tecnologia como algo em dado, uma "coisa em si", que está pronta para o uso e o auxilia das mais diversas maneiras, embora na grande maioria das vezes não tenha pleno conhecimento de como. Todavia, tal uso das categorias kantianas merece alguns apontamentos.

É com o objetivo de esclarecer o porquê da utilização, nesta pesquisa, da filosofia de Kant, e direcionar a análise presente, que recupera-se em seguida um fragmento da "Crítica da Razão Pura" (1980), que trata especificamente da definição do número, ou "*noumena*":

> Tal conceito é, além disso, necessário para não estender a intuição sensível até as coisas em si mesmas e, portanto, para restringir a validez objetiva do conhecimento sensível (pois as demais coisas, que a intuição sensível não alcança, são denominadas *noumena*, para com isso indicar que aqueles

> conhecimentos não podem estender a sua região a tudo o que o entendimento pensa). Em conclusão, porém, não se pode absolutamente entrever a possibilidade de tais *noumena*, e o âmbito além da esfera dos fenômenos é (para nós) vazio, isto é, nós possuímos um entendimento que se estende problematicamente para além daquela esfera, mas não possuímos nenhuma intuição, antes, nem sequer o conceito de uma possível intuição, pela qual nos sejam dados objetos fora do campo da sensibilidade e o entendimento possa ser utilizado assertoriamente para além desta (Kant, 1980, p. 209).

Se o mundo dos fenômenos é o que pode ser percebido através da experiência e sensibilidade humanas, resta ao mundo dos números a realidade possível de ser apenas conjecturada, mas não alcançada pela percepção tátil. A distinção entre essas duas categorias kantiana se torna valiosa para a análise aqui tecida, no mais fidedigno sentido deleuziano de considerar da filosofia como criadora de conceitos para articulá-los, de acordo com o filósofo francês, cortando os acontecimentos e recortando-os a sua maneira, pois a "grandeza de uma filosofia avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos torna capazes de depurar em conceitos" (Deleuze, 1992, p. 47).

Portanto, é necessário para a interpretação de nossa pesquisa esclarecer que a aplicação de tais categorias kantianas ao domínio da tecnologia e da informação deve ser vista mais como uma extensão metafórica, justificada pela concepção deleuziana da filosofia e dos conceitos filosóficos, do que uma explanação filosófica rígida. Assim, a análise feita adapta a distinção kantiana entre o fenômeno e o número não para propor uma verdade metafísica sobre a tecnologia, mas para dar luz à divisão epistemológica entre os que projetam e fabricam os sistemas tecnológicos e aqueles que apenas interagem com eles. O número funciona, dessa forma, como um marcador da essência oculta e inacessível da tecnologia para seus usuários, enquanto o fenômeno representa a superfície tangível e manipulável que detêm seus criadores.

Tal exercício abre a janela de iluminar acontecimentos atuais sob esse específico prisma kantiano tão caro à filosofia, como o reconhece Schopenhauer (1999): "O maior mérito de Kant é a distinção entre o fenômeno e a coisa em si" (p. 120).

Embora trazida para o campo de análise no contexto atual das TIC, concepções da informação ligadas ao número foram muito presentes em trabalhos tradicionais no campo da Ciência Informação, principalmente entre aqueles dos chamados "cognitivistas", no início dos anos setenta, que representam, de acordo com o pensamento de Rafael Capurro (1991, 2003) o "paradigma cognitivo", em distinção aos paradigmas "físico" e "social".

Como essência do pensamento destes autores, entre os quais se destacam Belkin (1976, 1980), Brookes (1980, 1981) e Ingwersen (1984), Capurro (1991) argumenta que "a virada cognitiva busca a relação intrínseca entre o conhecedor humano e seu conhecimento potencial" e afirma posteriormente que essa "virada" faz com que o "conhecimento se torne, ainda mais enfaticamente, um mundo em si mesmo" (p. 6, tradução nossa).

Ora, assim como a "coisa em si" é utilizada muitas vezes como sinônimo do número kantiano, fica esclarecido, por conseguinte, a forma como a informação assume, para esses pensadores, uma entidade de estrutura que é alheia à percepção humana, sendo autônoma e existente em si mesma, até que seja interpretada posteriormente, alterando assim a configuração cognitiva do receptor. Tais considerações ficam claras, por exemplo, na afirmação de Belkin e Robertson (1976), de que "informação é aquilo que é capaz de transformar estruturas" (p. 197, tradução nossa). No mesmo trabalho, apontam que "os fenômenos fundamentais da ciência da informação são deduzidos: o texto e sua estrutura, a estrutura do receptor e as mudanças nessa estrutura, e a estrutura do emissor e a estruturação do texto" (p. 197, tradução nossa).

O conceito dos Estados Anômalos de Conhecimento (ASK), posteriormente desenvolvido também por Belkin (1980) é

indispensável para entender como a informação é considerada por estes cientistas. Em artigo que trata de explicar esse conceito, como uma base para a recuperação da informação, recorre a Gernot Wersig:

> Wersig (1971) sugeriu que o que subjaz ao conceito de necessidade de informação é o reconhecimento pelo indivíduo de uma situação problemática. Esse reconhecimento pode ser interpretado como o modelo de algum aspecto do mundo externo e de sua posição nele em relação a alguma situação particular. O aspecto problemático é que o indivíduo reconhece que o modelo é insuficiente, geralmente em termos de alguns objetivos desejados, e sabe que é necessária informação para reduzir a incerteza, por exemplo (Belkin, 1980, p. 44, tradução nossa).

Belkin, em seguida, argumenta que o usuário — nesse caso, de um sistema de recuperação da informação, análogo à internet, nos dias de hoje — recorre a algum aspecto do seu conhecimento e percebe-o como inadequado. A percepção desta inadequação seria uma conscientização de seu Estado Anômalo do Conhecimento, fomentando o usuário a buscar o conhecimento que, enfim, se adeque às suas necessidades. Aqui, nessa explícita relação entre informação e conhecimento, faz-se válido recorrer à Bertram Brookes (1980) e sua "equação fundamental":

> Qual é a relação entre informação e conhecimento? Eu considero o conhecimento como uma estrutura de conceitos ligados por suas relações e a informação como uma pequena parte de tal estrutura. A estrutura de conhecimento pode ser subjetiva ou objetiva. Há alguns anos atrás, expressei essa relação pelo que chamo "equação fundamental": $K[S] + \Delta I = K[S+\Delta S]$ que afirma, de maneira muito geral, que a estrutura de conhecimento K[S] é alterada para a nova estrutura modificada $K[S+\Delta S]$ pela informação ΔI, com o ΔS indicando o efeito da modificação (Brookes, 1980, p. 131, tradução nossa).

> É no uso da informação ΔI, no contexto tecnológico, como uma espécie de tradutor numénico da realidade que situa-se o pensamento de Maurizio Ferraris (2020). O autor estabelece como a tecnologia se relaciona com a epistemologia e a ontologia, defendendo que a primeira faz uma espécie de mediação entre as outras, através de interpretações que "usam esquemas e geram fatos" (p. 21).

Maria Nélida González de Gómez (2021) evoca o trabalho de Ferraris para dar ênfase, dentro do novo realismo que o autor italiano propõe, ao conceito de documedialidade.

> A documedialidade é apresentada como a fase presente de uma sequência de transformações, em princípio visualizáveis em suas manifestações econômicas, partindo do capital industrial, a fins do século XVIII, caracterizado pela produção de mercadorias, com fábricas ruidosas e trabalhadores alienados, e seguido pelo capital financeiro, gestado no alvoroço dos operadores do mercado de valores (González de Gómez, 2021, p. 38).

> Tal configuração do capital, ainda de acordo com o pensamento de González de Gómez, "resulta da agregação da força dos documentos, à automação de sua produção e à horizontalidade das relações comunicacionais ancoradas na disponibilidade da Web" (2021, p. 39). Tais documentos são tratados por Ferraris como registros presentes no ambiente das TIC, entre os quais deve-se considerar toda a informação gerada, inclusive em seu formato de dados. A documedialidade, portanto, deve ser entendida como um modelo econômico que, para além da economia, consagra à informação um poder organizador deôntico em âmbitos também sociais e

políticos, sendo tarefa do Novo Realismo defendido pelo autor reconhecer sua potência agentiva, autônoma e ontológica.

É sustentando essa realidade que González de Gómez argumenta que o Novo Realismo faz dos traços, registros, documentos e novas medialidades “grandes categorias metafísicas, suficientes em escopo e abrangência para descrever em sua totalidade o que é real" (2021, p. 25). Assim como os cognitivistas, portanto, o pensamento de Ferraris descreve a informação como algo que organiza e estrutura a realidade, o que dialoga com o pensamento de Floridi, anteriormente mencionado, uma vez que este também considera a informação como algo que reconfigura a realidade.

Apesar de ambos chegarem à conclusão de que a informação é dotada de um papel central ontológico na construção da realidade, o foco argumentativo mais relevante para a análise neste trabalho encontra-se mais na diferença com que os autores abordam seus argumentos do que os pontos onde convergem. Ferraris argumenta que a documedialidade possui um papel organizador sobre o mundo social, através de seus registros e documentos (González de Gómez, 2021, Ferraris, 2020). Floridi (2016), por sua vez, sugere, em sua defesa do construcionismo, que a informação reconfigura o mundo ao ser produzida, reproduzida, montada, desmontada etc. Enquanto o primeiro dá luz ao papel organizador, existencial e deôntico desses documentos, o segundo a direciona à manipulação destes.

Reside, portanto, justamente nesses enfoques, as características que permitem ligar ao fabricante das tecnologias seu domínio sobre o usuário, assim como a oportunidade de enxergar essa cisão epistemológica através de uma lógica colonialista.

A partir do construcionismo de Floridi e da compreensão que se alicerça sobre este, reforça-se o argumento de que aqueles por detrás das infraestruturas coletoras e organizadoras de dados possuem em relação a estes uma interação fenomênica, pois são os que escrevem seus algoritmos, constroem e projetam seus protocolos, suas instalações digitais e físicas, entre as que constam enormes cabos submarinos e centros de dados. Instalações estas muitas vezes esquecidas pelo usuário que, por outro lado, interage com os sistemas em uma camada superficial dos fenômenos visíveis, cuja infraestrutura e processos internos subjacentes permanecem longe de seu alcance.

A configuração informacional e tecnológica vigente, sustentada pelo capital que Ferraris (2020) denomina documedial solidifica as considerações previamente desenvolvidas de Vieira Pinto (2005) e Schneider (2015), sobre as relações entre a classes dominantes e os países periféricos, subdesenvolvidos, e a parcialidade objetiva envolvida nessa separação, sobretudo quando trata-se do avanço tecnológico.

Nas condições acima descritas, o deslocamento epistemológico e ontológico entre os fabricantes das tecnologias e seus usuários ganha interessantes reflexões quando a despossessão de dados vincula-se ao conceito de extrativismo, que, segundo Ramón Grosfoguel (2007, 2016) deve ser pensado, nos processos coloniais, em três entes: extrativismo econômico, epistêmico e ontológico. Enquanto o primeiro é associado à exploração de grandes volumes de recursos naturais, geralmente não processados, para a exportação, o segundo se refere à uma forma de extração intelectual, a própria expropriação de ideias com matéria primas, de forma que sejam subsumidas dentro dos parâmetros da cultura e episteme ocidental, e o terceiro interpreta o extrativismo como uma forma de ser e estar no mundo, onde a apropriação inconsentida dos demais é tomada como

natural, ignorando o respeito pelo diferente (Grosfoguel, 2016).

As três instâncias do extrativismo oferecem uma potência política que extrapola as limitações convencionais do termo, geralmente mais associadas ao contexto econômico, principalmente quando considera-se que a "ciência moderna tem suas origens em um ato massivo de extrativismo epistemológico" (Grosfoguel, 2016, p. 142, tradução nossa). Dessa forma, é possível inferir que a tecnologia também se edifica privilegiando e reforçando a cultura do histórico colonizador ocidental.

Ao tratar o argumento de Vieira Pinto (2005) citado no início deste trabalho de que "os avanços superior da cultura científica só podem ter lugar nas áreas dominantes" como uma consequência, encontra-se sua causa na seguinte passagem de Grosfoguel:

> Como consequência da construção racial moderna que faz do homem europeu um ser racialmente superior aos demais, foram construídas narrativas sobre a história da ciência onde se apagaram as contribuições das civilizações não-ocidentais das quais o Ocidente se apropriou para produzir ciência e filosofia, gerando assim o mito racial moderno de que a ciência tem suas origens em homens ocidentais (Grosfoguel, 2016, 142, tradução nossa).

Entende-se, portanto, através da articulação do pensamento dos autores referidos, como o contínuo e plurissecular desenvolvimento científico enraizado no Norte Global subjuga outras ontologias que não as suas, sob o pretexto de falsa objetividade universal, nos termos de Schneider (2015).

Em determinado ponto de seu texto, González Gómez (2021) recorre à Martin Holbraad para afirmar que a intervenção ontológica, característica do Novo Realismo, "teria uma função heurística de trazer à luz as diferenças e reverter os efeitos colonizadores da tradução cultural" (p. 3). Precisamente nesse ponto que Monika Halkort (2019) argumenta que, para entender quem ou o quê é despossuído, através dos dados, em nome de quem ou o quê – despossessão essa que foi desenvolvida anteriormente nesta pesquisa:

> Há necessidade de melhor situar os dados dentro de ontologias do social se quisermos compreender plenamente quem ou o que é despossuído, pelos dados, e em nome de quem ou do quê. Tal tarefa auto-reflexiva só se torna significativa se conduzida em contextos históricos e geográficos específicos, para evitar perder de vista os efeitos diferenciais que distinguem os beneficiários de formas históricas de colonialismo daqueles que continuam a lutar contra seu impacto e consequências. Uma análise situada também ajuda a enfatizar a interseccionalidade da violência da despossessão e do deslocamento nas relações de dados e a traçar uma distinção clara entre o colonialismo de povoamento e outros modos de colonização, ambos os quais são o foco principal da minha própria pesquisa (2019 *forthcoming*, 2019, 2016) (Halkort, 2019, não paginado, tradução nossa).

Correspondem a estes outros modos de colonização, mencionados pela autora, os efeitos da separação ontológica, aportada aqui com auxílio das categorias kantianas, que correspondem aos fabricantes da tecnologia, situados no Norte Global, e seus usuários, situados por todo o globo.

Como Couldry e Mejias (2022) apontam, com auxílio de Jasanoff (2006), conforme "as relações sociais entre colonizador e colonizado se desenvolveram, a violência física foi substituída por outros métodos, incluindo as formas de violência simbólica como os construtos legais e tecnológicos da coleção 'científica' de dados" (p. 794, tradução nossa). Na sequência, os autores explicitam como o colonialismo não precisa ser necessariamente marcado pelo uso explícito da violência física, ressaltando em consonância com Paola Ricaurte (2019) que o ponto crucial da virada decolonial dos dados é a apropriação de recursos em uma vasta escala global.

A eficácia do uso das tecnologias na manutenção dessas novas formas de colonialismo tem como um de seus sustentáculos a relação de numenicidade do usuário perante as tecnologias e a informações

que acessa digitalmente, preferindo este e sendo levado a crer que aufere em pé de igualdade com seus fabricantes os efeitos positivos que estas lhe oferecem.

Referindo-se ao uso das tecnologias ocidentais pelas nações mais pobres, Vieira Pinto (2005) escreve que estas "acreditam estar ingressando também na era tecnológica, mesmo fazendo-o arrastadas por mão alheia e na qualidade de simples área de consumo em favor dos países ricos" (p. 45). Se tal crítica era precisa na época do autor, torna-se hoje ainda mais assertiva, embora sob a poderosa camuflagem que a numenicidade confere ao seu uso. Em vias de combate, destaca-se relevante passagem do autor:

> Temos de denunciar o lado secreto, maligno do endeusamento da tecnologia, aquele que visa unicamente a fortalecer ideologicamente os interesses dos criadores do saber atual, a fim de conservá-lo no papel de instrumento de domínio e espoliação econômica da maior parte da humanidade, levada a trabalhar para as camadas altas dos povos senhoriais sob a falsa e emoliente impressão de estar participando, na única forma em que lhe é possível, da promoção do progresso em nosso tempo (Vieira Pinto, 2005, p. 44)

Ao passo em que as análises teóricas buscam revelar as estruturas seculares de poder subjacentes às tecnologias de informação e comunicação, suas implicações práticas se manifestam de forma evidente em uma sequência de eventos contemporâneos que evidenciam a necessidade de uma conscientização sobre tais dinâmicas, e entre as quais nota-se a própria opacidade dessas "caixas pretas". A seguir, exploramos alguns casos recentes que refletem e amplificam tais dinâmicas discutidas.

Considerações Parciais ou Finais

As TIC da contemporaneidade são alvo das mais amplas discussões no campo da Ciência da Informação. As implicações críticas que trazem consigo exploram desde questões mais práticas ligadas ao campo, como as de produção, organização, circulação e recuperação da informação, até as de natureza mais filosóficas. Os reflexos sociais dessas tecnologias informativas exigem reconhecimento dos efeitos inculcados por seu uso, indispensável e indissociável da organização socioeconômica vigente.

O objetivo empreendido neste trabalho foi de identificar como tal inerência se torna estratégica, uma vez que as opacidades estruturais no funcionamento das tecnologias, suas "caixas pretas", tornam-se fundamentais para o controle hegemônico, favorecendo sua perpetuação no Norte Global, e garantindo sua fluidez através de uma dinâmica de despossessão de dados de seus usuários.

Essa assimetria de poder pode ser bem ilustrada quando utilizam-se, com as devidas considerações enunciadas, as categorias kantianas de numenicidade para atribuir ao usuário a distância epistemológica das TIC e de fenomenicidade para reconhecer seus fabricantes como aqueles que visualizam, ou, ainda anteriormente, produzem, as chamadas caixas pretas.

Apesar da sofisticação tecnológica, dos novos termos utilizados e dos incríveis avanços da ciência e tecnologia, tais dinâmicas refletem a continuação de um processo de pelo menos 500 anos, chamado colonização, edificado sobre o extrativismo em suas dimensões econômicas, epistemológicas e ontológicas.

Contudo, mesmo que este cenário ajude a promover desigualdades históricas e seja repleto de desafios, ele também abre janelas estratégicas, especialmente para países periféricos: é preciso extrair oportunidades de influenciar globalmente a governança das novas tecnologias, como a imanência das "caixas pretas" e das inteligências artificiais generativas, alinhando-as a valores democráticos e equitativos.

Com o intuito de demonstrar essa resistência, nos pareceu propício analisar alguns eventos recentes que ocorreram em solo brasileiro.

Destaca-se, em primeiro lugar, o famoso embate entre o ministro do Supremo Tribunal Federal brasileiro Alexandre de Moraes e as plataformas *Rumble*, que pertence ao presidente americano Donald Trump, e X, antigo *Twitter*, cujo proprietário é Elon Musk, o

homem mais rico do mundo. Em 2024, a Justiça brasileira determinou a suspensão do X em todo o país, após Musk ignorar uma ordem de nomeação de um representante legal da rede no Brasil. Com a *Rumble*, não foi muito diferente. Segundo reportagem da CNN Brasil de fevereiro de 2025, a plataforma de vídeos foi bloqueada pelo ministro por, entre outros motivos, também não indicar um representante legal atuante em território brasileiro. Porém, seus representantes americanos apresentaram um pedido de liminar contra o ministro, que resultou no que as empresas consideraram uma vitória: as ordens por ele impostas não seriam seguidas nos EUA, o que foi celebrado como uma "vitória completa para a liberdade de expressão, soberania digital e o direito das empresas americanas de operar sem interferência judicial estrangeira" (CNN, 2025, não paginado). Este confronto ilustra o choque entre dois modelos: por um lado, a insistência do tribunal brasileiro para que as plataformas respeitassem as leis do país. Por outro lado, a retaliação das *Big Techs* invocando normas norte-americanas em nome da defesa da liberdade de expressão.

Este embate converteu-se em alerta global. Ainda em 2024, quando o conflito ainda não envolvia a plataforma *Rumble*, diversos países e até intelectuais envolvidos com o tema, como Thomas Piketty, Shoshana Zuboff, Evgeny Morozov e Francesca Bria apoiaram o STF brasileiro, vendo ali uma tentativa de equilibrar o poder dos gigantes digitais (*Progressive International*, 2024, não paginado).

Além das tensões que envolvem o STF brasileiro, é interessante observar o movimento de tarifas de Donald Trump sobre o país, que ocorreu pouco tempo demais da cúpula dos BRICS, sediada no Rio de Janeiro e que lançou a "Declaração dos Líderes dos BRICS sobre Governança Global da Inteligência Artificial", que reflete aspirações do Sul Global por uma reconfiguração equitativa das dinâmicas das TIC no que concerne aos usos indevidos das tecnologias de inteligência artificial. Também foi manifestada a intenção de facilitar e expandir práticas financeiras entre seus países membros através de moedas locais, o que poderia indicar um movimento de desdolarização a partir das economias dos países membros do BRICS.

É nesse contexto de conflito que se defende aqui a oportunidade para os países periféricos e em desenvolvimento enfrentarem a hegemonia norte-americana, demarcada pela relação de fenomenicidade perante as tecnologias de informação e comunicação. A iniciativa dos BRICS insiste em colocar a ONU como palco central da governança de IA, buscando garantir "acesso internacional amplo e inclusivo, incluindo capacitação para países em desenvolvimento" (Brasil, 2025, não paginado).

A pressão dos EUA sobre o Brasil, que envolve tarifas, investigações comerciais e litígios extraterritoriais, confere ao país o protagonismo de uma questão mundial. Tal protagonismo, por sua vez, lhe permite articular alianças Sul-Sul e defender a potência de fóruns multilaterais para apoiar normas que reflitam os seus valores e interesses. Como exemplo, a citação do sistema PIX na investigação comercial dos EUA abre uma janela para que o país explore e destaque internacionalmente sua soberania financeira e avanços tecnológicos próprios, o que corrobora inclusive para a possível direção às negociações entre os países membros dos BRICS através de moedas locais.

As disputas atuais também oferecem uma oportunidade de orientar o desenvolvimento da IA generativa mediante princípios democráticos e de equidade, ao passo que as empresas dos EUA mobilizam recursos para sustentar e alavancar sua primazia tecnológica, como mostra o projeto *Stargate:* "O projeto *Stargate* é uma nova empresa que pretende investir, ao longo dos próximos quatro anos, US$ 500 bilhões na construção de uma nova infraestrutura de IA para a OpenAI nos Estados Unidos" (OpenAI, 2025, não paginado).

Através de cooperação multilateral e de políticas públicas alinhadas a valores equitativos, há uma janela para garantir que o futuro das tecnologias digitais seja orientado em benefício de sociedades mais justas e inclusivas. Confrontar a opacidade das caixas pretas é um passo necessário para redefinir os parâmetros das relações de poder no ambiente digital, promovendo uma interação mais

consciente. Iniciativas como as regulamentações de transparência e a ampliação de programas educacionais voltados para o funcionamento das infraestruturas digitais não são apenas necessidades, mas urgências que não deveriam permitir adiamentos.

Referências

Belkin, N. J., & Robertson, S. E. (1976). Information science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*, 27, 197–204. https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.4630270402

Belkin, N. J. (1980). Anomalous states of knowledge as basis for information retrieval. *The Canadian Journal of Information Science*, 5, 133–143.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2025, 6 de julho). Declaração dos líderes do BRICS sobre governança global da inteligência artificial. *Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil*. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-dos-lideres-do-brics-sobre-governanca-global-da-inteligencia-artificial

Brookes, B. C. (1980). The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, 2(3–4), 125–133. https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016555158000200302

Capurro, R. (2003). Epistemologia e ciência da informação. In *Anais* do 5º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação da UFMG. https://www.capurro.de/enancib_p.htm

Capurro, R. (2007). Foundations of information science: Review and perspectives. In Proceedings of the International Conference on Conceptions of Library and Information Science. *Electronic Proceedings* [...] University of Tampere. http://www.capurro.de/tampere91.htm

Condé, M. L. L. (1998). *Wittgenstein: linguagem e mundo*. Annablume.

Couldry, N., & Mejias, U. A. (2021). The decolonial turn in data and technology research: what is at stake and where is it heading? *Information, Communication & Society*, 26(4), 786–802. https://doi.org/10.1080/1369118X.2021.1986102

CNN Brasil. (2025, 28 de fevereiro). Entenda o embate entre Alexandre de Moraes e o Rumble. *CNN Brasil*. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-embate-entre-alexandre-de-moraes-e-o-rumble/

Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *O que é a filosofia?* (B. Prado Jr. & A. A. Muñoz, Trads., 2. ed.). Editora 34.

Ferraris, M. (2020). Neorealist hermeneutics. *Disputatio. Philosophical research bulletin*, 9(14), 15–34. https://doi.org/10.5281/zenodo.4603400

Floridi, L. (2017). Una defensa del construccionismo: la filosofía como ingeniería conceptual. *Pensamiento*. Revista De Investigación E Información Filosófica, 73(276 S.Esp), 271–300. https://doi.org/10.14422/pen.v73.i276.y2017.003

González de Gómez, M. N. (2022). A documedialidade: O novo realismo de Maurizio Ferraris. In L. V. R. Pinheiro, M. N. González de Gómez, & G. Saldanha (Orgs.), *Filosofia e história da Ciência da Informação: travessias especulativas e praxiológicas* (pp. 21–52). IBICT. https://ridi.ibict.br/

Grosfoguel, R. (2007). The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms. *Cultural Studies*, 21(2–3), 211–223. https://doi.org/10.1080/09502380601162514

Grosfoguel, R. (2016). Del «extractivismo económico» al «extractivismo epistémico» y «extractivismo ontológico»: Una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. *Tabula Rasa*, 24, 123–143. https://doi.org/10.25058/20112742.60

Halkort, M. (2019). On the coloniality of data relations: Revisiting data colonialism as research paradigm. *Datactiv*. https://data-activism.net/2019/10/bigdatasur-on-the-coloniality-of-data-relations-revisiting-data-colonialism-as-research-paradigm-12/

Janjácomo, M. (2025, 9 de julho). Preocupação com big techs leva Trump a tarifar Brasil em 50%. *CNN Brasil*. https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/mariana-janjacomo/internacional/preocupacao-com-big-techs-leva-trump-a-tarifar-brasil-em-50/

Jasanoff, S. (2006). Biotechnology and Empire: The Global Power of Seeds and Science. *Osiris*, 21(1), 273–292. https://doi.org/10.1086/507145

Junqueira, C. (2025, 14 de julho). Trump Media acusa Moraes de nova ordem ilegal contra big techs. *CNN Brasi*l. https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/politica/trump-media-acusa-moraes-de-nova-ordem-ilegal-contra-big-techs/

Kant, I. (1980). *Crítica da razão pura* (V. Rohden & U. B. Moosburger, Trad.). Abril Cultural. (Obra original publicada em 1781)

Lima, J. P. (2025, 6 de julho). BRICS: declaração sobre inteligência artificial prevê respeito à soberania e melhoria na vida das pessoas. *G1 Rio de Janeiro*. https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/07/06/brics-declaracao-sobre-inteligencia-artificial-preve-respeito-a-soberania-e-melhoria-na-vida-das-pessoas.ghtml

Maraccini, G. (2024, 5 de dezembro). Ansiedade é eleita a palavra do ano no Brasil, segundo pesquisa. *CNN Brasil*. https://www.cnnbrasil.com.br/saude/ansiedade-e-eleita-a-palavra-do-ano-no-brasil-segundo-pesquisa/

Nakagawa, F. (2025, 16 de julho). Documento em que EUA investigam Brasil fala da 25 de março, PIX e falsificações. *CBN Política*. https://cbn.globo.com/politica/noticia/2025/07/16/documento-em-que-eua-investiga-brasil-fala-da-25-de-marco-pix-e-falsificacoes.ghtml

OpenAI. (2025, 21 de janeiro). Announcing the Stargate Project. *OpenAI*. https://openai.com/pt-BR/index/announcing-the-stargate-project/

Oxford University Press. (2024, 2 de dezembro). *Brain rot named Oxford Word of the Year 2024*. https://corp.oup.com/news/brain-rot-named-oxford-word-of-the-year-2024/

Progressive International. (2024, 12 de novembro). Intelectuais de diversos países lançam carta aberta contra Musk e conclamam apoio ao Brasil. *Progressive International*. https://progressive.international/wire/2024-11-12-intelectuais-de-diversos-pases-lanam-carta-aberta-contra-musk-e-conclamam-apoio-ao-brasil/pt-br

Ricaurte, P. (2019). Data Epistemologies, TheColoniality of Power, and Resistance. *Television & New Media*, 20(4), 350-365. https://doi.org/10.1177/1527476419831640

Schopenhauer. (1999). *Coleção Os Pensadores: Schopenhauer*. Nova Cultural.

Schneider, M. (2015). *A dialética do gosto*: Informação, música e política. Circuito/Faperj.

Vallence, C. (2024, 10 de dezembro). O chip do Google que resolve em 5 minutos problema que hoje levaria 10 septilhões de anos. *BBC Brasil*. https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0q0188yzq7o

Vieira Pinto, A. (2005). *O conceito de tecnologia* (1ª ed.). Contraponto.

Wersig, G. (1971). Information – Kommunikation Dokumentation. *Verlag Dokumentation*.

A controvérsia da utilização de Tecnologias de Reconhecimento Facial no Brasil

Letícia Vitoria Rodrigues Lima de Souza, IBICT/UFRJ, 0009-0009-9821-2901, Brasil, ***leticiavrlsouza@gmail.com***

Juliana Campos de Aguiar Mattos Ribeiro, IBICT/UFRJ, 0000-0003-1103-4671, Brasil, ***jcampos.juridico@gmail.com***

Antonio Mario Banchik, IBICT/UFRJ, 0009-0006-2281-6790, Brasil, ***ambanchik10@gmail.com***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6707

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

Nas últimas décadas, os acelerados avanços nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) promoveram profundas mudanças em diversos aspectos da sociedade, tanto no ambiente individual e privado quanto na esfera pública, que afeta a vida urbana e a sociedade. Nesse sentido, as inovações presentes nas TICs se consolidaram, a partir da adoção de ferramentas automatizadas aplicadas em diversas áreas como educação, saúde, mobilidade urbana e — em especial no contexto deste trabalho — segurança pública. A incorporação e proliferação de tecnologias nos aparatos públicos brasileiros se desdobrou em alguns outros fenômenos, como a datificação de cidadãos, a plataformização de órgãos e instituições, preocupação com a soberania de dados e ampla utilização de tecnologias de vigilância, esta última tendo como ponto de partida os esforços em segurança em grandes eventos.

No trabalho de Van Dijck (2017), há uma discussão importante no que diz respeito ao processo de datificação da sociedade, em que o autor aponta como este fenômeno é um novo paradigma na sociedade, em que a ação social se transforma em dados quantificáveis em ambiente *online*. Como consequência, percebe-se que, desse modo, tais dados podem ser utilizados para monitoramento realizado em tempo real e, também, análise preditiva (Van Dijck, 2017, p. 41). Essa conjuntura oferece um momento específico dentro da história que pode proporcionar novos modos de enxergar e experienciar o mundo.

Como exemplo representativo disso, abordamos as Tecnologias de Reconhecimento Facial (TRFs), sistemas computacionais que permitem a identificação e verificação de pessoas a partir da análise biométrica de seus rostos a partir de fotos e vídeos. Sua aplicação tem sido amplamente empregada em diversas cidades brasileiras — com a justificativa de fortalecer a prevenção de crimes, apoiar investigações e promover maior eficiência na atuação das forças de segurança — porém está longe de ser um consenso, tanto política quanto socialmente. Por exemplo, em 2019 a Câmara de Deputados brasileira realizou audiência pública com diversos setores da sociedade para discutir a aplicação do reconhecimento facial para a manutenção da segurança pública (Almeida, 2022).

O emprego das TRFs no Brasil foi impulsionado a partir da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, eventos que demandaram um significativo aparato de segurança e vigilância digital, ampliando a aquisição de infraestrutura mais moderna entre aquelas que estavam disponíveis à época e a atuação de empresas especializadas no setor de segurança. Desde então, a utilização das TRFs tem se expandido de maneira significativa, sendo incorporada no setor público em diferentes estados e municípios — além de empresas privadas de segurança —, buscando ampliar ações de monitoramento em tempo real, sobretudo em áreas com grande circulação de pessoas.

Em um levantamento recente realizado por Picolo e Nunes (2024), os autores apontam que, atualmente, cerca de 37% da população

brasileira está submetida a algum tipo de vigilância facial, muitas vezes sem ciência ou consentimento formal. Esse dado demonstra o alcance crescente dessas tecnologias e levanta questões importantes quanto à transparência e à governança das informações coletadas. Comumente, não realizamos tal reflexão crítica no dia a dia por conta da naturalização que as TICs se fazem presente. Entretanto, é importante observar que existe um discurso de segurança que embaça as fronteiras do que é ou não aceitável entre as TRFs no cotidiano.

Desde sua implementação para a abordagem e consequente prisão de suspeitos de crimes houve diversos casos de erros, acarretando em situações que vão de assédio estatal e constrangimento a consequências graves, como acusações criminais e detenções indevidas. Por outro lado, as forças de segurança afirmam que tais tecnologias auxiliam em investigações e economizam recursos públicos, considerando as taxas de erro como casos isolados. Entre os usos mais frequentes das TRFs no país, podemos destacar as operações de reconhecimento automático de foragidos da justiça, a integração com bancos de dados policiais e o uso em grandes eventos e espaços públicos. Na maioria das vezes, a aplicação ocorre por meio de sistemas que cruzam imagens captadas por câmeras de vigilância com bases de dados de mandados de prisão ou registros de pessoas procuradas. Outro exemplo é a matéria publicada na página eletrônica da Prefeitura de Manaus (2025) que, em tom elogioso, indica como a implementação das TRFs auxiliará na segurança pública, sendo “um dos sistemas mais modernos de monitoramento e inteligência em segurança pública no Brasil”, divulgando a *Smart Sampa*, um sistema de vigilância implementado pela Prefeitura de São Paulo.

O que acaba ocorrendo na segurança pública é que pessoas são identificadas e mandados são expedidos mediante esta prova. Enquanto as forças de segurança se ancoram nos diversos mandados que foram cumpridos por meio dessas tecnologias — o que reforça a percepção institucional de sua eficácia —, registros públicos, entidades civis e reportagens jornalísticas revelam que o emprego das TRFs também ocasionam erros significativos de identificação, resultando em detenções indevidas, constrangimentos e danos individuais.

Para ilustrar os potenciais danos causados pelo uso das TRFs, tomaremos o exemplo de um caso emblemático ocorrido no estado da Bahia. Um homem negro foi identificado por essa ferramenta durante uma festa junina — festividade que ocorre para comemorar os dias de Santo Antônio, São João e São Pedro, santos católicos — em 2022 e acusado de um crime de roubo ocorrido em 2012, ou seja, uma década antes. Conforme relatado, o verdadeiro infrator, detido em flagrante à época, utilizou o nome do vigilante para se identificar, sendo liberado em 2013, apesar de ter sido condenado a uma pena de cinco anos e quatro meses de reclusão. Posteriormente, um mandado de prisão foi emitido em nome do vigilante, o que resultou na sua detenção.

A imagem do vigilante, que estava presente no banco de dados utilizado pelo sistema, foi reconhecida com 95% de similaridade em relação à pessoa procurada, conforme a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). No entanto, a reportagem de Alencar (2023) ressalta que não foi esclarecido o motivo pelo qual a fotografia do vigilante estava armazenada nesse banco de dados, uma vez que ele nunca havia cometido infrações. A equipe do portal buscou explicações do órgão governamental, mas não recebeu resposta.

Alguns aspectos adicionais merecem ressalva. O vigilante foi detido na presença de sua esposa e filho, o que ocasionou constrangimento e humilhação no contexto familiar. Ademais, a Defensoria Pública da Bahia (DPE-BA), que interveio no caso, destacou a ausência de identificação pessoal — ou seja, utilizando documentos com foto — do verdadeiro infrator durante sua detenção inicial, fator crucial para a injustiça experimentada pelo vigilante. Este episódio revela as falhas do sistema de reconhecimento facial, que não apenas culminaram na violação dos direitos do trabalhador, mas também corroboram críticas acerca da utilização ética e responsável dessa tecnologia.

Os erros de reconhecimento facial vêm sendo discutidos em diferentes ambientes acadêmicos e jurídicos, com destaque para estudos que apontam a maior taxa de falhas na identificação de pessoas negras, indígenas e de pele parda. Pesquisas nacionais e internacionais mostram que os algoritmos utilizados para treinamento dessas tecnologias, em sua maioria, são construídos com base em bancos de dados pouco diversos, o que afeta diretamente a acurácia das identificações quando aplicadas em países com alta diversidade racial e étnica, como é o caso do Brasil (Almeida, 2022). Assim, mesmo diante de justificativas operacionais, a aplicação prática das TRFs requer uma análise mais ampla sobre os efeitos que produz em diferentes segmentos sociais.

Outro aspecto relevante é o crescente envolvimento de empresas privadas no fornecimento e operação desses sistemas, muitas vezes por meio de contratos firmados sem licitação ou com pouca transparência. Em alguns estados, consórcios empresariais atuam diretamente na gestão das câmeras, manutenção dos sistemas e atualização dos bancos de dados. A relação entre o setor público e as empresas de tecnologia levanta questões sobre governança de dados, propriedade intelectual dos algoritmos e fiscalização independente do uso das imagens captadas.

Para analisar o impacto da utilização dessas tecnologias no âmbito brasileiro, este trabalho funda-se na abordagem de cartografia de controvérsias (Venturini, 2009), procurando identificar quais são os atores envolvidos e afetados pela utilização dessas tecnologias no Brasil, suas posições nos conflitos provenientes e as complexas relações de poder relacionadas, posições de instituições públicas e privadas e dinâmicas sociais. A abordagem de cartografia de controvérsias tem se mostrado eficaz na análise de cenários marcados por disputas de narrativas e conflitos de interesse, como é o caso da adoção das tecnologias de reconhecimento facial. A escolha por essa abordagem está relacionada ao caráter multidimensional do tema, que envolve aspectos técnicos, jurídicos, administrativos, comunicacionais e sociais, sem que haja uma posição dominante ou consenso consolidado entre os diferentes setores envolvidos.

Referencial Teórico

O referencial teórico aborda criticamente a tecnologia de reconhecimento facial como instrumento de vigilância que reforça desigualdades raciais, sustentando-se na ideia de racismo algorítmico e opacidade institucional, com ênfase em como essas práticas afetam desproporcionalmente certas populações.

O debate sobre o uso de tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública se intensificou nos últimos anos a partir das evidências produzidas de que tais sistemas apresentam diferentes níveis de desempenho em relação a diferentes grupos étnicos. O relatório produzido em 2022 pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) aponta que 83% das pessoas presas injustamente por meio de reconhecimento biométrico facial eram negras, a partir de dados de 2021. Ao considerar ainda que 9,4% dos registros sobre os casos não incluíam informações sobre raça, é possível que a porcentagem de pessoas negras afetadas seja ainda maior. O mesmo relatório aponta que o tempo médio das prisões efetuadas injustamente foi de nove meses, o que demonstra ser um processo demorado.

Então, essa situação incita um justo questionamento sobre os critérios, práticas e estruturas que envolvem a utilização de TRFs em um país historicamente marcado por desigualdades e violência de cunho racial. Através de uma história marcada pela perseguição, levando em consideração cas pessoas negras que foram escravizadas durante mais de três séculos e intimidações posteriores, incluindo uma lei que criminalizava a capoeira, prática que tem raízes afro-brasileiras (Brasil, 1890).

A tecnologia de reconhecimento facial, segundo definição da empresa de segurança digital Kaspersky (s.d.), consiste em um sistema que identifica ou confirma a identidade de uma pessoa por meio de seu rosto. Esse sistema, organizado através de uma inteligência

artificial (IA), pode identificar pessoas tanto em vídeo quanto em fotografias, inclusive em tempo real. Seu funcionamento ocorre em quatro etapas. A primeira delas é a detecção do rosto, em que a câmera localiza a imagem de um rosto, tanto sozinho quanto em uma multidão, tanto de frente quanto de perfil. Em seguida, na segunda etapa, há a análise do rosto. Após a captura e análise da imagem, o sistema faz uma leitura da geometria do rosto e, a partir de certos pontos de referência, separam certas características que distinguem um rosto dos demais. A terceira etapa é a conversão da imagem em dados, em que a imagem é transformada em informações digitais com base nas características distintivas do rosto capturado e analisado. Por fim, essa "impressão facial" (por isso, chamada de biometria facial) é procurada e localizada dentro de um ou mais banco(s) de dados para a realização de uma correspondência.

Apesar de ser apresentada como neutra, a tecnologia tem vieses de acordo com seus criadores e dados utilizados, assim, não opera isoladamente dos contextos sociais ocorrendo na sociedade. O conceito de "racismo algorítmico" é então apresentado no intuito de descrever a forma como sistemas automatizados, como os de reconhecimento facial, podem reproduzir e reforçar desigualdades raciais. Tarcízio Silva (2022), na obra "Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais", vai definir o que é racismo algorítmico da seguinte forma: "o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados". Nesse sentido, o pesquisador brasileiro busca chamar a atenção sobre a maneira como as tecnologias podem servir como um novo lugar em que se perpetua o racismo e, desse modo, reproduzir ideologicamente os valores discriminatórios, que são imputados através dos processos de codificação e decodificação, para além dos valores já estabelecidos na sociedade brasileira racista.

Entende-se que o racismo algorítmico não se refere a uma intencionalidade programada, mas sim à forma como os sistemas tecnológicos refletem os padrões discriminatórios dos dados com os quais são treinados. Os algoritmos aprendem com bancos de dados historicamente enviesados, e acabam por perpetuar esses vieses de forma automatizada. Para Silva (2022) as tecnologias não são racistas por si mesmas, mas tornam-se instrumentos de discriminação ao serem alimentadas por práticas digitais já marcadas por desigualdades explícitas, como o racismo discursivo. Ou seja, existe um discurso que já é produzido historicamente que está presente e precede as relações sociais que são estabelecidas entre indivíduos e tecnologias algorítmicas.

Outro conceito importante de ser apresentado na discussão sobre a utilização das TRFs é o de "opressão algorítmica", isso porque ele auxilia a compreender os mecanismos pelos quais os aparatos tecnológicos digitais reforçam estigmas e desigualdades raciais. A pesquisadora norte-americana Safiya Umoja Noble, em sua obra *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism* (2018), analisa como mecanismos de busca associam automaticamente termos relacionados a pessoas negras a conteúdos sexualizados ou violentos. O exemplo citado por Noble envolve a busca pelo termo "black girls", que frequentemente retorna resultados com conteúdo pornográfico. Para a autora, esse tipo de associação não é acidental, mas sim resultado de uma lógica algorítmica baseada em padrões discriminatórios historicamente reforçados na internet e em bancos de dados comerciais.

Historicamente, a sociedade brasileira vive dentro de uma lógica que se baseia no mito da democracia racial – segundo a qual o Brasil seria uma sociedade miscigenada e livre de conflitos raciais, o que não é historicamente uma verdade, devido às relações de dominação estabelecida entre brancos e negros e indígenas, que tiveram de assumir um papel de subalternidade — e, assim, nega a existência de discriminações raciais, contribuindo para a reprodução silenciosa de práticas discriminatórias e dificultando seu reconhecimento, inclusive quando mediadas por tecnologias.

O processo de reconhecimento fotográfico, mesmo antes do advento dos sistemas automatizados, já demonstrava seletividade racial dos agentes de segurança. O relatório do CONDEGE (2022) cita casos em que, mesmo com impossibilidade de identificação segura por parte das vítimas (como em ambientes escuros), estas eram induzidas a realizar reconhecimentos baseados em fotografias previamente selecionadas por pessoas reais — não algoritmos —, prática que contribuiu para a prisão de pessoas inocentes, majoritariamente negras.

Em sua obra *Pele negra, máscaras brancas* (2020), Fanon analisa como o processo de racialização se impõe sobre pessoas negras, desumanizando-as e atribuindo a elas características que as distanciam da idealização da humanidade branca. Esse processo de desumanização é fundamental para entender como sistemas que supostamente tratam todos de maneira igual acabam por afetar negativamente grupos racializados, já que o treinamento dos algoritmos é feito em bases de dados comerciais de pessoas majoritariamente brancas, assim, características físicas de pessoas racializadas são menos reconhecíveis. Tal prática pode ser vista como prática atualizada do que acontece desde as câmeras analógicas que, calibradas a partir de imagens de mulheres brancas, o que resultava em imagens ruins para tons de pele escura, ou seja, os padrões técnicos da fotografia não foram feitos para capturar com qualidade peles escuras (Roth, 2009) — sendo este mais um fato que corrobora para a tese de que tecnologias não são neutras e isentas de vieses.

Como afirma Jackie Wang (2022), "desde o final do século XIX, abordagens baseadas em dados estatísticos para entender o crime têm sido usadas para perpetuar a institucionalização da violência antinegro e legitimar o policiamento". Importante destacar que a ciência tentou justificar as desigualdades entre raças através de pseudociências que ganharam força naquele referido período, indicando inferioridade de determinados grupos sociais, como pessoas negras, que seriam, supostamente, pessoas mais violentas ou com menor capacidade intelectual. Tal visão preconceituosa e estereotipada aparece em discursos que são produzidos em diversos âmbitos sociais. No contexto contemporâneo, o que há de novo, porém, é a confiança inferida à tecnologia servindo como salvaguarda desse processo, junto à velocidade com a qual se alastra mundialmente.

A psicóloga Daiane de Souza Mello relata ter sido abordada por policiais, em uma conferência, antes de iniciar sua jornada de trabalho, após seu rosto ter sido associado, por um sistema de reconhecimento facial, a uma mulher com mandado de prisão em aberto (Braga, 2024). Esse tipo de erro de identificação, também conhecido como "falso positivo", é uma ocorrência comum em sistemas de reconhecimento facial que operam com baixa precisão em rostos de pessoas negras. Segundo Braga (2024), essa tecnologia já era utilizada em vinte estados brasileiros até 2021, e a quantidade de erros envolvendo pessoas negras tem sido um dos principais pontos de contestação quanto à sua eficácia e justiça.

Para analisar as implicações sociais, morais e jurídicas do uso de sistemas automatizados em decisões que afetam a vida das pessoas, surge o campo de estudos da ética algorítmica. Para Bezerra e Costa (2022), é fundamental refletir sobre que tipo de ética deve guiar o desenvolvimento e a aplicação dos algoritmos: se uma ética voltada à proteção dos interesses corporativos ou uma ética baseada na justiça social e no bem comum. A falta de transparência nos algoritmos — talvez o ponto principal das críticas sobre o funcionamento dessa tecnologia —, bases de dados e processamentos utilizados dificulta a fiscalização e o debate público sobre seus impactos, o que beneficia as empresas de tecnologia desenvolvedoras em detrimento da proteção dos direitos fundamentais, que deveriam nortear o Estado.

Também com relação à ética de uso das TRFs, deve-se observar que a relação entre segurança pública e tecnologias de vigilância é também atravessada por interesses econômicos. Segundo dados citados na matéria de Alencar (2023), publicada no G1 e já mencionada neste trabalho, o governo da

Bahia teria investido aproximadamente R$ 700 milhões em sistemas de reconhecimento facial. Esse valor indica a consolidação de um mercado da vigilância, no qual empresas de tecnologia oferecem soluções voltadas à segurança urbana como produtos comercializáveis. A expansão desse setor, por sua vez, alimenta uma lógica de constante monitoramento da população, sem que existam garantias efetivas de que os sistemas em operação respeitem os princípios constitucionais de presunção de inocência, igualdade e não discriminação

Outro problema relacionado às TRFs é o de consentimento e privacidade. Tais tecnologias, ao atuarem sobre imagens captadas em espaços públicos, muitas vezes operam sem o conhecimento prévio dos cidadãos e com armazenamento em bancos de dados que não têm controle social efetivo. Pensando no uso ético de imagens e levando em consideração que elas são captadas aleatoriamente e sem solicitação dos indivíduos envolvidos, como é possível garantir a privacidade das pessoas envolvidas? Na matéria de Molina (2023), a *Google* foi condenada em R$ 15 mil por expor a imagem de uma mulher de 61 anos que teve sua imagem publicada na ferramenta *Street View*, do *Google Maps*, sem seu consentimento, e a justiça brasileira estipulou um valor de reparação. Ela apareceu em uma das imagens da ferramenta da *Google*, trabalhando como diarista em uma casa e, após tentativa de contato, não obteve resposta e, por essa razão, processou a empresa. Após a ação judicial, que teve a decisão favorável à mulher que teve seu "patrimônio íntimo" violado como cidadã, também garantiu o desfoque da imagem.

Com o objetivo de tecer uma investigação sobre a vigilância de Estado, Bezerra (2020) aponta que o medo e a perspectiva de morte podem contribuir para um maior aceite da população em relação à pervasividade de sua privacidade, caso o processo viabilize maior sensação de segurança:

> O recente aumento de práticas estatais de vigilância e sua aparente aceitação social é o fenômeno que motiva a escrita destas linhas, inspiradas pela percepção de que, em tempos de pânico social, a insegurança em relação à vida contribui para que governos implementem, sem grande resistência popular, medidas de vigilância e controle que ultrapassam o mero combate à "ameaça" em questão, venha de inimigo humano ou não humano (Bezerra, 2020, p. 34).

É importante ressaltar que a lei brasileira presume a inocência de qualquer pessoa acusada a não ser que se prove o contrário. Ao utilizar o reconhecimento facial mediado por uma tecnologia baseada em inteligência artificial, existe a probabilidade de erro por conta da falta de informações que consigam individualizar a imagem de pessoas negras, tratadas de forma semelhante e sem marcas individuais que as destaquem uma das outras. A ocorrência de penalidades a pessoas inocentes acontece em uma maioria ampla, entre pessoas negras. Os problemas atrelados à falta de precisão mascaram o real problema que é a base racista de imputação de dados nesse tipo de tecnologia, que já foi sugerido anteriormente.

Rosa, Pessoa e Lima (2020) realizam uma crítica importante no que diz respeito ao lugar da suposta neutralidade tecnológica que reverbera entre aqueles que defendem o uso das tecnologias de reconhecimento facial, partindo do lugar do racismo. Em seu artigo, realizam um estudo que apontam para o lugar de vigilância e controle social que é estabelecido pelas tecnologias diante da realidade pandêmica da época e, diante dessas transformações sociais, o lugar da tecnologia precisa ser questionado diante da falta de isenção tecnológica, uma vez que o processo de programação tem potencial de ampliar o encarceramento em massa da população negra brasileira.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota como base metodológica a cartografia das controvérsias, compreendida aqui não apenas como um conjunto de técnicas de observação e descrição, mas como um verdadeiro dispositivo epistemológico que permite acessar as camadas profundas e instáveis da vida social. Desenvolvida a partir

da Teoria Ator-Rede (ANT), e tendo em Bruno Latour e Tommaso Venturini alguns de seus principais expoentes, essa abordagem se mostra especialmente adequada para a investigação de temas atravessados por conflitos sociotécnicos e disputas de poder, como é o caso da implementação de (TRFs) na segurança pública brasileira.

Ao rejeitar qualquer forma de simplificação apriorística dos fenômenos sociais, a cartografia das controvérsias parte do princípio de que toda observação é necessariamente situada, e que a objetividade, longe de ser alcançada pela aplicação de um modelo teórico universal, só pode emergir da multiplicação dos pontos de vista. Venturini (s.d.) sustenta que a imparcialidade não se dá por meio da distância, mas pela abertura à complexidade dos discursos e pela escuta atenta dos atores envolvidos. A cartografia, nesse sentido, não busca resolver controvérsias, mas torná-las mais visíveis, mais densas, mais discutíveis.

No caso específico desta pesquisa, a escolha metodológica pela cartografia se justifica pela necessidade de compreender como se constituem e se transformam as relações de poder em torno do uso de TRFs em contextos urbanos brasileiros. As tecnologias de reconhecimento facial não são aqui tratadas como instrumentos neutros, mas como dispositivos sociotécnicos que participam ativamente da constituição de subjetividades, da gestão de populações e da administração da insegurança. É nesse sentido que a cartografia permite analisar não apenas os argumentos em disputa, mas também os arranjos institucionais, os dispositivos técnicos, as alianças improváveis e os silenciamentos operados ao longo do conflito.

A pesquisa se estrutura a partir de três grandes frentes de observação: a análise de produções bibliográficas que tematizam a plataformização do Estado e a digitalização da saúde e da segurança; o acompanhamento de notícias veiculadas na mídia hegemônica e alternativa sobre o uso de TRFs; e a descrição dos atores e dispositivos envolvidos nas controvérsias analisadas. Trata-se de seguir o conselho de Venturini ao "mergulhar no magma" da vida social, buscando observar a controvérsia em sua dinâmica quente, ou seja, em seu momento de efervescência, quando as alianças ainda não estão estabilizadas e os sentidos ainda estão em disputa.

Seguindo a proposta de Latour e Venturini, todo elemento que faz diferença para a dinâmica da controvérsia é considerado um ator, independentemente de ser humano ou não-humano. Assim, algoritmos, bancos de dados, câmeras, softwares, discursos, legislações e mesmo ausências (como a exclusão de determinados grupos sociais do debate) são levados em conta na análise.

Outra dimensão importante do método diz respeito às formas de publicização e confinamento das controvérsias. Lemieux (2007) chama a atenção para a existência de uma tensão constante entre os esforços de restringir o conflito ao círculo de especialistas e aqueles que buscam ampliá-lo para o público leigo. Tal tensão foi particularmente observada nas disputas em torno das TRFs, em que determinados setores do Estado e da indústria tecnológica operam um discurso de tecnicalidade e inevitabilidade, enquanto movimentos sociais e defensorias públicas lutam para tornar visíveis os impactos discriminatórios dessas tecnologias.

O tratamento simétrico dos atores também constitui um eixo fundamental da abordagem adotada. O princípio de simetria, defendido por Bloor e retomado por Lemieux, exige que o pesquisador trate com igual seriedade os argumentos de todos os lados da controvérsia, mesmo quando existam assimetrias gritantes de poder entre os envolvidos. Tal postura não visa negar a existência de domínios e desigualdades, mas evitar que o próprio pesquisador as naturalize ou reproduza em sua análise.

A cartografia das controvérsias, por fim, não se apresenta apenas como um método de pesquisa, mas como uma postura política e epistemológica diante do mundo. Sua aposta é que, ao descrever com rigor e sensibilidade os conflitos que moldam o presente, podemos criar as condições para uma participação mais qualificada e democrática nos processos de definição coletiva da vida em comum. Ao se recusar a encerrar a controvérsia, a cartografia

a torna compartilhável, inteligível e, sobretudo, discutível.

Resultados Parciais ou Finais

A partir da metodologia da cartografia de controvérsias, é possível compreender como se configuram os debates públicos, institucionais e técnicos acerca das Tecnologias de Reconhecimento Facial no Brasil, um assunto complexo, que envolve distintos interesses econômicos, políticos, sociais e éticos. De modo geral, a configuração analítica dessa controvérsia pode ser representada por uma estrutura triádica, composta por três grandes conjuntos de atores: os defensores da adoção massiva das TRFs, os opositores críticos a essa implementação e a população brasileira, que ocupa um lugar ambíguo, ao mesmo tempo julgadora, afetada e parcialmente informada sobre o tema.

O primeiro grupo identificado na controvérsia é composto por atores que promovem e legitimam o uso crescente das TRFs na segurança pública. Entre esses atores estão representantes das forças policiais, setores do poder público, empresas de tecnologia e segurança, e determinados segmentos da classe política. Seu discurso é fortemente pautado pela noção de modernização tecnológica e pela promessa de eficiência e racionalidade na gestão da segurança pública em um país marcado por altos índices de criminalidade urbana.

O primeiro argumento apontado por esses atores é o processo natural e necessário de modernização das forças de segurança pública diante das transformações sociais e urbanas do Brasil. Argumenta-se que, diante do crescimento populacional nas grandes metrópoles e da escassez de recursos humanos e materiais nas forças de segurança, as TRFs tornam-se ferramentas indispensáveis para otimizar os processos investigativos, agilizar a identificação de suspeitos e fazer bom uso dos recursos. Há uma percepção de celeridade conferida através das tecnologias, algo que é altamente replicado no senso comum. Dito de outro modo, é como se as ferramentas de reconhecimento facial oferecessem um modo ágil de resolução de problemas de segurança, ainda mais diante de uma realidade considerada impune. De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz (2024), com dados referentes ao ano de 2022, 6 em cada 10 homicídios não têm solução. Apoiados através dessa narrativa, o argumento da modernização em busca da celeridade dos processos investigativos, uma vez que a sensação de insegurança é fomentada através dessa realidade que é reforçada de tempos em tempos.

Outro ponto central na argumentação pró-TRFs é o da eficácia no combate ao crime, facilitação e agilidade em investigações através da identificação de suspeitos foragidos em bancos de dados integrados, alimentados por diversas fontes. Diante daquele número exposto no levantamento do Instituto Sou da Paz (2024), o argumento da eficácia no combate aos crimes tornaria, aparentemente, os processos mais ágeis que os métodos tradicionais, o que poderia diminuir os erros operacionais. No entanto, não se leva em consideração as possíveis falhas que podem acontecer através do uso das tecnologias, algo que é possível de ocorrer, afinal, toda tecnologia é produzida através de mãos humanas e é possível de falhas. Conforme Rosa, Pessoa e Lima (2020), podemos observar que existem diversos erros diante de questões como falta de luz e necessidade de calibragem da captura de imagem.

O terceiro argumento se refere à otimização de recursos públicos. Com a automatização de processos e a integração entre bases de dados, os defensores afirmam que seria possível reduzir custos operacionais, garantindo eficácia e reduzindo prejuízos — tanto materiais quanto humanos — tanto ao Estado quanto à população. Essa lógica econômica de eficiência também é usada como justificativa ética: garantir a segurança da população com menor risco e menor custo seria, portanto, uma responsabilidade das instituições públicas. A narrativa da modernização é apresentada, então, não apenas como inevitável, mas como desejável, como um avanço civilizatório.

As últimas justificativas são interconectadas: a segurança reforçada em eventos culturais e esportivos que tem como consequência a

melhoria econômica por meio do aumento de turistas nas principais cidades do Brasil, atraídos pelos grandes eventos culturais, turísticos e esportivos – pioneiros no uso de TRFs – e a sensação de proteção causada pela utilização de equipamentos de vigilância. Empresas fornecedoras de TRFs também participam ativamente da construção desse discurso, muitas vezes oferecendo seus produtos a título experimental ou firmando parcerias com entes públicos. Há uma forte presença de marketing tecnológico, na qual a ideia de "cidade inteligente" é associada ao uso intensivo de vigilância automatizada. Essa associação, embora carregada de promessas, nem sempre se sustenta em evidências concretas, mas mobiliza um imaginário coletivo de progresso, ordem e previsibilidade. Assim, existe toda uma mobilização de sensações e percepções de segurança que reforça esse universo mais favorável à implementação das tecnologias de reconhecimento facial.

Já os opositores do emprego de tais tecnologias têm se mobilizado para contestar a implementação indiscriminada das TRFs, chamando atenção para seus riscos, limitações técnicas e implicações sociais e políticas. Com um pensamento menos otimista, nesse grupo encontram-se organizações da sociedade civil, pesquisadores acadêmicos, ativistas de direitos humanos, defensores públicos, coletivos antirracistas e representantes de movimentos sociais. A crítica formulada por esses atores não se resume a uma recusa das tecnologias em si — um pânico tecnofóbico, mas denuncia as formas específicas como essas ferramentas têm sido implementadas indiscriminadamente, com pouca regulação, transparência e comprovação de eficácia, e os efeitos desiguais que elas produzem. Essa posição crítica é fundamentada através de estudos e pesquisas e é mais questionadora da realidade em que as tecnologias estão presentes em nosso cotidiano.

Um dos principais pontos de contestação refere-se aos vieses contidos em softwares e bases de dados com pouca ou nenhuma transparência de fontes e tratamento, apresentando alto viés racial, com imprecisões que afetam principalmente a população negra. Estudos como o de Buolamwini e Gebru (2018) apontam que as taxas de erros são significativas na identificação de pessoas negras, especialmente mulheres negras, quando comparadas a indivíduos brancos. Conforme já apontado anteriormente em nosso trabalho, as imagens de pessoas negras ou foram colocadas de lado ou apresentam dificuldade nas suas captações em tecnologias, desde a época do desenvolvimento da fotografia. No trabalho de Buolamwini e Gebru (2018), os dados apontam para números alarmantes, chegando a 34% na classificação de gênero para mulheres negras, enquanto para homens brancos a taxa de erro é menor que 1%. Essas informações demonstram como nessa realidade há uma profunda assimetria nos resultados produzidos pelos algoritmos, comprometendo sua confiabilidade e expondo grupos racializados a riscos de criminalização indevida — retomando o que foi dito anteriormente pelo histórico viés de aparatos tecnológicos. Ainda que exista a necessidade de tornar os processos mais eficazes, estes possíveis erros podem impossibilitar o sucesso na sua implementação.

Outro fator apontado pelos opositores das TRFs é a falta de transparência quanto à origem e ao tratamento das bases de dados utilizadas. Casos emblemáticos – como o da inclusão de uma foto do ator americano Michael B. Jordan como suspeito em uma investigação no Ceará (G1 CE, 2022) – colocam em cheque a verificação das fontes de suspeitos, apontando precariedade da verificação das fontes e a ausência de protocolos claros. A apuração dos fatos é uma questão muito importante, ainda mais em um contexto de grande profusão de dados e informações no contexto contemporâneo. As chances de erros se tornam maiores diante de processos que estremecem a integridade da informação. Assim, levando em consideração que o impacto em pessoas negras é maior do que quando comparados com pessoas brancas, a chance de gerar uma situação injusta é maior, o que, de acordo com os críticos do uso das TRFs, impossibilitaria a confiabilidade completa e unicamente ligada ao reconhecimento facial.

Em seguida são apresentados os argumentos que concernem aos riscos de criminalização de

parcela já marginalizada da sociedade, reproduzindo práticas de apagamento, classificação e dominação de certos grupos, visto que mais de 90% das pessoas identificadas por TRFs no Brasil são negras (Silva, 2023). Em vez de garantirem mais precisão, as TRFs, tal como vêm sendo implementadas, acabam produzindo novos erros, que incidem com maior intensidade sobre as populações negras e pobres. Nesse sentido, tais tecnologias não são apenas ferramentas técnicas, mas dispositivos de poder que reatualizam mecanismos coloniais de vigilância, dominação e exclusão. Ou seja, o uso dessa tecnologia pode reproduzir um controle sobre os corpos negros.

Esses erros não são apenas efeitos colaterais, mas têm consequências materiais profundas: prisões injustas, perda de empregos, danos à reputação, traumas psicológicos e desestruturação de vínculos familiares. Por isso, as consequências desproporcionais para pessoas negras e pobres identificadas erroneamente também são apontadas como ponto de atenção no uso amplo de TRFs. O exemplo do caso citado como ponto de partida é um exemplo das consequências possíveis: o vigilante perdeu seu emprego, ficou 26 dias encarcerado longe de sua família, com consequências psicológicas, econômicas e sociais não apenas para ele como para sua família. Tais impactos reverberam não somente ao caso do vigilante que, na verdade, torna-se um exemplo aos demais semelhantes a ele, sendo um símbolo do controle das TRFs.

As críticas às TRFs também abrangem a falta de transparência e regulamentação em todos os processos de implantação da tecnologia, como aquisições de ferramentas sem licitações claras, omissão de informações sobre garantia de segurança de dados sensíveis, violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) principalmente no que concerne a dados biométricos de crianças e adolescentes e a falta de informação sobre quais tratamentos são aplicados nos dados. Há ainda sérias dúvidas sobre a soberania digital dos dados, visto que muitas das empresas responsáveis têm sedes ou servidores em outros países, sem garantias claras de que os dados dos cidadãos brasileiros não serão compartilhados ou utilizados indevidamente. Conforme apontado em outro momento em nosso trabalho, uma mulher teve sua imagem exposta através de uma ferramenta da *Google*, o que demonstra a necessidade do respeito legal para garantia do respaldo ético e judiciário dos cidadãos.

Por fim, os opositores questionam a efetividade das TRFs como política de segurança pública. Apesar da promessa de modernização e eficiência, não há evidências robustas de que a presença dessas tecnologias tenha resultado em redução significativa da criminalidade. A sensação de segurança gerada pela vigilância pode, inclusive, mascarar práticas autoritárias e ampliar desigualdades, ao invés de resolvê-las. Para muitos críticos, o investimento em tecnologias de reconhecimento facial desvia recursos que poderiam ser destinados a políticas de prevenção, educação, moradia e saúde – áreas que, de fato, atuam nas causas estruturais da violência.

Considerações Parciais ou Finais

As TRFs podem ser identificadas como uma "tecnologia de poder" (Foucault, 2005), atuando como instrumento legitimador de hierarquias raciais sob o pretexto de maior segurança e eficiência num ciclo vicioso implementado desde a colonização no Brasil, em que o policiamento é orientado para as classes menos privilegiadas. A cartografia da controvérsia em torno das Tecnologias de Reconhecimento Facial no Brasil revela, então, um campo tensionado por interesses diversos, disputas narrativas e profundas assimetrias de poder. O que está em jogo são modelos de sociedade, formas de controle social, conceitos de segurança e justiça, e o próprio papel do Estado na mediação dos conflitos urbanos. Mapear essa controvérsia é, portanto, um passo fundamental para a construção de políticas públicas mais transparentes, participativas e orientadas por critérios de equidade. A adoção de qualquer tecnologia que interfira diretamente nos direitos fundamentais da população exige não apenas comprovação de sua eficácia, mas também garantias éticas, jurídicas e democráticas de sua utilização.

A falta de regularização e fiscalização intensas sobre a captação, uso e tratamento de dados biométricos cria uma zona cinzenta de atuação, em que empresas privadas e órgãos estatais implementam tais tecnologias sem controle social devido, ampliando sua capacidade de intervenção sobre a população. É importante destacar nesse sentido que o avanço das TRFs se deu em um contexto de crescente investimento estatal em vigilância tecnológica, frequentemente associado à retórica da "modernização" da segurança pública. Essa narrativa é instrumentalizada por setores do Estado e por empresas privadas de tecnologia para justificar a adoção acelerada dessas ferramentas, mesmo diante da ausência de regulação clara, transparência nas aquisições e evidências robustas de efetividade.

Por outro lado, as forças de segurança brasileiras são constantemente cobradas por maior eficiência e a modernização é componente crucial para tal, a implementação do novo urbanismo militar é considerado um avanço e as TRFs se tornaram ferramentas de segurança pública vitais para o policiamento (Sousa et al., 2024). No entanto, a promessa de "eficiência" associada às TRFs, entretanto, revela-se problemática quando confrontada com os dados empíricos que apontam altos índices de erro, notadamente direcionados a pessoas negras, periféricas e socialmente vulnerabilizadas.

Além disso, pesquisa realizada procurou evidenciar o papel ambíguo ocupado pela população brasileira nesse debate. Enquanto parte da sociedade adere ao discurso da segurança - incitada pelo medo - e do progresso tecnológico, muitas vezes sem conhecimento pleno das implicações éticas e sociais das TRFs, outra parte vivencia diretamente os efeitos colaterais dessas práticas. Os contratos com empresas privadas, frequentemente firmados sem licitação e com cláusulas de sigilo sobre algoritmos e bases de dados, dificultam a fiscalização pública e inviabilizam o debate democrático. Ao invés de promover segurança, as TRFs acabam por aprofundar a desigualdade de acesso, além de restringir a possibilidade de contestação e responsabilização por seus erros.

Concluímos, portanto, que o debate sobre as Tecnologias de Reconhecimento Facial no Brasil é revelador de dilemas mais amplos sobre tecnologia, poder e justiça social. Sua utilização, nos moldes atuais, reforça desigualdades históricas e legitima práticas discriminatórias sob o pretexto da neutralidade técnica. Cabe à sociedade civil, à academia, aos órgãos de controle e às instituições públicas o papel de tensionar esse modelo, promover a escuta dos sujeitos afetados e garantir que o futuro digital seja construído a partir de princípios democráticos, inclusivos e transparentes.

Por fim, a abordagem de cartografia de controvérsias permite analisar com profundidade as relações de poder envolvidas na utilização de TRFs no Brasil, revelando interesses ocultos, assimetrias de acesso à informação e mecanismos utilizados pelos agentes que desejam legitimar ou contestar a implementação das ferramentas. Ao mapear agentes, conexões, interesses, narrativas e decisões, procura-se contribuir para um debate mais transparente.

Referências

Alencar, I. (2023, setembro 1). Com mais de mil prisões na BA, sistema de reconhecimento facial é criticado por "racismo algorítmico"; inocente ficou preso por 26 dias. *G1*. https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/01/com-mais-de-mil-prisoes-na-ba-sistema-de-reconhecimento-facial-e-criticado-por-racismo-algoritmico-inocente-ficou-preso-por-26-dias.ghtml.

Almeida, E. C. (2020). Os grandes irmãos: o uso das tecnologias de reconhecimento facial para persecução penal. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 16(2), 264–283. https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n2.1377.

Bezerra, A. C. (2020). Do 11/9 à covid-19: a vigilância de estado na perspectiva da ética intercultural da informação. *Informação & Informação*, 25(4), 31–46. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n4p31.

Braga, N. (2024, julho 12). Erro em reconhecimento facial constrange psicóloga em conferência. *Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro*.

https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/29955-Erro-em-reconhecimento-facial-constrange-psicologa-em-conferencia.

Brasil. (1890, outubro 11). Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890: Dispõe sobre a liberdade de cultos religiosos. *Câmara dos Deputados*. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html.

Buolamwini, J., & Gebru, T. (2018). Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In *S. A. Friedler & C. Wilson* (Eds.), Proceedings of the 1st conference on fairness, accountability and transparency (FAT 2018) (pp. 77–91). PMLR.

CONDEGE. (2022). *Relatório sobre reconhecimento fotográfico em sede policial*. https://www.condege.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Relatorio-CONDEGE-DPERJ-reconhecimento-fotografico.pdf.

Faustino, D., & Lippold, W. (2023). Racismo algorítmico ou racialização digital? In *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana* [Recurso eletrônico]. Boitempo.

Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora.

Foucault, M. (2012). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.

G1 CE. (2022, janeiro 7). *Foto de astro do cinema Michael B. Jordan aparece em lista de procurados pela polícia do Ceará*. https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/01/07/astro-do-cinema-michael-b-jordan-aparece-em-lista-de-procurados-pela-policia-do-ceara.ghtml.

Instituto Sou da Paz. (2024, novembro 13). *Indicador nacional de esclarecimento de homicídios tem leve crescimento e registra 39% para esse tipo de crime ocorrido em 2022*. https://soudapaz.org/noticias/indicador-nacional-de-esclarecimento-de-homicidios-tem-leve-crescimento-e-registra-39-para-esse-tipo-de-crime-ocorrido-em-2022/.

Kaspersky. (n.d.). *O que é reconhecimento facial – definição e explicação.* https://www.kaspersky.com.br/resource-center/definitions/what-is-facial-recognition.

Lemieux, C. (2007). À quoi sert l'analyse des controverses? Mil neuf cent. *Revue d'histoire intellectuelle*, 25, 191–212. (R. Cantu, Trad.). Para que serve a análise de controvérsias?

Molina, T. (2023, setembro 23). Google é condenado em R$ 15 mil por expor imagem de mulher no Maps. *Metrópoles.* https://www.metropoles.com/sao-paulo/google-e-condenado-em-r-15-mil-por-expor-imagem-de-mulher-no-maps.

Picolo, C., & Nunes, P. (2024). Vigilância por lentes opacas: mapeamento da transparência e responsabilização de projetos de reconhecimento facial no Brasil. LAPIN.

Prefeitura de Manaus. (2025, fevereiro 6). *Prefeitura de Manaus implementará tecnologia de reconhecimento facial para auxiliar na segurança pública.* https://www.manaus.am.gov.br/noticia/seguranca-publica/tecnoligia-reconhecimento-facial/.

Roth, L. (2009). Looking at Shirley, the ultimate norm: Colour balance, image technologies, and cognitive equity. *Canadian Journal of Communication*, 34(1), 111–136. https://cjc-online.ca/index.php/journal/article/view/2199.

Sousa, R., Lima, J., & Moreira, F. (2024). Esporte, dados e direitos: o uso de reconhecimento facial nos estádios brasileiros. *Centro de Estudos de Segurança e Cidadania*.

Van Dijck, J. (2017). Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *Matrizes*, 11(1), 39–59. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143050607004.

Venturini, T. (2009). Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258–273. (Trad. Mergulhando em magma: como explorar controvérsias com teoria ator-rede).

Wang, J. (2022). *Capitalismo carcerário*. Igra Kniga.

PROJETO TASSIA: ARTICULAÇÕES ENTRE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

Janicy Aparecida Pereira Rocha, UNIRIO/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, https://orcid.org/0000-0001-9279-8010, Brasil, *janicy.rocha@unirio.br*

Vinicius de Souza Tolentino, UNIRIO, https://orcid.org/0000-0001-7872-3629, Brasil, *vinicius.tolentino@unirio.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6708

Eixo: Impactos Sociais

Resumo

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio constitucional das universidades brasileiras, mas sua concretização enfrenta desafios estruturais e ainda é pouco documentada na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Esta pesquisa discute como a tríade ensino-pesquisa-extensão vem sendo articulada nas ações desenvolvidas no Projeto TASSIA, que desenvolve e divulga um repositório de *software* gratuito de Tecnologia Assistiva. A pesquisa adota abordagem qualitativa e quantitativa, com técnicas bibliográfica, documental e observação participante. Foram analisados registros institucionais e métricas de acesso ao repositório e ao perfil do projeto no Instagram. A pesquisa documenta uma experiência de integração gradual da tríade na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Atividades de pesquisa estruturam o desenvolvimento do repositório; o ensino se manifesta na inserção de discentes em atividades de pesquisa e extensão; e a extensão viabiliza a disponibilização do Repositório TASSIA e a divulgação científica sobre Tecnologia Assistiva. As métricas indicam crescimento no alcance e no engajamento com os produtos.

Palavras-chave: Repositório de Tecnologia Assistiva; tríade universitária; pesquisa; ensino; extensão.

Abstract

The articulation between teaching, research, and extension is a constitutional principle of Brazilian universities, but its implementation faces structural challenges and remains poorly documented in the field of Library and Information Science. This research examines how the teaching-research-extension triad has been articulated in the activities developed within the TASSIA Project, which develops and disseminates a free software repository for Assistive Technology. The research adopts a qualitative and quantitative approach, employing bibliographic, documentary, and participant observation techniques. Institutional records and access metrics for the repository and the project's Instagram profile were analyzed. The research documents an experience of gradual integration of the triad in the field of Library and Information Science. Research efforts structure the development of the repository; teaching manifests itself through the inclusion of students in research and extension activities; and extension enables the provision of the TASSIA Repository and scientific dissemination on Assistive Technology. The metrics indicate growth in reach and engagement with the products.

Keywords: Assistive Technology Repository; university triad; research; teaching; extension

Introdução

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental das universidades brasileiras, institucionalizado pela Constituição Federal (Brasil, 1988). O ensino é o processo construtivo do saber; a pesquisa, sua concretização; e a extensão, um processo educativo e formador de intervenção social (Leite *et al*., 2018).

Moita & Andrade (2009) alertam para os riscos de reducionismos quando a articulação entre as dimensões universitárias ocorre de forma apenas dual. A combinação entre ensino e extensão, por exemplo, resulta em uma formação voltada para problemas sociais, mas carente do conhecimento gerado pela pesquisa. Já a articulação entre ensino e pesquisa favorece o avanço científico, mas com compreensão ético-político-social limitada. Por fim, pesquisa e extensão, sem a presença do ensino, eliminam a dimensão formativa que confere sentido à universidade.

Portanto, universidades comprometidas com a produção do conhecimento por meio da pesquisa podem ser mais exitosas nas atividades pedagógicas do ensino e nas ações sociais, via extensão (Severino, 2009). Para o autor a indissociabilidade entre as três dimensões é crucial para o cumprimento do papel social das universidades.

Articulada, a tríade deve responder às demandas sociais e contribuir para a formação de profissionais críticos e preparados para

atuar em contextos sociais complexos como, por exemplo, os direitos das pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, pesquisa, ensino e extensão, se integrados, favorecem a formação de profissionais com habilidades técnicas e éticas fundamentais para a construção de uma sociedade inclusiva e propiciam a transferência do conhecimento para a sociedade.

Embora essenciais para impacto e relevância social das universidades, persistem desafios para a integração efetiva e equilibrada entre essas dimensões (Costa, 2018; Severino, 2009). Para os autores, entre os desafios à integração destacam-se restrições estruturais, como escassez de financiamento e de infraestrutura. Costa (2018) identificou desafios adicionais: a priorização de ensino e pesquisa em detrimento da extensão e o descompasso entre as temporalidades do cotidiano universitário, regido por prazos fixos, e do cotidiano comunitário, marcado por demandas estruturais permanentes.

Teodósio (2024) convoca à reflexão sobre a emergência de normativas que buscam a articulação da tríade, com especial atenção àquelas voltadas para integração no nível da graduação. O autor alerta que, a despeito dos já conhecidos desafios, outros poderão surgir da curricularização da extensão, como a mera inserção curricular, sem debate político-pedagógico. A curricularização da extensão, em implantação no Brasil, é o processo de inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, considerando a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, conforme diretrizes da Resolução Nº 07 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018).

Discutir e implementar formas de articulação é essencial para a superação dos desafios e a concretização da indissociabilidade (Leite *et al*., 2018; Moita & Andrade, 2009; Severino, 2018). Como caminhos possíveis, Severino (2009) propõe a pesquisa como base que sustenta o ensino e a extensão; a extensão como espaço de vivência e reflexão sobre a realidade social; e o ensino fortalecido pelas práticas de pesquisa e extensão.

A exemplo de outras áreas, na Biblioteconomia e Ciência da Informação ainda são incipientes estudos que apresentem experiências de articulação bem-sucedidas (Mendes *et al*., 2023). Essa lacuna evidencia a necessidade de sistematização e divulgação de projetos nos quais a tríade seja articulada.

Frente ao exposto, este artigo objetiva discutir como a tríade ensino-pesquisa-extensão vem sendo articulada nas ações desenvolvidas no Projeto TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio. No Projeto TASSIA é desenvolvido, gerenciado e divulgado um repositório de *software* de Tecnologia Assistiva (TA), e promovida a divulgação científica sobre a temática no Instagram. É desenvolvido por docentes e discentes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atendendo a pessoas com deficiências e com neurodiversidades, bibliotecários, profissionais da informação, educadores e demais interessados na identificação e seleção de *softwares* gratuitos de TA e adequados às demandas específicas de cada usuário.

A pesquisa justifica-se por documentar como o Projeto TASSIA articula a referida tríade, promovendo acesso, acessibilidade e impacto social. Ainda, contribui para suprir as lacunas identificadas na literatura, ao relatar estratégias, desafios e contribuições da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Soma-se a isso o caráter social da proposta, considerando o papel dos repositórios de *software* de TA como instrumentos de promoção de justiça informacional e social. Por se tratar de uma experiência prática e ainda pouco documentada na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, o Projeto TASSIA se constitui como contribuição original e relevante para o debate sobre a indissociabilidade da tríade universitária.

A análise parte de uma perspectiva descritivo-analítica, apresentando como o projeto articula pesquisa, ensino e extensão, e quais são seus efeitos na formação discente e na promoção da equidade.

Este artigo está estruturado em seis seções. Após a introdução, na seção 2 é apresentada a contextualização teórica sobre repositórios de TA e sua relação com o acesso à informação e

a justiça social. Na seção 3 é apresentado o Projeto TASSIA, com ênfase na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Na seção 4, estão os métodos. Na seção 5 são discutidos os resultados, em categorias temáticas. Por fim, na seção 6 são apresentadas as considerações finais.

Repositórios de Tecnologia Assistiva e equidade no acesso à informação

A Tecnologia Assistiva (TA) é reconhecida como um direito das pessoas com deficiência (Brasil, 2015; ONU, 2016). De escopo amplo, a TA engloba metodologias, dispositivos, produtos, recursos, equipamentos, estratégias, práticas e serviços capazes de ampliar a capacidade funcional de seus usuários em tarefas que, de outra forma, seriam difíceis ou impossíveis de realizar (Brasil, 2015; D'Cunha *et al*., 2022).

A TA pode ser disponibilizada em modalidades comerciais ou gratuitas, o que afeta o acesso de diferentes públicos. No primeiro caso, a comercialização motiva fornecedores a investir em divulgação, facilitando a descoberta dos recursos por usuários potenciais, apesar do custo financeiro para aquisição. Já no segundo caso, embora não haja o custo financeiro, existem barreiras de localização e acesso dada a dispersão dos produtos em múltiplos locais.

Os repositórios de TA desempenham um papel fundamental nesse contexto, para organizar e disseminar informações sobre esses produtos. Esses repositórios podem armazenar modelos para fabricação de TA e/ou diferentes tipos de TA em formato digital. Podem também conter representações de objetos físicos, tais como cadeiras de rodas, órteses, próteses, e outros. Nesse caso, caracterizam-se como sistemas de inventário de TA, possibilitando gerenciar o fornecimento dos objetos cadastrados (Andrews *et al*., 2024). Repositórios de *software* de TA constituem um tipo específico onde são reunidas, organizadas e disseminadas coleções de *software* que apoiam pessoas com deficiência na execução das mais variadas tarefas cotidianas (Al-Khalifa & Al-Razgan, 2014).

Atualmente, as tecnologias digitais contribuem para o crescimento exponencial da quantidade de *software* de TA. Todavia, quantidade não implica facilidade de descoberta, considerando a variedade desses recursos, suas múltiplas características e a diversidade de locais nos quais podem estar disponíveis.

Nesse cenário, os repositórios de *software* de TA são fundamentais para que esses recursos sejam localizados por quem deles necessita. Esses repositórios são considerados um tipo de repositório temático, para o qual ainda não há uma estrutura padrão (Fernandes, 2023). Eles podem armazenar recursos de TA, apenas registros dos recursos; tutoriais para produção de recursos de TA; entre outros.

São uma tipologia ainda emergente, com poucos exemplos identificados. No continente europeu, destacam-se o ATHENA[1], na Grécia, e o EASTIN[2], que abrange diversos países em uma rede colaborativa. Na América do Norte, há o *Makers Make Change*[3], no Canadá. No Oriente Médio, destaca-se o MADA[4], no Catar. Na América do Sul, encontram-se o Repositório de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul[5] (IFRS) e o TASSIA[6], ambos no Brasil.

Assim como os repositórios de *software* de TA, a literatura sobre eles é incipiente. Pino *et al*. (2010) propõem uma metodologia inicial para a criação de inventários de *software* de TA, visando à organização sistemática e à busca dos recursos. Esta metodologia foi adaptada para o domínio dos aplicativos de TA para dispositivos móveis por Kouroupetroglou *et al*. (2015); sendo aprofundada e aplicada no mATHENA[7], um repositório de aplicativos móveis gratuitos de TA complementar ao ATHENA (Kouroupetroglou *et al*., 2017).

Al-Khalifa & Al-Razgan (2014) relatam a criação do ACCESS, um repositório de *software* de TA árabe, atualmente indisponível. Mottin *et al*. (2020) apresentam a proposta de criação do Repositório de Tecnologia Assistiva no Contexto Educacional (RETACE), projeto do Centro de Referência em Tecnologia Assistiva do IFRS. Fernandes (2023) sintetiza as etapas de planejamento e desenvolvimento do Repositório TASSIA ao apresentar o plano para sua divulgação.

Todas essas pesquisas têm motivação similar: a dispersão dos *software* de TA pela *web*,

dificultando a localização e o acesso por quem deles necessita. Todas têm objetivo comum: reunir, organizar e facilitar o acesso a esses recursos. Cada uma, à sua maneira, considera fatores contextuais dos países ou regiões onde se situam; utiliza infraestruturas diversas e foca em tipos de *software* de TA distintos.

Iniciativas que provam o acesso à TA possuem grande potencial de impacto social. Apesar de se constituir como direito fundamental das pessoas com deficiência, o acesso à TA ainda é permeado por diferentes barreiras, incluindo a falta de informação adequada. D'Cunha *et al*. (2022) afirmam que, frequentemente, usuários de TA enfrentam dificuldades para se manter atualizados quanto aos avanços na área, o que compromete a seleção informada e o uso efetivo desses recursos. Os autores ressaltam a demanda por fontes de informação confiáveis e imparciais sobre tecnologias novas e emergentes, bem como apoio qualificado para a seleção e aquisição de dispositivos de TA.

Nesse contexto, repositórios de *software* de TA assumem papel estratégico, ao contribuírem para maior equidade no acesso à informação sobre essas tecnologias. O acesso equitativo à informação sobre TA transcende aspectos técnicos, inserindo-se em discussões mais amplas sobre justiça social e direitos. Pessoas com deficiência, historicamente, enfrentam barreiras estruturais para acessar informações e recursos que lhes são essenciais. Portanto, iniciativas de organização e disseminação de TA e de informações sobre ela devem assumir também as dimensões ética e política. Repositórios de *software* de TA precisam ser bem estruturados, livres de conflitos de interesse e concebidos com foco nos interesses dos usuários (D'Cunha *et al*., 2022).

Essa perspectiva coaduna-se com os princípios da justiça informacional formulados por Mathiesen (2015), que propõe uma estrutura conceitual de justiça social aplicada à Ciência da Informação e a seus serviços. A justiça informacional implica o tratamento justo das pessoas como buscadoras de informação, o que exige que barreiras de acesso à informação sejam reconhecidas e enfrentadas.

Nesse contexto, reconhece-se o potencial de impacto social da Biblioteconomia e Ciência da Informação na promoção do acesso equitativo à informação, conforme apresentado por Fombad *et al*. (2023). Repositórios de *software* gratuitos de TA desenvolvidos conforme os preceitos técnicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, ao removerem obstáculos econômicos e informacionais que dificultam o acesso à TA, configuram-se como serviços de informação comprometidos com a promoção da justiça informacional e, por extensão, da justiça social.

O Projeto TASSIA, ao promover acesso gratuito a *software* de TA e a divulgação científica sobre a temática, representa uma iniciativa orientada por esses princípios, promovendo a equidade e contribuindo para o enfrentamento das barreiras de acesso à TA. Na seção 3, são apresentados histórico, objetivos e produtos do referido projeto.

Projeto TASSIA e a tríade universitária

O Projeto TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio teve início em 2021, como desdobramento do projeto de pesquisa "Plataformas de acesso aberto a artefatos de pesquisa: elementos da experiência do usuário", coordenado pela professora Janicy Rocha, na UNIRIO. Desde o início, tem como meta ser um espaço de pesquisa e ensino, com produtos direcionados à comunidade por meio da extensão, contribuindo para uma formação acadêmica mais completa e socialmente comprometida. Para tanto, todas as ações do Projeto TASSIA envolvem a participação discente, sob supervisão docente.

A primeira ação do projeto visou à criação do segundo repositório de *software* de TA brasileiro: o Repositório TASSIA. Com esse intuito, a coordenadora elaborou e submeteu à Diretoria de Pesquisa (DPq) da UNIRIO dois projetos de Iniciação Científica (IC). Ambos foram contemplados com bolsas para desenvolvimento entre setembro de 2021 e agosto de 2022 por discentes do bacharelado em Biblioteconomia, sob supervisão da coordenadora. Um dos projetos teve como objetivo a especificação técnica do repositório (Silva & Rocha, 2022); enquanto o outro visou à criação de uma taxonomia para organizar e classificar *software* de TA em repositórios (Fernandes & Rocha, 2022).

Em contraste com o Repositório de Tecnologia Assistiva do IFRS, que também disponibiliza manuais para construção de TA e produtos próprios, desde o início, o objetivo do TASSIA é disponibilizar apenas *software* gratuitos de TA desenvolvidos por terceiros. Outra diferença é ser implementado usando *software* específico para gestão de coleções digitais, com adoção de padrão de metadados e taxonomia.

Essa segunda diferença apoia-se em Sayão & Marcondes (2009), para os quais além de aspectos políticos, legais e culturais, a criação de repositórios envolve aspectos técnicos fundamentais. Dentre eles: plataformas de *software* versáteis, livres e de código aberto adequada aos requisitos técnicos, funcionais e gerenciais do repositório; e serviços de gestão e disseminação de recursos digitais. Os serviços incluem curadoria, tratamento, organização e acesso aos recursos digitais.

Para implementação do TASSIA foi escolhido o Tainacan[8], um *plugin* do WordPress, por atender aos requisitos de facilidade de uso, flexibilidade e adequabilidade para gestão de coleções de recursos digitais (Silva & Rocha, 2022). Em 24 de março de 2022, ambos foram instalados em infraestrutura institucional, iniciando-se a configuração e os testes do repositório, também pelos discentes, sob supervisão da coordenadora. Definiu-se pela criação de coleção única, intitulada ***Software***, para o cadastro dos *software* de TA, após os processos de curadoria e testes. A taxonomia elaborada por Fernandes & Rocha (2022) compôs um perfil de aplicação de metadados baseado no *Dublin Core* (Hillmann, 2005).

Os resultados desses projetos foram reconhecidos academicamente quando apresentados na 21ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO em outubro de 2022. Na ocasião, ambas as pesquisas de IC receberam prêmios de melhor trabalho e menção honrosa, respectivamente, na área de Biblioteconomia.

Um terceiro projeto de IC foi submetido a edital e contemplado com bolsa institucional para desenvolvimento entre setembro de 2022 e agosto de 2023. O objetivo do projeto foi formalizar uma política de povoamento para o TASSIA, dispondo sobre os métodos para curadoria e cadastro dos *software* de TA no Repositório TASSIA (Fernandes & Rocha, 2023a). Quando apresentada na 22ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO em outubro de 2023, a pesquisa recebeu menção honrosa na área de Biblioteconomia.

A continuidade do desenvolvimento do projeto evidenciou-se com a defesa, em julho de 2023, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) "Repositório TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio: proposição de estratégias para divulgação à comunidade" por Fernandes (2023), discente do Bacharelado em Biblioteconomia. Posteriormente, o trabalho foi premiado no Concurso Melhor TCC 2024 - Regional Sudeste, promovido pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin) em dezembro de 2024.

A expansão das atividades para a dimensão extensionista concretizou-se em dezembro de 2023, com a formalização do projeto "Gerenciamento e divulgação do Repositório TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio: uma fonte de informação no campo da acessibilidade". Seu objetivo é viabilizar a divulgação do Repositório TASSIA e a democratização do acesso ao conhecimento sobre TA. Este projeto, renovado anualmente, conta em sua configuração atual com um discente-extensionista com bolsa institucional, quatro discentes-extensionistas voluntários e quatro docentes atuantes como pesquisadores-extensionistas, responsáveis pela supervisão dos discentes.

Como parte da estratégia de divulgação, em 20 de março de 2024 foi criada uma conta no Instagram[9], na qual são compartilhados conteúdos afins à temática da TA, produzidos por discentes, sob supervisão da coordenadora do projeto. A divulgação científica em mídias sociais tem se consolidado, dada a capacidade de ampliar o alcance; facilitar o acesso, rompendo barreiras geográficas e econômicas; promover o engajamento com diferentes públicos e tornar a ciência mais compreensível e socialmente relevante (Alves *et al.*, 2022; Delbianco & Valentim, 2021; Silva & Medeiros, 2024).

Adicionalmente, são desenvolvidas ações diversas de divulgação em eventos e para

instituições, pessoas com deficiências e neurodiversidades, educadores, profissionais da informação, e demais interessados. Todas as ações possuem participação discente e são supervisionadas pelos docentes integrantes do projeto.

Dessa forma, o referido projeto de extensão é parte do Projeto TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio. Este se configura como um projeto mais amplo, no qual são articuladas ações de pesquisa, ensino e extensão com o intuito de manter o Repositório TASSIA em constante evolução, enquanto o divulga à comunidade e promove o acesso ao conhecimento sobre TA. As ações adotam abordagens alinhadas aos princípios de justiça informacional previamente discutidos, operacionalizando-os através da tríade universitária.

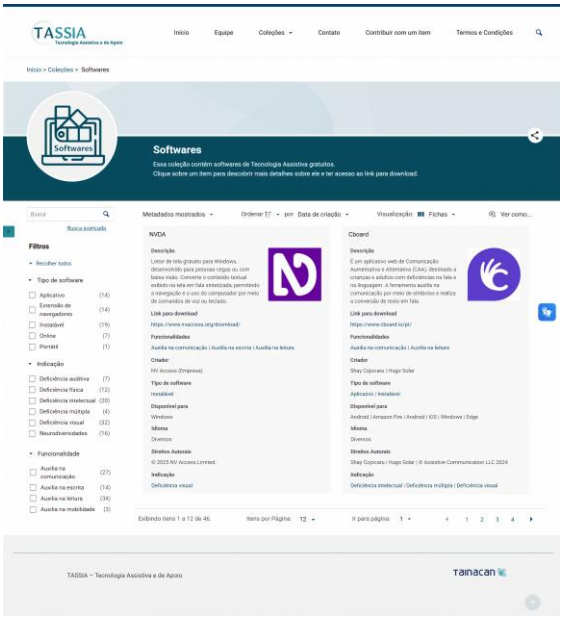
O processo de evolução do Repositório TASSIA envolve atividades de revisão trimestral dos *links* para *download* dos *software,* com eventuais substituições de *links* quebrados; curadoria e seleção de novos *software* de TA para cadastro; pesquisas para ampliação de funcionalidades e outras melhorias.

Atualmente, o Repositório TASSIA disponibiliza 46 registros de *softwares* gratuitos de TA, provenientes de distintos fabricantes. Os *softwares* não estão disponíveis para *download* diretamente no TASSIA. A decisão de disponibilizar o *link* e remeter os usuários aos *websites* dos fabricantes justifica-se por três razões: dar visibilidade a cada fabricante, ampliando o número de acesso a seus *websites*; garantir que o usuário do TASSIA tenha à sua disposição a versão mais recente do *software*; inviabilidade de monitoramento permanente dos fabricantes para verificação de *releases* e atualização do registro disponível no TASSIA (Silva *et al*., 2025).

Os registros são compostos por metadados descritivos e administrativos (*dc.description, dc.title,* d*c.creator, dc.rigths, dc.language, dc.format, dc.identifier*), todos oriundo do *Dublin Core* (Silva; Rocha, 2022). A eles somam-se as categorias da taxonomia, que permitem filtrar os *software* pela indicação (*dc.subject*): neurodiversidades e deficiências visual, auditiva, intelectual, física e múltipla; pela funcionalidade *(dc.subject):* auxílio na comunicação, na leitura, na escrita e na mobilidade; e pelo tipo *(dc.type)*: executáveis, instaláveis, aplicativos, *online*, portáteis e extensões de navegadores. Para cada registro é feito o *upload* do símbolo gráfico que representa o *software,* e a ele é associada uma descrição textual, em forma de texto alternativo, permitindo que o conteúdo informativo da imagem seja transmitido por leitores de tela a seus usuários.

Na Figura 1 é apresentado um *print* do TASSIA, com registros de dois *software* de TA e os filtros disponíveis.

Figura 1: Página dos registros do TASSIA



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Desde 2021, o Projeto TASSIA já acolheu nove discentes do bacharelado em Biblioteconomia, número aquém do desejado. Contudo, limitações de infraestrutura e disponibilidade de carga horária docente para supervisão têm impedido a ampliação da equipe.

A articulação entre a tríade pesquisa, ensino e extensão, meta do projeto, vem sendo gradualmente construída. Seus principais resultados são discutidos na seção 5. Na seção 4, a seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória em seus objetivos; bibliográfica, documental e observação participante nos procedimentos

técnicos; qualitativa e quantitativa quanto à abordagem do problema (Prodanov & Freitas, 2014). O caráter exploratório da pesquisa deveu-se à escassez de relatos sobre experiências bem-sucedidas de integração da tríade universitária e à literatura incipiente sobre repositórios de *software* de TA.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida entre março e julho de 2025 no Portal de Periódicos Capes, sem delimitação de bases de dados, e na Base de Dados em Ciência da Informação. Foram utilizados dois grupos de descritores: 1) ensino, pesquisa, extensão, tripé universitário e tríade universitária; 2) repositório, *software* e Tecnologia Assistiva. Os descritores de cada grupo, em português, inglês e espanhol, foram combinados entre si com os operadores booleanos aceitos pelas bases de dados. Como critérios de inclusão, adotaram-se artigos revisados por pares, sem delimitação temporal ou de idioma, que abordassem a temática da pesquisa. Também foram consultadas todas as publicações científicas referentes ao TASSIA.

A pesquisa documental, conduzida no mesmo período, possibilitou o acesso a todos os registros sistemáticos das ações realizadas ao longo dos cinco anos de existência do Projeto TASSIA. Foram consultados projetos, manuais, atas, relatórios e outros documentos.

Por meio do *plugin Burst Statistics*, foram extraídas as métricas de acesso ao Repositório TASSIA, após autenticação com credenciais de administrador. Consideraram-se os dados do período de 24 de março de 2022 (data da criação do repositório) e 30 de junho de 2025 (data de coleta dos dados).

Complementarmente, por meio da *Meta Business Suite*[10], foram extraídas as métricas do perfil do TASSIA no Instagram, abrangendo o período entre a criação da conta (20 de março de 2024) e a coleta dos dados (30 de junho de 2025). Os dados foram registrados em planilha eletrônica, dando origem a gráficos e a análises quantitativas e qualitativas.

A observação participante contemplou os cinco anos de existência do Projeto TASSIA. Por meio dela, além da pesquisa documental, foi possível o contato direto, frequente e prolongado dos autores com o ambiente do projeto e com as 13 pessoas que já o integraram em diferentes épocas. Os autores, integrantes do projeto, se posicionaram como pesquisadores *insider* (Spradley, 1980). Especificamente nesta pesquisa, os autores atuaram como pesquisadores, relatando as atividades pregressas do projeto relacionadas ao objetivo delimitado. Para tanto, revisitaram registros; rememoram fatos relevantes para o objetivo da pesquisa e, quando necessário, dialogaram sobre os fatos entre si. Isso permitiu uma análise mais focada e imparcial do ambiente e das dinâmicas do projeto. Devido à dualidade de papéis, buscou-se manter imparcialidade e reflexividade no relato, com sessões de revisão crítica entre os autores.

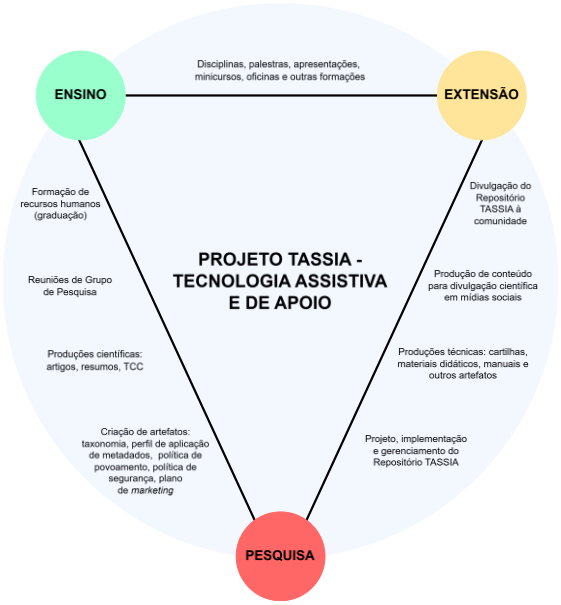
Para apresentação dos resultados, adotou-se perspectiva descritivo-analítica, abordando as atividades do projeto articuladas conforme a tríade universitária. A análise buscou não apenas relatar as ações realizadas ao longo do projeto, mas também identificar e interpretar como essas atividades articulam a referida tríade. Isso foi explorado em três categorias temáticas: pesquisa-ensino; pesquisa-extensão e ensino-extensão, apresentadas na seção 5.

Resultados e discussão

As atividades do Projeto TASSIA articulam a tríade universitária, promovendo formação crítica e contribuindo para a transformação social. Ao estabelecer a pesquisa como elemento basilar, subverte a sequência de desenvolvimento histórico das universidades (ensino-pesquisa-extensão). A opção não implica hierarquização, mas reconhecimento da pesquisa como geradora de conhecimentos nos quais se amparam o ensino e a extensão.

Essa articulação é representada na Figura 2. O círculo azul simboliza o Projeto TASSIA, enquanto o triângulo invertido posiciona a pesquisa como base para ensino e extensão. Os vértices representam os pilares; e as arestas, suas inter-relações. As atividades dispostas ao longo das arestas aproximam-se mais do pilar com o qual possuem maior vínculo.

Figura 2: Articulações entre os diferentes pilares no projeto TASSIA



Fonte: Os autores (2025)

Nas subseções seguintes, as atividades e inter-relações entre cada par de pilares são descritas e discutidas. A divisão em pares é meramente didática. Na prática, os três pilares se articulam e se retroalimentam: a pesquisa fundamenta o ensino e a extensão; e esta gera demandas que guiam novas pesquisas e ações de ensino.

Pesquisa-ensino

Como relatado na seção 3, o Repositório TASSIA é produto de atividades de pesquisa que contemplaram a dimensão do ensino em orientações de Trabalho de Conclusão de Curso e de Iniciação Científica. Os resultados de cada uma dessas atividades foram publicados em produções científicas distintas. De forma associada, foram geradas produções técnicas, como as políticas de povoamento e de segurança do TASSIA; o plano de *marketing* para divulgação à comunidade; além de cartilhas e manuais técnicos diversos.

Ao longo do processo, os discentes foram orientados para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à criação e gestão de repositórios e de coleções digitais, à realização de atividades de pesquisa e ao trabalho em equipe.

Adicionalmente, enquanto desenvolviam as atividades, os discentes participaram das reuniões do grupo de pesquisa Observatório de Tendências: Interoperabilidade e Metadados para Organização do Conhecimento (OTIMO©), liderado pela coordenadora do Projeto TASSIA. Essa interação possibilitou trocas de saberes e reflexões críticas com integrantes externos ao projeto, alguns deles com experiência em repositórios institucionais.

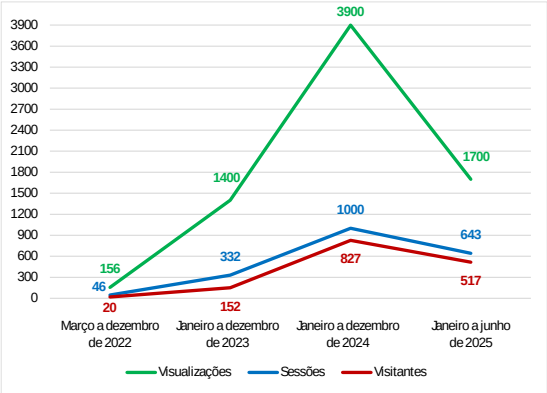
Tanto a especificação para o repositório (Silva & Rocha, 2022), quanto a criação da taxonomia (Fernandes & Rocha, 2022) foram baseadas em pesquisas e fundamentadas pela literatura da área. Ao mesmo tempo, os testes no repositório e as discussões entre os discentes e a supervisora validavam as proposições e permitiam eventuais ajustes. Por exemplo, a taxonomia, inicialmente, teve como elemento central os tipos de deficiência reconhecidos pela legislação brasileira. Na validação, dada a necessidade de classificação multidimensional para os *software* de TA, ela foi convertida em uma taxonomia facetada cujo elemento central passaram a ser os *software* de TA, e não mais os tipos de deficiência previstos no projeto (Fernandes & Rocha, 2023b).

O desenvolvimento da política de povoamento (Fernandes & Rocha, 2023a) e das estratégias para divulgação do repositório (Fernandes, 2023) também foi sustentado pela pesquisa. Desde então, a política passa por revisões periódicas, eventualmente gerando novas versões com base nas melhores práticas identificadas na literatura. Já o plano de divulgação foi executado como proposto e, ao longo da execução, também passou por ajustes. Como a divulgação tem como produto ações de extensão, seus resultados são relatados na seção 5.2.

A principal contribuição da articulação pesquisa-ensino é a formação de recursos humanos para a realização de pesquisas científicas e a aplicação do conhecimento em demandas sociais. Como desafio, ressalta-se a limitação de recursos e tempo, o que restringe a inclusão de um número maior de discentes. A limitação de recursos refere-se não apenas à escassez de financiamento, mas também à insuficiência de infraestrutura (como espaços e equipamentos adequados), de recursos humanos capacitados na temática da TA para a supervisão discente e de carga horária destinada a essa supervisão.

O principal produto desta articulação é o Repositório TASSIA em funcionamento efetivo desde meados de 2022, com evolução gradual de funcionalidades e conteúdo. Na Figura 3, são apresentadas a métricas de acesso a ele, com destaque para 2024, ano em que houve ampla divulgação.

Figura 3: Métricas de acesso ao TASSIA



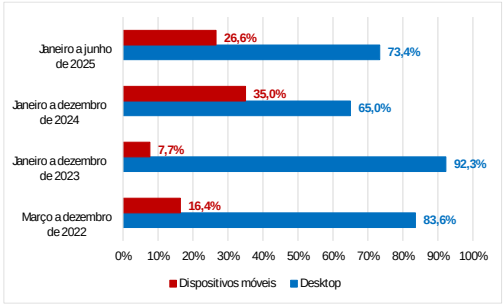
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No referido ano, o TASSIA acumulou 3.900 visualizações (número total de vezes que páginas foram acessadas); 1.000 sessões (visitas individuais ao repositório) e 827 visitantes (usuários únicos que acessaram o repositório). Como o *download* do *software* não ocorre diretamente do TASSIA, não foi possível obter essa métrica. O plugin *Burst Statistics*, utilizado pelo TASSIA, não coleta dados dos perfil demográfico dos usuários.

Considerando a especificidade da tipologia do repositório e dos *software*, os dados de acesso não são considerados baixos. Ao contrário, revelam desempenho relevante diante do nicho temático e do público a que se destinam.

Na Figura 4 são apresentados os percentuais de tipos de dispositivos utilizados para acesso ao TASSIA. Em todos os anos, prevalecem os acessos realizados por *desktop*, enquanto os efetuados por dispositivos móveis possuem menor proporção.

Figura 4: Dispositivos utilizados para acessos



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A articulação ensino-pesquisa aqui relatada indica como essas dimensões formativas podem resultar em soluções socialmente relevantes, ao mesmo tempo em que fortalecem a formação discente. O Repositório TASSIA configura-se, assim, não apenas como um produto técnico, mas como um espaço de aprendizagem contínua e de produção de conhecimento no campo da TA. As ações de extensão vinculadas ao TASSIA, apresentadas na seção 5.2, dão continuidade a esse processo, contribuindo para sua consolidação e para a ampliação de seu alcance junto à comunidade interna e externa à UNIRIO.

Pesquisa-extensão

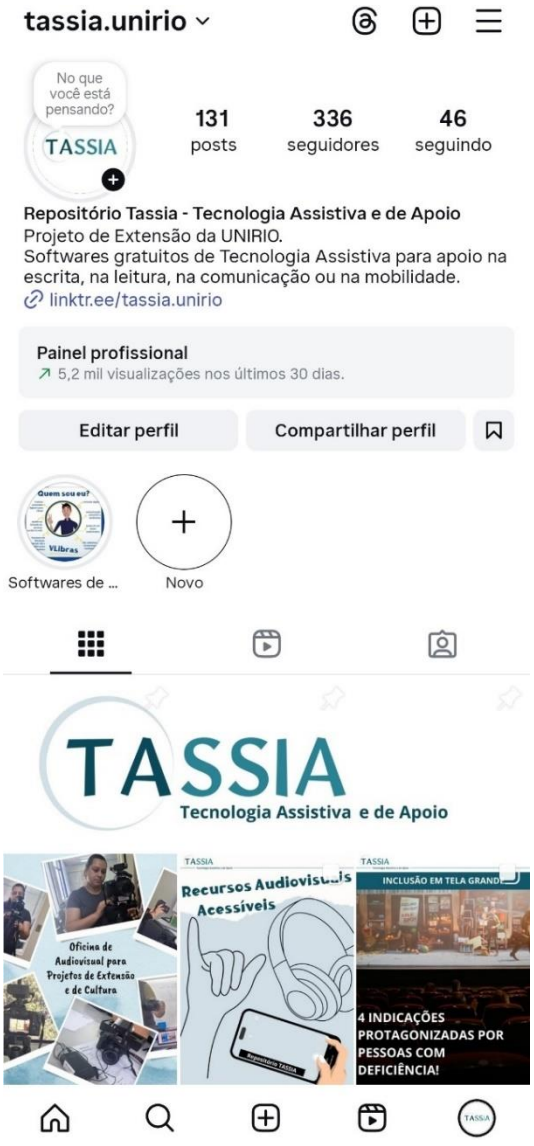
A articulação pesquisa-extensão se concretiza em produtos que ultrapassam os limites da universidade, estendendo-se à comunidade externa. O TASSIA é, simultaneamente, produto de pesquisas e de extensão em constante evolução e divulgação.

A principal expressão desta articulação é o projeto de extensão "Gerenciamento e divulgação do Repositório TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio: uma fonte de informação no campo da acessibilidade". Ele possibilita operacionalizar as estratégias para divulgação do Repositório TASSIA, elaboradas por Fernandes (2023), com ajustes periódicos. A principal estratégia adotada consiste na produção de conteúdo sobre o próprio repositório, sobre TA e sobre temáticas afins para divulgação científica no Instagram (Matos *et al*., 2024), refletindo o compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento.

Na data de coleta dos dados, a conta no Instagram possuía 336 seguidores e 131 postagens (Figura 5). O desenvolvimento da

identidade visual priorizou requisitos de acessibilidade digital tais como: uso de fontes não serifadas nas imagens, adequada relação de contraste entre texto e fundo, tamanho de fonte igual ou superior a 30pt e espaçamentos entre linhas que facilitam a leitura, entre outros (W3C, 2018). Complementarmente, todas as imagens possuem descrições em forma de texto alternativo, o que permite o acesso por leitores de tela.

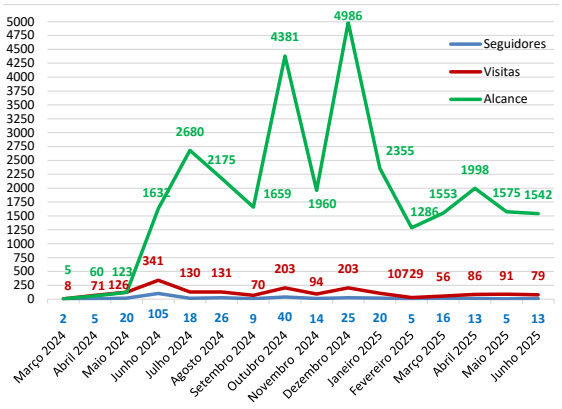
Figura 5: Perfil do TASSIA no Instagram



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise temporal do crescimento de seguidores revela desenvolvimento orgânico com períodos de expansão distintos em diferentes métricas, conforme ilustrado na Figura 6. O estabelecimento da presença digital ocorreu nos quatro meses iniciais mediante estratégias de divulgação do perfil em listas de *e-mails*, em quadros públicos de avisos, em compartilhamentos em mídias sociais diversas, entre outras.

Figura 6: Seguidores, visitas e alcance da conta



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O mês de junho de 2024, período de divulgação mais intensa, destaca-se pela obtenção de 105 novos seguidores. Nos demais meses, houve oscilações entre 5 e 40 novos seguidores mensais. De forma geral, os meses nos quais há maior número de novos seguidores coincidem com as divulgações e com apresentações sobre o projeto em eventos. Durante os quinze meses analisados, registrou-se a saída de 23 seguidores, indicando baixa taxa de abandono.

Segundo dados da plataforma Instagram, 78,5% dos seguidores são do gênero feminino, e a faixa etária predominante (30,9%) é de 25 a 34 anos. Geograficamente, 98,2% estão no Brasil, 1,5% em Portugal e 0,3% nos Estados Unidos.

A métrica de visitas ao perfil indica período de crescimento inicial, evoluindo de 8 visitas em março de 2024 para 341 em junho. O período coincide com o estabelecimento da presença digital do projeto e sugere efetividade na atração de pessoas interessadas em explorar o conteúdo. Após o pico, as visitas mantiveram uma média de 100 ocorrências mensais, com variações entre 29 e 203 visitas, sugerindo consolidação da base de interesse pelo projeto.

A relação entre visitas e seguidores apresenta aspecto relevante: mesmo durante períodos de declínio no número de seguidores, o número de visitas permanece relativamente alto. Isso indica que o conteúdo continua despertando interesse e atraindo usuários que exploram o perfil mesmo sem seguir a conta,

fenômeno que demonstra potencial contínuo de expansão da audiência.

O alcance constitui a métrica mais dinâmica entre os indicadores analisados, revelando padrões distintos de visibilidade do perfil. O crescimento inicial apresentou trajetória exponencial, evoluindo de 5 visualizações em março de 2024 para 2.680 em julho do mesmo ano.

Os picos de alcance mais expressivos ocorreram em outubro de 2024 (4.381 visualizações) e dezembro de 2024 (4.986 visualizações). O primeiro pico coincidiu com a apresentação do TASSIA na Semana de Integração Acadêmica da UNIRIO, enquanto o segundo resultou da convergência de três publicações de destaque: a visita da equipe à Biblioteca do Museu de Arte do Rio de Janeiro, a divulgação de seleção para discente-extensionista no projeto e a conquista do prêmio Abecin pelo TCC sobre o TASSIA.

A variabilidade no alcance pode refletir tanto a dinâmica algorítmica da plataforma Instagram quanto as estratégias de divulgação, como a publicação de conteúdos sobre eventos ou datas comemorativas que, em certos períodos, se destacaram e alcançaram públicos amplos. A manutenção de alcance médio superior a 1.800 visualizações mensais durante o período analisado sugere capacidade de projeção da conta para seguidores potenciais. Contudo, são necessárias estratégias para a conversão desse alcance em seguidores.

Quanto ao conteúdo publicado no perfil, há um planejamento temático mensal, cuja gestão é realizada por meio de uma planilha *online,* compartilhada com os integrantes do projeto. O conteúdo é produzido por uma equipe de discentes, com base em pesquisas em fontes confiáveis, e é revisado pela coordenadora do projeto. Uma vez aprovada, cada postagem é agendada por meio da *Meta Business Suite* para ser publicada na data definida. O formato carrossel é priorizado devido aos recursos disponíveis e às habilidades técnicas da equipe; *reels* são produzidos ocasionalmente. Das 131 postagens, apenas três são *reels*. Para a expansão desse formato, o projeto carece de recursos financeiros para aquisição de equipamentos de gravação.

A estratégia de publicação foi revisada devido às limitações de recursos. Durante 2024, manteve-se a frequência de duas postagens fixas semanais, às terças e quintas-feiras, além de postagens adicionais em datas temáticas relevantes, conforme o Calendário de Acessibilidade elaborado pela equipe. Em 2025, por restrições de carga horária e recursos humanos, a frequência das postagens foi reduzida para uma por semana, sempre às quartas-feiras. Desde abril de 2025, quando o primeiro ciclo do Calendário de Acessibilidade foi concluído, não são mais feitas postagens sobre essas datas. Ocasionalmente, a frequência semanal padrão é ampliada em função de acontecimentos específicos que justifiquem publicações adicionais.

O conteúdo produzido constitui categorias abrangentes tais como recursos de Tecnologia Assistiva; acessibilidade; legislações e direitos de pessoas com deficiência; datas temáticas; e conteúdos institucionais e de divulgação do TASSIA. As postagens adotam abordagem educativa, com conteúdos introdutórios e especializados, contemplando tanto o público em processo de familiarização com as temáticas, quanto profissionais das áreas afins. Embora não haja distribuição percentual rígida entre as categorias, busca-se alternância entre temas. Esta abordagem visa manter o interesse de diferentes segmentos da audiência e promover compreensão abrangente sobre as múltiplas dimensões da TA.

A produção de conteúdo integra as dimensões ensino-extensão ao envolver os discentes em um processo formativo orientado, baseado em pesquisas sobre a temática a ser abordada. Cada postagem é precedida pelo estudo do assunto por parte do discente responsável, que elabora uma versão inicial do conteúdo. Esse material é então revisado e discutido com a coordenadora do projeto e, eventualmente com outros integrantes, sendo ajustado, quando necessário.

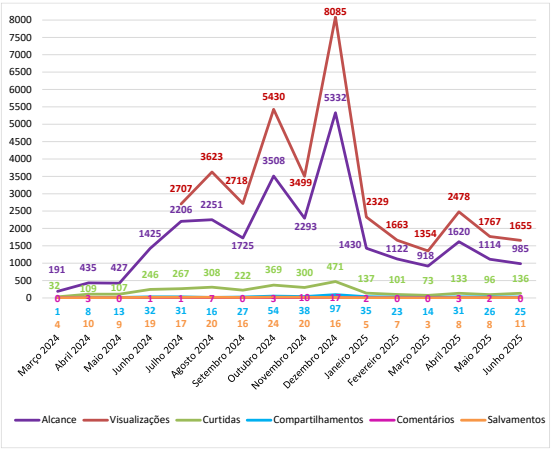
O processo contempla a corretude conceitual do tema, a adequação da linguagem à divulgação científica, o cuidado para evitar enfoques capacitistas e o atendimento aos requisitos de acessibilidade digital, de modo a garantir que o conteúdo possa ser acessado

por todas as pessoas, independentemente de condições físicas, sensoriais ou cognitivas.

As postagens são compostas por imagens com textos e ilustrações, acompanhadas por legendas e descrições textuais elaboradas pelos discentes, estas inseridas como textos alternativos com o objetivo de viabilizar o acesso por leitores de tela. Cada conteúdo produzido configura-se, assim, como um produto de extensão, ao ser disponibilizado à comunidade por meio do Instagram, promovendo a disseminação de informações sobre TA e temas correlatos.

A análise das métricas de engajamento com o conteúdo, apresentadas na Figura 7, revela visualizações, alcance e curtidas como indicadores de maior expressividade. Por outro lado, compartilhamentos, salvamentos e comentários, embora presentes, alcançam números menores. Essas métricas se referem exclusivamente às postagens, pois não há regularidade no compartilhamento de *stories*, devido aos desafios para torná-los acessíveis.

Figura 7: Métricas de engajamento com o conteúdo



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As visualizações, monitoradas a partir de julho de 2024 devido às limitações técnicas de registro da plataforma Instagram e da *Meta Business Suíte*, totalizaram 37.308 ocorrências. O crescimento foi acentuado, progredindo de 2.707 visualizações em julho e culminando em 8.085 em dezembro. A média mensal de 4.145 visualizações registrada em nove meses indica tendência de engajamento do público com o conteúdo.

O alcance das postagens obteve crescimento progressivo, iniciando com 191 usuários alcançados em março de 2024 e atingindo o pico de 5.332 em dezembro. Observa-se redução nos primeiros meses de 2025, com valores entre 918 e 1.620 usuários alcançados. O período coincide com a mudança de estratégia que reduziu a frequência de postagens semanais. O total acumulado de 26.982 usuários alcançados pelas postagens durante os quinze meses resulta em média mensal de 1.799 usuários, indicando expansão do alcance. Todavia, não se observa conversão expressiva de usuários alcançados em seguidores do perfil.

O engajamento por curtidas evidenciou tendência ascendente, evoluindo de 32 em março de 2024 para 471 em dezembro. O crescimento intensificou-se no segundo semestre de 2024, com outubro registrando 369 curtidas. A média mensal de 207 curtidas sugere receptividade do conteúdo.

Os compartilhamentos totalizaram 471 ocorrências; 97 delas em dezembro de 2024. No mês, as postagens mais compartilhadas foram: seleção de discente-extensionista para o TASSIA; Dia Nacional da Acessibilidade; e recursos de Tecnologia Assistiva em centros culturais. A média mensal de 31 ocorrências indica que determinados conteúdos geram maior propensão ao compartilhamento orgânico pelos usuários.

Os salvamentos totalizaram 197, com variações entre 3 e 24 ocorrências mensais. Outubro de 2024 apresentou o maior volume, com 24 salvamentos. Destacaram-se três postagens: a definição de acessibilidade; as diferenças entre diversidade, inclusão, equidade e igualdade; e a apresentação da Lei Municipal 8.276/2024 que dispõe sobre a obrigatoriedade de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em eventos no Município do Rio de Janeiro. A média mensal de 13 salvamentos indica que o conteúdo possui valor informativo percebido pelos usuários, para consulta posterior.

A interação por comentários manteve-se baixa, totalizando 49 registros em quinze meses. A maioria deles (17) foram feitos em dezembro de 2024. A postagem sobre a visita à Biblioteca

do Museu de Arte do Rio gerou 10 comentários, tornando-se a mais comentada do perfil. A média mensal de 3,3 comentários sugere oportunidade para desenvolvimento de estratégias que incentivem maior participação interativa da audiência.

Estas métricas ilustram a trajetória de consolidação do perfil do TASSIA no Instagram, evidenciando engajamento crescente do público, com destaque para visualizações e curtidas. Contudo, a conversão limitada de alcance em seguidores e os poucos comentários indicam oportunidades para otimização do engajamento e ampliação da base de seguidores mediante abordagens mais interativas.

Concomitantemente, as métricas do Instagram influenciam os acessos ao Repositório TASSIA, uma vez que ele, enquanto objeto de extensão, é regularmente divulgado no perfil do Instagram. O ano de 2024, em que se observam os maiores índices de acesso ao repositório (Figura 3), coincide com o período de intensificação da produção de conteúdo e da divulgação do perfil no Instagram.

Como contribuição da articulação ensino-extensão, percebe-se, portanto, o pedagógico e o científico alcançando a dimensão política (Severino, 2009), com acadêmicos imergindo na realidade social. O desafio tem sido superar o modelo extensionista tradicional de serviço à sociedade. Busca-se identificar coletivos de pessoas com deficiências e criar parcerias externas que promovam diálogos entre saberes e ampliem a participação social, como defende Costa (2018).

Na seção 5.3 são apresentados os resultados da articulação entre ensino-extensão.

Ensino-extensão

A articulação ensino-extensão proporciona experiências formativas situadas e socialmente contextualizadas, resultando em ações extensionistas fundamentadas. No entanto, quando comparada às articulações pesquisa-ensino e pesquisa-extensão, a articulação ensino-extensão ainda é a menos desenvolvida no Projeto TASSIA, embora haja planejamento para sua ampliação e fortalecimento.

Esse cenário se deve, em parte, à necessidade de que as articulações anteriores estivessem consolidadas, de modo que o conhecimento produzido e os produtos gerados pudessem servir como insumos para as ações de ensino articuladas à extensão. Assim, a consolidação das bases teóricas do Projeto TASSIA, a implementação do Repositório TASSIA, a consolidação do perfil no Instagram e as ações de divulgação foram etapas necessárias para a construção de estratégias formativas voltadas à comunidade.

Nesse contexto, entre 2024 e meados de 2025, o TASSIA foi apresentado em cinco eventos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, trazendo a temática da TA para as discussões. Para o segundo semestre de 2025 estão previstas apresentações em dois outros eventos. Também estão sendo desenvolvidas palestras, oficinas e minicursos que incorporam discussões teóricas e práticas sobre TA; repositórios e produção de conteúdo acessível para mídias sociais. Há, ainda, uma disciplina em construção para oferta em cursos de graduação interessados na temática.

Esses conteúdos têm sido registrados em diferentes recursos de aprendizagem que contribuem para disseminar o conhecimento. Os processos formativos propostos objetivam superar a mera transmissão do conhecimento, incitando a aprendizagem ativa, situada e socialmente contextualizada tanto para a equipe quanto para a comunidade.

A principal contribuição visada por essa articulação é a consolidação da aprendizagem pelos discentes, que passarão a atuar como formadores em ações voltadas a colegas e ao público externo, desenvolvendo habilidades didáticas e comunicacionais. O desafio tem sido ampliar o alcance dessas ações de ensino a um número maior de discentes e à comunidade. A escassez de infraestrutura, tempo, recursos financeiros e pessoal capacitado configura-se como um fator limitante para a expansão das atividades. Apesar dos desafios, as ações em curso apontam para um caminho promissor de institucionalização dessa articulação.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo discutir como a tríade ensino-pesquisa-extensão vem sendo articulada nas ações desenvolvidas no âmbito do Projeto TASSIA, concebido com propósitos formativos, de investigação e de impacto social no campo da TA. Os resultados indicam que essa articulação vem sendo construída de forma gradual e consistente, apesar desafios estruturais, culturais e institucionais.

Esses resultados apontam a pesquisa como o eixo estruturante das ações, alimentando tanto o desenvolvimento técnico do repositório quanto as ações de formação discente. O ensino se manifesta na inserção de discentes em atividades de pesquisa e extensão. A extensão se concretiza na disponibilização do Repositório TASSIA; na divulgação científica por meio de mídias sociais e em outras ações de divulgação. Evidencia-se a produção de conhecimento aplicado ao enfrentamento das barreiras no acesso à informação sobre TA e à justiça informacional.

Apesar dos desafios estruturais e da ainda limitada abrangência da equipe e das ações, observa-se o potencial de ampliação das atividades e aprofundamento das articulações, especialmente na dimensão ensino-extensão. A sistematização dos resultados fortalece a institucionalização do projeto e aponta caminhos para a diversificação das estratégias formativas e para a ampliação do público beneficiado.

Além dos resultados aplicados, a pesquisa contribui ao documentar uma experiência concreta de integração da tríade universitária no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação, ainda carente de estudos sobre o tema. Adicionalmente, o Projeto TASSIA contribui para o avanço do debate sobre os emergentes repositórios de *software* de TA, ao propor métodos de curadoria, classificação e divulgação de recursos de TA.

No que se refere ao impacto efetivo das ações implementadas, as métricas de acesso ao Repositório TASSIA e de engajamento no perfil do projeto no Instagram sinalizam o impacto social do projeto. Entretanto, dado o escopo da pesquisa, a ausência de dados provenientes da perspectiva dos usuários finais limita essa compreensão. Diante disso, futuras pesquisas e ações devem ampliar a participação social, especialmente de usuários do repositório, mediante metodologias participativas voltadas à avaliação de satisfação e de impacto social e à expansão dos produtos.

Referências

Al-Khalifa, H. S., & Al-Razgan, M. (2014). ACCESS: A free and open-source Arabic assistive technology repository. In C. Stephanidis (Ed.), *HCI International 2014 - Posters' extended abstracts*, Part II (pp. 209-213). Cham: *Springer International Publishing*.

Alves, M. A. de S., Furtado, A. C. T., Saraiva, M. G., Almeida, J. C. de, Ferreira, M. A. da S., & Oliveira, F. L. de. (2022). Mídias sociais e projetos de extensão: O Instagram como ferramenta de divulgação científica. Caderno *Impacto em Extensão*, 2(1). https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/195

Andrews, K., Haner, A., & Thornton, S. (2024). *Creating and implementing an assistive technology inventory system: An interactive qualifying project report* [Bachelor's thesis, Worcester Polytechnic Institute]. Worcester Community Project Center. https://is.gd/uEJJuO

Brasil. (2015*). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.* Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Seção 1, 152(127), 2-11. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União:* Seção 1, 126(191), 1-53. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2018). Portaria nº 7, de 18 de dezembro de 2018. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 155(243), 49-50. https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2018&jornal=515&pagina=49

Costa, J. F. A. (2018). Articulação entre pesquisa, ensino e extensão: um desafio que permanece. *Revista Ciência em Extensão*, *14*(2), 9-19. https://doi.org/10.23901/1679-4605.2018v14n2p9-19

D'Cunha, N. M., Isbel, S., Goss, J., Pezzullo, L., Naumovski, N., & Gibson, D. (2022). Assistive technology, information asymmetry and the role of brokerage services: a scoping review. *BMJ*

Open, 12(12), 1-12. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2022-063938

Delbianco, N. R., & Valentim, M. L. P. (2022). Sociedade da informação e as mídias sociais no contexto da comunicação científica. *AtoZ*, 11, 1–11. https://doi.org/10.5380/atoz.v11i0.78778

Fernandes, L. D. S. da C. (2023). Repositório TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio: proposição de estratégias para divulgação à comunidade. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro]. https://is.gd/pxPO09

Fernandes, L. D. S. da C., & Rocha, J. A. P. (2022). Recursos de Tecnologia Assistiva: uma proposta para organização e classificação em repositórios digitais. In *Livro de Resumos da 21ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO*. (pp. 78-81). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://www.unirio.br/jic/resumos/2022/livro-de-resumos-2022/view

Fernandes, L. D. S. da C., & Rocha, J. A. P. (2023a). Proposição de política de povoamento para o Repositório Tassia - Tecnologia Assistiva e de Apoio. In *Livro de Resumos da 22ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO*. (pp. 78-81). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://www.unirio.br/jic/resumos/2023/livro-de-resumos-2023/view

Fernandes, L. D. S. da C., & Rocha, J. A. P. (2023b). Proposta para organização e classificação de *softwar*es de Tecnologia Assistiva em repositórios digitais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, *19*, 1-26. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1952

Fombad, M. C., Chisita, C. T., Onyancha, O. B., & Minishi-Majanja, M. K. (Eds.). (2023). *Information services for a sustainable society: Current developments in an era of information disorder*. De Gruyter Saur. https://doi.org/10.1515/9783110772753

Hillmann, D. (2005). *Using Dublin Core*. Dublin Core Metadata Initiative. https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/usageguide/

Kouroupetroglou, G., Kousidis, S., Riga, P., & Pino, A. (2015). The mATHENA inventory for free mobile assistive technology applications. In H. C. Mayr, G. Guerini, C. Huemer, & H. Werthner (Eds.), *Proceedings of the OTM Confederated International Conferences: On the Move to Meaningful Internet Systems 2015* (pp. 519–527). Springer International Publishing.

Kouroupetroglou, G., Pino, A., & Riga, P. (2017). A methodological approach for designing and developing web-based inventories of mobile assistive technology applications. Multimedia Tools and Applications, 76(4), 5347–5366. https://doi.org/10.1007/s11042-016-3822-3

Leite, A. R. L., Borges, L. C., & Santos, L. G. S. (2018). A produção do conhecimento de grupos de pesquisa do curso de hotelaria-UFMA no âmbito da extensão universitária. *Revista Bibliomar*, 17(2), 15-25. https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/10272/6025

Mathiesen, K. (2015). Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. *Library trends*, *64*(2), 198-225. https://muse.jhu.edu/pub/1/article/610076/pdf

Matos, M. D., Santos, M. P., Rocha, J. A. P., & Tolentino, V. de S. (2024). Divulgação do repositório TASSIA - Tecnologia Assistiva e de Apoio: uma fonte de informação no campo da acessibilidade. In *Livro de Resumos da* 28ª Semana de Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://www.even3.com.br/anais/uniriosia2024/

Mendes, E. L., Minghelli, M., & Mari, C. L. D. (2023). A extensão universitária na Ciência da Informação: uma abordagem crítico participativa. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, *21 (1), 1-17*. https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671645

Moita, F. M. G. D. S. C., & Andrade, F. C. B. D. (2009). Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, *14*(41), 269-280. http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf

Mottin, G. da S., Bertagnolli, S. de C., Nervis, L., & Salton, B. P. (2020). Repositórios de Tecnologia Assistiva no contexto educacional. In Sonza, A. P., Salton, B. P., Bertagnolli, S. de C., Nervis, L., & Coradini, L. (Orgs.), *Conexões assistivas: Tecnologia assistiva e materiais didáticos acessíveis* (pp. 256-268). Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

ONU. Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf

Pino, A., Kouroupetroglou, G., Kacorri, H., Sarantidou, A., Spiliotopoulos, D. (2010). An Open Source / Freeware Assistive Technology Software Inventory. In: Miesenberger, K., Klaus, J., Zagler, W., Karshmer, A. (eds) Computers Helping People with Special Needs. ICCHP 2010. *Lecture Notes in Computer Science*, 6179. Springer,

Berlin, Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-14097-6_29

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2ª ed). Editora Feevale.

Sayão, L. F., & Marcondes, C. H. (2009). Software livres para repositórios institucionais: Alguns subsídios para a seleção. In L. F. Sayão, L. B. Toutain, F. G. Rosa, & C. H. Marcondes (Orgs.), *Implantação e gestão de repositórios institucionais: Políticas, memória, livre acesso e preservação* (pp. 23-54). EDUFBA. https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473

Severino, A. J. (2009). Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, *14*, 253-266. https://doi.org/10.1590/S1414-40772009000200002

Silva, C. M. A. da, Rocha, J. A. P., & Tolentino, V. de S. (2025). *Repositório TASSIA: Uma fonte de informação especializada de Tecnologia Assistiva*. In *Anais do III Encontro da Rede Brasileira de Repositórios Digitais*.

Silva, E. G. da, & Rocha, J. A. P. (2022). Especificação para o Repositório Tassia - Tecnologia Assistiva e de Apoio. In *Livro de Resumos da 21ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO*. (pp. 70-73). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://www.unirio.br/jic/resumos/2022/livro-de-resumos-2022/view

Silva, I. C. O. da, & Medeiros, I. P. de. (2025). Divulgação científica em mídias sociais: Mapeamento dos periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto em Ciência da Informação. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*, *(87)*, e011. https://doi.org/10.5195/biblios.2024.1210

Spradley, J. P. (1980). Participant observation. New York: Holt, Rinehart & Winston, INC.

W3C. (2018). Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1. World Wide Web Consortium. https://www.w3.org/TR/WCAG21/

NOTAS

[1] Disponível em: http://athena.uoa.gr

[2] Disponível em: https://www.eastin.eu

[3] Disponível em: https://www.makersmakingchange.com

[4] Disponível em: https://at.mada.org.qa

[5] Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/recurso-ta/

[6] Disponível em: https://tassia.uniriotec.br

[7] Disponível em: http://mobileathena.uoa.gr

[8] Disponível em: https://wordpress.org/plugins/tainacan/

[9] Disponível em: https://www.instagram.com/tassia.unirio/

[10] Disponível em: https://business.facebook.com/business/

A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: CRÔNICA DE UMA INFODEMIA ANUNCIADA

Adriane Maria Arantes de Carvalho, Universidade FUMEC, PUC Minas, ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6754-8116, Brasil, *e-mail: adriane.arantescarvalho@gmail.com*

Marta Macedo Kerr Pinheiro, Universidade FUMEC, ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5592-3396, Brasil, *e-mail:* martakerr@gmail.com

Igor Alexandre Barbosa de Oliveira, Universidade FUMEC, ORCID: https://orcid.org/0009-0001-8079-5039, Brasil, *e-mail: igoralexandre0204@hotmail.com*

Veronica Viana Modesto, Universidade FUMEC, ORCID: https://orcid.org/0009-0000-8536-3481, Brasil, *e-mail:* veronicaviana64@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6709

Introdução

O enfrentamento à pandemia da COVID-19 exigiu a intervenção governamental direta em todos os países afetados, seja para controlar a doença, seja para lidar com seus impactos socieconômicos (OECD, 2023). Em diferentes países o sucesso desse enfrentamento dependeu, em parte, do nível de confiança pública para garantir a eficácia das ações que deveriam ser implementadas e que geraram vários efeitos, como *lockdowns*, uso obrigatório de máscaras e campanhas de vacinação (OECD, 2023).

A pandemia da COVID-19 fez-se acompanhar por uma infodemia em todo o mundo e, particularmente, no Brasil. A infodemia é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a superabundância de informações que ocorre durante uma epidemia e se dissemina por meio de sistemas de informação, podendo gerar confusões, desinformações e crise de desconfiança nas políticas públicas de saúde (WHO, 2020).

O relatório *Drivers of Trust in Public Institutions in Brazil* elaborado pela OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD) (OECD, 2023), em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) do Brasil, examinou, entre outros pontos, a gestão governamental da pandemia de COVID-19. Apesar do papel significativo do Sistema Único de Saúde (SUS), sistema público de saúde, a reação do governo brasileiro ao surto de COVID-19 foi avaliada de forma bastante negativa (OECD, 2023). A resposta foi considerada lenta, descoordenada e reproduziu desigualdades já existentes (Castro et al., 2021, citado por OECD, 2023).

Em dezembro de 2022 foram confirmados 693.853 óbitos relacionados à pandemia da COVID-19 no Brasil (MS, 2025). No Brasil, ela não apenas provocou uma crise de confiança nas instituições brasileiras e insegurança na população, como dificultou a articulação da resposta de diferentes órgãos públicos e de diferentes esferas de governo (nacional, local) no enfrentamento à pandemia. "A crise política relacionada à gestão da pandemia contribuiu para conflitos entre o governo federal e os governos subnacionais e foi alimentada por campanhas generalizadas de desinformação e informações falsas com narrativas anticientíficas" (OECD, 2023, pp.25.

O objetivo da pesquisa é compreender a dinâmica da infodemia da COVID-19 no Brasil a partir das peças de desinformação tratadas pelas agências brasileiras de *fact-checking* Aos fatos e Lupa no período compreendido entre janeiro de 2020 a julho de 2022. Entender a dinâmica da circulação da desinformação contribui para traçar estratégias de ação para o enfrentamento de situações semelhantes no futuro.

Referencial Teórico

O termo desinformação (*disinformation*) confunde-se com os termos *fake news* e *misinformation*, revelando seu caráter polissêmico. A principal diferença está no caráter intencional de enganar ou confundir (Bennett & Livingston, 2018), de provocar dano (Wardle, 2020; Dourado, 2021). Desta maneira seus objetivos políticos ajudam a diferenciá-la dos demais termos (Segurado, 2021).

Wardle (2020) aponta sete tipos de desinformação que variam em graus de severidade e esforço em relação à intenção de provocar dano. Dourado (2021) destaca a importância de compreender a cadeia de transmissão coletiva da desinformação e seu forte apelo político e afetivo. A autora aponta a possibilidade de verificação dos fatos como um elemento de vulnerabilidade ou fragilidade, porque permite expor o desmentido.

No caso da infodemia associada à COVID-19, a UNESCO propôs a classificação das peças de desinformação em nove temas: origens e propagação da COVID-19; estatísticas falsas e equivocadas; impactos econômicos; descrédito de jornalistas e veículos de notícias fidedignos; ciência médica (sintomas, diagnóstico e tratamento); Impactos na sociedade e no meio ambiente; politização; ganho impulsionado para ganho financeiro fraudulento; e desinformação cujo foco são as celebridades (Posetti; Bontcheva, 2020).

No contexto de uma pandemia, a disseminação de desinformação pode ter consequências fatais (Posetti & Bontcheva, 2020; Haraki, 2021). Um estudo da Avaaz, citado por Ribeiro & Martinuzzo (2021), constatou que nove em cada dez brasileiros receberam, pelo menos, uma informação falsa sobre a Covid-19. O estudo revelou ainda que sete em cada dez brasileiros acreditaram em, ao menos, uma peça de desinformação. Por isto ela tem o potencial de colocar em risco parcelas da população que sofrem com a falta de saúde e /ou de alfabetização digital (WHO, 2020).

A desinformação retira dos cidadãos o direito à participação ativa nas discussões relacionadas à política pública, assim como afeta a capacidade de articulação e de resposta dos órgãos públicos proponentes dessas políticas. Desta maneira, atua como um operador fundamental na tentativa de reconfiguração dos modelos de governança e de governabilidade de um regime de informação na área de Saúde. O conceito de regime de informação contribui para compreender como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação e como, no caso da infodemia da COVID-19, isso afeta a discussão da política de informação sobre saúde já que enfrentou-se a desinformação no período, operada de forma massivamente autoritária dando nova reconfiguração ao regime informacional estabelecido. Surgiram medidas comunicacionais de omissão de dados, indefinição de responsabilidades de órgãos e cargos prioritários do governo federal, principalmente da área de saúde. A desinformação tem o objetivo e propósito claro e deliberado de enganar, confundir e criar confusão ou tumulto.

Nesse desafio de um regime de desinformação estabelecido, entende-se que aquele que dissemina uma inverdade não interage no modo comunicativo, mas como modo estratégico no qual os outros são usados como meio para os fins daquele que fala (STAHL, 2006). As *fake news*, de forma complexa, *"*atravessam as estruturas da verdade e da mentira, do real e da ficção, do atual e do virtual, em uma correlação intrínseca à questão da ética e da moral." (Ribeiro & Martinuzzo, 2021, p.5). A desinformação pode então ser vista, como Braman(1989) visualiza a informação, como força constitutiva da sociedade que atua como um agente transformador que afeta e modela ou remodela o ambiente.

A desinformação não é algo recente, mas tanto na pandemia da COVID-19 quanto nas que a antecederam, "informações falsas ou enganosas interferiram na preparação e resposta à emergência em saúde pública causada pela doença" (Haraki, 2021, p.2). Domingues (2021) ressalta a necessidade de uma atuação coordenada dos diversos atores envolvidos (organizações de saúde, governos, mídia e indivíduos) no enfrentamento à infodemia.

A gestão da infodemia exige o desenvolvimento do pensamento crítico e a conscientização dos cidadãos, o que está vinculado tanto ao conceito de *media literacy* – "habilidade de consumir notícias de verdade sabendo separar o que é falso do que é verdadeiro" (Scofield Júnior, 2019, p.65), quando ao conceito de literacia digital, associada "ao desenvolvimento de habilidades que permitem à pessoa identificar, localizar, avaliar e usar a informação necessária para a resolução de problemas" (Silva & Cardoso, 2020). A Ciência da informação objetiva através dos estudos de literacia digital empoderar cidadãos com alfabetização midiática informacional promovendo competências críticas e habilidades de verificação e checagem de informações digitais o que possibilita limitar a transmissão de conteúdos falsos e sua propagação massiva. Afinal, a infodemia dificulta que "fontes idôneas e orientações baseadas em evidências sejam encontradas pelas pessoas que buscam informação" ao mesmo tempo em que enfraquece as respostas à própria epidemia (Domingues, 2021, pp.1).

A Ciência da Informação também pode propor uma maior alfabetização científica (López-Borrull, 2020). O autor alerta para a infodemia científica que acompanhou a pandemia e cita, como exemplo, o caso de dois artigos publicados nas revistas *The Lancet* e *The New England Journal of Medicine* sobre o uso de hidroxicloroquina como tratamento eficaz da COVID-19 que, após verificação e acesso impossibilitado aos dados, tiveram que ser retirados das publicações. Como alerta o autor, "o combate ao negacionismo e à mentira deve ser equilibrado pelos profissionais da informação com a liberdade de expressão e a transparência da informação, da mesma forma que temos feito com relação à propriedade intelectual e ao acesso à informação" (López-Borrull, 2020, pp.6).

A ausência de informação fidedigna, transformada em ruído e alienação é a forma de domínio previamente arquitetado por interesses políticos (Bennett & Livingston, 2018), enfrentada na infodemia da COVID-19 no Brasil.

Um breve histórico da infodemia da COVID-19 no Brasil

Em dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada pela sua Representação na República Popular da China sobre vários casos de pneumonia viral de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei (WHO, 2025). As vítimas seriam frequentadoras de um mercado atacadista de animais e de frutos do mar, sugerindo a ocorrência de transmissão de pessoa para pessoa (ANVISA, 2021).

No início de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus (Sars-Cov-19) uma emergência de saúde pública de âmbito internacional (WHO, 2025) e, no Brasil, em 3 de fevereiro de 2020, é declarada a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) (MS, 2020a). Em fevereiro de 2020 é reconhecido publicamente o primeiro registro de contaminação no Brasil. O Ministério da Saúde (MS) anunciou a adoção de novo fluxo de consolidação de casos do novo coronavírus que passou a ser descentralizado com os dados repassados pelos gestores locais.

Em março de 2020, a OMS declara que a Europa se torna o epicentro da pandemia (WHO, 2025), e no Brasil a situação começa a se agravar com o aumento do número de casos confirmados e de casos suspeitos, os quais passam a ocorrer em vários estados do país. A pandemia, a nível global e local, foi acompanhada de um volume avassalador de desinformação, caracterizando a ocorrência de de uma infodemia. No Brasil ela "se materializava na enxurrada de desinformação, tendo como importante polo emissor o governo federal, que passava a maior parte do tempo se dedicando à produção e disseminação de mentiras e informações distorcidas sobre a pandemia" (Segurado, 2021, pp.16). É importante compreender que essa polarização política e a radicalização do debate público relacionam-se com o bolsonarismo e com a ascenção da extrema-direita em diversos países, especialmente a

partir do primeiro governo de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (Alcântara & Ferreira, 2020).

Dentre várias situações, quatro ilustram o quadro de disputa de políticas e de narrativas que se instaurou no país em torno da pandemia. A primeira diz respeito à postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro para quem a COVID-19 não passava de uma "gripezinha" e, junto com outras autoridades públicas, recusava-se a sugerir o distanciamento social e a usar máscaras em ambiente públicos. Mesmo quando o ministério da Saúde é forçado a reconhecer a transmissão comunitária do novo coronavírus (MS, 2020b) e recomenda o distanciamento social, o presidente Bolsonaro editou um decreto incluindo unidades lotéricas e centros religiosos na relação de atividades consideradas essenciais à rotina (Brasil, 2020). Ele "entrou em rota de colisão com prefeitos e governadores, que, na sua maioria, optaram por medidas localizadas de isolamento social" (Alcântara & Ferreira, 2020, pp.145). Em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a competência de estados, Distrito Federal e municípios para regular medidas de isolamento social, fechamento de comércio e outras restrições o que contrariava o entendimento do presidente de que caberia ao governo federal essa definição (Vieira, 2020).

A segunda situação refere-se ao uso da cloroquina no tratamento da COVID-19. O ministério da Saúde inicialmente recomendava o seu uso em casos graves e de pacientes internados, mas o presidente defendia seu uso desde os primeiros sintomas da doença (Shalders, 2020) e mesmo sendo desmentido sobre a eficácia do seu uso na prevenção ou tratamento da COVID-19.

A terceira situação refere-se à produção de vacinas e sua eficácia frente à alternativa de alcançar a imunidade de rebanho. Deve-se destacar que o Programa Nacional de Imunização foi criado em 1973 e, ao longo do tempo, teve resultados surpreendentes garantindo o acesso à diferentes vacinas e erradicando várias doenças. O ministério da Saúde possibilitou a realização de um acordo entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a farmacêutica AstraZeneca e a Universidade Oxford, do Reino Unido, para desenvolvimento e produção de vacinas contra a Covid-19 em território nacional, em desacordo com as posturas negacionistas e contra a ciência do presidente da República. Em paralelo e de forma autônoma, o Governador João Dória, do Estado de São Paulo, viabilizou o desenvolvimento da vacina Coronavac por meio de uma parceria do instituto Butantã com a biofarmacêutica chinesa Sinovac. Assistiu-se a uma briga política entre os dois governantes (Dias, 2020). A postura negacionista do governo Bolsonaro o levou a recusar "a oferta de insumos de laboratórios internacionais importantes, inicialmente criando nas suas bases digitais o discurso contrário - primeiro à vacina chinesa, e posteriormente levantando suspeitas a qualquer outra" (Segurado, 2021, pp. 40). Como reforçam Machuy e Schneider (2024, pp. 1178), "o negacionismo científico e o uso político do medicamento hidroxicloroquina, promovido por representantes da extrema-direita, no Brasil e no mundo, como uma solução milagrosa para a COVID-19, apesar da falta de evidências científicas que o respaldassem, são aspectos significativos dessa recusa [de Bolsonaro às vacinas]".

No dia 8 de dezembro de 2020, chamado de "Dia V" de vacinação e de vitória, o Reino Unido começou a vacinar a sua população (Dias, 2020). Enquanto isso no Brasil prosseguia a disputa política sobre a vacinação entre os dois políticos. O governo de São Paulo colocou-se em evidência ao anunciar uma data de início de vacinação para a população paulista para Janeiro de 2021, enquanto o ministério da Saúde apenas informava a intenção de iniciar a aplicação da vacina de Oxford / AstraZeneca no final de fevereiro de 2021, ou seja, um mês depois do governo de São Paulo (Dias, 2020). Além disso, o esboço do plano de vacinação do goveno federal recebia críticas relação à ausência de "detalhes fundamentais quanto à produção, distribuição, aplicação e monitoramento dos efeitos e efetividade das vacinas" (Observatório COVID-19 BR, 2020). As duas vacinas receberam autorização para uso emergencial no mesmo momento. Em 17 de janeiro de 2021, a primeira pessoa a receber a

vacina contra a COVI-19 em território nacional foi uma enfermeira em evento realizado no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC-USP), e a vacina era a Coronavac. Tem então início a vacinação do país e em poucos meses várias vacinas são aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Finalmente a quarta situação diz respeito à grave crise sanitária de Manaus (Amazonas), ocorrida em janeiro de 2021, quando é detectada a presença de uma nova variante do coronavírus denominada P.1. O aumento do número de casos e de óbitos na cidade desencadeou uma crise, pois junto com o aumento do número de internações ocorreu a falta de oxigênio nas unidades de saúde, a escassez de medicamentos contra dores intensas e o colapso do sistema municipal e privado de saúde por falta de leitos de enfermaria, leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (Schimidt, 2021; Barreto *et al*., 2021). "Em 14 de janeiro [2021], dezenas de pacientes morreram asfixiados devido à falta de oxigênio na rede pública hospitalar de Manaus, evento que chocou a população brasileira e toda a humanidade" (Barreto *et al*., 2021, pp. 1133). Mesmo nesse cenário de crise, o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, ainda insistia em cobrar a aplicação do tratamento precoce contra a COVID-19 com o uso da cloroquina (Schimidt, 2021).

Outro aspecto importante para a compreensão da pandemia no Brasil relaciona-se às mudanças de ocupantes do Ministério da Saúde. Durante 2020, o ministério da Saúde teve três ministros diferentes, evidenciando as divergências existentes no enfrentamento da pandemia. Nos meses iniciais da pandemia, "o presidente força a saída de dois ministros da Saúde, um em 16 de abril e outro em 15 de maio" de 2020, respectivamente os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich" (Alcântara & Ferreira, 2020, pp.145). A saída ocorreu por discordarem das exigências do presidente de que o ministério da Saúde liberasse e incentivasse a utilização da cloroquina e que fosse contra as medidas de isolamento social, contrariando os protocolos das autoridades de saúde de todo o mundo (Alcântara & Ferreira, 2020). O terceiro ocupante do ministério da saúde foi o general do Exército, Eduardo Pazuello que não tinha nem formação em medicina nem experiência na área de saúde pública (Alcântara & Ferreira, 2020).

Como destaca Segurado (2021, pp.45), "a narrativa antivacina [...] começava a ser abalada quanto mais se divulgavam as imagens da imunização em várias partes do mundo, fazendo com que as pessoas começassem a mudar de opinião". Segundo o Datafolha, citado por Segurado (2021), em maio de 2021, 91% dos brasileiros pretendiam tomar a vacina.

Em abril de 2021, o Senado Federal instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 para "apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados", assim como irregularidades e desvios de verbas federais enviadas aos estados para o enfrentamento da pandemia, dentre outros pontos (Senado Federal, 2021, pp.4). A CPI funcionou até novembro de 2021 e, em seu Relatório Final, recomendou o indiciamento do então Presidente Jair Bolsonaro, 65 pessoas e duas empresas, sugerindo a ocorrência de dez possíveis delitos. Também apresentou projetos que visam "garantir que a ciência seja o fundamento de qualquer política governamental de saúde" e "coibir a propagação de desinformação". (BRASIL, 2021, pp.118).

Em 22 de abril de 2022 é declarado o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo COVID-19 (MS, 2022). Neste mês ocorre a volta às aulas presenciais na grande maioria das escolas municipais e em redes de escolas no país. E apenas em 5 de maio de 2023 a OMS decreta o fim da emergência internacional causada pela COVID-19 (WHO, 2023).

Dos estudos que se debruçaram sobre a infodemia da COVID-19 no Brasil, destacam-se dois que utilizaram como fonte de dados os conteúdos desinformativos analisados por agências de *fact checking*. A pesquisa de Seibt

& Dannenberg (2021) analisou as checagens realizadas pela agência Aos Fatos das mensagens do presidente Jair Bolsonaro na rede social Twitter (atualmente chamada X) nos meses iniciais da pandemia. Os autores utilizaram como parâmetro de análise de sentimento os quatro principais indicadores de comportamento autoritário de Levitsky e Ziblatt (2018), que são: rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas), Negação da legitimidades dos oponentes políticos, tolerância ou encorajamento à violência, propensão a restingir a liberdade civil de oponentes, incusive a mídia (Seibt & Dannenberg, 2021). Eles constatam que "Bolsonaro ataca a imprensa, desligitima outros poderes e desqualifica adversários políticos" , além de ter feito algo inédito que foi desconsiderar as recomendações da World Health Organization-WHO, como no caso da cloroquina, e ter criticado o desenvolvimento de vacinas como a Conoravac (Seibt & Dannenberg, 2021, pp.28).

Ao analisar o fluxo de desinformação entre os meses de janeiro e maio de 2020, meses iniciais da pandemia de COVID-19 no Brasil, Alcântara & Ferreira (2020) observaram alterações nos enquadramentos do tema, os quais refletiram a disputa política que havia em curso. Os autores fizeram a análise de conteúdo das peças desinformativas tratados pela agência Aos fatos e utilizaram as seguintes categorias: "Número de casos e morte", "Tratamentos e prevenção", "Isolamento social", "Ações de governo", "Origem do vírus" e "Outros" (Alcântara & Ferreira, 2020). Ao analisar os dados relativos ao período de janeiro a maio de 2020, observaram que em dois dos três temas mais abordados – "Tratamentos e prevenção" e "Número de casos e morte", predominaram conteúdos desinformativos que minimizavam o risco da pandemia. O terceiro tema referiu-se a "Isolamento social".

Um terceiro estudo, de Cézar & Maciel (2021), relacionou as estratégias de gestão da pandemia no âmbito do Governo Federal com os fluxos de desinformação e para tanto utilizou a Teoria do Ator-Rede. A pesquisa analisou como o posicionamento do presidente Bolsonaro contribui para que a desinformação se configure como "expressão de uma política de contaminação que performa sobre um emaranhado de elementos heterogêneos, e em disputa, relacionados à COVID-19" (Cézar & Maciel, 2021, pp.11). Os autores analisaram o pronunciamento do Presidente em 24 de março de 2020, sobre a pandemia e o analisaram frente aos nove temas da UNESCO descritos por Posetti & Bontcheva (2020). Os autores apontam que a gestão da pandemia foi orientada por "racionalidade neoliberal que se beneficia da superabundância de (des)informação, das controvérsias científicas e do incremento do conflito para paralisar a capacidade de resposta política à pandemia, negar a ciência e legitimar suas políticas" (Cézar & Maciel, 2021, pp.18).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é exploratória, com abordagem quali-quantitativa. Foi coberto o período de divulgação das análises das peças de desinformação entre janeiro de 2020 a julho de 2022, junto ao site das agências de checagem de fatos Aos fatos e Lupa, vinculadas à International Fact-Checking Network (IFCN).

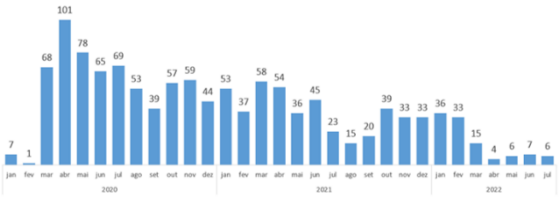
A coleta de dados ocorreu em março de 2023. No caso da agência Lupa, sua ferramenta de busca permite procurar as notícias por ano, mas não há separação quanto aos assuntos abordados. Dessa forma, foi necessário avaliar todas as análises feitas pela agência durante o período investigado e selecionar aquelas que abordavam os temas relacionados ao Covid-19 e à pandemia. Na plataforma da agência Lupa, foram utilizados três filtros: o temático (COVID – 19), a etiqueta de falso (que atesta a falsidade de uma notícia) e o período de interesse. Foram eliminadas as notícias falsas duplicadas e as que não estavam em português.

Foram identificadas, respectivamente, 789 e 405 peças de desinformação nas agências Lupa e Aos Fatos, totalizando 1.194. A seguir foi feita a leitura e classificação do material com base na divisão temática da Unesco (Posetti & Bontcheva, 2020). Foi utilizada a estatistica descritiva e a análise crítica para a análise e interpretação dos dados.

Discussão dos Resultados

O maior volume de peças de desinformação verificadas ocorreu no primeiro ano da pandemia (Figura 1).

Figura 1. Desinformações analisadas pelas agências de Lupa e aos Fatos entre janeiro de 2020 e julho de 2022.



Fonte: dados da pesquisa

Como citado anteriormente, é em março de 2020 que a Europa se torna o epicentro da pandemia e a situação se agrava no Brasil com o aumento do número de casos e com a ocorrência da primeira morte. Neste momento há um salto no número de peças de desinformação. Num cenário de muitas incertezas proliferam conteúdos falsos e enganosos acerca dos impactos sociais e ambientais relacionados à pandemia e sobre a própria doença. Abril de 2020 foi o mês com o maior número de ocorrências de peças de desinformação sobre a pandemia nas agências de checagem de fatos pesquisadas. No ano de 2021, os meses iniciais apresentam maior volume de peças de desinformação, em comparação com o segundo semestre, sendo que o tema das Ciências Médicas e da Politização foram os mais abordados. Não se pode deixar de associar isso ao início do processo de vacinação e da crise de Manaus. O primeiro semestre de 2022 apresenta um número bem menor de peças de desinformação quando comparado com os anos anteriores.

Ao analisar a categorização das peças de desinformação ao longo do período estudado (Tabela 1), observa-se que os três temas com maior destaque dizem respeito à Ciência médica (sintomas, diagnóstico e tratamento), seguida pela politização e pelo uso de estatísticas falsas e enganosas.

Tabela 1: Distribuição das desinformações por temas

Temas	Quantidade
Ciência Médica	469
Politização	286
Estatísticas falsas e enganosas	166
Impactos na sociedade e no ambiente	91
Origens e propagação da COVID-19	62
Descrédito de jornalistas e agências de notícias confiáveis	34
Foco em celebridades	32
Impactos econômicos	30
Ganho financeiro fraudulento	24
Total	**1.194**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Alcântara & Ferreira (2020, pp.149) observaram que, nos primeiros meses da pandemia, "as narrativas de desinformação predominantes no debate público estão à luz da postura, das declarações e dos atos do presidente Jair Bolsonaro". Cabe salientar que observou-se na pesquisa que isso ocorreu ao longo de toda a pandemia, havendo grande semelhança ou sincronicidade entre os embates políticos travados pelo presidente com os demais atores políticos e com a natureza dos temas abordados nas peças desinformativas.

Ao longo do período estudado, o tema da Ciência médica sempre esteve em destaque, ocupando o 1º lugar no número de peças de desinformação em vinte e três dos trinta e um meses pesquisados. Só não esteve num dos três primeiros lugares no mês de maio de 2022, quando o tema que mais se destacou foi o de notícias falsas e enganosas.

Na temática Ciência médica incluem-se peças associadas às vacinas, ao diagnóstico, à prevenção e ao tratamento da doença. Em março de 2020 há, por exemplo, a verificação de uma peça de desinformação na qual um homem afirmava que uma forma eficaz de prevenção seria substituir o alcóol por vinagre[i]. Em abril de 2020 uma das peças de desinformação, vinculada em redes sociais, assegurava que médicos de 30 países confirmavam a eficácia da cloroquina no tratamento de pacientes[ii] e aproveitava para criticar a posição do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que era contrário ao uso do medicamento. Nessa peça observa-se

que além da desinformação associada ao tratamento havia também um ataque político ao Ministro da Saúde, o que aconteceu a grande parte daqueles que se manifestavam contra o uso da cloroquina. Alcântara e Ferreira (2020) relataram que 29% das peças de desinformação no grupo relacionado à categoria de "Prevenção e tratamento" diziam respeito à cloroquina / hidroxicloroquina e outras 13% em relação ao uso de máscaras, os dois principais sub-temas desse período. É interessante resgatar que, em declarações públicas em março de 2020, o presidente Bolsonaro havia atribuído ao Exército a tarefa de produção de cloroquina. A partir daí "intensificou o [seu] discurso sobre uma possível eficácia da substância no combate à covid-19" (Alcântara & Ferreira, 2020, pp.150). Destaca-se também que esta fala alinha-se à do presidente norte-americado Donald Trump, tendo sido feita 48 horas depois do pronunciamento deste (Dale, citado por Alcântara & Ferreira, 2020).

As peças de desinformação sobre a eficácia do uso da cloroquina para o tratamento da cloroquina perduram durante a pandemia. Isso pode ser observado numa peça de desinformação, com um vídeo, no qual um médico sustenta que o tratamento precoce com drogas como a hidroxicloroquina e outras seriam capazes de prevenir ou tratar a infecção[iii] e cuja análise foi publicada em maio de 2021.

Outro exemplo de assunto persistente ao longo do tempo relaciona-se à vacinação. Em julho de 2020, num momento em que as pesquisas e parcerias para a produção de vacinas ganhavam destaque na área de saúde, uma das peças de desinformação, veiculada nas redes sociais, alerta para a ameaça de vacinas contra a Covid-19 criarem seres humanos geneticamente modificados[iv]. Em maio de 2021 é publicada a análise de outra peça de desinformação de que a Pfizer produzia vacinas com *chip* da Microsoft. Originalmente publicada como sátira em um site humorístico, essa peça foi descontextualizada e divulgada como uma "notícia verdadeira"[v].

O tema da Politização agrupou peças que promoviam o descrédito do Supremo Tribunal Federal e de políticos ou abordavam falsas iniciativas. Ao analisar as checagens da agência Aos Fator, Seibt & Dannenberg (2021, pp. 12) constataram que "Bolsonaro não passou dados verdadeiros nenhuma vez [...] de "Outros Poderes", seja descontextualizando a realidade ao atribuir a responsabilidade a prefeitos e governadores pela determinação das medidas de restrição, seja ignorando a decisão do STF sobre a soberania das decisões regionais. De acordo com os autores, esse comportamento autoritário enquadra-se nas categorias de "rejeição das regras democráticas do jogo" e "negação da legitimidade dos oponentes políticos".

Nesta pesquisa destacam-se as peças de desinformação direcionadas a prejudicar a imagem do governador de São Paulo, João Dória ou de suas ações de enfrentamento à pandemia (como a produção da vacina Coronavac pelo Instituto Butantã em parceria com a biofarmacêutica chinesa Sinovac), tornando-o um dos alvos da campanha de desinformação (Dias, 2020; Segurado, 2021). Um exemplo é uma peça de desinformação, analisada em maio de 2020, com um vídeo no qual uma pessoa afirma que o governo estadual estaria recebendo dinheiro para cada registro de morte por COVID-19[vi]. Várias peças de desinformação tiveram como foco afirmar que o governador havia tomado vacina antes de contrair o vírus ou que teria tomado a vacina da Pfizer ao invés da Coronavac[vii]. Um exemplo de uma peça de desinformação associada a uma falsa iniciativa é a de que governadores estariam "escondendo" vacinas para "desestabilizar" Bolsonaro e aumentando intencionalmente o número de óbtidos, analisados em março de 2021[viii]. Seibt & Dannenberg (2021) também identificaram a intenção de desqualificação política de outras lideranças por parte de Bolsonaro, principalmente aquelas que adotavam medidas contrárias ao seu negacionismo.

De acordo com Posetti & Bontcheva (2020), na temática de estatísticas falsas e enganosas estão enquadradas as peças de desinformação que questionam as taxas de óbitos / internações e informes de incidência da doença. Algumas peças de desinformação acompanharam a estratégia presidencial de

negá-los ou de sugerir que estavam inflados para favorecer interesses políticos de alguns governantes (Segurado 2021). Um dos exemplos é de uma peça com o vídeo de uma pessoa fumando dentro de um saco plástico preto para sugerir que as mortes eram encenações. Na verdade o vídeo original era de um videoclipe de um *rapper* russo que, descontextualizado, teve 10.867 compartilhamentos no facebook e também um número impreciso deles no WhatsApp[ix].

As peças de desinformação associadas aos impactos na sociedade e no ambiente, foram detectadas em sua maioria nos meses de março de 2020 e de junho de 2022, associados ao período inicial e final da pandemia no país. Também tiveram uma posição significativa, da segunda à quarta posição, em outros doze meses dentro do período estudado, evidenciando a importância do assunto. Mas, além se serem muitas, as peças apresentavam grande diversidade. Por exemplo, em março de 2020, início da pandemia, as peças de desinformação incluíam foto de banhistas tirada 'durante quarentena'[x], imagem de mercado sendo saqueado[xi], arrastões de usuários da Cracolândia durante pandemia[xii]. Essas primeiras peças de desinformação apelavam para o medo e o pânico da população, característica marcante da desinformação de desestabilizar, confundir como também em temas semelhantes que ocorreram ao longo do tempo, abordando notícias sobre assaltantes disfarçados oferecendo testes para Covid-19[xiii], a aprovação de aborto pela Câmara de Deputados[xiv] e a de que uma criança foi presa em Nova York por estar sem o passaporte da vacina[xv].

Posetti & Bontcheva (2020) associam o tema da origem e propagação do coronavírus e da COVID-19 a teorias da conspiração que atribuem a culpa da doença a outros atores e causas. A versão reconhecida é a de que o surgimento da doença está associado a um mercado de animais na cidade de Wuhan na China. Na pesquisa observou-se diversas teorias sobre a forma de propagação do vírus, seja por meio de máscaras contaminadas importadas da China e descobertas pelo FBI[xvi], ou porque vacinados com Pfizer transmitem Covid-19 por inalação ou contato com a pele[xvii] ou ainda sobre a não trasmissão por pacientes assintomáticos[xviii] As teorias sobre a origem também são muitas e variam desde a declaração de um ganhador do Nobel de Medicina de que o vírus foi criado em laboratório[xix] ou que deriva de uma bactéria modificada pelo uso da tecnologia 5G[xx]. Deve-se também destacar que o presidente Bolsonaro não acompanhou a retórica do presidente Donald Trump em relação à narrativa do "vírus chinês", pelo fato desse país ser o maior comprador de *commodities* brasileiras (Alcântara & Ferreira, 2020).

Ainda nesta categoria surgiram peças de desinformação que atribuíram ao desenho animado dos Simpsons a previsão da chegada do coronavírus[xxi].

O descrédito de jornalistas e veículos de notícias fidedignas associa-se à desinformação política, incluindo calúnias, insultos, visando retirar a confiança em notícias jornalísticas comprovados e de interesse público (Posetti & Bontcheva, 2020). No período estudado, elas incluíram peças relacionadas a jornalistas de destaque nas mídias, em situações que contrariavam as condutas esperadas, tais como saídas durante o período de isolamento, comemoração pelo aumento da audiência, o não uso de máscaras etc. Mas também atacaram a credibilidade de órgãos de imprensa ao sugerir a orientação para manipulação da cobertura da pandemia[xxii] ou o uso de informações falsas ou inventadas sobre os enterros das vítimas[xxiii]. Este resultado confirma o que também foi apurado por Seibt & Dannenberg (2021, pp. 12) de que "com histórico de agressões a jornalistas e ao jornalismo como instituição, Bolsonaro apenas usou informações falsas ou se contradisse quando falou sobre a categoria". Segundo os autores, essa ação vincula-se ao comportamento autoritário na categoria que se refere à propensão a restringir oponentes, população ou, no caso, a mídia.

No tema 'foco em celebridades' incluem-se as peças de desinformação associadas a atores e atrizes supostamente com a doença (Posetti & Bontcheva, 2020). No caso do Brasil outros tipos de personalidades também foram

envolvidos nessa onda de desinformação, tais como cantores, esportistas, empresários e outras pessoas de destaque. As peças envolviam falsos diagnósticos ou supostas tentativas de mentir sobre o tratamento da doença[xxiv], atitudes contra o isolamento social e declarações falsas de desejo de morte das pessoas em geral com a finalidade de "abreviar o governo"[xxv] ou simplesmente para eliminar os aliados do presidente[xxvi].

Ao descrever o tema de impactos econômicos, Posetti & Bontcheva (2020, pp.6) consideraram que ele incluiria "a disseminação de informações falsas sobre os impactos econômicos e sanitários da pandemia, sugestões de que o isolamento social não se justifica economicamente, e mesmo alegações de que a COVID-19 está criando muitos empregos". A pesquisa identificou peças de desinformação envolvendo o cenário nacional e internacional, como a compra de multinacionais[xxvii] e de grandes empresas brasileiras[xxviii] pela China durante a pandemia, do fechamento de lojas de uma grande loja de departamento[xxix] e de uma falsa carta de empresários com críticas ao isolamento social[xxx]. Deve-se destacar que das 30 peças de desinformação tratadas pelas agências de checagem de fatos em relação a este tema, 7 (23%) envolviam a China.

Finalmente o último tema relaciona-se ao ganho financeiro fraudulento com a pandemia, o que pode ser associado a fraudes destinadas ao roubo de dados particulares das pessoas (Posetti & Bontcheva, 2020). Na pesquisa elas foram identificadas como sendo campanhas falsas de doação de panelas, revistinhas, kits gratuitos de produtos de limpeza e higiene[xxxi], de cestas básicas[xxxii] ou falsos cadastros junto ao governo federal[xxxiii].

A análise da circulação das peças de desinformação reiterou a divisão temática da Unesco que orientou a análise deste estudo.

Considerações Finais

Para Dourado (2021, p.9) a circulação das peças de desinformação em plataformas sociais retrata a existência de "contra-fluxos dissonantes" que dificultam distinguir o que é retrato de uma ação coordenada e o que reflete uma política orgânica. Os resultados da pesquisa acerca do volume e da classificação das peças de desinformação sugerem uma campanha de desinformação com um certo grau de sincronia com o que era pautado pelo governo federal. Assim como no estudo de Alcântara & Ferreira (2020), observou-se na pesquisa a predominância de narrativas de âmbito local e nacional e reafirma-se a avaliação de que a dinâmica do fluxo de desinformações durante a pandemia teve sintomia com o debate político em andamento. Desta maneira, os resultados vão ao encontro da visão de Segurado (2021) de que a campanha de desinformação fazia parte da estratégia da ação política governamental.

Mas, ao compreender como pano de fundo o forte viés ideológico que permeou o enfrentamento à pandemia da COVID-19 (OECD, 2023; Seibt & Dannenberg, 2021), cabe o alerta de Cézar & Maciel (2021, pp.18), de que "no caso brasileiro, o que é necessário se questionar é, em que medida, ações de grupos organizados promovem deliberadamente a circulação de desinformação sobre a pandemia a partir de um viés político condizente com interesses específicos".

Entende-se que a pesquisa permitiu identificar elementos que ilustram o quadro de disputa de políticas e de narrativas sobre a pandemia que se instaurou no país e que gerou um ambiente de desconfiança na população. "O Brasil é um dos países onde a confiança nos cientistas mais diminuiu durante a pandemia – caindo ainda mais do que a confiança no governo (Algan et al.,2021, citado por OECD, 2023, pp.25).

A pesquisa pôde compreender a dinâmica da circulação e da desinformação e, assim, identificar elementos que possam subsidiar estratégias de ação para o enfrentamento de situações semelhantes no futuro. O suporte da ciência da informação e seus temas orientam pesquisas sobre literacia digital voltadas para a desinformação e que focam no desenvolvimento de habilidades técnicas e cognitivas para uso de informações com estratégias de busca elaboradas de forma crítica. Entende-se que para enfrentar o negacionismo, a alfabetização científica deve ser liderada pelos profissionais da informação

no combate à desinformação, com foco na liberdade de expressão e na transparência da informação (López-Borrull, 2020).

Através do conceito de regime de informação pode-se compreender como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação e, no caso da infodemia da COVID-19, isso afeta a discussão da política de informação sobre saúde e limita a participação e compreensão do cidadão e seu direito à participação ativa nas discussões relacionadas às políticas públicas.

Referências

Agência Nacional de Vigilância Sanitária {ANVISA]. (2021, 25 fev.). Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Brasília: Anvisa.https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/2020/nota-tecnica-gvims_ggtes_anvisa-04_2020-25-02-para-o-site.pdf25 mar 2022.

Alcântara, J. & Ferreira, R. R. (2020). A infodemia da "gripezinha": uma análise sobre desinformação e coronavírus no Brasil. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 145. https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4315

Barreto, I. C. H. C et al. (2021). Colapdo na saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da COVID-19. Saúde Debate, 45 (131), pp. 1126-1139. https://doi.org/10.1590/0103-1104202113114

Bennett, W. L. & Livingston, S. (2018). The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. European journal of communication, 33 (2), 122-139.

Brasil. (2020). Decreto Nº10.292 de 25 de março de 2020. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Presidência da República. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.292-de-25-de-marco-de-2020-249807965

Cézar, L. S. & Maciel. A. J. N. (2021). Infodemia no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil: uma política de contaminação? Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5703. https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5703

Dias, L. C. (2020, 9 de dezembro). Momento histórico: tem início a vacinação contra a COVID-19 pelo mundo. Jornal da UNICAMP. https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/momento-historico-tem-inicio-vacinacao-contra-covid-19-pelo-mundo/

Domingues, L. Infodemia(2021). Uma ameaça à saúde pública global durante e após a pandemia de COVID-19. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, 15 (1) 12-17. https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2237

Dourado, T. (2021). Fake news: quando mentiras viram fatos políticos. Zouk.

Haraki, C. A. C. Estratégias adotadas na América do Sul para a gestão da infodemia da COVID-19. Rev Panam Salud Publica. 45, e43. https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.43

López-Borrull, A. (2020). "*Fake news* e infodemia científica durante la Covid-19, ¿dos caras de la misma crisis informacional?". Anuario ThinkEPI, 14 e14e07. https://doi.org/10.3145/thinkepi.2020.e14e07

Machuy, C. & Schneider, M. (2024). O vírus da mentira: movimento antivacina no Brasil de Bolsonaro. XIV Encontro EDICIC, 2024, Lisboa, Portugal. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/64777

Ministério da Saúde [MS]. (2020a, 3 de fevereiro). Portaria Nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/portaria-188-20-ms.htm

Ministério da Saúde [MS]. (2020b, 21 de março). Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/marco/ministerio-

da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20declarou,se%20unir%20contra%20o%20v%C3%ADrus.

Ministério da Saúde [MS]. (2020c, 26 de novembro). Portaria Nº 3.190, de 26 de novembro de 2020. Institui o Gabinete de Crise da Covid-19 e altera a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o Centro de Operações de Emergências para o novo Coronavírus (COE Covid-19). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt3190_27_11_2020.html

Ministério da Saúde [MS]. (2022, 22 de abril). Portaria Nº 913, de 22 de abril de 2022. Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria-913-22-ms.htm

Ministério da Saúde (2025, 21 de fevereiro). COVID-19 no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde. https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html.

OBSERVATÓRIO COVID-19 BR. (2020, dez.) Anda não há um plano nacional de vacinação contra COVID-19. https://covid19br.github.io/analises?aba=aba13#

OECD (2023), *Drivers of Trust in Public Institutions in Brazil*, Building Trust in Public Institutions, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/fb0e1896-en.

Posetti, J., & Bontcheva, K. (2020). Disinfodemic: Deciphering COVID-19 disinformation. Policy brief. UNESCO. https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation pdf.

Ribeiro, R. R. & Martinuzzo, J. A. (2021). A reinfosfera na pandemia do novo coronavírus: infodemia, fake News e sociabilidade perversa. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5694. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5694

Schimidt, S. (2021, 14 jan.) Morrer sem oxigênio em Manaus, a tragédia que escancara a negligência política na pandemia. El País. https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-15/morrer-sem-oxigenio-em-uma-maca-em-manaus-a-tragedia-que-escancara-a-negligencia-politica-na-pandemia.html

Scofield Júnior, G. (2019). Desconstruindo as fake News: o trabalho das agências de fact-checking. In: BARBOSA, M. (Org.) Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, p.59-68.

Seibt, T. & Dannenberg, M. (2021). Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, 17 (1) e5687. https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5687

Segurado, R. (2021). Desinformação e democracia: a guerra contra as fake news na internet. Hedra.

Senado Federal (2021). Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/#tab-comunicados.

Shalders, A. (2020, 16 de abril). Mandetta é demitido do Ministério da Saúde após um mês de conflito com Bolsonaro: relembre os principais choques. BBc News Brasil. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52316728

Silva, S. A .A. & Cardoso, A. M. P. (2020). Literacia informacional: uma revisão sistemática de literatura. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas: v.18, e020023. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660680

Vieira, A. (2020, 16 de abril). Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado. Senado Notícias. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado

Wardle, C. (2020). Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional. 2 ed. First Draft.

World Health Organization [WHO]. (2020). Managing the COVID-19 infodemic: call for action, 7-8 April 2020. Relatório executivo. Geneva: World Health Organization. https://www.who.int/publications/i/item/9789240010314.

World Health Organizatio [WHO]. (2025). Timeline: WHO's COVID-19 response.

https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#!

Notas

[i] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/03/verificamos-vinagre-coronavirus/

[ii] Link da checagem de fatos> https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/16/verificamos-medicos-30-paises-eficacia-cloroquina

[iii] Link da checagem de fatos: https://www.aosfatos.org/noticias/medico-engana-ao-afirmar-que-tratamento-precoce-foi-comprovado-cientificamente/

[iv] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/22/verificamos-vacinas-covid-altera-dna

[v] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/11/verificamos-pfizer-microsoft

[vi] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/05/25/verificamos-sao-paulo-16-mil-covid

[vii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/13/verificamos-doria-pfizer-coronavac

[viii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/12/verificamos-governadores-escondendo-vacinas

[ix] Link da checagem de fatos: https://www.aosfatos.org/noticias/video-nao-mostra-fraude-de-mortes-na-pandemia-mas-bastidor-de-clipe-de-rapper-russo/

[x] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/24/verificamos-copacabana-quarentena-coronavirus

[xi] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/27/verificamos-imagem-supermercado-saqueado-covid-19

[xii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/03/verificamos-audios-arrastoes-usuarios-cracolandia-pandemia

[xiii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/17/verificamos-foto-assaltantes-testes-covid-19

[xiv] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/11/verificamos-aborto-pandemia/

[xv] Lnk da checagem de fatos: https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-crianca-foi-presa-em-nova-york-por-estar-sem-passaporte-da-vacina/

[xvi] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/22/verificamos-fbi-mascaras-coronavirus

[xvii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/24/verificamos-pfizer-inalacao

[xviii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/09/verificamos-oms-assintomaticos-covid/

[xix] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/05/verificamos-tasuku-honjo-nobel-coronavirus-laboratorio/

[xx] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/08/verificamos-russia-bacteria-5g

[xxi] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/03/verificamos-simpsons-previram-chegada-novo-coronavirus/

[xxii] Link da checagem de fatos: https://www.aosfatos.org/noticias/tv-globo-nao-orientou-jornalistas-manipularem-cobertura-da-pandemia/

[xxiii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/04/01/verificamos-cemiterio-prova-midia

[xxiv] Link da checagem de fatos: https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-camila-pitanga-falsificou-diagnostico-de-malaria-para-se-medicar-com-cloroquina/

[xxv] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/26/verificamos-fernanda-torres-abreviar-governo

[xxvi] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/02/verificamos-leticia-sabatella-pandemia

[xxvii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/18/verificamos-china-multinacionais-covid/

[xxviii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/22/verificamos-china-comprou-sabesp

[xxix] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/20/verificamos-renner-covid19

[xxx] Lnk da checagem de fatos: carta aberta de empresários que critica lockdown

[xxxi] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/29/verificamos-golpe-kits-gratuitos-limpeza-higiene-pandemia

[xxxii] Link da checagem de fatos: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/05/04/verificamos-golpe-cras-coronavirus

[xxxiii] Lnk da checagem de fatos: https://www.aosfatos.org/noticias/governo-nao-iniciou-cadastro-para-auxilio-cidadao-de-r-200-contra-coronavirus/

Trabalho Decente e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise das Estratégias Nacionais frente à Transformação Digital para o Alcance do ODS 8

Vinícius Léda Damasceno, UCB, Brasil, *vinicius.d@gmail.com*

Fabrício Ziviani, UCB, Brasil, *anap.bernari@gmail.com*

Ana Paula Bernardi da Silva, UCB, https://orcid.org/0000-0002-9963-282X, Brasil, *anap.bernardi@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6710

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

O advento da transformação digital vem provocando mudanças na dinâmica econômica e no mercado de trabalho mundial, com impactos que remodelam desde a produção industrial até a organização do trabalho (Schwab, 2016). Nesse contexto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) da Agenda 2030 propõe promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentado, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos (ONU, 2015). Este estudo investiga como a inovação tecnológica pode se configurar tanto como facilitadora quanto como desafio para a promoção do trabalho decente, a partir da análise comparativa de experiências internacionais.

Na perspectiva atual, caracterizada pela aceleração da digitalização (Brynjolfsson & McAfee, 2014), pela automação de processos produtivos e pela emergência de novos modelos de negócio baseados em plataformas digitais (Kenney & Zysman, 2016), é essencial compreender como essas transformações impactam a estrutura do mercado de trabalho e a promoção de condições laborais dignas.

Estudos demonstram que, embora a tecnologia gere novos postos de trabalho, também aumenta a precarização e a informalidade em determinados setores (De Stefano, 2016).

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar como diferentes países alinham suas estratégias de desenvolvimento tecnológico com políticas de inclusão laboral, de modo a fomentar tanto o crescimento econômico quanto o trabalho decente, em consonância com a proposta de desenvolvimento sustentável defendida pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2019).

Referencial Teórico

2.1 ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

O ODS 8 enfatiza a necessidade de criar condições para que todos tenham acesso a empregos produtivos, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana (ONU, 2015). A geração de crescimento econômico sustentável requer não apenas aumento do PIB, mas também a redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades para todos os segmentos sociais (Sachs, 2015). A integração da sustentabilidade na lógica do crescimento econômico é essencial para garantir que o progresso seja inclusivo e duradouro (Sen, 1999).

2.2 Transformação Digital e Impactos no Trabalho

A transformação digital impacta a organização do trabalho, criando ocupações enquanto elimina funções tradicionais (Brynjolfsson & McAfee, 2014). O avanço da inteligência artificial, *machine learning* e robótica desafia os modelos de emprego tradicionais, promovendo tanto a substituição de tarefas repetitivas quanto a demanda por novas competências técnicas e cognitivas (Arntz, Gregory & Zierahn, 2016). Ao mesmo tempo, cresce o risco de precarização laboral, especialmente em setores associados à *gig economy* (De Stefano, 2016; Graham & Woodcock, 2018).

2.3 Políticas Públicas de Inovação e Trabalho Políticas públicas eficazes associam a promoção da inovação tecnológica à proteção social, garantindo que os benefícios do progresso sejam amplamente distribuídos (Mazzucato, 2018). A experiência de países como Dinamarca e Alemanha ilustra a possibilidade de integrar políticas de educação continuada, reconversão profissional e regulação do trabalho em setores tecnologicamente dinâmicos (OECD, 2021). A promoção de "trabalho decente" em contextos de alta inovação demanda a articulação entre políticas de inclusão digital, direitos laborais e incentivo à inovação social (ILO, 2019).

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica de caráter qualitativo-quantitativo, estruturada a partir de revisão sistemática de literatura, análise documental e estudo de casos comparativos. A revisão sistemática da literatura seguiu protocolos de identificação, seleção e análise crítica de publicações acadêmicas relevantes nas bases Scopus, Web of Science e Google Scholar, priorizando artigos publicados entre 2015 e 2023.

A análise documental abrangeu relatórios, documentos e bases estatísticas de organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU), permitindo o levantamento de dados comparáveis sobre indicadores socioeconômicos e de inovação.

Para o estudo de casos, foram selecionados três países - Dinamarca, Alemanha e Coreia do Sul - com base em critérios de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), grau avançado de digitalização econômica, avanços registrados em indicadores relacionados ao ODS 8 e existência de políticas públicas integradas de inovação e proteção ao trabalho.

A triangulação metodológica foi utilizada para assegurar a validade dos achados, articulando o referencial teórico, as evidências empíricas e a análise de políticas públicas. Foram considerados indicadores como: taxa de desemprego, taxa de informalidade, participação da economia digital no PIB,

investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), e níveis de acesso a programas de reconversão profissional.

Resultados

A análise comparativa revelou que os países que conciliam avanço tecnológico e promoção do trabalho decente apresentam características convergentes. Em relação à educação, observa-se a implementação de políticas focadas no desenvolvimento de habilidades digitais, pensamento crítico e criatividade, com atualização contínua dos currículos escolares e programas de capacitação profissional voltados à nova economia digital.

No que tange à reconversão profissional, identificam-se programas nacionais robustos, que incluem subsídios estatais para requalificação de trabalhadores afetados pela automação, parcerias público-privadas para cursos de curta duração e certificação de novas competências.

Quanto à promoção à inovação social, destacam-se iniciativas de incentivo ao empreendedorismo inclusivo, ao financiamento de startups de impacto social e à formação de ecossistemas de inovação regionalizados, visando reduzir desigualdades territoriais.

Em termos de regulação laboral, países analisados avançaram na criação de marcos legais específicos para proteger trabalhadores de plataformas digitais, garantindo direitos como remuneração justa, acesso a benefícios sociais e condições de trabalho seguras.

Apesar dos avanços, persistem desafios relevantes, tais como a elevada rotatividade de empregos em setores tecnologicamente intensivos, a dificuldade de regulação ágil frente à rápida inovação tecnológica e a necessidade de ampliação de políticas de inclusão digital para populações vulneráveis.

Considerações Parciais ou Finais

Este estudo evidenciou que a transformação tecnológica, quando integrada a políticas públicas inclusivas e proativas, pode ser uma aliada na promoção simultânea do crescimento econômico sustentável e do trabalho decente, em consonância com os princípios do ODS 8. A análise dos casos de Dinamarca, Alemanha e Coreia do Sul demonstra que é possível alinhar inovação tecnológica e inclusão social mediante estratégias estruturadas que combinem educação continuada, reconversão profissional, incentivo à inovação social e regulação adequada do trabalho em plataformas digitais.

Entretanto, o caminho para tal equilíbrio é desafiador e requer ação coordenada entre governos, setor privado, organizações internacionais e sociedade civil. Políticas públicas devem antecipar os impactos das novas tecnologias, promovendo a requalificação da força de trabalho e garantindo mecanismos de proteção social que sejam adaptáveis às novas formas de emprego.

A aceleração da automação e da inteligência artificial exige não apenas investimentos em inovação, mas também um novo pacto social que coloque a dignidade do trabalho no centro da agenda de desenvolvimento. A ausência de regulação e de políticas ativas pode ampliar desigualdades, precarizar relações laborais e comprometer a sustentabilidade econômica a longo prazo.

Como limitação, destaca-se que o estudo se baseou predominantemente em dados secundários e análises documentais, recomendando-se para futuras pesquisas a realização de estudos empíricos aprofundados sobre a efetividade de políticas específicas e o acompanhamento longitudinal dos impactos da transformação digital no mercado de trabalho.

Em síntese, a transformação tecnológica pode ser tanto um vetor de inclusão quanto de exclusão. Sua orientação para a promoção do trabalho decente dependerá das escolhas políticas, das prioridades estratégicas e do grau de compromisso ético das sociedades contemporâneas.

Referências

Arntz, M., Gregory, T., & Zierahn, U. (2016). *The Risk of Automation for Jobs in OECD Countries: A Comparative Analysis*. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, 189. https://doi.org/10.1787/5jlz9h56dvq7-en

Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2014). *The second machine age: Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. W.W. Norton & Company.

De Stefano, V. (2016). *The Rise of the "Just-in-Time Workforce": On-Demand Work, Crowdwork and Labour Protection in the "Gig-Economy"*. Comparative Labor Law & Policy Journal, 37(3), 471–504.

Graham, M., & Woodcock, J. (2018). *Towards a fairer platform economy: Introducing the Fairwork Foundation*. Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research, 29, 242–266.

International Labour Organization. (2019). *Work for a Brighter Future: Global Commission on the Future of Work*. International Labour Office. https://www.ilo.org/global/topics/future-of-work/publications/WCMS_662410/lang--en/index.htm

Kenney, M., & Zysman, J. (2016). *The Rise of the Platform Economy*. Issues in Science and Technology, 32(3), 61–69.

Mazzucato, M. (2018). *The entrepreneurial state: Debunking public vs. private sector myths* (Rev. ed.). Penguin Books.

Organization for Economic Cooperation and Development. (2021). *OECD Employment Outlook 2021: Navigating the COVID-19 Crisis and Recovery*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/5a700c4b-en

Sachs, J. D. (2015). *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.

Schwab, K. (2016). *The Fourth Industrial Revolution*. World Economic Forum.

Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.

United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations. https://sdgs.un.org/2030agenda

SABERES, SABORES E TERMOS: CONVERGÊNCIA TERMINOLÓGICA NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DO BACHARELADO EM GASTRONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (BRASIL)

Antonio Agaildes Sampaio Ferreira, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), https://orcid.org/0009-0003-3423-7778, Brasil, *agaildes_junior@hotmail.com*

Virgínia Bentes Pinto, Universidade Federal do Ceará (UFC), https://orcid.org/0000-0003-1283-8292, Brasil, *vbentes@ufc.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6711

Introdução

A Gastronomia, como outras áreas, é caracterizada por questões que inquietam pesquisadores/as, e, naturalmente, a comunidade em geral, particularmente com relação a certas frutas e legumes que muitas vezes não sabemos exatamente onde classificá-las. Citamos como exemplo, tomate.

Tomate é fruta ou legume? Essa é uma dúvida comum. À luz da botânica, é um fruto, pois se origina do ovário fecundado da tomateira e contém sementes (Sosef *et al*., 2020). Pelo olhar gastronômico é tratada como um vegetal, que carrega consigo ambiguidades, uma vez que, apesar de ser fruta, tanto é consumida em entradas e em pratos principais, seja como elemento principal das preparações ou coadjuvante, além de seu sabor umami que traz percepções sensoriais doces, salgadas e ácidas, e raramente é consumida sozinha, como ocorre com outras frutas.

Nos âmbitos das especialidades, os termos necessitam de um certo controle vocabular para evitar/amenizar/minimizar ambiguidades. Na Gastronomia, não poderia ser diferente, e exige esse controle vocabular para tentar evitar inconsistências nos

processos de comunicação, pois ela integra saberes populares, técnicos e científicos.

Na gastronomia, assim como em outras áreas, o uso de jargões e/ou expressões técnicas facilita a intra comunicação. Na escrita científica, por exemplo, é comum empregar Palavras-chave que resumem os temas abordados, como uma expressão técnica. Esses termos padronizados, tornam-se essenciais à transmissão de conhecimentos, contribuindo à construção de linguagens documentárias, organizando o saber (Maimone & Tálamo, 2011; Santos & Bentes Pinto, 2020).

O entendimento científico é crucial à produção da Ciência, mas essa produção não ocorre isolada do contexto social, evitando que ela se torne estéril e inútil (Targino, 2000). No caso da Ciência Gastronômica (CG), é essencial evitar distorções causadas por variações linguísticas. Este estudo justifica-se pela necessidade de contribuir ao estabelecimento terminológico da CG, garantindo conceitos claros e consistentes. A Terminologia normaliza e estrutura termos, definindo contextos específicos, enquanto a Representação da Informação organiza saberes de forma lógica, compreensível e acessível, fortalecendo a CG e sua informação científica.

Isto posto, **questiona-se**: As palavras-chaves adotadas nos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC's) do Curso de Gastronomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) expressam, efetivamente, o conhecimento e a informação da área Gastronômica? Para tanto, **Objetiva-se:** mapear as terminologias gastronômicas evidenciadas nas Palavras-chave dos TCC's do bacharelado em Gastronomia da UFPB, no período de 2017 a 2024.

Referencial Teórico

A alimentação é essencial à vida, mas, por muito tempo, os alimentos não foram vistos como objetos de pesquisa. Essa perspectiva mudou com o surgimento dos cursos de gastronomia no mundo. No Brasil, a gastronomia como ciência é recente (primeiro curso data em 1999) e abrange técnicas culinárias, seleção de ingredientes, normas de consumo e dimensões culturais, sociais e históricas, dialogando com diversas áreas do conhecimento (Ferreira & Bentes Pinto, 2024).

A Terminologia é essencial para padronizar a comunicação, especialmente em áreas técnicas e científicas, garantindo clareza e consistência na transmissão dos saberes. Ela envolve o uso de termos especializados próprios de grupos sociais específicos, que compilam conceitos e definições (Vargas & Lann, 2011). Seu propósito é atender às necessidades informacionais da pessoa usuária (Santos & Bentes Pinto, 2020), alinhando-se aos objetivos da Ciência da Informação (CI).

Para uma melhor compreensão dos termos gastronômicos e o estabelecimento de uma comunicação eficiente, a divulgação científica auxilia na democratização da informação (Targino, 2000). Ela possibilita o acesso do público não especializado ao conhecimento científico, viabilizado pela CI, por meio da Representação da Informação e do Conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento da CG, em ascensão.

Visando a popularização da CG, nos pautamos em Guimarães e Dodebei (2015) que argumentam ser essencial registrar, organizar, representar, reconhecer e disseminar os saberes acadêmico e popular. Afinal, o "objeto de estudo da Organização do Conhecimento é o conhecimento socializado ou registrado" (Barité *et al*., 2015, p. 120). A Gastronomia transcende a academia e as cozinhas, exigindo que seja reconhecida e disseminada para alcançar seu pleno potencial.

Dito isto, a sistematização, transmissão e proliferação da CG, por meio da afixação da terminologia gastronômica, ocorre mediante processos estruturados que organizam conceitos, definem seus significados e estabelecem relações contextuais. Assim, a Terminologia é essencial para padronizar a comunicação, bem como garantir clareza e consistência na transmissão do saber à medida que se ampara-se na CI. As Palavras-chave permitem e facilitam

> a identificação do conteúdo de um trabalho científico [...] evidenciando a preocupação em intermediar e apoiar aos que necessitam apropriar-se de um determinado recurso

> informacional. A busca por trabalhos científicos, realizada por meio de palavras-chave, oportunizam a localização de textos pertinentes às necessidades informacionais dos pesquisadores (Lage, Almeida & Lunardelli, 2021, p. 3).

Elas desempenham uma função indexical, sendo compreendidas pelos Sistemas de Recuperação da Informação e atuando como representações documentárias que transmitem informações de forma eficiente (Lara, 2002). São fundamentais na Representação da Informação, facilitando a sua representação e organização. Neste estudo, as Palavras-chave representam os temas abordados nos TCC's, sintetizando, de maneira concisa, os assuntos investigados.

As Representações se entrelaçam à medida que se constroem, permitindo a recuperação e o acesso às informações em diversos ambientes informacionais, sejam analógicos/impressos ou digitais/eletrônicos, tanto na Organização da Informação quanto do Conhecimento (Sales, Albuquerque, & Bentes Pinto, 2018). Assim, uma CG organizada reflete informações precisas e acessíveis, fortalecendo a construção e transmissão do conhecimento.

Na CI, Terminologia e Representação da Informação integram-se para sistematizar saberes e demonstrar aplicações práticas, fortalecendo o desenvolvimento da CG como campo científico consolidado.

Procedimentos Metodológicos

Esta é uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, natureza básica, com objetivos exploratórios e procedimentos bibliográficos, documentais e de levantamento (Gerhardt & Silveira, 2009).

O universo de pesquisa abrange dados do Repositório Institucional (RI) da UFPB, focando nos TCC's vinculados ao Departamento de Gastronomia (DG), no período 2017-2024. A coleta ocorreu em março de 2025, com documentos armazenados em nuvem. Para análise, os dados foram extraídos e tratados no Microsoft Excel®, visando organizar, categorizar, quantificar, padronizar e agrupar (por similaridade e repetição) as Palavras-chave, identificando padrões e tendências.

Ao acessar o RI da UFPB identificaram-se 108 TCC's. Após a análise documental, desconsiderou-se trabalhos que estivessem associados ao DG, mas que não se enquadravam como trabalho de Gastronomia devido falhas técnicas, humanas e/ou de sistema. Logo, excluíram-se: um trabalho do Departamento de Tecnologia de Alimentos (DTA), uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), um trabalho do o Departamento de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira (DTS) e um trabalho do DG, mas que não possuía Palavras-chave.

Resultados e Discussões

Foram analisados 104 TCC's, com 399 Palavras-chave identificadas. Após padronização e agrupamento por similaridade e repetição, resultaram 273 termos, organizados e separados por ";". Essa estruturação facilitou a identificação de padrões e tendências terminológicas, conforme ilustrado abaixo.

Quadro 1 – Palavras-chave dos TCC do curso de Bacharelado em Gastronomia da UFPB publicados no RI (2017-2024) e suas recorrências

Palavras-chave	Repetições
Gastronomia.	29
Empreendedorismo.	13
Plano de negócio; Plano de negócios.	10
Confeitaria.	7
Panificação.	5
Aceitação; Cerveja artesanal; Cultura; João Pessoa; Qualidade; *Sourdough*.	4
Bactérias ácido láticas; Desperdício de alimentos; Fermentação; Pães; Segurança alimentar.	3
Alimentação; Alimentação escolar; Alimentos funcionais; Análise físico-química; Análises; Arroz Vermelho; Biscoito; Combate à fome; Crianças; Culinária; Cultura alimentar; Cultura gastronômica; Especiarias; Fermentação natural; Gastronomia brasileira; Gastronomia paraibana; Gênero; Impacto ambiental; Leveduras; Memória; Mulher; Paraíba: Patrimônio gastronômico; Patrimônio imaterial; Personal Chef; Probióticos; Receitas; Resíduos: Restaurante: *Sorbet*; *Terminalia catappa Linn*.	2

Palavras-chave com 1 repetição
Aceitabilidade; Acidez; Ácido acético; Adjunto; Adjunto Cervejeiro; África; Algaroba; Alimentação saudável; Alimento; Alimentos fermentados; *American Barbecue*; Análise microbiológica; Análise Sensorial; *Apis melífera*; Aplicativos *Mobile*; Aproveitamento de alimentos; Aproveitamento Integral de Alimentos; Aproveitamento integral dos alimentos; Bactérias ácido láticas/acéticas; Bactérias láticas; Bebida alcoólica fermentada; Bebida fermentada; Bebida não alcoólica fermentada; Bebida natural; Bebidas vegetais; Benefícios; Bistrô; Boas Práticas; Boas Práticas de Fabricação; Brasil; *Brazilian Beer*; Brigaderia; Cadernos de culinária; Cadernos de receita; Cafeteria; Cafeteria *Gourmet*; Canabinóides; *Cannabis*; CANVAS; Capacitação; Caprinos; Carne caprina; Carne de sol; Carnes salgadas; Casa de bolo; Castanhola; Cerveja; Chá preto; *Cloud Kitchen*; *Comfort food*; Comida de milho; Comida de Santo; Composição nutricional; Condimentos; Consumo; Contaminação microbiológica; Controle financeiro; COVID-19; *Coworking*; Cozinha compartilhada; Cozinha de memória; Creperia; Culinária *cannabica*; Culinária Italiana; Culinária japonesa; Culinária regional; Culto aos Orixás; Cultura de Paz; Cultura regional; Cupuaçu; *Dark Kitchen*; Defumados; Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC); Derivados; Desenvolvimento de produto; Desenvolvimento local; Desidratação; Desidratação osmótica; Diáspora africana; Dieta de substituição; Digestibilidade; Direito humano à alimentação adequada; Doçaria mineira; Doce de batata-doce; Doceria; Doceria sertaneja; Doces nordestinos; *Drive-trhu*; Ecogastronomia; Educação empreendedora; Egressos; Emoções; Empreendedorismo Feminino; Espaço de recordação; *Estafilococos*; Estórias; Estudos para a Paz; Estufa; Etnia; Extrato; Farinha; *Fast Food*; Feijoada; Feira central; Fermento; Fermento natural; Fermento natural liofilizado; Festas religiosas; Fluxo de caixa (FC); Fogo; *Food Park*; Formação Profissional; Frutas; Frutas cristalizadas; Gastrobar; Gastronomia afro-brasileira; Gastronomia familiar; Gastronomia mineira; Geleia; *Ghost Kitchen*; Goiabada cascão; Gosto; Guanambi; Guiné Bissau; Identidade; Identidade gastronômica; Inclusão social; Inovação e conservação de alimentos; Indicadores de sustentabilidade; Intenção de compra; Kombucha alcoólica; *Lactobacillus*; Lactose; Laranja; Lei 14.016/2020; Leite; Leite caprino; *Levain*; Liofilização; Livro de receitas; *Low carb*; Lúdico; Maciez; Manipulação de alimentos; Manipulador de alimentos; Manipuladores; Manteiga mista; Marmitaria; Maturação; Mel; Memória coletiva; Memória cultural; Memória do alimento; Memória familiar; Memória gustativa; Memória individual; Memorial; Menu degustação; Mercado Público; Micro e pequenas empresas; Microbiota; Microcervejaria; Modelo de negócios; Nordeste; Norte de Minas; Nutrição escolar; Oferenda; Óleos essenciais; Organização social; Oxidação; Padaria artesanal; Palatabilidade; Palma miúda; PANC; Pandemia da COVID-19; Panificadora; Patriarcalismo; Pegada ecológica; Pequenas Empresas; Pesca artesanal; Pescadores; Pesquisa; Planilha Financeira; Plantas silvestres; *Plant-based*; Política de alimentação; Polpa do coco verde; Potencial tecnológico; Preparações doce; Produção acadêmica; Produção científica; Produção simplificada; Produto artesanal; Produtos caprinos; Programa de Alimentação Escolar; Projetos sociais; Quebra-queixo; Queijo caprino; Queijo tipo *cottage*; Queijos caprinos; Quitanda; Reaproveitamento agroalimentar; Resíduos alimentares; Resíduos sólidos; Restaurantes; Revisão sistemática; Saber fazer; *Salmonella*; *Sashimi*; SCOBY; Segurança alimentar e nutricional; Sentimentos; Serviços gastronômicos; *Slowfood*; Sobremesas empratadas; Sustentabilidade; Tartelete; Tecnologia de alimentos; Textura; Treinamento; UFPB; Um defeito de cor; Umami; Umbanda.

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Considerando o período analisado (2017-2024) os 104 TCC's revisados e os métodos utilizados, identificaram-se como termos mais recorrentes as Palavras-chave: Gastronomia, Empreendedorismo, Plano de Negócio, Plano de Negócios, Confeitaria e Panificação.

Gastronomia: etimologicamente, do grego *gaster* (ventre, estômago) e *nomos* (lei, conhecimento). Na realidade, é um campo de atuação diversamente amplo, tanto que os próprios dicionários não conseguem delimita-lo, definindo-a como "arte de comer bem" (Silveira Bueno, 2000, p. 383), "arte de cozinhar" (Dicionário Michaelis, 2000, p. 285), "arte de cozinhar de modo que se dê o maior prazer a quem come" (Ferreira, 2001, p. 343) e/ou "a alegria de todas as situações e de todas as idades" (Larousse Gastronomique, tradução própria[1], 1997, p. 512). Gastronomia, também, pode ser compreendida como "1. Reunião de conhecimentos relativos à arte culinária, bem como à preparação de refeições [...]; 2. Arte da culinária, gosto por apreciar refeições finas e requintadas [...]; 3. Comida tradicional de uma determinada região" ("Gastronomia", 2025).

A Gastronomia, embora amplamente difundida socialmente, carece de estudos conceituais aprofundados (Soares *et al*., 2020).

Seu significado é complexo, englobando desde hábitos cotidianos até tradições culturais específicas. Collaço (2013, p. 204) a define como um "conjunto de pratos com alimentos limitados, técnicas de preparo, princípios de tempero e regras de produção e consumo". Trata-se de um campo interdisciplinar que dialoga com outras ciências (Soares *et al*., 2020) e abrange o conhecimento fundamentado sobre a alimentação humana (Brillat-Savarin, 1989). Essa multidimensionalidade exige uma delimitação clara dos termos para evitar ambiguidades na Representação da Informação e compreender sua base epistemológica (Gómez, 1993). Assim, é preciso organizá-la como Informação, Ciência e Saberes, integrando comida, cultura e aspectos sociais.

Nesse contexto, embora o termo "Gastronomia" tenha alta repetição sua recorrência é desnecessária, pois todos os trabalhos publicados pertencem à área e abordam temáticas intrinsecamente relacionadas à questões gastronômicas, caracterizando uma tautologia terminológica. Assim, a polissemia do termo exige que seu significado seja ajustado ao contexto, demandando uma sistematização terminológica que considere suas dimensões técnica, cultural e científica (Cabré, 2005). Além disso, é essencial integrá-la a sistemas organizacionais que representem seus conhecimentos como uma ponte de unificação entre diferentes áreas, permitindo uma representação coerente e estruturada da área (Barité *et al*., 2015; Café & Sales, 2010).

O termo **Empreendedorismo**, assim como empreendedor/a e empreender, "vêm da palavra francesa *Entrepreneur*, tem origem no latim", e significam: "1. Aquele[a] que empreende, que organiza; 2. Pessoa que compromete capitais e utiliza mão-de-obra assalariada para uma produção determinada; 3. Pessoa que fornece a um[a] terceiro[a], e notadamente a coletividade pública ou o Estado, um produto determinado, um serviço [...]" (Boava & Macedo, 2009, p. 1). Embora seja um termo comum no campo da Administração, ele é bastante expressivo nos TCC's analisados. Isso se deve à composição da grade curricular do bacharelado, definida pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) e seus eixos de ensino, bem como ao objetivo do curso, que visa formar profissionais aptos/as a "gerenciar processos e pessoas em diferentes setores e segmentos sociais, públicos e privados, interligados com ações gastronômicas e alimentares" (UFPB, 2020, p. 4).

> O curso de Gastronomia [da UFPB] deverá promover o desenvolvimento das competências gerais no Bacharel em Gastronomia, focando na formação de profissionais criativos[as] e empreendedores[as], podendo atuar nos setores público e privado, no gerenciamento de custos, de pessoas, de preparo de alimentos e bebidas, nas diferentes modalidades de serviços em gastronomia, respeitando as características socioculturais e a preservação ambiental, tendo como base a promoção dos princípios científicos de diversas áreas do conhecimento (UFPB, 2020, p. 4).

Nota-se que este bacharelado se fundamenta na interseção entre valores socioculturais e econômicos do empreendedorismo gastronômico. Mais do que uma prática comercial, o Empreendedorismo representa um processo de valor que incorpora inovação, resiliência e potencial de desenvolvimento sociocultural nos negócios.

Sendo assim, a associação terminológica de "Gastronomia" e de "Empreendedorismo" leva à compreensão do compartilhamento de uma relação dinâmica em que o primeiro termo reflete um patrimônio cultural alimentar e o segundo atua como um meio voltado para inovar e sustentar esse patrimônio. Logo, uma Terminologia organizada e interconectada desses conceitos colabora com sua aplicação em políticas de preservação digital e sistemas de informação (Santos & Bentes Pinto, 2020).

Os termos **Plano de Negócio** e **Plano de Negócios**, oriundos do inglês "*Business Plan*", são comuns na Administração e Contabilidade. Eles estão alinhados à linha de pesquisa de Gestão em Gastronomia (UFPB, 2023, art. 36, III) e referem-se a "um documento que descreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para

que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas, e [...] identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado" (Rosa, 2013, p. 13). Tendo em vista a utilização de termos específicos em áreas técnico-científicas correlatas pressupõe-se o conhecimento da configuração desse espaço conceitual e seu papel dentro do sistema estruturado do conhecimento (Cabré, 2005). Neste caso, nota-se a ausência de uma padronização na utilização terminológica pelos/as autores/as e orientadores/as, o que evidencia a necessidade do cuidado e do estabelecimento de um padrão terminológico.

A despadronização presente nesses termos é evidente tanto no documento orientador dos TCC's de Gastronomia da UFPB (UFPB, 2023) quanto na obra de Rosa (2013), onde ambos os jargões são utilizados de forma intercambiável, sem um padrão terminológico definido. No léxico, o uso do termo singular trata-se de um documento único, estruturado e específico, que descreve os objetivos e estratégias de um empreendimento, conforme observado entre os TCC's analisados. Logo, é o termo correto a ser utilizado. Já, o uso deste termo no plural é gramaticalmente inadequado pois não se trata de múltiplos documentos planejados, o que gera ambiguidades e compromete a precisão terminológica. Essa repetição errônea pode dificultar a compreensão e a elaboração de um documento coeso, reforçando a necessidade da padronização para garantir clareza e consistência na comunicação e prática empreendedora.

O termo **Confeitaria** tem origens variadas. Pode derivar do latim, *Confectun*, significando aquilo que é feito, fabricado e/ou confeccionado com especialidade, ou do italiano, *Confitto*, significando docinho ou doce pequeno (Perrella & Perrella, 1999). Assim como "Gastronomia", a definição de "Confeitaria" não é precisa nos dicionários, sendo descrita como "casa onde se fabricam ou vendem confeitos e outros doces" (Silveira Bueno, 2000, p. 186), "loja de doces" (Dicionário Michaelis, 2000, p. 98) e/ou "casa onde se fabricam e/ou vendem bolos, doces, etc" (Ferreira, 2001, p. 173). Além disso, "o termo se aplica não apenas a doces, confeites e balas, excluindo produtos de chocolate, que são um ramo especial da confeitaria [...], mas também à confeitaria e a todas as técnicas artesanais ou industriais de trabalho do açúcar" (Larousse Gastronomique, tradução própria[2], 1997, p. 309). Denotativamente, a expressão refere-se a "1. Arte de fazer doces; 2. Estabelecimento que vende doces e congêneres" ("Confeitaria", 2025). Em resumo, é uma área gastronômica especializada em doces, quer seja sua preparação, decoração e/ou apresentação, podendo ser confundida com "Sobremesas". Entretanto, este termo deve ser tratado em separado e não cabe na limitação deste estudo, pois, além de distintos, compreendem a fazeres, saberes e preparações diferentes.

Ao analisar a associação do emprego do termo "Confeitaria", observa-se que 83,3% dos casos estão interligados a "Plano de Negócio" ou "Plano de Negócios", e 50% à terminologia "Empreendedorismo". Isso indica que os TCC's estão direcionados à pesquisa de gestão de negócios, ao invés de focar na prática alimentar confeiteira – que aparece apenas em um trabalho. Isso sugere que os estudos na área da Confeitaria, como parte integrante da Gastronomia, abordam desafios e oportunidades que são explorados por meio do Empreendedorismo, apoiados por um Plano de Negócio bem estruturado. Assim, o Empreendedorismo surge como uma ferramenta essencial para identificar oportunidades e criar negócios inovadores, utilizando o Plano de Negócio como estratégia/ferramenta para organizar ideias, definir objetivos e antecipar desafios. Logo, os empreendimentos confeiteiros demandam a aplicação do Empreendedorismo para explorar nichos de mercado e promover inovações, uma tendência claramente observada nos documentos analisados.

Panificação é um termo que acompanha as expressões "Gastronomia" e "Confeitaria" na dificuldade de definição, o que desvirtua o entendimento à uma conceituação quimérica, uma vez que é definida como "fabricação de pão" (Silveira Bueno, 2000, p. 569; Ferreira, 2001, p. 512), "padaria" (Ferreira, 2001, p. 512; "Panificação", 2025), "estabelecimento onde se fabricam e se vendem pães; padaria"

("Panificação", 2025). Salienta-se que, na tradução da língua francesa à portuguesa pode, a Panificação, ser confundida com Padaria, uma vez que ambas são escritas como *Boulangerie* e se referem ao "local onde o pão é feito e vendido" (Larousse Gastronomique, tradução própria[3], 1997, p. 151).

Dentre os quatro TCC's que abordaram a Panificação, três focaram no desenvolvimento de fermentos panificáveis, enquanto um na avalição de produtos desenvolvidos com cepas específicas. Desse modo, a Panificação, vista como um dos ramos mais antigos e fundamentais da gastronomia, transcende a simples/básica produção de pães, abrangendo uma vasta gama de produtos, processos e técnicas que refletem a evolução cultural e as demandas do mercado contemporâneo, como pode ser notável nos TCC's avaliados. Isso mostra que a panificação não é tratada apenas como uma técnica culinária, mas, também, como um campo de inovação, estudo científico e expressão cultural que contribui para o desenvolvimento econômico, alimentício, social e, principalmente, científico.

Vale destacar que as demais Palavras-chave identificadas, embora não exploradas, são igualmente relevantes para múltiplas abordagens representativas, pois refletem as temáticas desenvolvidas no campo gastronômico e atendem às demandas crescentes da CG. Isso evidencia a necessidade de um entendimento claro e conciso sobre a definição dos termos que envolvem a Gastronomia e suas expressões. A natureza interdisciplinar da área possibilita inovações relevantes e entendimentos diversificados, especialmente no âmbito científico, marcado pelo uso de jargões – ou, neste contexto, Palavras-chave.

Visto isso, as palavras-chave comprovam-se essenciais entre as formas de Representação da Informação, pois condensam e sintetizam o conteúdo de modo eficiente. Facilitam a comunicação científica, identificam o tema central da pesquisa e auxiliam na decisão do leitor (Targino, 2000), direcionando-o ao texto completo. Representam o título, resumo e essência do trabalho — seja em TCCs ou outros textos acadêmicos.

Conclusões

A gastronomia, de caráter interdisciplinar, depende da juventude científica para consolidar-se como campo de pesquisa e avançar enquanto Ciência. Jovens pesquisadores/as são essenciais na produção e sistematização do conhecimento gastronômico, organizando saberes, construindo terminologias e desenvolvendo metodologias que fortaleçam sua legitimação acadêmica. Logo, esse processo requer a Organização da Informação a fim de garantir seu reconhecimento como Ciência e ampliando seu impacto na sociedade.

A Terminologia é um mecanismo fundamental para sistematizar e transmitir conhecimento. Ao organizar conceitos e eliminar ambiguidades, ela viabiliza aplicações práticas e acadêmicas, documentando e padronizando termos. Esse controle não só preserva o saber, como também assegura sua acessibilidade e relevância em diversos contextos ao longo do tempo.

Terminologia e Representação da Informação atuam em conjunto, como no caso do termo "Gastronomia", pois enquanto uma define conceitos, a outra viabiliza sua disseminação. Essa relação interdisciplinar assegura um conhecimento claro, sistematizado e aplicável, resolvendo ambiguidades para abranger as dimensões técnica, sociocultural e científica, assegurando que o conhecimento seja acessível, organizado e relevante.

Os termos "Plano de Negócio" e "Plano de Negócios" citados em 19 TCC, sendo 6 ligados a "Gastronomia" e 11 a "Empreendedorismo", refletem a integração entre inovação, tradição e planejamento. Assim, é essencial padronizar termos, eliminando o plural ("Plano de Negócios"), pois refere-se a um documento único. Essa padronização evita ambiguidades, garantindo precisão terminológica e clareza conceitual.

A conexão entre os termos "Gastronomia", "Empreendedorismo", "Plano de Negócio(s)", "Confeitaria" e "Panificação" destaca a importância do planejamento estratégico para o sucesso de negócios gastronômicos. Na UFPB, o estudo do Plano de Negócio forma

profissionais que unem inovação, valorização cultural e viabilidade econômica, fortalecendo a CG e promovendo o desenvolvimento sustentável dos negócios.

A ligação entre "Gastronomia" e "Panificação" reforça a relação entre tradição, inovação e cultura alimentar. O estudo da panificação na gastronomia pode transformar realidades, formar profissionais capacitados/as e inovadores/as, valorizar a identidade local e contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Assim, a panificação torna-se uma área estratégica para consolidar a CG e promover empreendimentos sustentáveis e culturalmente significativos.

É notável que a interdisciplinaridade do curso analisado impulsiona avanços profissionais e científicos, fortalecendo a CG e sua aplicação no mercado. A convergência entre Terminologia e Representação da Informação organiza e dissemina o conhecimento gastronômico, permitindo que conceitos, práticas e valores sejam compreendidos, estruturados e transmitidos de forma eficiente, tanto no âmbito acadêmico quanto profissional.

A convergência entre CI, Terminologia e Representação da Informação enriquece a organização e a disseminação do conhecimento gastronômico, promovendo sua interdisciplinaridade. Isso assegura que o conhecimento da CG seja acessível, compreensível e aplicável, reforçando a Gastronomia como Ciência que preserva tradições, promove inovações e contribui para o desenvolvimento econômico e cultural.

Por meio dessas interseções, a CG consolida-se como campo de estudo e prática com impacto profundo nos contextos acadêmico, profissional e social, perpetuando seu conhecimento. Este trabalho abordou teorias e metodologias que contribuem para seu desenvolvimento, utilizando ferramentas para organizar, democratizar e analisar a informação, por meio da Terminologia e Representação da Informação.

Dessa forma, confirma-se que a questão de pesquisa proposta foi plenamente respondida. As palavras-chave dos TCCs analisados refletem efetivamente o conhecimento gastronômico, embora revelem heterogeneidade e necessidade de padronização terminológica. Logo, evidenciam: (a) representação efetiva do conhecimento gastronômico, (b) diversidade terminológica carecendo de padronização, e (c) potencial para consolidar a Gastronomia como Ciência através de maior sistematização conceitual.

Em síntese, Para a CG: (1) a Terminologia estrutura termos e define significados em contextos gastronômicos; (2) a Representação da Informação organiza esses termos em sistemas hierárquicos e relacionais, conectando saberes amplos e específicos; e (3) a CI cria linguagens documentárias eficientes, facilitando a recuperação e disseminação da informação gastronômica para públicos diversificados.

Ao futuro, sugere-se: (1) Avaliar como a padronização terminológica em currículos impulsiona a inovação e competitividade gastronômica; (2) Desenvolver uma plataforma para mapear e preservar técnicas culinárias tradicionais e inovadoras; e (3) Criar um sistema conceitual que integre Gastronomia e Tecnologia, gerando soluções disruptivas.

Referências

Barité, M., Colombo, S., Blanco, A. D., Simón, L., Castromán, G. C., Odella, M. L., & Vergara, M. (2015). *Diccionario de organización del conocimiento: Clasificación, indización, terminología* (6ª ed. corregida y aumentada). CSIC.

Boava, D. L. T., & Macedo, F. M. F. (2009, 19-23 de setembro). Sentido axiológico do empreendedorismo. In Anais do 33º *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, SP. https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTMzNzQ=

Brillat-Savarin, J.-A. (1989). *A fisiologia do gosto*. Companhia das Letras.

Cabré, M. T. (2005). Terminología y documentación. In M. T. Cabré, *La terminología: Representación y comunicación: Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos* (pp. 231-247). Documenta Universitaria.

Café, L. M. A., & Sales, R. de. (2010). Organização da informação: Conceitos básicos e breve

fundamentação teórica. In J. Robredo & M. Bräscher (Orgs.), *Passeios no bosque da informação: Estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento* (pp. 115-129). IBICT. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/189812/eroic.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Collaço, J. H. L. (2013). Gastronomia: A trajetória de uma construção recente. *Habitus*, 11(2), 203-222. https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2865

Confeitaria. (2025). In *Dicio, Dicionário Online de Português*. 7Graus. https://www.dicio.com.br/confeitaria/

Ferreira, A. A. S. & Bentes Pinto, V. (2024, 4-8 de novembro). Terminologia gastronômica publicada na Revista Mangút. In: 24º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Vitória, ES. https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2648/1577.

Ferreira, A. B. de H. (2001). *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa* (4ª ed., rev. e amp.). Nova Fronteira.

Gastronomia. (2025). In *Dicio, Dicionário Online de Português*. 7Graus. https://www.dicio.com.br/gastronomia/

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS. http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf

Gómez, M. N. G. de. (1993). A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: Algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, 22(3), 217-222. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479/479

Guimarães, J. A. C., & Dodebei, V. (2015). *Organização do conhecimento e diversidade cultural*. ISKO-Brasil; FUNDEPE. https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2015.pdf

Lage, S. R. M., Almeida, P. O. P. de, & Lunardelli, R. S. A. (2021). A representação temática da informação na Saúde Coletiva no contexto das palavras-chave. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 19, e0210014, 1-23. https://www.scielo.br/j/rdbci/a/9BXvBTrrDzgPMTCwrfnSkTd/?format=pdf&lang=pt.

Lara, M. L. G. de. (2002). O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 7(2), 127-139. https://www.scielo.br/j/tinf/a/ynNdYr6m6fnK3n6xR5vKbDk/?format=pdf&lang=pt

Larousse Gastronomique. (1997). *Larousse gastronomique*. AMDS (Atelier Martine et Daniel Sassier).

Maimone, G. D., & Tálamo, M. de F. G. M. (2011). Linguística e terminologia: Contribuições para a elaboração de tesauros em ciência da informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, 12(2), 203-211. https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45654

Michaelis. (2000). *Michaelis: Moderno dicionário inglês-português, português-inglês*. Companhia Melhoramentos.

Panificação. (2025). In Dicio, *Dicionário Online de Português*. 7Graus. https://www.dicio.com.br/panificacao/

Perrella, Â. S., & Perrella, M. C. (1999). *História da confeitaria no mundo*. Livro Pleno.

Rosa, C. A. (2013). *Como elaborar um plano de negócios*. SEBRAE. https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/COMO%20ELABORAR%20UM%20PLANO_baixa.pdf

Sales, O. M. M., Albuquerque, M. E. B. C. de, & Bentes Pinto, V. (2018). O conceito de representação no contexto da Ciência da Informação: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais*, 3(n. esp.), 70-81. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37864/1/2018_art_ommsales.pdf

Santos, I. A., & Bentes Pinto, V. (2020). Terminologia da política de preservação digital: Um exercício de construção de um glossário. *Ágora: Arquivologia em Debate*, 30(61), 627-648. https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/929/pdf

Silveira Bueno. (2000). *Silveira Bueno: Minidicionário da língua portuguesa* (Ed. rev. e atual.). FTD.

Sosef, M. S. M., Degreef, J., Engledow, H., & Meerets, P. (2020). *Classificação e nomenclatura botânica: Uma introdução*. Meise Botanic Garden. https://pdfs.semanticscholar.org/98ac/5368b2d8101a534e3a5a5973262b2ebe3997.pdf

Soares, C. M. P., Ferro, R. C., Brandão, B. H. P., Sugizaki, B. C., Silva, G. B. de L., Mourão, T. J. F., Oliveira, T. M. de, & Santos, F. P. dos. (2020). Conceitos de Gastronomia: Um debate sobre dissonâncias e convergências na literatura científica. *Revista Confluências Culturais*, 9(2), 147-161. https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/98/81

Targino, M. das G. (2000). Comunicação científica: Uma revisão de seus elementos básicos. *Informação & Sociedade: Estudos*, 10(2), 1-27. https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248

Universidade Federal da Paraíba. Colegiado do Curso de Bacharelado em Gastronomia. (2023). *Resolução COCG nº 02/2023: Altera a Resolução COCG nº 01/2019, estabelecendo novas normas para o Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal da Paraíba*. https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2023142207b71c5185263f32016c1c591/Resoluo_COCG_02.2023_-_TCC.pdf

Universidade Federal da Paraíba. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. (2020). *Resolução nº 23/2020: Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gastronomia do CTDR, Campus I da UFPB, desta Universidade*. https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20211341027009313999922d23f1f2bf9/Resp23.20.pdf

Vargas, D. F., & Lann, R. H. V. der. (2011). A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesauros. *BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, 25(1), 21-34. https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1988/1224

NOTAS

[1] "[...] *la joie de toutes les situations et de tous les âges*". (Larousse Gastronomique, 1997, p. 512).
[2] "[...] *Le ternie s'applique non seulement aux sucreries, aux friandises et aux bonbons, à l'exclusion des produits en chocolat, qui sont une branche particulière de la confiserie [...], mais aussi au magasin du confiseur et à l'ensemble des techniques artisanales ou industrielles du travail du sucre*". (Larousse Gastronomique, 1997, p. 309).
[3] "*Lieu où se fabrique et se vend le pain*" (Larousse Gastronomique, 1997, p. 151).

MISSING INFORMATION IN DECISION-MAKING: CONSEQUENCES AND SOLUTIONS

Rasa Pocevičienė, Siauliai State Higher Education Institution, 0000-0003-2576-6443, Lithuania, rasa.poceviciene@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6867

Introduction

One of the most important processes in any type of organization, also in education, is the communication process, and one of the most important functions is decision-making, but none of them takes place without information. In the communication process, information is exchanged, created, completed, and transmitted using various communication channels and tools. Decision-making is also based on the available information, the ability to select, organize, and base decisions on it. For these reasons, the role and importance of information, or rather, its quantity and quality, in these processes is more than obvious. The quality of information and information management skills can have a decisive influence not only on a specific decision, but - through the decisions made - on the entire organization, its microclimate, image, or reputation. Theoretically, this idea is best supported by the methodology of evidence-based practice or decision-making, which identifies improper information management and missing information in decision-making processes as one of the key problems. In order to theoretically and empirically substantiate the importance and role of information, its quantity and quality, and its proper management in decision-making, a research (survey and focus group discussion) was conducted, the results of which enabled us to determine what are the main reasons for improper information management and missing information in decision-making, what role, in the absence of information, stereotypes about, for example, certain individuals, their characteristics,

competencies, situations, etc. play, what impact the lack of information (or the lack of appropriate, relevant information) and missing information has on decisions made, etc. The article also provides suggestions on how to properly manage information in decision-making, analyses what competencies are needed for successful information management and decision-making, even using AI, and how those skills and competencies could be developed in higher education institutions.

The main goals are the following:

- On the basis of theoretical and empirical analysis to describe the main causes of misinformation in an organization;
- To show what are the consequences of relying on stereotypes, lack of information or overloaded information or other types of misinformation in decision-making,
- To find out what could be the ways to overcome it, what competences do we need for successful information management and decision-making

Theoretical Framework

The quantity and quality of information can have a decisive influence not only on a particular decision, but also on the organization as a whole, its microclimate, image or reputation. (Tucker, Melewar, 2005). This is clear in theory, but there are many facts of misinformation in fact. All evidence-based methodology is the best validation of this idea. (EBSCO's Evidence-Based Methodology, 2025)

As already mentioned, one of the most important processes in any type of organization is the communication process.

Effective communication is important for all organizational activities. It can be said that "effective communication is the basis of successful organizations", and effective communication is unthinkable without quality and appropriate information (Importance of Communication in an Organization, 2025).

The importance of communication in an organization can be summarized as follows (Importance of Communication in an Organization, (2025) :

- Communication promotes employee motivation and involvement by informing and explaining to them the task, the method of its performance and how to improve their performance if it does not meet the requirements.
- Communication is a source of information for organizational members in the decision-making process, as it helps to identify and evaluate alternative courses of action.
- Communication also plays a crucial role in changing the attitude of an individual. A well-informed person will have a better attitude than a less informed one. Organizational journals, diaries, meetings and various other forms of oral and written communication help shape the attitude of employees.
- Communication also helps in socialization. In today's life, the mere presence of another person promotes communication. It is also said that you cannot survive without communication.
- As mentioned earlier, communication also helps in various ways to control and monitor processes and the behaviour of organizational members.
- There are various levels of hierarchy in an organization and certain principles and guidelines that employees must follow. They must adhere to the organization's policies, perform their duties effectively, and report any work problems and complaints to their managers.

The importance of communication, especially in problem-solving, decision-making processes, could be confirmed also analyzing it in crisis in an organization. As Ch. M. Pearson and I. Mitroff (1993) state, if during any crisis we do not have high-quality communication, then we can talk about a double crisis, i.e. such a crisis when the primary crisis is also overtaken by a communication crisis. And, if the organization is unable to manage communication processes, it will not manage the primary crisis either (Johansen, Frandsen, 2007).

Moreover, throughout the communication process, at all its stages, it is important that the information we exchange and on the basis of which we make various decisions is of high quality and sufficient. The quantity and quality of information can have a decisive influence not only on a specific decision or the person who made it. This can also affect the situation, life, activities, reputation, etc. of many other people. And if, due to the lack of communication, we can talk about a double crisis, then the lack of information or its inadequate quality can further deepen that crisis, or maybe even become a third crisis. For this reason, the importance of information in decision-making is simply indisputable. It is not for nothing that it is stated that the ability to create, acquire, integrate, adapt, distribute knowledge and information is the main capacity of every organization. Naturally, successfully operating companies and organizations must not only purposefully and profitably use the knowledge and information they already have, but also invest in the constant search and creation of new knowledge, new information, which, in turn, determines their development opportunities and competitive advantage. (Woudstra, Van den Hooff, Schouten, 2015). The quantity and quality of information can have a decisive impact not only on a specific decision, but also on the entire organization, its microclimate, image or reputation.

The same, apparently, could be said about a person. A person who has and/or is able to find sufficient and high-quality information will certainly be superior in both professional and personal life to those who are unable to do so. Moreover, he will be able to act more constructively in various situations and have more confidence in himself and his abilities.

It can be safely stated that all these observations are based not only on experience and its analysis, but also on science. All evidence-based methodology and methodology are the best confirmation of this idea. When making any decisions, evidence-based methodology suggests following these basic steps (Evidence-Based Methodology, 2020), which ensure that the information received and the decisions made on its basis will be high-quality and constructive. Steps proposed by the methodology:

1. Searching and finding evidence. This can be done by carefully analyzing already known, written, published information.

2. Selecting the best available evidence. This can be done by experts, focus group discussions, etc. can be used for this. The selected best available evidence has a significant impact on decision-making.

3. Critical evaluation. Aiming to avoid subjectivity and bias as much as possible, each fact, information or evidence must be evaluated objectively and critically.

4. Objectively presented evidence. This can be done using primary sources of facts, data, and information. It is not for nothing that we have a saying that the most reliable information is always “firsthand”. In addition, when presenting evidence, it is worth paying attention to and naming certain risks, the limitations of evidence, the circumstances of its collection or receipt, the criteria for selecting information, etc. All this also enables us to form a more accurate picture of how reliable the information used is, and how objective decisions can be made based on it.

5. Synthesis of multiple pieces of evidence, information provided in different sources, data obtained in different ways. Objectively reporting the evidence of a specific study is necessary, but often this is not enough to obtain detailed information about a situation, phenomenon or situation. Even more so, it is not enough to make the right decision. It is necessary to compare and systematize evidence, facts, information obtained from various sources, collected in various ways. Especially if it is contradictory. When evaluating data obtained in different ways and ways, priority is always given to the reliability of the source and the quality of the data obtained and their completeness.

6. Evidence-based conclusions. Various data and facts and information are analyzed, systematized, summarized, and on their basis, appropriate conclusions are drawn, which already create the prerequisites for making

certain decisions, providing certain recommendations, etc.

7. Daily update. The last step in the evidence-based methodology is the adjustment of conclusions, because new evidence, data, facts, new information should be constantly added to the existing, available evidence, and on the basis of the new data obtained, previous evidence should be revised and adjusted. How often this should be done depends on how quickly and fundamentally new data and information change. It is obvious that new evidence can appear every day, especially when it comes to highly changing, dynamic processes or situations. As soon as new evidence appears, an assessment is initiated using the six stages (steps) of systematic evidence processing. This process provides an opportunity to immediately and fully familiarize you with the best evidence as soon as it becomes available.

On the other hand, evidence-based practice will only be successful and effective when that evidence, i.e. those facts, data, information, is correct, and when there is enough of it. Otherwise, it is easy to make incorrect, hasty decisions that not only do not solve the emerging problem situations, but only deepen them.

This is easy to see by applying such a method, which at first glance may seem very similar to a game, but the analysis of the choices and decisions made during it can be useful not only for getting to know the participants better, but also for learning to solve various problems, discuss, rely on evidence-based practice, etc. This method can also be useful in the teaching/learning process, simply by realizing how important it is to have enough information before making any decision - including in the field of teaching/learning.

Methodological Procedures

To gather the empirical data there were used qualitative approach of the research and descriptive, exploratory type of research.

The main research methods were survey and focus group discussion as well as content analysis of theoretical discourse and case study.

Three focus groups of 9 different age, gender and occupation people in each participated in the research.

The respondents were provided with a situation and a list of 12 specific people, with information of varying scope and content about each individually. The main goal of the research was not the right decision and even not the decision at all. The focus of the research was to observe how the groups were discussing looking for the decision, what were the arguments for one or another person, what characteristics of them were the most important, how participants behaviour when the were lack of information and so on.

Partial or Final Results

In order to theoretically and empirically substantiate the importance and role of information, its quantity and quality, and proper management in decision-making, a study (survey and focus group discussion) was conducted, the results of which allowed us to determine what are the main reasons for inadequate information management and lack of information in decision-making, what role, in the absence of information, stereotypes about, for example, certain individuals, their characteristics, competencies, situations, etc., play, what influence the lack of information (or lack of appropriate, relevant information) and lack of information, etc. have on the decisions made.

At the beginning of the research each participant was provided with a list of 12 individuals and a description of the situation.

First, each participant had to do this individually. After that, pairs of participants were randomly formed, and then groups of 4, 8, etc. people were formed from the pairs, until all the participants were united into one group. Working in pairs or groups, the participants, from the group of people they had already individually selected, had to create a common list of 6 people. This had to be done by following one very important rule. The participants in the pairs, and later in the groups, had to first transfer all the matching people from the existing lists to the common list, and had to discuss those who did not

match. It was necessary to discuss and consider each different person until all the participants agreed on the choice of a specific person. To achieve such an agreement, the participants had to present arguments that convinced the other participants. It was necessary to discuss until all the participants in the group completely agreed on the list of 6 people. This means that during the discussion it was necessary to convince each other until all the participants agreed that this particular person should be included in the list.

However, the main purpose of the study was not the list, but the discussion of the participants. During the entire discussion, it was observed how the participants discussed, what arguments they presented for the selected individuals, what arguments they found convincing, etc.

It was this activity that very clearly showed how significant information and its volume are in decision-making in a qualitative sense.

Analyzing the list provided to the respondents, it is obvious that the information provided about all 12 persons is not the same. Moreover, it is quite uneven. For example, for some persons, more information is provided, but it is quite contradictory (e.g. “Woman, doctor, 66 years old, known as a member of some religious group” or “20-year-old medical student, homosexual”, etc.). Meanwhile, for some other persons, there is very little information, such as “Soldier”; “Member of Parliament”, “19-year-old young man” or “25-year-old girl”, etc. However, the most interesting thing is that the small amount of information was usually not an obstacle for the participants to choose precisely those persons. Moreover, the frequency of choosing these persons in various groups was even higher than for other persons, even those about whom a sufficient amount of information is provided.

Analysis of the discussions (as mentioned, this was the main object of observation) showed that respondents quite often chose "Soldier", "Biochemist, female", "Woman, athlete", "20-year-old medical student, homosexual person", "19-year-old young man" or "25-year-old girl".

Interestingly, during the discussion, when presenting arguments to other group members, respondents added a lot of additional information to these individuals. A significant part of that information was quite stereotypical:

Table 1: Additional Information Added by Respondents as Motivations for Choosing Certain Individuals

Individuals	Information Added by Respondents
"Soldier"	Young (because soldiers are always young); strong (because soldiers are always strong and athletic), disciplined (because soldiers are taught order and discipline), organized (because soldiers are always taught organization), male (because soldiers are usually male)
"Biochemist, female"	Medical knowledge and skills (because biochemists need to know this), relatively young (because biochemistry is a relatively young science)20%
"Woman, athlete"	Strong (because she is an athlete. Athletes are always strong); healthy (sports are directly related to good health); discipline (sports are directly related to discipline and discipline); organized (sports are directly related to activity, ability to manage time, etc.); women are usually more organized than men
"20-year-old medical student, homosexual "	Young (all young people are strong and can have children); medical knowledge and skills (because they are studying medicine); male (even sexual orientation doesn't matter)
"19-year-old young man"	Strong (because young); healthy (because young); will be able to have children (because young)
"25-year-old girl"	Strong (because she is young); healthy (because she is young); will be able to have children (because she is young)

The initial analysis alone has shown that, when there is an insufficient amount of information, we tend to supplement it. In other words, we

often tend not to be satisfied with the information provided, not to accept the information provided as a fact, i.e. not to read what is actually written in it, but to interpret or even supplement it with other, assumed, relevant to us, desired, acceptable information, which may be based on experience or existing knowledge, but, nevertheless, in a particular case, is incorrect or insufficient to make appropriate decisions.

Quite often, choices in such a situation are simply based on our stereotypes. For example, a soldier or athlete is attributed such qualities as “strong”, “healthy”, “hardened”, “able to overcome difficulties”, etc., but this is not necessarily true. Both an athlete and a soldier do not necessarily have to be healthy and strong at a given moment. They can equally be weak, injured, physically or spiritually weak and not hardened, they themselves may need help and support. One short word “soldier” or “athlete” does not even allow us to decide what gender a person is, although respondents also tend to add additional information in terms of gender. After all, according to the rules of the Lithuanian language, the names of positions, specialties, etc., if they do not include the name or surname of a specific person, are written in the masculine gender. We cannot tell from one short word how old that person is, although respondents tended to choose stereotypical solutions here as well, supplementing the information provided.

The chosen research method perfectly illustrated what happens when information is lacking in decision-making. That is, if we lack information or it is too laconic, we are more likely to supplement the existing information by adding it to justify the decisions we make. However, the added information is not necessarily correct in that particular case. As a rule, it is more related to the stereotypes we have than to evidence or facts. That is why our decisions based on such information will also not be correct.

The application of this method to various groups of people of different ages, education, gender, etc. showed that the tendency to make a decision based not on the facts provided, but on assumed, unreasonably attributed characteristics is observed in almost all cases.

Thus, all this analysis clearly shows how important it is to have as much information as possible in order to make a correct decision based on real facts and data. And how important in this case is the sufficiency, accuracy and reliability of information, because only such information will enable us to make correct, evidence-based decisions.

On the other hand, the method can be used for other purposes as well. For example, the requirement to negotiate, discuss, and present persuasive arguments to each other is a great opportunity to develop argumentation, negotiation, creativity, non-standard thinking, constructive dialogue, etc. skills.

The main solution to such a situation is to develop appropriate competencies that would enable those who possess them to properly deal with the information received, to rely on it when making evidence-based decisions, etc.

From this point of view, critical thinking is also particularly relevant, or rather critical thinking skills, the development of which requires sufficient attention, especially in today's society, where information flows are rapidly increasing and intensifying, where new information creators appear in the information flow, such as AI, especially generative AI. For all these reasons, information management competencies are general competencies necessary in all personal and professional activities.

Partial or Final Considerations

- Due to the lack of information or its poor quality, decisions are more often based not on evidence or facts, but on supplemented information, which is likely to be neither accurate nor of high quality, and can often even be wrong. Instead of searching for high-quality and appropriate information from appropriate and high-quality sources, decisions are based on stereotypes, implicit knowledge, or interpretations and generalizations that quite often do not reflect reality, and which do not enable appropriate, evidence-based decisions to be made.

- This once again confirms the importance of information in decision-making process. Present the reflections made so far, as well as the relevant aspects of the research (impacts, contributions, limitations, etc.).

- Information management skills and competencies become more general than professional competencies which are necessary in all personal and professional activities. And they should be developed in all the study programmes, in all schools as well as in all the higher education institutions, in formal and informal education.

References

EBSCO's Evidence-Based Methodology. (2025). https://about.ebsco.com/health-care/about/evidence-based-methodology

Evidence-based Methodology. (2020). https://www.dynamed.com/home/editorial/evidence-based-methodology

Importance of Communication in an Organization. (2025). Management Study Guide. https://www.managementstudyguide.com/importance-of-communication.htm

Johansen, W., Frandsen, F. (2007). The Apology of a Sports Icon: Crisis Communication and apologetic Ethics. / HERMES. Journal of Language and Communication in Business. DOI: https://doi.org/10.7146/hjlcb.v20i38.25906

Pearson, Ch. M., Mitroff, I. (1993). From Crisis Prone to Crisis Prepared: A Framework for Crisis Management / The Executive, 7, 48-59.

Tucker, L., Melewar, T.C. (2005). Corporate Reputation and Crisis Management: The Threat and Manageability of Anti-corporatism. Corporate Reputation Review, 7, 377-387. https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.crr.1540233

Woudstra, L., Van den Hooff, B., Schouten, A. (2016). The Quality Versus Accessibility Debate Revisited: A Contingency Perspective on Human Information Source Selection of the association for information science and technology —•• 2015 DOI: 10.1002/asi Journal of the association for information science and technology —September 2016 DOI: 10.1002/asi 2071 file:///C:/Users/Vartotojas/Downloads/str.%20konf.1%20(2).pdf

DATOS VINCULADOS SOBRE PATRIMONIO CULTURAL: METADATOS PARA UN DOMINIO TEMÁTICO EN EXPANSIÓN EN LA WEB SEMÁNTICA

Rosaura Mitra Ávila, Posgrado de Bibliotecología y Estudios de la Información de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), https://orcid.org/0000-0002-7777-9601, México, mitraura@gmail.com

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.307

Introducción

Desde hace más de veinte años, se han llevado a cabo diversos proyectos e investigaciones acerca del desarrollo del dominio del patrimonio cultural dentro de los datos vinculados. Actualmente, llevamos a cabo una investigación doctoral acerca de la creación de un conjunto de datos vinculados sobre Prehistoria en México.

El principal problema de dicha investigación es saber cómo se podrían configurar los datos vinculados en torno a la Prehistoria que enlacen objetos fósiles, arqueológicos, bibliográficos y archivísticos. Por lo tanto, el principal objetivo de nuestra investigación es plantear los criterios teórico-metodológicos para proponer un modelo de datos que propicie la interoperabilidad de los recursos de información sobre Prehistoria.

Dentro de los objetivos específicos, por un lado, se encuentra determinar las relaciones entre los datos sobre las disciplinas que aluden a la Prehistoria, la Arqueología y Paleontología, para obtener un modelo de datos vinculados, que sea interoperable y logre vincularse siguiendo la metodología de Tim Berners-Lee y por el otro, proponer los estándares y

metadatos que permitan la estructuración y codificación de los datos. Por lo tanto, a fin de poseer mayor claridad en torno a cómo desarrollar este modelo, se propuso realizar una revisión documental para saber primero si se había desarrollado algún modelo a este respecto y en segundo lugar, al observar que no se había desarrollado ningún conjunto de datos con esta visión, observar qué elementos y aportaciones de otras experiencias e investigaciones se podrían retomar para nuestro modelo.

Más adelante, se explicará que existen dos puntos de vista en torno a la Prehistoria: uno que la observa como período histórico, relacionada con la visión europea y otro que alude a ella como disciplina, más apegado a la perspectiva americana. El primer punto de vista estaría acotando a la Prehistoria a ser únicamente uno de los atributos de algún tema en algún repositorio o en específico, en el conjunto de datos vinculados que se pretende crear. Lo anterior puede ser una de las razones por las cuales no se han creado proyectos e investigaciones en torno a este tema en particular. El segundo punto de vista concebiría a la Prehistoria de modo más amplio y complejo. Asimismo, justifica la creación de este conjunto de datos vinculados como pertenecientes a una disciplina distinta, pero hermana de la Arqueología y la Paleontología.

PROBLEMAS DE REPRESENTAÇÃO EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DE GRUPOS MARGINALIZADOS

Walter Moreira, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), ORCID: 0000-0001-9454-441X, Brasil, ***walter.moreira@unesp.br***

Amanda Mendes da Silva, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), ORCID: 0000-0002-1112-2092, Brasil, ***amanda.m.silva@unesp.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6713

Eixo: Organização da informação:

Introdução

Os sistemas de informação documentária requerem, como condição para que possam operar com eficácia, o emprego de sistemas de organização do conhecimento (SOC). Ainda que esses instrumentos não se configurem, normalmente, como uma parte absolutamente visível do sistema, são eles que sustentam os processos de organização do conhecimento e, por extensão, as ações de mediação documentária.

Destaca-se, desse modo, o aspecto condicional dos SOC, pois é por meio deles que os documentos serão representados descritiva e tematicamente para que posam ser, posteriormente, recuperados e devidamente utilizados em atenção aos interesses dos usuários na produção de novos conhecimentos. Desse modo, pode-se afirmar que os SOC vinculam e medeiam, igualmente, o acesso e a produção de conhecimento.

A despeito da amplitude do conceito de SOC, que envolve um extenso espectro de

ferramentas em níveis macro e micro operacionais (Mazzocchi, 2018; Zeng; Mayr, 2019), neste trabalho o conceito de SOC é tomado apenas em referência específica à sua aplicação em sistemas de informação documentária, notadamente em relação às linguagens documentárias, isto é, sistemas de classificação bibliográfica, listas de cabeçalhos de assunto e tesauros, considerando-se a estrutura classificatória que os sustenta.

Apesar de se revestirem de caráter técnico e de aparente neutralidade, principalmente quando são analisados sem o devido aprofundamento que a própria noção de técnica requer, os SOC, por sua condição de artefato cultural, são carregados de estruturas que revelam valores e ideologias característicos das sociedades em que são desenvolvidos, ou seja, são tributários de seu contexto geral.

Assim, seja na perspectiva de sua criação, seja na perspectiva de seu uso, tais instrumentos revelam o caráter pragmático da estrutura relacional de conceitos mais amplos que os compõem (ontologia). Não se trata, contudo, de mero espelhamento de tais relações, mas de protagonismo na sua construção e na sua manutenção.

Considerando-se, portanto, seus efeitos, os SOC revestem-se também de caráter político, pois também serão instrumentos para subsidiar decisões sobre quem, quando e como ocorrerá o acesso ao conhecimento registrado, de modo geral. Isso oferece a possibilidade de que sejam abordados também como instrumentos ideológicos de exclusão sociocognitiva vinculados a estruturas de poder.

O mito da neutralidade nas atividades de indexação e de classificação coloca-se aqui como um instrumento perfeitamente ajustado ao obscurecimento dos efeitos políticos das decisões organizacionais, como já havia destacado Mai (2016). Os ruídos, isto é, a representação inadequada ou insuficiente, e os silêncios, isto é, a ausência de representação ou de representatividade, configuram-se, nesse caso, como exclusões simbólicas e efetivas do acesso à informação. Assim, a exclusão informacional é uma forma de opressão simbólica com implicações concretas no acesso ao conhecimento (Mai, 2016).

Este trabalho apoia-se em teorias críticas para que se possa refletir sobre as condições em que os SOC representam, deixam de representar ou até mesmo reforçam estereótipos e preconceitos contra grupos historicamente marginalizados ou sub-representados, incluindo-se mulheres, pessoas negras, indígenas, imigrantes, refugiados, população LGBTQIA+ e alguns grupos religiosos. Como objetivo geral, espera-se contribuir para uma prática bibliotecária crítica e inclusiva e para a revisão de alguns dos princípios que orientam a organização e representação do conhecimento.

A pesquisa é de natureza qualitativa quanto ao modo de abordagem do problema, explicativa em relação aos seus objetivos e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos empregados. A adoção da abordagem qualitativa visa a privilegiar a compreensão aprofundada dos sentidos que emergem dos textos analisados.

Desse modo, para a composição do corpus foram selecionados textos tomados como relevantes a partir dos seus índices de ocorrência em listas de referências de trabalhos que discutem as conexões entre as teorias críticas e a organização do conhecimento.

Para orientar a identificação, classificação, interpretação e discussão dos conceitos em foco, aplicou-se a técnica de análise categorial.

As categorias de análise, a saber: mulheres, grupos étnicos e raciais, identidade e orientação sexual, refugiados e migrantes e grupos religiosos, foram definidas a priori a partir da identificação de temas frequentemente tratados na literatura científica do campo.

A leitura e a interpretação do material foram orientadas pelas categorias de análise descritas e por fichas de leitura analítica que contemplaram os seguintes aspectos: a) referência completa; b) tema central; c) problema de pesquisa; d) hipóteses e pressupostos; d) objetivos; e) procedimentos metodológicos; f) estrutura do texto; g)

principais argumentos; h) conclusões e i) contribuição para a organização do conhecimento.

Sistemas de organização do conhecimento e neutralidade epistêmica

Sistemas classificatórios são construções que refletem visões de mundo e valores culturais específicos (Bowker; Star, 2000; Mai, 2013). Assim, não se pode conceber uma organização do conhecimento absolutamente objetiva ou mesmo neutra, pois ela é, antes de tudo, ideológica (Olson, 1998). Classificações são práticas sociais e, nessa condição, exigem leituras críticas e contextualizadas, são instrumentos que refletem e reforçam hierarquias sociais, culturais e epistêmicas (Mai, 2010; 2016).

Já há algum tempo, a pretensa neutralidade dos sistemas de classificação bibliográfica – tais como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou a Library of Congress Classification (LCC) – tem sido contestada, e em favor de uma abordagem crítica. Questiona-se também, evidentemente, a neutralidade dos processos de organização do conhecimento e, por extensão, da análise documentária em sistemas de informação.

A estruturas que sustentam os SOC tradicionais foram desenvolvidas por e para atender a alguns padrões específicos, denominados por Olson (2001) pelo emprego do acrônimo WEBCHAM (*white, ethnically European, bourgeois, Christian, heterosexual, able-bodied, male* – branco, etnicamente europeu, burguês, cristão, heterossexual, fisicamente apto e masculino, em tradução livre).

Quando essa se torna a orientação principal e passa a ditar o que será tomado como norma ou universal, todo o resto lhe será tomado como desvio. Sistemas que tenham sido desenvolvidos orientados por essa ótica, fatalmente irão revelar diversas lacunas e distorções na perceção e na representação do outro. A CDD, tomada neste e em muitos outros estudos como exemplo por conta de sua indiscutível popularidade, reproduz e legitima valores eurocêntricos, patriarcais e cristãos bastante visíveis, que nem sequer demandam análises aprofundadas para serem percebidos.

Longe, portanto, de qualquer perspectiva de neutralidade disfarçada muitas vezes pelo discutível apelo da objetividade científica, os sistemas classificatórios funcionam como infraestruturas ideológicas que reproduzem e legitimam exclusões históricas e sociais (Mai, 2016).

Criticar a neutralidade epistêmica implica questionar também a perspectiva de representação documentária assentada exclusivamente na imposição de uma universalidade do conhecimento. É preciso compreender o conhecimento também como algo situado histórica e culturalmente. Trata-se de uma reação às lógicas classificatórias excludentes que reproduzem o conhecimento dominante e reforçam alguns de seus efeitos deletérios.

Em tempos recentes, diversos pesquisadores têm se orientado pelas teorias críticas na produção de análises e na busca por soluções para o desenvolvimento de SOC orientados para representações inclusivas e que possam funcionar efetivamente como instrumentos de justiça social. Destacam-se, na sequência, Hope Olson e Jens-Erik Mai como representantes desse movimento.

Olson (1998, 2001, 2002, 2007, dentre outros trabalhos), foca a crítica feminista e pós-estruturalista aos SOC em pesquisas orientadas por análises críticas de sistemas de classificação bibliográfica, com destaque para a CDD. Seus trabalhos também produzem generalizações que se relacionam à exclusão de saberes marginalizados nos SOC, incluindo-se aqueles relacionados a outras populações tradicionalmente marginalizadas nesses sistemas. Os trabalhos da pesquisadora converteram-se em referência obrigatória em pesquisas que se dedicam aos estudos das inter-relações entre gênero, sexualidade, epistemologia crítica, justiça social e organização do conhecimento, e tem inspirado diversos outros estudos, tais como os de Drabinski (2013), Fox (2016) e Adler e Harper (2018).

Com base nos trabalhos de Mai (2010, 2016) compreendem-se os SOC a partir de sua natureza social, ou seja, como instrumentos permeados de valores, ideologias e práticas

discursivas. O pesquisador tem destacado que tais sistemas não são neutros e nem mesmo absolutamente objetivos, pois carregam vieses que afetam igualmente sua construção e seu uso. Assim, adverte para a necessidade de produção de análises críticas sobre a natureza dos critérios de confiabilidade atribuídos às estruturas classificatórias que constituem a base dos SOC.

Mai (2013) também chama a atenção para as funções precípuas que valores como a ética e o comprometimento social desempenham junto aos sistemas de classificação bibliográfica contemporâneos.

O compromisso ético com a justiça social pode atuar como orientador das escolhas terminológicas e afetar diretamente a constituição das hierarquias e demais relações conceituais presentes nas estruturas classificatórias, viabilizando modos de representação epistemicamente engajados. Sistemas de classificação, defende Mai (2010; 2016), devem ser negociados e sua legitimidade é tributária do reconhecimento explícito dos valores e, sempre que for possível, da identificação das ideologias que os sustentam.

Problemas de representação

Tendo em vista a complexidade de sua criação, manutenção e desenvolvimento, não é comum encontrar SOC cujo caráter seja puramente utilitário e imediatista, isto é, que tenha, surgido e desaparecido com a mesma rapidez, voltados à resolução de problemas pontuais. Ao contrário, os SOC tendem a ser longevos justamente porque são instrumentos que demandam muitos investimentos e demoram a se estabilizar, isto é, não são estruturas que se moldam rapidamente, respondendo imediatamente à rapidez das mudanças sociais.

Considerando-se isso, não é incomum encontrar sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos e tesauros não necessariamente estabilizados, mas cristalizados, convertidos, pela autoridade que emanam, em agentes de perpetuação de preconceitos contra grupos historicamente marginalizados.

Esta pesquisa discute algumas questões que interseccionam problemas de organização e representação do conhecimento com determinadas categorias específicas, incluindo mulheres, pessoas negras, indígenas, imigrantes, refugiados, população LGBTQIA+ e alguns grupos religiosos.

Mulheres

A representação das mulheres em sistemas de classificação bibliográfica tradicionais tem sido limitada a categorias que reforçam papéis tradicionais e estereótipos. Essa representação não constitui, muitas vezes, a regra, a norma, mas a exceção, o outro, e aparece subordinada a descritores de gênero masculino, reforçando as perspectivas do patriarcado.

Há, contudo, diversas propostas e orientações para produção de SOC menos enviesados, alguns ainda incipientes.

A norma ISO 25.964, publicada em 2011, faz recomendações para o desenvolvimento e manutenção de tesauros conceituais, destinados à recuperação da informação. Embora não recomende o uso exclusivo do gênero masculino, como já ocorreu em documentos anteriores de natureza semelhante, a referida norma pronuncia-se muito timidamente sobre as questões que envolvem perspectivas de gênero, entre outras.

Há, entretanto, outros documentos que podem funcionar como complementares, quer sejam os de caráter mais situado, como as políticas de indexação que se caracterizam como instrumentos de gestão de bibliotecas, quer sejam os que se referem a orientações de caráter mais genérico, como o *Guidance on the use of inclusive terminology in ISO and IEC documents* (ISO/IEC, 2024).

Apesar de meritório e relevante, o documento deve ser visto com ressalvas, pois ainda insiste na ideia de neutralidade como fio condutor, sustentada pela perspectiva da universalidade: “[...] Termos inclusivos, ou isentos de viés, tendem a ser percebidos como neutros ou acolhedores por todos, independentemente de gênero, etnia, religião, idade ou qualquer outra característica. [...]” (ISO/IEC, 2024, p. 5).

O artigo pioneiro de Foskett (1971) introduz uma abordagem crítica da organização do conhecimento e antecede algumas posturas feministas que seriam desenvolvidas posteriormente, quando a discussão foi ampliada.

Foskett (1971) detecta uma tendência em desvalorizar e estereotipar a classificação de assuntos relacionados às mulheres, sendo essa, na sua avaliação, uma das consequências da predominância da construção histórica de categorias de conhecimento por homens. Essa lógica classificatória tende a excluir as perspectivas femininas ou então a tratá-las como desviantes ou secundárias. O sujeito "universal" nas classificações é implícita e historicamente masculino, e tudo o que se desvia disso é tratado como "outro", como lembra Olson (2007).

Sistemas de classificação bibliográfica, listas de cabeçalhos de assunto, tesauros, assim como outros SOC, independentemente do seu escopo ou de sua aplicação, podem refletir e perpetuar atitudes misóginas e preconceitos contra as mulheres por meio das escolhas terminológicas que realiza, da hierarquia e das associações entre os termos que emprega numa dada estrutura classificatória.

Dentre os relatos de pesquisa que apresentam propostas efetivas de solução para o tratamento da linguagem para que essa possa funcionar de modo não sexista e misógino, destaca-se neste trabalho a abordagem pioneira de Marshall (1977), que desenvolveu um tesauro cujo objetivo era eliminar o sexismo na indexação e na catalogação de documentos em bibliotecas, oferecendo termos alternativos aos que são utilizados com viés de gênero em SOC tradicionais.

Em abordagem mais contemporânea, destaca-se a produção científica de Hope Olson acerca do tema, com diversas críticas aos sistemas de classificação tradicionais, de modo geral, e com referências mais pontuais à CDD e à LCC.

Olson (1998, 2001, 2007) produz uma análise feminista crítica das listas de cabeçalhos de assunto e sistemas de classificação utilizados em bibliotecas, revelando como essas estruturas constroem e limitam os sujeitos do conhecimento, especialmente - considerando-se o foco da pesquisadora - aqueles que pertencem a grupos marginalizados ou sub-representados, como as mulheres.

Uma das obras de Olson mais conhecidas e mais citadas pela literatura da ciência da informação em discussões sobre a efetividade e os aspectos éticos da representação documentária é seu livro *The power to name* (Olson, 2002), ou O poder de nomear, em tradução livre. Essa obra, cuja análise crítica é centrada na estrutura e nos efeitos que os sistemas de classificação bibliográfica provocam, sintetiza muitas de suas ideias e antecipa algumas outras que seriam desenvolvidas posteriormente.

Em análise mais específica da CDD, Olson (2002) destaca os recursos por meio dos quais esse sistema de classificação bibliográfica marginaliza - mesmo que isso não seja uma característica exclusivamente sua, bem entendido - o conhecimento feminista quando o posiciona de modo periférico em sua estrutura lógica androcêntrica que tende a considerar o saber masculino como universal.

Essa marginalização, como aponta Olson (2002), produz tanto efeitos simbólicos como práticos, como o de inviabilizar o acesso ao conhecimento feminista e, como consequência, a difusão crítica do feminismo como proposta epistêmica.

Embora se possa tomar o livro em análise (Olson, 2002) como representativo e condensador das propostas da pesquisadora, trata-se de uma preocupação que lhe é anterior, já presente, por exemplo, em artigo publicado cinco anos antes do livro citado. Assim, Olson e Ward (1997), revela-se como um dos primeiros estudos que analisam criticamente a marginalização do conhecimento feminista resultante do seu posicionamento periférico na CDD.

Grupos étnicos e raciais

A representação de grupos étnicos e raciais nos sistemas de classificação bibliográfica é, especialmente naqueles sistemas cujas amplitudes e abrangências temáticas são enciclopédicas e que possuem, na maioria dos casos, raízes no final do século XIX, marcadas

por generalizações, hierarquizações carregadas de preconceitos e tratamento do outro como exótico.

Enquanto se toma a cultura eurocêntrica como padrão, agrupam-se indígenas e africanos, entre "outros povos", dentre os objetos de estudo da antropologia.

A terminologia e a estruturação dos conceitos utilizada em alguns sistemas ainda remete a categorias obsoletas e ofensivas. Em análise da 21ª edição da CDD, por exemplo, Olson (2002, p. 175, tradução livre) observa que como a idade ocupa o topo da tabela de precedência "todos os materiais sobre jovens adultos serão classificados em 305.235, independentemente de outros fatores. [...] materiais focados em jovens negros não podem, segundo a CDD, ser classificados junto com materiais sobre pessoas negras em geral, em 305.896".

Focando outro grupo sub-representado, Duarte e Belarde-Lewis (2015) propõem a revisão de conceitos e práticas da organização do conhecimento para que as ontologias indígenas sejam reconhecidas, respeitadas e integradas aos sistemas de classificação e catalogação. Antes, contudo, advertem, é preciso "entender quando e como as práticas de catalogação e classificação se tornam técnicas de colonização" (Duarte; Belarde-Lewis, 2015, p. 682, tradução livre).

O problema é que, por um certo período, defendeu-se uma prática de análise documentária orientada por princípios ingênuos e pouco críticos para o alcance de uma objetividade irrealizável, que fosse capaz de produzir representações isentas de quaisquer vieses. Para efeitos de ilustração, observe-se a abordagem conteudista presente em normas brasileiras relativas à documentação. A NBR 12676, relativa à indexação, define esse termo como "Ato de identificar e descrever o **conteúdo** de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação" (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1992, grifo acrescentado). A NBR 6028, que trata da elaboração de resumos, orienta: "O resumo deve ressaltar sucintamente o **conteúdo** de um texto. [...] (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021, grifo acrescentado)". A questão que se coloca é: que epistemologia orienta essa abordagem objetiva, que deve ater-se ao "conteúdo" do documento?

O fato é que os SOC ocidentais tradicionais, como a CDD e a Lista de Cabeçalhos da Biblioteca do Congresso (Library of Congress Subject Headings - LCSH), mostraram-se, pela perspectiva das teorias críticas, completamente inadequados para representar o conhecimento produzido por grupos que são ali tratados como minorias e são sub-representados.

Dentre as práticas mais comuns de catalogação e classificação pelas quais obras feitas por, para e sobre povos marginalizados são segregadas, Duarte e Belarde-Lewis (2015, p. 683-684, tradução livre) destacam:

> (1) nomeação incorreta, ou uso de termos centrados no Ocidente para descrever fenômenos indígenas; (2) uso de partes para descrever fenômenos mais holísticos, ou seja, a redução, remoção e desvinculação de um elemento de um sistema de conhecimento de uma ontologia mais ampla; (3) ênfase na periodização nacionalista moderna, incluindo a noção de que a história, como escrita pelos colonizadores, não pode ser alterada; e (4) ênfase na proibição de mudanças em práticas que comprometeriam a eficiência do esquema padronizado existente.

Considerando-se a natureza diversa, holística e baseada em relações comunitárias, espirituais e territoriais como marcas destacadas das ontologias indígenas, a organização do conhecimento nesse domínio requer sistemas e processos de organização do conhecimento radicalmente diferentes daqueles que são mais comumente empregados (Duarte; Belarde-Lewis, 2015).

Adler e Harper (2018) discutem como as categorias raciais e étnicas são construídas e mantidas nos sistemas de classificação bibliográfica e em outros SOC. Nesses casos a norma é a branquitude, enquanto os "outros" são tratados como desviantes ou marginais, reforçando modelos racistas (Adler; Harper, 2018). O conceito de branquitude relaciona-se

ao conjunto de posições sociais, privilégios e normas associados a pessoas brancas em contextos racializados.

Um exemplo da representação enviesada na LCSH é o uso do termo “bibliotecários de minoria” (minority librarians) em vez de “bibliotecários não brancos” (librarians of color) (Adler; Harper, 2018). Essas expressões ilustram como a padronização e a busca pela representação isenta de viés nem sempre resolvem os problemas semânticos que se colocam no processo de representação e recuperação da informação. Ao contrário, podem, inclusive, colaborar para a exclusão, pela omissão, da diversidade e das características que especificam os grupos marginalizados ou sub-representados, dificultando o acesso equitativo à informação.

Adler e Harper (2018) diagnosticam o modelo de ensino aplicado na formação de bibliotecários como uma das raízes estruturais das desigualdades reproduzidas nos sistemas de organização do conhecimento. Segundo as autoras, os currículos tradicionais muitas vezes reforçam valores como neutralidade, universalidade e objetividade. Esses princípios, encapsulados numa falsa concepção redutora de “técnica”, acabam por ocultar hierarquias sociais, apagamentos identitários e fomentar formas sutis de exclusão. Em resposta a esse problema, Adler e Harper (2018) propõem a adoção de abordagens pedagógicas críticas no ensino da organização do conhecimento, fundamentadas nos princípios da justiça social.

Essas abordagens buscam promover uma reflexão contínua sobre os sistemas e processos de organização do conhecimento, incentivando os futuros profissionais da informação a identificar epistemologias e ontologias enviesadas e a adotar medidas para transformar as estruturas de poder incorporadas nas linguagens documentárias.

LGBTQIA+

Apesar das variações do termo, optou-se neste trabalho por utilizar a sigla LGBTQIA+, a exemplo do que faz a Defensoria Pública da União (Brasil, 2023), uma instituição vinculada à função jurisdicional do estado, responsável por prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles que não possuem recursos financeiros suficientes. A sigla em questão funciona como marcador social que representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

No documento “Direitos da população LGBTQIA+", a sigla LGBTQIA+ é empregada para se referir a “pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, transexuais e travestis, *queer*, intersexuais e assexuais, bem como a outras identidades de gênero ou orientação sexual não compreendidas pelas letras da sigla” (Brasil, 2023, p. 6).

Assim como em outros contextos ou outros SOC, pessoas LGBTQIA+ enfrentam exclusão significativa nos sistemas de classificação e tesauros utilizados em bibliotecas. Pesquisas realizadas em distintos ambientes e divulgadas por diferentes meios têm discutido o problema e apontado caminhos possíveis. Em levantamento realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), cuja finalidade foi apenas servir de amostragem a respeito da discussão, *grosso modo*, foram recuperados 71 artigos e quinze trabalhos em eventos (total = 86 itens). Considerando-se a finalidade do levantamento, aplicou-se uma estratégia de busca relativamente limitada, a saber: termo de busca: "LGBT"; período: quinze anos (2011-2025); coleções: todas (revistas brasileiras, revistas estrangeiras, eventos, livros e capítulos de livros).

Em tempos recentes tem havido mais cuidado com as questões que envolvem a representação, e isso é, certamente, resultado das reflexões e da aplicação dos princípios propostos pelas teorias críticas. Ainda que longe do que seria minimamente adequado, já há uma história de avanços que remonta aos anos 1970, a maioria deles resultante do monitoramento constante que alguns grupos exercem (Carmichael Junior, 1998).

Já não se admite, por exemplo, absurdos presentes em edições não tão longínquas da CDD que ignoravam ou mesmo tratavam como patologias, “desvios de conduta” ou “desvios sexuais” os aspectos de identidade de gênero e orientação sexual. Nesse sentido, tesauros críticos como o *Homosaurus* surgem como afirmativas *queer-friendly*.

Embora desatualizada, cabe destacar, para efeitos de referência, a *GLBT Controlled Vocabularies and Classification Schemes*, uma compilação organizada por Johnson (2007) que enumera vocabulários controlados, sistemas de classificação e enciclopédias, entre outros SOC especializados na temática.

De modo geral, os sistemas de classificação apresentam deficiências em sua construção e tendem a ser estáveis e rígidos, o que dificulta a representação de identidades fluidas e não normativas. Nesse caso, a lógica da correção presume que exista uma forma "certa" de nomear, o que entra em conflito com os princípios da teoria *queer* (Drabinski, 2013).

Há questões inescapáveis, de ordem pragmática, quando se produz uma abordagem crítica da OC. Em relação à classificação, Fox (2016) enfatiza as que se referem a sua utilidade (para quem?) e sua precisão (o que significa uma classificação precisa?).

Fox (2016) recorre à análise do discurso para correlacionar posturas epistêmicas a partir da análise de alguns conceitos específicos ("mulheres", "pessoas trans" e "pessoas intersexo") conforme suas ocorrências em diferentes edições da CDD (primeira, de 1876, segunda, de 1885, 17ª, de 1965, e 19ª, de 1979) e em amostras do discurso jurídico estadunidense (dicionários jurídicos, jurisprudência médica e legislação).

O estudo de Fox (2016) permite observar que o discurso jurídico institucionalmente constituído ratifica epistemologias e ontologias que influenciam a compreensão dos conceitos relativos às questões de gênero e orientação sexual. Consequentemente, parece previsível que a CDD irá reproduzir os vieses sustentados pelo discurso jurídico, entre outros, incluindo as convenções sociais mais amplas. A CDD, como demonstra o estudo, reflete uma epistemologia jurídica normativa que sufoca as questões identitárias e reduz a diversidade a categorias legalmente reconhecíveis.

As dificuldades que a LCSH causa à representação e recuperação de informações relacionadas aos estudos afro-americanos e LGBTQIA+ foram analisadas por Howard e Knowlton (2018). Os autores argumentam que não se trata apenas de aspectos pontuais, ainda que eles possam ser apontados, mas de um viés estrutural, presente tanto na LCC quanto na LCSH, que contribui para tornar invisíveis documentos relacionados a grupos historicamente marginalizados.

Refugiados e migrantes

Os refugiados e migrantes, com frequência, são associados à vulnerabilidade e às situações de crise, o que leva à negligência de suas contribuições culturais e de suas identidades. Esse tipo de representação contribui para a narrativa de marginalização e sub-representação.

De modo semelhante, percebe-se uma falta de distinção entre os diferentes tipos de migração, os contextos de deslocamento e as dinâmicas culturais envolvidas, o que resulta em uma compreensão geralmente rasa desses grupos.

A partir desse contexto, destaca-se a pesquisa de Lacey (2018), que investigou como os principais sistemas de classificação bibliográfica ocidentais representam o processo de migração e os migrantes, indicando os vieses ideológicos que permeiam as representações desses grupos. O artigo citado chama a atenção para a função social dos sistemas de classificação bibliográfica e, por extensão de outros SOC, tomando como objeto a LCC, a CDD, a Classificação Decimal Universal (CDU) e a Classificação Bibliográfica de Bliss (BC2).

O estudo de Lacey (2018) acentua a crítica a qualquer possível neutralidade dos sistemas de classificação bibliográfica contrapondo-a às evidências dos vieses ideológicos manifestados nas estruturas hierárquicas.

Nas palavras da autora, "A classificação pode ser hostil ou acolhedora, dependendo do assunto e do sistema adotado. Trata-se, portanto, de um mecanismo por meio do qual uma organização pode validar certas pessoas e penalizar outras" (Lacey, 2018, p. 358, tradução livre).

Na CDD, novamente tomada como exemplo, o assunto "imigração ilegal" é representado pela notação 364.137. Considerando-se o

mecanismo de herança que regula a CDD, o assunto é abordado no seguinte escopo: 364 Criminologia / 364.1 Infrações penais / 364.13 Crimes políticos e delitos conexos. Ou seja, é possível fazer uma inferência direta, autorizada pelo sistema, a partir da junção das duas palavras em uma expressão: "[...] na mente do público, uma associação com propensão ao crime, e com uma ameaça à soberania e ao tecido social e econômico americano" (Ackerman, 2014 *apud* Lacey, 2018, p. 368, tradução livre).

Os sistemas de classificação bibliográfica, pode-se concluir com o estudo de Lacey (2018), tratam os migrantes não como sujeitos de identidade complexa, mas como um dado registrado, documentado e vigiado. Destacam-se os limites significativos a respeito da flexibilidade e da hospitalidade dos sistemas analisados para a representação de grupos historicamente marginalizados e sub-representados.

Assim, em vez de refletir a pluralidade das experiências migratórias, os sistemas de classificação bibliográfica reduzem o migrante a uma entidade burocrática, passível de controle e monitoramento. Ao abraçar tais representações, a biblioteca assume o risco de contribuir para a perpetuação da violência simbólica promovida pelo estado.

Duarte e Belarde-Lewis (2015) apontam que os migrantes, assim como os povos indígenas, são frequentemente representados por características superficiais, isoladas de aspectos que constituem sua complexidade conceitual. Em ambos os casos, a suposta neutralidade do sistema é refutada em si mesma por sua estrutura excludente. As experiências de deslocamento e a cultura desses grupos também requerem abordagens classificatórias mais abertas, flexíveis e colaborativas.

O caso da utilização da expressão *illegal aliens* na LCSH, que se popularizou, ilustra como a terminologia empregada pelas linguagens documentárias pode ser politicamente sensível. As tentativas empreendidas pela LC de substituição do termo por expressões mais "neutras" e amparadas por garantia literária, como *noncitizens* e *unauthorized immigration*, enfrentaram pressões políticas significativas, incluindo propostas legislativas (Adler, 2017; Baron; Gross, 2021).

Esse episódio ilustra de forma contundente os limites de uma possível neutralidade das linguagens documentárias ao demonstrar como disputas políticas incidem diretamente na definição de sujeitos e na constituição de categorias e conceitos que constituem as estruturas classificatórias no âmbito da organização do conhecimento.

Grupos religiosos

Tomando-se novamente a CDD como parâmetro e considerando-se apenas os aspectos quantitativos da distribuição das seções na classe 200 - Religião, da 23ª edição (Mitchell, 2011), já se pode notar claramente a disparidade de tratamento e o privilégio das religiões cristãs (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição de seções na classe 200 da CDD, 23ª edição

Grupo de classes	Quant.	%
Religião: fundamentos	10	11%
Filosofia e teoria da religião	7	8%
Bíblia e cristianismo	64	71%
Outras religiões	9	10%
Total	**90**	**100%**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Isso não é, evidentemente, uma característica exclusiva da CDD; as religiões não cristãs costumam ser representadas de forma estereotipada em diversos outros SOC, e refletem, *grosso modo*, pontos de vista cristão ocidental. Enquanto o cristianismo é contemplado com subdivisões complexas e bem estruturadas, religiões como islamismo (Miranda; Silva, 2019), ou religiões de matriz africana (Silva; Almeida, 2018), entre outras (Broughton; Lomas, 2020), são frequentemente representadas de forma insatisfatória, alocadas em classes genéricas como "outras religiões".

Broughton e Lomas (2020) manifestam preocupação com o viés e a má representação das religiões nos SOC, incluindo no estudo que realizaram, além das classificações bibliográficas, as classificações arquivísticas.

As autoras investigaram a viabilidade da construção de SOC que respeitem a diversidade religiosa sem que seja necessário aderir a uma estrutura epistemológica dominante que se rebate em uma estrutura hierárquica reveladora de preconceitos e promotora da marginalização e do apagamento de outras tradições religiosas não hegemônicas.

O pluralismo é a via encontrada pelas autoras citadas. Não se trata do pluralismo teológico, mas do pluralismo cívico fundamentado religiosamente, localizado na esfera da política e não da metafísica (Broughton; Lomas, 2020), algo que se poderia chamar de política de tolerância religiosa, orientada à convivência democrática.

De modo efetivo, Broughton e Lomas (2020) propõem o uso de classificações facetadas, contrapondo-se às hierárquicas, como alternativa metodológica para uma representação mais justa da diversidade religiosa. A classificação facetada possibilita a combinação de múltiplas facetas, permitindo que diferentes dimensões de uma religião, como, crenças, práticas, textos sagrados, sejam combinados de maneira mais precisa.

Classificar para a diversidade social, ensina Szostak (2014), requer a adoção de metodologias de construção ou revisão de sistemas de classificação que possibilitem a separação de características como etnia, religião, gênero ou orientação sexual de julgamentos valorativos (Szostak, 2014).

Propostas para uma representação documentária inclusiva

Há, não se pode negar, uma demanda crescente por respeito a ética, a diversidade sociocultural, a inclusão e a justiça social como dimensões fundamentais para que se repense a OC, seus sistemas e seus processos.

Proporcionalmente, há também um número crescente de pesquisadores que têm se dedicado a essas questões. A literatura científica do campo registra a formulação de diferentes abordagens para enfrentar os desafios impostos à representação documentária. Essas propostas buscam repensar criticamente os SOC (sistemas de classificação bibliográfica e de classificação arquivística, além de outros sistemas de classificação, tesauros e ontologias e códigos de catalogação, entre outros) e os processos de organização do conhecimento (catalogação, indexação, classificação, entre outros), de modo a torná-los mais sensíveis às diversidades.

Na sequência, apresenta-se uma síntese das propostas orientadas pelas teorias críticas, desenvolvidas com base nos trabalhos analisados:

- a reconfiguração dos sistemas de classificação bibliográfica pela perspectiva da valorização das experiências de mulheres, pessoas LGBTQIA+, grupos étnicos e grupos religiosos como respostas efetivas aos limites da binariedade e do patriarcado implícitos nos sistemas tradicionalmente utilizados;
- a opção por epistemologias decoloniais, adotadas como instrumentos de ruptura com os paradigmas eurocêntricos e a proposta de categorias situadas a partir de saberes locais, comunidades indígenas, africanas e latino-americanas;
- a construção participativa de instrumentos de representação descritiva e temática de modo a envolver as comunidades representadas na busca por estruturas classificatórias mais representativas;
- o incremento na produção de sistemas alternativos aos sistemas tradicionais, a exemplo das iniciativas como o *Homosaurus* (um vocabulário internacional de dados ligados entre si relativos ao domínio LGBTQIA+) e o *Mukurtu* (plataforma de gestão de acervos digitais para comunidades indígenas);
- a revisão da formação em biblioteconomia, arquivologia, ciência da informação e organização do conhecimento, no intuito de incorporar perspectivas de justiça social e democracia aos programas de disciplina, de modo a encorajar os

> estudantes a problematizar a neutralidade dos campos em si e a neutralidade dos sistemas e processos que os caracterizam historicamente.

De modo geral, os estudos analisados neste trabalho são focados em exemplos anglófonos e ocidentais, com menos atenção a outros contextos culturais. Isso reflete, evidentemente, uma limitação relativamente esperada pela amostra selecionada para fundamentar a discussão empreendida.

Há também limitações inerentes aos próprios estudos ou propostas. O tesauro proposto por Marshall (1977), por exemplo, limita-se ao contexto cultural da década de setenta nos Estados Unidos. O documento não poderia contemplar, naturalmente, questões étnicas, raciais ou de gênero que eclodiram anos mais tarde.

Por fim, destacam-se propostas de revisão sobre o modo como o campo da organização do conhecimento dialoga com o conceito de viés e suas implicações na construção de representações documentárias e de SOC.

O viés não é, necessária e forçosamente, um defeito técnico, algo a ser definitivamente extirpado sem critérios bem definidos. Mais do que um recurso estrutural, trata-se de uma característica inerente a qualquer sistema de classificação bibliográfica (Mai, 2010). Classificar implica assumir um ponto de vista, recortar a realidade complexa. Isso, claro, jamais servirá como argumento para justificar abordagens regressivas e excludentes, pois o princípio humanista que rege as propostas de revisão de SOC discutidas neste e em outros trabalhos semelhantes é o da justiça social e da inclusão.

A crítica ao viés classificatório, como propõe Mai (2010), deve deslocar-se de uma abordagem normativo-correcional, inviável sob diversos aspectos, para uma compreensão de natureza sociocultural. Em vez de perseguir a utopia de uma neutralidade inalcançável e que se tem revelado até mesmo indesejável, é necessário tornar os sistemas de organização do conhecimento estruturas mais inteligíveis e democraticamente representativas, concebidas como instrumentos responsivos e eticamente comprometidos.

Considerações finais

Às vezes, é preciso reafirmar o que pode parecer *óbvio e ululante*: sistemas de organização do conhecimento são, essencialmente, construções socioculturais. Isso equivale a dizer, em outros termos, que eles não surgem espontaneamente, como estruturas neutras e objetivas, mas emergem de um processo complexo marcado por interações humanas, valores culturais, crenças e normas sociais.

Reafirmar a condição de construções socioculturais aos SOC é fundamental para compreender e justificar seus aspectos positivos e negativos, seus vieses e seu potencial como instrumento de mediação documentária que influencia o modo como as pessoas localizam, acessam, interpretam e utilizam a informação.

Considerando-se que a representação documentária também é representação social, bem como os aspectos epistêmicos relativos aos SOC, esses instrumentos podem assumir uma natureza dual: podem tanto reforçar preconceitos e injustiças sociais quanto colaborar para identificá-los, submetê-los aos critérios da lógica classificatória e superá-los. É inegável que a sub-representação ou má representação de grupos historicamente marginalizados nesses sistemas tem implicações diretas na sua visibilidade e legitimidade, pois podem perpetuar ciclos de exclusão.

Os discursos - jurídico, científico, religioso, médico, político, econômico, educacional, entre outros - exercem um papel central como autoridade epistêmica e como garantia literária na definição da terminologia, das relações conceituais e das categorias que serão representadas nos SOC. Quando se acolhe esses discursos, contudo, abriga-se também suas estruturas lógico-argumentativas, notadamente as que estão institucionalizadas.

Esse tipo de aderência resulta em classificações que invisibilizam, sub-representam ou mesmo marginalizam as experiências que não se encaixam nas categorias tradicional e institucionalmente reconhecidas.

Embora existam propostas e esforços para tornar a organização do conhecimento mais inclusiva, como se destacou neste trabalho, qualquer tentativa de mudança enfrenta resistências de ordem política e ideológica, o que só evidencia as conexões entre a representação documentária, a linguagem e a política.

A organização do conhecimento que, por ação ou omissão, promove a sub-representação de determinados grupos sociais, ou que se furta ao compromisso de oferecer categorias específicas e compreensíveis para sua representação adequada, ou ainda que mantém SOC que veiculam terminologias preconceituosas, impacta diretamente não apenas a recuperação da informação, mas também a legitimação dos saberes produzidos por esses grupos e o próprio *métier* da organização do conhecimento.

Os temas tratados neste trabalho foram abordados em referência genérica aos SOC e aos sistemas de classificação bibliográfica, de modo específico. Em comum, reafirma-se, todos os SOC, independentemente do nível em que são aplicados, abrigam uma estrutura classificatória e, não é demais lembrar, sempre que se agrupam alguns elementos numa classe, há os que ficam excluídos dela.

Nem todas as classificações são formalizadas, nem todas elas são visíveis em instrumentos materializados em volumes como a CDD, que possibilitam sua análise crítica.

As classificações que mais causam danos são justamente aquelas que são perigosamente tomadas como naturais, aquelas que não são facilmente percebidas como artefatos culturais. Essas classificações tendem a ser mais facilmente assimiladas e socializadas sem questionamentos. Em termos de utilidade como perpetuação de ideologias socialmente nocivas, os melhores sistemas de classificação são os que estão invisíveis.

Por fim, em vez de simplesmente descrever o mundo, ou representá-lo a partir de perspectivas hegemônicas mantenedoras do *status quo*, a construção e revisão dos SOC pela perspectiva das teorias críticas possibilita exatamente o contrário, isto é, criar condições para um mundo mais comprometido com a ética, com a multiculturalidade e com a justiça social.

Referências

Adler, M. (2017). Cruising the Library: Perversities in the Organization of Knowledge. Fordham University Press.

Adler, M., & Harper, L. M. (2018). Race and ethnicity in classification systems: teaching knowledge organization from a social justice perspective. Library Trends, 7(1), 52-73.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1992). NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2021). NBR 6028: informação e documentação: resumo, resenha e recensão: apresentação. Rio de Janeiro.

Baron, J., & Gross, T. (2021). Sorrow, fury, helplessness, and cynicism: an account of the library of Congress subject Heading “illegal aliens”. Ana Ndumu (ed.). Borders and belonging: critical examinations of library approaches toward immigrants. Sacramento: Library Juice, 219-238.

Berman, S. (1971). Prejudices and Antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People. Scarecrow Press.

Bowker, G. C., & Star, S. L. (2000). Sorting things out: classification and its consequences. Mit Press.

Brasil. Defensoria Pública da União. (2023). Direitos da população LGBTQIA+: cartilha de orientação jurídica. Brasília: DPU.

Broughton, V., & Lomas, E. (2020). Philosophical foundations for the organization of religious knowledge: irreconcilable diversity or a unity of purpose? Knowledge Organization, 47(5), 372-392.

Carmichael Jr, J. V. (ed.). (1998). Daring to find our names: the search for lesbigay library history. Westport: Greenwood Press.

Drabinski, E. (2013). Queering the catalog: queer theory and the politics of correction. Library Quarterly, 83(2), 94-111.

Duarte, M. E., & Belarde-Lewis, M. (2015). Imagining: creating spaces for indigenous

ontologies. Cataloging and Classification Quarterly, 53(5/6), 677–702.

Foskett, A. C. (1971). Misogynists all: a study in critical classification. Library Resources and Technical Services, 15, 117-21.

Fox, M. J. (2016). Legal discourse's epistemic interplay with sex and gender classification in the Dewey Decimal Classification System. Library Trends, 64(4), 687-713.

Furner, J. (2007). Dewey deracialized: A critical race-theoretic perspective. Knowledge Organization, 34(3), 144–168.

Homosaurus: an International LGBTQ+ Linked Data Vocabulary. https://homosaurus.org.

Howard, S. A. & Knowlton, S. A. (2018). Browsing through bias: the Library of Congress Classification and Subject Headings for African American studies and LGBTQIA studies. Library Trends, 67(1), 74-88.

ISO/IEC. (2024). Guidance on the use of inclusive terminology in ISO and IEC documents. ISO/IEC. https://www.iso.org/publication/PUB100492.html.

Johnson, M. (2007). GLBT Controlled vocabularies and classification schemes. https://www.ala.org/rrt/popularresources/vocab.

Lacey, E. (2018). Aliens in the library: the classification of migration. Knowledge Organization, 45(5), 358-79.

Mai, J. E. (2010). Classification in a social world: bias and trust. Journal of Documentation, 66(5), 627-642, 2010.

Mai, J. E. (2013). Ethics, values and morality in contemporary library classifications. Knowledge Organization, 40(4), 242-253.

Mai, J. E. (2016). Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias in classification. Knowledge Organization, 43(5), 324-330.

Marshall, J. (1977). On equal terms: a thesaurus for non-sexist indexing and cataloging. Neal Schuman.

Marty, Martin E. (2005). When Faiths Collide. Oxford: Blackwell.

Mazzocchi, F. (2018). Knowledge organization systems (KOS): an introductory critical account. Knowledge Organization, 45(1), 54-78.

Mitchell, Joan S. et al. (ed.). (2011). Dewey Decimal Classification and Relative Index. (23ª ed.). 2: schedules 000-599. Dublin: OCLC.

Miranda, M. L. C., & Silva, F. G. (2019). Regilião e cultura periféricas: a representação do islamismo na Classificação Decimal de Dewey. Logeion: Filosofia da Informação, 5(2), 86-120

Olson, H. A. (1998). Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. Library Trends, 47(2), 233-254.

Olson, H. A. (2001). Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. The Canadian Journal of Information and Library Science, 26(2/3), 1-29.

Olson, H. A. (2002). The power to name: locating the limits of subject representation in libraries. Kluwer Academic.

Olson, H. A. (2007). How we construct subjects: a feminist analysis. Library Trends, 56(2), 509-541.

Olson, H. A., & Ward, D. B. (1997). Feminist locales in Dewey's landscape: mapping a marginalized knowledge domain. In: Knowledge Organization For Information Retrieval: proceedings of the Sixth International Study Conference on Information Research. The Hague: International Federation for Information and Documentation, 129-133.

Silva, M. F., & Almeida, C. C. (2018). Representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil. Scie, 24(2), 63-68.

Szostak, R. (2014). Classifying for social diversity. Knowledge Organization, 41(2), 160-170.

Zeng, M. L., & Mayr, P. (2019). Knowledge organization systems (KOS) in the semantic web: a multi-dimensional review. International Journal on Digital Libraries, (20), 209-230.

Uso del etiquetado en las redes sociales. El caso de los *hashtags* en TikTok sobre trastornos de conducta alimentaria (TCA)

Núria Vila-Nogué, Col·legi Oficial de Psicologia de Catalunya, https://orcid.org/0009-0001-9677-9957, España, nvila@copc.cat

Javier Guallar, Universitat de Barcelona, Facultat d'Informació i Mitjans Audiovisuals, https://orcid.org/0000-0002-8601-3990, España, jguallar@ub.edu

Carlos Lopezosa, Universitat de Barcelona, Facultat d'Informació i Mitjans Audiovisuals, https://orcid.org/0000-0001-8619-2194, España, lopezosa@ub.edu

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6714

Introducción

En la actualidad, las redes sociales desempeñan un papel fundamental en la sociedad, ya que, por un lado, han transformado las formas de comunicación y de acceso a la información y, por otro lado, son capaces de influir de manera notable en la población, especialmente en determinados colectivos como los más jóvenes. Esta influencia cobra especial importancia en temas altamente sensibles, como es el caso de los trastornos de la conducta alimentaria (en adelante, TCA).

Entre las redes sociales actuales, TikTok se ha caracterizado en los últimos años por su rápido crecimiento en todo el mundo, llegando a mil millones de usuarios en la mitad de tiempo que Facebook, YouTube o Instagram (Sweney, 2022) y aumentando a 1.600 millones de usuarios en 2024 (Tafradzhiyski, 2025). El fuerte impacto de esta red social ha dado lugar al interés de la comunidad científica por realizar investigaciones sobre TikTok y, entre estas, cómo puede influir o afectar psicológicamente a la población. No obstante, los estudios en lengua española que analizan qué tipo de contenido se publica, cómo se describe y qué etiquetas lo acompañan siguen siendo escasos.

El objetivo general de esta investigación es conocer cómo los usuarios hispanohablantes de TikTok etiquetan su contenido relacionado con la recuperación de los TCA para que llegue a otros usuarios. Del objetivo anterior, se desprenden los siguientes objetivos específicos: identificar y recopilar los *hashtags* usados en los vídeos más populares sobre la recuperación de los TCA en lengua española; clasificar los *hashtags* en categorías temáticas; y analizar qué tipo de etiquetas predominan entre los creadores de contenido.

Marco teórico

Con el fin de comprender la relevancia del etiquetado en forma de *hashtags* y de las redes sociales dentro de este contexto, se presenta a continuación el marco teórico que sustenta la presente investigación.

Hashtags y TikTok

Los *hashtags* constituyen la forma habitual de etiquetado en las plataformas de redes sociales. El símbolo de almohadilla (#) empezó a usarse en Twitter (actual X) para la creación del *hashtag* hace casi dos décadas y su uso fue oficializado en 2009 (Rao, 2009), cuando se empezaron a establecer hipervínculos en todas aquellas palabras (o cadenas de caracteres) precedidas por dicho símbolo. En los primeros años de uso se identificaron dos finalidades principales: (1) etiquetar y organizar los contenidos que crean los usuarios, y (2) servir como puente de conexión entre usuarios de una misma comunidad (González-Fernández-Villavicencio, 2014).

Más recientemente, Rauschnabel *et al*. (2019) han demostrado que el uso del *hashtag* va más allá de etiquetar y difundir contenido, ya que los usuarios pueden tener múltiples motivaciones al emplearlos. En su investigación encontraron diez motivaciones principales: diversión, organización, creación única, encajar, participación en las modas,

vincularse, inspirar, difusión, resumir y apoyar. Por consiguiente, los *hashtags* responden a una variedad de intenciones individuales, sin que necesariamente exista un interés por su reutilización o búsqueda por parte de otros usuarios.

Desde el punto de vista de las Ciencias de la Información y la Documentación, es interesante tener en cuenta que los *hashtags* son creados por los propios usuarios de las redes, a diferencia de las taxonomías desarrolladas por expertos, y que, por tanto, funcionan como metadatos sociales (Zappavigna, 2015). Esto puede dificultar su interpretación por parte de individuos que no pertenecen a la comunidad en línea que los ha originado, debido al uso frecuente de abreviaciones y conceptos interrelacionados (Posch *et al*., 2013). Esta idea también se vincula con el concepto de *silosociality,* que menciona Abidin (2021), según el cual, el contenido digital puede volverse tan personalizado y característico de una subcomunidad específica que resulta inaccesible o incomprensible para los usuarios externos a la misma.

Centrándonos en TikTok, Klug *et al*. (2021) realizaron una investigación relacionada con las creencias de los usuarios sobre el algoritmo. En las entrevistas que hicieron al inicio, los usuarios consideraban que un mayor uso de *hashtags* aumenta las probabilidades de que los vídeos aparezcan recomendados en la página inicial "Para ti" de la plataforma. Además, algunos comentaron utilizar los *hashtags* que son virales en ese momento, aunque no tengan relación con el contenido del vídeo para tener el máximo posible de visualizaciones y que el algoritmo recomendara el contenido a más gente. Estas suposiciones fueron refutadas por los autores al demostrarse que el uso de *hashtags* en tendencia u otros específicos para influenciar el algoritmo (#*ForYou*, #abcxyz, #fyp) no incrementa las visualizaciones de los vídeos. Aun así, estas prácticas siguen, y portales web o los propios usuarios siguen recomendando usar etiquetas genéricas o de tendencia, aunque no haya relación con su contenido.

TCA y TikTok

Para definir los trastornos de la conducta alimentaria se ha consultado el Manual Diagnóstico y Estadístico de los Trastornos Mentales (DSM-5-TR), ya que es el manual creado por la Asociación Americana de Psiquiatría (APA) y usado internacionalmente como herramienta de referencia para los trastornos mentales. En la última versión, DSM-5-TR, se reflejan las actualizaciones más recientes de la literatura, ofreciendo criterios actualizados y validados. Los trastornos de la conducta alimentaria y de la ingesta de alimentos se definen, según el DSM-5-TR, como:

> "Una alteración persistente en la alimentación o en el comportamiento relacionado con la alimentación que lleva a una alteración en el consumo o en la absorción de los alimentos y que causa un deterioro significativo de la salud física o del funcionamiento psicosocial." (*American Psychiatric Association*, 2024, p. 371)

Los trastornos de la conducta alimentaria afectan a millones de adolescentes en todo el mundo, con una prevalencia en aumento durante los últimos años. En el caso de España, se ha registrado un incremento anual del 11 % en las hospitalizaciones por TCA en niños y adolescentes (Vázquez-Giraldo *et al*., 2024).

Existen diversos factores que pueden influir en el desarrollo de un trastorno de la conducta alimentaria (TCA), tales como factores individuales, familiares y sociales (Valencia *et al*., 2019). En este sentido, el origen de estos trastornos debe comprenderse como un fenómeno de carácter multicausal.

Bajo esta premisa, diversos estudios han evidenciado que el uso de las redes sociales se ha asociado con un aumento de las preocupaciones relacionadas con la imagen corporal (Fardouly y Vartanian, 2016); una mayor insatisfacción corporal en adolescentes y jóvenes adultos, haciéndolos más vulnerables a los TCA (Jiotsa *et al*., 2021); y un mayor riesgo de comparación y críticas destructivas, lo cual puede contribuir al desarrollo de estos trastornos (Ojeda-Martín *et al*., 2021).

El uso de las redes sociales se ha incorporado de forma generalizada en la vida cotidiana de

la mayoría de la población en España. En particular, TikTok ha sido la red social de mayor crecimiento en el país durante cuatro años consecutivos, posicionándose como la quinta plataforma con más usuarios, tras ascender tres puestos en un solo año (IAB Spain, 2025). Los usuarios pasan, en promedio, 1 hora y 26 minutos observando vídeos en la plataforma, calculándose que el 51% de ellos son menores de edad (Iqbal, 2025). Dado que se trata de una red con un público predominantemente joven, resulta fundamental considerar el tipo de contenido que consumen. Por ello, durante los últimos años, diversas informaciones han alertado sobre la proliferación de contenido a favor de los TCA (en adelante, pro-TCA) en TikTok (Barry, 2020; Dempster, 2020; Gerrard, 2020).

Además, a causa del algoritmo de TikTok, si una persona que está en recuperación tiene una recaída un día y da a "me gusta" o visualiza vídeos pro-TCA, la plataforma seguirá recomendando vídeos parecidos los días siguientes, lo cual puede ser un catalizador de ansiedad y volver a promover hábitos alimentarios y ejercicios nocivos (Sjöström *et al*., 2024).

En septiembre de 2020, TikTok publicó un comunicado en el que expresó su apoyo a la diversidad corporal (Wadhwa, 2020). En dicho comunicado, la plataforma informó sobre la actualización de sus políticas publicitarias en relación con productos para adelgazar o dietas. Además, anunció su colaboración con la *National Eating Disorder Association* (NEDA), mediante la cual TikTok comenzó a redirigir las búsquedas y *hashtags* relacionados con los TCA, identificados por la NEDA, hacia una línea de ayuda. Como parte de esta alianza, TikTok también empezó a prohibir diversos *hashtags* vinculados a los trastornos de la conducta alimentaria en los vídeos subidos por los usuarios.

No obstante, a pesar de estas medidas de censura, en diversos artículos se señala que TikTok continúa recomendando y permitiendo la publicación de contenido pro-TCA en la plataforma (Marsh, 2020; Paul, 2021; Little, 2021). Esto sugiere que los usuarios que generan este tipo de contenido han encontrado formas de eludir los mecanismos de control y moderación. El *Center for Countering Digital Hate* (CCDH) (2022) realizó un estudio sobre los TCA y TikTok, y encontró que los usuarios empleaban *hashtags* codificados, modificando letras, introduciendo errores ortográficos deliberados o utilizando jerga específica, como el uso del nombre del cantante Ed Sheeran (siendo "Ed" la abreviación en inglés de *Eating Disorders*) o referencias al *K-pop* (música pop coreana).

Sin embargo, frente a estos contenidos potencialmente perjudiciales, diferentes usuarios que se han recuperado o están en fase de recuperación de un TCA han comenzado a subir sus experiencias y contenido a favor de la recuperación. Se ha registrado que estas comunidades en línea pueden brindar beneficios para la recuperación de estos trastornos al dar apoyo social y validación emocional, que los profesionales médicos no pueden ofrecer (Au & Cosh, 2022; Sjöström *et al*., 2024). Igualmente, se debe tener en cuenta que este tipo de contenidos no afecta de la misma forma a todas las personas o, como se ha comentado anteriormente, que puedan salir recomendados contenidos pro-TCA por una recaída puntual.

Procedimientos metodológicos

La presente investigación adopta un enfoque mixto (cualitativo y cuantitativo) de tipo exploratorio y descriptivo, al combinar el análisis cuantitativo de los datos extraídos, con la interpretación y categorización temática por parte de los autores de un fenómeno poco abordado en la literatura científica.

El estudio fue complementado por una revisión de la literatura para el marco teórico, con búsquedas en Google Scholar, Dialnet y ProQuest One Psychology. También se realizaron búsquedas genéricas en el buscador general de Google para obtener literatura gris sobre redes sociales, TikTok y su relación con los TCA.

El método de investigación fue el análisis de contenido. Para obtener la muestra elegida, se exploraron distintos *hashtags* vinculados con la recuperación de los TCA para identificar el más usado por los usuarios de habla española.

Aunque el *hashtag* más popular fue #TCARecovery, se descartó debido a que una gran parte de su contenido estaba en inglés o en francés (dado que TCA también corresponde a la sigla en francés). Finalmente, se eligió #TCARecuperacion para recoger la muestra, el cual presentaba más de 14.600 publicaciones en el momento de la recolección.

La muestra inicial se conformó por los 100 vídeos con más "me gustas" publicados en los últimos 6 meses en el momento de la descarga (abril de 2025), para así analizar las etiquetas de los vídeos difundidos entre el máximo número de usuarios. Las fechas de publicación de estos vídeos oscilan entre el 22 de octubre de 2024 y el 8 de abril de 2025. Tras un proceso de depuración, se excluyeron cinco vídeos por no contener otros *hashtags*, resultando una muestra final de 95 vídeos.

Se extrajeron un total de 556 *hashtags*, excluyendo #TCARecuperacion y un par de *hashtags* que contenían solo emoticonos, ya que no tenían relación directa con la materia al ser emoticonos de plantas, el sol o una mariposa. Tras eliminar los duplicados, se identificaron 234 etiquetas únicas. Estas fueron sistematizadas y clasificadas en categorías temáticas propuestas por la primera autora, a posteriori de la visualización de los vídeos. Para ello, se utilizó un enfoque heurístico basado en la identificación de etiquetas genéricas, etiquetas relacionadas con el mensaje o con la tipología del contenido. Seguidamente, se organizaron en subcategorías temáticas como salud mental, comida, TCA o feminismo. Para facilitar esta organización, se elaboró una tabla de categorías, que permitió agrupar los *hashtags* de forma coherente. Esta clasificación se construyó mediante un enfoque inductivo, dado que no se partió de ninguna subcategoría predefinida, sino que estas se generaron tras la familiarización con los datos.

Posteriormente, se realizó un análisis lingüístico de las etiquetas para así complementar la investigación, incluyendo el discurso de los usuarios. Los resultados se plasmaron en gráficos y tablas que permitieron el análisis cuantitativo y cualitativo.

Se debe tener en cuenta que para escribir los *hashtags* en el artículo se han usado las mayúsculas cuando había más de una palabra para así facilitar su lectura a quien no esté familiarizado con los términos. Los *hashtags* originalmente están escritos en minúsculas por parte de los usuarios, exceptuando dos casos que se mencionan en el análisis lingüístico del apartado de resultados. Asimismo, se incluyen algunas etiquetas con errores ortográficos que se mantienen tal como fueron redactadas por los usuarios, respetando la forma original en que fueron publicadas.

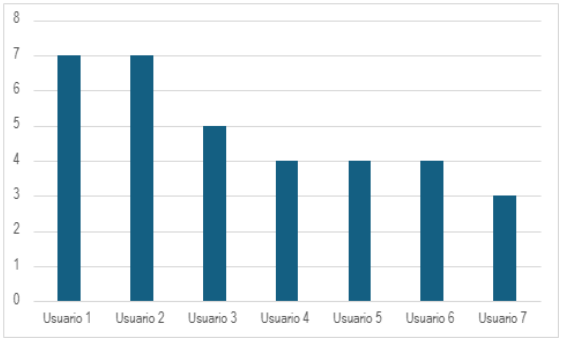
Resultados

Descripción general de la muestra

Se han analizado los 95 vídeos publicados bajo el *hashtag* #TCARecuperacion en TikTok. Estos vídeos están creados por 52 perfiles distintos, habiendo publicado algunos de ellos hasta 7 vídeos de la muestra analizada.

En el Gráfico 1 se presenta el número de vídeos publicados por los siete usuarios con más vídeos. Los dos primeros han publicado 7 vídeos (7,36% de los vídeos cada uno), el tercero publicó 5 vídeos (5,26%), el cuarto, quinto y sexto publicaron 4 vídeos cada uno (4,21% de los vídeos) y el séptimo publicó 3 vídeos (3,15%). Los 14 usuarios siguientes han publicado 2 vídeos cada uno, formando el 29,47% de los vídeos. Y los 31 restantes han publicado un solo vídeo, formando el 32,63% de los vídeos.

Gráfico 1: Número de vídeos publicados por usuario

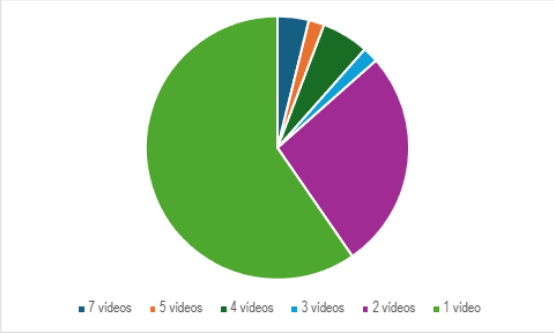


Fuente Imagen: Elaboración propia

Con estos datos, podemos ver que casi un 60% de los perfiles analizados ha subido un solo vídeo (Gráfico 2). Un 27% ha subido dos; y el 13% ha subido más de dos. Esto sugiere una

presencia importante de creadores ocasionales que, aunque la frecuencia de publicación sea baja, contribuyen significativamente al total de vídeos observados, aportando así diversidad de perspectivas dentro de la muestra elegida.

Gráfico 2: Proporción de usuarios según el número de vídeos publicados



Fuente Imagen: Elaboración propia

En cuanto a la composición demográfica, el 100% de los perfiles corresponden a mujeres menores de 35 años. Se observa una mayoría de personas percibidas como caucásicas, seguidas de cinco personas que, por su apariencia y acento, podrían ser identificadas como latinoamericanas. Es importante señalar que esta categorización se basa únicamente en la observación de rasgos visibles y no en datos aportados por las usuarias en sus cuentas.

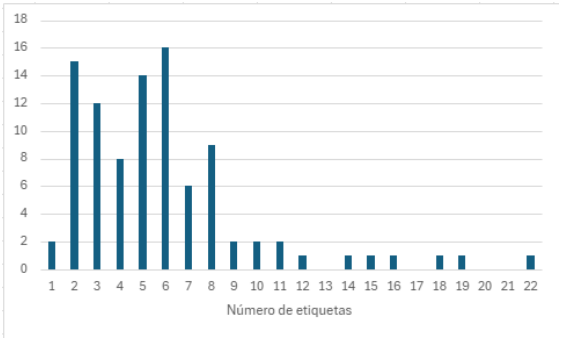
Análisis de *hashtags*

Descripción general de las etiquetas

De estos 95 vídeos analizados, se extrajeron 556 etiquetas y se identificó cuántos *hashtags* han usado los usuarios en cada uno de sus vídeos. Tal como se observa en el Gráfico 3, la mayoría de los usuarios tiende a utilizar entre 2 y 8 etiquetas por vídeo (84 % de los casos), siendo seis etiquetas la cantidad más frecuente (17 % de los vídeos).

Dos de los vídeos presentan solamente 1 etiqueta; en el caso de 9, 10 y 11 etiquetas, también se observan dos vídeos en cada caso. Posteriormente, se identifican otros vídeos con 12, 14, 15, etc., e incluso 22 etiquetas, pero son casos concretos.

Gráfico 3: Frecuencia de uso de *hashtags* por vídeo



Fuente Imagen: Elaboración propia

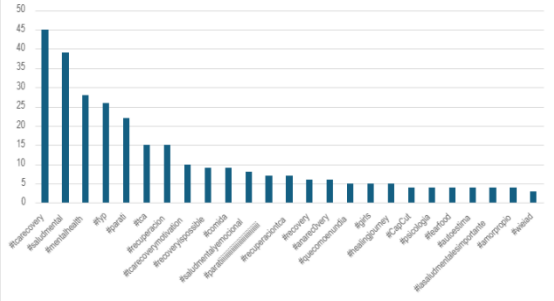
De las 556 etiquetas extraídas, una vez se eliminaron los duplicados, se identificaron 234 etiquetas únicas (Figura 1), lo que indica que los usuarios recurren a múltiples términos para posicionar sus contenidos.

Figura 1: Nube de etiquetas de los *hashtags* usados en los vídeos


paratiii

frecuencia va disminuyendo de forma gradual, de uno en uno, con una curva suave, hasta llegar al *hashtag* número 67, que aparece una sola vez. Estos últimos 168 *hashtags*, hasta llegar al 234, aparecen en un solo vídeo. Por tanto, el 71,79% de las etiquetas extraídas se han usado en un solo vídeo de los 95 estudiados.

Gráfico 4: Frecuencia de las 25 primeras etiquetas


50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
#cancerorecovery
#saludmental
#mentalhealth
#fyp
#parati
#tca
#recuperacion
#cancerorymotivation
#recoveryposible
#comida
#saludmentalymocional
#parteeee

#TC4*Recovery*, etc.), algunas centradas en las recaídas (#Recaida, #RecaerOtraVez, #Recaidas, #Recaer); y otras genéricas (#TCA, #*ED*, #PsicologaTCA, #TranstornosAlmimenticios).

Las etiquetas de corporalidad suman 26, siendo el 11% del total. Se pueden diferenciar distintas agrupaciones, ya que algunas hacen referencia a síntomas físicos (#Inflamacion, #amenorrea, #*sibo*, #ProblemasDigestivos, #Hinchazon, etc.), otros al mundo del ejercicio (#musculo, #ejercicio, #*fit*, #*GymRat*, #Gimnasio, etc.), fluctuaciones de peso (#engordar, #delgada, #AdelgazarComiendo, #BajarDePeso, etc.), sobre la imagen corporal (#DiversidadCorporal, #*BodyNeutrality*, #*AllInclusive*), u otras más genéricas relacionadas con el cuerpo (#cuerpos, #verte #espejo).

Al centrarnos en las etiquetas categorizadas de comida, vemos que hay un total de 24 etiquetas distintas, que suman el 10,25% del total. Entre estas, se ven claramente algunas que son alimentos (#pretzel, #pan, #QuesoPhiladelphia, #*AvocodoToast* #Dinosaurus), otras tienen un valor emocional y se relacionan con la restricción alimenticia (#*FearFood*, #ComerSinCulpa, #RelacionConLaComida, #Atracon, #HambreEmocional, #AtraconesNocturnos, etc.) y hay otras más genéricas (#alimentacion, #comida, #desayuno #*food*, #*nutrition*, #*calorie*, etc.).

Como etiquetas clasificadas como feminismo hay 6, que representan el 2,5% del total. Se diferencian entre las etiquetas sobre mujeres y apoyo (#*girls*, #*women*, #*GirlsSupportGirls, #GirlPower*) y la crítica social (#*mansplaining*, #feminismo).

Sobre vivencias de los usuarios también se usan 4 etiquetas distintas, siendo el 1,7% del total. Las etiquetas clasificadas en esta subcategoría son #*life, #MyLife, #Relatable* y #CosasQueNoTeCuentan.

Las etiquetas de la subcategoría de "otros" también son 4 (1,7% del total): #informacion, #colegio, #RedesSociales y #CarolinaMarin.

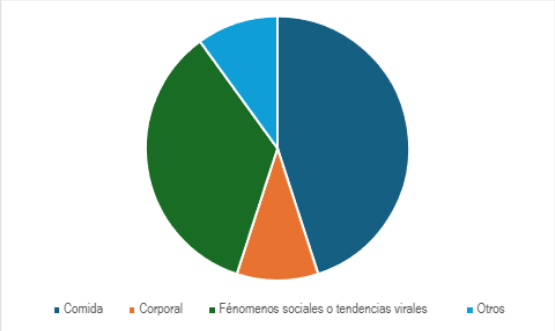
Finalmente, en la subcategoría de eventos se ha incluido una sola etiqueta (0,42%): #navidad.

Etiquetas de tipología de contenido

Como se ha comentado anteriormente, la categoría de tipologías de contenido hace referencia a las etiquetas relacionadas con la forma en que el usuario presenta el vídeo creado, por ejemplo, si explica su mensaje con ironía o utilizando tendencias, y lo etiqueta de tal manera.

Estas etiquetas se decidió dividirlas en 4 subcategorías para agruparlas temáticamente Gráfico 7. Las etiquetas que más predominan son las de comida, representando casi la mitad de esta categoría (45%); seguidas por las etiquetas de fenómenos sociales o tendencias virales, siendo el 25%; las etiquetas clasificadas como "otros", siendo el 20%; y, para finalizar, las relacionadas con el cuerpo, siendo el 10%.

Gráfico 7: Subcategorización de las etiquetas de tipologías de contenido



Fuente Imagen: Elaboración propia

En la categoría de comida se identificaron un total de 9 etiquetas, siendo un 3,8% del total. Los *hashtags* usados por los usuarios se dividen en dos tipos distintos. La primera división es sobre la tendencia "qué como en un día", donde los usuarios enseñan los alimentos que han comido a lo largo de un día, y encontramos muchas versiones distintas (#QueComoEnUnDia, *#wieiad,* #*WhatIEat,* #*WhatIEatInADay*, #QueComo, #ComeConmigo, #*WIEIADEDRecovery*); el segundo tipo de etiquetas es sobre recetas (#receta, #RecetasFaciles).

En la siguiente subcategoría encontramos las etiquetas de fenómenos sociales y tendencias genéricas, ya que en el caso de que tuviesen

relación con la comida o el cuerpo estarían en sus subcategorías. Hay un total de 7 etiquetas, las cuales corresponden casi al 3% del total. Se encuentran 4 etiquetas (*#grwm, #grwmRoutine, #MakeUp*, #maquillaje) que corresponden a preparaciones; y las etiquetas #*Trend*Baile, #retos, y #retos que corresponden a otros fenómenos sociales.

En la subcategoría "otros" encontramos 3 etiquetas (1,28% del total). Dos de las etiquetas (#humor y *#GymHumor*) estarían clasificadas como humor; la tercera etiqueta sobrante de la agrupación es #sorpresa.

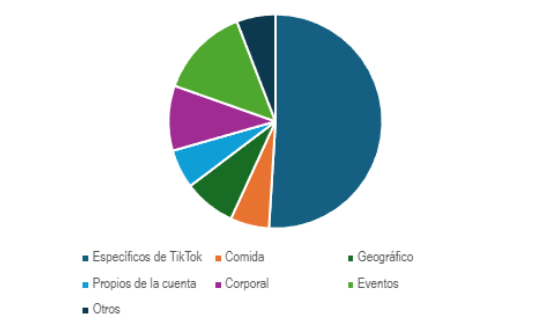
En la subcategoría de corporalidad hay 1 etiqueta (0,42% del total), *#FlexionesChallenge*, sobre un desafío de ejercicios.

Etiquetas genéricas

La categoría de las etiquetas genéricas hace referencia a todas esas etiquetas que no tienen relación directa con el mensaje o con la tipología de vídeo que hace el usuario.

Hay un total de 52 etiquetas distintas y se decidió dividirlas en 7 agrupaciones distintas, para así ver mejor las etiquetas que eligen los usuarios. Las subcategorías elegidas, reflejadas en el Gráfico 8, que más predominan esta división, son las propias de TikTok, siendo el 50,9%; seguidas de las etiquetas de eventos, siendo el 13,72%; a continuación, están las etiquetas en referencia al cuerpo, teniendo el 9,80% del total de las etiquetas genéricas; las etiquetas geográficas, que son el 7,84%; las etiquetas clasificadas como "otros", de comida y las propias de la cuenta, también el 5,88% cada uno.

Gráfico 8: Subcategorización de las etiquetas genéricas



Fuente Imagen: Elaboración propia

La subcategoría de etiquetas específicas de TikTok suma 26 etiquetas, siendo el 11,11% del total de etiquetas. La primera clasificación realizada son todas las etiquetas parecidas para que el vídeo salga recomendado en las páginas de "para ti" a otros usuarios de TikTok *(#fyp*, #ParaTi, #ParaTiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiii, *#ForYou*, *#fypp*, *#ForYouPage*, etc.); y los usuarios también usan otras etiquetas genéricas, que son populares, para que llegue a más gente como *#viral_video*, #viral, #abcxyz, #destacame, #HacemeViralTikTok, *#CreatorSearchInsights*, etc.

La siguiente subcategoría corresponde a las etiquetas relacionadas con eventos, que incluyen un total de 7 etiquetas, lo que representa aproximadamente el 3 % del total. En este caso, los usuarios han usado las etiquetas que eran populares en ese momento sobre eventos, aunque no tuviesen relación con su vídeo. Se encuentran 5 etiquetas sobre el 8 de marzo, siendo #8M, #8DeMarzo, #8DeMarzoDiaDeLaMujer, #8Marzo2023 y #8DeMarzoDiaInternacionalDeLaMujer. Otras etiquetas que han usado las usuarias son #SantJordi2024 y #2025.

Las etiquetas sobre la corporalidad ascienden a 5, que representa el 2,13% del total. Estas etiquetas, populares en TikTok, se han usado por los usuarios para difundir más su contenido cuando tenía relación con el ejercicio. Los *hashtags* elegidos por los usuarios han sido 3 específicos sobre mujeres *#GymGirlsOfTikTok, #GymGirlsOfTikTok2022* y #MujeresFuertes; y dos etiquetas más genéricas *#GymGoals* y #*Fitness*España.

Los *hashtags* sobre geografía suman un total de 4, siendo el 1,70%. Tres de las etiquetas son de países (#Colombia, #Argentina y #ar (se refiere a Argentina, el usuario incluyó la bandera del país junto a la etiqueta)) y otra etiqueta que específica la ciudad #LimaPeru.

Otra subcategoría es la de etiquetas propias de las cuentas, que han sido creadas, en estos casos, para identificar y difundir la propia marca. Se han encontrado 3, el 1,28% del total: *#MindMappers*, *#RecoveryWithRitha* y #CarlotaMoon.

La subcategoría de comida también cuenta con 3 etiquetas (1,28% del total), usadas por los usuarios generales en TikTok para difundir su contenido de gastronomía. Las etiquetas que han usado en este caso son *#FoodTikTok*, *#FoodTok* y *#FoodLover*.

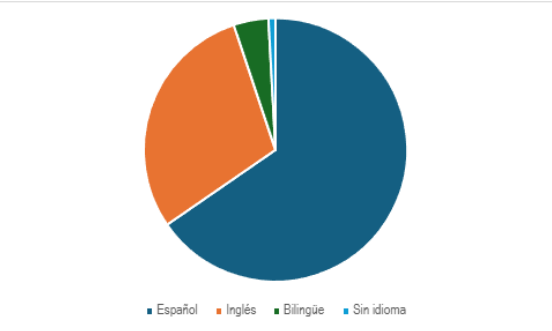
Finalmente, la categoría de "otros" está formada también por 3 etiquetas (1,28%), dónde se encuentran etiquetas con errores (#allinc), ya que está escrito al lado de *#AllInclusive* y posiblemente hubo un error al terminar de escribir la etiqueta; etiqueta sobre la aplicación que han usado para editar el vídeo (#CapCut); y una técnica de creación de vídeo (*#GreenScreen*).

Categorización lingüística de las etiquetas

Para complementar el análisis, se propuso una categorización lingüística de los *hashtags*. De esta forma, se identifican aspectos formales y funcionales del lenguaje empleado por los usuarios. Se identificó el idioma (español, inglés, bilingüe o "sin idioma") de las etiquetas y la estructura morfológica de estas. También se menciona el tono y el valor connotativo que aportan las etiquetas.

Una vez clasificadas las etiquetas por los idiomas, tal y como se observa en el Gráfico 9, el español es el idioma prioritario para los usuarios, usado en el 65% de las etiquetas. En el caso del inglés, aparece en el 30% (69 etiquetas), otro 4% del total está formado por etiquetas bilingües (10 etiquetas que tienen una combinación de español e inglés) y el 1% restante son etiquetas clasificadas sin ningún idioma, al ser números o poder escribirse en cualquier idioma (#2025 y #abcxyz).

Gráfico 9: Clasificación de las etiquetas por idioma



Fuente Imagen: Elaboración propia

Si analizamos las etiquetas en inglés, vemos que algunas de ellas tienen también su versión en español en el propio listado, y otras no presentan ninguna etiqueta parecida en español. Por ejemplo, hay usuarios que han usado la etiqueta #SaludMental y #LaSaludMentalEsImportante, en cambio, otros usuarios usaron el mismo concepto en inglés *#MentalHealth* y *#MentalHealthMatters*. Así como, el uso de etiquetas propias de TikTok en los dos idiomas (*#fyp* y #ParaTi).

También se destaca el uso del inglés para las etiquetas relacionadas con la recuperación de los TCA. Los usuarios están más predispuestos a usar etiquetas en inglés o bilingües que en el propio idioma. Usando un par de etiquetas en español (#recuperacion, #recuperaciontca y #recuperacionTC4), contra algunas bilingües (*#stop*TCA, #TCA*Recovery*, #TCA*RecoveryMotivation*, etc.) y otras en inglés (*#RecoveryIsPossible, #recovery, #anaRec0very, #edRec0very*, etc.).

Aparte, los usuarios también usan frecuentemente en inglés las palabras y conceptos que se crearon o difundieron principalmente en el mundo anglosajón y que, por tanto, no han sido traducidas al español o bien la traducción no ha alcanzado un nivel de uso tan extendido ni popular, como es el caso de *#mansplaining, #GymGoals, #SelfCare, #GymRat* y *#BodyNeutrality*.

En cuanto a la estructura morfológica predominante de la mayoría de las etiquetas usadas es simple, consistiendo generalmente en una o dos palabras escritas en minúscula, incluso cuando se trata de nombres propios, tales como nombres de países, ciudades y personas. Las únicas etiquetas escritas en mayúscula por los usuarios fueron #CapCut y #8M.

En el caso de las etiquetas sobre los TCA y la salud mental es donde se han encontrado la mayoría de los usos de abreviaturas (TCA – trastornos de la conducta alimentaria; ED – *eating disorders* (trastornos de la conducta alimentaria en inglés); sh - *self harm* (autolesión en inglés) y modificaciones ortográficas intencionales, destacando el cambio de la letra O por el número cero y la

letra A por el número cuatro (#*edrec0very; #rec0very*; #tc4*recovery*; #recuperaciontc4).

En el listado también se encuentran otras modificaciones ortográficas que, en la mayoría de los casos, parecen ser errores tipográficos cometidos por los propios usuarios, como #*foruyou* (doble uso del "*you*"/"*u*"); #transtornosalmimenticios (forma incorrecta de "trastornos alimenticios"); #transtorno (en lugar de "trastorno"); #tcarecocery (cuando probablemente quería escribir "TCA *recovery*"). También se observa la incorporación de años en algunas etiquetas, como #8marzo2023 y #SantJordi2024, a pesar de que la fecha de publicación del vídeo no fuese durante esas fechas.

Para finalizar, si bien existen algunos *hashtags* de carácter negativo, como, por ejemplo, #ingreso, #AtraconesNocturnos, #engordar, la mayoría tiene un tono neutro o positivo, utilizando expresiones motivacionales y de mejoría personal, tales como #SanarElAlma, #HabitosSaludables, #Quererse y #CrecimientoPersonal.

Discusión

El análisis del etiquetado realizado en este estudio ha aportado distintas perspectivas sobre cómo los creadores de contenido hispanohablantes utilizan TikTok para compartir y difundir sus experiencias personales relacionadas con la recuperación de los trastornos de la conducta alimentaria (TCA). A través de los *hashtags*, estas personas no solo organizan información, sino que también generan comunidades virtuales.

La marcada homogeneidad observada en los datos demográficos de los usuarios de los vídeos, donde predominan mujeres jóvenes menores de 35 años, coincide con los datos sobre la prevalencia de los trastornos de la conducta alimentaria, siendo mayor en mujeres que en hombres (Arija-Val *et al*., 2022). Esto refuerza la idea de que la plataforma se convierte en un espacio preferente para que las mujeres jóvenes compartan sus procesos de recuperación y búsqueda de apoyo entre pares. Aun así, sorprende que no haya ningún hombre que haya querido compartir información, posiblemente debido a la estigmatización que puedan tener al ser unos trastornos asociados más a mujeres (Guarda Torner, 2018).

Respecto a la frecuencia de publicación de estas creadoras de contenido, se sugiere que la participación suele ser esporádica. La mayoría de las usuarias utilizan este espacio de desahogo y de conexión puntual con otros usuarios de la comunidad. No obstante, también se debe tener en cuenta que quizá estas creadoras subieron más vídeos anteriormente y decidieron eliminarlos; como la extracción fue de un momento concreto, no se conoce más información.

En cambio, se identificaron 7 usuarios que destacan por presentar una producción de contenido significativamente más alta y constante, directamente vinculada al proceso de recuperación de los TCA. En estos casos concretos, se aprecia de forma clara que las usuarias dedican gran parte de su contenido y actividad en la plataforma a difundir sus experiencias personales, así como a brindar apoyo y ayudar a otros en su proceso de recuperación.

El claro predominio de las etiquetas específicas vinculadas al mensaje principal, que representan aproximadamente el 70% del total analizado, evidencia que los usuarios priorizan la comunicación de su contenido de una forma clara, directa y comprensible para su audiencia. A través de estas etiquetas, se hace referencia explícita a aspectos relacionados con la problemática de la salud mental, la afectación que tiene en el cuerpo y la alimentación, dando a entender la complejidad del proceso de recuperación. Esta práctica muestra la voluntad de los usuarios de interrelacionar la salud física con la mental, pero también la intención de reflejar un mensaje de esperanza y posibilidad de recuperación, incluso reconociendo las dificultades del proceso.

La diversidad temática observada en las etiquetadas utilizadas por las creadoras de contenido refleja de manera significativa la confluencia de la narrativa de recuperación de los TCA con otros discursos actuales. Entre estos discursos destacan temas como el feminismo, el amor propio, el mensaje de la diversidad y aceptación corporal, así como la

importancia que se le da actualmente al ejercicio en relación con los estándares de belleza normativos existentes.

Otro aspecto que resulta relevante dentro de este análisis es la presencia significativa del uso de *hashtags* genéricos, tales como #fyp o #ParaTi, los cuales representan un 11% del total. Este tipo de etiquetas no contribuyen con información temática específica ni guardan relación directa con el contenido de los vídeos creados por los usuarios. Sin embargo, tal y como mencionaron Klug *et al*. (2018), son empleados estratégicamente para incrementar el alcance y visibilidad de los vídeos, siguiendo diversas recomendaciones que se encuentran en línea sobre los algoritmos de TikTok, aunque realmente no funcione. El uso de este tipo de etiquetas es una práctica común en las redes sociales, poniendo en relieve la importancia que los usuarios otorgan a querer maximizar su visibilidad para difundir más su mensaje y/o hacerse conocidos en las plataformas digitales.

Por otro lado, la coexistencia de *hashtags* escritos tanto en español como en inglés, en vídeos generados por usuarios hispanohablantes, puede deberse también a la voluntad de llegar a audiencias más amplias. Esto se debe a que, dentro de las redes sociales, una parte de usuarios suele consumir contenido en inglés, independientemente de cuál sea su lengua materna, ya que de este modo pueden acceder a una mayor diversidad de información y conectar con comunidades internacionales. De esta forma, los creadores de contenidos reafirman poder llegar a más usuarios.

En cuanto a las modificaciones ortográficas aplicadas a los *hashtags*, se han encontrado etiquetas con estas modificaciones intencionales, como por ejemplo #*edrec0very*; #tc4*recovery*. Tal y como señaló el informe del *Center for Countering Digital Hate* en 2022, este tipo de variantes no es casual, si no que refleja una estrategia deliberada por parte de ciertos usuarios, conscientes de los mecanismos de censura que hay en TikTok en relación con contenidos de esta temática. Además, el hecho de que las etiquetas seas usadas por múltiples creadores de contenido, revela que son etiquetas difundidas y adoptadas por la comunidad. Por tanto, se pone en manifiesto que la censura impuesta por la plataforma está limitada porque los usuarios desarrollan nuevas jergas, variantes de lenguaje u ortográficas para garantizar la continuidad de la conversación dentro de la red social.

Finalmente, se debe señalar que los *hashtags* funcionan como puntos de encuentro entre usuarios que buscan apoyo emocional, comprensión y la posibilidad de compartir experiencias personales relacionadas con su proceso de recuperación. Gracias a la agrupación de los contenidos bajo a etiquetas específicas, se facilita esta zona de encuentro y la creación de comunidades en línea, donde se puede reforzar la motivación mutua y acompañamiento para mantener la recuperación.

Conclusiones

La presente investigación ha permitido visibilizar las dinámicas comunicativas y el discurso de los usuarios hispanohablantes en TikTok a través del análisis de *hashtags* de la recuperación de los trastornos de la conducta alimentaria. La selección, agrupación temática y posterior categorización de las 234 etiquetas únicas vinculadas a la comunidad revelan la diversidad de sus discursos relacionados con la salud.

Los resultados obtenidos a lo largo del análisis han confirmado el grado de cumplimiento tanto del objetivo general como de los objetivos específicos. Se ha demostrado que la mayoría de las creadoras de contenido son mujeres jóvenes que publican principalmente contenido con carácter ocasional, siendo así una participación más espontánea y no profesional. El análisis de los *hashtags* empleados en sus publicaciones permitió identificar con claridad las distintas temáticas en las que se centra su discurso, entre las que destacan la salud mental, los TCA, la alimentación y la corporalidad. Asimismo, se ha observado que las etiquetas no solo ayudan a visibilizar estas problemáticas, si no que reflejan experiencias personales, expresan emociones, tanto positivas como negativas, y transmiten mensajes de apoyo y empoderamiento entre las personas afectadas

por los trastornos de la conducta alimentaria, reforzando así el valor comunicativo y social que tiene el etiquetado en las plataformas digitales.

A pesar de los hallazgos obtenidos, es fundamental señalar que el estudio presenta algunas limitaciones importantes que conviene tener en cuenta para investigaciones posteriores que aborden esta temática. En primer lugar, la limitación principal de esta investigación es la posible subjetividad en la categorización y agrupación de las etiquetas analizadas, lo cual podría haber tenido cierta influencia en la representatividad y en la interpretación final de los resultados. Además, la muestra se limitó a una sola etiqueta principal y en un periodo de tiempo determinado, lo que restringe la posibilidad de generalizar estos resultados a otras plataformas o de analizar tendencias evolutivas a largo plazo. Por último, el enfoque hispanohablante implica centrarse en un contexto concreto, pudiendo existir diferencias notables con otras comunidades lingüísticas y/o culturales.

De cara a futuras investigaciones, se puede ampliar el enfoque más allá de los *hashtags* para incluir un análisis más profundo y sistemático de los contenidos digitales que acompañan las etiquetas. También, se podría examinar distintos aspectos como la narrativa de los vídeos, el lenguaje no verbal del creador, la interacción en los comentarios, o centrarnos en datos cuantitativos como los me gusta o compartidos. Además, sería interesante realizar estudios comparativos entre distintos idiomas y contextos culturales, en diferentes períodos temporales, para así analizar la evolución de estos contenidos y la variación respecto a los mensajes de recuperación en distintos lugares del mundo. Asimismo, se deberían analizar las etiquetas y contenidos de los vídeos pro-TCA de habla hispana, para así poder compararlos; de esta forma, tanto los usuarios como los profesionales pueden alcanzar una visión más completa sobre la información existente en la red sobre estos trastornos.

Referencias

Abidin, C. (2021). From “networked publics” to “refracted publics”: A companion framework for researching “below the radar” studies. *Social Media+ Society*, 7(1). https://doi.org/10.1177/2056305120984458

American Psychiatric Association. (2024). *Manual diagnóstico y estadístico de los trastornos mentales : DSM-5-TR. Texto revisado* (5ª ed., texto rev.). Editorial Médica Panamericana.

Arija-Val, V., Santi-Cano, M. J., Novalbos-Ruiz, J. P., Canals, J., & Rodríguez-Martín, A. (2022). Caracterización, epidemiología y tendencias de los trastornos de la conducta alimentaria. *Nutrición hospitalaria*, *39*(SPE2), 8-15. https://dx.doi.org/10.20960/nh.04173

Au, E. S., & Cosh, S. M. (2022). Social media and eating disorder recovery: An exploration of Instagram recovery community users and their reasons for engagement. *Eating Behaviors*, 46, 101651. https://doi.org/10.1016/j.eatbeh.2022.101651

Barry, R. (2020, agosto, 3). “I was crying every night”: Does TikTok fuel eating disorders*? ITV News*. https://www.itv.com/news/2020-08-03/i-was-crying-every-night-does-tiktok-fuel-eating-disorders

Center for Countering Digital Hate. (2022). *Deadly by Design: TikTok’s recommendation algorithm fuels dangerous content for teens* [Informe]. https://counterhate.com/wp-content/uploads/2022/12/CCDH-Deadly-by-Design_120922.pdf

Dempster, A. (2020, mayo, 12). TikTok weight-loss videos fuelling eating disorders amid coronavirus lockdowns, health experts say. *ABC News*. https://www.abc.net.au/news/2020-05-13/experts-concerned-tiktok-content-fuelling-eating-disorders/12215986

Fardouly, J., & Vartanian, L. R. (2016). Social media and body image concerns: Current research and future directions. *Current Opinion in Psychology*, 9, 1-5. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.09.00

Gerrard, Y. (2020, março, 9). *TikTok has a pro-anorexia problem.* WIRED. https://www.wired.com/story/opinion-tiktok-has-a-pro-anorexia-problem/

González-Fernández-Villavicencio, N. (2014). El #*hashtag* ya tiene historia. *Anuario ThinkEPI*, 8, 326-330.

Griffiths, S., Harris, E. A., Whitehead, G., Angelopoulos, F., Stone, B., Grey, W., & Dennis, S. (2024). Does TikTok contribute to eating disorders? A comparison of the TikTok algorithms belonging to individuals with eating disorders versus healthy controls. *Body Image*, 51, 101807. https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2024.101807

Guarda Torner, M. (2018, octubre, 23). Trastornos de la conducta alimentaria. ¿Afectan menos a los hombres? *Ita.* https://itasaludmental.com/blog/link/63

IAB Spain. (2024). *Informe de Redes Sociales 2024* [Informe].

Jiotsa, B., Naccache, B., Duval, M., Rocher, B., & Grall-Bronnec, M. (2021). Social media use and body image disorders: Association between frequency of comparing one's own physical appearance to that of people being followed on social media and body dissatisfaction and drive for thinness. *International journal of environmental research and public health*, 18(6), 2880. https://doi.org/10.3390/ijerph18062880

Klug, D., Qin, Y., Evans, M., & Kaufman, G. (2021, junio, 22). Trick and please. A mixed-method study on user assumptions about the TikTok algorithm. En *Proceedings of the 13th ACM web science conference 2021* (pp. 84-92). https://doi.org/10.1145/3447535.3462512

Little, O. (2021, febrero, 25). Pro-eating disorder content remains in heavy circulation on TikTok. *Media Matters for America*. https://www.mediamatters.org/tiktok/pro-eating-disorder-content-remains-heavy-circulation-tiktok

Marsh, S. (2020, diciembre, 7). TikTok investiga vídeos que promueven el hambre y la anorexia. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/technology/2020/dec/07/tiktok-investigating-videos-promoting-starvation-and-anorexia

Ojeda-Martín, Á., López-Morales, M., Jáuregui-Lobera, I., & Herrero-Martín, G. (2021). Uso de redes sociales y riesgo de padecer TCA en jóvenes. *Journal of negative and no positive results*, 6(10), 1289-1307. https://dx.doi.org/10.19230/jonnpr.4322

Paul, K. (2021, octubre, 16). TikTok eating disorder 'thinspo' videos are spreading like a disease, teens say. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/technology/2021/oct/16/tiktok-eating-disorder-thinspo-teens

Posch, L., Wagner, C., Singer, P., & Strohmaier, M. (2013, mayo). Meaning as collective use: Predicting semantic *hashtag* categories on Twitter. En *Proceedings of the 22nd International Conference on World Wide Web* (pp. 621–628). https://doi.org/10.1145/2487788.2488008

Rao, L. (2009, julio, 2). Twitter Makes *Hashtags* More #Useful. *TechCrunch.* https://techcrunch.com/2009/07/02/twitter-makes-*hashtags*-more-useful/

Rauschnabel, P. A., Sheldon, P., & Herzfeldt, E. (2019). What motivates users to *hashtag* on social media?. *Psychology & Marketing*, 36(5), 473-488. https://doi.org/10.1002/mar.21191

Sjöström, D. K., de Mendonca Lindström, T., Kapetanovic, S., & Claesdotter-Knutsson, E. (2024). Helpful or not? A qualitative study on female adolescents' experience of TikTok when recovering from anorexia nervosa. *International Journal of Eating Disorders*, 57(11), 2217-2227. https://doi.org/10.1002/eat.24265

Sweney, M. (2022, abril, 9). The rise of TikTok: why Facebook is worried about the booming social app. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/technology/2022/apr/09/rise-of-tiktok-why-facebook-is-worried-booming-social-app

Tafradzhiyski, N. (2025, febrero, 25). TikTok Revenue and Usage Statistics (2025). *Business of Apps.* https://www.businessofapps.com/data/tik-tok-statistics/

Valencia, I. F., Salinas, I. H., & Caballero, M. (2019, enero, 14). Factores de riesgo para desarrollar un TCA. *Clínic Barcelona*. https://www.clinicbarcelona.org/asistencia/enfermedades/trastornos-de-la-conducta-alimentaria/factores-de-riesgo

Vázquez-Giraldo, P., Muñoz-Sanjosé, A., & López-Cuadrado, T. (2024). Hospital Admissions for Eating Disorders in Children and Adolescents in Spain: A Population-Based Study. *International Journal of Eating Disorders*, 57(11), 2299-2305. https://doi.org/10.1002/eat.24282

Wadhwa, T. (2020, septiembre, 23). Coming together to support body positivity on TikTok. *TikTok Newsroom*. https://newsroom.tiktok.com/en-us/coming-together-to-support-body-positivity-on-tiktok

Zappavigna, M. (2015). Searchable talk: The linguistic functions of *hashtags*. *Social semiotics*, 25(3), 274-291. https://doi.org/10.1080/10350330.2014.996948

TIPO E CONCEITO REGULATÓRIO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A DIPLOMÁTICA NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Rodrigo Rachid de Souza, Universidade Federal Fluminense, ORCID 0000-0002-4283-7699, Brasil, rodrigorachiddesouza@gmail.com

José Augusto Chaves Guimarães, Universidade Federal Fluminense / Universidade Estadual Paulista, ORCID 0000-0002-0310-2331, Brasil, chaves.guimaraes@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6715

RESUMO

O presente trabalho parte da premissa de que as agências reguladoras governamentais, no âmbito da organização de sua informação arquivística, deparam-se com um tipo documental específico, por elas produzido: o tipo documental regulatório. Essa peculiaridade demanda uma incursão no Direito, relativamente ao conceito e ao tipo jurídico, para averiguar como estes se articulam com a tipologia documental inerente à Diplomática Arquivística que, por sua vez, subsidia todo o processo de organização documental. Considera-se que há uma demanda universal por instrumentos de transparência do conteúdo dos fundos documentais das agências reguladoras. À vista disso, e pautando-se na experiência das agências reguladoras brasileiras para abordar uma questão que afeta os distintos países, contribuindo, assim, para uma reflexão de caráter global, discute-se o contexto de produção documental das agências reguladoras, a partir da atividade normativo-

administrativa, especificamente no que se refere aos tipos e conceitos regulatórios que se enunciam na espécie documental “resolução”, buscando, assim, elementos teóricos e aplicados para a configuração de um tipo documental regulatório. O objetivo desta pesquisa é analisar o papel do tipo e do conceito regulatórios na formação de um tipo documental no âmbito da gestão documental das agências reguladoras. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Realiza-se revisão de literatura seletiva e analítica de referencial teórico do Direito Administrativo e da Diplomática Arquivística para se chegar, a partir de uma experiência aplicada, a uma análise tipológica de resoluções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do Brasil. A título de resultado do estudo, identificou-se que no âmbito dos fundos das agências reguladoras, os tipos e conceitos regulatórios veiculam atividades administrativo-normativas, razão pela qual justificam a criação de um tipo documental específico, qual seja, o tipo documental regulatório.

Palavras-chave: tipo regulatório, conceito regulatório, tipo documental, Direito, Diplomática, Diplomática Arquivística

TIPO Y CONCEPTO REGULATORIO: UNA CONTRIBUCIÓN A LA DIPLOMÁTICA EN EL ÁMBITO DE LA ORGANIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN ARCHIVAL

RESUMEN

Este trabajo parte de la premisa de que las agencias reguladoras gubernamentales, al organizar su información archivística, se encuentran con un tipo específico de documento que producen: el documento regulatorio. Esta peculiaridad exige profundizar en la legislación, en cuanto al concepto y tipo legal, para determinar cómo estos se relacionan con la tipología documental inherente a la Diplomacia Archivística, que, a su vez, informa todo el proceso de organización documental. Se considera que existe una demanda universal de instrumentos de transparencia respecto al contenido de los acervos documentales de las agencias reguladoras. En vista de esto, y con base en la experiencia de las agencias reguladoras brasileñas para abordar un tema que afecta a diferentes países, contribuyendo así a una reflexión global, se discute el contexto de la producción documental de las agencias reguladoras, con base en la actividad normativo-administrativa, específicamente con respecto a los tipos y conceptos regulatorios que se establecen en el documento tipo “resolución”, buscando así elementos teóricos y aplicados para la configuración de un documento regulatorio. El objetivo de esta investigación es analizar el rol de los tipos y conceptos regulatorios en el desarrollo de un tipo de documento dentro de la gestión documental de las agencias reguladoras. Se trata de un estudio cualitativo, exploratorio, bibliográfico y documental. Se realizó una revisión bibliográfica selectiva y analítica de los marcos teóricos en Derecho Administrativo y Diplomacia Archivística para, con base en la experiencia aplicada, llegar a un análisis tipológico de las resoluciones de la Agencia Nacional de Petróleo, Gas Natural y Biocombustibles (ANP) de Brasil. El estudio reveló que, dentro de los fondos de las agencias reguladoras, los tipos y conceptos regulatorios transmiten actividades administrativo-normativas, lo que justifica la creación de un tipo de documento específico: el tipo de documento regulatorio.

Palabras clave: tipo regulatorio, concepto regulatorio, tipo documental, Derecho, Diplomática, Diplomática Archivística

REGULATORY TYPE AND CONCEPT: A CONTRIBUTION TO DIPLOMATICS IN THE SCOPE OF ARCHIVAL INFORMATION ORGANIZATION

ABSTRACT

This paper is based on the premise that government regulatory agencies, when organizing their archival information, encounter a specific type of document they produce: the regulatory document type. This peculiarity demands a delve into the law, regarding the concept and legal type, to determine how these relate to the document typology inherent in Archival Diplomacy, which, in turn, informs the entire process of document organization. It is considered that there is a universal demand for transparency instruments regarding the content of regulatory agencies' documentary collections. In view of this, and based on the experience of Brazilian regulatory agencies to address an issue that affects different countries, thus contributing to a global reflection, the context of documentary production of regulatory agencies is discussed, based on normative-administrative activity, specifically with regard to the regulatory types and concepts that are set out in the "resolution" type of document, thus seeking theoretical and applied elements for the configuration of a regulatory document type. The objective of this research is to analyze the role of regulatory types and concepts in the development of a document type within the document management of regulatory agencies. This is a qualitative, exploratory, bibliographical, and documentary study. A selective and analytical literature review of theoretical frameworks in Administrative Law and Archival Diplomacy was conducted to arrive, based on applied experience, at a typological analysis of resolutions of the National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels (ANP). The study found that within the funds of regulatory agencies, regulatory types and concepts convey administrative-normative activities, justifying the creation of a specific document type—the regulatory document type.

Keywords: regulatory type, regulatory concept, documentary type, Law, Diplomatics, Archival Diplomatics

Introdução

O presente trabalho parte da premissa de que as agências reguladoras governamentais, no âmbito da organização de sua informação arquivística deparam-se com um tipo documental específico, por elas produzido: o tipo documental regulatório. Essa peculiaridade demanda uma incursão no Direito, relativamente ao conceito e ao tipo jurídico, para averiguar como estes se articulam com a tipologia documental inerente à Diplomática Arquivística que, por sua vez, subsidia todo o processo de organização documental.

Considerando a redefinição do papel do Estado a partir da década de 1970, como efeito direto da crise do petróleo, o modelo de agências reguladoras passa a ser uma realidade consagrada na Administração Pública de diversos países. Entretanto, tais organizações guardam o risco de captura por atores políticos ou privados como uma ameaça à sua integridade (Azevedo & Moreira, 2021; Rebouças, 2021).

Dessa forma, e a despeito das especificidades das agências reguladoras em cada país, há uma demanda universal por instrumentos de transparência do conteúdo dos seus fundos documentais. Nesse sentido, há um interesse em comum para que a gestão documental dessas instituições viabilize o acesso ao conteúdo dos tipos e conceitos regulatórios previstos em suas espécies documentais de caráter normativo.

À vista disso, e pautando-se na experiência das agências reguladoras brasileiras para abordar uma questão que afeta os distintos países, contribuindo, assim, para uma reflexão de caráter global, discute-se o contexto de produção documental das agências reguladoras, a partir da atividade normativo-administrativa, especificamente no que se refere aos tipos e conceitos regulatórios que se enunciam na espécie documental "resolução", buscando, assim, elementos

teóricos e aplicados para a configuração de um tipo documental regulatório.

Desta forma, além de apresentar as definições do tipo e do conceito regulatórios, cabe indicar as diferenças e confluências entre esses institutos jurídicos. Ademais, convém especificar o regime jurídico particular das agências reguladoras e contextualizar tipo e conceito regulatórios no âmbito da gestão documental dessas organizações.

No contexto da produção normativa das agências reguladoras, e em especial no âmbito brasileiro, tipos e conceitos regulatórios são espécies de tipos e conceitos normativos, próprias do sistema jurídico particular de tais instituições. Sendo assim, a partir da atividade normativo-administrativa que tipos e conceitos regulatórios enunciam através da espécie documental "resolução", convém inquirir o suporte teórico para a formação de um correspondente tipo documental. Logo, considerando a natureza arquivística do tipo documental e o caráter jurídico do tipo e conceito regulatórios, avalia-se as perspectivas dialógicas entre a Diplomática Arquivística e o Direito.

Porém, para que se compreenda as contribuições entre a Diplomática Arquivística e o Direito, primeiramente é preciso entender o papel do ordenamento jurídico na emissão de mensagens impositivas do Estado aos cidadãos, por meio da legislação.

Bobbio (1995, pp.75) esclarece que "o termo "direito", na mais comum acepção de Direito objetivo, indica um tipo de sistema normativo, não um tipo de norma." Mas cabe indicar que, além dessa acepção fazendo referência ao próprio Direito Positivo, o termo Direito também veicula o significado de Ciência do Direito.

A partir da visão do direito enquanto um sistema normativo, ressalta-se sua natureza linguística e origem cultural. Dessa forma, o Direito Positivo "apresenta-se como um complexo sistema comunicacional, por meio do qual mensagens de cunho prescritivo são incessantemente produzidas e emitidas aos seus destinatários" (Carvalho, 2011, pp.11). Os sistemas jurídicos dos distintos países evidenciam sua organização a partir de atos comunicacionais específicos que são exteriorizados à sociedade. Nesse sentido, os ordenamentos jurídicos utilizam a linguagem como instrumento para atender a seus desideratos de pacificação social de tal modo que, "ao tomar o sistema jurídico como uma ordem estruturada em atos comunicacionais, torna-se possível então analisá-lo por meio de robustas teorias da linguagem, seja pela dimensão da lógica sintática, seja pela semântica, seja pela pragmática" (Carvalho, 2011, pp.11).

Entretanto, uma vez prevista na legislação, a linguagem jurídica apresenta um diferencial específico, considerando a necessidade de seguir os comandos de um sistema normativo (Fachavo & Del Padre, 2017; Tomé & Favacho, 2017). Logo, diante da linguagem jurídico-normativa, há o desafio adicional de lidar com uma mensagem vocacionada não apenas para transmitir um significado, mas, principalmente, para impor um sentido da realidade à sociedade.

Além deste hibridismo de conteúdo, inerente às normas jurídicas, o jurista se depara com desafios hermenêuticos. Ao enquadrar o fato concreto em uma norma jurídica é necessário valer-se de uma premissa maior, correspondente ao conteúdo da norma,

e de uma premissa menor, qual seja, o próprio fato concreto. Mas, para promover esse enquadramento, é preciso alcançar o conteúdo da norma por meio da interpretação do texto normativo, o qual é formado por uma linguagem, que pode inclusive contemplar termos dotados de ambiguidades e vagueza. Ademais, como encargo imprescindível para se chegar ao conteúdo da norma, o intérprete deve cotejar o texto normativo com todo o arcabouço axiológico que orienta o ordenamento jurídico. Até mesmo porque, conforme salienta Reale (2003), ao contrário do que ocorre no campo social, não se trata mais de juízos enunciativos de realidade, mas de juízos normativos de conduta.

A título de síntese, pode-se dizer que a linguagem normativa apresenta, ao intérprete, os desafios hermenêuticos de: a) Conviver com um texto normativo dotado de linguagem técnica em conjunto com linguagem natural; b) Deparar-se com um texto normativo com termos ambíguos ou vagos; e c) Contextualizar sua análise em relação ao conjunto valorativo e principiológico que compõe o sistema jurídico pátrio.

Neste contexto, convém mencionar que, assim como o Direito Positivo forma um grande sistema comunicacional, os institutos jurídicos previstos nos enunciados normativos são instrumentos mediadores das mensagens emitidas pelo Estado-legislador aos cidadãos. Tal percepção se adensa no que tange aos tipos e conceitos previstos na legislação, considerando a natureza eminentemente informacional desses institutos jurídicos.

A fim de auxiliar o intérprete no entendimento da visão de mundo estabelecida pelo Estado por meio da legislação, "a hermenêutica, enquanto teoria da interpretação, oferece as ferramentas necessárias para decifrar e atribuir sentido aos fenômenos, textos e dados com os quais interagimos". Para tanto, transcende "a compreensão textual para atingir a interpretação de significados em contextos mais amplos, como a existência humana e as interações sociais" (Guimarães, Oliveira & Souza, 2025, pp.3, 5).

No âmbito específico da Hermenêutica Jurídica, busca-se estudar as técnicas disponíveis para a interpretação das normas e, indo além, os processos de interpretação, integração e aplicação do Direito, de modo a que se posa melhor compreender o alcance da norma, em seus sentidos literal, histórico, teleológico e sistemático, cada qual com seu método próprio (Carvalho & Rennó, 2020).

Os métodos literal, teleológico, sistemático e histórico, para aferição de sentido, merecem ser harmonizados, a bem de uma interpretação em consonância com a atividade legislativa e a realidade sociocultural do ordenamento jurídico. Assim, a compreensão gramatical do método literal deve-se associar à compreensão do fim último do enunciado normativo, a inserção contextual do sentido da lei no seu respectivo regramento jurídico em que se insere a lei (Carvalho, 2017; Carvalho & Rennó, 2020). Além disso, cabe acrescentar que o juiz não é o único intérprete dos enunciados normativos, pois agentes públicos e cidadãos também podem ocupar essa posição (Barroso, 2022, pp.300).

Conforme detalhado à frente, tal possibilidade se revela de especial importância quando da análise documental das resoluções oriundas das agências reguladoras. A atividade hermenêutica, por sua vez, necessita não apenas atingir o sentido da norma como também compreender, no seu conteúdo, o tipo e o conceito jurídico envolvidos.

Tipo e Conceito Jurídico

O instituto jurídico do tipo é pouco propagado na Ciência da Informação e na Arquivologia. Também se entende que no Direito, em geral, o tipo é tratado de forma errônea, ou seja, como um instituto de contornos inflexíveis. Sendo assim, o esforço é

transmitir o correto sentido do tipo e, na sequência, apresentar o tipo normativo e sua espécie, própria do regime jurídico particular das agências reguladoras, o tipo regulatório.

Historicamente, o tipo surgiu como uma nova alternativa ao pensamento restritivo do conceito classificatório, considerando a necessidade de aproximação do direito às demandas fluídas da vida (Derzi, 1987). Conforme Torres, "tipo é a ordenação de dados concretos existentes na realidade segundo critérios de semelhança" (2004, pp.195). A consecução do método tipológico demanda flexibilidade, a graduabilidade e a renunciabilidade das notas do tipo (Derzi, 1987).

O conceito é estabelecido por definição, ou seja, ele se aplica a um evento concreto ou a uma situação específica, sendo necessário que todas as notas características da sua definição estejam presentes. Dessa forma, o conceito segue a regra do "tudo ou nada". Enquanto o conceito é fundado na clássica lógica dedutiva, o tipo se pauta em propriedades renunciáveis, em limites difusos e num enquadramento por comparação através da fixação de um exemplar representativo a ser utilizado como parâmetro (Derzi, 1987; Larenz, 2005).

Apesar da relação de oposição entre tipo e conceito, relevante parcela da doutrina entende que a separação entre essas duas formas de pensamento não é absoluta. Derzi (1988, pp.62) esclarece que "a distinção entre tipo e conceito é gradual e tipológica. Entre os dois polos identificáveis nitidamente – de um lado, o tipo puro e, de outro, o conceito classificatório fechado – surgem várias transições fluidas". Dessa forma, no âmbito pragmático, não é raro haver posição no sentido de que "não é sustentável uma separação entre tipo e conceito" (Padre & Carvalho, 2022, pp.38).

Desta forma, entende-se que não existe uma dicotomia radical entre conceitos e tipos. Mesmo porque o conceito não é exato, pois sua definição é composta por termos linguísticos, que carregam o potencial de apresentarem ambiguidades ou vagueza. Nesse sentido são os esclarecimentos de Ávila:

> Em segundo lugar, as mencionadas considerações também se fazem importantes para demonstrar que os conceitos não são absolutamente exatos. Como dito, os termos constantes dos dispositivos constitucionais são, em maior ou menor medida, ambíguos, e seus significados, em maior ou menor grau, vagos. O argumento de que são exatos os conceitos e fluidos os tipos produz, portanto, dois equívocos: primeiro, distorce o significado dos conceitos, atribuindo-lhes qualidades (exatidão absoluta), e, segundo, reduz artificialmente o número de alternativas para a discussão, como se houvesse uma dicotomia radical entre conceitos (exatos), de um lado, e tipos (fluidos), de outro, sem posições intermediárias com relação não apenas ao grau de abstração e de determinação dos elementos a serem definidos, mas, também, com referência à espécie de combinação entre eles (Ávila, 2018, pp.44).

Logo, considera-se que a ausência de uma fronteira precisa entre tipo e conceito enseja conclusão de que, assim como o conceito, o tipo também é uma unidade de conhecimento.

Essa questão, por sua vez, assume relevância específica na Ciência da Informação e mais especificamente na Arquivística quando se depara com situações concretas de gestão documental, em especial no âmbito das agências reguladoras.

As Agências Reguladoras e seu Regime Jurídico Particular

Considerando a redefinição do papel do Estado a partir da década de 1970, como efeito direto da crise do petróleo, o modelo de agências reguladoras passa a ser uma realidade

consagrada na Administração Pública de diversos países.

As agências reguladoras são "[…] entidades relativamente independentes da administração central, com autonomia reforçada, compostas por especialistas na matéria, com garantias de poder decisório insulado do processo político e dotadas de significativos recursos financeiros e humanos" (Jordão, Cabral Junior & Brumati, 2021, pp.552). Nesse contexto, desempenham uma tríade de atividades de natureza executiva, decisória e normativa (Rebouças, 2021).

Cabe ressaltar que o poder normativo das agências reguladoras é de caráter técnico e visa prevenir a desatualização de critérios científicos aplicados ao setor abrangido pelo escopo regulatório, seja pela eventual falta de conhecimento técnico dos parlamentares, seja porque o tempo de criação normativa oriundo da atividade política é naturalmente maior, envolvendo debates com diversos setores da sociedade na busca de um consenso de proposição. Sendo assim, tais instituições possuem o encargo de atualizar suas normas técnicas de acordo com o avançar da ciência. Nesse sentido, consegue-se que o ordenamento jurídico caminhe *pari passu* com o avanço científico.

No âmbito normativo, essas agências deparam-se com o denominado "risco de captura", quando sua autoridade técnica se se submete a interesses e pressões do mercado e o seu compromisso com a realização do interesse coletivo é eclipsado pela legitimação de interesses específicos segmentos empresariais regulados, resultando em uma efetiva ameaça à regulação (Azevedo & Moreira, 2021; Rebouças, 2021).

Tal realidade ganha ares mais preocupantes no que se refere aos tipos e conceitos regulatórios, posto que, enquanto unidades de conhecimento impositivo, representam o núcleo essencial da informação especializada no âmbito de tais organizações.

Sendo assim, essas instituições demandam reforço na aplicação de instrumentos de transparência da legislação que produzem, inclusive por meio de uma gestão documental amplamente difusora do sentido dos conceitos e tipos regulatórios.

Tipo e Conceito Regulatório

No âmbito da gestão documental das organizações públicas, há demanda pela formação de um tipo documental instruído tanto por tipos quanto por conceitos, indistintamente.

Além disso, cabe ressaltar que toda a contextualização sobre diferenças e confluências entre tipo e conceito se aplica aos tipos e conceitos previstos na legislação, ou seja, aos tipos e conceitos normativos. Por conseguinte, tal contextualização é válida no que refere aos tipos e conceitos regulatórios, enquanto formas especializadas de tipos e conceitos normativos.

Sendo assim, tipos e conceitos normativos e tipos e conceitos regulatórios são institutos jurídicos que, em virtude de previsão na legislação, representam unidades de conhecimento de caráter impositivo no que diz respeito ao recorte da realidade que o Estado-legislador estabelece aos cidadãos.

Ademais, assim como o Direito Positivo equivale a um grande sistema comunicacional de caráter impositivo, o regime jurídico particular das agências reguladoras representa um microssistema comunicacional direcionado a prever direitos e estabelecer deveres aos jurisdicionados dessas instituições. Logo, tipos e conceitos regulatórios, enquanto unidades de conhecimento impositivo e especializado, representam institutos fundamentais na comunicação normativo-regulatória das agências reguladoras. Tal realidade precisa estar refletida na gestão documental dessas instituições.

Convém esclarecer que tipos e conceitos regulatórios, cada qual ao seu modo,

representam, respectivamente, a fusão entre tipo e conceito jurídico científico e tipo e conceito jurídico normativo. Possuem natureza científica pois são fruto de estudos científicos do órgão regulador, mas guardam natureza normativa pois têm caráter regulatório.

Além disso, conjugado com o conteúdo científico e regulatório, que lhes é inerente, considera-se que a origem normativa é preponderante na formação de tipos e conceitos regulatórios. Logo, entende-se que tais institutos são os tipos e conceitos previstos em espécies normativas oriundas das agências reguladoras.

Desta forma, na condição de mediadores normativo-informacionais, tipos e conceitos regulatórios são tipos e conceitos normativos próprios do sistema jurídico particular das agências reguladoras. Em consonância, tal sistema é tido como um microssistema comunicacional especializado e balizado pelo regime de competências dessas instituições.

A título de exemplo de um tipo regulatório, apresenta-se o tipo "dados de poços". De acordo com o artigo 2º, inciso XI, da Resolução ANP nº 889/2022, sua descrição é no seguinte sentido:

> Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:
>
> XI - dados de poços: quaisquer dados técnicos adquiridos em um poço, tais como, perfilagens geológicas ou geofísicas, perfis sísmicos verticais, testes de poço e análises de produção; [...] (ANP, 2022).

Esclareça-se que esse tipo "dados de poços" equivale à um núcleo de sentido cujas notas características guardam como critério de semelhança a natureza técnica e a origem em comum dos dados, qual seja o poço de extração. Nesse ponto o conceitualismo não socorre a autoridade regulatória, razão pela qual, através do método tipológico, ela se vale da indicação de notas características exemplificativas para delinear o sentido do tipo regulatório.

Como exemplo de um conceito regulatório, com maior clareza de contorno se comparado ao referido tipo regulatório, menciona-se o documento "balanço de massa". Conforme o artigo 2º, inciso V, da Resolução ANP nº 852/2021, sua definição se apresenta da seguinte forma:

> Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:
>
> V - balanço de massa: documento com indicação mássica e volumétrica das substâncias consumidas e produzidas, com entradas e saídas, nas etapas do processo de produção de derivados de petróleo e gás natural, incluindo perdas estimadas e destacando os parâmetros adotados; (ANP, 2021).

A título de exemplo de uma zona grise entre conceitos e tipos regulatórios, menciona-se a "central petroquímica". Nesse caso entende-se que há um misto de definição e descrição, com o seguinte conteúdo ditado pelo artigo 2º, inciso IX, também da Resolução ANP nº 852/2021:

> Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições: IX - central petroquímica: instalação industrial que processa condensado, gás natural e seus derivados, nafta petroquímica ou outros insumos, para produzir derivados de petróleo e gás natural, predominantemente matérias-primas para a indústria química (ANP, 2021).

Percebe-se que o caráter conceitual da "central petroquímica" se revela através das notas distintivas "instalação industrial", "gás natural e seus derivados", "nafta petroquímica" e "derivados de petróleo e gás natural". Por outro lado, sua natureza tipológica se manifesta nas notas características "outros insumos" e "preponderantemente". Aqui há uma menor precisão, o que demanda maior atuação interpretativa do exegeta.

Trata-se de um exemplo que revela, de forma prática, a necessidade de relativização da dicotomia entre conceito e tipo (Ávila, 2018). Ademais, nesta situação concreta, as mencionadas palavras de Padre e Carvalho (2022, p.38) se revelam pertinentes, no sentido de que "não é sustentável uma separação entre tipo e conceito".

Ainda na toada exemplificativa, cabe indicar como os conceitos regulatórios representam uma imposição de uma visão do Estado-regulador. Para tanto menciona-se o conceito regulatório "caminhão", cuja definição, nos dizeres do artigo 2º, inciso I, da Resolução ANP nº 953/2023, é a seguinte: "Art. 2º Para os fins desta Resolução ficam estabelecidas as seguintes definições: I - caminhão: veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até 16.000kg; [...]" (ANP, 2023).

Percebe-se que no entendimento corriqueiro o conceito "caminhão" não guarda esta limitação de carga de até 16 toneladas em sua especificação. Nesse sentido, há definição em dicionário nos seguintes termos: "Veículo automóvel destinado ao transporte de cargas pesadas, com quatro ou mais rodas, geralmente com carroceria" (Dicio, 2025).

Dessa forma, compreende-se que tal conceito regulatório veicula a imposição de um recorte da realidade pelo Estado-regulador. Isso porque, em razão da determinação conceitual da agência reguladora ANP, para um veículo ser considerado um caminhão, ele não pode ultrapassar a capacidade máxima de carga de 16 toneladas.

Perceba-se que há o estabelecimento de uma visão de realidade, que, de certa forma, é alheia ao fato de que, no sentido comum, não há tal especificação para o conceito "caminhão".

Do exposto, compreende-se que tipos e conceitos regulatórios constituem as unidades de conhecimento que compõem o sistema de conhecimento das agências reguladoras. Sendo assim, tipos e conceito regulatórios, como unidades de conhecimento imperativas, são a matéria prima normativo-epistemológica que a autoridade regulatória utiliza para conferir suporte científico às normas que produz.

Tendo em vista que tipos e conceitos regulatórios são resultado específico da produção normativa das agências reguladoras, convém detalhar o regime jurídico particular dessas instituições.

Tipo e Conceito Regulatório no Âmbito da Gestão Documental

Os tipos e conceitos normativos, enquanto unidades de conhecimento impositivo, representam um objeto de estudo comum do Direito Administrativo e da Diplomática, posto que influenciam a teoria e a prática de tais campos do conhecimento. Nesse sentido, tipos e conceitos normativos equivalem a unidades epistemológicas e impositivas que demandam atuação integrada dessas áreas de estudo. No âmbito do regime jurídico particular das agências reguladoras, os tipos e conceitos regulatórios seguem a mesma lógica, considerando que são espécies de tipos e conceitos normativos.

No que tange ao Direito Administrativo, tem-se o estudo das normas das agências reguladoras, inclusive aquelas que veiculam tipos e conceitos regulatórios. Nesse sentido, subsidia a espécie documental correlata à atividade administrativo-normativa

própria desses institutos, qual seja, a resolução (Alves, 2023; Rodrigues, 2015).

No âmbito do Direito Administrativo, merece especial destaque, entre seus objetos, o ato administrativo, enquanto manifestação de vontade da Administração Pública para "produzir efeitos jurídicos com o objetivo de implementar o interesse público" (Oliveira, 2018, pp.293).

Dos atos administrativos decorrem as espécies documentais, dessa forma há um diálogo direto entre os tipos de atos administrativos e os respectivos grupamentos de espécies documentais que lhes são correlatas. Trata-se de um alinhamento para fins de comprovação de uma manifestação de vontade por parte do agente público, devidamente autorizada pelas competências públicas. Adentra-se, pois a uma relação dialógica eu se estabelece entre o Direito Administrativo e a Diplomática (Alves, 2023; Rodrigues, 2015).

No rol de tipos de atos administrativos constam, diplomaticamente, os atos normativos, enunciativos, de assentamento, comprobatórios, de ajuste ou de correspondência. Especificamente quanto aos atos normativos, tem-se "regras e normas expedidas por autoridades administrativas" (Arquivo Nacional, 2019).

No âmbito da Administração Pública, os atos administrativos normativos são o instrumento do Direito Administrativo que enseja a criação de espécies documentais de caráter dispositivo. Na esfera das instituições públicas os atos administrativos normativos orientam a aplicação da espécie documental da resolução, inclusive quanto às agências reguladoras. Entretanto no caso dessas instituições há uma intensa amplitude de atuação técnico-normativa, razão pela qual tipos e conceitos regulatórios são disponibilizados em larga escala.

Logo, convém avançar no enquadramento dos tipos e conceitos regulatórios no âmbito da Diplomática e da Diplomática Arquivística, a fim de entender o papel desses institutos enquanto promotores de atividades específicas indicadas nos documentos instruídos pela espécie documental da resolução.

A espécie documental está ligada às competências da instituição pública e, por esse motivo, é objeto de estudo da Diplomática, encontrando maior consonância com os estudos do Direito Administrativo e, de forma mais específica, com a análise do ato administrativo para fins testemunhais quanto a sua ocorrência. De outro lado, o tipo documental encontra referência nas atividades da organização pública, razão pela qual tem maior subsídio teórico no âmbito da Diplomática Arquivística (Bellotto, 2002). Em síntese, enquanto "[...] os tipos documentais exibem atividades, as espécies documentais exibem competências (Belloto, 2022, pp.13).

O tipo documental equivale à "[...] divisão de espécie que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica de registro" (Arquivo Nacional, 2019, pp.15). Já a espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (Bellotto; Camargo, 1996). Diplomaticamente, essa espécie documental obedece a construções discursivas típicas para as distintas problemáticas jurídicas, razão pela qual seguem:

> [...] uma fórmula legitimada e ditada pelo Direito e pela Administração ou pela sistemática burocrática em geral e criada para validar e fazer produzir efeitos nos conteúdos dos documentos exarados segundo suas regras, de acordo com o cumprimento dentro das diferentes funções atribuídas aos seus produtores-

> responsáveis.” (Belloto, 2002, pp.26).

Acrescente-se que a espécie documental, por sua vez, pode ser definida “tanto em razão da natureza dos atos que lhes deram origem, quanto pela forma de registro dos fatos” (Arquivo Nacional, 2019, pp.14).

Da espécie documental decorrem os tipos documentais, estes especificamente objeto da denominada Tipologia Documental ou Diplomática Arquivística, ou ainda Diplomática Contemporânea (Bellotto, 2022). “A Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (Bellotto, 2002, pp.19). Tem-se, assim, o estudo da configuração estrutural interna do documento, seja para atingir seus elementos de autenticidade, seja para estudá-lo enquanto integrante de conjuntos orgânicos, como as séries documentais, estas decorrentes “da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (Bellotto, 2002, pp.19).

Enquanto espécie documental deve estar de acordo com algumas das funções e competências da entidade produtora, o tipo documental representa a configuração da espécie documental quando retratar alguma atividade específica daquela entidade (Bellotto, 2022, pp.12-13).

Em suma, o tipo documental, sendo veículo jurídico-administrativo legitimado dentro de determinadas esferas de produção de um documento, tipo esse com diagramação e discurso próprios, identifica esse documento, demonstrando sua vinculação às atividades do órgão ou instituição que o produzem (Bellotto, 2022, pp.13).

Neste sentido, considera-se que os tipos e conceitos regulatórios presentes nos dispositivos das resoluções das agências reguladoras equivalem a uma atividade específica dessas instituições. Tal realidade justifica a possibilidade de criação de um tipo documental próprio da atividade de estabelecer tipos e conceitos regulatórios aos jurisdicionados das agências reguladoras. Assim, considerando tipos e conceitos regulatórios enquanto unidades de conhecimento de caráter impositivo, entende-se que veiculam o estabelecimento de recortes da realidade idealizada pelo Estado-regulador. Trata-se, pois, de atividade relevante o suficiente para ensejar a criação de tipo documental e, consequentemente, viabilizar a formação de série documental que agregue as resoluções contendo tipos e conceitos regulatórios em seus dispositivos.

Visando objetivar tal quadro, como exemplo, convém esclarecer que a Resolução ANP nº 889/2022 materializa um ato administrativo de caráter normativo. Entretanto, para fins de entendimento da configuração desse documento, a Diplomática dispõe sobre a espécie documental Resolução, elencando suas características (Alves, 2023, Rodrigues, 2015).

Além da contribuição da Diplomática, no que se refere à organização dos fundos da ANP também faz-se necessária a identificação das atividades do documento - Resolução ANP nº 889/2022, através método da Diplomática Arquivística. Dessa forma, como resultado da análise documental, oportunizada por este método, considera-se que a Resolução ANP nº 889/2022, em seu artigo 2º, abarca a atividade estabelecedora de conceitos e tipos regulatórios, a qual enseja um tipo documental específico, incluindo uma correspondente série documental a ser populada por todas as resoluções da ANP com essa mesma atividade (ANP, 2022).

Entretanto, tendo em vista que tipos e conceitos regulatórios são veiculados por meio de resolução, uma espécie documental dispositiva, fruto de ato administrativo de caráter normativo, não se pode descurar da

necessidade de aferir o sentido e o alcance dos dispositivos correspondentes.

Desta forma, cabe salientar que, no âmbito do tipo documental oriundo dos tipos e conceitos regulatórios, a análise documental não demanda apenas o método da Diplomática Arquivística, mas também necessita do suporte de técnicas de interpretação dos dispositivos das resoluções, razão pela qual se justifica a instrução pela Hermenêutica Jurídica. Ademais, quanto a essa metodologia disponibilizada pelo Direito, cabe ressaltar a importância do referido método teleológico de interpretação, tendo em vista que as atividades de um documento não se dissociam da finalidade do seu enunciado normativo (Carvalho, 2017).

A fim de tangibilizar a contribuição da Hermenêutica Jurídica para a análise documental, primeiramente cabe esclarecer que o artigo 1º da mencionada Resolução ANP nº 889/2022 dispõe que:

> Esta Resolução regulamenta as atividades de aquisição, processamento, reprocessamento e estudo de dados técnicos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares brasileiras, bem como o acesso a esses dados (ANP, 2022)

Dessa forma, tal dispositivo indica que a finalidade de tal normativa é regulamentar tão somente atividades econômicas correlatas ao setor de petróleo e gás natural.

Entretanto o tipo regulatório "estudo", estabelecido pelo inciso XIV do artigo 2º dessa resolução, possui a seguinte descrição: "projeto de integração de dados técnicos, podendo conter interpretação destes, que consolida informações para fins de comercialização ou não" (ANP, 2022). Percebe-se que, pelo texto, não há qualquer limitação em relação ao setor econômico sobre o qual um projeto de integração de dados técnicos deve tratar. Nesse sentido, sem o entendimento da finalidade da norma, o intérprete poderia chegar a uma conclusão contrária à própria competência temática da ANP. Poderia entender, por exemplo, que o referido tipo regulatório abarca projetos referentes ao setor de medicamentos.

Logo, no âmbito da Diplomática Arquivística, a partir do entendimento de que o profissional responsável pela análise documental também é um intérprete do enunciado normativo constante do documento, pode-se dizer que o método teleológico de interpretação é fundamental para a avaliação da atividade de estabelecimento de tipos e conceitos regulatórios aos jurisdicionados. Sendo assim, considera-se que esse método hermenêutico guarda relevância estrutural no estudo do tipo documental decorrente de tal atividade.

Procedimentos Metodológicos

Em termos gerais, “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos” (Gil, 2002, pp.17). Considera-se que “todo pesquisador deve estar preparado para realizar a crítica reflexiva sobre seus objetos de estudo e para tal deve dialogar com as fontes disponíveis de forma sistematizada e racional com o intuito de conceituar e mediar as informações [...]” (Silva & Castro Filho, 2023)

Ao dispor sobre a pesquisa qualitativa, Flick (2009) salienta a legitimidade da influência do perfil do pesquisador no processo científico. Nesse sentido esclarece que “de modo diferente da pesquisa quantitativa, os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção do conhecimento [...]” (Flick, 2009, pp.25).

Acrescente-se que, “com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos:

exploratórias, descritivas e explicativas" (Gil, 2002, pp.41). A pesquisa exploratória guarda o objetivo de "[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses" (Gil, 2002, pp.17). Observe-se que "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 2002, pp.44). Enquanto a documental utiliza "[...] materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002, pp.45).

Dessa forma, a fim de aprofundar o entendimento do objeto de estudo, a partir de uma perspectiva reflexiva e crítica, promove-se uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Realiza-se revisão de literatura seletiva e analítica de referencial teórico do Direito Administrativo e da Diplomática Arquivística para se chegar, a partir de uma experiência aplicada, a uma análise tipológica de resoluções da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), do Brasil.

Resultados Parciais

A análise da literatura permitiu identificar um ponto de efetiva convergência e dialogicidade entre o Direito Administrativo, a Hermenêutica e a Diplomática Arquivística para a identificação, conceituação e caracterização de tipo e conceito regulatório para fins de criação de um tipo documental nos fundos das agências reguladoras.

A análise tipológica de resoluções da ANP, por sua vez, permitiu a identificação de tipos e conceitos regulatórios ali presentes e o estabelecimento de bases para a configuração de um tipo documental regulatório oriundo de uma atividade administrativo-normativa específica dessa instituição.

Ademais, identificou-se, como exemplo de tipo regulatório, o tipo "dados de poços" (ANP, 2022, art. 2º, inc. XI). Como exemplo de conceito regulatório, foi identificado o documento "balanço de massa" (ANP, 2021, art. 2º, inc. V). A título de exemplo de uma zona grise entre conceitos e tipos regulatórios, foi identificada a "central petroquímica", tendo em vista que seu texto explicativo apresentou tanto notas distintivas quanto notas características, representando, portanto, um misto de definição e descrição (ANP, 2021, art. 2º, inc. IX). Essa caracterização da "central petroquímica", em conjunto com os resultados da revisão de literatura, corroborou a formação de um único tipo documental, abarcando tanto tipos quanto conceitos regulatórios (ANP, 2021, art. 2º, inc. IX).

Considerações Parciais

Do exposto, no âmbito dos fundos das agências reguladoras, compreende-se que os tipos e conceitos regulatórios veiculam atividades administrativo-normativas, razão pela qual justificam a criação de um tipo documental específico. Nesse sentido, as contribuições epistemológicas oferecidas pelo Direito vão além das especificações sobre tipo e conceito regulatórios, posto que também abarcam o estudo dos atos administrativos normativos relacionados a esses institutos.

Ademais, nesse contexto, a hermenêutica jurídica, disponibiliza técnicas de interpretação para auxílio na análise documental, no que tange à tipologia documental.

Nessa seara, considera-se que o Direito oferece elementos de natureza metodológica para a Diplomática Arquivística, especificamente no que se refere ao estudo do tipo e do conceito no ambiente normativo, bem como na contextualização do ato administrativo como um veículo de previsão de tais institutos na produção normativa das agências reguladoras. A isso se soma a contribuição da Hermenêutica Jurídica no resultado prático da formação do tipo

documental em questão, quando da formação da série documental agrupadora das resoluções com dispositivos veiculadores de tipos e conceitos regulatórios.

Por outro lado, a Diplomática Arquivística contribui para o Direito na medida em que estabelece fórmulas de estruturação textual que garantam autenticidade e uniformidade estrutural à exteriorização de um ato normativo.

Em síntese, acredita-se que a identificação, o delineamento e caracterização de um tipo documental regulatório a partir de resoluções de agências reguladoras contribui para o universo da Diplomática Arquivística e, por conseguinte, fornece elementos para que o processo de organização dessa informação no âmbito arquivístico se efetive em moldes mais específicos, em benefício do usuário.

Considerando o risco de captura como algo inerente às agências reguladoras em todo o mundo, para fins salvaguarda de integridade, deve-se otimizar a transparência dos fundos dessas instituições.

Portanto, para fins de estudos futuros, ressalta-se a importância da pesquisa sobre a aplicação do tipo documental decorrente dos tipos e conceitos regulatórios para agências reguladoras de outros países, além do Brasil.

Referências

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP (2021). Resolução ANP nº 852, de 23 de setembro de 2021. https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-852-2021

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP (2022). Resolução ANP nº 889, de 07 de outubro de 2022. https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-889-2022

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. ANP (2023). Resolução ANP Nº 953, de 5 de outubro de 2023. https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-953-2023-regulamenta-o-transporte-motorizado-terrestre-de-recipientes-transportaveis-de-glp-para-a-comercializacao-em-areas-urbanas-e-rurais-com-entrega-em-domicilio-de-consumidores-em-estabelecimentos-comerciais-e-industriais-para-consumo-proprio-ou-em-outro-revendedor-autorizado-pela-anp?origin=instituicao

Alves, A. F. (2023). Identificação arquivística como método para gestão de documentos e integridade pública sustentável na administração municipal brasileira. [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social]. Universidade Federal Fluminense, Niterói. https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28913/Tese%20Alexandre%20Faben%20-%20Vers%c3%a3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Arquivo Nacional (2019). Gestão de curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo-SIGA, da administração pública federal. 2 ed. https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/publicacoes-tecnicas-de-referencia/copy_of_copy_of_gestao_de_documentos.pdf

Ávila, H. (2018). Competências tributárias: um ensaio sobre a sua compatibilidade com as noções de tipo e conceito. São Paulo: Malheiros.

Azevedo, P. A. P., & Moreira, M. F. (2021).

Risco de captura por assimetria de informação na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 26, (83). https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/79636/78854

Barroso, L. R. (2022). Curso de direito constitucional contemporâneo. Saraiva Educação SA, 10. ed.

Bellotto, H. L. Camargo, A. M. A. (1996). Dicionário de terminologia arquivística.

Bellotto, H. L. (2002). Como fazer análise diplomática e análise tipológica do documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.

Bellotto, H. L. (2022). O entendimento da espécie e do tipo documentais na teoria e na prática arquivísticas. OFFICINA-Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, 1 (1), 09-16. https://cip.brapci.inf.br//download/213606

Bobbio, N. (1995). Teoria do ordenamento jurídico. UNB. 6.ed.

Carvalho, P. B. (2017). Curso de Direito Tributário. 28. ed. São Paulo: Saraiva.

Carvalho, C. R. (2011). O Direito e a Teoria dos Atos de Fala. Universidade do Estado de São Paulo.

Carvalho, S. A. & Rennó, G.M. (2020). Hermenêutica Jurídica Tributária: Redução dos Efeitos da Complexidade das Normas Tributárias. Rev. de Argumentação e Hermenêutica Jurídica, 6 (1), 1-17. https://www.indexlaw.org/index.php/HermeneuticaJuridica/article/view/6416/pdf

Derzi, M. A. M. (1987). Tipo ou conceito no Direito Tributário. Rev. Faculdade Direito. Universidade Federal Minas Gerais, 31 (30/31), 213-260. https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1046

Derzi, M. A. M. (1988). Direito tributário, direito penal e tipo. (2ª ed.) São Paulo: Revista dos Tribunais.

Dicio. Dicionário Online de Português. (2025). https://www.dicio.com.br/caminhao/#:~:text=Significado%20de%20Caminh%C3%A3o,ve%C3%ADculo%20%C3%A9%20capaz%20de%20carregar

Favacho, F. G.; Del Padre Tomé, F. (2017). O que significa pragmático para o constructivismo lógico-semântico: a tríade linguística "sintático, semântico e pragmático" utilizada por Lourival Vilanova e Paulo de Barros Carvalho na teoria do direito. Quaestio Luris, v. 10, n. 1, p. 274-290. https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/24642/19477

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa, 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. Métodos e técnicas de pesquisa social, 6, 22-23.

Guimarães, J. A. C, Oliveira, W. C., & Souza, R. R. Hermenêutica e Condensação Documentária: a questão da ementa jurisprudencial. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 24º ENANCIB, Vitória (ES). Anais [...]. Realização:

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB**)**. https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2185/1490

Jordão, E., Cabral Junior, R. T., & Brumati, L. (2021). O STF e o controle das leis sobre o regime jurídico das agências reguladoras federais. Revista de Investigações Constitucionais,7,549-600. https://www.scielo.br/j/rinc/a/GWtbgRQFKsPLrp6yJcWqhvt/?format=pdf

Larenz, K. (2005). Metodologia da ciência do direito. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

Oliveira, R. (2018). Curso de Direito Administrativo. 6. Ed. São Paulo: Método.

Padre, D. A. V., & Carvalho, I. L. (2022). Revisando o Princípio da Tipicidade Tributária: uma Análise a partir da Noção de Conceitos e Tipos. Revista Opinião Jurídica (Fortaleza), 20, (34), 30-59. https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/4051/1534

Reale, M. (2003). Lições preliminares do direito. Saraiva, 27. ed.

Rebouças, M. S. C. (2021). As agências reguladoras e o risco da captura: os desafios para uma maior autonomia do sistema regulatório brasileiro. [Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife] https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/40561/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Marina%20de%20Siqueira%20Campos%20Rebou%c3%a7as.pdf

Rodrigues, A. C. (2015). Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. Ciência da Informação, 42 (1), 64-80. http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395/1573

Silva, W. S., & Castro Filho, C. M. (2023). Agenda 2030 e o ODS 4: relações e inferências para práticas de informação, educação e cultura em redes de bibliotecas escolares públicas na América do Sul. Revista EDICIC, 3, (4), 1-1. https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/239/277

Tomé, F. D. P., & Favacho, F. G. (2017). O que significa pragmático para o constructivismo lógico-semântico: a tríade linguística "sintático, semântico e pragmático" utilizada por Lourival Vilanova e Paulo de Barros Carvalho na teoria do direito. Quaestio Luris, 10 (1), 274-290. https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/24642/19477

Torres, R. L. (2004). O princípio da tipicidade no direito tributário. Revista De Direito Administrativo, 235, 193-232. https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/45134/45062

A ANÁLISE DE DOMÍNIO COMO PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA A AVALIAÇÃO DE REVISTAS CIENTÍFICAS

Laura Maria Rego-Piva, Universidade Estadual Paulista – UNESP, ORCID: 0000-0003-1874-2064, Brasil, E-mail: laura.maria@unesp.br

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1250-3767, Brasil, E-Mail: dmch@ufscar.br

José Augusto Chaves Guimarães, Universidade Estadual Paulista - UNESP, ORCID:https://orcid.org/0000-0002-0310-2331, Brasil, E.mail: chaves.guimaraes@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6717

Eixo: Organização da Informação

Introdução

A história das revistas científicas remonta ao século XVII, quando publicações como o *Philosophical Transactions* da Royal Society, fundado em 1665, passaram a funcionar como instrumentos formais de registro, comunicação e divulgação do conhecimento científico (Royal Society, 2023). Desde então, os periódicos tornaram-se espaços essenciais para a divulgação de descobertas, a consolidação de tradições disciplinares, o estabelecimento de critérios de qualidade e a construção de reputação acadêmica. A evolução tecnológica e, em especial, a transição do formato impresso para o digital, provocou mudanças profundas nesse ecossistema, ampliando o alcance global da comunicação científica e intensificando as exigências por visibilidade, transparência e integridade editorial.

O cenário contemporâneo da comunicação científica é marcado por tensões entre demandas por produtividade, métricas de impacto e imperativos éticos. A crescente pressão por publicação em periódicos de alto fator de impacto, aliada à exigência de internacionalização e à adoção de práticas alinhadas à Ciência Aberta, tem redefinido as funções editoriais e imposto novos critérios de avaliação às revistas científicas. Ao mesmo tempo, fenômenos como o produtivismo acadêmico, a proliferação de periódicos predatórios, o aumento das retratações e as persistentes desigualdades regionais e linguísticas evidenciam fragilidades estruturais no sistema, desafiando tanto a integridade científica quanto a democratização do conhecimento. Nesse contexto, as boas práticas editoriais despontam como referenciais essenciais para orientar a gestão responsável das revistas científicas, assegurando padrões elevados de qualidade, integridade e transparência. Tais práticas envolvem a formulação de políticas editoriais claras, a gestão responsável do processo de avaliação por pares e a adoção de medidas que promovam a equidade e previnam desvios éticos. Parte dessas reflexões foi desenvolvida em estudos publicados pelos autores do presente artigo, que discutem alternativas para o fortalecimento ético e inclusivo da comunicação científica (Guimarães & Hayashi, 2023, 2024; Guimarães, Hilário & Grácio, 2024; Guimarães, Hayashi & Rego-Piva, 2024b; Guimarães et al., 2025).

Esse contexto dinâmico e desafiador também se reflete na crescente competitividade entre revistas científicas, impulsionada pelos critérios rigorosos para indexação em grandes bases de dados internacionais, como Scopus, Web of Science e PubMed, plataformas que conferem visibilidade, reputação científica e afetam diretamente indicadores como o Fator de Impacto. A essas exigências somam-se as pressões oriundas dos rankings universitários internacionais e das agências de fomento à pesquisa, influenciando diretamente a avaliação da produção científica das instituições. Nesse cenário, a gestão editorial tornou-se uma atividade cada vez mais complexa e estratégica, exigindo constante

autoavaliação e adaptação às transformações do ecossistema científico global.

Embora ocupem posição central nesse ecossistema, as revistas científicas ainda carecem de metodologias capazes de integrar, de modo sistêmico, as especificidades disciplinares, os contextos institucionais e os princípios éticos e epistemológicos que orientam a atividade editorial. Nesse cenário, a Análise de Domínio desponta como uma perspectiva metodológica promissora, por articular dimensões sociológicas, epistemológicas e práticas que podem subsidiar processos de avaliação e autoavaliação editorial.

Inserida no campo da Organização do Conhecimento, a Análise de Domínio (AD) constitui uma abordagem interdisciplinar que busca compreender como o conhecimento é socializado, estruturado e representado em contextos disciplinares específicos (Hjørland, 2017; Guimarães, 2024). Ao considerar que o conhecimento registrado circula em meios técnico-científicos mediados por valores epistemológicos, éticos e sociais, a AD permite articular dimensões teóricas e práticas da atividade editorial.

Nesse marco analítico, as revistas científicas podem ser compreendidas não apenas como canais de comunicação, mas como arenas institucionais em que se configuram critérios de validação e divulgação do conhecimento. Elas se materializam por meio da delimitação de escopos temáticos, da definição de políticas editoriais e da seleção dos artigos aceitos para publicação – práticas que refletem visões de mundo, disputas paradigmáticas e decisões editoriais muitas vezes implícitas. A partir da AD, torna-se possível explorar essas dimensões institucionais e epistêmicas, evidenciando como as revistas científicas não apenas disseminam o conhecimento, mas também participam ativamente da configuração de domínios disciplinares e da mediação de discursos especializados em seus respectivos campos.

Diante desse panorama, emerge uma questão fundamental: de que modo a AD pode subsidiar a construção de instrumentos metodológicos para avaliar revistas científicas de forma contextualizada, integrando aspectos estruturais, éticos e epistemológicos próprios de cada área do conhecimento? Tal indagação leva a que se bisque articular a AD às exigências contemporâneas da avaliação editorial, entendida aqui como um processo que deve considerar as especificidades teóricas, normativas e práticas de cada campo científico, e ser estruturado em múltiplas dimensões — tais como gestão editorial, controle de qualidade e integridade, sustentabilidade e visibilidade. À vista disso, este trabalho tem por objetivo propor um conjunto de indicadores para avaliação e autoavaliação de revistas científicas, fundamentados na perspectiva metodológica da AD, articulados à bibliometria qualitativa e às boas práticas editoriais.

Sob essa perspectiva, estudo se justifica por sua contribuição para o aprimoramento da governança editorial e para o fortalecimento da confiabilidade do sistema de comunicação científica, oferecendo subsídios que possam favorecer processos avaliativos mais transparentes, contextualizados e alinhados às transformações contemporâneas do setor.

Ao integrar fundamentos teóricos e práticas aplicadas, esta investigação busca oferecer subsídios tanto para a reflexão acadêmica quanto para a atuação prática de editores, avaliadores e instituições envolvidas na produção e disseminação do conhecimento científico. A seguir, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa.

Referencial Teórico

O referencial teórico deste trabalho está estruturado em três eixos inter-relacionados. Inicialmente, aborda-se AD enquanto perspectiva teórico-metodológica que oferece subsídios para compreender a organização do conhecimento e, em especial, para analisar as estruturas e instituições da comunicação científica, contribuindo para o desenvolvimento de instrumentos voltados às múltiplas dimensões da avaliação editorial. Em seguida, contempla-se a bibliometria qualitativa, aqui entendida como uma abordagem da AD capaz de evidenciar as dinâmicas sociais que permeiam os processos de comunicação científica, oferecendo subsídios para analisar a governança editorial

dos periódicos. Por fim, são tratadas as boas práticas editoriais (BP), concebidas como um conjunto de princípios éticos, técnicos e procedimentais que orientam a gestão responsável das revistas científicas, assegurando padrões de qualidade, integridade e transparência. Embora distintos, esses três eixos convergem na proposta deste estudo, ao oferecerem fundamentos teóricos e metodológicos para a construção de indicadores voltados à avaliação e à autoavaliação de periódicos científicos.

Bases teórico-metodológicas da Análise de Domínio como subsídios à avaliação de periódicos

A AD vem sendo tradicionalmente abordada na Ciência da Informação, mais especificamente no âmbito da Organização do Conhecimento, como se pode verificar pela ênfase que a ela vem sendo dada pela *International Society for Knowledge Organization*, que dedicou dois números especiais da revista *Knowledge Organization – ISKO*, em 2003 e em 2015, e por constituir um verbete específico da *Encyclopedia of Knowledge Organization* (Guimarães & Tognoli, 2024).

Pode-se dizer que a AD constitui um dos temas capitais no âmbito da denominada perspectiva sociocultural da Organização do Conhecimento na Ciência da Informação, perspectiva essa que se construiu e fortaleceu, notadamente a partir dos anos 90 do século XX, com a inclusão de um novo olhar, que passa a considerar o contexto como elemento que fortemente influencia a configuração e a organização dos conceitos. Desse modo, e indo além das concepções de natureza ontológica que permearam a área até o final dos anos 80, esse olhar epistemológico passa a considerar, também, a natureza e os limites do conhecimento e, principalmente, as relações que se estabelecem entre o sujeito cognoscente e o contexto do conhecimento que se organiza. Fortemente liderada por Birger Hjørland, essa perspectiva pauta-se no conceito de domínio – e de sua análise – enquanto um constructo socialmente situado (Hjørland & Albrechtsen, 1995; Hjørland, 2002; Smiraglia, 2012). Desse modo, aspectos de natureza sociocultural passam a ser considerados no desenvolvimento dos processos, produtos e instrumentos de organização do conhecimento, tais como os sujeitos, as culturas, os valores, as teorias, bem como as delimitações espaço-temporais envolvidas (Guimarães, 2017, 2024). Tais aspectos, por sua vez, podem ser sintetizados na noção de contexto.

O contexto, como destacam Mota e Kobashi (2019) situa-se no cerne da Pragmática, que aborda as expressões linguísticas no contexto de uso em que se inserem, e, dependendo das diferentes situações, pode alterar seu significado. Abrangendo tanto uma dimensão física (de natureza espaço-temporal), quanto social (de natureza cultural e linguística), o contexto contempla elementos inerentes aos atores de um processo comunicativo, tais como crenças, expectativas e valores (Van Dijk, 1977).

Incorporando elementos da sociologia da ciência, em particular no que diz respeito à constituição e à dinâmica de um determinado entorno científico, a AD busca estudar os contextos em que se efetiva a produção do conhecimento, mais especialmente o conhecimento científico, de modo a melhor compreender os conceitos, atores, processos, instrumentos e produtos envolvidos. Nesse âmbito, aspectos atinentes à terminologia, aos rerefentes téoricos às escolas de pensamento, e à produção e comunicação científica são especialemnte importantes, para o que a AD estabelece especial diálogo com as concepçoes de colégios invisíveis (Paisley, 1972), comunidades epistêmicas (Haas, 1992; Meyer & Molyneux-Hodgson, 2010), comunidades discursivas (Swales, 1990) e dialoga metodologicamente com a metateoria (Ritzer, 1991).

Historicamente, a AD remonta à década de 1980, na área de engenharia de softwares, com os estudos de Neighbors (1981), tendo se aproximado mais especificamente da Ciência da Informação quando Prieto-Diaz (1987) propôs um modelo processual baseado em esquemas de classificação facetados especializados visando à estruturação de um vocabulário controlado que pudesse ser usado para classificar e descrever títulos em uma coleção específica de domínio. Mas foi

notadamente com Hjørland e Albrechtsen (1995) que a AD foi delimitada e caracterizada especificamente para fins da Ciência da Informação, e principalmente como suporte teórico-metodológico à Organização do Conhecimento.

Vale destacar que o domínio, enquanto objeto da AD, insere-se na divisão social do trabalho como evienciador de uma comunidade de pensamento que representa uma dada especialização de conhecimento, apresentando limites definidos bem como uma sistemática própria para a criação e estruturação de novos conhecimentos, e formas próprias de construir e estruturar teorias e metodologias. Pode compreender, também, um conjunto de conhecimentos, uma disciplina ou mesmo um ambiente, constituindo um espaço dinâmico socialmente localizado que precisa ser criado e construído e revelando um certo nível de estabilidade e infraestrutura (Hjørland & Albrechtsen, 1995; Llorens, 2004; Thellefsen & Thellefsen, 2004, Mai, 2005; Smiraglia, 2012; Hjørland, 2017; Guimarães, 2024).

A AD insere-se mais especificamente na perspectiva sociocultural da Organização do Conhecimento, contribuindo para compreender os processos de estruturação de campos científicos, os sistemas de mediação do conhecimento e os valores que orientam as formas de organização, representação e comunicação do saber científico.

De natureza multifacetada, a AD é compreendida de distintas formas: como um paradigma social situado entre o desenvolvimento; uma abordagem ontológica, epistemológica e sociológica; como um espaço interdisciplinar; uma perspectiva empírica com implicações espaciais; ou ainda uma metateoria para a própria Ciência da Informação. Essa multiplicidade de enfoques evidencia o caráter abrangente e dinâmico da AD enquanto perspectiva teórico-metodológica que pode desenvolver-se a partir de distintos paradigmas, sejam eles centrados no objeto, na comunicação, no comportamento e na cognição (Hjorland & Albrechtsen, 1995; Hjørland & Hartel, 2003; Smiraglia, 2012; Smiraglia & López-Huertas, 2015; Hjørland, 2017).

Em termos da operacionalização da AD, destaca-se a proposta de Tennis (2003) acerca dos parâmetros de área de modulação e de grau de especialização, voltados à delimitação temática e conceitual dos domínios, que veio a se somar à proposta anterior de Beghtol (1995) de duas etapas analíticas: identificação de categorias fundamentais e identificação de tópicos específicos de cada campo.

Hjørland (2002) propôs onze abordagens para a AD, nomeadamente: Produção e avaliação de guias de literatura e portais de assuntos; Produção e avaliação de classificações especiais e tesauros; Pesquisa sobre competências em indexação e recuperação de informação em especialidades; Conhecimento de estudos empíricos de usuários em áreas temáticas; Produção e interpretação de estudos bibliométricos; Estudos históricos de estruturas e serviços de informação em domínios; Estudos de documentos e géneros em domínios de conhecimento; Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses em domínios; Conhecimento de estudos terminológicos, LSP (linguagens para fins especiais) e análise de discurso em áreas do conhecimento; Estudos de estruturas e instituições de comunicação científica e profissional num domínio; Conhecimento de métodos e resultados de estudos analíticos de domínio sobre cognição profissional, representação de conhecimento em ciência da computação e inteligência artificial. Posteriormente, Guimarães e Tognoli (2015) acrescentaram a proveniência arquivística, e Smiraglia (2015) propôs a semântica de bancos de dados e a análise do discurso também como abordagens de AD.

Dentre essas abordagens, destacam-se duas que guardam relação direta com o objeto deste trabalho: os estudos bibliométricos e os estudos das estruturas e instituições de comunicação científica, ambos relevantes para a análise das revistas científicas enquanto espaços de mediação e divulgação do conhecimento.

No que se refere a esta última, Hjørland (2002, p. 448) destaca que tais estudos fornecem "informações importantes para a compreensão das funções dos distintos tipos de documentos e serviços de informação." Trata-se de uma vertente que se dedica a investigar questões como: quem são os produtores de conhecimento, onde e quanto produzem, como comunicam essa produção, quais filtros são empregados nos processos de comunicação científica, e como isso se reflete na cobertura das bases de dados, bem como as normas epistêmicas e tradições comunicacionais presentes em diferentes áreas do conhecimento e regiões geográficas. Essa abordagem reforça o papel central da comunicação científica na análise das revistas enquanto dispositivos que articulam critérios de avaliação, práticas editoriais e dinâmicas de disseminação do conhecimento.

Nesse contexto, a AD oferece um referencial teórico-metodológico sólido para compreender os processos de organização, mediação e divulgação do conhecimento em diferentes campos científicos. Ao integrar dimensões epistemológicas, institucionais e discursivas, permite analisar criticamente o funcionamento das revistas científicas como instâncias estruturantes da comunicação científica, contemplando elementos como escopo temático, políticas editoriais, composição dos conselhos, critérios de avaliação e normas epistêmicas. Quando articulada à bibliometria qualitativa e às boas práticas editoriais, a AD fornece subsídios para a construção de indicadores sensíveis às especificidades disciplinares e contextuais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de autoavaliação que dialoguem com a complexidade do campo editorial e com os valores das comunidades científicas. Essa articulação se revela particularmente promissora na formulação de políticas editoriais mais transparentes, reflexivas e sustentáveis.

Estudos como o de Rego-Piva (2020) evidenciam o potencial da AD para mapear criticamente os elementos que compõem as revistas enquanto espaços de produção, organização e divulgação do conhecimento. Dentre suas diversas abordagens, os estudos bibliométricos serão explorados a seguir, com ênfase em sua vertente qualitativa e nas contribuições que oferecem à avaliação e à governança editorial.

Bibliometria qualitativa como dimensão analítica na avaliação editorial

Dentre as abordagens de AD propostas por Hjørland (2002), os estudos bibliométricos ocupam um lugar de destaque, pois "constituem uma abordagem importante por conta de sua base empírica e por basearem-se em uma análise detalhada das conexões entre documentos considerados individualmente" (Hjørland, 2002, p. 436). O autor destaca, ainda, a relevância de integrar tais estudos a perspectivas históricas, epistemológicas e críticas, para subsidiar a análise dos aspectos qualitativos envolvidos. Essa concepção destaca o potencial da bibliometria para evidenciar padrões discursivos e dinâmicas cognitivas em um domínio específico do conhecimento, especialmente quando associada a uma perspectiva crítica que considere aspectos sociais e epistemológicos.

A bibliometria, tradicionalmente associada à mensuração quantitativa de publicações, autores e citações (De Bellis, 2009), consolidou-se historicamente como uma ferramenta central na avaliação da produção científica. Contudo, seu desenvolvimento nunca esteve dissociado do campo mais amplo da Sociologia da Ciência, que, desde Merton (1973), analisa as dinâmicas sociais, institucionais e culturais que moldam a comunicação científica e os mecanismos de reconhecimento acadêmico.

Estudos como os de Martin, Nightingale e Yegros-Yegros (2012) demonstram que, embora tenha existido um histórico distanciamento entre abordagens quantitativas e qualitativas nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), há um movimento crescente de diálogo e aproximação entre esses campos cuja interação busca superar a percepção da bibliometria como mero "retrato congelado" da ciência, enfatizando seu potencial como instrumento para captar também dimensões qualitativas, como redes colaborativas,

práticas editoriais, padrões de endogenia e dinâmicas de prestígio disciplinar.

Reflexões recentes da Society for Social Studies of Science (4S, 2023) reforçam essa visão crítica, ao problematizar o uso excessivo de métricas puramente quantitativas nos processos de avaliação acadêmica. Debates sobre reconhecimento, recompensa e avaliação — muitas vezes ancorados em indicadores bibliométricos ou na captação de financiamentos — evidenciam as limitações dessas métricas para abarcar a complexidade das práticas científicas, os valores socioculturais envolvidos e o impacto social do conhecimento. Amplia-se, assim, a necessidade de uma abordagem híbrida, em que a bibliometria funcione tanto como ferramenta técnica como um recurso sociológico para revelar aspectos simbólicos, institucionais e éticos da comunicação científica.

Essa ausência histórica de métodos quantitativos, como a bibliometria e a análise de redes, em importantes compilações teóricas como os handbooks de ESCT foi destacada por Hayashi (2014), que identifica, entretanto, movimentos recentes de convergência entre esses campos. Apesar do antigo cisma, há um esforço crescente em integrar análises quantitativas e qualitativas para melhor compreender os produtos, fluxos e atores da comunicação científica, aproximando estudos bibliométricos das preocupações epistemológicas, éticas e sociais que caracterizam a Sociologia da Ciência.

No contexto da avaliação de periódicos, essa perspectiva quali-quantitativa da bibliometria amplia as possibilidades analíticas, permitindo investigar, por exemplo, a coerência temática de uma revista, o grau de interdisciplinaridade de seus conteúdos, as redes de colaboração entre autores e instituições, e as tendências emergentes que configuram áreas do conhecimento. Possibilita, ainda, identificar padrões de endogenia ou abertura editorial, bem como analisar o equilíbrio entre produções locais e a inserção internacional, aspectos diretamente relacionados às dimensões de governança, visibilidade e integridade científica discutidas neste estudo.

Sob essa ótica, a bibliometria se revela particularmente importante para captar dimensões menos visíveis do processo editorial, como vieses disciplinares, redes institucionais e dinâmicas de organização do conhecimento. Hjørland & Albrechtsen (1995) já reconheciam a bibliometria como um dos campos precursores da AD, destacando tanto seu potencial descritivo quanto suas limitações interpretativas, e defendendo sua articulação a referenciais epistemológicos, históricos e sociológicos mais amplos. Posteriormente, Hjørland (2002) incluiria a bibliometria entre as abordagens da AD, ao lado de outras como o estudo das instituições e estruturas de comunicação científica. Com base nesses aportes, o presente estudo considera bibliometria qualitativa aquela que incorpora os fundamentos críticos da AD para reposicionar a bibliometria tradicional além da contagem de indicadores, privilegiando análises sensíveis às dinâmicas sociocognitivas e epistemológicas da comunicação científica. Nesse contexto, métodos e técnicas bibliométricas, como mapas conceituais, análises de co-ocorrência e redes de citação, tornam-se ferramentas interpretativas para identificar, por exemplo, padrões de endogenia, afinidades temáticas e lacunas de cobertura em periódicos científicos.

Assim, ao conjugar técnicas quantitativas com fundamentos epistemológicos e sociais, a bibliometria qualitativa oferece um horizonte teórico-metodológico promissor para a análise crítica da avaliação e autoavaliação da governança editorial.

Boas práticas editoriais na governança e avaliação de periódicos científicos

O debate sobre boas práticas editoriais ocupa um espaço central na comunicação científica contemporânea, especialmente diante das pressões por produtividade, visibilidade e integridade que marcam o ambiente acadêmico atual. Essas práticas englobam princípios éticos, procedimentos técnicos e padrões de qualidade que orientam a gestão, a avaliação e a disseminação dos periódicos científicos, com o objetivo de assegurar credibilidade, transparência e sustentabilidade ao processo editorial.

No cenário internacional, organizações como o *Committee on Publication Ethics* (COPE) e o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) estabelecem diretrizes amplamente reconhecidas que orientam desde aspectos éticos da autoria e da revisão por pares até práticas destinadas a prevenir a má conduta científica e a promover a transparência na publicação. Tais normas têm servido como referência para a consolidação de práticas editoriais responsáveis e para o estabelecimento de critérios de avaliação e autoavaliação de periódicos em diferentes contextos disciplinares e geográficos, conferindo maior confiabilidade ao ecossistema da comunicação científica.

Além dessas diretrizes internacionais, editoras acadêmicas de grande porte — como Sage, Taylor & Francis, Elsevier, Springer Nature e Wiley — também mantêm políticas próprias de boas práticas editoriais e de publicação científica, que abrangem desde a gestão ética do processo de submissão até mecanismos voltados à integridade na revisão por pares e à disseminação responsável do conhecimento. A própria Wiley, por exemplo, consolidou tais princípios em sua segunda edição do *Best Practice Guidelines on Publishing Ethics*, comentada por Graf et al. (2014), que reforçam o caráter dinâmico e institucionalmente orientado dessas diretrizes, contribuindo para a consolidação de padrões internacionais no campo da ética editorial.

No Brasil, iniciativas como as diretrizes editoriais da SciELO desempenham papel central não apenas como referência normativa, mas também por meio de ações concretas. Entre elas, destacam-se a criação de um Escritório de Ética e Boas Práticas na Comunicação de Pesquisas e a produção contínua de conteúdos técnicos e reflexivos no blog SciELO em Perspectiva, que aborda múltiplos temas relacionados à integridade, qualidade e inovação na comunicação científica. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2024), por meio do portal Manuelzão, também oferece suporte técnico e reflexivo, com conteúdos e guias introdutórios voltados ao fortalecimento da compreensão e da adoção de boas práticas editoriais nas revistas científicas brasileiras. A Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), embora não possua manuais formais ou códigos próprios de ética editorial, exerce papel relevante na capacitação da comunidade editorial por meio de cursos, workshops, treinamentos e eventos voltados à ética e à gestão responsável de periódicos científicos. A isso se soma a contribuição da Revista Pesquisa FAPESP, por meio da seção “Boas Práticas”, dedicada à discussão de temas atuais sobre integridade e qualidade na comunicação científica. Tais esforços evidenciam que o campo das boas práticas editoriais encontra-se em constante movimento, exigindo atualização permanente por parte de editores, avaliadores, pesquisadores e instituições acadêmicas.

Uma dimensão emergente nas discussões sobre boas práticas editoriais diz respeito à incorporação ética da inteligência artificial (IA) nos processos de produção, avaliação e disseminação do conhecimento científico. Organizações internacionais como o *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2024), o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE, 2024) e a *World Association of Medical Editors* (WAME, 2024) têm publicado diretrizes específicas para o uso responsável da IA em publicações científicas. Grandes editoras acadêmicas — entre elas Springer, Taylor & Francis, Elsevier, Wiley e Sage — também estabeleceram políticas sobre o uso de IA na redação e no processamento editorial de artigos científicos. No contexto nacional, orientações normativas sobre o uso ético da IA vêm sendo divulgadas por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2023; 2024), a Academia Brasileira de Ciências (ABC, 2023), o *Council of Science Editors* (CSE, 2023), a *European Association of Science Editors* (EASE, 2024), a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC, 2024) e a Rede SciELO (2023). Ainda que algumas diretrizes internacionais autorizem o uso de IA para tarefas específicas — como revisão gramatical —, persistem lacunas importantes, especialmente acerca da definição clara das responsabilidades éticas de autores, editores e pareceristas. Torna-se, assim, cada vez mais urgente que os periódicos desenvolvam políticas abrangentes e detalhadas, capazes de

assegurar que a adoção de tecnologias emergentes seja acompanhada por responsabilidade ética e integridade científica em todas as etapas do processo editorial. Essa discussão evidencia o caráter dinâmico das boas práticas editoriais e aponta novos desafios à governança da comunicação científica.

No cenário da produção científica dedicada a investigar as boas práticas de publicações científicas, Guimarães e colaboradores (2023, 2024a, 2024b, 2024c, 2025), têm se dedicado a aprofundar as discussões sobre as boas práticas editoriais, enfatizando sua importância não apenas para a qualidade intrínseca das publicações, mas também para o fortalecimento institucional das revistas científicas.

Um aspecto particularmente crítico abordado por esse grupo de autores refere-se à proliferação de revistas predatórias, que identificam esse fenômeno como uma ameaça significativa à integridade da comunicação científica. Para os autores, combater tais práticas exige não apenas o estabelecimento de critérios rigorosos por parte dos editores, mas também o desenvolvimento, por parte dos pesquisadores, de competências específicas para distinguir periódicos legítimos de iniciativas fraudulentas, preservando assim a credibilidade do sistema científico (Guimarães & Hayashi, 2023).

Outro tema fundamental está ligado à prática de retratação científica, enfatizando a necessidade de fundamentar tais processos em princípios éticos sólidos e análises sociológicas críticas. Os autores argumentam que a retratação, quando bem conduzida, não apenas corrige o registro científico, mas também fortalece a confiança na ciência e sublinha a importância da transparência e da responsabilidade editorial, sobretudo em um contexto marcado por pressões institucionais e pelo produtivismo acadêmico (Hayashi & Guimarães, 2024).

A formação dos atores envolvidos na comunicação científica também emerge como pilar essencial das boas práticas editoriais. Nesse campo, destacam-se iniciativas como a série *Propetips*, que visa a capacitar pesquisadores — docentes e discentes — em temas relacionados à produção e disseminação científica. Essas ações abordam desde estratégias de publicação, ética e integridade, até aspectos de visibilidade científica e métricas, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional que valoriza não apenas a qualidade editorial, mas também a formação contínua da comunidade acadêmica (Hayashi & Guimarães, 2024; Guimarães, Hayashi & Rego-Piva, 2024b).

O fenômeno do produtivismo acadêmico, representa outro desafio significativo às boas práticas, ao estimular comportamentos antiéticos, tais como a multiplicação artificial de publicações, o uso estratégico de citações e a busca por periódicos predatórios. Para esses autores, o produtivismo tende a reduzir a prática científica a uma contagem numérica de resultados, em detrimento do compromisso ético e intelectual, tornando urgente a incorporação de critérios qualitativos nos processos de avaliação acadêmica (Guimarães, Hilário & Grácio, 2024).

No âmbito institucional, destaca-se a experiência da Unesp no apoio e na qualificação de suas revistas científicas, evidenciando que políticas institucionais eficazes não se limitam à adoção de critérios internacionais, mas incorporam dimensões qualitativas e éticas. Nesse âmbito, o investimento institucional em governança editorial fortalece o prestígio científico das publicações, servindo de modelo para outras universidades que buscam aprimorar suas políticas de apoio à comunicação científica (Guimarães, Hayashi, Rego-Piva et al., 2025).

As contribuições desses estudos mostram que os desafios enfrentados pelas revistas científicas, especialmente no Brasil, se entrelaçam com questões estruturais, éticas e estratégicas, impactando diretamente a qualidade editorial e a integridade da comunicação científica. Nesse contexto, as boas práticas editoriais compõem um conjunto dinâmico e em constante evolução, essencial à credibilidade e à sustentabilidade do processo editorial. Essa compreensão servirá de base para o delineamento dos procedimentos

metodológicos apresentados na próxima seção.

Procedimentos metodológicos

A presente investigação, enquanto um estudo teórico-metodológico de natureza qualitativa e exploratória (Creswell & Creswell, 2018), objetiva propor um conjunto de indicadores para avaliação e governança de periódicos científicos, elaborados pela articulação de três eixos:. Tais indicadores foram elaborados com base em três eixos – AD, BQ e BP - que, em conjunto, oferecem sustentação conceitual e metodológica para a construção da proposta. Desse modo, o percurso metodológico foi estruturado em três fases inter-relacionadas:

Fase 1 – Constituição do referencial teórico-metodológico: Compreendeu três eixos fundamentais: a) Análise de Domínio na avaliação de periódicos científicos (contemplando suas perspectivas teóricas, metodológicas e instrumentais, conforme delineadas por estudos clássicos e contemporâneos da área); b) Boas práticas editoriais na governança de periódicos científicos (com ênfase nos aspectos éticos, técnicos e estratégicos que sustentam a gestão editorial responsável, incluindo estudos que abordam os desafios atuais como periódicos predatórios, retratações científicas, produtivismo acadêmico e uso ético da inteligência artificial, etc) Bibliometria Qualitativa (como abordagem analítica contextual ancorada na Análise de Domínio para elaborar indicadores qualitativos para avaliação e autoavaliação de periódicos).

Fase 2 – Elaboração dos indicadores: Consistiu na sistematização de um conjunto de indicadores concebidos a partir do referencial teórico-metodológico delineado na fase anterior, em articulação com diretrizes éticas, normas institucionais e orientações nacionais e internacionais sobre boas práticas editoriais. O processo de elaboração buscou contemplar a complexidade do ecossistema editorial, considerando a diversidade de áreas do conhecimento, formatos de publicação e arranjos institucionais. Os indicadores foram estruturados de modo a preservar flexibilidade e adaptabilidade, de forma que possam ser aplicados a diferentes contextos editoriais, sem restringir-se a classificações rígidas ou categorias excludentes

Para orientar a construção dos indicadores, foram definidas cinco dimensões analíticas interdependentes, derivadas da literatura especializada sobre governança editorial e dos fundamentos teóricos previamente discutidos. São elas: a) Dimensão Estrutural (contempla aspectos organizacionais e formais da publicação, como regularidade, normalização e padronização dos artigos); b) Dimensão Reputacional (abrange os mecanismos de avaliação por pares, controle de endogenia e critérios de qualidade científica); c) Dimensão de Integridade Científica (refere-se à adesão a princípios éticos e à promoção de boas práticas editoriais e científicas); d) Dimensão de Visibilidade Científica: trata da inserção nacional e internacional das revistas, sua indexação e estratégias de disseminação do conhecimento; e e) Dimensão de Governança e Sustentabilidade Editorial: analisa os vínculos institucionais, os modelos de financiamento, a capacitação dos editores e a longevidade da publicação.

Essas dimensões não constituem, por si sós, indicadores, mas compõem a estrutura conceitual sobre a qual se organiza o conjunto de indicadores apresentados a seguir. Estes buscam subsidiar processos de avaliação e autoavaliação editorial sensíveis aos fundamentos epistemológicos, sociológicos e éticos desenvolvidos neste estudo.

Fase 3 – Análise e discussão dos resultados: esta fase concentrou-se na interpretação crítica dos indicadores elaborados, com o objetivo de demonstrar seu potencial para qualificar os processos de avaliação e autoavaliação de revistas científicas. A análise buscou articular os indicadores propostos aos desafios práticos enfrentados pelas publicações, evidenciando sua relevância para a compreensão da governança editorial no contexto contemporâneo.

Resultados e discussão

Esta seção está organizada em quatro partes. Na primeira, são apresentados os indicadores de avaliação e autoavaliação de periódicos, elaborados com base nos fundamentos

teórico-metodológicos da Análise de Domínio, das boas práticas editoriais e da bibliometria qualitativa. A segunda parte oferece uma análise global do conjunto de indicadores propostos, destacando suas articulações e complementaridades. Na terceira, discutem-se as contribuições específicas da Análise de Domínio para a avaliação editorial, à luz dos indicadores elaborados. Por fim, são discutidas as potencialidades e limitações dos indicadores.

Indicadores de avaliação e autoavaliação de periódicos

Os indicadores apresentados neste estudo configuram instrumentos bibliométricos de natureza qualitativa, concebidos para evidenciar as dinâmicas sociais, reputacionais e institucionais que permeiam a governança editorial dos periódicos científicos. Embora qualitativos em sua essência, podem ser futuramente quantificados em estudos aplicados, contribuindo para avaliações mais sensíveis às especificidades disciplinares, contextuais e éticas do ecossistema editorial contemporâneo. Organizados em cinco dimensões analíticas interdependentes, esses indicadores refletem a complexidade da avaliação e da governança editorial e estão ancorados nos referenciais da AD e das BP, sendo classificados em cinco dimensões analíticas: Estrutural, Reputacional, de Integridade Científica, de Visibilidade Científica e de Governança e Sustentabilidade Editorial.

Indicadores Estruturais (Gestão Editorial)

Correspondem aos aspectos organizacionais e formais do periódico, assegurando a regularidade dos processos editoriais, a clareza das normas e a padronização dos conteúdos. São fundamentais para conferir previsibilidade, consistência e profissionalismo às práticas editoriais, além de fortalecer a credibilidade da publicação perante autores, leitores e indexadores. Também viabilizam análises comparativas entre periódicos e campos disciplinares distintos, funcionando como critérios relevantes em processos de avaliação institucional. Os indicadores estruturais contemplam:

- Regularidade na publicação e fluxo editorial;
- Número de artigos publicados por volume;
- Existência de diretrizes claras para normalização e citação bibliográfica, incluindo o foco temático dos artigos em consonância com o escopo da revista;
- Uso de ORCID, como identificador digital inequívoco dos autores, e DOI, para identificação única dos artigos, garantindo rastreabilidade, atribuição precisa de autoria, integração em sistemas de indexação e fortalecimento da credibilidade editorial.
- Monitoramento da média de autores por artigo, utilizado como indicador para detectar padrões anômalos (ex.: hiperautoria sem justificativa), analisar especificidades disciplinares ou institucionais e subsidiar a avaliação de endogenia.
- Critérios definidos para inclusão de agradecimentos em artigos, estabelecendo limites éticos e transparência sobre contribuições não autorais.
- Utilização de sistemas de gerenciamento de manuscritos (ex.: OJS, ScholarOne).
- Existência de template para submissão de artigos.
- Vocabulário controlado para indexação do conteúdo.
- Formulário de contribuição dos autores, como, por exemplo, a taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy).
- Transparência nas datas do processo editorial (submissão, avaliação, publicação), assegurando tanto a rastreabilidade do fluxo editorial quanto a comprovação da precedência e prioridade da autoria.
- Registro de interações entre autores, editores e revisores, para fins de controle interno do processo editorial e auditorias futuras.
- Descrição detalhada dos tipos de contribuições aceitas pela revista (artigos originais, revisões, resenhas, entrevistas, relatos de caso, comentários, entre outros),

garantindo clareza para autores quanto ao escopo editorial.

Indicadores Reputacionais (Controle de Qualidade)

Referem-se à credibilidade acadêmica e ao prestígio científico do periódico, diretamente associados à qualidade dos conteúdos publicados e à solidez dos processos de avaliação por pares. Esses indicadores visam assegurar a imparcialidade, eliminar conflitos de interesse e manter a confiança dos leitores e da comunidade científica. Também permitem identificar práticas questionáveis que possam comprometer a integridade editorial da revista e, por consequência, afetar a credibilidade do sistema de comunicação científica como um todo. Os indicadores reputacionais contemplam:

- Taxa de rejeição de artigos submetidos como indicador da seletividade editorial, contextualizada pelos critérios de avaliação, qualificação dos pareceres e da coerência com o escopo da revista.

- Grau de endogenia dos autores e do corpo editorial a partir da análise da rotatividade, da origem dos vínculos institucionais e da participação de autores externos à comunidade editorial, com foco na diversidade institucional e na abertura da revista

- Divulgação das práticas de controle de originalidade (ex.: uso de softwares como iThenticate, Turnitin), como fator de credibilidade perante autores, avaliadores e leitores.).

- Definição de limites aceitáveis para autocitações nos artigos ou políticas editoriais que tratem do tema.

- Definição de regras claras para coautorias entre orientadores e orientandos.

- Monitoramento de práticas questionáveis, como hiperautoria, manipulação de citações e fatiamento de artigos.

- Promoção da imparcialidade editorial no processo de avaliação.

- Compromisso com avaliações construtivas, objetivas e respeitosas, assegurando qualidade e ética no processo de avaliação por pares.

- Políticas claras e transparentes sobre o processo de revisão por pares, incluindo tipos de revisão (cega simples, cega dupla, aberta) e critérios utilizados para avaliação dos manuscritos.

- Formação e qualificação de pareceristas, incluindo estímulo à participação em cursos, workshops ou certificações sobre ética editorial, boas práticas na avaliação de manuscritos e uso responsável de tecnologias, visando garantir competência técnica e ética nos pareceres.

- Política de reconhecimento ou agradecimento público aos revisores, seja por meio da publicação de listas anuais de revisores, emissão de certificados ou inserção do nome do revisor no artigo (quando permitido pelo modelo de revisão), como forma de valorizar o trabalho voluntário e estimular práticas colaborativas.

- Monitoramento do tempo médio de avaliação dos manuscritos, estabelecendo metas e prazos razoáveis para cada etapa do fluxo editorial, assegurando transparência, previsibilidade para os autores e eficiência na gestão editorial.

- Critérios definidos para atualização periódica do corpo editorial, garantindo renovação de membros, equilíbrio entre continuidade institucional e renovação de perspectivas, bem como diversificação geográfica, institucional e temática entre os editores.

Indicadores de Integridade Científica (Ética Editorial)

A confiabilidade, a originalidade e a honestidade na produção e disseminação do conhecimento científico. Seu objetivo é coibir práticas indevidas, proteger os direitos dos envolvidos no processo editorial e preservar a integridade das publicações. A relevância desses indicadores se intensifica diante de desafios contemporâneos, como a proliferação de periódicos predatórios, as pressões por produtividade e o uso crescente de tecnologias

emergentes. Os indicadores de integridade científica contemplam

- Políticas explícitas de integridade científica e ética editorial, incluindo diretrizes sobre más práticas científicas (plágio, manipulação de dados, hiperautoria, fatiamento de artigos etc.).
- Procedimentos para declaração de conflitos de interesse.
- Protocolos para correções, erratas e retratações de artigos.
- Exigências de conformidade ética em pesquisas (aprovação por comitês de ética, consentimento de participantes etc.).
- Monitoramento de práticas editoriais predatórias, considerando a transparência das políticas editoriais, com base em diretrizes internacionais de ética na publicação científica.
- Políticas para combater o produtivismo acadêmico, considerando o impacto do Publish or Perish (PoP) e a necessidade de valorizar métricas qualitativas na avaliação da produção científica.

4 Adoção de práticas alinhadas à Ciência Aberta, tais como: Publicação de artigos sob licenças Creative Commons (preferencialmente CC-BY); Aceite de *preprints*, ou exigência de declaração explícita sobre a existência prévia de *preprints* pelos autores no momento da submissão; Incentivo ao compartilhamento de dados abertos, promovendo a transparência, a reprodutibilidade e o reuso dos dados de pesquisa; Menção do editor responsável por cada artigo, assegurando maior transparência e distribuição de responsabilidades no processo editorial;

- Adoção de softwares e mecanismos de detecção de plágio e similaridade (ex.: iThenticate, Turnitin), como parte das práticas de integridade editorial.
- Políticas claras sobre o uso ético e transparente de ferramentas de inteligência artificial em todas as fases do processo editorial (redação, revisão, avaliação, editoração), incluindo orientações específicas sobre sua utilização por autores, editores e revisores.
- Adoção de linguagem inclusiva e respeito à diversidade nos textos e processos editoriais.
- Orientações claras sobre a definição da ordem de autoria, visando prevenir disputas pós-publicação e assegurar justiça na atribuição de créditos.
- Compromisso com políticas editoriais que assegurem diversidade, equidade e inclusão, contemplando aspectos como gênero, raça, etnia e representatividade geográfica no corpo editorial, entre autores e revisores.
- Políticas editoriais para identificação e prevenção de práticas associadas a periódicos predatórios, orientando autores e editores sobre sinais de alerta e recomendando cautela quanto à inclusão de referências oriundas desses periódicos, preservando a credibilidade e a integridade da publicação.
- Definição clara de políticas de direitos autorais, especificando licenças de publicação, cessão ou retenção de direitos pelos autores.
- Políticas de privacidade e proteção de dados pessoais de autores, revisores e leitores, em conformidade com legislações vigentes (ex.: LGPD, GDPR).
- Transparência nas informações sobre a indicação ou rejeição de pareceristas pelos autores, com mecanismos de controle que resguardem a imparcialidade e a ética na seleção dos avaliadores.

Indicadores de Visibilidade Científica (Impacto e Difusão)

Abrangem critérios que avaliam o alcance e a difusão do periódico, tanto em nível nacional quanto internacional. Seu propósito é examinar estratégias que ampliem a presença da revista em bases indexadoras, promovam a diversidade de autoria e favoreçam o diálogo do conhecimento produzido com diferentes públicos, inclusive não especializados. Tais indicadores contribuem para ampliar a projeção científica e institucional da publicação reforçando seu papel na democratização da informação e no acesso aberto ao

conhecimento. Os indicadores de visibilidade científica contemplam:

- Políticas multilíngues claras, definindo os idiomas aceitos para publicação de textos ou resumos, especificando se há exigência de manuscritos em mais de uma língua e se a revista oferece serviços de tradução sem custos ao autor, visando ampliar a inserção internacional do periódico.

- Monitoramento de publicações em língua estrangeira, com análise interna da proporção de artigos publicados em inglês (ou outros idiomas), visando ampliar a inserção e a visibilidade internacional do periódico.

- Diversidade geográfica e institucional entre autores e corpo editorial, adotada como estratégia para evitar concentração local ou institucional excessiva, ampliar o alcance internacional da revista e fortalecer seu posicionamento no cenário científico global.

- Bases de dados, indexadores e diretórios de acesso aberto em que a revista está presente (ex.: SciELO, PKP Index, DOAJ, Scopus, Web of Science, Google Scholar, entre outros), como estratégia de ampliação do alcance, visibilidade e reconhecimento do periódico.

- Promoção de estratégias de internacionalização, como a organização de dossiês temáticos com participação de pesquisadores estrangeiros, coedição de números especiais em colaboração com revistas ou sociedades acadêmicas internacionais, ou acordos para intercâmbio de revisores entre periódicos, visando ampliar a inserção global do periódico e a divulgação internacional do conhecimento publicado.

- Políticas de preservação digital e compartilhamento de dados científicos, contemplando estratégias para garantir a integridade e a longevidade dos conteúdos publicados, bem como orientações sobre depósito de dados em repositórios abertos, visando à transparência, reprodutibilidade e reuso dos resultados de pesquisa.

- Existência de canais ativos de divulgação científica voltados ao público não especializado, tais como blogs, redes sociais, seções de notícias ou outras estratégias de mediação da linguagem científica, com vistas à promoção do acesso democrático à informação e ao fortalecimento da interface ciência-sociedade.

- Disponibilização pública e organizada do arquivo completo das edições publicadas, assegurando acesso contínuo ao histórico editorial da revista, transparência sobre sua evolução e preservação da memória científica.

- Estabelecimento de políticas claras de autoarquivamento, definindo se e como os autores podem depositar versões de seus artigos (preprint, postprint ou versão editorial) em repositórios institucionais, temáticos ou pessoais, incluindo eventuais períodos de embargo, em alinhamento com princípios da Ciência Aberta e estratégias de preservação e disseminação do conhecimento.

- Adoção de métricas alternativas (Altmetrics) para mensuração do impacto social, midiático e digital das publicações, complementando as métricas tradicionais de citação e contribuindo para uma visão mais ampla da relevância da revista.

Indicadores de Governança e Sustentabilidade Editoriais (Gestão Estratégica)

Referem-se às políticas, processos e estruturas institucionais que garantem o funcionamento contínuo, ético e responsável dos periódicos científicos. Envolvem dimensões financeiras, administrativas e estratégicas, sendo fundamentais para a manutenção da qualidade editorial e a longevidade das revistas. Também abrangem o compromisso da gestão editorial com uma comunicação eficiente com autores, pareceristas e leitores, especialmente em contextos de instabilidade institucional ou restrições orçamentárias. Os indicadores de governança e sustentabilidade editoriais contemplam:

- Estrutura de financiamento e sustentabilidade da revista, considerando fontes institucionais, editais e modelos de financiamento (ex.: APC, financiamento público, apoio institucional).

- Transparência total nas taxas de publicação (APC ou outras), incluindo valores,

isenções, políticas de desconto e destinação dos recursos arrecadados.

- Políticas de capacitação contínua para editores e equipe editorial, incluindo treinamentos e atualizações sobre boas práticas científicas.

- Vinculação da revista a associações de editores científicos (ex.: ABEC) e adesão a diretrizes éticas e de governança editorial.

- Implementação de políticas de quarentena editorial, para restringir o envio excessivo de múltiplos artigos pelo mesmo autor ou grupo à mesma revista em períodos curtos, garantindo diversidade de conteúdos, autores e instituições representadas.

- Estabelecimento de políticas claras para coibir submissões simultâneas, exigindo dos autores declaração de originalidade e exclusividade do manuscrito enviado, assegurando integridade e ética no processo editorial.

- Planejamento prévio e divulgação transparente de chamadas para dossiês temáticos, com prazos adequados que assegurem oportunidades equitativas de submissão.

- Estabelecimento de prazos médios para as etapas editoriais e comunicação rápida e transparente com os autores sobre eventuais atrasos.

- Definição de políticas editoriais para gestão de crise, incluindo planos de contingência em situações que comprometam a continuidade da publicação, como problemas financeiros, tecnológicos ou mudanças institucionais, assegurando a preservação do acervo e a manutenção da confiança da comunidade científica.

- Existência de políticas editoriais sobre transparência financeira, detalhando custos operacionais, fontes de financiamento, cobrança de taxas (APCs) ou ausência delas, além de eventuais apoios institucionais, visando garantir clareza e confiança na sustentabilidade do periódico.

- Adoção de práticas de accountability editorial, com prestação regular de contas à comunidade científica, relatórios de gestão, indicadores de desempenho e publicação de dados sobre processos editoriais, contribuindo para a confiança, a integridade e a boa governança do periódico.

- Profissionalização da gestão editorial, visando reduzir a dependência de trabalho voluntário, garantir continuidade das atividades e alinhar o periódico às exigências de indexadores e publishers internacionais. Inclui a previsão de recursos institucionais ou financeiros para treinamento, apoio técnico especializado, contratação de serviços editoriais (como revisão, editoração ou gestão de sistemas), e definição clara de responsabilidades dentro da equipe editorial, visando maior eficiência, transparência e sustentabilidade na condução das atividades editoriais.

- Planejamento de sucessão editorial, prevendo estratégias para substituição gradual ou rotativa de editores e membros-chave da equipe editorial, a fim de evitar dependência excessiva de indivíduos, garantir continuidade de políticas e preservar o conhecimento institucional acumulado.

Análise transversal dos indicadores

A análise transversal dos indicadores elaborados neste estudo permite compreender a avaliação de periódicos científicos como um processo multifacetado, que articula exigências formais, princípios éticos, estratégias de visibilidade e condições estruturais. Essa leitura articulada visa destacar inter-relações entre o conjunto de indicadores apresentados, destacando convergências, tensões e lacunas que impactam a governança editorial em diferentes contextos. A seguir, discutem-se os principais achados dessa análise, com exemplos ilustrativos e reflexões sobre a aplicabilidade dos indicadores à luz da literatura que fundamentou a pesquisa.

No âmbito estrutural, destacam-se elementos essenciais como a definição clara do escopo temático, a regularidade de publicação e a normalização técnica de artigos e metadados. Esses aspectos garantem previsibilidade e confiabilidade para autores, leitores e indexadores, além de facilitarem a interoperabilidade entre sistemas de

informação. Embora pareçam requisitos consolidados, ainda são frequentemente negligenciados por periódicos emergentes ou de pequeno porte. É o caso de revistas que não oferecem templates de submissão ou mantêm escopos excessivamente amplos, dificultando a consolidação de uma identidade editorial. Em contrapartida, iniciativas institucionais vêm contribuindo para o fortalecimento da gestão editorial, como a criação de portais com normas unificadas e o uso de plataformas como o OJS, acompanhadas de ações de capacitação técnica para editores – práticas que reforçam a importância de políticas públicas e institucionais de apoio à edição científica (Guimarães, Hayashi & Rego-Piva, 2024).

Os indicadores reputacionais abrangem critérios relacionados à qualidade científica e ao prestígio da revista, incluindo o controle do processo de avaliação por pares, a limitação da endogenia e a definição de boas práticas em coautoria. A ausência de diretrizes claras nessas áreas pode favorecer práticas questionáveis, como hiperautoria, citações circulares ou manipulação de revisores. Há casos de revistas que, mesmo indexadas em bases reconhecidas, enfrentam críticas por concentrarem publicações de membros de seus próprios conselhos editoriais ou por não divulgarem suas taxas de rejeição. A adoção de instrumentos como o CRediT (Contributor Roles Taxonomy) tem se mostrado útil para ampliar a transparência na atribuição de responsabilidades entre autores, mitigando disputas de autoria e fortalecendo a confiança na integridade do processo editorial.

Os indicadores de integridade científica ampliam o debate para aspectos éticos fundamentais, incluindo políticas de combate ao plágio, retratação, conflitos de interesse e práticas editoriais predatórias. Embora muitas revistas já estejam alinhadas a diretrizes internacionais como as do COPE e do ICMJE, persistem lacunas relevantes, especialmente quanto ao uso ético da inteligência artificial. A experiência de universidades públicas brasileiras, que vêm incorporando conteúdos sobre integridade e ética em programas de capacitação de editores, aponta caminhos promissores para o fortalecimento dessa frente da governança editorial (Guimarães et al., 2024b).

O indicador de visibilidade científica transcende as métricas tradicionais ao contemplar estratégias editoriais voltadas à disseminação e ao impacto do conhecimento. Elementos como a publicação em inglês, a diversidade geográfica e institucional do corpo editorial e a presença em bases indexadoras continuam sendo critérios essenciais. No entanto, observa-se uma valorização crescente de estratégias complementares, como blogs científicos, redes sociais acadêmicas e canais de divulgação voltados ao público não especializado. Apesar desses avanços, muitos periódicos ainda enfrentam barreiras estruturais e financeiras que dificultam a ampliação de sua presença internacional.

Por fim, o indicador de governança e sustentabilidade editorial destaca-se como eixo estratégico, ao integrar políticas institucionais, modelos de financiamento, capacitação de equipes editoriais e mecanismos de prestação de contas à comunidade acadêmica. Práticas como a manutenção de registros documentais das interações editoriais, a transparência quanto a prazos e procedimentos, e a vinculação a associações profissionais contribuem para fortalecer a credibilidade das revistas e prevenir crises institucionais. Experiências bem-sucedidas mostram que programas institucionais de apoio aos periódicos podem garantir infraestrutura técnica e fomentar o desenvolvimento de competências éticas e gerenciais entre os editores (Guimarães et al., 2025). No entanto, persistem desafios significativos, como situações em que manuscritos permanecem por longos períodos sem avaliação ou retorno editorial, comprometendo a credibilidade da publicação e afetando negativamente os pesquisadores envolvidos.

Em síntese, a análise transversal dos indicadores revela que sua adoção oferece não apenas um instrumento de diagnóstico, mas também um caminho para o aprimoramento contínuo da avaliação e autoavaliação editorial. No entanto, sua implementação demanda compromisso institucional, formação

permanente dos agentes editoriais e sensibilidade às especificidades dos campos disciplinares e contextos locais.

Contribuições da AD para avaliação de periódicos científicos

Ao integrar os fundamentos da AD com princípios das boas práticas editoriais e da bibliometria qualitativa, consolidou-se neste estudo um conjunto de indicadores multidimensionais que contribuem para qualificar a avaliação e a autoavaliação editorial. Essa articulação teórico-metodológica busca suprir lacunas identificadas tanto na literatura quanto na gestão editorial, fornecendo subsídios para que editores, avaliadores, instituições acadêmicas e demais atores envolvidos possam analisar criticamente os processos editoriais, de forma contextualizada e eticamente orientada.

Entre as principais implicações práticas da consolidação desses indicadores, destaca-se a possibilidade de que sejam utilizados como guia para autoavaliações periódicas por parte das revistas científicas. Essa prática permite diagnosticar pontos fortes e fragilidades em dimensões estruturais, reputacionais, de integridade, visibilidade e governança, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão editorial. Ao promover maior transparência e reflexão crítica, tais autoavaliações podem fortalecer a confiança de leitores, autores e instituições, favorecendo a credibilidade e o prestígio das publicações — especialmente em contextos marcados pela competição por métricas e pela proliferação de fenômenos como o produtivismo acadêmico e as revistas predatórias.

A integração entre a AD e a bibliometria qualitativa confere à avaliação editorial uma abordagem mais crítica e interpretativa, capaz de revelar dinâmicas sociais, epistemológicas e institucionais que moldam a produção e organização do conhecimento. Essa perspectiva amplia o alcance avaliativo para além das métricas tradicionais, favorecendo leituras mais sensíveis às especificidades dos campos disciplinares e às práticas éticas que sustentam a comunicação científica. Com isso, reforça-se o potencial transformador de uma avaliação editorial ancorada em referenciais teórico-metodológicos consistentes, capaz de promover maior reflexividade, justiça epistêmica e alinhamento com os princípios da ciência aberta.

Potencialidades, limites e desafios na aplicação dos indicadores

Os indicadores aqui apresentados constituem um desdobramento teórico-metodológico que visa contribuir para o fortalecimento da governança editorial de periódicos científicos. Ao articular fundamentos da AD, das boas práticas editoriais e da bibliometria qualitativa, esses indicadores ampliam a capacidade crítica e analítica dos processos de avaliação e autoavaliação editorial, respeitando as especificidades dos contextos disciplinares e institucionais.

Entre as principais potencialidades, destaca-se o uso dos indicadores como recurso formativo para a qualificação editorial, favorecendo a reflexão sobre os múltiplos aspectos que atravessam a gestão de periódicos científicos. Seu caráter flexível também permite a adaptação a diferentes realidades editoriais, tornando-os aplicáveis tanto a periódicos consolidados quanto a revistas em processo de qualificação. Além disso, sua estrutura multidimensional oferece subsídios para processos de autoavaliação contínua, promovendo maior coerência entre princípios éticos, estratégias editoriais e exigências institucionais.

Por outro lado, algumas limitações devem ser reconhecidas. Trata-se de um conjunto de indicadores ainda não testado em contextos empíricos, o que impõe a necessidade de validação prática quanto à sua viabilidade, aplicabilidade e eficácia. Além disso, a adoção integral dos instrumentos pode enfrentar barreiras estruturais, como escassez de recursos humanos e tecnológicos, sobretudo em revistas vinculadas a instituições com menor infraestrutura editorial.

A implementação dos indicadores também impõe desafios importantes, dada a diversidade de áreas do conhecimento, a assimetria de recursos entre periódicos e as distintas culturas editoriais. A própria

complexidade das dimensões analisadas exige interpretações contextuais criteriosas. Há ainda o risco de apropriações burocráticas ou reducionistas dos instrumentos propostos, que podem esvaziar seu potencial reflexivo e normativo se aplicados de forma acrítica

Apesar desses desafios, os indicadores oferecem uma base relevante para o aprimoramento da comunicação científica, ao reunir critérios éticos, técnicos e estratégicos sob uma abordagem crítica e situada. Sua efetiva contribuição dependerá, contudo, da disposição das comunidades editoriais em refletir sobre suas práticas, adaptar os instrumentos às suas realidades e incorporar processos avaliativos que estejam alinhados com os princípios da integridade e da sustentabilidade editorial.

Considerações Finais

O presente estudo buscou trazer uma contribuição teórico-metodológica ao campo da avaliação editorial, por meio da proposição de um conjunto de indicadores fundamentados na AD e nas boas práticas editoriais, concebidos como instrumentos de apoio a processos de autoavaliação, governança e qualificação de periódicos científicos. Assim, e considerando que os periódicos desempenham papel estratégico na comunicação científica e na consolidação de comunidades disciplinares, procurou-se integrar diferentes vertentes teóricas e normativas, aliando as perspectivas epistemológicas da AD às diretrizes éticas, técnicas e gerenciais que orientam a editoração científica contemporânea.

Os resultados alcançados evidenciam que a avaliação editorial pressupõe considerar múltiplas dimensões dos indicadores– estruturais, reputacionais, de integridade, visibilidade e governança – interligadas e moldadas por contextos disciplinares, institucionais e socioculturais específicos. Nesse sentido, a AD revelou-se uma abordagem fecunda para capturar tais complexidades, oferecendo um marco interpretativo capaz de apreender tanto os elementos tangíveis da gestão editorial quanto os aspectos mais sutis relacionados a tradições disciplinares, valores epistêmicos e dinâmicas institucionais.

Embora represente um avanço, reconhece-se como principal limitação deste estudo seu caráter eminentemente teórico e propositivo a necessidade de estudos para sua validação empírica em contextos editoriais concretos, para identificar eventuais ajustes e garantir sua adequação às realidades específicas das diferentes áreas do conhecimento, portes editoriais ou condições institucionais. Em etapas subsequentes, pretende-se desenvolver estudos dessa ordem, que para aquilatar a viabilidade prática, a clareza operacional e a eficácia dos indicadores como instrumentos de diagnóstico e planejamento editorial. Com isso, e a partir estudos de caso em periódicos científicos de diferentes áreas, será possível testar a aplicação dos indicadores na prática, identificando suas potencialidades e eventuais lacunas, valendo-se de uma combinação da bibliometria qualitativa com métricas quantitativas tradicionais para aprimorar ferramentas de avaliação editorial mais sensíveis às especificidades disciplinares.

Nesse processo de aplicação e refinamento dos indicadores, destaca-se também a oportunidade que sejam explorados à luz dos desafios emergentes relacionados ao uso ético da inteligência artificial na comunicação científica — tema já contemplado nas dimensões de integridade e governança, e que tende a ganhar centralidade nos debates sobre avaliação editorial e responsabilidade institucional.

Conclui-se, portanto, que a construção de indicadores para a avaliação de periódicos científicos, ancorada na AD e articulada às boas práticas editoriais, configura-se como uma ferramenta estratégica tanto para a autoavaliação quanto para o planejamento, a gestão e o eventual redirecionamento de políticas editoriais. Ressalta-se, por fim, que os processos avaliativos, sejam internos ou externos, devem ocorrer de forma contínua e reflexiva, assegurando que a comunicação científica se realize sob bases cada vez mais éticas, transparentes e confiáveis — contribuindo, em última instância, para a sempre almejada socialização do conhecimento.

Referências

Barité, M. (2001). Organizacion del conocimiento: un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecologia y documentacion. In: Carrara, K. Educação, universidade e pesquisa. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, p.35-60.

Barité, M., & Rauch, M. (2022). Terminological studies as domain analysis: a critical exploration. Brazilian Journal of Information Science: research trends, 16, e02140

Beghtol, C. (1995). Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. Journal of the American Society for Information Science, 46(1), 30-44.

COPE - Committee on Publication Ethics. (2025) Getting started, How to get started in publication ethics. https://publicationethics.org/getting-started

Graf, C. et al. (2014). Best practice guidelines on publishing ethics: a publisher's perspective. Advanced Materials, [S.l.], 26(27), 4664–4669. https://doi.org/10.1002/adma.201403933.

Guimarães, J. A. C. (2008). A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 1(1), 77–99. https://doi.org/10.26512/rici.v1.n1.2008.940

Guimarães, J. A. C. (2024). A análise de domínio como perspectiva teórico-metodológica uma análise dos aspectos teóricos na literatura internacional na organização do conhecimento. Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação, 17(3), 644–677. https://doi.org/10.26512/rici.v17.n3.2024.53674

Guimarães, J. A. C., & Tognoli, N. B. (2024). Diálogos interdisciplinares da análise de domínio com as comunidades discursivas, as comunidades epistêmicas, a metateoria e os colégios invisíveis: perspectivas metodológicas no âmbito da organização do conhecimento. Transinformação, 36, e2412229

Guimarães, J. A. C., et al. (2025) Critérios de qualidade na avaliação e no apoio institucional a revistas científicas: a experiência da Unesp. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, 16, 2025.

Guimarães, J. A. C., Hayashi, M. C. P. I., & Rego-Piva, L. M. (2024a). Alfabetização informacional em comunicação científica: a experiência das Propetips - Unesp. In: XIII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, 2024, Madrid-Espanha. Anais do XIII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, 2024.

Guimarães, J. A. C., Hayashi, M. C. P. I., & Rego-Piva, L. M. (2024b). Boas práticas éticas em revistas brasileiras de Ciência da Informação. In: XXIV Encontro Nacional de Pesquisa da Ciência da Informação - ENANCIB, 2024, Vitória-ES. Anais do XXIV ENANCIB, 2024. https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2168

Guimarães, J. A. C., Hilário, C. M., & Grácio, M. C. C. (2024). As dimensões do fenômeno produtivismo acadêmico e seu efeito danoso na atividade científica. Em Questão, 30, e-138768.

Guimarães, J. A. C.,& Hayashi, M. C. P. I. (2023). Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 21, e023003.

Guimarães, J.A.C. (2017). Slanted knowledge organization as a new ethical perspective.. In: Andersen, J.; Skouvig, L. (ORG.). The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning. Bingley: Emerald, 2017, 87-102

Guimarães, J.A.C. (2021). As revistas na busca por visibilidade científica: delineando estratégias. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa da Unesp, Propetip 20. https://www2.unesp.br/portal#!/prope/apoio-ao-pesquisador/propetips/propetip-18/

Guimarães, J.A.C., & Tognoli, N.B. (2015). Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. Knowledge Organization, 42(8), 562-69.

Haas, P. M. (1992). Epistemic communities and international policy coordination. International Organization, 46(1) 1-35.

Hayashi, M. C. P. I. (2014) Handbooks: base de conhecimento para a compreensão dos estudos sobre ciência, tecnologia, inovação e sociedade. Estudos de Sociologia, 19(37), 493-501.

Hayashi, M. C. P. I., & Guimarães, J. A. C. (2024). Dinâmicas sociais e princípios éticos: chaves

de leitura sobre retratação em publicações. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 22, e024022

Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information Science: eleven approaches — traditional as well as innovative. Journal of Documentation, 58(40), 422-462.

Hjørland, B. (2008). What is Knowledge Organization (KO). Knowledge Organization 35(2), 86-101.

Hjørland, B. (2017). Domain Analysis. In: Hjørland, B. & Gnoli, C. ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization. https://www.isko.org/cyclo/domain_analysis

Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: domain-analysis. Journal of the American Society for Information Science, 46(6) 400-425.

Hjørland, B., & Hartel, J. (2003). Afterword: Ontological, Epistemological and Sociological Dimensions of Domains. Knowledge Organization, 30(3/4) 239-245.

IBICT. Introdução às boas práticas editoriais e sua relevância. 2024. https://manuelzao.ibict.br/introducao-as-boas-praticas-editoriais-e-sua-relevancia/

ICMJE. International Committee of Medical Journal Editors (2025). Recommendations for conducting, reporting, editing, and publication of scholarly work in medical journals. Up-dated 2025. https://www.icmje.org/recommendations/

Knowledge Organization (2015). 42(8) China:IMR Press. https://www.imrpress.com/journal/KO/42/8

Knowledge Organization. (2003). 30(3-4) China:IMR Press. https://www.imrpress.com/journal/KO/30/3-4

Llorens, J. et al. (2004). Automatic generation of domain representations using thesaurus structures. Journal of the American Society for Information Science and Technology, 55(10), 846-858.

Mai, J.-E. (2005). Analysis in indexing: Document and domain centered approaches. Information processing and management , 41, 599-611.

Martin, B. R., Nightingale, P., & Yegros-Yegros, A. (2012). Science and technology studies: Exploring the knowledge base. Research Policy, 41(7), 1182–1204. doi:10.1016/j.respol.2012.03.010

Merton, R. K. (1973). The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations. University of Chicago Press.

Meyer, M.; Molineux-Hodgson, S. (2010). Introduction: the dynamics of epistemic communities. Sociological Research Online, 15(2), 109-115.

Mota, D.A. R. ; Kobashi, N. Y. (2019). Representação e recuperação de informações: contexto, relevância e pertinência. In: Albuquerque, M. E. B. C. de; Martins, G. K.; Mota, D. A. R.(org.) Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais. João Pessoa: Ed. UFPB, p. 182-201.

Neighbors, J. M. (1981) Software Construction Using Components. (Doctoral Dissertation). Department of Information and Computer Science, University of California, Irvine

Paisley, W. (1972). The role of invisible colleges in scientific information transfer. Educational Researcher, 1(4), 5-8+18.

Prieto-Diaz, R. (1987). Domain Analysis for Reusability. In: Proceedings of COMPSAC'87, Tokyo, Japan, (23-29).

Rego-Piva, L. M. (2020). A Revista BRAJIS como espaço de produção cientifica em Ciência da Informação: uma análise de domínio como subsidio metodológico à avaliação de periódicos científicos.[Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista de Marília] UNESP, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

Ritzer, G. (1991). Metatheorizing in Sociology. Lexington: Lexington Books.

Royal Society. (2023). The Philosophical Transactions: the world's first science journal. https://royalsociety.org/journals/philosophical-transactions-a/

Smiraglia, R. P. (2012). Epistemology of domain analysis. In: Smiraglia, R.P. & Lee, H.-L. (Eds.) Cultural Frames of Knowledge, 111-124. Wurzburg: Ergon.

Smiraglia, R. P. (2015). Domain analysis of domain analysis for knowledge organization: observations on an emergent methodological cluster. Knowledge Organization, 42(8) 602-611.

Smiraglia, Richar.P.; López-Huertas, M. J. (2015). Domain analysis redux: na introduction. Knowledge Organization, 42(8), 553-556.

Society for Social Studies of Science (4S). (2023, April 7). Recognition and reward in STS and beyond: Re-evaluating the endangered ecology of academia. 4S Online. https://4sonline.org/news_manager.php?page=31518

Swales, J. (1990). The concept of discourse community. In: Genre analysis: English in Academic and Research Settings. Boston: Cambridge University Press, 466-80.

Tennis, J. T. (2003). Two axes of domains for domain analysis. Knowledge Organization, 30(3/4), 191-195.

Thellefsen, T.I.; Thellefsen, M. M. (2004). Pragmatic semiotics and knowledge organization. Knowledge Organization, 31(2), 177-187.

Van Dijk, T. A. (1977). Text and Context. London: Longman.

Agradecimento

Os autores agradecem a especial contribuição da **Profa. Dra. Maria Cláudia Cabrini Gracio**, cuja leitura atenta e verticalizada levou a importantes sugestões que contribuíram significativamente para o aperfeiçoamento do trabalho.

A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Carolina Felix Gonzales, Universidade Estadual Paulista - UNESP Marília, http://orcid.org/0009-0004-1540-2704, Brasil, carolina.f.gonzales@unesp.br

Franciele Marques Redigolo, Universidade Estadual Paulista - UNESP Marília, https://orcid.org/0000-0001-6277-2960, Brasil, marques.redigolo@unesp.br

Carlos Cândido de Almeida, Universidade Estadual Paulista - UNESPMarília, https://orcid.org/0000-0002-8552-1029, Brasil, carlos.c.almeida@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6718

Eixo: Organização da Informação

Introdução

A informação é um elemento essencial em nossa vida, dependemos de informação a todo o momento e para as várias etapas de nosso cotidiano. Certamente, organizar a informação faz parte da trajetória lógica de nossa rotina, nossa vivência, opção religiosa, espaço geográfico, entre outros e estão envolvidos no conceito da transformação das informações obtidas e recebidas em conhecimento.

Nosso ambiente familiar, social e de trabalho nos traz constantemente fluxos informacionais, provenientes de dados recebidos onde algumas vezes são reconhecidos para gerar conhecimento. Este trabalho tem a intenção de interligar os assuntos meio ambiente e sustentabilidade, de um lado, e organização da informação (OI) e

organização do conhecimento (OC), de outro, para promover uma reflexão de como o tema está se desenvolvendo no âmbito da pesquisa na área.

De modo geral, a sustentabilidade é um tema importante que vem se destacando em assuntos de políticas públicas, tanto no âmbito social como também no empresarial. O assunto pode parecer ser contemporâneo, no entanto, existem registros históricos do século XVIII, de preocupações com esse tema na relação com desmatamento florestal e excesso de uso de carvão mineral.

Este trabalho tem o propósito de discutir a temática da Organização da Informação e Organização do Conhecimento, relacionando-os aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), visto que este assunto é atual e de preocupação mundial.

A pesquisa tem como problema, visualizar como a organização da informação e a organização do conhecimento, através das ferramentas dos sistemas de organização do conhecimento, constam nos resultados de busca por termos em base de dados para pesquisa acadêmica. Em que medida a organização da informação e a organização do conhecimento estão conectados aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU?

A relação da organização da informação e a organização do conhecimento com os objetivos do desenvolvimento sustentável justifica-se por destacar a importância do tema, que traz desenvolvimento em vários segmentos que indica crescimento para os países, nos diversos campos, como o econômico, ambiental, educacional e social. Nesta pesquisa, pretendemos observar como o tema "sustentabilidade" está presente nas bases de dados da Brapci, Elsevier/Scopus e Scielo.

Desta forma, o trabalho tem como objetivo, observar como os temas relacionados aos objetivos do desenvolvimento sustentável têm sido utilizados nas áreas da organização da informação e do conhecimento.

Nos estudos da Ciência da Informação é evidente que a conceituação dos termos organização da informação e organização do conhecimento ainda está em discussão. Muitos estudos demonstram uma divergência quanto ao seu significado, alguns autores entendem os campos da organização da informação e da organização do conhecimento como semelhantes, outros como áreas complementares, ou ainda, como campos diferentes.

As divergentes sobre os temas dispõe-se de forma clara em alguns conceitos, pois a organização da informação é um procedimento necessário para que o acesso a ela seja satisfatório e ágil. Segundo Lima e Alvares (2012, p. 34), a principal posição de "informação" como a explicação de um conjunto de dados que permite extrair algum significado, podendo favorecer a obtenção de conhecimento e se contrapõe quando falamos que o conhecimento, para existir, dialoga com a informação obtida por uma pessoa, dependendo do seu modo de vida, cultura, visão de mundo, religião, região geográfica, entre outros aspectos. Contudo, nem toda informação existente em um documento será transformada em conhecimento, pois depende do sujeito proceder a leitura e a reflexão sobre ele.

O objetivo da organização da informação é recuperar objetos informacionais que são as informações registradas nos variados suportes e fornecer acesso ao conhecimento estruturado. Contudo, na ausência de uma organização adequada, observa-se prejuízos, pois na falta de elementos de composição na organização da informação, ela não chega aonde é necessário, tornando-a inútil.

De forma simples, conseguimos inferir que para organizar é preciso representar a informação e para representar é necessário atribuir denominação aos objetos. Almeida (2011, p. 71) esclarece que para sistematizar a organização da informação e do conhecimento em unidades de informação é preciso uma atividade humana com o objetivo de facilitar o desempenho dos procedimentos de recuperação e mediação da informação em vários contextos.

No campo da ciência da informação, os estudos são voltados às atividades de organização, representação e recuperação da informação e dentro de suas margens de atuação a representação do conhecimento. Podemos conceituar a organização do conhecimento como a forma de disposição em assuntos em

toda parte onde se deseja a sua sistematização ordenada para atingir determinado propósito (Lima; Alvares, 2012, p. 27).

Hjorland (2008 apud Lima; Alvares 2012) define a organização do conhecimento como descrição, indexação e classificação, no sentido amplo do conceito, e na mesma linha, Anderson (2003 apud Lima; Alvares 2012) conceitua a organização do conhecimento como:

> […] todo método de indexação, resumo, catalogação, classificação, gerenciamento de dados, bibliografia e base de dados para a recuperação da informação. É a descrição de documentos, de seus conteúdos, características e propósitos (Lima, Alvares, 2012, p. 29).

Alguns processos de conhecimento demonstram desenvolvimento, como sua organização para um melhor aproveitamento individual e social e consequentemente o conhecimento realiza-se a partir da informação e ao socializar-se é transformado novamente em informação.

Não obstante, a organização da informação e a organização do conhecimento, apesar de e diferenças, são fundamentais para a busca da informação de forma sistematizada tendo em vista satisfazer a necessidade do usuário. Portanto, recuperar, descrever, indexar e classificar são ações importantes para que as informações obtidas por um indivíduo e possam converter-se em conhecimento.

Referencial Teórico

Quando pensamos na organização da informação e do conhecimento, como processos para a busca da informação que possa suprir as necessidades do usuário, entendemos que sistematizar esse processo é importante para produzir melhores resultados. O objetivo da seção é apresentar os conceitos básicos de sistema de organização do conhecimento e desenvolvimento sustentável.

Mazzocchi (2017) explica que os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) são usados principalmente para referir-se a itens funcionais projetados para organizar o conhecimento e informação e, com isso, seu gerenciamento e recuperação mais acessíveis. Em uma leitura ampla, os sistemas de organização do conhecimento podem ser exemplificados como bibliotecas, livros, base de dados e, de forma geral, teorias, disciplinas, cultura, como também a divisão social do trabalho na sociedade e modelos de sistemas de atividade e processo em diferentes segmentos.

Para levar a cabo a organização do conhecimento é necessário criar ferramentas que possam apresentar a interpretação organizada e estruturada do objeto. Segundo Brascher e Carlan, os SOCs são esquemas de representação do conhecimento,

> […] são instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, consequentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos (BRASCHER, CARLAN, 2015, p. 137).

Os SOCs são denominados como ferramentas semânticas com vocabulários estruturados e formalizados, usados para recuperar e tratar as informações tanto no ambiente físico quanto no digital. Cada tipo de SOC deve funcionar melhor para cada tipo de ambiente, nem sempre tendo a mesma eficiência dentro do mesmo ambiente.

Os processos de indexação e de classificação, bem como as ferramentas, o sistema de classificação bibliográfica como classificação decimal de Dewey (CDD) e a classificação decimal universal (CDU), tesauro, taxonomias, ontologias, são indispensáveis para promover a organização do conhecimento.

Entendemos que a implantação e a evolução das ferramentas que geram e desenvolvem os sistemas de organização do conhecimento é um passo constante, visto que o processo tecnológico auxilia e ao mesmo tempo exige estudos e desenvolvimento permanente na área, já que as informações estão envolvidas na vida de todo indivíduo, tanto no aspecto pessoal quanto profissional.

O desenvolvimento sustentável é um conceito contemporâneo que tem como objetivo melhorar a vida das pessoas e dos seus ambientes, compreender o mundo e criar métodos para resolver problemas globais no que tange todas as áreas, como a social, econômica, ambiental e educacional.

A Comissão Brundtland, que aconteceu em 1987, durante o evento das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, atribuiu uma definição clássica e respeitada até os dias atuais para o Desenvolvimento Sustentável, como sendo: "[...] o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades" (Geraldo & Pinto, 2019 Apud Brundtland, 1987, , p. 46).

A Agenda 21, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a atual Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são estratégias e ações globais desenvolvidas pela ONU com o propósito de consolidar, esclarecer e efetivar o desenvolvimento sustentável de forma mundial.

Com a aceleração voraz do acesso à informação, entende-se que:

> Construir uma sociedade sustentável não é tarefa fácil e demanda conscientização coletiva, uma mudança amparada pelo acesso à informação e educação ambiental, sem esquecer, evidentemente, do uso mais eficiente e responsável dos recursos do Planeta, garantindo o imprescindível desenvolvimento econômico, com a adoção de novos paradigmas, com a preservação da dignidade humana como valor inegociável (Geraldo, Pinto, Duarte, 2022, p. 232).

O desenvolvimento sustentável é considerado uma perspectiva para regulamentar o planeta, pois ele recomenda um conjunto de metas as quais o mundo deveria cumprir. A atual agenda 2030, adotada durante a Assembleia das Nações Unidas em 2015, cria os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. São esses objetivos que irão permear as ações de toda a população de todos os países do planeta, independente de seus estágios de desenvolvimento. Essas ações são determinantes para que o mundo possa continuar desenvolvendo-se sem maiores prejuízos para o futuro.

Os 17 ODS estão ligados aos núcleos de saúde, educação, social, saneamento básico, energia, trabalho, economia, produção, inovação, ambiental, agricultura, clima e jurídico, e foram pensados para atender de forma geral as necessidades discutidas durante anos nos encontros das Organizações das Nações Unidas.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi de natureza quali-quantitativa, que visa a análise do levantamento bibliográfico de forma quantitativa e qualitativa, aferindo comparações, identificando documentos pertinentes para embasamento conceitual e teórico sobre o tema, bem como estudos no campo da organização da informação, do conhecimento e dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Dentro da OI e OC procuramos verificar como uma pesquisa relacionada a esse tema atual e mundial se comporta dentro das bases de dados mais conhecidas do núcleo acadêmico e selecionamos as bases de dados da Brapci, Elsevier/Scopus e Scielo.

Realizamos a pesquisa em duas etapas, a primeira, empregando descritores direcionados a uma pesquisa aberta, sem relação com a ciência da informação, a segunda, unindo os termos Organização da Informação e a Organização do Conhecimento aos descritores, para, desta forma, estabelecer uma comparação no momento da análise dos dados.

Utilizamos descritores com significado mais objetivo dentro da temática escolhida, como "objetivo do desenvolvimento sustentável" e "ODS", pois este termo é utilizado com referência abrangente dentro da agenda 2030 e o descritor "sustentabilidade", por ser uma palavra mais popular dentro do assunto. A coleta dos dados aconteceu em três períodos, inicialmente em janeiro de 2025, posteriormente em abril de 2025, com o

aprofundamento dos termos pesquisados e finalização em julho de 2025.

A coleta dos dados aconteceu de forma sistemática, definimos quatro descritores para cada etapa e selecionamos três bases de dados. Utilizamos filtros para coletar os dados em duas línguas, a portuguesa e a inglesa, para aferir, nos resultados da pesquisa, como o assunto comporta-se em espaços geográficos distintos e optamos por observar os resultados quando utilizamos filtros para termos de busca no singular e no plural e assim esclarecer se a concordância gramatical ou erro de digitação podem comprometer resultados. Na primeira etapa da pesquisa, selecionamos termos livres para compará-los, na segunda etapa, aos termos específicos para, desta forma, analisar qual a diferença entre eles.

A análise dos dados foi realizada com o critério de avaliar os cinco primeiros artigos recuperados, devido a extensão dos dados coletados. A análise ocorreu de forma quantitativa e comparativa entre a primeira, com os descritores no contexto da pesquisa livre, e a segunda, com os descritores relacionados aos termos específicos ligados ao campo da OI e OC.

Observamos os resultados obtidos na primeira etapa, considerando as duas primeiras tabelas e selecionamos os cinco primeiros resultados da pesquisa na base de dados da Brapci com o filtro da língua portuguesa, já que foi o resultado mais expressivo das três bases analisadas, e assim, realizamos uma análise comparativa cruzando os resultados das duas tabelas, com descritores abertos *versus* descritores específicos, criando-se uma tabela com o título recuperado, autor, relação com o tema e posição da recuperação referente a cada descritor selecionado da tabela 1 e da tabela 2.

Na tabela 1 os descritores foram nomeados da seguinte maneira:

1. descritor 1 - Objetivo do desenvolvimento sustentável;
2. descritor 2 - Objetivos do desenvolvimento sustentável;
3. descritor 3 - ODS;
4. descritor 4 - Sustentabilidade.

Na tabela 2 os descritores foram nomeados desta forma:

- descritor 1 - Objetivo do desenvolvimento sustentável na organização da informação;
- descritor 2 - Objetivos do desenvolvimento sustentável na organização da informação;
- descritor 3 - ODS na organização da informação;
- descritor 4 - Sustentabilidade na organização da informação.

Para a finalização do estudo, cruzamos os resultados das pesquisas, com descritores livres *versus* descritores específicos, verificando quais títulos, autores, relação com os ODS da Agenda 2030 definida pela ONU, se destacam em relação à necessidade e satisfação das respostas encontradas durante as buscas feita pelo usuário e a análise quantitativa em relação ao cruzamento dos dados.

A Relação dos ODS na OI e OC: discussão dos resultados

Iniciamos a apresentação dos resultados com a tabela 1 para demonstrar os descritores selecionados nos termos livres. Na sequência, a tabela 2, apontando aos resultados referentes aos descritores com termos específicos relacionados à Organização da Informação e à Organização do Conhecimento encontrados nas bases de dados, como podem ser visto abaixo:

Tabela 1 - Descritores para busca aberta referente às temáticas ODS e sustentabilidade

	Objetivo do desenvolvimento sustentável	Objetivos do desenvolvimento sustentável	ODS	Sustentabilidade
Brapci	218	185	147	430
Brapci (em inglês)	43	115	43	411
Elsevier/Scopus	0	0	172	0
Elsevier/Scopus	190	187	218	556

(em inglês)				
Scielo	498	213	118	2611
Scielo (em inglês)	79	225	59	4152

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No primeiro levantamento, considerando os descritores em busca livre, encontramos para os termos “objetivo (s) do desenvolvimento sustentável” (descritor 1 e 2) e “sustentabilidade” (descritor 4) os seguintes resultados:

- Brapci - para os descritores 1 e 2, mais respostas em língua portuguesa (218 no singular e 185 no plural) do que em língua inglesa (43 no singular e 115 no plural);
- Elsevier/Scopus - para os descritores 1 e 2, não aparecem respostas em língua portuguesa, apenas na língua inglesa (190 no singular e 187 no plural);
- Scielo - para os descritores 1 e 2, nota-se resultados heterogêneos comparando a língua portuguesa e inglesa, sendo no singular, maiores resultados na língua portuguesa (498) comparado à língua inglesa (79) e no plural, maiores resultados na língua inglesa (225) comparado à língua portuguesa (213). Para o descritor 4 “sustentabilidade”, houve uma resposta muito maior com o termo na língua inglesa (4152) comparado ao termo na língua portuguesa (2611).

Para a sigla - ODS - (descritor 3) as respostas são:

1. Brapci e Scielo - maior resultado na língua portuguesa comparado à língua inglesa, sendo a base Brapci com 71% a mais na língua portuguesa e a Scielo com 50% na mesma língua;
2. Elsevier/Scopus - 79% maior nos resultados para a língua inglesa.

Em relação à identificação dos descritores no singular e no plural, observamos alterações significativas nas respostas das pesquisas nas bases Brapci e Scielo, sendo que na base Brapci, figura 37% menor para o singular. Já na base Scielo, o resultado é 43% menor para o plural, diferente da base Elsevier/Scopus onde a diferença em relação aos termos no singular ou plural é de apenas 2%.

Tabela 2 - Descritores específicos relacionados a OI e OC

	Objetivo do desenvolvimento sustentável na Organização da Informação	Objetivos do desenvolvimento sustentável na Organização da Informação	ODS na OI e OC	Sustentabilidade na Organização da Informação e Organização do Conhecimento
Brapci	29	32	0	20
Brapci (em inglês)	1	7	0	12
Elsevier/Scopus	0	0	0	0
Elsevier/Scopus (em inglês)	62	61	0	39
Scielo	0	0	0	0
Scielo (em inglês)	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No segundo levantamento, nota-se uma redução significativa nos resultados com os descritores específicos na temática da sustentabilidade dentro das áreas de organização da informação e organização do conhecimento, quando comparada ao primeiro levantamento com os termos descritos voltados à pesquisa aberta, apontando uma média de queda de 98%, quando comparado a 10.870 recuperações de resultados na tabela 1 *versus* 263 recuperações de resultados da tabela 2.

Na base de dados Scielo não se obteve nenhum resultado com os descritores pesquisados, tanto em língua portuguesa quanto em língua inglesa. Todavia, tivemos resultados nas outras duas bases de dados pesquisadas, que foram:

1. Brapci - para o descritor 1 (Objetivo do desenvolvimento sustentável na Organização da Informação) com o termo no singular e o descritor 2 com o mesmo termo no plural, a diferença de resultado é menor quando usada na língua portuguesa, comparada com a língua inglesa. Para o descritor 3 não obtivemos resultado e o descritor 4 obtivemos um resultado maior na língua portuguesa comparada à língua inglesa.
2. Elsevier/Scopus - os 4 descritores na língua portuguesa não trouxeram resultados, no entanto, na língua inglesa aparecem resultados para os descritores 1, 2 e 4, e nenhum resultado para o descritor 3.

A base de dados "Brapci", considerando que foi a única base de dados que nos trouxe respostas tanto na língua portuguesa quanto na a língua inglesa, enquanto as duas outras bases de dados pesquisadas - Elsevier/Scopus e Scielo - nas pesquisas com termos em língua portuguesa, não trouxeram nenhum resultado durante as pesquisas. Optamos por analisar os resultados em língua portuguesa, já que foram os maiores resultados obtidos dentro da base de dados Brapci.

Os quadros 1, 2, 3 e 4, mencionados a seguir, trazem a análise dos 5 primeiros resultados obtidos da tabela 1 com os descritores para a busca aberta:

Quadro 1 - Cruzamento dos dados recuperados da tabela 1 com descritor 1 (Objetivo do desenvolvimento sustentável)

Títulos e links	Relação com os ODS	Posição na lista da busca
Ciência e sustentabilidade: análise da contribuição das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica da região sudeste para os objetivos do desenvolvimento sustentável. https://www.brapci.inf.br/v/306083	Sim	1ª
Agenda 2030 e as bibliotecas https://www.brapci.inf.br/v/203292	Sim	2ª
Os anais do xxvii CBBD e sua aderência às diretrizes da ifla aos objetivos de desenvolvimento sustentável da onu https://www.brapci.inf.br/v/168981	Sim	3ª
Percurso da ciência da informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável https://www.brapci.inf.br/v/120776	Sim	4ª
Abordagens arquivísticas internacionais sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável https://www.brapci.inf.br/v/197108	Sim	5ª

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A Brapci, base de dados em ciência da informação, utilizada para subsidiar o quadro acima, que busca recuperar resultados referentes ao primeiro descritor utilizado na tabela 1 - Objetivo do desenvolvimento sustentável - traz títulos pertinentes ao assunto. Observando os cinco primeiros resultados, conforme meta estabelecida para análise dos dados coletados, conferimos que os títulos recuperados não aparecem em uma sequência lógica de assuntos, e sim de maneira aleatória, iniciando com um título referente a ciência e sustentabilidade, logo após um título referente a agenda 2030 e as biblioteca, podendo atribuir esta forma de recuperação à ferramenta de organização do conhecimento implantada para a indexação dos documentos na base de dados. Averiguamos também que os documentos recuperados demonstram uma distância de período, com datas que vão do ano de 1995 ao ano de 2024, esclarecendo que recuperamos poucos resultados durante um longo tempo, com intervalo de 29 anos. Dos cinco primeiros títulos recuperados, o primeiro título é um trabalho em evento e os outros quatro títulos são artigos científicos.

Quadro 2 - Cruzamento dos dados recuperados da tabela 1 com descritor 2 (Objetivos do desenvolvimento sustentável)

Títulos e links	Relação com os ODS	Posição na lista da busca
Ciência e sustentabilidade: análise da contribuição das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica da região sudeste para os objetivos do desenvolvimento sustentável https://www.brapci.inf.br/v/306083	Sim	1ª
Uso de ferramentas bibliométricas em pesquisa sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável https://www.brapci.inf.br/v/257699	Sim	2ª
Os anais do xxvii CBBD e sua aderência às diretrizes da ifla aos objetivos de desenvolvimento sustentável da onu https://www.brapci.inf.br/v/168981	Sim	3ª
Percurso da ciência da informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/onu https://www.brapci.inf.br/v/120776	Sim	4o.
Alinhamento da produção científica da universidade federal do pernambuco com a agenda 2030 da onu: um olhar sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável https://www.brapci.inf.br/v/306009	Sim	5o.

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No quadro 2, em continuidade a análise de cruzamento dos dados pesquisados, ainda em referência a tabela 1 agora com o descritor 2 - Objetivos do desenvolvimento sustentável - traz títulos pertinentes ao assunto. Observando os cinco primeiros resultados, conforme meta estabelecida para análise dos dados coletados, conferimos que os títulos recuperados não aparecem em uma sequência lógica de assuntos, e sim de maneira aleatória, desta vez trazendo títulos como ciência e sustentabilidade e na sequência outro título com a temática do uso de ferramentas bibliométricas, atribuindo esta forma de recuperação a ferramenta de organização do conhecimento utilizada na indexação dos documentos na base de dados. As datas referentes aos títulos recuperados são atuais, entre os anos de 2019 a 2024. Dos cinco primeiros títulos recuperados neste quadro, o primeiro, segundo e o quinto títulos são trabalhos em eventos e os outros dois títulos são artigos científicos.

Quadro 3 - Cruzamento dos dados recuperados da tabela 1 com descritor 3 (ODS)

Títulos e links	Relação com os ODS	Posição na lista da busca
Os estudos dos ods são uma prioridade no campo da psicologia social? Vantagens e limitações para classificação de publicações sobre ods https://www.brapci.inf.br/v/258916	Sim	1ª
Avaliação da integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos planos de estudo de informação e documentação https://www.brapci.inf.br/v/259056	Sim	2ª
Promoção dos ods nas bibliotecas de universidades federais brasileiras: influência das práticas informacionais e das comunidades de prática na atuação dos bibliotecários https://www.brapci.inf.br/v/226826	Sim	3o.
As bibliotecas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável: um mapeamento das ações de mediação da informação da biblioteca pública benedito leite e seu alinhamento com os ods no maranhão https://www.brapci.inf.br/v/342118	Sim	4o.
Integrating the sustainable development goals (sdgs) in information and documentation https://www.brapci.inf.br/v/318261	Sim	5ª

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Analisando os cinco primeiros resultados, verificamos que os títulos recuperados não aparecem em uma sequência lógica de assuntos, como nos outros quadros mencionados anteriormente, a recuperação dos títulos aparece de forma aleatória, como o primeiro título sobre estudos dos ods no campo da psicologia social e o segundo título sobre a avaliação da integração dos objetivos do desenvolvimento sustentável nos planos de estudo de informação e documentação, o que pode ser atribuído pela indexação dos documentos na base de dados. Neste quadro

as datas referentes aos títulos recuperados também são atuais, como no quadro anterior, com datas entre os anos de 2022 e 2024. Dos cinco primeiros títulos recuperados, o quarto título é um trabalho em evento, enquanto os outros quatros títulos são artigos científicos.

Quadro 4 - Cruzamento dos dados recuperados da tabela 1 com descritor 4 (Sustentabilidade)

Títulos e links	Relação com os ODS	Posição na lista da busca
Análise sobre as normas e dos indicadores de sustentabilidade e a sua integração para gestão corporativa https://www.brapci.inf.br/v/53141	Sim	1ª
Urgências climáticas e as dimensões da sustentabilidade: o que a ciência da informação tem a ver com isso? https://www.brapci.inf.br/v/342166	Sim	2ª
Abordagens arquivísticas internacionais sobre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável https://www.brapci.inf.br/v/197108	Sim	3ª
A produção científica brasileira em ciência da informação sobre a sustentabilidade em bibliotecas https://www.brapci.inf.br/v/343163	Sim	4ª
Sustentabilidade informacional: relevância de discussão de temática do desenvolvimento sustentável na Ciência da Informação https://www.brapci.inf.br/v/124324	Sim	5ª

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No quadro 4, onde cruzamos os dados da tabela 1 com o descritor 4 - sustentabilidade - os títulos recuperados são pertinentes ao assunto buscado. Conforme a meta estabelecida de averiguar os cinco primeiros resultados recuperados para a análise dos dados coletados, os títulos não aparecem em uma sequência lógica de assuntos, e sim de maneira aleatória, da mesma maneira que se apresentou nos quadros supracitados, que pode ser atribuída pela forma de indexação dos documentos na programação da base de dados, com o primeiro título recuperado sobre o assunto de análise de normas e indicadores de sustentabilidade e sua integração para gestão corporativa e o segundo título sobre urgências climáticas e as dimensões da sustentabilidade. Para a análise deste descritor nesta tabela, temos períodos parecidos com os encontrados no quadro 1, com datas que vão do ano de 1995 ao ano de 2024, esclarecendo que recuperamos poucos resultados durante um longo tempo, com intervalo de 29 anos. O primeiro e o terceiro títulos recuperados são oriundos de artigos científicos, enquanto os outros três títulos são provenientes de trabalhos em eventos.

Observamos que os títulos recuperados em todas as buscas feitas nos quadros 1, 2, 3 e 4, com os quatro descritores sugeridos e nas primeiras cinco posições, conforme meta estabelecida para análise dos resultados, as respostas encontradas de trabalho em evento, são do ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação) e EBBC (Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria), enquanto os artigos científicos têm respostas em variados títulos de revistas científicas como: Revista Eletrônica ABDF (Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal), Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Revista ACB (Associação Catarinense de Bibliotecários): Biblioteconomia em Santa Catarina, Boletín del Instituto de Investigaciones Bibliográficas (México), Revista EDICIC, Página A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), Ibersid: revista de sistemas de información y documentación.

Os quadros 5, 6 e 7, que estudaremos na sequência, demonstram a análise dos resultados referente à tabela 2 onde exploramos os descritores ligados ao campo da OI e OC.

Quadro 5 - Cruzamento dos dados recuperados da tabela 2 com descritor 1 (Objetivo do desenvolvimento sustentável na organização da informação)

Títulos e links	Relação com os ODS	Posição na lista da busca
Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de estocolmo aos dias atuais https://www.brapci.inf.br/v/3397	Sim	1ª

Aproximação das bibliotecas comunitárias com os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030 https://www.brapci.inf.br/v/197265	Sim	2ª
Bibliotecas comunitárias catarinenses contribuindo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 https://brapci.inf.br/v/298419	Sim	3ª
A agenda 2030 da organização das Nações Unidas e as bibliotecas da câmara dos deputados e do senado federal https://brapci.inf.br/v/134751 https://www.brapci.inf.br/v/134751	Sim	4ª
Desinformação e discurso de ódio nas ações judiciais das eleições/2022 https://www.brapci.inf.br/v/342329	Sim	5ª

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No quadro 5, em continuação do cruzamento dos dados, agora em referência à tabela 2 com o descritor 1 - Objetivo do desenvolvimento sustentável na Organização da Informação - os títulos recuperados são pertinentes ao assunto buscado, contudo, com apenas 13% de respostas em comparação à tabela 1. Observando os cinco primeiros resultados, conforme meta estabelecida para análise dos dados coletados, da mesma maneira que encontramos nos quadros anteriores, conferimos que os títulos recuperados não aparecem em uma sequência lógica de assuntos, e sim de maneira aleatória, onde neste quadro o primeiro título recuperado traz o assunto da sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação e o segundo título é sobre a aproximação das bibliotecas comunitárias com os ods, que pode ser atribuída pela forma de indexação dos documentos na base de dados devido às ferramentas de organização do conhecimento implementadas. O período de estudo dos documentos recuperados neste quadro coincide com dos quadros 1 e 4, com datas que vão do ano de 1995 ao ano de 2024, demonstrando que recuperamos poucos resultados durante um longo tempo, com intervalo de 29 anos. Dos cinco primeiros títulos recuperados nesta tabela, os quatro primeiros são artigos científicos publicados em revistas e o quinto é um trabalho em evento.

Quadro 6 - Cruzamento dos dados recuperados da tabela 2 com descritor 2 (Objetivos do desenvolvimento sustentável na organização da informação)

Títulos e links	**Relação com os ODS**	**Posição na lista da busca**
Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de estocolmo aos dias atuais https://www.brapci.inf.br/v/3397	Sim	1ª
Bibliotecas comunitárias catarinenses contribuindo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 https://brapci.inf.br/v/298419	Sim	2ª
Aproximação das bibliotecas comunitárias com os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030 https://www.brapci.inf.br/v/197265	Sim	3ª
A organização da informação e a agenda 2030: a interoperabilidade e o desenvolvimento sustentável https://www.brapci.inf.br/v/169217	Sim	4ª
Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar https://www.brapci.inf.br/v/43565	Sim	5ª

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No quadro 6, analisando o cruzamento dos dados pesquisados da tabela 2 com o descritor 2 - Objetivos do desenvolvimento sustentável na Organização da Informação - os títulos recuperados são pertinentes ao assunto buscado, contudo com 17% de respostas em comparação à tabela 1. Trabalhando na mesma linha de estudo, observando os cinco primeiros resultados, conforme meta estabelecida para análise dos dados coletados, conferimos novamente que os títulos recuperados não aparecem em uma sequência lógica de assuntos, e sim de maneira aleatória, que pode ser atribuída pela forma de indexação dos documentos na base de dados, que traz, neste quadro, o primeiro título sobre a sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira e o segundo título sobre as bibliotecas comunitárias catarinenses contribuindo com os ods. Repetindo o período

dos quadros 1, 4 e 5, com datas que vão do ano de 1995 ao ano de 2024, averiguamos que poucos resultados foram recuperados durante um longo tempo, com intervalo de 29 anos. Todos os resultados recuperados desta tabela são títulos de artigos científicos publicados em revistas.

Quadro 7 - Cruzamento dos dados recuperados da tabela 2 com descritor 4 (Sustentabilidade na organização da informação)

Títulos e links	Relação com os ODS	Posição na lista da busca
Desenvolvimento sustentável empresarial: o uso da gestão da informação https://www.brapci.inf.br/v/40123	Sim	1ª
Memória do conhecimento: em busca de sustentabilidade para os objetos digitais https://www.brapci.inf.br/v/18436	Não	2ª
Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de estocolmo aos dias atuais https://www.brapci.inf.br/v/3397	Sim	3ª
Modelo de colaboração sistêmica: potencializando o compartilhamento do conhecimento no ecossistema das organizações https://www.brapci.inf.br/v/164868	Não	4ª
Monitoramento do agronegócio brasileirosustentável em relação ao mercado global https://www.brapci.inf.br/v/21080	Sim	5ª

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

No quadro 7, analisando o cruzamento dos dados pesquisados da tabela 2 com o descritor 4 - Sustentabilidade na Organização da Informação e Organização do Conhecimento - os títulos recuperados são pertinentes ao assunto buscado, contudo apenas 5% de respostas em comparação a tabela 1 e neste quadro, apresentando 1 dos resultados não compatível ao assunto estudado. Em continuidade a análise dos dados coletados, observando os cinco primeiros resultados, conforme meta estabelecida para análise dos dados coletados, aferimos novamente, como nos quadros supracitados, que os títulos recuperados não aparecem em uma sequência lógica de assuntos, e de maneira aleatória, traz o primeiro título sobre desenvolvimento sustentável empresarial no uso da gestão da informação e o segundo título, que não faz menção ao assunto estudado, sobre memória do conhecimento em busca de sustentabilidade para os objetos digitais. Podemos atribuir estes resultados aleatórios às ferramentas de organização do conhecimento escolhida para a indexação dos documentos na base de dados. Diferente dos quadros acima, o período apresentado neste estudo vai dos anos de 2014 a 2021, com intervalo de 7 anos. Todos os resultados recuperados desta tabela são títulos de artigos científicos publicados em revistas.

Não foi realizado o cruzamento com o descritor 3 da tabela 2 pois não houve nenhuma resposta para o mesmo.

Observamos que os títulos recuperados em todas as buscas feitas nos quadros 5, 6 e 7 com três descritores sugeridos e nas primeiras cinco posições, conforme meta estabelecida para análise dos resultados, as respostas encontradas em trabalho em evento, são do ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação), enquanto os artigos científicos têm respostas em variados títulos de revistas científicas como: RBBD - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Boletín del Instituto de Investigaciones Bibliográficas (México), PBCIB - Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, Inclusão Social - ibict, Ponto de Acesso - Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Ciência da Informação - ibict e AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento.

De forma geral, após as análises dos cruzamentos dos dados nos quadros de 1 a 7, a partir dos cincos primeiros resultados recuperados pela busca na plataforma de base de dados selecionada - Brapci, foi possível observar que nos quadros 1, 2, 3 e 4, onde comparamos os 4 descritores referindo-se a termos da pesquisa aberta, o resultado obtido

foi de 4 títulos repetindo-se entre os descritores. São eles:

1. Ciência e sustentabilidade: análise da contribuição das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica da região sudeste para os objetivos do desenvolvimento sustentável - aparecem na 1ª posição tanto para o descritor 1 quanto para o descritor 2.
2. Os anais do XXVII CBBD e sua aderência às diretrizes da IFLA aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU - aparecem na 3ª posição tanto para o descritor 1 quanto para o descritor 2.
3. Percurso da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/onu - aparecem na 4ª posição tanto para o descritor 1 quanto para o descritor 2.
4. Abordagens arquivísticas internacionais sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável - aparecem na 5ª posição para o descritor 1 e na 3ª posição para o descritor 4.

Observamos que o descritor 3, usando sigla, não cruza nenhum resultado com os outros descritores pesquisados referente à tabela 1 de termos ligados a pesquisa aberta.

Quando analisamos os resultados do cruzamento dos dados das tabelas 7, 8 e 9, onde comparamos 3 dos 4 descritores pesquisados, já que o descritor 3 da tabela 2, usando sigla, não trouxe nenhuma resposta para as pesquisas, referindo-se a termos específicos ligados a OI e OC, o resultado obtido foi de 3 títulos, repetindo-se entre os descritores. São eles:

1. Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais - aparecem na 1ª posição para os descritores 1 e 2, e na 3ª posição para o descritor 4.
2. Aproximação das bibliotecas comunitárias com os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030 - aparecem na 2ª posição para o descritor 1 e na 3ª posição para o descritor 2.
3. Bibliotecas comunitárias catarinenses contribuindo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 - aparecem na 3ª posição para o descritor 1 e na 2ª posição para o descritor 2.

Notamos que os resultados obtidos esclarecem que a temática da sustentabilidade, principalmente a Agenda 2030 da ONU com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, é um assunto com espaço para ser trabalhado e discutido principalmente quando ligamos pesquisas específicas na área de concentração da OI e OC.

Concluímos que, de forma ampla, quando trabalhamos a média dos resultados obtidos entre os 4 descritores utilizados na pesquisa da base de dados selecionada - Brapci - na língua portuguesa, encontramos uma diferença de aproximadamente 90% maior para a tabela 1, considerando os descritores da pesquisa aberta versus a tabela 2, com os descritores ligados a OI e OC. Desta forma, observamos distinções na recuperação das informações entre as tabelas estudadas, sendo uma média de 245 resultados referente à tabela 1 versus 20 resultados referente à tabela 2.

Em continuidade, aferimos que a pesquisa utilizando a sigla ODS (descritor 3) traz resultados diferentes para recuperação de informação ligando os objetivos do desenvolvimento sustentável para pesquisa aberta, já que os títulos

recuperados não cruzam com nenhum outro descritor ou nem mesmo recupera resultado, como referente a tabela 2.

No entanto, a diferença de singular ou plural (descritores 1 e 2), nos termos pesquisados, não interferem efetivamente nos resultados recuperados, pois são os títulos que mais se repetem no cruzamento dos dados.

Quando abordamos os resultados através de quesitos qualitativos, os títulos recuperados, dentro dos sete quadros analisados (quadros 1 a 7), demonstram eficiência de resultado, uma vez que a maioria dos títulos apresentados, dentre os cinco primeiros resultados utilizados em cada busca, tem referência com o tema proposto nos descritores apontados, com 6% de não efetividade nas respostas, com apenas dois títulos sem referência com o tema proposto, aparecendo quadro 7 nas segunda e quarta posições.

Considerações Finais

É notável como o acesso à informação e ao conhecimento está disponível e apesar de parecer simples, fácil e acessível, não é bem assim. Todo o processo de organização da informação e do conhecimento, através de seus sistemas, é um trabalho intenso e contínuo.

A informação faz parte da nossa rotina diária, tanto pessoal, quanto profissional. Quando pensamos em nossa rotina pessoal, buscamos e recebemos informações a todo momento, algumas, no entanto, de forma imperceptível, como: Será que está chovendo? Informação necessária para saber como nos vestir, por exemplo, ou para escolher como transitar de casa para o trabalho ou de casa para escola e esta informação pode ser encontrada no ato de olharmos pela janela, pode não estar chovendo naquele momento, mas a informação que recebemos ao olhar para o céu, que porventura esteja nublado, nos incentivará a buscar outra informação, se poderá chover, e assim, consequentemente, é possível buscar outras fontes de informação para sanar esta lacuna, como em aplicativos de previsão do tempo ou noticiário na televisão.

Deste modo, é perceptível a evolução e a complexidade pelo acesso às informações. Quando o nível de dificuldade se eleva, esse acesso não é mais fácil e simples de buscar, ele já se torna mais preciso e, consequentemente, mais escondido, e é neste ponto que enxergamos em nossos estudos como as ferramentas ligadas aos sistemas de organização do conhecimento são importantes.

O trabalho de classificar, indexar, criar tesauros, taxonomias, ontologias, é essencial para que a busca satisfatória da informação, pelo usuário, que precisa atender alguma necessidade informacional e que em algum momento poderá se transformar em conhecimento, aconteça.

Como podemos verificar, os trabalhos desenvolvidos em organização da informação e organização do conhecimento em relação ao tema dos objetivos do desenvolvimento sustentável podem ser mais desenvolvidos. Poderiam ser mais eficientes ao relacionar os descritores a termos minimamente divergentes como: plural, singular, termos em língua portuguesa ou língua inglesa e ligação com siglas, visto que a recuperação da informação seria mais eficaz no retorno de respostas de documentos envolvendo estudos na área.

Quando observamos a recuperação da informação dentro da abordagem qualitativa, é possível averiguar que apenas 6% das respostas recuperadas não trazem vínculo com os termos pesquisados, demonstrando um baixo índice de divergência, no entanto, dentro de uma abordagem quantitativa, ao que se refere os estudos dentro da tabela 2 com referência ao campo da organização da informação, temos uma grande divergência de resultados, com redução de 98% comparado aos estudos da tabela 1 com termos voltados à pesquisa livre, sendo 10.870 recuperações de resultados na tabela 1 (termos referente a

pesquisa aberta) *versus* 263 recuperações de resultados da tabela 2 (termos referente ao campo da organização da informação).
Por fim, sugerimos que sejam realizados estudos mais intensivos na área, relacionando o tema dos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Referências

Almeida, C. C. (2011). Desafios para uma teoria Peirceana da Organização da Informação e do Conhecimento. In SILVA, F. C. C.; SALES, R. (Org.) Cenários da Organização do Conhecimento: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, 296 p. Parte I Olhar teórico conceitual, p. 71/86.

Carlan, E & Brãscher, M. (2015). Fundamentos Teóricos para Elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento. In Baptista, D.M & Júnior, R. H. A. (Org.). Organização da Informação: abordagens e práticas. Brasília: Thesaurus, 241 p. Capítulo 6 135/158.

Geraldo, G., Pinto, M. D. de S., & Duarte, E. J. (2023). A sustentabilidade informacional pode ser vista como um novo paradigma da Ciência da Informação? Informação & Informação, 27(4), 229–253. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n4p229. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44389

Geraldo, G., & Pinto, M. D. de S. (2019). Percursos da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. Revista ACB, 24(2), 373–389. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1597. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1597

Gil, Antonio Carlos. (2021). Como Fazer Pesquisa Qualitativa. 1º. Edição. Barueri: Atlas.

Hjorland, Birger. (2015). Theories are Knowledge Organizing Systems (KOS). Knowledge Organization. 42(2), 113-128. https://www.researchgate.net/publication/281676363_Theories_are_Knowledge_Organizing_Systems_KOS acesso em 12 de setembro de 2024.

Lima, J.L.; Alvares, L. (2012). Organização e representação da informação e do conhecimento. In: Alvares, L. (Org.) Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 248 p. Capítulo 1, p. 21/48.

Mazzocchi, F. (2018). “Knowledge Organization System (KOS): An Introductory Critical Account.” Organização do Conhecimento 45(1): 54-78. 113 referências. DOI:10.5771/0943-7444-2018-1-54.

Pando, D. A., Almeida, C. C. (2015, noviembre 19-20). Organização da informação e do conhecimento no contexto da Ciência da Informação: da análise terminológica à reflexão epistemológica. En XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal. Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia. https://iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/7f875-54_pando.pdf Acesso em 13 de janeiro de 2025.

Revez, J. M. R. & Silva, C. G. da. (2021). A Organização da Informação e a Agenda 2030: a interoperabilidade e o desenvolvimento sustentável. Ponto de Acesso, 15(3). https://doi.org/10.9771/rpa.v15i3.47474 Disponível em: https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/47474 Acesso em 14 de janeiro de 2025.

Rodriguez, S. T., Fujita, M. S. L. and Neves, D. A. de B. (2016). Indexting in Records Managements. In International Society for Knowledge Organization (ISKO). Knowledge Organization for a Sustainable World: Challengs and Perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society. Rio de Janeiro, Brazil: Ergon, 234-242 p.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO *LIBRARY PUBLISHING*: EXPERIÊNCIAS EDITORIAIS DE BIBLIOTECAS DO NORTE AO SUL GLOBAL

Lucas dos Santos Souza da Silva, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI Ibict), https://orcid.org/0000-0001-8048-5316, Brasil, ***lucassilva@discente.ibict.br***

Dayanne da Silva Prudencio, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI Ibict), https://orcid.org/0000-0001-8346-2160, Brasil, ***dayanneprudencio@ibict.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6719

Eixo: Perspectivas para a Profissão e Contributos das Associações Profissionais

Introdução

Ao longo da história, as bibliotecas são instituições que vem se posicionando no centro da aquisição, gestão e compartilhamento de informações e conhecimento para sua comunidade. À medida que novas tecnologias vão surgindo e sendo cada vez mais aprimoradas de acordo com as necessidades socio-culturais de seu tempo, os bibliotecários e sua equipe veem-se diante de novos desafios para apropriá-las, e aplicar novas técnicas de trabalho e assim oferecer novos serviços para seus usuários.

Neste contexto moderno e globalizado, marcado pela rápida transformação digital e pelo acesso facilitado à informação, a criação e publicação de conteúdos científicos tornaram-se processos mais dinâmicos e colaborativos. Nesse contexto, as bibliotecas ampliaram seu papel tradicional, assumindo funções estratégicas na produção e disseminação do conhecimento. Reconhecem, portanto, oportunidades para exercer atividades criativas relacionadas a curadoria e produção editorial, apoiando a produção de conhecimento institucional e sua disseminação livre.

Neste artigo, o serviço editorial em bibliotecas será o foco. A ideia de abordar este tópico neste artigo vem da pesquisa desenvolvida ao longo do projeto de monografia do autor, defendida ao final da sua graduação em Biblioteconomia (Bacharelado) como requisito final, em que apresentou as experiências de produção editorial em bibliotecas universitárias, com considerável destaque sobre as experiências internacionais.

Segundo autores como Araújo (2008), Jelusic & Stricevic (2011), o desenvolvimento de atividades relacionadas a editoração vinham sendo executadas por bibliotecários desde os tempos mais remotos, com considerável participação na edição e publicações de livros, catálogos, relatórios técnicos, periódicos, entre outros materiais de informação. Entretanto, com a especialização demandada pela evolução das mídias e tecnologias e a profissionalização do editor se encarregando do fluxo de produção e normalização técnicas de originais, o bibliotecário foi paulatinamente perdendo seu protagonismo nestes projetos, e assim precisou ressignificar sua operação, conforme prioridades institucionais.

Porém, Bonn & Furlough (2015) expõe que o interesse por editoração e publicação nas bibliotecas universitárias foi sendo resgatado nas últimas décadas, aproximadamente na transição do século XX para XXI, devido a alguns fatores estruturais no cenário de comunicação científica que revolucionaram o *modus operandi* da produção e publicação científica.

Os autores externam a preocupação com a restrição do orçamento para o desenvolvimento de acervo das bibliotecas, desproporcional a demanda por usuários por materiais para a atualização de seus conhecimentos e a insustentável inflação dos

modelos de negócios dos grandes conglomerados editoriais científicos comerciais, para acesso a livros, periódicos, e outros materiais científicos pela comunidade científica.

Por outro lado, o desenvolvimento e introdução de novas tecnologias digitais instigaram a transição por práticas de distribuição e publicação científicas norteadas pelos Princípios do Acesso Aberto. Com a construção de infraestruturas digitais acessíveis, como bibliotecas e repositórios digitais, nas universidades e instituições de pesquisa especialmente, as bibliotecas foram visualizando novas formas de se reinventar diante de novos desafios institucionais prioritários.

Por meio da experiência no traquejo de novas mídias e formatos de publicação, partiram a apoiar a produção de conhecimento institucional desenvolvendo processos de produção mais simples, de baixo custo para publicação. No campo de publicações acadêmico-científicas, o fenômeno *Library Publishing* foi ganhando força no cenário internacional, especialmente no norte-global, tratando-se de projetos editoriais desenvolvidos em bibliotecas de universidades e institutos de pesquisa, em apoio a publicação de obras originais das instituições.

Nos últimos 15 anos, são muitas experiências prósperas sistematizadas na literatura internacional. Santillán-Aldana & Mueller (2016) ressaltam a *Library Publishing Coalition* (*LPC*) nos Estados Unidos como uma organização que trouxe visibilidade aos serviços editoriais e de publicação em bibliotecas e se tornou uma rede colaborativa de apoio e compartilhamento de saberes sobre tais práticas.

Em essência, este artigo tem como objetivo apresentar como se deu a internacionalização do movimento *Library Publishing*, dos serviços editoriais em bibliotecas universitárias, seja a partir de formação de laços e diálogos com profissionais de variados campos, com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, com organizações, redes de conhecimento e instituições já estabelecidas, até a criação de redes e grupos próprios de trabalho, como a *LPC*, para reunir iniciativas editoriais em bibliotecas que até então estavam isoladas e necessitavam compartilhar conhecimentos, recursos e boas práticas para avançar sobre o campo.

Assim, tratará sobre as iniciativas que propiciaram o ressurgimento de práticas editoriais em bibliotecas universitárias nos últimos anos, e a formação da rede de bibliotecas publicadoras *LPC* e seu papel no avanço das comunidades de práticas e grupos de pesquisa sobre tais projetos no contexto internacional.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, explorando como universo de investigação o movimento internacional Library Publishing, adotando como método de pesquisa uma análise de conteúdo sobre a produção bibliográfica-documental sistematizada em bases de dados internacionais e pela *LPC*.

Primeiramente, foram executadas pesquisas bibliográficas na *Web of Science*, de ampla cobertura de assuntos e internacional e Brapci, de cobertura em Ciência da Informação e nacional, por artigos científicos e outros papers revisados por pares utilizando termos descritores que representassem o tema, como "*Library Publishing*" ou "editoração em bibliotecas". Foram selecionados materiais que tratassem do estado da arte dos serviços editoriais em bibliotecas no cenário internacional, da formação da *LPC* e de grupos de interesse neste ecossistema de publicações em bibliotecas. Foram excluídos materiais não revisados por pares, que não estivessem nos idiomas português, inglês ou espanhol, idiomas de proficiência dos autores.

Foi realizada também uma pesquisa documental no *website* da *LPC*, para trazer informações sobre seu histórico, seus processos e produtos desenvolvidos em vista de contribuir para o avanço do campo para sua comunidade de membros e internacionalmente.

Referencial Teórico

A origem do movimento *Library Publishing*

Como apontam Bonn e Furlough (2015), em suas origens, as bibliotecas sempre estiveram interessadas nos métodos e modelos econômicos da cadeia de publicação, uma vez que as bibliotecas possuem relações convergentes com editores, que em alguns momentos possuem parcerias exitosas e em outros passam por conflitos organizacionais e econômicos.

Okerson e Holzman (2015) constatam que algumas editoras universitárias nos Estados Unidos foram fundadas com relacionamentos próximos às bibliotecas e aos pesquisadores e que conforme foram expandindo o número de publicações, elas foram perdendo a dependência de suas bibliotecas e se tornando órgãos a parte.

Segundo Bargheer e Walker (2017), as transformações tecnológicas e a disrupção que a internet causou nos modelos de publicação impulsionaram a dinâmica dos processos envolvidos na editoração e publicação digital, permitindo que as bibliotecas se tornassem mais ativas no ciclo de comunicação científica, e assim viessem a investir ser um local para publicações para além da gestão de acervos informacionais.

> *No final do século XX, as possibilidades inspiradas pela tecnologia digital e pela comunicação em rede, juntamente com a crescente insatisfação dos consumidores (de bibliotecas) com os custos e as restrições de utilização impostas pelos editores comerciais, levaram algumas bibliotecas a explorar ativamente meios e modelos alternativos para a publicação académica. Ao longo da década de 1990, esta exploração teve frequentemente lugar através de parcerias com editoras comerciais, aconselhando e ajudando a moldar projetos inovadores de publicação acadêmica e através do fornecimento de infra-estruturas e orientação para a publicação acadêmica ou fornecendo fontes de coleções para digitalização (e relicenciamento de volta às bibliotecas) (Bonn & Furlough, 2015, p. 3).*

Okerson e Holzman (2015) revelam que em meados de 1992, a *Association of Research Libraries (ARL)* e a *Association of American University Presses (AAUP)* iniciaram a discussão em uma série de simpósios ocorridos em Washington DC (EUA) sobre parcerias em prol da evolução das práticas de publicação científica, almejando torná-las mais transparentes, colaborativas e acessíveis. Os autores destacam o discurso de David Seaman, diretor fundador da *Eletronic Text Center* na Universidade de Virginia, que evidenciou a atuação de bibliotecas na preparação e distribuição de textos eletrônicos que poderiam não ser disponibilizados através do processo de publicação tradicional.

Bonn e Furlough (2015) também ressaltam a criação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC) em 1998 pela *Association of Research Libraries* (ARL) como um marco para a defesa destas iniciativas abertas por bibliotecas que mais tarde se tornaria tão competitiva aos tradicionais preços altos de livros e periódicos dominados por editores comerciais.

Entre o final do século XX e o início do século XXI, alguns projetos desenvolvidos em bibliotecas foram catalisadores do movimento. Foram citados por Okerson e Holzman (2015) e por Bonn e Furlough (2015): o Projeto *MUSE*, *HighWire Press*, *JSTOR*, *The Text Creation Partnership*, *The Bryn Mawr Classical*, *Medieval Reviews*, entre outras parcerias para o desenvolvimento e distribuição de bases de dados pela *Chadwyck-Healey* (mais tarde, submergido pela *ProQuest*), e do Sistema de Informação de Papirologia Avançada que mostraram a capacidade das bibliotecas de criar infraestruturas e expandir sua área de atuação para práticas editoriais.

Também nesta transição para os anos 2000, destacam-se os primeiros esforços em financiar, implantar e desenvolver iniciativas *Library Publishing* nos EUA, como *CIAO* da Universidade Columbia, já em 1997, *eScholarship* da Universidade da Califórnia em 2000, o Escritório de Comunicação Científica da

Universidade de Michigan em 2001, Projeto *Euclid* da Universidade de Cornell em 2003.

Estratégias de construção de softwares de código aberto (*open-source*) também foram de grande valor para que bibliotecas experimentassem modelos alternativos de publicação eletrônica. Bonn e Furlough (2015) destacam o lançamento do *DSpace* em 2002, pelo MIT e o Hewlett-Packard Labs, que iniciou o movimento do repositório institucional e ofereceu meios para que bibliotecas pudessem coletar e compartilhar livremente os materiais de pesquisa produzidos pela comunidade acadêmica, e a criação do *Open Journal Systems* (OJS) em 2001 pelo *Public Knowledge Project* (PKP) na Universidade de Simon Fraser, que propicia a editoração eletrônica de periódicos com mais facilidade e suporte técnico sob o fluxo editorial. Este software vem sendo adotado por diversas bibliotecas universitárias ao redor do mundo, incluindo no Brasil com uma adaptação do software canadense, renomeado Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Atualmente, sua organização a PKP já se destaca com outros projetos e softwares de código aberto para apoiar outros processos de publicação em acesso aberto.

O relatório "*University Publishing in a Digital Age*", produzido por Brown, Griffiths e Rascoff (2007), respalda os grandes desafios das bibliotecas em negociar com os editores comerciais que vinham cobrando altas taxas de acesso às publicações, e considera como possível solução, as bibliotecas desenvolverem seus próprios sistemas de produção e publicação de materiais científicos, coordenando serviços convidando a colaboração da comunidade universitária.

Ainda que Okerson e Holzman (2015) comentem sobre o mapeamento realizado por Maxim (1965), nas bibliotecas da Inglaterra, foi em 2008, que foi publicado o primeiro mapeamento mais marcante do campo de iniciativas *Library Publishing*, empreendido por Karla Hanh, por meio de um survey distribuído sob apoio da *Association of Research Libraries* (ARL) aos seus membros, que revelou 35 bibliotecas com tais projetos. Sua importância se deve principalmente a proposição do conceito de "*Library Publishing*", definindo-o como conjunto de atividades e processos de produção de conteúdo visando a publicação, podendo ou não serem serviços prestados a repositórios institucionais, não considerando aqueles somente de gerenciamento, disseminação, ou digitalização de documentos, ou demais independentes oferecidos às editoras universitárias para difusão pelas bibliotecas (Hahn, 2008).

As iniciativas *Library Publishing* estão estruturadas e administradas de formas diversas, podendo ser a biblioteca como unidade gestora da editora universitária, a biblioteca como a própria produtora, editora, curadora, e publicadora de conteúdo, ou onde o serviço e responsabilidades são compartilhadas com as editoras e/ou outras entidades dos campi universitários (Lippincott, 2017). Somam-se também aqueles em que são desempenhados com outros órgãos comprometidos com os mesmos valores e visão, como sociedades científicas e organizações acadêmicas sem fins lucrativos (Bonn & Furlough, 2015, p. 6-7).

> *Nenhum argumento importante a priori mostra que a inovação na publicação deve vir dos campi das bibliotecas de hoje. Unidades acadêmicas poderosas, organizações de TI, imprensa existente ou iniciativas ad hoc podem, em princípio, atender a essas necessidades; mas as bibliotecas estão se tornando os novos "pontos de visita" em muitos campi quando se trata de inovação na publicação ou distribuição (Okerson & Holzman, 2015, p. 7, tradução nossa).*

Deville *et al.* (2019) afirma que as bibliotecas foram conscientemente e estrategicamente transformado seus papéis nos campi universitários. Logo, afirma que as bibliotecas buscam desenvolver atividades por produções originais locais, onde bibliotecários operam como produtores e co-editores de publicações, executados regularmente em cooperação com as editoras e imprensas universitárias, variando o grau de atuação das bibliotecas nestas parcerias.

Watkinson (2014) explica que as bibliotecas passaram a apoiar a publicação de sua comunidade institucional, através da apropriação de novos recursos eletrônicos para produção de documentos digitais e para publicação como plataformas digitais e inovar e empreender com novos projetos experimentais de publicações acadêmicas, com respeito a devida qualidade e integridade científica. Também explorando a ampla gama de produções relevantes que muitas das vezes não passam pelo filtro comercial de editores científicos, adotando workflows simples de trabalho.

Buscando aprimorar as habilidades e conhecimentos técnicos de sua comunidade profissional, os bibliotecários se empenham a educar uma nova geração de profissionais sobre serviços em apoio a publicação, desempenhando serviços de gestão de dados, de preservação digital, de aconselhamento sobre direitos autorais em respeito às novas demandas de sua comunidade. O objetivo, sobretudo, seria corresponder e beneficiar os pesquisadores, a academia, e certamente as bibliotecas que demonstram diretamente através destes projetos a sua missão em disseminar democraticamente a informação científica.

Para explorar a pluralidade de possibilidades com os serviços editoriais em bibliotecas, foi desenvolvida nos Estados Unidos pelo Instituto *Educopia* em 2012 uma pesquisa para mapear as bibliotecas que desenvolvem tais projetos e com isso formar uma rede de apoio entre essas bibliotecas sobre estas práticas (Schlosser, 2018). No próximo tópico, será abordada a criação da *LPC*, como uma organização de bibliotecas membros que assumem um compromisso em avançar o desenvolvimento de projetos editoriais em bibliotecas.

Library Publishing Coalition: fundação e sua agenda

Em 2012, a organização de um projeto financiado pelo *Institute of Museum and Library Services* (IMLS) "*Library Publishing: strategies for success*" cuja pesquisa se deu em parceria entre a Universidade Purdue, o Instituto de Tecnologia da Geórgia, e a Universidade de Utah trouxe resultados significativos sobre os serviços editoriais desenvolvidos em bibliotecas norte-americanas, de universidades e de instituições de pesquisa (Schlosser, 2018).

O retorno interessado da comunidade expôs a necessidade de construir meios de expansão das infraestruturas pelas quais as bibliotecas poderiam se capacitar. Desta forma, com o projeto finalizado, a Universidade Purdue, a Universidade do Norte do Texas, a Virginia Tech, e o Instituto Educopia proativamente elaboraram uma proposta para uma organização orientada a comunidade de bibliotecas publicadoras - a *Library Publishing Coalition* (*LPC*).

Fundada em janeiro de 2013, em primeiro momento, buscou reunir bibliotecas acadêmicas e de pesquisa com projetos ativos de editoração e publicação localizadas dentro do território estadunidense e canadense. Mais de 50 bibliotecas se associaram para participar no planejamento inicial de dois anos da *LPC*. Em paralelo, a *LPC* se dedicou a eleger um painel de gestores para organização das atividades em concordância com as visões de seus membros (Schlosser, 2018).

Em seu primeiro ano de formação, em 2013, a *LPC* se organizou coletivamente em comunidade, buscando financiamento de projetos e arrecadando fundos de seus membros para gerir a organização e alcançar mais visibilidade (Lippincott, 2016). A rede passou a cobrar uma taxa de 2000 dólares ao ano para instituições se associarem a comunidade e contribuir coletivamente para o desenvolvimento dos programas de editoração em bibliotecas, compartilhando conhecimentos e trabalhando juntos para enfrentar desafios em escala.

O Instituto *Educopia* se encarregou de sua administração, servindo como instituição legal e fiscal capaz de oferecer um programa semiestruturado e recursos básicos para orientar a comunidade de bibliotecas afiliadas sobre planejamento do negócio, governança, como atrair a participação da comunidade acadêmica, desenvolvimento de pesquisa e sustentabilidade dos programas editoriais (Schlosser, 2018).

Para isso, criou um planejamento de 2 anos, onde buscou desenvolver os primeiros projetos, como a criação da sua identidade visual e do *website* oficial descrevendo sua missão valores aliados a comunidade de membros para publicidade, a coordenação de conferências internacionais, e mais importante dentre eles – o primeiro mapeamento dos serviços editoriais em bibliotecas, publicado como *Library Publishing Directory*. Almejava-se mapear os serviços editoriais das bibliotecas globalmente e documentar suas práticas para fomentar alianças estratégicas em perspectiva de avançar o desempenho dos programas. Para isso, sistematizou as bibliotecas publicadoras, seus modelos de negócio, as mídias e formatos de publicação desenvolvidos por cada uma, e outras informações pertinentes. Começou com perguntas de base, como:

> *Quantas bibliotecas definem suas atividades de comunicação científica como "publicação"? Há quanto tempo elas estão fazendo esse trabalho? Com quem fazem parcerias? Que tipos de publicações estão produzindo? As bibliotecas estão oferecendo produtos e/ou serviços específicos para seus campi? Que porcentagem de suas publicações é revisada por pares? Quantos membros da equipe estão trabalhando nessa atividade e como estão financiando suas atividades? Existem modelos e tendências identificáveis nesse subcampo de publicação atualmente? (Lippincott, 2014, p. viii-ix)*

A *LPC* se declara aberta a qualquer biblioteca universitária ou de pesquisa interessada em atividades *Library Publishing* ou já esteja engajada no campo. Se identifica como uma "associação independente, orientada a comunidade de membros, de bibliotecas acadêmicas e de pesquisa e um consórcio de bibliotecas engajadas com a publicação científica" (*LPC*, c2025, *online*). Para a *LPC* (c2025, *online*), *Library Publishing* se trata do "conjunto de atividades liderados pela universidade e pelas bibliotecas universitárias em apoio à criação, disseminação, e curadoria de trabalhos científicos, criativos e educacionais" onde "geralmente, requer um processo de produção, apresenta trabalhos originais, seja por avaliação por pares ou por extensão da marca institucional". Ainda, se diz "baseada nos valores fundamentais das bibliotecas e construída sob as habilidades tradicionais de bibliotecários", e que se diferencia de outros campos de publicação pela sua preferência pela disseminação em acesso aberto assim como a sua vontade de abarcar formatos informais e experimentais de comunicação científica e assim desafiar o status quo das publicações acadêmicas.

Segundo Schlosser (2018), os objetivos centrais da *LPC* são compartilhar as ações feitas e lideradas por bibliotecários sobre publicação, proporcionar engajamento e educar demais profissionais sobre as boas práticas em publicação para que apliquem em suas respectivas bibliotecas, e também advogar pela autoridade dos bibliotecários neste serviço de comunicação, sobretudo com a abertura de novos contextos na comunicação científica. O *Library Publishing Forum* e a série de *webinars* anuais sobre o campo, promovidos para a comunidade destaca seu empenho nesse sentido.

O Fórum é aberto para participação de qualquer interessado no campo das publicações em bibliotecas, e tem o objetivo de reunir anualmente a comunidade de profissionais investidos na publicação em bibliotecas para compartilhar seus conhecimentos através de painéis, apresentações e workshops, investindo no desenvolvimento profissional de todos seus associados. O primeiro ocorreu em 2014 e congregou em torno de 150 profissionais. Atualmente além do formato presencial que ocorre em alguma universidade nos Estados Unidos, cuja biblioteca é filiada à rede, empreendem também no formato virtual, estimulando a inclusão de outras bibliotecas, profissionais e pesquisadores engajados fora do eixo norte-americano.

Lippincott (2016) reforça que a capacitação de novos profissionais é a prioridade da *LPC*, proporcionando infraestrutura de base e mais interesse da classe em participar da construção destes serviços em suas instituições e desenvolver em colaboração a carreira

profissional dos bibliotecários na comunicação científica.

Neste sentido, os *Webinars* ocorrem virtualmente desde 2015 e abordam diversos tópicos relacionados ao campo, como: a publicação de livros didáticos, a gestão de processos de submissão e avaliação por pares, direitos autorais, acessibilidade e usabilidade para publicações na web, recursos de avaliação como *analytics*, boas práticas na publicação em acesso aberto e as licenças permissivas, entre outros.

> *Oferecer espaços para a comunidade se reunir sempre foi uma das principais funções do LPC. [...] a LPC foi fundada porque os editores de bibliotecas queriam conversar e aprender uns com os outros. Eles também queriam que pudessem falar em uma só voz quando fosse apropriado e coordenar ações para atingir objetivos comuns. coordenar ações para atingir metas compartilhadas, o que exige comunicação e relacionamentos sustentáveis (Schlosser, 2018, p.368).*

Em 2018, foi publicado em acesso aberto o primeiro curso estruturado em módulos sobre o desenvolvimento de serviços editoriais em bibliotecas - o *Library Publishing Curriculum*. O curso foi construído com apoio do Instituto Educopia através do projeto financiado pelo IMLS "*Developing a Curriculum to advance Library-Based Publishing*", abordando tópicos sobre a produção de conteúdo das publicações, alcance de impacto das publicações, as políticas necessárias e a sustentabilidade dos programas editoriais nas bibliotecas. Em constante aprimoramento pelo corpo editorial, fornece um aporte teórico significativo sobre as boas práticas editoriais desenvolvidas nas bibliotecas, quais são essenciais para a sustentabilidade do serviço, fundamentado na missão central da instituição. Atualmente, está disponível em 3 versões (Skinner *et al.*, 2021).

A *LPC* também dispõe de uma Bibliografia produzida sobre o campo de publicações em bibliotecas no Zotero, divulga constantemente sua produção em seu website e redes sociais, promovendo acessibilidade e transparência a sua agenda de projetos, e a sua colaboração na produção e publicação de recursos. Suas publicações mais recentes foram (*LPC*, c2025):

a) *An Ethical Framework for Library Publishing* (2023), que aborda como desenvolver uma estrutura de trabalho em respeito a princípios éticos necessários alinhados a intergridade científica e às distintas realidades das bibliotecas e as tradições práticas de comunicação científica (*Library Publishing Coalition Ethical Framework Task Force*, 2023);

b) *Library Publishing Documentation Toolkit* (2021), que busca auxiliar os profissionais na elaboração de relatórios, pareceres e outras documentações técnicas necessárias aos programas (*Library Publishing Coalition Professional Development Committee*, 2021);

c) *Library Publishing Competencies* (2020), que elenca uma lista de habilidades e conhecimentos necessários aos profissionais no desenvolvimento de serviços editoriais em bibliotecas (Brown *et al.*, 2020);

d) *Library Publishing Research Agenda* (2020), que aborda as potenciais áreas de pesquisa no campo pelos próximos anos (Agate *et al.*, 2020);

e) *How-to Guide for Library Publishers: Directory of Open Access Jornals Application*, que orienta como é o processo de aplicação de um periódico ao *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), que é uma plataforma que indexa os periódicos de publicação em acesso aberto globalmente (*Library Publishing Coalition DOAJ Task Force*, 2021).

Apesar de ter iniciado com uma busca de projetos no contexto norte-americano, a *LPC* já demonstrou ser uma organização aberta para outras bibliotecas além deste eixo. Seus diretores já declararam estar abertos a novas perspectivas de bibliotecas de outras regiões do mundo que se engajam com publicação, e que possam contribuir com a educação e defesa de profissionais bibliotecários na comunicação científica. Acreditam que com a colaboração em forma de troca de conhecimentos estratégicos podem proporcionar a evolução das discussões e

assegurar a sustentabilidade dos programas de publicação liderados por bibliotecários.

São importantes braços da *LPC* os programas de afiliação de novos membros, formação de comitês e forças-tarefas, mentorias, e bolsas de estudos direcionadas a atrair participação de novos profissionais e organizações de bibliotecas que contribuam para o compartilhamento de boas práticas em publicação científica são um dos importantes braços da *LPC* (*LPC*, c2025, *online*).

No entanto, ao longo dos anos, mesmo traçando estas estratégias para expandir seu mapeamento e engajamento para outras regiões, ainda se observa uma visibilidade expressiva para perspectivas do norte global. A taxa de associação a *LPC* implica na dificuldade de inclusão de projetos menores, e consequentemente em ampliar consideravelmente o número de membros externos ao norte-americano, devido ao câmbio de moedas locais (Schlosser, 2018).

Desde 2014, seu diretório é anualmente atualizado e publicado em acesso aberto no *website* oficial da *LPC*. No mais recente diretório, publicado em 2024, foram mapeadas 159 bibliotecas com serviços de publicação, sendo a maioria norte-americanas e 56 de outros países, como África do Sul, Alemanha, Austrália, Áustria, China, Croácia, Dinamarca, Gana, Índia, Indonésia, Irlanda, Itália, Malásia, Namíbia, Reino Unido, Rússia, Sérvia, Suíça e Ucrânia (*LPC*, 2023b). Isso se deve ao fato de que a partir de 2021, passou a contar com a colaboração do *Library Publishing Special Interest Group* (LibPub SIG) da *International Federation of Library Associations* para expandir o engajamento com as bibliotecas no eixo internacional.

Visando "um panorama de publicação científica que seja aberto, inclusivo e sustentável" (*LPC*, c2025), contribui muito ao compartilhar ações feitas e lideradas por bibliotecários sobre publicação, educar demais profissionais sobre as boas práticas em produção editorial para que apliquem em suas respectivas bibliotecas, e também ao advogar pela autoridade dos bibliotecários neste serviço de comunicação, sobretudo com a abertura de novos contextos na publicação científica, atraindo engajamento de diversos profissionais com perspectivas múltiplas.

O grupo especial de interesse em *Library Publishing* da IFLA

Durante o *IFLA World Library and Information Congress* em Kuala Lumpur no ano de 2018, é criado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), organização global que representa e promove os interesses das bibliotecas e bibliotecários potencializando os serviços mundialmente, o grupo especial de interesse de *Library Publishing* (*IFLA LibPub SIG*), com a missão de unir forças para discutir no amplo espectro da comunicação científica global sobre este campo emergente (O'Neill *et al.*, 2022).

Desde sua fundação, o grupo tem promovido reuniões internacionais sobre o campo, especialmente em colaboração ativa com a *LPC* na documentação dos programas editoriais das bibliotecas membros globais da IFLA.

O foco em primeiro momento seria expandir o mapeamento do *Library Publishing Directory*, adotando estratégias para atrair a comunidade internacional de bibliotecas a engajar-se no campo e colaborar na aplicação de seus projetos neste diretório (Liu *et al.*, 2024).

Com a colaboração do IFLA LibPub SIG, o formulário de aplicação da *LPC* foi adaptado para encorajar a participação dos membros internacionais da IFLA, e com esforços envolvidos no tratamento dos dados coletados a partir deste formulário, oportunizou a construção de uma plataforma digital para reunião das iniciativas mapeadas, sendo lançado em 2021 o *IFLA Global Library Publishing Map* (Liu & Liu, 2022).

Na sua mais recente atualização, a plataforma contava 244 serviços incluídos no mapa, compreendendo um domínio das bibliotecas universitárias neste campo com 225 ao todo, trazendo dados relevantes de cada um sobre vínculos institucionais, ano de estabelecimento do serviço, modelos de negócios, políticas, formatos e mídias das publicações, equipes editoriais, áreas de especialidade, parcerias desenvolvidas, plataformas e softwares desenvolvidos e adotados (*IFLA LibPub SIG*, c2025).

Ainda que haja predominância de bibliotecas do norte global, Liu *et al.* (2024) esclarece que estão havendo discussões constantes no âmbito do grupo especial da IFLA para ampliar o alcance do mapa para cobrir outras regiões e países pelo mundo, apostando na preparação e adaptação do questionário para outras línguas para atrair maior participação da comunidade internacional e ampliar a diversidade dos projetos registrados. Além disso, considera estabelecer um meio de atualização do mapa regularmente, e não somente pelos dados fornecidos pelo diretório da *LPC*.

A seguir serão expostos alguns projetos *Library Publishing* fora do eixo norte-americano, identificados na pesquisa bibliográfica e documental, traçando a perspectiva para avanço das pesquisas no sul global, que tem despertado o interesse de alguns pesquisadores e grupos influentes do campo.

Experiências editoriais em bibliotecas universitárias europeias

Discorrendo sobre o contexto do movimento *Library Publishing* na Europa, Ferwerda (2024) ressalta a atuação das bibliotecas editoras na busca por parcerias com associações como a *Association of European University Presses* (AEUP), a *Open Institutional Publishers Association* (OIPA), no Reino Unido, e a busca por infraestruturas de suporte a iniciativas orientadas a editoração científica e ao movimento da Ciência Aberta, como a *Global Sustainability Coalition for Open Science Services* (SCOSS) e a *Invest in Open Infrastructures* (IOI).

Na Alemanha, algumas bibliotecas acadêmicas desempenham serviços inovadores de publicação, em parcerias com suas editoras subordinadas as suas coordenações, destacando as atividades editoriais da Biblioteca da Universidade de Gottingen. Com conhecimento técnico na indexação e arquivamento de monografias acadêmicas em plataformas digitais, os bibliotecários foram se aproveitando das revoluções tecnológicas para participar diretamente dos processos de produção e publicação de conteúdo, contribuindo ainda para resolver problemas técnicos e organizacionais.

Bargheer & Walker (2017) contam que ao coordenar as atividades da editora, a biblioteca da Universidade de Gottingen assume uma posição central no projeto de gestão de publicações digitais com a plataforma online "eDiss", como um repositório de acesso aberto criado em 1996 para guarda das dissertações em formato eletrônico.

> *A editora faz parte de um portfólio de serviços mais amplo, que inclui repositórios de acesso aberto para teses e dissertações eletrônicas, trabalhos informais ou preliminares (documentos de trabalho, relatórios, etc.) e publicações retrodigitalizadas. Consideramos essas opções de publicação como serviços de editoração direta. Nesses serviços diretos, a biblioteca assume um papel ativo na produção ou reabertura de conteúdo acadêmico, o que implica a responsabilidade pelo conteúdo em si: sua acessibilidade, seu arquivamento, mas também o controle de qualidade e a conformidade com padrões e expectativas específicas da disciplina. Para dar suporte a pesquisadores e professores em toda a cadeia de valor da comunicação acadêmica e científica, a biblioteca também administra vários serviços de publicação indireta. Isso significa que a biblioteca não está envolvida na produção direta de conteúdo, mas apoia autores e editores com consultoria, financiamento (por exemplo, taxas de publicação de acesso aberto) ou infraestrutura. No caso de acesso aberto paralelo, ou seja, disseminação aberta de conteúdo que também é publicado em uma versão paga. Claramente, há uma sobreposição entre serviços de publicação diretos e indiretos (Bargheer & Walker, 2017, p. 300, tradução nossa).*

Este projeto se tornou de extrema importância para a comunidade que teve acesso aos trabalhos científicos produzidos pela universidade, para a biblioteca que aliviou a pressão dos desafios ergonômicos de espaço e ofereceu um serviço alinhado com sua missão, para os pesquisadores e autores que desejam

que seu trabalho alcance seus pares e conquiste sua reputação.

De acordo com Bargher e Walker (2017), a editora da universidade alemã oferece um "portfólio de serviços mais amplos" com repositórios de acesso aberto para publicações de trabalhos monográficos (teses, dissertações e outros materiais digitais), em que algumas das funções diretas e indiretas com serviço de editoração são delegadas as bibliotecas. Citando algumas, tem a produção e edição de conteúdo (acessibilidade, arquivamento, controle de qualidade e conformidade com padrões das disciplinas específicas), e também suporte a pesquisadores e universitários durante todo o ciclo de comunicação científica, com consultorias, financiamentos e infraestrutura. Para garantir a qualidade, a editora conta com um conselho de editores formado por professores que representam cada um dos departamentos da universidade.

Os serviços de editoração e publicação desta instituição estão alinhados com planejamentos estratégicos de iniciativas globais de organizações como a AEUP, a *Open Access Scholarly Publishers Association* (OASPA), a *Confederation of Open Access Repositories* (COAR) e outros projetos sob a infraestrutura de acesso aberto da *OpenAIRE* (Bargheer & Walker, 2017) que destacam sua atuação política em conformidade com princípios legais e estruturais do acesso aberto de impacto no futuro da comunicação científica.

Ainda que na experiência alemã, a união entre editoras e bibliotecas universitárias no desempenho de serviços de publicação tenha tido retornos positivos, os autores comentam sobre os reais desafios da publicação em acesso aberto pelas editoras e bibliotecas parceiras, os quais são garantir modelos de negócios sustentáveis, compreender os hábitos de escrita e leitura do público em questão, e construir uma identidade profissional do serviço, que impactará a aceitabilidade e durabilidade dos projetos, sobretudo quanto ao controle de qualidade e governança do negócio (Bargheer & Walker, 2017).

Por este ângulo, pode-se depreender que no território alemão, as iniciativas de publicação em bibliotecas possam ser realizadas em parcerias com editoras universitárias já estabelecidas no campus com certa reputação com preferências por publicações de monografias. Os atores vêm transformando suas práticas e políticas em prol de um modelo mais sustentável e acessível, ampliando suas funções, conquistando colaborações, e oferecendo novas possibilidades de alcance das pesquisas fomentadas pela universidade.

No Reino Unido, em 2011, *Jisc*, uma agência de tecnologia voltada a educação e pesquisa no país, financiou algumas pequenas iniciativas editoriais em bibliotecas, apresentando a *Huddersfield Open Access Publishing* (HOAP), a *Epublishing Infrastructure Capitalising on UCL's Repositories* (EPICURE), entre outras que se concentram na construção de repositórios para publicação, na editoração de periódicos científicos especializados, e na experimentação com formatos alternativos de publicação particularmente em áreas e mercados nichados (Lawson, 2013).

Walker & Wojturska (2024) abordam a iniciativa da Universidade de Edinburgh, na Escócia, que propuseram à *Scottish Confederation of University and Research Libraries* (SCURL) a criação de um serviço compartilhado entre a mesma e a equipe da biblioteca universitária para solucionar alguns desafios emergentes, como a hospedagem de recursos acadêmicos científicos para as bibliotecas escocesas, com a adoção dos softwares *OJS* e *OMP*. Foi a partir deste diálogo, que em anos mais tarde foi possível mais uma parceria para a criação da *Scotish University Press* (SUP), com o objetivo de explorar abordagens alternativas a publicação acadêmica com as necessidades de sua comunidade no centro das decisões, orientada aos esforços globais na promoção de um infraestruturas de comunicação aberta.

Na Irlanda, foi criado o *Library Publishing Group* (LPG) pela *Library Association of Ireland* (LAI) para avançar as iniciativas de *library publishing* no país. Inspirado pela *LPC* e o *IFLA LibPub SIG*, possui plano estratégico alinhado com suas agendas, propondo ao governo Irlandês um conjunto de princípios para fundamentar políticas de acesso aberto no país

com a inclusão das iniciativas das bibliotecas (Quinn-Hegarty & Buggle, 2022).

Na Áustria, na Universidade de Graz, foi concebido em 2012 entre vários departamentos institucionais de comunicação e TI, um projeto estratégico para transformar a estrutura organizacional da biblioteca para desenvolver projetos orientados as novas necessidades acadêmicas por publicações em acesso aberto (Ginther *et al.*, 2017). O estabelecimento do Serviços de Publicações, em 2016, oportunizou assistir a comunidade nas suas necessidades acerca da editoria científica, oferecendo suporte em publicações impressas e digitais para disseminação dos resultados de pesquisas, investir na capacitação de seus funcionários com o engajamento em iniciativas da *Open Access Network Austria*, *e-infrastructures Austria PLUS*, e da *Cooperation E-Media Austria*, um consórcio responsável por negociar acordos de licenciamento, e organizar eventos regularmente sobre assuntos relacionados a pesquisa e publicações científicas.

Na Holanda, Ferwerda (2024) reporta a existência de cinco programas editoriais em bibliotecas universitárias do país, sendo um da editora universitária subordinada a biblioteca, e outros quatro desenvolvidos pela própria biblioteca, em que dois carregam sua própria identidade editorial.

No leste europeu, Kolesnykova e Matveyeva (2019) introduzem sobre o desenvolvimento de publicações digitais nas bibliotecas universitárias ucranianas orientadas ao acesso aberto. Os autores descreveram que as iniciativas estão espalhadas pelo país, e mostraram que metade das bibliotecas desenvolviam serviços de publicação, sendo a maioria deles através de recursos em repositórios, mas também de periódicos, *papers* de eventos, e livros. Os autores apontavam que tais iniciativas poderiam ser uma alternativa de enfrentar as graves crises econômicas, sociais e no desenvolvimento da Ciência ucraniana, especialmente neste período de guerra. No entanto, também ressaltam muitos desafios como a falta de capacitação para os bibliotecários e de investimento para os projetos. Não foram encontradas novas evidências na literatura sobre os projetos de *Library Publishing* na Ucrânia, após a intensificação dos ataques da Rússia na região.

Enquanto no Mapa Global de *Library Publishing* foram listados somente dois programas *Library Publishing* na Rússia, sem evidências ainda no contexto das bibliotecas universitárias, Savitskaya (2021) mostra a atenção do país nas iniciativas internacionais neste campo, e assim espera que novos projetos possam surgir no futuro próximo.

Experiências editoriais em bibliotecas universitárias do Sul Global

No continente africano, Raju & Pietersen (2017) afirmam que na agenda das instituições públicas de ensino superior importa a questão da responsabilidade e transformação social, e para isso, vem se construindo políticas em prol do compartilhamento aberto de recursos e pesquisas que são relevantes para a sociedade como um todo. Em algumas dessas iniciativas, está a participação das bibliotecas universitárias neste compromisso, com a execução de serviços de editoração e publicação, principalmente ao adotar práticas alternativas sustentáveis ao modelo econômico da região.

Os autores destacam a difusão do modelo de publicação em acesso aberto pela via diamante pelas bibliotecas, pela qual os custos de produção, editoração e distribuição de produtos serão arcados por projetos e/ou parcerias institucionais ou governamentais. Assim, o usuário final não terá de pagar taxas para publicar ou acessar materiais científicos, estando disponível abertamente online, e ainda mantendo processos essenciais de curadoria e revisão com rigor técnico se presando pela qualidade. Importa para tais indivíduos “tornar a produção, disseminação e consumo de conhecimento o mais livre possível” (Raju & Pietersen, 2017, *online*, tradução nossa).

> *Conforme sugerem as práticas históricas, os serviços editoriais tradicionais e de revisão por pares ainda são realizados de forma voluntária. O principal objetivo do editor e revisor é fazer avançar a*

> *ciência e atender às necessidades de uma sociedade faminta por ciência. O custo de edição, revisão por pares, publicação ou apresentação é coberto por uma instituição acadêmica. Para as instituições acadêmicas sul-africanas que oferecem um serviço de 'biblioteca como editora', as bibliotecas disponibilizam a infraestrutura enquanto o trabalho de edição e julgamento é realizado por acadêmicos em suas funções de autores, editores ou revisores pares (Raju & Pietersen, 2017, online, tradução nossa).*

Uma das experiências mais bem sucedidas deste modelo na África do Sul vem sendo na Universidade da Cidade do Cabo

(UCT), onde o serviço de editoração foi fundado na biblioteca universitária em 2015 e já publicou sete periódicos de acesso aberto e 25 trabalhos monográficos e livros didáticos. A biblioteca também desenvolveu uma plataforma de acesso aberto continental, conhecida como *African Platform for Open Scholarship*, utilizando os softwares *OJS* e *OMP* e adotando o modelo diamante, para publicação de recursos provenientes de aproximadamente 15 instituições, representando 5 países deste continente (Claassen, 2024).

Neste contexto, ainda que a publicação em periódicos científicos abertos seja predominante, Raju e Pietersen (2017) comentam que há discussões sobre a possibilidade de adesão de produções e publicações de monografias em acesso aberto e engajamento com novos formatos de publicação, em vista de oferecer alternativas sustentáveis para a comunidade científica no que tange a preços, localizações, e direitos autorais e de distribuição.

Raju e Pietersen (2017) continuam ressaltando que ainda há muitas oportunidades e desafios a cobrir no sistema de publicação em acesso aberto no contexto africano, alegam que o sistema educacional africano ainda é colonizado pelo mundo ocidental, principalmente pelo norte global e europeu, refletindo também sobre a cadeia de publicação. Por isto, as instituições de ensino se empenham a oferecer meios para que a cultura local seja instrumento de estudo pelas comunidades científicas locais e globais, para produção de conhecimento e alcance de perspectivas das conjunturas regionais e diversas que ali residem.

Com esta visão, mesmo enfrentando barreiras econômicas, sociais e educacionais, as instituições africanas têm buscado desenvolver suas práticas em prol da mudança de paradigma ocidentalista e uma destas é promover a produção e publicação de pesquisas de seu povo através das bibliotecas, compartilhando suas pesquisas com modelos abertos para atingir prestígio em mercados mais amplos e promover estrategicamente o conhecimento africano em todo o globo, traçando uma transformação decolonialista.

Na Austrália, a experiência com editoração em bibliotecas universitárias é apontada como interligada às editoras estabelecidas e sob administração destas bibliotecas. Missingham e Kanellopoulos (2014) apontam a existência destas parcerias em cinco universidades: Universidade de Adelaide, Australian National University (ANU), Universidade de Monash, Universidade Tecnológica de Sydney, e a Universidade de Sydney.

Booth *et al.* (2013 apud Missingham *&* Kanellopoulos, 2014, p. 160) conta que as bibliotecas australianas têm publicado ótimos trabalhos revisados por pares, tanto em formatos impressos quanto eletrônicos com acesso aberto possibilitando ganhar ampla visibilidade e alcance de suas pesquisas. Esta tomada de ação pelas bibliotecas tem se destacado com importantes prêmios que as instituições têm conquistado pela qualidade desses materiais:

> *As editoras universitárias australianas de acesso aberto operando em bibliotecas foram de fato grandes inovadoras. As novas tecnologias estão no centro da produção de e-books. Inovação usando novas mídias foi uma característica. Livros publicados por editoras de bibliotecas universitárias ganharam prêmios nacionais - o livro de Peter Fitzpatrick, The Two Frank Thrings, publicado pela Monash*

> *University Press, ganhou o National Biography Award de 2013, o livro de Marie Fenspat, I Succeeded Once publicado pela Australian National University (ANU) Press. Em 2011, a E Press ganhou o prêmio de Melhor Pesquisa Comunitária, Registros e Gravações no Community History Awards da Royal Historical Society of Victoria e do Public Record Office of Victoria em 2011 (Missingham & Kanellopoulos, 2014, p. 160, tradução nossa).*

Missingham e Kanellopoulos (2014) continuam com um estudo de caso sobre a *Australian National Press*, fundada sob a administração da biblioteca em 2002, quando o bibliotecário da universidade abordou um dos professores mais renomados do campus sobre a urgência de estabelecer uma editora universitária. A visão da instituição era se aproveitar do novo contexto de comunicação científica em relação às novas tecnologias e mídias para desenvolver modelos de publicação sustentáveis e altamente referenciados com processos robustos de revisão por pares.

Os diálogos estabelecidos e o devido suporte institucional levaram ao planejamento e proposta de financiamento do projeto sob a condição de que a editora se reportasse a Divisão de Informação a longo prazo. Baseada numa estreita parceria entre a biblioteca e a comunidade acadêmica, sob forte defesa de interesses e liderança, o projeto se estabeleceu e obteve sucesso reconhecido imediato.

Desejavam também advogar pela colaboração entre os atores da comunidade científica, seja pesquisadores, editores e bibliotecários na construção de uma infraestrutura em prol do acesso aberto. Para este intuito, o treinamento da equipe sobre os processos editoriais e o uso das novas tecnologias foi eleito a prioridade do projeto. O projeto recebeu financiamento modesto por parte de sua universidade, com investimento de aproximadamente 530.000 dólares ao ano, capaz de produzir em média 60 títulos.

Alguns dos maiores desafios elencados por Missingham e Kanellopoulos (2014) foram os esforços desenvolvidos com a revisão por pares de monografias, a esquematização da marca do projeto, e a seleção dos canais de publicação. E assim, o aporte de políticas institucionais e editais de subsídios para fomentar os projetos sobre rigorosos critérios de avaliação e acessibilidade tiveram forte impacto na construção de identidade e reputação da *ANU Press*, com materiais produzidos que são citados continuamente, e altamente reconhecidos.

Os 10 primeiros anos refletiu na proximidade entre os pesquisadores com a editora, promovendo o conhecimento sobre o processo de comunicação e editoria científica, incluindo uma compreensão das inovações neste ciclo de produção editorial, e um olhar fundamental sobre políticas em prol do acesso aberto, por parte dos órgãos fomentadores do governo.

A biblioteca se tornou mais participativa nos processos de disseminação da informação, ganhando mais experiência e novos conhecimentos a partir da infraestrutura criada para publicações em acesso aberto, como políticas, licenciamento de direitos autorais, e atribuição de metadados. Além disso, proporcionou maior engajamento de diversas partes da comunidade científica com a biblioteca, instigando colaboração e trocas de conhecimentos entre acadêmicos e equipe da biblioteca sobre o processo de publicação e inovação no campo da comunicação científica.

Em amadurecimento, estão os estudos sobre o campo de publicações em bibliotecas universitárias brasileiras. Ao longo das primeiras décadas do século XXI, as pesquisas nesta região apontavam para a atuação de bibliotecários na gestão de periódicos eletrônicos, mais tarde ampliando também para gestão de repositórios digitais. Farias *et al.* (2018) destacam no geral o potencial de atuação do bibliotecário com atividades editoriais, participando de comissões editoriais, nos processos de curadoria e edição de conteúdo para publicação, ressaltando a participação do bibliotecário nas etapas de normalização gráfica, integrada a equipes de periódicos eletrônicos.

Na pesquisa bibliográfica, foi possível encontrar somente dois trabalhos de mapeamentos mais recentes sobre o campo no Brasil, como de Santillán-Aldana e Mueller

(2016) e Prudencio e Silva (2023). O primeiro traça um panorama global das iniciativas *Library Publishing*, caracterizando o campo e expondo as experiências práticas, e o segundo trata do potencial de atuação do bibliotecário com editoração em outros formatos experimentais, como livros, trabalhos acadêmicos, Recursos Educacionais Abertos (REAs), e sob outros modelos de negócios de projetos, como editoras administradas pelas bibliotecas, ou bibliotecas coordenando atividades editoriais e de publicação independentemente.

Posto isso, Prudencio e Silva (2023) e Silva e Oddone (2024 e 2025) demonstram que existem atividades editoriais sendo desenvolvidas, porém ainda alertam sobre a falta de compreensão das atividades que podem ser abarcadas pelo movimento *Library Publishing*.

Portanto, são necessárias mais pesquisas sobre experiências, projetos e seus aportes nas bibliotecas universitárias, que se reconheçam as práticas que estão sendo desenvolvidas em torno da comunicação científica aberta. Deve estar no planejamento de novos estudos o estabelecimento de diálogo entre essas bibliotecas e outros profissionais e organizações que desejam colaborar e financiar a execução de serviços editoriais em bibliotecas universitárias em outras regiões ainda subrepresentadas.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi realizar um estudo sobre o ressurgimento de serviços editoriais em bibliotecas nos últimos 25 anos, na busca de compreender que estruturas vem fornecendo aporte para a execução de tais práticas especialmente em bibliotecas universitárias e de pesquisa, difundindo-as internacionalmente.

Ao abordar sobre as transformações no cenário da comunicação científica, foram expostos alguns problemas e oportunidades que motivaram as bibliotecas exercerem serviços editoriais, como: a demanda crescente por informações científicas atualizadas nas universidades e em contrapartida a dificuldade de negociação com editores comerciais, especialmente de grandes conglomerados, para aquisição de novos produtos informacionais pelas bibliotecas para ampliar o acesso de sua comunidade.

Neste sentido, com a possibilidade investida sobre as novas tecnologias digitais, as bibliotecas foram retrabalhando seu escopo de serviços oferecidos para além da gestão de conteúdos pelas editoras, empreendendo novas infraestruturas e investimentos humanos e financeiros sobre a biblioteca que as capacitassem a oferecer serviços de editoração e publicação *in lócus*.

As primeiras experiências foram reaparecendo em torno da transição do final da década de 1990 e 2000, nas bibliotecas norte-americanas. Em 2013, após anos de iniciativas isoladas, foi criada a primeira organização, a *LPC* dedicada a reunir as práticas e desenvolver programas de apoio e compartilhamento de recursos, conhecimento e boas práticas com o propósito de avançar os estudos e crescer os projetos no campo.

Desde sua criação, a *LPC*, administrada pelo Instituto *Educopia*, em parceria com diversos *players* do cenário científico que corroboram com os valores e visão da rede, desenvolve uma agenda de eventos e produções de recursos para trocar conhecimentos e advogar pela atuação das bibliotecas na produção e publicação de conteúdo, estabelecendo sua autoridade e identidade editorial ao longo de sua experiência e troca colaborativa com a sua comunidade universitária.

Como parte de um projeto maior, este artigo desejou abordar sobre as contribuições de organizações como a *LPC*, o grupo especial de interesse em Library Publishing da IFLA, e demais projetos e grupos de Library Publishing espalhados pelo globo para a internacionalização dessas experiências de bibliotecas com serviços editoriais, e assim refletir e planejar a construção de um campo possível e sustentável em demais contextos, para difusão do propósito das bibliotecas universitárias, especialmente em vista de oportunizar a capacitação das bibliotecas e equipes a colaborar na produção e publicação de recursos informacionais.

Neste percurso, a literatura produzida internacionalmente e principalmente os recursos publicados pela *LPC* serão essenciais para reflexão de como será possível construir um cenário de publicação em bibliotecas universitárias que seja profissional, integrado, inovador, participativo e que comporte as demandas de sua comunidade de usuários.

Referências

Agate, N., Beamer, J., Bedford, E., Boczar, J., Bjork, K., Guimont, C., Harmon, I., Hunter, M., Johnson, A., Wipperman, S., Gabler, V., & Schlosser, M. (2020). Library Publishing Research Agenda. https://doi.org/10.5703/1288284317124

Araújo, E. O. (2008). A construção do livro: Princípios da técnica de editoração (2. ed. rev. ampl.). Lexicon.

Bargheer, M., & Walker, K. (2017). Library Publishing and the University Press in the United States and Germany: Lessons from Two Academic Contexts for Sustaining the Scholarly Book. Bibliothek Forschung Und Praxis, 41(3). https://doi.org/10.1515/bfp-2017-0037

Bonn, M., & Furlough, M. (2015). Getting the word out: Academic libraries as scholarly publishers. Association of College and Research Libraries. http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/publications/booksanddigitalresources/digital/9780838986981_getting_OA.pdf

Brown, A., Cole, E., Ho, A., Hurford, A., Kowalski, M., Laird, A., Lange, J., Soper, D., Syma, C., Polley, T., Fruin, C., & Schlosser, M. (2020). Library Publishing Competencies. Purdue University. https://doi.org/10.5703/1288284317123

Claassen, J. (2024). Library publishing as an alternative model for the advancement of African scholarship. 027.7, 11(1). https://doi.org/10.21428/1bfadeb6.1c2d2fb5

Deville, J., Sondervan, J., Stone, G., & Wennström, S. (2019). Rebels with a Cause? Supporting Library and Academic-led Open Access Publishing. LIBER Quarterly: The Journal of the Association of European Research Libraries, 29(1), 1–28. https://doi.org/10.18352/lq.10277

Farias, M. G. G., Lima, J. S., & Santos, F. E. P. (2018). Bibliotecário e editoração: Mercado e competências necessárias. Informação & Sociedade: Estudos, 28(2), 63–81. https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38682

Ferwerda, E. (2024). Keynote: Library Publishing in the context of mission driven publishing and open scholarship – Gaining relevance and recognition. 027.7, 11(1). https://doi.org/10.21428/1bfadeb6.1ef3d841

Ginther, C., Lackner, K., & Kaier, C. (2017). Publication Services at the University Library Graz: A New Venture, a New Role. New Review of Academic Librarianship, 23(2–3), 136–147. https://doi.org/10.1080/13614533.2017.1324802

Hahn, K. L. (2008). Research Library Publishing Services: New options for university publishing. Association of Research Libraries. https://www.arl.org/wp-content/uploads/2008/03/research-library-publishing-services-mar08.pdf

IFLA Special Interest Group Library Publishing. (c2025). Global Library Publishing Map [Website]. Global Library Publishing Map. https://lib-pub.org/

Jelusic, S., & Stricevic, I. (2011). A Librarian's guide on how to publish. Chandos Pub. https://books.google.com.br/books?id=yx9tAgAAQBAJ&hl=pt-BR&lr=

Kolesnykova, T., & Matveyeva, O. (2019). An Analysis of Digital Library Publishing Services in Ukrainian Universities. Evidence Based Library and Information Practice, 14, (4), 52–71. https://doi.org/10.18438/eblip29510

Lawson, S. (2013). Library publishing services: An investigation into open access publishing in academic libraries [Dissertação]. Universidade de Brighton. https://eprints.rclis.org/25156/

Library Publishing Coalition. (c2025). Library Publishing Coalition | Academic & Research Libraries Engaged in Scholarly Publishing [Website]. Library Publishing Coalition. https://librarypublishing.org/

Library Publishing Coalition DOAJ Task Force. (2021). How-To Guide for Library Publishers: Directory of Open Access Journals Application. Library Publishing Coalition. https://docs.google.com/document/d/1x1_JRbqX36wqSw7FlMiAqmAhrOzRW-q__XiEa4tvVdY/edit?usp=sharing&usp=embed_facebook

Library Publishing Coalition Ethical Framework Task Force. (2023). An Ethical Framework for Library Publishing Version 2.0. Library Publishing

Coalition. https://docs.lib.purdue.edu/libpubtaskforce/4

Library Publishing Coalition Professional Development Committee. (2021). Library Publishing Documentation Toolkit. Library Publishing Coalition. https://librarypublishing.org/wp-content/uploads/2021/01/LPC_DocumentationToolkit2021_FINAL.pdf

Lippincott, S. K. (2014). Library Publishing Directory 2014. Library Publishing Coalition. https://librarypublishing.org/wp-content/uploads/2024/12/Library-Publishing-Directory_2024_web.pdf

Lippincott, S. K. (2016). The Library Publishing Coalition: Organizing libraries to enhance scholarly publishing. Insights the UKSG Journal, 29(2), 186–191. https://doi.org/10.1629/uksg.296

Lippincott, S. K. (2017). Library as Publisher: New Models of Scholarly Communication for a New Era. Michigan Publishing, University of Michigan Library. https://doi.org/10.3998/mpub.9944345

Liu, G., & Liu, S. (2022). Creating and Expanding the Global Library Publishing Map. IFLA. https://2021.ifla.org/

Liu, G., Okerson, A., Zou, Q., & Liu, G. (2024). Mapping the World of Library Publishing: Unveiling the Global Landscape and Collaboration behind the Scenes. 027.7, 11(1). https://doi.org/10.21428/1bfadeb6.53bb799e

Missingham, R., & Kanellopoulos, L. (2014). University presses in libraries: Potential for successful marriages. OCLC Systems & Services: International Digital Library Perspectives, 30(3), 158–166. https://doi.org/10.1108/OCLC-01-2014-0001

Okerson, A., & Holzman, A. (2015). The once and future publishing library. Council on Library and Information Resources. https://www.clir.org/pubs/reports/pub166/

O'Neill, M., Liu, G., & Shibaeva, E. (2022). IFLA Library Publishing Special Interest Group: The International Growth of Library Publishing. IFLA. https://2022.ifla.org/

Prudencio, D. D. S., & Silva, L. D. S. S. D. (2023). Produção editorial em bibliotecas universitárias: Um olhar sobre as experiências no âmbito internacional e brasileiro. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 28, 1–29. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91636

Quinn-Hegarty, A., & Buggle, J. (2022). Library Publishing Group: Connecting and Engaging a National Community of Practice. IFLA. https://2022.ifla.org/

Raju, R., & Pietersen, J. (2017). Library as Publisher: From an African Lens. The Journal of Electronic Publishing, 20(2). https://doi.org/10.3998/3336451.0020.203

Santillán-Aldana, J., & Mueller, S. P. M. (2016). Serviços de editoração desenvolvidos por bibliotecas universitárias. Perspectivas em Ciência da Informação, 21(2), 84–99. https://doi.org/10.1590/1981-5344/2644

Savitskaya, T. E. (2021). Research libraries as digital publishers: The foreign experience. Scientific and Technical Libraries, 4, 149–166. https://doi.org/10.33186/1027-3689-2021-4-149-166

Schlosser, M. (2018). Building Capacity for Academy-Owned Publishing through the Library Publishing Coalition. Library Trends, 67,(2), 359–375. https://doi.org/10.1353/lib.2018.0041

Silva, L. S. S., Oddone, N. E. (2024, 4-8 de novembro) Library Publishing: nova agenda de pesquisa para a Ciência da Informação [sessão de conferência]. XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Vitória, ES, Brasil. https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2721

Silva, L. S. S., Oddone, N. E. (2024, 25-29 de novembro). Projetos Editoriais em Bibliotecas Universitárias. 30º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Recife, PE, Brasil. https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3479.

Skinner, K., Schlosser, M., Berkery, P., Baab, M., Mulliken, J., Sundaram, F., Lloyd, D., Muccie, M. R., McLaughlin, B., Warren, J., Taylor, L., Keith, B., Benson, S., Green, H., Hensley, M., Swatcheno, J., Maron, N., & Lippincott, S. (2021). Library Publishing Curriculum. Library Publishing Curriculum, 1(1), preprint 30. https://digitalcommons.wayne.edu/libpubcurriculum/vol1/iss1/30

Walker, D., & Wojturska, R. (2024). Stronger Together: Library-led Open Access Publishing

in Scotland. 027.7, 11(1). https://doi.org/10.21428/1bfadeb6.fb762b33

Watkinson, C. (2014). The university as publisher revisited. Insights: the UKSG journal, 27, (2), 181–185. https://doi.org/10.1629/2048-7754.131

DISCURSOS MÉDICOS SOBRE HPV NO YOUTUBE

Antonio Marcos Pereira Brota, Instituto Gonçalo Moniz – FIOCRUZ/Bahia, Brasil, ORCID: 0000-0001-8438-2445, ambrotas@gmail.com

Carmen Lúcia Costa Brotas, Universidade Federal da Bahia, Brasil, ORCID: 0009-0003-2687-7644, Brasil, cbrotas26@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6720

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) divulgaram, em julho de 2025, dados que revelam que o Brasil, que tinha deixado, em 2023, a lista dos países com mais crianças não vacinadas, voltou, em 2024, a figurar na relação daqueles que atingiram indices de imunização preocupantes. Assim, um ano após ser retirado da referida lista, o Brasil passou a ocupar a 17ª posição no ranking dos países com menores indicadores de vacinação.

De acordo com o documento publicado pela ONU e pela Unicef constituem fatores associados à queda na adesão à vacina: a) barreiras de acesso – relacionadas às regiões que não contam com adequada infraestrutura, bem assim com falta de transporte que conduza os cidadãos aos postos de saúde, b) a interrupção no fornecimento – atrasos relativos à logistica de distribuição dos imunizantes; c) desinformação – campanhas antivacina centradas na difusão de conteúdos negacionistas; e d) limitação de recursos.

Ainda segundo as mencionadas entidades, no mundo, 14,3 milhões de crianças estão em situação de vulnerabilidade em relação à doenças que podem ou poderiam ser prevenidas, sendo que 5,7 milhões delas tem apenas proteção parcial. Ademais, os dados divulgados evidenciam que, em 2024, nenhuma das 17 vacinas monitoradas alcançou cobertura de 90% ou mais no mundo.

Este quadro atinge, portanto, todos os tipos de imunizantes disponibilizados pela ciência. Dentre eles está aquele relativo ao Papiloma Vírus Humano (HPV), que, apesar de constituir forma de prevenção contra grave doença - o câncer, também demanda preocupação. É importante registrar que a vacina do HPV previne câncer do colo do útero, garganta, pescoço, boca, vagina, pênis, boca, língua, ânus.

Neste sentido, cabe destacar que, no Brasil, o câncer de colo do útero é o terceiro de maior incidência entre as mulheres, sendo estimado que, entre 2023 e 2025, os registros atigirão o patamar de 17.010 novos casos. (INCA, 2022). Um dos causadores desta enfermidade é o vírus HPV, para o qual existe imunizante tetra e nonavalente.

A vacina contra o HPV, que é uma das principais formas de prevenção contra estes tipos de câncer, foi inserida no Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2014, voltada para meninas de 11 a 13 anos, com inclusão das meninas de 14 anos, no ano seguinte. Em 2017, os meninos de 11 a 14 anos e as meninas de 09 a 14 anos passaram a ser destinatárias das campanhas governamentais (Moura, Codeco, Luz, 2021 p2).

A despeito da distribuição gratuita no Brasil, o Ministério da Saúde tem noticiado a redução da cobertura vacinal relacionada ao HPV. No período de 2019 a 2022, segundo dados do dito órgão brasileiro, houve decréscimo dos índices de vacinação entre o público feminino, o qual passou de 92,44% em 2019 para 78,38% em 2022. Importa registrar que, no referido intertiscio, os titulares dos cargos governamentais brasileiros, que eram adeptos do negacionismo científico, publicamente, refutavam a eficiência das vacina e a necessidade de imunização.

No intervalo entre 2023 e 2025, sob o comando de novo governo, o qual, adere a concepção acerca da necessária imunização e da adoção das recomendações advindas da ciência, houve, no Brasil, certa recuperação, atingindo-se em 2023 o patamar de 80,92%, em 2024 o índice de 82,77% e, em 2025, a cobertura vacinal contra o HPV está em 75,62%. Assim, é possivel verificar melhora dos indicadores, porém ainda distante do desempenho alcançado em 2019.

O desempenho da imunização de HPV no referido público, no lapso temporal de 2023 a 2025, foi incrementado passando, em 2023 para 80,92%, 2024 – 82,77% e em 2025 está em 75,62%.

Por outro lado, é importante destacar que, com o progresso tecnológico emergiu as redes sociais digitais utilizadas de forma rápida e comoda para diversas finalidades, dentre as quais está a de acessar conteúdos atinentes à diversas temáticas, dentre as quais estão as enfermidades e as vacinas. Em outros termos, as redes sociais digitais tornaram-se fontes de informação amplamente usada na contemporaneidade.

A comunicação e a informação em saúde são estratégicas para que sejam alcançadas metas adequadas de cobertura vacinal, ampliando o consenso social sobre a eficácia e a necessidade desta política pública para mitigar a hesitação vacinal. Como um fenômeno de natureza complexa, a hesitação vacinal tem perspectivas multifatoriais, envolvendo elementos de ordem social, cultural, política e pessoal, que agem de forma isolada ou articulada, através de crenças, atitudes e comportamentos, que motivam a recusa, atraso ou aceitação relutante da vacina. Neste cenário, em que a hesitação vacinal não está circunscrita ao déficit cognitivo, os indivíduos tendem a buscar esquemas alternativos, mesmo quando o imunizante está disponível nos serviços públicos de saúde (Dubé, et al, 2013).

Atingir vacinação acima de 80%, é importante para garantir proteção individual e coletiva. Apesar de a cobertura vacinal, no caso do HPV, ser atingida na primeira dose, alcançar a meta, na segunda dose, é um problema enfrentado pelos gestores de saúde, principalmente quando destacada a heterogeneidade espacial, que mostram os adolescentes de áreas suburbanas e rurais como mais vulneráveis (Moura, Codeco; Luz, 20121 p 7).

Os movimentos que estimulam a hesitação vacinal assim como os esforços para retomar as altas coberturas ganharam novos atores, na sociedade contemporânea, principalmente com a midiatização das relações sociais. Este processo de inovações, impulsionados pela

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), modifica e acelera as lógicas de produção, disseminação, circulação, recepção e consumo de informações e criam um ambiente favorável para espalhamento de conteúdos falsos, imprecisos e distorcidos sobre vacina e vacinação (Larson, 2011), mas permite também o contato mais próximo dos usuários do SUS com os profissionais de saúde (Ventola, 2014).

É importante ressaltar o papel das redes sociais digitais no processo que busca a conscientização acerca da eficácia da vacinação contra HPV. Os médicos, que tradicionalmente detêm discurso com potencial de engajar os individuos, passam a figurar como interlocutores de mensagens acerca do HPV nos espaços virtuais. Necessário que, estes interlocutores, que já detem legitimidade social, possam utilizar estes ambientes virtuais para disseminar informação íntegra para promoção do direito à saúde.

A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza que a corrupção informacional, ao atingir a integridade da informação, pode gerar impactos negativos para a implementação de todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –ODS, que são metas globais instituídas por aquela entidade como parâmetros para a construção de políticas públicas para a humanidade. Eles compõem a Agenda 2030 que é um plano que visa implementar os ODS até o ano de 2030 com intuito de promover vida digna para todos (ONU, 2023, p. 13). Assim sendo, se a confusão informacional causada pela desinformação e discurso de ódio tem este potencial, por perspectiva contrária, a difusão de informação íntegra pode contribuir para a efetivação das referida metas, notadamente aquela de número 3 – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, o qual tem especial relação com a temática tratada neste trabalho.

A pergunta que norteia este trabalho é a seguinte: como os atores médicos abordam as questões relacionadas ao HPV (doenças causadas, eficácia da vacina, tratamentos etc.), nas redes sociais digitais? Pretendeu-se, com a busca desta resposta, atender ao objetivo geral firmado para este estudo que foi definido em identificar como os médicos atuaram, no YouTube, no período de 2020 a 2022, no que concerne aos temas referentes ao HPV e a vacina disponível para este vírus. São objetivos específicos: a) levantar e categorizar os discursos de médicos acerca do HPV; b) perfilhar os interlocutores médicos que proferiram os discursos relativos ao HPV.

A despeito da existência de produção acadêmica sobre os discursos acerca da vacina e da vacinação, este trabalho tem o diferencial de identificar como os médicos abordam as questões relacionadas ao HPV, bem assim quais as caraterísticas destes discursos. Esta vertente investigativa, portanto, evidencia-se inovadora na medida em que, a partir do entendimento acerca das narrativas veiculadas nas redes sociais, aponta para o seu uso no enfrentamento à desinformação, à difusão de informação íntegra acerca da vacina contra o HPV e, em consequência, a promoção do direito à saúde.

Referencial Teórico

O HPV (papilomavirus humano) é transmissivel por via sexual, infectando homens e mulheres e com maior ocorrência entre os jovens sexualmente ativos. Ele afeta a pele e as mucosas, causando verrugas genitais, lesões e câncer (Costa, 2022, p. 6393). A infecção pelo HPV é indicada como a doença sexualmente transmissível com maior predominância no mundo, sendo reconhecida como importante problema de saúde pública.

Das mais de 200 espécies de vírus identificados, os HPV-6 e HPV-11 são apontados como associados aos condilomas genitais, sendo que os tipos 16 e 18 estão em 70% dos cânceres de colo de útero. Eles estão presentes também em cânceres como orofaringe, vagina, ânus e pênis. Há estimativa de que cerca de 600 milhões de pessoas, no mundo, estejam infectadas pelo HPV e que 80% da população sexualmente ativa já tenha tido contato com ele em algum momento da vida (Cardial et, al; 2017).

No Brasil, em 2014, foi implantada, no Programa Nacional de Imunização (PNI) do Sistema Único de Saúde (SUS)[1], como estratégia de saúde pública para reforçar a prevenção do câncer de colo de útero - a vacina contra o HPV. A partir dos avanços

científicos e do advento da vacina HPV tetravalente, o SUS passou a disponibilizar este imunizante para meninas e meninos (Costa, 2022, p. 6394).

Ocorre que a cobertura vacinal contra HPV, de acordo com dados do SUS, teve redução no período de 2019 a 2022. Entre as meninas que, em 2019, era de 87,08% decresceu para 75,81% em 2022, enquanto entre os meninos, no mesmo periodo, passou de 61,55% para 52,16%.

Com intuito de restabelecer a cobertura vacinal, os Ministérios da Saúde e da Educação do Brasil, em 2025, no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), estruturaram estratégias relativas à imunização nas unidades educacionais. O objetivo centrou-se em disponibilizar as vacinas adequadas para cada idade: para crianças menores de cinco anos, do ensino infantil, os imunizantes contra febre amarela, tríplice viral e tríplice bacteriana, e para maiores de cinco anos e menores de quinze anos a contra febre amarela, tríplice viral e tríplice bacteriana, menigite e HPV.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde do Brasil, em 16 de julho de 2025, com o PSE, foram aplicadas mais de um milhão de doses de vacinas nas escolas de 4,1 mil municípios. Assim, ainda segundo o referido órgão, em abril de 2025, foram registradas 212,1 mil doses aplicadas em crianças e adolescentes, o que representa dez vezes mais imunizações do que o ano anterior, quando atingiu-se 20,6 mil. Em maio de 2025, os indices indicam que houve 583,7 mil doses aplicadas, sendo mais de 25 vezes em relação ao março de 2025.

Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, a estimativa é de que as vacinas tenham evitado a morte de 19.8 milhões de pessoas, em apenas um ano, em 185 países (Watson, O et al, 2022). Outro estudo britânico estimou que, no período de 2000 a 2019, cerca de 37 milhões de vidas foram salvas pela adoção das vacinas nas políticas de saúde pública (Li, X. et al, 2021).

A vacina contra o HPV constitui forma eficaz de prevenção de vários tipos de câncer. Três tipos de vacinas HPV foram lançadas em 2006, com perspectiva de proteger contra, pelo menos, dois dos principais tipos de HPV (16 e 18), que eram responsáveis por mais de 70% dos casos câncer cervical. (Bigaard, J; Franceschi, S, 2020, p. 770). Atualmente, estão disponíveis, gratuitamente, a vacina tetravalente, no SUS, e a nonavalente, na rede privada.

A despeito dos resultados apresentados pelo Ministério da Saúde do Brasil acerca do desempenho alcançado com a mencionada estratégia vacinal, no contexto de busca pelo incremento e/ou reestabelecimento dos índices de cobertura de imunização, é importante destacar o papel que o acesso à informação íntegra desempenha. Se a desinformação contribui para a hesitação e a recusa acerca da imunização, a informação de qualidade, completa tem a aptidão de corroborar com o respeito e exercício do direito à saúde, o qual está consagrado na Constituição Federal do Brasil.

Assim sendo, impõe-se destacar as nuances do negacionismo científico, neste cenário. Ele ocorre quando, sem evidências, refuta-se as descobertas e as recomendações da ciência, sendo a hesitação vacinal uma das suas consequências. É indicada como origem da configuração deste fenômeno informacional como estratégia articulada a métade do século XX, quando a ciência descobriu a vinculação entre o ato de fumar e o câncer. Estabelecida esta verdade científica, a indústria do tabaco agiu para garantir a sobrevivência de seu negócio. Assim, grupos industriais de tabaco começaram a financiar cientistas para dizerem que não era totalmente certo que o fumo causava câncer e que todo debate acerca desta questão deveria contemplar os dois lados. Para o público leigo, estabeleceu-se a ideia de que existiam dois grupos de cientistas: aqueles que afirmavam existir a relação entre o fumo e o câncer e aqueles que diziam que não havia vínculo entre as duas coisas. A dúvida, portanto, foi disseminada para garantir a continuidade do negócio (Araújo, 2021).

Desta forma, além da disponibilização do imunizante de forma gratuita e universal, conforme ocorre, no Brasil, com o SUS, circunstância crucial para a prevenção de diversas doenças, é essencial a abordagem do elemento informativo para se alcançar bom desempenho nas estratégias relacionadas à vacina e à vacinação.

O uso das redes sociais digitais como fontes de informação as tornou ambiente de embate

entre narrativas contra e a favor das vacinas, o que implica a necessidade da presença de atores dos campos da ciência, da saúde e da comunicação pública no debate.

As redes sociais digitais também são ambientes de intenso trânsito de desinformação, porém devido ao alcance que apresentam e a rapidez com que os conteúdos nela são disseminados, é sinalizado para a sua utilização também como veiculo de difusão de informação íntegra, podendo, por isto, ser utilizada para a promoção do direito à saúde, à divulgação e à educação científicas.

Elas se perfazem como dispositivos, por meio dos quais é efetivada a mediação pelo computador, (re)configuraram a comunicação e a forma como as pessoas buscam e obtém informação e se relacionam. Utilizadas de forma intensa, conectando computadores e, sobretudo, pessoas, conforme salienta Recuero (2009, p. 30). No entanto, é importa registrar que o conceito de rede social não está circunscrito à alçada digital, tendo sido, em verdade, o termo utilizado pela primeira vez por Barnes, nos anos 50 do século passado, em estudo pioneiro acerca das interações individuais na construção de estruturas sociais na Noruega (Amaral, 2016, p. 111).

Estas redes são compreendidas "como sistemas de comunicação que interligam indivíduos com laços comuns e potenciam uma estrutura dinâmica de relações interpessoais, sem que todos os indivíduos estejam directamente ligados, mas antes participem da rede" (Amaral, 2016, p. 67). Elas têm dois componentes: os atores - pessoas, instituições ou grupos (os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços), que são, neste caso, mais fracos, frágeis e instáveis (Gabriel, 2019, p. 58), constituindo mais um traço da modernidade líquida (Bauman, 2001, p.71). Assim, a medida em que as redes sociais digitais tornam mais rápido o estabelecimento das relações entre as pessoas por não ser imprescindível a presença física, elas também tornam o vínculo mais tênue.

No que se refere ao Youtube, plataforma com mais de 1 bilhão de usuários, Garg, Ashvita, et al (2023) identificaram um aumento de 100% no consumo dos vídeos sobre saúde na plataforma no período de 2017 a 2022, constatação que pode ser percebida como geradora de impacto positivo na conscientização/conhecimento sobre o vírus, a doença e a vacina. Este quadro evidencia-se mais promissor do que aquele apontado nos estudos realizados por Briones, R., Nan, X., Madden, K., & Waks, L. (2011), com 51,7% dos vídeos tendo tom negativo e apenas 32%, positivo.

A divulgação de engenhos audiovisuais, no YouTube, contendo informação íntegra acerca das doenças causadas pelo HPV, as formas de tratamento e, sobretudo, em ambiente de negacionismo científico, da vacina e da vacinação, pode ser percebido como medida de vinculação entre medicina e educação.

A despeito da relevância direcionada às narrativas trazidas por parentes, amigos e membros próximos da família como importantes fontes para obtenção de informações sobre a vacina, há a concepção social acerca da autoridade do discurso do médico, a qual legitima a adesão ou a refutação às recomendações médico-científicas (Hughes et al., 2019). Da mesma forma que as narrativa advindas dos profissionais médicos podem contribuir para a desinformação que respalda a queda dos índices de cobertura vacinal, também pode ser usada para, em sentido contrário, manter os indicadores relacionados a vacina e a vacinação em patamares elevendos, conforme já ocorreu no Brasil.

Assim, a associação da legitimidade que o discurso médico tem na sociedade com o alcance e intenso uso das redes sociais digitais evidencia-se como medida que pode contribuir com o esclarecimento do público não especializado, fazendo-o aderir a esta forma de prevenção, ou seja, para a imunização.

É importante destacar, no caso específico da vacina contra HPV, a vinculação que ocorre entre a imunização e o início precoce da vida sexual. Este constitui outro enfoque que pode ser devidamente esclarecido pela classe médica, sendo essencial para desmistificar a referida relação que o imaginário social faz entre os dois eventos (vacinação e início da vida sexual).

Ademais, sobreleva salientar a feminilização do discurso relacionado ao HPV. Ainda é premente, no contexto social, a vinculação deste vírus ao público feminino, ainda que a ciência já tenha revelado ser imprescindível

que os homens sejam, igualmente, imunizados por serem vítimas de vários tipos de cânceres causados pela HPV – o de orofaringe, pênis, ânus e boca são alguns deles.

Assim sendo, vale registrar que a configuração de ecossistema informacinal saudável, nas redes sociais digitais, capaz de alcançar a finalidade de promover o dirieto à saúde e educação científica perpassa a regulação da atuação nestes ambientes. A existência de parâmetros regulatórios dos discursos veiculados no meio virtual, longe de configurar censura pelo cerceamento da liberdade de expressão e pensamento, tem o próposito de direcionar os conteúdos que neles transitam para finalidades que visem o bem comum, como é o caso da promção do direito à saúde pelo esclarecimento acerca das questões relativas ao HPV.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, no que se refere aos objetivos, por delinear o discurso médico difundido, nas redes sociais digitais, acerca do HPV, das enfermidades que o envolve e as formas de prevenção, dentre as quais está a vacina. Este tipo de investigação tem a finalidade de medir e avaliam várias perspectivas, dimensões ou componentes do objeto investigado, que, no caso desste trabalho, são os dicursos veiculados pelos médicos, nas redes sociais, acerca das doenças e vacinas relacionadas ao HPV.

No que atine ao campo científico, descrever significa medir, delinear as características que distinguem determinado objeto. Ou seja, em um estudo descritivo são selecionadas uma série de questões e cada uma delas é medida" (Sampieri et al, 1997, 71). Esta espécie de pesquisa visa proceder à classificação, explicação e interpretação de fatos da realidade, que, neste caso, são as referenciadas narrativas.

A abordagem é quali-quantitativa, associando a análise guiada por números com aquela realizada a partir dos dados qualitativos. Assim, busca-se "neutralizar certos aspectos da subjetividade do pesquisador e algumas pré-respostas ao problema; e abrir espaço para emersão de uma ideia nova ao longo da atividade de pesquisa" (Carvalho et al, 2022 p. 746). A pretensão é, portanto, proporcionar precisão, mantendo-se as funções reflexivas e a criatividade na investigação.

No que se refere aos procedimentos, trata-se de pesquisa documental, uma vez que se partirá de material que não recebeu tratamento analítico e, ainda que já tenha sido objeto de apreciação, serão examinados a partir do vértice investigatório diferente, estipulado, de modo específico, para a pesquisa.

Para o tratamento e interpretação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin,1977; Kientz, 1973) com a realização das seguintes etapas: a primeira fase - pré-análise; segunda fase - exploração do material ou codificação e terceira fase - tratamento dos resultados – inferência e interpretação.

Na primeira etapa, foram identificados os documentos a serem analisados. Definiu-se os vídeos que transitaram no YouTube, no período de 2020 a 2022. A escolha pelo Youtube ocorreu em virtude deste se constituir em um dos principais *locus* de divulgação de informações sobre ciência e saúde, principalmente sobre doenças, vacinas epidemias e HPV (Briones et al, 2014; Ekran et al, 2019).

Assim, o *corpus* foi coletado com a ferramenta Video List Module disponibilizada no acervo da YouTube Data Tools (Rieder, 2017). Usou-se como *strings* de busca "vacina" e "hpv", com o descritor boleano "AND". O recorte temporal foi estipulado nos três primeiros anos da pandemia de COVID-19 (2020, 2021 e 2022), período em que a difusão de discursos negacionistas acerca das vacinas e da vacinação em relação à diversas enfermidades intensificou-se, fazendo com que a cobertura vacinal reduzisse.

Obteve-se, de início, 1003 vídeos, analisando-se os 100 com maior número de visualizações e que continham narrativas protagonizadas por médicos. O estabelecimento destes critérios centra-se na pretensão de abarcar, na pesquisa, os engenhos audiovisuais com maior alcance entre os usuários da plataforma (YoutTube), bem assim englobar os atores que, socialmente, têm relevância para o público não especializado. Os médicos, em virtude do conhecimento técnico que possuem, são reconhecidos, no contexto social, como

legítimos interlocutores no que se refere aos temas relativos à saude e enfermidades.

Definido o arcabouço documental a ser investigado, foram designadas as categorais utilizadas para a realização da análie de conteúdo. Desta forma, tendo em vista os objetivos estipulados para este estudo, estabeleceu-se para a investigação as seguintes categorias: “Aspectos Sociais”, “Aspectos Científicos”, “Eficácia da Vacina”, “ Faixa Etária”, “Gênero Abrangido” e “Doenças Associadas”. A definição destas categorais para o estudo amparou-se na finalidade de, conforme preceitua a teoria relacionada à análise de contéudo, contemplar a totalidade dos discursos encontrados, sem perder a busca por responder a pergunta de pesquisa: como os atores médicos abordam as questões relacionadas ao HPV (doenças causadas, eficácia da vacina, tratamentos etc.), nas redes sociais digitais?

Ao responder a referida questão pretende-se esboçar o panorama discursivo acerca da atuação dos médicos nas redes sociais digitais no que tange ao HPV e às nuances a ele relacionadas.

Desta forma, na categoria “Doenças Associadas”, foram incluídas as referências às enfermidades que o HPV pode causar, bem assim os sintomas a elas relacionados. A identificação da gravidade das doenças causadas pelo referido vírus constitui elemento passível de estimular a busca pela vacina e vacinação, incrementando a cobertura vacinal contra o HPV.

Por outro lado, naquela denominada “Aspectos Sociais” ficaram as alusões aos determinantes sociais da saúde que influenciam os índices negativos relativos às doenças causadas pelo HPV, a vacina e a vacinação. Admite-se que os condicionantes sociais também têm relevância na adesão ou na recusa e/ou hesitação atinente às vacinas. A facilidade ou a dificuldade de acessar informações íntegra e/ou os serviços públicos e gratuitos de saúde pode corroborar para o incremento ou redução dos índices de doses de vacina aplicadas.

Na categoria “Aspectos científicos” inseriu-se as explicações relacionadas ao HPV e os métodos para diagnóstico e tratamentos. A forma como as nuances advindas da ciência acerca das vacinas, doenças e recomendações científicas, por meio da educação científica, pode contribuir ou prejudicar à adesão a tratamentos e/ou prevenções de enfermidades. Os esclarecimentos concernentes à estas questões são favoráveis ao desfalecimento dos negacionismos e a consequente promoção do direito à saúd.e

Na categoria definida como “Eficácia da vacina” ficaram as narrativas que envolviam os imunizantes tetravalente e nonavalente, a disponibilização da vacina tetravalente no Sistema Único de Saúde (SUS) e a ratificação da sua eficácia para a prevenção do câncer. Estas narrativas também podem fortalecer o esclarecimento do público não especializado, respaldando, por isto, a decisão tangente à imunização, o que repercutirá na cobertura vacinal e, sobretudo, no futuro, na redução dos casos de câncer.

Em “Gênero Abrangido” colocou-se as menções ao público alvo das vacinas com a indicação dos meninos e das meninas dentre os destinatários do imunizante relativo ao HPV. Esta categoria visa identificar qual o perfil do discurso associado ao HPV, indicando se ele ainda é, marcadamente voltado ao público feminino ou se, em sentido contrário, já está impregnado da concepção de que este vírus atinge, igualmente, homens e mulhres, razão que referenda à prevenção pela vacina independente do gênero.

Por fim, naquela relacionada à “Faixa Etária” abrangeu-se os discursos relacionados às idades ideais para a vacinação contra HPV e imunização antes do inicio da atividade sexual. Neste caso, pretende-se verificar como os atores médicos abordam a questão da idade recomendada para a imunização contra este vírus tendo em vista à possibilidade de correlação desta com o estimulo de início precoce da vida sexualmente ativa.

Após o delineamento dos parâmetros a serem utilizados na análise de conteúdo, partiu-se para o exame dos videos extraidos do Youtube, sendo indicadas as categorias encontradas em cada um deles. Vale ressaltar que em um mesmo engenho audiovisual foi possivel identificar narrativas relativas a distintas categorias.

Além do exame dos vídeos a partir das apontadas categorias, buscou-se identificar as especialidades dos médicos que proferiram as

narrativas, bem assim as características do canal do Youtube utilizado para isto. Esta definição buscou estabelecer o perfil dos médicos, o que possibilita a correlação deste com os discursos encontrados. Isto também contribui para responder a pergunta de pesquisa, bem assim ajuda a firmar o quadro informacional acerca da referida temática no Youtube.

A realização deste procedimento metodológico permitiu alcançar os indices numéricos de ocorrência das aludidas categorias, o que, em harmonia com o referencial teórico utilizado, conduziu ao delineamento das inferências acerca das caracteristicas do discurso médico que transitou, no Youtube, nos anos de 2020, 2021 e 2022. Os resultados alcançados foram utilizados para elaboração de gráfico e tabela.

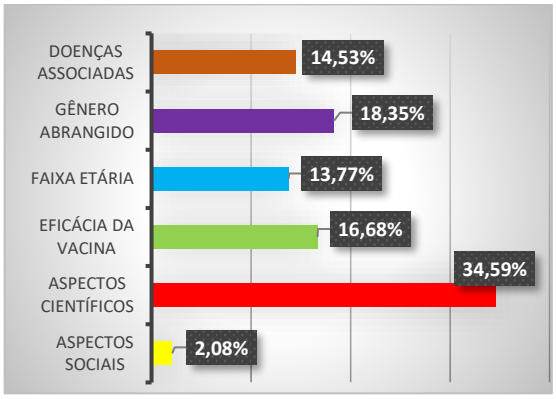
Resultados Parciais ou Finais

O resultado da análise dos vídeos destacados para este estudo está representado no Gráfico 1. Verifica-se que a categoria com maior ocorrência foi "Aspectos Científicos", 35,59%, o que evidencia a utilização de abordagem com a utilização de termos próprio do campo científico. Apenas em casos pontuais, foi utilizada linguagem simplificada para explicar os termos relativos ao HPV. Há, portanto, prevalência nos discursos investigados de elementos passíveis de serem melhor apreendidos por público que detenha maior conhecimento formal.

Por outro aspecto, foram encontradas abordagens que, sem perder a referência aos aspectos científicos, traziam linguagem mais acessivel ao leigos, possibilitando a compreensão acerca das doenças causadas pelo HPV, os tratamentos médicos existentes e a prevenção por meio da vacina/vacinação. Nestes engenhos, foi possível identificar relação dos discursos médicos com a vertente da educação científica, a qual se revela essencial para o esclarecimento dos cidadãos a fim de que eles, devidamente informados, possam decidir vacinar seus filhos e/ou menores sob sua responsabilidade.

É importante ressaltar que a busca pelo esclarecimento acerca do HPV e da imunização a ele relacionada visa, pelo incremento da cobertura vacinal, a redução, no futuro, dos casos de câncer em homens e mulheres.

Gráfico 1 – Narrativas dos médicos sobre HPV no Youtube



Fonte: Elaborado pelos autores

A categoria "Doenças Associadas", que ficou no patamar de 14,53%, aludia às enfermidades que podem ser causadas pelo vírus do HPV (câncer de colo de útero, pênis, ânus, boca, pescoço e vagina). Ela, conforme indicado anteriomente, contribuiu, ainda que de forma tênue, para deslocar o discurso do público feminino e abranger também os homens. A ratificação da gravidade das doenças causadas pelo mencionado vírus é apontada como razão para que se proceda a vacina das crianças e adolescentes nas idades recomendadas pela ciência.

A "Faixa Etária", encontrada em 13,77% dos vídos, trouxe discursos relativos à idade ideal para se procedecer a imunização dos individuos. Em apenas um video identificou-se advertência de que vacinar as crianças e os adolescentes não significava estimulá-los ao início da vida sexual, mas em proporcionar maior possibilidade de eficácia a esta forma de proteção. Assim, ainda que se possa conceber que esta abordagem é importante, identificou-se a sua ausência na maior parte dos vídeos. Nesta categoria, também ficaram os engenhos, em que médicos ressaltavam que pessoas imunossuprimidas poderiam ser imunizadas com a vacina contra HPV, fator que poderia ser utilizado para ratificar a inexistência de correlação entre a referida imunização e o estímulo ao início precoce de práticas sexuais. Esta vertente discursiva poderia, é bom que se registre, ser utilizada em campanhas

governamentais de esclarecimento e conscientificação no que diz respeito ao HPV.

Nos vídeos em que se constatou a categoria "Eficácia da Vacina" encontrou-se narrativa relativas à existência do imunizante tratavalente, que é distribuido gratuitamente, no Brasil, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo parte do calendário vacinal do Programa Nacional de Imunização (PNI), e a nonavalente, disponibilizada apenas na rede privada. A existência de referência clara e objetiva ao aspecto científico evidencia nuance concernente à educação científica, a qual é crucial para afastar à adesão ao negacionismo e, em consequência, à redução da recusa e/ou hesitação vacinal.

A desinformação foi suscitada nos videos incluidos em "Eficácia da vacina". Neles, sem utilizar a palavra "desinformação", assinalava-se a existência de discursos que, apartados de qualquer respaldo médico-científico, vinculavam à imunização do HPV com o advento de câncer e doenças neurológicas. A ausência da alusão à expressões como desinformação, negacionismos, *fake news* e similares, desta forma, não impossibilitou a devida abordagem de pontos que evidenciavam a pertinência e importância de se recorrer à imunização contra HPV.

Além disto, identificou-se médicos ratificando a utilização da vacina contra HPV em países como Suíça, Estados Unidos e Canadá. Esta referência à países considerados desenvolvidos, ainda que não tenha sido realizada com vinculação, nos discursos proferidos pelos médicos, podem ser percebidas como tentativa de dissuadir o público acerca da difusão de conteúdo desinformativo que indicava, na busca por negar a eficácia da vacina do HPV, que ela não era usada nas populações destes países.

No que atine à categoria "Gênero Abrangido", que atingiu 18,35%, ainda que se perceba a referência à necessidade de prevenção dos indivíduos de ambos os sexos, há maior alusão às mulheres, o que demonstra a feminilização das narrativas tangentes ao HPV. Identificou-se a dominância maior referência ao câncer de colo de útero, ainda que ele esteja relacionado também aqueles que podem acometer, indistintamente, homens e mulheres, tais como ânus, garganta, pescoço entre outros. Isto harmoniza-se com o mapeamento das especialidades médicas encontradas.

Assim, constatou-se a existência, em determinados engenhos audiovisuais, de dissonância entre a abrangência de indivíduos de ambos os sexos no público passível de ser imunizado. Em outros termos, ainda que as pesquisas científicas já apontem o advento de câncer entre os homens em virtude da contaminação do HPV, o discurso mantem-se voltado, predominantemente, para o público feminino. A maior alusão, neste aspecto, ainda centra-se ao câncer de colo de útero.

Esta observação relativa a feminilização do discurso acerca do HPV se harmoniza com a diferença encontrada entre o percentual atingido pela especialidade ginecologista e aquele relacionado aos urologistas, especialidade mais voltada ao público masculino, o que evidencia que o discurso acerca do HPV ainda é mais direcionado ao público feminino. O índice de 65% de ginecologistas, que se mostra maior que todas as outras especialidades juntas, atesta a inferência relacionada à orientação do discurso sobre HPV às mulheres.

Neste sentido, os resultados sinalizam para necessidade de que seja estimulada e efetivada abordagens que demonstrem que o HPV atinge, de forma igual, homens e mulheres, sendo necessário que este quadro seja dissuadido a fim de que a vacinação alcance o fim a que se propõe – reduzir os casos de câncer.

É válido, neste aspecto, lembrar que, 80% da população sexualmente ativa, incluindo homens e mulhres, já teve contato com o vírus do HPV em algum momento da vida (Cardial et, al; 2017). Isto, associado à finalidade de redução dos casos do câncer, reforça a necessidade de que o discurso acerca deste vírus desloque-se da vertente voltada apenas ao público feminino e abranja também os homens.

Em outro ângulo, verifica-se, no índices indicados na Tabela 1, a reduzida percentagem de participação dos médicos de família nos vídeos examinados. Sem afastar a necessidade de que a vertente relacionada aos determinantes sociais esteja presente nos enunciados proferidos por médicos de todas as especialidade, a reduzida ocorrência dos

referidos médicos (2%) evidencia o distanciamento da inclusão deste viés no debate acerca do HPV.

Importa consigar que o citado índice apresenta sintonia com aquele alcançado pela categoria "Aspectos Sociais" representada no Gráfico 1 (2,08%). Isto revela a necessidade premente de que este enfoque seja contemplado nas abordagens da temática concernente ao HPV.

Tabela 1: Especialidades médicas no vídeos do Youtube

ESPECIALIDADE	%
Ginecologista	65%
Urologista	12%
Infectologista	5%
Oncologista	5%
Proctologista	3%
Dermatologista	2%
Cirurgião	2%
Endocrinologista	2%
Médico de família	2%
Cardiologista	1%
Pediatra	1%
Total	**100%**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Noutro lado, em relação aos meios usados pelos médicos encontrou-se: canal próprio – 93,14%, Canal dos outros – 4,90% e Matéria jornalistica – 1,96%. Desta forma, é possivel sinalizar que os discursos médicos acerca do HPV eram realizados, majoritariamente, nos canais dos próprios profissionais. Esta constatação evidencia a utilização das redes sociais digitais pelos médicos para alcançar o público, sendo eles usados também com meio de propagação de sua atuação com a finalidade de angariar pacientes.

No "Canal dos outros" encontrou-se engenhos audiovisuais em que havia, predominância, de participação de especialistas da medicina em canais de outros profissionais médicos.

Vale destacar que o percentual de matérias jornalísticas (1,96%) foi encontrado em videos em que havia, em verdade, a publicação, no Youtube, de reportagem veiculada em telejornais. Nestes vídeos, ainda, que houvesse a participação de médicos, a veiculação ocorreu em eventos produzidos por jornalistas. Oportuno advertir que, nos engenhos estudados, não se identificou videos disponibilizados por órgãos governamentais em virtude de campanhas de conscientização da população acerca do HPV. A disponibilização do imunizante, de forma universal e gratuita, é essencial para a promoção do direito à saúde, porém, da mesma forma, é imprescindível a adoção de medidas informacionais que busquem, por intermédio do meio mais utilizado na atualidade – redes sociais digitais, esclarecer os cidadãos, guiando-lhes para a imunização dos menores que estão sob a sua responsabilidade. Em outros termos, sem afastar a alta relevância dos serviços disponibilizados, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é imprescindível que os órgãos governamentais que o constituem atuem também, no mundo virtual, na perspectiva informacional.

Considerações Parciais ou Finais

A forma como as pessoas acessam informações, na sociedade contemporânea, passou por grande transformação. Se antes a TV e o Rádio eram os principais veículos de obtenção de informação, com o advento da Internet, as redes sociais digitais passaram a figurar como fonte de informação.

O alcance e rapidez da disseminação de contéudos, nestes ambientes, trazem facilidades que ratificam, em um contexto social em que a celeridade e liquidez passaram a ditar os comportamentos, a adoção das redes sociais digitais para a apontada finalidade.

Assim, se os espaços virtuais passaram a ser palco de intenso trânsito de desinformação e discurso de ódio, eles também podem ser utilizados para propagação de informação íntegra, confiável que visa esclarecer o cidadão acerca de aspectos relacionados as decisões que são instados a tomar em relação à diversas vertentes, dentre as quais está aquela relacionada à saúde.

Neste sentido, as abordagens efetivadas, nos mencionados ambientes digitais, têm o potencial de estimular ou desmotivar a adesão à vacina e vacinação. Em outros termos, as narrativas que trafegam, nas redes sociais

digitais, podem respaldar ou afastar a recusa e a hesitação vacinal.

As categorias “Aspectos científicos” (34,59%), “Eficácia da Vacina” (16,68%), “Faixa Etária” (13,77%), “Gênero Abrangido” (18,35%) e “Doenças Associadas” (14,53%) trouxeram abordagens que podem ser percebidas como aptas a dissuadir os discursos desinformativos. Eles, sem qualquer indicação à expressões como negacionismo, desinformação, *fake news*, reportavam enfoques que, ao educar em termos cientificos, podem distanciar o cidadão da recusa e hesitação vacinal.

A redução dos índices relacionados à cobertura vacinal, que no passado recente, estava em patamares elevados, evidencia como o negacionismo e o acesso a outras formas de desinformação podem gerar e/ou incrementar problemas sérios de saúde pública.

Neste contexto, a pesquisa voltada às narrativas relacionadas ao HPV nas redes sociais é pertinente e oportuna. A partir dos resultados obtidos pode-se identificar os pontos fortes na promoção do direito à saude e aqueles que necessitam ser implementados e/ou desenvolvidos, conforme é o caso da maior atuação dos órgãos governamentais na abordagem da referida temática.

Assim, o diferencial desta investigação está em assinalar, a partir do delineamento do escopo das narrativas acerca do HPV e da vacina a ele relacionda que transitavam no Youtube, a importância de se adotar estratégias informacionais nestes ambientes com a finalidade de, ao aumentar a adesão ao imunizante contra este vírus, reduzir-se, no futuro, os casos de câncer.

Vale destacar a relevância dos discursos proferidos pelos médicos, profissionais da área de saúde que, devido à legitimidade conferida pela sociedade, podem atravir maior aderência para a vacinação contra HPV.

É importante lembrar que a imunização contra HPV, por ser recomendada para idades anteriores ao início da vida sexual, tem vinculação ao estimulo à prática do sexo. Admeais, a feminilização da abordagem relacionado ao HPV e à vacina a ela vinculada foi indicada pelos dados encontrados na investigação, quer seja no que alude a análise do conteúdo dos videos quanto na identificação das especialidades dos atores médicos que os proferiam, uma vez que 65% deles eram ginecologista – profissional que trata da saúde do público feminino.

A necessidade de maior debate das nuances relacionadas ao tema a partir do viés social também foi constatada. Ainda há carência da inclusão dos determinantes socais na discussão acerca do HPV. Além disto, há prevalência da alusão aos aspectos cientificos nos vídeos analisados, o que, por um lado, pode ser considerado pertinente para a promoção da educação científica, quando realizado em linguagem fácil e acessível, mas também pode prejudicar o esclarecimento acerca dos enfoques do HPV, uma vez pode dificultar a compreensão pelo público leigo.

Noutro lado, a interlocução médica acerca do HPV ocorre, predominantemente, em canais dos próprios médicos, quer sejam individuais ou coletivos. Neles estes profissionais, além de esclarecer questões relacionadas ao HPV, reafirmam a necessidade de exames preventivos e a eficácia dos tratamentos disponibilizados pela medicina e da vacina.

Ademais, em muitos deles, além do caráter informativo, os médicos disponibilizam canais de comunicação para que as pessoas possam dirimir suas dúvidas, bem assim realizar consultas e exames. Isto denota uma nova forma de abordagem dos médicos em relação aos pacientes ou possiveis pacientes.

A pesquisa presta-se a mostrar como as redes sociais digitais podem servir para a propagação de informação íntegra acerca de tema de alta relevância social. Assim, sem afastar a pertinente preocupação de autoridades nacionais e interncionais com a disseminação de desinformação e discurso de ódio nestes meios, elas também podem ser utilizadas nas estratégias de promoção do direito á saúde. Dito de outra forma, se estes espaços podem ser, devido aos atributos que ostentam – notadamente celeridade e abrangência – usados para difundir contéudos que obstacularizam a efetivação do referido direito, elas também podem ser usadas para, ao promover à educação científica, promovê-los.

Referências

Amaral, I. (2016). Redes Sociais: sociabilidades emergentes. Covilhã: Editora Labcom.Ifp.

Araújo, C. A. A. (2021/08). Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. *IRIE: Internacional Review of Information Ehic,* 30. https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/405/418.

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.

Bauman, Z. (2021). Modernidade Líquida. O tempo e o espaço da sociedade da informação no Brasil Rio de Janeiro: Zahar.

Brasil, Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

Briones, R., N., X., Madden, K., & Waks, L. (2011). Quando as vacinas se tornam virais: uma análise da cobertura da vacina contra o HPV no YouTube. Health Communication, 27 (5), 478–485. < https://doi.org/10.1080/10410236.2011.610258>.

Cardial, M. F. T., Roteli-Martins, C. M., Naud, P., Fridman, F. Z. (2017). Papilomavírus humano (HPV). In: Programa vacinal para mulheres. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; Cap. 4, p. 26-39. (Série Orientações e Recomendações Febrasgo; nº 13/ Comissão Nacional Especializada de Vacinas)

Carvalho, C. de O., Ferreira , G. M., Moura, C. V. M. de. (2022). Mediatização e enunciação jornalística: reflexões epistemo-metodológicas sobre a articulação entre abordagens quantitativa e qualitativa (AC e AD). Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás, v. 25, p. 741–762. DOI: 10.5216/ci.v25.67488. https://revistas.ufg.br/ci/article/view/67488. Acesso em: 19 jul. 2025.

Costa, B. S. R.; Guimarães, C.; Morais, C. R. De; Caixeta, C. R.; Cunha, E. P. Da; Caetano, G. M. G.; Pessoa, R. G.; Machado, N. O. Q. (2022) Uma revisão vacina contra HPV e seus desafios. Brazilian Journal of health Review. DOI:10.34119/bjhrv5n2-212

Dubé, E., Laberge, C., Guay, M., Bramadat, R. R., Bettiger, J. (2013, August) A. Vaccine hesitancy. Human Vaccines & Immunotherapeutics, 9, (8), 1773. https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.4161/hv.24657?needAccess=true.

Gabriel, M. (2018). Você, Eu e os Robôs: pequeno manual do mundo digital. São Paulo: Atlas.

Ministério da Saúde do Brasil. Brasil avança na vacinação de crianças e adolescentes com 1 milhão de doses aplicadas nas escolas. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/brasil-avanca-na-vacinacao-de-criancas-e-adolescentes-com-1-milhao-de-doses-aplicadas-nas-escolas. Acesso em: 17 jul. 2025.

Moura, L. de L., CODEÇO, C. T., & Luz, P. M. (2021). Cobertura da vacina papilomavírus humano (HPV) no Brasil: heterogeneidade espacial e entre coortes etárias. Revista Brasileira de Epidemiologia, 24, e210001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-549720210001.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2023, outubro) Integridade da Informação nas Plataformas Digitais. Informe de Política Para A Nossa Agenda Comum, Distrito Federal, 1-27. https://brasil.un.org/sites/default/files/2023 10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf.

Recuero, R. (2009). Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Sampieri, C. R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B.. (1997). Medodología dela investigación. Ciudad de México: McGraw - Hill Internamericana de México.

Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (SUS) (2023). Queda da cobertura vacinal contra HPV representa risco de aumento de casos de cânceres evitáveis no Brasil. https://www.unasus.gov.br/noticia/vacinacao-e-a-medida-mais-eficaz-para-prevenir-a-infeccao-em-criancas-adolescentes-e-pessoas-com-baixa-imunidade.

Ventola, L. (2014, July) Social media and health care professionals: benefits, risks, and best practices. National Library of Medicine. London. 39, (7).

https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4103576/>.

[1] A Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, delineou as diretrizes do Sistema Único de Saúde no Brasil, estabelecendo o conjunto de ações e serviços de saúde a serem prestados pelos órgãos e instituições federais, estaduais e municipais. Dentre os princípios que amparam o SUS estão a universalidade – acesso para todos os níveis de assistência, integralidade, igualdade da assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. No que se refere às vacinas, o SUS disponibiliza, gratuitamente, os imunizantes para prevenção de diversas doenças.

ESTRUTURAS ÔNTICAS E CLASSIFICAÇÃO UNIVERSAL: A PROPOSTA DE I. DAHLBERG PARA O MAPEAMENTO DE DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

Maria Luiza de Almeida Campos, UNIRIO, orcid.org/0000-0002-9253-3706, Brasil, marialuiza.campos@edu.unirio.br

Tatiana de Almeida, UNIRIO, orcid.org/0000-0002-1703-0148, Brasil, tatiana.almeida@unirio.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6721

Eixo: Organização da Informação

Introdução

Estruturas ônticas[1] e classificação universal (Dahlberg, 1978) foi o tema da palestra apresentada pela Drª Ingetraut Dahlberg em 1977, para a Fundação Sarada Ranganathanara Ciência da Informação[2], no Centro de Pesquisa e Treinamento em Documentação, em Bangalore. No contexto da palestra, Dahlberg defende a necessidade de uma estrutura conceitual sistemática que permita organizar o conhecimento de maneira lógica, coerente e universalmente compreensível. Apesar do período em que foi proferida, trata de uma questão clássica e atemporal no âmbito da Organização do Conhecimento e de fundamental importância para o entendimento de teorias de representação, ou seja, para o entendimento dos princípios norteadores utilizados para a elaboração de modelos de domínios científicos, visando a representação e a recuperação de informações e dados.

Neste sentido, a nossa proposta de pesquisa[3] enfatiza a necessidade de trazer para o cerne dos estudos em Organização do Conhecimento a leitura e a discussão de estudos clássicos da área, que apresentem teorias de representação no âmbito da modelagem de domínio. Atualmente, a literatura tem abordado diversos trabalhos de comentadores e críticos das teorias de representação no contexto da modelagem de domínios, que,

entre elas, afiguram-se ora contraditórias, ora incompatíveis. Em vista disso, considera-se de fundamental importância, principalmente na esfera acadêmica, entender criticamente os aspectos históricos, epistemológicos e ontológicos que envolvem tais teorias. Para isso, a apresentação de textos fundadores de tais teorias é necessária.

O tema central da palestra de Dahlberg discorre, assim, de uma proposta de teoria de representação para modelagem conceitual de domínios científicos. O texto publicado apresenta a sua proposta, que pode ser considerada como uma meta-classificação, como uma ontologia de fundamentação, para a elaboração de sistemas de classificação para domínios científicos em diversos campos de conhecimento. Ao adotar uma abordagem filosófica e epistemológica, a autora destaca o papel das categorias ontológicas como base para a representação do conhecimento científico, propondo um modelo de classificação que privilegia a racionalidade e a precisão conceitual.

Neste artigo, propomos debruçarmos na proposta de Ingetraut Dahlberg que tem por objetivo apresentar os princípios teóricos e metodológicos para a elaboração de um sistema de classificação para domínios científicos, o qual integra níveis ontológicos da realidade, oferecendo um sistema hierárquico e universal.

Os pressupostos que apoiam o desenvolvimento de sua proposta baseiam-se na afirmação que um sistema de classificação para domínios científicos deve se fundamentar em uma organização natural e objetiva da realidade, considerando os níveis do ser e suas interações éticas do homem com o cosmos. Além disso, assume-se que os conceitos científicos não são estáticos, mas dinâmicos e reflexivos da cognição científica.

Para tanto, a autora apoia-se nos postulados de G. Vollmer (1975), que defende um realismo hipotético no qual a realidade é estruturada, independente da consciência humana, mas pode ser conhecida parcialmente através da percepção e da ciência. Desta forma, Vollmer critica a visão idealista e propõe uma visão cósmica, onde o homem é apenas um observador do universo e não o centro dele (Dahlberg, 1978, p.27).

Dahlberg, também se apoia nas categorias do ser (inanimado, animado, mental e divino) de Aristóteles (Joseph, 2008) e identifica que ao longo da história, filósofos como Hartman (1964) e Feibleman (1965) ampliaram tais níveis. Destaca ainda, que tal classificação das categorias pode ser também encontrada nos sistemas de Roger Bacon, Descartes, Hobbes, Locke, Hegel, Comte e Spencer, para citar os mais conhecidos. No campo da Ciência da Informação, relacionada às classificações bibliográficas, pode ser observado nos sistemas de J. D. Brown, E. Bliss e S.R. Ranganathan (Dahlberg, 1978, p.30).

A partir de tais princípios norteadores, Dahlberg apresenta sua proposta de classificação universal para domínios científicos - *Information Coding Classification* (ICC).

Este estudo tem como objetivo apresentar as bases que fundamentaram a proposta de Dahlberg e está organizado, a partir desta introdução, da seguinte forma: na seção 2, destacamos os procedimentos metodológicos que utilizamos para a leitura e compreensão do referido texto; na seção 3 apresentamos o referencial teórico, com ênfase nos elementos, e nos fundamentos epistemológicos e ontológicos para a elaboração de sistemas de classificação; na seção 4, expomos a proposta de Dahlberg para seu ICC, voltado à classificação de domínios científicos; e, por fim, na seção 5, apresentamos as nossas considerações finais.

MAPEAMENTO TEMÁTICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O USO DE NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE TESAUROS

Tatiana de Almeida, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0002-1703-0148, Brasil, *tatiana.almeida@unirio.br*

Isabella Carolina do Nascimento Pinto, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0009-0001-5899-9190, Brasil, *isabellapinto@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6722

Eixo: Organização da Informação

Introdução

O presente estudo tem por objetivo mapear e descrever as normas utilizadas para a elaboração de tesauros na produção científica brasileira dos últimos cinco anos (2020 a 2024). Parte-se do pressuposto de que o uso de normas é essencial na elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), uma vez que elas possibilitam a estruturação de assuntos de forma consistente e coerente, quando voltados para domínios específicos do conhecimento. A adoção de normativas garante que a estrutura formada pela organização padronizada desses assuntos - representada por um tesauro, um vocabulário estruturado ou uma taxonomia - seja compreensível e utilizável pela comunidade usuária de sistemas de recuperação, promovendo a interoperabilidade entre eles e a recuperação eficiente da informação.

Referencial Teórico

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) permitem a representação temática de recursos informacionais impressos e eletrônicos, que são armazenados em acervos físicos de bibliotecas tradicionais ou em bibliotecas digitais ou virtuais disponíveis na Internet (Boccato, 2011). Conforme a mesma autora, os SOCs são instrumentos que possibilitam a organização de estruturas semânticas de domínios do conhecimento, exigindo o uso de normas e metodologias adequadas para a sua construção e atualização de acordo com as finalidades e aplicações específicas (Boccato, 2011). De acordo com Brito (2022), instrumentos como os tesauros requerem metodologias baseadas em estudos de usuários, além de estruturas formadas a partir de normas que estabeleçam seus princípios e padrões de construção. Assim, tais normas desempenham papel fundamental na definição dos termos e na metodologia empregada no estabelecimento das relações hierárquicas e associativas que compõem os tesauros, sendo indispensáveis para sua eficácia. A norma ISO 25964-1 (2011) define o tesauro como um vocabulário controlado e estruturado em que os conceitos são representados por termos organizados de modo que as relações entre os conceitos são explícitas e os termos preferidos são acompanhados de sinônimos ou quase sinônimos (International Organization for Standardization, 2011). Lima e Maculan (2017) relatam que a elaboração do tesauro deve prever a definição dos termos descritores preferidos, sendo que as definições são apresentadas pela norma ISO 704 (2022) como elementos fundamentais para o trabalho terminológico, uma vez que, por meio delas, os objetos são compreendidos como conceitos.

Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo proposto, empregou-se como metodologia uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A RSL é uma metodologia que permite a identificação, avaliação e interpretação de todos os estudos disponíveis que são relevantes para uma questão de pesquisa específica (Kitchenham, 2004) A etapa de pesquisa da revisão foi realizada na base de dados OasisBR[1], na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD)[2] - ambas

administradas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - bem como na Plataforma Sucupira[3] - gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil - e no Google Acadêmico, mantido pela empresa multinacional Google. Desta forma, a questão de pesquisa norteadora da revisão sistemática de literatura assim se apresenta: quais são as normas nacionais e internacionais utilizadas atualmente na elaboração de tesauros em bibliotecas e quais são as suas orientações? Para a seleção das bases de dados utilizadas, consideraram-se critérios como sua relevância e profundidade analítica. A originalidade e o aprofundamento dos estudos acadêmicos selecionados permitiram compreender as normas adotadas, o contexto de aplicação e as reflexões críticas realizadas pelos autores em seus campos de atuação profissional. As estratégias de busca contemplaram uma combinação de expressões em português e inglês como “norma E tesauro”, “ABNT E tesauro”, “‘Associação Brasileira de Normas Técnicas’ E tesauro”, “ISO AND thesaurus”, “ISO E tesauro”, "elaboração de tesauro", “standard AND thesaur*”, “desenvolvimento de tesauro”, “construção de tesauro”, "criação de tesauro", e “norma E tesauro E biblioteconomia”. A busca resultou na recuperação de 1.016 documentos, entre teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso (TCCs). Estes últimos, embora com menor extensão ou profundidade de conteúdo, foram recuperados no Google Acadêmico e incluídos na seleção dos estudos por apresentarem discussões relevantes e atualizadas sobre o tema. Para seleção dos estudos mais adequados à revisão sistemática, foram analisadas as seguintes partes dos documentos: título, introdução, metodologia, referencial teórico e conclusão. Identificaram-se 41 estudos relevantes. Definiram-se quais as informações que seriam extraídas dos documentos: informações relativas ao conteúdo das normas e modelos de elaboração de tesauros. Essas informações foram organizadas em planilhas para auxiliar na síntese dos conteúdos coletados e posterior apresentação dos resultados de forma descritiva.

Resultados da Revisão Sistemática de Literatura

Os estudos relevantes da pesquisa apontam que, entre os anos de 2020 e 2024, houve predominância da utilização da norma internacional ISO 25964-1, publicada em 2011, que trata da elaboração e manutenção de tesauros para recuperação da informação; da norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005, revisada e publicada em 2010, que fornece diretrizes para a construção, formato e gestão de vocabulários controlados monolíngues; e do Modelo metodológico integrado para construção de tesauro, desenvolvido por Brígida Maria Nogueira Cervantes, utilizado como referência metodológica no contexto da Biblioteconomia brasileira, desde sua criação em 2009. Maia (2022) relata que não é possível construir um SOC sem estudos adequados, voltados para os usuários. Complementando, a autora diz que para ter consistência e auxiliar na recuperação da informação, o tesauro precisa ser elaborado com o apoio de um guia ou norma técnica (Maia, 2022). Para ela, a escolha em utilizar a norma ISO 25964-1 (2011) se justifica por ser a mais atualizada para construção de tesauros. Terra (2023) salienta que a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) define o tesauro como vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida e estruturado com as relações existentes entre os termos explicitamente demonstradas. Maia (2022) informa que há indicação de uso do tesauro na norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) para cinco finalidades: tradução, consistência, relacionamentos, recuperação e navegação. Segundo Ferreira (2023), o Modelo metodológico de Cervantes para construção de tesauro é importante por dispor de sistematização das etapas estabelecidas para a construção de tesauros, baseada nas premissas da investigação sobre Documentação/Construção de tesauros e Terminologia/Terminografia. Gomes (2023) destaca que a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) considera as garantias literária, de uso ou de usuário e organizacional. O autor também evidencia que usar uma garantia não impossibilita usar outras no mesmo processo

de elaboração de tesauro (Gomes, 2023). Essa tendência de utilizar diversos tipos de garantias revela um movimento de evolução na prática biblioteconômica, em que a normatização não se apresenta como um fim em si mesma, mas como um meio para alcançar uma representação da informação mais democrática, acessível e contextualizada. As principais normas e modelos encontrados nos estudos selecionados são: 1) Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues, (Gomes, 1984); 2) Elaboração de tesauro documentário: tutorial (Campos; Gomes; Motta, 2004); 3) norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010); 4) norma internacional ISO 25964-1 (2011); 5) norma internacional ISO 25964-2 (2013); 6) Guia de construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021); 7) Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993); 8) norma internacional ISO 704 (2000; 2022); 9) Modelo metodológico integrado para a construção de tesauros (Cervantes, 2009).

Produção científica brasileira sobre o uso de normas para elaboração de tesauros

Os estudos relevantes recuperados na Revisão Sistemática de Literatura (RSL) podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Estudos relevantes recuperados na RSL

1	Bandolin, Paulo César. (2024).
2	Barbosa, Everton Rodrigues. (2021).
3	Biscalchin, Ricardo. (2021).
4	Bispo, Fabrício Dantas. (2023).
5	Brito, Carlos de França. (2022).
6	Caetano, Gabriela Silva. (2022).
7	Cavalcante, Denise Gomes Silva Morais. (2023).
8	Costa, Karolina Sardinha Souza. (2022).
9	Craveiro, Larissa Souza. (2022).
10	Cruz, Maria Carolina Andrade e. (2024).
11	Duarte, Anderson Melo. (2022).
12	Ferreira, Ana Carolina. (2020).
13	Ferreira, Raquel Ellen Simões. (2023).
14	Ferreira, Suelen Camilo. (2023).
15	Gomes, Pablo. (2023).
16	Jesus, Samantha Augusta dos Santos de. (2022).
17	Lopes, Maria Eduarda Sousa. (2021).
18	Maia, Maíra Quintela. (2022).
19	Marcelino, Sara de Freitas. (2021).
20	Minho, Amanda Guise. (2024).
21	Miranda, Letícia dos Santos. (2024).
22	Morais, Natanna Santana de. (2024).
23	Moura, Kamila de Andrade. (2024).
24	Nascimento, Felipe Mozart de Santana. (2022).
25	Prado, Ana Carolina. (2020).
26	Ribeiro, Daniela Antonio. (2024).
27	Rio Branco, Luciana Beatriz Piovezan. (2020).
28	Romeiro, Nathália Lima. (2024).
29	Rosado, Keila Mara Lara. (2024).
30	Santos, Andréia dos. (2020).
31	Santos, Beatriz Gonçalves Nogueira dos. (2022).
32	Silveira, Raidan Cruz. (2021).
33	Souto, Luzane Ruscher. (2024).

34	Sousa, Maria Joselita de. (2022).
35	Terra, Marcos Vinícius Santos de Carvalho. (2023).
36	Tolare, Jéssica Beatriz. (2021).
37	Trivelato, Rosana Matos da Silva. (2022).
38	Vilela, Cinara Littig. (2024).
39	Vitoriano, Victor Emannuel Costa. (2021).
40	Vitorini, Érica Fernanda. (2020).
41	Xavier, Mariana. (2023).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Mapeamento temático

Para apresentar o mapeamento temático da produção brasileira sobre o uso das normas para elaboração de tesauros, foram definidas categorias que representam os assuntos tratados nos estudos recuperados na Revisão Sistemática de Literatura (RSL). As categorias são: apresentação das normas, evolução das normas, abreviaturas, relações entre termos, notas, etapas de elaboração de tesauros, manutenção de tesauros, reutilização de tesauros, fichas terminológicas, definições de conceitos, e questões de interoperabilidade.

Apresentação das normas

A norma ISO 25964 é a norma mais atualizada sobre elaboração de tesauros para a recuperação da informação e para a interoperabilidade entre sistemas. Ela foi publicada em duas partes: a ISO 25964-1 (2011) - *Thesauri for information retrieval*, que aborda o tesauro para recuperação da informação; e a ISO 25964-2 (2013) - *Interoperability with other vocabularies*, que trata da interoperabilidade com outros vocabulários, publicada em 2013 (Cruz, 2024; Brito, 2022; Maia, 2022; Marcelino, 2021; Nascimento, 2022; Silveira, 2021). A norma ISO 25964-1 (2011) apresenta informações explícitas que mostram:

- preocupação com a interoperabilidade, com o multilinguismo e com o multiculturalismo (Ribeiro, 2024);
- um modelo de dados e uma recomendação de formato para a importação e exportação de dados de tesauros (Ferreira; 2023);
- recomendações para a escolha de *software* de gestão de tesauros, (Ferreira, 2023; Bispo, 2022).

Rio Branco (2020) expõe resumidamente todas as dezoito seções que compõem a norma ISO 25964-1 (2011):

5. Escopo da norma
6. Termos e definições
7. Símbolos, abreviaturas e outras convenções
8. Revisão e objetivos do tesauro
9. Conceitos e seus escopos
10. Termos do tesauro
11. Conceitos complexos
12. Relações de equivalência em contexto monolíngue
13. Equivalência entre linguagens para tesauros multilíngues
14. Relações entre conceitos
15. Análise facetada
16. Apresentação e leiaute
17. Gerenciando a construção e manutenção de tesauros
18. Diretrizes para gestão de *softwares* de tesauros
19. Modelo de dados
20. Integração de tesauros com aplicações
21. Formatos de intercâmbio
22. Protocolos

A ISO 25964-2 (2013), completamente dedicada à interoperabilidade (Xavier, 2023), apresenta:

- recomendações para uniformização de tesauros e vocabulários controlados com objetivo de aplicação em ambientes automatizados e de

interoperabilidade em rede (Moura, 2024).

- padrões para a aplicação do modelo de dados Simple Knowledge Organization System (SKOS), desenvolvido pelo World Wide Web Consortium (W3C) em 2009 a fim de simplificar a interoperabilidade e a reutilização entre SOCs por meio da web semântica (Moura, 2024).
- estratégias como a equivalência composta e os rótulos de nós para apresentação de um SOC em um modelo SKOS (Morais, 2024).
- problemas e limitações dos formatos de intercâmbio de dados terminológicos, como Machine Readable Cataloging (MARC), Zthes, DD8723-5 e SKOS (Ferreira, S., 2023).
- características principais de oito tipos de SOCs: esquemas de classificação, esquemas de classificação usados para gestão de registros (arquivos), taxonomias, esquemas de cabeçalho de assunto, ontologias, terminologias, listas de autoridade de nomes e anéis de sinônimos (Ferreira, S., 2023).
- esclarecimentos sobre os seus componentes semânticos e relacionamentos dos oito tipos de SOCs comparados aos de um tesauro (Ferreira, S., 2023).

A norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) abrange quatro tipos diferentes de SOCs: as listas de termos, os anéis de sinônimos, as taxonomias e os tesauros (Souto, 2024). O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) elaborou o Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021) que explica que um termo que representa um conceito em uma determinada área, pode ser usado para representar outros conceitos totalmente diferentes em outras áreas, ainda que as semelhanças semânticas permaneçam. De acordo com os autores ainda, esse conceito pode ser individual se definir um único objeto ou geral se definir dois ou mais objetos distintos, porém que tenham características em comum (Shintaku *et al*., 2021). As Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993) são compostas por um conjunto de regras indicadas para a elaboração de tesauros, seja por meio manual ou mecânico, mas não considera a área do conhecimento (Brito, 2022). Segundo Rosado (2024), as normas terminológicas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization* (ISO), a ISO 704 - *Terminology work - principles and methods* e a ISO 1087 - *Terminology work - vocabulary*, devem ser aplicadas como suporte às normas documentárias de elaboração de tesauro, ISO 25964-1 e ISO 25964-2 já que elas apresentam conteúdos semelhantes, principalmente referentes às relações entre termos e conceitos. As normas terminológicas disponibilizam bases consistentes para uma boa compreensão do sistema de relações entre os conceitos, essencial para a elaboração das estruturas conceituais e do arranjo sistemático dos vocabulários (Silva, 2015 *apud* Rosado, 2024). O Modelo metodológico integrado para a construção de tesauros é um produto da tese de doutoramento de Cervantes (2009) que traz uma compilação de etapas e de procedimentos de modelos e diretrizes antigos apontados na literatura por autores que trataram dos processos de construção de tesauros (Gomes, 2023).

Abreviaturas

Dos 41 trabalhos relevantes da RSL, 8 trabalhos apresentam as abreviaturas utilizadas em tesauros (Cruz, 2024;

Ferreira, R., 2023; Duarte, 2022; Silveira, 2021; Tolare, 2021; Vitoriano, 2021; Prado, 2020; Santos, 2020).

Quadro 2: Abreviaturas utilizadas nos trabalhos relevantes da RSL

Abreviaturas	Significado	Referências normativas
NE	Nota de escopo ou Nota explicativa	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009)
DEF	Definição do conceito	ISO 25964-1 (2011)
CA	Categoria do assunto	
CAT	Categoria do termo	Gomes (1984)
NH	Nota histórica	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
USE	Indica que o termo que segue a abreviatura é o termo preferido que deve ser usado no lugar do termo não preferido que precede a abreviatura.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
UP	Usado para;	
USE...+	Os dois ou mais termos preferidos após a marcação devem ser usados juntos para representar o conceito indicado	ISO 25964-1 (2011)
UP+	O termo não preferido a seguir deve ser representado por uma combinação de termos preferidos, incluindo o termo preferido que precede a marcação	ISO 25964-1 (2011)
TT	Termo top superior	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TG	Termo genérico	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TGM	Termo genérico maior	
TGI	Termo genérico (instância, exemplo)	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TGP	Termo genérico partitivo	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)

TE	Termo específico	
TEM	Termo específico maior	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TEI	Termo específico (instância, exemplo)	
TEP	Termo específico partitivo	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TR	Termo relacionado	
TA	Termo associado	Gomes (1984)
TO	Termo oposto	
NA	Nota de aplicação; Também chamada "nota explicativa" ou "nota de escopo".	

Fonte: Elaboração própria com base em ISO 25964-1 (2011), Cervantes (2009), Gomes (1984), ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010).

Relações entre termos

As relações entre termos podem ser classificadas como hierárquicas, associativas e de equivalência (International Organization for Standardization, 2011; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993). Para a norma ISO 25964-1 (2011), as relações partitivas são denominadas como associativas a fim de garantir a interoperabilidade entre tesauros (Minho, 2024). Todavia, essa denominação não serve, de acordo com a norma, para termos que representam: sistemas e órgãos; localizações geográficas; campos do conhecimento; e organizações sociais. Por isso, a norma ISO 25964-1 (2011) recomenda a avaliação da relevância da especificação de todas as relações possíveis para o contexto da aplicação do tesauro (Minho, 2024). Silveira (2021) exprime que a norma ISO 25964-1 (2011) classifica os tipos de relações entre os termos em dois grupos: as relações sintagmáticas e as paradigmáticas. As relações sintagmáticas acontecem quando dois ou mais descritores são atribuídos a um único documento, ficando dependentes do contexto de um documento específico (Biscalchin, 2021; Silveira, 2021; Vitorini, 2020). Enquanto isso, as relações paradigmáticas acontecem quando as relações entre os termos existem independente do contexto, do documento em que eles estão inseridos (Biscalchin, 2021; Silveira, 2021; Vitorini, 2020). Maia (2022) observa que a norma ISO 25964-1 (2011) divide as relações hierárquicas em três tipos: relação gênero/espécie; relação todo/parte; e relação de instância. As normas ANSI/NISO Z39.19-

2005 (2010) e ISO 25964-1 (2011) determinam que na relação hierárquica, do tipo gênero-espécie, há o predomínio da expressão “é um”, sendo possível atribuir um teste “tudo e alguns” para identificar se os termos comportam determinada relação (Moura, 2024). Conforme a norma ISO 25964-1 (2011), a relação hierárquica deve ser estabelecida entre dois conceitos quando o escopo de um compor completamente o escopo do outro (Silveira, 2021; Tolare, 2021). Esse tipo de relação deve ser baseado em graus ou níveis de superordenação e subordinação (Silveira, 2021). Outra norma que explica as relações hierárquicas é a norma ISO 1087-1 (2000). Ela diz que as relações hierárquicas são aquelas que se apresentam entre as noções subordinadas em um ou vários níveis, ou seja, são relações que acontecem entre termos de um conjunto, em que cada termo é superior ao outro devido à presença de uma característica de natureza normativa (Vitoriano, 2021). Segundo a norma ISO 25964-1 (2011), o termo genérico é o termo preferido que representa um conceito que é mais amplo do que o termo em questão; o termo subordinado ou termo específico é o termo preferido que representa um conceito que é mais restrito do que o termo em questão; o termo relacionado é o termo preferido que representa um conceito que possui uma relação associativa com o termo em questão; e o termo alternativo ou equivalente é aquele que não é atribuído ao documento como preferido, porém é oferecido como um ponto de entrada em um tesauro (Marcelino, 2021). Craveiro (2022) informa que, de acordo com a ISO 704 (2009), as relações genéricas (TG e TE) e as relações partitivas (TGP e TEP) fazem parte das relações hierárquicas. Por outro lado, de acordo com as normas ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) e ISO 25964-1 (2011), as relações associativas abrangem aquelas que não são hierárquicas ou de equivalência, agregando uma infinidade de possibilidades, sendo consideradas as relações de maior complexidade para a sua atribuição (Moura, 2024). Com base na norma ISO 25964-1 (2011), o termo relacionado é o termo preferido que representa um conceito que possui uma relação associativa com outro termo (Terra, 2023). A ISO 704 (2009) determina que as relações associativas são relações de proximidade que envolvem o espaço, o tempo, o produto, a ferramenta, a quantidade, o material, causa e efeito etc (Craveiro, 2022). Além disso, conforme a ISO 25964-1, as relações associativas permitem relacionar os termos definidos pelo tesauro com os termos utilizados na busca pelos usuários (Tolare, 2021). Cruz (2024) explica que a relação de equivalência é considerada pela norma ISO 25964-1 (2011) como a relação entre um termo preferido e seus termos não preferenciais equivalentes em significado na mesma linguagem natural. De acordo com a norma também, essa relação têm a função de encaminhar, remeter os usuários para os termos preferidos do tesauro (Tolare, 2021). A existência dessas relações entre os termos permite que os pesquisadores possam ter uma visão abrangente do local onde o termo está inserido no tesauro, com a obtenção de expansão na busca, sugestão de termos de busca alternativos, suporte para agrupamento ou outras formas de refinar uma busca, identificação de erros comuns de digitação e suporte para indexação automática (International Organization for Standardization, 2011, tradução nossa). Rosado (2024) e Maia (2022) apresentam as situações gerais estabelecidas pela norma ISO 25964-1 (2011) em que podem ocorrer as relações de equivalência: entre termos sinônimos; entre termos quase-sinônimos; entre termos parcialmente equivalentes, que é quando um termo é muito específico e se utiliza de uma combinação de termos para representá-lo; e entre termos não equivalentes que é quando um termo é muito específico e acaba sendo representado por outro termo que possui um conceito próximo. Ao mesmo tempo, a autora ainda destaca que a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 apresenta cinco tipos de relações de equivalência:

1. sinônimas;
2. variantes lexicais;
3. quase-sinônimas;
4. postagem genérica;
5. referência cruzada para elementos que compõem o termo.

Rosado (2024) explica que os termos sinônimos possuem o mesmo significado dentro de um domínio. As variantes lexicais são as formas distintas dos termos que representam um mesmo conceito e podem derivar de ortografia, gramática ou abreviaturas. Por exemplo: “cota” ou “quota”. Os termos quase-sinônimos são aqueles que possuem significados que variam de acordo com o contexto, mas que em determinado sistema ou domínio do conhecimento são compreendidos como equivalentes (Aitchison; Gilchrist, 1979; American National Standards Institute; National Information Standard Organization, 2005; Cavalcanti, 1978; Currás, 1995 *apud* Rosado, 2024). Os antônimos devem ser considerados quase-sinônimos se forem aplicados em áreas em que apareçam como termos periféricos, caso não, devem ser representados como termos relacionados (American National Standards Institute; National Information Standard Organization, 2005). A postagem genérica ou deslocamento genérico é a relação em que o termo referente a uma classe e os termos que são membros dela são tratados como equivalentes, sendo o termo preferido também o nome da classe mais genérica. Essa técnica é recomendada nos casos em que há um número pequeno de documentos pertencentes a uma classe, que não justifica a sua divisão em subclasses, ou nas áreas periféricas de um domínio do conhecimento (American National Standards Institute; National Information Standard Organization, 2005). Enquanto que as referências cruzadas usam “USE...E...” para remeter de um termo composto aos seus componentes e usam “USADO PARA... E...” para remeter dos termos simples ao termo composto (American National Standards Institute; National Information Standard Organization, 2005). No âmbito das relações associativas, os sistemas e órgãos do corpo humano, as localizações geográficas, as disciplinas e campos de discurso, e as estruturas sociais hierárquicas são tipos de conceitos que, segundo a norma ISO 25964-1, podem possuir relações partitivas (Vilela, 2024). A norma ISO 25964-1 (2011) evidencia a importância da explicitação das relações associativas através do uso de algum tipo de convenção (Souto, 2024). Maia (2022) e Silveira (2021) apresentam os vários tipos de relações associativas informadas pela norma ISO 25964-1:

- disciplinas ou campos do conhecimento/seus objetos, fenômenos ou profissões;
- operação ou processo/seu agente ou instrumento;
- ação/produto da ação;
- ação/seu destinatário ou destino;
- objetos ou materiais/suas propriedades;
- artefato/suas partes, caso não se qualifiquem como relação hierárquica partitiva;
- conceitos ligados por dependência causal;
- objeto ou processo/seu agente de controle;
- conceito/sua unidade de medida;
- um termo composto/substantivo que é seu foco, caso não tenham uma relação hierárquica;
- um organismo/substância derivada;
- conceitos opostos.

Ademais, de acordo com a norma ISO 25964-1 (2011), as relações associativas devem ser expressadas nas definições dos conceitos representados por termos do tesauro, se um termo é mencionado na definição de outro termo para explicar o seu significado, então os dois termos serão termos relacionados dependendo do contexto (Ferreira, 2020). A ISO 704 (2022) destaca que, para redução da ambiguidade em uma linguagem, é preciso buscar a monossemia (Souto, 2024). Algumas relações, apresentadas pela ISO 704 (2022), que podem gerar variações na terminologia são: a) a monossemia que ocorre quando um termo representa um único conceito; b) a sinonímia que se trata da capacidade de mais de um termo representar o mesmo conceito; c) antonímia que ocorre quando o termo representa um conceito contrário ou contraditório a outro conceito; d) polissemia que ocorre quando dois termos têm forma idêntica, tanto foneticamente quanto textualmente, mas representam conceitos diferentes mesmo que eles guardem alguma semelhança; e) homonímia que ocorre quando dois termos têm forma idêntica, entretanto se referem a conceitos diferentes que não guardam nenhuma característica em comum.

(Souto, 2024). Segundo a ISO 704 (2022), a homonímia pode ocorrer em três situações:

3. termos homófonos: são foneticamente idênticos, mas ortograficamente diferentes que representam conceitos não relacionados;
4. termos homógrafos: são termos ortograficamente idênticos, mas foneticamente diferentes que representam conceitos não relacionados;
5. termos homônimos: são termos ortograficamente e foneticamente idênticos, mas representam conceitos não relacionados.

Brito (2022) informa que as questões de polissemia devem ser suprimidas como recomendação do Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021). Dessa forma, o termo deve representar um conceito e o conceito deve ser representado somente por um termo (Shintaku *et al*., 2021). Além disso, a norma ISO 25964-1 (2011), sobre a ocorrência de termos homógrafos no tesauro, recomenda o uso de qualificadores para especificar a qual contexto ou domínio aquele determinado termo se refere (Jesus, 2022).

Notas

As notas, segundo o Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021), visam comunicar informações adicionais sobre o conceito, assim como compartilhar detalhes adicionais sobre o uso de termos com outros indexadores. Cavalcante (2023) pontua que a estruturação das relações entre conceitos é essencial para a definição dos conceitos que precisam de orientações escritas como as notas de escopo ou de definição, destacando-se o fato de que na norma ISO 25964-1 (2011), algumas notas estão associadas a conceitos e outras estão relacionadas a termos. Segundo a norma ISO 25964-1 (2011), a nota de escopo deve delimitar o conceito a um significado, definindo ou explicitando os limites semânticos do conceito à medida que ele é utilizado no vocabulário controlado (Cruz, 2024; Maia, 2022). Para as normas ANSI/NISO Z39-19 (2005) e ISO 25964-1 (2011), o vocabulário controlado apresenta notas de escopo que são compostas por observações sobre o termo com o intuito de: limitar ou ampliar a sua aplicação; distinguir termos que têm significados sobrepostos na linguagem natural; e orientar o indexador e os usuários da biblioteca sobre o uso de um determinado termo (Biscalchin, 2021). De acordo com a norma ISO 25964-1 (2011), uma nota de escopo não precisa conter uma definição completa do conceito, porém ela deve explicar objetivamente qual o uso pretendido do termo dentro de um vocabulário controlado para não haver ambiguidade (Biscalchin, 2021; Ferreira, 2020). Jesus (2022) explica que quando houver uma atualização referente à inclusão de um novo termo preferido ou quando a alteração de um termo afetar o escopo do conceito, faz-se necessário adicionar notas históricas conforme recomendação da norma ISO 25964-1 (2011).

Etapas de elaboração de tesauros

A norma ISO 25964-1 (2011) recomenda a construção de tesauro a partir da seguinte forma:

3. Termos do tesauro;
4. Relações semânticas;
5. Apresentação e layout;
6. Implementação tecnológica.

Com base na ISO 25964-1 (2011) ainda, a elaboração de tesauros inclui ainda:

● o planejamento, composto por definição de objetivos, limitações, recursos humanos e materiais, e as configurações do tesauro;
● a coleta de termos e a definição de conceitos;
● a construção, composta por estruturação dos termos organizados em grupo ou em hierarquias, estabelecimento das relações entre os termos e registro de notas de escopo;
● a introdução do tesauro, composta por um registro abrangente com informações como objetivos, campo temático, normas utilizadas, estatísticas de termos, abreviaturas utilizadas,

regras para seleção de termos, política de atualização, entre outros itens;
● a difusão, preparação do tesauro para integração com sistemas de recuperação da informação, publicação do tesauro; e
● a atualização, composta pelo gerenciamento das atualizações e manutenções, assim como a gestão de sugestões de melhorias por usuários e bibliotecários indexadores (Cruz, 2024; Moura, 2024; Marcelino, 2021).

O Manual de elaboração de tesauro documentário (Campos; Gomes; Motta, 2004) divide em cinco temas o processo de elaboração de tesauros (Miranda, 2024):

5. planejamento;
6. levantamento do vocabulário;
7. organização dos conceitos;
8. apresentação final;
9. critérios para avaliação de tesauros.

Morais (2024) relata a existência de uma metodologia elaborada por Tomaszuk em 2022 denominada CoVoMe. É uma metodologia compatível com as normas ISO 25964-1 (2011) e 25964-2 (2013) e suas etapas para elaboração de tesauros são:

4. elucidação de domínio e escopo;
5. escolha do tipo de currículo ou documentação (listas de termos, classificações, categorias, listas de relacionamentos);
6. estratégia de tratamento dos conceitos e esquemas conceituais;
7. tratamento lexical das entidades (rótulos, termos e notações);
8. identificação das coleções ordenadas e não ordenadas;
9. integração de propriedades de similaridades, hierarquias e associações (relações semânticas);
10. documentação, constituída da apresentação dos termos e das unidades em sua estrutura e da avaliação, processo de verificação e análise da utilização do vocabulário.

Há ainda a metodologia holística de construção de tesauro, sugerida por Chen, em 2021, criada a fim de permitir que a arte ocidental seja acessível aos usuários chineses e a arte chinesa seja acessível aos usuários ocidentais, composta pelas seguintes etapas (Morais, 2024):

1. coleta de termos;
2. análise semântica;
3. mapeamento de equivalência;
4. pesquisa sobre construção de SOCs;
5. consultoria de grupos de especialistas;
6. construção do conceito;
7. tradução;
8. revisão;
9. desambiguação;
10. revisão e aprovação do grupo de especialistas.

Essa metodologia, de acordo com Morais (2024), é capaz de integrar métodos que são adeptos à interoperabilidade em SOCs, como os procedimentos de tradução e a manutenção da consistência conceitual em ambos os idiomas. Romeiro (2024) apresenta as etapas de construção de tesauros compiladas por Trivelato (2022) que foram baseadas nas normas ISO 25964-1 e ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010):

1. identificação de termos candidatos;
2. seleção e definição dos termos;
3. categorização;
4. notas;
5. relação entre termos;
6. avaliação; e
7. atualização.

As etapas de elaboração de vocabulários controlados presentes na norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) são (Nascimento; 2022):

1. Pesquisar os vocabulários existentes para evitar a duplicação e o retrabalho;
2. Determinar a estrutura e os formatos de apresentação;
3. Escolher o método de construção: abordagens de comitê, empírica e ou indutiva;
4. Registrar os termos candidatos e suas relações (lógicas - hierárquicas e ontológicas - partitivos e associativos);
5. Validar os termos;

6. Escolher os termos candidatos que farão parte do vocabulário;
7. Escolher os níveis de especificidade;
8. Escolher os termos não associados para garantir a estrutura do sistema.

De acordo com o Manual de elaboração de tesauro documentário (Campos; Gomes; Motta, 2004), os passos a serem seguidos na elaboração de tesauros podem ser (Bandolin, 2024):

1. planejamento;
2. levantamento de vocabulário;
3. organização dos conceitos;
4. avaliação final;
5. critérios para avaliação de tesauros.

Para Cervantes (2009), em seu Modelo metodológico integrado para construção de tesauro, as etapas de construção de tesauros propostas são (Duarte, 2022; Lopes, 2021; Vitoriano, 2021):

1. Trabalho preliminar;
2. Método de compilação;
3. Registro de termos;
4. Verificação de termos;
5. Forma de apresentação de um tesauro.

Sousa (2022) destaca que Cervantes (2009) recomenda não desenvolver uma pesquisa terminológica sobre um domínio completo, quando a delimitação do tesauro for um subdomínio, devido à complexidade da tarefa e à abrangência de muitas redes nocionais relacionadas. Fazem parte do planejamento, segundo a norma ISO 25964-1 (2011): objetivos do tesauro; características do tesauro como o seu escopo, a forma de sua exibição e periodicidade das atualizações; recursos utilizados na elaboração do tesauro; estabelecimento dos responsáveis pelo tesauro; a escolha do software de gestão de tesauros; a coleta dos termos; a construção do tesauro composta pela organização e agrupamento dos termos e pelo relacionamento entre os termos; introdução do tesauro constituída da apresentação da ferramenta, da exibição das regras utilizadas, das formas de utilização do tesauro e do contato dos responsáveis; disseminação; e manutenção do tesauro que inclui a atualização da linguagem, a frequência de manutenção, as revisões e os critérios para as adequações necessárias (Cruz, 2024). Souto (2024) traz algumas orientações sobre a criação de novos termos para o tesauro a partir da norma ISO 704 (2022) que apresenta princípios que podem ser usados na criação ou definição de termos. O princípio da transparência, o termo é considerado transparente quando é possível inferir o seu significado sem precisar de uma definição ou qualquer informação adicional (Souto, 2024). No princípio da consistência, o termo deve ser integrado e consistente com a estrutura conceitual do tesauro, já no princípio da adequação, os termos devem seguir os padrões de significado que são estabelecidos no contexto dos usuários (Souto, 2024). O princípio da concisão refere-se à economia linguística, evitando o uso de um termo muito longo, o princípio da derivabilidade e composibilidade determina que as formações produtivas de termos permitam derivados e compostos, no princípio da correção linguística, os termos devem estar em conformidade com as normas morfológicas, morfossintáticas e fonológicas da língua do tesauro, e no princípio da preferência pela língua nativa, as expressões da língua nativa devem ser preferidas ao uso de empréstimos linguísticos (Souto, 2024). Ainda sobre a coleta de termos, as Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues (Gomes, 1984) sugerem o monitoramento do trabalho a partir da revisão das decisões tomadas nos primeiros estágios da coleta já que durante o processo os indexadores ganham mais experiência (Miranda, 2024). E o Guia de construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021) apresenta as metodologias de construção de tesauros recomendadas pela norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) que são a abordagem de comitê, a abordagem empírica, a combinação de métodos e a assistência da máquina (Miranda, 2024). Na abordagem de comitê, um comitê de especialistas no domínio do conhecimento a ser representado são responsáveis por selecionar os termos e indicar as relações existentes entre eles junto ao responsável ou

responsáveis pela construção do tesauro. Essa seleção de termos é feita através do método top-down que se trata da identificação de termos abrangentes seguidos de termos específicos ou através do método *bottom-up* se os termos forem incorporados de listas de termos derivados de outros instrumentos (Bandolin, 2024; Moura, 2024). Na abordagem empírica, a seleção pode ser através do método dedutivo, em que a seleção dos termos é realizada por meio da análise de documentos, com a revisão por especialistas para determinação de categorias e relacionamentos; ou do método indutivo em que os termos novos são selecionados à medida em que são encontrados nos documentos, sendo a construção do tesauro ininterrupta (Bandolin, 2024; Moura, 2024). Na combinação de métodos, abordagem de comitê e abordagem empírica, há possibilidade de uso dos dois métodos ao longo do desenvolvimento do tesauro (Bandolin, 2024; Moura, 2024). Como acontece na metodologia CoVoMe, em que há integração das abordagens *bottom-up*, *top-down* e *middle-out*, que é a seleção de termos a partir de conceitos centrais (Morais, 2024). Na assistência de máquina, a seleção de termos é feita por meio da análise de frequência de uso dos termos e pela consulta de termos pelos usuários no sistema de recuperação da informação utilizado pela biblioteca (Moura, 2024). A norma ISO 25964-1 (2011) orienta que a seleção de termos preferidos seja realizada com base no uso do nome comum do conceito em caso de termos que representem nomes comerciais para evitar problemas legais; na preferência de nomes populares em tesauros gerais e de nomes científicos em tesauros científicos; e no uso de nomes genéricos, nomes geográficos (tanto populares quanto oficiais) e nomes de instituições e pessoas corretos e atualizados (Bandyopadhyay; Mukhopadhyay, 2015 *apud* Ferreira, 2023). Conforme Souto (2024), com base na ISO 704 (2022), todas as definições devem ser concisas e complexas caso seja necessário, devem considerar a linguagem do público-alvo e o seu nível de conhecimento. Durante a etapa de disseminação, Cruz (2024), conforme a ISO 25964-1 (2011), relata que a publicação eletrônica, a distribuição de cópias impressas e a publicação convencional representam algumas formas de disseminar o tesauro, destacando o acesso ao SOC sem a necessidade de conexão com a internet. A autora ainda informa que produções intelectuais devem ser depositadas na Biblioteca Nacional do país de origem do tesauro e que os diretórios de sites podem ajudar na disseminação do instrumento de controle de vocabulário (Cruz, 2024). Na etapa de atualização, a norma ISO 25964-1 (2011) recomenda que a atualização comece no dia em que o tesauro for publicado para que testes sejam feitos tanto pelos bibliotecários indexadores quanto pelos usuários (Cruz, 2024). Recomenda-se também o estabelecimento de um processo de sugestão de inclusão ou alteração de termos que pode se tornar um mecanismo aliado na tarefa de atualização da linguagem (Cruz, 2024). Destaca-se que para a elaboração de tesauros multilíngues, a norma ISO 25964-1 (2011) orienta que eles podem ser desenvolvidos a partir de três formas (Barbosa, 2021) que também estão presentes nas Diretrizes da *International Federation of Librarian Associations* (IFLA), IFLA *Guidelines for Multilingual Thesauri* (2009) conforme informa Biscalchin (2021):

1. pela tradução de um tesauro monolíngue que já existe;
2. pela combinação de vários tesauros monolíngues distintos que já existem; ou
3. pela construção simultânea das várias versões linguísticas de um tesauro multilíngue.

Manutenção de tesauros

As Diretrizes para a elaboração de tesauros monolíngues (Gomes, 1984) recomendam a avaliação e revisão do tesauro. Entretanto, não há indicação da periodicidade em que esses processos devem ser realizados, apenas a importância de suas realizações devido às mudanças que podem ocorrer no uso de termos do domínio do conhecimento representado no tesauro (Miranda, 2024). Segundo a autora ainda, conforme o Manual de elaboração de tesauro documentário (Campos; Gomes; Motta, 2004), a avaliação deve conter

oito critérios para verificação: o domínio do conhecimento; a apresentação de introdução; qual a forma de apresentação do tesauro, alfabética e/ou sistemática; a abrangência do idioma, se monolíngue ou multilíngue; qual a unidade linguística usada, conceito, palavra ou assunto; quais tipos de relações semânticas o tesauro possui; o grau de consistência do vocabulário; e a nota de escopo, se apresenta a definição do termo ou a política de indexação (Miranda, 2024). A norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) apresenta uma seção que traz informações a respeito da construção, teste, manutenção e gestão dos instrumentos e os critérios de avaliação apresentados por ela são os mesmos estabelecidos por Soergel (2002) (Miranda, 2024). Os critérios da metodologia de avaliação da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) foram agrupados pelo Guia de construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021) nas seguintes classes: sinônimos, análise conceitual, notas, facetas, termos, forma dos termos, tesauros acessíveis eletronicamente e procedimentos para o desenvolvimento do tesauro (Miranda, 2024). A norma ISO 25964-1 (2011) também recomenda a manutenção dos tesauros com orientações sobre como os responsáveis devem mantê-la (Cruz, 2024). Ferreira (2020) apresenta quais tarefas devem ser realizadas durante o processo de revisão de tesauros conforme orientação da norma ISO 25964-1 (2011):

- Monitoramento da frequência de uso dos termos preferidos nas bases de dados;
- Utilização de dados sobre as pesquisas dos usuários, em especial, os “logs de transações”, que indicam as suas preferências e hábitos;
- Adição de um novo conceito;
- Adição de um novo termo não preferido;
- Alteração de um termo preferido ou não preferido;
- Exclusão de um termo preferido, observando-se o histórico de uso;
- Exclusão de um termo não preferido;
- Inversão da preferência entre um termo preferido e um termo não preferido;
- Adição ou modificação de uma nota de escopo, definição de nota histórica ou nota editorial;
- Fusão de dois conceitos em um único conceito;
- Divisão de um conceito em dois ou mais conceitos;
- Alteração na estrutura hierárquica;
- Movimentação de uma parte da hierarquia de um lugar para o outro;
- Adição ou exclusão de relações associativas;
- Adaptação das modificações anteriores para outras línguas, no caso de tesauros multilíngues.
- Inclusão de notas históricas para as mudanças significativas dos termos.

A norma ISO 25964-1 (2011) explica que o controle de versão está relacionado primordialmente à atualização constante do tesauro que pode ser realizada pelo responsável pelo tesauro com a adição de novos conceitos, termos, relações, notas e outras alterações ou com a criação de versões em diferentes idiomas do mesmo tesauro (Marcelino, 2021).

Reutilização de tesauros

Caetano (2022) relata que a norma ISO 25964-2 (2013) indica que, na reutilização de tesauros, “a mediação humana deve ser usada sempre que possível para alcançar um desempenho de recuperação superior e evitar falsas inferências de equivalências inexatas” (International Organization for Standardization, 2013, p. 31, tradução nossa) quando houver a reutilização de outros tesauros. Na norma ANSI/NISO Z39.19 (2005), recomenda-se evitar a duplicação de vocabulários, verificando-se antes de iniciar a construção de um tesauro se há outro tesauro que represente o mesmo domínio pretendido (Vitoriano, 2021). Caetano (2022) destaca que, conforme consta na norma ISO 25964-2 (2013), quando houver mapeamento entre

vocabulários e o bibliotecário indexador não identificar termo equivalente ao conceito que deseja representar, ele deve fazer uma escolha entre um mapeamento inexato e/ou hierárquico, tomando a decisão de acordo com o termo que seja mais adequado ao documento que está sendo indexado.

Fichas terminológicas

A elaboração da ficha terminológica é considerada por Cervantes (2009) um dos primeiros passos para o registro terminológico, onde há o tratamento automático do termo, também chamado de unidade terminológica pela autora (Ferreira, R., 2023). Ela indica que, após a leitura e identificação dos conceitos ou termos relevantes, deve-se anotar os termos em uma ficha terminológica que é composta pelos seguintes dados: termo, contextos de uso, fonte, domínio ou área de especialidade, definições, responsável pelo registro e a data (Ferreira, R., 2023; Brito, 2022). Para Cervantes (2009), os pesquisadores devem preencher as fichas terminológicas conforme a sua necessidade.

Definições de conceitos

As normas apresentam diversos conceitos que envolvem o universo da elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). São eles:

- indexação: o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos, constituindo-se em uma linguagem de indexação (NBR 12676 (1992)) (Biscalchin, 2021);
- definições conceituais: evidenciam os relacionamentos entre os termos, , portanto elas são consideradas fundamentais para um trabalho terminológico (ISO 704 (2022)) (Minho, 2024);
- definição intensional: definição intensional é o método de definição de conceito mais explícito e preciso uma vez que estabelece o conceito como uma unidade com intensão transparente representada por uma extensão singular que fornece uma quantidade mínima de informação para que se reconheça e diferencie um conceito de outros conceitos relacionados (ISO 704, 2022) (Souto, 2024);
- tesauro: vocabulário controlado e estruturado em que os conceitos são representados por termos, organizados de tal forma que tornam explícitas as relações entre os conceitos, e os termos preferidos são acompanhados por entradas iniciais para sinônimos e quase-sinônimos (ISO 25964-1 (2011)) (Terra, 2023; Marcelino, 2021; Tolare, 2021; Prado, 2020; Rio Branco, 2020). Ele visa direcionar o bibliotecário indexador e o usuário do sistema para a escolha do mesmo termo e para isso ocorrer, o tesauro deve listar todos os conceitos possíveis para a recuperação da informação de um domínio, assim como as suas variações (Bispo, 2023; Silveira, 2021). Vocabulário controlado organizado em ordem e estruturas conhecidas de tal maneira que os relacionamentos de equivalência, homografia e hierarquia e associações entre os termos são dispostos claramente e representados por indicadores de relacionamentos padronizados e recíprocos (ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)) (Vilela, 2024; Moura, 2024; Ferreira, 2023; Terra, 2023; Craveiro, 2022; Vitoriano, 2021; Santos, 2020). Vocabulário controlado que tem base em uma estrutura semântica e funcional, sendo classificado conforme as ideias que ele representa, a partir de determinado domínio ou área de conhecimento (Shintaku *et al.*, 2021) (Terra, 2023). Vocabulário controlado e dinâmico de

termos relacionados semanticamente e genericamente acerca de um domínio do conhecimento específico (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; International Organization for Standardization, 1971) (Costa, 2022; Santos, 2022). Vocabulário controlado, em que os conceitos são representados por termos preferidos organizados formalmente de modo que as relações entre os conceitos são mostradas de forma explícita e os termos preferidos são acompanhados de remissivas para os termos sinônimos e quase-sinônimos (BS 8723-2 (2005)) (Santos, 2022). vocabulário controlado e dinâmico que abrange uma área específica de conhecimento, cuja estrutura manifesta as relações entre os termos ou descritores como as relações sinonímicas-hierárquicas que compõem a linguagem da indexação (Gomes, 1984) (Sousa, 2022).

- finalidade do tesauro: garantir uma prática consistente em um serviço de indexação ou entre diferentes serviços (ISO 25964-1 (2011)) (Maia, 2022). Tradução, consistência, relacionamentos, recuperação e navegação (ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)) (Maia, 2022; Biscalchin, 2021; Tolare, 2021; Vitorini, 2020).
- vocabulário controlado: lista de termos organizados, onde nenhum dos termos pode ser ambíguo e redundante, sendo os termos controlados por uma autoridade registrada (ANSI/NISO Z39.19 (2005)) (Biscalchin, 2021).
- termo não designado: termo que ainda não foi utilizado na indexação de um documento, porém ele compõe o tesauro por possuir potencial para ser um termo descritor e pelo fato de ser necessário para completar a hierarquia de um conjunto de termos no tesauro (ANSI/NISO Z39.19 (2005)) (Vitoriano, 2021).
- termos/termo: representações de conceitos gerais correspondentes a vários tipos de objetos como coisas, atividades, situações ou relações (ISO 704, 2022) (Souto, 2024). Palavra ou frase usada para denominar um conceito (ISO 25964-1, 2011) (Terra, 2023). Designação verbal do conceito em um domínio específico (ISO 1087-1 (2000) (Vitorini, 2020).
- conceito: unidade de pensamento que pode ser expresso de várias formas e que existem na mente humana como entidades abstratas independentemente de quais termos são utilizados para expressá-los (ISO 25964-1, 2011) (Terra, 2023; Vitorini, 2020).
- terminografia: menção, tratamento e apresentação de dados terminológicos oriundos de uma pesquisa terminológica (ISO 1087-1, 2000) (Ferreira, R., 2023).
- interoperabilidade: habilidade ou capacidade de dois ou mais sistemas de trocar e usar informações (ISO 25964-1, 2011; ISO 25964-2, 2013) (Rio Branco, 2020; Tolare, 2021).

Questões de interoperabilidade

Biscalchin (2021) informa que a norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) apresenta cinco possibilidades de ocorrência da interoperabilidade:

1. buscadores de informação: através da exploração de diversos sistemas ao utilizar um vocabulário de busca preferido dos buscadores;
2. indexadores: através da indexação de documentos de um domínio com o uso de um vocabulário controlado de outro domínio próximo;
3. através da exploração de duas ou mais bases de dados que foram indexadas utilizando diferentes vocabulários controlados;
4. através da fusão de dois ou mais vocabulários controlados para construção de um novo vocabulário que contenha todos os termos e conceitos dos vocabulários originais;

5. através da construção de linguagens multilíngues para indexação e recuperação da informação.

Rio Branco (2020) explica que, segundo a norma ISO 25964-2 (2013), a interoperabilidade entre as linguagens de indexação pode ser alcançada através da inclusão de mapeamentos a outros vocabulários, da apresentação de dados em formatos padrão e do uso de sistemas que possuem suporte a protocolos computacionais comuns. Além disso, a norma ISO 25964-1 (2011) destaca que é primordial que o *software* utilizado para construção do tesauro consiga exportar e importar dados para que o conteúdo do tesauro não fique limitado a apenas um sistema (Marcelino, 2021). Assim como a exportação de todos os dados deve ser possível, a norma recomenda a opção de exportar subconjuntos de dados do tesauro que possam ser escolhidos pelo responsável (Marcelino, 2021).

Considerações Finais

Entende-se que a padronização ainda se mantém como um elemento essencial no processo de elaboração de tesauros utilizados por bibliotecas e centros de informação brasileiros. Ademais, é possível afirmar que as normas técnicas continuam a desempenhar papel importante na definição de critérios, estruturas e diretrizes que asseguram a consistência, interoperabilidade e eficácia na organização e recuperação da informação. No entanto, observa-se uma crescente atenção às questões contextuais relacionadas ao ambiente sociocultural, linguístico e até religioso dos usuários, que vêm se tornando cada vez mais evidentes nas práticas de representação da informação. Isso reflete uma compreensão mais ampla e humanizada da construção dos sistemas de organização do conhecimento, que consideram não apenas os padrões técnicos, mas também as particularidades e necessidades da comunidade usuária. A valorização do contexto demonstra um esforço por parte dos bibliotecários em construir tesauros mais inclusivos, representativos e sintonizados com as transformações sociais, tecnológicas e culturais da atualidade. Tal realidade demonstra que, à medida que a sociedade evolui, os instrumentos de representação da informação acompanham essa dinâmica, adaptando-se de forma contínua às mudanças. Essa adaptação está em consonância com a quinta lei da Biblioteconomia, proposta por Ranganathan (2009): a biblioteca é um organismo em crescimento. Essa lei reconhece a biblioteca como uma entidade viva, em constante desenvolvimento, capaz de se transformar para atender melhor às demandas informacionais dos usuários.

REFERÊNCIAS

American National Standards Institute, National Information Standards Organization. (2010). ANSI/NISO Z39.19-2005: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. NISO Press. https://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010

Bandolin, P. C. (2024). Estudo terminológico dos autos de inquérito policial federal [Tese de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/260956

Barbosa, E. R. (2021). Modelo colaborativo para a construção e a publicação de tesauros no contexto do Linked Open Data: aplicação no domínio da Música [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227022

Biscalchin, R. (2021). Garantia transcultural e terminologia: subsídios para a construção de vocabulários controlados multilíngues interoperáveis [Dissertação de doutoramento, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita]. Repositório

Institucional da UNESP. http://hdl.handle.net/11449/204173

Bispo, F. D. (2023). Controle terminológico no combate a crimes de entorpecentes na Polícia Federal do Brasil: proposta metodológica [Tese de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254151

Boccato, V. R. C. (2011). Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, 2 (1), 165-192. https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42340

Brito, C. de F. (2022). Tesauro de teologia sistemática: um mapeamento conceitual a partir da perspectiva pentecostal [Tese de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25803

Caetano, G. S. (2022). Uso e desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento pelas corporações: criação de um modelo conceitual para o domínio da exploração mineral [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. http://hdl.handle.net/1843/39284

Campos, M. L. de A., Gomes, H. E., Motta, D. da. (2004). Elaboração de tesauro documentário: tutorial. https://www.conexaorio.com/biti/tesauro/

Cavalcante, D. G. S. M. (2023). Modelagem semântica de sistemas de organização do conhecimento para categorias de representação de imagens em movimento no ambiente web [Dissertação de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-18122023-165038

Cervantes, B. M. N. (2009). A construção de tesauros com a integração de procedimentos terminográficos [Dissertação de doutoramento, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional da UNESP. https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c4b2f33e-7343-41fb-b026-010618a99fe2

Costa, K. S. S. (2022). Boi-Bumbá de Parintins: modelo de construção de tesauros [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Amazonas]. Repositório Institucional da UFAM. https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6485

Craveiro, L. S. (2022). Sistema de organização do conhecimento: a construção do tesauro Margareth Dalcolmo [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional da UFRJ. https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/16962

Duarte, A. M. (2022). Tesauro de alimentação inclusiva [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da UFC. https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69207

Ferreira, A. C. (2020). Metodologia de revisão e atualização de tesauros aplicada ao Tesauro de Contas de Minas Gerais: abordagem da pesquisa-ação [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. http://hdl.handle.net/1843/34850

Ferreira, R. E. S. (2023). A construção de um microtesauro brasileiro de educação a distância à luz da teoria comunicativa da terminologia [Tese de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da UFC. https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77108

Ferreira, S. C. (2023). Modelo SKOS e ISO 25964: similaridades das recomendações para representação de tesauros [Tese de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. https://repositorio.ufscar.br/items/e1281b8a-dca0-43b1-8154-5a1f05d5f72e

Gomes, P. (2023). A construção de tesauros em contextos de complexidade cultural, social e política: uma proposta para justiça de transição [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57606

Gomes, Hagar Espanha (Org.). (1984). Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues. IBICT.

International Organization for Standardization. (2011). ISO 25964-1: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies: part 1: thesauri for information retrieval. ISO.

International Organization for Standardization. (2013). ISO 25964-2: thesauri and interoperability with other vocabularies: part 2: interoperability with other vocabularies. ISO.

International Organization for Standardization. (2022). ISO 704: terminology work: principles and methods. ISO.

Jesus, S. A. dos S. de. (2022). Análise do Tesauro UNESP sob a perspectiva da abordagem facetada [Tese de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional da UNESP. http://hdl.handle.net/11449/235314

Kitchenham, B. (2004). Procedures for performing systematic reviews. Keele University. https://scispace.com/papers/procedures-for-performing-systematic-reviews-51y1u6l2sw

Lima, G. Â. de., Maculan, B. C. M. dos S. (2017). Ciência da Informação, 46(1), 60-72. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4014

Lopes, M. E. S. (2021). Análise das terminologias relacionadas a área de domínio da saúde usadas por habitantes da cidade de Apuiarés, no Ceará [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da UFC. http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60646

Maia, M. Q. (2022). *Acessibilidade no instrumento de avaliação de curso de graduação: uma proposta de representação do conhecimento* [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/52706

Marcelino, S. de F. (2021). Avaliação comparativa de softwares livres para gerenciamento de tesauros: Thesa e TemaTres [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional da UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234798

Minho, A. G. (2024). Mapeamento das tipologias de relações associativas dos termos do subcampo “Sociologia da Educação” do Thesaurus Brasileiro de Educação (Brased) [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/281794

Miranda, L. dos S. (2024). Análise das metodologias de avaliação de tesauros: categorização dos critérios qualitativos de avaliação [Tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/79294

Morais, N. S. de. (2024). Construção de tesauros e análise de domínio: perspectivas conceituais, teóricas e metodológicas a partir das influências étnicas nos léxicos [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33679

Moura, K. de A. (2024). Estudo do domínio documental jurídico para construção de tesauro de tipos documentais na ferramenta Thesa [Tese de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277306

Nascimento, F. M. de S. (2022). Sistema de organização do conhecimento: um

mapeamento de conceitos e processos para a Ciência da Informação no Brasil [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional da UFPE. https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45702

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1993). Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues. IBICT. SENAI. http://livroaberto.ibict.br/handle/1/731

Prado, A. C. (2020). A interação entre o tesauro e a ontologia na organização do conhecimento [Tese de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://doi.org/10.11606/D.27.2020.tde-27032021-114627

Ranganathan, S. R. (2009). As cinco leis da Biblioteconomia. Briquet de Lemos / Livros.

Ribeiro, D. A. (2024). A perspectiva do multiculturalismo na construção de sistemas de organização do conhecimento: uma análise da produção internacional na ciência da informação [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional da UNESP. https://hdl.handle.net/11449/259951

Rio Branco, L. B. P. (2020). Interoperabilidade semântica entre linguagens de indexação para bibliotecas universitárias [Dissertação de doutoramento, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional da UNESP. http://hdl.handle.net/11449/194243

Romeiro, N. L. (2024). Conceituação e hierarquização das questões de gênero em tesauros: um estudo ancorado na organização social e crítica do conhecimento em diálogo com a interseccionalidade e a decolonialidade [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/75958

Rosado, K. M. L. (2024). O uso da linguagem simples para representar termos e definições nos produtos e serviços de informação jurídica: uma proposta baseada na abordagem design thinking [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/77696

Santos, A. dos. (2020). Análise da representação terminológica da temática negra em sistemas de organização do conhecimento [Tese de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216234

Santos, B. G. N. dos. (2022). Tesauro terminológico de literatura de autoras negras brasileiras: visibilidade étnico-racial na Ciência da Informação [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos da USP. https://bdta.abcd.usp.br/item/003201381

Shintaku. *et al*. (2021). Guia de construção de tesauros. IBICT. http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1167

Silveira, R. C. (2021). Representação em SKOS da subcategoria "Organização do Conhecimento" do Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação [Tese de mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional da UEL. https://repositorio.uel.br/handle/123456789/17614

Souto, L. R. (2024). Modelo de representação de produtos do varejo no comércio eletrônico: uma abordagem a partir da perspectiva da organização e representação do conhecimento e da informação [Tese de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. http://hdl.handle.net/10183/278753

Sousa, M. J. de. (2022). Proposta de um tesauro da doença anemia falciforme [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da UFC. https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69314

Terra, M. V. S. de C. (2023). O tesauro das Nações Unidas e a dimensão política da organização do conhecimento: multilinguismo e direitos humanos [Dissertação de doutoramento, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional da UNESP. http://hdl.handle.net/11449/24349

Tolare, J. B. (2021). O uso de linguagem de indexação na representação temática de livros em bibliotecas universitárias: observação com Protocolo Verbal Individual [Tese de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional da UNESP. http://hdl.handle.net/11449/204061

Trivelato, R. M. da S. (2022). A luta das mulheres tem muitos nomes: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55619

Vilela, C. L. (2024). A desclassificação como perspectiva teórica para os sistemas de organização do conhecimento [Tese de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/262208

Vitoriano, V. E. C. (2021). Tesauro de filmes de Jornadas nas Estrelas de 2009 a 2016 [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da UFC. https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/61721

Vitorini, É. F. (2020). Parâmetros para a construção de linguagens documentárias inclusivas em bibliotecas universitárias: uma análise das questões sobre acessibilidade que envolvem o usuário com deficiência visual [Dissertação de doutoramento, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório Institucional da UNESP. http://hdl.handle.net/11449/192473

Xavier, M. (2023). Sistemas de organização do conhecimento sobre mulheres: parâmetros para sua construção e avaliação a partir da realidade do movimento de mulheres [Dissertação de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21122023-122830/

NOTAS

[1] https://oasisbr.ibict.br/vufind/
[2] https://bdtd.ibict.br/vufind/
[3] https://sucupira.capes.gov

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMOS NA COMUNIDADE DISCURSIVA DA *INFORMATION LITERACY* NO BRASIL

Marianna Zattar, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), https://orcid.org/0000-0002-3328-3591, Brasil, *mzattar@facc.ufrj.br*

Tatiana de Almeida, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-1703-014, Brasil, *tatiana.almeida@unirio.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6723

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

No Brasil, a *information literacy* tem como referência as publicações norte-americanas na década de 1970, que tratavam essencialmente das capacidades e habilidades relacionadas às dinâmicas informacionais em fontes de informações que, naquele momento, já ganharam espaço no âmbito digital/ eletrônico/ virtual, especialmente com as bases de dados.

Na inserção e apropriação de temáticas diferentes, foram as abordagens e interpretações nos últimos anos que representaram tensionamentos no campo científico da informação. Isso pode ser observado tanto nas escolhas terminológicas quanto na estrutura das definições utilizadas nas dinâmicas de representação da informação. Não à toa isto acontece na medida em que dialoga com diferentes níveis de atuação, de formação e de interação das pessoas autoras interessadas na temática. Na práxis, o que se percebe é o tensionamento no campo científico (Bourdieu, 2011) de modo que seja possível reivindicar a origem ou a ação relacionada à temática a partir das representações realizadas na comunidade discursiva (Hjørland e Albrechtsen, 1995).

Assim sendo, foi elaborada uma investigação com o objetivo principal de analisar a variação temática envolvida no domínio da *information literacy* e de sua comunidade discursiva no Brasil, a saber: competência em informação, competência informacional, letramento informacional, competência em mídia e em informação, educação em informação, alfabetização informacional e competência crítica em informação.

Para tanto, esta investigação tem como objetivos específicos: apresentar as pessoas autoras com maior reconhecimento para cada um dos termos que compõem o *information literacy* no Brasil e suas respectivas posições nas definições e aplicabilidade do conceito. Além de identificar artigos científicos com maior *score* na base de dados referencial do campo da informação, que foram representados com um dos termos e se referem ao termo na língua inglesa.

Importante ressaltar que o presente estudo compõe uma agenda de investigação que abrange a educação em informação em saúde e, para isso, parte do campo da informação para compreender as escolhas terminológicas usadas na construção da tematicidade na comunidade discursiva e suas apropriações simbólicas a partir do conhecimento das definições relacionadas aos termos. Espera-se, com isso, apresentar uma parte de um conjunto de investigações para que os debates realizados neste evento possam fortalecer o reconhecimento do campo científico e da comunidade discursiva também sob o ponto de vista teórico-epistemológico, prático-metodológico.

Esta investigação adota como referencial teórico a articulação entre a origem da *information literacy* e os aportes de Bourdieu e Hjørland ao reconhecer que, embora os estudos e as práticas sobre educação e informação sejam parte da formação do campo em diferentes países e idiomas mesmo antes da década de 1970 (Zattar, Barbosa e Borges, 2023), foi, a partir de Zurkowski (1974), que o tema ganhou destaque internacional, sendo inclusive reconhecido como fonte de

informação primária. Sob o risco de trazer uma ingenuidade que não se pretende, deve-se reconhecer, como estranhamento no sentido antropológico, a força da língua inglesa na produção científica do conhecimento e, mais, a naturalização e a influência das investigações norte-americanas como farol para o Sul Global. Mesmo quando a *information literacy* se "transforma" em *critical information literacy* e tem a "inserção" no território das investigações do Brasil. Destaca-se que este procedimento permitiu visualizar que o conceito, quando apropriado e traduzido no Brasil, reflete a evolução da noção exclusiva de habilidades técnicas para um campo de práticas sociais e discursivas. Assim, a análise da tematicidade foi realizada a partir de Bourdieu (2011), pois entende-se a produção do conhecimento como disputa no campo científico, enquanto Hjørland (2008) destaca os domínios como construções coletivas. Essa base permite analisar criticamente os sentidos e usos da *information literacy* no Brasil, em sua dimensão social e epistemológica.

Referencial Teórico

A *information literacy foi* citada pela primeira vez em 1974, por Paul George Zurkowski, - que à época era presidente da *Information Industry Association* - em um trabalho intitulado "*The information service environment relationships and priorities*". O texto previa as mudanças que viriam a ser enfrentadas pelos profissionais da informação, e sugeria a *information literacy* como o conjunto de medidas necessárias para o desenvolvimento de habilidades que facilitassem o acesso à informação. O autor definiu como a capacidade de um indivíduo usar ferramentas de informação para resolver problemas, a partir de processos de aprendizagem (Zurkowski, 1974). Desta forma, a *information literacy* passa a ser considerada uma ferramenta útil na resolução de problemas.

Pouco depois do relatório de Zurkowski (1974) diferentes significados surgiram de modo que o acesso à informação já não era o foco principal, mas sim as dimensões que envolvem as ações relacionadas à identificação das necessidades de informação, localização de fontes relevantes, avaliação da credibilidade dessas fontes e o uso da informação para resolver problemas e tomar decisões. Nestes aspectos relacionados à compreensão temática destaca-se o esforço e, do mesmo modo a influencia, da American Library Association (1989; 2000; 2016). De forma geral, as definições atribuídas ao *Information literacy* foram relacionadas às habilidades técnicas de busca, recuperação e uso das fontes de informação a serem desenvolvidas pelos usuários de serviços informacionais e pelas pessoas profissionais bibliotecárias. Também estando ligadas ao papel social, político como forma de emancipação a partir das dinâmicas informacionais. E, ainda, a partir da teoria crítica. Tais variações não se apresentam necessariamente como superações teórico-conceituais, embora se perceba um tensionamento para a sobreposição ou para a requisição e posicionamento intelectual sobre o que vem a ser a crítica no campo informacional e, com isso, impactam nas diferentes terminologias utilizadas.

No Brasil, a tradução do *information literacy* é costumeiramente referenciada aos textos dos anos de 2000 com a produção de autoras como Sônia Elisa Caregnato, Elisabeth Dudziak, Bernadete Campello e Regina Belluzzo, Maria Helena de Lima Hatschbach e Gilda Olinto, que não concordaram nas escolhas terminológicas para adequação à língua portuguesa, mas indicavam o termo em inglês para a correlação e afiliação temática. As escolhas empreendidas naquele momento pelas autoras já eram fortemente marcadas pela formação e pela atuação, embora todas tenham algum tipo de afinidade com a Ciência da Informação, se comunicavam direta ou indiretamente com espaços diferentes e tipos de informações diversas. Por exemplo, Sonia Elisa Caregnato (2000), professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul cujo interesse trata da comunicação científica e que se apropria da noção como alfabetização informacional em relação com a biblioteca universitária e Bernadete Campello (2010), professora da Universidade Federal de Minas Gerais, o letramento informacional como prática da biblioteca escolar no processo da

aprendizagem tanto da formação leitora quanto das pesquisas.

Na diversidade temática, diferentes foram e são as formas de observar as práticas e teorias relacionadas que fundamentam as definições, as representações e os métodos. Fato que pode ser observado a partir da fundamentação teórico-conceitual do campo científico de Pierre Bourdieu e na análise do domínio do conhecimento de Birger Hjørland.

As compreensões das diferenças conceituais podem ser observadas quando os textos são estudados em seu contexto. No Brasil, um exemplo de tensionamento nas representações pode ser observada quando a Competência em informação assume relevância como termo que agrupa os estudos relacionados à temática notadamente em razão do "Seminário sobre Competência em Informação" onde foi produzida a "Declaração de Maceió sobre Competência em Informação: cenários e tendências", com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), da Universidade de Brasília (UNB) e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), elaborada por pessoas bibliotecárias e investigadoras da área, que conclamam a comunidade para, entre outras coisas, o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida, a partir da educação (Zattar, 2020).

Para Bourdieu (2011), o campo possui estrutura própria e relativamente autônoma em relação a outros espaços sociais. Para o autor, o campo científico é um espaço em que investigadores disputam o monopólio da competência científica, cujo funcionamento pode ser comparado a um jogo, onde os princípios do funcionamento são dominados por seus participantes.

O apoio teórico de Hjørland e Bourdieu no âmbito dos eixos epistemológicos, temáticos, conceituais e metodológicos, tem como objetivo construir uma base que possibilite a análise da comunidade e do ambiente de produção do conhecimento sob a perspectiva relacional e interacionista. A relação de complementaridade parte da perspectiva do paradigma social da informação para o estudo das bases sociais e culturais historicamente estabelecidas pelas comunidades discursivas na produção e representação do conhecimento.

Hjørland (2008) define o *domínio do conhecimento* como um campo simultaneamente social e epistemológico, no qual se desenvolvem práticas, discursos, valores, métodos e terminologias compartilhados por uma comunidade de especialistas ou por indivíduos interessados em um determinado tema. Para o autor, o conhecimento está sempre inserido em contextos sociais e culturais específicos; por isso, os domínios devem ser compreendidos como construções coletivas que moldam a produção e o uso da informação. Esses domínios funcionam como referenciais fundamentais para a organização, representação e recuperação do conhecimento.

Essa concepção é complementada pela definição proposta por Mai (2005, p. 605), segundo a qual um domínio pode ser entendido como uma "área de especialidade, um conjunto literário ou um grupo de pessoas trabalhando juntas numa organização". A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que o conhecimento não é produzido de forma neutra ou isolada, mas construído dentro de contextos específicos, nos quais grupos sociais compartilham objetivos, interesses e práticas comuns que influenciam diretamente a maneira como a informação é estruturada e comunicada.

Dentro desses domínios, estão inseridas as chamadas comunidades discursivas, que, segundo Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 400), são "distintos grupos sociais sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, constituintes da sociedade moderna". Essas comunidades podem ser científicas, acadêmicas ou profissionais, e são compostas por pessoas que, mesmo tendo opiniões diferentes sobre determinados temas, compartilham o interesse por um campo de conhecimento (Hjørland, 1997).

Cada comunidade discursiva desenvolve modos próprios de comunicação e organização da informação. Isso inclui formas específicas de

publicação, tipos de documentos, vocabulário técnico, padrões de cooperação, critérios para definir o que é relevante e até mesmo estilos de linguagem (Hjørland, 1997). Por isso, Hjørland (2002) destaca que não se deve tratar todos os domínios de conhecimento e suas particularidades em meio a sua comunidade discursiva como se fossem iguais. Cada uma possui suas próprias formas de pensar, falar e organizar a informação, o que precisa ser considerado em qualquer abordagem teórica na área da Ciência da Informação.

Swales (1990), ao estudar a linguagem usada na ciência, mostra que uma comunidade discursiva reconhece suas estruturas informacionais e comunicativas. Essas estruturas revelam como o discurso é moldado: quais são seus objetivos, qual estilo é escolhido, que tipo de conteúdo e vocabulário é valorizado e para qual público ele é direcionado. Já para González de Gómez (2004)

> Se aceitarmos que a produção de conhecimentos requer um sujeito coletivo e não meramente um sujeito psicológico ou individual, uma medida adequada seria partir da noção de grupo. Um grupo seria um conjunto de indivíduos reunidos por um projeto ou programa de ação que partilham objetivos comuns e que, ao mesmo tempo em que compartilham e constroem práticas experiências e espaços sociais, partilham e constroem uma teia de significados expressa em inscrições e textos documentários (González de Gómez, 2004, p.64)

Entendemos aqui que o grupo citado pela autora se refere, também, ao que convencionamos chamar de comunidade discursiva. Sendo assim, a análise de domínio mostra que, embora as comunidades discursivas compartilhem um interesse comum, elas são formadas por pessoas com diferentes maneiras de compreender o conhecimento. Cada indivíduo traz sua própria bagagem, o que influencia sua participação na comunidade e a forma de nomear os assuntos abarcados por seu domínio. Essa interação entre o individual e o coletivo é o que dá dinamismo aos domínios do conhecimento, permitindo múltiplas percepções, trajetórias e contribuições.

No entanto, mesmo dentro de um mesmo domínio, como o da Ciência da Informação, podem coexistir diferentes comunidades discursivas, cada uma com suas próprias orientações teóricas, metodológicas e terminológicas. Essas variações se refletem na linguagem utilizada por tais comunidades, evidenciando uma diversidade terminológica que não é meramente semântica, mas revela disputas epistemológicas e distintas formas de compreender os objetos de estudo. Em relação a essa diversidade, Hjorland (2002) destaca que a terminologia é socialmente construída e deve ser entendida à luz dos domínios e comunidades que a produzem. Nesta mesma perspectiva, o autor aborda como usuários e domínios distintos utilizam diferentes termos para se referir ao mesmo conceito, destacando a necessidade de linguagens inclusivas em sistemas.

Essa diversidade terminológica entre comunidades discursivas é um elemento central para a análise dos domínios do conhecimento, pois evidencia como a linguagem é indissociável das condições sociais de produção do saber e dos modos de representação e organização da informação.

González de Gómez (1993) aborda a questão terminológica a partir de uma perspectiva crítica, compreendendo os vocabulários como construções discursivas e ideológicas. Para a autora os vocabulários utilizados nos sistemas de representação do conhecimento – como classificações, tesauros, descritores e índices – não são instrumentos neutros ou transparentes, mas formas de construção discursiva que expressam e reproduzem relações de poder, visões de mundo e ideologias. A terminologia, nesse contexto, é vista como produto de disputas epistêmicas e culturais. Ainda na perspectiva da autora, a busca por uniformização terminológica – presente, por exemplo, na construção de linguagens controladas e nos esforços de padronização – pode operar como forma de homogeneização discursiva, apagando as especificidades locais, culturais e epistemológicas de diferentes comunidades.

Para pensarmos sobre diversidade ou uniformização terminológica temos que levar em consideração também os significados atribuídos aos conceitos, ou seja, suas definições, de acordo com cada uma das comunidades observadas neste estudo.

Para delimitarmos o recorte de entendimento sobre definição da presente investigação, será necessário nos apoiarmos mais uma vez nas bases teóricas fundacionais da Organização do Conhecimento. Com vistas em melhor analisar as definições nos dispomos a observar, especialmente, os três itens indicados por Dahlberg (1978a), como forma de delimitar um conceito base para cada um dos termos analisados. Sobre esses itens, a autora explica que:

> [...] o ser humano tem habilidade para fazer julgamentos corretos em seus enunciados sobre coisas reais (itens empíricos), ou sobre sensações, ou abstrações delas, que possam ser verificadas pela maioria das pessoas [...] Partindo de um universo de itens, selecionamos um como item de referência, o qual para nossos propósitos é o **referente**. Este referente pode ser um único objeto, um conjunto de objetos considerados como uma unidade, ou uma propriedade, uma ação, uma dimensão, etc., ou qualquer combinação destas categorias. **Enunciados** corretos sobre este referente podem ser verificados através de evidência ou por um acordo intersubjetivo. Estes enunciados verificados podem então ser aceitos como enunciados verdadeiros numa **forma verbal** que pode ser usada convenientemente como um termo ou um nome. Com esta forma verbal estamos aptos a nos comunicar através do discurso e a escrever sobre os conteúdos da soma das predicações corretas do referente e falamos de um conceito como uma unidade que compreende os três itens (Dahlberg, 1978a, p.123).

No trecho citado, a autora propõe que o conceito se forma a partir de três elementos conectados. O **referente** é o objeto, ideia, ação ou conjunto sobre o qual queremos falar. O **enunciado** é a afirmação que fazemos sobre esse referente, que deve ser comprovada ou compartilhada intersubjetivamente. E a **forma verbal** é a palavra ou termo que utilizamos na linguagem para representar esse referente, de modo que possamos nos comunicar sobre ele. Assim, o conceito é compreendido como uma unidade construída a partir da interação entre o que é observado, o que se diz sobre isso, e a forma como isso é nomeado.

A compreensão do conceito como uma unidade formada pela articulação entre um referente, um enunciado verificável e uma forma verbal se desdobra em um segundo momento, no qual Dahlberg (1978b) enfatiza que:

> [...] ao analisar (definir) conceitos e ao declarar suas características, somos capazes de relacionar qualquer conceito à sua categoria conceitual, bem como à sua área ontológica (objetiva) e ao fenômeno ou ao grupo de atividade especial (Dahlberg, 1978b, p. 49).

Ou seja, ao definirmos conceitos e indicarmos suas características, tornamo-nos capazes de posicioná-los dentro de estruturas mais amplas de organização do conhecimento. Isso significa que um conceito pode ser relacionado à sua categoria conceitual (isto é, o tipo geral ao qual pertence), à sua área ontológica (a esfera da realidade objetiva a que se refere) e ao fenômeno ou grupo de atividade com o qual se associa. Dessa forma, Dahlberg propõe um modelo de representação conceitual que parte da nomeação precisa do referente e se amplia até a sua contextualização, possibilitando uma representação mais consistente e significativa dos domínios científicos. A autora ainda ressalta que:

> Os conceitos, tal como são nomeados e utilizados pelas palavras da linguagem comum, podem ser considerados como propriedade mental e intelectual de cada ser humano, por meio da qual ele é capaz de aplicar esses conceitos — embora permaneça o fato de que, para essa aplicação, utiliza os elementos de uma linguagem natural conhecida por

> muitas pessoas. Nesse estágio, os "conceitos" também podem ser considerados como "unidades de pensamento". Pensar é um processo subjetivo, que depende da totalidade das percepções e experiências de uma pessoa, de suas reflexões e das verificações das aplicações corretas de seus "conceitos" (Dahlberg, 1978b, pp. 10-11).

Desta forma, Dahlberg amplia sua concepção de conceito ao destacar seu caráter subjetivo e cognitivo. Ela reconhece que os conceitos, ainda que possam ser formalizados e organizados em sistemas classificatórios, também são construções mentais — são unidades de pensamento formadas e usadas por cada indivíduo a partir de suas experiências, percepções e reflexões. Nesse sentido, o conceito não é apenas uma representação objetiva de um referente, mas também uma ferramenta subjetiva de compreensão do mundo. Ainda assim, para que esses conceitos sejam comunicáveis e úteis socialmente, eles precisam ser expressos em formas verbais compartilhadas por meio da linguagem natural. Assim, o que uma pessoa pensa sobre um determinado objeto (referente) só pode ser comunicado quando toma a forma de um enunciado verificável e é nomeado por um termo reconhecido por outros. Essa perspectiva conecta o nível individual e cognitivo do conceito ao seu papel na construção coletiva do conhecimento

Isso é particularmente relevante quando se considera a pluralidade de vozes e práticas presentes em um mesmo domínio, como ocorre em temas interdisciplinares como, por exemplo, o *information literacy*.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma investigação exploratória com natureza qualitativa realizada a partir da análise de conteúdo e do discurso das publicações identificadas.

Na seleção dos itens estudados foram buscados aqueles que tratavam, como termos relacionados ao *information literacy,* na língua portuguesa do Brasil, ou seja, competência em informação, competência informacional, letramento informacional, competência em mídia e em informação, educação em informação, alfabetização informacional e competência crítica em informação, indexados pela Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), que foi utilizada em razão da abrangência da literatura científica nacional ao ser identificada como base de dados referencial com acesso aberto no campo da informação.

Buscou-se identificar as traduções do termo para a língua portuguesa do Brasil com o reconhecimento das pessoas autoras e suas respectivas formações e atuações, conforme exposto nos itens estudados e, complementarmente, nos Currículos Lattes em referência ao ano da publicação, para que fosse possível observar o texto e o contexto.

O processo de busca foi realizado em julho de 2025 com cada um dos termos entre aspas. A seleção priorizou um artigo científico para cada um dos termos e, para tanto, foram identificados aqueles com maior "*score*" de acordo com a base de dados.

Na Brapci, o *Score* refere-se às métricas ou índices que representam a incidência do termo utilizado na busca em relação ao texto recuperado.

Na análise de dados buscou-se observar a formação das pessoas autoras que fazem parte rede de produção do conhecimento sobre o tema a partir das escolhas terminológicas empreendidas. Foi possível, com isso, estabelecer uma relação entre as definições e a trajetória acadêmica e científica das pessoas autoras no momento da publicação. E, principalmente, a identificação das relações entre os termos no desenvolvimento e da apropriação da *information literacy* da língua portuguesa do Brasil.

Para a análise dos dados, utilizou-se como base teórica a proposta de Ingetraut Dahlberg (1978a, 1978b), especialmente no que se refere à compreensão dos conceitos como unidades estruturadas de pensamento que articulam três dimensões, como já exposto anteriormente: o referente (aquilo a que o conceito se refere), o enunciado (as proposições que expressam características

verificáveis desse referente) e a forma verbal (o termo ou nome utilizado na linguagem para representar o conceito). Essa estrutura permitiu observar como as pessoas autoras que compõem a rede de produção científica sobre *information literacy* em língua portuguesa no Brasil se apropriam conceitualmente do tema por meio de escolhas terminológicas específicas.

Com base nisso, buscou-se identificar como os conceitos adotados nos textos analisados se vinculam às trajetórias acadêmicas e científicas das autoras e autores no momento da publicação. A abordagem partiu do princípio de que os termos escolhidos expressam não apenas o conteúdo semântico dos conceitos, mas também refletem influências teóricas, filiações epistemológicas e experiências individuais. Dessa forma, os conceitos foram tratados como unidades dinâmicas de conhecimento, conforme propõe Dahlberg (1978b), formadas a partir da interação entre a cognição individual e os sistemas linguísticos e sociais compartilhados.

Além disso, ao relacionar os conceitos às suas categorias conceituais, áreas ontológicas e aos fenômenos ou grupos de atividades a que se referem, conforme também indicado por Dahlberg (1978b), foi possível mapear os sentidos atribuídos ao termo *information literacy* no contexto brasileiro e suas variações ao longo da produção científica sobre a temática. Essa análise permitiu compreender tanto a consolidação quanto as disputas terminológicas em torno do conceito, contribuindo para o entendimento da sua apropriação no campo da Ciência da Informação no Brasil.

Resultados

Na busca sobre competência em informação foram identificados 1005 resultados e foi selecionado o artigo "Indicadores para a Competência em Informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades" de Elizete Vieira Vitorino publicado na revista Perspectivas em Ciência da Informação no ano de 2022.

A autora é docente do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina e tem sua relação com a temática no âmbito epistemológico. No texto estudado indica que

> A competência em informação consiste num processo, que ocorre por meio do desenvolvimento humano e das dimensões técnica (saber fazer, ação), estética (sensibilidade, criatividade, inovação) ética (saber fazer bem o dever, bem comum) e política (social, coletivo), em equilíbrio, na formação inicial ou continuada das pessoas. Ou seja, trata-se de um processo contínuo que se estende ao longo da vida e cujas características se voltam à melhoria da ação, da sensibilidade, dos aspectos coletivos e éticos.

Na análise aqui proposta indica-se que na busca realizada na Brapci com o termo *information literacy* foi possível identificar as pessoas autoras com maior número de textos indexados na fonte de informação. De acordo com a base de dados referencial é possível constatar Elizete Vieira Vitorino como autora com maior destaque quantitativo com 95 textos indexados. Importante, assim, indicar a distinção da autora, tendo sido reconhecida no 30 Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em 2024. De acordo com o artigo de Rebeka Maria Carvalho Santos Godeiro, Monica Marques Carvalho Gallotti e Luciana de Albuquerque Moreira (2022), a investigadora Elizete Vieira Vitorino, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lidera o *ranking* dos investigadores mais prolíficos do Brasil na área de competência em informação no período de 2003 a 2021.

Como resultado da produção sobre competência informacional indexada na base de dados foram identificados 405 itens. Do quais, o artigo científico "As relações existentes entre a competência informacional e as diretrizes curriculares da educação básica brasileira" possuía o maior score (12.051) de acordo com a fonte de informação. Vale ressaltar que o texto foi apresentado no 34º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina e publicado pela Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina em 2016. Rodrigo Pereira e

Maralucia Martins de Jesus, as pessoas autoras da obra, se apresentam também como pessoas bibliotecárias, o que dialoga com o periódico escolhido, que é do movimento associativo de bibliotecários e que tem como finalidade publicação de textos originais e inéditos na área de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Para as pessoas autoras:

> A Competência Informacional tem sido discutida em âmbito nacional, especialmente na última década, como metodologia capaz de aprimorar o processo educativo a partir do desenvolvimento de habilidades direcionadas ao acesso, uso e produção de novos conhecimentos, sugestionando o estabelecimento de uma real autonomia do educando.

No texto chama atenção a perspectiva das ações em Biblioteconomia na educação básica. Contudo, antes que sejam consideradas as distinções, as pessoas autoras expressam que o termo competência informacional é considerado como equivalente para competência em informação na tradução do *information literacy*. O primeiro autor do texto, à época, era mestre e doutorando (já tendo concluído momento do levantamento dos dados) na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, na cidade de Marília em São Paulo. A universidade destaca-se como um cluster da competência e informação no Brasil.

Sobre “letramento informacional” foi identificado o artigo “A filosofia de Dewey e o letramento informacional: pensamento reflexivo e crescimento na conquista do ‘aprender a aprender’” de José Claudio Morelli Matos, professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Khaterin Ferreira, que à época apresentava-se como graduada em Biblioteconomia, mas o currículo Lattes não pode ser identificado na oportunidade do estudo. O texto parte das pesquisas de Kelley Gasque, professora da Universidade de Brasília, ao conceituar o letramento informacional “como um conjunto de hábitos e disposições que favorecem o uso eficiente e reflexivo da informação.”

Kelley Gasque (2013) ressalta que

> existem diferenças entre os conceitos de competência Informacional, letramento informacional, habilidades e alfabetização informacional, porém esses conceitos estão inter-relacionados. Convém ressaltar que o letramento informacional é um tópico de estudo relativamente novo e, por isso, tem suscitado discussões terminológicas, em especial, em relação à tradução dos conceitos da língua inglesa para o português do Brasil. Importante lembrar que a adoção de um arcabouço conceitual se relaciona às concepções, paradigmas e experiências do pesquisador. As diferenças entre os referidos conceitos são apresentadas considerando-se as pesquisas desenvolvidas nas áreas de Educação e Ciência da Informação.

Gasque, escolhida para inspiração no artigo em referência, dialoga diretamente com a biblioteca escolar. Assim como ocorreu com Bernadete Campello, citada anteriormente. E, por isso, pode-se relacionar a posição em diálogo com a Educação. Aqui indica-se Bernadete Campello (2003) ao referenciar a necessidade de aprofundamento do information literacy e da competência informacional (utilizado como equivalentes na tradução inglês e portugues):

> Nesse sentido, a contribuição que este artigo pretende dar refere-se especificamente à identificação das circunstâncias do surgimento do conceito de "competência informacional" no âmbito da biblioteca escolar. Consideramos que é preciso evitar a utilização irrefletida de um termo que surgiu em circunstâncias históricas peculiares. Devemos ter em mente a necessidade de integrar, em nossas ações, os avanços teóricos e práticos já alcançados nos estudos sobre *literacy* no Brasil. Assim, no âmbito da educação básica, que constitui o foco de nossos estudos, parece que o conceito de letramento seria o mais adequado para embasar ações que

> busquem ampliar a ação educativa da biblioteca.

O artigo sobre "Competência em Mídia e em Informação" tem o título "Competência em Mídia e em Informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de experiência" e foi publicado por Marianna Zattar, docente do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2017, ano que o texto foi publicado e figura como um dos dois identificados na busca realizada, podendo ser, portanto, vista a baixa adesão ou aderência da representação na comunidade discursiva. Embora tenha o score de 15.854. Nota-se que os dois itens identificados foram publicados no dossiê temático da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, que tinha como finalidade a apresentação de artigos científicos sobre o tema, sendo indicada a tradução ao *media and information literacy* da Unesco (2022). A autora faz referência ao termo competência em informação ao indicar que a

> CoInfo abrange as experiências solidárias e coletivas vivenciada nas dinâmicas de aprendizagem. Para isso, enfatiza a importância do acesso à informação, a avaliação e o uso de forma responsável e crítica sob uma perspectiva que incorpora todos os tipos de formatos, suportes e conteúdos informacionais nas dimensões da vida pessoal, profissional, educacional e social.

Trata-se, portanto, de uma relação de equivalência. Aqui destaca-se que a preferência terminológica pode ser atrelada ao ingresso para a participação na rede de produção do conhecimento da temática ao utilizar um termo "autorizado" pela comunidade discursiva. Não sendo, necessariamente, a preferência da pessoa autora que utiliza a terminologia para representar a definição ou o entendimento sobre algo. Para ilustrar, indica-se a variedade de textos nas referências com diversidade terminológica e de pessoas autoras.

Com o termo "educação em informação" foi possível identificar 22 itens, sendo o artigo com maior score aquele com o título "Percepção e atuação dos arquivistas e bibliotecários brasileiros acerca da educação em informação". O artigo de Gleise Brandão e Jussara Borges de Lima foi publicado em 2024 na Revista Conhecimento em Ação, sendo a primeira autora professora da Universidade Federal da Bahia e a segunda professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As autoras relacionam a educação em informação com um conceito macro que engloba as competências infocomunicacionais, termo que Jussara desenvolve em outras oportunidades há alguns anos ao contemplar a competência em informação e a competência em comunicação. De acordo com as autoras:

> Neste trabalho compreende-se que a educação em informação se estabelece a partir da formação crítica e reflexiva dos sujeitos perante o contexto infocomunicacional. [...] Portanto, entende-se ser necessário o desenvolvimento tanto da competência em informação quanto da competência em comunicação, imbricadas no conceito de competências infocomunicacionais, uma vez que o mediador precisa lidar com os processos informacionais, se relacionar com o sujeito e, sobretudo, orientá-lo no processo de busca e uso crítico das informações. O desenvolvimento dessas competências – apoiado nos fundamentos da mediação da informação e da conscientização – conduz o mediador, gradativamente, a uma atuação mais consciente e estimula a construção de um perfil protagonista que se mostra essencial na promoção de ações educativas em informação.

A educação em informação, neste texto, surge como termo genérico, em que competências infocomunicacionais é uma parte composta da competência em informação e da competência em comunicação. Essa relação vem sendo construída por Jussara Borges em suas pesquisas e processos de orientações. A referência ao termo pode ser conectada com a publicação feita em coautoria com Zattar e Barbosa (2023) que marcam a virada da preferência, por Jussara, do termo "educação

para informação" para "educação em informação".

Na pesquisa com o termo "alfabetização informacional" foi identificado o texto de Alejandro Uribe Tirado, da Universidad de Antioquia Colombia com o título "75 lições aprendidas de programas de competência em informação em universidades da ibero-america: 2009-2013". Para o autor:

> As 75 lições referem-se ao principal resultado obtido a partir da pesquisa de doutorado: "Lecciones aprendidas en programas de alfabetización informacional en universidades de Iberoamérica", realizada por Uribe-Tirado (2013), a partir de um processo de análise que combinou diferentes métodos e técnicas de triangulação de dados, visando obter a mais ampla e integradora percepção sobre a realidade e a prática da alfabetização informacional ou competência em informação, no contexto das universidades Ibero-Americanas.

Na leitura do texto é possível relacionar que o termo tem ligação com a tradução para o idioma espanhol "alfabetizacion informacional" ou "ALFIN" e, assim como ocorre com outros termos, também é apresentado como um sinônimo da competência em informação. Viu-se, portanto, uma relação de equivalência à *information literacy* e à competência em informação. Vale dizer que essa equivalência pode ter ligação direta com o fato do texto ter sido traduzido por Marta Lígia Pomim Valentim, professora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Câmpus de Marília, instituição bastante comprometida com as discussões relacionadas a partir da posição de Regina Belluzzo no campo.

O artigo sobre competência crítica em informação com maior score (16.038) foi "As práticas informacionais de estudantes quilombolas: contribuições da competência crítica em informação" de Maria Ivone Maia Costa, mestra em Ciência da Informação e bibliotecária na Universidade Federal do Pará (UFPA), e Renata Lira Furtado, Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) e Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA). foi publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. As autoras indicam que

> As reflexões apresentadas nesta seção sobre a Competência Crítica em Informação (CCI), relacionam a dimensão, a abrangência, e as questões referentes à importância de acentuar a prática do pensamento crítico na Competência em Informação (CoInfo), elemento que corrobora para a adequação dessa temática ao acelerado avanço das tecnologias de informação e comunicação. Ressalta-se que os autores que abordam a Competência Crítica em Informação não rejeitam os estudos de CoInfo, mas incentivam o indivíduo a desenvolver uma Competência Crítica em Informação em complemento às atividades de busca, de uso da informação e da construção do conhecimento.

Assim, a Competência Crítica em Informação (CCI), trata da dimensão, da abrangência, e das questões referentes à importância de acentuar a prática do pensamento crítico na Competência em Informação (CoInfo). No texto trata-se, portanto, de uma relação hierárquica em que a competência em informação é o termo geral e a competência crítica em informação é o termo específico. Tal compreensão pode ser relacionada às relações de Renata Lira Furtado em sua formação na UNESP de Maria Ivone Maia Costa como bibliotecária. Na análise dos dados na Brapci identificou-se Arthur Coelho Bezerra como o autor com maior número de publicações com o termo, com 19 artigos indexados à época desta pesquisa. A partir disso verificou-se a noção de competência crítica em informação (CCI) para Bezerra, Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) Mestre em Sociologia e bacharel em Produção Cultural. No texto "Linguagem simples e competência crítica em informação no setor público: abrindo caminho para uma consciência crítica em informação", elaborado pelo autor em coautoria com Ana Lucia Alexandre Borges, formada em Comunicação Social (Jornalismo) e doutoranda sob orientação do autor (2025):

> Trata-se de uma crítica aos contornos institucionais da chamada competência em informação (information literacy, doravante CoInfo), termo que abraça aspectos mais funcionalistas e estimula o desenvolvimento de habilidades práticas relacionadas à busca, à avaliação e ao uso de informações. A competência crítica em informação difere das definições padrão de competência em informação (ex. capacidade de encontrar, utilizar e analisar informação) por levar em conta os sistemas sociais, políticos, econômicos e corporativos que exercem poder e influência sobre a produção, a disseminação, o acesso e o consumo da informação (Gregory; Higgins, 2013, p. 4, tradução nossa).

Os autores posicionam-se numa perspectiva de distinção, mas dialogam com a CoInfo ao diferenciar-se e requerer uma especificidade e ao mesmo tempo publicam o texto no Dossiê temático da Competência em Informação da Revista Informação na Sociedade Contemporânea. Ao relacionar a formação das pessoas autoras e a atuação no campo da informação pode-se verificar a aproximação com outras áreas do conhecimento a partir da teoria crítica.

As dimensões social, cultural e histórica da informação na organização do conhecimento de Birger Hjørland e as condições sociais de produção do conhecimento de Pierre Bourdieu como base teórica possibilitam a análise da comunidade e do ambiente de produção do conhecimento em campos e domínios sob a perspectiva relacional e interacionista (Morado Nascimento; Marteleto, 2004; Morado Nascimento; Marteleto, 2008).

Verifica-se que a diferença de termos utilizados na comunidade discursiva e do campo científico da *information literacy* apresenta um ponto de distinção com relação à formação, à atuação e às interações nas dinâmicas estabelecidas. Não como uma estratégia ingênua na medida em que o discurso é moldado socialmente a partir de finalidades, interesses e experiências (Swales, 1990; Gonzalez de Gomez, 2004). Pelo contrário, trata-se de uma posição em que a compreensão está relacionada às diversidades presentes nas dimensões educativas e educacionais na informação.

No percurso das disputas terminológicas na conformação da comunidade discursiva e do campo científico indica-se também o necessário reconhecimento da influência das pessoas orientadoras e da universidade originária na formação das pessoas autoras, o que Bourdieu destaca ao falar do campo científico. Tal verificação pode ser vista, ainda que brevemente, como as pessoas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, na cidade de Marília em São Paulo, preferem as noções de competência em informação.

Sob o risco de tornar esta pesquisa uma cristalização dos termos utilizados, destaca-se, com efeito, que as representações devem ser reconhecidas como estratégias teórico-práticas-metodológicas em razão da formação ou da atuação da pessoa autora. A formação e a atuação influenciam e são influenciadas na medida em que as trajetórias configuram as linhas das redes que tecem, se estabelecem, e tendem a fortalecer. Uma escolha terminológica pode ser também uma forma de ajustar o nó de uma rede, já que comunidades discursivas são construídas no compartilhamento do interesse temático em que há um reconhecimento de uma pessoa na comunidade discursiva quando se comunica sobre um assunto da mesma forma. A preferência por um termo no lugar de outro significa comunicar também com a comunidade discursiva uma posição de afiliação e, de certa maneira, requerer a originalidade na representação temática e/ou na definição.

Como este estudo privilegiou artigos científicos indexados na principal base de dados referencial (e de textos completos quando em acesso aberto), assume-se a limitação em razão dos métodos e também, ainda que indiretamente, o campo de disputa na essência da Ciência da Informação como uma ciência interdisciplinar, que, exatamente por isso, parte de distintas formações e atuações nas dinâmicas do campo científico.

Para avançar nas discussões, vale resgatar aquilo que Hjørland (2002) destaca sobre a necessidade de considerar as particularidades dos domínios de conhecimento e suas comunidades discursivas na medida em que outras estratégias metodológicas, como por exemplo a escolha por anais de eventos científicos no estudo do corpus da produção do conhecimento, poderia permitir a visualização de outras redes de produção do conhecimento ou campos científicos em que o tensionamento linguístico seria observado com outras especificidades. O termo geral e suas especificidades são vistos ora dentro da discussão da i*nformation literacy*, ora dentro da competência em informação, ambos como termos gerais (guarda-chuva) ou como especificidades ou como relações podem ser de equivalência (sinônimos ou quase-sinônimos), hierárquicas (gênero/espécie e todo/parte) e associativas (entre termos de categorias diferentes, tipo, processo e seu produto).

As escolhas e, portanto, limitações metodológicas desta pesquisa demonstram a sinonímia em referência ao *information literacy* ao mesmo tempo em que denotam a necessidade de estudos específicos de forma particular.

Por fim, viu-se que a terminologia pode ampliar as redes de produção do conhecimento para além da área do conhecimento de formação ou até mesmo atuação da pessoa.

Considerações gerais

Os resultados da pesquisa evidenciam que os diferentes termos utilizados para traduzir e adaptar o conceito *de information literacy* no Brasil não são fruto de escolhas meramente semânticas, mas refletem posicionamentos teóricos, trajetórias formativas e campos de atuação distintos. Essa diversidade terminológica é indicativa de disputas conceituais e epistemológicas que se manifestam no interior do campo científico da informação e de suas comunidades discursivas.

Essas comunidades podem ser científicas, acadêmicas ou profissionais, e são compostas por pessoas que, mesmo tendo opiniões diferentes sobre determinados temas, compartilham o interesse por um campo de conhecimento (Hjørland, 1997).

Com base nas contribuições teóricas de Hjørland e Bourdieu, é possível afirmar que a terminologia empregada nos estudos brasileiros sobre *information literacy* é produto das condições sociais e históricas da sua produção.

As disputas conceituais, as variações terminológicas e os sentidos atribuídos aos termos analisados refletem as lógicas do campo científico e a dinâmica dos domínios do conhecimento, nos quais o saber é construído de forma situada, relacional e atravessada por tensões culturais, políticas e institucionais.

A realização da análise das variações terminológicas sob as lentes teóricas de Ingetraut Dahlberg mostrou-se fundamental para compreender a diversidade conceitual presente entre as comunidades observadas neste estudo. A partir dos fundamentos da autora, compreendemos que refletir sobre uniformização ou diversidade terminológica implica necessariamente considerar os significados atribuídos aos conceitos e suas definições no interior de contextos específicos de uso.

Outras possibilidades a partir dos dados e dos achados aqui apresentados. Um exemplo, para fins de encaminhamento, seria do desenho de uma rede de produção do conhecimento a partir dos termos sem que as relações com a *information literacy* fossem consideradas, pois, imagina-se, as relações poderiam ser figuras de outras formas e formatos.

Referências

American Library Association. (2016) *Framework for information literacy for higher education*. The Association of College and Research Libraries.

American Library Association*. (2000) Information literacy competency standards for higher education*. The Association of College and Research Libraries.

American Library Association. (2010) Association of College and Research Libraries. *Information literacy competen*cy standards for higher education.

Borges, A. L. A., & Bezerra, A. C. (2025). Linguagem simples e competência crítica em informação no setor público: abrindo caminho para uma consciência crítica em informação. *Revista informação na sociedade contemporânea*; 9(na sociedade).

Bourdieu, P. (2011). A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In P. Bourdieu, *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Bertrand Brasil.

Brandão, G., & Borges, J. (2024). Percepção e atuação dos arquivistas e bibliotecários brasileiros acerca da educação em informação. *Revista Conhecimento em Ação, 9*(n. esp.).

Caregnato, S. E. (2000). O desenvolvimento de habilidades informacionais: papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de biblioteconomia & comunicação*; 8(1).

Campello, B. S. (2003). O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, 32(3), 28-37.

Campello, B. S. (2010). Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. *Encontros Bibli*, 15.

Costa, M. I. M., & Furtado, R. L. (2021). As práticas informacionais de estudantes quilombolas: Contribuições da competência crítica em informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 17*(2).

Dahlberg, I. (1978a). A referent-oriented, analytical concept theory of Interconcept. *International Classification, 5*(3), 122–151.

Dahlberg, I (1978b). *Ontical Strucures and Universal Classification*. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science. 64p.

Dudziak, E. A. (2003). Information literacy: Princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação, 32*(1), 23–35.

Fujita, M. S. L. (2003). A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista digital de biblioteconomia & ciência da informação;* 1(1).

Gasque, K. C. G. D. (2013). Competência em Informação: conceitos, características e desafios. *AtoZ: Novas práticas em informação e Conhecimento*, *2*(1), 5–9.

Godeiro, R. M. C. S., & Gallotti, M. M. C., & Moreira, L. A. (2022). Mapeamento da produção científica nacional sobre competência em informação indexada na base de dados Dimensions: contributos para uma análise de domínio. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, 9(1/3), 1-12.

Gomez, M. N. G. (1993). A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: Algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação, 22*(3).

Gomez, M. N. G. (2004). Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: Questões e abordagens. *Ciência da Informação, 33*(1).

Hjørland, B. (2000). Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation, 56*(1), 27–41.

Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science: Eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation, 58*(4), 422–462.

Hjørland, B. (2008). Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. *Journal of Documentation, 64*(6), 906–941. https://doi.org/10.1108/00220410810912407

Hjørland, B. (1997). *Information seeking and subject representation: An activity-theoretical approach to Information Science*. New York, NY: Greenwood Press.

Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science, 46*(6), 400–425.

Mai, J. E. (2005). Analysis in indexing: Document and domain centered approaches. *Information Processing & Management, 41*(3), 599–661.

Matos, J.C. M., & Ferreira, K. (2016). A filosofia de Dewey e o letramento informacional: Pensamento reflexivo e crescimento na conquista do 'aprender a aprender'. *Ciência da Informação, 45*(1).

Morado N, D. & Marteleto, R. M. (2004). A "informação construída" nos meandros dos

conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, 5*(5). http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm

Morado Nascimento, D., & Marteleto, R. M. (2008). Social field, domains of knowledge and informational practice. *Journal of Documentation, 64*(3), 397–412. https://doi.org/10.1108/00220410810867581

Pereira, R., & Jesus, M. M. (2016). As relações existentes entre a competência informacional e as diretrizes curriculares da educação básica brasileira. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 21*(3).

Swales, J. (1990). The concept of discourse community. In *Genre analysis: English in academic and research settings* (pp. 21–32). Cambridge University Press.

Unesco. What does UNESCO do to Promote Media and Information Literacy? *Youtube*, 21 fev. 2022. https://www.youtube.com/watch?v=jNyIupj7OGA

Uribe-Tirado, A. (2014). 75 lições aprendidas de programas de competência em informação em universidades da Ibero-América: 2009–2013. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 1*(2).

Vitorino, E. V. (2022). Indicadores para a competência em informação no Brasil: Virtudes, tendências e possibilidades. *Perspectivas em Ciência da Informação, 27*(2).

Zattar, M. (2020). Competência em Informação e Desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. *Liinc em Revista*, 16 (2).

Zattar, M. (2017). Competência em mídia e em informação no ensino em biblioteconomia: Um breve relato de experiência. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13*(n. esp.).

Zattar, M.; Barbosa, M. F. S.; Borges, J. (2023). Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. Informação & Sociedade: Estudos, 33.

Zurkowski, P. (1974). *Information services environment relationships and priorities*. National Commission on Libraries and Information Science.

O Ensino sobre Inteligência artificial diante das mudanças climáticas: uma análise dos currículos de Biblioteconomia nas Universidades Públicas Federais brasileiras

Alberto Calil Elias Junior, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro(UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-5414-2165, Brasil, caliljr@unirio.br

Mariana Bernardes Damasceno, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0000-9691-631X, Brasil, mariana.bernardes@edu.unirio.br

Tatiana de Almeida, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-1703-0148, Brasil, tatiana.almeida@unirio.br

Marianna Zattar, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), https://orcid.org/0000-0002-3328-3591, Brasil, mzattar@facc.ufrj.br

Nysia Oliveira de Sá, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), https://orcid.org/0000-0001-9186-5920, Brasil, nysia@facc.ufrj.br

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.313

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A década de 20 do século XXI tem sido marcada por eventos de grande intensidade e impacto, tanto local, quanto globalmente. O rápido avanço das inteligências artificiais (IAs)

e da intensificação de seu uso têm impulsionado o surgimento de novas formas de interação. Matéria publicada pela CNN Brasil em junho de 2024 aponta que 72% das empresas do mundo fazem algum uso de aplicações de Inteligência Artificial (Ramos, 2024). Do mesmo modo, é crescente o debate sobre o uso da IA em atividades acadêmicas e de pesquisas, resultando na necessidade de adaptação das práticas pedagógicas nas instituições de ensino superior.

Em relatório publicado em 2024 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, destaca-se que a partir do desenvolvimento da IA o número de *data centers* aumentou de 500.000 em 2012 para 8 milhões em 2024, trazendo impactos ambientais para o planeta. Aponta também a alta demanda de energia necessária para manter os *data centers*, bem como o imenso gasto de água para resfriá-los, que em breve poderá consumir seis vezes mais do que um país com 6 milhões de habitantes (UNITED, 2024).

No posicionamento estratégico, o governo brasileiro está interessado na oferta de infraestrutura de *data centers* para as *big techs* e, de acordo com Martins (2025), a participação do Ministério do Meio Ambiente nos encaminhamentos não são consideradas na interlocução, sendo a ausência uma preocupação em razão do potencial impacto ambiental, especialmente os efeitos ambientais diretos ou indiretos no uso da água e da energia.

> O alto gasto de energia do data center tem duas razões principais: o método de resfriamento utilizado no projeto e a demanda energética dos supercomputadores que processam, treinam e distribuem dados. (Martins e Amorim, 2025).

Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas surgem como o maior desafio da contemporaneidade. Pelo menos desde a década de 1970, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, na cidade de Estocolmo, a comunidade científica vem alertando sobre os impactos da ação antrópica no clima do planeta e sobre a necessidade de ações voltadas para conter o colapso ambiental. Tais alertas vêm se materializando nos últimos anos, com a intensificação de eventos climáticos extremos, em todas as latitudes do planeta. A título de ilustração, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial, o ano de 2024 foi o ano mais quente dos últimos 175 anos, após a quebra de vários recordes desde o ano de 2015 (OMM, 2025). A declaração do Secretário Geral da ONU, António Guterres, por ocasião da publicação dos dados pela Organização Meteorológica Mundial, reforça a gravidade e a urgência da pauta climática. De acordo com Guterres:

> A avaliação de hoje da Organização Meteorológica Mundial (OMM) prova mais uma vez que o aquecimento global é um fato frio e duro. Anos individuais ultrapassando o limite de $1,5^0$ C não significam que a meta de longo prazo foi frustrada. Significa que precisamos lutar ainda mais para voltar ao caminho certo. Temperaturas escaldantes em 2024 exigem ações climáticas pioneiras em 2025. Ainda há tempo para evitar o pior da catástrofe climática, mas os líderes precisam agir agora. (MMO, 2025)

O último relatório publicado pelo Painel Intergovernamental sobre mudança do clima, o AR6, enfatiza as evidências científicas dos impactos das ações humanas no aquecimento global e na biodiversidade do planeta. Dada a urgência de ações de mitigação e de adaptação em virtude das mudanças climáticas e considerando o alto impacto ambiental do uso da IA, torna-se imprescindível que a formação da pessoa bibliotecária inclua o debate em torno da sua utilização e seus impactos.

No que se refere aos debates relacionados ao meio ambiente, verifica-se na produção científica nacional dos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, que as reflexões sobre o tema ganham certo destaque em meados da década de 1990[1], após a realização da Rio-92 e concentram-se em torno da categoria “informação ambiental”,

como é possível identificar com os trabalhos de Caribé (1992, 1992), Jorge (1992), Bellesi e Silva (1992), Fernandes e Skolimovski (1992) e Targino (1994). E mais recentemente, em pesquisas discutindo a Agenda 2030 (Geraldo, 2021; Costa & Alvim, 2021), o desenvolvimento sustentável (Geraldo & Pinto, 2021; Drumond & Figueiredo, 2019) e questões atinentes ao negacionismo climático (Santini & Barros, 2022; Léna & Issberner, 2022) e a desinformação socioambiental.

A incorporação de temas emergentes da contemporaneidade, tais como a urgência climática e a inteligência artificial, apontam para um conjunto de desafios para os cursos de formação em Biblioteconomia, muitas vezes expressando alguns hiatos no que concerne à incorporação dessas temáticas nos currículos. Desse modo, objetiva-se investigar as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Públicas federais brasileiras, com vistas a identificar em que medida o debate sobre a educação em informação socioambiental se faz presente na formação da pessoa bibliotecária. Traz, como objetivos específicos: a) Identificar conteúdos relacionados à IA nas bibliografias básicas e complementares; b) analisar a bibliografia básica e complementar relacionada à IA para identificar e compreender de que modo a questão socioambiental é abordada.

No Brasil, as expectativas relacionadas ao debate ambiental podem ser encontradas em diferentes publicações. Como referência, indica-se a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. No texto da lei pode-se vislumbrar o entendimento de que a educação ambiental deve compor todos os níveis e modalidades do processo educativo de modo a possibilitar a construção de saberes teórico-práticos voltados para uma convivência harmoniosa com o meio ambiente, essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade (Lei n. 9.795, 1999).

Do mesmo modo, assiste-se nos últimos anos o interesse dos governos e da sociedade civil na IA e em suas aplicações. Como exemplo, citamos a ação do Ministério da Educação do Brasil (MEC) que no encontro dos BRICS realizado em junho de 2025 apresentou as iniciativas de uso da IA "nos currículos da educação básica, na gestão escolar e nas políticas de dados educacionais" (MEC, 2025).

Dito isso, destaca-se, nesta comunicação, a dimensão socioambiental das abordagens em torno da IA, seus usos e aplicações, das abordagens em torno da IA, seus usos e aplicações, com foco nas relações entre a sociedade e o meio ambiente, a partir da formação da pessoa bibliotecária.

MAESTRÍAS SOBRE ARCHIVÍSTICA EN COLOMBIA Y ESPAÑA. ¿ES POSIBLE UN DIÁLOGO CURRICULAR?

Ruth Helena Vallejo Sierra, ORCID,https://orcid.org/0000-0002-3713-0285 Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Colombia, rhvallejos@udistrital.edu.co

Johann Pirela Morillo, https://orcid.org/0000-0002-1492-6053, Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Colômbia, jepirelam@udistrital.edu.co

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.322

Eje: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introducción

La formación de postgrado tiene un alto compromiso con la actualización, profundización y especialización de los conocimientos y prácticas que se han alcanzado en el nivel de educación superior previo. Según la Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado (AUIP, 2014), este nivel de estudios se define como la formación superior avanzada que se imparte después de una licenciatura, grado o título universitario, cuyo propósito es el ejercicio especializado y actualizado de una profesión, la preparación para la docencia universitaria, la investigación científica o la aplicación tecnológica.

De acuerdo con Pirela, Inciarte y Álvarez (2016), el postgrado es el nivel de formación que debe actualizar y perfeccionar cuadros profesionales para hacer frente a la evolución del entorno productivo, en un contexto de educación continua y permanente; por ello, combina el aprendizaje y la acción, la formación y la práctica profesional. Siguiendo esta perspectiva, el postgrado debe, entonces, orientar sus esfuerzos hacia el perfeccionamiento de conocimientos y competencias desarrolladas en niveles previos de la formación y en el área de Archivística varía en cuanto a relaciones con otros campos conexos, como la gestión de la información, continuidad digital, gestión de proyectos, gestión de la calidad, gestión digital de contenidos y con la gestión del conocimiento en algunos casos.

En este orden de ideas y refiriéndose a la necesidad de realizar estudios que muestren tendencias formativas en postgrado o educación continua, Bueno, A. de A. G., & Melo, K. I. (2020) resaltaron la importancia y pertinencia respecto de la especialización y profundización de conocimientos de los archivistas, más allá de los programas de pregrado, con ello enfatizó en la necesidad de fortalecer cada vez los programas para especializar los conocimientos en este campo, asumiendo como uno de los elementos centrales el carácter cooperativo y la cercanía que se debe evidenciar entre las propuestas de formación de archivistas con otros campos de las ciencias de la información.

Considerando los planteamientos expresados, es fundamental transitar hacia posibles diálogos académicos y curriculares, de manera particular en el nivel de Maestría y con ello avanzar hacia procesos de cooperación académica, intercambio de docentes e investigadores y la posible construcción de comunidades de conocimiento o de práctica alrededor de temas considerados como esenciales para la formación postgradual en el área de la Archivística y sus campos emergentes conexos, tales como la gestión de datos y la información digital, la denominada

Archivística Computacional y los estudios críticos de archivos y memoria.

En el marco de estos argumentos, el objetivo general de este estudio fue analizar la formación de maestría sobre el Archivística resultados del estudio de la formación postgradual a nivel iberoamericano que viene realizando La Universidad Distrital Francisco José de Caldas para desarrollar una apuesta curricular a nivel de maestría que dialogue con las propuestas de postgrado a nivel nacional a partir de referentes internacionales como las Directrices para los Programas de Posgrado en Estudios en Archivos, propuestos por la Sociedad Americana de Archivistas (SAA) y la guía de Profesionales de Gestión de Registros e Información de Australiana (RIMPA).

INTEGRACIÓN DE LA GESTIÓN DE DATOS EN EL CURRÍCULO PARA LA FORMACIÓN ARCHIVÍSTICA: LA EXPERIENCIA DE LA UNIVERSIDAD DISTRITAL FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS

Ruth Helena Vallejo Sierra, Universidad Distrital Francisco José de Caldas, ORCID https://orcid.org/0000-0002-3713-0285, Colombia, rhvallejos@udistrital.edu.co

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6726

Eje: Tendencias en la Formación y Educación en Ciencias de la Información (Bibliotecolo-gía, Documentación, Archivística y Patrimonio)

Introducción

En el contexto de una sociedad que se centra cada vez más en los datos y la preeminencia de éstos como base de la toma de decisiones sustentadas y para impulsar procesos de transformación digital, la formación de profesionales en archivística debe repensarse, sobre la base no solo de las racionalidades centradas en los documentos de archivos, sino que se deben considerar las comprensiones actuales que asumen los datos como insumos sobre los cuales se produce información archivística. El potencial de los movimientos de Big data, Gobierno Abierto, Ciencia Abierta, Innovación Abierta muestra que el tema de la abundancia de datos es frecuente en todo el mundo, de ahí la expresión "sociedad datificada", que recuerda la necesidad de contar con los conocimientos, habilidades y actitudes para gestionarlos (Raffaghelli, 2018) y “promover la educación superior y la profesionalización de las funciones en el ámbito de la ciencia de datos y la gestión de datos” (Unesco, 2021, p. 26).

Todos estos movimientos alrededor de los datos, ha llevado a la Universidad Distrital Francisco José de Caldas a pensar como esto debe ser abordado, en la investigación, la educación, la extensión y proyección social universitaria y por supuesto en su gestión administrativa. En el caso de los cambios en la producción y circulación de conocimiento científico que promueven la apertura del proceso de investigación y de los datos que se utilizan para garantizar transparencia, accesibilidad, reutilización y preservación del patrimonio científico llevaron a la construcción de su Ecosistema de Ciencia Abierta en donde el tema no se circunscribe a los estudios científicos, sino que impacta el desarrollo curricular de la Universidad. En el caso del Programa de Archivística y Gestión de la Información digital el desafío es mayor no sólo porque en sus metodologías es posible encontrar elementos para hacer la adecuada gestión, sino por la incidencia en el perfil profesional y laboral y de manera más amplia en las bases teóricas de la disciplina.

La archivística es uno de los campos de conocimiento que mayor contribución puede hacer para la producción, organización, circulación, curaduría y preservación de los datos desde sus fundamentos teóricos, y los principios éticos de su ser y hacer profesional. Esto implica que más allá de las competencias de alfabetización de datos necesarias para cualquier otro profesional se requiere pensar que la alfabetización y formación en datos deberá ser un elemento clave en el diseño curricular para la formación de los profesionales en Archivística.

En el marco de estos argumentos, el objetivo de esta ponencia es analizar los datos como componente de la formación de archivistas, lo cual tiene implicaciones en la construcción de referentes teóricos que guíen la formación en este campo de conocimiento, una de cuyas características actuales es su carácter transversal y estratégico para impactar a otros campos, a las organizaciones tanto públicas como privadas y a la sociedad en general.

Sessão 4

DESINFORMAÇÃO E JOVENS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE POUCO MAIS DE UM SÉCULO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: 1920 A 2024

Daniela Silva 1, UFRGS, https://orcid.org/0000-0003-4436-6955, Brasil, dsilva.jor@gmail.com

Lucas George Wendt 2, UFRGS, https://orcid.org/0000-0002-4901-6826, Brasil, lucas.george.wendt@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6727

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

O fenômeno da desinformação tem impactado os indivíduos e a vida em sociedade, com ataques às universidades e à ciência, o que ameaça o sistema democrático (Ribeiro, 2024). A apreensão com as consequências das informações falsas *on-line* está presente no cotidiano das pessoas em todo o mundo. Um estudo com entrevistados de 142 países revelou que 58,5% dos usuários regulares de internet e mídias sociais estão preocupados com as informações falsas *on-line*. Entre eles, os jovens e pessoas de baixa renda sentem-se mais vulneráveis (Nações Unidas, 2024).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2024a) também realizou pesquisa para medir a capacidade de pessoas de 21 países para identificar conteúdo falso e enganoso. A Finlândia apresentou os melhores resultados, com 66% de acertos na análise da veracidade do conteúdo. O Brasil obteve o pior desempenho, 54%. Os países que mais consomem notícias das redes sociais são os que mais tiveram dificuldade para analisar a veracidade das informações. Na América Latina, 85% das pessoas costumam usar essas redes como fontes de informação.

Diante de um fenômeno tão desafiador, diversos esforços têm sido empreendidos para compreender o nível de vulnerabilidade das pessoas e das nações frente aos conteúdos falsos que circulam em larga escala, impulsionados, principalmente, pelos ambientes digitais. Desse modo, considera-se relevante analisar a produção científica ao longo do tempo que aborda a relação entre desinformação e jovens, sobretudo por este público representar um dos segmentos da população mais assíduos nos ambientes digitais e expostos aos riscos *on-line* (Nações Unidas, 2024).

Assim, a problemática da pesquisa relaciona-se com a atenção presente nos trabalhos acadêmicos no período de, pelo menos, um século, com foco na desinformação e no público jovem. O recorte temporal dessa investigação foi definido a partir dos resultados mais antigos recuperados pela base de dados eleita. O problema de pesquisa foi então assim definido: a produção científica internacional tem se debruçado sobre estudos que contemplam os jovens e a desinformação?

A partir dessa questão, definiu-se como objetivo geral deste artigo realizar um estudo bibliométrico das publicações acadêmicas que abordam o tema da desinformação e os jovens no período de 1920 a 2024. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos três objetivos específicos: a) identificar na literatura artigos que relacionam o tema da desinformação e os jovens no período mencionado; b) analisar a colaboração entre países nas produções mapeadas; e c) análise das palavras-chaves.

Assim, este artigo está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira delas apresenta uma discussão teórica sobre os principais conceitos e temas relacionados ao estudo: desinformação, *fake news,* jovens e educação midiática. A segunda parte detalha o percurso metodológico; e, em seguida, avança-se para a apresentação e análise dos resultados.

Desinformação e o papel das juventudes

A desinformação é um desafio antigo. Burke (2018) explicou, por exemplo, que o funcionamento da máquina de propaganda de Luís XIV operava a partir da manipulação de informações. Tandoc Junior *et al.* (2017) também resgataram conteúdos fictícios que eram compartilhados nos primórdios da imprensa como se fossem reportagens. Nos dias atuais, no entanto, esse problema real complexificou-se, afetando a vida em sociedade de forma ubíqua: tanto nos ambientes digitais quanto nos *off-line*. Apesar de ser um fenômeno difícil e perturbador, não se trata de algo sem solução ou paralisante. No entanto, exige implicação dos diferentes atores sociais, mediante políticas públicas e engajamento de empresas, sociedade civil e indivíduos.

Neste artigo, adota-se o conceito de desinformação, que considera tanto a informação falsa sem intenção de prejudicar (*misinformation*) quanto os conteúdos distorcidos com o intuito de manipular (*disinformation*), além dos criados com o objetivo de causar danos (*malinfomation*), muitas vezes criminosos. De forma coletiva, esses três termos são chamados de desordem informativa (Wardle, 2020).

Concorda-se com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (Bontcheva & Posetti, 2020, p. 18, tradução nossa), quando se refere à desinformação como:

> [...] conteúdo falso e com impactos potencialmente prejudiciais – por exemplo, na saúde e segurança dos indivíduos e a funcionalidade da democracia. [...] o impacto do conteúdo falso, independentemente das intenções, pode ser o mesmo. É esse foco nos efeitos potencialmente prejudiciais de conteúdo, e não a motivação para sua criação e disseminação, que explica o uso amplo do termo desinformação aqui como termo guarda-chuva.

É preciso considerar ainda o contexto atual para compreensão dos conceitos e de sua extensão. Com as tecnologias digitais, a criação e a disseminação de conteúdos falsos foram facilitadas, além de ganharem velocidade e capilaridade exponenciais.

Fallis (2010) explica que a desinformação nem sempre advém de quem dissemina o conteúdo falso. Organizações e pessoas têm sido induzidas a divulgar informações imprecisas ou enganosas criadas por terceiros. Além disso, "[...] a desinformação também é favorecida pelos cenários de polarização política e de radicalização de usuários" (Recuero, Soares & Zago, 2021, p. 4), degenerando o debate político e a esfera pública (Tucker *et al*., 2018), ao mesmo tempo em que pode ser muito lucrativa para quem a dissemina (Mello & Schneider, 2021).

Nesse contexto,

> o conteúdo problemático de maior 'sucesso' é aquele que brinca com as emoções das pessoas, encorajando sentimentos de superioridade, raiva ou medo. Isso ocorre porque esses fatores impulsionam o novo compartilhamento entre pessoas que desejam se conectar com suas comunidades e 'tribos' online (Wardle & Derakhshan, 2017, p.7).

A desinformação, portanto, está associada à informação imprecisa, incorreta, enganosa ou manipulada, não contendo qualquer compromisso com a veracidade e com a responsabilidade do ato de informar. Uma outra expressão relacionada a esse contexto de desinformação é *fake news*, conceito que também corresponde à circulação de conteúdos falsos, com a especificidade de serem criados com a utilização de recursos típicos da produção jornalística, com a intenção de induzir a um erro. As *fake news* são disseminadas, principalmente, pelas redes sociais digitais (Allcott & Gentzkow, 2017).

A expressão *fake news* foi popularizada, principalmente, por políticos de diferentes partes do mundo que a utilizavam para descrever conteúdos de organizações jornalísticas cuja cobertura consideravam desagradável aos seus interesses (Wardle & Derakhshan, 2017). De tão mencionada nas eleições dos EUA em 2016, no ano seguinte, o dicionário britânico Collis a escolheu como a palavra do ano.

Tandoc Junior, Lim e Ling (2018) demonstraram, por meio de revisão de literatura entre 2003 e 2017, que não há consenso sobre o significado de *fake news*, embora exista concordância sobre o potencial de causar danos que essa modalidade desinformativa tem. Wardle (2020) explica que evita o termo *fake news* porque a expressão é insuficiente para descrever os fenômenos complexos da desinformação.

A variedade de tipos de conteúdos enganosos tem sido cada vez maior, incluindo conteúdo que em falso é:

> Geralmente é autêntico, mas é usado fora de contexto e como uma arma por pessoas que sabem que as mentiras que têm um pingo de verdade são mais fáceis de parecerem credíveis e serem compartilhadas. E a maioria delas não pode ser descrita como notícia (Wardle, 2020, p.8, tradução nossa).

Uma dose a mais de complexidade tem sido adicionada com o apoio da inteligência artificial, que favoreceu a criação de peças desinformativas denominadas de *deepfakes*. Com a ajuda de *softwares*, imagens e áudios são sobrepostos para simular pessoas reais falando e agindo de modo forjado. As *deepfakes* tornaram ainda mais difícil a distinção do que é verdadeiro do que é falso, o que requer ainda mais investimento em educação (Floridi, 2018).

Jovens e educação

Os jovens são considerados um dos públicos com maior risco de serem impactados pelo fenômeno da desinformação, pela probabilidade de se manterem *on-line* por mais tempo. Para as Nações Unidas, (2024, p.5, tradução nossa),

> muitos jovens e crianças passam uma parte significativa de suas vidas na internet e obtêm uma grande variedade de informações dos canais digitais. Muitas vezes, eles já suportam o peso dos riscos dos espaços de informação e serão os mais diretamente afetados pelas novas tecnologias e tendências da mídia.

A desinformação impacta a vida da juventude de diferentes maneiras. Estudos mostram que os jovens estão se sentindo acuados e divulgam, cada vez menos, conteúdos autorais na rede com receio dos ataques de ódio, preconceito e cancelamentos (Silva, 2022; CGI.br, 2024). Pesquisas também apontam problemas de saúde associados ao uso excessivo das redes e que estão afetando os jovens, como depressão e ansiedade (Haidt, 2024; Noronha *et al*., 2024), sem falar na baixa adesão a vacinas por esse público, influenciado por conteúdos falsos, entre outras consequências.

A Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2019) listou a hesitação em vacinar como um dos dez maiores desafios para a saúde global. O relatório indica a falta de confiança como um dos motivos que impedem as pessoas de se vacinarem, influenciadas por informações falsas.

Em entrevista realizada em 20 de junho de 2022, Vogt (Seibt & Machado, par.7) explica que

> [...] A mudança geral no engajamento de jovens com a informação – maior uso de mídias sociais digitais e grandes volumes de conteúdo, muitos não objetivos ou baseados em fatos – levou a mudanças negativas na saúde mental dos jovens, identidade positiva e engajamento cívico. Os jovens enfrentam várias ameaças enquanto

> navegam no mundo digital. A superestimulação constante das mídias sociais e os altos níveis de estresse psicológico apresentam sérias implicações para a saúde mental dos jovens. A exposição a conteúdos nocivos ou falsos, o cyberbullying, ou mesmo discursos de ódio e estereótipos impactam negativamente a identidade positiva, assim como a constante comparação social negativa.

Por conta de todos esses aspectos, as Nações Unidas (2024) defendem que os indivíduos precisam contar com fontes de informação variadas, sentirem-se incluídos, socioeconomicamente seguros e politicamente empoderados para se tornarem resilientes e mais capacitados para se prevenir dos riscos que proliferam nos ambientes digitais. Tudo isso é ainda mais importante em períodos de

> eleições, desastres naturais e crises provocadas pelo homem, quando o aumento dos riscos nos espaços de informação pode levar a um aumento da polarização, prejudicar a capacidade das pessoas de participar da vida pública e, em alguns casos, extremos, é usado para incitar a violência (Nações Unidas, 2024, p.5, tradução nossa).

Diante desse cenário, a presença do Estado é cada vez mais necessária para garantir políticas públicas que interfiram no escalonamento desses problemas, reduzindo-os e evitando-os, sobretudo, contribuindo para reconstruir o ecossistema informacional. A participação de cada indivíduo nesse processo também é fundamental para aumentar a consciência cidadã diante da escolha sobre qual tipo de sociedade se deseja viver.

Os jovens, em particular, que fazem uso intenso dos ambientes digitais, podem contribuir muito com esse movimento, a partir do reconhecimento desse público como cidadão. As soluções precisam envolver os usuários das plataformas, defende as Nações Unidas (2023, p.16). “Os jovens, em particular, têm uma riqueza e profundidade de conhecimento. [...] Os usuários mais jovens podem falar por experiência sobre o impacto diferenciado de várias propostas e suas possíveis falhas”.

É a partir desses pressupostos que se valoriza a educação como aliada imprescindível desse processo de superação dos desafios que a desinformação compele. Nesse contexto, o conceito de educação midiática (*media literacy*) tem ganhado cada vez mais destaque nos Estados Unidos, na Europa e em países da América Latina, como o Brasil. Hobbs (2019, p. 1, tradução nossa) a define como “o conhecimento, as competências e as habilidades necessárias para participar da sociedade contemporânea, acessando, analisando, avaliando e criando mensagens midiáticas em uma ampla variedade de formas”.

Bulger e Davison (2018) contam que a educação midiática contemporânea passou a concentrar-se em torno de cinco temas: participação juvenil, formação de professores e recursos curriculares, apoio para familiares, iniciativas políticas e construção de evidências. “A educação midiática, no entanto, não pode ser tratada como uma panaceia. A educação midiática é apenas uma parte de um ambiente complexo de mídia e informação” (Bulger & Davison, 2018, p.2, tradução nossa). Eles alertam para a responsabilidade, principalmente, do Estado.

Na Ciência da Informação, um conceito que trata dessa temática é a educação em informação, entendida por Borges, Brandão e Barros (2022, p.32) como “[...] o conjunto de ações multidimensionais voltadas à promoção de competências para a busca, apropriação e uso crítico da informação”.

Essa abordagem dialoga com a competência crítica em informação. Araújo (2018) explica que esse conceito aprimora a compreensão de competência em informação, que seguia uma lógica mais instrumental, para incorporar ideias da pedagogia crítica, em especial de Paulo Freire. Há também influência da Teoria Crítica, proposta pela Escola de Frankfurt.

A educação em informação também se alinha ao conceito de alfabetização midiática e informacional (AMI), desenvolvido sob liderança da Unesco e disseminado nos países signatários das Nações Unidas. Diante do aumento da desinformação, a Unesco tem alertado para o aumento da urgência da AMI, definida como:

> [...] competências essenciais (conhecimentos, habilidades e atitudes) que permitem que os cidadãos se envolvam com provedores de conteúdo de forma eficaz e desenvolvam pensamento crítico e habilidades de aprendizado ao longo da vida para socializar e se tornar cidadãos ativos (Grizzle, 2021, p.382).

Em face desse cenário, é importante conhecer as produções acadêmicas, geradas ao longo de pouco mais de um século, que tenham se debruçado sobre a relação entre desinformação e o público jovem, analisar a colaboração entre países nos estudos mapeados e quais são os principais enfoques das pesquisas.

Procedimentos metodológicos

Para investigar a desinformação relacionada às juventudes, buscou-se mapear pouco mais de um século da produção acadêmica (1920 a 2024), partindo da compreensão de que o fenômeno não é recente. Assim, este artigo tem caráter exploratório e descritivo e propõe-se a realizar uma análise dos resultados do levantamento a partir de uma perspectiva bibliométrica, considerando que o Estudo Métrico da Informação permite identificar padrões, tendências e lacunas de conhecimento, fornecendo leituras sobre a evolução temática ao longo do tempo. Na definição de Oliveira (2018, p.40),

> fundamentados em recursos quantitativos como método de análise, os EMI constituem o conjunto de conhecimentos relacionados à avaliação da informação produzida e são alicerçados na sociologia da ciência, na ciência da informação, matemática, estatística e computação. Referem-se a estudos de natureza teórico-conceitual quando contribuem para o avanço do conhecimento da própria temática, propondo novos conceitos e indicadores, bem como reflexões e análises relativas à área.

Por ser uma modalidade de pesquisa, o Estudo Métrico da Informação prevê etapas para a produção. Após a elaboração da questão de pesquisa, avançou-se para a definição da estratégia de busca, a partir das temáticas envolvidas no objetivo do estudo, ou seja, desinformação e jovens, aplicando conceitos correlatos e variações em português e em inglês. A estratégia foi estabelecida como: (*disinformation OR malinformation OR "fake news" OR misinformation OR desinformacao) AND (young OR adolescent OR "middle aged" OR youth OR jovem OR jovens OR adolescente* OR juventude*).*

O passo seguinte foi identificar as bases de dados compatíveis. Inicialmente, testou-se trabalhar com bases convencionais, como a Scopus e a Web of Science; no entanto, elegemos a plataforma Open Alex[1], após uma análise preliminar dos resultados indicar que a Open Alex devolvia resultados mais atinentes aos interesses desta pesquisa e também em maior quantidade.

A plataforma escolhida tem se destacado como um dos maiores bancos de dados acadêmicos disponíveis, contendo mais de 240 milhões de trabalhos que podem ser utilizados para estudos bibliométricos, análises científicas e tecnológicas, além de pesquisas em políticas científicas (Yang *et al*., 2023).

A cobertura do banco de dados ultrapassa, significativamente, a de bancos de dados comerciais tradicionais. Estudos comparando a Open Alex com outras plataformas constataram que ela é superior à Scopus em cobertura, por exemplo, e serve como uma alternativa para diversas análises bibliométricas (Alperin *et al.*, 2024). De fato, a Open Alex é reconhecida por fornecer a cobertura mais abrangente da literatura

científica, entregando um número notavelmente maior de documentos em comparação com outras fontes de dados importantes (Aria *et al.*, 2023) e tradicionalmente empregadas em estudos deste tipo.

Além disso, as políticas de indexação da Open Alex oferecem vantagens em relação a bases de dados comerciais, que tendem a ser restritas. Ao contrário da Scopus, por exemplo, que limita a indexação a obras com resumos em inglês, a Open Alex emprega práticas que permitem análises adicionais que não seriam possíveis com conjuntos de dados mais restritos (Alperin *et al.*, 2024).

Uma interpretação geral dos dados coletados e analisados na Open Alex, sendo selecionados apenas os artigos publicados em periódicos, permitiram alcançar documentos abrangendo o período de 1920 a 2024. Optou-se por não incluir o ano corrente, 2025, na análise. Após a fase de testes, avançou-se então para o *download* dos resultados que atenderam à busca desta pesquisa, em 26 de abril de 2025, na plataforma Open Alex.

Os arquivos selecionados foram processados por meio do Bibliometrix, um pacote especializado em análise bibliométrica de dados científicos com apoio do *software* R Statistics, versão 4.3.2[2]. "[...] o R também contém pacotes gratuitos disponíveis na internet que possibilitam a produção de análises quantitativas de forma fácil e com excelente apresentação" (Figueiredo Filho *et al*., 2011, p.65). Para facilitar o uso do R, existe o RStudio, que é um ambiente de desenvolvimento integrado, oferecendo interface amigável para escrever códigos, visualizar gráficos e gerenciar projetos em R. Dentro do universo R existem diversos pacotes – coleções de funções específicas – que expandem suas funcionalidades, como o Bibliometrix, um pacote especializado em análise bibliométrica de dados científicos.

O Bibliometrix permite importar, tratar, analisar e visualizar informações de bases bibliográficas, como Web of Science, Scopus, Open Alex e outras. Para tornar essa análise ainda mais acessível a quem não domina a programação em R, foi criado o Biblioshiny, que é uma interface gráfica para o Bibliometrix, também desenvolvida em R, mas que pode ser usada no navegador, com cliques em menus e preenchimento de formulários. Assim, enquanto o R é a base, o RStudio facilita seu uso, o Bibliometrix adiciona ferramentas bibliométricas, e o Biblioshiny oferece uma versão visual dessas ferramentas que nos permitem apresentar os resultados a seguir descritos.

Resultados e análise

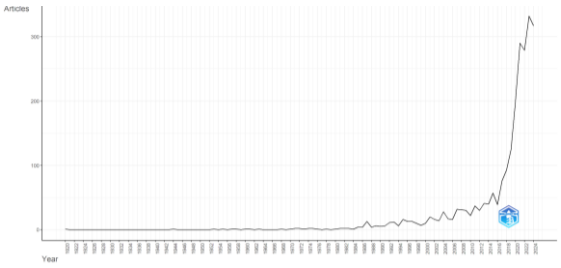
A partir da estratégia de busca mencionada, aplicada na plataforma Open Alex, encontraram-se 1.413 fontes e 2.352 documentos, quantitativo de arquivos que sugere uma alta dispersão da publicação sobre o tema: cerca de 1,6 documento publicado por periódico. A taxa de crescimento anual é de 5,69%.

A colaboração entre pesquisadores, por sua vez, destacou-se como uma característica marcante, com 62% dos artigos assinados por uma média de 2,85 coautores por documento, sendo apenas 13,39% deles em coautoria internacional, o que reforça a importância de redes de pesquisa tanto nacionais quanto globais para o desenvolvimento do campo. No entanto, a presença de 881 autores de documentos de autoria única mostra que a pesquisa individual ainda desempenha papel relevante.

A média de citações por documento é de 10,36, indicando que os trabalhos estão despertando interesse acerca do tema. Larivière, Gingras e Archambault (2009) já demonstraram que as citações estão se tornando cada vez mais dispersas. Já a idade média dos documentos (8,13 anos) sugere que, embora a produção recente (após 2016) seja relevante, há também uso consistente de pesquisas mais antigas (anteriores a 2016), possivelmente devido a fundamentos teóricos ou metodológicos que permanecem válidos ao longo do tempo nas pesquisas relacionadas.

Os resultados são apresentados atrelados aos objetivos específicos. Inicia-se com a análise da produção científica ao longo do tempo. A Figura 1 revela a evolução histórica da produção científica relacionada ao tema, cobrindo um período de 104 anos, desde 1920 até 2024.

Figura 1: Produção científica ao longo do tempo[3]



Fonte: Os autores (2025), com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix.

Nos primeiros anos, observa-se uma produção baixa e praticamente constante, com poucos artigos publicados anualmente. Essa estabilidade, com números muito próximos de zero (entre um e dois textos), perdurou por várias décadas, até, aproximadamente, o final dos anos 1980. A partir dos anos 1990, nota-se leve aumento na produção, embora ainda modesto. Este crescimento é gradual e pode ser interpretado como reflexo de uma maior conscientização sobre a circulação de informações (e desinformações) no ambiente social e midiático, especialmente com a popularização da internet e, posteriormente, das redes sociais.

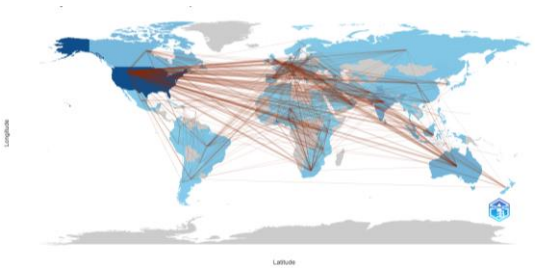
O grande ponto de inflexão ocorreu a partir de 2016, quando se registraram 48 documentos. A curva apresenta subida acentuada, indicando crescimento do número de publicações abordando a desinformação e seus impactos sobre os jovens. Esse aumento coincide com fenômenos globais, como a ascensão de movimentos de desinformação política, campanhas de *fake news* em processos eleitorais (como a eleição presidencial nos Estados Unidos, em 2016) e o fortalecimento de plataformas digitais, como Facebook, Twitter e WhatsApp, como canais de difusão de informação (Allcott & Gentzkow, 2017).

Outro pico ainda mais visível acontece a partir de 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19. Nesse momento, a produção científica dispara, ultrapassando a marca de 300 artigos anuais. Esse salto pode ser explicado pela explosão de interesse acadêmico em compreender e combater a desinformação relacionada à saúde pública, uma vez que a pandemia evidenciou os efeitos sociais, políticos e sanitários da circulação de informações falsas. A desinformação foi tratada como um desafio central na resposta à Covid-19 e como prioridade de pesquisa em saúde pela Organização Mundial da Saúde (Vijaykumar, Jin & Vanderslott, 2021).

Em 2023 e 2024, apesar de uma pequena oscilação, o volume de publicações continua em patamares elevados (429 e 423, respectivamente), consolidando o tema como uma área de pesquisa madura e de alta relevância acadêmica e social.

Em relação ao objetivo específico que buscou mapear a colaboração entre países, a Figura 2 a seguir evidencia uma forte concentração das publicações sobre desinformação e juventudes em algumas regiões específicas do mundo.

Figura 2: Colaboração entre os países



Fonte: Os autores, com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

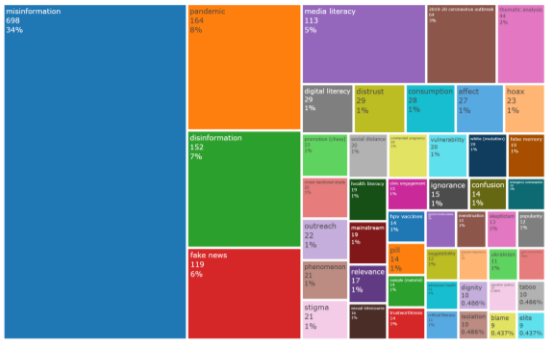
Os Estados Unidos surgem como o principal polo de colaboração científica internacional, conectando-se de forma enfática com diversos países da Europa, da Ásia e da Oceania. Este protagonismo norte-americano é indicativo da centralidade do país tanto na produção quanto na articulação de redes globais de pesquisa sobre o tema.

A Europa Ocidental também desempenha um papel importante, conforme os dados analisados, com países como Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Espanha, formando uma densa rede de interconexões entre si e com outros continentes. Observa-se, ainda, forte colaboração entre países anglófonos – além dos Estados Unidos e do Reino Unido, Austrália e Canadá aparecem como atores relevantes na rede. A Austrália, em particular, demonstra significativa articulação com pesquisadores de diferentes regiões, sobretudo da Europa e da Ásia.

Em outras regiões do mundo, a participação é mais limitada. O Brasil, a África do Sul, a Índia e a China configuram polos secundários de colaboração, estabelecendo redes com múltiplos países, mas com menor intensidade e capilaridade em comparação com os centros mais consolidados de pesquisa em torno do tema. A América Latina, à exceção do Brasil, e grande parte da África apresentam quantidade reduzida de colaborações internacionais, o que pode indicar barreiras de inserção científica global e de alianças para pesquisas. A taxa de coautoria internacional de 13,39% observada na análise estatística corrobora essas evidências: embora existam interações internacionais, ainda predomina uma dinâmica de produção nacional ou regionalizada.

Parte-se, então, para a análise das palavras-chave (Figura 3), que nos permite identificar diferentes elementos da estrutura conceitual do *corpus* a partir das palavras-chave do autor[4]: distribuição, frequência ao longo do tempo, co-ocorrência e análise fatorial.

Figura 3: Treemap da frequência de palavras-chave empregadas



Fonte: Os autores, com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

O treemap na Figura 3 revela a distribuição temática dos documentos analisados no estudo bibliométrico. De imediato, destaca-se que "*misinformation*" é o tema predominante nas palavras-chave, abrangendo 34% dos documentos (698 ocorrências). Isso indica que, apesar da variedade de termos relacionados, a noção de "*misinformation*" funciona como conceito central e guarda-chuva no período analisado, aglutinando a maior parte das discussões acadêmicas sobre o tema, o que, de certa forma, não surpreende, uma vez que é o conceito central tangenciando neste estudo.

Em seguida, aparece a temática "*pandemic*", responsável por 8% dos registros (164 ocorrências). Esse dado evidencia como eventos recentes influenciaram o debate sobre desinformação, impulsionando a produção científica em torno da circulação de informações falsas em contextos de crise sanitária. Temas diretamente ligados à pandemia também aparecem no treemap, como "*2019-20 coronavirus outbreak*" (3%), o que reforça essa leitura.

A "*media literacy*" (educação midiática) ocupa o terceiro lugar, com 5% (113 documentos), seguida por "*fake news*" (6%) e "*disinformation*" (7%). Isso mostra que uma parcela relevante da literatura busca soluções educativas para mitigar os efeitos da desinformação, com foco no desenvolvimento das habilidades críticas de análise da informação, especialmente em públicos jovens e em formação. Ainda na linha da

aprendizagem aparece, de forma menos expressiva, a expressão "*digital literacy*" (educação digital). Outros tópicos também emergem com menor percentual, mas com relevância para a compreensão do fenômeno. Termos como "*distrust*" (desconfiança), "*consumption*" (consumo), "*affect*" (afetar) e "*hoax*" (farsa) indicam preocupação com os aspectos psicológicos e comportamentais que envolvem a disseminação da desinformação. A presença de "*distrust*" (desconfiança) sugere ainda que a confiança (ou a falta dela) nas instituições e na mídia é um tema recorrente.

É importante notar também a entrada de termos como "*civic engagement*" (engajamento cívico), "*health literacy*" (educação em saúde) e "*skepticism*" (ceticismo), o que aponta para uma abordagem multifacetada: a desinformação não é tratada apenas como um problema de comunicação, mas também como um fenômeno que afeta a participação democrática, a saúde pública e a formação de opinião.

Como lembram Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação contribui para gerar desconfiança e intensificar as fissuras socioculturais, a partir de tensões étnicas, raciais, nacionalistas e religiosas. Isso porque a desordem informacional é alimentada por emoções e pode incentivar o desenvolvimento ou ampliação de sentimentos como raiva, medo ou ideia de supremacia.

Além disso, palavras relacionadas a vulnerabilidades sociais ("*vulnerability*", "*stigma*", "*trustworthiness*", "*isolation*", "*dignity*") aparecem, ainda que com menor peso individual (verificar Figura 3) , o que aponta para o fato de que parte dos estudos busca entender como populações vulneráveis são afetadas de forma desproporcional pela desinformação e como fatores sociais e culturais amplificam ou mitigam seus efeitos.

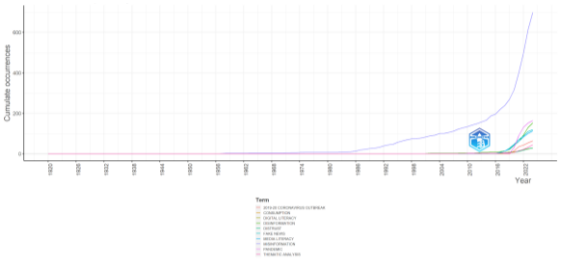
Vogt, em entrevista a Seibt e Machado (2022), adverte que,

> no espaço de engajamento cívico, o engajamento on-line pode levar à exploração de jovens (inclusive por grupos digitais extremistas) e a sobrecarga de informações pode levar à apatia e desconfiança. Esses riscos são impulsionados por muitos fatores, entre eles, curiosidade, confusão e incerteza decorrentes da sobrecarga de informações, desejo de pertencimento e "revolta" em relação ao status quo. Preocupantemente, o aumento significativo do tempo gasto on-line durante a pandemia de Covid-19 apenas exacerbou esses efeitos. O isolamento social causado pela pandemia tem sido associado ao aumento das taxas de depressão e ansiedade entre os jovens, em parte devido ao grande aumento do tempo gasto on-line.

Por fim, é interessante observar a presença de termos muito específicos, como "*hpv vaccines*" (vacinas HPV), "*unintended pregnancy*" (gravidez não planejada) e "*emergency contraception*" (contracepção de emergência), sugerindo que parte da produção se debruça sobre casos aplicados, especialmente no campo da saúde pública, em que a desinformação pode ter efeitos particularmente sensíveis.

A seguir, a Figura 4 exibe a frequência cumulativa de termos-chave – tais como *disinformation, misinformation, fake news, media literacy, digital literacy*, entre outros – no período compreendido entre 1920 e 2024. Observa-se que, até meados da década de 1990, a incidência desses termos em publicações científicas era praticamente nula ou residual. A partir do início dos anos 2000, verifica-se um crescimento lento, mas constante, que se intensifica de maneira abrupta a partir de 2016. Termos como *disinformation, misinformation* e *fake news* apresentaram os crescimentos mais acentuados no período recente, atingindo níveis exponenciais de ocorrência, especialmente após 2020.

Figura 4: Emprego de palavras-chave ao longo do tempo



Fonte: Os autores, com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

Para reforçar a ilustração dessa mudança conceitual ao longo dos 104 anos analisados, apresentam-se as temáticas dos artigos estudados por recortes temporais. Na Figura 5, percebe-se que, no período de 1920 a 1990, ano de lançamento da Rede Mundial de Computadores ou World Wide Web (WWW), o tema "*misinformation*" prevalece nas palavras-chave (29%) e não aparece "*disinformation*", tampouco *fake news*.

Figura 5: Treemap da frequência de palavras-chave no período de 1920 a 1990



Fonte: Os autores, com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

No período de 1991 a 2015 (Figura 6), ano que antecede as eleições dos Estados Unidos, o termo "*misinformation*" passa a responder por 40% das palavras-chave, e "*disinformation*" surge com 2%. Não se nota, ainda, a expressão *fake news.*

Figura 6: Treemap da frequência de palavras-chave no período de 1991 a 2015



Fonte: Os autores, com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

Mas a partir de 2016 até 2024, "*misinformation*" recua para 30% das palavras-chave, enquanto "*disinformation*" avança para 8%, seguido por *fake news,* com 7%, como mostra a Figura 7. Esse resultado evidencia a ampliação do escopo dos estudos relacionados aos conceitos discutidos neste artigo, além de expandir para as pesquisas relacionadas à emergência sanitária (pandemia, com 9%, e coronavírus, com 4%) e *media literacy ou* educação midiática (6%). Os achados demarcam, portanto, os conceitos que são mais atuais, após 2016.

Figura 7: Treemap da frequência de palavras-chave no período de 2016 a 2024



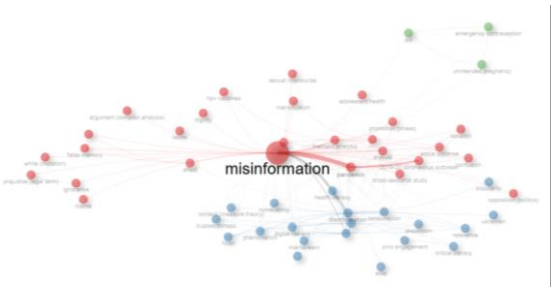
Fonte: Os autores, com base em dados do Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

O aumento abrupto na frequência dos termos a partir de 2016 coincide com marcos históricos, como as eleições presidenciais nos Estados Unidos e o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia), eventos frequentemente apontados como catalisadores da disseminação em massa de desinformação *on-line*. O comportamento dos dados sugere mudança qualitativa no interesse da comunidade acadêmica, passando de preocupação marginal para área de estudo consolidada e multifacetada.

A presença de termos como *media literacy* e *digital literacy* indica uma resposta acadêmica voltada para a mitigação dos efeitos da desinformação, especialmente no público jovem. Esses achados reforçam a percepção de que a educação midiática tornou-se uma estratégia na formação de cidadãos críticos frente ao consumo de informações em ambientes digitais. Além disso, entende-se que a inclusão recente de termos ligados à pandemia aponta para a rápida adaptação da produção científica às novas dinâmicas sociais e informacionais, evidenciando o caráter dinâmico e responsivo do campo de estudos.

Para compreender as relações conceituais estabelecidas nos estudos sobre desinformação, foi realizada uma análise de co-ocorrência de palavras-chave a partir dos mesmos dados extraídos da plataforma Open Alex. O mapa de co-ocorrência (Figura 8), construído utilizando a metodologia de análise de redes, permite visualizar agrupamentos temáticos (*clusters*) e identificar os principais focos de atenção na literatura analisada de 1920 a 2024.

Figura 8: Rede de co-ocorrência de palavras-chave no *corpus*



Fonte: Os autores, com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

O termo *misinformation* ocupa posição central e atua como nó principal, evidenciando sua função de eixo articulador em torno do qual orbitam diferentes conceitos correlatos. As palavras-chave estão organizadas em três grandes agrupamentos temáticos, diferenciados pelas cores vermelha, azul e verde.

O *cluster* vermelho associa a desinformação a temas socioculturais e comportamentais, como *false memory* (falsa memória), *ignorance* (ignorância), *blame* (culpa), *prejudice* (preconceito) e questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, como *hpv vaccines* (vacinas contra HPV) e *menstruation* (menstruação). Essa configuração sugere preocupação com os impactos da desinformação na formação de crenças sociais e atitudes individuais voltadas, principalmente, para o público feminino.

O *cluster* azul reúne termos voltados à dimensão informacional e educacional da desinformação, destacando *digital literacy* (educação digital), *trustworthiness* (confiabilidade), *critical literacy* (educação crítica) e *civic engagement* (engajamento cívico). Este agrupamento indica a abordagem da desinformação como um problema que requer intervenções educativas e políticas para o fortalecimento das capacidades críticas e cidadãs dos indivíduos, especialmente em ambientes digitais.

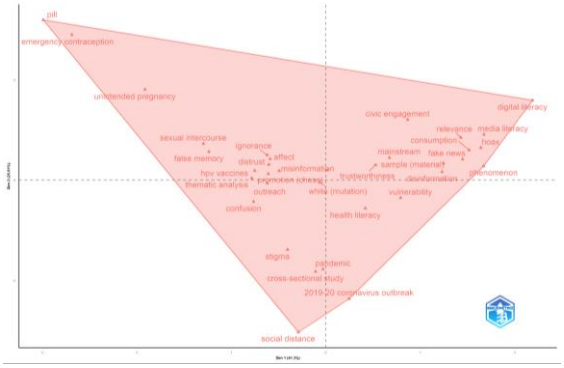
O *cluster* verde, por sua vez, é mais restrito e abrange temas ligados à saúde pública, como *emergency contraception* (contracepção de emergência) e *unintended pregnancy* (gravidez não planejada). Esse conjunto aponta para a atuação da desinformação em contextos específicos de vulnerabilidade social, em que a circulação de informações falsas ou enganosas pode ter impactos diretos na saúde e no bem-estar das populações.

Adicionalmente, termos como *pandemic* (pandemia), *health literacy* (educação em saúde) e *disinformation consumption* (consumo de desinformação) aparecem interligados à *misinformation*, reforçando o papel da pandemia de Covid-19 como catalisador das preocupações científicas contemporâneas sobre o consumo de desinformação em contextos de crise sanitária.

Elaborou-se também um mapa conceitual (Figura 9) com base em uma análise fatorial (método MCA – *Multiple Correspondence Analysis*), que busca identificar padrões de associação entre diferentes conceitos relacionados à desinformação. O espaço bidimensional do

gráfico distribui os termos de acordo com suas relações de proximidade conceitual: quanto mais próximos no plano, mais frequentemente aparecem juntos nos estudos analisados.

Figura 9: Análise fatorial dos termos do corpus



Fonte: Os autores, com base em dados da Open Alex processados no Bibliometrix (2025).

No eixo horizontal (dimensão 1), que explica 41,3% da variância dos dados, observa-se uma separação clara entre dois grandes polos temáticos. À direita estão concentrados termos como "*media literacy*", "*digital literacy*", "*fake news*", "*consumption*" e "*phenomenon*", indicando ênfase em aspectos relacionados ao consumo de informação, educação midiática e fenômenos de circulação de desinformação. À esquerda aparecem conceitos mais dispersos e ligados a impactos sociais e questões específicas, como "*pill*", "*emergency contraception*", "*unintended pregnancy*" e "*sexual intercourse*", sugerindo estudos que abordam desinformação em temas de saúde sexual e reprodutiva.

O eixo vertical (dimensão 2), responsável por 26,9% da variância, diferencia temas relacionados à pandemia, que estão posicionados na parte inferior do gráfico. Termos como "*pandemic*", "*2019-20 coronavirus outbreak*", "*social distance*" e "*cross-sectional study*" agrupam-se, indicando que a pandemia da Covid-19 constituiu um eixo temático próprio e fortemente estudado. Essa separação vertical também demonstra que a emergência sanitária reorganizou o campo de pesquisa sobre desinformação, criando um novo espaço de interesse focado em saúde pública, como já mencionado.

No centro do gráfico, termos como "*misinformation*", "*ignorance*", "*affect*" e "*distrust*" aparecem próximos uns dos outros, funcionando como conceitos transversais, ou seja, aplicáveis tanto no contexto de saúde quanto no contexto de consumo de informação em geral. Sua posição intermediária reforça o papel desses conceitos como "pilares" do campo de estudo.

A área sombreada vermelha do mapa delimita o espaço conceitual compartilhado entre os principais termos, mostrando que, apesar da existência de subáreas distintas, há uma inter-relação conceitual significativa. Isso revela a complexidade e a transversalidade do fenômeno da desinformação: embora diferentes contextos (mídia, saúde, pandemia, educação) sejam abordados, eles se interconectam em torno de temas centrais, como confiança, consumo de informações e educação digital.

Considerações finais

A análise bibliométrica da produção acadêmica realizada por este estudo confirma que a preocupação de pesquisadores com a disseminação de informações falsas é antiga, estando presente desde 1920, recorte temporal inicial dessa investigação. No entanto, evidencia-se que a partir de 2016 o fenômeno da desinformação começa a intensificar-se no meio científico. Este estudo concentra-se na relação entre desinformação e juventudes, identificando uma profusão de produções acadêmicas, marcadamente, em quase uma década: 2016 a 2024.

Em relação ao objetivo específico "a) identificar na literatura artigos que relacionam o tema da desinformação e os jovens no período mencionado", localizaram-se 2.352 documentos, publicados em 1.413 periódicos, evidenciando abertura para o tema em um amplo universo de fontes.

Quando se investiga o objetivo específico "b) analisar a colaboração entre países nas publicações mapeadas", nota-se que do total de artigos identificados, 62% deles são

assinados por pelo menos dois autores, mas apenas 13,39% com coautoria internacional. Os Estados Unidos são o principal polo de produção e colaboração científica internacional, mantendo produção conjunta, principalmente, com países da Europa, da Ásia e da Oceania. A Europa Ocidental, por sua vez, também se destaca em termos de interconexões entre si, sendo representada, especialmente, por Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Espanha.

Percebe-se, portanto, oportunidades a serem exploradas em termos de redes de pesquisa que contemplem outras regiões do mundo, de modo a contribuírem para uma compreensão mais ampla, diversa e profunda do fenômeno desinformação em relação às juventudes das diferentes partes do mundo. Vale lembrar que as populações mais vulneráveis sofrem os maiores impactos da desinformação e, portanto, precisam ser apoiadas; assim como as particularidades do fenômeno devem ser compreendidas.

Da mesma forma que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2024b) realça a necessidade de soluções colaborativas entre governos para melhorar as políticas de enfrentamento aos problemas da desinformação, as alianças entre instituições acadêmicas e pesquisadores também precisam ser prioridade para compreender e contribuir com a prevenção e o combate às ameaças de desinformação.

Sobre o objetivo específico "c) estudo das palavras-chaves", constata-se que a preocupação com os conteúdos falsos é antiga, mas os conceitos relacionados foram sendo atualizados, acompanhando o aumento da complexidade do fenômeno, incorporando, assim, os conceitos de desinformação e *fake news,* além de ampliar as abordagens para a educação midiática. A área da saúde, no entanto, segue predominando em termos de produção científica durante todo o período analisado.

Ressalta-se ainda que, apesar de os resultados já revelarem aspectos relevantes para a compreensão do fenômeno da desinformação na perspectiva de estudos relacionados ao público jovem, novas investigações precisam ser realizadas para aprofundar os achados. Um próximo passo será avançar para uma revisão sistemática da literatura, com mais ênfase na Ciência da Informação.

Referências

Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, *31*(2), 211–236. https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211

Alperin J. P., Portenoy, J., Demes, K., Larivière, V., & Haustein, S. (2024). An analysis of the suitability of OpenAlex for bibliometric analyses. https://doi.org/10.48550/arXiv.2404.17663

Araújo, C. A. Á. (2018). O que é ciência da informação. Belo Horizonte: KMA,

Aria, M., Le T., Cuccurullo, C., Belfiore, A., & Choe, J. (2023). OpenalexR: An R-Tool for Collecting Bibliometric Data from OpenAlex. *The R Journal*, 15(4), 167–180. ISSN 2073-4859. RJ-2023-089.pdf

Bontcheva, K., & Posetti, J. (2020). Balancing act: countering digital disinformation while respecting freedom of expression – Broadband commission research report em "freedom of expression and addressing disinformation on the internet". Genebra, União Internacional de Telecomunicação UNESCO; ITU. https://www.broadbandcommission.org/wp-content/uploads/2021/02/WGFoEDisinfo_Report2020.pdf

Borges, J., Brandão, G., & Barros, S. (2022). Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais. Pimenta Cultural. DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.234

Bulger, M., & Davison, P. (2018). The promises, challenges, and futures of media literacy. *Journal of Media Literacy Education, 10*(1), 1–

21. https://doi.org/10.23860/JMLE-2018-10-1-1

Burke, P. (2018). Manipulating the media: a historian's view. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 7(1), 8-19.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br (2024). TIC Domicílios 2023. CGI.br. https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2023/

Fallis, D. (2010). A conceptual analysis of disinformation. In: iConference, 4., 2009, Chapel Hill. Proceedings [...]. Illinois: Ideals. https://www.ideals.illinois.edu/items/15210

Figueiredo Filho, D. B., Nunes, F., Rocha, E. C., Santos, M. L., Batista, M., & Silva Júnior, J. A. (2011). O que fazer e o que não fazer com a regressão: Pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, *20*(1). https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3808

Floridi, L. (2018). Artificial intelligence, deepfakes and a future of ectypes. *Philos. Technol. 31*, 317–321. https://doi.org/10.1007/s13347-018-0325-3

Grizzle, A., Wilson, C., Tuazon, R., Cheung, C. K., Lau, J., Fischer, R., Gordon, D., Akyempong, K., Singh, J., Carr, P. R., Stewart, K., Samy, T., Suraj, O., Jaakkola, M., Thésée, G., Gulston, C., Andzongo Menyeng, B. P., & Zibi Fama, P. A. (2021). Media and information literate citizens: Think critically, click wisely! Media & information literacy curriculum for educators and learners. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377068

Haidt, J. (2024). A geração ansiosa: Como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. Companhia das Letras.

Hobbs, R. (2019). Media literacy foundations. En R. Hobbs & P. Mihailidis (Orgs.). *The International Encyclopedia of Media Literacy*. 1–19. https://doi.org/10.1002/9781118978238.ieml0063

Larivière, V., Gingras, Y., & Archambault, É. (2009). The decline in the concentration of citations, 1900–2007. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, *60*(4), 858-862.

Mello, F., & Schneider, M. (2021). Desinformação digital em rede e competência crítica em informação. *The International Review of Information Ethics*, *30*(1). https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/408/424

Nações Unidas. (2023). Informe de política para a nossa agenda comum: Integridade da informação nas plataformas digitais. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf

Nações Unidas (2024). Princípios globais das Nações Unidas para a integridade das informações. https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/principios_globales_onu_integridad_informacion.pdf

Noronha, J. F. M., Guimarães, M. C. M., Cerqueira, A. B. F. de; Sampaio, M. H. R., & Campelo, V. M. B. Avaliando o impacto do uso excessivo das redes sociais na saúde mental dos jovens no Brasil: Revisão sistemática da literatura. *Revista Foco*, *17*(11), e6278–e6278, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n11-099

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2024a). The OECD truth quest survey: methodology and findings, *OECD digital economy papers*, 369. https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2024b). *Facts not fakes: Tackling disinformation, strengthening information integrity*, OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/d909ff7a-en

Oliveira, E. F. T. de. (2018). Estudos métricos da informação no Brasil: Indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. Editora UNESP.

Recuero, R., Soares, F., & Zago, G. (2021). Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre covid-19 no Twitter. *Contracampo*, *40*(1) https://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.45611

Ribeiro, R. J. (2024, dezembro, 18). Desinformação, democracia e autoritarismo: a ciência em defesa da verdade.*Ciência & Cultura*. https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/desinformacao-democracia-e-autoritarismo-a-ciencia-em-defesa-da-verdade/

Seibt, T., & Machado, R. (2022, junho 20). A democracia e os direitos cívicos estão ameaçados pela desinformação: Entrevista especial com Katya Vogt. *Unisinos*. https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/619580-a-democracia-e-os-direitos-civicos-estao-ameacados-pela-desinformacao-entrevista-especial-com-katya-vogt

Silva, D. (2022). Pelo celular e pelas ruas de Salvador: Participação política de jovens e a relação com as competências infocomunicacionais. (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia). https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36812

Tandoc Jr., E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2017). Defining "fake news": A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, *6*(2), 137–153. https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143

Tucker, J. A., Guess, A., Barbera, P., Vaccari, C., Siegel, A., Sanovich S., Stukal, D., & Nyhan, B. (2018). Social media, political polarization, and political disinformation: A review of the scientific literature. Hewlett Foundation http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3144139

Vijaykumar, S., Jin, Y., & Vanderslott, S. (2021). Desinformação sobre a covid-19: impactos, desafios e respostas para a saúde pública, In: *Diálogos continentais sobre comunicação em saúde em tempos de pandemia*. 208-231. DOI:10.29327/561168.1-12

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking.* Council of Europe. https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c

Wardle, C. (2020). Guía básica de First Draft para conocer el desorden informativo. https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_ES.pdf?x21167

World Health Organization. (2019). Thirteenth general programme of work 2019-2023. https://www.who.int/ news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019

Yang, P., Shoaib, A., West, R., & Colavizza, G. (2024). Open access improves the dissemination of science: Insights from Wikipedia. *Scientometrics*, *129*(11), 7083–7106. DOI: *10.1007/s11192-024-05163-4*

NOTAS

[1] O site da plataforma está disponível em: https://openalex.org/.

[2] O "R" é uma linguagem de programação e ambiente de desenvolvimento voltada à manipulação, análise e visualização de dados (R

Core Team, 2025). Mais informações em: https://www.r-project.org/.

[3] Sugere-se, em todos os gráficos, a aplicação de zoom em 200% durante a leitura deste documento em formato digital para melhor visualização das informações dos gráficos.

[4] Bases de dados científicas frequentemente operam com dois tipos de palavras-chave associadas aos estudos indexados: as palavras-chave do autor e as palavras-chave que a própria plataforma em questão considera pertinentes de associar a determinado estudo. As análises nesta pesquisa foram realizadas com as palavras-chave originais, ou seja, do autor, uma vez que se entende que representam o conteúdo do documento de maneira apropriada, mesmo que sejam em menor número do que as palavras-chave adicionais empregadas pelas bases.

Nota de financiamento

Este trabalho conta com apoio da CAPES Brasil, por meio de bolsa de pós-doutorado da autora Daniela Silva (PPGCIN/UFRGS).

Necesidades formativas y satisfacción del profesorado de la UNED en el uso de las Tecnologías de la Información y Comunicación: una mirada desde la formación institucional

Gloria Soto Martínez, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), https://orcid.org/0000-0001-7049-2846, España, gsoto@edu.uned

María del Mar Román García, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), https://orcid.org/0000-0002-2392-8173, España, mariamar.roman@edu.uned.es

Sonia Santoveña-Casal, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), https://orcid.org/0000-0002-9761-6148, España, ssantovena@edu.uned.es

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6728

Eje: Impacto de las Tecnologías de la Información y Comunicación

Resumen

El presente estudio analiza la satisfacción en las acciones formativas del profesorado ofrecidas por el Instituto Universitario de Educación a Distancia (IUED) de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) y la satisfacción en relación con el uso pedagógico de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC). La investigación adopta un enfoque cuantitativo-descriptivo basado en la aplicación de cuestionarios a una muestra representativa de profesorado de la UNED. Los resultados evidencian un alto grado de

satisfacción en la formación. Las conclusiones subrayan la importancia de alinear las estrategias formativas con los perfiles diversos del profesorado y los contextos institucionales de la UNED.

Palabras clave:
Formación docente, TIC, educación a distancia, necesidades, satisfacción

Introducción

La innovación educativa en contextos híbridos y digitales representa uno de los principales desafíos en la educación superior, especialmente en instituciones de educación a distancia como la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Para afrontarlo con garantías de calidad, resulta fundamental la formación del profesorado en competencias orientadas a una docencia flexible y adaptativa, que incorpore enfoques metodológicos adecuados a los nuevos entornos de aprendizaje.

La transformación digital que está viviendo la sociedad ha puesto de manifiesto la necesidad de transformación de nuestras universidades, poniendo de manifiesto la necesidad de fortalecer el desarrollo profesional docente en tecnologías emergentes, promoviendo no solo la adquisición instrumental de herramientas, sino también la integración de una forma crítica y pedagógica de las mismas (Cabero-Almenara & Llorente-Cejudo, 2020; Gisbert et al. 2016). La incorporación de tecnologías como la inteligencia artificial, analíticas de aprendizaje o entornos virtuales inmersivos, han de implicar necesariamente el repensar la planificación didáctica y los procesos de acompañamiento al estudiantado, situando al profesorado como agente de cambio y mediador del aprendizaje (Prendes et al. 2016; Builes et al. 2024; Ponce et al. 2025)

A pesar de que existe una amplia oferta formativa institucional sobre tecnologías emergentes, no siempre se conocen con claridad las necesidades reales del profesorado ni su nivel de satisfacción con las acciones desarrolladas. Esta falta de alineación puede afectar a la efectividad de los programas de formación continua y al impacto real en las prácticas docentes.

Conocer y analizar las necesidades formativas en tecnologías para la educación, del profesorado de la UNED, así como su grado de satisfacción con las acciones desarrolladas por el Instituto Universitario de Educación a Distancia (IUED), resulta fundamental para diseñar itinerarios formativos más pertinentes, eficaces y sostenibles.

Esta investigación se fundamenta en la necesidad de avanzar hacia modelos de formación docente que respondan de manera más precisa a las demandas profesionales actuales y a los retos que plantea el entorno digital en la educación universitaria. También pretende contribuir al fortalecimiento de una cultura institucional basada en la actualización constante, el aprendizaje colaborativo y la mejora continua como ejes estratégicos para la innovación educativa (Prendes y Cerdán, 2021)

Objetivos generales y específicos

El objetivo general de esta investigación es analizar las necesidades formativas del profesorado de la UNED en relación con las tecnologías emergentes y valorar su nivel de satisfacción con la formación recibida en los últimos cursos académicos.

Los objetivos específicos son:

1. Identificar las áreas temáticas en tecnologías que el profesorado considera prioritarias para su desarrollo profesional.
2. Evaluar la percepción del profesorado sobre las acciones formativas ofertadas por el IUED.
3. Proponer recomendaciones para mejorar el diseño y la implementación de futuras acciones

Marco teórico

Competencias digitales

El desarrollo profesional docente en competencias digitales se ha convertido en una prioridad estratégica dentro de las agendas educativas nacionales e internacionales. En un escenario marcado por la acelerada transformación digital y la consolidación de modelos híbridos y virtuales de enseñanza, la actualización permanente del profesorado adquiere un carácter imprescindible para garantizar la calidad del proceso educativo.

Este fenómeno se acentúa especialmente en instituciones de educación superior no presencial como la UNED, donde la mediación tecnológica constituye no solo un soporte, sino el núcleo operativo de la práctica docente.

En esta línea, diversas investigaciones coinciden en señalar la necesidad de repensar la formación del profesorado desde una perspectiva integral, que contemple no únicamente el dominio instrumental de las tecnologías, sino también las dimensiones pedagógicas, éticas, comunicativas y organizacionales del ecosistema digital educativo (Cabero-Almenara et al., 2020; Rodríguez-Revelo, 2022). Es decir, no se trata únicamente de enseñar a utilizar herramientas digitales, sino de dotar al profesorado de marcos de comprensión que les permitan aplicar dichas tecnologías de manera crítica, reflexiva y coherente con sus objetivos didácticos (Préndez-Espinosa, 2021).

En el ámbito de las competencias digitales uno de los modelos teóricos más influyentes en es el modelo TPACK (Technological Pedagogical Content Knowledge), propuesto originalmente por Mishra y Koehler (2006) y actualizado por autores como Bahtiar et al. (2023). Este marco conceptual plantea la integración interdependiente de tres tipos de conocimientos esenciales: el conocimiento pedagógico (Pedagogical Knowledge, PK), el conocimiento del contenido disciplinar (Content Knowledge, CK) y el conocimiento tecnológico (Technology Knowledge, TK). Según este enfoque, la competencia digital docente no se limita a saber usar una tecnología específica, sino que se refiere a la capacidad de articular de manera significativa los tres componentes en contextos de enseñanza diversos. Esta articulación es especialmente compleja, a la par que necesaria, sobre todo en modalidades de educación a distancia, donde la tecnología actúa como mediadora central en los procesos de enseñanza-aprendizaje. Este modelo de referencia ha dado lugar al desarrollo de nuevas combinaciones de conocimiento, como las propuestas por Graham (2011), quien amplía los tipos de conocimiento mencionados anteriormente e introduce sus interrelaciones. Entre ellas destacan el Conocimiento Pedagógico Disciplinar (Pedagogical Content Knowledge, PCK), el Conocimiento Tecnológico Disciplinar (Technological Content Knowledge, TCK), el Conocimiento Tecnológico-Pedagógico (Technological Pedagogical Knowledge, TPK) y, de forma más integrada, el Conocimiento Tecnológico-Pedagógico-Disciplinar (Technological Pedagogical Content Knowledge, TPACK).

En el contexto europeo, destaca también el marco DigCompEdu (Redecker & Punie, 2017), desarrollado por el Joint Research Centre de la Comisión Europea, como una herramienta para evaluar y desarrollar la competencia digital del profesorado en diferentes niveles educativos. Este marco propone seis áreas clave: Compromiso profesional, Recursos digitales, Enseñanza y aprendizaje, Evaluación, Empoderamiento del alumnado y Facilitación de la competencia digital del alumnado. Con cinco áreas de competencia: Búsqueda y gestión de datos; comunicación y colaboración; creación de contenidos digitales; seguridad y resolución de problemas. Cada una de estas áreas se desglosa en subcompetencias (véase figura 1) y 8 niveles de progresión [Nivel 1: Iniciación (A1-A2); Nivel 2: Exploración (A2); Nivel 3: Integración (B1); Nivel 4: Experiencia (B2); Nivel 5: Adaptación (C1); Nivel 6: Liderazgo (C1); Nivel 7: Innovación (C2); Nivel 8: Pionero (C2)]. Este proceso permite identificar rutas formativas personalizadas y diseñar programas ajustados a los diferentes perfiles del profesorado. La adopción de este marco en instituciones como la UNED resulta especialmente pertinente, ya que permite alinear la formación docente con estándares internacionales, al tiempo que se adapta a las peculiaridades de la educación a distancia.

Figura 1: El modelo de referencia conceptual de DigComp



Fuente: DigCompEdu (Redecker & Punie, 2017), tradución Asociación Somos Digital (2022)

Desde la perspectiva de una educación inclusiva y accesible, modelos como el **Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA)** [*Universal Design for Learning* (UDL, por sus siglas en inglés](Rose y Meyer, 2002), se ofrecen criterios fundamentales para el diseño de entornos formativos que respondan a la diversidad de los estudiantes. En el ámbito de la formación del profesorado, el conocimiento y la aplicación de los principios del DUA resultan especialmente relevantes, ya que permiten al docente adaptar recursos, metodologías y estrategias a las distintas necesidades del estudiantado, especialmente en contextos virtuales como los que caracteriza a instituciones de educación a distancia como la UNED. No se trata únicamente de conocer el marco del DUA, sino de integrarlo como enfoque estructural en la formación digital del profesorado. Esta integración no solo favorece el cumplimiento de los principios del DUA, sino que también potencia el uso pedagógico de las tecnologías como herramientas facilitadoras de la accesibilidad al aprendizaje y de la atención a la diversidad (Alba Pastor, Zubillaga del Río, & Sánchez Serrano, 2015).

Otro de los aspectos clave en los procesos de formación es la motivación del estudiantado. Estudios como el de Gallardo-Echenique et al. (2023), quienes subrayan la importancia de diseñar acciones formativas que fomenten no solo la motivación intrínseca, sino también el desarrollo de estrategias de autorregulación del aprendizaje. En este sentido, tanto el rol activo del profesorado como el diseño pedagógico de las plataformas virtuales resultan fundamentales para generar entornos que favorezcan el desarrollo competencial y el compromiso de los estudiantes con su propio proceso formativo.

Transformación digital y cambio institucional

El desarrollo profesional docente en competencias digitales no puede analizarse de forma aislada de los procesos de cambio institucional. Tal como señalan Fullan y Langworthy (2014), las transformaciones tecnológicas sostenibles en la educación requieren un enfoque sistémico, que incluya liderazgo institucional, desarrollo profesional, apoyo técnico y un marco de evaluación coherente.

En este sentido, la UNED ha demostrado un compromiso continuo con la mejora de su modelo educativo, a través de estructuras como el IUED, que actúan como mediadores entre la innovación tecnológica y la formación del profesorado. La creación de itinerarios formativos vinculados a ejes estratégicos (como la IA, la gamificación, la accesibilidad o la evaluación digital) permite a la institución avanzar hacia un ecosistema más coherente y adaptado a los desafíos del siglo XXI.

Así autores como Benavides-León y López-Rodríguez (2020) insisten en la importancia de diseñar programas formativos contextualizados, es decir, que respondan a las necesidades reales y situadas del profesorado. En este sentido, la formación docente no puede concebirse como un conjunto aislado de cursos, sino como un proceso continuo, articulado con las prácticas docentes cotidianas y con la cultura institucional. En el caso de universidades como la UNED, la contextualización requiere tener en cuenta no solo las exigencias tecnológicas del entorno virtual, sino también las particularidades del acompañamiento tutorial y las estrategias necesarias para formar en los ritmos asincrónicos característicos de la educación en línea. En esta línea, el diseño de cada programa de formación inicial y continua del IUED parte de un análisis riguroso de las necesidades específicas del profesorado de la UNED.

La satisfacción del profesorado con la formación recibida constituye un indicador clave para evaluar la calidad de los programas. Estudios como los de Abella et al. (2018)

muestran que los niveles de satisfacción están estrechamente vinculados con variables como la claridad y organización de los contenidos, la calidad de la interacción con el equipo formador, la flexibilidad metodológica y, especialmente, la aplicabilidad del conocimiento adquirido. De esta manera, un diseño instruccional basado en principios de usabilidad, pertinencia y transferencia, no solo mejora la percepción del curso por parte del profesorado, sino que aumenta las probabilidades de que los aprendizajes se integren en la práctica docente real.

Además, la literatura destaca que la percepción de utilidad práctica es uno de los factores que más influye en la motivación para participar en actividades de formación continua (Olmedo Rodríguez et al., 2025). En la presente investigación, este aspecto se vuelve especialmente relevante al observar el alto nivel de participación y valoración positiva en cursos centrados en tecnologías emergentes como la inteligencia artificial, el aprendizaje automático o el uso de ChatGPT. Este fenómeno puede interpretarse como un síntoma del interés activo del profesorado por incorporar nuevas herramientas que les permitan innovar en sus prácticas y responder a las demandas del entorno digital universitario contemporáneo.

Desde el punto de vista pedagógico, la integración de tecnologías emergentes plantea desafíos significativos en términos de diseño curricular, evaluación y acompañamiento al estudiantado. Tal como se argumentan la inteligencia artificial en educación no debe considerarse únicamente como una herramienta de automatización, sino como una oportunidad para mejorar los procesos de enseñanza, personalizar el aprendizaje y desarrollar competencias metacognitivas en los estudiantes (Franco, 2025). En este sentido, la formación del profesorado en el uso crítico y estratégico de estas tecnologías se convierte en una prioridad para las instituciones educativas que aspiran a liderar la transformación digital con responsabilidad y visión pedagógica.

Finalmente, el diseño de planes de formación para el futuro debe articularse a partir de diagnósticos precisos como el que ofrece esta investigación. Los datos obtenidos permiten no solo caracterizar el estado actual de la competencia digital del profesorado, sino también proyectar líneas de acción que aseguren una actualización permanente, coherente con los objetivos estratégicos de calidad, innovación y equidad en la educación superior a distancia.

Evaluación de los programas formativos

Un aspecto crítico en el desarrollo de programas de formación docente es la evaluación de su impacto. Más allá de las encuestas de satisfacción, que ofrecen una perspectiva inmediata y valiosa, es necesario implementar estrategias de evaluación que incluyan análisis longitudinales, observación de prácticas reales, autoevaluación reflexiva y análisis de evidencias de transferencia.

Investigaciones como las de Álvarez López y Valle (2019) o Tejada Auccacusi (2024) recomiendan que los responsables de la formación en las instituciones adopten enfoques más integrados y sistemáticos a la hora de evaluar los procesos formativos. Estos enfoques consideran múltiples dimensiones, como la evaluación formativa, los estudios longitudinales, la retroalimentación o *feedback*, así como la evaluación no solo de la satisfacción, sino también de la calidad del sistema, la calidad de la información, la intención de uso y el impacto en el desempeño y la transferencia de lo aprendido. Todas estas dimensiones resultan clave para una evaluación efectiva de la formación del profesorado, siempre en coherencia con el contexto específico de cada institución.

Además, la sostenibilidad de estos programas depende de su capacidad para adaptarse a los cambios tecnológicos, a las necesidades del profesorado y al contexto institucional. Esto implica no solo mantener una oferta amplia y actualizada, sino también establecer mecanismos de mejora continua basados en la evidencia. La planificación estratégica debe contemplar ciclos de retroalimentación que permitan reconfigurar los itinerarios, integrar nuevas herramientas, y eliminar o rediseñar aquellas formaciones que no generan valor significativo.

Retos en la formación docente digital

La formación y el fortalecimiento de las competencias digitales del profesorado

universitario plantean múltiples retos que deben abordarse de manera articulada y contextualizada (Jaime Manzanarez, 2024; Morales-Loor et al., 2025; Rodríguez Revelo, 2024). Entre estos desafíos se encuentran, en primer lugar, los condicionantes económicos, que pueden limitar la implementación de planes formativos eficaces y de calidad. Asimismo, es fundamental que la formación se adecúe a los contextos institucionales y a las necesidades reales del profesorado. Otro reto importante consiste en garantizar una formación que no se limite a los aspectos puramente tecnológicos, sino que integre de manera equilibrada las dimensiones pedagógicas y didácticas del uso de tecnologías digitales. Además, persiste una brecha de competencias digitales, no solo en términos de niveles de competencia entre el profesorado, aunque cada vez menos pronunciada, sino también desde una perspectiva económica, ya que muchas herramientas digitales avanzadas requieren licencias de pago, lo que puede generar desigualdades en el acceso.

A ello se suma la sobrecarga laboral y la fatiga tecnológica, que exigen que las propuestas formativas sean viables y sensibles al contexto profesional del docente, quien ya enfrenta múltiples responsabilidades. Cambios constantes en plataformas o herramientas, por ejemplo, pueden suponer un obstáculo adicional en su práctica cotidiana.

Asimismo, la inclusión y la accesibilidad deben ocupar un lugar central en el diseño de los programas formativos. Es un deber institucional asegurar que todos los recursos sean accesibles, tanto para personas con discapacidad como para docentes con menor acceso a recursos digitales. Finalmente, no se puede obviar la dimensión ética vinculada al uso de la tecnología. La formación debe incorporar la reflexión crítica sobre la privacidad digital y el uso responsable de tecnologías emergentes como la inteligencia artificial (IA), promoviendo prácticas éticas y sostenibles en el entorno educativo.

En suma, el desarrollo profesional del profesorado universitario no es un fenómeno aislado, sino parte de un proceso más amplio de transformación educativa. La literatura académica y los marcos institucionales coinciden en la necesidad de adoptar enfoques integrales, flexibles y basados en la práctica, que respondan a las necesidades reales del profesorado y contribuyan a una mejora efectiva de la calidad educativa. Puesto que no debemos olvidad que el fin de la formación del profesorado es ofertar una formación de calidad que repercuta directamente en una docencia de calidad.

Metodología

La investigación realizada adopta un enfoque cuantitativo, con un diseño no experimental y de tipo descriptivo. El tipo de investigación es descriptiva, ya que se centró en caracterizar y analizar las opiniones del profesorado sin intervenir en las variables estudiadas (utilizando medidas de frecuencia relativas porcentajes y medidas de tendencia central promedios). La información fue recogida en un único momento temporal, al finalizar el curso académico orientado a la obtención de datos objetivos que permitieran identificar tendencias y percepciones del profesorado de la UNED sobre sus necesidades formativas en tecnologías educativas de aplicación directa a la educación a distancia y su nivel de satisfacción con la oferta formativa institucional.

La muestra estuvo constituida profesorado de la UNED que participó en las acciones formativas en competencias digitales promovidas por el IUED durante los cursos académicos 2023-2024 y que voluntariamente accedieron a participar en la encuesta. Concretamente la investigación se basó en una muestra conformada por un total de 1.584 respuestas anónimas, proporcionadas por participantes vinculados a la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), aunque solamente 1915 dieron el consentimiento para participar en la investigación. De dicha muestra, 1128 respuestas correspondieron a miembros del Profesorado Docente e Investigador (en adelante, PDI). Y 787 restantes fueron

aportadas por integrantes del profesorado tutor (en adelante, PT) de la misma institución. La muestra representa una tasa de participación altamente significativa y permite extraer conclusiones con un alto grado de fiabilidad.

En la metodología de la investigación se utilizaron técnicas estandarizadas de recogida de información a través de cuestionarios. Siendo el instrumento de recolección de datos un cuestionario estructurado, diseñado en formato digital a través de la herramienta Microsoft Forms y validado por los responsables del área de formación del Instituto Universitario de Educación a Distancia (en adelante, IUED) de la UNED. Este instrumento de recogida de datos incluía, en primer lugar, el correspondiente consentimiento informado, elaborado de conformidad con el código ético institucional de la UNED, garantizando así la confidencialidad y voluntariedad de la participación. A continuación, el cuestionario contemplaba un total de 14 ítems dirigidos a evaluar distintos aspectos relacionados con el nivel de satisfacción, la percepción de calidad y el grado de conocimiento adquirido como resultado de las acciones formativas desarrolladas. Estas preguntas como por ejemplo "Indique el nivel de satisfacción con el curso o taller" fueron formuladas en formato de escala tipo Likert de 4 puntos, donde los valores son (1= Nada; 2=Un poco, 3=Medio, 4=Alto). Además de estos ítems cerrados, el cuestionario incluía preguntas de respuesta abierta, entre las que destacaba, por ejemplo, la siguiente: "¿Qué aspectos mejorarías del curso?", con el objetivo de recoger aportaciones cualitativas que complementaran la información cuantitativa.

Los procedimientos de recogida de datos incluyeron: la programación y e incorporación del cuestionario en la plataforma del curso; siguiendo el código ético de la universidad en el cuestionario se informaba de los objetivos del estudio y se le solicitaba el consentimiento informado, explícito y voluntario. Además de garantizar de anonimato y confidencialidad en el tratamiento de los datos.

Para el análisis de datos, se realizó una explotación estadística de tipo descriptivo (frecuencias, porcentajes, medidas de tendencia central) utilizando software estadístico SPSS, con el fin de identificar patrones relevantes en las respuestas y contrastar los resultados con los objetivos de la investigación.

Resultados

En este apartado se exponen de manera detallada los hallazgos obtenidos a partir del análisis de los datos recopilados a lo largo del presente estudio.

El objetivo general que guio esta investigación fue el de analizar de manera rigurosa las necesidades formativas del profesorado de la UNED en relación con el uso, aplicación y aprovechamiento de las tecnologías emergentes en su práctica profesional. Asimismo, se pretendía valorar el nivel de satisfacción de dicho profesorado con respecto a las acciones formativas recibidas durante los últimos cursos académicos. Para alcanzar dicho propósito, se analizó específicamente el grado de satisfacción relacionado con la formación ofrecida en el curso académico 2023-2024, a través del cuestionario de satisfacción anteriormente mencionado. Cabe señalar que el curso 2023-2024 revistió especial importancia, ya que fue el primer año en que se formalizó y publicó un plan de formación inicial y continua dirigido al profesorado de la UNED, desarrollado e implementado durante el segundo semestre académico.

Seguidamente, se presentan los resultados inferenciales obtenidos, los cuales permiten dar respuesta a los distintos objetivos de investigación planteados. Entre ellos, destaca el objetivo específico de identificar aquellas áreas temáticas, dentro del ámbito de las tecnologías, que el profesorado considera prioritarias para su desarrollo profesional continuo.

Con el fin de alcanzar este objetivo específico, al finalizar el curso académico se administró un cuestionario de detección de necesidades formativas tanto al profesorado tutor (PT), obteniendo un total de 972 respuestas, como al profesorado docente e investigador (PDI), con un total de 199 respuestas registradas.

Este instrumento no solo permitió identificar las necesidades formativas actuales del profesorado en relación con las tecnologías emergentes, sino que además sirvió de base para la elaboración y planificación de un nuevo plan de formación inicial y continua previsto para el curso académico 2024-2025.

Del análisis de los resultados obtenidos a partir del cuestionario de necesidades se desprende que, dentro del ámbito de las tecnologías, el profesorado tutor expresó una demanda especialmente significativa respecto a la formación en metodologías digitales aplicadas a la impartición de tutorías (véase gráfico 1). En concreto, el 29,3 % de los tutores manifestó que consideraba esta formación como "muy necesaria", seguido de un 26,5 % que la calificó como "totalmente necesaria". Este hallazgo evidencia una clara orientación del profesorado hacia la mejora de sus competencias digitales, en consonancia con las exigencias del modelo educativo a distancia y los desafíos asociados al uso pedagógico de las tecnologías emergentes en contextos de educación superior.

Gráfico 1: porcentaje formación PT



Fuente: Elaboración propia (2025).

Por otro lado, el profesorado docente e investigador (PDI) de la UNED manifestó un interés especialmente notable en formarse en determinadas áreas tecnológicas específicas, lo cual permite identificar con mayor precisión sus necesidades formativas en el contexto de la educación superior digital (véase gráfico 2). Los datos extraídos del cuestionario muestran una tendencia clara hacia la demanda de formación avanzada en tecnologías emergentes aplicadas a la docencia universitaria.

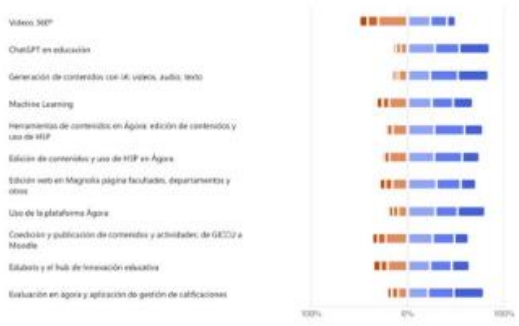
En particular, destacan como prioritarios los temas relacionados con la inteligencia artificial y las plataformas institucionales. Un ejemplo significativo de este interés se manifiesta en la valoración que el profesorado realizó sobre la incorporación de ChatGPT en contextos educativos. En concreto, los resultados del cuestionario revelan que un 31,4 % de los participantes consideró esta formación como "totalmente necesaria", mientras que un 28,4 % la valoró como "bastante necesaria", y un 25,3 **%** como **"**muy necesaria**"**. Estos datos reflejan una percepción ampliamente positiva respecto al potencial de esta herramienta basada en inteligencia artificial para apoyar e innovar en los procesos de enseñanza-aprendizaje, destacando su relevancia como objeto de formación prioritaria dentro de las competencias digitales del profesorado universitario.

Otro de los cursos considerados como de mayor necesidad por parte del profesorado fue el relacionado con la generación de contenidos mediante inteligencia artificial, incluyendo la creación automatizada de vídeos, audios y textos. En este caso, un 31,8 % de los encuestados lo calificó como "totalmente necesario", mientras que un 28,6 % lo consideró "muy necesario". Este resultado pone de manifiesto una sensibilidad creciente del profesorado docente e investigador (PDI) hacia las oportunidades que brindan las tecnologías basadas en inteligencia artificial para transformar los procesos educativos. En particular, se evidencia un interés en el uso de estas herramientas para enriquecer las metodologías didácticas, promover una mayor personalización del aprendizaje y optimizar la producción y gestión de contenidos digitales dentro del entorno universitario.

Además, en lo que respecta a los entornos virtuales de aprendizaje utilizados en la UNED, el PDI señaló la necesidad de adquirir competencias prácticas en el uso de plataformas específicas como Ágora (plataforma de la UNED), Esta formación fue

valoradas como “totalmente necesarias” y bastante necesario ambos en un 28,8%. Estos porcentajes evidencian la importancia de dotar al profesorado de recursos técnicos que le permitan desarrollar su actividad docente de manera más eficiente y autónoma dentro del ecosistema digital de la universidad.

Gráfico 2: porcentaje formación PDI



Fuente: Elaboración propia (2025).

En relación al objetivo específico de evaluar la percepción del profesorado sobre las acciones formativas ofertadas por el IUED. Y con el fin de obtener una valoración global de la experiencia formativa ofrecida, se analizaron diversas dimensiones relacionadas con la percepción del profesorado respecto a los cursos o talleres recibidos. Los resultados muestran niveles consistentemente elevados en todas las variables evaluadas por el PDI (véase tabla 1)

En primer lugar, el nivel de satisfacción general del PDI con los cursos o talleres alcanzaron una media de 3.65 puntos sobre 4 (DE = 0.608; N = 1127), lo que indica una valoración mayoritariamente positiva por parte del profesorado participante.

Asimismo, la utilidad percibida de cursos en relación con su carrera como PDI obtuvo una media de 3.63 (DE = 0.634; N = 1128), lo cual sugiere que los contenidos formativos fueron considerados relevantes y alineados con las necesidades profesionales del profesorado.

Por su parte, la aplicabilidad de los conocimientos adquiridos en el desempeño profesional fue valorada con una media de 3.62 (DE = 0.635; N = 1128), lo que refuerza la percepción de que la formación tiene una transferencia efectiva a la práctica docente.

Finalmente, la valoración global del curso obtuvo la puntuación media más alta (M = 3.66; DE = 0.591; N = 1125), reflejando un elevado nivel de satisfacción integral con la propuesta formativa.

Tabla 1: ***Datos descriptivos del total de los cursos del IUED para PDI***

	N	Min	Max	M	DE
Indique el nivel de satisfacción con el curso o taller	1127	1	4	3.65	.608
Indique el nivel de utilidad percibida para su carrera como PDI	1128	1	4	3.63	.634
Indique el nivel de aplicabilidad de los conocimientos en su carrera como PDI	1128	1	4	3.62	.635
Valoración final del curso	1125	1	4	3.66	.591

Fuente: Elaboración propia (2025).

Concretamente, durante el curso académico 2023-24, se ofertaron un total de 56 cursos desde el IUED dirigidos al PDI de la UNED. Con el objetivo de valorar la satisfacción percibida de estas acciones formativas, se llevó a cabo un análisis de los resultados de los cuestionarios de satisfacción respondidos por los participantes, específicamente en relación con el nivel de satisfacción con el curso recibido.

El presente análisis se centra en los seis cursos que obtuvieron un mayor volumen de participación, todos ellos con más de 50 respuestas al cuestionario, lo que refuerza la solidez y representatividad de los datos obtenidos. Los cursos analizados se identifican con los códigos 21 (Dirección de Proyectos Académicos: TFG, TFM y Tesis), 31 (Herramientas educativas e IA), 44 (Principios fundamentales del uso de ChatGPT en la UNED), 52 (Sistemas antiplagio: Turnitin (TFG y TFM) y Verificatio (PEC), 53 (Trabajar y conocer chatGPT en educación: contenidos y

evaluación) y 54 (Transferencia de resultados para investigadores), y sus resultados se representan en el grafico 3 (correspondiente mediante un gráfico de barras que muestra el porcentaje de respuestas en cada uno de los cuatro niveles de molestia: "Nada", "Un Poco", "Medio" y "Alto").

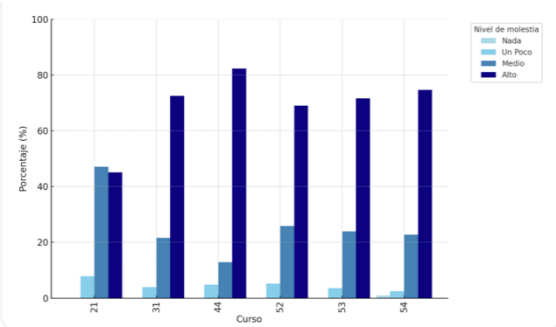
De manera consistente en los seis cursos con mayor número de respuestas, el nivel "Alto" concentra el mayor porcentaje de respuestas, situándose casi siempre por encima del 69% y alcanzando el 82.3% en el curso “Principios fundamentales del uso de ChatGPT en la UNED”. Esta tendencia indica que la mayoría del PDI participante no solo completó las tareas asignadas, sino que además evaluó muy positivamente su experiencia formativa. A su vez, los niveles de satisfacción "Nada" y "Un Poco" mantienen porcentajes muy bajos en todos los cursos analizados, sin superar en ningún caso el 7.8%, lo que refuerza la percepción de que las actividades formativas resultaron adecuadas, manejables y bien diseñadas desde el punto de vista metodológico.

En cuanto al nivel "Medio", aunque muestra cierta presencia, particularmente en el curso “Dirección de Proyectos Académicos: TFG, TFM y Tesis” con un 47.1%, tiende a representar un porcentaje mucho menor que el nivel "Alto", lo cual sugiere que en algunos casos puntuales puede haber habido tareas que implicaron un grado intermedio de esfuerzo o dificultad, aunque sin llegar a constituir una barrera significativa para la mayoría del PDI.

Estos resultados permiten concluir que, en genal respecto los cursos se aprecia una clara satisfacción por parte del PDI de la UNED. Resulta especialmente significativo que aquellos cursos con mayor tasa de respuesta al cuestionario de satisfacción estén relacionados con el ámbito de las tecnologías emergentes, en particular con ChatGPT y la inteligencia artificial. De hecho, cuatro de los seis cursos con mayor participación se centraron en esta temática, lo que pone de manifiesto el elevado interés del profesorado por adquirir competencias en estas herramientas y su aplicación en el contexto educativo.

Además, el predominio del grado de satisfacción en el nivel "Alto" no solo evidencia la calidad de la oferta formativa del IUED, sino que también pone de manifiesto la buena acogida de estas iniciativas por parte del profesorado, especialmente en un contexto de formación continua en modalidad a distancia.

Gráfico 3: porcentaje satisfacción por curso de la formación PDI



Fuente: Elaboración propia (2025).

Con respecto al PT y centrados en el objetivo de conocer el grado de satisfacción de los cursos ofertados. Desde una perspectiva cuantitativa, los resultados revelan niveles muy altos de satisfacción general (véase tabla 2). La valoración final del cursos en general, con una media de 3.56 sobre 4 y una desviación estándar de 0.640, fue el ítem con mejor puntuación, lo que sugiere una percepción muy favorable respecto a la calidad global de los cursos ofertados. En la misma línea, el ítem sobre el nivel de satisfacción con el curso o taller obtuvo una media de 3.54 (SE = 0.651), muy próxima a la valoración final, lo que refuerza la consistencia de la experiencia formativa desde el punto de vista del participante.

En cuanto a la utilidad percibida para la carrera profesional, el valor medio fue de 3.41 (SE = 0.720), mientras que la aplicabilidad de los conocimientos adquiridos se situó en 3.43 (SE = 0.686). Estos datos indican que los contenidos de los cursos no solo fueron bien valorados, sino también considerados relevantes y aplicables al desarrollo profesional del PDI, lo cual es especialmente relevante en el contexto de la formación continua universitaria.

Tabla 1: ***Datos descriptivos del total de los cursos del IUED para PT***

	N	Min	Max	M	DE
Indique el nivel de satisfacción con el curso taller	780	1	4	3.54	.651
Indique el nivel de utilidad percibida para su carrera como Pt	776	1	4	3.41	.720
Indique el nivel de aplicabilidad de los conocimientos en su carrera como PT	774	1	4	3.43	.686
Valoración final del curso	787	1	4	3.56	.640

En el caso de los PT se ofertaron diez curso por el IUED para este profesorado. De los diez cursos todos menos dos superaron las 50 respuestas. Por lo que en gráfico 4 se exponen todo los cursos, menos el de “Formación Básica del profesorado tutor de prácticas” (curso 60) que solamente tenía 6 respuestas.

Los resultados obtenidos en los cursos numerados del 57 al 66 proporcionan información relevante y complementaria para comprender las valoraciones del profesorado tutor sobre su satisfacción en estos cursos. Si bien en la satisfacción del PDI se ha destacado una tendencia generalizada hacia altos niveles de satisfacción en los cursos, el análisis de este segundo grupo (formado también por cursos con una participación considerable) permite observar ciertos matices que enriquecen la interpretación global de la experiencia formativa del PT de la UNED durante el curso académico 2023-24.

A nivel general, se mantiene la tendencia ya identificada previamente: en la mayoría de los cursos el mayor porcentaje de respuestas se concentra en el nivel de "Alto", lo cual, dado el contexto de la pregunta, indica un alto grado de satisfacción, es decir, que los cursos fueron valorados positivamente por el profesorado. En concreto, en 6 de los 9 cursos analizados (cursos 58 “Comunicación y aprendizaje en el marco tutoría”, curso 59 “Introducción a Canva”, curso 62 “Manejo de TEAMS en las tutorías”, curso 63 “Metodologías Digitales activas e híbridas en el marco de la Tutoría”, curso 65 “Trabajar y conocer Chat GPT en educación” y curso 66 “Tutoría motivadora a través de la Gamificación Educativa”), el porcentaje de respuestas en esta categoría supera el 66%, alcanzando incluso el 72.8% en el curso 59 y el 72.7% en el curso 63, lo que representa una percepción extremadamente favorable.

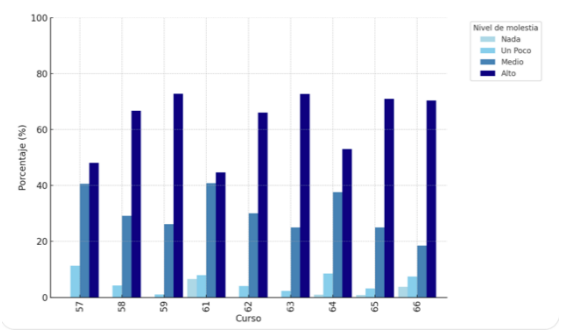
No obstante, en algunos cursos aparecen valoraciones entre los niveles "Medio" y "Alto", como, por ejemplo, en el curso 57 “Ágora y el nuevo entorno para el profesorado tutor”, donde el nivel “Medio” alcanza el 40.6% y el nivel “Alto” desciende hasta el 48.1%, lo que sugiere que una parte sustancial del profesorado percibió curso con nivel medio-alto de satisfacción.

Este patrón también se observa en el curso 61 “Investigación para la innovación en el contexto de la tutoría” (40.8% en el valor “Medio”), y donde el porcentaje de satisfacción percibida como “Alta” se sitúa por debajo del 50%. En el caso particular del curso 61, cabe señalar que el nivel “Nada” alcanza un 6.6%, el valor más alto registrado en esta categoría en todo el conjunto de datos, lo que puede interpretarse como una mayor heterogeneidad en las percepciones del PT.

En cuanto a los niveles “Nada” y “Un Poco”, en general se mantienen por debajo del 10%, lo que refuerza la hipótesis de que los cursos han supuesto un grado de satisfacción adecuado para el profesorado tutor. No obstante, se observan valores ligeramente superiores en los cursos 61 y 64 “Pizarra digital”, lo cual podría estar asociado a u. menor interés por estos cursos.

Por tanto, el análisis de este grupo de cursos pone de manifiesto que, si bien la valoración global sigue siendo positiva y se concentra en los niveles altos de satisfacción. Y como en el caso del PDI los hay altos niveles de satisfacción en los cursos relacionados de alguna manera con las tecnologías emergentes, como Canva, chatgpt, team….

Gráfico 4: porcentaje satisfacción por curso de la formación PT



Fuente: Elaboración propia (2025).

En resumen, estos datos refuerzan la evaluación positiva de la formación ofrecida por el IUED, al tiempo que permiten detectar matices importantes sobre la experiencia vivida por el PDI y por el PT en términos de esfuerzo, aplicabilidad y valor percibido de las actividades formativas.

Conclusiones

En conclusión, los resultados obtenidos hasta el momento permiten realizar una serie de reflexiones preliminares que ponen en evidencia el impacto positivo de las acciones formativas desarrolladas por el Instituto Universitario de Educación a Distancia (IUED) durante el curso académico 2023-2024. En particular, se destaca el papel fundamental de la formación en competencias digitales como eje vertebrador del desarrollo profesional del (PDI) y del (PT) en UNED.

Desde una perspectiva general, los datos recogidos muestran una alta satisfacción global del profesorado participante, acompañada de una fuerte percepción de utilidad y aplicabilidad de los contenidos en el contexto profesional. La valoración final media de los cursos, así como los indicadores específicos relativos a la utilidad para la carrera docente y la aplicabilidad del aprendizaje, evidencian la calidad percibida de las acciones formativas. Esta satisfacción se acentúa especialmente en los cursos vinculados a tecnologías emergentes, entre los cuales aquellos centrados en inteligencia artificial y ChatGPT han suscitado una valoraciones altas en satisfacción. Lo que refleja el interés creciente del profesorado en incorporar herramientas innovadoras que respondan a los retos actuales del ecosistema educativo digital.

En este contexto, uno de los hallazgos más relevantes es la **convergencia entre las necesidades formativas del PT y del PDI** en cuanto a la adquisición y consolidación de competencias digitales, aunque con matices en sus prioridades. El personal tutor manifiesta un mayor interés en metodologías digitales orientadas a la tutoría en línea, mientras que el PDI muestra preferencia por contenidos relacionados con tecnologías emergentes, aprendizaje automático y edición avanzada de materiales docentes en plataformas institucionales. Esta diferenciación sugiere que un plan formativo integral debe considerar enfoques diferenciados por perfiles profesionales, al tiempo que refuerza una línea común orientada a la transformación digital institucional.

Entre las **limitaciones** del estudio cabe señalar que los datos analizados se basan en la percepción subjetiva del profesorado PDI y PT y que la participación en los cuestionarios fue voluntaria. Esto implica la posibilidad de un sesgo de autoselección, ya que es probable que quienes respondieron al cuestionario fueran también quienes mantuvieron una experiencia más positiva o se sintieron más comprometidos con la formación recibida. A pesar de esta limitación, el volumen de respuestas recogidas y la consistencia observada entre los distintos cursos permiten otorgar una base sólida a las conclusiones extraídas.

En términos prospectivos, este análisis permite **orientar el diseño de futuros programas de formación**, más alineados con las necesidades y expectativas del profesorado de la UNED. En particular, los resultados obtenidos servirán como base para estructurar un los siguientes **planes de formación inicial y continua,** ajustado tanto a las demandas expresadas como a las tendencias tecnológicas y pedagógicas contemporáneas. Este plan debería combinar la profundización en competencias digitales básicas con itinerarios más avanzados centrados en inteligencia

artificial, analítica del aprendizaje, automatización de procesos docentes y creación de recursos educativos abiertos.

Además de responder a necesidades actuales, este enfoque tiene como finalidad consolidar una transformación digital sólida, sostenible y alineada con los principios de calidad educativa. La integración de tecnologías emergentes no debe concebirse como un fin en sí mismo, sino como una herramienta al servicio de la innovación pedagógica y la mejora de la experiencia de aprendizaje del estudiantado. En este sentido, la participación activa y positiva del profesorado en los procesos de formación constituye un indicador clave del éxito institucional en la transición hacia un modelo educativo más flexible, inclusivo y tecnológicamente mediado.

En conclusión, los datos recogidos durante el curso 2023-2024 permiten no solo caracterizar con precisión el grado de satisfacción del profesorado con la formación recibida, sino también **identificar áreas prioritarias para la mejora continua,** garantizando así una oferta formativa que no solo sea pertinente, sino también estratégicamente orientada a los desafíos que plantea la educación superior a distancia en la actualidad.

Para concluir resaltar que la experiencia analizada en esta investigación centrada en la UNED y su programa formativo del IUED durante el curso 2023-24 encuentra pleno sentido en marcos teóricos aportados. Los datos de participación, satisfacción y percepción de aplicabilidad confirman la pertinencia de seguir fortaleciendo estas líneas de acción, al tiempo que se avanza hacia una formación más personalizada, sostenida en el tiempo, y alineada con los desafíos pedagógicos, tecnológicos y éticos del futuro inmediato. Así como, la formación planificada en sucesivos cursos, deberá avanzar hacia una oferta flexible, personalizada y con itinerarios diferenciados para el PT y el PDI, integrando de forma transversal principios de accesibilidad, sostenibilidad y evaluación ajustada.

Referencias

Abella, V., Ausín, V., Delgado, V., Hortigüela, D., & Solano, H. J. (2018). Determinantes de la calidad, la satisfacción y el aprendizaje percibido de la e-formación del profesorado universitario. Revista Mexicana de Investigación Educativa, 23(78), 733-760. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662018000300733

Alba Pastor, C., Zubillaga del Río, A., & Sánchez Serrano, J. M. (2015). Tecnologías y Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA): Experiencias en el contexto universitario e implicaciones en la formación del profesorado. *RELATEC: Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa*, *14*(1), 89–100.

Álvarez-López, G., & Valle, J. (2019). Propuesta de modelo de evaluación sistémica para la educación básica. *Revista de educación*, 385, 145-172. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6990309

Asociación Somos Digital, (Traducción no oficial del original en inglés: European Commission, 2022) DigComp 2.2: El Marco Europeo de Competencia Digital para la Ciudadanía – con nuevos ejemplos de conocimientos, destrezas y actitudes. https://europa.eu/!cKrmj6

Bahtiar, B., Yusuf, Y., Doyan, A., & Ibrahim, I. (2023). The trend of Technology Pedagogical Content Knowledge (TPACK) research in 2012–2022: Contribution to science learning of 21st century. *Jurnal Penelitian Pendidikan IPA, 9*(5), 39–47. https://doi.org/10.29303/jppipa.v9i5.3685

Benavides León, C. A., & López Rodríguez, N. M. (2020). Retos contemporáneos para la formación permanente del profesorado universitario. *Educación y Educadores, 23*(1), 71–88. https://doi.org/10.5294/edu.2020.23.1.4

Cabero-Almenara, J., Romero-Tena, R., Barroso-Osuna, J., & Palacios-Rodríguez, A. (2020). Marcos de Competencias Digitales Docentes y su adecuación al profesorado universitario y no universitario. RECIE. Revista Caribeña De Investigación Educativa, 4(2), 137-158. https://doi.org/10.32541/recie.2020.v4i2.pp137-158

Franco, J. S. E. (2025). Inteligencia Artificial: Herramienta Dinámica en el Proceso de Enseñanza-Aprendizaje en la Educación Superior. *Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar*, *9*(1), 11824-11835.

Fullan, M., & Langworthy, M. (2014). Una rica veta: Cómo las nuevas pedagogías logran el aprendizaje en profundidad. Pearson.

Gallardo-Echenique, E., Tomás-Rojas, A., Bossio, J., & Freundt-Thurne, U. (2023). Evidencias de validez y confiabilidad del DigCompEdu CheckIn en docentes de una universidad privada peruana. PUBLICACIONES, 53(2), 49–88. https://doi.org/10.30827/publicaciones.v53i2.26817

Gisbert, M., González, J. y Esteve, F. (2016). Competencia digital y competencia digital docente: una panorámica sobre el estado de la cuestión. RIITE. Revista Interuniversitaria de Investigación en Tecnología Educativa, 0, 74-83. http://dx.doi.org/10.6018/riite/2016/257631

Graham, C.R. (2011). Theorical Considertions for Understanding Technological Pedagogical Content Knowledge (TPACK). Computers & Education, 57, 1953-1960. DOI: http://dx.doi.org/10.1016/j.compedu.2011.04.010

Jaime Manzanarez, B. A. (2024). La formación continua en la educación: evolución, modelos y competencias digitales. *Revista Científica de Estudios Sociales (RCES)*, *3*(5), 87-106.

Morales-Loor, K. P., Romero-Amores, N. V., Bayas-Jaramillo, C. M., & Vasco-Delgado, J. C. (2025). Integración de la tecnología en la formación docente: Tendencias y desafíos: Integration of technology in teacher education: Trends and challenges. *Multidisciplinary Latin American Journal (MLAJ)*, *3*(1), 448-467. https://doi.org/10.62131/MLAJ-V3-N1-022

Olmedo Rodríguez, E.P., Pardo Rojas, S., Camacho Castillo, B.R., Cueva Briceño, M.Y., Pacheco Calva, M.C., Camacho González, M.R., Camacho González, D.M., & Gaona Toledo, S.M. (2025). La motivación docente como pilar fundamental de la excelencia educativa. *Revista InveCom*, *5*(1), e501061. Epub 05 de diciembre de 2024.https://doi.org/10.5281/zenodo.11491705

Prendes Espinosa, M. P., & Cerdán Cartagena, F. (2021). Tecnologías avanzadas para afrontar el reto de la innovación educativa. RIED-Revista Iberoamericana de Educación a Distancia, 24(1), 35–53. https://doi.org/10.5944/ried.24.1.28415

Prendes Espinosa, M.P., Martínez Sánchez, F.y Gutiérrez Porlán, I. (2017). Competencia digital: una necesidad del profesorado universitario en el siglo XXI. *RED Revista de Educación a Distancia, 56.* http://dx.doi.org/10.6018/red/56/7

Ponce Tituaña, L. G., Quelal González, N. M., Tupiza Cumbal, M. del P., & Verduga Shiguango, H. A. (2025). Competencias digitales docentes en la educación superior: evaluación, desafíos y estrategias para su fortalecimiento institucional. *Multidisciplinary Journal of Sciences, Discoveries, and Society, 2*(3), e-226. https://doi.org/10.71068/r2eawg98

Redecker, C., & Punie, Y. (2017). *Digital competence of educators: DigCompEdu*. Publications Office of the European Union.

Rodríguez-Revelo, E. (2022). La docencia universitaria en clave pedagógica, didáctica y tecnológica: Propuesta de formación. *Pro Sciences: Revista de Producción, Ciencias e Investigación, 6*(45), 84–93. https://doi.org/10.29018/issn.2588-1000vol6iss45.2022pp84-93

Rodríguez Revelo, E. (2024). Formación Docente Integral: Desafíos y Oportunidades: Comprehensive Teacher Training: Challenges and Opportunities. *Revista Scientific*, *9*(Ed. Esp. 2), 10–18. https://doi.org/10.29394/Scientific.issn.2542-2987.2024.9.E2.0.10-18

Rose, D. H. y Meyer, A. (2002). *Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Leaning.* Association for Supervision and Curriculum Development.

Tejada Auccacusi, R., Galiano Campo, C., Ccahua Valle, E. R., Rivas Follano, J., & Carbajal Borda, J. C. (2024). Estrategias metodológicas para la evaluación formativa. *Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar*, *8*(5), 52-66. https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v8i5.13214

Convergência em infraestruturas para acervos especiais: um estudo sobre a infraestrutura Rossio e o portal Brasiliana Museus

David Augusto Maduro de Mesquita de Amorim, mestrando em Biblioteconomia Unirio/PPGB, https://orcid.org/0009-0005-4830-8295, Brasil, *davidaugusto1505@edu.unirio.br*

Adriana Olinto Ballesté, Dra. Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil, adriballeste@gmail.com

Claudio José Silva Ribeiro[1], Prof. Dr. Unirio/PPGB e CCH/DPTD, https://orcid.org/0000-0002-9571-1707, Brasil, claudio.ribeiro@unirio.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6729

Eixo: Impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação

Introdução

Em instituições culturais e de memória, notadamente nomeadas de *Galleries, Libraries, Archivals and Museums* (GLAM), há o tratatamento das coleções especiais que se referem a documentos e demais suportes de informação e que possuem características diferenciadas (Araujo, 2021). Podem ser fotografias, gravuras, áudios, partituras e outros recursos.

Ademais, com o apoio de Chaves e Morigi (2019) é possível afirmar que coleções, sejam especiais ou museais, vêm sendo alvo de divulgação por meio de ambientes virtuais e estão se estabelecendo como espaços de memória no contexto digital. Em uma realidade cada vez mais interligada, essas coleções passam a demandar conexões com outros objetos de memória, além de suscitar também seu uso com redes sociais e outras ferramentas presentes no cotidiano da sociedade. Na prática, o ambiente digital tem sido utilizado como meio de difusão de informações sobre o patrimônio e acabam por constituir novos suportes da memória no ciberespaço.

É nesse sentido que surgem infraestruturas para disseminação destas coleções. Os portais Rossio e Brasiliana Museus são ambientes informacionais agregadores e que estão lidando com esse tipo de acervo.

Mas, por que fazer uso de ambientes informacionais agregadores? A possível resposta a essa pergunta é, além de facilitar o acesso para diferentes pessoas, minimizar os riscos decorrentes da noção de "silos de dados". Ribeiro e Ulhôa (no prelo, não paginado) asseveram que nos silos os dados ficam disponíveis em diferentes plataformas, com formatos diversos e com aplicativos produzidos em momentos distintos. Esses silos tornam os dados e a informação difíceis de serem preservadas e reutilizadas.

Com base neste cenário, indagou-se: sob a ótica da Ciência da Informação (CI) é possível convergir requisitos necessários para a convivência entre duas infraestruturas para hospedar acervos especiais?

Apoiado nos conceitos de acervos especiais e interoperabilidade, este trabalho explora os principais requisitos identificados na literatura sobre as infraestruturas: Rossio, que faz uso da solução Dariah, e Brasiliana Museus, que se apoia na plataforma Tainacan, tendo como horizonte a possível integração de acervos nessas infraestruturas.

Este relato, além dessa introdução, possui mais quatro seções. Na próxima seção, [de número 2], são apresentadas questões teóricas que embasam a pesquisa, com as subseções que tratam: dos fundamentos sobre acervos especiais [2.1]; das questões teóricas sobre interoperabilidade [2.2]; das características identificadas para as infraestruturas Rossio e Dariah [2.3 e 2.3.1]; das questões teóricas sobre Brasiliana Museus e Tainacan [2.3 e 2.3.2]. Na seção de número [3] é discutido o percurso metodológico, incluindo a revisão de literatura e o recorte adotado. Na seção de número [4] são apresentados os resultados parciais obtidos nesta investigação. E na última seção, de número [5], são apresentadas as

considerações parciais e questões de encaminhamento para a continuidade do projeto.

Referencial Teórico

A abordagem que ilumina o caminho da investigação parte de três pilares: a noção de acervos especiais no campo da CI, os aspectos de interoperabilidade e o uso de infraestruturas para guarda e disponibilização desses acervos.

Acervos especiais

Coleções, no geral, dificilmente nascem especiais, elas se tornam (Araujo, 2021). Elas podem estar em qualquer formato, não se limitando aos acervos de livros raros, manuscritos, fotografias ou documentos pessoais. Ao se trabalhar com coleções especiais deve-se entender que trata-se também de um acervo específico, com uma temática clara e única naquele assunto.

As coleções especiais:

> [...] são todos os documentos e suportes de informação que não aparecem no formato de um livro, mas sim, outros formatos como desenhos, gravuras, fotografias, microformas, mapas, gravações de som, audiovisual, partituras musicais, recursos eletrônicos, entre outros, com a exclusão dos trabalhos artísticos originais e cópias de objetos encontrados naturalmente. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1993 *apud* Bender, Arakaki & Albuquerque, 2016, p. 77).

Outra definição, segundo a Universidade de Glasgow:

> coleções de livros ou arquivos considerados importantes (ou 'especiais') o bastante para serem preservados para gerações futuras. [...] Geralmente elas têm significativo valor de pesquisa e/ou cultural (UNIVERSITY OF GLASGOW, [20-?] apud Araujo, 2021, p. 37).

Assim, para uma biblioteca registrar uma coleção especial deve-se entender a importância dela para a sociedade, deixando-a acessível para o futuro. Ao trabalhar com esse tipo de coleção deve-se entender que se trata também de um acervo peculiar, com uma temática específica e que pode ser de interesse para diferentes pessoas.

No contexto atual, onde a sociedade está cada vez mais conectada e envolvida com os aparatos tecnológicos, as Ciências Sociais se aproximam das Humanidades Digitais. Com isso, a demanda por uso e compartilhamento de coleções de forma global está promovendo diferentes iniciativas, em especial aliadas aos princípios FAIR (Ribeiro & Ulhôa, 2024; Amorin, Forain & Ribeiro, 2025; Ballesté & Ribeiro, 2025).

É nessa direção que a jornada inicia o percurso, pois a interoperabilidade é um pilar fundamental para o compartilhamento destas coleções.

Interoperabilidade

Quando tratamos de ambientes heterogêneos, distribuídos em plataformas distintas e que foram implementados em períodos diferentes, precisamos que dados, serviços e computadores interajam de forma transparente e autônoma.

Como pressuposto, pode-se afirmar que a interoperabilidade é a capacidade de um dado sistema, ou seus módulos componentes, funcionarem de forma integrada e transparente para os usuários (IEEE, 1990).

É usual que se associe a interoperabilidade apenas a aspectos tecnológicos, contudo, é possível ilustrar que existem várias dimensões de interoperabilidade. Nesse sentido, destaca-se a proposta trazida pela Universidade de Bath (United Kingdom-UK), onde são apresentadas as dimensões (Ukoln, 2005):

- interoperabilidade política e humana: envolve a forma com a informação é disseminada e a decisão consciente de torná-la disponível na organização;
- interoperabilidade internacional: envolve a cooperação em escala internacional, pois o intercâmbio envolve uma grande diversidade de padrões e normas, além de problemas inerentes de comunicação por barreiras linguísticas.
- interoperabilidade organizacional: relacionada ao contexto organizacional, pois envolve fluxos de trabalho e de informação, além das

relações de poder e a cultura da instituição. Pode ser encaminhada com o uso da modelagem de processos de negócio e com o alinhamento entre informações presentes na arquitetura corporativa;

- interoperabilidade legal: relacionada a exigências e implicações legais de tornar a informação livre e amplamente disponível;
- interoperabilidade semântica: se refere ao significado da informação originada em diferentes sistemas; envolve a adoção de soluções capazes de assegurar interpretações uniformes entre os sistemas, como por exemplo: esquemas de metadados, classificação, tesauros e ontologias;
- interoperabilidade intercomunitária: aborda o acesso a informações originadas em diferentes fontes por organizações, especialistas e comunidades de natureza distintas; remete à interação entre domínios independentes;
- interoperabilidade técnica: abrange padrões de comunicação, de transporte, de armazenamento e de representação de informações.

Zeng (2019) apresenta algumas questões que complementam o entendimento das dimensões apontadas por Ukoln, quando esclarece com possíveis indagações: existem incompatibilidades entre hardwares e sistemas operacionais? Essa indagação nos leva para interoperabilidade sistêmica; existem diferenças entre representação e codificação das representações? Essa outra nos leva para a interoperabilidade sintática; percebe-se variações entre modelos, estruturas e esquemas de dados? Essa nos leva para a interoperabilidade estrutural; e, por fim, há inconsistência entre terminologias e significados? Essa nos leva para a interoperabilidade semântica.

Guizzardi (2020) convalida a percepção apresentada anteriormente quando aponta que a interoperabilidade semântica é utilizada para solucionar os problemas advindos da necessidade de combinar diferentes espaços de informação e provendo informação de maneira unificada. Nesse sentido, percebe-se que as dificuldades e obstáculos encontrados para convergir os ambientes tecnológicos e padronizar métodos de trabalho tornam complexa a utilização e reutilização dos dados, além de indicar a necessidade de criação de uma infraestrutura global de compartilhamento. Essa infraestrutura possibilitaria a interoperabilidade dos dados, viabilizando a semântica consensual e usando padrões e protocolos já aprovados (Henning; Ribeiro; Bonino da Silva Santos & Santos, 2019).

Ross-Hellauer, Fecher, Sheares e Rodrigues (2019) corroboram essa intenção sobre a infraestrutura quando apresentam uma proposta de arquitetura conceitual apoiada em padrões de interoperabilidade para repositórios e camadas de disseminação de conteúdo nas dimensões: sistema, estrutural, sintática e semântica. Portanto, essa jornada culmina com o uso de instrumentos mediadores que devem permear as diferentes camadas de representação.

Neste relato trabalhamos com as noções de interoperabilidade semântica – se refere ao significado entre dados e informação - (Guizzardi, 2020; Ribeiro, Bonino da Silva Santos & Moreira, 2020) e de Interoperabilidade técnica – se refere a padrões e protocolos utilizados (Ribeiro, Bonino da Silva Santos & Moreira, 2020).

Uma outra visão que norteia a análise conduzida nesta investigação é o fato trazido por Marcondes (2016, pp.68), onde:

> [..] soluções de interoperabilidade podem ser classificadas com relação ao momento em que se dá esta troca de metadados. Metadados podem ser trocados antes de serem utilizados, isto é, podem ser primeiro, agregados em uma base de dados comum como pré-condição para seu uso; ou podem ser trocados simultaneamente ao momento de sua consulta e utilização.

Em suma, para o compartilhamento de coleções é preciso seguir um conjunto de padrões e protocolos que irão auxiliar na estruturação e representação dos elementos dessas coleções. É nesse ponto que é preciso

apresentar o terceiro pilar da investigação, as infraestruturas tecnológicas e de conteúdo.

Infraestruturas para acervos

A investigação em infraestruturas para reunir acervos no contexto das Humanidades Digitais tem surgido como ponto importante para o compartilhamento de informação e conhecimento. Segundo Tóth-Czifra *et al.* (2024), as discussões sobre princípios FAIR têm incrementado os projetos sobre gestão de dados, licenciamento, identificadores persistentes e publicação de dados e resultados de pesquisa. É lícito supor que existem várias iniciativas em nível mundial. No entanto, o recorte adotado por esta pesquisa delimitou o estudo na comunidade lusófana, em especial na infraestrutura Rossio e no portal Brasiliana Museus.

Rossio

Segundo registrado em Rossio (2025), essa infraestrutura se propõe a ser um agregador onde não só investigadores, professores e estudantes, mas também a população em geral têm acesso livre e intuitivo a conteúdos nos domínios das Ciências Sociais, Artes e Humanidades (CSAH). Além disso, sendo um portal de pesquisa que agrega e contextualiza recursos digitais, ela possui mais de 7 milhões de conteúdos digitais disponíveis gratuitamente sobre o patrimônio cultural da língua portuguesa. Silva *et al.* (2022, p. 14) comentam:

> ROSSIO is committed to develop scientific and technical innovation and respect the international guidelines of open science (open access, open data, open source, open reproducible research, and open methodology) that have been promoted since 2014 by the European Commission and national stakeholders. It contributes to digital preservation and increases research reproducibility, scientific dissemination, and social inclusion, facilitating access to knowledge, education, lifelong learning, and community empowerment (Silva *et al.*, 2022, p. 14)

Essa modalidade de acesso promove a formação de conhecimento e competências, além de inspirar novas conquistas e novos saberes. É asseverado em Rossio (2025) que

> Sua principal missão é agregar, organizar, interligar, contextualizar, enriquecer e difundir um universo ímpar de conteúdos digitais sobre as CSAH provenientes de atividades de investigação, repositórios, arquivos, bibliotecas, coleções de arte e bases de dados (ROSSIO, 2025).

Em uma realidade cada vez mais interconectada e conforme explorado no vídeo O Rossio e o Acesso Aberto (2021), o compromisso dessa infraestrutura com os princípios e práticas da Ciência Aberta e a abertura do conhecimento está na gênesis da ideia da criação e ligação de dados sobre a cultura portuguesa e das comunidades lusófonas.

Diversos provedores de conteúdos utilizam essa infraestrutura: (1) Aqualibri – Biblioteca Digital do Cávado, (2) o Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, (3) o Arquivo Municipal de Sintra, (4) o Arquivo Municipal de Ponte de Lima, (5) a Divisão de Arquivos e Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, (6) a Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e o (7) Repositório da Universidade Nova de Lisboa (Rossio, 2025). Silva *et al.* (2022, pp. 3) complementam:

> ROSSIO realises the metadata-aggregation approach based on the Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) [5]. This protocol was developed by the scholarly communication community in 1999, which was looking for a technical solution for the discovery of e-prints across institutional repositories. [..] Presently, OAI-PMH is widely applied in both cultural heritage and academic institutions and is the technological base for cooperative networks, such as the Digital Public Library of America, Europeana, and OpenAIRE. (Silva *et al.*, 2022, pp. 3).

No recorte adotado, algumas características técnicas foram identificadas: o uso do OAI-

PMH para agregar metadados; o uso de modelos de dados como parte de representação semântica de objetos digitais nos diferentes domínios; e, a disponibilização de serviços baseados no VocBench3 e *Simple Knowledge Organization System* (SKOS). Estas últimas caraterísticas possibilitam um alinhamento com o Europeana Data Model (EDM) e com os princípios FAIR (Silva *et al*., 2022).

Silva *et al.* (2022) registram ainda que os vocabulários desta infraestrutura são publicados como dados vinculados a recursos externos identificados por URIs. Isso ocorre usando propriedades de mapeamento SKOS para alinhar conceitos nos vocabulários ROSSIO com os de *Knowledge Organization System* (KOS) externos.

DARIAH

De acordo com Buddenbohm *et al* (2021) a *Digital Research Infrastructure for the Arts and Humanities* (Dariah) é uma infraestrutura de investigação pan-europeia para pesquisadores das artes e humanidades que trabalham com métodos computacionais, sendo um Consórcio Europeu de Infraestruturas de Investigação (ERIC) atuante desde 2014 com 15 membros fundadores.

Essa infraestrutura apoia a pesquisa digital, bem como o ensino de métodos de pesquisa nesse campo. Atualmente, a Dariah conta com 22 membros e 17 parceiros cooperantes em 10 países não membros (Dariah-EU, 2025).

> Em agosto de 2014, a Comissão Europeia estabeleceu a Dariah como um ERIC (European Research Infrastructure Consortium) com 15 membros fundadores (Áustria, Bélgica, Croácia, Chipre, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Eslovénia e Sérvia). [...] Atualmente a Dariah conta com 22 membros e 17 parceiros cooperantes em 10 países não membros: Egito, Finlândia, Hungria, Islândia, Letônia, Noruega, Romênia, Eslováquia, Reino Unido e Estados Unidos da América (Dariah-EU, 2025).

Buddenbohm *et al.* (2021) convalidam o registro encontrado em Dariah-EU (2025) informando que em janeiro de 2006 a Dariah iniciou sua jornada para se tornar um ERIC. Nessa época, começava a cristalizar o movimento entre representantes europeus de instituições envolvidas em Humanidades Digitais para unir forças e estruturar uma rede para prover suporte para pesquisas em ambiente digital. É importante ressaltar que a proposta foi desenhada para garantir suporte de longo prazo, se tornando um mecanismo robusto e presente em nível Europeu (Dariah-EU, 2025). O quadro a seguir (Quadro 1) apresenta um breve histórico da criação da infraestrutura:

Quadro 1: Marcos históricos

Período	Fase
2006	A proposição do esforço Dariah surge no contexto do ESFRI (Fórum Estratégico Europeu para Infraestruturas de Investigação)
2008 - 2011	Fase preparatória
2011 - 2013	Fase de transição
Ago/2014 – até ago/2019	Fase de implementação do Dariah ERIC
Set/2019	Início da Fase Operacional do Dariah-ERIC

Fonte: Elaboração própria (2025).

Cabe destacar que na fase operacional a infraestrutura conta com pesquisadores para impulsionar a formação do conhecimento por meio de novos métodos e ferramentas, além de promover o uso de tecnologias adequadas ao compartilhamento de dados e informação entre os países membros da comunidade europeia (Barbecho *et al*., 2023).

Nesse contexto, Bertino *et al.* (2019) sinalizam com diferentes projetos de integração de acervos e serviços, inclusive, com a entrada do tratamento dos princípios FAIR (Broeder *et al*, 2022; Schwardmann & Kálmán, 2022), além de possibilidade de interagir com outras infraestruturas como a Clarin (Buddenbohm e*t al.,* 2021; Paneva-Marinova *et al.,* 2022).

Outro esforço que convalida o processo de evolução da infraestrutura é trazido por Horvart (2021), onde, na área da linguística, há busca de alinhamento com Dariah no contexto da Ciência Aberta e do projeto OPERAS.

A infraestrutura Dariah apresenta uma lista de 13 serviços disponíveis essenciais nomeados de *core services*: desde o catálogo de entidades com capacitação em Dariah, passando por serviços de vocabulários e integração com

ferramentas Zenodo e Zotero, além de interface com outros ferramentas para Dados Abertos e Ciência Aberta (Dariah Tools and Services Catalogue, 2025). O quadro a seguir apresenta a relação de serviços:

Quadro 2: Serviços Dariah

Serviço	Objetivo
DariahOpen	Espaço digital para disseminar, discutir e compartilhar experiências em Open Humanities.
Serviços de vocabulários	Permite a criação, publicação e disseminação de representação de conteúdo, por meio de vocabulários controlados e padronizados baseados em SKOS data model. Também apresenta uma API para acesso via interfaces e código implementável.
SSH Open Marketplace	Espaço digital que viabiliza o compartilhamento e descoberta de recursos de comunidades de pesquisa em Social Sciences e Humanities (SSH): ferramentas, serviços, treinamento, materiais, datasets, publicações e workflows. Compartilha soluções e práticas de pesquisa em SSH.
Portal da comunidade Dariah OpenAIRE	Espaço digital que hospeda resultados de investigações no contexto das Digital Humanities e comunidade OpenAIRE
OpenMethods	Ambiente de referência para métodos e ferramentas que estão pouco representadas na literatura especializada sobre Digital Humanities. Espaço digital que viabiliza introduzir os novos métodos e ferramentas no cotidiano do pesquisador em Digital Humanities.
Dariah Zenodo	Espaço digital que reúne resultados de pesquisa produzida por membros da comunidade Dariah e complementa o DariahHAL
Registry - Registro de cursos de Humanidades Digitais	Catálogo de cursos e ferramentas de aprendizado.
Helpdesk Dariah-DE (Dariah-EU, Text+)[4]	Espaço digital considerado como ponto de partida para suporte em ferrementas e recursos no contexto Dariah (incluindo Dariah-EU, Dariah-DE e Text+).
Dariah-Campus	Treinamento e capacitação. Apoia a descoberta e disseminação de recursos para aprendizagem.
Dariah Zotero	Espaço digital que reúne referências bibliográficas Zotero criadas no contexto Dariah ou que fazem referência a ela.
Dariah HAL	Repositório para membros da comunidade Dariah depositarem os resultados de suas investigações. Apresenta de forma constante as pesquisas para evolução da infraestrutura em diferentes contextos (linguístico, cultural e geográfico).
Autenticação e autorização (AAI)	Infraestrutura, baseada em *single sign-on*, que viabiliza o uso em federação de conteúdo e que permite a Autenticação e autorização (AAI) para a comunidade Dariah-EU.
Diário de Dariah	Publicação seriada com números temáticos em Digital Humanities, Artes e Social Sciences.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Esses serviços fazem uso de uma estrutura flexível para representação dos metadados baseada em perfis de aplicação. O uso de *metadata application profile* possibilita a adoção de padrões de metadados diversos, como por exemplo, *Dublin Core* e *Schema.org*, além de viabilizar o enriquecimento semântico por meio de ontologias e vocabulários (Engelhardt, Leone & Moranville, 2017).

Brasiliana Museus

Em 2013 o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), inaugurou o Programa Acervo em Rede com o objetivo de promover a democratização do acesso digital aos bens culturais musealizados, promovendo também a digitalização e a documentação dos acervos das instituições museológicas na internet.

A evolução do Programa possibilitou em 2023, a criação da plataforma tecnológica Brasiliana Museus, que visa conectar e disponibilizar o patrimônio dos museus brasileiros possibilitando que os usuários possam explorar e pesquisar as coleções de diversas instituições culturais em um só lugar (Brasiliana Museus, 2025). Siqueira, Martins e Lemos (2022) comentam:

> O Brasiliana Museus é um serviço de busca e recuperação, cujo desenvolvimento é fruto de diversas linhas de pesquisa, dado sua complexidade e interdisciplinaridade. O portal agregador é uma realidade em muitos países e seus benefícios são nítidos. Assim, Brasiliana Museus, embora desenvolvido considerando a realidade dos museus do Ibram, tem aplicabilidade em outros museus, por ser uma solução flexível e robusta (Siqueira, Martins, & Lemos, 2022, pp. 13).

Vale reforçar que a intenção dessa iniciativa é estimular que os museus adiram ao portal disponibilizando o seu acervo e dessa forma ampliam o alcance das coleções para além das fronteiras físicas dos museus.

Toda essa evolução foi impulsionada com o incremento da solução Tainacan para atender às necessidades de catalogação e difusão dos acervos dos museus do IBRAM, incentivando o seu uso pelas diferentes instituições de memória brasileiras. Nesse contexto, Siqueira, Martins e Lemos (2022) continuam e detalham ainda que:

> [...] o Ibram, agora em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, desenvolveu o Portal Brasiliana Museus, um serviço de busca e recuperação de informações, baseado na agregação automatizada dos acervos museais do Ibram, reunindo-os em uma interface única, visando otimizar e qualificar a busca e a recuperação das informações, trazendo resultados mais precisos e expressivos a todos os usuários, desde leigos a especialistas em documentação, a exemplo do próprio Ibram (Siqueira, Martins & Lemos, 2022, sem paginação).

Portanto, diante dessa relação imbricada entre plataformas de conteúdo para coleções e soluções tecnológicas, optou-se por trazer o Tainacan para discussão.

Tainacan

É uma plataforma para repositório digital de código aberto e flexível fruto da adoção de um plugin que é instalado em conjunto com o software *WordPress*[2].

Segundo Martins e Martins (2020, pp. 48) o Tainacan

> foi concebido a partir da necessidade de dispor uma solução tecnológica para a difusão e para interoperabilidade de acervos digitais das instituições culturais brasileiras.

Essa iniciativa foi implementada pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com o apoio da Universidade Federal de Goiás, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus (Ballesté & Ribeiro, 2025).

A partir da realização de um estudo e análise comparativa entre os principais softwares livres existentes para o contexto das bibliotecas digitais (*DSpace, Greenstone, Fedora, Islandora e Eprints*) (Martins & Silva, 2017) definiu-se um conjunto de requisitos para o desenvolvimento do Tainacan. O desenvolvimento dessa análise comparativa permitiu demonstrar que os softwares analisados atendiam apenas a uma baixa porcentagem (14%) das funcionalidades identificadas e escolhidas para o cotejamento. Outro requisito importante avaliado foi o suporte às soluções no contexto brasileiro à época. Na avaliação foi identificada a ausência de uma comunidade de software especializada no Brasil sobre as tecnologias avaliadas.

Conforme relatam Martins *et al.* (2017), o objetivo que norteou a implementação da solução Tainacan foi possibilitar a criação de um repositório de fácil utilização, configuração e implementação. Uma alternativa livre e eficiente para as diversas instituições culturais que tenham como objetivo implementar repositórios temáticos e institucionais:

> O Tainacan contribui para a preservação, e comunicação da produção cultural na Internet, por meio da gestão e compartilhamento de acervos. Além de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações, ele se adapta às necessidades do usuário, permitindo que você configure e personalize suas coleções. Para isso, ele oferece uma série de recursos customizáveis, como a criação de coleções, metadados, itens, filtros e muitos outros (Tainacan, 2025).

Segundo Cunha & Vieira (2023) observam, a ferramenta Tainacan é flexível e permite a gestão, publicação e compartilhamento de diferentes coleções digitais. Fazendo uso de princípios acessíveis de curadoria digital, estabelece diferentes filtros de buscas, com mais de um tipo de esquema, o que caracteriza sua organização como híbrida. Apesar disso, os gestores das coleções possuem autonomia para definir os melhores filtros, a partir das necessidades de seu público.

Os metadados podem utilizar um padrão pré-definido (como o *Dublin Core*) ou há a possibilidade do usuário definir livremente esse conjunto de metadados para descrever os itens da coleção. Ademais, Martins *et al.* (2017) registram que o Tainacan viabiliza o suporte a diferentes esquemas e formalismos para representação podendo superar o uso do *Dublin Core*, como por exemplo, com o uso do *Europeana Data Model* (EDM) e o *Lightweight Information Describing Objects* (LIDO), além de atender à Norma Brasileira de Descrição de Arquivos (Nobrade).

Como características para uso de recursos de programação em códigos informáticos, o Tainacan implementa uma *Application Programming Interface* (API *RESTful*)[5] que permite que outras aplicações interajam com o repositório. As coleções podem ser acionados e ter o seu conteúdo exposto em diferentes formatos como *JavaScript Object Notation* (JSON), *Hypertext Markup Language* (HTML) e *Comma-Separated Value* (CSV), possibilitando, inclusive, o uso de *Resource Description Framework* (RDF) que viabiliza a entrada das instituições de cultura no contexto de *Linked Data* (LD) e Web Semântica. (Martins, Lemos & Andrade, 2021)

A taxonomia pode ser gerenciada por vocabulários, controlados ou não, que podem ser compartilhados em todas as coleções (Brito & Martins, 2023). Além disso, segundo Silva e Santarem (2019) observam, o Tainacan tem estrutura flexível para uso de tesauros e taxonomias facetadas.

De acordo com Oliveira e Carvalho (2009, citado em Brito & Martins, 2023, pp. 10), o protocolo OAI-PMH, possibilita a comunicação entre sistemas que adotem o mesmo modelo de compartilhamento de dados, seja no formato de arquivo XML, seja no padrão de metadados Dublin Core (DC).

Por fim, sendo um software livre de código aberto, com licença GPLv33, ele não tem custo de instalação ou atualização, podendo ser baixado e utilizado gratuitamente.

Adicionalmente, em relação à capacitação para uso, segundo Brito e Martins (2023) o Tainacan possui um acervo documentário de tutoriais volumoso, além de vídeos explicativos e facilidade de uso. Martins e Martins (2020) afirmam que esse software foi pensado para ser utilizado para um profissional da área cultural, sem a necessidade de uma formação específica na área de tecnologia da informação (TI) para poder instalar, customizar e utilizar o software, para dar autonomia ao profissional, sem o uso da programação de códigos informáticos.

Se acordo com Tainacan (2025) sete países fazem uso dessa solução: Brasil, México, Chile, Croácia, Estados Unidos da América, Grécia e Suécia. O Brasil é considerado o país que mais utiliza esse software e dentro do território brasileiro é possível fazer essa delimitação por unidades da federação. Seu uso está presente em: Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Amazonas, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco e Piauí. São 16 unidades federativas em um conjunto de 27 que compõe o país. Cabe destacar que essas instalações estão alinhadas com a iniciativa Brasiliana Museus e também em algumas universidades brasileiras.

Procedimentos Metodológicos

Pode-se afirmar que esta pesquisa é caracterizada como exploratória com pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental (Braga, 2007). Gil (2002) expõe que a combinação dessas abordagens tem como intuito balizar teórica e metodologicamente o estudo para proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito com o objetivo de aprimorar ideias. Este tipo de pesquisa permite que o pesquisador consiga estabelecer uma maior relação com o problema da temática estudada.

Os termos de busca abaixo foram submetidos às bases de dados BRAPCI, SCIELO, GOOGLE ACADEMICO. Alguns termos necessitaram o uso de operadores booleanos para refinar as buscas. Dada a especificidade do recorte adotado para esta investigação, o termo "Coleções Especiais" foi pesquisado apenas na BRAPCI. O quadro 1 a seguir apresenta o número de publicações relevantes obtidas:

Tabela 1: Quantitativo consolidado de publicações relevantes

Termo	Quantitativo
Tainacan	21

Rossio	4
Dariah	14
Coleções Especiais	7
Brasiliana	10
Total	**56**

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise das publicações foi feita por meio de leitura dos títulos e resumos para selecionar as publicações relevantes apresentadas no Tabela 1. Os textos selecionados foram analisados para compor o referencial teórico apresentado na seção 2.

A próxima seção traz os resultados dessa análise com o cotejamento e síntese das características das soluções. Vale ressaltar que esse projeto está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio) e, portanto, traz para reflexão e debate um conjunto de resultados considerados como preliminares.

Resultados preliminares

A identificação dos metadados e vocabulários foi o ponto de partida para a busca da convergência entre os requisitos das plataformas alvo desta investigação.

Conforme enunciado na subseção 2.2, tanto para atender a interoperabilidade semântica quanto para a interoperabilidade técnica, o uso de padrões é pressuposto para prover a transparência entre infraestruturas. Um aspecto importante e identificado por meio da revisão de literatura foi que ambas as infraestruturas utilizam o *Dublin Core* como padrão de metadados.

O quadro 3 a seguir reúne o uso de padrões para esquemas semânticos nas referidas plataformas:

Quadro 3: Cotejamento de interfaces, uso de vocabulários e estruturas semânticas

Categoria	**Rossio/ DARIAH**	**Brasiliana/ Tainacan**
Conteúdo	Integração com repositórios diversos	Wordpress por meio do uso de plugin
Interoperabilidade/ Metadados	Metadata application profile e uso do Dublin core	Dublin Core, EDM, LIDO, OAI-PMH e NOBRADE
	Schema.org	Schema.org/ Schema app
Interoperabilidade/ Vocabulários	Skosmos que permite a estruturação de vocabulários em SKOS	A plataforma Tainacan é flexível e não possui vocabulário padrão.
	Uso com VocBench3	
	Disponibiliza os vocabulários ROSSIO (Tesauro, Agentes, Lugares e Períodos) Vocabulários Rossio (https://vocabs.rossio.fcsh.unl.pt/pub/pt/)	
FAIR	Iniciativas em curso	Iniciativas em curso

Fonte: Elaboração própria (2025).

Outro aspecto observado na investigação foi a existência de serviços que facilitam os demais processos de interoperabilidade apresentados na subseção 2.2. O quadro 4 reúne categorias que ilustram o atendimento aos requisitos para disseminação (interoperabilidade política), cooperação (interoperabilidade internacional), cultura (interoperabilidade organizacional), licenciamento (interoperabilidade legal) e fontes (interoperabilidade intercomunitária)

Quadro 4: Cotejamento de serviços e suporte

Categoria	**Rossio/ DARIAH**	**Brasiliana/ Tainacan**
Serviços (classificado como interoperabilidade política)	Linked Data com Dariah Wikibase OpenMethods AAI	API RESTful, JSON, HTML, CSV, RDF e Linked Data
Treinamento (classificado como participante de dois tipos de interoperabilidade: intercomunitária e organizacional)	DariahOpen Dariah OpenAIRE Dariah-Campus Dariah-Hal Dariah-Registry Dariah-Zenodo Dariah-Zotero	Tutoriais e vídeos específicos. Amplo material do Wordpress
Suporte (classificado como participante de dois tipos de interoperabilidade: intercomunitária e organizacional)	Regional hubs espalhados pela Europa HelpDesk Dariah-DE, Dariah-EU e Text+	Comunidades no brasil
Internacionalização (classificado como participante de dois tipos de interoperabilidade:	Boa rede de fundadores e utilizadores	Em expansão (atualmente com 7 países)

intercomunitária e internacional)		
Licenças (classificado como interoperabilidade legal)	Pela natureza do Dariah não foi possível o cotejamento sobre licenciamento.	GPLv3

Fonte: Elaboração própria (2025).

Pode-se afirmar que a interoperabilidade é o ponto nevrálgico para o compartilhamento de dados entre infraestruturas. Compreender esta relação [entre interoperabilidade e infraestruturas] e satisfazer aos seus requisitos pode ser o primeiro passo em reduzir os silos de informação apontados na introdução deste relato.

Considerações parciais e próximos passos

No recorte adotado, os resultados obtidos na revisão de literatura apontaram para uma lacuna de textos de disseminação sobre a infraestrutura Rossio nas bases pesquisadas. Já com os assuntos Dariah, Brasiliana Museus e Tainacan, os resultados obtidos indicaram um bom campo para o cotejamento de requisitos e funcionalidades, em especial para viabilizar a evolução e melhorias.

Além disso, as coleções especiais no âmbito da Ciência da Informação também constituem uma temática relevante a ser pesquisada, pois os portais agregadores podem ser úteis na disseminação desse tipo de conteúdo.

Nesse sentido, o projeto de investigação continuará com o detalhamento dos campos empíricos: o conjunto de objetos armazenados no Museu Virtual de Instrumentos Musicais (MVIM) e dos registros no projeto Música em Periódicos Oitocentistas (MPO). O MVIM, segundo relatam Ballesté e Ribeiro (2025, pp. 4), possui a:

> [..] intenção de se constituir como um espaço virtual de convergência para os acervos de instrumentos musicais de instituições brasileiras [..] desenvolvido num ambiente do século XXI, implementado com Content Management System (CMS) Wordpress, voltado para um amplo público. Os instrumentos e seu entorno são apresentados em seções específicas: Catálogo de instrumentos musicais; Catálogo de fabricantes/autores dos instrumentos; Artigos; Concertos; Conversas com especialistas; Vídeos com informações preparadas por luthiers e instrumentistas; Em pauta – um espaço com opiniões e curiosidades.

Já para o MPO, Ribeiro e Ulhôa (2023, pp. 4) nos dizem que

> O projeto MPO reúne e trata uma coleção de registros sobre notícias que podem ser caracterizadas como dados de pesquisa. [..] a coleção de recortes de jornal é formada por 'dados brutos coletados diretamente por um instrumento ou um sensor e agregados a partir de múltiplas fontes'[..], a noção de dado no domínio da música assume várias características, sejam eles dados musicais, a exemplo de partituras ou gravações sonoras, ou dados sobre música, [..]. O MPO é, portanto, uma etapa intermediária na extração dos dados, coletados artesanalmente e agora sendo organizados para adequá-los a uma utilização mais ampla.

O desafio que se coloca para a sequência do processo investigativo está ligado ao possível mapeamento dos metadados, o que pode ensejar a adoção de estratégia de *crosswalk* (Velasco Reyes *et al.*, 2021). Essa pode ser abordagem importante para o mapeamento entre campos para uma possível avaliação no processo de integração e/ou convergência entre infraestruturas escolhidas.

O cotejamento apresentado na seção 4 [Resultados preliminares] responde à pergunta de partida com o registro de possíveis convergências no terreno do conteúdo e interoperabilidade com metadados. Contudo, expõe a necessidade de pesquisas no campo da interoperabilidade com uso de vocabulários para Brasiliana Museus com Tainacan.

Espera-se que as discussões suscitadas por este trabalho possibilitem a continuidade de investigações para integração de acervos da comunidade lusófana.

Referências

Amorin, D., Forain, L., & Ribeiro, C. J. S. (2025, julho). Desafios da implementação de um Fair Digital Object (FDO): Uma proposta de arquitetura para encapsular dados e metadados. [sessão de

conferência], VIII Workshop de Informação, Dados e Tecnologia (WIDaT 2025), Marília, SP, Brasil.

Araujo, J. M. G. (2021) Coleções especiais da unirio: patrimônio bibliográfico no âmbito institucional. Cadernos de Informação Jurídica (Cajur), 7(2). https://brapci.inf.br/v/153415

Ballesté, A. O., & Ribeiro, C. J. S.. (2025). Agregação e Interoperabilidade dos acervos de instrumentos musicais no Brasil: o caso do Museu Virtual de Instrumentos Musicais. [sessão de conferência], ISKO Brasil , 8. https://isko.org.br/ojs/index.php/iskobrasil/article/view/25

Barbecho, L. B., Muñoz, S. R., García, E. G. B., & Toscano, M. (2023). Digital humanities at global scale. Sage Journals, [*S.l.*], 48(3). DOI: https://doi.org/10.1080/03080188.2023.2193799

Bender, L. A. P., Arakaki, A. C. S., & Albuquerque, A. C. (2016). As coleções especiais em bibliotecas: a catalogação de moedas special collections in libraries: cataloging coins. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 21(1), 2016. https://brapci.inf.br/v/75579

Bertino, A., Foppiano, L., Romary, L., & Mounier, P. (2019). Leveraging concepts in open access publications. Journal of Data Mining and Digital Humanities, [*S.l.*]. https://inria.hal.science/hal-01981922v3

Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em: Mueller, Suzana Pinheiro Machado (Eds). Métodos para pesquisa em Ciência da Informação. pp. 17-38. Ed. Thesaurus: Brasília.

Brasiliana Museus (plataforma do patrimônio museológico brasileiro). https://brasiliana.museus.gov.br/sobre-a-brasiliana-museus/

Brito, J. C. B., & Martins, D. L. (2023). Framework genérico para geração automática de assuntos e indexação em repositório digital. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 28. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5344/46629

Broeder, D., Elbers, W., Gawor, M., Concordia, C., Larrousse, N, Van Uytvanck, D. (2022). Towards FAIR data access. Research Ideas and Outcomes, 8. DOI: https://doi.org/10.3897/rio.8.e94386

Buddenbohm, S., Jong, M. de, Minel, J. L., & Moranville, Y. (2021). Find research data repositories for the humanities: the data deposit recommendation service. Int J Digit Humanities, 1, 343-362. DOI: https://doi.org/10.1007/s42803-021-00030-7

Carmo, D. do, Costa, P. H. R., Maricato, J. de M., Alencar, T. M. de, Paiva, G. C., & Shintaku, Milton. (2023). Organização, mineração e inserção automatizada de dados documentais no Tainacan: propostas para os bens culturais registrados pelo Iphan. [sessão de conferência], Workshop de Informação, Dados e Tecnologia (WIDaT), Brasília. Brasília: [S.l.]. DOI: https://doi.org/10.22477/vi.widat.43

Chaves, R. T., & Morigi, V. J. (2019). As Tecnologias de Informação e Comunicação e a musealização: um estudo de caso sobre o Museu das Coisas Banais. [sessão de conferência], XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (XXI ENANCIB), Florianópolis. XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Florianópolis: UFSC, pp. 1-8. https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/612/664

Cunha, M. B. da, Vieira, J. da S. (2023). Arquitetura da Informação aplicada aos softwares de bibliotecas digitais: um enfoque nos elementos do sistema de organização. Em Questão, 29, Porto Alegre. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.126808

Dariah Tools and Services Catalogue. (2025). Disponível em: https://www.dariah.eu/tools-services/tools-and-services/

Dariah-EU. (2025). The pan-European infrastructure for arts and humanities scholars. Disponível em: https://www.dariah.eu/

Engelhardt, C., Leone, C., & Moranville, Y. (2017). Distributed Metadata Schema and Demonstrator for Open Humanities Methods. Göttingen State and University Library; DARIAH: [Alemanha]. https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01637051v1

Guizzardi, G. (2020) Ontology, Ontologies and the "I" of FAIR. Data Intelligence, 2 (1-2), pp. 181–191. DOI: https://doi.org/10.1162/dint_a_00040

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

Gnu. GNU Operating System. (2024). https://www.gnu.org/

Henning, P. C., Ribeiro, C. J. S., Bonino da Silva Santos, L. O., & Santos, P. X. dos. (2019). GO FAIR e os princípios FAIR: o que representam para a expansão dos dados de pesquisa no âmbito da Ciência Aberta. Em Questão, 25(2). Porto Alegre.

Horvath, A. (2021). Enchancing language inclusivity in digital humanities: towards sensitivity and

multilingualism. Modern Languages Open, 26, pp. 1-21. DOI: https://doi.org/10.3828/mlo.v0i0.382

IEEE Standard Glossary of Software Engineering Terminology, (1990). Em: *IEEE Std 610.12-1990,*1-84. DOI: 10.1109/IEEESTD.1990.101064.

Marcondes, Carlos Henrique. (2016). Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados. Perspectivas em Ciência da Informação, 21(02), 61-83. https://doi.org/10.1590/1981-5344/2735

Martins, D. L., Lemos, D. L. da S., & Andrade, M. C. de. (2021). Tainacan e Omeka: proposta de análise comparativa de softwares para gestão de coleções digitais a partir do esforço tecnológico para uso e implantação. Informação & Informação, *26*(2), 569–595. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n2p569

Martins, L. C., & Martins, D. L. (2020). Experimentações sociotécnicas para organização e difusão de coleções digitais universitárias: o caso do projeto Tainacan. Revista CPC, 15(30esp), pp. 34-61. https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp34-61.

Martins, D. L., Segundo, J. E. S., Silva, M. F., & Siqueira, J. (2017). Repositório digital com o software livre tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura. [sessão de conferência], Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação; 18(18). https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105154

Martins, D. L., & Silva, M. F. (2017). Critérios de avaliação para sistemas de bibliotecas digitais: uma proposta de novas dimensões analíticas. InCID: Revista De Ciência Da Informação E Documentação, 8(1), 100-121. https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i1p100-121

O Rossio e o Acesso Aberto. (2021) [Portugal]. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Infraestrutura Rossio. https://www.youtube.com/watch?v=1k8hTanhXuk

Paneva-Marinova, D., Goynov, M., Luchev, D., Zhelev, Y., Monova-Zheleva, M., Pavlov, R., Zlatkov, L., Noev, N., & Pavlova, L. (2022). Information day: research infrastructure services in the Humanities and Social Sciences. Digital Presentation and Preservation of Cultural and Scientific Heritage, 12, 319-324. DOI: https://doi.org/10.55630/dipp.2022.12.32

Ribeiro, C. J. S. (2016). Soluções em ECM (Enterprise Content Management) e softwares para repositórios: convergência de requisitos nas atividades para gestão documental, 12(01). https://brapci.inf.br/v/191938

Ribeiro, C. J. S., Bonino da Silva Santos, L. O., & Moreira, J. L. R. (2020). Princípios FAIR e interoperabilidade: reprodutibilidade com o uso de modelagem conceitual orientada a ontologias. Informação & Informação, 25(3), 28-51.

Ribeiro, C. J. S., & Ulhôa, M. T. de. (2023). El uso compartido de conjuntos de datos de investigación del proyecto *Música en Periódicos Ochocentistas*: Un prototipo con el uso de la solución CKAN. Revista EDICIC*, 3*(3), 1-8. http://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/214

Ribeiro, C. J. S., & Ulhoa, M. T. de (2024). Reúso de dados de pesquisa em humanidades digitais: Investigando textos em notícias do projeto Música em Periódicos Oitocentistas (MPO). [sessão de conferência], C. G. da Silva, J. Revez, & L. Corujo (Eds.), Diálogos en Ciencia de la Información: Atas do XIV EDICIC, Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 1–3 de julho de 2024. pp. 633–642. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Colibri; Costa Rica: EDICIC.

Ribeiro, C. J. S., Ulhôa, M. T. de. (no prelo). Linked Data com Wikipedia e Wikidata: reduzindo os silos de informação na Web com notícias sobre Música em Periódicos Oitocentistas (MPO). Em: A Jurno & J. A. Peschannnski (Eds), Wikimedia no Brasil: o poder e os desafios do conhecimento livre. EdUFBA.

Ross-Hellauer, T., Fecher, B., Shearer, K., & Rodrigues, E. (2019). Pubfair: A distributed framework for open publishing services. Version 2, November 27. https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1142&context=scholcom

Rossio. (2025). Infraestrutura de investigação para as Ciências Sociais, Artes e Humanidades. https://rossio.pt/front/home

Schwardmann, U., Kálmán, T. (2022). Two examples on how FDO types can support machine and human readability. Research Ideas and Outcomes, 8, 2022. DOI: https://doi.org/10.3897/rio.8.e96014 https://riojournal.com/article/96014/

Silva, B. F. de M., & Correa, R. F. (2019). O processo de construção do corpus de referência em Ciência da Informação. Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da informação, 24(56), 01–27. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019.e65166.

Silva, G. M. da; Glória, A. C., Salgueiro, A. S., Almeida, B., Monteiro, D., Freitas, M. R. de, & Freire, N. (2022). ROSSIO infrastructure: a digital humanities platform to explore the portuguese cultural heritage. Information, 13 (50). DOI: https://doi.org/10.3390/info13020050.

Silva, L. C. da., & Santarem, J. E. (2019). Componentes de representação da informação em ambientes de informação digital: estudo do sistema de organização do software Tainacan. [sessão de conferência], XIX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 20, Florianópolis. Disponível em: https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1333/912.

Siqueira, J., Martins, D. L., & da Silva Lemos, D. L. (2022). Brasiliana museus: serviço de busca e recuperação da informação agregada dos acervos digitais do instituto brasileiro de museus. [sessão de conferência], XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação. https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/viewFile/712/714.

Subramanian, H., & Raj, P. (2019). Hands-On RESTful API Design Patterns and Best Practices: Design, develop, and deploy highly adaptable, scalable, and secure RESTful web APIs. Packt Publishing Ltd.

Tainacan (2025). Um software livre, flexível e potente para criação de repositórios de acervos digitais em WordPress. https://tainacan.org/blog/casos-de-uso/?perpage=12&view_mode=records&paged=1&order=DESC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=3112%2C6434%2C6373%2C6408%2C6413.

Tóth-Czifra, E., Błaszczyńska, M., Gelati, F., Admiraal, F., Blümm, M., Buelinckx, E., Chiquet, V. , Gautschy, R., Gietz, P., Király, P., Scholger, W., Szleszyński, B., Vivas-Romero, M., &. Wuttke, U. (2024). Research Data Management for Arts and Humanities: Intergrating Voices of the Community (DARIAH-DE Working Papers No. 47). Göttingen: DARIAH-DE. . DOI: https://doi.org/10.47952/gro-publ-218

Ukoln. Interoperability focus: looking at interoperability, 2005. http://www.ukoln.ac.uk/interop-focus/about/leaflet.html

Velasco Reyes, G. D., Martins, D. L., Martins, L. C., Molina Salinas, C., & Ángeles Jiménez, P. (2021). *El uso del estándar Object ID y del software Tainacan en la documentación museológica: Experiencias desde Brasil y México*. *Intervención, 12*(23), 258–303. https://doi.org/10.30763/intervencion.247.v1n23.26.2021

Zeng, M. L. (2019) “Interoperability.” KO Knowledge Organization, 46, (2). https://www.isko.org/cyclo/interoperability. Acesso em 30 Jun. 2025.

NOTAS

[1] Pesquisador apoiado na presente investigação por Bolsa de Produtividade CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e bolsa CNE – Cientista do Nosso Estado/FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), Processo *SEI E-26/204.049/2024*

[2] Wordpress é um CMS (*Content Management System*) desenvolvido em código aberto (Open Source) – essa categoria de software objetiva gestão de conteúdo digital (Ribeiro, 2016).

[3]A GNU General Public License é uma licença livre e copyleft para software e outros tipos de obras. A Licença Pública Geral GNU visa garantir sua liberdade de compartilhar e modificar todas as versões de um programa (Gnu, 2024)

[4] Também é previsto o serviço de HelpDesk para as soluções Clarin-D e Clariah-DE. Contudo, essas plataformas foram retiradas do quadro, pois não fizeram parte do recorte estabelecido para esta investigação.

[5] API RESTful para leitura e escrita é uma arquitetura padrão para implementação de serviços de forma programática no ambiente web (Subramanian, & Raj, P., 2019).

A PROBLEMÁTICA EXISTENTE ENTRE SILOS DE DADOS E O COMPARTILHAMENTO DE DADOS: UM ESTUDO SOBRE O SciELO DATA

Durval Vieira Pereira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0001-6165-4938, Brasil, *durval.pereira@unirio.br*

Fernanda do Valle Galvão Debetto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0002-4156-027X, Brasil, *fernandavalle@unirio.br*

Cláudio José Silva Ribeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro[1], https://orcid.org/0000-0002-9571-1707, Brasil, *claudio.ribeiro@unirio.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6730

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

> *We must all accept that Science is data and that data are science, and thus provide for, and justify the need for the support of, much---improved data curation. (*Hanson, Sugden, Alberts*, 2011).*

Ciência Aberta é definida pela UNESCO (2023) como um "conjunto de princípios e práticas que visam tornar a pesquisa científica em todas as áreas acessível a todos, para o benefício dos cientistas e da sociedade como um todo". Em outras palavras, a Ciência Aberta visa a tornar públicos os diferentes processos de produção de dados que atravessam o fazer científico, tais como dados brutos, dados tratados e analisados, bem como pareceres entre pares. A ideia é que esse gesto de transparência também estimule o reuso dos dados e a colaboração entre pesquisadores e campos do conhecimento.

Temáticas com foco em produção e disseminação da informação, descritas por Gäal e Pereira (2023, pp. 16), se aproximam da Ciência da Informação pela via conceitual e metodológica do "acesso aberto", da "comunicação científica", do "gerenciamento de dados de pesquisa" e de "repositórios institucionais". Sobre esse aspecto, Souza e Freitas (2024, pp. 1) afirmam que a Ciência Aberta visa à disseminação de informações científicas por meio de colaborações facilitadas pela disponibilização de informação em repositórios digitais públicos contendo três elementos: "Acesso Aberto (publicações), Dados Abertos (incluindo dados brutos, modelos, especificações e documentação) e Processos Computacionais Abertos (como software e algoritmos)".

Esse cenário nos conduz ao entrecruzamento teórico, metodológico e temático com outra área do conhecimento, a Ciência de dados. De acordo com Wang (2018), a Ciência de Dados utiliza a análise de dados para contribuir com outros campos do saber.

> *"The foundation of data science lies in the core statistical and analytical approach to data. Data science functions to support other subjects by analyzing and exploiting the data sets in subject fields and extracting knowledge". (Wang, 2018, pp. 1244).*

Conforme apontam Sayão e Sales (2016a), o conceito de "dado de pesquisa" possui um significado abrangente e varia conforme os domínios científicos, objetos de estudo, metodologias de geração e coleta de dados, entre outros fatores. Os autores destacam que esse termo pode referir-se ao resultado de experimentos conduzidos em ambientes laboratoriais controlados, estudos empíricos nas ciências sociais ou observações de fenômenos culturais. No entanto, considera-se que a expressão "dados científicos" seja a mais adequada para abranger tais situações. O dilema terminológico sobre dado científico acompanha a história da Ciência da Informação desde a definição de informação e, mais especificamente, de informação científica. Schrader (1983) lembra que, no momento de institucionalização do campo, onde foi

evidenciado o diálogo entre informação, ciência e tecnologia, não houve clareza ao delimitar se informação científica seria a informação necessária à atividade científica ou seria o resultado da atividade científica. Passadas seis décadas de institucionalização como área do saber, ainda não há consenso teórico na Ciência da Infprmação sobre as noções de dado, informação e conhecimento. Mas, a despeito das diferenças, desde os seus antecedentes históricos, tais como a Bibliografia, a Documentação, a Biblioteconomia e os *Science Services* (Araújo, 2018), tem-se na preservação e no compartilhamento a tônica para a construção dos saberes.

Nesse contexto, para além da preservação do suporte e do conteúdo informacional, a Ciência Aberta suscita o compartilhamento da infraestrutura responsável pela coleta e produção, isto é, destaca a importância do conhecimento do percurso de construção, não somente do conhecimento sobre os resultados de pesquisa. Assim, parte-se da ideia de que o compartilhamento de dados de pesquisa também impulsiona a produção de novos conhecimentos ao possibilitar a validação científica com mais acurácia. A necessidade de organização, guarda, preservação, disseminação e reuso dos dados brutos, as anotações em cadernos de laboratórios, de imagens e de vídeos produzidos durante a realização do estudo, têm valor agregado com potencial contribuição para discussões mais amplas e inovadoras. Diante disso, fica evidente a necessidade de zelar com mais vigor e rigor nos critérios e processos de armazenamento dos dados, buscando esta integração entre eles e seu reuso.

Em 2016, a *Scientifc Data* publicou os "Princípios Orientadores FAIR para Gestão e Administração de Dados Científicos", cujas diretrizes desejam melhorar as seguintes dimensões na produção, disseminação e reuso: *Findable* (Localizáveis); *Accessible* (Acessíveis); *Interoperable* (Interoperáveis); e *Reusable* (Reutilizáveis) de ativos digitais[2]. Desses quatro princípios, destaca-se aqui o terceiro. A demanda por dados interoperáveis exige que o pesquisador utilize protocolos universais ao planejar e gerar seus dados. Dessa forma, podem ser comparados e integrados, caso estejam disponíveis publicamente, com outras bases de dados desenvolvidas em diferentes contextos e grupos de pesquisa. No entanto, nem sempre os repositórios de dados se conectam, funcionando como armazéns de grãos isolados, pois, como ressaltam Veiga et al. (2024), os princípios FAIR se constituem como diretrizes para boas práticas de gestão de dados, mas não oferecem detalhamento de como podem ser implementadas. Para as autorias, o desafio da implementação exige "contínuo investimento em capacitação, desenvolvimento de ferramentas e criação de políticas adequadas" (Veiga et al., 2024, pp. 281).

Campos, Campos e Barbosa (2020) apresentam os desafios para uma interoperabilidade semântica de dados.

> *These repositories of scientific research data, despite being a major advance in the description, management and sharing of research data, confront a major problem. The extreme complexity of the data models involved and the enormous diversity of objects and domains to be represented form an almost insurmountable barrier to the efficient management of these environments, preventing its main purpose, which is, sharing, discovery and reuse of these data to be performed properly. It is a clear example that only the computer and computing infrastructure that forms the basis of the global information network are not enough to solve the existing problem*. (Campos, Campos e Barbosa, 2020, pp. 683).

A metáfora dos grãos isolados foi utilizada para elaboração da expressão "silos de dados", que representam, conforme dito, um desafio para o avanço da Ciência Aberta. A expressão aparece, inicialmente, no contexto das bibliotecas ligados ao contexto de metadados.

> *We can also appreciate from a library perspective the historical path which has led to independent "data silos." In the past the need for such a level of inter-connectivity was neither apparent nor easy to achieve. Today the growth of the Web has highlighted the need for metadata which can "travel" across these*

> *standards and systems barriers* (Macewan, 2004, pp. 432).

A descrição dos metadados é prática antiga na Biblioteconomia no contexto da catalogação, atividade herdada pela Ciência da Informação, especialmente vista na subárea de Representação da Informação e nas iniciativas de Organização do Conhecimento. Para realizar a organização do acervo, faz-se o controle bibliográfico que consiste em processos de representação descritiva e temática. Na etapa de representação descritiva, que visa à individualização do documento, o objeto a ser documentado é descrito a partir de características físicas e/ou temporais, seguindo protocolos internacionais. No caso dos livros, utiliza-se o *International Bibliographical Standard Description* (ISBD), definido pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA). Já na representação temática, faz-se a análise do conteúdo informacional, comumente o seu assunto, representado por palavras-chave, que podem ser controladas por linguagens de especialidade, as chamadas linguagens documentárias. O tratamento temático por meio de metadados, que refletem temas e/ou conceitos, tem a finalidade de organizar os documentos por semelhanças e diferenças de assunto, uso e/ou função. Nesse sentido, para a integração de acervos, discute-se as particularidades terminológicas de seus usuários, as pessoas buscadoras de informação, o que demanda diferentes formas de representação de um mesmo recurso, de um mesmo conjunto de metadados. Serra e Santarém Segundo (2021) destacam que

> Ao copiar ou produzir registros para os seus catálogos, a biblioteca está criando um silo de dados, onde os metadados não possuem conexão com os demais dados presentes no catálogo, com os catálogos de outras bibliotecas ou com a *Web* (Serra; Segundo, 2021, pp. 626).

Nessa direção, Ribeiro e Ulhôa (2025, no prelo) explicam que, em silos, os dados são publicados em diferentes plataformas, formatos diversos e com aplicativos produzidos em momentos distintos, noção que nos conduz a outros conceitos relativos ao universo da informação digitalizada, como a *web* semântica.

A *Web* Semântica surge com tecnologias como o *Linked Data*, capazes de possibilitar a integração de dados até então isolados. Byrne e Goddard (2010) afirmam que "*the semantic web is about breaking down silos, not building better ones*". Muitos repositórios de dados de grande porte permanecem isolados do exterior, gerando o que tem sido denominado como o problema do silo de dados. (Kim, 2016, pp. 1).

Tendo em vista a complexidade para efetivação de práticas desejadas de compartilhamento e reuso de dados com qualidade e ética, a proposta deste estudo é refletir sobre o problema dos silos de dados no compartilhamento de dados em repositório de dados abertos de pesquisa. A finalidade é discutir os impactos dos silos de dados no compartilhamento de dados científicos, tendo como campo empírico a análise do SciELO Data.

Acredita-se que a temática, aqui abordada, contribua para a compreensão dos desafios na formação em Ciência da Informação, pois discute sobre como melhorar as questões que envolvem compartilhamento de dados em repositórios de dados e como os silos de dados podem impactar de forma negativa no processo.

Referencial Teórico

Este estudo propõe um diálogo da Ciência da Informação com outros conceitos atualmente em destaque nos estudos informacionais contemporâneos, como a Ciência de dados (Davenport; Patil, 2012) e a Inteligência Artificial (Gómez Mont, 2020). Jain (2003) comenta sobre a mudança conceitual e de aplicação que o dado enfrenta nas últimas décadas.

> *Data has changed significantly over the last few decades. Computing systems that initially dealt with data and computation rapidly moved to information and communication. The next step on the evolutionary scale is insight and experience. Applications are demanding the use of live, spatio-temporal, heterogeneous data.* (Jain, 2003, pp. 8).

Repositórios de dados de pesquisa, tal qual o SciELO Data, na visão de Sayão e Sales (2016b, pp. 96), são essenciais para reutilização dos dados, acelerando avanços científicos e economizando recursos, além de ampliar novos temas de pesquisa. Para Wang, Kung e Byrd (2018), a concepção de dados envolve aspectos históricos e pragmáticos; além do cuidado com precisão, acurácia e credibilidade dos dados; os processos e funções tradicionais da Biblioteconomia e as teorias da documentação.

Uma preocupação que existe sobre repositórios, em especial sobre repositórios de dados de pesquisa, é a questão da interoperabilidade, que acaba por aproximar os estudos das áreas da Ciência da Informação e da Ciência da Computação. (Campos, Campos e Barbosa, 2020). A interoperabilidade é conceituada pelo *Institute of Electrical and Electronic Enigneering* (IEEE) como a habilidade de dois ou mais sistemas ou componentes trocarem informações e utilizarem as informações trocadas. (IEEE, 1990). Esta definição é complementada por Waters, Powers e Ceruti (2009, pp. 1158) ao afirmarem que a Interoperabilidade "*is a concept that is predicated on the assumption that the semantic integration, frameworks and standards that support information exchange, and advances in science and technology can enable information-systems interoperability for many diverse users*".

O reuso de dados e a necessidade de sistemas interoperáveis são temas que estão em expansão em investigação científicas, pois "*trending topics, such as "smart cities," "smart mobility," or "smart homes," are based, at their core, on connected physical devices that can exchange data automatically*". (Hodapp; Hanelt, 2022, pp. 407). Por essa razão, cientistas continuam desenvolvendo pesquisas voltadas para a revisão, analise e aplicação de técnicas sobre interoperabilidade, a fim de esclarecer o que causa a baixa interoperabilidade, quais mecanismos influenciam a interoperabilidade e quais são os potenciais resultados desses mecanismos. É preciso fomentar o debate sobre interoperabilidade na inovação digital e revelar também deficiências no discurso atual sobre interoperabilidade e sua contribuição para uma inovação digital.

Maricato et al. (2023, pp. 1) explicam que a capacidade de produção e coleta de dados por meio de infraestruturas cienciométricas de larga escala aumentaram por meio da publicação digital e do processamento automatizado de dados. No entanto, os autores, apoiados nos estudos de Krüger (2020), chamam atenção para a necessidade de uma compreensão melhor sobre os critérios, abrangência e prática de pesquisa capturados nessas infraestruturas.

No entendimento de Semeler e Pinto (2019, pp. 113), os dados de pesquisa são o resultado de qualquer investigação sistemática que envolva processos de observação, experimentação ou simulação de procedimentos de pesquisa científica. Tornando-se produtos tão importantes da ciência, quanto as publicações científicas. (Marcondes, 2022).

A solução para um melhor aproveitamento da potencialidade dos dados de pesquisa seria possibilitar as melhores condições para seu compartilhamento e, consequentemente, reuso de dados, aproximando-se das condicionantes política e econômica, além da tecnológica, que atravessam o campo informacional (Iafrate 2015, pp. 3).

Autores como Verhulst (2023) e Curtyÿ (2019); Borgman (2011), participam do pensamento de que o compartilhamento de dados científicos é uma prática fundamental na ciência, sempre presente nas interações entre pesquisadores e na dinâmica da produção científica, variando conforme a área do conhecimento e a natureza dos dados. Contudo, a formalização e sistematização dos processos para disponibilização de dados, juntamente com o amplo e aberto acesso a coleções de dados por meio de repositórios *online*, promovidos por órgãos governamentais, agências de fomento, entidades científicas e editoriais, têm contribuído para a maior legitimação do reuso de dados no contexto científico. Em particular, à medida que vários tipos de dados são acumulados em bancos de dados individuais, a necessidade de análise integrativa de bancos de dados separados, porém relevantes, torna-se mais importante. (Kim, 2016, pp. 743).

Há cada vez mais a necessidade de curadoria de dados interoperáveis, que exige do pesquisador a utilização de protocolos universais ao planejar e produzir seus dados científicos, permitindo que sejam comparados e agregados a outros bancos de dados provenientes de diferentes contextos e grupos, quando houver acesso livre.

Nessa direção, os silos de dados aparecem como um empecilho para que a integração entre grupos de dados e comunicação entre eles no universo dos repositórios de dados. "Silos de dados", ou para alguns autores "silos de informação", podem ser traduzidos por: impossibilidade de comunicação; o escopo e cobertura com o compartilhamento e/ou integração de grupos de dados; desenvolvimento de *software* em diferentes momentos ao longo de décadas, utilizando soluções de diferentes fabricantes; utilização de métodos e ambientes não compatíveis; ausência de interfaces padronizadas; falta de protocolos de comunicação; formato de transmissão de dados e regras de resposta uniformes (Zhang, Yuan e Xiong, 2009; Patel, 2019; ZHANG, et al. 2025).

Uma preocupação presente na ciência, atualmente, é a curadoria de dados. De acordo com CoreTrustSeal (2021), curadoria de dados pode ser entendida como:

> *The activity of managing and promoting the use of data from their point of creation to ensure that they are fit for contemporary purpose and available for discovery and reuse. For dynamic datasets this may mean continuous enrichment or updating to keep them fit for purpose. Higher levels of curation will also involve links with annotation and with other published materials.*

Seria possível dizer, então, que a curadoria de dados abrange todo o ciclo de vida dos dados, desde o planejamento da coleta até a preservação para acesso e reutilização a longo prazo, definindo-se como as verificações e ações realizadas por curadores com o objetivo de garantir que o conjunto de dados esteja estruturado e documentado de maneira completa e conforme as melhores práticas.

De acordo com o pensamento de Borgman (2012, pp. 22), as maiores vantagens do compartilhamento de dados podem estar na combinação de dados de múltiplas fontes, comparados ou misturados de maneiras inovadoras. A autora acrescenta que os dados são integrados de forma mais confiável quando coletados e processados sistematicamente, de maneira que suportem os padrões de grandes comunidades.

Curtyÿ (2019, pp. 191) lembra que, no contexto científico atual, o compartilhamento sistemático de dados de pesquisa visando seu potencial de reuso futuro é fundamental. O reuso de dados, no entanto, não pode ser considerado uma simples consequência do compartilhamento e requer estratégias e incentivos para ocorrer conforme os princípios da ciência. Portanto, questões relativas ao reuso e à reusabilidade dos dados, tanto conceituais quanto práticas, precisam ser amplamente discutidas.

Um dos pontos a serem discutidos é a limitação do acesso aos dados, que pode impedir que a Ciência Aberta alcance seu potencial de beneficiar a sociedade como um todo, principalmente nas questões que envolvem guarda, recuperação, integração e reuso de dados. Dessa forma, o estabelecimento de políticas e as reflexões sobre finalidade e indicadores de reuso tornam-se tão relevantes quanto às políticas para abertura dos dados de pesquisa. Para além da dimensão técnica dos dados abertos digitais e disponíveis em sistemas, há a produção fragmentada, à espera de análise, curadoria e instrumentos reguladores. Como exemplos, em janeiro de 2025, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq), Ricardo Galvão, publicou em coautoria com a professora Débora Menezes, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um artigo intitulado "Ciência Aberta: uma visão desapaixonada" (Menezes; Galvão, 2025), onde destaca as fragilidades operacionais para gestão e governança de dados abertos, como equipe multidisciplinar defasada e particularidades das áreas do conhecimento e objetos de pesquisa. Em contraponto, a Rede Brasileira de Reprodutibilidade (2025) respondeu o artigo com uma carta pública salientando que, a despeito das concordantes limitações de infraestrutura, há soluções possíveis de baixo

custo e as limitações apontadas não se aplicariam à maioria dos campos disciplinares. No contexto das ciências sociais, Melo e Rockembach (2025) destacam a relevância da cooperação entre pares e a transparência dos dados, mas afirmam ser insufucientes os mecanismos de garantias da privacidade dos sujeitos participantes de uma pesquisa científica no horizonte da abertura e reuso dos dados, pois

> [...] o termo de consentimento informado, cujo objetivo é prover ao participante a autonomia de tomar decisões sobre os riscos que a pesquisa oferece à sua privacidade, não é capaz de informar os possíveis usos posteriores dos dados, simplesmente porque um dos princípios da ciência aberta repousa justamente sobre o livre (Melo; Rockembach, 2025, pp. 2).

À luz do exposto, quando dados são retidos em silos no digital, seu potencial impacto social é abalado e oportunidades de inovação e descobertas científicas são perdidas, afetando diretamente áreas como: saúde, meio ambiente, tecnologia dentre outras.

> *Information systems, in contrast, create data silos. The metadata is defined and introduced for a data of a particular type, which is indexed and neatly stashed in its own place. [...] The challenge to the database community, then, is to break down these silos to unify information. This requires more out-of-the-box thinking because most data sources are designed to behave like independent silos. Their creators assume that after the integration system analyzes the silos and extracts their metadata, it will somehow combine the metadata to provide correct results. Indeed, many current research efforts are aimed at this kind of solution*. (Jain, 2003, pp. 14).

No caso de repositórios de dados, os silos aparecem não só por razões técnicas, como citadas na seção 2, mas também por questões de gestão. Zhang et al. (2025) convalidam a nossa afirmação quando apontam que os silos não existem apenas por questões técnicas, mas também por decisões de implementação e implantação sem fazer uso de protocolos padronizados integrativos.

> *Not only because of different manufacturer, different methods of development, different development environment, but also as a result of these systems have no uniform standard interface, communication protocols, and data transmission format and response rules. So the exchange of information between them becomes very difficult, which leads to the resources cannot be shared, and this is the so-called information island.* (Zhang et al., 2025, pp. 2905).

Esses autores apontam que a solução para uma efetiva integração de dados está na eliminação de silos de dados. Portanto, percebe-se que os silos de dados têm um impacto negativo no compartilhamento e na integração de dados ao dificultar a colaboração, reduzir a transparência e aumentar a ineficiência. Eles limitam o acesso aos dados, impedem que pesquisadores de diferentes áreas trabalhem juntos e podem levar a resultados científicos inconsistentes.

Com base na literatura analisada, pode-se afirmar que:

- Os silos de dados prejudicam a qualidade da pesquisa científica ao limitar o acesso a informações essenciais para a validação e replicação de estudos. A falta de dados compartilhados pode resultar em conclusões enviesadas e menos robustas.
- A transparência é um dos pilares da Ciência Aberta. Silos de dados dificultam a verificação independente de resultados, tornando o processo científico menos transparente e aumentando o risco de fraudes e erros.
- O impacto das descobertas científicas é reduzido quando os dados não são compartilhados. Soluções com potencialidades de inovação para problemas urgentes da sociedade podem não ser descobertas devido à falta de integração de informações.
- Se os livros compõem uma parte dos dados de pesquisa utilizados, a partir

da digitalização dos processos biblioteconômicos, os dados bibliográficos administrados pelas bibliotecas também podem se tornar silos dentro de silos de dados, como destacam Serra e Santarém Segundo (2021);

- A existência de boas práticas de gestão, como os Princípios FAIR, não é suficiente. É preciso compreender as particularidades dos domínios e as necessidades técnicas e profissionais para sua implementação.

Diante do exposto, a discussão sobre a gestão e o reuso de dados de pesquisa no contexto da Ciência Aberta evidencia a crescente relevância dos repositórios de dados como o SciELO Data. A literatura aqui apresentada salienta que o compartilhamento sistemático e a curadoria eficiente dos dados são fundamentais para ampliar o impacto da produção científica, acelerar descobertas e promover a transparência nas práticas de pesquisa. No entanto, os chamados silos de dados — causados tanto por fatores técnicos, quanto por decisões de gestão — constituem um obstáculo significativo para a interoperabilidade entre repositórios e a integração dos dados. Esses silos comprometem ainda a replicabilidade das pesquisas e a reutilização dos seus dados. Assim posto, superar os desafios impostos pelos silos de dados é um passo essencial para consolidar a Ciência Aberta como um modelo capaz de ampliar o acesso ao conhecimento, fortalecer a cooperação científica e gerar benefícios concretos à sociedade.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa descritiva, aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo exploratória; de carácter analítico experimental (Flick, 2013). Utiliza pesquisa bibliográfica para levantamento de estudos capazes de fundamentar a argumentação apresentada. Realiza um estudo de caso sobre o portal de pesquisa do SciELO Data a partir da análise da documentação disponibilizada *online*, com a finalidade de identificar possíveis questões associadas ao conceito de silo de dados, conforme apresentado na seção 2. A escolha do repositório de dados se justifica pela sua importância para preservação, guarda e disseminação de dados de pesquisa em diferentes países e abrigando um quantitativo expressivo de periódicos associados.

Resultados

O repositório SciELO Data, lançado em 2020, está definido, de acordo com o *site* oficial, como "[...] um repositório multidisciplinar para depósito, preservação e disseminação de dados de pesquisa de artigos submetidos e aprovados para publicação, ou já publicados em periódicos da Rede SciELO, ou depositados no SciELO Preprints" (SciELO, 2025). Para tal, utiliza o repositório Dataverse (SciELO, 2023), que busca infraestrutura se apoia em normas, padrões e protocolos que se propõem a garantir a interoperabilidade dos diversos ambientes, sistemas e dados heterogêneos.

> o SciELO Data é ao mesmo tempo um conjunto de repositórios específicos de cada periódico e um repositório geral que agrega todos os conteúdos. Esta solução segue o princípio de trabalho em rede, pois dota cada periódico com autonomia de contar com repositório próprio e realizar sua gestão de acordo com as especificidades das políticas de gestão de dados de pesquisa. (Packer e Santos, 2022, pp. 100-101).

Conforme os autores acima mencionados, o SciELO Data desempenha, no contexto da Ciência Aberta, as funções de preservar os conteúdos das pesquisas subjacentes aos textos, promover a ampla disseminação dos resultados científicos, viabilizar o reuso de dados por novos estudos, oferecer suporte às análises, resultados, discussões e conclusões dos manuscritos, além de facilitar o processo de avaliação por pares e favorecer a reprodução e replicação das pesquisas (Packer e Santos, 2022, pp. 101).

Os arquivos armazenados no SciELO Data são formalmente reconhecidos como objetos de comunicação de pesquisas conforme o Modelo SciELO de Publicação. Conforme Packer & Santos (2022, pp. 101) afirmam que os

registros recebem identificador DOI atribuído pelo *Datacite* e devem conter metadados que possibilitem citação, referenciamento, indexação e interoperabilidade abrangentes, com alinhamento progressivo aos princípios FAIR.

No contexto do compartilhamento de dados, a vantagem do uso desse repositório é o alinhamento com os princípios FAIR (encontrável, acessível, interoperável, reutilizável). (SciELO, 2023).

Ademais, o SciELO Data realiza o compartilhamento dos dados com princípios voltados para repositórios confiáveis. Ele presta serviço com base nos princípios TRUST: transparência (*transparency*), responsabilidade (*responsibility*), foco no utilizador (*user focus*), sustentabilidade (*sustainability*) e tecnologia (*technology*) (Lin, 2020).

A proposta do SciELo Data é promover o acesso aberto aos dados de pesquisa, vinculando-os a artigos publicados na rede SciELO. Retomando a discussão conceitual sobre dados de pesquisa, para o SciELO, dados de pesquisa podem ser "arquivos de dados, de programas de computador e de outros conteúdos subjacentes aos textos" (SciELO, 2024a, pp. 6). Além disso, suporta a criação de metadados padronizados e DOI para conjuntos de dados e alinha sua prática com a política de dados abertos da Ciência Aberta. (SciELO, 2025).

Com base na definição de silos de dados apresentada na seção 2, foram estipulados critérios para análise do SciELO Data. Vejamos:

Quadro 1: Critérios analisados no SciELO Data

Possível causa do silo de dados	**Critério analisado**
Impossibilidade de comunicação	Interoperabilidade
Escopo e cobertura com o compartilhamento e/ou integração de grupos de dados	Escopo e cobertura
Desenvolvimento de software em diferentes momentos ao longo de décadas, utilizando soluções de diferentes fabricantes	Software consistente
Utilização de métodos e ambientes não compatíveis	Interoperabilidade
Ausência de interfaces padronizadas	Interoperabilidade
Falta de protocolos de comunicação	Interoperabilidade
Formato de transmissão de dados e regras de resposta uniformes	Interoperabilidade

Fonte: Elaboração própria (2025)

A partir desses critérios, foi realizada uma análise em sua base de busca (SciELO, 2025) e na documentação disponível (SciELO, 2023), no recorte adotado por esta investigação.

Quadro 2: Resultado da analise no SciELO Data

Critério analisado	**Resultado**
Interoperabilidade	utiliza métodos e ambientes compatíveis com os padrões e protocolos internacionais e com a Ciência Aberta em termos de infraestrutura, mas ainda apresenta lacunas funcionais e práticas que podem gerar incompatibilidades operacionais e semânticas com ambientes mais avançados ou integrados.
Escopo e cobertura	Possui 68 comunidades Dataverses; 769 conjunto de dados; 5.178 arquivos. Organizados em Dataverses individuais (por revistas ou instituições)
Software consistente	Caracteriza-se como repositório confiável. Utiliza o Dataverse desenvolvida pela Universidade de Harvard, que suporta alguns protocolos padrão da Web científica.

Fonte: Elaboração própria (2025)

A documentação disponibilizada pelo SciELO (2023; 2025) apresenta as capacidades técnicas, habilidades funcionais e objetivos do Scielo Data, porém não foi encontrado menção

aos estudos voltados para curadoria semântica (ontológica) ou de interoperabilidade com plataformas mais complexas como: European Open Science Cloud (EOSC)[i] ou OpenAIRE[ii].

Podemos inferir que não há evidência direta ou documentada publicamente de que o SciELO Data apresente silos de dados estruturais, como ocorre em ambientes corporativos ou institucionais fechados.

O processo investigativo constatou que o SciELO Data atende aos requisitos analisados. Todavia, há indícios e limitações que podem ser interpretados como riscos potenciais à interoperabilidade e ao compartilhamento pleno, o que pode ser associado ao conceito de silos de dados. Apesar de utilizar métodos e ambientes compatíveis (ver quadro 3) com os padrões internacionais e com a Ciência Aberta em termos de infraestrutura, ainda apresenta algumas lacunas funcionais e práticas que podem causar incompatibilidades operacionais e semânticas com ambientes mais avançados ou integrados. A intereoperabilidade é limitada, não se conectando a outras plataformas externas, como o Zenodo, Dryad e Figshare, impondo barreiras à curadoria internacional, bem como pouca visibilidade dos *endpoints* e documentação técnica. Da perspectiva do controle terminológico, não foram identificadas ontologias ou outro tipo de linguagem documentária, resultando em efeito direto na representação da informação e integração semântica. Ainda no contexto dos metadados, apesar do uso do padrão Dataverse, muitos dados são depositados com metadados insuficientes ou pouco estruturados, dificultando o reuso automatizado — o que pode ser interpretado também como barreiras semânticas.

A problemática que aqui se apresenta discute como é possível contemplar a interoperabilidade semântica em repositório de dados, utilizando ambientes heterogêneos que não se beneficiam de uma linguagem universal de representação. Campos, Campos e Barbosa (2020, pp. 682) apontam que uma potencial solução seria que a "*interoperation between two systems seems to be possible only when we can overcome the linguistic, terminological, and verbal differences that are defined by the idiosyncratic conditions of each environment*".

Quadro 3: Interface/Protocolo utilizado pelo SciELO Data

Interface/ Protocolo	Finalidade	Compatibilidade Padrão
OAI-PMH	Coleta de metadados por outros repositórios (harvesting)	Sim
API REST	Acesso programático para consulta e submissão de dados	Sim
DOI / DataCite	Identificador persistente e metadados padronizados	Sim
Exportação de metadados	Exporta em formatos como DDI, Dublin Core, JSON	Sim

Fonte: Elaboração própria (2025)

Já a respeito do escopo e cobertura com o compartilhamento e/ou integração de grupos de dados, constatou-se:

- **Fragmentação entre coleções nacionais**: como a rede SciELO é organizada por país, há pouca interoperabilidade entre os sistemas SciELO Data de diferentes países – por exemplo: Brasil, Chile, África do Sul (SciElo, 2024b), o que pode configurar silos geográficos. Maricato et al., (2023, pp. 2) apontam que "*the underrepresentation of many countries in selective databases does not allow for the proper scientific evaluation of countries that are not part of the scientific mainstream, causing biases in the research evaluations elaborated from their data*".
- **Adoção limitada por parte dos autores:** muitos pesquisadores ainda não depositam os dados brutos de suas pesquisas, por desconhecimento, conforme sugere a investigação de Rodrigues *et. al.* (2019). Segundo aos autores, que analisaram a percepção de bolsistas de produtividade nível A do CNPq, vinculados a instituições públicas brasileiras, sobre Ciência Aberta, dos 53 respondentes, 28,57%

> desconhecem as práticas de Ciência Aberta. Ou seja, os dados podem existir, mas nem sempre estão ou serão compartilhados.

O Programa SciELO opera o repositório SciELO Data, que permite a cada periódico operar seu próprio servidor de dados de acordo com os padrões internacionais de repositórios de dados e passível, portanto, de ser utilizado por todos os periódicos. (SciELO,2024a, pp. 10). Este repositório de dados foi implantado na plataforma Dataverse, que permite a criação de múltiplos re-positórios de dados de pesquisa, também chamados de Dataverses (um Dataverse pode conter outros Dataverses ou disponibilizar conjuntos de dados diretamente) (Caregnato; Rosa e Rodrigues, 2024, pp. 2).

Outro ponto é levantado por Mazoni et al. (2023). Estes autores criticam a falta de dados totalmente estruturados.

> *The SciELO database, although using metadata such as XML and JSON, does not yet have fully structured data and, consequently, does not have a robust API available. In bibliographic databases, in many cases, the definition of minimum requirements and steps is necessary for the available data to become useful. (Mazoni et al., 2023, pp. 3).*

A adoção é opcional pelos autores e revistas de depósito dos dados de pesquisa, em outras palavras, o SciELO Data não impõe o depósito de dados, sua utilização é voluntária por parte dos autores, o que gera inconsistência na adoção dos métodos e inviabiliza fluxos sistemáticos de interoperabilidade. Na visão de Caregnato; Rosa e Rodrigues (2024, pp. 3-4) a "ausência de exigências para a publicação de dados em repositórios de acesso aberto, ou a definição de diferentes níveis de acesso, pode dificultar a divulgação de resultados de pesquisa".

O "Guia de preparação de dados de pesquisa" disponibilizado pelo Scielo (2021) esclarece que o SciELO Data aceita qualquer tipo de arquivo, porém é recomendado o depósito de formatos: "Não proprietários; Abertos, com padrões internacionais documentados; com codificação de caracteres padrão, de preferência Unicode" SciELO (2021, pp. 3). Entretanto, é apenas uma recomendação e não condição obrigatória para aceitar o depósito dos dados, acarretando a presença de dados sem as definições, descrições e formatos necessário para serem considerados de acordo com os princípios FAIR, por exemplo, e não padronizando a entrada de arquivos de dados, conforme exigência da Ciência Aberta. (Maricato et al., 2023, pp. 3).

> A carência de padronização no formato dos dados a serem submetidos também foi observada. A falta de um formato normalizado e uma grande variação de formatação de arquivos pode dificultar a recuperação, disseminação e preservação desses dados. O pouco alcance da revisão por pares aos dados de pesquisa foi um dos pontos que mais chamou atenção durante a análise, já que essa prática seria extremamente benéfica ao assegurar a confiabilidade dos dados divulgados. (Caregnato; Rosa & Rodrigues, 2024, pp. 4).

O SciELO Data possui características analíticas únicas que precisam ser valorizadas, possuindo uma fonte relevante para publicação científica em acesso aberto nas regiões que abrange. É também uma plataforma voltada para aumentar a visibilidade e a internacionalização da produção científica dos países (Maricato, 2023, pp. 8). Todavia, esses autores chamam a atenção para pontos a serem aprimorados:

> *we would like to remark the need to seek ways to improve the large-scale availability of SciELO data for researchers, policy makers, librarians, and any other interested stakeholders. Such large-scale availability may represent the tipping point for the SciELO database to become an open research scientometric infrastructure on its own.* (Maricato, 2023, pp. 8).

Logo, podemos inferir que há uma necessidade de destacar a importância de buscar maneiras de melhorar a interoperabilidade dos dados depositados, de forma a aumentar a disponibilidade em larga escala do SciElo Data para pesquisadores, formuladores de políticas, bibliotecários e quaisquer outras partes interessadas.

Algumas considerações

Os silos de dados são um obstáculo significativo para o compartilhamento de dados e a Ciência Aberta, prejudicando a qualidade, a transparência e o impacto da pesquisa científica. A superação desses desafios é essencial para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento de soluções para os problemas mais urgentes da sociedade.

Após a análise realizada, pode-se afirmar que o SciELO Data não é um silo de dados por definição, mas ainda apresenta barreiras operacionais, técnicas e culturais que podem afetar a fluidez do compartilhamento em larga escala. Tais barreiras se apresentam como campo fértil para desdobramentos desta pesquisa a partir da contribuição da Ciência da Informação, com foco em interoperabilidade, curadoria de dados, metadados e políticas informacionais.

Como desdobramento da presente investigação, vislumbramos a possibilidade de reaplicação da metodologia adotada em estudos comparativos com outros repositórios de dados de pesquisa, tendo como eixo analítico a problemática dos silos de dados. Outro potencial desdobramento consiste no aprofundamento das análises acerca dos princípios FAIR, com ênfase nos aspectos semânticos relacionados à descrição e à recuperação da informação. A partir da experiência acumulada, levanta-se a hipótese de que há uma lacuna significativa na literatura quanto à implementação dos processos de *FAIRification* e à consolidação de objetos FAIR, os quais despontam como estratégias promissoras para mitigar ou romper com as barreiras impostas pelos silos de dados.

Por fim, podemos afirmar que determinadas barreiras operacionais, técnicas e culturais revelam a complexidade dos processos de compartilhamento e integração de dados em larga escala. Desta forma, a Ciência da Informação possui interesses e estudos que podem contribuir com possíveis soluções voltadas à interoperabilidade, à curadoria qualificada, ao uso eficaz de metadados e à formulação de políticas informacionais. Suplantar essas lacunas não é apenas uma exigência técnica, mas um compromisso estratégico com a transparência, a colaboração e o impacto social da pesquisa científica.

Referências

Araújo, C. A. A. (2018). *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA.

Borgman, C. L (2012, June). The conundrum of sharing research data. *Journal of the American Society for Information Science and Technology,* 63, (3). https://doi.org/10.1002/asi.22634

Byrne, G.; Goddard, L. (2010). The strongest link: libraries and linked data. *D-Lib Magazine*, 16, (11/12). http://www.dlib.org/dlib/november10/byrne/11byrne.html.

Campos, M. L. A.; Campos, L. M.; Barbosa, N. T. (2020). The Challenges of semantic interoperability in the Era of Escience on the Web. *Knowl. Org*., 47, (8), 680-695. https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2020-8-680.pdf

Caregnato, S. E.; Rosa; J. A.; Rodrigues, P. H. S. (2024). Políticas editoriais sobre dados de pesquisa em periódicos no repositório SciELO Data. In: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (9. 2024. Brasília). *Anais*... Brasília: UNB: IBICT. https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.285

Core TrustSeal Standards and Certification Board. *CoreTrustSeal Trustworthy Data Repositories Requirements* 2020–2022.

DataVerse Project (2025). *Dataverse Documentation, 6, (6)*. https://guides.dataverse.org/en/latest/

Davenport, T. H.; Patil, D. J. (2012, Oct). Data Scientist: the sexiest job of the 21st Century. *Harvard Business Review*, 90, (10), 70–76. https://hbr.org/2012/10/data-scientist-the-sexiest-job-of-the-21st-century.

Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa*: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso.

Gaal, L. P. M.; Pereira, C. A. (2023). Colaboração científica sobre ciência aberta no campo da ciência da informação**.** *Revista digital de biblioteconomia & ciência da informação*; 21, 1-26. https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8673825

Gómez Mont, Constanza et al. (2020). *La*

inteligencia artificial al servicio del bien social en América Latina y el Caribe: Panorámica regional e instantáneas de doce países. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo. http://dx.doi.org/10.18235/0002393

Hanson, B., Sugden, A.; Alberts, B. (2011). Making data maximally available. *Science*, 331, (6018). DOI: 10.1126/science.1203354

Hodapp, D.; Hanelt, A. (2022). Interoperability in the era of digital innovation: An information systems research agenda. *Journal of Information Technology*, *37*(4), 407-427. https://doi.org/10.1177/02683962211064304

Iafrate, F. (2015). *Do Big Data ao Smart Data.* Londres: ISTE; Hoboken, NJ: John Wiley.

IEEE (1990). *IEEE standard computer dictionary*: a compilation of IEEE standard computer glossaries. New York: IEEE.

Jain, R. (2003). Out-of-the-box data engineering events in heterogeneous data environments. *Proceedings 19th International Conference on Data Engineering (Cat. No.03CH37405)*, Bangalore. doi: 10.1109/ICDE.2003.1260778.

Kim, J. et al. (2016) Collaborative analytics for data silos*. IEEE 32nd International Conference on Data Engineering (ICDE)*, Helsinki, Finland, 743-754, doi: 10.1109/ICDE.2016.7498286.

Krüger, A. K. (2020). Quantification 2.0: Bibliometric infrastructures in academic evaluation. *Politics and Governance*, v. 8, n.2, pp. 58-67. https://doi.org/10.17645/pag.v8i2.2575

Lin D. (2020). The TRUST Principles for digital repositories. *Sci Datav*. 7, (1). https://doi.org/10.1038/s41597-0200486-7

Macewan, A. (2004). Project InterParty: from library authority files to e-commerce. *Cataloging & Classification Quarterly*, 39, (1-2), 429-442. DOI: 10.1300/J104v39n01_11.

Marcondes, C. H. (2022). The role of vocabularies in the age of data: the question of research data. *Knowl. Org.*, 49, (7), 467-482. https://doi.org/10.5771/0943-7444-2022-7-467

Maricato et al. (2023). SciELO as an open scientometric research infrastructure: general discussion of coverage in OpenAlex, WoS, Scopus and Dimensions. In: International Conference on Science, Technology and Innovation Indicators (27, 2023, Leiden, The Netherlands). *Proceedings*... [s.l.]: International Conference on Science, Technology and Innovation Indicators. https://dapp.orvium.io/deposits/6442c231903ef57acd6dc640/view

Mazoni, A. F. et al. (2023). Challenges in cloud infrastructure and scientific data: technical proposals and tools applied to the SciELO database. *Anais do Workshop de Informação, Dados e Tecnologia - WIDaT,* 6. DOI: 10.22477/vi.widat.44.

Melo, J. F.; Rockembach, M. (2025). Consentimento informado no contexto da ciência aberta: convergências, divergências e pontos de integração, *Ciência da Informação*, 54, (2). https://cip.brapci.inf.br//download/346720

Menezes, D. P.; Galvão, R. (2025,Janeiro, 16). Ciência Aberta: uma visão desapaixonada. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*, Atualidades. https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/atualidades/ciencia-aberta-uma-visao-desapaixonada

Packer, A. L.; Santos, S. M. dos. (2022). O SciELO como programa de Ciência Aberta. In: Príncipe, E.; Rode, S. de M. (org.) (2022). *Comunicação científica*. Rio de Janeiro: IBICT. https://www1.abecbrasil.org.br/painel/uploads/www/geral/E-book-Comunicacao-cientifica-aberta.pdf.

Patel, J. (2019). Bridging data silos using big data integration. *International Journal of Database Management Systems*, 11, (3), 01-06.

Rede Brasileira de Reprodutibilidade. (2025). Ciência aberta: outra visão desapaixonada. *OSF*. https://osf.io/h2unb

Rodrigues, K. O. et al.. (2019). Percepção de pesquisadores de instituições públicas acerca da ciência aberta. *Ciência da Informação*, 48, (3). https://brapci.inf.br/v/136333

Sayão, L. F.; Sales, L. F. (2016a). Algumas

considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. *Informação & Informação*, Londrina, 21, (2), 90-115. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939/20122>.

Sayão, L. F.; Sales, L. F. (2016b). Subsídios para a construção de um modelo de avaliação de sistemas de gestão de dados de pesquisa. *Ponto de Acesso*, Salvador, 12, (3), 80-108. https://doi.org/10.9771/rpa.v12i3.28965

SciELO (2021). *Guia de preparação de dados de pesquisa*. SciELO. https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_preparacao_pt.pdf

SciELO (2023). *Research data curation guidelines for editorial teams*. [s.l.]: SciELO. https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_curadoria_en.pdf

SciELO (2025). SciELO Data. https://data.scielo.org/dataverse/scielodata

SciELO (2024a). *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil*. Scielo. https://www.scielo.br/media/files/20240900-Criterios-SciELO-Brasil.pdf

SciELO (2024b). *SciELO NetWork*. https://www.scielo.org/en/about-scielo/scielo-network/

Schrader, Alvin. (1983). *Toward a theory of Library and Information Science*. 1014f. Tese (*PhD in Library and Information Science*). Indiana University.

Semeler, A. R., Pinto, A. L. (2019). Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da Biblioteconomia de dados. *Ciência da Informação*, 48, (1), 113-129.

Serra, L. G.; Segundo, J. E. S.(2021). Dos silos de dados à web dos dados: bibliotecas e o linked data. Informação & Informação, 26, (2).

Souza, J. B.; Freitas, R. L. (2024). A publicação científica torna-se maior que o artigo - repositório de dados da BrJP. *BRJP*, 7, 1-2. https://doi.org/10.5935/2595-0118.20240021-pt

UNESCO (2023). *Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta*. https://www.unesco.org/en/open-science/about.

Veiga, V.; et al..(2024). Um panorama dos princípios de dados *fair*: teoria, práticas e serviços. Informação & Informação, 29, (4).

Wang, L. (2018). Twinning Data Science with Information Science in schools of library and Information Science. *Journal of Documentation.* 74, (6), 1243–1257. https://doi.org/10.1108/JD-02-2018-0036

Wang, Y.; Kung, L.; Byrd, T.A. (2018). Big Data analytics: understanding its capabilities and potential benefits for healthcare organizations. *Technological Forecasting and Social Change*, 126, 3-13. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.12.019

Waters, J.; Powers, B. J.; Ceruti, M. G. (2009). Global interoperability using semantics, standards, science and technology (GIS3 T). *Computer Standards & Interfaces*, 31, 1158–1166. https://doi.org/10.1016/j.csi.2009.03.001

Zhang, H. e. at. (2025). AutoDDG: Automated Dataset Description Generation using Large Language Models**.** *Arxiv***.** New York: Cornell University. https://doi.org/10.48550/arXiv.2502.01050.

NOTAS

[1] Pesquisador apoiado por Bolsa de Produtividade CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil) e Bolsa CNE – Cientista do Nosso Estado/FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), Processo SEI E-26/204.049/2024.

[2] Para maiores informações, consultar: https://www.go-fair.org/fair-principles/.

[3] Para maiores informações, consultar: https://research-and-innovation.ec.europa.eu/index_en.

[4] Para maiores informações, consultar: https://www.openaire.eu/.

[i] Para maiores informações, consultar: https://research-and-innovation.ec.europa.eu/index_en.

[ii][4] Para maiores informações, consultar: https://www.openaire.eu/.

PÓS-FOTOGRAFIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS PARADIGMAS DA IMAGEM DOCUMENTAL

Vinicius Gustavo Franco, UNESP - PPGCI, ORCID: 0009-0002-0783-5150, Brasil, *vinicius.g.franco@unesp.br*

Telma Campanha de Carvalho Madio, UNESP - PPGCI, ORCID:0000-0002-7031-2371, Brasil, *telma.madio@unesp.br*

Thiago Rafael Martins, UNESP - PPGCI, ORCID:0009-0006-9476-8775, Brasil, *thiago.rafael@unesp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6731

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

A fotografia sempre ocupou um lugar central na preservação da memória e da história, sendo tradicionalmente considerada um registro visual fidedigno da realidade. No entanto, o avanço das tecnologias digitais, em especial a Inteligência Artificial (IA) generativa, tem transformado profundamente a forma como imagens são produzidas, interpretadas e utilizadas socialmente. Modelos como as Redes Generativas Adversárias (GANs) inauguram fase, a da pós-fotografia, em que a criação visual pode ocorrer sem qualquer mediação óptica. Questionar a fotografia, uma técnica impregnada de ciência, isto é, uma tecnologia, é examinar as referências modernas sobre o que é "verdadeiro ou falso", "real e aparente", e que não fazem mais sentido agora imersos numa sociedade com tal capacidade de imaginação, principalmente quando essa capacidade de fabricar e se comunicar por meio de imagens se revela, aqui se assume, com mais evidência no universo digital, Souza (2006). Neste cenário, imagens hiper-realistas podem ser geradas por meio de simples comandos textuais, confundindo-se com registros feitos por câmeras fotográficas. A produção de imagens sintéticas, que não possuem referente direto no mundo real, desafia os limites entre o documental e o ficcional, reconfigurando noções de autenticidade, autoria e veracidade. Além disso, suscita discussões cruciais no campo da Ciência da Informação, especialmente no que se refere ao valor informacional dessas imagens e seus efeitos sobre os processos de comunicação e preservação. Este artigo propõe-se a analisar criticamente os impactos da IA na fotografia contemporânea, discutindo como essas ferramentas reconfiguram os conceitos tradicionais de registro visual e informação fotográfica, e promovendo uma reflexão, técnica e epistemológica sobre o uso da imagem no universo digital. Para a Ciência da Informação, essa reconfiguração de conceitos é particularmente pertinente, pois as imagens são também objetos de representação de informação visual. A proliferação de conteúdos visuais que simulam a realidade, mas não a registram diretamente, exige a revisão de categorias documentais e a criação de novas abordagens para a validação da informação. O valor informacional dessas imagens, bem como seus efeitos sobre os processos de comunicação e tratamento, torna-se um campo de estudo crucial para assegurar a confiabilidade dos acervos digitais e a literacia informacional dos usuários. Este artigo, portanto, busca fomentar uma discussão robusta sobre as responsabilidades dos profissionais da informação diante de um cenário no qual a linha entre o real e o simulado se torna cada vez mais tênue, afetando a própria compreensão da linguagem visual e seus objetos informacionais.

Referencial Teórico

A fotografia, enquanto documento, exerce a função de registrar, preservar e representar visualmente um acontecimento (Marcondes, 2005). Tonello e Madio (2018) destacam que a fotografia conquistou, ao longo do tempo, a posição de documento expressivo, sendo reconhecida como fonte legítima de informação. Contudo, as barreiras entre imagem documental e representação digital se tornam difusas. Entler (2020) aponta que a pós-fotografia representa uma ruptura com os paradigmas tradicionais, sendo marcada pela influência de tecnologias que desafiam os conceitos de autoria e realidade. Beiguelman (2023) afirma que a IA embaralha as linhas entre o real e o artificial, tornando cada vez mais difícil validar a autenticidade de imagens e vídeos. Santaella (2024) reforça que as IA generativas são capazes de produzir imagens hipnotizantes e verossímeis, muitas vezes indistinguíveis de fotografias reais. Esse novo paradigma exige uma revisão das definições tradicionais de imagem e documento. Madio e Fujita (2008) argumentam que a gênese documental da fotografia deve ser entendida como resultado de uma função, institucional ou pessoal, mesmo quando sua produção ocorre por meios digitais. Assim, uma imagem gerada por IA, ainda que não derive de um disparo fotográfico, pode conter elementos informacionais significativos que justificam sua análise como documento. Souza (2006) complementa que a sociedade atual, profundamente visual e conectada, exige novos parâmetros para diferenciar o verdadeiro do falso, o real do simulado. As imagens criadas por IA desafiam não apenas os critérios técnicos da fotografia, mas também as estruturas sociais e cognitivas que validam o que vemos como real. A pós-fotografia emerge como um conceito central para a compreensão das profundas transformações que a imagem, e a fotografia em particular, têm experimentado na era digital, especialmente com o avanço da IA . A fotografia, em sua concepção clássica, é comumente compreendida não apenas como uma imagem, mas como um registro dotado de intencionalidade, contexto e vínculo com o real. Uma imagem resultante de um processo técnico, mas como um verdadeiro ato icônico, inseparável de suas circunstâncias de produção e recepção, o contexto. Existe a noção de "imagem-ato", ressaltando que o ato fotográfico inclui tanto a criação quanto a contemplação da imagem, sendo, portanto, uma experiência pragmática e encarnada, Dubois (2008). O problema reside no fato de que o usuário tende a interpretar as imagens geradas por IA da mesma forma que interpreta uma fotografia convencional. Essa equiparação ignora as diferenças fundamentais entre ambas, e o impacto informacional decorrente dessa confusão pode gerar diversos equívocos, especialmente no que se refere à autenticidade, à veracidade e ao valor documental da imagem. Complementando o pensamento tradicional Dubois (2008), a fotografia carrega consigo um traço do real, funcionando como índice e não apenas como representação. Mesmo quando seus aspectos técnicos são considerados, permanece uma adesão incontornável ao referente, o que a diferencia de outros modos de representação visual e mantém sua força como testemunho da realidade.

Figura 1: Explosão das Pirâmides de Gizé, gerada por IA



Fonte: Captura de tela do site Sora, feita pelos autores (2025).

Quando o realismo presente nas imagens geradas por IA supera os limites técnicos dos equipamentos tradicionais e oferece ao usuário elementos visuais que induzem à percepção de realidade, essas imagens passam a ser interpretadas como fotografias autênticas. A informação visual nela contida tende a ser compreendida como verdadeira e extraída diretamente de algum lugar no tempo e espaço. Nesse contexto, essa nova forma de representação visual do mundo configura-se simultaneamente como uma ferramenta que desafia os critérios tradicionais de autenticidade e confiabilidade da imagem fotográfica, comprometendo a distinção entre documento e simulação. Arlindo Machado ao fazer a introdução do livro do Vilém Flusser (1998), faz a seguinte observação: O computador permite hoje forjar imagens tão próximas da fotografia, que muita gente não é mais capaz de distinguir entre uma imagem sintetizada com recursos da informática e outra «registrada» por uma câmara. Atualmente as IA ultrapassaram exponencialmente as tecnologias vigentes em 1998, não somente pelo poder que se deu no processamento de dados, mas também pela quantidade de imagens disponível na *WEB* para treinamento desses modelos. As IA do tipo GAN segundo o próprio criador Goodfellow, são constituídas por um modelo generativo que utiliza dois componentes em competição: um gerador, que tenta criar amostras realistas, e um discriminador, que busca distinguir entre imagens aceitáveis ou não. O processo de treinamento envolve um jogo de soma entre zero e um, entre esses dois modelos, levando o gerador a produzir saídas cada vez mais adequadas aos dados solicitados (Goodfellow et al., 2014, tradução nossa). Dessa forma, essa tecnologia opera a partir do recorte e recombinação de diferentes imagens disponíveis em seu banco de dados, buscando gerar uma nova composição visual. Guerra e Marques Junior (2023) destacam que os algoritmos da IA utilizados para a geração de imagens operam a partir da combinação de vastos bancos de dados visuais, utilizando redes neurais adversarias que confrontam imagens sintéticas com modelos realistas até alcançar resultados verossímeis. Esse processo permite a produção de imagens altamente realistas, capazes de enganar o olhar humano e serem confundidas com fotografias autênticas. No campo da Ciência da Informação, o debate em torno da IA e das transformações da imagem, especialmente no contexto da pós-fotografia, revela-se cada vez mais urgente. Diante da crescente circulação de imagens geradas por IA, torna-se imprescindível que as instituições desenvolvam políticas específicas voltadas à gestão, preservação e identificação desses novos objetos informacionais. Tais políticas devem não apenas garantir o tratamento adequado dessas imagens nos acervos, mas também oferecer respaldo à sociedade no que se refere à compreensão de seu conteúdo, orientando quanto ao uso responsável e à identificação de possíveis riscos à desinformação e à manipulação da realidade.

Pós-fotografia e Reconfiguração Terminológica

A discussão contemporânea sobre a pós-fotografia, conforme delineado por Fontcuberta e Alonso Riveiro (2021, tradução nossa), representa uma transmutação dos valores associados à fotografia tradicional, que por um século e meio se consolidou como um dispositivo hegemônico de memória e verdade. Nesse novo cenário, a pós-fotografia se volta para o presente, caracterizando-se pela produção massiva, circulação e disponibilidade de imagens em meios digitais, desafiando a noção de que a fotografia é um mero reflexo do real. A era pós-fotográfica, portanto, implica uma redefinição da relação entre imagem, tempo e realidade, onde a autenticidade e a indexicalidade são questionadas pela maleabilidade das imagens digitais. Emerge como um campo conceitual indispensável para a compreensão das profundas transformações que a imagem, e em particular a fotografia, têm experimentado. A pós-fotografia não se limita a uma mera evolução técnica; ela sinaliza uma ruptura ontológica e funcional, onde os novos usos da imagem, outrora capturada pela câmera escura, se distanciam significativamente de suas funções documentais tradicionais. Neste

cenário, a IA se insere de forma inalienável, tornando-se um catalisador e um componente intrínseco dessas novas modalidades de criação imagética. Para contextualizar essa transição, é fundamental revisitar o conceito de imagem em sua acepção mais ampla. Imagem, abrange toda forma de representação visual percebida pelo olhar humano, seja ela material ou digital, estática ou em movimento, incluindo as construções mentais. Sua produção é multifacetada, englobando técnicas e tecnologias como pintura, desenho, animação ou computação gráfica. A imagem, em sua essência, não depende de um vínculo direto com o real, funcionando como uma construção simbólica e cultural que comunica sentidos por meio da forma e da visualidade. O advento do digital, um marco crucial para a pós-fotografia, provocou uma reconfiguração radical do conceito de imagem. Fabris (2015) argumenta que a imagem numérica não mais representa diretamente o mundo visível, mas resulta de manipulações formais e linguísticas que produzem abstrações visuais autônomas. Essa mudança distancia-se da concepção clássica de representação como uma "janela para o mundo". No novo paradigma digital, a imagem transcende o mero reflexo do real para se converter em um modelo pré-concebido, interativo, tridimensional e simbólico. Fabris compara o impacto dessa "escrita visual inédita" à invenção do alfabeto ou da imprensa, ressaltando como o digital, não apenas media a experiência, mas a estrutura, inserindo a imagem em lógicas computacionais que alteram as formas de conhecimento, memória, percepção e cultura.

Figura 2: Criança trabalhando, gerada por IA



Fonte: Captura de tela do site Sora, feita pelo usuário: j.k.ursus (2025).

A visualidade, nesse contexto pós-fotográfico, opera por simulação, recomposição e interação, exigindo novos quadros epistêmicos e uma reavaliação crítica dos fundamentos da imagem na contemporaneidade. Em contraste com a flexibilidade da imagem digital, a fotografia tradicionalmente se distingue por sua base na captação da luz refletida por objetos reais. Seu princípio técnico reside na formação de uma imagem a partir da ação luminosa sobre um suporte sensível, seja químico ou digital. Historicamente, a fotografia é associada à ideia de registro, memória e testemunho do real, conferindo-lhe um valor documental e de autenticidade. Santos (2008) reforça essa perspectiva, compreendendo a fotografia como uma forma de expressão cultural que registra aspectos diversos da vida social. Para Kossoy, o fotógrafo não é um mero técnico, mas um agente ativo que orienta a construção da imagem conforme seus próprios filtros culturais. Assim, o estudo da fotografia exige uma análise contextual que considere o tempo, o espaço, a técnica e a biografia do autor, além de recorrer a fontes variadas para uma compreensão integral das condições de produção e do sentido das imagens. No entanto, é precisamente essa associação intrínseca ao "real" que a pós-fotografia desafia. A "fotografia algorítmica", "fotografia binaria" ou "imagem sintética" representa o ápice das transformações abordadas pela pós-

fotografia. Caracterizada pela geração por meio de IA, esta modalidade dispensa a captação ótica do mundo físico. Tais registros não dependem de um referente real, sendo construídos a partir de bancos de dados, instruções textuais e programação. Embora visivelmente realistas, essas imagens carecem de um vínculo físico com a realidade, constituindo uma ruptura fundamental com os pressupostos tradicionais da fotografia enquanto documento visual indexado. Guerra e Marques Junior (2023) argumentam que, com o avanço das tecnologias de geração de imagens por Inteligência Artificial, torna-se essencial estabelecer mecanismos capazes de distinguir uma imagem sintética daquela capturada por meios fotográficos tradicionais. A câmera, como dispositivo de captação da luz refletida pelos objetos reais, continua sendo o elemento ontologicamente definidor da fotografia clássica. A ausência desse mecanismo pode colocar em dúvida a autenticidade da imagem gerada por IA, seguindo esses padrões. Principalmente quando estas se apropriam de partes de outras fotografias como base para recombinação e manipulação para geração de uma imagem nova. Os autores apontam que esse processo suscita dois impasses principais: a dificuldade de identificar o grau de veracidade da imagem visualizada e a apropriação indevida do trabalho de fotógrafos, agravada pela ausência de regulamentação quanto ao uso e à autoria dessas imagens no ambiente digital. A pós-fotografia nos convida a reconhecer que a fotografia algorítmica não pode ser compreendida como uma "imagem" qualquer, pois sua existência está ancorada em um contexto técnico, semiótico e informacional que a distingue radicalmente das demais formas de representação visual. Apesar de sua proximidade estética com a fotografia tradicional, sua natureza ontológica é distinta. Esta forma de imagem não deriva da ação da luz sobre um sensor ou filme fotossensível, nem estabelece uma relação de indexicalidade com um referente direto. Sua produção ocorre por meio de processos computacionais baseados em redes neurais e algoritmos generativos, implicando a ausência de um vínculo físico com o objeto, pessoas ou cenários gerados. Contudo, sua aparência mimética é suficientemente convincente para induzir o observador à crença de que se trata de um registro autêntico aos moldes convencionais, conferindo-lhe um impacto informacional significativo e, ao mesmo tempo, problemático. Segundo Flusser (2012), as imagens técnicas não devem ser avaliadas pela dicotomia entre realidade e ficção, mas sim pela probabilidade que apresentam no sistema que as gera. Essas imagens são produzidas por programas que operam conforme regras previamente definidas, elaboradas por programadores que também seguem lógicas programadas. O foco da análise, portanto, não está na veracidade da imagem, mas no grau de plausibilidade de seu conteúdo segundo o funcionamento interno dos próprios sistemas informáticos. Flusser argumenta que o essencial é compreender os mecanismos de produção dessas imagens e o modo como reorganizam nossa percepção do mundo, substituindo a representação tradicional por simulações matemáticas e algoritmos. A leitura dessas imagens exige uma nova postura crítica, ao instaurarem um modelo de mundo fabricado a partir de dados, cálculos e manipulações visuais, criando não uma cópia do real, mas uma nova experiência do visível. Reduzir a fotografia algorítmica à condição de "imagem" genérica seria negligenciar seu potencial de difusão em escala massiva nas redes digitais e seu papel ativo na reconfiguração de discursos, narrativas e práticas comunicacionais. Não é apenas uma imagem visualmente elaborada, mas um artefato informacional que desafia os critérios tradicionais, e carece de entendimento sobre seu potencial e seus possíveis efeitos práticos na sociedade. A pós-fotografia, portanto, nos alerta que tratar com a mesma neutralidade que outras imagens, desconsideraria suas implicações éticas, epistêmicas e documentais. Para a Ciência da Informação, a perspectiva da pós-fotografia torna ainda mais crucial o estabelecimento de terminologias claras e bem definidas entre imagem, fotografia e imagens gerada por IA. Essa distinção conceitual, informada pela compreensão das transformações pós-fotográficas, viabiliza a organização, descrição, indexação e preservação adequadas dos documentos visuais, respeitando suas especificidades

técnicas e semânticas. Além disso, contribui para a produção de conhecimento rigoroso, o combate à desinformação e o fortalecimento da confiabilidade dos acervos digitais diante de novas formas de representação e manipulação visual, que são intrínsecas à era da pós-fotografia e da inteligência artificial.

Hiper-realismo como novo critério para definir o que é fotográfico

O impacto provocado pelas imagens geradas por IA decorre, fundamentalmente, de sua natureza hiper-realista. É esse hiper-realismo que as torna convincentes, por permitir a criação de um pseudo-recorte da realidade capaz de enganar a percepção do usuário. Ao confrontar-se com tais imagens, o olhar tende a atribuir-lhes um estatuto de fato, dada a semelhança visual com registros fotográficos comumente conhecidos. A elevada carga de verossimilhança confere a essas imagens uma aparência "fotográfica", ainda que não resultem de um processo de captação óptica. Essa característica transforma profundamente as formas de recepção e compreensão visual, sendo uma produção que simula, em aparência e estrutura, os parâmetros formais da fotografia, mas cuja gênese é puramente computacional e nativamente digital. Da sua criação, tramitação, descarte ou possível preservação. Souza e Silva (2006) observa que, na contemporaneidade, o hiper-realismo manifesta-se por meio da onipresença de imagens técnicas que, ao serem exibidas em telas audiovisuais, instauram uma nova maneira de perceber o mundo. Essas imagens não apenas representam a realidade, mas muitas vezes a substituem, instaurando um regime visual no qual o real é reconfigurado segundo a lógica dos simulacros. A perspectiva artificial, sobre telas, amplificada pelas tecnologias digitais, contribui para a padronização visual e transforma o ato de ver em um processo de contemplação de imagens supostamente verossímeis. Esse fato não deslegitima essas produções como objetos informacionais, mas exige uma compreensão mais aprofundada sobre seus usos, sua função comunicacional e, sobretudo, o impacto que geram. Discutir essas criações algorítmicas, de natureza estritamente computacional, levanta a questão sobre estarmos ou não diante de uma fotografia. À luz dos moldes tradicionais, como já discutido, a resposta tende a ser negativa, uma vez que não há captação óptica da realidade. No entanto, para o público que consome, replica e atribui sentido a essas imagens, o que predomina é o conteúdo ou a informação visual. O caso da foto viral do Papa Francisco, gerada por IA e tida como real por veículos de imprensa, mostra que a sociedade já naturaliza essas imagens como fotografias, evidenciando o deslocamento do critério de autenticidade para a aparência, deste modo hiper-realismo dita se algo é "real" ou não, e não mais para a origem técnica e contextual na qual a imagem foi gerada. Neste novo cenário, a definição pétrea de fotografia, ancorada em seu processo técnico-óptico, perde progressivamente sua relevância como árbitro da verdade visual. O debate ontológico sobre se uma imagem é ou não uma fotografia, com base no equipamento que a produziu, torna-se secundário diante de uma nova e pragmática realidade: a credibilidade de uma imagem agora reside em sua capacidade de parecer real. A percepção do espectador, moldada pela verossimilhança e pelo hiper-realismo, emerge como o critério dominante de validação. Se a imagem algorítmica atinge um grau de realismo que a torna indistinguível de um registro tradicional, ela é funcionalmente absorvida no imaginário coletivo como "fotográfica", independentemente de sua gênese. O impacto informacional e a autoridade documental são, portanto, transferidos do processo de origem para o efeito de recepção. Ao enganar o olhar com um realismo convincente, a origem técnica da imagem se torna secundária diante do valor simbólico e da potência comunicativa que ela assume no fluxo informacional contemporâneo. A compreensão da gênese das imagens técnicas e seu grau de processamento é essencial para identificar sua inserção no regime do hiper-real. O episódio envolvendo a imagem gerada por IA do Papa Francisco ilustra contundentemente a transição do paradigma.

Figura 3: Imagem viral do Papa Francisco



Fonte: Revista Forbes (2024).

A naturalização do termo “fotografia” para descrever o artefato, tanto por usuários de redes sociais quanto pela própria imprensa, revela a hegemonia do critério estético sobre o técnico. O hiper-realismo da imagem provocou uma suspensão coletiva da descrença, tornando a questão de sua origem irrelevante no momento inicial de sua circulação. Mais do que isso, a imagem operou como um enunciado performático: ela não sugeria, mas afirmava uma informação (“o Papa usa roupas de luxo”), e foi essa afirmação que pautou o debate público. Fica evidente que o poder dessas criações não está apenas em sua capacidade de simular a realidade, mas em sua eficácia para construir e disseminar fatos visuais, com plena capacidade de informar e desinformar. Além da geração de imagens sintéticas, a IA inaugura a era da realidade editável, onde a manipulação de registros fotográficos autênticos se torna trivial.

Figura 4: Fotografia editada com IA da Samsung



Fonte: Captura de tela do site The Verge (2025).

A integração de ferramentas de IA generativa em dispositivos móveis, como os novos celulares da Samsung (The Verge, 2024), transforma cada fotografia em um campo aberto à intervenção. A distinção entre criar e editar torna-se obsoleta; com um simples desenho, um elemento novo e realista pode ser perfeitamente acrescentado a uma cena capturada, ou um elemento existente pode ser apagado sem deixar vestígios. Essa capacidade de realizar desde pequenas alterações estéticas até modificações contextuais significativas, como a inserção ou remoção de elementos-chave, tem implicações profundas. Quanto mais distante a imagem estiver do momento de sua captação e mais mediada for por sistemas de manipulação digital, mais intensamente estará imersa em uma lógica de simulação, Souza e Silva (2006). Ainda que muitas dessas criações surjam de maneira despretensiosa, motivadas pela experimentação das ferramentas tecnológicas disponíveis, é preciso reconhecer que há implicações mais profundas nessas práticas. Por trás da aparência lúdica e exploratória, essas imagens hiper-realistas mobilizam repertórios visuais que impactam diretamente como o público percebe a realidade. A

crescente disponibilidade de ferramentas para geração de imagens sintéticas baseadas em IA, de acordo com estudo recente do Oxford Internet Institute, houve um crescimento acentuado na circulação de modelos de *deepfake* publicamente acessíveis. As *deepfakes* representam uma aplicação avançada da inteligência artificial na criação de conteúdo multimídia fraudulenta, abrangendo imagens, áudios e vídeos. Essa tecnologia permite tanto a adulteração de elementos preexistentes, como a substituição de rostos ou a modificação de vozes, quanto a geração de material inteiramente sintético a partir de comandos específicos. Essencialmente, as *deepfakes* constituem uma forma sofisticada de desinformação, caracterizando-se como ferramentas contemporâneas e de elevado risco, dada a sua capacidade de simular eventos e imitar indivíduos com um grau de verossimilhança que dificulta a detecção de sua falsidade, Brasil (2024). Aproximadamente 35 mil variantes desses modelos foram disponibilizadas em plataformas, sendo baixadas quase 15 milhões de vezes desde novembro de 2022, Hawkins, Russell & Mittelstadt (2025). Esses modelos são voltados, em sua maioria (cerca de 96%), para a criação de imagens de mulheres, abrangendo desde celebridades até indivíduos com menor visibilidade em redes sociais.

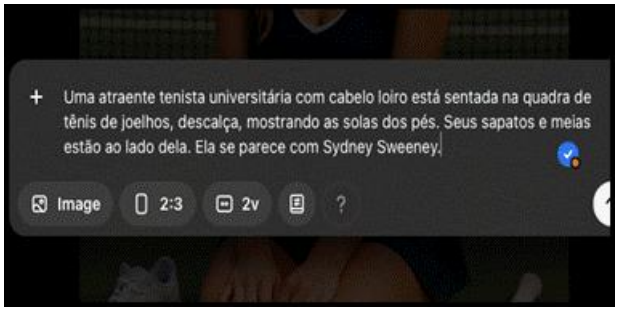
Figura 5: *Deepfake* da atriz Sydney Sweeney



Fonte: Captura de tela do site Sora, feita pelo usuário: bigie8266 (2025).

A técnica utilizada, conhecida como *Low Rank Adaptation* (LoRA), permite que qualquer usuário, com cerca de 20 imagens de uma pessoa e recursos computacionais mínimos, treine um modelo personalizado em aproximadamente 15 minutos. Essa facilidade técnica acentua os riscos relacionados à geração de conteúdos sintéticos com potencial danoso, especialmente no que tange à produção de imagens íntimas não consensuais, frequentemente rotuladas de forma explícita pelos próprios usuários da plataforma.

Figura 6: Prompt/Comando usado para gerar o *Deepfake*



Fonte: Captura de tela do site Sora, tradução feita pelos autores (2025).

Figura 7: Análise do perfil de um usuário que utilizou recursos de IA para criar representações visuais de uma mulher em variados contextos



Fonte: Captura de tela do site Sora, feita pelos autores (2025).

Assim, mesmo quando não há intencionalidade explícita, essas produções podem influenciar processos de significação, reforçando estereótipos ou desinformando, nos espaços públicos digitais. Fabris (2015) afirma que o hiper-realismo não deve ser compreendido como uma simples retomada da mimese tradicional, mas como um questionamento crítico da relação entre imagem e realidade. Por meio de uma representação minuciosa e calculada, essas obras colocam em evidência o estatuto ilusório da própria imagem técnica. A fotografia, enquanto prática consolidada, continuará ocupando um espaço relevante. No entanto, a crescente acessibilidade das ferramentas de IA, que permitem a geração de imagens por meio de simples comandos de texto, suscita reflexões sobre como essas novas representações visuais irão se integrar à sociedade. A inteligência artificial generativa está redesenhando o processo criativo em diversas mídias, como artes visuais, música, literatura e animação. Embora inicialmente percebida como uma ameaça à criatividade humana, a IA é entendida como um novo meio expressivo com capacidades próprias, que exige uma reconfiguração do papel do artista e das formas de autoria Epstein et al. (2023). A possibilidade de materializar ideias visuais de forma instantânea e personalizada modifica profundamente a lógica da produção imagética. No campo do entretenimento, esse fenômeno já é perceptível: memes, conteúdos humorísticos, animações e até séries dramáticas vêm utilizando a IA como recurso criativo, consolidando seu uso como uma linguagem imagética autônoma e amplamente consumida principalmente em redes sociais. A relação com o real nas imagens hiper-realistas não depende mais da mimese, mas da capacidade técnica de produzir experiências sensoriais convincentes, nas quais a imersão e o impacto visual substituem o vínculo referencial direto com a realidade objetiva Costa (2010). As ferramentas de IA generativa possuem uma estética própria, frequentemente marcada pelo hiper-realismo. Essa estética se dissemina nas mídias visuais e pode obscurecer a identificação da intenção do criador humano, ao mesmo tempo, em que impõe novos desafios para a diversidade estética e o reconhecimento da autoria Epstein et al. (2023). Ocorre o nascimento de ecossistemas de mídia inteiramente sintéticos, onde narrativas, estéticas e até mesmo memórias que nunca ocorreram são criadas e compartilhadas em larga escala, formando comunidades online coesas em torno de imagens fabricadas. O perigo reside na capacidade dessas culturas de se infiltrar no imaginário coletivo, normalizando representações distorcidas. A facilidade com que se pode gerar imagens realistas de figuras históricas em contextos fictícios, como o exemplo do Papa Francisco, representa uma ferramenta poderosa para o revisionismo histórico, capaz de criar provas visuais para narrativas que visam minar consensos estabelecidos. A fabricação de um passado visual alternativo ameaça diretamente a integridade dos arquivos e a própria noção de memória coletiva, que depende de um substrato documental compartilhado e verificável. Adicionalmente, a discussão sobre os vieses algorítmicos, precisa ser expandida para abranger a questão da hegemonia cultural algorítmica. Os modelos de IA, treinados predominantemente com dados que refletem as perspectivas do Norte Global, tendem a reproduzir e perpetuar estereótipos de gênero, raça e classe, enquanto marginalizam ou apagam visualmente culturas não-ocidentais. Este fenômeno opera como uma forma de

colonialismo digital, onde a capacidade de auto-representação é mediada por algoritmos que impõem uma estética normativa, resultando na erosão da diversidade cultural em favor de uma cultura visual globalizada e homogênea. Nesse contexto, o papel do profissional da informação deve evoluir para além da preservação e catalogação. Torna-se imperativo que atuem como curadores críticos e educadores, desenvolvendo uma alfabetização visual algorítmica. Isso implica não apenas ensinar a identificar imagens sintéticas, mas também a compreender as dinâmicas de poder embutidas em sua criação. A solução demanda uma abordagem que combine regulação, ferramentas de detecção e, fundamentalmente, uma educação que capacite os usuários a usar criticamente este novo ecossistema virtual. A discussão, portanto, move-se da preocupação com o fim da fotografia para a análise das formas de vida, cultura e poder que nascem da imagem sintética. Portanto, mais do que rejeitar ou glorificar essas novas formas de imagem, é imperativo compreendê-las em total complexidade. O papel do profissional da informação é, agora, o de desenvolver metodologias e estratégias que garantam a transparência, a preservação e o acesso responsável a esses documentos. Reconhecer essas imagens como documentos informacionais, sem perder de vista as transformações epistemológicas que impõem à maneira como compreendemos, produzimos e arquivamos no século XXI. Desse modo, busca-se oferecer subsídios que possibilitem uma melhor compreensão, uso e avaliação da informação visual, especialmente diante da complexidade estética e tecnológica das imagens geradas pelas IA.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa, de natureza exploratória, analisa os impactos da Inteligência Artificial na fotografia contemporânea e como a produção de imagens sintéticas redefine os conceitos tradicionais de registro visual e informação fotográfica. A metodologia se estrutura em dois eixos complementares: a análise teórica e a produção prática de imagens com IA, buscando compreender a transição para a pós-fotografia e a conexão das linhas entre o real e o artificial. O eixo teórico compreende um levantamento bibliográfico em fotografia, Ciência da Informação, cultura digital e inteligência artificial. Este levantamento fundamenta a análise dos paradigmas tradicionais da fotografia documental, que sempre foi considerada um registro visual fidedigno da realidade quando contextualizado, e dos desafios impostos pela IA no que tange à autenticidade, veracidade e à necessidade de novos parâmetros para diferenciar a captura da geração. Foram priorizadas fontes em português e inglês relevantes para a área. No eixo prático, a metodologia adota a análise de conteúdo, comparando imagens geradas por IA com fotografias do acervo digital do Instituto Moreira Salles (IMS), sendo fotos panorâmicas de cidades e de personalidades históricas, como referência para a comparação. O objetivo é investigar a capacidade da IA em simular documentos e desafiar a percepção de autenticidade, produzindo imagens realistas que se confundem com registros fotográficos reais. Para a geração das imagens, foram empregadas a IA Sora, a partir de comandos textuais (prompt). A análise comparativa das imagens geradas com as de acervo se baseou inicialmente em critérios como verossimilhança, composição, resolução, fidelidade visual e elementos estéticos. Esta análise foi complementada por uma leitura crítica fundamentada na semiótica Roland Barthes do signo fotográfico (2012) e na cibercultura de Lévy (1999), permitindo interpretar os elementos e sentidos presentes nas imagens artificiais. Esta abordagem visa identificar o potencial das IA em produzir imagens indistinguíveis de fotografias reais, que simulam aspectos documentais, e analisar criticamente essa nova produção informacional, que desafia os modelos tradicionais de organização e validação documental.

Resultados

A fase experimental deste estudo, focada na aplicação da IA para a geração de imagens a

partir de um corpus de fotografias históricas, revelou a impressionante maturidade dessas ferramentas em simular e recriar elementos visuais com um alto grau de fidelidade. Sendo: Museu Imperial de Petrópolis, um retrato de Getúlio Vargas e uma vista do Pão de Açúcar. Todas foram reproduzidas com uma precisão que transcende a mera cópia. A análise dos resultados demonstra que a IA foi capaz de interpretar nuances contextuais e estilísticas contidas nos prompts, replicando não apenas a composição e a forma, mas também a assinatura visual de épocas fotográficas distintas. A tecnologia conseguiu emular com verossimilhança texturas de filme analógico, angulações de câmera específicas, complexas técnicas de iluminação e a profundidade de campo característica de diferentes lentes. O resultado são imagens sintéticas que se aproximam visualmente da fotografia tradicional a um nível que borra as fronteiras entre o registro óptico e a criação algorítmica, confirmando o hiper-realismo como sua principal característica

Figura 7: Imagem Original - Museu Imperial



Fonte: Telles, Augusto Carlos da Silva (1970), IMS.

Figura 8: Imagem Gerada por IA - Museu Imperial



Fonte: Criada pelos autores (2025).

Prompt usado - figura 8: Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil. Arquitetura neoclássica do século XIX, fachada principal em tons de rosa e branco, com colunas, janelas arqueadas e detalhes ornamentais. Inserir palmeiras imperiais ao fundo e vegetação tropical no entorno. Cenário externo com céu azul claro e poucas nuvens. Iluminação natural suave de fim de tarde com efeito *HDR*. Ângulo de visão levemente inclinado da esquerda para a direita (*three-quarter view*), capturando a lateral e a fachada principal do edifício. Usar simulação de lente 35mm, profundidade de campo moderada, textura nítida e sombras realistas. Estilo fotográfico documental com composição equilibrada e simetria arquitetônica destacada.

Figura 9: Imagem Original - Getúlio Vargas



Fonte: Ballot, Henri (1953), IMS.

Figura 10: Imagem Gerada por IA - Getúlio Vargas



Fonte: Criada pelos autores (2025).

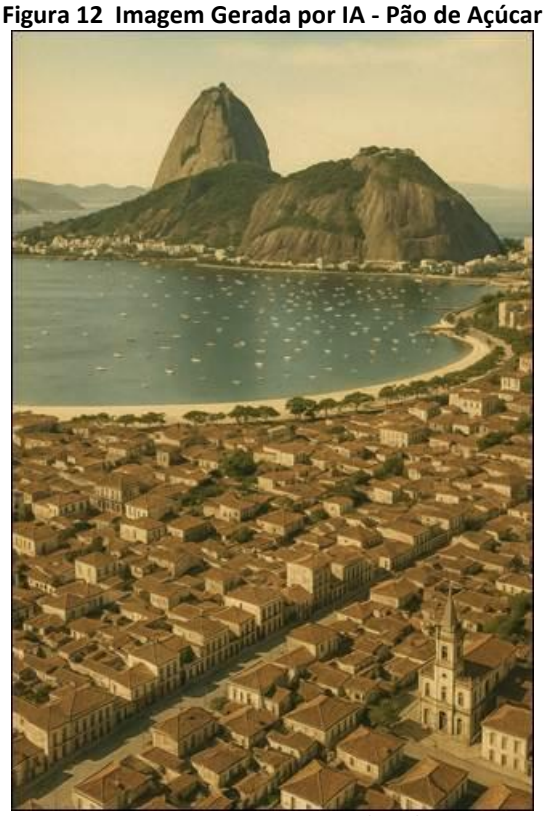
Prompt usado - figura 10: Retrato em preto do Getúlio Vargas, político brasileiro dos anos 1950, em evento público, vestindo terno claro com lenço branco no bolso, gravata preta com pequenos pontos brancos, camisa branca e óculos escuros metálicos. Deve estar sorrindo discretamente, com cabelo penteado para trás e expressão confiante. O fundo deve conter figuras masculinas em traje formal-militar ou camisas sociais ao fundo, levemente desfocadas, com foco principal no personagem central. Composição fotográfica em plano médio fechado, luz natural suave, textura de filme analógico, com leve granulação típica de película da década de 1950. Utilizar lente simulada 85mm com abertura f/2.8 para profundidade de campo curta e realce do sujeito principal. Manter fidelidade histórica no figurino e ambientação, simulando um retrato oficial espontâneo de estadista brasileiro da Era Vargas.

Figura 11: Imagem Original - Pão de Açúcar



Fonte: Autoria não identificada (1915), IMS.

Figura 12 Imagem Gerada por IA - Pão de Açúcar



Fonte: Criada pelos autores (2025).

Prompt usado - figura 12: Rio de Janeiro no século XIX, vista aérea ampla com composição panorâmica mostrando o bairro histórico com

casas e ruas simétricas. Ao fundo, inserir a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar em destaque. A vegetação costeira deve ser tropical e densa, com árvores alinhadas próximo à orla. Estilo visual emula fotografia colorizada antiga (*fotochrome* ou *autochrome*), com paleta sépia suave e luz natural difusa do entardecer. Utilizar simulação de lente de 50mm com profundidade de campo ampla, textura levemente granulada. Enquadramento oblíquo com leve inclinação, captando cidade e relevo ao fundo.

Apesar da precisão técnica, as imagens geradas revelaram alterações pontuais que impactam diretamente a autenticidade do conteúdo. Foram inseridos, por exemplo, detalhes arquitetônicos inexistentes no Museu Imperial, modificações faciais no retrato de Vargas e objetos adicionais não solicitados na paisagem carioca. Tais distorções, embora sutis, tornam evidente o funcionamento criativo autônomo da IA, que se baseia em inferências e probabilidades construídas por seu treinamento algorítmico. Isso demonstra que a IA não apenas replica, mas também interpreta e preenche lacunas visuais com base em padrões pré-existentes em seu banco de dados, podendo gerar manipulações não solicitadas.

Figura 10: Imagem Gerada por IA - Getúlio Vargas segurando uma banana



Fonte: Criada pelos autores (2025).

Um experimento alternativo feito ocorreu com a introdução de um único e direto comando adicional ao prompt original: solicitar que a figura de Getúlio Vargas segurasse uma banana. Essa modificação, aparentemente trivial, serve como um exemplo contundente da capacidade da IA de recontextualizar drasticamente uma cena a partir de uma instrução mínima. A naturalidade com que o elemento anacrônico e absurdo foi integrado à imagem, ajustando a postura da mão, a iluminação sobre o objeto e a interação com a figura, demonstra uma autonomia interpretativa que vai muito além da simples execução de ordens. Essa autonomia operacional escancara os vieses implícitos no treinamento dessas tecnologias, que carregam marcas estruturais de desigualdade, como padrões racistas, sexistas e colonialistas, conforme já problematizado por Silva (2023). A manipulação automatizada, aparentemente neutra, é moldada por valores normativos embutidos em seus bancos de dados, resultando em distorções simbólicas que têm implicações diretas na construção e disseminação da informação visual. Em síntese, os resultados demonstram que as imagens geradas por IA não apenas mimetizam o real com elevada eficiência, mas também o reinterpretam de acordo com lógicas algorítmicas que escapam ao controle do usuário. Tal constatação impõe a necessidade urgente de discutir os limites éticos e epistemológicos do uso dessas imagens enquanto documentos informacionais, especialmente em contextos sensíveis como a história, a memória e a cultura visual. A IA não substitui a fotografia tradicional. O falso realismo que transmitem constitui o principal elemento de legitimação dessas criações.

Considerações Finais

A inserção das Inteligências Artificiais no campo da imagem inaugura uma nova era para a fotografia. A distinção entre imagem e fotografia torna-se cada vez mais difícil, especialmente quando as ferramentas de IA conseguem criar imagens com alta precisão e realismo. No contexto da Ciência da Informação, é essencial compreender essas imagens como parte de uma nova produção informacional, que desafia os modelos tradicionais de organização, validação e preservação documental. As imagens criadas por IA, não devem ser descartadas como meras simulações, mas analisadas criticamente como produtos significativos da cultura digital. Ao

desafiar as definições clássicas de fotografia, a pós-fotografia nos obriga a repensar os conceitos de documento, veracidade e representação. O papel das instituições de informação e de seus profissionais será central nesse processo de mudança para garantir que as informações cheguem até seus usuários de forma segura e fidedignas. Conclui-se que a fotografia, longe de estar em crise, está em expansão, ganhando novos meios, ferramentas e significados. Com isso, torna-se fundamental acompanhar, registrar e refletir criticamente sobre essas transformações, não somente no campo da imagem, mas no da sociedade contemporânea em sua totalidade. Diante do avanço das tecnologias de IA generativa, torna-se evidente que estamos lidando com um novo regime de produção imagética que reconfigura profundamente os fundamentos tradicionais da fotografia e da criação visual. A facilidade com que essas imagens podem ser produzidas, manipuladas e disseminadas exige uma reflexão crítica sobre sua natureza, usos e impactos. A rápida assimilação dessas imagens sintéticas no tecido do cotidiano, seja como entretenimento, produto cultural ou forma de desinformação nas redes sociais, impõe uma urgência às instituições. Não se trata mais de uma necessidade futura, mas de uma demanda presente por protocolos e ferramentas. A resposta exige mais do que políticas atualizadas; requer criar novos instrumentos que contemplem a complexidade técnica e a ambiguidade legal da preservação digital desses novos documentos. A implementação de sistemas de rastreabilidade de proveniência algorítmica, a exigência de metadados forenses e a formulação de critérios curatoriais rigorosos para seleção e tratamento não são mais meras recomendações: tornam-se condições essenciais para a inclusão consciente desses artefatos em repositórios informacionais, garantindo que os acervos do futuro não se tornem depósitos de informações geradas sem contexto ou origem para uso.

Referências

Barthes, R. (2012) A câmara clara: Nota sobre fotografia. Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Beiguelman, G. (2023). Inteligência artificial como phármakon: A arte algorítmica entre o remédio e o veneno. *Rapsódia*, 1(17), 161–174. https://doi.org/10.11606/issn.2447-9772.i17p161-174

Beiguelman, G. (2023). Inteligência artificial e as novas políticas das imagens. *Revista ZUM*. https://revistazum.com.br/colunistas/inteligencia-artificial-e-as-novas-politicas-das-imagens/

Brasil. (2024). *Guia ilustrado contra as deepfakes*. Supremo Tribunal Federal; Data Privacy Brasil.

Costa, B. (2010). O hiper-realismo sensorial de 300. *E-Compós*, 13(1). https://doi.org/10.30962/ec.425

Dubois, P. (2008). *O ato fotográfico e outros ensaios* (11ª ed.). Papirus.

Entler, R. (2020). Paradoxos e contradições da pós-fotografia. *Revista ZUM*. https://revistazum.com.br/colunistas/pos-fotografia/

Epstein, Z., Hertzmann, A., Investigators of Human Creativity, Akten, M., Farid, H., Fjeld, J., ... & Smith, A. (2023). Art and the science of generative AI. *Science*, 380(6650), 1110–1111.

Fabris, A. (2015). O debate crítico sobre o Hiper-realismo. *ArtCultura*, 15, (27). https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29348

Flusser, V. (1998). *Ensaio sobre a fotografia: Para uma filosofia da técnica*. Relógio D'Água.

Flusser, V. (2012). *O universo das imagens técnicas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Fontcuberta, J., & Riveiro, M. A. (2021). Imágenes desquiciadas: Una conversación sobre (post)fotografía, tiempo y memoria con Joan Fontcuberta. *Discursos Fotográficos*, 16(29), 246–273. https://doi.org/10.5433/1984-7939.2020v16n29p246

Forbes. (2024, January 16). Papa Francisco alerta sobre perigos da IA após foto viral. *Forbes Brasil*. https://forbes.com.br/forbes-

tech/2024/01/papa-francisco-alerta-sobre-perigos-da-ia-apos-foto-viral/

Goodfellow, I. J., Pouget-Abadie, J., Mirza, M., Xu, B., Warde-Farley, D., Ozair, S., Courville, A., & Bengio, Y.(2014, June 10). Generative adversarial networks. *ArXiv.* https://arxiv.org/abs/1406.2661

Guerra, C. B., & Marques Junior, J. A. (2023). O problema da inteligência artificial aplicada às fotografias e o pensamento de Vilém Flusser. *Logeion: Filosofia da Informação*, 10(esp2), 82–93. https://doi.org/10.21728/logeion.2023v10nesp2.p82-93

Joachim, S. (2011). Arte computadorizada: Uma modelização intersemiótica e pragmática. *Ciência & Trópico*, 26(1). https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/671

Lévy, P. (1999). *Cibercultura.* Editora 34.

Madio, T. C. de C., & Fujita, M. S. L. (2008). A importância da gênese documental para identificação de acervos fotográficos. *Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación*, 2, 251–261. https://doi.org/10.54886/ibersid.v2i.2244

Marcondes, M. (2005). Conservação e preservação de coleções fotográficas. *Histórica*, 1(1), 1–13. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica01.pdf

Oliveira, I. (2023). Imagem feita com IA ganha concurso e fotógrafo recusa prêmio. *UOL Gizmodo*. https://gizmodo.uol.com.br/imagem-feita-com-ia-ganha-premio-fotografia/

Oxford Internet Institute. (2024, April 17). Dramatic rise in publicly downloadable deepfake image generators. *University of Oxford.* https://www.oii.ox.ac.uk/news-events/dramatic-rise-in-publicly-downloadable-deepfake-image-generators/

Rose, G. (2016). *Visual methodologies: An introduction to researching with visual materials* (4th ed.). SAGE.

Santaella, L., & Braga, A. A. (2024). A inteligência artificial generativa e os desconcertos no contexto artístico. *Revista GEMInIS*, 14(3), 5–20. https://doi.org/10.14244/2179-1465.RG.2023v14i3p05-20

Santos, F. L. (2008). KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista. *Revista De História Regional*, 13(1). https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2262

Silva, T. (2023). O racismo algorítmico é uma espécie de atualização do racismo estrutural. *Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz.* https://cee.fiocruz.br/?q=Tarcizio-Silva-O-racismo-algoritmico-e-uma-especie-de-atualizacao-do-racismo-estrutural

Souza e Silva, W. (2006). Vista da fotografia digital: Revelação das imagens e a fragmentação da hiper-realidade. *Revistas USP.* https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51427/55494

Souza, W. (2010). Foto 0/Foto 1. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.27.2010.tde-01122010-094326

Tagé, M. (2024). Inteligência artificial na fotografia: O esvaziamento do caráter documental na produção de imagens-fluxo. *Revista de Ensino em Artes, Moda e Design*, 8(1). https://doi.org/10.5965/25944630812024e4843

The Verge. (2024, July 17). Samsung Galaxy AI could let you create a Z Fold 6 with just a sketch. *The Verge.*https://www.theverge.com/2024/7/17/24199005/samsung-galaxy-ai-z-fold-6-sketch-to-image

Tonello, I. M. S., & Madio, T. C. de C. (2018). A fotografia como documento: Com a palavra Otlet e Briet. *Informação & Informação*, 23(1), 77–93. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n1p77

CIENCIA CIUDADANA PARTICIPATIVA PARA LA PROMOCIÓN DE LA LECTURA Y EL USO REFLEXIVO DE LA TECNOLOGÍA DIGITAL EN ADOLESCENTES

Michela Montesi, Universidad Complutense de Madrid, https://orcid.org/0000-0002-5509-2075, España, *mmontesi@ucm.es*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6732

Eje: Impacto de las Tecnologías de la Información y Comunicación / Impactos sociales

Introducción

Vivimos en una sociedad cada vez más digitalizada, y las nuevas generaciones están expuestas a los medios digitales y las tecnologías desde una edad muy temprana (Anderson et al., 2023; Boothroyd, 2021; Swist et al., 2015). Sin embargo, los impactos a medio y largo plazo del uso de la tecnología digital, como los dispositivos móviles y las redes sociales, en los usuarios más jóvenes—incluidos adolescentes y niños—siguen siendo en su mayoría desconocidos, lo que genera preocupaciones por sus implicaciones sobre los individuos y la sociedad. Al mismo tiempo, las bibliotecas y la lectura de entretenimiento van perdiendo relevancia en la vida de las personas más jóvenes, especialmente durante la transición de la niñez a la adolescencia, lo que plantea la necesidad de investigar nuevas estrategias para revertir esta tendencia.

Objetivos

La comunicación informa sobre una experiencia de ciencia ciudadana participativa realizada en colaboración entre la biblioteca pública del Ayuntamiento de Madrid María Zambrano, un instituto de educación superior (Padre Piquer) y el Departamento de Biblioteconomía y Documentación de la Universidad Complutense de Madrid, con la finalidad de promocionar la lectura y el uso reflexivo de la tecnología digital entre adolescentes. El objetivo de la investigación es doble: (1) conocer el uso de la tecnología digital de adolescentes en el marco de sus prácticas de información y en conexión con la lectura; y (2) contribuir a definir roles, funciones y servicios de la biblioteca pública para usuarios adolescentes.

El proyecto se ha desarrollado en el instituto y en la biblioteca y ha contemplado diferentes etapas. Tras una etapa inicial de planificación del proyecto, se realizó una encuesta sobre hábitos lectores y uso de la tecnología digital con 123 adolescentes de primero y segundo de la ESO (octubre de 2024). Una vez analizados los resultados, se comentaron en 6 talleres teórico-prácticos con los propios estudiantes participantes y sus profesores (noviembre y diciembre de 2024). Los talleres tuvieron lugar dentro de la biblioteca y se desarrollaron con la participación del personal bibliotecario. Finalmente, se llevó a cabo una entrevista con el equipo directivo de la biblioteca, con la que se dio por concluido el proyecto.

Referencial teórico

Esta investigación aborda el uso de la tecnología digital (TD, en adelante), o todo tipo de dispositivos, sistemas, herramientas y aplicaciones que pueden generar, almacenar y procesar datos, incluidos teléfonos móviles, tabletas, videojuegos y redes sociales, en línea con (Johnston, Kervin, & Wyeth, 2022; Eurostat, 2023), en el marco de las prácticas de información adolescentes y en conexión con la lectura. Las prácticas de información reúnen el conjunto complejo de actividades realizadas por individuos y comunidades cuando interactúan con la información (Savolainen, 2007; Zhong, Han, & Hansen, 2023). Al abordar fenómenos como la búsqueda, el uso, el consumo, la evaluación o el intercambio de información, las "prácticas de información" enfatizan la influencia de las estructuras sociales en las actividades informacionales de las personas. En este sentido, reflejando interacciones de la vida cotidiana moldeadas por antecedentes y paisajes socioculturales, la investigación sobre prácticas de información se

diferencia de la relacionada con el comportamiento en información, que se preocupa principalmente por los individuos con un énfasis en sus necesidades cognitivas. La investigación sobre prácticas de información también presta atención a los paisajes y entornos, así como a la materialidad y corporeidad de los procesos de información, entendiendo diferentes formas de conocimiento en los contextos de la vida cotidiana (Lloyd, 2006; Olsson & Lloyd, 2017).

El acercamiento al uso de la TD desde la perspectiva de las prácticas de información permite enfocar la problemática de forma innovadora, puesto que muchas investigaciones sobre el uso de las TD entre los adolescentes se han centrado en entender sus consecuencias sobre la salud mental o el rendimiento académico de los individuos. Al centrarse en mejorar los resultados en la salud o en el rendimiento académico, esta investigación ha dejado de lado las repercusiones e implicaciones sociales del uso intenso de la TD y el progresivo abandono de la lectura de entretenimiento entre las personas adolescentes.

El uso de las TD se ha asociado durante mucho tiempo con efectos positivos en el bienestar de los adolescentes, incluyendo una mejora en el desarrollo cognitivo y socioemocional (Haddock et al., 2022; Bitto Urbanova et al., 2023). Más recientemente, la visión sustancialmente positiva de las TD ha sido reemplazada por un discurso popular de desconfianza y rechazo, un cambio acelerado por la pandemia de Covid-19 (Montesi, 2023). En el caso de los usuarios más jóvenes, la exposición temprana y uso de pantallas, redes sociales y tecnologías similares ha generado preocupaciones especiales en lo que respecta a la salud mental y el desarrollo cognitivo, emocional y social (Ministerio de Juventud a Infancia, 2024). Esta investigación, al centrarse en las TD en el contexto de las prácticas de información globales y en su interconexión con la lectura, permite comprender mejor las implicaciones más amplias del uso de las TD para las comunidades y la sociedad. Esto se consigue también observando el uso de las TD y las prácticas de información desde la perspectiva de las bibliotecas, pues, a pesar de su progresiva pérdida de importancia para las familias y los adolescentes (Williams, 2014; Agosto et al., 2016), la perspectiva de la biblioteca traslada el enfoque de los individuos a los grupos de usuarios y las comunidades.

Las prácticas de información de los adolescentes repercuten directamente en cómo se van posicionando en la sociedad y como ciudadanos. En este sentido, la progresiva pérdida de importancia de la lectura como actividad recreativa y la caída de los índices de comprensión lectora representan un motivo de creciente preocupación (OECD, 2022; Webber et al., 2023; Wilkinson et al., 2020). Gjone (2024) sugiere que leer hoy en día ya no se refiere solo a la capacidad de comprender el texto, sino de buscar activamente y descubrir información e ideas que faciliten la reflexión, el debate y la comprensión. Complementariamente, el Manifiesto de Liubliana sobre la lectura subraya la importancia de la lectura de alto nivel (incluyendo la lectura crítica y consciente, la lectura inmersiva, la lectura no estratégica y la lectura de formato largo) y la necesidad de investigar el impacto social y cultural de las TD no solo en las habilidades de lectura, sino también en las “prácticas” de lectura (Schüller-Zwierlein et al., 2022; Schüller-Zwierlein et al., 2023)—prácticas de información en todos los aspectos.

Procedimientos metodológicos

La metodología empleada para llevar a cabo la investigación ha sido participativa y transdisciplinaria, con participación activa de todas las personas involucradas. La ciencia ciudadana participativa es una metodología de investigación que permite aumentar la conciencia sobre temas actuales y orientar en las estrategias políticas (Kimura & Kinchy, 2016). Facilita la creación de "conocimiento naturalista" y la pluralidad epistémica, al desarrollarse en el contexto donde se ubican las problemáticas de investigación y al contar con múltiples puntos de vista (Legrand & Chlous, 2016). Desde esta perspectiva metodológica, la conciencia y la capacitación surgen orgánicamente del propio proceso de investigación participativa como

"conocimiento vivo" –formado por experiencias e interacciones del mundo real– (Lorenz, 2020), en lugar de ser impuestas externamente, como suele suceder en los programas de alfabetización informacional o mediática (Leaning, 2019; Dolničar et al., 2020).

Desarrollo del proyecto

La investigación se ha realizado de acuerdo con estos supuestos metodológicos y con las recomendaciones de Banks (2022) para investigaciones participativas basadas en la comunidad. La autora contempla 5 etapas: planificación; acuerdo de colaboración; diseño de la investigación; generación y análisis de datos; y diseminación de los resultados.

La etapa de planificación y preparación contó con la existencia de colaboraciones previas entre la investigadora, el Instituto y la Biblioteca. El Instituto y la Biblioteca se encuentran a corta distancia uno de otro, en el distrito de Tetuán. Esta zona de Madrid se caracteriza por la gran presencia de población inmigrante y gitana. El Instituto mantiene una colaboración permanente con la Biblioteca para la realización de actividades en la propia biblioteca, desde el fomento lector, hasta las visitas guiadas y campañas para la realización de carnés de usuario. Por otro lado, la investigadora había colaborado previamente con la Biblioteca y el Instituto en la realización de talleres sobre el uso responsable de la TD (Montesi, Bautista Puig, & Álvarez Bornstein, 2023). Las formas habituales de colaboración en este sentido consistían en realizar actividades *para* el alumnado del instituto, con implicación principal de este en cuestiones logísticas y de organización. Los objetivos y el desarrollo del proyecto se fueron poniendo a punto desde finales del curso 2023-24 con la jefatura de estudios del Instituto y la dirección de la Biblioteca. En general, el proyecto buscaba promocionar el uso consciente de la TD en adolescentes a través del pensamiento crítico, fomentar la lectura de entretenimiento, y visibilizar roles y funciones de las bibliotecas públicas en ambos. En esa primera etapa, se esbozó el esquema general de desarrollo del proyecto.

En septiembre de 2024, se definieron los objetivos específicos que se perseguían por las tres partes participantes, lo que representaría un “acuerdo de colaboración”. La biblioteca identificó como objetivos: fomentar el hábito de la lectura, facilitar el acceso a contenidos digitales, mejorar la alfabetización digital, desarrollar la creatividad y el pensamiento crítico, fomentar la participación y el sentido de comunidad, reducir la brecha tecnológica, y promover la seguridad y la responsabilidad digital. La investigadora marcó como objetivos los de esta comunicación, es decir comprender el uso de la TD en adolescentes en el marco de sus prácticas de información y contribuir a identificar roles, funciones y servicios de la biblioteca pública en las prácticas de información de adolescentes. El Instituto, por otro lado, no definió ningún objetivo específico, a pesar de haber sido consultado al respecto. Cabe mencionar que hubo cambios en la jefatura de estudios durante el desarrollo del proyecto que incidieron en la indefinición de los objetivos.

Tras el diseño de la encuesta y la planificación del desarrollo del proyecto, se procedió a la generación y análisis de datos. Los datos recogidos en la encuesta se analizaron, seleccionaron y utilizaron como contenido de una serie de 6 talleres-debates con el alumnado participante que tuvieron lugar entre el 25 de noviembre y 2 de diciembre de 2024 en la propia Biblioteca (Figura 1). Los talleres representaron espacios de reflexión, toma de consciencia y escucha del alumnado participante, elementos fundamentales para fomentar la participación de jóvenes en los procesos de cambio social (Lloyd-Evans, 2016). En todos los talleres, participaron también profesores y personal bibliotecario. Finalmente, en enero de 2025 se realizó una entrevista con el equipo directivo de la Biblioteca (directora y sub-director) que permitió recoger de manera más sistemática su punto de vista acerca de las temáticas investigadas, así como cerrar el proyecto. En la etapa de planificación, se habían contemplado posibles actividades específicas de cierre también con el Instituto. Sin embargo, debido a que la participación en el proyecto absorbió más tiempo de lo esperado, estas no se

pudieron llevar a cabo. Los cambios con respecto a lo planificado en la investigación participativa basada en la comunidad son habituales y permiten ajustar la investigación a las necesidades de todos los participantes (Banks, 2022).

Figura 1. Difusión de la actividad en la cuenta Facebook de la Biblioteca



Encuesta sobre uso de la TD y lectura

El diseño de la investigación fue participativo en particular en la definición de la encuesta dirigida al alumnado. El cuestionario se sometió a una evaluación con la jefatura de estudios en junio de 2024, cuando también se realizó una prueba piloto con 7 alumnos del centro que no participaron posteriormente en la encuesta definitiva. Se revisó teniendo en cuenta la retroalimentación proporcionada en ambas ocasiones, con inserciones de nuevas preguntas y cambios en la formulación y escalas de otras. El cuestionario incluye 36 preguntas organizadas en cuatro bloques temáticos, siendo el más extenso el de TD (16 preguntas), seguido del bloque demográfico (11 preguntas), que aborda desde edad y género hasta el uso del tiempo fuera del aula o el número de dispositivos en casa. Las preguntas sobre TD abordan el uso del móvil, redes sociales, recursos digitales para el estudio y evaluación de la credibilidad informativa. También se incluyen cuatro preguntas sobre lectura, y dos sobre bibliotecas. En una pregunta, se pidió a los participantes que compararan la lectura con el uso de TD. Para ello, se identificaron roles y motivaciones asociadas con la lectura de placer en las experiencias de lectores ávidos descritas por Howard (2011), Wilkinson et al. (2020) y Farooq (2022), y se solicitó evaluarlas en relación con el uso de TD.

La encuesta fue auto-administrada a través de un formulario de Google con cuatro grupos de estudiantes de primero y segundo curso de la ESO (123 respuestas en total, aunque una se tuvo que descartar) el día 28 de octubre de 2024. Los datos fueron transferidos a una hoja de cálculo y procesados mediante Excel y R Studio para la generación de tablas y gráficos, así como para la aplicación de los análisis estadísticos correspondientes. Se identificaron tres perfiles lectores basados en la frecuencia de lectura. Aunque en una pregunta específica, los participantes tenían opción de escoger entre 5 perfiles de acuerdo a la tipología reseñada en (Desmurget, 2024), estos se redujeron a tres a través de un proceso de agregación: lectores moderados, lectores ocasionales, y no-lectores. Solo 7 personas se identificaron como lectores ávidos, con lo cual se incorporaron al grupo de lectores moderados. Por otro lado, se unificaron los lectores digitales con los no-lectores, pues se consideró que la lectura digital no brinda la experiencia de lectura de alto nivel de la que hablan Schüller-Zwierlein et al. (2022). Igualmente, las variables relacionadas con el tiempo de traslado al centro educativo, las horas dedicadas a actividades extraescolares y al estudio en casa se utilizaron para clasificar la muestra en tres grupos según el tiempo libre disponible una vez cumplidas las obligaciones académicas: ocupación baja, ocupación media y ocupación alta. Para eso se calcularon la media de horas semanales par la muestra (13,55) y los intervalos de confianza (12,06 y 14,66), y se contabilizaron como ocupación baja y alta respetivamente los valores inferiores y superiores a los mismos. Para identificar posibles diferencias estadísticas en las variables demográficas correspondientes a los tres tipos de lectores se evaluó la hipótesis

nula de ausencia de asociación mediante las pruebas estadísticas pertinente en cada caso (Chi-cuadrado de Pearson o Kruskal-Wallis).

Talleres y entrevista final

El diseño y la impartición de los talleres corrió a cargo de la investigadora, aunque en su planificación y organización tomaron parte activa tanto el Instituto como la Biblioteca. A petición del Instituto, en tres de los talleres se analizaron específicamente algunas de las cuestiones relativas a la TD, mientras que en los otros tres se abordaron prioritariamente cuestiones relativas a la lectura. Asistieron todos los alumnos que habían cumplimentado la encuesta, distribuidos en los 6 grupos y acompañados por sus profesores. La duración total de los talleres fue de 4 horas y 47 minutos. En esta comunicación se analizan exclusivamente dos de los talleres, celebrados respectivamente el 25 y 29 de noviembre abarcando tanto debates sobre TD como sobre lectura.

La dinámica fue parecida en todos los talleres. Los grupos se desplazaban a la Biblioteca, se les explicaba el objetivo de la investigación, se les mostraban algunos de los resultados y se les invitaba a compartir reflexiones, impresiones y opiniones sobre los mismos. Profesores y personal bibliotecario también participaron en el debate, contribuyendo a que los datos reflejen múltiples perspectivas. En este sentido los talleres se configuraron como grupos focales caracterizados por presentaciones por parte de la moderadora de los datos recogidos en la encuesta a la que seguían intervenciones y comentarios de las personas participantes, principalmente adolescentes. Por otro lado, la presencia de adultos y, en particular, de los profesores, pudo cohibir en algún momento a los alumnos participantes o llevarlos a expresar opiniones acordes con las expectativas de estos, siendo este un problema común en la investigación con menores (Montreuil et al., 2021). Los talleres se grabaron en audio, previo consentimiento de las familias y personas participantes, y se transcribieron. Las transcripciones reflejan cierto grado de "confusión" y desorden en las intervenciones, algo común en la investigación con adolescentes (Lloyd-Evans, 2016).

La entrevista final con el equipo de dirección de la Biblioteca se realizó en la propia biblioteca, tuvo una duración de 30 minutos, se grabó en audio y se transcribió. Las preguntas planteadas en esta ocasión tocaron tanto cuestiones específicamente relacionadas con el proyecto, como otras más generales sobre bibliotecas públicas, actividades de fomento lector, colaboraciones con centros educativos, y el compromiso con la alfabetización digital. Se comentaron, asimismo, algunos de los resultados de la encuesta relacionados con la percepción de los adolescentes de las actividades de la biblioteca para este grupo de edad.

Tanto las transcripciones de los talleres como la entrevista se sometieron a un análisis temático siguiendo las directrices proporcionadas por Terry et al. (2017), con el objetivo de permitir la triangulación. Los resultados constituyen una interpretación reflexiva moldeada por la experiencia de la investigadora en la colaboración con la Biblioteca y el Instituto, y no un simple resumen de temas (Braun & Clarke, 2023). Las transcripciones se codificaron a través de varias rondas. En una primera lectura que se realizó en papel, se fueron identificando una batería de temas y respectivos códigos que se afinaron posteriormente cuando los textos se trasladaron a la aplicación *Taguette*. Este es un software de uso gratuito para investigación cualitativa que permite etiquetar fragmentos de textos a través de etiquetas. Se utilizaron conjuntos de etiquetas diferentes para los talleres y la entrevista con el equipo directivo de la Biblioteca. Para el análisis de las transcripciones de los talleres, las etiquetas se asignaron según los siguientes criterios. Algunas permitieron codificar la modalidad de participación de los adolescentes (experiencia, reflexión, o silencio); a través de otro conjunto, se identificaron las TD mencionadas (por ejemplo, teléfono móvil, redes sociales, o servicios digitales como Spotify). Un tercer conjunto recoge las intervenciones relativas a algunos de los conceptos expresamente tratados en el taller (por ejemplo,

desinformación, conectados, hábitos lectores, biblioteca, o fiabilidad). Finalmente, otras etiquetas se definieron en la intersección entre las palabras de los adolescentes y los conocimientos previos de la investigadora sobre los temas tratados. En este sentido, cabe destacar los conceptos de "desconexión", "estético", "conocimiento del mundo" y "emociones", todos temas que se tratarán con más detalle en el apartado de resultados. Los fragmentos de texto etiquetados corresponden siempre a intervenciones completas, ya sea de una sola persona o de varias, dado que era frecuente que los participantes completaran mutuamente sus enunciados. Para un mismo fragmento se han utilizado casi en todos los casos múltiples etiquetas – lo que ha facilitado la comprensión de las interrelaciones recíprocas entre los conceptos.

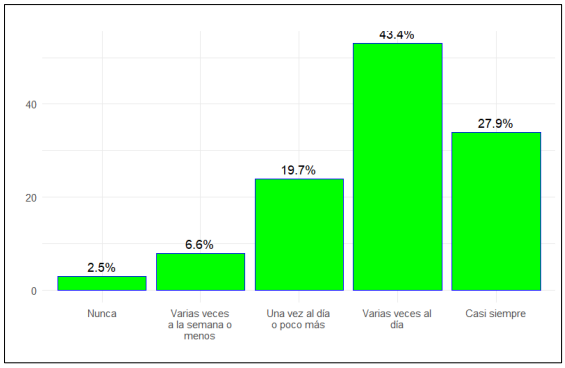
Resultados

Los resultados se organizan en la sucesión en la que se recogieron durante el proceso de investigación, empezando por los datos de la encuesta, seguidos por el análisis de los talleres y finalmente de la entrevista con el equipo directivo de la Biblioteca.

Encuesta

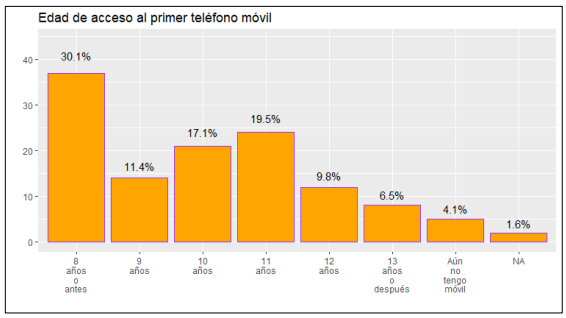
De todos los datos recogidos en la encuesta, se seleccionaron algunos para someterlos a debate en los talleres. Los datos relativos al tiempo que los participantes pasan conectados (Figura 2) muestran que la tercera parte de la muestra está conectada varias veces al día o casi siempre – lo que se refrendó ampliamente en los talleres.

Figura 2. Tiempo que los adolescentes encuestados pasan conectados



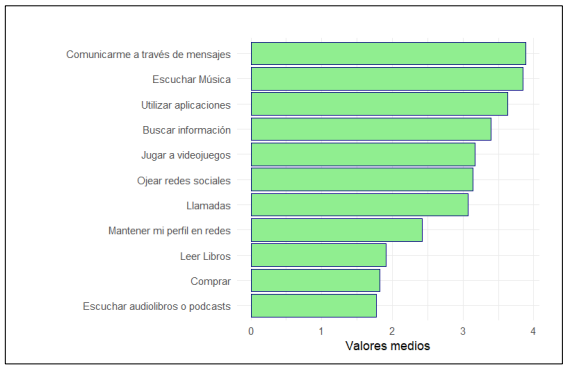
El acceso al teléfono móvil, por otro lado, (Figura 3) se produce en casi la tercera parte de los encuestados a los 8 años o antes, es decir a una edad temprana.

Figura 3. Edad de acceso al primer teléfono móvil



Aunque las primeras experiencias de uso del móvil están relacionadas con el visionado de vídeos o los videojuegos, como explican los adolescentes durante los talleres, los encuestados emplean el móvil principalmente para comunicarse por mensaje o escuchar música (Figura 4). Por otro lado, la función teóricamente principal del móvil, la de comunicarse por llamada, queda relegada a un uso menos frecuente.

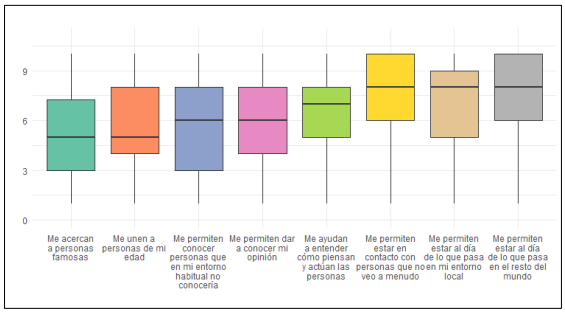
Figura 4. Uso del teléfono móvil. Medias de las puntuaciones proporcionadas entre el 1 y el 5



En lo relativo a las redes sociales y las funciones desempeñadas por la TD en las vidas adolescentes, la Figura 5 muestra que las redes sociales tienen una función principalmente informativa, permitiendo asimismo mantener el contacto con personas distantes. Por otro lado, la muestra encuestada tiende a mostrar especial acuerdo en el hecho de que las redes sociales ayudan a entender cómo piensan y actúan las personas (mediana = 7), adelantando la función de estas como medios

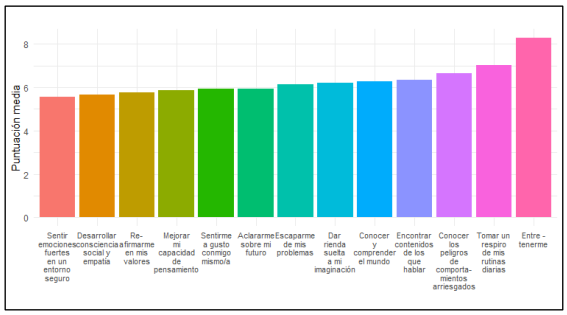
de conocimiento del mundo que veremos en el análisis de los talleres.

Figura 5. Significado de las redes sociales en las vidas de los adolescentes



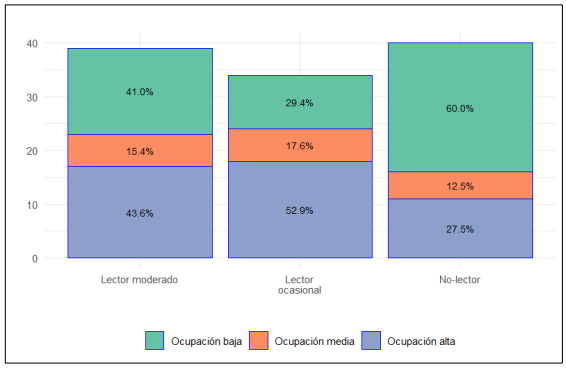
En una pregunta específica, se les dio a evaluar con relación a la TD las funciones que, de acuerdo a la literatura especializada, los lectores ávidos atribuyen a la lectura. En este sentido la Figura 6 muestra que, excepto en entretenimiento y relax, la TD puntúa por debajo del 6 en aproximadamente la mitad de las funciones, poniendo de manifiesto cierta insatisfacción con la misma.

Figura 6. Percepción del desempeño de la TD en funciones tradicionalmente atribuidas a la lectura de entretenimiento



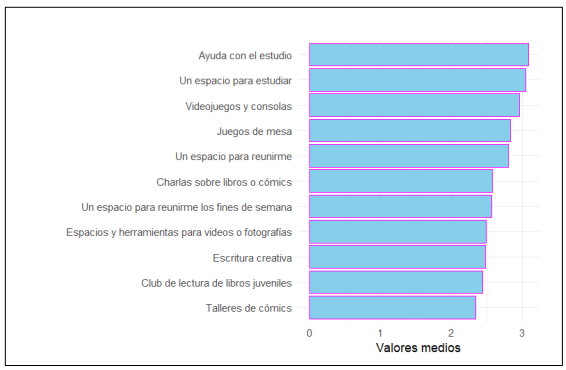
En las preguntas sobre lectura, se constató que al 39% les gusta leer por placer, mientras que el 33,3% lo haría si dispusiera de tiempo y solo el 27,3% afirma que no les gusta leer. Definidos tres perfiles lectores, según se explica en la metodología, se cruzaron con diferentes datos demográficos, incluido el uso de la biblioteca, que permitieron constatar que es los únicos factores demográficos relacionados con el hábito lector son la presencia de personas lectoras en casa (X-squared = 11.716, df = 4, p value = 0.0196) y el uso de la biblioteca (X-squared = 18.574, df = 2, p-value = 9.263e-05). Esto significa que, comparados con los lectores moderados, los no-lectores suelen convivir menos con adultos lectores, mientras que es menos probable que acudan a la biblioteca pública. Aunque no se detectaron diferencias significativas entre los tres perfiles lectores en la ocupación del tiempo libre, sí que llama la atención que el 60% de los no-lectores sean adolescentes de baja ocupación, es decir que disponen de mucho tiempo libre una vez cumplidas las obligaciones académicas.

Figura 7. Disponibilidad de tiempo libre en las tres tipologías de lectores



Finalmente, los no-lectores valoraron de manera significativamente diferentes a los lectores moderados algunas propuestas de actividades de la Biblioteca (Figura 7). Si en general las actividades mejor puntuadas fueron las relacionadas con el estudio seguidas y las lúdicas (videojuegos y consolas y juegos de mesa), los no-lectores puntuaron de forma significativamente superior a los lectores moderados la disponibilidad de videojuegos.

Figura 8. Valoración de propuestas de actividades de la biblioteca pública en una escala del 1 al 5



Por otro lado, actividades más típicas de fomento lector, como loso clubes de lectura, los talleres de escritura creativa, las charlas

sobre libros o cómics y los talleres de cómics se puntuaron de manera significativamente superior por parte de lectores moderados, es decir personas que ya leen habitualmente.

Tabla 1. Resultados de la prueba de Kruskal-Wallis en la que se comparaban las valoraciones de tres tipos de lectores

Actividad	Kruskal-Wallis chi-squared	Valor de p
Videojuegos	6,6647	0,03571
Charlas sobre libros y cómics	14,047	0,0008906
Clubes de lectura	14,511	0,0007063
Escritura creativa	8,4071	0,01494
Talleres de cómics	11,194	0,00371

Talleres

a) Experiencias de uso de la TD y reflexiones sobre la lectura

La participación de los adolescentes en los talleres se caracteriza por una intensa actividad de reflexión (con 75 fragmentos etiquetados como "reflexiones") y relatos de experiencias (con 59 fragmentos etiquetados como "experiencias"), mientras que en escasas ocasiones responden con el silencio a alguna pregunta planteada. En particular, los pocos momentos de silencio identificados se dieron cuando se preguntó sobre cómo satisfacían la curiosidad de los adolescentes varones las redes sociales y sobre aquello a lo que deberían dedicarse las bibliotecas si la gente joven dejaba de ir. Menos en estas contadas ocasiones, los debates fluyeron constantemente. Es significativo que las modalidades de participación difieren ligeramente dependiendo del tema tratado, con las reflexiones prevaleciendo en relación con los hábitos de lectura (46% de los fragmentos etiquetados) y las experiencias en relación con el uso de la TD (53% de los fragmentos etiquetados), posiblemente debido a una menor familiaridad con la lectura recreativa. A menudo los participantes reflexionan sobre la lectura en su interrelación con la TD, que consideran una alternativa de entretenimiento más atractiva: *"Yo creo que hay personas de nuestra clase que nos gusta leer, pero como encontramos otra forma de entretenimiento... no leemos."* Sin embargo, en su entorno más próximo observan que no siempre la TD es una explicación para no leer, y sencillamente la lectura no es una alternativa de entretenimiento atractiva:

"—Yo me refiero a que hay gente, que no sé por qué, hay gente que no tiene móvil y no lee.
—Entonces, ¿qué hacen estas personas?
—Pues dormir…
—Ver la tele…"

Indirectamente, reconocen la responsabilidad de las personas adultas, las familias y la sociedad en fomentar los hábitos lectores, pues las personas adolescentes que leen han sido animadas a hacerlo, como explica este joven: *"[…] la gente que lee … o sea leen, porque es algo que se les ha enseñado desde pequeños y también porque les gusta y encuentran los libros que les gustan."* Además, añade otro compañero que el esfuerzo que supone la lectura no es motivo para no leer y puede desarrollarse con la práctica: *"La pereza tú la puedes controlar. Por ejemplo, a veces nos da pereza ir al cole, pero vamos."*

b) Concepto instrumental de la lectura

La relación entre lectura y la TD revela claramente el concepto instrumental de la lectura que aportan a los debates. Reflexionando sobre si es posible utilizar un móvil sin saber leer, muchos argumentan que las competencias lectoras son fundamentales para ello, aunque reconocen que para ver vídeos o jugar a videojuegos, no necesariamente lo son. Comentan unas alumnas:

"-Estábamos hablando de que nosotras cuando nos dieron el móvil, solo teníamos un juego, y ya está.
-O sea que no sabíais leer. Realmente todavía no leíais fluidamente.
-No."

En la mayoría de las intervenciones relacionadas con la lectura, emerge un concepto instrumental de la misma, posiblemente derivado de que, fuera del

ámbito escolar, los participantes tienen escasas experiencias de lectura. Esta concepción se reitera una y otra vez, a pesar de que se les recuerde de que se está hablando de lectura de entretenimiento, revelando que está profundamente arraigada en sus creencias. La lectura se considera necesaria para hacer un uso más avanzado de la TD, como comenta este alumno: *"Tienes que decir lo que pone el móvil y saber qué tipo de características tiene. Tienes que leer los ajustes o lo que es el móvil prácticamente, si no, ¿cómo vas a guiarte con un dispositivo?".* En alternativa, se relaciona también con la actividad académica, como comentan en este fragmento: *"Ahora que estamos en biología, no sé, por ejemplo, la célula qué es… buscar qué es la célula. Tú tienes que leer para saber lo que es."* Sin embargo, son raras las intervenciones que manifiesten un concepto de la lectura como placer y entretenimiento.

c) El teléfono móvil como herramienta de desconexión

Por otro lado, las experiencias y anécdotas se relacionan con más frecuencia con el uso de las TD, desde redes sociales, plataformas en línea tipo Spotify o TikTok, videojuegos y teléfonos móviles. Cuando las experiencias se refieren al teléfono móvil son a menudo experiencias de desconexión del entorno físico. Debatiendo sobre los dos usos principales del móvil, es decir la escucha de música y la comunicación a través de mensaje, las experiencias que relatan muestran que a través del teléfono los usuarios adolescentes consiguen configurar su relación con el entorno, aislándose de lo que pasa a su alrededor y controlando los tiempos y formas de comunicación con los demás, como muestran estos testimonios:

"En vez de hablar con alguien, porque no tienes ganas de hablar con nadie, pues escuchas música."

"Yo es que simplemente me... Me concentro más en lo que hago o me gusta aislarme y no escuchar a mi familia."

A veces perciben que la comunicación por mensaje a través del móvil les brinda mayor privacidad.

"También es que, si tú estás en una llamada y pasa algún momento incómodo, como que te regañan, lo escuchan. Pero si tú hablas por mensaje, puede pasar cualquier cosa y no lo van a pensar."

d) Experiencias del mundo "a la carta"

Lo cierto es que, a través de la TD, además de controlar su interacción con los demás y el mundo externo, consiguen personalizar su conocimiento del mundo y configurar una experiencia emocional incorpórea prácticamente a la carta. Las experiencias tempranas de exposición a contenidos inapropiados y, a veces, traumáticos – *"a mí me pasó que me dieron el móvil muy, muy pequeña y terminé viendo cosas de terror y traumándome de por vida"*, comenta una adolescente - van dejando paso a unas experiencias más maduras de selección de contenidos que brindan vivencias emocionales que perciben como controladas y dirigidas, aunque no siempre satisfactorias. Comenta una adolescente: *"Cuando a lo mejor te ha pasado algo triste, y sientes esa sensación de tristeza, te pones música triste para sentir más tristeza y... […] No sé por qué lo hacemos, pero es tontería porque al final te acabas sintiendo peor."* En este sentido, se sitúan todas las inclinaciones hacia o bien lo perturbador y macabro (*"La nieve con sangre"*- repite varias veces una alumna a la pregunta de qué les atrae especialmente del contenido publicado en redes sociales); lo relajante *("Cuando llenan globos con agua y luego los dejan congelar y los cortan así… […] me relajo viendo eso... cortando...*", comenta otra), y lo "estético", como en este fragmento: *"Pero lo normal es que a ti te atraiga lo estético. Por ejemplo, si tú coges y ves a una chica o un chico que está arreglado, que cuenta su vida de forma normal, que tiene una habitación ordenada, o eso, eso te atrae. Porque tú dices wow, me encantaría ser así."*

Por otro lado, el conocimiento del mundo que adquieren a través de la TD no solo es selectivo, sino también está descontextualizado, porque no está relacionado con el entorno real en el que viven las personas adolescentes ni con las demás personas que lo conforman, como, por ejemplo, los profesores. Una alumna cuenta

con detalles una historia de traición amorosa entre famosos, cuando una profesora interviene y dice: *"¡Estás hablando en chino! O sea, ¿quién es Ángela Aguilar? Yo es que no estoy muy puesta en eso…"*. En otras ocasiones, el profesorado asistente muestra sorpresa ante los relatos de los adolescentes, a pesar de la convivencia diaria con ellos. Las personas adolescentes, por otro lado, sienten que la TD y las posibilidades de configuración de su interacción con el mundo les empodera. Dice un adolescente: *"Viendo vídeos de YouTube se ha visto todo."*

e) Control y competencia en el uso de la TD

Esta capacidad de configurar y seleccionar sus experiencias del mundo a través de la TD les confiere cierto sentido de maestría, destreza, y competencia. Emerge de la explicación detallada que ofrece una alumna de un caso de crónica negra protagonizado por un famoso rapero, comentando con orgullo: *"Es que me lo tengo súper estudiado...".* Esta sensación de competencia y control también se percibe todas las veces que, adelantando expectativas de los adultos presentes, mencionan casos de ciberacoso o agresiones sexuales en redes, como en este extracto:

"- Cuando os preguntaba sobre la interacción que permiten tener con otros usuarios [las redes sociales] ¿Qué habéis entendido?
- Hablar con gente desconocida. […]
- Yo creo que eso es muy malo, porque detrás de todo el mundo hay gente muy mala y hay viejos verdes y ahí hay muchas cosas que luego te mienten, te hacen pasar, te pasan fotos de que son ellos, te dicen dónde viven o cosas así y todo es mentira."

Incluso cuando reconocen que las redes sociales manipulan de alguna manera sus gustos o la TD monitoriza sus movimientos *("Los móviles te escuchan... Y Alexa..."*), lo hacen desde una postura de competencia y control, como en el testimonio de esta adolescente: "*Claro, es si tú coges en TikTok y pones un vídeo publicitando algo y no pones que es publicidad, es ilegal. Entonces tienen que ponerlo. Entonces ponen "publicidad" y ahí van a hacer todo lo posible para cogerte, para que tú vayas. Pero ya no solo es que suban un vídeo, no es solo que también influye mucho si algo se hace viral, porque si tú coges y no te paran de salir vídeos sobre una bebida, al final vas a quererla. Porque claro, ahora pasa con algunos Sonny Angels que son muñequitos, que claro, al principio una persona lo ve y dice: ¡qué feo! Pero tantos vídeos así, porque al final lo quieres y te lo compras, porque al fin y al cabo se vuelve una obsesión."*

Sin embargo, las expectativas que genera la TD suelen verse frustradas en el mundo real, y la sensación de control y competencia convive con sentimientos de insatisfacción y decepción. Comentan dos adolescentes con respecto al fenómeno de las *crumble cookies* en redes sociales:

"Yo intenté hacer crumble cookies en la casa de mi padre, y es que las sacas del horno y se ponen duros como una piedra."

"Profe, yo cuando estaba [en Estados Unidos], costaban muy caro [las crumble cookies]."

El comentario de un adolescente posiblemente más familiarizado con el hábito de la lectura verbaliza con claridad las limitaciones de la TD en las experiencias del mundo que brinda: *"A veces puede llegar a servir como a ver lo que a ti te gusta o a ver lo que lo que a ti te interesa, sobre todo. Pero los libros te ayudan a descubrirte quién eres realmente, y las aficiones que te gustan. En cambio, el móvil solamente te ayuda a verlo o a ver."* En otras palabras, la experiencia del mundo a través de la TD es una experiencia superficial, en la que participan pasivamente como espectadores, mientras que en la lectura tienen un entorno en el que conocerse a si mismos.

Entrevista con la biblioteca

a) Del concepto instrumental de lectura al concepto instrumental de biblioteca

La entrevista con el equipo directivo de la biblioteca corrobora, desde otra perspectiva, varios de los temas que emergen de los talleres. En primer lugar, a la concepción instrumental de la lectura le corresponde una visión igualmente funcional de la biblioteca: como sala de estudio y espacio para realizar tareas escolares o socializar con otros adolescentes. *"Es que a veces ellos incluso no identifican que la sala de estudio sea la*

biblioteca […] A veces se pierden o vienen: 'ah, es que estoy buscando la biblioteca.' Lo que están buscando es la sala de estudio", comenta la directora. Es decir, así como la lectura es concebida como una herramienta subordinada a los fines académicos o al aprovechamiento de la TD, la biblioteca se percibe principalmente como un espacio funcional —un lugar para hacer cosas concretas— más que como un entorno donde estar.

b) Desconexiones entre bibliotecas y adolescentes

La reducción de la biblioteca a sala de estudio es solo una dimensión de una desconexión más general entre las bibliotecas y el mundo adolescente. Otra faceta de esta desconexión es que los gustos lectores de las personas más jóvenes se forjan cada vez más en el universo de las redes sociales. Y si bien el *"fenómeno fan"* puede llegar a enganchar a los jóvenes a la lectura, también tiende a marcar distancia con las bibliotecas: *"Los niños pequeños, los niños de los colegios… cuando vienen niños de ocho años, nos piden unas cosas que yo me quedo… Digo: '¿qué me está preguntando?' Y están viendo los libros de los youtubers, todo el rato"*, añade la directora. Otra dimensión de esta desconexión con los adolescentes es la del tiempo. Los trámites administrativos necesarios para solicitar novedades, por ejemplo, chocan con la necesidad de inmediatez tan típica en la actualidad: *"Hay que esperar un tiempo, seis meses. Pero como no tienen… hoy en día no hay paciencia."* De igual manera, la cuidadosa selección y catalogación de contenidos dirigidos a personas que se sitúan a medio camino entre la sala infantil y la de adultos requiere valorar la adecuación de series juveniles *"subidas de tono"* o de cómics *"agresivos"* y *"con mucha violencia"*. Es decir, implica un trabajo ético riguroso en la selección de materiales que también requiere su tiempo. Finalmente, aunque en la adolescencia la *"biblioteca no mola y no mola leer"*, es posible que las actuaciones de promoción de la lectura den sus frutos en el futuro, a largo plazo. Comenta el jefe de servicios: *"A lo mejor lo que les decimos ahora, en estos años de adolescencia no tienen repercusión, pero luego ellos les ha venido bien, cuando tengan 17, 18 o 19 años y dicen 'ah, pues mira de esto que me acuerdo yo'."* En la actualidad, sin embargo, la directora percibe que: *"todo lo cultural […] lo ven como, desde mi punto de vista, claro, lo ven como antiguo, como rollo."*

c) La dificultad de replantear las bibliotecas en el universo adolescente

Finalmente, adecuarse a nuevas exigencias requiere un esfuerzo en términos de recursos de los que las bibliotecas no siempre tienen disponibilidad. Comentando acerca de las actividades valoradas más positivamente en la encuesta (Figura 8), aunque la biblioteca actúe ya como espacio para estudiar, directora y jefe de servicios constatan que no disponen de personal preparado para apoyar en el estudio, mientras que satisfacer las necesidades lúdicas de los adolescentes requiere acondicionar espacios y horarios. *"Los videojuegos y consolas necesitarían de un espacio casi aislado... Porque se emocionan y empiezan […] a gritar",* comenta el jefe de servicios. Y los juegos de mesa son más populares en bibliotecas que abren los fines de semana y que tienen personal para ello.

Consideraciones Finales

El estudio del uso de la TD entre adolescentes, en el marco de sus prácticas de información y en relación con sus hábitos lectores, así como las diferentes perspectivas recogidas sobre el tema, ponen de manifiesto la trascendencia social de dichas prácticas, pero también las limitaciones e impedimentos que dificultan la actuación de las bibliotecas públicas en estos ámbitos. Los talleres realizados en la biblioteca pública se constituyeron como espacios de reflexión, intercambio de experiencias y escucha en torno a las prácticas de información de los adolescentes, todos ellos elementos que pueden actuar como catalizadores de cambio y transformación social (Lloyd-Evans, 2016). En estos espacios, además, los y las adolescentes asumieron un papel protagónico, en consonancia con las demandas de mayor centralidad juvenil planteadas por diversos estudios previos (Livingstone, Lievens & Carr, 2020; Agosto, 2018; Agosto, 2022).

En ese proceso de escucha, desarrollado en un entorno distinto al habitual, las personas

adultas (docentes, investigadora, personal bibliotecario) toman conciencia de la distancia —y, a menudo, de la desconexión— existente con los adolescentes, y logran conocer mejor una faceta de sus vidas que en gran parte permanece oculta, por desarrollarse principalmente en el entorno digital. La desconexión se detecta con mayor claridad a través de la perspectiva más social, enfocada en las comunidades y los colectivos, más que en los individuos – lo que diferencia este estudio de muchos estudios previos centrados en los individuos o sencillamente o bien en la lectura o bien en la TD. El tipo de desconexión que trae la TD varía dependiendo del tipo de tecnología. El teléfono móvil desconecta del entorno más próximo y físico, mientras que las redes sociales marcan distancias con los adultos en valores y culturas, definiendo lo que está de moda. En este sentido, se ponen de manifiesto matices de las consecuencias del uso de diferentes tecnologías que en mucha investigación relacionada con adolescentes tienden a generalizarse sencillamente bajo el término de TD (Livingston, 2024)

En general, la TD brinda a los adolescentes una sensación de control y competencia, que ejercen mediante la selección de contenidos, emociones y experiencias. Conocer el mundo de este modo, a través de contenidos alineados con sus intereses y estados emocionales, más que mediante el descubrimiento personal a través de la lectura o la experiencia directa, hace que los testimonios de los adolescentes participantes transmitan cierta insatisfacción y curiosidades no resueltas. La necesidad de recurrir a la TD como principal fuente de entretenimiento, junto con la amplia disponibilidad de tiempo entre los no-lectores —quienes también resultaron ser el grupo menos ocupado con actividades distintas de las académicas—, corrobora la existencia de necesidades de información y conocimiento no cubiertas. Se plantea, por lo tanto, la paradoja de que, en una sociedad de abundancia de información, las prácticas de información adolescentes estarían mostrando una nueva faceta de pobreza informacional. Tradicionalmente, conceptualizada como la falta de acceso a información esencial (Al-Zaman, 2023), Gibson y Martin III (2019) enfatizan el impacto de los sistemas en las nuevas manifestaciones de la pobreza informacional. Este estudio podría estar corroborando estas posturas, entre otros, porque pone el acento en conceptualizaciones instrumentales y funcionales de la lectura y de las bibliotecas en las que el elemento del "disfrute" desaparece o se reduce sencillamente a socializar.

En este nuevo entorno, las bibliotecas públicas pierden relevancia no solo porque dejan de resultar atractivas para el público adolescente, sino también porque se ven despojadas de competencias que históricamente les han correspondido, como la selección de contenidos basada en criterios éticos y no comerciales. Aunque cabe la posibilidad de que a largo plazo los esfuerzos de fomento lector que emprenden a través de la colaboración con centros educativos surtan frutos, la realidad es que en la actualidad no resultan atractivas para las personas jóvenes. Además, atender a sus necesidades supone invertir unos recursos de los que no siempre disponen, como personal cualificado para apoyar en tareas escolares o para atender en horarios adicionales a los establecidos, y espacios para acoger actividades lúdicas y de entretenimiento como los videojuegos. Tal vez la clave esté en redefinir la biblioteca como un espacio sentido, vivido emocionalmente, como propone la investigación que las concibe como *espacios atmosféricos* capaces de modelar la percepción y el vínculo con las ciudades contemporáneas (Peterson, 2023). Recuperar esa dimensión afectiva y comunitaria puede ser fundamental para restituir su relevancia en la vida de los adolescentes.

Bibliografía

Agosto, D. E. (2018). Thoughts about the past, present and future of research in youth information behaviors and practices. *Information and Learning Sciences*, 120(1/2), 108-118.

Agosto, D. E. (2022). Reflections on adolescent literacy as sociocultural practice. *Information and Learning Sciences*, 123(11/12), 723-737.

Agosto, D. E., Magee, R. M., Dickard, M., & Forte, A. (2016). Teens, technology, and libraries: An

uncertain relationship. *The Library Quarterly*, 86(3), 248-269.

Anderson, M., Faverioand, M., Gottfried, J. (2023). *Teens, social media and technology*. https://www.pewresearch.org/internet/2023/12/11/teens-social-media-and-technology-2023/

Banks, S., & et al. (2022). Community-based participatory research: A guide to ethical principles and practice (2nd edition). National Coordinating Centre for Public Engagement, Bristol; Centre for Social Justice and Community Action, Durham University

Bitto Urbanova, L., Madarasova Geckova, A., Dankulincova Veselska, Z., Capikova, S., Holubcikova, J., van Dijk, J. P., & Reijneveld, S. A. (2023). Technology supports me: Perceptions of the benefits of digital technology in adolescents. *Frontiers in Psychology*, *13*, 970395.

Boothroyd, S. J. (2021). Youth mental health in the digital age: youth perspectives on the relationship between digital technology and their mental health (Master of Arts Thesis), University of Victoria, Department of Educational Psychology and Leadership Studies. http://hdl.handle.net/1828/13657

Braun, V., & Clarke, V. (2023). Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and be (com) ing a knowing researcher. *International journal of transgender health*, *24*(1), 1-6.

Desmurget, M. (2024). Más libros y menos pantallas: Cómo acabar con los cretinos digitales. Barcelona: Ediciones Península

Dolničar, D., Podgornik, B. B., Bartol, T., & Šorgo, A. (2020). Added value of secondary school education toward development of information literacy of adolescents. *Library & Information Science Research*, *42*(2), 101016.

Eurostat. (2023). Information and communication technology (ICT). Eurostat Statistics Explained. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Information_and_communication_technology_(ICT)

Farooq, U. (2022). Examining the experiences that motivate high school students to read for leisure. *International Graduate Program for Educators Master's Projects*. 7. https://digitalcommons.buffalostate.edu/igpe_project/7

Gjone, A. (2024, May 27). Democracy is built on reading skills. https://wexfo.no/2024/05/27/democracy-is-built-on-reading-skills/ [Consulta 28/04/2025]

Haddock, A., Ward, N., Yu, R., & O'Dea, N. (2022). Positive effects of digital technology use by adolescents: A scoping review of the literature. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(21), 14009.

Howard, V. (2011). The importance of pleasure reading in the lives of young teens: Self-identification, self-construction and self-awareness. *Journal of Librarianship and Information Science*, 43(1), 46-55.

Johnston, K., Kervin, L., & Wyeth, P. (2022). Defining digital technology. Centre of Excellence for the Digital Child Blog. Available online: https://www. digitalchild. org. au/blog/defining-digital-technology/

Kimura, A. H., & Kinchy, A. (2016). Citizen science: Probing the virtues and contexts of participatory research. *Engaging Science, Technology, and Society*, 2, 331-361.

Leaning, M. (2019). An approach to digital literacy through the integration of media and information literacy. *Media and communication*, *7*(2), 4-13.

Legrand, M., & Chlous, F. (2016). Citizen science, participatory research, and naturalistic knowledge production: Opening spaces for epistemic plurality (an interdisciplinary comparative workshop in France at the Muséum national d'Histoire naturelle ["National museum of natural History"]). *Environmental Development*, *20*, 59-67.

Livingstone, S. (2024). Reflections on the meaning of 'digital' in research on adolescents' digital lives. *Journal of Adolescence*, 96 (4). 886 - 891.

Livingstone, S., Lievens, E., & Carr, J. (2020). Handbook for policy makers on the rights of the child in the digital environment. Council of Europe. https://biblio.ugent.be/publication/8683764

Lloyd, A. (2006). Information literacy landscapes: an emerging picture. *Journal of documentation*, 62(5), 570-583.

Lloyd-Evans, S. (2016). Focus groups, community engagement, and researching with young people. In *Methodological Approaches* (pp. 1-23). Springer, Singapore.

Lorenz, L. (2020). Addressing diversity in science communication through citizen social science. *Journal of science communication*, *19*(4), A04.

Ministerio de Juventud e Infancia (2024). *Informe del comité de personas expertas para el desarrollo de un entorno digital seguro para la juventud y la infancia*. https://www.juventudeinfancia.gob.es/es/comunicacion/notas-prensa/comite-expertos-juventud-e-infancia-propone-107-medidas-crear-entornos

Montesi, M., & Álvarez Bornstein, B. (2017). Defining a theoretical framework for information seeking and parenting: Concepts and themes from a study with mothers supportive of attachment parenting. *Journal of documentation*, 73(2), 186-209.

Montesi, M., Bautista Puig, N., & Álvarez Bornstein, B. (2023). "Estrategias formativas dirigidas a adolescentes en las bibliotecas públicas para fomentar el uso consciente de redes sociales y la tecnología". En: *XVIII Jornadas Españolas de Información y Documentación (FESABID)*, Granada, Universidad de Granada, 218-245. https://www.fesabid.org/wp-content/uploads/FESABID_actas_Jornadas_Espanolas_Informacion_Documentacion_2023.pdf

Montreuil, M., Bogossian, A., Laberge-Perrault, E., & Racine, E. (2021). A review of approaches, strategies and ethical considerations in participatory research with children. International Journal of Qualitative Methods, 20, 1609406920987962.

OECD (2022). PISA 2022 Results. Insights and interpretations. https://www.oecd.org/en/about/programmes/pisa/pisa-publications.html

Olsson, M. & Lloyd, A. (2017). Being in place: embodied information practices. *Information Research*, 22(1), CoLIS paper 1601. http://InformationR.net/ir/22-1/colis/colis1601.html

Peterson, M. (2023). Libraries as felt spaces: Atmospheres, public space and feelings of dis/comfort. *Emotion, Space and Society*, *49*, 100986.

Savolainen, R. (2007). Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. *The library quarterly*, 77(2), 109-132.

Schmitt, M. (2021). Effects of Social Media and Technology on Adolescents: What the Evidence is Showing and What We Can Do About It. *Journal of Family & Consumer Sciences Education*, 38(1).

Schüller-Zwierlein, A., Mangen, A., Kovač, M., & van der Weel, A. (2022). Why higher-level reading is important. *First Monday*, 27(5). https://doi.org/10.5210/fm.v27i5.12770

Schüller-Zwierlein, A., Mangen, A., Kovač, M., & van der Weel, A. (2023). *The Ljubljana Reading Manifesto: Why higher-level reading is importan*t. https://readingmanifesto.org/

Terry, G., Hayfield, N., Clarke, V., & Braun, V. (2017). "Thematic analysis". In: Willig, C. & Stainton-Rogers, W. (eds.) *The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology*. Sage: Los Angeles, London, New Delhi, 16-37.

Webber, C., Wilkinson, K., Duncan, L., & McGeown, S. (2023, September). Approaches for supporting adolescents' reading motivation: existing research and future priorities. In *Frontiers in Education,* 8, 1254048. Frontiers Media SA.

Wilkinson, K., Andries, V., Howarth, D., Bonsall, J., Sabeti, S., & McGeown, S. (2020). Reading during adolescence: Why adolescents choose (or do not choose) books. *Journal of Adolescent & Adult Literacy*, 64(2), 157-166.

Wilkinson, K., Andries, V., Howarth, D., Bonsall, J., Sabeti, S., & McGeown, S. (2020). Reading during adolescence: Why adolescents choose (or do not choose) books. *Journal of Adolescent & Adult Literacy*, 64(2), 157-166.

Williams, T. (2014). Why should libraries care about teens and technology. *Young Adult Library Services*, 12(2), 9-12.

Zhong, H., Han, Z., & Hansen, P. (2023). A systematic review of information practices research. *Journal of Documentation*, 79(1), 245-267.

NORMALIZAÇÃO EM REDES SOCIAIS CIENTÍFICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE COMUNICAÇÃO ACADÊMICA DIGITAL

Zoraide Gasparini, Universidade Estadual de Londrina, https://orcid.org/0000-0001-7351-7236, Brasil, gasparini7@gmail.com

Clarice Luzia Casoni, Universidade Estadual de Londrina, https://orcid.org/0000-0002-6423-5357, Brasil, clarice.luzia.casoni@uel.br

Marcelo Pereira, Universidade Estadual de Londrina, https://orcid.org/0009-0009-4419-017X, Brasil, mps.turbo@hotmail.com

Maria da Conceição Oliveira, Universidade Estadual de Londrina, https://orcid.org/0000-0002-3678-3962, Brasil, concei.oliveira@uel.br

Simone Rezende, Universidade Estadual de Londrina, https://orcid.org/0000-0002-9630-541X, Brasil, simonerezende@uel.br

Juliana Cardoso dos Santos, Universidade Estadual de Londrina, https://orcid.org/0000-0001-6176-749X, Brasil, julimath@uel.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6733

Introdução

A Ciência da Informação investiga o comportamento infocomunicacional, fluxos e meios para otimizar o acesso à informação. A comunicação da ciência envolve diversos atores, como agências de fomento, bibliotecas e pesquisadores. Redes sociais/Acadêmicas podem aumentar a visibilidade das pesquisas, contribuindo para a comunicação científica internacional (Ribeiro, Oliveira; Furtado, 2017).

A Ciência da Informação, conforme delineada por autores clássicos como Borko (1968) e Saracevic (1975), compreende os processos de coleta, organização, disseminação e uso da informação.

As Redes Sociais Acadêmicas são espaços para que os cientistas compartilhem suas publicações e assim maximizem a visibilidade destes, e simultaneamente verificar o acesso a estatísticas de downloads e leituras com gráficos e mapas (Romero, 2017).

Redes sociais acadêmicas/Acadêmicas podem aumentar a visibilidade das pesquisas, contribuindo para a comunicação científica internacional. A missão da Redes Sociais Científicas e/ou Acadêmicas é acelerar a pesquisa mundial. Com um espaço para conversas acadêmicas.

Validação do conhecimento por pares antes da publicação em periódicos científicos (preprint, ou pré-impressão).

Justificativa devido aos novos parâmetros novos de avaliação da Capes por fator de impacto das pesquisas. Os novos critérios vão focar na qualidade e no impacto dos trabalhos individuais, assim faz se necessário aos pesquisadores brasileiros compreender e utilizar as redes sociais acadêmicas/Acadêmicas e seus recursos e como podem ser utilizadas pelos pesquisadores para divulgarem suas produções.

Objetivo discutir sobre os desafios da normalização (fator de impacto das pesquisas) diante dos novos espaços de circulação do conhecimento. É necessário aos pesquisadores brasileiros compreender e utilizar as redes sociais/Acadêmicas e seus recursos e como podem ser utilizadas pelos pesquisadores para divulgarem suas produções.

Destaca-se que os repositórios de conhecimento acadêmicos têm evoluído significativamente, especialmente com o surgimento das plataformas, ou seja, redes sociais científicas, tais como: como

ResearchGate, Academia.edu e Mendeley, desempenham um papel central na visibilidade da produção científica. Essas plataformas promovem o intercâmbio entre pesquisadores, instituições e países. A internacionalização da ciência e a crescente demanda por indicadores de impacto tornam a normalização nessas redes uma necessidade, conforme apontam (Ribeiro, Oliveira e Furtado, 2017).

A comunicação científica envolve diversos atores, como agências de fomento, bibliotecas e pesquisadores. Nesta pesqua foi utilizado a metodologia de pesquisa exploratória bibliográfica e documental e com a análise qualitativa.

As plataformas para pesquisadores compartilharem artigos e colaborarem globalmente. Apoiam o movimento de acesso aberto, permitindo a distribuição instantânea de pesquisas e a revisão por pares, além da distribuição globalmente.

Objetivo: Identificar e apresentar as principais Redes Sociais Científicas/Acadêmicas.

Justificativa devido aos novos parâmetros novos de avaliação da Capes por fator de impacto das pesquisas. Os novos critérios vão focar na qualidade e no impacto dos trabalhos individuais, assim faz se necessário aos pesquisadores brasileiros compreender e utilizar as redes sociais acadêmicas/Acadêmicas e seus recursos recursos e como podem ser utilizadas pelos pesquisadores para divulgarem suas produções.

Referencial Teórico

As Redes Sociais Científicas são plataformas digitais dedicadas ao compartilhamento de produções acadêmicas, bem como, de interação entre pesquisadores com o mesmo interesse em pesquisas. As plataformas permitem a divulgação e até publicação de artigos, acompanhamento de métricas, troca de arquivos e formação de redes de colaboração. Estes exemplos são do ResearchGate, voltado para visibilidade e métricas; o Mendeley, com foco em gerenciamento de referências; e o Google Scholar, amplamente utilizado para rastreamento de citações e perfil de autor. Essas ferramentas proporcionam impacto direto na visibilidade científica, promovendo a disseminação instantanea na difusão do conhecimento produzido.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e exploratória, cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com temática a respito da normalização em Redes Sociais Científicas. A análise utilizou-se como fonte o documental as proprias plataformas para verificar os aspectos relacionados a normalização em Ambientes Digitais, ou seja, nas Redes Sociais Científicas coleta realizada em março de 2025, e normas técnicas a respeito da apresentação e padronização de documentos acadêmicos.

Normalização em Redes Sociais Científicas

A normalização dos documentos em redes sociais científicas refere-se ao processo de padronização e estruturação dos metadados e conteúdos dos documentos acadêmicos e científicos para garantir interoperabilidade, recuperação eficiente da informação, integridade dos dados e precisão nos mecanismos de busca e citação. Esse processo pode variar entre as plataformas, mas geralmente envolve as seguintes práticas e critérios:

- Metadados Padronizados: as redes científicas adotam esquemas de metadados como Dublin Core, MODS, MARC21 ou schema.org para representar informações bibliográficas de forma estruturada.
- Formatos de Arquivos e Citações: o conteúdo textual é aceito em formatos amplamente reconhecidos como PDF/A, e algumas plataformas exigem conformidade com normas de citação como APA, ABNT, MLA, Vancouver.
- Identificadores Persistentes: uso de ORCID iD, DOI, ResearcherID, entre outros, para garantir unicidade e rastreabilidade dos autores e documentos.
- Normalização Semântica: uso de vocabulários controlados e ontologias

(ex: MeSH) para padronizar palavras-chave e temas.

- Processamento Automático e Curadoria: uso de algoritmos para extração de metadados e sugestões automatizadas, com validação manual quando necessário.
- Interoperabilidade com Repositórios e Indexadores: integração com sistemas como CrossRef, Scopus, PubMed e uso de protocolos como OAI-PMH.

Com relaçao a produção científica disponibilizada nestas plataformas foram identificados milhões de documentos por base de dados, conforme o quadro 1:

Quadro 1: Quantitativo de publicações

Base de dados	Qtd (milhões)	Comentário
Google Scholar	389	O Google Scholar não divulga o número exato de documentos indexados. Estimativas anteriores sugerem centenas de milhões de documentos.
Web of Science	235	Inclui registros de periódicos, livros e anais de conferências.
Web of Science Core	79	Conjunto principal de coleções indexadas na Web of Science.
ResearchGate	118	A plataforma não informa o número total de documentos disponíveis.
Scopus	90	Base de dados multidisciplinar mantida pela Elsevier.
Mendeley	100	Ferramenta de gestão de referências e rede acadêmica.
Academia.edu	55	Rede social acadêmica com grande alcance global.

Fonte: Elaboração própria 2025.

Os objetivos das redes sociais científicas incluem a gestão e compartilhamento de documentos, a facilitação da colaboração e a difusão da cultura científica.

A maioria das Redes Sociais Acadêmicas surgiram de iniciativas de pesquisadores no final da década de 2010. Com os questionamentos de pesquisadores que necessitavam reunir suas publicações em um único site.

Os principais benefícios na utilização aos cientistas, conforme discutido no artigo, incluem:

- Visibilidade e Reconhecimento: A plataforma aumenta a visibilidade dos pesquisadores, permitindo que suas publicações sejam acessadas por um público mais amplo, tanto nacional quanto internacionalmente, o que ajuda a promover o reconhecimento do trabalho acadêmico.
- Interação e Colaboração: facilita a interação entre pesquisadores, promovendo a colaboração e a troca de ideias. Isso é essencial para o avanço das pesquisas e para o desenvolvimento de novas parcerias;
- Compartilhamento de Conhecimento: Os acadêmicos podem compartilhar suas publicações e acessar trabalhos de outros, ajudando na recuperação de informações relevantes e na ampliação do conhecimento. Essa dinâmica de compartilhamento é fundamental na comunicação científica;
- Oportunidades de Networking: A plataforma permite que pesquisadores juniores se conectem com investigadores seniores, ampliando suas redes de contato e potencialmente aumentando suas oportunidades de carreira.
- Feedback e Avaliação: Os usuários recebem feedback sobre suas publicações e podem medir seu impacto através de métricas disponíveis, como o sistema "Score", que ajuda a avaliar sua relevância dentro da comunidade científica (Oliveira; Ribeiro; Furtado, 2017).
- Acesso à Informação: Os pesquisadores têm acesso fácil a um grande repositório de documentos que podem ser relevantes para seus

estudos, facilitando a busca por literatura científica (Oliveira; Ribeiro; Furtado, 2017)

- Como a internacionalização impacta a produção científica nas áreas são discutidas?
- A internacionalização impacta a produção científica nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação de diversas formas, conforme discutido no artigo:
- Ampliação do Alcance das Pesquisas: A internacionalização permite que as pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal sejam acessíveis a uma audiência global. Isso expande o impacto dos resultados, permitindo que acadêmicos de diferentes regiões conheçam, utilizem e citem esses trabalhos, aumentando sua visibilidade e importância;
- Intercâmbio de Conhecimento: A interação com comunidades científicas de outras nações favorece a troca de experiências e melhores práticas, enriquecendo o conhecimento existente e potencializando o desenvolvimento de novas ideias. Isso ajuda a criar um ambiente propício à inovação e ao avanço científico;
- Colaborações Internacionais: Projetos conjuntos e coautorias entre pesquisadores de diferentes países se tornam mais viáveis. Isso não só melhora a qualidade da pesquisa mediante o compartilhamento de recursos e expertises, mas também contribui para um maior prestígio das instituições envolvidas;
- Reconhecimento Internacional: Pesquisadores que publicam em plataformas como o ResearchGate têm a oportunidade de se destacarem em cenários internacionais, o que pode resultar em melhores oportunidades de financiamento, parcerias e reconhecimento na comunidade científica global.

As Influência nas Políticas de Pesquisa: A consideração de parâmetros internacionais na avaliação da produção científica pode levar a mudanças nas políticas de pesquisa e financiamento, incentivando os cientistas a alinharem suas pesquisas com padrões e tendências globais.

Quadro 2: Evolução na publicações das bases

Base de dados	2014	Atual
Google Scholar	170 milhões	389 milhões (2018)
Web of Science	167 milhões	235 milhões (2024)
Web of Science Core	61,8 milhões	79 milhões (2019)
ResearchGate	81 milhões	118 milhões (2025)
Scopus	61,5 milhões	90 milhões (2022)
Mendeley	32 milhões	100 milhões (2025)
Academia.edu	10,7 milhões	55 milhões (2025)

Fonte: Dados pesquisados em março de 2025.

Os dados quantitativos no quadro 2, evidenciam a relevância das redes sociais científicas no reconhecimento e visibilidade dos docentes e pesquisadores. No quadro 3, são descritos os principais tipos de formatações habitualmente utilizadas nestas plataformas.

No quadro 3, são abordados alguns critérios das Plataformas: ResearchGate, Academia.edu, Mendeley e Google Scholar, comparativo das funcionalidades de cada plataforma ou seu difeencial em relação as demais.

Quadro 3: Comparativo das funcionalidades das Plataformas científicas

Critério / Plataforma	Research Gate	Academia.edu	Mendeley	Google Scholar
Metadados Bibliográficos	Extração automática + entrada manual	Entrada manual com sugestões automatizadas	Extração de PDF + entrada manual	Automatizado via crawling e algoritmos
Padrão de Metadados	Dublin Core + esquema interno	Esquema próprio, próximo ao Dublin Core	Dublin Core + integração com Elsevier	Não padronizado publicamente
Validação de Referências	Sugestão de citações em formatos diversos	Exige entrada do campo de referências	Suporte a estilos (APA, ABNT etc.)	Usa algoritmos próprios para

				indexação
Identificadores Persistentes	Suporte a ORCID, DOI, ISSN	Suporte limitado a ORCID e DOI	Integração com ORCID e DOI	Indexa ORCID e DOI quando disponíveis
Formatos Aceitos	PDF, DOC, PPT, datasets, códigos	PDF, DOCX, apresentações	PDF, BibTeX, RIS, datasets	HTML, PDF, fontes online (sem envio direto)
Controle de Autoridade	ORCID, perfil verificado	Nome livre (sem validação institucional)	Nome + ORCID + Afiliação	Indexação baseada em padrões heurísticos
Curadoria de Dados	Manual (autor) + algoritmo de sugestão	Manual pelo autor	Manual + automação por algoritmo Elsevier	Automatizada, com base no conteúdo e citações
Integração com Repositórios	CrossRef, PubMed, Scopus, DOI.org	DOI apenas para visualização	CrossRef, Scopus, PubMed, Repos. instit.	Indexa dados de periódicos e repositórios
Padrão de Citação	Estilos diversos (APA, MLA, Chicago...)	Personalizável, sem validação formal	Exportação em BibTeX, RIS, EndNote	Exibição automática de citação em vários estilos
Uso de Tesauros / Ontologias	Não explícito	Não	Parcial (MeSH, em publicações biomédicas)	Não declarado

Fonte: Dados pesquisados em março de 2025.

Neste contexto, os repositórios de conhecimento acadêmico têm evoluído significativamente, especialmente com o surgimento das redes sociais científicas. Tais plataformas, como ResearchGate, Academia.edu e Mendeley, desempenham um papel central na visibilidade da produção científica, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores, instituições e países. A internacionalização da ciência e a crescente demanda por indicadores de impacto tornam a normalização nessas redes uma necessidade (Oliveira, Ribeiro e Furtado (2017).

No quadro a serguir foram identificados o tipo de conteudo pertinente as plataformas, como descrito no quadro abaixo:

Quadro 1: Plataformas e conteudo disponibilizado

Base de dados	Conteúdo	Ano
Web of Science (WoS)	Fornece acesso por subscrição a várias bases de dados. Originalmente produzido pelo *Institute for Scientific Information* e atualmente mantido pela *Clarivate Analytics.*	1997
Biblioteconomia e Ciência da Informação Resumos (LISA)	Inclui mais de 440 revistas de mais de 68 países e em mais de 20 línguas diferentes.	1969
ESCOPUS	Base de dados de artigos académicos e científicos. Abrange cerca de 19.500 títulos de mais de 5.000 editoras internacionais.	2004

Fonte: Elaboração própria (2025).

Pesquisadores renomados consideram as Redes Sociais Científicas como principal recurso para a divulgação de pesquisas e de interação com demais pesquisadores em temáticas especializadas.

As redes sociais científicas são espaço antropológico que possibilita a contato com pares, ou seja, entre os investigadores, instantaneamente o que viabiliza as práticas de colaboração entre investigadores e entre instituições.

O estudo evidencia a relevância das redes sociais científicas no reconhecimento e visibilidade dos docentes pesquiadores.

Considerações Parciais ou Finais

As Redes Sociais Científicas configuram-se como espaços estratégicos para a comunicação e visibilidade da produção acadêmica. A adoção de práticas de normalização nessas plataformas é indispensável para assegurar a qualidade e integridade da informação compartilhada.

Este estudo demonstrou que o uso adequado de identificadores, metadados e formatos padronizados potencializa a disseminação do conhecimento, fortalece o *networking* acadêmico e contribui para o reconhecimento institucional e internacional dos pesquisadores.

Portanto, destaca-se a importância das Redes Sociais Científicas para o reconhecimento e a visibilidade de pesquisadores. E ainda debates de pesquisas em desenvolvimento.

Indica-se que há necessidade de pesquisas futuras que explorem até que ponto há reconhecimento e a apropriação de ideias veiculadas nessas plataformas. Especialmente aos aspectos éticos em relação à compreensão e à apropriação de ideias a serem investigadas posteriormente.

Referências

Academia.edu. (2025). Download 55 million PDFs for free.https://www.academia.edu/

Associação brasileira de normas técnicas. (2023) NBR 14724:2023 – Informação e Documentação: Trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: ABNT.

Associação brasileira de normas técnicas. (2018) NBR 6023:2018- Informação e Documentação: Referências. Rio de Janeiro: ABNT.

Borko, H. (1968) Information Science: what is it? American Documentation. https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf

Elsevier. (2025) Scopus: comprehensive, multidisciplinary, trusted abstract and citation database. https://www.elsevier.com/products/scopus

Google scholar. (2025). Provides a simple way to broadly search for scholarly literature. https://scholar.google.com.br/

Lagoze, C. Sompel, H. V. (2001). The Open Archives Initiative: Building a low-barrier interoperability framework. In: Proceedings of the First ACM/IEEE-CS Joint Conference on Digital Libraries. https://dl.acm.org/doi/10.1145/379437.379449

Mendeley. (2025) Mendeley brings your research to life, so you can make an impact on tomorrow. https://www.mendeley.com/

My Science work. (2025) Transform research data into knowledge. https://www.mysciencework.com/#top

Pantheon. (2025). Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. https://pantheon.ufrj.br/

Researchgate. (2025). Discover scientific knowledge and stay connected to the world of science. https://www.researchgate.net/

Ribeiro, R. A., oliveira, L. & Furtado, C. (2017) A Rede Social Acadêmica Researchgate como mecanismo de visibilidade e internacionalização da produção científica

brasileira e Portuguesa na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Perspectivas em Ciência da Informação, 22 (4). DOI: 10.1590/1981-5344/2937

Scielo. (2025). Scientific electronic library online. https://www.scielo.br/

Web of Science. (2025). Claim your place in the world's most trusted citation network. https://mjl.clarivate.com/home

A interoperabilidade entre AtoM e Archivematica em museus: um olhar à luz do Design da Informação e da Curadoria Digital

Gabriela de Oliveira Souza, Universidade Estadual Paulista - UNESP, ORCID https://orcid.org/0000-0001-7519-6624, Brasil, *gabriela.oliveira@unesp.br*

Isabela Correa Macena, Universidade Estadual Paulista - UNESP, ORCID https://orcid.org/0000-0003-4638-6984, Brasil, *ic.macena@unesp.br*

Dunia Llanes Padrón, Universidad de Zaragoza, ORCID https://orcid.org/0000-0001-8639-4706, Espanha, *duniallp@yahoo.es*

Maria José Vicentini Jorente, Universidade Estadual Paulista - UNESP, ORCID https://orcid.org/0000-0002-0492-0918, Brasil, *mj.jorente@unesp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6734

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

Museus configuram-se como serviços de informação complexos, estruturados por múltiplos subsistemas interdependentes. Essa complexidade sistêmica impõe desafios singulares à gestão e disponibilização do acervo museológico, especialmente diante dos impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que reconfiguram as dinâmicas tradicionais de tratamento, preservação e acesso à informação. A convergência e integração entre esses subsistemas, potencializada pelas tecnologias digitais, promovem o surgimento de novas possibilidades e exigências que extrapolam o âmbito físico dos museus, de modo a abrir espaço para a constituição de ambientes dígito-virtuais que ampliam a experiência museológica.

No contexto contemporâneo, caracterizado por paradigmas pós-custodiais e por uma crescente valorização dos aspectos político-ideológicos e socioculturais da herança cultural (Silva & Ribeiro, 2020), os museus enfrentam o desafio de transitar da simples guarda física para a criação de condições que garantam a preservação e o acesso ampliado aos seus acervos. Nesse sentido, a emergência da perspectiva colaborativa e participativa da Web 2.0, conforme definido por O'Reilly (2007), promove uma profunda transformação nos modos de produção, circulação e apropriação da informação museológica. Este cenário exige, portanto, a adoção de estratégias integradas que considerem a comunicação eficiente, eficaz e efetiva em ambientes *online*.

Nesse contexto, destacam-se dois softwares livres desenvolvidos pela empresa Artefactual Systems: o *Access to Memory* (AtoM) e o Archivematica (Artefactual, 2022; Artefactual, 2025). O AtoM é especializado na descrição e apresentação da informação, ao oferecer uma interface centrada na experiência do sujeito informacional, o que potencializa o acesso, a navegação e a reutilização dos dados. Em contrapartida, o Archivematica dedica-se à preservação digital de longo prazo, de modo a garantir a autenticidade, integridade e confiabilidade dos objetos digitais por meio da adoção rigorosa de padrões internacionais e da conformidade com o modelo conceitual OAIS (*Open Archival Information System*).

A escolha pelos softwares AtoM e Archivematica fundamenta-se, ainda, em sua natureza *open source*, o que lhes confere ampla flexibilidade de implementação, customização e integração a distintos contextos institucionais (Oliveira, 2015). Por se tratarem de soluções baseadas em código aberto, ambos os sistemas permitem a participação ativa de comunidades técnicas e culturais em seu desenvolvimento contínuo, promovendo práticas colaborativas e sustentáveis no campo da gestão de acervos

digitais. Tal característica é particularmente relevante para museus de pequeno e médio porte, que, frequentemente, operam com recursos financeiros e técnicos limitados, mas que buscam soluções robustas, escaláveis e alinhadas às boas práticas internacionais.

Ainda, a adesão desses softwares a padrões internacionais, como ISAD(G), ISAAR (CPF), PREMIS, *Dublin Core* e ao modelo de referência OAIS, reforça sua adequação a ambientes museológicos que almejam interoperabilidade, preservação a longo prazo, recuperação e socialização do acesso informacional (Díaz Majada, 2020). Desse modo, AtoM e Archivematica configuram-se como alternativas viáveis e estratégicas para instituições que necessitam articular, de forma integrada, os processos de descrição, preservação e acesso aos seus acervos dígito-virtuais.

A interoperabilidade entre plataformas como o AtoM e o Archivematica tem se constituído em um tema central nas investigações da Ciência da Informação, sobretudo quando se considera a necessidade de integração entre os distintos processos envolvidos na gestão do ciclo de vida dos dados. Essa integração abrange desde a descrição detalhada e padronizada dos objetos informacionais até a sua preservação digital, passando pela garantia de acesso qualificado e pelo compartilhamento eficiente em ambientes dígito-virtuais. A harmonização entre sistemas com finalidades complementares é imprescindível para enfrentar os desafios impostos pela crescente complexidade dos acervos digitais contemporâneos. Além disso, a interoperabilidade possibilita a continuidade dos dados ao longo do tempo e, também, o engajamento ativo das comunidades de interesse (Jorente, Nakano, Silva & Batista, 2016).

Ainda, tal convergência configura-se como uma estratégia integrada que fortalece a gestão dos acervos museológicos na sua dimensão digital, ao articular as demandas técnicas de preservação com as necessidades de acesso qualificado e compartilhamento com as comunidades de interesse. Essa convergência tecnológica e conceitual fundamenta práticas museológicas alinhadas aos princípios do Design da Informação e da Curadoria Digital, o que estabelece um ambiente dígito-virtual robusto, escalável e coerente com as exigências contemporâneas da virtualização do patrimônio cultural.

Nesse sentido, mobilizam-se os conceitos de Design da Informação (DI) e Curadoria Digital (CD) como aportes teóricos e operacionais. O DI configura-se como um campo fundamental para a estruturação visual e funcional de conteúdos informacionais, especialmente no contexto museológico dígito-virtual (Horn, 2000; Frascara, 2015; Jorente, Nakano & Padua, 2020). Seus princípios orientam a organização, a clareza e a inteligibilidade das informações apresentadas, de modo a favorecer uma experiência de navegação fluida para as comunidades de interesse (Batista & Jorente, 2021). No âmbito dos acervos museológicos dígito-virtuais, o DI contribui para que a complexidade e diversidade dos dados sejam apresentadas de forma coerente e significativa, ao ampliar a compreensão e o engajamento dos sujeitos informacionais.

Por sua vez, a Curadoria Digital (CD) abarca o conjunto de processos e práticas voltados à preservação, gestão e sustentabilidade dos objetos informacionais ao longo de seu ciclo de vida, do momento da produção até seu acesso e reuso em ambientes digitais (Higgins, 2008). No contexto dos museus, a CD assume papel estratégico na manutenção da autenticidade, integridade e confiabilidade dos acervos dígito-virtuais, promovendo a salvaguarda desses patrimônios culturais frente aos desafios impostos pelas transformações tecnológicas que pautam a contemporaneidade. Através de procedimentos padronizados, a CD assegura que os registros museológicos permaneçam utilizáveis ao longo do tempo.

A convergência entre Design da Informação e Curadoria Digital revela-se, portanto, uma articulação essencial para o desenvolvimento de ambientes informacionais museológicos digitais robustos e eficazes. Enquanto o DI potencializa a apresentação clara e organizada dos conteúdos para facilitar o acesso e a interação dos sujeitos informacionais, a CD garante a sustentação técnica e normativa

necessária para a preservação e a confiabilidade desses mesmos conteúdos. Essa integração, aplicada à interoperabilidade entre sistemas como o AtoM e o Archivematica, representa uma abordagem integrada que promove a sustentabilidade dos acervos museológicos e, também, a ampliação de sua função social e cultural, de modo a atender às demandas contemporâneas da era dígito-virtual.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa objetiva avaliar a interoperabilidade entre os sistemas AtoM e Archivematica à luz dos princípios do Design da Informação e da Curadoria Digital, ao considerar como essa convergência pode contribuir para as práticas informacionais em instituições museológicas. De modo específico, o estudo visa: a) identificar as funcionalidades e características técnicas dos dois softwares; b) avaliar como tais processos contribuem para a preservação e o acesso aos acervos dígito-virtuais; e c) refletir sobre as implicações dessa interoperabilidade para as instituições museológicas na contemporaneidade.

Princípios do Design da Informação em ambientes museológicos dígito-virtuais

A contemporaneidade é atravessada por profundas transformações no campo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que, impulsionadas pela ascensão da Web 2.0, intensificaram o volume, a velocidade e a complexidade dos fluxos informacionais. Neste cenário, os ambientes dígito-virtuais consolidam-se como espaços estratégicos para o compartilhamento da informação em múltiplos formatos, linguagens e suportes. Diante desse panorama, o Design da Informação (DI) emerge como um campo fundamental para a estruturação, organização e apresentação dos conteúdos, com vistas a favorecer a compreensão e a experiência significativa dos indivíduos nesses ambientes.

Segundo Horn (2000), o DI pode ser definido como o processo de preparar e organizar informações de modo a torná-las compreensíveis e funcionalmente relevantes para os indivíduos. Trata-se, portanto, de uma prática voltada à eficiência e à eficácia na comunicação, com o objetivo de facilitar a compreensão, apoiar a tomada de decisão e potencializar a ação informada. Para alcançar tais finalidades, o DI abrange um conjunto articulado de dimensões que vão desde os aspectos visuais até a estruturação conceitual e funcional dos conteúdos. Essa abordagem integrada evidencia o caráter interdisciplinar do campo, que opera na intersecção entre linguagem visual, cognição, tecnologia e experiência dos sujeitos informacionais.

Por sua vez, Jacobson (2000) propõe uma abordagem situada do DI, ao deslocar o foco das soluções universais para a consideração atenta das condições contextuais que envolvem cada projeto informacional. Nesse sentido, o êxito na concepção e implementação de interfaces informacionais depende de uma complexa teia de fatores, entre os quais se destacam o meio em que a informação será veiculada, os sujeitos informacionais, os objetivos comunicacionais específicos e as propriedades do suporte adotado. Essa perspetiva reforça a compreensão do DI como contextual, que deve ser sensível às particularidades socioculturais, tecnológicas e cognitivas de sua comunidade de interesse.

Complementarmente, Garrett (2002), ao sistematizar os planos da experiência dos sujeitos informacionais, situa o DI em um plano intermediário entre a estrutura subjacente do sistema e sua camada visível, voltada à apresentação visual. Nesse modelo, o DI é responsável por mediar as decisões sobre como a informação será apresentada para que possa ser interpretada, de modo a articular funcionalidade e semântica de forma coesa.

Ainda, Lipton (2007) enfatiza a percepção visual como elemento determinante no contexto da comunicação informacional, de modo a ressaltar que a eficácia do DI está diretamente relacionada à forma como os sujeitos percebem e interpretam os estímulos visuais apresentados. A autora defende que o DI deve fundamentar-se em princípios derivados da psicologia Gestalt, cujo enfoque enfatiza a organização perceptiva e a tendência natural do cérebro humano em buscar padrões e agrupamentos. Desse modo, agrupar tais princípios contribui para a redução da carga

cognitiva, ao facilitar a compreensão rápida e intuitiva dos conteúdos e orientar o olhar dos indivíduos de forma estratégica.

Tal perspectiva é compartilhada por Frascara (2015), que concebe o DI como uma prática que, além de técnica e perceptiva, deve ser orientada pela experiência dos indivíduos. Desse modo, o *design* requer sensibilidade às condições sociais, culturais e cognitivas que permeiam a interação dos sujeitos com os conteúdos. A abordagem situacional e contextualizada demanda que o *design* articule forma e sentido de maneira integrada, ao reconhecer que os significados são construídos em contextos específicos e dinâmicos.

Além das dimensões perceptivas e funcionais, o DI também incorpora uma dimensão relacional e participativa, sobretudo no contexto dos ambientes digitais contemporâneos mediados pela Web 2.0. Jorente, Nakano e Padua (2020) apontam que os espaços dígito-virtuais são marcados por dinâmicas coletivas, multimodais e glocalizadas, que favorecem a interação colaborativa e o engajamento ativo dos indivíduos. Desta forma, o DI deve contemplar essa complexidade relacional, de modo a promover interfaces e estruturas informacionais que incentivem a participação em redes dígito-virtuais interconectadas.

Portanto, o uso de estratégias visuais e informacionais no espaço museológico deve ser compreendido como uma linguagem comunicacional que media a relação entre acervo, espaço e comunidade de interesse. Mercin e Diksoy (2023) observam que o DI, ao incorporar elementos diversos, potencializa a função dialógica dos museus, sobretudo ao alinhar a identidade visual institucional com a narrativa museológica. A adoção de soluções informacionais bem projetadas favorece a construção de significados e o engajamento cultural, especialmente quando articuladas aos princípios de acessibilidade e inteligibilidade.

Em consonância com essa perspectiva, Lima *et al.* (2023) defendem que o DI, ao cumprir com sua função de tornar a informação acessível, confiável e inteligível, também assume um papel ético e social, ao reconhecer as diversidades cognitivas e culturais dos sujeitos informacionais. Tal enfoque amplia a compreensão do DI como um vetor de cidadania, sobretudo nos ambientes digitais. Aplicado ao contexto museológico, isso implica projetar sistemas e interfaces que respeitem os repertórios simbólicos e os modos de interação das comunidades de interesse.

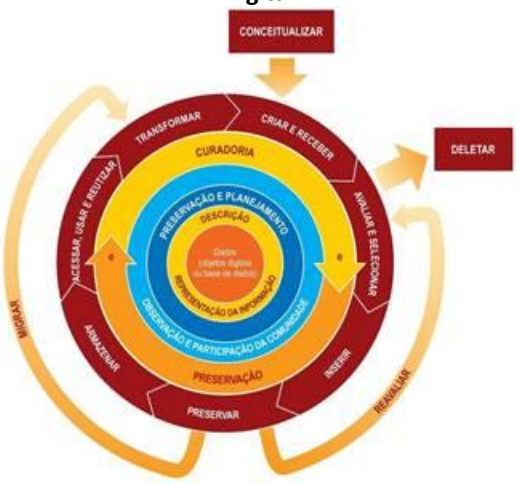
Nesse contexto, o AtoM tem sido explorado como recurso para a descrição e representação digital de acervos museológicos, inicialmente voltado à arquivologia, mas com capacidade de ser adaptado às especificidades museais. Segundo Batista e Jorente (2021), a customização do AtoM viabiliza sua aplicação em instituições de tipologia híbrida, com resultados expressivos na organização semântica e na recuperação da informação sobre objetos de acervos museológicos.

Assim, compreende-se que os princípios do Design da Informação em ambientes museológicos dígito-virtuais transcendem a dimensão visual para se constituírem como mediadores da experiência informacional e cultural dos indivíduos nesses espaços. Em consequência, a integração com a Curadoria Digital e o uso de *softwares* como o AtoM oferecem formas inovadoras de apropriação e ressignificação do patrimônio museológico pelos internautas.

Dimensões da Curadoria Digital em acervos museológicos na dígito-virtualidade

A Curadoria Digital, enquanto campo emergente na Ciência da Informação, assume papel central nas práticas de gestão, preservação e compartilhamento da informação em ambientes dígito-virtuais. Ela compreende um escopo amplo de ações voltadas à sustentabilidade dos ativos informacionais ao longo de todo o seu ciclo de vida, com ênfase na adição de valor e na garantia do acesso futuro (Santos, 2016). A sistematização das ações de curadoria digital encontra respaldo teórico em modelos de ciclo de vida, como o desenvolvido pelo *Digital Curation Centre* (DCC) (2004), que estrutura as práticas curatoriais em três categorias de ações: contínuas, sequenciais e ocasionais, conforme a Figura 1.

Figura 1: Modelo do Ciclo de Vida da Curadoria Digital



Fonte: traduzido de Higgins (2008).

As ações contínuas incluem a descrição da informação, o planejamento da preservação, o monitoramento das comunidades de interesse, bem como a curadoria e preservação do conteúdo; já as ações sequenciais compreendem etapas como conceitualização, criação, avaliação, arquivamento, preservação, acesso e transformação dos dados; por fim, as ações ocasionais preveem reavaliação e descarte (Higgins, 2008). Tal lógica assegura que os dados digitais permaneçam íntegros e inteligíveis ao longo do tempo, mesmo frente às constantes transformações tecnológicas.

Nesse modelo, destaca-se a natureza processual e cíclica da CD, que abrange desde a concepção dos objetos informacionais até sua preservação a longo prazo. Contudo, é importante ressaltar que tais procedimentos não se restringem à conservação técnica dos conteúdos: ao contrário, sua efetividade plena se concretiza na possibilidade de garantir o acesso contínuo, significativo e contextualizado.

Como prática interdisciplinar, a curadoria digital requer o envolvimento de múltiplos atores e competências diversas. A atuação efetiva em ambientes digitais abarca demandas além do domínio técnico, de modo a envolver também sensibilidade às dimensões humanas, éticas e comunicacionais da informação. Conforme argumentam Siebra *et al.* (2016), os desafios curatoriais vão além das soluções tecnológicas, exigindo políticas institucionais claras, formação continuada de profissionais e o desenvolvimento de infraestruturas adequadas à diversidade de formatos, contextos e usos dos objetos digitais.

Para garantir a efetividade da curadoria digital, é fundamental a adoção de práticas permanentes e sistemáticas ao longo de todo o ciclo de vida da informação. Como observam Llanes e Moro (2019), a curadoria digital demanda atenção constante à confiabilidade, à autenticidade e à relevância dos conteúdos, o que implica em processos bem definidos, políticas claras e uma cultura institucional comprometida com a gestão da informação em ambientes digitais. Além disso, a qualidade da curadoria está diretamente relacionada à capacidade de preservar o contexto original dos objetos, garantir o acesso a diferentes públicos e promover sua reinterpretação em novos arranjos informacionais, de modo a ampliar seu potencial de uso e valor informativo ao longo do tempo.

Nesse sentido, a CD pressupõe, ainda, uma compreensão crítica da relação entre memória institucional, tecnologia e cultura, especialmente quando aplicada a acervos patrimoniais. Como observam Soave e Lemos (2022), a migração de objetos do suporte analógico para o digital não se esgota na digitalização em si, mas implica repensar os modos de representação, acesso e significação desses conteúdos no ambiente digital. A CD, nesse sentido, não se limita a preservar artefatos, mas promove a atualização dos vínculos informacionais entre acervo, contexto e sujeitos. Trata-se de uma prática informacional que viabiliza a ressignificação do patrimônio, permitindo que os registros informacionais adquiram novas camadas de interpretação e relevância, especialmente quando articulados a sistemas de metadados interoperáveis e sustentados por padrões internacionais.

No interior dessa complexidade, destaca-se o caráter dinâmico e processual da Curadoria Digital, que opera segundo uma lógica sistêmica de acompanhamento do ciclo de vida dos objetos informacionais. A abordagem da CD pressupõe ações interdependentes, que, devido a sua estrutura cíclica e iterativa, sustentam sua efetividade em longo prazo, ao

passo que também impõe exigências metodológicas e institucionais que ultrapassam as soluções puramente técnicas (Batista, Jorente & Padua, 2022). Desse modo, a efetividade da CD depende da existência de infraestruturas compatíveis com as necessidades técnicas do ciclo de vida digital, da formação especializada dos profissionais envolvidos e do alinhamento entre políticas institucionais e diretrizes internacionais de preservação. Isso implica reconhecer a CD como um processo transversal e estratégico, essencial para garantir a continuidade dos acervos informacionais em um cenário de constante transformação tecnológica e epistemológica.

Especialmente no contexto dos museus, a CD adquire contornos específicos. Ao considerar a virtualização dos acervos e a convergência entre interfaces físicas e digitais, ela atua como um conjunto de procedimentos estratégicos voltados à filtragem, reorganização, preservação, interpretação e reuso da informação musealizada. Nesse sentido, ao integrar acervos físicos e digitais em plataformas interativas e navegáveis, a lógica participativa da web 2.0 e, com ela, o Design da Informação, favorecem práticas curatoriais colaborativas e participativas, centradas no acesso e na reinterpretação contínua do patrimônio digital (Ferreira & Rocha, 2017).

No escopo da Curadoria Digital voltada a acervos museológicos, a utilização do *Access to Memory* se apresenta como uma alternativa viável diante da escassez de softwares livres adequados às demandas representacionais dos museus, especialmente no contexto brasileiro. A pesquisa conduzida por Batista, Landim e Jorente (2018) parte da hipótese de que o AtoM, originalmente concebido para a descrição de documentos arquivísticos, poderia ser adaptado para acervos museológicos heterogêneos. Essa adaptação evidencia a pertinência do AtoM como um suporte no ambiente museal, ainda que exija reflexão contínua sobre sua estrutura descritiva e sobre a mediação das especificidades do patrimônio material e imaterial.

Ainda, Batista e Jorente (2021) aprofundam a reflexão sobre a aplicabilidade da CD em contextos museológicos digitais, ao discutir criticamente a adequação do AtoM como sistema de representação e gestão de acervos culturais. As autoras ressaltam a necessidade de alinhamento dos sistemas de informação às diretrizes internacionais de documentação museológica. Logo, a CD é entendida como um processo estruturante, capaz de assegurar o uso contextualizado, significativo e interoperável dos acervos museológicos em ambientes digitais.

Nesse sentido, a interoperabilidade entre o AtoM e o Archivematica evidencia, de forma expressiva, a convergência entre os princípios do Design da Informação e da Curadoria Digital. Enquanto o AtoM se dedica à descrição e ao acesso à informação, promovendo a organização semântica e a apresentação inteligível dos acervos museológicos, o Archivematica atua como um repositório de preservação digital, fundamentado em normas internacionais como o modelo OAIS. A articulação entre os dois sistemas permite que os objetos informacionais transitem por fluxos curatoriais tecnicamente robustos e comunicacionalmente eficazes, assegurando tanto a perenidade quanto a inteligibilidade dos dados. Essa complementaridade configura uma prática informacional integrada, em que a curadoria e o design operam como camadas interdependentes de um mesmo processo de gestão da informação.

Nesse fluxo integrado, o AtoM representa a camada voltada à mediação com os sujeitos informacionais, com interfaces orientadas à clareza, navegabilidade e acesso significativo. Seu desenho informacional é pautado por princípios que favorecem a experiência de uso, a inteligibilidade dos metadados e a escalabilidade da informação em contextos digitais. Já o Archivematica, com sua estrutura técnica voltada à normalização, verificação, emulação e armazenamento seguro dos objetos digitais, responde à dimensão mais estrutural e processual da curadoria digital. Assim, a interoperabilidade entre os dois sistemas materializa a lógica de complementaridade funcional entre acesso e preservação e, também, revela como os

princípios do DI e da CD podem operar de forma integrada em um ecossistema informacional museológico.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, voltada à análise da interoperabilidade entre os sistemas AtoM e Archivematica, com foco na forma como tais sistemas operam de modo complementar no contexto da Curadoria Digital e do Design da Informação em ambientes museológicos dígito-virtuais.

A investigação foi estruturada em três etapas principais: (1) levantamento e sistematização teórica, (2) análise comparativa de funcionalidades, padrões e fluxos de trabalho dos sistemas, e (3) construção de sínteses interpretativas com base nos marcos conceituais da área da Ciência da Informação, especialmente nas noções de Curadoria Digital, Design da Informação e preservação digital.

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de fundamentar conceitualmente a análise. Foram consultadas produções acadêmicas e técnicas disponíveis nas bases SciELO, BRAPCI, Google Scholar e no Portal de Periódicos da CAPES, com ênfase em publicações relacionadas aos temas: *Access to Memory*, Archivematica, Modelos de preservação digital, Curadoria Digital e Design da Informação. Complementarmente, foram analisados documentos técnicos e manuais disponibilizados pela Artefactual Systems, empresa responsável pelo desenvolvimento dos dois sistemas, além de normas e modelos de referência como o OAIS (*Open Archival Information System*) e os padrões arquivísticos internacionais ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH.

Na segunda etapa, procedeu-se à análise técnico-funcional comparativa dos dois sistemas. Foram observadas e sistematizadas suas principais características com base na documentação oficial e na literatura especializada. Essa análise envolveu a identificação de objetivos, estruturas de metadados, formatos de entrada e saída, padrões suportados, licenciamento, modelo de interface, formas de interoperabilidade e estratégias de curadoria digital e preservação digital adotadas.

A terceira etapa consistiu na articulação crítica entre os dados levantados e os referenciais teóricos adotados. Com base na literatura da Ciência da Informação, buscou-se interpretar como o AtoM e o Archivematica materializam os princípios do Design da Informação e da Curadoria Digital. A análise também considerou os desafios associados à documentação em contextos museológicos, a partir da perspectiva pós-custodial e da aplicabilidade dos sistemas em museus.

Resultados

No escopo desta pesquisa, a análise concentrou-se nos sistemas AtoM e Archivematica, ambos desenvolvidos pela empresa canadense Artefactual Systems, amplamente utilizados para fins de descrição e preservação digital, respectivamente. O AtoM é um software livre e de código aberto baseado na Web, utilizado para a representação da informação documental por meio da descrição arquivística, criado para promover um ambiente de acesso com base em normas arquivísticas internacionais (Jorente & Batista, 2021; Artefactual, 2022). O Archivematica, por sua vez, é um sistema livre e de código aberto voltado à preservação digital de longo prazo, que adota padrões internacionais reconhecidos para garantir a autenticidade, confiabilidade e segurança dos objetos digitais arquivados (Artefactual, 2025).

O AtoM se destaca por sua ênfase na descrição de documentos, produtores (autores) e instituições de custódia e na disponibilização da informação para comunidades de interesse, enquanto o Archivematica concentra-se na preservação de longo prazo, por meio da aplicação de normas internacionais e práticas consolidadas no campo da preservação digital. Para ilustrar as principais especificidades dos sistemas analisados, o Quadro 1 compara as características específicas entre o Atom e o Archivematica.

Quadro 1: Características entre o AtoM e o Archivematica

Característica	AtoM	Archivematica
Objetivo principal	Descrição e acesso à informação arquivística.	Preservação digital a longo prazo, conforme o Modelo OAIS.
Interface e usabilidade	Baseada na Web, centrada no internauta.	Interface técnica, orientada ao administrador do sistema.
Idiomas disponíveis	Multilíngue.	Inglês, com possibilidade de tradução.
Padrões suportados	ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF, ISDIAH, Dublin Core, EAD, EAC.	PREMIS, METS, Dublin Core, OAIS.
Entrada de dados	Manual, importação em massa (CSV/XML), API.	Manual, automatizada, por scripts e API.
Saída de dados	EAD, EAC, CSV, XML.	METS, PREMIS, BagIt, DIP/API.
Licença e comunidade	Código aberto (GPL v2), comunidade ativa e desenvolvimento contínuo.	Código aberto (AGPL v3), comunidade ativa.
Interoperabilidade	Integra-se com o Archivematica para visualização de objetos digitais preservados.	Integra fluxos com o AtoM para envio e gestão de DIPs/AIPs.
Curadoria Digital	Acesso; descrição e representação da informação; observação e participação da comunidade.	Preservação a longo prazo; planejamento; ações sequenciais da CD
Design da Informação	Escalabilidade Acesso	Multiplicidade de informações (pacotes SIP, AIP, DIP)

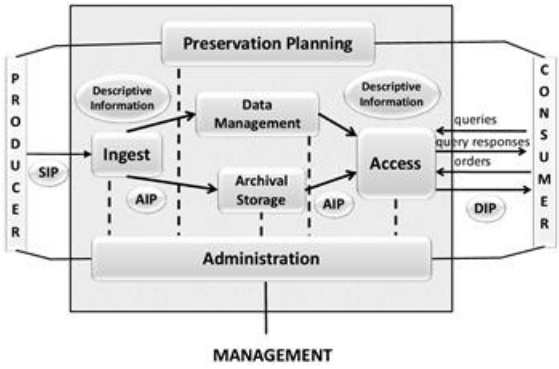
Fonte: Criado pelas autoras com base em Artefactual (2022; 2025).

O AtoM e o Archivematica foram criados pela Artefactual Systems, com a supervisão do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) , o que garante que as normas sejam cumpridas, tais quais ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH (Artefactual, 2022; 2025).

Além disso, o Archivematica é baseado no Modelo OAIS (*Open archival information system reference model*), um modelo conceitual amplamente utilizado para a preservação digital. O software foi desenvolvido por meio de análises acerca da aplicação do Modelo OAIS e dos requisitos necessários para que o sistema realmente atendesse ao modelo e às características que documentos arquivísticos digitais devem apresentar: confiabilidade, autenticidade e interoperabilidade (Machado & Arellano, 2022).

O Modelo OAIS é um modelo de referência criado pelo *Consultative Committee for Space Data Systems* (CCSDS), e tem como principal objetivo padronizar as práticas de preservação digital. Regulamentado pela norma ISO 14721:2012, o modelo oferece diretrizes abrangentes que orientam a organização, a ingestão, o armazenamento, o acesso e o gerenciamento de objetos digitais, assegurando sua autenticidade, integridade e usabilidade futura (CCSDS, 2012). A Figura 2, a seguir, ilustra a lógica funcional proposta pelo OAIS, evidenciando suas seis entidades interdependentes e as interfaces que viabilizam a operacionalização do ciclo de vida da informação digital.

Figura 2. Modelo funcional do OAIS



Fonte: CCSDS, 2012, p.44.

O Archivematica foi projetado para aderir integralmente às especificações do modelo OAIS, de modo a contemplar todas as entidades funcionais previstas. Além disso, o sistema opera por meio da manipulação de pacotes de informação, que constituem os elementos estruturantes do modelo e asseguram a rastreabilidade, a contextualização e a recuperação dos objetos preservados. Essa conformidade confere ao Archivematica robustez técnica e, também, legitimidade normativa, o que o qualifica como um repositório arquivístico digital confiável e interoperável.

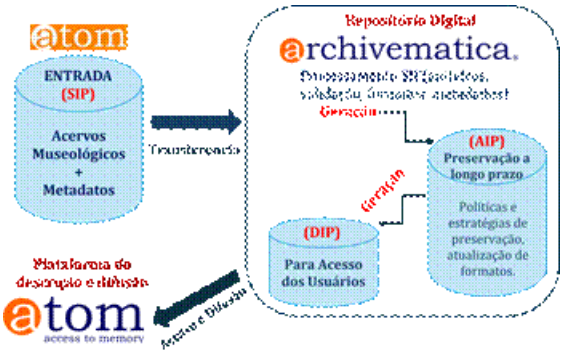
No âmbito do modelo OAIS, os pacotes de informação constituem unidades operacionais fundamentais que organizam e documentam os diferentes estágios da preservação digital. Mais do que estruturas técnicas, esses pacotes representam um mecanismo formalizado para assegurar a rastreabilidade, a autenticidade e a reprodutibilidade dos objetos digitais ao longo do tempo. O Archivematica, ao adotar esse modelo, implementa uma lógica de transformação informacional entre os pacotes: a submissão inicial dos conteúdos é estruturada em *Submission Information Packages* (SIP), os quais são processados e enriquecidos com metadados técnicos e administrativos, sendo então convertidos em *Archival Information Packages* (AIP), que geram *Dissemination Information Packages* (DIP), que funcionam como versões acessíveis e interpretáveis dos objetos digitais, disponibilizadas mediante solicitação. Essa dinâmica cíclica e estruturada assegura que a integridade informacional seja mantida, ao mesmo tempo em que viabiliza o compartilhamento controlado e contextualizado dos conteúdos preservados (CCSDS, 2012).

Para além da estrutura conceitual do modelo OAIS, o Archivematica operacionaliza a curadoria digital por meio de microsserviços, que permite o processamento modular e automatizado dos pacotes informacionais. Cada etapa – desde a ingestão inicial até a geração dos AIPs e DIPs – é conduzida por ferramentas de código aberto integradas ao sistema, as quais realizam funções como verificação de integridade, normalização de formatos, extração e inserção de metadados, bem como análises de preservação. Conforme discutido por Machado e Arellano (2022), essa abordagem garante flexibilidade, escalabilidade e aderência a padrões internacionais, ao mesmo tempo em que favorece a auditabilidade e a transparência dos processos de preservação digital.

Quando deparado com uma massa documental a ser colocada dentro do sistema de documentação de um museu (SISDOC), a convergência entre o Archivematica e o AtoM preconiza a inserção da descrição no Archivematica. Com base neste fundamento, a interoperabilidade entre Archivematica e AtoM permite que, uma vez gerados os DIPs, estes possam ser acessados diretamente por meio do AtoM, sem prejuízo à segurança, à autenticidade e à confiabilidade dos dados armazenados. O Archivematica, ao atuar como repositório arquivístico digital confiável, assegura a preservação de longo prazo, enquanto o AtoM opera como interface de acesso e descrição, de modo a promover a mediação entre o acervo digital e as comunidades de interesse.

Desse modo, embora distintos em suas finalidades, ambos os sistemas operam de forma complementar e interoperável, ao unir esforços no sentido de garantir, concomitantemente, a preservação e o acesso qualificado à informação. A articulação entre eles pode ser representada por meio do fluxo de interoperabilidade aplicado a acervos museológicos, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3. Fluxo de interoperabilidade entre AtoM e Archivematica



Fonte: Elaboração própria (2025).

Assim, o fluxo entre a entrada dos acervos museológicos e seus respectivos metadados (SIP), sua transferência para o Archivematica, onde passam por validação e tratamento técnico, gerando pacotes de preservação (AIP) e de compartilhamento (DIP), evidencia a complementaridade entre os sistemas, o que materializa os princípios de Design da Informação (DI) e Curadoria Digital (CD).

O desenvolvimento de tal processo previne a perda de informações, pois o AtoM, enquanto software para descrição e acesso, não faz a devida preservação dos objetos informacionais digitais. O Archivematica, por sua vez, apresenta os elementos e recursos necessários

para a preservação, mas não para o acesso, função desempenhada pelo AtoM, conforme destacado por Lampert (2016, p.152) "o Archivematica, se for utilizado essencialmente para acesso, deverá ter um software em conjunto para tanto". Desse modo, o AtoM apresenta um Design da Informação voltado ao acesso, que proporciona ao sujeito informacional uma navegação mais fluida, enquanto o Archivematica apresenta um design mais técnico, que exige um profissional mais capacitado e que compreenda, principalmente, o funcionamento do Modelo OAIS.

A convergência entre os dois softwares corresponde à convergência entre DI e CD, ou seja, entre acesso e preservação. Em relação ao DI, o AtoM atua no acesso e na escalabilidade da informação, enquanto o Archivematica também proporciona a escalabilidade, por meio da multiplicidade de informações, ou seja, dos pacotes de informação, que garantem tanto a preservação quanto o acesso.

Referente à CD, ambos atuam ativamente nas ações do ciclo de seu ciclo de vida. O AtoM atua nas ações de descrição e representação da informação; participação e observação da comunidade; acessar, usar e reutilizar. Tal atuação ocorre porque o AtoM apresenta recursos para gestão, organização e disponibilização dos acervos, além de possibilitar a comunicação com as comunidades de interesse. O Archivematica, por sua vez, apresenta recursos que o inserem nas camadas referentes à curadoria e preservação, além da inserção de metadados administrativos e de preservação.

O AtoM utiliza instrumentos da Arquivologia e os insere no contexto da pós-custodialidade. Enquanto software de acesso, se relaciona aos catálogos, inventários e guias tradicionais. Por outro lado, como software voltado para armazenamento e preservação, o Archivematica pode ser ligado a instrumentos técnicos da Arquivologia, como os planos de classificação e tabelas de temporalidade, pois cumpre tarefas de preservação paralelas àquelas destinadas ao controle de armazenamento de acervos em papel. Além disso, ambos seguem normas e padrões internacionais para a preservação e descrição dos objetos informacionais digitais.

A partir desta abordagem, pode-se afirmar que o SISDOC é um setor com natureza arquivística. Os desafios impostos pelo contexto contemporâneo dígito-virtual fizeram emergir a demanda por softwares capazes de contemplar a complexidade dos acervos museológicos e que estejam em conformidade com padrões descritivos e normas internacionais (Jorente, 2021; Jorente & Batista, 2021).

Ao considerar a documentação gerada por meio da descrição dos objetos museológicos, o uso das normas arquivísticas para tratamento, preservação e normalização de tais registros descritivos faz-se essencial para garantir seu acesso a longo prazo. Assim, o uso de métodos, processos e soluções tecnológicas já consolidadas pela Arquivologia proporciona uma salvaguarda eficiente, eficaz e efetiva dos acervos dígito-virtuais (Jorente, 2021).

É nesse sentido que os softwares AtoM e Archivematica atendem aos desafios e demandas identificados, e podem beneficiar diversas tipologias de museus, sobretudo os de pequeno porte. Assim, os processos de curadoria e preservação, realizados por meio do Archivematica, e de acesso e compartilhamento, realizados no AtoM, podem ser aplicados por uma única instituição ou por um conjunto de instituições. Isso se deve ao fato de ambos os softwares foram desenvolvidos para serem utilizados, também, como uma rede multi-repositório, o que estimula e favorece a colaboração entre os equipamentos culturais.

Assim, a interoperabilidade entre AtoM Archivematica constitui uma abordagem integrada que potencializa a eficácia das práticas museológicas contemporâneas. Ao viabilizar uma gestão articulada entre preservação e acesso, esses sistemas consolidam uma infraestrutura informacional robusta, capaz de sustentar os desafios crescentes da virtualização do patrimônio cultural. Tal sinergia reforça a capacidade dos museus de manter acervos dígito-virtuais alinhados aos princípios do Design da Informação e da Curadoria Digital na era pós-

custodial. Em última análise, essa convergência tecnológica e conceitual fortalece o papel dos museus como agentes dinâmicos na preservação e compartilhamento da informação, de modo a garantir a perpetuidade e o diálogo vivo entre os acervos culturais e as comunidades de interesse.

Considerações Finais

A análise empreendida ao longo do presente artigo permitiu identificar que a interoperabilidade entre os sistemas AtoM (Acess to Memory) e Archivematica constitui-se, além da complementaridade entre suas funcionalidades, uma articulação conceitual e metodológica entre os princípios de Design da Informação (DI) e da Curadoria Digital (CD), especialmente quando aplicados a acervos museológicos. A complementaridade entre os dois *softwares* evidencia uma sinergia operativa capaz de responder às exigências contemporâneas da gestão eficiente de acervos dígito-virtuais, sobretudo em museus que buscam conciliar as funções de preservação e acesso em meio à virtualização crescente de seus acervos.

Ao longo do trabalho, demonstrou-se que o AtoM, enquanto sistema voltado à descrição e à apresentação dos objetos informacionais, estrutura-se sobre princípios arquivísticos normativos e padrões internacionais, sendo particularmente eficaz na organização semântica dos dados e na disponibilização clara dos registros para as comunidades de interesse. Sua vocação para o acesso faz dele um instrumento alinhado aos fundamentos do DI, ao passo que favorece a escalabilidade e, ao mesmo tempo, a inteligibilidade dos conteúdos digitais.

Por sua vez, o Archivematica se posiciona como um repositório de preservação robusto, orientado por normas internacionais, como o modelo OAIS, que garante a manutenção da autenticidade, integridade e confiabilidade dos objetos digitais em longo prazo. Sua estruturação em microsserviços e a utilização de pacotes de informação (SIP, AIP e DIP) permite uma abordagem modular, escalável e adaptável às necessidades institucionais. A sua aplicação, ainda que técnica, é indissociável dos princípios da CD, uma vez que oferece infraestrutura adequada para a sustentação das ações do ciclo de vida da informação digital, com destaque para a preservação, o monitoramento e o reuso dos dados.

Nesse cenário, evidencia-se que a interoperabilidade entre AtoM e Archivematica configura um ecossistema informacional coerente com os desafios e possibilidades das práticas museológicas na contemporaneidade. Desse modo, sua convergência resulta em uma melhor gestão dos fluxos informacionais de acervos museológicos desde seu planejamento, ingresso, preservação a longo prazo, até seu acesso e compartilhamento. O uso conjunto dos softwares otimiza aspectos referentes à colaboração entre instituições, ao possibilitar a construção de uma rede multi-repositório. Tais aspectos podem beneficiar principalmente museus de pequeno porte, uma vez que, além de apresentarem a possibilidade da gestão colaborativa, tanto o AtoM quanto o Archivematica são customizáveis, ou seja, podem ser adequados às necessidades de cada instituição.

Ao considerar o contexto do paradigma pós-custodial, que prioriza o acesso à informação e considera que apenas ele legitima e justifica a custódia (Silva & Ribeiro, 2020), a interoperabilidade entre AtoM e Archivematica mostra-se eficiente, eficaz e efetiva no sentido de inserir os acervos museológicos, de fato, na pós-custodialidade. Tal articulação traduz, também, a convergência entre Design da Informação e Curadoria Digital pois o Archivematica, enquanto software de preservação, garante que a salvaguarda, a confiabilidade e a interoperabilidade dos acervos dígito-virtuais para que o AtoM, enquanto software de acesso, possibilite a gestão, o compartilhamento, o acesso e a interação com as comunidades de interesse.

Essa constatação é particularmente relevante diante das transformações que atravessam o campo museológico na contemporaneidade, marcadas pela digitalização dos acervos. A interoperabilidade, quando pensada sob a lente do Design da Informação e da Curadoria Digital, revela-se como uma via potente para enfrentar tais desafios, permitindo aos museus

transitar da lógica da conservação passiva para uma atuação dinâmica, participativa e orientada à mediação cultural.

Do ponto de vista institucional, a adoção desses dois sistemas em conjunto contribui significativamente para a qualificação dos processos museológicos. Em especial, destaca-se o potencial de sua aplicação em museus de pequeno e médio porte, frequentemente marcados por escassez de recursos técnicos e humanos. Por serem softwares livres, com forte respaldo comunitário e contínuo desenvolvimento, o AtoM e o Archivematica viabilizam práticas sustentáveis de gestão da informação patrimonial, com custos reduzidos e possibilidades de customização conforme as especificidades de cada acervo. A lógica de funcionamento em rede e o suporte a ambientes multi-repositórios ampliam as possibilidades de colaboração interinstitucional, de modo a favorecer políticas cooperativas de documentação, preservação e compartilhamento do patrimônio cultural.

Cabe destacar que essa abordagem também pressupõe uma compreensão ampliada do papel das instituições culturais enquanto propulsores de conhecimento socialmente relevante. Nesse contexto, a adoção de soluções interoperáveis como AtoM e Archivematica possibilita, além da manutenção técnica de acervos dígito-virtuais, sua integração às práticas comunicacionais que fundamentam a ação museológica em ambientes digitais. Tal integração reforça o compromisso com a construção de ecossistemas informacionais sustentáveis, inclusivos e responsivos às demandas das comunidades de interesse.

Em síntese, conclui-se que a interoperabilidade entre AtoM e Archivematica, analisada sob a ótica do Design da Informação e da Curadoria Digital, constitui uma estratégia promissora para a valorização do patrimônio cultural em sua dimensão digital. Mais do que um arranjo técnico, trata-se de uma prática informacional orientada por valores como permanência, inteligibilidade e confiabilidade. Assim, ao integrar preservação e acesso de maneira estruturada e contextualizada, tais sistemas potencializam os museus como espaços vivos de diálogo com os sujeitos informacionais.

Referências

Artefactual. (2022). AtoM. https://www.accesstomemory.org/pt-br/.

Artefactual. (2025). Archivematica. https://www.archivematica.org/pt-br/.

Batista, L. da S., Jorente, M. J. V., & Padua, M. C. (2022). Curadoria social nos processos de curadoria digital e reconstrução do patrimônio cultural da humanidade: Iniciativas na Web 2.0. Revista EDICIC, 2(4), 1–17.

Batista, L. S., Landim, L. A., & Jorente, M. J. V. (2018). O redesign do sistema Acess to Memory (AtoM) para a curadoria digital de acervos museológicos heterogêneos da UNESP. XIX ENANCIB, 5901–5917.

Batista, L. S. & Jorente, M. J. V. (2021). Re-design do AtoM para curadoria digital em ambientes e comunicação museológica. Informação & Informação, 26(4).

Bellotto, H. L. (2004). Arquivos permanentes: Tratamento documental (4ª ed.). Editora FGV.

Consultative Committee for Space Data Systems [CCSDS]. (2012). Reference model for an Open Archival Information System (OAIS): Recommended practice (CCSDS 650.0-M-2, Issue 2). https://public.ccsds.org/Pubs/650x0m2.pdf

Díaz Majada, G. (2020). AtoM: la irrupción del software libre de descripción normalizada y difusión archivística. Hilo_s Documentales, 2(3), e017.

Digital Curation Centre (DCC). 2004. What is digital curation? https://www.dcc.ac.uk/about/digital-curation.

Ferreira, R. R., & Rocha, L. M. G. M. (2017). Museu virtual conversão digital: Curadoria digital e navegabilidade das interfaces virtuais. XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB 2017. Marília - SP.

Frascara, J. (2015). What is information design? In J. Frascara (Org.), Information design as principled action: Making information accessible, relevant, understandable, and usable, 5-55. Common Ground Publishing.

Garrett, J. J. (2011). The elements of user experience: User-centered design for the web (2nd ed.). New Riders.

Higgins, Sarah. (2008). The DCC Curation Lifecycle Model. The International Journal of Digital Curation, 3(1).

Horn, R. E. (1999). Information Design: Emergence of a new profession. In Jacobson, R. E. Information Design, 15-37. Cambridge: MIT Press.

Jacobson, R. (2000). Introduction: Why Information Design Matters. In R. Jacobson (Ed.), Information design (pp. 1-10). MIT Press.

Jorente, M. J. V. (Ed.). (2021). Acervo revisitado: intersecções e convergências no redesign de uma coleção díspare. Marília, SP: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica. https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-140-9.

Jorente, M. J. V., Nakano, N., & Padua, M. C. (2020). A emergência do Design da Informação na contemporaneidade da Ciência da Informação. Cultura Acadêmica.

Jorente, M. J. V., Nakano, N., Silva, T. C., & Batista, L. S. (2016). O marco civil da internet e a ciência da informação: uma discussão sobre os softwares livres atom e archivematica. Liinc em revista; 12(1).

Lampert, S. R. (2016). Os repositórios DSpace e Archivematica para documentos arquivísticos digitais. Acervo, 29(2), 143–154. https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/718.

Lipton, R. (2007). The practical guide to information design. Wiley.

Lima, A. D. Á. G. R., Oliveira, A. M. D., Silva, T. B. P. E., & Siqueira, N. M. D. (2023). The social role of Information Design in the Digital Era. Anais do 11º Congresso Internacional de Design da Informação 1169-1181. Sociedade Brasileira de Design da Informação - SBDI.

Llanes Padrón, D., & Moro Cabero, M (2019). Comunicación oral. La descripción archivística y la curaduría digital: relaciones y perspectivas. IV Congreso ISKO España-Portugal. Universidad de Barcelona. Barcelona. España, 2019.

Machado, J. G. N. & Arellano, M. A. M. (2022). Uso do Archivematica no Brasil. Revista Brasileira De Preservação Digital, 3, e022008. https://doi.org/10.20396/rebpred.v3i00.16598

Mercin, L., & Diksoy, İ. (2023). The Use of Information Designs as a Communication Language in Museums in the 100th Anniversary of the Republic. Journal of International Museum Education, 5(Special Issue), 91-107.

O'Reilly, T. (2007). What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. Communications & Strategies, (1), 17.

Oliveira, S. M. de. (2015). Arquivos (digitais) contemporâneos: história, memória e softwares. In S. M. de Oliveira, Z. M. V. Paim, & A. P. El-Jaick (Orgs.), Laboratórios em Rede, 72-83. UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Santos, T. N. C. (2016). Curadoria digital e preservação digital: cruzamentos conceituais. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 14(3), 450–464.

Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2020). Ciência da informação trans e interdisciplinar: Para a superação de equívocos. In M. B. Marques & L. E. Gomes (Orgs.), Ciência da informação: visões e tendências, 33–58. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Siebra, S. de A., Borba, V. da R., & Miranda, M. K. F. de O. (2016). Curadoria Digital: um termo interdisciplinar. Informação & Tecnologia (ITEC), 3(2), 21–38.

Soave, M., & Lemos, D. L. da S. (2022). Curadoria Digital em Acervos do Patrimônio Cultural Digital: aspectos teóricos e práticos no âmbito da Ciência da Informação. Brazilian Journal of Information Science: Research trends, 16, e02152.

CONTRIBUIÇÕES DA INFRAESTRUTURA INFORMACIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA AO ENSINO

Dayanne da Silva Prudencio, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 0000-0001-8346-2160, Brasil, dayanneprudencio@ibict.br

Priscila Machado Borges Sena, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, 0000-0002-5612-4315, Brasil, priscilasena@ibict.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6735

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

Desde 2001, o ensino de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia é orientado pela ideia de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

O marco regulatório permitiu que as IES adaptassem seus projetos pedagógicos dos cursos às especificidades regionais, demandas do mercado de trabalho e aos avanços científicos e tecnológicos. Portanto, ultrapassando a perspectiva de conteúdo e fundamentando-se em uma orientação de formação que articule componentes materiais e imateriais que um curso pode oferecer a seus alunos (Souza, 2002).

Tais diretrizes são, em alguma medida, resultado dos trabalhos desenvolvidos nos diversos encontros promovidos pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) – atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), no Brasil e em países integrantes do Mercosul. Assim, as discussões gestadas nesses espaços serviram de subsídio para elaboração do Parecer nº 492/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Prudencio, 2015). Estas diretrizes são:

> [...] uma referência para as IES definirem seus currículos plenos, em termos de conteúdos básicos e conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para os egressos da área/curso. A presença de conteúdos essenciais garante uma uniformidade básica para os cursos oferecidos (Prudencio & Rodrigues, 2015, pp. 3).

De tal modo, essa abertura à formação por competências alinha o ensino superior praticado no campo às dinâmicas contemporâneas da sociedade e do mundo do trabalho e permite, por exemplo, o desenvolvimento de uma prática de ensino mais contextualizada, orientada para a aplicação e comprometida com o fortalecimento da produção e difusão de práticas, políticas e infraestruturas informacionais que contribuam o desenvolvimento de uma sociedade justa, ética e equitativa (Prudencio & Rodrigues, 2015).

Nesta ênfase, às infraestruturas de pesquisa e tecnologia do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) figuram como um pilar estratégico. Sua atuação no fortalecimento da formação dos docentes do campo e compromisso de representar o Brasil em agendas internacionais técnico-científicas oferecem insumos para refletirmos sobre sua aplicação nas práticas pedagógicas, limitadas às atividades de ensino, em disciplinas das áreas de Biblioteconomia, Gestão da Informação, Arquivologia e Museologia.

Assim, este estudo tem como objetivo geral discutir o uso de infraestruturas informacionais do Ibict no ensino do campo da Ciência da Informação. Como objetivos específicos, descreve as funcionalidades das infraestruturas mapeadas e elenca estratégias de aplicabilidade em disciplinas curriculares.

O estudo é relevante, pois amplia o debate sobre as relações indissociáveis entre ensino e pesquisa e, igualmente, ilumina as contribuições do órgão brasileiro na criação de políticas, serviços, ferramentas e tecnologias informacionais que fortalecem o acesso à informação e contribuem para uma educação em informação crítica, inclusiva e socialmente referenciada.

Referencial Teórico

Em uma conjuntura de fortalecimento da pesquisa nacional e em resposta ao chamamento da UNESCO para a criação de um centro nacional de bibliografia no Brasil, foi criado, em 1954 o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (Cunha *et a*l., 2023).

O órgão, inicialmente vinculado ao recém-criado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) manteve suas atividades até 1970, quando passou a ser chamado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e assumiu o papel de coordenar os empreendimentos de informação em ciência e tecnologia no país (Bufrem, 1997; Cunha *et al*., 2023).

Desde então, o Instituto vem se consolidando como órgão de referência na formulação de políticas públicas informacionais, na estruturação de infraestruturas digitais de acesso aberto e na articulação interinstitucional de ações voltadas à ciência, à tecnologia e à inovação.

Do ponto de vista da estrutura organizacional, o instituto está dividido em: Diretoria, Coordenação Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI), Coordenação, Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade (CGIT), Coordenação-Geral de Informação Científica e Técnica (CGIC). Todavia, cada uma dessas coordenações gerais dispõe de coordenações associadas e cujas funções têm ação endereçadas à elaboração de infraestruturas informacionais e atividades de ensino. À guisa de exemplos, citamos a Divisão de Editoração Científica- DIECI, a Coordenação de Serviços Bibliográficos (COBIB) e a Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação (COEPI). Esta última é responsável por coordenar as atividades de ensino e pesquisa relacionadas à informação e tecnologia, com foco na área de Ciência da Informação, em especial o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, pioneiro na América Latina.

> O Programa tem origem no Curso de Documentação Científica – CDC, criado pelo IBICT em 1955, em nível de especialização, que foi oferecido por cerca de 35 anos ininterruptamente. Em 1970, o IBICT deu início ao curso de mestrado em Ciência da Informação, pioneiro na introdução desse campo do conhecimento no Brasil e na América Latina. Nos primeiros anos, participaram de seu corpo docente professores estrangeiros da mais alta expressão internacional, entre os quais Tefko Saracevic, Wilfrid Lancaster, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, Derek Langridge, John Joseph Eyre, Engetraut Dahlberg, Suman Datta, além de Derek de Solla Price. Muitos desses professores foram também orientadores das primeiras dissertações do mestrado. O Doutorado em Ciência da Informação foi iniciado em 1994. O PPGCI foi desenvolvido pelo IBICT com mandato acadêmico da UFRJ até 1981 e, de 1982 a 2002, como parte da estrutura acadêmica da Escola de Comunicação da UFRJ. De 2003 a 2008, o PPGCI funcionou em convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo retornado à UFRJ ao final de 2008. Em 2025 o Programa inicia nova fase como PPG Singular, sob a gestão apenas do IBICT (Ibict, 2025).

Em seu papel estratégico na governança de pesquisa e desenvolvimento brasileiro, o Instituto atua na formulação de políticas públicas de informação, na promoção da ciência aberta e na construção e manutenção

de infraestruturas informacionais digitais, orientadas à democratização da informação e transparência da produção científica (Amaro; Sena; Carvalho-Segundo, 2025).

Sob tal ênfase, não é rara a atribuição da importância do órgão no ecossistema de pesquisa nacional, vide contribuições como o BrCris. Sobre tal, Carvalho-Segundo e Sena (2025) sustentam que a plataforma permite uma infraestrutura estratégica para análise de redes científicas, avaliação de políticas públicas e compreensão das dinâmicas da ciência brasileira.

Ainda, nosso estudo também sustenta que há uma importante contribuição ao ensino em nível de graduação e que, historicamente, esforços foram e têm sido feitos institucionalmente nessa direção. Vamos nos explicar.

Tal debate não pode ser ultrapassado sem mencionar que foi no âmbito do órgão que se instituiu o primeiro programa de pós-graduação em Ciência da Informação, contribuindo para as bases fundacionais de uma especialização dos docentes do campo (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2023).

Mais recentemente, podemos tratar da iniciativa de criação da Escola Nacional de Informação (ENACIN), um programa institucional de ensino, formação e capacitação, que objetiva, entre outros aspectos, elaborar um modelo e formalizar uma escola nacional (Ibict, 2024).

Segundo fontes institucionais seu programa de ensino inclui:

> Programas de ensino Stricto Sensu (mestrado e doutorado), Lato Sensu (especialização), Formação Continuada (cursos de extensão, com carga horária de 30 a 120h), Cursos de Aperfeiçoamento (com carga horária mínima de 180h), Escola das estações (cursos de verão e inverno), Cursos Livres, Capacitação e Oficinas (Enacin, 2025).

Assim, verifica-se orientação de apoio às atividades de ensino em diferentes níveis. Aqui cabe contextualizar ao leitor, como operam as atividades de ensino em nível superior no Brasil.

Tal organização é regulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Dessa forma, no seu art. 44, o ato normativo disciplina que a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

> II - de graduação - aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.
> III - de pós-graduação, compreendendo programas de lato sensu e stricto sensu.
> IV - de extensão.

A graduação, por sua vez, é subdividida em:

> Bacharelado: formação generalista ou específica em uma área do conhecimento.
>
> Licenciatura: formação voltada à docência na educação básica.
>
> Tecnológico: Cursos de menor duração, com foco prático e profissionalizante (Prudencio, Hubner, Romeiro, 2025, p.3).

Desta forma, no cenário brasileiro, a formação praticada em nível superior para os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia se desenvolvem em cursos de bacharelado, com tempo médio de 3 a 4 anos. Ressalva-se, que especificamente, a Biblioteconomia, também possui em funcionamento um curso de licenciatura e tal é praticado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Prudencio, Hubner, Romeiro, 2025).

Retomando as discussões sobre o Ibict, há de se mencionar que reconhecendo as demandas por inovação e os novos desafios informacionais presentes na sociedade contemporânea, o citado desenvolve, gerencia e mantém um ecossistema de infraestruturas informacionais que atende a objetivos pedagógicos diversos, desde as bases conceituais e metodológicas do campo até a dimensão da aplicação das competências dos profissionais da informação em contextos informacionais variados.

Superada a contextualização do referencial teórico, na seção 4 trazemos nossas inferências e interpretações concatenando os objetivos da pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa de natureza aplicada, quanto à sua tipologia, caracteriza-se como uma pesquisa-ação, pois, conforme ensina Thiollent (2007), promove uma associação entre as teorias e as práticas, com a intenção de propor reflexões sobre o ensino praticado pelo campo a partir do uso dos recursos informacionais listados.

Adota-se a pesquisa bibliográfica para suporte teórico ao estudo, conduzida em fontes como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dessa forma, desenvolve-se uma revisão narrativa (Rother, 2007).

Além disso, utiliza pesquisa documental a partir do exame de documentos, diretrizes, planos e outras tipologias documentais disponíveis no site oficial do Ibict, nos portais das infraestruturas informacionais examinadas e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Cumpre informar que apenas fontes digitais foram utilizadas.

Sobre os exame dos PPCs, ocorreu a seleção por amostragem de um PPC por região do Brasil na perspectiva de consulta ao fluxograma de disciplinas e ementário, quando disponível. Assim pudemos examinar diferentes nomenclaturas de disciplinas e ementários.

Portanto, as disciplinas indicadas e suas respectivas nomenclaturas são uma amostra, e, a partir de outros viés de análise, a seleção poderá sofrer modificação.

Assim, selecionamos:

Quadro 1 – Seleção do PPC dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia por região

REGIÃO	BIBLIOTECONOMIA	MUSEOLOGIA	ARQUIVOLOGIA
Norte	Universidade Federal do Pará	Universidade Federal do Pará	Universidade Federal do Amazonas
Nordeste	Universidade Federal da Bahia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Universidade Federal da Paraíba
Sul	Universidade Federal de Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Sudeste	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro Oeste	Universidade de Brasília	Universidade Federal de Goiás	Universidade de Brasília

O tratamento e análise dos dados decorrem de uma abordagem essencialmente qualitativa.

Resultados e Discussão

As linhas de atuação do instituto classificam-se em: Informação científica, Informação para o governo, Informação tecnológica e Tecnologias para a Informação.

A partir dessa classificação, nesta seção analisamos as plataformas, ferramentas, repositórios, diretórios e soluções que integram essas linhas e que vislumbramos a aplicação no ensino de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Iniciamos nossa análise apresentando a **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**, uma iniciativa lançada no final de 2002 como parte do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio

da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP).

A infraestrutura tem por objetivo integrar, em um único portal, as teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional, possibilitando a busca e acesso a essa literatura cinzenta a partir de uma única interface. Assim sendo, o Ibict coleta e disponibiliza apenas os metadados (título, autor, resumo, palavra-chave etc.) e o documento original permanece na instituição de defesa (Ibict, 202-).

No contexto do ensino superior do campo informacional, compreendemos que essa a plataforma pode ser aplicada em disciplinas de Metodologia Científica, Fontes de Informação , Metodologia da Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Estudos Métricos da Informação, Leitura e Produção do Texto, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa museológica / projeto monográfico, Pesquisa em Arquivologia, Elaboração do Trabalho Acadêmico.

Justificamos a seleção por compreendermos que, a partir de tal acesso à produção acadêmica nacional, os discentes conseguem conhecer a literatura do campo, os diferentes métodos científicos, além de avaliar a qualidade de fontes de informação.

Ainda há potencial para uso em disciplinas de Redes e Sistemas de Informação, Redes de Informação e Transferência de Dados, exemplificando aspectos relacionados às iniciativas do *Open Archives Initiative* (OAI), práticas de Ciência Aberta, padrões de interoperabilidade e qualidade de metadados.

Em seguida, citamos a **Rede Bibliodata**.

> A Rede Bibliodata tem sua origem em 1942 com a criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) pela biblioteca do então Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que formou uma rede de bibliotecas cooperantes interessadas em reduzir os custos de catalogação. Em 1954, o SIC foi transferido para o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), onde funcionou até 1973 e retornou à sua responsabilidade em 2013 (Ibict, 2022).

De acordo com Vasconcellos (1996), trata-se de iniciativa pioneira na criação de uma rede de catalogação cooperativa no Brasil. O autor nos explica que essa rede permite a difusão de registros bibliográficos a partir da concepção que não é economicamente viável elaborar um novo registro bibliográfico para um documento quando já existe um satisfatório codificado por outra fonte.

Assim sendo, a rede oferece aportes significativos ao ensino de Representação Descritiva, Processos e produtos representação descritiva informação, Políticas Públicas de Informação, e Redes de Informação e Transferência de Dados contribuindo tanto com aportes teóricos quanto práticos, por exemplo, discussões relacionadas à história da Representação Descritiva no Brasil, regras de descrição, políticas de cooperação de descrição, instrumentos de representação, elaboração de catálogos cooperativos, avaliação de políticas, entre outros.

Seguimos apresentando a plataforma **Dataverse**, uma arquitetura de *software* livre para a publicação, citação, análise e preservação de dados de projetos de pesquisa (Ibict, 2022).

Entre suas contribuições, citamos o suporte à criação de cópias de segurança e a integração com ferramentas de arquivamento. Assim, oferece suporte a identificadores persistentes, prevenindo a obsolescência das referências aos arquivos (Ibict, 202).

A aplicação ao ensino pode ser desenvolvida tanto em cursos de graduação em Biblioteconomia quanto em Arquivologia, em disciplinas de Preservação Digital, Redes de Informação e Transferência de Dados, Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Sistemas e Redes de Informação, Biblioteconomia Digital, Introdução a Bancos de Dados, Gestão de Documentos Arquivísticos, Políticas de Acesso à Informação Arquivística, Políticas Públicas de Informação, entre outras.

Prosseguimos citando o **Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN)**. Trata-se de um catálogo de acesso público que reúne informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nas bibliotecas brasileiras.

> Cada registro contém os dados do título, siglas das bibliotecas, dados de coleções, endereço eletrônico das revistas que disponibilizam os artigos em texto completo na internet. As referências bibliográficas dos títulos estão apresentadas segundo padrões internacionais, utilizando-se para a definição dos elementos de dados o *International Serials Data System* (ISDS) e, para a descrição bibliográfica do título, as regras do *International Standard Bibliographic Description* (ISBD(S). O vocabulário utilizado na descrição temática de cada título é o Tesauro SPINES (*Science Policy Information Exchange System*), desenvolvido pela UNESCO, acrescido de termos livres (Ibict, 2021).

Vislumbramos que o catálogo contribui para o ensino de disciplinas de Representação Descritiva, Controle Bibliográfico, Estudos Métricos da Informação, Formação e Desenvolvimento de Coleções, Indexação, Fontes de Informação e Linguagens Documentárias.

Exemplificando, o Catálogo Coletivo Nacional (CCN) pode ser empregado nas disciplinas de Representação Descritiva e Controle Bibliográfico para instruir os alunos a encontrar e examinar registros MARC de publicações seriadas, levando em consideração os campos específicos que definem título, periodicidade, editora e instituição responsável. Em aulas sobre fontes de informação, os alunos têm a oportunidade de usar o catálogo para identificar quais instituições dispõem de certas coleções de periódicos, ao mesmo tempo em que aprendem a empregar ferramentas para encontrar fontes confiáveis.

Avançando, apresentamos o **Diadorim**, um diretório com informações sobre a política editorial das revistas científicas brasileiras.

> O serviço permite localizar informações sobre as políticas de acesso e armazenamento dos artigos das revistas científicas brasileiras em repositórios institucionais de acesso aberto. Assim serve a autores, editores de revistas e para gestores de repositórios institucionais (Ibict, 2021).

Dessa forma, identificamos potencial de uso do diretório em disciplinas como Comunicação Científica, Editoração, Políticas de Informação e Ciência Aberta.

Prosseguindo, apresentamos o **Koha**, um sistema integrado de gestão de bibliotecas.

> Trata-se de um *software* livre e gratuito, criado na Nova Zelândia e que a partir de 2015 passa a ser difundido pelo Ibict. O sistema tem interface web para a equipe da biblioteca com módulos para catalogação, cadastro de usuários, circulação e ferramentas como inventário, importação de registros em formato ISO, controle de periódicos (kardex) e relatórios. Além da interface web que permite acesso ao *Online Public Acess Catalog* - OPAC (Figueiredo; Torquato, 2017, pp. 147-149).

Além da difusão, o Ibict mantém um fórum que permite consulta ou compartilhamento de dúvidas e soluções sobre o *software*.

Apontamos que este pode ser aplicado em disciplinas de Introdução às TIC, Biblioteconomia digital, Projeto de Informatização, Informatização de Ambientes de Informação, Automação de Bibliotecas, Organização e administração de Bibliotecas, Gerência de Sistemas de Informação, Planejamento e Sistemas de Informação, Sistemas de gestão de bibliotecas, entre outras.

A título de exemplo, citamos as disciplinas de catalogação, onde os estudantes podem praticar a inserção e edição de registros bibliográficos seguindo padrões como MARC 21, desenvolvendo habilidades técnicas de representação. Em disciplinas de Serviço de Referência, os alunos podem simular empréstimos, renovações e reservas de materiais, compreendendo o funcionamento das políticas de acesso ao acervo. Já no módulo de relatórios, é possível trabalhar com geração de estatísticas e indicadores de uso da biblioteca, tema relevante nas disciplinas de gestão e avaliação de serviços. Assim, ao incorporar o Koha no currículo, os cursos de Biblioteconomia proporcionam uma formação mais alinhada à realidade das bibliotecas

contemporâneas e fortalecem a capacitação técnica dos futuros profissionais.

Acrescentamos o **Oasisbr,** um portal brasileiro de acesso aberto à informação científica. A interface de busca reúne e disponibiliza a produção científica e dados de pesquisa em acesso livre — incluindo artigos, livros, capítulos, conferências, *preprints*, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Vislumbramos o uso da plataforma em disciplinas de Comunicação Científica, Estatística, Estudos Métricos da Informação, Fontes de Informação, Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia em Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação, Ciência Aberta, entre outras.

Agora, tratamos do **Omeka Classic**, um sistema de gestão de conteúdo.

> Omeka Classic, que é um *software open source* desenvolvido pela Roy Rosenzweig *Center for History and New Media, da George Mason University*, visando promover a criação e administração de coleções digitais. Neste software é possível armazenar, gerenciar, preservar e promover a visibilidade de objetos digitais (documentos, imagens etc.), sendo estes comumente organizados em comunidades e coleções. Cumpre informar que o Omeka pode ser instalado em ambiente cloud ou servidor local (Shintaku *et al.*, 2018, pp.04).

O instituto criou um manual sobre o *software*, além de administrar o fórum do Ibict para consultar ou compartilhar dúvidas e soluções.

Assim, a solução integra as chamadas tecnologias para a informação e compreendemos um potencial de uso em disciplinas como Automação de unidades de informação, Biblioteca digital, Biblioteca Virtual, Desenvolvimento de Repositório e Sistemas de Informação, Tecnologia de Reprodução e Armazenamento de Documentos.

No ensino de Biblioteconomia, o Omeka pode ser utilizado em disciplinas como representação descritiva, organização da informação e bibliotecas digitais, permitindo que os estudantes aprendam a inserir metadados padronizados (como *Dublin Core*), a organizar coleções e a disponibilizar objetos digitais com critérios de usabilidade e acessibilidade. Por exemplo, os discentes podem criar uma biblioteca digital de obras raras ou materiais acadêmicos produzidos pela instituição.

Na Arquivologia, o *software* pode ser explorado em disciplinas voltadas à Gestão de documentos digitais, Documentos Audiovisuais, iconográficos e sonoros em arquivos, Gerenciamento de documentos arquivísticos digitais, Objetos em ambientes digitais em arquivos e Preservação digital, pois permite a simulação de repositórios arquivísticos com descrição, classificação e contextualização de documentos históricos ou administrativos. Um exercício prático pode envolver a construção de um arquivo digital temático, utilizando os princípios da descrição arquivística (como ISAD-G), adaptados ao modelo Dublin Core.

Já na Museologia, o Omeka Classic pode ser usado para o desenvolvimento de exposições virtuais, em disciplinas como Curadoria Digital, Documentação Museológica, Sistemas de Gerenciamento da Informação Aplicados a Museus e Patrimônio e Educação em museus. Os estudantes podem criar exposições com acervos fotográficos, objetos etnográficos ou obras de arte, utilizando recursos visuais e narrativas digitais para contextualização histórica e cultural dos itens expostos.

Assim, o Omeka Classic é uma ferramenta interdisciplinar que estimula a integração entre teoria e prática, o uso de padrões internacionais de descrição e a promoção do acesso aberto ao patrimônio informacional e cultural. Portanto, sua difusão pelo Ibict representa mais uma evidência do compromisso do instituto com o ensino do campo a nível de graduação.

Ainda na dimensão de tecnologias da informação, apresentamos o **TemaTres**, uma ferramenta livre, orientada a gerir vocabulários controlados via interface web, que apoia a uniformização da produção e disseminação de terminologia (Ibict, 2021).

No campo da Biblioteconomia, seu uso pode ser explorado em disciplinas ligadas à organização do conhecimento, como Indexação, Práticas de tratamento de informação, Catalogação e Linguagens

documentárias. A interface web amigável permite aos discentes compreender, na prática, a construção e manutenção de vocabulários controlados, possibilitando a elaboração de tesauros, listas de autoridades e outras estruturas terminológicas essenciais para a recuperação da informação com precisão e consistência.

Na Arquivologia, compreendemos que o TemaTres pode ser utilizado como ferramenta de apoio à descrição arquivística, por exemplo em disciplinas como Representação da Informação e vocabulário controlado em arquivos, Arranjo documental e Descrição arquivística e outras auxiliando na normalização de termos e na padronização dos metadados. Por meio do aprendizado acerca da gestão terminológica, os alunos podem compreender como controlar as variações linguísticas e conceituais de nomes, eventos e tipologias documentais, promovendo uma maior interoperabilidade entre sistemas e melhorando o acesso à informação arquivística. Há de ressaltar que a integração com sistemas como o DSpace amplia ainda mais suas possibilidades no tratamento de acervos digitais arquivísticos.

Já na Museologia, a ferramenta pode ser aplicada na gestão vocabular de acervos museológicos, apoiando a criação de taxonomias e ontologias voltadas à descrição de objetos, categorias temáticas e contextos históricos. No ensino, os discentes podem exercitar o desenvolvimento de vocabulários que considerem a diversidade cultural e a especificidade dos acervos museológicos, promovendo a mediação informacional e a valorização do patrimônio cultural. Assim, o TemaTres não apenas contribui para a formação técnica dos futuros profissionais dessas áreas, como também fortalece práticas colaborativas e alinhadas aos princípios da ciência aberta.

Ainda na perspectiva de infraestruturas digitais apoiadas em tecnologias para informação, temos a **Rede Moara**.

> É uma plataforma que reúne desenvolvedores de software livre, add-ons e interfaces de programação de aplicativos (API) relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Esse ecossistema de informação é composto por um repositório de códigos, publicações técnicas e científicas relacionadas a sistemas de informação, fórum, wiki e ambiente virtual de aprendizagem. (Ibict, 2025).

Sob administração da Coordenação de Tecnologias para Informação (COTEC) do Ibict, a rede permite que desenvolvedores e gestores de infraestruturas informacionais compartilhem códigos e projetos, consultem conteúdos e possam esclarecer dúvidas com a comunidade científica e tecnológica, promovendo, portanto, a colaboração e integração interinstitucional.

A natureza da iniciativa permite a aplicação em projetos formativos relacionados às disciplinas como Redes e Sistemas de Informação, Sistemas de Gestão Arquivística de Documentos Digitais, Redes de Informação e Transferência de Dados, Sistemas Informatizados de Arquivos, Gestão Eletrônica de Documentos, Automação de Unidades de Informação, Bibliotecas Digitais, entre outras.

Na Biblioteconomia, em disciplinas como Automação de unidades de informação, discentes e docentes podem construir uma trilha de aprendizagem explorando ferramentas como Koha, DSpace e TemaTres, e, assim, entender na prática a estrutura e a lógica de sistemas que gerenciam acervos e promovem o acesso à informação.

Na Arquivologia, vislumbramos o uso da Rede Moara em disciplinas que abordam sistemas de gestão arquivística de documentos digitais, como, por exemplo, Sistemas Informatizados de Arquivos, Gestão Eletrônica de Documentos, Projetos e Sistemas Arquivo e correlatos. Os aprendizados podem ser estimulados a estudar, adaptar e aplicar ferramentas livres disponíveis na rede para construir fluxos documentais, desenvolver planos de classificação digitalizados ou customizar sistemas de protocolo eletrônico. A interação com o fórum e o wiki da plataforma ainda estimula a resolução colaborativa de problemas técnicos e a construção coletiva de conhecimento, competências essenciais à atuação arquivística contemporânea.

Já no campo da Museologia, a Rede Moara pode apoiar o ensino em disciplinas voltadas à

documentação museológica, à digitalização de acervos e à criação de exposições virtuais. Utilizando as APIs e códigos compartilhados na plataforma, os discentes podem aprender a configurar bancos de dados, integrar sistemas de catalogação a interfaces de navegação pública e experimentar ferramentas de gestão de coleções museológicas.

Portanto, a dimensão prática do ensino com a aplicação/utilização de soluções *open source* oportuniza uma experiência de ensino articulada com a prática, contribuindo assim para o desenvolvimento de competências integradas e, em alguma medida, pode ressoar na melhoria da prestação de serviços que as unidades de informação brasileira oferecem.

No contexto da gestão de dados de pesquisa, um emergente e importante eixo de atuação dos profissionais da informação é o **Deposita Dados**, um repositório integrado de gestão de dados de pesquisa.

O repositório permite a integração, disseminação e acesso, sem custos, a um conjunto de dados de pesquisa de diferentes naturezas e de pesquisadores de variadas instituições.

A ferramenta conta com política de arquivamento de dados e termos de uso em português, permitindo que pesquisadores de diferentes níveis de experiência possam depositar seus dados e contribuir para práticas científicas mais abertas, transparentes e colaborativas.

Essa iniciativa é especialmente importante, pois, como nos revelam Mattos *et al.* (2023), a produção científica brasileira, no contexto da Ciência da Informação, sobre repositórios de dados de pesquisa, ainda é rara, o que pode sugerir ainda uma prática incipiente.

Outro aspecto importante apresentado pelos autores diz respeito à necessidade de desenvolver nos bibliotecários os conhecimentos e habilidades necessárias para a gestão de repositórios e dados de pesquisa.

Desta maneira, compreendemos que a existência e a facilitação do uso da infraestrutura configuram-se como aportes importantes para a experimentação das práticas de arquivamento de dados, consulta e exame de padrões de descrição de dados de pesquisa.

Desta maneira, vislumbramos a possibilidade de uso da plataforma em disciplinas de Ciência Aberta, Metodologia do trabalho científico, Trabalho de Conclusão de Curso, /Monografia em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Gestão de repositórios digitais, Técnicas de Recuperação e Disseminação da Informação, Informática Documentária entre outras.

Na Biblioteconomia, o Depósito de Dados pode ser empregado para ajudar os alunos a examinarem estruturas de metadados e padrões de descrição focados na reutilização de dados. Um exemplo concreto seria a avaliação de conjuntos de dados depositados para verificar a implementação dos princípios FAIR (Encontrável, Acessível, Interoperável e Reutilizável – em português), expandindo a compreensão sobre práticas de transparência e ética na ciência. Além disso, os estudantes podem, por exemplo, discutir os desafios de arquivamento de dados científicos heterogêneos, a elaboração de planos de gestão de dados (PGD) e a documentação contextual necessária para garantir autenticidade e integridade desses conjuntos ao longo do tempo.

Por outro lado, na Arquivologia, a plataforma pode ser utilizada em matérias ligadas à administração de documentos em ambientes digitais, preservação digital a longo prazo e curadoria de arquivos científicos.

Na Museologia, pode ser inserido em discussões sobre documentação de acervos científicos e culturais, memória da ciência e acervos digitais colaborativos, incentivando os estudantes a pensarem como dados de pesquisa podem ser tratados e disponibilizados em repositórios, respeitando os princípios de acesso aberto e preservação digital.

Ainda na perspectiva da gestão de dados, cumpre informar que o instituto desenvolveu e gerencia o **PGD-BR,** uma ferramenta de código aberto, online e gratuita, que auxilia pesquisadores brasileiros a criarem seus Planos de Gestão de Dados (PGD) e, com isso, alcançar melhores práticas na gestão, compartilhamento e reuso de dados de pesquisa (Ibict, 2025).

Segundo estudo conduzido por Vidal, Gabriel Junior & Pavão (2025), os pesquisadores brasileiros têm dificuldade no processo de reuso dos dados e acabam investindo um

tempo significativo na elaboração de planos de gestão de dados, que muitas vezes não alcançam níveis de excelência, se comparados a experiências internacionais.

Na mesma linha, Henning *et al.* (2025) informa que as principais agências de fomento do mundo, cada vez mais, exigem que os PGDs estejam alinhados aos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusab*le) estabelecido por Wilkinson *et al*. (2016), para a concessão de financiamento. Todavia, fazem um importante alerta: é necessário avaliar a qualidade das ferramentas e templates atualmente disponíveis para tal.

Nesta linha, as autoras recomendam que as instituições de pesquisa promovam a construção de um ecossistema robusto para a elaboração de PGDs, oferecendo uma infraestrutura adequada que apoie e estimule o pesquisador brasileiro ao longo de todo processo de planejamento da gestão dos dados de pesquisa de seu projeto.

Nesta perspectiva, o Ibict evidencia sua vanguarda e colaboração com o ecossistema científico do país. Além de administrar a infraestrutura, o órgão oferece periodicamente treinamentos e suporte. Portanto, uma abordagem integrada que, além de cooperar com a integração de pesquisas brasileiras numa agenda global, tem potencial de uso em atividades de ensino de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia. Tanto em disciplinas de Ciência Aberta, Comunicação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia em Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação, entre outras.

Na Biblioteconomia, o PGD-BR pode ser empregado em simulações de criação de um PGD fictício voltado a um projeto de pesquisa, por exemplo, do trabalho de conclusão de curso. Isso possibilita que os alunos explorem os campos do plano e entendam a relevância da descrição dos dados, da definição de políticas de preservação, do licenciamento e dos mecanismos de compartilhamento. Esse tipo de exercício permite vivenciar práticas reais requeridas por agências de fomento e instituições de pesquisa, além de estimular o debate sobre a função do bibliotecário na curadoria e governança de dados científicos.

Já na Arquivologia, o PGD-BR é particularmente útil em disciplinas como gestão de documentos arquivísticos digitais, preservação digital, curadoria digital e políticas de informação. Os estudantes podem, por exemplo, analisar os componentes do plano em diálogo com os princípios arquivísticos, como proveniência, integridade e contexto, avaliando como os dados de pesquisa podem ser descritos, organizados, preservados e acessados ao longo do tempo. Outro exercício possível é a criação de um PGD voltado a um acervo arquivístico digital específico, pensando nos riscos, formatos sustentáveis e políticas de acesso e confidencialidade.

Avançando, apresentamos o **Miguilim**, um serviço que agrega, em um único local, informações sobre as revistas científicas editadas e publicadas no Brasil, que se encontravam dispersas em diferentes plataformas (Ibict, 202-).

Por efeito, contribui para o conhecimento das políticas editoriais de periódicos científicos brasileiros, disseminação de padrões de qualidade para os editores e suporte em relação aos critérios exigidos por indexadores e serviços de informação científica.

A integração com o Diadorim, Oasisbr, Latindex e Emeri evita o retrabalho e coloca o Brasil alinhado a uma agenda global de fortalecimento dos princípios da Ciência Aberta e de aprimoramento da qualidade editorial.

Assim, o Miguilim pode ser empregado como recurso pedagógico no ensino de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação, pois possibilita que os alunos entendam, na prática, o ecossistema das revistas científicas brasileiras. Ao utilizar a plataforma, os estudantes têm a oportunidade de examinar aspectos relacionados aos fluxos formais da comunicação científica, tais como as diretrizes editoriais, os padrões de avaliação e os métodos de transparência empregados por diversos periódicos. Isso permite uma compreensão prática dos processos de validação e disseminação do conhecimento científico.

Ademais, o diretório pode ser utilizado em atividades pedagógicas destinadas à capacitação de editores científicos e à avaliação crítica das práticas editoriais. Na Arquivologia, por exemplo, pode apoiar

reflexões acerca da preservação digital e da curadoria de acervos informacionais. Na Biblioteconomia, por sua vez, opera como um fundamento para debates acerca do acesso aberto, ciência aberta, diretrizes de indexação e organização de metadados.

Na perspectiva de nosso estudo, ao empregar o Miguilim no cotidiano dos processos formativos do campo, os cursos incentivam tanto a proficiência técnica quanto sua habilidade analítica diante dos desafios atuais da comunicação científica, a guisa de exemplo o uso de inteligência artificial.

No pacote de soluções orientadas à comunicação da Ciência, temos o **Manuelzão**, um portal

> criado com o intuito de agregar informações pertinentes à criação, gerenciamento, disseminação e melhoria da qualidade das revistas científicas eletrônicas brasileiras. Seu escopo inclui quatro grandes áreas que consideram: revistas científicas e sua relação com a Ciência Aberta, a criação e editoração de revistas científicas, Indexação e qualificação de revistas científicas e uma área que reúne conteúdos diversos de interesse para o editor científico (Ibict, 2025).

O serviço é destinado a editores científicos e equipes editoriais, proporcionando acesso a uma variedade de recursos e informações que facilitarão o processo de gestão editorial.

No portal, é possível consultar informações sobre qualificação de revistas, boas práticas editoriais, padrões internacionais, orientações sobre políticas editoriais transparentes e revisão por pares. Merece destaque a notação de processos com orientações sobre o passo a passo e perguntas que devem ser respondidas quando houver a intenção de criar uma revista científica, por exemplo: Há uma efetiva necessidade? Como se dará o processo de financiamento? Qual será sua definição e estrutura da revista? Quem será a equipe editorial? Quais serão as políticas editoriais? Quais as diretrizes para autores e avaliadores? Qual a plataforma de publicação? Mecanismos de registro ISSN? Quais as diretrizes de preservação digital e critérios de indexação e divulgação. Portanto, um passo a passo detalhado que contribui com o processo de tomada de decisão de equipes editoriais.

O portal ainda armazena publicações sobre gestão de periódicos, capacitações, soluções como um toolkit para gestão de periódicos e dicas de eventos.

Com base em sua robusta infraestrutura, enxergamos o potencial de uso pedagógico do portal em matérias como Comunicação Científica, Informação em mídias digitais, Publicações digitais e Editoração, por exemplo, explorando seções dedicadas à criação e publicação de revistas científicas, que fornecem diretrizes sobre políticas editoriais, fluxos de trabalho, ética na publicação, uso de identificadores persistentes (como DOI e ORCID), entre outros aspectos. Outro exemplo de uso reside na simulação de criação de uma revista científica, seguindo as diretrizes disponíveis no portal. Isso incluiria o desenvolvimento do projeto editorial, a definição da estrutura de submissão e a elaboração do plano de avaliação por pares.

Além disso, observamos que o portal pode ser utilizado nas disciplinas de Fontes de Informação e Gestão de Periódicos no ensino de Biblioteconomia. Como exemplo, é viável a análise de critérios para a indexação de revistas em bases como SciELO, Redalyc, DOAJ e a classificação Qualis/CAPES. Uma análise crítica de periódicos da Ciência da Informação, com base nos critérios discutidos no Manuelzão, é outro possível aporte para o debate sobre qualidade editorial e visibilidade científica.

No contexto das práticas de ensino na área de Arquivologia, citamos o uso em disciplinas de Preservação Digital, por exemplo, discutindo sobre a importância da preservação digital de periódicos eletrônicos e os desafios da longevidade da informação científica. De maneira prática, é possível propor a análise de estratégias editoriais adotadas para garantir a preservação a longo prazo de revistas digitais, como uso de metadados, arquivamento em repositórios confiáveis e adoção de padrões abertos.

Avançando, citamos o **BrCris**, que analisa redes científicas e exibe um grande conjunto de dados e funcionalidades acerca do contexto científico brasileiro.

> O BrCris, é uma plataforma agregadora que permite recuperar, certificar e visualizar dados e informações relativas aos diversos atores que atuam na pesquisa científica do contexto brasileiro (Ibict, 202-).

A plataforma reúne painéis de indicadores de publicações (artigos ou documentos publicados em veículos científicos, como revistas ou eventos); teses e dissertações (monografias acadêmicas defendidas no Brasil, em nível de mestrado ou doutorado); Pessoas (identificação de pessoas dedicadas à atividade de investigação científica e que participaram de pelo menos uma produção científica); revistas (veículos utilizados para a publicação de artigos); patentes (direitos legais concedidos às pessoas que detêm propriedades intelectuais); Grupos de pesquisa (equipes compostas por pesquisadores e estudantes); *Softwares* (conjunto de programas de computador registrados por pesquisadores); Organizações (instituições acadêmicas e/ou de pesquisa) e Programas de Pós-Graduação (programas de pós-graduação ativos avaliados pela CAPES).

Na dimensão da consulta por pessoas pesquisadoras, permite examinar estatísticas da produção, rede de coautoria, áreas de produção, entre outros temas.

Em curso de graduação, a plataforma pode ser utilizada em disciplinas de Fontes de Informação, Estudos Métricos da Informação e Comunicação Científica, por exemplo, explorando dados sobre pesquisadores, redes de colaboração ou produção científica de determinada instituição, grupo de pesquisa ou área do conhecimento. A utilização dos dados disponíveis no BrCris permite entender também dinâmicas de publicação, coautoria e financiamento.

Adicionalmente, sugere-se o uso pedagógico em disciplinas de Organização e Representação da Informação. Dessa forma, é possível avaliar a qualidade dos registros, promover discussões sobre interoperabilidade, padrões de metadados e recuperação da informação científica no contexto de sistemas integrados.

Na dimensão do ensino de Arquivologia, vislumbramos o uso em disciplinas de Diplomática e Gestão de Documentos Digitais, por exemplo, promovendo debates sobre a certificação de dados e documentos digitais no ambiente arquivístico e sua importância para a memória científica nacional.

Na enfoque da Ciência Cidadã, apresentamos a **CívIS**, uma plataforma desenvolvida pelo Ibict em código aberto a partir da EU-Citizen.Science.

De maneira específica, oferece infraestrutura e conteúdos que ampliam o entendimento sobre Ciência Cidadã, disseminam seu uso e oferecem suporte ao desenvolvimento de iniciativas e à aplicação de metodologias nesse campo, com foco na América Latina e no Caribe (Ibict, 202-).

Na Cívis, é possível obter informações sobre iniciativas de Ciência Cidadã, ferramentas, cursos de formação, lista de organizações envolvidas com o tema, plataformas relacionadas, usuários que pesquisam ou são engajados no tema, e uma lista de eventos relacionados.

À luz deste enquadramento teórico e de práticas, compreendemos que seu conteúdo e infraestrutura tecnológica podem ser incorporados de forma interdisciplinar em diversas disciplinas de Alfabetização Informacional e Ciência Cidadã, quando relacionadas à Biblioteconomia, Gestão Documental e Preservação Digital na concepção da Arquivologia. Vamos nos explicar.

Sobre a primeira, é possível utilizar os conteúdos educacionais da CívIS para promover o letramento informacional, com foco na participação crítica nos processos de produção e uso da informação.

Ainda, realizamos a análise e curadoria de projetos de Ciência Cidadã hospedados na CívIS, avaliando seus objetivos, metodologias e impacto social da informação produzida.

No ensino de Arquivologia, identifica-se nas disciplinas de Gestão Documental a discussão dos desafios de preservação e organização da informação gerada em projetos de Ciência Cidadã, considerando seu caráter colaborativo e digital.

Por fim, cita-se a Rede Brasileira de Repositórios Digitais (RBRD), na qual o Ibict ocupa o papel de articulador nacional, sendo responsável por disseminar entre as sub-redes

boas práticas nacionais e internacionais, apresentar recomendações técnicas, exibir diretrizes para a implementação, manutenção e interoperabilidade dos repositórios digitais. Tal como discutido por Sousa et al. (2023), a RBRD representa uma infraestrutura estratégica na constituição de um ecossistema informacional descentralizado, composto por repositórios interoperáveis que refletem a diversidade institucional brasileira, sua produção científica e os desafios de representação e cobertura das regiões no contexto da ciência aberta.

Sob tal ênfase, citamos potencial de uso pedagógico em componentes como representação e organização da informação. Por exemplo, estudantes analisam padrões de metadados (como Dublin Core, METS e MODS) adotados por repositórios que integram a rede, além das diretrizes de interoperabilidade entre sistemas. Na articulação com componentes curriculares relacionados à técnica de recuperação e disseminação de informações, podem ser promovidos debates sobre como os padrões técnicos facilitam a recuperação da informação em ambientes digitais.

Em componentes como Tecnologias para Unidades de Informação ou Automação, é possível promover uma análise comparativa entre plataformas utilizadas por instituições participantes da RBRD, incluindo critérios como usabilidade, interoperabilidade, customização e adequação às diretrizes da rede.

Na perspectiva de avaliação de ligação às diretrizes da RBRD, acrescentamos as disciplinas de estágio supervisionado, promovendo diagnósticos sobre o grau de aderência, propondo melhorias técnicas e de curadoria digital.

Na perspectiva de avaliação de ligação às diretrizes da RBRD, acrescentamos as disciplinas de estágio supervisionado, promovendo diagnósticos sobre o grau de aderência, propondo melhorias técnicas e de curadoria digital.

Na perspectiva do ensino de Arquivologia, destacam-se oportunidades em disciplinas como Curadoria Digital, nas quais são avaliadas práticas de seleção, descrição, contextualização e preservação de objetos digitais acadêmicos e científicos. Tais práticas, conforme discutido por Sousa et al. (2023), constituem etapas essenciais para consolidar ecossistemas informacionais interoperáveis, capazes de sustentar fluxos contínuos de dados e conhecimentos acessíveis em múltiplos níveis de uso.

A partir de todo esse arrazoado, entendemos que todo esse ecossistema informacional apresentado favorece a formação crítica e técnica de profissionais da informação, fortalecendo competências essenciais e promovendo justiça informacional e sustentabilidade na produção e acesso ao conhecimento.

Para sintetizar as análises apresentadas e evidenciar as contribuições pedagógicas das infraestruturas informacionais mapeadas, apresenta-se Quadro 1 com as finalidades, sugestões de componentes curriculares, áreas de ensino envolvidas e níveis indicados para inserção didático-pedagógica:

Quadro 2 – Infraestruturas informacionais do Ibict: finalidades, componentes curriculares e possibilidades de uso pedagógico no ensino de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia

Infraestrutura	Finalidade Principal	Disciplinas Sugeridas	Área(s)	Nível de Ensino
BDTD	Acesso e disseminação da produção acadêmica brasileira	Trabalho de Conclusão de Curso, Metodologia Científica	Bib/Arq	Graduação e Pós
Bibliodata	Catalogação cooperativa e intercâmbio de dados bibliográficos	Representação Descritiva, Catalogação	Bib	Graduação
Dataverse	Armazenamento, curadoria e compartilhamento de dados científicos	Gestão da Informação, Curadoria Digital, Ciência Aberta	Bib/Arq	Graduação e Pós
CCN	Catálogo coletivo nacional de periódicos	Fontes de Informação, Serviços de Informação	Bib	Graduação

Diadorim	Informações sobre políticas editoriais de periódicos científicos	Editoração Científica, Comunicação Científica	Bib	Graduação
Koha	Automação de bibliotecas e gestão integrada de acervos	Automação de Bibliotecas, Tecnologias da Informação	Bib	Graduação
Oasisbr	Descoberta e acesso à informação científica brasileira	Fontes de Informação, Bibliometria	Bib/Arq	Graduação e Pós
Omeka Classic	Publicação e curadoria de acervos digitais em ambientes expositivos	Gestão de Acervos Digitais, Museologia Digital	Bib/Arq/ Mus	Graduação e Pós
TemaTres	Gestão de vocabulários controlados e tesauros	Indexação, Linguagens Documentárias	Bib/Arq/ Mus	Graduação
Rede Moara	Repositório de códigos, sistemas e soluções tecnológicas abertas	Tecnologias da Informação, Gestão de Sistemas de Informação	Bib/Arq/ Mus	Graduação
Deposita Dados	Depósito e disseminação de dados de pesquisa científica	Repositórios Digitais, Dados de Pesquisa	Bib/Arq/ Mus	Graduação e Pós
PGD-BR	Elaboração e gestão de Planos de Gestão de Dados	Planejamento de Dados, Ciência Aberta	Bib/Arq/ Mus	Pós-graduação
Miguilim	Diretório de revistas científicas com foco em diversidade e acesso aberto	Editoração, Avaliação de Periódicos	Bib	Graduação e Pós
Manuelzão	Plataforma de apoio à editoração e visibilidade científica	Gestão Editorial, Avaliação da Informação	Bib	Graduação e Pós
BrCris	Integração, visualização e análise de dados de pesquisa no Brasil	Análise de Dados Científicos, Métricas de Ciência	Bib/Arq	Pós-graduação
CívIS	Engajamento cidadão e coleta de dados colaborativos em ciência aberta	Ciência Cidadã, Informação e Sociedade	Bib/Arq/ Mus	Graduação
RBRD	Integração de repositórios digitais brasileiros com metadados padronizados	Repositórios Institucionais, Preservação Digital	Bib/Arq	Graduação e Pós

Fonte: Autoras(2025).
Observação: Dados da Pesquisa (2025).

A visualização conjunta das 17 infraestruturas informacionais mapeadas permite observar a amplitude de aplicações possíveis, bem como a transversalidade das competências que podem ser desenvolvidas a partir da incorporação dessas ferramentas nos processos formativos.

Considerações Finais

As discussões apresentadas demonstram que as infraestruturas informacionais gerenciadas pelo Ibict podem operar como recursos de ensino para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas no campo da Ciência da Informação. Além de atender a finalidades operacionais na gestão e disseminação da informação científica, essas ferramentas, serviços e diretórios cooperam para que a formação praticada alinhe-se às Diretrizes Curriculares Nacionais e às demandas contemporâneas, isto, é um endereçamento a uma formação crítica, interdisciplinar e tecnicamente qualificada.

A análise das funcionalidades das infraestruturas mapeadas oferece oportunidades de experimentação didático-metodológica, permitindo que estudantes compreendam os fluxos, fundamentos e práticas informacionais. Ao mobilizá-las em atividades de ensino, fomenta-se a articulação entre teoria e prática, entre normas técnicas e processos sociais de mediação da informação.

Concluímos, assim, que a integração sistemática desses recursos ao planejamento

didático-pedagógico não apenas potencializa o desenvolvimento de competências técnicas, mas contribui para a formação de profissionais capazes de atuar criticamente nos contextos informacionais, compreendendo suas dinâmicas, desafios e possibilidades de transformação.

Referências

Amaro, B., Sena, P. M. B., & Carvalho-Segundo, W. L. R. de. (2025). Os planos de ação da Open Government Partnership para o fortalecimento da Ciência Aberta brasileira. In F. C. C. da Silva, K. Stueber, & W. L. R. de Carvalho-Segundo (Orgs.), *Ciência Aberta no Brasil: conquistas e desafios* (pp. 29–42). Editora Letra1; SciELO Brasil. https://doi.org/10.5281/zenodo.15150892

Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2001). Parecer CNE/CES n. 492, de 3 de abril de 2001: Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, 2001.

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2024). *Portaria IBICT nº 141, de 30 de julho de 2024*. *Boletim de Serviço do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação*, (14), 31 de julho de 2024.

Cunha, D. A. P. (Org.). (2023). *Ibict 70 anos: um resgate histórico daqueles que fizeram o instituto*. Ibict. https://tile.loc.gov/storage-services/master/gdc/gdcebookspublic/20/24/33/82/39/2024338239/2024338239.pdf

Figueiredo, M. F. de, & Torquato, L. C. B. (2017). Cenário pós-implantação do software Koha no Colégio Pedro II. *Revista Conhecimento em Ação*, *2*(2), 146–158. https://doi.org/10.47681/rca.v2i2.13652

Henning, P. C., VEIGA, V., PIRES, L. F., MOREIRA, J. L. R., & PEREIRA, I. H. L. (2025). Qualidade do plano de gestão de dados: um desafio a ser enfrentado. Ciência da informação; 54(2).https://brapci.inf.br/v/346906

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2021). TemaTres: sistema de gestão de vocabulários controlados. https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/copy_of_tematres

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025). Omeka: sistema de gestão de publicação de conteúdos. https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/copy_of_omeka

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2021). Koha: sistema integrado de gestão de biblioteca. https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/copy_of_koha

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2021). Diadorim: diretório de políticas de acesso aberto das revistas científicas brasileiras. https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/diretorio-de-politicas-de-acesso-aberto-das-revistas-cientificas-brasileiras-diadorim

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2021). CCN: catálogo coletivo nacional de publicações seriadas. https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/catalogo-coletivo-nacional-de-publicacoes-seriadas-ccn

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2022). Bibliodata. https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/bibliodata

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2021). Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/bdtd

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025). Rede Moara: plataforma aberta conecta ciência, software livre e soberania tecnológica.https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/maio/conheca-a-rede-moara-plataforma-aberta-conecta-ciencia-software-livre-e-soberania-tecnologica

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2021). DataVerse: repositório de dados de pesquisas para preservação digital. https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-cientifica/copy_of_dataverse

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (202-). Rede brasileira de repositórios digitais (RBRD). http://rbrd.ibict.br/sobre-o-rbrd/

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025). Manuelzão: portal

brasileiro para as revistas científicas. https://manuelzao.ibict.br/sobre-o-portal/

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025). Repositório Comum de Dados de Pesquisa (Deposita Dados). https://depositadados.ibict.br/

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025). Rede Moara. https://redemoara.ibict.br/sobre/

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025). BrCris: Ecossistema de Informação da Pesquisa Científica Brasileira. https://brcris.ibict.br/

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2025). Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras (Miguilim). https://miguilim.ibict.br/

Matos, I. Y. R., Ribeiro Júnior, D. I., Prado, J. K. do, & Argino, J. D. (2023). Produção científica sobre repositório de dados: representações autorais e temáticas. *AtoZ: Novas práticas em informação e Conhecimento*, *12*, 1–13. https://doi.org/10.5380/atoz.v12i0.85255

Prudencio, D. S., & Rodrigues, M. E. F. (2015). Diretrizes curriculares nacionais e a construção de propostas curriculares inovadoras: um estudo de cotejamento dos projetos pedagógicos de curso (PPC), 16(01). https://brapci.inf.br/v/187936

Prudencio, D. S, Hubner, M. L. F., Romeiro, N. L. Licenciatura em Biblioteconomia: apresentação e tendências do único curso brasileiro (2025). XI EDICIC Ibérico, Porto, Portugal.

Souza, F. C. (2002). Educação bibliotecária, pesquisa em educação bibliotecária e novas dcn (diretrizes curriculares nacionais) do curso de biblioteconomia no Brasil. Informação & sociedade: estudos; 12(2), 1-12.https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/149/143

Rodrigues, G. F. R., Oliveira, E. B. de, & Juvêncio, C. H. (2023). O surgimento da Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. *Informação & Informação*, *27*(4), 400–426. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n4p400

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, 20(2), 1–6. https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/

Shintaku, Milton *et al*. Guia do usuário do Omeka (2018) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict): Escola Nacional de Administração Pública (Enap). https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3162.

Sousa, J. A. G. de, Morais, C. T. de, Silva, T. G. M. da, Campos, F. de F., Sena, P. M. B., Amaro, B., & Carvalho Segundo, W. L. R. de. (2024). Rede Brasileira de Repositórios Digitais (RBRD): Análise de sua constituição e representatividade por meio do Portal Oasisbr. Integración y Conocimiento, 1(13), 34–47. https://doi.org/10.61203/2347-0658.v13.n1.44207

Thiollent, M. (2007). Metodologia de pesquisa-ação. Cortez.

Vasconcellos, P. A. G. (1996). Bibliodata/calco - informação bibliográfica para o desenvolvimento. Ciência da informação; 25(3). https://brapci.inf.br/v/18887

Vidal, L. H. C., Gabriel Junior, R. F., & Pavão, C. M. G.. (2025). Ferramentas para elaboração de planos de gestão de dados: visão geral e análise. Transinformação, 37, e2510891. https://doi.org/10.1590/2318-0889202537e2510891

Wilkinson, M. D. et al (2016). The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. Scientific Data, 3, 160018. https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA: ANÁLISE E DEBATES

Dayanne da Silva Prudencio, *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* /Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0001-8346-2160, Brasil, *dayanne.prudencio@unirio.br*

Carlos Alberto Ferreira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0002-7880-4119, Brasil, *carlos.cafe@unirio.br*

Thairine Soares Abreu, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0003-1624-722X, Brasil, *thairineabreu@gmail.com*

Geisa Pereira Farias, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,* https://orcid.org/*0009-0007-5254-7103, Brasil, geisa.pereira@edu.unirio.br

Mariana Bernardes Damasceno, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0009-0000-9691-631X, Brasil, mariana.bernardes@edu.unirio.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6736

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A Biblioteconomia, enquanto campo de conhecimento orientado ao estudo e à otimização de processos e fluxos de informação, desde a sua coleta até o uso, sempre se deparou e reinventou-se diante das transformações oriundas dos avanços da tecnologia eletrônica e digital.

Como evidências dessa adaptação, podemos citar os processos de catalogação mecanizada, automação dos catálogos, uso de *chatbots* em serviço de referência virtual, entre outros. Portanto, o processo de transformação digital, que afeta a vida social, o lazer e as relações sociais, entre outras, não passou despercebido no campo do trabalho e da produção de conhecimento da Biblioteconomia.

Nesse endereçamento, o estudo de Morigi e Pavan (2023) nos apresenta importantes reflexões sobre como os usos das tecnologias de informação e comunicação têm provocado mudanças nas práticas profissionais dos bibliotecários e, de alguma forma, alteram as relações destes com os usuários.

O desenvolvimento e o uso das chamadas tecnologias digitais demandam competências técnicas e informacionais ampliadas e, se por um lado, podem impactar a empregabilidade dos bibliotecários; por outro, permite alcance e capilaridade de suas práticas. Inclusive, resignificando a identidade e a compreensão social do papel do bibliotecário na sociedade (Zaremba, 2015).

Assim, sob esta perspectiva e reconhecendo que o cenário atual é caracterizado pela ubiquidade da informação digital, a reflexão e integração de tecnologias digitais no ensino da Biblioteconomia não são apenas desejáveis, mas fundamentais.

Desta forma, a pesquisa em tela tem como objetivo geral identificar, caracterizar e analisar a presença de disciplinas sobre tecnologias digitais nos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia, na modalidade presencial e a distância no Brasil.

Como objetivos específicos, anunciamos: descrever se esses componentes são obrigatórios ou optativos; examinar a carga horária média desses componentes; verificar se temas emergentes, como inteligência artificial, são abordados.

Buscamos, com este estudo, promover reflexões sobre a atualização e integração desses currículos aos processos de transformação digital e necessidades do mercado de trabalho no contexto da chamada sociedade da informação.

Referencial Teórico

Segundo Arthur (2009), tecnologia não se resume a dispositivos isolados, mas é o resultado da interação de ideias e práticas que evoluem ao longo do tempo. Em outras palavras, pode ser entendida como um sistema dinâmico de conhecimentos, métodos e práticas que possibilitam a criação e aplicação de soluções para problemas reais, promovendo mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas. Portanto, artefatos, dispositivos, infraestruturas, sistemas e outros que compõem um processo contínuo de inovação e adaptação.

Para Chesbrough (2003), a tecnologia é um processo integrado que combina conhecimento, criatividade e aplicação, sendo potencialmente importante para a inovação, a colaboração e a criação de novos produtos e serviços.

Cotidianamente, não rara é a associação do conceito de tecnologia com algo eletrônico ou digital. Ainda, há que recordar os escritos do filósofo e sociólogo francês Pierre Lévy que, a partir da ideia de Tecnologias da Inteligência, apresenta as dimensões da oralidade, escrita e informática. Assim, há representações de tecnologias em cada uma dessas dimensões.

Em outras palavras, antes mesmo do avanço da tecnologia informática ou Tecnologias Digitais, o campo da Biblioteconomia já lidava com representações de tecnologia, como os catálogos, fichas, entre outros.

Contudo, cabe demarcar que neste estudo, endereçamos nossos nossas análises e reflexões sobre a tecnologia informática ou digital, sendo adotado o segundo termo.

Neste contexto, desde a criação da ARPANET, precursora da internet, observa-se um incremento na concepção e utilização de tecnologias digitais. Ou seja, aquelas caracterizadas pela convergência entre *hardware*, *software*, redes e algoritmos que convertem dados, permitindo a criação, processamento, armazenamento e transmissão de dados e informações em formato digital.

Lévy (1993) explica que a cultura da informática trouxe uma nova forma de assimilação de conhecimento e um novo caminho para a produção intelectual e prática.

De acordo com Holborn (2019), as bibliotecas sempre acompanharam a evolução da informação e de seus suportes, o que naturalmente levou à utilização de tecnologias de armazenamento, acesso e difusão, incluindo as digitais e eletrônicas.

De maneira mais específica, Soares (2025) apresenta que foi no final da década de 60 que as bibliotecas brasileiras iniciaram seus processos de automação e passaram a utilizar-se de tecnologias digitais, como o sistema padrão MARC, desenvolvido para facilitar a troca e o armazenamento de registros bibliográficos em formato eletrônico.

Segundo Dumer & Albuquerque (2020), este revolucionou a maneira como as bibliotecas gerenciam seus acervos, permitindo que a representação descritiva fosse, pela primeira vez, legível por computador.

Para Seaall (1988 *apud* Soares, 2025), ainda durante a década de 70, a maioria das bibliotecas possuía pelo menos um microcomputador, e muitas começaram a experimentar a criação de catálogos automatizados e serviços técnicos apoiados pelo uso de tecnologias digitais.

Com o advento do MARC e da internet, foi possível criar o Catálogo Online de Acesso Público (Sousa & Fujita, 2012). Um avanço na difusão dos catálogos e coleções (Soares, 2025).

Já no final da década de 80, vive-se a proliferação de debates acerca dos sistemas integrados de biblioteca, e, em 1996, é lançado o Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum, que existe até hoje, sendo um dos mais utilizados no país (Viana, 2016 *apud* Soares, 2025). Atualmente, há uma grande variedade de *softwares* para automação de bibliotecas comerciais, livres e gratuitos.

No contexto internacional, especialmente na América do Norte, Bera (2019 *apud* Mattos, 2025) aponta que, a partir dos anos 1980, as bibliotecas começaram a adaptar seus serviços tradicionais, como o de referência, para o ambiente digital, utilizando ferramentas como catálogos online, *frequently asked* e serviços colaborativos. Esses desenvolvimentos e usos refletem a influência das tecnologias digitais na prestação de serviços, presenciais e remotos, aos usuários.

Dumer & Albuquerque (2020) conta-nos que, nos 20 anos seguintes, observou-se uma ênfase em iniciativas visando à simplificação da

representação e do tratamento da informação no ambiente digital; como exemplo, cita o padrão Dublin Core e BIBFRAME (Bibliographic Framework Initiative).

A partir de 2010, observa-se a ascensão dos *chatbots*, sistemas de indexação automática, RFID e, mais recentemente, das tecnologias de IA, como o aprendizado de máquina e PLN (Silva & Correa, 2020).

Esse breve panorama histórico reforça que as tecnologias digitais se configuram como o que Bourdieu (1989) chama de estruturas estruturantes do campo.

Nesta perspectiva, os bibliotecários e as escolas de Biblioteconomia são constantemente desafiados a rever seus processos formativos, tanto formais quanto informais, de modo a refletir o avanço da tecnologia, incluindo a digital, nos processos de acesso, busca, tratamento, organização, recuperação, difusão e uso da informação.

Tal reflexão é especialmente importante no cenário brasileiro, que, desde 1911, desenvolve atividades de ensino de Biblioteconomia, mesclando bases humanistas e enciclopedistas de influência europeia, especialmente francesa, com práticas tecnicistas de origem norte-americana (Souza, 1990).

De tal modo, o ensino praticado pode ser explicado à luz de três grandes fases. A primeira trata-se do currículo mínimo de 1962, estabelecido pelo Conselho Federal de Educação por meio da Resolução de 16/11/62. À época, esse projeto formativo estabeleceu as bases fundamentais para a formação de bibliotecários no Brasil, buscando assim um equilíbrio entre disciplinas técnicas e culturais. Este previa disciplinas como História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Documentação e Paleografia (Santos, 1998).

Já em 1982, através do Parecer do Conselho Federal de Educação nº 9460/82 lança-se o chamado currículo pleno. Este figurou como espécie de resposta aos anseios das escolas de Biblioteconomia, que, desde 1977, coordenadas pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), apresentavam duras críticas e evidenciavam a necessidade de reformulação do currículo mínimo proposto em 1962 (Muller & Macedo, 1983).

De maneira simplificada, podemos explicar que esta proposta dividiu os currículos em dois blocos: de um lado, as disciplinas de caráter não profissional, isto é, de conteúdos generalistas, como Língua Portuguesa e outros; do outro lado, as disciplinas de cunho profissional, isto é, que apresentam conteúdos fundamentais ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências de aplicação biblioteconômica. São exemplos, bibliografia, catalogação, classificação, entre outros. (Muller & Macedo, 1983).

Há de se fixar que, no currículo pleno, já começam aparecer disciplinas com aportes de tecnologia digital; a título de exemplo, cita-se Reprografia e Recuperação da Informação.

E, por fim, a terceira e última fase é representada pela fixação das chamadas Diretrizes Curriculares Nacionais (Prudencio & Rodrigues, 2015).

As diretrizes da Biblioteconomia são fruto de diversas discussões ocorridas no Brasil e em países do Mercosul, em fóruns liderados principalmente pela ABEBD. De tal modo, se materializaram no Parecer nº 492/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Prudencio, 2015). Estas diretrizes são:

> [...] uma referência para as IES definirem seus currículos plenos, em termos de conteúdos básicos e conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para os egressos da área/curso. A presença de conteúdos essenciais garante uma uniformidade básica para os cursos oferecidos (Prudencio & Rodrigues, 2015, pp. 3).

Desta forma, desde 2001, tais diretrizes regulam o ensino de Biblioteconomia no Brasil e operam como uma espécie de guia para a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso, que necessariamente precisam indicar o perfil dos formandos, as competências e habilidades (gerais e específicas) desejáveis, os conteúdos

curriculares praticados, a presença e operação de estágios supervisionados e atividades complementares, a estrutura do curso e mecanismos de avaliação institucional.

Segundo Prudencio (2015), as Diretrizes Curriculares estabelecidas para os cursos de Biblioteconomia, enfatizam a proficiência, a criatividade, a busca de aprimoramento contínuo e a capacidade de observar padrões éticos de conduta como características fundamentais para o perfil do bibliotecário.

Aqui, precisamos fazer uma pausa e explicar ao leitor como ocorre a organização dos cursos superiores. Assim, informa-se que, no Brasil, esse arranjo é regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Dessa forma, no seu art. 44, o ato normativo disciplina que a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

> II - de graduação - aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.
> III - de pós-graduação, compreendendo programas de lato sensu e stricto sensu.
> IV - de extensão.
>
> A graduação, por sua vez, é subdividida em:
>
> Bacharelado: formação generalista ou específica em uma área do conhecimento.
>
> Licenciatura: formação voltada à docência na educação básica.
>
> Tecnológico: Cursos de menor duração, com foco prático e profissionalizante (Prudencio, Hubner, Romeiro, 2025, p.3).

Estes cursos podem ser realizados presencialmente, ou seja, nas dependências de universidades, faculdades e centros universitários, ou na modalidade a distância, ou seja, por mediação tecnológica, permitindo que estudantes e professores estejam em locais e horários diferentes. Essa modalidade favorece a flexibilidade de acesso aos conteúdos e amplia o alcance da educação.

Assim, no Brasil, a formação em Biblioteconomia é praticada majoritariamente em cursos de bacharelado, havendo apenas um curso de licenciatura, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em ambos os tipos de curso, o tempo médio previsto para a integralização é de quatro anos.

A partir desse arrazoado e direcionando nossas lentes ao ensino universitário, questionamos se, por meio de processos de reformas curriculares, as escolas de Biblioteconomia têm instrumentalizado os aprendizes para uma ação eficiente e eficaz no campo informacional mediado por tecnologias digitais.

Na era digital, o papel dos bibliotecários passou e continua passando por processos de transformação. Por um lado, descortinam-se possibilidades de ganhos de eficiência, desenvolvimento de novos produtos e serviços, e escalabilidade na prestação de serviços. Por outro lado, desafios como preservação digital, falta de literacia digital, acesso desigual, concentração de riqueza, privacidade e segurança da informação impõem uma nova agenda.

Sob tal perspectiva, a pesquisa em tela assume que, à medida que novas tecnologias digitais surgem e antigas evoluem, cabe aos bibliotecários e às escolas formadoras se adaptarem e promoverem o desenvolvimento de competências e habilidades para uma atuação capaz de oferecer suporte ao acesso à informação e serviços digitais, melhorar a experiência dos usuários em ambientes web, gerenciar projetos de sistemas de gestão de bibliotecas, definir requisitos para o desenvolvimento de bases de dados, os repositórios e bibliotecas digitais; planejar e gerenciar plataformas de *e-books*, liderar projetos de digitalização de catálogos e coleções, planejar e usar *chatbots* e assistentes virtuais, liderar projetos de preservação digital, difusão de conhecimento, gestão do conhecimento, entre outros.

Portanto, parece-nos que há na contemporaneidade uma relação indissociável entre tecnologias digitais e Biblioteconomia. Assim, verificamos como o ensino tem sido articulado na dimensão curricular.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de pesquisa básica, descritiva-exploratória, quanto ao seu objetivo, e, do

ponto de vista da análise dos dados e demonstração dos resultados, com abordagem qualiquantitativa.

A técnica de pesquisa documental foi adotada para coleta dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e, quando disponível, de documentos correlatos, como planos de curso, ensino e ementários.

Em etapa posterior, o conjunto de dados de pesquisa correlacionados aos cursos, isto é, nome da universidade, estado, região do Brasil, tipo de curso (bacharelado ou licenciatura), modalidade (presencial ou Ead); ano do PPC, tem disciplina sobre tecnologia (sim ou não), nome da disciplina, carga horária da disciplina, tipo de disciplina (obrigatória, eletiva, optativa) e outros dados relevantes foram tabulados em planilha eletrônica no *software* Excel e então, utilizando categorias mistas (Laville & Dione, 1999).

Os dados acerca do nome, endereço e modalidade dos cursos foram extraídos da base de dados e-MEC, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, e foram atualizados em janeiro de 2025.

Prosseguindo, usamos os dados de pesquisa de Nascimento (2023) e, com isso, tivemos acesso a um repositório digital com as últimas versões dos PPCs. Dessa forma, nosso *corpus* de análise compreendeu 13 cursos na modalidade a distância e 36 cursos presenciais. Totalizando 50 documentos.

Então, aplicamos a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), e examinamos as seguintes unidades: ano do PPC; se há disciplina sobre tecnologia digital; nome da disciplina; se a disciplina é obrigatória ou optativa; e carga horária.

Para fazer tal análise, procedemos com uma extração de conceitos, análise de fluxograma, ementa e plano do curso/ensino (quando disponível) no site da escola de vinculação ou a partir dos documentos já disponíveis no repositório do estudo de Nascimento (2023).

Em todas as análises, foi cumprida uma leitura dinâmica, acrescida de uma análise aprofundada.

É importante ressaltar que nossa análise sempre se concentrou na dimensão das tecnologias digitais, ou seja, na área de concentração da pesquisa.

Resultados Parciais ou Finais

Conforme já mencionado, analisamos 50 PPCS e observamos a seguinte distribuição quanto à modalidade de ensino.

Quadro 1: Quanto a divisão por modalidade de ensino

Presencial	A distância
37	13

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quando analisamos a localização tanto dos cursos presenciais quanto na modalidade a distância, notamos que há universidades ofertantes em todas as regiões do Brasil. Ainda, observa-se uma concentração no Sudeste e Nordeste.

No que se refere ao ano da última edição do PPC, temos:

Quadro 2: Quanto ao ano do PPC

Universidade	Ano do PCC mais recente	Ano do PCC mais antigo
Fundação Universidade do Maranhão - UFMA		2007
Universidade Federal do Ceará	2023	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Três cursos presenciais têm PPCs anteriores a 2010, a saber: Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal da Paraíba, cujos documentos datam de 2008. Já o curso presencial de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) data de 2009.

Tal cenário evidencia a desatualização desses projetos. Desta forma, nosso estudo manifesta preocupação ao entender que tal descompasso temporal pode representar um desafio significativo para a atualização das diretrizes formativas e ementas dos cursos em relação à tecnologia digital. Afinal, é sabido que, na última década, ocorreram evoluções tecnológicas importantes, e essa lacuna pode levar a uma redução no alcance do

desenvolvimento de competências necessárias para lidar com as ferramentas digitais, como sistemas de curadoria de conteúdo online, uso de sistemas de recomendação e inteligência artificial.

Ao todo, foram identificadas 272 disciplinas relacionadas a tecnologias digitais, abrangendo produtos, serviços, ferramentas, infraestruturas e dispositivos. 178 são ofertadas como obrigatórias, 92 são aplicadas como optativas e duas são eletivas.

Aqui é importante estabelecer a diferença entre disciplina obrigatória, optativa e eletiva. A primeira refere-se àquelas que garantem a formação técnica e teórica necessária para a atuação na área. Portanto, integra a estrutura curricular básica. Ademais, é requisito que o discente o cumpra com êxito; caso contrário, não alcança sua titulação de nível superior.

As disciplinas optativas são aquelas que incorporam a proposta de flexibilidade curricular prevista na LDB (1996). Isto é, são disciplinas que o aprendiz pode escolher cursar, dentro de um conjunto específico de componentes curriculares oferecido pela instituição de ensino. De tal modo, o número de disciplinas optativas a serem cursadas pode variar de acordo com a instituição e o curso. Normalmente, essa seleção leva em consideração conhecimentos prévios adquiridos, interesses acadêmicos e profissionais, e, portanto, permite a exploração de áreas e ênfases de interesse além das obrigatórias.

Por fim, temos as disciplinas eletivas, que, em alguma medida, permitem que o educando personalize sua formação de acordo com interesses específicos ou complementares à sua área de estudo. Tais disciplinas, comumente, estão fora do rol de disciplinas optativas. Esses componentes podem ser de outros cursos da mesma instituição ou até mesmo de outras instituições, dependendo das regras de cada curso e universidade.

No que tange às eletivas, identificamos uma sobre Biblioteca Virtual e outra sobre Arquitetura da Informação e Usabilidade, ambas de 40 horas do curso de bacharelado EaD da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

A carga horária dos cursos está distribuída em 28, 30, 40, 60, 90 e 120 horas, conforme a seguinte distribuição.

Quadro 3: Disciplinas por carga horária

Carga horária	Número de disciplinas identificadas, incluindo nomes duplicados
28	3
30	47
36	5
40	7
45	24
46	4
54	13
57	2
60	119
61	1
64	19
68	5
72	3
75	1
80	11
90	6
120	2

Fonte: Elaboração própria (2025).

Portanto, observa-se que a maioria das disciplinas voltadas às tecnologias digitais apresenta carga horária de 60 horas, o que sugere um padrão adotado pelas instituições para tratar de temas considerados técnicos e específicos. Essa uniformidade pode indicar uma tentativa de equilibrar a oferta de conteúdos práticos e teóricos, garantindo espaço suficiente para introdução e aplicação de ferramentas tecnológicas no contexto da Biblioteconomia. No entanto, considerando a crescente complexidade e a constante evolução das tecnologias digitais, essa carga horária pode ser insuficiente para um aprofundamento mais robusto, especialmente em temas como inteligência artificial, ciência de dados e curadoria digital. Dessa forma, levantamos a hipótese de que a limitação de tempo reflete tanto restrições institucionais quanto uma percepção ainda emergente da centralidade dessas competências na formação do bibliotecário contemporâneo. Contudo, este não é um debate que aprofundaremos aqui, pois não faz parte do escopo da comunicação que ora apresentamos.

Ainda em relação à carga horária, identificamos que a disciplina com menor carga

horária é Arquitetura da Informação, em regime de disciplina obrigatória no curso de bacharelado presencial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), com 28 horas.

Já as duas disciplinas com maior carga horária, ou seja, 120 horas, são as que exibidas no quadro 4:

Quadro 4: Disciplinas com maior carga horária

Curso	Nome da disciplina	Tipo de disciplina (obrigatória, eletiva, optativa)
Universidade de São Paulo - USP (Ribeirão Preto)	Inteligência Competitiva com Enfoque Empreendedor I	Obrigatória
Universidade de São Paulo - USP (Ribeirão Preto)	Inteligência Competitiva com Enfoque Empreendedor II	Obrigatória

Fonte: Elaboração própria (2025).

Cabe considerações sobre tal componente curricular, uma vez que, na visão desta autoria, trata-se de abordagem inovadora no ensino. A disciplina apresenta ao educando um leque de técnicas, práticas e métodos de Inteligência Competitiva (IC) em instituições públicas e privadas, além de abordar tecnologias e ferramentas tecnológicas que podem auxiliar esse processo, especialmente no monitoramento informacional (Garcia, 2011).

Embora, do ponto de vista teórico, não se apresente como uma disciplina, o curso de bacharelado EaD da UNIASSELVI dispõe de um componente curricular denominado Estágio II - Foco nas tecnologias, cuja carga horária é de 120 horas.

Espera-se que o educando desenvolva suas atividades em *e-commerce* e atividades correlatas, como gestão de metadados e taxonomias para organizar produtos em categorias, além de aplicar descritores para melhorar a encontrabilidade nos sistemas de busca das lojas virtuais. Indexação e descrição de produtos, aplicando técnicas biblioteconômicas para elaboração de descrições otimizadas para SEO, sistemas internos, entre outros.

Após analisarmos os ementários dessas disciplinas e, quando disponível, o plano de disciplina, chegamos ao número de 24 eixos aglutinadores, a saber: Tecnologia da informação e comunicação aplicada à Biblioteconomia e Ciência da Informação; Recuperação da informação; Arquitetura e design de informação; Automação aplicada à Biblioteconomia; Modelagem de bancos de dados; Repositórios digitais; Sistema de informação; Softwares; Consultoria e empreendedorismo em serviços de informação com foco tecnológico; Bibliotecas digitais. Fundamentos de informática; Gestão de conteúdo na/para web; informação em ambientes digitais; Serviço de informação em rede; Tópicos especiais de tecnologia em Biblioteconomia; Programação; *Data Science*; Análise e modelagem de processos; Design da informação e da interação; Redes e sistemas de informação; Representação do conhecimento em ambientes digitais; Biblioteca virtual; Redes de Computadores; Tecnologias de Informação Livres.

Cumpre informar que essa seleção é o recorte realizado por esta autoria. Naturalmente, muitos outros poderiam ser feitos.

Esses eixos unem disciplinas que, embora com títulos variados, representam, em sua gênese, conteúdos programáticos semelhantes e contribuem para o desenvolvimento de um mesmo e específico conjunto de conhecimentos e competências. Vejamos a síntese no quadro 5.

Quadro 5: Ocorrência de disciplinas com diferentes nomes por eixo

Eixo	Número de disciplinas identificadas, incluindo nomes duplicados
Tecnologia da informação e comunicação aplicada à Biblioteconomia e Ciência da Informação	52
Recuperação da informação	3
Arquitetura e design de informação	15
Automação aplicada à Biblioteconomia	29

Planejamento, Modelagem e uso e bancos de dados	29
Repositórios digitais	5
Sistema de informação	6
Softwares	3
Consultoria e empreendedorismo em serviços de informação com foco tecnológico	4
Bibliotecas digitais	23
Fundamentos de informática;	14
Gestão de conteúdo na/para web	5
Informação em ambientes digitais	13
Serviço de informação em rede	13
Tópicos especiais de tecnologia em Biblioteconomia	3
Fontes de Informação Tecnológica	1
Programação	4
Data Science	2
Análise e modelagem de processos	2
Design da informação e da interação	2
Redes e sistemas de informação	17
Representação do conhecimento em ambientes digitais	6
Biblioteca virtual	2
Redes de Computadores	10
Tecnologias de Informação Livres	10

Fonte: Elaboração própria (2025).

Dessa forma, os cinco eixos com mais disciplinas são:

Quadro 6: Cinco maiores eixos

Universidade	Número de disciplinas
Tecnologia da informação e comunicação aplicada à Biblioteconomia e Ciência da Informação	52
Automação aplicada à Biblioteconomia	29
Planejamento, Modelagem e uso e bancos de dados	29
Bibliotecas digitais	23
Redes e sistemas de informação	17

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao analisarmos tais eixos e as disciplinas incluídas, percebemos uma concentração de ordem metodológica. Isto é, há ênfase em artefatos, processos, técnicas e métodos relacionados à aplicação dos saberes e fazeres biblioteconômicos, a partir de uma instrumentalização da tecnologia digital.

Destarte, os três primeiros eixos têm correlação com a história da transformação digital no campo, fortemente influenciados pelos processos de inclusão de dispositivos apoiados em TIC e mediada pelo processo de automação das bibliotecas.

Por outro lado, há temáticas pouco abordadas, como os eixos apresentados no quadro 7.

Quadro 7: Cinco menores eixos

Universidade	Número de disciplinas
Fontes de Informação Tecnológica	1
Biblioteca virtual	2
Data Science	2
Design da informação e da interação	2
Softwares	3

Fonte: Elaboração própria (2025).

Especialmente, causou-nos surpresa a pouca representação de disciplinas relacionadas a *Data Science*, pois é possível vislumbrar uma associação entre o Movimento da Ciência Aberta e Cidadã, que tem encontrado terreno fértil nas pesquisas do campo no Brasil, e sua operacionalização por tecnologias, ferramentas e infraestruturas digitais.

Como exemplo, citamos soluções, infraestruturas e dispositivos digitais de coleta, registro e recuperação de dados; ferramentas de (geo)visualização, repositórios, bases de dados e o uso de inteligência artificial.

Na mesma perspectiva, a pouca discussão sobre *softwares*, especialmente os de código aberto (*open source*), na previsão curricular dos cursos de Biblioteconomia, causou-nos estranheza. Nessa linha, argumentamos que tal

debate nos parece fundamental, pois mobiliza conhecimentos, como soluções para gestão de bibliotecas, por exemplo, Biblivre, Koha, entre outros, permitindo ao bibliotecário realizar com autonomia a automação de acervos, empréstimos, catalogação e atendimento remoto ao usuário. Há também aportes na área de comunicação científica, exemplificados pelos softwares VOSviewer, Atlas.ti e outros que viabilizam a análise e visualização de redes de coautoria e coocorrência de termos, apoiando estudos métricos e mapeamentos do conhecimento – práticas cada vez mais presentes na pesquisa em Ciência da Informação. Portanto, fundamentais a posição do bibliotecário como cientista ou ainda de assessoria em pesquisa à sua comunidade usuária é fundamental.

Ainda sob esta ênfase, citamos o *software Open Journal Systems* (OJS), solução majoritariamente utilizada na editoração e gestão de periódicos científicos brasileiros. Nesta dimensão, o bibliotecário pode atuar colaborando na editoração, normalização e gestão de publicações acadêmicas.

Estes são alguns temas que podem ser abordados no escopo de disciplinas cujo foco seja ferramentas e softwares. Fazemos tal defesa porque acreditamos que a familiaridade com essas tecnologias fortalece a inserção do bibliotecário em equipes multidisciplinares, além de promover práticas alinhadas com a transformação digital, interoperabilidade de sistemas e a democratização da informação. Assim, incorporar esses conhecimentos ao currículo contribui para uma formação mais conectada às demandas reais do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, ampliando a capacidade de intervenção crítica e inovação dos futuros profissionais.

Avançando, com o objetivo de identificar um panorama mais preciso do número de disciplinas por eixo, excluímos, em seguida, as disciplinas com nomes repetidos, resultando na concentração apresentada no quadro 8.

Quadro 8: Disciplinas por eixo após eliminação de nomes duplicados

Eixo	Número de disciplinas com nomes diferentes	Exemplo de disciplinas do eixo
Tecnologia da informação e comunicação aplicada à Biblioteconomia e Ciência da Informação	34	Introdução as Tecnologias da Informação e Comunicação; Gestão de TI em Unidades de Informação; Recursos; Tecnológicos Aplicados à Biblioteconomia
Recuperação da informação	3	Recuperação da informação na web aplicada à pesquisa; Recuperação da Informação Digital; Informatização de Bibliotecas e Recuperação da Infromação
Arquitetura e design de informação	6	Arquitetura e Design de Informação; Arquitetura da informação; Arquitetura de Informação; Arquitetura de Sistemas de Informação; Arquitetura da Informação e Usabilidade; Arquitetura da Informação Digital; Arquitetura da Informação e Usabilidade
Automação aplicada à Biblioteconomia	17	Automação de Unidades de Informação; Automação e Informatização em Unidades de Informação; Projeto de Informatização; Informatização de Bibliotecas
Planejamento, Modelagem e uso e bancos de dados	17	Geração de bases e bancos; Projeto de banco de dados para unidades de informação; Planejamento e Geração de Bases de Dados

Repositórios digitais	3	Repositórios digitais; Teoria e prática para modelagem de repositórios digitais; Repositórios institucionais e gestão de documentos eletrônicos
Sistema de informação	6	Planejamento e Sistemas de Informação; Teoria e Análise de Sistemas; Sistemas de Informação e Internet; Gerência de Sistemas de Informação
Softwares	3	Análise de softwares aplicáveis a unid. e serviços de informação; Softwares Colaborativos; Software Livre e Informatização de Bibliotecas
Consultoria e empreendedorismo em serviços de informação com foco tecnológico	4	Consultoria e Empreendedorismo em Serviços de Informação; Empreendedorismo e Gestão de Projetos em Serviços de Informação; Inteligência Competitiva com Enfoque Empreendedor I e II
Bibliotecas digitais	10	Bibliotecas Digitais I; Desenvolvimento de Bibliotecas; Bibliotecas Digitais II
Fundamentos de informática;	10	Informática Documentária; Documentação e Informática; Introdução à informática; Introdução à informática
Gestão de conteúdo na/para web	5	Métricas da Informação na Web; Gestão de conteúdo na Web; Projeto e Implementação de Cenários Web; Informação na Web; Configuração de ambiente Web para unidades de Informação
Informação em ambientes digitais	4	Protótipos em Saúde Digital; Informação em Mídias Digitais
Serviço de informação em rede	4	Tecnologias em Serviços de Informação I; Tecnologias em Serviços de Informação II; Serviço de Informação em Rede; Análise de sistemas aplicada a serviços de informação
Tópicos especiais de tecnologia em Biblioteconomia	3	Tópicos Especiais em TI I; Tópicos Especiais em TI II; Tópicos Modernos de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Fontes de Informação Tecnológica	1	Fontes de Informação Tecnológica
Programação	2	Introdução a ciencia da computação; Introdução a programação
Data Science	2	Data Science; Mineração de Texto
Análise e modelagem de processos	1	Análise e modelagem de processos
Design da informação e da interação	2	Design da Informação e da Interação; Interação e Experiência do Usuário (UX)"
Redes e sistemas de informação	5	Redes de informação e transferência

		de dados; Informação e a Análise em Redes; Ambientes, Serviços e Sistemas Informacionais (Inclui Redes e sistemas de informação)
Representação do conhecimento em ambientes digitais	6	Ontologias em sistemas digitais; Linked Data; Representação do Conhecimento em Ambientes Digitais; Ontologias em sistemas digitais
Biblioteca virtual	1	Biblioteca virtual
Redes de Computadores	1	Redes de Computadores
Tecnologias de Informação Livres	1	Tecnologias de Informação Livres

Fonte: Elaboração própria (2025)

Sob este *lócus*, nossa pesquisa considera essas múltiplas denominações como um problema terminológico da formação curricular do campo. Por outro lado, acreditamos que seja uma tentativa dos cursos de atender às diferentes abordagens e atualizações tecnológicas. Ainda assim, é verdade que essa sobreposição dificulta a construção de um currículo coeso e integrado, inclusive no aspecto regional e nacional.

Retomando a análise macro dos PPCs, destaca-se o projeto pedagógico compartilhado dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade à distância (BibEaD) das seguintes instituições de ensino superior público (IES): Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), UFF, Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Estas IES integram o projeto BibEaD, uma iniciativa do Sistema Universidade Aberta do Brasil, e que é resultado da parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação e o Conselho Federal de Biblioteconomia (Prudencio *et al.,* 2024).

Assim sendo, as 11 universidades citadas possuem em seu PPC a presença do eixo Tecnologias de Informação e de Comunicação, significando uma proposta curricular moderna e que permite ao educando transitar entre o tradicional e novo. Portanto, os discentes têm a oportunidade de refletir e vivenciar aspectos inovadores relacionados a uma atuação apoiada em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (Prudencio *et al.,* 2024).

Pode-se mencionar como evidência do citado aspecto inovador a relação das disciplinas obrigatórias e específicas (nove disciplinas, totalizando 405 horas) dedicadas ao estudo e prática das TICs no campo biblioteconômico. Vejamos:

- Introdução à Tecnologia de Informação e de Comunicação - 60 horas;
- Introdução à Educação a Distância - 30 horas;
- Editoração Eletrônica - 60 horas;
- Tecnologias de Informação Livre - 30 horas;
- Informatização de Ambientes de Informação - 45 horas;
- Redes de Computadores - 45 horas;
- Serviços de Informação em Rede - 45 horas;
- Planejamento e Elaboração de Bases de Dados - 30 horas;
- Bibliotecas digitais - 60 horas.

Dessa forma, verificamos que esses educandos têm tido a oportunidade de empregar conceitos, modelos, métodos, instrumentos e recursos de tecnologia da informação e de comunicação para o desenvolvimento, a implantação e a avaliação de recursos tecnológicos. Como exemplos, citamos o desenvolvimento de repositórios digitais, bases de dados, bibliotecas eletrônicas e digitais, publicações eletrônicas e digitais, OPAC etc.

Ademais, a própria natureza da modalidade permite que esses educandos sejam envolvidos

na experimentação de tecnologias digitais de ensino e, por efeito, desenvolvam certas literacias digitais.

A partir dessa perspectiva de literacia, destacamos que, desde o final de 2022, quando a empresa norte-americana OpenAI lançou o chamado ChatGPT 3.5, o tema da Inteligência Artificial (IA) tem sido notícia diária nos meios de comunicação, eventos científicos e produções do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Desta forma, averiguamos se algum PPCs anunciado o tem, quer seja como disciplina, quer seja como conteúdo programático. Nesta linha, identificamos que há dois cursos, a saber:

Quadro 9: Disciplinas que anunciam tratar do tema IA

Universidade	Curso	Nome da disciplina
Universidade de São Paulo - USP (São Paulo)	Bacharelado Presencial	Inteligência Artificial no Tratamento da Informação Registrada
Universidade Federal do Ceará – campos Cariri	Bacharelado Presencial	Tecnologias da Informação I

Fonte: Elaboração própria (2025).

No curso dos Campos do Cariri, a abordagem centra-se nos fundamentos, com citações ao experimento de Alan Turing, apresentação dos conceitos de redes neurais, virtuais e materiais. Já no curso da USP, observa-se uma mescla de fundamentos e aplicações. Neste texto, objetiva-se introduzir conceitos básicos e aplicações da IA, bem como suas aplicações no processo de organização e representação do conhecimento. Ademais, ferramentas como ChatGPT são tratadas.

Assim sendo, nosso estudo destaca a inovação curricular proposta pela USP e sugere que ela pode servir de modelo para que outros cursos também a adotem. Inclusive, porque desde 2020 a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) tem debatido como os desenvolvimentos de aplicações em IA podem impactar as práticas cotidianas e a missão social mais ampla das bibliotecas. Portanto, os cursos de formação não podem se isentar de participar desse debate e prática.

Ainda sobre Inteligência Digital, destaca-se a importância da literacia em IA. Yi (2021 *apud* Touças, 2024, p.1) compreende que esta literacia:

> não se restringe ao domínio técnico, inclui também a capacidade de interagir de forma informada e ética com sistemas de IA, refletindo sobre as suas limitações e implicações sociais. A Literacia em IA pode ser uma ferramenta para a promoção de uma cidadania crítica e responsável na era da IA.

Consequentemente, a literacia em IA não significa, obrigatoriamente, a necessidade de desenvolver habilidades de programação e/ou criar soluções e tecnologias baseadas em IA. Tem sido mais associada à capacidade de compreender, utilizar, monitorar e refletir criticamente sobre as aplicações de IA (Long *&* Magerko, 2021).

De tal modo, defendemos que este é um caro e necessário, que deve figurar de maneira transversal no currículo das escolas de Biblioteconomia brasileiras.

Outra consideração que trazemos é o apagamento do anúncio de disciplinas dedicadas ao tema das tecnologias assistidas. Ou seja, não foi identificado nenhum componente curricular, em caráter obrigatório, eletivo ou optativo, sobre a matéria. Consideramos que essa ausência pode comprometer a preparação dos futuros bibliotecários para responder às demandas de inclusão e atender às necessidades informacionais das pessoas com deficiência. É necessário que o egresso seja apresentado, minimamente, a recursos, produtos, metodologias e estratégias que promovam a funcionalidade de recursos informacionais. São exemplos: softwares como leitores de tela (NVDA, JAWS), ampliação de tela, sistemas de reconhecimento de voz, teclados adaptados, sinalização tátil e plataformas acessíveis.

Ademais, cumpre informar que este endereçamento de acessibilidade, incluindo a

informacional, tem previsão normativa vide Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A partir deste arrazoado de análises, apresentamos nossas considerações finais e problematizamos os resultados, que podem abrir novas vias de pesquisa e análise.

Considerações Parciais ou Finais

Este estudo identificou, caracterizou e analisou a presença de disciplinas sobre tecnologias digitais nos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia, na modalidade presencial quanto na a distância no Brasil. Portanto, atingiu seu objetivo geral.

Ao longo da seção quatro, pudemos apresentar os 24 eixos aglutinadores de disciplina nos programas formadores brasileiros e perceber que a maioria das disciplinas possui uma abordagem geral, fundamentada em aspectos teóricos e metodológicos das TIC. Não tratando, por exemplo, de ferramentas específicas, o que não necessariamente é um problema.

Ainda assim, temas como experiência do usuário e data science que são interdisciplinares e talvez tenham o potencial de contribuir para a empregabilidade desses bacharéis em Biblioteconomia, têm recebido, ao menos nos currículos, pouca atenção.

Temas emergentes, como inteligência artificial, ainda são pouco debatidos, e sugerimos sua ampliação.

A partir das observações da nomenclatura, ementário e plano de curso/disciplina, quando disponíveis, apresentamos que a abordagem sobre tecnologias digitais no currículo de Biblioteconomia pode articular-se nas seguintes abordagens:

1 - Gestão de acervos digitais

Refere-se ao planejamento, desenvolvimento e manutenção de coleções digitais, com atenção à preservação digital, acesso aberto, direitos autorais, políticas de *backup* e migração de formatos.

2 - Gestão de metadados e taxonomias

Envolve o conhecimento e aplicação de padrões de descrição e organização da informação (como Dublin Core, MARC, SKOS), fundamentais para garantir interoperabilidade e recuperação eficaz de dados em ambientes digitais e sistemas integrados.

3 - **Curadoria de conteúdo digital**

Refere-se ao processo de seleção, organização, preservação e atualização de conteúdos digitais, considerando critérios de relevância, confiabilidade e contexto informacional.

4 - Indexação e descrição de produtos digitais

Abrange técnicas e metodologias para representar o conteúdo de documentos digitais, promovendo a encontrabilidade por meio de vocabulários controlados, análise de assuntos e linguagens documentárias.

5 - Análise de dados

Capacita o bibliotecário a extrair, interpretar e visualizar dados, contribuindo para a tomada de decisões, avaliação do uso de acervos, comportamento informacional e eficiência dos serviços.

6 - Elaboração de políticas de informação

Compreende a criação de diretrizes institucionais para governança da informação, privacidade, acesso, preservação e ética no uso e compartilhamento de dados, fundamentadas em princípios democráticos e inclusivos.

7- Usabilidade e arquitetura da informação

Trata-se de um *design* centrado no usuário, com foco na organização lógica, navegação intuitiva e acessibilidade em sites, repositórios e sistemas informacionais, otimizando a experiência do usuário.

8 - Literacia em inteligência artificial

Propõe a compreensão crítica e aplicada de conceitos, ferramentas e impactos da IA na sociedade e nas bibliotecas, capacitando profissionais para uso ético e estratégico de tecnologias como machine learning e chatbots.

9 - Desenvolvimento de infraestruturas e ecossistemas informacionais

Relaciona-se à criação e integração de ambientes digitais colaborativos, como

bibliotecas digitais, virtuais, repositórios, redes de dados e plataformas interoperáveis, que sustentam a produção, gestão e compartilhamento do conhecimento.

10 - Tecnologias assistivas e computacionais
Foca em recursos e dispositivos que promovem acessibilidade digital para pessoas com deficiência, bem como no uso de ferramentas computacionais no tratamento, mediação e disseminação da informação.

11 - Softwares de pesquisa

Abrange o domínio de ferramentas digitais que apoiam atividades de pesquisa científica, como gerenciadores de referências (Zotero, Mendeley), softwares de análise bibliométrica (VOSviewer) e de organização de dados qualitativos (NVivo, ATLAS.ti).

12 - Automação e transformação digital
Explora o uso de sistemas integrados de gestão de bibliotecas (SIGB), *workflows* digitais e ferramentas de automação para modernizar processos técnicos e serviços de informação.

13 - Data Science
Envolve o uso de técnicas computacionais, estatísticas e linguagens de programação (como Python e R) para análise e interpretação de grandes volumes de dados, com aplicações em estudos de usuários, bibliometria e tomada de decisão em serviços informacionais.

Assim, sugere-se que cada uma dessas dimensões seja explorada em novas análises, correlacionando os aportes da formação aplicada e as práticas desenvolvidas no mundo do trabalho.
Por fim, a pesquisa reforça importância do aporte de disciplinas sobre tecnologias digitais na formação do bibliotecário brasileiro e sustenta que tal ancoragem tem potencial para aperfeiçoar a mediação da informação, reconfigurar os serviços prestados pelos bibliotecários e promover serviços informacionais mais inovadores.

Referências

Arthur, W. B. (2009). *The nature of technology: What it is and how it evolves*. Free Press.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Brasil. (1996, 20 de dezembro). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil. (2015, 8 de junho). Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Chesbrough, H. (2003). *Open innovation: The new imperative for creating and profiting from technology*. Harvard Business School Press.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2001). *Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 3 de abril de 2001*. Ministério da Educação do Brasil. https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf

Dumer, L., Albuquerque, M. E. B. C. de. (2020). *Marc 21 e outros formatos de intercâmbio bibliográfico*. Editora UFPB.

Garcia, L. G. (2011). Inteligência competitiva com enfoque empreendedor: ensino e pesquisa na graduação em Ciência da Informação. Incid: revista de ciência da informação e documentação; 2 n. 2(2).

Holborn, G. (2019). The emergence of professional law librarianship and the professional law librarian: The history of BIALL in context. *Legal Information Management, 19*(2), 80-87. https://www.cambridge.org/core/journals/legal-information-management/article/abs/emergence-of-professional-law-librarianship-and-the-professional-law-librarian-the-history-of-biall-in-context/6BFDF942B3C5679877E7D88A9198ED19

International Federation of Library Associations and Institutions. (2020, setembro 17). *IFLA statement on libraries and artificial intelligence*. https://repository.ifla.org/handle/123456789/1646

Laville, C., Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. UFMG.

Lévy, P (1993). As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática. Editora 34.

Long, D., Blunt, T., & Magerko, B. (2021). Co-designing AI literacy exhibits for informal learning spaces. Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction, 5(CSCW2). https://doi.org/10.1145/3476034

Mattos, J.M. M. Inteligência artificial no serviço de referência de bibliotecas universitárias: colóquios e aplicações (2025). Dissertação (mestrado) -Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social.

Morigi, V. J., & Pavan, C. (2005). Entre o "tradicional" e o "virtual": o uso das tecnologias de informação e comunicação e as mudanças nas bibliotecas universitárias. Revista ACB, 8(1), 54–69. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/391

Mueller, S. P. M. & Macedo, V. A. A. (1983). Proposta de um novo currículo pleno para o curso de biblioteconomia da universidade de Brasília. Revista de biblioteconomia de Brasília; 11(2). https://cip.brapci.inf.br//download/77457

Nascimento, R. P. do. (2023). *O ensino de bibliometria e cientometria no Brasil: Uma análise na graduação em biblioteconomia* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social.

Prudencio, D. S. Diretrizes curriculares nacionais e a construção de propostas curriculares inovadoras: um estudo de cotejamento dos projetos políticos pedagógicos da UNIRIO e UFMG (2015). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social.

Prudencio, D. S., & Rodrigues, M. E. F. (2015). Diretrizes curriculares nacionais e a construção de propostas curriculares inovadoras: um estudo de cotejamento dos projetos pedagógicos de curso (PPC). Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, Brasil. https://brapci.inf.br/v/187936

Prudencio, D. da S., Silva, S. P., Bento, M. S. N., Britto, T. A. F. (2024). Bibead Unirio: Compartilhando informações e experiências do processo de reconhecimento de curso. In. O curso nacional de Biblioteconomia na modalidade a distância – UAB/CAPES: Concepção, trajetória e desafios. p. 169-204.

Prudencio, D. S, Hubner, M. L. F., Romeiro, N. L. Licenciatura em Biblioteconomia: apresentação e tendências do único curso brasileiro (2025). XI EDICIC Ibérico, Porto, Portugal.

Santos, J. P. (1998). Reflexões sobre currículo e legislação na área da biblioteconomia. Encontros bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 3(6). https://cip.brapci.inf.br//download/39093.

Silva, S. R. de B., Correa, R. F. (2020). Sistemas de indexação automática por atribuição: Uma análise comparativa. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 25*, 1-15. R https://cip.brapci.inf.br//download/142221

Soares, T. A. (2025). *Aplicação de inteligência artificial em bibliotecas jurídicas: Desafios e oportunidades* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

Sousa, B. P. de, Fujita, M. S. L. (2012). Do catálogo impresso ao on-line: Algumas considerações e desafios para o bibliotecário. *Revista ACB, 17*, 59–75. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/822

Touças, H. R. G. M. L. Literacia em inteligência artificial na educação de adultos (2024). Dissertação (Mestrado em educação e tecnologias digitais – EaD) – Universidade de Lisboa. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/100390/1/ulfpie058650_tm.pdf

Zaremba, J. Biblioteconomia: Tecnologias digitais ampliam campos de atuação. Jornal Extra, 11 de setembro de 2015. https://extra.globo.com/noticias/educacao/profissoes-de-sucesso/biblioteconomia-

tecnologias-digitais-ampliam-campos-de-atuacao-17464659.html

FLUXOS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA DE TEMAS EMERGENTES NO CONTEXTO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE O POLE DANCE NO BRASIL E O IMPACTO DAS TICS

Gabriela da Silva Conceição, Universidade Federal Fluminense, ORCID: https://orcid.org/0009-0003-8236-3963, Brasil, gabrielas.c@hotmail.com

Michely Jabala Mamede Vogel, Universidade Federal Fluminense, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0311-3161, Brasil, michleyvogel@id.uff.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6737

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

Os fluxos de comunicação científica são parte fundamental dos processos de legitimação e disseminação do conhecimento (Ziman, 1989; Meados, 1999). Compreendendo desde a produção até o consumo da informação, esses fluxos são responsáveis por conectar comunidades científicas, incentivar a interdisciplinaridade e integrar o saber acadêmico à sociedade.

A evolução desses fluxos, sobretudo diante da crescente influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), transformou a circulação do conhecimento. Modelos tradicionais baseados em periodicidade e revisão por pares deram lugar a práticas mais dinâmicas, com plataformas digitais, redes sociais acadêmicas, repositórios de acesso aberto e servidores de preprints. Ainda assim, a inserção de temas emergentes nesse ecossistema enfrenta barreiras estruturais que impedem sua plena consolidação científica.

A complexidade da inserção de temas emergentes no cenário científico é acentuada

por barreiras estruturais significativas. Uma das principais é a falta de reconhecimento desses temas como estratégicos por parte de empresas e instituições, o que invariavelmente leva à redução de recursos destinados à pesquisa nessas áreas (Foletto, [2024?]). No contexto brasileiro, esta situação é agravada por uma tendência de diminuir os investimentos em infraestrutura tecnológica própria, favorecendo a adoção de soluções desenvolvidas no exterior (Foletto, [2024?]). Essa dependência externa, conforme apontado, limita consideravelmente a criação de tecnologias adaptadas às necessidades e especificidades nacionais. Consequentemente, a pesquisa acadêmica em comunicação digital, por exemplo, apesar do crescimento contínuo da produção científica por instituições brasileiras, ainda enfrenta obstáculos para se consolidar como um campo estratégico e crítico para o desenvolvimento do país. Este cenário sublinha a necessidade de repensar as prioridades e os investimentos na ciência nacional para permitir que temas inovadores e relevantes socialmente encontrem o apoio necessário para sua plena legitimação acadêmica (Foletto, [2024?]).

A emergência de novos objetos de investigação é um reflexo direto das práticas sociais e das novas necessidades que estas ensejam. É nesse dinamismo que surgem novos interesses de pesquisa, frequentemente impulsionados por contribuições e perspectivas de diversas áreas do conhecimento. O pole dance, como foco deste estudo, representa um exemplo paradigmático dessa relação intrínseca entre o social e o acadêmico (Alves; Nóbrega, 2020). Sua trajetória é marcada por uma intensa ressignificação nas últimas décadas, superando a associação original com o entretenimento adulto e os estigmas sociais. Hoje, o pole dance é amplamente reconhecido como uma prática com múltiplas dimensões: artística, esportiva e de empoderamento, especialmente entre as mulheres. Sua visibilidade digital é inegável, com milhões de registros e engajamento maciço em plataformas como Instagram e TikTok. Essa vasta presença online, no entanto, contrasta fortemente com sua inserção ainda tímida e desafiadora no circuito acadêmico tradicional, revelando uma tensão central que este estudo se propõe a investigar.

A Ciência da Informação, ao investigar os fluxos informacionais (Le Coadic, 2006), oferece instrumentos potentes para analisar como temas não convencionais como o pole dance se inserem — ou são marginalizados — no espaço acadêmico. A produção científica brasileira sobre o tema ainda se concentra majoritariamente na literatura cinzenta, composta por TCCs, dissertações, teses e trabalhos de eventos, revelando a importância desses documentos como vetores iniciais de legitimação (Conceição, 2025).

Partindo dessa premissa, esta pesquisa se propôs a investigar como o pole dance circula nos fluxos da comunicação científica no Brasil, buscando compreender as tensões entre visibilidade social e reconhecimento acadêmico, bem como os desafios para a consolidação científica de temas emergentes.

A problemática central que orienta este trabalho pode ser expressa da seguinte forma: como a consolidação científica de temas emergentes — especificamente o pole dance — se alinha (ou não) aos fluxos tradicionais da comunicação científica propostos na literatura?

O objetivo geral é comparar os fluxos de comunicação científica sobre o pole dance com os modelos clássicos da área. Para isso, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Discutir a relevância da literatura cinzenta na circulação de temas emergentes;
- Caracterizar o percurso do pole dance nos fluxos da comunicação científica;
- Mapear e analisar a produção científica sobre o tema, considerando distribuição temporal, autoria, gênero, instituições, áreas do conhecimento e canais de publicação.

Ao focar em um objeto marginalizado tanto no campo social quanto científico, o presente estudo busca contribuir para o debate sobre inclusão epistêmica, visibilidade científica e democratização do conhecimento,

articulando reflexões sobre cultura digital, fluxos de informação e transformação dos paradigmas da ciência.

Para tanto, após esta introdução, a seção 2 traz o referencial teórico para abordar os conceitos de Comunicação Científica e de Literatura Cinzenta, seus Fluxos, Temas Emergentes, e Visibilidade de tais temas, especialmente o Pole Dance. Na Seção 3 indicamos as abordagens metodológicas, compostas por etnografia digital e a análise bibliométrica, e pela descrição dos passos da pesquisa. Na Seção 4 apresentamos os resultados, e por fim, tecemos nossas considerações na Seção 5.

Referencial Teórico

Comunicação Científica e Literatura Cinzenta

A comunicação científica é fundamental para o progresso e a disseminação do conhecimento, envolvendo tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral (Meadows, 1999). Trata-se de um processo dinâmico que permite o intercâmbio de descobertas e teorias, promovendo o diálogo e a colaboração interdisciplinar. Um elemento central desse processo é a validação das pesquisas por meio da revisão por pares, presente nos canais formais, que assegura a qualidade e a confiabilidade dos resultados divulgados. Além de apoiar a pesquisa acadêmica, a comunicação científica influencia a percepção pública da ciência e legitima as pesquisas entre os pares, demandando um sistema comunicativo inclusivo, transparente e eficiente, capaz de garantir a rápida e clara disseminação das informações, fortalecendo assim a relação entre ciência e sociedade (Meadows, 1999).

A comunicação científica vai além da mera divulgação de resultados; ela é um pilar para o avanço coletivo do conhecimento. Targino (2000) enfatiza que ela agrega os esforços individuais dos pesquisadores, conferindo visibilidade aos autores e à sua produção, e, por conseguinte, impulsionando o progresso contínuo da ciência. O surgimento e a formalização desse processo comunicativo foram uma resposta direta à necessidade de compartilhar descobertas com um público cada vez maior, transformando a ciência de uma atividade isolada em uma prática social colaborativa. Nesse modelo, os pesquisadores dependem da comunicação de suas descobertas para que elas possam ser verificadas, replicadas e utilizadas por outros. A comunidade científica, nesse sentido, é um vasto ecossistema que engloba todos os indivíduos engajados em pesquisa científica e tecnológica, organizados em grupos por especialidades, idiomas, países e contextos ideológicos. Esse sistema complexo é essencial para garantir a validade e a disseminação do saber.

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente a internet e o uso de computadores pessoais, a comunicação científica passou por transformações significativas, aumentando a quantidade de periódicos e artigos publicados, facilitando a colaboração entre pesquisadores, reduzindo custos e ampliando o acesso ao conhecimento para além do meio acadêmico, promovendo a democratização da ciência e o engajamento social (Santos-d'Amorim, 2021). Apesar desses avanços, as inovações tecnológicas exigem adaptações constantes para assegurar que a ciência permaneça acessível e relevante.

Souto (2004) propõe o conceito de "Sistema de Comunicação Científica" para representar os diferentes métodos pelos quais os pesquisadores transmitem e validam suas descobertas. Conforme Garvey (1979), a comunicação científica ocorre principalmente por canais formais e informais, ambos essenciais em diferentes etapas da pesquisa (Targino, 2000). Os canais informais geralmente antecedem a divulgação oficial, servindo para sondar o interesse da comunidade, enquanto os formais destinam-se à divulgação oficial após a conclusão e validação da pesquisa. Os formatos de comunicação variam conforme a área do

conhecimento e incluem livros, capítulos, artigos, dissertações, patentes, preprints e relatórios técnicos, além de meios alternativos como blogs, redes sociais acadêmicas, repositórios institucionais e listas de discussão (Baykoucheva, 2022).

Os canais formais, considerados estruturados e planejados, abrangem publicações como periódicos científicos, livros, teses, dissertações e relatórios institucionais, que representam a face pública do sistema de comunicação científica (Silva & Menezes, 2001; Oliveira, 1996). Já os canais informais envolvem comunicação oral e interativa, como reuniões, seminários, correspondências e conferências, frequentemente conectados a redes informais de pesquisadores, conhecidos como "colégios invisíveis". Embora esses canais ofereçam comunicação rápida e flexível, apresentam desafios para a preservação da informação a longo prazo e para manter a qualidade e a integridade dos dados, que podem sofrer distorções ou perda de conteúdo (Targino, 2000). Por isso, é essencial aprimorar os mecanismos de controle e preservação da informação científica, aliando rigor metodológico ao uso de tecnologias que garantam o acesso e a confiabilidade dos dados, assegurando a credibilidade e a eficácia do sistema.

Os canais formais de comunicação científica são o alicerce da validação e da visibilidade pública do sistema. Eles incluem publicações cuidadosamente estruturadas e planejadas, como periódicos científicos de prestígio, livros, teses, dissertações e relatórios institucionais. Esses veículos representam a face mais visível e reconhecida da ciência, passando por rigorosos processos de revisão e edição. Por outro lado, os canais informais são caracterizados pela comunicação oral e interativa, manifestando-se em reuniões de trabalho, seminários, correspondências pessoais e conferências. Esses canais estão frequentemente conectados a redes informais de pesquisadores, muitas vezes denominadas "colégios invisíveis", onde ideias e descobertas preliminares são debatidas antes de sua formalização. Embora os canais informais ofereçam uma comunicação mais rápida e flexível, permitindo feedback imediato e o surgimento de novas colaborações, eles enfrentam desafios importantes em relação à preservação da informação a longo prazo e à manutenção da qualidade e integridade dos dados, que podem sofrer distorções ou perdas de conteúdo. Assim, é imperativo que os mecanismos de controle e preservação da informação científica sejam aprimorados, combinando rigor metodológico com o uso de tecnologias que garantam o acesso e a confiabilidade dos dados, fortalecendo a credibilidade e a eficácia de todo o sistema de comunicação.

A literatura tradicional, também chamada de literatura branca ou convencional, compreende publicações acessíveis por editoras comerciais ou acadêmicas, como livros, capítulos, periódicos científicos e artigos em revistas reconhecidas nacional e internacionalmente. Essa literatura se distingue pelo rigoroso processo editorial que geralmente envolve revisão por pares, conferindo credibilidade e validação acadêmica aos conteúdos, tornando-se fonte confiável e fundamental para pesquisadores e profissionais (Moreno; Márdero Arellano, 2005). Entretanto, enfrenta desafios como barreiras financeiras que restringem o acesso e o tempo prolongado para publicação devido às exigências de revisão.

Por outro lado, a literatura cinzenta inclui documentos que não são publicados por vias editoriais tradicionais nem passam por revisão formal externa, como relatórios técnicos, atas de reuniões, normas, documentos governamentais, teses, dissertações, trabalhos acadêmicos e comunicações em eventos científicos. Apesar de serem submetidos a avaliações internas, sua difusão é restrita e, muitas vezes, inacessível por bases convencionais (Cunha; Cavalcanti, 2008). Essa literatura oferece conteúdos exclusivos e especializados, frequentemente detalhando pesquisas recentes, sendo valiosa para quem busca informações atualizadas. Contudo, apresenta desafios quanto à localização, acesso restrito e necessidade de avaliação criteriosa quanto à qualidade, devido à ausência de revisão formal, o que pode afetar

a precisão das informações (Botelho; Oliveira, 2015). Sua circulação é geralmente limitada a públicos ou regiões específicas, reduzindo seu impacto fora desses nichos.

Ainda há uma classificação da literatura cinzenta em "tons de cinza" — claro, médio e escuro — que refletem variações quanto à formalidade e visibilidade desses documentos (Botelho; Oliveira, 2015). Instituições governamentais, centros acadêmicos, bibliotecas, empresas e grupos de pesquisa são algumas das fontes produtoras dessa literatura, que complementa a literatura tradicional ao fornecer insights detalhados e ágeis, especialmente sobre temas emergentes. Portanto, apesar de sua relevância, recomenda-se cuidado na avaliação da qualidade e confiabilidade dessas fontes para assegurar a solidez das decisões fundamentadas nesses dados (Botelho; Oliveira, 2015).

A literatura cinzenta representa um universo de informações que, embora não seja formalmente publicada por editoras comerciais ou acadêmicas nem submetida a revisão por pares externa, possui um valor inestimável para a pesquisa científica, especialmente em temas emergentes. Essa categoria abrange uma vasta gama de documentos, como relatórios técnicos, atas de reuniões, normas, documentos governamentais, teses, dissertações e trabalhos apresentados em eventos científicos. Apesar de frequentemente passarem por avaliações internas em suas instituições de origem, sua difusão é tipicamente restrita e, muitas vezes, inacessível por bases de dados convencionais. A grande vantagem da literatura cinzenta é que ela oferece conteúdos exclusivos e altamente especializados, muitas vezes detalhando pesquisas recentes e informações de vanguarda que ainda não foram ou não serão publicadas em periódicos formais. Contudo, sua utilização impõe desafios significativos: a dificuldade de localização e acesso restrito é uma barreira comum, e a ausência de revisão formal externa exige uma avaliação criteriosa da qualidade e precisão das informações. Além disso, sua circulação é frequentemente limitada a públicos ou regiões específicas, o que pode reduzir seu impacto fora desses nichos.

Botelho e Oliveira (2015) propõem uma classificação em "tons de cinza" (claro, médio e escuro), que reflete as variações em sua formalidade e visibilidade. As fontes produtoras dessa literatura são diversas, incluindo instituições governamentais, centros acadêmicos, bibliotecas, empresas e grupos de pesquisa. A literatura cinzenta, portanto, complementa de forma vital a literatura tradicional, fornecendo insights detalhados e ágeis, crucial para acompanhar o ritmo de temas emergentes. No entanto, seu uso requer cuidado e discernimento na avaliação de sua qualidade e confiabilidade para garantir a solidez das decisões e conclusões baseadas nesses dados.

Fluxos da Comunicação Científica

Os fluxos de comunicação científica abrangem o ciclo completo da informação, desde sua obtenção até sua aplicação, passando por etapas de tratamento, armazenamento, distribuição e disseminação. A organização eficiente desses fluxos é essencial para garantir que o conhecimento circule adequadamente dentro da comunidade científica, favorecendo o avanço coletivo das pesquisas (Moreno; Márdero Arellano, 2005).

Weitzel (2006) destaca quatro marcos históricos que impulsionaram a expansão do conhecimento: a secularização do saber com a perda do monopólio da Igreja e o advento da imprensa; o desenvolvimento do método científico; o surgimento de sociedades científicas organizadoras do saber, como a Royal Society; e a criação da primeira revista científica, a Philosophical Transactions. Esses elementos estruturaram o modelo atual da comunicação científica.

Os fluxos de informação na ciência operam como um processo intrinsecamente dinâmico, que transcende a simples transmissão de dados. Eles permitem a circulação e o compartilhamento contínuo de descobertas e ideias não apenas entre os próprios pesquisadores, mas também com o público em

geral. Esse processo é fundamental para a avaliação e o aprimoramento do conhecimento, uma vez que a validação e o refinamento das descobertas dependem do escrutínio e da contribuição da comunidade. Dentro desses fluxos, Mueller (2000) e Meadows (1999) identificam papéis cruciais, como os "gatekeepers" (guardiões ou porteiros), que atuam como centros de informação ("hubs"), facilitando o acesso e a disseminação de dados. Em contrapartida, existem os "isolados informacionais", indivíduos que, por diversas razões, raramente participam do fluxo comunicativo, o que pode limitar seu acesso a informações cruciais e sua contribuição para o avanço da pesquisa. Compreender a interação entre esses diferentes atores é essencial para otimizar a eficácia dos fluxos de comunicação científica.

Modelos de comunicação científica, como o desenvolvido por Garvey e Griffith (1979), são ferramentas conceituais essenciais para visualizar o fluxo completo da informação, desde a concepção inicial da ideia até a publicação e posterior citação dos resultados. Esses modelos demonstram o percurso complexo e as ramificações inerentes ao processo comunicativo, revelando como as descobertas são elaboradas, validadas e disseminadas. A evolução desses modelos ao longo do tempo, conforme observado por Correia (2006), Melo (2014) e Hurd (1996), tem incorporado de forma decisiva as inovações tecnológicas, particularmente a comunicação eletrônica e a distribuição digital de artigos. Essas transformações refletem mudanças profundas na forma como os pesquisadores compartilham informações, permitindo a colaboração e a disseminação de resultados até mesmo em tempo real, o que acelera o ciclo da pesquisa e potencializa o impacto do conhecimento (Fernandes; Vilan Filho, 2021).

A proliferação das redes eletrônicas e plataformas digitais tem sido um catalisador fundamental para a democratização do conhecimento, transformando radicalmente o cenário da comunicação científica. Essa evolução não só ampliou a velocidade com que as informações circulam, mas também aumentou a transparência do fluxo informacional. Barreto (1998) destaca que a comunicação eletrônica introduziu uma dinâmica sem precedentes, permitindo a interação direta do receptor com a informação, sem a necessidade de intermediários. Isso significa que os usuários podem avaliar a relevância dos dados de forma imediata e desfrutar de uma experiência informativa altamente personalizada e não linear, facilitada pelo uso de hipertexto. Essa capacidade de navegar e interagir diretamente com o conteúdo oferece um controle sem precedentes sobre a jornada do conhecimento, tornando o acesso mais dinâmico e adaptado às necessidades individuais dos pesquisadores e do público em geral.

A comunicação científica contemporânea transcendeu o modelo linear e predominantemente pós-pesquisa, que historicamente caracterizava a disseminação do conhecimento. Atualmente, o fluxo de informação tornou-se simultâneo ao próprio desenvolvimento dos estudos, uma mudança impulsionada pela ampla capacidade de compartilhamento em plataformas digitais e redes sociais acadêmicas. Essa agilidade e interatividade são cruciais, pois não apenas fortalecem a colaboração interdisciplinar, permitindo que pesquisadores de diferentes áreas trabalhem em conjunto de forma mais fluida, mas também aceleram significativamente o avanço científico. Além disso, a capacidade de correção rápida de possíveis falhas ou imprecisões torna o processo mais robusto e confiável. No entanto, como demonstrado durante a pandemia da Covid-19, essa rapidez na disseminação é vital, mas o sistema acadêmico ainda enfrenta limitações estruturais, como a predominância da "ciência fechada" e o foco em periódicos de elite publicados em inglês, o que dificulta o acesso universal à informação (Larivière; Shu; Sugimoto, 2020). Apesar desses desafios, a revisão por pares mantém seu papel fundamental para garantir a qualidade e a confiabilidade das pesquisas divulgadas. (Conceição, 2025).

Entretanto, desafios permanecem. Durante a pandemia da Covid-19, a rapidez na disseminação das informações foi vital, mas

Larivière, Shu e Sugimoto (2020) evidenciaram limitações do sistema acadêmico, como a predominância da ciência fechada e o foco em periódicos de elite em inglês, dificultando o acesso universal à informação. Apesar disso, a revisão por pares continua fundamental para garantir a qualidade e a confiabilidade das pesquisas.

Assim, embora a comunicação científica tenha avançado com as tecnologias digitais e apresente maior agilidade e interatividade, ainda é necessário superar barreiras estruturais para consolidar uma comunicação científica mais democrática, acessível e eficiente (Barreto, 1998; Larivière, Shu; Sugimoto, 2020).

Nesse contexto, surgem os chamados **temas emergentes**: áreas de estudo em fase inicial de consolidação, ainda sem amplo reconhecimento institucional, mas com crescente repercussão social. Tais temas, em geral, percorrem primeiro os canais informais e a literatura cinzenta antes de conquistar espaços em periódicos e associações científicas.

Temas Emergentes e a Trajetória de Legitimação Acadêmica

A trajetória de um tema emergente até alcançar o reconhecimento acadêmico e a consolidação institucional costuma seguir um percurso relativamente padrão. Inicialmente, o tema ganha visibilidade na esfera social, muitas vezes vinculado a debates públicos, transformações culturais ou movimentos sociais. Em seguida, começa a aparecer na chamada literatura cinzenta — trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, apresentações em eventos científicos — que, embora nem sempre legitimados por canais formais, revelam o interesse crescente da comunidade acadêmica. Com o tempo, o tema passa a ser tratado em periódicos científicos reconhecidos e, eventualmente, surgem associações, núcleos de pesquisa e revistas especializadas voltadas exclusivamente àquele campo. Ziman (1979) observa que um campo científico só pode ser considerado plenamente consolidado quando conta com uma publicação científica própria e uma comunidade dedicada de pesquisadores.

Apesar da aparente racionalidade do percurso de legitimação acadêmica, esse processo está longe de ser meramente técnico ou epistemológico; ele é, de fato, profundamente político e simbólico. Temas que desafiam normas sociais estabelecidas, questionam estruturas de poder vigentes ou envolvem práticas historicamente marginalizadas frequentemente encontram resistência considerável no meio acadêmico, mesmo após acumularem um corpo significativo de produção científica. Questões ligadas ao corpo, à sexualidade, à arte popular ou a expressões periféricas, como o funk, o grafite ou, no caso deste estudo, o pole dance, frequentemente esbarram nos limites do que é considerado "digno" de ser objeto de pesquisa. Essa seletividade revela o peso da colonialidade epistêmica na legitimação do conhecimento, onde saberes que emergem de contextos não hegemônicos são muitas vezes desvalorizados, excluídos ou reinterpretados à luz de padrões dominantes, dificultando sua plena aceitação e integração na ciência formal.

A Ciência da Informação, enquanto campo que investiga os fluxos de produção, mediação e circulação do conhecimento, ocupa uma posição estratégica para refletir criticamente sobre essas barreiras. Ao reconhecer a literatura cinzenta como espaço legítimo de produção científica e ao considerar indicadores alternativos de impacto e relevância, a área pode contribuir para a ampliação dos critérios de validação científica, acolhendo novos objetos, linguagens e abordagens que tradicionalmente foram marginalizadas.

Nesse cenário de tensões e desafios, a Ciência da Informação se posiciona como um campo de estudo estratégico. Ao investigar os fluxos de produção, mediação e circulação do conhecimento (Le Coadic, 2006), a área oferece instrumentos potentes para refletir criticamente sobre as barreiras que impedem a legitimação de certos temas. Um de seus papéis cruciais é o reconhecimento da literatura cinzenta como um espaço legítimo de produção científica, especialmente para

pesquisas que ainda não encontraram canais formais. Além disso, a Ciência da Informação pode contribuir significativamente ao considerar indicadores alternativos de impacto e relevância, que vão além das métricas tradicionais de periódicos indexados. Essa abordagem mais flexível e abrangente permite a ampliação dos critérios de validação científica, acolhendo novos objetos de estudo, linguagens e abordagens que, por muito tempo, foram tradicionalmente marginalizadas ou ignoradas pelo cânone científico. Assim, a Ciência da Informação desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão epistêmica e na democratização do acesso ao conhecimento.

Temas emergentes, nesse contexto, são especialmente relevantes por representarem fronteiras em expansão do conhecimento científico. Eles geralmente surgem em resposta a demandas sociais, avanços tecnológicos ou transformações culturais que exigem novas perspectivas. Embora ainda em processo de afirmação institucional, esses temas têm potencial para impulsionar a inovação acadêmica e fomentar a interdisciplinaridade (Kuhn, 1970). É o caso do pole dance, escolhido como objeto desta pesquisa por representar um exemplo contemporâneo de tema emergente em processo de legitimação científica.

Visibilidade Científica x Visibilidade Social: O Caso do Pole Dance

A trajetória do pole dance é um testemunho da capacidade de ressignificação cultural. Embora suas raízes possam ser traçadas até expressões artísticas populares e performáticas que, por muito tempo, foram associadas ao entretenimento adulto e a performances de cunho erótico, sua formação moderna é resultado de uma amalgama de influências diversas. Entre elas, destacam-se o Maypole (dança tradicional europeia com mastro), o Mallakhamb (uma arte milenar indiana de ioga e ginástica em um poste de madeira) e o Mastro Chinês (uma disciplina acrobática chinesa). No entanto, o pole dance contemporâneo consolidou-se a partir das danças Hoochie Coochie, que combinavam elementos acrobáticos com uma estética sensual em espetáculos itinerantes. Hoje, um movimento crescente de praticantes e pesquisadoras busca ativamente ressignificar essa origem, reconhecendo a conexão histórica com o striptease, mas, crucialmente, valorizando o erotismo como uma linguagem legítima e um espaço de empoderamento, em especial para as mulheres. Essa complexidade histórica e cultural é fundamental para compreender as tensões que a prática enfrenta no ambiente acadêmico.

No entanto, ao observar o percurso do pole dance enquanto tema de pesquisa, evidencia-se uma marcada tensão entre sua ampla visibilidade social e sua limitada inserção na esfera científica. Nas redes sociais, por exemplo, o pole dance conta com uma presença massiva, com milhões de publicações e engajamento crescente, consolidando-se como fenômeno cultural de grande alcance. Essa visibilidade pública se traduz em comunidades ativas, eventos e movimentos que legitimam a prática em diversas esferas sociais.

A dissonância entre a ampla visibilidade social do pole dance e sua limitada inserção na esfera científica é um dos pontos mais intrigantes deste estudo. No ambiente das redes sociais, por exemplo, o pole dance exibe uma presença massiva e um engajamento crescente, com milhões de publicações no Instagram e no TikTok, tornando-se um fenômeno cultural de grande alcance. Essa proeminência pública se traduz na formação de comunidades ativas e vibrantes, na organização de eventos de grande porte e na eclosão de movimentos que legitimam a prática em diversas esferas da sociedade. É uma prática que mobiliza milhões de pessoas, gerando interesse, consumo e vasta produção de conteúdo digital em escala global. No entanto, essa efervescência social não se traduz de forma proporcional no reconhecimento científico, um paradoxo que evidencia as barreiras simbólicas e estruturais que o pole dance precisa superar para ser plenamente aceito no cânone acadêmico.

Na academia, a visibilidade científica do pole dance permanece restrita. Em bases

acadêmicas nacionais, o número de pesquisadores que mencionam o tema em seus currículos, bem como a quantidade de dissertações e teses disponíveis, ainda é modesto. Não há periódicos ou associações científicas dedicadas exclusivamente ao tema, e o debate acadêmico muitas vezes se dá de forma fragmentada e informal, por meio de grupos, podcasts e literatura cinzenta.

Essa disparidade revela desafios simbólicos e estruturais para a legitimação acadêmica do pole dance. A associação histórica com o erotismo e com espaços marginalizados contribui para o preconceito e a estigmatização no meio científico, limitando seu reconhecimento formal. Assim, apesar de sua popularidade e relevância social, o pole dance enfrenta barreiras para ser plenamente integrado ao cânone científico tradicional.

A literatura cinzenta emerge como espaço fundamental para a produção e circulação do conhecimento sobre o pole dance, oferecendo análises que abordam questões de corpo, gênero, identidade e cultura, frequentemente produzidas por pesquisadoras que também são praticantes. Esse cenário aponta para a importância de ampliar os critérios de validação científica, incorporando fontes alternativas e reconhecendo a experiência vivida como elemento válido na construção do conhecimento.

Portanto, o caso do pole dance exemplifica como temas emergentes podem ocupar um lugar de tensão entre visibilidade social expressiva e reconhecimento científico incipiente. Essa dinâmica evidencia a necessidade de repensar os mecanismos de legitimação na ciência, de modo a torná-la mais plural, inclusiva e sensível às múltiplas formas de saber e expressão presentes na sociedade contemporânea.

Procedimentos Metodológicos

Abordagem Metodológica

A pesquisa adota uma abordagem **quali-quantitativa**, articulando métodos qualitativos e quantitativos de forma complementar. Essa escolha justifica-se pela natureza do objeto — a comunicação científica sobre um tema emergente como o pole dance — que exige tanto a análise estatística de padrões informacionais quanto a compreensão interpretativa das práticas e sentidos atribuídos à produção científica no contexto sociocultural em que se insere.

A natureza **exploratória-descritiva** da pesquisa também é relevante. Exploramos um tema ainda pouco consolidado na produção científica brasileira, com o objetivo de descrever seus contornos, mapear sua presença nos fluxos acadêmicos e compreender os caminhos pelos quais essa prática se torna (ou não) objeto legítimo de estudo. O caráter **interdisciplinar** da pesquisa também é um aspecto metodológico central, cruzando contribuições da Ciência da Informação, Comunicação Científica, Estudos Culturais e Educação Física.

Do ponto de vista técnico, optou-se pelo uso de dois métodos principais: a **etnografia digital** e a **análise bibliométrica**, conforme detalhado a seguir.

Etnografia Digital

A etnografia digital foi adotada como abordagem para compreender as dinâmicas sociais e comunicacionais da comunidade de pole dance no Brasil, alinhando-se à perspectiva de Hine (2000), que reconhece os espaços virtuais como contextos legítimos de produção de sentido e interação simbólica. A participação ativa da pesquisadora enquanto praticante da modalidade possibilitou uma imersão direta, permitindo uma observação participante que capturou os códigos culturais, práticas cotidianas e formas de comunicação específicas do grupo.

A investigação concentrou-se em diversas plataformas digitais fundamentais para a disseminação e construção da identidade do pole dance:

No Instagram, foram analisadas hashtags como #poledance, perfis de estúdios, influenciadoras digitais e eventos relacionados, evidenciando o engajamento e as narrativas construídas;

No TikTok, o foco esteve em vídeos de alta visualização e tendências virais que moldam percepções sobre a prática;

O Pinterest foi explorado para entender as referências visuais e os discursos simbólicos compartilhados;

Por fim, o Google Trends permitiu monitorar o interesse público, evidenciando padrões temporais e variações regionais no acesso à temática.

Essa abordagem etnográfica revelou um cenário marcado por forte visibilidade social e mobilização digital, contrapondo-se a uma produção científica formal ainda incipiente, o que orientou a escolha e o direcionamento da análise bibliométrica subsequente.

Análise Bibliométrica

A bibliometria foi empregada como método quantitativo para mapear o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento científico sobre pole dance no Brasil, com atenção especial à literatura cinzenta, que muitas vezes reflete produções acadêmicas iniciais e menos formalizadas.

O levantamento na Plataforma Lattes envolveu a busca por registros que mencionassem “pole dance” nos currículos de pesquisadores, permitindo a categorização segundo áreas do conhecimento, distribuição geográfica, instituições vinculadas, gênero dos autores e datas de titulação. A comparação entre os dados coletados em 2022 e 2025 mostrou um crescimento significativo no número de registros, indicando expansão do interesse e da produção científica.

Além disso, realizou-se um mapeamento em bases institucionais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Oasisbr, identificando trabalhos acadêmicos (TCCs, dissertações e teses) que tratam do tema. Esses documentos foram organizados em planilhas, codificados por título, ano, instituição, nível acadêmico e autor, para análise quantitativa e qualitativa.

Ferramentas e Instrumentos de Análise

Foram utilizadas ferramentas como o Excel, para a sistematização, categorização e geração de gráficos e tabelas que facilitam a visualização dos dados; o Google Trends, que forneceu informações sobre o interesse do público em diferentes períodos e localidades; e a coleta manual de dados em redes sociais, especialmente Instagram e TikTok, para compreender a circulação e popularidade das hashtags e conteúdos relacionados ao pole dance.

Essa integração entre dados bibliométricos e digitais possibilitou identificar a discrepância entre a ampla difusão social da prática nas plataformas virtuais e sua representação ainda limitada no campo científico formal, ressaltando a importância de novas investigações que dialoguem entre essas esferas.

Resultados Finais

A análise dos dados coletados permitiu observar um conjunto expressivo de evidências sobre o comportamento da produção científica sobre o pole dance no Brasil. O mapeamento atualizado na Plataforma Lattes, realizado em março de 2025, identificou 309 currículos com menções ao termo “pole dance”, representando um crescimento significativo em relação ao levantamento anterior de 2022, que registrava 198 currículos (Conceição, 2022). A evolução demonstra um aumento de cerca de 56% em três anos, evidenciando um maior interesse de pesquisadoras e pesquisadores pelo tema. A maioria das produções está concentrada na área de Educação Física, seguida por áreas correlatas como Artes, Dança, Fisioterapia e Ciências Sociais. A distribuição geográfica é predominantemente sudeste (com destaque para RJ e SP), mas há registros em todas as regiões do país. A maior parte dos registros está associada a TCCs de graduação (58%), seguida por dissertações de mestrado (31%) e teses de doutorado (apenas 3%). Esse recorte permite visualizar que, embora o interesse pelo pole dance esteja crescendo, sua presença ainda está majoritariamente vinculada à

formação inicial ou à pesquisa em fase de consolidação, reforçando sua condição de tema emergente ainda em estágio incipiente de institucionalização.

Apesar do crescimento observado na Plataforma Lattes, o levantamento em bases formais como a CAPES e a BDTD evidencia a baixa penetração do pole dance na produção acadêmica validada por pares e indexada em sistemas nacionais. A busca na base de dados da CAPES, que reúne dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu, identificou apenas 7 trabalhos com o termo "pole dance" no título ou resumo. Já na BDTD, o número foi ainda menor: 4 documentos disponíveis. Esses dados contrastam fortemente com a presença do tema nas redes sociais e mesmo nos registros da Plataforma Lattes, reforçando a hipótese de um descompasso entre visibilidade social e validação científica formal. Cabe destacar que, dos poucos trabalhos encontrados, a maioria trata o pole dance sob a ótica da Educação Física, investigando-o como prática corporal, exercício funcional, arte e modalidade esportiva. Há pouca ou nenhuma presença em áreas como Comunicação, Antropologia ou Ciência da Informação, o que sugere um estreitamento disciplinar da abordagem acadêmica ao tema.

Para ampliar a análise, foi realizado um comparativo entre o número de currículos Lattes que mencionam o termo "pole dance" e outras práticas corporais mais consolidadas ou igualmente emergentes. Os resultados foram os seguintes: futebol (47.767 currículos), basquete (4.259), ballet (3.894), dança do ventre (1.265), artes circenses (418) e pole dance (309). A discrepância evidencia que, embora o pole dance esteja em ascensão, sua legitimação científica ainda está muito aquém de práticas com trajetória acadêmica mais longa — mesmo em comparação com outras danças de conotação cultural, como o bellydance. Os dados também mostram que práticas associadas à performance feminina ou à sensualidade encontram maiores barreiras para serem reconhecidas como objetos legítimos de pesquisa, indicando possíveis vieses de gênero e moralidade científica.

O segundo eixo de análise da pesquisa envolveu a visibilidade digital do pole dance em plataformas de redes sociais e ferramentas de monitoramento de tendências. No Instagram, foram identificadas mais de 13 milhões de postagens com a hashtag #poledance. No TikTok, havia 999 mil vídeos sob a mesma hashtag, muitos com milhões de visualizações e engajamento massivo. No Pinterest, a prática é amplamente divulgada em imagens e infográficos. Já o Google Trends mostrou que o pico de buscas pelo termo no Brasil foi em outubro de 2013, enquanto o pico global ocorreu em janeiro de 2015. Os tópicos relacionados mais buscados incluem "aula de pole dance", "studio pole dance" e "pole dance fitness", com forte interesse concentrado nas capitais e regiões metropolitanas. Esses dados apontam para um fenômeno cultural de ampla repercussão e alcance. O pole dance, nesse sentido, está amplamente disseminado socialmente, sendo objeto de interesse, consumo e produção de conteúdo por milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Essa visibilidade social, contudo, não se reflete nos canais tradicionais da ciência, o que levanta questões cruciais sobre os critérios de legitimação acadêmica e a capacidade da comunicação científica de acompanhar os fenômenos contemporâneos.

A análise consolidada dos dados indica que a literatura cinzenta tem sido o principal canal de entrada do pole dance na ciência brasileira. TCCs, dissertações e teses representam a maioria das produções sobre o tema. Essa produção, embora relevante, enfrenta desafios de visibilidade, indexação e reconhecimento. Muitos trabalhos não estão disponíveis online, não são publicados em periódicos e não circulam amplamente. Isso reforça a necessidade de revalorização da literatura cinzenta como espaço legítimo de produção de conhecimento, especialmente em áreas marginalizadas. Em termos de política científica, seria fundamental incentivar repositórios de acesso aberto, fomentar a publicação de artigos derivados dessas pesquisas e criar espaços editoriais específicos para acolher temas emergentes. Apesar de sua popularidade digital, o tema permanece à margem da produção científica reconhecida,

restrito à literatura cinzenta e a áreas disciplinares específicas. Essa situação revela uma lacuna epistemológica: a ciência não está acompanhando os movimentos sociais e culturais que emergem na contemporaneidade. Há uma resistência institucional à incorporação de práticas que desafiem o status quo acadêmico, especialmente aquelas ligadas ao corpo, ao feminino e à sensualidade. Como propõe Frohmann (2000), os periódicos científicos atuam não apenas como canais de divulgação, mas como mecanismos de regulação e controle simbólico da produção do saber. O caso do pole dance exemplifica esse controle, pois mesmo com produção existente, o tema permanece sem validação plena.

Os resultados permitem afirmar que o pole dance se encontra em uma fase de transição entre visibilidade cultural e consolidação científica. Os dados mostram que existe produção relevante, mas dispersa e concentrada na literatura cinzenta; há engajamento social expressivo, mas ainda não refletido na ciência formal; o reconhecimento institucional é limitado, sem periódicos especializados ou associações científicas voltadas ao tema; e o campo ainda é marcado por desigualdades de gênero, moralidade e institucionalidade. Diante disso, faz-se necessário pensar em novos modelos de comunicação científica, mais abertos, democráticos e sensíveis às transformações culturais da sociedade contemporânea.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo central comparar os fluxos de comunicação científica relacionados ao pole dance com os modelos clássicos propostos na literatura, buscando compreender as tensões entre a visibilidade social expressiva da prática e sua ainda incipiente legitimação formal no meio acadêmico brasileiro. Por meio de uma abordagem quali-quantitativa, que integrou etnografia digital e análise bibliométrica, foi possível construir um panorama abrangente e crítico da presença — e da ausência — do tema nos circuitos científicos oficiais, assim como das dinâmicas de circulação informacional que o envolvem.

Os resultados indicam que o pole dance se configura como um tema emergente no cenário científico brasileiro, porém ainda em estágio inicial de consolidação. Embora apresente grande engajamento social e ampla visibilidade nas redes digitais, a sua inserção na produção acadêmica formal permanece restrita, fragmentada e pouco representativa. Esse contraste é evidenciado pela análise dos dados extraídos da Plataforma Lattes, bases de teses e dissertações, repositórios institucionais e redes sociais, que revelam um descompasso significativo entre o impacto social do pole dance e seu reconhecimento acadêmico.

Ao confrontar esses achados com os modelos tradicionais da comunicação científica, especialmente o de Garvey e Griffith (1972), verifica-se que o percurso convencional da disseminação científica — da concepção da ideia até a publicação em periódicos indexados — não tem sido integralmente trilhado no caso do pole dance. Em vez disso, a produção tende a se concentrar na literatura cinzenta, composta sobretudo por trabalhos de conclusão de curso, dissertações e comunicações em eventos acadêmicos, os quais, apesar de importantes para a formação do campo, enfrentam limitações em termos de circulação e impacto no ambiente científico mais amplo.

A bibliometria reforçou o interesse crescente pelo tema, demonstrado pelo aumento no número de registros relacionados ao pole dance na Plataforma Lattes entre 2022 e 2025, especialmente entre pesquisadoras da área de Educação Física. No entanto, a baixa produção em teses de doutorado e artigos científicos publicados em periódicos especializados aponta para a necessidade de esforços sistemáticos para ampliar a legitimação científica da temática.

Adicionalmente, este estudo evidenciou o papel estratégico da literatura cinzenta como espaço epistemológico fundamental para temas marginalizados, especialmente aqueles que envolvem práticas corporais, identidades

femininas e expressões culturais que desafiam as categorias tradicionais da ciência. O sistema científico vigente, ainda permeado por lógicas disciplinares rígidas, patriarcais e eurocêntricas, impõe barreiras simbólicas e institucionais à inclusão desses saberes periféricos, dificultando a plena visibilidade e legitimação do pole dance nos fluxos formais de comunicação científica.

Outro ponto relevante revelado pela pesquisa é a transversalidade do pole dance, que transita simultaneamente entre os campos da arte, do esporte, da performance e da educação. Essa complexidade contribui para o seu apagamento nos sistemas tradicionais de indexação e categorização, tornando ainda mais desafiadora a sua inserção nos meios acadêmicos formais.

Por fim, embora a visibilidade digital do pole dance seja significativa, o engajamento nas redes sociais não se traduz automaticamente em validação acadêmica, uma vez que a comunicação científica ainda opera com lógicas de reconhecimento distintas das práticas culturais e digitais contemporâneas.

Dessa forma, o presente estudo cumpre seu objetivo ao revelar as tensões entre os fluxos sociais e acadêmicos da comunicação científica relacionados ao pole dance, ao mesmo tempo em que contribui para o avanço do campo da Ciência da Informação. Destaca-se a importância da literatura cinzenta como espaço vital para a emergência de temas periféricos, a necessidade de repensar os modelos clássicos de comunicação científica frente às dinâmicas digitais atuais e a urgência de políticas científicas mais inclusivas e plurais.

Embora existam limitações relacionadas ao acesso e à indexação de fontes, a triangulação metodológica adotada conferiu robustez às conclusões, apontando para a necessidade de ampliar esforços que favoreçam a publicação acadêmica qualificada e a valorização das métricas alternativas que reconheçam o impacto social e digital desses objetos de estudo.

Como uma metáfora para solidificar a compreensão dos desafios da comunicação científica com temas emergentes, é possível pensar na ciência como um vasto jardim botânico. Os temas tradicionais são como as plantas já catalogadas, com canteiros bem definidos, rega regular e reconhecimento garantido, facilmente acessíveis e visíveis em qualquer guia do jardim. Já os temas emergentes, como o pole dance, são como plantas raras ou "selvagens" que surgem nas bordas do jardim ou em áreas menos exploradas. Elas podem estar florescendo profusamente nas redes sociais – o “solo fértil e visível da internet” –, mas ainda não foram completamente catalogadas pelos botânicos (os cientistas) ou plantadas nos canteiros principais. A literatura cinzenta age como os primeiros esboços e anotações dos botânicos exploradores, que registram a existência dessas plantas marginais, seus habitats e características, antes mesmo que elas recebam um nome científico oficial ou sejam expostas ao público geral do jardim. O desafio é convencer o establishment científico (ou o "botânico-chefe") a reconhecer o valor e a beleza dessas novas espécies, garantindo-lhes um espaço formal e visibilidade no grande mapa do jardim científico, superando preconceitos ou a rigidez dos critérios de categorização.

Em síntese, este trabalho reforça a urgência de uma comunicação científica que se reinvente para acolher saberes diversos e insurgentes, como o pole dance, que emergem da experiência corporal e da cultura digital contemporânea. A ciência do século XXI deve comprometer-se com a diversidade epistemológica, a democratização dos fluxos informacionais e a inclusão de corpos, vozes e práticas historicamente silenciadas.

Referências

Alves, L. A., & Nóbrega, A. N. A. (2020). "Mas isso é porque as pessoas não sabem o que é pole dance”: Contribuições da avaliação para análise discursiva de estigmas. Trabalhos em Linguística Aplicada, 59(3), 2183–2208. https://www.scielo.br/j/tla/a/ZXfj7dKNGN5GYyVkTwxTPbs/?format=pdf&lang=pt

Barreto, A. A. (1998). Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. Ciência da Informação, 27(2), 122–127.

Botelho, R. G., & Oliveira, C. C. (2015). Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. Ciência da Informação, 44(3).

Conceição, G. da S. (2022). *Mapeamento da produção científica brasileira sobre pole dance* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Biblioteconomia e Documentação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Conceição, G. da S. (2025). *Fluxos da comunicação científica de temas emergentes: estudo sobre pole dance no Brasil* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Correia, A. E. G. C. (2006). O fluxo da informação no processo de pesquisa na UFPE: as influências das tecnologias da informação e comunicação (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina).

Cunha, M. B. da, & Cavalcanti, C. R. de O. (2008). Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Briquet de Lemos.

Fernandes, H. D. H., & Vilan Filho, J. L. (2021). Fluxo da informação científica: uma revisão dos modelos propostos na literatura em Ciência da Informação. Em Questão, 27(2), 138–163. https://doi.org/10.19132/1808-5245272.138-163

Foletto, L. (2024?). Pesquisa em comunicação: Tendências emergentes e desafios no cenário digital. Blog FGV. https://mestrado-doutorado.fgv.br/blog/noticia/pesquisa-em-comunicacao-tendencias-emergentes-e-desafios-no-cenario-digital

Frohmann, B. (2000). The role of the scientific paper in science information systems. The Journal of Education for Library and Information Science, 42, 13–28.

Garvey, W. D. (1979). Communication: The essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Pergamon.

Hine, C. (2000). Virtual ethnography: Modes, varieties, affordances. In N. Fielding (Ed.), The SAGE handbook of online research methods (1st ed.). SAGE Publications.

Kuhn, T. S. (1970). A estrutura das revoluções científicas (2ª ed. ampliada). University of Chicago Press.

Larivière, V., Shu, F., & Sugimoto, C. (2020). The coronavirus (COVID-19) outbreak highlights serious deficiencies in scholarly communication. LSE.

Le Coadic, J. Y. (2006). *Ciência da informação*. Briquet de Lemos.

Meadows, A. J. (1999). A comunicação científica. Briquet de Lemos.

Moreno, F. P., & Márdero Arellano, M. Á. (2005). Publicação científica em arquivos de acesso aberto. Arquivística.net, 1(1), 76–86.

Mueller, S. P. M. (2000). A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In B. S. Campello, B. V. Cendón, & J. M. Kremer (Orgs.), Fontes de informação para pesquisadores e profissionais (pp. 21–34). Ed. UFMG.

Oliveira, M. de. (1996). Canais formais de comunicação do conhecimento antropológico produzido no Brasil. Ciência da Informação, 25(3). https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/635

Santos-d'Amorim, K. (2021). A comunicação científica em movimento: das origens aos debates atuais. Brazilian Journal of Information Science: Research trends, 15.

Silva, E. L. da, & Menezes, E. M. (2001). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Laboratório de Ensino à Distância da UFSC.

Souto, L. F. (2004). O leitor universitário e sua formação quanto ao uso de recursos informacionais. Biblios, 17(5), 16–24. http://eprints.rclis.org/5456/1/2004_003.pdf

Targino, M. D. G. (2000). Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. Informação & Sociedade: Estudos, 10(2).

Weitzel, S. R. (2006). Fluxo da informação científica. In D. A. Población, G. Porto Witter, & J. F. M. da Silva (Orgs.), Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação (pp. 81–114). Angellara.

Ziman, J. (1979). Conhecimento público. Itatiaia; EDUSP.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E REDES SOCIAIS: ESTUDO DE PERFIS DO INSTAGRAM NA ÁREA DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Ana Cristina de Oliveira Batista,
Universidade de Lisboa,
https://orcid.org/0009-0008-5018-4289,
Portugal, *cristiinav86@gmail.com*

Danielly de Oliveira Inomata,
Universidade Federal do Amazonas,
https://orcid.org/0000-0001-5657-2137,
Brasil, *dinomata@ufam.edu.br*

DOI:
https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6738

Eixo: Impacto Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

A divulgação científica teve seu início em meados do século XV e desde então progrediu acompanhando as mudanças sociais, culturais e tecnológicas, passando pelos periódicos, livros, jornais, até chegar na internet e, por fim, nas mídias sociais. Estas permitem que a informação seja passada de forma veloz, ultrapassando as barreiras geográficas e atingindo a todos os públicos. Desse modo, a divulgação científica passou a fazer parte da vida diária da sociedade contemporânea.

Da mesma forma, a internet também oferece um campo vasto para a área de *Biblioteconomia*, apresentando-se como um canal de relacionamento entre usuário e profissional, um meio para o marketing e promoção, alfabetização informacional e outras atividades:

> Consolidar relacionamentos eficientes na contemporaneidade antecede a adoção de mídias que propiciem a fluência da informação entre usuário-biblioteca e biblioteca-usuário. A internet se sobressai neste cenário, trazendo consigo a oportunidade da aplicação de métodos interativos de comunicação, gerando novos meios para que as bibliotecas evidenciem seus produtos e serviços melhorando a interação com os usuários (Araújo; Pinho Neto; Freire, 2016, pp. 7)

Essas atividades podem ser expandidas por toda Internet, incluindo as redes sociais, mostrando uma nova função que pode ser desenvolvida pelo profissional dessa área: a de divulgador científico.

Sendo assim, esta pesquisa procura descobrir se existem profissionais da área que exercem essa função nas mídias sociais e como é feito, justificando-se pelos seguintes motivos:

a) Acadêmicos: apresentar mais dados da divulgação científicas nas redes sociais na área da *Biblioteconomia*, contribuindo para o avanço na pesquisa desse tema.

b) Sociais: promover o acesso aos conhecimentos científicos, aproximando a sociedade às pesquisas, campos do conhecimento, etc.

c) Pessoais: interesse pessoal nos estudos de redes sociais e a divulgação científica em outras áreas.

Portanto, o presente trabalho procura responder a seguinte questão norteadora: Como ocorre o processo de divulgação científica nas redes sociais, na área da *Biblioteconomia* no Brasil?

Para chegar à resposta dessa questão, tem como objetivo principal analisar redes sociais voltadas para a divulgação científica na área da *Biblioteconomia* no Brasil, com os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar os perfis em redes sociais que realizam divulgação científica nas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

b) Caracterizar os responsáveis pelos perfis (pessoa ou instituição), início da operação, quantidade de postagens, natureza dos conteúdos, conteúdos das mensagens.

c) Apresentar o panorama das mídias sociais de *Biblioteconomia* e Ciência da Informação no Brasil que tratam sobre divulgação científica.

Referencial Teórico

Para falar sobre a divulgação científica, é necessário estabelecer as diferenças entre este termo e a comunicação científica, uma vez que ambas tratam sobre a disseminação de informações científicas. Segundo Bueno (2009), a primeira é a "veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovação ao público leigo", em contrapartida o segundo termo trata da "transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento."

Dessa forma, as duas possuem públicos, discursos, utilização de canais e intenções diferentes (BUENO, 2010), sendo que a DC tem como público-alvo pessoas que possuem pouco ou nenhum conhecimento dos termos técnicos, fazem uso de linguagem mais simples e, em alguns casos, metáforas, ilustrações e outros, utilizam meios de comunicação em massa e têm como objetivo democratizar o acesso ao conhecimento científico. Apesar das divergências, ambas juntam esforços para aumentar o alcance da transmissão de conhecimentos científicos, sendo a comunicação científica o ponta pé para o que conhecemos como "divulgação científica".

Essa atividade acompanha as evoluções políticas, socais e tecnológicas. No século XV, o conhecimento científico atingia apenas as classes eruditas, algo que mudou com a criação da Imprensa de Gutenberg e da revolução científica que ocorreu do século XVI até XVIII, no século XIX é quando a ciência sai do círculo erudito e começa a chegar no público geral, principalmente por meio da criação de associações para o progresso da ciência que reuniam cientistas e pessoas leigas.

No Brasil, o progresso da ciência começa a ocorrer apenas em 1808 com a chegada da Corte Portuguesa e criação da Imprensa Régia. No século XIX, surgem as primeiras revistas que publicam algo sobre a ciência e são realizadas as primeiras conferências públicas. Há um crescimento nas atividades de divulgação científica no século XX, exemplificado pela criação da Sociedade Brasileira de Ciências em 1916, responsável pela primeira rádio, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que incluía cursos e palestras em sua programação (MOREIRA; MASSARANI, 2002).

Posteriormente, são criados vários centros e institutos de ciência, incluindo a primeira agência de fomento à pesquisa: Conselho Nacional de Pesquisas. A ciência começa a aparecer em outras mídias como a televisão na década de 80, jornal impresso e, finalmente, online, por meio de diferentes plataformas, incluindo as mídias sociais.

Valetim e Delbianco (2020) estabelecem que é imprescindível estabelecer a diferença entre mídias sociais e redes sociais, enquanto mídias sociais é mais amplo e estabelece um local de transmissão e troca de informação, as redes focam na conexão entre pessoas e/ou empresas e o compartilhamento de informação (p. 4).

Segundo relatório do Data Reportal, no Brasil havia 152,4 milhões de usuários nas mídias sociais no início de 2023, equivalente a 70,6% da população brasileira, esse número aumentou em 2024 para 188,9 milhões – cerca de 86,6% da população – demonstrando a presença da tecnologia no cotidiano da sociedade atual. Elas podem e são utilizadas para o marketing de empresas, para a conectividade entre pessoas que estão próximas ou não geograficamente, fins recreativos, informativos, educativos e, consequentemente, para a divulgação científica.

A divulgação por meio das redes sociais, faz com que o conhecimento científico atinja um público maior (Mendes & Maricato, 2020), pois as redes sociais na internet estão "presentes em todos níveis e segmentos da sociedade" (Príncipe, 2013), também permitindo que os divulgadores façam uso de vários recursos como hipertextos, imagens e vídeos (Conceição & Chagas, 2020). Todos esses artifícios fazem com que o alcance de público seja maior, cumprindo o papel de disseminar o conhecimento científico para a sociedade em geral de forma atraente.

Além de utilizar os diversos recursos disponíveis em cada plataforma, Mendes e Maricato (2020), adicionam que o divulgador

deve fazer um estudo do público que quer alcançar, o melhor horário para realizar postagens, qual tipo de conteúdo chama sua atenção, fazer uso de discurso informal, utilizar hashtags para filtrar o conteúdo, ter uma atenção com o título escolhido, além de escolher uma imagem de qualidade e que sirva de atributo de informação adicional ao conteúdo apresentado. Os autores atribuem o papel de disseminar ao pesquisador e/ou especialista.

O Youtube é um exemplo de mídia social que é utilizada para esta atividade. Segundo Fonseca e Bueno (2020, pp. 5), a plataforma possui um número alto de usuários brasileiros, o que criou "um espaço de grande reverberação" para a divulgação científica no país, oferecendo uma "facilidade de inscrição, produção e distribuição de conteúdo relevante". Todavia, o divulgador científico deve se atentar a "tornar a ciência atrativa para seu público, estimulando não apenas visualizações, mas engajamento e disseminação orgânica." (FONSECA; BUENO, 2021, p. 6). Atualmente, diversos canais têm se destacado na divulgação científica no Brasil. Um exemplo é o "Física e Afins", criado em 2016 por Gabriela Bailas, PhD em Física Teórica, que já acumula 472 mil inscritos. Outro é o "Nunca Vi 1 Cientista", conduzido por Ana Bonassa, bióloga e doutora em Ciências com ênfase em Fisiologia Humana, e Laura Marise, farmacêutica-bioquímica e doutora em Biociências e Biotecnologia Aplicadas à Farmácia. Já o canal "Filipe Psi", do psicólogo clínico e pesquisador bolsista do CNPq Filipe Luís Souza, apresenta conteúdos a partir da perspectiva da psicologia. Esses canais abordam temas como pseudociência, fake news e outros assuntos relevantes para a alfabetização científica.

Ainda em formato de vídeo, temos exemplos no TikTok que, segundo relatório do Data Reportal¸ teve um crescimento de 16 milhões entre 2023 e 2024 no Brasil, tornando-se um ótimo canal de divulgação científica. A farmacêutica Flavia Masson (@flavonoidee) possui mais de 388 mil seguidores na plataforma, falando principalmente sobre medicamentos e assuntos relacionados à saúde. Outro exemplo é Paula Fernanda (@Geneticamente.modificada), da área da biotecnologia que conta curiosidades científicas relacionadas ao seu campo de estudo de forma compreensível, inclusive apresentando sobre células-tronco.

Já no Instagram, rede social que possui 134,6 milhões de usuários no país, mostramos o perfil @qlinguagem, detentor de cerca de 163 mil seguidores, voltado para área de letras, com posts sobre as origens de várias expressões utilizadas no cotidiano. Outro é @guilherme_lui com 53,5 mil seguidores, apresentando sobre exercícios físicos e relacionados, através de artes e vídeos. Outro perfil pertence ao projeto citado anteriormente Nunca Vi 1 Cientista (@nuncavi1cientista) que possui 572 mil seguidores e produz posts quase diariamente.

Nota-se que a forma de fazer a divulgação científica muda de acordo com a plataforma utilizada e que é realizada por especialistas e/ou pesquisadores de seus respectivos campos.

No âmbito da *Biblioteconomia* também apresenta exemplos como o canal "É o último, Juro!" por Gabriela Pedrão, criado em 2014, possui mais de 27 mil inscritos e começou com vídeos sobre livros, depois expandindo para vídeos sobre o curso, o profissional bibliotecário, pós na área, entre outros. No Instagram, destacamos a @bibliotecafeevale com posts de uma coleção "dica da biblio" com regras de ABNT, indicações de livros e artigos. Já no TikTok, o perfil Biblioletícia é um dos mais conhecidos neste campo, com mais de 600 mil seguidores. Além de funcionar como booktok, possui uma lista de reprodução "sobre ser bibliotecária" onde são esclarecidas dúvidas sobre a profissão, e "dicas" que possui um vídeo explicando sobre a ficha catalográfica de forma simples, por exemplo.

Porém o papel da pessoa bibliotecária na DC não se restringe ao próprio campo em que pertence:

> O bibliotecário pode auxiliar na implementação e na gerência dos recursos informacionais nas mídias sociais. [...] encontram-se ações que propiciam meios para propagar o saber ao organizar, tratar e disseminar as

> informações contidas nos registros em meio digital (Bazin, 2012 citado em Angelo & Oliveira, 2020).

Esse foi o caso do Canal IBCiência que foi planejado pela biblioteca do Instituto de Ciências da USP, tendo todos os dados indexados e organizados para a criação do canal. Além das revistas da área de Ciência da Informação que fazem uso das redes sociais, segundo estudo do ano de 2016: Ágora: Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e do curso de Arquivologia da UFSC, DataGramaZero: Revista de Informação, PBCIB: Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde e AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento. Todas estas possuem classificação de A1 a B5. (COSTA et al., 2016, p. 344).

Procedimentos Metodológicos

Segundo Gil (2023), o método científico é "a série de passos que se utiliza para obter um conhecimento confiável", mostrando o caminho utilizado pelo pesquisador durante o desenvolvimento de seu projeto.

A pesquisa é de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, pois buscará explorar perfis de Biblioteconomia e Ciência da Informação que fazem divulgação científica, além de descrever em seus variados aspectos.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa que "se expressa mais pelo desenvolvimento de conceitos a partir de fatos, ideias ou opiniões, e do entendimento indutivo e interpretativo que se atribui aos dados descobertos, associados ao problema de pesquisa." (SOARES, 2019, p. 169).

O procedimento utilizado é o netnográfico que se originou da etnografia, esta "tem origem na Antropologia, sendo utilizada tradicionalmente para a descrição dos elementos de uma cultura específica" (GIL, 2019, p. 64). O autor continua afirmando que, atualmente, a suma maioria não está direcionada à cultura. A netnografia, por sua vez, "é um desdobramento de uma etnografia, porém, aplicada à comunidade virtual" (GOMES, 2021, p. 71). Neste caso, o objeto de estudo são os perfis que serão selecionados de acordo com os critérios definidos.

O universo engloba os perfis do Instagram listados no site da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Ao todo são 59 perfis que são relacionados à Biblioteconomia e Ciência da Informação, estes foram coletados a partir de indicações feitas por meio de enquetes no perfil da FEBAB realizadas no ano de 2021.

Para a definição da amostra, os perfis foram selecionados de acordo com os seguintes critérios:

a) Perfis que realizam divulgação científica, ou seja, que são destinadas ao público geral, não apenas profissionais da Ciência da Informação.

b) Ativos, que possuem publicações entre novembro de 2023 e outubro de 2024.

c) Que fizeram alguma postagem relacionada à DC dentro deste período.

Para a caracterização foi analisado se o perfil era administrado por pessoa (individual) ou organização (coletivo). O início de operação considera o ano que é apresentado na opção "sobre essa conta". A informação de quantidade de postagens foi definido pela quantidade geral de posts dentro do período selecionado (nov/23 a out/24). Quanto à natureza, foram selecionadas 3 categorias: vídeos, incluindo reels (vídeos curtos), imagens, que também abrangeu infográficos e ilustrações, e textos.

Para coletar, armazenar e organizar os dados, foi utilizada uma planilha para definir os seguintes aspectos: perfil, responsável, início da operação, quantidade de postagens, natureza das postagens, conteúdo das mensagens.

O indicador "perfil" refere-se ao nome da página. O "responsável" diz respeito a figura que a administra, sendo uma pessoa (individual) ou instituição (coletivo). Para o "início da operação" foi considerado o ano que pode ser encontrada na opção "sobre essa

conta". A quantidade de postagens aborda o número de posts que foram feitos durante novembro de 2023 e outubro de 2024. Quanto à natureza, foram selecionadas 3 categorias: vídeos, incluindo reels (vídeos curtos), imagens, que também abrangeu infográficos e ilustrações, e textos.

Por "conteúdo das mensagens", entende-se os temas abordados. Para isso, foi utilizada como base a metodologia presente em um artigo de Marandino, Iszlaji e Contier (2015).

> Em seguida, realizou-se uma classificação dos posts considerando o conteúdo das mensagens. Foram elas: divulgação de eventos; divulgação de materiais didáticos, culturais e de divulgação; descrição e/ou divulgação de uma ação educativa; divulgação instituicional; [...] e divulgação de conteúdo ou conceitos, quando o post desenvolve aspectos teóricos e/ou metodológicos. (MARANDINO; ISZLAJI; CONTIER, 2015, p. 2)

Para a presente pesquisa, as categorias foram moldadas de acordo com o contexto. Desse modo, "divulgação de materiais didáticos" foi substituído por "divulgação de materiais", englobando livros e periódicos, a "descrição e/ou divulgação de uma ação educativa" uniu-se à divulgação de eventos, e foi adicionado uma nova classe: normalização acadêmica (ABNT). Por sua vez, "divulgação de conteúdo ou conceitos", continua referindo-se a explicação de teorias, metodologias e, além destes, também à termos mais específicos.

Resultados Parciais ou Finais

A lista da FEBAB possuía 59 perfis, mas após a aplicação dos critérios, a pesquisa recuperou apenas 21 que foram organizados em uma planilha para melhor visualização.

Tabela 1
Planilha de perfis e características

Perfil	Responsável	Início da operação	Quantidade de postagens	Natureza das postagens	Conteúdo das mensagens
Biblioteca Campus Sorocaba	Organização	2017	188	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Normalização Acadêmica, Divulgação de conteúdo ou conceito
Biblioteca da FCA-UNICAMP	Organização	2021	1	Imagem, Texto	Divulgação de eventos
Biblioteca do Centro Universitário IESB	Organização	2020	26	Imagem, Texto	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Divulgação de conteúdo ou conceito, Normalização acadêmica
Biblioteca Parque RJ	Organização	2018	183	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Divulgação de conteúdo ou conceito

Dica de Bibliotecária	Pessoa	2019	41	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de conteúdo ou conceito
InfoCom UFRGS	Organização	2020	74	Imagem, Texto	Divulgação de eventos
Revista AtoZ	Organização	2020	116	Imagem, Texto	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos
Bibliotecas da PUC Campinas	Organização	2019	199	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Normalização acadêmica, Divulgação de conteúdo ou conceito
Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo	Organização	2019	367	Imagem, Texto, Vídeos	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos
Vida de Bibliotecário	Pessoa	2017	6	Imagem, Texto	Divulgação de materiais, Divulgação de

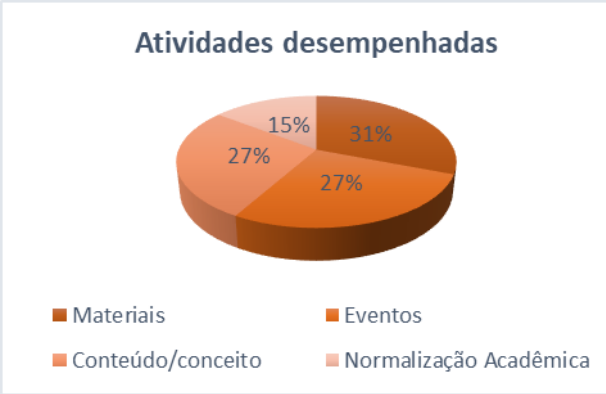
					eventos
Baixada literária	Organização	2018	18	Imagem, Texto, Vídeos	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Divulgação de conteúdo ou conceito
Biblioestudos	Pessoa	2018	22	Imagem, Texto	Divulgação de conteúdo ou conceito,
Biblioteca da Câmara	Organização	2018	333	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de material, divulgação de conteúdo ou conceito
Biblioteca de Saúde UFBA	Organização	2020	220	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Normalização acadêmica, Divulgação de conteúdo ou conceito
Biblioteca do CFCH/ UFRJ	Organização	2019	470	Imagem, Texto,	Divulgação de materiais,

				Vídeo	Divulgação de eventos, Normalização acadêmica, Divulgação de conteúdo ou conceito
Biblioteca Central da PUCRS	Organização	2020	244	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Normalização acadêmica, Divulgação de conteúdo ou conceito
Biblioteca Universitária UDESC	Organização	2018	189	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Normalização acadêmica, Divulgação de conteúdo ou conceito
Encontros Bibli	Organização	2021	68	Imagem, Texto,	Divulgação de materiais, Divulgação de
				Vídeo	eventos
InFoco (na biblio)	Organização	2019	69	Imagem, Texto	Divulgação de eventos, Divulgação de conteúdo ou conceito
SIBi UFG	Organização	2019	97	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos
Sistema de Bibliotecas da UNICAMP	Organização	2018	75	Imagem, Texto, Vídeo	Divulgação de materiais, Divulgação de eventos, Normalização acadêmica, Divulgação de conteúdo ou conceito

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como demonstrado acima, a maior parte destes perfis são administrados por "organização", enquanto apenas 3 deles são gerenciados por uma "pessoa". A atividade mais realizada é a de divulgação de materiais, sendo desempenhada por 17 perfis (31%). A seguir, aparece a "divulgação de eventos" e "divulgação de conteúdo ou conceitos" que são feitas por 15 perfis (27%). Por fim, é a "normalização acadêmica" a atividade menos gerada com 8 (15%), como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1
Resumo das atividades desempenhadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Quanto ao início da operação, 2018 e 2019 foram os anos com maior incidência, apresentando 6 criações em cada um. Em 2020, foram 5, seguido por 2021 e 2017 com 2 cada. Além disso, pela natureza da rede social ser de compartilhamento de fotos, todos os perfis utilizaram desse meio, enquanto 13 também fizeram uso de pelo menos um vídeo para realizar a divulgação.

No total, a pesquisa resultou em 3006 publicações, sendo 470 o maior número, pertencente ao perfil da Biblioteca do CFCH/UFRJ que é também gerenciada por uma "organização", contra a Biblioteca FCA-UNICAMP que apresentou apenas 1.

Pela análise destes dados, percebeu-se que, além de serem maioria, os perfis que eram administrados por uma equipe foram os que mais se mantiveram ativos. Ademais, a maior parte das publicações eram relacionadas à tipologia da biblioteca. Um exemplo é a "normalização acadêmica" que apenas apareceu em perfis de bibliotecas universitárias, onde a maior parte do público possui a necessidade informacional neste aspecto.

Considerações Parciais ou Finais

Apresentar as reflexões efetuadas até ao momento, bem como os aspetos relevantes da investigação (impactos, contributos, limitações, etc.).

A divulgação científica percorreu um longo caminho e acompanhou o progresso das tecnologias de informação e comunicação, sendo atualmente utilizada por meio das mídias sociais. Estas oferecem um local perfeito para a disseminação rápida dos conhecimentos em suportes variados.

Na sociedade contemporânea, lidamos com uma geração que é imediatista e que consome mais conteúdos audiovisuais, que prefere ter um acesso rápido e fácil à informação. Isso é demonstrado no crescimento do uso de mídias como o Tiktok e até mesmo na criação de novas funcionalidades criadas em mídias que já existem há mais tempo, como o reels no Instagram e o Shorts do Youtube, todos estes disponibilizando vídeos curtos.

Portanto, é imprescindível que a pessoa bibliotecária esteja presente nessas plataformas, fazendo bom uso das facilidades oferecidas por elas, atendendo as necessidades dos usuários e compatilhando conhecimentos, seja da área de *Biblioteconomia*, Ciência da Informação e outras áreas relacionadas, seja de temas que vão de encontro com a necessidade informacional dos usuários, além de se atentar às preferências do seu público-alvo.

Esta pesquisa buscou analisar os perfis de *Biblioteconomia* que realizam divulgação científica, buscando identificá-las de uma forma que fosse possível entender quem faz e como faz, tendo como resultado um panorama geral desta atividade no Brasil.

No fim, foram levantados 21 perfis que realizam divulgação científica nas mídias digitas e concluiu-se que a maior parte destas páginas são administradas por instituições, este fato pode estar ligado ao planejamento, tempo e trabalho que essa atividade leva para ser realizada, o que torna difícil o gerenciamento quando só existe uma pessoa para realizar todas as responsabilidades da profissão.

Quanto à natureza, percebe-se predominantemente o uso de imagens e textos, a maior parte sendo de textos curtos, uma característica que talvez esteja ligada na forma que os conteúdos são mais consumidos.

O tema mais publicado é a divulgação de materiais, abrangendo livros e periódicos, e incluindo sites e aplicativos que podem ser interessantes para o público ao qual é direcionado. Além disso, conclui-se que há

relação do que está sendo divulgado com a tipologia da biblioteca, um exemplo são os pontos de convergência entre as várias bibliotecas universitárias como a divulgação de normas para trabalhos acadêmicos.

Com estes resultados, é perceptível que atualmente existem páginas dessas áreas que praticam essas atividades, porém o questionamento de quanto é o suficiente para preencher as lacunas informacionais continua presente.

A expectativa inicial era que houvesse uma quantidade menor de publicações a serem analisadas, o que não ocorreu. O desafio maior foi realizar uma análise mais aprofundada de um número tão significativo por restrições de tempo disponível. Por este motivo, surge uma oportunidade para uma pesquisa futura, mais aprofundada e mais madura, focando em aspectos mais específicos como geográfico, face à grande quantidade de perfis de certas regiões.

Por fim, a perspectiva é que o presente trabalho contribua para os estudos da divulgação científica como uma atividade a ser desenvolvida pela pessoa bibliotecária, trazendo novas possibilidades para o uso de mídias sociais dentro da profissão, adotando estratégias e boas práticas, firmando ainda mais este profissional como facilitador da informação, sendo ponte entre usuário e informação.

Referências

Almeida, M. S. (2011). Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. Atlas, 2011.

Angelo, E. S., & Oliveira, M. (2020). As mídias sociais como ferramenta para divulgação de revistas científicas da América do Sul. In: J. P. S. Sá, A. G. Barbosa, M. E. O. Costa & J. S. Anna, Bibliotecári@s e as Redes Sociais, (pp. 89-107). ABMG. http://repositorio.febab.org.br/items/show/6150.

Araújo, W. S., Pinho Neto, J. A. S., Freire, G. H. A. (2016). O uso das mídias sociais pelas bibliotcas universitárias com foco no marketing de relacionamento. Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da informação, 21(47), 2–15. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n47p2.

BUENO, W. C. (2010). Comunicação cientifica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituaiss. Informação & informação, 15(1). https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33484.

Conceição, V. A. S., Chagas, A. M. (2020). O pesquisador e a divulgação científica em contexto de cibercultura e inteligência artificial. Acta Scientiarum Education, 42. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2178-52012020000100117&lng=pt&nrm=iso.

Corrêa, E. C. D., Sena, T., Vicente, N. I. (2015, 26-30 de outubro). A divulgação científica em redes sociais na internet: proposta de metodologia de análise netnográfica [sessão da conferência]. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, João Pessoa, PE, Brasil. http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/188073.

Costa, L. F., Andrade, R. L. V., Silva, A. C. P., Duarte, E. N., Souza, A. C. P. (2016). O uso de mídias sociais por revistas científicas da área da Ciência da Informação para ações de marketing digital. Revista ACB, 21(2), 338–358. https://doi.org/10.5380/atoz.v11i0.78778.

Delbianco, N. R., & Valentim, M. L. P. (2022). Sociedade da informação e as mídias sociais no contexto da comunicação científica. AtoZ: Novas práticas em informação e Conhecimento, 11, 1–11. https://doi.org/10.5380/atoz.v11i0.78778.

Fonseca, A. A., Bueno, M. L. (2021). Breve panorama da divulgação científica brasileira no YouTube e nos podcasts. Cadernos De Comunicação, 25(2). https://doi.org/10.5902/2316882X63121.

Gil, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas.

Gomes, D. D. F. (2021). Formas de socialização do conhecimento por cientistas: as redes sociais em perspectiva [tese de mestrado em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Goiás]. Repositório da Universidade Federal de Goiás. https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11865.

Goulart, E. (2014). Mídias sociais: uma contribuição de análise. EDIPUCRS.

Junger, A. P., Amaral, L. H., Leite, G. H. C., Petarnella, L., & Lui, M. de L. C. (2018). A geração imediatista e a comunicação audiovisual. Research, Society and Development, 7(11), e5711441. https://doi.org/10.33448/rsd-v7i11.441.

JUNGER, Alex Paubel et al. (2018). A geração imediatista e a comunicação audiovisual. Research, Society and Development, v. 7, n. 11, p. e5711441-e5711441, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5606/560659018005/html/.

Marandino, M., Iszlaji, C., Contier, D. (2015). A divulgação da ciência po meio da mídia: análise textual de websites. XIV Reunião Bienal da Rede de Popularização da Ciência e Tecnologia da América Latina e do Caribe (REDPOP – UNESCO), Medellín, Colômbia. http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2015/08/A-divulgacao-da-ciencia-por-meio-da-midia-analise-textual-de-websites.pdf.

Mendes, M., Maricato, J. M. (2020). Das apresentações públicas às redes sociais: apontamentos sobre divulgação científica na mídia brasileira. Comunicação & Informação, 23. https://doi.org/10.5216/ci.v23i.49959.

Moreira, I. C., Massarani, L. (2002). Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. Em Massarani, L.; Moreira, I. C.; Brito, F. (org.). Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil (pp. p. 43-64). Casa da Ciência- Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mueller, S., Caribé, R. C. V. (2010). A comunicação científica para o público leigo: breve histórico. Informação & Informação, 15(1esp), 13–30. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp13.

Nogueira, A. H., Neves, E. C., Silva, O. G. (2019, 30 de setembro-4 de outubro). Canal IBciência: divulgação da Produção Científica do Instituto de Biociências da USP [sessão da conferência]. Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta, Manaus, AM, Brasil. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4827.

Neto, J. R. S., Ribeiro, G. N. V. (2020). O potencial da divulgação científica no YouTube e o combate à desinformação: um estudo de casos múltiplos para planejamento de serviços. Em Sá, J. P. S.; Barbosa, A. G.; Costa, M. E. O.; Anna, J. S. Bibliotecári@s e as Redes Sociais (pp. 89-107). ABMG Editora.

Pedrão, G. B. (2020). As redes sociais como uma possibilidade de extensão de campo para o bibliotecário. Em Sá, J. P. S.; Barbosa, A. G.; Costa, M. E. O.; Anna, J. S. Bibliotecári@s e as Redes Sociais (pp. 273-284). ABMG Editora.

Príncipe, E. Comunicação científica e redes sociais. Em Albagli, Sarita (org.). Fronteiras da Ciência da Informação (pp. 198-218). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Silva, E., Oliveira, A. M. (2020). As redes sociais como uma possibilidade de extensão de campo para o bibliotecário. Em Sá, J. P. S.; Barbosa, A. G.; Costa, M. E. O.; Anna, J. S. Bibliotecári@s e as Redes Sociais (pp. 258-272). ABMG Editora.

Soares, S. J. Pesquisa Científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. Revista Ciranda, 3(1), 1–13. https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314.

INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL: AVANÇOS E LIMITES NAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

Laísa de Lima Fiuza Gomes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Bahia, Brasil, ORCID - https://orcid.org/0009-0004-3063-9830, Brasil, Email: laisafiuza1@gmail.com

Salim Silva Souza, Instituto Federal de Sergipe, Brasil / Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9968-9925, Email: salmilas@gmail.com

Zeny Duarte, Universidade Federal da Bahia, Brasil / CITCEM / Faculdade de Letras, Universidade do Porto Portugal, ORCID - https://orcid.org/0000-0003-0365-6905, E-mail: zenydu@gmail.com

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.314

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

A Ciência da Informação, enquanto campo interdisciplinar dedicado à organização, gestão e disseminação do conhecimento, desempenha papel central na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à democratização da informação. No Brasil contemporâneo, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, a inclusão digital tem se consolidado como um pilar essencial para assegurar o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), condição indispensável para o exercício da cidadania, a participação social e o desenvolvimento econômico.

Em 2023, o país registrou 72,5 milhões de domicílios com acesso à internet, representando 92,5% do total, com crescimento significativo nas áreas rurais, onde o percentual de acesso passou de 78,1% para 81,0% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024a). Apesar desse avanço, 36 milhões de brasileiros ainda permanecem sem acesso à rede, evidenciando a continuidade da exclusão digital em diferentes territórios (IBGE, 2024b).

Essa exclusão é ainda mais evidente quando se analisam os recortes regionais e sociais: enquanto regiões como o Sudeste apresentam altos níveis de conectividade, o Nordeste ainda enfrenta desafios estruturais que limitam o acesso universal; além disso, idosos, pessoas com baixa escolaridade e residentes em áreas rurais figuram entre os grupos mais afetados (IBGE, 2024b).

Para enfrentar tais desigualdades, algumas iniciativas governamentais têm sido implementadas nos últimos anos, como os programas "*Wi-Fi* Brasil", "Computadores para Inclusão" e "Escolas Conectadas", que buscam ampliar o acesso gratuíto à internet e à tecnologia em comunidades carentes (Brasil, 2025). Mais recentemente, o programa "Internet Brasil", distribui *chips* com pacotes de dados para estudantes e suas famílias, promovendo a conectividade em regiões vulneráveis (Brasil, 2025). Além disso, o Novo PAC, lançado em 2023, reforça esse compromisso ao incluir o eixo "Inclusão Digital e Conectividade", com investimentos destinados as escolas públicas e regiões remotas e à expansão do 5G (Brasil, 2024).

Apesar desses avanços, persistem obstáculos significativos. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de dispositivos

tecnológicos e a carência de capacitação digital ainda limitam a efetividade das políticas implementadas. Além disso, a exclusão digital de pessoas com deficiência permanece um desafio crítico, exigindo a adoção de medidas que garantam acessibilidade plena às TICs (Hand Talk, 2025).

A inclusão digital, portanto, ultrapassa a dimensão técnica do acesso à *internet*: trata-se de um processo fundamental para a promoção da cidadania, da democratização da educação, à inserção no mercado de trabalho e participação social. Nesse sentido, uma inclusão digital efetiva exige políticas articuladas que considerem as desigualdades sociais e regionais, envolvendo esforços do governo, sociedade civil e setor privado.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o papel das políticas de informação no Brasil na promoção da inclusão digital. Especificamente, busca: i) examinar as principais políticas públicas voltadas para a inclusão digital; ii) identificar os avanços, limites e obstáculos enfrentados em sua implementação; e iii) refletir sobre estratégias que possam consolidar uma inclusão digital efetiva e equitativa. A análise será enriquecida pelo recorte regional da Bahia e de Sergipe, estados nordestinos que representam, respectivamente, um polo de políticas e pesquisas consolidadas e uma realidade mais desafiadora em termos de infraestrutura. Esse contraste permite compreender de forma mais ampla os avanços e limites das políticas contemporâneas de inclusão digital no país.

CONCENTRAÇÃO INFORMACIONAL NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO

Fábio Mosso Moreira, Faculdade de Ciências e Engenharia (UNESP/Tupã), https://orcid.org/0000-0002-9582-4218, Brasil, *fabio.moreira@unesp.br*

Marcelo Marques de Magalhães, Faculdade de Ciências e Engenharia (UNESP/Tupã), https://orcid.org/0000-0001-6334-5493, Brasil, *marcelo.magalhaes@unesp.br*

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani, Faculdade de Ciências e Engenharia (UNESP/Tupã), https://orcid.org/0000-0001-8420-4120, Brasil, ana.lourenzani@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6740

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

No âmbito do novo paradigma social ditado pelo imperativo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) (Castells, 2009), um setor econômico que está em crescente adaptação na dinâmica da transformação digital é o agronegócio. Este setor é composto pelos agentes ligados às operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agropecuários (Batalha; Silva, 2021).

Os agentes econômicos desse setor se amparam cada vez mais em tecnologias disruptivas aplicadas na automação e informatização de atividades, como, por exemplo, no uso de recursos aplicados no manejo e tratos culturais (Hackenhaar; Hackenhaar; Abreu, 2015); no uso de canais digitais de comunicação e comercialização (Jesus et al., 2021); e nos ferramentais utilizados nos processos de gestão e tomada de decisão (Ferraz; Pinto, 2017).

Sausen et al. (2020) apontam e descrevem um conjunto de TIC que estão sendo aplicadas no agronegócio, como, por exemplo, ferramentas de Big Data e Data Analytics, assistentes

baseados em Inteligência Artificial e Machine Learning, sistemas de georreferenciamento, dispositivos e sensores baseados em Internet das Coisas, serviços de virtualização e realidade aumentada, serviços da Blockchain, entre outras.

Os desdobramentos da transformação digital e os impactos da disseminação de novas TIC na no contexto do agronegócio motivaram esta investigação, em específico os aspectos do processo de concentração informacional e seus efeitos, como, por exemplo, a assimetria informacional.

A concentração informacional é um processo que já ocorre em outros setores econômicos, como, por exemplo, nos conglomerados de empresas de infotelecomunicações (MOM, 2017); na indústria cinematográfica (Morais, 2022); nos bancos e instituições financeiras (Di Caprio; Santos-Arteaga, 2010), entre outros. Esse conceito é desenvolvido e apresentado na seção teórica deste trabalho.

Neste sentido, a pesquisa questiona quais são as implicações do processo de concentração informacional no agronegócio, e como seus efeitos afetam a dinâmica deste mercado e a relação entre seus agentes. Portanto, tem como objetivo identificar e descrever os efeitos positivos e negativos da concentração informacional neste contexto.

Os resultados desta investigação podem contribuir tanto com a literatura científica que trata sobre o impacto das TIC no setor do agronegócio quanto subsidiar estratégias para formulação de políticas agrícolas em convergência com políticas de informação a fim de aumentar a eficiência no mercado agropecuário. Também é relevante uma vez que este contexto envolve um setor econômico responsável pelo atendimento de necessidades básicas do ser-humano, além de possuir relação direta com o meio ambiente e o uso de recursos naturais.

O artigo encontra-se estruturado em cinco seções, contando com a presente introdução. Na próxima seção, são apresentadas definições sobre o conceito de concentração informacional para facilitar a compreensão deste processo no contexto analisado pela pesquisa. A terceira seção contém os procedimentos metodológicos descrevendo as técnicas e instrumentos utilizados para coleta e análise das informações. Na quarta seção, apresentam-se os resultados obtidos a partir da análise dos efeitos identificados como resultantes do processo de concentração informacional no agronegócio, tanto positivos quanto negativos. Por fim, a última seção corresponde às considerações finais e organiza as principais conclusões obtidas nesta investigação.

Referencial Teórico

A convergência tecnológica e a junção de mídias diversas de fato abriram - e ainda abrem - novas perspectivas comunicacionais e de transmissão de informações. No entanto, o discurso difusor da ideia de que com as novas tecnologias informacionais qualquer pessoa tem acesso a uma diversidade de informações é, em parte, uma falácia. O acesso pode existir - ainda que este também seja uma questão em debate - mas diante do processo de concentração informacional a diversidade fica comprometida (Santos; Araújo, 2024).

A diversidade até existe, porém não nos índices propagados. As informações partem, grosso modo, da mesma fonte (ou grupo de fontes), o que resulta na concentração informacional, fenômeno potencializado pela transformação tecnológica cujos efeitos são diversos. Este fenômeno está ligado com a convergência infotelecomunicacional e o corrente processo de concentração midiática, que Segundo Moraes (1998) trata-se de dois processos que se auto determinam, um em consequência do outro, e dependem da geração de serviços que alimentem as indústrias multimídias globais, ou seja, o que está em jogo para o autor não é a oferta de um serviço completo ao consumidor-espectador, mas o pano de fundo do cenário é a concorrência e luta pela audiência absoluta que, em outras palavras, significa lucro.

Segundo Chakraborty (2017) com o rápido aumento no consumo de informações, especialmente por meio de Serviços de Redes Sociais Online, surgiram preocupações sobre como as pessoas estão sendo expostas seletivamente a um subconjunto enviesado do

‘espaço de informações’, onde um usuário recebe mais do que já conhece e, assim, potencialmente acaba preso em ‘câmaras de eco’. O autor define este estado como segregação de informações e propõe algumas medidas para analisar dimensões específicas cujas quais a concentração informacional é uma delas:

- Uniformidade (*Evenness*): refere-se à dimensão do estado de segregação de informações na qual membros uniformes de um grupo particular de usuários tem acesso a diferentes unidades/fontes de informação em um espaço informacional ‘n’, porém existe um grupo que acessa mais uniformemente a informação se concentrando em unidades/fontes de informações específicas;
- Exposição conjunta (*Joint Exposure*): esta dimensão do estado de segregação informacional considera até que ponto os membros de grupos distintos de usuários são expostos conjuntamente às mesmas unidades/fontes de informações;
- Centralização (*Centralization*): a centralização refere-se a dimensão do estado de segregação de informações na qual as unidades de informação cujas quais grupos distintos de usuários têm acesso, estão distribuídas em torno do centro/núcleo do espaço de unidades/fontes informacionais;
- Agrupamento (*Clustering*): esta dimensão do estado de segregação informacional refere-se ao grau com que os membros de um grupo específico de usuários têm acesso a clusters informacionais, ou seja, se os diferentes tipos de informação recebidos por um grupo também estão próximos de outros grupos no espaço de unidades/fontes de informações; e
- Concentração (*Concentration*): a concentração refere-se à quantidade relativa do espaço de unidades/fontes específicas de informações à qual grupos distintos de usuários têm acesso. Cada unidade de informação pode não ter uma densidade tópica semelhante (ou número de fontes de informação etc.), com algumas unidades/fontes tendo mais tópicos mapeados (diversidade) em comparação com outras unidades/fontes de informação.

Chakraborty (2017) apresenta um modelo para representar a variação ( ) da concentração informacional na qual um grupo está sujeito (Equação 1). No modelo, o autor considera que , e devem ser parâmetros definidos, é o número de tópicos na unidade de informação , e é o número total de tópicos no geral.

(1)

O modelo considera que cada unidade informacional pode não ter a mesma densidade temática (ou número de fontes informacionais) e que a concentração se dá pela quantidade absoluta de um grupo exposto a unidades menos temáticas (ex: a mesma quantidade de pessoas exposta a unidades temáticas menores é mais concentrada do que a mesma quantidade de pessoas exposta a unidades temáticas mais amplas).

Na Figura 1, Chakraborty (2017, p.3) ilustra sua definição para o modelo de concentração informacional. Nela, é possível observar que as unidades informacionais representadas pelas cores ‘vermelha’ e ‘azul’ contém um número maior de temas/tópicos comparadas às unidades informacionais representadas pelas cores ‘azul claro’ e ‘vermelho claro’. Portanto, embora os grupos de usuários (contendo a mesma população) representados pela cor ‘Amarela’ e ‘Roxa’ tenham acesso ao mesmo número de unidades informacionais (contendo o mesmo nível de uniformidade - Eveness), o grupo ‘Amarelo’ seria considerado mais concentrado (ou seja, mais segregado) uma vez que ele teria acesso a um número menor de tópicos.

Figura 1: Exemplo do modelo de concentração informacional

Fonte: Chakraborty (2017).

Com uma abordagem similar à de Chakraborty (2017), Mooney (2001) aponta que a concentração em fluxos de informação pode levar a uma situação de erosão informacional, ou seja, a degradação da qualidade da

informação devido à sobrecarga de dados, manipulação, ou distorção intencional. Para o autor, o processo de concentração informacional está intimamente relacionado à transformação tecnológica do século XXI e propõe a equação como modelo para expressar a relação entre o conceito de erosão ( ), transformação tecnológica ( ) e as implicações da concentração informacional ( ).

Mooney (2001) destaca ainda que se o processo de concentração informacional é acentuado pelo imperativo tecnológico que dita o paradigma social, um povo sem cultura torna-se facilmente dominado, de modo que hoje temos uma crescente diminuição das literaturas e das músicas nacionais em detrimento da cultura da rede (que é basicamente americana), o que resulta na degradação cultural.

Carvalho Silva (2014) também estabelece relações entre o processo de concentração informacional e seus efeitos na cultura. Para o autor, a cultura utilitária atual é "informacionalmente monista" e abre espaço para que grupos minoritários se apropriam de efetivos poderes para deliberar o quê e como se deve propagar de informação, como ocorre sob o viés dos grandes grupos midiáticos, publicitários e empresariais/industriais/bancários. Essa cultura impõe, sorrateiramente (em termos ideológicos) e declaradamente (quando sente sua identidade informacional ameaçada), o tipo de informação que deve ser construída e disseminada.

Neste debate, fica evidente que as consequências da concentração exacerbada de informações têm reflexo em questões relacionadas à cultura e a forma como a democracia é concebida. Carvalho da Silva (2017) indica que a concentração informacional denota o estabelecimento, *a fortiori*, da concretização de ações dominativas de um sujeito (ou grupos) sobre outros comumente mais desfavorecidos nos aspectos culturais, educacionais, ideológicos e político econômicos.

Braman (2009) afirma que a concentração informacional, no âmbito da organização política, se dá pela burocracia e pelo poder administrativo, implicando em processos decisórios mais centralizados e no sentido *top down*. Este fato está gerando um Estado Informacional caracterizado pelo controle da criação, do processamento, do fluxo e do uso da informação, o que ajuda a entender tanto a mudança da essência do Estado quanto analisar como Ele exerce poder sobre a Sociedade Civil - nas normas comportamentais, hábitos discursivos, práticas culturais, estruturas de conhecimento, formas organizacionais, tecnologias entre outros (Braman, 2009).

No que se refere à dimensão econômica da concentração informacional, Dicken (2009) ressalta que este processo obedece à máxima de localizar os fluxos de acordo com o consumo do conteúdo, já que os investimentos em infraestrutura (principalmente de comunicações) costumam ser direcionados para onde os retornos financeiros são os mais altos. Lima et al. (2023) oferece uma análise aprofundada sobre como as *Big Techs* gerenciam e concentram informações, alinhando-se ao tema da concentração informacional discutido por Dicken (2009). Para ambos os autores, as *Big Techs* têm revolucionado a forma de informar e comunicar, proporcionando aos usuários novas experiências caracterizadas pela rapidez e interatividade. No entanto, essas empresas também concentram uma quantidade significativa de dados e informações, levantando preocupações sobre privacidade, controle de dados e o impacto dessa concentração no fluxo informacional.

Em síntese, pode-se considerar que a concentração informacional se refere à situação em que um pequeno número de entidades (como empresas, governos ou indivíduos) detém um controle significativo sobre a produção, distribuição e acesso à informação a determinados grupos de usuários. Essa situação pode ser resultado de fusões e aquisições no setor ou de políticas públicas que favorecem grandes conglomerados de empresas que detém controle sob as infraestruturas tecnológicas (físicas e lógicas) de comunicação. E, como descrito anteriormente, este processo pode implicar em efeitos que se manifestam nas dimensões culturais, políticas e econômicas.

Segundo Chakraborty (2017), um dos principais efeito da concentração informacional é a formação de 'câmaras de eco', ou seja, situação na qual um usuário de informação recebe mais informação que já se sabe, isso implica em preocupações quanto à qualidade do conteúdo e preconceitos nas informações às quais as pessoas são expostas. Em específico da concentração informacional nas redes digitais, o autor destaca que as 'câmaras de eco' são formadas pois as pessoas tendem a se conectar com outros usuários com ideias semelhantes por homofilia, ou seja, é a tendência dos indivíduos de se associar e de estabelecer vínculo com outros semelhantes (ex: gênero, grupo étnico etc.). Neste sentido, uma 'câmara de eco' se forma pois os usuários individuais passam ter exposição seletiva a informações que correspondam às suas próprias opiniões, não tendo assim exposição suficiente a opiniões diversas, o que também implica no problema da diversidade.

Outro efeito da concentração informacional identificado na literatura é a privatização da informação. Para Herscovici (2004) a informação é privatizada ou semiprivada à medida que, por razões econômicas ou estratégicas, suas modalidades de acesso têm que ser limitadas (ex: pesquisa, inovação, financeira, estratégica). Assim, as redes digitais não podem ser concebidas apenas como redes abertas, as quais seriam sinônimas da instauração de uma "democracia digital" e de um espaço concorrencial globalizado. Parte dessas redes é fechada ou semifechada, dentro das quais circulam informações privadas ou semiprivadas (Herscovici, 2004).

Um terceiro exemplo de efeito relevante observado no processo de concentração informacional e que está instrinsicamente ligado com a dimensão econômica é a assimetria informacional. Para Herscovici (2004), esse efeito ocorre quando agentes informados se beneficiam de uma renda suplementar em detrimento dos agentes não ou pouco informados. Isso determina a impossibilidade de o usuário implementar decisões racionais, à medida que ele não têm condições de conhecer os elementos do contexto a partir do qual ele vai tomar essas decisões. O autor afirma que de tais assimetrias aparecem comportamentos oportunistas, onde o sistema de preços não permite realizar uma alocação ótima dos recursos, permitindo a apropriação de rendas por parte dos agentes que detêm informações relevantes, ou seja, o sistema de preços não permite igualar, sistematicamente, oferta e demanda, e a utilidade social da informação é diferente de sua utilidade privada.

Conhecido alguns efeitos resultantes do processo de concentração informacional (ex: 'câmaras de eco', privatização e semiprivatização da informação, assimetrias informacionais), a pesquisa busca identificar efeitos específicos no contexto do agronegócio. Para tanto, a seção seguinte descreve as técnicas e recursos utilizados para identificação das fontes e compilação das informações que são apresentadas nos resultados.

Procedimentos Metodológicos

Para identificar e descrever os efeitos da concentração informacional no contexto do agronegócio, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e do tipo exploratória.

Quanto aos procedimentos adotados, a coleta de fontes foi realizada por meio de uma consulta online no sistema de recuperação do 'Google' utilizando como expressão de busca a *string* [(*information* OR *data*) AND *concentration* AND *agriculture*].

A escolha de um sistema de recuperação genérico ao invés de bases de dados bibliográficos foi proposital para possibilitar o levantamento de uma variedade de fontes de informação compostas além de artigos científicos, de relatórios técnicos institucionais, páginas de organizações governamentais, páginas de organizações do terceiro setor, entre outras.

Para a triagem de fontes, foram analisados todos os resultados listados até a terceira página dos resultados da busca, na qual foram descartados as duplicatas e aqueles que não continham aderência com a temática, totalizando 10 fontes utilizadas: 3 relatórios e/ou boletins técnicos de agências governamentais; 2 páginas de portais de organizações de terceiro setor; e 5 artigos publicados em periódicos científicos.

Parte dos resultados selecionados para a análise continha informações específicas sobre concentração de dados e informações no contexto do agronegócio, estas fontes foram utilizadas para identificar e discorrer sobre os efeitos do processo de forma específica.

Outra parte dos resultados da busca tratavam sobre a concentração corporativa no setor (viés econômico), contudo, também foram consideradas para a contextualização e para estabelecer relações entre as duas dimensões da concentração – a informacional e a econômica.

A análise dos resultados foi delineada sob a perspectiva da Economia da Informação, um campo de estudo interdisciplinar que aborda a informação como um ativo com atribuição de valor econômico, e que pode ser produzido, distribuído e consumido (Stiglitz, 1985). Para Stiglitz (1985) a Economia da Informação se concentra em compreender como a informação é gerada, utilizada e comercializada, e como ela impacta a tomada de decisões, a produtividade e a competitividade em diversos setores da sociedade. Já para Herscovici (2004), pode ser utilizada para compreender problemas baseados em fatores e efeitos como, por exemplo, assimetrias informacionais (quando uma parte em uma transação econômica possui mais informação do que a outra, o que pode levar a problemas como seleção adversa e risco moral); custos de transação (aqueles associados à busca, avaliação e negociação de informações); propriedade intelectual (proteção dos direitos dos criadores de informação e incentivar a inovação); economia da atenção (como a atenção dos consumidores é um recurso escasso que é disputado por empresas e outras organizações); e, principalmente, a dinâmica da economia digital (como a internet e as tecnologias digitais estão mudando a forma como a informação é produzida, distribuída e utilizada).

Tais fundamentos nortearam a definição de categorias para representar os efeitos positivos e negativos da concentração informacional a partir das informações levantadas, e , assim, agrupar fatores e aspectos similares do fluxo informacional para os agentes deste mercado.

Para a organização dos resultados, foram utilizados quadros que sistematizam os efeitos do processo de concentração informacional no agronegócio e encontram-se apresentados na seção seguinte deste trabalho.

Resultados

Segundo Herscovici (2004), para compreender a concentração informacional é preciso distinguir os diferentes tipos de mercados em função dos diferentes tipos de informação. Para o autor, a cada tipo de segmento de mercado corresponde um determinado tipo de informação e um determinado tipo de relações de troca (entre grupos de usuários da informação). No caso da concentração informacional no agronegócio, pode-se considerar que este fenômeno está associado principalmente à concentração corporativa em elos específicos das cadeias agropecuárias.

O *Institute for Agriculture & Trade Policy* - IATP (Treat, 2020), no relatório '*Revisiting Crisis by Design: Corporate concentration in agriculture*', discute a crescente concentração corporativa na agricultura desde os anos 1980, como sendo derivada da concentração horizontal e da integração vertical nas cadeias de suprimento. Por exemplo, em 2018, apenas quatro empresas - DowDupont, ChemChina, Bayer e BASF - controlavam mais de 60% das vendas globais de sementes proprietárias, resultado de fusões e aquisições entre as seis principais empresas agroquímicas e de sementes que existiam em 2013. Para fim de comparação, em 1975, as quatro maiores empresas de sementes de milho controlavam 59% do mercado; em 2015, controlavam 85%. Em 2015, duas dessas corporações — DowDupont e Bayer — controlavam 78% do mercado de sementes de milho (Treat, 2020).

No relatório do Departamento de Agricultura Americano (USDA) denominado "*Concentration and Competition in U.S. Agribusiness*" também discute-se a crescente concentração de mercado em três setores principais da agroindústria dos EUA (mas que pode se estender para outros países): sementes, abate de carne e varejo de alimentos. O relatório examina as forças motrizes por trás dessa concentração e as políticas públicas destinadas a promover a

competição, e conclui que a concentração corporativa tem levado a menos concorrência no mercado interno e global (MacDonald, Dong, Fuglie, 2023).

Ao estabelecer uma relação entre a concentração corporativa e a concentração dos fluxos informacionais no setor do agronegócio, Treat (2020) destaca que o controle corporativo das '*Big Foods*' sobre dados e outras inovações tecnológicas (ex: informações sobre mercados, opções de produção e novas técnicas de manejo, impactos das mudanças climáticas etc.) está prejudicando o acesso principalmente para os pequenos agricultores, e retroalimentando ainda mais a concentração corporativa do setor na mão dos grandes conglomerados. Para o autor, sem resistência pública e regulatória, essa dominância corporativa tende a se acelerar à medida que as grandes empresas do agronegócio, em conjunto com gigantes da tecnologia, promovendo a "agricultura inteligente", incluindo drones, sensores, robôs e outros sistemas de alta tecnologia e proprietários, e anunciando uma nova fronteira para a disseminação das técnicas de agricultura de precisão, acentua ainda mais as diferenças entre pequenos e grandes players de mercado.

O ETC Group (2019) também publicou um relatório intitulado "*Mapping Corporate Power in Big Food*" que analisa o crescente poder das corporações sobre o sistema alimentar industrial global e destaca como poucas empresas têm adquirido um controle significativo sobre diversas partes da cadeia agroalimentar, desde o fornecimento de sementes até a distribuição de alimentos. Neste relatório contém exemplos específicos do uso expansivo de informações digitais por parte das grandes indústrias de alimentos, chamando a atenção para a existência de oligopólios interconectados entre as *Big Foods* e *Big Techs* com o objetivo de estabelecer controle sobre maquinário, reprodução de animais, produtos farmacêuticos e outros insumos do sistema alimentar global, e para um controle sem precedentes de sementes por empresas agroquímicas. Dessa forma o enorme envolvimento das *Big Techs* na produção de alimentos está impulsionando um processo no qual os dados se tornam uma mercadoria mais valiosa do que o próprio alimento, e isso, por sua vez, leva pequenos produtores a perderem seus direitos essenciais, afetando principalmente suas raízes culturais, práticas empíricas e sistemas de conhecimento tradicionais que sustentaram a diversidade agrícola ao redor do mundo.

Efeitos negativos da concentração informacional no agronegócio

Os dados estão se tornando um insumo agrícola tão fundamental quanto sementes ou fertilizantes. Muitas vezes, estão sendo priorizados em detrimento dos sistemas de conhecimento das comunidades indígenas e das mulheres que cultivam e criam gerações de culturas e raças. A tendência é alarmante: a desmaterialização de recursos biológicos e genéticos que são a base do sistema alimentar, a erosão de direitos, o empoderamento reduzido e a invisibilidade de camponeses e das ricas culturas, práticas e sistemas de conhecimento que sustentam agriculturas diversas ao redor do mundo (ETC Group, 2019).

Os efeitos da concentração informacional no agronegócio não se restringem aos elos produtivos da cadeia e se estendem para a distribuição. No que se refere às informações relevantes para os elos da ponta das cadeias produtivas agropecuárias, os varejistas de alimentos, naturalmente, querem saber quem está comprando, o que estão comprando e a que preço – e o que podem ser persuadidos a comprar. Esses agentes já são hábeis em coletar informações de consumidores por meio de programas de fidelidade e sistemas de comércio eletrônico, e estão se tornando cada vez mais dependentes de robótica, inteligência artificial e serviços de pagamento digital (ETC Group, 2019).

Um resultado consequente da digitalização na agricultura é a proliferação de empresas baseadas em plataformas digitais. Segundo Singh e Dey (2023), período entre 1990 e 2000 testemunhou uma onda de liberalização e reformas estruturais na agricultura, impulsionando a introdução de inúmeras iniciativas de sistemas de informação agrícolas em mercados em desenvolvimento e emergentes. Somente durante os anos 2000 algumas entidades privadas e cooperativas

começaram a explorar o desenvolvimento e a implementação de sistemas integrados.

Segundo Singh e Dey (2023) a concentração de informação é um aspecto crucial nos sistemas de informação agrícolas, destacando que a concentração de dados críticos por poucas entidades poderosas limita a capacidade de competição de pequenos agricultores e empresas menores. Isso ocorre porque essas entidades têm acesso exclusivo a informações essenciais, como, por exemplo, dados de mercado, previsões climáticas e avanços tecnológicos, o que lhes confere uma vantagem competitiva significativa sobre outros agentes do agronegócio.

A concentração de informações no cenário do agronegócio gera uma série de efeitos que afetam a dinâmica de mercado, o bem-estar dos agentes e consequentemente a eficiência econômica. De acordo com a literatura investigada é possível afirmar que existem efeitos negativos da concentração informacional crescente no agronegócio, como, por exemplo: a restrição do acesso à informação e ao conhecimento em elos específicos da cadeia produtiva; a assimetria nas relações de poder de negociação entre os agentes; a influência dos detentores da informação na agenda das políticas públicas; e a monopolização de inovações tecnológicas no setor.

Alguns exemplos práticos podem ser destacados. Segundo MacDonald, Dong e Fuglie (2023), em julho de 2022, o Departamento de Justiça dos EUA entrou com uma ação contra a Cargill, Wayne Farms e Sanderson Farms, alegando que essas empresas compartilharam informações sobre salários e remunerações pagos aos trabalhadores em suas plantas de processamento de frango, com o objetivo de limitar a concorrência entre elas por esses trabalhadores. Os mesmos autores também apontam a existência de processos antitruste privados nos quais compradores de produtos de carne e aves alegam que os processadores utilizaram uma empresa estatística privada para coletar e compartilhar informações de produção, e que esse compartilhamento constitui uma prática anticompetitiva que facilita a conluio entre os processadores, por meio do qual eles limitam a produção e mantêm os preços elevados de seus produtos.

Segundo Sexton e Xia (2018) os efeitos da concentração informacional no agronegócio frequentemente deixam os pequenos agricultores em desvantagem competitiva, especialmente em países em desenvolvimento. Para os autores, intermediários e compradores utilizam informações privilegiadas para reduzir os preços pagos aos pequenos agricultores, aproveitando-se da falta de transporte, armazenamento ou conhecimento sobre preços de mercado. Em regiões onde os dados de mercado não estão amplamente disponíveis, intermediários controlam o acesso às informações sobre preços e demandas, exacerbando práticas oportunistas. Pequenos agricultores, frequentemente limitados pela necessidade de venda rápida (devido à deterioração de produtos ou falta de liquidez), tornam-se vulneráveis ao pagamento de preços mais baixos.

A coordenação vertical na cadeia de suprimentos (por meio de contratos ou padrões privados) pode mitigar parte da assimetria informacional gerada pela concentração de informações, mas por outro lado centraliza ainda mais o controle de informações nas mãos de grandes compradores ou varejistas. Isso cria barreiras para agricultores menores, que podem ser excluídos de redes de distribuição por não atenderem aos requisitos impostos ou por falta de acesso a informações técnicas (Sexton, Xia, 2018). O Quadro 1 sistematiza os efeitos negativos identificados como resultantes do processo de concentração informacional no agronegócio.

Quadro 1: Efeitos negativos da concentração informacional no agronegócio

Efeitos	Descrição
Ampliação da assimetria informacional	- Disparidade entre produtores e intermediários: Em mercados agrícolas, os intermediários frequentemente detêm informações críticas, como preços de mercado em diferentes regiões, demanda futura e

	oportunidades de exportação. Os agricultores, especialmente em países em desenvolvimento, geralmente não têm acesso a essas informações, ficando em desvantagem nas negociações. - Redução do poder de barganha dos agricultores: A falta de dados sobre preços de mercado leva os pequenos produtores a aceitar preços mais baixos pelos seus produtos, muitas vezes determinados unicamente pelos compradores.
Exploração e comportamento oportunista	-Práticas de mercado desleais: Intermediários utilizam sua posição de controle de dados para explorar agricultores que precisam vender rapidamente devido à deterioração de produtos perecíveis ou falta de acesso a armazenamento adequado. A ausência de informações impede que os produtores busquem mercados alternativos ou melhores condições de venda. - Efeitos em regiões vulneráveis: Em países em desenvolvimento, a concentração de dados acentua a desigualdade econômica, uma vez que pequenos produtores ficam excluídos de mercados mais lucrativos, como exportação ou venda para grandes redes de varejo.
Poder de mercado concentrado	-Oligopsônio nos mercados agrícolas: Grandes compradores (processadores ou varejistas) utilizam o controle de informações para exercer poder oligopsônico, reduzindo os preços pagos aos produtores. Essa prática é particularmente evidente em cadeias de produtos perecíveis, como frutas, legumes e laticínios, onde os agricultores têm menos tempo para negociar. -Impacto nos mercados locais e regionais: A concentração de dados e a coordenação vertical entre grandes varejistas e processadores reduzem a competição nos mercados locais, dificultando a entrada de novos intermediários ou compradores independentes.
Redução da eficiência de mercado	-Alocação ineficiente de recursos: O controle das informações pelos principais agentes da cadeia de suprimentos pode levar a decisões que priorizam os interesses dos intermediários ou varejistas em detrimento da eficiência geral do mercado. -Perdas econômicas para pequenos produtores: A concentração de dados resulta em uma redistribuição de renda, transferindo o excedente econômico dos agricultores para intermediários e compradores finais.
Barreiras ao acesso a mercados 'premium'	-Exclusão de pequenos produtores: Grandes varejistas e processadores, ao concentrarem dados sobre padrões de qualidade, regulamentos e preferências de consumidores, criam barreiras de entrada para agricultores pequenos e não organizados. -Falta de acesso a oportunidades lucrativas: Agricultores menores frequentemente desconhecem os requisitos para acessar mercados de alto valor, como exportações ou programas de certificação, limitando sua capacidade de melhorar a renda.
Desenvolvimento regional	-Impacto negativo no desenvolvimento rural regional: A concentração de dados centraliza o controle econômico em grandes centros urbanos ou regiões desenvolvidas, agravando as desigualdades regionais. -Desincentivo à inovação local: Com menor acesso a dados de mercado, agricultores e cooperativas locais têm menos incentivo ou recursos para adotar tecnologias e práticas inovadoras.

Fonte: Autores baseados em MacDonald, Dong e Fuglie (2023); Sexton e Xia (2018) e ETC Group (2019).

A mitigação e o combate aos efeitos negativos da concentração informacional no agronegócio é uma responsabilidade do Estado e os serviços

de extensão rural podem ser considerados agentes chaves neste cenário. Os integrantes do laboratório Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL, 2023) investigaram o papel da extensão rural na distribuição informacional, concluindo que estes serviços são parte fundamental para disseminar informações entre produtores, principalmente aqueles de médio e pequeno porte. A extensão rural é o modelo mais comum usado para transmitir informações aos agricultores ao redor do mundo, utilizando abordagens de cima para baixo, como treinamento e visitas, e abordagens de baixo para cima, como escolas de campo para agricultores ou aprendizado entre agricultores (J-PAL, 2023).

Os serviços de extensão rural podem adotar estratégias para amenizar os efeitos negativos da concentração informacional principalmente entre os pequenos e médios produtores rurais. Dentre elas: melhorar a qualidade e eficácia dos serviços prestados, motivando-os a fornecer informações mais relevantes e de qualidade aos agricultores; apoiar a Aprendizagem Social promovendo o compartilhamento de conhecimentos entre agricultores, por meio de grupos comunitários ou comitês de pesquisa agrícola, facilita a disseminação de práticas agrícolas bem-sucedidas e adaptadas às condições locais; apoiar a Inclusão de Gênero por meio de Programas que envolvem tanto homens quanto mulheres nas atividades agrícolas tendem a ser mais eficazes, garantindo que toda a família participe e se beneficie das inovações introduzidas; e combinar e integrar serviços de extensão com outras ofertas, como acesso a insumos agrícolas ou financiamento, pode aumentar a adoção de novas práticas e tecnologias pelos agricultores (J-PAL, 2023).

Os serviços de extensão rural são parte das políticas públicas agrícolas realizadas pelo Estado para impulsionar o desenvolvimento dos segmentos agropecuários mais carentes e, além da capacitação técnica e assessoria, também podem contribuir com ações para mitigar os efeitos negativos da concentração informacional entre esses grupos. Por outro lado, os *gaps* deixados na qualidade e amplitude dos serviços extensionistas públicos trouxeram oportunidades para empresas privadas ocuparem parcial ou integralmente esse papel, principalmente aquelas fornecedoras de insumos, prestando serviços por meio de assessorias privadas, consultorias ou simplesmente auxílio técnico especializado. Diesel et al. (2008) destaca que, desde a década de 1980, muitos países passaram por reformas que transferiram a responsabilidade desses serviços do Estado para o setor privado, visando reduzir gastos públicos e aumentar a eficiência. No entanto, essas experiências revelaram limitações, levando à busca por arranjos em que o Estado mantém um papel significativo, mesmo com a participação privada.

Além das políticas agrícolas, outras ações governamentais possuem papel crucial na redução de assimetrias informacionais e na melhoria da equidade na distribuição de recursos ao longo da cadeia de valor. Para Sexton e Xia (2018), o desenvolvimento público de plataformas digitais (governo eletrônico) acessíveis para agricultores pode: democratizar informações de mercado e reduzir a exploração por intermediários; promover a aliança de cooperativas agrícolas para poderem compartilhar informações estratégicas internamente, protegendo os interesses dos pequenos agricultores; e implementar políticas que limitem o controle monopolístico e incentivem a competição em mercados locais.

Entretanto, assim como no caso dos serviços de extensão rural, a disponibilização de plataformas digitais integradas também está sendo ocupada pela iniciativa privada, como, por exemplo, a plataforma ligada à aquisição de sementes *Cropwise* da Syngenta Digital[i], que oferece soluções digitais integradas que abrangem todas as fases da safra, desde o planejamento, plantio até a colheita. As ferramentas disponíveis incluem monitoramento de lavouras, gestão de dados agronômicos e suporte à tomada de decisão, visando aumentar a eficiência e produtividade das fazendas. A *Corteva*[ii] também está desenvolvendo uma plataforma digital que contempla soluções integradas, incluindo iniciativas de carbono e parcerias com *hubs* de inovação, ferramentas e soluções digitais para oferecer análises e inteligência de dados que

agricultores e pecuaristas precisam para administrar seus negócios.

Ainda no tocante ao papel do Estado na mitigação e combate aos efeitos negativos da concentração informacional por meio de plataformas digitais de governo eletrônico, Yan e Liu (2023) explora os benefícios da implementação de uma agenda de governo eletrônico em municípios chineses e conclui que a adoção de plataformas digitais promove maior divulgação de informações financeiras e administrativas, reduzindo monopólios de dados mantidos pelas organizações privadas. Para os autores, as ferramentas de mídia digital desempenham papel crucial na diminuição da assimetria informacional, permitindo que cidadãos e outras partes interessadas monitorem e participem do processo de governança.

Efeitos positivos da concentração informacional no agronegócio

Como todo problema econômico pode possuir perspectivas distintas dependendo do agente e da relação de troca, esta pesquisa também identificou estudos apontando visões positivas sobre os efeitos do processo de concentração informacional no agronegócio. Segundo Clottey, Kuwornu e Egyir (2020) a concentração informacional pode ser usada como alavanca estratégica para fortalecer os pequenos produtores a melhorarem sua posição na cadeia de valor. A promoção de associações formais, maior acesso a informações de mercado e treinamento em gestão podem amplificar os benefícios para todos os atores envolvidos. Para os autores, os pequenos produtores podem formar associações de produtores para promover a troca interna de informações. Em áreas com pequenos produtores de aves ou leite, práticas semelhantes podem aumentar o poder de barganha e reduzir a assimetria informacional entre produtores e intermediários.

Sun (2007) considera que a concentração de informações e tecnologia leva à especialização em regiões específicas, resultando em maior eficiência técnica e promovendo a ampliação do tamanho das propriedades agrícolas, pois, na visão do autor, fazendas maiores conseguem aproveitar melhor as inovações tecnológicas. Para o autor, a concentração de dados e conhecimento acelera a inovação e a disseminação de tecnologias, mudando o foco da agricultura de métodos tradicionais para processos baseados em ciência e tecnologia, além de ser um impulsionador chave para a modernização agrícola e um fator que molda os padrões de especialização, eficiência e expansão no setor.

Na mesma perspectiva dos anteriores, Slam e Madsen (2018) abordam o impacto da concentração de informações e dados no desenvolvimento agrícola, destacando especialmente os efeitos de "*spillovers*[iii]" de conhecimento em ecozonas específicas, um conceito central para entender a transmissão de tecnologias agrícolas. Os *spillovers* de conhecimento são fundamentais para o avanço da produtividade agrícola, especialmente em um mundo cada vez mais interconectado. No entanto, a concentração informacional em *hubs* restritos (grandes instituições de pesquisa, multinacionais e governos de países desenvolvidos) cria desafios significativos de acessibilidade para países emergentes.

Para que os *spillovers* gerem benefícios globais é essencial promover sistemas inclusivos de pesquisa e desenvolvimento, além de políticas de transferência tecnológica que considerem as necessidades específicas de países e regiões com menor capacidade científica. Apesar da concentração informacional gerar avanços rápidos em *hubs* de inovação, países fora dessas redes enfrentam dificuldades de acesso aos *spillovers* devido a barreiras institucionais, financeiras e tecnológicas, além das barreiras estruturais que tornam países com menor capacidade de absorção de dados (Slam Madsen, 2018).

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos argumentos identificados na literatura que apontam efeitos positivos ligados ao processo de concentração informacional no agronegócio.

Quadro 2: Efeitos positivos da concentração informacional no agronegócio

Efeitos positivos da concentração	Descrição

informacional no agronegócio	
Estimula a formação de alianças estratégicas	-Pequenos e médios produtores podem se articular para formar associações de para promover a troca interna de informações entre seus pares. Os meios e tecnologias de informação e comunicação já estão disseminados no meio rural e podem ser mediadores desse processo, assim como o estímulo governamental. -Aumentar o poder de barganha e reduzir a assimetria informacional entre produtores e intermediários.
Promove o desenvolvimento do tamanho da propriedade	-Propriedades maiores conseguem aproveitar melhor as inovações tecnológicas: a concentração informacional também favorece a substituição dos métodos tradicionais de manejo para processos baseados em ciência e tecnologia.
Favorece *spillovers* de conhecimento no setor	-A concentração informacional em *hubs* de conhecimento (instituições de R&D e países líderes) apresenta vantagens em termos de produtividade, mas agrava desigualdades globais. -Difusão via Ecozonas: A transmissão internacional de conhecimento é amplamente determinada pela proximidade ecozona-específica. A geografia (distância física) e a genética (proximidade biológica e cultural) são fatores críticos para o compartilhamento de dados e conhecimento entre regiões agrícolas.

Fonte: Fonte: Autores com base em Clottey, Kuwornu e Egyir (2020), Sun (2007) e Slam e Madsen (2018).

A pesquisa realizada além trazer conceitos e definições para o processo de concentração informacional permitiu identificar perspectivas distintas acerca de seus efeitos no contexto do agronegócio. A seção seguinte apresenta as considerações finais levantadas a partir do exposto, trazendo as conclusões principais e os possíveis desdobramentos da pesquisa.

Considerações Finais

A presente pesquisa abordou a concentração informacional no agronegócio, discutindo seus impactos sobre o acesso a informações, as relações de poder entre agentes e a formulação de políticas públicas.

Constatou-se que a digitalização e o uso de tecnologias disruptivas, embora proporcionem novas oportunidades de eficiência e inovação, também reforçam assimetrias informacionais. Ou seja, a concentração de dados nas mãos de grandes corporações pode restringir a competitividade de pequenos produtores e influenciar a formulação de políticas públicas em favor de interesses dominantes.

Destaca-se, também, que a concentração informacional não apenas afeta o equilíbrio de poder nas cadeias produtivas, mas também compromete a diversidade de informações disponíveis aos diferentes agentes do setor. A crescente influência de grandes empresas na gestão e no controle de dados agrícolas favorece um ambiente de monopolização da inovação tecnológica, dificultando o acesso de pequenos e médios produtores a informações estratégicas sobre mercado, produção e novas práticas de gestão.

A pesquisa também identificou que a extensão rural, por exemplo, continua a desempenhar um papel crucial na disseminação de informações entre pequenos produtores, promovendo capacitação e reduzindo assimetrias informacionais. Além disso, a organização de cooperativas e associações de produtores pode ser uma alternativa para fortalecer o acesso coletivo à informação e negociar melhores condições dentro do mercado agropecuário.

Os desafios para reduzir a concentração informacional no agronegócio são múltiplos e envolvem tanto questões estruturais quanto políticas. O desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas, que garantam acesso equitativo à informação, representa um dos maiores desafios para equilibrar a competitividade no setor. Além disso, a dependência crescente de tecnologias proprietárias e a predominância de plataformas digitais controladas por grandes empresas reforçam a necessidade de

regulamentação sobre o uso e compartilhamento de dados agrícolas.

Esses resultados e conclusões podem contribuir para futuras investigações sobre governança da informação no agronegócio, bem como para o desenvolvimento de estratégias de regulação e transparência de dados. Além disso, os achados podem servir de subsídio para políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à informação por pequenos e médios produtores, fortalecendo sua participação no mercado.

Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise empírica dos impactos da concentração informacional em diferentes segmentos do agronegócio, investigando, por exemplo, como pequenas propriedades agrícolas estão se adaptando à digitalização e quais estratégias são mais eficazes para garantir a democratização do acesso à informação. Estudos sobre a implementação de plataformas colaborativas de dados e a viabilidade de soluções tecnológicas alternativas também são caminhos promissores para a continuidade da pesquisa.

Por fim, recomenda-se que futuras investigações combinem abordagens teóricas e empíricas, utilizando estudos de caso e metodologias quantitativas para mensurar os efeitos da concentração informacional sobre diferentes atores do agronegócio. Dessa forma, será possível aprofundar o entendimento sobre como a democratização da informação pode contribuir para um setor agropecuário mais equitativo e sustentável.

Referências

Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab [J-PAL] (2023, setembro). Improving agricultural information and extension services to increase small-scale farmer productivity J-PAL Policy Insights. https://www.povertyactionlab.org/policy-insight/improving-agricultural-information-and-extension-services-increase-small-scale.

Batalha, M. O., & Silva, A. L. (2021). Gestão e economia dos sistemas agroindustriais: definições, correntes metodológicas, e métodos de análise. Em Batalha, M. O. (Ed.), Gestão Agroindustrial (pp. 1-48). Atlas.

Braman, S. (2004). The emergent global information policy regime. Em Braman, S. (Ed.). The emergent global information policy regime. (pp. 12-37). Palgrave Macmillan.

Castells, M. (2009). A sociedade em rede [A era da informação: economia, sociedade e cultura]. Paz e Terra.

Clottey, J. K., Kuwornu, J. K. M., & Egyir, I. S. (2020). Analysis of smallholder pig value chains in Ghana. Development in Practice, 30(8), 1058-1067. DOI:10.1080/09614524.2020.1773405

Carvalho Silva, J. L. (2017). Informação e valor: inter-relações conceituais e a formação das tipologias valorativas da informação. TransInformação, 29(3), 267-278. https://doi.org/10.1590/2318-08892017000300005

Carvalho Silva, J. L. (2014). Múltiplas interpolações da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos [tese de Doutorado em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação] Universidade Federal da Bahia.

Chakraborty, A., & et al. (2017). On Quantifying Knowledge Segregation in Society. ArXiv, https://www.khoury.northeastern.edu/~mali/papers/information-segregation.pdf.

Di Caprio, D., & Santos-Arteaga, F. (2010). Banks as Creators and Transmitters of Information in Historical Perspective. Sciences Economiques, 1(1),185-186. https://shs.cairn.info/revue-vie-et-sciences-de-l-entreprise-2010-3-page-76.

Dicken, P. (2009). Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Bookman.

Diesel, V., & et al. (2008). Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária?. Rev. Econ. Sociol. Rural, 46(4), 1155–88. https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000400010

ETC Group. (2019). Mapping Corporate Power in Big Food. https://etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/etc_platetechtonics_a4_nov2019_web.pdf.

Ferraz, C. O., & Pinto, W. F. Tecnologia da Informação para a Agropecuária: Utilização de Ferramentas da Tecnologia da Informação no Apoio a Tomada de Decisões em Pequenas Propriedades. RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, 3(1), 38-49.

Hackenhaar, N. M., Hackenhaar, C., & Abreu, Y. V. de. (2015). Robótica na agricultura. Interações, 16(1), 119–29.

Herscovic, A. (2004). Economia da Informação, Redes Eletrônicas e Regulação: Elementos de Análise. Revista de Economia Política, 24(93), 100-120.

Jesus, M. E. R. de. & et al. (2021) AgriToca: uma solução de software para aproximar a agricultura familiar e o mercado no município de Palmas-TO e região. RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, 7(2), 48-81. https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/140/330.

Lima, P. R. S., & et al. (2023). A ação das big techs no trato de dados e de informações: desafios e perspectivas para a ciência da informação[sessão da conferência]. XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Aracaju, Brasil.

MacDonald, J. M., Dong, X., & Fuglie, K. (2023). Concentration and competition in U.S. agribusiness [Report No. EIB-256]. https://www.ers.usda.gov/publications/pub-details?pubid=106794.

Media Ownership Monitor - MOM. (2017). Quem controla a mídia no Brasil? https://brazil.mom-rsf.org/br/.

Mooney, P. R. (2001). The ETC century: erosion, technological transformation and corporate concentration in the 21st. century. Dag Hammarskjold Foundation. https://www.daghammarskjold.se/publication/etc-century-erosion-technological-transformation-corporate-concentration-21st-century/.

Moraes, D. (1998). O planeta mídia: tendências da comunicação na era global. Letra Livre.

Morais, K. (2022). A presença do capital transnacional na (re)formulação da política audiovisual no Brasil: questões centrais em disputa. Em Marques, R. M., & Bastos, M. D. (Eds.) Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (pp. 15-29). ULEPICC-Brasil.

Santos, M. C. C. L. dos., & Araújo, M. de. (2024). A Inteligência Artificial (IA) e a lei brasileira de responsabilidade e transparência na internet - Humanismo 4.0 - Impactos na cidadania. https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/577/edicao-1/a-inteligencia-artificial-%28ia%29-e-a-lei-brasileira-de-responsabilidade-e-transparencia-na-internet---humanismo-4.0---impactos-na-cidadania. Access in: 09 aug. 2024

Sausen, D. & et al. (2020). Agrotecnologias disruptivas. RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, 6(2), 41-68. https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/126/283.

Sexton, R. J., & Xia, T. (2018). Increasing Concentration in the Agricultural Supply Chain: Implications for Market Power and Sector Performance. Annual Review of Resource Economics, 10(1), 229–51. https://doi.org/10.1146/annurev-resource-100517-023312.

Singh, N., & Dey, K. (2023). A typology of agricultural market information systems and its dimensions: Case studies of digital platforms. Electron Markets, 33(42), 1-22. https://doi.org/10.1007/s12525-023-00665-0.

Slam, M. R., & Madsen, J. B. (2018). Knowledge diffusion and agricultural development. Agricultural Economics, 49(1), 265–276. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/agec.12414.

Su, P., Chen, M., & Wang, Y. Agent-based model: A method worthy of promotion in Library and Information Science. Journal of Information Science, 49(6), 1517-1527. https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/01655515211061867.

Stiglitz, J. E. (1985). Information and Economic Analysis: a perspective. The Economic Journal, 95(Supplement: Conference Papers), 21-41, https://www.jstor.org/stable/2232867.

Sun, Z. (2007). Knowledge Concentration and the Development of Agricultural Economy. Journal of Xinyang Normal University (Philos. & Soc. Sci. Edit.), 27(1), https://www.ichacha.net/agricultural%20economy.html.

Treat, S. A. (2020). Revisiting Crisis by Design: Corporate concentration in agriculture. Institute for Agriculture and Trade Policy - IATP. https://www.iatp.org/documents/revisiting-crisis-design-corporate-concentration-agriculture.

[i] Syngenta Digital. Disponível em: https://www.syngentadigital.ag/. Acesso em: 11 fev. 2025.

[ii] Corteva Digital: Disponível em: https://www.corteva.com.br/produtos-e-servicos/agricultura-digital.html. Acesso em: 11 fev. 2025.

[iii] Os "spillovers" de conhecimento referem-se ao processo pelo qual inovações, informações e tecnologias desenvolvidas em uma região ou entidade específica ultrapassam suas fronteiras originais e beneficiam outras regiões ou agentes econômicos sem custo direto para os receptores. No contexto agrícola, isso significa que o investimento em pesquisa e desenvolvimento (R&D) em um país ou região pode impactar positivamente a produtividade agrícola de outro (Slam; Madsen, 2018).

O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL BRASILEIRO SOB O PRISMA DAS ECOLOGIAS INFORMACIONAIS COMPLEXAS

Jean Fernandes Brito, Universidade Estadual Paulista, Centro Universitário Leonardo da Vinci, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9258-82051, Brasil, *j.brito@unesp.br*

Gustavo Camossi, Universidade Estadual Paulista, Centro Universitário Euripedes de Marília, https://orcid.org/0000-0002-1553-1053, Brasil, *gustavo.camossi@unesp.br*

Fernanda Alves Sanchez, Universidade Estadual Paulista, https://orcid.org/0000-0003-1543-2773, Brasil, *fernanda.a.sanchez@unesp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6741

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

Os museus desempenham várias funções na sociedade, que se inter-relacionam e contribuem para a preservação e disseminação do conhecimento e da cultura. Além de expor os objetos museológicos por meio da musealização, os museus também têm a responsabilidade de preservar tradições e práticas culturais imateriais e materiais (Padilha, 2014).

O Museu Histórico Nacional (MHN), localizado na cidade do Rio de Janeiro, é um dos museus mais importantes do patrimônio cultural e histórico do Brasil. Fundado em 1922, desempenha um papel fundamental na preservação e disseminação da história nacional, que inclui artefatos, documentos,

fotografias, obras de arte e objetos etnográficos (Museu Histórico Nacional, 2024).

Entretanto, para além de seu papel tradicional como uma instituição histórica o MHN, pode ser compreendido como uma ecologia informacional complexa, na qual diversos fluxos de informações, interações e processos se entrelaçam para formar uma rede dinâmica de informação e conhecimento.

O conceito de ecologia informacional complexa emerge dos estudos teóricos e práticos da Arquitetura da Informação Pervasiva (AIP), conforme elucidado por Oliveira (2014) e Oliveira & Vidotti (2016). Assim, entendemos as ecologias informacionais complexas como objetos de investigação da AIP, que lida com ambientes (analógicos e digitais), tecnologias, sujeitos e seus respectivos comportamentos, ligados de forma holística pela informação.

Nesse contexto, Brito (2023) aprofunda os estudos sobre ecologias informacionais complexas e aplica o conceito no âmbito dos museus, entendendo que a ecologia informacional nesses espaços se trata de um sistema complexo que abrange uma variedade de elementos interligados, tanto analógicos quanto digitais.

A diversidade das coleções do MHN, a interação contínua com o público, as atividades educativas e de pesquisa, a utilização de tecnologias digitais, as colaborações interinstitucionais e as práticas de preservação e conservação são alguns dos elementos que contribuem para essa complexa ecologia informacional.

Assim, essa pesquisa tem a seguinte questão de pesquisa: Como está estruturada a ecologia informacional complexa do Museu Histórico Nacional? De modo a responder este questionamento o objetivo desta pesquisa é analisar e descrever a ecologia informacional complexa do MHN, e entender como esses elementos se interconectam e se complementam, formando um ambiente dinâmico que vai além das paredes do museu.

A presente pesquisa justifica-se por múltiplas razões, de ordem teórica, prática, social e institucional, que a tornam relevante e pertinente para o campo da Museologia, para a área da Ciência da Informação e para a própria atuação estratégica do Museu Histórico Nacional. Partindo do entendimento de que os museus são instituições fundamentais para a preservação da memória coletiva, para a promoção da diversidade cultural e para a mediação crítica de narrativas históricas, a análise de suas ecologias informacionais complexas configura-se como uma abordagem inovadora e necessária diante dos desafios contemporâneos enfrentados por essas instituições.

O primeiro elemento que sustenta a justificativa deste trabalho reside na necessidade de compreender os museus como ecologias informacionais complexas. O Museu Histórico Nacional, em particular, por sua dimensão histórica, cultural e simbólica, representa um exemplo significativo de como as instituições museológicas articulam práticas físicas, digitais, educativas e comunitárias para cumprir sua missão social. O conceito de ecologia informacional complexa permite captar essas múltiplas dimensões de forma integrada, valorizando as interdependências entre os diversos fluxos de informação e reconhecendo a natureza dinâmica, plural e não linear das práticas museológicas. Assim, esta pesquisa contribui para consolidar e operacionalizar um referencial teórico ainda pouco explorado no contexto dos museus brasileiros, preenchendo uma lacuna significativa no debate acadêmico.

Além disso, a relevância social desta investigação está ancorada no fato de que os museus, enquanto instituições públicas, exercem um papel estratégico na construção de uma sociedade mais informada, inclusiva e participativa. Em um momento histórico em que a desinformação, a polarização social e as tentativas de apagamento de memórias coletivas ganham espaço no debate público, torna-se urgente reforçar a importância dos museus como ambientes confiáveis de informação e mediação crítica. Nesse sentido, compreender a ecologia informacional do

Museu Histórico Nacional contribui para evidenciar suas práticas de democratização do acesso à informação, de inclusão de múltiplas vozes na narrativa histórica e de promoção de direitos culturais. A análise aqui proposta não apenas descreve as ações do museu, mas também identifica potencialidades, fragilidades e possibilidades de aprimoramento que podem fortalecer sua função social.

Outro fator importante para a justificativa deste estudo é a necessidade de compreender como os museus estão se adaptando aos impactos das tecnologias digitais e às demandas por acessibilidade e participação social ampliada. O Museu Histórico Nacional tem desenvolvido diversas iniciativas digitais, educativas e participativas que vão além do espaço físico tradicional e alcançam públicos geograficamente distantes ou socialmente marginalizados. Tais práticas revelam um processo de reinvenção institucional que merece ser documentado, analisado e compreendido, para que outras instituições possam se inspirar e para que as políticas públicas de cultura possam ser aprimoradas com base em experiências concretas. Ao descrever detalhadamente a ecologia informacional complexa do MHN, esta pesquisa oferece subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes de gestão museológica e para a promoção de políticas culturais inclusivas.

Do ponto de vista da Museologia, este trabalho representa uma contribuição relevante por trazer para o centro do debate acadêmico a noção de ecologia informacional como chave para a compreensão dos museus contemporâneos. A Museologia, como campo interdisciplinar voltado para o estudo crítico das práticas museológicas, têm incorporado progressivamente conceitos oriundos de outras áreas para dar conta da complexidade das instituições museais na atualidade. Nesse contexto, a incorporação da perspectiva ecológica e informacional amplia o olhar sobre os museus, permitindo compreendê-los não apenas como lugares de guarda e conservação de objetos, mas como ambientes vivos de produção, mediação e circulação de informações, narrativas e sentidos. A partir desta pesquisa, reforça-se a noção de que o museu deve ser visto como um sistema em constante interação com a sociedade, cujas práticas informacionais precisam ser analisadas de forma integrada para que possam ser aprimoradas.

Para a área da Ciência da Informação, esta pesquisa também oferece avanços significativos. Ao aplicar o conceito de ecologia informacional a um contexto museológico, o trabalho amplia o escopo empírico e teórico da disciplina, demonstrando como os conceitos fundamentais da Ciência da Informação como organização da informação, mediação, acesso, memória e fluxos informacionais — são centrais para o funcionamento e a inovação nos museus. Este estudo revela que os museus podem ser analisados como sistemas de informação que organizam, disponibilizam, interpretam e comunicam acervos para diferentes públicos. Tal abordagem abre novas possibilidades para a pesquisa interdisciplinar entre a Museologia e a Ciência da Informação, criando pontes teóricas e práticas que podem beneficiar ambas as áreas. Além disso, esta pesquisa destaca como as práticas museológicas podem se beneficiar das metodologias e dos princípios da Ciência da Informação para melhorar sua gestão informacional e ampliar seu impacto social.

No que se refere ao próprio Museu Histórico Nacional, esta pesquisa contribui de maneira concreta para a reflexão institucional e para o aprimoramento de suas estratégias de comunicação, curadoria e gestão. Ao sistematizar e descrever de forma detalhada sua ecologia informacional, o trabalho oferece um diagnóstico que pode ser útil para a identificação de pontos fortes, lacunas e áreas de oportunidade. Tais informações podem subsidiar a tomada de decisão por parte de gestores, curadores e educadores, auxiliando no planejamento de ações futuras e na consolidação do papel do museu como protagonista no campo cultural brasileiro. Ademais, a divulgação dos resultados desta pesquisa pode fortalecer a visibilidade do museu, não apenas junto à comunidade acadêmica, mas também perante a sociedade

em geral, destacando sua relevância para a memória nacional e para a construção de um futuro mais democrático e plural.

Portanto, este trabalho se justifica por articular, de forma inovadora, a teoria das ecologias informacionais complexas às práticas museológicas contemporâneas, contribuindo para a consolidação desse referencial teórico no Brasil e oferecendo uma análise crítica e aplicada de um caso emblemático. A pertinência social, acadêmica e institucional da pesquisa fica evidenciada quando se reconhece que os museus são instituições fundamentais para a garantia dos direitos culturais e para a promoção da cidadania. Assim, compreender e descrever a ecologia informacional do Museu Histórico Nacional não é apenas um exercício acadêmico, mas também um gesto de compromisso com a preservação da memória coletiva, com a valorização da diversidade e com o fortalecimento da democracia cultural.

Referencial Teórico

Com base nos estudos de Brito (2023) a ecologia informacional complexa em museus refere-se à teia intrincada de interações entre pessoas, tecnologias e ambientes, tanto físicos quanto digitais, dentro desses ambientes culturais. Ela se preocupa em criar sistemas de informação que são intuitivos e acessíveis em múltiplos pontos de contato, sejam eles digitais ou físicos, garantindo uma experiência coesa e integrada para os visitantes e outros sujeitos (Brito, Martinez-Ávila, Vidotti, 2023).

Na visão de Brito (2023) e Oliveira (2014) no âmbito dos museus, a AIP envolve a integração de tecnologias avançadas para aprimorar a experiência do sujeito. As tecnologias desempenham um papel fundamental na facilitação dessas interações informacionais. Isso inclui o uso de sistemas de gerenciamento de coleções digitais, aplicações móveis, realidade aumentada e virtual, entre outras ferramentas.

Os ambientes analógicos dos museus são configurados de maneira a complementar essa arquitetura informacional. Salas de exposição, bibliotecas, arquivos e laboratórios de conservação são projetados para maximizar a acessibilidade e a interatividade. Os elementos analógicos inseridos nos ambientes são enriquecidos por tecnologias digitais que proporcionam informações adicionais e contextualizações mais profundas (Brito, 2023)

Os ambientes digitais, como sites, portais e redes sociais, expandem o alcance do museu para além de suas paredes físicas. Eles oferecem catálogos online, tours virtuais e ferramentas de busca que permitem aos sujeitos explorar as coleções a qualquer momento e de qualquer lugar (Brito, 2023). A AIP garante que esses ambientes digitais sejam intuitivos e facilmente navegáveis, proporcionando uma experiência para o sujeito fluida e satisfatória (Adário, 2024; Brito, 2023; Oliveira, 2024)

Brito (2023) afirma que os sujeitos envolvidos na ecologia informacional dos museus são diversos e incluem visitantes, pesquisadores, funcionários do museu e a comunidade em geral. Para os visitantes, isso pode significar a disponibilização de conteúdos em múltiplos idiomas e formatos acessíveis, enquanto para os pesquisadores, pode envolver o acesso a bancos de dados detalhados e recursos de pesquisa avançados (Brito, 2023; Dutra & Pereira, 2023).

Dessa forma, a ecologia informacional complexa dos museus, com base nos estudos teóricos e práticos da Arquitetura da Informação Pervasiva contribui para um ambiente onde informações e experiências são acessíveis, interativas e educacionais. Ela permite que os museus cumpram suas funções estruturais de pesquisa, comunicação e preservação de maneira mais eficaz, ao mesmo tempo em que promove a inclusão e o engajamento de diversos públicos.

Assim, as ecologias informacionais complexas emergem como uma perspectiva teórica e metodológica capaz de captar a dinamicidade, a interdependência e a imprevisibilidade dos fluxos de informação nos diferentes ambientes sociotécnicos. Segundo Oliveira (2014), compreender a informação em contextos ecológicos implica reconhecer que ela não é

um recurso isolado, mas um elemento que circula e se transforma em redes compostas por sujeitos, tecnologias, instituições e valores culturais. Essa abordagem amplia a visão tradicional da Ciência da Informação ao considerar a multiplicidade de fatores que influenciam a produção, a mediação e o uso da informação em sistemas abertos e adaptativos, exigindo olhares mais sensíveis à diversidade e à complexidade dos fenômenos informacionais.

Nessa direção, Oliveira e Vidotti (2016) reforçam a importância de adotar um pensamento sistêmico e integrado para analisar as práticas informacionais contemporâneas, marcadas por rupturas, assimetrias e novas possibilidades de interação entre agentes humanos e não humanos. Para os autores, compreender as ecologias informacionais complexas é fundamental para propor estratégias inclusivas, sustentáveis e inovadoras de gestão e organização da informação, considerando tanto as necessidades locais quanto os impactos globais dos processos informacionais. Desse modo, o conceito contribui para o avanço teórico e para a prática profissional, oferecendo subsídios para a construção de ambientes informacionais mais participativos, equitativos e responsivos às transformações sociais e tecnológicas.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos que subsidiam o desenvolvimento desta pesquisa se baseiam em uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando o referencial teórico das ecologias informacionais complexas em museus, com base nos estudos de Brito (2023) e nos estudos de Oliveira (2014).

Os procedimentos metodológicos que subsidiam o desenvolvimento desta pesquisa se baseiam em uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando o referencial teórico das ecologias informacionais complexas em museus, com base nos estudos de Brito (2023) e nos estudos de Oliveira (2014). A escolha dessa abordagem decorre do objetivo central desta investigação, que é compreender e descrever os elementos que compõem a ecologia informacional complexa do Museu Histórico Nacional (MHN), em suas múltiplas dimensões física, digital, institucional, educativa, comunitária e simbólica , considerando-o como um ecossistema dinâmico, em constante transformação e fortemente imbricado às práticas sociais, culturais e tecnológicas contemporâneas.

A abordagem qualitativa, conforme defendida por Creswell (2014), é mais adequada quando se busca investigar significados e interpretações atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições aos fenômenos sociais e culturais. No caso do MHN, o conceito de ecologia informacional complexa demanda uma análise interpretativa e densa, capaz de captar as inter-relações entre objetos, fluxos de informação, discursos museológicos e públicos diversos. Já a natureza descritiva da pesquisa está relacionada ao propósito de identificar, caracterizar e organizar os elementos constitutivos dessa ecologia informacional, indo além de uma simples enumeração, para construir uma narrativa analítica coerente com o referencial teórico adotado. Assim, trata-se de descrever o MHN não apenas como um espaço físico ou como uma coleção de objetos, mas como um ambiente cultural e informacional vivo, onde a memória social é produzida, interpretada e disputada.

O MHN foi selecionado como objeto de estudo por reunir características que o tornam particularmente relevante para a pesquisa, como sua longevidade institucional, a diversidade de seus acervos, o reconhecimento nacional e internacional, além de seu engajamento em processos contemporâneos de modernização, digitalização, inclusão social e revisão crítica das narrativas históricas.

Para a coleta e descrição dos elementos da ecologia informacional complexa do MHN, utilizou-se a técnica de observação indireta, não participante, baseada em dados secundários disponibilizados publicamente pela própria instituição. A escolha desta técnica justifica-se pelas características do objeto de estudo, que é uma instituição pública com ampla produção de dados e informações institucionais de acesso aberto. A observação

indireta consiste na coleta sistemática e planejada de informações constantes de documentos oficiais, páginas institucionais, relatórios e demais registros disponibilizados pela instituição, permitindo aos pesquisadores construir um quadro interpretativo a partir de fontes legítimas e confiáveis. Como não houve contato direto com funcionários ou visitantes do MHN, nem participação nas atividades cotidianas do museu, a observação caracteriza-se como não participante, o que ajuda a reduzir vieses decorrentes da presença dos pesquisadores em campo e está em consonância com a natureza remota da investigação.

Os dados foram coletados no período de 20 a 22 de junho de 2025, tendo como principal fonte o website oficial do Museu Histórico Nacional (https://mhn.museus.gov.br/) e as informações nele disponibilizadas durante o período em questão. Essa coleta trouxe descrições detalhadas dos acervos físico e digital, informações sobre exposições permanentes e temporárias, registros de projetos de digitalização e acessibilidade, relatos de atividades educativas e culturais, notícias institucionais recentes, publicações digitais (como livros, audiolivros e podcasts), informações sobre o processo de revitalização física do edifício e sobre a integração do museu com plataformas digitais externas, como o Google *Arts* & *Culture*. Todos os dados utilizados eram públicos e de acesso livre, garantindo, assim, o respeito aos princípios éticos da pesquisa social e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Os dados coletados foram organizados segundo categorias temáticas que emergem do conceito de ecologia informacional complexa, conforme formulado por Brito (2023) e Oliveira (2014). As categorias utilizadas foram: dimensão física e patrimonial, englobando aspectos relacionados ao prédio, à conservação do acervo e às reservas técnicas; dimensão digital e tecnológica, contemplando os processos de digitalização, presença online, plataformas digitais e iniciativas de acessibilidade tecnológica; dimensão institucional e organizacional, incluindo estrutura administrativa, políticas públicas associadas, parcerias e sustentabilidade; dimensão educativa e comunitária, que abrange as atividades educativas, a participação social e a inclusão de comunidades; e dimensão simbólica e narrativa, que trata das abordagens discursivas, narrativas críticas e curadoria participativa. Essa categorização orientou a análise interpretativa, permitindo identificar as conexões entre os diversos elementos do MHN e como eles se articulam para formar um ecossistema informacional integrado e dinâmico.

A análise dos dados seguiu uma perspectiva interpretativa qualitativa, combinando descrição detalhada e contextualizada dos elementos com a reflexão teórica embasada no referencial adotado. Essa estratégia possibilitou não apenas identificar os componentes visíveis da ecologia informacional do MHN, mas também explicitar os fluxos de informação, os padrões de interação e as tensões que perpassam a instituição. Por exemplo, a presença do museu em plataformas digitais não foi apenas relatada como um fato, mas analisada como vetor estratégico de democratização da informação e elemento central para a sustentabilidade da ecologia informacional no contexto contemporâneo.

Apesar dessas limitações, a metodologia adotada revelou-se adequada para os objetivos da pesquisa, oferecendo uma análise robusta e coerente da ecologia informacional complexa do MHN, dentro dos limites éticos e práticos estabelecidos. A observação indireta, não participante e fundamentada em dados secundários mostrou-se uma estratégia eficiente para captar a complexidade informacional de uma grande instituição museológica, sem comprometer sua rotina ou expor informações sensíveis.

A ecologia informacional complexa do Museu Histórico Nacional

A ecologia informacional do Museu Histórico Nacional (MHN) envolve um complexo sistema de interações entre ambientes analógicos e

digitais, tecnologias diversas e múltiplos. De modo a representar esta ecologia sob o prisma do MHN, foi elabora uma representação gráfica apresentada na Figura 1:

Figura 1: Representação da ecologia informacional complexa no âmbito do MHN

Fonte: Elaborada pelos autores, 2025

A Figura 1 ilustra a complexa ecologia informacional do MHN, destacando a informação como um todo, os ambientes, os sujeitos, os museus e as tecnologias se entrelaçando dentro dessa ecologia. Por fim, o MHN está no centro da imagem como uma instituição histórica que se relaciona com todos os tópicos. No Quadro 1, apresentamos a descrição de cada categoria presente na ecologia informacional complexa do MHN.

Quadro 1: A ecologia informacional complexa do Museu Histórico Nacional



Categoria	Descrição
Ambientes Analógicos	**Exposições Permanentes e Temporárias**: Salas com artefatos históricos, painéis informativos, vitrines e expositores. **Biblioteca e Arquivos**: Espaços para pesquisa com livros, documentos, mapas, fotografias e manuscritos. **Laboratórios de Conservação**: Áreas de restauração e preservação de objetos históricos.
	Auditórios e Salas de Conferência: Locais para palestras, seminários e eventos educativos.
Ambientes Digitais	**Site e Portais Online**: Website oficial com informações sobre exposições, eventos, acervo e atividades educativas. **Redes Sociais**: Perfis em Facebook, *Instagram*, *Tripadivisor, YouTube* e Google+ para comunicação e engajamento **Aplicativos Móveis**: Por meio do website há a possibilidade de um tour virtual pelo MHN. **Bases de Dados e Repositórios Digitais**: Sistemas de gerenciamento de acervos e coleções digitais.
Tecnologias	**Tecnologias de Digitalização**: Scanners, câmeras fotográficas e de vídeo, softwares de processamento de imagem. **Tecnologias de Interatividade**: Displays interativos, quiosques digitais, realidade aumentada/virtual, sensores de movimento e projeções interativas. **Infraestrutura de TI**: Servidores, bancos de dados, redes de comunicação e sistemas de segurança cibernética.
Sujeitos	**Visitantes**: Público em geral, grupos escolares e turistas. **Pesquisadores e Acadêmicos**: Profissionais e estudantes, curadores e historiadores. **Funcionários do Museu**: Curadores, conservadores, educadores, guias, técnicos de TI e especialistas em digitalização. **Gestores e Administradores**: Diretores, administradores e coordenadores de projetos e eventos.

	Comunidade e Parceiros: Organizações culturais, educativas e científicas, membros da comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A ecologia informacional do MHN é um sistema complexo que abrange uma variedade de elementos interligados, tanto analógicos quanto virtuais/ digitais. Nos ambientes analógicos do museu os visitantes interagem diretamente com exposições, artefatos e ambientes projetados para educar e entreter. Estes ambientes são cuidadosamente planejados para proporcionar experiências imersivas e educativas, muitas vezes utilizando tecnologias como realidade aumentada, projeções interativas e dispositivos táteis para enriquecer a compreensão dos visitantes sobre o conteúdo apresentado.

Podemos destacar o trabalho de pesquisa com o educativo do museu, e os anais do MHN, que contribui de forma efetiva para a Ciência com estudos teóricos e aplicados no âmbito da Museologia, História e Patrimônio.

Paralelamente, a dimensão digital da ecologia informacional do museu está em constante expansão. A instituição utiliza websites, aplicativos móveis e plataformas de mídia social para alcançar um público mais amplo, oferecendo acesso virtual a coleções e recursos educativos. Essas plataformas digitais não apenas facilitam a disseminação de informações, mas também permitem a curadoria digital de acervos, preservando e tornando acessíveis documentos e artefatos históricos de maneiras antes inimagináveis.

Além dos visitantes, pesquisadores e educadores também desempenham um papel efetivo no MHN. Os sujeitos utilizam tecnologias digitais para acessar e estudar coleções, colaborar em projetos de pesquisa e desenvolver materiais educativos inovadores.

Essa interação entre a área acadêmica, sociedade e museus amplia o impacto educativo e cultural dessas instituições, promovendo o conhecimento e a preservação do patrimônio histórico e cultural (Padilha, 2014; Brito, 2023).

Considerações sobre a Ecologia Informacional Complexa do MHN: estrutura, ambientes e acervos

O Museu Histórico Nacional (MHN) é, desde sua fundação em 1922, uma das instituições mais importantes para a memória e a história do Brasil. Ao longo de mais de cem anos, construiu e mantém um acervo imenso e diversificado, que se desdobra em múltiplas dimensões informacionais arquivística, bibliográfica, museológica, digital e educativa. A análise dessa rede de informações permite compreender o museu como um ecossistema complexo, vivo, em constante transformação, onde a memória é preservada e, ao mesmo tempo, permanentemente reinterpretada para dialogar com a sociedade contemporânea.

Essa complexidade se manifesta primeiramente na estrutura e diversidade dos acervos do MHN. Seu arquivo histórico reúne mais de 62 mil documentos iconográficos e manuscritos de diversas coleções privadas, representando uma fonte inestimável para pesquisadores e para a compreensão de aspectos da história nacional. Esses documentos estão parcialmente organizados e acessíveis por meio de uma base AtoM *(Access to Memory)*[1], disponível ao público online, o que permite democratizar o acesso às fontes primárias e ampliar sua utilização para além do espaço físico da instituição. Já o arquivo institucional, com cerca de 250 metros lineares, preserva a memória administrativa e museológica do próprio MHN, oferecendo uma visão crítica sobre os bastidores da prática museal no Brasil e sua evolução ao longo do tempo.

A biblioteca do museu é outro pólo essencial desse ecossistema informacional. Com cerca de 65 mil itens, entre livros raros, periódicos, folhetos e outros materiais, abrange temas que vão além da história, incluindo numismática,

heráldica, gastronomia e museologia. Sua informatização, iniciada com o MicroISI[2] em 1991 e atualizada para o sistema Koha[3] demonstra a preocupação constante com a modernização dos processos de gestão informacional. Essa biblioteca não é apenas um espaço para guardar objetos do passado, mas para ajudar a compreender quem somos, também um ambiente de produção de conhecimento, que colabora para a formação de novos olhares sobre o passado e para a produção de novas narrativas históricas.

O acervo museológico, composto por cerca de 170 mil itens, é igualmente diversificado e relevante. Destaca-se a coleção numismática, considerada a maior da América Latina, com mais de 150 mil moedas, medalhas e selos, além de 22 mil objetos tridimensionais que vão desde arte sacra e joalheria até brinquedos e armas. Esse acervo não é apenas guardado: ele é curado, exposto, contextualizado e constantemente reinterpretado em exposições temáticas e permanentes, que procuram equilibrar tradição e inovação, memória e crítica social.

Além dessas dimensões mais tradicionais, o MHN investe fortemente em sua presença digital e em estratégias de democratização da informação. A instituição tem buscado ampliar o acesso remoto aos seus acervos e atividades por meio da digitalização de coleções, de sua integração ao Google *Arts* & *Culture*, de passeios virtuais, de exposições digitais e da disponibilização de livros digitais e audiolivros. Em paralelo, investe em iniciativas educativas digitais, como podcasts, webinários e conteúdos em redes sociais, que aproximam o público jovem e diversificado de temas históricos muitas vezes considerados distantes ou inacessíveis.

Esses investimentos revelam um museu consciente de que a informação, para cumprir sua função social, precisa circular e se adaptar às linguagens e aos canais contemporâneos. Por isso, o MHN não se limita a "mostrar" objetos, mas procura contar histórias, suscitar debates, provocar reflexões. Exemplo disso são as recentes exposições de longo prazo, como *Îandé – Aqui Estávamos, Aqui Estamos*, que deslocam o protagonismo para os povos indígenas, ou as seções do circuito permanente reaberto em 2021 com novas leituras decoloniais e críticas à narrativa histórica oficial. O museu se posiciona assim, não apenas como um guardião do passado, mas como um agente ativo na construção de uma memória social mais plural e inclusiva.

A renovação física do prédio, atualmente em curso, é outra dimensão importante dessa ecologia informacional. Além de restaurar a estrutura e modernizar as instalações para melhor acolher o público e preservar o acervo, o projeto de revitalização inclui investimentos em novas reservas técnicas, climatização e sistemas contra incêndio, que são indispensáveis para a integridade informacional a longo prazo. Esse esforço reforça a consciência de que a preservação da memória não é apenas simbólica: exige condições materiais, de infraestrutura, tecnológicas e administrativas adequadas.

A participação social e comunitária é um dos pilares dessa ecologia informacional. O MHN não trabalha apenas para um público distante e abstrato; ele dialoga com comunidades locais e grupos sociais específicos, ouvindo suas demandas, incluindo suas vozes e respeitando suas memórias. Esse diálogo se dá por meio de rodas de conversa, oficinas educativas, feiras culturais, exposições co-criadas e debates públicos que transformam o museu num espaço de encontro, mediação e construção coletiva de sentidos. Ao integrar indígenas, descendentes da diáspora africana e outros grupos historicamente invisibilizados às narrativas museais, o MHN amplia sua relevância social e contribui para uma memória mais justa e democrática.

No entanto, essa transformação não está isenta de desafios. A digitalização, embora seja fundamental, é cara e exige atualização constante. A infraestrutura tecnológica, a capacitação da equipe, a garantia de acessibilidade universal e a sustentabilidade financeira são aspectos que precisam ser cuidadosamente planejados para que o projeto não apenas avance, mas se mantenha ao longo do tempo. A presença online, por sua vez, deve

ser mais do que um espelho do físico: precisa inovar em formatos, conteúdos e linguagens para atrair novos públicos sem perder o rigor e a profundidade histórica.

Outro desafio é manter o equilíbrio entre a valorização da tradição e a abertura para a inovação. Preservar a memória do passado não significa cristalizá-la, mas reinterpretá-la constantemente à luz das questões contemporâneas. O MHN tem conseguido trilhar esse caminho ao revisitar suas exposições e publicações com novas abordagens e ao integrar perspectivas críticas e decoloniais às narrativas oficiais. Essa postura ética e reflexiva é fundamental para a vitalidade da instituição e para sua capacidade de dialogar com a sociedade.

Uma ecologia informacional democrática implica também tornar o acervo mais acessível e compreensível para públicos diversos. Isso envolve investir em conteúdos em múltiplas línguas, formatos adaptados para pessoas com deficiência, linguagem simplificada quando necessário, e tecnologias que ampliem o alcance e a compreensão da informação. O MHN já avançou nesse sentido, com livros em áudio, tradução em Libras e podcasts, mas ainda há muito espaço para crescer e consolidar essas práticas.

As perspectivas para o futuro são promissoras, desde que a instituição siga comprometida com princípios democráticos, inclusivos e participativos. Ampliar a digitalização do acervo, priorizando documentos e objetos de grupos historicamente excluídos, fortalecer a política editorial para dar voz a novos olhares sobre a história, investir em formação continuada para sua equipe e garantir a participação efetiva da comunidade na construção de narrativas são caminhos que podem consolidar o MHN como um exemplo internacional de museu socialmente relevante e tecnologicamente atualizado.

O MHN, como mostra sua trajetória recente, está se transformando não apenas em um museu que guarda a memória, mas também em um laboratório de inovação cultural. A experiência de visitar o MHN seja presencialmente, seja virtualmente já não é apenas contemplativa, mas participativa. Cada visitante, cada pesquisador, cada participante de uma oficina ou de uma live educativa contribui para enriquecer esse ecossistema informacional, que se retroalimenta e se expande continuamente.

A integração com plataformas digitais internacionais, como o Google *Arts* & *Culture,* a publicação de livros e audiolivros acessíveis, às exposições com perspectivas decoloniais, a revitalização física e conceitual do prédio e a inclusão ativa de grupos historicamente marginalizados são exemplos de práticas que transformam o museu em um agente de mudança cultural e social.

Recomendações para a ecologia informacional complexa do Museu Histórico Nacional

Os resultados obtidos a partir da análise da ecologia informacional complexa do Museu Histórico Nacional possibilitaram identificar um conjunto de aspectos a serem aprimorados para fortalecer ainda mais o papel do museu como espaço de memória, informação e mediação cultural. As recomendações aqui apresentadas foram organizadas em três eixos complementares ambientes (analógicos e/ou digitais), tecnologias e sujeitos —, de modo a respeitar as inter-relações que caracterizam a ecologia informacional e a orientar ações específicas que contemplem tanto os espaços e suportes de informação quanto os públicos e profissionais que os mobilizam.

Ambientes (analógicos e/ou digitais)

- Ampliar a digitalização sistemática do acervo físico, estabelecendo metas claras e cronogramas periódicos para que as coleções analógicas mais relevantes, incluindo documentos e peças ainda não acessíveis virtualmente, sejam progressivamente disponibilizadas em plataformas digitais abertas.
- Desenvolver exposições virtuais exclusivas para os ambientes digitais, planejadas desde a concepção para o

meio online, explorando recursos interativos, multimídia e narrativas audiovisuais que complementam as exposições físicas.

- Integrar os espaços físicos do museu com suas plataformas digitais por meio de tecnologias híbridas, como códigos QR, audioguias em dispositivos móveis e sinalizações inteligentes, que permitam aos visitantes acessar conteúdos digitais diretamente durante a visita presencial.
- Reorganizar os ambientes físicos para torná-los ainda mais acessíveis e acolhedores a públicos diversos, com sinalização universal clara, áreas adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida e espaços de convivência interativos que promovam maior engajamento do visitante com a informação.

Tecnologias

- Investir na adoção de padrões internacionais de metadados para os acervos digitais, assegurando interoperabilidade com outras bases de dados culturais nacionais e internacionais e facilitando a reutilização das informações para fins acadêmicos e educativos.
- Ampliar o uso de tecnologias imersivas como realidade aumentada e realidade virtual para oferecer experiências inovadoras tanto nos espaços físicos quanto nas plataformas digitais, tornando as exposições mais atrativas para públicos jovens e conectados.
- Fortalecer os recursos de acessibilidade digital, com a implementação de interfaces mais inclusivas, audiodescrição, tradução em Libras, legendas automáticas e conteúdos em linguagem simples para garantir a compreensão por diferentes perfis de público.
- Criar um sistema interno de monitoramento e análise de dados de uso das plataformas digitais e de comportamento dos visitantes presenciais, para subsidiar decisões estratégicas com base em evidências sobre os fluxos informacionais e as preferências do público.

Sujeitos

- Ampliar as estratégias de engajamento e escuta ativa com os diferentes públicos, promovendo campanhas colaborativas nas redes sociais para coletar memórias, histórias pessoais e interpretações sobre o acervo, fortalecendo o vínculo do museu com as comunidades.
- Intensificar programas de formação continuada para os profissionais do museu nas áreas de curadoria digital, mediação cultural em ambientes híbridos e comunicação acessível, capacitando-os para lidar com as demandas contemporâneas da ecologia informacional.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino e organizações comunitárias para criar conteúdos educativos e exposições temáticas que refletem a diversidade cultural do país, promovendo a inclusão de grupos sub-representados nas narrativas históricas.
- Implementar mecanismos regulares de avaliação da satisfação e das expectativas dos visitantes presenciais e virtuais por meio de enquetes, fóruns participativos e grupos focais, garantindo que a voz dos sujeitos seja central no aprimoramento das práticas institucionais.

Considerações finais

A análise do Museu Histórico Nacional sob a perspectiva das ecologias informacionais complexas permitiu evidenciar que os museus, especialmente instituições de referência como o MHN, operam como sistemas sociotécnicos dinâmicos, compostos por múltiplas dimensões informacionais analógicas, digitais e humanas em constante inter-relação.

As análises realizadas ao longo desta pesquisa permitiram alcançar um entendimento aprofundado sobre a ecologia informacional complexa do Museu Histórico Nacional,

consolidando um conjunto de reflexões que reforçam a relevância do museu não apenas como espaço de preservação da memória, mas como um organismo informacional vivo, dinâmico e interdependente, que reflete as transformações sociais, culturais e tecnológicas do Brasil contemporâneo. As considerações finais aqui apresentadas buscam sistematizar os principais achados, destacar os avanços observados na atuação do museu, apontar os desafios ainda existentes e oferecer uma visão crítica e propositiva sobre os caminhos futuros dessa instituição no âmbito das ecologias informacionais complexas.

Um primeiro aspecto que emerge dessa análise é a compreensão do Museu Histórico Nacional como um ambiente informacional que transcende as fronteiras físicas do edifício que o abriga. Embora o patrimônio material e a presença territorial no centro histórico do Rio de Janeiro ainda desempenhem um papel central na experiência museológica, os elementos digitais, discursivos, educativos e participativos mostram que o museu já não é concebido apenas como um depósito de objetos históricos, mas como uma plataforma de mediação cultural capaz de conectar diferentes públicos, em diferentes contextos, por meio de múltiplos canais e linguagens. Essa constatação é fundamental para perceber que a ecologia informacional do museu se constitui em um campo aberto e em expansão, no qual as diferentes dimensões física, digital, simbólica e comunitária se entrelaçam para criar experiências significativas de memória, identidade e pertencimento.

Os resultados alcançados evidenciam ainda que o museu tem investido de forma consistente na ampliação e diversificação de seus acervos informacionais, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. A preservação e disponibilização do arquivo histórico e do arquivo institucional, a informatização contínua da biblioteca, a expansão do acervo museológico, a produção de publicações digitais e a curadoria de exposições temáticas demonstram um compromisso com a multiplicidade de narrativas que compõem a história do Brasil. A pluralidade dos acervos não apenas enriquece o patrimônio cultural disponível, mas também abre espaço para a emergência de novas leituras, a valorização de memórias até então silenciadas e o diálogo entre diferentes perspectivas sobre os processos históricos.

Outro elemento que merece destaque é a apropriação consciente e estratégica das tecnologias digitais por parte do museu. A presença em plataformas internacionais, como o Google *Arts & Culture,* a digitalização de documentos, a produção de conteúdos acessíveis em formatos multimídia, a oferta de passeios virtuais e a utilização de redes sociais para difusão cultural são exemplos de como as tecnologias contemporâneas podem ser incorporadas para democratizar o acesso à informação, ampliar a visibilidade do patrimônio e atrair novos públicos. Essa atuação digital não substitui a experiência presencial, mas a complementa, possibilitando que a instituição cumpra sua função social em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias e marcada por desigualdades no acesso à cultura e à memória.

Por outro lado, a análise crítica realizada também evidencia um conjunto de desafios que o museu precisará enfrentar para fortalecer e sustentar essa ecologia informacional complexa nos próximos anos. O primeiro desses desafios é de natureza estrutural e financeira, uma vez que a manutenção de uma instituição com a dimensão do MHN requer investimentos contínuos em infraestrutura, pessoal, tecnologias e preservação física dos acervos. As recentes obras de revitalização do edifício e as iniciativas de modernização tecnológica são passos importantes, mas é necessário garantir a sustentabilidade dessas ações no longo prazo, evitando que avanços pontuais sejam comprometidos por eventuais descontinuidades de políticas públicas ou restrições orçamentárias.

Outro desafio significativo diz respeito à manutenção da coerência entre as dimensões físicas e digitais do museu. À medida que a instituição amplia sua presença digital, é fundamental assegurar que os conteúdos

disponibilizados online reflitam não apenas a riqueza material do acervo, mas também a diversidade narrativa, a profundidade interpretativa e a sensibilidade crítica que caracterizam a experiência museológica presencial. Isso implica um esforço constante de curadoria digital, atualização tecnológica e capacitação da equipe, para que a ecologia informacional do museu se mantenha integrada, coerente e significativa em todas as suas camadas.

Um terceiro ponto de atenção é a necessidade de aprofundar as políticas de acessibilidade e inclusão, tanto no espaço físico quanto nos ambientes digitais. Embora o MHN já tenha avançado em iniciativas como audiolivros, tradução em Libras e conteúdos para públicos diversos, ainda há um amplo caminho a percorrer para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, socioeconômicas ou culturais, possam usufruir plenamente dos bens informacionais e simbólicos oferecidos pela instituição. Essa perspectiva inclusiva deve ser encarada não apenas como um dever ético, mas como um princípio estruturante da própria concepção de ecologia informacional democrática.

As considerações finais sobre esta pesquisa também permitem refletir sobre o papel estratégico do museu na sociedade contemporânea. Ao longo de sua história, o MHN consolidou-se como guardião da memória nacional, mas a dinâmica social atual exige que ele se posicione também como agente ativo na produção de novas memórias, na revisão crítica das narrativas hegemônicas e na promoção de diálogos entre o passado, o presente e o futuro. Essa atuação exige coragem institucional para questionar versões cristalizadas da história, disposição para escutar diferentes vozes e criatividade para explorar novas linguagens e formatos comunicacionais.

A ecologia informacional do MHN, tal como aqui descrita e analisada, constitui um exemplo de como as instituições museológicas podem reinventar-se para responder aos desafios do século XXI. Ao conjugar tradição e inovação, materialidade e virtualidade, conservação e interpretação, o museu mostra que é possível preservar o patrimônio histórico sem sucumbir ao imobilismo, transformando-se em um espaço aberto, plural e em permanente diálogo com a sociedade. Essa postura não apenas fortalece a relevância cultural do museu, mas também contribui para consolidá-lo como um ator importante na construção de uma cidadania mais informada, crítica e participativa.

O estudo do MHN evidencia, ainda, que as ecologias informacionais complexas não são apenas um modelo teórico ou uma abstração acadêmica, mas uma realidade vivida e construída cotidianamente nas práticas institucionais. Cada decisão de curadoria, cada exposição planejada, cada documento digitalizado, cada oficina educativa, cada postagem em redes sociais e cada interação com o público contribuem para tecer essa rede informacional que sustenta a memória coletiva e alimenta a imaginação social. Por isso, o fortalecimento dessa ecologia depende não apenas de investimentos materiais e tecnológicos, mas também de um compromisso ético e político com a democratização do acesso à informação, com a valorização da diversidade cultural e com a promoção do diálogo intergeracional.

O caminho percorrido nesta pesquisa também permite apontar algumas recomendações para a atuação futura do MHN e, por extensão, para outras instituições museológicas que desejem fortalecer suas próprias ecologias informacionais. Entre essas recomendações, destaca-se a importância de intensificar os processos de digitalização e disponibilização de acervos, priorizando especialmente as coleções relacionadas a grupos historicamente invisibilizados. Recomenda-se, igualmente, ampliar a produção de conteúdos acessíveis em múltiplos formatos e linguagens, de modo a atender às necessidades de públicos diversos. Também é desejável aprofundar as políticas de formação e capacitação continuada das equipes técnicas, para que elas estejam preparadas para lidar com as exigências contemporâneas da curadoria digital e da mediação cultural em ambientes híbridos.

Dessa forma, é fundamental que o MHN siga cultivando parcerias institucionais, acadêmicas e comunitárias que possam potencializar sua atuação e garantir a sustentabilidade de suas iniciativas. A construção de uma ecologia informacional complexa não é tarefa isolada: ela requer articulação entre diferentes agentes sociais, compartilhamento de responsabilidades e construção coletiva de soluções. Nesse sentido, o museu deve continuar atuando como um nó central em redes mais amplas de memória, cultura e educação, promovendo intercâmbios e sinergias que ampliem seu impacto social.

Portanto, este estudo contribui para os campos da Ciência da Informação e da Museologia ao oferecer uma análise aplicada e crítica do MHN, reforçando a importância de considerar os museus como ecologias informacionais complexas, que devem ser planejados, avaliados e aprimorados continuamente à luz dos princípios de interatividade, acessibilidade, inclusão e preservação.

Referências

Adário, J. V. S. (2024). Ambientes expositivos híbridos de artes visuais na perspectiva das ecologias informacionais complexas [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Universidade Federal da Paraíba. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28827

Brito, J. F. (2023). Ecologia informacional complexa em museus: tessituras teóricas e proposta de modelo [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista] Repositório Institucional UNESP. http://hdl.handle.net/11449/243663

Brito, J. F., Ávila, D. M., & Vidotti, S. A. B. G. (2023). A ecologia informacional complexa do Museu da Diversidade Sexual. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. [sessão da conferência] XVIII ENANCIB, Aracaju, Sergipe. https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1839/1395

Creswell, J. W. (2014). Projeto de pesquisa: Abordagens de métodos qualitativos, quantitativos e mistos (4ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Dutra, L. F., & Pereira, F. C. M. (2023). Estudos de usuários no sistema de informação museal: proposições para a adequação da oferta informacional em museus pela ótica de sujeitos invisibilizados. Em Questão, 29, 1–30. https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/122853.

Jorente M. J. V., Silva, T. C., Mesa, A. M., & Silva, M. H. (2016). O atom como recurso descritivo web de representação de arquivos públicos: brasil e colômbia. Brazilian journal of information science; 10(3). https://doi.org/10.36311/1981-1640.2016.v10n3.11.p94.

Museu Histórico Nacional. (2024). https://mhn.museus.gov.br

Oliveira, H. P. C. (2014). Arquitetura da informação pervasiva: contribuições conceituais [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista] Repositório Institucional UNESP. http://hdl.handle.net/11449/110387

Oliveira, H. P. C., & Vidotti, S. A. B. G. (2016). Dos ambientes informacionais às ecologias informacionais complexas. Informação & Sociedade, 26(1). https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29438.

Padilha, R. C. (2014). Documentação museológica e gestão de acervo. FCC.

Schiessl, I. T & Shintaku, M.(2020). O conhecimento sobre o software koha no brasil pelos professores de biblioteconomia de cursos presenciais. Revista digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação; 18. https://cip.brapci.inf.br//download/135650

Lima, G. A. B., & Mendonça, A. E. M de. (1998). A utilização do microisis no brasil. Perspectivas em ciência da informação; 3(2). https://cip.brapci.inf.br//download/37288

Notas

[1] "é um sistema de descrição multinível e de representação da informação que também é multiarquivo e multilíngue, baseado em normas, um software livre – e, portanto, de código aberto (que possibilita a interoperabilidade) – e baseado em ambiente Web" (Jorente, Silva, Mesa & Silva, 2016, p. 97).

[2] "permite construir e gerenciar bases de dados estruturadas e não-numéricas, derivadas de coleções de objetos homogêneos, constituídas principalmente de textos descritivos" (Lima & Mendonça, 1998, p. 126).

[3] "é um software livre estruturado em módulos, que são capazes de atuar em diversas tarefas diárias da biblioteca, como: Circulação, Gerenciamento de Usuários, Catalogação, Autoridades, Aquisição, Periódicos, Criação de Relatórios, Ferramentas, Administração e um catálogo online" (Schiessl & Shintaku, 2020, p. 5).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL EM ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS: UM INSTRUMENTO PARA A DIFUSÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Raissa Kelly Marinho dos Santos, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), https://orcid.org/0009-0002-3053-0478, Brasil, kellyrkms1@gmail.com

Jacqueline Echeverría Barrancos, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), https://orcid.org/0000-0001-9204-9052, Brasil, unijacqueline@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6742

Eixo: Perspectivas Epistemológicas

Introdução

A trajetória histórica dos arquivos públicos revela de maneira contundente a relevância dessas instituições na organização, salvaguarda e disseminação da memória institucional, histórica e social (Ventura, 2018).

Desde suas origens, os arquivos têm se constituído como locais centrais na gestão da informação registrada, reflexo da necessidade inerente das sociedades humanas de documentar, conservar, bem como transmitir o conhecimento acumulado ao longo do tempo (Paes, 2007).

Segundo descrito por Silva (2023), a função estruturante dos arquivos transcende o mero acúmulo documental, assumindo papel estratégico na consolidação das instituições e na garantia do acesso à informação como direito fundamental.

Com o advento e a constante evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), somado às novas demandas sociais por transparência, acessibilidade e *accountability*, têm exigido dos arquivos a reconfiguração de suas práticas de gestão e comunicação (Jardim, 2018). Tais transformações não apenas desafiam os modelos arquivísticos tradicionais, como também requerem uma postura estratégica e proativa diante da crescente complexidade informacional contemporânea.

Nesse cenário de mudanças, torna-se imperativo a adoção de estratégias que promovam a visibilidade e a legitimidade institucional, aspectos diretamente vinculados à forma como essas instituições constroem e consolidam sua Identidade Organizacional (IO) (Waeraas, 2010, tradução nossa; Silva & Ruão, 2021). A gestão dessa identidade, articulada com práticas comunicacionais consistentes, apresenta-se como um elemento para o reposicionamento dos arquivos perante a sociedade e para o fortalecimento de sua legitimidade e difusão institucional (Silva, 2023).

A Identidade Organizacional, entendida como o conjunto de atributos, valores e representações que definem o que uma organização é e como deseja ser percebida, emerge como um recurso fundamental para o posicionamento institucional e a diferenciação organizacional (Silva *et al*., 2017; Gonzales-Miranda, 2020, tradução nossa). Esse conceito tem sido incorporado a investigações voltadas à análise de fenômenos sociais contemporâneos, sendo desenvolvida em diferentes níveis de análise (Silva *et al*., 2017).

Nessa perspectiva, a IO assume a função de estabelecer elementos essenciais relacionados a instituição – como missão, visão, valores, cultura organizacional e imagem institucional – conferindo-lhe uma personalidade única. Essa singularidade tem sido compreendidada como fator de diferenciação e de legitimização perante a sociedade (Silva & Ruão, 2021). Segundo os autores a consolidação da identidade, enquanto elemento central, tem contribuído para a obtenção de reputações favoráveis tanto no ambiente institucional quanto no social, sendo o reconhecimento dos atributos característicos o que reforça sua relevância permitindo sua atuação mais estratégica.

De forma complementar, Waeraas (2010) destaca que a habilidade de se definir e se distinguir, no âmbito organizacional, constitui um fator decisivo para o êxito, possibilitando que as instituições se destaquem, favorecendo ainda o fortalecimento de suas singularidades e da confiança pública em seus serviços.

Apesar da relevância, atribuída à Identidade Organizacional, foi constatada, no campo arquivístico brasileiro e no decorrer desta pesquisa, uma lacuna significativa de estudos aplicados à construção da IO em instituições arquivísticas, especialmente nos Arquivos Públicos Estaduais (APEs). Essa carência é ratificada por Silva (2023), ao descrever que há escassez de abordagens e pesquisas que articulem conceitos de identidade à realidade arquivística, o que tem limitado o desenvolvimento de estratégias efetivas de gestão e comunicação.

Diante desse contexto, propõe-se neste estudo a seguinte problemática: de que forma a construção da Identidade Organizacional pode favorecer o fortalecimento institucional dos Arquivos Públicos Estaduais? A partir da questão norteadora desta pesquisa, é defendida a premissa de que a construção da Identidade Organizacional (IO) contribui para o fortalecimento institucional dos arquivos, ao promover maior clareza de propósitos, coerência entre o discurso e a prática e diferenciação institucional. Tais aspectos favorecem a visibilidade, a comunicação e o alinhamento interno dessas instituições em relação a seus objetivos organizacionais, públicos e sociais (Silva & Ruão, 2021; Gonzales-Miranda, 2020)

Portanto, o objetivo da pesquisa é propor um modelo teórico-conceitual adaptado para a construção da IO em Arquivos Públicos Estaduais, com base na identificação e análise dos elementos: Missão, Visão e Valores (MVVs) institucionais. Busca-se, oferecer subsídios que contribuam para o fortalecimento da gestão, da visibilidade, comunicação e do desenvolvimento institucional dessas entidades.

A justificativa para esta pesquisa fundamenta-se pela necessidade de valorização do papel e da imagem dos APEs brasileiros como instituições estratégicas na gestão da informação e na preservação da memória institucional do Estado. Embora ocupem posição central na manutenção da transparência administrativa e no acesso à informação pública, ainda são enfrentadas fragilidades no que se refere à construção e à comunicação de sua IO.

A inexistência de estratégias formais voltadas à consolidação de uma identidade tem compremetido a visibilidade, a legitimidade e a capacidade de engajamento desses arquivos com os diferentes públicos a que se destinam (Silva, 2023; Silva & Ruão, 2021). Espera-se que a pesquisa ofereça subsídios para o aprimoramento das práticas arquivísticas, contribuindo para o reconhecimento dos arquivos por parte de seus usuários, para o fortalecimento da visibilidade de seus serviços, bem como para a ampliação da difusão dessas instituições na sociedade através de suas definições identitárias.

Arquivos Públicos Estaduais Brasileiros: breve histórico

A origem da concepção dos arquivos públicos, enquanto instituições responsáveis pela custódia de registros administrativos, remonta à Antiguidade, em especial às civilizações greco-romanas, nas quais já se reconhecia a importância da preservação dos documentos produzidos pela administração estatal, conforme esclarecem Oda e Bahia (2024). No entanto, esses autores destacam que a noção moderna dessas instituições emergiu somente na Idade Moderna, período marcado pelo fortalecimento dos Estados Nacionais e pela crescente complexidade das práticas governamentais, os quais demandaram estruturas mais organizadas para o controle e a preservação da memória da administração pública. Exemplos dessa evolução podem ser observados em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, que instituíram arquivos nacionais com múltiplas finalidades.

No Brasil, a história dos arquivos públicos é marcada por uma construção institucional heterogênea e por desafios estruturais que refletem as dinâmicas político-administrativas das unidades federativas. A criação dessas instituições está intrinsecamente relacionada à necessidade de sistematizar, preservar e garantir o acesso à documentação produzida pelo Estado (Fachin, 2014). O autor aponta que os primeiros registros da institucionalização de arquivos no país remontam ao século XIX, com a criação do Arquivo Público do Império em 1838, atual Arquivo Nacional.

No âmbito estadual, contudo, a formação de arquivos próprios seguiu um ritmo desigual,

refletindo as “condições políticas, econômicas e sociais das administrações públicas” (Jardim, 1995, p. 7).

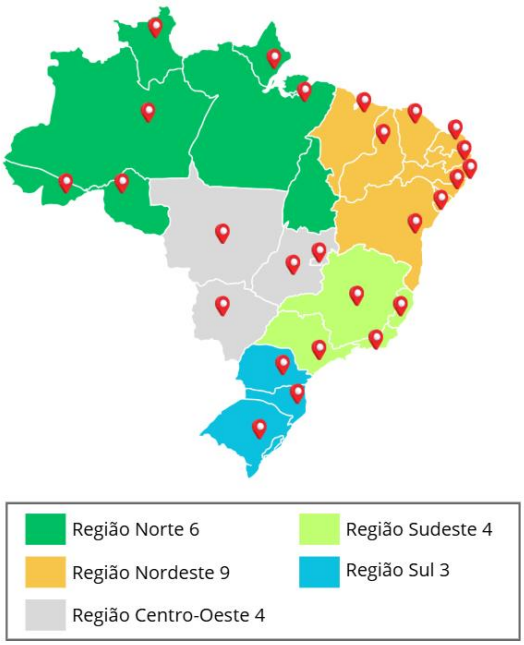
O pioneirismo coube ao estado do Paraná, que instituiu seu arquivo público por meio da Lei nº. 33, sancionada em 7 de abril de 1855, pelo primeiro presidente da Província Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, tendo como missão: reunir, organizar e preservar documentos manuscritos e impressos relacionados à história e à geografia do Paraná (Governo do Estado do Paraná, n.d.).

A partir do final do século XIX, outras unidades federativas também passaram a criar seus arquivos públicos como a Bahia (1890), São Paulo (1892), Pará (1894), Minas Gerais (1895), Mato Grosso (1896) e Amazonas (1897), conforme dados constantes no portal do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, n.d.).

A consolidação dos arquivos públicos nos demais estados brasileiros ocorreu de forma mais expressiva ao longo dos séculos XX e XXI, sendo o último a ser criado o Arquivo Público do Estado da Paraíba, instituído pela Lei nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018 (Paraíba, 2018). Todavia, ainda há um estado brasileiro que não dispõe de um arquivo público formalmente constituído: o estado do Tocantins (CONARQ, n.d.).

Dessa forma, com o objetivo de proporcionar uma melhor visualização dos APEs atualmente existentes no Brasil, foi elaborado o Figura 1.

Figura 1: Arquivos Públicos Estaduais por região



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).[1]

A Figura 1 apresenta todas as cinco regiões do Brasil que possuem Arquivos Públicos Estaduais, totalizando vinte e cinco estados mais o Distrito Federal. Essa distribuição, embora parcialmente proporcional ao número de unidades federativas, **não reflete uniformidade** em termos de qualidade estrutural, recursos técnicos e humanos, tampouco nos investimentos em tecnologia (Fachin, 2014; Cruz, 2023).

Essa desigualdade é ainda mais evidente quando se analisa, por exemplo, a adoção de tecnologias digitais. Como destacado por Cruz (2023), embora a pandemia de COVID-19 tenha impulsionado, a partir de 2020, o interesse por processos de digitalização e modernização nos arquivos públicos, essas iniciativas ocorreram de maneira assimétrica entre os estados, evidenciando carências de infraestrutura, recursos financeiros e capacitação técnica.

NOTAS

[1]Com base nos dados disponibilizados no portal: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas.** [*S.l.*], [n.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas. Acesso em: 02 jan. 2025.

Tal cenário, conforme evidenciado no parágrafo anterior, demosntra que a mera existência formal dos arquivos não garante sua

efetividade institucional, tampouco sua capacidade de responder adequadamente às demandas contemporâneas. Essa realidade impõe limitações significativas ao papel dos arquivos como espaços de comunicação com a sociedade, de promoção do acesso à informação, bem como o de gestão e preservação do patrimônio documental (Cruz, 2023).

Diante desse contexto, torna-se fundamental ampliar a compreensão dos APEs não apenas como repositórios físicos de documentos, mas como instituições estratégicas para o exercício da cidadania, a garantia de direitos e o fortalecimento da democracia. Nesse sentido, um dos primeiros passos consiste no estabelecimento de sua Identidade Organizacional – etapa essencial na estruturação de qualquer organização, pois orienta a formulação de estratégias, a prestação de serviços e a comunicação institucional (Ravasi, 2014).

Identidade Organizacional: principais contextos

A noção de Identidade Organizacional, embora amplamente difundida nos estudos organizacionais contemporâneos, origina-se na lógica e na filosofia clássica (Caldas & Wood Jr., 1997). Esses autores explicam que a raiz etimológica do termo "identidade" remonta ao latim *idem*, *identitas* e *entitas* indicando "o mesmo" e "entidade".

No campo da lógica clássica, o "princípio da identidade" — x é x, ou seja, x é sempre igual a x — firmava a noção de unicidade como critério racional. No entanto, foi nas áreas da Psicologia, a Psicologia Social e a Sociologia, no século XX, que deu um avanço significativo ao conceber a identidade como um processo de construção do "eu". Destacam-se nesse contexto Freud, que introduziu a estruturação do ego, e Erik Erikson, psicanalista, que cunhou o conceito de "crise de identidade" para descrever os dilemas existenciais que marcam o desenvolvimento humano (Hatch & Schultz, 2002; Caldas & Wood Jr., 1997). Essas contribuições ajudaram a formar o pano de fundo teórico que, posteriormente, sustentaria às reflexões sobre a identidade das organizações.

A adoção do conceito de identidade no campo organizacional ocorreu de forma efetiva a partir da década de 1980, impulsionada pelo interesse de áreas voltadas aos Estudos Organizacionais e ao Marketing, sobretudo pela obra seminal de Albert e Whetten (1985), considerada o marco fundador da concepção de IO (Silva & Ruão, 2021). Para esses autores, a Identidade Organizacional compreende as características que os membros da organização percebem como sendo centrais, distintivas e duradouras.

Essa concepção logo influenciaria uma série de desdobramentos teóricos, entre os quais se destacam os estudos de Ashforth e Mael (1996), que estenderam a teoria ao nível de subunidades, conectando identidades individuais e organizacionais por meio de processos de autocategorização e identificação social; e os de Scott e Lane (2000), que destacaram o papel ativo dos gestores e stakeholders na construção das identidades coletivas e individuais dentro do ambiente organizacional.

Para uma melhor visualização desses desdobramentos sobre a IO, elaborou-se o Quadro 1 que sistematiza algumas dessas contribuições, reunindo definições formuladas ao longo dos últimos 25 anos e destacando as principais características atribuídas ao conceito em cada uma delas.

Quadro 1: Contribuições sobre Identidade Organizacional

AUTOR/ANO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Scott, S. G.; Lane, V. R. 2000	A Identidade Organizacional é formada por **gerentes** e **stakeholders** simultaneamente **engajados** na construção de suas identidades individuais por meio de processos de **autocategorização**, **identificação cognitiva** e **autoafirmação** (Scott & Lane, 2000, p. 44, tradução nossa).
Silva, C. L M. da; Nogueira, E. E. da S. 2001	Resulta de esquemas **cognitivos** ou da **percepção** acerca dos **atributos** essenciais **e diferenciadores** da organização, o qual inclui o seu **posicionamento** no contexto (status) e as **comparações** com outros grupos ou organizações (Silva & Nogueira, 2001, p. 44).
Saraiva, L. A. S. *et al.* 2010	A Identidade Organizacional se caracteriza por elementos **internos**, quanto nos **externos** à organização,

	os quais atravessam e são atravessados por **valores, crenças, mitos, ideias e representações sociais,** cujos significados são **compartilhados pelos atores organizacionais** (Saraiva *et al.,* 2010, p. 23).
Ravasi, D. 2014	Narrativas que articulam, de forma verbal que os membros consideram como traços e valores fundamentais, duradouros e distintivos da organização (Ravasi, 2014, p. 42).
Silva, S.; Ruão, T. 2021	É uma proposição do **ator social** integrada aos **entendimentos** e **crenças** coletivamente **partilhados** pelos membros da organização sobre o que consideram ser **central, distintivo e contínuo** (cultura partilhada), assim como a influência dos **contextos sociais** (imagem refletida) (Silva & Ruão, 2021, p. 99).

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O Quadro 1 evidencia a diversidade de contextos nos quais a Identidade Organizacional se manifesta, demonstrando sua aplicabilidade em diferentes cenários organizacionais. Essa multiplicidade de expressões preserva uma correspondência significativa com a definição clássica proposta por Albert e Whetten (1985, tradução nossa). Entretanto, observa-se que alguns autores adotaram perspectivas mais críticas e pluralistas, ampliando o entendimento sobre o conceito.

Caldas e Wood Jr. (1997) argumentam que a definição proposta por Albert e Whetten apresenta limitações ao considerar a IO como um constructo estático e coeso. Em resposta, eles propuseram um modelo tridimensional, baseado no "objeto focal" (indivíduo, grupo ou organização), na "dimensão de observação" (interna ou externa) e nas características atribuídas à identidade (centralidade, distinção e durabilidade).

Esse modelo contempla identidades múltiplas, fragmentadas ou efêmeras, especialmente em contextos organizacionais marcados por mudança, ambiguidade e diversidade cultural.

Essa perspectiva é aprofundada por autores como Hatch e Schultz (2002), que integraram identidade, cultura e imagem em um processo dinâmico de construção e reconstrução simbólica, reconhecendo o papel da comunicação organizacional e da percepção externa nesse processo.

Nesse contexto, embora a Identidade Organizacional incorpore novas complexidades, tal fato não invalida o conceito proposto por Albert e Whetten (1985), ao contrário, amplia suas possibilidades interpretativas, enriquecendo a compreensão sobre a dinâmica e a multifacetada natureza desse constructo. Mais do que uma essência fixa, a identidade passa a ser compreendida como um processo narrativo e interativo, por meio do qual as organizações constroem significados sobre si mesmas em diálogo contínuo com seus públicos, tanto internos quanto externos (Waeraas, 2010; Hatch & Schultz, 2002). Assim, o percurso histórico descrito neste capítulo demonstra que a IO não é um atributo dado, mas sim uma construção social, sujeita a disputas simbólicas, reformulações estratégicas e múltiplas influências contextuais múltiplas. Essa perspectiva destaca a complexidade do fenômeno e a necessidade de compreendê-lo como um dos processos essenciais para a implementação de práticas estratégicas e comunicacionais no âmbito dos arquivos.

Elementos construtivos da Identidade Organizacional

Considerando que a abordagem da Identidade Organizacional é notoriamente diversificada, podendo ser expressa por meio de diferentes elementos simbólicos e comunicacionais – tais como declarações institucionais de Missão, Visão e Valores, cultura organizacional, tradições, historicidade, bem como por signos visuais como logotipos e slogans (Ravasi, 2014; Waeraas, 2010) –, autores consultados , entre os quais se destacam Morgado (2016), Ferreira (2016), Machado (2009) e Silva e Nogueira (2001), argumentam que a IO é mais claramente refletida nas declarações formais de Missão, Visão e Valores das organizações, por representarem, de maneira sintética e estratégica, a autopercepção institucional. Diante disso, esta pesquisa se concentra nesses três elementos.

O termo "missão" tem origem no latim *missio* ou *missione*, sendo inicialmente vinculada ao contexto religioso, particularmente às práticas jesuítas de envio de indivíduos para cumprir tarefas evangelizadoras em territórios distantes (Scorsolini-Comin, 2012). O autor

observa, ainda, que o termo foi posteriormente incorporado pelo vocabulário militar, adquirindo um sentido tático e estratégico, sendo associado a operações específicas com objetivos claros. No contexto organizacional contemporâneo, o termo passou a representar o propósito fundamental de uma instituição, ou seja, a razão de sua existência e a orientação geral de sua atuação (Ferreira, 2016).

Essa transposição semântica indica uma evolução do conceito, que hoje reflete a essência e o direcionamento das organizações, em analogia ao "ato de ser enviado com um propósito", mas agora voltado à geração de valor para públicos diversos (Ferreira, 2016).

Conceitualmente, a missão organizacional corresponde a uma declaração de propósito que define a IO, evidenciando sua imagem, área de atuação e os produtos ou serviços oferecidos com o objetivo de atender às demandas de suas partes interessadas (Rosa *et al*., 2023).

Essa definição encontra convergência em autores como Terence (2002) e Machado (2009), que a compreendem como o alicerce da existência organizacional, funcionando como um guia para o desenvolvimento de objetivos e estratégias. Ao responder questões como "Qual é o nosso negócio?" e "Qual a nossa finalidade?", a Missão permite uma perspectiva holística da organização e de seus compromissos, servindo como instrumento de coesão interna e como canal de comunicação com o ambiente externo (Terence, 2002).

A formulação da Missão pode variar em abrangência: pode ser objetiva e limitada, ao descrever os objetivos organizacionais de forma direta, ou ampla, ao detalhar os propósitos institucionais com vistas ao longo prazo (Machado, 2009). Independentemente do estilo adotado, uma missão bem estruturada deve explicitar o papel da organização no seu campo de atuação, o modo como se propõe a cumpri-lo e a quem se destina esse esforço (Ferreira, 2016). Todavia, sua formulação deve ser compartilhada entre os membros da organização – perspectiva corroborada por Oliveira (2009) , ao descrever que:

> A Missão, assim como os Valores, precisa encontrar respaldo em cada colaborador. Da mesma maneira que os Valores da empresa serão mais fortemente defendidos pelos colaboradores, se houver uma dinâmica positiva entre os valores corporativos e os Valores pessoais, a missão potencializará a busca pela excelência, se os colaboradores perceberem que a alocação da energia pessoal contribuirá para o sucesso da empresa (Oliveira, 2009, p. 5).

Assim, a missão deve ser interpretada como um eixo orientador das ações institucionais, responsável por guiar a atuação organizacional em direção ao cumprimento de seu papel na sociedade (Oliveira, 2009; Terence, 2002).

O segundo elemento da IO, a visão, originou-se do latim *visione*, e passou ao longo dos séculos por uma rica evolução semântica, incorporando sentidos que vão desde o "ato de ver" até "fantasia" ou "revelação" (Ferreira, 2016).) O referido autor descreve que, em sua etimologia, a palavra remetia inicialmente a percepções visuais ou sobrenaturais, porém, com a consolidação de seu uso na língua portuguesa, passu a adquirir a conotação de uma imagem mental projetada para o futuro.

Esse percurso histórico demonstra como o termo assume hoje, um duplo caráter: evocativo de memórias e simbolismos, e, principalmente, instrumental no contexto das organizações que buscam afirmar um propósito de longo prazo.

No âmbito organizacional, a visão representa a projeção de um futuro desejado que orienta e inspira a instituição ao "lugar onde quer chegar", conforme elenca Oliveira (2009). O autor reforça que essa declaração não é mero enunciado abstrato, mas sim uma ponte entre o estado atual da organização e o horizonte a ser alcançado, alinhando estratégias e metas de forma coesa.

Segundo Ferreira (2016), para que a visão seja construída de maneira eficaz, recomenda-se um processo estruturado que envolva todos os membros, de diversas áreas, da instituição. O autor propõe etapas que vão desde a formação de uma equipe de projeto multidisciplinar até a elaboração de perguntas norteadoras ("onde

queremos chegar?", "quando?", "como?"). Terence (2002) complementa ao enfatizar a necessidade de que essas assertivas sejam tangíveis e alinhadas à realidade organizacional, de modo a garantir que a Visão seja percebida como viável e, portanto, capaz de mobilizar criativamente os colaboradores.

Dessa forma, a estruturação de uma visão compartilhada revela seu potencial transformador: ao alinhar expectativas individuais aos objetivos coletivos, promove coesão e engajamento (Machado, 2009). Complementarmente, Laruccia (2000) lembra que, ao convergir propósitos organizacionais e pessoais, a Visão "contagia" todos os atores, transformando intenções estratégicas em ação cotidiana.

Por fim, o último elemento caracterizador da IO, são os valores. A origem etimológica do termo remonta ao latim *valore*, cujo significado está relacionado à ideia de "preço", "estimação" ou "valia", conforme explica Ferreira (2016). O autor descreve ainda que a raiz semântica revela um aspecto fundamental do conceito: a comparação entre elementos e a consequente hierarquização. Em outras palavras, atribuir valor implica estabelecer prioridades e distinguir o que é mais ou menos importante dentro de um determinado contexto.

Essa dimensão comparativa e ordenadora é central para a compreensão do conceito de valor, sobretudo no campo da Administração e da Ciência da Informação (CI), em que a organização e a estruturação de significados e prioridades são essenciais para o funcionamento sistêmico das instituições (Ferreira, 2016).

No âmbito organizacional, para Machado (2009), os valores são compreendidos como princípios orientadores que estruturam a cultura institucional e guiam comportamentos, decisões e estratégias. Além disso representam critérios que norteiam tanto as ações cotidianas quanto a condução da Missão e da Visão organizacional.

Ferreira (2016) complementa essa perspectiva ao afirmar que os valores organizacionais formam um sistema hierárquico de princípios, distinguindo o que é central e o que é periférico, o desejável e o indesejável. Trata-se, portanto, segundo o autor supracitado, de convicções coletivamente construídas que conferem direção e sentido às práticas institucionais, funcionando como balizas éticas e estratégicas para a condução dos objetivos organizacionais.

A formação dos valores dentro de uma organização é um processo que transcende a simples formulação normativa por parte da alta gestão. Scorsolini-Comin (2012) defende que os valores devem emergir da participação ativa dos colaboradores, pois são eles que, por meio do trabalho, corporificam a organização. Welch (2005) reforça essa ideia ao propor que a definição dos Valores precisa ser interativa entre os colaboradores, permitindo contribuições múltiplas e garantindo o sentimento de pertencimento.

Quando o processo de construção dos valores ocorre de forma impositiva e monossêmica, corre-se o risco de alienar os indivíduos, dificultando a construção de uma Identidade Organizacional plural e significativa (Scorsolini-Comin, 2012). Diante disso, o envolvimento coletivo na definição dos valores é um fator crítico para o alinhamento entre discurso e prática (Welch, 2005; Scorsolini-Comin, 2012).

Por fim, os valores organizacionais não são estáticos nem universais em todas as organizações, ao contrário, são construções sociais e históricas que refletem as experiências, os contextos e os objetivos de cada organização (Machado, 2009).

Percurso Metodológico

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto aos seus **objetivos**, como de natureza **exploratória-descritiva**, ao buscar identificar, mapear e descrever os elementos constitutivos da Identidade Organizacional no contexto dos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros. Essa abordagem visa tanto a ampliação do conhecimento sobre um tema ainda emergente na literatura arquivística quanto à descrição sistemática das características conceituais e operacionais presentes nos estudos analisados.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2021, p. 26), "têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos". Já a descritiva "têm por objetivo primordial a descrição de

características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis" (Gil, 2021, p. 27).

Quanto à **abordagem metodológica**, adotou-se um enfoque **quanti-qualitativo**. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de produções científicas previamente publicadas. O estudo baseia-se no levantamento e exame de obras indexadas em uma base de dados nacional relevante para a área temática desta pesquisa, neste caso, a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), que reúne artigos científicos de periódicos brasileiros da área.

A escolha dessa plataforma justifica-se pela relevância e abrangência dos conteúdos nela indexados, os quais incluem artigos publicados em periódicos e trabalhos científicos apresentados em eventos, possibilitando o mapeamento do estado da arte sobre a IO no cenário arquivístico brasileiro.

O levantamento foi orientado em duas vertentes. A primeira **constitui na** busca por estudos que tratassem especificamente da **construção da IO**, com ênfase especial naqueles que abordem diretamente os **APEs**. Foram usados como descritores os termos: "Identidade Organizacional", "Arquivos Públicos", "Gestão da Informação", "Instituições Arquivísticas" e "Arquivologia", associados por meio de operadores booleanos, de modo a refinar e ampliar os resultados.

A seleção das pesquisas na base de dados da Brapci seguiu critérios bem definidos, de modo a garantir a relevância e a adequação das fontes ao objeto de estudo. Os critérios de inclusão adotados foram: *a*) publicações entre os anos de 2000 e 2024; *b*) textos disponíveis integralmente em português; *c*) estudos que abordem, direta ou indiretamente, a temática da Identidade Organizacional em instituições públicas ou organizações da informação e *d*) trabalhos que apresentem os elementos MVVs. Já os critérios de exclusão foram: *a*) trabalhos repetidos ou em diferentes versões; *b*) textos que abordem a IO apenas de forma tangencial ou meramente descritiva, sem aprofundamento conceitual; *c*) estudos voltados exclusivamente para organizações privadas ou com foco em marketing, sem articulação com instituições arquivísticas ou informacionais; e *d*) documentos sem acesso ao texto completo.

A segunda vertente constitui no mapeamento dos portais dos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros, para identificar a presença dos elementos Missão, Visão e Valores, componentes da IO. A análise dos dados coletados foi conduzida segundo os pressupostos metodológicos de **Bardin (2016)**, por se tratar de uma abordagem sistemática e objetiva para a descrição e interpretação de conteúdo. Dentre as técnicas possíveis no âmbito da análise de conteúdo, optou-se pela **análise temática categorial**, que consiste na identificação, codificação e agregação de unidades de sentido em torno de temas emergentes ou pré-definidos. O percurso analítico foi conduzido em três etapas principais: **pré-análise, exploração do material** e **tratamento dos resultados e interpretação (Bardin, 2016).**

O resultado dessa metodologia foi a formulação de uma síntese interpretativa dos dados, apoiada em referências teóricas e com base na realidade dos APEs, subsidiando a proposição de um modelo teórico-conceitual. A partir disso, buscou-se alcançar o objetivo de oferecer subsídios teóricos e práticos que contribuam para o fortalecimento institucional dos APEs, com base na construção e consolidação de uma Identidade Organizacional clara, coerente e estrategicamente comunicada.

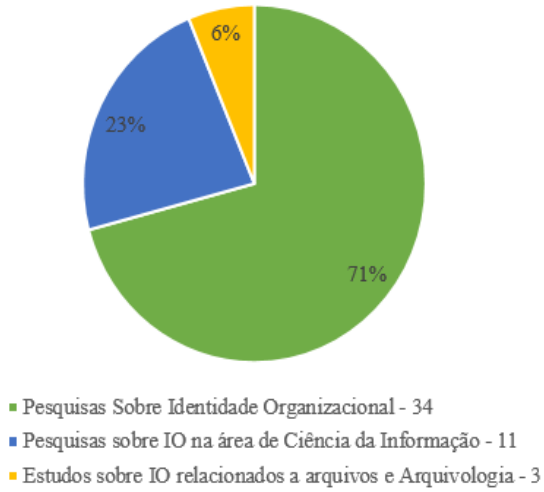
Análise dos dados: representações identitárias online na produção científica e nos sitíos eletrônicos dos APEs brasileiros

Considerando todos os aspectos, já elencados, sobre a Identidade Organizacional e seus elementos, cabe ainda destacar como essa identidade se comparta no âmbito dos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros, temática proposta para este capítulo. Haja vista a IO em arquivos públicos, para Cavalcante (2020), assume papel central na articulação entre comunicação interna e externa, refletindo diretamente na percepção dos usuários sobre a instituição arquivística.

Dessa forma, para fundamentar o estudo proposto sobre a Identidade Organizacional em arquivos públicos, optou-se pela revisão

bibliográfica. A seleção das fontes foi realizada na Brapci, conforme descrito no capítulo referente ao percurso metodológico. O resultado da busca está descrito no Gráfico 1.

Gráfico 1: Pesquisa sobre IO na Brapci



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual e numérica das pesquisas relacionadas à IO, conforme levantamento realizado na base de dados Brapci. A maioria significativa das produções (71%, correspondendo a 34 estudos) trata da IO em contextos diversos, como bibliotecas, universidades, museus, empresas, portais e meios de comunicação. Essa amplitude temática demonstra o caráter multifacetado da Identidade Organizacional e sua aplicabilidade em múltiplas realidades institucionais, o que reforça sua importância como objeto de estudo transversal e adaptável a diferentes configurações organizacionais.

Em um recorte mais específico, observa-se que 11 pesquisas (23%) tratam da Identidade Organizacional no campo da Ciência da Informação, considerando-se apenas os estudos cuja abordagem se vincula diretamente às instituições e contextos informacionais. Conforme Rabello (2012), essa área abrange o estudo da informação em suas diversas formas, sendo estruturada a partir da criação de produtos e serviços informacionais. Embora as pesquisas dessa categoria não sejam, em sua totalidade, voltadas exclusivamente aos arquivos, mantêm estreita relação com a temática, dado que a IO também se manifesta por meio dos fluxos, políticas e práticas de gestão da informação institucional.

Assim, pode-se inferir que os estudos da CI oferecem fundamentos teóricos relevantes para a compreensão da IO em organizações que lidam com o contexto da informação.

No entanto, quando o foco é direcionado para os arquivos e para a Arquivologia, nota-se uma expressiva redução no número de trabalhos: apenas três estudos (6%) estabeleceram alguma correlação entre IO e essas instituições. Esse dado evidencia a fragilidade e a incipiência da discussão sobre IO no contexto arquivístico, o que reforça a ideia de um campo emergente e ainda pouco explorado. Dessa forma, destaca-se a necessidade de ampliar as investigações nessa área, a fim de promover uma compreensão mais aprofundada do papel da IO, na consolidação da autodefinição, da imagem institucional, na transparência organizacional, bem como, na efetividade dos serviços arquivísticos (Silva, 2023; Morgado, 2016).

Em seguida, para a identificação e caracterização dos elementos da Identidade Organizacional nos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros, realizou-se um levantamento nos portais institucionais dessas instituições, com o objetivo de verificar a presença dos elementos Missão, Visão e Valores e como tais elementos estão representados nesses arquivos. Essa caracterização está apresentada no Quadro 2.

Quadro 2: Identidade Organizacional nos APEs brasileiros

ESTADOS	NOME	PORTAIS	MVVs
Acre	Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre	Não	Não
Amapá	Arquivo Público Estadual do Amapá	Não	Não
Amazonas	Arquivo Público do Estado do Amazonas	Sim	Não
Pará	Arquivo Público do Estado do Pará	Sim	Não
Rondônia	Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia	Não	Não
Roraima	Arquivo Estadual de Roraima	Sim	Não

Alagoas	Arquivo Público de Alagoas	Sim	Missão
Bahia	Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB	Sim	Não
Ceará	Arquivo Público do Estado do Ceará	Sim	Não
Maranhão	Arquivo Público do Estado do Maranhão	Sim	Missão
Paraíba	Arquivo Público do Estado da Paraíba	Não	Não
Pernambuco	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano	Sim	Missão
Piauí	Arquivo Público do Estado do Piauí	Sim	Não
Rio Grande do Norte	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	Não	Não
Sergipe	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Sim	Não
Distrito Federal	Arquivo Público do Distrito Federal	Sim	Sim
Goiás	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	Sim	Não
Mato Grosso	Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso	Sim	Missão
Mato Grosso do Sul	Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul	Sim	Não
Espírito Santo	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	Sim	Missão e Valores
Minas Gerais	Arquivo Público Mineiro	Sim	Não
Rio de Janeiro	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)	Sim	Não
São Paulo	Arquivo Público do Estado de São Paulo	Sim	Sim
Paraná	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	Sim	Sim
Rio Grande do Sul	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS	Sim	Não
Santa Catarina	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A análise do Quadro 2, revela importantes considerações sobre a presença e a formalização dos elementos identitários nos APEs. A partir do levantamento nos portais institucionais dos APEs, observou-se que, embora a maioria dos estados possua algum tipo de representação institucional online, ainda é reduzido o número daqueles que disponibilizam de forma completa e clara, os três elementos da IO.

Apenas alguns APEs, como os dos estados do Distrito Federal, São Paulo e Paraná, apresentam em seus portais os três elementos identitários de forma explícita, sugerindo um nível mais elevado de maturidade institucional e de consciência quanto à importância da comunicação organizacional estratégica (Silva & Ruão, 2021; Ravasi, 2014).

A ausência total ou parcial desses elementos em muitos Arquivos Públicos Estaduais, evidencia um cenário de fragilidade identitária, o que compromete a capacidade dessas instituições de estabelecerem vínculos simbólicos com a sociedade e com seus membros internos (Hatch & Schultz, 2002). Os autores ressaltam que quando elementos como Missão, Visão e Valores (MVVs) estão ausentes, mal definidos ou invisibilizados, a organização perde oportunidades de alinhar expectativas, orientar práticas e reforçar sua legitimidade social.

Além disso, a análise do Quadro 2 reforça a ideia de que a IO ainda constitui um campo emergente no contexto arquivístico brasileiro, conforme já sinalizado no decorrer desta pesquisa, bem como relatado por Silva (2023) e Cavalcante (2020). A baixa incidência dos elementos da IO institucionalizada denota, ainda, a necessidade urgente de materiais que abordem o tema em suas dimensões teórica e prática, capazes de orientar, incentivar e

articular esses elementos nos arquivos de forma clara e consciente.

Em última instância, fortalecer a Identidade Organizacional dos Arquivos Públicos Estaduais contribui não apenas para o alinhamento das práticas e diretrizes institucionais, mas também para a efetivação do direito à informação e da transparência pública — aspectos fundamentais para a consolidação da democracia e para a valorização da memória coletiva (Machado, 2009; Oliveira, 2009). Dessa forma, o quadro revela um panorama desigual e fragmentado dos elementos da IO e de sua difusão, mas oferece, ao mesmo tempo, incentivo e subsídios relevantes para a formulação de estratégias que promovam o fortalecimento institucional dos arquivos públicos no Brasil e a construção sólida de sua identidade.

Diante desse cenário e como desdobramento do processo investigativo proposto nesta pesquisa, apresenta-se, na próxima seção, um instrumento desenvolvido para a identificação e estruturação dos elementos constitutivos da Identidade Organizacional, proposto no âmbito da dissertação em andamento intitulada *"Formação da Identidade Organizacional: Um Estudo de Caso do Arquivo Público do Estado da Paraíba"*, de autoria de Raissa Kelly Marinho dos Santos, sob orientação da Profa. Dra. Jacqueline Echeverría Barrancos.

Tal instrumento foi aplicado, de forma específica, ao Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB), com o intuito de mapear os componentes identitários dessa instituição. Sua apresentação (instrumento) tem como objetivo contribuir para a sistematização de práticas que favoreçam o fortalecimento da IO, principalmente em arquivos públicos, oferecendo uma proposta metodológica passível de ser replicada em outras instituições arquivísticas brasileiras.

Instrumento para formação da Identidade Organizacional

O instrumento para formação da Identidade Organizacional apresentado nesta seção, trata-se de uma dinâmica originalmente formulada pela professora Dra. Jacqueline Echeverría Barrancos, e ministrada em uma aula da disciplina *Planejamento estratégico governamental*, que tinha como uma das temáticas a formação da IO (Barrancos, 2023). Posteriormente, essa proposta metodológica foi adaptada e atualizada com o objetivo de construir e identificar os elementos identitários no contexto do APEPB, mantendo, contudo, sua aplicabilidade a outras instituições arquivísticas.

Com base em uma abordagem dialética, o instrumento propõe um processo de interpretação, reconhecimento e legitimação coletiva dos atributos que definem a organização, alinhando-se ao referencial teórico adotado neste estudo, que concebe a IO como uma construção simbólica, social e comunicacional (Silva & Ruão, 2021; Hatch & Schultz, 2002).

A aplicação da dinâmica exige, como pré-requisito, o envolvimento direto dos gestores e servidores da instituição. O ponto de partida consiste em uma exposição teórica, na forma de palestra, que introduz os conceitos fundamentais da IO, incluindo seus principais elementos – Missão, Visão e Valores – e sua relevância estratégica para a organização. Essa etapa inicial pressupõe uma sequência de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, garantindo que os participantes estejam devidamente sensibilizados para o exercício reflexivo que se seguirá.

Após a palestra, os participantes devem escolher, entre si, um líder. Essa pessoa será responsável por mediar a atividade, conduzir a leitura dos questionamentos e sistematizar as respostas apresentadas – sem que isso a exclua da participação ativa na dinâmica. Em seguida os participantes devem se organizam em um círculo – ou em grupos menores, caso o número de envolvidos seja elevado – de modo a favorecer o diálogo e a construção coletiva.

A dinâmica é estruturada em três rodadas, correspondentes aos elementos centrais da IO: valores, missão e visão sequencialmente. Cada rodada é composta por dois momentos: o primeiro, reservado à reflexão individual ou grupal, com duração de 10 minutos; e o segundo, dedicado ao compartilhamento e debate das ideias, com o mesmo tempo de duração do primeiro momento.

Durante cada rodada, o líder lê em voz alta uma pergunta norteadora relacionada ao tema, incentivando os participantes a escreverem suas respostas. Em seguida, essas respostas

são socializadas, anotadas em local visível, e agrupadas com base na recorrência de ideias ou palavras-chave. Ao final de cada rodada, o grupo deve, por consenso, escolher os elementos que melhor representam a instituição naquele eixo específico.

Na primeira rodada, dedicada à identificação dos valores organizacionais, solicita-se a cada participante ou grupo que indique cinco ou seis palavras que traduzam os princípios considerados essenciais para a atuação institucional. As respostas são lidas, agrupadas e, mediante debate, o grupo seleciona de quatro a cinco valores prioritários, que passam a representar os fundamentos éticos e culturais da organização.

Na segunda rodada, o foco recai sobre a definição da missão organizacional. Os participantes são instigados a responder à seguinte questão: "Qual a finalidade da organização, ou seja, para que ela existe?". O processo segue a mesma lógica da etapa anterior, culminando na formulação coletiva de uma declaração que reflita a razão de ser da instituição, de forma objetiva e alinhada ao seu campo de atuação.

Por fim, a terceira rodada tem como foco a definição da visão organizacional da instituição. Os participantes devem responder, em até quatro linhas, à pergunta: "Como gostaríamos que a instituição fosse vista no futuro?". Trata-se da elaboração de um enunciado inspirador, que represente o grande propósito da organização em longo prazo. Após o debate, o grupo em consenso estabelece uma formulação que expresse esse ideal, tornando-o visível e partilhado entre todos.

Ao final das três rodadas, obtém-se um conjunto coeso de elementos da IO definidos de maneira participativa e reflexiva pelos próprios membros da organização. Esse processo favorece o alinhamento de percepções, o engajamento institucional e o fortalecimento da identidade coletiva, como destacam Silva e Ruão (2021) ao afirmarem que a construção da IO deve emergir de entendimentos compartilhados e socialmente legitimados.

Conclui-se, portanto, que o instrumento aqui apresentado constitui uma metodologia viável e replicável para a construção da Identidade Organizacional em instituições arquivísticas. Sua estrutura participativa, simples, didática e fundamentada na teoria, torna-o especialmente efetivo para contextos nos quais se busca fomentar o pertencimento, promover o alinhamento institucional e consolidar uma imagem organizacional coerente e transparente. Ao integrar reflexão, diálogo e ação estratégica, o instrumento contribui significativamente para o fortalecimento institucional e para a projeção da identidade dos arquivos públicos no cenário informacional contemporâneo.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo propor um modelo teórico-conceitual adaptado à realidade dos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros, com vistas à construção da Identidade Organizacional de forma didática e como estratégia para o fortalecimento institucional dessas entidades. A partir da análise da literatura e da observação empírica dos sítios eletrônicos dos APEs, evidenciou-se que, apesar da relevância da IO como instrumento de posicionamento estratégico, o campo arquivístico ainda carece de iniciativas sistematizadas que promovam sua integração efetiva às práticas de gestão arquivística.

Ao longo da investigação, constatou-se que a IO permanece no contexto dos APEs brasileiros, subexplorada tanto na teoria quanto na prática. A análise dos portais institucionais revelou que apenas um número restrito de instituições disponibilizam de maneira clara e completa os três elementos estruturantes da Identidade Organizacional, o que evidencia uma fragilidade na sua autodefinição, nas suas ações para o futuro, nos fundamentos que orientam a sua atuação, bem como no âmbito comunicacional tanto interno quanto externo.

O mapeamento da produção científica nacional também corrobora esse diagnóstico, os estudos que correlacionam IO com o campo arquivístico são escassos, e quando existentes, abordam a temática de modo tangencial. Essa lacuna aponta para um campo emergente de pesquisa, cuja relevância se acentua diante das crescentes exigências sociais por transparência, *accountability*, eficiência e eficácia institucional.

Dessa forma, a principal contribuição deste estudo residiu na proposição de um instrumento metodológico participativo para a construção da IO. Tal ferramenta, por integrar concepções teóricas consolidadas com uma prática dialógica e colaborativa, demonstra-se viável, replicável e adaptável a diferentes realidades arquivísticas. Além de favorecer o alinhamento interno, promove a construção de uma imagem institucional coerente, alinhada às expectativas da sociedade e aos valores defendidos pela organização.

Por fim, recomenda-se, como desdobramentos futuros, a ampliação da aplicação do instrumento proposto em outras instituições e arquivos públicos — municipais, estaduais e federais —, a fim de validar sua eficácia em diferentes contextos institucionais. Também se sugere a realização de pesquisas voltadas à análise da construção da IO em instituições arquivísticas.

Referências

Albert, D. A., & Whetten, D. A. (1985). Organizational identity: Foundations and implications. *Academy of Management Review*.

Ashforth, B. E., & Mael, F. (1996). Organizational identity and strategy as a context for the individual. In J. A. C. Baum & J. E. Dutton (Eds.), *Advances in strategic management* (pp. 19–64). Greenwich, CT: JAI Press.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.; 1ª ed.). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Barrancos, J. E. (2023, maio 20). *Planejamento estratégico governamental: dinâmica para elaboração da missão do negócio público* [Slides da aula]. Disciplina de Planejamento Estratégico Governamental, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). (2025). *BRAPCI*. https://brapci.inf.br/home.

Caldas, M. P., & Wood, T., Jr. (1997). Identidade organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, 37(1), 6–17. https://www.scielo.br/j/rae/a/NpNL7wZFtrDHfnTvCTVWkfc/?lang=pt.

Cavalcante, A. A. S. (2020). *Planejamento estratégico em unidades de informação arquivísticas* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/28331/1/AASC08092023.pdf.

Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). (n.d.). *Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas*. https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas.

Cruz, R. P. da. (2023). *A transformação digital nos arquivos: O processo de uso de tecnologias digitais nos estados brasileiros* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional UFF. https://app.uff.br/riuff/handle/1/29790.

Fachin, J. (2014). *Acesso à informação pública nos arquivos públicos estaduais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129179/328379.pdf?sequence=1.

Ferreira, A. V. S. (2016). Elementos de articulação: Missão, visão, valores e a identidade organizacional. *EDUICEP*, 1, 33–52. https://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/eduicep/article/view/129/68.

Gil, A. C. (2021). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.

Governo do Estado de Alagoas. (c. 2022). *Missão – Arquivo Público de Alagoas*. https://arquivopublico.al.gov.br/quem-somos/missao.

Governo do Estado do Maranhão. (c. 2017). *Missão – Arquivo Público do Estado do Maranhão*. https://casas.cultura.ma.gov.br/apem/index.php?page=missao.

Governo do Estado de Pernambuco. (n.d.). *O Arquivo Público Estadual*. https://arquivopublico.pe.gov.br/institucional/o-arquivo-publico-estadual.

Governo do Distrito Federal. (2025). *Sobre o ArPDF*. https://www.arquivopublico.df.gov.br/sobre-o-arpdf/.

Governo do Estado de Mato Grosso. (n.d.). *Arquivo Público de Mato Grosso*. https://www.apmt.mt.gov.br/missao.

Governo do Estado do Espírito Santo. (c. 2015). *Missão e valores – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. https://ape.es.gov.br/missao.

Governo do Estado de São Paulo. (n.d.). *Quem somos – Arquivo Público do Estado de São Paulo*. https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/quem_somos.

Governo do Estado do Paraná. (n.d.). *Missão e valores – Arquivo Público*. https://www.administracao.pr.gov.br/Imagem/Missao-e-Valores-Arquivo-Publico.

Gonzales-Miranda, D. R. (2020). Organizational identity: Components and construction. *Innovar*, 30(78), 89–104. https://www.redalyc.org/journal/818/81866069007/.

Hatch, M. J., & Schultz, M. (2002). The dynamics of organizational identity. *Human Relations*, *55*(8), 115–139. https://www.researchgate.net/publication/247717474_The_Dynamics_of_Organizational_Identity.

Jardim, J. M. (1995). A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, 25(2), 1–13. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663.

Jardim, J. M. (2018). Governança arquivística: Contornos para uma noção. *Acervo*, 31(3), 31–45. https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987.

Laruccia, M. M. (2000). A missão empresarial. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*, 1(1), 51–57. https://www.researchgate.net/publication/277868118_A_Missao_Empresarial.

Machado, D. S. (2009). *Filosofia institucional: Missão – Visão – Valores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Lume. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18488.

Morgado, U. (2016). *Identidade da organização-cidade de Curitiba: Estudo histórico da primeira gestão de Jaime Lerner* [Dissertação de mestrado, Universidade Positivo]. Repositório CEUNSP. https://repositorio.ceunsp.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3045/1/UBIRAJARA%20MORGADO.pdf.

Oda, R., & Bahia, E. M. dos S. (2024). A evolução dos arquivos públicos no cenário brasileiro (2008-2022). *Transinformação*, 36, e2410349. https://www.scielo.br/j/tinf/a/byZDHDBCkhmzdYTngjGKvKj/?format=pdf&lang=pt.

Oliveira, L. S. A. (2009). *Os conceitos de missão, visão e valores como parte essencial no desenvolvimento dos colaboradores focando em resultados de longo prazo* [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário UNA]. Scribd. https://pt.scribd.com/document/78091081/Conceitos-de-missao-visao-e-valores.

Paes, M. L. (2007). *Arquivo: teoria e prática*. Fundação Getúlio Vargas.

Paraíba. (2018, 29 de dezembro). Lei Estadual nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a criação do Arquivo Estadual da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política e arquivos públicos e privados de interesse público e social. *Diário Oficial do Estado*, nº 16.776, 3–5. http://biblioteca.pm.pb.gov.br:1919/xmlui/handle/123456789/253.

Rabello, R. (2012). A Ciência da Informação como objeto: Epistemologias como lugares de encontro. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17(1), 2–36. https://www.scielo.br/j/pci/a/vM5Q5Rg5P8ZpPfqm6HnfWgj/?format=pdf&lang=pt.

Ravasi, D. (2014). Identidade organizacional e memória. *Organicom*, 11(20), 39–49. https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139215.

Rosa, K. G. C., Downes, L. C. G., & Lugoboni, L. F. (2023). Missão, visão e valores organizacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. *Revista Científica Hermes - Fipen*, 33(1), 25–46. https://revistahermes.com.br/index.php/hermes1/article/view/691.

Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. de P., Enoque, A. G., & Gandolfi, P. E. (2010). As questões identitárias nas organizações. In A. de P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, A. G. Enoque, & P. E. Gandolfi (Orgs.), *Identidade nas organizações* (pp. 17–28). Juruá.

Scorsolini-Comin, F. (2012). Missão, visão e valores como marcas do discurso nas organizações de trabalho. *Psico*, 43(3), 325–333. https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/8055.

Scott, S. G., & Lane, V. R. (2000). A stakeholder approach to organizational identity. *Academy*

of Management Review, 25(1), 43–62. https://www.researchgate.net/publication/272581526_A_Stakeholder_Approach_to_Organizational_Identity_The_Academy_of_Management_Review.

Silva, S., & Ruão, T. (2021). A construção da identidade organizacional nas universidades públicas portuguesas: À procura de uma definição. *Revista de Letras*, 1(2), 95–115. https://revistadeletras.utad.pt/index.php/revistadeletras/article/view/236.

Silva, D. A. dos S. (2023). *A construção da identidade institucional do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte: 1991–2021* [Dissertação de mestrado, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/50506.

Silva, A. R., Vieira, K. C., Pires, T. C., & Sugano, J. Y. (2017). Identidades nas organizações: Base intelectual e tendências do campo de pesquisas por meio de uma análise bibliométrica. In *Seminários em Administração* (20ª ed., pp. 1–16). SEMEAD. https://login.semead.com.br/20semead/anais/arquivos/1732.pdf.

Silva, C. L. M. da, & Nogueira, E. E. da S. (2001). Identidade organizacional: Um caso de manutenção, outro de mudança. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(especial), 35–58. https://www.scielo.br/j/rac/a/zgRZy3hHTWxf8g3RNrKVFZj/?format=pdf.

Terence, A. C. F. (2002). *Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: Desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento* [Dissertação de mestrado, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo]. Repositório da Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-27052004-110812/publico/Dissertacao_anaclaudia.pdf.

Ventura, R. (2018). *A atuação dos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil nas atividades de representação da informação para atendimento da Lei de Acesso à Informação* [Dissertação de mestrado, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186801/PCIN0175-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y.

Waeraas, A. (2010). Communicating identity: The use of core value statements in regulative institutions. *Administration & Society*, 42(5), 526–549. https://www.researchgate.net/publication/258122329_Communicating_Identity_The_Use_of_Core_Value_Statements_in_Regulative_Institutions.

Welch, J. (2005). *Paixão por vencer* (7. ed.). Elsevier.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO EMPREENDEDORISMO INFORMACIONAL: FOCO NOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS À LUZ DO MODELO CANVAS

Jacqueline Echeverría Barrancos, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), https://orcid.org/0000-0001-9204-9052, Brasil, unijacqueline@gmail.com

Ilka Maria Soares Campos 2, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) https://orcid.org/0009-0001-5022-8236, Brasil, *ikk.campos@gmail.com*

Roberto Vilmar Satur 3, Universidade Federal da Paraíba, https://orcid.org/0000-0002-1007-1529, Brasil, *roberto.satur@academico.ufpb.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6743

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

Nos últimos anos, observa-se um crescimento expressivo das investigações, tanto em âmbito nacional quanto internacional, acerca do empreendedorismo no campo informacional (Santana *et al*., 2025; Fonseca & Nassif, 2022). Nesse contexto, informação e conhecimento configuram-se como pilares estruturantes dos modelos socioeconômico e sociotécnico contemporâneo (Oliveira *et al.,* 2020). Em um cenário globalizado, marcado por transformações aceleradas nos mercados, processos e organizações, a capacidade de inovar e adaptar-se torna-se um diferencial competitivo essencial (Zaninelli *et al.,* 2019).

É nesse ambiente dinâmico que o empreendedorismo informacional emerge como um fenômeno fortemente vinculado às mudanças no mundo do trabalho, exigindo dos profissionais características como proatividade, autoconfiança, disposição para o risco e sensibilidade para identificar oportunidades (Santos, *et al.,* 2020; Silva, 2019).

O desenvolvimento de competências empreendedoras no ambiente organizacional não apenas potencializa a atuação individual, como também fomenta a inovação institucional (Sosnowski, 2018). Assim, o empreendedorismo assume uma função estratégica, associada à geração de empregos, à formulação de soluções criativas e ao fortalecimento da competitividade (Gheno, 2024).

Arquivos e bibliotecas, como instituições centrais na mediação da informação e na preservação da memória, desempenham um papel fundamental nesse processo de transformação contínua (Bellotto, 2006; Castells, 2009; Silva *et al*, 2002). A capacidade de aprender constantemente e de converter o conhecimento em vantagem competitiva torna-se vital para sua sustentabilidade e relevância social (Bernardes & Blattmann, 2011). Os impactos da pandemia de Covid-19 e o avanço das tecnologias digitais acentuaram a necessidade de repensar práticas tradicionais, reforçando a urgência por modelos de gestão mais dinâmicos, inovadores e centrados nos usuários (Romeiro, 2023; Machado *et al.,* 2023).

Nesse contexto, este artigo parte da seguinte questão de pesquisa: como arquivos e bibliotecas podem empreender utilizando o *Business Model Canvas* (BMC), uma ferramenta estratégica amplamente disseminada na área da administração para modelagem de negócios? Identifica-se, assim, uma lacuna relevante na literatura: a escassez de estudos que investiguem de forma sistemática e aplicada o uso do BMC em instituições de informação. Embora o modelo Canvas tenha se consolidado como referência na área do empreendedorismo (Borchardt *et al*., 2013), sua aplicação na gestão estratégica de arquivos e bibliotecas ainda é incipiente, sobretudo no

que tange à geração de soluções inovadoras para os desafios da sociedade da informação.

A adoção de modelos de negócios, como o *Business Model Canvas*, proporciona às instituições um instrumento visual e estratégico que permite ao empreendedor e a equipe compreender de forma macro, o que é feito, por que é feito, como é, quando, onde e para quem se entrega valor, alinhando operação e estratégia de maneira integrada (Osterwalder, Pigneur, 2010; Alves *et al.,* 2025).

Apesar do crescente interesse pelo empreendedorismo informacional, constata-se uma carência de *frameworks* práticos que orientem a atuação empreendedora em ambientes arquivísticos e bibliotecários. Neste sentido, acredita-se que a utilização de ferramentas derivadas do modelo Canvas pode representar uma contribuição significativa para o planejamento institucional e para o fortalecimento das competências empreendedoras entre os profissionais da informação (Kotler, 2024).

Dessa forma, o objetivo central deste estudo é propor um framework adaptado do *Business Model Canvas* (BMC), direcionado à promoção do empreendedorismo em arquivos e bibliotecas, com foco na gestão estratégica e na inovação. Para isso, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: (i) compreender os fundamentos do BMC e sua aplicabilidade em instituições públicas e culturais; (ii) identificar elementos e práticas empreendedoras compatíveis com o contexto arquivístico e bibliotecário; (iii) adaptar os nove blocos do Canvas à realidade dessas instituições, respeitando suas missões sociais e educativas; e (iv) validar conceitualmente o *framework* proposto com base na literatura especializada e em exemplos documentados.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de oferecer a arquivos e bibliotecas uma ferramenta prática, adaptável e orientada à inovação, que favoreça o planejamento estratégico, a diversificação de serviços e a captação de recursos. Em um contexto de crescentes restrições orçamentárias e demandas por resultados, torna-se imperativo repensar os modelos de gestão dessas organizações, conciliando suas finalidades públicas e educativas com abordagens mais ágeis, colaborativas e empreendedoras.

Fundamentos do Empreendedorismo

A palavra empreendedor tem origem na língua francesa — *entrepreneur*, derivado do verbo *entreprendre*, que significa “fazer algo”. Esse vocábulo deu origem ao termo inglês *entrepreneurship*, que abrange os hábitos, comportamentos, atitudes e competências associados ao agir empreendedor (Sosnowski, 2018).

Na concepção moderna, o empreendedorismo está intrinsecamente vinculado à inovação (Drucker, 2016). A gênese desse conceito, tal como compreendido na atualidade, remonta às contribuições de Joseph A. Schumpeter, um dos principais economistas do século XX. Inspirando-se nas teorias darwinistas da seleção natural e da evolução, Schumpeter (1997) formulou a ideia de *“destruição criadora”*, processo pelo qual produtos, serviços ou métodos ultrapassados são substituídos por inovações que rompem com o status quo.

O perfil do empreendedor varia de acordo com o contexto e com as possibilidades geradas pela organização ou pelas oportunidades do ambiente. Para Dolabela e Filion (2013), o empreendedor é aquele que articula criatividade, definição de metas viáveis e visão estratégica, seja para melhorar processos existentes ou para desenvolver algo completamente novo. Além dessas capacidades, deve ter a habilidade de lidar com mudanças e incertezas, conduzindo a organização em direção ao crescimento sustentável (Cardoso *et al.,* 2024).

Diversos autores oferecem definições complementares sobre o fenômeno do empreendedorismo, destacando suas dimensões comportamentais, econômicas e sociais. A Tabela 1, a seguir, sintetiza, em ordem cronológica, dez definições representativas de autores nacionais e internacionais

Tabela 1: Definições de Empreendedorismo

Autor/Ano	Principais Características
Kenneth; Kniingth;	Introduziram ao empreendedorismo a ideia da necessidade de arriscar em

Drucker, (1970)	algum negócio para montar uma organização. (citado em Sosnowski, 2018).
Schumpeter (1997)	É um processo de ‘‘destruição criativa’’, através da qual produtos ou métodos de produção existentes são destruídos e substituídos por novos.
McClelland (1989)	o identifica como um indivíduo “[...] fortemente motivado pela necessidade de realização, que não gosta de rotinas e nem de trabalho repetitivo” (citado em Sosnowski, 2018).
Hisritch (1990)	Afirmam que o empreendedorismo é o processo de criar algo diferente com valor, dedicando tempo e esforço necessário e assumir riscos financeiros, psicológicos e sociais. (citado em Sosnowski, 2018).
Filion (2000)	O processo pelo qual se faz algo novo (algo criativo) e algo diferente (algo inovador) com a finalidade de gerar riqueza para indivíduos e agregar valor para a sociedade” e o empreendedor.
Dornelas (2001)	empreendedorismo envolve o processo de criação de algo novo, de valor. Em segundo lugar empreendedorismo requer devoção, o comprometimento de tempo e o esforço necessário para fazer a empresa crescer.
Hisrich & PeterS, (2004)	Empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal. (citado em Santos *et al*., 2020)
Dornelas (2014)	É a transformação de ideias em oportunidades através do envolvimento de pessoas e processos que gera a criação de negócios de sucesso.
Sosnowski (2018)	Muito além de assumir um posto de empresário, empreender é uma questão de atitude e postura pessoal
Johnson (2019)	Ser empreendedor é pensar diferente. Enquanto a maioria das pessoas busca, segurança, os empreendedores assumem risco (citado em Dornelas, 2014)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A Tabela 1 evidencia a natureza multidisciplinar do empreendedorismo, cuja análise exige o cruzamento entre perspectivas econômicas, organizacionais, culturais e comportamentais. Nesse sentido, Santos (2014) destaca que o empreendedorismo tem ganhado destaque por representar uma via para a resolução de problemas sociais e institucionais, sendo cada vez mais valorizado em múltiplos setores.

Lopes (2017) observa o crescimento do interesse pelo empreendedorismo também no campo educacional, envolvendo estudantes, professores, instituições de ensino superior e agentes públicos. Por sua vez, a escritora Sosnowski (2018), amplia a concepção de empreendedor para além do empresário tradicional, incluindo profissionais autônomos, servidores públicos, trabalhadores do setor privado e indivíduos em atividades domésticas que assumem o protagonismo diante das próprias escolhas, atuando com autonomia e criatividade.

Essa perspectiva amplia o entendimento do empreendedorismo como prática transversal, que pode ser aplicada no exercício profissional cotidiano por meio de estratégias diferenciadas, foco em qualidade, inovação e responsabilidade social (Dornelas, 2014; Santos *et al.*, 2020). Nesse contexto, informação e conhecimento desempenham papel central, pois alimentam a capacidade de inovar e de transformar ideias em oportunidades concretas.

> A informação e o conhecimento exercem papel fundamental no processo de inovação, pois o acesso à informação contribui para a construção de conhecimento, que influencia na criatividade. (Santos *et al*., 2020, p. 59)

A partir dessa compreensão, é possível afirmar que o desenvolvimento do empreendedorismo está diretamente relacionado à valorização da aprendizagem contínua, da inovação organizacional e da gestão estratégica do conhecimento (Alves *et al.,* 2025). O ambiente competitivo exige profissionais capazes de transformar ideias em soluções viáveis, impulsionando o crescimento institucional e social (Dornelas, 2014).

Contudo, nem todos os ambientes organizacionais internalizaram o empreendedorismo como prática disseminada. Em muitos contextos, as iniciativas empreendedoras ainda dependem de maior

estímulo da gestão, especialmente no que se refere à construção de uma cultura voltada à inovação e à tomada de decisão autônoma (Spudeit *et al.,* 2019). O corpo funcional de arquivos e bibliotecas, por exemplo, necessita incorporar o empreendedorismo informacional como competência estratégica, promovendo soluções criativas diante dos desafios contemporâneos (Fonseca & Nassif, 2022).

Esse descompasso entre as demandas da sociedade da informação e os perfis profissionais tradicionais pode limitar as possibilidades de inserção, renovação e sustentabilidade das instituições de informação (Cândido, et al, 2016). Por isso, o fortalecimento do empreendedorismo informacional torna-se essencial para ampliar o impacto social dessas instituições, estimulando a criação de modelos de negócio sustentáveis e valorizar o papel dos profissionais da informação como agentes transformadores da realidade.(Fonseca & Nassif, 2022; Quinde-Cordero, 2024).

Perspectivas sobre Empreendedorismo Informacional

O conceito de empreendedorismo informacional tem ganhado destaque nos estudos voltados às unidades de informação — como bibliotecas públicas e escolares, bem como arquivos institucionais — por propor uma atuação proativa, estratégica e inovadora por parte dos profissionais da informação. Nessas instituições, o exercício do empreendedorismo transcende a execução de tarefas técnicas, incorporando a gestão de pessoas, de recursos materiais e de estruturas físicas com vistas à superação de limitações operacionais e à criação de novas possibilidades de atuação (Spudeit et al., 2019).

Adotar uma postura empreendedora na gestão informacional implica promover a melhoria contínua dos serviços, ampliar o acesso qualificado à informação e implementar soluções criativas, alinhadas às demandas da sociedade e do próprio ambiente institucional (Dornelas, 2014; Fonseca & Nassif, 2022).

A pesquisa conduzida por Spudeit *et al.* (2019) evidencia que a formação empreendedora nos cursos de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Gestão da Informação no Brasil ainda é incipiente e pouco orientada à aplicação prática. Entre as instituições analisadas, apenas 38% ofertam disciplinas relacionadas ao tema, sendo que, na maioria dos casos, o conteúdo é predominantemente teórico e carece de ferramentas estratégicas que favoreçam a modelagem de negócios aplicáveis aos ambientes informacionais.

Nesse sentido, na visão dos autores consultados; (Bernardes & Blattmann,2011) o empreendedorismo, enquanto competência estratégica aplicada ao campo da informação, ultrapassa a visão tradicional de abertura de negócios e se consolida como uma postura inovadora diante dos desafios contemporâneos como corrobora Silva (2019). Em bibliotecas e arquivos, essa perspectiva ganha relevância à medida que tais instituições enfrentam crescentes demandas sociais, restrições orçamentárias e transformações tecnológicas que exigem ressignificação de suas práticas e serviços (Spudeit *et al.,* 2019).

Complementarmente, Cândido *et al.,* (2022) defendem que o desenvolvimento do profissional da informação exige a incorporação de competências empreendedoras e inovadoras como parte essencial da formação e da atuação em novos contextos laborais. Isso implica ir além das competências técnicas, incluindo habilidades como liderança, criatividade, resiliência, pensamento estratégico e capacidade de mobilização social (Quinde-Cordero, 2024).

Dessa forma, o empreendedorismo informacional em arquivos e bibliotecas pode ser compreendido como um modo de atuação orientado à criação de valor público, (Osterwalder & Pigneur, 2010) à ampliação do impacto social dessas instituições e à valorização dos profissionais da informação como protagonistas no enfrentamento das complexas dinâmicas do século XXI. (Quinde-Cordero, 2024)

Empreendedorismo em Arquivos e Bibliotecas

A gestão empreendedora com foco em inovação e criatividade aplicada às bibliotecas permite abrir novos caminhos para a atuação estratégica dos gestores, promovendo uma visão ampliada dos objetivos institucionais e o aprimoramento dos serviços ofertados:

> [...] se adotada pelas bibliotecas, [a gestão empreendedora] provavelmente proporcionará a possibilidade da abertura de novos caminhos e oportunidades para que os gestores tenham uma ampla visão dos objetivos corporativos e compreensão do propósito das atividades e dos serviços que a biblioteca oferece, tornando-os diferenciados e relevantes [...]" (Honesco, 2002, p. 2).

A atuação empreendedora nas unidades de informação está, portanto, associada à adoção de estratégias organizacionais sintonizadas com o contexto institucional, favorecendo a ressignificação de rotinas, a criação de espaços inovadores e o engajamento dos diversos públicos, inclusive os próprios profissionais da informação (Candidado, *et al.,* 2016).

Valentim (2000) acrescenta que os profissionais que atuam em arquivos e bibliotecas devem desenvolver competências voltadas à autonomia, à criatividade e à gestão estratégica. Tais competências envolvem o domínio das tecnologias da informação, a aplicação de técnicas modernas de administração, a criação de produtos e serviços com valor agregado, o uso de sistemas de avaliação contínua e a incorporação de ferramentas como a inteligência artificial para otimização de processos informacionais.

Nessa perspectiva, empreender significa incorporar experiências inovadoras à prática profissional, ressignificando processos e criando novas rotinas nos ambientes arquivísticos e bibliotecários. Para Franco (2018) o perfil do bibliotecário está intimamente associado ao perfil inovador e empreendedor, uma vez que esse profissional busca constantemente novas formas de atender às necessidades informacionais de seu público.

Os pesquisadores (Dolabela & Filion, 2013) complementam ao afirmar que "o empreendedor é um indivíduo insatisfeito", movido pelo desejo de transformar o mundo a partir de ideias positivas que gerem impacto tanto para si quanto para os outros. Assim, o bibliotecário, ao elaborar, melhorar e reinventar serviços, revela-se um agente de mudança em sua comunidade de atuação (Qinde-Cordero, 2024).

A relação entre empreendedorismo e a atuação em arquivos e bibliotecas amplia as possibilidades de inovação institucional e oferece caminhos para o redesenho de serviços informacionais voltados ao interesse público (Juliani, 2023).

A seguir o Quadro 1, mostra a pesquisa realizada sobre empreendedorismo informacional dos principais artigos identificados destacando os seguintes elementos: autores, ano e título do artigo. Para a pesquisa foi considerado o período de 2005 a julho de 2025.

Quadro 1: Artigos Acadêmicos de Empreendedorismo no Campo da Ciência da Informação

Autor	Ano	Título
Santana *et al.,*	2025	O empreendedorismo no campo da gestão de unidade de Informação
Quinde-Cordero	2024	Las bibliotecas como espacios de emprendimiento empresarial
Juliani *et al.*	2023	Oportunizando o empreendedorismo universitário na biblioteca: um protótipo de serviço para o desenvolvimento de negócios na comunidade acadêmica.
Fonseca & Nassif	2022	Informação e empreendedorismo: estudos de caso com acadêmicos brasileiros e canadenses

Barros & Bernardino	2021	O Empreendedorismo e o Mercado Informacional Brasileiro: Perspectivas De Atuação Para o Bibliotecário Empreendedor
Tavares, Y. T.; dos Santos, R. S	2021	La formación emprendedora desde la perspectiva bibliotecológica
Santos, *et al.,*	2020	Perspectivas sobre o Empreendedorismo informacional na Ciência da informação
Alonso Arévalo & Flórez	2020	El espacio como estrategia en la biblioteca del siglo XXI
Spudeit, *et al.,*	2019	Formação para o empreendedorismo nos Cursos de bacharelado e licenciatura em Biblioteconomia, ciência da informação e Gestão da informação no Brasil.
Zanineli	2019	Bibliotecas universitárias: uma perspectiva teórica sobre inovação em serviços informacionais
Cândido, *et al.,*	2016	Aportes conceituais de empreendedorismo e inovação para o Desenvolvimento do profissional da informação em novos Contextos de trabalho
Bernardes & Blattmann	2011	Empreendedor no ambiente da informação

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os estudos que abordam o empreendedorismo informacional no campo da Ciência da Informação têm contribuído para ampliar a compreensão sobre as transformações nas práticas profissionais em arquivos, bibliotecas e demais unidades de informação. Ao proporem uma reflexão sobre os vínculos conceituais entre empreendedorismo e inovação, (Cândido *et al.*, 2016) destacam que esses elementos impulsionam o desenvolvimento profissional em contextos informacionais dinâmicos.

Ao analisarem o empreendedorismo informacional (Santos *et al.,* 2020) como um processo emergente e estratégico para a área, manifestam que existe um potencial para fortalecer a competitividade, a autonomia e a criação de serviços inovadores.

No âmbito da formação, Spudeit et al. (2019) investigam como as universidades brasileiras que ofertam cursos em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Gestão da Informação têm incorporado — ainda que de forma limitada — conteúdos voltados ao empreendedorismo, apontando lacunas na preparação para a atuação empreendedora. Em conjunto, esses estudos oferecem uma base teórica sólida para refletir sobre os desafios e perspectivas do empreendedorismo informacional, evidenciando sua relevância crescente no contexto da gestão estratégica das unidades de informação (Alonso Arévalo & Flores, 2020).

A partir desse panorama, é possível analisar como o empreendedorismo pode ser aplicado ao campo arquivístico. Segundo Bellotto (2006), o campo de atuação do arquivista é amplo e se estende tanto à esfera pública quanto à privada, abrindo espaço para que o profissional desenvolva iniciativas empreendedoras, oferecendo serviços especializados e constituindo seu próprio negócio no mercado da informação.

No Quadro 2, a seguir foi realizado um levantamento de pesquisas que convergem para o dialogo entre o Empreendedorismo e a Arquivologia.

Quadro 2: Artigos Acadêmicos de Empreendedorismo no Campo da Arquivologia

Autor	Ano	Título
Silva, & Oliveira	2024	Proposta de método para o desenvolvimento de personas para

		plataformas de acesso digital a acervos culturais
Almeida Neto & Araújo	2022	Preservação dos arquivos nato-digitais do Centro de Empreendedorismo da UFS: diagnóstico situacional
Davanzo	2020	O empreendedorismo na arquivologia: reflexões necessárias
Bahia & Seitz	2016	O arquivista empreendedor
Witkowski & Bedin	2016	Os currículos de arquivologia e a contribuição para a formação do perfil empreendedor"
Ioannidis, A.; Alexandros, N.	2015	Business Model Canvas for Nonprofit Organization
Duarte	2007	Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional*

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Esses estudos reforçam a necessidade de reavaliar a formação e o perfil do arquivista diante das novas exigências do mercado e da sociedade da informação. A definição de arquivos como acervos formados por documentos originais, físicos ou digitais, produzidos no curso das atividades institucionais (Lopes, 2023), demonstra o potencial estratégico dessa área, que demanda gestão especializada, inovação tecnológica e sensibilidade para lidar com a memória social.

Ainda na perspectiva do empreendedorismo, Jardim (2018) enfatiza que o arquivista contemporâneo está cada vez mais suscetível a desenvolver um perfil empreendedor, justamente por atuar em um campo profundamente impactado pelas transformações da sociedade da informação. Nesse cenário, o profissional deve estar disposto a assumir riscos e a enfrentar desafios, adaptando-se às exigências emergentes que afetam diretamente o seu campo de saber e atuação (Dornelas, 2014; Sosnowski, 2018).

A relação entre empreendedorismo e Arquivologia manifesta-se na medida em que a área oferece um serviço especializado — o gerenciamento e o tratamento técnico de documentos —, cuja aplicação independe do suporte informacional, conforme esclarece (Davanzo, 2020). Um arquivista com formação sólida pode atuar de forma autônoma, oferecendo serviços técnicos especializados a múltiplas organizações públicas e privadas, sem a necessidade de vínculo exclusivo com uma única instituição (Bellotto, 2006, Franco, 2018).

Partindo do princípio de que o arquivista é um profissional responsável por organizar e tornar a informação acessível ao usuário final, ele pode atuar em diferentes tipos de arquivos — públicos, empresariais, hospitalares, fotográficos, digitais — além de gerenciar redes e sistemas de informação, incorporando tecnologias de ponta em sua prática cotidiana (Bellotto, 2006; Jardim, 2018; Witkowski & Bedin, 2016).

Concomitantemente, essa versatilidade amplia sua capacidade de identificar oportunidades, propor soluções criativas e agregar valor por meio de iniciativas empreendedoras (Bahia & Seitz, 2016).

Para consolidar sua presença no mercado e responder aos desafios contemporâneos, o arquivista empreendedor deve desenvolver um conjunto de competências específicas (Nascimento & Lunardelli, 2021).

Entre elas, destacam-se: o domínio do mercado informacional, o conhecimento das necessidades dos usuários, a visão estratégica para inovar e a disposição para liderar projetos em um ambiente competitivo e mutável (Bahia & Seitz 2009). Essas destacam que o empreendedorismo no um exemplo de **empreendedorimo** informacional em arquivosexigências do perfil arquivista do século XXI deve ser um profissional que “cria projetos, abraça novos desafios e se esforça para ser o melhor”, sendo capaz de atuar com autonomia, visão sistêmica e iniciativa própria (Nascimento & Lunardelli, 2021).

A título de ilustrar um exemplo de empreendedorismo informacional em arquivos e bibliotecas, o estudo de caso desenvolvido por Perrin e Weaver (2020) na Texas Tech University, evidencia uma prática exemplar de

colaboração entre unidades de biblioteca e arquivo no âmbito de projetos de digitalização. As autoras destacam que, embora essas unidades compartilhem finalidades relacionadas à preservação e ao acesso à informação, operam com filosofias distintas quanto a objetos, metadados, metas e processos centrais. Essa constatação, no entanto, não configura uma barreira, mas sim um convite à construção de sinergias institucionais.

O trabalho enfatiza a necessidade de diálogo contínuo, respeito às diferenças terminológicas e metodológicas e o esforço consciente de alinhamento entre equipes multidisciplinares. Ao adotar uma abordagem de comunicação aberta e objetivos convergentes, bibliotecas e arquivos demonstram capacidade de criar infraestruturas digitais mais robustas, sustentáveis e centradas no usuário.

Como exemplo documental, esse estudo oferece subsídios valiosos para instituições que buscam integrar ações informacionais e técnicas em projetos colaborativos. Ele reafirma que a cooperação intersetorial não apenas potencializa recursos e resultados, mas também amplia o alcance social e acadêmico das iniciativas de digitalização.

Nesse contexto, é**Essas exigências** do perfil arquivista do século XXI preciso reconhecer, contudo, que o exercício do empreendedorismo não está isento de riscos e incertezas. Assumir caminhos inéditos, propor soluções não convencionais e atuar com ousadia são atitudes que refletem o compromisso do profissional com a transformação da realidade informacional (Machado *et al.,* 2023).

Para que esse processo seja bem-sucedido, Ferreira (Bahia & Seitz, 2009) destacam a importância de um diálogo contínuo entre o mercado, as instituições formadoras e as entidades representativas da classe, de forma a garantir uma formação mais integrada e aderente às demandas sociais.

Nessa mesma linha, Cardoso e Valentim (2008) argumentam que: ter essa preocupação fará com que a formação do profissional seja mais completa e permitirá que ele consiga desempenhar um papel participativo na sociedade a qual está inserido.

Apesar de sua sólida formação em cursos superiores, voltados à gestão de arquivos e documentos, o arquivista não deve perder de vista seu papel tradicional como guardião da memória institucional (Jardim, 2018). Contudo, como salienta Duarte (2007), é necessário compreender que essa função não se limita à custódia dos documentos: ela deve ser ampliada para abarcar estratégias de gestão, inovação, serviços e empreendedorismo informacional — elementos fundamentais para garantir a relevância social e a sustentabilidade profissional do arquivista no século XXI. (Witkowski & Bedin, 2016).

Modelos de Negócios Canvas na Gestão da Informação

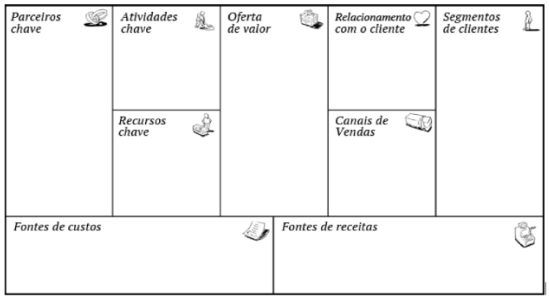
O conceito de modelo de negócios, amplamente discutido na literatura de gestão, tem se consolidado como ferramenta essencial para organizações de diversos portes, especialmente aquelas em fase de consolidação (Alexandros, 2013). Essa abordagem permite compreender, de maneira estruturada, quem são os usuários, qual é a proposta de valor oferecida e como essa proposta pode ser convertida em resultados concretos e sustentáveis (Macedo *et al.,* 2013). Problemas recorrentes como o abandono de projetos, a descontinuidade administrativa e a escassez de recursos têm comprometido a efetividade dos serviços prestados à sociedade (Dornelas, 2014). Como resposta, a literatura gerencial apresenta diferentes modelos e instrumentos de ação estratégica, entre os quais se destacam o Modelo 3M (Timmons, Checklist), o Modelo Efectual, a avaliação de oportunidades e, de forma especial, o Modelo de Negócios Canvas (Dornelas, 2014; Finocchio, 2013).

O Business Model Canvas (BMC), desenvolvido por Osterwalder e Pigneur (2010), tornou-se uma das ferramentas mais utilizadas para representar, de forma visual e integrada, a lógica de funcionamento de um empreendimento. Sua estrutura baseia-se em nove blocos-chave, que descrevem como uma organização cria, entrega e captura valor, envolvendo aspectos como segmentação de clientes, proposta de valor, canais de distribuição, relacionamento com os usuários, fontes de receita, recursos principais,

atividades-chave, parcerias e estrutura de custos (Lopes, 2022).

Embora originado no setor privado, o modelo Canvas tem sido progressivamente apropriado por instituições públicas, culturais e educacionais, dada sua versatilidade, simplicidade e potencial de adaptação (Silva Filho *et.,* 2018). Ao ser implementado nesses contextos, o BMC favorece o planejamento estratégico, a inovação nos serviços, o redesenho de processos e a geração de valor público, contribuindo para o reposicionamento institucional frente às demandas sociais emergentes (Souto & Del Fiaco, s.d). A seguir, a Figura 1 ilustra esse mosaico de ideias organziado em nove blocos do modelo Canvas BMC

Figura 1: Canvas do BMG



Fonte: Osterwalder e Pigneur (2010).

No Canvas, detalham-se de forma objetiva as ideias principais, que podem ser posteriormente analisadas ou consultadas por interessados. Para isso, utilizam-se post-its com sentenças curtas, que preenchem cada componente com informações específicas sobre a ideia, projeto, processo, negócio ou proposta de trabalho (Finocchio, 2013).

No campo da gestão da informação, a adoção do BMC representa uma oportunidade concreta para estimular o empreendedorismo informacional, ampliar a visão estratégica dos profissionais da informação e viabilizar soluções criativas em arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Sua aplicação permite não apenas organizar as ideias em torno de uma proposta de valor clara, mas também visualizar lacunas, repensar serviços e alinhar objetivos institucionais com as necessidades reais dos usuários (Borchardt, 2013)

Nesse contexto, destaca-se a relevância do uso do Modelo Canvas. Isso se justifica pelo fato de que qualquer tipo de organização que ofereça serviços à sociedade, especialmente as organizações de arquivos e bibliotecas – consideradas um dos centros mais importantes de produção da informação e disseminação do conhecimento –, pode desenvolver e disseminar seus produtos com qualidade, eficiência e embasamento técnico-científico. (Souto & Del Diaco, s.d) A elas cabe o papel crucial de preservar a informação, a cultura e a memória (Silva, 2021; Jardim, 1999). A seguir o Quadro 3, destaca a relevância do Canvas para o empreendedorismo informacional.

Quadro 3: Artigos Acadêmicos da Aplicação do Canvas a cenários organizacionais

Autor	Relevância para o campo de Bibliotecas e Arquivos
Cardoso, *et al.,* 2024	Útil para bibliotecas e arquivos com foco em sustentabilidade e economia
Lopes et al., (2023)	Explora a aplicabilidade real do Canvas por empreendedores. Útil para adaptar estratégias em ambientes informacionais com instabilidade ou previsibilidade
Teodoro et al., 2023	Aplica o Canvas como ferramenta de adequação à LGPD. Extremamente relevante para arquivos públicos e bibliotecas que tratam dados sensíveis.
Schneiders (2020)	Defende o Canvas como ferramenta acessível e educativa. Aplicável em projetos comunitários e educativos de bibliotecas públicas.
Sorri, et., (2019)	Apresentam o Platform Canvas, uma ferramenta prática para inovação em modelos de negócios no contexto de ecossistemas de plataformas digitais
Silva Filho, A. et al., (2018)	Propõe integração entre BMC e LCC. Útil para bibliotecas e arquivos que desejam planejar estrategicamente e gerenciar projetos ao longo de seu ciclo de vida.
Ioannidis, A.; Alexandros, N. (2015)	Propõe integração entre BMC e LCC. Útil para bibliotecas e arquivos que desejam planejar estrategicamente e gerenciar

	projetos ao longo de seu ciclo de vida.
Alexandros (2013)	Ele apresenta o Canvas adaptado ao setor social e explica como líderes podem usá-lo estrategicamente — visualizando conexões, valor social e fluxo
Borchardt, & Santos (2013)	Demonstra como aplicar o Canvas na prática para estruturar novos projetos. Aplicável a bibliotecas e arquivos que desejam lançar novos serviços ou produtos informacionais.
Macedo, et al., (2013)	Mostra como o Canvas pode alinhar os serviços ao perfil do público-alvo. Aplicável a bibliotecas/arquivos para planejar serviços informacionais.
Nascimento, *et al.,(*s.d)	Foca no uso do Canvas para diagnosticar perfis de empreendedores. Pode ser adaptado para gestão de competências em instituições informacionais.
Souto & Del Fiaco (s.d)	Explora como criar modelos inovadores com recursos limitados. Inspirador para bibliotecas/arquivos com restrições orçamentárias.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

De acordo com os autores analisados, a aplicação do Business Model Canvas (BMC) em contextos públicos, como bibliotecas e arquivos, exige o desenvolvimento de estratégias que considerem não apenas a inovação, mas também as limitações financeiras, operacionais e estruturais dessas instituições. Nesse cenário, Souto e Del Fiaco (s.d.) demonstram que o Canvas é uma ferramenta acessível e eficaz para modelar negócios inovadores mesmo sem financiamento inicial, o que o torna especialmente inspirador para organizações com recursos escassos.

A partir dessa lógica, diversos autores têm ressaltado a versatilidade do BMC em ambientes informacionais. Lopes et al. (2023) exploram sua aplicabilidade prática por empreendedores, oferecendo subsídios para a adaptação de estratégias em contextos instáveis e imprevisíveis, comuns a arquivos e bibliotecas públicas. Já Schneiders (2020) destaca o Canvas como um organizador de ideias e recurso educativo, com grande potencial em projetos comunitários e ações de planejamento participativo.

Outras abordagens complementam esse potencial de uso. Cardoso et al. (2024) sugerem o uso do EcoCanvas, voltado à sustentabilidade e à economia circular, o que amplia o impacto social das instituições. Por sua vez, Nascimento et al. (s.d.) propõem a utilização do Canvas para diagnóstico de perfis empreendedores, permitindo mapear e desenvolver competências em equipes de bibliotecas e arquivos.

Além disso, Macedo et al. (2013) mostram como o modelo pode ser usado para alinhar os serviços ao perfil do público-alvo, contribuindo para o planejamento de ofertas informacionais mais eficazes. Já Borchardt, Freitas Filho e Santos (2013) demonstram sua utilidade na criação de novos projetos e serviços informacionais. Ainda em termos operacionais, (Silva Filho *et al.,* 2018) e (Ioannidis e Alexandros, 2015) propõem a integração entre o BMC e o Life Cycle Canvas (LCC), favorecendo o planejamento estratégico e a gestão de projetos ao longo de seu ciclo de vida institucional.

Por fim, o uso do Canvas como ferramenta de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme modelo desenvolvido por autor institucional não identificado, reforça sua aplicabilidade em ambientes arquivísticos que lidam com dados sensíveis.

Nesse conjunto, evidencia-se que o Business Model Canvas — em suas diferentes adaptações — representa um recurso metodológico poderoso para estimular a criatividade, alinhar estratégias e promover inovação com foco em impacto social, sustentabilidade e gestão participativa em arquivos e bibliotecas.

Percurso Metodologico

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e aplicada, fundamentada em levantamento teórico e documental sobre empreendedorismo institucional, modelos de negócios e gestão da informação. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, os conceitos, práticas e modelos aplicáveis ao empreendedorismo informacional no contexto

de arquivos e bibliotecas. Ao mesmo tempo, tal abordagem permite a proposição e adaptação de um *framework* metodológico sustentado por ferramentas conceituais extraídas da literatura especializada.

Adotou-se um percurso metodológico teórico-prático, com foco na elaboração de um modelo de aplicação efetiva e relevância prática para instituições arquivísticas e bibliotecárias. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, voltada à construção de um produto técnico-intelectual que atenda às demandas específicas dessas instituições.

Conforme destaca Gil (2008), a pesquisa aplicada visa à aplicação imediata de seus resultados, contribuindo diretamente para contextos organizacionais e sociais concretos. A abordagem qualitativa, por sua vez, mostra-se especialmente adequada à compreensão de fenômenos institucionais complexos, como a adaptação de modelos gerenciais a realidades situadas. De acordo com Richardson (2008) e Oliveira (2011), essa abordagem valoriza os significados, práticas e sentidos atribuídos pelos sujeitos e pelas organizações, sendo particularmente indicada para investigações voltadas à inovação institucional e à ressignificação estratégica de práticas organizacionais.

4.1 Limitações do estudo

Este trabalho possui como principal limitação a ausência de validação empírica do *framework* adaptado em contextos institucionais reais. Embora tenha sido concebido com base em sólida fundamentação teórica e documental, sua aplicabilidade prática dependerá da adesão de profissionais e gestores às propostas apresentadas. Além disso, a concentração da análise em fontes da literatura brasileira restringe, em parte, a comparação com experiências internacionais.

Construção do Framework

A construção do framework foi realizada em três etapas principais:

Revisão teórica sobre empreendedorismo informacional em unidades de informação.

Foram selecionadas obras e artigos científicos que abordam o empreendedorismo no campo da Ciência da Informação, com ênfase em arquivos, bibliotecas. Autores como (Silva e Oliveira, 2014), Fonseca & Nassif, 2022), Pinheiro dos Santos *et al*., 2020, Kotler, 2024) entre outros, forneceram subsídios conceituais e aplicados para a definição das competências empreendedoras e das estratégias de inovação informacional.

Análise do modelo Business Model Canvas (BMC). A estrutura original do BMC, conforme proposta por Osterwalder e Pigneur (2010), foi analisada a partir de seus nove blocos constitutivos. Buscou-se avaliar sua aderência aos objetivos estratégicos e funcionais das instituições informacionais, considerando suas especificidades organizacionais, educativas e socioculturais.

Adaptação do BMC ao contexto bibliotecário e Arquivístico. Com base nos fundamentos teóricos e na análise crítica do modelo, foi desenvolvido um *framework* adaptado, que mantém a lógica estrutural do BMC, mas propõe ajustes terminológicos e conceituais para adequá-lo às finalidades, serviços e públicos dessas instituições. A proposta busca refletir as particularidades do trabalho informacional voltado à mediação, à memória institucional e à entrega de valor público.

O corpus bibliográfico da pesquisa foi constituído por fontes indexadas em bases, incluindo BRAPCI, SciELO, P2P & Inovação, *Em Questão* e Google Acadêmico priorizando publicações científicas produzidas entre os anos de 2005 e junho de 2025, com foco na atualidade e na relevância para a temática abordada.

Considerando os aspectos teóricos previamente discutidos sobre o empreendedorismo informacional, bem como a análise do modelo de negócios Canvas, foi elaborado um *framework* adaptado, que preserva a lógica estrutural do BMC, mas propõe ajustes conceituais e terminológicos alinhados à missão, aos serviços e aos públicos de arquivos e bibliotecas.

Os resultados estão sintetizados no Quadro 4, que apresenta a validação teórica dos blocos do BMC com base nas contribuições da literatura científica.

Quadro 4: Validação Teórica do BMC ao Contexto Bibliotecário

Bloco do BMC	Aplicação em Bibliotecas
Proposta de valor	Desenvolvimento de serviços inovadores com foco nas necessidades dos usuários (Cândido et al. Bernardes & Blattmann (2011), Juliani et al. (2023), Santana et al. (2025), Quinde-Cordero (2024) Alonso Arévalo & Flores (2020)
Segmentos de clientes	Identificação de diferentes públicos e suas demandas informacionais Quinde-Cordero (2024), Juliani et al. (2023), Tavares & dos Santos (2021). Arévalo & Flores (2020)
Canais de distribuição	Uso estratégico de mídias e plataformas digitais (baixa incidência desses blocos (citados em 3 e 4 artigos, respectivamente) revela que a forma como os serviços são entregues e as estratégias de relacionamento com o usuário ainda são pouco discutidas na perspectiva do Canvas.
Relacionamento com clientes	"Promoção de relacionamentos empáticos e inovadores com os usuários (Cândido et al., 2016)
Fontes de receita	Exploração de modelos híbridos e consultorias informacionais Juliani et al. (2023), Quinde-Cordero (2024), Fonseca & Nassif (2022), Bernardes & Blattmann (2011).
Recursos-chave	"Competências técnicas, tecnológicas e empreendedoras da equipe Cândido et al. (2016), Spudeit et al. (2019), Santos et al. (2020).
Atividades-chave	"Curadoria, inovação e mediação da informação (Santos et al., 2020; Cândido et al., 2016)
Parcerias principais	Colaboração interinstitucional e redes de inovação Santana et al. (2025), Santos et al. (2020),
Estrutura de custos	Nenhum dos artigos analisados discute de forma direta a estrutura de custos dos projetos ou serviços modelados via Canvas. Essa ausência é significativa, pois a viabilidade econômica é essencial em qualquer iniciativa empreendedora, especialmente em instituições públicas com recursos escassos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As contribuições evidenciam que o empreendedorismo informacional, articulado ao Business Model Canvas, permite uma abordagem sistêmica da gestão informacional, facilitando o planejamento estratégico, a inovação nos serviços e a atuação sustentável dessas instituições. O modelo favorece a criação de valor público, a ampliação de receitas e o alinhamento entre missão institucional e necessidades dos usuários.

Em seguida, para a identificação e caracterização dos elementos, a análise do Quadro 5, revela importantes considerações sobre as evidências reunidas na literatura que demonstram que o empreendedorismo informacional representa não apenas uma atitude inovadora diante dos desafios enfrentados pelas unidades de informação, mas também uma estratégia de gestão orientada para resultados, sustentabilidade e impacto social. A seguir o Quadro 5, apresenta a proposta do framework par o contexto bibliotecário.

Quadro 5: Framework Adaptação do BMC Ao Contexto Bibliotecário

Bloco do BMC	Aplicação em Bibliotecas
Segmentos de Clientes	Identificação de públicos-alvo diversos (pesquisadores, comunidade, setor público, usuários digitais) e suas demandas específicas por acesso e curadoria da informação
Proposta de Valor	Desenvolvimento de serviços inovadores, centrados nas necessidades informacionais dos usuários, com valor agregado e personalização

Canais de Distribuição	Uso estratégico de mídias digitais, redes sociais, repositórios e catálogos online como canais de entrega de produtos e serviços informacionais
Relacionamento com Clientes	Estímulo ao relacionamento proativo, empático e criativo com o público, promovendo fidelização e escuta ativa dos usuários
Fontes de Receita	Exploração de modelos híbridos (gratuito/pago), prestação de serviços de consultoria em gestão documental e cursos de capacitação informacional
Atividades-Chave	Equipe multidisciplinar, infraestrutura tecnológica, bases de dados, competências em TICs e espírito intraempreendedor.
Recursos-Chave	Colaboração com universidades, órgãos públicos, startups, ONGs e instituições culturais para cocriação de soluções e compartilhamento de infraestrutura
Parcerias Principais	Colaboração com universidades, órgãos públicos, startups, ONGs e instituições culturais para cocriação de soluções e compartilhamento de infraestrutura.
Estrutura de Custos	Planejamento financeiro com base na sustentabilidade das operações informacionais, controle de despesas com pessoal, licenças e manutenção de acervos digitais

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Nesse cenário, o uso do Business Model Canvas (Osterwalder & Pigneur, 2010) surge como uma ferramenta metodológica eficaz para que profissionais de arquivos e bibliotecas possam planejar e visualizar seus modelos de atuação de forma sistêmica e estratégica.

Ao permitir a integração entre proposta de valor, públicos-alvo, recursos e canais, o Canvas contribui para a estruturação de iniciativas inovadoras, sustentáveis e alinhadas às demandas informacionais contemporâneas.

A análise das contribuições dos artigos sobre empreendedorismo informacional revelou que os blocos do Business Model Canvas mais frequentemente citados são Propostas de Valor 12/12, Recursos-Chave Atividades-Chave 7/12 e Segmentos de clientes 6/12. Essa predominância evidencia uma ênfase recorrente na literatura sobre a importância das competências profissionais, da capacidade de inovação e das ações operacionais empreendedoras no cotidiano das unidades de informação. O bloco "Recursos-Chave" relaciona-se diretamente às habilidades técnicas, tecnológicas e comportamentais exigidas dos profissionais da informação, como destacam Bahia e Seitz (2009) e Cardoso e Valentim (2008).

Esses achados indicam que o uso do modelo Canvas, ao ser aplicado estrategicamente, pode favorecer o desenvolvimento de modelos sustentáveis de gestão e inovação nessas instituições, alinhando práticas empreendedoras às exigências contemporâneas do campo arquivístico e bibliotecário.

Em relaçao ao cenário dos artigos relacionados com empreendedorismo no campo arquivistico e de acordo com o levantamento dos artigos, o Quadro 6, apresenta os seguintes resultados.

Quadro 6: Validação Teórica do BMC ao Contexto Arquivístico

Bloco do BMC	Aplicação em Arquivos
Propostas de Valor	Foco na criação de serviços informacionais com valor social, utilidade prática e inovação para os usuários (Nascimento & Lunardelli, 2021; Tavares & Santos, 2021)
Recursos-Chave	Ênfase em competências técnicas, tecnológicas, empreendedoras e interpessoais como base para atuação transformadora (Bahia & Seitz, 2009; Witkowski & Bedin, 2016)
Atividades-Chave	Valorização da prática como eixo estruturante da ação empreendedora, com destaque para curadoria, mediação e inovação no serviço (Castro & Nascimento, 2021)

Segmento de clientes	Importância de mapear públicos diversos (internos e externos), suas necessidades informacionais e modos de engajamento (Tavares & Santos, 2021)
Parcerias Principais	Incentivo à articulação entre unidades de informação, universidades, setores produtivos e sociedade civil como estratégia de cocriação (Ioannidis & Alexandros, 2015)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

No entanto, quando o foco recai sobre os arquivos e a Arquivologia, nota-se uma redução significativa na produção científica: apenas sete estudos analisados estabelecem correlação entre empreendedorismo e arquivologia, nas bases de dados pesquisadas. Esse dado revela a fragilidade e a incipiência do debate na área, reforçando a urgência de novas investigações voltadas à aplicação do empreendedorismo como vetor de inovação, transparência e identidade institucional em arquivos públicos (Silva et al., 2002; Silva, 2023; Morgado, 2016).

A seguir, o Quadro 7, apresenta a proposta do framework para o cenário da Arquivologia, destacando alguns blocos com maior incidência como demonstrando anteioremente na validação teórica.

Quadro 7 : Framework Adaptação do BMC
Ao Contexto Arquivístico

Bloco do BMC	Aplicação em Arquivos
Propostas de Valor	Sobre a entrega de valor ao usuário, à sociedade ou à organização. Isso confirma que a inovação em arquivos e bibliotecas parte, prioritariamente, da reflexão sobre o propósito e impacto dos serviços informacionais. Davanzo (2020): discute a relevância do arquivista empreendedor como gerador de valor social. Bahia & Seitz (2016): conectam perfil profissional com geração de soluções e utilidades para instituições.
Recursos/Atividades-Chave	Fortemente presentes nas análises de Bahia & Seitz (2016), Witkowski & Bedin (2016) e Almeida Neto & Araújo (2022). Esse grupo de autores trata diretamente das competências necessárias, da formação profissional, e das práticas estratégicas nos arquivos e centros de informação.
Segmento de clientes	Três dos sete autores abordam explicitamente quem são os beneficiários ou públicos-alvo dos serviços informacionais. Isso mostra maior amadurecimento em alinhar os serviços à realidade do usuário, sobretudo em ambientes digitais. Silva & Oliveira (2024): propõem o uso de personas para entender os perfis de usuários de plataformas de acervos digitais.
Canais de distribuição	Aparece apenas em Silva & Oliveira (2024), refletindo a preocupação com plataformas digitais como meio de acesso à informação. Ainda é um aspecto pouco explorado, apesar de sua relevância em tempos de transformação digital.
Parcerias Principais	Parcerias-Chave De forma restrita — apenas Ioannidis & Alexandros (2015) abordam a importância de alianças estratégicas em organizações sem fins lucrativos. Esse ponto merece mais atenção em trabalhos sobre bibliotecas e arquivos, especialmente em contextos de cooperação interinstitucional.
Fontes de Receita	Somente Davanzo e Ioannidis & Alexandros discutem este bloco, que trata da sustentabilidade financeira. Essa limitação é preocupante, pois mostra que poucos estudos consideram os

	aspectos econômicos ou modelos de monetização nos serviços de informação.
Relacionamento com Clientes e Estrutura de Custos	Ambos os blocos não são tratados por nenhum dos autores, revelando uma lacuna significativa na reflexão sobre: • Como manter vínculo e fidelização com os usuários; Como planejar financeiramente os custos operacionais e estratégicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A análise demonstra que os blocos mais recorrentes na literatura são: Recursos-chave, Propostas de valor e Atividades-chave. Isso indica ênfase nas competências profissionais, na necessidade de reinvenção dos serviços informacionais arquiv´siticos e na valorização de práticas inovadoras como curadoria e mediação da informação (Bahia & Seitz, 2009; Castro & Nascimento, 2021).

5.1 Validação conceitual do framework Canvas adaptado

A validação do *framework* proposto foi realizada por meio de análise conceitual fundamentada, a partir do cruzamento de categorias do modelo original com as especificidades das instituições arquivísticas e bibliotecárias. Essa validação baseou-se em três dimensões:

Alinhamento teórico: foi verificado se os blocos do Canvas adaptado dialogam coerentemente com os princípios de gestão documental, mediação da informação, acesso à memória e prestação de serviços à sociedade, conforme discutido por Bellotto (2006), Silva (2002), Bernardes e Blattmann (2011) e Romeiro (2023).

Aderência institucional: avaliou-se a compatibilidade entre os elementos do framework e a realidade prática de arquivos e bibliotecas públicas, especialmente no que se refere a missões sociais, políticas de acesso, restrições orçamentárias e natureza não lucrativa.

Exemplificação documental: foram identificados e descritos casos documentados na literatura (Alves et al., 2025; Oliveira et al., 2020; Santana et al., 2025; Perrin & Weaver (2020) que ilustram práticas empreendedoras ou iniciativas inovadoras similares ao modelo proposto, fortalecendo a plausibilidade da aplicação do framework.

Embora a validação não envolva aplicação empírica direta, o framework foi concebido como uma ferramenta heurística e estratégica, capaz de orientar gestores, arquivistas e bibliotecários na elaboração de modelos de negócio, propostas de captação de recursos e inovação de serviços.

Conclui-se, portanto, que o *framework* aqui apresentado constitui uma metodologia viável e replicável para a utilização do modelo Canvas em instituições informacionais e arquivísticas. Sua estrutura participativa, simples, didática e fundamentada na teoria, torna-o especialmente efetivo para contextos nos quais se busca fomentar o pertencimento, promover o alinhamento institucional e empreender de forma confiante e segura.

A análise teórico-conceitual empreendida neste estudo evidencia que o empreendedorismo informacional, quando compreendido como prática estratégica voltada à inovação e ao protagonismo institucional, encontra nos arquivos e nas bibliotecas um campo fértil para aplicação. A articulação entre princípios do empreendedorismo e os objetivos sociais, educativos e culturais dessas instituições demonstra-se não apenas viável, mas necessária frente às exigências contemporâneas de responsividade, relevância e sustentabilidade.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo propor um framework adaptado do Business Model Canvas (BMC) para fomentar o empreendedorismo informacional em arquivos e bibliotecas. A partir da revisão da literatura e da análise conceitual do modelo original, foi possível desenvolver uma estrutura teórica que respeita as especificidades dessas instituições e oferece suporte à gestão

estratégica, à inovação e à criação de valor social.

A proposta representa um avanço no campo da Ciência da Informação ao incorporar metodologias oriundas do empreendedorismo em contextos tradicionalmente guiados por organizações públicas e privadas. O *framework* permite repensar o papel das unidades de informação como agentes empreendedores e inovadores, capazes de responder às demandas de uma sociedade hiperconectada, complexa e exigente quanto ao acesso à informação de qualidade

A análise crítica dos estudos demonstrou que o empreendedorismo informacional tem sido abordado sob múltiplas perspectivas, com ênfase nas competências profissionais, nas práticas de inovação e na gestão orientada para resultados. Os profissionais da informação, especialmente arquivistas e bibliotecários, devem ir além das funções técnicas, assumindo uma postura proativa, estratégica e voltada à criação de valor social.

O uso do Business Model Canvas mostrou-se uma ferramenta metodológica promissora, ao possibilitar a visualização integrada de recursos, públicos, atividades e objetivos institucionais. No entanto, a literatura aponta lacunas formativas, especialmente nos cursos de Arquivologia, que ainda carecem de conteúdos voltados ao empreendedorismo (Witkowski & Bedin, 2016).

Por fim, recomenda-se como desdobramento futuro a validação empírica do *framework* por meio de estudos de caso, oficinas participativas ou projetos-piloto, visando ao aprimoramento do modelo e à ampliação de seu impacto nos contextos arquivísticos e bibliotecários.

Referências

Alexandros, B. (2013). The Canvas Kit for Nonprofits. Skylance. Adaptado do Business Model Canvas por Osterwalder & Pigneur. Disponível em: http://www.skylance.org/thecanvaskit

Almeida Neto, V. D. de, & Araújo, A. dos S. (2022). Preservação dos arquivos nato-digitais do Centro de Empreendedorismo da UFS: diagnóstico situacional REBECIN, 9(Esp.), 1–17. Universidade Federal de Sergipe.

Alonso Arévalo, J. Y. Flórez, R. (2020). El espacio como estrategia en la biblioteca del siglo XXI. Desiderata. (13), https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7217941

Alves, R. M., Silva, A. P. L. da, Duarte, F. R., Ramos, J. L. C., & Oliveira, L. M. S. R. de. (2024). Modelo de negócio Canvas aplicado à repositórios digitais institucionais. RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação, 23(00), e025005. https://doi.org/10.20396/rdbci.v23i00.8676600

Bahia, E. M. S., & Seitz, E. M. (2009). O arquivista empreendedor. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 14(2), 468–481.

Barros, A. C., & Bernardino, M. C. R. (2021). O empreendedorismo e o mercado informacional brasileiro: perspectivas de atuação para o bibliotecário empreendedor. RACIn, 9(1), 1–25.

Bellotto, H. L. (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: Editora UNESP.

Bernardes, J. F., & Blattmann, U. (2011). Empreendedor no ambiente da informação. Ágora: Arquivologia em Debate, 21(42), 95–110. https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/262

Borchardt, G.L. , Freitas Filho, F. & Dos Santos, A. J. (2013, 4-6 de dezembro). O uso do Modelo Canvas na criação de novos empreendimentos. III Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção APREPRO, 2013, Ponta Grossa, PR.

Cândido, A. C., Vianna, W. B., & Bedin, S. P. M. (2016). Aportes conceituais de empreendedorismo e inovação para o desenvolvimento do profissional da informação em novos contextos de trabalho. Anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), 17.

Cardoso, I. M. A., Semensati, G. V., Endo, G. Y., & Kato Cruz, É. M. (2024, maio–junho). Business Model Canvas e EcoCanvas: uma análise comparativa. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, 9(3), 16–37. https://doi.org/10.5281/zenodo.11190122

Cardoso, D. R., & Valentim, M. L. P. (2008). Perfil do profissional arquivista para atuar com a gestão documental em ambientes empresariais. In M. L. P. Valentim (Org.), Gestão da informação e

do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação (pp. 189–227). São Paulo: Cultura Acadêmica / Polis.

Castro, C. D. M., & Nascimento, D. M. (2021). A relação entre o empreendedorismo como prática e as abordagens da teoria da prática social: Um ensaio teórico. Anais do X Encontro de Estudos em Estratégia (3Es), São Paulo, 1–20.

Castells, M. (2009). A sociedade em rede (Vol. 1). Paz e Terra.

Davanzo, L. (2020). O empreendedorismo na arquivologia: reflexões necessárias. Revista EDICIC, 2(2), 1–14. Disponível em https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/109

Duarte, Z. (2006–2007). Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património, I Série, 5–6, 141–151. Porto, Portugal

Dolabela, F., Filion, L. J. (2013). Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, (3)2, 134-181. https://regepe.org.br/regepe/article/view/137

Dornelas, J. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6. Ed. São Paulo: Empreende/Atlas, 2014.

Drucker, P. (2016). Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios. São Paulo: Cengage.

Filion, L. J. (2000). Empreendedorismo e gerenciamento: processos distintos, porém complementares. (40)3, 2-7, https://www.scielo.br/j/rae/a/FQBsLRcyBFYT5QXvFR3TCVQ/?format=pdf&lang=pt.

Finocchio Júnior, J. (2013). Project Model Canvas: gerenciamento de projetos sem burocracia. Elsevier.

Franco, I. M. (2018). Empreendedorismo e inovação: um novo perfil de bibliotecas. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, (8)2, https://brapci.inf.br/v/106493

Fonseca, F., & Nassif, M.E. (2022). Informação e empreendedorismo: estudos de caso com acadêmicos brasileiros e canadenses. Perspectivas em Ciência da Informação, 27(4), 167-195. https://doi.org/10.1590/1981-5344/42029

Gheno, R. C. (2024). Empreendedorismo na universidade: Competências empreendedoras e a intenção de empreender. Desafio Online, 12(2), 137-161 https://doi.org/10.55028/don.v12i2.18263

Honesko, A. (2002). Empreendedorismo em bibliotecas universitárias: um estudo do cenário paraense. Trabalho apresentado no XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Recife, PE, Brasil. http://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/780

Ioannidis, A., & Alexandros, N. (2015). The Canvas Kit for Nonprofits: Business Model Canvas for Nonprofit Organizations. [White paper].

Kotler, P., Kartajaya,H.,Huan, H. .& Mussry., J. (2024). Marketing empreendedor: Como aprimorar o marketing tradicional e garantir mais criatividade, liderança e sustentabilidade. Rio de Janeiro, Sextante.

.

Jardim, J. M. (2018). Governança arquivística: contornos para uma noção [e Governança arquivística: um território a ser explorado]. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, 31, 15–45.

Juliani, J. P., Ferreira, A., Lima, E. M. de, & Maria, R. (2023, jan.–abr.). Oportunizando o empreendedorismo universitário na biblioteca: um protótipo de serviço para o desenvolvimento de negócios na comunidade acadêmica. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 13(1), 178–198. https://doi.org/10.22478/ufpb.2236417X.2023v13n1.62616

Lopes, M.P. (2017). Ensino de empreendedorismo no Brasi: panorama, tendências e melhores práticas. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

Lopes, H. E. G., Rodrigues, V. C., Leite, R. S., & Gosling, M. (2023, maio–junho). Canvas de modelo de negócio e empreendedores: dilemas na prática gerencial. Brazilian Business Review, 20(3), artigo 2. https://doi.org/10.15728/bbr.2023.20.3.2.

Lopes, H. E. G., Rodrigues, V. C., Leite, R. S., & Gosling, M. (2022). Canvas de modelo de negócio e empreendedores: Dilemas na prática gerencial. Revista Brasileira de Gestão e Negócios, 24(1), 45–62.

https://www.scielo.br/j/bbr/a/RCKbJdjhfbNdBBv3G84XSHb/?format=pdf&lang=pt

Macedo, M. A., Lezana, A. G. R., Casarotto Filho, N., & Camillo, M. G. D. (2013, outubro). Business Model Canvas: a construção do modelo de negócio de uma empresa de móveis. Anais do Congresso Gestão e Tecnologia para a Competitividade, 23–25 de outubro, Joinville, SC, Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de http://www.cpge.aedb.br/seget/artigos13/59618733.pdf

Machado, D. M., Martens, C. D. P. M., & Kniess, C. T. (2023). Empreendedorismo organizacional, inovação e transformação digital: Proposição de um método para diagnóstico em organizações projetificadas. In Anais do XLVII Encontro da ANPAD – EnANPAD 2023 (pp. 26–28). São Paulo. https://doi.org/10.21714/2177-2576EnANPAD2023.

Nascimento, N. M., & Lunardelli, R. S. A. (2021). O arquivista empreendedor: Quem é e o que faz? Informatio, 26(2), 165–188. https://doi.org/10.35643/Info.26.2.8

Osterwalder, A., & Pigneur, Y. (2010). Business model generation: A handbook for visionaries, game changers, and challengers. Wiley.

Oliveira, M. M., Cassiavilani, C., Spínola, A. T. P., do Amaral, R. M., & Ferrari Júnior, R. A. (2020). A biblioteca universitária como mecanismo híbrido de geração de empreendimentos: Possibilidades rumo à universidade empreendedora. Em Questão, 26(3), 437–462. https://doi.org/10.19132/1808-5245263.437-462

Perrin, J. M., & Weaver, R. G. (2020). Context is Key: Library and Archive Collaboration for Digital Projects. Collaborative Librarianship, 12(1), Article 7. Recuperado de https://digitalcommons.du.edu/collaborativelibrarianship/vol12/iss1/7

Pinheiro dos Santos, B. R., Ottonicar, S. L. C., & Damian, I. P. M. (2020). Perspectivas sobre o empreendedorismo informacional na Ciência da Informação. Informação @Profissões, 9(2), 54–76. https://doi.org/10.5433/2317-4390.2020v9n2p54Rabello, R. (2012).

Quinde Cordero, M. (2024). Las bibliotecas como espacios de emprendimiento empresarial. Revista Desiderata, (23), 122–128.

Romeiro, A. E., Reis, I. W., & Juca Aleustia, J. M. (2023). Empreendedorismo, improvisação pedagógica e políticas públicas de educação: A nova agenda pós Covid 19. Revista Eletrônica de Educação, 17. https://doi.org/10.14244/198271996142

Santos, L. A. A.D. (2014). Arte do empreendedorismo: o caminho da competência e riqueza. Lisboa: Escolar, 2014.

Santos, B. R. P. dos, Ottonicar, S. L. C., & Damian, I. P. M. (2020). Perspectivas sobre o empreendedorismo informacional na Ciência da Informação. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 15(3), 469–484. https://doi.org/10.22456/1982-6524.105152

Santana, S. R. de, Girard, C. D. T., Cruz, A. P. L. M., & Menezes, L. M. (2025). O empreendedorismo no campo da gestão de unidade de informação: estruturas latentes frente à elaboração do Plano de negócios. P2P e Inovação, 11(2), 1-26 https://doi.org/10.21728/p2p.2025v11n2e-7440.

Schneiders, C. R. (2020). O incentivo ao empreendedorismo e inovação através do modelo de negócio Canvas. Brazilian Applied Science Review, 4(4), 2147–2164. https://doi.org/10.34115/basrv4n4-

Silva, A. M. da., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (2002). Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação (2ª ed.). Porto: Afrontamento.

Silva, R. C. V. Da (2019). Empreendedorismo em unidades de informação. FAP Academic Research (5), 10, 69-93.

Silva Filho, A. M., da Silva, R. R., da Silva, D. C., & Medeiros, M. F. M. (2018). O processo empreendedor: associando o Business Model Canvas ao Life Cycle Canvas. Exacta, 16(4), 35–44. https://doi.org/10.5585/Exacta.v16n4.7991

Silva, C. S., & Oliveira, A. R. de (2024). Proposta de método para o desenvolvimento de personas para plataformas de acesso digital a acervos culturais. Estudos em Design (online), 32(1), 58–78. Fundação Oswaldo Cruz.

Sorri, K., Seppänen, M., Still, K., & Valkokari, K. (2019). Business model innovation with Platform Canvas. Journal of Business Models, 7(2), 1–13. https://doi.org/10.5278/ojs.jbm.v7i2.1966

Spudeit, D., Poleza, M., Madalena, C. da S., & Romeiro, N. L. (2019). Formação para o empreendedorismo nos cursos de bacharelado e licenciatura em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Gestão da Informação no Brasil. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 9(1), 232–247. https://doi.org/10.21714/2236-417X2019v9n1p232

Sosnowski, A.S. (2018). Empreendedorismo para leigos. Rio de Janeiro: lta Books, 2018.

Souto, L. H. A., & Del Fiaco, J. L. M. (s.d.). Empreendedorismo e inovação: a criação de um modelo de negócio inovador, sem financiamento. Revista Gestão, Inovação e Negócios, 5(1), 60–72.

Schumpeter, Joseph Alois. (1997) Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Coleção: Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura.

Tavares, Y. T., & dos Santos, R. S. (2021). La formación emprendedora desde la perspectiva bibliotecológica. Revista Interamericana de Bibliotecología, 44(2), 133–151.

Teodoro, J., Oliveira, L. S., & Junior, J. F. S. (2023). Um modelo Canvas do processo de adaptação à Lei Geral de Proteção de Dados: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 19(1), 1–28. https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911869

Valentim, M. L. P. (2000). O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 5(9), 16–28. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2000v5n9p16

Valentim, M. L. P. (2004). O empreendedor no ambiente da informação. Ciência da Informação, 33(1), 66–73.

Witkowski, M. S., & Bedin, S. P. M. (2016). Os currículos de arquivologia e a contribuição para a formação do perfil empreendedor. REBECIN – Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, 3(2), 3–25.

Zaninelli, T. B., Nogueira, C. A., & Peres, A. L. M. (2019). Bibliotecas universitárias: uma perspectiva teórica sobre inovação em serviços informacionais.Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 17, 1-20

https://doi.org/10.20396/rdbci.v17i0.8652821

DISEÑO DEL TRABAJO Y CARACTERÍSTICAS LABORALES ASOCIADAS A LAS TAREAS EN BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UNA REVISIÓN SISTEMATIZADA

Jose Maestro-Galán,**Dep. de Biblioteconomía y Documentación — Universidad de Salamanca** ,**0009-0006-3750-9929**,**España**,**mgalan@usal.es**

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6744

Eje: Perspectivas para la Profesión y Aportes de las Asociaciones Profesionales

Introducción

Si el trabajo puede considerarse como un elemento beneficioso o perjudicial para una persona trabajadora depende en gran medida de cómo se ha diseñado su puesto trabajo (Van Den Broeck & Parker, 2017). El diseño del trabajo es la disciplina que se encarga de analizar el conjunto de procesos y resultados de cómo un puesto de trabajo se estructura, organiza y experimenta (Fraccaroli et al., 2024). Entre las líneas de trabajo más habituales dentro de esta disciplina encontramos el estudio de las características laborales y la relación entre estas y una serie de diferentes resultados organizacionales. Estas características laborales —autonomía, variedad en las tareas, motivación, etc.— se pueden entender como bloques de construcción que componen el diseño del trabajo (Van Den Broeck & Parker, 2017). De esta forma, a partir del estudio de las características laborales en conjunto con otras variables modificadoras, podemos predecir e incidir en la salud y bienestar de las personas trabajadoras. Por esta razón, se ha investigado ampliamente cómo afectan las características laborales a productos organizacionales como la satisfacción o el *burnout* de manera interdisciplinar. Han sido habituales los trabajos en el ámbito de la Psicología Organizacional, de disciplinas sanitarias como Enfermería y Medicina y en Ciencias de la Educación. Todas estas disciplinas suelen tener en común el servicio público y la interacción continua con las personas usuarias de estos servicios. Sin embargo, el análisis de las características laborales en otros sectores que igualmente centran su actividad en torno al usuario como el trabajo en bibliotecas, archivos, museos y centros documentales no ha recibido demasiada atención.

Con el fin de ofrecer un estado del arte que favorezca la investigación de las características laborales en el contexto bibliotecario, el objetivo general de este trabajo es estudiar y reconocer las características laborales relacionadas con las tareas en los puestos de trabajo del personal bibliotecario de bibliotecas públicas. A continuación, se señalan los objetivos específicos:

OE(1): señalar cuáles han sido las características laborales relacionadas con las tareas que se han estudiado en el ámbito de las bibliotecas.

OE(2): conocer cuáles han sido los instrumentos de medida que se han empleado para analizar dichas características.

OE(3): exponer las relaciones que se han encontrado entre las características laborales relacionadas con las tareas y diferentes productos organizacionales estudiados.

Referencial teórico

Desde que los seres humanos nos organizamos para desarrollar tareas de supervivencia como la recolección o la construcción de viviendas y otras estructuras, hemos identificado actividades, tareas y funciones y las hemos repartido entre los integrantes de las

comunidades. No obstante, el estudio del diseño del trabajo desde la perspectiva occidental se ha marcado a partir del trabajo de Adam Smith, *La riqueza de las naciones* en 1776. En esta obra se señalaba que la división del trabajo podría aumentar la productividad, idea que se contraponía al paradigma anterior del trabajo en el que cada persona desarrollaba un trabajo de principio a fin (Van Den Broeck & Parker, 2017, p. 2).

La división del trabajo propuesta por Smith cristalizó en el concepto de la «dirección científica» o taylorismo cuya tesis consiste en que el trabajo ideal está compuesto por tareas individuales, especializadas y muy simplificadas que se repiten a lo largo de la jornada laboral. Esta aproximación al trabajo exige también un mayor control de los tiempos de trabajo y descansos y permitía contratar personal con un coste de formación muy bajo. Pese a ello, la principal crítica a este modelo es la perspectiva deshumanizadora de las personas trabajadoras (Campion & Thayer, 1987, p. 67).

Como respuesta a la corriente taylorista y después de observar los efectos de su implementación con conocidos experimentos como los «estudios Hawthorne» (Franke & Kaul, 1978), el estudio del diseño del trabajo se centró en la teoría de los sistemas sociotécnicos, en la que se reconoce que tanto los aspectos técnicos del trabajo como los organizacionales y sociales son interdependientes. Con esta aproximación, se trabajó en torno a grupos de trabajo autónomos autogestionados con un impacto positivo tanto en la satisfacción laboral como en el rendimiento. Estos efectos, sin embargo, no siempre se constataron y la implementación de grupos de trabajo debía ser cuidadosa (Van Den Broeck & Parker, 2017, p. 4).

Con el aumento del interés hacia la investigación de las actitudes personales hacia el trabajo y sus resultados surge el primer modelo que relacionó el diseño del trabajo con la motivación, la teoría de la motivación-higiene de Herzberg (1965). Su modelo señalaba que, para conseguir mejorar el rendimiento de un empleado y la satisfacción laboral, el trabajo debería enriquecerse en lugar de simplificarse, lo que suponía una visión opuesta al taylorismo. Según Herzberg, el trabajo debería moldearse para incluir «elementos motivadores» que fomentaran el sentimiento de responsabilidad, la sensación de logro, el crecimiento competencial, el reconocimiento y el progreso (Oldham & Fried, 2016, p. 21). Herzberg no solo resultó relevante por su modelo, sino por otras dos razones específicas: a) proporcionó la idea base de los bloques de construcción para la teoría que subyace al diseño del trabajo y b) fue el primer marco teórico que fomentó la investigación empírica sobre el trabajo tal y como es actualmente (Van Den Broeck & Parker, 2017, p. 5).

Persiguiendo el concepto de Herzberg sobre los elementos motivacionales exclusivamente sobre el contenido de los puestos de trabajo, el Modelo de Características Laborales o *Job Characteristics Model* (JCM) creado por parte de Hackman y Oldham (1976) supuso un nuevo punto de inflexión en los modelos teóricos en el ámbito del diseño del trabajo y todavía mantiene una fuerte influencia. Este modelo se desarrolló con el objetivo de especificar las condiciones laborales que favorecerían la motivación interna de las personas trabajadoras. Así, su tesis principal indica que una serie de características laborales concretas afectan a los estados psicológicos del personal de trabajo y estos, a su vez, a ciertos resultados laborales.

El trabajo de Hackman y Oldham propone cinco dimensiones laborales principales o «dimensiones laborales núcleo» (Hackman y Oldham, 1976, p. 257-258).:

5) Variedad de habilidades: el grado en el que un trabajo exige diferentes actividades para completarlo y, por lo tanto, requiere de distintas habilidades y competencias.
5) Identidad de la tarea: el grado en el que un trabajo requiere completar una parte del trabajo que se puede identificar como un todo, llevándola a cabo desde el principio hasta un resultado final visible.
5) Significancia de la tarea: el grado en el que el trabajo tiene un impacto significativo en las vidas o el trabajo de otras personas, ya sea dentro o fuera de la organización.
5) Autonomía: el grado en el que un trabajo permite de forma significativa libertad, independencia y juicio a la hora de estructurar el trabajo y en determinar los procesos que se utilizarán para completarlo.
5) *Feedback*: el grado en el que como resultado de desarrollar el trabajo a nivel individual se recibe información clara y directa sobre la eficacia de su desempeño.

Junto a estas cinco características determinaron tres estados psicológicos denominados "estados psicológicos críticos" que afectan de forma beneficiosa a los resultados personales y organizacionales. Para Hackman y Lawler (1971) el modelo sobre los estados psicológicos críticos indica que las experiencias positivas de un individuo afectan al grado en el que una persona en su trabajo aprende—conoce sus resultados del trabajo—, que personalmente —experimentando responsabilidad— ha realizado las tareas que a él o ella le resultan relevantes —experimentó significatividad— (Hackman & Oldham, 1976, p. 256). Los tres estados psicológicos críticos son los siguientes:

c) Experimentar significatividad —*meaningfulness*— en el trabajo: el grado en el que un individuo experimenta el trabajo como algo generalmente significativo, valioso y que merece la pena.
c) Experimentar responsabilidad por los resultados del trabajo: el grado en el que un individuo se siente responsable de los resultados del trabajo que realiza.
c) Conocimiento de los resultados reales del trabajo: el grado en el que un individuo conoce y entiende, de forma continuada, cómo de eficaz es a la hora de llevar a cabo sus actividades laborales.

Bajo este modelo se presume que cada una de las características laborales tiene una relación más estrecha con cada estado psicológico crítico. Concretamente, experimentar significación o *meaningfulness* en el trabajo está relacionado con la variedad de habilidades, la identidad de las tareas y la significancia de cada tarea. Por ejemplo, una persona que se enfrente a actividades en su trabajo que resulten un reto y requieran de distintas habilidades para llevarlo a cabo con éxito resultará en una experiencia mucho más significativa a nivel personal. Igualmente ocurre con la relación entre el resto de las características laborales y estados críticos. La autonomía está relacionada con experimentar responsabilidad y el *feedback* con el conocimiento de los resultados del trabajo.

Así, el punto más alto de motivación autogenerada ocurrirá cuando estos tres estados psicológicos estén presentes. Hackman y Oldham (1976, p. 258) señalan que el punto álgido de motivación autógena se da cuando estas tres premisas se cumplen: a) la descripción del trabajo puntúa, al menos, una de las tres características laborales relacionadas con experimentar significatividad, b) el trabajo puntúa alto en autonomía y c) se experimenta un alto nivel de *feedback*.

Por otra parte, el Modelo de las Características Laborales (1976) señala también la existencia

de algunos moderadores relevantes que actúan en la relación que se da entre las características laborales, los estados psicológicos críticos y los resultados obtenidos (Park, 2017). Hackman y Oldham (1976, p, 258) proponen como principal variable moderadora la «necesidad individual de crecimiento» en base a que, según su planteamiento, las personas que tienen una mayor necesidad de crecimiento y desarrollo personal deberían responder de forma más positiva a un trabajo que puntúe alto en motivación. Este papel moderador afectaría de forma distinta entre las características laborales y los estados psicológicos críticos —a mayor necesidad personal de crecimiento una mayor tendencia a experimentar estos estados psicológicos— y entre los estados psicológicos críticos y los resultados personales y organizacionales —una mayor intensidad en el grado con el que experimentan los estados psicológicos—. El papel de la necesidad de crecimiento y desarrollo como moderador ha sido estudiado junto con otras posibles variables contextuales (salario, seguridad o estabilidad laboral, supervisión, etc.) con resultados dispares en cuanto a su relevancia (De Jong et al., 2001; Fried & Ferris, 1987; Tiegs et al., 1992).

Respecto a los resultados organizacionales y personales que Hackman y Oldham (1976, p. 263) estudiaron junto al modelo de características laborales se encuentran la motivación interna, la satisfacción general, la satisfacción con el desarrollo, el absentismo y la eficacia laboral evaluada. Sin embargo, entre los resultados laborales más estudiados que posteriormente se han relacionado con el modelo de características laborales es la satisfacción laboral (Parker, Wall y Cordery, 2001). Estos resultados se han ido expandiendo para considerar un contexto más amplio y dar más protagonismo a otros productos del trabajo interesantes como la creatividad, comportamientos cívicos organizacionales y la salud y bienestar de las personas trabajadoras (Oldham & Fried, 2016b, p. 26).

Aunque posterior al modelo de Hackman y Oldham (1976) se han desarrollado otras teorías como el marco del *Work Design Questionnaire* (Morgeson y Humphrey, 2006) con la intención de desarrollar una medida general e integradora del diseño del trabajo, las características laborales propuestas por Hackman y Oldham no se han dejado de estudiar, no solo bajo el prisma del Modelo de Características Laborales, sino también desde otras perspectivas y teorías. Por esta razón y el impacto que ha tenido esta teoría en el diseño del trabajo, este estudio emplea las cinco características laborales para llevar a cabo la recuperación de investigaciones que las hayan trabajado en el ámbito bibliotecario.

Procedimientos metodológicos

De acuerdo con el propósito exploratorio de este trabajo, se llevó a cabo una revisión sistematizada y un análisis de contenido de los estudios seleccionados. Esta investigación se desarrolló con el uso las directrices para la correcta realización de revisiones sistemáticas de PRISMA 2020 (Page et al., 2021). La elección estas directrices responde a la necesidad de emplear una estructura transparente y replicable; no obstante, existen limitaciones que impiden que esta revisión pueda cumplir todos los criterios de este modelo. Por esta razón, se optó por utilizar el término sistematizada.

Antes de establecer los criterios de la revisión sistematizada se realizó una búsqueda inicial en bases de datos científicas de carácter general como *Web of Science* y *Scopus* para identificar otras revisiones previas en torno al diseño laboral en el ámbito de las bibliotecas públicas. Se concluyó que, además de no existir revisiones sistemáticas que estudien el tema propuesto, el diseño del trabajo no es un

campo ampliamente trabajado en la Biblioteconomía y Ciencias de la Información.

Posteriormente se establecieron los términos de búsqueda en torno a la disciplina y las características laborales. El resultado de los términos seleccionados es el siguiente: *job characteristics*; *Job Characteristics Model*; *skill variety*; *task identity*; *task significance*; *autonomy*; *feedback* y *public libraries.* En consecuencia, esta fue la ecuación de búsqueda resultante:

("job characteristic" OR "job characteristics model" OR "skill variety" OR "task identity" OR "task significance" OR autonomy OR feedback) AND ("public librar*")*

La selección de bases de datos bibliográficas para esta revisión sistemática fueron *Scopus* y *Web of Science* como bases de datos generales internacionales, *Dialnet* como base de datos general nacional y *LISA, Library Science Database* y *LISTA* como bases de datos especializadas.

- Scopus: TITLE-ABS-KEY (("job characteristic*" OR "job characteristics model" OR "skill variety" OR "task identity" OR "task significance" OR autonomy OR feedback) AND ("public librar*"))

- WoS: TS=(("job characteristic*" OR "job characteristics model" OR "skill variety" OR "task identity" OR "task significance" OR autonomy OR feedback) AND ("public librar*"))

- ProQuest (LISA, Library Science Database): noft(("job characteristic*" OR "job characteristics model" OR "skill variety" OR "task identity" OR "task significance" OR autonomy OR feedback)) AND noft(("public librar*"))

- EBSCO (LISTA): (("job characteristic*" OR "job characteristics model" OR "skill variety" OR "task identity" OR "task significance" OR autonomy OR feedback) AND ("public librar*"))

- Dialnet: ("variedad* de la* tarea*" OR "identidad de la tarea" OR "significado de la tarea" OR "autonomía" OR "retroalimentación") AND "bibliotecas públicas"

Dialnet limita la búsqueda a 160 caracteres, por lo que se optó por mantener los términos individuales del modelo de características laborales de Hackman y Oldham (1976).

Tras la búsqueda, los resultados se refinaron, además, por idioma —español, inglés y portugués—, tipología documental —artículos científicos— y, según la base de datos, de procedencia de revistas científicas con sistema de revisión por pares.

De acuerdo con los criterios de PRISMA 2020 (Page et al., 2021) se establecieron los siguientes de criterios de inclusión y exclusión para llevar a cabo el segundo cribado de los artículos seleccionados:

Criterios de inclusión

CI(1). La investigación aborda el diseño del trabajo en un contexto bibliotecario y sobre trabajadores bibliotecarios —con independencia de su categoría profesional—.

CI(2). Es un artículo científico revisado por un sistema de pares ciegos y publicado en una revista o base de datos científica.

CI(3). Es un estudio cuantitativo.

CI(4). En las investigaciones se evalúa o mide una de las características laborales asociadas a las tareas del puesto de trabajo.

Criterios de exclusión

CE(1). Las investigaciones no se desarrollan sobre el personal bibliotecario.

CE(2). Es una tipología documental que no es relevante para una revisión sistemática

(revisiones, editoriales, columnas, actas, libros, etc.).

CE(3). Es un artículo exclusivamente de carácter teórico y/o cualitativo.

CE(4). No evalúan ningún contenido, característica o método del trabajo/actividades desempeñadas por el personal trabajador bibliotecario de la biblioteca.

A continuación, se presentan los principales resultados obtenidos tras aplicar la metodología de trabajo y el análisis de contenido a los artículos que finalmente se propusieron para su análisis.

Resultados

El número total de resultados obtenidos tras la búsqueda en todas las bases de datos y la aplicación de los filtros fue de 507 artículos. Del total, se descartaron los doce artículos obtenidos de la búsqueda en Dialnet debido a la falta de relevancia para la temática de esta investigación. Por lo tanto, se parte de un total de 495 artículos. Posteriormente, se eliminaron los duplicados tanto de forma automática (226 artículos eliminados) como manualmente (seis artículos eliminados). Así, el total de artículos propuestos para el primer cribado del método PRISMA fue de 263 artículos.

A continuación, se realizó el primer cribado o *screening* de artículos a partir del análisis de su título y resumen. En este análisis se estudió su relación con el tema de investigación propuesto que se había propuesto en este trabajo. Solo 44 artículos fueron seleccionados para el segundo cribado, de los cuales 6 no pudieron ser recuperados. Por lo tanto, para el segundo cribado se consideraron los 38 artículos restantes.

Después de estudiar el texto completo de estos artículos, se aplicaron los criterios de exclusión y se eliminaron los artículos correspondientes de acuerdo con la siguiente distribución:

CE(1). Las investigaciones no se desarrollan sobre el personal bibliotecario/ los estudios no se realizan sobre el personal de bibliotecas: 3 artículos eliminados.

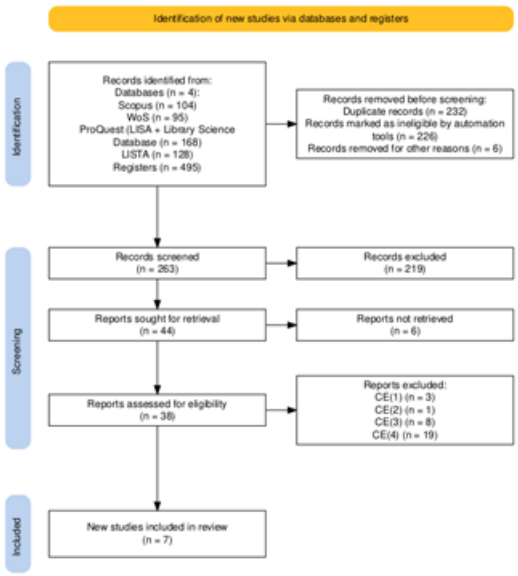
CE(2). Tipología documental no válida para una revisión sistemática (otras revisiones, editoriales, columnas, actas, etc.): 1 artículo eliminado.

CE(3). Artículos de carácter completamente teórico y cualitativo: 8 artículos eliminados.

CE(4) No evalúan ningún contenido, característica laboral o método de trabajo del personal de bibliotecas públicas: 19 artículos eliminados.

En conjunto, se excluyeron 31 artículos tras la aplicación de los criterios de exclusión. Después de comprobar que los seleccionados sí cumplían los criterios de inclusión, se propusieron siete artículos para su análisis.

Figura 1 — Diagrama de flujo del proceso de revisión sistematizada basado en PRISMA (2020) *(Haddaway et al., 2022)*



Los resultados del análisis de contenido de las investigaciones seleccionadas se exponen de acuerdo con los objetivos específicos marcados en este estudio. De este modo, en relación con las características laborales relacionadas con

las tareas que se han trabajado en el ámbito de las bibliotecas públicas (OE(1)) aquellas características que se han estudiado con mayor frecuencia son la autonomía y el *feedback.* De los siete artículos analizados, en cuatro de ellos se estudia la autonomía (Kakhki et al., 2020; Martini et al., 2019; Patillo et al., 2009; Salyers et al., 2019) y en otras cuatro investigaciones el *feedback* (Auster & Chan, 2003; Kakhki et al., 2020; Lee & Kim, 1993; Sarhadi et al., 2021). Únicamente en el trabajo Kakhki et al. (2020) se estudia la identidad de la tarea; mientras que la significatividad de la tarea está representada a través de dos ítems en la investigación de Martini et al. (2019).

Sobre la autonomía, Patillo et al. (2009) emplean la definición de Hackman y Oldham (1976, p. 162) e indican que de forma implícita se trabaja la autonomía desde una doble dimensión, una relacionada con el contenido —o método— y la otra dimensión asociada a las condiciones del trabajo. Tal y como subrayan en su trabajo, Breaugh (1985) propone un instrumento de evaluación de la autonomía laboral que contempla tres dimensiones: autonomía en el método (contenido) —el grado en el que un individuo tiene el control, dirige y designa las tareas y los métodos para completarlas—; autonomía en las condiciones de trabajo —el grado en el que un individuo tiene el control sobre la estructura y ritmo del trabajo, así como dedicar más tiempo a una tarea— y la autonomía de criterio —el grado en el que un individuo elige los criterios para que su trabajo se evalúe—.

Por su parte, Martini et al. (2019) tienen en cuenta la autonomía a partir del concepto de «margen de decisión» y señalan la relevancia de la posibilidad de ejercer cierto grado de control sobre el trabajo como un factor protector ante el *burnout* de las personas trabajadoras. Bajo una misma aproximación, Salyers et al. (2019) subrayan el papel de la autonomía como una variable predictora del *burnout*. Kakhki et al. (2020, p. 3) igualmente desarrollan un concepto de autonomía en el que se reconoce esta como el grado con el que una persona empleada puede planificar su flujo de trabajo. En este caso, en su trabajo señalan que, en el caso de que un individuo tenga suficiente libertad e independencia para elegir el método de trabajo, este contará con el nivel adecuado de autonomía y la relacionan directamente con el grado de responsabilidad.

La segunda característica laboral más trabajada, el *feedback*, se trabaja en el artículo de Lee y Kim (1993) como una de las cuatro dimensiones de la fijación de objetivos junto con la especificidad de los objetivos, su dificultad y la participación a la hora de su configuración. Auster y Chan (2003) por su parte, contemplan el *feedback* desde la perspectiva del apoyo directivo, en el que se incluyen ítems que evalúan el grado de *feedback* por parte de la dirección y/o de supervisores de las bibliotecas públicas.

Sarhadi et al. (2021) tratan el *feedback* como una variable mediadora y lo definen como un concepto que describe el rendimiento del personal trabajador o su comportamiento profesional. Este *feedback* también serviría como un instrumento para evaluar el rendimiento sobre las tareas y deberes dispuestos por la administración de la organización (Kaymaz, 2011). Además, conciben el *feedback* laboral como una herramienta para cambiar el comportamiento del personal, ya que se necesita información clara sobre su desempeño para que pueda continuar rindiendo en el trabajo y para fomentar la creatividad, la autoconfianza y lograr convertir retos que pudiesen resultar estresantes en algo más satisfactorio.

Por último, Kakhki et al. (2020) subrayan la función del *feedback* como un elemento base en el diseño del trabajo en relación con la motivación del personal de bibliotecas

públicas. En su marco teórico, utilizan la definición de Griffin y Moorhead (2014) de *feedback*, quienes lo describen como el grado en el que una persona recibe información concreta y directa acerca del margen de logro en su actividad laboral.

Respecto a la significatividad de la tarea, solo Martini et al. (2019) evalúan un concepto similar al desarrollado en el Modelo de Características Laborales. Estos autores analizan el significado del trabajo (*work meaning*) como una dimensión relevante del contexto de trabajo, pero no desarrollan más allá el concepto de significatividad. Del mismo modo, únicamente se ha medido la identidad de la tarea en el trabajo de Kakhki et al. (2020) quienes la definen como una parte del trabajo o de una actividad que es definible y reconocible. Subrayan también cómo crear tareas identificables ayuda al personal a considerar estas como relevantes si son conscientes de los procesos de trabajo globales y de su posición dentro de la organización.

En resumen, las características laborales relacionadas con las tareas que se han estudiado sobre el personal de bibliotecas públicas son la autonomía, el *feedback*, la significatividad de las tareas y la identidad de las tareas, con una mayor representación de las dos primeras. De estas, se considera el marco del Modelo de Características Laborales de Hackman y Oldham (1976), pero no siempre se han estudiado bajo esta aproximación, sino que han formado parte otros constructos como la significatividad del trabajo —para la significatividad de la tarea o el margen de decisión —para la autonomía—.

En referencia a qué instrumentos de medida se han empleado para analizar las características laborales que se han estudiado en publicaciones seleccionadas (OE(2)), ninguno de los trabajos ha seleccionado el instrumento propuesto en el modelo de Hackman y Oldham (1976) excepto Sarhadi et al. (2021), quienes lo emplearon junto con la investigación de Alders (2000) para elaborar un instrumento propio que midiese el *feedback* laboral. Este instrumento consta de seis ítems y tiene una consistencia interna calculada mediante un coeficiente alfa de Cronbach (α) de 0.875. Lee y Kim (1993) midieron el *feedback* a través del constructo de «definición de objetivos» de Locke y Latham y establecieron la consistencia interna para cada uno de los factores del constructo, siendo el alfa de Cronbach de la escala de *feedback* de 0.88. De forma similar, Auster y Chan (2003) evaluaron el *feedback* por parte de los supervisores desde el constructo «apoyo de la dirección» mediante un instrumento de nueve ítems basado en el estudio de Greenhaus et al. (1990), con una consistencia interna estimada de 0.94. Finalmente, Kakhki et al. (2020) midieron el *feedback* a través de un instrumento de evaluación desarrollado para esta investigación con un alfa de Cronbach de 0.92. Su escala para el *feedback* consta de 4 ítems y, a pesar de que no señalan el grado de consistencia interna para esta, indican que ningún factor ha obtenido una puntuación inferior a 0.79.

Igualmente, para la evaluación de la autonomía predomina el uso de cuestionarios creados *ad hoc* para cada investigación. Patillo et al. (2009) aplican un instrumento para medir la autonomía multidimensional compuesto por seis ítems —tres ítems para cada una de sus dos dimensiones: autonomía sobre el contenido y autonomía sobre las condiciones de trabajo—. Respectivamente, obtuvieron unas puntuaciones de 0.76 y 0.64. Debido a que la medida de fiabilidad para escala de autonomía sobre las condiciones de trabajo no resultó demasiado adecuada, los autores analizaron los datos utilizando tres indicadores individuales. Kakhki et al. (2020) también desarrollaron en su trabajo un instrumento

único que mide la autonomía a partir de cuatro ítems. No se especifica la fiabilidad para cada uno de los factores, pero indican que ninguno recibió una puntuación no menor a 0.79. Además, calcularon un alfa de Cronbach global para el cuestionario con una puntuación de 0.92 desde un pretest.

Salyers et al. (2019), por el contrario, utilizaron la *Factual Autonomy Scale* (Spector & Fox, 2003), una escala compuesta por diez ítems que miden la autonomía percibida. De estos diez ítems, los primeros siete evalúan la frecuencia con la que la persona trabajadora necesita permiso para parar de trabajar. Los últimos tres ítems analizan cada cuánto ocurre algún acontecimiento que suponga una amenaza para su autonomía. Su consistencia interna es de 0.88 de acuerdo con la validación realizada.

Martini et al. (2019) utilizaron el *Copenhagen Psychosocial Questionnaire* (Kristensen et al., 2005) para medir todas las dimensiones laborales y organizacionales del trabajo del personal de bibliotecas públicas. De este instrumento, solo se escogieron algunas subescalas que fueron relevantes para sus objetivos y así reducir la carga cognitiva de las personas participantes. Específicamente, la escala de autonomía, evaluada a partir del concepto de «grado de decisión», consiste un conjunto de tres ítems de tres ítems con una fiabilidad de 0.59.

En relación con la significatividad, también Martini et al. (2019, p. 6) la incluyen en el *Copenhagen Psychosocial Questionnaire* (Kristensen et al., 2005) como una subescala de dos ítems denominada «significancia del trabajo». Ejemplifican esta faceta con la siguiente pregunta: "¿sientes que el trabajo que llevas a cabo es importante?" Además, indican la fiabilidad con un alfa de Cronbach de 0.9. Ningún otro artículo contempla esta característica del trabajo.

Por último, Kakhki et al. (2020) son los únicos autores que han medido la identidad de la tarea con un cuestionario desarrollado *ad hoc* junto con otras subfacetas vistas anteriormente de autonomía y *feedback*. Para la de la tarea utilizaron una subescala de tres ítems con un alfa de Cronbach también superior a 0.79.

La evaluación de las cuatro características laborales, en definitiva, se ha realizado a través de cuestionarios validados con una buena consistencia interna siempre superior a 0.88 excepto en la escala de autonomía en el trabajo de Patillo et al. (2009) con valor de alfa de 0.64. A su vez, tres de los siete artículos analizados emplean instrumentos *ad hoc* para los estudios, mientras que los cuatro restantes utilizan herramientas validadas anteriormente. Por otra parte, ninguno de los instrumentos se ha creado para el contexto bibliotecario, aunque su validez haya sido probada para las poblaciones objetivo de cada estudio.

Finalmente, sobre las relaciones que se han encontrado entre las características laborales asociadas las tareas y otras variables o productos organizacionales estudiados (OE(3)), la mayoría de las relaciones que se establecen entre las características laborales que se han estudiado ocurren en torno a la autonomía. Así, el trabajo de Patillo et al. (2009) estudió si existían diferencias entre la autonomía de bibliotecas públicas y universitarias y si a autonomía varía entre distintos puestos o funciones. En este estudio no se encontraron diferencias significativas en la autonomía asociada al contenido del trabajo, pero sí en la autonomía de las condiciones laborales, donde el personal de bibliotecas universitario experimentaba mayores niveles. Sobre si aparecen diferencias en la autonomía según el área de responsabilidad, pidieron durante la recogida de datos que seleccionaran entre una o varias áreas de responsabilidad. Estas áreas fueron: administración, acceso y colecciones,

servicios de información, educación y/o investigación, tecnologías de información digital y acceso web y tecnologías de la información y consultoría. El personal bibliotecario que seleccionó mayormente tareas relacionadas con las tecnologías de la información y consultoría mostraron niveles más altos de autonomía que aquellos que no. Igualmente, encontraron diferencias significativas en ambos tipos de autonomía —de contenido y de condiciones de trabajo—. Por último, tanto en bibliotecas públicas como en universitarias, aquellas personas que marcaron el área «servicios de información, educación e investigación» apuntaron a una menor autonomía de las condiciones de trabajo con respecto a aquellos que no la seleccionaron. Patillo et al. (2009) no encontraron diferencia significativa entre el tamaño de la unidad de información o del departamento sobre la autonomía.

Por su parte, Martini et al. (2019) estudiaron la influencia del «grado de decisión» o autonomía en relación con las subfacetas del *burnout* (cinismo y agotamiento emocional). Encontraron una relación negativa significativa entre el grado de decisión y el cinismo. Para este mismo caso, también analizaron la «significatividad del trabajo», una subfaceta similar al significado de la tarea del modelo de Hackman y Oldham (1976) y encontraron la misma relación negativa significativa que con la autonomía. Ambias características laborales se mostraron como elementos protectores ante la subfaceta cinismo del *burnout*.

Cercana a la propuesta de Martini et al. (2019), Salyers et al. (2019) trataron de localizar predictores del *burnout* en una muestra de 171 bibliotecarios públicos. En función de las características del trabajo asociadas a las tareas que estudiaron, encontraron una correlación entre el aumento del agotamiento emocional como subfaceta del *burnout* y la disminución de la autonomía. También demostraron una misma relación entre menores niveles de autonomía y el cinismo del *burnout*.

Kakhki et al. (2020) se basaron en el modelo de Foss et al. (2009) que propone una relación entre tres características laborales (autonomía, identidad de la tarea y *feedback*) con cada uno de los diferentes tipos de motivación entre los empleados (motivación intrínseca, motivación introyectada y motivación externa, respectivamente) y entre los diferentes tipos de motivación y el intercambio de conocimiento entre el personal empleado. A partir de este modelo, exponen que la autonomía tiene una relación directa significativa con la motivación intrínseca y extrínseca del personal bibliotecario de bibliotecas públicas. No obstante, no encontraron relación entre el *feedback* y la motivación externa, aunque sigue estando relacionado con la motivación intrínseca e introyectada. Tampoco pudieron demostrar la relación entre la característica «identidad de la tarea» y la motivación introyectada. Kakhki et al. (2020) concluyen que tanto la autonomía como el *feedback* afectan a las diferentes motivaciones y estas a su vez al comportamiento de intercambio de conocimiento dentro de las bibliotecas públicas.

Siguiendo el estudio de Kakhki et al. (2020) y la función del *feedback*, Lee & Kim (1993) analizaron el papel de este como un componente del constructo «calidad de fijación de objetivos» por parte de las bibliotecas públicas y la influencia del constructo con la satisfacción laboral. En su estudio, señalaron una correlación entre un mayor grado de *feedback* y la satisfacción laboral con el trabajo en sí mismo, la supervisión y con los compañeros; sin embargo, esta correlación es más fuerte cuando relaciona el *feedback* con la satisfacción con la supervisión laboral.

Posteriormente compararon estos resultados entre los grupos del personal de bibliotecas profesional y el personal de apoyo, con puntuaciones similares, aunque subrayan una correlación más fuerte entre el *feedback* y la satisfacción con la supervisión en el personal de apoyo.

Auster y Chan (2003) analizan el componente del *feedback* dentro del «apoyo de la gestión» para saber si este constructo tiene relevancia en la cantidad de tiempo que dedican a la formación el personal bibliotecario referencista de bibliotecas públicas. Los autores muestran que el apoyo de la gestión o de la administración supone un predictor significativo en todos los tipos de actividades de formación y actualización, aunque con un mayor impacto en las actividades informales sobre la formación formal.

En último lugar, la investigación de Sarhadi et al. (2021) refleja el papel que juega el *feedback* en la motivación laboral y en la productividad. Además, miden el efecto de la gestión del conocimiento en la organización sobre la voluntad de que el personal bibliotecario de bibliotecas públicas reciba *feedback*. Concluyen que la disposición de recibir *feedback* se ve afectada de forma positiva por una gestión adecuada del conocimiento dentro de la unidad de información. Asimismo, este aumento de la voluntad de recibir *feedback* tiene un impacto significativo positivo en la motivación laboral. Junto a esta conclusión, el modelo que desarrollan muestra el rol mediador del *feedback* en la relación entre la inteligencia emocional y la productividad y que en esta relación el *feedback* mantiene una función más relevante que la inteligencia emocional. En definitiva, Sarhadi et al. (2021) señalan que la relevancia de variables organizacionales como la gestión del conocimiento y el *feedback* presentaron una correlación más fuerte con la productividad que las variables laborales individuales estudiadas —motivación laboral e inteligencia emocional—.

Tabla 1 — Tabla resumen con los principales resultados —Leyenda: *Feedback* (FB); Autonomía (AU); Identidad de la tarea (IT); Significatividad de la tarea (ST); Satisfacción laboral (SL); Cinismo (CIN); Agotamiento emocional (AE); Motivación (M); Bibliotecas Universitarias (BU).

Autoría	**País**	**Características laborales**	**Instrumento**	**α (Cronbach)**	**Muestra**	**Resultados**
Lee & Kim (1993)	EE. UU.	Feedback	Locke y Latham (1990)	.88	N = 61	Correlación entre el FB y la SL con el trabajo, supervisión y compañeros. Mayor grado de correlación en el personal de apoyo/ auxiliar
Auster, Chan & Bryans (2003)	Canadá	Feedback	Greenhaus, Parasuraman & Wormley (1990)	Para *managerial support* .94	N = 553	Apoyo a la gestión junto con el FB relacionado con una mayor dedicación a la formación
Patillo et al. (2009)	EE. UU.	Autonomía	Instrumento *ad hoc*	.64	N = 766	AU (condiciones laborales) más alta en bib. niversitarias. Áreas con mayor AU: administración y TICs. Área con menor AU:

						servicio de info. e investigación
Martini et al. (2019)	Italia	Autonomía; Significatividad	Copenhagen Psycosocial Questionnaire (Kristensen et al., 2005)	Para *decision latitude* .59; para *work meaning* .9	N = 167	Correlación negativa significativa entre la AU y ST y el CIN
Salyers et al. (2019)	EE. UU.	Autonomía	Factual Autonomy Scale (Spector and Fox, 2003)	.88	N = 171	Relación negativa significativa entre el descenso en AU con un aumento del AE y CIN
Kakhki et al. (2020)	Iran	Autonomía; Identidad de la tarea; Feedback	Instrumento *ad hoc*	.92	N = 219	AU relacionada con la M intrínseca y extrínseca. No hay relación entre el FB y M interna. No hay relación entre la IT y la M introyectada.
Sarhadi et al. (2021)	Iran	Feedback	Instrumento *ad hoc* a partir de Alders (2000) y Hackman y Oldham (1976)	.88	N = 312	Relación positiva entre el FB y la M, gestión del conocimiento y productividad

El impacto que tienen las cuatro características laborales relacionadas con las tareas que se han evaluado en los artículos seleccionados es dispar y no puede compararse debido a las diferencias socioculturales, organizacionales y muestrales que se encuentran. No obstante, podemos señalar los indicios que demuestran el rol de la autonomía y del *feedback* como elemento protector ante el *burnout* (Martini et al., 2019; Salyers et al., 2019), así como la influencia de estas dos características en la predicción de la motivación en sus distintas dimensiones y su relación con la satisfacción laboral relativa a la supervisión (Kakhki et al., 2020; Lee & Kim, 1993; Sarhadi et al., 2021). Con respecto a otros productos organizacionales menos estudiados, Auster y Chan (2003) subrayan la relevancia del *feedback* en la cantidad de tiempo empleado para actividades de formación, mientras que Patillo et al. (2009) apuntan a que aparecen mayores niveles de autonomía entre aquellos profesionales que tienen una mayor responsabilidad en áreas de administración y tecnologías de la información.

Consideraciones finales

El objetivo general marcado para este trabajo es analizar las características laborales relacionadas con las tareas que se han evaluado en los puestos de trabajo del personal bibliotecario de bibliotecas públicas. En este sentido, y de acuerdo con las características laborales que se han estudiado han sido la autonomía, el *feedback,* la identidad de la tarea y el significado de la tarea. Dentro del modelo de características laborales de Hackman y Oldham (1976) la única dimensión asociada a las tareas que no se ha evaluado en la bibliografía ha sido la variedad de las tareas.

En relación con los instrumentos de medida aplicados para analizar las características laborales no existe una preferencia entre el uso de herramientas ya creadas y validadas sobre el desarrollo de instrumentos *ad hoc* para cada investigación. Entre los instrumentos que se han tomado como referencia en las

investigaciones analizadas han sido, para la autonomía el *Factual Autonomy Scale* (Spector & Fox, 2003) y el *Copenhagen Psycosocial Questionnaire* (Kristensen et al., 2005), este último también aplicado al significado de la tarea. Para el *feedback* el modelo de Alders (2000) junto con el de Hackman & Oldham (1976), aunque para esta característica se hayan empleado otros cuestionarios que indirectamente la toman como una subfaceta. Igualmente, para la identidad de la tarea también se utilizó un instrumento creado *ad hoc*.

Por último, las principales variables analizadas junto a las características laborales son el *burnout*, la transferencia de conocimiento dentro de la organización, la motivación, la satisfacción laboral y el establecimiento de objetivos estratégicos y operativos.

El estudio en conjunto de estos datos está limitado debido a las diferencias entre poblaciones y características organizacionales, el tipo y cantidad de muestreo y el contexto sociocultural. De hecho, algunas de las investigaciones seleccionadas explicitan las limitaciones en relación con el tamaño muestral (Martini et al., 2019; Salyers et al., 2019), por lo que estos resultados no deben aplicarse para realizar cambios en el diseño del trabajo en otras bibliotecas o unidades de información. En este último caso es recomendable realizar una evaluación previa del contexto laboral y social e implementar cambios consensuados con el personal bibliotecario.

Este trabajo surge a partir de la falta de datos a la hora de diseñar los puestos de trabajo del personal bibliotecario de bibliotecas públicas. De hecho, no se han encontrado estudios para el contexto español ni portugués. Si bien las características laborales y su impacto se han estudiado más en el ámbito de las bibliotecas universitarias, se observa la necesidad de mucho más trabajo en torno cómo podemos medir e implementar cambios para la mejora del bienestar de bibliotecarias y bibliotecarios. Futuras líneas de investigación en torno a una estandarización en los procesos de evaluación de características laborales y productos organizacionales como la satisfacción laboral o el bienestar pueden ayudar en gran medida a mejorar las condiciones laborales y renovar el interés por el trabajo en bibliotecas y otras unidades de información tradicionales como centros de documentación, archivos y museos.

Bibliografía

Alders, M. L. (2000). The influence of goal orientation on employee response to performance feedback: Making organizational feedback systems more effective [Ed.D.]. https://www.proquest.com/docview/251099837/abstract/48B02DA7B49F4D74PQ/1

Auster, E., & Chan, D. (2003). *The library as a learning organization and the climate for updating in a period of rapidly changing technologies*. In J. Bryans (Ed.), *ASIST 2003: Proceedings of the 66th ASIST Annual Meeting: Humanizing information technology: From ideas to bits and back,* 40, 158–164.

Breaugh, J. A. (1985). The Measurement of Work Autonomy. Human Relations, 38(6), 551-570. https://doi.org/10.1177/001872678503800604

Campion, M. A., & Thayer, P. W. (1987). Job design: Approaches, outcomes, and trade-offs. Organizational Dynamics, 15(3), 66-79. https://doi.org/10.1016/0090-2616(87)90039-8

De Jong, R. D., Van Der Velde, M. E. G., & Jansen, P. G. W. (2001). Openness to Experience and Growth Need Strength as Moderators between Job Characteristics and Satisfaction. International Journal of Selection and Assessment, 9(4), 350-356. https://doi.org/10.1111/1468-2389.00186

Foss, N. J., Minbaeva, D. B., Pedersen, T., & Reinholt, M. (2009). Encouraging knowledge sharing among employees: How job design matters. Human

Resource Management, 48(6), 871-893. https://doi.org/10.1002/hrm.20320

Fraccaroli, F., Zaniboni, S., & Truxillo, D. M. (2024). Challenges in the New Economy: A New Era for Work Design. Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 11, 307-335. Scopus. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-081722-053704

Franke, R. H., & Kaul, J. D. (1978). The Hawthorne Experiments: First Statistical Interpretation. American Sociological Review, 43(5), 623-643. https://doi.org/10.2307/2094540

Fried, Y., & Ferris, G. R. (1987). The Validity of the Job Characteristics Model: A Review and Meta-Analysis. Personnel Psychology, 40(2), 287-322. https://doi.org/10.1111/j.1744-6570.1987.tb00605.x

Greenhaus, J. H., Parasuraman, S., & Wormley, W. M. (1990). Effects of Race on Organizational Experiences, Job Performance Evaluations, and Career Outcomes. Academy of Management Journal, 33(1), 64-86. https://doi.org/10.5465/256352

Griffin, R. W., & Moorhead, G. (2014). Organizational Behavior: Managing People and Organizations.

Hackman, J. R., & Lawler, E. E. (1971). Employee reactions to job characteristics. Journal of Applied Psychology, 55(3), 259-286. https://doi.org/10.1037/h0031152

Hackman, J. R., & Oldham, G. R. (1976). Motivation through the design of work: Test of a theory. Organizational Behavior and Human Performance, 16(2), 250-279. https://doi.org/10.1016/0030-5073(76)90016-7

Haddaway, N. R., Page, M. J., Pritchard, C. C., & McGuinness, L. A. (2022). PRISMA2020: An R package and Shiny app for producing PRISMA 2020-compliant flow diagrams, with interactivity for optimised digital transparency and Open Synthesis. Campbell Systematic Reviews, 18(2), e1230. https://doi.org/10.1002/cl2.1230

Herzberg, F. (1965). The New Industrial Psychology. Industrial and Labor Relations Review, 18(3), 364-376. https://doi.org/10.1177/001979396501800306

Kakhki, M., Rajabi, M., Naji, A., AsemanDoreh, Y., & Harati, H. (2020). *The effect of job and motivation on the knowledge sharing of librarians in public libraries*. *Public Library Quarterly, 39*(1), 17–36 https://doi.org/10.1080/01616846.2019.1585218

Kaymaz, K. (2011). Performance Feedback: Individual Based Reflections and the Effect on Motivation. Business and Economics Research Journal, 2(4), 115-134.

Kristensen, T. S., Hannerz, H., Høgh, A., & Borg, V. (2005). The Copenhagen Psychosocial Questionnaire: A tool for the assessment and improvement of the psychosocial work environment. Scandinavian Journal of Work, Environment & Health, 31(6), 438-449. https://doi.org/10.5271/sjweh.948

Lee, H. K., & Kim, M. T. (1993). The relationship between quality of goal setting and job satisfaction in a public library setting. Public Library Quarterly, 13(2), 41-57. Scopus. https://doi.org/10.1300/J118v13n02_07

Martini, M., Viotti, S., Converso, D., Battaglia, J., & Loera, B. (2019). *When social support by patrons protects against burnout: A study among Italian public library workers*. *Journal of Librarianship and Information Science, 51*(4), 1091–1102. https://doi.org/10.1177/0961000618763716

Oldham, G. R., & Fried, Y. (2016a). Job design research and theory: Past, present and future. Organizational Behavior and Human Decision Processes, 136, 20-35. https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2016.05.002

Oldham, G. R., & Fried, Y. (2016b). Job design research and theory: Past, present and future. Organizational Behavior and Human Decision Processes, 136, 20-35. https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2016.05.002

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., … Moher, D. (2021). The PRISMA

2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. PLOS Medicine, 18(3), e1003583. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003583

Park, S. (2017). Motivating raters through work design: Applying the job characteristics model to the performance appraisal context. Cogent Psychology, 4(1), 1287320. https://doi.org/10.1080/23311908.2017.1287320

Patillo, E., Moran, B., & Morgan, J. (2009). The Job Itself: The Effects of Functional Units on Work Autonomy among Public and Academic Librarians. LIBRARY TRENDS, 58(2), 276-290.

Salyers, M. P., Watkins, M. A., Painter, A., Snajdr, E. A., Gilmer, L. O., Garabrant, J. M., & Henry, N. H. (2019). Predictors of burnout in public library employees. Journal of Librarianship and Information Science, 51(4), 974-983. Scopus. https://doi.org/10.1177/0961000618759415

Sarhadi, Z., Kakhki, M., & Behzadi, H. (2021). Productivity story of Iranian librarians: Assessing the impact of knowledge management and emotional intelligence. ELECTRONIC LIBRARY, 39(6), 846-864. https://doi.org/10.1108/EL-06-2021-0122

Spector, P. E., & Fox, S. (2003). Reducing subjectivity in the assessment of the job environment: Development of the Factual Autonomy Scale (FAS). Journal of Organizational Behavior, 24(4), 417-432. https://doi.org/10.1002/job.199

Tiegs, R. B., Tetrick, L. E., & Fried, Y. (1992). Growth Need Strength and Context Satisfactions as Moderators of the Relations of the Job Characteristics Model. Journal of Management, 18(3), 575-593. https://doi.org/10.1177/014920639201800308

Van Den Broeck, A., & Parker, S. K. (2017). Job and Work Design. Oxford Research Encyclopedia of Psychology. https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190236557.013.15

IMPLICAÇÕES DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: CONEXÕES PRÁTICAS COM O COTIDIANO PROFISSIONAL

Luciano Pereira Dos Santos Cavalcante, Universidade Federal do Ceará, https://orcid.org/0009-0006-8557-3458 , Brasil, *lpd.cavalcante@uece.br*

Ana Cristina Batista Dos Santos, Universidade Estadual do Ceará, https://orcid.org/0000-0001-8838-6937, Brasil, *ana.batista@uece.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6745

Eixo: Perspectivas para a Profissão e Contributos das Associações Profissionais

Introdução

Historicamente, a atuação do bibliotecário, está associada à organização e disseminação da informação que vem se transformando à medida que novas demandas institucionais, tecnológicas e sociais emergem no ambiente de trabalho. Esse contexto revela uma série de desafios que atravessam a dimensão subjetiva deste profissional que representa um papel social importante no processo de geração de conhecimento . No campo profissional do bibliotecário, pode abranger diversas atividades que possibilitam o profissional contribuir significativamente para compreender os desafios enfrentados nas unidades de informação, especialmente em contextos de crescente pressão por produtividade, múltiplas demandas institucionais, e transformações tecnológicas e sociais.

Nesse sentido, a Psicodinâmica do Trabalho, enquanto abordagem teórica e metodológica desenvolvida por Christophe Dejours (1994), permite compreender os efeitos psíquicos das

relações laborais, evidenciando aspectos como sofrimento, prazer, reconhecimento e estratégias de defesa em diversos contextos do trabalho, apontando possibilidades de campo emergente de estudo no âmbito da biblioteconomia.Nesse sentido, tem-se a seguinte questão norteadora: Como a Psicodinâmica do Trabalho se manifesta na atuação dos bibliotecários segundo a literatura recente? Nesse sentido, a pesquisa tange ao objetivo geral que se trata de compreender a Psicodinâmica do Trabalho e o cotidiano profissional do bibliotecário. Diante disso, tem-se os seguintes objetivos:

Objetivos

- Mapear o contexto de trabalho do bibliotecário nas dimensões da Psicodinâmica do trabalho;
- Caracterizar as vivências de prazer-sofrimento de bibliotecários.
- Apontar possibilidades de campo de estudo na perspectiva de valorização da prática bibliotecária.

Referencial Teórico

A Psicodinâmica do Trabalho, conceitos e definições

O cenário contemporâneo do trabalho é marcado por intensas transformações tecnológicas, reestruturações organizacionais e exigências crescentes por produtividade, flexibilidade e resultados. Nesse contexto, observa-se uma intensificação das pressões sobre os trabalhadores, aliada à precarização das relações laborais e à redução dos espaços coletivos de escuta e participação. Tais mudanças impactam diretamente a saúde mental dos profissionais, que se veem diante de desafios como a sobrecarga, o reconhecimento insuficiente e o enfraquecimento dos vínculos afetivos no ambiente laboral.

Nesse sentido, emerge a Psicodinâmica do Trabalho que constitui uma vertente teórica que busca compreender a relação entre o sofrimento e o prazer na experiência laboral, tendo como principal referência os estudos de Christophe Dejours (2004). Para o autor, o trabalho é uma atividade central na constituição da subjetividade, sendo também um espaço de possíveis realizações, mas, ao mesmo tempo, uma fonte de sofrimento psíquico quando há impedimentos à autonomia, ao reconhecimento ou à criatividade. A partir dessa perspectiva, Dejours (2004) estabelece cinco categorias principais no âmbito da Psicodinâmica do Trabalho, tais como organização do trabalho, sofrimento psíquico no exercício da profissão, prazer no trabalho e realização pessoal, reconhecimento e identidade profissional, conforme ilustração a seguir:

Figura 1 - Pilares da Psicodinâmica do Trabalho



Fonte: Dejours (2004), adaptado pelos autores

Organização do Trabalho: refere-se à forma como as tarefas são distribuídas, hierarquizadas e executadas dentro da organização. Engloba normas, ritmos, metas, divisão de responsabilidades e exigências cognitivas ou físicas. A forma como o trabalho é organizado pode ser fonte de realização ou de sofrimento psíquico.

Sofrimento e Prazer no Trabalho: está relacionado às experiências de sentido, pertencimento, utilidade e satisfação vividas pelo trabalhador no exercício de suas atividades. Esse prazer é ainda maior quando o profissional sente que contribui positivamente

para a organização e para a sociedade, e que pode expressar sua criatividade, sua ética e sua competência.

Estratégias de Defesas: são os mecanismos psíquicos utilizados pelos trabalhadores para suportar a carga emocional do trabalho. Essas estratégias podem ser coletivas ou individuais, conscientes ou inconscientes, e têm como objetivo transformar o sofrimento em algo suportável ou até em fonte de prazer.

Reconhecimento: é um dos pilares centrais da saúde mental no trabalho. Ele pode ocorrer em diferentes níveis: pelo usuário, pela equipe, pela chefia ou pela instituição. Segundo Dejours (2004), a falta de reconhecimento é uma das principais fontes de sofrimento patogênico, enquanto sua presença atua como fator protetor. Ser reconhecido implica que o esforço do trabalhador é percebido, valorizado e respeitado.

Identidade profissional: é construída ao longo do tempo, a partir da interação entre o sujeito e o trabalho que realiza, das experiências acumuladas, da formação, do reconhecimento social e das relações estabelecidas no ambiente organizacional. Ela envolve a maneira como o profissional se vê e como é visto por seus pares e pela sociedade. Santos e Oliveira (2015) aprofundam essa abordagem ao afirmar que os pilares da Psicodinâmica do trabalho emergem da tensão entre a organização prescrita e a organização real do trabalho, ou seja, entre o que se exige formalmente e o que de fato é vivido na prática. Quando essa distância se amplia, sem mediação ou acolhimento, instala-se o sofrimento patogênico, com risco de adoecimento. Por outro lado, Dejours (2004), discorre que quando há possibilidade de elaboração e compartilhamento, favorece a saúde mental e bem-estar no ambiente organizacional.

Aguiar, Santos e Sudério (2021) destacam que a Psicodinâmica do Trabalho propicia uma escuta diferenciada das narrativas dos trabalhadores, dando visibilidade às estratégias defensivas criadas para suportar as adversidades do cotidiano laboral. Nesse sentido, o sofrimento deixa de ser visto como fragilidade individual e passa a ser entendido como um indicador importante das contradições organizacionais. Esse olhar é fundamental para a organização, pois orienta práticas mais sensíveis e comprometidas com o bem-estar e o reconhecimento simbólico dos sujeitos.

Ferreira e Mendes (2003) reforçam a importância dos pilares cujo conceito central se respalda na saúde mental e bem-estar no trabalho. Assim, para Dejours (2004) discorre que a ausência dessa temática no contexto laboral e organizacional, seja ele material, simbólico ou afetivo, compromete profundamente a motivação e o sentido atribuído ao trabalho.

Contexto da atuação profissional do bibliotecário

A atuação profissional do bibliotecário, no cenário contemporâneo, está imersa em múltiplas tensões que atravessam dimensões técnicas, de serviço e de mediação do conhecimento Spudeit (2017). Essa realidade corrobora com a percepção de Valentim (2020) que considera a atuação deste profissional multifacetado, no qual exige do bibliotecário um constante reposicionamento diante das demandas sociais, institucionais e tecnológicas, o que impacta diretamente sua saúde mental e emocional.

Spudeit (2017) destaca que o bibliotecário vivencia um processo de reconfiguração profissional impulsionado pelas transformações nos modos de produção, circulação e apropriação da informação. Nesse cenário, a técnica, antes centralizada nas atividades tradicionais do bibliotecário, passa a dividir espaço com habilidades comunicacionais, pedagógicas e subjetivas. A autora aponta que a sobreposição dessas competências pode gerar sobrecarga, principalmente quando o profissional é compelido a responder a exigências institucionais e sociais sem o devido apoio estrutural ou formação continuada.

Belluzzo (2016), por sua vez, enfatiza a necessidade de reposicionar o papel do bibliotecário como gestor da informação e do conhecimento, destacando que a complexidade do contexto atual exige uma atuação estratégica, proativa e mediadora. Essa transição de um perfil técnico para um perfil mais híbrido demanda não apenas novas competências, mas também maior resiliência emocional diante das exigências de inovação, produtividade e visibilidade profissional.

Vitorino (2018) complementa esse argumento ao refletir sobre o papel do bibliotecário na mediação da informação em ambientes permeados por desigualdades sociais e acesso limitado aos recursos informacionais. A mediação, nesse sentido, extrapola o domínio técnico e adentra o campo das relações humanas, exigindo do profissional sensibilidade, empatia e capacidade de lidar com conflitos e frustrações — aspectos que afetam diretamente sua saúde mental.

Guerra (2019) chama atenção para a precarização do trabalho do bibliotecário, especialmente no setor público, onde há acúmulo de funções, escassez de recursos e invisibilização do trabalho intelectual. Esse quadro favorece o adoecimento psíquico, uma vez que o profissional se vê pressionado a entregar resultados em contextos adversos, sem o devido reconhecimento institucional.

Marras (2010) contribui com uma análise sobre a dimensão simbólica do trabalho informacional e sobre como o discurso da inovação e da excelência pode encobrir formas de exploração e sofrimento psíquico no trabalho. Para o autor, a exigência de constante atualização e reinvenção profissional pode ser vivenciada como um fardo subjetivo, sobretudo quando não há condições materiais para que isso se efetive de forma equilibrada.

Cavalcante, Teixeira e Guerra (2022) discorrem que a atuação dos bibliotecários à luz da formação profissional e das políticas informacionais, ressaltando que o bibliotecário frequentemente transita entre expectativas institucionais conflitantes: ao mesmo tempo que é demandado a dominar tecnologias, também é esperado que atue como agente de transformação social. Essa ambivalência provoca um desgaste emocional constante, agravado pela falta de reconhecimento das competências desenvolvidas fora do escopo técnico tradicional.

Valentim (2020) argumenta que as competências profissionais do bibliotecário no contexto da sociedade em rede, possibilita que o novo perfil do profissional esteja atrelado à inteligência emocional, pensamento crítico, habilidades colaborativas e sensibilidade intercultural. O problema, no entanto, é que essas competências são pouco exploradas na formação acadêmica e pouco valorizadas nos ambientes institucionais, o que contribui para a insegurança e o sofrimento emocional do profissional diante de situações para as quais não foi preparado.

Dessa forma, a atuação do bibliotecário está situada em uma zona de tensão permanente entre o técnico, o humano e o simbólico, exigindo que ele se movimente entre múltiplos saberes e afetos. A sobreposição de papéis, a cobrança por resultados e a fragilidade das condições de trabalho tornam o bibliotecário particularmente vulnerável ao adoecimento mental e emocional, exigindo políticas institucionais de cuidado, formação continuada e valorização profissional como formas de mitigar esse quadro.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, conforme delineado por Minayo (1994), com caráter exploratório e reflexivo, fundamentado em revisão bibliográfica sobre a Psicodinâmica do Trabalho, articulada a estudos aplicados à Biblioteconomia, conforme os referenciais de Japiaçu (2002) e Severino (2007). A pesquisa teve como objetivo compreender as vivências subjetivas dos bibliotecários em seus contextos laborais, especialmente no que se refere às tensões entre técnica, serviço e mediação do conhecimento, sob a ótica das exigências institucionais e suas repercussões sobre a saúde mental.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases SciELO, BRAPCI e Web of Science, contemplando publicações científicas indexadas no período de 2019 a 2024. Utilizaram-se como descritores principais os termos: psicodinâmica do trabalho, bibliotecário, sofrimento psíquico, mediação da informação, prazer no trabalho e reconhecimento profissional. Inicialmente, foram identificados 110 artigos que, em um primeiro filtro, apresentavam alguma menção aos temas centrais da pesquisa.

Os critérios de inclusão compreenderam:

1 - artigos publicados entre 2019 e 2024;

2 - textos que abordassem a atuação do bibliotecário em contextos institucionais (como escolas, universidades, bibliotecas públicas ou especializadas);

3 - estudos que fizessem menção direta ou indireta aos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho, especialmente no que se refere às noções de sofrimento, prazer, reconhecimento, mediação, invisibilidade profissional e estratégias subjetivas de enfrentamento.

Os critérios de exclusão envolveram:

1 - artigos duplicados em diferentes bases;

2 - trabalhos que apenas mencionavam o bibliotecário sem aprofundar sua experiência subjetiva no trabalho;

3 - estudos de abordagem estritamente técnica ou tecnológica, sem articulação com os aspectos psicossociais do trabalho.

Após a aplicação desses critérios, foram selecionados 38 artigos que apresentavam relação direta com a temática proposta. A análise desses textos foi conduzida à luz dos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, conforme propostos por Dejours (1994, 2004), buscando compreender não apenas os fatores geradores de sofrimento no ambiente de trabalho do bibliotecário, mas também os mecanismos de defesa, as estratégias de enfrentamento e os elementos de prazer e reconhecimento presentes na prática profissional.

Resultados Finais

Com base na análise dos 38 artigos selecionados e à luz dos referenciais da Psicodinâmica do Trabalho, a atuação do bibliotecário revela um campo permeado por ambivalências emocionais, contradições institucionais e experiências subjetivas que oscilam entre sofrimento e realização. Assim, com a busca foi possível categorizar os artigos a partir dos seguintes eixos principais: sofrimento psíquico no exercício da profissão, prazer no trabalho e realização profissional, e reconhecimento e identidade profissional, em diálogo com autores centrais como Christophe Dejours, Ferreira & Mendes, Heloani & Lancman, entre outros. observadas em três grandes categorias conforme ilustração à seguir.

Figura 2: Mapeamento dos aspectos da Psicodinâmica do trabalho e atuação do bibliotecário



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Categoria 1. Sofrimento psíquico no exercício da profissão

A primeira categoria aponta que o sofrimento psíquico entre bibliotecários pode estar relacionado à sobrecarga de trabalho, à baixa valorização institucional e ao conflito entre o que se espera da função e o que se pode, de fato, realizar. Dejours (1992, 2004) destaca que o sofrimento no trabalho emerge da tensão entre a organização prescritiva do trabalho e a subjetividade do trabalhador, que precisa

constantemente adaptar-se a normas, prazos e exigências sem perder o sentido do que faz.

No caso do bibliotecário, foram encontrados 14 (quatorze) artigos que revelam que a rigidez institucional e a escassez de recursos agravam esse cenário, gerando frustração, sentimentos de impotência e, por vezes, sintomas de esgotamento emocional, conforme no quadro a seguir:

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise

Título do Trabalho/ Ano	Descrição
Trabalho precário e salário dos bibliotecários no norte e nordeste brasileiro: desvendando relações de classe e gênero (2019)	O estudo analisa as condições de trabalho e remuneração dos bibliotecários nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, evidenciando como as desigualdades de classe e gênero influenciam na precarização da profissão.
bibliotecário e sua inserção no mercado de trabalho: fatores que contribuem para a troca de profissões (2022)	O estudo investiga se bacharéis em Biblioteconomia formados no Espírito Santo (2009–2019) buscam outras graduações para inserção no mercado, revelando insatisfação salarial e migração para outras áreas.
Satisfação profissional do bibliotecário nas escolas privadas de Aracaju (2020)	A pesquisa analisa o nível de satisfação profissional dos bibliotecários que atuam em escolas privadas de Aracaju, considerando fatores como ambiente de trabalho, valorização e condições salariais.
Conhece-te a ti mesmo: a percepção dos egressos sobre a imagem de um curso de graduação em Biblioteconomia (2019)	O estudo investiga a percepção dos egressos sobre a imagem do curso de graduação em Biblioteconomia, analisando como suas experiências formativas influenciam na identidade profissional e na inserção no mercado de trabalho.
Bibliotecas escolares: da sua invisibilidade à desvalorização do bibliotecário escolar (2023)	O artigo discute a desvalorização e invisibilidade dos bibliotecários nas bibliotecas públicas e escolares, destacando sua importância como espaços de acesso à informação e cidadania, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Os “usos de si” por bibliotecários no serviço público federal em atividade de trabalho após formação continuada em cursos de pós-graduação (2020)	O estudo investiga como bibliotecários técnico-administrativos em educação, concursados no serviço público federal, utilizam a formação continuada em pós-graduação stricto sensu para ressignificar suas práticas profissionais
Bibliotecários/as em tempos de cibercultura: reflexões sobre atuação profissional e práticas bibliotecárias (2019)	O artigo analisa as percepções de bibliotecárias sobre sua atuação em uma biblioteca universitária da área médica no contexto da cibercultura, destacando mudanças nos sentidos da prática profissional e estratégias de valorização e permanência no mercado.
Trajetórias de formação inicial e continuada de bibliotecários para cargos gerenciais em bibliotecas: contribuições e lacunas (2019)	O estudo analisa a formação profissional de bibliotecárias em funções gerenciais na UFRGS, evidenciando a valorização da pós-graduação e o papel da formação continuada na construção de suas trajetórias de liderança.
Bibliotecários e relações de gênero no Brasil e Portugal (2020)	O estudo analisa as condições de trabalho e as relações de gênero na Biblioteconomia no Brasil e em Portugal, evidenciando desigualdades de gênero na profissão, especialmente na conciliação entre vida profissional e doméstica.

Bibliotecas comunitárias, mediação cultural e literária (2024)	O estudo analisa as mediações culturais e literárias nas bibliotecas comunitárias da Rede Jangada Literária, destacando seu impacto e a visibilidade do bibliotecário no âmbito social, cultural e educacional, bem como as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política alcançadas por essas práticas.
BIBLIOTECÁRIOS PROGRESSISTAS: formação e atuação política comprometidas com a garantia de direitos (2019)	O estudo aborda a formação e atuação de bibliotecários progressistas comprometidos com a defesa de direitos sociais, enfatizando o papel político da profissão na promoção da justiça social, da equidade e do acesso à informação.
Insalubre pela própria natureza: a biblioteca e os riscos à saúde do profissional da informação (2021)	O estudo analisa os riscos ocupacionais que afetam a saúde dos bibliotecários, destacando a importância da Medicina e Segurança do Trabalho na prevenção de doenças ocupacionais e psicossomáticas na melhoria das condições de trabalho em bibliotecas.
Valorização profissional: ações e iniciativas do Conselho Regional de Biblioteconomia da 11ª Região para o fortalecimento e consolidação da classe bibliotecária	O estudo apresenta as ações e iniciativas do CRB-11 voltadas à valorização profissional dos bibliotecários, com foco no fortalecimento da identidade da classe

na sociedade (2019)	e na sua visibilidade na sociedade
A Síndrome do Burnout na biblioteconomia: estudo de caso no labor dos profissionais da Universidade Federal de Pernambuco	O estudo investiga fatores estressores no ambiente laboral de bibliotecários da UFPE que podem levar à Síndrome de Burnout, propondo medidas preventivas e de intervenção voltadas à saúde e qualidade de vida no trabalho.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Os estudos analisados revelam um cenário recorrente de precarização das condições de trabalho, baixa valorização profissional e invisibilidade social da atuação bibliotecária, aspectos diretamente relacionados ao sofrimento psíquico, tal como definido por Dejours (1992, 2004). Segundo a análise foi observado que o sofrimento no trabalho pode decorrer da tensão entre as exigências organizacionais e as capacidades subjetivas do trabalhador para atribuir sentido à sua atividade. Quando não há reconhecimento ou possibilidade de expressão subjetiva, o sofrimento tende a se tornar patogênico.

Nesse sentido o artigo intitulado: “Trabalho precário e salário dos bibliotecários no norte e nordeste brasileiro” e “Bibliotecas escolares: da sua invisibilidade à desvalorização do bibliotecário escolar” expõem a precarização das condições laborais e o descaso das políticas públicas com os espaços bibliotecários. A ausência de investimentos, somada à carência de reconhecimento institucional e social, gera frustração, desmotivação e sentimentos de inutilidade, elementos que Dejours (2004) reconhece como precursores do sofrimento patológico no trabalho.

Ferreira e Mendes (2003) complementam essa perspectiva ao demonstrar que a falta de perspectiva de crescimento, aliada à desvalorização simbólica e material, conduz à perda do sentido do trabalho, contribuindo para quadros de adoecimento mental silencioso, como burnout, ansiedade e depressão. Esses aspectos estão presentes em estudos como “O bibliotecário e sua inserção no mercado de trabalho”, que aponta uma desmotivação da profissão por causa da insatisfação salarial e da falta de oportunidades.

Dessa forma, tal categoria também demonstrou que o sofrimento pode também está fortemente vinculado às desigualdades de gênero. No artigo intitulado: “Bibliotecários e relações de gênero no Brasil e Portugal”, observa-se a sobrecarga das bibliotecárias em conciliar demandas profissionais com tarefas domésticas, especialmente entre mães. Dejours (1992) afirma que o sofrimento no trabalho não é apenas organizacional, mas atravessado por dimensões sociais e simbólicas. Guimarães-Júnior e Macêdo (2013) destacam como as desigualdades estruturais ampliam a pressão sobre as mulheres, fazendo com que o trabalho, mesmo quando tecnicamente viável, se torne emocionalmente insustentável.

A referida categoria também evidenciou características que implicam na formação e qualificação. Haja vista que apesar das adversidades, alguns artigos apontam estratégias de resistência subjetiva e reconstrução de sentido. No artigo intitulado: “Os ‘usos de si’ por bibliotecários no serviço público federal” revela como a formação continuada (mestrado e doutorado) pode ser um mecanismo de renormalização do trabalho, ajudando o profissional a reinterpretar sua atividade e a lidar com as "deformações do meio" para que este profissional se sinta bem e pertencido não necessitando da validação simbólica institucional (Dejours, 2004). No entanto, no artigo intitulado: “Trajetórias de formação para cargos gerenciais” e “Bibliotecários/as em tempos de cibercultura”, o esforço individual não é suficiente sem o respaldo institucional o que pode gerar sofrimento, quando o trabalhador se sente impossibilitado de realizar um trabalho que considera justo e necessário (Heloani & Lancman, 2004).

Outro aspecto importante evidenciado nessa categoria, foi a mediação, prazer e contradições. Nesse sentido, o artigo

intitulado: “Bibliotecas comunitárias, mediação cultural e literária” e “BIBLIOTECÁRIOS PROGRESSISTAS” revelam práticas que, mesmo diante de dificuldades, geram prazer no trabalho, especialmente quando os bibliotecários se percebem como agentes de transformação social. Para Dejours (1992), o prazer surge quando o sujeito se reconhece em sua obra e é reconhecido pelos outros, ou seja, quando o trabalho carrega sentido, criatividade e reconhecimento. No entanto, essas experiências ainda são restritas e, muitas vezes, descoladas das realidades institucionais mais amplas, o que acentua a sensação de isolamento e resistência solitária.

Evidenciando o reconhecimento e saúde mental nessa categoria, foi observado que a ausência de reconhecimento simbólico e material é um fio condutor em quase todos os estudos analisados. Nos artigos “Valorização profissional: ações do CRB-11” e "Insalubre pela própria natureza: a biblioteca e os riscos à

saúde do profissional da informação" nota-se o esforço para reverter esse cenário por meio de políticas de valorização, mas o alcance dessas ações ainda é limitado. Dejours (2004) afirma que o reconhecimento é a principal via de transformação do sofrimento em prazer sem ele, mesmo a competência e o esforço tornam-se fontes de desgaste.

Nesse sentido, os artigos dessa categoria demonstraram que ao estudarem os riscos de adoecimento psíquico da prática bibliotecária, afirmam que a invisibilidade do esforço intelectual e a cobrança por produtividade geram desgaste psíquico silencioso a longo prazo. Esse contexto também se verifica quanto às suas atividades de mediação do conhecimento são subestimadas frente às demandas técnicas e burocráticas.

Categoria 2. Prazer no trabalho e realização profissional

Apesar dos desafios, a literatura também revelou espaços de prazer e realização no exercício da profissão. Dejours (1992) conceitua o prazer no trabalho como a vivência de satisfação subjetiva decorrente da possibilidade de exercer a criatividade, de ser útil e de ver o próprio esforço reconhecido pelo outro. Dessa maneira foram encontrados 16 (dezesseis) artigos que, no caso dos bibliotecários, esse prazer está frequentemente associado às ações de mediação cultural e informacional, sobretudo quando conseguem atuar como agentes de transformação social por meio do acesso à leitura, à informação e ao conhecimento.

Quadro 2- Artigos selecionados para análise

Título do Trabalho/ Ano	Descrição
Reflexões sobre as práxis da biblioteca no período da pandemia covid-19 (2020)	O relato apresenta as ações dos bibliotecários da UFBA durante a pandemia de COVID-19, destacando o uso de dispositivos digitais e tecnológicos para mediar o acesso à informação e manter a interação com a comunidade acadêmica.

O bibliotecário de referência: proposta para efetivação da tutoria informacional em equipes de EAD online (2020)	O artigo explora o potencial do bibliotecário como profissional apto a atuar na Educação a Distância (EaD) online, destacando sua possível função como tutor informacional em todas as etapas dos cursos.
Biblioteconomia social e empreendedorismo bibliotecário: temas emergentes para o século XXI (2019)	O artigo aborda a Biblioteconomia Social e o Empreendedorismo Bibliotecário como temas emergentes no século XXI, destacando novas possibilidades de atuação profissional voltadas para a inclusão social, inovação e sustentabilidade
A arte de contar histórias como ferramenta na formação de leitores na Biblioteca Pública Infantil de Sergipe : projetos implantados de 2007 a 2018 (2019)	O estudo analisa o uso da arte de contar histórias como instrumento de incentivo à leitura na Biblioteca Pública Infantil de Sergipe, por meio dos projetos desenvolvidos entre 2007 e 2018.
MÚSICA E TEATRO: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas = MUSIC AND THEATER: strategies for boosting activities in school libraries (2021)	O artigo discute o uso de manifestações artísticas como música e teatro para dinamizar bibliotecas escolares, tornando-as mais atrativas e incentivando a leitura. Reflete também sobre o papel do bibliotecário na ação cultural e na revitalização do ambiente escolar.

Bibliotecário clínico e sua participação na equipe interdisciplinar de Medicina Baseada em Evidência (MBE) (2019)	O estudo aborda a atuação do bibliotecário clínico em equipes interdisciplinares de Medicina Baseada em Evidência (MBE), destacando sua contribuição na busca, organização e disseminação da informação científica para apoiar decisões clínicas.
Mediação da Informação e Veganismo (2021)	O estudo analisa o papel do bibliotecário na mediação da informação sobre veganismo, discutindo questões éticas, ambientais e sanitárias relacionadas ao consumo de produtos de origem animal e destacando o potencial da profissão na promoção de sociedades sustentáveis e justas
A biblioteca pública como ambiente de mediação da informação para o usuário da terceira idade (2019)	O estudo analisa como bibliotecas públicas em Salvador promovem a mediação da informação para idosos, avaliando espaços físicos e atividades voltadas à inclusão, bem-estar e desenvolvimento desse público.
Bibliotecário escolar e fake news: evidências da contribuição da biblioteca escolar (2019)	O artigo analisa o papel do bibliotecário escolar no combate às fake news, por meio de uma ação educativa com alunos do ensino médio, visando o desenvolvimento do letramento informacional e o uso crítico da informação.

Entre silêncios e rupturas: ação cultural na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Timon (2024)	O estudo analisa ações culturais na biblioteca do IFMA – Campus Timon, destacando o papel do bibliotecário como mediador cultural e agente de transformação, promovendo leitura, acesso à informação e rompendo com a cultura do silêncio no ambiente bibliotecário.
O bibliotecário em pauta na prática de contar histórias: uma atividade educativa incentivada nas bibliotecas escolares da Grande Vitória, Espírito Santo, Brasil (2021)	O estudo analisa a prática da contação de histórias por bibliotecários escolares do Ensino Fundamental na RMGV-ES, destacando seu papel na formação leitora, na valorização cultural e na necessidade de inclusão dessa habilidade nos cursos de Biblioteconomia.
Bibliotecas comunitárias, mediação cultural e literária (2024)	O estudo analisa as mediações culturais e literárias realizadas por bibliotecas comunitárias da Rede Jangada Literária, destacando seus impactos sociais, culturais e educacionais nas comunidades e o papel essencial dos bibliotecários/mediadores
A mediação cultural e apropriação da informação musical a partir da regência (2024)	O estudo investiga como a regência do Maestro Carlos Prazeres no Cineconcerto da OSBA atua como mediação cultural, promovendo o acesso à informação musical e à cultura, e destaca o papel potencial do bibliotecário como mediador nesse processo.
Relato de experiência: O Projeto "A leitura vai à praça" como contrapartida social da Biblioteca Municipal Maria Geaquinto - Jerônimo Monteiro, ES (2019)	Relato de experiência sobre o projeto "A leitura vai à praça", desenvolvido como contrapartida social pela Biblioteca Municipal Maria Geaquinto, em Jerônimo Monteiro (ES), com foco na promoção da leitura em espaços públicos e interação com a comunidade.
Atividades de fãs e fandoms na biblioteca escolar: mediações alinhadas aos programas e atividades das diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) para a biblioteca escolar (2020)	O estudo propõe um modelo de mediação da informação voltado para atividades com fãs e fandoms em bibliotecas escolares, promovendo interação cultural e educativa por meio da participação multidisciplinar e práticas inovadoras.
Adolescentes e mediação da leitura em biblioteca escolar (2020)	O estudo aborda a mediação da leitura com adolescentes em bibliotecas escolares, destacando o papel do bibliotecário na formação leitora e no desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia juvenil.
O desenvolvimento da competência leitora na biblioteca da escola (2024)	O estudo analisa como a biblioteca escolar pode fortalecer a competência leitora dos alunos do ensino fundamental, promovendo o uso crítico da informação em ambientes presenciais e digitais. Destaca a importância da leitura na

	formação para combater a desinformação.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A análise das experiências apresentadas nos diversos estudos evidencia que as práticas de mediação da leitura, os projetos culturais e as ações educativas desenvolvidas por bibliotecários atuam como zonas de prazer no ambiente laboral, conforme a psicodinâmica do trabalho proposta por Christophe Dejours (1992, 2004). Segundo o autor, o prazer no trabalho emerge da possibilidade de o trabalhador reconhecer-se naquilo que realiza, ressignificando sua função para além da tarefa técnica, implicando-se subjetivamente no que faz.

Os relatos sobre a atuação de bibliotecários em projetos como *"A leitura vai à praça"*, a contação de histórias na Biblioteca Pública Infantil de Sergipe e a mediação com adolescentes e *fandoms* demonstram como o trabalho do bibliotecário transcende o técnico-operacional para assumir contornos simbólicos, éticos e afetivos. Nessas atividades, observa-se um espaço de autonomia criativa que permite ao profissional experimentar um sentido mais profundo em sua prática, alimentando a realização pessoal e profissional. Esse envolvimento subjetivo pode ser compreendido como uma forma de sublimação, na qual o prazer não reside apenas na execução da tarefa, mas no impacto social da ação mediadora.

Ferreira e Mendes (2003), ao discutirem os riscos de adoecimento no trabalho, apontam que o sofrimento psíquico decorre frequentemente da dissociação entre o fazer e o reconhecer-se nesse fazer. Nos relatos analisados, observa-se o contrário: os bibliotecários, ao promoverem a leitura e a inclusão cultural de diversos públicos (idosos, crianças, adolescentes, comunidades vulneráveis), conseguem construir um espaço de sentido e reconhecimento, o que contribui para a manutenção da saúde mental no trabalho. Esse fenômeno também é abordado por Heloani e Lancman (2004), quando destacam a importância do reconhecimento simbólico e do vínculo social para a preservação psíquica do trabalhador.

A mediação cultural e informacional, conforme apontam Valentim (2022) e Vitorino (2018), deve ser entendida como uma ação ético-política, estética e técnica. Ao promover o acesso à leitura crítica e à informação, os bibliotecários não apenas executam uma função, mas posicionam-se como agentes de transformação social. Esse aspecto dialógico da mediação amplia a relevância do trabalho, proporcionando satisfação e orgulho profissional, como evidenciado nos estudos sobre bibliotecas escolares e comunitárias que atuam com práticas leitoras voltadas para a inclusão e a cidadania.

A atuação em contextos desafiadores, como durante a pandemia de COVID-19, também revela a capacidade de resiliência e de reinvenção do trabalho bibliotecário. O uso de tecnologias para manter a mediação à distância, conforme descrito no relato da UFBA (2020), ilustra um engajamento ético e técnico que potencializa o sentimento de utilidade e pertencimento, componentes essenciais para a construção do prazer no trabalho, conforme a psicodinâmica.

No entanto, é importante destacar, como alertam Guimarães-Júnior e Macêdo (2013), que o excesso de envolvimento afetivo e o trabalho invisível, muitas vezes não reconhecido institucionalmente podem também converter-se em sofrimento psíquico, quando não há condições adequadas, apoio organizacional ou valorização simbólica. Assim, os projetos de mediação precisam ser institucionalmente legitimados, para que o prazer não se transforme em sobrecarga ou frustração.

Dessa forma, entende-se que os projetos culturais, ações educativas e atividades de mediação da leitura, quando desenvolvidos em contextos que valorizam a subjetividade e a autonomia do profissional, representam importantes zonas de prazer no trabalho

bibliotecário. São espaços nos quais o bibliotecário pode exercer sua criatividade, seu compromisso ético e seu papel social, contribuindo significativamente para o bem-estar coletivo e para a própria saúde psíquica no exercício da profissão

Heloani e Lancman (2004) destacam que o prazer no trabalho está ligado à experiência de realização de si na tarefa, quando há liberdade relativa para tomar decisões, inovar nas práticas e interagir com os usuários de forma significativa. Nos estudos analisados, os bibliotecários podem perceber a satisfação ao observar mudanças no comportamento dos usuários, ao promover inclusão informacional ou ao participar de projetos pedagógicos colaborativos.

Essa dimensão subjetiva do prazer se alinha com a noção de mediação proposta por Valentim (2022), que valoriza o papel do bibliotecário como articulador de sentidos, não apenas como técnico da informação. Ao mesmo tempo, autores como Vitorino (2018) lembram que o exercício da competência em informação – em suas dimensões ética, estética, política e técnica – amplia o campo de atuação e proporciona sentidos mais amplos e profundos ao trabalho bibliotecário.

Categoria 3. Reconhecimento e identidade profissional

A última categoria evidencia a busca constante dos bibliotecários por reconhecimento, tanto simbólico quanto institucional. Dejours (2004) salienta que o reconhecimento é condição fundamental para a saúde mental no trabalho, pois é através dele que o sujeito valida sua existência, sua utilidade social e identidade. O não reconhecimento, ou sua forma negativa, o desprezo pode converter no não pertencimento e afetar na identidade profissional. Partindo desse pressuposto, foram encontrados 8 (oito) artigos que fazem inferência à essa categoria, conforme ilustração do quadro a seguir:

Quadro 3 - Artigos selecionados para análise

Título do Trabalho/ Ano	Descrição
Identidade coletiva do profissional bibliotecário da era da informação: questões éticas (2022)	O artigo discute a importância da ética profissional na consolidação da identidade coletiva do bibliotecário, destacando seu papel no fortalecimento do compromisso social da profissão. A análise baseia-se na revisão de literatura e no Código de Ética do profissional.
Formação, mercado de trabalho e identidade do bibliotecário em tempos de Pandemia (2022)	O estudo analisa os impactos das políticas de austeridade e da pandemia na formação e inserção profissional dos bibliotecários, alertando para riscos de perdas identitárias e precarização do trabalho na área da informação.
A concepção de identidade profissional do bibliotecário: um estudo na BRAPCI (2022)	O estudo investiga a concepção de identidade profissional do bibliotecário na produção científica da Ciência da Informação, evidenciando a escassez de publicações e a necessidade de maior aprofundamento na temática.
Biblioteconomia: uma profissão definida pela teoria das profissões (2020)	O artigo discute a profissionalização do bibliotecário à luz das teorias funcionalista e interacionista, destacando aspectos como desprofissionalização e identidade profissional com base na Sociologia das Profissões.

Rosas de chumbo: da censura e sigilo ao acesso de documentos da ditadura brasileira (2019)	O artigo analisa o papel da Biblioteconomia frente ao controle e acesso a documentos sigilosos da ditadura brasileira, destacando a mediação do bibliotecário na preservação da memória e identidade nacional.
tidade visual do Centro de Recursos de Aprendizagem (CRA) do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU): contribuições do design da informação para a concepção e consolidação da marca (2023)	O artigo descreve a criação da identidade visual do Centro de Recursos de Aprendizagem (CRA) da UNICAMP, destacando o uso do design da informação para fortalecer a comunicação e visibilidade dos serviços bibliotecários.
Participação e identidade profissional: A prática associativa de bibliotecários junto à associação de classe – ABMG (2020)	O estudo analisa a prática associativa de bibliotecários na ABMG, destacando como essa participação contribui para o fortalecimento da identidade profissional e o engajamento político da categoria.
Bibliotecas no Contexto da Agenda 2030 da ONU (2023)	O artigo analisa projetos bibliotecários relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando a contribuição das bibliotecas para a inclusão, educação e cidadania, e apontando a necessidade de maior engajamento da classe.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A análise dos trabalhos apresentados revela importantes contribuições para a construção e fortalecimento da identidade profissional do bibliotecário, especialmente no contexto da era da informação e diante das transformações sociais e laborais provocadas por políticas de austeridade, crises econômicas e a pandemia da COVID-19. Ao articular essas produções com os referenciais da psicodinâmica do trabalho, particularmente os estudos de Dejours (1992, 2004), Ferreira e Mendes (2003), Guimarães-Júnior e Macêdo (2013), entre outros, é possível compreender como se constituem os mecanismos de enfrentamento subjetivo utilizados por esses profissionais e como os projetos e práticas descritas atuam no fortalecimento da autoestima e no sentido do trabalho.

Segundo Dejours (1992), o trabalho pode ser tanto fonte de prazer quanto de sofrimento, dependendo do reconhecimento, da possibilidade de agir com autonomia e da mediação entre os valores individuais e os coletivos. No caso dos bibliotecários, os artigos evidenciam, como a criação de identidade visual do CRA/UNICAMP, o engajamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a participação em associações de classe como a ABMG, funcionam como mecanismos de resistência ao sofrimento psíquico e fortalecimento da autoestima profissional. A partir da perspectiva da psicodinâmica, tais iniciativas são estratégias de racionalização e sublimação, permitindo a reconstrução simbólica do trabalho em contextos adversos (Dejours, 2004).

A racionalização, neste caso, não significa a negação da realidade, mas uma reorganização do sentido do trabalho frente à precarização e à perda de direitos, como demonstram os estudos sobre formação e mercado de trabalho do bibliotecário em tempos de pandemia. Ao perceberem-se agentes de transformação como mediadores da memória, da informação e da cidadania, em que os bibliotecários se apropriam de seu lugar no âmbito social (DUBAR apud Heloani & Lancman, 2004).

Outro mecanismo importante é o isolamento afetivo, identificado por Dejours (2004) como uma defesa contra o sofrimento causado por contextos de invisibilidade e desvalorização. No entanto, a produção científica analisada mostra que esse isolamento é combatido por

meio do engajamento coletivo, da produção acadêmica e das práticas associativas, como observado no estudo sobre a ABMG. A construção de uma identidade coletiva, mediada por valores éticos e associativos, não apenas fortalece o sentimento de pertencimento como também resgata o vínculo afetivo com a profissão.

Já o humor, enquanto estratégia coletiva de enfrentamento, aparece implicitamente nas ações criativas e culturais das bibliotecas, como nos projetos que relacionam a Biblioteconomia com questões sociais e políticas, ou na aproximação simbólica como no artigo intitulado: Rosas de chumbo: da censura e sigilo ao acesso de documentos da ditadura brasileira, utilizada para refletir criticamente sobre censura e memória. Essas ações, conforme Guimarães-Júnior e Macêdo (2013), contribuem para a elaboração subjetiva de experiências difíceis, sem cair no cinismo ou na negação da realidade.

Importante também destacar o papel dos projetos alternativos como formas de ressignificação do trabalho. A adesão aos ODS, conforme recomendado pela IFLA, revela o desejo da classe bibliotecária em alinhar-se a causas globais de justiça social, equidade e sustentabilidade, o que reforça a dimensão ética e política da atuação bibliotecária (Vitorino, 2018; Valentim, 2022). Esses projetos operam como espaços de construção de sentido e dão visibilidade à relevância social da profissão, combatendo a sensação de inutilidade e marginalidade que muitas vezes acomete os profissionais da informação.

Nesse contexto, a identidade profissional deixa de ser um dado fixo e passa a ser compreendida como uma construção dinâmica, socialmente situada, que se fortalece à medida que os bibliotecários se reconhecem em suas práticas e em seus pares. Os estudos analisados apontam para uma luta contínua por reconhecimento e valorização — luta essa que, segundo a psicodinâmica do trabalho, é também uma forma de preservar a saúde mental e a dignidade subjetiva no mundo do trabalho.

Assim, a análise conjunta das produções demonstra que, mesmo diante de adversidades estruturais, os bibliotecários têm encontrado no coletivo, na criatividade, na ética e na ação social caminhos possíveis para afirmar sua identidade profissional, proteger sua saúde psíquica e renovar o sentido de sua atuação na era da informação.

Nos artigos analisados, ainda ficou perceptível que a identidade do bibliotecário aparece frequentemente em disputa: ora reduzida a um técnico executor de tarefas operacionais, ora reivindicada como a de um profissional mediador do conhecimento, com atuação crítica e estratégica. Guimarães-Júnior e Macêdo (2013) argumentam que o reconhecimento não se restringe ao retorno hierárquico, mas envolve também o olhar do outro: pares, usuários e a comunidade que valida a utilidade e a singularidade do trabalho.

Considerações Finais

Ao conectar a Psicodinâmica do Trabalho à atuação bibliotecária permitiu ampliar o olhar sobre os desafios cotidianos da profissão, valorizando sua dimensão humana e subjetiva. Nesse sentido, é necessário reconhecer os espaços de sofrimento e prazer no trabalho é essencial para promover ambientes mais saudáveis e sustentáveis, bem como para fortalecer o papel do bibliotecário como agente de transformação social. Estudos como este contribuem para fomentar o debate sobre saúde mental, valorização profissional e gestão humanizada nos contextos informacionais.

Dessa forma, o presente estudo possibilitou uma reflexão em aprofundar as discussões sobre as vivências subjetivas dos bibliotecários no exercício de sua profissão, com base em uma revisão bibliográfica fundamentada nos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho. A análise dos 38 artigos selecionados, evidenciou que a temática é pouco abordada e carece de um aprofundamento maior sobre a temática, levando em consideração a complexidade emocional, simbólica e institucional que atravessa o cotidiano laboral desses profissionais, muitas vezes invisibilizados pelas estruturas organizacionais e pelas narrativas

tecnocráticas que ainda predominam no campo da informação.

Ao explorar as categorias de sofrimento psíquico, prazer e realização profissional, e reconhecimento e identidade profissional, tornou-se evidente que o trabalho do bibliotecário está profundamente marcado por ambivalências. De um lado, emergem sentimentos de frustração, isolamento, sobrecarga e adoecimento psíquico, oriundos da precarização das condições de trabalho, do descompasso entre formação e prática, e da baixa valorização institucional. De outro, há relatos significativos de prazer, pertencimento e sentido, especialmente quando o bibliotecário consegue exercer sua função de mediador do conhecimento e agente transformador no contexto social.

A Psicodinâmica do Trabalho, conforme Dejours (1992, 2004), oferece uma lente sensível para compreender essas experiências não apenas como respostas individuais, mas como construções coletivas que envolvem estratégias de defesa, busca de reconhecimento e resistência subjetiva frente às contradições organizacionais. Assim, o sofrimento no trabalho não é um dado isolado, mas um indicador das falhas estruturais nas relações de trabalho e da ausência de canais legítimos de expressão e escuta nas instituições.

O reconhecimento, por sua vez, emerge como uma categoria central para a saúde psíquica do trabalhador. No caso dos bibliotecários, reconhecer sua função social, suas competências múltiplas e seu papel educativo e cultural é essencial para fortalecer sua identidade profissional e ressignificar sua atuação para além da lógica meramente técnica.

Conclui-se, portanto, que é urgente o desenvolvimento de políticas institucionais e formativas que contemplem não apenas a dimensão técnica da atuação do bibliotecário, mas também sua dimensão subjetiva, relacional e simbólica. Promover espaços de escuta, investir em processos de valorização e fomentar a autonomia profissional são caminhos fundamentais para transformar o trabalho em uma experiência mais humana, significativa e sustentável. Afinal, como nos lembra Dejours, o trabalho pode ser fonte de sofrimento, mas também de realização, criatividade e saúde – desde que o sujeito tenha a possibilidade de investir-se, ser reconhecido e participar ativamente da construção dos sentidos de sua prática.

Referências

Dejours, C. (2004). *A Loucura Do Trabalho*. Cortez.

Dejours, C. (1992) A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez.

Ferreira, M. C.; Mendes, A. M. (2003). Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores fiscais da previdência social brasileira. Brasília: Edições Ler, Pensar, Agir.

Guimarães-Júnior, E. H. G.; Macêdo, K. B. (2013). Saúde e trabalho do empreendedor: um estudo em psicodinâmica do trabalho. Fragmentos de Cultura, Goiânia, 23, (3), 335-347.

Ghizoni, L. D. et al. (2014). Clínica psicodinâmica do trabalho: a prática em diversos contextos de trabalho. Desafios: Revista Interdisci plinar da Universidade Federal do Tocantins. [s. l.], 1, (1), 74-92.

Heloani, R.; Lancman, S. (2004) Psicodinâmica do trabalho: o mé todo clínico de intervenção e investigação. Revista Produção, São Paulo, 14, (3), 77-86

Valentim, M.L., P. (Org.). (2022). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 211-23.

Vitorino, E. V., & Machado, D. (Orgs.). (2018). *As dimensões da competência em informação: Técnica, estética, ética e política*. EDUFRO. https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA GESTÃO DE PESSOAS: UMA ANÁLISE NA LITERATURA COM ÊNFASE NAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Luciano Pereira Dos Santos Cavalcante, Universidade Federal do Ceará, https://orcid.org/0009-0006-8557-3458, Brasil, *lpd.cavalcante@uece.br*

Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra,Universidade Federal do Ceará(UFC),Brasil,https://orcid.org/0000-0003-2510-911X, aureamag@ufc.br

Jade Gomes de Sousa Ferreira, Universidade Federal do Ceará(UFC), Brasil, https://orcid.org/0000-0002-7125-6623, adegomesdesousa@gmail.com

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.309

Eixo: Perspectivas para a Profissão e Contributos das Associações Profissionais

Introdução

Diante da globalização e da chamada era do conhecimento, nada mais natural que o mercado atual possuir uma gama de profissionais que lidem com a gestão da informação, sobretudo, da organização do conhecimento em uma sociedade cada vez mais integrada na busca pela informação. Nesse sentido, vem o bibliotecário como parte desse processo, pois ele constitui um profissional que vem aliar um arcabouço de competências voltadas ao gerenciamento de recursos informacionais para lidar com o contexto voltado para a organização e sistematização da informação e o conhecimento em prol da sociedade. Desse modo, as pessoas apresentam um papel importante nesse processo, onde o bibliotecário passa a trabalhar com equipes com o intuito de padronizar os procedimentos dentro das unidades de informação em consonância com o perfil de usuários. Desse modo, vem o bibliotecário que deve estar preparado para enfrentar dilemas e desafios que o cenário atual exige, onde a Gestão de Pessoas, no recinto das unidades de informação, vem favorecer um diferencial diante do mercado de trabalho e das organizações.

Diante disso, a justificativa da pesquisa se direciona na importância da Gestão de Pessoas e suas perspectivas contemporâneas da atuação do bibliotecário de forma a evidenciar as práticas e ações que otimizam o processo e os fluxos no recinto das unidades de informação em conjunto com as pessoas. Frente a esse cenário, acarreta consigo a necessidade de aperfeiçoamento maior do bibliotecário em processos e técnicas com enfoque na necessidade de liderança voltadas para o usuário, no âmbito científico e tecnológico.

No entanto, os gestores têm que lidar com muitas variáveis que podem impactar no cotidiano do trabalho e muitas vezes esses fatores podem influenciar na consecução das atividades dentro de uma unidade de informação (Chiavenato, 2010). Partindo dessa premissa, de modo a debruçar com questões inerentes à atuação do bibliotecário na Gestão de Pessoas frente à esses dilemas, o trabalho vem com a seguinte problemática: Quais são as perspectivas profissionais do bibliotecário atual como gestor de pessoas em unidades de informação observada na literatura?

Assim, o trabalho tem como objetivo analisar na literatura a concepção do bibliotecário contemporâneo na Gestão de Pessoas de forma que possibilite o alcance da efetividade organizacional nas unidades de informação.

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO REFERENTE A TEMÁTICAS INDÍGENAS: UM ESTUDO NA LITERATURA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA AMÉRICA DO SUL

Ana Cristina de Albuquerque 1, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina PPGCI UEL, https://orcid.org/0000-0003-3506-0479, Brasil, *albuanati@uel.br*

Marcos Antonio de Moraes 2, Universidade Estadual de Londrina UEL, https://orcid.org/0000-0001-8308-8148, Brasil, *marcosmoraes@uel.br*

Marcia Batista de Oliveira 3, Brasil, *e-mail* maboliva2@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6747

Eixo: Organização da Informação

Introdução

A complexidade de organizar e representar informação pode ser compreendida através do detalhamento referente aos processos, instrumentos e produtos que irão compor um sistema informacional, a necessidade dos usuários e as determinações contextuais.

Assim, os processos de tratamento da informação que resultam em produtos podem ser definidos como "[...]um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico" (Brascher & Café, 2008, pp. 5). A partir dessa concepção, infere-se que os processos de Organização e Representação da Informação encontram-se intrinsecamente articulados e se desenvolvem de forma sequencial.

No presente trabalho destaca-se a relevância da organização e representação da informação voltadas às temáticas indígenas na América do Sul. Cada etnia, a seu modo, possui na sua história, particularidades que revelam formas de organização social, caracterização linguística, estruturas em que se constituem a religiosidade, as marcações da arte, ou seja, fatores particulares que unem de forma cultural, mas que distinguem cada grupo. (Albuquerque & Moraes, 2023)

A partir de referências à discussões que vêm ganhando maior relevância no campo da Ciência da Informação, como em França e Silveira (2004), Maiomone & Matos (2019), Barité e Moutinho (2023), Albuquerque e Moraes (2022; 2023), este trabalho tem como questão norteadora: de que maneira as especificidades relativas à temática indígena e aos povos tradicionais têm sido abordadas no âmbito da Organização e Representação da Informação?

O objetivo é identificar os processos, instrumentos e produtos relacionados à Organização e Representação da Informação, no que se refere às temáticas indígenas, que têm recebido maior ênfase em periódicos científicos da área da Ciência da Informação, especificamente na América do Sul.

Justifica-se a presente pesquisa a partir da percepção de que a presença ainda incipiente de sistemas de Organização e Representação da Informação sensíveis às especificidades socioculturais dos povos indígenas da América do Sul, pode resultar em apagamentos, distorções e na perpetuação de estereótipos que reproduzem uma matriz colonial. Desta forma, os processos informacionais podem ser pensados a partir da integração de saberes próprios, práticas de oralidade e vínculos territoriais historicamente construídos por esses povos.

Referencial Teórico

A compreensão das noções de *organização da informação* e *representação da informação* requer a análise das distinções conceituais e operacionais entre esses processos, os quais constituem eixos centrais nos estudos da Ciência da Informação. Ambas as noções fundamentam o desenvolvimento de

metodologias voltadas à criação de produtos informacionais que viabilizam a recuperação e o acesso qualificado à informação.

A *organização da informação* se caracteriza como o conjunto de procedimentos voltados à sistematização e arranjo dos conteúdos informacionais registrados em suportes diversos. Como a informação se encontra materializada em meios físicos (como livros, fotografias e documentos impressos) ou digitais (como e-books, arquivos em PDF, metadados ou bancos de dados), ela se torna passível de ser tratada respeitando os processos de indexação, catalogação ou classificação.

Nesse sentido, conforme argumentam Brascher & Café (2008), o processo de organização da informação considera os atributos materiais dos registros informacionais – tais como o suporte, a forma e o conteúdo –, os quais compõem o percurso documental dos recursos. As autoras observam que esse processo envolve atividades como a descrição física dos documentos, a elaboração de resumos, a análise documentária e temática, a indexação e o tratamento temático da informação. Tais atividades são fundamentais para garantir uma estrutura lógica e sistemática nos conjuntos documentais, impactando diretamente na gestão e no acesso aos acervos de arquivos, bibliotecas e museus.

Por exemplo, em uma biblioteca universitária, a organização da informação permite que uma tese seja descrita segundo suas características físicas (número de páginas, presença de ilustrações, dimensões) e intelectuais (autor, título, assunto, palavras-chave), possibilitando seu armazenamento sistemático e recuperação eficiente no catálogo.

De acordo com Café e Sales (2010), esse processo se aplica tanto a acervos físicos quanto a coleções digitais, sendo realizado por meio da descrição dos aspectos formais e temáticos dos documentos. A organização da informação, assim, viabiliza a criação de produtos documentários – como catálogos, bases de dados, guias e inventários – que identificam e individualizam os recursos, facilitando sua localização e uso pelos diferentes públicos.

Já a *representação da informação* pode ser entendida como o processo de sintetizar e expressar os conteúdos informacionais por meio de termos, códigos e símbolos, tornando-os acessíveis e compreensíveis aos usuários. Essa atividade exige análise e síntese do conteúdo documental, com o objetivo de "[...] gerar formas de representação que permitam identificá-los e recuperá-los a partir dos seus atributos e características principais" (Lima & Alvares, 2012, pp. 36).

Para Novellino (1996, pp. 38), "a principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa como o texto do documento, por sua descrição abreviada". A representação da informação, portanto, cumpre papel estratégico na mediação entre usuário e documento, especialmente em contextos marcados pela produção em massa de conteúdos, como ocorre em repositórios acadêmicos, repositórios digitais ou bancos de imagens.

Por exemplo, o documento fotográfico tem a representação da informação com a atribuição de dados como autor, local, data, descrição da cena e categorias temáticas, o que possibilita sua recuperação por diferentes critérios e usuários.

Brascher & Café (2008) explicam que a organização da informação estrutura-se a partir da reunião de elementos descritivos que evidenciam tanto os aspectos intrínsecos (relacionados ao conteúdo temático) quanto os extrínsecos (vinculados ao suporte em que a informação está registrada). Para que essa análise se concretize de forma eficaz, é fundamental o uso de *linguagens documentárias,* que atuam como instrumentos de padronização no processo de indexação.

De acordo com Novellino (1996), essas linguagens permitem que os indexadores utilizem os mesmos conceitos para representar documentos semelhantes, assegurando

também que haja compartilhamento terminológico entre os profissionais e os usuários dos sistemas de informação. Trata-se de vocabulários estruturados, oriundos da combinação entre linguagem natural e linguagem controlada, que favorecem a uniformidade e a precisão na recuperação da informação.

No processo de representação, são extraídos dados que descrevem e tematizam os documentos, consolidando a representação da informação como elo essencial entre o usuário e os produtos informacionais disponibilizados pelos sistemas de organização.

Nesse contexto, as atividades de tratamento da informação devem ser construídas com base em representações eficazes, capazes de ampliar as possibilidades de acesso e uso da informação. Alvarenga (2003) destaca que as etapas de percepção, identificação, interpretação, reflexão e codificação demandam conhecimento do contexto documental e este fato requer, por parte dos profissionais da informação, sensibilidade, raciocínio crítico e domínio da linguagem, para garantir representações adequadas à realidade cultural, social e cognitiva dos usuários.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos se caracterizam como bibliográficos, exploratórios e qualitativos. A busca foi realizada em periódicos da área de Ciência da Informação, publicados nos países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francessa, Paraguai,Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A identificação dos periódicos de cada país se deu através das bases Scielo, Latindex, considerando-se a classificação CAPES 2020 referente ao Qualis A1, A2, A3 e A4, o que resultou em periódicos publicado no Brasil, Argentina, Colombia e Peru.
Considerou-se o corte temporal de de 5 anos, 2020 a 2024.
As palavras-chave foram definidas em: “organização da informação indígena”, “representação da informação indígena”, “povos originários”, “povos originários da América do Sul” e, de forma mais ampla, “indígena”.
Em um primeiro momento foram recuperados 23 (vinte e tres) artigos. Foi realizada a leitura completa de cada um e o número restante foram 7 (sete) artigos. O critério de exclusão foi o artigo não apresentar nenhuma menção aos processos de organizaçao e representação da informação.
A Análise de Conteúdo foi a base para a categorização, análise e elaboração das inferências.

Análise e discussão dos resultados

A pluralidade cultural das comunidades indígenas brasileiras revela, de modo singular em cada grupo, traços identitários que compreendem suas formas próprias de organização social, sistemas linguísticos, expressões religiosas e manifestações artísticas. Tais elementos, embora comuniquem uma pertença cultural coletiva, também evidenciam as especificidades que distinguem cada povo originário.

No campo da Ciência da Informação (CI), as discussões acerca da informação indígena têm sido abordadas, ainda que de maneira incipiente e esporádica. Ao tratar das fontes de informação produzidas por essas comunidades, Paiva (2014) observa que, embora as narrativas orais indígenas não tenham sido concebidas originalmente como documentos informacionais nos moldes tradicionais da CI, elas podem e devem ser compreendidas como fontes legítimas de informação. Para a autora:

> “[...] embora não tenham sido concebidas como tal, podem se constituir fontes de informação indígena. Ao narrarem as histórias, os indígenas visam manter as tradições de seu povo, mas, ao dar a conhecer à sociedade as narrativas, tornam-se fontes de informação. As narrativas indígenas informam sobre usos e costumes, valores morais, crenças, além da flora e da fauna regionais” (Paiva, 2014).

Paiva ainda contextualiza os estudos sobre indigenismo informacional, mencionando que, na década de 1960, a *Library and Information*

Science Abstracts (LISA) incluiu uma categoria específica de classificação voltada às temáticas indígenas. Tal iniciativa foi impulsionada por debates contemporâneos sobre globalização e pelo avanço das tecnologias da informação. Como resultado, observou-se uma movimentação de alguns governos em instituir políticas voltadas às populações indígenas, alinhadas às transformações socioeconômicas mundiais e ao modelo emergente de comunicação e acesso à informação da época.

No cenário brasileiro, França & Silveira (2014) destacam que as políticas públicas desenvolvidas na segunda metade do século XX não apenas fortaleceram os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, mas também promoveram a valorização de suas manifestações culturais por meio da literatura e das artes. As autoras ressaltam a produção de materiais didáticos direcionados à educação indígena em contextos comunitários, bem como o estímulo à criação literária autônoma por parte das próprias comunidades.

Por outro lado, ao abordarem um contexto mais recente, Matos & Maimone (2019) alertam para alterações nas políticas indigenistas brasileiras que colocam em risco a valorização da diversidade cultural desses povos. Diante desse cenário, os autores defendem que a Ciência da Informação, enquanto disciplina de caráter social, precisa atentar-se ao modo como a informação indígena é representada, organizada e acessada nos diversos ambientes informacionais.

No âmbito da Organização e Representação da Informação, essas mudanças indicam a necessidade de ampliar os debates teórico-metodológicos voltados à reflexão e também desenvolvimento de representações mais sensíveis à diversidade epistemológica e cultural indígena. Isso requer considerar tanto os fundamentos institucionais que norteiam os ambientes onde tais documentos estão armazenados (como arquivos, bibliotecas e museus), quanto os diferentes perfis de usuários que buscam recuperar essas informações.

Compreende-se, portanto, que a partir dos processos da Organização e Representação da Informação, são envolvidos não só a ordenação e descrição de conteúdos informacionais, mas também configura-se como um campo reflexivo voltado à construção de estruturas conceituais e linguagens documentárias que reflitam, de forma ética e contextualizada, os múltiplos saberes presentes nos acervos indígenas.

Desta forma, de acorco com Lima & Alvares (2012, pp. 24), a "[...] informação é o conjunto de dados que permite extrair algum significado, podendo favorecer a obtenção de conhecimento". Nesse sentido, os processos, instrumentos e produtos gerados a partir da organização e representação da informação, têm como finalidade favorecer a construção do conhecimento, estando ligados às dinâmicas de produção, transformação, uso e apropriação da informação.

A Figura 1, demonstra resumidamente exemplos dos referidos processos, instrumentos e produtos.

Figura 1: Processos, instrumentos e produtos



Fonte: Lima & Alvares (2012)

A partir desta categorização e exemplos, foram analisados os 7 (sete) artigos que demonstram o seguinte:

Quanto à categoria processos:

Quadro 1: Processos

AUTORES(AS)	QUANTO AOS PROCESSOS
MAGALHÃES, S. P. (2020)	- Análise de documentos da Biblioteconomia que se referem à observância das minorias linguísticas
RAMOS-MANCILLA, O. (2020)	- abordagem etnográfica para expor condições de conectividade de jovens de aldeias no México
CURY, M. X. (2020)	- estudo sobre o domínio de conhecimento a partir de aspectos espirituais da cultura indígena
RAMÍREZ LÓPEZ, J. E. (2022)	- propostas interpretativas sobre a estrutura e o conteúdo de uma seção do Códice Cardona, a partir da análise de imagens digitais datadas da década de 1980
REYES SARMIENTO, C. A. (2022)	- caracterizar os livros antigos a partir de critérios ligados ao design gráfico e editorial.
ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A. dos (2023)	- Análise da constituição e o funcionamento do catálogo virtual audiovisual da Biblioteca do Ailton Krenak
TRINDADE, T. L.; OLIVEIRA, J. M. B. de (2024)	- processos museais próprios dos povos indígenas como uma reação crítica e afirmativa aos discursos colonialistas historicamente enraizados nos museus etnográficos

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em Magalhães (2020), são estudados documentos da Biblioteconomia que se referem à observância das minorias linguísticas para a discussão das igualdades informacionais em uma biblioteca específica.

Em Ramos-Mancilla (2020), tem-se uma abordagem etnográfica para expor condições de conectividade de jovens de aldeias no México e como estes delimitam seu universo com trocas de experiências sobre seus locais de origem e as interações que podem dali, gerar conhecimento.

Em Cury (2020), é feito um estudo sobre o domínio de conhecimento a partir de aspectos espirituais da cultura indígena, e sobre como os museus devem se atentar às particularidades de visão de mundo dessas culturas.

Em Ramirez López, (2022), são apresentadas propostas interpretativas sobre a estrutura e o conteúdo de uma seção do **Códice Cardona**, a partir da análise de imagens digitais datadas da década de 1980. O foco da análise recai sobre três páginas específicas da *"Relación del señorío de Xochimilco y la república de indios de Chalco"*, situada no contexto histórico da década de 1550.

Em Reyes Sarmiento, (2022), são apresentados os resultados da primeira fase de uma pesquisa dedicada ao estudo gráfico e histórico do **livro antigo na Colômbia,** tomando como objeto de análise a **Coleção da Ordem dos Pregadores,** preservada na **Biblioteca do Convento de Santo Domingo de Guzmán,** em **Tunja (Boyacá, Colômbia).** A investigação, conduzida pelo **grupo de pesquisa Estudos da Imagem** e pelo **semillero em Teoria e História do Design Gráfico** da **Universidade Jorge Tadeo Lozano (Bogotá),** buscou **descrever e caracterizar os livros antigos** a partir de critérios ligados ao **design gráfico e editorial.**

Em Romeiro e Santos (2023), é analisada a constituição e o funcionamento do **catálogo virtual audiovisual da Biblioteca do Ailton Krenak,** concebido como uma iniciativa colaborativa e voluntária voltada ao compartilhamento de saberes e filosofias indígenas, especialmente a partir da produção intelectual e discursiva de Ailton Krenak que é um líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor brasileiro.

Em Trindade & Oliveira, (2024), são discutidas a a emergência de **processos museais próprios dos povos indígenas** como uma reação crítica e afirmativa aos discursos colonialistas historicamente enraizados nos **museus etnográficos.**

Ainda na categoria processos são evidenciados aspectos terminológicos, questões de interdisciplinaridade e modelos sistematizados e estruturados de organização e representação, como em Magalhães (2020), que analisa documentos oriundos do campo da Biblioteconomia e se reporta à Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, especificando alguns aspectos terminológicos de conceitos específicos da cultura indígena; e Cury (2020), que trata de questões de espiritualidade indígena, e delimitações terminológicas específicas que podem auxiliar os profissionais de museu a compreender, organizar e representar melhor os artefatos.

Nos mesmos artigos é possível destacar o foco nos métodos, nos enfoques culturais e éticos e na garantia de qualidade dos instrumentos e produtos.

Quanto a categoria insrumentos:

Quadro 2: Instrumentos

AUTORES(AS)	QUANTO AOS INSTRUMENTOS
MAGALHÃES, S. P. (2020)	- instrumentos de representação que uma biblioteca pública deve ter para atender as necessidades exclusivas da comunidade sobre minorias linguísticas
REYES SARMIENTO, C. A. (2022)	- instrumentos de coleta de dados voltados à descrição dos elementos materiais e gráficos dos livros, como tipografia, composição visual, encadernação, formato e aspectos editoriais.
ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A. dos (2023)	- mapeamento da Biblioteca do Ailton Krenak e de seu Catálogo Colaborativo, realizado em agosto de 2021 e atualizado em fevereiro de 2023.
TRINDADE, T. L.; OLIVEIRA, J. M. B. de (2024)	- investiga como os museus indígenas contemporâneos vêm se constituindo como instrumentos de representação cultural autônoma

Fonte: Elaboração própria (2025)

Quadro 3: Produtos

AUTORES(AS)	QUANTO AOS PRODUTOS
CURY, M. X. (2020)	- é ressaltada a visão espiritual dos indígenas que emergem em suas coleções, e que deve ser conhecida pelos profissionais dos museus para a construção de novas práticas e relações museais
REYES SARMIENTO, C. A. (2020)	- a pesquisa envolveu a definição de critérios e categorias específicas de análise do acervo, com o objetivo de identificar e classificar o corpus documental como livros antigos.
RAMÍREZ LÓPEZ, J. E. (2020)	- É um produto reelaborado a partir do Códice Cardona, que apresenta semelhanças com outros registros históricos da mesma época, sugerindo tratar-se de uma cópia ou reelaboração de documentos prévios

Fonte: Elaboração própria (2025)

Magalhães (2020), faz uma análise pensando em quais são os instrumentos de representação que uma biblioteca pública deve ter para atender as necessidades exclusivas da comunidade sobre minorias linguísticas.

Em Reyes Sarmiento, (2022), utilizou-se **instrumentos de coleta de dados** voltados à descrição dos **elementos materiais e gráficos** dos livros, como **tipografia, composição visual, encadernação, formato e aspectos editoriais.**

Em Romeiro e Santos (2023), a pesquisa se baseou em um **mapeamento da Biblioteca do Ailton Krenak** e de seu **Catálogo Colaborativo**, realizado em agosto de 2021 e atualizado em fevereiro de 2023.

Trindade & Oliveira, (2024), a partir de uma **revisão de literatura** e da **análise de fontes diversas,** investigam como os **museus indígenas contemporâneos** vêm se constituindo como **instrumentos de representação cultural autônoma.**

Ainda na categoria instrumentos, é possivel perceber que os artigos tratam, em sua maioria, de livros antigos, sendo que os próprios documentos se manifestam historicamente e necessitam de uma metodologia, por vezes, específica para serem analisados.

Quanto a categoria produtos:

Em Cury (2020), é ressaltada a visão espiritual dos indígenas que emergem em suas coleções, e que deve ser conhecida pelos profissionais dos museus para a construção de novas práticas e relações museais.

Em Reyes Sarmiento, (2022), a pesquisa envolveu a **definição de critérios e categorias específicas de análise do acervo**, com o objetivo de **identificar e classificar o corpus documental** como livros antigos.

Ramirez López, (2022), explica sobre o conteúdo do **documento original analisado, que data do século XVI e é desconhecido.** Assim, a análise do conteúdo apresentado no códice desperta interesse, uma vez que oferece informações relevantes sobre aquele período. Além disso, o texto do Códice Cardona apresenta **semelhanças com outros registros históricos da mesma época,** sugerindo tratar-se de uma **cópia ou reelaboração** de documentos prévios.

Na categoria produtos, percebe-se a indicação, a apritr da análise, do que pode ser apresentado para melhores formas de recuperar as informações de forma coerente e contextualizada.

A partir dos resultados, foi elaborada a seguinte figura com as palavras-chave dispostas nos artigos analisados:

Figura 2: Nuvem de palavras-chave



Fonte: Elaboração própria (2025)

A nuvem de tags demonstra uma predominância do estudo de temáticas indígenas no terreno do museu, mas também em relação a catalogos de bibliotecas e patrimono cultural, mostrado que a diversidade das práricas também devem ser observadas e estudas para auxílio conjunto de melhores representações das informações referentes a esta temática.

Considerações Parciais ou Finais

Foi possível inferir que as discussões estão centradas principalmente no ambiente das coleções de museus, mas que são evidenciados os assuntos da cultura indígena e seus aspectos que perpassam pela educação, memória, comportamento informacional, bibliotecas pública e redes sociais, o que demonstra que as temáticas indígenas são estudadas e pensadas a partir de propostas que têm o objetivo de contribuir para a elaboração de sistemas que representem essa cultura de forma adequada e coerente.

A partir dos processos da Organização e Representação da Informação é possível visualizar e refletir sobre as proposições apresentadas e ter um entendimento mais completo sobre as complexidades de culturas como as indígenas, que têm uma tradição epistemológica própria e necessita de representações coerentes com seu contexto.

Referências

Albuquerque, A. C. de, & Moraes, M. A. de. (2023, 24-26 de abril). A organização e representação do conhecimento indígena a partir de um estudo nas publicações da área de Ciência da Informação no Brasil. Encuentro de Directores y de Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del MERCOSUR, 13(1). https://encuentro-mercosur.fic.edu.uy/index.php/encuentro-mercosur/article/view/59

Albuquerque, A. C. de, & Moraes, M. A. de. (2022, 22-25 de novembro). Organização e representação do conhecimento indígena: Um estudo bibliométrico na literatura de Ciência da Informação no Brasil. In IX Encontro da Ulepicc-Brasil – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR. https://doity.com.br/anais/9ulepiccbr/trabalho/255360

Barité, M. y Moutinho, S. Oliveira Matos (2023). La garantía indígena: Aportes para su aplicación al patrimonio cultural de los pueblos aborígenes latinoamericanos. In: N. Bolfarini Tognoli, A. C. de Albuquerque y B. M. Nogueira Cervantes (Orgs.). Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: desafios e perspectivas na era da datificação (650-658). Londrina, PR.: ISKO Brasil; PPGCI-UEL (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 6).

Brascher, M., & Café, L. (2008, 28-30 de setembro). Organização da informação ou organização do conhecimento. In Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, São Paulo, SP. ENANCIB; USP. http://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP5STP/BRASCHERCAF%C3%89

Cury, M. X. (2020). Repatriamento e remanescentes humanos: Musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas. Em Questão, 26(1), 14–42.

Lima, J. L. O., & Alvares, L. (2012). Organização e representação da informação e do conhecimento. In L. Alvares (Org.), Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações (pp. 120–154). B4 Editores.

CATÁLOGOS DE MUSEUS COMO POTENCIAIS INSTRUMENTOS DA DIMENSÃO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ana Cristina de Albuquerque 1, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina PPGCI UEL, https://orcid.org/0000-0003-3506-0479, Brasil, *albuanati@uel.br*

Giulia Crippa 2, Universidade de Bologna UNIBO, https://orcid.org/0000-0002-6711-3144, Itália, *giulia.crippa2@unibo.it*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6748

Eixo: Perspectivas Epistemológicas

Introdução

Este trabalho parte de uma abordagem centrada na **dimensão social da Organização e Representação do Conhecimento (ORC),** no campo da Ciência da Informação. Isso significa que se busca compreender como os sistemas de classificação, os esquemas conceituais e os padrões utilizados para organizar a informação estão diretamente influenciados pelas condições sociais em que são produzidos e aplicados.

Como afirma Barité (2001), **os esquemas e sistemas de informação estão inseridos em "situações sociais de conhecimento",** ou seja, eles não existem de forma isolada, mas são desenvolvidos, utilizados e interpretados dentro de contextos sociais específicos. Isso incita reconhecer que os modos de organizar o conhecimento refletem práticas sociais, interesses coletivos e históricos, bem como disputas simbólicas sobre o que deve ser conhecido, representado e valorizado.

Essa orientação pode ser entendida como o fundamento de uma **perspectiva social da ORC** ou uma forma de compreender os processos de organização da informação a partir das influências culturais, políticas, simbólicas e linguísticas que os atravessam. Trata-se de um **conjunto de pressupostos teóricos e práticos** que busca problematizar as escolhas envolvidas na representação do conhecimento, reconhecendo que essas escolhas não são neutras nem universais.

Desta forma, a questão norteadora é: como se apresentam as características da dimensão social da ORC, em catálogos de museus?
O objetivo é refletir teoricamente sobre a organização e estrutura de três catálogos de museus e um inventário que podem caracterizar uma Organização e Representação do Conhecimento ligadas ao contexto social.
A pesquisa se justifica pela possibilidade de discutir teórica, metodológica e epistemologicamente, sobre os elementos que caracterizam não só as estruturas semânticas de produtos que representam o conhecimento, mas também como estes instrumentos se apresentam aos usuários.

Os catálogos de museus

O museu constitui uma instituição viva, em constante processo de atualização e expansão de seu acervo. A atividade primordial que dá origem a todo o seu desenvolvimento é a formação da coleção, a qual será posteriormente preservada, estudada, interpretada e comunicada. A cultura material é o núcleo fundamental desse processo, pois é a partir dela que se constroem narrativas, identidades culturais e sociais.

Os objetos museológicos, como outros documentos informacionais, representam manifestações da atividade humana ou registros naturais. Deslocados de seu contexto original, tornam-se testemunhos valiosos que permitem sua leitura em outras chaves interpretativas, servindo como fontes de conhecimento. Para Ferrez (1994), os museus são instituições essencialmente informacionais, pois seus objetos funcionam como portadores e transmissores de significados, e, ao serem estudados, possibilitam a produção de novas interpretações e saberes.

A documentação museológica corresponde à sistematização e registro técnico das informações sobre os objetos do acervo. Trata-se de um conjunto de procedimentos, métodos e instrumentos que servem para organizar, gerir e facilitar o acesso à informação nos museus, tendo como base atividades como a classificação, a catalogação, a análise descritiva e temática. Conforme Barbuy (2008), a documentação museológica "constitui uma base ampla de informações que alimenta pesquisas e ações de curadoria, tanto internas quanto externas, e que se renova com os estudos realizados sobre ou a partir do acervo" (p. 37).

A origem histórica da documentação museológica remonta à Antiguidade e à Idade Média, quando se utilizavam inventários como forma de controle e registro das coleções. Marin Torres (2002) destaca que, no contexto do colecionismo privado, especialmente nos séculos XV e XVI, os livros de registro continham descrições minuciosas, tais como data de entrada e atributos dos objetos, possibilitando sua identificação e, posteriormente, a reconstrução das coleções originais.

No cerne dessa prática está o catálogo, instrumento central da documentação museológica. Sua estrutura e função variam conforme o tipo de museu, sua missão, localização geográfica, público-alvo e perfil institucional. Bittencourt (1996), ao estudar os Gabinetes de Curiosidades, menciona o naturalista dinamarquês Olaus Worm, que publicou em 1655 um catálogo impresso de sua coleção, contendo cerca de 1500 itens. Segundo o autor, o catálogo de Worm representa uma tentativa pioneira de sistematizar, organizar e dar visibilidade ao espaço físico da coleção, revelando o método subjacente à sua ordenação (BITTENCOURT, 1996, p.10).

O autor ainda ressalta que os Gabinetes de Curiosidades e as Enciclopédias são, em sua essência, repositórios de informação sistematizada e passível de recuperação. Funcionam como dispositivos científicos baseados na prática da classificação, ao colocarem os objetos do mundo natural sob o controle da razão humana por meio da linguagem e da taxonomia (BITTENCOURT, 1996, p. 14).

Catálogos, inventários, livros-tombo e bases digitais são exemplos concretos dos produtos documentários derivados do tratamento da informação em museus. Cerávolo e Tálamo (2007) observam que, ao longo da história, tais registros foram realizados por eruditos e especialistas que conheciam profundamente suas coleções, demonstrando que a curadoria informacional exige conhecimento especializado.

De acordo com Marín Torres (2002), a evolução da documentação museológica reflete também as mudanças no modo como as sociedades compreendem o mundo. Os critérios de seleção, ordenação e exposição aplicados aos objetos e seus catálogos expressam princípios epistemológicos distintos e transformações históricas nas formas de classificação. Por exemplo, no contexto dos Kunstkammern (Gabinetes de Curiosidades maneiristas), os critérios classificatórios variavam conforme as intenções dos colecionadores, levando a debates que impulsionaram o desenvolvimento da história da arte e das ciências (MARÍN TORRES, 2002).

A sistematização das informações nos catálogos possibilita a geração de novos conhecimentos e a articulação entre setores diversos do museu. Silveira (2004) reforça que o catálogo pode assumir múltiplas funções: listar, ilustrar, classificar, explicar, sendo estruturado para organizar a informação de forma coerente e contextualizada, podendo ser um guia, uma revista, um cartaz, ou qualquer forma impressa ou digital que possibilite a difusão do conhecimento.

No tratamento técnico, o uso de vocabulários controlados, listas de autoridade, cabeçalhos temáticos e tesauros assegura a padronização e a consistência terminológica, promovendo a recuperação eficaz da informação. Nesse sentido, Yassuda (2009) identifica os seguintes instrumentos documentários principais:

- **Livro-tombo**: registro inicial e formal dos objetos ao entrarem no acervo,

com dados de identificação e classificação.
- **Fichas catalográficas**: ordenadas sistematicamente, contêm descrições técnicas e interpretativas das peças.
- **Índices**: instrumentos de recuperação por diversos pontos de acesso (autor, tema, localização, etc.).
- **Etiquetas**: identificam os objetos nas exposições e servem como decodificadores para o público.

O processo de documentação museológica envolve, portanto, uma equipe interdisciplinar composta por museólogos, curadores, historiadores, conservadores e bibliotecários que contribui com distintos olhares e saberes para garantir a completude das informações registradas.

A classificação, enquanto operação cognitiva e técnica, está no cerne da documentação museológica, pois estabelece relações conceituais entre os objetos e estrutura as narrativas que o museu pretende comunicar. Conforme Oliveira (2009), esse processo se materializa nos catálogos, inventários e bases informatizadas, que oferecem uma visão global e organizada do acervo tanto para os profissionais da instituição quanto para pesquisadores e visitantes.

O tratamento documental museológico, quando orientado por normas adequadas e ferramentas consistentes, assegura que os objetos museológicos estejam não apenas fisicamente preservados, mas também representados informacionalmente de forma acessível, contextualizada e científica — consolidando, assim, a função social e educativa dos museus.

Procedimentos Metodológicos

A Análise de Domínio é uma proposta teórico-metodológica desenvolvida no campo da Ciência da Informação que visa compreender como a informação é organizada e representada em contextos específicos. Essa abordagem foi formulada por Hjørland e Albrechtsen, em trabalho publicado em 1985, onde os autores afirmam que, para entender verdadeiramente a informação, é preciso estudar os domínios do conhecimento, ou seja, as áreas em que grupos sociais produzem e compartilham saberes por meio de comunidades de discurso.

Segundo Hjørland e Albrechtsen (1995), a Análise de Domínio pode ser definida como:

> uma abordagem teórica de Ciência da Informação (CI), que afirma que a melhor forma de compreender as informações na ciência da informação é estudar as áreas de conhecimento como comunidades de discurso, que são partes da divisão da sociedade do trabalho. Organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade. A psicologia, o conhecimento, a necessidade de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva. (Hjørland & Albrechtsen, 1995)

Para ilustrar e proporcionar um direcionamento para a compreensão, Hjørland (2004) propõe três dimensões fundamentais que caracterizam um domínio:

1. **Dimensão ontológica**: refere-se ao que existe no domínio, ou seja, aos objetos e conceitos tratados, como, por exemplo, as relações organizadas em tesauros e sistemas de classificação.
2. **Dimensão epistemológica**: diz respeito aos modos de conhecer dentro do domínio, às tradições teóricas e metodológicas que fundamentam a produção do conhecimento na área.
3. **Dimensão sociológica**: considerada a mais importante, pois trata das comunidades envolvidas na produção do saber, seus valores, práticas e contextos sociais. É nesta dimensão que se situam os grupos sociais que compartilham práticas informacionais comuns.

Barité (2013) explica que o estudo do domínio é essencial para compreender a informação, entendendo-o como um universo relativamente autônomo, estruturado por conceitos inter-relacionados que partilham uma mesma perspectiva.

Suenaga (2014, p. 37) compreende a ideia de domínio como:

> um domínio é constituído e representado por um conjunto de termos, de procedimentos, de atividades e suas relações, e está relacionado à competência ou alçada de uma instituição ou indivíduo.

Assim, o objetivo da Análise de Domínio é delimitar e compreender um contexto informacional específico, analisando os padrões de comunicação e os critérios de relevância utilizados por uma determinada comunidade. Essa abordagem se fundamenta nas chamadas **comunidades de discurso**, que são grupos de indivíduos unidos por objetivos comuns, linguagem própria, práticas e conhecimentos compartilhados.

Swales (1990) define essas comunidades como grupos com alto grau de especialização, que utilizam um vocabulário técnico específico e se comunicam por meios próprios (revistas, encontros, correspondências, etc.). Ele propõe seis características para identificá-las:

1. **Objetivos comuns:** metas coletivas explícitas ou implícitas.
2. **Mecanismos participativos:** formas regulares de comunicação entre os membros.
3. **Troca de informações**: compartilhamento sistemático de conteúdos relevantes.
4. **Estilos específicos de comunicação:** formas discursivas padronizadas.
5. **Vocabulário especializado:** terminologia própria e comum ao grupo.
6. **Especialização dos membros:** domínio de conhecimento suficiente para contribuir com a comunidade.

Conforme explica Dias (2015), essas comunidades são construções sociais compostas por indivíduos com dimensões culturais, sociais e históricas compartilhadas.

Na área da Organização do Conhecimento, Amorim e Café (2016) afirmam que essas comunidades são a base para se entender os discursos documentários, já que produzem, tratam e disponibilizam a informação em sistemas de representação e recuperação.

Hjørland (2002) propõe onze abordagens que podem ser usadas para analisar domínios específicos, sendo elas:

1. **Guias de literatura e portais especializados:** mapeiam fontes de informação, relacionando conteúdos, tipologias e ideologias.
2. **Tesauros e classificações especializadas**: vocabulários controlados baseados em relações semânticas.
3. **Indexação e recuperação especializada:** métodos que aprimoram a visibilidade e a recuperação das informações.
4. **Estudos empíricos de usuários:** investigam os comportamentos e estratégias cognitivas dos usuários.
5. **Estudos bibliométricos:** medem a produção do conhecimento, analisando conexões entre documentos, autores e instituições.
6. **Estudos históricos:** contextualizam a formação e evolução dos domínios ao longo do tempo.
7. **Estudos de gênero e documentais:** investigam os tipos documentais e estruturas discursivas dos domínios.
8. **Estudos críticos e epistemológicos:** exploram paradigmas, abordagens e metodologias.
9. **Estudos terminológicos e de discurso**: analisam linguagem natural, linguagem controlada e relações semânticas.
10. **Estudos das estruturas e das comunidades científicas:** observam instituições, grupos e redes de colaboração.

11. **Análise da cognição profissional e da inteligência artificial:** focam nos modelos mentais utilizados para representar o conhecimento em sistemas automatizados.

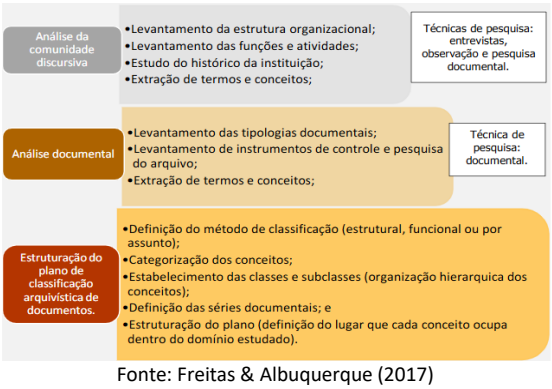
Essas abordagens demonstram a diversidade de estratégias possíveis para estudar e estruturar domínios de conhecimento, servindo de base para a criação de sistemas informacionais mais eficazes.

A Análise de Domínio, portanto, é um método importante para a Ciência da Informação, especialmente no desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conheciento adequados às necessidades reais dos usuários e às dinâmicas das comunidades de prática. Como explica Dias (2015), essa análise deve refletir a linguagem, as práticas e os conceitos característicos de cada comunidade discursiva, o que garante maior precisão e coerência na representação do conhecimento.

Análise e discussão: uma planificação da constituição de catálogos?

A planificação e identificação das características nos catálogos de museu seguirão uma adaptação do esquema metodológico, elaborado por Freitas e Albuquerque (2017). O modelo original é uma proposta metodológica para a elaboração de palnos de classificação arquivistica, conforme pode-se perceber na figura abaixo:

Figura 1: Processo de elaboração de plano de classificação arquivistica



Fonte: Freitas & Albuquerque (2017)

O esquema adaptado ao objetivo proposto, com as seguintes etapas: Análise documental, análise da comunidade discursiva, análise e inferência das abordagens propostas na Análise de Domínio.

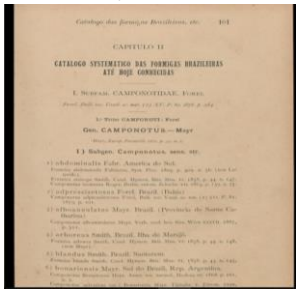
Figura 2: Processo de elaboração de plano de classificação arquivistica



Fonte: elaboração própria

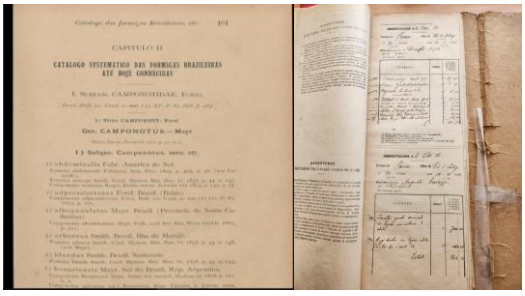
Como resultados parciais, apresenta-se quatro exemplos de catálogos, incluindo um inventário, que possibilitarão a discussão de como se apresenta o fator social, permeado pelo contexto que são elaborados.

Figura 3: Catálogo da coleção Entomológica do Museu Emílio Goeldi, Brasil



Fonte: a autora

Figura 4: Inventário do Museu de Antropologia da Universidade de Padova, Itália



Fonte: a autora

Figura 5: Catálogo da Europeana – connecting cultural heritage



Fonte: https://www.europeana.eu/pt/about-us

Figura 6: Catálogo Tainacan



Fonte: https://tainacan.org/

A partir do esquema metodológico proposto e da Análise de domínio, pode-se inferir, parcialmente, que:

Quanto a Análise Documental:

A documentação museológica é elaborada por diferentes profissionais, que estão envolvidos com o processo de aquisição, entrada, registro e exposição da obra como museólogos, curadores, historiadores, conservadores, ou seja, as peças de um museu são tratadas de forma interdisciplinar, revelando que o processo de tratamento documental necessita de olhares diversos, para que todas as informações possam ser ressaltadas.

Quanto a análise da comunidade discursiva:

Portanto, em um museu, o tratamento das informações é feito a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, o tipo de museu e provavelmente suas linhas de atuação onde os instrumentos são inseridos de acordo com estes preceitos. A partir da elaboração de sua documentação, a documentação museológica define as características e as narrativas que constituirão uma forma de entendimento da lógica de sua organização.

Quanto à análise e inferência das abordagens propostas na Análise de Domínio:

Os quatro exemplos elencados, respeitando-se suas especificidades, demonstram que:

- Decisões que são semânticas e por conseguinte, reflexo das manifestações socioculturais, vão impactar todos os aspectos relacionados à organização e representação dos registros do conhecimento, o exemplo pode ser visualizado nos quatro catálogos que, de maneira voltada às necessidades e especificidades dos usuários, determinam como os acervos podem ser representados.
- Olhar para qualquer estrutura ou perspectiva que intencione a organização e representação das manifestações informacionais do conhecimento constitui um desafio constante de articular diferentes noções, atores e garantias a partir de um conjunto de possibilidades abertas a múltiplas interpretações e aplicações.
- A dimensão social da Organização e Representação do Conhecimento, a partir de catálogos de museus, pode ser pensada justamente através do caráter colaborativo, partindo das experiências materiais que se constituem através dos sujeitos sociais e refletidas de maneira a possibilitar um acesso democrático e coerente com o contexto e com seus usuários.
- Demonstram também o caráter dialético da Documentação Museológica, no sentido de ser construída a partir de processos históricos e dos sujeitos informacionais envolvidos.

Considerações Parciais ou Finais

Considera-se que a representação não é neutra, ela é delimitada por estratégias que visam a autoridade de um grupo acima de outros.

É fundamental analisar a forma com que as representações da diversidade cultural e linguística, tem ocorrido nos produtos que representam o conhecimento.

A partir destas pontuações gerais sobre os materiais, pode-se citar as perspectivas que possibilitam uma inter-relação da Organização e Representação do Conhecimento e sua dimensão social, quando aplicadas aos

processos executados para elaboração de catálogos de museus: classificação; ontologias; metadados; curadoria digital; humanidades digitais; modelos conceituais; articulação conceitual e as garantias que orientaram a semântica da criação de sistemas de organização do conhecimento: cultural, literária, a garantia científica/filosófica e a garantia educacional.

Referências

Barité, M. (2001). Organizacion del conocimiento: Un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecología y documentación. In K. Carrara (Org.), *Educação, universidade e pesquisa: Textos completos do III simpósio em filosofia e ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio* (pp. 35–60). Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP.

Cerávolo, S. M., & Tálamo, M. de F. (2007). Os museus e a representação do conhecimento: Uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (Salvador, BA).

Freitas, L. M., & Albuquerque, A. C. (2017). As abordagens da análise de domínio como aporte metodológico para a classificação arquivística. In *Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Marília: UNESP.

Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400–425.

Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science: Eleven approaches—traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58(4), 422–462.

Hjørland, B. (2004, fev/mar). Domain analysis: Socio-cognitive orientation for information science research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*.

Hjørland, B. (2008). Concept in knowledge organization. In *Lifeboat for Knowledge Organization*. Disponível em http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/concept_in_knowledge_organizatio.htm

Marín Torres, M. T. (2002). Historia de la documentación museológica: La gestión de la memoria artística (387 p.). Gijón (Asturias).

Sessão 5

Projeto de Preservação Digital de Fotografias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp

José Carlos Abbud Grácio, Unesp, https://orcid.org/0000-0001-7620-1309, Brasil, jose.gracio@unesp.br

Telma Campanha de Carvalho Madio, Unesp, https://orcid.org/0000-0002-7031-2371, Brasil, telma.madio@unesp.br

Juan Bernardo Montoya-Mogollón, UFPA, https://orcid.org/0000-0001-6697-2986, Brasil, juan.mogollon@unesp.br

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.315

Eixo: Preservação, Conservação e Prevenção de Desastres

Introdução

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) foi criada em 1976 a partir da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SP) do Brasil . A Unesp está distribuída em 24 cidades de SP, sendo composta por 34 faculdades e 3 Colégios Técnicos, como mostrado na Imagem 1. Atualmente possui 136 cursos de graduação e 219 cursos de mestrado e doutorado, possuindo 49.000 discentes de graduação e pós-graduação. (https://www2.unesp.br/portal#!/sobre-a-unesp/historico/)

Imagem 1 - Faculdades da Unesp



Fonte: https://www2.unesp.br/Home/sobreaunesp19816/mapaportalunesp.jpg

Na Unesp, muitas informações são produzidas em formato digital, incluindo revistas, teses, dissertações, dados de pesquisa, documentos de arquivo, páginas Web, entre outros. Por questões legais e por fazerem parte da história da Unesp, essas informações devem ser preservadas a longo prazo para o acesso das pessoas.

Nesse sentido, em abril de 2018 foi aprovada, pelo Conselho Universitário da Unesp, a "Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp", que determina que a universidade deve assumir

> (...) o compromisso de ser responsável pela preservação dos documentos de arquivo em formato digital sob sua responsabilidade, garantindo sua autenticidade, integridade e o acesso a longo prazo (Unesp, 2017, pp.4).

Entre os objetivos que a política determina, está a criação de uma Comissão Permanente de Preservação Digital (CPPD), que é responsável pela gestão e implantação da política na Unesp, tendo sido criada em junho do mesmo ano e composta por profissionais das áreas de arquivologia, biblioteconomia, informática, ciência da informação, direito, docentes, gestores acadêmicos e gestores administrativos da Universidade, ou seja, uma equipe multidisciplinar. Outro avanço importante foi a assinatura, em 2019, do acordo de Cooperação Técnica com a Rede Cariniana, ligada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) [1], uma rede de preservação digital brasileira, constituída por instituições, na sua maioria públicas.

Diversos projetos começaram a ser desenvolvidos pela CPPD, e entre eles está o de preservação digital de fotografias,

digitalizadas e nato-digitais, produzidas e de responsabilidade da Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) da Unesp.

O Projeto de Preservação Digital (PD) de fotografias, embora essencial para a guarda contínua de documentos e a preservação da memória institucional, enfrentou inúmeros desafios ao longo de sua implementação. O principal deles talvez tenha sido a própria especificidade da fotografia e seu vasto campo de interpretações, o que exigiu um esforço considerável na estruturação e viabilização de todas as etapas do processo, especialmente no que se refere à padronização e normatização, elementos centrais da preservação digital.

A fotografia, entendida como documento de arquivo, é produzida de forma orgânica no contexto das atividades institucionais. No entanto, classificá-la apenas conforme o Plano de Classificação Institucional reduziria sua complexidade e riqueza visual. Tornou-se necessário, portanto, adotar uma abordagem mais ampla, incorporando aspectos próprios da linguagem fotográfica, como cromia, gênero, enquadramento, entre outros. Ainda assim, optou-se por circunscrever as imagens ao seu contexto de produção e ao período em que foram realizadas, sem explorar outras possibilidades interpretativas, baseando-se na compreensão de que:

> *Photographs* and *archives are the product of social practices which, through the containment and ordering of facts, offer the promise of knowledge and control. The way archives appraise, acquire, arrange, describe, and make accessible photographic records depends upon our understanding of the role of photographs in the business of life and, indeed, in the life of business – personal business, group business, corporate business, government business. It demands that archivists understand how and what and when photographs communicate information across space and time. This exploration of early critical writing reveals that, throughout the nineteenth century, photographs were valued as 'records of simple truth and precision' and accepted as reliable and authentic evidence of some external reality. In adopting a postmodern perspective on photography as a technology of information transfer, it presents an historically grounded and theoretically informed argument which calls for serious reconsideration of lingering traces of the positivist, empiricist, totalizing paradigm which buttressed mid-nineteenth century European views of the nature of photographic technology and photographic practice, and equally of archival 'science' and archival practice.* (Schwartz, 2000, pp. 39–40).

Portanto, reconhece-se que a preservação da fotografia deve considerar não apenas suas características intrínsecas, mas também o contexto de sua produção. Esses elementos devem estar devidamente assegurados e organizados com base em padrões e sistemas de preservação digital amplamente reconhecidos e validados pela comunidade nacional e internacional. Somente por meio dessa abordagem será possível garantir a integridade das informações contidas nas imagens fotográficas e assegurar seu acesso contínuo, autêntico e confiável ao longo do tempo.

PRESERVAÇÃO EM ACERVOS FOTOGRÁFICOS: UM ESTUDO DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Arlene Aparecida Leandro, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), https://orcid.org/0000-0001-5021-6027, Brasil, *arlene.leandro@uel.br*

Larissa Moraes Martins, Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), https://orcid.org/0000-0002-4732-1747, Brasil, *larissa.moraes.martins@uel.br*

Ana Cristina de Albuquerque, Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, https://orcid.org/0000-0003-3506-0479, Brasil, *albuanati@uel.br*

Izangela Maria Sansoni Tonello de Oliveira, Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Brasil, https://orcid.org/0000-0002-5007-2104, Brasil, *izangela@uel.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6559

Eixo: Preservação, Conservação e Prevenção de Desastres

RESUMO: A fotografia desde sua produção torna-se registro de fatos e estes em qualquer época, seja no presente ou no futuro, pode ser considerada um meio de produzir conhecimento, por transmitir uma diversidade de informações em seu conteúdo. O tratamento recebido por ela no arquivo permite sua utilização, bem como garantir que suas informações e qualidade sejam mantidas, de acordo com as normas vigentes. **Objetivo**: A partir da identificação dos métodos e técnicas utilizados para a preservação de documentos fotográficos, analisar as relações entre os métodos e técnicas identificados, com o acesso e recuperação das informações. **Metodologia**: Como procedimentos metodológicos, usou-se da análise bibliográfica e exploratória, conforme apresenta Lakatos e Marconi e Boenta e Braga para a sua fundamentação científica. Para para visualizar como o arquivo faz a sua organização, como a bibliografia trata desse tema e como se dá essa relação, utilizou-se das técnicas do estudo de caso. **Resultados**: Para a análise e discussão deste trabalho usou-se do referencial teórico, das informações colhidas no Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina – SAUEL e da análise exploratória em dois trabalhos sobre esse acervo, desenvolvidos pelas autoras Leandro (2017) e Tonello (2019), afim de visualizar, verificar e levantar como são realizadas a organização e preservação do acervo fotográfico. **Conclusão**: A pesquisa buscou mostrar a preservação no acervo fotográfico, por meio da análise dos dados coletados. Mostrando que é fundamental para o acervo em questão que os métodos e instrumentos utilizados nessa atividade precisam atender o tipo do arquivo.

Palavras-chave: Documento Fotográfico. Método de Preservação. Acervo fotográfico. Sauel.

RESUMEN: Desde su producción, la fotografía se convierte en un registro de hechos, y estos hechos, en cualquier momento, presente o futuro, pueden considerarse un medio para producir conocimiento, ya que transmiten diversidad de información en su contenido. El tratamiento que recibe en el archivo permite su uso y garantiza que su información y calidad se mantengan de acuerdo con los estándares

actuales. **Objetivo:** Mediante la identificación de los métodos y técnicas empleados para la conservación de documentos fotográficos, analizamos las relaciones entre estos métodos y técnicas y el acceso y la recuperación de la información. **Metodología:** Los procedimientos metodológicos utilizados fueron el análisis bibliográfico y exploratorio, según lo presentado por Lakatos y Marconi y Boenta y Braga, para su fundamentación científica. Para visualizar cómo se organiza el archivo, cómo la bibliografía aborda este tema y cómo se produce esta relación, utilizamos técnicas de estudio de caso. **Resultados:** Para el análisis y la discusión de este trabajo, se utilizó el marco teórico, la información recopilada del Sistema de Archivos de la Universidad Estatal de Londrina (SAUEL) y el análisis exploratorio de dos estudios sobre esta colección, desarrollados por los autores Leandro (2017) y Tonello (2019). Este estudio tuvo como objetivo visualizar, verificar y evaluar cómo se lleva a cabo la organización y la preservación del acervo fotográfico. **Conclusión:** La investigación buscó demostrar la preservación del acervo fotográfico mediante el análisis de los datos recopilados. Se demuestra que es esencial para la colección en cuestión que los métodos e instrumentos utilizados en esta actividad sean apropiados para el tipo de archivo.

Palabras clave: Documento fotográfico. Método de preservación. Acervo fotográfico. Sauel.

Introdução

A fotografia é imprescindível ao resgate de informação comprobatória acerca de acontecimentos, estudos e pesquisas. Pode ser considerada um documento de valor permanente, compondo vários acervos, especialmente de pessoas, famílias e instituições. Por se tratar de material sensível e com grau de deterioração maior, necessita de cuidados específicos. Os métodos de conservação e preservação aplicados a ela são o que garantem a possibilidade de acesso.

A utilização do acervo fotográfico como fonte de informação e também a sua crescente proliferação demonstra a necessidade do estabelecimento de metodologias, para que se faça a organização e possa disponibilizar aos seus usuários de forma correta, segura e rápida.

O estudo pretende por meio de uma análise na forma de organização do arquivo fotográfico do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina, apresentar como a preservação de acervos fotográfico atua e se pode contribuir no acesso dos documentos fotográficos.

A problematica para esta pesquisa parte de: como os processos de preservação aplicados a documentos fotográficos contribuem para assegurar o acesso e recuperação das informações dispostas nestes documentos?

Para uma maior compreensão foi escolhido o acervo fotográfico do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina (SAUEL). Sendo este o órgão de apoio responsável pela administração da produção arquivística da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O SAUEL foi criado a partir de uma das ações para a solução dos problemas instituicionais enfrentados pela universidade, como a ausência de critérios para a guarda e o descarte dos documentos. A Resolução C.U. nº 76/2005

> apresenta no Art. 4 os seus objetivos, desenvolver políticas arquivísticas, promover relação entre setores, estabelecer políticas de conservação e preservação e proteger o acervo da Universidade.

Para a realização desta pesquisa usou-se da análise bibliográfica e exploratória, conforme apresenta Lakatos e Marconi (2003) e Boenta e Braga (2004) respectivamente, na vizualização da organização do arquivo utilizou-se de estudo de caso, na recuperação da bibliográfia que aborda a tematica e apresentação dos resultado.

Considerando a importância que a Gestão Documental e a Preservação tem para o acervo fotográfico e da referência limitada de material sobre essa temática, entende-se que este trabalho pode contribuir a área e pesquisas

futuras na temática considerando a revisão teórica.

Referencial Teórico

Na sequência apresentamos nossas bases utilizadas para a discussão e entendimento da Preservação, Gestão Documental e também o objeto de nosso estudo o documento fotográfico.

A começar pelos conceitos de Preservação e Conservação, por vezes utilizados como sinônimos, porém iremos separá-los e apresentaremos de forma individual. Cassares (2000 apud Guimarães, 2022, pp. 12) define que:

> **Preservação:** é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, Política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.
>
> **Conservação:** é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

No mesmo sentido, Guimarães (2022) apresenta os conceitos de preservação de acervos e de conservação preventiva, respectivamente como a "[...] ação que se destina a salvaguardar e assegurar a permanência dos diferentes suportes que contêm qualquer tipo de informação." (Guimarães, 2022, pp. 30). E como um "[...] conjunto de procedimentos baseados em princípios científicos e práticas profissionais, que visam o tratamento do acervo como um todo. [...] atividade de prevenção e monitoramento das etapas de deterioração [...]" (Guimarães, 2022, pp. 30).

Com esses conceitos base, partimos para a compreensão do documento fotográfico e as especificidades de preservação e conservação destes e analisar como estas práticas ocorrem no acervo do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina.

Da fotografia ao documento fototográfico

As informações sobre a cultura humana são retratadas através de imagens muito antes do surgimento da escrita.

Com o surgimento da fotografia na primeira metade do século XIX, na Europa, o homem pôde ter acesso aos acontecimentos que ocorreram em épocas e lugares diversos. Nessa época a fotografia era tida como algo meramente científico, com seu lado artístico até então não considerado, por essa razão era vista como cópia do real ou até mesmo como um simples documento.

No Brasil não foi diferente, pois muitos fotógrafos documentaram as transformações das grandes cidades como o Rio de Janeiro, através das quais pode-se reconstituir a história, ou parte dela.

A fotografia no Brasil foi introduzida pelo abade Louis Compte, em janeiro de 1840 ele realizou o primeiro daguerreótipo tirado na América do Sul, no Paço da Cidade, Rio de Janeiro. Os originais feitos por ele foram preservados pela família imperial. O próprio Dom Pedro II, na época com 14 anos de idade, ficou fascinado com a invenção e tornou-se o primeiro brasileiro a adquirir o aparelho e a fazer os primeiros registros da história do Brasil.

Pode-se ter uma noção melhor da importância dessa coleção através das palavras de Carvalho (1997, pp. 28):

> *O que poderia ter sido apenas um hobby, transformou-se em um dos maiores acervos fotográficos do século passado, composto por 25 mil imagens que ilustram temas como agricultura, arquitetura, artes cênicas, astronomia, botânica, física, construções, entre outros (...) D. Pedro II deu o nome da esposa Thereza Christina Maria, ao acervo organizado pela Biblioteca Nacional e Centro Cultural Banco do Brasil.*

Para Kossoy (2001), a fotografia se apresenta como objeto de estudo em diferentes áreas dos saberes, "[...] uma única fotografia pode ser objeto de estudo em diferentes áreas, que por sua vez se abrem às outras subdivisões ou disciplinas." (Kossoy, 1980, pp. 13).

Neste sentido as fotografias mostram os diferentes aspectos da vida de um país e uma vez verificada sua autenticidade e fidedignidade são fontes valiosíssimas para a recuperação das informações, "[...] além de se constituírem em ilustrações para a própria História." (Kossoy, 1980, pp. 15).

Assim, a fotografia desde sua produção torna-se registro de fatos e estes em qualquer época, seja no presente ou no futuro, pode ser considerada um meio de produzir conhecimento, por transmitir uma diversidade de informações em seu conteúdo. Para Kossoy (2001, pp. 25), a fotografia começa a ser percebida

> [...] enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística.

Esse reconhecimento como apoio e fonte de informação para a ciência e "[...] história trouxe um amadurecimento das práticas de organização." (Souza; Albuquerque, 2016, pp. 2).

Na busca da definição da fotografia no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, pp. 73) define documento audiovisual como

> [...] documento que contém imagens fixas ou em movimento, e registros sonoros [...]" independentes do formato e suporte. Sobre documentação iconográfica apresenta como "[...] documento de contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografada, como fotografia e gravuras. (Brasil, 2005, pp. 76).

Visto que o documento fotográfico ganhou o status de prova e história e essas coleções fotográficas passaram a ser inseridas em instituições de guarda, como Arquivo, Biblioteca e Museu, suas coleções no arquivo passam a serem chamadas de documentos fotográficos.

> [...] pode-se calcular que ela começou a fazer parte de acervos na virada do século XX, considerando que, durante este período, houve não só sua consolidação como forma de registro, como também o surgimento da importância do objeto em si como documento: uma imagem fotográfica traz vários dados sobre a forma de produção. (Manini, 2008, pp. 127).

O documento fotográfico é, em inúmeros casos, uma das partes que compõem um arquivo, independentemente do conhecimento que este expõe ou da área que representa. Como unidades de informação que são, os arquivos desempenham um papel fundamental na relação entre os utilizadores, o arquivo e os serviços que este possui, tendo, ainda, como motivação a resposta a todas as necessidades de informação que lhes são apresentadas. (Rodrigues, 2017, pp. 57-58)

A entrada do documento fotográfico no arquivo ocorre segundo Albuquerque (2012, pp. 125)

> [...] através dos usos que este tinha em uma sociedade ávida por ter em mãos todos os tipos de provas: das coleções particulares do início do século XX às fotografias institucionais, o caráter documental se mostrou como um testemunho da existência de coisas e pessoas que fizeram parte da construção de uma época. (Albuquerque, 2012, pp. 125).

Assim como ocorreu com o documento convencional na sua explosão nos anos de 1940, a fotografia chegou com seu conjunto acumulado naturalmente, não produzido pela instituição, apenas recebido. Para Lacerda essa entrada do documento no arquivo é:

> [...] uma transformação notável na área, modificando profundamente a própria forma de se produzir e acumular arquivos no mundo contemporâneo [...]. Essas formas de registro de ação e de informação são portadoras de 'materialidade' e de 'recursos de expressão' distintos daqueles que representam os diferentes registros presentes na massa documental acumulada ao longo dos séculos. (Lacerda, 2008, pp. 76-77).

As primeiras referências de utilização da fotografia nos arquivos se deram com os

arquivos de fugitivos criminais das polícias e depois se dissemina para a área científica. Para Edmondson (1998, pp. 19) não se pode datar início da entrada do documento fotográfico no arquivo, visto que:

> Emergiram de fontes difusas, em parte sob os auspícios de uma larga variedade de instituições de recolha, instituições acadêmicas e outras, como uma extensão natural do seu trabalho."

Sua entrada nos arquivos é firmada através das doações das famílias, transferências e/ou aquisições por parte das instituições, sempre devem vir acompanhados do Termo de Doação, quando comprado Declaração de Propriedade por parte de quem está vendendo e o Laudo Técnico e de Avaliação.

Os acervos em sua maioria são compostos por documentos fotográficos em: fotos analógicas e digitais, de diferentes tamanhos e formas, os tipos podem ser coloridos, preto e branco, dispositivo/slide e negativos.

Sobre o documento fotográfico Rodrigues (2018) diz que:

> [...] alberga em si inúmeras possibilidades e tendências e na sua gênese já encontramos um valor incalculável que toca à preservação da memória e à promoção da nostalgia (pelo conteúdo que dispõe), hoje, a fotografia, tende a apontar para novas metas e propor novos desafios, seja através da sua eficiente conservação, seja através das técnicas e metodologias que devem ser utilizadas para a sua conveniente descrição nos mais diversos sistemas de informação. (Rodrigues, 2018, pp. 375).

Neste projeto trabalhamos à fotografia como parte integrada do acervo de uma instituição, na arquivística ela é considerada um documento arquivístico e para os autores López e Carvalho (2013, pp. 272):

> Os documentos fotográficos de arquivo não precisariam ter tratamento diferenciado no que tange à gestão, isto é, deveriam ser submetidos normalmente aos processos de classificação, avaliação, descrição; diferenciando-se em relação aos documentos convencionais apenas quanto às práticas de preservação.

Para os documentos escritos existem critérios de avaliação, identificação, seleção, guarda ou descarte desenvolvidos por meio de vários estudos elaborados pela Arquivologia. Porém, quando se trata de documento fotográfico, não é tão simples, porque em primeiro lugar: por sua natureza e especificidade e por se tratar de material sensível e com grau de deterioração maior, necessita de cuidados específicos. Por isso a importância do profissional aplicar métodos de conservação adequado a cada tipo de material e definir estratégias de preservação para o acervo.

Por isso se torna indispensável para o acervo fotográfico, que seus responsáveis façam a organização da informação, dentro do que as normas técnicas pedem para esse tipo de documentação.

> É imprescindível entender a imagem fotografada, sua diferente dinâmica visual, descrevendo-a da melhor forma para servir de fonte de informação, instrumento de pesquisa, memória de dados, meio de comunicação de resultados a serem transmitidos ao público interessado. (Silva; Duarte, 2016, pp. 151-152)

Para a organização do acervo de documentos fotográficos as atividades a serem realizadas devem ser realizadas por profissionais da área, seguindo as normalizações vigentes.

Visto que antes em sua definição o documento de arquivo era apenas considerado quando produzidos e acumulados por uma entidade no desempenho de suas atividades. Tornou-se objeto de estudo, recebendo o valor de evidência e prova.

Gestão documental de acervo fotográfico

Depois da Segunda Guerra Mundial com o aumento elevado na produção de documentos dado o avanço da ciência e tecnologia, as empresas perderam o controle e a organização dessa documentação, a partir desse momento

foi necessário desenvolver trabalhos, buscando novas técnicas para a gestão destes acervos acumulados. Este conceito de gestão documental surge na década de 40 nos Estados Unidos e Cánada, a partir de estudos que visavam racionalizar esse acumulo documental na administração pública (Lopes, 2012).

Em um arquivo a gestão documental assegura o cumprimento de todas as fases do documento: corrente, intermediária e permanente. Nesse sentido a gestão documental garante o efetivo controle do documento desde sua produção até sua destinação final: eliminação ou guarda permanente, permitindo a localização dos documentos e o acesso rápido às informações.

Camargo e Bellotto (1996) tratam de gestão documental como um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos.

Segundo Valentim (2012 pp. 12) "[...] os princípios arquivísticos regem a gestão documental, portanto, a atuação do arquivista é alicerçada por esses princípios, entretanto, ressalta-se que o profissional deve ajustá-los a realidade de cada organização."

Sobre esses princípios Bellotto (2002) descreve como:

- princípio de proveniência em que o documento deve manter sua identidade como produtor/acumulador. (O princípio da proveniência e ordem original devem ser respeitados para não haver perda do seu contexto).
- o princípio de unicidade em que o documento é único em relação ao contexto de origem;
- o princípio de originalidade em que o documento reflete a estrutura, função e atividade da organização produtora/acumuladora;
- princípio de indivisibilidade em que o documento mantém a integridade original, de forma a manter seu real significado.

A Teoria das Três Idades é aplicada no processo de avaliação, seleção e eliminação dos documentos. Sendo estabelecidos seus prazos de guarda e sua destinação conforme seus valores primários ou secundários. Segundo Jardim e Fonseca (1998, pp. 382),

> [...] o valor primário refere-se aos aspectos gerenciais do documento e à demanda de uso que este recebe por conta da administração que o produziu. O valor secundário diz respeito às possibilidades de utilização do documento por usuários que procuram por razões distintas e posteriores aquelas do seu produtor.

Diante desses conceitos podemos extrair três importantes momentos na gestão documental a produção, utilização e avaliação para determinação do destino dos documentos, que deve ser embasada pelo uso da Tabela de Temporalidade, elaborado por profissionais, de diferentes áreas, jurídica, administrativa e contábil, com auxílio de historiador e sob a coordenação do arquivista. (Lopes, 2003/2004).

Utilizando da gestão documental há três momentos importantes para o acervo de um arquivo. Sobre estes podemos dizer que:

- a produção de documentos é a elaboração padronizada de tipos/séries documentais, implantação de sistemas de organização da informação e aplicação de novas tecnologias aos procedimentos administrativos;
- a utilização dos documentos inclui todas as atividades de Protocolo, as atividades de Arquivo e a gestão de sistemas de protocolo e arquivo, sejam eles manuais ou informatizados;
- e na avaliação: ocorre o trabalho multidisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda e destinação. (Bernardes; Delatorre, 2008, grifo nosso).

A classificação faz parte da gestão, sendo ela aplicada ao documento arquivístico, após ser avaliado. Através dos instrumentos e com uma equipe capacitada, de áreas diversas, é possível a elaboração do Plano de Classificação, da Tabela de Temporalidade, catálogos, guias, índices, inventários e manuais técnicos para um eficaz funcionamento do arquivo.

A classificação de um documento de arquivo exige uma rigorosa análise documental que deve partir, antes de qualquer coisa, da definição do objeto a ser analisado: o documento de arquivo. Estão contidas nos arquivos informações preciosas, que se não estiverem devidamente arranjadas, descritas e tratadas deixarão de responder às indagações feitas pelos consulentes, a elaboração do Plano de Classificação assume um importante papel como ferramenta de gestão documental, exigindo, para sua elaboração, conhecimento da estrutura e funcionamento do organismo produtor e o comprometimento dos profissionais de todas as suas áreas de atuação.

Para Schellenberg (2006) existem três elementos principais, a serem considerados na classificação:

a) a ação a que os documentos se referem;

b) a estrutura do órgão que os produz; e o

c) assunto dos documentos.

O primeiro refere-se às funções, atividades e atos da instituição. O segundo diz respeito à sua organização e estrutura. O terceiro, a classificação por assunto, por não ser a mais adequada, deve ser usada excepcionalmente nos documentos públicos. (Schellenberg, 2006).

Os documentos de arquivo podem variar de forma e suporte em que a informação está registrada (ex: fotografia), porém, apresentam algumas características que os diferem de outros documentos, essas características podem ser referentes a informações de valor científico, histórico e cultural.

Durante o processo de gestão documental que engloba todos os passos aplicados ao documento desde o momento de entrada em arquivo/instituição de guarda até sua destinação final que essas caracteristicas são observadas, analisadas e tratadas individualmente.

No acervo fotográfico as atividades especificas desenvolvidas estão relacionadas a sua preservação, reprodução, restauração e armazenamento. Cada acervo exige uma forma de tratamento.

Nessa pesquisa o intuito é aprofundar sobre a preservação, que é definido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, pp. 61) como:

> Função arquivística destinada assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos.

As atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de um documento fotográfico aumenta o nível de conhecimento do profissional que trata deste tipo documental, visto que seu tipo demanda um tratamento diferente:

> A deterioração da imagem fotográfica é a grande inimiga dos conservadores, obrigados a driblar tanto aquela causada por fatores intrínsecos aos materiais fotográficos [...]. (Fillipi; Lima; Carvalho, 2002, pp. 17)

A preservação do acervo fotográfico garante que os usuários tenham acesso as informações contidas nesse documento e que a qualidade dele não se perca.

A conservação e a preservação associada com o armazenamento correto e a climatização ambiental aumenta a durabilidade do documento fotográfico e inibem as causas de deterioração. As principais causas da deterioração dos materiais fotográficos são: calor, umidade, resíduos químicos do processamento, poluentes ambientais, mofo, colas ácidas, montagens em papéis não apropriados, manuseio incorreto das matrizes, arquivamento incorreto, mobiliário, entre outros.

A esse respeito o projeto “Como Fazer 4- Como tratar coleções de fotografias”, elaborado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, lista algumas etapas importantes a serem realizadas no tratamento, tais como o Guia Geral, o Inventário e a Catalogação.

O Guia Geral é um instrumento de pesquisa que

> [...] fornece informações sobre o acervo (histórico da constituição do acervo, serviços oferecidos pela instituição, metodologia de organização, etc.) e sobre cada um de

> seus conjuntos." (Filippi; Lima; Carvalho, 2002, pp. 50).

Consta a história do documento fotográfico que na maior parte chega ao arquivo como uma coleção de fotografia. Nele deve conter as seguintes informações, como: Nome da coleção ou fundo; Data-limite; Total de documentos fotográficos, preferencialmente divididos por tipos de suporte. (ex: 10 negativos de vidro, 12 ampliações p&B, 3 álbuns, etc.); Autorias identificadas; Breve descrição do conteúdo temático; Data / forma de aquisição; Proveniência/ histórico; Descritores gerais. (Filippi; Lima; Carvalho, 2002, pp. 51).

Pelas informações levantadas no guia geral é possível visualizar de imediato se será necessário algum reparo ou restauração nos documentos, como também consulta de uma forma geral o acervo, sem ser necessário pesquisar o documento um por um.

O Inventário é resultado da classificação arquivística. "Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos." (Brasil, 2005, pp. 109).

Ele presume "[...] uma pesquisa prévia que está na base da definição dos níveis de classificação dos documentos no quadro de arranjo - do grupo, a unidade máxima de descrição, até a série, a unidade mínima de descrição." (Filippi; Lima; Carvalho, 2002, pp. 54).

A Catalogação - Descrição Normalizada é considerada como o processo de identificação pela descrição documental. "O catálogo é um instrumento de pesquisa que apresenta informações específicas sobre cada unidade, missão ou seqüência fotográfica." (Filippi; Lima; Carvalho, 2002, pp. 54).

O catálogo é "[...] organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica." (Brasil, 2005, pp. 45).

As autoras Filippi, Lima e Carvalho (2002) expõem os elementos essências para essa descrição da fotografia na catalogação, que são: Registro; Denominação; Legenda; Autoria; Data; Referência/agente; Material/ Técnica; Coleção; Fundo; Grupo; Subgrupo; Série; Histórico; Circulação; Referencias no acervo; Descritores; e Compilador/ Data.

Os elementos acima descritos devem ser preenchidos de acordo com a documentação fotográfica. Para a realização dessas etapas se faz necessário entender que o princípio da proveniência e ordem original devem ser respeitados para não haver perda do seu contexto, assim entende-se que um acervo fotográfico precisa passar pelo processo de gestão documental.

Esses acervos fotográficos podem ser encontrados em diversas instituições, sejam elas públicas ou privadas.

Nas privadas, por exemplo escolas, cinemas, instituições privadas, etc.

Nas públicas temos os exemplos de:

- Museus;
- Bibliotecas; e
- Arquivos Públicos Municipais/ Estaduais/Nacionais, os da Instituições e Universidades.

O Sistema de Arquivo da Universidade Estadual de Londrina compõe esse último exemplo, seu acervo fotográfico é composto por acervos recebidos de outros departamentos da Universidade.

Sistema de Arquivo da Universidade Estadual de Londrina - SAUEL

As informações a seguir foram obtidas junto aos servidores da instituição e no site da mesma.

Na Universidade Estadual de Londrina o pedido de criação do sistema de arquivos foi proposto através da Portaria nº 005663 que constituiu uma comissão encarregada de fazer um diagnóstico dos acervos documentais e propor uma política documental para a Instituição.

No relatório gerado por essa comissão foi possível observar a ausência de critérios institucionais para a guarda e o descarte de documentos. Partindo disso uma das ações proposta foi à criação de um Sistema de Arquivo da Universidade Estadual de Londrina.

Em 2003 foi constituída uma nova comissão para estudar as ações necessárias para essa criação através da Portaria nº 003446 – Referente à implantação do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina (SAUEL).

A comissão partiu das experiências já consolidadas por universidades conceituadas como UNICAMP e USP, que implantaram o sistema de arquivo e puderam relatar suas experiências.

O SAUEL foi criado em 2005, pela Resolução do Conselho Universitário nº 76/2005, em seu:

> Art. 2º Fica criado, como Órgão de Apoio o Sistema de Arquivo da Universidade Estadual de Londrina – SAUEL, com a finalidade de administrar a produção arquivística da Universidade.

O Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina é formado pela seguinte estrutura administrativa:

- Arquivo Central: o órgão responsável pela administração do Sistema de Arquivos;
- Comissão Central de Avaliação de Documentos: órgão de caráter permanente do SAUEL, responsável em elaborar e acompanhar, juntamente com as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, o processo de avaliação de documentos da Universidade;
- Conselho Técnico: responsável pelo o estabelecimento de diretrizes e normas do SAUEL
- Arquivos Setoriais: integram a rede de arquivos da Universidade, e são as unidades responsáveis pelas atividades de arquivos ativos (correntes), localizadas nas unidades acadêmicas e administrativas da Universidade, recebendo orientação técnica e normativa do Arquivo Central do SAUEL.
- Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos: integradas por servidores responsáveis pelas atividades de arquivo ativo (corrente) e semi-ativo (intermediário) nas unidades administrativas e acadêmicas, recebendo orientação técnica e normativa do Arquivo Central.

Seu acervo é composto por conjuntos de documentos impressos, plantas, microfilmes, fitas, CDs e fotografias, a maior parte do seu acervo é formado por acervo produzido pela própria Universidade, porém, alguns acervos foram doados ou repassados.

A Divisão de Arquivo Permanente (DAP) é a responsável pelo acervo fotográfico da UEL, seu acervo contém fotos impressas, digitais, coloridas, preto e branco e negativo, de tamanho e modelos diversos. A Coordenadoria de Comunicação Social (COM) tem a maior parte um acervo de fotos digitais. A DAP conta com sala própria para o acervo iconográfico, no SAUEL. Na sala tem armários de madeira e de aço, neles são armazenadas as fotos impressas e os negativos.

> Nos arquivos, a documentação fotográfica é considera comprobatória e, desse modo, documentação permanente em conjuntos documentais, devendo ser organizada com base nos princípios arquivísticos, a serem iniciados pela análise documentária, descrição e arranjo, do mesmo modo em que são organizadas as demais séries documentais do arquivo. (Silva; Duarte, 2016, pp. 156)

O SAUEL a tem Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos de acordo com a hierarquia da Universidade, seguindo a ordem de avaliação dos departamentos.

Quando se utiliza formas e métodos corretos

> [...] a gestão documental proporciona maior eficiência e eficácia no que tange ao acesso, recuperação e disseminação de informações/documentos para todos os níveis hierárquicos da organização. (Valentim, 2012, pp. 23).

Entendendo que o objetivo da organização é possibilitar o acesso ao conhecimento, os dados dela precisam ser tratados para serem transformados em informação, assim,

consequentemente quando apresentado ao usuário tornando conhecimento. Sendo que para que ela aconteça precisa acontecer a descrição física e de conteúdo.

A DAP conta um índice na plataforma Microsoft Office Excel e Word com a estrutura da Universidade, contendo o nome de todos os órgãos e seus centros e utiliza esse índice para a organizaçãode seu acervo fotográfico físico e para a descrição das fotografias.

> A descrição de fotografia visa à organização e recuperação, portanto é necessário levar em consideração esse processo no qual é denominado de Organização da Informação. (Padilha; Café, 2014, pp. 4299).

Os passos da gestão documental para o acervo são essenciais, eles garantem a recuperação da informação e a disseminação da mesma. López e Carvalho (2013) inferem que a fotografia não precisa receber tratamento diferente do documento arquivístico tradicional na gestão documental, somente quanto a forma de preservação dela.

Procedimentos Metodológicos

Como procedimentos metodológicos, usou-se da análise bibliográfica e exploratória para a sua fundamentação científica.

Conforme Lakatos e Marconi (2003, pp. 183) na análise bibliográfia:

> [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória.

A pesquisa exploratória "é toda pesquisa que busca explorar, investigar um fato, fenômeno ou novo conhecimento sobre o qual ainda se tem pouca informação" (Boenta; Braga, 2004, pp. 10).

Utilizou-se das técnicas do estudo de caso, que:

> [...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefas praticamente impossíveis mediante outros delineamentos já considerados. (Gil, 2010, pp. 37).

Essas técinicas e métodologias foram combinadas para para visualizar como o arquivo faz a sua organização, como a bibliografia trata desse tema e como se dá essa relação.

Universo da Pesquisa

O universo desta pesquisa é formado pelo acervo de documentos fotográficos do SAUEL. Segundo Rea e Parker (2000, p. 137) a população é definida como aquele universo abstrato ao qual o pesquisador supõe, apesar de experimentalmente, que suas constatações irão se aplicar.

Instrumento de pesquisa

Para a realização desta pesquisa alguns passos foram seguidos:

1º) levantamento bibliográfico: sobre Acervo Fotográfico; e Preservação de Acervos Fotográficos.

2º) analisar de acordo com a a forma de organização do acervo fotográficos do SAUEL .

3º) apresentar a organização do acervo escolhido, foram realizadas a análise exploratória na organização dada ao acervo em dois trabalhos sobre essa documentação, desenvolvidos pelas autoras Leandro (2017) e Tonello (2019), afim de visualizar, verificar e levantar como seriam realizadas a organização dada ao acervo fotográfico.

Visando alcançar os objetivos específicos propostos, buscou-se, através do referencial teórico, dos passos propóstos e das visitas realizadas ao acervo coletar as informações necessárias para a discussão.

Apartir dos resultados obtidos nesses trabalhos e do levantamento bibliográfico, analisou-se essa forma de organização buscando na literatura o que os autores traziam sobre o assunto.

Resultados

Para a análise e discussão deste trabalho pretende-se usar do referencial teórico, das informações colhidas no Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina – SAUEL e da análise exploratória em dois trabalhos sobre esse acervo, desenvolvidos pelas autoras Leandro (2017) e Tonello (2019), afim de visualizar, verificar e levantar como são realizadas a organização e preservação do acervo fotográfico.

Para guiar-se na recuperação da informações referentes a preservação, pretende-se as perguntas levantadas por Guimarães (2022, pp. 14): "Por que preservar? O que preservar? Para quem preservar? Como preservar? Quem deve preservar". Essas perguntas serão respondidas a partir do objeto de estudo é formado pelo acervo fotográfico do SAUEL.

Bem como justifica-las e embasa-las com a forma que a área de pesquisa apresenta.

Por que preservar?

Um dos motivos apresentados pela autora para se preservar um acervo é: "Para garantir o produto intelectual, a acumulação do conhecimento e do saber pelo homem, no decorrer da história." (Guimarães, 2022, pp. 14).

Neste sentido o Sistema de Arquivos constituído em 2005, como órgão de apoio da Universidade Estadual de Londrina, tem como objetivos:

> I. desenvolver uma política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa;
>
> II. promover a interação e interdependência dos diversos setores responsáveis pela custódia de documentos, considerando a integração das diferentes fases da gestão documental;
>
> III. estabelecer política conservação, preservação e acesso ao patrimônio documental, assegurando interesses da Universidade, os direitos da comunidade e a memória institucional; (Art. 4 Resolução. C.U nº76/2005, grifo nosso).

Compete a Comissão Central de Avaliação de Documentos e ao Conselho Técnico, criados pelo SAUEL a responsabilidade de desenvolver, promover e estabelecer as diretrizes, normas e políticas que garantam a segurança, integridade e preservação do documento.

Existem critérios gerais e específicos para o documento fotográfico nas práticas de preservação e conservação, porém, mesmo no processo de preservação precisa respeitar a organicidade do documento, para não correr o risco de perder as informações e tira-la fora do contexto, por se tratar de material muito mais sensível e com grau de deterioração muito maior e necessitar de cuidados específicos.

Nessa avaliação deve se relacionar o processo fotográfico, o formato, as medidas dos diferentes suportes, a coleção ou fundo ao qual pertence a unidade documental e o seu estado de conservação, bem como o grau de deterioração e se necessita de cuidados específicos. (Marcondes, 2005).

Segundo Filippi, Lima e Carvalho (2002, pp. 12) "[...] sob a ótica da preservação, é necessário compreender a dinâmica dos materiais fotográficos e acompanhar a evolução dos novos procedimentos ao longo da história.". No acervo fotográfico as atividades desenvolvidas estão relacionadas à sua preservação, reprodução, restauração e armazenamento. Cada acervo exige uma forma de tratamento.

O que preservar?

O SAUEL tem a "[...] finalidade de administrar a produção arquivística da Universidade." (Art. 2 Resolução. C.U. nº 76/2005). Composto por conjuntos de documentos impressos, plantas, microfilmes, fitas, CDs e fotografias, a maior parte do seu acervo é formado por acervo produzido pela própria Universidade, porém, alguns acervos foram doados ou repassados.

No caso do acervo fotográfico, a Divisão de Arquivo Permanente (DAP) é a responsável por ele, seu acervo contém fotos impressas, digitais, coloridas, preto e branco e negativo, de tamanho e modelos diversos. A Coordenadoria de Comunicação Social (COM) tem a maior parte um acervo de fotos digitais.

A DAP conta um índice na plataforma Microsoft Office Excel e Word com a estrutura da Universidade, contendo o nome de todos os órgãos e seus centros e utiliza esse índice para a organização de seu acervo fotográfico físico e para a descrição das fotografias.

Segundo as autoras Freitas e Albuquerque:

> Os padrões de organização devem ser definidos desde a produção das informações, ou seja, desde o registro do documento, para permitir que a informação registrada seja encontrada posteriormente. (2016, pp. 1103-1104).

Os passos da gestão documental para o acervo são essenciais, eles garantem a recuperação da informação e a disseminação da mesma. López e Carvalho (2013) diz que a fotografia não precisa receber tratamento diferente do documento arquivístico tradicional na gestão documental, somente quanto a forma de preservação dela.

Para quem preservar?

O SAUEL apresenta pra quem preservar em seu Art. Art.4 Resolução. C.U. nº 76/2005: inciso

> "[...] IV. proteger o acervo arquivístico da Universidade, permitindo que seja possível sua utilização como fonte de referência, informação, prova ou para novas pesquisas. (Art.4 Resolução. C.U nº76/2005, grifo nosso).

Seu acervo serve como fonte de informação para os servidores e alunos da Universidade, bem como pesquisadores.

No Brasil, referente ao direito de acesso à informação pública está prevista na Constituição Federal de 1988 - CF/88 (Brasil, 2011) algumas normativas referentes ao direito de acesso à informação pública:

> a) artigo 5º, inciso XIV: assegura a todos o acesso à informação e resguardando o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
>
> b) artigo 5º, inciso XXXIII: estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; [...]
>
> f) artigo 216: dispõe sobre gestão documental e consulta aos acervos pela sociedade. (Brasil, 2011).

No acervo fotográfico "[...] uma única fotografia pode ser objeto de estudo em diferentes áreas, que por sua vez se abrem às outras subdivisões ou disciplinas." (Kossoy, 1980, p. 13). A fotografia é imprescindível ao resgate de informação comprobatória acerca de acontecimentos, estudos e pesquisas.

Assim, entende-se a organização da informação desse acervo e a preservação contribuem para as funções arquivísticas, garantindo que:

• As políticas e atividades dos governos fossem documentadas adequadamente;

• Que o menor número de documentos inúteis e transitórios fossem reunidos a documentos de valor permanente;

• A melhor organização desses documentos, caso atingissem a fase permanente;

• Inibindo a eliminação de documentos de valor permanente e definindo de forma criteriosa da parcela de documentos que constituíssem o patrimônio arquivístico de um país (Jardim, 1987).

Essas informações então disponíveis para ser utilizados por pesquisadores, transmitindo conhecimento a quem o busca.

Como preservar?

Na Arquivologia quando se fala de preservação para o documento fotográficos, uma das obras difundidas desde a graduação é "Como tratar coleções de fotografias (Filippi; Lima; Carvalho, 2002). Ela assim como outras é um manual do que se deveria fazer, porém o SAUEL faz parte de uma instituição pública, suas ações dependem das autoridades a qual ela serve como apoio administrativo.

A seguir apresenta-se como o tratamento que o acervo recebe.

A execução das atividades de gestão, classificação e avaliação, no acervo fotográfico da DAP são guiadas pelos manuais e métodos

que a arquivística disponibiliza como: glossário de espécies e tipos documentais, normas de descrição arquivística (ex: ISAD(G)), dispositivos constitucionais e legais. O SAUEL se baseia no Manual de Procedimentos elaborados pela direção e funcionários, para o tratamento do documento fotográfico, quanto a sua organização, seleção, avaliação, classificação, descrição e armazenamento. (Tonello, 2019)

Ainda de acordo com a autora:

> Todos esses procedimentos são aplicados pela DAP aos documentos textuais, recolhidos pelo SAUEL, para guarda, de acordo com a observação da pesquisadora. Todavia, quando se trata das fotografias, constatou-se que ainda atualmente há envio de fotografias impressas para o Sistema de Arquivo, sem conformidade com normas recomendadas, diferentemente os documentos textuais que são submetidos às normas e trâmites necessários para a guarda permanente. (Tonello, 2019, pp. 115).

A DAP conta com sala própria para o acervo iconográfico, no SAUEL. Na sala tem armários de madeira e de aço, neles são armazenadas as fotos impressas e os negativos.

As fotografias e negativos da DAP está armazenado em envelopes, dentro de pastas suspensas identificadas com o nome do departamento, cada pasta contém dois envelopes, e cada envelope pode conter no máximo 20 fotografias, num total de 40 fotos por envelope.

A seguir descreveremos os padrões que são seguidos, para identificação e organização do acervo no arquivo.

Quadro 1: Atividades desenvolvidas

Método de organização física do acervo	
1º	Pastas arquivadas em ordem alfabética.
2º	Inclui mais de 440 revistas de mais de 68 países e em mais de 20 línguas diferentes. O critério de denominação da pasta e envelope segue uma hierarquia: •Nome do centro (letra maiúscula, em negrito);
	•Nome do departamento (letra maiúscula); e •Assunto (A primeira letra maiúscula) Ex: **SEBEC**/CASA DO ESTUDANTE/Moradores
3º	Na pasta consta somente o nome do Centro e do departamento, setor ou órgão se for o caso.
4º	O assunto vai somente no envelope
5º	Procura controla o vocabulário para não ocorrer abertura excessiva de pastas e envelopes.
6º	Esses envelopes também receberam uma identificação através de etiqueta, com os mesmos dados das respectivas pastas.
7º	No verso da fotografia é anotado a lápis algumas informações da foto, como data, departamento pertencente e uma pequena descrição sobre ela.

Fonte: Leandro (2017).

Pelo que foi exposto da forma de organização do acervo fotográfico do SAUEL, conseguimos analisar que: existe uma organização, pois, as informações desse acervo físico foram descritas.

Quem deve preservar?

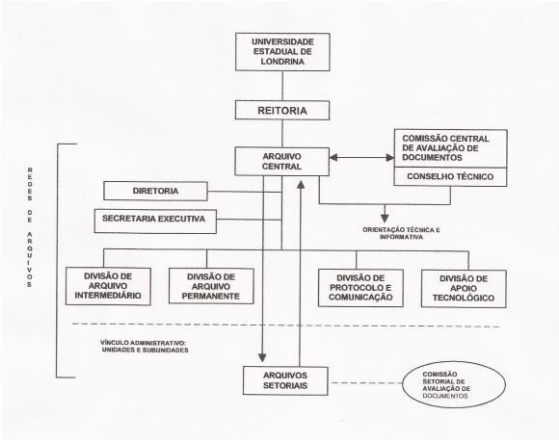
O homem, quando inventou a fotografia, descobriu um dos mais engenhosos meios de registro dos acontecimentos da humanidade, porém só descobrir essa maravilha não é suficiente, é imprescindível empregar métodos que possam organizar, conservar, e principalmente acessar a informação na hora desejada, pois se a informação estiver mal organizada e não for possível seu acesso, ela estará perdida.

O artigo 216, § 2 da Constituição Federal de 1988 apresenta que:

> Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Quem deveria cuidar o profissional da informação sendo o responsável pelo setor, o usuário, o pesquisador, todos que de alguma forma tem acesso a esse acervo.

Figura 1: Organograma do SAUEL



Fonte: Sauel (2024).

De acordo com Guimarães (2022), a preservação do acervo é um desafio comum para diferentes atores que devem atuar em conjunto, comunidade, profissionais da área e Estado. A comunidade sendo apresentada como principal interessada na preservação e como "[...] verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais, e tanto quanto possível, decidir sobre a proteção dos bens culturais e a sua destinação, no exercício pleno da sua autonomia e cidadania." (Guimarães, 2022, pp. 14). Quanto aos profissionais, estes devem estar preparados tecnicamente para garantir a preservação e conservação dos bens culturais de modo a propor, supervisionar e executar atividades para este fim. E por fim o Estado

> [...] deve cumprir a legislação vigente para preservar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, sem esquecer que, onde tiver território e pessoas deveria existir uma política de preservação, rompendo com a ideia de excepcionalidade e pensando esse patrimônio como um direito. (Guimarães, 2022, pp. 14).

Mesmo com essa responsabilidade compartilhada, o guardião do acervo, o profissional responsável pelo arquivo, biblioteca ou museu, é o reponsável direto pela preservação e conservação dos acervos que em geral já enfrentam muitos desafios, porém quando se trata do armazenamento, preservação e conservação de documentos fotográficos esses desafios se multiplicam, com até mesmo o papel em do envelope em que é armazenado podendo ser um fator de risco para a fotografia e os negativos, outros fatores de deterioração podendo ser: o calor, a umidade, resíduos químicos do processamento, poluentes ambientais, mofo, colas ácidas, montagens em papéis não apropriados, manuseio incorreto das matrizes, arquivamento incorreto, mobiliário, entre outros.

A falta de normas, métodos e procedimentos de trabalho provocam o acúmulo desordenado de documentos, transformando os arquivos em meros depósitos, dificultando o acesso e a recuperação de informações necessárias para as tomadas de decisões no âmbito das instituições públicas e privadas.

> A ausência de tratamento arquivístico na administração dos arquivos correntes, ou seja, a preferência pela ordenação no lugar da classificação, associada à variedade de métodos de arquivamento empregados, que privilegiam os elementos de identificação formais e dificultam a distinção do uso administrativo e potencial dos documentos, vêm quase impossibilitar o estabelecimento de critérios de valor que orientam a tarefa da avaliação. (Indolfo, 2007, pp. 43)

A aplicação de tratamentos arquivísticos deve acontecer na criação dos documentos, porém, geralmente as instituições arquivísticas recebem muitos documentos sem nenhum tipo de tratamento adequado.

Segundo López e Carvalho (2013, pp. 272):

> No tratamento arquivístico, a compreensão dos documentos, quaisquer que sejam as técnicas, suportes ou gêneros, deve dar-se pelas funções administrativas e arquivísticas.

Existem vários manuais e métodos que auxiliam na realização da Organização da Informação, cada acervo fotográfico têm sua identidade e especificidades e cabe ao profissional junto com uma equipe multidisciplinar, definir e aplicar o tratamento adequado. Por fim, a preservação do acervo permite que haja continuidade da informação.

Considerações

A pesquisa buscou mostrar a preservação no acervo fotográfico, por meio da análise dos dados coletados. Mostrando que é fundamental para o acervo em questão que os métodos e instrumentos utilizados nessa atividade precisam atender o tipo do arquivo.

O presente estudo tem como objetivo analisar como a Preservação contribui para que o acervo fotográfico possa ser acessado, para isso, visando alcançar os objetivos específicos propostos, buscamos, de acordo com o referencial teórico bibliográfico e das informações do acervo para a análise dos dados. Foi escolhido o acervo fotográfico do SAUEL para servir de modelo.

Pode-se observar que a preservação do acervo fotográfico se torna uma ferramenta indispensável.

Como visto, o fruto da preservação correta é a disponibilidade da informação, gerando conhecimento ao usuário, esse conhecimento gerado torna-se produto de organização.

Considerando a importância que a preservação e a gestão documental têm para o acervo, entende-se que esse trabalho pode se torna de grande valia para a área, visto que trouxe uma revisão do referencial teórico, acreditando que possa ser utilizado para pesquisa futura.

Referências

Bellotto, H. L. (2002). Arquivística: objetos, princípios e rumos. Associação de Arquivistas de São Paulo.

Bernardes, I. P., & Delatorre, H. (2008). Gestão de documentos: fundamentos legais. Em Bernardes, I. P., & Delatorre, H. (Org.). Gestão Documental Aplicada. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Boente, A., & Braga, G. (2004). Metodologia científica contemporânea: para universitários e pesquisadores. Brasportp.

Brasil**.** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasil. (2011). Constituição da República Federativa do Brasil (14ª ed.). Revista dos Tribunais.

Brasil. Arquivo Nacional (Brasil). (2005). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional.

Camargo, A. M., & Belotto, H. L. (1996). Dicionário de Terminologia arquivística. Associação dos Arquivistas Brasileiros/Porto Calendário.

Filippi, P. de, Lima, S. F. de, & Carvalho, V. C. de. (2002) Como tratar coleções de fotografias. Arquivo do Estado ⁄ Imprensa Oficial do Estado.

Freitas, L. M., & Albuquerque, A. C. de. (2016, 3-5 de agosto). Organização e recuperação da informação arquivística no contexto do planejamento organizacional [sessão de conferência]. Seminário em Ciência da Informação,VI. http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/schedConf/presentations

Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa (5ª ed.). Atlas.

Guimarães, L. Introdução à gestão da preservação de acervos. Em Guimarães, l. (Org). Preservação de acervos cientifícos e culturais: foco sobre a gestão e tomada de decisão (pp. 12-47). Mast.

Indolfo, A. C. (2007). Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. Arquivística.net, 3(2), 28-60. http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/830833/56284.pdf

Jardim, J. M., & Fonseca, M. O. (1998). Arquivos. Em Campello, B. S., Caldeira, P. T., & Macedo, V. A. A. (Org.). Formas de expressão do conhecimento: introdução às fontes de informação. UFMG.

Kossoy, B. (1980). A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia.

Kossoy, B. (2001). Fotografia e história. (2ª ed). Ateliê.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2003). Fundamentos de metodologia científica. (5ª ed.). Atlas.

Leandro, A. A. (2017). Processo de classificação dos documentos fotográficos da Casa do Estudante: uma proposta. [Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia]. Universidade Estadual de Londrina.

Lopes, A. C.de C. C. (2012). Introdução a gestão documental no CTU.

Lopes, U. dos S. (2003/2004). Arquivos e a organização da gestão documental. Rev. ACB,

8/9, 113. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/412

Lopez, A. P. A., & Carvalho, P. D. S. (2013). A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: exemplo de arquivo público do distrito federal. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 3(2), 271-279. http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc.

Marcondes, M. (2005). Conservação e preservação de coleções fotográficas. Histórica, 1(1), 1-13. http://arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoesanteriores/pdfs/historica01.pdf.

Rea, L. M., & Parker, R. A. (2000). Metodologia de pesquisa**.** Pioneira Thomson Learning.

Rodrigues, J. S. (2018). O documento fotográfico: um objeto social e de comunicação para a geração de conhecimento. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 16(3), 373-386. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651853

Silva, S. M. F. da., & Duarte, Z. (2016). A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. PontodeAcesso, 10(3), 147-159. www.pontodeacesso.ici.ufba.br

Souza, A. do P., & Albuquerque, A. C. de. (2016, 27-29 de julho). O documento fotográfico na organização do conhecimento: o processo de transcodificação na classificação arquivística [sessão de conferência]. Seminário de pesquisa em ciências humanas, Londrina, XI. https://pdf.blucher.com.br/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt1_158.pdf

Tonello, I. M. S. (2019). Um estudo do acervo fotográfico do Sistema De Arquivos da Universidade Estadual de Londrina - SAUEL com base no modelo RAMP - Records and Archives Management Programme. [Tese de Doutorado em Ciência da Informação]. Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Universidade Estadual De Londrina. Resolução CU 76/2005. Criação do SAUEL. http://www.uel.br/sauel/portal/pages/arquivos/IMAGENS/Resolucao%20que%20instituiu%20o%20SAUEL%20(1).pdf.

Valentim, M. L. P. (2012). Gestão Documental em Ambientes Empresariais. Em Valentim, M. L. P. Estudos avançados em Arquivologia (pp. 11-26). Cultura Acadêmica.

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS: UMA ANÁLISE DE SUAS METODOLOGIAS NOS MANUAIS ARQUIVÍSTICOS BRASILEIROS

Arlene Aparecida Leandro, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), https://orcid.org/0000-0001-5021-6027, Brasil, *arlene.leandro@uel.br*

Ana Flavia Dias Zammataro, Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), https://orcid.org/0000-0001-6520-3229, Brasil, *ana.flavia.zammataro@uel.br*

Izangela Maria Sansoni Tonello de Oliveira, Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Brasil, https://orcid.org/0000-0002-5007-2104, Brasil, *izangela@uel.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6560

Eixo: Organização da Informação

Resumo: O plano de classificação, evidencia a estrutura da instituição, reflete as suas funções e atividades, por meio do emprego de procedimentos estruturados de maneira lógica, visando categorizar os documentos em classes, subclasses, grupos, subgrupos. **Objetivo**: o objetivo da presente pesquisa é identificar os métodos de planos de classificação aplicados em arquivos públicos brasileiros, a fim de elencar como o plano de classificação reflete, a partir do método escolhido, o acesso e a difusão de seu acervo. **Metodologia**: esse trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica e documental exploratória, de caráter qualitativo. Do aspecto bibliográfico da pesquisa, foram levantados referenciais que tratam sobre classificação de documentos arquivísticos, os planos de classificação e os métodos, utilizando bases de dados da Ciência da Informação, como a BRAPCI, para o levantamento deste referencial. Recorreu-se, para análise dos planos de classificação, aos procedimentos da análise de conteúdo. **Resultados**: A partir da pesquisa realizada, foi possível identificar 12 estados brasileiros que possuem planos de classificação de documentos, além do Distrito Federal. Desses, apenas um apresenta o método de classificação por assunto e doze apresentam os planos elaborados a partir do método de classificação funcional, permitindo a criação da categoria acesso à informação. **Conclusão**: A escolha do método de plano de classificação está sumariamente relacionada ao contexto da organização e a maneira como as informações estão organizadas nesse instrumento de modo que os usuários possam ter acesso a elas, reforçando-se a eficácia do método funcional para assegurar esse aceso.

Palavras-chave: Sistema de organização do conhecimento. Plano de classificação de documentos arquivísticos. Método funcional.

Resumen: El plan de clasificación destaca la estructura de la institución y refleja sus funciones y actividades mediante el uso de procedimientos lógicamente estructurados, con el objetivo de categorizar los documentos en clases, subclases, grupos y subgrupos. **Objetivo:** El objetivo de esta investigación es identificar los métodos de plan de clasificación aplicados en los archivos públicos brasileños, con el fin de determinar cómo el plan de clasificación, basado en el método elegido, refleja el acceso y la difusión de sus colecciones. **Metodología:** Este trabajo se basa en una investigación bibliográfica y documental exploratoria de naturaleza cualitativa. Desde el punto de vista bibliográfico, se recopilaron referencias que abordan la clasificación de documentos de archivo, planes y métodos de clasificación, utilizando bases de datos de ciencias de la información, como BRAPCI, para compilar esta referencia. Se utilizaron procedimientos de

análisis de contenido para analizar los planes de clasificación. **Resultados:** Con base en la investigación, fue posible identificar 12 estados brasileños que cuentan con planes de clasificación de documentos, además del Distrito Federal. De estos, solo uno presenta el método de clasificación temática, y doce presentan planes desarrollados utilizando el método de clasificación funcional, lo que permite la creación de la categoría de acceso a la información. **Conclusión:** La elección del método del plan de clasificación está estrechamente relacionada con el contexto organizacional y la forma en que se organiza la información dentro de este instrumento para que los usuarios puedan acceder a ella, lo que refuerza la eficacia del método funcional para garantizar dicho acceso.

Palabras clave: Sistema de organización del conocimiento. Plan de clasificación de documentos de archivo. Método funcional.

Introdução

A classificação é função matriz da gestão de documentos (Sousa, 2014), preconizando uma análise minuciosa, por parte do arquivista, do contexto em que esses documentos são produzidos para que o plano de classificação, instrumento dessa função, possa representar as informações de uma organização ou pessoa.

Como esquemas que representam essas informações, os planos de classificação podem ser compreendidos como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), possuindo como características, conforme Barros e Sousa (2019, p.38): "[...] 1) Poder representativo; 2) Formalização; 3) Aspectos semânticos; 4) Normalização; 5) Inter-relacionamento.".

O plano de classificação, nesse sentido, evidencia a estrutura da instituição, reflete as suas funções e atividades, por meio do emprego de procedimentos estruturados de maneira lógica, visando categorizar os documentos em classes, subclasses, grupos, subgrupos (Roncaglio & Manini, 2016), conforme a metodologia de classificação escolhida.

Essas metodologias, por sua vez, indicarão a maneira como os documentos serão representados nas classes e o modo como os usuários irão recuperar as informações. De acordo com Schellenberg (2006), existem três tipos de métodos de planos de classificação de documentos: o funcional, o organizacional e o método por assunto (esse menos utilizado pelas próprias carcaterísticas dos documentos de arquivo). O tipo de método adotado dependerá das necessidades das instituições produtoras dos documentos.

As discussoes acerca dos métodos de planos de classificação de documentos arquivísticos visam responder à seguinte questão de pesquisa: quais os principais elementos de representação da informação podem ser observados em planos de classificação de documentos arquivísticos?

Para tanto, o objetivo da presente pesquisa é identificar os métodos de planos de classificação aplicados em arquivos públicos brasileiros, a fim de elencar como o plano de classificação reflete, a partir do método escolhido, o acesso e a difusão de seu acervo. Os objetivos específicos são: identificar as instituições arquivísticas públicas que possuem planos de classificação de documentos; analisar seus respectivos planos de classificação; identificar o método que prevalece (funcional, estrutural, por assunto). Para isso , investigou-se quais dos 26 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, possuem manuais de gestão de documentos, e, dentro dos que possuem, quais apresentam plano de classificação, com o intuito de, na sequência, analisar esses planos, identificando seu método e categorizando-os, sob os procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 1977)

Justifica-se a temática deste trabalho pela importância do plano de classificação de documentos como instrumento arquivístico que reflete a organização das instituições públicas brasileiras, e a maneira como o respectivo método adotado contribui para o acesso e difusão de seu acervo.

A Classificação na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

Em um arquivo, a gestão documental assegura o cumprimento de todas as fases do documento: corrente, intermediária e permanente. Nesse sentido, a gestão documental deve garantir o efetivo controle do documento, desde sua produção até sua destinação final para eliminação ou guarda permanente, permitindo a localização dos documentos e o acesso rápido às informações.

Entendendo a variedade de tipos documentais, o arquivista deve se guiar pelos métodos e manuais que a arquivística disponibiliza, entre eles, glossários de espécies e tipos documentais, normas de descrição arquivística (ex: ISAD(G)), dispositivos constitucionais e legais, buscando formas eficazes de fazer a gestão documental e de representar os documentos que satisfaça as particularidades do acervo e as necessidades dos usuários. Camargo e Bellotto (1996, p.100) tratam a gestão documental como:

> Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.

Conforme as autoras, a classificação faz parte da gestão, sendo ela aplicada ao documento arquivístico após um cuidadoso diagnóstico do acervo. Por meio de instrumentos e com uma equipe capacitada é possível a elaboração do Plano de Classificação, da Tabela de Temporalidade, além de catálogos, de guias, de índices, de inventários e de manuais técnicos para um eficaz funcionamento do arquivo.

Quando elaborados com base em um estudo aprofundado do contexto de produção dos arquivos, esses instrumentos contribuem para organizar e representar a informação e o conhecimento produzidos por instituições e pessoas, propiciando seu acesso e recuperação de maneira satisfatória pelos usuários. A classificação, portanto, deve ser fundamentada nos aportes teóricos e metodológicos da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC).

Isso porque a ORIC define fundamentos para representar e estruturar informações em diferentes contextos e suportes. Essa área de estudo busca construir estruturas conceituais que favoreçam o acesso e a recuperação de objetos informacionais (Vital, Medeiros & Brascher, 2017) estando relacionados à elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

Hjørland (2003) enfatiza a importância da qualidade dos processos e sistemas de organização do conhecimento para facilitar a representação e o acesso à informação, e distingue duas abordagens para área: uma que considera conceitos científicos como reflexos de uma realidade objetiva (racionalismo) e outra que os vê como construções úteis para atender às necessidades humanas (pragmatismo) (Pinho, 2009). Para Hjørland (2008), a ORIC abrange tanto a organização social do conhecimento em disciplinas quanto atividades práticas de descrição, indexação e classificação realizadas por profissionais da informação.

Outro aspecto importante é a diferenciação estabelecida por Brascher e Café (2008) entre a Organização da Informação (OI), centrada na descrição do conteúdo dos documentos e sua materialidade (suportes, formatos, gêneros), e a Organização do Conhecimento (OC), voltada à construção de abstrações conceituais do mundo. Dessa forma, a OC sustenta a OI, oferecendo modelos que ampliam as possibilidades de disseminação e recuperação da informação (Rabello & Guimarães, 2006). Essas estruturas conceituais se concretizam nos SOC, incluindo esquemas de classificação.

No âmbito da Arquivologia, os planos de classificação de documentos utilizam representações do conhecimento para estruturar classes hierárquicias que refletem funções, atividades ou estruturas organizacionais.

Por esse motivo, a classificação de documentos de arquivo exige uma rigorosa análise do contexto em que são produzidos, definindo-se

como um conjunto de procedimentos que se fundamenta na maneira como as instituições estão estruturadas, considerando o estudo de suas funções e atividades e visando a categorizaçao dos documentos em classes e subclasses (Lopes, 1997).

Rios e Cordeiro (2010) salientam que o plano de classificação deve ser aplicado ainda na fase corrente, agrupando documentos representados por notações específicas que irão facilitar sua organização física e recuperação. Para isso, é necessário adotar regras, métodos adequados e respeitar princípios arquivísticos que diferenciam a área de outras ciências da informação. Entre eles, destacam-se a proveniência e a organicidade.

O princípio da proveniência, de grande importância para a Arquivologia, diz respeito a não agrupar ou misturar arquivos de diferentes origens, mantendo-se, assim, sua individualidade. Também conhecido como princípio de respeito aos fundos, garantir a proveniência dos arquivos é fundante para os processos arquivísticos. Sendo assim: "[...] o fundo de arquivo não pode existir sem que o princípio da proveniência seja aplicado". (Rousseau & Couture, 1998, p.82). Ou seja, o princípio contribui para a manutenção do conjunto orgânico dos documentos produzidos por uma instituição ou pessoa, garantindo sua integridade e individualidade.

O princípio da organicidade, também de grande importância para a elaboração do plano de classificação, refere-se à forma como os conjuntos documentais refletem a estrutura administrativa da entidade produtora. Conforme Bellotto (2002, p.21), "[...] a organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora, em suas relações internas e externas". Assim, ao considerar a hierarquia e as funções da organização, esse princípio garante que o plano de classificação preserve o vínculo dos documentos com seu contexto de origem.

Para que esse vínculo seja preservado, parte-se da elaboração de termos e conceitos para representar as classes e subclasses, em consonância com o método de classificação adotado, de modo que essas estruturas conceituais contribuam para o acesso e a recuperação dos documentos. Ao organizar o conhecimento contido nesses registros informacionais, os planos de classificação de documentos são compreendidos como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), conforme será discutido a seguir.

Plano de classificação de documentos arquivísticos como Sistema de Organização de Conhecimento

Os objetivos da ORIC estão ligados à elaboração de sistemas conceituais e a correlação ou mapeamento de unidades desses sistemas, buscando formas de apresentar o conhecimento, seja ele em meios físicos ou digitais. Nesse sentido:

> A informação registrada ou fonte de informação é estruturada por um sistema de organização do conhecimento, sendo inscrita em itens como texto verbal escrito, imagem fixa e em movimento, áudio, representação cartográfica e páginas *web* (Amaral, 2017, p.34).

Os Sistemas de Organização do Conhecimento, resultado dos estudos da ORIC com a representação e a organização da informação e do conhcimento, tem a função de representar o conhecimento organizado, utilizando-se de ferramentas desenvolvidas e aplicadas, de acordo com uma finalidade específica.

Assim, os SOC consistem em "[...] um conjunto de elementos, geralmente estruturado e controlado, que pode ser usado para descrever (indexar) objetos, navegar em coleções, etc." (Bräscher & Carlan, 2010, p.154), funcionando como uma ponte entre as necessidades de informação do usuário e o registro informacional que ele busca (Hodge, 2000). Utilizando de vocabulário controlado, estruturado e formalizado, contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos, visando à organização da produção intelectual humana.

Por meio do uso de conceitos representativos dos documentos em seus mais diversos gêneros e suportes, os SOC abrangem todos os

tipos de esquemas que organizam e representam o conhecimento, podendo haver em sua estrutura desde simples esquemas até esquemas multidimensionais, entre eles, as taxonomias, os tesauros, as ontologias e os esquemas de classificação, incluindo as classificações bibliográficas e as classificações arquivísticas. Conforme Piedade, um sistema de classificação pode ser caracterizado como:

> [...] um conjunto de classes apresentadas em ordem sistemática. É uma distribuição de um conjunto de idéias por um certo número de conjuntos parciais, coordenados e subordinados. (Piedade, 1977, p.9).

Entre as classificações bibliográficas está a chamada Classificação Decimal de Dewey – CDD, elaborada por Melvil Dewel, em 1876, e a Classificação Decimal Universal (CDU), elaborada por Paul Otlet e Henri La Fontaine, com sua primeira versão publicada entre 1904 e 1907. Ambas são utilizadas até os dias de hoje e, embora tenha havido uma tentativa de empregá-las no contexto dos arquivos, elas não atenderam às necessidades dos documentos gerados por instituições ou pessoas, uma vez que, diferentes dos documentos de biblioteca que são tratados como itens, o documento de arquivo é visto como um conjunto documental (Heredia Herrera, 1991). Nesse sentido:

> No contexto dos arquivos, a classificação é entendida a partir da lógica orgânica entre a natureza da ação que gera o documento, e a forma a ele conferida. Essa função arquivística demarca a estrutura do produtor do arquivo em suas funções, na totalidade das responsabilidades e das finalidades dessa entidade, e em atividades, enquanto ações referidas nos documentos que as efetivam. (Schmidt & Pinto, 2019, p.24).

Desse modo, nas classificações arquivísticas, além de se considerar os documentos enquanto conjunto, esses registros são analisados à luz de sua proveniência e dos contextos que os geraram. Além disso, na elaboraçao das classes e subclasses devem ser considerados três elementos, conforme Schellenberg (2006):

a) a ação a que os documentos se referem;

b) a estrutura do órgão que os produz; e o

c) assunto dos documentos.

O primeiro refere-se às funções, atividades e atos da instituição. O segundo diz respeito à sua organização e estrutura. O terceiro, a classificação por assunto, por não ser a mais adequada, deve ser usada com parcimônia nos documentos públicos.

A escolha e aplicação desses três elementos deve estar atrelado ao método de plano de classificação empregado pelo arquivista. Essa escolha deve ser feita considerando o que melhor contribui para que os usuários possam recuperar a informação e para que o plano seja um espelho da estrutura e das funções e atividades que geraram os documentos.

A partir disso, segue-se para a elaboração do plano de classificação, que, como um SOC, deve ser estruturado a partir de classes ou cabeçalhos e subclasses que representem as funções/órgãos/assuntos, conforme o método escolhido, de modo que essa estrutura de conceitos, termos e notações contribuam para identificar os processos desenvolvidos em determinada instituição, os documentos gerados por ela, a maneira como está organizada, além do vínculo entre os documentos dentro de cada classe e subclasse.

Organizados dessa forma, o plano de classificação de documentos arquivísticos cumpe sua função enquando SOC, posto que seu objetivo final, que é o de facilitar a recuperação e o acesso à informação, pode ser assegurado.

A escolha pelo método mais adequado deve partir, conforme já mencionado, de um estudo aprofundado do contexto, optando-se pelo método funcional, estrutural ou por assunto. Esses métodos e suas características, objeto de análise deste trabalho, serão discutidos a seguir.

Os métodos de plano de classificação de documentos

Segundo Schellenberg (2006), a classificação desempenha papel fundamental na

organização dos arquivos, explicando que "[...] os documentos devem ser arranjados em função do uso que têm em determinadas unidades administrativas de um órgão." (Schellenberg, 2006, p.83).

Esses usos estão ligados, conforme o autor, à natureza das ações que geraram aqueles documentos, referindo-se, nesse caso, às funções e atividades desempenhadas no organismo produtor.

O estudo das funções e atividades das instituições contribuem para elaborar o **plano de classificação funcional** que, conforme Bernardes e Delatorre (Bernades & Delatorre, 2008, p.21), trata-se de "[...] uma representação lógica das funções, subfunções e atividades do organismo produtor." (Bernades& Delatorre, 2008, p.21).

Quando utilizado o método funcional, os documentos podem ser estruturados em função das funções e atividades da entidade produtora, possibilitando uma organização mais eficaz (Gonçalves, 1998).

A **classificação estrutural** ou **organizacional**, por sua vez, parte do estudo do organograma da entidade produtora dos arquivos, no intuito de compreender sus departamentos e repartições. Bernades & Delatorre (2008, p.21) explicam:

> A classificação estrutural representa, de acordo com o organograma, os vários níveis de divisão interna do organismo produtor: coordenadorias, departamentos, divisões, centros, setores e cada um dentro da estrutura executam determinadas atribuições.

Já a **classificação por assunto**, menos utilizada no âmbito das instituições públicas brasileiras, possui suas classes determinadas a partir do assunto dos documentos, desconsiderando o contexto que deu origem a esses registros. Schellenberg (2006, p.94) estabelece algumas críticas ao método por assunto, pois:

> Não devem ser forçados num esquema elaborado segundo princípios estabelecidos *à priori*, mas devem ser agrupados em classes estabelecidas pragmaticamente sobre uma base *a posteriori*.

Considerando que a prerrogativa básica das instituições públicas brasileiras é dar acesso às informações aos cidadãos, sobretudo a partir da publicação da lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso às Informações (LAI), o plano de classificação de documentos é instrumento de sumária importância, pois contribui para a transparência das instituições e para facilitar o acesso às suas informações, de maneira rápida e segura.

Nesse sentido, a classificação dos documentos de arquivos deve ser feita a partir de método que leve em consideração a estrutura e funcionamento das organizações, as funções e atividades desenvolvidas e a natureza de seus documentos. Essas prerrogativas são consideradas na análise dos respectivos manuais estudados, identificando assim qual método prevalece na elaboração de seus respectivos planos de classificação.

Procedimentos Metodológicos

Como procedimentos metodológicos, esse trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica e documental exploratória, de caráter qualitativo. Do aspecto bibliográfico da pesquisa, foram levantados referenciais que tratam sobre classificação de documentos arquivísticos, os planos de classificação e seus métodos, utilizando a Bases de dados da Ciência da Informação (BRAPCI), para o levantamento deste referencial.

Do aspecto da pesquisa documental, partiu-se para a análise dos planos de classificação de documentos dos manuais de gestão de documentos brasileiros que possuem tal instrumento, buscando identificar o método utilizado. Os procedimentos da análise de conteúdo, propostos por Bardin (1977), possibilitaram categorizar as informações obtidas, elencando-se categorias baseadas nas caracerísticas dos métodos de planos de classificação apesentados nesses manuais, notadamente considerando a prerrogativa da LAI (2011), de difundir e dar acesso às informações.

Dos estados brasileiros, foram identificados 12 estados, mais o Distrito Federal, que possuem plano de classificação de documentos. A partir dessa identificação, realizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 1977), seguindo suas etapas metodológicas. Na fase de pré-análise, investigaram-se os métodos utilizados pelos respectivos planos, elaborando hipóteses com base nessa análise inicial. Em seguida, a exploração consistiu na identificação de atributos no âmbito desses planos, possibilitando a categorização, com base em inferências. Por fim, no processamento dos resultados, foi criada a categorização fundamentada em inferências derivadas das etapas anteriores, relacionando esses métodos com questões voltadas ao acesso e à difusão da informação.

Resultados: análise, categorização e discussão

Considerando os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, foi possível observar que a maioria dos estados não possui manual de gestão de documentos, conforme expresso na figura a seguir.

Figura 1: Comparativo de Manual localizado por estado



Fonte: Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados da pesquisa (2025).

Não foi possível localizar manuais de gestão de documentos em todos os estados brasileiros, conforme demonstrado na **Figura 1**, o que evidencia a importância de haver um movimento por parte da gestão pública, em providenciar processos e instrumentos que assegurem a organização da informação produzida por esses órgãos, garantindo assim, a recuperação e o acesso pelos cidadãos.

Do levantamento de manuais, procedeu-se à identificação dos que possuíam plano de classificação, verificando-se a existência de 12 estados brasileiros, além do Distrito Federal, nos quais foi possível encontrar os planos de classificação de documentos, conforme demonstrado na **Tabela 1**.

Tabela 1: Identificação dos Planos de Classificação por estado

Estado	Foi possível encontrar o Plano de classificação?
Acre	não
Amapá	não
Amazonas	sim
Bahia	sim
Ceará	não
Distrito Federal	sim
Espírito Santo	sim
Goiás	não
Maranhão	não
Mato Grosso	sim
Mato Grosso do Sul	sim
Minas Gerais	sim
Pará	não
Paraíba	sim
Paraná	sim
Pernambuco	não
Piauí	não
Rio de Janeiro	sim
Rio Grande do Norte	não
Rio Grande do Sul	sim
Rondônia	não
Roraima	não
Santa Catarina	sim
São Paulo	sim
Sergipe	não
Tocantins	não

Fonte: Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados da pesquisa (2025).

Importante reforçar que as buscas foram feitas pela internet, sendo possível encontrar os planos dos respectivos estados, em sua

maioria, nas páginas dos governos estaduais. Sendo assim, não foi possível identificar se os outros 13 estados brasileiros possuem planos, já que não foram encontrados na internet.

Dos que foi possível encontrar, doze apresentam os planos elaborados a partir do método de classificação funcional e apenas um pelo método por assunto. Não foram encontrados planos elaborados pelo método estrutural. Esse panorama está exposto na tabela a seguir.

Tabela 2: Métodos de Planos de classificação de documentos adotados pelos estados brasileiros

Estado	Método de plano de classificação
Amazonas	Funcional
Bahia	Funcional
Distrito Federal	Funcional
Espírito Santo	Funcional
Mato Grosso	Assunto
Mato Grosso do Sul	Funcional
Minas Gerais	Funcional
Paraíba	Funcional
Paraná	Funcional
Rio de Janeiro	Funcional
Rio Grande do Sul	Funcional
Santa Catarina	Funcional
São Paulo	Funcional

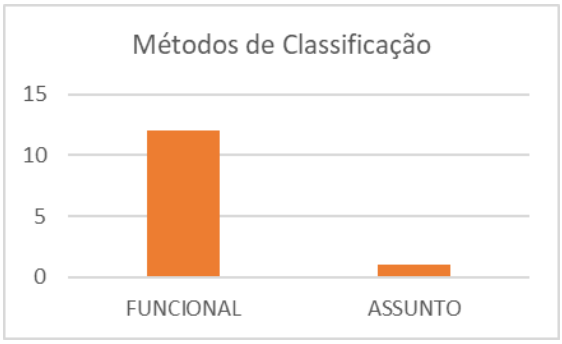
Fonte: Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados da pesquisa (2025).

A predominância do método funcional nos planos de classificação permite inferir acerca da funcionalidade e da eficácia desse método uma vez que, por possibilitar a representação do contexto de produção dos documentos, considerando suas funções, subfunções e atividades, contribui para a manutenção da integridade desses conjuntos comforme o princípio da proveniência, preservando sua origem e contexto.

Do único plano estruturado por assunto, do estado do Mato Grosso, percebeu-se que suas classes são organizadas por temáticas relacionadas a assuntos departamentais corriqueiros no âmbito da administração pública brasileira, expressos nos documentos[1].

A **Figura 2**, mostrada a seguir, representa o panorama dos métodos adotados nesses planos.

Figura 2: Apresentação de método por manual



Fonte: Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados da pesquisa (2025).

Com vistas a prosseguir com a categorização, foram analisados a Apresentação e/ou a Introdução dos materiais onde constam os planos que adotam o método funcional, quando possuíam, com a explicação da escolha pelo respectivo método. Nos materiais que não apresentam essas explicações, foram analisadas as suas funções. Essa informações foram reproduzidas a seguir.

Plano de Classificação de documentos das Atividades-meio da Administração do Estado do Amazonas:

> Para atualização do referido plano, utilizou-se do método funcional para elaboração das categorias de divisão, sendo empregado a seguinte terminologia para nomear as divisões do plano: função, subfunção, atividade e tipologias documentais. Foram elaboradas 7 funções relativas à atividades-meio da administração pública estadual, sendo elas: Gestão de Planejamento e Organização Administrativa, Gestão de Comunicação e Organização Institucional; Gestão de Políticas de Administração de Recursos Humanos; Gestão Orçamentária e financeira; Gestão de Recursos Logísticos; Gestão de Bens

> Patrimoniais; Gestão de Documentos e Informações. (Amazonas..., 2023, p.7)

Plano de classificação de documentos para administração Pública do poder executivo estadual: atividade-meio (Estado da Bahia): Não traz apresentação ou texto introdutório que explique o método adotado. As funções do plano, no entanto, são: Organização administrativa; Comunicação institucional; Gestão de recursos humanos; Gestão de bens materiais e patrimoniais; Gestão orçamentária; Gestão de documentos e informações; Gestão de atividades complementares.

Plano de classificação do Arquivo Público do DF - Atividades-meio: Não traz apresentação ou texto introdutório que explique o método adotado. As funções do plano, no entanto, são: Administração geral; Organização e funcionamento; Gestão de pessoas; Gestão de bens materiais, patrimoniais e serviços; Gestão da informação e documentação; Orçamento e finanças.

Plano de classificação de documentos da administração pública do estado do Espírito Santo – atividades-meio:

> A estrutura adotada pelo GT na constituição do PCD foi a funcional, a qual se agrupam as grandes funções, suas respectivas subfunções (quando houver), as atividades e os tipos documentais. Utilizou-se o código de classificação duplex, com dois dígitos, assim, cada classe será passível de expansão até o número 99. [...] Desta forma, os documentos foram classificados em uma estrutura iniciada com 06 (seis) grandes funções, sendo elas: Gestão administrativa; Gestão de pessoas; Gestão de bens materiais, patrimoniais e contratação de serviços; Gestão orçamentária e financeira; Gestão de documentos e da informação; Gestão da comunicação institucional. (Espiríto Santo, 2018, p.10-11).

Plano de classificação de documentos da administração pública do Poder executivo do estado de Mato Grosso do Sul: Não traz apresentação ou texto introdutório que explique o método adotado. As funções do plano, no entanto, são: Organização administrativa; Comunicação institucional; Gestão de recursos humanos; Gestão de bens materiais e patrimoniais; Gestão orçamentária e financeira; Gestão de documentos e informações; Gestão de atividades complementares.

Plano de Classificação de Documentos de Arquivo para o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais:

> Classificação funcional [...] adotada pelo Arquivo Público Mineiro para os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Agrupa os documentos de acordo com a função/ atividade/transação que lhes deu origem. Criam-se, portanto, unidades de arquivamento - processos/dossiês - para cada ato ou transação. (Minas Gerais..., 2013, p.32).

As respectivas funções do plano de classificação do estado de Minas Gerais, são: Gestão institucional; Desenvolvimento municipal e políticas urbanas e rurais; Desenvolvimento econômico e social; Assistência social, saúde e previdência; Transporte, trânsito e obras públicas; Gestão tributária; Educação, esportes e cultura; Ciência e tecnologia e meio ambiente; Segurança pública e defesa social; Gestão e preservação de arquivos, bibliotecas e museus. Governança eletrônica.

Plano de classificação de documentos das Atividades-meio da administração pública do estado da Paraíba: Não traz apresentação ou texto introdutório que explique o método adotado. As funções do plano, no entanto, são: Organização administrativa; Comunicação institucional; Gestão de recursos humanos; Gestão de bens materiais e patrimoniais; Gestão orçamentária e financeira; Gestão de documentos e informações; Gestão de atividades complementares.

Plano de Classificação de documentos do estado do Paraná:

> O método adotado para a Administração Pública do Executivo do Paraná é o Método Duplex, que consiste em classificar os documentos em classes e subclasses de assuntos, sempre do geral para o particular, distribuídas hierarquicamente de acordo com as atividades e funções do órgão. A classe ou subclasse de assunto possui um código numérico correspondente, que se refere ao assunto ou tipo documental produzido nas atividades-meio, comuns a todos os órgãos e/ou entidades, como: Estrutura, Organização e Funcionamento, Recursos Humanos, Bens Materiais e Patrimoniais, Orçamento e Finanças, Documentos e Informações. (Paraná..., 2019, p.21).

As respectivas funções do plano de classificação do estado do Paraná, são: Aministração geral; Estrutura, organização e funcionamento; Recursos humanos; Material; Patrimônio do estado; Orçamento e finanças; Documentação e informação; Meios de comunicação.

Plano de Classificação de documentos do estado do Rio de Janeiro:

> A opção pelo método de classificação funcional tem por finalidade assegurar a sustentabilidade e integridade do Plano de Classificação de Documentos, considerando que a estrutura institucional é mais suscetível a mudanças que as atribuições desempenhadas pelos órgãos administrativos. (Rio de Janeiro, 2012, p.18).

Não foi possível encontrar as denominações das funções no plano de classificação do estado do Rio de Janeiro.

Plano de Classificação de Documentos – PCD – Governo do Estado do Rio Grande do Sul:

> [...] classifica os documentos produzidos e recebidos de acordo com as funções/atividades desenvolvidas pelos Órgãos da Administração Direta do Estado do Poder Executivo do RS. (APERS, 2025, s.p.)

As denominações dadas às funções no respectivo plano, explicitam as ações desenvolvidas na instituição: 1 - Desenvolver diretrizes e políticas de fomento e desenvolvimento econômico, social e cultural; 2 - Gerenciar as atividades administrativas, financeiras e jurídicas que dão sustentabilidade à administração pública; 3 - Desenvolver diretrizes e políticas de Justiça e Segurança Pública.

Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Estado de Santa Catarina: Atividades-Meio:

> O Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos do Estado de Santa Catarina seguem a metodologia funcional, isto é, encontram-se distribuídos hierarquicamente de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão, do mais geral para o mais específico. O código de classificação do plano é gerado automaticamente pelo módulo do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGP-e) denominado como Sistema de Classificação e Temporalidade de Documentos (SCTD). A metodologia de classificação funcional consiste na representação lógica das funções, subfunções e atividades do organismo produtor, tornando-a independente da estrutura organizacional e de suas alterações ao longo do tempo. Essa abordagem é particularmente adequada para órgãos públicos do Poder Executivo que experimentam

> mudanças frequentes em sua estrutura, devido a influências políticas. Embora seja mais complexa, a classificação funcional é mais duradoura. (Bernardes & Delatorre, 2008, p.21). (Santa Catarina, 2024, p.9).

Os respectivos grupos, representativos das funções, do plano de classificação de Santa Catarina, são: Administração geral; Contabilidade, finanças e controle; Patrimônio, bens materiais e serviços; Gestão de pessoas; Comunicação, documentação e informação.

Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio:

> Artigo 10 - O Plano de Classicação de Documentos é o instrumento utilizado para classicar todo e qualquer documento de arquivo. Parágrafo único - Entende-se por classicação de documentos a sequência das operações técnicas que visam a agrupar os documentos de arquivo relacionando-os ao órgão produtor, à função, subfunção e atividade responsável por sua produção ou acumulação. (São Paulo, 2019 , p.56).

As respectivas funções do plano de classificação de São Paulo, são: Organização da administração; Comunicação institucional; Gestão de recursos humanos; Gestão de bens materiais e patrimoniais; Gestão orçamentária e financeira; Gestão de atividades complementares.

A identificação do método funcional como o mais adotado pelos planos de classificação dos arquivos públicos brasileiros, seguidos de sua explicação e identificação dos elementos representativos das funções, possibilitaram, como resultado dessa análise, a criação da categoria **acesso à informação**, considerando a Lei de Acesso à Informação (2011), que determina a garantia do acesso à informação a todos os cidadãos por parte de todas as instituições públicas brasileiras.

Tabela 4: Acesso à informação como categoria de análise

Plano de classificação por estado	Inferência
Plano de Classificação de documentos das Atividades-meio da Administração do Estado do Amazonas	Possibilita a análise sob a categoria **acesso à informação** pois os termos e conceitos que representam as funções, permitem identificar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, facilitando a compreensão do seu funcionamento por parte dos usuários.
Plano de classificação de documentos para administração Pública do poder executivo estadual: atividade-meio (Estado da Bahia)	
Plano de classificação do Arquivo Público do DF - Atividades-meio	
Plano de classificação de documentos da administração pública do estado do Espírito Santo – atividades-meio	
Plano de classificação de documentos da administração pública do Poder executivo do estado de Mato Grosso do Sul	
Plano de Classificação de Documentos de Arquivo para o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais	Possibilita a análise sob a categoria **acesso à informação** pois os termos e conceitos que representam as funções, permitem identificar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, facilitando a compreensão do seu funcionamento por parte dos usuários. Além disso, na explicação apresentada no referido plano, explicita-se que os documentos são agrupados conforme a "[...] função/atividade/transação que lhes deu origem [...]." (Minas Gerais..., 2013, p. 32), o que reforça o aspecto de acesso à informação do método.
Plano de classificação de documentos das Atividades-meio da administração pública do estado da Paraíba	Possibilita a análise sob a categoria **acesso à informação** pois os termos e conceitos que representam as funções, permitem identificar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, facilitando a compreensão do seu
Plano de Classificação de documentos do estado do Paraná	

	funcionamento por parte dos usuários.
Plano de Classificação de documentos do estado do Rio de Janeiro	Possibilita a análise sob a categoria **acesso à informação** pois os termos e conceitos que representam as funções, permitem identificar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, facilitando a compreensão do seu funcionamento por parte dos usuários. Além disso, na explicação apresentada no referido plano, reforça-se que o método funcional assegura, de maneira sustentável, a integridade do instrumento, posto a perenidade das atribuições desempenhadas pelos órgãos administrativos.
Plano de Classificação de Documentos – PCD – Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Possibilita a análise sob a categoria **acesso à informação** pois os termos e conceitos que representam as funções, permitem identificar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, facilitando a compreensão do seu funcionamento por parte dos usuários.
Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Estado de Santa Catarina: Atividades-Meio	Possibilita a análise sob a categoria **acesso à informação** pois os termos e conceitos que representam as funções, permitem identificar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, facilitando a compreensão do seu funcionamento por parte dos usuários. Além disso, na explicação apresentada no referido plano, reforça-se que o método funcional é independente da estrutura organizacional, sendo, portanto, mais duradoura.
Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio	Possibilita a análise sob a categoria **acesso à informação** pois os termos e conceitos que representam as funções, permitem identificar as ações e atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, facilitando a compreensão do seu funcionamento por parte dos usuários.

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme dados da pesquisa (2025).

Como resultados da pesquisa identifica-se maior quantidade de planos de classificação de documentos arquivísticos elaborados a partir do método funcional, dados seus elementos de representação da informação arquivística, podendo indicar, assim, a eficiência do método no que diz respeito ao acesso e à difusão de suas informações e possibilitando, além disso, a criação da categoria **acesso à informação** como resultado da análise desses instrumentos.

Verificou-se, por fim, que o método adotado nesses instrumentos determinaram os conceitos representativos das classes, subclasses, grupos e subgrupos. Ou seja, tratando-se do método por assunto ou do método funcional, os conceitos representativos são as temáticas que prevalecem nos documentos e as funções, subfunções e atividades constantes nos órgãos, respectivamente. Cada um desses elementos de representação recebe suas respectivas notações e termos, compostos pelos tipos documentais produzidos pela instituição em questão.

Considerações Parciais

Como processo da ORIC, a classificação reúne atividades que definem como os objetos informacionais serão organizados e representados nos instrumentos e produtos resultantes. O plano de classificação de documentos, enquanto produto da ORIC, utiliza essas atividades para agrupar conceitos representativos em classes, subclasses, séries e subséries. Essa estruturação facilita aos usuários a compreensão das funções e da organização institucional por meio dos documentos produzidos.

Como uma maneira de organizar as informações de uma instituição, os planos de classificação de documentos arquivísticos refletem a estrutura, as funções e as atividades desenvolvidas no âmbito dessas entidades,

sendo um instrumento de fundamental importância no processo de gestão de documentos e como função arquivística.

Para garantir eficiência na organização e eficácia na recuperação da informação nos arquivos, é crucial escolher o método de classificação mais adequado. Essa escolha deve levar em conta as necessidades específicas e as características da instituição, uma vez que cada método apresenta vantagens e limitações próprias.

Considerando esses aspectos, torna-se possível avaliar qual método atende melhor às demandas institucionais, especialmente no que se refere ao acesso à informação, à facilidade de localização, ao contexto de produção e ao uso dos documentos.

Assim, a escolha do método de plano de classificação está sumariamente relacionada ao contexto da organização e a maneira como as informações estão organizadas nesse instrumento de modo que os usuários possam ter acesso a elas.

Neste estudo, reforçou-se a aplicabilidade do método funcional no âmbito das instituições públicas brasileiras, dada a sua perenidade e durabilidade, além de refletir de maneira eficiente, as ações desempenhadas pelo órgão, sendo um espelho da instituição e cumprindo, dessa forma, seu papel na garantia do acesso à informação, reiterando, assim, questões fundamentais na Arquivologia e na Ciência da Informação, envolvendo o acesso e a difusão da informação a todos os usuários.

Referências

Amaral, C. M. G. (2017). Organização e tratamento da informação nos arquivos: estudo crítico. Dissertação de doutomento em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo]., São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-04082017-100339/publico/CLEIAMARCIAGOMESAMARALVC.pdf.

Amazonas. Secretária de Administração e Gestão. (2022). Plano de Classificação e tabela de temporalidade das atividades-meio da administração do Estado do Amazonas. Manaus: Arquivo Público do Estado, SEAD. 162 p. https://www.sead.am.gov.br/plano-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-de-documentos-das-atividades-meio-da-administracao-do-estado-do-amazonas/.

Bahia. Secretária de Cultura. Arquivo Público do Estado. (2019). Código de Classificação de Documentos para a Administração Pública do Poder Executivo do Estado da Bahia: Atividades-meio. Departamento Estadual de Arquivo Público. 4. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 09 p. https://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/gestao-de-documentos

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa edições.

Barros, T. H. B., Sousa, R. T. B. (2019). Organização do conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. Informação e Informação, 24(2), 76–92, maio/ago. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n2p76.

Bellotto, H. L. (2002). Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Bernardes, I. P., Delatorre, H. (org.) (2008). Gestão Documental Aplicada. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Bräscher, M., Cafe, L. (2008). Organização da informação ou organização do conhecimento? In: IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (IX ENANCIB). São Paulo: USP, 2008. Anais [...] //enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142.

Bräscher, M., Carlan, E. (2010). Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In Robredo, J.; Bräscher, M. Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília DF: IBICT, p. 147-176. http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf.

Brasil. Arquivo Nacional (2005). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 232 p. (Publicações Técnicas, nº 51).

Brasil. Casa Civil. (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasilia, DF: Presidencia da Republica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.

Camargo, A. M. de A., Bellotto, H. L. (1996). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: AAB. 142 p.

Distrito Federal. Secretária de Administração e Gestão. (2021). Arquivo Público do Distrito Federal. Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade: atividade meio. Distrito Federal: Imprensa Oficial. 101 p. https://www.arquivopublico.df.gov.br/documents/d/arpdf/decreto-e-tabela-pctt-1-mesclado-compactado-2-pdf.

Espirito Santo. Secretaria de Estado da Cultura. (2020). Arquivo Público do estado do Espírito Santo. Plano de Classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado do Espírito Santo: atividades-meio. Vitória, ES: APEES, PRODEST, SEGER, SECONT. 162 p. https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Gestao-Documental/Plano%20de%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Tabela%20de%20Temporalidade%20de%20Documentos%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20do%20Estado%20do%20Esp%C3%ADrito%20.pdf.

Gonçalves, J. (1998). Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado. (Projeto Como Fazer, v. 2).

Heredia Herrera, A. (1991) Archivística General: teoría y practica. 5ª ed. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla.

Hjorland, B. (2003). Fundamentals of Knowledge Organization. Knowledge Organization, 30, (2), 87-111.

Hjørland, B. (2008). What is Knowledge Organization (KO)? Knowledge Organization, 30, (2). https://www.researchgate.net/publication/277803483_What_is_Knowledge_Organization_KO.

Hodge, G. (2000). Knowledge organization systems: an overview. In Hodge, G. Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files. Washington, DC: The Digital Library Federation. p. 3-9. https://www.clir.org/wp-content/uploads/sites/6/pub91.pdf.

Lopes, L. C. (1997). A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Mato Grosso. Poder Executivo Estadual. (2014). Manual Técnico de normas e procedimentos: sistema de Gestão de Documentos. v. 2. Mato Grosso: Imprensa Oficial. 227 p. 5df212ca-b783-b1dd-0cfa-641ddbb47687.

Mato Grosso do Sul. Poder Executivo Estadual. (2021). Plano de Classificação de Documentos da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul: atividades-meio. Campo Grande, MS: Imprensa Oficial. 152 p. Temporalidade de Documentos – Secretaria de Estado de Administração.

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. (2013). Manual de Gestão de Documentos. Belo Horizonte: Secretaria de estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro: cadernos Técnicos do Arquivo Público Mineiro. n. 3. 146 p. Temporalidade de Documentos – Secretaria de Estado de Administração.

Paraíba. Secretaria de Estado da Comunicação Institucional. (2025). Plano de Classificação de Documentos das atividades-meio da Administração Pública do Estado da Paraíba. João Pessoa, PB: Impressa Oficial. 60 p. DECRETO DE 06.02.2025 SUPLEMENTO Portal.pdf — A União - Jornal, Editora e Gráfica.

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (2019). Arquivo Público do Estado. Manual de gestão de documentos do estado do Paraná: Classe 00 – atividades-meio. 4. ed. Curitiba: Imprensa Oficial. 182 p. https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/Manual_de_Gestao_de_Documentos_do_Estado_do_Parana_2019_-_4_edicao_DEAP.pdf.

Piedade, M. A. (1977). Introdução à teoria da classificação. Rio de Janeiro: Interciência.

Pinho, F. A. (2009) Fundamentos da organização e representação do conhecimento. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Rabello, R.; Guimarães, J. A. C. (2006). A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (VII ENANCIB). Marília, SP: Unesp. Anais [...]. http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viienancib/paper/viewFile/2377/1508.

Rio de Janeiro. (2012). Secretaria de Estado da Casa Civil. Manual de Gestão de Documentos. Rio de Janeiro: PGD/APERJ. 108 p. https://www.rj.gov.br/degase/sites/default/files/arquivo_texto/Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20Documentos.pdf.

Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governça e Gestão. (2017). Plano de Classificação de Documentos. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, SPGG. 06 p. https://www.apers.rs.gov.br/upload/arquivos/202002/05164110-1495131757-2017-05-18-in-01-anexo-i-pcd.pdf.

Rios, E. R., Cordeiro, R. I. de N. (2010, maio/agosto). Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios de conhecimentos. Perspectivas em Ciência da Informação, 15, (2),123-139. https://www.scielo.br/j/pci/a/zNqdXRZWVnFTcryj5TsZ36n/?lang=pt.

Roncaglio, C., Manini, M. P. (2016). Arquivologia e cinema: um olhar arquivístico sobre narrativas fílmicas. Brasília/DF: EDU/UNB

Rousseau, J. Y., Couture, C. (1998). Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Santa Catarina. Secretaria da Administração. (2024). Plano de Classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública de Santa Catarina. 1 ed. Florianópolis, SC: Arquivo Público do Estado. 215 p. Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de Santa Catarina: Atividades-Meio - 1ª edição - SEA. Acesso em:

São Paulo. Secretária do Governo. (2018). Arquivo Público do Estado de São Paulo. Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo: atividades-meio. 2. ed., revista e ampliada. São Paulo: Arquivo Público do Estado. 264 p. https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/1_reimpressao_da_2_edicao_-_plano_de_classificacao_e_tabela_de_temporalidade_de_documentos_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo__atividades_meio.pdf.

Schellenberg, T. R. (2006). Arquivos modernos: princípios e técnicas. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV.

Schmidt, C. M. dos S., Pinto, F. B. (2019). A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ. In: Barros, T. H. B., Santos Júnior, R. L. Dos., Cândido, G. G. Reunião brasileira de ensino e pesquisa em arquivologia: a pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital, 5., Belém. Anais [...]. Belém: UFPA, 2019. p. 20-29. https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202102/001106584.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Sousa, R. T. B. (2014). Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. Brazilian Journal of Information Science: Research Trends, 8 (1/2). 10.36311/1981-1640.2014.v8n1e2.05.p78.

Vital, L. P., Medeiros, G. M. De., Brascher, M. (2017). Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. Brazilian Journal of Information Science: Research Trends, 11, (4). https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7507/4787.

[1] As classes do Plano de classificação de documentos das atividades-fim do estado do Mato Grosso, são: Classe 100 – Estratégias de governo, tecnologia da informação e auditoria; Classe 200 – Políticas rurais e de defesa do meio ambiente; Classe 300 – Desenvolvimento econômico, social e obras públicas; Classe 400 – Cultura, lazer, esporte e turismo; Classe 500 – Educação, ensino e pesquisa; Classe 600 – Administração fazendária; Classe 700 – Saúde, cidadania e assistência social; Classe 800 – Segurança pública, justiça e direitos humanos. (Mato Grosso, 2014, p.31-33).

ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DIGITAL COM O MODELO RECORDS CONTINUUM

Jayron Viana dos Santos, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 0009-0006-2536-3387, Brasil, jayron.viana@unesp.br

José Carlos Abbud Grácio, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 0000-0001-7620-1309, Brasil, jose.gracio@unesp.br

Telma Campanha de Carvalho Madio, Universidade Estadual Paulista - UNESP, 0000-0002-7031-2371, Brasil, telma.madio@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6561

Introdução

O gerenciamento de documentos é uma prática essencial para assegurar a organização, o acesso e a preservação de informações ao longo do tempo. Nesse contexto, a preservação digital é um campo crucial no tratamento de documentos arquivísiticos, especialmente no contexto das tecnologias digitais que dominam a produção e armazenamento de informações atualmente. A preservação digital figura então, como uma disciplina essencial no âmbito da gestão arquivística, proporcionando os meios necessários para garantir a autenticidade, a integridade e o acesso dos documentos arquivísticos digitais ao longo do tempo.

Segundo os princípios da preservação digital, é fundamental adotar não só estratégias técnicas, mas também atividades de gestão, que assegurem a integridade, a autenticidade e o acesso aos documentos digitais a longo prazo. Nesse sentido, para Corrado (2022) as estratégias técnicas envolvem a implementação de práticas como a migração de formatos, a utilização de metadados descritivos e a replicação dos dados em múltiplos locais para prevenir perdas. Em ambientes de gestão arquivística, a preservação digital não é apenas uma tarefa técnica, mas um componente estratégico que se integra profundamente com as práticas de organização, descrição, e acesso aos documentos.

Aliado a isso, a implementação de modelos, normas e padrões internacionais, como o *Open Archival Information System* (OAIS), definido pela *International Organization for Standardization* (ISO 14721:2025), e os padrões de metadados, como o Dublin Core e o Premis, são fundamentais para assegurar que os documentos digitais sejam preservados de maneira eficiente e que permaneçam acessíveis a longo prazo (Santos & Flores, 2019).

Nesse contexto, o Modelo *Records Continuum* de gerenciamento de documentos, destaca-se por seu enfoque abrangente e contínuo no tratamento e organização de documentos. Este modelo, diferentemente do ciclo de vida documental tradicional, não separa as fases de criação, manutenção e uso de documentos, mas as vê como um processo integrado e contínuo (Upward, 1996).

A ideia central do *Records Continuum* é que o gerenciamento e tratamento de documentos deve ser um processo ininterrupto, garantindo que os registros permaneçam autênticos, confiáveis e acessíveis durante todo o seu ciclo de vida, momento em que o aspecto da preservação digital deve figurar como aspecto essencial na gestão de documentos em longo prazo.

Desse modo, a integração dos conceitos de *Records Continuum* e da preservação digital oferece uma abordagem robusta e moderna para a gestão de documentos. Essa sinergia busca garantir que os documentos digitais sejam gerenciados de maneira a preservar seu valor legal, informativo e histórico, respondendo principalmente às demandas contemporâneas de acesso e confiabilidade. Tendo em vista a necessidade de aprimoramento constante em relação aos mecanismos de preservação digital, principalmente no que se refere aos ambientes de gestão de documentos arquivísticos, esta pesquisa tem como objetivo analisar de que forma e em que momento(s) ou etapas para o gerenciamento de documentos no Modelo Records Continuum em suas dimensões de “Criar”, “Capturar”, “Organizar” e “Pluralizar” ,

a preservação digital é pensada e implementada, tomando por base os requisitos para preservação digital apontados nos estudos de Formenton & Gracioso(2020) aliados a alguns requisitos requeridos pelo Modelo *Open Archival Information System* (OAIS).

Gerenciamento de documentos e a preservação digital

Na era da informação, o conceito de documentos digitais se tornou central tanto na prática profissional quanto na vida cotidiana. Um documento digital pode ser entendido como qualquer documento criado, registrado, armazenado e apresentado em formato digital. Esses documentos substituem cada vez mais os tradicionais documentos em papel, oferecendo vantagens tais como o fácil acesso, a capacidade de armazenamento em massa, transferência através das redes de computadores e a possibilidade de recuperação rápida de informações.

É importante destacar que os documentos digitais demandam a aplicação de normas, procedimentos e cuidados específicos para que adquiram forma fixa e conteúdo estável. Tal necessidade decorre do fato de que, diferentemente dos documentos não digitais, nos quais suporte e conteúdo estão intrinsecamente vinculados, nos documentos digitais essas duas dimensões constituem entidades distintas.

Os princípios arquivísticos, tradicionalmente aplicados aos documentos em suportes físicos, mantêm sua relevância no tratamento técnico dos documentos digitais. No entanto, torna-se evidente a necessidade de adaptações metodológicas para assegurar determinadas características arquivísticas, como é o caso da relação orgânica. Em arquivos compostos por documentos não digitais organizados segundo o princípio da proveniência, a identificação da relação orgânica se dá por meio da observação direta do documento no contexto do conjunto ao qual pertence, uma vez que essa relação se manifesta fisicamente na ordem em que os documentos foram acumulados e arquivados (Reis, Lousada & Lacombe, 2020).

Nesse contexto, a preservação digital tornou-se uma preocupação importante para os profissionais da informação, especialmente devido ao crescente uso das tecnologias digitais e ao armazenamento de informações em sistemas cada vez mais avançados e complexos (Márdero Arellano, 2012).

Dessa forma,

> "[...] quando não existe controle sobre o documento produzido e armazenado por diversas mídias e sistemas informatizados o risco de perda do documento digital, bem como a perda da sua acessibilidade aumentam exponencialmente" (Instituto Federal do Sergipe, 2016, pp. 2).

Aliado a isso, dentro do conjunto de documentos digitais, encontramos uma categoria específica e essencial para instituições, governos e organizações: os documentos arquivísticos digitais. Esses são documentos que, além de existirem em formato digital, possuem valor administrativo, legal ou histórico (Rondinelli, 2012).

Assim, em função de toda a importância dos registros públicos e privados para a comprovação dos atos legais e manutenção do histórico das ações, o processo de gerenciamento e tratamento dos documentos precisa se manter continuamente alinhado a todas as questões legais, buscando garantir o cumprimento das normativas vigentes, respeitando e prezando pelo correto armazenamento e disponibilização dos documentos arquivísticos digitais.

Desse modo, desde sua criação, os documentos arquivísticos digitais prescindem em primeira instância de técnicas, normas e padrões bem estabelecidos, a fim de que as fases/etapas para seu gerenciamento e tratamento sejam planejadas previamente, acompanhando todo o processo desde a produção até seu arquivamento propriamente dito, com fins de recuperação, acesso e preservação desses documentos digitais.

Sobre isto, ao definir-se uma estratégia de gestão documental, a instituição necessita estabelecer políticas, padrões, normas e procedimentos que abarquem a produção, uso, tramitação, classificação e avaliação dos documentos, constituindo requisitos, prazos adequados e sistemas a serem utilizados, especialmente no que tange à preservação

digital dos documentos (Bernardes & Delatorre, 2008).

Neste contexto, e de maneira objetiva, na visão de Bodê (2016, pp. 514) a preservação digital é

> "[...] o conjunto de todas as ações possíveis de serem executadas, em qualquer nível operacional, que garantam o funcionamento adequado e a percepção para humanos do conteúdo de documentos digitais pelos prazos que forem definidos como necessários".

Em complemento, Duranti (2010, pp. 157) define a preservação digital como

> Um conjunto de princípios, políticas, regras e estratégias que visam prolongar a existência do objeto digital, mantendo-o em condições adequadas para uso, seja em formato original ou em um formato mais persistente, garantindo a proteção da identidade e da integridade do objeto, ou seja, a sua autenticidade.

Para Grácio (2012, pp. 61),

> a preservação digital pode ser entendida como "os processos de gestão envolvidos na administração das atividades necessárias para garantir que um objeto digital possa ser acessado e utilizado no futuro, a partir das TIC existentes na época e com garantias de sua autenticidade e integridade".

A preservação digital desse modo, deve ser vista como um componente estratégico para o gerenciamento de documentos digitais. Sem uma abordagem integrada que considere a preservação desde a criação do documento, corre-se o risco de perda de informação e de comprometimento da autenticidade dos registros arquivísticos digitais (Rondinelli, 2012).

Aliado a isso, a preservação digital deve ser pensada anteriormente à etapa de produção do documento, mais precisamente na compreensão e adoção de uma política institucional de preservação digital, normatizando e definindo regras e fluxos compatíveis à gestão, pois relaciona-se diretamente à recuperação e acesso aos documentos, possibilitando sua utilização em todas as etapas do ciclo de vida.

As ações de preservação digital precisam considerar todo o processo de produção documental, integrando as etapas e garantindo continuidade durante todo o processo até a guarda permanente dos documentos digitais e acesso aos conteúdos (Souza & Aganette, 2022).

Compreende-se, portanto, que os conteúdos digitais (documentos) devem ser preservados por meio de uma gestão documental eficiente, uma vez que estão suscetíveis a alterações não autorizadas e não registradas, além de danos e perdas durante todo o seu ciclo de vida.

Desse modo, a gestão de documentos em ambientes digitais deve ser vista como um dos pilares da preservação digital, pois é responsável pela aplicação de técnicas arquivísticas desde a produção, até a avaliação e arquivamento dos documentos nas diversas fases ou etapas documentais (Santos; Mazuco & Flores, 2020).

A autenticidade, atualmente concebida como um atributo intrínseco aos sistemas de gestão documental em ambientes digitais, configura-se como uma das preocupações centrais na definição de políticas e planos de ação de preservação digital. Tal preocupação decorre do fato de que o contexto de produção exerce influência direta sobre as etapas subsequentes da gestão de documentos, impactando o planejamento e a escolha das soluções tecnológicas mais adequadas para seu armazenamento e preservação em longo prazo.

A preservação da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais representa um desafio constante, em razão das particularidades desses documentos e das diversas circunstâncias envolvidas em sua transmissão. Seja ao longo do tempo — com a atualização ou substituição dos softwares e hardwares utilizados para armazenar, processar e comunicar essas informações —, seja no espaço, por meio de diferentes pessoas, sistemas e aplicativos, o documento

digital está sujeito a alterações que podem comprometer sua integridade e confiabilidade. Sobre isto então, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), ressalta que a autenticidade dos documentos sempre foi presumida no modelo tradicional de avaliação, especialmente no caso dos documentos não digitais, em que forma, conteúdo e suporte estão inseparavelmente integrados. Essa presunção está atrelada à existência de uma cadeia de custódia contínua, desde a produção até o recolhimento pelo arquivo responsável por sua preservação. A quebra dessa cadeia, contudo, pode comprometer a confiança na autenticidade do documento, gerando incertezas sobre sua integridade (Conarq, 2012).

Disso decorre a necessidade da chamada "cadeia de preservação", que em documento publicado pelo Arquivo Nacional (2019) intitulado "Recomendações para a elaboração de políticas de preservação digital, define a "cadeia de preservação" como um conjunto articulado de procedimentos e controles que envolvem todas as etapas do ciclo de vida dos documentos arquivísticos digitais — desde sua produção até sua preservação. Esses processos, interdependentes entre si, devem ser devidamente registrados por meio de trilhas de auditoria, metadados e outros mecanismos de controle, sob pena de comprometer a confiabilidade dos documentos (Arquivo Nacional, 2019).

Em face disso, a implementação da preservação digital deve se iniciar com a elaboração e implementação de uma política de preservação digital, que segundo (Grácio, Troitiño, Madio, Brega, & Moraes, 2020, pp. 568-569),

> [...] deve garantir a autenticidade dos documentos de arquivo nos ambientes de gestão e preservação, condição fundamental para garantir a confiabilidade e o acesso aos documentos disponíveis no ambiente de gestão e nas plataformas de acesso. Dessa forma, a elaboração e aprovação de uma política de preservação digital é fundamental para definir os objetivos e diretrizes necessários para a implantação dos processos de gestão envolvidos.

Nessa perspectiva, a política de preservação digital figura como importante instrumento para implementação dos objetivos e diretrizes que auxiliam no processo de gestão de documentos em ambientes arquivísticos digitais, promovendo uma sinergia entre os diversos atores envolvidos nas diversas etapas do processo de gestão de documentos, com vistas à preservação de seus objetos digitais em longo prazo, com garantias de autenticidade e integridade.

E assim, ainda para (Grácio, Troitiño, Madio, Brega, & Moraes, 2020, pp. 568),

> [...] o desenvolvimento de uma política de preservação digital de documentos, no cerne de uma política arquivística institucional, agrega valor ao conferir confiabilidade e fidedignidade tanto aos documentos que preserva, quanto ao sistema de informação do qual fazem parte, no esteio da autenticidade documental.

A gestão documental desempenha, portanto, um papel crucial no monitoramento e na aplicação adequada dos processos relacionados à preservação digital. Nesse contexto, as políticas e os planos de preservação digital são fundamentais para orientar a compreensão e a implementação da preservação digital nas organizações, servindo como documentos normativos que direcionam a definição e a execução das ações necessárias ao perfeito funcionamento da cadeia de gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais (Souza & Aganete, 2022).

Além disso, ao enfrentar os desafios impostos pela evolução tecnológica, a política de preservação digital oferece as diretrizes para que os documentos arquivísticos sejam acessados e utilizados de forma contínua, independentemente das mudanças nos formatos e nas tecnologias de informação e comunicação.

Assim, a preservação digital se torna essencial para manter a função probatória e o valor histórico dos documentos arquivísticos, garantindo que continuem a servir como testemunhos fidedignos e acessíveis do passado.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de natureza qualitativa do tipo descritiva e exploratória. As Bases de dados consultadas para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica foram a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a Base de Dados em Arquivística (BDA) e o Repositório Institucional da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Brasil), utilizando os termos de busca e palavras-chave com operadores booleanos: "gerenciamento de documentos" AND "Arquivologia"; "gestão de documentos" AND "preservação digital"; "*Records continuum*" AND "ciclo de vida de documentos"; "*Records continuum*" AND "Preservação digital".

Em complemento, para análise das fontes recuperadas, procedeu-se à leitura do resumo e palavras-chave para escolha das fontes pertinentes, priorizando textos com relação entre as temáticas específicas de dimensões do Modelo *Records Continuum* e requisitos para preservação digital no Modelo *Open Archival Information System (OAIS)* abordados.

Para tanto, esta pesquisa é caracterizada ainda como qualitativa, que na perspectiva de Creswell (2007, pp. 187) é fundamentalmente interpretativa, ou seja, o pesquisador interpreta os dados partindo de uma visão ampla e holística dos fenômenos.

> "[...] Isso explica por que estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises. Quanto mais complexa, interativa e abrangente a narrativa, melhor o estudo qualitativo".

Além disso, foram utilizadas as metodologias de pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória possibilita uma análise sistêmica dos dados qualitativos, facilitando uma interpretação detalhada do fenômeno investigado (Losh; Rambo & Ferreira, 2023). Já a pesquisa descritiva consiste na observação, registro, análise e organização dos dados, sem intervenção direta do pesquisador (Prodanov & Freitas, 2013).

Este artigo está organizado em 6 seções. A seção **1 Introdução**, trata da relevância do gerenciamento de documentos e da preservação digital frente aos desafios das tecnologias atuais, destaca o papel das normas internacionais, como o modelo OAIS, e a abordagem do Modelo Records Continuum, finalizando com o objetivo da pesquisa. A seção 3 traz os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa. Nas seções 2 e 4 apresenta-se o referencial teórico, trazendo informações relevantes acerca do aspecto da preservação digital no contexto da gestão de documentos em ambientes arquivísticos digitais, bem como algumas características e estrutura do Modelo *Records Continuum* de gerenciamento de documentos digitais. Na seção 5, apresenta-se uma proposta de discussão baseada nas seções 2 e 3, buscando ressaltar com base no referencial teórico, as possibilidades de integração do aspecto da preservação digital no Modelo *Records Continuum*, além de outros autores em complementos oportunos à discussão. Nas considerações finais (seção 6), retoma-se o objetivo geral e o pressuposto de pesquisa com possíveis contribuições do estudo à comunidade científica, e por último as Referências.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de uma análise abrangente da Arquivística brasileira à luz do modelo australiano do Records Continuum, uma vez que este modelo explora uma visão que identifica convergências, desafios e oportunidades, fornecendo insights importantes para aprimorar o gerenciamento de documentos no contexto brasileiro. A escolha desse tema é crucial para compreender como as práticas arquivísticas locais podem se beneficiar de experiências internacionais, notadamente do modelo australiano, reconhecido por sua abordagem holística e abordagem no ciclo de vida dos registros.

O Modelo *Records Continuum* de gerenciamento de documentos

Desenvolvido na Austrália, mas inicialmente pautado nos estudos de Jay Atherton, arquivista canadense, que propôs uma alternativa à "complicada" estrutura do Modelo do Ciclo Vital, substituindo-o por um modelo mais "enxuto" e mais "unificado" (Upward, 1996, pp. 48), e onde somente quando esse "[...] apresentou seu argumento em meados da década de 1980 que a palavra *continuum* começou a ser amplamente usada como forma de descrever essa nova abordagem", desenvolvidos e aperfeiçoados por Frank Upward (Upward, 2000, pp. 119, tradução nossa).

Assim, o Modelo *Records Continuum,* particularmente influenciado pelos trabalhos de Frank Upward, parte da premissa de que os documentos são evidências de atividades organizacionais e que devem ser gerenciados de forma integrada, desde o momento de sua criação até seu possível descarte. O modelo propõe que as atividades arquivísticas — captura, organização, pluralização e institucionalização — não aconteçam em sequência, mas sim de maneira simultânea e interligada (Reed, 2005).

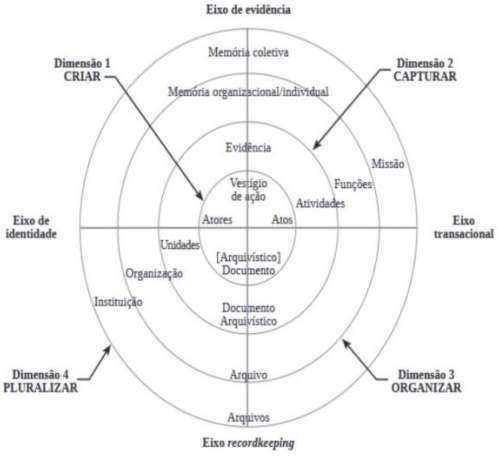
Outro importante protagonista no ressurgimento do pensamento continuum foi o arquivista norte-americano David Bearman, cuja contribuição teórica e prática teve grande impacto na consolidação de abordagens contemporâneas voltadas à gestão de documentos digitais. Destaca-se, entre suas obras, *Archival Methods: arrangement and description*, publicada em 1989, como referência fundamental nesse processo. Bearman pautou suas pesquisas na necessidade de repensar os modelos tradicionais de organização arquivística, enfatizando a urgência de intervenções precoces nos processos de descrição documental (Cumming, 2010, tradução nossa). Para a autora, a descrição não deveria ocorrer somente no momento do recolhimento dos documentos aos arquivos permanentes, mas ser incorporada desde as fases iniciais do ciclo de vida documental, de forma a garantir a representação fidedigna dos contextos de produção, função e uso. Tal perspectiva contribui para o fortalecimento de uma abordagem mais integrada e dinâmica, alinhada aos princípios do modelo Records Continuum.

Diferente do modelo tradicional, que segmenta a vida dos documentos em fases distintas (criação, uso ativo, arquivamento e descarte), o Modelo *Records Continuum* considera que os documentos existem em um continuum onde múltiplas dimensões e camadas de ações arquivísticas ocorrem simultaneamente. Essa abordagem é especialmente relevante na gestão de documentos arquivísticos digitais, devido à complexidade e ao dinamismo dos ambientes digitais.

Esse modelo então, baseia-se em novas abordagens e maneiras de se conceber os documentos, especialmente no que se refere a seus usos em diferentes circunstâncias e momentos do ciclo documental, considerando-se os aspectos indissociáveis do contexto de produção do documento.

O Modelo *Records Continuum* apresenta, pois, algumas "dimensões" ou estágios em sua estrutura, com fins de funcionamento em um ciclo mais "enxuto" e integrado, incluindo para tanto diversos "contextos" e usos dos documentos. Estas dimensões "... estão relacionadas aos processos arquivísticos de criação, captura, organização e pluralização" (Costa Filho, 2020, pp. 128). Essas dimensões idealizadas por Upward (2000), e interpretadas aqui por Costa Filho (2020), permitindo melhor compreensão na figura 1 abaixo e descritas posteriormente:

Figura 1 – Ciclo do Modelo Records Continuum



Fonte: Adaptado de Upward, F. (1996). Structuring the records continuum – part one: post-custodial principles and properties...

Dimensão 1 - Criar: refere-se ao momento em que indivíduos estão envolvidos em atividades criativas. A informação registrada se dissemina a partir do ato de sua criação. A criação é uma dimensão de interseção e a ênfase é na autenticidade e na confiabilidade do documento.

Dimensão 2 - Capturar: é o processo pelo qual as comunicações são organizadas em uma estrutura que possibilita o uso consistente e coerente das informações por diferentes grupos. Isso inclui a adição de metadados, que destacam a informação do contexto imediato de sua criação, sendo considerada uma dimensão de rotinização.

Dimensão 3 - Organizar: refere-se à necessidade de estruturar informações para uma variedade de participantes que não utilizam as mesmas estruturas de interação do grupo original. Frequentemente, é necessário estabelecer entendimentos e estruturas navegáveis dentro dos sistemas para que a informação possa ser compartilhada em diferentes contextos e momentos.

Dimensão 4 - Pluralizar: refere-se ao processo de disseminação da informação para além dos contextos organizacionais, alcançando totalidades sociais mais amplas e pessoais, além das visões individuais onde os processos de criação e captura ocorreram. A última dimensão está relacionada à incorporação dos documentos na memória institucional, assegurando que sejam preservados como parte do patrimônio da organização ou sociedade.

No gerenciamento de documentos arquivísticos digitais, o Modelo *Records Continuum* é particularmente relevante porque permite uma abordagem mais flexível e dinâmica. Em ambientes digitais, os documentos podem ser criados, acessados, compartilhados e armazenados em tempo real e em múltiplos formatos. A perspectiva do *continuum* ajuda a integrar essas diversas atividades, assegurando que a integridade, autenticidade, acessibilidade e preservação dos documentos sejam mantidas ao longo do tempo, independentemente de onde ou como eles são utilizados (Reed, 2005).

Sendo assim, o Modelo *Records Continuum* nasce então, diante da necessidade de um modelo que vá além de fases lineares no processo de gestão de documentos, adotando uma abordagem holística capaz de lidar com as complexidades inerentes ao ambiente digital, transformando todas as etapas da gestão e modificando por completo a maneira de se produzir, armazenar, recuperar e utilizar os documentos, levando em conta as diversas necessidades e contextos para acesso e uso destes mesmos documentos em ambientes arquivísticos digitais.

Integração da preservação ao Modelo Records Continuum de gerenciamento de documentos: requisitos e dimensões

Soluções em preservação digital requerem o atendimento a certos requisitos funcionais e não funcionais para que os objetivos desejados sejam alcançados. Vários autores retratam alguns requisitos a serem analisados com vistas à preservação digital de objetos (documentos) digitais passíveis de interpretação e posterior aplicação levando-se em conta a realidade e a estrutura das organizações, bem como os diversos contextos de produção e posterior gestão dos documentos em ambientes arquivísticos digitais.

Em relação aos requisitos para preservação digital destacam-se nesse cenário alguns organismos e modelos de referência, a exemplo do *Consultative Committee for Space Data Systems* (CCSDS), que desenvolveu em sua primeira versão em 2003, um Modelo de Referência, conhecido como OAIS (*Open Archival Information System*), com o objetivo de padronizar as atividades de preservação digital. Esse modelo, que especifica os critérios fundamentais para iniciativas de preservação digital, rapidamente se tornou uma norma internacional, regulamentada inicialmente pela ISO 14721:2012, e recentemente atualizada (ISO 14721:2025) que define o modelo de referência para um sistema de informação arquivística aberto (OAIS) (Márdero Arellano, 2012).

Dessa forma, o OAIS ou Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI)[1], esquema conceitual que normaliza um sistema de repositório direcionado para a preservação e o acesso à informação digital em longo prazo, define um modelo funcional e de informação, o qual especifica as operações a serem feitas pelo sistema e as informações registradas por metadados requeridas para a representação dos materiais mantidos e o arquivamento digital de longo prazo (Formenton & Gracioso, 2020).

Os metadados desse modo, são empregados, por exemplo, em bibliotecas, museus e arquivos, contextos nos quais desempenham funções que extrapolam a mera identificação e descrição dos documentos, abrangendo também diversas outras seções e processos informacionais (Brito & Martínez Ávila, 2019), como a descrição das estratégias de preservação digital aplicadas aos documentos arquivísticos durante seu ciclo de vida.

Segundo Campos (2007), em repositórios, os metadados são amplamente utilizados para fins de administração, acesso, preservação e uso das coleções. Nas instituições que utilizam repositórios, sua aplicação vai além da simples identificação e descrição dos objetos informacionais, abrangendo também a explicitação de condições adequadas de gerenciamento, as relações entre os objetos da coleção, suas funções, formas de uso, comportamentos, contextos de criação e exigências para a preservação.

Tomando por base o Modelo de referência OAIS, aliados aos estudos e considerações de outros autores, também respaldados neste modelo, Formenton & Gracioso (2020), idealizaram um conjunto de cinco (5) requisitos básicos para preservação digital, podendo ser assim compreendidos:

1. É essencial **manter uma política de preservação** que envolva a elaboração, implantação e manutenção de diretrizes, objetivos e métodos institucionais para o arquivamento de coleções digitais. Essa política deve definir claramente os tipos de informações ou elementos do objeto digital que serão selecionados, considerando a natureza multimídia, hipertextual e dinâmica dos conteúdos digitais.
2. É fundamental **assegurar a fidedignidade, autenticidade e integridade** dos objetos digitais, garantindo que o item acessado seja exatamente aquele desejado. Mesmo após alterações ou deslocamentos resultantes de medidas de preservação, como migrações contínuas de suportes, formatos e versões, o objeto deve manter sua identificação e localização precisas, preservando seu conteúdo, layout e funcionalidades originais ao longo do tempo.
3. É importante **preservar o contexto dos objetos digitais**, o que inclui a proteção das dependências específicas de hardware e software que os definem, as razões para sua criação, seus modos de distribuição e as relações com outros objetos. Sempre que possível, deve-se adotar padrões e formatos abertos, amplamente estabelecidos e aceitos por órgãos oficiais reconhecidos, tanto nacionais quanto internacionais, o que garante maior independência em relação a desenvolvedores, fabricantes ou fornecedores, facilitando a análise das especificações dos formatos e o acesso às informações armazenadas.
4. É imprescindível **preservar a proveniência dos objetos digitais**, identificando sua origem, cadeia de custódia e detalhando o histórico de alterações por meio de metadados de preservação digital. Isso é fundamental para comprovar ou garantir a autenticidade e a integridade do objeto, além de apoiar sua reconstituição, consistência e persistência ao longo do tempo.
5. É crucial **manter a recuperação dos objetos digitais** por meio da implementação e revisão constante de uma política de backup. Essa política deve priorizar a replicação dos objetos digitais e seus metadados em locais fisicamente separados, além de utilizar uma combinação de diferentes tecnologias de armazenamento. O objetivos é garantir o acesso e a restauração dos dados de maneira confiável, íntegra e segura.

Compreende-se, portanto, que os cinco (5) requisitos, sugeridos para discussão e

adaptação por organizações comprometidas com a preservação a longo prazo de informações digitais, visam, principalmente, proteger os objetos digitais e garantir o acesso contínuo e utilizável a seus conteúdos. Dessa forma, esses requisitos refletem os princípios fundamentais das estratégias de preservação digital.

Apesar de cada requisito possuir suas particularidades, todos estão interligados e têm como elementos essenciais a construção de uma política de preservação e a criação de metadados específicos para essa finalidade. Devido ao seu caráter abrangente, esses requisitos continuam sendo utilizados como critérios de referência na concepção da preservação digital (Formenton & Gracioso, 2020).

Com base nas informações apresentadas no Quadro 1, bem como na literatura nacional e internacional, buscou-se identificar relações e promover análises sobre a integração entre preservação digital e determinados requisitos ou princípios propostos por Formenton & Gracioso (2020), ao Modelo *Records Continuum* de gestão de documentos, que estrutura-se em suas quatro (4) dimensões: "Criar", "Capturar", "Organizar e "Pluralizar" - conforme Upward (2000). A seguir apresenta-se um quadro síntese com informações e relações identificadas.

Quadro 1 – Relações entre as dimensões de Upward (2000) e os princípios/requisitos de Formenton & Gracioso (2020)

Dimensões Upward(2000)		**Princípios (Requisitos) Formenton & Gracioso (2020)**
1	**CRIAR**	**Princípio 2** - o objeto deve manter sua identificação e localização precisas, preservando seu conteúdo, layout e funcionalidades originais ao longo do tempo; **Princípio 4 -** é imprescindível preservar a proveniência dos objetos digitais, identificando sua origem**,** incluindo especificamente o contexto de criação**;**
A informação registrada se dissemina a partir do ato de sua criação;		
2	**CAPTURAR**	**Princípio 1** - manter uma política de preservação que envolva a elaboração, implantação e manutenção de diretrizes, objetivos e métodos institucionais para o arquivamento de coleções digitais; **Princípio 2** - o objeto deve manter sua identificação e localização precisas, preservando seu conteúdo, layout e funcionalidades originais ao longo do tempo; **Princípio 3** - a importância de se preservar o contexto dos objetos digitais, referindo-se à adoção de padrões e formatos abertos; **Princípio 4** - preservar a proveniência dos objetos digitais, identificando sua origem, algo fundamental para comprovar ou garantir a autenticidade e a integridade do objeto digital;
Possibilita o uso consistente e coerente das informações por diferentes grupos, incluindo a adição de metadados, que destacam a informação do contexto imediato de sua criação;		
3	**ORGANIZAR**	**Princípio 3** - a importância de se preservar o contexto dos objetos digitais, referindo-se à adoção de padrões e formatos abertos; **Princípio 4** - preservar a proveniência dos objetos digitais, identificando sua origem, algo fundamental para comprovar ou garantir a autenticidade e a integridade do objeto digital; **Princípio 5** - estabelece a necessidade crucial de manter a recuperação dos objetos digitais;
É necessário estabelecer entendimentos e estruturas navegáveis dentro dos sistemas para que a informação possa ser compartilhada em diferentes contextos e momentos, além do controle de acessos e tipos de usuários.		
4	**PLURALIZAR**	**Princípio 1** - manter uma política de preservação que envolva a elaboração, implantação e manutenção de diretrizes, objetivos e métodos institucionais para o arquivamento de coleções digitais; **Princípio 5** - estabelece a necessidade crucial de manter a recuperação dos objetos digitais;
Refere-se ao processo de disseminação da informação para além dos contextos organizacionais, alcançando totalidades sociais mais amplas e pessoais		

Fonte: Elaboração própria (2025)

Conforme informações apresentadas do Quadro 1, a Dimensão 1 do Modelo *Records Continuum*, trata da **Criação** dos documentos, referindo-se ao momento em que indivíduos estão envolvidos em atividades criativas, onde a informação registrada se dissemina a partir do ato de sua criação, sendo esta uma dimensão de interseção com ênfase na autenticidade e na confiabilidade do

documento. Diz respeito então, segundo McKemmish (2001), "[...] ao *locus* da ação, ou seja, a área onde as ações acontecem, incluindo as representações das ações em documentos".

Interliga-se, neste caso, ao que está expresso nos (Princípios 2 e 4) analisados por Formenton e Gracioso (2020), onde ressalta nestes princípios, respectivamente (Princípio 2) que é fundamental **assegurar a fidedignidade, autenticidade e integridade** dos objetos digitais, garantindo que o item acessado seja exatamente aquele desejado, ou seja, o objeto deve manter sua identificação e localização precisas, preservando seu conteúdo, layout e funcionalidades originais ao longo do tempo. E no (Princípio 4), fixando que é imprescindível **preservar a proveniência dos objetos digitais**, identificando sua origem, algo fundamental para comprovar ou garantir a autenticidade e a integridade do objeto digital, incluindo especificamente o contexto de criação, e ações imediatas quanto à preservação dos documentos.

Na Dimensão 2 do Modelo *Records Continuum*, com a finalidade de **capturar**, diz respeito ao processo pelo qual as comunicações são organizadas em uma estrutura que possibilita o uso consistente e coerente das informações por diferentes grupos. Isso inclui a adição de metadados, que destacam a informação do contexto imediato de sua criação, sendo considerada uma dimensão de rotinização.

Já esta dimensão, associa-se diretamente aos (Princípios 1, 2, 3 e 4), no instante em que trata o (Princípio 1) de **manter uma política de preservação** que envolva a elaboração, implantação e manutenção de diretrizes, objetivos e métodos institucionais para o arquivamento de coleções digitais, considerando a natureza multimídia, hipertextual e dinâmica dos conteúdos digitais. Ao que em complemento, o (Princípio 2) ressalta que é fundamental **assegurar a fidedignidade, autenticidade e integridade** dos objetos digitais, garantindo que o item acessado seja exatamente aquele desejado, ou seja, o objeto deve manter sua identificação e localização precisas, preservando seu conteúdo, layout e funcionalidades originais ao longo do tempo, refletindo neste caso diretamente à representação adequada por meio de metadados.

Junto a isso, também interliga-se ao (Princípio 3) que pontua a importância de se **preservar o contexto dos objetos digitais**, referindo-se à adoção de padrões e formatos abertos, amplamente estabelecidos e aceitos por órgãos oficiais reconhecidos, tanto nacionais quanto internacionais, o que garante maior independência em relação a desenvolvedores, fabricantes ou fornecedores, facilitando a análise das especificações dos formatos e o acesso às informações armazenadas, incluindo especificamente o contexto de criação, e ações imediatas quanto à preservação dos documentos.

Por último, a Dimensão 2 também associa-se ao que prega o (Princípio 4) que diz respeito a **preservar a proveniência dos objetos digitais**, identificando sua origem, algo fundamental para comprovar ou garantir a autenticidade e a integridade do objeto digital, incluindo especificamente o contexto de criação, e ações imediatas quanto à preservação dos documentos.

No que se refere à Dimensão 3, que propõe a **Organização**, reportando à necessidade de estruturar informações para uma variedade de participantes que não utilizam as mesmas estruturas de interação do grupo original, relacionadas principalmente a chaves e autorizações de acesso aos documentos. Frequentemente, é necessário estabelecer entendimentos e estruturas navegáveis dentro dos sistemas para que a informação possa ser compartilhada em diferentes contextos e momentos, além do controle de acessos e tipos de usuários.

Dessa maneira, é possível aliar a Dimensão 3 ao que se estabelece nos (Princípios 3, 4 e 5), onde inicialmente o (Princípio 3) fixa a necessidade de se **preservar o contexto dos objetos digitais**, o que inclui a proteção das dependências específicas de hardware e software que os definem, as razões para sua criação, seus modos de distribuição e as relações com outros objetos, relações estas que definem sobremaneira, o modo como estes mesmos objetos são compartilhados.

Em relação ao (Princípio 4), a relação estabelecida dá-se por meio de seu objetivo de **preservar a proveniência dos objetos digitais**,

identificando sua origem, algo fundamental para comprovar ou garantir a autenticidade e a integridade do objeto digital, incluindo especificamente o contexto de criação, e ações imediatas quanto à preservação dos documentos.

E por último, a associação direta da Dimensão 3 ao que se institui no (Princípio 5) estabelecendo a necessidade crucial de manter **a recuperação dos objetos digitais**. Essa política deve priorizar a replicação dos objetos digitais e seus metadados em locais fisicamente separados, além de utilizar uma combinação de diferentes tecnologias de armazenamento. O objetivo é garantir o acesso e a restauração dos dados de maneira confiável, íntegra e segura ao longo das gerações, figurando como patrimônio institucional e coletivo.

Por último temos a Dimensão 4, que trata de **Pluralizar**, relacionando-se ao processo de disseminação da informação para além dos contextos organizacionais, alcançando totalidades sociais mais amplas e pessoais, além das visões individuais onde os processos de criação e captura ocorreram. A última dimensão está relacionada à incorporação dos documentos na memória institucional, assegurando que sejam preservados como parte do patrimônio da organização ou sociedade.

Relacionados à Dimensão 4, estaria neste caso associado aos (Princípios 1 e 5), ao que de início o Princípio 1, prioriza a **manutenção de uma política de preservação** que envolva a elaboração, implantação e manutenção de diretrizes, objetivos e métodos institucionais para o arquivamento de coleções digitais, considerando a natureza multimídia, hipertextual e dinâmica dos conteúdos digitais. Aliado a isso, Dimensão 4 integra-se ao (Princípio 5) onde torna-se imprescindível manter e garantir **a recuperação dos objetos digitais**. Essa política de acesso e recuperação deve priorizar a replicação dos objetos digitais e seus metadados em locais fisicamente separados, além de utilizar uma combinação de diferentes tecnologias de armazenamento. O objetivo é garantir o acesso e a restauração dos dados de maneira confiável, íntegra e segura ao longo das gerações, figurando como patrimônio institucional e coletivo.

Observa-se, pois, que todos os cinco (5) princípios para preservação digital abordados nos estudos de Formenton & Gracioso (2020) e pautados no Modelo de referência OAIS, podem ser utilizados em consonância com a estrutura do Modelo *Records Continuum*, já que todos eles, como se propôs e apresentou-se por meio deste estudo, interligam-se diretamente às quatro (4) Dimensões: “Criar”, “Capturar”, “Organizar e “Pluralizar” propostas por Upward (2000).

Considerações Finais

A conscientização e a formação continuada dos integrantes de sistemas de gestão em ambientes arquivísticos digitais são fundamentais para sensibilizar e ampliar a compreensão sobre a importância de desenvolver práticas adequadas que garantam a manutenção do acesso e uso adequado dos documentos digitais alinhando os esforços de todos os envolvidos ao objetivo precípuo da garantia de acesso aos registros digitais por meio da preservação digital.

Torna-se essencial que a preservação dos documentos arquivísticos digitais se inicie no momento de sua criação, ou até mesmo antes. Isso se deve à necessidade de considerar o planejamento das potencialidades das tecnologias de informação e comunicação envolvidas, bem como os procedimentos necessários para garantir a conformidade legal e normativa institucional dos documentos produzidos, incluindo os sistemas informatizados que irão gerenciar esses documentos.

Desse modo, algumas soluções são apresentadas como proposta e alternativa direta para implementação da preservação digital em ambientes arquivísticos digitais. Uma delas refere-se ao Modelo *Records Continuum* de gerenciamento de documentos, apresentando por meio de suas dimensões; uma visão distinta do tradicional modelo do ciclo de vida, compreendendo toda a extensão de existência de um documento e referindo se a um regime consistente e coerente de processos de gestão desde o momento de criação dos documentos. Ou seja, a proposta do Modelo *Records Continuum* consiste em uma visão em que os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços

distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo.

Em face disto, este trabalho teve por objetivo analisar de que maneira, e em quais momentos a preservação digital pode ser contemplada no Modelo *Records Continuum* de gerenciamento de documentos, ou seja, se há possibilidades de integração da preservação digital ao Modelo *Records Continuum*", e as quatro (4) dimensões teorizadas por Upward (2000): "Criar", "Capturar", "Organizar e "Pluralizar", interpretadas por Costa Filho (2020), analisando para tanto alguns princípios de preservação digital pautados no Modelo de Referência OAIS (*Open Archival Information System*) e sintetizados por Formenton e Gracioso (2020).

Pelas análises descritas até então, evidenciaram-se relações diretas entre os princípios de preservação digital pautados no Modelo de Referência OAIS e referendados pelos estudos de Formenton & Gracioso (2020) e as dimensões específicas do Modelo *Records Continuum* defendidas por Upward (2000), demonstrando a integração da preservação digital em todos os seus aspectos e elementos, e contemplada de maneira significativa no Modelo Records Continuum de gerenciamento e tratamento de documentos.

Por fim, acredita-se que o presente trabalho se mostra relevante por sua tentativa de apresentar uma temática atual, especialmente no contexto brasileiro, onde as discussões e pesquisas no que se refere às relações entre a preservação digital e os modelos de gerenciamento de documentos mais atuais, tem se tornado cada vez mais emergentes, mas ainda escassos. Considera-se que os subsídios teóricos apresentados neste trabalho podem contribuir para estimular mais discussões acerca da preservação digital e do Modelo *Records Continuum*, de maneira separada ou mesmo inter-relacionadas.

Referências

Arquivo Nacional, Brasil. (2019). Recomendações para elaboração de política de preservação digital. Série: recomendações para gestão de documentos nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Rio de Janeiro: AN.

Bernardes, I. P., & Delattore, H. (2008) Gestão Documental aplicada. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Bodê, Ernesto. C. (2016). Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 9(2), 503-516. https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2425.

Brito, J. F., & Martínez-Ávila, D. (2019). Metadados de preservação digital na era de Big Data. In: Martínez-Ávila, D., Souza, E.A., & Gonzalez, M.E.Q. Informação, conhecimento, ação autônoma e big data: continuidade ou revolução? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. pp. 129-141. http://books.scielo.org/id/gfrbh/pdf/martinez-9788572490559-10.pdf.

Conselho Nacional de Arquivos – Brasil. (2012) Resolução n. 37, de 19 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes de presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: CONARQ.

Corrado, Edward. M. (2022). Digital preservation is not just a technology problem. Technical Services Quarterly, 39(2), 143-151. https://doi.org/10.1080/07317131.2022.2045432.

Costa Filho, C. M. A., & Sousa, R. T. B. (2017). Compreendendo o records continuum: Contextualização, objetivos e reflexões. Informação Arquivística, 6(2), 34-60. https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/117

Costa Filho, C. M. A. (2020). Records continuum: limitações do ciclo vital dos documentos na era pós-custodial e as contribuições da arquivologia australiana. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed.

Cumming, K. (2010). Ways of seeing: contextualising the continuum. Records Management Journal, 20(1), 41-52. http://dx.doi.org/10.1108/09565691011036224

Duranti, Luciana. (2010). The long-term preservation of the digital heritage: the case of universities institutional repositories. JLIS.it, Macerata, 1(1), 157-168.

https://www.jlis.it/index.php/jlis/article/view/368.

Formenton, D., & Gracioso, L. S. (2020). Preservação digital: desafios, requisitos, estratégias e produção científica. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 18(00). https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8659259

Grácio, J. C. A. (2012). Preservação digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior [Internet]. São Paulo: Cultura Acadêmica. https://repositorio.unesp.br/handle/11449/113727

Grácio, J. C. A., Troitiño, S., Madio, T. C. de C., Brega, J. R. F., & Moraes, M. B. (2020). Modelo para elaboração de políticas de preservação digital de documentos de arquivo por instituições de ensino superior: o caso da Unesp. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, 14(3). https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2111

Instituto Federal do Sergipe (IFS). (2016). Manual de organização de documentos digitais. Sergipe: IFS, 26p. https://www.ifs.edu.br/images/cgpa/gestao_documental/MANUAL_DOC_DIGITAIS_5V_ 1-convertido.pdf

International Organization for Standardization - ISO 14721. (2025). Space Data System Practices - Reference model for an open archival information system (OAIS). https://www.iso.org/standard/87471.html

Lacombe, C. R., Lousada, M., & Reis, R. D. S. (2020). O documento arquivístico digital e sua preservação: alguns aspectos sobre presunção de autenticidade. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de janeiro, 19, 137-156. http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/o-documento-arquivistico-digital-e-sua-preservacao-alguns-aspectos-sobre-presuncao-de-autenticidade/

Losh, S., Rambo, C. A., & Ferreira, J. L. (2023). A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 18(00). https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958.

Márdero Arellano, M. A. (2012). Critérios para a preservação digital da informação científica. 354 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação. http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/1518.

Mckemmish, S. (2001). Placing records continuum theory and practice. Archival Science, 1, 333-359. https://doi.org/10.1007/BF02438901.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf

Reed, Barbara. (2005). Reading the records continuum. Archives & Manuscripts, 33(1), 18-43. https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/9757

Rondinelli, R. (2012). Gestão de documentos digitais. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Santos, H. M., & Flores, D. (2019). Introdução aos conceitos básicos do modelo Open Archival Information System no contexto da arquivística. Acervo, Rio de janeiro, 32(1), 8-26. https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1029

Santos, H. M., Mazuco, F. C., & Flores, D. (2020). Preservação sistêmica de documentos arquivísticos digitais: uma perspectiva holística. Percursos, Florianópolis, 21(46), 1-20. http://portal.amelica.org/ameli/journal/815/8154526012/

Souza, L. G. S., & Aganette, E. C. (2022). Preservação digital: perspectivas e relações com a gestão documental e a cultura organizacional. Atoz: novas práticas em informação e conhecimento, 11, 1-13.

https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/82714

Upward, F. (1996). Structuring the records continuum part one: post-custodial principles and properties. Archives & Manuscripts, 24(2), 268-285. https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/8583.

Upward, F. (2000). Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond a personal reflection. Records Management Journal, 10(3), 115-139. https://doi.org/10.1108/EUM0000000007259.

NOTA:

[1] A ISO 14721 que trata do Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI) foi traduzida da NBR 15472/2007 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

MULHERES INDÍGENAS COMO TEMA DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS EM TESES DE DOUTORAMENTO DO BRASIL: BASE DE DADOS OÁSIS DO IBICT

Jaqueline Silva de Souza, Universidade Federal da Bahia, https://orcid.org/0000-0001-5743-780X , Brasil, jaquelinesou@gmail.com

Ângelo Augusto Abdalla Sastos, Universidade Federal da Bahia, 0009-0008-9465-860X, Brasil, angeloabdallaadv@gmail.com

Marco Tulio Moreira de Souza, Instituto Federal Baiano, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1758-3639, Brasil, mtmsouza2@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6562

Eixos Temáticos: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Resumo: Esta investigação resgata teses de doutoramento do Brasil com a temática de mulheres indígenas, de estudos etnográficos, apresentando um resumo articulado dos trabalhos importantes relativos a este domínio para servir como consulta e debate para aqueles interessados em pesquisar sobre o tema. Seu objetivo consiste em analisar a produção científica de teses de doutoramento do Brasil sobre o tema mulheres indígenas de metodologia etnográfica. A pesquisa possui nível descritivo de técnica de pesquisa bibliográfica e natureza qualitativa. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados oasis do ibict com os termos "mulheres indígenas", delimitando a busca pelo campo título e pelo tipo de documento tese e por ano de publicação entre 2020 a 2024. Os resultados indicaram que a temática

das mulheres indígenas como sujeitos de estudos etnográficos em teses de doutoramento no Brasil ainda é emergente, embora em crescimento. Considera-se assim, a necessidade de uma ampliação da literatura da área e sugere novos estudos.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas, Método Etnográfico, Tese de Doutorado, Igualdade Gênero.

Resumen: Esta investigación recupera tesis de doctorado de Brasil sobre la temática de mujeres indígenas en estudios etnográficos, presentando un resumen articulado de los trabajos más relevantes en este ámbito para servir como consulta y debate para quienes estén interesados en investigar sobre el tema. Su objetivo consiste en analizar la producción científica de tesis de doctorado en Brasil sobre mujeres indígenas desde una metodología etnográfica. La investigación es de nivel descriptivo, con técnica de investigación bibliográfica y enfoque cualitativo. Para ello, se realizó un levantamiento bibliográfico en la base de datos OASIS del IBICT utilizando los términos "mujeres indígenas", delimitando la búsqueda por el campo título, el tipo de documento (tesis) y el período de publicación entre 2020 y 2024. Los resultados indicaron que la temática de las mujeres indígenas como sujetos de estudios etnográficos en tesis de doctorado en Brasil aún es emergente, aunque en crecimiento. Por lo tanto, se considera necesaria una ampliación de la literatura en el área y se sugieren nuevos estudios.

Palabras clave: Mujeres Indígenas, Método Etnográfico, Tesis de Doctorado, Igualdad de Género.

Introdução

A etnografia segundo López (1999) é uma modalidade de investigação das Ciências Sociais que surge na antropologia cultural e sociologia qualitativa. É um modelo alternativo à investigação tradicional utilizada pelos cientistas sociais para estudar a realidade Social.

Mulheres indígenas participam de projetos em espaços de decisão dentro e fora de suas comunidades. E apoiar a construção de espaços internos de tomada de decisão constituídos exclusivamente por mulheres indígenas, permite que mulheres possam trocar informações em comunidades indígenas por todo o Brasil. Mas para que esses projetos avancem é de grande valia e necessidade o apoio de instituições governamentais promoverem a igualdade de gênero de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas.

Segundo Luciano Baniwa (2006), mulheres indígenas têm funções socioeducativas fundamentais para a continuidade do seu grupo. Pois, possui um papel relevante na manutenção cultural e alternativas econômicas da sua comunidade.

Dessa forma, surgiu a presente questão de pesquisa: como está sendo estudada em âmbito nacional, no Brasil, a temática sobre mulheres indígenas em estudos etnográfica em teses de doutoramento?

Para alcançar a resposta da supramencionada questão, o objetivo desta investigação é analisar a produção científica de teses de doutoramento do Brasil sobre o tema mulheres

indígenas de metodologia etnográfica. Deste modo, a pesquisa possui nível descritivo de técnica de pesquisa bibliográfica e natureza qualitativa. Realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados oasis do ibict com os termos "mulheres indígenas", delimitando a busca pelo campo assunto, pelo tipo de documento tese e pelo ano de publicação entre 2020 a 2024.

Os resultados indicam que a temática ainda é um assunto emergente. Considera-se assim, a necessidade de uma ampliação da literatura da área e sugere novos estudos.

Investigação Etnográfica

Segundo Woods (1987), a investigação etnográfica essencialmente consiste em uma descrição dos eventos que tem lugar na vida do grupo, com especial consideração das estruturas sociais e a conduta dos sujeitos como membros do grupo, assim como de suas interpretações e significados da cultura a pertencem.

Foi no século XX que a etnografia, decorrente da antropologia cultural, iniciou avanços em pesquisas. Antropólogos realizaram pesquisas com povos primitivos e viveram, por um período, entre eles para estudar a comunidade de perto. Esta investigação é essencial para a descrição dos eventos da vida de grupo sociais e dos sujeitos dos grupos. Por descrever fenômenos, estudar pessoas em seu habitat natural e observar sua forma de vida. Além de estudar os agentes sociais e indicar dados de livre juízo de valor sobre as observações.

Deste modo, a etnografia é um método que descrever crenças, valores, perspectivas, motivações e o modo em que tudo isso se desenvolve ou combina dentro de um grupo, desde as perspectivas de seus membros, para observar e analisar a prática de certos acontecimentos, como meio de formação reflexiva

Agenda 2030: ODS 5 Igualdade de Gênero

Em setembro de 2015 os chefes de Estado e de Governo e altos representantes, se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York para a criação do novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, a agenda 2030.

A temática igualdade de gênero faz parte dos 17 ODS, que solicita empoderar todas as mulheres e meninas para assim, segundo a ONU "Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas."

Dessa forma, as mulheres do campo e da floresta necessitam de atenção, principalmente em pesquisas científicas. Pois, essa temática ainda é insuficiente no âmbito da produção de conhecimentos.

4 Procedimentos Metodolólogico

Para responder à pergunta norteadora da pesquisa: como está sendo estudada, em âmbito nacional, a temática sobre mulheres indígenas em estudos etnográficos em teses de doutoramento no Brasil? desenvolveu-se um estudo descritivo que segundo Gil (2008), descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Estabeleceu a técnica de pesquisa bibliográfica segundo Boccato (2006, p. 266), busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. De pesquisa qualitativa, que de acordo com Creswell (2007, p. 187), é fundamentalmente interpretativa, ou seja, o pesquisador faz uma interpretação dos dados partindo de uma visão holística dos fenômenos sociais. Realizou-se uma análise minuciosa, considerando a complexidade dos dados e respeitando sua forma de registro.

Dessa forma, a investigação foi realizada em etapas:

- Etapa I – Coleta

b) Em primeiro momento, realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados oásis do Ibict, por ser a principal base de teses brasileiras. Utilizando-se os termos “mulheres indígenas”, Optou-se pela busca por título, recuperando 335 documentos.

b) Para a seleção dos documentos definiu-se os critérios de tipo de documento “tese” e de língua portuguesa. Ano de publicação, uma delimitação cronológica entre o período de “2020 a 2024”. Assim, dos 335 textos recuperados apenas 19 (dezenove) documentos foram indicados para a revisão final.

A coleta dos dados ocorreu no mês de julho de 2025.

c) Etapa II– Análise e a interpretação dos dados.

c) Elaboração do instrumento, o formulário em planilha do Excel.

c) No que se refere a análise dos resultados, optou-se por fazer um resumo articulado de teses de título mulheres indígenas de metodologia etnográfica. A criação de categorias foi através da leitura completa dos artigos, com ênfase nos seguintes elementos: título, resumo, objetivos, metodologia e resultados. Em relação a metodologia optou-se por teses que realizaram como método etnográfico, apresentando assim as suas características.

Resultados

Os resultados foram organizados em categorias elaboradas a partir das teses selecionadas, que foram:

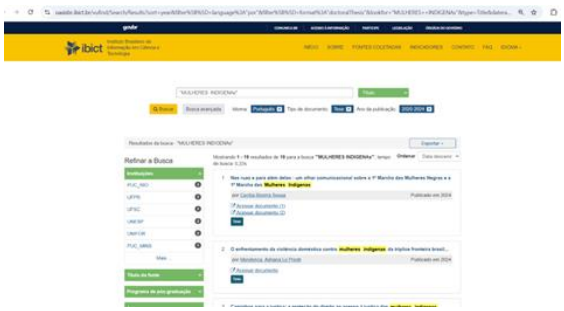
Tabela 1: Quantidade de Publicações por Ano.

N	ANO DE PUBLICAÇÃO	TOTAL
1	2024	3
2	2023	5
3	2022	4
4	2021	4
5	2020	3
	TOTAL	**19**

Fonte: Elaborados pelos autores (2025).

O ano de 2023 foi o de maior número de publicações de teses com a temática mulheres indígenas, com o total de 5 publicações.

Figura 1: Homepage Ossis- Resultados



Fonte: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&filter%5B%5D=language%3A%22por%22&filter%5B%5D=format%3A%22doctoralThesis%22&lookfor=%22MULHERES++INDIGENAs%22&type=Title&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2020&publishDateto=2024 (2024).

Quadro 1: Teses

Nº	Autor/a)	Título / link	Instituição / Ano/ Metodologia / Resumo
1	**Cecília Bizerra Sousa**	Nas ruas e para além delas: um olhar comunicacional sobre a 1ª Marcha das Mulheres Negras e a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas	**UFMG / 2024** **Metodologia**: Análise de entrevistas (10 líderes) e modelo praxiológico da comunicação. **Resumo**: Examina as interações comunicativas nas marchas, destacando a ruptura com o "lugar social de imposição" e a ocupação do "lugar de emancipação".
2	**Adriana Lo Presti Mendonça**	O enfrentamento da violência doméstica contra mulheres indígenas da tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru à luz do novo constitucionalismo latino-americano	**UNIFOR / 2024** **Metodologia**: Pesquisa dedutivo-comparativa, análise documental e bibliográfica. **Resumo**: Propõe parâmetros para o Judiciário combater a violência doméstica, destacando a dupla vitimização

			das mulheres indígenas.
3	**Roberta Kelly Silva Souza**	Caminhos para a justiça: a proteção do direito ao acesso à justiça das mulheres indígenas Yanomamis e a proposta da Justiça Tribal	**NIFOR / 2024** **Metodologia**: Pesquisa descritiva e exploratória, análise de casos internacionais. **Resumo**: Defende a implementaçã o de um sistema de Justiça Tribal adaptado à realidade brasileira.
4	**Taisa Lewitzki**	Águas e movimentos: mulheres indígenas, meio ambiente e organização política no contexto do território indígena Mendonça	**UFRN / 2023** **Metodologia**: Etnografia em território semiárido. **Resumo**: Analisa relações hidrossociais e resistência das mulheres indígenas na gestão da água.
5	**Anni Marcelli Santos de Jesus**	O enfrentamento da violência doméstica pelas mulheres indígenas do alto Rio Negro à luz da teoria decolonial	PUC Minas /2023 **Metodologia**: Abordagem decolonial e pluralismo jurídico. **Resumo**: Discute violência de gênero e justiça comunitária em comunidades indígenas.
6	**Blenda Cunha Moura**	"Livre pela minha natureza": histórias de mulheres indígenas na Amazônia Colonial	UFPR / 2023 **Metodologia**: Análise histórica e documental. **Resumo**: Reconstitui a agência de mulheres indígenas na resistência ao colonialismo na Amazônia.
7	**Caroline Machado Costa**	Entre corpo-território e racismos: narrativas de mulheres indígenas vivendo em contextos urbanos na Grande SCFlorianópolis (SC)	UFSC / 2023 **Metodologia**: Entrevistas e análise benjaminiana. **Resumo**: Explora a interseção entre racismo, gênero e urbanização a partir de narrativas indígenas.
8	**Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild**	Articulação das mulheres indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes	UFSC / 2023 **Metodologia**: Etnografia e análise de redes. **Resumo**: Examina a formação da ANMIGA e a articulação política das mulheres indígenas.
9	**Ildete Freitas Oliveira**	Formação superior e ressignificação do papel etnopolítico de mulheres indígenas na esfera pública no Alto Solimões/Amazo nas	UFAM / 2022 **etodologia**: Entrevistas e observação participante. **Resumo**: Destaca o protagonismo de mulheres indígenas egressas do ensino superior na política local
10	**Kleber Prado Liberal Rodrigues**	Perfil antropométrico das mulheres indígenas do Parque das Tribos (Manaus-AM) como fator de risco para enfermidades	UNESP / 2022 **Metodologia**: Entrevistas e observação participante. **Resumo**: Destaca o protagonismo de mulheres indígenas egressas do ensino superior na política local

11	**Silvely Brandes**	Diálogos sobre o bem viver: uma leitura de enunciados de resistência de mulheres indígenas brasileiras através da escrita	UFPR / 2022 **Metodologia**: Análise discursiva (Bakhtin) de obras literárias indígenas. **Resumo**: Explora a filosofia do "bem viver" na literatura de autoras como Eliane Potiguara e Márcia Kambeba.
12	**Janaina Betto**	Presença, chamado, reflorestar: criações políticas da marcha das mulheres indígenas	UFSM / 2022 **Metodologia**: Etnografia das marchas indígenas (2019 e 2021). **Resumo**: Analisa a cosmopolítica das mobilizações, destacando corpos, ancestralidade e território.
13	**Rafaela Maia Carvalho**	Pela tekohização da vida: corpo, território e (in)segurança de mulheres indígenas nos estudos críticos de Relações Internacionais	PUC-Rio / 2021 **Metodologia**: Abordagem decolonial e estudo de caso (Guarani-Kaiowá). **Resumo**: Discute a insegurança ontológica de mulheres indígenas a partir do conceito de "corpo-território".
14	**Patrícia Costa Ataide**	Kuzàgwe: fazeres e saberes de mulheres indígenas Tentehar em Grajaú-MA	UNICAMP / 2021 **Metodologia**: Etnografia e entrevistas. **Resumo**: Documenta saberes tradicionais e escolares de mulheres Tentehar, com foco em educação e território.
15	**Claudia Regina Cinti Corrêa Porto**	Perfil epidemiológico e rastreamento de infecções genitais em mulheres indígenas do Xingu	UNIFESP / 2021 **Metodologia**: Estudo clínico com PCR e citologia. **Resumo**: Identifica alta prevalência de HPV e clamídia, com baixa detecção de gonorreia.
16	**Bruna Amaral Dávalo**	Prisioneira invisível: o caso de uma mulher indígena no Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul	UNESP / 2021 **Metodologia**: Estudo de caso e psicologia social crítica. **Resumo**: Analisa a perda de identidade indígena de uma mulher Guarani-Kaiowá no sistema prisional.
17	**Luma Freitas Lessa**	Amansando o empoderamento: a mobilização das mulheres indígenas no Brasil indigenizando o debate sobre gênero	PUC-Rio / 2020 **Metodologia**: Análise discursiva decolonial. **Resumo**: Examina a ressignificação do conceito de

			empoderamento pelas mulheres indígenas.
18	**Heliene Rosa da Costa**	Identidades e ancestralidades das mulheres indígenas na poética de Eliane Potiguara	UFU / 2020 **Metodologia**: Análise literária. **Resumo**: Explora a construção identitária na obra "Metade Cara, Metade Máscara".
19	**Luana Lazzeri Arantes**	Mulheres indígenas do Baixo Rio Tapajós (Pará) em exercício de mediação social	UFOPA / 2020 **Metodologia**: Entrevistas e observação participante. **Resumo**: Trajetórias de três lideranças indígenas na articulação política e acesso à educação superior.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

RESUMOS DAS TESES DE METODO ETNOGRÁFICO

3- Mulheres Indígenas, Água e Território: Relações Hidrossociais e Resistências no Território Mendonça (RN)

Esta tese investiga as relações entre mulheres indígenas, meio ambiente e organização política no contexto dos povos indígenas do estado do Rio Grande do Norte (RN), com foco nas formas de percepção, relação, conflito e demanda em torno da água. O estudo tem como objetivo compreender como as experiências, práticas e saberes das mulheres indígenas, especialmente no Território Mendonça, moldam as relações hidrossociais e configuram formas de engajamento territorial e resistência diante das desigualdades hídricas.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em uma etnografia desenvolvida por meio da escuta atenta às narrativas, deslocamentos e práticas cotidianas dessas mulheres. A pesquisa acompanhou suas movimentações entre fontes de água, comunidades e espaços de organização política, observando como a água se articula com os modos de vida, a memória, o território e os projetos de futuro.

Os resultados revelam que a água, mais do que recurso natural, é um elemento relacional, que estrutura vínculos entre terra, lugares, Estado e território, assumindo papel central nas lutas por justiça ambiental. Conceitos como escassez, paisagem hídrica, desigualdade e injustiça hídrica são mobilizados para apreender tais dinâmicas. A água-mulheres aparece como categoria transversal e vital, que expressa formas de cuidado, resistência e manutenção da vida no semiárido. Por fim, destaca-se a noção de furo como categoria nativa que traduz a autonomia territorial, as temporalidades da paisagem e as resistências enraizadas nas concepções indígenas de terra e futuro.

3- Redes de Mulheres, Águas e Territórios: Articulações Políticas e

Resistências de Mulheres Indígenas no Semiárido Potiguar

Esta tese tem como objetivo compreender as formas de organização, mobilização e resistência das mulheres indígenas a partir das redes que elas próprias constroem e atravessam — redes familiares, territoriais e nacionais —, observando como essas conexões sustentam as lutas pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. A pesquisa parte do Território Mendonça, no estado do Rio Grande do Norte, para investigar como as mulheres articulam práticas cotidianas e políticas em torno da defesa do território, da ancestralidade, da água, e da implementação de políticas públicas em áreas como saúde e educação.

A metodologia é de base etnográfica e situada, com forte envolvimento da pesquisadora enquanto mulher indígena integrante das redes que estuda. O trabalho baseia-se em narrativas, deslocamentos e vivências que revelam o movimento constante de ida e retorno entre diferentes escalas de atuação — locais e nacionais — em uma lógica de complementariedade que se inspira no dualismo clânico das cosmologias indígenas. O percurso metodológico valoriza a escuta, o corpo em movimento, os vínculos familiares e comunitários, além da participação ativa em redes como a **Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA).**

Os resultados evidenciam que as mulheres indígenas não apenas ocupam, mas constroem e fortalecem redes que articulam ancestralidade e futuro, política e cuidado, território e afeto. As redes não se sobrepõem nem se anulam, mas coexistem em fluxos que se entrelaçam, se separam e se reencontram, garantindo a continuidade das lutas e das formas indígenas de existir. A pesquisa mostra que a atuação das mulheres, mesmo quando distante geograficamente de suas comunidades, permanece enraizada em seus territórios de origem, e que essa circularidade fortalece tanto as pautas locais quanto os movimentos nacionais. A criação da ANMIGA é destacada como expressão concreta dessas articulações, reafirmando a centralidade das mulheres indígenas na luta por direitos, justiça ambiental e soberania territorial.

3- Políticas da Presença: Criações Políticas de Mulheres Indígenas nas Marchas Nacionais em Brasília (2019–2022).

Esta tese investiga as criações políticas das mulheres indígenas a partir de suas mobilizações em eventos nacionais como a 1ª e a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, realizadas em Brasília-DF nos anos de 2019 e 2021, respectivamente. O estudo tem como objetivo compreender como essas mulheres constroem alianças, manifestações e estratégias de resistência em face das políticas de morte promovidas pelo Estado e por seus

aliados anti-indígenas, afirmando, por meio de seus corpos, cantos, danças e palavras, uma política de presença vinculada à ancestralidade, à terra e ao cuidado.

A metodologia adotada é de caráter etnográfico e foi desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022, incluindo a participação direta da pesquisadora nos eventos presenciais das marchas, bem como nos encontros e mobilizações online realizados durante o período da pandemia da covid-19. A análise se apoia nas noções emergentes de **presença, chamado** e **reflorestar,** conceitos forjados a partir do campo e que traduzem os modos de existência, convocação e recriação da vida pelos quais as mulheres indígenas se colocam em movimento.

Os resultados apontam que as marchas são expressões de um "nós" coletivo, circunstancial e heterogêneo, que se articula por meio de uma **cosmocoreografia** — combinação de múltiplas manifestações corporais, sonoras e espirituais — em oposição às violências coloniais e à necropolítica. A política da presença afirma a centralidade do corpo, da terra e da ancestralidade como fundamentos da ação política, marcando o retorno do feminino não como essencialismo, mas como subversão das violências coloniais de gênero. A tese revela ainda que o chamado feito pelas mulheres indígenas é também dirigido à sociedade não indígena: um chamado à escuta, à ação e ao cuidado com a vida, por meio da ideia de **reflorestar**, compreendido como gesto político e ético de resistência e regeneração dos mundos indígenas.

A partir da articulação dessas três pesquisas, tendo a etnografia como eixo estruturante do trabalho de campo e da elaboração teórica. O método etnográfico, permitiu acompanhar os fluxos e deslocamentos das mulheres, escutar suas narrativas, observar suas práticas cotidianas e participar de eventos presenciais e virtuais que marcaram suas lutas e articulações, especialmente em um contexto de pandemia e intensificação da violência estatal contra os povos indígenas.

No Território Mendonça, a etnografia tornou possível apreender as relações hidrossociais a partir da vivência concreta das mulheres indígenas com a água, a escassez e o cuidado com a vida no semiárido. Os deslocamentos entre fontes de água, comunidades e espaços organizativos revelaram uma lógica territorial que não separa natureza e cultura, mas opera por meio de conexões entre corpo, terra, território e ancestralidade. Nesse contexto, o método etnográfico permitiu compreender como práticas cotidianas, como buscar água, cultivar, cuidar e resistir. São formas políticas enraizadas no território.

Já nas redes de articulação entre territórios locais e instâncias nacionais, a etnografia acompanhou o movimento constante de ida e volta das mulheres indígenas entre diferentes

escalas e espaços de luta. Essa circularidade, inspirada no dualismo clânico de suas cosmologias, revela uma complementariedade entre redes domésticas e políticas, reforçando o papel das mulheres como sustentadoras e articuladoras de conexões que integram luta, afeto, memória e futuro. O envolvimento direto da pesquisadora, enquanto mulher indígena e integrante dessas redes, enriqueceu a produção do conhecimento e fortaleceu uma etnografia comprometida com a escuta e a reciprocidade.

Por fim, nas Marchas das Mulheres Indígenas em Brasília, a etnografia foi fundamental para registrar o surgimento de noções como política da presença, cosmocoreografia, chamado da terra e reflorestar, conceitos que não surgem de um referencial teórico prévio, mas da escuta atenta aos corpos em movimento, aos cantos, às danças e aos modos de se colocar no mundo.

A presença dos corpos-territórios das mulheres indígenas em marcha revelou-se como forma política singular. O acompanhamento presencial e digital dessas marchas, incluindo os encontros online realizados durante a pandemia, permitiu captar os modos como as mulheres indígenas constroem um "nós" político heterogêneo, mas unificado pela ancestralidade, pela terra e pela luta.

Assim, a etnografia foi mais do que uma técnica de pesquisa: foi uma postura ética e política de escuta e presença, que possibilitou acessar os múltiplos sentidos da resistência indígena pelas vozes, corpos e experiências das mulheres. Através dela, foi possível compreender que a luta pela água, pela terra e pela vida se materializa em práticas cotidianas, redes de articulação e grandes mobilizações nacionais, compondo um campo político atravessado por ancestralidade, espiritualidade, cuidado e futuro.

Considerações

A investigação apresentada neste artigo evidenciou que a temática das mulheres indígenas como sujeitos de estudos etnográficos em teses de doutoramento no Brasil ainda é emergente, embora em crescimento. A análise da produção científica entre 2020 e 2024, realizada na base de dados Oasis do IBICT, revelou um total de 19 teses que abordam essa questão, com destaque para o ano de 2023, que concentrou o maior número de publicações. Esses trabalhos, embora diversos em suas abordagens metodológicas e focos temáticos, compartilham um compromisso comum: dar voz às mulheres indígenas, destacando suas lutas, saberes e resistências em contextos marcados por desigualdades históricas.

Os estudos etnográficos analisados demonstraram a importância do método para captar as complexidades das vivências indígenas, permitindo uma compreensão profunda das relações entre gênero, território, cultura e política. As pesquisas destacaram, por exemplo, o papel central das mulheres na

gestão da água, na articulação de redes de resistência e na reivindicação de direitos, reforçando sua agência tanto nas comunidades quanto em espaços nacionais de mobilização. Além disso, a intersecção entre os estudos etnográficos e a Agenda 2030, especialmente no que se refere ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), mostrou-se relevante para ampliar o debate sobre justiça social e inclusão.

Apesar dos avanços, os resultados apontam para a necessidade de ampliar a produção acadêmica sobre o tema, incorporando perspectivas decoloniais e fortalecendo a participação das próprias mulheres indígenas como pesquisadoras. A escassez de trabalhos em relação à magnitude das questões enfrentadas por essas mulheres — como violência de gênero, acesso à justiça e preservação cultural — sinaliza um campo fértil para futuras investigações.

Em síntese, este artigo não apenas mapeou a produção científica recente, mas também destacou o potencial da etnografia como ferramenta para desvelar narrativas silenciadas e promover transformações sociais.

A continuidade desses estudos é essencial para consolidar um conhecimento mais plural e representativo, alinhado aos princípios da equidade e do respeito às diversidades culturais. Assim, espera-se que esta pesquisa sirva como incentivo para novas investigações que ampliem o diálogo entre academia, movimentos sociais e políticas públicas, em prol da valorização e da emancipação das mulheres indígenas no Brasil.

Referências

Arantes, L. L. (2020). Mulheres indígenas do Baixo Rio Tapajós (Pará) em exercício de mediação social.

Ataide, P. C. (2021). KUZÀGWER: fazeres e saberes de mulheres indígenas Tentehar em Grajaú-MA. Campinas – SP: Unicampi.

Boccato, V. R. C. (2006). Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, 18, 3, 265-274. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896.

Brandes, S. (2022). Diálogos sobre o bem viver: Uma leitura de enunciados de resistência e luta coletiva produzidos por mulheres indígenas brasileiras através da escrita.

Betto, J. (2022). Presença, chamado, reflorestar: Criações políticas da marcha das mulheres indígenas.

Carvalho, R. M. (2021). Pela tekohização da vida: corpo, território e as dinâmicas de (in)segurança de mulheres indígenas nos estudos críticos de segurança nas relações internacionais.

Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed.

Costa, C. M. (2023). Entre corpo-território e racismos: Narrativas de mulheres indígenas vivendo em contextos urbanos na Grande Florianópolis (SC).

Costa, H. R. d. (2020). Identidades e ancestralidades das mulheres indígenas na poética de Eliane Potiguara.

Dávalo, B. A. (2021). Prisioneira invisível: O caso de uma mulher indígena no Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul.

Gil, Antonio Carlos (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Giraedi, Francielle. (2019). Itinerários de cuidado e práticas de atenção à saúde das mulheres kaingang

no período gravídico-puerperal na aldeia Kondá/SC. São Leopoldo: Unisinos.4

Jesus, A. M. S. d., Magalhães, J. L. Q. d., (2023, setembro, 26). O enfrentamento da violência doméstica pelas mulheres indígenas do alto Rio Negro à luz da teoria decolonial.

Lessa, L. F. (2020). Amansando o empoderamento: a mobilização das mulheres indígenas no brasil indigenizando o debate sobre o gênero.

Lewitzki, T. (2023). Águas e movimentos: Mulheres indígenas, meio ambiente e organização política no contexto do território indígena Mendonça.

López, Graciela Lima. (2019). O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. Textura n. 1.

Luciano Baniwa, Gersem dos Santos. (2006). O Índio Brasileiro*:* o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.

Mendonça, A. L. P. (2024). O enfrentamento da violência doméstica contra mulheres indígenas da tríplice fronteira brasil, colômbia e peru à luz do novo constitucionalismo latino-americano.

Moura, B. C. (2023). "Livre pela minha natureza": Histórias de mulheres indígenas na Amazônia Colonial.

Oliveira, Ildete Freitas. (2022). Formação superior e ressignificação do papel etnopolítico de mulheres indígenas na esfera pública no Alto Solimões/Amazonas. Manaus: UFAM.

ONU (2011) Programas da ONU ajudam a diminuir a desigualdade de gênero online. As Nações Unidas no Brasil

Pereira, J. C. (2019). Dramaturgias de si e do outro: construções identitárias. Salvador: UFBA.

Porto, C. R. C. C. (2021). Perfil epidemiológico, rastreamento citológico e de infecções genitais por Papilomavirus Humano, Chlamydia Trachomatis e Neisseria Gonorrhoeae nas mulheres indígenas do Xingu.

Rodrigues, K. P. L. (2022). Perfil antropométrico das mulheres indígenas do parque das tribos da cidade de Manaus-AM como fator de risco para o desenvolvimento de enfermidades: Características gerais das mulheres indígenas não aldeadas do parque das tribos em Manaus- AM.

Schild, J. D. J. I. J. (2023). Articulação das mulheres indígenas no Brasil: Em movimento e movimentando redes.

Sousa, C. B. (2024). Nas ruas e para além delas: Um olhar comunicacional sobre a 1ª Marcha das Mulheres Negras e a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas.

Souza, R. K. S. (2024). Caminhos para a justiça: A proteção do direito ao acesso à justiça das mulheres indígenas Yanomamis e a proposta da Justiça Tribal.

Tavares, J. B. (2022). Agência feminina, terra e multissensorialidade: a mitopráxis Tikmũ'ũn no cinema. Salvador: UFBA.

Tófoli, A. L. de. (2020). "Faz tempo que disseram que não era mais pra pegar menino nos matos": narrativas de partos entre indígenas Tapeba e Tremembé no Ceará. Campinas: Unicamp.

Woods, P. (1987). La escuela por dentro: la etnografia en la investigación educativa. Barcelona: Paidós.

O ACESSO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO CARCERÁRIO DO SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL: ESTUDOS NA ÁREA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ângelo Augusto Abdalla Sastos, Universidade Federal da Bahia, 0009-0008-9465-860X, Brasil, angeloabdallaadv@gmail.com

José Carlos Sales dos Santos, Universidade Federal da Bahia, https://orcid.org/0000-0003-1758-3639 , Brasil, jsalles@ufba.br

Jaqueline Silva de Souza, Universidade Federal da Bahia , https://orcid.org/0000-0001-5743-780X , Brasil, jaquelinesou@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6567

Eixos Temáticos: Impactos Sociais

Resumo: O sistema prisional brasileiro enfrenta desafios históricos, como superlotação, violência e falta de políticas eficazes de ressocialização. A garantia do acesso à informação educacional é um direito previsto na Lei de Execução Penal (LEP, 1984), mas ainda negligenciado. Assim, **o** problema que motiva esta investigação, consiste em responder à seguinte pergunta: como está sendo estudado, na área da ciência da informação, o acesso à informação das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Brasil?. Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica de nível descritivo e natureza qualitativa, na plataforma Brapci. Os resultados indicaram que a temática ainda é emergente. Considera-se assim, a necessidade de uma ampliação da literatura da área e sugere novos estudos.

Palavras-chave: Acesso à Informação, Sistema Prisional, Ciência da Informação, Pesquisa Bibiográfica.

Resumen: El sistema penitenciario brasileño enfrenta desafíos históricos, como el hacinamiento, la violencia y la falta de políticas efectivas de resocialización. La garantía del acceso a la información educativa es un derecho previsto en la Ley de Ejecución Penal (LEP, 1984), pero aún desatendido. Así, el problema que motiva esta investigación consiste en responder a la siguiente pregunta: ¿cómo se está estudiando, en el área de la Ciencia de la Información, el acceso a la información de las personas privadas de libertad en el sistema penitenciario de Brasil? Para ello, se desarrolló una investigación bibliográfica de nivel descriptivo y naturaleza cualitativa en la plataforma Brapci. Los resultados indicaron que la temática aún es emergente. Por lo tanto, se considera necesaria una ampliación de la literatura en el área y se sugieren nuevos estudios.

Palabras clave: Acceso a la Información, Sistema Penitenciario, Ciencia de la Información, Investigación Bibliográfica.

Introdução

O sistema prisional desempenha um papel crucial na sociedade, não apenas como uma medida de proteção, mas também como uma oportunidade de reabilitação e reintegração dos indivíduos à sociedade. No entanto, esse processo enfrenta uma série de desafios e complexidades que variam de acordo com as políticas e práticas adotadas em diferentes estados brasileiros. Com uma população carcerária com mais de 12 mil detentos, segundo a Secretaria de Administração

Penitenciária e Ressocialização (SEAP, 2023), a Bahia está entre os estados com maior contingente de público em suas unidades prisionais. O sistema prisional deve ter como um de seus principais objetivos a reabilitação dos detentos, fornecendo-lhes as ferramentas e oportunidades permitidas para se tornarem cidadãos produtivos e responsáveis após o cumprimento da pena. A reinserção bem-sucedida de presos na sociedade não é apenas benéfica para os indivíduos privados de liberdade que estão em ressocialização, mas também para a sociedade como um todo, pois contribui para a redução da reincidência criminal e a criação de comunidades mais seguras e resilientes.

Apesar de estar previsto no artigo 21 da Lei de Execução Penal (LEP) 7.210, de 11 de julho de 1984, que cada estabelecimento prisional deve ser equipado com uma biblioteca que disponha de livros instrutivos, recreativos e didáticos para uso de todos os ressocializandos. Atualmente nem todas as unidades prisionais contam com uma biblioteca de qualidade. Esta mesma Lei prevê em seu artigo 41, inciso XV, que as pessoas privadas de liberdade devem ter contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. Assim, as legislações informam que os apenados têm direitos de acesso à informação através das fontes disponibilizadas no ambiente prisional, ainda que, por questões de segurança, tais direitos podem ser restringidos legalmente.

De acordo com Zamite e Grigoleto (2022), os aportes teóricos e metodológicos desenvolvidos pela Ciência da Informação (CI) podem ser utilizados pelo sistema prisional brasileiro no processo de fomento e melhoria das condições necessárias para viabilizar o acesso à informação as pessoas privadas de liberdade.

Em setembro de 2015 os chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reuniram-se na sede das Nações Unidas em Nova York para a criação do novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2030. Um novo horizonte que vislumbra um mundo mais justo, pacífico e sustentável. Nesse contexto, os 17 ODS buscam concretizar os direitos humanos de todos. Destaca-se os ODS indicados nos itens: 4 -educação de qualidade e o 16- paz, justiça e instituições eficazes para a promoção de sociedades justas, pacificas e inclusivas. Esses elementos não são independentes, mas sim interdependentes, formando uma base sólida sobre qual futuro melhor poderá ser construído.

Visualizando esse cenário, o objetivo da presente pesquisa é apresentar estudos, na área da ciência da informação (CI), que abordem sobre o acesso à informação das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Brasil.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030

Os Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS) da agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas (ONU) são suma relevância para a construção de uma sociedade justa e equitativa, onde todas as pessoas possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades. Enfatizamos nesta investigação os ODS: 4 -educação de qualidade e o 16- paz, justiça e instituições eficazes para a promoção de sociedades justas, pacificas e inclusivas.

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: ONU (2025). https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel

A meta 16.10, que visa "assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais". Este princípio assume especial relevância quando aplicado ao sistema prisional brasileiro, onde o acesso à informação se configura não apenas como um direito fundamental, mas como ferramenta essencial para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

No contexto carcerário, a Meta 16.10 apresenta três dimensões fundamentais. Primeiramente, ela reforça o princípio da transparência ativa, exigindo que informações sobre as condições prisionais, como dados sobre superlotação, oferta educacional e procedimentos disciplinares, sejam disponibilizadas para fiscalização social. Contudo, a realidade brasileira mostra-se distante desse ideal, com apenas 18% dos presídios divulgando informações detalhadas sobre sua estrutura e funcionamento (CNJ, 2023).

Em segundo lugar, a meta enfatiza a necessidade de políticas que garantam efetivamente o acesso à informação educacional e jurídica. Embora a LEP, Art. 41, XV já assegure formalmente esse direito, sua implementação esbarra em desafios estruturais. Pesquisas demonstram disparidades regionais significativas: enquanto unidades prisionais em São Paulo contam com programas consolidados de remição pela leitura, na Bahia apenas 30% das unidades possuem bibliotecas em condições adequadas de funcionamento (SEAP, 2023).

A terceira dimensão diz respeito ao equilíbrio necessário entre segurança e direitos fundamentais. A meta 16.10 reconhece que restrições podem ser aplicadas para preservar a ordem prisional, mas adverte contra a censura indiscriminada. Experiências

internacionais, como o modelo sueco que permite acesso monitorado à internet para fins educacionais (Relatório PEN, 2022), demonstram que é possível conciliar esses interesses aparentemente conflitantes.

No entanto, a implementação desses princípios no Brasil enfrenta obstáculos significativos. Além das assimetrias regionais já mencionadas, persistem barreiras culturais que concebem as pessoas privadas de liberdade como "não merecedores" de informação qualificada. A ausência de mecanismos eficazes de fiscalização e avaliação do acesso à informação no sistema prisional agrava esse cenário, tornando urgente a criação de indicadores específicos para monitorar o cumprimento da meta 16.10 nesse contexto.

Neste sentido, pesquisas como a presente assumem dupla relevância. Por um lado, contribuem para o mapeamento das barreiras que impedem a efetivação do direito à informação nas unidades prisionais. Por outro, oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, capazes de transformar os princípios da Agenda 2030 em realidade concreta. A criação de um índice de acesso à informação prisional, contemplando variáveis como disponibilidade de bibliotecas, carga horária de atividades educativas e existência de protocolos contra censura arbitrária, representa uma proposta alinhada com esse objetivo.

Desafios do sistema da justiça criminal são noticiados diariamente nos telejornais regionais e também em rede nacional o que apontam as dificuldades enfrentadas no sistema prisional e consequentemente afetam as pessoas privadas de liberdade.

A pesquisa realizada por Gomes (2023), de análise de dados oficiais relacionada ao sistema carcerário brasileiro, apresentou conceitos e aspectos legais sobre política nacional de atenção à pessoa egressa do conselho nacional de Justiça. E assim, seus resultados indicaram os desafios enfrentados para a reintegração e a ressocialização dos ex-detentos e a redução da reincidência criminal.

A Ressocialização tem como maior objetivo a redução da reincidência criminal para uma sociedade com menor índice de violência e criminalidade.

O artigo “Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da ONU” elaborado por Cinque e Almeida (2020) aborda a importância da leitura como um meio fundamental para o desenvolvimento do comportamento humano, permitindo a compreensão e interpretação do mundo e dos símbolos ao redor.

O comportamento informacional, segundo Thomas D. Wilson (2000), está relacionado à busca, ao uso e ao manejo de informações. Emerge como uma solução epistêmica às

limitações das primeiras pesquisas dedicadas aos estudos de usuário, e representa um expressivo aumento de comunicações científicas dedicadas à revisão conceitual, metodológica ou infométrica.

A "Pedagogia do Oprimido" de Paulo Freire é uma importante referência, pois marcou profundamente a educação e a teoria pedagógica. Foi lançada em 1968 e trouxe conceitos inovadores que desafiaram as práticas educacionais convencionais, propondo uma abordagem mais participativa e libertadora.

A obra citada de autoria de Freire, lançada há mais de 50 anos é considerada de temática atual. Pois, nosso país ainda enfrenta problemas educacionais.

A publicação "Prisão numa Abordagem Interdisciplinar" de autoria de Coelho e Carvalho Filho (2012), fornece uma análise crítica e abrangente do sistema prisional, destacando a importância de uma perspectiva interdisciplinar para compreender e abordar os desafios enfrentados por indivíduos que passam pelo sistema de justiça criminal. Este aponta que o acesso à leitura deveria ser garantido para todas as pessoas, independentemente de serem livres ou reclusas. No entanto, no Brasil, a realidade do acesso à leitura no sistema prisional enfrenta desafios devido à crise nesse sistema.

Procedimentos Metodológicos

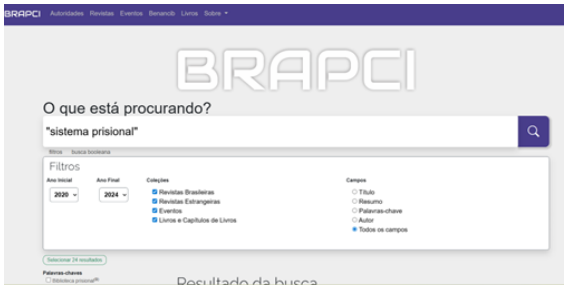
Para atender o objetivo da presente pesquisa em apresentar estudos, na área da CI, que abordem sobre o acesso à informação das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Brasil. Estabeleceu-se a técnica de pesquisa bibliográfica que é realizada em etapas de delimitação das fontes bibliográficas de tempo e lugar do objeto de pesquisa, que estabelece as palavras-chave para ralizar a busca. Segundo a afirmação de Boccato (2006), busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa.

A investigação possui o nível descritivo que segundo Gil (2008), descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. De pesquisa qualitativa, que de acordo com Creswell (2007, p. 187), é fundamentalmente interpretativa, ou seja, o pesquisador faz uma interpretação dos dados partindo de uma visão holística dos fenômenos sociais

Dessa forma, realizou-se um levantamento bibliográfico na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI] utilizando-se os termos "*sistema prisional*", com o filtro de pesquisa realizada nos anos, entre o período de 2020 a 2024. Optou-se pela busca por todos os campos, recuperando-se 15 documentos.

Resultados

Figura 2: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI]



Fonte: https://brapci.inf.br/#/ (2025)

Segue quadro 1 com os documentos identificados:

Quadro 1: Documentos

N	Autor	*Titulo/ Link*	Ano/ Documento
1	Marlene Menezes de Souza Teixeira. Shura do Prado Farias Borges. Shura do Prado Farias Borges	DESAFIOS E ACEITAÇÃO DO EXAME PAPANICOLAU DA MULHER RECLUSA https://brapci.inf.br/#/v/161049	2021 Artigo
2	Alex Medeiros Kornalewski Francisco Ramos de Farias	Da plasticidade do crime ao acesso à informação em relatos de homicídios: vicissitudes decorrentes de experiências violentas *https://brapci.inf.br/#/v/158988*	2021 Artigo
3	Mayrlly Aparecida Araújo Moreira Vitória Gomes Almeida	Descolonizando a Justiça, Democratizando a Informação: apontamentos sobre cárcere e bibliotecas prisionais *https://brapci.inf.br/#/v/160801*	2021 Artigo
4	Adriana Isidório da Silva Zamite. Maira Cristina Grigoleto. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento.	O PAPEL DA CIÊNCIA NO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE REALIDADES PERIFÉRICAS: EM FOCO A BIBLIOTECA PRISIONAL https://brapci.inf.br/#/v/200540	2022 Artigo
5	Francisca Liliana Martins de Sousa	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CÁRCERE: atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados https://brapci.inf.br/#/v/170434	2022 Artigo
6	Adriana Isidório da Silva Zamite Maira Cristina Grigoleto	Informação no cárcere: direitos e garantias dos apenados do regime fechado do sistema penal do Estado do Espírito Santo https://brapci.inf.br/#/v/197950	2022 Artigo
7	Adriana Isidório da Silva Zamitea Maira Cristina Grigoletob	BIBLIOTECA PRISIONAL EM FOCO: DAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS AOS ESTUDOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO https://brapci.inf.br/#/v/228591	2022 Artigo
8	Adriana Isidório da Silva Zamitea Maira Cristina Grigoletob Lucileide Andrade de Lima do Nascimento	Biblliotecas prisionais e suas práticas https://brapci.inf.br/#/v/226549	2023 Artigo
9	Andreza Gonçalves BarbosaNascimento da Silveira	POLÍTICAS PÚBLICASDE RESSOCIALIZAÇÃO: PROBLEMATIZANDO AS CONDIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO NO AMBIENTE PRISIONAL https://brapci.inf.br/#/v/257976	2023 Artigo
10	Francisca Liliana Martins de Sousa Maria Giovanna Guedes Farias	DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA PRISIONAL BRASILEIRA https://brapci.inf.br/#/v/225590	2023 Artigo

11	Francisca Liliana Martins de Sousa Maria Giovanna Guedes Farias	Information mediation in prison: library praxis for the social reinsertion of prisoners https://brapci.inf.br/#/v/210980	2023 Artigo
12	Nayra Lorhanne Caldeira Bertoleza; Carlos Henrique	A remição de pena pela leitura na região metropolitana do Rio de Janeiro através das representações sociais dos sujeitos envolvidos https://www.brapci.inf.br/v/342127	2024 Artigo
13	Adriana Isidório da Silva Zamite; Maira Cristina Grigoleto; Lucileide Andrade de Lima do Nascimento; Marília de Abreu Martins de Paiva	Mapeando as contribuições da Ciência da Informação para o projeto de remição de pena pela leitura em ambientes prisionais https://www.brapci.inf.br/v/342202	2024 Artigo

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Observa-se a ascensão na quantidade de produções nos anos de 2022, 2023 e 2024. E a ausência de publicações no ano de 2020.

Os recuperados identificaram o total inicial de 15 documentos. Porém, após avaliação identificamos que são apenas 13 artigos recuperados, neste intervalo estabelecido durante a pesquisa. Existiam documentos duplicados.

Os documentos encontrados contemplaram o período entre os anos de 2021 a 2024.

Os artigos analisados na BRAPCI (ex.: Zamite & Grigoleto, 2022; Sousa, 2023) destacam a falta de profissionais qualificados para mediar informação em prisões, mas não exploram modelos concretos de atuação.

A análise dos 13 artigos recuperados na BRAPCI (2021-2024) revelou eixos de investigações na CI sobre o tema:

4.1 Abordagens Teóricas e Conceituais

- **Foco no Direito à Informação**: 72% dos estudos partem da LEP e da LAI para discutir a informação como direito humano, mas criticam sua não efetivação.
- **Comportamento Informacional**: 27% aplicam o modelo de Wilson (2000) para analisar como os apenados buscam e usam informações, destacando barreiras como censura e isolamento.

4.2 Temas Recorrentes

Bibliotecas Prisionais (55% dos artigos):

- Críticas à precariedade de acervos e infraestrutura (Zamite et al., 2023).
- Defesa da atuação do bibliotecário como mediador (Sousa & Farias, 2023).

Mediação da Informação (36%):

- Estudos sobre práticas de leitura e remição de pena (Cinque & Almeida, 2020).

- Propostas de capacitação para agentes penitenciários (Moreira & Almeida, 2021).

4.3 Lacunas Identificadas

- **Falta de Pesquisas Empíricas**: 91% dos trabalhos são teóricos ou baseados em análise documental. Apenas 1 estudo (Teixeira et al., 2021) coletou dados diretamente em presídios.
- **Centralização Regional**: 63% focam no Sudeste (ex.: Espírito Santo), com pouca atenção à Bahia.
- **Desconexão com Políticas Públicas**: Nenhum artigo avalia o impacto de programas governamentais (ex.: "Remição pela Leitura") na prática.

Os documentos indicaram também, sobre:

4.4 Cenário Atual

- **Bibliotecas Prisionais:** Apenas 30% das unidades possuem acervos significativos (Zamite, 2022).
- **Acesso à Educação:** Cursos formais são limitados, com ênfase no ensino básico.
- **Barreiras:** Restrições de segurança, falta de internet e capacitação de agentes penitenciários.

4.5 Contribuições da CI

- **Mediação da Informação:** Bibliotecários podem atuar como facilitadores do conhecimento (Sousa, 2023).
- **Tecnologias Digitais:** Uso controlado de plataformas educacionais poderia ampliar o acesso.

4.6 Casos de Sucesso

- **Projeto "Remição pela Leitura":** Adotado em alguns estados, reduz pena mediante leitura e resenhas.
- **Parcerias com Universidades:** Projetos de extensão levam atividades educacionais às prisões.

4.7 Recomendações

- **Infraestrutura:** Ampliar bibliotecas e acervos diversificados.
- **Capacitação:** Treinar agentes e bibliotecários para mediação informacional.
- **Políticas Públicas:** Integrar ações da SEAP, universidades e sociedade civil.
- **Monitoramento:** Criar indicadores para avaliar o impacto das iniciativas.
-

Considerações

O acesso à informação é um campo intrinsecamente ligado à reinserção social e à redução da reincidência criminal. É um direito fundamental que pode ser prejudicado durante a prisão. No entanto, muitas prisões do Brasil enfrentam desafios significativos na oferta de dispositivos de acesso a informação eficazes para seus reclusos.

Neste contexto, a CI surge como um domínio do conhecimento imprescindível, que pode contribuir significativamente para aprimorar o acesso, a mediação de informações para as pessoas privadas de liberdade, ajudando os indivíduos a adquirir habilidades essenciais de literacia informacional para a sua ressocialização.

Dados os expostos, constatou-se um contexto de necessidade de implementação de pesquisas cientificas para a formação de novas concepções sobre a temática. Sugere-se então, novos estudos para garantir a reintegração das pessoas privadas de liberdade à sociedade.

Referências

Barbosa, A.G., & Silveira, F.J.N. (2023). Políticas públicas de ressocialização: problematizando as condições de acesso à informação, à educação e ao trabalho no ambiente prisional. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação.

Bertoleza, N. L. C., & Juvencio, C. H. (2024). A remição de pena pela leitura na região metropolitana do rio de janeiro através das representações sociais dos sujeitos envolvidos. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação;.

Boccata, V. R. C. (2006) Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, 18, (3), 265-274. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896

Cinque, Y. M. S.; Almeida, C. C. (2020). Acesso à leitura e remição de pena no brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da onu. *Biblios* (Peru), 78, 77-87. DOI: 10.5195/biblios.2020.825

Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed.

Coelho, M.T.A.D.; Carvalho Filho, M.J., orgs. (2021). Prisões numa abordagem interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 218 p. ISBN 978-85-232-1735-8. doi:10.7476/9788523217358.

Freire, Paulo (2018). Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Gomes, Monique Ribeiro de Carvalho (2023). Políticas Públicas para egressos do Sistema Prisional como Instrumento de inclusão social. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Gil (2008). Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Kornalewski, A.M., & Farias, F.R. (2021). Da plasticidade do crime ao acesso à informação em relatos de homicídios: vicissitudes decorrentes de experiências violentas. Perspectivas em ciência da informação; 26(1).

Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas.

Moreita, M.A.A., & Almeida, V.G. (2021). Descolonizando a justiça, democratizando a informação. Revista folha de rosto, 7(1).

ONU. (2015). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. https://brasil.un.org/pt-br.

Wilson, T. D. (2000). Human information behavior.Informing Science Research, 3, (2), 49-55. http://www.inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf.

Sousa, F. L. M. , & Farias, M.G.G. (2023). Desafios de atuação do bibliotecário na biblioteca prisional brasileira. Revista Brasileira de Ciência da Informação, 17.

Sousa, F.L.M. (2022). Mediação de informação não cárcere. Informação em pauta, 7.

Sousa, F.L.M. , & Farias, M.G.G. (2023). Mediação da informação no cárcere: práxis bibliotecária em prol da reinserção social do apenado. Em questão, 29.

Teixeira, M.M.S. , Borgues, S.P.F. , & Brito, A.B. (2021). Desafios e facilidades do exame papa nicolau da mulher reclusa. Revista conhecimento em ação, 6(1).

Zamite, A.I.S. , & Grigoleto, M.C. (2022). Biblioteca prisional em foco: das práticas bibliotecárias aos estudos na ciência da informação. Informação@profissões; 11(11).

Zamite, A.I.S., & Grigoleto, M.C., & Nascimento, L.A.L. (2023). Bibliotecas prisionais e suas práticas. Informação em pauta, 8 (esp.).

Zamite, A. I. da S. & Grigoleto, M. C. (2022). Informação no cárcere: direitos e garantias dos

apenados do regime fechado do sistema penal do estado do Espírito Santo: Revista Ibero Americana De Ciência Da Informação, 15(1), 89–105. https://doi.org/10.26512/rici.v15.n1.2022.39097.

Zamite, A.I.S., Grigoleto, MC, & Nascimento, L.A.L. (2022). O papel da ciência no compartilhamento de informações sobre realidades periféricas: em foco a biblioteca prisional.; 22.

Zamite, A. I. S., Grigoleto, M. C., Nascimento, L. A. L., & Paiva, M. A. M. (2024). Mapeando as contribuições da ciência da informação para o projeto de remição de pena pela leitura em ambientes prisionais. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação.

INFORMAÇÃO, GÊNERO E MASCULIDADES NO ENFRENTAMENTO DO CÂNCER DE PRÓSTATA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO *SEMENTE AZUL*

José Carlos Sales dos Santos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), https://orcid.org/0000-0003-1758-3639, Brasil, jsalles@ufba.br

Fabiana Costa Lavigne, Universidade Federal da Bahia (UFBA), https://orcid.org/0009-0000-5343-9672, Brasil, fabianacostaufba@gmail.com

Ivana Aparecida Borges Lins, Universidade Federal da Bahia (UFBA), https://orcid.org/0000-0003-0422-4135, Brasil, ivana.lins@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6568

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

As discussões atinentes às temáticas de gênero e saúde têm ganhado relevo e complexidade no escopo de pesquisas multidisciplinares, sobretudo quando articulam domínios de conhecimento, como a Ciência da Informação (CI) e a Psicologia. Nos últimos anos, os diálogos dos referidos domínios vêm se aprofundando, tensionando paradigmas que antes delimitavam fronteiras rígidas entre ciência, cultura e subjetividade.

No contexto específico do câncer de próstata, denominada de neoplasia maligna de elevada incidência entre homens no Brasil e no mundo, é urgente compreender como informações relacionadas ao corpo, ao adoecer e à sexualidade são elaboradas, filtradas, negadas ou ressignificadas por sujeitos que vivenciam a experiência do adoecimento. A presente urgência se estabelece na medida em

que o câncer de próstata, que também representa uma questão biomédica relevante, convoca múltiplas dimensões simbólicas que atravessam a construção das masculinidades.

Sabe-se que a masculinidade, distante da dimensão exclusiva da biologia ou condição natural, constitui-se enquanto construção social, histórica e cultural, atravessada por relações de poder, heranças patriarcais e normas discursivas que orientam o comportamento, as expectativas e as formas de expressão dos homens em diferentes contextos. Assim, os arquétipos hegemônicos de masculinidade, engendrados nas lógicas patriarcais, coloniais e monoculturais, exercem uma patente influência nas práticas de cuidado, no reconhecimento de vulnerabilidades e no modo como informações de saúde são procuradas, acolhidas e apropriadas. Os citados arquétipos moldam um ideal de homem invulnerável, autossuficiente e avesso a expressar fragilidades, configurando barreiras simbólicas que impactam diretamente na maneira como enfrenta o adoecimento, adere a exames preventivos e dialoga acerca da sexualidade, corpo e saúde mental.

Assim, discutir as relações entre informação, gênero e masculinidades, especialmente no contexto da experiência oncológica, significa revisitar os modos como o conhecimento circula e se materializa na prática social. A informação, compreendida na perspectiva crítica, não é neutra; ao contrário, reflete e reforça valores, crenças e hierarquias, podendo tanto reproduzir silêncios quanto fomentar aberturas de emancipação. Investigar as barreiras informacionais que atravessam o percurso de homens acometidos pelo câncer de próstata é, também, reconhecer as dimensões subjetivas que permeiam as práticas informacionais, os processos comunicacionais e os espaços de construção de sentido.

A presente pesquisa insere-se na tessitura em tela, propondo uma reflexão situada a partir do **Grupo Operativo Semente Azul**, que reúne homens em tratamento oncológico em um hospital filantrópico de referência, localizado em Salvador, Bahia (Brasil). O Semente Azul constitui-se como um projeto que reconhece a informação como um elemento central da promoção da saúde, entendendo-a não apenas como dado técnico-científico, mas como prática cultural que se entrelaça a significados, relações de poder e condições históricas. O projeto parte do pressuposto de que, para muitos homens, lidar com o diagnóstico de câncer de próstata implica confrontar a doença em si, assim como o imaginário de masculinidade que silencia dores, sexualidades e fragilidades.

Nesse sentido, o **Grupo Operativo Semente Azul** propõe um deslocamento epistemológico e prático: transformar o hospital — tradicionalmente visto como lugar de silêncio e normatização — em um espaço de fala, escuta e ressignificação. Por meio de encontros mediados por profissionais de saúde, psicólogos e pesquisadores da CI, os participantes são convidados a compartilhar experiências, temores, dúvidas e aprendizados. Nos encontros, discute-se desde o exame de toque retal, que é frequentemente cercado de constrangimentos e piadas que reforçam o tabu, até o impacto emocional da disfunção erétil, que para muitos homens se torna uma ameaça simbólica à sua identidade de gênero.

A escolha de abordar a experiência masculina no enfrentamento do câncer de próstata a partir de uma perspectiva interseccional e multidisciplinar justifica-se, sobretudo, pela necessidade de tensionar uma compreensão biomédica que, por vezes, reduz o adoecimento a indicadores estatísticos e protocolos clínicos, negligenciando as subjetividades e os contextos socioculturais. Ao articular Psicologia e Ciência da Informação, a presente pesquisa procurou discutir a dimensão relacional da informação, que se concretiza na troca entre pares, na mediação crítica e no fortalecimento de redes de apoio.

A proposta assume como premissa que a promoção da saúde não se restringe a campanhas de conscientização ou à prescrição de condutas médicas, mas envolve, de forma indissociável, o acesso, a circulação e a apropriação de informações culturalmente situadas. No cenário proposto, o Grupo Operativo opera como prática de mediação informacional que reconhece as especificidades de homens que, em geral, são oriundos de contextos populares, muitas vezes negros, idosos e com históricos de

escolarização limitada. Esses marcadores interseccionais se somam aos tabus associados ao câncer de próstata, construindo um território simbólico permeado de silêncios, resistências e, simultaneamente, potências de reexistência.

Na trajetória metodológica, a pesquisa está ancorada em um procedimento monográfico (estudo de caso), como defende Yin (2005), sendo o nível da investigação de natureza descritiva (Köche, 2016). O método privilegia a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos em situações específicas, permitindo analisar como as construções de gênero e as práticas informacionais se articulam na experiência vivida de homens diagnosticados com câncer de próstata. Para tanto, adotaram-se técnicas como observação sistemática, grupo focal — que amplia a escuta coletiva — e o **grupo operativo**, conceito desenvolvido pelo psiquiatra e psicanalista argentino Enrique Pichon Rivière (1907–1977), cujo enfoque privilegia a análise das interações grupais como instrumento de transformação individual e coletiva.

Os primeiros resultados empíricos evidenciam nuances importantes. O constrangimento em realizar o exame de toque retal, ainda visto por muitos como violação simbólica da masculinidade, reflete a força de narrativas que associam o cuidado prostático à homossexualidade ou à perda de autonomia. Outro ponto recorrente nos relatos é a resistência ao uso de medicamentos como a Tadalafila, voltados ao tratamento da disfunção erétil, tema que desencadeia angústias e conflitos subjetivos, uma vez que a potência sexual é comumente tratada como índice de virilidade e afirmação de masculinidade. Esses elementos ilustram como práticas de saúde aparentemente técnicas se imbricam a camadas culturais e psicológicas que, se ignoradas, podem comprometer adesões terapêuticas e aprofundar sofrimentos.

Assim, a experiência do câncer de próstata, para os homens da amostra desta pesquisa, não se esgota no diagnóstico biomédico, mas se expande para o campo simbólico das masculinidades, convocando reflexões que entrelaçam identidade, corpo e informação. A análise preliminar indica que o silêncio em torno do corpo masculino adoecido não é uma ausência de fala, mas resultado de processos históricos que moldaram o que pode ou não ser dito, sentido e partilhado. Daí a relevância de compreender a informação não como produto acabado, mas como prática que pode tanto reproduzir estigmas quanto abrir brechas para a reinvenção de si.

Ao tensionar as relações entre Psicologia e CI, a presente investigação propõe um diálogo fecundo sobre o papel das práticas informacionais no cuidado integral à saúde do homem. A mediação da informação, entendida aqui como prática crítica, pode contribuir para desestabilizar barreiras simbólicas, incentivar a circulação de narrativas alternativas e fortalecer a autonomia dos sujeitos. Nesse sentido, o Grupo Operativo Semente Azul torna-se uma experiência que vai além do acolhimento psicológico: é também um dispositivo de produção de sentidos, que legitima saberes populares, valoriza a escuta horizontal e reconhece a pluralidade das vivências masculinas.

Portanto, ao inaugurar este artigo com tais reflexões, reafirma-se a relevância de articular saberes interdisciplinares, comprometidos com a complexidade dos fenômenos sociais. A interface entre gênero, saúde, informação e subjetividade aponta para a necessidade de repensar políticas públicas, protocolos clínicos e práticas de cuidado. Mais do que disseminar conteúdos, a informação, em sua acepção mais potente, deve operar como ferramenta de emancipação, possibilitando que homens, historicamente silenciados em relação ao autocuidado, encontrem espaços para reexistir, negociar suas vulnerabilidades e reinventar modos de ser.

Assim, ao longo das seções que se seguem, o artigo aprofundará, primeiro, os constructos teóricos relacionados ao câncer de próstata e o enfrentamento atinente ao tratamento para, na seção seguinte, discutir os tópicos relacionados ao gênero e a masculinidades, situando-os no contexto das estruturas patriarcais que condicionam a saúde do homem. Na sequência, apresentará os procedimentos metodológicos, detalhando o percurso da pesquisa junto aos participantes do hospital filantrópico de referência. Por fim,

analisará os resultados, propondo uma leitura crítica sobre como as práticas informacionais podem ser ressignificadas como espaços de escuta, diálogo e transformação social.

Câncer de próstata e implicações psicossociais

O câncer de próstata é uma das principais causas de morbimortalidade masculina no Brasil, ocupando o segundo lugar em incidência entre homens e mulheres transgênero, com cerca de 70 mil novos casos registrados a cada ano (INCA, 2023). Sua fisiopatologia está ligada a múltiplos fatores, incluindo predisposição genética, alterações hormonais e influências ambientais, sendo o diagnóstico precoce um fator crítico para aumentar as chances de sobrevida. Além dos sintomas físicos, a doença frequentemente desencadeia consequências emocionais e sociais, como impacto na sexualidade, complicações urinárias e mudanças na percepção corporal, muitas vezes exacerbadas por estereótipos culturais que associam masculinidade à resistência física e emocional. Diante desse quadro, torna-se essencial adotar uma abordagem integrada, combinando terapias médicas, suporte psicológico e estratégias de reabilitação para garantir um cuidado abrangente.

Pesquisas recentes apontam que a maneira como o câncer de próstata é percebido socialmente vai além de questões puramente médicas, refletindo crenças culturais e morais enraizadas. Um estudo conduzido por Matos e colaboradores (2024) revelou que muitos pacientes associam a doença a falhas pessoais ou a um "castigo" por comportamentos considerados inadequados, influenciados por visões religiosas e normas sociais tradicionais. Essa narrativa, além de aumentar o estigma, mascara fatores socioeconômicos que dificultam o acesso a cuidados preventivos e tratamentos adequados. Entender essas percepções é fundamental para desenvolver políticas de saúde mais inclusivas, capazes de romper barreiras culturais que afastam os homens dos serviços de saúde.

Do ponto de vista epidemiológico, análises recentes baseadas em dados do sistema público de saúde (DATASUS) mostram um aumento gradual nos casos de internação por câncer de próstata na última década, com um pico de mortalidade em 2020, quando a taxa chegou a quase 10 mortes por 100 mil habitantes. A maior incidência ocorre em homens entre 60 e 69 anos, reforçando a importância de campanhas de detecção precoce voltadas para essa faixa etária. No entanto, a falta de dados detalhados por raça/cor e inconsistências nos registros hospitalares dificultam a implementação de ações direcionadas, evidenciando a necessidade de melhorias nos sistemas de informação e na qualificação dos profissionais de saúde.

Nos últimos anos, os avanços na medicina têm proporcionado novas possibilidades no diagnóstico e tratamento do câncer de próstata. Segundo Coelho et al. (2025), a incorporação de tecnologias como ressonância magnética de alta precisão e tomografia por emissão de pósitrons (PET-CT) com marcadores específicos tem permitido diagnósticos mais precisos e tratamentos menos invasivos. No entanto, os autores destacam que o sucesso terapêutico depende não apenas de recursos tecnológicos, mas também de uma abordagem personalizada, que considere as necessidades individuais do paciente e promova uma relação colaborativa entre médicos e pacientes.

A disseminação de informações claras e a participação ativa do paciente nas decisões clínicas são elementos-chave para melhorar os resultados e a qualidade de vida.

Diante desses desafios, fica claro que o enfrentamento do câncer de próstata exige uma estratégia multifacetada, que una avanços médicos, políticas públicas eficientes e uma mudança cultural em relação à saúde masculina. Somente com uma visão integrada será possível reduzir não apenas os efeitos físicos da doença, mas também seus impactos psicológicos e sociais.

Constructos Sociais do Gênero e Masculinidades

A perspectiva de gênero, recuperada na presente investigação, compreende as masculinidades como construções sociais,

culturais e históricas, atravessadas por relações de poder, interseccionalidades e contextos situados. Em outros termos, ser homem não é entendido como uma essência biológica determinada, mas como um lugar de práticas, discursos e performances que variam no tempo e no espaço, e que são constantemente tensionados por normas, disputas simbólicas e experiências de resistência.

No Brasil, a temática das masculinidades ganha cada vez mais relevo nas investigações no campo das ciências humanas, revelando uma preocupação crescente em compreender as múltiplas maneiras de constituir-se "homem" em contextos marcados por desigualdades estruturais, heranças coloniais e múltiplos atravessamentos sociais.

Em pesquisa voltada para o mapeamento da produção científica nacional, Pamplona e Barros (2021) evidenciam que os estudos sobre masculinidades avançam no sentido de desnaturalizar os papéis de gênero, problematizando como a condição masculina é atravessada por marcadores como raça, classe, geração e sexualidade.

Essa pluralidade de abordagens tem permitido, inclusive, o diálogo com outras áreas do saber, como a Psicologia, a Educação, a Saúde Coletiva e, mais recentemente, a Ciência da Informação. Nesse campo, há um movimento de expansão do entendimento sobre o papel da informação na vida social, reconhecendo-se que o acesso, o uso e a apropriação de informações não são neutros, mas se dão de forma situada, filtrados pelas experiências, valores, crenças e práticas culturais dos sujeitos (Santos; Nascimento Neto, 2023).

Nesse cenário, o debate atinente às masculinidades consolida-se como tema emergente para os estudos em Ciência da Informação, ao evidenciar que ser homem é uma identidade em disputa, constantemente negociada em espaços formais e informais de circulação de saberes.

Múltiplos estudos demonstram como as masculinidades hegemônicas — marcadas por ideais de força, autossuficiência, racionalidade e poder — moldam não apenas as relações interpessoais, mas também as práticas de busca, compartilhamento e uso da informação. Desse modo, compreender as masculinidades implica analisar como homens, em diferentes contextos, acessam, interpretam e ressignificam informações, sobretudo aquelas relacionadas ao cuidado de si, à saúde e à sexualidade.

Tavares e colaboradores (2020), ao analisarem a construção das masculinidades na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), demonstram que as chamadas "escolas técnicas" vão muito além de espaços destinados à formação profissional. Esses ambientes operam como territórios de produção de subjetividades masculinas, onde valores como disciplina, racionalidade e produtividade se entrelaçam a expectativas de desempenho, liderança e autoridade. Esses elementos, historicamente associados a modelos de masculinidade hegemônica, são, por sua vez, tensionados pelas vivências cotidianas de jovens que performam masculinidades plurais, por vezes híbridas, que escapam aos padrões normativos e revelam as fissuras do modelo dominante.

A tensão entre a norma e as múltiplas vivências torna-se ainda mais evidente quando se introduzem os atravessamentos raciais, territoriais e de classe. Gomes et al. (2008) argumentam que, no Brasil, as masculinidades negras carregam marcas de vulnerabilização social e, simultaneamente, de resistência e criação de novas narrativas de si. O racismo estrutural, aliado a desigualdades socioeconômicas históricas, constrói barreiras concretas que afetam o acesso de homens negros a direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho digno e participação política. Essas barreiras não se limitam à dimensão econômica; alcançam também o simbólico e o subjetivo, afetando as formas como esses homens buscam, recebem e se apropriam de informações essenciais para sua autonomia e bem-estar.

Ao deslocar a lente para o campo informacional, Oliveira, Brito e Lopes (2023) reforça que a mediação da informação não pode mais se sustentar em modelos universalizantes, que ignoram contextos, trajetórias e singularidades. Sua pesquisa evidencia como as práticas informacionais podem (ou não) contribuir para processos de emancipação social.

Os autores problematizam a neutralidade suposta dos fluxos informacionais, mostrando que a circulação do conhecimento tende a reproduzir desigualdades estruturais quando não se abre para a escuta de saberes periféricos. Desse modo, torna-se urgente que práticas de mediação da informação operem como pontes críticas, capazes de questionar hierarquias de saber, acolher experiências marginalizadas e criar espaços para que novos significados circulem e se solidifiquem.

A partir dessas reflexões, é possível afirmar que a concepção de uma masculinidade invulnerável — construída historicamente como um ideal a ser perseguido — ainda paira sobre práticas cotidianas, silenciando dores, impedindo homens de expressarem fragilidades e limitando, muitas vezes, o cuidado com o próprio corpo e a saúde mental.

Tal ideal de invulnerabilidade reforça barreiras internas e externas: de um lado, os homens evitam buscar ajuda por medo de serem percebidos como fracos; de outro, as instituições muitas vezes não se estruturam para acolher as especificidades masculinas de forma não estigmatizante. No entanto, observa-se, sobretudo entre gerações mais jovens, uma disposição crescente para revisitar essa narrativa única de masculinidade, dando lugar a práticas mais plurais, dialógicas e abertas ao reconhecimento de afetos, vulnerabilidades e solidariedades.

Esse deslocamento é um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para instituições educacionais, profissionais da saúde, bibliotecários, comunicadores e gestores de políticas públicas revisarem suas metodologias, linguagens e estratégias de acolhimento. Criar espaços seguros de diálogo é, antes de tudo, reconhecer que o silêncio masculino em relação a certos temas — como a saúde sexual e reprodutiva, o câncer de próstata, a paternidade ou as violências — não é natural, mas construído. A quebra desse silêncio não se faz sem resistência, mas se mostra essencial para uma transformação mais ampla das práticas de cuidado e das relações informacionais.

Assim, a perspectiva interseccional não deve ser vista como um recurso teórico complementar, mas como condição epistemológica indispensável para compreender como se dão as masculinidades em contextos permeados por múltiplas opressões. Reconhecer que raça, gênero, classe, orientação sexual, território e geração se articulam de forma complexa permite abrir espaço para práticas informacionais mais equitativas, que não apenas forneçam dados, mas também questionem narrativas dominantes, promovam autonomia e contribuam para reverter silêncios históricos.

Apesar dos desafios ainda imensos, como a persistência de estigmas, resistências institucionais e uma estrutura social que reforça padrões excludentes, as experiências destacadas nos estudos revisados demonstram que há fissuras pelas quais emergem outras masculinidades.

Na Educação Profissional e Tecnológica, jovens tensionam normas estabelecidas e experimentam novas formas de ser homem. Nos territórios negros, comunidades e coletivos reinventam saberes e estratégias de cuidado que escapam à tutela do Estado e se fortalecem na solidariedade. No campo informacional, multiplicam-se iniciativas que procuram democratizar o acesso à informação, valorizando repertórios culturais diversos e práticas contra-hegemônicas.

Diante de tudo isso, o referencial teórico aqui mobilizado sustenta a relevância de entender as masculinidades como fenômenos relacionais, performativos e situados. Não se trata de um conceito fixo, mas de uma prática discursiva, atravessada por relações de poder e resistências cotidianas. Tal compreensão fortalece o compromisso com abordagens críticas e sensíveis, que articulem saberes da Educação, dos Estudos de Gênero, da Saúde Coletiva, da Psicologia e da Ciência da Informação, reafirmando a centralidade da informação como instrumento de mediação entre sujeitos, territórios e políticas públicas.

É com base nesse arcabouço teórico que a presente investigação se ancora. Procura-se compreender de que maneira as práticas informacionais — entendidas como processos de produção, circulação e apropriação de saberes — podem contribuir para desconstruir estigmas, ampliar a autonomia dos sujeitos e fomentar novas narrativas de masculinidades. O Grupo Operativo Semente Azul, formado por homens em tratamento oncológico em um

hospital filantrópico de referência em Salvador, Bahia, configura-se como campo fértil para essa discussão. Ao reunir pacientes que, historicamente, carregam em silêncio as angústias e as incertezas relacionadas ao câncer de próstata, o grupo torna-se um espaço de fala, escuta, troca de experiências e reconstrução de sentidos.

Para alcançar o objetivo proposto, delinearam-se procedimentos metodológicos pautados na propositura de intervenções em contextos hospitalares, tomando como caso ilustrativo o hospital especializado em tratamento oncológico, localizado na capital baiana. A atividade é desenvolvida no âmbito do Projeto Semente Azul, vinculado ao Grupo de Pesquisa Laboratório de Práticas em Psicologia e Ciência da Informação (LAPCI), que há anos se dedica a investigar práticas de cuidado, saúde mental, gênero e informação em diferentes realidades sociais.

Nos encontros do Grupo Operativo, temas como medo, sexualidade, paternidade, religiosidade, autocuidado e expectativas em relação à masculinidade são discutidos de forma horizontal, mediada por profissionais que compreendem a complexidade dessas camadas. Mais do que oferecer informações médicas, o grupo propicia um espaço de construção coletiva de saberes, fortalecendo redes de apoio e estimulando a autonomia dos participantes para dialogar sobre suas dúvidas, temores e expectativas. A troca entre pares revela a potência de transformar a experiência do adoecimento em oportunidade de ressignificação das identidades masculinas.

Assim, é possível afirmar que o trabalho realizado pelo Semente Azul configura-se como prática de mediação informacional interseccional, pois leva em conta as especificidades de homens que, em sua maioria, são oriundos de camadas populares, negros, idosos, muitos deles com baixas escolaridades e com trajetórias de pouca familiaridade com espaços formais de discussão. O ambiente hospitalar, frequentemente percebido como lugar de silêncio, é ressignificado como ambiente de escuta, partilha e elaboração simbólica. É nesse entrecruzamento entre cuidado, informação e subjetividade que se encontram as fissuras pelas quais novas masculinidades podem emergir.

Portanto, a presente comunicação, ancorada no referencial teórico exposto, reafirma que as práticas informacionais, quando pensadas de modo crítico e sensível, têm potencial de contribuir para o enfrentamento das resistências históricas que envolvem a saúde masculina. A aposta em espaços de diálogo, como o Grupo Operativo, é também um convite para revisitar políticas públicas, protocolos institucionais e práticas profissionais, reconhecendo que informar não é apenas transmitir conteúdos, mas construir pontes que possibilitem a circulação de afetos, o acolhimento das fragilidades e a reinvenção de modos de existir.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com método de procedimento monográfico (estudo de caso [Yin, 2005]) e nível da pesquisa descritivo (Köche, 2016), estruturada no encontro de sondagem do Grupo Operativo composto por homens em tratamento para o câncer de próstata. O estudo é desenvolvido no âmbito do Projeto *Semente Azul*, inscrito no Grupo de Pesquisa Laboratório de Práticas em Psicologia e Ciência da Informação (LAPCI), que constitui encontros orientados a discussão de Gênero e novas masculinidades no enfrentamento do câncer de próstata", com o objetivo discutir as implicações psicossociais, culturais e informacionais relacionadas ao adoecimento masculino.

A atividade foi realizada em abril de 2025 e continuará nos meses de maio e junho do citado ano, no domínio de um hospital referência no tratamento de câncer, situado na cidade de Salvador, Bahia (Brasil). Os participantes foram convidados e participam de maneira voluntária e as informações coletadas foram preservadas em conformidade com os preceitos éticos da pesquisa que envolve humanos.

O corpus empírico foi submetido à análise de conteúdo (Bardin, 2016) temática, com o intuito de identificar os sentidos atribuídos à informação relativa ao câncer de próstata, à vivência do corpo adoecido e à sexualidade,

considerando os atravessamentos de experiências multiculturais e discursos de gênero.

Os participantes foram convidados a integrar o Grupo Operativo de maneira voluntária, mediante convite ético e transparente, em consonância com os princípios que regem pesquisas envolvendo seres humanos, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O sigilo e o anonimato foram assegurados nas etapas previstas para a estruturação do projeto *Semente Azul*, que perpassou pela coleta de dados e informações à análise dos dados prévios, respeitando a integridade emocional e a privacidade dos relatos. A adesão espontânea, *per si* revela uma demanda latente por espaços de acolhimento, diálogo e elaboração de vivências que, em muitos casos, permanecem reprimidas no universo masculino.

Os encontros foram planejados e conduzidos como momentos de diálogo horizontal, estruturados por temas norteadores previamente definidos no escopo do projeto, como indicados a seguir:

Encontro: 11 de abril 2025 – Tema central: Histórias, Vivências e Adoecimento
Objetivo:
- Elaborar uma linha histórica do paciente, com o propósito de acessar narrativas pessoais e emocionais relacionadas ao início do adoecimento;

- Explorar aspectos subjetivos e sociais – como as relações com a família e amigos - das vivências masculinas diante ao adoecimento, como tabus, silenciamentos ou emoções reprimidas/ não elaboradas;
- Assegurar a expressão livre dos pacientes atinente a possíveis "novas masculidades".

Encontro: 25 de abril 2025 – Tema central: Masculinidades em Cena!
Objetivos:
- Compreender as percepções dos participantes relativas à masculinidade e possíveis ressignificações [novas elaborações], a partir da vivência do adoecimento/ tratamento – valores, crenças e referências que sustentam suas identidades masculinas;
- Investigar como o processo de tratamento, especialmente cirúrgico, impactou a autopercepção dos participantes atinente à masculinidade, perfazendo sentimentos, transformações do corpo, virilidade, autonomia e papel social;
- Analisar a interferência das normas e expectativas sociais acerca do comportamento masculino diante ao adoecimento, evidenciando possíveis conflitos entre vulnerabilidade, silêncio emocional e arquétipos de virilidade associados à figura masculina;

Encontro: 09 de maio 2025 – Tema central: Masculinidades e sexualidade: desafios e novas perspectivas.
Objetivos:
- Investigar a existência e a qualidade dos espaços de diálogo entre homens sobre sentimentos, dúvidas e desejos sexuais, identificando barreiras e possibilidades para a expressão emocional no contexto das relações masculinas
- Compreender as transformações pessoais e sociais vivenciadas por homens que passam a repensar as normas tradicionais de masculinidade, especialmente no enfrentamento do câncer de próstata e na ressignificação de seus papéis de gênero;
- Identificar aspectos que os participantes desejam ajustar ou transformar em relação às concepções de masculinidade e sexualidade, considerando o impacto do tratamento oncológico e as novas percepções sobre o próprio corpo e identidade.

Encontro: 23 de maio 2025 – Tema central: Projeto e Continuidade de Vida
Objetivos:
- Estimular a reflexão sobre o impacto pessoal do projeto, promovendo um espaço de valorização dos saberes construídos e das transformações vividas. Além disso, favorece o fortalecimento da autoestima e da percepção de continuidade no cuidado com a saúde e na construção de novos projetos de vida;
- Reconhecer que, mesmo diante do tratamento e das dificuldades, há espaço para

sonhar, criar e seguir em frente, consolidando o sentido de "colher novos frutos";
- Propor um movimento de acolhimento e solidariedade, fortalecendo a ideia de rede de apoio entre os pacientes. Além disso, permite que os participantes se percebam como agentes de inspiração e transformação, reforçando a continuidade não apenas pessoal, mas coletiva do projeto.

As discussões contemplaram desde os sentidos atribuídos à informação relativa ao câncer de próstata até questões mais subjetivas, como o impacto do adoecimento na percepção do corpo, na vivência da sexualidade e nas relações de cuidado de si e com o outro. Foram também abordadas dimensões culturais que atravessam as masculinidades, tensionando normas de silêncio, autossuficiência e invulnerabilidade que, historicamente, moldam o imaginário masculino em torno da saúde.

Em cada reunião, participaram, em média, seis homens, configurando um grupo pequeno, o que favoreceu o ambiente intimista e a escuta ativa qualificada. O corpus empírico, constituído pelas narrativas e compartilhamento simbólicos entre os participantes, foi submetido à análise de conteúdo temática. A abordagem em tela visou apreender os sentidos construídos coletivamente, evidenciando como os discursos de gênero e as experiências multiculturais se articulam na forma de interpretar, buscar e apropriar-se da informação.

Ao criar um espaço de sondagem dialógica, o Grupo Operativo não apenas ofereceu suporte psicossocial aos participantes, mas também gerou subsídios importantes para refletir sobre práticas informacionais voltadas ao público masculino, especialmente em contextos de adoecimento. As discussões, cuidadosamente mediadas, permitiram que emergissem relatos sobre medos, estigmas e resistências, bem como estratégias de enfrentamento e redes de apoio que se constroem, muitas vezes, à margem das práticas institucionais tradicionais.

Dessa forma, a pesquisa não se limita a descrever um fenômeno, mas propõe-se a compreender, de forma situada e sensível, as interfaces entre informação, saúde e gênero, reconhecendo que o acesso e a apropriação de informações em saúde são processos profundamente atravessados por valores culturais, experiências prévias e relações de poder. Assim, a investigação se insere no compromisso ético-político de ampliar espaços de escuta e diálogo, contribuindo para desconstruir estereótipos que ainda circunscrevem o cuidado masculino a zonas de silêncio, negando sua dimensão afetiva, emocional e relacional.

Resultados da Primeira Etapa da Estruturação do Projeto Semente Azul

O Projeto *Semente Azul* remete à campanha Novembro Azul, mês reservado à conscientização do câncer de próstata, com o objetivo de alertar para a importância do diagnóstico precoce da citada neoplasia maligna.

Os relatos preliminares analisados apontam para a existência de barreiras simbólicas e subjetivas no enfrentamento do câncer de próstata. A análise de conteúdo das narrativas dos participantes do Projeto Semente Azul foi realizada conforme os procedimentos sistemáticos propostos por Laurence Bardin (2016), envolvendo três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A partir dessa perspectiva, as falas foram organizadas em categorias temáticas que evidenciam aspectos centrais da vivência dos homens com câncer de próstata, articulando dimensões da saúde, masculinidades e subjetividades:

Pré-análise: definição das categorias:

Com base na leitura flutuante dos relatos, emergiram quatro categorias principais: (1) Ressignificação das masculinidades, (2) Sexualidade e afetividade no contexto do adoecimento, (3) A informação como ferramenta de enfrentamento e (4) Solidariedade e suporte psicossocial. Estas categorias orientaram a codificação das unidades de registro, buscando captar a essência das manifestações discursivas dos participantes.

Exploração do material: codificação e categorização

Categoria 1: Ressignificação das masculinidades

Os relatos apontam uma profunda revisão das concepções tradicionais de masculinidade. O enfrentamento do câncer de próstata obrigou os pacientes a revisitar valores culturalmente cristalizados, como a associação entre virilidade e potência sexual. As narrativas foram emblemáticas nesse sentido, ao afirmar que "a ereção não constitui elemento central" em sua relação afetiva, evidenciando a emergência de novas formas de expressão da masculinidade, pautadas no afeto, no cuidado e na presença.

Alguns pacientes expressaram que "o pênis continua a pulsar, mas não responde com a ereção satisfatória para a penetração", reconhecendo o desafio de reconstruir sua identidade diante da disfunção erétil e da incontinência urinária. A expressão "muda tudo", proferida por um paciente, sintetiza a percepção dos homens sobre o impacto transformador do adoecimento na sua autoimagem e no seu papel social.

A categoria em tela evidencia que o câncer de próstata atua como catalisador para a revisão de modelos tradicionais de masculinidade, pautados na força, na virilidade sexual e no autocontrole emocional. A fala “muda tudo” sintetiza não apenas o impacto físico da doença, mas também o abalo de um edifício simbólico que sustentava a identidade masculina desses homens.

Essa constatação dialoga com estudos contemporâneos que apontam a masculinidade como uma construção social, relacional e mutável. Não se trata, portanto, de uma essência imutável, mas de um desempenho sujeito à negociação permanente. Ao confrontarem a disfunção erétil, a incontinência urinária e o medo da morte, esses homens são forçados a elaborar novas formas de ser e estar no mundo, frequentemente mais sensíveis, afetivas e cuidadosas.

Há aqui um movimento ambivalente: se por um lado alguns participantes resistem à quebra de expectativas normativas (como no caso do constrangimento com o toque retal ou a vergonha de urinar sentado), por outro, muitos demonstram um reposicionamento frente a sua sexualidade, afetividade e relações sociais. A pluralização das masculinidades se manifesta na revalorização de gestos simples como o diálogo com amigos, a proximidade com a parceira e a abertura ao cuidado psicológico.

Categoria 2: Sexualidade e afetividade no contexto do adoecimento

A sexualidade aparece como tema central e transversal, sendo tratada com honestidade e complexidade pelos participantes. Práticas como masturbação, sexo oral e o uso da Tadalafila são relatadas não apenas como estratégias para manter uma vida sexual ativa, mas como mecanismos de afirmação da identidade masculina frente às limitações impostas pelo tratamento. A masturbação constituiu como prática de ressignificação, reafirmando sua satisfação com o corpo e com o desejo.

Muitos participantes relataram constrangimento ao realizar o exame de toque retal, associado à concepção de violação da masculinidade. Também foram evidenciadas resistências à utilização de medicamentos para disfunção erétil, como a Tadalafila, por receio de estigmatização ou perda de autonomia sexual.

Ao mesmo tempo, os relatos expõem tensões e desconfortos, como a incontinência urinária, e o impacto do vazamento de urina na corporal. Muitos pacientes admitiram que "não eram mais um menino de trinta anos". Essas falas revelam a íntima ligação entre corpo, sexualidade e identidade, demandando abordagens terapêuticas sensíveis a essas interseccionalidades.

Assim, a categoria revela que o câncer de próstata afeta diretamente o modo como esses homens percebem e habitam seus corpos. O corpo doente, marcado por sequelas como a impotência e a incontinência, é também o corpo afetivo, desejante e simbólico. As práticas sexuais alternativas, como a masturbação e o sexo oral, aparecem como recursos não apenas físicos, mas de resistência simbólica, reafirmação da identidade e da dignidade.

A sexualidade, nesse contexto, transcende o coito reprodutivo e penetritivo — fortemente associado à performance da masculinidade hegemônica — e passa a ser entendida como um campo de trocas afetivas, cuidados mútuos e prazer compartilhado. Essa ampliação do conceito de sexualidade é fundamental para promover uma saúde integral e humanizada, rompendo com a lógica biomédica que muitas vezes ignora os aspectos subjetivos da experiência do adoecimento.

Também é necessário destacar que a sexualidade dos homens idosos ainda é, muitas vezes, negligenciada ou estigmatizada. Os relatos mostram como a persistência do desejo — mesmo diante das limitações fisiológicas — exige um acolhimento ético e profissional livre de moralismos ou reducionismos. O corpo, nesse processo, é resignificado como território de luta, memória e afeto.

Categoria 3: A informação como ferramenta de enfrentamento

A importância da informação é destacada como recurso fundamental para mitigar o sofrimento psíquico e fortalecer a autonomia no tratamento. Os pacientes reconhecem que procurar "informações específicas à equipe médica" reduz sua ansiedade e o autoriza a seguir aderente à terapia. A relevância das informações obtidas com a equipe médica e na internet para desconstruir a visão inicial do diagnóstico como "sentença de morte". A informação, neste contexto, transcende o caráter biomédico e assume função terapêutica, proporcionando aos participantes uma maior compreensão e controle sobre o processo de adoecimento.

Na categoria emerge a centralidade da informação na gestão do adoecimento. A busca por conhecimento técnico, biomédico e psicológico não é apenas racional: é profundamente afetiva. Saber sobre a doença, entender os efeitos dos medicamentos, compreender os riscos e as possibilidades de tratamento transforma o medo em ação, o desconhecido em enfrentamento.

No presente ponto, a interseção com a CI é evidente. A apropriação informacional é vista aqui como um processo ativo e subjetivo, no qual os sujeitos se apropriam de conteúdos de forma crítica, incorporando-os à sua vida prática. A informação, portanto, atua como mediadora do empoderamento e da autonomia dos pacientes — o que é especialmente relevante em um sistema de saúde ainda marcado por hierarquias de saber e por uma comunicação, muitas vezes, verticalizada.

A informação também tem papel terapêutico, aliviando ansiedades, estimulando adesão ao tratamento e fortalecendo o vínculo entre paciente e equipe de saúde. No entanto, não basta que a informação exista: ela precisa ser acessível, compreensível e respeitosa das singularidades culturais, sociais e subjetivas dos pacientes.

Categoria 4: Solidariedade e suporte psicossocial

Todos os participantes reconhecem a importância do grupo como espaço de acolhimento, troca e fortalecimento. Os pacientes destacaram que o convívio com amigos "que passaram pela mesma situação" foi fundamental para o enfrentamento da doença. Os relatos demonstram que o grupo favorece a superação do isolamento, estimula o compartilhamento de experiências e fortalece a capacidade de resiliência dos participantes.

A categoria mostra que os grupos de apoio constituem-se como espaços de subjetivação coletiva e reconstrução simbólica. O Projeto Semente Azul funciona como um dispositivo que articula informação, acolhimento e escuta ativa, permitindo que os participantes compartilhem suas dores, dúvidas e esperanças.

A fala de que “conversar com quem passou pela mesma situação” é reconfortante reforça o valor terapêutico das redes de apoio entre pares. Nesse sentido, o grupo não substitui o tratamento médico, mas complementa-o, atuando na dimensão emocional e simbólica da experiência do adoecimento. O grupo promove pertencimento, reduz o estigma e potencializa a resiliência dos participantes.

Essa função psicossocial é ainda mais importante quando se considera que os homens, em geral, têm maior resistência à

procura por ajuda emocional e psicológica, fruto de uma socialização de gênero que associa masculinidade à invulnerabilidade. Ao oferecer um espaço seguro, o Projeto Semente Azul rompe com esse paradigma, ao mesmo tempo que promove um novo modelo de masculinidade — mais sensível, colaborativo e reflexivo.

Tratamento dos resultados e interpretação: síntese crítica

A análise evidencia que o Projeto Semente Azul promove um ambiente propício para a expressão de subjetividades frequentemente silenciadas nas práticas tradicionais de saúde, especialmente no que concerne à sexualidade e às emoções masculinas. O grupo se configura como dispositivo de mediação informacional e psicossocial, possibilitando que os homens desestabilizem normas rígidas de masculinidade e ampliem sua compreensão sobre saúde, autocuidado e afetividade.

A perspectiva de Bardin (2016) reforça que a análise de conteúdo não se limita a uma contagem de frequência de palavras ou expressões, mas busca compreender os sentidos latentes e manifestos nos discursos. Nesse sentido, as falas analisadas revelam não apenas um percurso de adoecimento, mas um processo ativo de elaboração simbólica, no qual o câncer de próstata é ressignificado como oportunidade de crescimento pessoal, fortalecimento de vínculos e reelaboração de projetos de vida.

Ainda que persistam resistências, como a fala de Carlos ao não apoiar a homossexualidade ou o relato de vergonha diante da necessidade de urinar sentado, as experiências relatadas apontam para uma masculinidade mais plural e reflexiva, em construção contínua.

A análise também evidencia a relevância do Projeto Semente Azul enquanto prática extensionista que articula informação, saúde e subjetividade, promovendo não apenas o enfrentamento clínico da doença, mas sobretudo, um cuidado integral e humanizado. A metodologia proposta pelo grupo, ancorada na escuta qualificada e no acolhimento, materializa uma abordagem ética e sensível, alinhada aos pressupostos contemporâneos da promoção de saúde e dos direitos humanos.

Assim, a análise sugere que o modelo desenvolvido pelo Projeto Semente Azul poderia ser replicado em outras instituições de saúde, constituindo-se como referência para práticas interdisciplinares voltadas à promoção da saúde masculina, à desconstrução de estigmas e ao fortalecimento da autonomia informacional e emocional de homens em tratamento oncológico.

Demais relatos revelam reconfigurações positivas na construção da masculinidade. Participantes descreveram uma maior proximidade emocional com suas companheiras, maior expressividade afetiva e interesse em dialogar com amigos acerca da importância dos exames preventivos. O acesso à informação qualificada, mediado por profissionais de saúde – como psicólogos –, pesquisas desenvolvidas no esteio da CI e grupos terapêuticos, mostrou-se fundamental para a ressignificação das experiências apresentadas em tela.

Considerações finais

Os resultados parciais indicam que a vivência do câncer de próstata por homens brasileiros é permeada por construções sociais de gênero, por condições históricas marcadas pela colonialidade e por uma diversidade cultural que desafia os modelos normativos de cuidado.

A articulação entre Psicologia e CI permite compreender como os sujeitos negociam sentidos direcionados à saúde, ao corpo e à sexualidade, e como a informação pode reforçar estigmas ou promover autonomia e bem-estar nos indivíduos.

A análise empreendida no artigo em tela evidencia que os itinerários informacionais de homens em tratamento do câncer de próstata são atravessados por marcas simbólicas das masculinidades hegemônicas, que tendem a restringir a expressão emocional, o autocuidado e a procura por informações em saúde. A escuta qualificada, mediada por práticas psicossociais como o Projeto Semente

Azul, evidencia-se essencial para o deslocamento dos padrões sedimentados e para a construção de vínculos horizontais com a informação e com o cuidado.

Assim, é possível endossar que as práticas informacionais partem de dimensões subjetivas, afetivas e socioculturais, que perpassam a experiência do adoecimento, e que o acesso à informação, quando mediado de maneira ética e sensível, poderá facultar para a ressignificação da doença e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

No âmbito das limitações do estudo, agora apresentado, enfatiza-se a delimitação amostral, composta exclusivamente por homens em tratamento no contexto específico de um hospital público da cidade de Salvador (Bahia/ Brasil), o que restringe a generalização dos resultados para demais realidades socioculturais devido ao caráter qualitativo da pesquisa, com base em observação participante e relatos em grupo (pautadas na experiências dos participantes), as análises assumem um caráter interpretativo, ainda que alicerçado em referenciais teóricos consistentes.

Como agenda de pesquisa futura, propõe-se a ampliação das investigações atinentes a atravessamentos que envolvam informações, masculinidades e saúde mental, com especial atenção ao dimensões relacionadas a práticas informacionais em contextos de vulnerabilidade. Sugere-se, ainda, o desenvolvimento de estudos comparativos entre diferentes recortes etários, étnico-raciais e territoriais, com o propósito de compreender as especificidades que compõem o universo masculino diante ao câncer de próstata e à circulação de informações em saúde.

O Projeto Semente Azul facultará a replicação do grupo operativo em demais instituições de saúde, especialmente na atenção primária e nos serviços especializados em oncologia. A formação dos referidos grupos, com base em metodologias participativas, informacionais e humanizadas, poderá contribuir significativamente para a promoção da saúde masculina e a desconstrução de estigmas associados ao câncer de próstata.

Considera-se oportuno aprofundar a análise relacionada aos efeitos psíquicos da desinformação e da ansiedade informacional no contexto oncológico, especialmente entre sujeitos socialmente mais expostos à exclusão simbólica e comunicacional.

Referências

Bardin, L. *Análise de Conteúdo* São Paulo: Edições 70, 2016.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução no 510, de 7 de abril de 2016.* Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

Coelho, G. M. et al. (2025) Abordagens atuais no diagnóstico, tratamento e prognóstico do câncer de próstata: revisão. Journal of Medical and Biosciences Research, 2, (2), 688–697. https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/651/522 . Acesso em: 20 maio 2025.

Gomes, R.; Nascimento, E. F.; Rebello, L. E. F.; Araújo, F. C. (2008). As arranhaduras da masculinidade: uma discussão sobre o toque retal como medida de prevenção do câncer prostático. *Ciênc. saúde coletiva* 13 (6).

Instituto Nacional de Câncer (INCA). *Estimativa 2023: Incidência de Câncer no Brasil.* Rio de Janeiro: INCA, 2023. https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa.

Köche, J. C. (2016). *Fundamentos de metodologia científica*. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

Matos, W. D. V. de; Palmeira, L. P.; Ferreira, M. de A.; Pacheco, M. Del A. (2024) Vulnerabilidades e estereótipos masculinos nas representações sociais das causas do adoecimento por câncer de próstata. *Cadernos de Saúde Pública,* 40, (9), https://www.scielosp.org/article/csp/2024.v40n9/e00175123/pt/ .

Oliveira, A. C.; Brito, L. T.; Lopes, P. V. L. (2023). Masculinidades plurais. *O Social em Questão* - Ano XXVI – (55)

Pamplona, R. S., & Barros, B. W. (2021). As

masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (95). https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/115

Santos, E. L. dos, & Nascimento Neto, A. C. (2023). Lacuna cognitiva da apropriação social da informação no Brasil. *Brazilian Journal of Information Science*: Research Trends, 17. https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14341

Tavares, M. L.; Silva, A. G. ; Oliveira, A. R. ; Lana, A. C. ; Dores, U. E. P. T. (2020). Currículo, gênero e escola: a construção das masculinidades no contexto da educação profissional e tecnológica. *Anais II Jornada Norte-Nordeste de Gênero e Sexualidade na Educação Profissional* e o II Colóquio Marielle Franco de Direitos Humanos & Diversidade. Natal: IFRN, 1.

YIN, R. K. (2005). *Estudo de caso*: planejamento e método. 3 ed. Porto Alegre: Bookman.

PONTES DIALÓGICAS ENTRE A ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO E A ÉTICA DO CUIDADO

Camila Mattos da Costa, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Camila Costa (0000-0002-5738-3087) - ORCID, Brasil, camilamcta@gmail.com

Ana Lúcia Alexandre Borges, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) , Ana Lúcia Borges (0000-0003-3165-7841) - ORCID , Brasil, alborges@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6569

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade | Perspectivas Epistemológicas

Introdução

Os fenômenos informacionais contemporâneos, como a ampla circulação de desinformação, a avalanche de notícias falsas e o uso de inteligência artificial e de algoritmos com viés discriminatório no ambiente digital, nos põem diariamente diante de diversos dilemas éticos. Questionamentos sobre o que é "verdade" ou o que é certo e o que é errado tornam-se parte constante de nosso cotidiano. Nesse contexto, aspectos como *responsabilidade* e *cuidado* (consigo e com o Outro) nas práticas informacionais revelam-se fundamentais.

Os problemas da ética e da moral que derivam do uso, da disseminação e da mediação da informação são frequentemente abordados pelo campo da Ciência da Informação (CI). Alguns exemplos podem ser vistos nos estudos sobre competência crítica em informação. Nesses trabalhos, a dimensão ética ganha destaque ao ser um componente que favorece o exercício da cidadania em sua plenitude e para combater os processos informacionais que culminam na desinformação (Borges; Brisola; Bezerra, 2019; Zattar, 2020). Ainda na CI, as questões provocadas pelas redes

sociotécnicas no século XXI levantam debates éticos relacionados a temas como vieses algorítmicos (Costa, 2024; Bezerra; Costa, 2022) e acesso à informação (Costa; Lima; Bezerra, 2024). São ainda desafios à liberdade na era digital (Capurro, 2017) aspectos sobre o fazer científico na contemporaneidade, que envolvem acesso aberto, democratização da ciência e integridade da pesquisa científica (Schneider; Saldanha; Bezerra, 2017; Jesus; 2017) e dilemas de ordem ética em arquivos (Pimenta, 2017; Meirelles), bibliotecas (Budd, 2006) e museus (Silva, 2017; Loureiro, 2017).

As questões da informação na atualidade exigem abordagens críticas. Nesse sentido, neste trabalho objetivamos relacionar os estudos da ética da informação e da ética do cuidado, de modo a possibilitar a criação de conexões teóricas e ampliar as bases de análise no campo da ética intercultural da informação (EII).

Neste século, as tecnologias digitais da informação e comunicação têm influenciado profundamente as normas morais e legais, isto é, as formas de vida e sua regulação por meio daquilo que é socialmente compartilhado ou regulamentado por normativas e legislação. A ética, em geral, e a ética em informação, em particular, enfrentam problemas de ordem teórica e prática despertados pela diversidade de valores morais e éticos oriundos de diversas culturas e pela relação com estas tecnologias (Capurro, 2017). O contexto de transformação social profunda do mundo, desafiado pelas mudanças históricas – o que inclui a Guerra Fria e uma Alemanha dividida (Saldanha, 2014) – e pelo desenvolvimento tecnológico do século XXI, favorece a emergência de propostas como a da ética intercultural da informação.

Concebida por Rafael Capurro e fruto de suas reflexões no campo da ética em informação (Saldanha, 2014), a EII reflete sobre as possibilidades da liberdade humana e da realização desta. Ela se concentra no impacto das tecnologias de informação e comunicação em culturas diferentes, mas, ao mesmo tempo, também considera o modo pelo qual questões específicas são entendidas a partir de tradições culturais diversas. Relaciona-se, ainda, com os debates éticos de forma descritiva e normativa, envolvendo estudos realizados em nível concreto ou ôntico, ou, pressupostos ontológicos ou estruturais (Capurro, 2008).

Uma vez que as mudanças nos modos de produzir e circular informação colaboram com a desestabilização em situações cujo os critérios preexistentes de confiabilidade e informatividade já estavam estremecidos, a ética da informação deve deixar de ser assunto restrito ao meio acadêmico, conforme indica González de Gómez (2017). A autora justifica sua afirmativa por causa da multiplicidade e da diversidade das questões apresentadas. Ao ser compreendida com tal abrangência e escopo, a ética da informação investiga

> [...] se as mudanças e a deflação normativa dos ciclos da informação desestabilizam ou ameaçam a legitimidade e as práticas de justificação de algumas das principais expressões dos discursos públicos contemporâneos, como a comunicação científica, a comunicação política e as principais formas de comunicação social, podendo afetar a credibilidade, a confiabilidade e a tomada de decisão em toda e qualquer manifestação da atividade social, inclusive as cotidianas (González de Gómez, 2017, p. 24).

Em concordância com González de Gómez, enxergamos na EII a potencialidade de ultrapassar os muros da academia e debater problemas informacionais em diálogo com diferentes culturas e tempos históricos, fazendo florescer uma ética informacional viva e efetivamente intercultural. Nesse contexto, partimos da hipótese que o debate dos temas tratados pela EII – a privacidade, a identidade, a justiça, a guerra cibernética, a sociedade da vigilância (Capurro, 2013) e vieses algorítmicos – pode ser aprofundado e enriquecido a partir de uma aproximação dialógica com a ética do cuidado (ou ética feminista do cuidado). Para pôr esta hipótese à prova, começamos nosso percurso teórico-metodológico por apresentar debates no âmbito da ética da informação, ética intercultural da informação e ética do cuidado, situando-as social e historicamente. Na sequência, buscamos pontos de interlocução teórica entre a EII e a abordagem da ética do cuidado, apresentando

convergências entre as duas correntes. Com isso, esperamos abrir espaço para a construção de soluções responsáveis e sustentáveis para os dilemas da atualidade que envolvem os fenômenos da informação e infocomunicação.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho têm natureza qualitativa. Trata-se de estudo de natureza bibliográfica. O método da pesquisa é a revisão de literatura. Tais procedimentos objetivam aproximar os debates da ética da informação, principalmente aqueles relacionados com a ética intercultural da informação proposta por Rafael Capurro e da ética do cuidado de forma a ampliar as perspectivas e abordagens dentro do campo infocomunicacional. Ressaltamos, porém, que se trata de um estudo de natureza exploratória, que marca o início da investigação sobre o tema.

Ética da Informação

O universo da ética da informação ocupa-se das questões morais especificamente relacionadas à informação. Temas estudados pelo campo incluem privacidade, identidade, justiça, desinformação, guerra cibernética, e sociedade de vigilância, entre outros. Estudos atuais da área também abordam impactos econômicos e políticos da informação tecnológica (Capurro, 2013).

Enquanto disciplina da filosofia, a ética surge como parte da filosofia prática de origem aristotélica que percebe a ética como reflexão a respeito daquilo que se relaciona com as regras do bem-viver na família e na política da Grécia. A ética permanece sendo utilizada de forma ambígua no cotidiano para se referir aos costumes e às reflexões cotidianas ou sistemática sobre os mesmos costumes. Academicamente, a ética é compreendida como uma reflexão crítica a respeito das regras e costumes. A ética enquanto reflexão sistemática, metódica e histórica é bastante explorada dentro das universidades, institutos de pesquisa e espaços educacionais. A ética pode ainda ser abordada a partir de domínios específicos como é o caso da informação em que a ética da informação é compreendida como a " reflexão crítica sobre as normas e valores vigentes nas sociedades da informação e conhecimento" (Capurro, 2017, pp. 49).

Diante dos desafios contemporâneos, Gustavo Freire (2010) destaca a necessidade de

> [...] formar sujeitos não apenas para assimilar ou consumir informação, mas também para *produzi-la e saber bem usá-la*. Por isso, uma ética da informação deve significar uma *ética para a informação*. Ou seja, trata-se de formar (moralmente) o *agente ou o sujeito da informação* (Freire, 2010, p. 9).

Nesse sentido, a ética da informação é considerada, ao mesmo tempo, uma teoria descritiva, por explorar as estruturas de poder que influenciam as atitudes e as tradições informacionais em diferentes culturas e épocas, e emancipatória, uma vez que desenvolve críticas às atitudes e tradições morais no campo da informação a nível individual e coletivos.

Ao ser questionada sobre a importância do estudo da ética, da política e da epistemologia da informação na atualidade, Maria Nélida González de Gómez (2022) responde que o regime de informação[1] ocupa de certa forma o lugar do regime de verdade foucaultiano na contemporaneidade. Isso se dá não apenas pelos aspectos presentes na comunicação midiática e nas redes sociotécnicas, mas também pelo próprio modo de compreender os vínculos entre os indivíduos. A autora considera que ética, política e epistemologia da informação são importantes por motivos diversos. Primeiramente, porque as questões informacionais e infocomunicacionais são colocadas *a priori* e constitutivas do ser social: são matéria que preocupa, fazem compreender o que é valorado e validado; aquilo que é conhecido e o que é decidido. Além disso, essa tríade conceitual está ligada a uma idealização de certa forma de vida, quer de vida bem-sucedida, quer de vida justa, o que envolve a noção de justiça social. Relaciona-se ainda com as formas de convivência possíveis inseridas nas condições contemporâneas. González de Gómez (2022, p. 23) persiste, ainda, ao afirmar que estas são questões "fundamentais para o entendimento histórico, contemporâneo, e que perpassam, e passam pelas questões infocomunicacionais" e

questiona quais são as vulnerabilidades deste tempo que abrem fraturas nos contextos das normas informacionais, dando lugar às questões da ética da informação (González de Gómez, 2017).

Quanto às relações entre ética, política e epistemologia e o conceito de informação, Capurro (2022) enfatiza a centralidade da informação na sociedade contemporânea.

> Ética e o conceito de informação… Alguém disse que a ética tem algo a ver com a forma de ser no mundo, isto é: o ethos. Isso está sempre relacionado com possibilidades de ser e com a comunicação, ou seja, com comunicações informacionais, processos de informação. O que eu experimento de mim mesmo e dos outros se dá através do processo de informação, de modo que as transformações morais, das quais a ética é a reflexão, estão sempre relacionadas a possibilidades de ser e a processos informacionais concretos, ou seja: me inteiro de algo, ou não? Recebo informações, ou não (Capurro, 2022, p. 55)?

Indo além, Capurro (2022) compara as estratégias de domínio e concentração da informação na sociedade contemporânea a regimes fascistas e destaca a necessidade de uma reflexão constante sobre os interesses em jogo e as disputas de poder no ambiente informacional, propondo uma espécie de exercício de ética prática.

> A informação é tão necessária como a água, o direito de informação é como o direito a comida, assim, as sociedades nas quais se restringe o acesso à informação tendem a ser sociedades do tipo fascista, em que alguém tem o domínio sobre a informação e os processos informacionais. Esse domínio se caracteriza como distintas formas de sistemas fascistas digitais, que não existiam desta forma em outros séculos, de modo que se trata de pensar uma ética política: quais são os sistemas de estrutura de opressão possíveis e reais, nos quais as pessoas não têm a possibilidade de decidir por si próprias? O que querem ocultar ou mostrar aos outros? O que podem receber ou não dos outros? Quais são as regras do jogo? Quem explicita estas regras? Isto se dá, por um lado, na relação entre ética e informação; por outro, na relação entre política e informação, é evidentemente semelhante ao que acabo de dizer. A terceira relação, com o conhecimento, reflete uma tendência muito forte de passagem de toda a linguagem humana para o meio digital. Contudo, existe o real, como diria Lacan, uma dimensão que se opõe, que resiste a esses processos,e que cria certo mal-estar nas sociedades. Sobre isso, cito Freud ou Lacan em nível individual, ocorre também em nível de sociedade: quais são os fundos de resistência não explicitáveis totalmente, quando se passa do real para o símbolo ou a imagem, para dizer em termos lacanianos? Existe sempre na vida individual, na vida social, uma dimensão do horrível, que é a morte, e o Outro, alguém que eu não posso compreender; o incompreensível, o que está além do conceito, o sofrimento, a injustiça. O tema da justiça, por exemplo, é um tema ético tão central. Também pensar a injustiça na era digital: quem está pensando isso? (Capurro, 2022, pp. 55-56).

No caso dos debates sobre justiça, nos posicionamos de acordo com Wendy Duff, Andrew Flinn, Karen E. Suurtamm e David A. Wallace (2013), que definem justiça social como a visão de que todo ser humano é igual e merece ser percebido como valoroso, possuindo o direito à liberdade, igualdade e o de ser respeitado, o que também é aplicável à comunidades e grupos sociais.

A ética é entendida como um ramo filosófico que busca a reflexão sobre aquilo que fundamenta a moral (Japiassú & Marcondes, 2001). Para Maria Nélida González de Gómez (2017), trata-se de um modo de fazer perguntas, sendo a ética e a moral dois termos cujo os significados remetem aos usos e costumes. Seria, portanto, uma indagação da filosofia, reflexiva e crítica, sobre a moral, o que envolve as indagações sobre o sentido e a finalidade da existência humana, mas também

sobre as normas e os valores motivadores e orientadores da ação humana com destino ao bem comum e à justiça.

Marco Schneider (2016) defende a impossibilidade de pensamento de uma ética universal que desconsidere as riquezas e as complexidades da diversidade ética que existe em todo o mundo, o que envolve o reconhecimento do que é singular, contraditório, semelhante. Por isso, faz-se necessário buscar a convergência entre as diversas perspectivas éticas para evitar que o universal não abafe o universal ou vice-versa (Silva Júnior & Schneider, 2020). A ética partiria, então, da premissa fazer o bem, o que seria uma uma experiência comum aos seres humanos porque está relacionada com a consciência de comunidade e de relação com outrem, não se tratando "de um universal totalitário, mas dialético", não se opondo ou impondo-se ao particular de cada cultura "na medida em que o particular é a mediação específica entre" aquilo que é singular e aquilo que é universal (Silva Junior & Schneider, 2020, p. 27).

A ética do século XXI necessita do diálogo, ou seja, a procura da compreensão, da promoção e do não apagamento da diversidade das culturas. Esta busca é o que pode permitir a compreensão das culturas digitais como oportunidades de expandir a liberdade e a criatividade, não reduzindo-as. Tal modelo ético não pode ser concebido distante do tempo, do lugar e da cultura (Saldanha, 2014).

Para tratarmos dos problemas éticos contemporâneos, faz-se necessário que as abordagens sejam capazes de reconhecer a pluralidade de experiências e culturas. Partindo desta premissa, Rafael Capurro propõe a ética intercultural da informação, que apresentamos a seguir.

Ética Intercultural da Informação

Ao analisar a obra de Capurro, González de Gómez (2017) defende que a ética intercultural da informação proposta pelo autor parte do universalismo filosófico e da globalização digital e territorial, o que envolve a mundialização do Capital, projetos de universalização como as Nações Unidas ou de classificação universal como a Classificação Decimal Universal. A ética intercultural da informação representaria a oportunidade moderna de incorporação da dimensão normativa com orientação para metas de justiça e liberdade.

Demônio recebe significados diferentes na filosofia. O primeiro deles é o de "ser divino" que recebe a função de mediar, o que, segundo Saldanha (2014, p. 112) é noção cuja centralidade é fundamental para a epistemologia da Ciência da Informação. A retórica, ou seja, o ato de falar e o diálogo são fundadores daquilo que somos e é base para a filosofia da informação proposta por Rafael Capurro que nos convida ao pensar de uma ética da informação que não desconsidera a linguagem. Nas palavras de Gustavo Saldanha, esta é "uma ética "sediada" no "berço" de uma construção cultural: a linguagem e sua ação no contexto daqueles que "retoricamente" existem-agem", tornando-se uma ética intercultural da informação que prescinde do diálogo para criar o novo nos diversos mundos possíveis em cada cultura (Saldanha, 2014, p. 113).

A ética intercultural da informação (EII), conceito proposto por Rafael Capurro, lida com questões descritivas e críticas em diferentes culturas e tempos e parte da reflexão

> [...] sobre as possibilidades e realização da liberdade humana no contexto da rede digital mundial (Internet), bem como a troca, combinação e utilização desta informação no meio da comunicação transmitida digitalmente (Capurro, 2001, p. 41)

O movimento entre o igual e o diferente, o particular e o universal, o local e o global percebido como pressuposto ético interessa à EII e depois ficará explícito que também se relaciona com a ética feminista do cuidado. Conforme nos lembra Capurro (2010, n.p.), a reflexão ética "deve considerar o universal sem deixar de lado a singularidade dos modos de vida e das circunstâncias históricas e geográficas", problematizando aspectos relacionados à justiça e à participação política e social.

As estruturas da cultura não são mundos fechados, mas fundamentam-se em experiências humanas de afeto comuns de

serem compartilhadas dentro de uma existência finita em um mundo compartilhado. Fala-se em ética intercultural da informação quando se busca justapor as interpretações de mundo em vez de compará-las hierarquizando-as. Tal comparação produziria uma visão de mundo baseada na monocultura que se percebe como a única válida, o que é problemático na medida em que a razão humana é plural (Capurro, 2008).

A EII, portanto, deve abordar a relação entre normas morais universalizáveis ou universalizadas e tradições morais locais, transitando entre os pontos extremos da universalização e da concretude em uma situação singular. Isso significa dizer, por exemplo, que um debate sobre o "tema da privacidade não é o mesmo em uma cultura que em outra e tem um contexto histórico e cultural específico" (Capurro, 2010, n.p.). Capurro (2008) apela ainda por uma EII que seja capaz de concentrar-se em análises situacionais cuidadosas.

No site do *International Center for Information Ethics* (ICIE), comunidade acadêmica dedicada a estudos sobre o avanço do campo, o conceito é definido como a área que investiga

> [...] as questões éticas decorrentes do desenvolvimento e aplicação das tecnologias de informação. Fornece uma estrutura crítica para considerar questões morais relativas à privacidade informacional, agência moral (por exemplo, se os agentes artificiais podem ser morais), novas questões ambientais (especialmente como os agentes devem comportar-se na infosfera), problemas decorrentes do ciclo de vida (criação, recolha, gravação, distribuição, tratamento, etc.) de informação (especialmente propriedade e direitos de autor, eliminação digital) (ICIE, 2024, n.p., tradução nossa).

O filósofo Rafael Capurro, um dos fundadores do ICIE, destaca que a "compreensão atual da Ética envolve questões de responsabilidade individual e social no que diz respeito ao impacto das nossas escolhas à luz da influência da ciência e da tecnologia" (ICIE, 2024, n.p., tradução nossa), e que as TIC "atuam como catalisadoras para um *encontro sem precedentes com a alteridade*" (ICIE, 2024, n.p., tradução nossa, grifo nosso).

Ademais, na era da informação eletrônica, reflexões éticas assumem também o papel de despertar e preservar a sensibilidade ética daqueles que lidam com a informação como produtores, mediadores ou usuários. Por isso, faz-se necessária a abertura de espaços locais e globais para refletir eticamente acerca das TIC e das redes sociotécnicas. Porém, tais reflexões não devem se limitar apenas ao fundamento de determinadas normas morais, mas também incluir a problematização a partir da interação com outras dimensões da vida social, buscando comportar a variedade e a riqueza da experiência humana (Capurro, 2017).

A abordagem ético-metodológica concebida por Capurro (2017) é a da reflexão crítica comparativa intercultural, que abre caminho para a ética intercultural da Informação (EII) e pressupõe a existência de diferenças tanto nas tradições morais (valores e modos de vida), como em sua codificação na forma de legislação e instrumentos normativos que funcionam como expressão de um ideal ou de uma ideologia[2].

Para realizar esta reflexão comparativa, é preciso ter paciência, atenção – uma característica-chave do cuidado, conforme visto anteriormente – e respeito pelo outro, o que não significa abandonar o senso crítico. Este tipo de abordagem não trata somente da descrição de diversidades culturais, mas também da complexidade das normas contidas nos interesses e poderes locais e/ou globais, além da busca por valores e princípios comuns e formas de organização da vida comunitária. Como propõe a EII, uma reflexão ética precisa pensar o universal sem abandonar a singularidade das formas de vida, da geografia e dos fatos da história. Como uma reflexão crítica, ela deve contemplar aspectos de justiça, participação política e social, bem como de proteção ambiental, por exemplo. Esta é uma tarefa que também interessa à ética feminista do cuidado e à sua extensão aplicada às políticas públicas e às relações entre Estado

e sociedade, a ética pública do cuidado. Trataremos de ambas a seguir.

Ética Feminista do Cuidado

Um olhar atento às diferenças entre culturas também marca a abordagem da *ética do cuidado*, de raízes feministas. Na definição de Joan C. Tronto (1993, p. 103, tradução nossa), o cuidado é um tipo de atividade que inclui tudo o que fazemos "para manter, continuar e consertar o nosso 'mundo', a fim de que possamos viver nele da melhor forma possível". Esse mundo inclui nossos corpos e nosso ambiente, entrelaçados na teia complexa que sustenta a vida. As reflexões de Tronto sobre a natureza política do cuidado, com base neomarxista, ampliam o debate para além das fronteiras da ética e se mostram centrais a discussões políticas, jurídicas e sociais da atualidade.

Tronto (1993) propõe uma democracia do cuidado (*caring democracy*), que se opõe à individualização da responsabilidade característica do neoliberalismo e posiciona o cuidado como um *bem comum* que deve ocupar o centro da arena política.

A autora divide a atividade do cuidado em quatro fases, às quais vincula virtudes correspondentes: *caring about* (reconhecer a necessidade de cuidado, o que demanda a virtude da *atenção*); *taking care of* (atender à necessidade identificada, o que envolve *responsabilidade*); *care-giving* (prestar efetivamente o cuidado, o que requer *competência*); e *care-receiving* (receber o cuidado, envolvendo a *responsividade* da pessoa cuidada).

Para Selma Sevenhuijsen (1998), valores derivados da ética do cuidado, como atenção, responsividade e responsabilidade, contribuem para construir uma cidadania democrática, que, por sua vez, prevê a capacidade de as pessoas distinguirem entre o bem e o mal de forma responsável, e, assim, serem responsabilizadas por suas ações. Essa habilidade de julgamento se dá na interseção entre igualdade e diferença: considera a alteridade dos sujeitos, ao reconhecer sua individualidade e diversidade, mas, ao mesmo tempo, concebe-os como iguais. Nesse contexto, a prática da ética feminista do cuidado favorece a cidadania por assumir um compromisso duplo:

> [...] por um lado, ela pressupõe que as pessoas reconheçam e tratem os outros como diferentes e levem em conta a visão individual do mundo e de seu lugar nele [...] enquanto, por outro lado, as necessidades e narrativas não são consideradas absolutas, mas interpretadas e julgadas em contextos específicos de ação (Sevenhuijsen, 1998, p. 15, tradução nossa).

Neste processo, faz-se também necessário considerar os grupos aos quais pertencem os indivíduos e os contextos específicos nos quais estão inseridos, o que deve ocorrer sem que a diferença seja percebida como algo negativo.

Ao integrar valores da ética do cuidado como atenção, responsividade e responsabilidade à noção de cidadania, haverá um efeito duplo de transformação, enriquecendo o conceito de cidadania, ampliando sua capacidade para lidar com a diversidade e pluralidade enquanto desromantiza o cuidado, o que faz com seus valores sejam percebidos como virtudes também do âmbito da política (Sevenhuijsen, 1998).

Dessa forma, a ética do cuidado traz consigo a ideia de uma *cidadania ativa*, também de inspiração feminista. Sob essa perspectiva, a esfera pública é um espaço de encontro em que as pessoas formam suas identidades por meio da troca de narrativas e opiniões, nas interações e no diálogo. Nessas experiências, os indivíduos constantemente revisitam as percepções sobre 'si' e sobre o ´outro'; abrem-se à mudança e constroem as bases para deliberações coletivas mais consistentes e transformadoras (Sevenhuijsen, 1998).

Baseada nesse respeito pelas relações interpessoais, a ética feminista do cuidado valoriza o diálogo genuíno e recíproco, uma vez que apresenta o *cuidado* de modo a ressaltar a receptividade, o relacionamento e a capacidade de resposta. Em 2013, na obra *Caring democracy,* Tronto aprofunda a ideia de uma democracia do cuidado, que rejeita a lógica neoliberal de individualização da responsabilidade e propõe o cuidado como um bem coletivo, essencial para o centro da vida política. Para tanto, acrescenta mais uma etapa

às quatro fases do cuidado que havia identificado anteriormente:

- *caring with* (cuidar com): nesta fase final, "as necessidades de cuidado e a forma como são satisfeitas devem ser consistentes com os compromissos democráticos de justiça, igualdade e liberdade para todos (Tronto, 2013, pp. 23, tradução nossa).

  Esse tipo de abordagem inspirou a construção da noção de ética pública do cuidado (Stensöta, 2011, 2015) cuja relação com a CI pode ser vista na garantia do direito de acesso à informação e no fortalecimento de serviços públicos informacionais como, por exemplo, bibliotecas públicas. Voltado para a administração pública, o conceito funciona como um conjunto de diretrizes para orientar agentes públicos quanto ao tratamento de casos relevantes relacionados a cidadãos e cidadãs (Borges, 2023).

  Helena Stensöta (2011, 2015) ampara a ética pública do cuidado em quatro pilares: interdependência (seres humanos são simultaneamente dependentes e independentes); significado das relações (deve-se estabelecer, nutrir, sustentar e proteger relações de todo tipo); responsabilidade (assumir a responsabilidade por problemas comuns está na essência da política e é central para a ética do cuidado); e sensibilidade ao contexto (é preciso abordar os problemas morais e políticos considerando as circunstâncias particulares da situação).

  Percebe-se, assim, o cuidado como algo que envolve tanto as atividades que garantem a subsistência humana fisicamente e que são necessárias para a saúde, sustentar e proteger alguém, quanto os sentimentos de preocupação e apego (Caswell & Cifor, 2016)

Carol Gilligan (1993) aprofunda a discussão sobre responsabilidade e cuidado ao incorporar a dimensão da justiça ao debate de temas como a divisão do trabalho entre gêneros e o silenciamento de mulheres na sociedade. A autora explica que a permanente tensão entre responsabilidades e direitos sustenta a dialética do desenvolvimento humano, conectando dois modos de experiência aparentemente díspares:

> Enquanto uma ética da justiça parte da premissa da igualdade – que todos devem ser tratados da mesma forma –, uma ética do cuidado se baseia na premissa da não violência – que ninguém deve ser ferido. [...] Esse diálogo entre justiça e cuidado não apenas proporciona uma melhor compreensão das relações entre os sexos, mas também dá origem a uma representação mais abrangente do trabalho adulto e das relações familiares (Gilligan, 1993, p. 174).

Como se vê, as fases e as virtudes provenientes da ética do cuidado podem contribuir nas tarefas da ética intercultural da informação na medida que auxiliam as percepções sobre as diferenças – e as aproximações – entre indivíduos e culturas. Além disso, tal relação tem o potencial de fortalecer as redes do tecido social diante dos problemas da informação de nosso tempo. A

seguir, trataremos da interlocução entre os dois conceitos.

EII e Ética Feminista do Cuidado: diálogo teórico entre conceitos

Como já discutido, as dinâmicas entre igualdade e diferença, particular e universal, local e global, são centrais à EII e à ética do cuidado. Nesta seção, defendemos que as etapas reflexivas e virtudes relacionadas à ética do cuidado podem enriquecer a EII ao facilitar a compreensão das diferenças – e semelhanças – entre indivíduos e culturas. Além disso, essa conexão entre as duas abordagens pode reforçar os laços sociais diante dos desafios informacionais contemporâneos.

Assim, argumentamos que tanto a ética intercultural da informação quanto a ética feminista do cuidado transcendem o debate filosófico, tornando-se ferramentas para reconhecer a alteridade e fortalecer as estruturas sociais e políticas, o que também aproxima os debates éticos do cotidiano, evitando que permaneça circunscrito às discussões acadêmicas. A convergência entre essas perspectivas oferece novas possibilidades para lidar com os problemas informacionais atuais. Assentadas sobre princípios como respeito e responsabilidade social, as duas correntes pressupõem o diálogo como base da existência humana, ao ressaltar valores de trocas para além das trocas econômicas e valorizar as relações humanas nos processos informacionais.

A ética feminista do cuidado busca recuperar elementos da experiência humana que são descartados ou desconsiderados por serem femininos (Caswell & Cifor, 2016). Nos processos que envolvem a imaginação e construção de sociedades mais justas, é percebida como mais inclusiva do que as noções presentes na ideia de uma ética baseada em direitos. Ela destaca os modos pelos quais as pessoas estão conectadas entre si e com as comunidades, com base em redes de responsabilidade mútua. Tal abordagem ética evidencia particularidades, conexões e contextos no lugar de princípios morais abstratos, rejeitando os pressupostos morais do liberalismo que enaltecem a escolha individual e a ideia de livre arbítrio (Caswell & Cifor, 2016). Assim, vai ao encontro da ética intercultural da informação na medida em valoriza a relação entre indivíduos enquanto seres culturalmente inseridos em relacionamento e troca.

Segundo Zygmunt Bauman, na obra "Ética pós-moderna" (2021), o que posiciona o relacionamento "Eu-Tu" à parte do "Eu-Isso" (em que o Outro não aparece como sujeito moral) em nossa sociedade é justamente o começar do caráter *dialógico* do encontro, ou a antecipação de um diálogo:

> Eu-Tu tem estrutura de "alocução e resposta", estrutura de contínua conversação, em cujo decorrer os participantes mudam incessantemente os papéis, dirigindo-se cada um ao outro e respondendo um ao outro com cortesia. É a *simetria de atitudes e responsabilidades* que dá às relações seu caráter de Eu-Tu, estando presente nele desde o início, como postulado ou expectação categórica; se eu te trato como tu antes que como coisa é precisamente porque eu estipulei (espero, trabalho para) ser também tratado por ti como teu Tu (Bauman, 2021, pp. 73-74).

Nesse sentido, apontamos que o diálogo está na base das construções teóricas das abordagens da EII e da ética feminista do cuidado, sendo um ponto de aproximação fundamental entre ambas.

No campo da CI, também é possível observar, a aproximação da ética feminista do cuidado aos estudos arquivísicos no trabalho de Michelle Caswell e Marika Cifor (2016) intitulado *From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives.* O trabalho defende uma concepção feminista de ética, construída com base nas noções de relacionalidade, interdependência, incorporação e responsabilidade com o outro.

Caswell e Cifor (2016) argumentam a favor de uma ideia de *empatia radical* nos arquivos. Isso representa adotar uma postura radicalmente empática nas interações arquivísticas – e aqui acrescentamos quaisquer interações – mesmo quando nossos sentimentos envolvem o medo, o nojo ou a raiva. Alinhada com a ideia de justiça social, a abordagem das autoras

defende a necessidade de atenção crítica ao poder. As autoras propõem uma noção de empatia como uma necessidade afetiva do cuidado. Ao trazer o olhar da empatia para a relação entre os sujeitos, elas reconhecem que os indivíduos estão conectados por ligações complexas, que envolvem disputas de poder e desigualdades, mas também admitem que existe a preocupação com o bem-estar de outrem (Caswell & Cifor, 2016).

Outro exemplo de aproximação da ética feminista do cuidado e os estudos em Ciência da Informação é o estudo de Cara Bradley (2021) *Academic Librarians, Open Access, and the Ethics of Care* que aborda as bibliotecas universitárias e o acesso aberto à publicações a partir das discussões da ética do cuidado, pois esta permite uma expansão das reflexões sobre acesso aberto.

Nesse sentido, a ética feminista também problematiza a retórica neoliberal, que percebe os indivíduos como agentes livres em uma economia de mercado que ignora as opressões sistêmicas do capitalismo, defende o subfinanciamento estatal crônico, usa os fracassos do Estado como desculpa para privatizar e mascara ou invisibiliza formas de trabalho consideradas indesejadas ou menores (Caswell & Cifor, 2016). Ao rejeitar tal retórica, a ética do cuidado aproxima-se da ética intercultural da informação na medida em que esta percebe o direito à informação como um direito humano fundamental, conforme apontado por Capurro anteriormente. Para a concretização deste direito, é preciso fortalecer instituições como arquivos, bibliotecas e museus.

Sob esse ponto de vista, entendemos que as discussões da ética do cuidado e da ética pública do cuidado podem acrescentar aos debates éticos infocomunicacionais na medida que proporcionam visibilidade à importância da atenção, da responsabilidade, da competência e da responsividade. As duas abordagens destacam-se por examinar criticamente as diferenças – e os pontos de aproximação – entre as variadas culturas e manifestações sociais, assim como a EII.

Alinhados a essa discussão das temáticas sociais, Duff, Flinn, Suurtamm e Wallace (2013) apontam o crescimento do interesse pelo tema da justiça social nos arquivos, tanto no que se refere ao conceito quanto ao convite para responder às desigualdades da contemporaneidade. Os autores relacionam a justiça social às questões como globalização, democracia, pobreza, influências do mercado nas políticas, sustentabilidade, identidade das pessoas e coletivos e representatividade. Para eles, é preciso abordar a justiça social de modo sistemático e coerente, pois o que se entende pelo conceito precisa estar explícito a fim de evitar que esta seja uma noção vaga e sem forma. Ao pensarmos em justiça social em serviços de informação como arquivos e bibliotecas, devemos ter em mente a democratização destes e como a cidadania se relaciona com tais instituições. Por isso, é importante que profissionais da informação exerçam uma empatia radical, como propõem Caswell e Cifor (2016).

A incorporação dos valores de empatia radical, responsabilidade, responsividade e atenção oriundos da ética do cuidado à abordagem da EII não representa um relativismo que tudo aceita. Pelo contrário, tais valores vêm acompanhados também do compromisso responsável com o outro e com a coletividade.

Considerações Parciais

Como resultado de nossas discussões, percebemos a ética intercultural da informação e a ética do cuidado não apenas como partes integrantes da esfera do debate filosófico ou moral, mas como modos de reconhecimento da alteridade e de fortalecimento do tecido social e político, possibilitando o acolhimento da diversidade e o encorajamento de comunidades e indivíduos pessoal e politicamente.

Nos dias atuais, a ética intercultural da informação mostra-se relevante ao produzir análises sobre os desafios da informação de nosso tempo, que envolvem as redes sociotécnicas e fenômenos informacionais diversos como, por exemplo, a mediação da informação por algoritmos, a produção de conhecimento e o combate à desinformação. Sua aproximação com as práticas e os valores da ética do cuidado representa mais uma oportunidade para enfrentar os desafios informacionais da contemporaneidade.

Para concluir, defendemos que a ética intercultural da informação e a ética do

cuidado são caminhos que favorecem a percepção de que redes sociotécnicas devem estar a serviço da sociedade e dos seres que coabitam o planeta. Ao convergirem, as duas correntes ampliam laços de cuidado, destacam debates sobre responsabilidade e responsabilização e propõem reflexões críticas para os dilemas de nossa época.

Ainda quanto aos debates contemporâneos na CI, consideramos que a EII e a ética do cuidado são ferramentas teóricas para abordar questões de gênero e raça, pós-coloniais e de multiculturalidade no campo infocomunicacional.

E, ao levarmos em consideração que as análises éticas devem considerar a complexidade das relações entre o pensamento ocidental, indígena e afrodiaspóricas, pensamos que a aproximação entre a ética do cuidado e a ética intercultural da informação enriquecem o repertório teórico dos debates éticos no campo da informação. Como desenvolvimentos futuros, pretendemos ainda abordar outras perspectivas éticas, como aquelas propostas por Martin Buber em sua ética dialógica, e a do bem-viver, de origem latinoamericana, além de aprofundar as articulações entre as abordagens aqui apresentadas.

Referências

Budd, J. (2006). Toward a practical and normative ethics for librarianship. *The Library Quarterly, 76*(3), 251–269. https://doi.org/10.1086/511142

Capurro, R. (2001). Ética para provedores e usuários da informação. In: Kalb, A.; Esterbauer, R.; Ruckenbauer, H.-W.. Ciberética – Responsabilidade em mundo interligado pela rede digital. São Paulo: Loyola.

Capurro, R. (2009). Digital ethics. In *Proceedings of the Global Forum on Civilization and Peace* (pp. 207–216). Academy of Korean Studies.

Capurro, R. (2010). Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. https://www.capurro.de/paraiba.html

Freire, G. H. de A. (Org.). (2010). *Ética da informação: Conceitos, abordagens, aplicações*. Ideia.

Sevenhuijsen, S. (1998). Citizenship and the ethics of care: Feminist considerations on justice, morality and politics. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203169384

Almeida Júnior, O. F. de. (2015). Mediação da informação: Um conceito atualizado. In S. Bortolin, J. A. dos Santos Neto, & R. J. da Silva (Orgs.), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9–32). Abecin.

Bauman, Z. (2021). *Ética pós-moderna*. Paulus.

Bezerra, A. C., & Costa, C. M. da. (2022). Pele negra, algoritmos brancos: Informação e racismo nas redes sociotécnicas. *Liinc em Revista*, 18, 1–14.

Bradley, C., (2021) "Academic Librarians, Open Access, and the Ethics of Care", *Journal of Librarianship and Scholarly Communication* 9(1), eP2418. https://doi.org/10.31274/jlsc.12914

Borges, A. L. A. (2023). Mediação consciente da informação e ética pública do cuidado: Uma abordagem crítica do movimento da linguagem simples no setor governamental. In *Anais do X Encontro da ULEPICC Brasil – Sergipe*. Doity. https://doity.com.br/anais/x-encontro-da-ulepicc-brasil-sergipe/trabalho/396325

Borges, A. L. A., Brisola, A., & Bezerra, A. C. (2019). "Crowdlaw" na era dos dados: Ética e informação na cocriação digital de leis pelo LabHacker da Câmara dos Deputados. In *Anais do XX ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. ANCIB.

Capurro, R. (2001). Ética para provedores e usuários da informação. In A. Kalb, R. Esterbauer, & H.-W. Ruckenbauer (Orgs.), *Ciberética – Responsabilidade em um mundo interligado pela rede digital*. Loyola.

Capurro, R. (2010). Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In *Simpósio Brasileiro de Ética da Informação*. Ideia. https://lti.pro.br/uploads/posts_files/148/5174bcdc63b1722a7b0a923f3f8fe63f.pdf

Capurro, R. (2013). Information ethics. In B. Kaldis (Ed.), *Encyclopedia of philosophy and the social sciences* (Vol. 1, pp. 471–473). Sage Publications.

Capurro, R. (2016). Cidadania na era digital (M. Schneider & A. Bezerra, Trads.). In A. Cabral &

E. Cabral (Orgs.), *Comunicação, cultura, informação e democracia: Tensões e contradições* (Vol. 1). MEDIA XXI - Publishing, Research & Consulting.

Capurro, R. (2017). A liberdade na era digital. In: M. N. González de Gómez & R. Barros Cianconi. (orgs.). Ética da Informação: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Garamond.

Capurro, R. (2022). Rafael Capurro. In Schneider, Marco. In(com)formação. Ibict, 43-67.

Caswell, M.; Cifor, M. (2016). From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives. Archivaria, [S.l.], 81, 23-43.

Costa, C. (2024). Navegar é preciso, viver não é preciso: Ética intercultural da informação para transitar em tempos de cultura algorítmica. *Logeion: Filosofia da Informação*, 11, 1–15.

Costa, C., Lima, A., & Bezerra, A. C. (2024). Ética da informação e os desvios do contrato social. *Páginas A & B. Arquivos & Bibliotecas*, 1, 3–15.

Duff, Wendy M.; Flinn, Andrew; Suurtaam, Karen; Wallace, David. (2013). Social justice impact of archives: a preliminary investigation. *Archival Science,* 13, (4), 317–348.

Freire, G. H. de A. (Org.). (2010). *Ética da informação: Conceitos, abordagens, aplicações*. Ideia.

Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. *Logeion: Filosofia da Informação, 5,* 10–21.

Gomes, H. F. (2021). Dimensão ética da mediação da informação: Eixo articulador das demais dimensões e o desafio do intelectual orgânico em favor do protagonismo social. *The International Review of Information Ethics*, *30*(1).

González de Gómez, M. N. (2022). Maria Nélida González de Gómez. In Schneider, Marco. *In(com)formação*. Ibict, 11-28.

González de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. Ciência da Informação, 31, (1), 27- 40.

González de Gómez, M. N. (2017). Reflexões sobre Ética da Informação: panorama contemporâneo. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), Ética da Informação: Perspectivas e Desafios.

ICIE. (2024). *An introduction to the field of information ethics*. https://icie.ibict.br/information-ethics/

Japiassú, H.; Marcondes, D. (2001) Dicionário básico de filosofia. 3ª ed. Rio de Janeiro : Zahar.

Jesus, E. M. F. de . (2017). Internacionalização da ciência: panorama das discussões em torno da ética e integridade da pesquisa. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), Ética da Informação: Perspectivas e desafios. Garamond.

Meirelles, M. B. (2017). Interseções entre a ética da pesquisa e a prática documentária. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), Ética da Informação: Perspectivas e Desafios. Garamond.

Loureiro, M. L. N. M. (2017). Museus de ciência: aspectos éticos e legais na formação de coleções biológicas. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), Ética da Informação: Perspectivas e Desafios. Garamond.

Pimenta, R. M. (2017). Arquivos da ditadura militar brasileira: ética, informação e verdade contra a opacidade de um regime informacional autoritário. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), Ética da Informação: Perspectivas e Desafios. Garamond.

Saldanha, G. S. (2014). O demônio na brecha da linguagem: Capurro, ética e filosofia da informação na Alemanha dividida. In *Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB* (GT1, pp. 106–124). ANCIB.

Schneider, M. (2016). Gramsci, Golem, Google: A Marxist dialog with Rafael Capurro's intercultural information ethics. In M. Kelly & J. Bielby (Orgs.), *Information cultures in the digital age: A festschrift in honor of Rafael Capurro* (pp. 373–383). Springer.

Schneider, M., Saldanha, G., & Bezerra, A. C. (2017). Por uma ética intercultural da ciência. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*. Garamond.

Sevenhuijsen, S. (1998). *Citizenship and the ethics of care: Feminist considerations on justice, morality and politics*. Routledge. https://doi.org/10.4324/978020316938

Silva Júnior, J. F. da, & Schneider, M. (2020). Contribuições da Ética da Informação para os estudos Étnico-Raciais. *Páginas A&B Arquivos & Bibliotecas*, *3*(13), 23–32. https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a3

Silva, S. D. (2017). Coleções de História Natural como repositórios da biodiversidade: novas perspectivas acerca da pesquisa e produção do conhecimento científico em museus de história natural. In M. N. González de Gómez & R. de B. Cianconi (Eds.), *Ética da Informação: Perspectivas e Desafios*.

Stensöta, H. O. (2011). A public ethics of care for administration and implementation. *Western Political Science Association 2011 Annual Meeting Paper*. https://ssrn.com/abstract=1766979

Stensöta, H. O. (2015). Public ethics of care: A general public ethics. *Ethics and Social Welfare*, *9*(2), 183–200.

Tronto, J. C. (1993). *Moral boundaries: A political argument for an ethic of care*. Routledge.

Tronto, J. C. (2013). *Caring democracy: Markets, equality, and justice*. NYU Press.

Zattar, M. (2020). Competência em informação e desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. *Liinc em Revista*, *16*(2), e5391. https://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2020/04/Livro_Etica_da_informacao.pdf

Tronto, J. C. (1993). Moral boundaries: A political argument for an ethic of care. Routledge.

Notas de Fim

1 O regime de informação é "a combinação de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência, etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação (González de Gómez, 2002, pp. 40).

REFLEXÕES SOBRE A BIBLIOTECONOMIA ANTIRRACISTA NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0000-1628-6202, Brasil, *elisamara.carvalho@edu.unirio.br*

Ester da Silveira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0004-7980-274X, Brasil, *esterdasilveira@edu.unirio.br*

Flávia Dutra Rodrigues, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0006-2437-069X, Brasil, *flavia.ecm2@edu.unirio.br*

Mariana Acorse, Instituto Nacional de Câncer (INCA), https://orcid.org/0000-0003-4293-3477, Brasil, *mariana.acorse@unesp.br*

Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-6274-4836, Brasil, *romeironathalia@unirio.br*

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.308

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A Biblioteconomia transcende a mera organização e disponibilização de acervos físicos ou digitais, desempenhando um papel relevante na construção e disseminação do conhecimento. Essa função é fundamental para diversificar e incluir narrativas sociais, reconhecendo diferentes vozes e perspectivas em uma sociedade plural. Nessa linha de pensamento, reconhecemos que o papel da Biblioteconomia é intrínseco à promoção do acesso à informação, à promoção da cidadania e ao desenvolvimento intelectual da sociedade. No entanto, a história da área, assim como seus currículos e práticas, não está isenta das complexidades e desafios impostos pelas estruturas sociais vigentes. Isso levanta uma questão séria: a persistente relutância de cursos e pesquisas em Biblioteconomia, especialmente no Rio de Janeiro, em incluir e valorizar literaturas e perspectivas relacionadas à temática étnico-racial. Essa lacuna não apenas reflete uma omissão crítica, mas também evidencia um fenômeno mais profundo e prejudicial conhecido como epistemicídio.

O epistemicídio, neste contexto, manifesta-se pela exclusão sistemática de conhecimentos, teorias e autores que não pertencem ou compactuam com a ótica eurocentrada, perpetuando uma visão de mundo hegemônica que por vezes limita a compreensão da diversidade cultural e intelectual. A ausência de representatividade e a marginalização de vozes negras nos currículos e práticas biblioteconômicas contribuem ativamente para esse fenômeno, conforme salientam Bell Hooks (2021) e Silva, Garcez e Silva (2022). Bell hooks enfatiza que a mera inclusão do que a autora chama de "temas negros" ou menções superficiais a questões raciais não são suficientes para desconstruir as estruturas racistas; ao contrário, podem mascarar a perpetuação de preconceitos e do racismo. Para transformar esse cenário, hooks argumenta que é necessário cnsolidar entre a comunidade acadêmica um compromisso ativo e uma postura antirracista. Silva, Garcez e Silva (2022) complementam esse pensamento ao discutir como a ocultação dos saberes negros se manifesta no campo epistemológico e educacional da Biblioteconomia, identificando o epistemicídio como um fenômeno de subordinação e subalternização étnico-racial.

Para compreender a complexidade desse cenário, é fundamental distinguir conceitos interligados, mas com escopos e abordagens distintas. Com base nisso, considera-se que a professora e pesquisadora Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva (2023) foi pioneira ao introduzir o termo "Biblioteconomia Negra" no campo biblioteconômico-informacional, tal investimento se configura como um movimento crítico de viés afrocentrado, focando nas experiências e no protagonismo de profissionais negros na área. A autora considera que a Biblioteconomia Negra promove o reconhecimento e a valorização da contribuição de indivíduos negros para o campo. No entanto, o presente estudo visa ir além, pois se alinha à perspectiva da "Biblioteconomia Antirracista", um conceito mais abrangente também explorado no estudo de Garcês-da-Silva (2025). Diferente da Biblioteconomia Negra, que se concentra na agência de profissionais negros, a Biblioteconomia Antirracista dedica-se à denúncia, ao questionamento e ao combate ativo do racismo e do epistemicídio em todas as suas manifestações no campo da informação. Nesse sentido, seu propósito primordial é promover um conhecimento verdadeiramente inclusivo, que reconheça, valorize e dê visibilidade a todas as formas de saber, desconstruindo as hierarquias impostas por lógicas racistas.

A urgência dessa distinção e da adoção de uma postura antirracista é acentuada ao considerarmos o impacto do trauma racial, especialmente em ambientes acadêmicos. Como apontam Franciéle Garcês-da-Silva, Dirnéle Garcez, Nathália Romeiro, Priscila Fevrier e Ana Paula Alves (2023), o contexto universitário, incluindo a formação em Biblioteconomia, pode intensificar o trauma racial experenciado por estudantes e profissionais negros, manifestando-se em microagressões e exclusão, deixando estes estudantes e profissionais em um constante estado de alerta, uma vez que infelizmente as microagressões raciais correspondem a um sistema racista estrutural. Diante desse quadro, a criação e implementação de políticas

e programas que assegurem o bem-estar emocional e a permanência desses indivíduos na universidade e nas organizações torna-se inadiável. A Biblioteconomia Antirracista, nesse sentido, não é apenas uma abordagem teórica, mas uma prática que busca criar ambientes mais seguros, equitativos e propícios ao desenvolvimento pleno de todos os indivíduos.

Nesse panorama, a Licenciatura em Biblioteconomia, curso oferecido apenas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), se apresenta como um agente de mudança de grande potencial. Com a capacidade de difundir conhecimentos biblioteconômicos e promover uma educação antirracista ativa, o protagonismo do licenciado em Biblioteconomia se manifesta de diversas formas. Ao atuar nas salas de aula, esse profissional pode implementar práticas pedagógicas que desafiem as estruturas de desigualdade e preconceito enraizadas na sociedade. Ademais, por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, licenciados em Biblioteconomia podem facilitar a construção de ambientes educacionais que valorizem a diversidade e respeitem as identidades dos alunos, promovendo, assim, uma cultura de inclusão.

Diante desse cenário e da necessidade urgente de transformação, surge o seguinte questionamento central que provoca esta investigação: como os cursos de graduação em Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro estão atuando na construção de uma biblioteconomia antirracista? questão que também nos orienta a questionar de que forma o curso de licenciatura em Biblioteconomia pode estimular o engajamento dos estudantes e profissionais no desenvolvimento de uma Biblioteconomia Antirracista? Tais questionamento buscam explorar as possibilidades de formação e atuação que podem transformar as práticas acadêmicas e profissionais, contribuindo para a construção de um campo biblioteconômico mais equitativo.

Esta pesquisa assume como objetivo geral investigar a inserção da temática étnico-racial nos projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro, visando propor ações que fortaleçam a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista. Para alcançar esse objetivo, delineiam-se os seguintes objetivos específicos:

a) Contextualizar a importância da inclusão de estudos sobre as relações étnico-raciais na Biblioteconomia, enfatizando sua relevância para a formação de profissionais críticos e conscientes;

b) Mapear os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro, a fim de verificar a presença ou ausência de literaturas étnico-raciais em seus currículos;

c) Propor ações que fortaleçam a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional, com o objetivo de promover práticas inclusivas e equitativas.

A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na compreensão de que a ausência de epistemologias não-brancas nos currículos acadêmicos de Biblioteconomia não se trata de um mero descuido, mas de um fator que perpetua o fenômeno do epistemicídio em relação a esses saberes na área. A introdução e o fortalecimento de uma perspectiva antirracista na Biblioteconomia são, portanto, fundamentais para desmantelar essas estruturas, possibilitando o enfrentamento do epistemicídio que permeia os estudos biblioteconômicos e as práticas profissionais.
Além disso, este estudo busca contribuir para a formação de profissionais de Biblioteconomia que sejam mais conscientes, críticos e engajados na construção de uma sociedade epistemicamente justa. A adoção de uma abordagem antirracista é essencial para que os futuros bibliotecários possam atuar de forma proativa na desconstrução de preconceitos e na promoção de um ambiente educacional que valorize todas as identidades. Assim, este estudo se propõe a ser um passo significativo em direção a uma formação que priorize a justiça social e a equidade no campo da Biblioteconomia. Ao investigar a inserção de temas étnico-raciais nos currículos, pretende-se não apenas identificar lacunas, mas também fomentar práticas que garantam uma

formação inclusiva e representativa, contribuindo para a construção de um campo biblioteconômico mais equitativo e diversificado.

Governança de conhecimento periférico como resistência epistêmica

Letícia Vitoria Rodrigues Lima de Souza, IBICT/UFRJ, 0009-0009-9821-2901, Brasil, ***leticiavrlsouza@gmail.com***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6571

EixoGênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

O presente trabalho busca analisar o Dicionário de Favelas Marielle Franco, plataforma digital brasileira que procurar reunir conhecimentos, memórias e acervos de pessoas de favelas e periferias, e sua atuação como espaço de resistência diante ao epistemicídio produzido pelo processo colonizador de apagamento e dominação de certos grupos e classes sociais. O Dicionário propõe a exaltação de conhecimento constantemente inviabilizado e deixado à margem, além disso tem como um de seus objetivos pregar por utilização de software livre, soberania técnica e colaboração aberta. A plataforma propõe não apenas o registro de memórias e narrativas faveladas, mas a construção de uma infraestrutura de produção e governança de conhecimento operada pelos próprios sujeitos periféricos.

A produção de conhecimento científico e tecnológico no mundo contemporâneo segue atravessada por marcas profundas da colonialidade. Apesar das promessas modernas de universalidade e neutralidade, a ciência ainda opera com uma lógica excludente que deslegitima saberes não alinhados aos à hegemonia epistêmica do norte global. No contexto latino-americano e, em especial, no Brasil, essa exclusão incide com força particular sobre os conhecimentos produzidos por populações periféricas, negras, indígenas e faveladas.

A escolha pelo uso de softwares livres e de um formato colaborativo revela uma dimensão

tecnopolítica do Dicionário: trata-se de reapropriar a tecnologia para fins emancipatórios. A participação heterogênea e a horizontalidade editorial expressam um modelo de governança do conhecimento periférico, em oposição aos sistemas centralizadores da ciência hegemônica.

A conexão entre tecnologia e política do saber não é recente, mas se intensifica na contemporaneidade com a atuação do que estudiosos como Nick Couldry e Ulises Mejias, denominam colonialismo de dados (2021). O conceito se trata da apropriação dos meios comunicacionais tecnológicos por grandes corporações transnacionais, que mediam modos de vida em função de interesses econômicos, militares e geopolíticos. Essa lógica impõe uma infraestrutura tecnossocial global baseada na assimetria de poder, na opacidade dos processos e na alienação técnica - entendida, como propõe Silveira (2021), como a exclusão consciente de populações inteiras dos processos de desenvolvimento, domínio e apropriação das tecnologias que moldam seu cotidiano. A resposta a esse modelo não pode se limitar à inclusão digital ou à mera presença nos ambientes digitais; ela precisa envolver uma disputa pela autonomia técnica, pela reapropriação da infraestrutura e pelo controle das formas de produção, circulação e validação dos saberes.

É nesse ponto que o Dicionário de Favelas Marielle Franco se insere como iniciativa estratégica na utilização de uma arquitetura baseada em software livre, assim, recusando a lógica mercantil regente de boa parte dos serviços online, reafirmando o compromisso de utilizar a tecnologia como ferramenta de emancipação. Mais do que disponibilizar conteúdo, o Dicionário propõe uma forma de fazer, um modelo de gestão e um regime de informação alternativo, fundado na participação, na transparência e na colaboração. Como defendem Albagli e Maciel (2011), as infraestruturas digitais não são neutras: elas moldam possibilidades de ação, formas de articulação e práticas sociais. Quando projetadas a partir de lógicas de poder descentralizadas e valores de justiça social, tornam-se também artefatos políticos capazes de sustentar práticas contra-hegemônicas.

A aposta em uma infraestrutura informacional livre e aberta, porém, não se restringe à técnica. Ela se conecta também a um projeto político e epistemológico de valorização das experiências, memórias e conhecimentos produzidos nas favelas. A plataforma não se limita a documentar e organizar, ela procura auxiliar as comunidades periféricas na autoridade sobre suas próprias narrativas, instaurando um processo de construção do saber no qual a favela não é mais objeto e sim objeto, mas sujeito.

O reconhecimento da diferença não pode ser apenas retórico ou multicultural; ele precisa se expressar em mecanismos concretos de redistribuição de poder, inclusive no plano cognitivo (Tavares, Gomes, 2012). Como aponta Mignolo (2003), a descolonização do conhecimento exige não apenas criticar os cânones eurocentrados, mas criar outras condições materiais e simbólicas para que diferentes formas de saber possam florescer. O Dicionário responde a esse desafio ao constituir uma tecnologia social que não apenas narra, mas estrutura o comum, organiza a memória e sustenta práticas de resistência.

Procuramos demonstrar como o Dicionário de Favelas Marielle Franco se configura como uma iniciativa pioneira no campo das infraestruturas tecnológicas decoloniais brasileiras, desafiando o epistemicídio e criando brechas para a emergência de um novo regime de conhecimento, ancorado na autonomia técnica, na pluralidade epistêmica e na justiça cognitiva.

Referencial Teórico

Epistemicídio e colonialidade

O termo epistemicídio foi definido por Boaventura de Souza Santos (2009) como o ato do apagamento de conhecimentos locais - considerados subdesenvolvidos no processo colonizador – em favor de um conhecimento vindo de fora, uma epistemologia dominante que é imposta através de mecanismos políticos, econômicos e mesmo militares. Segundo o autor, vivemos sob uma monocultura do saber, na qual o conhecimento válido é aquele produzido por instituições

acadêmicas formalmente reconhecidas, segundo parâmetros metodológicos ocidentais. A proposta de epistemologias do Sul parte da premissa de que há uma diversidade de experiências e racionalidades oprimidas pelo projeto colonial-moderno e busca reconhecer sua legitimidade, incorporando-as à cena do conhecimento não como objeto, mas como sujeito de reflexão.

No mesmo sentido, os Estudos Decoloniais, a partir de autores como Walter Mignolo e Aníbal Quijano, denunciam o vínculo indissociável entre modernidade e colonialidade. Quijano (2005) introduz o conceito de colonialidade do poder e do saber para descrever a permanência dos padrões de dominação colonial nas estruturas contemporâneas de conhecimento, economia e subjetividade: "os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais" (Quijano, 2005).

Já Walter Mignolo (2003) enfatiza a colonialidade do saber, ou seja, a imposição de uma epistemologia eurocentrada como critério universal de validação do conhecimento. Para Mignolo, o que se faz necessário é o desenvolvimento de um pensamento de fronteira - uma forma de conhecimento que emerge da intersecção entre racionalidades distintas, rompendo com os binarismos coloniais entre civilização e barbárie, ciência e cultura, razão e emoção.

Esse pensamento de fronteira, também chamado por Mignolo de pensamento liminar, é precisamente o que o Dicionário de Favelas Marielle Franco evoca: um modo de produção de conhecimento que não se limita à academia nem ao rigor técnico tradicional, mas se ancora nas vivências, memórias e saberes das favelas. Trata-se de dar voz aos saberes subjugados, aqueles silenciados pela episteme dominante, mas que carregam consigo potências de resistência e reconfiguração da ordem do saber. A insurgência epistêmica não é apenas crítica ao saber dominante - ela é também propositiva, articulando novas formas e existência, organização e expressão: "a emancipação com o libertação significa não só o reconhecimento dos subalternos, mas também a erradicação da estrutura de poder que mantém a hegemonia e a subalternidade" (Mignolo, 2003).

Silveira (2021) complementa o raciocínio apontando as exclusões no âmbito tecnológico, propondo que o epistemicídio também se encontra na submissão baseada em alienação técnica, na dependência tecnológica de países do sul global a aparatos técnicos pertencentes a grandes conglomerados de tecnologia usualmente baseados nos Estados Unidos ou Europa. Tendo em vista que uma vez que exista dominação haverá formas de resistir a ela (Albagli, Maciel, 2011), não podendo ser dissociadas, é importante que sejam analisadas formas de contestações e resistências possíveis.

O enfrentamento à colonialidade algorítmica, segundo Silveira, passa pela construção de tecnologias insurgentes - ferramentas técnicas que, além de funcionais, sejam politicamente orientadas para a justiça cognitiva e para a soberania informacional dos povos. A adoção de licenças livres, a opção por plataformas abertas e a valorização de redes descentralizadas são algumas das estratégias que compõem essa tecnopolítica insurgente.

Esse debate se articula diretamente com o conceito de colonialismo de dados, elaborado por Couldry e Mejias (2021). Para os autores, a nova forma de colonialidade não se limita ao domínio territorial ou à exploração de recursos materiais, mas se estende à captura e exploração dos dados gerados por populações inteiras. As grandes plataformas digitais atuam como impérios informacionais, extraindo valor da vida cotidiana, transformando ações, falas e afetos em ativos comerciais. Esse processo retira das comunidades o controle sobre suas próprias narrativas, seus modos de vida e seus repertórios simbólicos. A resposta a esse colonialismo não pode ser meramente regulatória; ela precisa ser estrutural, envolvendo a criação de novas infraestruturas de dados, sob controle comunitário, orientadas por valores ético-políticos.

O Dicionário de Favelas Marielle Franco, ao instituir um espaço digital onde os dados e os

saberes são geridos por e para os sujeitos das favelas, opera como antídoto a esse modelo colonial-informacional. Ele se propõe como uma tecnologia de resistência, não apenas por seu conteúdo, mas por sua forma: sua arquitetura, sua lógica de governança, seus princípios editoriais. O conhecimento, nesse espaço, deixa de ser algo extraído e passa a ser algo cultivado - cultivado coletivamente, com respeito à origem, à autoria e ao território.

Por fim, é necessário destacar que essas disputas epistêmicas não ocorrem em abstrato. Elas estão enraizadas em territórios, corpos e experiências históricas. A favela, nesse sentido, é mais do que um espaço urbano precarizado - é também um território simbólico e afetivo, onde se produzem saberes, se forjam resistências e se constroem comunidades. Como bem pontua Santos (2009), a justiça cognitiva é condição para a justiça social. E a luta por justiça cognitiva passa, necessariamente, pela afirmação dos territórios de saber, como o Dicionário o faz, ao reconhecer e institucionalizar a voz das favelas.

Apresentação do projeto Dicionário de Favelas Marielle Franco

O objeto de análise é a plataforma Wikifavelas – ou dicionário de Favelas Marielle Franco -, uma plataforma online voltada para a exaltação do conhecimento periférico, formada por uma equipe acadêmica heterogênea e multidisciplinar, moradores e lideranças de favelas e periferias. A iniciativa, formulada em 2016 através de uma rede colaborativa entre academia e lideranças de favelas e periferias, foi lançado em abril de 2019 pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT-Fiocruz), sendo apoiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Dicionário de Favelas Marielle Franco constitui-se como resultado da articulação entre moradores de favelas, lideranças comunitárias, coletivos periféricos, pesquisadores e instituições públicas, mobilizados em torno do objetivo comum de romper com a lógica hierárquica da produção de conhecimento. A iniciativa visa ressignificar a posição historicamente atribuída às populações periféricas como meros objetos de estudo, promovendo sua atuação como sujeitos ativos na construção e disseminação de saberes sobre si mesmas. Simultaneamente, o projeto organiza um acervo colaborativo de produções realizadas por, sobre e para as favelas e periferias brasileiras.

As atividades iniciais do projeto, como a elaboração da proposta, formação da equipe e do conselho editorial, definição de normas e protocolos e escolha de softwares, foram iniciadas em 2016. Em 2019, foi lançada a plataforma digital Wikifavelas.com.br, desenvolvida no formato wiki, com base em softwares livres e princípios de colaboração aberta. O objetivo central da plataforma é viabilizar a produção, preservação e circulação de conhecimentos oriundos de territórios periféricos, reafirmando a pluralidade epistêmica presente nessas regiões.

O Dicionário homenageia a vereadora Marielle Franco, nascida e criada no Complexo da Maré, cuja trajetória foi marcada pela defesa dos direitos humanos, com ênfase nos direitos das mulheres negras, da população LGBTQIA+ e dos moradores de favelas. Assassinada em 2018, em um crime político de grande repercussão, sua memória é mantida viva por meio da nomeação do projeto, reafirmando o compromisso com as lutas que ela representava e resistindo à tentativa de silenciamento de sua voz.

A plataforma opera por meio de tecnologias de código aberto, estruturando-se em formato wiki, o que permite a edição colaborativa dos conteúdos, com rastreamento de histórico de alterações, promovendo transparência editorial e integração de múltiplos pontos de vista. O conteúdo deve seguir critérios estabelecidos coletivamente, como a citação de fontes confiáveis e a não utilização de linguagem ofensiva. Dessa forma, o Dicionário se caracteriza pela valorização da pluralidade de perspectivas, com textos autorais que podem, inclusive, expressar divergências e controvérsias.

As unidades de conhecimento da plataforma são denominadas "verbetes", estruturadas em páginas de hipertexto. Tais verbetes consistem

em produções autorais sobre temas relacionados às favelas e periferias, podendo assumir múltiplos formatos, como textos, vídeos, fotografias, músicas, relatos orais, poemas, entrevistas e materiais pedagógicos. Essa diversidade de formatos reflete a complexidade e a riqueza dos saberes produzidos nesses territórios. Todo o acervo é de acesso público e construído de forma colaborativa, com vistas a representar uma ampla gama de vozes e experiências historicamente marginalizadas dos espaços tradicionais de produção do conhecimento.

Atualmente, a plataforma conta com mais de 2.300 usuários cadastrados e reúne aproximadamente 2.700 verbetes, organizados em quatro eixos temáticos principais: Estado e Mercado; Sociabilidade e Cultura; Associativismo e Memória; e Saúde. Cada eixo abriga categorias mais específicas, que orientam tanto a navegação quanto a organização dos conteúdos. Os temas abordados são diversos e incluem arte, juventude, educação, saúde, violência, associativismo, economia e a pandemia de COVID-19. Além dessa classificação temática, os conteúdos são indexados por meio de uma folksonomia – um sistema de palavras-chave elaborado de maneira coletiva –, ampliando as possibilidades de acesso e circulação das informações (Wikifavelas).

O Dicionário organiza-se em diversas frentes de trabalho, cada uma composta por equipes interdisciplinares e de origem diversa. As áreas de atuação incluem: (1) Pesquisa Acadêmica, que promove ciclos de estudos e estimula a produção de investigações voltadas ao acervo; (2) Produção de verbetes, que mobiliza autores como moradores, ativistas e pesquisadores para a elaboração de conteúdos; (3) Tecnologia da Informação e Design, responsável pela infraestrutura digital, arquitetura e usabilidade da plataforma, com base em tecnologias livres; (4) Comunicação e Marketing, voltada à divulgação das ações do projeto e à ampliação de seu alcance; (5) Avaliação e Qualidade, que monitora os conteúdos, assegurando sua conformidade com as diretrizes editoriais e aperfeiçoando os sistemas de classificação e indexação; e (6) Área Pedagógica, que atua na organização de oficinas, grupos de estudo, cursos e formações voltados ao campo da educação (Wikifavelas).

Ao oferecer uma arquitetura digital de autoria compartilhada, o Dicionário de Favelas Marielle Franco afirma-se como uma ferramenta potente de resistência epistêmica, comprometida com a valorização, preservação e circulação dos saberes, memórias, expressões culturais e formas de luta dos grupos historicamente excluídos dos circuitos hegemônicos de produção do conhecimento.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem é de natureza exploratória e descritiva Dicionário de Favelas Marielle Franco, suas potências e desafios. A análise de producões bibliográficas sobre epistemicídio e colonialidade provê evidências sobre a urgência de ferramentas que busquem diversificar as narrativas e trazer à luz formas silenciadas de conhecimento.

Os procedimentos metodológicos aqui adotados pretendem valorizar o Dicionário de Favelas Marielle Franco não apenas como objeto de estudo, mas como prática viva de insurgência cognitiva. Através da análise documental, do diálogo com a teoria crítica e da observação de suas práticas, buscamos compreender como essa plataforma opera como uma infraestrutura sociotécnica que disputa os sentidos da informação, desafia o epistemicídio e afirma as favelas como territórios legítimos de produção de saberes.

Resultados

Epistemicídio e o apagamento de saberes periféricos

O Dicionário de Favelas Marielle Franco é uma proposta de resposta possível ao epistemicídio que marca a história da produção de conhecimento no Brasil e na América Latina. Como conceituado por Boaventura de Sousa Santos (2009), o epistemicídio é a destruição sistemática de saberes não alinhados aos cânones eurocentrados da ciência moderna. Essa destruição não é apenas simbólica, mas tem implicações concretas na exclusão de sujeitos e territórios do direito de produzir e validar conhecimento.

Historicamente, as favelas foram representadas nos discursos oficiais como espaços de carência, ausência, violência e informalidade, sem reconhecimento da riqueza cultural, intelectual e política que nelas se produz. Essa representação reducionista serviu para justificar políticas de controle, intervenção e silenciamento, marginalizando as experiências vividas nas periferias urbanas. A favela foi, por décadas, objeto de estudo - mas raramente sujeito da enunciação científica. Seu saber foi constantemente mediado, interpretado e traduzido por olhares externos, distantes e, muitas vezes, estigmatizantes.

O apagamento dos saberes periféricos não se dá apenas pela negação da validade desses conhecimentos, mas também pela desqualificação de suas formas e linguagens. A oralidade, a performance, a memória coletiva e os modos de organização comunitária são frequentemente considerados "não científicos" dentro dos parâmetros acadêmicos tradicionais. Com isso, saberes essenciais à vida nas favelas são sistematicamente invisibilizados - desde os conhecimentos sobre saúde, cuidado e segurança até as epistemologias políticas que informam a luta por direitos e por território.

Nesse contexto, o Dicionário se apresenta como um dispositivo de enfrentamento a essa lógica. Ao acolher múltiplas formas de expressão e de autoria, ele afirma que os saberes periféricos são legítimos e fundamentais. O projeto recusa a mediação verticalizada e assume uma postura política de escuta e de valorização da experiência. Trata-se de uma inversão da hierarquia epistêmica: os saberes que antes eram subalternizados agora ganham centralidade, contribuindo para a construção de uma ciência desde baixo, forjada nas lutas e nos cotidianos das periferias (Santos, 2009; Mignolo, 2003).

Esse processo de revalorização tem implicações práticas e simbólicas. Ao reconhecer as favelas como territórios de pensamento, o Dicionário contribui para o fortalecimento da autoestima coletiva, da memória social e da identidade política dos seus moradores. Mais do que uma plataforma de registro, o projeto atua como espaço de reconfiguração dos sentidos sobre o que é conhecimento, quem o produz e para quem ele serve. Nesse sentido, ele se alinha às propostas decoloniais que defendem a necessidade de refundar as bases do saber, não apenas pela inclusão de vozes subalternizadas, mas pela transformação das estruturas que sustentam sua exclusão (Mignol, 2003).

Além disso, o epistemicídio está diretamente ligado ao silenciamento das consciências e das narrativas populares. O apagamento não é apenas a não escuta, mas a recusa ativa em reconhecer outras racionalidades como válidas. O Dicionário tensiona essa lógica ao institucionalizar - ainda que fora das instituições formais - um espaço de legitimação do saber periférico. Ao fazer isso, ele rompe com a divisão entre quem pesquisa e quem é pesquisado, reposicionando as favelas como sujeitos produtores de teoria.

O epistemicídio também se manifesta nas formas hegemônicas de circulação do conhecimento. A centralidade dos periódicos acadêmicos pagos, os idiomas eurocêntricos de publicação, a hierarquização disciplinar e os mecanismos de validação científica são todos dispositivos que perpetuam a exclusão dos saberes não hegemônicos. A resposta do Dicionário a essa lógica está em sua abertura: qualquer pessoa pode contribuir, os conteúdos são publicados em português, e o acesso é livre. Essa ruptura com o "regime de escassez" do conhecimento, como o nomeia Santos (2009), amplia as possibilidades de participação e redistribuição epistêmica.

Por fim, o Dicionário contribui para a construção de uma "ecologia de saberes" (Santos, 2009), na medida em que acolhe a coexistência de múltiplas racionalidades e formas de expressão. Ele se torna uma ferramenta concreta de contra-epistemologia, fazendo frente à monocultura do saber científico moderno. Nesse sentido, sua existência não apenas denuncia o epistemicídio em curso, mas oferece uma alternativa concreta de produção, validação e circulação de conhecimento insurgente, coletivo e situado.

Tecnologias livres como forma de resistência: o caso do WikiFavelas

A escolha do Dicionário de Favelas Marielle Franco por adotar tecnologias livres e abertas, a exemplo da plataforma WikiFavelas, não é apenas uma decisão técnica, mas uma afirmação política de resistência. Em um contexto global marcado pelo avanço do capitalismo de vigilância e pelo colonialismo de dados, conforme analisado por autores como Couldry e Mejias (2021), a apropriação autônoma da infraestrutura digital se torna uma forma estratégica de defesa epistêmica e informacional.

O WikiFavelas funciona com base em sistemas de software livre, especialmente MediaWiki - a mesma tecnologia utilizada pela Wikipédia. Essa escolha garante não apenas o acesso gratuito e transparente ao conteúdo, mas também a possibilidade de que a própria comunidade possa modificar, expandir e adaptar a ferramenta conforme suas necessidades. Ao se afastar dos sistemas fechados e proprietários, o projeto se posiciona contra a lógica da privatização da informação e da mercantilização do conhecimento, apostando em uma tecnologia orientada pelo comum, pelo acesso e pela partilha.

A resistência tecnológica promovida pelo Dicionário se dá em múltiplas frentes. Em primeiro lugar, no nível da infraestrutura, ao garantir que os dados e os saberes não sejam capturados por corporações ou governos, mas permaneçam sob controle comunitário. Em segundo lugar, no nível simbólico, ao afirmar que a tecnologia não é neutra nem exclusiva dos centros de poder. Pelo contrário, ela pode e deve ser apropriada por sujeitos periféricos como instrumento de produção de autonomia, soberania e memória. E, em terceiro lugar, no plano pedagógico, ao promover formações técnicas e políticas que ampliam a capacidade de ação informacional das comunidades.

Esse uso insurgente da tecnologia revela uma concepção de técnica como território de disputa - uma visão que se aproxima da proposta de Sérgio Amadeu da Silveira (2021), ao defender a construção de inteligências periféricas coletivas. A plataforma WikiFavelas não apenas organiza dados sobre favelas, mas cria condições para que os próprios moradores se reconheçam como produtores de conhecimento, como usuários críticos das ferramentas digitais e como guardiões de suas próprias narrativas.

Além disso, a adoção de uma tecnologia colaborativa e transparente como o MediaWiki fortalece os princípios da autogestão e da governança compartilhada. A possibilidade de acesso ao histórico de edições e às discussões internas entre editores revela uma camada de reflexividade e autocrítica constante, estimulando o engajamento responsável e o compromisso coletivo com a qualidade e representatividade do conteúdo. O código aberto também possibilita que outras iniciativas periféricas possam replicar o modelo, adaptando-o a suas realidades e territórios.

A dimensão educativa do uso dessas tecnologias também merece destaque. O Dicionário promove oficinas e encontros nos quais moradores e ativistas aprendem não só a editar conteúdos na plataforma, mas a refletir criticamente sobre a informação, sua circulação e os regimes de verdade que a atravessam. Trata-se de um processo de formação técnica profundamente politizado, que capacita sujeitos para operar em uma ecologia midiática marcada por assimetrias de poder, desinformação e apagamentos sistemáticos.

Outro aspecto relevante é a forma como a plataforma se insere em um ecossistema mais amplo de ativismo digital e tecnopolítica periférica. O WikiFavelas dialoga com outras experiências de tecnologia social desenvolvidas nas margens - como mapeamentos comunitários, rádios livres, redes de comunicação popular e repositórios autônomos. Esse entrelaçamento de experiências reforça a ideia de que a produção tecnológica não precisa estar centralizada em polos industriais ou acadêmicos, mas pode emergir de forma criativa e potente a partir das urgências locais.

Assim, ao construir uma infraestrutura de software livre voltada para a produção e circulação de saberes periféricos, o Dicionário

de Favelas Marielle Franco inscreve-se em uma genealogia de tecnologias contra-hegemônicas. Ele afirma que as ferramentas digitais podem e devem ser moldadas pelos interesses das comunidades e que o controle sobre as condições técnicas da produção de conhecimento é parte indissociável da luta por justiça cognitiva.

Ao oferecer uma arquitetura digital de autoria compartilhada, o WikiFavelas afirma-se como uma ferramenta potente de resistência epistêmica, comprometida com a valorização, preservação e circulação dos saberes, memórias, expressões culturais e formas de luta dos grupos historicamente excluídos dos circuitos hegemônicos de produção do conhecimento.

Considerações Parciais ou Finais

O Dicionário de Favelas Marielle Franco, ao longo deste trabalho, foi apresentado como uma proposta concreta de resistência epistêmica, construindo uma alternativa ao modelo dominante de produção, validação e circulação de saberes. Ao se posicionar como um espaço coletivo, tecnicamente autônomo e politicamente enraizado nos territórios periféricos, o projeto afirma a possibilidade de outro paradigma de conhecimento, sustentado pela horizontalidade, pelo reconhecimento das epistemologias subalternas e pelo uso estratégico de tecnologias livres.

A articulação entre memória, tecnologia e práticas decoloniais não é um efeito colateral da iniciativa, mas seu núcleo político e epistemológico. A partir de uma infraestrutura digital própria, o Dicionário não apenas coleta e publica informações sobre as favelas, mas transforma as próprias condições de possibilidade do saber. Ele rompe com a lógica da externalidade - em que o pesquisador fala sobre o outro - e propõe uma política da autoria e da legitimidade enunciativa: quem vive o território também o pensa, o narra e o teoriza.

Nesse sentido, o Dicionário atua como um contra-dispositivo em meio ao regime informacional hegemônico. Ele tensiona as fronteiras entre ciência e ativismo, entre tecnologia e política, entre memória e dados. Ao assumir uma plataforma digital baseada em software livre e construída coletivamente, o projeto antecipa formas de governança do conhecimento que não estão subordinadas às lógicas do capital, do Estado ou da academia tradicional. Em vez disso, aposta na inteligência coletiva, na solidariedade entre territórios e na tecnopolítica como campo de disputa.

A reflexão proposta neste trabalho indica que a resistência epistêmica não pode se limitar à crítica das estruturas opressoras. É necessário construir infraestruturas próprias, instituir linguagens novas, experimentar formas alternativas de organização do saber. O Dicionário, ao institucionalizar a escuta e a partilha, ao acolher a multiplicidade de formatos e sujeitos, opera como um laboratório prático da ecologia de saberes proposta por Santos (2009).

Contribuições como essa são fundamentais para reposicionar as periferias urbanas não como lugares da carência, mas como espaços vivos de produção de conhecimento, de invenção estética, de resistência cotidiana e de futuro. O Dicionário não se limita a registrar o que já foi dito, mas cria condições para que novas vozes surjam, se articulem e transformem as formas de saber e de existir. É, portanto, mais do que um repositório: é uma prática insurgente de ciência, de memória e de reinvenção do comum.

Finaliza-se, assim, com o reconhecimento de que o Dicionário de Favelas Marielle Franco representa uma das experiências mais potentes de retomada da soberania epistêmica por parte dos sujeitos historicamente silenciados. Sua continuidade, expansão e replicabilidade são não apenas desejáveis, mas estratégicas para a construção de um campo científico mais plural, democrático e comprometido com a justiça cognitiva.

Referências

Albagli, S., & Maciel, M. L. (2011). Informação, poder e política: A partir do Sul, para além do Sul. In M. L. Maciel & S. Albagli (Orgs.), Informação, conhecimento e poder: Mudança tecnológica e inovação social (pp. 9–41). Garamond.

Couldry, N., & Mejias, U. A. (2021). The decolonial turn in data and technology research: What is at stake and where is it heading? Information, Communication & Society, 26(4).

Gomes, S. R., & Tavares, M. (2018). Multiculturalismo, interculturalismo e decolonialidade: Prolegômenos a uma pedagogia decolonial. Dialogia, (29), 47–68. https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/8646

Mignolo, W. D. (2003). Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Editora Humanitas.

Quijano, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur.

Santos, B. de S. (2009). Introdução: Para ampliar o cânone da ciência – A diversidade epistemológica do mundo. In B. de S. Santos (Org.), Epistemologias do Sul (pp. 9–20). Edições Almedina.

Silveira, S. A. da (2021). A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. Em Cassino, J.F.; Souza, J.; Silveira, S. A. da (Orgs.), Colonialismo de dados (pp. 33-52). Autonomia literária.

Wikifavelas. (2019). Dicionário de Favelas Marielle Franco. Fiocruz/ICICT. https://wikifavelas.com.br Dicionário de Favelas Marielle Franco. (s.d.). Home. https://wikifavelas.com.br

O USO ÉTICO DA IA GENERATIVA EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DA LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

José Alberto Monteiro Mendes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0004-2487-6709, Brasil, alberto.mont.unirio.br@edu.unirio.br

Thuanny Conceição Rodrigues Dourado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0005-3467-5895, Brasil, thuannydourado@edu.unirio.br

Flávia Dutra Rodrigues, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0006-2437-069X, Brasil, flavia.ecm2@edu.unirio.br

Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-6274-4836, Brasil, romeironathalia@unirio.br

Mariana Acorse, Instituto Nacional de Câncer (INCA), https://orcid.org/0000-0003-4293-3477, Brasil, mariana.acorse@unesp.br

Carlos Alberto Ferreira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-7880-4119, Brasil, carlos.cafe@unirio.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6572

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

(Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A Inteligência Artificial Generativa (IAG) refere-se a sistemas computacionais capazes de criar conteúdos originais, como textos, imagens, músicas e códigos, a partir de comandos fornecidos pelos usuários. Essa tecnologia, baseada em modelos de linguagem treinados com grandes volumes de dados, tem se popularizado em diversos setores da sociedade, incluindo o ambiente educacional. Plataformas como ChatGPT, DALL·E e outras ferramentas baseadas em IAG já são amplamente utilizadas por estudantes e professores, muitas vezes sem o devido acompanhamento pedagógico.

A sala de aula é, tradicionalmente, caracterizada como um espaço para construir saberes, ensinar, aprender, descobrir, inspirar, criar e questionar. Hoje, existe a possibilidade de agregar a esses processos, tecnologias inovadoras, como a Inteligência Artificial Generativa (IAG). Dessa forma, professores e alunos podem usufruir dos benefícios proporcionados por essas ferramentas que, ao serem incorporadas de forma equilibrada e ética, tendem a tornar o ambiente educacional mais dinâmico, interativo e produtivo.A sala de aula é, tradicionalmente, caracterizada como um espaço para construir saberes, ensinar, aprender, descobrir, inspirar, criar e questionar.

Embora a Inteligência Artificial Generativa (IAG) apresente grande potencial para personalizar a aprendizagem, diversificar estratégias pedagógicas e ampliar o acesso à informação, sua incorporação no contexto escolar exige uma abordagem crítica e responsável. Essas tecnologias, que já fazem parte do cotidiano de muitos estudantes e docentes, têm sido utilizadas para apoiar a escrita, elaborar atividades didáticas, resumir textos, traduzir conteúdos e até gerar avaliações automatizadas. No entanto, ao mesmo tempo em que oferecem recursos valiosos, também suscitam preocupações relevantes sobre seus efeitos no processo de ensino-aprendizagem.

A ausência de uma mediação pedagógica eficaz pode levar ao uso indiscriminado da IAG, favorecendo práticas de cópia e plágio, enfraquecendo o exercício da autoria e da criatividade por parte dos estudantes, e incentivando a dependência de respostas prontas, em detrimento do pensamento crítico. Soma-se a isso o fato de que os conteúdos gerados por essas ferramentas são produzidos com base em grandes conjuntos de dados nem sempre transparentes ou imparciais, o que pode resultar na reprodução de estereótipos, preconceitos e desinformação. A confiabilidade das informações fornecidas, portanto, nem sempre está garantida, exigindo dos usuários habilidades específicas de verificação, interpretação e julgamento ético.

Nesse cenário, torna-se evidente que o simples acesso à tecnologia não assegura sua apropriação consciente. A escola, como espaço formativo e socializador, deve assumir um papel protagonista na orientação sobre o uso ético e crítico da IAG. Isso implica não apenas em capacitar os estudantes para operarem as ferramentas, mas em formá-los para compreender seus limites, seus funcionamentos algorítmicos e os impactos sociais e cognitivos de seu uso. Assim, o debate sobre ética no uso da Inteligência Artificial Generativa deixa de ser um tópico técnico ou acessório e passa a ocupar lugar central nas práticas educativas. Nesse contexto, a atuação do licenciado em Biblioteconomia pode assumir um papel estratégico ao contribuir para a construção de uma cultura pedagógica que valorize a autoria, a reflexão crítica e o uso responsável das tecnologias digitais. Com sua formação voltada tanto para a mediação informacional quanto para práticas educativas, esse profissional está apto a desenvolver ações que promovam o letramento digital, incentivem a avaliação ética das informações produzidas por sistemas de IA e fomentem a autonomia intelectual dos estudantes em ambientes mediados por tecnologia.

De acordo com Alves (2025), a educação e a tecnologia devem caminhar em parceria. Através dos recursos tecnológicos é possível aprimorar a interação interpessoal, enriquecer os materiais didáticos, desenvolver habilidades

digitais, melhorar a qualidade do ensino, obter maior motivação dos estudantes e diversificar as formas de avaliação. Essas inovações oferecem infinitas possibilidades no campo educativo, dentre elas estão as Tecnologias Assistivas que proporcionam acessibilidade para alunos com deficiência; e os jogos educativos digitais, utilizados como recursos para estudantes com dificuldade em reter informação, assim como sua aplicação no acompanhamento de pessoas déficit de atenção.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela Inteligência Artificial Generativa, surgem questionamentos sobre sua utilização responsável, especialmente na elaboração de atividades pedagógicas, por isso uma reflexão ética é recomendável nesse processo. Conforme afirma Santos (2021), "a ética precisa ser ensinada, transmitida e forjada, porque a sociedade humana só se constitui a partir da cultura que ela engendra. É nisso que constitui a principal razão de existência da ética: ela nos torna humanos." Quando se delega à IAG a produção de um texto que deveria ser fruto do próprio esforço, incorre-se em uma falsa autoria. A ausência de ética nesse contexto pode fazer com que o indivíduo se torne mais digital do que verdadeiramente humano. Além disso, ao abrir mão da oportunidade de exercitar habilidades criativas e de raciocínio, corre-se o risco de criar uma dependência da tecnologia que em muitos casos a IAG não será capaz de suprir.

De acordo com a Cartilha de Ética e Cidadania da Secretaria de Ensino Básico (MEC, 2018), "é dever da escola ensinar e agir fundamentada nos princípios da democracia, da ética, da responsabilidade social, do interesse coletivo, da identidade nacional e da própria condição humana." Desse modo, cabe não só ao ambiente familiar, mas à escola o papel de mediar criticamente o uso dessas tecnologias de forma a possibilitar que estudantes, adotem posturas alinhadas e comprometidas com os valores humanos. Entretanto, Alves (2025) problematiza essa questão ao afirmar que

> diversos fatores podem dificultar a introdução dessas novas técnicas, incluindo a falta de habilidades dos docentes, a carência de suporte adequado por parte das escolas e a resistência de alguns professores em alterar suas práticas pedagógicas (Alves, 2025).

Neste sentido, os profissionais do curso de Licenciatura em Biblioteconomia qualificam-se perfeitamente para atuarem em unidades escolares, ao reunirem as competências informacionais e tecnológicas da Biblioteconomia com as habilidades de práticas docentes da licenciatura. Segundo Spudeit, Romeiro & Silveira . (2019), sua formação é

> comprometida com as demandas de múltiplos segmentos sociais que lidam diretamente com a educação e a informação: da educação infantil à formação técnica, a formação continuada de professores da educação básica, especialmente no que tange ao desenvolvimento de competências informacionais para auxílio à realização da pesquisa escolar e à elaboração de projetos em educação (Spudeit, Romeiro & Silveira, 2019, p. 11).

Ou seja, ao se formar, o licenciado em Biblioteconomia está apto para assumir turmas do segundo segmento do ensino fundamental, ensino médio e Educação de jovens e adultos, podendo ministrar disciplinas como, "O uso ético da IAG", por exemplo.

A partir de uma pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e bibliográfico, foram analisadas produções bibliográficas dentro desta temática. O objetivo do artigo é refletir sobre o papel do profissional licenciado em Biblioteconomia na educação básica, atuando como agente integrador do uso ético da Inteligência Artificial Generativa nas salas de aula.

Após esta introdução, o presente texto seguirá a seguinte estrutura organizacional: na Seção 2, serão delineados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. A Seção 3 abordará a discussão sobre a Inteligência Artificial Generativa na educação, refletindo sobre suas potencialidades e os desafios que apresenta. A Seção 4 discutirá a Biblioteconomia Digital e a competência em informação como estratégias para um uso ético da Inteligência Artificial. Em seguida, a

Seção 5 examinará a práxis freireana como fundamento para a atuação do licenciado em Biblioteconomia no contexto da educação básica. A Seção 6, por sua vez, oferecerá uma reflexão sobre a ética e a deontologia na Ciência da Informação. Por fim, a Seção 7 apresentará as discussões acerca dos resultados obtidos, enquanto a Seção 8 culminará com as considerações finais da pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e bibliográfico. O delineamento da pesquisa tem como objetivo compreender e refletir criticamente sobre o papel do licenciado em Biblioteconomia na promoção do uso ético da Inteligência Artificial Generativa (IAG) na educação básica, tomando como base a produção científica e teórica existente sobre o tema. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa do objeto de estudo, centrando-se na compreensão de sentidos e significados atribuídos às práticas pedagógicas mediadas por tecnologias emergentes.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentada na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, documentos institucionais e normativas educacionais. As fontes foram selecionadas por meio de buscas sistemáticas em bases como SciELO, Google Scholar, Repositórios da CAPES e bibliotecas digitais, com recorte temporal prioritário entre os anos de 2015 e 2025. Os critérios de seleção priorizaram publicações que abordam a intersecção entre inteligência artificial, ética, educação básica, Biblioteconomia e competência em informação.

O universo da pesquisa consiste, portanto, no corpus teórico-documental disponível sobre o tema, não envolvendo sujeitos humanos ou coleta de dados empíricos. O método de análise empregado foi a análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin [1], que permite a interpretação sistemática, objetiva e categorial dos conteúdos presentes nos textos analisados.

A categorização do material bibliográfico resultou em três eixos centrais de análise:

- Ética e Deontologia na Ciência da Informação;
- Impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo educativo;
- Tendências na formação biblioteconômica para atuação na educação básica.

A análise foi conduzida de maneira temática, permitindo extrair sentidos relacionados a aspectos como autoria, letramento digital, competência em informação e mediação pedagógica crítica. Esses sentidos foram articulados à atuação do licenciado em Biblioteconomia como educador informacional e agente de transformação no uso da IAG em contextos escolares.

O caráter exploratório da pesquisa reside na intenção de identificar e discutir possíveis caminhos para a inserção crítica e ética da IAG na educação básica, sob a mediação de profissionais da Biblioteconomia com formação docente. Assim, o estudo visa contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que tange à formação integral do sujeito e à valorização da autoria e da ética na cultura digital.

Inteligência artificial generativa na educação: potencialidades e desafios

A inserção da inteligência artificial generativa (IAG) no contexto educacional brasileiro tem suscitado intensos debates, sobretudo por seus impactos na cognição, na autoria e na mediação do conhecimento. Embora apresente funcionalidades inovadoras, como a geração automatizada de textos, a personalização de atividades e a reorganização de conteúdos, seu uso indiscriminado e acrítico pode gerar prejuízos significativos à aprendizagem.

Entre os principais desafios, destaca-se a perda de habilidades cognitivas fundamentais, como

a atenção sustentada, a memória de trabalho e o pensamento crítico. Estudantes têm demonstrado tendência crescente à preguiça cognitiva, delegando à IA tarefas básicas de leitura, interpretação e escrita, o que compromete a autonomia intelectual e a capacidade analítica. Selwyn (2019) adverte que a substituição de processos reflexivos por sistemas automatizados compromete a formação de sujeitos críticos e politicamente engajados, ao mesmo tempo que enfraquece o papel da educação como prática de liberdade.

Outra preocupação emergente diz respeito à naturalização do plágio e à fragilidade da verificação informacional. Ao copiar textos gerados por IA sem questionar sua originalidade e autoria, muitos estudantes incorrem em práticas eticamente problemáticas, agravadas pela dificuldade em checar fontes, distinguir trechos inventados e identificar manipulações discursivas.

A esse cenário somam-se questões de ordem ética e política. Como estratégia para driblar esse cenário, Floridi e Cowls (2019) propõem um conjunto de cinco princípios fundamentais para o uso responsável da IA: beneficência, não maleficência, autonomia, justiça e aplicabilidade. Tais princípios reforçam a necessidade de construir práticas educacionais que garantam a agência humana e a transparência algorítmica, evitando o uso opaco e reprodutor de desigualdades.

Contudo, esses desafios podem ser ressignificados como potencialidades educativas, desde que mediados de forma crítica. Ao invés de proibir o uso da IA, é possível ensinar estudantes a identificar traços de automatização textual, checar fontes, avaliar referências sugeridas e utilizar a IA como aliada no aprimoramento de suas produções acadêmicas, como por exemplo na revisão ortográfica, tradução de textos e formulação de ideias iniciais. Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024) propõem, nesse sentido, diretrizes éticas que preservem a agência humana e promovam o letramento digital como condição para o protagonismo no uso da IA.

A IA generativa deve ser compreendida não como ameaça, mas como oportunidade para desenvolver novas formas de autoria crítica, mediação informacional e valorização da aprendizagem ativa. Seu uso ético e consciente requer não apenas competências técnicas, mas formação epistemológica e pedagógica que permita aos sujeitos compreenderem a tecnologia como fenômeno histórico, ideológico e comunicacional.

Nessa direção, o pensamento de Paulo Freire, especialmente na obra Pedagogia da Autonomia (2002), oferece uma base para pensar criticamente sobre o uso da inteligência artificial generativa (IAG) na educação, sobretudo na educação básica. Freire (2002) defende que ensinar exige pesquisa, criticidade, respeito à autonomia do educando e a constante leitura de mundo, precedendo, muitas vezes a leitura da palavra. Nesse sentido, a inserção da IA em ambientes escolares não pode se limitar à aplicação de ferramentas tecnológicas, mas deve ser mediada por um projeto pedagógico que reconheça o sujeito como protagonista do conhecimento e como alguém em constante construção de sentido em relação a sua existência.

Ao invés de reforçar práticas bancárias de ensino, nas quais o estudante apenas consome conteúdos prontos, inclusive os produzidos por IA, a perspectiva freireana propõe que a IA seja apropriada como instrumento de problematização da realidade, ou seja, como meio para gerar perguntas e não apenas respostas. É nesse ponto que a mediação do professor assume papel central: ele não é substituído pela máquina, mas se posiciona como agente de leitura crítica das ferramentas, ajudando os estudantes a refletirem sobre como, por que e para quê estão utilizando a IA.

A própria ferramenta, enquanto construção humana, carrega intenções, limitações e vieses. Como destaca Freire, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (Freire, 2002, p. 47). Nesse sentido, o uso automático da IA em atividades escolares pode inibir a criatividade, a autoria e a formação da consciência crítica, se não houver uma mediação pedagógica intencional. Trazer os estudantes da educação básica para

o centro do processo de construção do *prompt* (instrução que orienta a criação de conteúdo), por exemplo, é uma forma de exercitar a metacognição e fomentar o pensamento criativo e ético.

Conte, Devechi e Maciel (2025) apontam que, ao interagir com a IA, os sujeitos lidam com uma produção textual polifônica, que mistura múltiplas vozes e intenções, algo que, dialogando com Bakhtin, também exige escuta, autoria e co-participação. Essa compreensão casa com o conceito freireano de diálogo como prática de liberdade. Nesse sentido, promover oficinas de construção de prompts ou de análise crítica de textos gerados por IA pode ser uma estratégia didática potente na educação básica, sobretudo para o desenvolvimento da autonomia, da autoria e da alfabetização digital crítica.

Inspirar-se na pedagogia de Paulo Freire para o uso da IA na educação básica significa recolocar a tecnologia a serviço da emancipação, e não da reprodução. Significa também formar professores e estudantes para usarem essas ferramentas como extensão do pensamento, e não como a substituição dele.

É também dedicar-se a fortalecer as atividades de formação do leitor promovendo a mediação da leitura, incentivando o uso de livros e investindo em atividades que despertem a motivação para ler. Como destaca Campello (2024, p. 81), "leitura exige esforço, então o aluno precisa entender, desde pequeno, que tem que enfrentar o texto". Diante do contexto do uso crescente da IA, a formação do leitor deve ser uma ação intencional e uma prioridade de todo educador, especialmente do profissional da Biblioteconomia. A tecnologia, nesse cenário, deve atuar como suporte ao processo educativo e de pesquisas, nunca como substituta da construção ativa do conhecimento.

Biblioteconomia digital e competência em informação como estratégias para o uso ético da IA

A Biblioteconomia, em diálogo com a Ciência da Informação, possui papel estratégico frente aos desafios éticos e cognitivos trazidos pela inteligência artificial generativa (IAG), especialmente no contexto da educação básica. Um dos principais pilares dessa atuação está na competência em informação, conceito que remonta aos trabalhos de Paul Zurkowski (1974). Essa competência é compreendida como a habilidade de reconhecer uma necessidade informacional, localizar, avaliar criticamente e usar a informação de forma eficaz, ética e responsável. Em tempos de sobrecarga informacional, desinformação algorítmica e automação da escrita, tais habilidades tornam-se essenciais para que estudantes aprendam a discernir conteúdos autênticos, identificar vieses e verificar a confiabilidade de dados e fontes.

No campo da biblioteconomia de dados, Semeler e Pinto (2019) alertam que o uso crescente de tecnologias na ciência e na educação criou novas exigências para os profissionais da informação. Não basta dominar ferramentas, é necessário compreender os fluxos de dados, suas origens, usos e impactos sociais. Nesse sentido, o bibliotecário precisa atuar como curador informacional e mediador ético, ajudando educadores e estudantes a entenderem como os sistemas de IA são treinados, que dados utilizam, quais lacunas podem reproduzir e como isso influencia os resultados das ferramentas generativas.

É nesse contexto que as bibliotecas híbridas, que integram acervos físicos e digitais com práticas de mediação cultural, informacional e tecnológica, ganham centralidade. Caldas e Silva (2020) apontam que, mais do que locais de acesso a livros ou conteúdos digitais, as bibliotecas escolares podem se consolidar como espaços de aprendizagem ativa, onde os estudantes são incentivados a construir conhecimento por meio de projetos interativos, oficinas de checagem de fatos, atividades de curadoria digital e análise de autoria de textos gerados por IA. A hibridez, nesse sentido, não se refere apenas à coexistência de formatos, mas a uma nova lógica de atuação da biblioteca: colaborativa, tecnológica e crítica.

Nesse cenário, o profissional da Biblioteconomia com formação docente pode desenvolver atividades pedagógicas que

articulem tecnologia, ética e informação, como, por exemplo:

Oficinas de construção e análise de prompts: nas quais os alunos elaboram comandos para ferramentas de IA e avaliam criticamente as respostas geradas, identificando inconsistências, vieses e possibilidades de aprimoramento;

Aulas de checagem de informações geradas por IA: em que os estudantes comparam textos produzidos por IA com fontes confiáveis, desenvolvendo habilidades de verificação, leitura crítica e avaliação da qualidade da informação;

Clubes de leitura digital com foco em ética algorítmica: espaços de debate sobre conteúdos (reportagens, contos, vídeos) que abordam os impactos sociais e éticos das tecnologias, promovendo o diálogo e a reflexão coletiva;

Projetos de letramento informacional com foco em dados: atividades voltadas à compreensão do ciclo da informação digital, do papel dos metadados e da coleta de dados pessoais pelas plataformas, visando a formação de sujeitos conscientes e críticos.

Essas práticas não apenas tornam a IA um recurso educativo mais ético e consciente, como também fortalecem a formação crítica dos alunos diante das transformações tecnológicas que atravessam seu cotidiano escolar.

A práxis freireana como base para a atuação do licenciado em Biblioteconomia na educação básica

A presença do bibliotecário com formação docente na educação básica é uma oportunidade estratégica para integrar tecnologia, ética e formação crítica. A licenciatura em Biblioteconomia, apesar de ainda pouco explorada em sua plenitude, oferece ferramentas conceituais e pedagógicas que tornam esse profissional apto a atuar em contextos de transformação digital, como os provocados pela IA generativa.

Campello (2024, p. 29) afirma que o conceito de "letramento informacional", também denominado "competência informacional", tem sido amplamente debatido no campo da Biblioteconomia. No entanto, nos questionamos se esse mesmo destaque tem sido dado à temática no campo da Educação.

Nesse sentido, observa-se que, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao longo da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, Educação Fundamental e o Ensino Médio, deve-se assegurar aos estudantes o desenvolvimento de competências que, no âmbito pedagógico, consubstanciam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018). Entre elas destacam-se:

> [...] Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
>
> [...] Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 9).

A BNCC incorpora as habilidades informacionais desde a Educação Infantil, reconhecendo a importância de promover o letramento digital de forma progressiva e transversal. "[...] a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos [...] e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações" (Brasil, 2018, p. 43).

No Ensino Fundamental, dentre as competências específicas de Linguagens para

os anos iniciais e finais, espera-se que os alunos desenvolvam a capacidade de:

> compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos (Brasil, 2018, p. 65).

No Ensino Médio, a BNCC amplia as exigências quanto às habilidades digitais, abordando aspectos de autoria, curadoria e criticidade:

> Explorar tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e funcionalidades [...] Avaliar o impacto das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na formação do sujeito e em suas práticas sociais, para fazer uso crítico dessa mídia em práticas de seleção, compreensão e produção de discursos em ambiente digital. [...] Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais. [...] Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede (Brasil, 2028, p. 497).

Destaca-se, assim, a ênfase dada pela BNCC ao letramento informacional e à criticidade diante das influências das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) nas novas práticas de linguagem. Nesse sentido:

> Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários. Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola [...] mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais (Brasil, 2018, p. 69).

De acordo com Campello (2024, p. 31), a BNCC se preocupa em formar alunos com habilidades para a leitura crítica, aprendizado autônomo através da pesquisa e para o uso responsável da informação, especialmente da informação digital.

Todas essas competências e habilidades encontram respaldo na formação oferecida pela Licenciatura em Biblioteconomia, confirmando a pertinência de sua presença nos ambientes escolares. O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) descreve o egresso como um profissional preparado para:

> a) Desempenhar o papel de "catalisador" do processo educativo em todas as suas dimensões, não se restringindo a ser um mero transmissor de conteúdos, mas um profissional atento às relações éticas e epistemológicas que constituem o processo educacional;
>
> b) Desenvolver uma sólida competência profissional visando a integração entre o campo educacional e da Biblioteconomia;
>
> c) Compreender os saberes e práticas biblioteconômicas como um processo de desenvolvimento contínuo e integrado aos diversos campos do conhecimento;
>
> d) Entender o processo ensino-aprendizagem no contexto educacional de forma dinâmica, integrada e aberta;
>
> e) Construir metodologias para o ensino de práticas biblioteconômicas

> com vistas a formação de quadros de auxiliares técnicos de bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória; de forma que desenvolvam habilidades e competências para ensinar a aprender a aprender;
>
> f) Fortalecer as práticas de pesquisa como princípio educativo no âmbito das bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória;
>
> g) Diagnosticar as expectativas e as necessidades dos estudantes nos diferentes níveis que compõem a educação básica e o ensino médio, de modo a planejar, gerenciar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos educacionais em Biblioteconomia e que contemplem os princípios da interdisciplinaridade e inclusão.
>
> h) Aplicar o conteúdo didático-pedagógico e técnico-profissional para a formação de auxiliares e assistentes técnicos com atuação em bibliotecas, centros de documentação, de informação e de memória (UNIRIO, 2009, p. 30).

Essa proposta formativa reforça o papel do licenciado em Biblioteconomia como mediador pedagógico, com atuação qualificada nos espaços escolares e com domínio dos fundamentos educacionais. Trata-se de um profissional capaz de construir e implementar práticas pedagógicas transformadoras nos ambientes de pesquisa, informação, leitura e memória, em todos os setores da educação básica.

Seki (2025) argumenta que as tecnologias educacionais, embora se apresentem como soluções, frequentemente substituem funções intelectuais do professor em vez de as complementarem. Diante disso, o licenciado em Biblioteconomia pode atuar como contrapeso crítico, promovendo uma abordagem orientada à mediação, à leitura crítica de fontes, à produção colaborativa de conhecimento e ao respeito pela autoria.

Weitzel, Calil Junior e Achilles (2015) reiteram que esse profissional contribui de maneira significativa para o letramento informacional nas bibliotecas escolares e para a educação formal, auxiliando, orientando e promovendo atividades que fortalecem o processo de ensino-aprendizagem, especialmente no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos do ensino básico, com destaque para o ensino médio.

Além disso, ao dominar princípios de curadoria digital e letramento informacional, o bibliotecário educador pode formar estudantes para usarem a IA de maneira crítica e responsável, combatendo a superficialidade e promovendo autonomia intelectual. Essa atuação se alinha à Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que propõe a melhoria da qualidade da educação básica com ênfase na formação integral do sujeito, incluindo aspectos éticos, culturais e tecnológicos.

Portanto, o licenciado em Biblioteconomia não apenas pode, como deve, ocupar um espaço propositivo na escola. Sua atuação colabora para transformar a IA generativa de uma tecnologia de consumo em uma ferramenta de autoria, emancipação e inclusão crítica, à luz da pedagogia freireana.

A inserção da inteligência artificial generativa na educação básica impõe desafios éticos e metodológicos que não podem ser enfrentados apenas com domínio técnico. Nesse contexto, a atuação do licenciado em Biblioteconomia ganha relevância ao articular competências informacionais com fundamentos pedagógicos, especialmente quando orientada por uma concepção crítica e emancipadora do ensino. A pedagogia de Paulo Freire, e em especial sua obra Pedagogia da Autonomia (2002), oferece fundamentos sólidos para pensar essa atuação a partir da práxis transformadora e do compromisso com a formação ética do sujeito.

Para Freire (2002), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para que ele seja construído por meio do diálogo, da problematização e da escuta ativa. Esses princípios são especialmente pertinentes quando se lida com tecnologias como a IA generativa, que reconfiguram as formas de produção e circulação do saber. Ao mediar o uso dessas tecnologias, o educador pode atuar

como sujeito histórico, capaz de promover uma leitura crítica do mundo e das tecnologias, não como objetos neutros, mas como construções humanas carregadas de intencionalidade e ideologia.

Segundo Freire (2002), "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino". Essa indissociabilidade é um eixo essencial para a atuação do licenciado em Biblioteconomia, que pode coordenar atividades investigativas, oficinas de letramento digital e práticas de curadoria da informação em ambientes escolares. Nesses espaços, o uso da IA não deve ser meramente funcional, mas submetido ao crivo ético e à reflexão crítica. Assim, o estudante aprende não apenas a usar a tecnologia, mas a interrogar seus mecanismos, limites e impactos sociais.

Outro princípio freireano central é o da autonomia. Freire adverte que o respeito à autonomia e à dignidade do educando é uma exigência ética do educador. Nesse sentido, o profissional da Biblioteconomia pode desempenhar um papel essencial na preservação da autoria discente diante da tentação de delegar à IA a produção de textos e respostas. Em vez de fomentar a substituição da criatividade humana por resultados automatizados, o educador pode promover a coautoria consciente, orientando o estudante a usar ferramentas de IA como apoio à reflexão, e não como fonte única ou absoluta.

Além disso, a elaboração de prompts, prática frequentemente marginalizada ou subestimada, pode ser ressignificada à luz da pedagogia freireana. Formular boas perguntas exige leitura crítica, conhecimento prévio, clareza conceitual e sensibilidade linguística, competências que devem ser cultivadas como parte do processo formativo. Nesse processo, a mediação do licenciado em Biblioteconomia revela-se estratégica, pois ele é capacitado a articular o domínio técnico com a intencionalidade pedagógica e a sensibilidade ética.

A biblioteca escolar, espaço tradicional de mediação cultural e informacional, transforma-se, nesse cenário, em um ambiente dialógico de formação cidadã. Ao integrar práticas de uso ético da IA com atividades de leitura, produção textual, debate e pesquisa, o licenciado em Biblioteconomia potencializa a biblioteca como núcleo de formação crítica. Como afirma Freire (2002), "ensinar exige saber escutar": escutar os sujeitos, suas histórias, seus contextos e suas dúvidas diante de um mundo cada vez mais digital.

Portanto, ao se basear nos princípios da pedagogia freireana, o licenciado em Biblioteconomia não somente operacionaliza tecnologias, mas humaniza sua aplicação. Sua atuação no ensino básico representa a possibilidade de construir uma escola comprometida com a ética, a autonomia e a transformação social, valores essenciais para o uso crítico da inteligência artificial generativa na contemporaneidade.

Ética e Deontologia na Ciência da Informação: fundamentos para a mediação crítica da IA

A crescente presença da inteligência artificial (IA) nos contextos educacionais e informacionais impõe a necessidade de um debate aprofundado sobre as implicações éticas e deontológicas da sua aplicação. Na Ciência da Informação, a ética é entendida como um conjunto de princípios filosóficos que orientam o julgamento sobre o que é certo ou errado nas práticas profissionais, enquanto a deontologia configura-se como o corpo normativo que regula deveres e responsabilidades específicas dos profissionais da informação frente à sociedade (Silva & Paletta, 2023).

Com a inserção da IA generativa na mediação informacional, surgem dilemas relacionados à autoria, privacidade, transparência algorítmica e responsabilidade no tratamento dos dados. Como indicam Malheiro da Silva *et al*. (2023), o avanço das tecnologias de informação e comunicação demanda uma revisão crítica dos códigos de ética tradicionais da área, propondo a construção de um código deontológico unificado voltado ao Gestor da Informação, figura que agrega as funções do bibliotecário, arquivista e documentalista, apto a atuar em cenários digitais complexos.

Autores como Cox (2022) apontam que os códigos de ética convencionais são, muitas vezes, excessivamente abstratos diante dos

desafios concretos trazidos pela IA. Por isso, propõe-se o uso de cenários éticos aplicados para capacitar profissionais da informação a reconhecer e enfrentar dilemas reais relacionados ao uso de algoritmos. Esses cenários contemplam questões como a opacidade nos sistemas de recomendação, o risco de automação de julgamentos humanos e a desinformação promovida por ferramentas generativas.

A ética informacional, nesse contexto, deve englobar princípios como justiça, beneficência, não maleficência, transparência e respeito à privacidade, valores reiterados por autores como Floridi e Taddeo (2016) e incorporados nas propostas recentes de códigos de conduta profissional. Tais princípios orientam o profissional da informação a atuar como mediador crítico entre as tecnologias emergentes e os usuários, promovendo o acesso equitativo à informação e combatendo vieses algorítmicos.

Além disso, a formação ética do profissional da informação precisa incluir a reflexão sobre sua responsabilidade social. Como destacam Malheiro da Silva e Paletta (2023), a mediação informacional em ambientes digitais exige não apenas domínio técnico, mas também consciência crítica sobre os impactos da IA na construção do conhecimento. Isso inclui a necessidade de garantir a aplicabilidade dos sistemas de IA, proteger os dados dos usuários e promover a autoria informada e responsável.

Por fim, a articulação entre ética, deontologia e IA deve orientar o uso pedagógico dessas ferramentas, especialmente na educação básica, onde a mediação humana ainda é insubstituível. Como sugerem Malheiro da Silva *et al*. (2023), um código deontológico contemporâneo deve abranger dimensões como a liberdade intelectual, a imparcialidade, a confidencialidade e o direito à privacidade, reafirmando o compromisso do profissional da informação com a construção de uma sociedade mais justa, crítica e propositadamente letrada.

Discussão dos resultados

O estudo evidenciou uma lacuna na produção acadêmica sobre o papel do licenciado em Biblioteconomia no contexto da educação básica, especialmente no que se refere à mediação ética e pedagógica do uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG). Atualmente, qualquer aluno com acesso à internet pode utilizar ferramentas de IAG, o que amplia a urgência de estabelecer orientações para seu uso responsável no ambiente escolar. No entanto, não foram identificadas publicações que apresentem códigos ou diretrizes para sua utilização ética nesse ambiente. Essa ausência evidencia a necessidade de ampliar os debates sobre o uso responsável dessa tecnologia no ensino básico. Além disso, considera-se a possibilidade de haver uma carência de professores capacitados para realizar essa mediação de forma crítica e orientada, o que torna ainda mais relevante a presença de profissionais com formação específica em letramento informacional e uso ético da informação, como é o caso do licenciado em Biblioteconomia.

Os dados demonstram que, mesmo diante de políticas públicas que valorizam a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no ambiente educacional, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), há um distanciamento entre o discurso normativo e a prática cotidiana. A atuação do licenciado em Biblioteconomia, nesse cenário, revela-se como uma oportunidade ainda pouco explorada, mas altamente promissora para preencher esse vazio.

Documentos como o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) indicam que o egresso dessa formação possui competências específicas para atuar em contextos de mediação digital e ética da informação. Entre essas competências, destacam-se a capacidade de fomentar o letramento informacional, orientar práticas de autoria crítica, desenvolver projetos pedagógicos interdisciplinares e promover ações de inclusão e equidade nos espaços escolares.

Além disso, os estudos analisados apontam para a viabilidade de estratégias práticas que podem ser implementadas por licenciados em Biblioteconomia, tais como: oficinas de criação

de *prompts* para IAG; rodas de conversa sobre ética da informação; projetos interdisciplinares de leitura crítica de fontes digitais; curadoria de conteúdos com base em critérios de confiabilidade; e formação de clubes de mídia para debate sobre autoria e originalidade. Essas experiências demonstram que a atuação crítica deste profissional é fundamental para que as tecnologias deixem de ser ferramentas de reprodução passiva de conteúdo e passem a ser instrumentos de produção de conhecimento.

Observou-se também que os princípios da pedagogia freireana, como diálogo, autonomia, criticidade e protagonismo, estão presentes de forma transversal nas propostas educacionais que envolvem o uso ético da IA. Isso reforça a ideia da importância da mediação humana, mesmo em contextos tecnologicamente avançados. A presença de um profissional capacitado para construir pontes entre a informação, a ética e a aprendizagem torna-se, portanto, elemento-chave para o sucesso de estratégias que envolvam a Inteligência Artificial Generativa no ambiente escolar.

Assim, os resultados da pesquisa indicam que o licenciado em Biblioteconomia possui uma formação que o credencia não apenas para atuar em salas de aula e bibliotecas escolares, mas para participar dos debates e ações voltados à formação digital crítica na educação básica.

Considerações Finais

Considera-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que o estudo reflete sobre o papel do profissional licenciado em Biblioteconomia na educação básica, destacando sua atuação como agente integrador do uso ético da Inteligência Artificial Generativa nas salas de aula.

O contexto educacional tem sido continuamente impactado pelas inovações tecnológicas, desde o livro impresso à internet, que ao longo do tempo ampliaram as possibilidades de ensino e aprendizagem. Atualmente, a Inteligência Artificial Generativa (IAG) representa o ápice dessa evolução, oferecendo inúmeros recursos ao ambiente escolar. No entanto, sua incorporação exige cautela: embora seu uso não demande amplo conhecimento técnico, a ausência de uma mediação ética e pedagógica pode comprometer valores como a autoria, a criatividade e o pensamento crítico. Nesse cenário, observa-se as dificuldades enfrentadas por professores regulares, para integrar esses conhecimentos às práticas educativas, devido à falta de formação específica e apoio institucional. Diante disso, este estudo conclui que o profissional licenciado em Biblioteconomia está preparado para assumir um papel estratégico diante desses desafios. Sua formação combina conhecimento técnico em informação e tecnologias com fundamentos pedagógicos, éticos e sociais, possibilitando uma atuação voltada à formação integral dos estudantes. Esse profissional é capaz de mediar a relação entre sujeitos, informação e tecnologia, contribuindo para o uso reflexivo da IAG em práticas educativas.

A relevância dessa atuação encontra respaldo na BNCC, que valoriza a autoria, a pesquisa, a curadoria de informação e o uso ético das tecnologias digitais, desde a educação infantil até o ensino médio. Ao mesmo tempo, a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) reforça o compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica, incentivando práticas que desenvolvam competências múltiplas, com foco na inclusão e na cidadania. A pedagogia freireana, por sua vez, fornece a base teórica para uma prática libertadora, em que o educador bibliotecário atua como mediador crítico da leitura, da pesquisa, do conhecimento e da cultura digital.

Assim, o uso ético da IAG na educação básica não deve ser compreendido como responsabilidade exclusiva de áreas técnicas ou pedagógicas, mas como resultado de uma construção coletiva e transdisciplinar. O licenciado em Biblioteconomia, por seu perfil formativo e capacidade de articulação entre linguagem, informação, mediação e tecnologia, está em posição privilegiada para colaborar na construção de uma escola que não apenas use tecnologia, mas que a ressignifique como ferramenta de transformação social.

Negligenciar o ensino do uso correto da IAG ao estudante da educação básica, configura-se um incentivo à alienação e a construção de uma sociedade carente de criatividade, de pesquisas, de novas produções e rumo ao retrocesso intelectual.

Sendo assim, cabe aos sistemas regulatórios e educacionais reconhecer esse papel e fomentar espaços que permitam a atuação plena e protagonista desse profissional nas redes de ensino, contribuindo para a construção de uma cultura digital ética, reflexiva e inclusiva. Nesse contexto, a Inteligência Artificial Generativa deve ser promovida como um recurso voltado à qualificação da escrita, ao fortalecimento da autoria e à emancipação, pilares para a formação de cidadãos conscientes e eticamente preparados para o mundo digital.

Referências

Alves, A. T. A. (2025). A inserção da tecnologia na sala de aula. Revista Educação Pública, 25(2), 20-33. https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/2/a-insercao-da-tecnologia-na-sala-de-aula.

Arruda, E. P. (2024). Inteligência artificial generativa no contexto da transformação do trabalho docente. Educação em Revista, 40, e48078. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469848078.

Brasil. Ministério da Educação (2018). Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Básica. https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (2007). Programa Ética e Cidadania. MEC, 2007. https://portal.mec.gov.br/busca-geral/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13607-programa-etica-e-cidadania.

Brasil. (2014, 25 de junho). Lei n^0 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Campello, B (2024). A biblioteca como lugar de aprendizagem. Autêntica.

Caldas, R. F. & Silva, R. C. (organizadores) (2020). Bibliotecas e hibridez. Oficina Universitária, Cultura Acadêmica. https://books.scielo.org/id/9srbd.

Conte, E., Devecchi, C. P. V. & Maciel, P. G. (2025, 8 de abril). Inteligência artificial e construção da autoria: disputas discursivas na era algorítmica. SciELO Preprints. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11664.

Cox, A. M. (2022). The ethics of AI for information professionals: eight scenarios. Journal of the Australian Library and Information Association, 71(2), 124-138. https://www.researchgate.net/publication/361318048_The_Ethics_of_AI_for_Information_Professionals_Eight_Scenarios.

Floridi, L. & Cowls, J. (2019). A unified framework of five principles for AI in society. Harvard Data Science Review, 1(1). DOI: https://doi.org/10.1162/99608f92.8cd550d1.

Freire, P. (2002). Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. (25ª ed.). Paz e Terra. https://www.unirio.br/cla/ppgeac/processo-seletivo-2021/bibliografia-2021/freire-paulo-pedagogia-da-autonomia-saberes-necessarios-a-pratica-educativa/view.

Gerena, C. (2015). Positive Thinking in Dance: The Benefits of Positive Self-Talk Practice in Conjunction with Somatic Exercises for Collegiate Dancers [tese de mestrado, University of California Irvine]. Universidade da Califórnia, eScholarship. https://escholarship.org/uc/item/1t39b6g3.

Lima-lopes, R. E. (2025). Por uma revisão crítica do uso de inteligência artificial na educação. SciELO Preprints. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11450.

Malheiro-Da-Silva, A. (2023). Ética e deontologia no campo profissional da informação. Diálogos, 48, 675-690. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/155308/2/648644.pdf.

Malheiro-Da-Silva, A. & Paletta, F. C. (2023). Inteligência artificial em diálogo com a ética e a deontologia da informação. Diálogos, 48, 733-752. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/160121/2/680447.pdf.

Nikolaidis, Michail *et al*. (2024). The ethics of using artificial intelligence in scientific research. Discover Artificial Intelligence, 2(1), art. 21. https://link.springer.com/article/10.1007/s43681-024-00493-8.

Sampaio, R. C., Sabbatini, M. & Limongi, R. (2024). Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores. Intercom.

Santos, A. C. (2021). Variações conceituais entre a ética e a moral. Filosofia Unisinos, 22(2), 1-10. https://doi.org/10.4013/fsu.2021.222.07.

Santos, M. F. C. & Silva, C. C. da. (2024, novembro, 25) Desafios e possibilidades da inteligência artificial generativa para a educação básica: um estudo com docentes do IFTM – Campus Paracatu. SciELO Preprints. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9628

Seki, A. K. (2025, março, 17). Educação digital e reconfiguração do trabalho docente. SciELO Preprints. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11423.

Selwyn, N. (2019). Should robots replace teachers? AI and the future of education. Polity Press.

Zurkowski, P. (1974). The Information Service Environment Relationships and Priorities. National Commission on Libraries and Information Science. https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf

Semeler, A. R. & Pinto, A. L. (2019). Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. Ciência da Informação, 48(1), 113–129. https://doi.org/10.18225/ci.inf.v48i1.4561.

Sousa, H. De & Cruz, D. M. (2024, 4-8 de novembro). Capacitando educadores com IA generativa: implicações na educação [sessão de conferência]. XIII Congresso Brasileiro de Informática na Educação; XXXV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (CBIE/SBIE 2024), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://doi.org/10.5753/sbie.2024.242665.

Spudeit, D. F. A. O, Romeiro, N. L. & Silveira, F. J. N. (2019, 21-15 de outubro). Licenciatura em biblioteconomia: formação e identidade Profissional [sessão da conferência]. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, SC, Brasil.

Thomas, G. (2014). The influence of homeland security on policing (Publicação n.º 3645567) [Dissertação de doutoramento, Universidade de Indiana da Pensilvânia]. ProQuest Dissertações e Teses Global.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (2009). Escola de Biblioteconomia. Projeto político pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. https://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/ProjetoPedaggicodoCursodeLicenciaturaemBiblioteconom.pdf.

Weitzel, S. da R., Calil Junior, A., & Achilles, D. (2015). Revisão e reflexões: letramento informacional nas escolas: o papel do licenciado em biblioteconomia. Revista Interamericana de Bibliotecología, 38(3), 213–225. https://doi.org/10.17533/udea.rib.v38n3a06.

REPRODUZINDO ESTEREÓTIPOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS IMAGENS DE GÊNERO GERADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CHATGPT E DEEPSEEK

Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-6274-4836, Brasil, *romeironathalia@unirio.br*

José Alberto Monteiro Mendes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0004-2487-6709, Brasil, *alberto.mont.unirio.br@edu.unirio.br*

Dayanne da Silva Prudencio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, https://orcid.org/0000-0001-8346-2160, Brasil, *dayanne.prudencio@unirio.br*

Carlos Alberto Ferreira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-7880-4119, Brasil, carlos.cafe@unirio.br

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.319

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

Os estudos de gênero emergem como um campo interdisciplinar essencial para a análise crítica das construções sociais e culturais que se relacionam às identidades de gênero, às dinâmicas de poder e à produção de desigualdades (Scott, 2012, 2019; Connell, 2016). Este domínio teórico é fortemente influenciado por feminismos, estudos sobre masculinidades, teorias *queer* e críticas à colonialidade, e se propõe a problematizar a naturalização da diferença sexual. Em tal contexto, questiona-se as estruturas normativas que moldam a experiência social, frequentemente presentes através de binarismos e hierarquias que limitam a diversidade das identidades e experiências.

Sob essa perspectiva, o conceito de gênero é assumido neste trabalho como uma construção histórica e performativa, intimamente ligado à linguagem, à cultura e à organização social. Nossa compreensão fundamenta-se, entre outros autores, no trabalho de Raewyn Connell (2016), que concebe o gênero como uma questão de corporificação social, constantemente disputada nas relações sociais e institucionais. Isso ressalta que o gênero não é um atributo fixo, mas sim uma construção dinâmica que interage com outros eixos de poder, como raça, classe e sexualidade.

No contexto atual, os estudos de gênero se expandem para diversos espaços sociais, incluindo o digital, que tem sido fortemente impactado pelo advento das chamadas Inteligências Artificiais (IAs) generativas. A inteligência artificial generativa (IAG), como descrita por Taulli (2023), é uma classe de tecnologia de aprendizado de máquina que se distingue pelo seu potencial para criar novos dados a partir de um corpus de dados de treinamento. Essa capacidade visa amplias as fronteiras do que a IA pode alcançar, não deixando de lado as discussões sobre a natureza da criatividade e a originalidade na era digital em voga entre seus interlocutores.

Thakur, Barker e Pathan (2024) complementam essa argumentação ao explicarem que a IA generativa utiliza modelos sofisticados de aprendizado profundo que identificam padrões e relacionamentos em grandes volumes de dados, retornando ao usuário um novo conteúdo com base nessas informações.

As imagens geradas por essas IAs tornam-se aqui, portanto, objetos de investigação, especialmente na medida em que se observa a reprodução e a amplificação de preconceitos a partir de estereótipos naturalizados (Carrera, 2020; Pereira, 2024). Existe uma preocupação

crescente acerca de que as ferramentas que utilizam tais sistemas computacionais reflitam os valores, vieses e assimetrias presentes nos dados que os alimentam. Esses dados são compartilhados por indivíduos em contextos específicos, cujas opiniões e comportamentos podem divergir das lutas históricas e socialmente construídas por equidade de gênero.

A partir do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral investigar de que maneira as imagens geradas por inteligência artificial são permeadas por estereótipos de gênero. Para isso, assume-se os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar a relação entre os estudos de gênero e a inteligência artificial generativa; b) identificar e categorizar os estereótipos de gênero presentes nas imagens produzidas por diferentes sistemas de IA generativa, com base em *prompts*; c) analisar as imagens geradas à luz dos estudos de gênero, utilizando as lentes teóricas da interseccionalidade e da decolonialidade; d) refletir sobre as implicações éticas e informacionais da reprodução de estereótipos de gênero por inteligências artificiais no contexto da mediação e circulação de informações visuais.

A produção desse estudo se justifica pois entendemos que estereótipos de gênero, frequentemente concentrados na binaridade, perpetuam visões limitadas e dicotômicas sobre masculinidade e feminilidade. Essa divisão reforça papéis sociais rígidos e marginaliza identidades que não se encaixam em padrões tradicionais. A masculinidade é frequentemente associada a características como força, assertividade e racionalidade, enquanto a feminilidade é ligada à delicadeza, submissão e emocionalidade. Essas performances de gênero não são apenas construções sociais, mas têm impactos profundos nas interações pessoais, no ambiente de trabalho e nas representações midiáticas.

Assim, ao contextualizar a proposta, a seguir apresentaremos a fundamentação teórica que sustenta este trabalho, evidenciando as intersecções entre gênero, tecnologia e os impactos sociais que emergem da utilização de Inteligências Artificiais Generativas na produção de imagens.

LICENCIATURA EM BIBLIOTECONOMIA: APRESENTAÇÃO E TENDÊNCIAS DO ÚNICO CURSO BRASILEIRO

Dayanne da Silva Prudencio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 0000-0001-8346-2160, Brasil, dayanne.prudencio@unirio.br

Marcos Leandro Freitas Hubner, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0002-4467-2752, Brasil, *marcos.hubner@unirio.br*

Nathalia Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0002-6274-4836, Brasil, *romeironathalia@unirio.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6573

EIxo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio

Introdução

O Brasil tem tradição e reconhecimento internacional no ensino de Biblioteconomia. Seu primeiro curso, fundado nos porões da Biblioteca Nacional em 1911 e com operações iniciadas em 1915, foi o terceiro curso de Biblioteconomia do mundo e o primeiro da América do Sul (Souza, 1990).

Desde então, mesclando as bases de orientação humanista e enciclopedista, seguindo a influência européia, com maior incidência francesa, representada pela École des Chartes e as práticas tecnicistas de organização da informação e do conhecimento de influência estadunidense oriundas da

Columbia College School of Library Economy, a famosa "Escola de Dewey", o país acumula mais de 110 anos de experiência na formação de bibliotecários, produção científica sobre o campo e seus atores e difusão de práticas que objetivam entre outros aspectos, reduzir assimetrias informacionais, preservação e difusão do conhecimento, promoção da inclusão social e desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e sustentável.

Tal formação é praticada, principalmente, em cursos de bacharelado, tanto na modalidade presencial, quanto a distância. Destes cursos, saíram a da maioria dos atuais professores de Biblioteconomia, os quais ingressaram no magistério superior motivados por sua trajetória como discentes de pós-graduação, de cursos voltados para a formação de pesquisadores, no quais por vezes a única experiência é adquirida através do estágio docência conforme ressaltam Cunha; Brito; Cecillini (2006). Contudo, há também um único curso em funcionamento de licenciatura, que oferece uma nova perspectiva na formação dos futuros professores dos cursos de Biblioteconomia existentes no Brasil, este segundo é o objeto desta pesquisa.

Desta forma, a pesquisa em tela tem como objetivo geral, apresentar o curso de Licenciatura em Biblioteconomia praticado na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Já como objetivos específicos anunciamos: a) Contextualizar a criação e a proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Biblioteconomia da UNIRIO, destacando seus diferenciais em relação a outros cursos da área; b) Analisar a estrutura curricular e as diretrizes de formação do curso, com ênfase na preparação para a atuação docente em espaços educativos e culturais; c) Investigar a contribuição do curso para a formação de bibliotecários-educadores, professores de Biblioteconomia e sua inserção no mercado de trabalho e em práticas educativas; d) Apresentar um breve panorama da formação dos professores de Biblioteconomia no Brasil.

A pesquisa justifica-se uma vez que amplia a escassa produção científica brasileira sobre o curso e por haver certo desconhecimento social na área sobre tal proposta formativa.

Referencial Teórico

Antes de tratarmos sobre o curso de Licenciatura em Biblioteconomia é importante contextualizar dois pontos: o que é um curso de licenciatura; e, posteriormente, a formação dos professores de Biblioteconomia nos cursos de pós-graduação brasileiros.

2.1 Licenciatura em Biblioteconomia

No Brasil, a organização dos cursos superiores é regulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Assim, em seu art. 44, o ato normativo disciplina que a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

II - de graduação - abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
III - de pós-graduação - compreendendo programas de *lato sensu* e *stricto sensu*;
IV - de extensão.

A graduação por sua vez é subdividida em:
Bacharelado – formação generalista ou específica em uma área do conhecimento.
Licenciatura – formação voltada à docência na educação básica.
Tecnólogo – cursos de menor duração, com foco prático e profissionalizante.

Tal estrutura é também regulamentada por normas do Ministério da Educação (MEC) e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), tais como: Resolução CNE/CES nº 1/2002 – que trata da duração e estrutura dos cursos de graduação, inclusive os tecnológicos e pela Resolução CNE/CP nº 1/2006 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, no curso de Licenciatura.

Ainda na LDB, porém em seu artigo 62 é previsto que além dos conteúdos específicos da área, um curso de licenciatura inclua obrigatoriamente disciplinas de didática, psicologia da educação, práticas de ensino, estágio supervisionado, entre outros.

Portanto, os cursos de licenciatura, nos mais variados campos de conhecimento endereçam-se à formação de professores e legalmente os habilita a lecionar disciplinas

específicas na educação básica, mas não limitados a este nível.

Assim, é comum termos cursos de licenciatura em áreas como Geografia, Matemática, Física e outras. Por outro lado, é incomum verificarmos cursos em domínios profissionais de ênfase técnica, como é o caso da Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e outros.

Aqui reside, em certa medida, o ineditismo da oferta pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Em perspectiva histórica, a primeira experiência de oferta de um curso de Licenciatura em Biblioteconomia na UNIRIO decorre da década de 70, quando através da Resolução nº 187, de 28 de dezembro de 1979 foi criado o curso de Licenciatura em Biblioteconomia. Todavia, o curso inicia mesmo suas operações somente em 1981, quando foi aberto o edital híbrido com 20 vagas disponíveis para o curso (Andrade, 2016).

Já em 1986, o curso passou por uma reestruturação e a partir da Resolução nº 507, de 10 de dezembro de 1986, passou a ser integrar o curso de Bacharelado em Biblioteconomia, o que significava que o aluno poderia ingressar a partir do 6º período mediante a uma prova (Universidade, 2009).

Nesta oportunidade, o curso contava com carga horária de 840 horas divididas entre 16 disciplinas eletivas e 4 optativas e foi ofertado até o ano de 1991, quando por falta de profissionais da área da educação para atuação docente, foi descontinuado (Universidade, 2009).

No ano de 2006, no âmbito da UNIRIO foi instituída uma Comissão Executiva do Fórum de Licenciaturas para reestabelecimento do curso de Licenciatura em Biblioteconomia. Os trabalhos desta, resultaram na aprovação para a reestruturação do projeto pedagógico e sua publicação, ocorrida no ano de 2009 (Universidade, 2009).

No quadro social amplo, desde 2003 os movimentos associativos do campo da Educação, cita-se que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) acenava e pressionava o governo federal por uma ampliação dos cursos e campi das universidades públicas federais. Assim, em 2004 o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva apoiou a demanda apresentada pela ANDIFES e criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, que começou sua implantação em 2007. De acordo com a ANDIFES, a proposta tinha a intenção de:

> [...] dobrar o número de alunos nas universidades federais sem comprometer a qualidade e priorizando cursos noturnos, formação de professores para a Educação Básica e a superação das desigualdades regionais. Para alcançar estes objetivos eram necessários investimentos em infraestrutura, manutenção e pessoal. (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2010, p. 8).

No estado do Rio de Janeiro, as três universidades federais, isto é, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) aderiram ao programa.

Por efeito, nesta última, alguns cursos foram criados como é o caso do curso de Serviço Social e outros foram restabelecidos, como o objeto de nossa pesquisa, o curso de Licenciatura em Biblioteconomia no ano de 2010.

O PPC datado de 2009 e ainda em vigência no ano de 2025, apresenta as seguintes seções: Introdução; Histórico; Marco teórico; Justificativa; Objetivos; Perfil do egresso; Organização curricular; Componentes curriculares; Disciplinas obrigatórias; Disciplinas optativas; Estágios curriculares supervisionados; Atividades complementares; Trabalho de conclusão de curso; Eixos articuladores; Componentes curriculares por período recomendado; Carga horária total; Número de créditos; Prazo para integralização; Número de vagas oferecidas; Formas de ingresso; Ementas dos componentes curriculares; Métodos e processos de avaliação; Núcleo de docentes estruturantes; Infraestrutura e Referências. Inclui ainda quatro apêndices, a saber: Quadro dos componentes curriculares propostos; Carga

horária total dos componentes curriculares; Matriz curricular e Fluxograma dos componentes curriculares.

Tal documento não é descontextualizado dos fenômenos sociais vigentes à época de sua construção. No espectro biblioteconômico, um dos mais significativos é a promulgação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Nesse cenário, verifica-se um *déficit* de cursos superiores e técnicos para formar em quantidade necessária os profissionais que deveriam atuar em tal ambiente. Além disso, há a publicação da Lei 14.837, 8 de abril de 2024, que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, na qual "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País", para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Assim, o recém estabelecido curso de Licenciatura toma vigor e desponta, entre outros aspectos, endereçado a cooperar na formação desta mão de obra.

Neste espectro, o perfil do egresso é anunciado como:

> Os Licenciados em Biblioteconomia deverão ter uma sólida fundamentação dos conhecimentos da área pedagógica, integrada de maneira orgânica com os da área de Biblioteconomia, entendendo o processo de ensino-aprendizagem como um todo, partindo das relações pedagógicas que estruturam o curso, a fim de atuar como um profissional consciente e responsável (Universidade, 2009, p.33).

Sob tais bases, o licenciado em Biblioteconomia é um profissional cujos saberes articulam-se entre os campos da Educação e da Biblioteconomia e cuja competências manifestam-se essencialmente, ao ensino de Biblioteconomia, em múltiplos níveis e ambientes.

Retomando a linha descritiva, reaberto em 2010 e em funcionamento ininterrupto desde então, o curso regular prevê como carga horária total 3.405 horas divididas em: "[...] 2025 horas de disciplinas obrigatórias, 480 horas em disciplinas optativas, 645 horas em estágio supervisionado, 225 horas de atividades complementares e 30 horas de trabalho de conclusão de curso." (Santos, A. 2018, p. 20).

O projeto formativo é previsto para ser integralizado no mínimo em 8 períodos e no máximo em 14 (Universidade, 2009, p. 48).

Ainda de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (2009, p.31, grifo nosso) são anunciados como objetivos do curso: **Geral**: Promover uma formação discente de qualidade por meio de habilidades humanas conceituais, técnicas e profissionais com vistas ao ensino da Biblioteconomia para o âmbito técnico profissional. Já como **específicos** a) Promover o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias e específicas ao ensino dos saberes e fazeres biblioteconômicos para a formação de auxiliares e assistentes técnicos no âmbito da Biblioteconomia; b) articular de forma sistemática os conteúdos didático-pedagógicos do campo da Biblioteconomia para a formação de docentes para o ensino técnico; c) promover a pesquisa como princípio educativo e da aprendizagem por meio da integração de saberes e práticas biblioteconômicas.

Atuam no curso, docentes dos departamentos de Biblioteconomia, de Didática, de Filosofia e Ciências Sociais, de Fundamentos da Educação, de História e de Processos Técnico-Documentais. Deste modo, essa pluralidade de áreas do conhecimento proporciona uma formação interdisciplinar, permitindo que o futuro profissional desenvolva competências técnicas específicas da Biblioteconomia, ao mesmo tempo em que amplia sua compreensão crítica sobre os processos educativos, sociais e culturais que envolvem a formação do bibliotecário e mediação da informação. Tal abordagem possibilita a construção de um perfil de egresso reflexivo, capaz de atuar de forma integrada nos espaços educativos, conciliando habilidades técnicas com fundamentos pedagógicos, históricos e sociais essenciais para o exercício da docência e para a promoção da democratização do conhecimento desde a Educação Infantil até o Ensino Superior (Universidade, 2009).

A construção dos conhecimentos e habilidades para tal empreitada, articula-se com os estágios supervisionados e práticas de ensino,

em caráter obrigatório, manifestados em 5 componentes, a saber:

Quadro 1: Estágios Supervisionado e Prática de Ensino

Componente	Orientação
Estágio Supervisionado em Ensino de Biblioteconomia I	Estágio em escolas públicas nas classes de Educação Infantil
Estágio Supervisionado em Ensino de Biblioteconomia II	Estágio em escolas públicas nas classes do primeiro segmento da Educação Fundamental
Estágio Supervisionado em Ensino de Biblioteconomia III	Estágio em escolas públicas nas classes do segundo segmento da Educação Fundamental
Estágio Supervisionado em Ensino de Biblioteconomia IV	Estágio em escolas públicas nas classes dos cursos de Educação de Jovens e Adultos.
Estágio Supervisionado em Ensino de Biblioteconomia V	Estágio em escolas públicas nas classes do Ensino Médio.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Todos os componentes citados têm 75 horas de duração e oportunizam vivências práticas em ambientes escolares diversos que proporcionam, portanto, uma formação voltada não apenas para a atuação pedagógica em bibliotecas, mas também para o exercício da docência, integrando competências fundamentais para o desenvolvimento de práticas educativas relacionadas à promoção e mediação da leitura, da competência em informação e democratização do acesso à informação.

Nesta linha, Andrade (2016) fundamenta que o licenciado em Biblioteconomia é um profissional que atua para contribuir na qualidade da educação, pois se dispõe a trabalhar a competência informacional nas escolas e reforçar a atuação na formação continuada de profissionais que lidam com a gestão e organização da informação.

Spudeit (2014), por sua vez, argumenta que os licenciados possuem a capacidade de contribuir para a formação de bibliotecários pois adquirem durante a graduação competências pedagógicas que os tornam capazes de lecionar com eficiência e a devida propriedade técnica. Essa formação diferenciada vem ao encontro de uma necessidade cada vez mais constante no ensino superior, de professores com fundamentos pedagógicos na sua formação, conforme inferem Pachane e Pereira (2004).

Aliás, essa formação qualificada do licenciado, na qual são abordados conhecimentos que caracterizam a didática, as metodologias de ensino e a relação com a práxis docente, necessita de uma maior discussão conforme apontam Franciosi e Saladini (2021), a qual será realizada no item seguinte.

2.2 - A formação dos professores de Biblioteconomia no Brasil

Com o intuito de situar o leitor quanto à formação de docentes dos cursos de Biblioteconomia brasileiros, é necessário conhecer e refletir sobre o lugar central que a docência universitária ocupa na sua premissa básica de formação de profissionais críticos, éticos e socialmente comprometidos. Porém, a universidade brasileira enfrenta uma séria contradição: ao mesmo tempo em que exige dos seus docentes excelência em ensino, oferece uma formação escassa ou inexistente na dimensão pedagógica (Campos, 2010; Oliveira, 2011; Veiga, 2006). Atualmente, a maioria dos professores dos cursos de Biblioteconomia brasileiros são advindos de cursos de bacharelado, propiciando um modelo de atuação docente pautado em uma lógica meritocrática e conteudista, como reforça Oliveira (2011).

Sobre a formação docente, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, destaca que para a educação básica a formação:

> A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em cursos de mestrado e doutorado (LDB, 1996, art. 66)

A docência no ensino superior, em especial no Brasil, tem sido historicamente tratada como uma extensão natural da formação acadêmica em nível de pós-graduação. Vanessa Campos

(2010) em sua pesquisa sobre docência no ensino superior, alerta que muitos docentes ingressam no magistério superior motivados por sua trajetória como discentes de pós-graduação, sem que isso seja acompanhado por qualquer tipo de reflexão sobre o que significa ser professor, atuar no magistério superior.

Ainda Campos (2010), ao investigar as representações sociais de pós-graduandos de universidades públicas, evidencia que a docência aparece como um destino óbvio, e não como uma escolha crítica e fundamentada. Tal concepção reforça ainda mais a crença de que dominar o conteúdo é suficiente para ensinar, crença que está totalmente descabida da realidade do universo acadêmico.

Essa visão reducionista do trabalho docente universitário está profundamente enraizada no universo acadêmico brasileiro, como reforça Oliveira (2011). A autora ainda ressalta que para este "universo", a docência é percebida como função secundária, enquanto a pesquisa, e seus contornos, continua sendo o parâmetro de excelência acadêmica. Um exemplo disto, conforme Oliveira & Silva (2012) , reside no fato de que a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de seu processo de avaliação dos programas de pós-graduação, privilegia a publicação em periódicos qualificados, a internacionalização e os produtos de pesquisa, enquanto a formação pedagógica dos pós-graduandos praticamente não é considerada nos critérios de excelência. Isso leva os programas a investirem na lógica do "*publish or perish*", ou seja, "publique ou pereça" conforme Moskovkin (2025), afastando desta forma, os discentes das práticas de ensino e reduzindo a docência à mera atividade instrumental. Refletindo desta forma, a ausência de uma estrutura curricular voltada à formação docente, pois está relacionada a um modelo de avaliação da pós-graduação centrado em indicadores de produtividade científica.

Os bacharéis brasileiros, que venham a se tornar professores universitários, chegam à sala de aula sem qualquer tipo de preparação didática, e com isto, acabam por reproduzir práticas vivenciadas durante a sua formação, por vezes descontextualizadas, expositivas e ainda autoritárias, como alerta Veiga (2006).

Além disso, Campos (2010) evidencia que a docência universitária é atravessada por um imaginário que associa o magistério ao fracasso profissional. Infelizmente, isso ficou evidente na pesquisa de Campos (2010), que para alguns entrevistados, tornar-se professor não representa realização, mas uma alternativa diante do insucesso em outras carreiras. Esse dado pode evidenciar uma baixa valorização simbólica da docência e o quanto ela ainda é marginalizada nos discursos hegemônicos da universidade.

O processo de socialização acadêmica acaba por reforçar esse quadro, pois, os programas de pós-graduação, ao enfatizarem a produtividade científica e acadêmica, acabam por negligenciar a formação docente. Como destaca Morosini (2000), a universidade moderna estruturou-se sob o paradigma da ciência e da pesquisa, deixando o ensino em segundo plano. Esses programas, em especial, os *stricto sensu* (mestrado e doutorado acadêmicos) concentram seus esforços na formação de pesquisadores, negligenciando sistematicamente a dimensão didática e pedagógica da formação docente. Conforme observação de Campos (2010), a docência aparece de forma periférica nos currículos da pós-graduação, quando aparece, sendo muitas vezes relegada a uma disciplina optativa ou a estágios docentes desprovidos de acompanhamento formativo qualificado.

Ao longo das últimas décadas, autores como Marília Morosini (2000) e Ilma Veiga (2006) alertaram sobre as consequências do tecnicismo na prática pedagógica universitária. O estágio docente, quando existe, é frequentemente tratado como formalidade. Importante lembrar que no início de 1999, com a intencionalidade de formar professores para o ensino superior, a CAPES, através da adoção de uma medida, tornou obrigatório o estágio supervisionado na docência como parte das atividades dos bolsistas de mestrado e de doutorado sob sua tutela, medida que evidenciava para a necessidade de alguma formação de caráter pedagógico para aqueles que, realizando cursos de pós-graduação, tem na atividade docente em nível superior um campo de trabalho possível conforme Cunha,

Brito & Cicillini (2006). Campos (2010) evidencia as informações supracitadas ao apontar que 61% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* informam não oferecer disciplinas relacionadas à docência no ensino superior, ou, quando as oferecem, ocorrem de forma não obrigatória e de baixa carga horária. Oliveira & Silva (2012) ajudam a reforçar este quadro anterior, ao apontar que, mesmo quando há objetivos declarados de formação docente, muitas ementas não contemplam efetivamente formação pedagógica ou didática universitária. Derossi & Ferreira (2023), ajudam a evidenciar este quadro, pois sua pesquisa que analisou a consonância entre objetivos e disciplinas ofertadas em programas stricto sensu de Ensino de Ciências, concluiu-se que vários programas com objetivo de formação docente não oferecem disciplinas sobre docência em ensino superior, evidenciando que o discurso institucional muitas vezes não se converte em prática formativa, uma triste realidade.

Como aponta Morosini (2000), raramente há um acompanhamento sistemático das práticas dos pós-graduandos em sala de aula. Em muitos casos, são apenas requisitados a ministrar algumas aulas sem qualquer tipo de preparação prévia, sem um planejamento conjunto com o professor responsável e tão pouco uma avaliação crítica do desempenho. Trata-se, como ironiza Campos (2010), de um "faz de conta pedagógico", que pouco contribui para a construção da identidade docente.

A ausência de componentes curriculares voltados à didática, à psicologia da aprendizagem, à avaliação, à pedagogia universitária e à gestão de sala de aula revela o descompromisso dos programas *stricto sensu* com a formação de professores. Essa lacuna se manifesta tanto na formação inicial quanto na formação continuada dos docentes, resultando em práticas excludentes, ausência de metodologias ativas e baixo compromisso com o desenvolvimento integral do estudante. Ainda Cunha, Brito, Cicillini (2006) reforçam esse diagnóstico ao relatarem os depoimentos de pós-graduandos que se sentem despreparados para ensinar, mesmo após anos de formação acadêmica. Muitos relatam medo, ansiedade e frustração ao serem alocados em disciplinas de graduação sem nenhum tipo de orientação didática. Estes relatos veem ao encontro de Freire & Fernandez (2015) que investigam as experiências de professores universitários novatos, e enfatizam que a insegurança didática, sobrecarga de funções e escassa rede de apoio institucional, não se sentindo preparados para os desafios concretos da sala de aula universitária, evidenciando que a formação recebida, quando recebida foi inadequada.

Em consonância a estas pesquisas, Franciosi & Saladini (2021), defendem que a formação docente requer o domínio de saberes específicos que não se resumem à expertise disciplinar. Saber ensinar envolve compreender os processos de aprendizagem, planejar situações didáticas significativas, avaliar de forma formativa e promover ambientes inclusivos e participativos. Trata-se, desta forma, de um saber complexo, que precisa ser construído intencionalmente.

A carência de fundamentos pedagógicos na formação dos docentes universitários compromete profundamente a prática pedagógica nas instituições de ensino superior. A ausência de uma base teórica e metodológica sobre o ato de ensinar transforma a atividade docente em uma sequência de improvisações, muitas vezes desconectadas dos princípios básicos da educação. Corroborando com isso Campos (2010, 2012) afirma que, sem formação pedagógica, há fragilização da identidade docente: o professor universitário se vê sem mapas conceituais para problematizar sua ação, confiando na experiência vivenciada e na imitação de modelos professorais anteriores, em vez de práticas fundamentadas e reflexivas.

Para Veiga (2006), ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que o estudante construa conhecimentos significativos. Essa tarefa exige saberes específicos que extrapolam o domínio do conteúdo disciplinar.

Sem essa formação, os egressos da pós-graduação ingressam na carreira docente com lacunas que comprometem a qualidade do ensino, e a formação acadêmica de discentes. Muitos professores acabam por reproduzir práticas expositivas, possuem dificuldades em lidar com a heterogeneidade dos estudantes,

além de resistir à adoção de metodologias inovadoras, tais como as metodologias ativas de aprendizagem. Ao investigar a formação de bacharéis que se tornam docentes, Oliveira (2011) constatou que há um esvaziamento do sentido da docência, marcada por ações intuitivas e desprovidas de mediação didática. Como consequência, dão continuidade a uma cultura acadêmica autorreferente, pouco sensível às transformações sociais e alheia aos desafios contemporâneos da educação superior.

O ensino se torna uma performance técnica, baseada em experiências pregressas e modelos herdados da própria trajetória acadêmica do professor. Não há espaço para reflexão crítica sobre os métodos utilizados, tampouco sobre os objetivos educacionais das práticas docentes. Trata-se de uma reprodução automática, que, como adverte Tardif (2002), reflexo de um habitus docente construído à revelia da pedagogia.

Campos (2012) apresenta outra particularidade da docência no Brasil, que aprofunda os dilemas da formação, que a profissão de professor é frequentemente vista como resultante de vocação ou inspiração, sem os suportes acadêmico-institucionais para se constituir como profissão com formação estruturada, infelizmente a mesma não fica restrita ao ensino superior, de tal crença. O que acaba por ressoar na precariedade da valorização da docência nas carreiras conforme Morosini (2000).

A formação de professores com fundamentos pedagógicos sólidos, portanto, não é um luxo ou um diferencial. É uma exigência ética, política e educacional.

Ao apresentar o quadro da formação de professores de Biblioteconomia no Brasil, foi possível constatar o vazio formativo que permeia a formação docente no ensino superior brasileiro. Ainda que exigida em nossa legislação, a formação pedagógica é relegada a um lugar secundário nos programas de pós-graduação, perpetuando a docência como prática informal e não profissional. Urge, portanto, frente ao diagnóstico crítico apresentado acima, é imprescindível apontar propostas concretas que superem o modelo hegemônico de formação de professores do ensino superior. A transformação desse cenário exige mudanças institucionais, curriculares e culturais, tanto no âmbito da pós-graduação quanto na prática cotidiana das universidades, ou seja, uma mudança sistêmica que incorpore saberes pedagógicos nos currículos stricto sensu, institucionalize estágios docentes, ofereça formação continuada estruturada e valorize a identidade profissional do professor universitário não apenas como pesquisador, mas como mediador e formador reflexivo do conhecimento.

Estas exigências evidenciam o curso de Licenciatura em Biblioteconomia, que oportuniza uma saída para essa formação diferenciada, crítica, humanizadora e com saberes pedagógicos, propiciando um futuro professor ciente de seu papel na Sociedade do Conhecimento.

Ao concluir o presente capítulo, destaca-se que para além dessas abordagens apresentadas, muitas outras se descortinam ao longo dos anos, quer seja, por ressignificação do campo, transformações educacionais, novas perspectivas que emergiram e não menos importante, desafios colocados. Assim, na seção 4 apresentamos o arrazoado de nossa investigação referente ao curso de Licenciatura em Biblioteconomia.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de pesquisa de natureza básica, exploratória em seus objetivos e que adota abordagem qualitativa. Os métodos empregados foram pesquisas bibliográfica e documental.

O primeiro objetivo foi compreender a dimensão conceitual dos construtos Licenciatura em Biblioteconomia, Formação de Bibliotecários, Formação de Professores de Biblioteconomia, Ensino Superior, Programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, Práticas Docentes e Ensino de Biblioteconomia. Para tanto, selecionamos como fontes de informação a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), o SCIELO, a ERIC, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o repositório Benancib.

Os critérios de inclusão foram publicações em inglês, português e espanhol que abordassem os temas em estudo de maneira

correlacionada. Assim, foram eliminadas as fontes que não cumpriram os requisitos de inclusão.

Já a pesquisa documental cobriu o Projeto Pedagógico do Curso, leis, decretos, regulamentos e outros registros normativos congêneres à evolução do uso do ensino de Biblioteconomia no Brasil, formação de professores e programas de pós-graduação no Brasil. Nesta linha, foram consultados portais eletrônicos oficiais governamentais e institucionais, tais como os do Planalto; do Conselho Federal de Biblioteconomia, do Conselho Nacional de Educação e da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para analisar e selecionar estes materiais, seguimos as diretrizes sugeridas por Gil (2002), a saber: leitura seletiva, analítica e, por fim, leitura interpretativa.

Diante do apanhado, a pesquisa é conceitual/documental - epistemológica acerca da formação de professores para o Ensino Superior, práticas docentes no ensino superior além do Ensino de Biblioteconomia, especialmente na dimensão da formação em nível de licenciatura, sem aplicação de nenhum instrumento de pesquisa de campo.

Resultados

Com 15 anos de operação, o curso de Licenciatura em Biblioteconomia, pode ser considerado como recente. Portanto, ainda está constituindo o que Spudeit (2010) chama de inserção e consolidação no mercado de trabalho.

Adicionalmente, está em desenvolvimento a construção da identidade profissional dos seus agentes. Assim, emerge a reflexão sobre o que significa ser um licenciado em biblioteconomia?

Tal reflexão pode ser direcionada a vários aspectos, como perfil, competências, conhecimentos e habilidades, entre outros. Não rara é a associação a identidade de uma categoria profissional ao seu respectivo campo de atuação (Prudencio, 2019).

Assim, no Brasil, quando pensamos na atuação do bibliotecário é comum a associação com a ocupação em uma biblioteca. Mas e o licenciado em biblioteconomia? Sem observar o panorama normativo e sem a devida diligência teórica, poderíamos cair no desvio de anunciar as escolas de Biblioteconomia. Contudo, no Brasil, esse espaço é dedicado ao ensino em nível superior e, portanto, praticado por profissionais com qualificação *stricto sensu*. De tal modo, ao recém graduado essa não é uma atuação possível.

Assim, é no soar e ressoar de movimentos sociais, políticos, culturais e de *advocacy* que essa identidade profissional tem sido construída.

Para Handley *et al*. (2007 *apud* Gudolle; Antonello; Flach, 2012, p. 23) a identidade é assumida no engajamento na comunidade. Assim, faz parte do desenvolvimento desta criar significado para as práticas, questionar outras.

De tal modo, nosso trabalho compreende que a identidade profissional do licenciado em biblioteconomia, embora, ainda não sólida, quiçá frágil e sem regulamentação profissional por órgão ou agência pública, orbita na educação em informação, em múltiplas acepções, como as que discutiremos na seção 4.1.

Por outro lado, a ausência de regulação profissional e necessidade de pavimentação de um território profissional é um dos fatores que pode explicar a alta taxa de evasão do curso.

Segundo Oliveira (2023) em comparação aos cursos de bacharelado oferecidos pela mesma instituição, o curso de Licenciatura tem uma taxa cerca de 60% maior. Para a autora, muitos discentes fazem a opção no sistema de seleção pública ainda com desconhecimento sobre as diferenças entre bacharelado e licenciatura. Assim, quando compreendem o endereçamento do segundo acabam por desistir ou trocar de curso.

Por outro lado, os que permanecem possuem níveis de rendimento escolar elevado, concluem o curso no período recomendado, são promotores da formação que recebem e gozam de articulada penetratibilidade no campo (Oliveira, 2023).

Assim como prevê Lave; Wenger (1991) é a partir de relações entre pessoas, contextos e práticas que a identidade, atividades e práticas do licenciado em biblioteconomia aparece.

4.1 Ambientes e fazeres do licenciado em Biblioteconomia

Barradas *et a*l (2017) apresenta a formação de auxiliares de biblioteca como um importante polo de atuação dos licenciados. A guisa de exemplo, as autoras descrevem o projeto de extensão Oficina de Biblio.

O supracitado em 2025 completa sua décima edição oferecendo formação de auxiliar de biblioteca em modalidade presencial, sob o formato de curso de qualificação profissional. Tem em média 30 horas de duração e trata de conteúdos como: Organização e Administração de Bibliotecas; Serviço de referência; Organização do Conhecimento; Formação e Desenvolvimento de Coleções; Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos, *Marketing* em Unidades de Informação e Mediação de leitura (Prudencio *et al*, 2019).

Além de oferecer formação com certificação, o referido opera como laboratório de aprendizagem e prática didática aos estudantes do curso de licenciatura. Isto é, atividades de ensino, sob supervisão de docentes do departamento de Biblioteconomia da Unirio, são conduzidas pelos licenciandos do sexto período em diante. Desta forma, os mesmos podem experienciar o cotidiano de organização didático escolar desde o planejamento até os processos avaliativos (Prudencio *et al*, 2019).

Outra manifestação de atuação é no planejamento e aplicação de projetos de competência em informação. Aqui anuncia-se a experiência do curso para capacitação das equipes das bibliotecas das unidades do Colégio Pedro II – uma importante rede de ensino federal brasileira - no ano de 2021. Na ocasião, a partir de parceria entre docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sob supervisão dos mesmos, os discentes do curso de licenciatura aplicaram tal capacitação por cerca de 10 meses. Como resultado do projeto, além da ação formativa, ocorreu o desenvolvimento de um modelo de programas de competência em informação e que já foi replicado em outras iniciativas (Sá *et al*, 2021).

Ainda na discussão sobre o *lócus* de aplicação das competências dos licenciados e em última instância a empregabilidade desses profissionais, Romeiro, Viola e Brisola (2018) descrevem a atuação no ensino técnico em Biblioteconomia como um importante nicho. As autoras defendem que este profissional possui as adequadas competências técnicas e pedagógicas para formação deste profissional. Adicionalmente, apadrinham a coexistência harmoniosa entre os bacharéis, técnicos e licenciados, especialmente nas bibliotecas universitárias e escolares, cujas demandas informacionais são grandes.

A Biblioteconomia é um campo com tradição de oferta de cursos de formação continuada e tal processo, em alguma medida, evidencia o compromisso da área com a atualização profissional frente às transformações do campo informacional. Diante do avanço técnico e tecnológico, especialmente no que se refere à gestão de dados, curadoria digital e uso de ferramentas baseadas em inteligência artificial é frequente a oferta de cursos de atualização para o aperfeiçoamento de competências nestes e em outros temas. Neste contexto, Pacheco (2021) anuncia que o mercado de trabalho informacional é cada vez mais competitivo e então coloca o engajamento em processos de educação permanente como uma condição de empregabilidade, sobretudo, no setor privado. Assim, traz à tona uma defesa pela atuação de Licenciados em Biblioteconomia nos processos de atualização formativa de bacharéis. Para a autora, o compromisso com atualização acerca dos conteúdos do campo aliado ao domínio de variadas metodologias de ensino, permite ao licenciado oferecer uma formação mais personalizada, coerente com nível de escolarização da audiência escolar e, principalmente, com objetivos pedagógicos bem definidos. Oliveira (2011) ressalta que diante da sociedade da informação os docentes não podem oferecer aos discentes a mesma prática pedagógica que seus professores ofereceram em sua formação. Pois, as transformações e mudanças afetam toda a comunidade, até mesmo, em especial, o meio acadêmico.

Prudencio (2021) sistematiza o *lócus* de atuação do bibliotecário em: ensino de

biblioteconomia em diferentes níveis, educação corporativa, elaboração de projetos culturais, consultoria em planejamento educacional para bibliotecas, consultoria em implementação de metodologias ativas de ensino, assessoria pedagógica para bibliotecas universitárias e escolares, contação de histórias, biblioterapia, consultoria na elaboração e gestão de recursos educacionais abertos e tutoria de ensino.

Martins (2025) destaca as potencialidades em processos de educação corporativa. Nessa seara, a autora descreve que a convergência de conhecimentos em gestão e organização da informação aliada aqueles relacionados à dinâmica escolar, *design* pedagógico e metodologias de ensino que endereçam a uma ação competente do licenciado em processos de construção de ambientes virtuais de aprendizagem, construção de trilhas de aprendizagem corporativas e identificação de *gaps* de conhecimento para execução de processos de trabalho.

Portanto, há indícios na produção científica acerca de novos ambientes de atuação para este profissional.

Na dimensão da atuação política, desde 2016, o curso desenvolve o evento Diálogos Licenciando Biblio, um evento produzido por discentes e que objetiva apresentar aos recém ingressantes no curso e também a sociedade como um todo, os saberes e fazeres do licenciado. O fórum já debateu temas como empreendedorismo na licenciatura, áreas de atuação entre outros. Ademais, é costumeiro apresentar relatos de experiências de egressos (Prudencio, 2021).

Considerações Finais

Este estudo identificou, caracterizou e analisou a proposta pedagógica do único curso de Licenciatura em Biblioteconomia brasileiro. Portanto, cumpriu seu objetivo geral.

Ao longo da seção dois detalhou a estrutura curricular do curso e previsão acerca do perfil profissional do egresso. Além de apresentar o quadro atual da formação pedagógica dos professores de biblioteconomia, e os gargalos existentes na sua formação enquanto professor, pois advêm na sua maioria de programas de pós-graduação stricto sensu voltados para a formação de pesquisadores, ocasionando lacunas no seu processo de formação enquanto professor.

Urge reconstruir o imaginário sobre o que é ser professor universitário. Urge resgatar a pedagogia como horizonte ético e político da prática docente. Urge formar professores que não apenas dominem o conteúdo, mas que compreendam seu papel na formação de sujeitos críticos, capazes de intervir no mundo de forma ética, solidária e transformadora, elementos que se fazem presentes na formação dos Licenciandos em Biblioteconomia.

O modelo atual de formação de docentes para o ensino superior acaba por impedir o surgimento de professores para atuarem como mediadores conscientes e críticos do saber, reduzindo a docência a uma arte intuitiva ou um legado cultural não problematizado. Desta forma, torna-se evidente a necessidade urgente de reformular a matriz curricular dos programas *stricto sensu* brasileiros, incorporando disciplinas obrigatórias como Didática do Ensino Superior, formação epistemológica da docência, além de cursos de intervenção prática supervisionada, com isto possibilitará alinhar os programas ao seu lugar central, ou seja, formar docentes reflexivos, não apenas pesquisadores técnicos.

Ao apresentar o perfil, competências e dimensões do saber e prática do licenciado entendemos contribuímos com a disseminação do conhecimento acerca da profissão do licenciado. A Licenciatura em Biblioteconomia se coloca como espaço ideal para oferecer uma formação articulada entre teoria pedagógica e prática de ensino, integrando epistemologia da área de atuação com práticas de sala de aula.

A pesquisa conclui que é necessário ampliar a produção científica acerca do curso e de seus profissionais, bem como, buscar regulamentação da profissão. Além de evidenciar a necessidade de discutir a formação do professor universitário brasileiro, com questionamentos sobre as condições pelas quais esses atores ingressam na carreira acadêmica.

Outrossim, recomenda-se a ampliação do conhecimento sobre o curso de Licenciatura em Biblioteconomia com vistas a fortalecer sua identidade acadêmica e profissional,

especialmente em eventos e fóruns científicos como os promovidos pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Tais espaços possibilitam a troca de experiências, a divulgação de pesquisas e o reconhecimento da importância da formação docente para bibliotecários. Além disso, promovem o diálogo entre instituições, estudantes e profissionais, contribuindo para o avanço da área e para a valorização da atuação pedagógica nos diversos contextos informacionais e educacionais em que o bibliotecário pode atuar.

Referências

Anastasiou, L. C. & Pimenta, S. G. (2002). Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez.

Andrade, D. F. de. (2016). A construção da identidade do licenciado em biblioteconomia: Análise sobre a formação, atuação e desafios. REBECIN, 3(1), 81–104. http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin

Brasil. (2010). Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm

Barradas, J. S.; Freire, S. C., Prudencio, D. S., & Santos, A. I. S. (2017). Oficina de biblio: licenciatura em biblioteconomia em ação. Revista brasileira de biblioteconomia e documentação, 13.

Campos, V. T. B. (2010). Marcas indeléveis da docência no ensino superior: representações relativas à docência no ensino superior de pós-graduandos de instituições federais de ensino superior. Tese Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010-123952/publico/TESE_VANESSA_T_CAMPOS_2010.pdf

Campos, V. T. B. (2012). Ser ou não ser professor: dilemas da formação para a docência no ensino superior brasileiro. In: Leite, C.; Zabalza, M. (org.). Ensino superior: inovação e qualidade na docência. CIIE - Centro de Investigações Educativas, 01, 4802-4814. https://www.aidu-asociacion.org/wp-content/uploads/2019/12/CIDU-2012-PORTO-PORTUGAL-261.pdf

Cunha, A. M. de O.; Brito, T. T. R. & Cecillini, G. A. (2006). Dormi aluno (a)... Acordei professor (a): interfaces da formação para o exercício do ensino superior. In: Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, 2006. http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2544-- Int.pdf.

Derossi, I. N., & Ferreira, D. C. (2023). Análise da relação entre os objetivos dos programas de pós-graduação stricto sensu da área de Ensino de Ciências ea formação para o Ensino Superior. *Ciência & Educação (Bauru)*, *29*, e23002. https://www.scielo.br/j/ciedu/a/RNsvqHZRSTrrgbs4c5FsKvM/?format=pdf&lang=pt

Franciosi, A. P., & Saladini, A. C. (2021). Formação continuada: contribuições da didática para a docência no ensino superior. Educação: Teoria e Prática, 31(64), e54. https://doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s15442

Freire, L. I. F., & Fernandez, C. (2015). O professor universitário novato: tensões, dilemas e aprendizados no início da carreira docente. Ciência & Educação (Bauru), 21(1), 255-272.

Gudolle, L. S.; Antonello, C. S. & Flach, L. Aprendizagem situada, participação e legitimidade nas práticas de trabalho. Rev. Adm. Mackenzie; 13 (1). https://www.scielo.br/j/ram/a/s478PrMZBnMTPbqfBPwK7fB/

Lave, J. & Wenger, E (1991). Situated learning: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press.

Martins, Monique Rodrigues (2025). A atuação do licenciado em Biblioteconomia na aprendizagem organizacional: descortinando espaços não tradicionais no ambiente corporativo. [Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Biblioteconomia]. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Morosini, M. C. (2000). Docência Universitária e os desafios da realidade nacional. Professor do Ensino Superior – Identidade, docência e formação. Brasília: Inep/MEC, p. 11-20 Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/professor_do_ensino_superior_identidade_docencia_e_formacao.pdf

Moskovkin, V. (2025). The “Publish or Perish” Phenomenon: Origins and Evolution. https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2024/07/15/tracing-the-origins-of-publish-or-perish/

Oliveira, D. M. C. (2023). Do ser ao pertencer: as características da identidade do discente de Licenciatura em Biblioteconomia. [Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Biblioteconomia]. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Oliveira, V. S. de. Ser Bacharel e professor: sentidos e relações entre o bacharelado e a docência universitária. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/1fba54f9-e533-4c70-8617-177e3bbd345c/content

Oliveira, V., & Silva, R. (2012). Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. Holos, 28(2), 193-205. https://doi.org/10.15628/holos.2012.913

Pacheco, L. da S. L. (2021). O papel e contribuições do Licenciado em Biblioteconomia na formação dos bacharéis em biblioteconomia. [Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Biblioteconomia]. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Pachane, G. G. & Pereira, E. M. de A. (2004). A importância da formação didático-pedagógica na construção de um novo perfil para o professor universitário. Revista Ibero-Americana de Educação, 35 (1), 1–13. Disponível em: https://rieoei.org/RIE/article/view/2925.

Prudencio, D. da S. (2021, 10 de novembro). Desenvolvimento da carreira dos Licenciados em Biblioteconomia [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=owK7CbtJqZE.

Prudencio, D. da S. (2019). Trilhas de aprendizagem dos bibliotecários de Ciências da Saúde à luz da aprendizagem situada. [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Romeiro, N. L., Viola, C. M. M., & Brisola, A. C. C. A. S. (2018). Técnicos/as em biblioteconomia: quem são, onde se formam, quem os/as formam e por que são tão necessários/as?. Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina; 23(3).

Spudeit, D. F. A. de O. (2010). O processo de socialização na construção da identidade dos bibliotecários em Santa Catarina (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Souza, F. das C. de. (1990). O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro. Editora UFSC.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (2009). *Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Biblioteconomia*. Escola de Biblioteconomia, UNIRIO. Disponível em https://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Projeto-Pedagogico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Biblioteconomia.pdf

Sa, N. O. ; Ribeiro, M. Z. B. ; Elias Junior, A. C. ; Figueiredo, M. F. ; Dib, S. F. ; Costa, R. S. ; Escalante, I. C. ; Doyle, A. ; Resende, E. ; Beloni, A. ; Castro, M. C. de (2021). Promoção da competência em informação em unidades informacionais: curso para capacitação das equipes das bibliotecas das unidades do Colégio Pedro II. [Curso de curta duração ministrado/Extensão].

Santos, A. I. de S. Estudo da regulamentação profissional do licenciado em Biblioteconomia (2018). [Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Biblioteconomia]. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Veiga, I. P. A. (2006). Docência universitária na educação superior. In: Docência na educação superior: Brasília, 1º e 2 de dezembro de 2005. Brasília, DF: INEP. https://download.inep.gov.br/publicacoes/dive

rsas/temas_da_educacao_superior/docencia_na_educacao_superior.pdf.

REPARAÇÃO EPISTÊMICA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO EM TESAUROS À LUZ DA INTERSECCIONALIDADE E DA DECOLONIALIDADE

Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-6274-4836, Brasil, ***romeironathalia@unirio.br***

Fabrício José Nascimento da Silveira, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), https://orcid.org/0000-0002-0446-3913, Brasil, ***fabrisilveira@gmail.com***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6574

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

"Nem toda palavra é o que o dicionário diz." Esses versos da canção "Sonho de uma flauta", de Fernando Anitelli e interpretada pela banda "O Teatro Mágico", servem como ponto de partida para apresentação dessa investigação. A escolha desses versos nos ajuda a perceber que a produção e a transmissão de significados transpõem as definições encontradas em um dicionário, instrumento que frequentemente utilizamos para sanar dúvidas sobre os sentidos atribuídos a conceitos específicos. Embora os dicionários funcionem como guias úteis na busca pelo significado, é importante reconhecer que suas definições podem não capturar a totalidade das nuances e usos sociais de um termo.

Tendo em vista essa perspectiva, a presente pesquisa busca explorar a complexidade do termo "gênero", transpondo a análise lexical e reconhecendo as diversas interpretações e disputas discursivas que permeiam seu uso no cotidiano. A pesquisa considera que as interpretações sobre gênero e sexualidade são construções sociais que não seguem uma linha única e hegemônica, o que historicamente se buscou estabelecer como imposição em diferentes culturas por meio da colonização e do imperialismo, entendendo esse último como um requinte das estratégias coloniais na atualidade (Connell, 2016; Núñez, 2023). Assim, para transgredir a matriz colonial/imperialista, torna-se essencial ampliar a compreensão sobre gênero, levando em conta sua diversidade de abordagens e as fontes que moldam sua conceituação (Dahlberg, 1978).

Nesse sentido, a investigação busca responder à seguinte questão: como os estudos de gênero podem elucidar os modos de tratamento, conceituação e hierarquização que se manifestam nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC)? Para responder a essa pergunta, analisamos como os conceitos gênero e sexualidade são definidos e hierarquizados em tesauros especializados, valendo-se de uma lente teórica que integra a Organização do Conhecimento (OC) e os Estudos de Gênero.

Tendo como referente esse questionamento, o objetivo geral da pesquisa consiste em investigar a conceituação e hierarquização do termo "gênero" em tesauros especializados pelas lentes teóricas da interseccionalidade e da decolonialidade. Para alcançá-lo, são elencados os seguintes objetivos específicos: (1) contextualizar gênero como uma categorização social que vai além da binaridade e da heteronormatividade; (2) categorizar as definições e relacionamentos do termo nos tesauros selecionados; e, (3) analisar a convergência entre as definições dos tesauros e as perspectivas da Decolonialidade e da Interseccionalidade.

Como uma forma de justificar a relevância do estudo, infere-se que a importância desta pesquisa não se limita à identificação de lacunas no campo biblioteconômico-informacional; ela também visa contribuir para um processo de reparação epistêmica que se

pauta na crítica e análise das formas de autorização terminológica (Adler, 2016). Essa reparação se materializa via intersecção entre a Organização Social e Crítica do Conhecimento e os Estudos de Gênero, utilizando a interseccionalidade e a decolonialidade como ferramentas analíticas. Estratégia que fomenta uma análise sobre as estruturas de poder e dinâmicas de subalternidade que podem estar implícitas nos SOC. Investimento que reforça, ainda, a contribuição para que o diálogo na organização do conhecimento ocorra de forma mais justa e representativa.

Metodologicamente, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, descritiva e exploratória, que utilizou a análise de conteúdo como método operacional, seguindo as etapas de pré-análise, codificação, categorização e inferência/interpretação agenciadas por Bardin (2016), em associação às lentes teóricas da Decolonialidade e da Interseccionalidade que orientaram a análise interpretativa. Como objeto, foram selecionados seis instrumentos que convergem com a temática, considerando critérios como relação com os estudos de gênero, abrangência temática (feminista, diversidade sexual/de gênero, família), origem geográfica (países colonizadores e colonizados), período de publicação (últimos 30 anos) e acesso aberto.

A Organização do Conhecimento: Conexões, Desconstruções e a Polissemia do termo Gênero

A Organização do Conhecimento (OC) se estabelece como um campo tanto epistemológico quanto praxiológico, funcionando como um dos pilares para a pesquisa e a prática em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Sua função é percebida na organização, representação e disseminação do saber, influenciando as práticas informacionais e as reflexões teóricas do campo. Nesta seção, examinamos, por meio da polissemia do termo "gênero", as complexas relações entre conceituação e a organização social e crítica do conhecimento.

O conceito de "gênero", devido às suas diversas acepções, assume um papel central em nossas análises, exigindo considerar suas múltiplas interpretações e implicações, conforme evidenciado na teoria do conceito de Ingetraut Dahlberg (1978). Segundo a autora, a definição de um conceito versa sobre suas características, funções e limitações, estabelecendo fronteiras para seu significado. No entanto, ela observa que essa restrição não se aplica a todos os conceitos, especialmente aos mais gerais, que requerem uma distinção para evidenciar sua referência.

Rodrigo de Sales (2024), por sua vez, apresenta um ponto de vista que amplia a teorização sobre a conceituação, ao introduzir a ideia de conceito-expansão, que prevê um aprofundamento em relação à unidade de conhecimento que representa. Na visão de Sales, limitar a definição de um conceito pode deixar escapar nuances importantes para sua compreensão, e, por isso, sugere a realização de uma investigação aprofundada sobre a interpretação dos significados na cultura, especialmente quando envolve características específicas de uma comunidade. Em consonância com essa realidade, Medeiros (2021) aponta que o significado de um termo pode variar em diferentes idiomas e contextos geográficos, refletindo a diversidade cultural e os objetivos distintos dos indivíduos envolvidos na elaboração de instrumentos de controle vocabular.

Assim, ao considerar o gênero como uma construção social, é apropriado entendê-lo como um conceito amplo, cujas nuances podem ser adaptadas a diferentes contextos, enquanto identidades de gênero e sexualidade podem ser vistas como categorias mais específicas que não necessitam de definições rigorosamente limitadas. Essa perspectiva permite questionar a rigidez de categorias como "mulher", "homem", "heterossexual" e "homossexual", reconhecendo sua natureza socialmente construída e potencialmente fluida (Núñez, 2023). Essas construções se manifestam de diferentes maneiras ao se analisar a relação entre o binarismo de gênero e a cisgeneridade como normas da ideologia de gênero, em contraste com a transgeneridade e a visibilidade da condição intersexo, que em certos contextos emergem como subversões a essas normas. Além disso, esse movimento

também possibilita uma ampliação do significado mais tradicional do termo, adaptando-o ao cenário contemporâneo.

Complementarmente, dialogamos com Monique Wittig (2019), que argumenta sobre o termo "gênero" funcionar como um "indexador linguístico da oposição política entre os sexos e da dominação das mulheres", destacando sua relevância no discurso político do contrato social, especialmente sob uma perspectiva heterossexual compulsória. Wittig (2019) também alerta para a confusão entre significado e referente, frequentemente observada em obras críticas, e para a tendência de reduzir o significado a uma simples reprodução do referente. Nesse sentido, concordamos com a autora quando afirma que "a linguagem projeta feixes da realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente" (Wittig, 2019, p. 117). Diante disso, termos como "mulherzinhas" ou "vira homem" ilustram essa violência, não definindo o que é ser mulher, homem ou uma dissidência de ambos, mas servindo para "corrigir" desvios do pensamento heterossexual dominante.

Dessa forma, a análise semântica do conceito e seus impactos nas práticas de conceituação e hierarquização do conhecimento sublinha a importância de atentar para as nuances conceituais na OC. Os tesauros, como ferramentas essenciais para a organização e recuperação da informação, exemplificam essa necessidade, exigindo uma análise sócio-histórica e crítica que investigue seu papel na OC, seu contexto de desenvolvimento, suas características intrínsecas e as diretrizes que orientam sua construção (Dodebei, 2002; Trivelato, 2022).

Em diálogo com as reflexões da Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC), termo desenvolvido pela tese de Rosana Trivelato (2022), destacamos a proposta da pesquisadora de desafiar as estruturas de poder subjacentes aos sistemas de organização do conhecimento. Trivelato (2022) sugere alternativas que reconheçam a pluralidade epistêmica. Acreditamos que, ao estabelecer conexões entre diferentes áreas do saber e promover a desconstrução de hierarquias epistêmicas, a OSCC contribui para o desenvolvimento de uma Biblioteconomia e Ciência da Informação mais inclusiva e socialmente engajada. Essa abordagem é capaz de enfrentar, no sentido de tensionar, os desafios epistemológicos e ontológicos da contemporaneidade.

Nessa perspectiva, Trivelato (2022), inspirada por Judith Butler e Michel Foucault, vê os Sistemas de Organização do Conhecimento como dispositivos performativos que regulam as formas de representação, mediação e disseminação do conhecimento. Seguindo essa abordagem, este trabalho reinterpreta as seis dimensões propostas por Trivelato (2022) para caracterizar a OSCC, a saber: 1) formas de autorização terminológica; 2) crítica ao universalismo e ao subalternizado; 3) ética na Organização do Conhecimento; 4) reparação; 5) vieses; e 6) recusa da neutralidade. Nossa releitura implica a renomeação de verbetes, a unificação ou subtração de categorias e a incorporação de novos estudos, visando tanto simplificar quanto expandir o campo da OSCC. A seguir, apresentamos as três categorias que compõem nossa reinterpretação no Quadro 1.

Quadro 1: Releitura das dimensões da OSCC de Trivelato (2022)

A) As formas de autorização terminológica - examina as garantias que validam os termos em Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como tesauros. Fundamentada nos estudos de Beghtol (1986), Guedes (2016) e Barité (2019), essa dimensão explora as tipologias de garantias (de uso, literária, consenso científico, cultural, usuário, semântica, acadêmica, hospitalidade cultural e autopoiética), que se distinguem pelas fontes de autoridade utilizadas na coleta de termos. Para esta pesquisa, focada na conceituação e hierarquização do termo "Gênero", as garantias literária e cultural são centrais, visando inspirar a atualização de instrumentos existentes ou a criação de novos tesauros que incorporem a crítica à colonialidade de gênero, a decolonialidade e a interseccionalidade.
B) Crítica ao universalismo e reparação epistêmica – esta dimensão resulta da fusão das dimensões "Universalismo e o subalterno" e "Reparação", visando questionar as formas hegemônicas de construção e atualização dos sistemas de organização do conhecimento e

corrigir as desigualdades históricas presentes na produção e disseminação do saber. A crítica ao universalismo busca valorizar a diversidade de vozes e conhecimentos, enquanto a reparação epistêmica visa promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.
C) Ética e vieses - A reflexão sobre ética e vieses é fundamental na Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC), especialmente na perspectiva decolonial, que busca desafiar as estruturas de poder coloniais e promover justiça, igualdade e respeito pela diversidade cultural. No entanto, a perspectiva decolonial também chama a atenção para os vieses presentes na pesquisa acadêmica, que podem surgir devido a preconceitos culturais, ideológicos e epistemológicos enraizados nas estruturas do conhecimento dominante. Essa discussão se sedimenta na perspectiva da OSCC quando o campo amplia os limites da organização do conhecimento questionando os vieses dominantes nos instrumentos de OC.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Reconhecendo a urgência de caracterizar a Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC), esta seção explorou as diferentes abordagens da linguagem, da conceituação e da organização do conhecimento, examinando como as estruturas sociais e as relações de poder influenciam a produção, organização e disseminação do saber. Nesse sentido, as dimensões da OSCC evocam a importância de questionarmos as estruturas de poder que modulam o conhecimento dominante, desafiando os discursos hegemônicos e buscando uma gama mais ampla de conhecimentos e perspectivas, incluindo vozes anteriormente sub-representadas. Na próxima seção, serão apresentados os marcadores teóricos sobre gênero que amparam este trabalho, privilegiando as lentes teóricas da interseccionalidade e da decolonialidade.

As lentes teóricas da interseccionalidade e da decolonialidade no espectro das questões de gênero

Ao abordar o gênero como um espectro socialmente construído e dinâmico, reconhecemos suas múltiplas dimensões inter-relacionadas, que englobam aspectos subjetivos, comunitários e políticos. Embora o feminismo tenha sido um dos primeiros movimentos a lutar contra as opressões de gênero, as reivindicações dos movimentos LGBTQIAPN+ são igualmente essenciais para contestar a heterossexualidade compulsória, reconhecida como uma estrutura que hierarquiza socialmente as vidas (Wittig, 2022; Rich, 2010).

Em termos conceituais, utilizaremos duas definições de gênero, uma proposta por Joan Scott e a outra formulada por Raewyn Connell. Joan Scott (2019, p. 67) apresenta uma definição de gênero baseada em duas proposições: a primeira descreve o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, ancoradas nas diferenças percebidas entre os sexos. Para explicar essa ideia, Scott discorre sobre quatro aspectos inter-relacionados do gênero, salientando que nenhum deles pode operar de forma isolada, pois estão intrinsecamente ligados entre si, são eles:

a) Símbolos e representações simbólicas culturalmente disponíveis, que podem ser contraditórios. Um exemplo disso é a representação de Eva e Maria como símbolos da mulheridade, sendo Eva responsabilizada pelo pecado original e Maria uma santa e um modelo de maternidade e subserviência a ser seguido;

b) Conceitos normativos que correspondem às interpretações dos significados, dos símbolos e de suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são transmitidos por meio de doutrinação religiosa, educação escolar, ciência e sistemas normativos (leis), tendendo a abordar gênero por meio de uma oposição binária (masculino x feminino, homem x mulher);

c) A inclusão da política e das instituições na organização social, com o objetivo de questionar a ideia de gênero como uma entidade fixa;

d) A identidade subjetiva no processo de formação do sujeito. Scott recomenda que pesquisadoras e pesquisadores investiguem como as identidades são construídas e relacionem esse processo a uma série de atividades, organizações sociais e

representações culturais, como é feito em algumas biografias.

Posteriormente, Scott (2019, p. 67) introduz sua segunda proposição ao explicar o gênero como "uma forma fundamental de significar as relações de poder", considerando-o uma das bases para a problematização, concepção e legitimação do poder político em diversos contextos (temporais e espaciais). Joan Scott explica que o gênero, enquanto categoria de análise, oferece uma perspectiva para refletir sobre a realidade social e suscitar novas indagações em um campo que está constantemente em disputa, em virtude de sua natureza fluida. Por fim, Scott ressalta que as transformações nas relações sociais estão correlacionadas com as mudanças ocorridas nas representações do poder.

Por sua vez, a socióloga australiana Raewyn Connell (2016, p. 17) amplia essa discussão ao afirmar que o gênero é uma forma de corporificação social que pode ser compreendida como "a estrutura de práticas reflexivas do corpo através das quais os corpos sexuados são situados historicamente". Ambos os conceitos, tanto de Scott quanto de Connell, são abrangentes, não se direcionando apenas a um grupo específico, pois são aplicáveis a diversos contextos históricos, considerando que, em todos eles, existem pessoas que possuem corpos que produzem significados enquanto suas relações evocam diferentes discursos. Dessa maneira, ao tratar-se de um conceito amplo, Connell nos ajuda a entender a variedade de temáticas que as questões de gênero englobam ao considerar gênero como um assunto “esquisito”, por ser:

> [...] uma questão de experiência cotidiana, minuto a minuto, para toda a população. Também é tema de uma biblioteca de teorias abstratas, de controvérsias científicas e de confusão teológica. Algumas pessoas pensam que gênero é totalmente fixo, outras pensam que é notavelmente fluido. Alguns acreditam que o gênero é determinado pela anatomia, pelo cérebro ou por hormônios; outros pensam que ele se manifesta principalmente na linguagem (Connell, 2016, p. 16).

A educadora brasileira Guacira Lopes Louro (2008, p. 18) também considera que a construção social do gênero é “um processo minucioso, sutil e sempre inacabado”. Para ela, família, escola, igreja, instituições de justiça e comunidades médicas desempenham um papel significativo nesse processo construtivo. Assim, a pesquisa de Louro reforça nossa argumentação de que gênero e sexualidade são construções sociais, reconhecendo que essa construção ocorre por meio de diversas aprendizagens e práticas vivenciadas ao longo da vida, moldadas por experiências em diferentes contextos, tanto públicos quanto privados, sendo fundamentalmente um efeito cultural de contextos específicos.

Adicionalmente, os estudos sobre sexualidade e identidade de gênero têm se expandido, estabelecendo interseções específicas em cada contexto social (Butler, 2003, 2018; Rich, 2010). Esses estudos vão além da dicotomia masculino-feminino, incluindo questões de performatividade, performance e direitos civis da população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, é relevante destacarmos a contribuição de Judith Butler (2003, 2018) e Adrienne Rich (2010). Butler ampliou de forma significativa o foco para a não-binaridade no desenvolvimento da Teoria Queer, explicando os conceitos de performatividade, performance e cisnormatividade como estruturas de poder. Por sua vez, Rich desempenhou um papel relevante nos estudos lésbicos ao evocar o conceito de heterossexualidade compulsória, que também foi abordado por Butler em continuidade à perspectiva levantada décadas antes por Monique Wittig (2022), quando ela refletiu sobre o pensamento hétero e como as lésbicas não são consideradas mulheres em um mundo que espera delas reprodução humana e cuidado doméstico.

É importante destacar que o gênero, assim como os Estudos de Gênero, não estão apenas alinhados às agendas feministas, uma vez que mulheres, cisgênero ou transgênero, não são as únicas protagonistas dessas discussões. Para compreender as diferentes dimensões que o gênero abrange, é necessário também considerar os homens, uma vez que a binaridade de gênero expressa pelas categorias

homem e mulher oferece uma maior compreensão sobre como o homem foi tornado a norma, o sinônimo de humano, enquanto mulheres, pessoas não binárias e agêneros são posicionados como "o outro" (Beauvoir, 2014; Romeiro & Silveira, 2023).

Em sua obra mais recente, intitulada “Quem tem medo do gênero?” (2024), Judith Butler inicia uma discussão que tensiona o movimento político-cultural contrário à chamada “Ideologia de gênero”, estabelecendo uma associação desse movimento a um tipo de monólito, uma grande estrutura petrificada. A autora observa que o uso desse termo frequentemente carrega um viés conservador, sendo construído e disseminado por aqueles que se opõem ao conceito de gênero como uma resposta a pensamentos cristalizados e estereotipados levantados por indivíduos que consideram o gênero como algo abjeto.

Não obstante, para abordar as diversas nuances das questões de gênero, invocamos o conceito de interseccionalidade, uma das lentes teóricas que fundamentam nossa argumentação. O conceito de interseccionalidade, introduzido por Kimberlé Crenshaw (2002), abrange as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação, como raça, gênero, idade, localização geográfica, classe e condição humana (incluindo pessoas com e sem deficiência). Essa interação molda as posições dos sujeitos e gera opressões específicas. Importa ressaltar que, antes de Crenshaw, autoras como Angela Davis (2016), Audre Lorde (2020) e Bell Hooks (2020) já enfatizavam a relevância de considerar raça/etnia e classe nos estudos sobre gênero, explorando as experiências de mulheres não brancas, a hipersexualização das mulheres negras e a marginalização das mulheres lésbicas negras.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) avançam nessa discussão ao posicionar a interseccionalidade como uma ferramenta para entender a complexidade do mundo e das experiências humanas, destacando sua aplicação em diversos contextos acadêmicos, políticos e sociais, incluindo a formulação de políticas públicas e a promoção de reflexões sobre educação. Akotirene (2020) defende uma abordagem centrada no Sul global, criticando a "cisgeneridade branca heteropatriarcal" e sublinhando a necessidade de deslocamentos epistêmicos que valorizem o conhecimento proveniente da África e da diáspora, oferecendo, assim, uma perspectiva crítica para analisar a colonialidade de gênero e as estruturas de poder que marginalizam as mulheres negras. Para essas autoras, a interseccionalidade, ao proporcionar visibilidade às diferentes posições de poder nos discursos, desafia a concepção de uma única perspectiva dominante e busca ampliar a diversidade de vozes e experiências de vida.

De forma complementar, sob a ótica da decolonialidade e da perspectiva contracolonial indígena, o pertencimento comunitário se manifesta no reconhecimento mútuo, expresso pelo uso do termo "parente" como designação afetiva e política (Núñez, 2023). Essa perspectiva relaciona as pessoas à natureza, contrastando com a crença colonial que associa gênero exclusivamente às mulheres e raça/cor da pele a pessoas não brancas, desafiando a imposição de identidades fixas e hierárquicas características do pensamento colonial e promovendo uma visão de mundo interconectada e respeitosa com a diversidade.

Nessa mesma direção, Lugones (2020) propõe uma reinterpretação da modernidade colonial capitalista, subvertendo a estrutura binária de gênero e valorizando formas pré-coloniais de organização social ao trazer luz sobre o conceito de intersexualidade. Segato (2021), por sua vez, problematiza o eurocentrismo e a colonialidade do poder, demonstrando como a intervenção colonial transformou o acesso sexual em um "mal moral" e utilizou a miscigenação como um projeto de colonização que perpetua a violência de gênero.

Geni Núñez (2023) acrescenta que a imposição de um sistema sexo/gênero binário foi crucial para a acumulação de bens e riquezas durante o período colonial. Essa análise é aprofundada por Schucman (2012) e por Silva, Saldanha e Pizarro (2018), que

questionaram a racialização da branquitude e os privilégios estruturais que ela acarreta, ressaltando a importância de confrontar o racismo e compreender como as identidades são construídas nas relações sociais e através da linguagem, implicando que os indivíduos se constituem e se transformam em referência ao contexto em que estão inseridos e à apropriação dos significados socioculturais.

A análise desses aspectos em Abya Yala, nome dado ao território das Américas antes da colonização, foi realizada seguindo um roteiro sistematizado com base na leitura de Nêgo Bispo dos Santos (2015; 2023), Ilana Löwy (2019), Geni Núñez (2023); María Lugones (2020); Franciéle Garcês-da-Silva (2020) e Rita Segato (2021). Nesse sentido, os estudos dessas autorias forneceram uma base teórica e conceitual capaz de tensionar e amplificar a compreensão dos processos coloniais e seus efeitos na construção das identidades de gênero e nas relações sociais na região de Abya Yala, conforme demonstrado a seguir:

a) exploração e divisão territorial;

b) genocídio dos povos originários;

c) colonialidade do ser, do saber e do poder – incluindo os processos de catequização e escravização, a definição do catolicismo como religião oficial e a imposição do calendário católico;

d) a obrigatoriedade do idioma do colonizador como oficial e a definição dos sujeitos de direito (majoritariamente homens brancos);

e) ocupação do território, privatização da terra e instauração das monoculturas;

f) classificação binária de gênero por meio da consolidação de estereótipos sociais (o que significa ser homem e mulher) e a exploração sexual, reprodutiva e do trabalho doméstico não remunerado das mulheres;

g) a criação da propriedade privada, da herança e, consequentemente, a valorização da família nuclear (cisgênera) e da monogamia como prática socialmente aceita;

h) a naturalização da heterossexualidade (para estimular a produção de herdeiros e mão de obra); e,

i) a condenação e demonização de práticas subversivas à cisgeneridade, heterossexualidade e monogamia.

Roteiro que evidencia a interseção das estruturas sociais como o patriarcado, a colonialidade, o racismo e o capitalismo na produção das desigualdades. Por meio da normalização, que representa um método altamente eficaz para subjugar indivíduos e grupos, estabeleceu-se uma visão de mundo universalizante de natureza colonial, na qual símbolos e sinais, tanto linguísticos quanto culturais, foram institucionalizados e burocratizados. Nesse contexto, ao buscar a colonização de um território, além da utilização do racismo como meio de subordinação, outro mecanismo sustentador dessa estrutura colonial foi a imposição de um sistema binário de sexo/gênero que reconhece apenas duas possibilidades aceitas: ser homem ou mulher, excluindo, portanto, a existência de pessoas intersexo ou transexuais, entre outras identidades. Esse aparato normativo tinha como objetivo primordial favorecer o sistema econômico capitalista, promovendo a acumulação de bens e riquezas (Federici, 2017; Lugones, 2020, Romeiro & Silveira, 2023).

Retomando o pensamento de María Lugones (2020), destacamos sua ênfase na presença de outros gêneros nas sociedades tradicionais latino-americanas, o que representa uma contribuição significativa em suas obras, ao desafiar a imposição binária de gênero. Essa crítica se estende à discussão sobre a intersexualidade, entendida como uma condição que desafia a normalização da corporalidade, especialmente aquela imposta pela perspectiva médica. Assim, Löwy (2019) e Lugones (2020) evidenciam que indivíduos intersexuais foram historicamente considerados "erros da natureza" e tratados como objetos de estudo, negligenciando suas existências, experiências e necessidades individuais. Essa violência histórica demonstra que as relações moldadas pela colonização e pela colonialidade de gênero são condicionadas por estruturas e processos violentos.

Para desafiar a lógica imposta por esse modelo colonial, Rita Segato (2018) propõe a

adoção de um giro decolonial, que envolve uma subversão epistêmica do poder. Com base nisso, sugerimos que o gênero, em termos culturais, históricos, políticos e filosóficos constitui um sistema de categorização social no qual são arbitrariamente estabelecidas relações hierárquicas, com base no agrupamento ou diferenciação de pessoas que compartilham uma mesma origem ou características semelhantes, sob uma lógica de dominação da realidade. Assim, o gênero permeia e territorializa a existência de cada indivíduo e comunidade, o que demanda a formulação de uma abordagem sensível às suas nuances e interseccionalidades.

Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, a pesquisa aqui relatada adota uma abordagem qualitativa, caracterizada como bibliográfica, descritiva e exploratória. A análise de conteúdo, seguindo as etapas propostas por Bardin (2016) – pré-análise, codificação, categorização e inferência/interpretação –, constitui o método operacional central. Já a análise interpretativa é orientada pelas lentes teóricas da Decolonialidade e da Interseccionalidade, que fornecem o arcabouço conceitual para a compreensão das complexas relações de poder e das múltiplas identidades que permeiam o objeto de estudo.

Para a realização das análises e sistematização dos resultados, foram selecionados seis tesauros convergentes à temática gênero, são eles: *Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres* (Brasil); *Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero* (Brasil); *Tesauro de Género: linguagen con equidad* (México); *Tesauro Homossaurus* (produzido por pesquisadoras/es de diferentes regiões, mas com protagonismo dos Estados Unidos da América (EUA) e da Holanda); *Women Thesaurus* (Holanda); e, *Family Thesaurus* (Austrália). A seleção desses instrumentos levou em consideração os seguintes critérios e aspectos:

e) Se relacionar aos estudos de gênero;
e) Ter uma quantidade equiparada de abrangência, sendo três deles voltados majoritariamente para temáticas feministas ou sobre mulheres; dois voltados para a diversidade de identidades de gênero e sexualidade e um voltado para o assunto família;
e) Ter sido produzido por países que colonizaram ou imperializaram (Holanda e EUA) e por países que foram colonizados (Brasil, México e Austrália);
e) Ter sido publicado nos últimos 30 anos, isso em função dos Estudos de Gênero terem sido amplificados a partir da década de 1990, em ressonância às discussões evocadas nas décadas anteriores;
e) Estarem em acesso aberto, ou seja, acessível a qualquer pessoa ou instituição interessadas em consultar esses instrumentos.

Após seleção dos instrumentos, buscamos analisar como os principais conceitos e hierarquias relacionadas às questões de gênero são representados em suas estruturas terminológicas. Para isso, selecionamos os termos gênero e sexualidade para a compreensão das diversas dimensões que atravessam essas questões na sociedade. A escolha desses termos se justifica por serem representativos das múltiplas facetas que permeiam as questões/relações de gênero, abrangendo aspectos sociais, culturais, políticos e identitários da expressão dos corpos e dos afetos (relacionamentos), convergindo, assim com o referencial teórico apresentado.

A seleção dos termos indicados buscou refletir a forma como o debate sobre "gênero" vem ganhando espaço no contexto acadêmico com a consequente consolidação de uma terminologia específica. Dessa maneira, pretendemos identificar possíveis lacunas, limitações ou enviesamentos na representação desses temas, visando contribuir para o aprimoramento das descrições terminológicas.

Alinhado aos objetivos específicos, o percurso metodológico compreende as seguintes etapas: Para atingir o objetivo específico **1**, foi realizado um levantamento bibliográfico ancorado em literatura científica dos Estudos de Gênero em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas como Antropologia, Filosofia, História, Sociologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Visando atender ao

objetivo específico **2**, foram estabelecidas as seguintes categorias:

1. **Conceituação** - se refere às definições, ou seja, como os conceitos se apresentam nas definições, notas de escopo, notas históricas e notas de aplicação dos Tesauros.
2. **Hierarquização** - envolve a apresentação sistemática do termo a partir de seus relacionamentos. Isso é exposto a partir da observação das hierarquias que envolvem os **termos genéricos**, **termos específicos** e **termos relacionados**. Além disso, também podem ser percebidas a invisibilização ou não evidência entre alguns termos e relacionamentos.

Para atingir o objetivo específico 3 consideramos que, na lente da Interseccionalidade, o viés interseccional será identificado por meio da inserção de pelo menos dois marcadores sociais na definição do vocábulo. Marcadores esses que podem ser: pertencimento étnico racial, identidade de gênero, sexualidade, condição humana (com e sem deficiência), localização geopolítica, classe social. entre outros. Quanto ao viés da Decolonialidade, esse é identificado ao se considerar os efeitos da colonização – colonialidade de gênero – na construção social do gênero. A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa.

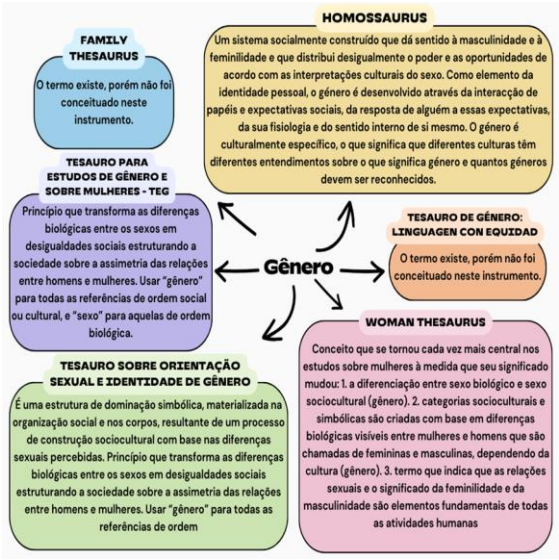
Resultados

Consideramos importante mencionar que este trabalho sistematiza os resultados de uma pesquisa mais ampla que analisou a representação de 12 termos-chave (gênero, homem, mulher, patriarcado, matriarcado, sexo, sexualidade, cisgeneridade, binarismo, família, transgênero e intersexo) em tesauros especializados, refletindo sobre a evolução do debate de gênero e a consolidação de uma terminologia específica. A seleção desses termos levou em consideração aspectos sociais, culturais, políticos e identitários, convergindo com o referencial teórico apresentado.

Os conceitos e seus relacionamentos foram extraídos e organizados em uma planilha eletrônica, considerando metadados como título, termo, conceito e hierarquização. Como dito, a seleção de tesauros de diferentes regiões geográficas (países colonizados e colonizadores) teve em vista obter uma amostra representativa e compreender as nuances históricas, socioculturais e epistemológicas na estruturação do conceito de gênero.

As análises de conceituação e hierarquização dos termos foram detalhadas, empregando recursos visuais como mapas conceituais (Canva) e quadros de hierarquização (Excel) para melhor visualização e compreensão. Enquanto os mapas conceituais ilustraram a organização conceitual intrínseca a cada termo, os quadros do Excel permitiram ressaltar a estrutura hierárquica, diferenciando termos genéricos, específicos, relacionados e os delimitadores de uso ("Use" e "Used for"). Essa análise foi conduzida sob as lentes epistemológicas da interseccionalidade e da decolonialidade, o que implicou problematizar as definições e hierarquizações à luz das complexas interações entre identidades de gênero e sexualidade, raça, classe, efeitos da colonização e outras dimensões sociais. A seguir apresentamos uma amostra dos resultados que consiste na análise da conceituação e hierarquização dos termos “gênero” e “sexualidade” em tesauros.

Figura 1: Conceituação do termo Gênero



Fonte: Elaboração própria em CANVA (2025).

Reconhecendo que os tesauros refletem o discurso e o engajamento político de sua época (Medeiros, 2021), a pesquisa valorizou a importância das definições conceituais na comunicação. Nesse sentido, foram consideradas as perspectivas teóricas de Dahlberg (1978), que enfatiza a necessidade de definições detalhadas para conceitos gerais, e de Tálamo, Lara e Kobashi (1993), que destacam a importância do controle terminológico por meio do reconhecimento das propriedades de cada termo.

A análise conceitual **do Tesauro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** revela uma limitação ao binarismo, universalizando o gênero e negligenciando a colonialidade, enquanto o **Homossaurus** apresenta uma perspectiva mais alinhada com abordagens contemporâneas, reconhecendo o gênero como sistema socialmente construído e culturalmente específico, embora ainda com traços de binarismo. O **Woman's Thesaurus**, por sua vez, demonstra uma evolução conceitual ao longo de suas três definições, aproximando-se de uma compreensão relacional entre gênero e sexualidade, mas ainda com resquícios de uma visão binária. O **Tesauro sobre orientação sexual e identidade de gênero** apresenta a mesma definição limitada do TEG. A ausência de definição nos tesauros **Género: lenguaje con equidad** e **Family Thesaurus** restringe o diálogo teórico. Em síntese, a análise revela uma lacuna na articulação entre as concepções de gênero nos tesauros e os debates sobre colonialidade de gênero e decolonialidade, com exceção do Homossaurus, que se destaca por uma conceituação mais alinhada com as abordagens contemporâneas, embora a maioria ainda não subverta explicitamente o binarismo de gênero ou incorpore concepções dissidentes das noções hegemônicas. A seguir será apresentada a análise sobre a hierarquização.

Quadro 2: Hierarquização do termo gênero

GÊNERO					
Tesauros	**Termo Genérico**	**Termo específico**	**Termo relacionado**	**Used**	**Used for**
Homosaurus		Sexo atribuído; expressão de gênero; identidade de gênero	Cirurgia de afirmação de gênero; Ambiguidade de género; Binários de gênero; Diversidade de gênero; Minorias de gênero; Relações de gênero; Segregação de gênero; Estudos de gênero; Transgressão de gênero; Gendercídio; Genderismo; Passagem (gênero); Sexo (corpo); Furtividade (transgênero); Trangenderismo		
Women's Thesaurus	identidade; categorias sociais	Androginia; feminilidade; masculinidade	Interseccionalidade		
Family Thesaurus			Feminilidade; Diferenças de gênero; Intersexualidade; Masculinidade; Homens; Discriminação sexual; Papel sexual; Mulheres		sex

Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)			construção social da realidade; divisão sexual do trabalho; estudos de gênero, classe e raça; estrutura social; ideologia de gênero; organização social; relações de gênero; sexo; socialização;		
Tesauro de género: linguagen con equidad	Estudos de gênero e feminismo	Distinção público-privado; estudos de gênero; estudos sobre mulheres; estudos sobre gays e lésbicas; estudos sobre masculinidade; ideologia de gênero; papéis de gênero; relações de gênero; sistemas de gênero; socialização de gênero; tecnologia e gênero.	Feminismo; gênero e democracia; gênero e equidade; gênero e poder; gênero e trabalho; gênero e história; história do gênero.		
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero		Identidade	Identidade de gênero		

Fonte: Elaboração própria (2025).

A observação de que o **Homossaurus** "não estabelece um termo genérico para gênero" converge com a abordagem conceitual contemporânea nessa área de estudos. De fato, a compreensão do "gênero" como um termo guarda-chuva, que abarca uma ampla gama de fenômenos relacionados à identidade, expressão e experiência de gênero tem sido amplamente adotada e consolidada na literatura acadêmica. Essa perspectiva desafia noções essencialistas e binárias de gênero, reconhecendo-o como um constructo social, cultural e histórico em constante transformação.

A observação de que o Homossaurus apresenta como termos específicos "sexo atribuído", "expressão de gênero" e "identidade de gênero" encontra ressonância com as abordagens teóricas contemporâneas nos estudos de gênero. O termo "sexo atribuído" refere-se à designação de gênero atribuída a um indivíduo no momento do nascimento, com base em suas características sexuais primárias. Essa categorização binária - geralmente classificada como "masculino" ou "feminino" - é socialmente imposta e nem sempre corresponde à identidade de gênero que a pessoa viria a desenvolver posteriormente.

O termo específico "expressão de gênero" refere-se à maneira como um indivíduo se apresenta e se expressa em relação aos padrões socialmente estabelecidos. Essa dimensão da experiência de gênero envolve uma gama de características e comportamentos como vestimenta, estilo, maneirismos, interesses e formas de se comunicar, revelando que essas expressões são construídas socialmente e variam conforme o contexto cultural e histórico.

O texto apresenta um engajamento com os debates teóricos e conceituais na área de estudos de gênero. Nota-se a utilização de uma ampla gama de termos especializados, tais como: “Cirurgia de afirmação de gênero”, “Ambiguidade de gênero”, “Binários de gênero”, “Diversidade de gênero”, “Minorias de gênero”, “Relações de gênero”, “Segregação de gênero”, “Estudos de gênero” e “Transgressão de gênero”, que evidenciam uma compreensão das dinâmicas de poder e das hierarquias de gênero presentes na sociedade. Outros conceitos, como “Gennericídio”, “Generismo”, “Passagem (gênero)”, “Sexo (corpo)”, “Furtividade (transgênero)” e “Trangenerismo”, dão a ver uma familiaridade aprofundada com o vocabulário específico dos estudos de gênero e das teorias queer.

O **Woman's Thesaurus** adota “identidade” e “categorias sociais” como termos genéricos, o que pode ser considerado uma abordagem razoável. Nessa perspectiva, posicionar a “identidade” como o conceito mais amplo que engloba as questões de gênero apresenta-se como uma opção conceitual plausível, uma vez que o gênero pode ser compreendido como uma expressão específica da identidade individual e coletiva. Entretanto, a adoção de “categorias sociais” como outro termo genérico revela-se menos adequada.

Ao analisar os termos específicos adotados pelo Woman's Thesaurus - “Androginia”, “feminilidade” e “masculinidade” - é necessário considerar o contexto histórico e os avanços recentes nos estudos de gênero. De fato, o termo “androginia” teve uma maior proeminência nas décadas de 1980 e 1990, refletindo uma visão mais binária e dicotômica do gênero. Nesse período, a androginia era comumente entendida como uma expressão de gênero que combinava características “masculinas” e “femininas” de maneira equilibrada. Por outro lado, os termos “feminilidade” e “masculinidade” carregam uma perspectiva essencialista e binária de gênero, que não corresponde aos avanços conceituais e teóricos das últimas décadas. Os estudos de gênero contemporâneos têm se afastado dessa visão dicotômica, passando a compreender o gênero como um espectro. Atribui como termo relacionado “interseccionalidade”, o que consideramos bastante pertinente por ser esse o termo que representa um viés fundamental para os estudos de gênero contemporâneos, uma vez que permite analisar as múltiplas camadas de opressão e privilégio que se interseccionam na constituição das identidades e experiências de indivíduos e grupos.

O ***Family Thesaurus*** não indica termos genéricos nem específicos para gênero. Enquanto concordamos que o termo “gênero” é o mais geral, a ausência de termos específicos de gênero é problemática nesse instrumento, pois o domínio família está intrinsecamente vinculado às relações de gênero, especialmente à luz da crítica ao patriarcado (Lerner, 2019). Essa ausência limita a capacidade do tesauro de representar adequadamente a diversidade de dinâmicas, arranjos e vivências familiares que não se restringem à estrutura nuclear heteronormativa. Ao mesmo tempo, a falta de uma abordagem interseccional, que considere as intersecções entre gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias sociais, obscurece as experiências de grupos historicamente marginalizados no âmbito familiar.

A inclusão do termo “Intersexualidade” no *Family Thesaurus* é pertinente, pois a teorização sobre essa temática dentro dos estudos de gênero ainda se encontra em estágio inicial. Nesse sentido, a inserção desse termo no tesauro pode ser vista como um aspecto positivo, uma vez que sinaliza um esforço de representar essa dimensão emergente e ainda pouco explorada das identidades de gênero. O tesauro também inclui outros termos relacionados, tais como “Feminilidade”, “Diferenças de gênero”, “Masculinidade”, “Homens”, “Mulheres” e “Papel sexual”, evidenciando uma tentativa de abarcar a complexidade das relações de gênero e sua influência na estruturação da esfera familiar. No entanto, essa abordagem ainda parece ressoar um viés do binarismo de gênero, não refletindo plenamente as perspectivas contemporâneas dos estudos de gênero.

A indicação do verbete “sexo” como delimitador de uso no *Family Thesaurus* sugere uma perspectiva “biologicista” e binária que não acompanha os avanços teóricos e epistemológicos dos estudos de gênero nas últimas décadas. A utilização desse termo como delimitador para a representação das questões de gênero revela uma confusão conceitual que precisa ser urgentemente endereçada. Ao equiparar gênero e sexo, o tesauro acaba por reforçar uma visão essencialista e reducionista que concebe o gênero como mera decorrência do sexo biológico.

Assim como observado no *Family Thesaurus*, o **Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)** também não indica termos genéricos e específicos relacionados diretamente à categoria “gênero”, o que suscita críticas semelhantes. No entanto, ao examinar os termos relacionados presentes no TEG, observamos que o instrumento explicita de forma mais clara a correlação entre gênero e outros conceitos-chave, tais como: “construção social da realidade”, “divisão sexual do trabalho”, “estudos de gênero”, “classe e raça”, “estrutura social”, “ideologia de gênero”, “organização social”, “relações de gênero”, “sexo” e “socialização”. Essa abordagem, mesmo que ainda apresente limitações, revela um esforço do TEG em contextualizar o gênero dentro de uma perspectiva mais ampla que considera suas intersecções com outras categorias sociais relevantes.

Ao estabelecer essas conexões terminológicas, o tesauro sinaliza uma compreensão do gênero como uma construção social, cultural e histórica permeada por relações de poder e desigualdades. Mesmo sendo um instrumento da década de 1990, essa perspectiva converge com os avanços teóricos contemporâneos dos estudos de gênero.

O **Tesauro de Género: Lenguaje con Equidad** indica como termo genérico “Estudos de Gênero e Feminismo”, demonstrando uma nítida vinculação à perspectiva feminista em sua estruturação conceitual. Embora os estudos de gênero de fato tenham fortes vínculos com o feminismo, dada a centralidade da análise das relações de poder e desigualdades de gênero nessas duas áreas, não seria preciso indicar, necessariamente, o feminismo como termo genérico. Os estudos de gênero, em sua acepção mais ampla, abarcam tanto as perspectivas feministas quanto outras abordagens que problematizam as dinâmicas de gênero, como os estudos sobre masculinidades, a teoria queer, entre outros.

Seria interessante que o tesauro explorasse a possibilidade de indicar “Estudos de Gênero” como um termo genérico mais amplo, que pudesse abarcar as diversas perspectivas e abordagens teóricas que compõem esse vasto campo interdisciplinar. Dessa forma, o feminismo poderia ser indicado como um dos enfoques relevantes dentro dos estudos de gênero como um termo específico, sem ser colocado em posição de destaque em relação a outras vertentes igualmente importantes.

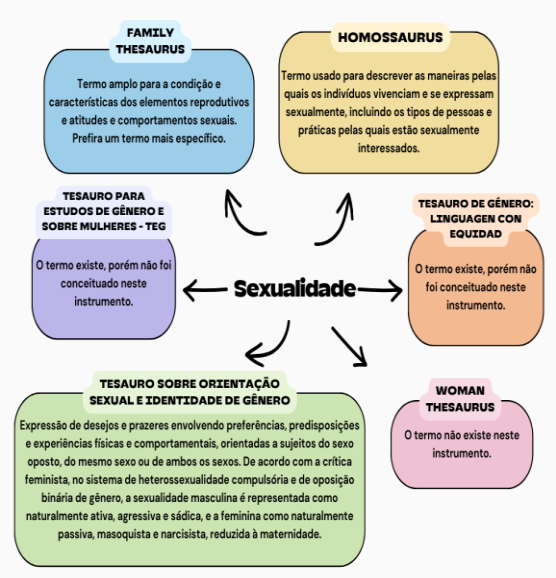
Os termos específicos elencados: “Distinção público-privado”, “Estudos de gênero”, “Estudos sobre mulheres”, “Estudos sobre gays e lésbicas”, “Estudos sobre masculinidade”, “Ideologia de gênero”, “Papéis de gênero”, “Relações de gênero”, “Sistemas de gênero”, “Socialização de gênero” e “Tecnologia e gênero”, denotam uma preocupação em abarcar diversas perspectivas e enfoques relacionados às dinâmicas de gênero. Ao incorporar conceitos como “Estudos sobre gays e lésbicas” e “Estudos sobre masculinidade”, o tesauro sinaliza uma tentativa de contemplar a pluralidade de identidades e expressões de gênero para além da abordagem tradicionalmente centrada nas questões referentes às mulheres. Por sua vez, a inclusão de termos como “Ideologia de gênero”, “Papéis de gênero” e “Sistemas de gênero” sugere a compreensão do gênero enquanto construção sociocultural e estrutural alinhada com os avanços teóricos e metodológicos desse campo de estudos. Essa riqueza terminológica indica que o Tesauro de Género: Lenguaje con Equidad procura representar a complexidade das discussões sobre gênero de maneira mais abrangente quando comparado a outros instrumentos.

O Tesauro adota termos relacionados “Feminismo”, “Gênero e democracia”, “Gênero e equidade”, “Gênero e poder”, “Gênero e trabalho”, “Gênero e história” e “História do gênero”. Essa escolha terminológica sinaliza uma orientação do tesauro em direção à compreensão do gênero como categoria imbricada nas dinâmicas de poder, nas estruturas sociais e nos processos históricos. Ao estabelecer essas conexões, o instrumento revela uma preocupação em situar as discussões sobre gênero dentro de um arcabouço mais amplo que contempla suas implicações na esfera política, econômica e social.

A inclusão de termos como “Gênero e democracia”, “Gênero e equidade” e “Gênero e poder” sugere que o tesauro busca problematizar as relações de gênero a partir de uma lente crítica, atenta às desigualdades e assimetrias que permeiam as experiências de indivíduos e grupos sociais. Com isso, a adoção de termos como “Gênero e trabalho” e “Gênero e história” revela uma preocupação do tesauro em articular as questões de gênero com outras dimensões centrais da organização social, como a esfera produtiva e os processos históricos.

A análise do **Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** revela algumas lacunas e pontos de atenção em sua estruturação hierárquica. Um aspecto positivo é que o tesauro não adota um termo genérico, o que converge com a compreensão de que a categoria “gênero” é mais ampla. No entanto, a adoção do termo específico “Identidade” apresenta-se como um equívoco, pois a palavra “identidade” isoladamente não denota suficiente especificidade. Seria mais adequado que o instrumento utilizasse termos mais precisos como “Identidade de gênero”, “Sexualidade” ou “Orientação sexual”, por exemplo. Nesse sentido, a indicação de “Identidade de gênero” como termo relacionado não se sustenta, uma vez que esse seria mais bem alocado como termo específico. A ausência de outros termos relacionados limita as análises sobre a estrutura e a abrangência do tesauro. Diante disso, sugerimos uma revisão e atualização do instrumento, sobretudo por se tratar de um tesauro on-line, o que facilita sua constante atualização.

Figura 2: **Conceituação do termo Sexualidade**



Fonte: Elaboração própria em CANVA (2025).

A sexualidade humana deve ser compreendida como um fenômeno que transcende a biologia, sendo uma construção social, cultural e histórica influenciada por relações de poder e normas que regulam corpos, desejos e identidades. Michel Foucault (1988) argumenta que a sexualidade não é uma essência inata, mas sim um efeito de dispositivos que disciplinam os corpos, resultando em categorias normativas. Judith Butler (2003, 2015) complementa essa visão ao afirmar que gênero e sexualidade são constituídos por repetições de atos e discursos, desafiando a relação entre sexo biológico, gênero e desejo.

Em complemento a isso, Adrienne Rich (1980) discute a "heterossexualidade compulsória", que marginaliza outras formas de expressão sexual. Bell Hooks (2017) e Geni Núñez (2023) enfatizam a importância de uma abordagem interseccional que considere a diversidade de experiências e as consequências da colonialidade de gênero.

Esses referenciais teóricos questionam concepções essencialistas da sexualidade,

evidenciando sua construção histórica e seu entrelaçamento com relações de poder. Uma concepção abrangente requer uma perspectiva que reconheça a multiplicidade de marcadores sociais e a diversidade de experiências associadas à sexualidade em diferentes contextos.

Nos tesauros analisados, a sexualidade é definida de maneiras variadas. O **Tesauro de Orientação Sexual e Identidade de Gênero** destaca a pluralidade de orientações e critica a representação da sexualidade masculina e feminina. O **Homossaurus** aborda a sexualidade de forma ampla, reconhecendo a diversidade de experiências e expressões, alinhando-se com teorias contemporâneas que problematizam a rigidez das categorias binárias de gênero.

Por outro lado, o **Family Thesaurus** reduz a sexualidade a uma condição reprodutiva, refletindo uma visão essencialista que ignora a natureza sociocultural da sexualidade. As diferenças observadas nos instrumentos revelam a evolução conceitual em torno da sexualidade, com tesauros mais recentes refletindo uma compreensão alinhada aos desenvolvimentos teóricos dos estudos de gênero. Cabe ressaltar que nos demais instrumentos o termo não foi conceituado, portanto, não compõe nossas análises. A seguir serão apresentadas as análises em relação à hierarquização do termo sexualidade nos respectivos instrumentos.

Quadro 3: Hierarquização do termo Sexualidade

SEXUALIDADE					
Tesauros	**Termo Genérico**	**Termo específico**	**Termo relacionado**	**Used**	**Used for**
Homosaurus		Sexualidade infantil; Organizações de pesquisa sexual e de reforma sexual	Sexo anônimo; Sexo casual; Cibersexo; Erotismo; Estudos de gênero; Sexo em grupo; Homoerotismo; Hipersexualidade; Libido; Orgasmo; De passagem (sexualidade); Pornografia; Sexo público; Sedução; Sexo (ato); Acessórios sexuais; Locais de sexo; Festas de sexo; Sexologia; Sexting; Abstinência sexual; Autonomia sexual; Disfunção sexual; Excitação sexual; Função sexual; Minorias sexuais; Práticas sexuais; Reforma sexual; Papéis sexuais; Comportamento sexual situacional		
Women's Thesaurus	O termo não existe nesse tesauro				
Family Thesaurus		Bissexualidade; Heterossexualidade; Homossexualidade; Intersexua	Gênero; Puberdade; Reprodução (biológic		

		lidade; Comportamento sexual; Transexualismo	a); Papel sexual		
Tesauro de género: linguagem con equidad	Sexualidade	sexualidade infantil; sexualidade do adolescente; sexualidade do idoso	Corpo; Comportamento sexual; parafilias [1]		
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)		bissexualidade; heterossexualidade; homossexualidade; sexualidade feminina; sexualidade masculina; transsexualidade.	desejo; identidade; impotência; sexo.		
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	identidade sexual	diversidade sexual	sexo biológico; faustão; sexismo		

Fonte: Elaboração própria (2025).

O **Homossaurus** não adota termo genérico. Entretanto, inclui os termos específicos relacionados à “Sexualidade infantil” e às “Organizações de pesquisa sexual e de reforma sexual”. Ao privilegiar esses recortes temáticos, o Homossaurus sinaliza um enfoque voltado para questões socialmente sensíveis e eticamente complexas no âmbito da sexualidade. O Homossaurus integra, ainda, uma extensa rede de correlação, abrangendo uma série de aspectos concernentes à sexualidade, por meio dos termos relacionados: “Sexo anônimo”, “Sexo casual”, “Cibersexo”, “Erotismo”, “Estudos de gênero”, “Sexo em grupo”, “Homoerotismo”, “Hipersexualidade”, “Libido”, “Orgasmo”, “De passagem (sexualidade)”, “Pornografia”, “Sexo público”, “Sedução”, “Sexo (ato)”, “Acessórios sexuais”, “Locais de sexo”, “Festas de sexo”, “Sexologia”, “Sexting”, “Abstinência sexual”, “Autonomia sexual”, “Disfunção sexual”, “Excitação sexual”, “Função sexual”, “Minorias sexuais”, “Práticas sexuais”, “Reforma sexual”, “Papéis sexuais” e “Comportamento sexual situacional”. Essa configuração reflete a riqueza e a diversidade do campo da sexualidade, abrangendo desde práticas e comportamentos sexuais até aspectos psicológicos, fisiológicos e socioculturais, transcendendo visões reducionistas ou fragmentadas sobre o tema. Ao incorporar termos relacionados a movimentos sociais e a campos de estudos, o Homossaurus sinaliza uma inserção da temática em um contexto mais amplo de debates e transformações sociais.

O **Woman’s thesaurus** não inclui o termo sexualidade, portanto a análise da hierarquização não foi possível. Essa limitação de escopo sugere que o “Women's Thesaurus” provavelmente não está voltado especificamente para a abordagem da sexualidade sob a perspectiva de gênero. Seu foco principal parece estar em outras questões relacionadas às mulheres, sem contemplar de forma detalhada os aspectos da sexualidade, o que consideramos uma limitação significativa.

Assim como o Homossaurus, o ***Family Thesaurus*** não contempla um termo genérico para a categoria “sexualidade”. Em seu lugar, o tesauro atribui termos específicos como “Bissexualidade”, “Heterossexualidade”, “Homossexualidade”, “Intersexualidade”, “Comportamento sexual” e “Transexualismo”. É importante ressaltar que o termo “Transexualismo” utilizado no tesauro é considerado inapropriado, uma vez que outras expressões relacionadas carregam o sufixo “-dade” ao invés de “-ismo”, esse último comumente associado a uma conotação pejorativa. Com isso, o termo indicado para essa substituição seria transexualidade, e, em consequência disso, “transexualismo” deveria

ser indicado como um delimitador de uso a ser substituído por “transexualidade”.

Além disso, o tesauro inclui os termos relacionados “Gênero”, “Puberdade”, “Reprodução (biológica)” e “Papel sexual”. Enquanto a inclusão do termo “Gênero” aponta para um reconhecimento da relevância das questões de identidade e expressão de gênero no âmbito da sexualidade. Sinalizando uma compreensão da intersecção entre essas duas esferas, o termo “Puberdade” indica uma preocupação com as transformações físicas e psicossociais que ocorrem durante um período específico do desenvolvimento humano, o qual está intimamente relacionado à emergência e ao desenvolvimento da sexualidade. Por outro lado, os termos “Reprodução (biológica)” e “Papel sexual” sugerem uma abordagem mais normativa e biológica da sexualidade, enfatizando aspectos como a função reprodutiva e os papéis socialmente atribuídos com base no gênero. Essa configuração terminológica sugere uma estruturação conceitual fragmentada e potencialmente limitada na representação da temática da sexualidade, carecendo de uma sistematização que permita compreender de forma holística e integrada à complexidade inerente a esse campo de estudo.

O **Tesauro de Género: Linguagen con Equidad** atribui o termo “sexualidade” como o termo genérico e com isso o tesauro reconhece a sexualidade como um fenômeno complexo e abrangente. Atribui como termos específicos “sexualidade infantil”, “sexualidade do adolescente” e “sexualidade do idoso”, demonstrando, assim, uma preocupação em contemplar as particularidades e as nuances da expressão da sexualidade em diferentes etapas do desenvolvimento. Destacamos que esse é o primeiro instrumento a contemplar a sexualidade da pessoa idosa, o que indica uma abordagem interseccional que inclui a condição etária. Adicionalmente, a inclusão de termos relacionados como “Corpo”, “Comportamento sexual” e “parafilias”, sugere uma abordagem abrangente sem ser reducionista ou essencialista. Essa estruturação denota um entendimento da sexualidade como fenômeno que envolve não apenas os aspectos físicos e comportamentais, mas, também, as diversas formas de expressão da sexualidade, incluindo aquelas consideradas atípicas ou não convencionais (parafilias).

Diferentemente do anterior, o **Tesauro para estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)** adota uma classificação mais segmentada, com termos específicos como “bissexualidade”, “heterossexualidade”, “homossexualidade”, “sexualidade feminina”, “sexualidade masculina” e “transexualidade”. Essa estruturação reflete uma preocupação em representar a diversidade das orientações sexuais e das expressões de gênero, possivelmente buscando visibilizar identidades e experiências historicamente subalternizadas. Ao diferenciar as vivências da “sexualidade feminina” e da “sexualidade masculina”, o TEG sinaliza uma atenção às assimetrias de gênero e às particularidades das experiências sexuais de homens e mulheres. Essa abordagem pode ser interpretada como um esforço em representar a desconstrução da normatização heterossexual e a universalização da experiência masculina típicas de paradigmas androcentrados.

Ao determinar os termos relacionados “desejo”, “identidade”, “impotência” e “sexo”, o TEG demonstra uma compreensão da sexualidade a partir de uma correlação ampla, envolvendo tanto dimensões biológicas quanto construções socioculturais. Destacamos que esse é o único instrumento a apontar “impotência” como um termo relacionado à sexualidade e isso é relevante considerando tratar-se de um componente significativo nos estudos da sexualidade.

O **Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** indica como termo genérico “identidade sexual” para definir o conceito central, o que não parece refletir de forma adequada a complexidade e multidimensionalidade da sexualidade humana, reduzindo a sexualidade à sua dimensão identitária, deixando de lado outros aspectos fundamentais como desejos, práticas, orientações e expressões. Como termo específico, o tesauro atribui “diversidade sexual”. Embora o reconhecimento da diversidade sexual seja importante, o uso desse termo não demonstra um entendimento

aprofundado sobre os diferentes elementos que compõem a sexualidade. A inclusão de termos relacionados como “sexo biológico” e “sexismo” sugere uma perspectiva limitada e superficial acerca da sexualidade e das relações de gênero, especialmente considerando o referencial teórico apresentado. O termo “faustão”, por sua vez, também não parece ter relação com a temática da sexualidade, sendo, portanto, considerado um equívoco.

Em conclusão, a análise comparativa dos diferentes tesauros abordados revela distintas abordagens e níveis de complexidade na representação das questões de gênero e sexualidade. Essa diversidade de perspectivas evidencia a complexidade e a necessidade de um entendimento amplo e multidimensional sobre gênero e sexualidade humana que contemple sua riqueza e pluralidade de manifestações.

Considerações Parciais ou Finais

Este estudo investigou a relação entre gênero e a realidade social, articulando Estudos de Gênero e a Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC) tendo em vista analisar como os Tesauros especializados tratam, conceituam e hierarquizam gênero e sexualidade. Alinhado a isso, definiu como objetivo evidenciar os modos de tratamento, conceituação e hierarquização de gênero conferidos pelos SOCs voltados para a linguagem documentária. Em paralelo, buscou-se compreender como as desigualdades e hierarquias de gênero se materializam na linguagem e nos sistemas de organização do conhecimento, utilizando a OSCC como abordagem teórica fundamental.

Os resultados indicam que a OSCC se revela essencial para analisar criticamente a construção e representação do conhecimento, posto ser capaz de destacar as dimensões de poder e como as estruturas de gênero são inscritas e reificadas nos SOCs. Nesse sentido, os resultados confirmam a limitação interpretativa sobre gênero em Tesauros estudados, reiterando os pressupostos de que o gênero é uma categorização social naturalizada, enviesada na binaridade e cisgeneridade, e que sua classificação social pode ser explicitada via Organização do Conhecimento. Conclusão que dá a ver como a linguagem, com seu poder coercitivo, produz e reproduz desigualdades, marcando corpos e a realidade social.

A principal dificuldade da pesquisa residiu na seleção dos referenciais teóricos, exigindo uma cuidadosa curadoria para abarcar a amplitude dos estudos de gênero e a necessidade de uma perspectiva interseccional e descolonizadora. Superar esse entrave, contudo, permitiu que a investigação apontasse para a necessidade de maior teorização sobre gênero na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Dessa forma, a pesquisa sugere a construção de um novo tesauro de gênero que considere interseccionalidade e decolonialidade, conjugadas às garantias literária, cultural e científica, adotando uma perspectiva rizomática para compreender a fluidez e complexidade das questões ligadas ao gênero. Esse novo instrumento, ao valorizar a multiplicidade, a conectividade e a desterritorialização poderá contribuir para uma compreensão mais fluida, multidisciplinar e transformadora das dinâmicas de gênero, promovendo uma organização do conhecimento mais alinhada com as demandas de justiça social e equidade informacional.

Referências

Adler, M. (2016). The case for taxonomic reparations. Knowledge Organization, 43(8), 630-640.

Akotirene, C. (2020). Interseccionalidade. Editora Jandaíra.

Bardin, L. (2016). Análise de Conteúdo. Edições 70.

Beauvoir, S. (2014). O segundo sexo. Nova Fronteira.

Butler, J. (2003). Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira.

Butler, J. (2018) Corpos em aliança e as políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Civilização Brasileira.

Butler, J. (2024). Quem tem medo do gênero?. Boitempo.

Collins, P. H. & Bilge, S. (2021). Interseccionalidade. Boitempo.

Connell, R. (2016). Gênero em termos reais. Versos.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, 10, 171-188.

Dahlberg, I. (1978). Teoria do conceito. Ciência da informação, 7(2), 101-107.

Davis, A. (2016). Mulheres, raça e classe. Boitempo.

Dodebei, V. L. D. L. M. (2002). Tesauro: linguagem de representação da memória documentária. Intertexto, Interciência.

Federici, S. (2017). Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante.

Hooks, B. (2020) Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática. Elefante.

Lorde, A. (2020). Irmã Outsider: ensaios e conferências. Autêntica.

Louro, G. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-posições, 19(2), 17-23.

Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. Em H. B. Hollanda (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo. p. 53-83.

Medeiros, L. (2021). Quais sentidos para gênero? Uma análise de dicionários. Linguagem em (Dis)curso, 21, 71-93.

Maculan, B. C. M. S. (2024). Metodologia para refinamento semântico de relações em tesauros. CRV.

Núñez, G. (2023). Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. Planeta do Brasil.

Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, 4(5), 17-44.

Romeiro, N. & Silveira, F. (2023). El activismo digital como estrategia para enfrentar la violencia sexual: consideraciones a la luz de los estudios decoloniales y las teorías de la mediación. Encontros Bibli, 28(esp.), 1-26.

Santos, A. (2015). Colonização, Quilombos, Modos e Significações. INCTI/UnB.

Santos, A. (2023). A terra dá, a terra quer. Ubu Editora.

Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Em Holanda, H. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Bazar do Tempo.

Sales, R. (2024). Traços do autoconceito: invenções para a organização do conhecimento. Editora IBICT.

Schucman, L. (2012). Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo.

Segato, R. (2021). Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda. Bazar do tempo.

Silva, F., Saldanha, G. & Pizarro, D. (2018, 22-26 de outubro). A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial [sessão de conferência]. Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação, Londrina, PR, Brasil.

Silva, F. (2020). Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. Em: N. D. Cardona & F. C. Garcês-da-Silva. (Org.). Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil. Rocha. p. 119-202.

Tálamo, M. F.; Lara, M. & Kobashi, N. (1992). Contribuição da terminologia para a elaboração de tesauros. Ciência da Informação, 21(3), 197-200.

Trivelato, R. M. S. (2022). A luta das mulheres tem muitos nomes: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual [tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Wittig, M. (2022) O pensamento hétero e outros ensaios. Autêntica.

[1] Traduzido de: cuerpo; comportamiento sexual; parafilias

INTERSEÇÃO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA: REFLEXÕES A PARTIR DA DISCIPLINA BIBLIOTECONOMIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro http://orcid.org/0000-0003-0888-9468, Brasil, *mlmiranda@unirio.br*

Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro https://orcid.org/0000-0002-6274-4836, Brasil, *romeironathalia@unirio.br*

Daviane da Silva Ribeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro https://orcid.org/0009-0004-0646-5025, Brasil, *davianesribeiro@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6576

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A interseção das questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade no ensino de Biblioteconomia é um tema de crescente relevância, especialmente na disciplina "Biblioteconomia, Educação e Diversidade". Este campo de estudo busca não apenas formar profissionais capacitados na gestão de informações, mas também sensibilizá-los para as complexas dinâmicas sociais que permeiam as bibliotecas e os espaços de informação.

As desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos marginalizados exigem uma abordagem crítica que integre as perspectivas étnico-raciais e de gênero, além das questões de sexualidade, promovendo uma educação inclusiva e reflexiva. Essa interseção é fundamental para a formação de bibliotecários que compreendam a importância da diversidade e do respeito às identidades, contribuindo para a construção de ambientes mais justos e acessíveis nas bibliotecas e na sociedade como um todo.

Com base nisso, o artigo tem como objetivo apresentar a experiência no magistério da disciplina Biblioteconomia, Educação e Diversidade ofertada como disciplina optativa para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia e como disciplina eletiva para os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Engenharia de Produção e Sistemas de Informação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), componente curricular que abarca as diretrizes atualizadas para a formação do ensino superior.

Essas práticas incluem o desenvolvimento de projetos que integrem conteúdos e metodologias inclusivas, estimulando a participação ativa de todos os estudantes e reconhecendo suas singularidades como fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, considera-se a formação continuada de professores um aspecto central, uma vez que educadores bem preparados são essenciais para implementar estratégias que promovam um ambiente educacional equitativo e respeitoso. O fortalecimento desses estudos na educação não apenas enriquece a experiência de aprendizagem de estudantes, mas também contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais e cidadãs, preparando-os para atuar de maneira crítica e responsável em uma sociedade plural. Dessa forma, a disciplina "Biblioteconomia, Educação e Diversidade" se torna um espaço de reflexão e ação, capacitando futuros bibliotecários, professores, pedagogos, engenheiros e informatas a serem agentes de transformação social através da educação inclusiva.

Biblioteconomia, Educação e Diversidade: Fundamentos Teóricos e Práticos para a Inclusão

A disciplina "Biblioteconomia, Educação e Diversidade" propõe uma análise integrada dos pressupostos teóricos e das práticas pedagógicas voltadas à inclusão e ao respeito à diversidade no contexto educacional. Este campo de estudo fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus adendos (Brasil, 1996, 2012), além de outros instrumentos normativos que atualizam o ensino de Biblioteconomia.

A fim de contemplar a ementa da disciplina, selecionou-se referências que favoreceriam a correlação entre o campo da Educação e a Biblioteconomia, abrangendo aspectos pertinentes as quatros unidades programáticas desenvolvidas no decorrer do curso, como o desenvolvimento dos Estudos Culturais, do meio social, direitos humanos, diversidade e inclusão, culminando na justiça social por meio da justiça informacional.

A reflexão que fundamenta esta disciplina está profundamente enraizada nos Estudos Culturais, conforme delineado na obra de Baptista (2009), que apresenta esses estudos como uma lente teórica fértil para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Nesse contexto, os Estudos Culturais emergem como um campo de discussão interdisciplinar que tem como objeto a produção, significação e disseminação da cultura nas sociedades. Essa abordagem considera as interações entre cultura, poder e identidade, entre outras características que (des)organizam a realidade social, com o intuito de descrever as práticas culturais e compreender como elas são moldadas por e, simultaneamente, moldam outras estruturas.

Através dessa perspectiva, os Estudos Culturais enfatizam a importância de examinar a cultura como um espaço de disputa e negociação, onde significados são constantemente contestados e reconfigurados. Isso permite a investigação das relações de poder que permeiam as práticas culturais, revelando como estereótipos, ideologias e narrativas dominantes influenciam a construção da identidade e a percepção social. Além disso, os Estudos Culturais se fundamentam em diversas metodologias e teorias provenientes de disciplinas como sociologia, antropologia, comunicação e estudos de gênero, ampliando sua capacidade de abordar questões multifacetadas.

Adicionalmente, a obra de Stuart Hall (2006) é utilizada para aprofundar as discussões sobre identidade e relações étnico-raciais, proporcionando uma base teórica fundamental para a análise das dinâmicas identitárias em contextos contemporâneos. Hall enfatiza que a identidade é um fenômeno em constante construção, influenciado por fatores históricos, sociais e culturais, o que se revela essencial para a compreensão das complexidades das relações étnico-raciais.

Complementarmente, Cida Bento (2022), em seu estudo sobre o pacto narcísico da branquitude, oferece uma reflexão crítica acerca da racialização das pessoas brancas. A autora argumenta que, por um longo período, o grupo racial branco não se viu como racializado, estabelecendo sua pertença étnico-racial como norma e, consequentemente, como o corpo padrão. Essa perspectiva é particularmente pertinente, pois Bento questiona os privilégios associados à branquitude e as implicações que essas dinâmicas têm no contexto social. Ao explorar os mecanismos pelos quais a branquitude é sustentada e defendida, a autora ilumina as maneiras em que as estruturas de poder operam para perpetuar hierarquias raciais. Assim, a partir da racialização das pessoas brancas, é possível vislumbrar a construção de dinâmicas mais equânimes nas relações étnico-raciais.

Além disso, ao integrar essas discussões ao campo biblioteconômico e informacional, nossa pesquisa também se debruça sobre a obra "Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial" de Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva (2023). A abordagem proposta por Garcês-da-Silva é notavel por promover um entendimento mais representativo na Biblioteconomia, rompendo com silêncios e apagamentos em relação a evidência desses estudos e desses pesquisadores no campo.

A disciplina ainda explora as interseções entre gênero, sexualidade e questões étnico-raciais, conforme elucidado por Crenshaw (2002) na sua concepção de interseccionalidade, na qual é permitida a análise sobre a realidade social por meio de mais de um eixo de subordinação. Obras de Bell Hooks, como "Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade" (2020a) e "Ensinando o pensamento crítico: teoria e prática" (2020b), também foram incorporadas na disciplina para discutir as implicações dessas questões na formação educativa. Além disso, Audre Lorde (2020) é citada para refletir sobre as interseções entre raça, gênero e sexualidade, enquanto a coletânea "Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação", organizada por Romeiro, Martins e Santos (2019), complementam oferecendo uma perspectiva interseccional que converge estudos de gênero e sexualidade interseccionados a outras vias analíticas como pertença étnico-racial e localização geográfica, por exemplo. A seguir será apresentado o referêncial sobre estudos culturais, uma vez que este é por nós percebido como o principal fio condutor da disciplina.

Os Estudos Culturais

Os Estudos Culturais emergiram na década de 1970 na Inglaterra, marcando o que pode ser denominado como a “virada cultural” nas Ciências Sociais e Humanas. Este movimento não apenas catalisou a reconfiguração das fronteiras entre disciplinas tradicionais, como História, Sociologia e Literatura, mas também atuou como um agente ativo na transformação da estrutura disciplinar das Humanidades e das Ciências Sociais, um processo que continua a se desenvolver na contemporaneidade.

As temáticas abordadas pelos Estudos Culturais são amplas e diversificadas, refletindo a complexidade dos novos grupos sociais de produtores, criadores e divulgadores culturais. Nesse contexto, são discutidos os chamados consumos culturais, que englobam hábitos de leitura, frequências a teatros, cinemas, concertos, museus, bibliotecas e exposições de arte, além do acesso à Internet. Essas práticas culturais são analisadas sob diversas perspectivas, abrangendo estilos de vida, preferências culturais e o papel dos públicos em relação à cultura em geral, incluindo subculturas urbanas e suburbanas.

Além disso, os Estudos Culturais investigam a recepção dos meios de comunicação e os usos de dispositivos tecnológicos em uma variedade de indústrias culturais, como moda, turismo, publicidade, cinema, televisão, rádio, imprensa escrita e novas mídias. Esses estudos também se dedicam a explorar aspectos relativos a gênero, sexualidade e identidade étnico-racial, interagindo de forma produtiva com os estudos pós-coloniais. Assim, os Estudos Culturais se configuram como um campo em constante evolução, proporcionando aos pesquisadores ferramentas para analisar as práticas culturais que persistem nas representações sociais.

A diversidade das pesquisas nesta área é evidenciada pela variedade de vertentes, linhas de pensamento e escolas de pensamento. Dentre as mais significativas, destacam-se a Escola de Pensamento Anglo-Saxônica, a Escola de Pensamento Francesa e a Escola de Pensamento Latino-Americana. Essas tradições teóricas oferecem um rico arcabouço para a investigação de temas como Estudos Afrodescendentes, Etnia, Etnicidade, Estudos Étnicos, Estudos Etnográficos, Movimento LGBTQIAPN+, Feminismo, Religião, Estudos Comunicacionais, Estudos Antropológicos, Práticas de Consumo e Novos Dispositivos Tecnológicos. Essa multiplicidade de abordagens evidencia a riqueza e a complexidade dos Estudos Culturais, reafirmando sua relevância na crítica das dinâmicas sociais contemporâneas.

Os Estudos Culturais se desenvolveram nas décadas de 1960 e 1970, tendo como um de seus principais centros a Escola de Birmingham. Este movimento teve como precursores figuras influentes que moldaram o campo de maneira significativa. Entre eles, destaca-se Richard Hoggart, reconhecido como o fundador do domínio de conhecimento denominado Estudos Culturais. Em 1957, Hoggart publicou a obra "The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special

References to Publications and Entertainments", que se tornou um marco inicial para a reflexão crítica sobre a cultura da classe trabalhadora.

Raymond Williams também desempenhou um papel crucial na constituição dos Estudos Culturais, tendo publicado três obras principais. Em "Culture and Society", lançada em 1958, Williams propôs a ideia de que as noções culturais, assim como suas formas e práticas, solidificam visões e atitudes que exprimem regimes e estruturas de percepção e sensibilidade.

Além disso, Edward Thompson e Stuart Hall oferecem uma dimensão cosmopolita aos Estudos Culturais, apresentando experiências de diversidade cultural que são igualmente características dos historiadores e sociólogos como Benedict Anderson e Perry Anderson. Erving Goffman, sociólogo canadense associado à Escola de Chicago, contribuiu significativamente ao campo por meio de uma abordagem interacionista e antropológica, focando suas pesquisas nas interações sociais do cotidiano e no desenvolvimento das subculturas. Suas obras, como "The Presentation of Self in Everyday Life" (1956) e "Gender Advertisements" (1979), são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais.

Howard Becker, também sociólogo da Universidade de Washington e alinhado à Escola de Chicago, realizou importantes estudos, incluindo "Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance" (1973) e "Art Worlds" (1982), que exploram as interações sociais e as construções culturais. Por fim, Clifford Geertz, antropólogo de Princeton, publicou em 1973 "The Interpretation of Cultures", onde discute como as classes populares emergem como sujeitos de resistência, mobilizando recursos que se opõem à dominação e não aceitando passivamente sua posição na ordem do consumo.

A Escola de Pensamento Francesa é representada por figuras proeminentes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento dos Estudos Culturais. Entre esses representantes, destaca-se Roland Barthes, cuja obra é acompanhada pelas contribuições do teórico do cinema Christian Metz e da filósofa Júlia Kristeva. Juntos, eles iniciaram “l’aventure sémiologique” em torno da revista Communications, fundada em 1962 e que contou com a participação de Edgar Morin. Este projeto editorial foi fundamental para a discussão das implicações semióticas e culturais, estabelecendo um diálogo crítico sobre as práticas comunicativas e suas consequências sociais.

Outro importante representante da Escola de Pensamento Francesa é Pierre Bourdieu, que, em 1975, fundou Les Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Neste trabalho, Bourdieu segue a trajetória já iniciada pelos Estudos Culturais, enfatizando as implicações políticas da cultura. Suas análises sobre o campo cultural e as relações de poder oferecem uma perspectiva crítica que enriquece a compreensão das dinâmicas sociais e culturais, consolidando a relevância da Escola de Pensamento Francesa dentro do campo mais amplo dos Estudos Culturais.

Na Escola de Pensamento Latino-Americana, destacam-se diversos teóricos que contribuíram de maneira significativa para a compreensão das dinâmicas culturais e sociais da região. Paulo Freire, renomado educador brasileiro, em sua obra Pedagogia do Oprimido (1970), valoriza os elementos de resistência historicamente constituídos nas culturas populares, ressaltando a importância da conscientização e da educação como ferramentas de transformação social.

Jesús Martín-Barbero, hispano-colombiano, é outro importante representante, conhecido pelo estudo De los Media a las Mediaciones (1987) e, em coautoria com Germán Rey, pelo trabalho Los Ejercicios del Ver. Essas obras exploram as interações entre os meios de comunicação e as práticas culturais, destacando o papel das mediações na construção de significados.

Michelle Mattelart e Mabel Piccini também contribuíram de forma relevante com suas publicações Hegemonía Audiovisual y Ficción Televisiva (1999) e La Televisión y los Sectores Populares (1974), onde realizam os primeiros estudos etnográficos sobre as séries americanas e as telenovelas nos meios

populares de Santiago do Chile, proporcionando uma análise das representações midiáticas. Outro destaque é a colaboração de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, cujas obras analisam a interseção entre cultura e política na América Latina. Guillermo Orozco, mexicano, e Maria Immacolata Lopes, brasileira, desenvolveram um trabalho sobre a recepção de produtos midiáticos, com foco especial nas telenovelas e suas implicações sociais.

Nestor García Canclini, argentino radicado no México, é conhecido por suas investigações sobre hibridação cultural, desterritorialização e as chamadas “comunidades de consumidores”, trazendo à tona a complexidade das identidades culturais contemporâneas. Renato Ortiz, por sua vez, formulou os conceitos de “tradição moderna” e de mundialização do “internacional popular”, que ajudam a compreender os processos de globalização cultural na América Latina.

Por fim, Muniz Sodré, também brasileiro, contribuiu significativamente com obras como "Ficção do Tempo: Análise da Narrativa de Ficção Científica" (1973), "A Comunicação do Grotesco: Introdução à Cultura de Massa no Brasil" (1983), que analisa programas de TV que exploram escândalos e aberrações, e "Claros e Escuros: Identidade, Povo e Mídia no Brasil" (1999), onde estabelece relações entre o jogo identitário e a questão nacional. Esses autores, juntos, formam um arcabouço teórico que enriquece a investigação cultural e social no contexto latino-americano.

Atualmente, uma gama diversificada de estudos se fundamenta em três abordagens principais: Primeiramente, **as Teorias Críticas** emergem como uma resposta aos questionamentos sobre as relações de poder, dominação e ideologia, evidenciando as desigualdades e injustiças geradas pela predominância das teorias tradicionais no sistema de ensino. Essas teorias tradicionais, ao não problematizarem o conhecimento em si, apenas valorizam os mecanismos que perpetuam a reprodução desse conhecimento, sem considerar suas implicações sociais e culturais.

Em segundo lugar, os Estudos Decoloniais abordam as tensões entre o particular e o universal, investigando os efeitos persistentes do colonialismo na sociedade contemporânea. Esta abordagem visa desconstruir a lógica eurocêntrica, promovendo a diversidade epistêmica e a visibilidade de grupos anteriormente subalternizados. Ao questionar a hegemonia do conhecimento ocidental, os Estudos Decoloniais buscam abrir espaço para vozes e saberes marginalizados.

Por fim, as Inovações Disruptivas representam rupturas com paradigmas estabelecidos, desafiando as normas habituais e exigindo inovação e adaptação constantes para permanecerem relevantes. Essas alternativas disruptivas são capazes de produzir efeitos significativos na sociedade, transformando dinâmicas sociais e culturais de maneiras inesperadas.

Biblioteconomia e Sociedade: pensamentos e ações para promoção da Justiça Social

A Biblioteconomia, como campo do saber, se configura como uma ciência social aplicada, cuja principal abrangência é o estudo da informação registrada em diversas formas, incluindo livros e documentos de variadas naturezas. O seu objeto de análise não se restringe apenas aos acervos bibliográficos, mas também se estende aos usuários, à organização e representação do conhecimento registrado, e à mediação desse conhecimento em prol da sociedade. Entendemos que a função mediadora é base para o desenvolvimento humano e social, uma vez que a informação é um recurso fundamental para a formação de indivíduos críticos e conscientes.

Mas, afinal, o que entendemos por sociedade? O sociólogo Émile Durkheim (1974) define a sociedade como uma entidade que transcende o indivíduo, existindo de forma independente deste. Para Durkheim, o indivíduo é um mero receptor das regras e modos de vida impostos pela sociedade à qual pertence, que ele denomina de fatos sociais.

Essa perspectiva ressalta a importância das estruturas sociais na formação do comportamento e dos costumes individuais.

A sociedade, portanto, é um conceito que traduz um grupo de pessoas que compartilham uma cultura comum e um território definido, embora a noção de sociedade seja mais ampla do que a de comunidade, esta última se referindo a um grupo limitado de indivíduos que coexistem e se relacionam em um espaço específico. Nesse sentido, podemos delinear algumas características essenciais da sociedade:

1. **Teia de relações sociais**: A sociedade é composta por uma intrincada rede de interações, que inclui relações diretas e indiretas, organizadas e desorganizadas, conscientes e inconscientes.
2. **Universalidade**: A sociedade não está restrita a uma área geográfica específica; ela é um fenômeno universal e generalizado.
3. **Abstração**: A sociedade, enquanto conceito, é ampla e abstrata, configurando-se como uma rede de relações sociais que não pode ser diretamente tocada ou quantificada.
4. **Interesses comuns**: Os interesses compartilhados entre diversas comunidades se manifestam dentro do tecido social mais amplo.

Ao refletirmos sobre as características da sociedade contemporânea, observamos uma série de desafios que afetam significativamente o bem-estar coletivo, tais como, a exclusão social, que pode ser exemplificada na falta de oportunidades de emprego para os jovens e a inadequação de suas qualificações para o mercado de trabalho, perpetuando ciclos de exclusão. O abandono infantil, dado que, o aumento do número de menores abandonados evidencia a incapacidade de muitas famílias e do Estado de prover os cuidados necessários. A decadência educacional refletida na deterioração da qualidade do ensino público, que compromete a capacitação das crianças e adolescentes, limitando suas perspectivas futuras.

A violência, evidenciada pelo aumento da criminalidade entre os jovens, ilustra uma crise de segurança que afeta a coesão social. Essa violência também se reflete na formação de grupos como as milícias, cuja atuação nas comunidades e em algumas cidades brasileiras revela uma dinâmica de controle social que desafia a legalidade e a ordem pública. Outro aspecto preocupante é o aumento das taxas de gravidez na adolescência, que afeta meninas jovens, muitas das quais carecem de desenvolvimento físico, mental e psicológico, evidenciando a falta de suporte familiar.

Além disso, a crise econômica, marcada por uma inflação desenfreada, adiciona uma camada de complexidade às dificuldades enfrentadas pelas famílias, exacerbando a insegurança financeira. A intolerância e a falta de reconhecimento da pluralidade cultural e social também se configuram como barreiras para uma convivência harmoniosa, revelando um desrespeito à diversidade.

A ausência de políticas públicas efetivas para enfrentar esses desafios sociais acentua a vulnerabilidade de muitos grupos, enquanto a falta de iniciativas para preservar a memória histórica da nação compromete a identidade cultural e social. Por fim, o fenômeno das *fake news* e da desinformação representa um desafio significativo à formação de uma opinião pública informada e crítica, comprometendo o diálogo e a unidade social.

Dessa forma, a análise da Biblioteconomia em interação com as dinâmicas sociais contemporâneas revela a urgência de uma reflexão abrangente sobre o papel da informação e da mediação do conhecimento na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É imperativo que os profissionais da área se engajem ativamente na discussão dessas problemáticas, contribuindo para a construção de soluções que promovam o desenvolvimento humano e social em um contexto de crescente complexidade e interdependência, o que torna ainda mais necessário o desenvolvimento da disciplina “Biblioteconomia, Educação e Diversidade” na formação de futuros profissionais de Biblioteconomia, tanto da licenciatura, quanto do bacharelado.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 (ODS 4), integrante da Agenda 2030 articulada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), privilegia a "Educação de Qualidade", visando assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A meta 4.7 deste objetivo, propõe que:

> Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p. 23).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a educação abrange processos formativos que se desenvolvem em diversas esferas da vida, incluindo o ambiente familiar, as interações sociais, o espaço de trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, bem como os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. Essa abrangência destaca a complexidade e a multifuncionalidade da educação, que não se limita ao ensino formal, mas envolve também a construção de saberes e valores em contextos diversos.

É igualmente importante ressaltar que a educação é um dever compartilhado entre a família e o Estado, fundamentada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Sua finalidade é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício consciente da cidadania e qualificando-o para o mercado de trabalho. Esse enfoque integral da educação é essencial para formar indivíduos críticos e engajados na sociedade.

Dentro desse panorama, um dos indicadores mais destacados do ODS 4, avalia em que medida a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável — que inclui a igualdade de gênero e os direitos humanos — são integradas em todos os níveis das políticas nacionais de educação, nos currículos escolares, na formação de professores e na avaliação dos alunos.

Assim, é imperativo que a educação superior, o ensino médio, o ensino fundamental e a educação infantil se empenhem na elaboração de projetos pedagógicos que enfatizem as bases da educação libertária e progressista. Esses projetos devem permitir que os educandos se tornem protagonistas de seus próprios itinerários formativos e informativos, especialmente no que se refere à educação formal em suas diversas etapas.

Nesse mesmo contexto, as bibliotecas devem atuar como agentes do desenvolvimento sustentável, proporcionando espaços acessíveis ao público para a troca de informações, a partilha cultural e a promoção da participação cívica. A missão das bibliotecas públicas deve considerar a inclusão, o acesso e a participação cultural de grupos marginalizados, povos indígenas e pessoas com deficiência. Essa função reflete o papel das bibliotecas como facilitadoras do acesso, da produção, da criação e da partilha de conhecimento, abrangendo também o acesso remoto e digital a informações e materiais, além do desenvolvimento de competências e da conectividade necessárias para combater a exclusão digital. Tais ações promoveriam gradualmente, com a oferta de recursos e condições necessárias ao desenvolvimento pleno dos sujeitos, a garantia de equidade e a redução de desigualdades, refletindo na justiça social.

A noção contemporânea de justiça social, fundamentada em princípios morais e políticos, e ancorada nas ideias de igualdade e solidariedade, começou a se desenvolver no século XIX. Nesse período, a justiça social passou a ser associada à busca por uma sociedade mais igualitária, em resposta às profundas desigualdades sociais presentes na Europa, que ainda se organizava em torno de conceitos de diferenciação e subordinação (Connel, 2016).

O modelo de desenvolvimento europeu da época, que se baseava na industrialização, gerou, desde seu início, disparidades significativas entre as classes sociais. Nesse contexto, o conceito de justiça social emerge como uma resposta às desigualdades sociais, vinculado a ações e políticas destinadas à resolução desses problemas. A justiça social implica um compromisso tanto do Estado quanto de instituições não governamentais em buscar mecanismos efetivos para compensar as desigualdades geradas pelo mercado e pelas disparidades sociais.

Como uma estratégia de operacionalização para a promoção da justiça social, os Direitos Humanos constituem um conjunto de direitos reconhecidos internacionalmente, incluindo direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Esses direitos podem ser classificados como individuais, coletivos, transindividuais ou difusos e estão intrinsicamente relacionados à necessidade de garantir a igualdade e a defesa da dignidade humana.

Os Direitos Humanos atuam como uma linguagem internacional que estabelece uma conexão com os Estados democráticos de direito. A política de direitos humanos visa assegurar a implementação dos seguintes objetivos: a) A promoção e a universalização dos direitos humanos consagrados; b) A articulação e a defesa dos princípios fundamentais da contemporaneidade, como solidariedade, singularidade, coletividade, igualdade e liberdade.

A diversidade pode ser entendida como a soma das maneiras pelas quais as pessoas são iguais e diferentes. Ao reconhecer, valorizar e abraçar a diversidade, estamos, na verdade, reconhecendo e celebrando a singularidade de cada indivíduo. Essa valorização é crucial para a construção de ambientes mais inclusivos.

Complementarmente, a inclusão se refere a um ambiente em que todos os indivíduos são tratados de forma justa e respeitosa. Nesse contexto, cada pessoa é valorizada por suas habilidades, experiências e perspectivas distintas, tendo igual acesso a recursos e oportunidades. A inclusão permite que todos contribuam plenamente para o sucesso da organização, promovendo uma cultura colaborativa e enriquecedora.

No que diz respeito à equidade, este conceito considera as diferenças entre os indivíduos como um fator essencial para garantir um processo justo e, em última análise, um resultado equitativo. A equidade reconhece que certos grupos historicamente enfrentaram desvantagens no acesso a oportunidades educacionais e de emprego, resultando em sua sub-representação ou marginalização em diversas organizações e instituições. Assim, promover a equidade implica não apenas aumentar a diversidade, mas também melhorar as condições dos grupos desfavorecidos, assegurando que todos tenham a oportunidade de prosperar.

Construindo a partir dos conceitos de diversidade, inclusão e equidade, podemos aprofundar a noção de justiça informacional. Esses conceitos, quando plenamente adotados, ampliam o potencial para um ecossistema informacional mais justo e equitativo. No entanto, sua ausência pode exacerbar as desigualdades existentes. Para compreender essa dinâmica, é essencial examinar o conceito de injustiça epistêmica, conforme teorizado por Miranda Fricker (2018).

A associação entre injustiça epistêmica e justiça informacional é fundamental para a compreensão das dinâmicas de poder que permeiam o acesso e a produção do conhecimento. Conforme argumentam Romeiro e Silveira (2024), a justiça informacional, quando articulada com a promoção da diversidade, inclusão e equidade, pode promover um ecossistema informacional mais justo. No entanto, a ausência desses princípios pode acentuar as desigualdades já existentes.

Nessa empreitada, Miranda Fricker (2018) introduz o conceito de injustiça epistêmica para descrever os danos que indivíduos sofrem em sua realidade. Essa injustiça se manifesta quando preconceitos ou desigualdades estruturais prejudicam a capacidade de um indivíduo de contribuir para a produção de conhecimento ou de ter suas experiências e saberes reconhecidos. Fricker classifica essa

injustiça em duas formas principais: a injustiça testemunhal, que ocorre quando a credibilidade de um falante é desconsiderada devido a sua identidade social, e a injustiça hermenêutica, que se refere à falta de recursos interpretativos que impede indivíduos de compreender e articular suas experiências sociais.

Essas manifestações de injustiça epistêmica podem silenciar vozes marginalizadas, distorcer suas contribuições e criar um ambiente onde a credibilidade é concedida de maneira desigual. Contudo, Kay Mathiesen (2015) complementa essa discussão ao afirmar que a justiça informacional deve ser entendida dentro de uma orientação de justiça social, abrangendo tanto a perspectiva institucional quanto considerações éticas de cuidado e solidariedade. Nessa acepção, a justiça informacional preocupa-se com a distribuição equitativa de recursos, a participação social nos processos decisórios e o reconhecimento de diferentes sujeitos.

O acesso à informação é visto como uma relação entre fontes ou serviços informacionais e indivíduos ou grupos, sendo considerado acessível quando é disponível, localizável, compreensível e utilizável. Portanto, uma distribuição justa da informação deve assegurar que pessoas de diferentes realidades sociais tenham acesso a informações que promovam seu desenvolvimento contínuo. Mathiesen (2015) ressalta que a injustiça informacional não apenas perpetua outras formas de injustiça social, mas que a promoção da justiça informacional pode enfraquecer sistemas de opressão.

Nesse contexto, Silva et al. (2022) desenvolveram um conjunto de oito princípios orientadores para a prática da justiça informacional, os quais ressaltam a importância do empoderamento de comunidades vulneráveis. Esses princípios enfatizam que a justiça informacional deve ser empregada como uma ferramenta no combate a diversas injustiças sociais, bem como na capacitação de grupos marginalizados. Essa abordagem não apenas sublinha o compromisso da justiça informacional na luta contra a opressão, mas também destaca a necessidade de emancipação e empoderamento de comunidades historicamente desprivilegiadas. A implementação desses princípios é fundamental para promover uma mudança estrutural que possibilite a inclusão e a equidade no acesso à informação. Reiteramos que toda a argumentação evocada nessa seção, corresponde a bibliografia básica e complementar trabalhadas na disciplina “Biblioteconomia, Educação e Diversidade”.

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, com a finalidade de relatar a experiência didática desenvolvida na disciplina em questão. O planejamento didático foi estruturado em quatro eixos programáticos: o primeiro, intitulado "A Educação e a Biblioteconomia Libertadoras", investiga a relação entre práticas educativas e a promoção da liberdade e autonomia; o segundo eixo, "Educação, Biblioteconomia, Direitos Humanos e Justiça Social", analisa a relevância da educação inclusiva para o fortalecimento dos direitos humanos; o terceiro, "Diversidade e Inclusão", examina aspectos legais, sociais, políticos, educacionais e informacionais que permeiam a diversidade na educação; por último, o quarto eixo, "Estratégias para a Promoção da Diversidade e Inclusão", propõe táticas e metodologias voltadas à implementação de práticas inclusivas em instituições educacionais e unidades de informação. Em relação às metodologias de ensino aplicadas, foram utilizadas aulas teóricas dialogadas, acompanhadas de discussões de textos, laboratórios de vivências, elaboração de projetos e apresentações de seminários.

Resultados Parciais ou Finais

Evocamos como resultado das nossas discussões em sala de aula a experiência da avaliação final da disciplina, que consistia na exigência de apresentação de um artigo que refletisse sobre estratégias para a promoção da

diversidade e da inclusão em instituições educacionais e unidades de informação na sociedade contemporânea, desde que envolvesse uma das seguintes temáticas: vocabulário discriminatório, pessoas não alfabetizadas, neurodivergentes e neuroatípicas, com transtornos mentais, deficiências físicas, surdos, cegos, população carcerária, quilombolas, negros, indígenas, ciganos, população LGBTQIAPN+, moradores de comunidades, pessoas em situação de rua, refugiados, crianças e adolescentes.

O desenvolvimento da atividade propiciou ponderações e análises relacionadas as reproduções e transformações que engendraram a sociedade atual e seu impacto nas relações sociais, influindo diretamente na mobilidade dos sujeitos. Possibilitou-se assim, uma articulação entre processos formativos e normativos, para repensar a atuação da Educação e da Biblioteconomia visando uma alteração equitativa da realidade.

Os discentes participantes da disciplina elaboraram trabalhos sobre os temas propostos, embasados pelas referências bibliográficas oferecidas na ementa, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 1: Temáticas presentes na avaliação final da disciplina

Discentes	Temática do artigo
A	Mães solo e a retomada dos estudos.
B	Racismo ambiental, ecossocialismo e refugiados climáticos.
C	O papel da Biblioteconomia na implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
D	Otimização do ensino para crianças com Transtorno do Espectro Autista.
E	Crianças negras no espaço escolar.
F	A vulnerabilidade da comunidade surda.
G	Imigrantes latino-americanos no Brasil.
H	O uso de vocabulário controlado como aliado contra a lesbofobia.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os artigos e suas respectivas apresentações em sala de aula, emergiram ponderações em busca de resoluções teórico-metodológicas de cunho crítico-social pautadas pela Biblioteconomia e Pedagogia Crítica e Progressista.

O discente A apresentou dados sobre o aumento de lares chefiados por mulheres no Brasil e analisou o percurso educacional dessas mães, destacando a retomada dos estudos diante da sobrecarga de atividades domésticas, acadêmicas e outras responsabilidades relacionadas à maternidade. Essa realidade dificulta o aproveitamento escolar e o ingresso no ensino superior, impactando na mobilidade social desse grupo. O discente também discutiu a insuficiência da legislação atual em apoio a essas mulheres, enfatizando a necessidade urgente de homologação de leis que ofereçam assistência financeira para subsidiar os custos educacionais. Propôs, ainda, a inclusão de mães solo nas instituições de ensino por meio da oferta de monitorias, treinamentos e estratégias de rodízio no cuidado das crianças, com o intuito de formar uma rede de cuidadores entre elas, permitindo que possam construir novas realidades acadêmicas e profissionais.

O discente B direcionou sua atenção para a degradação ambiental provocada pelo capitalismo, que resulta em racismo ambiental e na naturalização da inferioridade socioeconômica de grupos vulneráveis, afetando também refugiados climáticos. Apresentou como proposta a união dos campos da Biblioteconomia e Educação para uma práxis descolonizadora que subsidie o ecossocialismo, levando em consideração as necessidades humanas e do planeta, em prol da justiça informacional e ambiental.

O discente C conduziu um debate sobre a vulnerabilidade da população negra, destacando a Lei n° 10.639 de 2003, que inclui a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos do ensino fundamental e médio. Enfatizou a importância da oferta de disciplinas obrigatórias que integrem aspectos biblioteconômicos à cultura afro-brasileira, visando a implementação efetiva da referida lei nas áreas da Biblioteconomia e Educação.

O discente D abordou as dificuldades enfrentadas por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) para acessar sistemas de

educação inclusiva, devido a barreiras na comunicação e interação social, além da ausência de ambientes sensorialmente adaptados. Sugeriu a colaboração entre os campos da Biblioteconomia e Educação na disponibilização de recursos acessíveis e tecnologias assistivas, além de práticas pedagógicas inclusivas que utilizem ensino estruturado e comunicação alternativa, com vistas a uma educação humanizada e inclusiva.

O discente E compartilhou uma experiência profissional, relatando um incidente em que uma criança negra foi impedida de escolher uma personagem para atuar em uma peça teatral, como uma tentativa de evitar interpretações racistas. Refletiu sobre os preconceitos socialmente construídos e reproduzidos no ambiente escolar, abordando como o racismo impacta a autoestima, a identidade cultural e a mobilidade social de pessoas negras. Destacou a relevância da Biblioteconomia no desenvolvimento de coleções que promovam a representatividade negra, contribuindo para uma Pedagogia Crítica que rompa com estereótipos negativos.

O discente F discutiu as barreiras comunicacionais enfrentadas pela comunidade surda, que dificultam o acesso a serviços sociais básicos, incluindo culturais. Evidenciou a importância da Biblioteconomia na aquisição de acervos em Libras, na criação de catálogos inclusivos e na disseminação de informações que ajudem a romper estereótipos sobre pessoas surdas, contribuindo para uma consciência crítica e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão.

O discente G abordou a problemática vivenciada por imigrantes latino-americanos que buscam melhores condições de vida no Brasil, destacando como a falta de documentação legal se torna um entrave ao acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e emprego, forçando-os a aceitar trabalhos análogos à escravidão. Apresentou o potencial da Biblioteconomia como ferramenta de inclusão social, ao utilizar bibliotecas como centros de acolhimento, no fornecimento de informações sobre direitos trabalhistas, acesso a serviços públicos e regularização documental, além de oferecer cursos de alfabetização em Língua Portuguesa e promover a diversidade cultural.

Por fim, o discente H destacou a invisibilidade da população LGBTQIAPN+ em instituições educacionais e informacionais, ressaltando a importância da representação temática nas bibliotecas como ferramenta de inclusão. Abordou como a indexação e a escolha de termos em vocabulários controlados podem influenciar a visibilidade desse grupo vulnerável e enfatizou a necessidade de atualização profissional da classe bibliotecária para evitar o uso de termos homofóbicos e lesbofóbicos, promovendo uma disseminação informacional que favoreça uma visão positiva e respeitosa da população LGBTQIAPN+.

Observou-se que a maioria dos temas abordados estava intimamente ligada à realidade dos discentes, sejam por vivência própria ou por experiências de pessoas próximas. Os discentes tiveram a oportunidade de expor suas concepções e defender seus pontos de vista sobre as temáticas escolhidas, utilizando argumentos consistentes e propostas de intervenção que respeitam os direitos humanos, demonstrando consciência crítica e comprometimento social no enfrentamento das desigualdades.

Com a finalidade de evocar a mudança na formação, propomos uma série de estratégias, fundamentadas nas reflexões compartilhadas em sala de aula, que podem contribuir para a promoção da diversidade e da inclusão em instituições educacionais e unidades de informação na sociedade contemporânea. Quanto aos aspectos educacionais, considera-se necessário, fortalecer o processo de construção da Educação em Direitos Humanos, considerando os seguintes pontos:

k) Reconhecimento da relação indissociável entre Educação e Direitos Humanos;
k) Série de dispositivos que visam a proteção e a promoção de direitos de crianças e adolescentes;
k) Educação das relações étnico-raciais;
k) Educação escolar quilombola;
k) Educação escolar indígena;

k) Educação ambiental;
k) Educação do campo;
k) Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais;
k) Temáticas de identidade de gênero e orientação sexual na educação;
k) Inclusão educacional das pessoas com deficiência;
k) Implementação dos direitos humanos de forma geral no sistema de ensino brasileiro.

A promoção da diversidade e da inclusão em instituições educacionais e unidades de informação requer um compromisso contínuo com a Educação em Direitos Humanos. As estratégias aqui apresentadas visam não apenas reconhecer e proteger os direitos de diversas populações, mas também integrar saberes e práticas que respeitem e valorizem as diferenças. Ao fortalecer a educação nas relações étnico-raciais, na educação quilombola e indígena, e ao abordar questões de gênero e deficiência, contribuímos para a construção de um ambiente educacional mais equânime.

Considerações Finais

A experiência da disciplina evidenciou a pertinência da Interseccionalidade no campo da Biblioteconomia, ao incluir temáticas que se cruzam e interferem na realidade de diferentes grupos sociais.

À guisa de provocação, para um aprofundamento reflexivo, indagamos:

- A minha formação com base nas diretrizes curriculares nacionais fomenta a minha atuação nos mais variados nichos do mercado de trabalho considerando o respeito à diversidade e a inclusão?

- Até que ponto tenho contribuído para mudar o cenário nacional face à promoção de estratégias para combater o racismo, à intolerância, à discriminação e o preconceito, praticados por determinados grupos sociais que se utilizam da violência física, simbólica e verbal para manutenção do poder?

- A Biblioteconomia e a Educação me possibilitam a prática de ações solidárias com vistas ao desenvolvimento das pessoas?

Enfatizamos que o diálogo entre a Biblioteconomia e outros campos de ensino, amplia a possibilidade de remoção de práticas enraizadas em discursos discriminatórios, favorecendo a construção de uma atuação profissional empática e acolhedora das diferenças.

Percebemos que a inclusão de pressupostos teóricos que revelem aspectos sócio-históricos condicionantes de grupos em vulnerabilidade social, propiciam uma formação pedagógica culturalmente relevante, delineando caminhos para o fortalecimento de um ensino transversal e intercultural, enfatizando aspectos sociopolíticos a serem abordados de modo interdisciplinar, o que reverbera numa práxis humanizadora, em prol da justiça informacional e social.

Assim, finalizamos citando a Declaração de Direitos da Biblioteca da American Library Association (ALA, 2019, tradução nossa) ao preconizar que os:

> I. Livros e outros recursos da biblioteca devem ser fornecidos para o interesse, informação e esclarecimento de todas as pessoas da comunidade a que a biblioteca serve. Os materiais não devem ser excluídos por causa da origem, histórico ou visões daqueles que contribuíram para sua criação.
>
> II. As bibliotecas devem fornecer materiais e informações apresentando todos os pontos de vista sobre questões atuais e históricas. Os materiais não devem ser proscritos ou removidos por desaprovação partidária ou doutrinária.
>
> III. As bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de fornecer informação e esclarecimento.
>
> IV. As bibliotecas devem cooperar com todas as pessoas e grupos interessados em resistir ao cerceamento da liberdade de expressão e livre acesso às ideias.
>
> V. O direito de uma pessoa de usar uma biblioteca não deve ser negado

> ou restringido por causa de origem, idade, histórico ou pontos de vista.
>
> VI. As bibliotecas que disponibilizam espaços expositivos e salas de reunião ao público a que atendem devem disponibilizá-los de forma equitativa, independentemente das crenças ou afiliações de indivíduos ou grupos que solicitem seu uso.

Para defender a Declaração de Direitos da Biblioteca e servir a toda a comunidade, órgãos governamentais, administradores e funcionários das bibliotecas devem adotar equidade, diversidade e inclusão.

Tal afirmativa emerge a indagação, sobre o que estamos fazendo pela Biblioteconomia brasileira e o que poderíamos ter feito? Como temos realizado nossas práticas profissionais, acadêmicas e sociais durante o processo de nossa formação enquanto sujeitos de nossa profissão? Em que medida nossas práticas e atuação têm contribuído para a formação do cidadão e a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática? Até que ponto de nossas vidas conseguimos fazer intervenções na sociedade de maneira a dirimir as desigualdades?

Precisamos trabalhar cada vez mais na perspectiva crítica, multi e pluricultural com vistas à visibilidade das minorias e viabilizar que grupos de pessoas em vulnerabilidade social, econômica e cultural, possam utilizar suas vozes, a fim de, evitar a reprodução de silenciamentos latentes em muitas unidades de informação.

É dever profissional de arquivistas, profissionais de Biblioteconomia e educadores, enquanto agentes da informação, assumir a responsabilidade social inerente às áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Educação e Ciência da Informação. Essa responsabilidade implica a criação e promoção de ambientes inclusivos que atendam às diversas necessidades da sociedade.

A Biblioteconomia, em suas diversas dimensões, tem se configurado como verdadeiros laboratórios de vivência e sobrevivência. Aliada à criatividade, essa prática potencializa e fortalece nossa atuação profissional, fundamentada em sólidos conhecimentos teórico-metodológicos. Esse arcabouço teórico permite a busca por soluções viáveis para os problemas que afligem a sociedade brasileira, promovendo a reflexão crítica e a inovação no campo da informação.

A responsabilidade social da Biblioteconomia, exercida por seus profissionais, reside na promoção da leitura, na democratização e no acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, assegurando que esses recursos estejam disponíveis a todas as pessoas, independentemente de gênero, pertencimento étnico-racial, idade, classe social, profissão, religião, nacionalidade, língua e cultura. O pleno exercício da profissão fundamenta-se no respeito ao próximo, na empatia, na alteridade, na pluralidade de pensamento, na diversidade e na dignidade da pessoa humana. Assim, somos responsáveis pela preservação dos registros do conhecimento humano, assegurando sua transmissão de geração em geração e de sociedade para sociedade.

É fundamental que toda pessoa tenha o direito à informação, livre de censura, para que possa se desenvolver plena e integralmente, adquirindo a competência necessária para discernir quais informações confiáveis são essenciais para sua vida e para seu desenvolvimento intelectual, social, econômico e cultural. Dessa forma, acreditamos que contribuímos para o desenvolvimento das pessoas e para a redução das desigualdades em nome da democracia, promovendo mudanças significativas em nossa consciência social e política.

Referências

American Library Association. (2020). Equity, Diversity, Inclusion: An Interpretation of the Library Bill of Rights. Advocacy, Legislation & Issues. https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill/interpretations/EDI

American Library Association. (2019). The Library Bill of Rights and Freedom to Read Statement. About ALA & Our Mission. https://www.ala.org/aboutala/offices/oif/LBOR-FTR-statement-pamphlet

Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. Carnets, Cultures

littéraires: nouvelles performances et développement, nº spécial, 451-461. https://doi.org/10.4000/carnets.3162

Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das Letras.

Brasil (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil (2012). Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, 10, 171-188.

Durkheim, É. (1974). Sociology and Philosophy. Peristiany.

Fricker, M. (2018). *Epistemic injustice:* Power and the ethics of knowing. Oxford university press.

Garcês-da-Silva, F. C. (2023). Biblioteconomia negra: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Malê.

Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade (11ª ed.). DP&A.

Hooks, B. (2020a). Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Martins Fontes.

Hooks, B. (2020b). Ensinando o pensamento crítico: teoria e prática. Elefante.

Lorde, A. (2020). Irmã Outsider: ensaios e conferências. Autêntica.

Martins, M. L. (2010). O Cultural Studies no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Caminhos nas ciências sociais: memória, mudança social e razão. Repositório Universidade do Minho. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25339/1/os_cultural_studies.pdf

Mathiesen, K. (2015). Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. *Library trends*, *64*(2), 198-225.

Organização das Nações Unidas. (2015). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel

Romeiro, N. L., Martins, C. W. & Santos, B. A. dos (Orgs). (2019). Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Nyota.

Romeiro, N. L., & Silveira, F. J. N. da (2024). Justiça informacional, questões de gênero e interseccionalidades: um caminho para a emancipação social. XXIV Encontro Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Ciência Da Informação.

FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE: O BIBLIOTECÁRIO E OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Angélica Cintra Fermann, Universidade de São Paulo (USP), 0000-0001-9813-0038, Brasil, angelicafermann@usp.br

Francisco Carlos Paletta, Universidade de São Paulo (USP), 0000-0002-4112-5198, Brasil, fcpaletta@usp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6698

Eixo: Perspectivas para a Profissão e Contributos das Associações Profissionais

Introdução

O futuro do trabalho do profissional da informação no entorno digital é um cenário ainda em construção, contornado por variáveis desconhecidas e por um contexto de mudanças rápidas, impulsionadas pelas tecnologias emergentes. Esse debate é estratégico e traz reflexões para além do futuro da profissão do bibliotecário, para instituições formadoras, órgãos reguladores, gestores de políticas públicas e ao próprio profissional na condução de suas escolhas, norteando caminhos possíveis para sua atuação e empregabilidade no campo da Ciência da Informação.

A formação universitária, nesse cenário, representa apenas o ponto de partida de um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional. Embora proporcione uma sólida bagagem teórica, essa formação ainda apresenta lacunas quando confrontada com as exigências do mercado contemporâneo, altamente dinâmico e digital. É nesse contexto que a necessidade de um bibliotecário mais autônomo, reflexivo, e com visão ampliada da sua profissão, torna-se urgente — não mais um guardião do saber, mas um agente estratégico na gestão do conhecimento.

Trabalhar o autoconhecimento é uma das lições que se deve ter em mente e que permitirá lidar melhor com as decisões importantes que devemos tomar durante a vida profissional.

Esse cenário levanta o seguinte problema de pesquisa: frente à acelerada transformação que a sociedade do conhecimento vai incorporando por meio das tecnologias emergentes e da consolidação de uma economia digital, existem lacunas entre o mercado de trabalho (especialmente o futuro do trabalho) e a formação do bibliotecário — profissional da informação — em relação às competências técnicas e sociocomportamentais demandadas? Parte-se da hipótese de que a formação desse profissional ainda é predominantemente catedrática, voltada para vagas clássicas no setor público ou privado tradicional, o que o distancia das exigências atuais e futuras de uma economia digital.

Assim, o objetivo geral deste projeto é compreender de que forma a transformação digital irá impactar o futuro do trabalho do bibliotecário, profissional da informação, nos próximos 10 anos. Para isso, delimitam-se os seguintes objetivos específicos:

- compreender melhor os conceitos de relação de trabalho e mercado de trabalho em uma economia digital;
- identificar profissões emergentes que apresentem sinergia com a carreira do bibliotecário, refletindo sobre a garantia de espaços futuros para este profissional;
- investigar como a universidade tem se organizado na formação e preparação do bibliotecário, tendo em vista o mercado digitalizado;
- analisar a percepção das organizações nativas digital ou digitalmente transformada sobre o papel do bibliotecário; e
- avaliar como empresas de recrutamento e seleção compreendem e qualificam o bibliotecário nos processos de lotação de vagas.

Este artigo retrata os achados e conclusões a partir do projeto de pesquisa de dissertação apresentado ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Mestre em Ciência

da Informação. A área de concentração da pesquisa é Organização, Mediação e Circulação da Informação, dentro do Programa de Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade de São Paulo (USP) / Escola de Comunicação e Artes (ECA) e tem a intenção de observar três eixos: o contratante, empresa na busca por lotação de uma vaga, como as organizações que atuam em recrutamento, compreendem a profissão "bibliotecário" e de que forma os especialistas que atuam no campo da biblioteconomia estão lendo o futuro da profissão, no entorno digital.

Referencial Teórico

Na construção do referencial teórico, as seguintes fontes documentais foram utilizadas: teses, artigos técnicos e científicos, bibliografias, artigos de periódicos, nacionais e internacionais, relatórios, indicadores armazenados no drive, compartilhado pelo Observatório do Mercado de Trabalho Profissional da Informação na Era Digital (OMTID) da Universidade de São Paulo/Escola de Comunicações e Artes (USP/ECA), da qual esta pesquisadora faz parte e visita a sites comerciais e coleta de percepção a partir de diálogos informais com as entidades e autoridades que estão presentes no ecossistema da Ciência da Informação, no entorno do universo da pesquisa, os quais estão detalhadamente apresentados mais adiante.

Para Boeres e Cunha (2018), a Ciência da Informação, por sua natureza interdisciplinar, está cada vez mais entrelaçada com as tecnologias da informação e da comunicação, especialmente no que diz respeito à gestão, recuperação e preservação digital.

O bibliotecário, portanto, precisa dominar múltiplas competências, tanto técnicas quanto comportamentais, que o posicionem como protagonista em ambientes organizacionais cada vez mais complexos e digitais (Paletta, 2016).

A partir da década de 1990, nota-se uma crescente complexificação do mundo do trabalho, com o surgimento de modelos de carreira como as carreiras inteligentes e sem fronteiras (Veloso, Dutra & Nakata, 2016), que demandam competências como o "saber por quê", "saber como" e "saber quem". Essas exigências desafiam o bibliotecário a ressignificar seu habitus profissional, conceito de Bourdieu (2004), entendido como um sistema de disposições que molda ações, percepções e práticas. Tais transformações exigem, portanto, uma ecologia do profissional da informação — um olhar integral que considere suas capacidades cognitivas, técnicas, sociais e simbólicas.

A crescente centralidade do digital nos modelos de negócios das organizações tem moldado profundamente o futuro do trabalho e das carreiras, provocando mudanças tanto positivas quanto desafiadoras nas relações laborais e nas formas de contratação (Lent, 2018).

Para Boeres (2018), as pessoas estão inseridas na Sociedade da Informação quando são capazes de desenvolver as habilidades necessárias para acessar e usar a informação. O conjunto dessas habilidades é chamado pela CI de *information literacy* , que é um quesito essencial para o cidadão do século XXI, imerso no mundo digital e que, para o bibliotecário, sem dúvida alguma, passa a ser um diferencial frente a outras profissões, já que este tem como propósito ser a ponte do conhecimento, cujo objeto é a informação e deve ser capaz de facilitar a vida do usuário a encontrar o que busca, independentemente do espaço e do dispositivo, seja uma biblioteca convencional, sejam projetos e serviços no setor privado, fazendo uso de recursos digitais. A biblioteca deve ser a extensão da sala de aula, das empresas, dos museus, onde o indivíduo segue sua educação continuada Nesse cenário de transformação acelerada, o processo de recrutamento ganha uma relevância estratégica sem precedentes, tornando-se peça-chave para os resultados organizacionais. Como observa Tarapanoff (2001), no início deste século nunca o recrutamento teve tamanha importância quanto na Era do Conhecimento, em que o capital intelectual e as competências individuais se tornaram fatores decisivos para a competitividade e a inovação nas instituições. A informação dentro do ambiente organizacional é o bem mais valioso, e a garantia do sucesso está condicionada aos métodos de gestão, não apenas ao momento do ciclo informacional,

mas também na forma de sua usabilidade. Assim, as transformações digitais não apenas reformulam os perfis profissionais demandados, como também elevam a responsabilidade das organizações em identificar talentos alinhados às novas exigências do mercado.

Por sua vez, os gestores de recursos humanos estão mais preparados para identificar, apoiar e absorver a terminologia de outras áreas mais estratégicas que requerem competências pessoais e profissionais que dizem respeito à formação do bibliotecário, mas não são identificadas como sendo mais afetas às tecnologias emergentes.

Para os profissionais da informação – o bibliotecário –, as mudanças impostas pelo mercado de trabalho afetam de maneira mais direta, uma vez que o seu objeto de trabalho é a informação e as ofertas de emprego não são mais exclusivas desse profissional. Análogo a linha de pensamento de Tarapanoff, Valentim (2002, p. 18), evidencia a preocupação com a formação do Bibliotecário diante de um mercado de trabalho que começa a partir do acesso às tecnologias e inserção do digital no modelo de negócio, fazer uso da informação em um formato mais democrático, como apoio a sua competitividade a partir da circulação e uso da informação "[...] a informação como objeto de estudo e de trabalho, é o ponto norteador para a atuação do profissional bibliotecário. É necessário que o ensino da Biblioteconomia, tanto o de formação quanto o de atualização, imprimam esse paradigma".

O século XXI traz mudanças significativas, em que se demanda um profissional com maior dinamismo e com competências para atuar no mundo que vai se configurando cada vez mais digital, imposto pela digitalização – é o mundo da hipertextualidade, da multimidialidade, das redes de conhecimento e, principalmente, do multiculturalismo.

Estar em sintonia com esse novo panorama é um desafio constante para o bibliotecário, que precisa atualizar suas competências para lidar com as exigências de um mercado ampliado, em transformação e mais conectado.

Como destacam Arruda, Marteleto e Souza (2000), uma das controvérsias que atravessa o campo da informação diz respeito à proposta de exclusão do termo "biblioteca" da nomenclatura dos cursos de formação. A mudança para expressões como "informação" ou "ciência da informação" busca ampliar o espectro de atuação dos profissionais e evitar que o mercado os associe exclusivamente a espaços bibliotecários tradicionais, o que, muitas vezes, limita seu reconhecimento em novos ambientes de trabalho.

Nesse contexto, é pertinente retomar a reflexão de Bourdieu (2004) sobre os processos de legitimação profissional. Segundo o autor, o reconhecimento do bibliotecário como ator qualificado depende tanto da incorporação de saberes e competências específicas quanto da aceitação (ou disputa) dos rótulos que a sociedade lhe atribui. Em um cenário de incertezas e redefinições, a busca por legitimidade e visibilidade torna-se estratégica para assegurar sua presença em novos territórios ocupacionais.

Conforme também pontua Valentim (2002, p. 21-23), o mercado de trabalho do bibliotecário pode ser sistematizado e organizado em três grandes grupos: mercado informacional tradicional, mercado informacional existente e não ocupado e mercado informacional de tendências. Essa divisão evidencia que, embora existam nichos consolidados, há também espaços em expansão e reinvenção — sobretudo diante da emergência de novas tecnologias e dinâmicas sociais — que requerem do profissional da informação uma postura proativa e adaptável.

A Era digital

A era digital está alterando os modelos de busca, acesso, apropriação, uso da informação e a produção de conhecimento. O espaço de uma biblioteca, seja acadêmica, especializada, pública ou privada, não é muito diferente de uma empresa, pois quando estamos nos referindo aos desafios impostos pela transformação digital, a percepção de risco com as mudanças impostas por uma economia digital será igualmente fundamental, por este ambiente requer dos profissionais que atuam nesses espaços uma formação com um maior diferencial na experiência do usuário, que pertence a uma geração que o trata como um migrante digital ou indivíduo digital.

O surgimento de novas carreiras decorrentes da transformação digital é uma tendência,

visto que esse processo vem transformando rapidamente as organizações e o mundo do trabalho. Ao bibliotecário - profissional também da informação - talvez tenha por desafio se adaptar e ampliar seus horizontes no sentido de perceber o que lhe falta ou de que forma poderá ocupar espaços, dentro do ambiente das novas profissões, amparado por uma formação que dialoga melhor com a demanda do mercado de trabalho e lhe concede legitimidade e retorno financeiro apropriado a sua entrega.

Além do domínio de múltiplos saberes, para se construir um perfil de bibliotecário protagonista, Varela e Barbosa (2012), explicam que é preciso empreender ações durante a formação promovendo o desenvolvimento cognitivo e o domínio de conteúdos e metodologias profissionalizantes, especializados do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e de áreas do conhecimento correlatas, de modo a solidificar essa formação, expandindo a visão crítica sobre a pluridisciplinaridade e complexidade, conduzindo o bibliotecário a focar no princípio de formação integral e integradora do indivíduo e dele com o ambiente, tendo como pilar de sustentação às demandas sociais e a função social da profissão.

O termo Economia Digital apareceu pela primeira vez em 1996 no livro de Don Tapscott, The Digital Economy: promisse and peril in the age of network intelligence (A Economia Digital: promessa e perigo na era da inteligência de rede). Nele, Tapscott (1996) descreve a era da inteligência de rede como um fenômeno revolucionário, impulsionado pelo conjunto de avanços na comunicação, computação e conteúdo, com fornecedores de entretenimento e informação para a criação de multimídia interativa e uma estrada de informação.

De acordo com o autor, a mudança foi significativa de modo que surgiu a necessidade de se repensar as definições tradicionais de economia, criação de riqueza, as organizações e outras instituições. O foco não são as redes de tecnologia, mas a rede de pessoas. O conhecimento é o motor e os demais recursos tradicionalmente utilizados para a produção de bens e os serviços se tornam secundários. Essa mudança faz com que as organizações passem a focar na retenção e desenvolvimento dos profissionais do conhecimento.

Para Chanias, Myers & Hess (2019), o digital não é um recurso, mas uma transformação de toda a estrutura organizacional. A implantação de uma estratégia de transformação digital envolve todas as esferas hierárquicas da organização, requerendo inclusive a competência de saberes externos como consultorias, recursos de infraestrutura tecnológica e de comunicação.

As organizações estão buscando se reinventar a partir das novas tecnologias novas e emergentes, atingir níveis mais altos de eficiência de produção e consumo, expandir para novos mercados e competir em novos produtos para uma base global de consumidores composta cada vez mais por nativos digitais (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018). No entanto, para aproveitar o potencial transformador proposto por uma economia do conhecimento, líderes empresariais de todos os setores e regiões estão cada vez mais sendo chamados a formular uma abrangente estratégia de força de trabalho, pronta para enfrentar os desafios desta nova era de mudança acelerada e inovadora (Schwab, 2019).

As organizações passam por um cenário de transformação do físico para o digital e seu modelo de negócio passa a ser decorrente de uma maior gama de tecnologias incorporadas aos processos, esses modelos passam a ser amplamente discutidos, definidos como disrupção digital e transformação digital das organizações. De acordo com Kane (2019, p. 44): “A disrupção digital refere-se à maneira como as tecnologias digitais estão transformando setores inteiros, mudando as regras dos negócios. A transformação digital é sobre como as empresas estão se adaptando à nova realidade criada pela interrupção digital. É uma distinção importante”.

As tecnologias disruptivas estão mudando a maneira como mercados e organizações trabalham, e, por conta das mudanças estruturais geradas pela evolução das TICs, novos negócios *online*, tais como educação, turismo, saúde, indústrias criativas, cidades inteligentes e sistemas inteligentes de transporte, estão surgindo (Sousa e Rocha, 2019).

Ao mesmo tempo em que a incorporação de robótica, inteligência artificial e outras tecnologias disruptivas têm o potencial de deslocar alguns trabalhadores, elas também podem suportar as rotinas operacionais, substituir tarefas de risco ou desagradáveis, possibilitar novas oportunidades de emprego e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Kane, et al. (2019), em seu estudo que explora os aspectos organizacionais das organizações digitais, levantaram dados a respeito das diferenças em se trabalhar em ambientes tradicionais em comparação com ambientes digitais. O aspecto mais representativo da pesquisa é a velocidade do negócio, que, de acordo com o estudo, acontece de forma mais acelerada e com um número maior de mudanças em organizações digitais.

Análogo aos resultados encontrados por Kane, et al. (2019), Sousa e Rocha (2019) destacam que as habilidades necessárias a gestores de negócios digitais disruptivos estão associadas às dimensões de inovação, gestão e liderança. No que diz respeito à dimensão de liderança, esses gestores devem ter a capacidade de inovar e serem criativos, diversificando e explorando novas oportunidades de negócio. Devem ter a capacidade de gerir projetos para conectar os objetivos das iniciativas com as necessidades do negócio. Devem apresentar a capacidade e a vontade de assumir riscos, porém, ao mesmo tempo, a capacidade de organizar os recursos necessários para responder às oportunidades. Devem também criar e desenvolver redes de relacionamento nacionais e internacionais.

Em relação às habilidades de gestão, os gestores de negócios digitais disruptivos devem estar familiarizados com novas formas de organização do trabalho no que diz respeito a métodos de trabalho em equipe e flexibilidade para se adaptar às mudanças no processo como resposta ao alto ritmo de inovação. Esses gestores devem estar aptos a conduzir iniciativas mais significativas, ter mais responsabilidade e tomar mais decisões, bem como gerir acordos estratégicos e alianças. Devem adaptar-se às mudanças organizacionais e desenvolver competências sociais e de relacionamento que permitam explorar o máximo potencial das equipes de trabalho. Para tais gestores, é necessário também conhecer a respeito dos diferentes tipos de tecnologia (Sousa e Rocha, 2019).

Por fim, ao falar sobre as habilidades de liderança necessárias aos gestores de negócios digitais disruptivos, Sousa e Rocha (2019) colocam a importância de líderes com boas habilidades de gestão de pessoas e que dominem técnicas como coaching e mentoring. A aplicação de tais técnicas combinada com uma boa gestão da performance e reconhecimento potencializam a motivação, a performance dos colaboradores e sua satisfação. Outro instrumento necessário a tais líderes são boas habilidades de comunicação para a melhoria do comprometimento dos colaboradores e das habilidades relacionadas à gestão de expectativa a respeito do desenvolvimento na organização.

Para Westerman, Bonnet e McAfee (2014), duas são as capacidades principais que alavancam a transformação digital com sucesso nas organizações tradicionais: as capacidades digitais e de liderança. Destacam que as duas devem ocorrer em conjunto, ter uma ou outra separadamente não as colocam no quadrante de sucesso. O capital investido é importante, mas o diferencial competitivo é obtido quando a empresa obtém a maestria na exploração das capacidades digitais com um processo de liderança que estabelece a visão, a governança para quebrar paradigmas, realizar a mudança e administrar barreiras culturais e regulatórias. Westerman, Bonnet e McAfee (2014) definem as capacidades digitais como o "que" da transformação digital, e as capacidades de liderança são o "como" da transformação digital.

As várias inovações trazidas pelas tecnologias emergentes, a partir dos anos de 2010, vêm alterando a maneira como trabalhamos, comunicamos, partilhamos o conhecimento, encontramos e mantemos amizades, compramos etc. As demandas existentes em um universo dominado pela TI, pautado na formação de redes que conectam espaços de aprendizado, que promovam a construção de projetos colaborativos, podem aumentar as oportunidades de emprego e de renda. Pode-se dizer que a centralidade da sociedade do conhecimento é a emancipação digital (Schwartz, 2007).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, caminho para conhecermos a realidade de algo ou para descobrirmos verdades parciais (LAKATOS, 2003).

De acordo com Souza, et al. (2013), o ato de pesquisarmos é uma forma sistemática da aplicação do método científico, cujo objetivo central é percorrermos o caminho para descobrir respostas para problemas a partir do emprego de procedimentos científicos. Ao realizarmos uma pesquisa, estabelecemos uma dinâmica sistematizada, por meio de procedimentos racionais e lógicos, que permitam encontrar uma solução para um determinado problema.

Assim, a escolha do método correto também passa pela busca de se encontrar a melhor forma de realizar o processo de pesquisa transparente, seguro e que permita amparar cientificamente os resultados a que se chega e, com eles, descrever os possíveis cenários.

Do Método

É uma pesquisa de natureza exploratória e de caráter qualitativo e fez uso como procedimento metodológico, o método Quadripolar. A coleta de dados foi realizada através da técnica Delphi para o estudo de três grupos de respondentes: organizações de recrutamento, especialistas que dominam os conceitos em torno do digital e atuam no campo da biblioteconomia e empresas que nasceram no digital ou o possuem incorporado em seu modelo de negócio.

A construção teórico-metodológica busca contornar a profissão do bibliotecário tratando de uma forma conceitual sobre o olhar da carreira para entrar no conceito da transformação digital, o futuro do trabalho e suas conexões com a ciência da informação, passando pelo profissional da informação no contexto da era digital.

O método Quadripolar que foi concebido pelos belgas Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete em 1974, é uma prática metodológica que se desenvolve como um processo matricial e permite a análise do investigador atuar como um balé ao organizar, enquadrar e aperfeiçoar os dados relativos às abordagens qualitativas (Silva, 2014). Esse processo matricial consiste em uma base, um modelo geral de compreensão da metodologia da investigação e se desenvolve como uma arena para a pesquisa, desenhada em um determinado campo de conhecimento, em que se estuda, através dos quatro polos de investigação: epistemológico, morfológico, teórico e técnico, o eixo central do objeto da pesquisa, no caso em questão o bibliotecário, no universo do digital. A seguir descrevemos na no quadro 1, cada um dos polos, como melhor forma de entendimento.

Quadro 1 - Elementos de análise relativos aos quatro polos da metodologia Quadripolar

Polos metodológicos	Elementos centrais de análise da metodologia	Descrição
Polo Epistemológico	• paradigmas / linguagens (conceito); • postulados ontológicos; problemática; e • critérios de cientificidade.	Exerce uma função de vigilância crítica. Ao longo de toda a pesquisa, ele é a garantia da objetivação – isto é, da produção – do conhecimento científico, da explicitação das problemáticas da pesquisa. Decide, em última instância, as regras de produção e de explicação dos fatos, da compreensão e da validade das teorias. Explicita as regras de transformação do objeto científico; critica seus fundamentos.
Polo Morfológico	• operações morfológicas: o Organização apresentação dos resultados • Validação.	Enuncia as regras de estruturação, de formação do objeto científico, impondo-lhe certa ordem entre seus elementos. Permite colocar um espaço de causa e ação em rede onde se constroem os objetos científicos, seja como modelos cópias, seja como simulacros de problemáticas reais.
Polo Teórico	• tipos de teorias; • contextos: o Provas/descobertas • operações teóricas: o codificação / análise e interpretação.	Guia a elaboração das hipóteses e a construção dos conceitos. É o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos. Propõe regras de interpretação dos fatos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas. É o lugar de elaboração das linguagens científicas, determina o movimento da conceitualização.
Polo Técnico	• técnicas de coleta de dados; • unidades e sistemas de observação; • validação; • método de investigação.	Controla a coleta dos dados, esforça-se por constatá-los para poder confrontá-los com a teoria que os suscitou. Exige precisão na constatação, mas, sozinho, não garante a sua exatidão. Tem em sua vizinhança modos de investigação particulares: estudos de caso, estudos comparativos, experimentações, simulação. Esses modos de investigação indicam escolhas práticas pelas quais os pesquisadores optam por um tipo particular de encontro com os fatos empíricos.

Fonte: Adaptado pela autora de Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (1994, p. 27).

Os quatro pólos conduzem o pesquisador dentro do processo de investigação dos problemas apresentados na pesquisa, sem que ele se perca do problema central, não se configurando em hipótese alguma em processos separados da pesquisa, apenas se acautelando de dar tratativas particulares a uma mesma realidade. Está demonstrado na figura 2, o plano de pesquisa executado, o campo de abrangência da pesquisa.

A investigação Quadripolar, pensada para as Ciências Sociais, é um método indicado para a investigação dos problemas suscitados pela CI, por esta ser também uma Ciência Social Aplicada. Para De Bruyne, Herman e De Schoutheete (1977), a complexidade das problemáticas das Ciências Sociais acaba impondo que todo o processo de investigação se configure, por vezes, em uma sequência de operações rígidas.

Tal metodologia veio romper com uma questão central quanto ao debate acerca da cientificidade das Ciências Humanas e Sociais, rompendo com um complexo que era imposto aos pesquisadores das disciplinas dessa área em face da lógica imposta pelas Ciências Naturais, que impunha critérios e rigor metodológicos (Silva, 2014, p. 31).

No contexto desta pesquisa, a metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem que permite o isolamento e a análise de um conceito operatório específico. Esse conceito é desdobrado em múltiplas dimensões, cada uma subdividida em componentes distintos, os quais, por sua vez, são representados por indicadores específicos. Essa estrutura configura um modelo de análise caracterizado por sua elipticidade e não linearidade, contrastando com os modelos tradicionais lineares frequentemente empregados nas Ciências Humanas. Essa abordagem metodológica possibilita uma compreensão mais dinâmica e interconectada dos fenômenos estudados, alinhando-se com perspectivas contemporâneas que reconhecem a complexidade e a interdependência dos elementos que compõem os objetos de pesquisa nas ciências sociais e humanas.

Para uma maior compreensão, a seguir, na figura 1 é demonstrado o modelo topológico da prática metodológica, segundo De Bruyne, et al, onde pode ser observado a ideia de uma dança entre os quatro pólos e como foi aplicada na pesquisa.

Figura 1 - Modelo topológico da prática metodológica Quadripolar

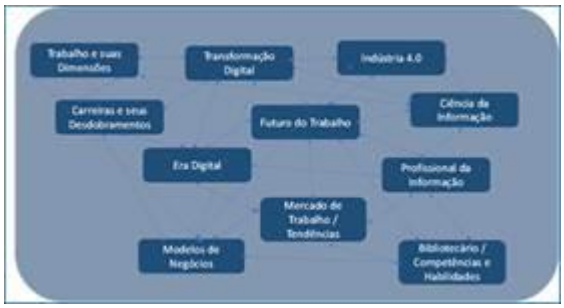


Fonte: adaptada do modelo proposto por De Bruyne et al (1975)

O polo epistemológico tem uma especificidade ímpar, pois é através dele que ao longo de toda a pesquisa se faz a vigilância do universo a ser contemplado e inclusive se decide, em última instância, as regras de produção e de explicação dos fatos, da compreensão e da validade das teorias.

A seguir, é demonstrado na figura 2, no plano de pesquisa executado, o campo de abrangência da pesquisa.

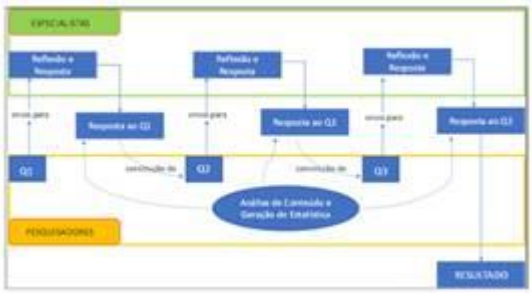
Figura 2 – Campo de abrangência da pesquisa



Fonte: autoria própria

A técnica Delphi foi utilizada na etapa de coleta, extração e tratamento dos dados, e sua escolha se deu para além da especificidade da pesquisa, uma forma de coletar mais informações acerca do grupo de especialistas e recrutadores de recursos humanos, formadores de opinião, buscando completar os achados e fazer inferências, que trarão novas reflexões a um cenário de incertezas que é o futuro das profissões. A coleta de dados foi realizada em âmbito nacional e foram realizadas 3 rodadas no período de junho/2021 a janeiro de 2022 e pode ser melhor compreendida na figura a seguir, de número 3.

Figura 3 – Fluxograma de execução da técnica Delphi



Fonte: Adaptada pela autora do modelo sugerido por Wright e Giovinazzo (2000, p. 57). (p. 91 da dissertação)

Da Coleta de Dados, População-Alvo e Sujeitos da Pesquisa

O projeto de pesquisa em questão iniciou com uma pesquisa documental junto às fontes bibliográficas sobre o universo a ser estudado, com a finalidade de proporcionar uma maior familiaridade com o campo da pesquisa, aprofundar conhecimento e delimitar melhor o problema da pesquisa; somando-se ainda a oportunidade de alargar o conhecimento da pesquisadora junto às disciplinas em curso, que também contribuíram para um maior enriquecimento de saberes em procedimentos de pesquisa e identificação dos assuntos, que melhor.

A seguir, detalhamos as principais fontes que balizaram tal construção:

- Banco de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (DEDALUS).
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
- Bancos e Bases de dados, acessados no Portal de Busca Integrada (PBI) da USP (Library Information Science Abstratcs – LISA, Business Source Complete – EBSCO, Information Science & Technology Abstracts – ISTA, Emerald e Scopus).
- Google Scholar.
- Relatórios e indicadores qualitativos, resultantes de pesquisa realizada pela USP/ECA e OMTID, em projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), contendo dados sobre mapeamento de vagas.
- Base de Dados em CI (BRAPCI).
- Navegação em domínios da área tais como: Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), Conselho Federal de Biblioteconomia (CRF), entidades ligadas a CI no exterior, Ministério do Trabalho, entre outras não de menor relevância, mas desnecessárias sua citação neste documento.
- Visitas a *sites* de organizações que fizeram a transformação digital e *startups* de base tecnológica que já nasceram no formato digital, com a finalidade de compreender o universo de construção do objeto informação, sua gestão e armazenamento, visto que tais processos são afetos às funções e às carreiras do profissional bibliotecário.
- Visitas a portais das universidades brasileiras ranqueadas entre as dez melhores do mundo, com a finalidade de compreender a construção dos projetos pedagógicos e grades curriculares dos cursos de Graduação em Biblioteconomia.

Essa fase foi contínua, promovendo enriquecimento intelectual à pesquisadora e dilatando sua visão crítica a partir do ganho de novos conhecimentos, visto que toda pesquisa não segue uma sequência linear, mas se converte em um ballet, proposta inclusive da teoria Quadripolar, em que os fatos geram fenômenos que se operam avançando e, por vezes, recuando, seguindo em frente e retomando pontos já elaborados, necessitando do pesquisador uma percepção acurada por busca de novos constructos acerca dos temas que são objeto da pesquisa, até que se obtenha resultados aceitáveis – mais um argumento que ampara a escolha do método Quadripolar.

Há um parêntesis a ser feito sobre a condução do processo de coleta, para esclarecer o atraso da execução programática do cronograma em razão do momento pandêmico somado pela barreira criada pela necessidade de inclusão da pesquisa no portal da Plataforma Brasil[1] orientação do Conselho de Ética da Universidade de São Paulo (USP) e devidamente acatada, causando uma barreira temporal de aproximadamente seis meses em atraso, por conta dos tempos de aprovação e de reformulação de instrumentos para atender os requisitos necessários.

O roteiro teve de seguir um padrão mais rígido, com viés da área da Saúde para estar em conformidade com as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, de acordo com o que é colocado como diretriz pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e disponível no sítio

www5.each.usp.br/apresentacao-cep/ e para cumprir as diretrizes da Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, (BRASIL, 2013) e da Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2016), ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Segundo a Resolução Nº 466/2012, item VII.2, os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados "[...] interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos" (BRASIL, 2013, p. 61). dialogavam com o universo escolhido.

O segundo procedimento técnico foi o levantamento em torno do estudo de variáveis que vieram a partir do cruzamento de insumos oriundos de pessoas e de grupos distintos.

Como forma de dar um maior direcionamento à análise das informações coletadas a partir da navegação nos portais eletrônicos das universidades, foi elaborada um processo de seleção considerando o universo de universidades brasileiras, as dez ranqueadas a partir de dois instrumentos utilizados como fonte de consulta: CRB – Regional 6, no endereço: https://crb6.org.br/materias/11-melhores-universidades-para-cursar-biblioteconomia-no-brasil/, que publicou uma matéria sobre as 11 melhores universidades para cursar Biblioteconomia no Brasil; e a Revista Forbes, no endereço https://forbes.com.br/carreira/2022/08/as-10-melhores-universidades-do-brasil-em-2022/. Nesta etapa de investigação junto aos portais das universidades o objetivo foi o de analisar as grades curriculares e os respectivos projetos pedagógicos, para compreendermos se há algum impacto na formação do bibliotecário entre uma universidade e outra, em detrimento da grade curricular, projeto pedagógico, ser pública ou privada ou, ainda, ensino a distância. A área de cobertura desta investigação foi de âmbito nacional e foi estabelecida a navegação com olhar para os seguintes itens:

- conhecer a graduação em Biblioteconomia;
- avaliar os cursos em formato de Especialização ou Pós-Graduação; e
- evidências de existência de grade de conteúdos, em sinergia com a realidade do mercado de trabalho com vistas à era digital.

Tendo em vista o grau de dificuldade na localização dos documentos, os pontos de comparação para seguir adiante com o método, optou-se por um segundo critério - uso de uma amostragem que levasse em consideração apenas as universidades públicas. Assim sendo, a amostra finalizada para ser estudada passou a ser representada conforme demonstrado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Universidades Públicas

Universidade Faculdade	Sigla	Estado	Região
	UFBA		

Fonte: Adaptado pela autora do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) – 8ª Região (2020).

A partir do estudo desta amostra, foi possível finalizar a configuração dos grupos de respondentes para a aplicação da Técnica Delphi, conforme representado na Figura 4, a seguir:

Figura 4 – Levantamento – perfil respondentes



Fonte: autoria própria

De acordo com a ilustração, cada grupo foi constituído com as seguintes características:

Grupo 1: Especialistas atuantes na graduação em Biblioteconomia, Documentação e Especialização em Programas de Pós-Graduação em CI – docentes e pesquisadores (coordenadores da Graduação de cursos de Biblioteconomia e Documentação e Especialização em Programa de Pós-Graduação em CI), das universidades públicas e privadas, e organizações que lidam com projetos de pesquisa e desenvolvimento no campo da CI, em território nacional.

Grupo 2: Empregabilidade – profissionais, especialistas, formadores de opinião que atuam em áreas de talentos ou recrutamento no mercado de trabalho, conhecedores das vagas disponíveis para o segmento de tecnologias emergentes e que estão lotados em empresas de recrutamento ou como head independentes.

Grupo 3: Empregabilidade – Profissionais que lidam com pessoas, em posições dentro de organizações que iniciaram suas atividades na era digital e, que de alguma forma, já possuem o digital como centralidade de seu negócio (nos processos centrais em que dependem a entrega de um produto ou serviço).

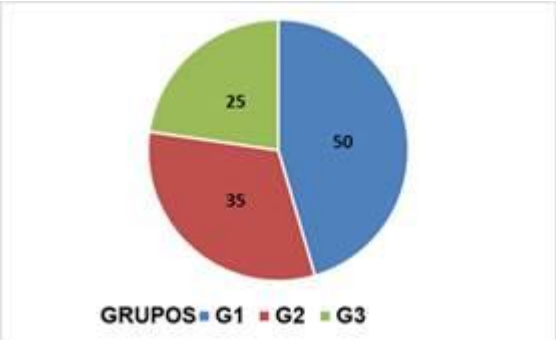
Para os três grupos, foi estabelecido um perfil mínimo, a saber:

- conhecimento reconhecido nos temas afetos à pesquisa.
- ser um formador de opinião ou um influencer.
- atuar na área de Biblioteconomia, podendo ser em qualquer setor (educação, empresa, biblioteca tradicional ou privada), com comprovada vivência na área há pelo menos cinco anos.
- atuar na área de recrutamento e ter perfil de analista de vagas.
- compreender como sendo parte deste grupo as categorias formadas por: pesquisadores, profissionais vinculados a institutos de pesquisa, professores universitários, consultores, organizações que, de alguma forma, possuem o digital como centralidade de seus modelos de negócios.

A seguir, nos quadros 3 e 4, está sendo apresentada a amostra total de 110 instituições, considerando uma representação capaz de produzir dados suficientes para o escopo da pesquisa. De acordo com o método da técnica Delphi, foi utilizada a mesma amostra para todas as 03 rodadas.

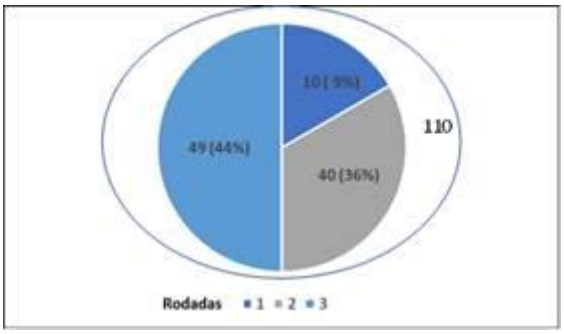
Quanto ao instrumento de coleta, foi confeccionado um questionário, com perguntas de multiescolhas, considerando sugestões advindas de profissionais que pertencem a áreas que dialogam com a Ciência da Informação e que atuam no Observatório do Mercado de Trabalho Profissional da Informação na Era Digital (OMTID) do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Quadro 3 – Amostra Delphi pré-qualificada para sofrer a pesquisa



Fonte: autoria própria

Quadro 4 – Amostragem Delphi em números percentuais de respondentes



Fonte: autoria própria

A pesquisa resultou em mais de 80 quadros e figuras reproduzindo vários indicadores e aqui é retratado apenas uma parte do conteúdo coletado.

Resultados Parciais ou Finais

Respeitando o método Quadripolar, por último, temos o polo morfológico, onde se dá a organização e a representação dos dados. Este pólo se conecta diretamente com o polo técnico, onde ocorre a análise dos dados e a interpretação dos resultados (Herbert, Goyette & Boutin, 1990, p.85). Se no pólo técnico foi onde se realizou toda a captação dos dados e suas interpretações é no pólo morfológico que constam os achados da pesquisa.

Observando os próximos quadros, de números 5, 6 e 7, vemos a concentração de índice de respostas por tipo de grupo de respondentes, distribuídos por rodada.

Quadro 5 – Respondentes Delphi – rodada 1



Fonte: autoria própria

Quadro 6 – Respondentes Delphi – rodada 2~



Fonte: autoria própria

Quadro 7 – Respondentes Delphi – rodada 3



Fonte: autoria própria

Podemos verificar uma mudança na participação do grupo 1 para menos da rodada 2 para 3 de 29 pontos percentuais e por outro lado um aumento de participação do grupo 2 de 4,7 pontos percentuais da rodada 2 para 3 e de 24,2 pontos percentuais do grupo 3, respectivamente.

Nos últimos 10 anos, com o digital mais presente na sociedade, autores da CI, buscam compreender e assinalar reflexões quanto à inserção do Digital no campo da Ciência da Informação. Com base nas pesquisas realizadas em parceria entre Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Carlos III (Madrid), no âmbito do Observatório do Mercado de Trabalho Profissional da Informação na Era Digital (OMTID)[2], de acordo com Moreiro (2019), há alguns perfis profissionais para ambientes digitais mais solicitados pelas empresas. No sentido de traçar um perfil das características de ofertas de emprego para o Profissional da Informação do entorno digital, imagine-se como um(a) recrutador(a) no ano de 2030, que tem em mãos a demanda de um cliente cujo o ambiente digital é referência em seu modelo de negócio e necessita de um profissional de informação. Pensando na condição que este grupo ocupa de dupla função, já que atua na formação em

Biblioteconomia e Documentação e numa segunda ocupação ao desenvolver atividades na universidade, em projetos de estágio e desta forma, uma conexão com o mercado de trabalho, similar a um recrutador, foi solicitado que assinalasse os itens que são as mais prováveis em sua opinião, para sugerir ao cliente um Bibliotecário e os resultados estão apontado no quadro 8, a seguir. A lista de argumentos é oriunda da base de dados do OMTID.

Quadro 8 – Perfil do bibliotecário segundo visão do formador – ao indicar para um cliente digital – visão 2030

Criação e gestão de conteúdos digitais (multimídia)	83,30%
Curadoria	83,30%
Dados de pesquisa; dados de projetos; dados de negócio	83,30%
Experiência do usuário	83,30%
Análise de dados	66,70%
Preservação a longo prazo	66,70%
Redes sociais	66,70%
Autenticidade	50%
Integridade	50%
Interoperabilidade	50%
Políticas a seguir nos fluxos de colaboração e comunicação	50%
Posicionamento web	50%
Reconhecimento da autoria	50%
Criatividade e inovação digitais	33,30%
Imagem e reputação digital	33,30%
Marketing digital	33,30%
Reputação corporativa online	33,30%
Prefiro não responder	0
Outros	0

Fonte: autoria própria

A seguir, no quadro 9, a mesma questão sendo respondida pelo grupo dos recrutadores.

Quadro 9 - Perfil do bibliotecário segundo visão do recrutador – ao indicar para um cliente digital – visão 2030

Análise de dados	100%
Criação e gestão de conteúdos digitais (multimídia)	100%
Experiência do usuário	100%
Criatividade e inovação digitais	50%
Curadoria	50%
Dados de pesquisa; dados de projetos; dados de negócio	50%
Imagem e reputação digital	50%
Integridade	50%
Posicionamento web	50%
Reconhecimento da autoria	50%
Redes sociais	50%
Autenticidade	0
Interoperabilidade	0
Marketing digital	0
Políticas a seguir nos fluxos de colaboração e comunicação	0
Prefiro não responder	0
Preservação a longo prazo	0
Reputação corporativa online	0
Outros	0

Fonte: autoria própria

Ainda em direção a buscar novos constructos para o entendimento em como o mercado de trabalho entende o profissional da informação, mais especificamente o bibliotecário, foi perguntado as 6 áreas profissionais mais prováveis de terem espaço crescente no mercado de trabalho, pensando em um cenário de 2030, tendo em vista a área de atuação de sua organização. No quadro 10, a seguir, podemos ver que o bibliotecário, pelo menos para os respondentes que participaram desta pesquisa, o bibliotecário seguirá tendo espaço no mercado.

Quadro 10 – Áreas que seguiram demandadas em 2030 – segundo os recrutadores

Administração de empresas	100%
Biblioteconomia	50%
Direito	50%
Economia	50%
Educação Física	50%
Enfermagem	50%
Engenharia de Alimentos	50%
Engenharia de Computação	50%
Engenharia de Produção	50%
Farmácia-Bioquímica	50%
Psicologia	50%
Engenharia Ambiental	
Engenharia de Materiais	
Engenharia de Petróleo	
Engenharia Mecatrônica	
Engenharia Química	
Lazer e Turismo	
Oceanografia	
Prefiro não responder	
Publicidade e Propaganda	
Relações internacionais	
Outros	

Fonte: autoria própria

A seguir para o grupo composto por tomadores de decisão cujo perfil é a organização que precisa rapidamente repor as condições necessárias que identificar em seu modelo de negócio para que a empresa não perca sua produtividade e ao mesmo tempo se mantenha em sucesso do ponto de vista de gestão e liderança, foi uma abordagem mais propositiva, na busca de elementos que caracterizam o perfil do contratante de uma empresa digital e se há espaços de ocupação para o profissional da informação, em específico o bibliotecário.

Foi inquirido ao grupo que considerasse a economia no ano de 2030 e elegesse 6 áreas profissionais que são as mais prováveis de

terem espaço crescente no mercado de trabalho, tendo em vista as novas profissões que deverão surgir e se consolidar, para atender a demanda de clientes que possuem o digital no contexto do modelo de negócio. O resultado objetivo está apresentado a seguir, no quadro de número 11 e como pode ser observado, diferente da visão dos recrutadores para este grupo a área de biblioteconomia não estaria entre as áreas que se espera tenha espaço ocupacional no mercado de trabalho e nem tão pouco é esperado a área de administração de empresas como a mais querida, que aqui está com 50% de probabilidade diferente da visão do grupo 2 que a entende como sendo a primeira do ranking.

Quadro 11 – Áreas que seguiram demandadas em 2030 – segundo a empresa digital

Economia	100%
Enfermagem	100%
Administração de empresas	50%
Engenharia Ambiental	50%
Engenharia de Alimentos	50%
Engenharia de Computação	50%
Engenharia de Produção	50%
Engenharia Mecatrônica	50%
Psicologia	50%
Biblioteconomia	
Direito	
Educação Física	
Engenharia Agronômica	
Engenharia de Materiais	
Engenharia de Petróleo	
Engenharia Química	
Farmácia-Bioquímica	
Lazer e Turismo	
Oceanografia	
Prefiro não responder	
Publicidade e Propaganda	
Relações internacionais	
Outros	

Fonte: autoria própria

Nesta próxima questão, resultados tangibilizado no quadro 12, no sentido de traçar um perfil das características de ofertas de emprego para o Profissional da Informação do entorno digital, foi solicitado ao respondente que se imaginasse no ano de 2030; sua organização, cujo ambiente digital é referência em seu modelo de negócio, necessita de um profissional de informação", assinale os itens que são as mais prováveis em sua opinião, para trazer um Bibliotecário para sua organização.

Quadro 12 – Competências técnicas mais requeridas – 2030 – comparação grupos 1, 2 e 3

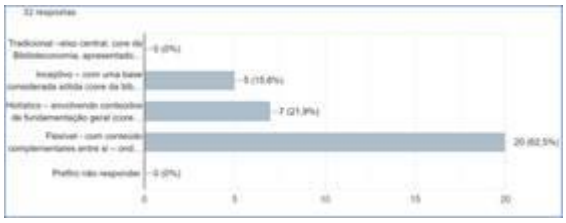


Fonte: autoria própria

Para os grupos 2 e 3, representados pelos profissionais que promovem a empregabilidade, recrutadores e empresas respectivamente, as competências mais requisitadas para o ano de 2030, ao refletirmos no perfil da vaga e do profissional bibliotecário estão mais alinhadas e distantes da visão do grupo 1, representado pelos profissionais que atuam na formação deste profissional.

Segundo Bahl (2016), para que os negócios possam agregar valor e lucro é necessário incorporar o digital no centro do que fazem e em como interagem e negociam com seus clientes, parceiros e funcionários. Assim, irão se mover da digitalização de partes de suas atividades para serem digitais, por meio da transformação de seus processos centrais. Dentro deste contexto, foi solicitado a este grupo que se imaginasse com o poder de implementar um modelo de formação inovador aos futuros bibliotecários, considerando uma sala de aula projetada para o mercado de trabalho em 2030, simulando uma unidade de negócio. A seguir, no quadro 13, apresentamos a visão dada pelo grupo.

Quadro 13 – Modelo futuro curso de Biblioteconomia – visão 2030, segundo formador



Fonte: autoria própria

Tendo em vista que o gráfico não consegue reproduzir todos os itens, segue a reprodução dos itens, pela ordem de aparição:

- tradicional – eixo central, core da Biblioteconomia, apresentado por um

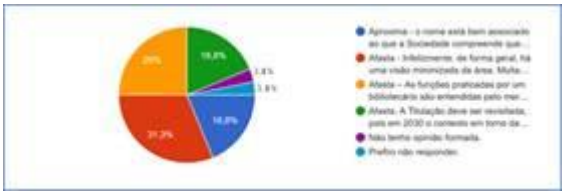
elenco de conteúdos considerados indispensáveis, seguido de graus de especialização por necessidades pontuais da realidade social;

- inceptivo – com uma base considerada sólida (core da biblioteconomia), com conteúdos de senso comum entre as instituições de ensino da área, e a partir deste marco comum, cada instituição de ensino deve erguer sua matriz curricular, enriquecida com conteúdos que acredite necessários segundo o espaço social de sua região;
- holístico – envolvendo conteúdos de fundamentação geral (core da biblioteconomia); conteúdos instrumentais e conteúdos para trajetória profissional com viés para construção da carreira; e
- flexível - com conteúdo complementares entre si – onde a formação deverá ser construída a partir de um projeto orientado por solução de problemas, mediado por um plano de estudo, tendo como conteúdos obrigatórios o core da biblioteconomia.

De acordo com as respostas dadas, acredita que um curso inovador para bibliotecários deverá ser flexível com conteúdo complementares entre si, onde a formação deverá ser construída a partir de um projeto orientado por solução de problemas, mediado por um plano de estudo, tendo como conteúdos obrigatórios o core da biblioteconomia.

E uma outra questão foi solicitada ao grupo que se projetasse no ano de 2030, onde as tecnologias emergentes como: inteligência artificial (IA), internet das coisas (IoT), cloud computing, entre outras, já fazem parte do dia a dia da sociedade. Pedimos para fazerem a reflexão sobre a palavra "Biblioteconomia" e responder se na sua opinião ela estará no radar do mercado de trabalho. A seguir no quadro Quadro 14, apresentamos uma visão de cenário futuro.

Quadro 14 – A palavra "Biblioteconomia" e o mercado de trabalho – visão formador



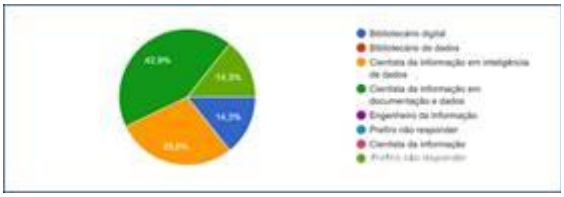
Fonte: autoria própria

Estes indicadores levam a novas questões que infelizmente este projeto de pesquisa não teve como abarcar, mas que é de extrema importância aprofundar em novos estudos quanto a compreender se apenas é uma questão de semântica, pelo fato dos cursos já estarem ofertando saberes que já encontram reflexo na palavra biblioteconomia mas infelizmente o nome já não mais define a formação em sua total amplitude ou se é uma questão mais profunda sobre como deveremos ser reconhecidos numa sociedade digital, onde a inovação de tantas novas terminologias faz com que nos afastemos do universo que ao invés de nos reconhecer nos afasta. Vale citar Ferreira (2005), quando ele nos chama atenção de um mercado de trabalho que reconhece o valor da informação para a tomada de decisões, reconhece também a necessidade de um profissional com habilidades e competências específicas para trabalhar a informação, mas desconhece a existência da Ciência da Informação como ciência social aplicada, que tem como objetivo estudar as propriedades gerais da informação e analisar os processos da sua construção, da sua comunicação e do seu uso. Dentro desta visão a CI já sobrepõe a biblioteconomia e valha novos estudos quanto à nomenclatura que melhor nos representa - somos bibliotecários ou somos cientistas da informação? Nas palavras de Paletta e Moreiro-González (2020) a Ciência da Informação tem por desafio encontrar uma forma de inovar nos programas de formação de recursos humanos construindo competências e habilidades no entorno digital.

De acordo com 70,3% das respostas

recebidas na 2ª fase da pesquisa, a palavra "Biblioteconomia" afasta os nossos profissionais bibliotecários do mercado de trabalho, segundo a opinião dos respondentes do grupo 1, para vagas que seriam ocupadas por eles. Ao ser dirigida esta pergunta para este grupo, vemos de acordo com o demonstrado a seguir no quadro de número 15, em 2030, que para 42,9% dos respondentes o nome mais usual do bibliotecário para se manter no mercado de trabalho poderá ser "cientista da informação em documentação e dados", enquanto nesta mesma rodada para o grupo 1, seria "cientista da informação". O nome "bibliotecário digital" segue na posição 14,3% similar ao apontado pelo grupo 1. Houve um índice muito alto de profissionais não querendo se manifestar, quanto ao qual entende-se não influi na qualidade dos fatos registrados.

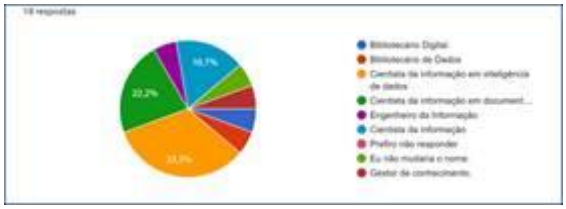
Quadro 15 – Nomenclatura carreira bibliotecário para 2030 – segundo o recrutador



Fonte: autoria própria

Para o grupo 3, conforme pode ser visualizado no quadro de número 16, a seguir, o nome que melhor se adequa a profissão do bibliotecário seria "cientista da informação em inteligência de dados" com 33,3%, contra 28,6% dado pelo grupo 2 para esta mesma nomenclatura. O nome "bibliotecário digital" ocupa o índice de 14,3% para o grupo 2 contra 16,7% para o grupo 3. Com diferenças tão pequenas, pode-se inferir que tanto os recrutadores como as empresas do digital reconhecem que o nome "bibliotecário" poderia ocupar uma nova dimensão na era digital.

Quadro 16 – Nomenclatura carreira bibliotecário para 2030 – segundo o gestor



Fonte: autoria própria

Esta rodada finaliza novamente com a questão trazida a partir de Telo e Pinto (2019), quando afirma que o bibliotecário, enquanto um profissional da informação, vai sendo definido, a partir da área em que atua no mercado de trabalho, dos caminhos que ele segue, dos espaços que ocupa e dos atores com quem ele convive. Como percorre vários campos profissionais, vai sendo desenhado a partir das suas relações de proximidade e competências.

Dentre as questões abertas, com respostas livres, foi solicitado ao grupo de respondentes formadores que se projetasse no ano de 2030 e indicassem que conteúdos do curso de Biblioteconomia, representarão o "core da biblioteconomia"? Foi registrado 25 respostas de um total de 50 da amostra, o que representa um índice de 50% de respostas e os temas mais citados foram agrupados em blocos, quadro 17, de acordo com a sensibilidade da pesquisadora. Tendo em vista que o material sugere mais debate sobre os temas e o agrupamento, espera-se que seja revisitado oportunamente na fase do doutorado. O detalhamento não foi possível apresentar neste artigo por sua dimensão.

Quadro 17 – Core biblioteconomia – projeção 2030 – visão formador



Fonte: autoria própria

Considerações Parciais ou Finais

Ao final desta investigação, torna-se pertinente retomar a questão central que orientou o desenvolvimento da pesquisa: compreender de que maneira a transformação digital impactará o futuro do trabalho do profissional da informação — especificamente, o bibliotecário — no ambiente digital, com um horizonte projetado para os próximos dez anos.

A transformação digital tem promovido uma reconfiguração substancial dos modelos de negócios, extrapolando os limites das organizações e influenciando diretamente o modo como a sociedade se organiza, consome e interage. O cenário do futuro do trabalho, especialmente no entorno digital, permanece marcado por incertezas e variáveis ainda não completamente conhecidas, afetando as perspectivas de carreira e as dinâmicas laborais da profissão.

Todo o percurso metodológico desta pesquisa foi fundamentado nos aportes teóricos da Ciência da Informação, tendo como eixo de análise as dimensões do trabalho na era digital. As análises realizadas foram sustentadas por um referencial teórico robusto, que possibilitou a construção de uma base crítica sólida e coerente ao longo de todo o processo investigativo.

A adoção do método quadripolar como abordagem metodológica proporcionou uma visão integrada e não linear do processo de pesquisa, articulando os pólos epistemológico, teórico, técnico e morfológico. A utilização deste modelo permitiu que, mesmo diante do desejo de explorar novos caminhos durante a investigação, houvesse uma vigilância epistemológica capaz de preservar a coerência da proposta inicial. Os achados que surgiram nesse percurso serão oportunamente considerados em etapa posterior, no âmbito de um projeto de doutorado.

A técnica Delphi foi escolhida como instrumento para a exploração de cenários futuros, viabilizando a coleta de percepções coletivas em três rodadas sucessivas, com o intuito de alcançar o consenso entre especialistas atuantes nos três segmentos-chave da pesquisa: formação, recrutamento e contratação de bibliotecários. A amostra, previamente qualificada, foi composta por 110 participantes, distribuídos da seguinte forma: 50 no Grupo 1, 35 no Grupo 2 e 25 no Grupo 3. A participação evoluiu de 10 respondentes na primeira rodada para 40 na segunda, encerrando com 49 participantes na terceira rodada. Esse crescimento indicou uma consolidação da amostra e reforçou a validade das interpretações coletivas obtidas.

A aplicação da pesquisa coincidiu com um período crítico da pandemia de COVID-19, o que impactou negativamente a adesão inicial dos participantes. Contudo, a progressiva ampliação do engajamento entre as rodadas permitiu considerar que os objetivos traçados foram atendidos. Os resultados obtidos, embora não conclusivos, contribuem significativamente para a formulação de novas reflexões e proposições, apontando diretrizes futuras para a área.

A etapa de pesquisa documental, voltada à análise de grades curriculares e projetos pedagógicos de cursos de Biblioteconomia de instituições públicas e privadas — presenciais e a distância —, foi interrompida. As primeiras amostras analisadas não forneceram dados alinhados aos objetivos centrais desta investigação, revelando que o problema não se concentrava nas instituições formadoras, mas em dimensões mais amplas do exercício profissional. Essa etapa, no entanto, deverá ser retomada em um projeto de doutorado, com o objetivo de avaliar a necessidade de reformulação curricular para uma formação mais adequada ao contexto digital contemporâneo.

O método quadripolar demonstrou-se especialmente eficaz ao permitir que a descontinuidade de um eixo de investigação ocorresse sem prejuízo à coerência geral do estudo, reafirmando a importância do pólo epistemológico como elemento de vigilância e autocrítica constante.

A pesquisa apontou conteúdos fundamentais à atuação do bibliotecário em um mercado atravessado pela transformação digital, indicando que o debate necessário vai além da mera mudança terminológica da profissão. As evidências sugerem uma lacuna significativa entre as competências demandadas pelo mercado e aquelas tradicionalmente

oferecidas pela formação em Biblioteconomia. Tal constatação remete à necessidade de repensar o currículo da área, de modo a contemplar três perfis formativos dentro da Ciência da Informação: a) clássico, com o olhar para o setor público; b) com uma maior centralizada em análise de dados e gestão da informação, com o olhar para o setor privado e pelo setor de promoção social, para segmentos que estão imersos pela alta tecnologia e pela complexidade tecnológica; e c) a gestão cultural, com o olhar para equipamentos públicos e privados como museus, institutos culturais, centros históricos e espaços híbridos de atuação profissional.

De forma expressiva, 62,5% dos profissionais responsáveis pela formação em Biblioteconomia indicaram a necessidade de um currículo mais flexível, orientado à solução de problemas e estruturado a partir de planos de estudo que integrem conteúdos obrigatórios com trilhas complementares.

No que se refere às habilidades comportamentais, houve divergências pontuais quanto à hierarquização das competências, mas um consenso quanto à sua natureza: antecipação de ameaças e oportunidades; visão estratégica organizacional; mediação em grupos multidisciplinares; flexibilidade; revisão de posicionamentos e habilidades interpessoais. Tais competências dificilmente são plenamente desenvolvidas em cursos tradicionais ou mesmo em programas de educação continuada. Elas exigem, segundo estudos já consolidados, condições de trabalho que proporcionem autonomia, reconhecimento e desenvolvimento — fatores nem sempre ofertados pelas organizações.

A formação dessas habilidades demanda abordagens inovadoras, com base em metodologias ativas e suportes teóricos oriundos da neuroaprendizagem e da neurociência, como ocorre em programas de mentoria e coaching acadêmico.

Quanto às competências técnicas, observou-se que parte delas já está presente na formação atual, ainda que sob diferentes nomenclaturas. A fluência digital tem introduzido novos termos e práticas, exigindo uma atualização contínua. Entre as competências técnicas mais relevantes para o contexto digital destacam-se: comunicação, tecnologias da informação, apoio à decisão, segurança da informação, *business intelligence* e ciência de dados. Do ponto de vista dos formadores, destacam-se também *Big Data*, análise de dados, marketing digital, metodologias ágeis, humanidades digitais e uso da inteligência artificial em Ciência da Informação.

Essa demanda por conhecimento técnico implica um investimento contínuo em formação e recursos. Nesse sentido, o ensino superior público poderia desempenhar um papel estratégico, promovendo parcerias com o setor produtivo e oferecendo uma formação mais alinhada às exigências do mercado.

A nomenclatura da profissão também emergiu como ponto crítico. Há consenso entre os três grupos consultados de que uma reformulação da designação profissional poderá fortalecer a inserção do bibliotecário no cenário digital. As sugestões mais recorrentes foram “cientista da informação em documentação e dados”, “cientista da informação” e “bibliotecário digital”. Contudo, esta pesquisadora acredita que o termo “bibliotecário” deva ser preservado, desde que associado a formações específicas e contextualizadas, considerando os diferentes perfis profissionais.

Diante do exposto, conclui-se que o objetivo proposto por esta pesquisa foi alcançado, embora não esgotado. Os dados e reflexões aqui apresentados abrem espaço para debates contínuos, sobretudo diante de propostas legislativas que visam a desregulamentação da profissão.

Por fim, ainda que persistam lacunas investigativas, os resultados obtidos oferecem subsídios concretos para fomentar o debate entre os atores da Ciência da Informação e orientar a formulação de políticas públicas e de formação, alocação e desenvolvimento de profissionais, alinhadas às transformações do mundo digital e às demandas do futuro do trabalho.

Nesse sentido, formação e empregabilidade estão em descompasso, gerando tensão central evidenciada ao longo desta investigação. Observou-se um significativo desalinhamento entre as competências técnicas e comportamentais exigidas pelo mercado e aquelas tradicionalmente contempladas nos cursos de formação em

Biblioteconomia. Esse descompasso evidencia a urgência de reformulações curriculares, metodológicas e institucionais que preparem o profissional da informação para atuar de forma crítica, estratégica e contextualizada em um cenário digital em constante mutação. Mais do que uma crise de adequação, trata-se de uma oportunidade para repensar a identidade profissional e construir caminhos mais coerentes com as demandas contemporâneas e os possíveis futuros da força de trabalho do bibliotecário.

Referências

Bahl, M. (2025, 5 de maio). The work ahead: the future of businesses and jobs in Asia Pacific's digital economy. https://www.cognizant.com/en_us/general/documents/the-work-ahead-asia-drives-digitals-future-codex6156.pdf.

Boeres, S. (2018). O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, 16(2), 483-500. https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i2.8651507

Boeres, S., Cunha, M.B. (2016). Competências para a preservação e curadoria digitais. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência de Informação – RDBCI, Campinas, 14(3), 426-449. http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v14i3.8646303

Bourdieu, P. (2004). Coisas ditas. Brasiliense.

Chanias, S., Myers, M. D., Hess, T. (2019). Digital transformation strategy making in pre-digital organizations: The case of a financial services provider. Journal of Strategic Information Systems, 28(1), 17–33.

De Bruyne, P., Herman, J.; De Schoutheete, M. (1977). Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. Livraria Francisco Alves Editora.

Ferreira, D. T. (2005). Profissional da informação e a gestão do conhecimento: perfil de habilidades demandadas por empresas de recrutamento e seleção de recursos humanos. Em: O profissional da informação em tempos de mudanças (pp. 13-27). Alínea.

Hérbert, M. L., Goyette, G. & Boutin, G. (1990). Investigação qualitativa: fundamentos e práticas. [Tradução Maria João Reis]. Instituto Piaget.

Kane, G. (2019). The technology fallacy: people are the real key to digital transformation. Research Technology Management, 62(6), 44-49. https://doi.org/10.1080/08956308.2019.1661079

Kane, G. C. et al. (2019). The technology fallacy: how people are the real key to digital transformation. MIT Press.

Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. Atlas.

Lent, R. (2018). Ciência para educação: uma proposta entre dois mundos. Atheneu.

Moreiro-González, J. A., Paletta, F. C. (2019). Competencias y destrezas para la actuación profesional en ambientes digitales en Ciencia de la Información. Informação &Amp; Sociedade: Estudos, 29(2). https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/45203

Paletta, F. C. (2016). O profissional da informação e a complexidade do mercado de trabalho global na sociedade do conhecimento = Information professionals and the complexity of the global labor market in the knowledge society. In Fenômenos emergentes na Ciência da Informação : anais (p. 487-499). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002773364.pdf

Paletta, F. C., Moreiro-González, J. A. (2020). A informação e o entorno digital: competências e habilidades do profissional da informação. RICI: Revista Ibero- Americana de Ciência da Informação, 13(1), 327-338. https://doi.org/10.26512/rici.v13.n1.2020.29558.

Schwab, K. (2019). A quarta revolução industrial. Edipro.

Silva, A. M. da. (2014). O Método Quadripolar e a Pesquisa em Ciência da Informação. PRISMA.COM, (26), 27–44. https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1861

Souza, D. I. e et al. (2013). Manual de orientações para projetos de pesquisa. FESLSVC.

Sousa, M. J.; Rocha, Á. (2019). Skills for disruptive digital business. Journal of Business Research, 94, 257-263.

Schwartz, G. (2007). Educar para a emancipação digital. [Organização Fundação Victor Civita]. Reescrevendo a educação: propostas para um Brasil melhor. Ática-Scipione, 125-135.

Tapscott, D. (1996). The digital economy: promise and peril in the age of networked intelligence. McGraw-Hill.

Tarapanoff, K. (2001). Inteligência organizacional e competitiva. UnB.

Telo, P. A. O. de C., Pinto, M. L. B. G. (2019). Debater a visão europeia sobre competências de informação-documentação: perspectivas, estratégias e posicionamentos. Ciência da Informação, 48(2), 25-40. https://doi.org/10.18225/ci.inf.v48i2.4695.

Valentim, M. L. (2002). Formação do profissional da informação. Polis, 2002.

Varela, A., Barbosa, M. L. A. (2012). Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 17(1), 142-168. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17nesp1p142.

Veloso, E. F. R., Dutra, J. S & Nakata, L. E. (2016). Percepção sobre carreiras inteligentes: diferenças entre as gerações y, x e baby boomers. REGE – Revista de Gestão, São Paulo, (23), 88-98. https://doi.org/10.1016/j.rege.2015.05.001.

Westerman, G., Bonnet, D. & MCAFEE, A. (2014). Leading digital: turning technology into business transformation. Harvard Business Review Press. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5492730/mod_resource/content/0/Leading-Digital-George-Westerman-Didier-Bonnet-And-Andrew-Mcafee.pdf.

Wright, J. T. C.; Giovinazzo, R. (2000). A. Delphi - uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo: ensaio. Caderno de Pesquisas em Administração, 1(12), 54-65.

World Economic Forum (2018). The future of Jobs Report 2018. Centre for the New Economy and Society. https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2018.pdf.

NOTAS

[ii] Certificado pelo CNPq e instalado no Campus Butantã da Universidade de São Paulo (USP), desde 2011, no endereço da Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, nº 443, de acordo com o espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1137720761096165.[2]

[1] A Plataforma Brasil encontra-se disponível em: http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default.

[2]

MAPEAMENTO DAS DISSERTAÇÕES E TESES BRASILEIRAS FOCADAS EM COLEÇÕES ESPECIAIS E DE OBRAS RARAS

Júlio César Silveira Tauil, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, https://orcid.org/0000-0001-5208-8321, Brasil, *julio.cesar.silveira@uel.br*

Eduarda Adiemla Ferreira, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, https://orcid.org/0009-0004-6262-2312, Brasil, *eduarda.adiemla@uel.br*

Francisco Carlos Paletta, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, https://orcid.org/0000-0002-4112-5198, Brasil, *fcpaletta@usp.br*

Miguel Luiz Contani, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, https://orcid.org/0000-0002-4472-8672, Brasil, *mcluiz@uel.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6688

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

Pesquisas cujo objeto de estudo são focadas em coleções de obras raras e especiais são fundamentais para se desenvolver uma série de ramificações de conhecimentos nas mais diversas áreas científicas, elas também possibilitam acessar constantemente, os contextos e as narrativas das memórias coletivas que identificam uma determinada comunidade ou grupo social específico.

Na Ciência da Informação, estas coleções podem trazer várias discussões em torno dos aspectos que envolvem a Organização e a Representação da Informação e do Conhecimento, principalmente em razão dos aspectos plurais de cada coleção, pois cada bibliófilo utiliza sistemas de organização bem peculiares no arranjo de suas coleções, e o universo de características destes materiais, dependendo da situação, podem tornar a catalogação e a classificação bem mais complexas, ainda mais levando em consideração, que no geral, os cursos de Biblioteconomia no Brasil, não preparam seus estudantes para o tratamento deste tipo de coleção (Santos, 2023).

Esta constatação em torno das grades de disciplinas ofertadas nas graduações em Biblioteconomia não é recente, perdurando mais de trinta anos. No começo da década de noventa do século passado, Pinheiro (1990) assinalava que a formação do curso de Biblioteconomia no Brasil, carecia da implementação de todo um contexto que norteasse os aspectos envolvendo a história do livro, como práticas e técnicas, incluindo nessa seara, a ausência de outras disciplinas relacionadas ao estudo do livro:

> [...] a deficitária formação do Bibliotecário brasileiro na área de História do Livro, de disciplinas afins aos aspectos técnicos e estilísticos do livro (papel, tinta, tipos, impressão, ilustração, encadernação) e ao impacto do livro impresso no Ocidente, como uma força econômica, social e cultural, ao longo da sua História, tem impedido o estabelecimento de políticas e procedimentos efetivos no setor. Estudos sobre História do Livro, Codicologia, Encadernação, Papel Artesanal e Industrializado, Evidências de Propriedade e Ex-Librística são, há anos, alvo do interesse de diversas organizações estrangeiras. No Brasil, essas áreas ainda são monopolizadas por bibliófilos e artistas, de modo geral, autodidatas no colecionamento de livros preciosos. (Pinheiro, 1990, p. 46)

Neste presente estudo, buscamos localizar os documentos de teses e dissertações que empregaram coleções de obras raras e especiais, como objeto de seus respectivos estudos. Num primeiro momento, nosso levantamento buscou encampar dissertações e teses de todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, recuperamos dezenas de pesquisas defendidas nos mais diversos Programas de Pós-Graduação existentes no Brasil. Num segundo momento, foram analisados os resumos das teses e dissertações recuperadas na área de Ciência da Informação. A pesquisa mapeou o Catálogo de Teses e Disse da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior[1] (CAPES), o catálogo em questão é essencial para o acesso às pesquisas realizadas em âmbito nacional, uma vez que se utilizam da Plataforma Sucupira[2]. Para a execução deste levantamento não se aplicou filtro por área ou recorte temporal, e conforme demonstrado por este estudo, foram empregados termos distintos envolvendo o objeto de estudo em questão.

Ter uma dimensão bibliográfica através deste levantamento ajudou a compreender de forma mais sucinta e ampla, o grau de relação e envolvimento das pesquisas acadêmicas brasileiras sobre coleções de obras raras, abarcando um viés que respaldam estes acervos como legítimas manifestações do patrimônio bibliográfico de uma comunidade, universidade, região, país *etc*. Indo ao cerne do significado, o patrimônio bibliográfico pode ser definido como:

> Qualquer documento que represente a expressão da identidade cultural de um conglomerado social, comunidade ou nação, publicado em qualquer meio (papel, magnético, acetato, óptico ou microformado), independentemente do formato da sua apresentação (livro ou monografia, brochura, folheto, cartografia, revista, boletim informativo ou imprensa); que ocorre com a intenção de espalhar um conhecimento ou ideia de um grupo ou comunidade, para fins de distribuição, ou que é o produto de um momento histórico ou de valor simbólico para a referida comunidade, uma vez que ela confere e fortalece sua identidade cultural. De qualquer forma, o documento bibliográfico patrimonial atende a pelo menos uma das seguintes características: originalidade (autenticidade), singularidade (insubstituível), valor simbólico, valor do conteúdo ou valor estético (Jaramilo; Marín-Agudelo, 2014, p. 428).

Embora as coleções de obras raras sejam conectadas às coleções especiais, nem toda coleção especial contempla uma obra rara em seu acervo, mas toda coleção de obra rara é reconhecida como uma coleção especial. As coleções especiais podem ser estabelecidas por meio de um agrupamento de atribuições exercidas pelos acervos que as agregam, e são desenvolvidas pelas instituições baseadas numa razão, numa causa, aspirando algum objetivo (Greenhalgh; Greenhalgh, 2021). Nesse sentido, entendemos que as coleções de obras raras e as coleções especiais se complementam, porém ao mesmo tempo são coisas distintas.

Em razão da existência de muitas coleções de obras raras e especiais espalhadas nas mais diversas unidades de informação que fazem a guarda destes materiais, com que frequência e intensidade as pesquisas que utilizam estes tipos de acervos estão sendo defendidas nos mais variados Programas de Pós-Graduação no Brasil? Quais são as áreas que mais fazem pesquisas tendo como foco central estes objetos? E, por fim, existe um fluxo considerável de pesquisas sobre a temática em questão na área de Ciência da Informação? Tais questionamentos são de suma importância para avaliarmos os efeitos da influência destas coleções no movimento das pesquisas científicas brasileiras.

Panorama das Coleções de Obras Raras e Especiais

Coleções de obras raras e especiais são reconhecidas por difundir valores de pesquisa e cultura (University of Glasgow, 2019), nesse sentido, os valores destes tipos de acervo estão

entrelaçados com a atribuição de valores históricos, artísticos, científicos, e culturais, e em muitos casos, se relacionam diretamente com a trajetória de instituições e de personalidades (Association of Research Libraries, 2003), sendo parte integrante do patrimônio histórico-cultural (Reifschneider, 2008). Dentro desta perspectiva, as obras raras inserem-se no conceito de patrimônio bibliográfico, o qual é caracterizado por um agregado de bens culturais de natureza bibliográfica, de reconhecida importância na seara do valor histórico e memorialístico, e que com passar dos séculos, sofreram novas ressignificações após atravessar o longo processo de criação, publicação, e utilização, por parte de seus respectivos cidadãos (Santos; Reis, 2018). E dentro do intuito de identificar e agrupar todo patrimônio bibliográfico existente no território nacional foi criado o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras e o Catálogo do Patrimônio Nacional (Pereira, 2020).

As coleções de obras raras podem trazer um leque de complexidades, principalmente no contexto da preservação, tanto no acondicionamento e conservação da coleção analógica (Silva, 2013), como nos aspectos envolvendo a qualidade da digitalização, formas de armazenamento, e preservação digital destes acervos (Nardino; Caregnato, 2005). “A digitalização de Obras Raras já é realidade desde fins da década de 90 do século passado” (Kama; Manini; Baptista, 2016, p. 228).

A digitalização das coleções de obras raras e especiais, tendem a beneficiar o cotidiano da biblioteca, facilitando e aprimorando os seus respectivos serviços, afinal, em teoria, o acesso pode ser realizado a qualquer momento, independentemente do local. Nesse sentido, tirando situações excepcionais não há necessidade de o usuário visitar o acervo físico (Gomes; Rolo; Rocha, 2023). Dentro deste viés, a digitalização traz dois benefícios ao mesmo tempo: acesso ao conteúdo do material de forma prática, ágil e com pouca ou quase nenhuma burocracia; por outro lado preserva com mais eficiência, garantindo mais durabilidade às obras raras analógicas, afinal o contato direto e constante do manuseio, geram desgastes permanentes em códices, livros, fotografias, jornais, fascículos etc. com idade avançada.

No geral, coleções de obras raras e especiais não fazem parte do acervo geral das suas respectivas instituições de guarda, são coleções peculiares dentro de uma conjuntura específica (Faria; Pericão, 2008). Existe uma ampla variedade de critérios que desempenham o papel de respaldar e certificar todo o cenário que gira em torno da legitimidade da coleção de obras raras, indo nessa direção, cabe aos bibliotecários, aos curadores, e aos gestores, disporem de normas e critérios bem compreensíveis e transparentes, para dessa forma, empregarem o termo raro da maneira mais coerente possível. O conceito de obra geralmente está mais relacionado ao livro, porém o termo obra também é designado para outros tipos de materiais, como mapas, periódicos, cartões-postais, fotografias etc. (Andrade; Cantalino, 2003; Pinheiro, 1989; Sant'Ana, 2001).

Conforme ressaltado por Araujo (2015), o conceito de raridade está longe se concretizar como realidade definitiva, verificável e constatável, afinal, os critérios de seleção destas coleções são embutidos pelos valores imputados, podendo o status das obras, seja no contexto patrimonial, social, histórico e/ou nos aspectos relativos à memória, adquirir outro tipo de valor. Os valores sociais simbólicos dos livros podem se interrelacionar com pensamentos e ideologias, com as conjecturas históricas, e nesse aspecto, podem passar por drásticas modificações (Berger, 2014), incluindo nessa seara, os próprios critérios de raridade.

> Cada livro também é um objeto particular com sua própria história, ou seja, os exemplares de uma mesma edição podem se diferenciar entre si dependendo das mãos pelas quais passaram, ganhando também características extrínsecas à sua produção, como uma assinatura, anotações, o Ex libris de alguma personalidade, ou mesmo uma encadernação diferenciada pelo material usado

> na confecção, que também podem lhe conferir raridade (Greenhalgh; Manini, 2013, p. 257-258).

As obras raras e as obras especiais fornecem uma importante ponte interdisciplinar entre a Museologia e a Biblioteconomia, pois um livro raro pode ser um item bibliográfico, um recurso museológico, um patrimônio, se constituindo numa riquíssima fonte documental possível de extrair uma gama considerável de informações. Esta premissa é descrita a partir de uma perspectiva documental da informação, conforme podemos encontrar no clássico texto de Buckland (1991), “Information as Thing”.

Em parte, considerável dos casos, estas coleções foram desenvolvidas ao longo do tempo por suas próprias instituições de guarda, porém em boa parte dos casos, o desenvolvimento do arranjo destas coleções, adquiridas principalmente por bibliotecas e centros de memória, eram colecionadas por bibliófilos que dedicaram parte de suas vidas em montar uma coleção particular. Nesse aspecto, buscar compreender a relação dos diversos tipos de materiais que compõe o cenário das obras raras com os seus respectivos proprietários, independentemente de ter sido desenvolvida por um bibliófilo, ou mesmo por uma determinada instituição guarda, também trazem significativos desdobramentos históricos, políticos e sociais acerca do arranjo do acervo (Tauil; Lunardelli; Paletta, 2023)

Procedimentos Metodológicos e Resultados

O presente trabalho possui sua pesquisa caracterizada em relação a sua natureza como básica de abordagem exploratória e caráter quantitativo. O levantamento foi realizado na base de dado Catálogo de Teses e Dissertações da Capes por ser uma plataforma que reúne todas as teses e dissertações a serem defendidas em âmbito nacional. As buscas foram realizadas por meio estratégias apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Estratégias de busca

Termos	Resultados
"obras raras"	60
"obras raras" AND especiais	6
coleções de obras raras e especiais	5
coleções de obras raras	14

Fonte: Elaboração própria (2024)

Excluindo a repetição de 23 documentos, entre os termos das referidas estratégias de busca, foram recuperados 62 documentos. Das teses e dissertações incluídas, 11 são doutorados, 40 são mestrados acadêmicos, 11 são mestrados profissionais. Nesse sentido, há um maior fluxo de defesas em dissertações de mestrados acadêmicos, significando que a continuidade das pesquisas em temáticas relacionadas às referidas coleções em teses de doutorado é ínfima.

Em razão da natureza universal dos conteúdos e temáticas que podem estar presentes nos mais variados tipos de coleções de obras raras e especiais, no presente estudo ocorreu uma coleta de dados abrangendo uma parte considerável das grandes áreas das ciências, incluindo áreas, subáreas, campos e subcampos. Neste texto não iremos conceituar as divisões que incluem as hierarquias das áreas de conhecimento mapeadas no levantamento, apenas reproduzimos as nomenclaturas de cada Programa de Pós-Graduação, mesmo se tratando de terminologias bem parecidas, por uma questão pragmática resolvemos deixá-las devidamente separadas, apenas somamos documentos com nomenclaturas exatamente iguais.

O número total de teses e dissertações das inúmeras áreas do conhecimento estão distribuídas da seguinte forma: Ciência da Informação (13); Educação (9); História (8); Memória e Acervos (3); Arquitetura e Urbanismo (2); Gestão da Informação (2); Letras (2); Memória Social e Patrimônio Cultural (2); Artes Visuais (1); Biblioteconomia (1); Ciências do Movimento Humano (1); Ciências do Patrimônio Cultural (1); Controladoria e Contabilidade (1); Desenvolvimento Urbano (1); Educação Matemática (1); Enfermagem (1); Entomologia

(1); Estudos Interdisciplinares sobre Universidade (1); História Social (1); História, Política e Bens Culturais (1); Informação e Comunicação em Saúde (1); Memória Social e Documento (1); Museologia (1); Museologia e Patrimônio (1); Patrimônio Cultural (1); Patrimônio, Cultura e Sociedade (1); Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (1); Físico-Química (1); Ensino (1).

Conforme destacado no parágrafo anterior, há uma expressiva pluralidade envolvendo a quantidade de áreas que utilizam as coleções de obras raras e especiais como objeto de estudo em suas pesquisas, porém ao mesmo tempo, constata-se, na maioria dos casos, um baixo fluxo de publicação, contabilizando um único documento por área. O que dependendo da área pode até fazer sentido, afinal nem sempre uma dissertação ou tese em Enfermagem ou Artes Visuais, por exemplo, terá como foco de estudo uma coleção de obras raras. Já em outras áreas, como por exemplo, Patrimônio Cultural ou Memória Social e Documento, faz sentido recuperar um fluxo razoável de defesas sobre a temática, entretanto conforme elucidado no levantamento, este tráfego não se faz presente de maneira consistente nestas referidas áreas.

Em relação aos anos das publicações dos 62 documentos, observou-se a ocorrência de três picos de interesse, que pôde ser verificado nos anos de 2011, 2018 e 2022, sendo defendidos cinco estudos em cada um destes referidos anos. Do total de 15 documentos, 12 são a nível de mestrado e 3 contemplam doutorados. Para além destes três anos (2011, 2018, 2022), destaca-se ainda os anos de 2009, 2014 e 2016 que apresentam a defesa de 4 documentos para cada ano.

Seguindo com as análises dos 62 documentos recuperados, percebe-se que além dos documentos espalhados apenas uma única vez nas mais diversas áreas que se emaranham com a temática, há uma quantidade considerável de documentos na Educação (9) e História (8), o que é completamente plausível devida a aproximação das coleções com estas duas áreas em questão. Já a área com mais teses e dissertações recuperadas acerca da temática, foi a área de Ciência da Informação, com 13 estudos defendidos. Nesta presente pesquisa iremos aplicar uma análise de conteúdo dos 13 documentos recuperados apenas na área de Ciência da Informação. Compreendemos o valor de áreas correlatas à Ciência da Informação, como a Biblioteconomia e a Museologia, porém no intuito de analisar com mais acuidade os dados que conseguimos recuperar e agrupar, optamos por deixar de fora da análise, neste primeiro momento, os documentos das demais área do conhecimento, principalmente as áreas correlatas.

A partir dos documentos recuperados na Plataforma Sucupira, foi aplicado o método de análise de conteúdo nos resumos dos textos, com o objetivo de identificar as bibliotecas e acervos estudados, autoria, o ano de publicação, instituição dos Programas de Pós-Graduação, além de ressaltar as principais ações e aplicações registradas nos documentos selecionados. A análise de conteúdo elaborada por Bardin (1977) pode ser definida como um "[...] conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens."

Análise das teses e dissertações em Ciência da Informação

Analisamos os textos a partir da data de publicação mais antiga para a mais recente. Os títulos das 13 teses e/ou dissertações recuperadas são: **1º)** *Considerações sobre o uso do catálogo de obras raras na Biblioteca Nacional: subsídios para viabilizar a automação do catálogo principal e otimizar o atendimento ao público local e a outras bibliotecas* (1991); **2º)** *Obras raras no brasil: estudo dos critérios de raridade bibliográfica, tratamento técnico e preservação das coleções (1995);* **3º)** *O espelho do tempo: Análise da coleção de obras raras e especiais da Fundação Oswaldo Cruz como fonte de pesquisa para a ciência moderna* (1996); **4º)** *As Coleções de Obras raras na Biblioteca Digital* (1998); **5º)** *Obras Raras - Um estudo exploratório (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Salvador)* (1999); **6º)** *Política de preservação da informação digital em bibliotecas*

universitárias brasileiras (2004); **7º)** *Critérios de seleção de obras raras adotados em bibliotecas do Distrito Federal* (2011); **8º)** *A seção de obras raras da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fiocruz e a memória institucional da saúde pública no Brasil;* **9º)** *Segurança contra roubo e furto de livros raros: uma perspectiva sob a ótica da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão* (2014); **10º)** *O estudo da coleção de livros da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil da Biblioteca Central da Universidade de Brasília* (2016)*;* **11º)** *Gestão de acervo de Obras Raras na perspectiva do usuário* (2018); **12º)** *Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual* (2018); **13º)** *Manual de curadoria de coleções especiais e obras raras: um estudo de caso na biblioteca pública Estadual Epiphânio Dória* (2023).

O **primeiro** documento recuperado tem cerca de 34 anos. Esta dissertação, defendida por Valéria Gauz no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, traçou um panorama histórico da Biblioteca Nacional e de suas respectivas obras raras, prezando por uma perspectiva técnica e gerencial destes materiais. Nesse sentido, a dissertação também buscou estabelecer um paralelo entre as coleções da instituição com outras bibliotecas brasileiras. O estudo também trouxe a história do catálogo e da catalogação, e suas respectivas utilizações tanto no Brasil, como em outros países, visando a melhoria no atendimento, principalmente na automação do catálogo. Outro aspecto importante destacado pela autora, gira em torno do estágio inicial do tratamento técnico pela qual as coleções de obras raras se encontravam naquele período (Gauz, 1991).

O **segundo** texto também é uma dissertação, cuja defesa ocorreu no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, de autoria de Rosana Carla Froes, este estudo já está com quase 30 anos. O foco da pesquisa em questão consiste na construção de um catálogo de obras raras para a Biblioteca Municipal de São João Del Rei, justamente em função da superficialidade existente na problemática dos critérios de raridade existentes, seja na aplicação dos critérios adotados na referida biblioteca, ou mesmo no contexto da literatura nacional da época (Froes, 1995).

O **terceiro** documento também é uma dissertação de mestrado acadêmico, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, de autoria de Jeorgina Gentil Rodrigues. O objeto de estudo são as coleções de obras raras da biblioteca de Manguinhos, um bairro da zona norte do Rio de Janeiro, no qual se localiza a biblioteca da Fundação Oswaldo Cruz. Além de recomendações metodológicas acerca dos critérios de raridade bibliográfica, a pesquisa também discorre sobre o desenvolvimento da ciência no Brasil no início do século XX. Nessa perspectiva, foram avaliadas diversos títulos das coleções, como fonte de informação científica e histórica, e os dados coletados endossaram a importância do livro raro na constituição da ciência moderna, não somente como suporte de escrita, mas como um meio de propagar ideias intelectuais que teceram as principais teorias do conhecimento contemporâneo (Rodrigues, 1996).

Já o **quarto** texto, defendido por Miguel Ângel Márdero Arellano no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, a dissertação abarcou o contexto envolvendo o acesso digital na seara das coleções de obras raras, além de traçar um perfil do bibliotecário apto em lidar com este tipo de material. Foram coletadas informações específicas de inúmeras instituições brasileiras e estrangeiras, por meio dos dados recuperados nos sítios das bibliotecas, assim como foi empregado um questionário privado para um número considerável de bibliotecários. Os desdobramentos da pesquisa geraram três resultados: o acesso digital valorizou as coleções de obras raras das bibliotecas; a disponibilidade do acervo online descortinou novos tipos de usuários; a implementação digital das obras raras era tida pelo autor como uma vantajosa opção estratégica, e muitas bibliotecas se encontravam, no período de publicação da pesquisa, em fase de teste. O estudo constatou que as bibliotecas universitárias possuem uma integração mais

ampla dos acervos raros, os quais eram disponibilizados para projetos de digitalização. Por fim, o trabalho buscou trazer subsídios para pesquisas com novas possibilidades proporcionadas pelo acesso digital no âmbito das obras raras (Márdero-Arellano, 1998).

O **quinto** documento recuperado consiste em uma dissertação acadêmica, a qual foi defendida no final da década de noventa, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, pela autora Virgínia Barbosa de Aguiar Alves. Neste estudo, a partir de um cenário conceitual e histórico direcionados aos acervos de obras raras de cinco capitais brasileiras, a autora buscou propor a elaboração de um conjunto de critérios para identificação e/ou caracterização das obras raras analisadas. Nesse sentido, houve a recomendação do desenvolvimento de novas políticas públicas para as coleções de obras raras, visando preservar e tratar este tipo de patrimônio. Ao todo foram analisadas 42 instituições: 7 em São Paulo, 6 em Brasília, 9 no Rio de Janeiro, 17 em Salvador e 3 em Belo Horizonte (Alves, 1999).

Por outro lado, o **sexto** documento trabalhou restritamente com Bibliotecas Universitárias, sendo mais uma dissertação do Programa em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, defendida pela autora Sonia Araújo de Assis Boeres. Num primeiro momento, foi aplicado um questionário aos diretores destas bibliotecas que contemplavam diversas questões envolvendo a preservação digital das suas respectivas coleções de obras raras. Apenas 42% dos questionários retornaram. Foram identificadas sete bibliotecas universitárias brasileiras que não continham políticas de seleção para documentos digitais, e oito que possuíam as referidas políticas. No período que o estudo em questão foi publicado as universidades estavam investindo na preservação via digitalização: teses, dissertações e até mesmo *slides*. Um grande empecilho para aplicar a preservação digital em bibliotecas universitárias, estaria diretamente relacionada com os poucos recursos direcionados para estas atividades, além da falta de uma sistemática política de preservação digital nacional (Boeres, 2004).

O **sétimo** documento é mais uma dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, de autoria de Fernando Silva. O texto trabalha com questões mais subjetivas do escopo acerca dos critérios de raridade, levando em conta que somente o teor de antiguidade dos objetos não é suficiente para atribuir ou não a chancela de raridade. Nesse viés, a pesquisa levantou conceitos que definem e caracterizam as obras raras. Num segundo momento, foram investigados se os conceitos empregados na literatura eram devidamente aplicados nas práticas de seleção de 8 instituições do Distrito Federal, a pesquisa foi realizada *in loco*. Constatou-se que os critérios adotados variaram muito, em muitas bibliotecas foram identificados a ausência da adoção de critérios. Outra constatação importante revelada neste estudo, girou em torno da falta de cursos de formação em obras raras por parte dos bibliotecários responsáveis pela coleção, fato explicado pelo inexpressivo número de cursos disponíveis acerca da temática no Brasil (Silva, 2011).

Nessa perspectiva, a falta de valorização da seção de obras raras foi um dos principais elementos que catalisaram a pesquisa do **oitavo** documento selecionado. A dissertação, defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, buscou evidenciar a escassez de estudos da seção de obras raras A. Overmeer da Fundação Oswaldo Cruz, e ao mesmo tempo, ressaltar a sua importância no que se refere à importância institucional da mencionada seção para a instituição de guarda do acervo. Nesse sentido, o estudo buscou contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos acerca das características do acervo, almejando traçar aspectos da sua criação e desenvolvimento, principalmente dentro cenário das iniciativas em saúde pública que marcaram o final do século XIX e começo do século XX. Nessa direção, a autora Tarcila Peruzzo, faz um paralelo percorrido após a criação da instituição, estabelecendo a importância da formação da biblioteca da instituição e do desenvolvimento da primeira coleção, fruto das ações em conjunto do

médico sanitarista Oswaldo Cruz, e do bibliotecário A. Overmeer. Foram levantadas um conjunto de teses da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estavam acondicionadas na referida seção. Estas teses foram defendidas entre 1890 e 1925. Foram analisadas 1569 teses, e dentro de uma amálgama de variedades, o assunto predominante girava em torno da saúde pública. Na última etapa da pesquisa, foi aplicado um questionário entre pesquisadores que utilizam do acervo da instituição em questão, sendo considerado como o guardião da memória institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Peruzzo, 2013).

Já o **nono** documento é a primeira tese selecionada em nosso levantamento, defendida por Raphael Diego Greenhalgh, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. E pela primeira vez, a abordagem envolvendo a segurança dos livros raros foi o objeto de estudo. Os furtos e roubos de livros raros trazem danos irreparáveis à cultura coletiva. O foco central do presente trabalho consistiu em investigar o roubo ou furto de livros raros, por meio da teoria de dissuasão no contexto da economia do crime. Nesse sentido foi analisado todo o universo jurídico brasileiro que se norteia pela questão da segurança dos exemplares raros, por exemplo, foram analisados índices de aplicação de penas para estes criminosos, o índice de recuperação de livros etc. O autor também enviou um questionário ao delegado da Polícia Federal, e endereçou outro questionário para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, e também para os principais representantes de diversas instituições de guarda de coleções de obras raras. Nesse viés, foram analisados processos criminais envolvendo o roubo destes materiais. O autor concluiu que as instituições não estão seguras contra o roubo, sendo possível constatar a existência de quadrilha especializada em furtar livros raros, além do mais não foram recuperados nem metade das obras subtraídas, e apesar de muitos ladrões estarem presos à época, os furtos não cessaram, proporcionando um cenário de constante insegurança no cotidiano das instituições de guarda (Greenhalgh, 2014).

O **décimo** documento selecionado em nosso levantamento, é mais uma dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, de autoria de Maria de Fátima Medeiros de Souza. O principal objetivo da pesquisa consistiu em analisar os livros editados pela Sociedade dos Cem Bibliófilos (1943 – 1969), que se encontravam acondicionados no setor de obras raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. A mencionada Sociedade confeccionou 23 títulos, consideradas edições bem-acabadas artesanalmente, gravadas com ilustrações feitas por consagrados artistas do cenário brasileiro, ao todo são 37 exemplares que pertenceram à 4 bibliófilos. A pesquisa em questão focou nos estudos dos aspectos materiais do livro, a partir de uma abordagem calcada no colecionismo bibliográfico. Numa primeira etapa foram coletados os dados, num segundo momento constatou-se a trajetória histórica dos objetos, e por fim, a terceira etapa buscou mapear as exposições e consultas ao acervo. Esta pesquisa também trouxe para o cerne do texto, aspectos das coleções da referida unidade de informação, dando destaque para as encadernações e ilustrações das coleções pertencentes à seção de obras raras, refletindo na unicidade e no valor artístico das obras (Souza, 2016).

A defesa da dissertação do **décimo primeiro** documento selecionado em nossa pesquisa, ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, de autoria de Camila Morais de Freitas. O objeto de estudo do trabalho gira em torno da gestão das obras raras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, a qual já era uma biblioteca centenária no período em que a dissertação foi publicada. O grande grau de deterioração que o acervo da referida instituição passou ao longo dos anos, passou a dificultar o acesso dos usuários. Nesse sentido, são recomendadas políticas de desenvolvimento e de preservação das coleções de obras raras e especiais. A Partir de um questionário empregado, que intencionou captar várias questões relacionadas ao tratamento e gestão do acervo, e quais são as relações dos usuários com as coleções deste

ambiente, chegou-se a conclusão, devida à importância dos exemplares ali presentes, da necessidade de melhorias que possam fomentar a política de preservação com base no estudo de usuários coletados pela referida pesquisa (Freitas, 2018).

No recorte do presente levantamento, o **décimo segundo** documento recuperado é a segunda e última tese da lista, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba pela autora Manuela Eugênio Maia. A tese apontou a inexistência de estudos explorando o cordel no âmbito da Ciência da Informação, podendo haver nessa direção, um grande potencial de pesquisas envolvendo o citado gênero literário. O foco central da pesquisa consistiu em analisar as obras raras da Biblioteca Átila Almeida, localizada na cidade de Campina Grande. Uma das questões centrais, envolvia o acesso das obras que gradualmente foram digitalizadas, a partir do ano de 2006. Foram abordadas uma gama de controvérsias e ressignificados pelos quais o cordel nordestino passou, principalmente no entorno das polêmicas que norteavam a propriedade intelectual dos cordéis. Nessa direção, o estudo se assentou em três perspectivas sobre a autoria dos cordéis (quando estes referidos documentos perpassam o processo de ressignificação autoral): o ineditismo, o plágio e a intertextualidade. Relacionado com as metodologias empregadas, foram entrevistados cordelistas e renomados personagens deste cenário, assim como foram investigados 1.044 cordéis digitalizados, e 13. 296 títulos de folhetos da referida biblioteca. Dentro do espectro social, cultural e econômico, a tese buscou comprovar o quão complexas são as demarcações das relações que mesclam o cordel com o contexto autoral e do direito de propriedade intelectual. (Maia, 2018)

Por fim, o **décimo terceiro** documento do presente estudo é a única dissertação de mestrado profissional no recorte das teses e dissertações em Ciência da Informação, sendo defendida por Joyce Dayse de Oliveira Santos há cerca de dois anos. Esta pesquisa visou caracterizar a gestão e a curadoria das coleções de obras raras e especiais, buscando facilitar o acesso dos usuários a partir da dinâmica de suas respectivas demandas. O estudo foi realizado a partir da experiência de observação do acervo da Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória, em Aracaju, capital do estado de Sergipe. Constatou-se a necessidade de diretrizes no intuito de gerar orientação na administração das unidades de informação do Sistema de Bibliotecas Públicas do mencionado estado brasileiro, além buscar fomentar a elaboração do Manual de Curadoria de Coleções Especiais e Obras Raras. Neste referido manual, estão as diretrizes de curadoria fundamentadas em princípios legais e científicos, métodos documentais e bibliográficos, processos de gestão, assim como também estão ancoradas em tecnologias de informação e comunicação. Tal processo de curadoria visou viabilizar um adequado processo de preservação, através de mecanismos da representação descritiva e temática das obras, no intuito de facilitar a busca, além de intensificar a conexão dos usuários com o patrimônio cultural. Nesse sentido, o estudo aborda as obras raras como registros da informação e conhecimento, a partir de uma linguagem que agrega um arcabouço de conhecimentos históricos, científicos, e conceitos complexos. A partir deste potencial de mediação e observação das gestões das obras da instituição em questão, foram interpelados os processos envolvendo acesso à informação, incluindo diversos pontos, como por exemplo, disseminação, conservação, recuperação e restauro. Por fim, tenciona-se realizar um diagnóstico organizacional no contexto das coleções de obras raras e especiais (Santos, 2023).

As pesquisas de teses e dissertações recuperadas no presente levantamento, estão concentradas em cinco universidades, todas públicas. A Universidade de Brasília contribuiu com 6 estudos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro vem logo atrás, com 3 pesquisas, e a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Ceará, colaboraram com uma pesquisa cada. Ao todo foram recuperadas 2 teses de doutorado, 10

mestrados acadêmicos, e 1 mestrado profissional.

Considerações Finais

Conforme pudemos observar, em termos quantitativos existe uma ligeira vantagem da Ciência da Informação para algumas áreas do conhecimento, como é o caso da História e da Educação. Em razão de sua natureza extensamente abrangente, as coleções de obras raras e especiais, fornecem demandas em qualquer área do conhecimento. Entretanto, mesmo com este potencial de gerar constantemente um volume considerável de pesquisas, vale salientar que o número de dissertações e teses acadêmicas envolvendo a temática das coleções de obras raras e especiais é relativamente baixo no Brasil.

As pesquisas defendidas na Ciência da Informação, são relativamente novas no Brasil, o primeiro documento recuperado data de 1991, ou seja, cerca de 34 anos, e ao longo do século XXI constatou-se um crescimento de pesquisas acerca da temática, apesar do baixo tráfego de defesas publicadas. Também foi possível observar que foram defendidas apenas duas teses de doutorado acerca da temática em questão, fato que pode significar que estudos sobre a temática trabalhados em mestrados não estão tendo continuidade no doutorado, o que nos leva a acreditar que não existe uma sistemática cultura acadêmica que gire em torno das coleções de obras raras e especiais.

Este fato ainda nos leva a questionar os motivos para o número relativamente baixo de teses e dissertações, em especial no campo da Ciência da Informação. Um dos questionamentos centrais gerados pela pesquisa refere-se à possível origem dessa escassez de estudos voltados às coleções de obras raras e especiais. Uma hipótese plausível para explicar essa lacuna é a presença ou ausência de disciplinas específicas que tratem dessa temática nos cursos de graduação da área. A formação acadêmica inicial exerce papel fundamental na definição dos interesses de pesquisa dos estudantes, influenciando diretamente os temas escolhidos em níveis mais avançados, como o mestrado e o doutorado. Assim, quando a temática das obras raras e especiais não é devidamente contemplada na grade curricular, tende a haver um desconhecimento ou até mesmo um desinteresse por parte dos alunos, o que se reflete na baixa produção acadêmica sobre o assunto. Essa constatação evidencia a necessidade de revisar os currículos dos cursos de graduação em Ciência da Informação, Biblioteconomia e áreas afins, a fim de incluir conteúdos que abordem o tratamento, a conservação e a gestão de acervos raros, contribuindo assim para ampliar o campo de pesquisa e atuação profissional nesse segmento tão relevante para a preservação da memória e do patrimônio cultural.

Desse modo, o levantamento dos dados visa contribuir significativamente para o fomento da inclusão de mais disciplinas nas grades curriculares dos Programas de Pós-Graduação, especialmente aquelas que abordem, de forma sistemática, os acervos de obras raras e especiais. Ao evidenciar a carência de estudos e formações específicas sobre o tema, a pesquisa busca estimular a ampliação e a diversificação dos conteúdos ofertados nos cursos de nível *stricto sensu*, promovendo uma formação mais sólida e abrangente dos futuros pesquisadores e profissionais da área. Da mesma forma, o estudo pretende incutir no debate acadêmico e institucional a necessidade de incorporar ao currículo do profissional da informação habilidades específicas voltadas ao tratamento, preservação, descrição e gestão desses tipos de acervos, de modo a fortalecer a capacitação técnica e teórica das equipes responsáveis por sua manutenção. A constante atualização e especialização dos profissionais que atuam com coleções raras é essencial não apenas para garantir a preservação desses bens culturais, mas também para fomentar práticas éticas e metodológicas adequadas ao seu manuseio e difusão. Por fim, espera-se que os resultados obtidos tragam à tona, no âmbito da Ciência da Informação, a relevância de intensificar as pesquisas voltadas a essa problemática, contribuindo para o amadurecimento do campo e para a valorização das coleções especiais como patrimônio documental,

histórico e científico de alto valor para a sociedade.

Referências

Alves, V. B. A. (1999). Obras raras: um estudo exploratório (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Salvador) [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Universidade de Brasília.

Andrade, R. H. R., & Cantalino, M. G. N. (2003). A raridade como questão epistemológica e política: um novo paradigma para os curadores de acervos especiais. Anais da Biblioteca Nacional, 123, 49–58.

Araujo, A. V. de F. (2015). Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In B. V. G. Vieira & A. P. M. Alves (Orgs.), Acervos especiais: memórias e diálogos (pp. 15–32). Cultura Acadêmica. https://www.fclar.unesp.br/Home/Institucional/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf

Association of Research Libraries. (2003). College & Research Libraries. Chicago, USA. https://crl.acrl.org/index.php/crl/issue/view/987

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Edições 70.

Berger, S. E. (2014). Rare books and special collections. Neal-Schuman.

Boeres, S. A. A. (2004). Política de preservação da informação digital em bibliotecas universitárias brasileiras [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Universidade de Brasília.

Buckland, M. K. (1991). Information as thing. Journal of the American Society for Information Science, 42(5), 351–360.

Faria, M. I. R. de, & Pericão, M. G. (2008). Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. Edusp.

Freitas, C. M. de. (2018). Gestão de acervos de obras raras na perspectiva do usuário [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Universidade Federal do Ceará.

Fróes, R. C. (1995). Obras raras no Brasil: estudo dos critérios de raridade bibliográfica, tratamento técnico e preservação das coleções [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Gauz, V. (1990). Considerações sobre o uso do catálogo de obras raras na Biblioteca Nacional: subsídios para viabilizar a automação do catálogo principal e otimizar o atendimento ao público local e a outras bibliotecas [Dissertação de mestrado, IBICT/UFRJ].

Gomes, P. S. S., Rolo, E. S., Rocha, L. S., & Monteiro, B. S. (2024). Processo de digitalização de obras raras: importância para preservação da memória. Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 37(2), 157–169. https://doi.org/10.14295/biblos.v37i2.16182

Greenhalgh, R. D. (2014). Segurança contra roubo e furto de livros raros: uma perspectiva sob a ótica da economia do crime e da teoria da dissuasão [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Universidade de Brasília.

Greenhalgh, R. D., & Greenhalgh, M. G. G. (2022). Coleções especiais: uma análise da formação dos acervos nas bibliotecas brasileiras. Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 35(2). https://doi.org/10.14295/biblos.v35i2.13340

Greenhalgh, R. D., & Manini, M. P. (2013). Segurança de obras raras como possível objeto de estudo da Ciência da Informação. TransInformação, 25, 255–261.

Jaramillo, O., & Marín-Agudelo, S.-A. (2014). Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. El Profesional de la Información, 23(4), 425–432. http://goo.gl/ECCEmr

Kama, A. F. L. F., Manini, M. P., & Baptista, D. M. (2016). Análise de critérios e requisitos para o acesso a obras raras em bibliotecas digitais – um estudo longitudinal. Em Questão, 22(3), 227–244. https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/62422

Maia, M. E. (2018). Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Universidade Federal da Paraíba.

Márdero Arellano, M. Á. (1998). As coleções de obras raras na biblioteca digital [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

Nardino, A. T. D., & Caregnato, S. E. (2005). O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. Em Questão, 11(2), 381–407. https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/126

Pereira, S. F. (2020). O catálogo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN). Memória e Informação, 4(2), 223–239.

Peruzzo, T. (2013). A seção de obras raras da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fiocruz e a memória institucional da saúde pública no Brasil [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro/IBICT]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pinheiro, A. V. T. P. (1989). Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Presença Edições.

Pinheiro, A. V. T. P. (1990). A biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. Revista de Biblioteconomia & Comunicação, 5(1).

Reifschneider, O. D. B. (2008). A importância do acesso às obras raras. Revista Iberoamericana de Ciência da Informação, 1(1), 67–76.

Rodrigues, J. G. (1996). Espelho do tempo: análise da coleção de obras raras da Fundação Oswaldo como fonte de pesquisa para Ciência Moderna [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sant'Ana, R. B. (2001). Critérios para definição de obras raras. ETD - Educação Temática Digital, 2(3), 1–18. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577/592

Santos, J. D. O. (2023). Manual de curadoria de coleções especiais e obras raras: um estudo de caso na Biblioteca Pública Estadual Epiphanio Dória [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Universidade Federal de Sergipe.

Santos, R. F., & Reis, A. S. (2018). O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. Investigación Bibliotecológica, 32(75), 223–259. http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57970

Silva, F. (2011). Critérios de seleção de obras raras adotados em bibliotecas do Distrito Federal [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Universidade de Brasília.

Silva, G. B. (2013). Preservação de documentos analógicos: um estudo realizado na coleção de obras raras da BCZM Trabalho de Conclusão de Curso.

Souza, M. F. M. (2016). O estudo da coleção de livros da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil da Biblioteca Central da Universidade de Brasília [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Universidade de Brasília.

Tauil, J. C. S., Lunardelli, R. S. A., & Paletta, F. (2023). Aspectos éticos da organização e representação do conhecimento no contexto das políticas de desenvolvimento em coleções de obras raras. In Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: desafios e perspectivas na era da datificação (pp. xx–xx). Universidade Estadual de Londrina. https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003138641.pdf

University of Glasgow. (2019). What are Special Collections. University of Glasgow. https://web.archive.org/web/20190521171905/https://www.gla.ac.uk/myglasgow/specialcollections/whatarespecialcollections

NOTAS

[1] Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 22 jun. 2024.

[2] A Plataforma Sucupira é uma "ferramenta que coleta informações e funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)." (Arcanjo, 2024, local. 1). Portanto, a plataforma, fomentada pelo governo brasileiro, coleta e reúne todas as defesas de programas de pós-graduação em âmbito nacional. Por meio dela ainda é possível encontrar as avaliações dos programas de pós-graduação brasileiros, bem como as classificações das produções científicas de tais programas.

Integração de Acervos do Patrimônio Cultural: Bases Teóricas para a Interoperabilidade

Rodrigo Moreira Garcia — Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), Brasil • ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2694-5988 • garcia.rodrigo@usp.br

Francisco Carlos Paletta — Livre-Docente, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Informação e Cultura, Universidade de São Paulo (USP), Brasil • ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4112-5198 • fcpaletta@usp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6579

Introdução

A institucionalização dos acervos culturais — compreendida como a incorporação sistemática e curatorial de conjuntos documentais em bibliotecas, arquivos e museus — assume importância estratégica nas políticas de preservação da memória e na democratização do conhecimento. Ao reconhecer esses materiais como patrimônio cultural e histórico, a atuação das instituições de custódia não apenas assegura sua permanência, como também amplia seu valor científico, educativo e simbólico. No entanto, a diversidade tipológica dos objetos e a fragmentação das abordagens descritivas entre os domínios arquivístico, biblioteconômico e museológico têm gerado ambientes informacionais isolados, dificultando a descoberta contextualizada de documentos, a integração entre coleções e o desenvolvimento de novas leituras sobre a memória social (Vital & Brascher, 2017, pp. 202-207; Marcondes, 2019, pp. 45-52).

Esse cenário caracteriza um problema de escala cultural: quanto maior a heterogeneidade dos acervos, maior o custo cognitivo e técnico para interpretá-los e conectá-los (Marcondes, 2019). As infraestruturas digitais que sustentam esses repositórios frequentemente refletem barreiras institucionais históricas, com sistemas baseados em padrões autônomos, desenvolvidos para finalidades internas específicas. Como consequência, observa-se a formação dos chamados *silos de dados*, nos quais conjuntos ricos em informação permanecem inacessíveis fora de seu contexto institucional original, limitando o potencial de reutilização, reinterpretação e visibilidade pública dos acervos (O'Neill & Stapleton, 2022, pp. 891-903).

No contexto internacional, especialmente em iniciativas como *Europeana*[1], *Digital Public Library of America*[2] (DPLA), WarSampo Portal[3], Trove[4] e DigitalNZ[5], observa-se um movimento progressivo de ruptura com os modelos fechados e de transição para uma lógica de *web* semântica, orientada à publicação e interligação de metadados abertos. O uso de tecnologias como o *Resource Description Framework*[6] (RDF), identificadores persistentes[7] (URIs), ontologias formais e vocabulários controlados interligados por princípios de *Linked Open Data*[8] (LOD) tem permitido o desenvolvimento de grafos de conhecimento que interconectam acervos diversos, promovendo um ambiente de descoberta transversal e de inferência semântica entre objetos culturais (Doerr, 2011, pp. 75-92; Concordia et al., 2010, pp. 61-69).

Contudo, essa transição não é meramente técnica. Exige uma reconfiguração profunda nas políticas institucionais, nas competências profissionais e nos modelos de governança das instituições de memória. O'Neill e Stapleton (2022, pp. 891-903) destacam que romper os *silos* não é apenas conectar dados, mas ultrapassar as divisões disciplinares que historicamente segmentaram as abordagens de organização da informação. Nesse sentido, a interoperabilidade não deve ser reduzida à compatibilidade técnica de formatos, mas compreendida como um conceito ampliado,

que envolve a construção de consensos semânticos, a adoção de princípios *FAIR*[9] (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*) e o incentivo a práticas colaborativas e interdisciplinares.

No Brasil, embora existam experiências relevantes em iniciativas como a BBM Digital[10], o Tainacan[11], a BNDigital[12] e a Brasiliana Iconográfica[13], ainda persistem desafios para a consolidação de uma política nacional de integração de acervos culturais baseada em dados abertos e interoperáveis. A ausência de diretrizes unificadas, a escassez de investimentos em infraestrutura semântica e a predominância de modelos tradicionais centrados em metadados bibliográficos dificultam a transição para arquiteturas abertas e conectadas. Além disso, a manutenção de sistemas legados baseados em padrões como o *MARC 21 Format for Bibliographic Data*[14] (MARC21) — embora ainda amplamente utilizados — impõe limitações na representação de objetos museológicos ou arquivísticos, reduzindo a riqueza semântica das descrições e comprometendo sua reutilização em contextos ampliados (Wijesundara & Sugimoto, 2018, pp.58-80).

Diante desse contexto, este artigo propõe uma reflexão teórica sobre os fundamentos da interoperabilidade entre acervos do patrimônio cultural, com base na literatura científica da Ciência da Informação, das Humanidades Digitais e das tecnologias da informação aplicadas ao setor *Galleries, Libraries, Archives and Museums*[15] (GLAM). Parte-se do reconhecimento da diversidade documental como valor e desafio, e avança-se na análise crítica de modelos, padrões e estratégias de integração que vêm sendo adotadas em escala internacional. A abordagem adota uma perspectiva exploratório-bibliográfica, orientada à construção de um referencial conceitual que possa subsidiar o desenvolvimento de estudos empíricos e de protótipos voltados à realidade brasileira.

Além de mapear as principais soluções tecnológicas contemporâneas — como destaque para modelos como RDF, *Europeana Data Model*[16] (EDM), Bibliographic Framework Initiative[17] (BIBFRAME), *CIDOC Conceptual Reference Model*[18] (CIDOC CRM) e as ontologias setoriais — o artigo discute a centralidade dos metadados como infraestrutura semântica da curadoria digital, assim como as tensões entre a padronização e a flexibilidade na descrição dos objetos culturais. Também se analisa o papel dos identificadores persistentes[19] (URIs), dos vocabulários controlados e das infraestruturas de Linked Data na criação de redes de significados que ultrapassam as fronteiras institucionais.

Outro aspecto enfatizado é a importância da interdisciplinaridade e da valorização do conhecimento tácito dos profissionais que atuam na mediação, curadoria e preservação dos acervos. A construção de ambientes digitais integrados exige não apenas competências técnicas, mas também sensibilidade para lidar com os contextos históricos, sociais e simbólicos que permeiam os objetos culturais. Assim, modelos centrados na simbiose humano-máquina, como os propostos por O'Neill e Stapleton (2022, pp. 891-903), apontam caminhos para soluções mais responsivas, adaptativas e sustentáveis, colocando o humano no centro das decisões tecnológicas.

Em síntese, este trabalho se insere no debate contemporâneo sobre a curadoria digital e a representação da informação no ecossistema de dados culturais, propondo uma base teórica para pensar a interoperabilidade não apenas como conectividade, mas como um projeto epistêmico e político de construção de redes de memória mais inclusivas, abertas e interligadas.

Fundamentação Teórica

Diversidade Documental e Fragmentação dos Acervos

A diversidade documental constitui um dos maiores valores e, simultaneamente, desafios para as instituições de memória histórica e cultural – bibliotecas, arquivos, museus e

centros de documentação. Esses ambientes custodiam conjuntos heterogêneos de objetos, de manuscritos e impressos a artefatos, registros sonoros, imagens, documentos audiovisuais, objetos digitais nativos e patrimônio imaterial. Essa multiplicidade, longe de ser apenas uma característica de acervo, expressa a riqueza da experiência humana e das formas plurais de produção, transmissão e preservação do conhecimento (Marcondes, 2019, pp. 45-52).

Contudo, a pluralidade tipológica e a autonomia histórica dos domínios (biblioteconômico, arquivístico, museológico), decorrem, em grande parte, de um

> [...] paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista a formação prática recebida no espaço académico e, sobretudo, no espaço institucional ou funcional das bibliotecas, arquivos e museus apontava claramente para a sobrevalorização da custódia ou guarda, da conservação e do suporte; para a ênfase na ideia de serviço/missão custodial, tendo em vista a salvaguarda da cultura "erudita"; para a hipertrofia da memória como fonte legitimadora da cultura como reforço identitário do mesmo Estado; para a incontornável e crescente importância do acesso ao "conteúdo" (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri La Fontaine); e para um arraigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (SILVA, 2013, pp. 85-103).

Esses fatores resultaram na adoção de modelos descritivos, vocabulários, normas e plataformas técnicas próprias, muitas vezes sem comunicação entre si. O resultado é a formação dos chamados silos de dados: bases e sistemas fechados, criados para finalidades institucionais específicas, que dificultam a interoperabilidade e a descoberta contextualizada de objetos em ambientes digitais (Hyvönen, 2023, pp. 729–744).

Como destaca Hyvönen (2023, pp. 729–744), "conteúdos do patrimônio cultural são fortemente interligados, mas publicados em silos de dados heterogêneos e distribuídos localmente, o que dificulta seu aproveitamento em escala global". Essa fragmentação se expressa em diversos níveis:

- Modelos de dados incompatíveis, com uso de padrões diferentes - ex: MARC21, *Encoded Archival Description*[19] (EAD), *Dublin Core*[20] (DC), CIDOC CRM, FRBRoo[21];
- Vocabulários e tesauros próprios para cada instituição ou projeto;
- Plataformas digitais isoladas, sem *Application Programming Interface*[22] (APIs) ou interoperabilidade com outras bases;
- Barreiras linguísticas e tecnológicas, limitando o compartilhamento transnacional e a reutilização dos acervos;
- Interfaces voltadas ao usuário humano, mas não à disponibilização dos dados para análises computacionais ou integração automatizada.

Do ponto de vista técnico, a padronização e a interoperabilidade de dados culturais foram historicamente secundárias frente às demandas internas de catalogação e gestão. Como observa O'Neill & Stapleton (2022, pp. 891–903), "operar dentro de um silo de dados fechado ou mesmo em uma rede de silos conectados era 'adequado ao seu tempo', mas não é o caminho do futuro". O desafio atual, segundo os autores, é "abrir os dados, adotando padrões comuns e uma mentalidade de mundo aberto, voltada à catalogação para a web semântica".

A manutenção dos silos institucionais resulta em diversas consequências práticas e epistemológicas:

- Redundância e retrabalho, com desenvolvimento paralelo de vocabulários, esquemas e sistemas semelhantes em diferentes domínios;
- Dificuldade de descoberta e análise transversal: usuários e pesquisadores precisam acessar múltiplos sistemas, aprender diferentes padrões e interfaces, e muitas vezes não conseguem "navegar" entre acervos relacionados (Hyvönen, 2023, pp. 729–744);
- Custo elevado para projetos de integração, já que cada novo consórcio, portal ou iniciativa de mashup demanda esforços de harmonização e mapeamento semânticos entre esquemas;
- Risco para a memória coletiva, pois a incapacidade de interligar fontes distintas impede narrativas multivocais e a reinterpretação crítica do patrimônio cultural em escala global.

A literatura aponta que o problema não é exclusivamente técnico. O modelo tradicional de publicação de dados culturais favorece uma "lógica do local", na qual cada instituição pública para seu público imediato, sem considerar o potencial de reutilização, enriquecimento e análise global dos dados. Como resultado, há muito trabalho redundante e custoso na criação dos silos, por exemplo, no desenvolvimento de vocabulários, serviços de dados e interfaces (Hyvönen, 2023, pp. 729–744).

Para superar esse cenário, movimentos internacionais como Europeana, *Digital Public Library of America* (DPLA) e a série de portais "Sampo[23]" (na Finlândia) vêm propondo modelos de agregação e publicação baseados em Linked Open Data (LOD) e na utilização de padrões abertos como *Dublin Core*, CIDOC CRM, FRBRoo, *Simple Knowledge Organization System*[24] (SKOS), *Web Ontology Language*[25] (OWL), RDF, com integração de tesauros internacionais como *Art & Architecture Thesaurus*[26] (AAT), *Thesaurus of Geographic Names*[27] (TGN), *Union List of Artist Names*[28] (ULAN), APIs e pontos de acesso SPARQL[29]. Essas iniciativas buscam promover não só a agregação de dados, mas também o enriquecimento mútuo dos conteúdos, a publicação orientada a dados e o desenvolvimento de ambientes colaborativos para produção, curadoria e análise do patrimônio cultural em escala global (Hyvönen, 2023, pp. 729–744).

A fragmentação dos acervos, portanto, não é apenas um problema operacional, mas epistemológico, social e político, impactando a construção de narrativas sobre a memória coletiva, o direito ao acesso à informação e o potencial de uso educativo e científico dos acervos digitais.

Metadados, Modelos de Integração e Infraestruturas Semânticas

A integração de acervos culturais digitais representa um dos maiores desafios contemporâneos para bibliotecas, arquivos e museus, especialmente em razão da diversidade de padrões de metadados, modelos descritivos e infraestruturas técnicas adotadas historicamente. O advento das tecnologias da Web Semântica e dos Dados Abertos Interligados (*Linked Open Data* – LOD) inaugurou um novo paradigma, no qual o papel dos metadados - definidos como infraestruturas descritivas da representação da informação - , transcende a mera descrição estática e passa a ser fundamental para a descoberta, interconexão e reutilização dos objetos culturais em escala global.

Como apontam Silva e Terra (2024, pp. 93-107, tradução nossa), "a Web Semântica permite que os dados sejam vinculados na Web e estrutura a informação para uso por humanos e máquinas. Além disso, torna explícitas as relações entre os dados, possibilitando a criação de Linked Data". No contexto das instituições GLAM, a transição de modelos tradicionais para padrões abertos, ontologias e infraestruturas compatíveis com a Web Semântica tornou-se uma condição necessária para romper com os "silos de dados" e promover ambientes verdadeiramente colaborativos e inovadores.

Gaitanou et al. (2024, pp. 204-244, tradução nossa) reforçam esse argumento ao afirmar que

> Há um forte contraste entre a Web e o principal catálogo das instituições culturais que existem como silos e isolados do ecossistema mais amplo da Web. Apesar dos esforços, a interoperabilidade de dados ainda é uma questão em aberto, que se relaciona com a necessidade de converter os dados existentes em dados compatíveis com a Web Semântica.

O desenvolvimento de modelos conceituais mais abertos e de infraestruturas semânticas compartilhadas tem permitido avanços importantes em projetos internacionais, como Europeana, DPLA e Sampo, ainda que persistam desafios de harmonização, qualidade dos metadados, governança e formação de equipes multidisciplinares. Neste contexto, a compreensão das transformações dos padrões de metadados, das arquiteturas LOD e dos modelos de integração semântica torna-se fundamental para a construção de ecossistemas informacionais abertos, acessíveis e socialmente relevantes.

Diversidade de Padrões e Modelos

A integração de acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus apresenta um desafio intrínseco relacionado à diversidade de padrões, modelos descritivos e vocabulários adotados historicamente por cada domínio. Como destaca Marcondes (2016, pp. 61-83),

> Diferenças de gestão e curadoria de seus acervos, diferenças na conceituação dos objetos dos acervos a descrever (diferentes 'objetos' a representar: livros, fundos e séries, objetos museológicos únicos), idiossincrasias relacionadas a tradições profissionais distintas, padrões diferentes, etc., tornam a integração dos acervos dessas instituições um desafio conceitual e tecnológico.

Esse panorama de pluralidade se manifesta, principalmente, nas escolhas de modelos de metadados e normas técnicas. Segundo Sacramento et al. (2015, pp. 1-49), "Os acervos de natureza física de tais áreas – como livros de prateleira, documentos impressos, obras de arte, objetos de museu e, até mesmo, micro-organismos em lâminas de microscópio, podem ter representantes digitais que permitam a perpetuação dos objetos desses acervos [...]" e, para viabilizar a gestão integrada,

> O uso de metadados específicos de domínio, de preservação e de interoperabilidade apresentam-se como um dos mecanismos essenciais para apoiar a construção ou a adoção de ferramentas tecnológicas que viabilizem a preservação e a integração de objetos digitais pertencentes aos acervos em questão. Além disso, a natureza da Web como um espaço sem limitações geográficas, permite que esses representantes (ou objetos) digitais sejam consultados em qualquer parte do mundo (Sacramento et al., 2015, pp. 1-49).

Entre os padrões amplamente utilizados, destacam-se o MARC21 para registros bibliográficos, EAD e *General International Standard Archival Description*[30] - ISAD(G) para descrição arquivística e o VRA Core[31] para museus, cada qual com estrutura, granularidade e escopo próprios. Conforme O'Neill e Stapleton (2022, pp. 891-903),

> O processo de digitalização do patrimônio cultural requer a quebra de silos em várias áreas – uma delas é a das disciplinas acadêmicas, para possibilitar trabalhos interdisciplinares ricos. Isso estabelece as bases para a emancipação de outro tipo de silo, os silos de conhecimento, tanto tradicional quanto digital, mantidos em instituições como

> galerias, bibliotecas, arquivos e museus. Quebrar os silos disciplinares é a chave para abrir os silos institucionais de conhecimento.

Como já discutido por Silva (2013, pp. 85-103), a predominância de um paradigma custodial, patrimonialista e tecnicista, historicamente forjou diferentes perspectivas sobre o "objeto de memória" e a missão das instituições de patrimônio, influenciando diretamente a adoção e fragmentação dos padrões descritivos nos domínios GLAM. Além disso, a coexistência desses diferentes padrões reflete não apenas escolhas técnicas, mas também distintas tradições epistemológicas e históricas sobre o que constitui o "objeto de memória" em cada domínio do patrimônio. Buckland (2006, pp. 3-14) enfatiza que "toda a descrição é uma atividade de linguagem [...], sempre e necessariamente de base cultural, pois descrições são baseadas em conceitos, definições e compreensões que têm desenvolvido em uma comunidade". Além disso, o próprio "conceito de metadados pode variar de comunidade para comunidade. [...] A Ciência da Informação classifica os metadados em descritivos, estruturais e administrativos, mesmo não havendo um consenso na área" (Sacramento et al., 2015, pp. 1-49). Assim, a fragmentação dos modelos de descrição e representação resulta tanto da pluralidade institucional quanto das escolhas históricas e culturais dos campos do patrimônio.

Contudo, há padrões emergentes, como o Dublin Core, *Europeana Data Model* (EDM) e BIBFRAME, que buscam viabilizar a interoperabilidade por meio de descritores genéricos e flexíveis. Ribeiro et al. (2020, pp. 247-264) destacam que "o uso das tecnologias da Web Semântica e dos princípios *Linked Data* tem sido apontado como facilitador para interligar dados e recursos oriundos de diferentes acervos e procedências a partir do momento em que possibilita que se estabeleçam metadados de ligações semânticas em contextos específicos".

Porém, o desafio persiste: como harmonizar modelos que, além de distintos, muitas vezes apresentam sobreposições, lacunas ou incompatibilidades? Buckland (2006, pp. 3-14) enfatiza que

> Os metadados possuem dois componentes: um formato e um conjunto de valores. XML[32], Dublin Core e os registros de catálogo de biblioteca MARC são formatos conhecidos e são associados a padrões específicos para especificar os tipos de descrições que podem ser utilizados com eles. [...] Entretanto, é sempre fortemente recomendado que metadados descritivos sigam formas padronizadas, por exemplo, utilizar um formato padrão e terminologia amplamente utilizada. O uso de formatos padronizados para armazenamento e exibição torna o uso de metadados mais fácil. O uso de vocabulários padrão possui a vantagem da consistência e auxilia na compreensão.

A discussão recente também passa pela necessidade de modelos de integração que operem "acima" dos padrões específicos, como as ontologias de domínio, os crosswalks e as arquiteturas baseadas em *Linked (Open) Data* (LOD) e *Web* Semântica. Como ressalta Zeng (2019) apud Marcondes (2023, pp. 85-95) "coleções digitais de arquivos, bibliotecas e museus são insumos importantes para a pesquisa em humanidades digitais [...]. Tais coleções, quando publicadas como LOD, são abertas, não constituem silos de informação. Seus objetos digitais podem ser utilizados por qualquer pessoa e interligados com outros recursos".

Portanto, o avanço em direção à integração efetiva dos acervos culturais depende não só de soluções técnicas, mas de abordagens colaborativas e de uma visão crítica sobre a história dos padrões, a cultura institucional e a abertura para revisitar paradigmas tradicionais de organização da informação.

Das fichas descritivas ao Linked Data

Modelos e esquemas detalhados para descrever recursos de informação existem há muito tempo, mas não são compatíveis com os padrões da *Web*, muito menos com os princípios da *Web* Semântica. Historicamente, a integração de acervos digitais foi fundada na troca de metadados entre instituições, fundamentada em protocolos e formatos como MARC21, *Dublin Core*, *Metadata Object Description Schema*[33] (MODS), *Metadata Encoding & Transmission Standard*[34] (METS), EAD e Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting[35] (OAI-PMH). Nessa abordagem, os metadados funcionavam como "fichas descritivas", criadas para cada objeto e exportadas em lotes para sistemas agregadores ou bases centrais (Silva e Terra, 2024, pp. 93-107). Esse modelo tradicional, centrado na descrição e no intercâmbio de registros, consolidou avanços importantes, mas permaneceu limitado por barreiras técnicas e semânticas (Marcondes (2016, pp. 61-93).

As limitações dessa abordagem são múltiplas. Metadados são mais do que simples descrições. Eles são parte da infraestrutura necessária para garantir que objetos digitais sejam encontrados, compreendidos e reutilizados (Buckland, 2006, pp. 3-14). Entretanto, os formatos tradicionais operam, em geral, sem explicitação de relações complexas entre entidades, o que restringe a possibilidade de descoberta transversal e o reuso inteligente dos dados.

O paradigma da troca de metadados representou um grande avanço para a interoperabilidade, mas tornou-se insuficiente diante da demanda por integração dinâmica, enriquecimento automático, descoberta transversal e contextualização dos acervos. O paradigma do Linked Data surge, assim, como resposta a essas limitações, promovendo relações explícitas, uso de ontologias e publicação aberta e interligada de dados.

Neste sentido, a emergência do paradigma dos Dados Abertos Interligados (*Linked Open Data* – LOD) representa uma inflexão significativa. Não se trata apenas de uma evolução técnica, mas de uma transformação cultural e epistêmica no modo como os metadados são produzidos, publicados e conectados. Como destaca Silva e Terra (2024, pp. 93-107), "a necessidade de evoluir os formatos tradicionais de metadados utilizados em bibliotecas, museus e arquivos para modelos *Linked Data* desencadeou iniciativas em várias instituições, levando ao surgimento de diferentes modelos conceituais para cada uma dessas áreas". Nesse novo cenário, o metadado deixa de ser uma "ficha" para se tornar um nó em um grafo global, interligado por *URIs*[34] persistentes e relações formalizadas em ontologias abertas e compartilhadas.

O salto qualitativo está justamente na capacidade do *Linked Data* de criar redes semânticas, tornando explícitas as relações entre diferentes entidades (obras, autores, lugares, eventos), conectando os acervos a contextos mais amplos e promovendo novas formas de descoberta e análise (Ribeiro et al., 2020, pp. 247-264). Diversas bibliotecas e organizações de padronização desenvolveram modelos conceituais e padrões de metadados adequados para a *Web* e, particularmente, para ambientes de Dados Conectados. O *Europeana Data Model*, por exemplo, foi desenvolvido para acomodar as necessidades de um ambiente de dados abertos, em que recursos podem ser descritos por múltiplos parceiros e suas relações explicitadas e conectadas a recursos externos, como ontologias e bases de autoridade (Silva & Terra, 2024, pp. 93-107).

Esse novo ecossistema potencializa não só o reuso, mas também o enriquecimento e a validação dos dados por múltiplas comunidades e aplicações. Como afirmam Salse et al. (2024, pp. 447-495, tradução nossa),

> o desenvolvimento de esquemas de troca de metadados [como Dublin Core, Darwin Core ou LIDO[36]], a criação de repositórios digitais que coletam conteúdos de diferentes fontes (como Europeana, DPLA ou GBIF) e a presença de protocolos de agregação e transferência (como OAI-PMH) parecem sustentar a

> ideia de que a cooperação é hoje o caminho preferencial.

No entanto, o verdadeiro salto do *Linked Data* está na superação das limitações impostas pelos antigos silos institucionais. A literatura de Marcondes (2016, pp. 61-93; 2019, pp. 45-52; 2022, pp. 1-13; 2023, pp. 85-95) demonstra que a *Web* Semântica — ao utilizar ontologias, grafos de conhecimento e padrões abertos como *RDF* e *Linked Open Data* — proporciona meios avançados de representação, conexão e organização da informação, permitindo que dados de diferentes acervos sejam publicados de maneira interligada, interoperável e reutilizável. Essa abordagem supera os limites da agregação tradicional de registros ao viabilizar a articulação semântica entre múltiplas fontes, a automação na descoberta e o enriquecimento dinâmico dos acervos digitais.

Isso impacta não apenas a governança, com novos arranjos para colaboração e gestão distribuída, mas também a própria lógica de produção e circulação do conhecimento, promovendo a ciência aberta, a transparência e a democratização do acesso ao patrimônio cultural.

Quadro 1: Comparativo – Troca de Metadados vs. Linked Data

Dimensão	Paradigma da Troca de Metadados	Paradigma do Linked Data
Objetivo	Compartilhar registros descritivos para integração básica entre sistemas ou agregadores	Interligar recursos, entidades e contextos por meio de redes semânticas abertas e colaborativas
Modelo de Dados	Estrutura tabular, baseada em registros isolados, campos fixos e hierárquicos; formatos estruturados (planilha, XML, banco de dados relacional)	Grafo de conhecimento; triplas RDF; uso de URIs e ontologias abertas e flexíveis
Padrões principais	MARC21, EAD, MODS, METS Dublin Core, (padrões de descrição e exportação estruturada)	RDF, OWL, SKOS, EDM, CIDOC CRM, BIBFRAME, LIDO (padrões de modelagem semântica e interoperável)
Interoperabilidade	Predominantemente sintática/estrutural; baseada em crosswalks e mapeamentos pontuais entre formatos	Semântica explícita; interoperabilidade nativa entre domínios, sistemas e plataformas
Relações entre Objetos	Relações implícitas, codificadas em campos textuais ou pouco formalizadas	Relações explícitas e formalizadas entre entidades, eventos, lugares, agentes
Enriquecimento de Dados	Limitado, geralmente manual ou	Enriquecimento dinâmico e

	centralizado, dependente de atualização de registros e novos envios	automático, colaborativo, via links externos e autoridades globais
Descoberta e Navegação	Busca restrita ao próprio repositório ou agregador; baixa capacidade de inferência	Descoberta global, navegação transversal, inferência semântica e integração em escala
Atualização e Curadoria	Atualização cíclica, via novos envios de registros ou ingestões periódicas	Curadoria distribuída, atualização contínua, colaboração entre instituições e usuários
Papel dos Profissionais	Foco em catalogação, normalização e controle de formatos; ênfase em manutenção de registros e padrões internos	Protagonismo na modelagem conceitual, curadoria semântica, mediação entre comunidades e ecossistemas
Exemplos de Implementação	Bibliotecas digitais via OAI-PMH; Catálogos MARC21; Repositórios baseados em Dublin Core, MODS ou EAD; portais nacionais e locais de metadados	Europeana, DPLA, Wikidata[37], portais Sampo, repositórios LOD, catálogos BIBFRAME, sistemas baseados em EDM

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

O quadro acima sintetiza as principais diferenças entre o paradigma tradicional de troca de metadados e o paradigma do *Linked Data* na integração de acervos digitais. A comparação evidencia como a evolução dos modelos, padrões e práticas impacta diretamente a interoperabilidade, o enriquecimento dos dados e o papel dos profissionais da informação, destacando a transição de abordagens isoladas e centralizadas para ecossistemas colaborativos, dinâmicos e semanticamente interligados.

Neste sentido, a transição das fichas descritivas para o paradigma do Linked Data representa um avanço qualitativo fundamental: desloca-se de descrições isoladas e centralizadas para a construção de redes semânticas dinâmicas, abertas e colaborativas, que favorecem o reuso, o enriquecimento e a inovação nas práticas contemporâneas de curadoria digital.

Modelos de Integração: Exemplos e Desafios

A busca pela integração efetiva de acervos culturais digitais tem levado ao desenvolvimento de diferentes modelos e plataformas em escala internacional. Tais modelos são essenciais para viabilizar a interoperabilidade entre bases heterogêneas, promover o acesso transversal e fomentar a reutilização e o enriquecimento dos acervos. Assim, a consolidação de ecossistemas digitais abertos no patrimônio cultural internacional resultou do desenvolvimento de modelos de integração que vão além da mera agregação de registros, propondo arquiteturas baseadas em *Linked Data*, grafos de conhecimento e interoperabilidade semântica. Destacam-se, nesse cenário, iniciativas como o *Europeana*, a *Digital Public Library of America* (DPLA) e os *portais Sampo*, que oferecem referências paradigmáticas para o campo.

O *Europeana Data Model* (EDM) tornou-se um marco na integração de acervos ao estabelecer uma arquitetura semântica flexível e orientada à Web Semântica. O EDM não é construído sobre qualquer padrão comunitário específico,

mas adota uma estrutura aberta, baseada na Web Semântica, capaz de acomodar a variedade e a riqueza dos padrões de diferentes comunidades (Isaac, 2013, pp. 1-35). O EDM possibilita a representação de múltiplos níveis de descrição, preservando a diversidade dos dados originais enquanto os torna semanticamente interoperáveis.

A capacidade do EDM de criar uma "rede de objetos de patrimônio cultural digitais e nativos digitais, graças à representação de links e relações semânticas entre objetos" (Charles & Isaac, 2015, pp. 1-21, tradução nossa), exemplifica o salto qualitativo em relação aos modelos tradicionais. O EDM apoia tanto a descrição detalhada de cada objeto quanto o enriquecimento automático com dados externos, integrando ontologias, tesauros, listas de autoridade e fontes como SKOS, DBpedia[38] e GeoNames[39].

No contexto americano, a *Digital Public Library of America* (DPLA) adota um perfil de aplicação próprio — o *DPLA Metadata Application Profile* (MAP[40]) — que,

> [...] permite a integração de metadados criados ou agregados e compartilhados por nossos hubs em vários padrões de metadados. Isso nos permite representar e compartilhar adequadamente esses dados e enriquecê-los para maior descoberta e acesso. O DPLA MAP é um perfil de aplicativo ou um conjunto de elementos de metadados, retirados de vários esquemas para um uso local específico. É também um modelo de metadados semânticos, ou uma estrutura abstrata que descreve as relações entre diferentes tipos de dados sobre a mesma coisa" (DPLA, 2017, tradução nossa).

O projeto demonstra como o alinhamento de centenas de parceiros institucionais, cada qual com sistemas e padrões diferentes, pode ser viabilizado pela definição de mapeamentos semânticos precisos e pela adoção de um grafo comum.

Outro exemplo relevante é o *Sampo Model*, implementado em portais finlandeses como o *WarSampo*, que utiliza tecnologias da Web Semântica para possibilitar a publicação, o enriquecimento e a análise de dados interligados do patrimônio cultural utilizando tecnologias da web semântica e design de portal centrado no usuário. O *Sampo Model* estabelece princípios fundamentais para a publicação, o enriquecimento e a análise de dados interligados do patrimônio cultural utilizando tecnologias da web semântica e design de portal centrado no usuário. Esses princípios incluem: apoio à criação colaborativa e publicação de dados; uso de uma infraestrutura ontológica aberta e compartilhada; distinção clara entre o serviço LOD e a interface do usuário; oferta de múltiplas perspectivas para os mesmos dados; padronização do uso do portal por meio de um ciclo simples de filtragem-análise em dois passos; e apoio à análise de dados e descoberta de conhecimento, além da mera exploração dos dados (Hyvönen, 2023, pp. 729-744).

Ainda No contexto dos modelos de integração orientados ao ecossistema LOD, o BIBFRAME tem ganhado destaque ao proporcionar bases semânticas robustas para a representação e compartilhamento de dados bibliográficos em escala global. Mantido pela US Library of Congress, o BIBFRAME foi concebido como evolução do MARC, visando "[...] estabelecer as bases para o futuro da descrição bibliográfica, sendo uma evolução das iniciativas da própria Biblioteca do Congresso desde o Projeto MARC nos anos 1970", (Marcondes, 2023, pp. 85-95, tradução nossa).

Um de seus diferenciais é a modelagem nativa em RDF, tornando "[...] trivial o mapeamento da entidade bibliográfica descrita em um registro MARC — o Sujeito — de uma tripla RDF, as propriedades identificadas pelos parágrafos/códigos de subcampo do MARC — o Predicado da tripla —, e o conteúdo de tais parágrafos/códigos de subcampo — seu Objeto." (Marcondes, 2023, p. 88). A estrutura do BIBFRAME organiza-se em três níveis de abstração — Work, Instance e Item — "[...] simplificando de certa forma os quatro níveis de abstração dos modelos Functional

Requirements for Bibliographic Records[41] (FRBR) e CRM", (Marcondes, 2023, p. 88, tradução nossa). A maioria das propriedades fornecidas pelo BIBFRAME diz respeito a "[...] propriedades descritivas de entidades bibliográficas ou relacionamentos entre entidades de diferentes níveis de abstração" (Marcondes, 2023, pp. 85-95).

O BIBFRAME, assim como o EDM e outros modelos contemporâneos, contribui para a superação das limitações dos padrões legados, favorecendo a integração, interoperabilidade e enriquecimento semântico dos acervos bibliográficos em escala internacional.

Já o IFLA[42] *Library Reference Model*[43] (IFLA LRM) representa a evolução e a harmonização dos modelos conceituais da família FR (FRBR, FRAD e FRSAD), consolidando uma estrutura única para descrição de dados bibliográficos no contexto das bibliotecas. O IFLA LRM é "um modelo conceitual de alto nível e, como tal, pretende ser um guia ou base para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos" (Riva, Bœuf & Žumer, 2017a, p. 09 apud Arakaki, 2020, pp. 163-186). Sua proposta é fornecer uma estrutura de referência capaz de analisar metadados não administrativos, sendo fiel às entidades, aos relacionamentos e às limitações de cardinalidade estabelecidos no modelo .

A principal inovação do IFLA LRM está na harmonização dos modelos conceituais FRBR, *Functional Requirements for Authority Data*[44] (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority* Data[45] (FRSAD), resultando no modelo IFLA LRM, o qual busca simplificar entidades e tarefas do usuário e fornecer uma base única para modelagem conceitual de registros bibliográficos (Arakaki, 2020). Estruturalmente, o modelo adota como superclasse a entidade 'Res', englobando 'Obra', 'Expressão', 'Manifestação', 'Item', 'Agente', 'Nomen', 'Lugar' e 'Intervalo de Tempo', definindo uma hierarquia clara de classes e subclasses conectadas por relacionamentos (Arakaki, 2020, pp. 163-186). O IFLA LRM se destaca, ainda, por alinhar-se aos princípios do Linked Data e tecnologias semânticas (RDF, OWL, SPARQL), possibilitando a instanciação das entidades e atributos em ambientes interoperáveis, abrindo caminho para catálogos digitais mais abertos, conectados e eficientes.

O CIDOC *Conceptual Reference Model* (CIDOC CRM), desenvolvido pelo Comité *International pour la Documentation* do Conselho Internacional de Museus[46] (ICOM-CIDOC), tornou-se padrão ISO 21127 para modelagem conceitual no domínio do patrimônio cultural. Segundo a norma seu principal objetivo,

> [...] é oferecer uma base conceitual para a integração, mediação e intercâmbio de informações entre organizações de patrimônio cultural, como museus, bibliotecas e arquivos. Este documento visa fornecer um ponto de referência comum contra o qual fontes divergentes e incompatíveis de informação possam ser comparadas e, em última instância, harmonizadas. (ISO 21127:2023, p. v, tradução nossa)

Diferente de modelos restritos à descrição de objetos, o CIDOC CRM constitui uma ontologia que fornece uma representação formal do esquema conceitual subjacente aos sistemas de documentação e bancos de dados utilizados por instituições de patrimônio cultural. Seu principal papel é viabilizar a troca e integração de informações entre fontes heterogêneas, ao oferecer definições semânticas que tornam possível transformar fontes de informação díspares e localizadas em um recurso global coerente, tanto em contextos institucionais quanto em ambientes digitais abertos (ISO 21127:2023). Segundo Doerr (2003, p. 75-92, tradução nossa),

> O CIDOC CRM é uma ontologia de alto nível para possibilitar a integração de informações de dados do patrimônio cultural e sua correlação com informações de bibliotecas e arquivos. […] O CIDOC CRM analisa as conceitualizações comuns por trás das estruturas de dados e

> metadados para apoiar a transformação, mediação e fusão de dados.

Diferentemente de modelos voltados apenas à descrição de entidades ou itens isolados, o CIDOC CRM é projetado para permitir a descrição de relações complexas entre objetos, eventos, atores e contextos históricos, favorecendo uma contextualização rica e significativa dos acervos. Segundo Marcondes (2021), o modelo é orientado por eventos e busca fornecer informações contextuais essenciais para a compreensão dos objetos de patrimônio cultural, relacionando-os a atores e acontecimentos e permitindo, assim, um entendimento mais aprofundado das conexões históricas e culturais envolvidas. Essa abordagem facilita a interoperabilidade semântica entre bases de museus, arquivos e bibliotecas, viabilizando integrações ricas, contextualizadas e abertas para pesquisa, ensino e difusão do patrimônio cultural.

Apesar desses avanços, permanecem desafios substanciais. O mapeamento de dados existentes para modelos de integração de bases de dados heterogêneas do patrimônio cultural requer análise cuidadosa dos metadados de origem, com a manutenção de contextos e proveniência e pode demandar limpeza e transformação dos dados (harmonização de metadados e vocabulários). Como destacam Lemos, Coelho Junior & Martins, (2023, pp. 1-26) “questões relativas à qualidade de dados frequentemente não são levantadas, considerando os diversos tipos de bancos de dados e sistemas de informação ora envolvidos em processos de organização, modelagem e representação da informação”.

Além disso, a integração requer um alto nível de especialização e capacitação técnica, além de compromisso sobretudo com a superação de barreiras políticas, com a quebra dos silos institucionais. Ou seja, os modelos internacionais de integração demonstram que a construção de ambientes digitais verdadeiramente interoperáveis exige não apenas tecnologias avançadas, mas também a mobilização de comunidades, governança colaborativa e investimento constante em curadoria, controle de qualidade e atualização dos dados.

Infraestruturas Semânticas e Arquiteturas LOD

A efetiva integração e reuso de dados culturais digitais dependem de infraestruturas semânticas robustas, capazes de sustentar a publicação, interligação e enriquecimento contínuo dos acervos em escala global. Infraestruturas semânticas combinam ontologias, vocabulários controlados, grafos de conhecimento, repositórios LOD, APIs e serviços de reconciliação (Também conhecido como vinculação de registros ou correspondência de dados), compondo a espinha dorsal dos ecossistemas digitais abertos.

Conforme sintetiza Silva & Terra (2024, pp. 93-107), “Linked Data baseia-se no modelo de metadados semânticos RDF (Resource Description Framework)”, o que possibilita a publicação e interligação de dados por meio de triplas sujeito-predicado-objeto e identificadores persistentes. O *Europeana Data Model* (EDM), por exemplo, fundamenta sua infraestrutura semântica na utilização de URIs, relações explícitas e no alinhamento a vocabulários internacionais como SKOS, GeoNames, DBpedia, Virtual International Authority File[47] (VIAF) e outros. Com o EDM, a *Europeana* consegue organizar e articular objetos do patrimônio cultural provenientes de múltiplas instituições, graças ao uso de links semânticos e à explicitação das relações entre esses objetos (Charles & Isaac, 2015, pp. 1-21).

Assim, o uso de ontologias abertas – como o CIDOC CRM no domínio museológico ou a própria estrutura EDM para agregação – é fundamental para viabilizar interoperabilidade em nível semântico. Isso garante que instituições com diferentes tradições e esquemas de metadados possam interoperar e compartilhar seus acervos de forma integrada, sem perder a expressividade ou a riqueza dos dados originais (Isaac et al., 2013, pp. 1-35).

Além disso, a arquitetura LOD pressupõe a utilização de boas práticas de publicação

aberta, incluindo a atribuição de URIs descritivas, a disponibilização dos dados em formatos legíveis por máquina (como RDF/XML, *Turtle*[48], JSON-LD[49]) e o estabelecimento de links entre conjuntos de dados distintos. Essa arquitetura permite que diferentes repositórios e coleções compartilhem e conectem seus dados de maneira dinâmica, promovendo o enriquecimento semântico e facilitando a descoberta transversal de recursos culturais.

O sucesso dessas infraestruturas depende, ainda, da adoção de serviços de reconciliação e enriquecimento, que permitem conectar entidades locais a referências globais (autoridades, lugares, conceitos), reduzindo ambiguidades e ampliando o potencial de descoberta. O EDM, por exemplo, possibilita o enriquecimento de dados a partir de fontes autorizadas, incluindo arquivos de autoridade e tesauros de outros provedores ou editores. Esse processo permite, o alinhamento a vocabulários de autoridade (pessoas, tipos de objetos, lugares, períodos) e recursos como a DBpedia ou Wikidata, além de contribuir para identificar registros duplicados e traduzir metadados por associação (Europeana Foundation, n.d.).

Por fim, a consolidação de infraestruturas semânticas e arquiteturas LOD implica desafios recorrentes de governança, atualização, sustentabilidade e qualidade dos dados. o processo de mapeamento e harmonização de metadados é complexo e requer alto nível de especialização, além de compromisso institucional com curadoria contínua e controle de qualidade. A construção de infraestruturas semânticas e arquiteturas LOD é condição indispensável para uma curadoria digital inovadora, inclusiva e aberta, capaz de integrar múltiplos acervos, enriquecer contextos e promover novas formas de apropriação e reuso do patrimônio cultural no ambiente digital contemporâneo.

Tendências e Desafios

O avanço dos ecossistemas de integração de acervos culturais digitais aponta para um cenário em que princípios, tecnologias e práticas inovadoras tornam-se fundamentais para garantir a efetividade, sustentabilidade e impacto social dessas infraestruturas. Entre as principais tendências, destaca-se a adoção dos Princípios FAIR — *Findable, Accessible, Interoperable, Reusable* — que representam um conjunto conciso e mensurável de diretrizes projetadas para melhorar fundamentalmente a infraestrutura de dados, facilitando a descoberta e o reuso de dados acadêmicos, científicos e objetos de pesquisa digital. De fato, os princípios FAIR são considerados um modelo essencial para a gestão contemporânea de dados científicos e culturais, uma vez que garantem que os dados sejam efetivamente encontráveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis, potencializando a integração e o compartilhamento de informações entre instituições culturais digitais (Wilkinson et al., 2016). Isso pode ser estendido à garantia de que os próprios dados digitais sejam considerados e preservados como parte do próprio patrimônio, com requisitos adicionais para a relevância, confiabilidade e integridade (Hermon & Niccolucci, 2021, pp. 251-255).

Outra tendência crucial é a automação dos processos de enriquecimento e reconciliação de metadados, com a incorporação de técnicas de inteligência artificial (IA) para desambiguação, linkagem semântica e detecção de relações ocultas entre entidades. Avanços recentes em tecnologia da informação e inteligência artificial oferecem oportunidades notáveis para o enriquecimento automático dos metadados do patrimônio cultural com recursos mínimos. Embora estes avanços em tecnologia da informação e inteligência artificial ofereçam oportunidades notáveis para o enriquecimento automático de metadados do patrimônio cultural, a participação humana nesse processo continua sendo fundamental. Como observa Kaldeli (2023), a estratégia mais eficaz envolve justamente a combinação de algoritmos com validação humana, promovendo uma abordagem híbrida que potencializa tanto a eficiência da automação quanto a precisão e o

contexto aportados pelos especialistas. Ou seja, "[...] combina algoritmos com validação humana para o enriquecimento de metadados de patrimônio cultural em larga escala" (Kaldeli, 2023, tradução nossa).

A governança e a qualidade dos dados emergem como preocupações centrais, exigindo modelos colaborativos, políticas de atualização permanente e mecanismos de validação distribuída. Soma-se a isso a fragmentação institucional e a ausência de diretrizes unificadas, pois a sustentabilidade e a eficácia das infraestruturas LOD dependem de políticas compartilhadas, curadoria contínua e participação ativa das comunidades envolvidas. Bettencourt & Marcondes (2019, pp. 44-61) destacam que a consolidação de políticas sustentáveis para integração de acervos digitais, sobretudo no Brasil, ainda enfrenta a "proverbial dificuldade das instituições brasileiras de articularem-se em projetos interinstitucionais, para além de suas atribuições rotineiras". Para superar tal fragmentação, os autores defendem a adoção de políticas nacionais com sustentação política e econômica permanente, fundamentadas na cooperação, governança compartilhada e participação ativa das comunidades envolvidas.

Manter a qualidade e a confiança dos dados em ambientes abertos e distribuídos permanece um desafio contínuo, que requer novas formas de cooperação institucional e soluções técnicas.

Embora nos últimos anos instituições do patrimônio histórico e cultural aderirem a processos de digitalização e disponibilização de conteúdos na Web, proporcionando acesso a conteúdos e democratizando o conhecimento científico e cultural à sociedade, como destacam Lemos, Coelho Júnior & Martins (2023, pp.1-26), apesar desses esforços,

> [...] investir somente na digitalização de objetos culturais não é suficiente, visto que questões relativas à qualidade de dados frequentemente não são levantadas, considerando os diversos tipos de bancos de dados e sistemas de informação ora envolvidos em processos de organização, modelagem e representação da informação.

Ainda é escassa a implementação de processos robustos de garantia de qualidade em repositórios digitais, e a ausência de procedimentos transferíveis para outros contextos dificulta a consolidação de ecossistemas interoperáveis e confiáveis, demandando esforços contínuos de avaliação, curadoria e colaboração entre instituições.

Por fim, destaca-se o crescente papel da formação e capacitação profissional. O campo demanda cada vez mais especialistas capazes de atuar na interseção entre curadoria digital, tecnologias semânticas e gestão colaborativa de acervos, promovendo uma atuação crítica, ética e inovadora. O desenvolvimento de competências transversais — desde a compreensão de ontologias e vocabulários, passando pela utilização de ferramentas de IA e reconciliação, até a liderança de processos colaborativos — é condição indispensável para que os profissionais da informação possam liderar a construção de ambientes digitais abertos, interoperáveis, integrados, confiáveis e socialmente relevantes. Assim, o fortalecimento do capital humano deve ser reconhecido como eixo estratégico das políticas de integração e curadoria digital, respondendo à crescente demanda por competências transversais, visão crítica e compromisso social.

Sobre a discrepância entre os avanços internacionais e a realidade brasileria, Siqueira & Martins (2022, pp. 204-224) destacam que,

> O cenário internacional nos apresenta diversas soluções para uma interface integrada, sendo a Europeana o exemplo mais conhecido. No Brasil, ainda não existe uma solução amplamente aplicada, pois as iniciativas nacionais geralmente se restringem a pequenos projetos em instituições locais.

Neste contexto, os desafios vão além da mera adoção de tecnologias: envolvem a construção de modelos participativos, iniciativas de

políticas públicas e a revisão de políticas institucionais, o fortalecimento da cultura de dados abertos e o investimento contínuo no capital humano que sustenta as práticas de integração e curadoria digital.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, fundamentada na análise de conteúdo aplicada a uma revisão narrativa da literatura. A opção metodológica visa identificar, organizar e interpretar categorias teóricas relevantes sobre a interoperabilidade entre acervos culturais, com foco na integração de metadados em ambientes digitais heterogêneos. A abordagem é adequada para compreender os fundamentos conceituais da curadoria digital, dos padrões descritivos e das infraestruturas tecnológicas voltadas à integração de dados culturais.

O corpus documental foi selecionado com base em critérios de relevância teórica, atualidade, abrangência temática e reconhecimento na comunidade científica. Foram priorizadas publicações dos últimos 25 anos (2000–2025) aproximadamente, incluindo artigos acadêmicos, relatórios técnicos, documentos institucionais e estudos de caso nacionais e internacionais. As buscas foram realizadas em bases como Scopus, Web of Science, Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES, além de repositórios institucionais e especializados.

A análise de conteúdo foi conduzida conforme Bardin (2011), em três etapas: (1) leitura exploratória e pré-análise, para familiarização com o material; (2) codificação temática, com destaque para as ocorrências de conceitos como silos de dados, metadados, interoperabilidade, integração de bases de dados, modelos de integração, FAIR principles, Linked Data, EDM, CIDOC CRM, RDF, entre outros; e (3) categorização dos achados em eixos analíticos.

As principais categorias identificadas foram: (a) modelos e padrões de metadados; (b) infraestruturas semânticas e web de dados; (c) integração de acervos e estratégias de crosswalks; (d) limitações da governança e qualidade dos dados; e (e) desafios no contexto brasileiro. A triangulação entre os documentos técnicos e os estudos acadêmicos permitiu uma compreensão ampliada das tensões entre padronização, representatividade e aplicabilidade nos sistemas de memória.

Ainda que este não seja um estudo empírico, o procedimento adotado garante rigor analítico na construção de um panorama teórico sólido e crítico, útil para subsidiar futuras iniciativas práticas no campo da curadoria digital e da interoperabilidade semântica. A explicitação dos critérios de seleção, a diversidade das fontes e a estruturação categorial contribuem para a validade dos achados.

Resultados Parciais e Discussão

A análise da literatura revela que, embora o campo da integração de acervos do patrimônio cultural tenha avançado significativamente em âmbito internacional, persistem lacunas relevantes tanto no plano conceitual quanto operacional, especialmente no contexto brasileiro. É evidente os avanços significativos no campo da integração de acervos culturais em âmbito internacional, ao mesmo tempo revela-se os desafios estruturais e conceituais que são persistentes no contexto brasileiro. A experiência de grandes iniciativas, como *Europeana*, DPLA, Sampo, CIDOC CRM e as redes baseadas em *Linked Open Data*, demonstra que a construção de ecossistemas digitais abertos não é um resultado automático da adoção de padrões tecnológicos, mas depende de uma conjugação de fatores institucionais, políticos, humanos e epistemológicos.

Doerr (2003, pp. 75-92), apontava para o grande desafio para a interoperabilidade semântica no campo do patrimônio cultural dizendo que, “a realidade da interoperabilidade semântica está se tornando frustrante. Só na área cultural, existem dezenas de padrões e centenas de estruturas de dados proprietárias, bem como centenas de sistemas de terminologia”.

No entanto, no plano internacional passados quase 1/4 de Século, observa-se a consolidação de modelos que priorizam a interoperabilidade semântica, a adoção de ontologias e a articulação entre diferentes padrões de metadados. Tais projetos revelam o potencial das tecnologias semânticas para transcender silos institucionais e permitir novas formas de descoberta, análise e reuso dos objetos culturais. Essa trajetória, contudo, não se deu sem resistência ou dificuldades, especialmente no que se refere à harmonização de dados legados, à adaptação de práticas institucionais e à necessidade de requalificação dos profissionais envolvidos. Fica claro que, por mais sofisticada que seja a infraestrutura tecnológica, sua eficácia só se concretiza quando alinhada à participação ativa dos profissionais da informação, à governança compartilhada e ao engajamento das comunidades.

Ao contrastar esse panorama com a realidade brasileira, emergem lacunas expressivas, especialmente quanto à capacidade de escalar iniciativas locais para políticas nacionais robustas. Ainda predomina a fragmentação institucional, a presença de sistemas legados e a falta de diretrizes unificadas para a publicação e integração de dados abertos. O país conta com experiências exitosas em instituições de referência, mas permanece dependente de projetos isolados e de soluções que raramente dialogam entre si. Soma-se a isso a ausência de investimento continuado em formação e atualização de equipes, a dificuldade em construir consensos interinstitucionais e a resistência à adoção de novos paradigmas de metadados, o que constitui obstáculos de difícil superação.

Esse cenário não é exclusivo do Brasil, mas reflete uma condição mais ampla do campo, marcada por grande diversidade de padrões, estruturas e vocabulários. Como observa Doerr (2003, pp. 75-92),

> parece que a semântica por trás de um grande conjunto de estruturas (meta)dados diversas, provenientes de um domínio com muitas subdisciplinas, pode ser expressa por uma ontologia formal coerente baseada nas conceitualizações comuns dos especialistas do respectivo domínio, enquanto as próprias estruturas de entrada de dados frequentemente parecem resistir à fusão (tradução nossa).

Esse diagnóstico evidencia que, mesmo diante da possibilidade de harmonização conceitual via ontologias, as práticas e estruturas locais frequentemente resistem à integração efetiva. O'Neill & Stapleton (2022, pp. 891-903) ainda destacam que,

> o processo de digitalização do patrimônio cultural exige a quebra de silos em diversas áreas — uma delas é a das disciplinas acadêmicas, para permitir a realização de um rico trabalho interdisciplinar. Isso estabelece as bases para a emancipação da segunda forma de silo, que são os silos de conhecimento, tanto tradicionais quanto digitais, mantidos em instituições individuais, como galerias, bibliotecas, arquivos e museus. A quebra de silos disciplinares é a chave para destravar esses silos institucionais de conhecimento. Equipes interdisciplinares, como desenvolvedores e bibliotecários, trabalham juntas para tornar os dados acessíveis como dados abertos na 'web semântica'.

Portanto, superar a fragmentação requer não apenas soluções tecnológicas ou modelos teóricos, mas um esforço coordenado de revisão institucional, colaboração intersetorial e investimento contínuo em capital humano.

A experiência internacional evidencia, assim, que a superação dessas barreiras passa, necessariamente, por iniciativas que promovam a colaboração interdisciplinar e a construção de ecossistemas abertos, integrando múltiplos atores, saberes e tecnologias.

Um dos pontos mais sensíveis identificados pela revisão é a necessidade de reconfigurar o papel do profissional da informação. Se, historicamente, as competências técnicas centradas em catalogação e preservação eram suficientes para garantir a gestão dos acervos, hoje é indispensável o desenvolvimento de habilidades transversais, capacidade de liderança em projetos de integração, domínio de tecnologias semânticas e sensibilidade para mediação entre comunidades, sistemas e políticas. O protagonismo desses profissionais, aliado a uma formação continuada crítica e interdisciplinar, capaz de aliar domínio técnico em metadados, curadoria digital, Linked Data e ontologias à sensibilidade ética e cultural para mediação entre sistemas, comunidades e políticas públicas, é o que pode transformar a adoção de padrões internacionais em soluções genuinamente adaptadas às realidades e potencialidades nacionais.

A análise dos resultados revela que o avanço em direção a ecossistemas integrados e socialmente relevantes demanda, no contexto brasileiro, a superação de desafios que vão além do âmbito tecnológico. Embora iniciativas de digitalização tenham ampliado o acesso e a visibilidade dos acervos, tornam-se insuficientes se não forem acompanhadas de processos robustos de curadoria, avaliação de qualidade, interoperabilidade e efetiva participação comunitária. O estudo evidencia que o investimento em políticas de fomento ao capital humano, a formação continuada de equipes multidisciplinares e a criação de redes de colaboração institucional são elementos indispensáveis para romper a fragmentação e fortalecer os processos de integração.

Ademais, os resultados apontam que superar os silos institucionais constitui passo fundamental para a consolidação de ecossistemas digitais abertos, colaborativos e sustentáveis. A convergência observada na literatura e nas experiências internacionais indica que a combinação de esquemas híbridos de metadados com tecnologias de Linked Data, associada à adoção dos princípios FAIR e de identificadores persistentes, oferece caminhos concretos para o desenvolvimento de políticas nacionais de interoperabilidade e inovação no campo da memória. Para avançar nesse sentido, destaca-se a necessidade de compromisso institucional, colaboração intersetorial e investimento contínuo em pesquisa aplicada, formação profissional e experimentação de novos modelos de integração.

Por fim, destaca-se que a viabilidade de adaptação dos modelos internacionais ao contexto brasileiro — e, potencialmente, sul-americano — depende menos da simples importação de soluções tecnológicas e mais da capacidade de fomentar ecossistemas de inovação ancorados no protagonismo profissional, no fortalecimento de redes de cooperação e na construção de políticas institucionais abertas, inclusivas e colaborativas. Assim, o futuro da integração dos acervos culturais digitais passa, necessariamente, pelo reconhecimento do valor estratégico do capital humano e pela articulação de consensos em torno da abertura institucional e de dados, governança distribuída e responsabilidade social, capazes de promover uma memória coletiva mais aberta, conectada e sustentável.

Considerações Finais

A integração de acervos digitais do patrimônio cultural desponta como uma das tarefas mais estratégicas e urgentes para as instituições de memória, exigindo não apenas soluções tecnológicas, mas também políticas institucionais robustas, cooperação interinstitucional e, principalmente, o fortalecimento do capital humano. O exame crítico dos modelos internacionais evidencia que o êxito dessas experiências está diretamente relacionado à combinação entre inovação tecnológica, governança participativa, práticas colaborativas e investimento contínuo em formação profissional.

No contexto brasileiro, os desafios se aprofundam diante da fragmentação institucional, da ausência de políticas nacionais sustentáveis e da predominância de sistemas legados e projetos isolados. O enfrentamento desses entraves requer, sobretudo, a

mobilização de redes de cooperação, a adoção de princípios abertos e o reconhecimento do papel estratégico do profissional da informação na liderança de processos de integração e curadoria digital.

A integração de arquivos, bibliotecas e museus — enquanto "lugares de memória" institucionalizados — transcende a dimensão meramente técnica e assume papel estratégico para a democracia, a cidadania informacional e a formação cultural das sociedades contemporâneas. Ao promover o acesso ampliado e integrado aos registros da memória coletiva, essas instituições ampliam sua função educativa, fortalecem o exercício dos direitos cidadãos e contribuem para a construção de identidades sociais plurais e críticas. Da mesma forma como enfatiza Alberch i Fugueras (n.d., tradução nossa) sobre, "a arquivística atual se caracteriza […] como uma disciplina aliada da democracia ao constituir uma garantia do pleno exercício dos direitos cidadãos (acesso à informação, tomada de consciência da identidade, participação cidadã, transparência administrativa)". Nesta mesma perspectiva, a superação de práticas fragmentadas potencializa os diversos mecanismos de lembrança, recuperação e preservação que caracterizam os arquivos, bibliotecas e museus enquanto lugares de memória adotados pelas sociedades para evitar o esquecimento e garantir a continuidade da identidade coletiva (Ramos & Miranda, 2021, pp. 68-85) .

Ou seja, a integração de acervos digitais potencializa impactos sociais e educativos concretos: amplia o acesso democrático à cultura e a memória, fomenta práticas inovadoras de ensino e pesquisa, fortalece a construção de identidades e apoia o exercício da cidadania informacional. Ao permitir o diálogo entre diferentes narrativas e fontes, contribui para sociedades mais críticas, plurais e engajadas.

Arquivos, Bibliotecas e Museus, mais do que concorrentes, essas instituições atuam de forma sinérgica para potencializar a difusão e o uso desses conjuntos informacionais, oferecendo as matérias-primas para a memória individual, social e coletiva (Ramos & Miranda, 2021, pp. 68-85). A quebra dos silos de dados e a integração de acervos, portanto, não apenas democratiza o acesso ao patrimônio, mas também amplia as possibilidades de apropriação crítica do conhecimento, promovendo uma educação cidadã, plural e voltada à inclusão social e à justiça informacional (cidadania informacional), consolidando as instituições de memória como pilares para sociedades mais participativas, diversas e informadas (Sena, 2023). Nesse sentido, a interoperabilidade se afirma como projeto social, educativo e político, essencial para a consolidação de uma sociedade mais informada, participativa e consciente de sua memória.

Por fim, recomenda-se que futuras agendas de pesquisa e políticas públicas priorizem, além da inovação tecnológica, o desenvolvimento de competências críticas, éticas e interdisciplinares, capazes de sustentar ecossistemas digitais verdadeiramente abertos, inclusivos e socialmente relevantes. Avançar rumo à integração efetiva dos acervos é investir, simultaneamente, em tecnologia, formação profissional e cidadania informacional, consolidando as instituições de memória e cultura como pilares do direito à informação, da educação e da democracia cultural.

Notas

[1] https://www.europeana.eu/pt
[2] https://dp.la/
[3] https://www.sotasampo.fi/en/
[4] https://trove.nla.gov.au/
[5] https://digitalnz.org/
[6] https://www.w3.org/TR/rdf12-concepts/
[7] https://www.w3.org/Addressing/
[8] https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html
[9] https://www.go-fair.org/fair-principles/
[10] https://digital.bbm.usp.br/
[11] https://tainacan.org/
[12] https://bndigital.bn.gov.br/
[13] https://www.brasilianaiconografica.art.br/
[14] https://www.loc.gov/marc/bibliographic/

[15] https://en.wikipedia.org/wiki/GLAM_(cultural_heritage)

[16] https://pro.europeana.eu/page/edm-documentation

[17] https://www.loc.gov/bibframe/

[18] https://cidoc-crm.org/

[19] https://www.loc.gov/ead/

[20] https://www.dublincore.org/

[21] https://www.iflastandards.info/fr/frbr/frbroo.html

[22] https://en.wikipedia.org/wiki/API

[23] https://seco.cs.aalto.fi/projects/ss/

[24] https://www.w3.org/2004/02/skos/

[25] https://www.w3.org/TR/owl2-primer/

[26] https://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/

[27] https://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/tgn/

[28] https://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/ulan/

[29] https://en.wikipedia.org/wiki/SPARQL

[30] https://www.ica.org/resource/isadg-general-international-standard-archival-description-second-edition/

[31] https://www.loc.gov/standards/vracore/

[32] https://www.w3.org/TR/xml-entity-names/

[33] https://www.loc.gov/standards/mods/

[34] https://www.loc.gov/standards/mets/mets-home.html

[35] https://www.openarchives.org/pmh/

[36] https://cidoc.mini.icom.museum/working-groups/lido/lido-overview/about-lido/what-is-lido/

[37] https://www.wikidata.org/wiki/Wikidata:Main_Page

[38] https://www.dbpedia.org/

[39] https://www.geonames.org/

[40] https://pro.dp.la/hubs/metadata-application-profile

[41] https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/830

[42] International Federation of Library Associations and Institutions: https://www.ifla.org/

[43] https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/40.2

[44] https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/3430

[45] https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/835

[46] https://icom.museum/en/committee/international-committee-for-documentation/

[47] https://viaf.org/en

[48] https://www.w3.org/TR/rdf12-turtle/

[49] https://json-ld.org/

Referências

Alberch i Fugueras, R. (n.d.). Archivos, calidad, memoria y derechos democráticos. Los desafíos del siglo XXI. https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto02.pdf

Arakaki, A. C. S. (2020). O modelo IFLA Library Reference Model e o Linked Data. Informação & Informação, 25(3), 163–186. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p163

Bettencourt, A. M., & Marcondes, C. H. (2019). Elementos para uma política brasileira de acesso integrado, utilização e preservação de acervos digitais em memória e cultura. Pragmatizes: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, 9(16), 44–61. http://periodicos.uff.br/pragmatizes/%20article/view/27518/16801

Buckland, M. K. (2006). Descrição e pesquisa: metadados como infra-estrutura. Brazilian Journal of Information Science: research trends, 0, 3–14. https://doi.org/10.36311/1981-1640.2006.v0n0.02.p3

Charles, V., & Isaac, A. (2015). Enhancing the Europeana Data Model (EDM): White Paper. Europeana Foundation. 1-21. https://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Publications/EDM_WhitePaper_17062015.pdf

Concordia, C., Gradmann, S., & Siebinga, S. (2010). Not just another portal, not just another digital library: A portrait of Europeana as an application program interface. IFLA Journal, 36(1), 61–69. https://doi.org/10.1177/0340035209360764

Digital Public Library of America (DPLA). (2017). Introduction to the DPLA Metadata Application Profile, version 5.0. https://pro.dp.la/hubs/metadata-application-profile

Doerr, M. (2003). The CIDOC Conceptual Reference Module: An Ontological Approach to Semantic Interoperability of Metadata. AI Magazine, 24(3), 75-92. https://doi.org/10.1609/aimag.v24i3.1720

Europeana Foundation. (n.d.). EDM Factsheet. https://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Share_your_data/Technical_requirements/EDM_Documentation/EDM_Factsheet.pdf

Gaitanou, P., Andreou, I., Sicilia, M.-A., & Garoufallou, E. (2024). Linked data for libraries: Creating a global knowledge space, a systematic literature review. Journal of Information Science, 50(1), 204–244. https://doi.org/10.1177/01655515221084645

Hermon, S., & Niccolucci, F. (2021). FAIR Data and Cultural Heritage Special Issue Editorial Note. International Journal on Digital Libraries, 22, 251–255. https://doi.org/10.1007/s00799-021-00309-8

Hyvönen, E. (2023). Digital humanities on the Semantic Web: Sampo model and portal series. Semantic Web, 14(4), 729–744. https://doi.org/10.3233/SW-223034

Isaac, A. (2013). Europeana Data Model Primer. Europeana Foundation. 1-35. https://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Share_your_data/Technical_requirements/EDM_Documentation/EDM_Primer_130714.pdf

International Organization for Standardization. (2023). ISO 21127:2023 – Information and documentation: A reference ontology for the interchange of cultural heritage information (3rd ed.). Geneva: ISO.

Kaldeli, E. (2023). Combining AI tools with human validation to enrich cultural heritage metadata. Europeana Pro. https://pro.europeana.eu/post/combining-ai-tools-with-human-validation-to-enrich-cultural-heritage-metadata

Lemos, D. L. da S., Coelho Junior, A., & Martins, D. L. (2023). Modelos de diagnóstico de qualidade de dados no domínio do patrimônio cultural: uma revisão sistemática de literatura. Perspectivas em Ciência da Informação, 28, e46064, 1-26. https://doi.org/10.1590/1981-5344/46064

Marcondes, C. H. (2016). Metadados e a Web Semântica: Oportunidades e desafios para integração de dados, objetos digitais e coleções digitais em ambientes digitais na Web. Perspectivas em Ciência da Informação, 21(2), 61–83. https://doi.org/10.1590/1981-5344/2735

Marcondes, C. H. (2019). Uma classificação de tipos de objetos de patrimônio para integração de acervos digitais. Scire, 25(2), (pp.45-52).

Marcondes, C. H. (2022). Um modelo de curadoria para integrar acervos digitais em Memória e Cultura publicados na Web como Dados Abertos Interligados. Frontiers of Knowledge Representation (FRC: Front. Repr. Conh.), 2(2), 1-31. https://doi.org/10.5281/zenodo.8352124

Marcondes, C. H. (2023). A curatorial model for digital heritage collections as linked open data

and named graphs. *Scire*, 29(2), 85–95. https://doi.org/10.54886/scire.v29i2.4898

O'Neill, B., & Stapleton, L. (2022). Digital cultural heritage standards: From silo to semantic web. AI & Society, 37, 891–903. https://doi.org/10.1007/s00146-021-01371-1

Ramos, T. O., & Miranda, Z. D. de. (2023). O inter-relacionamento entre documentos de Arquivo, Biblioteca e Museu: Memorial - um sistema em definição. Revista Fontes Documentais, 4(1), 68–85. https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/57691

Ribeiro, A. T. M., Ribas, R. A., & Amaral, S. (2020). Integração e interoperabilidade entre acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos: estudo exploratório de plataformas digitais brasileiras. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 34(2), 247–264. https://doi.org/10.14295/biblos.v34i2.11864

Sacramento, C., Baião, F. A., & Ferreira, S. B. L. (2015). Um estudo sobre metadados para preservação e integração de acervos digitais heterogêneos. Relatórios Técnicos do Departamento de Informática Aplicada da UNIRIO, (0002/2015), 1–49.

Salse, M., Guallar-Delgado, J., Jornet-Benito, N., Mateo Bretos, M. P., & Silvestre-Canut, J. O. (2024). GLAM metadata in museums and university collections: A state-of-the-art (Spain and other European countries). Global Knowledge, Memory and Communication, 73(4/5), 477–495. https://doi.org/10.1108/GKMC-06-2022-0133

Sena, P. M. B.. (2023). Justiça Informacional Em Ciência, Tecnologia E Inovação No Brasil: Reflexões E Ações Necessárias Em Ciência Da Informação. Encontros Bibli, 28(Spe), E93046. Https://Doi.Org/10.5007/1518-2924.2023.E93046

Silva, A. M. da. (2013). A ciência da informação e a transição paradigmática. In M. A. Rendón Rojas (Coord.), El objeto de estudio de la bibliotecología/documentación/ciencia de la información: propuestas, discusión, análisis y elementos comunes (pp. 85-103). México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información.

Silva, E. L., & Terra, A. L. (2024). Semantic interoperability in digital cultural heritage: The Europeana Data Model and the semantic web. International Federation of Library Associations and Institutions, 50(1), 93–107. https://doi.org/10.1177/03400352231202506

Siqueira, J., & Martins, D. L. (2022). Workflow models for aggregating cultural heritage data on the web: A systematic literature review. Journal of the Association for Information Science and Technology, 73, 204–224. https://doi.org/10.1002/asi.24498

Vital, L. P., & Brascher, M. (2017). Modelo conceitual na descrição arquivística: Uma análise sobre a representação temática. In F. A. Pinho & J. A. C. Guimarães (Eds.), Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento (pp. 202–207). Editora UFPE.

Wijesundara, C., & Sugimoto, S. (2018). Metadata Model for Organizing Digital Archives of Tangible and Intangible Cultural Heritage and Linking Cultural Heritage Information in Digital Space. LIBRES: Library and Information Science Research Electronic Journal, 28(2), 58–80. https://www.libres-ejournal.info/2706/

Wilkinson, M. D., Dumontier, M., Aalbersberg, I. J., Appleton, G., Axton, M., Baak, A., ... Mons, B. (2016). The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. Scientific Data, 3, Article 160018. https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18

MÉTODOS DE ESTUDO DOS NÃO-UTILIZADORES EM BIBLIOTECAS DE ENSINO SUPERIOR

Fabian Martinez-Ortiz, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, ORCID 0000-0002-5786-0250, Portugal, fabianmartinesortis@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6581

Introdução

O presente texto analisa os métodos utilizados nos estudos sobre não-utilizadores em Bibliotecas de Ensino Superior (BES) na última década (2015–2025). A relevância desta análise reside na identificação de padrões, tendências e lacunas neste campo de investigação, com o objetivo de fornecer informações úteis para o desenvolvimento de métodos mais eficazes e estratégicos na compreensão do fenómeno dos não-utilizadores em BES. Dado que os estudos de natureza metodológica são ainda escassos, esta investigação propõe-se realizar uma revisão da literatura centrada nos métodos seguidos em estudos sobre não-utilizadores, recorrendo às bases de dados *Web of Science, Scopus, LISA,* RCAAP e b-on. Os resultados obtidos evidenciam uma predominância de revisões de literatura não sistematizadas e de estudos quantitativos baseados em inquéritos por questionário. Conclui-se que, embora seja importante continuar a realizar investigações quantitativas que permitam a recolha de dados estatísticos, recomenda-se o desenvolvimento de abordagens qualitativas complementares, ainda sem explorar nesta área.

O lugar da Biblioteca de Ensino Superior (BES) tem vindo a ser transformado. As atividades tipicamente centradas na conservação e no acesso à documentação tiveram de ser renovadas e ampliadas. Uma vez que a introdução do paradigma social trouxe consigo um reposicionamento das BES como instituições de responsabilidade social, cultural e como instrumento para o desenvolvimento do ser humano (Araújo, 2010; Capurro, 2007). Com base nesta visão, os serviços das BES procuram o progresso cultural, intelectual, científico e humanístico, tendo sempre em consideração o contexto social do utilizador para desenvolver, atualizar e inovar na biblioteca. Os serviços atuais de uma BES vão desde o suporte ao ensino, à formação em literacia da informação, à dinamização de projetos culturais, ao incentivo à leitura, ao fomento do pensamento crítico e, fundamentalmente, à promoção do desenvolvimento humanístico do cidadão (Araujo et al., 2021).

No entanto, não podemos esquecer a função central de uma biblioteca académica: satisfazer as necessidades de informação, incentivar a aprendizagem e a investigação da comunidade científica (IFLA, 2025; Silvestre & Cunha, 2018). É fundamental resgatar esta definição precisamente porque a existência e o aumento de grupos de não-utilizadores colocam em causa a relevância da biblioteca. A identificação de grupos que deixaram de utilizar os serviços da biblioteca ou inclusive que nunca chegaram a utilizar qualquer serviço presencial ou virtual revela uma crise da biblioteca. E a pergunta que naturalmente se coloca por parte dos não-utilizadores é: para que existe uma biblioteca se não preciso dela?

Esta crise torna-se mais evidente quando a biblioteca recebe novas gerações de utilizadores, habituadas a tecnologias digitais, dispositivos móveis, *Internet*, serviços de *streaming*, compras *online*, inúmeras fontes de informação e ferramentas de inteligência artificial (Silvestre & Cunha, 2018). Em alguns casos, as expectativas destes utilizadores em relação aos serviços da biblioteca ficam muito aquém da rapidez e da agilidade a que estão habituados. Atendendo a este contexto, e com base no paradigma social, os estudos sobre não-utilizadores ganham cada vez mais relevância, permitindo que os serviços da biblioteca possam ser transformados, adaptados e renovados. Por outro lado, como já referido por Pillai (2020), a falta de uso — ou, como a autora denomina, *information malnutrition* — é um problema complexo, que deve ser analisado e resolvido por equipas

multidisciplinares, incluindo o pessoal bibliotecário. Em jogo está a própria decadência dos padrões educativos nas universidades.

Silvestre e Cunha (2018) identificaram três principais problemas relacionados com as investigações de não-utilizadores: 1) não se identificou um método para estudar os não-utilizadores, 2) não existe consenso sobre os tipos de não-utilizadores e 3) falta coerência na definição do não-utilizador. Apesar de os três problemas serem de especial interesse, o objetivo deste estudo centra-se em analisar os métodos utilizados para estudar os não-utilizadores em BES nos últimos dez anos (2015-2025). E este estudo justifica-se pela necessidade de identificar as abordagens metodológicas mais frequentes neste tipo de estudos (quantitativo, qualitativo ou misto), tendências, lacunas, problemas, caminhos para futuras investigações e abrir a discussão para desenvolver métodos mais eficazes para estudar ao público dos não-utilizadores das BES.

Sobre o conceito de não-utilizador em BES

Ainda é difícil encontrar uma definição clara do conceito de não-utilizador. A falta de uma definição suficientemente abrangente deve-se a duas variáveis identificadas na literatura. Por um lado, a BES não é apenas o espaço físico, mas também os seus serviços de apoio *online*, os recursos digitais, as bases de dados referenciais, etc. Portanto, o uso não se limita à faceta física da biblioteca, o que possibilita diversos inputs por parte dos utilizadores. Por outro lado, a segunda variável é o espaço de tempo a partir do qual um sujeito passa a ser considerado um não-utilizador. Como definir esse espaço de tempo e como justificá-lo em relação a uma ou várias facetas da biblioteca?

Algumas definições de não-utilizadores presentes na literatura evidenciam estas variáveis. Por exemplo, Silvestre e Cunha (2018) definem o não-utilizador de uma BES como um aluno, professor ou investigador que não faz uso nem presencial nem virtual dos serviços da biblioteca por um período mínimo de um semestre académico. Para Sridhar, o não-utilizador "is one who has a right to use the library but he does not do so over a specific period and/or for a specific sample of collection are transactions" (1994, p. 4). No entanto, para Fernández-Ardèvol et al. (2018), o não-utilizador é aquele que não visita a biblioteca (física) durante um ano, estando para os autores, subdivididos em duas categorias: os "ex-utilizadores" e os "nunca-utilizadores". O primeiro são os que visitaram e não voltaram e os segundos são os que, de facto, nunca visitaram a biblioteca. Outros autores como Goodall & Pattern definem ao não-utilizador "as less than five visits to the library or borrowing less than five books, or logging in to the University's electronic resources collection less than five times" (2011, p. 163).

Como resulta ainda problemática a definição do não-utilizador, de forma muito breve coloca-se aqui uma proposta para definir o não-utilizador e os tipos de não-utilizadores tendo em consideração as variáveis que podem ser adaptadas de acordo com os objetivos dos profissionais que estudam este grupo. Um não-utilizador pode ser definido como aquele indivíduo que corresponde ao público-alvo da instituição, que não faz uso de alguma das facetas da biblioteca em relação a um determinado espaço de tempo que é variável. Para estabelecer um estándar de não-uso da biblioteca será fundamental definir quais as facetas utilizando a proposta de Stemmer e Mahan "the library provides could often be broken down into three components: library as place, library as resource, and library as service" (2016, p. 371). Como já foi referido, o tempo é variável e pode ser entendido como uma escala, esta escala de tempo e facetas está identificada no Quadro 1.

Quadro 1: Definição de variáveis do não-utilizador em BES

Facetas	Tempo
Biblioteca como espaço = 1 Biblioteca como recurso = 2 Biblioteca como serviço = 3	1 semana = a 1 mês = b 1 semestre = c 1 ano = d Nunca = e

Nota: Elaboração própria (2025).

Tendo como base estes elementos, que podem ser entrecruzados, foi desenvolvida uma escala

de não-uso da BES; na Figura 1 aparecem os elementos por facetas e frequência de não-uso. Além disso, na parte inferior da imagem é identificada uma escala de tipo qualitativa para facilitar a interpretação da escala alfanumérica.

Figura 1: ***Escala de não-uso da BES***



Nota: Elaboração baseada em *Stemmer e Mahan* (2016).

Para dar continuidade ao texto e a partir da definição aqui proposta sobre o conceito de não-utilizador passamos a identificar a metodologia seguida para desenvolver a revisão de literatura sobre não-utilizadores em BES. Esta tentativa de sistematização foi mais um processo caótico de identificação de fontes a partir das pesquisas em bases de dados e principalmente das referências bibliográficas dos artigos selecionados. A estrutura que aqui se apresenta é apenas uma tentativa de sistematização que possa ser útil para o leitor e para futuras investigações.

Metodologia

Para atingir o objetivo deste estudo, foi realizada uma revisão da literatura com foco na análise metodológica das investigações de não-utilizadores em BES. Foram definidos critérios de inclusão e exclusão dos estudos publicados entre 2015 e 2025 (Quadro 4). Os resultados da pesquisa foram filtrados por língua espanhola, inglesa e portuguesa, em que um dos principais critérios de inclusão foi o facto da investigação estudar os não-utilizadores das bibliotecas. A pesquisa foi realizada nas bases de dados da *Web of Science*, da *Scopus*, *LISA*, RCAAP e *b-on*. As expressões de pesquisa (*query*), datas e número de resultados são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Bases de dados, termos de pesquisa e resultados

Base de dados	Query	Resultados
Web of Science (WoS)	("non-user*" OR "non-usage" OR "non-participant*" OR "non-engagement") AND ("academic librar*" OR "university librari*" OR "higher education librari*" OR "research librari*")	11
LISA	("academic libraries" OR "academic library" OR "university libraries" OR "higher education library" OR "higher education libraries" OR "research libraries") AND ("non-user*" OR "non-usage" OR "non-participant*" OR "non-engagement")	210
ESCOPUS	("non-user*" OR "non-usage" OR "non-participant*" OR "non-engagement") AND ("academic librar*" OR "university librari*" OR "higher education librari*" OR "research librari*")	15
RCAAP	não utilizadores AND biblioteca	2
b-on	("non-user*" OR "non-usage" OR "non-participant*" OR "non-engagement") AND ("academic librar*" OR "university librari*" OR "higher education librari*" OR "research librari*")	12
Total		248

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os critérios de inclusão e exclusão da literatura obtida resultante do processo de pesquisa estão identificados na Quadro 4. Estes critérios foram considerados em simultâneo na eliminação de duplicados utilizando o *software Rayyan*. Os metadados foram introduzidos em ficheiros .ris no *software*, tendo sido identificados 40 duplicados.

Quadro 4: Critérios de inclusão/exclusão

Critério de inclusão	Critério de exclusão
- Publicado entre 2015-2025 - Público alvo principal, não utilizadores em BES - Artigos, conferências, teses de doutoramento e capítulos de livros - Língua espanhola, inglês e portuguesa	- Estudos desenvolvidos em bibliotecas públicas, escolares, nacionais - Estudos de não uso de plataformas, ferramentas, bases de dados, *software* específico ou apenas um serviço da biblioteca - Uso/experiencia de bibliotecas digitais - Estudos com utilizadores dos serviços

Fonte: Elaboração própria (2025).

Na Figura 2, é apresentado o fluxo de selecção da literatura identificada e incluída no presente estudo. Apesar de não ser uma revisão sistemática, é uma mais-valia a identificação do processo de selecção dos artigos científicos.

Figura 2: Diagrama do fluxo de seleção dos artigos
Fonte: Baseado no PRISMA flow diagram em Brunskill e Hanneke (2021).

Após a seleção dos estudos, procedeu-se à análise comparativa dos métodos adotados. O procedimento de análise da literatura compreende a leitura dos artigos, a extração e comparação dos métodos (ver os resultados na Quadro 5), a identificação do objetivo geral, o tipo de estudo (qualitativo, quantitativo ou misto) e a amostra. Formalmente, foi selecionado um total de 9 documentos da literatura especializada seguindo todos os critérios anteriormente mencionados. Importa referir que a tese de doutoramento de Fisher e Hastings (2019) está incluída dentro da amostra, no entanto ainda não foi possível consultar o documento completo.

Resultados

Os resultados da revisão da literatura são apresentados na Quadro 5. Destacam-se as cinco revisões de literatura desenvolvidas na última década, sendo estes estudos focados principalmente em chamar a atenção da importância de incluir os não-utilizadores nos estudos sobre o uso da informação e comportamento informacional. Ainda é discutido o conceito de não-utilizador e os estudos identificam diferentes perfis de não-utilizadores dos serviços da biblioteca, mas sem um consenso definido. Alguns estudos também identificam as razões, as motivações e as perceções dos não-utilizadores em relação à biblioteca. Entre esta série de revisões não sistemáticas, destaca-se a revisão de escopo da Brunskill e Hanneke, até à atualidade (2025) a revisão sistemática mais completa e abrangente que pode ser encontrada nas bases de dados.

Destacam-se também os estudos que utilizaram o inquérito por questionário. Este tipo de estudo é frequente não só na última década, mas também em anos anteriores a 2015, uma vez que a sua implementação é relativamente fácil, as bibliotecas/ os investigadores podem aceder aos contactos institucionais da sua respetiva comunidade académica através do CRM (*Customer Relationship Manager*) e acionar o envio massivo de *e-mails* para uma amostra aleatória. Este tipo de estudos facilitam a obtenção de informação de primeira mão dos não-utilizadores das BES o que permite enriquecer quantitativamente o conhecimento da comunidade de não-utilizadores das instituições (perfil demográfico, atitudes, comportamento informacional, motivações, etc).

Quadro 5: Resultados da análise da literatura

Estudo	Método Tipo de estudo Amostra	Objetivo
(Scoulas et al., 2024)	Inquérito por questionário Quantitativo Alunos de licenciatura e pós-graduados Amostra aleatória simples	Analisar os dados relativos ao comportamento e atitudes relacionadas com a biblioteca física e *online*

(Rabello, 2023)	Revisão de literatura Documental Epistémico Sem amostra	Refletir sobre a importância de incluir os não-utilizadores nos estudos do comportamento informacional
(Brunskill & Hanneke, 2021)	Revisão de escopo Misto Sem amostra	Analisar sistematicamente a literatura sobre não-utilizadores, explorar como os autores têm definido, investigado e abordado o fenómeno
(Pillai, 2020)	Revisão de literatura Documental Sem amostra	Descrever os não-utilizadores, os motivos de não-uso e sugerir metodologia de divulgação entre os não-utilizadores
(Silvestre & Cunha, 2018)	Revisão de literatura Documental Sem amostra	Identificar as diferenças entre os utilizadores e os não-utilizadores em bibliotecas de ensino superior
(Fisher & Hastings, 2019)	-	-
(Fernández-Ardèvol et al., 2018)	Inquérito por questionário por telefone Exploratório População catalana, 1205 pessoas igual ou superior a 15 anos de idade Amostra aleatória simples	Analisar as caraterísticas, preferências, e perceções dos não-utilizadores das bibliotecas públicas catalanas para apoiar o redesenho dos serviços
(Borteye et al., 2018)	Inquérito por questionário descritivo (*descriptive survey design*) SPSS análise de dados Quantitativo Estudantes de licenciatura, pós-graduação Amostra de 1018	Investigar entre o pessoal da universidade as razões de não-uso dos serviços e recursos da biblioteca.
(Kiilu & Otike, 2016)	Revisão de literatura Documental Sem amostra	Expor os motivos da não-utilização dos serviços da biblioteca universitária, bem como soluções práticas que podem ser aplicadas para garantir que os serviços são abrangentes e atrativos para todos

Nota: Elaboração própria.

Resulta evidente a falta de estudos de tipo qualitativo, sendo as abordagens realizadas através do inquérito por questionário de tipo quantitativo. Sabemos que no questionário, pela forma como a informação é devolvida, existe a tendência para desenvolver estudos de carácter numérico, no entanto nada impede utilizar o questionário e desenvolver análises qualitativas. Falta desenvolver mais estudos com este tipo de abordagem. Esta tendência pode dever-se também a outros fatores como a economia de recursos, uma vez que o questionário é uma ferramenta de relativamente rápida aplicação, os estudos de tipo qualitativo podem implicar mais tempo na obtenção de informação e a realização da análise pode também ser mais demorada. No entanto, também pode dever-se ao facto de não existirem métodos testados de tipo qualitativo que permitam encorajar a comunidade científica a realizar este tipo de abordagem.

Identificaram-se lacunas significativas nas práticas metodológicas adotadas. Muitos estudos carecem de triangulação metodológica e apresentam descrições pouco claras sobre os procedimentos de amostragem, *software* utilizado e carência em anexos dos questionários aplicados. Além disso, é evidente uma escassez de investigações de tipo longitudinal, que permitiriam compreender dinâmicas ao longo do tempo e comprar os grupos de utilizadores *vs* não-utilizadores. A

concentração de estudos em contextos geográficos específicos — maioritariamente em países de língua inglesa — limita também a representatividade dos resultados, sugerindo a necessidade de investigações que integrem diferentes realidades institucionais, políticas, económicas e sociais.

Conclusões

A análise dos métodos de estudo de não-utilizadores evidencia a necessidade urgente de desenvolver abordagens metodologias sistematizadas concentradas nos não-utilizadores em bibliotecas. Apesar de se verificar que há alguns esforços para conhecer o público que não utiliza os serviços da biblioteca, ainda não é suficiente. A literatura indica que grande parte das investigações na última década estão focadas nos estudos de tipo quantitativo e de revisão da literatura não sistematizada. Dada a complexidade de alcançar este grupo, uma vez que não está na biblioteca, é necessário identificar métodos mais eficientes e testados para contactar com este grupo de forma a entender por que as bibliotecas não estão a conseguir satisfazer as necessidades de informação, conhecer os motivos por detrás do não-uso dos serviços, assim como entender de que forma este grupo satisfaz as suas necessidades informativas.

Neste sentido, este artigo contribui para reforçar a importância de estudar os não-utilizadores nas Bibliotecas de Ensino Superior. Espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam de base para futuras investigações, nomeadamente em outros contextos como as bibliotecas públicas, escolares, nacionais, etc. Só assim será possível avançar para um conhecimento mais completo e eficaz sobre os não-utilizadores, contribuindo para a resiliência dos serviços bibliotecários num contexto altamente tecnológico. Será importante também desenvolver estudos em outros contextos regionais como América Latina, África e Ásia, uma vez que grande parte dos estudos estão concentrados na região norte no globo.

Considera-se essencial o desenvolvimento de propostas metodológicas sistematizadas mais robustas e adaptadas aos desafios específicos da investigação sobre não-utilizadores. A inclusão de métodos mistos, por exemplo, poderá permitir uma análise mais completa do fenómeno, combinando a profundidade da abordagem qualitativa com a generalização estatística dos dados quantitativos. A presente revisão contribui, assim, para o debate sobre as práticas metodológicas neste campo e propõe caminhos para fortalecer futuras investigações, com especial atenção a diversidade social, económica, tecnológica dos participantes e a relevância contextual dos dados recolhidos.

Referências

Araújo, C. A. Á. (2010). Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: Desafios teóricos e práticos de pesquisa. *Informação & Informação*, *15*(2), 23–39. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n2p23

Araujo, D. K. D., Magnus, A. P. M., Selbach, C. J., Debastiani, A. M., & Handke, F. B. (2021). O papel social das bibliotecas universitárias iniciativas da Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*, *16*, 97–118. https://doi.org/10.21747/21836671/pag16a6

Borteye, E. M., Atiso, K., & Knust, A. D. A.-K. (2018). Identifying Non-Use of Library Services by Faculty in a Ghanaian University. *Library Philosophy and Practice*. https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1790

Brunskill, A., & Hanneke, R. (2021). Students who are non-users of their academic library: A scoping review. *Journal of Academic Librarianship*, *47*(5). https://doi.org/10.1016/j.acalib.2021.102423

Capurro, R. (2007). Epistemología y ciencia de la información. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, *4*(1), 11–29. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=82340102

Fernández-Ardèvol, M., Ferran-Ferrer, N., Nieto-Arroyo, J., & Fenoll, C. (2018). La biblioteca pública vista por las personas no usuarias. *Profesional de la información*, *27*(3), Artigo 3. https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/66209

Fisher, B. A., & Hastings, N. B. (2019). Mixed Methods Study of Motivational Factors Influencing Student Use of The Library. *ProQuest Dissertations and Theses*, *27546144*, 321. https://www.proquest.com/dissertations-theses/mixed-methods-study-motivational-factors/docview/2379056178/se-2?accountid=27896

Goodall, D., & Pattern, D. (2011). Academic library non/low use and undergraduate student achievement. *Library Management*, *32*(3), 159–170. https://doi.org/10.1108/01435121111112871

IFLA. (2025). *Library map of the World: Glossary*. https://librarymap.ifla.org/data-glossary/library

Kiilu, P., & Otike, J. (2016). Non use of academic library services: A literature review. *International Journal of Library Science*, 7–13. https://doi.org/10.5923/j.library.20160501.02

Pillai, S. P. (2020). Promoting information services among the non-users of academic libraries. Em J. J. Jesubright & S. P. Pillai, *Innovations in the designing and marketing of information services* (pp. 59–73). IGI Global. https://www.igi-global.com/gateway/chapter/238164

Rabello, R. (2023). Studies on information users and non-users: An alternative proposal. *Open Information Science*, *7*(1), 20220153. https://doi.org/10.1515/opis-2022-0153

Scoulas, J. M., Groote, S. L. D., Dempsey, P., Mundle, K., Lehnen, C., Barrett, F., Naru, L., & Hill, V. (2024). Exploring distinctions between library users and non-users in a public research university. *Journal of Library Administration*, 64(3), 308–334. https://doi.org/10.1080/01930826.2024.2316522

Silvestre, F. de M., & Cunha, M. B. da. (2018). Usuarios y no usuarios de las bibliotecas universitárias. Em G. A. Torres Vargas (Ed.), *Estudios de la información: Teoría, metodología y práctica* (pp. 75–87). UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/46445/1/CAPITULO_UsuariosNoUsuariosBibliotecas.pdf

Sridhar, M. S. (1994). Non-use and non-users of libraries. *Library Science with a Slant to Documentation and Information Studies*, *3*(31), 115–128.

Stemmer, J. K., & Mahan, D. M. (2016). Investigating the Relationship of Library Usage to Student Outcomes. *College & Research Libraries*, *77*(3), Artigo 3. https://doi.org/10.5860/crl.77.3.359

Sessão 6

O ENCONTRO NACIONAL DE ACERVOS RAROS (ENAR) COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS REFERÊNCIAS AO LONGO DO TEMPO

Aline Gonçalves da Silva, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/Ibict) e bibliotecária na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), https://orcid.org/0000-0001-8344-9206, Brasil, linegonsi@gmail.com

Naira Christofoletti Silveira, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN), https://orcid.org/0000-0002-0490-0052, Brasil, naira.silveira@unirio.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6583

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

No Brasil, durante a graduação o estudante de Biblioteconomia recebe uma formação generalista e cada curso tem um foco para esta formação. Alguns cursos têm seus programas direcionados para as técnicas, outros para as humanidades, outros para a tecnologia, e quando o profissional chega no mercado de trabalho se depara com a necessidade de desenvolver outras habilidades que, nem sempre, a universidade o preparou.

Neste sentido, os eventos possuem um grande papel na atualização e capacitação profissional. Pensando nisso, esse texto busca analisar a participação do bibliotecário em eventos técnico-científicos como uma oportunidade de formação continuada sobre acervos raros, temática nem sempre aprofundada nos cursos de graduação, em virtude da inclusão de disciplinas mais contemporâneas. Enquadra-se tal estudo no tema deste evento que se refere à Formação e Investigação em Ciência da Informação: oportunidades e desafios, dentro do eixo temático Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio).

O tema geral desta pesquisa é a construção do conhecimento sobre acervos raros a partir dos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Acervos Raros (ENAR).

O problema da investigação é identificar as referências utilizadas na primeira edição do evento, quando a discussão estava se estruturando, e se tais referências continuam sendo acionadas agora que o segmento de estudos sobre acervos raros está consolidado na comunidade em questão, e então, conhecer as origens das teorias que alimentam os estudos.

A justificativa para este estudo está na compreensão, através dos textos de um evento de abrangência nacional, da dinâmica da construção e do compartilhamento de conhecimentos no domínio dos acervos raros.

O objetivo geral da pesquisa é traçar um paralelo entre as referências que influenciaram os trabalhos publicados no primeiro ENAR e no último ENAR realizados à época da produção deste artigo. Os objetivos específicos são identificar os autores que sobressaem nos referidos textos e verificar a variação dos autores dominantes nas duas edições do evento.

Diante desta proposta, entende-se que a produção do conhecimento que é compartilhado nos eventos técnico-científicos funciona também como um recurso para educação continuada e estimula o aprendizado autônomo para empreender melhores estratégias na sua prática cotidiana.

A Comunicação Científica em Meios Informais

A comunicação científica promove a comunicação entre as pessoas que estudam ou atuam dentro de um determinado domínio. Ela se diferencia da divulgação científica porque esta é dirigida a pessoas que não fazem parte de uma comunidade científica, contemplando o público geral (Valério & Pinheiro, 2008). É em torno do conceito de comunicação científica que se argumenta sobre a aquisição de conhecimento pelos profissionais da biblioteconomia.

Os resultados das pesquisas precisam ser compartilhados pelos pesquisadores aos seus pares para legitimar a sua pesquisa e, consequentemente, obter prestígio em sua área (Freire, 2022). Existem duas vertentes em que a comunicação científica pode acontecer: de maneira formal ou informal. Por definição, de acordo com Meadows (1999), a comunicação formal resiste ao tempo pois está materializada em um suporte de transmissão como periódicos e livros, enquanto a comunicação informal geralmente é baseada na fala e tem caráter efêmero. Por isso, o autor sugere que um recurso formal para comunicação complemente as situações de comunicação informal. Vitório e Pinheiro (2008) apontam que os anais de eventos, boletins, *pré-prints*, relatórios técnicos e de pesquisa, teses e dissertações, artigos e periódicos científicos são os meios escritos utilizados pela comunicação informal.

As opções de comunicação informal são diversas, compreendem os encontros, conversas face a face, via telefone, correspondência, correio eletrônico, visitas técnicas, entrevistas, comissões científicas e técnicas, congressos e conferências. As vantagens desse tipo de compartilhamento de saberes está na interlocução direta com o comunicador, na qual a forma de comunicar é flexível e pode ser ajustada ao espectador (Meadows, 1999). Oriji e Uzoagu (2019) afirmam que a educação informal se concentra nas interações, os eventos técnico-científicos promovem um tipo especial de interação e comunicação entre pesquisadores porque, conforme alega Mryglod (2022), mesmo diante do fortalecimento de relacionamentos virtuais, as interações sociais diretas desempenham um papel central na formação e consolidação de vínculos pessoais, as trocas de ideias, pensamentos e reflexões que conduzem a novas respostas e estimulam outras inquietações.

Muitos participantes comparecem aos congressos mais pelos contatos que podem firmar do que pelas apresentações programadas, uma possibilidade de dialogar com pessoas que vivem geograficamente distantes e pactuam interesses semelhantes. O conteúdo das apresentações costuma ser atual, baseado em pesquisas recém concluídas. É um espaço profícuo para novos pesquisadores que desejam se situar no campo e pesquisadores experientes que vão conhecer as tendências do momento. De acordo com Meadows (1999), os veículos locais de comunicação de massa são os espaços onde os pesquisadores iniciantes estão mais presentes. Esse grupo de pesquisadores faz a ponte entre o público geral e pesquisadores profissionais. No início da carreira, pesquisadores iniciantes costumam se interessar por redes de comunicação informais porque além das novidades e da comunicação interna, também há pesquisadores conceituados levando informação de outros lugares onde os iniciantes podem estabelecer suas próprias redes. Contudo, a tendência é que pesquisadores jovens busquem se comunicar com os experientes, enquanto estes dialogam prioritariamente com pesquisadores do mesmo nível que o seu.

Nesse contexto, se encontra o colégio invisível como um importante elo para a disseminação da informação, que organiza a interação entre as pessoas. Outro ator dentro deste sistema é o *gatekepper*, a pessoa que está no meio do fluxo de informação e usa canais informais de comunicação para transferir a informação ao usuário. Ambos contribuem para a eficiência, atualidade e fluidez da informação (Meadows, 1999 & Freire, 2022).

A comunicação científica permite a mensuração da produtividade do pesquisador, e é aferida em termos da quantidade e da qualidade. Nas ciências sociais aplicadas, a quantidade é medida pelo número de artigos e livros publicados e a qualidade é avaliada pelo nível de interesse que a comunidade tem por

uma pesquisa, e uma forma simples de verificar isso é quantificar e examinar as citações desta pesquisa. Segundo estudos psicológicos, a alta qualidade de pesquisadores que produzem muito é impulsionada pela motivação em se manterem produtivos e criativos, eles são interessados pela pesquisa e comunicam-se frequentemente com outros pesquisadores, são pessoas que se envolvem com a comunicação formal e se preocupam também com a comunicação informal (Meadows, 1999).

Quando as sociedades científicas começaram a se organizar, foram criados meios de operar o trabalho científico, dentre eles, a avaliação por pares, que de acordo com Velho (1997, p. 16), foi "[...] institucionalizada como método e procedimento para alocar recursos para a ciência, para premiar e construir reputação e para distribuir poder e prestígio dentro da comunidade científica". O processo de revisão por pares confere qualidade ao trabalho quando o corpo de avaliadores é composto por profissionais que realmente dominam aspectos da temática em questão. A realidade científica em que a produtividade do profissional é determinante tanto para a sua visibilidade, premiações, cargos e reconhecimento como especialista quanto para as oportunidades de realização de pesquisas mediante fomento, não tem conseguido absorver a oferta de artigos para publicação nos periódicos. Por conseguinte, os eventos técnico-científicos funcionam como espaço de discussão e trocas do conhecimento que os periódicos não absorvem, e junto com os repositórios institucionais fornecem a guarda para o conhecimento produzido, sejam artigos ou trabalhos em eventos, a produção está preservada, disponível e acessível com mais facilidade.

As novas tecnologias e as demandas sociais impulsionaram as possibilidades da comunicação informal. Plataformas digitais oferecem experiências comunicativas que aplicam o alcance das informações e participação simultânea do público. As publicações desta ordem também foram beneficiadas ao passo que a etapa de impressão foi abolida e a sua reprodutibilidade ampliada.

Segundo Parejo-Cuellar, Flores-Jaramillo e Carcaboso-García (2023), o uso das mídias sociais na comunicação científica e o surgimento de métricas alternativas ganharam mais força no cenário pós-pandemia de Covid-19 e têm-se mantido ativas entre a comunidade científica, e cada vez mais estarão presentes com a inteligência artificial sendo experimentada em todas as etapas de produção científica.

A Formação Continuada por meio dos Eventos Técnico-Científicos

A busca pela atualização dos conhecimentos, e mesmo a sua complementação, é parte da dinâmica de qualquer profissão. Quando o estudante conclui a faculdade e se depara com o mercado, dificilmente não precisará buscar por conhecimentos complementares a sua formação.

Acessando a grade curricular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), procurando por disciplinas nas quais o bibliotecário adquire conhecimentos sobre obras raras, observa-se que alguns assuntos referentes a tal conteúdo podem ser desenvolvidos nas disciplinas Formação e Desenvolvimento de Coleções, Bibliografia, Produção e Registro do Conhecimento que são disciplinas obrigatórias para a conclusão do curso. A disciplina Conservação e Restauro de Documentos era uma disciplina optativa mas parte do seu conteúdo foi incorporado a disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções. Atualmente, a grade curricular da mesma instituição oferece as disciplinas História do Livro e das Bibliotecas, Fundamentos da Bibliografia e da Documentação, e manteve a disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções, portanto, nessas disciplinas, os discentes podem entrar em contato com conteúdos concernentes ao acervo raro.

Hertenstein (2023, 2005) avaliou a oferta de cursos de catalogação e acervos raros e percebe que as habilidades adicionais para o catalogador de acervos raros não são obtidas nos programas de Ciência da Informação, mas precisam ser alcançadas por outras vias. O autor acredita que o bibliotecário adquire essa qualificação combinando a educação formal,

que é sua responsabilidade, e por meio do treinamento no local de trabalho, cuja responsabilidade cabe ao empregador.

A *American Library Association* (c2015) preparou as diretrizes para as Competências para Profissionais de Coleções Especiais, publicado em 2017. A associação reúne em seu *site*, que se mantém em constante atualização, um conjunto de materiais para apoio ao trabalho bibliotecário com acervos raros. Ela apresenta um espaço de educação continuada e desenvovlimento profissional no qual divulga oportunidades no formato de *workshops*, palestras e programas. É um trabalho de amplo alcance porque proprorciona a comunicação entre profissionais de diferentes países, favorecendo o diálogo e a descoberta dos empreendimentos na área.

Na mesma linha de ação, a *International Federation of Library Association and Institutions (IFLA)*, cujo objetivo é melhorar os serviços bibliotecários em todo o mundo*,* publicou em 2020 as Diretrizes sobre as Competências do Profissional Responsável por Livros Raros e Coleções Especiais*,* traduzido para o idioma português em 2023, que trata-se de um conjunto de diretrizes para conduzir a atuação dos profissionais que trabalham com acervos raros. Seu repositório contém documentos de diversas naturezas, incluindo materiais referentes à conferências, reuniões, *webinars*, painéis de discussão e *workshops* que ocorrem sob sua organização.

A *Rare Book School* é mais uma organização que promove oportunidades para educação continuada na área dos livros raros, tanto na forma de palestra como em cursos (University of Virginia, c2015-2025). Na Escócia, após realizado um *workshop*, a *National Library of Scotland* criou uma proposta de educação para livros raros (Hagan, 2009).

O que se ganha participando dos fóruns científicos ultrapassa o momento de acontecimento do evento. A possibilidade de realização de eventos *online*, muito evidente na atualidade, conforme apontam Costa, Almeida e Santos (2021), é um fenômeno da educação científica que ressoa da cibercultura e colabora para a transformação nas formas de produção, registro e obtenção do conhecimento.

Opryszko (2023) menciona a importância da *network* no aprimoramento profissional. Juntar-se à organizações, se informar sobre a disponibilidade de bolsas em pesquisas, o contato com os mentores, usar a oportunidade para conhecer as trajetórias profissionais e mesmo buscar conselhos com eles. O autor relata que a maioria dos mentores formais é receptiva aos profissionais não especialistas e que o diálogo com mentores informais gera acordos produtivos.

Conforme se vê no exemplo escocês, os eventos técnico-científicos servem como ponto de partida para outros diálogos e iniciativas. São um campo fértil tanto para quem busca conhecimento como para quem quer fazer contatos ou disseminar as suas habilidades. Deste modo, a participação em eventos científicos é uma boa estratégia para se manter informado sobre o campo profissional em contínuo progresso. Contudo, a realidade do trabalho exige que o profissional tenha conhecimento específico. Sob essa ótica, o movimento de busca pela capacitação tem meios externos à academia que permitem as pessoas alcançarem tal objetivo.

Os eventos técnico-científicos podem ser postos nesse lugar de promoção do aprendizado autônomo e contínuo, tanto por meio de conteúdos literários como por meio da criação de *network*. Neles são encontrados a literatura cinzenta, e os colégios invisíveis se movimentam estreitando o diálogo entre instituições, trocando experiências e elaborando novas perspectivas para realização dos seus trabalhos.

Assim acontece entre os profissionais das obras raras no Brasil em evento bianual realizado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Brasil. O Encontro Nacional do Acervo Raro é um evento de âmbito nacional realizado a cada dois anos pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), da Fundação Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Motivado pelas condições de preservação do acervo e pelas preocupações referentes ao conhecimento do valor das obras, as condições de guarda, o preparo

profissional e o extravio de obras, a FBN, exercendo sua função de agência nacional, empreendeu um esforço coletivo para discutir tais questões, na qual a primeira edição foi realizada em 1989 (Biblioteca Nacional, 2021). Em decorrência da pandemia de Covid-19, desde de 2021 tem acontecido virtualmente, reunindo profissionais e pesquisadores de todo o país interessados no tema dos acervos raros.

O I ENAR integrou uma sessão especial do XV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD) e seguiu desta forma até o VI ENAR. A partir do VII ENAR, que ocorreu em 2005, são definidos temas específicos para cada edição e os textos completos estão publicados nos Anais da Biblioteca Nacional.

A conveniência em analisar os anais de eventos é porque eles fornecem uma compreensão mais aprofundada das questões latentes nas pesquisas, propicia o reconhecimento dos direcionamentos do tema e despertam *insights* para a realização de outras pesquisas.

Examinar as citações é um indicador de desempenho científico que auxilia a compreensão do desenvolvimento de uma área, evidencia o comportamento advindo da área e que se acumula e a dimensão da contribuição de um pesquisador para a ciência (Mello, 1990). Em sua tese, a autora destaca que a análise de citação deve ser usada criticamente dentro de um contexto e se estender como método também para a comunicação informal com vistas a refletir aspectos da área de pesquisa e da organização social.

Com esta abordagem, será conduzida a pesquisa em curso, analisando as referências de duas edições do ENAR; a mais antiga e a mais recente.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo trata-se de uma pesquisa básica de natureza qualitativa do tipo exploratória usando os textos completos apresentados no ENAR. Com base no texto completo, foi feita uma matriz usando *Excel*, no qual foram registrados nas colunas os autores dos trabalhos e nas linhas os autores que são citados. As marcações nas colunas indicam por quem cada autor foi citado, permitindo chegar à contagem dos impactos. A partir deste quadro, utilizou-se o *Power Point* para criar as figuras que representam os relacionamentos entre os autores. A imagem a seguir mostra a estrutura do referido quadro.

Quadro 1: Modelo da matriz para coleta de dados

Quem cita/quem é citado	Autor 1	Autor 2	Autor 3	Autor 4
Autor A	X	X		
Autor B			X	
Autor C	X			X
Autor D				
Autor E		X	X	

Fonte: Elaboração própria (2025).

A pesquisa usa o método indutivo porque parte das constatações particulares para entender os fenômenos mais abrangentes, e usa o método comparativo com a finalidade de estudar as semelhanças e diferenças. Tendo como base Marconi e Lakatos (2017), que afirmam que o estudo comparado pode acontecer entre indivíduos ou grupos do mesmo tempo ou que ocorreram em épocas diferentes, sendo aplicáveis a estudos qualitativos explorando as similaridades entre os integrantes de uma estrutura.

Em prol desta pesquisa, a análise comparada possibilita conhecer as referências acionadas ao longo do tempo, os tipos de instituições onde são abordados os inquéritos, se se referem a trabalhos teóricos ou práticos, se compartilham metodologias, instrumentos, produtos etc. A análise de citações foi feita examinando em quantas vezes o autor e/ou seus diferentes artigos aparecem na lista de referências.

A manipulação dos dados foi feita manualmente, sem adoção de *softwares* especializados devido à importância dada ao processo de construção da rede em si, e não somente na proposta de obter os dados para a análise. Entende-se que ao construir a rede manualmente podem ser observadas conexões que o resultado fornecido por um *software*

poderia ocultar. A tabulação dos dados foi feita em planilha eletrônica que atendeu satisfatoriamente a extensão da rede. Após contabilizar os autores mais citados, selecionou-se de cada apresentação, os textos dos autores mais citados para verificar quem está citando eles e quais os textos mais citados. Com esse mapeamento, descreve-se os resultados na seção a seguir.

Resultados

O ENAR é um dos maiores eventos técnico-científicos da categoria no âmbito do Brasil no qual predomina o compartilhamento de experiências e a prática cotidiana, provocando reflexões nos profissionais e gestores de acervos raros, e alunos das áreas de documentação, conservação e pesquisa.

A primeira edição do ENAR ocorreu em 1989 como parte do XV CBBD e os trabalhos não estão publicados nos anais deste evento. Os autores e as temáticas das apresentações constam no Boletim informativo do PLANOR (2021, p. 6) e foram os seguintes:

- Peter Mustardo (Arquivo Municipal de Nova Iorque) falou sobre os trabalhos de preservação e restauração lá desenvolvidos;
- Rosemarie Horch (Universidade de São Paulo) com "Extemporaneidade e/ou Contemporaneidade do livro;
- Neide Oliveira Motta (Biblioteca Pública de Santa Catarina) sobre "Obras raras – realidade catarinense";
- Maria Celeste Garcia Mendes e Adriana Villaça (FBN), "Documento base do Plano Nacional de Restauração de Obras Raras;
- Maria Aparecida de Vries Marsico (FBN), "Preservação de obras de acervo da Biblioteca Nacional";
- Antônio Carlos Nunes Baptista, "Estabelecimento de critérios para reprodução do acervo da Biblioteca Nacional";
- Rose Mary Guerra Amorim (FBN), "Necessidade de análise bibliográfica para o processamento de obras antigas e raras";
- Valéria Gauz (FBN), "A experiência dos Estados Unidos da América" (automação de obras raras nos Estados Unidos);
- Luís Felipe Barata Monteiro (FBN), "O problema das edições fac-similares de obras raras".

Os temas que abriram o evento abordam a análise bibliográfica do livro raro, e incluem preocupações relativas à preservação e ao estabelecimento de critérios para reprodução. Levou duas experiências internacionais, uma delas empreendidas por Valéria Gauz, profissional participante e referenciada nas edições posteriores do evento.

No II ENAR foram discutidas a gestão e as atividades do PLANOR; no III ENAR foi percebido que as discussões não envolviam apenas questões referentes ao livro mas também se discutia a raridade de outros tipos de materiais; ainda houve sugestões para reestruturação do evento. No IV ENAR foram criadas diretrizes para a normalização das apresentações. A edição discutiu a importância da troca de informações entre as instituições possuidoras de acervos raros e a preservação do patrimônio documental. No V ENAR foi lançado o compact disc (CD) com os critérios de raridade da FBN e o Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional, e contou com um *workshop* sobre identificação de obras raras. O VI ENAR foi a primeira edição a divulgar os títulos das apresentações no Boletim informativo do PLANOR. Eles abordaram temas voltados à organização de coleções e uma apresentação sobre biblioteca digital de obras antigas (Boletim, 2002, 2021, p. 6).

A partir da 7ª edição os eventos tornaram-se temáticos, conforme a sequência abaixo:

- VII ENAR – Ética e responsabilidade social na administração de acervos raros.
- VIII ENAR – Inventário de Acervo Raro: sua importância para salvaguarda patrimonial.
- IX ENAR – sem tema definido, a maioria das apresentações versa sobre a reprodução e acesso aos acervos.
- X ENAR – Critérios de Raridade de Acervos Raros e Especiais.

- XI ENAR – Gestão de Acervos Raros e Especiais: realidade e desafios.
- XII ENAR - Acervos raros no Brasil: coleções formadoras e políticas de desenvolvimento de coleções.
- XIII ENAR – Políticas de segurança e salvaguarda de acervos raros e especiais.
- XIV ENAR – Obras raras no Brasil: estudos e pesquisas para ampliação dos critérios de raridade bibliográfica.
- XV ENAR - Raridade bibliográfica dos séculos XIX e XX: identificar, fundamentar e preservar.

A análise comparada se deu entre o VII e o XIV ENAR porque são as edições mais antiga e mais recente, respectivamente, das quais os anais estão disponíveis com texto completo e referências.

Aconteceram 8 apresentações no VII ENAR e 20 no XIV ENAR.

O VII ENAR estava previsto para ser realizado nos dias 21 e 22 de julho de 2005, ainda como uma sessão especial do XXI CBBD e, por questões orçamentárias e de logística, teve de ser realizado na própria sede da FBN, no Salão da Seção de Obras Raras, no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 22 de novembro de 2006. Esta foi a primeira edição a propor uma temática específica: “Ética e responsabilidade social na administração de acervos raros”. A partir deste ano, a FBN publicou os trabalhos apresentados no Boletim Informativo do PLANOR e depois nos Anais da Biblioteca Nacional.

O XIV ENAR cujo tema foi “Obras raras no Brasil: estudos e pesquisas para ampliação dos critérios de raridade bibliográfica” ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2021 em formato digital através do Canal do *YouTube* da FBN.

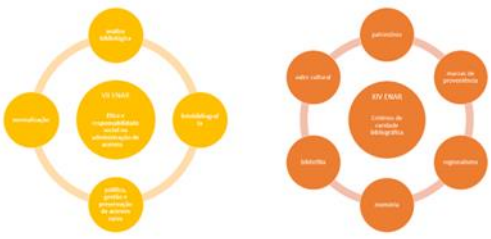
Quanto ao tipo de instituição, as apresentações de ambas edições estão ambientadas em instituições públicas de pesquisa e ensino.

No que tange às abordagens, há predomínio de questões práticas, entretanto, sempre acrescidas de conceitos esmiuçados no referencial teórico e de reflexões finalizando o texto. As referências mencionadas sinalizam o esforço em construir um discurso sólido, embora o foco esteja em comunicar as experiências individuais. Logo, é um evento interessante para quem quer conhecer metodologias, instrumentos e produtos que podem ser desenvolvidos no âmbito das suas atividades.

Dos principais temas e as bases teóricas do VII ENAR destaca-se o artigo de Ana Virgínia Pinheiro sobre inventário, que trabalhou com os conceitos de análise bibliológica, normalização e fotobibliografia tendo com base teórica as regras de descrição bibliográfica consagradas internacionalmente pelo Gesamtkatalog der Wiegendrucke. Ana Virgínia Pinheiro aparece dentro da teorização de outro artigo da mesma edição para fundamentar o conceito de análise bibliológica, e de outro, corroborando para a discussão epistemológica e política do conceito de raridade, e de outros artigos referentes à preservação de acervos raros. Os conceitos de política, gestão e preservação de acervos raros também foram marcantes no VII ENAR.

No XIV ENAR o repertório é extenso devido à quantidade de trabalhos apresentados. O conceito de critérios de raridade conduziu a reflexão de todos os trabalhos. Apareceu alinhado à teoria sobre patrimônio, marcas de proveniência, bibliofilia, valor cultural e memória. O regionalismo teve destaque nesta edição com alguns trabalhos situando o valor de coleções regionais. O texto de Ana Virgínia Pinheiro, “O que é livro raro” foi usado como base teórica para a maior parte dos artigos publicados.

Figura 1: Temas predominantes no VII e XIV ENAR



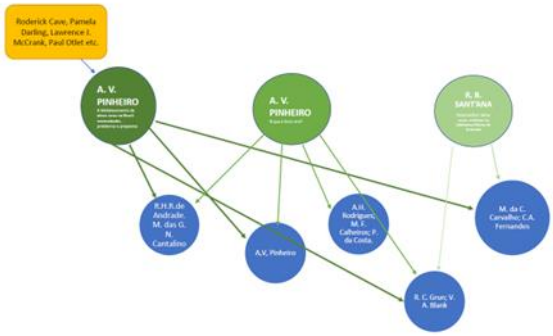
Fonte: As autoras (2025).

No que concerne à análise das referências, observando os trabalhos apresentados, constata-se que a referência mais citada no VII ENAR foi Ana Virgínia Pinheiro que também apresentou um trabalho. A autora foi mencionada por mais da metade dos trabalhos apresentados, demonstrando a força dos seus conhecimentos e o alcance dos seus argumentos para os estudos sobre acervos raros. Esta autora é uma referência central pois trouxe para os encontros leituras aprofundadas na biblioteconomia de livros raros.

A sua apresentação intitulada "Metodologia para inventário de acervo antigo" deriva de um estudo realizado para a disciplina "Metodologia da Pesquisa" no Curso de Especialização em Análise, Descrição e Recuperação da Informação que ministrou na Unirio. Neste artigo, cuja ideia original dirigia-se à formação do bibliotecário, Ana Virgínia Pinheiro citou literaturas alemãs, norte-americanas, francesas e documentos internacionais referentes à descrição bibliográfica. As duas referências mais citadas nestes anais são desta autora. Seu artigo "A biblioteconomia de obras raras no Brasil: necessidades, problemas e propostas", de 1990, foi o mais referenciado no evento. Nele, a autora aborda o detalhamento da descrição de livros raros, preocupada com as deficiências na formação profissional a respeito deste tema. Usa referências de diversas nacionalidades como Roderick Cave, Pamela Darling, Lawrence J. McCrank e dentre outros mais, o clássico Paul Otlet. O outro trabalho mais citado foi "O que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica" que apresenta categorias para identificar um livro raro.

Atrás de Ana Virgínia Pinheiro, Rizio Bruno Sant'ana, com o artigo "Como definir obras raras: critérios na biblioteca Mário de Andrade" de 1996, aparece como referência para dois artigos. A imagem a seguir ilustra a relação entre as referências mais citadas (nos tons em verde), com as setas apontando para o trabalho que influenciou.

Figura 2: Esquema das principais influências referenciais nos textos do VII ENAR



Fonte: As autoras (2025).

Os textos mais referenciados nos trabalhos do XIV ENAR foram os de Ana Virginia Pinheiro, da FBN, de Marcia Carvalho Rodrigues, de Rizio Bruno Sant'ana, e de Raphael Diego Greenhalgh. Portanto, depreende-se que as referências a autores brasileiros se mostram fortes, moldando as pesquisas sobre acervos raros.

Com o texto "O que é o livro raro?" Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica" produzido em 1989, Ana Virgínia Pinheiro, além da autocitação, foi referenciada por outros por 11 dos 20 artigos divulgados nesta edição. O livro estabelece uma metodologia para identificar e categorizar o livro como raro, mediante enfoques bibliográficos, históricos e de mercado que interferem no valor de um exemplar. As referências contêm leis brasileiras, obras de referência, autores franceses e clássicos da biblioteconomia brasileira.

A segunda publicação mais usada como referência também foi de Ana Virgínia Pinheiro, "Livro raro: antecedentes, propósitos e definições", capítulo do livro "Ciência da informação: múltiplos diálogos", organizado por H.C. Silva e M. H. T. C. Barros, publicado em 2009, que foi referência de 6 dentre os 20 artigos apresentados. A publicação trabalha confrontando os conceitos de único, raro e precioso, avaliando sob as perspectivas do limite histórico, valor cultural, aspectos bibliológicos, pesquisa bibliográfica e características do exemplar, refletindo sobre o equívoco de caracterizar um livro raro com

base exclusivamente na antiguidade e na unicidade, e mostrando uma forma de ler o livro cultural e historicamente. O texto foi construído sob referências de historiadores do livro e da cultura.

O artigo "Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul" escrito por Marcia Carvalho Rodrigues, foi publicado em 2006. Atenta para a construção de critérios de raridade em acervos bibliográficos de universidades a partir do estudo do conceito de raridade. Recebeu 5 citações. De todos os trabalhos referenciados esta é a única autoria que teve textos referenciados que foram produzidos em parceria.

As publicações da FBN também servem como referência para diversos trabalhos. "Critérios de raridade: Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CBPN – Séculos XV e XVI" está na referência de 4 trabalhos. Esses critérios construídos pela FBN atendem aos propósitos de uma agência nacional de controle bibliográfico e por seu caráter abrangente foi entendido por diversos profissionais como um documento aplicável a qualquer instituição. No entanto, o documento reflete a sua realidade institucional e serve para orientar o desenvolvimento dos critérios particulares de cada instituição.

"Critérios para definição de obras raras", artigo de autoria de Rizio Bruno Sant'ana apareceu como referência em 6 artigos. O autor publicou dois textos sob o mesmo título, em 2001 e 2009, e o total de referências está igualmente distribuído entre os dois artigos.

Por fim, Raphael Diego Greenhalgh foi referência em dois artigos, um deles citou diferentes textos de sua autoria. No evento, o autor fez uma apresentação discutindo a censura e a raridade em periódicos. Quanto aos seus textos que serviram como referência, os temas dizem respeito à segurança de livros raros, digitalização e raridade dos periódicos.

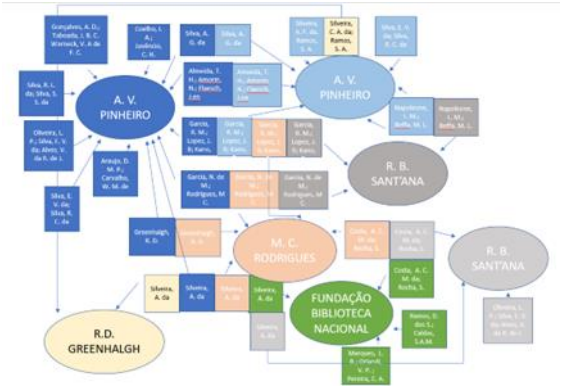


Figura 3: Concentração das referências mais citadas nos anais do XIV ENAR

Fonte: As autoras (2025).

A figura acima ilustra a aderência dos trabalhos (caixas) às referências mais citadas (elipses). As nuances das cores mostra a relação entre as autorias dos trabalhos e suas respectivas referências textuais. Os trabalhos que utilizaram mais de uma das referências apresentadas foram agregados.

Diante o levantamento realizado e sintetizado na figura acima, constata-se que as publicações que aparecem como as mais referenciadas sinalizam que a comunidade se apoia em instituições que desenvolvem métodos de trabalho, e anseia saber como tomar decisões e empreender ações voltadas à gestão do acervo raro, principalmente no norteamento de diretrizes para estabelecer critérios para determinação e seleção das obras.

A análise das referências pode manifestar a adesão ou a oposição às ideias dos textos citados, sem desconsiderar outras possibilidades como a facilidade de acesso ao texto e o domínio do idioma. O uso de referências nacionais pode ter a finalidade de atender ao escopo dos problemas tratados internamente que decorrem da realidade nacional. No caso de ambos eventos, percebe-se que os textos referenciados funcionam como um compilador de leituras estrangeiras, não somente entregando textos mas tornando-os mais compreensíveis à comunidade a que se destina.

Referenciar instituições nacionais e internacionais reguladoras do setor respaldam o discurso. A utilização das legislações brasileiras e os documentos da IFLA insinuam que o estudo apresentado se enquadra em diretrizes globais. Citar dicionários, enciclopédias e outras obras de referência

revela a responsabilidade em usar conceitos consolidados na área.

As leituras de Robert Darnton, Pierre Nora, Frédéric Barbier, Michel Pollack estão em idioma português e são obras que comumente aparecem nas referências de trabalhos sobre acervos e memória, porém foram menos acessados pelos apresentadores, provavelmente em razão dos temas delimitados em ambas edições terem conhecimentos sólidos na língua nacional.

A inserção de referências latinoamericanas pode ser vista como uma maneira de contemplar a perspectiva de decolonialidade do saber, sendo assim representados pelos textos dos colombianos Orlanda Jaramillo e Sebastián-Alejandro Marin-Agudelo, por exemplo, com sua abordagem sobre patrimônio bibliográfico.

Além da referência mais acessada em ambas edições, Ana Virgínia Pinheiro, juntamente com Rizio Bruno Sant'Ana são os poucos autores que continuam sendo citados, embora não se tenha investigado os eventos que ocorreram neste intervalo de tempo.

Considerações Finais

Os eventos técnico-científicos são espaços consagrados para disseminação e troca de conhecimento, mas considerado um canal informal de comunicação científica que, contudo, gera meios formais de comunicação científica ao produzirem artigos que alimentam os repositórios e contabilizam a produtividade do pesquisador.

A proposta inicial era comparar as referências e identificar os atores-chave dos trabalhos do I ENAR e do XV ENAR, contudo, os dados não foram localizados e a análise centrou-se nos textos do VII ENAR e do XIV ENAR. Espera-se, no futuro, ter dados suficientes para retomar e completar esta análise. O acesso às publicações do I ENAR seria essencial para consolidar o entendimento sobre as bases teóricas que sustentam as propostas de pesquisa realizadas naquela época.

A partir da leitura dos resumos dos trabalhos percebe-se que a motivação para usar as referências mencionadas servem para construir a argumentação ou contextualizar a pesquisa realizada. A análise das referências mede o quanto determinado artigo foi empregado nas pesquisas e os autores que contornam o discurso da comunidade mostrando o quanto são relevantes e influenciam a comunidade científica.

A permanência de "O que é o livro raro: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica" sendo usado quase unanimemente pelos profissionais do acervo raro confirma que os conhecimentos disseminados naquela época continuam válidos e subsidiando a reflexão na atualidade. A publicação revela-se como um ator central na rede de conhecimentos produzidos no discurso sobre o livro raro.

Pode-se observar que há referências que se mantêm sendo citadas por um longo período de evolução dos debates e confirmam o quanto o discurso está consolidado na área. Outras referências são consideradas clássicas pela comunidade e fazem parte de um protocolo que não pode se abster de menção. Há de convir que, com o avanço da área, os autores revisitam as definições que elaboraram e as atualizam atendendo as demandas sociais e científicas.

Um possível fator de êxito para tais publicações pode estar no reconhecimento da autoridade dos autores, no ineditismo do seu trabalho à época em que foram publicados e no atendimento de uma lacuna até então existente na área. Esses fatores despertam o interesse da comunidade científica que se apoia em tais textos para implementar ações em outros espaços.

No que tange à colaboração entre pares, os artigos destacados são produtos de autoria única, com exceção de Marcia Carvalho Rodrigues que tem um artigo em parceria mas não apareceu como a sua publicação mais citada. Meadows (1999) explica que nas humanidades a construção colaborativa em artigos é menor e a postura isolada pode ser uma opção pessoal ou ter uma influência externa como, por exemplo, devido ao seu interesse de pesquisa ser específico demais, já que a limitação geográfica mencionada por Meadows não se justifica no atual contexto.

A atitude colaborativa na pesquisa é bem-vista principalmente em situações que requer práticas multidisciplinares. A visão e o posicionamento de mais de um autor enriquecem a discussão e amplia a rede de difusão da pesquisa. Para Meadows (1999) a colaboração tende a ser menor em estudos teóricos do que nos estudos experimentais pois, em geral, realizar um experimento exige a formação de equipes e a obtenção de recursos.

O estudo realizado mostra o quanto os eventos técnico-científicos são oportunidades de reunir especialistas e profissionais em torno da discussão de questões atuais, divulgação de pesquisas e proposição de inovações, fatores que contribuem para a qualificação profissional e o avanço da ciência, amadurecendo os debates. Conhecer as tendências, melhorar as habilidades práticas por ocasião de *worskops*, estimular a reflexão e revisar suas práticas, ampliar a rede de contatos e validar as pesquisas apresentadas são outros benefícios obtidos neste contexto.

As tendências futuras se encaminham para a apropriação de ferramentas e metodologias da Inteligência artificial de maneira que a divulgação e o acesso à informação obtenham cada vez mais dinâmica e expansão de uso. Nesse sentido, o papel dos eventos está em promover competências digitais avançadas dando ênfase na divulgação e na acessibilidade, no incremento das parcerias para efetivar projetos colaborativos, bem como definir ações necessárias para o trabalho interoperável. A participação virtual em eventos viabilizou a obtenção de conhecimentos em fontes antes mais difíceis de serem acessadas, apesar de fornecer recursos simultâneos para o diálogo, fica reduzida a frutífera interação social que move os congressos.

Em termos metodológicos, constata-se que a escolha por não utilizar um *software* para a construção da rede social, embora tenha sido satisfatória para a análise da rede, teria contribuído favoravelmente no processo de visualização dos dados. Outro aspecto a ser melhor desenvolvido num estudo futuro diz respeito à análise da estrutura dos laços entre os atores.

A contribuição deste estudo para a ciência está em subsidiar a composição do estado da arte sobre acervos raros, seja pela sintetização das tendências das pesquisas realizadas, seja pela identificação dos autores e dos textos que têm sustentado as pesquisas na área do acervo raro. Para a educação continuada do bibliotecário, admite-se que os eventos técnico-científicos fornecem informações teóricas, metodológicas e práticas.

A comunicação científica, assim como a comunicação social, é dinâmica e os canais formais convivem com os informais para estabelecer um fluxo eficaz e satisfazer a necessidade de informação da comunidade. Atendendo ao que foi planejado nos objetivos iniciais, acredita-se ter conseguido identificar as contribuições teóricas proeminentes e apurar que os trabalhos apresentados no VII e no XIV ENAR desenvolveram conteúdos consistentes que favorecem a formação continuada do bibliotecário.

Referências

Anais da Biblioteca Nacional. (2003). Biblioteca Nacional, 123. https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_2003_00123.pdf.

Anais da Biblioteca Nacional. (2023). Biblioteca Nacional, 143. https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/colecoes/anais-biblioteca-nacional/anais-da-biblioteca-nacional-vol-143/an143_digital_.pdf/view.

American Library Association. Rare Books and Manuscript Section (c2015). Continuing education and professional development. https://rbms.info/committees/membership_and_professional/educational_opportunities/continuing/#programs.

Biblioteca Nacional. (2021). Boletim informativo do Planor, 22(27-28). https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2022/bip27_27jun22b-9273.pdf.

Costa, A. M. F. R. da; Almeida, W. C. de; Santos, E. O. dos. (2021). Eventos científicos online: O caso das lives em contexto da covid-19. Práx. Educ., 17(45), 162-177.

https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i45.8340.

Freire, I. M. (2022). No coração da ciência. In Freire, G. H. de A. & Freire, I. M., Comunicação científica em rede 13-37. Ibict.

Hagan, A. (2009). Framework of rare books training needs. National Library of Scotland. https://www.nls.uk/media-u4/22379/teaching-model-report.pdf.

Hertenstein, L. (2023). Current State of Special Collections and Rare Books Cataloging Education at LIS Programs. Cataloguing & Classification Quarterly, 61(7/8), 773-791. https://doi.org/10.1080/01639374.2023.2247402.

Hertenstein, L. (2025). Responsibility and Success in Training Public-Facing Special Collections Librarians in Academic Libraries: A Survey on Formal Education Versus On-the-Job Training. The Journal of Academic Librarianship, 51, 1-7. https://doi.org/10.1016/j.acalib.2024.103002.

International Federation of Library Association and Institutions. (2023). Diretrizes sobre as Competências do Profissional Responsável por Livros Raros e Coleções Especiais. IFLA.

Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2017). Metodologia científica. (7ª ed.) Atlas.

Meadows, A. J. (1999). A comunicação científica. Briquet de Lemos Livros.

Mello, P. M. A. C. de. (1990). A citação bibliográfica no contexto da comunicação científica: Um estudo exploratório na área da botânica. [Dissertação de mestrado, Universiadade Federal do Rio de Janeiro].

Mryglod, O. (2023). One for all and all for one: On the role of a conference in a scientist's life. Condensed Matter Physics, 26(1), Artigo 13801: 1–9 doi: 10.5488/CMP.26.13801.

Opryszko, A. (2023). Rare still: Professional development as a special collections assistant. Journal of New Librarianship, 8(2), 65-68. https://doi.org/10.33011/newlibs/14/6

Oriji, A. & Uzoagu, I. F. (2019). Lifelong learning in a technology-driven society: The needs, the benefits, and the challenges. European Journal of Education Studies, 6(9), 291-305. doi: 10.5281/zenodo.3595250.

Parejo-Cuellar, M., Flores-Jaramillo, S., & Carcaboso-García, E. (2023). Tendencias en producción científica sobre comunicación de la ciencia durante el período 2017-2021. Revista Española De Documentación Científica, 46(4), e368. https://doi.org/10.3989/redc.2023.4.2003

Pinheiro, A. V. (2003). Metodologia para inventário de acervo antigo In Anais da Biblioteca Nacional, 123. Biblioteca Nacional. https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_2003_00123.pdf.

Univeristy of Virginia. (c2015-2025). Rare Book School. https://rarebookschool.org/.

Velho, L. (1997). A ciência e seu público. Transinformação, 9 (3), 15-32

Vitorio, P. M. & Pinheiro, L. V. R. (2008). Da comunicação científica à divulgação. Transinformação, 20(2), 159-169.

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Fernanda Xavier Guimarães, Universidade Federal da Bahia, 0000-0002-7168-3182, Brasil, f_nanda87@yahoo.com.br

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira,Universidade Federal da Bahia, https://orcid.org/0000-0002-3835-2883, Brasil, isasousa2010@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6584

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A investigação emerge da necessidade de analisar a formação pedagógica na Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) brasileira e suas implicações diretas na prática docente em nível superior. A principal motivação para este estudo nasceu da observação de uma lacuna dos cursos *stricto sensu* na preparação de futuros docentes para os desafios do ensino universitário. Diante desse cenário, o objetivo geral que norteou esta pesquisa foi analisar a formação docente nos PPGCI brasileiros. Mais especificamente, buscou-se compreender como a dimensão pedagógica tem se apresentado no processo formativo dos discentes para o desempenho da prática docente.

A relevância desta investigação decorre da crescente demanda por um corpo docente altamente qualificado para atuar na educação universitária, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Em um contexto de aceleradas transformações socioculturais, tecnológicas e informacionais, a efetividade da atuação docente transcende o mero domínio do conteúdo disciplinar. Torna-se imperativo o desenvolvimento de competências pedagógicas que não apenas catalisem a aprendizagem significativa, mas também fomentem o pensamento crítico e promovam a autonomia discente.

Nesse panorama, a reflexão sobre esta temática revela-se essencial para a legitimação dos saberes pedagógicos inerentes à docência de nível superior. É importante notar a escassez de legislação específica sobre o assunto, o que, consequentemente, dificulta o avanço do conhecimento especializado na área. Entende-se que o desempenho do corpo docente, atualmente, em exercício nas Instituições de Ensino Superior (IES) é um reflexo da formação adquirida nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Essa formação, por sua vez, exerce uma influência direta na preparação das futuras gerações de professores.

A relevância da inclusão de componentes curriculares de natureza didático-pedagógica e de metodologia do ensino superior nos programas de pós-graduação em CI é amplamente reconhecida. No entanto, infere-se que tal iniciativa, embora fundamental, não se mostra suficiente para mitigar integralmente as lacunas inerentes à formação do corpo docente universitário. Conforme Morosini (2000) já apontava, uma única disciplina é insuficiente para "preparar" e formar o professor para o magistério superior. Essa formação exige a aquisição de múltiplas competências que transcendem a especialidade na área de conhecimento, demandando o domínio de conteúdos multidisciplinares, além de valores éticos e morais e outros saberes que compõem as especificidades do contexto educacional.

Com efeito, esta investigação reitera e recomenda a inclusão de componentes didático-pedagógicos e de metodologia do ensino superior nos currículos dos PPGCI, embora, apenas essa ação não supra as omissões na formação de docentes universitários. Diante disso, espera-se ampliar a compreensão sobre a formação dos docentes do ensino superior egressos dos PPGCI brasileiros, bem como a reconhecer a legitimidade dos saberes pedagógicos

aplicados à docência universitária, especialmente considerando a escassez de legislação pertinente. Com isso, almeja-se contribuir para a construção de novos conhecimentos sobre essa temática na área em estudo.

Em suma, a pesquisa demonstrou a necessidade premente de estudos que busquem ampliar as possibilidades de a Ciência da Informação fortalecer o campo formação e, consequente, atuação docente das IES nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. São igualmente necessárias ações e/ou políticas públicas para essa finalidade, com o intuito de criar uma cultura que promova a reflexão contínua sobre as práticas desses profissionais. Recomenda-se que os PPGCI fomentem discussões sobre a temática abordada, a fim de ampliar o escopo e a valorização dessa formação, legitimadas pelas instituições responsáveis pela implantação de políticas voltadas a esse fim.

Referencial Teórico

O arcabouço teórico da investigação ancora-se em correntes de pensamento proeminentes nos campos da Educação e da Ciência da Informação (CI) brasileira. Reconhece-se que o debate concernente à formação pedagógica no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação (CI) configura um domínio científico em processo de consolidação, contrastando com a vasta e diversificada produção acadêmica existente na área da Educação.

O processo formativo voltado ao exercício docente nos programas de pós-graduação apresenta um potencial significativo para o desenvolvimento de competências e habilidades pedagógicas no ensino superior. Contudo, a identificação de lacunas neste domínio sinaliza a necessidade de avanços substanciais, considerando a natureza plural e heterogênea dos saberes profissionais docentes, no qual, o conteúdo específico a ser ensinado é fundamental, porém requer a incorporação de outros saberes/ações para a efetividade da prática pedagógica (Tardif, 2012).

A autora postula que o conteúdo abordado em sala de aula transcende a mera transmissão de conhecimentos, envolve adaptação, seleção e apresentação interativa, intrinsecamente vinculadas à compreensão do grupo discente e das particularidades individuais. Nessa direção, Tardif (2012, pp. 120) menciona que os saberes profissionais dos professores são plurais e heterogêneos, como:

> [...] conhecer bem a matéria que se deve ensinar é apenas uma condição necessária, e não uma condição suficiente, do trabalho pedagógico. Noutras palavras, o conteúdo ensinado em sala de aula nunca é transmitido simplesmente tal e qual: ele é "interatuado", transformado, ou seja, encenado para um público, adaptado, selecionado em função da compreensão do grupo de alunos e dos indivíduos que o compõem.

Dentre outras razões, ser especialista em um determinado ramo do conhecimento não concretiza o desenvolvimento qualitativo do ensino e da aprendizagem dos estudantes. O domínio de conteúdos da área de atuação é importante, mas, exige competências e habilidades profusas, referentes aos "[...] processos de ensino, aprendizagem e avaliação, ao planejamento das atividades de ensino, à condução da aula nas suas múltiplas possibilidades" (Soares, 2009, pp. 96). A falta de tais conhecimentos se apresenta como uma carência no exercício da docência do ensino superior.

A prática pedagógica docente é para Gatti (2013), uma ação política e de cidadania, fundamentada em princípios filosóficos e científicos que exige a integração dialética entre teoria e prática, do "fazer pensando e pensar fazendo" e a compreensão tanto dos procedimentos ("como fazer") quanto dos fundamentos ("por que fazer"), caracterizando uma praxiologia. Para que essa prática seja eficaz, a formação de professores deve incorporar conhecimentos essenciais, incluindo a área específica de atuação, didática, pedagogia, gestão educacional e outros saberes relevantes.

No contexto específico da CI brasileira, essa temática tem recebido pouca atenção, haja vista a carência de produção científica, apesar de sua relevância pragmática para a

capacitação dos discentes nos cursos *stricto sensu* da área, contrapondo a uma das finalidades desses cursos, qual seja, a preparação de docentes universitários estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Varela, Barbosa, Anjos, 2010).

Nesse sentido, a CAPES (2010) instituiu o estágio de docência nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tornando-o compulsório para discentes bolsistas. Essa medida visa formar não apenas pesquisadores de excelência, mas também profissionais capazes de compartilhar conhecimento e inspirar novas gerações no ensino superior. A intenção desta iniciativa é proporcionar uma imersão na prática pedagógica ainda durante a formação, criando uma experiência singular para quem busca atuar no ensino universitário.

O Estágio de Docência foi formalmente integrado aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em 26 de fevereiro de 1999, por meio do Ofício Circular nº 028/99/PR/CAPES. Essa medida o estabeleceu como um componente essencial na formação de mestres e doutores. Ainda em 1999, a CAPES determinou que o estágio deveria ser realizado sem comprometer o prazo de titulação. Para bolsistas de mestrado, a duração seria de um semestre, enquanto para os de doutorado, seria de dois semestres, sempre sob a supervisão do orientador.

Nos anos posteriores, novos regulamentos foram aprovados (Portaria nº 52/2000, Porta ria nº 52/2002 e atualmente nº 76/2010) para implantação do Programa de Demanda Social. Neste, é expresso a obrigatoriedade do Estágio de Docência para a concessão de bolsas de estudo aos alunos dos programas de pós-graduação *stricto sensu.* Entre outras alterações, um novo artigo foi incluído para orientar os programas de pós-graduação na implementação dessa atividade:

> Art. 18 - O estágio de docência é parte integrante da formação do pós graduando, objetivando a preparação para a docência, e a qualificação do ensino de graduação sendo obrigatório para todos os bolsistas do Programa de Demanda Social, obedecendo aos seguintes critérios:
>
> I - para o programa que possuir os dois níveis, mestrado e doutorado, a obrigatoriedade ficará restrita ao doutorado;
>
> II - para o programa que possuir apenas o nível de mestrado, a obrigatoriedade do estágio docência será transferida para o mestrado;
>
> III - as Instituições que não oferecerem curso de graduação deverão associar se a outras Instituições de ensino superior para atender as exigências do estágio de docência;
>
> IV - o estágio de docência poderá ser remunerado a critério da Instituição, vedado à utilização de recursos repassados pela CAPES;
>
> V - a duração mínima do estágio de docência será de um semestre para o mestrado e dois semestres para o douto rado e a duração máxima para o mestrado será de dois semestres e três semestres para o doutorado;
>
> VI - compete à Comissão de Bolsas CAPES/DS registrar e avaliar o estágio de docência para fins de crédito do pós graduando, bem como a definição quanto à sup ervisão e o acompanhamento do estágio;
>
> VII - o docente de ensino superior, que comprovar tais atividades, ficará dispensado do estágio de docência;
>
> VIII - as atividades do estágio de docência deverão ser compatíveis com a área de pesquisa do programa de pós graduação realizado pelo pós graduando.
>
> IX - havendo específica articulação entre os sistemas de ensino pactuada pelas autoridades competentes e observadas as demais condições estabelecidas neste artigo, admitir se á a realização do estágio docente na rede pública de ensino médio;
>
> X - a carga horária máxima do estágio docência será de 4 horas semanais (CAPES, 2010).

O estágio docente em programas de pós-graduação *stricto sensu* é um caminho importante para quem busca lecionar no ensino superior. Para os bolsistas da CAPES

(Demanda Social), essa atividade é obrigatória e tem sido fundamental para aprimorar a formação de futuros professores universitários. Acredita-se que essa experiência ajude os bolsistas a entender melhor as particularidades do ensino superior, incluindo os aspectos éticos, políticos, sociais e educacionais da docência. No entanto, é essencial estender essa obrigatoriedade a todos os estudantes de pós-graduação, pois é uma vivência ímpar para compreender a prática em sala de aula.

O estágio, porém, pode ter diferentes significados. Enquanto alguns o veem como uma experiência positiva e de grande aprendizado, para outros, ele pode ser desmotivador, dependendo das condições e do suporte recebidos. Eessa prática pode, jnclusive, segundo Pimenta e Lima (2010, pp. 36) reforçar o conservadorismo, perpetuando "hábitos, ideias, valores, comportamentos pessoais e sociais legitimados pela cultura institucional dominante" (Pimenta & Lima, 2012, pp. 36) entre os estudantes.

Para otimizar a formação docente, Pimenta & Lima (2012, pp. 42, grifo nosso) argumentam que é fundamental que o professor em formação assimile conhecimentos referentes a "conteúdos educativos, habilidades e posturas científicas, sociais, afetivas, humanas, **além de dominar** mediações pedagógicas específicas". Esses elementos são considerados condições basilares para a constituição desse profissional. Nesse contexto, a efetividade do estágio/tirocínio como atividade curricular reside na sua capacidade de aproximar os discentes da realidade na qual poderão atuar, cumprindo, assim, sua finalidade precípua de imersão prática.

O cenário observado, empiricamente, sugere que, muitos discentes desses cursos, especialmente aqueles sem experiência docente prévia, realizam essa atividade sem o preparo pedagógico adequado. Essa carência de formação subjacente pode levar à criação de concepções equivocadas sobre a natureza e as complexidades inerentes ao exercício docente. Em outras palavras, a trajetória de muitos professores universitários se fundamenta em um modelo pedagógico internalizado a partir de seus próprios mestres, suas vivências profissionais e a reprodução de práticas didático-pedagógicas tradicionais.

Por isso, podemos inferir que a trajetória profissional de muitos docentes do ensino superior foi moldada pelo "modelo" de professores que tiveram e por suas experiências profissionais. Eles tenderam a basear-se na observação de aulas e na repetição de métodos tradicionais de ensino e avaliação.

A realidade mencionada impacta diretamente nos limites e nas possibilidades da formação docente, especialmente no que tange à didática e aos aspectos pedagógicos. Afinal, a titulação *stricto sensu* tem se tornado um pré-requisito para que diversos profissionais ingressem na docência universitária (Pimenta& Anastasiou, 2011).

Diante do exposto, é notório que os critérios de avaliação de produtividade e qualidade docente da CAPES demonstram a disparidade dos valores/pesos atribuídos à atividade de ensino e pesquisa no âmbito acadêmico. A avaliação da referida agência centra-se na produtividade destes docentes, assim, a pesquisa e a docência tornam-se atividades concorrentes, sendo que a segunda se revela, historicamente, como uma atividade menor (Pachane & Pereira, 2004).

Nas universidades, culturalmente, é enfatizada a produção de conhecimentos e, consequentemente, o ensino e o fazer docente ficam em segundo plano, asseverando a crença da não necessidade dessa formação ser priorizada. Sob esse aspecto, Chauí (2003, pp.14) enfatiza como importante “revalorizar a docência, que foi desprestigiada e negligenciada com a chamada ‘avaliação da produtividade’, quantitativa”. Esse é um dos pontos sinalizados pela autora para provocar possíveis mudanças da universidade, em especial, a pública, referente à formação dos professores

O desenvolvimento de competências e habilidades relativas à dinâmica do docente no contexto universitário é um dos principais requisitos para o desempenho qualificado das atividades acadêmicas. A atuação na educação universitária demanda do professor requisitos essenciais à sua prática, a exemplo da formação específica e continuada, dos requisitos pessoais (gosto pela profissão,

criatividade, dedicação, determinação, paciência e outros) e das competências didáticas e pedagógicas. Dada as devidas condições formativas, sua práxis será realizada com o profissionalismo que qualquer profissão exige, cabendo à pós-graduação brasileira formá-los dotados de uma sólida preparação pedagógica, científica e tecnológica.

Ante o exposto, é salutar investigar as ações desenvolvidas nos PPGCI que contemplem, efetivamente, os objetivos estabelecidos pela CAPES, principalmente no que tange à preparação do corpo docente do nível superior. Acredita-se que o estudo do exercício docente no ensino superior é relevante para ampliar a compreensão sobre o tema que por certo trará contribuições para a CI. A partir dessa perspectiva, a próxima seção detalhará o percurso metodológico escolhido para esta investigação.

Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento de uma pesquisa científica demanda a adoção de abordagens nas quais a investigação se enquadrará, seja ela de natureza qualitativa, quantitativa ou uma mescla das duas (qualiquanti), a depender da natureza do objeto. Nessa direção, essa investigação adotou uma abordagem metodológica de natureza qualitativa e de nível descritivo (Gil, 2008), visando a exploração das experiências e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno em estudo.

No que tange aos procedimentos, a investigação foi desenvolvida dentro dos padrões da pesquisa bibliográfica e documental, tomando como base os referenciais teóricos relativos à formação dos professores universitários e ao estágio de docência na Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008) é desenvolvida a partir da literatura científica disponível, bem como de documentos que não receberam tratamento editorial e comporta "[...] fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc." (Fonseca, 2002, pp. 32).

Por se constituir um estudo que investiga "[...] um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (Yin, 2005, pp. 32), essa pesquisa é considerada como estudo de caso, mas especificamente de múltiplos casos, por ser realizada em diferentes programas de pós-graduação em CI (mestrado e doutorado acadêmicos) do território nacional.

A pesquisa de casos múltiplos é uma das importantes variações do estudo de caso, modalidade de pesquisa amplamente usada nas ciências sociais e nas biomédicas, na qual são conduzidos simultaneamente: vários indivíduos, várias instituições entre outros, podendo ser considerada a mais convincente pelo fato de possibilitar resultados semelhantes ou contrastantes (Yin, 2005). Assim, em razão das especificidades do estudo foi escolhido o Projeto de casos múltiplos holísticos, isto é, unidade única de análise que é a CI e múltiplos casos, os programas de pós-graduação stricto sensu em CI.

Os cursos de CI no Brasil se constituíram o *lócus* deste estudo e o critério para a seleção do universo da pesquisa e sua amostra resultou da concorrência de fatores diversos, entre eles: as instituições que apresentassem em seu título as palavras "ciência da informação", a existência de mestrado e doutorado acadêmicos em CI, a nota de avaliação da CAPES dos respectivos programas e turma formada no período investigado em pelo menos um dos cursos: mestrado ou doutorado. O universo da pesquisa compreendeu 17 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) *stricto sensu* no Brasil, dos quais 11 ofertam mestrado e doutorado e 6 apenas mestrado. Para o estudo, selecionaram-se, intencionalmente, 7 programas de instituições públicas com oferta de mestrado e doutorado acadêmicos, abrangendo as cinco regiões do Brasil.

A amostra recaiu sobre os egressos dos PPGCI que se tornaram docentes de cursos superiores de IES no intervalo de tempo de cinco anos (2012 a 2016). A preferência do período a ser analisado recaiu sobre aquele que evidenciou um maior número de doutores oriundos dos programas investigados. A opção por essa amostra surgiu da compreensão de que os

atuais docentes das IES, egressos dos PPGCI brasileiros, serão os sujeitos mais indicados para fornecer as informações da formação obtida nos cursos de mestrado e doutorado acadêmico em CI relativos aos conhecimentos apreendidos para o exercício da docência no ensino superior.

Dentre as técnicas para levantamento de dados, foi utilizada a documentação indireta, que implicou na seleção de dados de variadas fontes: currículo lattes dos participantes, websites dos programas e matriz curricular dos cursos, com intuito de recolher informações prévias sobre o objeto em estudo para a compreensão do universo da pesquisa. De posse dessas informações, foi elaborado um questionário, com questões semi-abertas e de múltipla escolha para coletar os dados empíricos.

Para análise e interpretação dos dados, optou-se pela análise de conteúdo (Bardin, 2016). A análise de conteúdo se constitui em um método de pesquisa usado para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Bardin (2009) reconhece que a análise de conteúdo torna-se um conjunto de técnicas de análise das informações e comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Sendo assim, processou-se pela identificação de congruências entre os conteúdos pertinentes à formação docente nos PPGCI e o exercício da docência nas Instituições de Ensino Superior (IES), a partir da criação de uma categoria temática denominada "formação pedagógica nos PPGCI brasileiros", cuja interpretação foi realizada à luz da literatura especializada e do conhecimento das pesquisadoras.

Resultados Parciais ou Finais

Diante do cenário apresentado, criou-se a categoria "formação pedagógica nos PPGCI brasileiros", que trata da formação do professor para o magistério superior. A justificativa dessa categoria decorre do entendimento de que a ausência de formação pedagógica para o efetivo exercício da profissão pode dificultar o ser/fazer docente, principalmente para aqueles em início da carreira. Nesse sentido, os dados apresentados foram levantados junto aos egressos docentes dos Programas de Pós-Graduação em CI brasileiros, com o intuito de esclarecer sobre a natureza do objeto investigado e subsidiar as informações por meio da análise da matriz curricular dos cursos e suas respectivas ementas disponibilizadas nos websites dos referidos programas.

A análise dos currículos dos PPGCI no Brasil aponta para uma oferta restrita de disciplinas explicitamente voltadas à prática pedagógica. De fato, a principal forma de os pós-graduandos vivenciarem a docência em sala de aula tem sido através do Tirocínio Docente Orientado/Estágio Docente e de Atividades Complementares. Contudo, essa oportunidade é, em sua grande maioria, oferecida como disciplina ou atividade optativa. Isso significa que a decisão de aprofundar-se na prática docente fica, muitas vezes, a critério do aluno e não como parte intrínseca e obrigatória de sua formação.

Existem, no entanto, exceções notáveis que demonstram uma visão mais abrangente da formação do futuro docente. Um exemplo é o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que se destaca por oferecer a disciplina de Tirocínio Docente Orientado de forma obrigatória para todos os discentes, que não possuem experiência docente.

A iniciativa do PPGCI/UFBA sublinha o reconhecimento da importância da formação docente, que engloba não apenas o conhecimento técnico-científico, mas também aspectos importantes como a prática pedagógica em si, o planejamento e gerenciamento das atividades em sala de aula e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. A integração dessa abordagem é fundamental para preparar profissionais mais aptos a atuar no ensino superior.

A ausência de componentes curriculares voltados à prática pedagógica nos PPGCI, por sua vez, suscita questionamentos acerca da qualidade da formação dos futuros docentes do ensino superior. Quando existe algum conteúdo que aproxime a vivência em sala de aula, a exemplo do estágio e/ou aividade docente, está como componente curricular optativo.

A não obrigatoriedade desse componente implica que a maioria dos discentes não vivencia essa prática, o que configura um hiato significativo no processo formativo, conforme relato dos participantes:

"não realizei estágio docente que é obrigatório somente para bolsistas" (Participante A);

"houve o estágio docência, mas não era obrigatório, embora eu tenha feito" (Participante B).

As narrativas evidenciam que a realização do estágio docente, frequentemente, é restrita a bolsistas ou não é compulsória. A lacuna apresentada pode acarretar repercussões negativas no desempenho de futuras atividades docentes. A deficiência na experiência prática, consequentemente, pode comprometer a apreensão de aspectos inerentes ao papel do educador no ensino superior. A aprendizagem de conteúdos relacionados à prática docente, em muitos casos, fica condicionada ao interesse individual do discente e/ou da obrigatoriedade de cursar disciplinas que apresentem essa perspectiva, a exemplo dos discentes que possuem bolsa de Demanda Social da CAPES, conforme salienta o Participante C:

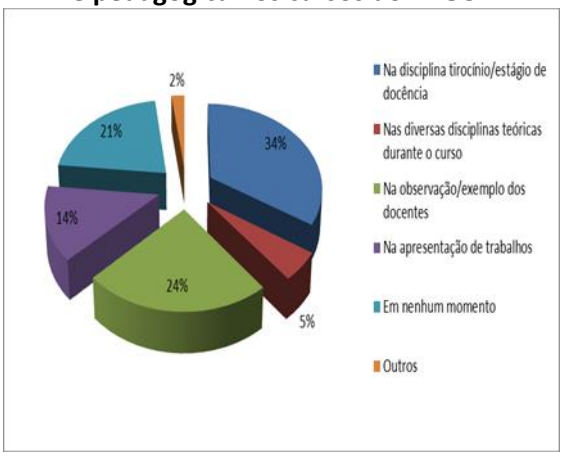
"A docência está vinculada ao interesse do discente, que muitas vezes por receber bolsa é obrigado a lecionar, sem necessariamente gostar. Todavia, a formação docente é um processo, um semestre não forma ninguém professor. Acredito que a formação didática deveria ser mais explicitada e mais formativa para aqueles que realmente desejam. Entrar em sala de aula um semestre é muito pouco. E as disciplinas de docência precisam de um aperfeiçoamento, inclusive didática."

O ponto de vista do respondente é reflexo das determinações da CAPES que impõe a obrigatoriedade da atividade de Estágio/Tirocínio Docente para os alunos bolsistas dos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos. Diante da pouca atenção dada à formação de professores nos PPGCI, essa atividade e/ou disciplina não é percebida como relevante para atuação profissional dos discentes. Esse fato reforça a concepção sobre os objetivos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* está direcionada à formação de pesquisadores.

Paralelo a isso, chama-se atenção para a importância de conhecimentos didáticos e a necessidade de aperfeiçoamento das disciplinas existentes e/ou a inclusão de disciplinas específicas que abordem os saberes da docência, sejam eles: profissionais, disciplinares, curriculares e os da experiência (Tardif, 2012). Assim, é desejavel a inclusão de disciplinas de cunho específico para a formação dos futuros docentes do ensino superior, como bem lembrado por Participante C sobre Didática do ensino superior.

Diante disso, buscou-se verificar em que momento os aspectos da competência didática e pedagógica do exercício da docência são abordados nos cursos *stricto sensu* (gráfico 1).

Gráfico 1 – Aspecto da competência didática e pedagógica nos cursos do PPGCI.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados demonstraram que os aspectos da competência didática e pedagógica são evidenciados na disciplina Tirocínio/Estagio Docente (34%), fato que pode está relacionado às experiências vivenciadas por cada discente e professor/orientador da disciplina durante o estágio docente.

A respeito disso, Pimenta & Lima (2012) defendem que o estágio docente é uma atividade formadora, momento de reelaboração dos saberes e aplicação na prática, no entanto, muitas vezes, ela se torna uma atividade solitária, pois, em muitos casos, os discentes ingressam em sala de aula sem o conhecimento prévio dos conteúdos formativos, tendo em vista que o "[...] emprego de técnicas, sem a devida reflexão, pode

reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática" (Martins, 2013, pp. 46).

Para o Participante D, é necessário antes do estágio de docência que os discentes realizem "[...] um curso teórico anterior a entrada em sala de aula com a orientadora". Daí então, as competências didáticas e pedagógicas poderão ser melhor desenvolvidas e apreendidas na disciplina Tirocínio/Estagio Docente.

Os respondentes afirmaram que a observação dos exemplos dos professores foram importante para desenvolverem competências pedagógicas para o ensino superior (24%), como menciona o Particpante J ao afirmar que "[...] não há preocupação de formação docente. Aprendemos vendo nossos professores fazendo". Esse dado revela que essa ação ainda é uma prática reproduzida na atualidade, muitas vezes como uma imitação sem reflexão da prática, outras vezes como uma reestruturação do modelo considerado como parâmetro (Pimenta & Lima, 2012). Restringir o exercício profissional a um fazer sem reflexão e desprovido de criatividade, contribui para o desconhecimento de saberes não revelados pela observação. Sobre esse aspecto, Ferenc & Mizukami (2005) asseveram que a aprendizagem por observação desconsidera as dificuldades da profissão, contribuindo para a não compreensão dos saberes e fazeres do exercício profissional. Frente a isso, Ferenc & Mizukami (2005) ainda reforçam que a observação das práticas anteriores dos antigos professores limita o fazer docente a uma prática irrefletida, sem conexão e que subestima as dificuldades da profissão, isto é, os procedimentos e estratégias que envolvem o processo de ensino-aprendizagem do aluno e da diversidade em sala de aula.

Como resultado, professores muitas vezes aprendem a ensinar de forma generalizada, sem contato com conteúdos pedagógicos específicos. Estudos de Fischer (2005) e Barretto (2011) enfatizam que a formação de professores não é incorporada aos currículos dos cursos de mestrado e doutorado em razão da pouca importância dada nas políticas públicas e, consequentemente, nos cursos *stricto sensu* do país, ocupando um lugar menor na estrutura do ensino superior brasileiro.

Os demais (21%) ressaltaram que em nenhum momento essas competências foram apreendidas durante o curso. Esse percentual mostra que, ao ingressar no ensino superior, os professores desenvolvem as atividades referentes à docência pela vocação e gosto pela profissão, ultrapassando os limites de sua formação (Ferenc&Mizukami, 2005).

Nesse contexto, os PPGCI têm a autonomia e conveniência na decisão sobre a abordagem formativa priorizada no processo educativo dos discentes de seus programas: formação docente que abrange todos os discentes ou restritiva aos alunos bolsistas da CAPES. Salienta-se que, quando ocorre algum indício relacionado à docência nos PPGCI, acontece de forma generalizada, explorando elementos de caráter essencialmente práticos da área, não deixando transparecer as especificidades da profissão que englobam elementos éticos, políticos, sociais e educacionais.

Em razão dos aspectos apontados, Pimenta & Anastasiou (2011) defendem a necessidade de uma formação que contemple os saberes do exercício da docência, como o ensinar e o apender, o planejamento, a organização dos conteúdos curriculares, a metodologia, as técnicas de ensino, o processo avaliativo e outros, como alguns dos objetivos dos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos.

Esses saberes podem potencializar a formação de mestres e doutores para o ingresso na docência universitária e, consequentemente, contribuir para a excelência no desempenho didático e pedagógico em sala de aula.

O fato de existir disciplina tirocínio/estágio docente como aquela que teria a prática docente implicada é contestada pelo participante H ao afirmar que " [...] nem mesmo o estágio docente contribuiu para a formação *do professor universitário"* e o Participante F, ressalta que não há "[...] nenhuma infra-estrutura de capacitação para tal. Entra lá e se vira para dar aula*"*. Ainda nesse viés, Participante L esclarece que alguns saberes sobre o fazer docente foram propiciados por iniciativa própria, especificamente no "[...] Percurso no GIZ (Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino) oferecido pela UFMG com conteúdos

que objetivaram ampliar as estratégias de mediação da aprendizagem e colaborar para a constituição de uma rede de compartilhamento de experiências educacionais".

A razão do aspecto apresentado pelo Participante L pode ter sido motivada pela ausência de disciplinas e/ou conteúdos nos PPGCI que abordem esses aspectos. A perspectiva apresentada parece ser vista como assunto de menor interesse para a área, ficando essa formação, relegada a disciplina de estágio docente e/ou a disciplinas cursadas na área da Educação, isto é, externa ao programa. A consequência maior para os futuros docentes que não tem a experiência, nem apreende os saberes docente é a incompreensão das particularidades que envolvem as atividades inerentes à prática do ensino na educação superior. A relevância de ter disciplinas obrigatórias com conteúdo que contemple atividades da prática docente para todos os cursos dos PPGCI e tornar suas especificidades compreensível tanto para os coordenadores e professores, quanto para os discentes é uma forma de contribuir para a formação dos pós-graduandos e oportunizar experiências na sala de aula nos cursos de graduação.

A oferta de disciplinas isoladas não fomenta o desenvolvimento integral necessário ao magistério superior (Morosini, 2000). Este exige a aquisição de um conjunto de competências que vai além do domínio do conteúdo específico, englobando saberes multidisciplinares, ético-morais e contextuais da educação. A análise demonstrou que a proficiência nos saberes fundamentais para a prática educativa no ensino superior, como teoria e prática da aprendizagem, metodologias de ensino, sistemas de avaliação e planejamento didático-curricular deriva, predominantemente, de iniciativas individuais por parte dos aspirantes à docência. A dinâmica histórica ancorada na crença de uma relação direta entre a qualidade dos egressos da pós-graduação *stricto sensu* e a excelência do ensino de graduação, tem um impacto significativo na formação de novos professores.

Dito isto, fez-se necessário compreender o papel da pós-graduação *stricto sensu* no processo formativo dos professores do magistério superior, buscando trazer contribuições ao enfrentamento dos desafios da formação nos PPGCI e, ao mesmo tempo, minimizando as visões generalizadas sobre os saberes necessários à docência no ensino superior, como demonstra a fala de Participante F a respeito da formação nesse âmbito: "Não há concentração em disciplina específica, mas todas ensinam, em maior ou menor grau, os procedimentos/roteiro de ensino. Muitas práticas (plano de aula, aula expositiva etc.) são instrumentais, outros, como didática, transmissão de conhecimento etc., vêm muito da experiência prática, então não sei se faria sentido ter disciplina específica [...]" À vista disso, é imprescindível refletir sobre os possíveis mecanismos de resistência à lógica de produtividade acadêmica imposta pela CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em prol da formação de professores e da valorização de suas atividades (ministrar aula, participar de bancas, organizar eventos científicos, orientar trabalhos acadêmicos, assumir cargos, representar a instituição, entre outras).

O modelo de avaliação da referida agência deveria incentivar maior integração entre o ensino e a pesquisa no âmbito acadêmico e não favorecer seu afastamento, como se fossem funções e/ou atividades desvinculadas. Descentralizar a avaliação da CAPES focada na produção intelectual e agregar as atividades inerentes à prática docente como ações pontuais dos programas de pós-graduação *stricto sensu* para a formação dos futuros professores das IES brasileiras é imprescindível para o atendimento das funções basilares desses programas. Em concordância com o parecer Sucupira (1965), é nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* que ocorre a formação dos professores do ensino superior, no entanto essa ação fica, exclusivamente, a critério dos programas quanto a sua relevância. Sobre esse aspecto, Côrrea e Ribeiro (2013, p. 321) entendem que há "[...] ausência de compreensão por parte de professores e de instituições sobre a necessidade de preparação específica para exercer a docência", pois ainda é consenso a ideia de que o conhecimento específico e aqueles adquiridos ao longo da carreira e as experiências profissionais

asseguram o desempenho qualificado do professor.

Na concepção de Martins (2013) é preciso ter um lugar de interseção entre a formação de docentes e pesquisadores nos PPGCI brasileiros, a fim de sanar os hiatos dessa formação no ensino superior. Por outra ótica, vê-se que os problemas referentes à formação de professores nos PPGCI também estão vinculados à forma como os cursos foram delineados e à distribuição de suas disciplinas na matriz curricular, isto é, de acordo com a proposta dos programas e a inclusão/exclusão de conteúdos específicos para a finalidade a qual o programa se propõe. Acerca disso, os participantes confirmam que os PPGCI:

"Não contempla formação didático-pedagogica. [...], o Mestrado do PPGCI contribuiu muito na ampliação da minha visão sobre a Biblioteconomia e Ciência da informação. Penso ser fundamental para o professor passar pelo mestrado e se apropriar dos fundamentos teóricos da área para estar em sala de aula, ainda que não tenhamos Didática, creio que a inclusão dessa disciplina enriqueceria muito a pós-graduação!" (Participante M).

"Contempla mais a formação técnica, acho que nem a pedagógica, nem a de pesquisador são contempladas" (Participante U).

"[...] a sua finalidade não é outra senão pesquisar a informação desde a sua origem até o processo de transformação em conhecimento, disseminação, uso, apreensão, coleta..." (Participante Z)

De outro modo, alguns consideram que os PPGCI formam tanto pesquisadores quanto docentes, as falas demonstram uma percepção superficial quanto aos aspectos inerentes à formação do professor do terceiro grau, conforme relatam Participante S e o Participante R, respectivamente, ao restringir essa formação à disciplina estágio docente e aos conteúdos relacionados às diversas disciplinas da matriz curricular:

"[...] A formação didático-pedagógica se desenvolve durante o estágio docente e a formação do pesquisador ocorre durante o desenvolvimento da pesquisa, por exemplo"

"[...] Apesar do foco não ser a formação pedagógica no sentido de área do conhecimento (Pedagogia), os conteúdos e métodos direcionam para a formação docente, ao mesmo tempo, a competência enquanto pesquisador está sendo formada na medida em que são elaborados trabalhos, artigos e o próprio trabalho de tese"

Os demais respondentes têm opiniões diversas, como Participante F ao afirmar que "Não é o papel desses cursos formar docentes e pesquisadores", demonstrando total desconhecimento sobre as recomendações da CAPES no que tange às finalidades dos cursos *stricto sensu*. O diferencial ocorre com aqueles que têm a oportunidade de ter professores que orientem a prática docente, estes, conseguem apreender os saberes relacionados à docência, como é o caso de Participante O: "[...] aprendi a ser professora no estágio docência, pois aprendi com meu orientador as questões didáticas". Na perspectiva do Participante D é preciso "ter outras disciplinas para a formação didática-pedagógica". Esse respondente reconhece a importância de conhecimentos didáticos e pedagógicos para a formação dos discentes dos PPGCI e a necessidade dessa formação ser privilegiada nos PPG stricto sensu do país.

Nesse sentido, é essencial incutir nos PPG *stricto sensu* um ensino que contemple a formação do docente universitário como uma oportunidade de munir os discentes de possibilidades formativas, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão (Pachane, 2005). A realidade ora apresentada pode ser minimizada com criação de políticas públicas que estabeleçam, efetivamente, orientações para a formação pedagógica do professor universitário nos PPG brasileiros, reforçando assim, a Lei 9394/96 que sustenta a habilitação para a docência universitária nos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos.

Considerações Parciais ou Finais

A investigação dos PPG brasileiros evidenciou uma carência de iniciativas institucionais sistemáticas para a formação pedagógica de

docentes do Ensino Superior e a ausência de diretrizes legais explícitas para o desenvolvimento profissional pedagógico desses profissionais. A principal implicação para futuros docentes sem experiência e sem a apreensão dos saberes pedagógicos é a dificuldade em compreender as especificidades do ensino superior. Nesse contexto, a implementação de disciplinas obrigatórias com conteúdo sobre a prática docente em todos os PPGCI, aliada à explicitação de suas particularidades para coordenadores, docentes e discentes, emerge como uma estratégia crucial para otimizar a formação de pós-graduandos e proporcionar experiências em sala de aula na graduação.

A análise dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação de diversas regiões brasileiras ofereceu um panorama sobre como esses cursos têm formado docentes para o ensino superior, com base em suas ementas e na percepção dos egressos. Embora a participação em disciplinas e atividades durante os cursos contribua para a apreensão de conteúdos e práticas, a aprendizagem dos saberes e fazeres necessários ao exercício docente transcende a carga horária média de 60 horas dessas disciplinas. Assim, a ~~simples~~ inserção de disciplinas não garante a qualificação de professores para a docência universitária no país, contudo, elas são relevantes para a aquisição dos saberes do magistério superior, uma vez que o exercício docente exige conhecimentos de múltiplos saberes e qualidades interpessoais. Uma das principais contestações ao exercício docente reside na ausência de reflexão sobre a própria prática e na reprodução acrítica de modelos e práticas dos professores. Essa reprodução limita e, muitas vezes, distancia a atividade docente do ideal defendido por Nóvoa (2007), que preconiza práticas inovadoras, aprendizado contínuo e formação continuada. Investir na profissão, para o autor, é um processo de aprimoramento que contribui para as mudanças no cenário educacional e para a melhoria da qualidade da profissão docente.

As reflexões desenvolvidas nesta investigação sublinham a responsabilidade compartilhada dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e dos órgãos coordenadores na promoção de uma formação docente equitativa, por meio da implementação de políticas institucionais específicas e direcionadas. É fundamental, adicionalmente, que os docentes dos PPGCI internalizem a significância do papel didático-pedagógico no processo formativo de futuros professores do ensino superior.

O estudo aqui apresentado ofereceu uma visão panorâmica da carência de abordagens de formação pedagógica nos PPGCI, enriquecendo o debate acadêmico sobre a formação docente na pós-graduação em Ciência da Informação. No entanto, reconhece-se a natureza multifacetada do processo de formação pedagógica e a limitação desta pesquisa em abranger todas as suas nuances. Observou-se que as discussões e os estudos sobre a disciplina/atividade docente nos programas de pós-graduação ainda são incipientes, evidenciando a dificuldade em encontrar literatura específica sobre o tema. As poucas pesquisas existentes abordam, de modo geral, o estágio como atividade prática em outros contextos. Na Ciência da Informação, o artigo de Varela, Barbosa e Anjos (2010) apresenta uma abordagem preliminar, enquanto este trabalho se baseou em documentos legislativos da CAPES e nas perspectivas teóricas de Pimenta e Lima (2012) e Pimenta e Anastasiou (2011).

A concretização de transformações significativas na formação docente está condicionada à formulação e adoção de políticas institucionais robustas, bem como à adesão engajada dos docentes atuantes nos PPGCI. Futuras pesquisas poderão aprofundar a investigação sobre a efetividade de diferentes modelos de formação pedagógica, a percepção dos discentes sobre esses componentes e as políticas institucionais necessárias para fomentar uma cultura de valorização da docência no ensino superior.

Referências

Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

Barreto, E. S. de S. (2011, jan./abr). Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional. RBPAE, 27, (1), 39-52.

Chaui, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, pp. 5-15. http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1999). Circular nº 028/99/PR/CAPES. Brasília, 1999.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2002). Portaria nº52 de 26 de dezembro de 2002. Brasília, 2002. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/Portaria_52_Regulamento_DS.pdf.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2010). Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010. Brasília.

Corrêa, G. T. & Ribeiro, V. M. B (2013). Formação pedagógica na pós-graduação stricto sensu em saúde coletiva. Ciênc. saúde coletiva [online].18, (6), 1647-1656. http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n6/16.pdf .

Corrêa, G. T. & Ribeiro, V. M. B. (2013, abr/jun). A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu. Educ. Pesqui., 39, (2), 319-334. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/58620/61687.

Cunha, M. I. da (2006). Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. Rev. Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 11 (32).

Cunha, M. I. da (2009). O lugar da formação do professor universitário: o espaço da pós-graduação em educação em questão. Rev. Diálogo Educ., 9 (26)6, 81-90.

Cunha, M. I. da (2014). Aprendizagem da docência em espaços institucionais: é possível fazer avançar o campo da formação de professores? Avaliação, Campinas (UNICAMP), v. 19 (3), 789-802.

Ferenc, A. V. F. & Mizukami, M. da G. N. (2005). Formação de Professores, Docência Universitária e o aprender a Ensinar. In: Formação Docente para o Ensino Superior. VII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores.

Fischer, T. (2005). Mestrado profissional como prática acadêmica. RBP G, 2, (4), 24-29. http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/74.

Fonseca, J. J. S (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC

Gatti, B. (2013). Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, (50), 51-67.

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Martins, M. M. M. de C. (2013). Estágio de docência na pós-graduação *stricto sensu*: uma perspectiva de formação pedagógica. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Masetto, M. T. (2003). Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus.

Masetto, M. T. (2004). Inovação na educação superior. Interface: Comunicação, Saúde e Educação, 8 (14), 197-202, http://www.scielo.br/pdf/icse/v8n14/v8n14a17.pdf.

Morosini, M. C. (2000). Docência universitária e os desafios da realidade educacional. In: Morosini, Marília Costa (Org.). Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. Brasília: INEP, 11-21.

Pachane, G. G. & Pereira, E. M. de A. (2004). A importância da formação didático-pedagógica e a construção de um novo perfil para docentes universitários. Revista Iberoamericana de Educación, Madrid, 3, (4). file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/674Giusti107.PDF.

Pimenta, S. G. (1997). Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. Nuances, 3.

Pimenta, S. G. & Anastasiou, L. das G. C. (2011). Docência no Ensino Superior. 5.ed. São Paulo: Cortez.

Pimenta, S. G. & Lima, M. S. L. (2012). Estágio e docência. 7. ed. São
Paulo: Cortez, 2012.

Soares, S. R. (2009). Pedagogia universitária: campo de prática, formação e pesquisa na contemporaneidade. IN: Nascimento, AD., Hetkowski, TM. (Org.). Educação e 200 contemporaneidade:pesquisas científicas e tecnológicas [online]. Salvador: EDUFBA, 400 pp.

Soares, S. R. & Cunha, M. I. da (2010). Contextualização do estudo. In: Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade [online]. Salvador: EDUFBA, 13-20.

Souza, C. B. dos S. de & Valentim, M. L. P. (2023). Estágio docência na formação docente em Ciência da Informação no Brasil: relato de experiência. Revista EDICIC, San José (Costa Rica), 3 (4), 1-14.

Sucupira, N. (1965). Definição dos cursosdePós-Graduação. Parecer nº 977/65. em:https://www.capes.gov.br/images/stories/download/.../Parecer_CESU_977_1965.doc.. Acesso em: 26 abr. 2017.

Tarapanoff, K. (1989, jul./dez). O profissional da informação em áreas de ciência e tecnologia no Brasil: características e tendências. Ciência da Informação,Brasília, 18, (2), 103-119.

Tardif, M. (2012). Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes.

Varela, A. V. & Barbosa, M. L . & Anjos, B. B. dos (2010). Aportes da Pós-Graduação à formação de docentes na área da Ciência da Informação: o Tirocínio Docente do PPGCI/UFBA em foco. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Inovação e Inclusão Social: Questões Contemporâneas da Informação. Rio de Janeiro. https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3852 .

Yin, R. K. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman

INOVAÇÃO DOS ESTUDOS INFORMACIONAIS BRASILEIROS: O PAPEL DO IBICT E DE SUA ESCOLA NA VANGUARDA DO ENSINO PARA ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM INFORMAÇÃO (2013-2025)

Ricardo Medeiros Pimenta, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 0000-0002-1612-4126, Brasil, *ricardopimenta@ibict.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6585

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

Durante os últimos três anos, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil, tem desenvolvido, entre seus projetos institucionais e demais atividades, uma atuação voltada ao ensino de aparente maior envergadura. A ação, sob o nome de Escola Nacional de Informação (Enacin), tem sido realizada pela Coordenação de Ensino em Informação para a Ciência e Tecnologia (Coepi) e, desde 2023, tem buscado identificar e concatenar diferentes iniciativas que detinham interlocução com o campo da educação, da formação e do ensino *grosso modo* de tudo aquilo tem se desenvolvido enquanto campo da Ciência da Informação em uma escala interdisciplinar cada vez mais ampla.

Promover um espaço de exercício crítico e de maior experimentação de práticas, ferramentas, conceitos e questões é uma condição cada vez mais urgente para poder-se acompanhar a impiedosa aceleração dos fenômenos infocomunicacionais mediados pelos artefatos, estéticas e performances da nossa cultura digital e algorítmica contemporânea. E dessa maneira o constante investimento nas práticas de interdisciplinaridade e dos métodos de ensino na CI são fundamentais.

Nesse sentido este texto parte da premissa de que a ausência do ensino como prática/política de um instituto ou qualquer outra organização pública ou privada voltada à pesquisa e ao desenvolvimento, acabaria por fortalecer suas características mais herméticas. E que, diferentemente desse cenário, é por meio do seu emprego que se torna viável a melhor disseminação do conhecimento bem como uma maior convergência de experiências e conceitos em uma episteme de conteúdo interdisciplinar e atualizado.

Nesse contexto, a proposta de reflexão crítica aqui em pauta tem como objeto de questionamento o evento de construção de um novo modelo de ensino agregador às diversas atuações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Onde tal ocorrência seja, de fato, algo que se coaduna à necessidade do Ibict passar a se tornar referência para responder questionamentos, e propor soluções não somente em termos de informação para a ciência e tecnologia, como para a sociedade como um todo.

Este trabalho avalia, portanto, a partir do pensamento crítico e do método do materialismo dialético, os contextos nos quais a empreitada do ensino não apenas se torna legitimadora da instituição que se debruça sobre a pesquisa científica, como parece ser igualmente a estratégia de inovação em face do que Michel J. Menou (1996) apontou ser, o ensino e a reformulação de currículos uma necessidade real ao passo que o contexto sociocultural no qual os profissionais da informação se inserem.

O Ibict, da década de 2013 a 2023 e, *stricto sensu*, dos últimos três anos parece ter caminhado justamente nessa direção.

Este recorte temporal se explica da seguinte maneira: o ano de 2013 é um marco. Após um concurso realizado no ano anterior, quatro vagas de pesquisador para o instituto,

destinadas à coordenação de ensino, na cidade do Rio de Janeiro, são preenchidas. Dentre elas, três ocupadas por pesquisadores de diferentes formações e sem vivência ou produção na área da CI. Já no tocante aos últimos três anos (2023, 2024 e 2025) a mesma coordenação de ensino, apoiada pela diretoria do Ibict, inicia um projeto de desenvolvimento e prototipagem de um modelo de escola de informação no âmbito da CI mas também pensando em tudo o que o instituto realizava em termos de serviços e produtos para o Estado, o governo e a sociedade. Esses dois marcos ressignificam nossa visão historicista sobre a lente do ensino e da formação de recursos humanos para a sociedade na última década.

Sendo assim, em termos gerais o objetivo visa identificar os atores e eventos que corroborem tal diagnóstico primário. Enquanto em termos específicos, trataremos de identificar os atores sociais/pesquisadores que construíram no âmbito do Ibict sua autoridade epistêmica no campo nos últimos anos e, juntamente com eles, as pautas que se tornaram mais tempestivas, levando o instituto a novas ações em termos de ensino e formação.

Referencial Teórico

Para Saracevic (1980), a fruição plena do potencial formativo da Ciência da Informação só se concretiza quando o escopo educacional se reveste de interdisciplinaridade explícita em seu cerne. É essa tessitura interdisciplinar que erige o verdadeiro alicerce da disciplina, na medida em que lhe incorpora, em um gesto integrador, tanto os vetores internos quanto as dinâmicas externas que identificam o campo da CI contemporânea e possibilitam novos e diversos desdobramentos dos processos de ensino e aprendizagem (Saracevic, 1980, p. 3) que podem e devem contribuir em medida ampla para a área.

É bem verdade que o "boom informacional" (Silva e Sampaio, 2017; França e Gomes, 2013) vivido nas últimas três décadas traz à CI uma demanda pública e orgânica de maior urgência ou mesmo de maior celeridade para responder às novas pautas sociotécnicas e tecnopolíticas que se apresentam e se reinventam velozmente na sociedade.

Abordar a interface entre ensino e informação torna-se imprescindível (Santos & Ribeiro, 2020). Sem ela, não entendemos como possível a construção e o compartilhamento de uma compreensão calcada no conhecimento científico sobre essa vertiginosa aceleração inerente à sociedade informacional, tampouco sobre as novas relações sociais, políticas e culturais que povoam os fenômenos informacionais atuais. Tal debate está muito presente quando Byung-Chul Han (2015) nos alerta sobre os impactos adversos de uma utopia produtivista, ou mesmo quanto os modos pelos quais os artefatos culturais e tecnológicos que permeiam nossa cultura informacional reconfiguram as experiências temporal e espacial dessa mesma comunidade (Han, 2018).

Ou seja, na adversidade ou na dificuldade de lidar com os avanços da sociedade da informação atual, a proposta ora apresentada no âmbito do Ibict concernente a um programa chamado de "Escola Nacional de Informação (Enacin)" parece representar materialmente um percurso histórico recente de desenvolvimento crítico de um grupo que talvez represente uma vanguarda de um campo. Que nos últimos anos parece ter se aproximando cada vez mais de balizas conceituais e teóricas das ciências humanas e sociais; deixando de ser exclusivamente uma área de inclinação às ciências sociais aplicadas e aos desenvolvimentos técnicos de recursos, produtos e serviços.

Poderíamos bem dizer que a heurística, muito familiar ao campo da CI onde estratégias e soluções se plasmam a partir do domínio da técnica e da vontade em solucionar demandas, passa a andar ombro a ombro com a hermenêutica: um estudo mais interpretativo e analítico dos conteúdos, significados daquilo que se quer ou se pode dizer a partir de registros informacionais e respectivos suportes diversos.

O que se quer afirmar aqui enquanto um ponto conceitual importante para o desenvolvimento do trabalho, é que as atividades de formação e de desenvolvimento crítico no âmbito das estratégias de ensino do Ibict deixaram de se tornar há décadas ações que visam suprir as

"engrenagens" de dessubjetivação (Carvalho, 2019) em que instituições de ensino públicas historicamente foram erigidas. Mas que pelo tensionamento da própria sociedade da informação e pela demanda em responder cientificamente, academicamente e criticamente aos fenômenos informacionais contemporâneos, atendendo ao projeto de Estado, mas sem subordinar-se por completo à tecnopolítica das *Big Techs*, pode ressignificar nas práticas de ensino e em suas temáticas ou questionamentos seu papel político e social na contemporaneidade.

O ano de 2013 foi marcado pelas jornadas de Junho, pela descoberta da existência de Edward Snowden e pela intensa e crescente percepção de que a esfera pública informacional foi sempre desde sua forja um campo de guerra de proporções ainda desconhecidas.

> Apresentar a lista de acontecimentos político-socio-econômicos no período 2013-2019 seria recompor uma década de enormes transformações na luta pelos direitos humanos e pela cidadania, em meio ao recuo dos avanços sociais no mundo e no Brasil. Entre a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e o assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, em 2018, a democracia mundial tem sido abalada por fatos cada vez mais relacionados de modo definitivo à dimensão informacional. A economia política da informação passara a ditar, muito antes, as relações sociais, das micro a macro formas de interação na urbes, colocando na década, de modo escancarado, a capacidade de controle dos sistemas judicial, legislativo e executivo dos mais diferentes países, sociedades, culturas, todos à mercê dos grandes conglomerados de comércio de 8 dados. (Bezerra, Schneider, Pimenta & Saldanha, 2019, p. 07).

Conforme colocado pouco acima, no tocante a articulação entre heurística e hermenêutica, a CI brasileira de fato parece ter ganho alguns novos e interessantes contornos, diferenciando "escolas" de pensamento e de práticas distintas ainda que sempre complementares. O que se afirma com segurança é que, desde o início da década de 2010 a agenda que se construiu buscou:

> (...) questionar a autoridade do modelo original da ciência da informação e de forçar seus limites para a incorporação de problemas, questões, objetos e abordagens distintos. Ao contrário de outras áreas das ciências humanas e sociais, na ciência da informação fundamentar a perspectiva crítica ainda é uma tarefa necessária. E, mais ainda, nos dias atuais, em que novos fenômenos informacionais estão a demandar respostas de compreensão e intervenção: o fenômeno da pós-verdade, o crescimento do autoritarismo com o nacional-populismo no mundo todo e particularmente no Brasil, o monopólio e a opressão dos motores de busca e redes sociais, o efeito bolha, o crescimento do negacionismo científico, entre outros. (Araújo, 2019, p. 244).

Entre 2015 e 2019, a Ciência da Informação experimentou uma notável ampliação de seu escopo temático, integrando áreas até então marginalizadas ou incipientes. Nesse período, a interdisciplinaridade passou a figurar como uma das frentes centrais de investigação, ao lado de métricas alternativas de avaliação científica (altmetrics) e do tratamento de grandes volumes de dados (*big data*), refletindo a necessidade de lidar com a complexidade e a massificação das informações (Song et al., 2020). Ao mesmo tempo, as redes sociais mantiveram-se como objeto de estudo, mas ganharam ênfase renovada ao serem analisadas sob a ótica de engajamento e de dinâmicas de rede, enquanto temas como "Twitter" (2018) e

"mídia" (2019) surgiram como marcadores da evolução do campo .

Embora esses tópicos toquem diretamente em questões de ordem social, eles se assentam sobre o emprego de ferramentas e metodologias quantitativas e computacionais, se aproximando tanto das Ciências Humanas quanto das disciplinas da engenharia da informação, da computação e da ciência de dados.

Essa confluência sinaliza que a Ciência da Informação não apenas se abre para reflexões críticas sobre o contexto sociocultural, mas também se estruturou com instrumentos tecnológicos avançados, criando um diálogo fecundo entre o rigor analítico e a sensibilidade humanística (SIMON, 2010).

Na esteira dessa afirmação surge nesta mesma década as Humanidades Digitais (HD) como elemento de exponencial interesse no Ibict e de maior envolvimento por pesquisadores oriundos da CI. Afinal, com o avanço contínuo das Tecnologias da Informação e Comunicação, turbinadas pela interconectividade global e pelos algoritmos que regem esse fluxo, os limites entre Ciência da Informação e Humanidades Digitais tornaram-se cada vez mais permeáveis.

A integração de técnicas como computação avançada, processamento de linguagem natural, aprendizado de máquina e outras ferramentas de inteligência artificial, bem como o advento da web semântica, tem transformado profundamente a sociedade da informação de forma inédita. Esses recursos não apenas geram vastos fluxos de dados e metadados — e, por extensão, informação e metainformação — mas também reformulam nossa cultura informacional ao se incorporarem ao cotidiano com intensidade crescente (González de Gómez, 2002).

Esse cenário nos impele a conceber novos modos de interação e de questionamento, nos quais pessoas, máquinas, sistemas e conjuntos de dados se entrelaçam em dinâmicas antes inimagináveis. O aspecto humanístico do problema que se forma ganha cada vez maior peso e, em nossa perspectiva, se tornou fundamental nos últimos anos uma maior articulação entre a CI no Brasil e as percepções humanísticas para além das fronteiras das ciências sociais aplicadas.

Afinal, com a incorporação de novas ferramentas – desde algoritmos de recomendação, até plataformas sociais, e formas de repositórios digitais avançados – não apenas amplia o repertório metodológico, mas também reconfigura os públicos que consomem e colaboram na produção dos saberes e de conhecimentos, introduzindo registros informacionais de características até então inéditas e tornando obsoletos modelos de comunicação e validação acadêmica anteriormente vigentes. Esse dinamismo de atores e problemas ilustra como a Ciência da Informação se reinventou nos últimos anos, passando de um foco restrito a bibliométricas e sistemas de classificação para um campo verdadeiramente emaranhado de perspectivas tecnológicas, humanas e discursivas.

No escopo do Ibict isso parece ter ficado mais claro do ponto de vista de sua respectiva produção a partir, principalmente, de 2013 com a entrada de um novo conjunto de pesquisadores. Cabe destacar que a mudança aqui identificada não é fruto unicamente da chegada desse ou daquele ator, mas sim da profícua coincidência em se haver uma renovação de alguns quadros juntamente com uma possível "virada" epistemológica e metodológica com a qual vivíamos a partir dos anos 2010.

A partir de 2013, quatro novos quadros de pesquisadores compuseram o corpo de pesquisa e ensino daquela instituição. Todos os quatro também integraram o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, naquele momento realizado em acordo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ. Foram eles:

Arthur Coelho Bezerra (1); Gustavo Silva Saldanha (2); Marco André Feldman Schneider (3); e Ricardo Medeiros Pimenta (4). Suas formações básicas, seguidas daquelas em *stricto sensu*, eram:

(1) bacharel em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF); obteve o mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); e concluiu o doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo também realizado pós-doutorado na mesma instituição.

(2) bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); possui especialização em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (FSBRJ); concluiu o mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e obteve o doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ).

(3) bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Produção Editorial pela Escola de Comunicação da UFRJ; mestre em Comunicação e Cultura pela mesma instituição (ECO-UFRJ); doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP); com estágio pós-doutoral em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ).

E (4) bacharel e licenciado em História pela Universidade Gama Filho (UGF); especialização em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); e doutorado em Memória Social pela mesma instituição (Unirio), com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris; realizou pós-doutorado no Programa Avançado em Cultura Contemporânea da UFRJ (PACC/UFRJ).

Acredita-se que, com exceção de um único pesquisador que era originalmente da Biblioteconomia com toda sua formação pós-graduada na CI, a formação *dehors* do campo da CI de três dos pesquisadores recém chegados ao Ibict pode ter contribuído para a interlocução inter e transdisciplinar.

Alguns temas já trabalhados no Ibict já se mostravam como evidência de um olhar diversificado para além do campo mais tradicional da CI. Exemplo disso foi a contínua produção na área do meio ambiente, da sustentabilidade e da informação ambiental que a pesquisadora Liz-Rejane Issberner já atuava.

Com efeito, o que se propõe aqui é a afirmação de que a CI que conhecemos hoje, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) pode ser compreendida em sua expressão como fruto de uma nova aproximação que se funda, em primeiro lugar, a partir da adoção de abordagens interpretativas e críticas que tradicionalmente pertenciam às Humanidades.

E que, em outra faceta, a elaboração de um projeto de "escola nacional" também é uma resposta institucional a esse cenário de transformação. Ao reconhecer que os processos de produção e validação do conhecimento e da Informação não são neutros, mas sim estão sempre inscritos em contextos políticos, sociais e culturais, a CI dos últimos vinte anos parece cada vez mais incorporar reflexões sobre sentido, valor e poder. Temas característicos de pesquisa já consagrados em áreas como Filosofia, Sociologia e Estudos Culturais.

Complementarmente, o que se têm testemunhado é uma crescente aproximação com o pensamento crítico onde não apenas as tecnologias, mas também os artefatos culturais e simbólicos que elas produzem passam a ser identificados como elementos produtores e validadores da informação. Práticas de visualização de dados, de mapeamento científico e de análise de redes sociais, por exemplo, são progressivamente empregadas para distinguir narrativas, identidades coletivas e dinâmicas de poder na "cultura informacional" que hoje é também representada por problemas e questionamentos da ordem da privacidade, da vigilância, das violências algorítmicas, do apagamento da memória, da desinformação, da integridade da informação, do facismo e da polarizações ideológicas e políticas, do

negacionismo científico, dos estudos de gênero, entre tantas outros temas.

Do ponto de vista dessa mudança gradativa ocorrida nos últimos anos, aqui proposta, faz-se evidente que a demanda por adaptação e desenvolvimento por parte de um instituto que sempre esteve na vanguarda dos estudos informacionais brasileiros, acabaria por adotar alguma "forma".

Na medida que os novos quadros do instituto buscaram se debruçar sobre os problemas informacionais munidos de suas ferramentas teórico-conceituais próprias de suas áreas de origem, a instituição também se viu demandante por desenvolver e testar novas metodologias, aplicações e conceitos — além de oferecer oficinas, atividades de extensão e iniciativas de divulgação científica — voltadas tanto a estudantes de graduação quanto de pós-graduação configura o cerne do que entendemos por "escola de pensamento público" (Fecher & Friesike, 2020) . Essas ações inovadoras sempre se mantiveram alinhadas aos fundamentos da ciência aberta — acesso irrestrito, compartilhamento transparente e cooperação colaborativa — garantindo que o processo de geração e disseminação do conhecimento fosse inclusivo e comprometido com a democratização do saber.

Uma abordagem pedagógica verdadeiramente integradora precisa cultivar espaços de diálogo onde especialistas de diferentes tradições acadêmicas — das ciências exatas às humanidades — possam construir colaborativamente saberes e desafiar conjuntamente as questões emergentes da sociedade contemporânea que há muito já não mais se encerram em um único campo disciplinar. O conhecimento tem como importante contribuinte as redes de atores heterogêneos que operam dinamicamente, tornando a Ciência da Informação um campo em constante mutação e desenvolvimento.

Talvez sem ter clara consciência disso, a renovação de quadros do Ibict no ano de 2013 possibilitou tais espaços: construtores e integradores de diálogo inter, multi e transdisciplinar.

E que antes de saber já estava a construir uma perspectiva de ensino diferente daquela que a precedeu nos anos anteriores. Uma escola de estudos informacionais, ligada originalmente ao campo grande da Ciência da Informação, da Library Information Studies (LIS), mas com novas "fundações" de ordem humanísticas e filosóficas capazes de sustentar a construção de novas plataformas de investigação, de pensamento e de formulação de hipóteses para (cor)responder às demandas, às novas violências e crises entre tantas outras inquietações da sociedade contemporânea.

Para Gilbert Simondon, a transindividuação é um fenômeno que ultrapassa a simples interação entre sujeitos. Não se trata de uma intersubjetividade pois estes "atores" não estão fechados, concluídos, e sim todos em processo contínuo de individuação. Em uma dinâmica em que o "eu" e o "nós" nascem simultaneamente de um fundo pré-individual comum (COMBES, 2013). A organização social ou a instituição, por exemplo, atua como instrumento de agrupamento, de ajuntamento desse fundo pré-individual, podendo contribuir em sua forma para configurações sociais que nos atravessam e moldam nossas existências. (SIMONDON, 1989).

Ainda assim tal espaço de transindividuação não apaga ou enfraquece os processos particulares de individuação vividos por cada um ali implicado. Ele age apenas de maneira aditiva.

Ou seja, soma, a partir da experiência que só pode ser possível a partir daquele espaço e tempo construído, ao que já está em construção íntima. Esta característica está presente na *praxis* das atividades de ensino realizadas no Ibict, em seu programa de Pós-graduação, nas oficinas e nos demais cursos realizados. Todos os processos de ensino-aprendizagem atualmente vividos no âmbito da atuação da coordenação de ensino e pesquisa do Ibict, na cidade do Rio de Janeiro, têm essa característica.

O público discente, de formações distintas e de campos técnicos, profissionais variados, vive uma imersão e contato contínuo com o corpo de pesquisadores e docentes do programa de pós-graduação. Em seus percursos individuais,

participam da vida não apenas de seus respectivos cursos, como também de agendas do próprio Ibict. Há projetos, serviços e atividades que extravasam a grade do programa de pós-graduação por serem do instituto como um todo. E como o instituto acaba por lidar com diferentes demandas como: informação científica, tecnológica, para o governo, para a sociedade, para a sustentabilidade, para tecnologias e sistemas de informação, o ensino e a pesquisa acaba por transversalizar-se em todas essas camadas.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa aqui conduzida, de ordem descritiva e exploratória, buscou trabalhar com uma análise de conteúdo que se dará a partir de realizada a abordagem quali-quanti de levantamento de dados referentes à atividades de ensino realizadas nos últimos anos no âmbito do Ibict.

A partir do material coletado, se buscou o emprego da análise crítica auxiliada da perspectiva do materialismo dialético sobre seu conteúdo de maneira que se tornasse possível compreender os "vetores" de força e os atores políticos envolvidos nas mudanças disciplinares, ou nos projetos de investigação científica e no desenvolvimento de novas formas de divulgação e de ensino da CI juntamente com novos objetos de pesquisa e novos temas; tendo como campo as ações do Ibict que nos últimos dois anos vem sendo englobadas pelo desenvolvimento da Enacin.

De início, o primeiro ponto foi o de identificar e compreender aquilo que distinguia alguns atores, lotados na coordenação de ensino e pesquisa do Ibict, dos demais originalmente egressos do campo da CI.

Na esteira dessas novas possibilidades para o campo de estudos da CI, atividades de pesquisa conduzidas pelos quadros recentes da pesquisa e ensino do Ibict parecem convergir razoavelmente para esse novo cenário aqui esboçado. Um breve levantamento a partir da base científica de dados do currículo *lattes*, é capaz de identificar temas característicos como os dispostos abaixo.

Estudos sobre pirataria, mercados ilícitos de bens culturais, vigilância, violência urbana, antropologia da cultura popular, segurança pública, sociologia da violência, trabalho precarizado, economia política do capitalismo digital, patrimônio cultural e teoria crítica são termos particularmente familiares ao pesquisador (1).[1]

Já Estética e cultura de massa, teoria do gosto, economia política da comunicação e indústria cultural, materialismo dialético, Marx, Trotsky, Engels, biopolítica, antropologias e periferias, são presentes na lista curricular de produção do pesquisador (3).[2]

Quanto ao pesquisador (4)[3], é possível perceber temas como história cultural, história do tempo presente, memória social, movimentos sociais, sociologia do trabalho, sindicalismo, memória do trabalho, ditadura militar, arquivos sindicais, trabalhadores, vigilância, filosofia da técnica, Vilém Flusser, Imagem técnica, visibilidades, cultura visual, cultura material, antropologia da memória e sociologia da memória.

Tais perfis são evidências das especialidades e interesses de pesquisa de cada um dos pesquisadores de 2013 e que, de alguma forma podem ser esses temas um conjunto de referências para compreendermos a partir de qual *background* a vanguarda de uma Ciência da Informação Humanística se torna tangível e, em consequência disso, a Enacin se torna projeto. Voltaremos a isso na subseção 3.2.

O Ibict em sua faceta técnica e aplicada

Em relação às atividades tocadas pelo Ibict em termos de capacitações e cursos de ordem mais técnica, foi realizado um mapeamento junto a cada coordenação-geral. Esta ação foi parte da pesquisa realizada para construção da Enacin, adotando um modelo de confluência das atividades de ensino, de ordem mais técnica e aplicada, que estavam pulverizadas entre outras coordenações em uma único modelo. Dentre as ações realizadas entre 2019 e 2024, identificaram-se os seguintes eventos protagonizados pelas coordenações do Ibict que se localizam em Brasília:

1) Workshop – IBICT e TRE-SP; 2) Workshop TJM MG e IBICT – Projeto de

pesquisa; 3) Workshop de repasse tecnológico e informacional sobre o RDC-Arq; 4) Ciência Aberta e Qualidade de Revistas Científicas; 5) Aprendendo OJS 3.3 – Editora IFTM; 6) Treinamento do software Koha para a Biblioteca da Universidade Federal do Amapá; 7) Aprendendo OMP 3.3 – Editora da Universidade Federal de Roraima (EDUFRR); 8) Workshop – Ministério da Cidadania; 9) Oasisbr e o Acesso Aberto no Brasil; 10) Workshop Portal IBICT no Gov.BR; 11) Treinamento do software Koha para o Arquivo Nacional; 12) Introdução ao PGD-BR: gestão eficiente de Dados Científicos; 13) Workshop interno – Regularização Fundiária; 14) Gestão e implementação de sistema de gerenciamento para Repositórios Digitais; 15) Workshop APERS; 16) Workshop Iphan/IBICT; 17) Oficinas Insumo: Spring Boot e jHipster; 18) Workshop - Apresentação do Sistema Visão; 19) Seminário de alinhamento sobre Preservação Digital; 20) Formação para gestores de repositórios de publicações científicas; 21) Treinamento do software DSpace para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; 22) Workshop "Projeto Pinakes: modernização dos serviços bibliográficos do IBICT e construção de infraestruturas informacionais e tecnológicas"; 23) Revistas científicas: acesso aberto, qualidade e disseminação; 24) Aprendendo OJS 3.3 – S Soberana, IEF e DEP/Segen; 25) Aprendendo OJS 3.3 – TRT, ESD e Depen; 26) Oficina Java com Maven ou Gradle; 27) Curso OJS 3 para Gerentes de Revista – 2019; 28) Workshop Archivematica; 29) Oficina Inova SUS; 30) Workshop MC / MAPA / IBICT / CONFEA-CREA / ANATER: Assistência Técnica Rural; 31) Workshop Archivematica – Parte 2; 32) Workshop: Portal Ciência para a Sustentabilidade; 33) Visualização de Dados: case Visão; 34) Minicurso sobre Preservação Digital; 35) Workshop IBICT – app Mais Primeira Infância; 36) Workshop Plataforma Ciência Cidadã; 37) Repositórios Digitais: Iniciativas do Ibict; 38) Curso OJS 3 para Gerentes de Revista – Hipátia: modelo de preservação digital para implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis; 39) Aprendendo OJS 3.3 – UFRJ e CLDF; 40) Aprendendo OJS 3.3 – ANPREV e IEA; 41) Uso da plataforma OPEN MONOGRAPH PRESS (OMP) para publicação de livros no VII ENEDIF; 42) Curso OJS 3 para Gerentes de Revista - UERJ, Escola do Serviço Penitenciário, Unisagrado, Inep; 43) Workshop Ministério da Saúde; 44) Portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto (Oasisbr); 45) Aprendendo OMP 3.3 - Editora do Colégio Pedro II; 46) Aprendendo OMP 3.3 – Editora IFTM; 47) OJS 3 – UFBA e OJS 3 – IGAM; 48) OJS 3 – TJDFT; 49) Diadorim: serviço do Ibict para as revistas científicas brasileiras; 50) Workshop – Apesp; 51) Oficina interna do Visão – novas funcionalidades; 52) Aprendendo OJS 3.3 – REPIS, IFPR, APESP.[4]

As respectivas atividades foram capitaneadas pelas coordenações e realizadas no contexto de suas respectivas agendas conforme o quadro 1 disponível no final deste documento (Costa e Pimenta, 2025a). Elas mostram bem que há um número relevante de ações de ensino ou de capacitação que precisam ser realizadas com base em um plano político pedagógico comum. Mais adiante trataremos disso.

O ibict e sua faceta teórico-crítica

Durante os últimos anos é possível fazer um breve levantamento dos projetos que estiveram sob apoio de editais de financiamento, ou reconhecidos como de excelência por meio de bolsas de pesquisa outorgadas aos seus respectivos pesquisadores aqui listados e que contribuem para essa amplitude temática e reflexiva sobre a informação.

Sob a coordenação de Arthur Bezerra:

1. Cultura, informação, falsificação e pirataria: práticas transgressoras de produção, circulação e consumo;
2. Determinantes das Mortes Violentas sem solução: Fluxo do trabalho de registro, perícia, apuração, denúncia e julgamento das mortes violentas na cidade do Rio de Janeiro;
3. Fluxos informacionais, cultura política e competência crítica em informação;

4. Competência crítica em informação para o novo regime de informação;
5. O novo regime de informação: diagnósticos para o exercício da cidadania no ambiente digital;
6. Competência crítica em informação para o novo regime de desinformação;
7. Inteligência artificial e qualidade de vida no ecossistema digital: a busca por autonomia no capitalismo de vigilância;
8. Inteligência Artificial e desinformação: dilemas éticos da era digital.

Sob a coordenação de Gustavo Saldanha:

1. Trilhar o trivium: a filosofia da Ciência da Informação na tradição filosófica da linguagem;
2. Epistemologia histórica do pensamento biblioteconômico-informacional: a trama da linguagem entre instituições, conceitos, artefatos e intersujeitos;
3. Ciência da Informação, filosofia da linguagem e filosofia da cultura: da epistemologia histórica informacional ao pensamento linguístico-simbólico nos estudos informacionais;
4. Outras margens de fundamentação epistemológico-histórica da Ciência da Informação: um estudo a partir da Revue de Bibliologie: schéma et schématisation;
5. Epistemologia histórica da Ciência da Informação e organização do conhecimento: dos fundamentos filosóficos da linguagem à teoria crítica da classificação;
6. Linguagens documentárias fluminenses para a inovação: organização do conhecimento para ciência, cultura e sociedade no Estado do Rio de Janeiro;
7. Organização dos saberes no domínio de povos e comunidades tradicionais do Brasil: linguagens, tecnologias, instituições informacionais e integração pragmática de dados;
8. Pesquisa Avançada em Ciência da Informação (PACINF): inovação em pesquisa e ensino em informação;
9. Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas das teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação;
10. Brasoc: Sistemas de Organização do Conhecimento do Brasil;
11. Editora Ibict, modelagem, formalização e visibilidade: Integração, inovação, redes e internacionalização da produção das publicações monográficas e seriadas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Sob a coordenação de Marco Schneider:

1. Ética e epistemologia em Comunicação hoje;
2. Ética, Política e Epistemologia: interfaces da informação;
3. Fluxos informacionais, cultura política e competência crítica em informação;
4. Literacia Midiática na Sociedade da Desinformação;
5. Referências Cruzadas: Ética, Política e Epistemologia na Ciência da Informação;
6. Competência em Informação na Sociedade da Desinformação;

Já sob a coordenação de Ricardo Pimenta:

1. Faces da redemocratização: os movimentos sociais e suas memórias precedentes e subsequentes à Lei da Anistia, de 1979, no Brasil;
2. Dimensões tecnopolíticas do esquecimento: usos e abusos da memória na era digital;
3. Estudos Históricos sobre Informação e Vigilância no Brasil: de Castelo a Snowden;
4. Tecnopolíticas da visibilidade informacional: o “ser”, o “ver” e o “saber” na hipermodernidade;
5. Projeto Panteão: Memórias Científicas da Ciência da Informação no Brasil;
6. Estudos Críticos em Humanidades Digitais: desafios à competência e à visibilidade informacional no campo científico das humanas;
7. Epistemologia e prática nas Humanidades Digitais: construção

laboratorial de metodologias e pensamento crítico no âmbito da Ciência da Informação;

8. O efeito Lablife das Humanidades Digitais: uma proposta metodológica para a Ciência da Informação;
9. As Humanidades Digitais à luz da Ciência da Informação: da teoria à metodologia como abordagem;
10. Vilém Flusser e a Ciência da Informação: aproximações (in)devidas;
11. Estudo para criação e desenvolvimento da Escola Nacional de Informação Enacin.

Os projetos aqui listados também trazem consigo mais informações de interesse para compreendermos o que apontamos ser aqui uma vanguarda em estudos informacionais no Ibict e que ainda se apresenta em franca expansão.

Se analisássemos,, ainda que superficialmente, o conjunto de projetos seguidos de seus respectivos resumos, poderíamos sugerir os seguintes clusters de grandes domínios temáticos:

No caso de Arthur Bezerra:

3) **Ética, Desinformação e Inteligência Artificial:** a) Inteligência Artificial e desinformação: dilemas éticos da era digital; b) Competência crítica em informação para o novo regime de desinformação; c) Combate à desinformação no Brasil e na América Latina.
3) **Vigilância Algorítmica e Qualidade de Vida Digital:** a) Inteligência artificial e qualidade de vida no ecossistema digital: a busca por autonomia no capitalismo de vigilância; b) O novo regime de informação: diagnósticos para o exercício da cidadania no ambiente digital.
3) **Direitos Difusos e Escuta Social:** a) Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital, Combate à Desinformação e Promoção aos Direitos Difusos.

Em Gustavo Saldanha:

4) **Publicações Científicas e Internacionalização:** a) Editora Ibict: modelagem, formalização e visibilidade(...); b) Brasoc: Sistemas de Organização do Conhecimento do Brasil.
4) **Epistemologia Histórica e Filosofia da Informação** a) Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação (...); b) Epistemologia histórica da Ciência da Informação e organização do conhecimento; c) Outras margens de fundamentação epistemológico-histórica (...); d) Epistemologia histórica do pensamento biblioteconômico-informacional (...); e) Trilhar o trivium: a filosofia da Ciência da Informação (...);
4) **Pesquisa Avançada e Inovação em Ensino:** a) Pesquisa Avançada em Ciência da Informação (PACINF) (...).
4) **Organização do Conhecimento em Contextos Tradicionais:** a) Organização dos saberes no domínio de povos e comunidades tradicionais(...); b) Linguagens documentárias fluminenses para a inovação (...).

Na perspectiva da atuação de Marco Schneider:

5) **Desinformação e Democracia:** a) Organização e curadoria da informação nos projetos de pesquisa sobre desinformação (Perfil-i); b) Combate à Desinformação no Brasil e na América Latina.
5) **Competência Crítica e Literacia Midiática:** a) Competência em Informação na Sociedade da Desinformação; b) Literacia Midiática na Sociedade da Desinformação.
5) **Ética, Política e Epistemologia:** a) Referências Cruzadas: Ética, Política e Epistemologia na Ciência da Informação; b) Ética e epistemologia em Comunicação hoje; c) Ética, Política e Epistemologia: interfaces da informação.
5) **Fluxos Informacionais e Cultura Política:** a) Fluxos informacionais,

cultura política e competência crítica em informação.

5) **Economia Política e Estudos Culturais: a)** Economia política da cultura digital nas periferias.

E em Ricardo Pimenta:

4) **Fenomenologia e Teoria da Informação:** a) Vilém Flusser e a Ciência da Informação: aproximações (in)devidas; b) As Humanidades Digitais à luz da Ciência da Informação: da teoria à metodologia.
4) **Memória, Vigilância e Movimentos Sociais:** a) Faces da redemocratização: movimentos sociais e memórias da Anistia de 1979; b) Estudos Históricos sobre Informação e Vigilância no Brasil: de Castelo a Snowden; c) Dimensões tecnopolíticas do esquecimento: usos e abusos da memória na era digital; d)Projeto Panteão: Memórias Científicas da Ciência da Informação no Brasil.
4) **Humanidades Digitais e Pesquisa-Ação: a)** Estudos Críticos em Humanidades Digitais: desafios à competência e à visibilidade informacional; b) Epistemologia e prática nas Humanidades Digitais: construção laboratorial de metodologias e pensamento crítico; c) O efeito Lablife das Humanidades Digitais: uma proposta metodológica.
4) **Inovação Pedagógica em Ciência da Informação:** a) Estudo para criação e desenvolvimento da Escola Nacional de Informação (ENACIN).

Ainda em perspectiva ao identificado, podemos também apresentar uma proposta de organização em grandes temas que fosse capaz de identificar e abarcar as pesquisas aqui enumeradas conforme abaixo:

8) "Ética, Desinformação e Inteligência Artificial";
8) "Vigilância Algorítmica, Capitalismo de Dados e Qualidade de Vida";
8) Literacia Midiática, Competência Crítica e Cidadania Digital;
8) Epistemologia Histórica, Filosofia da Informação e Teoria Crítica;
8) Organização do Conhecimento, Editorialização e Redes de Publicação;
8) Humanidades Digitais, Fenomenologia e Metodologias Laboratoriais;
8) Memória Social, Vigilância e Movimentos Históricos; e
8) Inovação Pedagógica e Modelos de Ensino em Ciência da Informação.

Com efeito, o cenário amplo de mudanças ocorridas nos últimos anos não se restringem à produção desses pesquisadores aqui destacados.

Há ainda outras iniciativas de pesquisa operadas por outros atores dessa que poderíamos chamar de "Escola do Rio", ligadas à sustentabilidade, à ciência cidadã, às redes sociais e à saúde, aos estudos de gênero e à filosofia.

Todas elas enriquecem em muito esse possível movimento de vanguarda. Mas para fins mais objetivos e didáticos nos atemos a esses aqui melhor exemplificados por serem marcantes no tocante ao recorte temporal no qual acreditamos ser o marco dessa vanguarda que teve origem no Rio de Janeiro, em sua coordenação de ensino e pesquisa.

Complementarmente ao exposto, vale registrar que um dos pontos importantes também levantados foi o rol de especialidades às quais os diversos pesquisadores, técnicos, bolsistas e docentes estavam vinculados.

Em uma pesquisa referente à construção de um diretório de especialistas, para o projeto de Escola Nacional de Informação (Enacin) foi possível coletar o panorama de especialidades a seguir:

Acessibilidade, Acesso Aberto, Agenda 2030, Antropoceno, Antropologia Digital, Análise de negócios, Aplicação do Poder dos Dados, Arquitetura da Informação, Arquitetura de Dados, Capitalismo de vigilância e infâncias, Ciência Aberta, Ciência da Comunicação, Ciência da Informação, Ciência de Dados, Ciências e Tecnologia, Combate à desinformação, Comunicação, Comunicação e

divulgação científica, Comunicação Social, Competência Crítica em Informação, Competência em informação, Conflitos de desinformação, Cultura Visual, Cultura Visual Digital, Dados abertos, Data Science, Data Visualization, Deleuze, Declaração de direitos das mulheres, Desinformação, Desinformação Digital, Desenvolvimento de modelos de comunicação da informação em ambientes digitais, Digital Preservation, Distopias informacionais, Direito Autorais, Direitos Autorais, Direitos das Mulheres, Educação, Educação de jovens e adultos, Educação midiática, Educação crítica para as mídias, Ensino, Encontrabilidade da Informação, Épistemologia da Ciência da Informação, Ecoinovação, Ecologias de dados complexas, Ecologias informacionais complexas, Ecologia Política, Engenharia Social, Ensino Freiriana, Ensino híbrido, Ensino remoto, Ensino transdisciplinar, Ensino fundamental, Ensino médio, Ensino superior, Ensino técnico, Ensino universitário, Ensino básico, Ensino digital, Ensino presencial, Ensino a distância, Ensino presencial-online, Ensino híbrido-digital, Ensino e saúde, Ensino e cidadania, Ensino e sustentabilidade, Ensino e tecnologia, Ensino e cultura, Ensino e sociedade, Ensino e infâncias, Ensino multimodal, Ensino inovador, Ensino crítico, Ensino participativo, Ensino colaborativo, Ensino dialógico, Ensino problematizador, Ensino prático, Ensino teórico, Ensino filosófico, Ensino interdisciplinar, Ensino transdisciplinar, Ensino pragmático, Ensino reflexivo, Ensino contextualizado, Ensino digital, Ensino tradicional, Ensino problematização, Ensino científico, Ensino mão na massa, Ensino mentoria, Ensino storytelling, Ensino blended, Feminismo, Fenomenologia, Filosofia da Informação, Filosofia da Técnica, Filosofia da Tecnologia, Formação de educadores, Gamificação, Geopolítica dos saberes, Governança de Dados, História Digital, História da Ciência da Informação, História das Ciências e da saúde, História da Informação, Infância, Informação e infâncias, Informação em saúde, Inovação, Inteligência Artificial, Integração de mídias, Interoperabilidade entre Sistemas de Informação Abertos, Interdisciplinaridade, Jornalismo, Leitura e produção de textos, Linked data, Linked Open Data, Marketing na Era Digital, Memória Social, Metaestabilidade, Metadados, Metodologias/Métodos Digitais, Metodologia Freiriana, Metodologia de Pesquisa, Métodos Formais, Métrica da Informação, Negacionismo científico/climático/ambiental, Neoextrativismo, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Organização do Conhecimento, Organizações de arquivo, Pedagogia Crítica, Pedagogia Crítica aplicada, Pedagogia Crítica da Informação, Pensamento decolonial, Pensamento Crítico e Métodos Digitais nas Humanidades Digitais, Performance humana, Política de Ciência e Tecnologia, Políticas de informação, Políticas Públicas, Plataforma Digitais, Poder dos Dados, Preservação Digital, Problematização, Projetos de pesquisa, Psicologia Cognitiva, Publicação Científica, Publicação acadêmica, Publicações, Redes de comunicação e informação, Repositórios Digitais, Repositórios Digitais Abertos, Repositórios de Dados Científicos, Regime de informação, Regime de Informação, Revistas Científicas, Saúde Digital, Santaella, Saracevic, Scientific Visualization, Sociedade da Informação, Sociologia Digital, Sociologia, Stiegler, Sustentabilidade, Teoria da História, Teoria da Imagem, Teoria da Memória, Teoria da Informação, Teoria Crítica, Teoria Crítica da Informação, Teoria Cultural da Ciência da Informação, Teorias da Comunicação, Tecnologias de Informação e Comunicação, Tecnologia Social, Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Transparência dos dados públicos, Uso do Celular, Usabilidade, Visibilidade Informacional.

A pesquisa foi respondida por quadros do Rio de Janeiro e de Brasília (Costa & Pimenta, 2025b). Nesse levantamento é possível identificar alguns termos que se adequam facilmente aos grandes temas esboçados a partir das pesquisas dos quatro pesquisadores que entraram no Ibict a partir de 2013. Contudo há ainda uma gama diversificada de temas que sugerem uma demanda inter e transdisciplinar que a CI mais tradicional ainda não responderia.

Ou seja, a necessidade de inovação na pesquisa precisa ser acompanhada pela inovação no seu ensino, em sua transmissão para o aprimoramento de novos recursos humanos e

de continuidade da produção do conhecimento.

Resultados Parciais ou Finais

Os resultados são parciais. Até o momento pudemos levantar de forma exploratória e identificar de forma descritiva as iniciativas de ensino realizadas no Ibict nos últimos cinco anos, a partir de 2019. Também foi possível acompanhar uma trajetória de desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa no âmbito da Coepi/Ibict. Este levantamento foi fundamental não somente para identificarmos os especialistas e as temáticas em voga. Mas para se construir um olhar estratégico de desenvolvimento institucional voltado à área.

Atualmente está em processo o levantamento de material documental que trata do *syllabus* das disciplinas que ocorrem no âmbito da pós-graduação em CI do Ibict.

Juntamente com as demais atividades da agenda de desenvolvimento tecnológico e cientifico do instituto, ocorridas nos últimos anos, pudemos iniciar – conforme exposto nesse artigo – uma tabulação para compreendermos tendências e temáticas que apontam para o processo orgânico de atualização e inovação daquele instituto em termos de ensino e formação para atender as demandas da sociedade em termos de informação. Essa tabulação ainda continua, pois conforme as ações do Ibict caminham, realizamos uma atualização da mesma.

Com tudo isso, não abordamos ainda um aspecto que trata diretamente da tangibilidade de tais projetos de futuro para a CI. Do ponto de vista do materialismo dialético é possível afirmar que o fazer ciência no Brasil é repleto de contradições e transformações inerentes ao mundo material que lhe possibilita acontecer.

A entrada de quatro pesquisadores em 2013 poderia e até deveria ser um dado ordinário para qualquer instituto. Contudo, ao considerarmos a realidade da ciência brasileira e dos investimentos públicos naquele período, o concurso público realizado em 2012 foi visto pela comunidade científica como um grande marco. Outras unidades de pesquisa realizaram seus respectivos processos seletivos na época e somente após 12 anos um novo concurso foi realizado, abrindo mais quatro vagas para o corpo de pesquisadores do Ibict. Tais números precisam ser apresentados tendo como perspectiva a ainda solapante realidade de um déficit relevante de quadros que por aposentadoria ou morte desfalcam as unidades de pesquisa brasileiras ligadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Juntamente com o aspecto político aqui posto, já se tornou possível identificar algumas realizações do ponto de vista infraestrutural que compõem o corpo deste programa transversal de escola e que, sem elas, somente estaríamos a fazer um trabalho teórico de uma escola em termos ideais.

Além do seu respectivo portal que se encontra já online em <http://enacin.ibict.br>, há o desenvolvimento de instrumentos capazes de dar sustentação à sua plataforma de ensino. Sem estes recursos tecnológicos, que carecem de recursos financeiros para serem desenvolvidos, nada se torna concreto. Algumas das realizações tratam, por exemplo, da instalação de uma ferramenta chamada de Mini IO — um serviço que permite o armazenamento de objetos digitais de forma “transparente”, otimizando de maneira distribuída o armazenamento — e outra intitulada *Peertube* — ferramenta de *streaming* de vídeos (similar à plataforma proprietária *YouTube*) e que pode agir sem a dependência de nuvem ou servidores privados. Com ela criou-se a videoteca da Enacin, disponível em <https://videoteca.ibict.br/>, e a partir dela buscar-se-á transferir todos os vídeos de aulas e seminários armazenados no You Tube para essa nova plataforma totalmente do Ibict. Faz-se presente já um sistema de gestão acadêmica <https://odorico.ibict.br/> de código aberto único na coordenação de ensino do instituto e igualmente construiu-se uma plataforma de ensino à distância para uso.

Com efeito, no escopo da Enacin as atividades de ensino, quaisquer que sejam, estarão todas em sua estrutura que, por sua vez, passa a ser gerida pela Coepi, a única coordenação de ensino e pesquisa do Instituto cuja missão é a

de planejar, formar, capacitar e promover a fixação de recursos humanos.

Conforme em seu portal, as atividades de todo o Ibict passam a se dividir entre: a) Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação; b) Pós-doutorado; c) Mestrado Profissional; d) Especialização lato sensu; e) Programa de Extensão; f) Divulgação e Popularização do Conhecimento; d) Cursos Livres; h) Métodos Digitais, Humanidades Digitais, Ensino e Pesquisa em Estudos da Informação.

Para o que foi levantado de atividades do grupo de Brasília, muitas passam a se inserir no contexto de cursos livres – que abarcam capacitações e treinamentos entre outras possibilidades – e métodos digitais. Outras ligadas à popularização da ciência serão realizadas no contexto da extensão e das atividades próprias de divulgação científica junto com a parceria do Canal Ciência, entidade do Ibict em Brasília dedicada à popularização do conhecimento científico. Demais atividades que já possuem contornos mais próprios da academia se distribuirão entre as ações *lato sensu*, *stricto sensu* e estágios pós-doutorais.

Considerações Parciais ou Finais

As evidências materiais apresentadas nos resultados, juntamente com o levantamento das práticas de ensino recentes, iluminam como se configura o complexo cenário informacional em que estamos imersos. Nesse contexto, iniciativas coletivas e institucionais — concebidas como por meio de um programa que busca formar-se como um verdadeiro "dispositivo Escola" — podem emergir como espaços capazes de gerar novas formas de transindividuação, ao mesmo tempo em que estimulam abordagens multi e transdisciplinares que ultrapassam a interdisciplinaridade tradicional da CI.

O constante leque de mudanças pelas quais todos passamos em escala global não podem ser compreendidos tampouco repassados às novas gerações em tempo hábil — e que fatalmente se mostra cada vez mais acelerado — se não incorporarmos a inovação nas práticas docentes e nas estratégias e políticas pedagógicas. A vanguarda, sempre característica do Ibict desde sua criação na década de 50 do século passado, é ainda presente nas práticas, nas pesquisas e na docência.

Este artigo buscou identificar, exemplificar e refletir de forma crítica sobre alguns dados e informações que nos ajudam a compreender as trajetórias de uma geração de pesquisadores que marcam essa vanguarda e que não por acaso passam a ser reconhecidos informalmente em evento do *International Center of Information Ethics* (ICIE) ocorrido no Ibict, na cidade do Rio de Janeiro, como precursores da "Escola do Rio". A carta aberta aponta que:

> Com o desenvolvimento e crescente penetração social das tecnologias digitais de informação e comunicação ao redor do mundo nas últimas décadas, as pesquisas em ética da informação têm dado especial atenção aos efeitos, promessas e riscos que esse novo ecossistema informacional tem promovido em todas as esferas da vida em sociedade: nas relações interpessoais, na educação, na produção e divulgação científica, na política, na economia, no trabalho, na saúde, na cultura, no entretenimento, nas imbricações entre todas essas esferas. Na virada do último século para o atual, as perspectivas pareciam favoráveis para os que acreditavam ingressar em uma "sociedade da informação", que prometia um mundo mais próspero, inclusivo, democrático e pluralista. No mesmo período, diversas declarações internacionais foram redigidas e assinadas por atores comprometidos com a inclusão digital, tendo por corolário o respeito à diversidade cultural e a promoção dos direitos e qualidade de vida das minorias. Entretanto, tais metas com frequência revelaram-se wishfull thinking, talvez por seus proponentes não terem argumentado ou atuado numa perspectiva para além do mercado. Ora, o mercado não é necessariamente contrário nem favorável à promoção da inclusão

> digital, da diversidade cultural, dos direitos e qualidade de vida das minorias, desde que rendam dividendos financeiros mais rapidamente e num volume superior a investimentos concorrentes. Essa é sua regra de ouro. Afinal, o mercado não é propriamente imoral, e sim amoral. Contudo, quanto mais desregulado ele se torna, mais essa amoralidade tende a converter-se em imoralidade, na medida em que a busca desenfreada por lucros maiores e mais rápidos agudiza as desigualdades e contradições estruturais que o capitalismo carrega desde suas origens mercantilistas e coloniais, marcadamente escravocratas. Nos dias atuais, esse movimento se cristaliza no que foi chamado pela Unesco de desinfodemia – a propagação em massa de desinformação (International Center for Information Ethics, 2022).

O compromisso exposto defende de a construção participativa de normas que regulem a convergência digital, revelando os alicerces que viabilizam a circulação massiva de desinformação; ao mesmo tempo, propõe-se o aperfeiçoamento de técnicas que inibam a monetização da manipulação informativa por meio de publicidade programática e exploração da atenção. É também essencial fomentar investigações em ética informacional — tanto no âmbito intra quanto intercultural — para compreender como narrativas anti-científicas conquistam adesão popular e, com isso, fortalecer o debate democrático e o exercício pleno da cidadania. Adicionalmente, recomenda-se lançar mão de iniciativas editoriais específicas para difundir conhecimento científico sobre o tema, impulsionar avanços teóricos e práticos em Humanidades Digitais, educomunicação, literacia midiática e competência em informação, com ênfase em programas de grande alcance voltados às novas gerações. Para materializar essa agenda, sugere-se articular uma rede de pesquisadores e ativistas de todo o Leste Latino-Americano e Caribe em torno dos princípios desta Carta, integrando-a de forma orgânica a outros grupos regionais e aos capítulos do ICIE no Sul Global. Por fim, almeja-se consolidar o ICIE, especialmente seu pólo “Escola do Rio” na Coepi/Ibict, como referência global em pesquisa, ensino e ação contra a desinformação, sempre pautado pela eficácia de suas iniciativas.

A Escola do Rio se tornou o germe da Enacin. E o Ibict continua na esteira da vanguarda da CI no Brasil, na América Latina e Caribe desde sua origem.

Referências

Araújo, C. A, A, de. Posfácio In.: Bezerra, A. C., Schneider, M. A. F., Pimenta, R., & Saldanha, G. (Eds.). (2019). *iKritika: Estudos críticos em informação*. Garamond.

Bezerra, A. C., Schneider, M. A. F., Pimenta, R., & Saldanha, G. (Eds.). (2019). *iKritika: Estudos críticos em informação*. Garamond.

Carvalho, J. M. (2019). A escola pública como máquina de guerra. *Série-Estudos*, *24*(50), 103–120. https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v24i50.1196

Combes, M. (2013). *Gilbert Simondon and the philosophy of the transindividual*. Cambridge, MA: The MIT Press.

Costa, C. M., & Pimenta, R. M. (2025a). *Planilha de respostas sobre atividades de ensino no Ibict* [data spreadsheet]. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.16051115

Costa, C. M., & Pimenta, R. M. (2025b). *Planilha de registro de especialistas no Ibict para adesão à Enacin* [Escola Nacional de Informação] [Data set]. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.16219660

Menou, M. J. (1996). Cultura, informação e educação de profissionais de informação nos países em desenvolvimento. *Ciência da Informação*, *25*(3). https://doi.org/10.18225/ci.inf.v25i3.626.

Fecher, B., & Friesike, S. (2014). *Open science: One term, five schools of thought*. Springer International Publishing. https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/28008/1/2014_Book_OpeningScience.pdf.

França, H. E. C., & Gomes, A. N. da S. (2013). Nas fronteiras do BIT: Como a (Não) clareza de conceitos e terminologias digitais podem afetar a autenticidade da informação registrada. *Globalização, ciência, informação.*

Atas: VI Encontro Ibérico EDICIC 2013, 2013, ISBN 978-972-36-1339-1, págs. 1089-1104, 1089–1104. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7794181

Gónzalez de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, 31 (1). https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004.

Han, B. (2018). No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes.

Han, B. (2015). Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes.

International Center for Information Ethics. (2022). *Letter of Rio*. Disponível em: https://icie.ibict.br/letter/letter-of-rio/.

Pinheiro, L. V. R. (2009). Configurações disciplinares e interdisciplinares da Ciência da Informação no ensino e pesquisa no Brasil. In: ENCONTRO DE LA ASSOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIONES EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE, 4., 2009, Coimbra. Anais [...]. Coimbra: EDIBCIC, p. 99-111. http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/43/1/PINHEIROEDIBCIC.pdf.

Saracevic, T. (1978). Educação em ciência da informação na década de 1980. Ciência da informação, Brasília, v. 7, n. 1, 1978. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/120. Acesso em 20 set 2024.

Silva, E. B. F. da, & Sampaio, D. A. (2017). O BOOM INFORMACIONAL: a tecnologia e a gênese da ciência da informação. *BiblioCanto*, *3*(2), 3–16. https://doi.org/10.21680/2447-7842.2017v3n2ID12349.

Simon, J. (2010). *Knowing together: A social epistemology for socio-technical epistemic systems* [Tese de doutorado]. University of Vienna. http://othes.univie.ac.at/10285/1/2010-04-19_0547816.pdf.

Simondon, G. (1989). *L'individuation psychique et collective*. Paris, France: Aubier.

Song, Y., Wei, K., Yang, S., Shu, F., & Qiu, J. (2020). Analysis on the research progress of library and information science since the new century. *Library Hi Tech, 41*(4), 1145–1157. 2020. https://doi.org/10.1108/LHT-06-2020-0126 Bohriumouci.dntb.gov.ua.

Quadro 1 - Ementas de cursos realizados entre 2019 e 2024 no Ibict

Coordenações	Ementas de cursos realizados entre 2019 a 2024
CGTI	- Java com Maven ou Gradle (Orientação a objeto, Sockets, JDBC): Java 7; Básico de Programação em Java; Orientação a objeto; Sockets; JDBC - Desenvolvendo aplicações web com Spring Boot e jHipster - Fechamento do projeto InovaSUS - Apresentação de novas funcionalidades do Sistema Visão - Explanações técnicas sobre os principais itens de uso e funcionamento do Archivematica - Alinhamento de conhecimentos entre os membros da equipe do projeto Regularização Fundiária - Levantamento de requisitos informacionais para desenvolvimento de portais - Levantamento de requisitos informacionais para desenvolvimento da plataforma Civis - Levantamento de requisitos informacionais para migração do site do Ibict para o gov.br - Alinhamento e validação de atividades para projeto Hipátia - Identificação e levantamento de necessidades informacionais do Iphan - Identificação e levantamento de necessidades informacionais do Ministério da Saúde - Identificação e levantamento de necessidades informacionais para desenvolvimento do aplicativo Mais Primeira Infância - Identificação e levantamento de necessidades informacionais para desenvolvimento da plataforma de assistência técnica rural - Oficina – Semana do Bibliotecário (CRB-MA) - Levantamento das necessidades informacionais do TRE-SP para posterior plano de trabalho - Contextualização sobre as mudanças no Visão; disponibilizar login; gerenciar grupos; criar indicadores e camadas; criar visão primária e secundária; esclarecimento de dúvidas.

CODIC (Tratamento, Análise e Disseminação da Informação Científica)	- Traçar histórico do movimento de Acesso Aberto no Brasil, produtos do Ibict e vantagens de aderir ao Oasisbr - Compreender avaliação de revistas científicas em Acesso Aberto e como serviços do Ibict podem aprimorar qualidade e disseminação - "O Portal Oasisbr": funcionalidades e importância para intercâmbio e divulgação científica
COTIC	- Repasse das atividades dos pesquisadores do Ibict na implementação do RDC-Arq via Modelo Hipátia de Preservação Digital - Apresentação de conceitos teórico-práticos para implementação do RDC-Arq por meio do Modelo Hipátia - Oficina sobre o Modelo Hipátia: fundamentos teóricos, práticos e diálogo aprofundado - Oficina PGD-BR: histórico, funcionalidades, registro de projetos e relevância no cenário científico atual
COTEC	- Uso da ferramenta OJS (versões 3 e 3.3) - Uso da ferramenta OMP versão 3.3 - Uso da ferramenta Koha

Fonte: (Costa & Pimenta, 2025a).[5]

[1] Disponível em: http://lattes.cnpq.br/1359214991662158. Acesso em 19 jul. 2025.

[2] Disponível em: http://lattes.cnpq.br/6589062304969432. Acesso em 19 jul. 2025.

[3] Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0416440515458304. Acesso em 19 jul. de 2025.

[4] O conjunto de indagações que compõem a ação de levantamento dos cursos e demais informações sobre aquelas atividades pode ser acessado em Camila Mattos da Costa e Ricardo M. Pimenta (2025), disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.16050192. Acesso em 17 de maio de 2025.

[5] Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.16051115. Acesso em 17 de maio de 2025.

DESARROLLO DE UN TÍTULO DE GRADO EN GESTIÓN DE INFORMACIÓN Y CONTENIDOS DIGITALES: REFERENTES Y METODOLOGÍA DE TRABAJO

Jesús Tramullas Saz, ORCID 0000-0002-5374-9993, Universidad de Zaragoza, España, tramullas@unizar.es

Ana I. Sánchez Casabón, ORCID 0000-0002-0908-1615, Universidad de Zaragoza, España, asanchez@unizar.es

M.ª Carmen Agustín Lacruz, ORCID 0000-0003-2577-1998, Universidad de Zaragoza, España, cagustin@unizar.es

Luis M. Blanco Domingo, ORCID 0000-0002-7492-4711, Universidad de Zaragoza, España, lmblanco@unizar.es

Gema Bueno de la Fuente, ORCID 0000-0001-5400-1488, Universidad de Zaragoza, España, gbueno@unizar.es

Antonio P. Ubieto Artur, ORCID 0000-0002-8772-8525, Universidad de Zaragoza, España, ubieto@unizar.es

María Jesús Martínez Pestaña, ORCID 0000-0003-1385-6177, Universidad de Zaragoza, España, mjpestana@unizar.es

Brenda Sisó Calvo, ORCID 0000-0002-1376-4072, Universidad de Zaragoza, España, bsiso@unizar.es

Dunia Llanes Padrón, ORCID 0000-0001-8639-4706, Universidad de Zaragoza, España, dllanes@unizar.es

Isabel Puente Cadena, ORCID 0009-0001-9252-0577, Universidad de Zaragoza, España, ipuente@unizar.es

David Mercadal Cuesta, ORCID 0000-0002-8228-9869, Universidad de Zaragoza, España, dmercadal@unizar.es

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6586

Eje: Tendencias en la Formación y Educación en Ciencias de la Información

Introducción

El diseño y desarrollo del plan de estudios de una titulación universitaria es una tarea larga y compleja, que demanda la atención simultánea e integrada a tres ámbitos. Éstos son los correspondientes a las necesidades del entorno social, económico y cultural en el que van a desempeñar su actividad los futuros egresados; a las características y particularidades del ámbito de actividad profesional; y al estado del conocimiento científico en el área objeto de enseñanza.

A ello cabe añadir la obligación de desarrollar correctamente todos los procesos administrativos establecidos por el marco normativo vigente en cada momento, que se articulan, en el contexto del estado español, en tres niveles, correspondientes al nivel de la institución universitaria, al de la de la comunidad autónoma, y, por último, a nivel estatal.

En este contexto de actividad se han enmarcado los diferentes trabajos que han llevado a la formulación, aprobación y puesta en marcha del Grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales, que se ha implantado en la Universidad de Zaragoza en septiembre de 2025[1]. El nuevo título de grado viene a sustituir al Grado en Información y Documentación, fruto, a su vez, de un trabajo con un enfoque similar, (Orera et alii, 2008), que había sido diseñado atendiendo al nuevo marco que en aquellos momentos se había establecido por Declaración de Bolonia de 1999.

El Grado en Información y Documentación comenzó a dar síntomas de agotamiento a finales de la década de 2010. La acelerada evolución de la sociedad de la información obligó a una reflexión sobre la adecuación del modelo a las realidades social, laboral y científica. Fruto de ello, las universidades

Carlos III de Madrid, Murcia, A Coruña y Barcelona planificaron nuevos grados enfocados e inmersos en el entorno digital, potenciando competencias y enfoques que se pretenden más ajustados a contexto dinámicos y cambiantes. El denominador común en estas nuevas propuestas ha sido la gestión de información en el entorno digital, con algunas diferencias de enfoque, que responden a los diferentes entornos académicos en los que han sido ideados.

Esta situación de agotamiento también se produjo en el Grado en Información y Documentación que se ha venido impartiendo en la Universidad de Zaragoza. Este plan fue diseñado siguiendo el planteamiento y las premisas del *Libro Blanco del Título de Grado en Información y Documentación* (ANECA, 2004). El descenso de matrícula y de interés entre el estudiantado de nuevo ingreso contrastaba con la elevada empleabilidad de los egresados. En este contexto, las autoridades académicas de la Universidad de Zaragoza plantearon la necesidad de actualizar la titulación, necesidad también advertida, y con la cual coincidía, el claustro de profesorado.

Este texto presenta y detalla el planteamiento y proceso de desarrollo de los diferentes trabajos y actividades llevados a cabo en un entorno colaborativo, que se han seguido para el diseño e implementación del nuevo Grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales, a impartir en la Universidad de Zaragoza. Presenta, además, el marco competencial que se ha generado, y detalla la estructura en materias que sirve de arquitectura de base para el despliegue del contenido del nuevo grado.

Objetivos

El objetivo principal del trabajo que se ha desarrollado entre 2022 y 2024 ha sido el diseño, desarrollo e implantación del plan de estudios del nuevo Grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales, para su impartición en la Universidad de Zaragoza.

Este objetivo principal ha sido dividido, a su vez, en dos objetivos parciales, que responden a dos vertientes diferentes, pero que se manifiestan indisolublemente unidas:

- Objetivo científico: diseñar un plan de estudios acorde al estado actual del conocimiento en el ámbito científico y académico, con voluntad de perduración a medio plazo, y que responda a una arquitectura que haga posible futuras actualizaciones y modernizaciones de una forma ágil.
- Objetivo administrativo: cumplir con las normativas legales y administrativas de aplicación, y sus requerimientos, para obtener la aprobación de la propuesta de nuevo grado en todos los niveles de decisión pertinentes, y su implantación en el marco de la Universidad de Zaragoza.

La consecución de los objetivos señalados se ha reflejado en la verificación, aprobación y puesta en marcha del citado título de grado.

Referencial teórico

El marco teórico disciplinar adoptado como referencia general ha sido el establecido en el documento *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes*, publicado en 2022 (Chu et alii, 2022). Este documento propone ocho áreas de conocimientos fundamentales, que han sido aplicadas en el diseño y estructura del nuevo título. La preocupación de la IFLA en esta cuestión se remonta a más de una década, ya que este documento sustituye a las Directrices de la IFLA del 2012 para los Programas de Formación Profesional en Bibliotecología y Ciencias de la Información.

Este documento ha sido complementado atendiendo a las propuestas estratégicas contenidas en el *Libro blanco para el diseño de títulos universitarios en el marco de la economía digital* (2015).

Tomando como punto de partida ambos documentos, se ha establecido un marco de referencia en el que se han incardinado los procesos de ideación y desarrollo del plan de estudios.

El marco normativo en el que se ha incardinado el proceso de diseño e implementación del grado es el que ha sido fijado por el Real

Decreto 822/2021, de 28 de septiembre, por el que se establece la organización de las enseñanzas universitarias y del procedimiento de aseguramiento de su calidad (BOE Núm. 233, de miércoles 29 de septiembre de 2021). En la Universidad de Zaragoza, este decreto se ha reflejado en el Acuerdo de 14 de diciembre de 2022, del Consejo de Gobierno de la Universidad de Zaragoza por el que se aprueban las Directrices generales para la elaboración de los planes de estudio de las enseñanzas universitarias oficiales de Grado adaptados al Real Decreto 822/2021.

Metodología

Para el desarrollo del proceso se han aplicado dos tipos de métodos:

- Método de trabajo: el trabajo se ha llevado a cabo mediante la organización de un grupo de trabajo en el que se ha aplicado el principio de colaboración. En el mismo ha participado todo el profesorado que ha manifestado interés. La toma de decisiones se ha llevado a cabo de manera consensuada, o por votación si ha sido necesario. El trabajo colaborativo se ha llevado a cabo en el marco que han establecido tres proyectos de innovación docente desarrollados en la Universidad de Zaragoza.
- Métodos de investigación, inspección y análisis: La toma de datos y el análisis de los mismos se ha vertebrado en tres ejes principales:
  - Análisis de contenido de los documentos de referencia sobre el desarrollo y prospectiva de las profesiones de la información y la documentación, elaborados por asociaciones profesionales o científicas.
  - Revisión sistemática del estado y de los frentes de la investigación en el ámbito de conocimiento.
  - Análisis de estructura y contenido de los planes de estudio que presentan títulos y orientaciones similares ya implantados en las universidades del espado español.

Los siguientes apartados desarrollan varias de las cuestiones introducidas, lo que hace posible delinear el proceso, las herramientas y los referentes para la creación del título y de su proyecto formativo.

Trabajo colaborativo

El desarrollo exitoso de una titulación universitaria, y del plan de estudios en el que ésta se plasma, depende sobremanera del compromiso y la capacidad de trabajo del grupo de especialistas que trabajan en la tarea. En el caso que ocupa este texto, el modo de trabajo se planteó, desde el primer momento, como un entorno de colaboración el que podía participar todo el profesorado interesado. Esta decisión de diseño del proceso de trabajo favoreció la participación de más del 90% del claustro de profesores, interesados en la actualización y modernización del título de grado.

Para asegurar el éxito del enfoque colaborativo, se establecieron como premisas básicas:

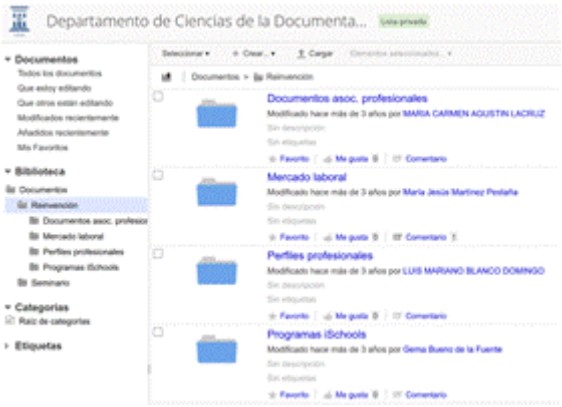
- El desarrollo colaborativo y participativo del producto.
- La eliminación de la jerarquización de tareas y la toma de decisiones de manera horizontal.
- El trabajo mediante técnicas de desarrollo rápido.
- La capacidad de versionar y reutilizar la información necesaria para la elaboración del proyecto.

Los procesos de trabajo colaborativo se soportaron mediante la utilización de diferentes herramientas tecnológicas:

- Un grupo de comunicación rápida basado en tecnología de mensajería.
- Un entorno de videoconferencia para actividades presenciales síncronas.
- Un sistema de gestión documental para la creación y explotación de un repositorio de documentos de soporte.

El repositorio documental se implantó usando la plataforma Alfresco de la Universidad de Zaragoza, disponiendo un acceso sin jerarquías a toda la documentación de referencia encontrada y generada para la elaboración del título de grado.

Fig. 1. Repositorio documental en Alfresco



Documentos de referencia

En el contexto socioeconómico actual, las actividades relacionadas con la gestión de información, en especial en el entorno digital, son predominantes. Sin embargo, el nivel de especialización exigido para la creación, procesamiento, representación, almacenamiento y recuperación de información exige perfiles profesionales con una amplia formación, no por ello menos exigente, en los métodos, técnicas y normas de descripción, análisis, acceso y preservación de la información documental, que puedan aplicarse en múltiples contextos.

Estos perfiles se cubren en el Grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales con una perspectiva integral y multidisciplinar, lo que le confiere unas características únicas, y se alinea con las *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes* (2022), que recogen las competencias que el profesional de la información debe incorporar ante la evolución de la disciplina y el desarrollo del mercado laboral. Debe destacarse que los resultados de aprendizaje contemplados son transferibles a múltiples sectores, y no son específicos de unidades y servicios de información tradicionales, lo que abre amplias posibilidades de inserción laboral para los egresados, tanto en los nichos tradicionales, como en cualquier campo con presencia digital.

La propuesta de grado entronca con el marco recogido en el *Libro blanco para el diseño de títulos universitarios en el marco de la economía digital* (2015), que incide en la necesidad de implantar grados que faciliten la formación de profesionales altamente especializados en la gestión de información y contenidos digitales, con competencias tecnológicas, que aporten valor a la sociedad y a las organizaciones, partiendo del conocimiento registrado.

Este valor se amplia con la orientación a la satisfacción de las necesidades de información del usuario final, en línea con el marco europeo *DigComp* 2.2 (Vuorikai, Klutzer y Punie, 2022). La polivalencia de los y las profesionales también se recomienda como prioridad en el informe *Formación, empleabilidad y nuevas profesiones en España* (Asociación Española de Economía Digital, 2016). Los sucesivos informes sobre sociedad digital elaborados por la Fundación Telefónica inciden en la importancia de la gestión de información y contenidos en los entornos digitales, y en los factores emergentes relacionados.

Proyectos de innovación docente

En paralelo a estos métodos específicos, el grupo de trabajo ha llevado a cabo tres proyectos de innovación docente, en el marco de las convocatorias de la Universidad de Zaragoza. En el curso 2021-22 se puso en marcha el proyecto *Reinventando el Grado en Información y Documentación: estrategias de mejora curricular*, (Tramullas, 2021), que planteaba una revisión de los nichos de empleabilidad que se habían creado en los últimos años, y de las competencias emergentes asociadas a los mismos. En el curso 2022-2023 se continuó con una segunda fase del citado proyecto, que se centraba en el análisis de la estructura y contenidos de planes de estudios renovados en el campo de la ciencia de la información y la documentación, tanto en el contexto español como en el ámbito europeo (Tramullas, 2022). Finalmente, durante el curso 2023-24 el proyecto *Reinventando el Grado en Información y Documentación: estrategias de mejora curricular y prospectiva científica y profesional,* se orientó al análisis de prospectiva sobre las necesidades profesionales, prestando especial atención al estudio y análisis del marco científico y profesional en el cual se debían enmarcar la estructura y materias del nuevo grado (Tramullas, 2023).

Una vez implementado y puesto en marcha el nuevo grado, se ha previsto prolongar la

actividad de innovación docente durante la implantación del grado a través del nuevo proyecto *Coordinación de materias, asignaturas, contenidos y guías en el Grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales*, que ha comenzado en septiembre de 2025.

Resultados

El trabajo que se ha llevado a cabo en el marco de referencia indicado en la sección 3, aplicando los métodos recogidos en los diferentes puntos de la sección 4, ha hecho posible alcanzar los objetivos previamente establecidos:

- Se ha ideado y desarrollado un estudio de grado, el grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales, que se implanta y pone en marcha en la Universidad de Zaragoza en septiembre de 2025. Sus objetivos, estructura, contenidos y articulación están recogidos y explicitados en la memoria de verificación, documento oficial aprobado por todas las instancias académicas, administrativas y políticas pertinentes.
- El nuevo título ha sido adscrito a la rama de conocimiento de Ciencias Sociales y Jurídicas, siguiendo la tradición hasta el momento en el entorno universitario español. Sin embargo, el ámbito de conocimiento al que se adscribe el título ha sido establecido como Interdisciplinar. La cada vez mayor necesidad de participación de otras materias y áreas de conocimiento en la formación del estudiantado y futuro profesional del campo de la ciencia de la información (information science) demanda la integración de otras disciplinas en materias de formación básica, como derecho, métodos cuantitativos, lenguajes y sistemas informáticos, diseño, etcétera.
- El objetivo formativo del grado es formar profesionales e investigadores en el campo de la gestión de la información, la documentación y los contenidos digitales, que puedan desempeñar funciones de creación, descripción, procesamiento, recuperación y difusión de productos, recursos y servicios de información, orientados a las necesidades de los usuarios y de las organizaciones. Todo ello en el contexto marco de los servicios de la sociedad digital, tal y como ha sido definida por las políticas de la Unión Europea.
- Se han definido cinco perfiles de egreso. Todos ellos corresponden a actividades altamente especializadas en los diferentes campos de la gestión de la información y de la documentación, especialmente en los entornos digitales, pero sin desdeñar los entorno físicos de actividad:
  - Gestión de contenidos digitales: creación, descripción, publicación, difusión y preservación de información digital, en diferentes formatos.
  - Especialistas en tratamiento y recuperación de información: representación de información y desarrollo de herramientas de organización, clasificación y acceso, para cualquier tipo de documento, en cualquier formato, soporte o canal. Desarrollo de procesos de recuperación de información sobre recursos, repositorios y bases de datos documentales y referenciales.
  - Analistas de necesidades y recursos de información: identificación y análisis de necesidades de información y documentación para personas y organizaciones. Evaluación y verificación de contenidos de servicios y recursos de información.
  - Planificación, implantación, operación y evaluación de sistemas de gestión de documentos: análisis, planificación, implementación, control y evaluación de sistemas de gestión documental, según las normas y estándares nacionales e internacionales correspondientes.
  - Profesionales en archivos, bibliotecas y proyectos de difusión del patrimonio digital: tareas de dirección, organización, gestión y procedimientos técnicos especializados en instituciones de la memoria social.

- En el diseño del grado desempeñan un papel fundamental los conocimientos y las habilidades. Atendiendo a la normativa propia de la Universidad de Zaragoza, se han formulado 25 objetivos de aprendizaje, que responden a conocimientos, habilidades y competencias transversales. En este conjunto se han identificados 9 conocimientos y 10 habilidades, que se completan con las 6 competencias transversales establecidas por la Universidad de Zaragoza como comunes para todas sus titulaciones (Sello 5+1 UNIZAR). Estos 19 objetivos de aprendizaje vienen (véase sección 6) derivadas de la propuesta de áreas de conocimiento incluidas en el documento de referencia de IFLA utilizado como marco.
- El título de grado tiene un total de 240 créditos ECTS, cuyo despliegue por tipo de materia se recoge en la tabla 1.

Tabla 1: Distribución de créditos por tipo de materia

TIPO DE MATERIA	CRÉDITOS ECTS
Formación básica	60
Obligatorias	138
Optativas	36
Prácticas externas	0
TFG	6
NÚMERO TOTAL DE CRÉDITOS ECTS	240

Fuente: elaboración propia

- El grado se ha estructurado en materias (véase sección 7), siguiendo las directrices emanadas del Real Decreto 822/2021, de 28 de septiembre, por el que se establece la organización de las enseñanzas universitarias y del procedimiento de aseguramiento de su calidad.
- Las materias se han desarrollado y explicitado en las correspondientes asignaturas. Todas las asignaturas han sido configuradas como semestrales, y definidas siguiendo un módulo de seis créditos. Las características de éstas (objetivos, contenidos, evaluación, etc.) y su organización secuencial en cursos y semestres se plasma en el Plan formativo, documento propio de la Universidad de Zaragoza, validado y aprobado por las instancias académicas, y base del grado que se implanta y pone en marcha en septiembre de 2025.

En el modelo establecido por la Universidad de Zaragoza, la memoria de verificación del título, que es el documento de referencia analizado y aprobado por las instancias oficiales, se ve complementado por el desarrollo detallado del plan de estudios a través del documento denominado Plan formativo de titulación, que es objeto de revisión y aprobación por parte de diferentes instancias de la propia universidad.

Resultados de aprendizaje

La elaboración de los objetivos de aprendizaje siguió un proceso de iteración y consolidación. En un primer momento se formuló una lista de objetivos altamente específicos, que alcanzó casi el centenar, para luego ir afinando y reduciendo progresivamente los conocimientos y habilidades hasta consolidar todas las necesarias en el límite establecido por la normativa de la universidad.

Los conocimientos establecidos son los siguientes:

- Identificar los contextos y desarrollos de la información en las sociedades que la producen, gestionan y preservan, y los factores que influyen en ello.
- Reconocer las capacidades que ofrecen las tecnologías de la información en los procesos de creación, tratamiento y difusión de la información.
- Identificar el ciclo de vida de la información, y los métodos, técnicas y procesos especializados para la descripción, representación, recuperación y preservación de la información en entornos digitales y no digitales.
- Comprender los conocimientos técnicos necesarios para diseñar, planificar, desarrollar y gestionar productos y servicios de información, y colecciones de documentos, atendiendo a la innovación y a la calidad.
- Proporcionar las fuentes y recursos de información necesarios para la resolución y satisfacción de las necesidades de

información de las personas y las organizaciones.
- Identificar los métodos y técnicas cualitativas y cuantitativas necesarios para el estudio y la evaluación de la información y de sus flujos.
- Identificar los usos y consumos de la información por parte de los usuarios y de las organizaciones.
- Reconocer los aspectos éticos y jurídicos que rigen sobre el procesamiento, gestión y acceso a la información.
- Comprender los procesos de desarrollo de proyectos y de trabajo colaborativo en entornos informacionales.

Las habilidades definidas son las siguientes:

- Analizar el contexto, características y flujos de la información en diferentes entornos, aplicando metodologías cuantitativas y cualitativas para su estudio.
- Aplicar los métodos, normas y estándares para estructurar y representar datos, información y conocimiento en cualquier contexto.
- Identificar las fuentes y recursos adecuados para resolver necesidades de información en cualquier contexto de actividad.
- Planificar, implementar y evaluar sistemas de tratamiento y recuperación de información.
- Implantar la gestión documental, atendiendo al ciclo de vida, las técnicas de gestión de proyectos, los requisitos reguladores y la normalización.
- Desarrollar fondos y colecciones a partir de la elaboración y aplicación de criterios y técnicas de selección, adquisición, preservación y expurgo de documentos.
- Idear y desarrollar productos, recursos y servicios de información a partir de las técnicas y normativas para su creación, organización, acceso, preservación, y evaluación.
- Desarrollar habilidades para la planificación, calidad e innovación aplicadas a las unidades de información y documentación.
- Analizar el comportamiento de los usuarios en las tareas de elaboración, búsqueda y uso de la información.
- Desarrollar habilidades y competencias informacionales y digitales para responder a necesidades de formación de usuarios y organizaciones.

Por último, las competencias transversales del Sello 5+1 de UNIZAR, obligatorias en todas las titulaciones de la universidad, son las siguientes:

- Valores democráticos y sostenibilidad. Desarrollar el compromiso con la sociedad en la que vivimos para que ésta prospere a través de las dimensiones de los valores democráticos y de la sostenibilidad, materializada en el marco global que la defina en cada momento.
- Trabajo en equipo. Colaborar activamente con un grupo de personas para lograr una meta común sumando los diferentes talentos.
- Pensamiento crítico. Razonar de manera reflexiva sobre un tema siendo capaz de deliberar sobre su validez sometiendo las convicciones propias y externas a debate.
- Inteligencia emocional. Comprender y regular las emociones propias y las de los demás para interactuar y participar de una manera eficaz y constructiva en la vida social y profesional.
- Innovación y Creatividad. Diseñar y realizar una tarea nueva o un proyecto de forma diferente utilizando creatividad y curiosidad para aportar valor con actitud emprendedora.
- Autoaprendizaje permanente. Utilizar el aprendizaje de forma continuada y desarrollar estrategias de aprendizaje autónomo y flexible a lo largo y ancho de la vida para formar parte de una ciudadanía activa, motivada e integrada favoreciendo la mejora de empleo o el desarrollo personal.

Materias

Las materias en las que se organizan los contenidos del grado han sido definidas atendiendo al documento de referencia de IFLA anteriormente citado (véanse secciones 3 y 4.2 de este documento), son las siguientes:

- Fundamentos históricos, sociales y tecnológicos.
- Información en la sociedad.

- Fundamentos de las profesiones de la información.
- Gestión de recursos de información.
- Tecnologías de la información.
- Necesidades de información y servicios para usuarios.
- Alfabetizaciones y aprendizaje.
- Gestión para profesionales de la Información.
- Proyectos.
- Investigación e innovación en información.
- Interdisciplinar.
- Trabajo Final de Grado.

La estructura en materias se ha visto determinada, parcialmente, por los requerimientos y normativa propia de la Universidad de Zaragoza. Tres de las materias incluidas (Proyectos, Interdisciplinar y Trabajo Final de Grado) no han sido derivadas de las recomendaciones de prospectiva de IFLA. "Proyectos" fue incorporada dada la necesidad identificada de que los futuros egresados y egresadas conozcan y se integren en entornos de trabajo basado en proyectos, y que puedan responder a diferentes metodologías de desarrollo. "Interdisciplinar" responde a una decisión general para todos los grados de la Universidad de Zaragoza, y "Trabajo Final de Grado" es una obligatoriedad por la normativa estatal vigente.

El cuadro 1 recoge la división en módulos y materias, y la distribución de créditos correspondiente. El título oferta 300 créditos, de los cuales el estudiantado debe cursar 240 para graduarse.

Cuadro 1: Distribución por módulos, materias, y créditos obligatorios y optativos

Módulo	Materia	Carácter	ECTS
Módulo de formación básica	Fundamentos históricos, sociales y tecnológicos 1	Básico	30
	Fundamentos históricos, sociales y tecnológicos 2	Básico	30
TOTAL MÓDULO 1			**60**
Módulo de formación especializada	Información en la sociedad	Oblig	18
		Opt	12
	Fundamentos de las profesiones de la información	Oblig	30
	Investigación e innovación en información	Opt	24
	Gestión de recursos de información	Oblig	24
		Opt	12
	Tecnologías de la información	Oblig	12
		Opt	6
	Necesidades de información y servicios para usuarios	Oblig	12
		Opt	18
	Gestión para profesionales de la Información	Oblig	18
		Opt	6
	Alfabetizaciones y aprendizaje	Oblig	12
		Opt	12
	Proyectos	Oblig	12
	Interdisciplinar	Opt	6
	Trabajo Fin de Grado	Oblig	6
TOTAL MÓDULO 2			**240**
TOTAL			**300**

Fuente: elaboración propia

Conclusiones

El planteamiento, diseño, proceso de ejecución y resultados obtenidos permiten afirmar que las actuaciones que se han llevado a cabo han hecho posible alcanzar los objetivos previstos.

El Grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales por la Universidad de Zaragoza fue verificado positivamente por Resolución de 07 de mayo de 2024, del Consejo de Universidades, e inscrito en el Registro de Universidades, Centros y Títulos por Resolución de 25 de marzo de 2025, de la Secretaría General de Universidades, por la que se publica el Acuerdo de Consejo de Ministros de 18 de marzo de 2025. El plan de estudios fue publicado por la Universidad de Zaragoza por Resolución de 9 de abril de 2025, de la Universidad de Zaragoza, por la que se publica el plan de estudios Graduado o Graduada en Gestión de Información y Contenidos Digitales. Los datos del titulo parecen recogidos en el Registro de Universidades, Centros y Títulos

(RUCT), del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades[2].

Debe resaltarse que una las características del proceso de desarrollo, el trabajo colaborativo del claustro académico, es uno de los factores fundamentales de éxito.

El diseño y planificación de nuevos títulos de grado, o de máster, debe atender a la flexibilidad que ofrece una arquitectura basada en materias. Disponer de un plan con esta característica facilita la gestión de los contenidos a nivel de asignaturas, dado que agiliza y simplifica los trámites para futuras modificaciones y actualizaciones de las mismas.

Un aspecto colateral al desarrollo de todo el proceso, pero no por ello menos importante, ha sido la participación en los foros internos de la Universidad de Zaragoza. En las sucesivas ediciones de las Jornadas de Innovación Docente e Innovación educativa de la Universidad de Zaragoza se han presentado, en las ediciones de 2023 y 2024, sendos pósteres en los cuales se ha presentado e informado a la comunidad universitaria de los métodos de trabajo y de los procesos de desarrollo aplicados, y de los avances obtenidos. Esto ha hecho posible el conocimiento previo de la nueva titulación entre la comunidad docentes de la Universidad de Zaragoza, favoreciendo su difusión entre los diferentes estamentos universitarios.

Finalmente, una cuestión clave e imprescindible para el diseño e implementación exitosa de nuevas titulaciones en el campo de la ciencia de la información es la revisión y la integración del estado del conocimiento y de la prospectiva de los frentes de investigación disciplinar, en cuanto desempeñan un papel de garantes de la actualización y calidad de la enseñanza universitaria que se pretende impartir.

Referencias

ANECA (2004). *Libro blanco del título de grado en información y documentación*. Madrid: Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación.

Asociación Española de Economía Digital (2016). *Formación, empleabilidad y nuevas profesiones en España.*

Castellanos Gómez, J.A et al. (2024). *Libro azul de la innovación docente en la Universidad de Zaragoza.* Vicerrectorado de Política Académica. Universidad de Zaragoza. https://zaguan.unizar.es/record/131651

España. Ministerio de Industria, Energía y Turismo (2015). *Libro blanco para el diseño de títulos universitarios en el marco de la economía digital*. https://www.telefonica.com/es/wp-content/uploads/sites/4/2022/09/Libro-Blanco.pdf

España. Ministerio de Universidades. Real Decreto 822/2021, de 28 de septiembre, por el que se establece la organización de las enseñanzas universitarias y del procedimiento de aseguramiento de su calidad. *Boletín Oficial del Estado*, 233. https://www.boe.es/boe/dias/2021/09/29/pdfs/BOE-A-2021-15781.pdf

España, Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (2025). Resolución de 25 de marzo de 2025, de la Secretaría General de Universidades, por la que se publica el Acuerdo de Consejo de Ministros de 18 de marzo de 2025, por el que se establece el carácter oficial de determinados títulos de Grado y su inscripción en el Registro de Universidades, Centros y Títulos. *Boletín Oficial del Estado*, 77. https://www.boe.es/boe/dias/2025/04/22/pdfs/BOE-A-2025-8156.pdf

Chu, C.M., Raju J., Cunninghamn, C., Jiuming, J., Ortiz-Repiso Jiménez, V., Slavic, A., Talavera-Ibarra, A.M., Zakaria, S. (2022). *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes.* IFLA. https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/1987

Orera Orera, L., Velasco de la Peña, E., Agustín Lacruz, M.C., Allo Manero, M.A., Esteban Navarro, M.AQ; García Marco, F.J., Gay Molins, P., Lamarca Langa, G., Pedraza Gracia, M., Salvador Oliván, J.A., Sánchez Casabón, A.I., Tramullas Saz, J., Ubieto Artur, A.P., Ubieto Artur, M.I. (2008). Diseño del Título de Grado en Información Y Documentación. *II jornadas de innovación docente, tecnologías de la información y de la comunicación e investigación educativa en la Universidad de Zaragoza.*

Tramullas, J. (coord). (2021). *Reinventando el Grado en Información y Documentación: estrategias de mejora curricular.* Programa de Innovación Estratégica de Titulaciones, Universidad de Zaragoza. https://zaguan.unizar.es/record/123549

Tramullas, J. (coord). (2022). *Reinventando el Grado en Información y Documentación: estrategias de mejora curricular (fase 2)*. Programa de Innovación Estratégica de Titulaciones, Universidad de Zaragoza. https://zaguan.unizar.es/record/128259

Tramullas, J. (coord). (2023). *Reinventando el Grado en Información y Documentación: prospectiva científica y profesional.* Programa de Innovación Estratégica de Titulaciones, Universidad de Zaragoza. https://zaguan.unizar.es/record/153288

Universidad de Zaragoza (2022). *Acuerdo de 14 de diciembre de 2022, del Consejo de Gobierno de la Universidad de Zaragoza por el que se aprueban las Directrices generales para la elaboración de los planes de estudio de las enseñanzas universitarias oficiales de Grado adaptados al Real Decreto 822/2021*. Universidad de Zaragoza. https://academico.unizar.es/sites/academico/files/archivos/ofiplan/Normativa/20221214_directrices_grado.pdf

Universidad de Zaragoza (2025). Resolución de 9 de abril de 2025, de la Universidad de Zaragoza, por la que se publica el plan de estudios Graduado o Graduada en Gestión de Información y Contenidos Digitales. *Boletín Oficial del Estado*, 97. https://www.boe.es/boe/dias/2025/04/22/pdfs/BOE-A-2025-8156.pdf

Vuorikari, R., Kluzer, S., Punie, Y. (2022). *DigComp 2.2: The Digital Competence Framework for Citizens - With new examples of knowledge, skills and attitudes*. EUR 31006 EN. Luxembourg: Publications Office of the European Union. https://dx.doi.org/10.2760/115376

Notas

[1] Este trabajo se ha desarrollado en el marco del Proyecto de Innovación Docente de la Universidad de Zaragoza PIET_3 5390 "Coordinación de materias, asignaturas, contenidos y guías en el Grado en Gestión de Información y Contenidos Digitales", curso académico 2025-2026, de cuyo equipo forman parte los autores/as.

[2].https://www.educacion.gob.es/ruct/estudio.action?codigoCiclo=SC&codigoTipo=G&CodigoEstudio=1500252

GERAÇÃO NEM NEM? NEM PESQUISADOR, NEM PROFESSOR: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Claudia Barbosa dos Santos de Souza, Universidade Estadual Paulista (Unesp),0000-0002-1520-8053, Brasil, e-mail: claudia.bs.souza@unesp.br

Marta Lígia Pomim Valentim, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 0000-0003-4248-5934, Brasil, *marta.valentim@unesp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6587

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

Pesquisas sobre formação docente para exercício no ensino superior têm sido desenvolvidas por várias áreas, principalmente no âmbito da Educação, pois prioriza o estudo sobre a formação continuada de licenciandos e licenciados como afirmam Souza *et al*. (2024).

Contudo, no âmbito da área de Ciência da Informação (CI) no Brasil, esta temática continua incipiente, como afirmam Souza & Valentim (2023; 2024), Souza *et al*. (2024) e Miranda *et al.* (2018). Trata-se de um tema importante e muito necessário, uma vez que a CI possui dados, informação e o conhecimento como seus objetos de pesquisa, desenvolvendo estudos sobre o seu contexto e o ecossistema informacional, e que indiretamente promove a formação dos futuros docentes para as áreas de Arquivologia e Biblioteconomia. Nessa perspectiva, os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), nas modalidades de doutorado e mestrado, objetivam a formação de docentes e pesquisadores além de promoverem a

construção do conhecimento científico para a sociedade, e visa, também o desenvolvimento de práticas sociais (Souza *et al.*, 2024).

No entanto, faz-se necessário enfatizar que a formação de docentes em nível superior, a partir do stricto sensu em CI no Brasil, direciona a maioria desses profissionais a lecionarem no âmbito das graduações em Arquivologia e de Biblioteconomia (áreas que fazem parte da Ciência da Informação), na modalidade bacharelado, sendo responsáveis pela formação dos futuros arquivistas e bibliotecários brasileiros.

A partir dos dados coletados na pesquisa evidenciou-se que grande parte dos doutorandos em CI, possuem graduação na modalidade bacharelado e, em consequência, a sua formação originária não disponibiliza disciplinas voltadas para o exercício da docência, ou seja, aquelas direcionadas às práticas didático-pedagógicas, demonstrando assim uma possível deficiência que pode reverberar em prováveis problemas para aqueles que se prontificaram a exercer o ofício docente.

Considerando que a CI é um campo dinâmico e interdisciplinar, **busca-se saber se a formação *stricto sensu*, por meio do doutorado resulta no desenvolvimento de novos professores para atuarem no ensino superior em Ciência da Informação no Brasil? Os doutorandos que fazem estágio de docência ou atuam como professor substituto conseguem obter conhecimento, desenvolver competências e habilidades didático-pedagógicas para exercerem o ofício docente? Qual perspectiva futura de atuação após obterem o título de doutorado?**

O presente estudo tem por objetivo relatar a percepção dos doutorandos em CI no Basil acerca das possibilidade de atuação após a finalização do doutorado. Nessa perspectiva, foi estabelecida a participação dos discentes dos programas de pós-graduação em CI com conceitos 5, 6 e 7 estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para atender a este objetivo, apresentar-se-á: a) breve revisão de literatura que aborda a temática e suas concepções; b) Identificar as competências necessárias requeridas para o exercício docente; c) opinião dos doutorandos de cursos de pós-graduação em CI no Brasil sobre sua formação para exercício docente e/ou acadêmico (pesquisador).

Referencial Teórico

Pesquisadores como Bolzan, Austria e Lenz (2010), Pimenta & Lima (2011), Tardif (2014), Junges & Behrens (2015), Cruz (2017), Fortunato *et al*. (2023) têm desenvolvido estudos sobre a formação e atuação docente, na perspectiva do desenvolvimento de competências e práticas docentes no âmbito da Educação no contexto brasileiro.

Bolzan, Austria & Lenz (2010) a partir do artigo 'Pedagogia universitária: a aprendizagem docente como um desafio à professoralidade', apresentam reflexões acerca da temática pedagogia universitária a partir de aspectos relacionados à 'aprendizagem da docência', em que debatem desde a formação do professor da educação básica até a do ensino superior, enfatizando a necessidade de "compreender os processos engendrados na constituição da professoralidade".

A docência é uma construção contínua e permanente, abarcando aspectos da trajetória pessoal e profissional (Bolzan, Austria & Lens, 2010, grifo nosso), requerendo destes investimento de parte do seu tempo com atividades de pesquisa em caráter formativo, e ressaltam que

> As trajetórias das pessoas e profissionais se entrelaçam na constituição da professoralidade, assim como o mundo interno ou biológico interage com o mundo externo e sociocultural, pois **um sujeito constitui-se como professor a partir do outro**, dado que também é necessária a presença deste na construção da própria subjetiva do ser docente.

Pimenta & Lima (2011) a partir da obra 'Docência e Estágio', elaboraram um capítulo com a temática voltada para o estágio docente, mais especificamente do não professor, ou seja, aquele que não é graduado em

licenciatura, como uma maneira de demonstrar as dificuldades enfrentadas, além de apresentarem um roteiro para nortear a atuação do docente estagiário, no intuito de ambientá-lo à realidade encontrada.

Tardif (2014) em 'Saberes docentes e formação profissional', apresenta o saber docente como um saber social, em que

a) é partilhado por todo um grupo de agentes – os professores – que possuem formação comum, e que trabalham na mesma organização;
b) sua posse e utilização repousam sobre todo um sistema que vem garantir a sua legitimidade e orientar sua definição e utilização, seja na universidade, administração escolar etc.;
c) seus próprios objetos são objetos sociais, por meio de práticas sociais;
d) professores ensinam e sua maneira de ensinar evolui com o tempo e com as mudanças sociais.

Tardif & Lessard (2014) afirmam que ensinar é um ato composto, pois abrange aspectos codificados e decodificados, além de ser considerado um trabalho flexível.

O trabalho docente pode ser compreendido como codificado, considerado burocrático ou prescrito do trabalho, em que 'tudo se traz de rotineiro, de obrigações formais, de cargas institucionais, de normas, regulamentos e procedimentos', ou seja, tudo o que é previsível, rotineiro e até repetitivo. Estão incluídos também os componentes compreendidos como informais, considerados implícitos ou invisíveis no ofício e nos seus imprevistos (Tardif & Lessard, 2014).

Na perspectiva da flexibilidade do trabalho docente, Tardif & Lessard (2014) ressaltam que tais atividades não se limitam aos afazeres de classe, nem às relações com os alunos, embora essas tarefas e relações aconteçam. Muitas são incorporadas no cotidiano docente de maneira informal, uma vez que não são formalizadas por meio de documentos institucionais, tornando-se algo culturalmente estabelecido, culminando na extrapolação da carga horária estabelecida contratualmente.

Embora as reflexões de Tardif & Lessard (2014) sejam feitas para o âmbito escolar, elas podem e devem ser reverberadas para o âmbito universitário, pois tais instituições são organizações que possuem suas especificidades burocráticas, excedendo às atividades voltadas para o ensino, acrescida de pesquisa e extensão, o que na prática requer do docente múltiplas competências para lidar com diferentes compromissos.

Junges & Behrens (2015) ressaltam que a docência universitária exige conhecimentos que transcendem o saber específico, requerem também os fundamentos pedagógicos, em conjunto aos saberes voltados para produção científica.

Porém, ressaltam que a formação pedagógica propicia ao professor universitário um olhar para sua prática pedagógica, para interpretá-la e recriá-la, tornando-a também uma fonte de aprendizagem em uma perspectiva de mudança e inovação (Junges & Behrens, 2015, pp.286).

Fortunato *et al*. (2023) apresenta no ensaio 'Estágio de docência: um manifesto sobre formação de professores para o ensino superior' uma reflexão acerca da relação do estágio de docência nos programas de pós-graduação *stricto sensu* e a formação do professor-pesquisador para o ensino superior, na forma de críticas de como o processo acontece, e questiona se os programas formam professor ou pesquisador e destaca as razões.

No âmbito da CI, como anteriormente mencionado, trata-se de uma temática ainda incipiente, com pesquisas voltadas para resultados de atividades extensionistas e de monitoria. Contudo, Miranda *et al.* (2018), no artigo intitulado 'A formação pedagógica nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação no Brasil', objetivou identificar os programas de pós-graduação em CI que disponibilizam disciplinas, que explicitam a presença de conteúdos pedagógicos e educativos, visando a formação didática e pedagógica, culminando na existência de 5 (cinco) instituições cujos

currículos contemplam disciplinas didático-pedagógicas para a formação do futuro docente.

Os autores apresentam o conceito de mediação, como forma de representar a ação de relação entre duas ou mais pessoas, na formação de intermediação de alguma ação que vise satisfação ou agregue valor. Tal abordagem culmina como comparação da mediação pedagógica e ressalta o trabalho do professor como um agende facilitador no processo de ensino e aprendizagem (Miranda *et al.*, 2018).

Nesta pesquisa há a aproximação de conceitos oriundos da CI, mais precisamente quando enfatiza que

> a mediação é uma maneira de apresentar ou tratar um conteúdo que ajuda o indivíduo na busca, organização, relação, manipulação e debate de informações com os demais, até que seja possível produzir um conhecimento que interfira na sua forma de entender ou mesmo de intervir na realidade (Masetto, 2000, *apud* Miranda *et al.*, 2018).

Na perspectiva da formação docente por meio de vivência de estágio de docência, Souza & Valentim (2023), ressaltam que o "aprendizado desenvolvido por meio da interação com professores da disciplina de estágio docência tem por objetivo preparar o futuro docente de ensino superior para este ambiente". Contudo, destacam por meio da revisão de literatura realizada, algumas ações necessárias a serem desenvolvidas pelos doutorandos bacharéis e que não atuam como professores, enfocando tarefas que requerem análise, avaliação e crítica na criação de projetos de intervenção, culminando em desafios e dificuldades a serem enfrentados rotineiramente no estágio.

Costa, Chaves & Bernadino (2024) no artigo 'Estágio de docência na pós-graduação em Ciência da Informação: experiências e sentidos vivenciais na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico', apresentam um relato de vivência de estágio de docência, ressaltam que o ensino superior é algo complexo e que a mediação da informação e a mediação pedagógica contribuem para o processo de aprendizagem, "de modo ético, amoroso e principalmente humanizador dos sujeitos mediatizados". Enfatizam também que "a mediação pedagógica se mostra como um campo em ascensão na CI para ampliar discussões interdisciplinares com a Educação", que objetiva,

> fortalecer essas ligações interdisciplinares com a Educação é um fator relevante para aumentar o nível educacional da própria CI, uma vez que a pedagogia não deve estar fora do horizonte da formação *stricto sensu*.

Souza & Valentim (2024), na pesquisa denominada 'Estágio de docência em Ciência da Informação no Brasil como requisito da formação docente de doutorado dos programas de pós-graduação *stricto sensu*', discutem sobre a formação docente no que se refere ao estágio docente, a partir da percepção dos alunos de doutorado em CI do Brasil. Tal trabalho evidenciou que os doutorandos são capacitados para desenvolverem pesquisas e não para atuarem como docentes de nível superior, uma vez que grande parte dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em CI não disponibilizam disciplinas voltadas à formação didático-pedagógica dos futuros docentes, evidenciando assim certa carência formativa.

Relacionar a formação docente de nível superior para atuar no contexto de desinformação e infodemia, Souza *et al.* (2024) apresentam pesquisa a partir da análise dos currículos dos cursos de pós-graduação, objetivando verificar os conteúdos formativos alinhados aos desafios da sociedade contemporânea, no que diz respeito ao impacto da infodemia.

Tal pesquisa, destacou os programas de pós-graduação que disponibilizam disciplinas formativas voltadas ao contexto dinâmico de criação, gestão e uso da informação. No entanto, enfatizam que as disciplinas 'Competência em Informação', 'Competência Crítica em Informação' e 'Mediação da

Informação' são imprescindíveis para a formação dos profissionais da informação, bem como evidenciam a necessidade de se desenvolver professores críticos em informação, o que corrobora com os demais autores, sobre a necessidade de haver disciplinas formativas específicas para docentes de nível superior.

Habilidades/Competências Docentes

O conceito de competência é amplamente difundido por meio da Ciência da Administração como saber fazer algo com ênfase em eficiência e eficácia organizacional, e está diretamente ligada ao acrônimo C-H-A (competência, habilidade e atitude), como dimensões a serem identificadas e praticadas no segmento organizacional.

Segundo Moura *et al.* (2021), competência no âmbito do ensino superior está direcionada ao conhecimento, habilidade e atitude no processo de ensino-aprendizagem. Somado a isso, o conhecimento e as competências profissionais do professor afetam diretamente na qualidade do ensino e aprendizagem, e ressalta que,

> O papel do professor continua sendo primordial no desenvolvimento dos alunos, para isso ele deve estar atento as dinâmicas presentes no mercado e procurando atualização constante (Moura *et al.*, p.663).

Pedro Demo (2012) em sua obra intitulada 'Habilidades e competências no Século XXI', ressalta a definição conceitual de habilidades/competências voltadas para o âmbito da educação, abordando a temática por meio de algumas perspectivas como:

- Desenvolvimento como oportunidade;
- Desafios renovados frente às inovações tecnológicas;
- Lidar com a informação e o conhecimento;
- Saber pensar e intervir para gerar oportunidades;
- Promoção de habilidades/competências do saber pensar como um exercício pedagógico.

Tais habilidades/competências podem ser compreendidas como plurais, a começar pela competência de saber pensar e sua multiplicidade (Demo, 2012).

Tais habilidades/competências podem ser compreendidas como:

- não aprendidas: compreendidas como aquelas inerentes as pessoas (da evolução, tradição cultural ou de talento nato);
- aprendidas: podendo ser formal (efetivada por instituições de ensino) e não formal (realizada fora do contexto institucional, conhecidas por "novas alfabetizações");
- básicas: voltadas em ambientes educacionais, abarcando fluência tecnológica;
- acadêmicas: embasa a noção do 'espírito científico', arroladas no contexto do Século XXI;
- não acadêmicas: são as desenvolvidas em ambientes não formais.

Em referência as competências do docente universitário, López (2014, *tradução nossa*) ressalta as oito competências fundamentais com ênfase ao desempenho eficiente, eficaz e de qualidade no exercício docente dentro e fora de sala de aula:

a) Planejar o processo de ensino e aprendizagem;
b) Selecionar e apresentar o conteúdo. Para selecionar temas que realmente conduzam os alunos à aprendizagem significativa e à construção do conhecimento, diferenciando conteúdo essencial, necessário do recomendado.
c) Fornecer informações e explicações compreensíveis; a eficácia do processo de comunicação determina em grande parte o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.
d) Literacia tecnológica e gestão das TIC;
e) Gerir metodologias de trabalho docente;
f) Relacionar-se construtivamente com os alunos;
g) Refletir e pesquisar sobre o ensino;
h) Envolvimento institucional.

Atrelada a essas competências estão as responsabilidades e muitos outros compromissos que não são visíveis, mas que requerem do docente universitário, a

capacitação contínua, na forma de desenvolvimento profissional.

Nesse sentido, Thurler (2002, pp.99) apresenta quatro abordagens complementares relacionadas ao desenvolvimento profissional dos docentes (Figura 1).

Figura 1: Abordagens complementares do desenvolvimento profissional docente



Fonte: Thurler (2002, pp.99)

As abordagens mencionadas por Thurler (2002) são:

a) **Sensibilização para os objetivos e desafios das reformas**: a comunicação clara, objetiva e o compartilhamento de informações e ações propostas tem que ser disseminada pelos gestores, para que todos, incluindo os professores iniciantes, ou futuros efetivos possam se sentir fazendo parte do processo de mudança;

b) **Desenvolvimento de competências didáticas e pedagógicas**: a formação contínua deve acontecer independente do que é oferecido pela instituição onde atua como docente, deve ser estratégica, à medida que o docente procura outras capacitações agreguem valor ao próprio desenvolvimento que culmina em inovação dentre e fora da sala de aula.

c) **Cooperação contínua em uma organização aprendiz**: a cooperação profissional entre professores culmina na facilitação de mudanças, na adequação de medidas, na ambientação de novos docentes e discentes, de novos currículos e outras responsabilidades. O aprender a aprender também é parte da jornada docente, principalmente quando se trabalha coletivamente, segundo Thurler, tais condutas 'supõe que os professores se sintam coletivamente responsáveis pelos resultados de seus alunos e também por seu próprio desenvolvimento profissional'.

d) **Início da exploração colaborativa:** a troca de experiências entre docentes permitirá que todos se conheçam e relatem suas respectivas práticas, exponham suas visões do futuro e compartilhem problemáticas comuns. Poderá surgir a possibilidade de trabalhar em conjunto em prol da própria formação, ampliando as oportunidade de aprendizagem.

Em meio a essas abordagens, compreendidas como processos, há subprocessos identificados como:

- Reciclagens pontuais segundo o princípio da pulverização;
- Módulos de formação propostos ou negociados conforme as necessidades;
- Análise e regulação de situações educativas complexas;
- Elaboração e implementação de um projeto de estabelecimento de cooperação contínua (Thurler, 2002, pp.99).

É preciso ressaltar que competências infocomunicacionais são imprescindíveis na formação de futuros docentes de nível superior, pois na atualidade há desafios diversos, dentre eles o uso de inteligência artificial (aspectos técnicos e éticos), diversidade de fontes de informação, o que exigirá conhecimentos didáticos-pedagógicos para lidar com esse contexto desafiador.

Formação Docente no Brasil

A formação docente no Brasil pode ser entendida a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que segundo a Lei nº 9.394/1996, define e regulariza a organização da educação brasileira a partir dos princípios da Constituição Federal de 1998, destacadas em seu Artigo 62,

> A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na

> educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996, Art. 62).

É esperado do futuro professor, além de conhecimento consistente na área que deve lecionar, além de formação sólida em disciplinas que tratam sobre didática, filosofia educacional, gestão e organização de sistemas educacionais, pedagogia, psicologia educacional e sociologia educacional, como afirmam Souza *et al*. (2024).

Em se tratando da formação de docente para nível superior, ainda segundo a LDB (Brasil, 1996) em seu Artigo 66, destaca que "a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado".

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os cursos *stricto sensu* – doutorado e mestrado – possuem natureza acadêmica e de pesquisa, tendo por objetivos: 1) formação de professor competente que possa atender a demanda no ensino básico e superior garantindo, ao mesmo tempo, a constante melhoria da qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais de alto nível, de modo a atender as necessidades de diferentes setores no contexto nacional (CAPES, 2014).

Procedimentos Metodológicos

Para o atendimento do objetivo proposto, delineou-se uma pesquisa cuja abordagem é qualiquantitativa, pois os dados foram coletados junto aos programas de pós-graduação em CI no Brasil, mais especificamente aos cursos que possuem os conceitos 5, 6 e 7 atribuídos pela CAPES, delimitando o universo da pesquisa a seis instituições de ensino superior público: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Ibict/UFRJ); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Estadual Paulista (Unesp); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Quadro 1).

Quadro 1: Instituições de ensino superior pesquisadas

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	UNIDADE FEDERATIVA	CONCEITO CAPES
Unesp	SÃO PAULO	7
Ibict/UFRJ	RIO DE JANEIRO	6
UFMG	MINAS GERAIS	5
UFPE	PERNAMBUCO	5
UFSC	SANTA CATARINA	5
UnB	DISTRITO FEDERAL	5

Fonte: Elaboração própria (2025).

As instituições listadas estão localizadas nas regiões: Sul, Sudeste (maior representatividade), Centro Oeste e Nordeste, não tendo representação da Região Norte. Cabe ressaltar que há instituições públicas de ensino superior em todas as regiões do Brasil, mas não foram contempladas em virtude dos critérios estabelecidos.

Segundo Vergara (2011, pp.46-47) a população-alvo se refere a uma parcela do universo escolhido segundo o critério de representatividade, qual seja, os doutorandos que realizaram estágio de docência ou atuaram como professor substituto. Foi enviado um questionário aos discentes de doutorado em CI contendo perguntas abertas e fechadas acerca da formação docente, a partir dos cursos *stricto sensu* no período de 21 de fevereiro a 17 de março de 2025.

Esta pesquisa é considerada como descritiva-exploratória e explicativa, pois tem o "objetivo de esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma, para a ocorrência de um determinado fenômeno" (Vergara, 2011, pp.42).

Visa explorar o ambiente da pós-graduação *stricto sensu* em CI no Brasil, com vistas a descrever a realidade percebida pelos discentes de doutorado a respeito do desenvolvimento de competências para o exercício docente no âmbito do ensino superior, seja pela prática do estágio de docência ou pelo exercício como professor substituto em uma IES no Brasil.

Classifica-se também como documental por fazer uso de documentos das instituições de ensino superior pública consultadas nos *sites* institucionais. Uma revisão bibliográfica foi realizada para a elaboração do referencial teórico, de modo a proporcionar concepções, conceitos e definições sobre a temática, não exclusivamente da CI, mas de outras áreas, a exemplo da Educação, que agregam valor à pesquisa.

Apresentação e Análise dos Resultados

A formação de docente para o nível superior a partir do curso de doutorado *stricto sensu* em CI é algo ainda incipiente se comparado às demais áreas, a exemplo de Educação e Letras. Souza (2022), Costa *et al*. (2024), Souza & Valentim (2023; 2024), Souza *et al*. (2024) têm desenvolvido relevantes pesquisas a partir de vivências, relatos e percepções a partir das perspectivas dos discentes; e da análise curricular dos cursos de pós-graduação nas modalidades de doutorado e mestrado em CI no Brasil.

Para esta pesquisa, buscou-se relatos dos doutorandos em CI nas seis Instituições de ensino superior supracitadas, a partir das respostas aos questionamentos acerca de: formação docente no doutorado; barreiras e necessidades; desafios e perspectivas futuras a fim de responder à questão de pesquisa e promover a reflexão proposta.

Perfil dos Doutorandos Respondentes

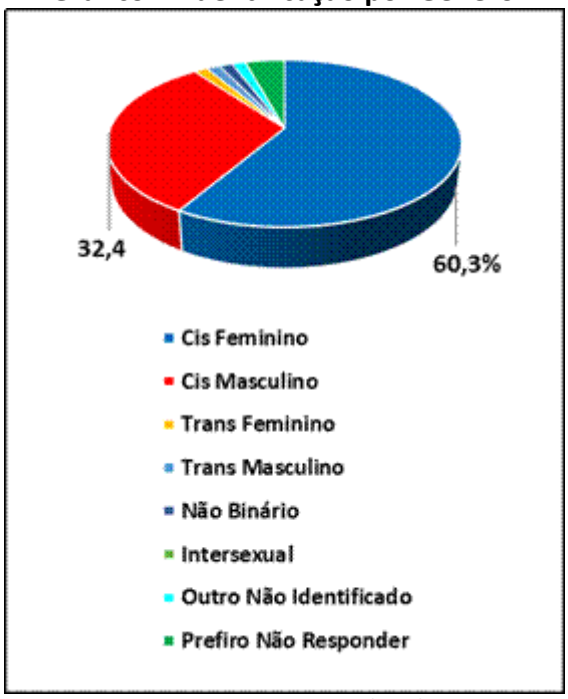
A primeira ação efetuada foi identificar os PPGCI que atendem aos critérios estabelecidos e, para isso, foi consultado o *site* da CAPES, de modo a obter as seis instituições selecionadas para a pesquisa. E a partir do *site* de cada universidade, identificar os contatos com os coordenadores dos referidos programas de pós-graduação em CI, no intuito de formalizar a solicitação de aplicação do questionário.

O questionário (formulário criado no Google Forms) foi enviado para as coordenações dos seis programas de pós-graduação em CI que, por sua vez, ficaram responsáveis pela disponibilização por *e-mail* aos discentes de doutorado.

Finalizado o prazo para o recebimento das respostas, apenas 68 (sessenta e oito) doutorandos responderam ao questionário, representando os seguintes programas de pós-graduação: Ibict/UFRJ; UnB; Unesp; UFPE e UFSC.

Quanto ao gênero, do total, 60,3% são do gênero Cis Feminino; 32,4% são do gênero Cis Masculino; 1,5% é do gênero Trans Feminino; 1,5% Outro não identificado; e 4,4% preferiram não responder (Gráfico 1). A partir dessas informações é possível evidenciar que grande parte da população é composta por discentes do gênero feminino.

Gráfico 1: Identificação por Gênero

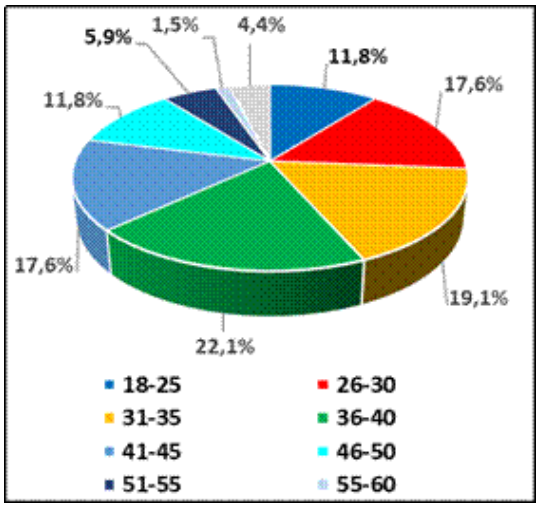


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O contingente feminino demonstrado no Gráfico 1, demonstra uma tendência de que as mulheres continuam se dedicando à qualificação continuada. É importante ressaltar a participação (embora tímida) de discentes da comunidade LPBTQIAP+; e a preocupação daqueles que não se sentiram confortáveis (ou contemplados) na identificação por gênero.

Quanto à faixa etária dos respondentes, conforme respostas, demonstra que é diversificada, contemplando diversas gerações (Gráfico 2).

Gráfico 2: Faixa etária dos doutorandos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Do total dos respondentes, 11,8% está na faixa etária 18-25 anos; 17,6% está na faixa entre 26 e 30 anos de idade; 19,1% está na faixa entre 31 e 35 anos de idade; 22,1% está na faixa entre 36 e 40 anos; 17,6% está entre 41 e 45 anos; 11,8% está entre 46 e 50 anos; 5,9% está entre 51 e 55 anos; 1,5% está entre 55 e 60 anos; e 4,4% está na faixa mais de 60 anos de idade.

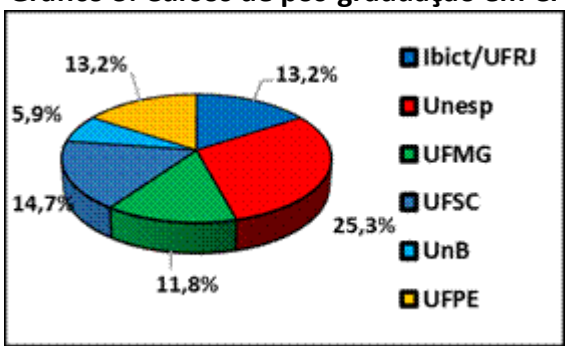
O encontro de representantes de várias gerações promove a criação de conhecimentos de forma diferente, uma vez que há pessoas com experiências práticas oriundas do mercado de trabalho que, por motivos diversos, resolveram se especializar com a pós-graduação *stricto sensu*. Parte destes são representados por docentes de nível superior, (lecionam para cursos tecnólogos e graduação) que atuam em áreas diferentes da CI, mas que visualizam o caráter interdisciplinar da área e almejam buscar informações, conhecimentos e competências para se qualificarem, e se atentarem às demandas reais e urgentes que cercam a informação no contexto atual.

Por outro lado, há aqueles que escolheram trilhar a carreira acadêmica, e que estão no processo de doutoramento sem ao menos ter tido a experiência formal de mercado de trabalho, vindo diretamente da graduação e do mestrado.

Formação dos respondentes

Embora a pesquisa tenha sido voltada para os discentes de seis programas de pós-graduação, representadas por seis instituições públicas de ensino superior localizadas em quatro regiões do País, o quantitativo de respondentes é considerado uma amostra pequena, pois apenas 68 (sessenta e oito) doutorandos responderam ao questionário (Gráfico 3).

Gráfico 3: Cursos de pós-graduação em CI

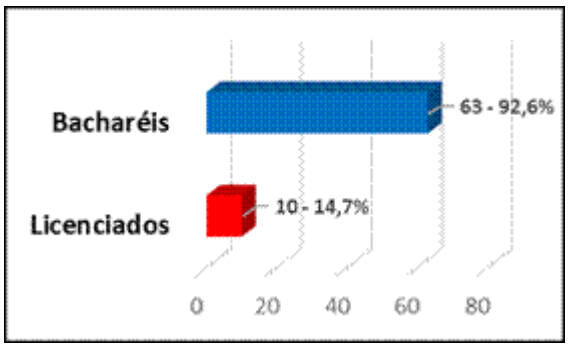


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à representação de discentes de doutorado respondentes, 19,1% estão matriculados no Ibict/UFRJ; 25,3% na Unesp; 11,8% na UFMG; 14,7% na UFSC; 5,9% na UnB; e 13,2% na UFPE.

No que se refere a formação no nível de graduação, foi importante identificar o percentual de licenciados (formação voltada para o exercício da docência) e de bacharéis (Gráfico 4).

Gráfico 4: Relação entre licenciados e bacharéis



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

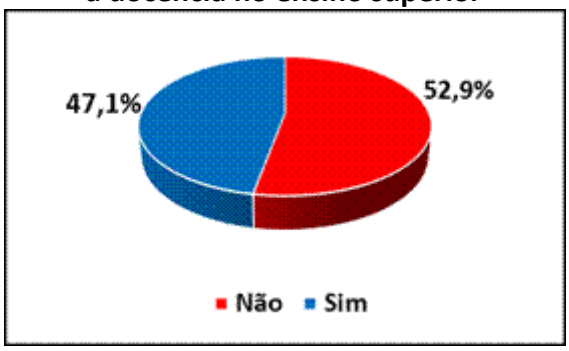
Do total dos respondentes, 92,6% (63) possuem graduação na modalidade bacharelado, enquanto 14,7% (10) são licenciados, cuja formação é voltada para o ensino, sendo que nesta modalidade de formação há o desenvolvimento de competências e habilidades didáticas e pedagógicas oriundas de teorias, práticas e atividades voltadas ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Formação para Docência no Doutorado

No questionário, uma seção específica visou identificar a percepção dos respondentes acerca do desenvolvimento de atividades didáticas e de competências voltadas ao exercício da docência promovido pelo programa de pós-graduação, entre outros aspectos que ajudam a refletir sobre a realidade encontrada pelo doutorando.

Nesse intuito perguntou-se se o doutorando teve oportunidade de participar de atividades didáticas e/ou pedagógicas necessárias ao exercício da docência no âmbito do ensino superior.

Gráfico 4 : Participar de atividades didáticas e/ou pedagógicas relacionadas à docência no ensino superior



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

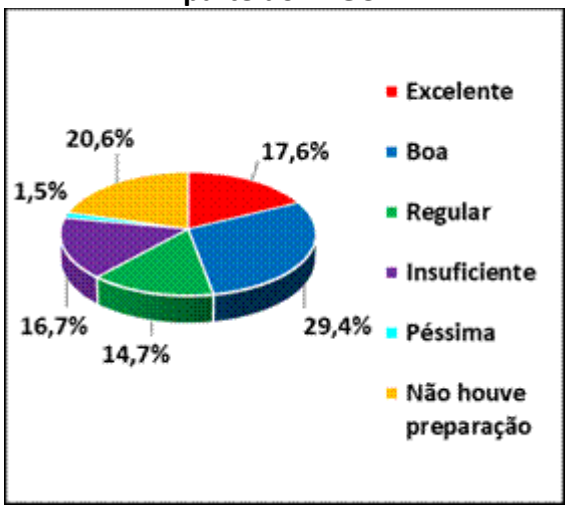
Do total, 47,1% (32) dos respondentes afirmaram terem oportunidade para desenvolver atividades didáticas e/ou pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento de tarefas de ensino superior, enquanto 52,9% (36) afirmam não terem participado do desenvolvimento de atividades didáticas e/ou pedagógicas, fato este preocupante, pois muitos destes não são oriundos de licenciaturas, impactando diretamente nas ações, planejamento de conteúdo e abordagem didático-pedagógica em aulas para graduação.

Dos que responderam positivamente sobre as atividades pedagógicas e/ou didáticas que puderam desenvolver, estes afirmaram que o fizeram por meio de:

- Estágio docência;
- Preparação de conteúdo e ministração de aulas;
- Realização de palestras;
- Estágio docente supervisionado em disciplinas de graduação;
- Atuação como professor substituto;
- Estágio obrigatório por ser bolsista CAPES.

No que se refere a preparação para o ofício docente efetivada pelo programa, os respondentes afirmaram que consideram: Excelente 17,6% (12); Boa 29,4% (20); Regular 14,7% (10); Insuficiente 16,7% (11); Péssima 1,5% (1) e não houve preparação 20,6% (14) (Gráfico 5).

Gráfico 5: Preparação para docência por parte do PPGCI

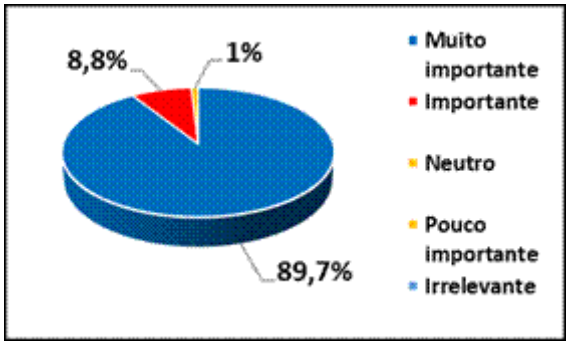


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ao se analisar as respostas que de certo modo podem ser consideradas negativas, nota-se que de alguma maneira não há preparação para o exercício da docência por parte dos programas selecionados e analisados.

Embora não recebam incentivos e/ou capacitação para o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades didático-pedagógicas para o exercício do ofício docente, 89,7% dos respondentes consideram a formação docente muito importante para o exercício da carreira acadêmica, 8,8% consideram importante e 1% se mantiveram neutros, não emitindo opinião (Gráfico 6).

Gráfico 6: Importância da formação docente para o exercício da carreira acadêmica.



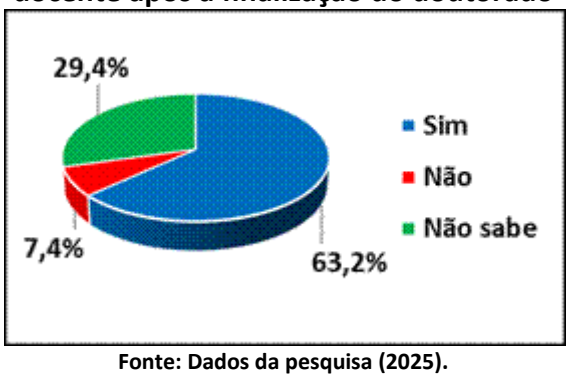
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O fato da neutralidade destacada por alguns discentes, pode corresponder ao desconhecimento da importância da formação docente ou simplesmente por não concordarem sobre o impacto na carreira acadêmica.

A atuação profissional após a finalização do doutorado é uma preocupação para boa parte daqueles que almejam uma nova ocupação ou simplesmente a mudança de carreira, focando na ocupação como docente de nível superior.

Sobre a possibilidade de atuação como docente de ensino superior após a finalização do doutorado, do total dos respondentes, 63,2% afirmaram que pretendem atuar como docentes; 29,4% não sabem; e 7,4% afirmam que não pretendem atuar como docente (Gráfico 7).

Gráfico 7: Perspectiva sobre exercício docente após a finalização do doutorado



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

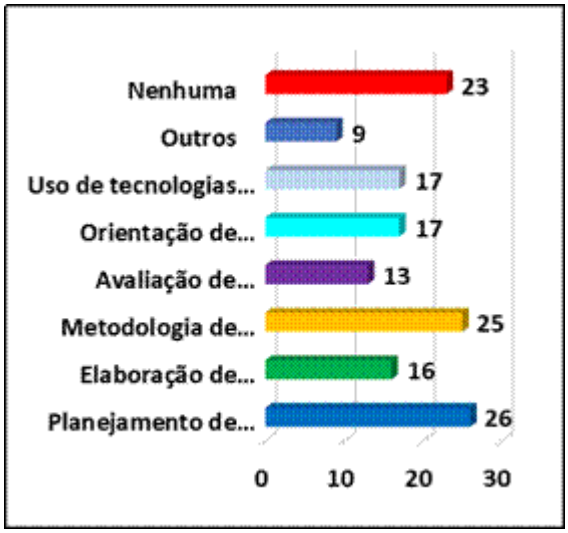
Ao serem questionados sobre as expectativas em relação à carreira docente, as respostas são bem diversas: 66,2% afirmam que vão desenvolver pesquisa, ensino e extensão de modo integrado; 13,2% afirmam que vão desenvolver pesquisas; 5,9% vão desenvolver ensino; 2,9% atuarão na extensão; 8,8% não sabem como atuarão e 2,9% têm outras expectativas.

Em se tratando da atuação docente no âmbito do ensino superior está normatizado e é obrigatório atender ao tripé: ensino, pesquisa e extensão, pois desempenha um papel fundamental para a sociedade, visto que reúne "[...] um conjunto de funções associadas ao progresso e a transmissão do saber: pesquisa, inovação, ensino e formação, educação permanente" (Delors, 1998 *apud* Farias & Belluzzo, 2017).

Assim, evidencia-se que a maior parte dos respondentes têm conhecimento sobre os afazeres e responsabilidades que devem assumir, no caso de exercerem o cargo de professor em nível superior.

Para o exercício do ofício docente, é preciso o desenvolvimento de competências e habilidades didáticas e pedagógicas, principalmente para aqueles que se formaram na modalidade de bacharelado e, portanto, não receberam conteúdos formadores e conhecimentos durante a graduação.

Gráfico 8: Competências e/ou habilidades docentes desenvolvidas durante o curso de doutorado



Fonte: Dados dos Pesquisa (2025).

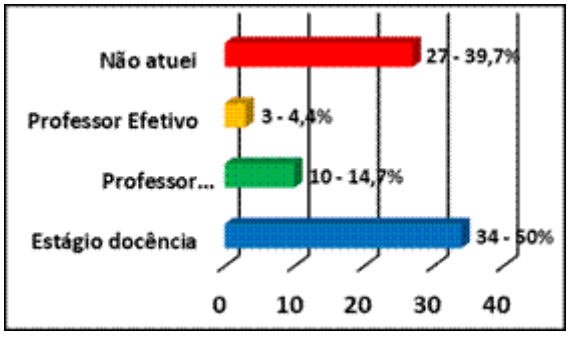
A partir das respostas, verifica-se que às atividades e/ou habilidades desenvolvidas no decorrer do doutorado em CI foram: 38,2% (26) Planejamento de disciplinas; 23,5% (16) Elaboração de material didático; 36,8% (25) Metodologia de ensino; 19,1% (13); 25% (17) orientação de estudantes; 25% (17) uso de tecnologias educacionais; 13,2% (9) outros; e 33,6% (23) nenhuma.

Os respondentes puderam escolher múltiplas opções, o que promoveu um certo *ranking* de importância, ressaltando a presença do planejamento de disciplinas e elaboração de material didático como uma realidade vivenciada por eles, em contraste a 33,6% que não desenvolveram nenhuma, evidenciando um dado preocupante.

Ministrar aulas, cursos e/ou oficinas no decorrer do doutorado em CI, é uma oportunidade para o doutorando experimentar o exercício da docência. Nesta perspectiva, 63,2% (43) dos respondentes afirmaram terem vivenciado a experiência de sala de aula, enquanto 36,8% (25) não tiveram tal oportunidade.

No decorrer do doutorado, surgem oportunidades distintas para atuação docente, dentre elas, o exercício de professor substituto e/ou temporário, atuação de professor efetivo, estágio docência (o mais comum, pois é obrigatório segundo normativa da CAPES) (Gráfico 9).

Gráfico 9: Teve oportunidade de atuar como docente



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na perspectiva dos respondentes, 50% atuaram na modalidade de estágio docência; 14,7% tiveram oportunidade de atuar como professor substituto; 4,4% atuaram como professor efetivo; e 39,7% afirmaram que ainda não atuaram como docente por motivos diversos.

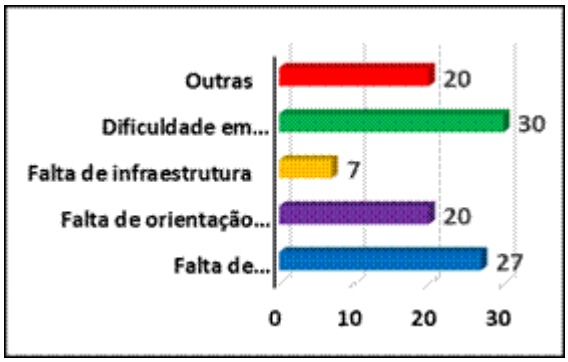
Barreiras e Necessidades

Ao longo do percurso no doutorado, muitas são as situações vivenciadas pelos discentes, muitos desafios a serem transpostos, somados a barreiras e também necessidades.

É preciso destacar as necessidades de modo a identificar problemas que podem ser analisados e/ou solucionado no que se diz respeito a formação para a atuação docente.

Nesse cenário, as barreiras mencionadas pelos respondentes foram: 44,1% afirmaram como dificuldade a conciliação da pesquisa e docência; 39,7% a falta de atividades práticas; 29,7% falta de orientação técnica; 10,3% a falta de infraestrutura (laboratórios etc.); e 29,4% outros motivos não identificados (Gráfico 10).

Gráfico 10: Principais barreiras enfrentadas referentes a formação docente durante o doutorado

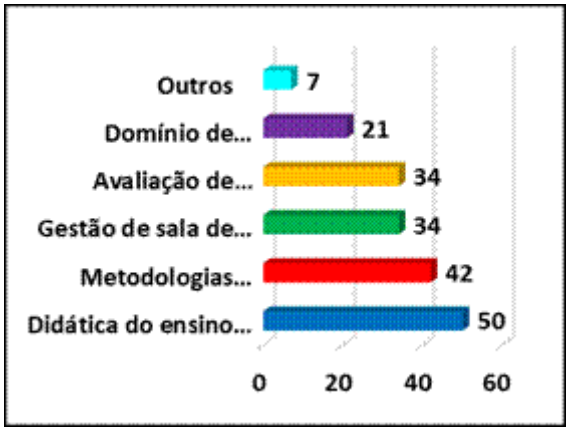


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As dificuldades apresentadas podem se tornar obstáculos no desempenho do futuro docente.

Em referência ao conhecimento, habilidades e competências a serem desenvolvidos no percurso formativo do doutorado em CI, dos 68 (sessenta e oito) respondentes informaram que: 1º Didática do ensino superior; 2º Metodologias ativas de ensino; 3º Gestão de sala de aula; 4º Avaliação de aprendizagem; 5º Domínio de conteúdos ensinados e outros, são importantes para a formação docente de nível superior (Gráfico 11).

Gráfico 11 : Conhecimentos, competências ou habilidades que gostaria de ter desenvolvido durante o doutorado para atuar como docente



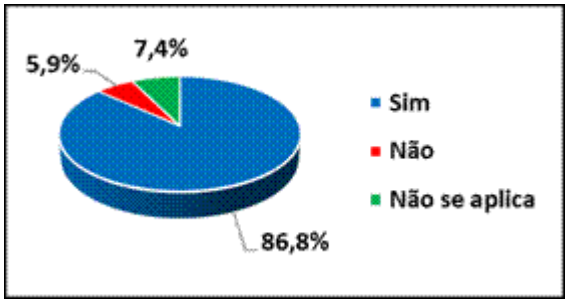
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para além do conhecimento formativo voltado para as temáticas da CI, identificar competências e necessidades promovem um olhar estratégico para o autodesenvolvimento profissional para o exercício da docência, uma vez que há mudanças sob várias perspectivas que devem ser entendidas como oportunidade para capacitação contínua, e de atendimento às demandas contemporâneas, sejam elas sociais, culturais, informacionais e tecnológicas (López, 2014, pp.22, *tradução nossa*), afirma que

> as competências da docência atual exigem ainda mais esforço, comprometimento e trabalho em torno do desenvolvimento de habilidades para adquirir novas capacidades, vivenciar novas experiências e colaborar na integração ao ambiente institucional.

Embora o doutorado em CI seja voltado para temáticas voltadas ao estudo de fenômenos relacionados aos dados, informação e conhecimento, é importante salientar que uma das perspectivas de atuação é o exercício da docência, o que faz ressaltar a necessidade de disciplinas com conteúdos formadores relacionados a didática, como mencionado por 86,8% do total de respondentes (Gráfico 12).

Gráfico 12: Opinião sobre se o programa deve incluir disciplinas relacionadas à docência no ensino superior



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

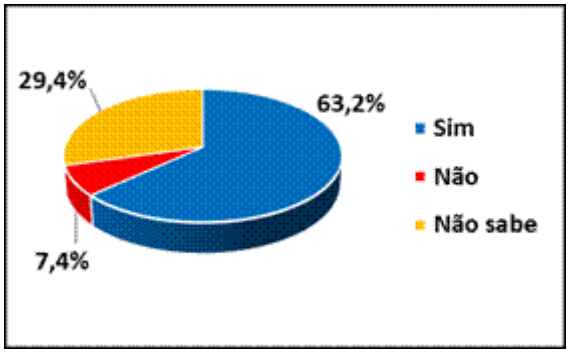
Do total dos respondentes, 7,4% (5) afirmaram que "não se aplica" quando se refere a inclusão obrigatória de disciplinas com ênfase na formação docente, ou seja, disciplina relacionada à docência no ensino superior, o que de certa forma, evidencia a lacuna existente aos demais programas. De igual modo, 5,9% (4) dos respondentes negaram a importância de tais disciplinas para serem incorporadas no programa do qual fazem parte, demonstrando um certo desconhecimento sobre a necessidade de se ter conhecimento específico para o desenvolvimento de competências e habilidades didático-pedagógicas.

Desafios e Oportunidades Futuras

Muitos são os desafios que os doutorandos enfrentam ao longo dos quatro anos de formação *stricto sensu*, contudo, muitos podem ser entendidos e, até mesmo, percebidos como oportunidades a serem aproveitadas, dentre elas está a docência.

O exercício como docente é uma das possibilidades de atuação do futuro doutor em CI. No entanto, para muitos, não é uma das opções que justificam cursar a pós-graduação *stricto sensu*. De acordo com as informações prestadas pelos 68 respondentes: 63,2% (43) afirmaram que atuarão como docentes após a conclusão do doutorado; 29,4% (20) ainda não sabem e 7,4% (5) afirmaram que não irão atuar como docentes de nível superior (Gráfico 13).

Gráfico 13 : Após a conclusão do curso de doutorado pretende atuar como docente



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Entre não saber e afirmar que não atuarão como docentes no ensino superior, pode demonstrar uma possível insegurança no que compete a se sentir capacitado para a assumir um cargo de professor, dado preocupante, pois a profissão de professor é a responsável pela formação de todas as outras, e se não houver reposição, poderá haver a escassez deste profissional (Gráfico 14).

Gráfico 14 : Avaliação sobre a preparação atual para assumir um cargo/função de professor para atuar no ensino superior



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A insegurança é algo que pode estar presente na vida de muitos doutorandos, principalmente naqueles que desejam ser professor, principalmente os bacharéis, pois as constantes mudanças tecnológicas tem demandado o desenvolvimento de habilidades infocomunicacionais.

A percepção sobre estar preparado para o exercício como professor, dos 68 respondentes, 36,8% (25) sentem-se preparados; 26,5% (18) afirmaram estar mais ou menos preparados; 16,2% (11) afirmaram estar muito preparados; 13,2% (9) pouco preparados; 4,4% (3) despreparados; e 2,9% (2) afirmaram não saber se estão preparados.

Ao todo, 53% dos respondentes sentem-se preparados para exercer a função de docente, mesmo que a sua formação não contemple disciplinas voltadas para a capacitação didático-pedagógica, culminando numa certa expectativa positiva quanto ao próprio futuro (Gráfico 15).

Gráfico 15: Expectativas em relação à carreira docente



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Para aqueles que estão no processo de doutoramento e não possuem emprego formal, seja como servidor público ou da iniciativa privada, os últimos momento na pós são os mais desafiadores, pois requerem dos futuros doutores, escolhas que afetam direta e indiretamente o seu futuro.

Ao findar o doutorado, em geral, boa parte dos novos doutores almejam atuar como docentes, numa perspectiva de continuidade da carreira acadêmica, pois sua atuação estará ligada ao tripé: ensino-pesquisa-extensão; e que não existe no Brasil a profissão de pesquisador, pois está atrelada a carreira docente.

Dos 68 respondentes, 66,2% (45) afirmaram que desenvolverão atividades de pesquisa-

ensino-extensão de maneira integrada; enquanto 13,2% (9) afirmaram querer desenvolver somente pesquisas; 5,9% (4) desejam atuar unicamente como docente; 2,9% (2) almejam atuar em extensão; 8,8% (6) afirmam não saber; e somente 2,9% (2) afirmaram ter outras pretensões.

É possível que 33,8% (23) dos respondentes não tenham noção da realidade no que se refere a atuação docente, principalmente na perspectiva do ensino superior em universidade pública, pois segundo a legislação, faz parte da atuação docente a elaboração de projetos de pesquisa e extensão somadas às atividades docentes, pois estão intrinsecamente ligados a missão institucional.

Considerações Finais

Esta pesquisa objetivou identificar se a formação docente para nível superior, a partir da conclusão do doutorado em Ciência da Informação, capacita, desenvolve competências para que os novos professores possam exercer adequadamente o seu ofício em nível de graduação.

Buscou-se responder aos seguintes questionamentos: *se a formação stricto sensu por meio do doutorado em CI resulta no desenvolvimento de novos professores para atuar no ensino superior no Brasil; se os doutorandos que fazem estágio de docência ou atuam como professor substituto/temporário conseguem obter conhecimento, desenvolver competências e habilidades didático-pedagógicas para exercer o ofício docente; se a perspectiva futura do doutorando se relaciona a vontade de atuar como docente no âmbito do ensino superior após obterem o título de doutorado.*

A partir dos dados e informações coletados por meio do instrumento (questionário) aplicado aos pesquisados (discentes de doutorado em CI), e alinhando as respostas às questões de pesquisa, evidenciou-se que a percepção dos doutorandos acerca do seu desenvolvimento para atuação docente é equivocada em alguns pontos e incipiente em outros. Embora considerem importante a formação docente, 38% dos respondentes afirmaram não receber capacitação para o exercício da docência. Em consonância, ressaltaram as principais barreiras como: a falta de oportunidades práticas; a falta de orientação específica; a falta de infraestrutura; a dificuldade de conciliar pesquisa e docência, entre outras.

Nesse sentido, é preciso destacar os conhecimentos, competências e habilidades que deveriam desenvolver no decorrer do doutorado, conforme os dados e informações coletados junto aos respondentes: didática do ensino superior; metodologias ativas de ensino; gestão de sala de aula; avaliação de aprendizagem, entre outros.

Ao mesmo tempo que a pós-graduação *stricto sensu* objetiva a formação docente em nível superior, bem como de pesquisadores, observa-se que direcionam os discentes para o desenvolvimento de suas pesquisas em consonância com as linhas de pesquisas de cada programa, e em sua maioria não disponibiliza disciplinas voltadas à formação docente, evidenciando de certa forma que não há uma preocupação em relação a esta lacuna formativa.

A realização do estágio de docência, na modalidade obrigatória, sem qualquer capacitação, não promove o desenvolvimento de competências e habilidades didático-pedagógicas para o exercício docente.

Contudo, aqueles que puderam exercer o ofício como professor substituto e/ou temporário puderam se ambientar com o contexto, além de desenvolver algumas competências e habilidades, porque obtiveram informações, além de conhecimentos específicos e práticos para atuarem de modo adequado.

Ao serem questionados sobre o futuro após a conclusão do doutorado, com ênfase no exercício da docência, em algumas respostas, nota-se um certo desconhecimento acerca das atividades a serem desenvolvidas neste contexto, principalmente as relacionadas ao tripé ensino-pesquisa-extensão, ao mesmo tempo nota-se que alguns não tem pretensões definidas.

Desse modo, a partir dos resultados obtidos, conclui-se que há a necessidade de inclusão de disciplinas obrigatórias na estrutura curricular dos programas, voltadas ao desenvolvimento

de competências, habilidades e informações sobre didática no ensino superior, visando minimizar problemas formativos, principalmente para aqueles que possuem graduação na modalidade de bacharelado.

Trata-se de uma oportunidade para atualização dos currículos, visando a capacitação dos futuros docentes, e evidenciando um possível tema para pesquisas, uma vez que se trata de uma lacuna no campo da educação em CI, carecendo de atenção.

Em relação à área de Ciência da Informação no Brasil, é preciso o desenvolvimento de pesquisas voltadas para esta temática, como forma a pautar sugestões de melhorias curriculares para os programas de pós-graduação brasileiros.

Referências

Bolzan, D. P. V., Austria, V. C., & Lenz, N. (2010). Pedagogia universitária: a aprendizagem docente como um desafio à professoralidade. *Acta Scientiarum. Education*, *32*(1), 119-126. https://doi.org/10.4025/actascieduc.v32i1.9485

Brasil. (1996). Lei nº 3.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

Capes (2010) 76, de 14 de abril de 2010. Diário Oficial da União, Seção 1, Nº). Portaria nº 73, 19 de abril. pp.31-32. https://www.gov.br/esg/pt-br/composicao/pesquuisa-e-pos-graduacao/mestrado/area-do-aluno/bolsa-demandas-social-2020/portaria-no-76-de-14-de-abril-de-2010.

Capes (2014). Mestrado e Doutorado: o que são? https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacaoo-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-e-doutorado-o-que-sao

Costa, M.J.M., Chaves, I.T. & Bernardino, M. C. R. (2024). Estágio de Docência na Pós-Graduação em Ciência da Informação: experiências e sentidos vivenciais na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico. *Revista Brasileira De Educação Em Ciência Da Informação*, 1–15. https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/390

Cruz, G. (2017). Didática e docência no ensino superior. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, *98*(250). https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i250.2931

Demo, Pedro (2012). Habilidades e Competências no século XXI.Porto Alegre, Mediação.

Farias, G. B. de, & Belluzzo, R. C. B. (2017). Competência em Informação: perspectiva didática pedagógica. *Informação & Informação*, 22(3), 112–135. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n3p112

Fortunato, I., Araújo, O. H.A., & Medeiros, E.A, de. (2023). Estágio de docência: um manifesto sobre formação de professores para o Ensino Superior. *Debates Em Educação*, *15*(37), 1–17.e14477. https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37p1-17.e14477

Junges, K.S., & Behrens, M.A. (2015). Prática docente no Ensino Superior: a formação pedagógica como mobilizadora de mudança. *Perspectiva*, *33*(1), 285–317. https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v33n1p285

López, D. (2014). Las competencias del docente universitario. Reflexiones desde el aula de clases. *Acción Y Reflexión Educativa*, (36), 18–32. https://revistas.up.ac.pa/index.php/accion_reflexion_educativa/article/view/2030

Miranda, A. M. M., GAIA, A. L. C., & SANTOS NETO, J. A. (2018). A formação pedagógica nos programas de pós-graduação stricto sensu em ciência da informação no brasil. Revista brasileira de educação em ciência da informação, 5(1).

Moura, S.T.G, et. al (2021). Competênicas dos docentes no ensino superior. Revista Avaliação do Ensino Superior; 26 (3), 658-677.

Pimenta, Selma Garrido & Lima, Maria Socorro Lucena (2011). *Estágio e Docência*. São Paulo, Cortez.

Pinto, M. das G. G. (2010). <b>O lugar da prática pedagógica e dos saberes docentes na formação de professores. *Acta Scientiarum. Education*, *32*(1), 111-117. https://doi.org/10.4025/actascieduc.v32i1.9486

Souza, C.B.S., (2022). Percepções sobre o Estágio de Docência do Mestrado em Ciência da Informação. *Revista Brasileira De Educação Em Ciência Da Informação*, *9*(número especial), 1–10. https://doi.org/10.24208/rebecin.v9.317

Souza, C.B.S., & Valentim, M.L.P (2023). Pasantía Docente En La Formación De Docentes En Ciencias De La Información En Brasil l: Relato De Experiencia. Revista EDICIC, 3(4), 1-14. https: //ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/232

Souza, C.B.S., & Valentim, M.L.P. (2024). Estágio de docência em Ciência da Informação no Brasil como requisito da formação docente de doutorado dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu. Em C.G. da Silva; Jorge Revez & L. Corujo (Orgs.), Diálogos em Ciência da Informação : Atas do XIV Encontro EDICIC (pp. 175-180).

Souza, C.B.S. de., Germano Júnior, M.M.G., Santos, T.B. & Valentim, M.L.P. (2024, 17-19 de abril). A formação docente em um mundo de desinformação: análise dos cursos de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. Jornadas de Intercambio y reflexión acerca de la investigación en Bibliotecología, La Plata, Argentina. jornadabibliotecologia.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-2024/actas/ponencia-241216204507362857/@@display-file/file/mesa4-souza.pdf

Tardif, M. (2014). Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, Vozes.

Tardif, M. & Lessard, Claude (2014). O Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão e interações humanas. Petrópolis, Vozes.

Thurler, M.G.(2002) O Desenvolvimento Profissional dos Professores: Novos Paradigmas, Novas práticas. Em. Perrenoud, P. & Thurler, M.G. et. al (Orgs). As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o desafio da avaliação (89-111). Artmed Editora.

Vergara, S.C. (2011).Projetos e relatórios e pesquisa em Administração. Atlas.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA QUÊ? POSSIBILIDADES DE USO COMO FONTE DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISADORES

Fábio Éder Cardoso, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 0000-0002-0309-057X, Brasil, ***fabio.eder@unesp.br***

Claudia Barbosa dos Santos de Souza, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",0000-0002-1520-8053, Brasil, ***e-mail: claudia.bs.souza@unesp.br***

Edberto Ferneda, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 0000-0002-8808-1217, Brasil, ***edberto.ferneda@unesp.br***

Marta Lígia Pomim Valentim, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 0000-0003-4248-5934, Brasil, ***marta.valentim@unesp.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6588

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

O surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) impactou sobremaneira a sociedade, em seus diversos segmentos. Automação de processos, fim de barreiras geográficas, geração de dados e informações em quantidades exponenciais, novos métodos e técnicas de ensino e aprendizagem, além de novos produtos e serviços, redimensionaram o tecido social e o campo educacional (Cardoso *et al.,* 2023). O desenvolvimento das TIC e, posteriormente, da Inteligência Artificial (IA), representa uma das transformações mais significativas na história recente da Ciência da Informação (CI). Desde a década de 1950, com o advento dos primeiros computadores e experimentos iniciais em IA simbólica, até o surgimento dos modelos de aprendizado profundo e transformadores no século XXI, a relação entre tecnologias computacionais e práticas de organização, recuperação e mediação da informação se consolidou como um eixo central de pesquisa. Segundo De Bie *et al.* (2021), a integração de metodologias de ciência de dados e automação transforma os processos de organização e recuperação da informação, demandando que a Ciência da Informação desenvolva modelos adaptados a essas novas lógicas. Atlan (2023) reforça que a CI passou a incorporar práticas de extração e representação de dados baseadas em automação e aprendizado de máquina para lidar com fluxos informacionais complexos.

O avanço das TICs, especialmente a partir dos anos 1990 com a popularização da Internet, trouxe novos paradigmas para o acesso e a gestão da informação. Bases de dados digitais, motores de busca e sistemas de recuperação passaram a produzir fluxos informacionais em escala sem precedentes. Historicamente, a IA foi aplicada a tarefas de classificação e indexação automática desde os primeiros sistemas de recuperação de informação baseados em frequência de termos, como os propostos por Luhn nos anos 1950. Com o avanço do aprendizado profundo, surgiram modelos capazes de reconhecer padrões complexos e, mais recentemente, arquiteturas baseadas em Transformers permitiram a criação de modelos generativos pré-treinados com capacidade de interpretar contextos semânticos de maneira sofisticada (Vaswani *et al.*, 2017; Devlin *et al*., 2019). Essa evolução impacta diretamente a CI ao propor novos métodos de representação do conhecimento e ferramentas que ampliam as práticas de pesquisa científica.

Nesse contexto, a sociedade foi se adaptando no intuito de naturalizar o uso de tais tecnologias. Pesquisas sobre IA têm sido desenvolvidas sob diferentes perspectivas, a depender do objetivo do uso. Muitas evidenciam o impacto no âmbito educacional, seja na otimização de textos, gráficos, escrita criativa, seja no efeito do uso massivo por uma parcela mais jovem da sociedade. Não distante

dessa realidade, percebe-se a necessidade de estudos que explorem outras possibilidades de uso da IA na educação e na pesquisa científica, com vistas a justificar e fundamentar seu uso como recurso didático e como fonte de informação confiável.

De acordo com o relatório El Estado de la Ciencia 2023, elaborado pela RICYT em cooperação com a OEI e a UNESCO, o uso de Inteligência Artificial em processos de pesquisa está crescendo significativamente na Ibero-América, com estimativas que apontam que cerca de 40% dos pesquisadores ibéricos utilizam ferramentas de IA em etapas como revisão bibliográfica e análise de dados. Na América Latina, aproximadamente 35% dos grupos de pesquisa no Brasil, Argentina e Chile já incorporam IA em seus projetos (RICYT, 2023). Ainda assim, desafios como infraestrutura desigual, ausência de políticas de uso ético e falta de capacitação crítica de pesquisadores persistem.

Diante desse cenário emergem problematizações fundamentais: até que ponto a IA pode ser considerada uma fonte confiável de informação para a pesquisa científica? O uso de modelos generativos levanta questões de autoria e originalidade, pois parte dos textos e análises é produzida por sistemas treinados em dados de origem diversa. A integração dessas ferramentas às práticas acadêmicas exige não apenas domínio técnico, mas também reflexão epistemológica e ética sobre o papel do pesquisador na mediação entre sistemas automatizados e a produção de conhecimento.

A pergunta norteadora deste estudo – Inteligência Artificial para quê? – busca tensionar essas questões e explorar o potencial da IA como mediadora de processos informacionais. Parte-se da hipótese de que o uso de IA como fonte de informação pode otimizar o processo de revisão de literatura e a descoberta de lacunas de pesquisa. Considera-se ainda que essas ferramentas apresentam potencial para ampliar a interdisciplinaridade ao integrar bases de dados heterogêneas. Por outro lado, admite-se que o uso acrítico de IA, sem diretrizes éticas claras, pode comprometer a confiabilidade e a autenticidade da produção científica. O objetivo geral desta pesquisa é identificar estratégias de uso da IA como fonte de informação no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na área da CI. Como objetivos específicos, busca-se:

1 - Mapear as ferramentas de IA mais utilizadas por pesquisadores na prospecção e análise de informações científicas;

2 - Avaliar o potencial e as limitações dessas ferramentas no apoio à produção de conhecimento;

3 - Discutir os desafios éticos e metodológicos do uso de IA como fonte de informação no contexto da Ciência da Informação.

Referencial Teórico

A Inteligência Artificial tem se consolidado como uma poderosa aliada na prática acadêmica e científica, oferecendo ferramentas que otimizam o processo de coleta, análise e interpretação de dados. Além das aplicações já consolidadas na recuperação e síntese de informações, novas abordagens vêm se destacando na análise preditiva e na identificação de tendências em dados massivos (Zala et al., 2024; Marsenne et al., 2024). A capacidade da Inteligência Artificial de correlacionar informações heterogêneas e identificar padrões contextuais possibilita uma compreensão mais profunda de fenômenos complexos, facilitando a geração de novos conhecimentos em diferentes campos do saber (Manning; Raghavan; Schütze, 2008). Dessa maneira, distintos pesquisadores podem contar com sistemas capazes de fornecer informações relevantes, agregando valor à análise científica e promovendo um avanço significativo na qualidade das pesquisas realizadas. Esse cenário demonstra que a Inteligência Artificial não atua apenas como ferramenta auxiliar, mas como elemento transformador das práticas de investigação, permitindo maior integração entre áreas do conhecimento, aceleração de processos de descoberta científica e fortalecimento de metodologias baseadas em evidências, características essenciais para lidar com o

crescente volume e complexidade da produção acadêmica contemporânea.

O uso de algoritmos de aprendizado de máquina e redes neurais profundas tem ampliado as possibilidades de exploração de grandes volumes de dados acadêmicos. De acordo com Devlin et al. (2019), modelos baseados em transformadores, como o BERT, são capazes de compreender relações semânticas complexas entre documentos, oferecendo maior precisão na recuperação de informações e favorecendo análises contextuais mais robustas. Esse avanço tecnológico contribui diretamente para a construção de bases de conhecimento mais estruturadas e interconectadas.

Além das tarefas de recuperação, a Inteligência Artificial tem desempenhado um papel central na automação de revisões sistemáticas e na identificação de lacunas na literatura científica. Estudos como o de Aboelmaged (2021) demonstram que ferramentas de Inteligência Artificial aplicadas a revisões de literatura reduzem o tempo de coleta e análise de dados, ao mesmo tempo em que aumentam a abrangência das fontes avaliadas. Essa capacidade de varredura e síntese automática fortalece a produção de estudos mais consistentes e evita redundâncias metodológicas em diferentes áreas do conhecimento.

Outro aspecto relevante é a integração da Inteligência Artificial em bases de dados acadêmicas e plataformas de indexação científica. Chen *et al*. (2020) destacam que a adoção de algoritmos inteligentes em ambientes de ensino e pesquisa não apenas otimiza processos técnicos, mas também transforma as práticas pedagógicas e investigativas. Ao facilitar o acesso a conteúdos relevantes e oferecer análises preditivas sobre tendências emergentes, a Inteligência Artificial torna-se um elemento estratégico para o desenvolvimento de políticas científicas mais alinhadas às necessidades contemporâneas de produção e disseminação do conhecimento.

O papel da IA na Ciência da Informação

Na Ciência da Informação (CI), a integração de ferramentas de IA está diretamente relacionada às práticas de organização, mediação e recuperação de informações. Historicamente, a CI desenvolveu modelos de representação e tratamento informacional que acompanharam a evolução tecnológica, desde linguagens documentárias e sistemas de classificação até processos automatizados de indexação e recuperação. A IA, inicialmente aplicada a tarefas específicas, como classificação e indexação automática, evoluiu para modelos generativos e preditivos capazes de compreender contextos semânticos complexos, expandindo o alcance das metodologias tradicionais da CI (Luhn, 1958; Manning; Raghavan; Schütze, 2008).

Essa evolução tem permitido que a CI proponha modelos de tratamento informacional que dialogam com novas lógicas de automação e análise de dados. De Bie et al. (2021) argumentam que o uso de algoritmos de aprendizado de máquina em sistemas de informação científicos amplia a capacidade de extração e organização de conhecimento. Ferramentas baseadas em Processamento de Linguagem Natural (PLN) integram-se a esse contexto, oferecendo meios mais sofisticados para interpretar a semântica de textos acadêmicos (Baeza-Yates; Ribeiro Neto, 2011).

Valentim (2022) destaca que a IA amplia o papel da CI na mediação entre conhecimento científico e sociedade, potencializando práticas de curadoria e gestão de informação em contextos de sobrecarga informacional. Nesse sentido, a IA não substitui a análise humana, mas atua como catalisadora de processos de síntese e organização do conhecimento, alinhando-se ao caráter interdisciplinar da CI.

A integração de modelos generativos também tem modificado a forma como a CI lida com a representação e a recuperação de dados. Devlin et al. (2019) ressaltam que arquiteturas como BERT são capazes de oferecer análises contextuais mais profundas, permitindo que sistemas de informação acadêmica compreendam nuances semânticas antes negligenciadas. Essa capacidade contribui para superar as limitações dos modelos baseados em palavras-chave e amplia a relevância dos

resultados obtidos em ambientes de pesquisa científica.

Outro ponto relevante é a contribuição dos modelos preditivos para a análise de tendências e mapeamento de lacunas no conhecimento. Zala et al. (2024) evidenciam que a aplicação de algoritmos de aprendizado profundo em revisões de literatura automatizadas permite identificar padrões emergentes em grandes volumes de publicações. Para a CI, isso representa um avanço importante na mediação de fluxos informacionais e no apoio à construção de agendas de pesquisa mais estratégicas e alinhadas com demandas sociais e científicas.

Além disso, a CI tem se beneficiado do uso de IA na integração de fontes heterogêneas, o que potencializa pesquisas interdisciplinares. Chen et al. (2020) apontam que sistemas inteligentes capazes de cruzar dados de diferentes áreas ampliam a capacidade de análise crítica e a produção de conhecimento inovador. Essa abordagem dialoga diretamente com a essência da CI, que sempre buscou articular diferentes domínios informacionais para responder a questões complexas.

Entretanto, o uso crescente de IA nos processos de organização e análise de informação exige que a CI desenvolva metodologias de validação e curadoria. Bostrom e Yudkowsky (2014) alertam para o risco de opacidade dos sistemas baseados em aprendizado profundo, que podem comprometer a transparência e a auditabilidade dos resultados. Para manter a integridade da informação científica, torna-se necessário estabelecer parâmetros que combinem inovação tecnológica e rigor epistemológico.

Por fim, o papel do profissional da informação nesse novo cenário torna-se ainda mais estratégico. Russell e Norvig (2020) destacam que, embora a IA automatize tarefas complexas, a interpretação crítica e a mediação humana continuam essenciais para assegurar relevância, contextualização e ética no uso das informações. Assim, a CI deve posicionar-se não apenas como usuária dessas tecnologias, mas como campo que define padrões e diretrizes para sua integração responsável na produção e gestão do conhecimento.

Estado da Arte das Ferramentas de IA

Entre as abordagens mais inovadoras que utilizam IA como fonte de informação, destacam-se as técnicas de PLN (Processamento de Linguagem Natural) e Aprendizado Profundo (Deep Learning), que estão revolucionando a forma como os conteúdos são indexados, recuperados e interpretados. Modelos como BERT (*Bidirectional Encoder Representations from Transformers*) e GPT (*Generative Pre-trained Transformer*) propiciam análises semânticas mais apuradas e contextualizadas de textos científicos, superando as limitações dos modelos tradicionais de recuperação da informação (Devlin et al., 2019; Vaswani et al., 2017).

Ferramentas como Elicit, Research Rabbit, Scite e Litmaps têm se tornado parte essencial do ecossistema acadêmico. Elas permitem automatizar a prospecção de artigos, analisar redes de citações e gerar resumos automáticos, o que contribui para identificar lacunas e sintetizar o estado da arte de maneira mais ágil (Zala *et al*., 2024). A integração dessas ferramentas com bases de dados como Scopus e Web of Science cria sistemas híbridos que combinam curadoria humana e algoritmos inteligentes.

Chen *et al.* (2020) ressaltam que essas aplicações de IA no contexto educacional e científico não apenas otimizam tarefas mecânicas, mas transformam práticas acadêmicas, ampliando a capacidade analítica e promovendo novas metodologias de ensino e pesquisa. No mesmo sentido, Aboelmaged (2021) evidencia que algoritmos de aprendizado de máquina e PLN são hoje essenciais para aumentar a precisão da recuperação da informação e apoiar decisões em contextos acadêmicos e empresariais.

Além das ferramentas voltadas para síntese e revisão, modelos generativos vêm sendo incorporados em sistemas de apoio à escrita acadêmica, oferecendo sugestões contextuais e auxiliando na formatação de textos científicos. Esses modelos, baseados em

arquiteturas como GPT, são capazes de gerar resumos, estruturar seções de artigos e até sugerir referências relacionadas, agilizando etapas fundamentais do processo de produção científica (Devlin et al., 2019; Vaswani et al., 2017).

Outro aspecto relevante é o uso de IA na visualização e mapeamento de redes de conhecimento. Plataformas como Research Rabbit e Litmaps não apenas automatizam a prospecção de literatura, mas também permitem a construção de grafos que evidenciam conexões temáticas, redes de coautoria e evolução histórica de campos de estudo. Zala et al. (2024) observam que essa funcionalidade é especialmente valiosa para pesquisadores que desejam compreender tendências emergentes e estruturar projetos de forma mais estratégica.

A integração das ferramentas de IA com bases científicas tradicionais reforça a criação de sistemas híbridos que equilibram curadoria humana e automação. Chen et al. (2020) destacam que a combinação entre algoritmos inteligentes e avaliação crítica do pesquisador garante maior confiabilidade às análises, preservando o rigor científico ao mesmo tempo em que acelera o processo de coleta e interpretação de dados.

Além disso, a utilização de IA em contextos acadêmicos tem favorecido práticas de pesquisa mais colaborativas e interdisciplinares. Aboelmaged (2021) ressalta que sistemas capazes de correlacionar dados de diferentes áreas do conhecimento ampliam a capacidade de identificar interseções e promover a integração de perspectivas distintas. Essa característica torna as ferramentas de IA não apenas instrumentos técnicos, mas também mediadoras de novas formas de construção do conhecimento.

Outro ponto importante é a capacidade das ferramentas de IA em lidar com a sobrecarga informacional contemporânea. Em um cenário no qual o volume de publicações científicas cresce exponencialmente, modelos de PLN e aprendizado profundo desempenham papel fundamental na filtragem, priorização e síntese de conteúdos relevantes. Manning, Raghavan e Schütze (2008) ressaltam que a recuperação de informação orientada por IA não apenas organiza grandes acervos, mas oferece resultados mais contextualizados e alinhados às necessidades específicas do usuário.

A adoção dessas tecnologias levanta também discussões sobre ética e transparência. Chen *et al.* (2020) e Arvanitakis *et al.* (2023) alertam que, embora as ferramentas de IA tragam ganhos significativos em eficiência e qualidade, é fundamental que o uso dessas tecnologias seja acompanhado de diretrizes claras sobre autoria, originalidade e responsabilidade acadêmica. Dessa forma, a evolução das ferramentas de IA deve ser equilibrada por uma reflexão crítica e pela implementação de práticas que assegurem a integridade da produção científica.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa exploratória, pois "[...] é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado", é descritiva pois "[...] expõe características de determinada população ou determinado fenômeno"; e é explicativa pois tem o "[...] objetivo de esclarecer quais fatores contribuem de alguma maneira, para a ocorrência de um determinado fenômeno" (Vergara, 2011, p. 42). Visa explorar as pesquisas que versam sobre o uso de IA como fontes de informação no âmbito da Ciência da Informação, por meio do uso dessas tecnologias no cotidiano de pesquisa e de pesquisadores. Nesse intuito, efetuar-se-á uma revisão de literatura.

Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, pois pretende-se analisar e identificar as tendências de IA utilizadas como fonte de informação em pesquisas científicas. Para isso, utilizar-se-á uma IA que selecione e efetue a análise dos dados extraídos de textos no campo da Ciência da Informação.

A natureza exploratória permite mapear lacunas no conhecimento e identificar padrões ainda pouco evidentes na produção científica. De Bie *et al.* (2021) ressaltam que métodos exploratórios são especialmente úteis quando combinados com algoritmos de aprendizado de máquina, pois possibilitam a extração de correlações não observáveis apenas pela

análise manual, fortalecendo a compreensão inicial de um fenômeno emergente como o uso de IA na pesquisa acadêmica.

A abordagem descritiva complementa esse processo ao caracterizar como as ferramentas de IA estão sendo utilizadas e quais áreas da Ciência da Informação têm maior aderência a essas tecnologias. Chen et al. (2020) destacam que estudos descritivos são fundamentais para compreender impactos em contextos educacionais e científicos, permitindo estabelecer relações entre práticas tecnológicas e resultados obtidos no âmbito acadêmico.

Já o caráter explicativo se revela ao buscar entender por que determinadas tendências emergem na integração de IA como fonte de informação. Aboelmaged (2021) enfatiza que pesquisas explicativas são essenciais para analisar fatores condicionantes, como infraestrutura tecnológica, políticas institucionais e competências informacionais dos pesquisadores, que influenciam diretamente a adoção dessas ferramentas na produção e gestão do conhecimento científico.

Resultados

Alguns aspectos são importantes no que tange à pesquisa do uso de IA como fonte de informação na pesquisa científica: recuperação inteligente da informação, extração e análise de dados complexos; síntese e geração do conhecimento e reflexões éticas e desafios.

A recuperação inteligente da informação envolve o uso de algoritmos capazes de compreender contextos semânticos, indo além da simples correspondência de palavras-chave. Modelos como BERT e GPT são exemplos de como a Inteligência Artificial tem aprimorado a relevância e a precisão dos resultados de busca, permitindo que pesquisadores encontrem informações mais alinhadas às suas necessidades específicas (Devlin et al., 2019; Vaswani et al., 2017). Esse avanço contribui para otimizar revisões de literatura e apoiar a formulação de hipóteses fundamentadas em evidências.

No que se refere à extração e análise de dados complexos, a aplicação de técnicas de aprendizado de máquina possibilita o tratamento de grandes volumes de informações provenientes de fontes heterogêneas. Zala et al. (2024) destacam que essa capacidade de correlacionar dados em larga escala favorece a identificação de padrões emergentes, enquanto Manning, Raghavan e Schütze (2008) reforçam que a análise contextual é essencial para transformar dados brutos em conhecimento estruturado e útil para a pesquisa científica.

A síntese e geração do conhecimento, por sua vez, representam uma etapa crítica onde a IA atua não apenas como ferramenta de apoio, mas como mediadora de novas formas de produção científica. Chen et al. (2020) ressaltam que sistemas baseados em IA podem automatizar a integração de informações de diferentes áreas do saber, promovendo abordagens interdisciplinares. Contudo, como observa Floridi (2020), esses avanços devem ser acompanhados de reflexões éticas que assegurem a transparência, a autoria e a responsabilidade acadêmica no uso das tecnologias na geração de conhecimento.

Recuperação Inteligente de Informação

A evolução dos modelos de recuperação inteligente de informação está diretamente relacionada ao avanço das técnicas de IA, especialmente no que se refere ao uso de algoritmos de aprendizado profundo e redes neurais convolucionais. Esses modelos proporcionam uma compreensão mais apurada do conteúdo, identificando relações contextuais que ultrapassam a simples correspondência de termos. Ferramentas como BERT e GPT têm se mostrado particularmente eficazes ao capturar nuances semânticas, propiciando que os sistemas de busca retornem resultados que refletem de maneira mais fiel a intenção do usuário (Devlin et al., 2019).

Dessa maneira, os pesquisadores conseguem acessar dados mais relevantes e contextualizados, o que otimiza a construção de hipóteses e o desenvolvimento de novos estudos. Além disso, os modelos de recuperação inteligente estão se consolidando com o suporte de arquiteturas híbridas que combinam técnicas estatísticas com aprendizado supervisionado e não

supervisionado. Essa integração possibilita uma busca adaptativa, em que o sistema aprende com as interações do usuário e ajusta seus critérios de relevância com o tempo.

Segundo Manning, Raghavan e Schütze (2008), essa adaptabilidade é fundamental para lidar com a heterogeneidade dos conteúdos digitais, promovendo uma filtragem mais eficaz dos resultados em cenários dinâmicos. Exemplos de aplicação incluem motores de busca acadêmicos e sistemas de recomendação científica, que integram algoritmos de IA para cruzar fontes de dados multidisciplinares e identificar publicações com alto impacto potencial.

Outro aspecto relevante na recuperação inteligente de informação é a personalização dos resultados, que se baseia no perfil e nas preferências do usuário. Por meio do uso de técnicas de recomendação e aprendizado por reforço, os sistemas são capazes de sugerir conteúdos que atendem às demandas específicas dos pesquisadores, proporcionando um ganho significativo na eficiência da pesquisa acadêmica.

Isso é especialmente útil em áreas do conhecimento que sofrem constante atualização, como as Ciências da Saúde e a Ciência da Computação. Conforme ressaltam Russell e Norvig (2020), a combinação de modelos preditivos com dados contextuais contribui para a criação de sistemas de busca mais intuitivos e personalizados, evitando a sobrecarga informacional e promovendo um acesso direcionado ao conhecimento relevante.

Entretanto, os desafios permanecem significativos, especialmente no que diz respeito à precisão dos resultados e à mitigação de vieses algorítmicos. Como observado por Bostrom e Yudkowsky (2014), a falta de transparência nos processos de tomada de decisão dos algoritmos de recuperação pode levar a distorções e à priorização inadequada de fontes.

Nesse sentido, ferramentas de IA precisam incorporar mecanismos de explicabilidade que permitam compreender como as decisões de relevância são tomadas. Chen et al. (2020) enfatizam que a implementação de camadas interpretáveis é essencial para que pesquisadores possam avaliar a confiabilidade dos resultados e corrigir desvios provocados por vieses nos dados de treinamento.

A integração de *feedback* humano contínuo se apresenta como uma estratégia eficiente para reduzir distorções e aprimorar a qualidade dos sistemas de busca. Aboelmaged (2021) observa que a combinação de algoritmos com validação humana fortalece a curadoria científica e assegura que os conteúdos priorizados reflitam rigor metodológico e relevância acadêmica.

Outro desafio reside na necessidade de equilibrar desempenho e ética. Floridi (2020) argumenta que a eficácia de sistemas de recuperação de informação não pode ser avaliada apenas por métricas de precisão, mas deve incorporar princípios de equidade, diversidade e responsabilidade informacional, garantindo que a tecnologia atue como mediadora justa no acesso ao conhecimento científico.

A adoção de políticas institucionais e normativas claras é fundamental para guiar o desenvolvimento e o uso de sistemas inteligentes de recuperação de informação. Valentim (2022) reforça que a Ciência da Informação deve desempenhar papel central nesse processo, articulando padrões que assegurem tanto a inovação tecnológica quanto a preservação de valores éticos e epistemológicos na gestão e disseminação da informação.

Extração e Análise de Dados Complexos

A capacidade de extração e análise de dados complexos tem se tornado um aspecto central para a pesquisa científica contemporânea, especialmente em áreas que demandam processamento massivo de informações. Nesse contexto, a IA surge como solução capaz de superar as limitações dos métodos tradicionais, proporcionando maior precisão e rapidez na interpretação dos dados coletados. Ferramentas baseadas em algoritmos de aprendizado profundo, como redes neurais convolucionais e modelos de aprendizado não supervisionado, têm se mostrado eficazes para

identificar padrões ocultos em conjuntos de dados heterogêneos.

Segundo Russell e Norvig (2020), essas técnicas possibilitam que pesquisadores alcancem um entendimento mais completo e dinâmico dos fenômenos analisados, contribuindo para a construção de teorias mais robustas e fundamentadas.

A utilização de IA para a extração de informações complexas também tem gerado avanços significativos em pesquisas interdisciplinares, cuja integração de dados provenientes de diferentes domínios é fundamental. Gupta et al. (2021) empregaram técnicas de aprendizado de máquina para analisar dados genômicos e correlacioná-los com variáveis ambientais, demonstrando que o uso de algoritmos inteligentes propiciou identificar correlações anteriormente negligenciadas, o que resultou na formulação de hipóteses mais precisas e na validação de modelos biológicos complexos. Essa abordagem aprimora o processo de análise e também amplia as possibilidades de descoberta científica ao explorar relações multivariadas que seriam inviáveis por meio de métodos estatísticos convencionais.

Ademais, a extração de dados complexos por meio de IA tem se mostrado fundamental em revisões sistemáticas e meta-análises, processos que exigem a integração criteriosa de resultados provenientes de fontes diversas. Um estudo emblemático é conduzido por Devlin et al. (2019), que utilizou modelos transformadores para analisar um vasto volume de literatura científica, identificando tendências emergentes e áreas pouco exploradas. Essa abordagem automatizada proporcionou um ganho significativo de tempo e ampliou a abrangência na coleta de dados, garantindo que informações relevantes não fossem negligenciadas durante a pesquisa. A capacidade dos modelos de IA de compreender contextos e identificar conexões semânticas entre documentos favorece a construção de panoramas mais completos e precisos, essenciais para o avanço do conhecimento acadêmico.

O uso de IA para análise de dados complexos também tem contribuído para melhorar processos de tomada de decisão em ambientes de incerteza. Chen et al. (2020) destacam que algoritmos inteligentes são capazes de integrar variáveis qualitativas e quantitativas, oferecendo suporte analítico para cenários que exigem respostas rápidas e fundamentadas. Essa capacidade torna a IA um recurso valioso não apenas para a pesquisa científica, mas também para políticas públicas e estratégias institucionais baseadas em evidências.

Outro impacto relevante da extração de dados complexos com IA é a redução do viés humano durante o processamento das informações. De Bie et al. (2021) argumentam que, ao automatizar etapas críticas de análise, os sistemas inteligentes podem minimizar interferências subjetivas, garantindo maior consistência e replicabilidade dos resultados. Essa característica é particularmente importante em estudos que demandam alta confiabilidade e que servem de base para decisões de grande escala.

Em áreas de rápido desenvolvimento, como biomedicina e ciências ambientais, a utilização de IA tem permitido análises preditivas que antecipam comportamentos de sistemas complexos. Zala et al. (2024) observam que essas abordagens possibilitam não apenas compreender fenômenos já observados, mas também projetar cenários futuros com base em padrões emergentes identificados nos dados. Esse potencial preditivo reforça o papel da IA como ferramenta estratégica para a inovação científica e tecnológica.

A integração entre técnicas de aprendizado profundo e curadoria humana tem se mostrado uma combinação eficiente para garantir qualidade e relevância nos resultados obtidos. Aboelmaged (2021) enfatiza que a supervisão crítica do pesquisador continua indispensável para interpretar corretamente as correlações encontradas pelos algoritmos, assegurando que o conhecimento produzido mantenha rigor metodológico e validade científica. Essa colaboração entre inteligência artificial e expertise humana representa um caminho promissor para pesquisas mais abrangentes e confiáveis.

Síntese e Geração de Conhecimento

A síntese e a geração de conhecimento representam um dos mais promissores campos de aplicação da IA no contexto acadêmico e científico. Ao utilizar modelos avançados de Geração de Linguagem Natural (GLN) é possível criar textos que integram informações provenientes de diversas fontes, facilitando a compreensão e a interpretação de grandes volumes de dados. Esses modelos têm se mostrado eficazes na criação de resumos automáticos e na identificação de padrões discursivos que podem passar despercebidos pela análise humana (Devlin et al., 2019). Entretanto, o uso dessas tecnologias deve ser acompanhado de um rigoroso processo de validação e revisão crítica, a fim de garantir a imparcialidade dos resultados apresentados.

Um exemplo relevante da aplicação de IA na síntese de conhecimento pode ser observado em ferramentas que geram revisões sistemáticas de literatura científica. Esses sistemas são capazes de identificar as principais tendências e lacunas na produção acadêmica de uma determinada área, auxiliando pesquisadores a mapear o estado da arte e formular novas hipóteses investigativas.

Conforme destacado por Bostrom e Yudkowsky (2014), a automatização desse processo não apenas economiza tempo e esforço, mas também reduz o risco de viés humano na escolha dos documentos analisados. Ainda assim, é fundamental que os textos gerados sejam validados por especialistas, uma vez que erros na interpretação semântica ou falhas na detecção de nuances podem comprometer a qualidade do resultado.

Outra frente que tem ganhado relevância na síntese e geração de conhecimento com IA é a integração de múltiplos formatos de dados em uma narrativa única. Modelos de linguagem aliados a técnicas de aprendizado profundo têm conseguido cruzar informações provenientes de artigos científicos, dados estatísticos e relatórios técnicos para produzir análises mais completas. Chen et al. (2020) ressaltam que essa convergência de fontes fortalece a interdisciplinaridade, permitindo interpretações mais amplas e consistentes sobre fenômenos complexos.

A capacidade da IA de gerar visualizações contextuais a partir de sínteses automáticas tem se mostrado um diferencial importante para pesquisadores. Zala et al. (2024) destacam que sistemas de GLN combinados com ferramentas de visualização são capazes de apresentar relações e padrões de forma gráfica, o que facilita a interpretação dos dados e contribui para a comunicação científica. Esse tipo de recurso tem se mostrado especialmente eficaz em revisões de literatura que envolvem grandes redes de citações e análises bibliométricas.

Em ambientes de pesquisa acelerados, a aplicação de IA para síntese de conhecimento contribui diretamente para a tomada de decisões estratégicas. Russell e Norvig (2020) enfatizam que, quando utilizada de forma adequada, a geração automatizada de relatórios e análises permite que gestores e pesquisadores priorizem ações com base em evidências mais claras e organizadas. Esse uso estratégico reforça o papel da IA não apenas como ferramenta de apoio, mas como mediadora de práticas informacionais orientadas para resultados.

O uso de IA na síntese também tem potencial para ampliar o acesso ao conhecimento, criando versões simplificadas de conteúdos complexos e permitindo que resultados de pesquisas sejam adaptados para diferentes públicos. Manning, Raghavan e Schütze (2008) argumentam que a capacidade de adequar o nível de detalhamento das informações geradas contribui para democratizar o conhecimento científico, tornando-o mais acessível e relevante para a sociedade. Essa característica dialoga diretamente com o papel social da Ciência da Informação de promover a mediação eficiente entre informação e usuários.

A combinação de síntese automatizada e curadoria humana tem sido apontada como um caminho promissor para garantir qualidade e confiabilidade. Aboelmaged (2021) observa que, mesmo em processos altamente automatizados, a intervenção crítica de especialistas continua sendo indispensável para validar interpretações e assegurar rigor metodológico. Esse equilíbrio entre automação

e revisão humana representa uma das principais direções para o uso ético e eficaz de IA na geração de conhecimento científico.

O uso de softwares e aplicativos como fontes de informação

O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação otimizou os processos de trabalho por meio de automação, mudança de procedimentos, além do aperfeiçoamento de métodos e técnicas.

Nos deparamos com anúncios de IA para diversas funções e atividades. Muitas delas são voltadas para criação e tradução de textos, imagens, audiovisual, dentre outros.

Segundo SAMPAIO; SABBATINI e LIMONGI (2024, pp.13) no contexto acadêmico, as 'ferramentas de inteligência artificial são aquelas que ajudam o pesquisador a realizar diferentes partes da pesquisa científica, ou ainda, instrumentos de apoio para facilitar ou acelerar certos trabalhos, emulando a função de assistentes de pesquisa'.

É nesse contexto, que algumas IA têm se despontado como possíveis ferramentas para prospecção de artigos científicos, tornando-se assim, uma fonte de informação importante para os pesquisadores, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Lista de IA para prospecção de referências

IA	OBJETIVO
ELICIT	IA para revisar artigos científicos, encontrar referências e organizar revisões sistemáticas, agilizando etapas cruciais da pesquisa
RESEARCH RABBIT	A plataforma permite encontrar artigos relevantes rapidamente e apresenta os resultados em forma de mapas visuais. Assim, facilita a compreensão das conexões entre estudos.
SCITE.AI	ideal para verificar a confiabilidade de pesquisas acadêmicas. Ele não apenas encontra artigos, mas analisa como eles são citados, identificando se são referenciados para apoiar, refutar ou simplesmente discutir uma ideia.
SCOPUS IA	assistente inteligente para buscas dentro do Scopus. Ele sintetiza informações de milhares de artigos em segundos, oferecendo resumos detalhados e bem referenciados.
CONSENSUS	mecanismo de busca que usa IA para encontrar respostas diretamente em

	pesquisas científicas.
LITMAPS	Visualiza artigos acadêmicos em um mapa de rede, mostrando as relações entre eles e facilitando a identificação de estudos relevantes.
R DISCOVERY	Simplifica a busca bibliográfica e a leitura de pesquisas, criando feeds personalizados com base nos interesses do usuário.

Fonte: Autores (2025)

O uso de tais IA na busca por referências tem otimizado e automatizado todo o processo de busca, seleção e pré-seleção daqueles que têm relevância nas temáticas dos pesquisadores.

Como consequência, a celeridade nas pesquisas, as descobertas de referências não identificadas de forma manual (tradicional), além de identificação de autores internacionais que estão desenvolvendo pesquisas relevantes e atuais nas mesmas temáticas, culminando no mapeamento de uma comunidade científica temática, aproximando potenciais parceiros.

Constata-se também a otimização da gestão da informação e do conhecimento científico, uma vez que há a identificação, o compartilhamento de pesquisas não encontradas facilmente nas bases de dados.

Reflexões Éticas e Desafios

A crescente adoção de IA como fonte de informação para pesquisadores levanta importantes reflexões éticas e metodológicas que não podem ser ignoradas. A transparência dos algoritmos utilizados, por exemplo, é um aspecto fundamental que deve ser considerado com seriedade. Muitas vezes, os modelos de IA são desenvolvidos a partir de técnicas de aprendizado profundo que operam como “caixas-pretas”, nas quais os processos de tomada de decisão não são facilmente interpretáveis por humanos (Bostrom; Yudkowsky, 2014). Isso gera um paradoxo entre a eficiência dos resultados obtidos e a impossibilidade de compreender os critérios que levaram àquelas conclusões, o que compromete a auditabilidade e a confiança na informação gerada.

Outro ponto relevante diz respeito aos vieses algorítmicos, que podem comprometer significativamente a validade dos resultados alcançados. Esses vieses frequentemente surgem devido ao treinamento dos modelos com conjuntos de dados que já contêm distorções ou preconceitos embutidos (Russell; Norvig, 2020). Quando utilizados como fonte de informação para pesquisas científicas, esses sistemas podem reproduzir ou até amplificar desigualdades, comprometendo a neutralidade e a objetividade dos achados.

Para mitigar esse problema é essencial empregar práticas rigorosas de curadoria e validação dos dados utilizados, bem como adotar métodos que promovam a equidade na modelagem. A crítica ética, portanto, deve acompanhar cada etapa do desenvolvimento e da aplicação da IA em contextos acadêmicos e científicos.

A integração de softwares como Elicit, Research Rabbit, Scite e Consensus ao cotidiano da pesquisa científica amplia a necessidade de reflexões sobre a confiabilidade das informações obtidas por meio de algoritmos automatizados. Zala et al. (2024) observam que a automação da prospecção de artigos e da análise de citações traz ganhos de celeridade, mas exige que pesquisadores compreendam as limitações dessas ferramentas para evitar interpretações enviesadas ou incompletas. Essa preocupação é ainda mais relevante quando os resultados gerados são utilizados para fundamentar decisões acadêmicas estratégicas.

A capacidade dessas aplicações de mapear redes científicas e identificar autores relevantes também levanta questões sobre a representatividade das bases de dados utilizadas. Chen et al. (2020) destacam que a exclusão inadvertida de produções regionais ou de idiomas menos representados pode reforçar desigualdades no ecossistema científico. Essa situação torna necessário o desenvolvimento de políticas que garantam diversidade informacional e a integração de múltiplas fontes no treinamento dos algoritmos.

Os impactos dessas tecnologias na gestão da informação científica reforçam o papel da Ciência da Informação como mediadora crítica entre tecnologia e produção de conhecimento.

Valentim (2022) ressalta que a adoção de IA para curadoria de conteúdos deve ser acompanhada por estratégias de avaliação que preservem a integridade e o rigor metodológico da pesquisa. O uso de aplicações inteligentes para prospecção de referências precisa ser equilibrado com revisão humana criteriosa para que a eficiência não comprometa a profundidade analítica.

A utilização dessas ferramentas na identificação de comunidades científicas e potenciais colaborações também demanda atenção ética. Manning, Raghavan e Schütze (2008) alertam que a análise automatizada de redes de coautoria e citações pode influenciar a formação de grupos de pesquisa e até impactar métricas de avaliação científica. Nesse cenário, a responsabilidade sobre a interpretação dos dados recai ainda mais fortemente sobre o pesquisador, que deve atuar como filtro crítico entre o output da IA e as decisões acadêmicas subsequentes.

O avanço rápido das aplicações de IA na prospecção de referências e gestão de conhecimento exige, portanto, uma estrutura normativa sólida que envolva políticas institucionais, orientações para boas práticas e mecanismos de transparência. Aboelmaged (2021) argumenta que a integração de sistemas inteligentes à pesquisa acadêmica deve ser pautada por protocolos que assegurem tanto a inovação quanto a proteção dos valores fundamentais da ciência, como a imparcialidade, a confiabilidade e a responsabilidade social.

Ao potencializar a busca, seleção e análise de informações, as IAs aplicadas ao contexto acadêmico tornam-se parte ativa do processo científico, o que amplia a urgência de uma governança ética que equilibre automação e intervenção humana. A interação colaborativa entre pesquisadores e sistemas inteligentes, como ressaltam Russell e Norvig (2020), é o ponto de convergência que pode garantir não apenas eficiência, mas também qualidade, diversidade e legitimidade à produção de conhecimento científico.

Considerações

A pesquisa realizada evidencia que a Inteligência Artificial (IA) se consolidou como um elemento transformador na prática acadêmica e científica, com implicações diretas para a Ciência da Informação (CI). A integração de técnicas de aprendizado de máquina, modelos generativos e ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) tem ampliado as fronteiras da recuperação de informação, síntese de conhecimento e análise de dados complexos, promovendo mudanças profundas nas formas de produção e mediação da informação científica. O mapeamento de ferramentas como Elicit, Research Rabbit, Scite e Litmaps demonstrou que a IA não apenas agiliza a prospecção de referências, mas também permite visualizar redes de conhecimento, identificar lacunas na literatura e aproximar comunidades científicas temáticas, reforçando a capacidade da CI de articular informações de múltiplas fontes e contextos.

Uma das contribuições centrais deste estudo está na demonstração de que a IA, quando utilizada como fonte de informação, não deve ser vista apenas como uma ferramenta de automação, mas como um agente mediador de processos informacionais que potencializa a interdisciplinaridade e a integração de dados heterogêneos. Essa mediação reforça a relevância da CI enquanto campo que não apenas acompanha a evolução tecnológica, mas também define padrões éticos, metodológicos e epistemológicos para o uso responsável dessas tecnologias. A análise das

aplicações de IA no contexto ibero-americano também permitiu identificar desafios estruturais, como a necessidade de políticas institucionais claras, infraestrutura tecnológica adequada e capacitação crítica de pesquisadores para o uso ético e eficaz dessas ferramentas.

As perspectivas futuras para o uso da IA como fonte de informação apontam para um cenário de crescente hibridização entre sistemas automatizados e curadoria humana. Nos próximos cinco a dez anos, espera-se que modelos mais avançados de aprendizado profundo e transformadores multimodais permitam a integração simultânea de textos, imagens, dados numéricos e outros formatos informacionais em análises unificadas. Essa convergência multimodal terá potencial para transformar a forma como pesquisadores estruturam revisões sistemáticas, identificam padrões emergentes e constroem narrativas científicas. Contudo, a adoção em larga escala desses modelos dependerá do desenvolvimento de mecanismos de explicabilidade que tornem transparentes os processos de decisão algorítmica, assegurando a auditabilidade e a confiabilidade dos resultados.

O fortalecimento de políticas de uso ético e de modelos de governança tecnológica será determinante para que a IA cumpra seu papel de catalisadora da produção científica sem comprometer valores essenciais como imparcialidade, autoria e integridade informacional. A CI tem um papel estratégico nesse processo, atuando como ponte entre inovação tecnológica e responsabilidade social. O estabelecimento de diretrizes para o uso de IA em revisões de literatura, indexação automática, síntese de conhecimento e análise de redes científicas deve ser visto como uma prioridade institucional, sobretudo em países ibero-americanos onde a desigualdade de infraestrutura e a fragmentação de políticas científicas podem ampliar disparidades no acesso à informação.

Com base nos resultados obtidos, sugere-se que pesquisas futuras explorem três direções principais. A primeira refere-se ao desenvolvimento de modelos híbridos de curadoria, que combinem algoritmos inteligentes e intervenção humana em um ciclo contínuo de validação e aprimoramento. Essa abordagem poderá garantir que a eficiência da IA seja complementada pelo julgamento crítico do pesquisador, evitando reducionismos e assegurando a qualidade metodológica. A segunda linha de investigação diz respeito à formulação de políticas institucionais para o uso ético de IA como fonte de informação, incluindo protocolos de transparência, rastreabilidade e responsabilidade acadêmica sobre conteúdos produzidos ou intermediados por sistemas inteligentes. A terceira linha envolve o estudo das implicações epistemológicas da IA na produção científica, problematizando como a delegação de tarefas intelectuais a sistemas automatizados pode impactar a autoria, a originalidade e a própria construção do conhecimento.

Outro aspecto a ser explorado em estudos posteriores é o impacto da IA na democratização do acesso à informação científica. A capacidade de automatizar a síntese de dados e criar versões adaptadas para diferentes públicos pode se tornar um instrumento poderoso para ampliar a disseminação do conhecimento, desde que acompanhada de estratégias de inclusão linguística e cultural. Pesquisas que avaliem o uso de IA em contextos de ciência aberta e em repositórios institucionais podem fornecer subsídios importantes para políticas públicas de acesso à informação.

Em termos de contribuição para a CI, este trabalho reforça a necessidade de reposicionar o campo como protagonista na mediação entre tecnologia e sociedade. Ao investigar o uso da IA como fonte de informação, reafirma-se que a CI não apenas absorve inovações, mas também produz reflexões críticas que orientam seu uso ético, sustentável e socialmente responsável. A consolidação de práticas metodológicas que integrem IA ao ciclo de produção científica de forma transparente e controlada é um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para reafirmar a relevância da CI no cenário contemporâneo.

O avanço das ferramentas de IA apresenta, portanto, um paradoxo produtivo: ao mesmo tempo em que promete acelerar e sofisticar os processos de pesquisa, impõe a necessidade de uma postura crítica mais ativa por parte dos pesquisadores e das instituições acadêmicas. O equilíbrio entre automação e intervenção humana, eficiência e reflexão ética, inovação e preservação de valores científicos será o eixo sobre o qual se construirá o futuro da produção de conhecimento mediada por IA. Nesse contexto, a Ciência da Informação tem diante de si a tarefa de liderar a construção de referenciais teóricos e práticos que garantam que a inteligência artificial seja não apenas uma facilitadora técnica, mas uma aliada estratégica no fortalecimento de uma ciência mais aberta, colaborativa e socialmente relevante.

Referências

Arvanitakis, J. et al. (2023) Ethics and AI in Academic Writing: Rethinking Authorship. AI & Society, 39, 115–129.

Atlan. (2023) Information Science vs. Data Science: Understanding the Differences. Disponível em: https://atlan.com/information-science-vs-data-science/.

Baeza-Yates, R., & Ribeiro Neto, B. (2011).Modern Information Retrieval: The Concepts and Technology Behind Search. Addison-Wesley.

Bostron, N., & Yudkowsky, E. (2014). The Ethics of Artificial Intelligence. Em K. Frankish & W.M. Ramsey (Org), The Cambridge Handbook of Artificial Intelligence (pp. 316-334). Cambridge for University Press.

Cardoso, F.E., Souza, C.B.S.S., Valentim, M.L.P. & Ferneda, E. (2023, 1-33 de julho). Quem tem medo da Inteligência Artificial? Reflexões sobre o uso no contexto educacional. Encuentro Edicic, Lisboa, XIV, Portugal.

De Bie T. et al. (2021) Automated Machine Learning: Methods, Systems, Challenges. arXiv preprint, arXiv:2105.05699. https://arxiv.org/abs/2105.05699.

Devlin, Jacob et al. (2019). BERT: Pre-training of Deep Bidirectional Transformers for Language Understanding. Em : Proceedings of the 2019 Conference of the Conference of the North American Chapter of the Association for Computational Linguistics: Human Language Technologies. Minneapolis.ACL.

Floridi, L. (2020) AI and Information Ethics. Philosophy & Technology, 33, 1-10.

Gupta, A.; Singh, P. & Sharma, R. (2021). Machine Learning for Integrative Analysis of Genomic and Environmental Data: A multidisciplinary Approach. Journal of Computational Biology, 28(5), 1234-1249.

LUHN, H. P. (1958) The Automatic Creation of Literature Abstracts. IBM Journal of Research and Development, 2, (2), 159-165.

Manning, C. ; Raghavan, P. & Schütze, H. (2008). Introduction to Information Retrieval. Cambridge University Press.

Marsenne, M., Ismail, T. , Taqui, M & Hanaif, (2024) , Harnessing Big Data and AI for Insights: Assessing, Bankruptcy

RED DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA – RICYT. (2023) El Estado de la Ciencia 2023: principales indicadores de ciencia y tecnología Iberoamericanos/Interamericanos. Buenos Aires: RICYT/OEI/UNESCO. https://www.ricyt.org/wp-content/uploads/2023/12/EL-ESTADO-DE-LA-CIENCIA-2023.pdf.

Russel, S.; Norvig, P. (2020) Artificial Intelligence: A Modern Approach. 4. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall. Stanford University (2024). Artificial Intelligence Index Report. Stanford Human-Centered AI Institute. https://aiindex.stanford.edu/

SAMPAIO, R.C., SABBATINI, M. & LIMONGI, R (2024). Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa : um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Editora Intercom

Vaswani, A. et al (2017). Attention Is All You Need. In: Advances in Neural Information Processing Systems 30 (NeurIPS 2017). Long Beach: Curran Associates.

Vergara, S.C. (2011). Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo. Atlas.

Zala, K. ; Acharya, B .; Mashru, M.; Palaniappan, D.; Gerogiannis, V.C .; Kanavos, A. & Karamitos, I. (2024). Transformative Automation: AI in Scientific Literature Reviews. International Journal of Advanced Computer Science and Applications. https:/www.semanticscholar.org/reader/4ba7c2635b95d2ff57a81739d1228f0f6pb5bb2b

FORMAR PARA INCLUIR: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL E EM PORTUGAL

Mariana Acorse, Instituto Nacional de Câncer (INCA), https://orcid.org/0000-0003-4293-3477, Brasil, ***mariana.acorse@unesp.br***

Renan Leite Oliveira da Silva, TASIS Portugal, https://orcid.org/0000-0001-8766-6398, Portugal, ***reenan.leitte@gmail.com***

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0000-1628-6202, Brasil, ***elisamara.carvalho@edu.unirio.br***

Thuanny Dourado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0005-3467-5895, Brasil, ***thuannydourado@edu.unirio.br***

Carolina Mendonça, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), https://orcid.org/0009-0004-0331-0300, Brasil, ***carolina.mendonca@uerj.br***

Deise Sabbag, Universidade Estadual Paulista (UNESP), http://orcid.org/0000-0001-6392-4719, Brasil, ***deise.sabbag@unesp.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6589

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

A promoção da inclusão de pessoas com deficiência em diversos contextos sociais tem alcançado crescente relevância na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Atualmente, acessibilidade e inclusão figuram como temas amplamente discutidos, sobretudo no que diz respeito à eliminação de barreiras que limitam o acesso pleno e a participação efetiva dos indivíduos em diferentes espaços sociais, entre eles, os serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Essa perspectiva amplia o conceito de acessibilidade, inserindo-o na dimensão de direitos humanos e justiça social. A construção de ambientes verdadeiramente acessíveis, nesse contexto, exige o enfrentamento de preconceitos e estigmas historicamente associados à deficiência. As bibliotecas, portanto, não apenas ofertam serviços, mas também precisam atuar como espaços de sensibilização, aprendizado e transformação cultural.

No campo da Ciência da Informação, a acessibilidade não se resume à superação de barreiras físicas e tecnológicas, mas se articula com a garantia de acesso à informação com integridade, ou seja, com exatidão, confiabilidade, autenticidade, completude e imparcialidade, conforme estabelecido por normas internacionais como a ISO/IEC 27001 e pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Nações Unidas, 2023) em sua agenda para o combate à desinformação. A integridade da informação, nesse sentido, representa um valor fundamental para assegurar que todos os indivíduos — inclusive aqueles em situação de vulnerabilidade — tenham acesso a conteúdos significativos, compreensíveis e que respeitem os princípios éticos e sociais.

As bibliotecas, enquanto instituições fundamentais para o acesso à informação e à produção do conhecimento, exercem um papel estratégico no fortalecimento da diversidade, da acessibilidade e da inclusão. Nesse sentido, a implementação de estratégias inclusivas nas bibliotecas é indispensável, pois contribui para a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e, consequentemente, para a construção de uma sociedade mais justa

e acessível. Para atender a essas demandas, torna-se essencial que essas instituições desenvolvam serviços, recursos e práticas que contemplem as necessidades específicas de públicos diversos, assegurando o direito à informação e possibilitando processos de aprendizagem significativos.

A Biblioteconomia, como campo científico e profissional, tem papel fundamental nesse processo, uma vez que atua diretamente na democratização do conhecimento e na valorização da diversidade, elementos centrais para o fortalecimento de uma cultura de inclusão.

Os profissionais da área, por sua vez, assumem responsabilidade central nesse contexto, na medida em que são os principais agentes na formulação e execução de políticas, projetos e serviços voltados à garantia do acesso equitativo à informação. Por meio da adoção de abordagens acessíveis e inclusivas, profissionais da Biblioteconomia podem contribuir efetivamente para a redução das desigualdades informacionais e para a promoção da justiça social, reafirmando o papel da biblioteca como instituição de relevância social emancipadora.

Contudo, é preciso reconhecer que a exclusão informacional pode se manifestar de forma mais sutil, por meio da produção e disseminação de desinformação, da falta de curadoria ética da informação ou da ausência de gestão estratégica de conteúdos acessíveis. Por isso, a formação dos profissionais de Biblioteconomia deve incorporar competências éticas, críticas e técnicas que os preparem para atuar em um ambiente informacional cada vez mais complexo, no qual acessibilidade e integridade da informação se entrelaçam de forma indissociável.

A formação em Ciência da Informação, dada sua natureza interdisciplinar, exige diálogo constante com campos como a Educação, a Sociologia, os Direitos Humanos e as Tecnologias Digitais. Essa articulação é essencial para enfrentar desafios contemporâneos, como a desinformação, a exclusão digital e a gestão ética da informação. Nesse sentido, ampliar a discussão sobre acessibilidade para além da Biblioteconomia, integrando-a às competências estratégicas da Ciência da Informação, permite abordar lacunas formativas que impactam a atuação profissional em diferentes contextos informacionais (Tarapanoff, 2004; Floridi, 2010). Assim, este estudo busca também refletir sobre como os programas de pós-graduação podem preparar os profissionais para atuar em ecossistemas informacionais complexos, onde a inclusão se entrelaça com demandas por integridade, governança e mediação crítica da informação.

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela necessidade de que os profissionais da Ciência da Informação sejam capacitados para lidar com as questões de inclusão e acessibilidade em bibliotecas.

Diante desse panorama, surge o problema da pesquisa: os bibliotecários do Brasil e de Portugal recebem suporte teórico e pedagógico voltados à inclusão e à acessibilidade durante sua formação na pós-graduação?

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral: investigar se os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil e em Portugal, incorporam em sua grade de formação conteúdos voltados à acessibilidade e à inclusão, de modo a capacitar os profissionais a atuarem em bibliotecas com práticas inclusivas e acessíveis através da oferta de serviços diversificados voltados às comunidades.

E como objetivos específicos:

a) analisar as ementas das disciplinas oferecidas pelos programas de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação das universidades de Portugal;

b) analisar as ementas das disciplinas oferecidas pelos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação das universidades federais do Brasil;

c) comparar as ementas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação das universidades federais do Brasil com os programas de pós-graduação em Ciência da Informação de Portugal.

d) discutir como os desafios formativos identificados se relacionam com as competências interdisciplinares exigidas pela Ciência da Informação no século XXI, considerando campos como ética informacional, gestão de dados e inclusão digital.

Considerando que o objetivo final da Biblioteconomia, como uma Ciência da Informação, é salvaguardar o conhecimento para permitir a sua recuperação e seu acesso a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou características individuais, a pesquisa se justifica pela necessidade de discutir a formação dos profissionais da Biblioteconomia como agentes e ativistas sociais.

2 Referencial Teórico

Ao longo da história, a condição de ser diferente foi frequentemente utilizada como pretexto para excluir e segregar pessoas com deficiência. Esses indivíduos eram ridicularizados, vistos como doentes, incapazes e até mesmo como um risco para a sociedade. Essa opressão limitava o convívio social e fortalecia a desigualdade (Maior, 2017).

Diante do histórico de exclusão vivenciado pelas pessoas com deficiência, os profissionais da Biblioteconomia, enquanto mediadores do conhecimento e da informação, assumem um papel estratégico na construção de práticas que revertam esse legado de desigualdade. Sua atuação, pautada no compromisso ético com a inclusão, exige uma formação sólida e contínua que os capacite a identificar e eliminar barreiras, sejam físicas, tecnológicas e comunicacionais, que ainda estejam a limitar o acesso pleno aos serviços e recursos oferecidos pelas bibliotecas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 18,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, correspondendo a 8,9% da população (Brasil, 2023). Já Portugal, de acordo com o censo de 2021, possui 1,1 milhões de pessoas que declaram ter algum tipo de incapacidade, correspondendo a 10,9% da população total (Portugal, 2023). Esses dados levantam a necessidade da inclusão de disciplinas, nos cursos de pós-graduação, que contribuam na formação de mestres e doutores em Ciência da Informação capazes de atender as necessidades das pessoas com deficiências nas bibliotecas e na formação de novos profissionais da Biblioteconomia.

Nesse sentido, é imprescindível que os profissionais da Biblioteconomia recebam, nos cursos de pós-graduação, competências técnicas e humanas voltadas à promoção da acessibilidade, contribuindo não apenas para a democratização da informação, mas também para o fortalecimento da biblioteca como espaço de transformação social e de afirmação dos direitos humanos.

Cabe ressaltar que, além das adaptações estruturais e tecnológicas, o atendimento às pessoas com deficiência exige uma capacitação eficaz dos profissionais, capaz de suprir suas necessidades específicas. Para isso, é fundamental a implementação de políticas inclusivas que assegurem o direito à informação e promovam a autonomia dos usuários (Wellichan & Aquino, 2024). A inclusão de conteúdos voltados à acessibilidade nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação revela-se, portanto, uma estratégia essencial para qualificar profissionais da Biblioteconomia como agentes ativos na promoção da equidade informacional.

A acessibilidade e a inclusão constituem pilares essenciais para que as bibliotecas cumpram, de maneira efetiva, sua missão social de garantir o acesso equitativo à informação, à leitura, à educação e ao conhecimento a todos os indivíduos, sem distinção. Em uma sociedade marcada por transformações contínuas e pela consolidação da diversidade como um valor inalienável, torna-se imperativo que as bibliotecas, enquanto instituições mediadoras do saber, estejam estruturadas para acolher e atender adequadamente às múltiplas demandas de seu público, considerando as diferentes realidades sociais, culturais, físicas, sensoriais e cognitivas. Assim, não se trata apenas de adaptar estruturas, mas de transformar concepções, práticas e paradigmas, alinhando-se aos princípios de

equidade, dignidade humana e democratização do conhecimento. A construção de uma biblioteca verdadeiramente acessível e inclusiva é, portanto, um desafio contínuo, que demanda não apenas investimentos técnicos e financeiros, mas, sobretudo, sensibilidade social, compromisso político e responsabilidade institucional.

Acessibilidade é o conceito que se fundamenta na premissa de assegurar o acesso pleno, equitativo e a participação efetiva de todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou de qualquer outra natureza, nos diversos âmbitos da vida social. Esse princípio, intrinsecamente vinculado à defesa dos direitos humanos, objetiva a superação de barreiras — sejam elas de ordem arquitetônica, comunicacional, atitudinal ou informacional — que historicamente excluíram pessoas com deficiência ou com necessidades específicas dos espaços sociais, educacionais e culturais. Assim, promove-se a inclusão em condições de igualdade, consolidando um modelo de sociedade mais justa, diversa e acessível, no qual o direito à informação e à participação cidadã é garantido a todos (Brasil, 2022).

No âmbito das bibliotecas, a acessibilidade deve ser concebida como um constructo multidimensional, diretamente vinculado ao direito universal à informação e à plena inclusão social. Nesse contexto, destacam-se seis categorias fundamentais de acessibilidade, conforme proposto por Sassaki (2005): a **acessibilidade programática**, que se refere à conformidade com legislações, regulamentos e políticas institucionais que asseguram os direitos das pessoas com deficiência; a **acessibilidade arquitetônica**, relacionada às adequações físicas e estruturais dos espaços bibliotecários para garantir a livre circulação e o acesso a todos os ambientes; a **acessibilidade instrumental**, que envolve a disponibilização de tecnologias assistivas e recursos técnicos que favoreçam a autonomia dos usuários com necessidades específicas; a **acessibilidade metodológica**, que contempla a adaptação de estratégias, práticas pedagógicas e processos de mediação da informação, visando atender à diversidade dos perfis de usuários; a **acessibilidade atitudinal**, que demanda a superação de barreiras comportamentais, a promoção da empatia e o desenvolvimento de posturas profissionais inclusivas; e, por fim, a **acessibilidade comunicacional**, que compreende o uso de linguagens e recursos acessíveis, tais como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), audiodescrição, legendagem e materiais em formatos alternativos.

Essas dimensões, quando integradas de forma sistêmica ao planejamento e à gestão das bibliotecas, não apenas promovem a equidade no acesso à informação, mas também consolidam essas instituições como espaços democráticos, culturalmente sensíveis e socialmente responsáveis (Dudziak, 2003; Neri, 2017). Dessa maneira, as bibliotecas reafirmam seu papel enquanto agentes de inclusão e cidadania, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A acessibilidade, no contexto da Ciência da Informação, deve ser compreendida como o conjunto de condições que possibilitam a todos os indivíduos — independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas, culturais ou sociais — o uso autônomo, seguro e eficiente de espaços, produtos, serviços e conteúdos informacionais. Essa concepção está alinhada à perspectiva da inclusão informacional, que pressupõe a eliminação de barreiras e a promoção da equidade no acesso à informação, considerada um direito fundamental (Bueno & Santos, 2019).

Segundo Ferreira e Cianconi (2011, apud Brito, 2023), a acessibilidade implica a criação de ambientes utilizáveis pelo maior número possível de pessoas, respeitando as diferenças humanas e promovendo a participação plena de todos nos contextos sociais, culturais e informacionais. No campo das bibliotecas, essa abordagem é ainda mais relevante, uma vez que esses espaços devem garantir o acesso democrático ao conhecimento, por meio de recursos acessíveis, mediação qualificada e políticas institucionais comprometidas com a diversidade e a inclusão (Dudziak, 2003; Sassaki, 2010).

Dessa forma, a acessibilidade transcende a mera adaptação física dos ambientes, abrangendo também aspectos comunicacionais, atitudinais e tecnológicos, consolidando-se como princípio estruturante para o desenvolvimento de práticas biblioteconômicas inclusivas e socialmente responsáveis (Neri, 2017).

A inclusão é o ato de incluir pessoas com deficiência na sociedade, tanto no trabalho, como no cuidado diário de pessoas com deficiência em situação de pobreza (ONUBR, 2013). Ao longo dos séculos, as bibliotecas vêm modificando seu conceito, estrutura, missão e estratégias em função das mudanças na sociedade (Barbosa, 2016, pp.10).

A acessibilidade e a inclusão constituem valores estruturantes que devem ser transversalmente incorporados às práticas de planejamento, gestão e operacionalização dos serviços bibliotecários. Nesse sentido, a adoção de uma abordagem centrada no usuário, fundamentada nos princípios da equidade, da justiça social e do respeito à diversidade, configura-se como uma estratégia essencial para que as bibliotecas se afirmem como instituições socialmente relevantes e responsivas às demandas contemporâneas. Ao promoverem ambientes informacionais inclusivos e acessíveis, essas instituições não apenas democratizam o acesso ao conhecimento, mas também potencializam o empoderamento de indivíduos e coletividades, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento humano e social em um contexto marcado por crescente complexidade, pluralidade e interdependência (Thompson & Singh, 2019).

A discussão sobre inclusão precisa ser compreendida a partir do modelo social da deficiência, que critica o paradigma médico-individual da incapacidade e enfatiza que é a sociedade, com suas barreiras atitudinais, arquitetônicas e informacionais, que produz a exclusão (Pletsch, 2019; Diniz, Barbosa & Santos, 2009). Isso implica compreender a deficiência como uma construção social que exige transformações sistêmicas e estruturais. O bibliotecário, nesse contexto, deve estar instrumentalizado com abordagens críticas e interdisciplinares, conforme defendem Sassaki (2010) e Garland-Thomson (2002), ampliando sua visão para além do cumprimento técnico de normas de acessibilidade, assumindo uma postura emancipadora frente aos direitos das pessoas com deficiência.

A interdisciplinaridade na formação em Ciência da Informação é um pressuposto para abordar a acessibilidade de forma integral. Autores como Capurro (2007) e Floridi (2010) destacam que a ética informacional e a gestão estratégica da informação são pilares para construir ambientes inclusivos, exigindo dos profissionais competências que transcendem a técnica biblioteconômica. Por exemplo, a mediação de conflitos cognitivos gerados pela desinformação (Silva & Ribeiro, 2021) ou a implementação de políticas de governança de dados (Marchand & Horton, 1986) requerem conhecimentos de Sociologia da Informação, Direito e Tecnologia Assistiva. Essa perspectiva ampliada evidencia que a inclusão não é um tema restrito à adaptação física de espaços, mas sim um desafio sistêmico que demanda articulação entre saberes diversos para garantir a equidade informacional.

A literatura especializada aponta que a acessibilidade não deve se limitar à arquitetura das bibliotecas, mas incluir também o acesso à informação em diversos formatos, o uso de tecnologias assistivas, e a mediação qualificada dos profissionais (Santos & Almeida, 2020; Bersch, 2012). Nesse aspecto, as bibliotecas universitárias, em especial, ocupam um papel decisivo na consolidação de práticas inclusivas, pois são ambientes privilegiados de produção e disseminação do conhecimento. No entanto, estudos apontam que a formação dos bibliotecários ainda apresenta fragilidades nesse campo (Galvão & Ribeiro, 2014; Oliveira & Ferreira, 2017).

Henriques (2023) observa que tanto a graduação quanto a pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil carecem de conteúdos específicos sobre acessibilidade, o que compromete a atuação prática dos bibliotecários em ambientes inclusivos. Em outro estudo, Henriques et al. (2024) reforçam essa lacuna ao comparar programas nacionais com instituições

estrangeiras, como a iSchool da Universidade de Washington. A ausência de disciplinas voltadas à inclusão contribui para a manutenção de bibliotecas despreparadas, refletindo em desigualdades informacionais.

O papel social da biblioteca pública, nesse cenário, ganha nova relevância. Segundo Bernardino e Suaiden (2011), tais instituições devem se constituir como espaços inclusivos por excelência, capazes de articular informação e conhecimento com os princípios da equidade e da justiça social. Essa perspectiva exige dos profissionais competências críticas e sensibilidade sociocultural, características que precisam ser fomentadas desde a formação inicial e aprofundadas na pós-graduação.

Estudos recentes também apontam para a importância de políticas institucionais de inclusão no ensino superior, que impactam diretamente a formação docente e discente (Freitas, 2017; Oliveira & Anache, 2019). Tais políticas devem ser acompanhadas de estratégias pedagógicas acessíveis, currículos inclusivos e formação continuada. Glat e Blanco (2007) destacam que, embora haja avanços na América Latina, ainda são grandes os desafios para consolidar a educação inclusiva como diretriz estruturante das universidades.

Outro ponto crucial refere-se ao uso de tecnologias assistivas nas bibliotecas. Essas ferramentas ampliam o acesso à informação por pessoas com deficiências visuais, auditivas ou motoras, mas exigem formação técnica dos profissionais para operá-las e mediá-las adequadamente (Bersch, 2012; Zallio & Ohashi, 2022). A presença dessas tecnologias, contudo, nem sempre é acompanhada da devida capacitação, o que limita seu potencial transformador.

Além disso, a produção científica sobre acessibilidade digital e práticas inclusivas em ambientes tecnológicos tem crescido significativamente, como mostram os estudos de Mack *et al*. (2021) e Bi *et al*. (2021), que indicam a necessidade de uma abordagem mais sistemática sobre inclusão em contextos computacionais e informacionais.

Por fim, o levantamento estatístico realizado pelos governos do Brasil e de Portugal (Brasil, 2023; Portugal, 2023) evidencia a urgência de políticas públicas robustas, que articulem formação, infraestrutura e direitos. Tais dados devem servir de base para o planejamento de ações institucionais e acadêmicas que visem promover, de forma efetiva, a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços de informação e de produção do saber.

Além dessas dimensões técnicas e estruturais, é necessário ampliar a compreensão da acessibilidade no campo da Ciência da Informação, incorporando discussões mais recentes sobre desinformação, ética informacional e gestão estratégica da informação. Esses aspectos são centrais para garantir não apenas o acesso físico, mas também a integridade, confiabilidade e relevância da informação disponibilizada pelas bibliotecas.

A atuação dos bibliotecários na promoção da inclusão informacional deve ser compreendida também à luz das teorias e práticas da Ciência da Informação, especialmente nos campos da ética, da mediação informacional, da desinformação e da gestão estratégica da informação. Tais abordagens evidenciam que a acessibilidade não se limita a aspectos físicos ou tecnológicos, mas envolve também a qualidade, a veracidade e a utilidade da informação ofertada aos usuários (Capurro, 2007; Floridi, 2010).

A desinformação, fenômeno amplamente discutido na atualidade, representa uma barreira silenciosa à inclusão, pois reforça estigmas, promove deslegitimações e dificulta o acesso ao conhecimento confiável por parte das minorias, inclusive pessoas com deficiência. Segundo Castells (2009), vivemos em uma sociedade em rede, onde a circulação de dados é acelerada, mas nem sempre acompanhada de critérios éticos e de responsabilidade social. Nesse sentido, a formação dos profissionais da informação deve contemplar competências críticas para o combate à desinformação e para a construção de ambientes informacionais confiáveis, participativos e seguros (Silva & Ribeiro, 2021).

A ética informacional, conforme Capurro (2007), consiste em uma reflexão crítica sobre os valores, normas e decisões que permeiam o uso, o compartilhamento e a mediação da informação. O compromisso ético, portanto, deve orientar tanto as práticas profissionais quanto os currículos dos cursos de formação em Ciência da Informação. A acessibilidade, nesse contexto, é também uma questão ética, pois implica o reconhecimento do direito de todos ao acesso à informação relevante, compreensível e contextualizada.

Outro aspecto relevante é a gestão estratégica da informação, campo que enfatiza o uso inteligente da informação para promover inovação, equidade e desenvolvimento institucional (Marchand & Horton, 1986; Tarapanoff, 2000). As bibliotecas, especialmente as universitárias e públicas, devem gerir seus recursos informacionais com base em diagnósticos das necessidades dos usuários, garantindo que os serviços ofertados estejam alinhados com as demandas de grupos em situação de vulnerabilidade ou exclusão.

Como destaca Tarapanoff (2004), o profissional da informação precisa desenvolver competências não apenas técnicas, mas também estratégicas, sociais e comunicacionais, para atuar de forma eficaz em contextos complexos e dinâmicos. Essa perspectiva amplia o entendimento da acessibilidade como parte de um ecossistema informacional mais amplo, no qual o bibliotecário atua como articulador de saberes, mediador de conflitos cognitivos e gestor do capital informacional da comunidade.

A articulação entre inclusão, ética e gestão informacional exige, portanto, uma abordagem curricular integrada nos cursos de pós-graduação, que reconheça a interdependência entre os aspectos físicos, simbólicos e estratégicos da informação. Ao formar profissionais capazes de lidar com essas dimensões de maneira crítica e reflexiva, a Ciência da Informação contribui para a construção de ambientes mais justos, participativos e acessíveis.

3 Procedimentos Metodológicos

Para que a pesquisa alcance o objetivo desejado, é necessário utilizar uma metodologia que defina os caminhos a percorrer. Com o intuito de delinear o panorama da formação voltada à acessibilidade e inclusão nos serviços de bibliotecas, esta pesquisa classifica-se como exploratória, pois visa identificar padrões, ideias e hipóteses a partir de um campo ainda pouco estudado de forma sistemática. Segundo Braga (2007, p. 25), a pesquisa exploratória "[...] tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior". O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de mapear como a inclusão e a acessibilidade vêm sendo inseridas nos currículos da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e em Portugal, especialmente nos cursos de formação de bibliotecários.

Além disso, trata-se também de uma pesquisa descritiva, uma vez que busca caracterizar os conteúdos abordados nos programas analisados, descrever as práticas curriculares relacionadas à temática da inclusão e identificar a presença (ou ausência) de componentes específicos voltados à acessibilidade. Conforme Braga (2007, p. 25), a pesquisa descritiva visa "[...] identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos".

A abordagem adotada é qualitativa, pois a análise dos dados não pretende quantificar fenômenos em larga escala, mas sim compreender a profundidade e a complexidade com que os temas são tratados nas estruturas curriculares. A análise fundamentou-se no levantamento bibliográfico e documental realizado a partir de fontes como: artigos científicos, publicações institucionais, portais das universidades e acesso direto às ementas das disciplinas obrigatórias e optativas dos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação.

A amostra é não probabilística e intencional, composta por programas de pós-graduação

que, em suas ementas, indicaram abordar de forma direta ou indireta os temas “acessibilidade”, “inclusão”, “deficiência”, “direitos humanos”, “bibliotecas inclusivas” ou “serviços acessíveis”. No Brasil, foram analisadas as universidades federais com programas stricto sensu reconhecidos pela CAPES em Ciência da Informação, em Henriques *et al*. (2024). Em Portugal, foram examinados os programas de Mestrado e Doutorado da Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

A análise dos planos de estudos e das ementas baseou-se nos seguintes critérios de inclusão:

- Presença explícita de termos relacionados à acessibilidade ou inclusão nas ementas;
- Indicação de conteúdos voltados à formação para atendimento de públicos com deficiência;
- Existência de módulos, tópicos ou bibliografias relacionadas às práticas inclusivas em bibliotecas;
- Indicação de competências humanas e sociais nos objetivos da disciplina.

Após a coleta dos dados, realizou-se uma análise de conteúdo temática das ementas, com base na categorização proposta por Bardin (2011), o que possibilitou identificar o grau de aderência dos conteúdos curriculares aos princípios de acessibilidade e inclusão.

A fundamentação metodológica baseou-se em Marconi & Lakatos (2019), no que tange à pesquisa bibliográfica e documental, e em Dutra *et al*. (2015), que defendem a articulação entre análise de dados secundários e categorização temática para construção de conhecimento científico em áreas aplicadas. Os dados foram organizados em planilhas digitais e submetidos à leitura flutuante, categorização inicial e refinamento das categorias, conforme proposta de Bardin (2011), com validação por pares entre os autores da pesquisa.

4 Resultados Finais

Em uma pesquisa anterior foram analisados cursos de graduação em Biblioteconomia em universidades federais do Brasil (Henriques, 2023), e cursos de pós-graduação das universidades federais brasileiras (Henriques *et al*., 2024, pp.330). Observamos uma carência significativa de disciplinas que abordem acessibilidade e inclusão nos currículos, tanto na formação inicial quanto na continuada, apresentando dessa forma uma lacuna formativa que compromete diretamente a atuação dos bibliotecários na promoção de práticas inclusivas, resultando em bibliotecas despreparadas para atender adequadamente a necessidade individualizada da pessoa com deficiência.

O quadro 1 apresenta os 06 programas de pós-graduação brasileiros que abordam o tema de acessibilidade e inclusão de alguma forma em suas ementas.

Quadro 1: Acessibilidade e inclusão na pós-graduação das universidades brasileiras
Fonte: adaptado de Henriques *et al*., 2024.

PROGRAMA/ UNIVERSIDADE	DISCIPLINA/EMENTA
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Univsidade Fedral do Ceará)	Tecnologias da Informação e Inclusão Social e Digital: Letramento, diversidade e **inclusão** digital, mediante o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na Educação. O *software* livre e o combate à exclusão digital. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e a Educação a Distância (EaD) no processo de aprendizagem colaborativa e educação permanente.

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal da Bahia)	Informação, Cultura e Sociedade: Cultura, sociedade e o fenômeno informacional da sociedade contemporânea. Redes sociais de conhecimento, comunidades e transversalidade. Construção social da informação como processo histórico e seus marcos contemporâneos. Relações entre poder e ideologia na construção do conhecimento. **Inclusão digital** e a **responsabilidade social** da Ciência da Informação.
	Transferência da informação: conceitos e tendências. Análise de mecanismos e estruturas de transferência da informação. Mediação humana e filtragem da informação. Tipos e usos de fontes de recuperação da informação. Fatores de **acessibilidade** e disponibilidade de informação.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal da Paraíba)	Informação e Inclusão Social: A informação como fenômeno modificador de realidades. Os desafios da **inclusão** na sociedade em rede. O caráter epistemológico das ações de informação. Inclusão informacional para **inclusão social**. Ações de informação como políticas de **inclusão social**. A apropriação da informação para **inclusão social**.
Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (Universidade do Estado de Santa Catarina)	Educação, Informação e Inclusão: Princípios teóricos e curriculares da Educação no Brasil. Cidadania, legislação educacional, **Inclusão** e exclusão. Informação e desinformação. Processos educativos e experiências de **inclusão** na escola e em Unidades de informação.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal do Pará)	Acessibilidade Informacional e Ciência da Informação: **Acessibilidade** na Sociedade da Informação. **Acessibilidade**, evolução dos conceitos e leis. Tecnologias assistivas potencializando a comunicação. **Acessibilidade** e políticas de **inclusão** no Brasil. **Acessibilidade** no âmbito da Ciência da Informação. **Acessibilidade** em bibliotecas, com enfoque para a e-**acessibilidade** bibliotecas. A biblioteca e as demandas atuais de acesso a diferentes perfis de usuários. **Acessibilidade** em museu: instrumentos e políticas institucionais que possibilitam o acesso e o uso da informação para diversos públicos. **Acessibilidade** e o uso da informação arquivística. As novas tecnologias da informação e comunicação aplicadas à **acessibilidade**.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Universidade Federal de Pernambuco)	Informação, Memória e Sociedade: A disciplina apresenta elementos para a compreensão acerca da evolução dos sistemas de informação e documentação na sociedade. A História, as Ciências Sociais, os Estudos Culturais e as Tecnologias contribuem para o desenvolvimento teórico da Ciência da Informação e proporcionam diálogos atualizados sobre o lugar, a **acessibilidade**, e a socialização desenvolvidos no campo da produção, da preservação e da memória, da circulação, da distribuição, da inovação e do uso da informação.

Pode-se perceber que, dos programas que oferecem disciplinas relacionadas a acessibilidade e inclusão, 04 estão na região nordeste, 01 está na região norte e 01 está na região sul do Brasil, vale sinalizar aqui que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a região nordeste tem a maior porcentagem de pessoas com

deficiência, cerca de 5,8 milhões ou seja 10,3%, e nas outras regiões a porcentagem é 8,8% na região Sul, 8,6% na região Centro-Oeste, 8,4% na região Norte e 8,2% na região Sudeste (Gomes, 2023).

Em relação às disciplinas que abordam este tema, percebe-se que em 04 o tema não está completamente voltado para as práticas, conceitos, teorias e estratégias de acessibilidade e inclusão. Apenas em 02 disciplinas pode-se perceber que a temática é trabalhada de forma completamente direcionada a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências. Nota-se também que todos esses programas são de mestrado e doutorado acadêmico.

Portanto, é de suma importância que as instituições de ensino superior brasileiras revisem e atualizem seus currículos acadêmicos para incluir mais disciplinas que abordem a acessibilidade e inclusão, a fim de formar profissionais conscientes e capacitados para promover bibliotecas verdadeiramente inclusivas, que atendam a todas as comunidades de maneira igualitária. Uma vez que, o número de pessoas com alguma deficiência no Brasil é de 18,6 milhões de pessoas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Gomes, 2023).

A análise dos currículos dos programas de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação e em Gestão de Sistemas de Informação; Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação, oferecidos por instituições portuguesas — incluindo a Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e o Instituto Universitário de Lisboa— revelou que não há disciplinas específicas voltadas para os temas de acessibilidade e inclusão. Isso demonstra uma lacuna significativa na formação continuada de profissionais, que deixam de contemplar, de forma explícita e estruturada, questões fundamentais para a promoção de uma sociedade mais equitativa e informacionalmente acessível.

Considerações Parciais ou Finais

No que se refere aos objetivos específicos desta pesquisa, constatou-se que o primeiro objetivo que consistiu em analisar as ementas das disciplinas oferecidas pelos programas de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação das universidades de Portugal, foi plenamente cumprido. Essa análise revelou a ausência total de disciplinas que tratem diretamente os temas da acessibilidade e da inclusão nas grades curriculares das instituições avaliadas.

O segundo objetivo, voltado para a análise das ementas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação das universidades federais brasileiras, também foi alcançado. Os resultados indicaram que, embora algumas instituições contemplem conteúdos relacionados à acessibilidade e inclusão, esses temas ainda aparecem de forma esparsa e fragmentada, não constituindo um eixo estruturante na formação oferecida.

No entanto, o terceiro objetivo, que previa a comparação entre os currículos brasileiros e portugueses, não pôde ser atendido de maneira efetiva. Diante da inexistência de disciplinas específicas sobre acessibilidade e inclusão nos programas de pós-graduação de Portugal, o que inviabilizou um cotejo equilibrado e aprofundado entre os dois países. Destacando um significativo hiato formativo em Portugal.

Por fim, o quarto objetivo, que propunha discutir os desafios formativos a partir das competências interdisciplinares exigidas pela Ciência da Informação, foi plenamente atingido. A partir de uma reflexão crítica, tornou-se evidente a necessidade urgente de incorporar abordagens éticas, estratégicas e inclusivas na formação dos profissionais da área. Essa constatação reforça a importância de repensar e reorganizar os currículos de pós-graduação, a fim de assegurar a qualificação de bibliotecários capazes de promover práticas profissionais inclusivas, socialmente responsáveis e alinhadas com os desafios contemporâneos da equidade informacional.

Dessa forma, o presente estudo evidenciou lacunas significativas na formação de

bibliotecários no Brasil e em Portugal no que diz respeito à acessibilidade e inclusão na pós-graduação. A análise das ementas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação revelou uma carência de disciplinas que abordem de forma sistemática as necessidades das pessoas com deficiência, a integridade informacional e as práticas inclusivas em bibliotecas. Essa ausência compromete a atuação dos profissionais, resultando em bibliotecas despreparadas para garantir equidade no acesso à informação.

Além disso, a pesquisa destacou a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na formação desses profissionais, articulando conhecimentos da Biblioteconomia com campos como a Ética Informacional (Capurro, 2007), a Gestão Estratégica da Informação (Tarapanoff, 2004) e os Estudos da Deficiência (Pletsch, 2019). A inclusão não se limita à remoção de barreiras físicas ou tecnológicas, mas exige competências críticas para lidar com desafios contemporâneos, como a desinformação, a mediação de conflitos cognitivos e a governança de dados acessíveis.

Como limitações do estudo, destacam-se:

a) O escopo da pesquisa bibliográfica, restrito a artigos disponíveis gratuitamente, o que pode ter deixado de incluir contribuições relevantes de bases de dados com acesso pago;

b) A análise centrada em ementas de disciplinas, sem aprofundamento em como os conteúdos são efetivamente ministrados ou aplicados na prática profissional;

c) A ausência de entrevistas com coordenadores de programas ou estudantes, que poderiam enriquecer a discussão sobre as percepções e desafios na implementação de currículos inclusivos.

Para pesquisas futuras, recomenda-se:

1. Ampliar a amostra, incluindo programas de pós-graduação de outros países, especialmente aqueles com políticas avançadas de acessibilidade, como Canadá e Espanha;
2. Investigar a percepção de discentes e docentes sobre a adequação dos currículos às demandas sociais, utilizando métodos mistos (questionários e entrevistas);
3. Explorar modelos de disciplinas interdisciplinares, como módulos conjuntos com cursos de Educação Especial, Direitos Humanos ou Tecnologia Assistiva;
4. Mapear boas práticas em bibliotecas universitárias e públicas que tenham implementado serviços acessíveis, analisando como a formação dos profissionais influenciou esses resultados.

Por fim, este trabalho reforça o papel da Ciência da Informação como campo estratégico para a construção de sociedades inclusivas. A formação de bibliotecários deve transcender aspectos técnicos, incorporando uma visão crítica e ética que os prepare para atuar como agentes de transformação social. Espera-se que os achados aqui apresentados inspirem novas pesquisas e políticas curriculares que coloquem a acessibilidade e a inclusão no centro da agenda acadêmica e profissional.

A presente pesquisa evidenciou uma lacuna significativa na formação de bibliotecários e cientistas da informação no que tange à acessibilidade e à inclusão, especialmente nos programas de pós-graduação.

Em Portugal, a análise dos currículos dos programas de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação evidenciou a ausência completa de disciplinas que abordem, de forma direta, a acessibilidade e a inclusão. Os cursos avaliados, vinculados à Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Porto e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), não apresentam, em suas estruturas curriculares, qualquer componente que contemple essas temáticas.

No Brasil (ver **Quadro 1**) embora o cenário revele alguns avanços pontuais, os dados levantados mostram que apenas seis programas de pós-graduação abordam os temas da acessibilidade e da inclusão informacional, seja de forma direta ou transversal. São eles: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Bahia

(UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB-JP), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esses programas possuem conceitos CAPES entre 3 e 5, o que indica que o comprometimento com a acessibilidade não está necessariamente atrelado à nota máxima de avaliação, mas sim à sensibilidade das instituições e de seus corpos docentes.

A ausência quase generalizada de componentes curriculares dedicados à acessibilidade, tanto em Portugal quanto na maioria dos programas brasileiros, ratifica a necessidade de repensar a formação acadêmica oferecida nos cursos de pós-graduação.

Sugere-se, como desdobramento deste estudo, aprofundar a análise nos cursos de graduação em Biblioteconomia nos dois países, a fim de verificar se a ausência de disciplinas voltadas à acessibilidade e à inclusão informacional é uma lacuna restrita à formação continuada ou se já se manifesta na formação inicial, comprometendo, desde as bases, a qualificação crítica e socialmente responsável dos futuros profissionais.

Dessa forma, a pesquisa reforça a urgência de incorporar, de forma estruturada, conteúdos sobre acessibilidade informacional nos currículos da pós-graduação em Ciência da Informação. Tal inclusão deve ser entendida não como um complemento, mas como um eixo formativo essencial. Só assim será possível formar bibliotecários e demais profissionais da área capazes de atuar com ética, criticidade e responsabilidade social, promovendo a equidade no acesso à informação e contribuindo, de maneira concreta, para a construção de bibliotecas mais inclusivas, diversas e humanizadas.

Referências

Barbosa, N. P. (2016). Inclusão de pessoas com deficiências intelectuais em bibliotecas públicas: o caso da Biblioteca de São Paulo. [Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação]. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bersch, R. (2012). Tecnologia assistiva: recursos e serviços para a inclusão. APTA.

Bernardino, M. C. R., & Suaiden, E. J. (2011). O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. Perspectivas em Ciência da Informação, 16 (4), 29–41. http://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22743

Bi, T., Xia, X., Lo, D., Grundy, J., Zimmermann, T., & Ford, D. (2021). Accessibility in software practice: a practitioner's perspective. ArXiv preprint. https://arxiv.org/abs/2103.08778

Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em S. P. M. Mueller (Org.), Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação (pp. 17–38). Thesaurus.

Brasil. (2015, 6 julho de 2015). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Presidência da República.

Brasil. (2022). Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Acessibilidade. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/acessibilidade

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). Brasil tem 18, 6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileido de Geografia e Estatística e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc

Brito, R. G. (2023). Acessibilidade e inclusão em bibliotecas universitárias públicas brasileiras: Contribuições para o acesso à informação por pessoas com deficiência [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba.

Bueno, A. S., & Santos, M. O. (2019). A biblioteca inclusiva como espaço de democratização da informação. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 24 (1), 124–140. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1451

Capurro, R. (2007). Ética intercultural da informação. Ciência da Informação, 36 (3), 35–43. https://doi.org/10.18225/ci.inf.v36i3.314

Castells, M. (2009). A sociedade em rede (6ª ed.). Paz e Terra.

Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. (Orgs.). (2009). Deficiência e inclusão: uma perspectiva multidisciplinar. Global Editora.

Dudziak, E. A. (2003). A biblioteca pública como espaço de inclusão digital: Uma proposta de mediação da informação [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. https://doi.org/10.11606/D.27.2003.tde-22032004-152701

Dutra, A., *et al*. (2015). The construction of knowledge from the scientific literature about the theme seaport performance evaluation. International Journal of Productivity and Performance Management, 64 (2), 243–269.

Filgueira, B. L. A., Barros, A. C., Silva, E. R., & Lazzarin, F. A. (2018). Inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência no contexto do ensino superior na Universidade Federal do Cariri, Folha de Rosto, 4 (esp.), 1-18. https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/352

Floridi, L. (2010). Information: A very short introduction. Oxford: Oxford University Press.

Freitas, D. C. (2017). Acessibilidade e inclusão no ensino superior: desafios e possibilidades. Appris.

Galvão, G. R., & Ribeiro, F. G. (2014). Formação do bibliotecário e acessibilidade informacional: uma análise da matriz curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Informação & Informação, 19 (1), 133–153. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p133

Garland-Thomson, R. (2002). The politics of staring: visual rhetorics of disability in popular photography. Disability Studies Quarterly, 22 (2), 56–75.

Glat, R., & Blanco, R. N. (2007). Políticas de educação inclusiva no Brasil e na América Latina: avanços e desafios. Revista Educação Especial, 20 (30), 365–381.

Gomes, I. (2023, 24 de agosto). Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Agencia IBGE - notícias. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda

Henriques, C. S. (2023). Inclusão nas bibliotecas: uma investigação na cidade Rio de Janeiro [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro].

Henriques, C. S., *et al*. (2024, 1-3 de julho). Acessibilidade e inclusão: um estudo sobre a formação da(s) pessoa(s) bibliotecária(s). Em Silva, C. G., Revez, J., & Corujo, L. (Coords.), Diálogos na Ciência da Informação: Atas do XIV Encontro EDICIC (pp. 325–332). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Mack, K., McDonnell, E., Jain, D., Lu Wang, L., Froehlich, J. E., & Findlater, L. (2021). What do we mean by “Accessibility

Research”? A literature survey of accessibility papers in CHI and ASSETS from 1994 to 2019. arXiv preprint. https://arxiv.org/abs/2101.04271

Maior, I. M. L. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. Inclusão Social, 10(2). https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029

Mantoan, M. T. E. (2006). Educação inclusiva: em busca de uma escola para todos. Petrópolis: Vozes.

Marchand, D. A., & Horton, F. W. (1986). Infotrends: Profiting from your information resources. New York: Wiley.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2019). Fundamentos de metodologia científica (8ª ed., 3ª reimp.). São Paulo: Atlas.

Nações Unidas. (2023). Informe de política para a nossa agenda comum: integridade da informação nas plataformas digitais. Nações Unidas. https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf

Neri, M. (2017). Inclusão e acessibilidade em bibliotecas universitárias: Caminhos para a democratização da informação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13 (1), 95–110. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/823

Oliveira, D. A., & Anache, A. A. (Orgs.). (2019). Educação superior inclusiva: políticas, práticas e reflexões. Belo Horizonte: Fino Traço.

Oliveira, L. P. de, & Ferreira, M. M. (2017). A formação do bibliotecário frente à acessibilidade: análise das grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia do Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação, 22 (1), 118–134. https://doi.org/10.1590/1981-5344/2479

Organização das Nações Unidas - ONUBR (2013). Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

Pletsch, M. D. (2019). O modelo social da deficiência: uma abordagem crítica. Revista Brasileira de Educação Especial, 25 (3), 379–394. https://doi.org/10.1590/S1413-65382519000300004

Portugal. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planejamento. (2023, 27 de novembro). Indicadores sobre a deficiência e incapacidade. https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/80545/Indicadores+sobre+a+Defici%C3%AAncia+e+Incapacidade+-+Contributo+para+a+ENIPD+2021-2025.pdf

Rocha, C., & Santana, V. H. (2018). Acessibilidade: práticas culturais e tecnologia assistiva para a cidadania. Universidade Federal de Goiás.

Santos, M. C. C., & Almeida, A. F. M. (2020). Tecnologias assistivas e bibliotecas universitárias: contribuições à acessibilidade informacional. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 16 (3), 33–52. https://doi.org/10.36311/1980-5144.2020.v16n3.03.p33

Sassaki, R. K. (2010). Inclusão: construindo uma sociedade para todos. WVA.

Silva, A. C., & Ribeiro, M. A. (2021). Desinformação, bibliotecas e ética profissional: um olhar da Ciência da Informação. Perspectivas em Ciência da Informação, 26 (3), 154–172. https://doi.org/10.1590/1981-5344/6181

Tarapanoff, K. (2000). Gestão da informação e do conhecimento: fundamentos e práticas. Universidade de Brasília.

Tarapanoff, K. (2004). O perfil do profissional da informação na sociedade do conhecimento. Ciência da Informação, 33 (1), 58–63.

Thompson, K. M., Singh, N. (2019). Accessibility and inclusion in libraries: Bridging the digital divide. Library Hi Tech, 37 (2), 222-233. https://acesse.dev/rzGIf

Wellichan, D. S. P., & Aquino, C. C. (2024). Ser incluído e incluir: os dois lados de uma história. Revista Bibliomar, 23 (2), 1–9. https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/24053

Zallio, M., & Ohashi, T. (2022). The evolution of assistive technology: a literature review of technology developments and applications. arXiv preprint. https://arxiv.org/abs/2201.07152

BIBLIOTECONOMIA ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO CONTINUADA: horizontes para a atuação da licenciatura em biblioteconomia

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0000-1628-6202, Brasil, *elisamara.carvalho@edu.unirio.br*

Ester da Silveira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0004-7980-274X, Brasil, *esterdasilveira@edu.unirio.br*

Flávia Dutra Rodrigues, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0009-0006-2437-069X, Brasil, *flavia.ecm2@edu.unirio.br*

Mariana Acorse, Universidade Estadual Paulista (UNESP), https://orcid.org/0000-0003-4293-3477, Brasil, *mariana.acorse@unesp.br*

Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), https://orcid.org/0000-0002-6274-4836, Brasil, *romeironathalia@unirio.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6859

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A Biblioteconomia exerce um papel fundamental no acesso à informação e na

disseminação do conhecimento. Porém, os estudos biblioteconômicos e os cursos de graduação em Biblioteconomia no Rio de Janeiro, têm sido insatisfatório no que se refere à inclusão de literaturas sobre a temática étnico-racial, evidenciando o racismo epistêmico.

Garcês-da-Silva pioneiramente introduziu "Biblioteconomia Negra" no Brasil, termo distinto da Biblioteconomia Antirracista (Garcês-da-Silva, 2025). A ausência de autores negros, perpetuada pelo epistemicídio e relatada por Hooks (2021), demonstra que a mera inclusão de temas negros não garante práticas antirracistas. Superar esse trauma histórico exige compromisso ativo contra o racismo em Biblioteconomia. Considerando as questões apresentadas anteriormente evidencia-se que a Licenciatura em Biblioteconomia pode atuar de forma significativa no desenvolvimento da Biblioteconomia antirracista.

Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: De que forma o curso de Licenciatura em Biblioteconomia pode estimular o engajamento dos estudantes e profissionais no desenvolvimento de uma Biblioteconomia Antirracista? Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar de que forma a Licenciatura em Biblioteconomia pode contribuir para a implementação de estudos voltados à Biblioteconomia Antirracista, promovendo o enfrentamento ao racismo estrutural e epistêmico. Como objetivos específicos, propõe-se: a) analisar os cursos de Biblioteconomia do Rio de Janeiro, verificando a presença (ou ausência) de literaturas étnico-raciais em seus currículos; b) apontar ações para fortalecer a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista no âmbito acadêmico e profissional.

A justificativa baseia-se na compreensão de que a ausência de literaturas étnico-raciais nos currículos acadêmicos reforça e estrutura o racismo, e na necessidade da introdução de uma perspectiva antirracista na Biblioteconomia pode contribuir de forma significativa para o enfrentamento do epistemicídio nos estudos biblioteconômicos.

Referencial Teórico

Os regulamentos e diretrizes, como as Lei nº 10.639/2003, nº 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana por toda a rede de ensino do Brasil, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, representam uma conquista significativa diante do histórico apagamento das literaturas étnico-raciais. No entanto, mesmo com essa obrigatoriedade, a educação brasileira ainda se encontra nos estágios iniciais de efetivação dessas políticas, o que representa um desafio ainda maior se pensarmos no ensino superior que ainda não é atravessado por esses instrumentos normativos (Brasil, 2003, 2004, 2008).

Em face do papel crucial das universidades na formação profissional, a inclusão de disciplinas focadas em questões étnico-raciais emerge como imperativo, visando o desenvolvimento de consciência crítica sobre diversidade e inclusão (Faben & Oliveira, 2022). A Biblioteconomia Negra, enquanto movimento crítico afrocentrado, impulsiona a reflexão sobre a atuação de profissionais negros na área (Garcês-da-Silva, 2023). Contudo, distingue-se da Biblioteconomia Antirracista, cujo escopo abrange a denúncia e o combate ao racismo e ao epistemicídio, promovendo um conhecimento inclusivo (Garcês-da-Silva, 2025).

Essa distinção é crucial, pois o trauma racial, intensificado no contexto universitário, incluindo a formação em Biblioteconomia, sublinha a necessidade de políticas e programas que assegurem o bem-estar emocional e a permanência de indivíduos afetados (Silva *et al*., 2023). A discussão sobre trauma racial, manifestando-se por meio de sensações de medo e impotência que impactam a construção identitária (Ribeiro, 2024), reforça a urgência da Biblioteconomia Antirracista no âmbito educacional, demandando profissionais capacitados para promover um ensino antirracista efetivo.Nos últimos anos, educadores comprometidos com uma abordagem crítica do ensino têm buscado novas formas de ensinar e aprender, evitando a reprodução de um sistema de dominação

como o imperialismo, o sexismo, o elitismo e o racismo. Essa abordagem conhecida como a "pedagogia da esperança", fortalece a luta por justiça, mesmo diante das adversidades. Assim, a educação como prática de liberdade possibilita o enfrentamento da perda e a restauração do senso de conexão entre os indivíduos, promovendo uma educação mais inclusiva (Hooks, 2021).

No Brasil, existe apenas um curso de Licenciatura em Biblioteconomia, ofertado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Destaca-se que os estudantes desse curso têm se sobresaído em pesquisas nas diversas áreas, produzindo conteúdos que reforçam a importância de uma educação antirracista. A Licenciatura em Biblioteconomia possui um amplo campo de atuação e está em constante crescimento, sendo o magistério sua principal área de atuação. Os licenciados em biblioteconomia e desempenham um papel essencial na formação de bibliotecários, considerando suas competências pedagógicas que contribuem para a qualificação desses profissionais (Spudeit, 2014).

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa teórico-reflexiva de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, descritiva e documental. A investigação baseia-se na análise de livros, legislações, artigos científicos e pesquisas disponíveis na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A coleta de dados foi realizada por meio de descritores como: "antirracista", "educação antirracista" e "licenciatura" combinados com os termos *booleanos* ("racismo" OR "antirracista" OR "negra"). Esses termos foram selecionados por abordarem diretamente questões relacionadas à decolonialidade, biblioteconomia antirracista, biblioteconomia negra, formação docente, práticas pedagógicas e abordagens curriculares voltadas para a promoção de uma educação antirracista.

Resultados Parciais ou Finais

A pesquisa aponta a formação continuada como um dos meios para atuação direta dos licenciados em Biblioteconomia na promoção de ações voltadas às práticas antirracistas. A presença de disciplinas voltadas às relações étnico-raciais, aliadas à produção acadêmica e em projetos de extensão, fortalecerá a inserção de práticas antirracistas nos ambientes biblioteconômicos e educacionais (Faben & Oliveira, 2022).

Esse protagonismo vai além da sala de aula, por meio das interlocuções em espaços coletivos e de produção acadêmica, como o GT 12, da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), que aborda a temática Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib); o evento científico Encontro Nacional de Bibliotecárias (os) Negras (os) e Antirracistas (ENBNA) realizado juntamente com o Encontro Internacional de Bibliotecárias (os) Negras (os) (EIBNA); Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades (GT RENAD) associado à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (Garcês-da-Silva, 2025).

Além disso, os licenciados também podem atuar ativamente na criação e condução de cursos livres, cursos de extensão, minicursos, oficinas, projetos de extensão e seminários, bem como colaborar com processos formativos em empresas e outras instituições.

Considerações Parciais ou Finais

A Licenciatura em Biblioteconomia possui grande potência na construção de uma prática biblioteconômica e pedagógica antirracista. Sua natureza formativa permite aos educadores promoverem espaços de debates, ensino e aprendizagem que abordam criticamente as relações de raça, classe e gênero, contribuindo para o enfrentamento do racismo, desigualdade e preconceito. Assim, a Licenciatura em Biblioteconomia contribui diretamente para a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista ao formar profissionais em competências informacionais e pedagógicas capazes de transformar práticas biblioteconômicas, educacionais e curriculares.

Referências

Brasil. Ministério da Educação. (2004, 10 de março). Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Parecer CNE/CP nº 003/2004). http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf.

Brasil. Ministério da Educação. (2004, 17 de junho). Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Resolução CNE/CP nº 01/2004). http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf.

Faben, A., & Oliveira, D. S. (2022). A educação antirracista nos cursos de biblioteconomia no brasil: um panorama da região sudeste. Revista brasileira de biblioteconomia e documentação, 18(3), 1-16. https://brapci.inf.br/v/229167.

Garcês-da-Silva, F. C. (2023). Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas a Teoria Crítica Racial. Malê.

Garcês-da-Silva, F. C. (2025). La línea tenue que une y separa: fundamentos teórico-conceptuales entre Bibliotecología Negra y Bibliotecología Antirracista. Palabra Clave (La Plata), 14(2), e242. https://doi.org/10.24215/18539912e242.

Hooks, B. (2021). Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. Elefante.

Ribeiro, E. (2024). Os tesouros que deixamos pelo caminho. Planeta do Brasil.

Silva, F. C. G., Garcez, D. C., Romeiro, N. L., Fevrier, P. R., & Alves, A. P. M. (2023). Microagressões e trauma racial no ensino bibliotecário: uma análise via escala de microagressões raciais no ensino em biblioteconomia [sessão de conferência]. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação, Aracaju, SE, Brasil. https://brapci.inf.br/v/258509.

Spudeit, D. (2012, 24 de agosto). Licenciatura em Biblioteconomia: uma nova profissão vem aí. https://crb6.org.br/materias/licenciatura-em-biblioteconomia-uma-nova-profissao-que-vem-ai/.

O ENSINO SOBRE A GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Alexandre Faben, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, https://orcid.org/0000-0001-9011-632X, Brasil, *alexandrefaben@unirio.br*

Danilo Bueno, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, https://orcid.org/0000-0003-1077-8855, Brasil, *danilo.bueno@unirio.br*

Anna Carla Mariz, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, https://orcid.org/0000-0003-1871-0986, Brasil, *anna.carla@servidor.uepb.edu.br*

Ana Célia Rodrigues, Universidade Federal Fluminense - UFF, https://orcid.org/0000-0003-0851-528X, Brasil, *anaceliarodrigues@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6686

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A gestão de documentos, no campo teórico e metodológico da Arquivologia, contribui para a produção e organização de documentos de arquivo, racionalizando sua guarda e tornando mais eficiente o acesso à informação. Razão pela qual deve estar inserida nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia.

A gestão de documentos é considerada como um conjunto de procedimentos de registro e controle do fluxo documental, onde se organizam os documentos, facilita-se a recuperação e o acesso e garante o

estabelecimento dos prazos de guarda e destinação, conhecimento nuclear para a formação do arquivista e controle de todo o ciclo de vida dos documentos de arquivo.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a oferta de disciplinas sobre a gestão de documentos nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. A análise desta oferta contribui com as discussões sobre a formação profissional dos arquivistas, bem como sobre a necessidade de harmonização curricular da área, justificando o desenvolvimento desta pesquisa.

A oferta de disciplinas nos cursos de Arquivologia no Brasil é fundamental para que os arquivistas conheçam os fundamentos teóricos e metodológicos da gestão de documentos, destacando que uma gestão eficiente de documentos é essencial para a transparência, prestação de contas e preservação da memória institucional.

Portanto, este estudo pretende fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema como contribuição para uma melhor governança e para o acesso à informação, beneficiando a sociedade como um todo, além de estimular o debate sobre o ensino e práticas da disciplina oferecidas pelos diferentes cursos de bacharelado em Arquivologia, tendo em vista a dimensão continental do país, bem como a diversidade sociocultural local e regional que, em última instância, imprime no fazer e no ensino arquivístico brasileiro correntes e tradições teórico-metodológicas sobre a gestão de documentos.

Referencial Teórico

A gestão de documentos tem como objetivo controlar o documento arquivístico desde sua produção até a destinação final. Trata-se de um conjunto de atividades que possibilita a produção, organização e a recuperação de documentos e suas informações com maior eficácia e eficiência.

A eficiência aqui é entendida como a "realização de tarefas de maneira inteligente, com o mínimo de esforço e com o melhor aproveitamento possível dos recursos". A eficácia "é o conceito de desempenho que se relaciona com os objetivos e resultados esperados". (Maximiano, 2007, p 115). De acordo com Nunes (2014, p. 38), a eficácia é o pressuposto da efetividade que, por sua vez, é a capacidade de produzir e manter um fato ou acontecimento real.

De acordo com Jardim (1987), historicamente a gestão de documentos foi pensada e estabelecida a partir da segunda metade do século XIX, por conta da produção exponencial dos documentos verificado na administração pública federal dos Estados Unidos da América e a imediata necessidade e obrigação de controlar e racionalizar grandes massas documentais que passaram a ser acumuladas em arquivos. O autor argumenta que a gestão de documentos representa um marco na área arquivística desde o final do século XIX, mas que tem seu conceito originado no cenário do pós Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos da América.

> Desde o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina, a partir da segunda metade do século XIX, talvez nada tenha revolucionado tanto quanto a concepção teórica e os desdobramentos práticos da gestão ou a administração de documentos estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial (Jardim, 1987, pp. 35).

O autor destaca que o surgimento da gestão de documentos está atrelado à necessidade de controlar grandes massas documentais da administração pública federal estadunidense, cujo conceito e prática foram disseminados mundialmente, influenciando as práticas arquivísticas de outros países e, entre eles, o Brasil.

O termo *records management*, originalmente cunhado pelos estadunidenses e traduzido para o português como gestão de documentos, apesar das práticas e atividades já estarem bastante materializadas na administração pública desse país, é somente no ano de 1950 que o termo e o conceito é definido pela primeira vez na Lei Federal de Gestão de Documentos dos Estados Unidos:

> O termo "gerenciamento de documentos" significa o planejamento, controle, direção, organização, treinamento, promoção e outras atividades gerenciais

> envolvidas com relação à criação, manutenção, uso e destinação de documentos, para obter uma documentação adequada das políticas e transações do Governo Federal e gestão eficaz e econômica das operações das agências (United States of America, 1950, tradução nossa, grifos do autor).

Essa prática, portanto, teve como elemento central o desenvolvimento de atividades técnicas relacionadas à criação, manutenção, uso e destinação de documentos, com a finalidade de organizar e recuperar informações para a tomada de decisão segura, controle de gastos, investimentos e prestação de contas, além do fomento à transparência administrativa e à inteligência organizacional por meio do uso efetivo dos documentos de arquivo, de forma eficaz e econômica.

No Brasil, por sua vez, segundo Bueno e Rodrigues (2021), apesar dos inúmeros esforços práticos e experiências acumuladas empreendidos pelos arquivos públicos brasileiros desde a década de 1950 para a modernização da administração pública brasileira e, em especial do Arquivo Nacional do Brasil, é somente na década de 1980 e início da década de 1990 que a gestão de documentos, ao contrário dos estadunidenses, tem sua definição conceitual e contornos legais e práticos definidos.

Este esforço da comunidade arquivística brasileira tem seu resultado materializado na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, discussões que passaram a fazer parte da esteira do processo de redemocratização do país após um longo período de ditadura civil-empresarial-militar (1964-1986).

Em consonância com os fundamentos do Estado Democrático de Direito no Brasil, é na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que encontramos os fundamentos legais necessários para a proteção do patrimônio documental brasileiro, cujo texto foi aprovado e inserido no artigo 216, que determina como responsabilidade da administração pública a gestão de documentos, afirmando e oficializando, também, a responsabilidade do Estado com a garantia e o direito do cidadão de ter acesso aos documentos públicos de seu interesse, respeitados os princípios de sigilo e proteção às informações privadas (Brasil, 1988).

> Esses dispositivos serviram de base para a formulação da lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. A Lei Nacional de Arquivos, como ficou conhecida, é o primeiro instrumento de caráter jurídico e técnico-normativo que regulamenta, no âmbito federal, a gestão de documentos e o papel dos arquivos públicos e privados, sendo a diretriz básica para a organização dos arquivos estaduais e municipais no Brasil. Em seu artigo 3º, define a gestão de documentos como um "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente" (Brasil, 1991), trazendo em seu bojo elementos e termos notadamente conceituais (Bueno & Rodrigues, 2021, pp. 90-91, grifos dos autores).

Nesse contexto de renovada discussão teórica e metodológica sobre a gestão de documentos no Brasil, temos, pois, que os documentos de arquivo contribuem para a eficiência e eficácia da administração pública e, consequentemente, para o desenvolvimento sustentável e garantia da cidadania, relacionando a gestão de documentos ao acesso à informação, transparência e integridade pública como fomento à participação social, para a prestação de contas responsável e o combate à corrupção (Faben, 2023).

Para Heredia Herrera (2011), por exemplo, a gestão de documentos envolve todas as funções, atividades e procedimentos que, em uma instituição, se aplicam aos documentos, a fim de garantir sua produção, sua autenticidade, sua integridade, sua conservação, sua confiabilidade e sua disponibilidade, e para seu maior aproveitamento e melhor serviço.

Para Ricks (1985, p. 184, tradução nossa), ao analisar a gestão de documentos, se bem planejada e aplicada adequadamente, proporciona inúmeros benefícios para os governos e cidadãos, conforme explica o autor:

> a) a gestão de documentos dá ao arquivista maior segurança de que as políticas e atividades do Governo estão bem documentadas, que os documentos relacionados sejam arquivados juntos, que os documentos de arquivo estejam organizados e arquivados de forma adequada e justa, que poucos documentos de valor transitório ou inúteis não se misturem com os de valor permanente;
>
> b) a gestão de documentos permite ao Governo adquirir maior consciência da importância do cuidado e preservação dos documentos [transparência, responsabilidade e prestação de contas];
>
> c) os arquivos, inquestionavelmente, têm aumentado seu prestígio, já que desfrutam de um pressuposto maior, porque demonstra que com eles se economiza uma quantidade considerável de recursos financeiros;
>
> d) a gestão dos arquivos intermediários proporciona facilidades regionais convenientes dentro das quais respondem às necessidades da investigação e ao público. E os serviços de arquivos propriamente ditos [permanentes] têm o afeto e apoio do público.

A gestão de documentos, portanto, passa a ser uma disciplina fundamental para a Arquivologia, sob diversos aspectos: garantir que as atividades dos governos fossem documentadas adequadamente; garantir que os documentos inúteis sejam eliminados com critério, e inibir a eliminação de documentos de valor permanente para, desta forma, resguardar a parcela de documentos que constituem o patrimônio arquivísticos de um país. Assim, como princípio básico da gestão de documentos, a informação deve estar disponível no lugar certo, na hora certa, para as pessoas certas, e com o menor custo possível (Jardim, 1987, pp. 36-37).

Nesse sentido, a gestão de documentos é considerada como um conjunto de procedimentos técnicos aplicados ao controle do fluxo documental, para organizar os documentos, facilitar a recuperação e o acesso e garantir o gerenciamento dos prazos de guarda e eliminação. Apresenta-se como um elemento essencial para as instituições, incidindo sobre o momento da produção até a destinação final, isto é, eliminação ou recolhimento à guarda permanente, atuando objetivamente no controle do ciclo de vida dos documentos de arquivo. Com isso, a gestão de documentos também corrobora com a preservação do patrimônio histórico e cultural da instituição, seja ela pública ou privada.

Procedimentos Metodológicos

Do ponto de vista científico, a abordagem desta pesquisa é qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, e se caracteriza sendo bibliográfica e documental, que segundo Braga (2007, pp. 25), "tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior".

Para a fundamentação teórica sobre a gestão de documentos, partimos do levantamento bibliográfico e documental sobre o assunto, analisamos e definimos os documentos utilizados em nossa pesquisa e referenciamos neste trabalho.

Do ponto de vista aplicado, delimitamos como universo de pesquisa dezessete (17) cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil, na modalidade presencial em instituições públicas de ensino superior.

A partir da pesquisa bibliográfica e documental também foram levantadas as informações disponíveis nos sites institucionais dos cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil para a sua contextualização institucional, bem como para a sistematização do ensino ofertado sobre gestão de documentos no âmbito do universo de pesquisa delimitado.

As fontes documentais consultadas foram: Matrizes Curriculares e os Projetos

Pedagógicos dos Cursos (PPC) ou Projetos Políticos Pedagógicos (PPP, denominação antiga do PPC) dos cursos de graduação em Arquivologia.

Desse modo, com a execução dos procedimentos metodológicos descritos buscamos demonstrar as características do ensino ofertado sobre a gestão de documentos nos cursos de Arquivologia no Brasil, verificando suas diferenças, semelhanças e destaques, discutindo a necessidade de harmonização curricular da área.

Os Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

O contexto do ensino arquivístico brasileiro conta com dezessete (17) cursos de bacharelado em Arquivologia, na modalidade presencial em instituições públicas de ensino superior.

Para a sua contextualização, partiremos aqui dos anos 1970, década de fundamental importância para o estabelecimento de alguns parâmetros que marcaram a consolidação e definiram as configurações no campo do ensino da Arquivologia no país.

Começando pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), criada em 1971, que exerceu um papel fundamental para o desenvolvimento da área, inclusive na regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, conquista dos profissionais técnicos e arquivistas obtida em 4 de julho de 1978, sancionada pela Lei nº. 6.545 e, regulamentada pelo Decreto no 82.590, de 6 de novembro de 1978. Em 1972, o Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior, que também contou com o apoio efetivo da AAB.

A construção do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) passou por um longo processo histórico desde a sua origem nos cursos permanentes oferecidos pelo Arquivo Nacional (AN). A elevação do Curso Permanente de Arquivo (CPA) ao nível superior concretizou-se quando, em 28 de setembro de 1973, a partir de um termo de acordo assinado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Arquivo Nacional, quando a UFRJ passa a chancelar e emitir o diploma de nível superior em Arquivologia. Em decorrência desse acordo, torna-se o primeiro curso superior de Arquivologia a ser reconhecido no país.

Por outro lado, em 1977, o curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional foi integralmente transferido para a então denominada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), hoje denominada de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), absorvendo, também, toda a gestão dos documentos de egressos e de estudantes em formação nesse período em diante.

Em sequência, temos o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), cuja criação foi aprovada pelo Parecer nº 179, de 10 de agosto de 1976 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM. Sua instalação deu-se em março de 1977. No ano seguinte, em 28 de junho de 1978 é criado o curso de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense, UFF.

Assim, com a criação dos cursos da UNIRIO, UFSM e UFF, os mesmos mantiveram-se quase 20 anos sendo os únicos cursos do Brasil na região sudeste e sul do país.

Durante quase 20 anos, portanto, registramos uma inatividade na criação dos cursos de Arquivologia. Foi somente no início da década de 1990 que as discussões recomeçam e ganham proporções nacionais, registrando a criação de mais 5 cursos de Arquivologia nesta década, sendo eles: curso de bacharelado em Arquivologia na Universidade de Brasília (UnB) em 1990, que começou a funcionar no início de 1991; A criação e implantação do curso de bacharelado em Arquivologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), que ocorre em 26 de fevereiro de 1998; O curso de bacharelado em de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1998; Em 30 de julho de 1999 é criado o curso de bacharelado em de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Por fim, fechando a década de 1990, em julho de 1999 foi concedido parecer favorável para a criação e implantação do curso de bacharelado em

Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Nas duas décadas seguintes, dos anos 2000 e 2010, em especial da década de 2000, assistimos a um significativo crescimento de criação de cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil, a partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa importante criado pelo então Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, sendo eles: o curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP-campus Marília), criado em 2003 é o único curso de graduação em Arquivologia de nível superior no Estado de São Paulo; o Curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pioneiro na Paraíba, foi criado em 29 de março de 2006, sendo o segundo curso do Nordeste; O Curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi instituído, por sua vez, em 2008; o curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), foi implementado em meados de 2008. Um ano depois, em 2009 o curso de bacharelado em Arquivologia da Escola de Ciência da Informação, ECI, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi constituído; em junho de 2007, por meio da Resolução nº 079/2007 – do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, foi aprovado o curso de bacharelado em Arquivologia. Entretanto, as suas atividades só foram iniciadas em março de 2009; o curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi criado em agosto de 2009.

Por fim, na década de 2010 foi criado o último curso de bacharelado em Arquivologia no Brasil, o da Universidade Federal do Pará, UFPA, criado em 6 de setembro de 2011, fechando os 17 cursos de bacharelado em Arquivologia na modalidade presencial em instituições públicas de ensino superior.

O quadro a seguir sintetiza essas informações por regiões do Brasil:

Quadro 1: Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

Instituição de Ensino Superior	Região	Estado	Data de criação
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Sudeste	Rio de Janeiro	1977
Universidade Federal Fluminense - UFF	Sudeste	Rio de Janeiro	1978
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Sudeste	Espírito Santo	1999
Universidade Estadual Paulista - UNESP	Sudeste	São Paulo	2003
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Sudeste	Minas Gerais	2009
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Sul	Rio Grande do Sul	1977
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Sul	Rio Grande do Sul	1999
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Sul	Rio Grande do Sul	2008
Universidade Estadual de Londrina - UEL	Sul	Paraná	1998
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Sul	Santa Catarina	2009
Universidade de Brasília - UNB	Centro-Oeste	Distrito Federal	1991
Universidade Federal da Bahia - UFBA	Nordeste	Bahia	1998
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	Nordeste	Paraíba	2006
Universidade Federal da Paraíba - UEPB	Nordeste	Paraíba	2008

Universidade Federal do Cariri - UFCA	Nordeste	Juazeiro do Norte	2024
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Norte	Amazonas	2009
Universidade Federal do Pará - UFPA	Norte	Pará	2011

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao analisar o quadro 1, é possível perceber que a região Sudeste e a região Sul são as regiões que apresentam, quantitativamente, o maior número de cursos de graduação em Arquivologia em todos os estados dessas regiões. Na região Sul o curso de Arquivologia é ofertado pela UFSM, UEL, UFRGS, FURG e UFSC. Em relação à região Sudeste, existem os cursos da UNIRIO, UFF, UFES, UNESP e UFMG. A região Nordeste possui quatro cursos, a saber: UFBA, UFCA, UEPB e UFPB, sendo estes dois últimos no mesmo estado da Paraíba. A região norte possui dois cursos: UFAM e UFPA e a região Centro Oeste conta com apenas um curso: UnB.

Resultados Parciais: A gestão de documentos nas disciplinas dos cursos de Arquivologia no Brasil

A pesquisa bibliográfica e documental realizada nos sítios eletrônicos dos 17 cursos de Arquivologia do Brasil, conforme o Quadro 1, nos permitiu sistematizar informações sobre as disciplinas, ementas, Projeto Pedagógico de Curso ou Projeto Político Pedagógico dos cursos de bacharelado em Arquivologia nas 17 universidades públicas identificadas.

A partir das informações disponíveis online no site de cada instituição obtivemos o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) ou Projeto Político Pedagógico (PPP), as matrizes e ementas curriculares.

No Apêndice 1 desta pesquisa, podemos observar o cenário do ensino da gestão de documentos no Brasil, que pode ser discutido pelos aspectos que destacamos a seguir.

Apesar de quase todas as universidades indicarem no nome da disciplina o termo “gestão de documentos”, apenas o curso de Arquivologia da UFBA não contempla diretamente uma disciplina específica de gestão de documentos, porém este conteúdo encontra-se contemplado nas disciplinas de arquivos correntes e arquivos intermediários.

Por sua vez, no curso de Arquivologia da FURG, não foi possível encontrar uma disciplina específica de gestão de documentos Localizamos apenas a disciplina obrigatória “Gestão Arquivística de Documentos Digitais, ofertada no 4º período com carga horária de 30 horas, com a seguinte ementa disponibilizada em sua página institucional: A ementa aborda os seguintes aspectos: Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Gestão Arquivística de Documentos Digitais. Normas e modelos de requisitos para a gestão de documentos digitais. Decidimos não considerar, tendo em vista que a ementa aborda apenas os aspectos do GED e não de um (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) SIGAD.

A UFCA, que possui o mais recente curso de Arquivologia no Brasil, não possui uma disciplina de gestão de documentos e o conteúdo sobre essa temática pode ser encontrado diluído na disciplina “arquivo corrente”, única em seu ementário de disciplinas que se aproxima da gestão de documentos nesse curso. O curso apresenta muitas disciplinas voltadas para discussões em torno da Ciência da Informação como “representação temática da informação” e “planejamento de unidades da informação” o que nos leva a crer que bibliotecários discutiram e formularam o PCC e a matriz curricular do curso e não por arquivistas, visto a ênfase dada à informação e não ao documento.

A UNIRIO, por sua vez, oferta a disciplina “Gestão de Documentos Arquivísticos”, conteúdo obrigatório para os alunos do 6º período com carga horária de 60 horas. A ementa apresenta os princípios da teoria da gestão de documentos: conceituação, objetivos e campo de aplicação. O ciclo vital dos documentos: produção, utilização e destinação. Planejamento e estruturação de sistema de arquivos. Apesar de apresentar uma ementa de 2018 no seu plano de disciplinas, vale lembrar que seu Projeto Político

Pedagógico é o mais antigo das 16 universidades, datado de 2006.

A UFSM oferta a disciplina “Gestão e Classificação de Documentos” conteúdo obrigatório para alunos do 2º período e carga horária total de 75 horas. A ementa da disciplina trata de compreender o desenvolvimento epistemológico e as bases conceituais da gestão documental; Compreender os conceitos e finalidades da classificação documental enquanto função arquivística; Explicar os métodos de classificação de documentos, considerando seus elementos e princípios teóricos; Identificar as relações entre contextos de produção documental, classificação de documentos e acesso; Compreender a organização de documentos no sentido da classificação e ordenação, em seus aspectos teóricos, metodológicos e operacionais.

É interessante observar que a gestão de documentos independe do suporte, mas tendo em vista o que é conteúdo teórico e metodológico sobre esse assunto é muito extenso para abordar também a gestão de documentos digitais. Assim alguns cursos, como o caso da UFSM, ofertam disciplinas específicas sobre a gestão de documentos digitais, por exemplo, a disciplina “Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos”, obrigatória para alunos do 4º período, com carga horária de 60 horas. Segundo a ementa, a disciplina visa compreender o histórico da implantação de sistemas de informação de gestão arquivística e seus modelos; conhecer e analisar os sistemas de gestão de documentos arquivísticos digitais. Salienta-se que esta disciplina terá 15 horas realizadas na modalidade à distância, distribuídas ao longo do semestre.

A UFF contempla as disciplinas “Gestão de Documentos I” e “Gestão de Documentos II”, ofertadas respectivamente para o 3º e 4º período, obrigatórias e com 60 horas cada. A primeira busca discutir os Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da gestão de documentos, modelos e programas de gestão de documentos, sistemas de Arquivo e sistemas de gestão de documentos, serviços de protocolo e perspectivas da gestão de documentos no Brasil, enquanto a segunda centra-se nos aspectos digitais orientados pelos Modelos e padrões de Requisitos.

A UnB, por sua vez, oferece para os alunos do 3º período a disciplina obrigatória de 60 horas “Gestão Integrada de Documentos”, a ementa contempla estudo teórico, metodológico e prático da gestão de documentos e da arquivística integrada. Gerenciamento de processos e sistemas referentes à produção, tramitação, avaliação, arquivamento, recuperação e uso de documentos e informações.

Ademais, oferece a disciplina “Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais”, obrigatória para alunos do 5º período com carga horária de 60 horas. A ementa apresenta os seguintes aspectos importantes de se destacar: cadeia de custódia: produção e gestão (SIP), preservação (AIP), acesso (DIP). Especificação de requisitos para sistemas arquivísticos. Modelos e padrões nacionais e internacionais de informação em acesso aberto (OAIS). Gestão Eletrônica de Documentos (GED). Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

A UEL possui em sua matriz curricular a disciplina “Introdução à Gestão de Documentos", ofertada para alunos do 4º período, sendo obrigatória e com carga horária de 30 horas apenas. A ementa contempla conceitos e práticas da Gestão de Documentos. Legislação e etapas da Gestão de Documentos. Esta disciplina, assim como a disciplina da FURG, são as duas únicas disciplinas neste estudo que são ofertadas com apenas 30h/a dentre todas.

No curso de Arquivologia da UFES é possível encontrar a disciplina obrigatória “Gestão de Documentos”, ofertada para os alunos do 2º período com carga horária de 60 horas. Sua ementa apresenta a história, conceitos, importância e evolução da Gestão Documental. Sistema de gestão de documentos com base na norma ISO. Protocolo. Métodos de arquivamento. Tipologia documental.

A UFRGS oferta a disciplina “Gestão Arquivística de Documentos” para alunos do 2º

período, sendo obrigatória e com carga horária de 60 horas. A ementa apresenta os seguintes aspectos: Gestão documental: conceitos, histórico, procedimentos e modelos. O Ciclo Vital dos Documentos. Instrumentos de gestão documental. Normativas de gestão documental.

Na UNESP só foi possível localizar a disciplina "Gestão de Documentos Digitais", disciplina obrigatória ofertada para alunos do 6º período com carga horária de 60 horas. De acordo com a ementa, são discutidos tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino e os conteúdos temáticos a serem trabalhados indicando o foco teórico da abordagem a ela correspondente. Definição e componentes de um Sistema de Informação. Sistemas de Gestão Empresarial: sistemas de processamento de transações e sistemas de informações gerenciais. Elaboração de mapeamento de sistemas em organizações e fluxos documentais. Definição do conceito de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Diferenças para o Gerenciamento de Conteúdo (ECM). Tipos e projetos de GED. Etapas de implantação e escolha de um sistema (software). Componentes de um sistema GED. Ambiente GED. Implantação de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística (SIGAD). Vale destacar também que na UNESP o conteúdo relacionado à gestão de documentos não digitais encontra-se diluído na disciplina "Arquivos Correntes e Intermediários", ofertada no 2º período, obrigatória e com carga horária de 60 horas.

Na UEPB foi possível encontrar duas disciplinas específicas: "Gestão de Documentos", ofertada no 2º período, sendo obrigatória e com carga horária de 60 horas. Apresenta na ementa o conceito de gestão e de gestão de documentos: perspectivas históricas e atuais. Os programas de gestão de documentos. Gênese documental. Serviços de protocolo. Gerenciamento de processos. Tramitação; classificação, codificação e instrumento de classificação e ordenação.

Além dessa disciplina, oferta para o 3º período a disciplina obrigatória "Prática de Gestão de Documentos", com carga horária de 60 horas. De acordo com sua ementa, a disciplina explora os seguintes aspectos: Diagnóstico de arquivo corrente e intermediário. Processos e produtos da gestão de documentos. Elaboração de projetos para a gestão de sistemas arquivísticos.

A UFPB oferta a disciplina obrigatória "Gestão de Documentos em Arquivos Correntes e Intermediários" no 5º período, com carga horária de 60 horas. A ementa aborda o estudo teórico metodológico da gestão de documentos correntes e intermediários. Controle de qualidade da gênese documental. Serviço de protocolo. Tramitação de documentos. Gerenciamento do fluxo documental. Aplicação da Tabela de temporalidade. Métodos de arquivamento. Atividades de destinação de documentos.

Contrariando o próprio conceito de gestão de documentos, oferta ainda no 6º período a disciplina obrigatória "Gestão de Documentos em Arquivos Permanentes" com carga horária de 60 horas. De acordo com a ementa dessa disciplina, é possível perceber que discute aspectos voltados para os arquivos permanentes como o arranjo e a descrição: Metodologia do arranjo e ordenação dos documentos em arquivos permanentes. Teoria dos fundos arquivísticos. Ordenação interna dos fundos documentais de arquivo. A especificidade dos fundos documentais. Atividades de representação descritiva de documentos em diversos níveis. Tipos e elaboração de instrumentos de disseminação.

O curso de Arquivologia da UFAM oferece a disciplina obrigatória "Gestão de documentos arquivísticos" com carga horária de 60 horas. A ementa esclarece o que se pretende discutir na disciplina: Teoria, métodos e técnicas necessárias ao tratamento de documentos/informações arquivísticas, da produção à destinação final.

A UFMG oferta a disciplina obrigatória "Gestão de Documentos Arquivísticos I" no 3º período, com carga horária de 60 horas. A ementa apresenta a gestão de documentos: conceitos, terminologia e história. O Ciclo Vital dos Documentos. O registro e controle de documentos na fase ativa. Gerenciamento de processos. Classificação e ordenação.

Elaboração do plano de classificação: metodologia.

Além dessa, oferta a disciplina “Gestão de Documentos Arquivísticos II”, para alunos do 4º período com carga horária de 60 horas. De acordo com a ementa, discute-se nesta disciplina Valores dos documentos. Metodologia do levantamento da produção documental para fixação da temporalidade e da destinação de documentos. O processo de avaliação documental. Tabela de temporalidade e destinação: processo de elaboração. Eliminação: administração, sistemática e condições legais. Transferência e recolhimento – procedimentos.

Ainda, oferece ao 6º período a disciplina obrigatória “Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais” com carga horária de 60 horas, de acordo com sua ementa visa discutir documento arquivístico digital. Aspectos jurídicos e a autenticidade dos documentos digitais. Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD); Acesso e preservação de documentos arquivísticos digitais; reformatação de documentos arquivísticos.

A UFMG apresenta a oferta mais abrangente e completa sobre a gestão de documentos nos cursos de Arquivologia no Brasil, ao discutir aspectos nucleares da classificação e avaliação e tendo uma disciplina específica para discutir a gestão de documentos digitais, aspectos que precisam estar contemplados no ensino de Arquivologia.

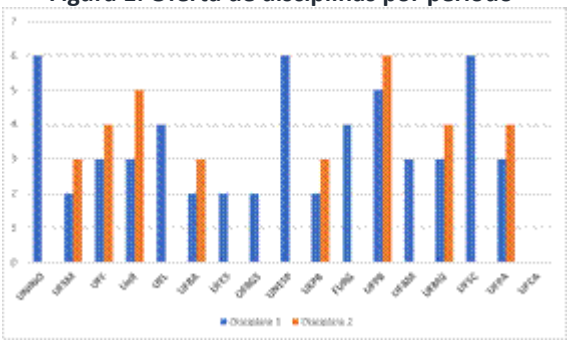
O curso de Arquivologia da UFSC apresenta a disciplina obrigatória “Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos", ofertada no 6º período e carga horária de 60 horas. Não possui uma disciplina específica sobre gestão de documentos não digitais, mas nesse conteúdo está contemplado na disciplina “Arquivos Correntes e Intermediários".

Por fim, o curso de Arquivologia da UFPA oferta no 3º período a disciplina obrigatória “Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos I” com carga horária de 60 horas. A ementa resume o conteúdo abordado na disciplina: explora a Gestão de Documentos. Modelos de gestão de documentos. Planejamento e implantação de Programas de Gestão de Documentos. Requisitos metodológicos. Sistemas arquivísticos institucionais. Relação entre a administração de arquivos correntes e intermediários. Integração sistêmica entre protocolo, arquivos correntes e arquivos intermediários no contexto da gestão de documentos. Normalização da gestão de documentos e de arquivos e Estudo de caso.

Ainda, oferta para alunos do 4º período, a disciplina obrigatória “Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos II” com carga horária de 60 horas. A ementa esclarece que o conteúdo abordado na disciplina versa sobre a introdução ao estudo de avaliação documental. A correlação entre avaliação documental e as demais funções arquivísticas. O processo de avaliação documental. As bases e os métodos de avaliação documental. Instrumentos de destinação de documentos.

O gráfico a seguir apresenta os períodos (semestre de oferta) em que estas disciplinas são ofertadas nos cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil.

Figura 1: Oferta de disciplinas por período



Fonte: Elaboração própria com base nos PPC e PPP dos Cursos de Arquivologia (2025).

A análise da figura 1 indica que a maioria dos cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil oferecem as disciplinas de gestão de documentos, ou outras que contemplam elementos mínimos da gestão de documentos (Apêndice 1), entre o 2º (31,25%) e 3º períodos (31,25%), totalizando 10 disciplinas (62,5%). No quarto período são ofertadas 2 disciplinas (12,5%), ao passo que no 5º período 1 (6,25%) e no 6º período 3 disciplinas (18,75%). As demais disciplinas complementares à primeira

são ofertadas em períodos subsequentes, conforme ilustrado na figura 1.

Considerações Finais

A oferta de disciplinas nos cursos de Arquivologia no Brasil é fundamental para que os arquivistas conheçam os fundamentos teóricos e metodológicos da gestão de documentos, destacando que uma gestão eficiente de documentos é essencial para a transparência, prestação de contas e preservação da memória institucional. Portanto, este estudo teve por finalidade fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema como contribuição para uma melhor governança e para o acesso à informação, beneficiando a sociedade como um todo, além de estimular o debate sobre o ensino e práticas da disciplina oferecidas pelos diferentes cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil.

No contexto das disciplinas representativas que abordam a temática de gestão de documentos, alguns cursos se destacam por oferecer uma sólida oferta de disciplinas em suas matrizes curriculares que priorizam a gestão de documentos. Por meio dessas abordagens, as universidades desempenham um papel crucial na formação de profissionais qualificados e conscientes sobre a importância da gestão de documentos no campo da Arquivologia.

Esta pesquisa retoma uma discussão necessária no campo da Arquivologia que é a harmonização curricular, tendo em vista as diferentes disciplinas ofertadas nos cursos que pretendem formar o mesmo profissional: Bacharel em Arquivologia.

Além disso, responde ao questionamento sobre o ensino da disciplina gestão de documentos na graduação em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras. Observou-se a forma como a gestão de documentos é abordada no ensino de Arquivologia e constatou-se que a gestão de documentos, tanto em suas abordagens teóricas quanto práticas, estão presentes em todos os 17 cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil.

Apesar de identificar certa harmonia em seus conteúdos matriciais e principalmente entre seus períodos de oferta, ou seja, constatamos que em sua maioria as disciplinas de gestão de documentos são ofertadas entre o 2º (31,25%) e 3º períodos (31,25%), totalizando 10 disciplinas (62,5%).

Além disso, os resultados indicam como a gestão de documentos e suas abordagens teóricas e práticas estão sendo ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia, apesar de não haver uma harmonia curricular e também no conteúdo das ementas das disciplinas estruturadas. Isto talvez se explique pela multiplicidade cultural e histórica entre nossas regiões do país, o que reflete também as diferenças de abordagens teóricas e metodológicas em cada uma delas.

Por fim, ressalta-se, que a diversidade dos vínculos acadêmico-institucionais é algo desejável, pois contribui para a formação de profissionais diversificados, tendo em vista as diferenças entre as instituições, estruturas curriculares, corpo docente e dos recursos destinados ao ensino e à pesquisa no Brasil, que são desiguais entre as regiões e, em especial, entre seus estados.

Referências

Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: Mueller, Suzana P. M. (Org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus. Cap.1, p. 17-38.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

Brasil. (1991). Lei Federal n.º 8.159, de 8 de Janeiro. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Brasil. (2011). Lei n. 12.527, de 18 de novembro. Lei de Acesso à Informação.

Bueno, D. A. C., & Rodrigues, A. C. (2021). Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos: Reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. Acervo, 34(1), 85–108. https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1602

Faben, A. (2023). Identificação arquivística como método para gestão de documentos e

integridade pública sustentável na administração municipal brasileira. 2023. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Heredia Herrera, A. (2011). Lenguaje y vocabulario archivísticos: algo más que un diccionario. España: Junta de Andalucía.

Jardim, J. M. (1987). O Conceito e a prática da gestão de documentos. In.: Acervo. Rio de Janeiro, 2, (2), 35-42, 1987.

Maximiano, Antonio César Amauri. (2007). Introdução à Administração. São Paulo: Atlas.

Nunes, Alexandre Augusto Pereira. (2014). O direito fundamental de acesso à informação. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Ricks, Artel. (1985). La gestión de documentos como una función archivística. El Prontuário RAMP PGI-85/W-S/32. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000067981_spa

United States of America. (1950).Federal Records Management Act. 44 U.S.C. Chapters 21, 29, 31, and 33. https://www.archives.gov/about/laws/records-management.html#2901.

Universidade de Brasília. (2023). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Faculdade de Ciência da Informação. Brasília: UnB. https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=414931&idTipo=1.

Universidade Estadual da Paraíba. (2016). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da UEPB. João Pessoa: UEPB. https://sistemas.uepb.edu.br/carelatorios/RelatorioPPC?id=7&rl=RelatorioPPC.

Universidade Estadual de Londrina. (2022). Resolução CEPE/CA nº 051/2022: Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia. Londrina: UEL. https://sites.uel.br/prograd/graduacao/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-arquivologia/.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. (2021). Projeto político pedagógico do curso de Arquivologia – UNESP Marília. Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento de Ciência da Informação. Marília: UNESP. https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/Arquivologia/projeto-pedagogico-2013.pdf.

Universidade Federal da Bahia. (2017). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Instituto de Ciência da Informação. Salvador: UFBA. https://ici.ufba.br/projeto-arquivologia.

Universidade Federal da Paraíba. (2008). Projeto político pedagógico do curso de Arquivologia. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação. João Pessoa: UFPB. https://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/menu/matriz-curricular-1/copy_of_matriz-curricular.

Universidade Federal de Minas Gerais. (2020). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte: UFMG. https://www.ufmg.br/prograd/projetos-pedagogicos-e-regulamentos/.

Universidade Federal de Santa Catarina. 2015). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Centro de Ciências da Educação, Departamento de Ciência da Informação. Florianópolis: UFSC. https://arquivologia.ufsc.br/o-curso-na-fsc/ppc-projeto-pedagogico-do-curso/.

Universidade Federal de Santa Maria. (2020). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Ciências da Informação. Santa Maria: UFSM. https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/463/2021/05/PPC_Curso-de-Arquivologia-UFSM-2020-1.pdf.

Universidade Federal do Amazonas. (2019). Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arquivologia (Versão 2020.1). Faculdade de Informação e Comunicação. Manaus: UFAM. https://proeg.ufam.edu.br/dae/57-proeg/1208-ppc-do-curso-de-arquivologia.html.

Universidade Federal do Cariri. (2022). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Cariri: UFCA. https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/arquivologia/projeto-pedagogico/.

Universidade Federal do Espírito Santo. (2017). Projeto pedagógico do curso de graduação em Arquivologia. Vitória: UFES. https://www.ufes.br.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (2006). Projeto político pedagógico: Escola de Arquivologia, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: UNIRIO. https://www.unirio.br/arquivologia/projeto-politico-pedagogico-1.

Universidade Federal do Pará. (2024). Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arquivologia. Faculdade de Arquivologia. Belém: UFPA. https://faarq.ufpa.br/projeto-pedagogico/

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (2022). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. http://ufrgs.br/fabico/wp-content/uploads/2025/04/ppc_arquivologia_2022_final__1_.pdf.

Universidade Federal do Rio Grande. (2024). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Rio Grande: FURG. https://prograd.furg.br/cursos/projeto-politico-pedagogico-dos-cursos-de-graduacao?id=486.

Universidade Federal Fluminense. (2023). Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Ciência da Informação. Niterói: UFF. https://gci.uff.br/arquivologia_novo/.

Apêndice 1 – Quadro Ensino de Gestão de Documentos dos Cursos de Arquivologia no Brasil

IES	DISCIPLINA ANO PPC/PPP	PERÍODO OFERTA	EMENTAS	CARGA HORÁRIA
UNIRIO	Gestão de documentos Arquivísticos. PPP: 2006	6º	Princípios da teoria da gestão de documentos: conceituação, objetivos e campo de aplicação. O ciclo vital dos documentos: produção, utilização e destinação. Planejamento e estruturação de sistema de arquivos.	60
UFSM	Gestão e Classificação de Documentos. PPC: 2020	2º	Compreender o desenvolvimento epistemológico e as bases conceituais da gestão documental; Compreender os conceitos e finalidades da classificação documental enquanto função arquivística. Explicar os métodos de classificação de documentos, considerando seus elementos e princípios teóricos; Identificar as relações entre contextos de produção documental, classificação de documentos e acesso; Compreender a organização de documentos no sentido da classificação e ordenação, em seus aspectos teóricos, metodológicos e operacionais.	75
	Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. PPC: 2020	4º	Compreender o histórico da implantação de sistemas de informação de gestão arquivística e seus modelos; conhecer e analisar os sistemas de gestão de documentos arquivísticos digitais. Salienta-se que	60

			esta disciplina terá 15 horas realizadas na modalidade a distância, distribuídas ao longo do semestre.	
UFF	Gestão de documentos I. PPC: 2023	3º	Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da gestão de documentos. Modelos e programas de gestão de documentos. Sistemas de Arquivo e sistemas de gestão de documentos. Serviços de protocolo. Perspectivas da gestão de documentos no Brasil.	60
	Gestão de documentos II. PPC: 2023	4º	A Gestão Arquivística de Documentos Digitais orientada pelos Modelos e padrões de Requisitos. O Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq como componente de um e Sistema de Gestão de Documentos – SGD (SIGAD/GestãoDoc). Sistemas de Negócio e Requisitos Funcionais e não-Funcionais da Gestão de Documentos. O Modelo OAIS e a Cadeia de Custódia.	60
UnB	Gestão Integrada de Documentos PPC: 2023	3º	Estudo teórico, metodológico e prático da gestão de documentos e da arquivística integrada. Gerenciamento de processos e sistemas referentes à produção, tramitação, avaliação, arquivamento, recuperação e uso de documentos e informações.	60
	Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais PPC: 2023	5º	Cadeia de custódia: produção e gestão (SIP), preservação (AIP), acesso (DIP). Especificação de requisitos para sistemas arquivísticos. Modelos e padrões nacionais e internacionais de informação em acesso aberto (OAIS). Gestão Eletrônica de Documentos (GED). Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).	60
UEL	Introdução a Gestão De Documentos PPC: 2022	4º	Conceitos e práticas da Gestão de Documentos. Legislação e etapas da Gestão de Documentos.	30
UFBA	Arquivos Correntes.	2º	Gestão de documentos. Gênese documental nas	68

	PPC: 2017		atividades administrativas e jurídicas. Protocolo e fluxo de documentos. Sistemas de informação e de suporte para a decisão. O uso de novas tecnologias em arquivos correntes.	
	Arquivos Intermediários. PPC: 2017	3º	Gestão de documentos da fase intermediária. Transferência de documentos e atividades de destinação.	68
UFES	Gestão de Documentos. PPC: 2017	2º	História, conceitos, importância e evolução da Gestão Documental. Sistema de gestão de documentos com base na norma ISO. Protocolo. Métodos de arquivamento. Tipologia documental.	60
UFRGS	Gestão Arquivística de Documentos. PPC: 2022	2º	Gestão documental: conceitos, histórico, procedimentos e modelos. O Ciclo Vital dos Documentos. Instrumentos de gestão documental. Normativas de gestão documental.	60
UNESP	Gestão de Documentos Digitais.	6º	Definição e componentes de um Sistema de Informação. Sistemas de	60

	PPP: 2021		Gestão Empresarial: sistemas de processamento de transações e sistemas de informações gerenciais. Elaboração de mapeamento de sistemas em organizações e fluxos documentais. Definição do conceito de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Diferenças para o Gerenciamento de Conteúdo (ECM). Tipos e projetos de GED. Etapas de implantação e escolha de um sistema (software). Componentes de um sistema GED. Ambiente GED. Implantação de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística (SIGAD).	
UEPB	Gestão de Documentos PPC: 2016	2º	Conceito de gestão e de gestão de documentos: perspectivas históricas e atuais. Os programas de gestão de documentos. Gênese documental. Serviços de protocolo. Gerenciamento de processos. Tramitação; classificação, codificação e instrumento de	60

			classificação e ordenação.	
	Prática de gestão de Documentos. PPC: 2016	3º	Diagnóstico de arquivo corrente e intermediário. Processos e produtos da gestão de documentos. Elaboração de projetos para a gestão de sistemas arquivísticos.	60
FURG	Gestão Arquivística de Documentos Digitais. PPC: 2024	4º	Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Gestão Arquivística de Documentos Digitais. Normas e modelos de requisitos para a gestão de documentos digitais.	30
UFPB	Gestão de Documentos em Arquivos Correntes e Intermediários PPP: 2008	5º	Estudo teórico metodológico da gestão de documentos correntes e intermediários. Controle de qualidade da gênese documental. Serviço de protocolo. Tramitação de documentos. Gerenciamento do fluxo documental. Aplicação da Tabela de temporalidade Métodos de arquivamento. Atividades de destinação de documentos.	60
	Gestão de Documentos em Arquivos Permanentes.	6º	Metodologia do arranjo e ordenação dos documentos em arquivos permanentes. Teoria dos	60
	PPP: 2008		fundos arquivísticos. Ordenação interna dos fundos documentais de arquivo. A especificidade dos fundos documentais. Atividades de representação descritiva de documentos em diversos níveis. Tipos e elaboração de instrumentos de disseminação.	
UFAM	Gestão de Documentos arquivísticos. PPC: 2019	3º	Teoria, métodos e técnicas necessárias ao tratamento de documentos/informações arquivísticas, da produção à destinação final.	60
UFMG	Gestão de Documentos Arquivísticos I. PPC: 2020	3º	Gestão de documentos: conceitos, terminologia e história. O Ciclo Vital dos Documentos. O registro e controle de documentos na fase ativa. Gerenciamento de processos. Classificação e ordenação. Elaboração do plano de classificação: metodologia.	60
	Gestão de Documentos Arquivísticos II. PPC: 2019	4º	Valores dos documentos. Metodologia do levantamento da produção documental para fixação da temporalidade e da destinação de documentos. O processo de avaliação	60

			documental. Tabela de temporalidade e destinação: processo de elaboração. Eliminação: administração, sistemática e condições legais. Transferência e recolhimento – procedimentos.	
	Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais. PPC: 2019	6º	O documento arquivístico digital. Aspectos jurídicos e a autenticidade dos documentos digitais. Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD); Acesso e preservação de documentos arquivísticos digitais; Reformatação de documentos arquivísticos.	60
UFSC	Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos. PPC: 2015	6º	Aborda conceituação e histórico da Gestão arquivística de documentos eletrônicos. Caracteriza documento arquivístico eletrônico e digital e seus elementos constituintes. Apresenta sistemas de gestão de documentos arquivísticos eletrônicos. Analisa os metadados e os padrões arquivísticos para arquivos digitais	60
UFPA	Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos I. PPC: 2024	3º	Gestão de Documentos. Modelos de gestão de documentos. Planejamento e implantação de Programas de Gestão de Documentos. Requisitos metodológicos. Sistemas arquivísticos institucionais. Relação entre a administração de arquivos correntes e intermediários. Integração sistêmica entre protocolo, arquivos correntes e arquivos intermediários no contexto da gestão de documentos. Normalização da gestão de documentos e de arquivos. Estudo de caso.	60
	Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos II. PPC: 2024	4º	Introdução ao estudo de avaliação documental. A correlação entre avaliação documental e as demais funções arquivísticas. O processo de avaliação documental. As bases e os métodos de avaliação documental. Instrumentos de destinação de documentos.	60
UFCA	Sem informações disponíveis.	Sem informações disponíveis.	Sem informações disponíveis.	Sem informações disponíveis.

	PPC: 2022			

PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS NO ÂMBITO DA DISCIPLINA ORGANIZAÇÃO PRÁTICA DE ARQUIVO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

Anna Carla Almeida Mariz, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, https://orcid.org/0000-0003-1871-0986, Brasil, *annacarla@unirio.br*

Alexandre Faben, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, https://orcid.org/0000-0001-9011-632X, Brasil, *alexandrefaben@unirio.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6687

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

Esta pesquisa pretende discutir a experiência de ensino e os resultados alcançados por meio da disciplina Organização Prática de Arquivo, OPA, ofertada no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, durante o período letivo de 2022 a 2024. Trata-se de uma disciplina prática no escopo da formação em Arquivologia que contribui para o desenvolvimento profissional dos alunos que puderam vivenciar na prática os procedimentos e operações técnicas da gestão de documentos.

O curso de Arquivologia da Unirio, tem suas origens no Curso Permanente de Arquivos, CPA, do Arquivo Nacional, AN, a literatura registra que em 1977 o CPA foi integralmente transferido para à época denominada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, FEFIERJ, hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, e passou a se chamar Curso de Arquivologia, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Desde que se estabeleceu na Unirio, o Curso de Arquivologia passou por uma série de reformas e ajustes curriculares, mudanças estas que visavam atender à necessidade de adequação da grade curricular ao contexto social e científico em que se insere a área da Arquivologia. Até 1996 os cursos de Arquivologia deveriam seguir o Currículo Mínimo instituído pelo Ministério da Educação, MEC, em 1974, portanto não tinham muita possibilidade de flexibilização e até então as mudanças eram tímidas.

Apesar disso, o Curso de Arquivologia da Unirio fez em 1991 uma reforma curricular mais expressiva, entre outros pontos, aumentou o tempo de integralização de três para quatro anos, e uma das alterações incluiu a criação da disciplina de OPA, naquele momento ainda sendo ministrada em dois semestres letivos, como OPA I e OPA II. Mais adiante, na reforma seguinte, em 2006, com margem para ser mais significativa por causa da extinção dos currículos mínimos, as disciplinas foram condensadas em uma só.

Assim, a disciplina de Organização Prática de Arquivo está no currículo do Curso de Arquivologia da Unirio, como disciplina obrigatória, desde 1991 e na configuração atual é uma disciplina obrigatória com carga horária de 120 horas, ministrada para alunos do 6º período da graduação em Arquivologia.

O objetivo da pesquisa é apresentar a experiência didática, resultados obtidos e os desafios de aplicação dos instrumentos de gestão de documentos em torno da disciplina Organização Prática de Arquivo, em que os documentos foram identificados, classificados e avaliados pelos alunos, de acordo com os procedimentos metodológicos estabelecidos pelo Arquivo Nacional, no contexto da gestão de documentos.

Pretende-se com essa pesquisa demonstrar como uma disciplina prática no âmbito do curso de Arquivologia pode contribuir com a formação profissional do Arquivista.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa utiliza abordagens qualitativas e quantitativas e é de natureza exploratória e descritiva. Segundo Gil (1994, pp.45) as pesquisas exploratórias objetivam proporcionar uma visão geral sobre determinado fato, e é realizada especialmente quando o tema é pouco explorado. As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição de determinado fenômeno.

O levantamento bibliográfico na literatura da área serviu para embasar teoricamente o estudo das atividades práticas. Em relação ao estudo empírico das disciplinas práticas, foram utilizadas entre as técnicas de coleta de dados a observação e a análise dos registros e relatórios da disciplina, bem como das matrizes curriculares e Projetos Políticos e Pedagógicos dos Cursos de Arquivologia.

O universo estudado inclui o acervo utilizado como objeto de estudo e a atuação dos atores durante os cinco semestres de aplicação da disciplina no Arquivo Central da Unirio. Os modelos de documentos utilizados para realizar a identificação, classificação e avaliação foram elaborados para o desenvolvimento da disciplina, tais como as planilhas preenchidas pelos alunos, os relatórios de avaliação dos documentos, os relatórios de auto avaliação dos alunos sobre seus desempenhos durante as aulas, os relatórios de frequência e cumprimento das atividades e as Listagens de Eliminação de Documentos.As aulas, objetos de reflexão deste estudo, foram ministradas utilizando documentos de arquivo produzidos e acumulados pela Universidade, a partir de uma parceria institucional entre o curso de Arquivologia e o Arquivo Central da Unirio. Nos últimos cinco semestres o objeto das aulas foi a documentação de processos administrativos do Hospital Universitário Gafrée e Guinle, com data limite entre 1973 a 2008, principalmente referentes à atividade-meio do Hospital. Essa documentação encontrava-se sem qualquer tratamento técnico no Arquivo Central da Unirio e por isso foi selecionada para ser utilizada como objeto de estudo na disciplina de Organização Prática de Arquivo.

Durante a disciplina, os alunos receberam orientações sobre os procedimentos técnicos de gestão de documentos (identificação, classificação e avaliação) aplicados aos processos administrativos do hospital que estavam sem identificação, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, observando a legislação vigente e as normas e boas práticas arquivísticas emendas pelo Arquivo Nacional do Brasil.

Cenário atual das disciplinas práticas na formação universitária em Arquivologia no Brasil

A formação do arquivista sempre foi tema de muitas pesquisas, artigos, trabalhos acadêmicos, apresentando análises sobre os panoramas encontrados e projeções sobre o que poderia ou deveria ser feito para atingir o objetivo de formar profissionais de nível superior para trabalhar em arquivos. Autores da área se dedicaram a pesquisar o assunto e alguns deles incluíram em seus trabalhos reflexões sobre a importância de atividades práticas fazerem parte dos programas de formação de arquivistas.

Bellotto (2014) afirma que a formação universitária na área da Arquivologia, é o mais importante instrumento para que a atividade, definitivamente, passe de ocupação à profissão. E complementa que, para isso, é necessário capacitar quadros que compreendam muito bem a essência do arquivo, profissionais que entendam que é pelas estruturas, evolução, funções e atividades institucionais /organizacionais que se chega a organizar com eficácia os arquivos. A autora destaca a importância de utilizar as atividades práticas para o ensino da profissão de arquivista:

> Pouco valeria um curso que não proporcionasse ao aluno um treinamento efetivo de trabalho arquivístico de, pelo menos, cerca de 40% sobre as horas totais do curso, incluindo aulas práticas e estágios verdadeiros em situação real. Se, na maior parte das profissões, a teoria não pode prescindir da prática, na arquivologia é absolutamente vital a presença do exercício efetivo. E é preciso lembrar que treino prático não significa só folhear documentos, empilhá-los, separá-los, ordená-los e juntá-los em unidades de armazenamento, isto é, o trabalho braçal complementar aos arranjos classificatórios e às análises documentárias. O treino quer dizer o viver uma situação real de trabalho arquivístico (Bellotto, 2014, pp.213).

A disciplina que é objeto deste artigo foi pensada para ser ministrada em laboratórios, utilizando como material didático acervos da própria instituição. Nesta disciplina, o aluno tem a oportunidade não só de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, mas também de desenvolver capacidade de liderança, de trabalho em equipe e senso crítico, numa realidade diferenciada do estágio supervisionado.

Outro autor que ressalta a importância da união entre teoria e prática é Carol Couture, que afirma: "A Arquivologia é uma disciplina de finalidade profissional e a este título deverá poder apoiar os ensinamentos teóricos sobre uma base de experimentação e contacto com a prática, não menos importantes" (Couture, 1989, pp.24).

Sousa acredita que o exercício prático não pode ser limitado às atividades de estágio, mas que "a unidade entre a teoria e a prática deve perpassar todo o trabalho pedagógico: na sala de aula, nas visitas técnicas supervisionadas, nos estágios curriculares, nos laboratórios de ensino arquivístico, etc" (Sousa, 1999, pp.175).

O autor ainda considera que o exercício prático na formação profissional do aluno de Arquivologia é fundamental e que é imprescindível que a vinculação entre a teoria e a prática esteja presente em todos os momentos da formação profissional do arquivista, e acha importante que os cursos "criem seus laboratórios para promover simulações e experiências efetivas de trabalhos arquivísticos. O laboratório é o local ideal para o treinamento e aperfeiçoamento de professores e alunos" (Sousa, 1999, pp. 177).

Sousa, em texto sobre a formação do arquivista no Brasil, afirma que a importância da prática é consenso para a maioria dos autores da nossa área, mas chama a atenção que, a prática, apesar de sua autonomia, não fala por si mesma. Quando separada da teoria, leva a um pragmatismo, e a teoria separada da prática leva à abstração (Sousa, 2009, pp.53-54).

Sousa alega:

> A prática evidencia, em seu sentido mais amplo, o caráter de alicerce da teoria na medida em que esta se encontra vinculada às necessidades práticas do homem. As exigências da prática contemporânea constituem uma importante fonte de desenvolvimento da teoria. Isto pode ser observado na própria evolução da teoria arquivística. O Conceito das Três Idades e de Gestão de Documentos, fundamentos da Arquivística contemporânea, foram elaborados a partir de problemas práticos que surgiram com a expansão das atividades do Estado (Sousa, 2009, pp.54).

Para o autor, deve-se encontrar a vinculação entre a teoria e a prática, e em sua opinião:

> A prática deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, recriar e, sobretudo, inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa (Sousa, 2009, pp.54).

E conclui sustentando que a formação do aluno de Arquivologia não pode prescindir do aprendizado em situações reais.

Apesar de termos indicações de autores da área que se dedicam ao tema da formação do profissional de Arquivologia sobre a importância de atividades práticas compondo esta formação, nem sempre é possível perceber essas ideias refletidas nos currículos da graduação, pois Não é comum vermos nos Cursos disciplinas dedicadas a atividades práticas. Menos ainda são frequentes na literatura da área trabalhos que tratam deste assunto.

As autoras Silva e Silva afirmam que “é de fundamental importância toda a forma de ensino que permita aos estudantes uma abordagem à realidade quotidiana do mercado de trabalho enquanto ainda estão no ambiente de formação”(2017, pp.106).

Ana Célia Rodrigues (2015) aponta percepções sobre os cursos de Arquivologia no Brasil, e ressalta que os currículos dos cursos de Arquivologia são muito diferentes, visto que não existe um padrão a ser seguido, contexto no qual coloca a seguinte reflexão: 'será que nossos cursos de Arquivologia formam distintos profissionais arquivistas, tendo em vista esta diferença do ensino nas matrizes curriculares?' (Rodrigues, 2015, pp.63-64).

Com relação às disciplinas práticas em Arquivologia, um levantamento bibliográfico e documental realizado nas matrizes curriculares, a partir dos Planos Políticos e Pedagógicos dos cursos de Arquivologia das universidades públicas no Brasil, demonstram que dos 17 cursos superiores, apenas 6 cursos contemplam disciplinas práticas em Arquivologia.

Além da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, que oferta a disciplina obrigatória “Organização Prática de Arquivos” para os alunos do 7º período, A Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, oferta a disciplina “Prática em Classificação de Documentos”, obrigatória para alunos do 3º período e a disciplina “Prática em Arranjo e Descrição Arquivística”, obrigatória para os alunos do 7º período.

Na Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, foi possível encontrar três disciplinas optativas: Prática em Arquivologia I, II e III. A Universidade do Estado da Paraíba oferta a disciplina ‘Prática de Gestão de Documentos', obrigatória para alunos do 3º período. A Universidade Federal do Rio Grande, FURG, contempla três disciplinas obrigatórias: “Prática Arquivística I, II e III”, ofertadas

respectivamente para alunos do 3º, 4º e 6º período. A Universidade Federal da Paraíba, UFPB, oferece as disciplinas obrigatórias "Laboratório de Práticas Integradas I e II", ofertadas aos alunos do 6º e 7º período, respectivamente.

Nesse sentido, tendo em vista a discrepância dos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia, defende-se a oferta de ao menos uma disciplina prática obrigatória na grade curricular, aspectos que pretendem ser explorados em pesquisa futura.

Gestão de Documentos Arquivísticos nos Parâmetros do Arquivo Nacional do Brasil

Ao fim da Segunda Guerra Mundial se desenvolve na literatura norte-americana o conceito de *records managements*, traduzido para o português como gestão de documentos, e tem por objetivo organizar os documentos produzidos e acumulados pelo Estado.

Os documentos produzidos e acumulados pela administração pública requerem da Arquivística a consideração de que nem todos os documentos produzidos devem ser preservados. Por isso é necessário estabelecer critérios para decidir o que deve ser eliminado com critério e transparência e o que deve ser recolhido ao arquivo permanente.

Os princípios e técnicas que unem a teoria e a prática em Arquivologia nasceram da construção de metodologias do desenvolvimento do trabalho prático.

> Portanto, o objetivo da Arquivística é resolver doutrinariamente como os arquivos são formados, organizados e conservados, a fim de obter economia de espaço na conservação de documentos, economia de tempo na pesquisa sobre eles mesmos e economia de pessoal no trabalho e direção do arquivo. Isto implica que esta ciência deve aplicar normas válidas para os arquivos de todos os tempos e de todas as sociedades organizadas, sejam elas antigas ou recém-formadas. Ou seja, a Arquivística deve empregar a metodologia necessária para que o arquivo possa cumprir esses propósitos (Mendo Carmona, 1995, pp. 130).

Se antes a Arquivologia se fundamentava na prática da conservação dos documentos e o arquivista era formado para o desenvolvimento destas práticas, hoje ela é uma área que cobre "o conjunto de princípios e métodos que regem a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão e a conservação dos arquivos" (Couture, 1999, pp. 85)

Faben, 2019, afirma que a gestão de documentos está intimamente ligada às funções arquivísticas de classificação e avaliação. A classificação é a função arquivística que deve representar a estrutura orgânica-funcional do produtor e se manifesta no plano de classificação de documentos. A avaliação assume um papel decisivo na gestão de documentos, por ser uma das funções arquivísticas que requer maior cuidado, pois interfere diretamente no ciclo vital do documento de arquivo. A tabela de temporalidade documental é o principal instrumento produzido em decorrência da função arquivística de avaliação que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação final.

Manuel Vázquez (2002, pp. 19), salienta que a avaliação de documentos consiste em "um processo no qual se estabelece o tempo em que os documentos de arquivo servem para fins administrativos e quais deles devem ser conservados para fins de pesquisa, estudo e consulta".

A avaliação, função arquivística nuclear no escopo da gestão de documentos, tem como produto a tabela de temporalidade, que é um "instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos de transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos" (Camargo; Bellotto, 1996, pp. 13).

A avaliação constitui-se em atividade essencial do ciclo de vida documental arquivístico, na medida em que define quais documentos serão

preservados para fins administrativos ou de pesquisa e em que momento poderão ser eliminados ou destinados aos arquivos intermediário e permanente, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade (Arquivo Nacional, 2001, pp. 42).

A eliminação de documentos de arquivo, por ser uma decisão irreversível, é a tarefa que mais exige responsabilidade do profissional arquivista.

> Nesta etapa do processo de eliminação de documentos, supõe-se que a instituição de origem já tenha determinado quanto tempo cada série de documentos deve ser mantida, a fim de atender propósitos administrativos ou requisitos legais. Cabe às autoridades arquivísticas determinar se uma série de documentos tem valores que excedem as preocupações da instituição de origem e, neste caso, se os documentos têm valor suficiente para justificar sua conservação como parte dos documentos permanentes (Rhoads, 1983, pp.26).

Duas instituições de caráter internacional contribuíram para que profissionais e órgãos desenvolvessem a gestão de documentos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Através da publicação do Programa para a gestão de Documentos e Arquivos (RAMP), (1983) apontou as diretrizes para a implantação do programa de gestão de documentos, definindo os elementos que o integram e os instrumentos metodológicos que o sustentam. Segundo o estudo do autor, o programa de gestão de documentos deve ser desenvolvido em três fases:

> Um sistema abrangente de gestão de documentos tratará de tudo o que acontece com os documentos de uma organização através de seu "ciclo de vida", isto é, desde seu "nascimento", através de sua vida ativa e produtiva como um meio de cumprir as funções da organização, até sua "morte" ou destruição, quando tiverem cumprido todos os fins pertinentes, ou sua "reencarnação" como arquivos, se tiverem valores que justifiquem sua conservação. As três fases básicas da gestão de documentos são, então, as seguintes: 1) produção 2) uso e manutenção e 3) eliminação de documentos (Rhoads, 1983, pp.19).

A primeira fase da gestão de documentos é de particular importância, pois, se for feita adequadamente, evitará a produção de documentos não essenciais, diminuindo o volume de documentos produzidos, tramitados, armazenados e eliminados. A segunda fase da gestão de documentos inclui a utilização, controle e armazenamento de documentos que são necessários para executar ou facilitar as funções ou atividades da organização. A terceira fase da gestão de documentos é crítica, pois envolve decidir quais documentos devem ser mantidos como testemunhos do passado, quais devem ser eliminados e, neste segundo caso, por quanto tempo eles devem ser mantidos por razões administrativas ou jurídicas (Rhoads, 1983).

A gestão de documentos assim entendida, supõe uma atenção e tratamento contínuo aos documentos e que não se interrompe, nem se diferencia ao ingressar no estágio de conservação permanente. De certa forma, o que defendemos é que, a partir da sucessão de ações arquivísticas, estas nos permitem dinamizar o tratamento técnico arquivístico ao longo de todas as suas idades e conduzir, sem trauma, os documentos correntes de hoje a configurar os fundos Históricos de amanhã (Heredia Herrera, 1998, pp. 33).

Carol Couture (1999, pp.37) assegura que o arquivista tem a missão “de definir o que constituirá a memória de uma instituição ou de uma organização”. Da mesma forma, Elio Lodolini (1995, p. 45), afirma que “o arquivista sabe que os documentos que nascem hoje, são os que constituirão amanhã o arquivo permanente”.

O arquivo é, antes de tudo, uma unidade de gestão dentro das organizações e o documento

de arquivo nunca perde sua dimensão administrativa, sem prejuízo do fato de que alguns chegam ao arquivo permanente (Heredia Herrera, 2008, pp.44).

As atividades desempenhadas na administração pública, sejam elas contratações, designações e nomeações para cargos, funções e empregos, assim como todas as tomadas de decisões, são registradas em documentos de arquivo que assinalam e comprovem as atividades da administração pública.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988, em seu artigo 216, parágrafo 2º, refere que "corresponde à administração pública, na forma da lei, a gestão de documentos e suas providências para possibilitar a sua consulta a todos que dela necessitam".

Já a Lei Federal nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, conhecida no Brasil como a Lei Nacional de Arquivos, apresenta em seu artigo 1º que "é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação". A referida lei, em seu artigo 3º, considera a gestão de documentos "o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente".

No Brasil, o primeiro passo para a regulamentação da gestão de documentos ocorreu efetivamente com a lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que em seu artigo 9º dispõe que "a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização de instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

O Arquivo Nacional (AN) é o órgão responsável pela gestão de documentos do Poder Executivo Federal brasileiro e as universidades federais são parte do Poder Executivo Federal, mais especificamente da Administração Pública Indireta, na forma de autarquias em regime especial. Isso significa que, embora tenham autonomia administrativa e financeira, são entidades criadas e mantidas pelo governo federal e subordinadas aos procedimentos e operações técnicas de gestão de documentos que são emanados pelo Arquivo Nacional.

Percebe-se, portanto, um esforço de aprimoramento dos instrumentos de gestão de documentos, cujo início remete à Resolução do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) nº 4, de 28 de março de 1996, tendo passado por outras atualizações em 2001 e 2020.

Recentemente, o Arquivo Nacional aprovou, por meio da Portaria AN/MGI nº 174, de 23 de setembro de 2024, a versão atualizada dos instrumentos de gestão de documentos que devem ser utilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, em substituição aos instrumentos aprovados pela Portaria AN nº 47, de 14 de fevereiro de 2020 (revogada).

O Código de Classificação de Documentos, CCD, e a Tabela de Temporalidade e Destinação Documental, TTDD, publicados pelo Arquivo Nacional, não possuem estabilidade no uso do princípio classificatório. Além disso, estes instrumentos elaborados pelo Arquivo Nacional do Brasil apresentam algumas inconsistências, devido à ausência de metodologia específica fundamentada nos princípios arquivísticos de proveniência e organicidade da qual provém a ação que determina a produção do documento e sua correta contextualização funcional.

Reconhecer o documento de arquivo genericamente por assunto compromete o rigor científico da prática em Arquivologia, pois os vínculos de proveniência e organicidade não são respeitados. Além disso, a classificação torna-se ambígua e subjetiva. Há opacidade nas informações, na medida em que o documento de arquivo não é representado adequadamente. No que se refere à tabela de temporalidade, o prazo de guarda é aplicado

aos assuntos, o que traz problemas, interferindo consequentemente nos prazos para eliminação e guarda permanente.

Há muitas vertentes da prática em arquivística que só serão realmente compreendidas exercendo a profissão. Cada arquivo reflete tradições e práticas administrativas e arquivísticas diferentes. “A riqueza do conceito de gestão de documentos procede, precisamente, da diversidade que sua aplicação produz” (Llansó i Sanjuan, 1993, pp.18).

Nesta perspectiva, Sousa (2003, p. 266), afirma que o tratamento técnico dos documentos na administração pública brasileira “é um dos grandes desafios da Arquivística no País”. A Arquivologia possui uma estreita relação entre a teoria e a prática e seus fundamentos teóricos estabelecem o rigor científico do trabalho prático.

Portanto, a partir dessa discussão inicial, de acordo a literatura da área e a legislação vigente, percebe-se que é dever dos órgãos e entidades da Administração Pública a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, ao desenvolvimento sustentável, educacional e científico, motivos que corroboram para o ensino de disciplinas práticas em Arquivologia no contexto da gestão de documentos.

Resultados e discussões

O campo escolhido para a pesquisa é a aplicação da disciplina de OPA, que faz parte do currículo do Curso de Graduação em Arquivologia desde 1991. Apesar de fazer parte do currículo há mais de trinta anos e de já ter sido ministrada por grande parte dos professores atuais do Curso e de outros que já passaram pela Universidade, sempre houve uma discussão sobre a validade de continuar com essa disciplina no currículo em uma próxima reforma que venha a ser feita.

Essa foi uma das causas que motivou a pesquisa (Mariz, 2023) sobre a opinião dos envolvidos, entre alunos, ex-alunos e docentes sobre a disciplina prática ministrada no curso de Arquivologia da Unirio. Outra das motivações foi a escassez de literatura na área sobre as disciplinas práticas.

Um dos resultados da pesquisa anterior sobre a experiência na aplicação desta disciplina, foi verificado entre alunos e ex-alunos do curso e também entre os docentes sobre a aprovação em relação à disciplina:

> No que se refere à importância da disciplina no currículo, os pesquisados, tanto na categoria de docentes quanto na de discentes foram unânimes em considerar a importância da disciplina para a formação do arquivista. Em ambas as perguntas não houve discordância neste aspecto (Mariz, 2023, pp. 11).

Outras perguntas desta mesma pesquisa abordaram a carga horária, a proposta de ensino, o conteúdo ministrado, o semestre em que é oferecida, a experiência que tiveram, entre outros temas. O questionário tinha ainda um espaço para observações livres. A aprovação foi constante em todos os segmentos consultados (Mariz, 2023). O que confirma a validade de disciplinas com abordagens práticas nos cursos de Arquivologia.

Uma vez que na fase de revisão de literatura foi constatada a carência de literatura sobre o tema, e também pelo ineditismo e importância da experiência, surgiu o estímulo para realizar mais uma fase da pesquisa.

Esta nova fase objetivou analisar a experiência do tratamento de um acervo específico, o que se deu durante cinco semestres, realizado por cinco turmas diferentes. A experiência didática foi positiva, já que os alunos puderam aplicar os instrumentos de gestão de documentos fornecidos pelo Arquivo Nacional do Brasil: Código de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos.

Trata-se de um trabalho realizado ao longo de dois anos e meio, um total de cinco semestres, por cinco turmas diferentes, que tinham entre

sete e dezesseis alunos. Durante este intervalo de tempo foram trabalhados com fins didáticos um total de aproximadamente 220 caixas de documentos da Unirio, com data limite entre 1973 e 2008.

A documentação em questão é referente principalmente às atividades administrativas do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle e estava no Arquivo Central da Unirio ocupando quatro lados - dois módulos - do arquivo deslizante (cerca de 170 metros lineares) aguardando a possibilidade de tratamento. Antes disso, a documentação havia sido colocada em um contêiner no pátio do Hospital, onde atingiu uma situação crítica em relação à situação física e de conservação.

Para que pudesse ser recebida no Arquivo Central foi necessário passar por uma higienização. A empresa contratada para realizar esta ação procedeu à limpeza dos documentos e acondicionou os documentos em caixas de polionda, porém sem qualquer critério de ordenação. Assim, nesses quatro lados do arquivo deslizante estavam as caixas sem qualquer identificação. Só se sabia que eram documentos provenientes do hospital universitário.

Essa documentação foi destinada às aulas práticas, na disciplina de Organização Prática de Arquivos – OPA. Em uma primeira ação da disciplina, em 2018 com duas turmas, foi realizada uma identificação preliminar: documentos avulsos foram separados dos documentos considerados processos administrativos. Também o que eram documentos referentes à atividade- fim e atividade- meio (grande maioria). Foram elaboradas etiquetas padronizadas e colocadas na totalidade das caixas.

Vale esclarecer que na administração pública brasileira, o processo administrativo é uma espécie documental composta por uma sequência de atos e procedimentos realizados pela administração pública para alcançar um objetivo específico, numerados sequencialmente em ordem cronológica.

A segunda parte do trabalho, objeto deste artigo, se deu entre o segundo semestre de 2022 e o segundo semestre de 2024. Cinco semestres seguidos, uma turma por semestre, quando foi tratado aproximadamente um lado do módulo do arquivo deslizante, constituído por seis estantes com sete prateleiras.

Cada turma trabalhou com cerca de 40 a 50 caixas, fazendo a classificação de acordo com o código de classificação do Arquivo Nacional, em seguida fazendo a avaliação de acordo com a tabela de temporalidade do Arquivo Nacional, além das informações sobre a aprovação das contas da Unirio pelo Tribunal de Contas da União (TCU), já que a temporalidade de muitos documentos dependia desta aprovação. E, por fim, cada turma preparou uma Listagem de Eliminação de Documentos (LED).

As turmas tinham encontros semanais, as aulas eram ministradas no Arquivo Central da Universidade. Essa experiência didática, em que os alunos recebem aulas práticas em um arquivo real, que funciona como um órgão central de um sistema de arquivos de uma universidade pública brasileira, é extremamente positiva e até onde pudemos pesquisar, muito pouco frequente.

As atividades começavam com a identificação dos documentos, e para isso eram preenchidas as planilhas com informações dos processos, tais como número, ano, assunto, código de classificação de acordo com os instrumentos de gestão de documentos do Arquivo Nacional e o número da caixa.

Após o término desta fase, os alunos procediam à avaliação dos documentos também de acordo com a Tabela de Temporalidade do Arquivo Nacional e as informações sobre as aprovações das contas da universidade no Tribunal de Contas da União. Após a verificação e a indicação de destinação final dos documentos, era elaborada a Listagem de Eliminação dos Documentos. A grande maioria dos processos já haviam cumprido o seu prazo de guarda.

Durante o período estudado das atividades propostas, o Código de Classificação do Arquivo Nacional foi atualizado e substituído por uma nova versão. Assim, a última turma, 2024.2, além das mesmas atividades das turmas anteriores, fez também a revisão do trabalho de todas as outras turmas, tendo em vista que o Arquivo Nacional aprovou, por meio da Portaria AN/MGI nº 174, de 23 de setembro de 2024, a versão atualizada dos instrumentos de gestão de documentos que devem ser utilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, em substituição aos instrumentos aprovados pela Portaria revogada nº 47, de 14 de fevereiro de 2020.

Essa atualização impactou o trabalho da disciplina Organização Prática em Arquivos, tendo em vista que os documentos que foram trabalhados na disciplina nos anos de 2022 a início de 2024 tiveram que ser identificados, classificados e avaliados novamente de acordo com os instrumentos vigentes que foram publicados em setembro de 2024, o que se mostrou um grande desafio, tendo em vista o retrabalho que os alunos da última turma tiveram para retificar o trabalho das turmas anteriores e adequar as Listagens de Eliminação de Documentos.

Entretanto, sabemos que essas dificuldades operacionais acontecem no dia a dia da administração pública e os profissionais devem estar aptos para enfrentar as adversidades impostas com rigor teórico e metodológico

Na disciplina Organização Prática de Arquivo, os alunos basearam-se na orientação técnica para elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão de documentos, para eliminação ou recolhimento de documentos, fornecidos pelo Arquivo Nacional.

Segundo o Arquivo Nacional, essa decisão deve ser referendada pelas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs), instituídas em cada órgão, com base nas tabelas de temporalidade aprovadas.

Identificar, classificar e avaliar são etapas interdependentes que garantem a correta destinação dos documentos e a preservação da memória institucional. No âmbito da disciplina prática, os alunos compreendem que seguir os parâmetros estabelecidos pelo Arquivo Nacional é assegurar com critério e transparência a integridade do patrimônio documental e a eficiência da administração pública, neste caso do Arquivo Central da Unirio.

Os documentos que foram considerados sem valor para a guarda permanente, de acordo com a tabela de temporalidade, foram destinados para a eliminação. Cabe ressaltar que, os alunos da disciplina Organização Prática de Arquivo prepararam as Listagens de Eliminação de Documentos que posteriormente foram conferidas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Arquivo Central da Unirio para proceder à eliminação. A partir da publicação do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, as eliminações de documentos deverão ser autorizadas pelo titular do órgão e/ou entidade do Poder Executivo federal, não sendo necessária a autorização do AN.

Os documentos que já tenham cumprido os prazos determinados em tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, cuja destinação final é a guarda permanente, foram indicados e separados para que sejam custodiados para preservação e acesso no próprio Arquivo Central da Unirio, que também tem a função de Arquivo Permanente, tendo em vista que a instituição não recolhe os documentos para o AN.

Ao final destes cinco semestres haviam sido produzidas cinco LEDs referentes à 32 metros lineares de documentos identificados, classificados e avaliados. A experiência didática, apesar de não ser esse o objetivo, também resultou em um favorecimento para as atividades de trabalho do Arquivo Central da Unirio, já que este acervo estava sendo custodiado e o pessoal do arquivo, servidores, terceirizados e estagiários, não dispunha de tempo para tratar esta documentação. Não era possível a consulta e nem a destinação, uma vez que não se sabia o conteúdo das caixas. O objetivo não era apenas tratar a

documentação, não se resumia a um trabalho de estagiários porque a cada turma eram destinadas um número limitado de caixas e os alunos participavam de todas as etapas, desde a identificação até a elaboração da listagem de eliminação.

A partir desta atividade didática foi possível que a equipe do Arquivo revisasse e destinasse documentos para a eliminação e para a guarda permanente, de forma adequada. O que resultou em economia de tempo para a equipe e a solução de um problema que estava nas estantes há anos.

Para Michael Cook (1982, pp. 6) a formação se refere à instrução relativa aos processos reais que ocorrem em um serviço de arquivo e destina-se a garantir que estes processos sejam eficazes, bem projetados e adequados para seu fim (tradução nossa).

A formação dos profissionais de arquivo envolve várias atividades, mas normalmente tem como ponto principal as aulas, onde é passada a teoria, que embasa todo o conhecimento profissional. É importante que os cursos, seus dirigentes e professores, se ocupem de planejar também as outras atividades, como a pesquisa acadêmica, os estágios supervisionados, a participação em eventos, entre outras que complementam a formação. Um profissional não se faz só com aulas ou só com conhecimento teórico.

Os autores Sousa e Oliveira apontam que:

> O âmbito acadêmico é o espaço privilegiado para o desenvolvimento das reflexões que a Arquivologia carece. No entanto, o ensino pode (e deve) ir além das condições e objetivos estabelecidos formalmente nos projetos políticos pedagógicos e nas estruturas curriculares. Cabe ao professor enriquecer as experiências didático-pedagógicas por meio da proposição de planos de ensino criativos, de bibliografias que proporcionem discussões atuais e elaboradas, da inserção do aluno no universo da pesquisa e, dentro do possível, da facilitação de atividades práticas (Sousa e Oliveira, 2014, pp.157).

Tratamos aqui de uma experiência didática, um caso de ensino, acompanhado em todas as atividades pelos professores ministrantes da disciplina, que participaram da totalidade das atividades propostas, ensinando, tirando dúvidas e analisando os resultados. De forma que os alunos vivenciaram atividades reais, do dia a dia de um arquivo com o tratamento de uma massa documental acumulada real também. Uma ação prática em um acervo da instituição, onde puderam vivenciar e resolver problemas práticos da utilização dos Códigos de atividade meio e de atividade fim, de identificação, classificação e de avaliação dos documentos, funções arquivísticas importantes na atuação profissional de um arquivista.

Considerações Finais

A experiência didática que foi objeto deste trabalho foi um bem-sucedido exemplo de ensino aliado às atividades rotineiras de um setor de arquivo de uma instituição pública. Neste sentido, os alunos puderam vivenciar atividades efetivas, o dia a dia de um arquivo real, que tem as suas demandas, dificuldades e rotinas.

A vivência incluiu as atividades que um profissional de arquivo em uma instituição pública terá que fazer como parte de suas atribuições, e que nem sempre os alunos de Arquivologia têm a oportunidade de experimentar em seus estágios supervisionados.

Tal como na experiência exposta aqui, os autores que tratam da formação dos arquivistas apontam para a importância de as atividades práticas serem inseridas no currículo da graduação, não apenas nas atividades de estágio supervisionado.

O que se pode concluir com o relatado vem a corroborar resultados anteriores onde fica evidente, tanto nas respostas aos questionários quanto nas avaliações feitas pelos alunos ao final da disciplina que, tanto docentes quanto discentes reconhecem o valor

desta disciplina baseada em atividades práticas para a formação dos alunos (Mariz, 2023).

Observa-se nestes resultados, que o trabalho prático de identificação, classificação e avaliação a partir da aplicação dos instrumentos norteadores de gestão de documentos publicados pelo Arquivo Nacional, contribuem para a formação do arquivista.

Ademais, permitem refletir sobre as questões que envolvem o ensino e a prática arquivística em consonância ao desenvolvimento de metodologias para identificar o documento de arquivo como requisito para a gestão de documentos.

Portanto, a sistematização conceitual e metodológica da gestão de documentos como processo arquivístico no âmbito de uma disciplina prática, a partir da aplicação dos instrumentos norteadores de gestão de documentos disponibilizados pelo Arquivo Nacional trazem como consequência novas perspectivas de investigação. Assim, é possível concluir que a teoria e a prática em arquivística demonstram que a gestão de documentos é essencial para a formação profissional do arquivista.

Além disso, permitiram refletir sobre as questões que envolvem o ensino e a prática em arquivologia como requisito para formação profissional do arquivista. Perspectivas que poderão ser investigadas em trabalho futuro que pretende analisar as ementas das disciplinas práticas ofertadas pelos cursos de Arquivologia no Brasil.

Referências

Arquivo Nacional.(2020). Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública Federal. Aprovado pela Portaria nº 47, de 26 de abril de 2020. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Portaria_47_CCD_TTD_poder_executivo_federal_2020_instrumento.pdf.

Arquivo Nacional. (2021). Conselho Nacional de Arquivos Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2001, 156p.

Arquivo Nacional (2024). Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública Federal. Aprovado pela Portaria AN/MGI nº 174 de setembro de 2024. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/codigo-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-de-arquivo/codigo-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-relativos-as-atividades-meio-do-poder-executivo-federal.

Bellotto, H. L. (2014). Arquivo: estudos e reflexões. Editora UFMG.

Brasil. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

Camargo, A. M. A., Bellotto, H. L. (1996) Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

Cook, M. (1982). Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del RAMP. Paris.

Couture, C. (1989). A formação em arquivística. Cadernos BAD (Portugal); (2).

Couture, Carol. (1999). A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. In: Couture, C.; Martineau, J.; Ducharme, D. A pesquisa e a formação em arquivologia no mundo contemporâneo. Brasília: Finatec, 1999. 190p.

Faben, A. (2019). Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação); Ana Célia Rodrigues, orientador. Niterói, 2019. https://app.uff.br/riuff/handle/1/10770.

Gil, A. C. (1994). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Ed. Atlas.

Heredia Herrera, A. (1998, enero-marzo). El debate sobre la gestión documental. Métodos de información. 22-23, (5),30-36.

Heredia Herrera, A. (2008, jul.- dic). Gestión de documentos y administración de archivos. Revista Códice. 4 (2), 43-50.

Llansó i Sanjuan, J. (1993) Gestión de documentos. Definición y análisis de modelos: Bergara: Departamento de Cultura del Gobierno Vasco. 250p. (Colección Ikerlanak, 7)

Mariz, A. C. (2023). Organização prática de arquivo: a experiência da disciplina na graduação em Arquivologia da UNIRIO. Revista EDICIC, São José (Costa Rica), 3, (4), 1-15. https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/244/263. Acesso em 12 abr. 2025.

Mendo Carmona, C. (2024). Consideraciones sobre el método arquivístico. Documenta & Instrumenta, 1, 24-35.

Rhoads, J. B. (1983). La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1983. (PGI-83 / WS / 21). https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000056689_spa..

Rodrigues, A. C. (2015). A Diplomática contemporânea: sua interface com o ensino e a pesquisa em arquivologia. In: Dulce Amélia de Brito Neves; Maria Meriane Vieira da Rocha; Patricia Silva. (Org.). Cartografia da Pesquisa e do Ensino de Arquivologia no Brasil: IV REPARQ. 1ed. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2015, 49-72.

Silva, A. K. A., & Silva, M. (2017). Desenvolvimento de competências na graduação: um estudo de caso dos formandos em arquivologia da universidade federal da paraíba. Revista ibero-americana de ciência da informação, 10 1(1).

Sousa, R. T. B. (1999). O papel do estágio na formação profissional do arquivista: a experiência do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In Jardim, J. M. & Fonseca, M. O. (Org.), A formação do arquivista no Brasil (pp. 167-180). EDUFF.

Sousa, R. T. B. (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: Rodrigues, G. M.; Lopes, I. L. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, 2, 240-269.

Sousa, R. T. B. (2009). Os desafios da formação do arquivista no brasil. Arquivo & administração, 8(1).

Sousa, R. T. B., & OLIVEIRA, F. H. (2014). O ensino universitário de arquivologia no brasil: um estudo sobre as propostas pedagógicas e estruturas curriculares dos cursos de graduação. Arquivo & administração, 13(1-2).

Vazquez, M. (2002) Cómo seleccionar documentos de archivo. Córdoba (Argentina): AD SIDERA. Editorial.

Apêndice 1 – Modelo de planilha utilizada para classificação dos documentos (parcial)

Processo	Código	Ano	Assunto	Caixa
23102005243/95-53	031.11	1995	Aquisição de Material Permanente (Motor e Compressor)	43
23102005245/95-89	031.12	1995	Aquisição de Material de Consumo (Tinta e Massa)	43
23102005246/95-41	031.11	1995	Aquisição de Material Permanente	43

			(Refrigeração)	
23102005248/95-77	031.21	1995	Doação de Material Permanente (Geladeira)	43
23102005249/95-30	031.11	1995	Aquisição de Material Permanente (Estante de Aço)	43

Apêndice 2 – Modelo de Listagem de eliminação de documentos (parcial)

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO: ARQUIVO CENTRAL/ GERÊNCIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS					UNIRIO/GGD Listagem nº 01/2025 Folha nº 01
CÓDIGO REFERENTE À CLASSIFICAÇÃO	DESCRITOR DO CÓDIGO	DATAS-LIMITE	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO		OBSERVAÇÕES E/OU JUSTIFICATIVAS
			QUANTIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	
018.1	Contratação de Pessoa Jurídica	1981-1995	125 Processos		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)
018.2	Contratação de Pessoa Física	1991-1995	15 Processos		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)
021.2	Inscrição	1987	7 Processos		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)
022.3	Remoção	1991	1 Processo		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)
031.11	Aquisição de Material Permanente	1981-1995	130 Processos		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)
031.12	Aquisição de Material de Consumo	1973-1995	601 Processos		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)
031.21	Doação de Material de Permanente	1993-1995	28 Processos		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)
031.22	Doação de Material de Consumo	1993-1995	217 Processos		Turma 2 (Daniele, João Victor e Márcia)

(O quadro abaixo somente deverá ser preenchido se os documentos a serem eliminados necessitarem de **comprovação de aprovação das contas pelos Tribunais de Contas**).

Conta(s) do(s) exercício(s) de:	Conta(s) aprovada(s) pelo Tribunal de Contas em:	Publicação no Diário Oficial (data, seção, página)
1989	Acórdão em 1992	23/10/1992, Seção 1, p. 14943
1990	Acórdão em 1994	12/08/1994, Seção 1,p. 12208
1991	Acórdão em 1994	12/08/1994, Seção 1, p.12208
1992	Acórdão em 1995	18/08/1995, Seção 1, p. 12662 - 12663
1993	Acórdão em 1997	13/05/1997, Seção 1, p. 9872
1994	Acórdão em 1997	18/07/1997, Seção 1, p. 15260 - 15261
1995	Acórdão em 1997	07/10/1997,

		Seção 1, p. 22516

Rio de Janeiro, 25/11/2024 Turma de OPA 2024.2	Rio de Janeiro, / / PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO	Rio de Janeiro, / / AUTORIDADE DO ÓRGÃO/ENTIDADE A QUEM COMPETE APROVAR
Rio de Janeiro, / / AUTORIZO: TITULAR DO ÓRGÃO/ENTIDADE PRODUTOR / ACUMULADOR DO ARQUIVO		

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: Análise de Códigos de Classificação de Documentos do Arquivo Nacional

Rodrigo da Silva Figueiredo, Iron Mountain, https://orcid.org/0009-0004-6930-0957, Brasil, ***rodrigo.figueiredo@ironmountain.com***

Anna Carla Almeida Mariz, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, https://orcid.org/0000-0003-1871-0986, Brasil, ***annacarla@unirio.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6685

Eixo: Organização da Informação

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar os instrumentos de classificação de documentos de arquivo do Poder Executivo Federal do Arquivo Nacional: a versão instituída pela portaria nº 47 de 14 de fevereiro de 2020 e a versão anterior instituída pela resolução nº 14 de 24 de outubro de 2001, que vigorou por quase vinte anos. Foi feita revisão de literatura sobre a classificação de documentos de arquivo, buscando na filosofia e na teoria do conceito respostas para as dúvidas que ainda permeiam a construção do conceito de classificação para a arquivística. A partir dessa revisão, busca-se um entendimento sobre a nomenclatura mais correta a ser utilizada para o instrumento, a fim de não haver mais dificuldades no seu uso. Por fim, compara-se as duas versões do instrumento para verificar se os princípios de classificação foram respeitados e utilizados de maneira assertiva na versão de 2020 do "Plano de Classificação e Destinação de Documentos da Atividade Meio da Administração Pública Federal."

Referencial Teórico

O conceito de classificação remonta de muito tempo, aproveitando-se dos pensadores filosóficos como Aristóteles, que apresenta a ideia de tipo e espécie demonstrando uma certa dicotomia, que será mais aproveitada por Porfírio, na representação de sua árvore. Este esquema de classificação tem em seu topo o mais geral e em sua base o mais específico, reduzindo a níveis finitos de gêneros e espécies, trazendo a imagem de uma árvore, onde ilustra-se o dissecamento de uma ideia geral até chegar ao seu ponto específico. Nas palavras de Pombo (1998, p. 6) "é Porfírio quem oferece, pela primeira vez, uma primeira representação arborescente da ideia de classificação". Nessa busca pelo conceito de classificação, fica explicitado que a contribuição da filosofia é no sentido de hierarquizar os atributos, de modo a sustentar a ideia de agrupamento das coisas a serem organizadas, dentre estas, o conhecimento.

Pode-se perceber que está nesta colaboração filosófica o início da construção de um conceito de classificação para a organização dos documentos, que pode ser percebido nas ideias de Schellenberg (1973, pp. 73), quando este nos diz a respeito da elaboração de um sistema de classificação de documentos:

> É essencial que as classes sejam formadas numa base a posteriori, e não a priori.
> É importante que haja consistência quanto aos sucessivos níveis de subdivisões de um sistema de classificação. E,
> Convém manter um esquema de classificação corrente, no sentido que seus cabeçalhos reflitam as funções correntes da agência.

Nesses três pontos destacados, de um total de cinco, consegue-se rememorar as ideias de Porfírio aplicadas para a criação de um sistema de classificação de documentos. Apesar do grande avanço de tempo, fica intrínseca a contribuição da filosofia na construção do conceito de classificação para a Arquivística, que perdura até hoje.

A classificação de documentos é entendida no campo da Arquivologia como uma atividade

matricial, isto é, a partir da classificação, as demais atividades de gestão documental são incorporadas ao processo. A função de classificar "dá sentido e preserva o caráter orgânico do conjunto" (Sousa, 2003, pp.241) e por isso é tão essencial para a execução sistemática das demais funções que envolvem o gerenciamento de documentos arquivísticos. Sem ela, não há esforço que se sustente para a organização dos documentos de um arquivo. Como atividade base de toda a cadeia de atividades de gestão, a classificação norteia os demais procedimentos e agiliza, principalmente, a recuperação da informação.

Sob esse aspecto, o respeito aos fundos e à ordem original constituem-se em uma base concreta para a classificação dos documentos arquivísticos, visto que possibilita o estabelecimento de vínculos e relações entre os documentos, deixando registrado o fluxo de cada ação institucional e seus resultados.

O plano de classificação destina-se a representar, sob o ponto de vista intelectual, as informações arquivísticas decorrentes do exercício das funções e atividades de uma organização ou pessoa física. Quanto mais a estrutura do arquivo e dos documentos que o constituem forem uma representação das suas funções, melhor e mais rápida será a recuperação da informação desejada (Thomassem, 2006, pp. 7).

Portanto, é indiscutível que a aplicação de planos de classificação ao conjunto de documentos arquivísticos tem como uma das vantagens a diminuição do universo a ser trabalhado, de modo que cada conjunto pode ser identificado com mais facilidade, estabelecendo as relações orgânicas com outros conjuntos e imprimindo maior agilidade aos demais procedimentos de gestão de documentos.

A discussão que envolve a classificação de documentos de arquivo enquanto processo gerencial da gestão de documentos preconiza a classificação na origem, ou seja, a classificação realizada no momento da produção do documento. A gestão de documentos passa por envolver atores que não possuem conhecimento técnico dos procedimentos arquivísticos. Faz-se ainda mais necessário que o arquivista se apresente como um profissional que lide com demandas externas ao arquivo. A classificação de documentos passa a ser realizada por pessoas que não possuem vínculos com o arquivo, no entanto, o macrogerenciamento dessa atuação passa pelo arquivista no momento em que ele tem que difundir o conhecimento do instrumento de classificação.

O papel do Arquivista passa também por disseminar o conhecimento acerca da classificação de documentos para os produtores destes documentos, influenciando na organização prévia dos arquivos setoriais e indicando os prazos de guarda correntes, para que o fluxo siga corretamente tanto para as consultas dos produtores quanto para a preparação do Arquivo Geral (ou intermediário) para o recebimento destes documentos já classificados e que cumpriram seu prazo de guarda corrente.

Porém, como aponta Schmidt (2020, pp.6) "o que temos observado na prática arquivística são os instrumentos sendo aplicados com o fim único de atribuir temporalidade e destinação final aos documentos, numa clara percepção de que a classificação só é útil por oferecer um código ao documento". Isso significa que a classificação de documentos é compreendida como uma tarefa acessória para codificar e ordenar documentos dentro de um código específico com um prazo de guarda estabelecido. Por mais que as discussões sobre a classificação tragam sempre a ideia de que é a atividade que demonstra o contexto de produção, essa ideia ainda parece ser desconsiderada.

Entender a classificação de documentos não somente como uma atribuição de códigos, mas como uma necessidade da preservação do caráter orgânico e a manutenção de uma linearidade em relação as inúmeras formas de produção, recuperação e pesquisa da informação é a reflexão que se deve fazer para a matéria. Ainda que os instrumentos de classificação sejam elaborados para explicitar o vínculo entre eles, a aplicação destes resulta em apenas em volumes de descarte e guarda permanente. A classificação de documentos de

arquivo tem extrema relevância na manutenção do arquivo e da organização dos documentos.

O estudo das funções é uma maneira de se conseguir entender e explicitar no plano de classificação a relação entre os documentos, tornando visível esse encadeamento. Entretanto, encontra-se facilmente classificações baseadas nos assuntos dos documentos. Assunto e função, num primeiro momento, podem confundir-se nos conceitos, porém há de se buscar entender que função significa a que esse documento busca fornecer subsídios para tomadas de decisões e assunto, para o que esse documento foi feito.

Uma classificação baseada em funções se difere de uma classificação baseada em assuntos, e neste momento é percebida como uma se distingue da outra. Na produção de documentos, tem-se, imediatamente, a ideia da função que este documento a ser criado irá desempenhar, o que é totalmente diferente ao assunto que o é levado a título. Ainda que seja classificado via assunto, o desenho geral deste plano de classificação ficará aquém das perspectivas arquivísticas consolidadas. No contexto americano, Schellenberg também é um defensor da classificação funcional. Pode-se perceber em sua fala:

> Os documentos, via de regra, devem ser classificados de acordo com a função. Eles são o resultado de uma função; são usados em conexão com uma função; portanto devem ser classificados de acordo com a função (Schellenberg, 1973, pp. 62-63)

A maleabilidade na estrutura que as instituições sofrem pode se tornar um problema para o Arquivista no momento de classificar os documentos, quando o instrumento é desenvolvido no reflexo da estrutura organizacional. Ao se basear na estrutura da organização para compor o plano de classificação, a qualquer mudança na estrutura, a produção documental deixa de ser refletida no quadro. Este é o motivo pelo qual os planos de classificação devem ser construídos através da análise das funções.

Nas instituições públicas do Poder Executivo Federal, o instrumento de classificação de documentos é o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivos produzido pelo Arquivo Nacional, aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, e aplicado no escopo das atividades-meio.

O Arquivo Nacional do Brasil indica que a classificação seja feita por assunto, com o objetivo de agrupar documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso (Arquivo Nacional, 2001).

Ao ilustrar a orientação do Arquivo Nacional para a classificação de documentos de Arquivo, concordamos com as ideias de Sousa (2004, pp.55) sobre o conceito de *assunto*, quando afirma que “assuntos são divisões artificiais, ligados à área do conhecimento humano e suas atividades, são as matérias de que tratam os documentos”. Uma vez que assuntos são entendidos por cada pessoa de uma maneira, e a atividade de classificação de documentos já detém um grau de subjetividade alto, não podendo ser destituída de mais potencialidades de subjetivação.

Entende-se que a atividade de classificação de documentos passa essencialmente pela análise tipológica dos documentos. Mesmo sabendo que não se deve fazer a classificação documento a documento, o estudo das tipologias documentais, análise da produção documental e sua contextualização são primordiais para que a classificação de documentos seja realizada de maneira plena. Não se pode classificar um documento sem ao menos (re)conhecer do que se trata este mesmo documento, qual seu contexto de produção e sua função para o qual foi produzido.

A análise da produção documental, do contexto de produção e das tipologias documentais são o cerne para que estas informações não se percam durante essas mudanças organizacionais que parecem tão inerentes aos dias atuais. Observando por uma perspectiva da criação dos documentos, se o plano de classificação for construído a partir da análise das funções, a chance das mudanças

estruturais romperem com o princípio da ordem original se mostra menor em relação ao plano construído a partir da estrutura da entidade. No entanto, deve-se estar sempre atento às mudanças organizacionais, que refletem diretamente na produção dos documentos, e na criação de estratégias de recuperação da informação.

Procedimentos Metodológicos

O trabalho aqui apresentado é um estudo de análise qualitativa e analítica. Qualitativa pois pretende reunir uma gama de informações relevantes sobre o tema proposto e fazer uma reflexão acerca do tema, a classificação de documentos de arquivo. E analítica pois pretende realizar uma análise da versão proposta pela Resolução nº 14 de 24 de outubro de 2001 do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos referente às atividades-meio do Poder Executivo Federal e sua atualização, instituída pela portaria nº 47 AN de 14 de fevereiro de 2020, buscando os contrastes entre essas duas versões do mesmo instrumento através de trabalhos acadêmicos que tratam do tema.

A partir desta coleta de dados pretende-se identificar os pontos críticos presentes na versão proposta pela Resolução nº 14 de 24 de outubro de 2001 do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do CONARQ e a verificar se estes pontos foram contemplados com a atualização do instrumento. Por fim, temos uma análise da atualização destes instrumentos de gestão de documentos do Arquivo Nacional, e um paralelo entre as duas versões, contrapondo as mudanças acerca da produção documental nas instituições.

Instrumento de Classificação do Arquivo Nacional

A partir das conclusões que foram extraídas da análise dos termos para o instrumento de classificação, pode-se entender que alguns desses termos são usados de maneira equivocada para nomenclatura do instrumento. O que mais se distancia é o termo código, justamente o utilizado pelo Arquivo Nacional para nomear seu instrumento de classificação de documentos de arquivo. Plano de classificação na literatura arquivística é um termo difundido. O instrumento de classificação é um plano com um esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos.

A partir dessas inferências, conclui-se que o correto é usar o termo plano de classificação para nomenclatura do instrumento de classificação de documentos. Pelo conhecimento teórico da área e pela semântica que formula a ideia do que o instrumento realmente é.

O instrumento de classificação de documentos do Arquivo Nacional, chamado “Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio do Poder Executivo Federal” foi lançado em 1996 após o Arquivo Nacional perceber que as instituições públicas federais tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre classificação de documentos e as massas documentais acumuladas estavam aumentando exponencialmente, ocasionando perda das informações valiosas ao Estado Brasileiro, espaço físico das instituições e também perdas financeiras.

Foi a partir do cenário encontrado a partir de um levantamento realizado em setores da administração federal em 1989 que o Arquivo Nacional realizou um trabalho e, em 1996, foi publicado pela resolução nº 4 o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividade-meio. Esta resolução o definiu como “um instrumento de trabalho utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades” (Sousa, 2004, pp. 30).

O instrumento foi produzido levando em consideração a produção de documentos das atividades-meio (classes 000 e 900) e deixando as demais classes (100 a 800) para a produção do instrumento referente as atividades-fim das instituições. Entre 1996 e 2020, o instrumento de classificação de documentos de arquivo para as atividades meio do poder executivo federal, passou por três atualizações. Uma em 1997, uma em 2001 e outra em 2020. Nas duas primeiras, não houve grandes modificações, no entanto, a atualização publicada em 20 de

fevereiro de 2020, através da portaria nº 47 do Arquivo Nacional, apresentou algumas mudanças substanciais tanto para quem classifica, quanto na organização e estruturação do instrumento.

O Código de classificação de Documentos do Arquivo Nacional para as instituições públicas federais, instituído pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001 e sendo substituído pela instituída pela Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2020, foi, durante cerca de 19 anos o principal instrumento para classificação de documentos arquivísticos do serviço público federal do Brasil.

Ao longo dos anos, e de cerca de quatro governos diferentes na esfera federal, as instituições federais, em sua maioria, passaram por reformulações em seus quadros funcionais. Departamentos e setores mudam, fundem-se, segregam-se, atividades são adicionadas ou suprimidas, e todas essas alterações refletem na produção de documentos destas instituições.

Se as instituições passaram por tantas transformações em seus quadros funcionais e tecnologicamente, era de se esperar que o instrumento para classificação destes documentos fosse estrategicamente moldado de acordo com essas transformações. No entanto, o que presenciamos foi o enrijecimento do plano de classificação. Ao longo de tantos anos, pouco ou nada mudou, e se fez cada vez mais necessário alternativas para “enquadrar” a documentação de acordo com as classes e funções existentes no instrumento.

Em consonância com a Lei 8.159, a lei de Arquivos, o Arquivo Nacional e o CONARQ são os responsáveis por implementar as ações com vistas a programas de gestão de documentos produzidos e recebidos pelas instituições públicas federais, e dentre estas ações está a elaboração do Plano de Classificação de Documentos referente as atividades-meio do Poder Executivo Federal. Instrumento este que visa a classificação e organização dos documentos das instituições integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), bem como inclui os prazos de guarda e destinação através da Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos.

A criação da Câmara Técnica de Classificação de Documentos, uma das instâncias do CONARQ, objetivou a análise e elaboração de instrumentos de classificação de documentos que pudesse sistematicamente organizar a documentação das instituições, visando a rapidez na recuperação da informação. Através dos trabalhos dessa câmara técnica que foi produzido a primeira versão do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal: atividade-meio. Esta primeira versão do instrumento foi divulgada por meio da resolução nº 4 do CONARQ em 28 de março de 1996.

A estruturação do instrumento seguiu as premissas da classificação por assuntos. Neste aspecto, citamos Sousa:

> As funções, atividades, espécies e tipos documentais, segundo a Resolução, genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão, ou seja, os assuntos recebem códigos numéricos, os quais refletem a hierarquia funcional do órgão, definida por meio de classes, subclasses, grupos e subgrupos, partindo-se do geral para o particular (Sousa, 2004, pp. 30)

A metodologia utilizada para o código de classificação foi o decimal, que é uma codificação dividida em dez classes de códigos e em dez subclasses e assim descendo de classe para subclasse, para grupo e subgrupo.

As classes iniciam-se em 000 e encerram-se na classe 900, sempre sendo as classes principais ou “grandes classes” representativas das funções desempenhadas pela instituição. O instrumento Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal: atividade-meio, utiliza-se das classes 000 e 900 para representar as classes de documentos referentes às atividades meio dos órgãos, e as classes 100 a 800, são elencadas para a atividade-fim do órgão, ou seja, as atividades com a finalidade ao qual o órgão se origina. Os instrumentos de

classificação das atividades-fim devem ser construídos pela própria instituição, através do profissional responsável pelo Arquivo, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e aprovada pelo CONARQ.

A classe 000 representa a Administração Geral da instituição, e a classe 900 recebe a denominação de Assuntos Diversos. Como mostra-se abaixo, a classe 000 é dividida em:

010 – Organização e Funcionamento; Para normativos, legislações, e atos administrativos do órgão.

020 – Pessoal; Para representação dos atos de pessoal, despesas, admissões, pagamentos salariais etc.

030 – Material; Para aquisições, vendas, alienações, baixas etc.

040 – Patrimônio; Para obras, reformas, restaurações, projetos de melhorias estruturais.

050 – Orçamento e Finanças; Para movimentações bancárias, orçamentárias.

060 – Documentação e Informação; Para registros de documentações arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas bem como criações de normativos e regimentos de utilização de documentação interna.

070 – Comunicações; Para registros de comunicação entre órgão, empresas, meios de comunicação etc.

080 – Classe vaga para possíveis expansões.

Desde a implantação do instrumento em 1996, este sofreu duas atualizações: em 1997 e 2001. Nenhuma das duas alteraram de forma substancial o documento, no entanto, podemos perceber atualizações de nomenclaturas, retiradas de alguns códigos e alterações do campo assunto devido a atualização tecnológica. A seguir, tem-se um comparativo com as classes e subclasses alteradas em ambas atualizações:

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS ATUALIZAÇÕES (1996, 1997 e 2001)

Resolução nº 4 - 28/03/1996	Resolução nº 8 - 20/05/1997	Resolução nº 14 - 24/11/2001
005 - Jurisprudência		Eliminada
019.02 - Atos Normativos		Eliminada
020.2 - Carteira de Identidade Funcional e Outras Identificações		020.2 - Identificação Funcional
020.3 - Obrigações Trabalhistas ou Estatutárias: Relações com o Ministério do Trabalho e Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Lei dos 2/3. RAIS		020.3 - Obrigações Trabalhistas ou Estatutárias:. Relações com órgãos normatizadores da Administração Pública. Lei dos 2/3. RAIS
020.5 - Assentamentos Individuais		020.5 - Assentamentos Individuais. Cadastro.
021.2 - Candidatos à função pública: curriculum vitae e fichas de inscrição	Candidato à cargo público	Candidados à cargo e emprego público
023.02 - Criação, Classificação e Remuneração de cargos e funções		023.02 - Criação, classificação, transformação, transposição e remuneração de cargos e funções
024.111 - Reposições		024.111 - Salário família
024.112 - Salário familia		024.112 - Abono ou provento provisório. Abono de permanência em serviço.
024.14 - Descontos e consignações		024.14 - Descontos
024.142 - Contribuição para o plano de seguridade social (INSS) - EMPREGADO		024.142 - Contribuição para o plano de seguridade social - EMPREGADO
		024.145 - Consignações **(criação)**
024.149 - Outros descontos e consignações		024.149 - outros descontos
024.154 - Contribuição para o Plano de Seguridade		024.154 - Contribuição para o plano de

Social (INSS) - ÓRGÃO		seguridade social - ÓRGÃO
024.91 - Concessões para ausentar-se do serviço		024.91 - Concessões
025.11 - Processos disciplinares	acumulação ilícita de cargos	
026 - Assistência e seguridade social		026 - Previdência, Assistência e Seguridade Social
		026.01 - Previdência privada **(criação)**
033.23 - Impressão de formulários		033.23 - Confecção de Impressos
034 - Requisição. Distribuição e/ou movimentação de material		034 - Movimentação de material
		034.01 - Termos de responsabilidade **(criação)**
035 - Alienação		035 - Alienação. Baixa
036 - Conservação e recuperação		036 - Instalação e manutenção.
037 - Inventários		037 - Inventário
044 - Inventários		044 - Inventário
057 - Tomada de contas. Prestação de Contas.		057 - Tomada de contas. Prestação de contas (inclusive parecer de aprovação das contas)
061.1 - Preparo e Impressão		061.1 - Editoração. Programação visual.
062.3 - Catalogação e classificação		062.3 - Catalogação. Classificação. Indexação.
063 - Sistema de Arquivos e controle de documentos		063 - Documentação arquivística: Gestão de documentos e sistema de arquivos.
063.1 - Produção de documentos: levantamento, diagnóstico e controle do fluxo		063.1 - Produção de documentos: levantamento, diagnóstico. Fluxo.
065.1 - Microfilmagem		Eliminada
065.2 - Disco óptico		Eliminada
066.1 - Armazenamento. Depósitos.		066.1 - Desinfestação. Higienização.
066.2 - Restauração de documentos		066.2 - Armazenamento. Depósitos
		066.3 - Restauração. **(criação)**
067.2 - Programas e sistemas		067.2 - Programas. Sistemas. Redes.
071.2 - Serviço de entrega de correspondência agrupada - malote (SERCA)		071.2 - Serviço de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada - MALOTE
991 - Cartas de apresentação e recomendação		991 - Apresentação. Recomendação
993 - Convites diversos		993 - Agradecimentos. Convites. Felicitações. Pêsames.
994 - Felicitações. Agradecimentos. Pêsames. Despedidas		994 - Protestos. Reivindicações. Sugestões.
995 - Protestos. Reivindicações. Sugestões.		995 - Pedidos, oferecimentos e informações diversas
997 - Pedidos, oferecimentos e informações diversas.		Eliminada

Fonte: Adaptado de Sousa (2004).

Pode-se perceber a partir desse quadro que mudanças bem sutis ocorreram no Plano de Classificação de Documentos do CONARQ na atualização em 1997 e em 2001. Contabilizou-se cinco exclusões de códigos e criação de quatro códigos em subclasses existentes. Chama a atenção a exclusão dos códigos 065.1 e 065.2 referentes à microfilmagem e disco óptico, respectivamente, na subclasse "Reprodução de documentos". Devido à evolução tecnológica em constante movimento, caiu em desuso estes tipos de reprodução. No restante do quadro, pode-se verificar que as mudanças foram somente em

nomenclaturas ou adição de correções nas descrições dos códigos, mais visíveis na atualização de 1997. Inferiu-se, então, que esta atualização de 1997 manteve as características originais da versão de 1996, contendo somente correções em descrição dos códigos e atualização de alguns poucos termos, e somente em 2001, cerca de cinco anos após a publicação oficial, tem-se uma mudança mais efetiva, ainda assim, com pouca incipiência quanto a necessidade organizacional que as instituições passavam.

Ao analisar o referido instrumento, é necessário expor algumas incoerências sobre o documento e o que a teoria da classificação preconiza. A classificação deve ser realizada de acordo com a função que o documento desempenha na instituição. Se há um documento de licitação, de aquisição, ou de obras, esses documentos reúnem tipologias documentais diferentes em seu escopo. Se for quebrada esta "reunião" de tipos de documentos, não será possível uma classificação efetiva dos documentos. Este é um dos riscos da classificação por assunto, outro ponto a ser abordado no instrumento de classificação. Na apresentação do plano de classificação, o instrumento traz o termo "assunto" causando confusão no profissional que está classificando, pois neste campo são encontrados atividades, espécies e tipos documentais. A estruturação do instrumento acaba por induzir o leitor a cometer possíveis erros de interpretação. Para exemplificar, recorre-se novamente à Sousa (2004, pp. 59-60)

> A classe 000 - Administração Geral, por exemplo, tem em seu primeiro nível de subdivisão as seguintes subclasses:
> 001 Modernização e Reforma Administrativa
> 002 Planos, Programas e Projetos de Trabalho
> 003 Relatórios de Atividades
> 004 Acordos. Ajustes. Contratos. Convênios

É possível observar que, nesse caso, temos três diferentes critérios para subdividir a classe 000. Em um primeiro momento, aparece a atividade (001 Modernização e Reforma Administrativa), em um segundo a espécie documental (002 Planos, Programas; 004 Acordos. Ajustes. Contratos. Convênios) e, por último, a tipologia documental (003 Relatórios de Atividades). Portanto, não se sabe ao certo qual princípio de classificação foi utilizado para permitir a subdivisão do conjunto maior (classe 000 Administração Geral). Isso cria alguns problemas. No caso da necessidade de classificação de um relatório de atividades referente à atividade de Modernização e Reforma Administrativa, teríamos, assim, dois locais para isso: subclasse 001 Modernização e Reforma Administrativa, e, também, na subclasse 003 Relatórios de Atividades.

Um dos principais problemas na estruturação do instrumento de classificação, sem dúvidas, é a presença de diferentes maneiras de abordar o que será classificado. Como exemplificado acima, as classes são subdivididas com critérios de classificações distintas. Atividades, espécies e tipos documentais se misturam a todo momento nas unidades de classificação, sendo perceptível a repetição dessa forma nas demais classes do instrumento. Observa-se, com isto, que o instrumento acaba por permitir que os documentos sejam classificados em mais de um código de classificação, ou seja, o documento pode ser classificado na subclasse, no grupo, ou ainda, no subgrupo, quando este houver. Tem-se o exemplo a seguir:

024.1 – Folha de pagamento. Fichas financeiras. (tipologia)
024.11 – Salários. Vencimentos. Proventos. Remunerações. (Ação)
024.111 – Salário família. (tipologia)

Neste exemplo fica evidente a construção errônea nas subclasses e na mistura de tipologias e atividades como níveis de classificação. Numa perspectiva mais enxuta e mais clara para esse exemplo, poderia ser feita a inversão, tornando o código 024.1 para a ação de remunerar que gera a tipologia documental (folha de pagamento). Logo, a estrutura seria:

024.1 – Salários. Vencimentos. Proventos. Remuneração (A ação ou atividade)

024.11 – Folha de pagamento. Fichas financeiras. (documentos produzidos)

Nessa construção do instrumento, percebe-se, também, que algumas atividades que estão presentes no cotidiano das instituições não estão contempladas. A principal delas é a contratação para prestação de serviços. Tão presente na realidade das instituições, essa atividade não existe, e gera uma lacuna e dúvidas sobre como classificar documentos que tratam desta matéria.

Exemplarmente, seguimos com a ideia de Sousa (2004, pp.65), quando nos traz:

> No código não há um local específico para classificar documentos relativos à contratação de serviços. A subclasse mais indicada seria a 030 Material, pois nela podemos encontrar uma outra atividade significativa e da mesma natureza: aquisição de material permanente e de consumo (...) a atividade de contratação de serviços está diretamente relacionada com a função de gestão dos recursos materiais e no mesmo nível da aquisição de material permanente ou de consumo

Outro código que traz interpretações distintas é o 036 Instalação e Manutenção. Logo abaixo da subclasse 036, tem-se o grupo 036.1 denominado Requisição e contratação de serviços. Infalivelmente, esse subgrupo leva o leitor do instrumento a classificar os documentos de contratação de serviços neste código. E a interpretação faz sentido, uma vez que a denominação se refere a contratação de serviços. No entanto, esse grupo se refere a contratação de serviços para instalação e manutenção de equipamentos já existentes na instituição, e não a contratação geral de serviços.

Na versão do instrumento Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal: atividade-meio, instituída através da resolução 14, percebemos que houve poucas mudanças da primeira versão, de 1996. Várias críticas são feitas ao instrumento, interpretações diferentes por profissionais que o utilizam e arremedos que são necessários para assegurar que os documentos sejam classificados, a construção do documento que encaminha o leitor a classificações errôneas faz parte deste cenário em quase vinte anos. O avanço tecnológico e da produção documental o tornam obsoleto. Mudanças substanciais foram aguardadas para a próxima atualização do instrumento, que seria publicada em 2020.

Versão de 2020 do Instrumento

A Portaria AN nº 47, de 20 de fevereiro de 2020 aprovou a atualização do Plano de Classificação de Documentos relativo às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Desde então, essa versão é a utilizada para a classificação de documentos arquivísticos nas instituições públicas federais brasileiras. A principal mudança nesta versão do instrumento, foi a integração da classe 080 – Pessoal Militar ao instrumento, que nas versões anteriores era vazia para possíveis expansões do instrumento. Como assegura o parágrafo 1º do artigo 1 da portaria:

> § 1º A subclasse 080 - Pessoal Militar, passa a integrar o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal, para uso no âmbito do Ministério da Defesa, nos Comandos Militares e nas organizações que os integram. (Brasil, 2020)

Observa-se, também, que a estrutura do instrumento se manteve como nas propostas anteriores, em classificação decimal, as classes com três dígitos divididas em nove classes e as subclasses subdivididas em dez níveis. Com a estruturação do plano de classificação definido, vamos nos ater aos debates a respeito da solução das críticas concebidas das versões anteriores.

Uma das primeiras críticas apresentadas era a utilização de tipos documentais, atividades, e espécies em um mesmo nível de classificação, tornando o critério de classificação confuso tanto da construção quando da interpretação do instrumento. Isto era visto no campo “Assunto”, o qual era gerador de incertezas quanto ao elemento a ser classificado. Nas considerações da versão atualizada do instrumento, é apresentado:

> Excluiu-se o uso do termo genérico "assunto", não só por sua imprecisão, mas também por sua inadequação para designar as funções, subfunções, atividades e, em alguns casos, os atos que identificam os descritores dos códigos numéricos. Quanto à escolha dos termos para os descritores, que identificam, na estruturação da hierarquia das classes, subclasses, grupos e subgrupos, as atividades desempenhadas pelos órgãos e entidades, procurou-se, sempre que possível, privilegiar o uso de expressões que denotam "ações" ou "conteúdos de ações". (Arquivo Nacional, 2020, pp. 8)

Foi percebido ao analisar a Tabela de Equivalência, que consta na versão atualizada do instrumento, que houve um esforço no sentido de prevalecer as atividades no descritor do código, em detrimento de outras nomenclaturas que porventura pudessem existir. Um dos exemplos citados por Sousa (2004, pp.59-60) e que também é utilizado neste trabalho refere-se "aos diferentes critérios para subdividir a classe 000". Onde antes tinha-se a atividade (001 - modernização e reforma administrativa), a espécie documental (002 – planos, programas, projetos de trabalho; 004 – acordos, ajustes, contratos, convênios) e por último a tipologia documental (003 – relatório de atividades), com a atualização tem-se, respectivamente:

QUADRO 2 – Comparação Classe 000

Resolução nº 14 2001		Portaria nº 47 2020	
000	Administração Geral	000	Administração Geral
001	Modernização e Reforma Administrativa	011	Organização Administrativa
002	Planos, programas e projetos de trabalho	015.1	Planejamento Institucional
003	Relatórios de Atividades	015.2	Acompanhamento de atividades
004	Acordos. Ajustes. Contratos. Convênios.	001	Relação interinstitucional

Fonte: Elaborado pelos autores

No quadro 2, percebe-se que além das atividades ganharem lugar de descritores dos códigos de classificação, a organização das atividades ganhou novo escopo. Os tipos documentais "acordos, ajustes, contratos e convênios" existem através da atividade "relação interinstitucional", que por sua vez está hierarquizada diretamente à classe 000 – Administração Geral. A atividade de "modernização e reforma administrativa" passa a ser referente à subclasse 010 – Organização e funcionamento. E onde havia espécies documentais e tipologias "planos, programas; relatórios de atividades" foram realocados para grupo 015 – Gestão Institucional, sendo divididos nos subgrupos 015.1 e 015.2. Essas alterações conferem maior confiabilidade no momento de classificação destes documentos, reduzindo a margem de diferentes interpretações e ocorrências de erros na atividade de classificação.

Ao longo do instrumento atualizado, percebe-se o esforço em concentrar as atividades nos descritores dos códigos, e como já é entendido, os documentos são gerados a partir das atividades realizadas.

A subclasse 020 que era denominada "Pessoal", é chamada de "Gestão de Pessoas", trazendo em si a modernização das relações de trabalho e entre funcionários e instituições. Conforme descrição do instrumento "contempla documentos referentes aos direitos e obrigações dos servidores e empregados públicos, temporários, residentes, estagiários, ocupantes de cargos comissionados e de função de confiança sem vínculo (...) bem como aqueles referentes aos direitos e obrigações do empregador" (Arquivo Nacional, 2020, pp. 10).

A principal mudança nesta classe se dá para classificar os assentamentos funcionais. Anteriormente classificados no código 020.5, nesta versão atualizada apresentam-se divididos em quatro subgrupos pertencendo ao grupo 020.1 – Assentamento funcional. São eles: 020.11 – Servidores e empregados públicos, 020.12 – Servidores temporários, 020.13 – Residentes e estagiários e 020.14 – Ocupantes de cargos comissionados e de função de confiança.

A subclasse 030 foi renomeada para Gestão de Materiais, também trazendo consigo a mudança nas relações entre compras, aquisições, incorporações regulamentações a

respeito dos materiais necessários para a realização das atividades. Nota-se que as atividades referentes aos materiais permanentes e de consumo foram desmembradas em subgrupos distintos, sendo 031.1 para compra, 031.2 doação e permuta, 031.3 adjudicação e 031.4 cessão, comodato e empréstimo. O grupo 031 passou a ser referente à compra e aquisição de materiais. O grupo 032 tornou-se referente a movimentação de materiais. E o grupo 033, que anteriormente era destinada a aquisição de material permanente e de consumo, nesta atualização está voltada para a alienação e baixa de materiais, novamente sendo desmembrada em grupos distintos para venda, doação, permuta, adjudicação, desfazimento, cessão, comodato e empréstimo.

A grande mudança (e tão aguardada) prevista para esta subclasse está na elaboração de um código para os serviços de prestação de serviços. Como já visto neste trabalho, antes uma classificação bem definida para este tipo de atividade, que se tornou comum para as instituições públicas, o mais indicado era classificar os documentos nos códigos de aquisição de material permanente e de consumo, no entanto, por mais que este código se aproximasse da realidade, se fazia necessário um código específico para essa atividade. O código 034 passou e ter a incumbência de receber estes documentos. Denominado “Contratação de prestação de serviços”, este código receberá todos processos, dossiês, referenciais, documentos que suportam a ação da contratação de serviços pelas instituições públicas.

Outra alteração positiva para a interpretação do instrumento foi a mudança de nomenclatura do grupo 036 – Instalação e Manutenção. O subgrupo 036.1 chamado “requisição e prestação de serviço” condicionava a interpretação de classificação de contratação de prestação de serviços neste código. Um equívoco provocado pela construção desta subclasse. Atualmente, este grupo é o 035 chamado “Execução de serviços de instalação e manutenção”, que se referem à instalação e manutenções para equipamentos próprios, sem abrir margem de erro para intepretações errôneas, uma vez que as prestações de serviço possuem classificação própria.

A subclasse 040 recebeu o nome de Gestão de Bens Patrimoniais e de serviços. Para aquisição e incorporação foram divididos em subgrupos de compra (041.1), doação e permuta (041.2), doação e adjudicação (041.3), procriação (041.4), cessão e comodato (041.5). Para venda, seguiu o mesmo esquema de estruturação no grupo 042.

A subclasse 040 também recebeu uma subclasse para classificação de documentos referentes a contratação de prestação de serviços. O grupo 045 é indicado para contratação de serviços de vigilância, serviço patrimonial, segurança e etc.

A subclasse 050 chama-se, a partir da atualização do instrumento, Gestão orçamentária e financeira. Continuando no escopo de facilitação do entendimento dos descritores dos códigos classificatórios, nesta classe também vemos a reorganização dos códigos com a finalidade de preservar a hierarquização entre funções e atividades. Logo abaixo da subclasse 050, anteriormente tinha-se o código 050.1 Auditoria. Hoje, a atividade de auditoria foi deslocada para o grupo 054 – Controle externo. Auditoria externa. Pode-se destacar, também, a aglutinação dos três classificadores programação orçamentária (051.1), previsão orçamentária (051.11) e proposta orçamentária (051.12) no subgrupo programação orçamentária (gestão orçamentária) que permaneceu com o código 051.1. A junção destes três níveis de classificação permite a visualização em um fluxo contínuo de previsão, programação e proposta orçamentárias. O detalhamento de despesas fica em separado, no próximo subgrupo (051.2).

Caso oposto ocorreu com o subgrupo 052.21 – Receita da versão anterior à atualização. A subclasse 052 refere-se à gestão financeira da instituição, prevendo documentação sobre receita, despesas, demonstrações contábeis. Atualmente, este classificador foi desmembrado em três níveis distintos de classificação, conforme exemplificado abaixo:

QUADRO 3 – Comparação Classe 052

Resolução nº 14 2001		Portaria nº 47 2020	
052	Finanças	052	Gestão Financeira
052.2	Execução Financeira	052.2	Execução Financeira
052.21	Receita	052.21	Receita
052.22	Despesa	052.211	Receita corrente / Execução Financeira
		052.212	Receita de capital / Execução Financeira
		052.213	Ingresso extraorçamentário / Execução Financeira

Fonte: Elaborado pelos autores

A subclasse Gestão da Documentação e Informação (060) passou por uma reestruturação em sua formatação. Nota-se que a divisão entre acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos revelou uma maneira mais palpável de assegurar que os documentos referentes aos diferentes acervos estejam devidamente classificados de maneira a não se misturarem uns aos outros. A subclasse inicia-se com a Normatização e regulamentação (060.01) da gestão da documentação e informação da instituição. A seguir, o grupo 061 – Gestão de Documentos de Arquivo revela que se trata da primeira subclasse da gestão do acervo arquivístico da instituição. Neste grupo tem-se a formação da comissão permanente de avaliação de documentos (CPAD), (061.01), composição e atuação (061.011), operacionalização de reuniões (061.012), adoção e controle de procedimentos de protocolo (061.1), análise da situação arquivística (061.2), levantamento da produção e do fluxo documental (061.3), elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos (061.5), e tendo nos subgrupos 061.51 a classificação, 061.52 a avaliação, 061.521 a eliminação, 061.522 a transferência e 061.523 o recolhimento de documentos.

O grupo 061 consegue abarcar as atividades da gestão de documentos e compreende também a produção de documentos pelos funcionários do próprio Arquivo e a composição e funcionamento da CPAD, tornando um ponto fundamental nesta renovação do plano de classificação de documentos.

A partir do grupo 062 apresentam-se a gestão de acervos bibliográficos e museológicos, o controle de acesso e movimentação de acervos (grupo 063), conservação e preservação de acervos (grupo 064), produção editorial (grupo 065), gestão de tecnologia da informação (grupo 066), contratação de prestação de serviços (grupo 067) e outras ações referentes à gestão da documentação e da informação (grupo 069).

No grupo 064 – Conservação e preservação de acervos considera-se também a reformatação de documentos, a microfilmagem, a digitalização e a restauração de documentos, cada um com seu código de classificação específico. Bem como a desinfestação e higienização de documentos infectados.

Esta subclasse de gestão de documentação também recebeu um código para prestação de serviços. Assim como nos grupos de material e patrimônio, é comum na administração pública a contratação de serviço especializado em acervos arquivístico, bibliotecário e museológico, até então sem classificação própria. Com esta atualização, o grupo 067 passa a responder por essa demanda.

A subclasse contempla, também, o tratamento técnico dos documentos arquivísticos permanentes através do subgrupo 069.1. Tem-se Arranjo e descrição no subgrupo 069.11, elaboração de instrumentos de pesquisa no subgrupo 069.12, fornecimento de cópias de documentos no grupo 069.2 e publicação de matérias no subgrupo 069.3.

A subclasse 070 – Gestão de serviços postais e de telecomunicações já inicia com o grupo 071 para contratação de prestação de serviços. Em seguida, elencam-se as atividades empreendidas nestas prestações de serviços: 071.1 serviço postal, 071.2 serviço de rádio frequência, 071.3 serviço de telex, 071.4 serviço de telefonia e fax e 071.5 serviço de transmissão de dados, voz e imagem. Incluem-se, também, nesta subclasse as execuções de serviços pelo órgão, no grupo 072, e a autorização e controle de uso dos serviços de radiofrequência, telex, telefonia, fax e

transmissão de dados, voz e imagem, no grupo 073.

A subclasse 080, de acordo com a definição do plano de classificação de documentos, "destina-se ao uso no Ministério da Defesa, nos comandos Militares e nas organizações que os integra" (Arquivo Nacional, 2020, pp. 11).

Denominada "Pessoal Militar", a subclasse 080 apresenta a organização dos documentos para os órgãos militares. Em sua estrutura, compreende-se o ciclo de ingresso nas forças armadas até a aposentadoria. De início, tem-se a legislação no grupo 080.1, identificação militar (080.2) e os assentamentos individuais (080.3). Em seguida, passa-se ao grupo do ingresso nas forças armadas (081), e neste grupo organizam-se as atividades de recrutamento e seleção, incorporação, matrícula, nomeação, mobilização e apresentação dos candidatos ao serviço militar.

O grupo 082 refere-se ao plano de carreira militar, onde os documentos a serem classificados podem constar de promoções, cursos para promoção, cursos de aperfeiçoamento, qualificações etc. O grupo 083 mostra as movimentações nos quadros militares em decorrência de saúde, necessidade do serviço, interesse do militar, entre outros. O grupo 084 demonstra a respeito das violações das obrigações e dos deveres com o serviço militar. O grupo 085 é sobre direitos e prerrogativas do serviço militar incluindo recompensas, dispensas, afastamentos, remuneração, proventos na inatividade, entre outros. O grupo 086 traz os inativos e pensionistas do serviço militar, e o 087 as assistências os quais os militares possuem direito.

Finalmente a classe 900 denominada "Administração de atividades acessórias", com a subclasse 910 para gestão de eventos envolvendo todo o planejamento, regulamentação, divulgação. E nesta subclasse também foi contemplada a prestação de serviços, através do grupo 918, onde convém classificar documentos referentes a contratação de serviços de realização de eventos para a instituição. Tem-se ainda a subclasse 920 para Promoção de Visitas, abarcando a programação e controle de visitas e visitantes, e a subclasse 990 – Outras ações referentes à administração de atividades acessórias.

Análise da versão de 2020

Instituída por meio da portaria 47 de 20 de fevereiro de 2020, essa atualização do instrumento foi elaborada para dar vazão as incoerências apontadas no instrumento anterior, datado de 2001. No item anterior, foram demonstradas as modificações que esta versão sofreu, sem abrir espaço para discussões a respeito dos conceitos de estruturação dos instrumentos, lógica da construção e dos elementos identificadores nos quais os documentos devem ser classificados. Neste item, serão analisados esses pontos na tentativa de identificar melhorias e pontos que ainda devem ser aprimorados.

O instrumento, além da atualização em si, contém a tabela de equivalência para o instrumento anterior, importante para o momento de transição e conhecimento dos operadores da classificação de documentos. E, também, um histórico que o instrumento percorreu, através das consultas públicas realizadas e sugestões do Arquivo Nacional, entre 2008 e 2018. (Sousa, 2022, pp.71)

O primeiro ponto a ser observado é o desuso do termo "assunto". Utilizado de maneira equivocada na versão de 2001 do instrumento, esse termo não condiz com a proposta do instrumento de classificação de documentos através das funções das instituições. O termo assunto causava confusão ao misturar função, subfunção e atividade, sendo este um modo não apropriado para elaboração de instrumentos de classificação de documentos.

A estruturação das classes manteve-se como das maneiras anteriores: estruturação das classes através de códigos numéricos, divididos em 9 (nove) divisões. As classes 000 e 900 para as atividades-meio e as 8 (oito) divisões intermediárias reservadas para a construção dos instrumentos de classificação das atividades-fim das instituições. A classe 000 refere-se à administração geral das instituições e a classe 900 as atividades acessórias da

administração geral. A codificação das classes manteve-se com a estrutura decimal.

A codificação decimal, técnica construída pelo bibliotecário Melvin Dewey, em que o conhecimento é dividido em dez classes e em cada classe subdividido em tantas outras subclasses, apresenta uma ideia de infinitude de subdivisões do conhecimento, podendo chegar ao detalhe cada vez mais preciso ao ir "abrindo" novas subdivisões a partir de cada classe. Essa técnica nos faz refletir acerca de dois diálogos sobre a arquivologia: Um através de Schellenberg onde o documento não deve ser ultraclassificado. E outro, trazido por Duchein (1986, pp.17) onde se versa sobre o objeto de estudo da Arquivística.

> o documento de arquivo - ao contrário de um objeto de coleção ou de um dossiê constituído por peças heterogêneas de proveniências diversas - não tem razão de ser, isoladamente. Sua existência só se justifica na medida em que pertença a um conjunto. Situa-se dentro de um processo funcional do qual se constitui, por si mesmo, num elemento, por menor que seja. O documento de arquivo jamais é concebido, de início, como um elemento isolado. Possui, sempre, caráter utilitário, o qual só será aparente se for conservado em seu lugar dentro do conjunto de documentos que o acompanham.

A codificação decimal permite-se chegar ao documento único, fugindo ao tema desenvolvido à Arquivística, onde o documento isolado não representa o conjunto informacional que se busca para manter a organicidade e, porque não, a historicidade de que o representam.

O código utilizado para classificação de documentos deve relacionar os níveis de classificação existentes do instrumento. Utilizando como exemplo a classe 000 – Administração Geral, a estruturação segue descendente até encontrar a atividade específica resultante da função.

A divisão de classes em dez tipos acentua uma construção fechada e imaculada do conhecimento. Nas subdivisões, é possível infinitamente ir criando novas divisões a partir da casa decimal, no entanto, os grandes temas (funções) ficam restritas à dez partes.

Nessa perspectiva apresentada, o instrumento de classificação de documentos do Arquivo Nacional não permite expansões indo contra o que apresentou Schellenberg (1973) que indicou que os instrumentos devem permitir expansões, permitindo atender novos documentos aderentes de novas atividades. Não há na literatura conhecida a quantidade exata de níveis em que um instrumento de classificação deva ser dividido. Entretanto, deve-se considerar que para um instrumento que atenda uma proporção grande de entidades e instituições, o instrumento deve atender satisfatoriamente a produção documental destas instituições.

Uma das principais alterações decorrentes da atualização do instrumento de classificação do Arquivo Nacional, é a inserção de subfunções referentes a contratação de prestação de serviços para todas as classes do instrumento de classificação. Em um primeiro momento é visto como uma alteração positiva, visto que a administração pública recorre a contratação de prestação de serviços para diversas atividades, que não a atividade-fim, que é vedada por lei. No entanto, a disposição de uma posição de contratação de serviços em todas as classes foge ao princípio de classificação funcional, uma vez que a contratação de serviços é estritamente ligada a função de recursos materiais. Na versão anterior do instrumento, onde não existia essa disposição de contratação de serviços, esses documentos deveriam ser classificados na atividade de aquisição de materiais, onde faria mais sentido. Na versão atualizada, para cada subfunção há uma posição para contratação de serviços. Esta perspectiva apresentada pelo instrumento remete, novamente, à mistura do conceito de assunto nos níveis de classificação.

Uma vez que a contratação de prestação de serviços é essencialmente ligada à gestão dos recursos materiais, faz mais sentido que todos os documentos referentes à essa matéria sejam classificados nesta atividade, e não pulverizados em todas as classes do

instrumento, causando, assim, uma dispersão dos documentos relacionados. O princípio de classificação utilizado nesses casos não é a função, mas sim o assunto relativo às atividades, causando prejuízo no conjunto documental referente a contratação prestação de serviços que estará segmentado em diversos códigos de classificações diferentes.

A versão de 2020 do instrumento de classificação do Arquivo Nacional segue com as mesmas classes anteriores, com algumas mudanças de nomenclaturas: Organização e Funcionamento, Gestão de Pessoas, Gestão de Materiais, Gestão de Bens Patrimoniais e de Serviços, Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão da Documentação e da Informação, Gestão dos Serviços Postais e de Telecomunicações e Pessoal Militar.

Identifica-se, já nas classes principais, que o princípio de classificação funcional não foi aplicado integralmente. Temos três classes que podem ser fundidas, são elas: Gestão de Pessoas e Pessoal Militar, Gestão de Materiais e Gestão de Bens Patrimoniais e Gestão da Documentação e da informação e Gestão dos Serviços postais. Essa divisão entre as classes não obedeceu a classificação funcional, mas sim, uma divisão dos assuntos que elas tratam.

Para as subclasses 020 – Gestão de Pessoas e 080 – Pessoal Militar entende-se que fazem parte da mesma função, gestão de pessoas, apesar de regidas por instrumentos legais distintos. A designação de duas classes diferentes para uma mesma função, expõe que o instrumento defendeu seguir por um caminho que fosse mais visual no entendimento da classificação dos documentos militar e não-militar, entretanto, essa estratégia expõe a fragilidade na elaboração e revisão do instrumento, uma vez que se tratam de duas classes com uma mesma função. Volte-se a Sousa (2021, pp.80) em sua explanação sobre o tema:

> Essa distinção pode-se dar dentro da subfunção Gestão de Pessoas em dois grupos: Civil e Militar. Novamente, quando separamos, na verdade, estamos adotando a lógica do tema ou assunto e não de subfunção. Em nenhum dos documentos do Arquivo Nacional pesquisados foi possível encontrar uma justificativa para essa divisão completamente artificial

A divisão de duas classes sob a mesma função, remete à quando Schellenberg afirma que os instrumentos de classificação devem ter espaços para expansões, em caso de novas funções e atividades geradoras de documentos nas instituições. Nestes casos e nos que se seguem, identificou-se que haveria três classes para possíveis expansões, caso o instrumento seguisse totalmente pelo princípio da classificação funcional.

No caso das subclasses 030 – Gestão de Materiais e 040 – Gestão de Bens Patrimoniais e de Serviços, entende-se que essas classes também poderiam estar unidas, uma vez que os bens patrimoniais passam pela aquisição de materiais de consumo e/ou permanentes, subfunções essas referentes à classe de gestão de materiais. As duas classes são compostas por níveis de classificação com muitas similaridades, onde concluímos que o princípio utilizado foi novamente o assunto, e não a função perante a instituição, como podemos observar nas descrições das subclasses 030 e 040.

A subclasse 030 poderia ser considerada como “Gestão de bens materiais, patrimoniais e de serviços” uma vez que as atividades elencadas em ambas as subclasses são exatamente as mesmas; desde aquisição de material de consumo e permanente à aquisição de bens patrimoniais. Assim como na Gestão de Pessoas onde engloba a gestão de civis e militares, a gestão de materiais engloba a aquisição de materiais de consumo, permanentes e patrimoniais, não fazendo sentido essa diferenciação. A divisão deveria ser feita em grupos ou atividades referentes à gestão de materiais.

Percebe-se também que esses problemas que são apresentados nas subclasses 020 e 080 e 030 e 040 apresentam-se nas subclasses 060 e 070. A 060 é destinada à Gestão da Documentação e Informação e a 070 gestão dos serviços postais e telecomunicações. A subclasse gestão da documentação e informação concentra-se em elencar atividades referentes à gestão do acervo da

instituição e seus instrumentos, bem como versa a descrição da subclasse.

> A subclasse 060 – Gestão da Documentação e da Informação contempla documentos referentes à produção, controle, classificação, avaliação, destinação e tratamento técnico da documentação arquivística, à aquisição, processamento técnico, controle, distribuição e acesso aos acervos bibliográfico e museológico, bem como aqueles referentes à conservação e preservação de acervos, à produção editorial e à gestão de sistemas e de infraestrutura tecnológica do órgão e entidade. (Arquivo Nacional, 2020, pp. 11)

A descrição da subclasse 060 já nos traz "[...]gestão de sistemas e de infraestrutura tecnológica do órgão e entidade". Se o instrumento já possui uma subclasse que abrange infraestrutura tecnológica, não se faz necessária outra subclasse que atenda serviços postais e telecomunicações. Sobre a descrição da subclasse 070, o instrumento traz:

> A subclasse 070 – Gestão dos Serviços Postais e de Telecomunicações contempla documentos referentes às atividades desenvolvidas pelo órgão e entidade para a gestão dos serviços postais e de telecomunicações (radiofrequência, telex, telefonia, fax e transmissão de dados, voz e imagem), bem como aqueles referentes à contratação de prestação de serviços de instalação, manutenção e reparo, e à autorização e controle de uso. (Arquivo Nacional, 2020, pp. 11)

A subclasse 060 consegue incluir, de maneira substancial, a subclasse 070 no que tange a infraestrutura tecnológica seja para telecomunicações ou informacional. A parte de prestação de serviços para serviços postais, telecomunicação, instalação, manutenção e reparo, pode ser absorvida pela subclasse 030, gestão de bens materiais.

Na avaliação das subclasses 020, 030, 040, 060, 070 e 080 pode-se perceber que a subclasse 030 consegue absorver as demandas das classes 040 e 070. A subclasse 020 consegue absorver a 080 e a 060 consegue, também, absorver parte da 070. Observando essa estrutura da versão de 2020 do plano de classificação de documentos do Arquivo Nacional, percebemos que a construção respeitou a construção das versões anteriores, com modificações no que diz respeito aos descritores e na clareza do instrumento em si. No entanto, nota-se que ainda há falhas no instrumento, principalmente no respeito ao princípio de classificação utilizado para tal.

Considerações Finais

Pelo prisma da realidade brasileira, é entendido que a classificação de documentos bebeu (e ainda bebe) da fonte da biblioteconomia, fazendo referências às construções dos instrumentos de classificação e à codificação sempre relacionada aos termos classificatórios. O método de classificação através de códigos decimais pode parecer confortável para a recuperação, localização e entendimento da classificação, entretanto, ao se deparar com a estruturação de planos de classificação, conclui-se que a codificação decimal engessa o instrumento e não permite que novas subclasses sejam inseridas, afim de garantir a melhoria contínua do instrumento. A codificação decimal permite somente após a terceira casa decimal infinitas replicações, mas para a classificação arquivística este método se torna impossível, uma vez que a estrutura classificatória se apresenta em: classe, subclasse, grupo, subgrupo. Infinitos aumentos após o subgrupo não faz sentido, seguindo a lógica de não ultra classificar os documentos.

O instrumento de classificação de documentos do Arquivo Nacional, chamado "Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio do Poder Executivo Federal" foi lançado em 1996 após o Arquivo Nacional perceber que as instituições públicas federais tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre classificação de documentos e as massas documentais acumuladas estavam aumentando exponencialmente, ocasionando perda das informações valiosas ao Estado

Brasileiro, espaço físico das instituições e também perdas financeiras.

Objetivando maior controle dos documentos, o instrumento de classificação do Arquivo Nacional foi revisto em 1997 com poucas alterações, e mais tarde, em 2001 com alterações mais substanciais. Ao longo desses 19 anos (2001 a 2020) que o instrumento foi utilizado pelas instituições, o instrumento foi alvo de inúmeras publicações criticando sua estrutura. Esta versão não contemplava a gama de documentações produzidas e atualizadas com os anos, e os profissionais que trabalhavam com ela precisavam fazer enxertos com os documentos e o instrumento para que ele se aplicasse a totalidade de documentos produzidos.

Ao denominar assunto no descritor da função dos documentos, o instrumento influenciava, inevitavelmente, ao erro da classificação por assunto e não por funções, como é o mais adequado. O termo assunto não tem nada a ver com função, e tratá-lo dessa maneira no instrumento foi o causador de muitas críticas ao longo do tempo.

Com o aumento das licitações em órgãos públicos outro ponto bem vulnerável do instrumento era a não localização de uma subclasse específica para esses documentos, sendo esta umas das principais (senão a principal) crítica ao instrumento do Arquivo Nacional. O entendimento da estruturação das classes também era uma das críticas ao instrumento, onde era possível classificar documentos em mais de uma classificação, a chamada ultra classificação.

Ao longo de dois anos o Arquivo Nacional fez uma consulta pública para reformular o seu instrumento de classificação de documentos, e em fevereiro de 2020, a versão atualizada do instrumento foi publicada. Dois anos depois, foi realizado esse estudo analítico e comparativo entre as versões. As duas principais críticas que destacamos, o uso indiscriminado do termo assunto e a falta de um apoio para a classificação referente às licitações ou contratações de serviços foram sanadas, entretanto, ainda foi considerado alguns pontos de divergências entre os princípios de classificação e estruturação do instrumento em si.

A utilização de um local de classificação para a contratação de prestação de serviço em cada subclasse é um equívoco no instrumento. Se antes já havia o entendimento que este tipo de documento deveria ser classificação na subclasse das aquisições de materiais (hoje denominada de gestão de material), hoje a pulverização da classificação desses documentos em subclasses distintas, mostra que o entendimento de classificação funcional ainda não foi totalmente absorvido pelo instrumento, criando diversos campos para classificação de um mesmo tipo de documento baseado no assunto, e não na função desempenhada.

Várias subclasses poderiam ser aglutinadas, sem prejuízo algum à classificação dos documentos. Dividir a gestão de pessoas em civil e militar, é outro erro, novamente sendo baseado em assuntos e não em funções. Assim como a gestão de telecomunicações e serviços postais, que poderiam ser absorvidas pela gestão de materiais e gestão de sistemas e infraestrutura tecnológica.

Houve avanço na atualização do “Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades meio do Poder Executivo Federal” não se pode negar, mas não há como deixar de lado que o instrumento segue com questões que a versão anterior não respondia, e nesta, também não consegue responder. Entende-se também que a estruturação do instrumento foi mantida como das versões anteriores, numa tentativa de preservar o entendimento já adquirido de quem já trabalhava com o instrumento. Vale lembrar que os prazos de guarda e destinação dos documentos não foram alterados, mantem-se como já era de conhecimento.

Após a atualização do instrumento do Arquivo Nacional estudada neste artigo, houve outra em 2024 que não foi objeto deste trabalho. A de 2020 tinha cerca de três anos e ainda não contava com muitos estudos tratando deste instrumento em específico, no entanto, é assegurado que este tema deve ser sempre debatido, para que as próximas atualizações

respeitem os princípios de classificação, princípios estudados há bastante tempo pela área.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. (2001). Resolução no 14, Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos.

BRASIL. (2020). Portaria nº 47 de 20 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Edição 36, Seção 1, p. 74. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-47-de-14-de-fevereiro-de-2020-244298005.

Duchein, M. (1986). O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & administração; 10-14(2).

Pombo, O. (1998). Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/255612117_Da_classificacao_dos_seres_a_classificacao_dos_saberes

Schellenberg, T. R. (1973). Arquivos modernos: princípios e técnicas. Ed. FGV.

Schmidt, C. M. S. (2020). Diálogo sobre a classificação de documentos de Arquivo. Simpósio Internacional de Arquivos.

Sousa, R. T. B. de. (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2, 240-269.

Sousa, R. T. B. de. (2004). O Código de Classificação de Documentos de Arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. Revista do Arquivo de Rio Claro, Rio Claro, 2, 26-69.

Sousa, R. T. B. de. (2021). O leito de Procusto e os instrumentos de classificação de documentos de arquivo: análise do código de classificação de documentos de arquivo das atividades-meio do Arquivo Nacional. Em Questão, 28(1), 64–89.
https://doi.org/10.19132/1808-5245281.64-89

Thomassem, T. (2006). Uma primeira introdução à arquivologia. Revista Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 5(1), 5-16.

FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO BRASIL: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES PARA A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Maíra Salles de Souza, UFBA, https://orcid.org/0000-0003-4151-7690, Brasil, *maira_salles@yahoo.com.br*

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, UFBA, https://orcid.org/0000-0002-3835-2883, Brasil, *isasousa2010@hotmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6592

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio).

Introdução

A formação do arquivista no Brasil apresenta-se como uma temática complexa, demonstrando uma tentativa das instituições de ensino superior (IES) contemplar as necessidades exigidas pelo mercado de trabalho, ambiente em constante transformação, que de um lado tem a informação arquivística e de outro o usuário, envolvendo um processo histórico social.

Dentre as atividades e funções executadas nas instituições arquivísticas, o profissional da informação (arquivista) desenvolve atividades distintas, relacionadas às: questões administrativas, pesquisas acadêmicas e/ou científicas, informações para cidadania, que demandam ações de mediação da informação, para atender às diferentes necessidades informacionais.

Diante desse cenário, a mediação da informação, temática amplamente discutida na Ciência da Informação (CI) e na Biblioteconomia e Documentação, mostra-se oportuna na Arquivologia, questionando-se: Como a formação do arquivista no Brasil insere os conteúdos de mediação da informação?

Formar o arquivista para ser um mediador é fundamental em razão das exigências contemporâneas que apresentam novos problemas e demandas originados pelas mudanças sociais e tecnológicas, nas quais a informação arquivística encontra-se inserida seja na atividade prática, seja no campo científico.

Esse contexto motiva a reflexão sobre a formação em nível superior no país, que mesmo seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituídas pelo Ministério da Educação (MEC), o processo de ensino aprendizagem possui suas particularidades nos diversos estados do território nacional.

O estudo é um recorte da tese defendida no âmbito de um Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil, que tem objetivo geral verificar a formação do arquivista no Brasil voltada para a mediação da informação. Especificamente objetiva: a) identificar as IES brasileiras que abordam a mediação e a mediação da informação; b) traçar o perfil dos discentes concluintes dos cursos de Arquivologia pesquisados; e c) demonstrar a percepção dos discentes concluintes em relação aos conteúdos de mediação da informação nos currículos.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa se caracteriza como de levantamento, em nível descritivo e documental, com uma abordagem qualitativa e quantitativa,cujo universo contempla 16 (dezesseis) cursos de Arquivologia presenciais. Exclui-se o curso de ensino a distância no Brasil, por ainda não possuir turmas formadas, e os discentes participantes deveriam ser concluintes no ano de 2021. Salienta-se que os resultados apresentados compreendem os dados coletados em janeiro a maio de 2021, período em que as atividades acadêmicas estavam suspensas presencialmente em razão da pandemia da Covid-19.

A partir da percepção dos sujeitos da pesquisa, justifica-se este trabalho por refletir o processo formativo do arquivista nas IES, como uma escuta sensível, para captar nuances sobre a

teoria e a prática da mediação da informação, partindo do entendimento que as instituições arquivísticas são espaços multirreferenciais. Nesse sentido, a prática profissional também é formativa, dependente de competências, de habilidades e de atitudes para transformar a informação arquivística em conhecimento.

A visão ampliada da atuação do arquivista interfere no processo ensino aprendizagem e de como o currículo do curso é estruturado e praticado, ressaltando o diálogo entre as áreas da Arquivologia e CI que direciona o perfil do egresso para além das exigências do mercado de trabalho.

Formação do Arquivista no Brasil e a Mediação da Informação

A reflexão acerca do processo formativo do arquivista aborda os aspectos históricos e conceituais, impostos pelos movimentos norte americano e europeu, e as novas perspectivas de atuação profissional.

A compreensão da formação perpassa pela organização curricular, que apresenta alguns problemas estruturais decorrentes do regime de formação para o ensino superior, resultantes das reformas universitárias de 1960 e 1970, que permanecem na atualidade, tais como: dificuldades para a aprovação de propostas curriculares inovadoras por incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares; e ausência de aplicação de dois princípios norteadores dos currículos contemporâneos, flexibilidade e interdisciplinaridade.

Na estrutura curricular dos cursos de Arquivologia brasileiros, Jardim (2001) alega que elaborar conteúdos com características interdisciplinares torna-se um desafio, tendo em vista a prevalência de um percurso formativo fragmentado e sobrecarregado, imperando o tecnicismo na formação profissional.

É importante ponderar que os saberes e práticas da área da Biblioteconomia e da Documentação foram necessários para estruturar os projetos pedagógicos dos primeiros cursos de Arquivologia. Isso porque o processo formativo adotou o documento como objeto de estudo das áreas, e as formas de tratamento, organização/classificação, conservação, descrição, disseminação e acesso apresentavam semelhanças conceituais.

Entretanto, Lodolini (2010) complementa que existem diferenças na formação profissional do arquivista e do bibliotecário, sendo favorável a formação específica das áreas, mesmo aceitando que em alguns momentos pode existir uma base comum de conhecimento para ambos, a exemplo de: fundamentos da informação, lógica, direito administrativo, organização do conhecimento, metodologia da pesquisa, entre outros.

A posição do autor é contrária a alguns pesquisadores da atualidade, que deslocaram o objeto de estudo para a informação, especialmente por considerar os avanços das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na produção documental, como Silva & Ribeiro (2008), Fonseca (1999) e Ribeiro (2011), que propõem formar profissionais da informação, vinculada as instituições de Ciência da Informação, por lidar com o fenômeno social da informação, propondo a harmonização na formação profissional. Essa proposta é observada na Universidade do Porto (Portugal), por exemplo.

Neste estudo, o termo arquivista se refere ao profissional de nível superior de ensino, que atua em arquivos e serviços arquivísticos, de caráter público ou privado, sendo responsável pela produção, tratamento, organização e difusão da informação arquivística.

A tradição europeia inspirou a formação profissional nas Américas, sendo perceptível alguns dos métodos e procedimentos arquivísticos desenvolvidos pela *École Nationale des Chartes* utilizados nas universidades brasileiras até a presente data (Matos, 2008).

A formação do arquivista, de acordo com Heredia Herrera (1991), depende da cultura de cada país e da demanda do mercado de trabalho, podendo ser oferecida por universidades e pelas próprias instituições arquivísticas e associações profissionais. Dessa maneira, o interesse dos agentes formadores incide no objetivo formativo (percebido pela

natureza dos conteúdos ministrados), na necessidade de mão-de-obra e na qualidade da preparação profissional.

No caso brasileiro, a partir de 1970, os cursos de Arquivística seguiram a tendência francesa da centralização dos arquivos, das discussões históricas e do direito de acesso; e americana, ao adotar o conceito de arquivo moderno, com a dissociação do gestor documental e arquivista historiador.

O esforço para a regulamentação do ensino superior partiu da Associação de Arquivistas Brasileiros, com a aprovação da Câmara de Ensino Superior para o primeiro curso de Arquivologia em 24 de janeiro de 1972 (Fonseca, 1999). A formação em instituição de nível superior se tornou uma realidade, iniciando as aulas do Curso Permanente de Arquivos em 1973, no Arquivo Nacional, sob responsabilidade da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) (Tanus & Araújo, 2013).

Assim, a Arquivologia se consagrou na institucionalização universitária, com o objetivo de preparar o profissional para o exercício na administração pública, mostrando o interesse do Estado para a formatação dos cursos.

A preparação em nível universitário, segundo Bellotto (2014), exige uma formação intelectual geral, conhecimentos da teoria arquivística e de metodologia dos arquivos, e teoria e prática das ciências auxiliares da História (diplomática, paleografia, sigilografia) e as tecnologias documentais (informática, microfilmagem, preservação). De acordo com a autora, o currículo da área contemplaria disciplinas nucleares, condizem com o fazer arquivístico; disciplinas complementares, que abordam conhecimento de outras áreas essenciais para criação e organização de arquivos; e disciplinas suplementares, correspondendo às instrumentais ligadas ao documento.

A década de 80 é, considerada por Tanus & Araújo (2013), uma fase de estagnação da graduação em Arquivologia e efervescência dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em diversas universidades do país. Por outro lado, a partir de 1990, época marcada pela tecnologia da informação e anseios democráticos, novos cursos foram criados.

Em 2007, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) permitiu ampliar as IES, sendo, atualmente, dezessete graduações: trezes em âmbito federal e três estaduais, em grau de bacharelado e na modalidade presencial; e uma instituição privada com graduação na modalidade da educação a distância (EAD). Esses dados representam um avanço para a consolidação da Arquivologia, sobretudo com o aumento das pesquisas científicas, que estimulam a produção editorial e promoção de eventos científicos.

Além da graduação, Valentim (2000) indica a educação continuada para o aperfeiçoamento profissional, podendo ser desenvolvida a partir de três vertentes: a extensão e atualização, em que a qualificação profissional é, na maioria das vezes, realizada por associações e conselhos; a pós-graduação *lato sensu* (especialização), destinada ao profissional inserido no mercado de trabalho; e a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), formar o profissional para a pesquisa e o ensino.

Particularmente no Brasil, a Arquivologia enquadra-se nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação e em História Social. Em 2012, foi autorizado o mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, a ser realizado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e desde então, as turmas formadas nas linhas de pesquisa “Arquivo, Arquivologia e Sociedade” e “Gestão da Informação Arquivística” representam uma conquista para a ampliação do escopo científico da área, contribuindo com estudos na visão humanista e cultural, para além da formação técnica em nível de graduação.

A formação arquivística voltada para manuais, normas e instrumentos de tratamento do acervo já não contempla os anseios da sociedade contemporânea. A reformulação dos cursos e de suas bases curriculares deve privilegiar um desempenho profissional

tecnicista e humanista. Habilidades para os trabalhos colaborativos e de atuação em ambientes digitais, seja nos aspectos estruturais, com o gerenciamento e uso de redes (*internet*), elaboração de sistemas de informação, gestão arquivística de documentos eletrônicos, e também nos sociais, com estudo de perfil de usuários e recuperação da informação nas plataformas digitais, são demandas da atualidade.

O ensino da arquivística na era da informação, de acordo com Thomassen (2005, tradução nossa), demanda por um profissional que atenda as necessidades de tratamento dos registros eletrônicos das instituições/ pessoas/ famílias e gerencie técnicas automatizadas para esses registros.

De acordo com Malheiros & Ribeiro (2011), são mudanças ocorridas em razão da dinâmica social, especialmente a partir das tecnologias da informação e comunicação (TIC), características do paradigma pós-custodial que se preocupa com a criação, armazenamento, disseminação e preservação da informação arquivística no ambiente digital, contexto em que o profissional do arquivo se adequa para atender as novas demandas.

Nesse contexto de crescimento da área, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Arquivologia apresentam-se como conjunto de normativas obrigatórias para estruturação da educação superior, norteando o planejamento curricular das instituições de ensino. São responsáveis por projetar um nivelamento na aprendizagem, estabelecendo objetivos dos egressos, conteúdos básicos e competências gerais e específicas que abarcam as diversidades regionais; e, por preservar a autonomia das instituições de ensino superior, incentivando a construção dos seus currículos.

As diretrizes para a área da Arquivologia requerem avanços, a fim de responder aos desafios dos arquivos e serviços arquivísticos públicos e privados e as indagações contemporâneas relativas à informação arquivística. Para Fonseca (1999, p.6),

> […] as diretrizes propostas acrescentam muito pouco ao perfil do currículo mínimo em vigor desde os anos 1970. O momento atual é vital para que se possa estabelecer uma reformulação efetiva nos parâmetros que tem orientado a formação de arquivistas no Brasil.

A autora defende que a formação seja em vista às transformações sociais advindas da sociedade da informação.

No contexto contemporâneo, observa-se que a competência geral nas DCN para Arquivologia visa "[…] traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação […]" (Conselho Nacional de Educação, 2001), característica que se aproxima dos conteúdos de mediação da informação, compreendida na primeira definição de Almeida (2009, p.92) como:

> toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Ao compreender que a construção do conhecimento é dinâmico, Almeida (2015, p.25) ampliou o conceito de mediação da informação para:

> toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A partir da interpretação de ação de interferência, constata-se que a mediação se insere em um processo produtivo de comunicação, resultando uma relação dos atores/sujeitos com o mundo; é inerente a prática do profissional da informação (mediador), por indicar alternativas e caminhos ao usuário, favorecendo a construção de conhecimentos; e, trata da ambiência (meio ambiente) de equipamentos informacionais, destacando um espaço físico/virtual adequado

e um lugar de acolhimento, para que a mediação se concretize.

O profissional da informação é o agente de interferência, identificado como um sujeito ativo e participativo. Santos *et al*. (2021, p.344) alegam que esses profissionais precisam

> [...] reconhecer a importância de uma atuação humanizadora no processo de mediação da informação, tornando o seu fazer uma concepção de vida.

Em razão do contexto sociocultural, Lousada (2016) afirma que a mediação da informação está arraigada no cotidiano, necessária a construção de sentido e argumenta que

> [...] a Arquivologia oferece subsídios teóricos, epistemológicos e práticos consistentes que merecem ser discutidos a partir dos parâmetros da Mediação da Informação. (Lousada, 2016, p.126).

A interferência perpassa pela atuação do arquivista no seu fazer diário, mesmo que de maneira inconsciente, a exemplo da situação de identificação e avaliação documental. Aqui, por exemplo, percebe-se a inexistência da neutralidade e imparcialidade, pois as experiências individuais e memórias afetam a escolha do que selecionar; atitude que também influencia no ato de atender a uma necessidade informacional do usuário.

Diante disso, o caráter da mediação pode ser implícito ou explícito, associado à ação de interferência do profissional da informação. Conceitualmente, a mediação implícita acontece nos espaços dos equipamentos informacionais, prevalecendo ações de processamento técnico da informação, enquanto que a mediação explícita ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável (Almeida, 2009).

Em algumas ocasiões, é difícil identificar qual dimensão da mediação o profissional está a desempenhar, porque a forma inconsciente do exercício laboral pode ser de controle e/ou de propagar o acesso. A percepção da atuação ocorre na facilidade e/ou dificuldade de acesso, no comportamento de atendimento, na maneira de falar e ouvir, na estruturação do setor de atendimento e nas ações de educação de usuários. Freire (2019, p. 251) sustenta que ter consciência crítica do trabalho assegura a "[...] ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens", fazendo com que a prática de um profissional possa transformar realidades.

A esse respeito, Gomes (2019) defende que a efetividade da mediação da informação depende da articulação de cinco dimensões, identificadas como dialógica, estética, formativa, ética e política, que contribuem para a apropriação da informação de forma consciente e o desenvolvimento do protagonista social, tanto do mediador quanto do usuário.

A dimensão dialógica compreende a interação dos sujeitos sociais, oportunizando o compartilhamento de informações e a construção de sentido. A dimensão estética se manifesta na articulação de linguagens e na intensificação do debate (através dos dispositivos de comunicação), na harmonia dos ambientes, na autonomia de expressão, de exercício da expressão e de comunicação do usuário. A dimensão formativa, acontece no processo de apropriação da informação do usuário, ressaltando a ação de mediação como intrínseca ao ser humano de significar e ressignificar o conhecimento. A dimensão ética do mediador implica na observação sensível dos comportamentos, se preocupando em acolher e dialogar, gerando confiança, cumplicidade e cooperação. Na dimensão política, o sujeito conscientiza-se de sua "postura no mundo" e de sua atuação profissional.

As dimensões mencionadas por Gomes (2019) são potencialmente percebidas na mediação explícita, porque nelas as interações são direta entre os sujeitos, que se manifestam, se colocam, se expressam e, quando um agente é capaz de dissimular (portanto, agindo sem ética), suas reais posições podem ser demonstradas.

Por outro lado, na mediação implícita ou indireta, a subjetividade das ações mediadoras impregna os processos de organização, tratamento e preservação dos equipamentos informacionais dificultam a identificação das dimensões. Na visão de Brandão & Borges

(2016), o arquivista assume a função de agente mediador, pois no próprio fazer arquivístico é o responsável por analisar, organizar e disseminar a informação.

Portanto, é importante destacar a ação do arquivista como mediador entre a informação arquivística e o usuário, criando oportunidades para a construção do conhecimento.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo apresenta um breve levantamento bibliográfico sobre o tema, a partir dos conceitos e das definições para a fundamentação teórica, e recorre a pesquisa descritiva, a partir das características de determinado fenômeno, que foram observados, analisados e interpretados sem interferência do pesquisador (Gil, 1999).

Além disso, se caracteriza como documental por realizar análise dos *sites*, relatórios, regimentos, projetos pedagógicos, *blog*, redes sociais dos cursos selecionados para amostra, bem como nos registros normativos do Ministério da Educação, permitindo coletar informações em um conjunto de documentos (fontes primárias), de acordo com as prescrições de Laville & Dionne (1999).

O método de investigação foi o estudo de múltiplos casos nos Cursos de Arquivologia das IES brasileiras, com base em Yin (2001), que o define como estratégia de pesquisa aplicada aos fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Ressalta-se que do universo investigado no contexto brasileiro, o curso EAD foi desconsiderado da amostra.

A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro a maio de 2021, utilizando um roteiro semi-estruturado, buscando informações sobre a página principal do curso de Arquivologia (histórico, matriz curricular, integralização do curso, público alvo, perfil do egresso, competências e habilidades), quantitativo de discentes, estrutura da instituição (laboratório, salas de aula, auditórios), publicações, notícias, comunicação com o usuário, entre outros.

Vencida essa etapa, o contato com os coordenadores do Colegiado de Curso foi essencial para identificar os(as) alunos(as) concluintes (em 2021) e enviar os questionários *on-lines* e a declaração de consentimento livre e esclarecido, documento necessário em razão da ausência de um Comitê de Ética para área das Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), instituição de origem da pesquisa.

A aplicação de questionário eletrônico ao corpo discente (identificados por DI) ocorreu entre fevereiro a maio de 2021, sendo uma técnica de pesquisa que apresenta como vantagem atingir um grande número de pessoas e pode ser respondido em momento oportuno, sem expor os pesquisados à influência do pesquisador (Gil, 1999). Os participes representantes desse grupo foram contatados mediante solicitação aos Colegiados do Curso, que de pronto atenderam a demanda.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, a taxa de retorno foi de 35 (trinta e cinco) discentes das cinco IES estudadas, com maior representatividade da UFF, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Percentual dos sujeitos da pesquisa (por IES)

IES	%
UFSM	9%
UFMG	14%
UNESP/Marília	17%
UFES	23%
UFF	37%
Total	**100%**

Fonte: Elaboração própria (2025).

É possível que a baixa adesão observada nos percentuais esteja relacionada ao contexto pandêmico, mesmo com o empenho dos Colegiados de Curso em divulgar a pesquisa. Provavelmente, a dificuldade de participação dos discentes seja decorrente do desconforto gerado pelo ensino remoto, a julgar pelo reduzido número de matriculados em trabalho de conclusão de curso (TCC) e os valores inferiores a dez discentes que concluíram a graduação nesse período, conforme informações dos coordenadores de curso.

A técnica usada para organizar e interpretar os dados foi a análise de conteúdo, empregada por Bardin (2016, p.15), que define como:

> um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de freqüências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem.

É por essa diversidade de técnicas, da inferência e da atração pelo oculto, que incorre a análise de conteúdo nos currículos dos cursos de Arquivologia, ciente de que o processo formativo exige um ato interacional entre professor e discente.

Em virtude disso, esta pesquisa, de acordo com Bardin (2016), compreende três fases para a análise de conteúdo, enunciadas como: pré-análise (coleta e organização do material, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos); exploração do material (descrição das categorias de análise fundamentadas pelos teóricos e princípios conceituais); e tratamento dos dados, inferência e interpretação (tratamento dos resultados brutos para tornarem significativos).

Por isso, a estratégia adotada serviu para conduzir o estudo em uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Creswell (2007), a abordagem qualitativa faz com que a investigação seja carregada de valores. Os dados obtidos subjetivamente para interpretar os fenômenos e atribuir significados, contribuiu para perceber o que os discentes percebem da formação profissional em relação aos conteúdos da mediação da informação e se os cursos de Arquivologia atendem ao novo perfil de usuário e ambientes digitais, em que há ressignificação da informação arquivística, sobretudo na construção do conhecimento.

A pesquisa quantitativa é reconhecida por Laville & Dionne (1999) como aquela que ajuda a compreender e explicar os fenômenos, contribuindo para a construção de saberes. Dentre as suas características, as evidências são mensuradas, filtradas, organizadas e tabuladas; e as respostas amostrais são apresentadas por gráficos e percentuais. Logo, os indicadores de frequência, inclusive combinados, servem de base para as inferências e subjetividade do pesquisador.

A conjunção dos dois tipos de dados (textual e estatístico) ocorre na coleta de dados, na análise e na interpretação, proporcionando respostas aos objetivos da pesquisa, ainda mais, considerando o tamanho da amostra a ser trabalhada, no qual o caráter numérico reduz informações difusas e irrelevantes.

Resultados Finais

A pesquisa realizada visa indicar o cenário curricular dos cursos de Arquivologia do Brasil, partindo de uma visão geral da institucionalização até o aprofundamento do objeto de estudo, que são os cursos que apresentam conteúdos sobre mediação da informação nos seus componentes curriculares, tendo como foco as reformulações curriculares mais recentes, aprovadas pelas instâncias acadêmicas.

A primeira fase consistiu do levantamento dos cursos de Arquivologia no Brasil, realizada nos *sites* das instituições de ensino superior, no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação, e no *site* do Conselho Nacional de Arquivos. Os resultados indicaram a existência de 16 (dezesseis) cursos presenciais e 1 (um) na modalidade à distância (com início das atividades em 2020).

A partir da identificação dos cursos, realizou-se a leitura dos projetos pedagógicos, dos planos de ensino aprendizagem, de normativas e de outros documentos institucionais. Para complementar, foram analisadas as estruturas curriculares, identificando os componentes curriculares de caráter geral e profissionalizante.

A formação do arquivista no Brasil para mediação da informação contempla cinco IES:

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade do Estado de São Paulo (UNESP/Marília) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Observa-se que as IES são localizadas na região sul e sudeste do país, sendo três delas vinculadas a Escola / Departamento de Ciência da Informação (UFF, UNESP/Marília e UFMG), demonstrando a relação de proximidade entre as áreas de Arquivologia e de Ciência da Informação.

Ao considerar a trajetória histórica e epistemológica, Marques (2016, p.181) entende que

> [...] a manutenção da subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação camufla conquistas seculares daquela disciplina, encobrindo suas peculiaridades teóricas e epistemológicas por trás de questões político-insticuionais [sic].

O autor reconhece que os diálogos entre as áreas fortalecem o campo científico de ambas, situação que explicita que as configurações acadêmico-institucionais não são neutras e representam uma relação de poder-saber e interesses, como argumentam Tanus & Araújo (2013).

A integração administrativa de alguns cursos impacta no perfil de formação profissional, voltada ao profissional da informação, coadunando com a visão de Silva & Ribeiro (2008) e Fonseca (1999). Tal ação favorece o aproveitamento racional de recursos humanos, materiais e financeiros, entretanto, é preciso conservar as singularidades da área para não comprometer a identidade do arquivista, salientado por Lodolini (2010), defensor da Ciência Arquivística.

O Quadro 2 aponta os cursos de Arquivologia que possuem conteúdos voltados para a mediação, apresentando a carga horária mínima para integralização curricular, a atualização dos projetos pedagógicos e o conceito de avaliação do MEC, elementos norteadores no desenvolvimento científico da área no país.

Quadro 2: Cursos de Arquivologia: carga horária, projeto pedagógico e conceito de avaliação do Ministério da Educação (por IES)

IES	**Carga Horária** (integralização curricular em horas)	**PPC** (ano aprovação)	**Conceito MEC** (ano)
UFSM	2.715	2020	4 (2017)
UFF	2.660	2018	4 (2018)
UFES	2.400	2017	5 (2016)
UNESP/Marília	2.640	2020	Sem conceito
UFMG	2.400	2015	5 (2014)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os cursos variam entre o mínimo de 2.400 horas ao máximo de 2.715 horas, exercendo o princípio da autonomia universitária, eliminando a rigidez estrutural e favorecendo a integralização de componentes curriculares, projetos de extensão, programas, estágio e atividades científicas. Este critério tem influenciado as reformulações curriculares recentes, que podem ter relações com as avaliações *in loco* do MEC, sendo que dois cursos obtiveram conceito 4 e dois deles nota 5, indicadores de qualidade de ensino.

Ao analisar os projetos pedagógicos que atendam aos objetivos formativos para um arquivista mediador, observou-se que:

a) UFSM – Componente curricular: Mediação e difusão em arquivos. Ementa e/ou conteúdo programático: Refletir e compreender o que é acesso à informação no âmbito dos arquivos; identificar e compreender a mediação da informação em arquivos e os diferentes tipos de serviços de referência; identificar e compreender a dimensão e a aplicabilidade da difusão, do marketing e da educação patrimonial nos arquivos; desenvolver um projeto, ação ou produto voltado à mediação ou à difusão em arquivos. Salienta-se que esta disciplina terá 15 horas destinadas a realização de trabalhos de extensão. Natureza do componente curricular: obrigatória.

b) UFF – Componente curricular: Serviço de referência e informação I. Ementa e/ou

conteúdo programático: serviço de referência em arquivos e bibliotecas, usos e usuários da informação em arquivos e bibliotecas, educação permanente e continuada em arquivos e bibliotecas, mediação em arquivos e bibliotecas. Natureza do componente curricular: obrigatória.

c) UFES – Componente curricular: Mediação cultural em arquivos. Ementa e/ou conteúdo programático: funções arquivísticas e os direitos culturais; patrimônio cultural e patrimônio documental; democratização e democracia cultural em arquivos; arquivo como lugar de produção cultural. Natureza do componente curricular: obrigatória.

d) UNESP/Marília – Componente curricular: Mediação cultural e da informação. Ementa e/ou conteúdo programático: mediação da informação em unidades de informação (aspectos teóricos e práticos); a informação como um fenômeno social: aspectos teóricos e as relações que estabelece com a sociedade, a cultura, a história, o patrimônio cultural e os equipamentos culturais. Natureza do componente curricular: optativa.

Componente curricular: Serviços e usuários da informação em arquivos. Ementa e/ou conteúdo programático: discute o usuário da informação no âmbito dos arquivos. Apresenta os diferentes tipos de estudo, métodos e técnicas para identificar o perfil, uso e satisfação dos usuários; mediação da informação. Natureza do componente curricular: obrigatória.

e) UFMG – Componente curricular: Organização e métodos aplicados à Arquivologia. Ementa e/ou conteúdo programático: Conceitos básicos de O&M e sua inserção no contexto dos arquivos. O arquivista no âmbito das organizações: mediador estratégico do conhecimento. Leitura e elaboração de instrumentos básicos na prática arquivística: organograma, fluxograma, formulários e manuais. Espaço físico e arquivos: layout e ergonomia. Natureza do componente curricular: obrigatória.

Nos ementários, a mediação associa-se a difusão, *marketing*, educação patrimonial nos arquivos, usos e usuários, democracia, práticas arquivísticas; ou seja, tem como foco a informação arquivística e sua dinâmica na sociedade, relacionada com a cultura e a memória social, nas dimensões simbólicas e materiais.

A identificação do conteúdo dos planos de ensino traz indícios da ação do mediador da informação de forma implícita e de forma explícita, conforme Almeida (2009).

É fato que o arquivista é um mediador da informação, mas essa acepção não está consolidada na formação profissional e, por isso, faz necessário compreender a visão dos discentes que, mesmo refletindo contextos diferentes, auxilia delimitar o ensino da mediação da informação nos cursos de Arquivologia.

Para responder o segundo objetivo específico, delineou-se o perfil dos respondentes, com o intuito de identificar gênero, faixa etária, renda familiar, nível de escolaridade dos pais, *status* ocupacional, interesse na educação continuada, entre outros.

Do total de 35 (trinta e cinco) participantes, 69% é do sexo feminino e 31% do masculino; e 48% se declararam de cor branca e 40% parda. A faixa etária é distribuída em até 25 anos (31%) e entre 26 a 35 anos (31%), isto é, público adulto e relativamente jovem. No computo geral, os dados revelam maior inserção de pessoas adultas, com experiências (pessoais e profissionais) diferentes dos recém egressos do ensino médio, pressupondo que a escolha do curso de Arquivologia não é de forma aleatória, mas uma decisão estratégica de atuação no mercado de trabalho.

Quanto ao nível de escolaridade dos pais, os dados indicam que os genitores são pessoas com instrução formal que varia entre ensino médio completo e ensino superior completo, que somados perfazem mais da metade dos respondentes (53,3%). Esse resultado traz indícios que a instrução familiar cria condições e incentivos para a pessoa iniciar a universidade, orientando, em alguns casos, as escolhas profissionais e a continuidade dos estudos.

Em relação à renda familiar, merece destaque para a faixa de renda cujos valores se

enquadram nas características da classe média brasileira, nos estratos socioeconômicos entre C2 a B2 (R$ 3.300,01 até R$ 6.600,00), segundo indicadores da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas [Abep] (2019). O percentual desse grupo evidencia uma sutil mudança do perfil dos ingressantes do curso de Arquivologia, tendo em vista que havia o predomínio da classe com rendimentos entre R$ 1.100,01 até R$ 3.300,00.

No *status* ocupacional atual, a maior parcela dos respondentes (66%) encontra-se desenvolvendo alguma atividade laboral ou realizando estágios remunerados, demonstrando a importância do turno noturno para oportunizar o acesso ao ensino superior, condição promovida pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto n. 6.096, 2007).

Um dado interessante ainda relacionado ao *status* ocupacional é o ínfimo percentual de bolsistas de iniciação científica (3%), situação que poderá impactar no desenvolvimento da pesquisa em Arquivologia. Possivelmente, o desinteresse dos discentes esteja atrelado ao valor reduzido da bolsa, a necessidade de se manter na instituição e a oferta de estágios remunerados atraentes, bem como há de considerar que a maioria trabalha e as bolsas não permitem vínculos. Além disso, pelo fato de serem estudantes do período noturno, talvez os horários desenvolvidos nas pesquisas não possibilitem essa participação.

Em se tratando de uma pesquisa que investiga a formação do arquivista, se buscou compreender a visão dos discentes quanto ao processo de educação continuada. Nesse sentido, é significativo o percentual daqueles que desejam prosseguir os estudos após a graduação (94%), fato que é ressaltado por Valentim (2000), pois visa à qualificação profissional e formar profissional para a pesquisa.

Percebe-se, portanto, a relevância da capacitação em cursos e/ou realização de pós-graduação, comprovada com o ingresso de arquivistas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e no mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (pela UNIRIO).

A identificação dos pesquisados é essencial para a contextualização da universidade e sua abrangência social, especialmente para verificar a modificação do cenário educacional promovida pelo REUNI (Decreto n. 6.096, 2007). É interessante comentar que os resultados esboçam um perfil do alunado do sudeste e sul do Brasil, região de concentração econômica e industrial, reconhecida por uma cultura educacional que difere das outras regiões brasileiras, inclusive comparando-se quanto à classe social e cor/raça dos discentes, lacuna a ser respondida por estudos futuros.

Posteriormente, o questionamento foi direcionado ao entendimento da mediação que, na percepção dos(as) discentes, é entendida como um conceito genérico utilizado pela área do Direito e da Comunicação, a exemplo de: “Resolução de conflitos, facilitação na interação e do diálogo entre as partes” (DI13); “Promover e facilitar a interação de dois ou mais sujeitos, em busca de um objetivo comum” (DI12); “Ser o facilitador de comunicação entre duas pessoas” (DI19); “Conversa entre partes para chegar a uma solução de um problema” (DI1).

As falas dos(as) pesquisados(as) retomam a origem epistemológica do termo, que embora tenha aproximação com a mediação de conflitos, da área do Direito, demonstra um terreno propício para tratar dos aspectos teóricos que favoreçam uma prática fundamentada na mediação da informação, visto que indicam a importância do processo dialógico, que é a base da ação mediadora, como defende Gomes (2019).

Por outro lado, DI20 enfatiza que o “processo de mediar [é] de criar uma ponte entre dois pólos”, ou seja, “[...] uma ponte entre o usuário e a informação, sendo o profissional arquivista quem direciona a documentação” (DI4), explicação que diverge de Almeida (2009, 2015), pois associa a ponte como um processo estanque, centrado na transmissão da informação, sem que ocorra a apropriação.

Porém, uma terceira possibilidade foi assinalada pelos discentes, caracterizando a

mediação como o "envolvimento com a instituição, dialogando e intermediando ações com diferentes partes" (DI9), ou "quando há a participação ou intermédio de algo/alguém, entre duas ou mais partes envolvidas" (DI21), ou ainda "[...] ser intermediário de uma ação [...] [e] mediar a preservação e o acesso à informação e documentos" (DI18) e "[...] um processo de assistência/auxílio que pode ser dado a fim de se atingir algum objetivo específico" (DI32), que são definições consolidadas do ato de mediar, em que o agente mediador (citado como intermediário) auxilia no processo de construção do conhecimento, como destaca Malheiro & Ribeiro (2011).

Nessa linha de pensamento, Lousada (2016, p. 124) defende que "[...] a informação deva ser mediada e não meramente disseminada ou tampouco transferida", pois o ato de mediar favorece a apropriação da informação e a construção de saberes pelos usuários.

O aprofundamento das discussões e reflexões sobre o objeto pesquisado, demandou a busca pela compreensão dos(as) discentes sobre as derivações da mediação apresentadas nos conteúdos curriculares, especificamente no que tange a mediação cultural (57%) e a mediação da informação (54%).

A vertente cultural notadamente está associada ao documento arquivístico como patrimônio, ressaltando a importância do tratamento documental realizada pelo arquivista para garantir a preservação da memória e, consequentemente, possibilitar a transformação da informação em conhecimento. Esse ponto de vista coaduna com Ribeiro (2010, p. 65) ao explicar que o modelo francês de Bernard Lamizet e Ahmed Silem, originado em 1997, admite a mediação como uma "instância articuladora, na comunicação e na vida social, entre a dimensão individual do sujeito e sua singularidade e a dimensão coletiva da sociabilidade e da relação social". Nesse sentido, a mediação manifesta-se através da linguagem e a da representação cultural, interferindo na formação do indivíduo e na sua atuação social.

Os dados apontam para o termo "mediação arquivística", com 49% de indicação dos participes, referindo-se a uma denominação pouco explorada na literatura da área e associada à disseminação da informação, que distancia do conceito de Almeida (2009).

Por ter relação com o caráter transversal da mediação da informação nos componentes curriculares dos cursos de Arquivologia brasileiros, é perceptível que a maioria dos discentes diz ter visto conteúdos sobre mediação da informação nos componentes específicos de ação cultural em arquivos (77%), estudos de usuários (74%) e difusão arquivística (69%), resultado que coincide com os ementários estudados.

A identificação do que seja mediação implícita e explícita mostrou-se distorcida para a maioria dos(as) discentes. No item "avaliação, arranjo e descrição documental", 49% afirmou ser uma mediação explícita e 43% declarou ser mediação implícita, situação que chama a atenção para os aspectos conceituais não incorporado no fazer profissional.

É nítida a imprecisão dos(as) pesquisados(as) quanto às instâncias mediadoras que, de acordo com Almeida (2009), o fazer profissional incorpora, consciente ou inconsciente, atributos pessoais e profissionais que interferem na execução do trabalho. Nesse direcionamento, infere-se que os(as) discentes desenvolvem as atividades arquivísticas de forma inconsciente, situação que limita a relação simbólica entre informação e conhecimento, favorecendo a ideia de passividade do futuro arquivista e de arquivos como espaços apenas de custódia. Para efetiva a mudança deste posicionamento, propõe-se o aprofundamento da categoria do conceito de mediação da informação, inclusive no desenvolvimento das dimensões da mediação da informação defendidas por Gomes (2019).

Para além do arcabouço teórico de mediação da informação, inquiriu-se aos discentes sobre as ações de mediação realizadas pelas instituições e serviços arquivísticos, por considerar que esses espaços refletem as competências e habilidades desenvolvidas no processo formativo. Dessa maneira, é possível inferir aspectos que são associados à difusão arquivística, lidando com a comunicação e acesso democrático do acervo. Entretanto,

observou-se um menor direcionamento de concordância dos participantes para espaços físicos/virtuais das instituições arquivísticas como lugares de acolhimento e livre acesso e formação e qualificação do usuário, elementos que precisam ser abordados nos exemplos práticos e situações problemas, com o intuito de modificar comportamentos enraizados no exercício laboral.

O conceito de mediação da informação, para Almeida (2009, p.99), está associado em uma multiplicidade de processos:

> [...] a apropriação e a interferência e esta se dá em vários âmbitos: do usuário, do profissional da informação, do suporte informacional, do produtor da informação, das mídias, dos meios, dos equipamentos informacionais, etc.

O aspecto heterogêneo da mediação faz com que o mediador (arquivista) crie condições e estratégias para a apropriação da informação de tal forma que essa seja de fato realizada, e talvez por esta razão os(as) discentes percebem a mediação da informação sendo tratada no curso de Arquivologia, identificada nos componentes curriculares de caráter obrigatório (46%) e inserida em diferentes componentes (34%).

Os resultados confirmam a inserção gradativa da mediação da informação nos cursos de Arquivologia brasileiros, principalmente com a reformulação de componentes curriculares que tratavam da difusão arquivística e serviço de referência.

Considerações Finais

A formação do arquivista focada na mediação da informação mostra ser uma temática necessária e atual, em que a compreensão dos discentes coaduna com os objetivos do curso de Arquivologia de estimular habilidades do arquivista mediador.

Esta pesquisa sinaliza a sua pertinência ao se reportar a Diretriz Curricular Nacional para os Cursos de Arquivologia em que aponta como competências gerais dos graduandos "[...] traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação" e "[...] responder a demanda de informação produzida pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo", aspectos diretamente relacionados com a mediação da informação que refletem o objetivo do curso e o perfil do egresso, elementos essenciais aos projetos pedagógicos.

Os(as) participes reconhecem os conceitos e os fundamentos teóricos de mediação da informação trabalhados em sala de aula, embora as ações mediadoras (mediação implícita e explícita) requerem maior aprofundamento, tornando claras as ações de interferência dos arquivistas.

Portanto, os discentes (futuros arquivistas) se sentem preparados em desempenhando o papel de mediador da informação, embora limitações quanto à conscientização das instâncias mediadoras podem refletir as atividades técnicas da profissão.

É nítida a necessidade de novas pesquisas sobre a temática, especialmente ao se referir sobre a formação dos arquivistas, minimizando as lacunas formativas destes profissionais para sua atuação nas instituições arquivísticas e serviços arquivísticos, inclusive no ambiente digital, e para o desenvolvimento pessoal, aproximando o egresso do curso de Arquivologia à realidade social.

O contexto atual requer que o arquivista esteja preparado para auxiliar as necessidades informacionais dos seus usuários (administradores, pesquisadores e cidadão), em tempo real, seguindo as características da disponibilidade de informação em acesso aberto, sobretudo os provenientes do setor público ou instituições privadas de interesse social, como as associações de classe, os arquivos de personalidades e/ou autoridades artísticas, políticas, religiosas, ensino, entre outros.

Ante ao exposto, considera-se que a formação do arquivista para mediação (cultural, da informação, arquivística) possibilita novas formas de aprendizagem, sobretudo ao relacionar a atuação do arquivista ao ato de conhecer do usuário, sendo o sujeito chave para a democratização da sociedade.

Referências

Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (2019). Critério de Classificação Econômica Brasil. http://www.abep.org/criterio-brasil. Acesso em: 20 abr. 2021.

Almeida, O. F. Jr. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. Em S. Bortolin & *et. al*. (Org.), Mediação oral da informação e da leitura (pp. 9-32). Londrina, PR: ABECIN.

Almeida, O. F. Jr. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 2(1), 89-103. https://scispace.com/pdf/mediacao-da-informacao-e-multiplas-linguagens-2w75xqwz28.pdf.

Bardin, L. (2016). Análise do conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70.

Bellotto, H. (2014). Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Brandão, G., & Borges, J. (2016). Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, 4 (especial), 118-136.

Conselho Nacional de Educação (2001). Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, de 12 de dezembro de 2001. Brasília, DF.

Creswell, J. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto. (2º ed). Porto Alegre, RS: Artmed.

Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. (2007). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

Fonseca, M. O. K. (1999). Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil.

Freire, P. (2019) Pedagogia da autonomia (59º ed).Rio de janeiro, RJ, São Paulo, SP: Paz e Terra.

Gil, A. C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social (5ª ed). São Paulo, SP: Atlas.

Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. Logeion: Filosofia da Informação, 5(2), s/p.

Heredia Herrera, A. (1991). Archivística General: teoría y práctica (5ª ed). Diputacíon Provincial de Sevilla.

Jardim, J. M. (2001). A formação do arquivista na sociedade da informação. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e documentalistas. Lisboa, Portugal. https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/707.

Laville, C., & Dionne, J. (1999) A construção do saber*:* manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: Artmed; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Lousada, M. (2016) A mediação da informação e a Arquivologia: aproximações teóricas. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 11(1), 117-134.

Lodolini, E. (2010). Formación profesional de los archiveros y escuelas de archivología. Anuario Escuela de Archivología, (2), 50-68.

Malheiro, A., & Ribeiro, F. (2011). Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação. Recife, PE: Néctar.

Marques, A. (2016). Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? Informação & Sociedade: Estudos, 26(3), 169-184.

Matos, M. T. N. B. (2008). Panorama histórico da formação arquivística nas Américas. Congresso Brasileiro de Arquivologia, Goiânia, Brasil.
https://www.aag.org.br/anai sxvcba.pdf.

Ribeiro, F. (2011). A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 1(1), 59-73.

Ribeiro, F. (2010), Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. Informação & Sociedade: Estudo, 20(1), 63-70.

Santos, R., Sousa, A. C., & Almeida, O. F. Jr. (2021). Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. Informação & Informação, 26(1), 343-362.

Silva, A., & Ribeiro, F. (2008). Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento.

Tanus, G. F., & Araújo, C.A. A. (2013). O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação,

18(37), 83-102. http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p83.

Thomassen, T. (2005). Archival education in the age of transnational data communication. International Council on Archives, Section for Archival education and Training.

Universidade do Estado de São Paulo. (2020). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.

Universidade Federal do Espírito Santo. (2017). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.

Universidade Federal Fluminense. (2018). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.

Universidade Federal de Minas Gerais. (2015). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.

Universidade Federal de Santa Maria. (2020). Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia.

Valentim, M. (2000). Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. Em Valentim, M. (Org.) Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional (pp. 135-152). Polis.

Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos (2ª ed.). Bookman.

Diagnóstico Arquivístico do Acervo Pessoal do Fotógrafo Sebastião Carvalho Leme

Thiago Rafael Martins, Unesp - PPGCI, ORCID:0009-0006-9476-8775, Brasil, *thiago.rafael@unesp.br*

Telma Campanha de Carvalho Madio, Unesp - PPGCI, ORCID:0000-0002-7031-2371, Brasil, *telma.madio@unesp.br*

Vinicius Gustavo Franco, UNESP - PPGCI, ORCID: 0009-0002-0783-5150, Brasil, vinicius.g.franco@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6595

Eixo: Preservação, Conservação e Prevenção de Desastres

Introdução

Na contemporaneidade, os arquivos pessoais têm ganhado maior visibilidade e reconhecimento no campo da *Arquivologia*, ao transcender seu papel como fontes de valor histórico para se consolidarem também como artefatos de reflexão teórica e aprofundamento metodológico. Esse movimento de valorização está vinculado às transformações nas práticas de preservação da memória, ao interesse por trajetórias individuais e às formas de constituição de patrimônios documentais ligados a sujeitos, famílias e coletividades.

Nesse contexto, amplia-se o debate sobre os modos de tratamento, organização e acesso a documentos que não se originam de entidades institucionais, mas que possuem acentuada relevância social, cultural e científica. No entanto, os estudos voltados aos arquivos pessoais no campo da *Arquivística* vêm revelando desafios metodológicos específicos no que diz respeito à organização dos conjuntos documentais. Os desafios decorrem da vinculação direta entre os documentos, a

trajetória de seus produtores, os contextos sociais e culturais de produção e os processos intrínsecos de acumulação.

Diferentemente dos arquivos institucionais, cuja estrutura tende a refletir funções administrativas definidas, os arquivos pessoais apresentam lógicas próprias de organização, muitas vezes não sistematizadas. Por essa razão, torna-se necessário o desenvolvimento de procedimentos técnicos desenvolvidos para essas particularidades, capazes de assegurar a preservação das relações contextuais, das funções documentais originais e da autenticidade dos registros ao longo do tempo.

Nesse contexto, o diagnóstico arquivístico configura-se como uma etapa preliminar no processo de tratamento de arquivos pessoais, particularmente por sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e estruturada sobre o acervo e sobre a instituição responsável por sua custódia. Sua aplicação permite realizar o mapeamento das características físicas e informacionais do conjunto documental, como também a análise da procedência, a verificação das condições de conservação, a mensuração quantitativa do *corpus* e a avaliação do grau de organização existente.

Além disso, o diagnóstico possibilita a produção de indicadores técnicos e operacionais que orientam a definição de prioridades, a alocação de recursos e a formulação de estratégias adequadas para as etapas subsequentes de tratamento, tais como a identificação, classificação , a descrição, a conservação preventiva e a difusão dos documentos (Lehmkuhl & Rodrigues, 2024).

O acervo pessoal analisado por esta pesquisa corresponde à produção fotográfica de Sebastião Carvalho Leme (Guará/SP 1918-Marília/SP 2007), fotógrafo e inventor, responsável por criar uma câmera fotográfica capaz de registrar imagens em 360 graus, considerado, desse modo, como pioneiro na fotografia panorâmica.

Ao longo de seis décadas de atividade (1940-2000), Leme documentou importantes processos históricos do Brasil, entre os quais se destaca a cobertura da construção de Brasília em 1960, transformações socioespaciais no centro-oeste paulista, bem como atuação como diretor de fotografia no filme Caiçara de 1951. Em 2023 e 2024, sua trajetória ganhou vida em duas adaptações cinematográficas, um curta e um longa-metragem[1]

Nesse contexto, o problema desta investigação é: como realizar o diagnóstico arquivístico do acervo pessoal do fotógrafo?

A relevância da pesquisa está vinculada à necessidade de estabelecer parâmetros técnicos para a organização do fundo de Sebastião Carvalho Leme, cuja incorporação à Câmara Municipal de Marília, município localizado no interior do estado de São Paulo, ocorreu sem a realização prévia de levantamento informacional ou planejamento arquivístico. Justifica-se, ainda, pelo valor histórico e cultural dos registros, que contribuem para a preservação da memória social, da identidade local e do contexto histórico no qual o fotógrafo desenvolveu suas atividades.

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo realizar o levantamento quantitativo da totalidade do acervo, estabelecendo, de forma específica, critérios de quantificação e mapeamento das divisões internas conforme a ordem original atribuída pelo produtor.

Referencial Teórico

Arquivos Pessoais: Conceito e histórico

Os arquivos pessoais funcionam como um elo entre a memória individual e a coletiva. O ato de uma pessoa selecionar e preservar seus próprios rastros em um acervo é, em sua essência, uma forma de se relacionar com a memória do outro, uma vez que o processo de lembrar de si mesmo é inseparável da lembrança de terceiros, cujos testemunhos podem ser incorporados mesmo que de forma involuntária, como destacado por Assis (2009, pp.39).

Olhando para gênese, o interesse nos arquivos pessoais surgiu no âmbito social, a partir da Historiografia, que tradicionalmente via neles fontes de informação. Contudo, essa relação se intensificou nas últimas décadas do século XX. Isto posto, conforme aponta Assis (2009), o aumento do interesse e procura por acervos de pessoas é resultado direto de um amplo movimento de renovação na prática historiográfica. O processo envolveu, em um primeiro nível, uma transformação conceitual, marcada pelo desenvolvimento da “Nova

História Cultural" e por uma redefinição que alargou a noção do que pode ser considerado um documento ou monumento histórico. (Le Goff, 1993)

Nesse contexto de renovação, a mudança teórica se traduziu em novas práticas e focos de pesquisa. Assis (2009) detalha que o surgimento de abordagens, como a micro-história, na qual altera a escala de observação para o particular, e o crescente interesse acadêmico por temas antes considerados "menores", como a vida privada, a história do cotidiano, questões de gênero e a trajetória de grupos marginalizados, tornaram os arquivos pessoais indispensáveis para os historiadores e pesquisadores no âmbito da historiografia. Foi essa "redescoberta" do indivíduo e de suas representações que posicionou o acervo privado como uma fonte primária e substancial para a ciência histórica contemporânea.

No âmbito da Arquivologia, a consolidação do conceito de arquivo pessoal como uma *práxis* Arquivística foi impulsionada por publicações seminais nas décadas de 1960 e 1970. Entre os primeiros trabalhos de grande impacto que formalizaram essa visão, destacam-se *"Public and private records*" de Schellenberg, nos anos 1960, seguido, na década de 1970, por obras como o "Manual de *Arquivística*", da Associação dos Arquivistas Franceses e "Arquivos Modernos", também de Schellenberg (Britto & Corradi, 2021, pp.151).

No contexto da *Arquivologia* brasileira, a primeira obra seminal de destaque para o debate subsequente foi "Arquivos Permanentes" (1991), de Heloísa Bellotto, na qual um dos temas abordados é a questão dos "Arquivos Privados" (Crivelli & Bizello, 2021, pp. 133).

Com base na análise de Crivelli e Bizello (2021, p. 133) sobre a obra de Heloísa Liberalli Bellotto (2006, pp.254-256), os autores examinam a perspectiva de Bellotto ao estabelecer uma distinção conceitual entre arquivos públicos e privados, que diverge da abordagem jurídica. Bellotto (2006) argumenta que a definição legal, em que caracteriza como privado aquilo que não é público, é insuficiente para a análise *arquivística*. Em contrapartida, a autora propõe uma abordagem fundamentada nos princípios da proveniência e da organicidade para examinar os documentos privados.

Crivelli e Bizello (2021, pp.133) destacam que Bellotto (2006) propõe uma segmentação dos arquivos privados em três categorias distintas: a primeira categoria compreende os *arquivos econômicos*, constituídos por acervos de entidades privadas com fins lucrativos, como empresas e indústrias; a segunda categoria abrange os *arquivos sociais*, referentes a conjuntos documentais de organizações não governamentais sem fins lucrativos, como sindicatos e associações. Por fim, a autora identifica os *arquivos pessoais* como a terceira categoria.

Acerca dos arquivos pessoais, no que tange à definição de Bellotto (2006, pp.256) , eles são abrangentes por natureza, formados por documentos que reiteram as múltiplas dimensões da existência de uma pessoa, desde suas relações familiares e civis até suas realizações profissionais, intelectuais, políticas ou artísticas. Bellotto (2006), no entanto, entende que esses acervos são pertencentes às figuras públicas ou aos cidadãos que possuem relevância para a pesquisa histórica, ao fornecerem dados sobre o contexto sociocultural de uma época e sobre a personalidade e o comportamento do produtor dos documentos.

Ainda no entendimento da *Arquivologia*, contrapondo-se a uma noção temática e individualizada, que, por vezes, limitou o tratamento de arquivos pessoais, Camargo e Goulart (2007, pp.35) argumentam que o pilar para a compreensão de um acervo pessoal está no reconhecimento de seu contexto de produção. Para as autoras, as partes de um acervo só fazem sentido se forem relacionadas tanto entre si, quanto com as funções e atividades que motivaram sua criação, formando um sistema relacional (Camargo & Goulart, 2007, .

Ademais, essa perspectiva é reafirmada por Ancona Lopez (2003, pp.73), ao explicar que o interesse da *Arquivologia* recai sobre as atividades do produtor, pois os documentos mantêm com elas uma inerente relação de prova e testemunho. Segundo o autor (pp.73),

> O objetivo, então, é entender o produtor dos documentos e não a

> informação por eles apresentada. A compreensão da informação só será trabalhada em um segundo momento (Lopez, 2003, pp. 73).

Deste modo, a análise do contexto de produção, ou seja, quem criou o documento, *quando, onde, por que e como*, torna-se a condição primária para o tratamento *arquivístico*, precedendo qualquer exploração do conteúdo informativo do acervo.

De modo holístico, para Silveira (2013, pp.140), os arquivos pessoais são conceituados como o conjunto documental que representa a trajetória de um indivíduo, sendo o resultado da acumulação gerada a partir de suas atividades profissionais, vivências particulares ou da prática do colecionismo. Sua natureza privada os distingue dos arquivos públicos, uma vez que estes se originam das rotinas administrativas e jurídicas de uma instituição. Adicionalmente, diferenciam-se dos arquivos familiares, os quais são caracterizados pela acumulação documental de múltiplos integrantes de uma família, por vezes ao longo de diversas gerações, em oposição à origem estritamente individual do arquivo pessoal.

Enquanto para Heymann (2013), os arquivos pessoais devem ser compreendidos como construções resultantes de decisões intencionais e investimentos conscientes, individuais ou coletivos, que envolvem a definição de uma imagem pública, a expressão de visões de mundo e a atribuição de significados aos documentos acumulados. Assim, a perspectiva amplia a compreensão dos arquivos pessoais para além da simples correspondência entre trajetória de vida e produção documental, ao reconhecer que os usos conferidos aos arquivos por seus titulares constituem elementos interconectados para a análise e o tratamento, ou seja, há uma intencionalidade na acumulação documental, e esta intencionalidade, por sua vez, precisará ser identificada.

Nesse sentido, Campos (2013, pp.3) ao discutir sobre acumulação em arquivos pessoais afirma:

> Desconsiderar a atividade que dá origem à produção e que motiva a acumulação de parcela considerável da documentação equivaleria a ceder a esquemas inapropriados de abordagem, sublimando os desafios de ordem teórica implicados na complexa tarefa de restabelecer o sentido da acumulação documental e de entender os vínculos que articulam cada documento, conferindo-lhes a essência de sua especificidade – a organicidade –, elementos-chave do fazer arquivístico, se o considerarmos como sugere Angelika Menne-Haritz (1998), como "a ciência dos contextos e relações" (Campos, 2013, pp.3).

A reflexão de Campos (2013, pp.3) chama atenção para a necessidade de considerar, no tratamento dos arquivos pessoais, os contextos e motivações que orientaram a produção e a acumulação dos documentos. Ao advertir sobre os riscos de se adotar abordagens desassociadas da lógica de origem dos acervos, o autor entende a centralidade da organicidade como princípio estruturante da *Arquivologia*. Nesse sentido, compreender os documentos em sua relação funcional com as atividades do produtor permite restituir (ou tentar) os sentidos originais da acumulação, evitando leituras fragmentadas ou anacrônicas.

A organicidade, nesse caso, não se limita à disposição física dos documentos, mas diz respeito aos vínculos dinâmicos que articulam os registros às práticas, intencionalidades e formas de representação do sujeito arquivístico. Por isso, o entendimento deve nortear os olhares para lidar com as especificidades dos arquivos pessoais, cuja estrutura raramente segue padrões administrativos formais, mas ainda assim expressa uma lógica interna que deve ser identificada e respeitada no processo de organização.

Assim, o interesse pelos arquivos pessoais na contemporaneidade afirma a sua importância, como fontes para a reconstrução de narrativas históricas e como espaços de preservação de memórias individuais que dialogam com contextos coletivos. Bem como, os acervos extrapolam a esfera privada, tendo

perspectivas, muitas vezes, ausentes nos registros institucionais, colaborando com uma compreensão pluralizada dos processos socioculturais.

Desse modo, no âmbito da Arquivologia, o tratamento exige contextualização entre princípios que regem a área, como proveniência e organicidade, além de abordagens contextuais que olhem a natureza dos documentos pessoais.

Arquivos Pessoais: Tratamento e Organização

No contexto brasileiro, de acordo com Britto e Corradi (2017, pp.152), o tratamento e a preservação de acervos privados, no Brasil, tiveram seu marco inicial em 1973, com a fundação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC), pela Fundação Getúlio Vargas, que logo se tornou referência na década seguinte para outras instituições de arquivo.

No entanto, é importante destacar que, apenas em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, os arquivos pessoais tiveram tratamento voltado à *práxis* da *Arquivologia*. Em 1980, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) publicou o "*Manual de Procedimentos Técnicos para Organização de Acervos Privados",* porém, foi, somente em sua quarta edição, em 1998, que o CPDOC passou a incorporar diretrizes específicas para arquivos pessoais (Crivelli & Bizello, 2021, pp.135)

O estudo de Martins *et al.* (2023) examina a metodologia de organização de arquivos pessoais desenvolvida pelo CPDOC, estruturada em capítulos que abrangem procedimentos iniciais, documentos textuais não impressos, materiais audiovisuais e documentos impressos. As autoras apontam que, embora o CPDOC priorize o princípio da proveniência e a manutenção da ordem original dos documentos, a instituição reconhece a necessidade de estabelecer uma estrutura de arranjo que viabilize o acesso, particularmente quando os acervos são recebidos sem organização prévia (Martins *et al.,* 2023).

O método de trabalho inclui a classificação em séries documentais, como correspondência, documentos pessoais, produção intelectual e recortes de periódicos, além do tratamento diferenciado para materiais audiovisuais e impressos, estes últimos organizados conforme normas biblioteconômicas (Martins *et al.,* 2023).

A pesquisa também aborda a elaboração de instrumentos de recuperação da informação, como catálogos onomásticos, de assunto e cronológicos, adaptados às características específicas de cada tipologia documental. Nesse sentido, a metodologia empregada pelo CPDOC busca conciliar a preservação da integridade dos arquivos com a sistematização necessária para fins de consulta, sendo assim uma abordagem que articula princípios arquivísticos com requisitos operacionais (Martins *et al.*, 2023).

A obra "*Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*", considerada como um dos referenciais consolidados na área, de Camargo e Goulart (2007), que se dedica à análise e organização dos acervos do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e da antropóloga Ruth Cardoso. O Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) foi criado em 2004, com base na Lei nº 8.394/1991 - que dispõe sobre a preservação de acervos documentais privados de ex-presidentes - e reconhecido como fundação em 2010 (Martins *et al.,* 2023).

A obra de Camargo e Goulart (2007) divide-se em dois blocos: um teórico, discutindo contornos do acervo e opções metodológicas, e outro prático, abordando os procedimentos técnicos. O acervo, composto por documentos de FHC e Ruth Cardoso, foi organizado em três períodos (pré-presidencial, presidencial e pós-presidencial), com séries documentais como correspondência, produção intelectual e recortes de imprensa.

Camargo e Goulart (2007) enfatizam que os arquivos pessoais devem ser tratados como conjuntos orgânicos, preservando as relações contextuais entre os documentos e suas funções originais. Argumentam que "a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável [...] cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas

articulações" (Camargo & Goulart, pp.35-36), rejeitando abordagens fragmentadas.

A metodologia adotada prioriza a contextualização, evitando tratamentos fragmentados ou baseados apenas em critérios biblioteconômicos. Conforme Camargo e Goulart (2007, pp.47), os documentos de arquivo possuem em sua natureza um vínculo referencial estável com suas entidades de origem, diferentemente de coleções sujeitas a interpretações variadas. O processo incluiu a elaboração de glossários e uma base de dados categorizada por tipologia documental, reforçando a importância da descrição contextual para recuperação e acesso (Martins *et al.,* 2023).

No contexto mais recente, a Casa de Oswaldo Cruz (COC), vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), dedica-se à preservação da memória institucional e ao fomento de pesquisas em história das ciências e da saúde. Como apresentado em seu "*Manual de Organização de Arquivos Pessoais* ", de 2015, a instituição adota uma abordagem ampla para arquivos pessoais, compreendendo-os como conjuntos documentais que podem incluir além do textual, mas também materiais iconográficos, audiovisuais e objetos tridimensionais, como instrumentos científicos ou espécimes biológicos, uma vez que mantenham relação orgânica com a trajetória do produtor (Fiocruz, 2015, pp.29). Esse apontamento reforça a experiência da COC no tratamento de acervos de cientistas e sanitaristas, onde itens como rochas, insetos ou lâminas histológicas frequentemente assumem função probatória, exigindo uma metodologia que evite a fragmentação arbitrária por gêneros documentais (Delmas, 2010, citado em Fiocruz, 2015).

Isto posto, o manual da Casa de Oswaldo Cruz (COC) estrutura-se em três eixos: aquisição, organização, acondicionamento e armazenamento. Na fase de aquisição, enfatiza-se a necessidade de uma avaliação prévia que considere tanto o alinhamento temático com as áreas biomédicas quanto o domínio sobre a trajetória do produtor (Fiocruz, 2015, pp.14). A etapa de organização inclui processos de identificação, ou seja, estudo biográfico e análise tipológica, arranjo funcional em grupos, como "Vida Pessoal" ou "Docência e Pesquisa", e descrição arquivística baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

O manual apresenta uma atenção à preservação da ordem original quando esta pode revelar aspectos significativos da produção documental, registrando-se tais decisões no campo "*História Arquivística*" na descrição *arquivística* (Fiocruz, 2015, pp.24).

Embora as diretrizes estabelecidas por instituições como o CPDOC, o IFHC e a COC/Fiocruz representem um norte para a organização de arquivos pessoais, sejam eles de políticos, cientistas ou outras personalidades, o desafio contemporâneo está em tentar desenvolver procedimentos que atenda as particularidades de cada acervo. Nesse sentido, ao reafirmar a *Arquivologia* como a ciência dos contextos e os arquivos pessoais materializam essa premissa, torna-se evidente que abordagens padronizadas são norteadoras, mas ainda incipientes. No contexto desta pesquisa, o diagnóstico emerge como instrumento importante para entender a massa documental incorporada sem uma política de aquisição estabelecida.

Sebastião Carvalho Leme: fotógrafo e inventor

Sebastião Carvalho Leme (1918-2007) consolidou-se como uma figura importante na fotografia brasileira, em especial, no interior paulista. Sua atuação abrangeu desde o fotojornalismo até a experimentação artística, com destaque para sua invenção: a máquina fotográfica 360°, patenteada em 1957.

Como observa Lima (2009, pp.8), Leme demonstrou uma "capacidade inventiva" ao desenvolver tecnologias antes mesmo de sua difusão comercial no mercado internacional. No final dos anos 1940, foi diretor de fotografia no longa-metragem do filme *Caiçara*, da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em Ilhabela (São Paulo).

Em sua trajetória como fotógrafo, realizou uma exposição fotográfica no Foto Cine Clube Bandeirante, principal núcleo da fotografia moderna brasileira no pós-1945, e fundou o Foto Cine Clube Marília, contribuindo para a difusão da linguagem fotográfica no interior. Sua primeira exposição individual (1946), reconhecida como pioneira no interior, afirma

essa busca por uma estética que combinava documentação e experimentação, conforme destacado por Fernandes Júnior (2003, citado por lopes, 2009) em sua análise sobre a fotografia moderna brasileira.
Um dos eixos centrais da obra de Leme foi o registro de processos históricos, como a construção de Brasília e a urbanização de Marília. Lima (2009, pp.19) ressalta que suas imagens capturavam para além da dimensão arquitetônica, no caso, "a crônica política do nacional-desenvolvimentismo".

Figura 1: Negativo Preto e Branco da Construção de Brasilia- DF por Sebastião Carvalho Leme



Fonte: Arquivo Sebastião Carvalho Leme.

Como inventor, a máquina 360°, desenvolvida por Leme em 1957, representou um avanço na fotografia panorâmica brasileira. O invento antecipou-se a equipamentos estrangeiros. Além disso, Leme foi um dos primeiros a dominar o processamento de fotografias coloridas em laboratório próprio na região centro-oeste paulista, na década de 1970. Dessa forma, as inovações além das experimentações fotográficas, legitimam sua atuação e conhecimento popular como um "fotógrafo-inventor", no qual a produção técnica e artística desafiava as fronteiras entre arte e tecnologia (Lima, 2009).

Figura 2: Camêra fotográfica que registra imagens em 360º inventada por Sebastião Carvalho Leme



Fonte: Arquivo Sebastião Carvalho Leme.

Para além da fotografia, Leme engajou-se em iniciativas como a criação da Comissão dos Registros Históricos de Marília, Comissão permanente da Câmara Municipal de Marília e a publicação da revista *Marília* (1958), que documentava a vida socioeconômica local. Segundo Lima (2009, pp.117), sua "escrita confessional" complementava o processo fotográfico, criando uma "urdidura" entre imagem e texto. Assim, sua produção fotográfica, analisada no contexto da "gênese do arquivo fotográfico", pode-se compreender como um processo criativo marcado pela "acumulação seletiva" (Lima, 2009, pp.18), que integrava registros documentais e narrativas autobiográficas.
Por fim, possível afirmar que Leme não só produzia imagens, mas orquestrava todo o processo fotográfico, se para Flusser (1985) a fotografia representa o resultado de uma tensão entre a intenção humana e o programa automático do aparelho, o acervo de Sebastião Carvalho Leme serve como um estudo de caso paradigmático da subversão dessa dinâmica. Leme não se limita ao papel do fotógrafo que meramente insere "informações imprevistas" em um programa preexistente; ele o transcende ao assumir a posição de inventor.
A criação de sua própria câmera 360° não é apenas uma inovação técnica, mas sim ato que radicaliza o conceito *flusseriano* de "jogar contra o aparelho", pois equivale a reescrever as próprias regras do jogo.
Adicionalmente, a "urdidura" entre imagem e texto em sua obra e a "acumulação seletiva" que orienta seu arquivo atesta uma deliberação consciente para afirmar a subjetividade e a narrativa pessoal sobre a

automação da "caixa preta". Portanto, a análise de seu fundo documental, sob a ótica *flusseriana*, revela menos a vitória pontual do homem sobre o aparelho em fotografias individuais e mais a rara instância de um produtor que buscou dominar a totalidade do processo fotográfico, do *hardware* ao discurso.

Diagnóstico Arquivístico: conceituação

O diagnóstico arquivístico, embora apresente variações terminológicas na literatura, mantém uma essência comum em suas diferentes conceituações. Conforme demonstram Almeida *et al.* (2020), a atividade pode ser compreendida por múltiplas denominações - diagnóstico arquivístico, diagnóstico de arquivo, diagnóstico documental, identificação arquivística, identificação documental ou mapeamento da informação - que, apesar das pequenas divergências semânticas, convergem para um mesmo propósito, conhecer a situação arquivística de uma organização ou fundo documental.

Como estudo analítico, o diagnóstico arquivístico constitui-se como um procedimento técnico-metodológico importante para a análise sistêmica dos acervos documentais, caracterizando-se como procedimentos de avaliação que identificam as disfunções estruturais e operacionais que comprometem a eficácia da gestão documental. Conforme postula Paes (2004, pp.36), trata-se de "uma constatação dos pontos de atrito, de falhas ou lacunas existentes no complexo administrativo, enfim, das razões que impedem o funcionamento eficiente do arquivo".

A abrangência do diagnóstico arquivístico manifesta-se em suas diferentes dimensões de análise. Camargo e Bellotto (1996) destacam que o processo diagnóstico deve considerar informações basilares sobre o acervo, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos como volume documental, localização física, estado de conservação, condições de armazenamento, ritmo de crescimento e frequência de utilização. A abordagem encontra interligação no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, pp.46), na qual conceitua-se o diagnóstico como um "censo de arquivo", voltado à obtenção de dados tanto quantitativos quanto qualitativos sobre o acervo. Complementando essa perspectiva, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008, pp.71) amplia o escopo de análise ao incluir, em sua definição, elementos como a forma, o tipo documental e a cronologia dos documentos.

Com base em Moneda Corrochano (1995), em alinhamento com este estudo, o diagnóstico tem como objetivo, também, realizar estudos de caráter analítico sobre a totalidade dos conjuntos documentais, uma vez que tais resultados poderão fornecer um levantamento detalhado de onde e como a informação está registrada, podendo, assim, pensar em estratégias de preservação e intervenções emergenciais.

Para Souza *et al.* (2024), o diagnóstico é a etapa inicial para a definição de soluções, sendo fundamentado na observação do fenômeno e nos referenciais teóricos e metodológicos. Nesse contexto, Lopes (2009) identifica dois enfoques: o maximalista, voltado à formulação de políticas públicas, e o minimalista, aplicado ao planejamento institucional e à gestão documental. No contexto de arquivos permanentes, especialmente os pessoais, o diagnóstico pode apresentar aproximações conceituais com a identificação documental, embora esta ocorra em momento posterior, tendo como finalidade o estudo da gênese e dos tipos documentais (Almeida & Pazin, 2018).

Lopes (2009, citado por Maran, 2023) compreende os procedimentos metodológicos do diagnóstico arquivístico como um conjunto de ações voltadas à identificação de aspectos estruturais, técnicos e informacionais do acervo. Entre esses elementos, destacam-se o volume documental, os tipos documentais existentes, os conteúdos gerais, as formas de acondicionamento, a lógica original de organização, o uso de tecnologias da informação e as condições físicas e ambientais que impactam diretamente na preservação dos documentos. Esses dados, quando sistematizados, subsidiam a avaliação da situação do arquivo e orientam o planejamento das intervenções arquivísticas.

Olhando para gestão de documento, diagnóstico e sua relação com o acesso aos usuários, Maran (2023, pp. 84) afirma:

> Proporcionar que as informações orgânicas sejam classificadas, filtradas, gerenciadas e controladas, para que se tornem acessíveis aos usuários é um grande desafio, que se inicia no diagnóstico de arquivo que, portanto, deveria ser contemplado como etapa obrigatória da gestão de documentos (Maran, 2023, pp.84).

No que refere-se, a atuação do arquivista no processo do diagnóstico de arquivo, Maran e Vitoriano (2024 , pp.82) entende:

> O arquivista deve buscar nas teorias, metodologias e técnicas arquivísticas subsídios para implantar a gestão de documentos considerando todos os elementos de análise disponíveis. Para iniciar um trabalho com uma massa de documentos acumulada, é preciso se inteirar do ambiente que está inserido e para isso, a Arquivologia conta com o diagnóstico de arquivo (Maran & Vitoriano, 2024, pp.82).

Dessa maneira, o diagnóstico arquivístico assume precisamente um caráter propedêutico para a implementação de políticas de gestão, uma vez que estabelece as bases para a criação de instrumentos de organização. Nesse sentido, Gadelha (2017, pp.397) afirma que o conceito de diagnóstico apresenta uma relação direta com a prática da gestão de documentos, sendo considerado a primeira intervenção a ser realizada para viabilizar sua implementação.

Assim, a aplicação do diagnóstico arquivístico apresenta distintas abordagens metodológicas conforme seus objetivos específicos. Cabe ressaltar que a elaboração do diagnóstico arquivístico não se pauta em modelos preestabelecidos, mas depende da adaptação às particularidades de cada instituição, levando em conta sua estrutura organizacional e características documentais. De acordo com Gadelha (2017, pp.398), não há modelos padronizados nem soluções previamente definidas para a aplicação do diagnóstico, uma vez que cada organismo produtor apresenta especificidades próprias. Em sua dimensão mais ampla, o diagnóstico arquivístico apresenta estreita relação com as noções de preservação documental.

Lehmkuhl (2021) ressalta que, se por um lado o diagnóstico exerce a função introdutória de análise, mapeamento e definição de diretrizes documentais, por outro, relaciona-se intimamente com a concepção de preservação definida por Cassares e Moi (2000, pp.21) como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem, direta ou indiretamente, para a preservação da integridade dos materiais”.

Assim, sendo uma característica dinâmica e flexível do diagnóstico, permite-se que as soluções propostas estejam em consonância com a realidade institucional e promovam a otimização dos processos de organização, acesso e preservação documental, configurando-se assim como um instrumento indispensável para a gestão e eficiência dos sistemas arquivísticos contemporâneos.

Diagnóstico em Arquivos Pessoais: política de aquisição e o caso Leme

O diagnóstico arquivístico, ainda que concebido, primordialmente, como instrumento de gestão e planejamento, pode ser aplicado ao contexto dos arquivos pessoais. A abordagem é particularmente relevante para instituições de pequeno porte que carecem de recursos operacionais e humanos para a organização dos acervos após sua incorporação.

A análise de arquivos pessoais pode seguir a perspectiva de Gadelha (2017), segundo a qual cada instituição arquivística deve adaptar seus procedimentos à sua realidade específica. Nesse contexto, o diagnóstico permite a compreensão da totalidade da massa documental, incluindo a identificação dos gêneros e suportes que a compõem. Adicionalmente, possibilita a identificação de vestígios da ordem original, princípio que, conforme Macedo (2018), deve nortear a organização de acervos pessoais.

Para além do diagnóstico operacional, pode-se considerar um diagnóstico estratégico nas instituições, voltado ao mapeamento de políticas e diretrizes que favoreçam a preservação documental em médio e longo prazo. Dentro desse mapeamento, incluem-se

aspectos como a estrutura física do arquivo, mobiliário, materiais de acondicionamento, recursos humanos, entre outros, assim como a definição de processos organizados que envolvam a setorização e a frequência das práticas no acervo.

O diagnóstico de arquivos pessoais, portanto, está presente em diferentes instrumentos de organização, seja em uma perspectiva macro, como no planejamento estratégico da unidade, seja em nível operacional, por meio da implementação de diretrizes e políticas aplicadas ao tratamento documental.

Para Lopes (2009), ao associar o diagnóstico arquivístico à gestão da informação, compreende-se que seu objetivo ultrapassa apenas a descrição da situação documental acumulada ou desorganizada. O diagnóstico passa a ser entendido como uma ferramenta estratégica que busca identificar os problemas informacionais que se manifestam nos fluxos documentais da instituição, tanto em uma perspectiva ampla (maximalista) quanto pontual (minimalista).

Nesse sentido, o foco não está apenas na massa documental em si, mas na identificação de falhas estruturais nos processos de produção, uso e acesso à informação.

No contexto dos arquivos pessoais, o diagnóstico desempenha o papel de identificar questões relacionadas à acumulação e incorporação documental, mesmo que sua aplicação nem sempre esteja claramente delimitada nas etapas tradicionais da organização documental. Ainda assim, o diagnóstico está presente nas ações da instituição custodiadora, bem como nas práticas do profissional da informação responsável pela organização do acervo.

Nesse âmbito, o diagnóstico pode ser compreendido como uma etapa anterior à identificação documental, com escopo mais abrangente. Ele tem a função de fornecer diretrizes institucionais desde a avaliação da pertinência de incorporações até a análise das condições dos documentos.

Dessa forma, o diagnóstico contribui para o planejamento da gestão de arquivos pessoais, sobretudo no que se refere à incorporação de novos fundos ou coleções. Com base na proposta metodológica de Moneda Corrochano (1995), citada por Maran (2023), o diagnóstico de arquivos voltado ao contexto empresarial, e que pode ser adaptado aos arquivos pessoais , é composto por doze etapas.

> As etapas são: Identificação da instituição; Identificação do acervo; Elaboração de projeto de trabalho; Quantificação do problema: análise dos fundos; Quantificação de problema: análise dos instrumentos de trabalho existentes; Quantificação do problema: Análises dos recursos de infraestrutura, recursos humanos e orçamento disponíveis; Análises da demanda da informação; Localização do arquivo dentro do sistema nacional e automático de arquivos; Redação de informe com diagnóstico e proposta de intervenção; Classificação e estudo dos tipos documentais: desenho da política de valores e seleção; Elaboração do manual de gestão e normalização dos processos de trabalho; Desenho do Sistema da Qualidade (Maran, 2023, pp.81-82).

A proposta metodológica de Moneda Corrochano (1995), para a implantação de serviços de arquivo, apresenta um modelo composto por doze fases inter relacionadas, que abrangem desde o diagnóstico inicial até o controle da qualidade dos serviços arquivísticos. A primeira etapa está centrada na identificação da instituição, compreendendo seu histórico, estrutura organizacional, objetivos e funções, de modo a assegurar o respeito ao princípio da proveniência. Em seguida, a autora propõe a identificação do acervo, com o levantamento preliminar das características do arquivo e dos fundos documentais existentes, incluindo os instrumentos de descrição e a legislação vigente. A terceira fase refere-se à elaboração do projeto de trabalho, a partir dos dados coletados nas etapas anteriores, contendo metas de curto, médio e longo prazo, além de uma estrutura para implantação, avaliação e controle das ações propostas.

Nas fases seguintes, Moneda Corrochano (1995) propõe um aprofundamento do diagnóstico por meio da quantificação do problema, com ênfase na análise dos fundos documentais, das condições físicas e

ambientais do acervo, dos instrumentos de trabalho disponíveis e dos recursos de infraestrutura, humanos e financeiros. Essas etapas visam fornecer ao arquivista um panorama detalhado da situação arquivística, orientando decisões relativas à preservação, à gestão documental e ao planejamento das rotinas administrativas.

A análise da demanda da informação, proposta na sétima fase, permite compreender o fluxo informacional na instituição e as necessidades dos usuários, por meio de questionários aplicados aos setores produtores de documentos, promovendo maior integração entre arquivo e instituição. Nas fases finais, a autora enfatiza a importância da inserção do arquivo nos sistemas automáticos, com base em diretrizes normativas, e propõe a elaboração de um relatório diagnóstico e uma proposta de intervenção com prazos, responsabilidades e metas definidas. Por fim, a criação de um manual de gestão e a estruturação de um sistema de controle da qualidade dos serviços prestados visam padronizar os procedimentos, garantir a continuidade das ações e promover a eficiência do serviço *arquivístico* (Maran & Vitoriano, 2024).

No contexto dos arquivos pessoais, e em consonância com os apontamentos metodológicos propostos por Moneda Corrochano (1995), o diagnóstico *arquivístico* deve considerar, desde o início, o universo documental incorporado à instituição, ou seja, seu planejamento deve ser iniciado ainda na fase de aquisição do acervo. Aplicando essa perspectiva ao caso do Arquivo Pessoal do fotógrafo Sebastião Carvalho Leme, objeto desta pesquisa, o diagnóstico deveria ter sido articulado já no momento da incorporação do acervo à Comissão de Registros Históricos de Marília.

Uma vez que a etapa inicial demandaria a elaboração de uma política de aquisição de acervos, que estabelecesse critérios claros de incorporação, bem como os instrumentos correlatos, como o termo de doação e uma listagem preliminar elaborada pelos familiares com as espécies e tipologias documentais presentes no conjunto. A listagem, ainda que informal, funcionaria como uma espécie de inventário inicial, oferecendo subsídios para o planejamento técnico e institucional, além de permitir a identificação de eventuais necessidades de preservação emergenciais. Desse modo, a medida inicial também pode viabilizar, de forma preliminar, a construção de estratégias de preservação documental com base nas condições relatadas pelos doadores e na avaliação física imediata do acervo no momento da transferência.

No que refere-se a política de aquisição de acervos, Segundo Troitiño (2017, pp.41-47) a política de aquisição de acervos é um instrumento norteador que formaliza e orienta as práticas de instituições de custódia, especialmente os responsáveis pela guarda de documentos de valor permanente. Conforme a autora, a política excede a ampliação de coleções, uma vez que define o perfil do patrimônio documental que a instituição objetiva preservar, em entendimento com sua missão, valores e escopo de atuação.

A política deve, portanto, estabelecer diretrizes e critérios técnicos para os processos de avaliação, seleção, aquisição e preservação, bem como estipular os parâmetros para o descarte de itens não pertinentes ao acervo. Portanto, a implementação da política confere transparência e rigor técnico aos processos decisórios, assegurando a coerência do acervo e a preservação do patrimônio documental, notadamente no que concerne à incorporação de arquivos privados e pessoais de interesse público e social.

No que se refere ao diagnóstico no âmbito da instituição custodiadora, deve-se pensar no planejamento estratégico voltado à análise dos recursos disponíveis para a recepção, tratamento e custódia do acervo. Considerando o caso específico do arquivo de Leme, a Comissão de Registros Históricos deveria ter avaliado previamente as condições físicas de armazenamento em suas instalações, bem como planejado os recursos materiais e financeiros necessários, sobretudo tendo em vista que se trata de um acervo predominantemente fotográfico, com significativa presença de negativos, documentos que requerem condições específicas de conservação.

Esta etapa do diagnóstico deveria subsidiar a Câmara Municipal, órgão ao qual a Comissão está subordinada, oferecendo informações

para a previsão orçamentária e a alocação de recursos ao longo dos anos. Nesse sentido, o diagnóstico funcionaria também como instrumento de gestão, resultando em um plano de atividades detalhado, com ações de curto, médio e longo prazo, que orientassem os processos de tratamento técnico, preservação e difusão do acervo.

Outro contexto do diagnóstico é a análise do produtor, o que se mostra relevante em arquivos pessoais. A etapa deve estar ancorada nos princípios arquivísticos da ordem original e da proveniência, sendo necessário compreender a lógica de organização, a trajetória de acumulação e os contextos de produção documental. No caso do fotógrafo, a compreensão pode ser parcialmente construída por meio de entrevistas com familiares, consulta a registros biográficos e análise dos vestígios organizacionais presentes nos documentos. O levantamento dessas informações permite a elaboração de um instrumento de controle remissivo, um registro da organização original do acervo que pode orientar eventuais intervenções futuras e prevenir a descaracterização do fundo documental. Além disso, o entendimento da lógica organizacional adotada pelo produtor colabora para a etapa seguinte, de identificação documental, especialmente, no que se refere à gênese das fotografias e o entendimento dos contextos de sua produção documental.

Ademais, o diagnóstico também deve se estender à análise do próprio acervo, tanto em sua dimensão quantitativa quanto qualitativa. No que se refere a esta etapa, envolve o levantamento da massa documental, que poderá ser realizado por meio da metragem linear ou da contagem item a item, conforme a natureza e a complexidade do fundo. A partir disso, deve-se proceder à identificação dos gêneros e suportes documentais predominantes, com o objetivo de compreender a característica do conjunto documental e de desenvolver estratégias adequadas de preservação, acondicionamento e acesso. Assim, a análise deve incluir também a verificação do estado de conservação dos documentos, para a proposição de medidas corretivas ou preventivas, conforme o grau de deterioração identificado. Em síntese, o diagnóstico arquivístico, quando executado com base em uma metodologia estruturada e multidimensional, como a proposta por Corrochano (1995, 1998), oferece um conjunto robusto de informações para a gestão eficaz de arquivos pessoais, assegurando a preservação da memória e o respeito à singularidade dos acervos produzidos por sujeitos individuais.

Isto posto, o diagnóstico arquivístico, quando concebido de forma multidimensional, pode fornecer subsídios importantes para a incorporação e o planejamento institucional em contextos voltados à custódia de arquivos pessoais. A aplicação do diagnóstico não se limita às etapas operacionais de organização documental, mas se estende às fases iniciais da gestão, como a formulação de políticas de aquisição e o desenvolvimento de diretrizes estratégicas no âmbito institucional.

Dessa maneira, ao ser estruturado como um arcabouço metodológico, o diagnóstico permite a projeção de demandas financeiras, a definição de prioridades no tratamento técnico e a proposição de ações voltadas à conservação preventiva e à preservação de longo prazo, sobretudo em instituições que operam com acervos de caráter permanente.

Com base nessas premissas, A Figura 3, denominada como “Fases do Diagnóstico em Arquivos Pessoais”, sintetiza visualmente as principais etapas envolvidas no processo diagnóstico de acervos dessa natureza. O modelo proposto articula dimensões relativas à aquisição, à instituição custodiadora, ao produtor e ao acervo, abrangendo desde a elaboração de políticas de incorporação até o levantamento das condições físicas e informacionais da documentação.

Figura 3: Fases do diagnóstico em Arquivos Pessoais



Fonte: Elaboração própria (2025).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa, realizada presencialmente no arquivo, apresentou uma abordagem quali-quantitativa, de caráter descritivo e documental, estruturada como um estudo de caso.

O universo da investigação correspondeu ao acervo pessoal de Sebastião Carvalho Leme, sob guarda da Câmara Municipal de Marília.

As técnicas de coleta de dados utilizadas incluíram observação participante, levantamento quantitativo e análise documental.

Como instrumento de coleta, foram definidos critérios específicos para a quantificação documental, como: fundo, localização/ordenação, gênero documental, cromia, suporte e total de itens. Apoiando-se em trabalhos anteriores, como de Casa de Oswaldo Cruz (2016); Camargo e Goulart (2007) e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (1998).

Para o controle e o mapeamento dos dados, elaborou-se uma planilha em formato *.xlsx*, com objetivo de estruturar e sistematizar a mensuração do fundo de forma padronizada.

A análise dos dados envolveram o processamento das informações da planilha para mensurar o acervo, determinar a distribuição quantitativa e percentual por gênero documental e analisar a organização dos itens conforme a classificação original do produtor.

Resultados Finais

O presente estudo teve como objetivo a quantificação e categorização do acervo composto por 30.101 itens documentais, no período de setembro de 2023 a abril de 2024, totalizando oito meses de trabalho de campo. Durante esse período, foram identificadas 38 unidades de acondicionamento, entre caixas e pastas, contendo negativos fotográficos provenientes de diferentes contextos de produção vinculados ao produtor.

A organização do material seguiu a classificação previamente estabelecida por Sebastião Carvalho Leme. Foram identificadas atribuições feitas pelo produtor às caixas e pastas, resultando em 12 categorias temáticas, cada uma correspondendo a um segmento da produção fotográfica: Fotografias Artísticas, Fotografias Institucionais, Fotografias de Cidades, Fotografias Comerciais, Fotografias Aéreas, Fotografias de Instituições de Ensino, Fotografias Familiares, Fotografias de Invenções, Fotografias de Animais, Fotografias de Paisagens, Fotografias de Trabalho/Profissional e Fotografias em 360º.

A primeira categoria, denominada Fotografias Artísticas, composta por sete unidades, contém experimentações visuais com técnicas de iluminação, edição e enquadramentos.

A categoria Fotografias Institucionais, com seis unidades, documenta eventos promovidos por instituições públicas e privadas, como inaugurações e celebrações. A identificação documental, em etapa posterior, poderá indicar vínculo profissional do produtor no momento da produção, bem como a motivação para a guarda desses registros e os critérios adotados para sua separação.

As Fotografias de Cidades, distribuídas em quatro unidades, registraram áreas urbanas relacionadas à atuação geográfica do produtor. Já as Fotografias Comerciais, em três unidades, correspondem a registros produzidos para fins publicitários ou corporativos. As Fotografias Aéreas, em duas unidades, apresentam imagens de áreas urbanas e rurais, com foco em municípios da região Centro-Oeste do estado de São Paulo.

No campo educacional, duas unidades foram identificadas como Fotografias de Instituições de Ensino, contendo registros de infraestrutura e atividades desenvolvidas nesses espaços.

As Fotografias Familiares, também em duas unidades, apresentam eventos e interações entre membros do núcleo familiar do fotógrafo. As Fotografias de Invenções, igualmente em duas unidades, registram dispositivos e objetos desenvolvidos pelo produtor.

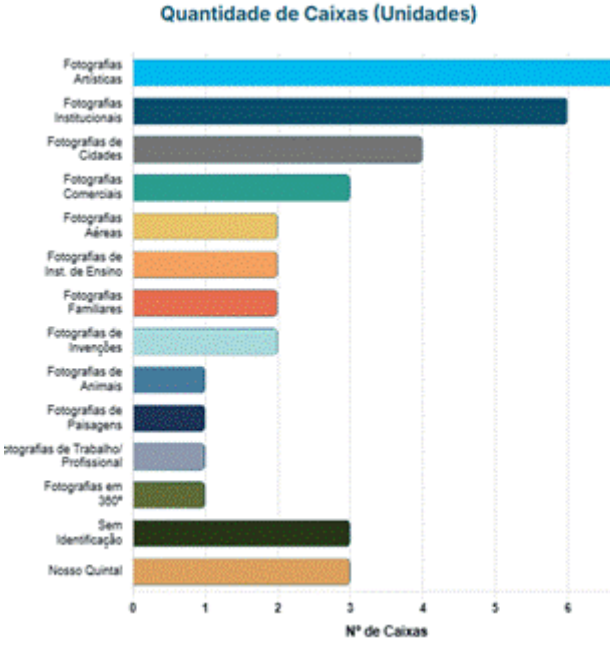
A categoria Fotografias de Animais, com uma unidade, documenta espécimes em ambientes naturais. As Fotografias de Paisagens, também com uma unidade, apresentam registros de ambientes externos, com predominância de vistas panorâmicas.

As Fotografias de Trabalho/Profissional, reunidas em uma unidade, correspondem a imagens com finalidade comercial. Já as Fotografias em 360º, também em uma unidade, foram produzidas com equipamento

desenvolvido pelo produtor, caracterizando-se pela captura em ângulo circular.

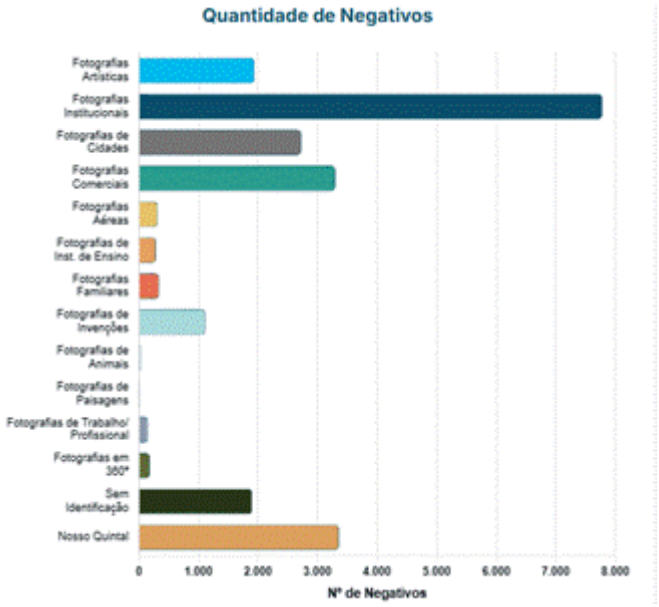
Além das categorias definidas pelo produtor, foram identificadas seis caixas sem classificação original. Três dessas unidades foram agrupadas sob a denominação “Sem Identificação”, contendo negativos não organizados, anteriormente rotulados como “Vários Negativos”. As outras três, identificadas como “Nosso Quintal”, referem-se a materiais reutilizados por uma empresa audiovisual para produção cinematográfica, sem relação direta com o contexto de origem.

Figura 4: Quantidade de caixas (unidades)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 5: Quantidade de negativos



Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise dos dados do acervo fotográfico de Leme, a partir dos gráficos de "Quantidade de Caixas (Unidades)" e "Quantidade de Negativos", expõe uma dualidade fundamental entre a lógica de organização do produtor e a intensidade de sua produção. Assim, a interpretação comparativa destes dados propõe distinguir a estrutura conceitual em que o fotógrafo impôs ao seu trabalho da prática profissional que constituiu o seu principal volume de atividade. Podendo, assim, refletir que a organização física do arquivo nem sempre corresponde à densidade de conteúdo de suas categorias, sendo um panorama preliminar sobre as prioridades arquivísticas (atividades) e produtivas do fotógrafo.

Em consequência, a distribuição das unidades de acondicionamento (caixas) indica uma separação física do acervo baseada em categorias documentais previamente definidas, pelo próprio produtor. A categoria "Fotografias Artísticas” concentra o maior número de unidades (7), seguida por "Fotografias Institucionais" (6). De modo, que a distribuição sugere que o trabalho de cunho artístico recebeu uma atenção particular em sua segmentação física, possivelmente separado por projetos, técnicas ou ensaios específicos, no qual, apenas a identificação documental, etapa após o diagnóstico, poderá poderá verificar se essa organização corresponde a uma lógica de produção ou funcionalidade atribuída pelo produtor.

Em contrapartida, a análise do volume de negativos altera a relação observada anteriormente entre as categorias documentais, indicando uma concentração expressiva da produção fotográfica em contextos determinados. A categoria "Fotografias Institucionais" apresenta o maior quantitativo, com um total de 7.782 negativos, seguida por "Nosso Quintal", com 3.364 negativos, e "Fotografias Comerciais", com 3.299.

A diferença entre a quantidade de unidades de acondicionamento e o número de negativos sugere a aplicação do conceito de densidade documental. Enquanto a categoria "Institucionais" concentra, em média, aproximadamente 1.297 negativos por caixa, a categoria "Artísticas" apresenta média inferior, com cerca de 278 negativos por unidade de acondicionamento.

Esse dado permite indicar que as práticas fotográficas voltadas a demandas institucionais e comerciais apresentaram maior volume e frequência, sendo armazenadas de maneira mais concentrada em relação às demais categorias.

Dessa forma, a identificação documental nos documentos profissionais deverá analisar a fotografia como fruto de atividades financeiras, assim entendendo o motivo de produção que gerou as fotografias

Após o mapeamento das caixas e a definição das categorias temáticas, foram estabelecidos os critérios para a contagem da massa documental total do acervo. Os parâmetros adotados para essa mensuração foram: fundo, localização/caixa (respeitando a ordenação original), gênero documental, suporte, formato, cromia e total de itens.

O critério fundo refere-se ao conjunto de documentos provenientes de uma mesma origem, resultante das atividades de uma entidade ou indivíduo, conforme definido pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DBTA, 2005, pp.97). Já a localização/caixa baseia-se na disposição física atribuída pelo próprio produtor no momento do arquivamento da massa documental, respeitando a organização original proposta por ele.

O gênero documental é compreendido como a configuração assumida pelo documento segundo o sistema de signos adotado na comunicação de seu conteúdo, podendo assumir formas textuais, iconográficas, cartográficas, entre outras (Camargo & Bellotto, 1996). O formato abrange as características físicas de apresentação, técnicas de registro e estrutura informacional do documento, conforme conceituado no DBTA (2005, pp.94).

O suporte é entendido como o material sobre o qual a informação é registrada, como papel, vidro ou filme fotográfico, de acordo com a definição do DBTA (2005, pp.159). A cromia refere-se à coloração predominante do documento, permitindo classificações entre imagens monocromáticas e policromáticas, conforme discutido por Camargo (2007). Por fim, o total de itens representa a menor unidade documental, intelectualmente indivisível, mesmo quando integrada a dossiês ou processos maiores (DBTA, 2005, pp.110).

Após serem quantificados a partir dos critérios metodológicos, foi possível relacionar os gêneros documentais que compõem o acervo e sua somatória.

Quadro 1: Mensuração por Gênero documental

Gênero	Total de Itens
Iconográfico	27.461
Textual	2.176
Bibliográfico	320
Realia	101
Audiovisual	40
Cartográfico	2
Total	**30.101**

Fonte: Elaboração própria (2025).

O levantamento identificou a predominância do gênero iconográfico, correspondendo a 91,23% do total dos documentos, contra 7,23% do gênero textual. A disparidade quantitativa reforça a necessidade de priorizar procedimentos futuros para identificação e contextualização alinhadas às características (técnicas e linguagem) e motivo de produção das fotografias.

A partir do levantamento realizado quanto aos suportes presentes por gênero documental, identificou-se a utilização de diferentes materiais, conforme a natureza de cada tipo documental.

No gênero iconográfico, constatou-se a predominância de negativos em suporte plástico (acetato de celulose) e ampliações fotográficas, incluindo formatos específicos como imagens panorâmicas, slides, cromos e diapositivos.

Nos gêneros textual, cartográfico e bibliográfico, verificou-se a presença majoritária de documentos em papel, bem como recortes de jornais, periódicos, livros e folhetos. No gênero audiovisual, foram identificadas fitas magnéticas do tipo VHS.

Por fim, o gênero realia apresentou objetos confeccionados como metal, vidro, couro, plástico e acrílico.

Considerações Finais

O diagnóstico mensurativo possibilitou o reconhecimento da proporção e características do acervo, possibilitando à instituição compreender a composição total. A partir desses dados, foi possível planejar a aquisição de materiais de acondicionamento compatíveis com os suportes identificados, especialmente no contexto de um fundo majoritariamente fotográfico.

Além disso, o levantamento contribuiu para o planejamento da etapa subsequente, a identificação documental, compreendendo as conexões entre os gêneros e os motivos de acumulação e produção. Assim, o estudo contribuiu para reconhecer a estrutura do fundo e alinhar as ações às práticas institucionais, subsidiando a tomada de decisões voltadas à preservação e organização do acervo.

Recomenda-se à Comissão de Registros Históricos pensar em uma Política de Aquisição de Acervos, bem como determinar o perfil do acervo que possa vir a ser incorporado.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram alcançados, ao realizar a quantificação, identificar os gêneros e suportes documentais predominantes e fornecer subsídios para o planejamento e medidas de preservação, contemplando aspectos técnicos e estruturais da instituição.

Ainda sim, devido a escassez de estudos no âmbito da temática, sugere-se cada vez mais investigações, como forma de contribuir para com a literatura e desenvolvimento da área.

Referências

Almeida, M. F. I. D., Valentim, M. L. P., & Vitoriano, M. C. C. P. (2020). Padronização da terminologia arquivística: o diagnóstico de arquivo em foco. Ágora: arquivologia em debate, 30(61).

Almeida, M. F. I. De, & Vitoriano, M. C. D C. P. (2018). Diagnóstico de arquivos e mapeamento da informação: interlocução da gestão documental com a gestão da informação. Em questão, 24(3), 68–95. https://seer.ufrgs.br/index.php/emquestao/article/view/75830.

Assis, A. (2009). Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia [dissertação de mestrado, Universidade Federal de São João Del Rei]. Universidade Federal de São João Del Rei, Bases de Teses e Dissertações – BDTD.

Bellotto, H. L. (1991). Arquivos permanentes: tratamento documental (4ª ed.). A. Queiroz.

Bellotto, H. L. (2006). Arquivos permanentes: tratamento documental. Editora FGV.

Brasil. (2005). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Arquivo Nacional.

Brasil. (2006). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Arquivo Nacional.

Britto, A. C. L., & Corradi, A. A. (2017). Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. PontodeAcesso, 11(3), 148-169).

Camargo, A. M., & Bellotto, H. L. (1996). Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz.

Camargo, A. M., & Goulart, S. (2007). Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: instituto fernando henrique cardoso.Campos, J. F. G. (2013). Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. Informação & Informação, 18(2), 150-167. http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n2p150.

Casa de Oswaldo Cruz. (2016). Manual da organização. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz.

Cassares, N.C., & Moi, C. (2000). Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: arquivo do estado / imprensa oficial.

Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do brasil. (1998). Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do cpdoc. Editora FGV.

CPDOC. (1998). Metodologias de organização dos arquivos pessoais – a experiência do CPDOC (4ª ed.). Editora FGV,

Crivelli, R., & Bizello, M. L. (2021). Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. Acervo, 34(1), 131-153.

Delmas, B. (2010). Arquivos para quê? Textos escolhidos. Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Fernandes Junior, R. (2003). Labirintos e identidades: panorama da fotografia no Brasil (1946-1998). Cosac & Naify.

Flusser, V. (1985). Filosofia da Caixa Preta (pp.92). Hucitec.

Fundação Oswaldo Cruz. (2015). Manual de organização de arquivos pessoais. Fiocruz/COC.

Gadelha, A. S. (2017). O diagnóstico em arquivos e sua relação com a gestão de documentos no setor público. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 13, 395-418.

Heymann, L. (2013). Arquivos pessoais em perspectivas etnográficas. Travancas *et al.* Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa (pp.284). Fundação Getúlio Vargas.

Le Goff, J. (1993). História e memória. Unicamp.

Lehmkuhl, C. S. (2021). Registros civis no brasil frente às funções arquivísticas [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Bases de Teses e Dissertações – BDTD..

Lehmkuhl, C. S., & Rodrigues, J. V. (2024). Preservação/conservação de plantas de engenharia: elaboração de instrumento para diagnóstico arquivístico. Archeion online, 12(1).

Lima, M. L. (2009). A gênese do arquivo fotográfico de Sebastião Leme: uma leitura da acumulação [tese de doutorado], Universidade Estadual Paulista. Repositório da Universidade Estadual Paulista, Lopes, l. C. (2009). A nova arquivística na modernização administrativa. Brasília: projecto editorial.

Lopez, A. P. A. (2003). Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. Gragoatá, 8(15).

Macedo, P. L. P. (2018). Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais [tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Bases de Teses e Dissertações – BDTD.

Maran, M. F. I. A. (2023). Mapeamento Arquivístico: uma proposta conceitual e metodológica para ambientes organizacionais [tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório, Universidade Estadual Paulista.

Maran, M. F. I. A. & Vitoriano, M. C. C. P. (2024). Mapeamento arquivístico: uma proposta conceitual e metodológica para ambientes organizacionais. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, 14(3), 194-208. https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/72424/40791.

Martins, P. R., Lunardelli, R. S. A., & Aleixo, D. V. B. S. (2023). Organização de arquivos pessoais: uma revisão de teoria e práticas. Officina – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, 2(2), 85-108. https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/77/59.

Moneda Corrochano, M. (1995). El archivo de empresa: un concepto integrado. Em A. A. Ruiz Rodriguez . (Ed.), manual de archivística (pp. 235-262). Madrid: Sintesis.

Paes, M. L. (2004). Arquivo: teoria e prática (3ª ed.). Editora FGV.

Silveira, J. (2013). Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. Revista Ágora, 23(47), 140-161.Sousa, R. T.B. , Araújo Júnior, R. H., & Leite, c. H. (2024). Diagnóstico da situação arquivística: um modelo conceitual. Informação arquivística, 9(1), 53–77. https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/165.

Troitiño, S. M. R. (2017). De interesse público: política de aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos. Revista do Arquivo, 2(4), 41-48. http://arquivistica.fci.unb.br/au/de-interesse-publico-politica-de-aquisicao-de-acervos-como-instrumento-de-preservacao-de-documentos/.

NOTAS

[1] Filme dirigido por Rodrigo Grota e produzido pela empresa audivisual Nosso Quintal. Disponivel em: https://sebastiaoleme.com.br/index.php/cinema/

PRESERVAÇÃO DIGITAL DE ARQUIVOS PESSOAIS DIGITAIS: UM ESTUDO DE LITERATURA

Thiago Rafael Martins, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0009-0006-9476-8775, Brasil, thiago.rafael@unesp.br

Vagner Domingues da Silva, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0003-2571-5232, Brasil, vagner.domingues@unesp.br

Daniela Antonio Ribeiro, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0009-0008-8629-3241, da.ribeiro@unesp.br

Natália Marinho do Nascimento, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0002-0770-2035, Brasil, natalia.nascimento@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6596

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

Em um cenário marcado pela crescente digitalização da vida cotidiana, a preservação de arquivos pessoais digitais assume contornos críticos e complexos. Fotografias, documentos nato-digitais, correspondências eletrônicas, registros em redes sociais e outros artefatos digitais se constituem não apenas vestígios da memória individual, mas também como parte integrante do patrimônio cultural e histórico contemporâneo. Contudo, a efemeridade dos suportes digitais, a obsolescência tecnológica acelerada e a falta de conscientização sobre práticas de preservação colocam em risco a perenidade desses acervos (Hawking, 2013, pp.13). Nesse contexto, a preservação digital emerge como um campo de estudo urgente e interdisciplinar, situado na intersecção entre Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, tecnologia da informação e dados.

Para Antunes e Lehmkhul (2024), os aspectos inerentes à preservação digital destacam a disparidade de infraestrutura e conhecimento técnico exigido ao tratar-se dos arquivos pessoais digitais. Ao contrário das instituições, os indivíduos enfrentam desafios relacionados às questões como, escolha de formatos mais estáveis, migração de dados e privacidade. As escolhas impactam a integridade e acessibilidade dos acervos.

Dessa forma, esta pesquisa busca responder: Como a literatura da Ciência da Informação e Arquivologia tem abordado, em termos teóricos e práticos, a preservação digital de arquivos pessoais digitais?

Como objetivo geral, pretendeu-se analisar as principais discussões e abordagens presentes na literatura da Ciência da Informação e da Arquivologia, acerca da preservação digital de arquivos pessoais.

Quanto aos objetivos específicos: a) Discutir como a literatura da Arquivologia e da Ciência da Informação tem conceituado a preservação digital no contexto dos arquivos pessoais; b) Analisar os marcos teóricos e autores que tratam da preservação digital de arquivos pessoais; c) Examinar os principais desafios e perspectivas apontados na literatura sobre o tema.

A relevância desta pesquisa sustenta-se na emergência de discutir a preservação de acervos pessoais digitais como um desafio contemporâneo que ultrapassa a esfera individual, atingindo dimensões sociais, culturais e históricas. Em um mundo cada vez mais digital, acervos pessoais têm o papel da representação da memória, bem como fontes primárias para a compreensão de práticas sociais, identidades e transformações tecnológicas (Hawking, 2013). Desse modo, a pesquisa justifica-se pela necessidade crítica de analisar o conhecimento produzido sobre preservação digital de arquivos pessoais na era das transformações digitais.

Preservação digital

A preservação digital está relacionada diretamente ao documento digital. No entanto, devido à frequente confusão entre os conceitos de documento digital e documento eletrônico. Desse modo, é essencial esclarecer essa diferença.

Segundo Bodê (2016), o documento eletrônico é aquele produzido ou reproduzido por meios eletrônicos, podendo incluir componentes eletrônicos em seu suporte. Já o documento digital é um subconjunto dos documentos eletrônicos, caracterizando-se pelo uso da tecnologia digital em sua criação e reprodução, o que implica a utilização de equipamentos computacionais e *softwares*. Por isso, definir o que é um documento digital é uma tarefa desafiadora, visto que envolve a análise de aspectos operacionais.

Um documento digital é o equivalente a uma sequência de códigos binários registrados em algum tipo de tecnologia de memória, que, por sua vez, são organizados de acordo com determinado formato de arquivo computacional e mensurado através da quantidade de *bytes* total desse arquivo. Dependendo do tipo de conteúdo, haverá outras características específicas como a representação de cores, som ou texto. A interpretação desses códigos para humanos ocorrerá através de sistemas computacionais de software e hardware (Bodê, 2016, pp. 13).

A preservação do documento digital, em comparação com a do tradicional, demandará abordagens diferenciadas. No caso do documento convencional ou tradicional, é essencial considerar os agentes de degradação do papel, como fatores químicos, físicos e biológicos, entre outros. Já para o documento digital, outros aspectos devem ser analisados.

Considerando o processo e o contexto histórico das fases documentais, percebe-se que o documento digital apresenta complexidades que continuam a representar um desafio para os profissionais. Algumas instituições já produzem parte de seus documentos em ambientes digitais e mantêm acervos híbridos. Dessa maneira, no caso dos documentos digitais, eles precisam ser armazenados em sistemas que garantam a sua autenticidade, visto que metadados específicos de preservação são adicionados, garantindo uma rastreabilidade de tudo que aconteceu com o documento desde a sua produção (Macie *et al.*, 2024). Para Santos *et al*. (2015, pp.243) "a preservação digital configura uma série de procedimentos sistematizados, sincronizados a fim de garantir o acesso contínuo em longo prazo aos documentos. Para isso, procede-se à implementação das estratégias de preservação digital".

Grácio (2012) menciona que não só a obsolescência tecnológica se constitui em um desafio para a preservação digital, mas também a cultura de preservação digital que deve ser uma realidade nas instituições, o elevado custo das ações de preservação, que exigem recursos financeiros permanentes nos orçamentos, a implantação de modelo de gestão, que atenda às características da preservação digital. Portanto, uma política de preservação digital deve ser criada com o auxílio de uma equipe interdisciplinar que discuta o caminho e as bases que a instituição deverá seguir para alcançar os resultados esperados.

No caso dos documentos pessoais, a compreensão das estratégias e a criação de uma política de preservação digital também é imprescindível, afinal, nesta política serão definidos os metadados ideais para a preservação digital, os prazos de *backup* e revisão de formatos etc. Para Romão *et al.* (2024), a classificação e a nomeação de documentos, de maneira consciente, ajudam na localização rápida e efetiva das informações necessárias para os indivíduos.

Uma prática que tem sido muito utilizada por indivíduos, e que se constitui em solução eficaz para a preservação a longo prazo, é o armazenamento em nuvem, mas, até mesmo no armazenamento em nuvem, os documentos precisam ser gerenciados a fim de garantir a sua preservação (Romão *et al.*, 2024).

Segundo Bodê (2016, pp.1), os documentos digitais são artefatos relativamente recentes, cuja presença se tornou significativa apenas nas últimas décadas. Esses documentos podem ser nativos digitais ou resultados da digitalização de suportes tradicionais, como papel ou fotografias.

Assim, Arellano (2004, pp.15) destaca que a preservação de documentos digitais depende tanto do contexto tecnológico, em que foram criados, quanto da solução adotada para sua

manutenção, considerando os custos envolvidos. Além disso, a perenidade desses documentos está atrelada à sua capacidade de continuar atendendo às funções e usos atribuídos ao longo do tempo.

Nesse sentido, Antunes e Lehmkhul (2024) compreende a preservação digital de arquivos pessoais como um processo que vai além do aspecto técnico, envolvendo a manutenção do acesso contínuo aos registros familiares, culturais e individuais, com implicações na transmissão de conhecimento e na formação de identidades. A autora ainda destaca a importância de considerar o usuário futuro e a necessidade de garantir a autenticidade e fidedignidade dos documentos preservados, entendendo a preservação como um instrumento de continuidade informacional entre gerações.

Arquivos Pessoais

Os arquivos pessoais, no âmbito da Arquivologia, historicamente têm representado um desafio significativo em seu tratamento técnico e teórico. Essa complexidade decorre, sobretudo, da predominância de características informais em sua constituição, tanto no que se refere aos processos de acumulação documental quanto à diversidade de tipologias, em contraste com os arquivos institucionais normatizados que seguem lógicas burocráticas (Barros, 2011).

Em definições clássicas, Macêdo e Oliveira (2016) afirmam que os arquivos pessoais refletem convenções sociais e contextos históricos particulares de cada produtor. Silva (2022) complementa essa visão ao definir os arquivos pessoais como conjuntos documentais polissêmicos, originados de múltiplas relações sociais e atividades individuais, com valor informativo permanente.

Nesse sentido, Bellotto (2004) aponta a diversidade de gêneros e suportes documentais, como textuais, audiovisuais, iconográficos, produzidos por indivíduos, cujos acervos contêm informações capazes de contribuir para o avanço científico, artístico e social. Ademais, ao observar o contexto digital, torna-se possível compreender os arquivos pessoais digitais

No contexto contemporâneo, de acordo com Hawkins (2013, pp.23), os arquivos pessoais digitais ampliam a percepção social e coletiva sobre o que deve ser preservado. Assim, democratizam a forma de pensar a documentação pessoal, desde sua gestão até sua preservação a longo prazo. O autor destaca que "a capacidade de criar, coletar e preservar arquivos pessoais agora foi estendida a bilhões de pessoas em todo o mundo, e um número crescente delas está preocupado com o destino de seus dados a longo prazo", enfatizando ainda que "os arquivos digitais pessoais democratizam o acesso ao futuro e, para alguns, atendem ao profundo desejo humano de deixar um legado" (Hawkins, 2013, pp.23).

Os arquivos pessoais digitais podem ser entendido, segundo Redwine (2015, pp.7), como conjunto formal de registros digitais produzidos e acumulados cotidianamente, abrangendo desde conteúdos aparentemente triviais, como mensagens de texto ou *e-mails*, até documentos de alto valor afetivo, que cumprem uma atividade ou histórico, como vídeos familiares, fotografias ou documentos oficiais (civil) nato-digitais. Redwine (2015, pp.7) ainda destaca a natureza dinâmica do valor atribuído aos arquivos pessoais digitais, afirmando que os documentos inicialmente considerados triviais podem adquirir relevância histórica, emocional ou probatória com o tempo. Desse modo, a mutabilidade impõe desafios significativos à preservação, especialmente diante do volume crescente de dados. A imprevisibilidade quanto ao valor futuro dos registros torna o processo de seleção, especialmente, complexo.

Nessa perspectiva, ao pensar nos arquivos pessoais digitais, é necessário relacionar com a preservação digital, no qual assumirá o papel basilar no arquivamento de documentos digitais. Lynch (2013, pp.2) destaca que, embora os avanços na preservação digital sejam fundamentais para o arquivamento digital pessoal e possam influenciar seu desenvolvimento, essa área traz consigo novas questões que vão além do aspecto técnico. O autor ressalta que muitos desses desafios não são predominantemente tecnológicos, indicando que o arquivamento digital pessoal envolve dimensões mais amplas e complexas

que ultrapassam os limites da preservação digital tradicional.

Segundo Antunes e Lehmkhul (2024), a preservação de arquivos pessoais digitais apresenta desafios específicos, uma vez que indivíduos, ao contrário das instituições, geralmente, não dispõem de infraestrutura adequada ou conhecimento técnico para garantir a integridade e acessibilidade de seus acervos. Assim, aspectos como a escolha de formatos estáveis, migração de dados e privacidade tornam-se importante para a perenidade desses documentos.

No cenário brasileiro, os debates ainda são recentes. No contexto dos arquivos pessoais, em 2022, a Fundação Getúlio Vargas promoveu o "Seminário Internacional de Arquivos Pessoais: debates contemporâneos". Um dos focos foi as transformações digitais e seus impactos, no qual um dos Grupos de trabalhos abordou os desafios e estratégias frente à era digital (FGV, 2022).

Na perspectiva da preservação digital, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em sua obra "Temas de Pesquisa em Preservação Digital" (2024), destaca como um dos temas relevantes à "Preservação Digital no âmbito dos dados pessoais". Segundo o instituto, a rápida evolução tecnológica gerou um aumento significativo de dados pessoais, como fotos, vídeos, documentos e correspondências eletrônicas, exigindo reflexões sobre como assegurar sua segurança, acessibilidade e preservação a longo prazo, tanto para a memória coletiva quanto para a identidade individual (IBICT, 2024, pp.221).

Marcos teóricos e abordagens da preservação digital: a democratização do legado digital

A era digital transformou fundamentalmente a maneira como os indivíduos criam, interagem e armazenam informações, levando às novas concepções sobre legado e memória. A discussão acadêmica sobre o tema reflete essa mudança, com uma diversidade de conceitos sendo propostos para entender e enfrentar os desafios da preservação de acervos pessoais digitais.

A proliferação de dispositivos e serviços digitais resultou em uma acumulação sem precedentes de "pertences digitais" pessoais, que se tornam parte integrante da vida de um indivíduo e, em muitos casos, transcendem sua existência. Este fenômeno é explorado a partir da noção de que a crescente capacidade de criação e compartilhamento de mídias digitais transformou o conceito de legado e a necessidade de sua preservação.

O estudo de Marshall *et al.* (2006) abordou o conceito de "pertences digitais" (*digital belongings*) para descrever o conjunto de artefatos digitais, registros institucionais e mídias que compõem o contexto da vida de uma pessoa. Os autores destacam um paradoxo: enquanto a capacidade de preservar o patrimônio cultural e os registros institucionais avançou, os pertences digitais pessoais permanecem em risco. Nesse sentido, o legado digital refere-se à capacidade de cada indivíduo gerar um vasto corpo de material digital significativo ao longo de sua vida e para além dela (Marshall *et al.*, 2006). A pesquisa identificou dois fatores de risco para o legado digital (Arquivos pessoais digitais):

- **Negligência Benigna (*Benign Neglect*)**: Refere-se à tendência dos usuários de confiar em táticas de replicação diárias para manter seus pertences digitais seguros, sem implementar consistentemente estratégias de preservação de longo prazo, muitas vezes levando à perda (Marshall *et al.*, 2006).
- **Princípios Populares (*Folk Principles*)**: Crenças comuns de que as pessoas têm sobre a replicação, seleção, manutenção, perda e substituição de pertences (objetos) digitais, muitas vezes, em contradição com suas práticas diárias (Marshall *et al.*, 2006).

Nesta perspectiva, o estudo de Minarso *et al.* (2023) define o conceito de Arquivamento Digital Pessoal (ADP), como acervos ou documentos de material digital criadas, coletadas e curadas por indivíduos, e não por instituições. A ADP consiste em "nada mais do que determinar o que devemos salvar, como e onde devemos armazená-lo, e que tipo de trabalho as pessoas devem fazer para manter suas coleções digitais vivas" (Minarso *et al.*, 2023, pp.457).

A democratização, sob essa ótica, implica a necessidade de conscientização sobre a preservação de arquivos pessoais, para evitar a perda de informações com valor histórico e cultural (Minarso *et al.*, 2023). Os autores conduziram uma revisão sistemática da literatura, analisando oito trabalhos relevantes sobre o tema. Os resultados revelaram que as estratégias de ADP variam entre os estudos, mas se concentram, principalmente, na replicação e na criação de cópias físicas (Minarso *et al.*, 2023).

A replicação inclui duplicar arquivos em mídias removíveis (USB, DVD, Nuvem), armazenar em diferentes locais ou versões, copiar conteúdo para outro computador ou fazer *backup* de todo o sistema (Minarso *et al.*, 2023). Os dispositivos de armazenamento digital mais utilizados pelos respondentes são os *offline*, como computadores pessoais, discos rígidos móveis ou *pen drives* USB, enquanto os produtos de armazenamento em nuvem são os principais dispositivos *online*. E-*mails, websites* pessoais e plataformas sociais também são usados para armazenar arquivos pessoais digitais (Minarso *et al*., 2023).

A conscientização sobre a importância do ADP existe, embora a gestão nem sempre esteja totalmente alinhada com as práticas ideais, e o foco está em dados considerados importantes. Nesta problemática, a conscientização influencia a prática e o comportamento de ADP (Minarso *et al.*, 2023).

Yan *et al.* (2018) realizaram uma revisão de literatura a fim de discutir a relação entre a Gestão de Informação Pessoal (PIM) e o Arquivamento Digital Pessoal (ADP). A Gestão de Informação Pessoal (*Personal Information Management* - PIM) é entendida como um processo para capturar, armazenar, organizar e recuperar informações individuais para auxiliar nas tarefas cotidianas (Jones, 2008 citado em Yan *et al.*, 2018).

A organização e manutenção de coleções de informações pessoais (PICs) é uma parte da PIM, incluindo documentos em papel, eletrônicos e notas manuscritas (Yan *et al.*, 2018). O Arquivamento Digital Pessoal (*Personal Digital Archiving* - PDA) é uma parte dos arquivos digitais, criada por qualquer pessoa, que inclui todas as posses do indivíduo, como fotografias digitais, textos e e-mails (Redwine, 2015 citado por Yan *et al.*, 2018). O ADP é um subconjunto do PIM, ambos precisam considerar o comportamento informacional do indivíduo, com a recuperação sendo influenciada pela memória. As coleções de PDA devem estar ligadas aos hábitos de PIM dos indivíduos. Enquanto o PIM trata de uma gama maior de conteúdos, o ADP refere-se apenas aos dados digitais (YAN; SUN; ZHAO, 2018).

Mičunović *et al.* (2016) buscou explorar as atitudes, hábitos e práticas da população trabalhadora croata em relação à curadoria digital de dados pessoais, focando em sua conscientização sobre a organização e preservação de dados digitais. Uma pesquisa de pequena escala foi realizada entre novembro de 2015 e janeiro de 2016, utilizando um questionário *online* distribuído por redes sociais e *e-mails* para a população empregada na Croácia, com idade entre 18 e 65 anos. Os autores apresentam a curadoria digital como uma estratégia contínua de manutenção e preservação de dados, que agrega valor a longo prazo e visa garantir acesso sustentável às informações. Enfatizando a importância de cada indivíduo assumir a responsabilidade pela organização e salvaguarda de seus próprios documentos digitais (Mičunović *et al.*, 2016). Embora haja consciência da importância da preservação digital pessoal, a aplicação prática é inconsistente. A evolução da tecnologia, facilita, mas também cria confusão na escolha de ferramentas e estratégias (Mičunović *et al.*, 2016).

As práticas de organização mais comuns incluem atribuição de metadados (53,3%) e organização em pastas (17,2%). A maioria (87,7%) faz *backup*, principalmente de documentos textuais e multimídia pessoal. Uma porcentagem menor de entrevistados usa serviços de nuvem (37,4%), e mais de 40% consideram-nos não confiáveis, apontando preocupações com a privacidade e a acessibilidade. A maior parte dos entrevistados (75,4%) nunca pensou no que acontecerá com seus pertences digitais após a morte, e 57% não têm certeza se gostariam que fossem acessíveis.

Schoenebeck e Conway (2020, pp.168) utilizaram a teoria de avaliação arquivística

como “uma estrutura para a preservação de dados, com o objetivo de destacar o controle, poder, subjetividade e emoção nas práticas de computação que tratam o armazenamento de dados como um centro de custo neutro ou objetivo”. O estudo realizou entrevistas com 17 adultos (idades entre 51 e 72 anos), que estão em uma fase de transição da vida, focando em suas experiências e memórias que valem a pena de serem mantidas ou descartadas. A decisão sobre o que armazenar e o que descartar não é neutra, mas sim um ato que molda a identidade individual e social (Schoenebeck & Conway, 2020).

Existe uma desconexão entre o que as pessoas pensam ser um arquivo pessoal e o que realmente acontece quando a agência e o controle são dispersos e distribuídos em plataformas tecnológicas (Schoenebeck &; Conway, 2020). A duração é um critério importante para o arquivamento: nem todos os dados devem ser salvos, nem devem ser salvos para sempre (Schoenebeck & Conway, 2020). Empresas de tecnologia, ao assumir (propositadamente ou não) o papel de arquivo, exercem poder imenso sobre o legado pessoal e cultural, sem aceitar a responsabilidade de proteger memórias e valores individuais (Schoenebeck & Conway, 2020).

Os dados digitais são uma forma de legado, especialmente quando carregados de valores individuais, como emoções e relações. A democratização, portanto, está na possibilidade de cada pessoa construir seu próprio legado (acervo) ao documentar sua vida com dados digitais (Schoenebeck & Conway, 2020).

Thomas e Martin (2006) atuaram no projeto *PARADIGM*. O projeto de dois anos foi uma colaboração entre a *Bodleian Library* e a *John Rylands University Library*, processando materiais híbridos (papel e digital) e usando fluxos de trabalho sugeridos pelo modelo OAIS. Como objetivo, buscou-se explorar como os arquivistas poderiam selecionar, adquirir, processar, armazenar, preservar e fornecer acesso aos arquivos digitais de indivíduos para uso de futuros pesquisadores, utilizando os papeis de políticos britânicos contemporâneos como laboratório (Thomas & Martin, 2006). Este cenário é impulsionado pelo crescimento exponencial na criação de coleções digitais pessoais, como imagens, arquivos de música, *sites* e *blogs* (Thomas & Martin, 2006).

Ao contrário dos registros organizacionais, o gerenciamento de registros pessoais não pode ser imposto por legislação ou política de empresa, tornando o trabalho com criadores de arquivos pessoais um desafio único (Thomas & Martin, 2006). O envolvimento precoce dos arquivistas no ciclo de vida dos registros é um princípio importante para os arquivos digitais, embora isso desafie a postura tradicionalmente passiva dos arquivistas (Thomas & Martin, 2006). A natureza "pessoal" dos arquivos de políticos é um "empreendimento conjunto" com assistentes e *speechwriters*, distanciando o registro da "voz autêntica" do político principal e levantando questões de direitos autorais e privacidade (Thomas & Martin, 2006, pp.40, 293, 295).

Enquanto Japzon (2008), por sua vez, investigou a infraestrutura em evolução do armazenamento de informações digitais pessoais e suas implicações para a preservação de longo prazo. A pesquisa envolveu participantes que preencheram duas matrizes de informação pessoal para coletar dados sobre tipos de conteúdo digital e locais de armazenamento (dispositivos e serviços *web*).

Em seguida, foram feitas perguntas sobre valor e estratégias de preservação digital, utilizando a técnica de "horizontes de fontes de informação". Um conceito que se concentra em “como as pessoas avaliam objetivamente o valor de diferentes fontes por meio de construções espaciais, adaptado para entender a subjetividade e a interpretação situacional dos fatores espaciais no comportamento de busca de informações” (Japzon, 2008, pp.1, 363).

A análise inicial demonstrou que, indivíduos estão coletando uma grande diversidade de tipos de conteúdo digital e os armazenando de forma distribuída em múltiplos dispositivos digitais e serviços web (Japzon, 2008). O uso de serviços *web* é motivado pelo desejo de compartilhar informações pessoais e de transferir o ônus do armazenamento de dispositivos pessoais para serviços web corporativos (Japzon, 2009). A maioria dos participantes demonstra ambivalência em relação à preservação digital e à necessidade de abordar questões de acesso a longo prazo

de suas informações pessoais (Japzon, 2008). Os participantes não selecionam ativamente formatos de arquivo; eles usam os formatos padrão criados pelos dispositivos digitais ou aplicativos de *software,* que estão utilizando (Japzon, 2008).

A Gestão de Informação Pessoal surge como um termo genérico, em que abrange os processos diários de coleta, armazenamento, organização e acesso a objetos digitais por indivíduos (Tramullas *et al.*, 2009).

A PIM é vista como uma atividade individual, operacional e mediada pela tecnologia, que lida com qualquer tipo de informação digital (Tramullas *et al.*, 2009). O estudo avalia a adequação de ferramentas de *software* para mapas conceituais, como uma resposta aos problemas da Gestão de Informação Pessoal (PIM) (Tramullas *et al.*, 2009).

Para isso, foi realizada uma avaliação qualitativa de ferramentas de *software* de mapas conceituais (como IHMC *Cmap Tools*, VUE, *FreeMind* e *Xmind*) em relação à sua capacidade de gerenciar uma coleção genérica de informação pessoal, incluindo documentos, e-mails, arquivos gráficos e marcadores (Tramullas *et al.*, 2009). A pesquisa identificou os seguintes pontos, as ferramentas de *software* para PIM carecem de definição precisa, integração pautada e padronização de protocolos de intercâmbio, forçando os usuários a utilizarem diversas ferramentas (Tramullas *et al.*, 2009).

Falhas de memória (retrospectiva e prospectiva) são problemas enfrentados pelos usuários ao tentar lembrar onde e como armazenaram informações (Tramullas *et al.*, 2009). As ferramentas de *software* para mapas conceituais, em suas versões atuais, não estão preparadas para gerenciar informações pessoais de forma eficiente, apresentando carências em mecanismos de visualização, etiquetagem semântica e integração com outras ferramentas de *desktop* (Tramullas *et al.*, 2009).

No estudo de Yoon (2013), foi investigada a percepção de blogueiros de viagem sobre o valor de seus *blogs* e os elementos considerados importantes para a preservação. Utilizou-se, desse modo, uma pesquisa *online* e entrevistas semiestruturadas de acompanhamento. As perguntas da pesquisa foram desenvolvidas com base em instrumentos de pesquisa anteriores e abordaram atividades básicas de *blog*, avaliação de valor, elementos de "propriedades significativas" e comportamentos: preservação (Yoon, 2013, pp.178, 521). O autor discutiu os conceitos de Conteúdo Gerado pelo Usuário (*User-Generated Content* - UGC): Conteúdo online produzido por criadores amadores e disponibilizado publicamente na *internet*, refletindo um "certo esforço criativo" e criado fora de rotinas profissionais (Wunsch-Vincent & Vickery, 2007 citado em Yoon, 2013).

As Propriedades Significativas (*Significant Properties*) apresentam características essenciais de um objeto digital, que devem ser preservadas ao longo do tempo para garantir sua acessibilidade, usabilidade e significado contínuos (Wilson, 2007 citado em Yoon, 2013). Essas propriedades são categorizadas em conteúdo, contexto, aparência, estrutura e comportamento (Yoon, 2013).

Os blogueiros atribuem o maior valor aos seus *blogs* como diários pessoais, que contêm sua história e memórias (Yoon, 2013). Os subconjuntos de valores pessoais incluem autoexpressão, manutenção de memórias e pensamentos, e manutenção de registros familiares (Yoon, 2013). O compartilhamento também é um valor subjacente, com muitos blogueiros apreciando a interconexão e a capacidade de compartilhar experiências e ideias (Yoon, 2013). A maioria dos blogueiros (74,8%) expressou interesse em disponibilizar seus *posts* para uso futuro, e muitos desejam doar seus *blogs* para arquivos ou instituições (Yoon, 2013).

Os elementos mais importantes para preservação são: conteúdo autoral (texto e fotos que possuíam e postaram), seguido por vídeo e áudio autorais (Yoon, 2013). Dentre eles, o conteúdo copiado teve a menor importância (Yoon, 2013). A cronologia do *blog* é um elemento estrutural importante, pois estabelece uma continuidade entre os *posts* e os eventos externos (Yoon, 2013). A maioria dos blogueiros (86,8%) prefere preservar a versão final dos *posts* editados, com pouca preocupação com versões intermediárias (Yoon, 2013).

As estratégias de preservação incluem salvar *posts* copiados em discos rígidos pessoais ou mídias externas, imprimir *blogs* como livros ou usar serviços de arquivamento comercial (Yoon, 2013). O Conteúdo Gerado pelo Usuário (CGU), em plataformas como *blogs* e redes sociais, é reconhecido como parte das coleções digitais pessoais, refletindo memórias, atividades e pensamentos (Yoon, 2013).

Nesse sentido, há uma discrepância entre o valor percebido e a capacidade de preservar elementos valiosos. Enquanto a pesquisa indicou menor importância para elementos de *design*, alguns entrevistados expressaram desejo de preservar a "aparência e sensação" originais de seus *blogs*, apesar das dificuldades (Yoon, 2013).

A natureza pessoal do conteúdo dos *blogs* exige que as perspectivas do criador sejam incorporadas nas decisões de avaliação e preservação, o que pode não se alinhar com os valores dos arquivistas. A importância de preservar o CGU está na possibilidade de rastrear os "traços humanos" na *web* e compreender as vidas individuais para futuras pesquisas, consolidando a democratização do legado digital (Yoon, 2013).

Os Desafios para Além da Tecnologia

A preservação digital pessoal estende-se para além dos aspectos técnicos, englobando complexidades relacionadas à avaliação de valor, à distribuição de dados, às práticas humanas e às implicações sociais e culturais. Assim, os desafios transcendem a dimensão puramente tecnológica e são importantes para a compreensão do problema.

Um dos desafios centrais está na dificuldade de gestão. A acumulação de materiais digitais é mais problemática do que a de materiais físicos, e os pertences digitais são inerentemente distribuídos em diferentes mídias e locais (Marshall *et al.*, 2006). As questões curatoriais padrão, como a criação de metadados e a migração de formatos, são magnificadas no ambiente do consumidor. Além disso, fatores como a influência de *malware* e a dependência de suporte técnico informal complicam o arquivamento (Marshall *et al.*, 2006).

As dificuldades comportamentais e cognitivas também são significativas. Muitas pessoas enfrentam critérios de seleção pouco claros e inconsistências na organização (Minarso *et al*., 2023), além da "fadiga/sobrecarga de informação", que gera relutância em investir energia na curadoria (Minarso *et al*., 2023).

Há uma "discrepância" notável entre a concordância teórica sobre a importância da curadoria adequada e a aplicação prática de ações concretas, como a exclusão regular de documentos desnecessários (Mičunović *et al.*, 2016). A maioria dos usuários não está ciente da necessidade de gerenciar seus arquivos digitais pessoais, o que resulta em gerenciamento inadequado, arquivos altamente distribuídos e sem rotulagem sistemática (Yan *et al.*, 2018).

Ademais, o controle sobre os dados representa outro desafio complexo. Schoenebeck e Conway (2020) revelam um "desconexo" entre a percepção das pessoas sobre um arquivo pessoal e o que realmente acontece com os dados quando o controle é disperso entre plataformas tecnológicas. As empresas de tecnologia assumem o papel de arquivistas sem um mandato de bem público, e os usuários têm pouco controle sobre os dados coletados sem seu consentimento explícito (Schoenebeck & Conway, 2020). Essa falta de controle é particularmente problemática em relação a experiências traumáticas, onde o desejo de esquecer entra em conflito com a persistência dos dados no arquivo (Schoenebeck & Conway, 2020).

Outro desafio está nas questões de custo, direitos e privacidade. O custo da preservação digital pode ser proibitivo, e a complexidade de estabelecer a infraestrutura necessária é um grande obstáculo (Thomas & Martin, 2006). As questões de direitos de propriedade intelectual (DPI) e privacidade são amplificadas pela atualidade dos registros (Thomas & Martin, 2006). Além disso, a proteção da privacidade e a falta de orientação e treinamento em ADP são preocupações significativas (Minarso *et al.*, 2023).

Finalmente, a ambivalência do próprio usuário é um fator complicador. Muitos demonstram uma notável ambivalência em relação à preservação digital e à necessidade de abordar questões que contribuam para o acesso a longo prazo de suas informações pessoais (Japzon, 2008). Essa atitude, muitas vezes, decorre da

falta de compreensão sobre os aspectos práticos do armazenamento de dados (Mičunović *et al.*, 2016) e de uma "consciência fraca" e "falta de iniciativa" (Xiangjun, 2018).

A abordagem individual à preservação digital é marcada por uma complexidade de comportamentos, percepções de valor e estratégias, muitas vezes, inconsistentes, moldadas por fatores emocionais, crenças e o contexto tecnológico. Entender como os indivíduos interagem com seus pertences digitais é fundamental para o desenvolvimento de soluções eficazes.

Os indivíduos empregam diversas estratégias para gerenciar seus acervos. A principal delas é a replicação de conteúdo em vários níveis, como mídias removíveis, diferentes pastas no mesmo computador, sites de mídia social e backups de sistema (Minarso *et al*., 2023). A criação de cópias impressas (*hard copies*) também é uma prática comum (Minarso *et al.*, 2023). No entanto, embora relatem estratégias como *backup* e replicação, os usuários raramente as implementam de forma consistente (Marshall *et al.*, 2006).

As estratégias básicas identificadas (*backups* de sistema, movimentação de arquivos, replicação em mídias removíveis, uso de *e-mail* como armazenamento e retenção de computadores antigos) não garantem a segurança a longo prazo (Marshall *et al.*, 2006). Observa-se, nesse sentido, uma "fatalidade" e "desamparo" em relação às mudanças tecnológicas, ao lado de um "otimismo notável" sobre a incorruptibilidade do digital, mesmo diante de experiências de perda de dados (Marshall *et al.*, 2006).

Desse modo, a motivação para preservar é heterogênea. A principal razão para manter arquivos digitais é a necessidade de "reutilização" dos dados, seguida pelo "valor sentimental" (Mičunović *et al.*, 2016). O valor é um conceito nuançado, influenciado pelo esforço criativo, impacto emocional e dificuldade de substituição (Marshall *et al.*, 2006). O "impulso básico" humano de salvar e proteger artefatos como evidência de sua presença no mundo é um motor poderoso (Schoenebeck & Conway, 2020). Desejos como desenvolver o eu, preservar a memória e deixar um legado impulsionam as decisões de salvamento (Schoenebeck & Conway, 2020). O valor pessoal é frequentemente expresso através de temas como "afeto", "família" e "empreendimentos criativos" (Schoenebeck & Conway, 2020). Para os blogueiros, o maior valor atribuído aos seus *blogs* é pessoal e sentimental, seguido pelo valor informacional e cultural/histórico (Yoon, 2013).

No entanto, existe uma dualidade na consciência dos indivíduos. Por um lado, há uma "conscientização" sobre a importância da ADP (Minarso *et al*., 2023), e uma grande maioria (quase 88%) considera importante preservar seu conteúdo digital pessoal, acreditando que essa responsabilidade é sua (79,9%) (Mičunović *et al.*, 2016). Por outro lado, a gestão real nem sempre está alinhada com as melhores práticas (Minarso *et al*., 2023), e muitos arquivos pessoais digitais são criados "casual ou inadvertidamente" (Yan *et al.*, 2018). A falta de conscientização sobre os riscos leva a arquivos mal gerenciados, distribuídos e sem rótulos sistemáticos (Yan *et al.*, 2018). Surpreendentemente, muitos participantes de um estudo não sentiram que seus dados digitais refletiam seu legado (atividades), vendo a mídia social mais como uma ferramenta para conectar do que para arquivar suas vidas (Schoenebeck & Conway, 2020). Universitários chineses, no entanto, demonstraram uma "atitude positiva" em relação à ADP, considerando a informação relacionada à vida pessoal como a mais digna de preservação permanente (Xiangjun, 2018).

A paisagem da preservação digital pessoal é marcada por uma série de obstáculos técnicos e estruturais, que dificultam a salvaguarda eficaz do patrimônio digital. Estes desafios emergem da natureza intrínseca dos dados digitais, da evolução tecnológica e das limitações das infraestruturas existentes.

Assim, a acumulação de materiais digitais ocorre de forma "precipitada e inadministrável". Os pertences digitais são fundamentalmente "distribuídos" em diferentes computadores, aplicativos e mídias de armazenamento, incluindo as desatualizadas (Marshall *et al.*, 2006). Os problemas de "curadoria" padrão, como o gerenciamento de arquivos em agregado, a criação de metadados e a migração de formatos, são "magnificados" no ambiente do consumidor (Marshall *et al.*, 2006). Da mesma

maneira em que o conteúdo digital depende da tecnologia, e as rápidas mudanças tecnológicas "colocam nossos dados digitais em risco" (Mičunović *et al.*, 2016). Os desafios incluem a "obsolescência de formatos de arquivo" e software, "danos de *software* ou *hardware*", "exclusões acidentais", "arquivos de dados danificados", "riscos de vírus" e "degradação física da mídia de armazenamento" (Minarso *et al.*, 2023). A dependência de *hardware* e *software* específicos torna a preservação digital mais difícil que a de documentos em papel (Thomas & Martin, 2006).

Outro desafio, está justamente nas escolhas de formatos e suportes. Os usuários tendem a utilizar os "formatos padrão", criados pelos dispositivos e aplicativos, em vez de fazer uma seleção ativa baseada na preservação (Japzon, 2008). Muitos formatos, especialmente de *e-mails*, são "proprietários", "incompatíveis" entre si, "obsoletos" ou "ilegíveis" para softwares modernos (Jääskeläinen *et al.*, 2017).

A "migração de formato" é "complicada demais" para o usuário médio (Jääskeläinen *et al.*, 2017). O *software* existente para a GIP "não responde adequadamente" ao comportamento do usuário, carecendo de integração e soluções globais (Tramullas *et al.*, 2009).

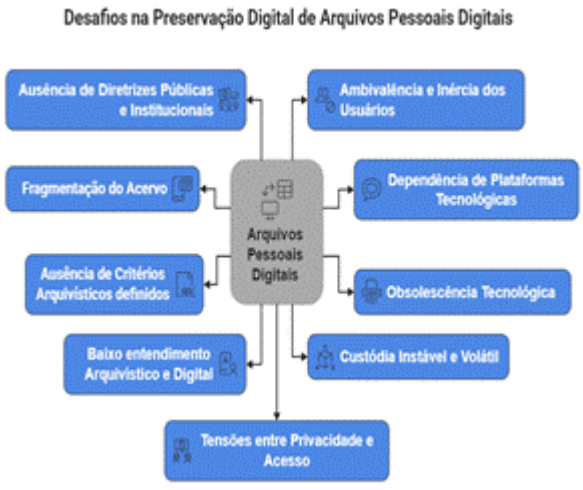
Além disso, a preservação digital é "custosa e complexa", sendo um compromisso de longo prazo (Thomas & Martin, 2006). O acesso a longo prazo não é suportado pela metáfora atual do *desktop* (Marshall *et al.*, 2006). Os sistemas de gerenciamento arquivístico carecem de "integração" com os sistemas de preservação digital (Yan *et al.*, 2018).

Além de refletir sobre a natureza e a função dos documentos pessoais, deve-se considerar os espaços de poder e as estruturas responsáveis por sua guarda. Há um "crescente desconexo" entre a percepção dos arquivos pessoais e o que acontece quando o controle é distribuído entre plataformas tecnológicas (Schoenebeck & Conway, 2020). As empresas de tecnologia estão se tornando "arquivistas de fato" sem um mandato para o bem público (Schoenebeck & Conway, 2020). Os cidadãos comuns são forçados a depender de "*drives* em nuvem com termos e condições duvidosos" ou de dispositivos portáteis não confiáveis (Jääskeläinen *et al.*, 2017).

Nesse cenário marcado pela dependência de plataformas e pela fragmentação dos arquivos pessoais digitais, emergem ainda desafios relacionados à própria compreensão e valorização documental na sociedade contemporânea. Assim, a falta de compreensão dos aspectos práticos da preservação é um problema (Mičunović *et al.*, 2016). Muitas vezes, há uma "falta de compreensão clara" sobre o que são os arquivos pessoais na era digital e qual seu valor para a sociedade (Shulga, 2021). Isso resulta em uma ausência de "critérios de avaliação" claros e "capacidades tecnológicas" para a recepção desses documentos (Shulga, 2021).

Por fim, à frente da complexidade evidenciada nos estudos sobre a preservação digital de arquivos pessoais, observa-se que os desafios enfrentados não se restringem à esfera tecnológica, mas envolvem questões cognitivas, comportamentais, institucionais e sociais. A multiplicidade de fatores discutidos ao longo deste subcapítulo revela um cenário fragmentado, no qual os indivíduos operam sem diretrizes claras, utilizando estratégias inconsistentes e dependendo de estruturas tecnológicas instáveis. Nesse contexto, torna-se pertinente sintetizar visualmente os principais entraves que afetam a gestão e a longevidade dos arquivos digitais pessoais, conforme ilustra o modelo a seguir.

Figura 1: Desafios na Preservação Digital de Arquivos Pessoais Digitais



Fonte: Elaboração própria com base em Marshall *et al.* (2006), Mičunović, Marčetić e Krtalić (2016), Schoenebeck e Conway (2020).

Perspectivas Futuras e Estratégias

Diante dos complexos desafios da preservação digital pessoal, a literatura aponta para a necessidade de abordagens decentralizadas e colaborativas. As estratégias propostas visam avançar na gestão e salvaguarda dos Arquivos pessoais digitais, combinando soluções tecnológicas, educacionais e institucionais. Dentre elas, destacam-se:

4- **Desenvolvimento de Ferramentas e Serviços Centrados no Usuário**: Propõe-se um modelo de serviço de arquivamento "semi-automatizado" que utilize "noções heurísticas de valor" para interpretar a importância dos arquivos com base em fatores como esforço criativo e impacto emocional (Marshall *et al.*, 2006). O futuro está em uma "solução de arquivo digital de baixo custo e em grande escala para o cidadão comum", com "*design* centrado no usuário" (Jääskeläinen *et al.*, 2017). Tais sistemas devem ter "migração automática de formato" e usar padrões como o PDF/A para garantir a preservação a longo prazo (Jääskeläinen *et al.*, 2017). As "tecnologias semânticas", como o *Semantic Desktop*, são vistas como uma solução para integrar a GIP de forma consistente (Tramullas *et al.*, 2009).

4- **Colaboração e Educação**: É sugerido um "modelo de cooperação tripartite" entre "usuários da *web*", "profissionais da informação" e "ISPs" (Provedores de Serviços de *Internet*) (Yan*et al.*, 2018; Xiangjun, 2018). Nesse modelo, os profissionais da informação atuariam como uma "ponte", traduzindo as necessidades dos usuários para os desenvolvedores (Yan*et al.*, 2018; Xiangjun, 2018). As "bibliotecas e arquivos" são vistas como instituições que podem ajudar educando e aconselhando o público (Mičunović *et al.*, 2016). A organização de "oportunidades adicionais de diálogo" com os cidadãos, como *workshops*, é uma estratégia importante (Shulga, 2021).

4- **Novas Abordagens Arquivísticas**: É necessário "desenvolver novas abordagens arquivísticas" que enfatizem o aspecto "individual e idiossincrático" dos materiais pessoais (Yoon, 2013). Isso inclui "centrar ativamente as emoções" nas práticas arquivísticas, o que pode revelar injustiças estruturais (Mičunović *et al.*, 2016). Defende-se que as pessoas "deveriam poder ditar a duração" do salvamento dos dados sobre elas (Schoenebeck & Conway, 2020). A pesquisa futura deve unir estudiosos de arquivos e designers de tecnologia para "fundir" as construções teóricas de avaliação de valor com as demandas das plataformas digitais (Schoenebeck & Conway, 2020).

4- **Padrões e Melhores Práticas**: O desenvolvimento de "protocolos" que interliguem os procedimentos arquivísticos com o modelo OAIS torna-se importante (Thomas & Martin, 2006). Uma vez que um "manual de práticas recomendadas *online*" com diretrizes para indivíduos sobre *backup*, formatos de arquivo e nomenclatura é uma estratégia concreta para o futuro (Thomas & Martin, 2006). A "intervenção precoce" com os criadores de registros é um princípio norteador para garantir a sobrevivência dos arquivos digitais pessoais (Thomas & Martin, 2006).

Diante das estratégias discutidas, observa-se que o futuro da preservação digital de arquivos pessoais demanda ações integradas que articulem o avanço tecnológico com a participação ativa de profissionais da informação, desenvolvedores e usuários. As soluções apontam para a necessidade de uma adaptação e contextualização das práticas arquivísticas, que reconheça as camadas dos acervos pessoais e promova a inclusão de perspectivas multiculturais no processo de preservação digital.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico. De acordo com Gil (1991), Marconi e Lakatos (2016) e Manzo (1971), a pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já elaborados e publicados, como livros, artigos científicos, periódicos, teses e outros documentos, sendo essencial, tanto para a definição e resolução de problemas já conhecidos, quanto para a investigação de áreas ainda pouco exploradas.

Como técnica de coleta de dados, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, a partir de buscas em bases de dados acadêmicas como *E-prints in Library & Information Science (E-LIS)*, *OpenAlex* e a *Base de Dados em Ciência da Informação (*BRAPCI*)*.

Para orientar a seleção e análise dos textos, foi elaborado um protocolo de revisão que delimitou critérios e termos de busca. As palavras-chave utilizadas foram: *Personal Digital Archiving (Archive)* com truncamento AND *Digital Preservation*, bem como *Personal Digital Information AND Digital Preservation*. As buscas foram limitadas aos idiomas inglês e português, com foco em publicações pertinentes ao tema.

A seleção dos artigos considerou os seguintes critérios de inclusão: (1) textos que abordassem a preservação digital em arquivos pessoais; (2) estudos que discutissem os principais desafios relacionados à preservação digital nesse contexto; e (3) trabalhos que apresentassem estratégias aplicáveis à preservação de acervos pessoais digitais. A partir dessa triagem, os textos selecionados foram organizados para análise e interpretação, à luz dos objetivos propostos pela pesquisa.

Discussões dos resultados

Análise da literatura revela, como resultado, uma clara dicotomia entre o aumento na produção de acervos digitais pessoais e a capacidade de preservá-los a longo prazo. Estudos como os de Marshall *et al.* (2006) e Minarso *et al.* (2023) demonstram que, embora os indivíduos acumulem um volume significativo de “pertences digitais”, estes permanecem em risco devido à uma lacuna entre a percepção de importância e a aplicação de estratégias eficazes de preservação. Esse fenômeno evidencia que a democratização da criação de arquivos pessoais digitais, enquanto direito social e acessível a todos não foi acompanhada por uma evolução equivalente das práticas e ferramentas para sua salvaguarda, resultando em um potencial de perda da memória individual e coletiva.

O segundo resultado aponta o comportamento humano como um fator relevante na vulnerabilidade do arquivo pessoal digital. As investigações de Mičunović *et al.* (2016) e Japzon (2008) convergem na identificação de ambivalência e inconsistência por parte dos indivíduos. Conceitos como a "negligência benigna" (Marshall *et al.*, 2006) e a "fadiga de informação" (Minarso *et al.*, 2023) impõem que, apesar de reconhecerem o valor dos seus dados, os produtores adotam táticas de preservação pontuais, como a replicação simples, sem um plano consistente. A motivação para preservar, ainda que ligada a aspectos emocionais e identitários (Schoenebeck & Conway, 2020; Yoon, 2013), é frequentemente limitada pela complexidade percebida do processo.

Emergem também, como terceiro resultado/apontamento, os desafios técnicos e estruturais do ecossistema digital enquanto obstáculos à preservação de arquivos pessoais digitais. A literatura aponta consistentemente para a obsolescência de *hardware*, *software* e formatos como uma ameaça (Minarso *et al.*, 2023; Thomas & Martin, 2006). A natureza distribuída dos acervos, espalhados por múltiplos dispositivos e serviços (Japzon, 2008), amplia os problemas de curadoria.

Um quarto resultado, de cariz social e institucional, revela uma transferência de responsabilidade para as plataformas tecnológicas. O estudo de Schoenebeck e Conway (2020) destacam o "desconexo" entre a agência do indivíduo e o controle exercido por empresas que atuam como "arquivistas de facto", sem um mandato ético correspondente. Esta dinâmica levanta questões de privacidade, direitos de propriedade intelectual e controlo sobre a própria produção documental (Thomas & Martin, 2006).

A confiança dos utilizadores em serviços corporativos para o armazenamento (Japzon, 2008) cria uma dependência que influencia o que pode ser preservado, colocando a gestão e

a posse da memória pessoal e cultural em entidades comerciais.

Por fim, a análise agregada da literatura aponta como quinto resultado a necessidade de uma abordagem multidimensional e colaborativa para o futuro da preservação digital pessoal. As soluções propostas vão além da tecnologia e sugerem uma nova abordagem. Autores como Yan *et al.* (2018) e Mičunović *et al.* (2016) propõem modelos de cooperação entre produtores, profissionais da informação e desenvolvedores. Defende-se, nesse sentido, o desenvolvimento de ferramentas centradas no produtor, com processos automatizados, e a importância de as instituições de memória assumirem um papel ativo na educação do público.

Portanto, a democratização da preservação digital consolida-se, assim, como um instrumento social que ultrapassa a esfera institucional para abranger os arquivos pessoais na era digital. A sua concretização, contudo, depende de uma articulação fundamentada entre três pilares, a inovação tecnológica, a disseminação da literacia digital e o desenvolvimento de teorias arquivísticas que coloquem a agência do indivíduo no centro do processo.

Mediante o exposto, para se pensar na preservação de arquivos pessoais, é preciso atentar-se para o arquivamento pessoal digital. Conforme os apontamentos da literatura, algumas iniciativas possibilitam que produtores comuns incorporem a preservação digital em seus documentos. Entre as estratégias de preservação, pode-se elencar o entendimento da *Digital Preservation Coalition* (DPC), que, diante dos desafios da "negligência benigna" e da rápida mudança tecnológica, propõe um ciclo de ações para uma gestão ativa dos acervos.

A abordagem da DPC materializa-se em um modelo prático. A primeira fase, "**Identificar e Centralizar"**, responde ao desafio de gerenciar e organizar conteúdos espalhados por múltiplos dispositivos. A ação consiste em localizar todos os arquivos importantes; transferir dados de mídias antigas como CDs; baixar o que for relevante de e-mails e redes sociais, e reunir todo o material em um único local, como uma pasta central no computador.

A segunda fase, a curadoria, ocorre em **"Selecionar e Descartar"**. Esta etapa envolve escolher os arquivos com maior valor, um critério que depende do julgamento do próprio produtor e irá refletir a intencionalidade dos arquivos pessoais. A decisão sobre o que será preservado é, portanto, uma escolha pessoal. Na prática, isso significa eliminar o que não for considerado pertinente para a guarda, como fotos repetidas ou documentos que já cumpriram seu valor primário. A eliminação de documentos duplicados, em particular, é uma recomendação explícita para prevenir confusão e otimização do espaço de armazenamento.

As etapas seguintes focam na sustentabilidade e acessibilidade do arquivo. Em **"Classificar e Descrever"**, o objetivo está em criar uma arquitetura de informação pessoal que seja lógica e consistente. Isso se manifesta em dois níveis, ou seja, na estrutura de pastas e na nomeação dos arquivos. A estruturação em pastas, seja por data, por evento ou por tipo de arquivo, deve seguir uma lógica que seja intuitiva e sustentável para o próprio produtor, pois o sistema só é eficaz se for mantido.

O critério principal, portanto, deve ser sempre a facilidade de recuperação futura. No nível do documento de arquivo, recomenda-se o uso de nomes descritivos e padronizados, seguindo uma "fórmula uniforme ou similar que inclua informações descritivas" (DPC). Desse modo,a prática impõe ordem, bem como garante a preservação de funcionalidades valiosas do meio digital, como a capacidade de realizar uma busca por texto completo, algo impossível em documentos impressos.

A etapa final, referente ao salvamento de cópias e ao gerenciamento do acervo, compreende a aplicação de medidas técnicas voltadas à durabilidade e continuidade do acesso aos documentos digitais. Entre as estratégias adotadas, destaca-se a prática da redundância, operacionalizada pelo modelo conhecido como "regra 3-2-1", segundo o qual recomenda-se manter três cópias de cada documento, armazenadas em dois tipos distintos de mídia, sendo uma dessas cópias localizada fora do ambiente principal do produtor. Esta lógica visa garantir a recuperação do acervo em situações de falha, perda ou indisponibilidade de um dos suportes.

Dessa maneira, para mitigar o risco da dependência de empresas de tecnologia, recomenda-se diferenciar o papel de cada lugar de custódia digital, ou seja, pode-se pensar nos sistemas de nuvem como "*softwares* de acesso", ideais para a sincronização e o uso corrente, enquanto mídias físicas sob controle direto, como armazenamentos externos, podendo ser pensado como locais de "guarda permanente". Dentro desta estrutura, recomenda-se que uma das cópias de guarda seja designada como cópia matriz, que deve ser mantida com o mínimo de alterações para servir como a versão de guarda preventiva de preservação do acervo.

A implementação desta estratégia, no entanto, exige um planejamento prático e contextualizado à realidade de cada pessoa. Recomenda-se que o produtor crie um inventário simples dos documentos sob sua guarda e mapeie o espaço de armazenamento de que dispõe e de que precisará no futuro. Além da cópia inicial, a gestão contínua é o que garante a perenidade. Isso inclui a migração periódica de todo o acervo para novas tecnologias, ação importante para evitar a obsolescência de *hardware* e *software*, e o planejamento sucessório, que define como pessoas de confiança poderão acessar os documentos no futuro, resolvendo o desafio das senhas e do acesso.

Em consequência, para ilustrar a estratégia de preservação apresentada, a Figura 2 "*Ciclo da Preservação Digital no Arquivamento Pessoal Digital*" sistematiza as etapas contínuas envolvidas na preservação de arquivos pessoais na era digital. O modelo apresentado foi adaptado a partir das recomendações da Digital Preservation Coalition (DPC, 2021), reunindo de forma cíclica e integrada as ações de identificar, selecionar, organizar e gerenciar arquivos, com objetivo da manutenção do acesso e da integridade dos dados ao longo do tempo.

Figura 2: Ciclo da preservação digital no arquivamento



Fonte: adaptado a partir das recomendações da Digital Preservation Coalition (DPC, 2021).

Isto posto, conforme as discussões apresentadas, pensar em arquivos pessoais na era digital ainda é algo incipiente no contexto da Ciência da Informação e da Arquivologia. No entanto, ao entender os arquivos pessoais como Arquivo, assim portadores de concretudes informacionais para a memória, a identidade local e a representação histórica de seu tempo e contexto, torna-se evidente que as instituições de arquivo e memória devem orientar a população em geral sobre medidas e práticas conscientes de preservação de seus documentos pessoais. Compreendendo que a Arquivologia se põe como a ciência dos contextos, não se deve pensar em ações padronizadas que sirvam para todos independentemente de suas realidades, mas sim em como entender a demanda do usuário e em como ele deve se reconhecer frente à sua própria produção e acumulação documental de caráter pessoal.

Considerando que os processos tecnológicos são crescentes e mutáveis, é necessário abandonar a passividade dos lugares de memória. Como aponta Le Goff (1998), é preciso repensar o papel da memória como algo vivo, no qual passa pela educação do usuário.

Uma vez que se compreende a importância de preservar seu legado como cidadão e sujeito informacional, o indivíduo poderá reconhecer arquivos, bibliotecas e museus não como espaços distantes ou institucionais, mas como

lugares que também lhe pertencem, ou seja, espaços de memória que carregam o direito de ser lembrado.

Portanto, pensar na preservação digital de arquivo pessoal digital não deve ocorrer como algo técnico ou especializado, mas como uma prática cidadã, acessível e necessária. Cabe às instituições e aos profissionais da informação atuar na mediação desse processo, pensando em soluções técnicas, bem como no fortalecimento de uma cultura de preservação que valorize a experiência, a identidade e a memória de cada sujeito em sua singularidade.

Considerações Finais

Embora o tema da preservação digital de arquivos pessoais ainda esteja em ascensão no contexto acadêmico, torna-se cada vez mais necessário discutir seu papel social. Como demonstrado ao longo deste estudo, os desafios enfrentados vão além da esfera tecnológica, adentrando camadas profundas do comportamento humano, das relações sociais e da forma como a sociedade lida com a informação na era digital. Entender os arquivos pessoais digitais como manifestações da nova era da tecnologia da informação é reconhecer que a tecnologia não é neutra, mas sim reflexo direto das percepções, avanços e escolhas humanas ao longo do tempo.

Diante disso, os arquivos pessoais não devem mais ser vistos apenas aos olhares de guarda, mas como expressões legítimas da memória individual e coletiva. O campo arquivístico, por sua vez, precisa assumir um papel ativo na mediação entre sujeitos, tecnologia e memória. Isso implica pensar em estratégias que integrem tecnologia, educação e democratização arquivística, não apenas para garantir a preservação dos documentos, mas para valorizar o contexto e a intencionalidade de seus produtores.

Torna-se importante direcionar o olhar para a literacia digital da sociedade, compreendendo que os acervos produzidos hoje, muitas vezes de forma não planejada, poderão no futuro compor fontes para a pesquisa histórica, social e cultural. Assim, preservar arquivos pessoais digitais não é apenas uma ação técnica, que é apenas responsabilidade de seu produtor mas sim um verdadeiro ato de cidadania. Trata-se de garantir que memórias, experiências e legados de pessoas não se percam diante da efemeridade tecnológica.

Por fim, reafirma-se que o desafio da preservação digital de arquivos pessoais não é exclusivo do campo técnico ou acadêmico, mas atravessa a própria maneira como a sociedade escolhe lembrar, registrar e construir sua história. Fortalecer uma cultura arquivística que inclua os sujeitos informacionais como produtores sociais é uma urgência que nos interpela no presente e nos projeta para o futuro.

Referências

Antunes, N., & Lehmkuhl, C. S. (2024). Desafios e estratégias: preservação digital em arquivos pessoais. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/256377.

Arellano, M. (2004). Preservação de documentos digitais. Ciência da Informação, 33(2). http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/305.

Arellano, M., Estela, F., & Santos, A. Temas de pesquisa em preservação digital. Brasília: IBICT, 2024.

Barros, T. H. B. (2011). As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. Ponto de Acesso, 5(1).

Bellotto, H. L. (2004). Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Bodê, E. C. (2016). Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 9(2), 503-516. https://doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2425.

Fundação Getúlio Vargas. (2022). Seminário Internacional de Arquivos Pessoais: debates contemporâneos. Recuperado em: https://eventos.fgv.br/seminario-internacional-de-arquivos-pessoais-debates-contemporaneos.

Gil, A. C. (1991). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Grácio, J. C. A. (2012). A preservação digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Hawkins, D. (Ed.). (2013). Personal archiving: preserving our digital heritage. Medford, NJ: Information Today Inc.

Jääskeläinen, A., Kosonen, M., & Uosukainen, L. My precious information – how to preserve it? IS&T Archiving 2017, p. 1–5, 2017.

Japzon, A. (2008). Personal Digital Information: What? Where? Why? Content types, Storage locations, and Motivations. Proc of Assoc for Info.

Jones, W. (2008). Keeping found things found: the study and practice of personal information management. San Francisco, Morgan Kaufmann Publishers Inc.

Le Goff, J. (1998). História e memória. Campinas: Editora da Unicamp.

Lynch, C. (2013). The future of personal digital archiving: defining the research agendas. In D. T. Hawkins (Ed.), Personal archiving: preserving our digital heritage. Medford, NJ: Information Today Inc.

Macêdo, P. P., & Oliveira, L. M. V. de. (2016). As práticas documentárias e inscrições sociais nos arquivos pessoais. In XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB, Bahia. Anais [...]. Bahia: ANCIB.

Macie, G. C., Nascimento, N. M., Madio, T. C. C. (2024). Arquitetura e recuperação da informação: uma abordagem do sistema integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da Universidade Eduardo Mondlane. Em Questão, 30, 1-27.

Manzo, A. J. (1971). Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanistas.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2016). Fundamentos de metodologia científica (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

Marshall, C. C., Bly, S., & Brun-Cottan, F. (2006).The Long-Term Fate of Our Digital Belongings: Toward a Service Model for Personal Archives. In: Archiving 2006: Final Program and Proceedings. Springfield, VA: Society for Imaging Science and Technology. pp. 25-30.

Mičunović, M., Marčetić, H., & Krtalić, M. (2016). Data organization and preservation in the context of digital and networked media: public's attitudes, habits and practices in relation to digital curation of personal digital data. Libellarium, 9(2), 109–129.

Minarso, C., Salim, T. A., Rahmi; Abdullah Sani, M. K. (2023). Strategies and Challenges of Personal Digital Archiving (PDA) in the Digital Era. In: TAMBUNAN, S. M. G. (Ed.). AHS-APRISH 2019, ASSEHR 753. pp. 457–471.

Redwine, G. (2015). Personal Digital Archiving. Great Britain: Digital Preservation Coalition. (DPC Technology Watch Report, 15-01). Disponível em: http://dx.doi.org/10.7207/twr15-01. Acesso em: 18 jul. 2025.

Santos, H. M. et al. (2015). Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas. Revista Acervo (Arquivo Nacional), 28(20).

Schoenebeck, S.,& Conway, P. (2020). Data and Power: Archival Appraisal Theory as a Framework for Data Preservation. Proc. ACM-Comput. Interact., 4(5), n. CSCW2,.

Silva, L. dos S. (2022). A organização do arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes: desafios e perspectivas. OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, 1(2).

Shulga, T. V. (2021). From the Experience of Studying Practices of Creating and Preserving Digital Records of Personal Provenance in the Context of Archival Work on the Personal Collections. Vestnik Arkhivista,(2), 508–519.

Thomas, S. & Martin, J. (2006) Using the papers of contemporary British politicians as a test bed for the preservation of digital personal archives. *Journal of the Society of Archivists*, 27, (1), 29–56.

Tramullas, J., Sánchez-Casabón, A. I., & Garrido-Picazo, P. (2009, nov/dez). Gestión de información personal con software para mapas conceptuales. El Profesional de la Información, 18(6), 601–612.

Wunsch-Vincent, S. & Vickery, G. (2007). Participative web and user-created content: web 2.0, wikis and social networking. Working Party on the Information Economy. OECD/OCDE. http://www.oecd.org/document/40/0,3746,en_2649_34223_39428648_1_1_1_1,00.htmlThe.

Xiangjun, F. (2018). The Behavior and Perception of Personal Digital Archiving of Chinese University Students. Universal Journal of Management, 6(9), 304–317, 2018.

Yan, M., Sun, T., & Zhao, C. (2018). The Relation between Personal Digital Archiving and

Personal Information Management. In: 2nd International Conference on Innovations in Economic Management and Social Science (IEMSS 2018). pp. 190.

Yoon, A. (2013). Defining What Matters When Preserving Web-Based Personal Digital Collections: Listening to Bloggers. The International Journal of Digital Curation, 8(1), 173–192.

ANÁLISIS TEMÁTICO DE LA INFORMACIÓN SOBRE SALUD MENTAL PUBLICADA EN TIKTOK

Zhexian Zhu, Facultad de Ciencias de la Documentación de Universidad Complutense de Madrid, 0009-0002-8404-5937, España, *zhexianz@ucm.es*

Michela Montesi, Universidad Complutense de Madrid, https://orcid.org/0000-0002-5509-2075, España, mmontesi@ucm.es

Doi: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6597

Introducción y Referencial Teórico

En la última década, el auge de las plataformas digitales ha reconfigurado profundamente las formas en que se produce, distribuye y consume información relacionada con la salud mental. La emergencia de espacios virtuales como TikTok, Instagram, YouTube y Twitter ha transformado el ecosistema comunicativo, permitiendo que tanto profesionales como usuarios no especializados participen activamente en la construcción de discursos sobre el bienestar psicológico (Abidin, 2021; Zeng et al., 2021). Estas plataformas funcionan como entornos sociotécnicos donde se entrecruzan dinámicas de autoexpresión, algoritmos de recomendación y procesos de validación social, lo cual introduce nuevas oportunidades, pero también desafíos importantes para la difusión responsable del conocimiento en salud mental.

Numerosos estudios han documentado los beneficios potenciales del uso de redes sociales para la promoción del bienestar psicológico. Estas plataformas ofrecen espacios accesibles y relativamente seguros donde los usuarios pueden compartir experiencias personales, recibir apoyo emocional y acceder a recursos informativos sobre diversos trastornos mentales (Bargh & McKenna, 2004; Primack et

al., 2017). De hecho, se ha observado que la participación activa en comunidades digitales puede contribuir a reducir sentimientos de aislamiento, aumentar la percepción de apoyo social y fomentar estrategias de afrontamiento adaptativas (Naslund et al., 2016; Ellison & Boyd, 2013). En este sentido, las redes sociales se perfilan como canales alternativos —y en muchos casos complementarios— a los sistemas de salud tradicionales, sobre todo para poblaciones jóvenes que enfrentan barreras de acceso a servicios clínicos formales.

Sin embargo, junto con estos beneficios emergen también riesgos considerables. Una preocupación central es la proliferación de desinformación y contenidos estigmatizantes que circulan sin regulación efectiva. Lupton (2017) advierte sobre la medicalización trivializada en los discursos digitales, donde diagnósticos complejos como la depresión, el TDAH o el trastorno límite de la personalidad son abordados con superficialidad, dando lugar a malentendidos clínicos y autodiagnósticos erróneos. Asimismo, Corrigan et al. (2019) subrayan que la exposición repetida a contenidos negativos o estereotipados sobre enfermedades mentales puede reforzar actitudes de rechazo y prejuicio, tanto a nivel interpersonal como institucional. Estas dinámicas se ven amplificadas por los algoritmos de personalización, que priorizan la viralidad sobre la veracidad, favoreciendo la exposición a mensajes sensacionalistas o emocionalmente intensos.

TikTok representa un caso paradigmático de esta ambivalencia. Por un lado, permite una democratización del discurso científico mediante formatos audiovisuales breves, creativos y de alto impacto, lo cual ha sido aprovechado por psicólogos, psiquiatras y divulgadores científicos para compartir conceptos, técnicas y consejos sobre salud mental (Rein, 2023; Giedinghagen, 2023). Su estructura modular y su lógica de interacción basada en el sonido, el gesto y la repetición facilitan una comunicación empática y accesible, especialmente entre públicos(Compte & Klug, 2021). Por otro lado, el mismo diseño algorítmico que incentiva la creación de contenidos originales y atractivos puede tener efectos contraproducentes al favorecer la circulación de discursos normativos, comparaciones sociales perjudiciales y trivializaciones del sufrimiento psicológico (Montag & Yang, 2021).

Este fenómeno se agudiza en contextos donde la distinción entre expertos y legos no es fácilmente identificable. En muchas ocasiones, usuarios con una gran cantidad de seguidores generan contenidos que imitan el discurso profesional sin contar con formación acreditada, lo que plantea preguntas relevantes sobre la autoridad epistémica en los entornos digitales. Zhang et al. (2023) destacan que los usuarios no académicos tienen un papel importante en la difusión del conocimiento científico, pero también señalan que la calidad de los contenidos puede verse comprometida cuando se privilegia la viralidad por encima del rigor.

En este contexto, la comunicación científica en plataformas como TikTok no puede analizarse únicamente desde la óptica del contenido publicado, sino también considerando las características del emisor. Existen diferencias sustanciales en el modo en que los perfiles expertos o profesionales, por un lado, y los perfiles no especializados, por otro, abordan los temas relacionados con la salud mental, tanto en términos de lenguaje como de estructura temática e intención comunicativa. Estudios recientes han señalado que los usuarios con credenciales académicas o institucionales tienden a citar fuentes científicas y a mantener una argumentación más estructurada, mientras que otros perfiles priorizan la emocionalidad, las experiencias personales o el contenido visual impactante (Zagovora y Weller, 2025).El objetivo de esta comunicación es examinar en profundidad las temáticas abordadas en las publicaciones de TikTok relacionadas con la salud mental, prestando especial atención a cómo dichas temáticas varían en función del perfil del usuario que las produce y difunde. Se busca, en particular, establecer una comparación sistemática entre los contenidos generados por

profesionales del ámbito de la salud mental —como psicólogos, terapeutas o divulgadores con formación acreditada— y aquellos difundidos por otros tipos de usuarios, tales como influencers, creadores de contenido no especializados o cuentas personales.

Procedimentos Metodológicos

Para analizar las dinámicas temáticas presentes en el discurso sobre salud mental en TikTok, se diseñó una estrategia metodológica mixta que integra técnicas de minería de texto, clasificación manual de perfiles y modelado computacional de tópicos. El objetivo fue identificar estructuras semánticas latentes y patrones discursivos que caracterizan los hashtags empleados por distintos tipos de usuarios, con especial atención a las diferencias comunicativas según su perfil.

2.1 Recolección y depuración de datos

La recopilación de datos se llevó a cabo entre mayo y junio de 2024 mediante la herramienta TikTok Scraper de la plataforma Apify, configurada con un proxy geográfico ubicado en España para garantizar la relevancia cultural y lingüística del corpus. Se extrajeron metadatos públicos de vídeos etiquetados bajo hashtags relacionados con la salud mental, incluyendo el contenido textual, la descripción, el nombre de usuario, los hashtags empleados y las métricas de interacción asociadas (número de "me gusta", comentarios, compartidos, etc.).

El corpus inicial se sometió a un proceso de limpieza y depuración para eliminar entradas duplicadas, vídeos no relevantes o spam, y contenidos sin hashtags. El resultado fue un conjunto final de 1970 entradas únicas, clasificadas posteriormente en función del tipo de perfil emisor.

2.2 Clasificación de perfiles de usuario

La tipología de usuarios se construyó mediante una clasificación manual fundamentada en el análisis cualitativo de los perfiles públicos, implementado por varios investigadores para garantizar la confiabilidad. Se emplearon criterios observables como el número de seguidores, la frecuencia y el tono de publicación, el contenido compartido, las descripciones personales en la biografía, la mención explícita de credenciales académicas o institucionales, así como la continuidad temática en el historial de publicaciones, especialmente en relación con contenidos vinculados a la salud mental.

1. Psicólogos (n = 316; 16,04 %)

Se incluyeron perfiles que se autoidentificaban claramente como profesionales de la salud mental, presentaban títulos universitarios o certificaciones clínicas, y compartían contenido psicoeducativo recurrente. Estos rasgos corresponden a las dimensiones de identidad profesional descritas por Cruess y colaboradores (Cruess et al., 2014; 2016), que enfatizan la coherencia entre autopercepción profesional, comportamiento en plataformas y rol social.

2. Influencers (n = 149; 7,56 %)

Definidos por su capacidad para movilizar audiencias, los influencers suelen generar contenido orientado al bienestar emocional, el desarrollo personal y la promoción de productos o servicios (Kempe et al., 2003; Amedie, 2015). Diversos estudios han propuesto clasificaciones internas dentro de esta categoría, estableciendo umbrales cuantitativos según el número de seguidores (micro: 10 000–100 000; macro: 100 000–1 000 000; mega: > 1 000 000 seguidores; Conde & Casais, 2023). No obstante, en el marco del presente estudio, dichos subniveles no fueron diferenciados, y todos los perfiles con una actividad sistemática de creación de contenidos y una base relevante de seguidores fueron agrupados en una única categoría de análisis. Su actividad suele incluir narrativas personales, publicidad integrada y la construcción de comunidades activas (Gao et al., 2012; Biaudet, 2017), lo cual se alinea con los fenómenos de la plataformización de la experiencia y *visibility labor* (trabajo de visibilidad) descritos por Abidin (2021) y Duffy & Sawey (2022).

3. Replicadores (n = 445; 22,59 %)

Se identificaron como cuentas que se dedican principalmente a la redistribución de contenido generado por otros usuarios, sin aportar elementos de creación original. Su funcionamiento se asemeja al de curadores semiautomáticos, cuya principal función consiste en amplificar mensajes emocionales, inspiracionales o de amplio alcance afectivo, contribuyendo así a su mayor visibilidad y circulación dentro de la plataforma. Este tipo de comportamiento responde a patrones de agregación de información que han sido ampliamente observados en otras redes sociales como Twitter o Facebook (Ferrara et al., 2016; Meta, 2022), y guarda similitudes con el perfil de los agregadores de noticias descrito en estudios previos sobre gestión de contenidos digitales (Chowdhury & Landoni, 2006).

4. Perfiles generales (n = 1000; 50,76 %)

Se trata de usuarios no profesionales, caracterizados por una baja visibilidad en comparación con los influencers y por la ausencia de una especialización temática definida. Su producción de contenido sobre salud mental es esporádica y suele aparecer entremezclada con otros temas diversos o tendencias virales de la plataforma. Estas publicaciones reflejan, en general, experiencias personales compartidas de forma espontánea, sin una coherencia discursiva sostenida ni una estrategia comunicativa claramente identificable.

5. Perfiles no supervisados (n = 60; 3,05 %)

Estos perfiles muestran baja coherencia temática e incluyen contenido erótico, comercial o sensacionalista, sin moderación editorial ni conexión clara con la salud mental. Su objetivo principal es la visibilidad algorítmica mediante contenido llamativo y repetitivo, a menudo incorporando hashtags clínicos de forma oportunista (Chou et al., 2020; Tandoc et al., 2018).

2.3 Modelado temático con BTM (Biterm Topic Model)

Para detectar patrones temáticos en los hashtags empleados, se optó por utilizar el algoritmo Biterm Topic Model (BTM), desarrollado específicamente para superar las limitaciones del popular modelo Latent Dirichlet Allocation (LDA) en contextos de textos breves (George & Birla, 2018; Cheng et al., 2014). A diferencia de LDA, que se basa en la coocurrencia de palabras a nivel de documento, BTM identifica patrones de pares de palabras globales (*biterms*) en todo el corpus, lo cual lo hace especialmente adecuado para analizar hashtags de TikTok, que son generalmente breves, aislados y carentes de contexto discursivo extenso.

Diversos estudios empíricos han confirmado que BTM ofrece una mayor coherencia temática, mejor adaptabilidad y mayor interpretabilidad en dominios de texto corto, como publicaciones en redes sociales (Yan et al., 2013; Cheng et al., 2014).

El modelado se implementó en el entorno de programación R (versión 4.3.1) utilizando el paquete BTM (versión 0.3.7; Wijffels & BNOSAC, 2023). Se realizaron modelos separados para cada tipo de usuario, permitiendo capturar las diferencias temáticas inherentes a cada grupo. Para garantizar la comparabilidad entre categorías y facilitar la interpretación, se fijó un número constante de temas (K = 5) por categoría. Aunque inicialmente se contempló un ajuste automático del número de temas, se optó finalmente por una asignación manual siguiendo las recomendaciones metodológicas de investigaciones previas (Mimno et al., 2011; Blei, 2012; Nuhn et al., 2014; Chang et al., 2009). Esta decisión permitió reducir la complejidad del modelo y asegurar una estructura temática clara y analíticamente manejable.

2.4 Procesamiento y visualización

Los datos de hashtags se estructuraron directamente en forma de biterms para cada conjunto de publicaciones agrupado por tipo de usuario. La ejecución del modelo generó matrices de distribución temática que fueron interpretadas tanto cuantitativa como visualmente, permitiendo identificar los términos más representativos de cada tema.

Para la visualización de las redes semánticas se emplearon los paquetes igraph (Csárdi et al., 2025) y ggraph (Pedersen, 2024), los cuales facilitaron la representación de las relaciones de coocurrencia entre palabras clave. Las figuras generadas mostraron de manera clara la centralidad, conectividad y agrupación semántica de los hashtags predominantes en cada perfil de usuario, ofreciendo una comprensión intuitiva de los clústers temáticos y su distribución interna.

Resultados

Cada una de las siguientes figuras representa una red semántica construida a partir de la coocurrencia de hashtags utilizados por distintos tipos de usuarios en TikTok. En estas redes, los nodos corresponden a hashtags individuales, mientras que las aristas representan la frecuencia con la que dos etiquetas aparecen conjuntamente en un mismo video. La posición de los nodos refleja su nivel de conectividad, y el tamaño indica su frecuencia absoluta. El color de los nodos corresponde a los clústeres temáticos identificados mediante un algoritmo de detección de comunidades, permitiendo visualizar agrupaciones de términos semánticamente relacionados. Estas visualizaciones permiten explorar tanto la

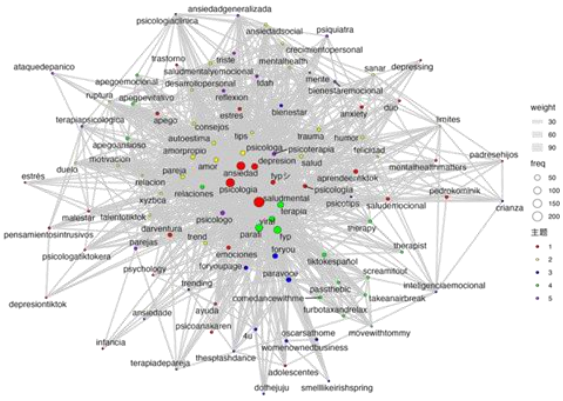
estructura interna del discurso como las estrategias de etiquetado predominantes en cada grupo de usuarios.

Si bien el análisis de coocurrencia de hashtags permitió identificar cinco clústeres temáticos principales mediante técnicas de detección de comunidades, el discurso resultante no se agrupa en categorías claramente delimitadas. Por el contrario, se observa un alto grado de solapamiento semántico entre los temas, lo que refleja un reflejo estructural de las lógicas expresivas propias del entorno de TikTok, donde la emocionalidad, la funcionalidad algorítmica y la visibilidad convergen de forma simultánea. En este contexto, se identifican tres rasgos particularmente reveladores: en primer lugar, la reiteración de etiquetas emocionales como ansiedad, depresión, saludmental, fyp, parati o amorpropio en múltiples temas, lo cual evidencia una homogeneización expresiva que atraviesa los distintos perfiles de usuario. En segundo lugar, la coexistencia de etiquetas de carácter funcional —asociadas a la visibilidad y posicionamiento del contenido, como foryou, viral, fypシ o fyppppppppppp— con expresiones de malestar emocional —como tristeza, sad o bpd— da lugar a una ambigüedad semántica en la que se entrelazan objetivos de difusión con necesidades de expresión subjetiva. Por último, la presencia simultánea de términos en español e inglés debilita aún más la cohesión temática de los clústeres.

Por estas razones, se optó por mantener la codificación cromática de los clústeres para facilitar la visualización e interpretación gráfica.

3.1 Psicólogos

Gráfico 1: Red temática basada en la coocurrencia de hashtags entre psicólogos



Quadro 1: Hashtags más frecuentes entre los psicólogos (Top 20)

Hashtag	Frecuencia	Tema
saludmental	230	1
psicologia	148	1

ansiedad	134	1
parati	103	4
fyp	101	4
depresion	64	1
terapia	63	4
viral	53	4
foryou	37	3
paravoce	32	3
psicologa	27	2
amor	23	2
amorpropio	21	2
fypシ	21	1
psicologo	20	5
aprendeentiktok	19	1
darventura	19	1
foryoupage	17	3
tiktokespañol	17	4
relaciones	16	4

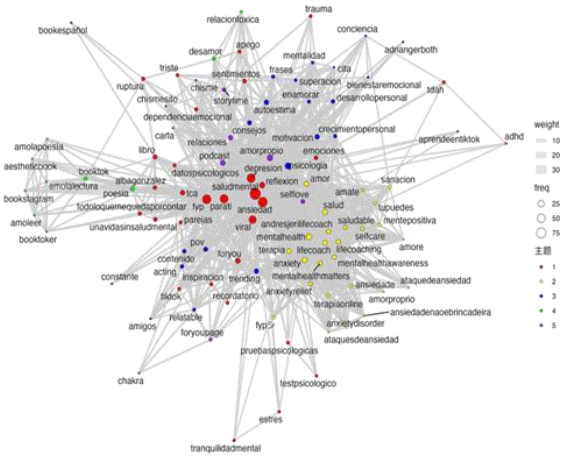
La red semántica correspondiente a los perfiles clasificados como psicólogos presenta una configuración claramente centrada en conceptos clínicos, con una estructura interna de alta densidad. Las etiquetas con mayor frecuencia fueron saludmental (230), psicología (148), ansiedad (134), parati (103) y fyp (101). Estos nodos, además de ser cuantitativamente destacados, se situaron en el centro de la red, mostrando múltiples conexiones con otros términos.

El par con mayor peso fue saludmental–psicología (112), seguido por saludmental–parati (84) y saludmental–fyp (79), lo que indica que estas combinaciones fueron altamente representativas dentro del conjunto discursivo. La densidad de aristas que convergen en estos nodos refleja una fuerte coocurrencia temática. La representación visual confirma esta estructura: los nodos etiquetados en rojo (tema 1) dominan el núcleo de la red, rodeados por etiquetas pertenecientes al mismo clúster, como ansiedad o terapia.

Alrededor de este núcleo profesional, se identificaron etiquetas como aprendeentiktok, bienestar y consejos. Aunque su frecuencia fue relativamente menor, su ubicación en el gráfico sugiere un papel intermedio entre zonas centrales y periféricas. En términos de codificación temática, estas etiquetas se distribuyen entre los temas rojo (1), verde (4) y amarillo (2), lo que indica un cruce entre discurso clínico, contenido educativo y términos de optimización algorítmica.

3.2 Influencers

Gráfico 2: Red temática basada en la coocurrencia de hashtags entre influencers



Quadro 2: Hashtags más frecuentes entre los influencers (Top 20)

Hashtag	Frecuencia	Tema
saludmental	95	1
ansiedad	66	1
fyp	56	1
depresion	51	1
parati	48	1
viral	38	1
psicologia	22	3
amorpropio	18	5
mentalhealth	17	2
reflexion	17	1
anxiety	14	2
foryou	13	1
podcast	13	5
salud	12	2

amor	10	2
andresjerilifecoach	10	2
autoestima	10	3
lifecoach	10	2
mentalhealthmatters	10	2
motivacion	10	3

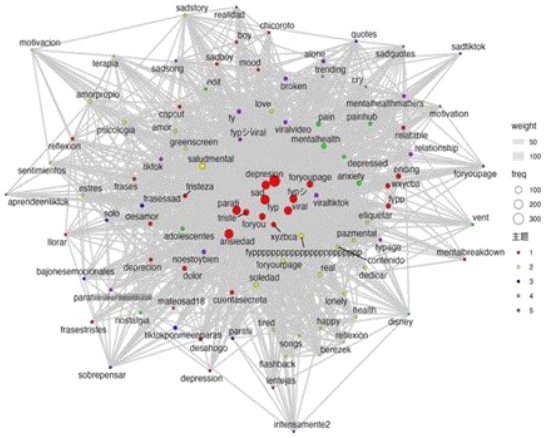
La red generada por los perfiles identificados como influencers presenta una topología más expansiva, con una distribución menos centralizada que la de los psicólogos. Los hashtags más frecuentes fueron saludmental (95), ansiedad (66), fyp (56), depresión (51) y parati (48). Las combinaciones más repetidas fueron parati–fyp (peso = 39), saludmental–ansiedad (37) y saludmental–fyp (35), lo que confirma un uso consistente de etiquetas virales en conjunción con términos psicológicos generales.

Visualmente, se observa una red en la que los nodos de color rojo (tema 1) aún ocupan una posición central, aunque con mayor presencia de nodos amarillos (tema 2) y verdes (tema 4). Este patrón de color sugiere una articulación de múltiples registros discursivos, desde términos clínicos hasta etiquetas motivacionales o de autoayuda. Etiquetas como autoestima, motivación o reflexión aparecen conectadas tanto a los nodos centrales como a otros secundarios.

Asimismo, se detecta la incorporación de etiquetas en inglés como mentalhealth, selflove o lifecoach, las cuales forman subgrupos conectados a nodos centrales pero también dispersos en zonas laterales del grafo. Estas etiquetas, mayoritariamente codificadas en amarillo y azul, indican una estrategia multilingüe en la que coexisten contenidos localizados con otros orientados a audiencias internacionales.

3.3 Replicadores

Gráfico 3: Red temática basada en la coocurrencia de hashtags entre cuentas replicadoras



Quadro 3: Hashtags más frecuentes entre cuentas replicadoras (Top 20)

Hashtag	Frecuencia	Tema
depresion	307	1
fyp	198	1
ansiedad	184	1
parati	155	1
sad	148	1
viral	135	1
fypシ	132	1
foryoupage	75	1
foryou	74	1
triste	64	1
saludmental	56	2
xyzbca	34	1
fypp	32	1
fyppppppppppppppppppppppp	32	2
ending	31	1
mentalhealth	31	4
wxycba	31	1
anxiety	26	4
dolor	24	1
pain	24	4

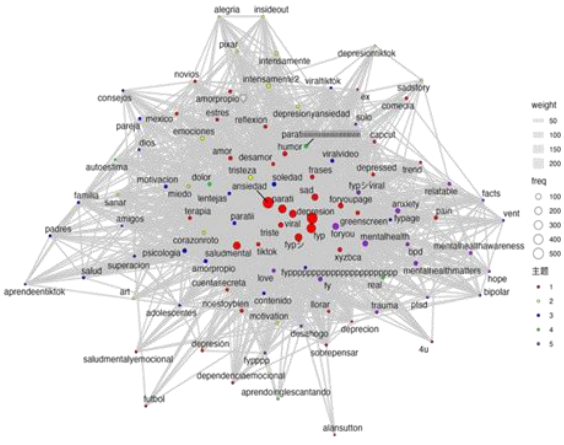
En el caso de los perfiles clasificados como replicadores, la red semántica se caracteriza por una alta centralización y concentración temática en torno a discursos emocionalmente

intensos. Las etiquetas con mayor frecuencia fueron depresión (307), fyp (198), ansiedad (184), parati (155) y sad (148). Los pares con más peso fueron depresión–fyp (135), depresión–sad (126) y ansiedad–parati (105), lo que señala una coocurrencia sistemática entre términos emocionales y etiquetas algorítmicas.

En la representación visual, los nodos centrales aparecen en rojo (tema 1), indicando una alta densidad de hashtags pertenecientes al mismo clúster temático. Estos nodos se encuentran conectados a términos como foryou, viral o fypppppppppppp, los cuales, aunque de naturaleza funcional, ocupan posiciones estructurales clave.El predominio casi exclusivo del tema 1 en esta red refuerza la idea de un enfoque temático intensivo, en el que una selección limitada de términos se repite con alta frecuencia y conectividad. La presencia de hashtags relacionados con tristeza, soledad y frustración —como tristeza, dolor, nostoybien— forma agrupaciones densamente conectadas entre sí. El uso extensivo de hashtags de optimización algorítmica y la presencia limitada de nodos azules o verdes indican una red discursivamente homogénea, centrada en la reproducción de contenidos con fuerte carga emocional y baja variedad temática.

3.4 Perfiles generals

Gráfico 4: Red temática basada en la coocurrencia de hashtags entre usuarios generales



Quadro 4: Hashtags más frecuentes entre los usuarios generales (Top 20)

Hashtag	Frecuencia	Tema
ansiedad	518	1
depresion	495	1
fyp	344	1
parati	248	1
fypシ	197	1
saludmental	196	1
viral	185	1
sad	138	1
foryou	118	5
mentalhealth	79	5
foryoupage	70	1
triste	63	1
anxiety	54	5
humor	51	1
xyzbca	41	1
soledad	40	3
frases	39	1
tristeza	39	2
psicologia	38	3
fy	37	5

La red correspondiente a los perfiles generales presenta una configuración más fragmentada, compuesta por varios clústeres de tamaño medio. Las etiquetas con mayor frecuencia fueron ansiedad (518), depresión (495), fyp (344), parati (248) y fypシ (197). Las conexiones más relevantes fueron depresión–fyp (203), ansiedad–parati (162) y ansiedad–fyp (147). La visualización de esta red muestra una alta concentración de nodos rojos (tema 1) en el centro, pero también una presencia significativa de nodos verdes (tema 4) y azules (tema 3) en la periferia inmediata. Esta distribución sugiere la existencia de múltiples núcleos temáticos relacionados entre sí pero no completamente integrados. Se identifican al menos dos agrupaciones claramente diferenciadas. Por un lado, una articulación en torno a etiquetas virales como parati, foryoupage y viral, que presentan un alto grado de conexión. Por otro lado, un núcleo de etiquetas relacionadas con experiencias

emocionales negativas —como triste, sad y llorar—, también situadas cerca del centro. La coexistencia de estas dos orientaciones dentro del mismo grupo indica un discurso mixto, donde la necesidad de visibilidad se combina con la expresión emocional, sin una estructura argumentativa claramente definida. El uso transversal de etiquetas funcionales y afectivas, codificadas en rojo, verde y azul, refuerza esta interpretación.

3.5 Cuentas no supervisadas

Gráfico 5: Red temática basada en la coocurrencia de hashtags entre cuentas de contenido no supervisado



Quadro 5: Hashtags más frecuentes entre lcuentas de contenido no supervisado (Top 20)

Hashtag	Frecuencia	Tema
saludmental	40	1
ansiedad	22	1
motivacion	9	5
parati	9	2
depresion	8	1
desarrollopersonal	8	5
fyp	7	2
libro	6	1
nadietienequesaberloexceptotu	6	1
amor	5	5
booktok	5	1
booktokespañol	5	1
consejos	5	5
crecimientopersonal	5	5
desamor	5	2
exito	5	5
hopecore	5	5
marpe	5	5
disciplina	4	2
emociones	4	2

Finalmente, la red generada por los perfiles de contenido no supervisado se distingue por una baja cohesión semántica y una distribución dispersa. Las etiquetas más frecuentes fueron saludmental (40), ansiedad (22), motivación (9), parati (9) y depresión (8). Las combinaciones más repetidas fueron saludmental–motivación (8), saludmental–parati (7) y desarrollopersonal–saludmental (7).

La estructura de esta red revela una dispersión de nodos sin clúster dominante. Aunque el color rojo (tema 1) sigue presente en los nodos centrales, se observa una mayor proporción de etiquetas violetas (tema 5) y amarillas (tema 2) en los sectores periféricos.

En esta categoría, se encuentran etiquetas como booktok, rutina, emprender, vida, hábitos, gym, disciplina, que aunque relacionadas con el bienestar, no se vinculan directamente con constructos psicológicos clínicos. Su distribución periférica y la baja conectividad de las aristas reflejan un uso instrumental del discurso sobre salud mental, asociado a la autoimagen, la productividad o la promoción de productos.

Las agrupaciones temáticas formadas por etiquetas como coach, motivación, superación, objetivos o real sugieren una orientación más cercana al contenido aspiracional que al diagnóstico o intervención. Este patrón se confirma por la alta dispersión de temas cromáticos, especialmente los temas 5 (violeta) y 2 (amarillo), que ocupan una proporción significativa del grafo sin concentraciones notables.

Considerações Parciais ou Finais

4.1 Discusiones

En primer lugar, los resultados sugieren que los perfiles profesionales (psicólogos) mantienen una alta cohesión temática y privilegian términos clínicos como *saludmental*, *psicología*, *terapia* y *ansiedad*. La centralidad estructural de estos términos, así como sus fuertes conexiones entre sí, indica una estrategia discursiva más alineada con los marcos tradicionales de la psicología clínica. Esta tendencia es coherente con los estudios previos que subrayan el potencial de las redes sociales como vehículos para el apoyo psicoeducativo y la intervención preventiva (Bargh & McKenna, 2004; Primack et al., 2017). Además, la presencia de etiquetas como *aprendeentiktok* o *consejos* sugiere un intento deliberado por parte de estos perfiles de equilibrar la especialización profesional con la accesibilidad pública, ampliando así el alcance sin perder rigor. Esta estrategia coincide con lo que Dillard (2002) and Southwell et al., (2019) han identificado como un desafío central para la comunicación científica en salud: lograr mantener la integridad epistemológica del contenido mientras se adapta al formato de medios dinámicos y participativos. La consistencia temática observada en los perfiles profesionales refuerza su papel como mediadores clave entre la producción científica y la recepción pública.

En contraste, los perfiles clasificados como influencers mostraron una configuración discursiva más híbrida, combinando etiquetas clínicas con hashtags de autodesarrollo y contenido promocional. Esta combinación puede interpretarse como una forma de recontextualización del discurso psicológico, en la que los límites entre lo terapéutico, lo aspiracional y lo comercial se vuelven difusos. Como han señalado Abidin (2021) y Duffy y Poell (2022), este fenómeno se inscribe en lo que se ha denominado platformization of expertise, es decir, la transformación de las credenciales profesionales —reales o simuladas— en objetos de visibilidad y capital simbólico, mediados por las lógicas algorítmicas de las plataformas digitales. No obstante, en el caso de los influencers, esta "expertise" no se basa en un saber profesional certificado, sino en la capacidad de generar conexión emocional y posicionamiento de contenido. Su discurso raramente aporta valor epistémico o conocimiento especializado en salud mental; más bien, se articula en torno a la emocionalidad superficial, la identificación afectiva y la lógica del impacto, orientada al consumo rápido de experiencias subjetivas.

La presencia de múltiples idiomas en este grupo refuerza una orientación hacia una audiencia transnacional y posiblemente algorítmicamente optimizada. Este hallazgo es particularmente relevante si se considera que, como lo indica Wang et al. (2025), el tipo de usuario y el formato del mensaje influyen en la percepción de autoridad y legitimidad de los contenidos científicos en entornos digitales.

Por su parte, las cuentas *replicadoras* revelan un patrón más uniforme, centrado casi exclusivamente en etiquetas de alta carga emocional como *depresión*, *sad*, *soledad* y *ansiedad*, junto con términos de visibilidad algorítmica como *fyp* o *viral*. Esta configuración refleja lo que Bosworth (2023) describelucomo *infraestructuras afectivas*, es decir, estructuras de circulación emocional que, sin necesidad de contenido explicativo, permiten la diseminación viral de estados afectivos. Esta observación coincide con lo que Papacharissi (2015) denominó *empathic communication systems*, donde la resonancia emocional prima sobre la veracidad o precisión del mensaje. Este tipo de representación, aunque potente en términos de viralización, puede contribuir a una estetización del malestar psicológico, desdibujando los límites entre expresión legítima y espectacularización del sufrimiento. Moreno et al. (2016) ya advertían sobre la circulación de contenidos autolesivos o patologizantes en plataformas como Instagram, fenómeno que encuentra paralelismos en el presente análisis.

Los *perfiles generales*, por su parte, adoptan un discurso más disperso, en el que conviven términos clínicos con etiquetas afectivas y de visibilidad. La doble articulación observada — una centrada en *foryou*, *parati*; otra en *triste*,

llorar, *ansiedad*— sugiere un modelo discursivo menos formal, donde las experiencias personales prevalecen sobre las categorizaciones clínicas. Esta forma de representación espontánea encuentra eco en las reflexiones de Kleinman & Benson (2006), quien señala que las narrativas personales sobre salud y enfermedad en redes sociales tienden a ser episódicas, fragmentadas y cargadas de afectividad, sin necesariamente integrarse a discursos institucionalizados. Esta forma de "comunicación experiencial" es valiosa como reflejo del sentir colectivo, pero plantea desafíos desde el punto de vista de la calidad informativa y el potencial de contagio emocional (Giedinghagen, 2023). La falta de mecanismos de moderación algorítmica que prioricen contenidos validados puede acentuar estos efectos.

Finalmente, los *perfiles no supervisados* mostraron la menor cohesión temática y una estructura discursiva fragmentaria. Aunque términos como *saludmental* o *motivación* están presentes, su asociación con hashtags como *coach*, *rutina*, *librosrecomendados* o *emprender* sugiere una instrumentalización de la salud mental en clave comercial o identitaria. Este patrón está en consonancia con los planteamientos de McCashin & Murphy (2023), quienes advierten que la mera existencia de contenido "positivo" o "motivacional" no garantiza su fidelidad científica ni su utilidad terapéutica, particularmente cuando es generado por actores no regulados.

Asimismo, puede plantearse también el problema de la credibilidad de los contenidos generados por usuarios sin acreditación profesional. Este aspecto ha sido abordado por Tandoc et al. (2018) bajo el concepto de credibilidad del contenido generado por el usuario (user-generated content credibility o UGC credibility), que hace referencia a la confianza que los públicos depositan en materiales producidos fuera del marco institucional o periodístico. Este tipo de contenido —aunque emocionalmente atractivo y fácilmente viralizable— puede carecer de mecanismos de verificación o sustento experto, lo que incrementa el riesgo de desinformación en temas particularmente sensibles como la salud mental. En este estudio, la alta dispersión temática y la diversidad cromática observadas en los perfiles no profesionales refuerzan la idea de una construcción discursiva fragmentada y sin dirección temática clara, orientada más hacia la maximización del alcance y la visibilidad que hacia la transmisión de conocimiento riguroso o basado en evidencia.

En conjunto, los resultados permiten afirmar que la estructura semántica del discurso sobre salud mental en TikTok está fuertemente condicionada por el tipo de usuario emisor. Este hallazgo coincide con estudios recientes sobre la performatividad de la salud en plataformas digitales, donde las lógicas de visibilidad, optimización algorítmica y fragmentación emocional estructuran las formas de narrar el sufrimiento (Lupton, 2017; Bosworth, 2023). Desde una perspectiva de políticas informacionales, estos hallazgos subrayan la necesidad de estrategias de validación, curación y etiquetado de contenidos, especialmente en plataformas altamente visuales como TikTok. Señales visuales de credibilidad, recomendaciones diferenciadas según perfil o herramientas de alfabetización digital podrían contribuir a una circulación más ética y efectiva del discurso sobre salud mental.

4.2 Conclusiones

El presente estudio ha abordado de manera sistemática la configuración temática de los discursos vinculados a la salud mental en la plataforma TikTok, considerando la influencia del perfil del emisor sobre la estructura, la semántica y la circulación de los hashtags empleados. Analiza 1970 entradas clasificadas en cinco tipos de usuarios y modeladas mediante algoritmos específicos para textos breves. Los resultados obtenidos permiten establecer que la producción de contenidos relacionados con la salud mental en TikTok no obedece a una lógica unificada, sino que se articula en función de distintas trayectorias

comunicativas, objetivos expresivos y grados de estructuración semántica. Esta heterogeneidad no debe interpretarse únicamente como una consecuencia del pluralismo de voces propio de las redes sociales, sino como una manifestación de la transformación profunda en los mecanismos de construcción, validación y apropiación del conocimiento psicológico en entornos no institucionales.

Los hallazgos ponen de manifiesto una resignificación del saber experto y de las formas de autoridad comunicativa. La presencia simultánea de contenidos profesionales, testimonios personales, discursos motivacionales y formatos virales indica que el conocimiento sobre la salud mental en contextos digitales se construye no solo desde criterios de veracidad, sino también desde lógicas de resonancia emocional, accesibilidad narrativa y potencial de amplificación algorítmica. En este sentido, el discurso sobre el bienestar psicológico deja de ser patrimonio exclusivo de los expertos clínicos y se convierte en un recurso de uso público, susceptible de ser intervenido, reinterpretado y resignificado por distintos actores sociales. Estoa plantea desafíos significativos tanto para la integridad de la información en salud como para el diseño de estrategias de comunicación científica adaptadas a plataformas de alta exposición pública. Las estructuras temáticas observadas sugieren que la categorización tradicional entre conocimiento académico y experiencia personal pierde nitidez en contextos de producción digital, donde la fragmentación textual, la brevedad expresiva y la primacía de la emocionalidad reconfiguran los marcos de inteligibilidad del contenido.

En términos metodológicos, el estudio contribuye a consolidar enfoques mixtos en el análisis de la comunicación digital, integrando técnicas computacionales de modelado temático y visualización semántica con interpretaciones orientadas por marcos teóricos procedentes de las ciencias sociales y de la información. La aplicación del modelo BTM (Biterm Topic Modeling) ha resultado particularmente eficaz para analizar corpus breves y fragmentarios, como los conformados por hashtags, permitiendo detectar configuraciones temáticas recurrentes que no son inmediatamente visibles en la superficie del discurso. A diferencia de los enfoques clásicos centrados en textos extensos y bien estructurados, esta metodología ofrece una vía adecuada para explorar cómo se articulan significados colectivos en entornos informales y de alta volatilidad expresiva como TikTok, donde los mensajes son fragmentarios, emocionales y moldeados por lógicas algorítmicas.

Los resultados refuerzan la necesidad de ampliar el alcance tradicional de la disciplina hacia espacios emergentes de generación de conocimiento, como las redes sociales, los contenidos efímeros y los formatos de micropublicación. La dinámica algorítmica que caracteriza a TikTok impone nuevos criterios de relevancia, donde la visibilidad, la viralidad y la interacción reemplazan parcialmente a la autoridad institucional o la rigurosidad académica como indicadores de impacto.

Además, el estudio aporta elementos para una reflexión más amplia sobre la interacción entre plataformas digitales, salud pública y gobernanza informacional. El hecho de que discursos altamente emocionales y, en ocasiones, conceptualmente imprecisos logren niveles de circulación significativamente elevados plantea interrogantes sobre la responsabilidad de los agentes tecnológicos, la necesidad de marcos de regulación más sensibles a la calidad del contenido, y la urgencia de alfabetización crítica para las audiencias.

Referencias

Abidin, C. (2021). Mapping Internet Celebrity on TikTok: Exploring Attention Economies and Visibility Labours. *Cultural Science Journal*, *12*(1), 77-104.

Amedie, J. (2015). The Impact of Social Media on Society. *Pop Culture Intersections*. https://scholarcommons.scu.edu/engl_176/2

Bargh, J. A., & McKenna, K. Y. A. (2004). The Internet and Social Life. Annual Review of Psychology, 55, 573-590. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.55.090902.141922

Biaudet, S. (2017). *Influencer Marketing as a Marketing Tool: The process of creating an Influencer Marketing Campaign on Instagram* [fi=AMK-opinnäytetyö|sv=YH-examensarbete|en=Bachelor's thesis|]. Yrkeshögskolan Arcada. http://www.theseus.fi/handle/10024/134139

Blei, D. M. (2012). Probabilistic topic models. *Commun. ACM*, *55*(4), 77-84. https://doi.org/10.1145/2133806.2133826

Bosworth, K. (2023). What is 'affective infrastructure'? *Dialogues in Human Geography*, *13*(1), 54-72. https://doi.org/10.1177/20438206221107025

Chang, J., Gerrish, S., Wang, C., Boyd-graber, J., & Blei, D. (2009). Reading Tea Leaves: How Humans Interpret Topic Models. *Advances in Neural Information Processing Systems*, *22*. https://proceedings.neurips.cc/paper_files/paper/2009/hash/f92586a25bb3145facd64ab20fd554ff-Abstract.html

Cheng, X., Yan, X., Lan, Y., & Guo, J. (2014). BTM: Topic Modeling over Short Texts. *IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering*, *26*(12), 2928-2941. https://doi.org/10.1109/TKDE.2014.2313872

Chou, W.-Y. S., Gaysynsky, A., & Vanderpool, R. C. (2021). The COVID-19 Misinfodemic: Moving Beyond Fact-Checking. *Health Education & Behavior: The Official Publication of the Society for Public Health Education*, *48*(1), 9-13. https://doi.org/10.1177/1090198120980675

Chowdhury, S., & Landoni, M. (2006). Desired Features of a News Aggregator Service: An End-User Perspective. En J. Gonzalo, C. Thanos, M. F. Verdejo, & R. C. Carrasco (Eds.), *Research and Advanced Technology for Digital Libraries* (pp. 481-484). Springer. https://doi.org/10.1007/11863878_48

Compte, D. L., & Klug, D. (2021). *«It's Viral!»—A study of the behaviors, practices, and motivations of TikTok Social Activists* (arXiv:2106.08813). arXiv. https://doi.org/10.48550/arXiv.2106.08813

Conde, R., & Casais, B. (2023). Micro, macro and mega-influencers on instagram: The power of persuasion via the parasocial relationship. *Journal of Business Research*, *158*, 113708. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2023.113708

Coordinated Inauthentic Behavior Archives. (2018, diciembre 6). *Meta Newsroom*. https://about.fb.com/news/tag/coordinated-inauthentic-behavior/

Corrigan, P. W., & Nieweglowski, K. (2019). How does familiarity impact the stigma of mental illness? *Clinical Psychology Review*, *70*, 40-50. https://doi.org/10.1016/j.cpr.2019.02.001

Cruess, R. L., Cruess, S. R., & Steinert, Y. (2016). Amending Miller's Pyramid to Include Professional Identity Formation. *Academic Medicine*, *91*(2), 180. https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000913

Cruess, R. L., Cruess, S. R., Boudreau, J. D., Snell, L., & Steinert, Y. (2014). Reframing Medical Education to Support Professional Identity Formation. *Academic Medicine*, *89*(11), 1446. https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000427

Csárdi, G., Nepusz, T., Müller, K., Horvát, S., Traag, V., Zanini, F., & Noom, D. (2025). Igraph for R: R interface of the igraph library for graph theory and network analysis. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.14736815

Dillard, J. P. (2002). *The Persuasion Handbook: Developments in Theory and Practice*. SAGE.

Duffy, B. E., & Sawey, M. (2022). In/Visibility in Social Media Work: The Hidden Labor Behind the Brands. *Media and Communication*, *10*(1), 77-87. https://doi.org/10.17645/mac.v10i1.4460

Ellison, N. B., & Boyd, D. (2013). Sociality through Social Network Sites. In W. H. Dutton (Ed.), The Oxford Handbook of Internet Studies (pp. 151-172). Oxford University Press.

Ferrara, E., Varol, O., Davis, C., Menczer, F., & Flammini, A. (2016). The rise of social bots. *Commun. ACM*, *59*(7), 96-104. https://doi.org/10.1145/2818717

Gao, Q., Abel, F., Houben, G.-J., & Yu, Y. (2012). A Comparative Study of Users' Microblogging Behavior on Sina Weibo and Twitter. En J. Masthoff, B. Mobasher, M. C. Desmarais, & R. Nkambou (Eds.), *User Modeling, Adaptation, and Personalization* (pp. 88-101). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-642-31454-4_8

George, L. E., & Birla, L. (2018). A Study of Topic Modeling Methods. *2018 Second International Conference on Intelligent Computing and Control Systems (ICICCS)*, 109-113. https://doi.org/10.1109/ICCONS.2018.8663152

Giedinghagen, A. (2023). The tic in TikTok and (where) all systems go: Mass social media induced illness and Munchausen's by internet as explanatory models for social media associated abnormal illness behavior. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, *28*(1), 270-278. https://doi.org/10.1177/13591045221098522

Kempe, D., Kleinberg, J., & Tardos, É. (2003). Maximizing the spread of influence through a social network. *Proceedings of the ninth ACM SIGKDD international conference on Knowledge discovery and data mining*, 137-146. https://doi.org/10.1145/956750.956769

Kleinman, A., & Benson, P. (2006). Anthropology in the Clinic: The Problem of Cultural Competency and How to Fix It. *PLoS Medicine*, *3*(10), e294. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0030294

Lupton, D. (2017). *Digital Health: Critical and Cross-Disciplinary Perspectives*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315648835

McCashin, D., & Murphy, C. M. (2023). Using TikTok for public and youth mental health—A systematic review and content analysis. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, *28*(1), 279-306. https://doi.org/10.1177/13591045221106608

Mimno, D., Wallach, H., Talley, E., Leenders, M., & McCallum, A. (2011). Optimizing Semantic Coherence in Topic Models. En R. Barzilay & M. Johnson (Eds.), *Proceedings of the 2011 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing* (pp. 262-272). Association for Computational Linguistics. https://aclanthology.org/D11-1024/

Montag, C., Yang, H., & Elhai, J. D. (2021). On the Psychology of TikTok Use: A First Glimpse From Empirical Findings. *Frontiers in Public Health*, *9*, 641673. https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.641673

Moreno, M. A., Ton, A., Selkie, E., & Evans, Y. (2016). Secret Society 123: Understanding the Language of Self-Harm on Instagram. *Journal of Adolescent Health*, *58*(1), 78-84. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2015.09.015

Naslund, J. A., Aschbrenner, K. A., Marsch, L. A., & Bartels, S. J. (2016). The future of mental health care: Peer-to-peer support and social media. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, *25*(2), 113-122. https://doi.org/10.1017/S2045796015001067

Nuhn, M., Schamper, J., & Ney, H. (2014). Improved Decipherment of Homophonic Ciphers. En A. Moschitti, B. Pang, & W. Daelemans (Eds.), *Proceedings of the 2014 Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing (EMNLP)* (pp. 1764-1768). Association for Computational Linguistics. https://doi.org/10.3115/v1/D14-1184

Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.

Pedersen, T. L. (2024). ggraph (Version 2.2.1) [R package]. https://CRAN.R-project.org/package=ggraph

Primack, B. A., Shensa, A., Sidani, J. E., Whaite, E. O., Lin, L. yi, Rosen, D., Colditz, J. B., Radovic, A., & Miller, E. (2017). Social Media Use and Perceived Social Isolation Among Young Adults in the U.S. *American Journal of Preventive Medicine*, *53*(1), 1-8. https://doi.org/10.1016/j.amepre.2017.01.010

Rein, B. (2023). Making Science Education More Accessible: A Case Study of TikTok's Utility as a Science Communication Tool. *Neuroscience*, *530*, 192-200. https://doi.org/10.1016/j.neuroscience.2023.08.021

Southwell, B. G., Niederdeppe, J., Cappella, J. N., Gaysynsky, A., Kelley, D. E., Oh, A., Peterson, E. B., & Chou, W.-Y. S. (2019). Misinformation as a Misunderstood Challenge to Public Health. *American Journal of Preventive Medicine*, *57*(2), 282-285. https://doi.org/10.1016/j.amepre.2019.03.009

Tandoc, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining «Fake News»: A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, *6*(2), 137-153. https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143

Wang, Y., Zhang, Y., Hou, J., & Wang, D. (2025). Who tweets about quantum physics research on Twitter: The impact of user types, tweet

content and interaction patterns. *Scientometrics*, *130*(3), 1871-1899. https://doi.org/10.1007/s11192-025-05274-6

Wijffels, J., & BNOSAC. (2023). BTM (Version 0.3.7) [R package]. https://CRAN.R-project.org/package=BTM

Yan, X., Guo, J., Lan, Y., & Cheng, X. (2013). A biterm topic model for short texts. *Proceedings of the 22nd international conference on World Wide Web*, 1445-1456. https://doi.org/10.1145/2488388.2488514

Zagovora, O., & Weller, K. (2025). Science communicators, flat-earthers, or fitness coaches: Who is citing scientific publications in youtube video descriptions? *Scientometrics*, *130*(1), 205-235. https://doi.org/10.1007/s11192-024-05204-y

Zeng, J., Abidin, C., & Schäfer, M. S. (2021). Research perspectives on TikTok and its legacy apps: Introduction. *International Journal of Communication*, *15*, 3161-3172. https://doi.org/10.5167/uzh-205427

Zhang, L., Gou, Z., Fang, Z., Sivertsen, G., & Huang, Y. (2023). Who tweets scientific publications? A large-scale study of tweeting audiences in all areas of research. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, *74*(13), 1485-1497. https://doi.org/10.1002/asi.24830

O enlace entre o *Schema.org*, as técnicas de *Search Engine Optimization* e os princípios FAIR no contexto da Encontrabilidade da Informação

Gustavo Camossi, Universidade Estadual Paulista, Centro Universitário Eurípides de Marília, https://orcid.org/0000-0002-1553-1053, Brasil, *gustavo.camossi@unesp.br*

Fernanda Alves Sanchez, Universidade Estadual Paulista, https://orcid.org/0000-0003-1543-2773, Brasil, *fernanda.a.sanchez@unesp.br*

Jean Fernandes Brito, Universidade Estadual Paulista; Centro Universitário Leonardo da Vinci, https://orcid.org/0000-0002-9258-8205, Brasil, *j.brito@unesp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6603

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

O crescimento exponencial da informação digital e a centralidade da Web, em especial a web semântica como principal ambiente de disseminação do conhecimento científico, demandam abordagens cada vez mais estruturadas para garantir a Encontrabilidade da Informação (EI) maquínica e humana. Nesse contexto, destacam-se os princípios *FAIR* - *Findable* (encontrável), *Accessible* (acessível), *Interoperable* (interoperável) e *Reusable* (reutilizável) - como diretrizes fundamentais para o tratamento e a gestão de dados de pesquisa, visando sua reutilização por humanos e máquinas (Wilkinson et al., 2016).

Simultaneamente, observa-se que os mecanismos de busca desempenham papel determinante na visibilidade de conteúdos acadêmicos e científicos. As técnicas de *Search Engine Optimization* (SEO) visam otimizar a estrutura de documentos digitais para que estes se destacam nos resultados de busca. Dentre as estratégias mais promissoras está o uso de dados estruturados, em especial o vocabulário do *Schema.org*, que fornece metadados compreensíveis por algoritmos, permitindo a criação de *rich snippets*, *knowledge panels* e outras formas de resultados enriquecidos (Mika, 2015; Schema.org, 2025).

A presente investigação parte do seguinte problema: como a integração entre o vocabulário do *Schema.org*, as técnicas de SEO e os princípios FAIR podem contribuir para ampliar a encontrabilidade de conteúdos na Web? Dessa forma, como objetivo geral a pesquisa visa analisar o papel do vocabulário *Schema.org* na ampliação da Encontrabilidade da Informação, à luz das técnicas de SEO e dos princípios FAIR.

A relevância desta pesquisa sustenta-se em um diálogo entre três vertentes até então pouco articuladas: a perspectiva semântica do *Schema.org*, a lógica algorítmica do SEO e os fundamentos da gestão de dados em conformidade com os princípios FAIR, considerando a relação entre os sujeitos e as tecnologias, a fim de propiciar qualidade e efetividade na Encontrabilidade da Informação (EI) por máquinas e humanos.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, resultando em uma abordagem de natureza qualitativa, fundamentada na análise da literatura científica e técnica, a qual possibilitou a construção do *corpus* teórico deste estudo. Como método, realizou-se uma análise exploratória sobre a integração entre o vocabulário *Schema.org*, as práticas de *Search Engine Optimization* (SEO) e os princípios FAIR com foco nas implicações dessas abordagens no contexto da Encontrabilidade da Informação em ambientes informacionais digitais.

As análises exploratórias, conforme Gil (1999), não possuem caráter exaustivo, mas sim interpretativo e reflexivo, permitindo a compreensão de fenômenos emergentes e suas inter-relações conceituais. A escolha por essa abordagem se justifica pela complexidade do objeto de estudo, que envolve múltiplas dimensões.

O *corpus* teórico para a análise inicial foi constituído por documentos acadêmicos e técnicos, retirados de fontes bibliográficas como o Portal de Periódicos da CAPES, Repositórios Institucionais, *Scopus*, *Scielo* e guias como como FAIR *Guiding Principles* (Wilkinson et al., 2016), bem como diretrizes da iniciativa GO FAIR e materiais da *Google Search Central* relacionados ao uso do *Schema.org*.

As estratégias de busca foram elaboradas com base nos seguintes descritores: "*Schema.org*", "dados estruturados", "*Search Engine Optimization*", "princípios FAIR", "encontrabilidade da informação", entre outros termos relacionados, contemplando suas versões em português, inglês e espanhol. Não foram aplicadas restrições quanto ao recorte temporal, buscando garantir uma perspectiva abrangente, interdisciplinar e atualizada sobre o tema.

Os documentos selecionados foram analisados à luz da literatura técnico-científica, com foco nas práticas de SEO, na estruturação semântica de conteúdos via *Schema.org* e na aderência aos princípios FAIR. A partir dessa análise, foram identificados os principais elementos que contribuem para a melhoria da visibilidade, acessibilidade e interoperabilidade na Web.

Como destaca Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa qualitativa é particularmente eficaz na análise de fenômenos complexos e em construção, nos quais a interpretação e a contextualização assumem papel central. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os enlaces entre o vocabulário *Schema.org*, as estratégias de SEO e os princípios FAIR, no contexto da EI, priorizando a interpretação

crítica das fontes e a construção analítica de conceitos identificados na literatura.

Destaca-se que este trabalho não se propõe à testagem de hipóteses ou à realização de experimentações empíricas. Seu propósito está centrado na interpretação crítica, na correlação teórica e na sistematização de práticas convergentes entre *Schema.org,* SEO, os princípios FAIR e a EI, buscando contribuir para a qualificação da comunicação digital sob a perspectiva da Ciência da Informação.

Schema.org

O *Schema.org* surgiu como resposta à fragmentação das anotações semânticas e à dificuldade de interpretação de dados estruturados na Web. Lançado oficialmente em junho de 2011, inicialmente com apoio de *Google*, *Microsoft* e *Yahoo*, e com a adesão do *Yandex* em novembro do mesmo ano, a iniciativa apresentou um vocabulário central simplificado, derivado de esforços anteriores. Desde então, tornou-se referência fundamental para a documentação de ontologias, com ampla aceitação e contribuição da comunidade Web (Mika, 2015).

A estrutura e evolução do *Schema.org* são geridas colaborativamente, com discussões mantidas por grupos do *World Wide Web Consortium* (W3C) e atualizações publicadas via GitHub (GitHub, 2022). Trata-se de um projeto autônomo, mas fundamentado em padrões reconhecidos, o que assegura sua credibilidade e adoção global.

Além de promover a padronização semântica, o *Schema.org* está alinhado às boas práticas de publicação de dados abertos, como as diretrizes do *W3C Data on the Web Best Practices* e os princípios FAIR. Seu vocabulário contribui para a interoperabilidade, transparência e reutilização de dados, tanto por humanos quanto por sistemas automatizados. A iniciativa fornece um conjunto de vocabulários que podem ser embutidos em páginas Web utilizando Microdata, *RDFa* ou *JSON-LD* – sendo este último o mais recomendado atualmente (Luz, 2021).

Com o avanço da diversidade de vocabulários na Web, webmasters enfrentam desafios ao lidar com diferentes codificações para conceitos semelhantes. Nesse cenário, o Schema.org surge como solução padrão, oferecendo uniformidade e reduzindo duplicações (Machado & Arakaki, 2022).

Essa iniciativa beneficia diferentes públicos: webmasters têm acesso a um repositório unificado para marcação de dados; mecanismos de busca obtêm informações estruturadas de forma eficiente; e usuários recebem resultados mais relevantes, melhorando sua experiência de navegação e potencializando o processo de encontrabilidade da informação.

Em junho de 2025, o vocabulário do Schema.org contava com 811 tipos, 1.485 propriedades, 14 tipos de dados, 89 enumerações e 499 membros de enumeração, abrangendo conteúdos comuns como perfis pessoais, críticas, listagens comerciais e produtos. O *Schema.org* organiza-se em hierarquias de tipos ou "classes" e propriedades, utilizando herança múltipla que permite múltiplos supertipos por item, enquanto as propriedades podem ser associadas a diversos tipos, com domínios e intervalos definidos para assegurar consistência; sua estrutura divide-se em duas hierarquias principais - uma para valores textuais de propriedade e outra para as entidades descritas - e, embora um tipo possa ter vários supertipos, sua representação padrão o apresenta em apenas um ramo da árvore hierárquica. Assim, o *Schema.org* constitui uma infraestrutura semântica robusta, promovendo uma Web mais inteligível, interoperável e eficiente.

A integração do *Schema.org* com os princípios FAIR e as estratégias de SEO revela sinergias para a otimização da encontrabilidade da informação. No contexto FAIR, destaca-se a contribuição direta para os princípios *Findable* e *Interoperable*, uma vez que o uso de vocabulários controlados e metadados ricos –

como os disponibilizados pelo *Schema.org* – favorece a descoberta e a interoperabilidade entre sistemas e plataformas de dados.

Assim, o *Schema.org* atua como um elo entre a semântica informacional, a lógica algorítmica de busca e as práticas de gestão de dados, tornando-se um componente estratégico para a comunicação científica eficiente e sustentável.

Paralelamente, sua hierarquia de tipos de dados padroniza formatos para representação estruturada, garantindo precisão nos valores atribuídos às propriedades.

Desse modo, o *Schema.org* serve como ponte entre a descrição bibliográfica tradicional e as demandas contemporâneas de interoperabilidade e visibilidade digital. Ao facilitar a indexação e compreensão dos dados, sua adoção não apenas otimiza o posicionamento em mecanismos de busca, mas também promove práticas abertas e sustentáveis na disseminação do conhecimento.

Search Engine Optimization (SEO)

A vasta quantidade de informações disponíveis na Web supera amplamente a capacidade de consumo dos usuários, tornando a adoção de estratégias que aumentem a visibilidade e a acessibilidade de conteúdos relevantes. Nesse cenário, o *Search Engine Optimization* (SEO) constitui um conjunto estruturado de práticas voltadas à otimização de documentos digitais, com o objetivo de ampliar tanto o volume quanto a qualidade do tráfego proveniente dos mecanismos de busca (Lukito, 2015). Sua importância reside no papel dos mecanismos de busca na recuperação de informação, sendo estes os principais vetores de acesso a conteúdo na Web (Neves *et al.,* 2020).

De acordo com Gandour e Regolini (2011), o SEO compreende técnicas que favorecem a indexação eficaz de websites por diferentes mecanismos de busca, sendo sua eficácia observada na ocupação de posições privilegiadas nos *rankings* de resultados — o que potencializa o número de acessos (Iglesias-García; Codina, 2016). Segundo Clarke (2020), embora o algoritmo do Google considere mais de 200 fatores para ranqueamento, cinco princípios fundamentais orientam sua lógica: confiança, autoridade, especialização, relevância e experiência do usuário.

Esses princípios refletem um conjunto de boas práticas que envolvem desde a criação de conteúdos confiáveis e elaborados por especialistas, até a atenção à performance técnica do site e à relevância temática. Sites que demonstram autoridade e especialização, apresentam navegação otimizada e disponibilizam informações pertinentes ao público-alvo tendem a obter melhor visibilidade nas *Search Engine Results Pages* (SERP).

Enzenhofer (2018) destaca três pilares do SEO, sendo eles o desenvolvimento, o marketing e o conteúdo que estão apresentados na Figura 1.

Figura 1: Três áreas do SEO



Fonte: Enzenhofer (2018, p. 19, tradução nossa)

Segundo o autor, o desenvolvimento diz respeito à infraestrutura tecnológica do site, já o marketing envolve estratégias de divulgação e relacionamento com o público e o conteúdo refere-se à produção, curadoria e organização da informação. Em estruturas organizacionais enxutas, como *startups*, essas áreas frequentemente se sobrepõem, proporcionando agilidade e tomada de decisão descentralizada, ainda que sem a presença de especialistas em cada segmento.

Importante destacar que a influência do SEO ultrapassa o âmbito técnico do *design* e da estrutura dos websites. A otimização para mecanismos de busca começa ainda na fase de produção do conteúdo. No campo do

jornalismo, por exemplo, o SEO já é parte dos currículos acadêmicos, e suas diretrizes influenciam diretamente a redação de notícias e a atuação em redações profissionais (Lopezosa *et al.,* 2020; Dick, 2011; Giomelakis; Karypidou; Veglis, 2019; Prawira; Rizkiansyah, 2019).

Dentre as principais categorias de técnicas, destacam-se o SEO *On-Page* e o SEO *Off-Page*. Em síntese, o primeiro refere-se às práticas aplicáveis diretamente dentro das páginas, como o uso de títulos otimizados, meta descrições, palavras-chave estratégicas, organização semântica do conteúdo e uso adequado de elementos multimídia (Shahzad *et al.,* 2020). Já o SEO *Off-Page* está relacionado a ações externas ao domínio do site, como a construção de *backlinks*, menções em redes sociais e outras estratégias que contribuem para a autoridade e relevância percebida pelos algoritmos (Patil; Patil, 2018).

SEO On-Page

O SEO *On-Page* representa um conjunto de estratégias aplicadas diretamente nas páginas da Web com o objetivo de otimizar seu desempenho nos mecanismos de busca.

Entre os principais elementos que compõem o SEO *On-Page*, destaca-se a elaboração de títulos otimizados (*title tags*), os quais devem ser concisos, atrativos e conter a palavra-chave principal preferencialmente no início, respeitando a relevância semântica e a legibilidade (Kerns, 2020). As metas descritas, por sua vez, funcionam como resumos que influenciam diretamente a taxa de cliques (CTR), sendo recomendável que tenham entre 150 e 160 caracteres e que contenham termos-chave representativos do conteúdo.

A utilização de *heading tags* (H1, H2, H3 etc.) auxilia na organização hierárquica da informação, promovendo a escaneabilidade por parte dos usuários e facilitando a indexação algorítmica. O título principal deve sempre estar em H1, seguido por subtítulos com níveis decrescentes conforme a estrutura lógica do texto (Kerns, 2020). A distribuição estratégica de palavras-chave — especialmente nos primeiros 100 a 200 caracteres da página — e o uso de termos semanticamente relacionados, denominados LSI (*Latent Semantic Indexing*), são recomendados para reforçar a relevância contextual sem incorrer em práticas de sobrecarga ou repetição excessiva (Clarke, 2020).

A qualidade e a relevância do conteúdo permanecem como pilares centrais da otimização. Conteúdos originais, atualizados e que atendam às intenções de busca do usuário são priorizados pelos algoritmos de ranqueamento (Smith, 2024). Além disso, recursos multimídia, como imagens e vídeos, deve ser devidamente otimizados por meio de textos alternativos (*alt text*), nomes de arquivos descritivos e tamanhos adequados, a fim de contribuir para a acessibilidade e a velocidade de carregamento da página (Smith, 2024).

Outro fator crítico é a responsividade, ou seja, a capacidade do site de se adaptar a diferentes dispositivos. Com a adoção do *mobile-first indexing* pelo Google, a versão móvel de um site passou a ser determinante para o ranqueamento, tornando a compatibilidade entre plataformas uma exigência técnica essencial (Clarke, 2020). Da mesma forma, a velocidade de carregamento constitui um dos fatores mais relevantes para a experiência do usuário e para os algoritmos, sendo influenciada pela compressão de imagens, minimização de códigos e uso de cache (Kerns, 2020).

A construção de uma arquitetura de navegação eficiente, baseada em menus claros e uma estratégia de linguagem interna bem planejada, fortalece a distribuição da autoridade entre as páginas e favorece a retenção dos usuários no site. URLs amigáveis, compostas por termos descritivos e estruturadas de forma lógica, também são recomendadas por facilitarem tanto a compreensão humana quanto a indexação automatizada (Smith, 2024).

Adicionalmente, a adoção de dados estruturados por meio de vocabulários como o

Schema.org amplia a capacidade dos mecanismos de busca em interpretar o conteúdo da página, permitindo a geração de resultados enriquecidos (*rich snippets*) e otimizando a apresentação dos resultados de busca (Clarke, 2020; Mika, 2015). A experiência do usuário (UX), inlcuem aspectos como navegabilidade, legibilidade, ausência de elementos intrusivos e clareza das informações, também impacta diretamente métricas comportamentais como taxa de rejeição e tempo de permanência, que são levadas em conta pelos algoritmos de ranqueamento.

Dessa forma, destaca-se a importância de garantir a originalidade do conteúdo, evitando duplicações que prejudiquem a indexação. Para isso, o uso de *canonical tags* é indicado, permitindo ao buscador identificar qual versão da página deve ser priorizada. A inserção de chamadas para ação (*call-to-action* – CTA) também desempenha papel relevante, ao induzir o engajamento e facilitar a conversão, refletindo positivamente nas métricas de interação avaliadas pelos algoritmos (Smith, 2024).

Portanto, o SEO *On-Page* configura-se como um campo estratégico e técnico, cuja implementação contínua e alinhada às diretrizes dos mecanismos de busca é essencial para a promoção da encontrabilidade da informação. Isso ocorre porque os mecanismos de busca, em diferentes tipos de websites, são uma das principais formas pelas quais os sujeitos informacionais buscam atender às suas lacunas informacionais, em sua maioria, devido à agilidade e praticidade que esses mecanismos oferecem, diferentemente da navegação tradicional, que exige que o sujeito explore o ambiente.

SEO *off-Page*

O SEO *Off-Page* refere-se ao conjunto de estratégias externas à estrutura do site que têm por objetivo fortalecer sua autoridade, relevância e visibilidade nos mecanismos de busca. Diferentemente do SEO *On-Page*, que se concentra na otimização interna das páginas, o SEO *Off-Page* atua na construção da reputação digital por meio de ações realizadas fora do domínio principal (Smith, 2024). A técnica mais consolidada nesse escopo é a construção de *backlinks* — links de outros sites que apontam para o conteúdo desejado —, os quais são interpretados pelos algoritmos como indicações de confiabilidade e relevância temática.

No entanto, a atuação do SEO *Off-Page* não se limita à obtenção de links externos. A presença digital em redes sociais, fóruns, agregadores de conteúdo e diretórios online, bem como as menções à marca sem necessariamente incluir um *hiperlink* (co-citações), também são fatores que contribuem para o ranqueamento nas páginas de resultados. Essas manifestações são interpretadas como indicadores de engajamento e autoridade pela lógica algorítmica dos mecanismos de busca (Smith, 2024).

Em contextos locais, especialmente relevantes para negócios físicos ou com atuação geograficamente segmentada, a consistência das informações básicas da entidade — como nome, endereço e telefone (NAP: *Name, Address, Phone*). A uniformidade dessas informações em diversas plataformas (sites institucionais, redes sociais, Google Meu Negócio, entre outros) é considerada pelos mecanismos de busca como sinal de confiabilidade e legitimação, impactando diretamente na visibilidade local do site.

Outro aspecto relevante do SEO *Off-Page* envolve a reputação digital construída por meio de avaliações e comentários em plataformas externas. *Reviews* positivas em ferramentas como Google Meu Negócio, Yelp e redes especializadas influenciam não apenas a decisão dos consumidores, mas também os critérios algorítmicos utilizados para ranquear resultados, pois sinalizam qualidade e confiança (Patil; Patil, 2018).

A integração entre SEO *Off-Page*, práticas de SEO *On-Page* e marcação semântica com vocabulários como o *Schema.org* representa uma abordagem sinérgica para otimização da encontrabilidade e da visibilidade de conteúdos na Web. A marcação estruturada,

por exemplo, permite a geração de resultados enriquecidos nos mecanismos de busca, conhecidos como *rich snippets*, que ampliam a atratividade e o engajamento nos resultados de busca.

Princípios FAIR

A gestão da informação científica na era digital demanda uma abordagem rigorosa para garantir que os dados de pesquisa sejam encontráveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis. Nesse cenário, os Princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*) emergem como um pilar para a construção de um ecossistema informacional robusto e responsável (Wilkinson *et al.,* 2016).

Os princípios FAIR não se configuram como um conjunto de regras rígidas, mas sim como diretrizes flexíveis que visam otimizar a visibilidade, o compartilhamento e o reuso de dados em ambientes digitais. Essa abordagem ampla da gestão informacional está intrinsecamente alinhada aos preceitos da Ciência Aberta e à responsabilidade social inerente à pesquisa (GOFAIR, 2021). Eles representam uma mudança de paradigma, fomentando um ecossistema informacional sustentável, onde a transparência, colaboração e eficiência são valores centrais.

A operacionalização dos Princípios FAIR abrange o tratamento integrado de dados, metadados e das infraestruturas subjacentes, assegurando que esses elementos estejam devidamente organizados para sua localização, acesso, interoperabilidade e reutilização em contextos diversos (Torino, 2024). A Figura 2 ilustra essas dimensões.

Figura 2: Princípios de Dados Abertos para um Ambiente de Dados Colaborativo



Fonte: Torino, Coneglian & Vidotti, 2020.

Nota-se na Figura 2 a evidência e a centralidade dos metadados em todas as facetas do acrônimo FAIR, desempenhando um papel na localização, acesso, interoperabilidade e reutilização dos dados. É por meio dos metadados que mecanismos automatizados e usuários humanos conseguem interpretar, recuperar e contextualizar a informação científica (GOFAIR, 2021). Essa dependência sublinha a necessidade de os sistemas computacionais serem capazes de identificar, acessar, interpretar e reutilizar conjuntos de dados de forma eficaz, exigindo bases de dados estruturadas de maneira interoperável e acessível. Tal organização permite que agentes automatizados e aplicações digitais otimizem os processos de descoberta, análise e gestão da informação, beneficiando diretamente os usuários na compreensão e tratamento de grandes volumes de dados (Torino, 2024).

Os Quatro Pilares FAIR

O primeiro princípio, *Findable*, visa garantir que os dados possam ser localizados eficientemente por humanos e máquinas. Isso se concretiza através da atribuição de identificadores persistentes e únicos, como o *Digital Object Identifier* (DOI) para documentos e o ORCID para pesquisadores. Adicionalmente, é fundamental o uso de metadados ricos e padronizados, que descrevam o conteúdo, contexto e condições de uso dos dados. Tais metadados devem ser registrados em repositórios acessíveis e indexados por mecanismos de busca, o que amplia significativamente a visibilidade e

possibilita a descoberta automatizada por sistemas computacionais (GO FAIR, 2021).

O princípio *Accessible* preconiza que os dados devem ser recuperáveis por meio de protocolos de comunicação abertos, padronizados e amplamente utilizados, como HTTP ou FTP. É válido ressaltar que "acessível" não implica necessariamente em dados livres ou públicos. Dados sensíveis podem ser protegidos por autenticação e autorização, desde que os metadados permaneçam acessíveis e forneçam informações claras sobre as condições de acesso. A transparência na definição dessas condições é um elemento essencial deste princípio (Henning *et al.,* 2021).

No que se refere ao princípio *Interoperable*, a exigência reside na capacidade de os dados serem utilizados em conjunto com outros dados e sistemas, independentemente de sua origem ou plataforma. Para tanto, recomenda-se a utilização de linguagens formais e padronizadas para a representação dos dados, como o *Resource Description Framework* (RDF) ou o JSON-LD, e a adoção de vocabulários controlados e amplamente reconhecidos, como *Dublin Core*, *SKOS* ou ontologias específicas de cada área do conhecimento. Os Princípios FAIR não impõem vocabulários específicos, mas incentivam o uso de esquemas legíveis por máquinas e compartilhados por comunidades científicas (Wilkinson *et al.,* 2016).

Por último, o princípio *Reusable* estabelece que os dados devem ser suficientemente descritos e licenciados de forma clara, para permitir sua reutilização por diferentes usuários e propósitos. A qualidade dos metadados, a documentação dos métodos de coleta e tratamento dos dados, bem como o uso de licenças abertas (a exemplo das *Creative Commons*), são fundamentais para garantir a integridade e a confiabilidade necessárias ao reuso. A descrição da proveniência (autoria, contexto de produção) também é um critério essencial neste processo (Simões *et al.,* 2021).

No Brasil, a disseminação dos princípios FAIR tem sido impulsionada por instituições como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e iniciativas como a GO FAIR Brasil. Contudo, estudos como o de Bonetti e Arakaki (2022), ao avaliarem a conformidade de *datasets* depositados no repositório institucional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), revelaram uma média de adesão inferior a 30%, evidenciando lacunas tanto técnicas quanto políticas. Este cenário indica que, apesar do avanço conceitual, há um caminho significativo a ser percorrido na implementação efetiva desses princípios.

Para facilitar a compreensão e a implementação prática dos Princípios FAIR, é importante detalhar suas subdimensões. O Quadro 1 a seguir apresenta as facetas específicas de cada princípio, oferecendo um guia para orientar a aplicação progressiva dessas diretrizes na gestão de dados.

Quadro 1: Orientações práticas sobre os princípios FAIR

Princípio	Subfaceta	Descrição
Findable	F1 – Identificador persistente	Uso de identificadores únicos como DOI e ORCID
	F2 – Metadados descritivos	Inclusão de metadados ricos que contextualizam o conteúdo dos dados
	F3 – Associação entre metadados e dados	Metadados devem referenciar claramente os dados a que se vinculam
	F4 – Indexação em repositórios	Metadados e dados devem estar indexados para facilitar a descoberta
Accessible	A1 – Protocolo de comunicação padronizado	Acesso via protocolos abertos e sustentáveis (ex.: HTTP, FTP)
	A1.1 – Protocolo gratuito e aberto	Não deve haver barreiras técnicas ou financeiras ao acesso
	A1.2 – Autenticação	Permissão de autenticação

	quando necessária	em dados sensíveis, com metadados acessíveis
	A2 – Metadados acessíveis	Os metadados devem permanecer disponíveis mesmo se os dados forem removidos
Interoperable	I1 – Linguagens formais padronizadas	Utilização de formatos como RDF, XML, JSON-LD
	I2 – Vocabulários compartilhados	Adoção de vocabulários reconhecidos como SKOS, Dublin Core
	I3 – Relacionamento com outros dados	Metadados devem conter ligações para outros conjuntos de dados
Reusable	R1 – Atributos descritivos completos	Metadados devem conter informações suficientes para reuso
	R1.1 – Licença clara de uso	Indicação explícita das condições de reutilização (ex.: CC-BY)
	R1.2 – Proveniência detalhada	Indicação da origem, autoria e contexto de criação dos dados
	R1.3 – Conformidade com padrões da comunidade	Adoção de normas reconhecidas pela área de atuação dos dados

Fonte: Elaborado com base em GO FAIR (2021) e Smith (2024).

Desse modo, a implementação dos princípios FAIR exige um esforço colaborativo e articulado entre pesquisadores, gestores, bibliotecários, desenvolvedores de sistemas e agências de fomento. Esta harmonia é essencial para construir uma cultura informacional que priorize a transparência, a reutilização e a inteligência coletiva, promovendo uma ciência mais aberta, responsável e conectada aos desafios informacionais contemporâneos. A adoção dessas diretrizes, embora interdependente, pode ocorrer de forma gradual, respeitando os recursos técnicos e institucionais disponíveis em cada contexto, com cada faceta principal do modelo FAIR sendo composta por subdimensões específicas que orientam sua aplicação prática (GO FAIR, 2021; Smith, 2024).

Encontrabilidade da Informação

A Encontrabilidade da Informação (EI) é um conceito consolidado na Ciência da Informação em âmbito brasileiro, oriundo do termo *findability*, cunhado por Morville (2005). O termo em inglês está fundamentado em três aspectos essenciais, sendo a capacidade de um ambiente informacional em ser localizável ou navegável, a facilidade de descoberta e localização de objetos específicos dentro do sistema e o suporte que o ambiente oferece para navegação e recuperação de informações (Morville, 2005).

Os estudos brasileiros de Vechiato (2013) e Vechiato e Vidotti (2014) popularizaram o termo Encontrabilidade da Informação sob uma perspectiva ampla, abrangendo aspectos conceituais e operacionais. Embora a essência do termo em inglês *(findability)* carregue uma visão mais tecnicista – relacionada a ações em ambientes informacionais para promover o que é encontrável, acessível e navegável, como mencionado por Morville – os autores expandiram sua aplicação em um contexto mais abrangente.

Não se trata apenas da existência das informações disponíveis no sistema — acessadas por navegação ou recuperadas por meio de mecanismos de busca —, mas sim do atendimento efetivo à lacuna informacional do sujeito. Nesse contexto, enquanto a recuperação da informação corresponde a um processo automatizado, centrado nos mecanismos e algoritmos dos sistemas, a encontrabilidade da informação implica uma dimensão experiencial e subjetiva é o sujeito quem determina se houve de fato o encontro informacional, com base na pertinência e relevância percebidas (Roa-Martínez, 2019; Sanchez *et al,* 2022a).

Assim, segundo Vechiato e Vidotti (2014), a Encontrabilidade da Informação resulta da interseção entre as funcionalidades do sistema e as características dos sujeitos informacionais. Nota-se a relevância implicada nas perspectivas humanas como pilares do conceito na definição sintetizada proposta pelos autores. No entanto, isso fica ainda mais evidente nos elementos que compõem a conceitualização da EI, como por exemplo, os Atributos de Encontrabilidade da Informação (AEI), que corresponde a um conjunto de treze elementos que orientam a análise e o desenvolvimento de ambientes informacionais.

Ainda que os AEI se caracterizem como uma das partes operacionais para a promoção da EI, as perspectivas e ações humanas são contextos discutidos e levados em consideração em cada um dos atributos. São atributos de EI as taxonomias navegacionais, os instrumentos de controle terminológico, a *folksonomia*, os metadados, a mediação dos informáticos, a mediação dos profissionais da informação, a mediação dos sujeitos informacionais, as *affordances*, o *wayfinding*, as descobertas de informação (serendipidade), a acessibilidade e a usabilidade, a intencionalidade dos sujeitos informacionais e a mobilidade, convergência e ubiquidade, (Vechiato; Oliveira; Vidotti, 2016). Esses atributos não apenas qualificam tecnicamente os ambientes, como também favorecem sua adaptação às necessidades informacionais dos sujeitos em diferentes contextos.

Dentro do contexto das perspectivas humanas, o atributo da intencionalidade, em especial, tem se destacado como atributo estruturante da EI. Derivado da linha filosófica da fenomenologia e da Teoria da Intencionalidade de Searle (1983), o termo na CI, é compreendido como algo que não ocorre de forma isolado e depende das relações dos sujeitos informacionais com diferentes aspectos da vida. Se referindo a todo sua bagagem cognitiva que é construída a partir dos contextos (culturais, políticos, sociais, tecnológicos), experiências e sensações vivenciadas por cada sujeito ao longo da vida e à capacidade de direcionalidade de suas ações informacionais (Sanchez *et al*, 2022).

Assim, ao considerar a intencionalidade como elemento central, a EI se diferencia de abordagens puramente técnicas ou mecanicistas da busca e da recuperação da informação, pois abrange essa dimensão subjetiva, advinda das perspectivas humanas que influencia diretamente a forma como os sujeitos navegam, interpretam e atribuem sentido às informações. Nesse contexto, é importante compreender que, além daqueles que se referem aos sujeitos informacionais – entendidos como usuários finais da informação –, os AEI devem ser analisados sob a ótica da intencionalidade, ou seja, a partir dela. Isso porque as ações informacionais dos profissionais da área (mediação dos informáticos e mediação dos profissionais da informação) envolvidos com a projeção, implementação e/ou avaliação dos ambientes informacionais são impulsionadas por toda sua bagagem cognitiva e manifestada por meio de suas ações intencionais.

Outro ponto de destaque no debate atual sobre EI é a incorporação da noção de serendipidade informacional, entendida como a descoberta não intencional de informações relevantes, essa discussão se relaciona ao atributo de descoberta de informação da EI a qual estudos recentes sugerem que ambientes informacionais podem ser projetados para favorecer esse tipo de experiência, estimulando a curiosidade, a exploração e o encontro fortuito de conteúdos significativos. Trindade e Sanchez (2024) evidenciam elementos como a diversidade, a navegabilidade, a acessibilidade e a personalização do acesso estão fortemente associados à ocorrência de serendipidade em ambientes digitais, ampliando o alcance do EI para além da busca intencional.

Nesse cenário, compreende-se que a perspectiva da Intencionalidade para a integração entre EI e tecnologias semânticas é de suma relevância. Pois, a adoção de vocabulários estruturados como o *Schema.org*, por exemplo, contribui diretamente para a melhoria da encontrabilidade ao permitir a marcação semântica dos conteúdos e sua interpretação por sistemas automatizados. Essa prática alinha-se a princípios como os FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*),

amplamente reconhecidos nos esforços de padronização e governança de dados digitais (Torino, 2023). Ao utilizar metadados ricos e interoperáveis, os ambientes informacionais tornam-se mais acessíveis e responsivos à ação de máquinas e humanos, permitindo que ocorra a descoberta intencional e não intencional dentro dos ambientes informacionais.

Em ambientes indexáveis por mecanismos de busca, a associação entre EI e técnicas de SEO é fundamental. Marcação semântica com *Schema.org*, URLs descritivas, estruturas hierárquicas coerentes, uso de *headings* e dados estruturados são estratégias que ampliam o grau de encontrabilidade por mecanismos de busca como *Google*, *Bing* e outros. Segundo Sharma (2025), tais práticas otimizam a visibilidade e o ranqueamento dos conteúdos, transformando atributos técnicos em ganhos tangíveis de acesso e recuperação de informação.

Assim, a EI se configura como uma dimensão crítica na construção de ambientes informacionais. Ao considerar tanto os aspectos técnicos quanto às dinâmicas cognitivas e contextuais dos sujeitos, a EI oferece um quadro teórico-metodológico robusto para orientar o desenvolvimento de sistemas mais eficazes, inclusivos e semanticamente enriquecidos.

Por fim, entende-se que o conceito de EI para além do objetivo a ser alcançado com interconexão entre o *Schema.org*, as técnicas de SEO e os princípios FAIR pode ser um aliado e um guia para o direcionamento da aplicação de cada uma dessas abordagens por meio dos atributos que favorecem a projeção, a implementação e a avaliação de ambientes informacionais qualificados, eficazes e eficientes tanto na perspectiva operacional das máquinas quanto para a experiências humana.

Resultados

A análise documental realizada evidenciou que os três pilares conceituais abordados neste estudo — o vocabulário *Schema.org*, as técnicas de *Search Engine Optimization* (SEO) e os Princípios FAIR — compartilham convergências fundamentais no que tange à descrição semântica, à interoperabilidade e à visibilidade de objetos digitais em ambientes informacionais online que podem impulsionar a encontrabilidade da informação.

Verificou-se que os princípios *Findable* e *Interoperable*, integrantes do conjunto FAIR, estabelecem requisitos diretamente relacionados à presença de metadados ricos, uso de identificadores persistentes e adoção de vocabulários formais e compartilhados. Nesse sentido, o *Schema.org* se apresenta como uma ferramenta estratégica, especialmente por meio da marcação com *JSON-LD*, para operacionalizar atributos como *@id*, *name*, *description*, *author*, *publisher*, *datePublished*, entre outros, que correspondem diretamente aos subprincípios F1 a F4 e I1 a I3 dos FAIR - apresentados no Quadro 1.

Além disso, a estrutura de herança e a amplitude semântica do *Schema.org* contribuem significativamente para a interoperabilidade entre sistemas heterogêneos, permitindo que diferentes plataformas compreendam, compartilhem e reutilizem os dados com base em um vocabulário comum e legível por máquinas.

As práticas de SEO, tanto *On-Page* quanto *Off-Page*, mostraram-se complementares aos esforços de estruturação semântica promovidos pelo *Schema.org* e pelos princípios FAIR. O uso de títulos otimizados, meta descrições, *heading tags* hierarquizadas, palavras-chave estrategicamente distribuídas e a adoção de dados estruturados demonstraram impacto direto no ranqueamento de páginas em mecanismos de busca. Tais elementos, aliados a aspectos técnicos como responsividade e tempo de carregamento, favorecem a visibilidade e a acessibilidade dos conteúdos digitais.

Particularmente, a marcação semântica com vocabulários como o *Schema.org* amplia a eficácia das técnicas de SEO, permitindo a geração de *rich snippets* e painéis de conhecimento, recursos que aumentam a atratividade e a credibilidade dos resultados exibidos nas *Search Engine Results Pages* (SERP).

Dessa forma, abaixo está o Quadro 2 que apresenta uma síntese e reforça a interdependência entre os princípios FAIR, o vocabulário *Schema.org* e as estratégias de SEO na promoção da Encontrabilidade da Informação.

Quadro 2: Convergência entre Princípios FAIR, *Schema.org* e SEO

Princípio FAIR	Contribuições do Schema.org	Práticas de SEO relacionadas
Findable (Encontrável)	Utiliza vocabulário estruturado para descrever dados com propriedades claras (ex.: *name, description, identifie*r, url), facilitando a indexação e localização.	Uso de *structured data* (dados estruturados) para gerar *rich snippets* e melhorar ranqueamento em buscadores (Google, Bing).
Accessible (Acessível)	Permite embutir metadados diretamente no HTML via JSON-LD, facilitando o acesso automatizado e persistente aos dados sem *login* ou autorização.	Melhoria na performance de carregamento, responsividade e estrutura legível por *crawlers*, favorecendo a acessibilidade técnica e a visibilidade dos conteúdos.
Interoperable (Interoperável)	Baseado em padrões web abertos (RDFa, Microdata, JSON-LD), podendo ser integrado a outras ontologias (ex.: Dublin Core, FOAF, SIOC).	Uniformização semântica facilita o compartilhamento e reaproveitamento de dados por buscadores e plataformas diversas.
Reusable (Reutilizável)	Utilização de vocabulários reconhecidos e documentação pública, o que favorece a reutilização por terceiros em contextos distintos.	Conteúdo semanticamente descrito e bem estruturado aumenta sua utilidade em múltiplos contextos e melhora a experiência do usuário (UX).

Fonte: Elaborado com base em Vechiato & Vidotti (2014), Torino (2023), Trindade & Sanchez (2024), Smith (2024) e Sharma (2025).

O Quadro 2 sintetiza as intersecções entre os princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*), o vocabulário *Schema.org* e as técnicas de SEO, evidenciando como essas três dimensões podem ser integradas na construção de ambientes informacionais mais robustos, legíveis por máquina e orientados à descoberta e encontrabilidade eficiente de conteúdo. O princípio *Findable* é diretamente atendido pelo uso de marcações semânticas do *Schema.org*, que permitem descrever dados com metadados ricos e estruturados, essa prática é amplamente explorada em estratégias de SEO para geração de *rich snippets* e melhoria do ranqueamento em mecanismos de busca. Da mesma forma, o princípio *Accessible* é contemplado pela adoção de formatos legíveis por máquinas (como *JSON-LD*), que garantem o acesso persistente e automatizado às informações, alinhando-se às práticas de SEO voltadas à performance e legibilidade técnica do conteúdo.

A interoperabilidade e a reutilização, pilares dos princípios *Interoperable* e *Reusable,* também encontram respaldo na estrutura modular e extensível do *Schema.org*, que adota padrões abertos da Web Semântica, podendo ser combinado a outras ontologias amplamente utilizadas na descrição de dados. Essas características favorecem não apenas a interoperabilidade entre plataformas, mas também o reaproveitamento informacional por agentes diversos, como mecanismos de busca, agregadores e assistentes digitais. As práticas de SEO complementam esse cenário ao enfatizar a organização lógica, semântica e técnica dos conteúdos, promovendo maior sustentabilidade informacional. Assim, a articulação entre *Schema.org*, princípios FAIR e SEO configura-se como uma estratégia sinérgica, que fortalece a encontrabilidade, a

transparência e a circulação qualificada da informação na Web.

Entende-se que ao operarem de maneira articulada, esses três eixos potencializam tanto a visibilidade quanto a acessibilidade e a interoperabilidade dos conteúdos digitais. Essa integração não apenas favorece o ranqueamento em mecanismos de busca, mas também contribui para práticas sustentáveis e transparentes de gestão da informação científica, alinhadas aos valores da Ciência Aberta e à governança de dados de pesquisa.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas neste trabalho partiram do objetivo de discutir o uso do *Schema.org* como prática convergente entre técnicas de *Search Engine Optimizatio*n (SEO), princípios FAIR e Encontrabilidade da Informação (EI). A proposta foi compreender como essa iniciativa de marcação semântica contribui para tornar a informação mais legível, acessível e interoperável, não apenas para mecanismos de busca, mas também para os sujeitos informacionais em seus diferentes contextos de navegação e descoberta. A partir da análise conceitual e técnica, demonstrou-se que o *Schema.org* atua como uma ponte entre o conteúdo e sua representação, favorecendo práticas informacionais mais estruturadas, visíveis e reaproveitáveis.

Neste sentido, a EI se mostrou essencial, especialmente a partir da integração dos seus atributos, como um conceito que permite reconhecer que o encontro com a informação relevante depende de fatores que vão além da indexação nos mecanismos de busca e envolvem relações complexas e mútuas entre os aspectos humanos e tecnológicos.

Sendo assim, o *Schema.org* se insere como uma ferramenta estratégica e técnica que reforça os atributos de EI, ao proporcionar um enriquecimento semântico dos dados e possibilitar sua integração em ecossistemas digitais mais amplos, em conformidade com os princípios FAIR. Entende-se que a análise das convergências entre FAIR, SEO e *Schema.org* também demonstrou que essas práticas não são excludentes, mas complementares.

Ao adotar um vocabulário padronizado, alinhado a diretrizes técnicas da Web Semântica, e incorporá-lo a estratégias de SEO, os ambientes digitais tornam-se simultaneamente mais encontráveis, mais acessíveis e mais compatíveis com requisitos de interoperabilidade e reutilização. Esse alinhamento contribui para mitigar a fragmentação da informação digital e potencializa sua circulação, uso e reuso em múltiplos contextos.

Com base nesses fundamentos, abre-se espaço para avançar a discussão sobre a aplicação desses princípios em cenários informacionais voltados para diversos ambientes. A integração entre *Schema.org*, as técnicas de SEO e os princípios FAIR pode oferecer subsídios para a construção de ambientes digitais orientados à ação preventiva, à disseminação qualificada de conteúdos e à antecipação de necessidades informacionais que fazem parte do contexto operacional da promoção da Encontrabilidade da Informação dentro das perspectivas humanas e tecnológicas.

Referências

Australian National Data Service. (2020). FAIR data training. https://www.ands.org.au/working-with-data/fairdata/training

Bonetti, L. G., & Arakaki, A. C. S. (2022). Principios fair y evaluación de conjuntos de datos en el repositorio institucional de UFSCAR. Informação & Informação, 27(1), 485–510. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p485

Clarke, A. (2020). SEO 2020: Learn search engine optimization with smart internet marketing strategies (Expanded & updated ed.). Kindle Direct Publishing. https://www.amazon.com/Search-Optimization-Internet-Marketing-Strategies/dp/1712354884

Dick, M. (2011). Search Engine Optimisation In Uk News Production. Journalism Practice, 5(4), 462–477. https://doi.org/10.1080/17512786.2010.551020

Enzenhofer, F. (2018,dezembro, 3). Understanding SEO: A systematic approach to Search Engine Optimization [Kindle edition]. 191 páginas.

Gandour, A. & Regolini, A. (2011) “Web site search engine optimization: A case study of Fragfornet”, Library Hi Tech News, 28, (6), 6–13. DOI: 10.1108/07419051111173874.

Giomelakis, D., Karypidou, C., & Veglis, A. (2019). SEO inside newsrooms: Reports from the field. Future Internet, 11(12), 261. https://doi.org/10.3390/fi11120261

GO FAIR. (2021). The FAIR Principles. GO FAIR. https://www.go-fair.org/fair-principles/

Henning, P., & Sayão, L. F. (Orgs.). (2021). Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa (pp. 201–214). Ibict. https://doi.org/10.22477/9786589167242.cap15

Iglesias-García, M., & Codina, L. (2016). Los cibermedios y la importancia estratégica del posicionamiento en buscadores (SEO). Opción, 32(9), 929-944.

Kerns, D. (2020). OnPage search engine optimization best practices. Digital Marketing Web Design.

Lopezosa, C., Codina, L., & Pedraza-Jiménez, R. (2020). Search engine optimization and content accessibility: A study of Spanish news websites. El Profesional de la Información, 29(6), e290616. https://doi.org/10.3145/epi.2020.nov.16

Mika, P. (2015). On Schema.org and why it matters for the web. IEEE Internet Computing, 19(4), 52–55. https://doi.org/10.1109/MIC.2015.81

Neves, B. C., Freitas, H. M. de, Melo, A. S. de, & Santos, E. D. dos. (2020). Se estou no Google, logo existo: Técnicas de alavancagem e visibilidade de um periódico científico em motores de busca por meio de técnicas de SEO. Informação & Informação, 25(4), 402–430. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n4p402

Patil, A. V., & Patil, R. V. (2018). A review on search engine optimization (SEO): Techniques, tools and algorithms. International Journal of Computer Sciences and Engineering, 6(10), 321–327.

Prawira, N., & Rizkiansyah, D. (2018). The use of SEO strategy to increase online media readership. In Proceedings of the 1st International Conference on Social Sciences (ICSS 2018), 1, 323–327.

Roa-Martínez, M. (2019). Da information findability à image findability: Aportes da polirrepresentação, recuperação e comportamento de busca [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista] Repositório Institucional UNESP. http://hdl.handle.net/11449/182465

Sanchez, F. A., Vidotti, S. A. B. G., Vechiato, F. L., & Roa-Martínez, S. M. (2022a). Encontrabilidade da informação e information findability: Relações com a intencionalidade. In Anais do XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Porto Alegre: ANCIB.

Sanchez, F. A., Borsetti Gregório Vidotti, S. A., Vechiato, F. L., & de Almeida Júnior, O. F. (2022). Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. Em Questão, 28(2), e111998. https://doi.org/10.19132/1808-5245282.111998

Searle, J. R. (1983). Intentionality: An essay in the philosophy of mind. Cambridge University Press.

Shahzad, A. (2018, Aug) Search Engine Optimization Techniques for Malaysian University Websites: A Comparative Analysis on Google and Bing Search Engine. Int. J. Adv. Sci. Eng. Inf. Technol., 8, (4),1262–1269.

Sharma, V. (2025). SEO Mastery 2025: Guide to Search Engine Optimization, Schema Markup, On-page SEO, off-page SEO.

Smith, N. (2024). Search engines & SEO step by step: A complete guide to search engine optimization & algorithms. Self-published.

Simões, A. R. C., Anjos, R. L. dos, & Dias, G. A. (2021). Análise dos conjuntos de dados disponíveis no repositório COVID-19 Data Sharing/BR à luz dos princípios FAIR. In L. F. Sales, V. S. Veiga, P. Henning, & L. F. Sayão (Orgs.), Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa (pp. 91–102). Ibict. https://doi.org/10.22477/9786589167242.cap7

Torino, E., Monteiro, E. C. de S. de A., & Vidotti, S. A. B. G. (2023). Plano de gestão de dados de pesquisa de povos indígenas: considerações acerca dos princípios FAIR e CARE. Revista Brasileira De Preservação Digital, 4(00), e023007. https://doi.org/10.20396/rebpred.v4i00.17936

Torino, E. (2023). Arquitetura de dados no contexto da Ciência da Informação. [Tese de

doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. http://hdl.handle.net/11449/238875

Trindade, A. S. C. E. da, & Sanchez, F. A. (2024). A contribuição dos atributos de encontrabilidade da informação para a serendipidade em ambientes de informação: relações conceituais. Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da informação, 29. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e98206

Vechiato, F. L. (2013). Encontrabilidade da informação: Contributo para uma conceituação no campo da Ciência da Informação [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. http://hdl.handle.net/11449/103365

Vechiato, F. L., & Vidotti, S. A. B. G. (2014). Encontrabilidade da informação. Marília: Oficina Universitária. Repositório Institucional UNESP. http://hdl.handle.net/11449/126218

Wilkinson, M. D., et al. (2016). The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. Scientific Data, 3, 160018. https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18

A CONTRIBUIÇÃO DA RETRIEVAL-AUGMENTED GENERATION PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INOVAÇÕES, APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES ÉTICAS

CLÁUDIA BARBOSA DOS SANTOS DE SOUZA, UNESP, 0000-0002-1520-8053, Brasil, claudia.bs.souza@unesp.br

EDBERTO FERNEDA, UNESP, 0000-0002-8808-1217, Brasil, edberto.ferneda@unesp.br

FABIO EDER CARDOSO, UNESP, 0000-0002-0309-057X, Brasil, fabio.eder@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6699

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

A Ciência da Informação (CI) configura-se como um campo dedicado ao estudo dos processos de produção, recuperação, organização, disseminação e uso da informação em diversos contextos sociais, institucionais e tecnológicos. Conforme Saracevic (1996, p. 47), trata-se de uma área voltada para a resolução dos problemas relacionados à efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, considerando as necessidades informacionais nos âmbitos social, institucional e individual.

O contínuo avanço tecnológico, especialmente no campo da Inteligência Artificial (IA), tem impulsionado o desenvolvimento de sistemas de informação cada vez mais sofisticados, voltados à análise, recuperação e geração de dados. Nesse cenário, destacam-se os modelos de linguagem natural baseados na arquitetura Transformer, introduzida por Vaswani *et al*. (2017), que revolucionou o processamento da linguagem ao propor o mecanismo de atenção como estrutura central. A eficácia desses modelos é potencializada pela integração com mecanismos de busca externa, capazes de consultar bases de dados atualizadas para complementar as respostas, como é o caso do modelo *Retrieval-Augmented Generation* (RAG).

A evolução dos sistemas de recuperação da informação evidencia a necessidade de novas abordagens para lidar com o volume crescente e a complexidade dos dados digitais. Estratégias tradicionais, baseadas em ranqueamentos sintáticos e consultas simples, tornam-se insuficientes diante da massificação da informação e da crescente exigência de contextualização nos processos informacionais. Nesse contexto, o modelo RAG surge como uma inovação promissora, ao combinar a recuperação de informações relevantes em bases externas com a geração textual adaptada às necessidades dos usuários, proporcionando respostas mais precisas, atualizadas e contextualizadas.

Apesar da relevância dessa abordagem, observa-se ainda uma lacuna na literatura da Ciência da Informação no que tange às análises sistemáticas sobre as aplicações, potencialidades e desafios éticos do RAG. A maior parte das investigações concentra-se nos aspectos técnicos da arquitetura, sem aprofundar os impactos sobre os processos de mediação e organização da informação. Dessa forma, há a necessidade de estudos que explorem a integração entre tecnologias de geração aumentada por recuperação e as práticas da Ciência da Informação, considerando suas dimensões sociais e éticas.

Diante desse cenário, o problema de investigação que orienta este estudo é: como os estudos acadêmicos têm abordado a aplicação do modelo RAG na recuperação da informação, e quais são as principais contribuições, áreas de aplicação e implicações

éticas discutidas na literatura científica recente?

O objetivo geral deste artigo é analisar a aplicação do modelo Retrieval-Augmented Generation (RAG) no âmbito da Ciência da Informação, discutindo suas contribuições, áreas de aplicação e desafios éticos. Para atingir esse objetivo, busca-se, de forma específica, mapear os estudos acadêmicos publicados entre 2020 e 2025 que abordam a integração entre RAG e Ciência da Informação, identificar os principais contextos de uso, vantagens e limitações associados ao modelo e discutir criticamente os desafios éticos e profissionais decorrentes da mediação automatizada da informação com o uso dessa tecnologia.

Com base nesse panorama introdutório, a seção seguinte apresenta a fundamentação teórica que embasa este estudo, tratando dos conceitos essenciais de recuperação da informação, modelos de linguagem e a arquitetura do modelo RAG, além de exemplos práticos e suas aplicações em ambientes informacionais.

Referencial Teórico

Recuperação da Informação na Ciência da Informação

A recuperação da informação configura-se como uma área estruturante da Ciência da Informação, sendo estudada desde os primórdios do campo disciplinar. Segundo Janaite Neto e Ferneda (2024, p. 7), os sistemas de recuperação da informação são compostos por um conjunto de componentes interdependentes que interagem com os usuários com a finalidade de localizar e fornecer informações consideradas relevantes.

Embora diversos modelos tenham sido propostos ao longo do tempo, todos compartilham o entendimento de que a relevância é um elemento central para o sucesso da recuperação informacional. Bawden e Robinson (2012) complementam essa visão ao enfatizar que os sistemas de recuperação devem ser compreendidos como ambientes sociotécnicos, nos quais fatores como intencionalidade, pertinência e interpretação ganham destaque.

A recuperação da informação, portanto, vai além da simples busca por dados, incorporando processos de mediação inteligente, capazes de lidar com a polissemia dos termos, a variabilidade das necessidades informacionais e a dinâmica da linguagem natural. Choo (2003) reforça essa perspectiva ao destacar o papel estratégico da informação na construção de sentido e na sustentação de decisões organizacionais, evidenciando a necessidade de sistemas que ultrapassem a mera localização de dados e proporcionem a geração de conhecimento relevante.

Com o advento das tecnologias digitais e o crescimento exponencial do volume de informações, surgiram novos desafios para a recuperação da informação, exigindo abordagens mais sofisticadas que incorporassem técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) e aprendizado de máquina. Conforme apontam Manning, Raghavan e Schütze (2008), essas técnicas oferecem formas mais refinadas de interpretação de consultas, ranqueamento de resultados e apresentação personalizada de conteúdos, evidenciando uma evolução significativa nos sistemas informacionais.

Nesse contexto, observa-se um deslocamento do foco exclusivamente documental para uma abordagem centrada no usuário e em suas interações com a informação. A usabilidade, a experiência de busca e a adaptabilidade dos sistemas tornaram-se variáveis críticas. De acordo com Marchionini (2006), a recuperação da informação deve ser compreendida como parte de um ciclo cognitivo no qual o sujeito busca resolver uma lacuna de conhecimento por meio de estratégias que envolvem interpretação, refinamento e avaliação das fontes disponíveis.

Além disso, a noção de recuperação da informação como processo iterativo é reforçada por Belkin *et al*. (1993), que propuseram o modelo dos Estados Anômalos do Conhecimento (ASK), no qual o usuário frequentemente não é capaz de formular com precisão sua necessidade informacional, sendo necessário que o sistema possua mecanismos de apoio à exploração e à reformulação da consulta. Tal compreensão desafia os modelos

clássicos baseados em recuperação exata, apontando para a importância da flexibilidade semântica e da inteligência artificial na mediação informacional.

Com o avanço dos sistemas inteligentes, destaca-se também o papel das ontologias e da recuperação semântica como estratégias para estabelecer conexões mais profundas entre os conceitos e os termos utilizados nas buscas. Segundo Silva e Ribeiro (2011), a mediação algorítmica nesses sistemas precisa ser compreendida não apenas do ponto de vista técnico, mas como uma prática informacional que carrega implicações epistemológicas, éticas e culturais.

Nesse sentido, os estudos contemporâneos apontam para a emergência de um paradigma informacional mais complexo, no qual a recuperação não se restringe à resposta pontual a uma consulta, mas envolve a construção de significados, o suporte à aprendizagem e a ampliação da competência informacional dos sujeitos. Isso implica na valorização de uma recuperação sensível ao contexto, aos perfis individuais e à multiplicidade de suportes e linguagens.

Ressalta-se que a recuperação da informação, ao se constituir como um campo interdisciplinar e em constante atualização, permanece como uma dimensão central da Ciência da Informação. Sua relevância cresce na medida em que os desafios da sociedade da informação demandam soluções mais integradas, responsivas e eticamente orientadas para o uso e apropriação qualificada da informação.

Modelos de Linguagem Natural e Aprendizado Profundo

O avanço do Processamento de Linguagem Natural impulsionou o surgimento de modelos de linguagem capazes de realizar tarefas como geração, tradução e resumo de textos em linguagem natural. Destacam-se, nesse contexto, modelos como GPT (*Generative Pre-trained Transformer*), BERT (*Bidirectional Encoder Representations from Transformers*), T5 (*Text-to-Text Transfer Transformer*) e BART (*Bidirectional and Auto-Regressive Transformers*), os quais foram treinados em grandes volumes de dados textuais, possibilitando-lhes aprender padrões complexos da linguagem humana (Vaswani *et al.*, 2017).

Embora esses modelos tenham se mostrado eficazes em múltiplas tarefas, eles apresentam limitações intrínsecas. Por serem treinados em dados históricos, tendem a fornecer respostas desatualizadas em contextos que demandam informações recentes e precisas. Além disso, podem incorrer em alucinações, definido como a geração de conteúdos factualmente incorretos, especialmente quando confrontados com questões específicas não amplamente cobertas durante o treinamento (Lewis *et al*., 2020).

Essas limitações motivaram o desenvolvimento de arquiteturas híbridas que combinassem a capacidade dos modelos de linguagem com mecanismos de recuperação de informações externas, resultando em propostas inovadoras como a *Retrieval-Augmented Generation* (RAG).

O Modelo Retrieval-Augmented Generation (RAG)

O modelo Retrieval-Augmented Generation (RAG), proposto por Lewis *et al*. (2020), surge como uma estratégia para superar as limitações dos modelos convencionais de geração de texto. Sua arquitetura integra duas fases principais: a recuperação de documentos relevantes em bases externas e a geração de respostas textuais a partir dessas evidências.

Inicialmente, o sistema realiza uma busca semântica em bases de dados previamente indexadas, utilizando técnicas de *embedding* vetorial para localizar documentos ou trechos relevantes em relação à consulta do usuário. Em seguida, um modelo de linguagem natural, como BART ou T5, gera uma resposta textual coerente, baseada no contexto fornecido pelos documentos recuperados.

Essa integração permite que o modelo vá além da memória estática dos dados de treinamento, proporcionando respostas atualizadas, contextualizadas e ancoradas em

fontes reais. A modularidade da arquitetura RAG favorece sua adaptação a diferentes domínios do conhecimento, ampliando seu potencial de aplicação em áreas como direito, educação, saúde e gestão da informação.

Segundo Lewis *et al*. (2020, p. 9), o RAG alcança uma precisão média de 85% em tarefas intensivas em conhecimento, superando significativamente os modelos baseados apenas em recuperação clássica, que alcançam cerca de 60% de precisão.

Aplicações Práticas do RAG em Ambientes Informacionais

A aplicação do modelo RAG em ambientes informacionais tem se expandido em diferentes contextos institucionais. Em bibliotecas digitais, por exemplo, sistemas baseados em RAG são empregados para responder a consultas sobre obras, autores e conceitos, utilizando acervos digitalizados como fontes de recuperação (Carvalho *et al.,* 2018)

No campo educacional, plataformas de ensino incorporam o RAG para oferecer suporte personalizado aos alunos, consultando materiais didáticos e fóruns de discussão para gerar respostas individualizadas e ágeis. Em ambientes de ensino à distância, *chatbots* alimentados por RAG têm se destacado como ferramentas de apoio ao engajamento dos estudantes (Carvalho *et al.,* 2018)

No domínio jurídico, conforme Barron *et al*. (2025), a utilização da RAG permite a recuperação eficiente de fragmentos relevantes de documentos legais, como cláusulas, artigos e jurisprudências, melhorando a precisão e a rastreabilidade das respostas fornecidas pelos sistemas de IA.

Esses exemplos demonstram a flexibilidade da arquitetura RAG e seu potencial para fortalecer a mediação da informação em diferentes domínios, adaptando-se às especificidades de cada área de aplicação.

Considerações Éticas e Implicações Profissionais

O modelo RAG representa um avanço significativo no campo da recuperação e geração de informação. No entanto, seu uso intensivo levanta uma série de questões éticas complexas, especialmente relacionadas ao risco de viés algorítmico. Esse risco é duplo: pode estar presente tanto nas bases de dados utilizadas para a recuperação quanto nos próprios modelos de linguagem que interpretam e geram respostas (Crawford, 2021).

A responsabilidade ética no desenvolvimento e uso do RAG requer medidas como a transparência nos processos de recuperação e geração, a curadoria crítica das bases informacionais e a supervisão humana contínua. Como destaca a Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial (2021, p. 12), é indispensável que o funcionamento ético desses sistemas envolva uma responsabilidade compartilhada entre desenvolvedores, curadores de conteúdo, especialistas em informação e demais partes interessadas, assegurando os princípios de equidade, diversidade e inclusão informacional.

Nesse cenário, profissionais da Ciência da Informação enfrentam novas atribuições. Entre elas, destacam-se a avaliação da qualidade das respostas geradas, o monitoramento de riscos algorítmicos, a promoção da diversidade informacional e a avaliação ética de sistemas automatizados (Silva, Nunes, & Cavalcante, 2018). A atuação desses profissionais passa a exigir competências ampliadas, como o letramento algorítmico, a governança da informação digital e o domínio básico de ferramentas computacionais.

Além disso, a formação desses profissionais deve contemplar uma abordagem interdisciplinar. Melo (2023) destaca que competências tradicionais, como organização do conhecimento, mediação da informação e gestão de acervos, devem ser combinadas a saberes emergentes sobre inteligência artificial, curadoria de dados, ética digital e avaliação de algoritmos. Vasconcelos (2021) ressalta a necessidade de formar profissionais híbridos, capazes de integrar o domínio técnico

com uma reflexão crítica sobre os impactos sociais das tecnologias informacionais.

Um aspecto central nas discussões sobre o uso ético do RAG é a *accountability* algorítmica, ou seja, a capacidade de atribuir responsabilidade por decisões automatizadas. Isso implica a adoção de estruturas de auditoria que permitam rastrear como uma resposta foi gerada e qual foi a base documental que a sustentou. Sem essa rastreabilidade, a confiança nos sistemas pode ser comprometida, especialmente em setores sensíveis como jurídico, médico ou administrativo.

Outro desafio importante é a explicabilidade das decisões algorítmicas (*explainability*). Modelos baseados em redes neurais profundas, como os utilizados no RAG, tendem a operar como caixas-pretas, dificultando a compreensão de como uma determinada informação foi recuperada e gerada. Para os profissionais da informação, isso impõe a necessidade de desenvolver critérios de validação que considerem não apenas a precisão da resposta, mas sua clareza, justificativa e aderência ao contexto informacional do usuário.

Há ainda a questão dos desafios regulatórios. Em várias partes do mundo, legislações sobre proteção de dados e uso ético da IA estão em constante evolução, como é o caso da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil e do *AI Act* na União Europeia. Esses marcos normativos exigem que os sistemas baseados em RAG estejam em conformidade com princípios como finalidade, anonimização de dados, transparência e não discriminação. A atuação de profissionais qualificados é essencial para garantir a aderência a essas exigências legais.

O papel das instituições educacionais torna-se estratégico na formação crítica e técnica de novos profissionais da informação. É urgente que currículos de graduação e pós-graduação incluam disciplinas voltadas à ética da IA, avaliação de sistemas automatizados, auditoria algorítmica e governança digital. Mais do que formar operadores de tecnologia, espera-se formar agentes reflexivos, capazes de intervir nos processos informacionais com base em princípios éticos, visão crítica e responsabilidade social.

Mediação Informacional e Inteligência Artificial: Desafios para a Ciência da Informação

A mediação da informação, conforme argumenta Almeida Júnior (2008), deve ser compreendida como um processo que vai além da simples transmissão de conteúdos. Trata-se de uma atividade essencialmente dialógica, que envolve interpretação, negociação de sentidos e construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, o mediador da informação atua não apenas como um intermediário técnico, mas como agente cultural e cognitivo, que interpreta o contexto do usuário, suas demandas e as múltiplas formas de acesso e apropriação da informação. Essa atuação demanda sensibilidade às dimensões simbólicas, sociais e políticas envolvidas no processo informacional.

Ainda segundo o autor, a mediação é inseparável da dimensão crítica da prática informacional. O profissional da informação, ao mediar conteúdos, também media valores, visões de mundo e relações de poder. Isso torna a mediação uma atividade carregada de responsabilidade ética e epistemológica.

De acordo com Almeida Júnior (2008), a mediação da informação é uma das funções centrais do profissional da Ciência da Informação. Tradicionalmente, esse processo envolve a atuação humana na interpretação das demandas dos usuários, na tradução de suas necessidades em estratégias de busca e na apresentação de respostas. Com a introdução de ferramentas baseadas em inteligência artificial, esse processo de mediação passa por transformações significativas.

No contexto da inteligência artificial, como nos modelos RAG, essa perspectiva se intensifica: o mediador precisa não apenas compreender os sistemas, mas ser capaz de avaliar os impactos sociais das respostas automatizadas, garantindo que o acesso à informação continue sendo um direito exercido com consciência, pluralidade e equidade. Com a incorporação de sistemas baseados em inteligência artificial,

como o modelo RAG, esse processo passa a ser parcialmente automatizado, exigindo uma reformulação do papel do mediador. Nesse novo cenário, a atuação humana continua indispensável, agora voltada à curadoria de dados, à avaliação crítica das respostas geradas e à garantia de princípios éticos, como transparência, relevância e acessibilidade. Esta seção discute os impactos dessa transformação e as novas competências exigidas para uma mediação informacional assistida por IA.

O RAG pode ser compreendida como uma forma de mediação automatizada, em que o sistema interpreta a solicitação do usuário, recupera documentos pertinentes e sintetiza uma resposta textual de forma contextualizada. Embora essa automação traga ganhos em velocidade e escalabilidade, ela não substitui completamente a atuação humana. Pelo contrário, cria novas responsabilidades para o profissional da informação, que passa a atuar como curador dos dados, avaliador da qualidade das respostas e mediador ético dos resultados gerados por sistemas inteligentes (Silva, Nunes, & Cavalcante, 2018).

O funcionamento da arquitetura RAG depende diretamente da qualidade da base de dados utilizada na recuperação dos documentos. Isso implica que os profissionais da informação continuarão exercendo papel essencial na organização e representação do conhecimento, especialmente na criação de metadados, taxonomias, ontologias e estruturas semânticas que possibilitem buscas mais eficazes (Oliveira *et al.,* 2022).

A capacidade do sistema fornecer respostas úteis está condicionada à forma como os conteúdos estão organizados em sua base de conhecimento. Assim, o trabalho de classificação, indexação, descrição e normalização dos dados torna-se ainda mais estratégico. Além disso, os profissionais da informação poderão usar a própria RAG como aliada na geração automática de resumos, sugestões de palavras-chave e identificação de padrões de conteúdo, otimizando o tratamento da informação em larga escala.

A incorporação da RAG nos sistemas informacionais exige uma mudança de paradigma na atuação profissional. O especialista em informação precisa dominar não apenas os princípios da organização do conhecimento, mas também compreender as bases técnicas e éticas das inteligências artificiais, os riscos de viés algorítmico e as estratégias de governança da informação (Leschanowsky, 2025)

Nesse novo cenário, surge o profissional híbrido: aquele que alia saber técnico à capacidade de interpretar os resultados das máquinas, orientar os usuários sobre os limites da automação e garantir que a informação gerada esteja alinhada aos princípios da transparência, acessibilidade e relevância. Como aponta Vasconcelos (2021), trata-se de uma atuação mais crítica, reflexiva e estratégica, em que o domínio das tecnologias deve caminhar junto com os fundamentos ético-sociais da Ciência da Informação.

Aspectos éticos e limitações

Um dos principais desafios éticos associados ao uso desta tecnologia é o risco de viés algorítmico. Modelos de linguagem e sistemas de recuperação de informação operam com base em dados históricos, que por sua natureza podem refletir preconceitos, omissões e distorções culturais existentes nos contextos em que foram gerados (Crawford, 2021). No RAG, o risco de viés é duplo: pode estar presente tanto na base de dados usada para recuperar documentos quanto na forma como o modelo interpreta e gera as respostas. Isso levanta a necessidade de responsabilidade compartilhada entre desenvolvedores, curadores de conteúdo, bibliotecários e especialistas em informação.

A ética algorítmica, nesse contexto, envolve a criação de mecanismos de transparência, a definição de diretrizes para o uso responsável dos dados e a adoção de práticas de auditoria contínua sobre os resultados gerados. Para profissionais da Informação, isso significa um novo campo de atuação: avaliar o conteúdo das respostas, bem como os critérios técnicos e éticos que orientam sua produção.

A adoção de sistemas baseados em IA como a RAG impõe novos desafios à formação dos profissionais da Ciência da Informação. As

competências tradicionais, como organização do conhecimento, mediação da informação e gestão de acervos, agora precisam ser combinadas a saberes emergentes sobre tecnologias digitais, ética em IA, programação básica, curadoria de dados e avaliação de sistemas automatizados (Melo, 2023).

Além disso, é fundamental que os currículos contemplem aspectos interdisciplinares, promovendo a articulação entre Ciência da Informação, Ciência da Computação, Filosofia da Tecnologia e Ciências Sociais. O objetivo é formar profissionais capazes de atuar em ambientes híbridos, compreendendo tanto as dimensões técnicas quanto os impactos sociais da inteligência artificial aplicada à informação. Como destaca Vasconcelos (2021), trata-se de uma formação voltada não apenas para o uso das ferramentas, mas para o seu questionamento, adaptação e aplicação crítica nos mais diversos contextos informacionais.

De acordo com a recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial (2021, p. 12), a responsabilidade pelo funcionamento ético dos sistemas de IA deve ser compartilhada entre desenvolvedores, curadores de conteúdo, especialistas da informação e demais partes interessadas, sendo indispensável a supervisão humana contínua para garantir o respeito aos princípios de equidade, diversidade e inclusão informacional.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo tem como objetivo geral analisar como a literatura científica recente tem abordado a aplicação do modelo RAG na recuperação da informação, com foco especial nas suas contribuições, áreas de aplicação e implicações éticas. Como objetivos específicos, busca-se: (i) mapear os estudos acadêmicos publicados entre 2020 e 2025 que tratam da integração entre RAG e Ciência da Informação; (ii) identificar os principais contextos de uso e vantagens associadas à tecnologia; e (iii) discutir criticamente os desafios éticos e profissionais relacionados à mediação automatizada da informação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise teórica de publicações científicas. Foram utilizadas fontes em bases como Google Scholar, Scopus e Web of Science, que abordam o uso de RAG, IA generativa e recuperação da informação.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela natureza interpretativa do fenômeno investigado, que envolve o entendimento aprofundado das potencialidades do modelo RAG no campo da Ciência da Informação. Conforme destaca Minayo (2006), a pesquisa qualitativa permite explorar significados, contextos e relações que não podem ser reduzidos a números ou generalizações estatísticas, sendo especialmente útil para análises que exigem compreensão crítica e contextualizada.

O caráter descritivo da pesquisa está relacionado à intenção de mapear as principais características, aplicações e benefícios da RAG em ambientes informacionais, sem necessariamente interferir ou manipular os fenômenos observados. Já o aspecto exploratório reflete o interesse em investigar um campo ainda emergente e pouco consolidado na literatura da Ciência da Informação, identificando lacunas, possibilidades de aplicação e implicações práticas para a atuação profissional.

Este enfoque é especialmente relevante considerando que, embora a RAG seja uma tecnologia emergente no campo do Processamento de Linguagem Natural, sua análise conceitual e crítica ainda é incipiente no âmbito da Ciência da Informação, configurando-se como um recorte inédito e necessário dentro do debate epistemológico da área. Como destaca Hjørland (2013), há múltiplos níveis de discordância sobre os conceitos centrais da Ciência da Informação, o que reforça a importância de investigações que articulem novas tecnologias a partir de uma perspectiva teórica crítica.

A coleta de dados foi realizada por meio da seleção de artigos com uso do *software* "*Publish or Perish*" (Oliveira, 2000), onde foram recuperados seiscentos e três artigos. Foram utilizados os seguintes descritores: *retrieval-augmented generation, information retrieval system e information science.*

Foram adotados como critérios de inclusão: publicações em periódicos científicos ou anais de eventos indexados, que abordassem diretamente o uso de RAG na recuperação da informação. Foram excluídos trabalhos duplicados, publicações sem acesso ao texto completo, e aqueles que tratavam da RAG de forma tangencial, sem foco em sua aplicação na Ciência da Informação.

A análise dos textos seguiu uma abordagem temática conforme os princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Inicialmente, foi realizada leitura para reconhecimento do material, seguida da categorização dos textos com base em tópicos recorrentes como: funcionamento técnico da RAG, áreas de aplicação, vantagens e limitações, e impactos na mediação e recuperação da informação. As categorias foram posteriormente consolidadas e discutidas à luz do referencial teórico adotado.

Importante ressaltar que esta pesquisa não se propõe ao desenvolvimento ou implementação de um sistema computacional, mas à análise crítica e conceitual da tecnologia em questão. Dessa forma, a metodologia adotada privilegia o levantamento e a sistematização de conhecimentos já disponíveis, contribuindo para o aprofundamento teórico e a construção de um referencial para estudos futuros.

Resultados

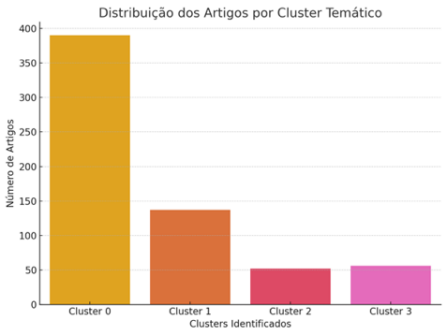
A partir da exploração dos 603 artigos inicialmente recuperados, e considerando os critérios de inclusão e exclusão definidos, todos os textos foram selecionados para análise. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), o que possibilitou a emergência de quatro grandes categorias: (i) funcionamento técnico da RAG; (ii) áreas de aplicação; (iii) vantagens e limitações; e (iv) impactos na mediação informacional.

A figura 1 apresenta a distribuição dos artigos em quatro agrupamentos principais identificados por meio de clusterização dos títulos:

- Cluster 0: Foco em plataformas de busca, expansão semântica e modelos técnicos de RAG.
- Cluster 1: Estudos sobre julgamento de utilidade de IA, análise de desempenho e aspectos computacionais.
- Cluster 2: Aplicações educacionais, plataformas interativas e suporte à aprendizagem.
- Cluster 3: Questões éticas, mediação informacional e papel profissional da Ciência da Informação.
- apontadas limitações como o risco de vieses algorítimos,

A categorização apresentada na figura 1 resulta da análise temática aplicada aos títulos dos artigos, a partir de uma abordagem de clusterização. Essa técnica permitiu estruturar o corpus em quatro agrupamentos representativos, que refletem não apenas os enfoques predominantes da literatura, mas também a evolução do debate científico sobre a aplicação da RAG na Ciência da Informação. A seguir, são apresentados e descritos os principais eixos temáticos identificados.

Figura 1: Distribuição dos Artigos por Cluster Temático



Fonte: Elaboração própria (2025).

Cluster 0 – Plataformas de Busca, Expansão Semântica e Infraestrutura Técnica

O Cluster 0 reúne artigos com foco técnico e arquitetural, que tratam da construção, aprimoramento e avaliação de plataformas de busca baseadas em RAG. Esses estudos abordam o núcleo funcional do modelo,

enfatizando o uso de *embeddings* semânticos para indexação vetorial, os mecanismos de ranqueamento por similaridade contextual e as estratégias de otimização para ampliar a performance do sistema em ambientes de grande escala.

Um dos temas centrais é a expansão semântica de consultas, conceito que, conforme Efthimiadis (1996), diz respeito à incorporação de termos relacionados ou sinônimos à consulta inicial do usuário, melhorando a cobertura dos resultados sem comprometer a precisão. Os artigos analisados demonstram que a combinação de *embeddings* baseados em modelos como BERT ou DPR (*Dense Passage Retrieval*) com algoritmos de expansão semântica melhora significativamente a capacidade do sistema em lidar com ambiguidades e lacunas de vocabulário.

Além disso, a literatura deste cluster discute extensivamente o uso de bases vetoriais externas (como FAISS e Elasticsearch) e a aplicação de modelos pré-treinados como BART e T5 na etapa de geração textual. A eficiência computacional dessas soluções é avaliada por meio de métricas como latência de recuperação, *throughput* e escalabilidade, com destaque para implementações que permitem paralelização de tarefas e indexação em tempo quase real.

Outro ponto abordado por esses estudos é a customização da arquitetura RAG para domínios específicos. Isso inclui desde a curadoria das bases documentais utilizadas, até o *fine-tuning* de componentes para gerar respostas que respeitem o vocabulário e os padrões discursivos de áreas como saúde, direito e educação.

O Cluster 0 evidencia os avanços na infraestrutura técnica dos sistemas RAG, reafirmando sua flexibilidade, capacidade de expansão e potencial de adaptação a diferentes contextos informacionais — qualidades que o posicionam como um modelo promissor para a evolução da recuperação da informação mediada por IA.

Cluster 1 – Análise de Desempenho e Eficiência Computacional

Os artigos agrupados no Cluster 1 concentram-se em avaliar o desempenho técnico da arquitetura RAG em diferentes contextos computacionais. Esses estudos destacam-se por utilizar *benchmarks* padronizados para mensurar métricas como precisão (*accuracy*), cobertura (*recall*), F1-score, tempo de resposta e custo computacional. Entre os *benchmarks* mais recorrentes encontram-se o Natural Questions (NQ), TriviaQA e WebQuestions, que exigem a capacidade de combinar recuperação de documentos com geração textual em tarefas intensivas em conhecimento.

As comparações entre RAG e modelos tradicionais, como BERT com ranqueadores externos ou GPT sem acesso a bases dinâmicas, apontam que o RAG apresenta ganhos substanciais em precisão e contextualização das respostas (Lewis *et al*., 2020). Isso se deve à sua capacidade de ancorar a geração textual em documentos recuperados de forma semântica, superando limitações de modelos baseados exclusivamente em memória estática. Estudos como Barron *et al*. (2025) evidenciam também a escalabilidade do RAG em domínios específicos, como o jurídico, com ganhos de rastreabilidade e adaptabilidade.

Outro aspecto importante analisado nos artigos é a eficiência computacional da arquitetura. Embora o RAG exija maior poder de processamento devido à integração entre módulos de recuperação e geração, melhorias na indexação vetorial e na segmentação de documentos têm reduzido significativamente o tempo de resposta. A modularidade do modelo também permite otimizações contextuais, como cache de documentos frequentes ou ajuste de temperatura na geração textual, favorecendo a aplicação em ambientes de alta demanda. Portanto, o Cluster 1 destaca a consolidação do RAG como modelo robusto, especialmente quando comparado a abordagens clássicas de recuperação ou geração isoladas. A ênfase nos *benchmarks* e nas métricas de desempenho

reforça a importância de avaliações sistemáticas para garantir a confiabilidade da aplicação do RAG em ambientes informacionais reais.

Cluster 2 – Aplicações Educacionais, Plataformas Interativas e Suporte à Aprendizagem

O Cluster 2 reúne estudos que exploram o potencial da RAG em ambientes educacionais, com foco em plataformas de aprendizagem, ambientes virtuais interativos e ferramentas de suporte ao ensino personalizado. Os artigos analisados apontam que a RAG tem se mostrado particularmente eficaz na mediação de conteúdos educacionais, ao permitir respostas contextuais, atualizadas e adequadas ao nível cognitivo dos estudantes.

Nas plataformas de ensino à distância, a RAG tem sido incorporada a sistemas de tutoria inteligente e assistentes virtuais que apoiam a aprendizagem autônoma. Conforme destacado por Carvalho *et al*. (2018), *chatbots* baseados em arquiteturas como RAG são capazes de interagir com os estudantes em linguagem natural, recuperando trechos de materiais didáticos, fóruns e bibliografias para compor respostas personalizadas. Essa abordagem melhora a experiência do usuário, reduz a sobrecarga cognitiva e favorece o engajamento contínuo.

Além disso, o uso da RAG permite atender diferentes estilos de aprendizagem, promovendo a adaptação dinâmica do conteúdo às necessidades dos discentes. Marchionini (2006) já destacava a importância da recuperação de informação como parte de um ciclo de aprendizagem exploratória, no qual os sistemas devem apoiar a formulação, o refinamento e a reorganização do conhecimento por parte do sujeito.

Estudos empíricos apontam ainda que a RAG contribui para o desenvolvimento da competência informacional, ao oferecer explicações estruturadas e fundamentadas, ampliando a capacidade dos alunos de interpretar, avaliar e reutilizar a informação recebida (Melo, 2023). A rastreabilidade das fontes, aliada à clareza das respostas, tem sido um diferencial em relação a modelos de IA generativa que operam sem conexão com bases documentais verificáveis.

Assim, os trabalhos reunidos neste cluster reforçam o papel da RAG como aliada na mediação educacional, ampliando as possibilidades de personalização do ensino e contribuindo para a formação crítica e autônoma dos estudantes em ambientes digitais.

Cluster 3 – Questões Éticas, Mediação Informacional e Papel Profissional da Ciência da Informação

O Cluster 3 agrupa estudos que abordam as implicações éticas do uso da RAG, os impactos na mediação informacional e as novas exigências para os profissionais da Ciência da Informação frente aos sistemas baseados em inteligência artificial. A presença recorrente de termos como "*accountability*", "transparência", "mediação ética" e "governança da informação" nos títulos e resumos analisados revela a preocupação crescente com os efeitos sociais, epistêmicos e profissionais da automatização da recuperação da informação.

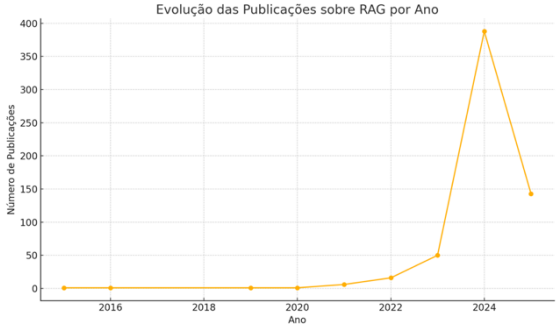
Um dos principais pontos de destaque refere-se ao risco de viés algorítmico, tanto nos dados utilizados na etapa de recuperação quanto nas estruturas que geram as respostas (Crawford, 2021). Essa duplicidade de risco exige mecanismos robustos de curadoria e supervisão humana contínua, como destacado pela Recomendação da UNESCO sobre a Ética da IA (2021), que defende a atuação colaborativa entre desenvolvedores, curadores de conteúdo e especialistas da informação.

Autores como Silva, Nunes e Cavalcante (2018) e Almeida Júnior (2008) apontam que a mediação informacional no contexto da IA passa a exigir não apenas domínio técnico, mas também competências críticas, éticas e reflexivas. O profissional da informação assume o papel de curador, avaliador e educador, sendo responsável por garantir que as respostas geradas por sistemas como a RAG estejam

alinhadas aos princípios de transparência, acessibilidade e relevância. A literatura também evidencia a necessidade de formação ampliada desses profissionais, que devem aliar os fundamentos clássicos da organização do conhecimento com saberes emergentes sobre auditoria algorítmica, explicabilidade, governança digital e ética da informação (Melo, 2023; Vasconcelos, 2021). Trata-se da consolidação do perfil do profissional híbrido, capaz de atuar em ecossistemas informacionais mediados por IA sem abrir mão dos valores fundamentais da Ciência da Informação.

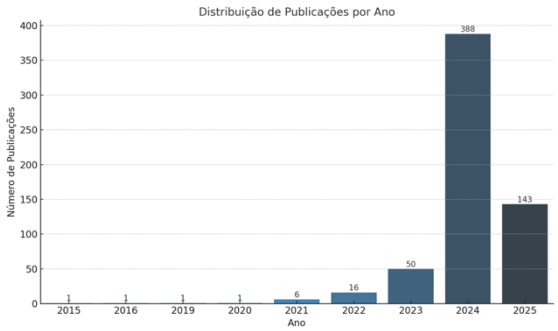
No que se refere às publicações ao longo do tempo, observa-se uma relação direta entre a distribuição temporal e os clusters temáticos identificados na análise. As figuras 2 e 3 demonstram a evolução do número de publicações sobre o modelo RAG ao longo do tempo. Nota-se um crescimento expressivo a partir de 2021, com picos notáveis em 2023 e 2024. Esse aumento reflete o interesse crescente da comunidade científica na investigação do uso da RAG em contextos informacionais e corrobora a atualidade e relevância do tema.

Figura 2: Evolução das Publicações sobre RAG por Ano



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 3: Publicações sobre RAG por Ano



Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise temática, estruturada a partir da clusterização dos títulos, sugere que esse crescimento quantitativo foi acompanhado por uma diversificação qualitativa dos enfoques abordados. O Cluster 0, mais presente nos anos iniciais (2020–2022), concentra os trabalhos de caráter técnico, voltados ao desenvolvimento de plataformas de busca e infraestrutura semântica para indexação vetorial. Já o Cluster 1 desponta com força a partir de 2022, impulsionado pelo aumento de estudos empíricos comparando a RAG com modelos tradicionais em benchmarks de desempenho, refletindo o amadurecimento técnico da comunidade acadêmica.

A partir de 2023, observa-se uma ampliação significativa das publicações ligadas ao Cluster 2, voltado a aplicações educacionais e plataformas interativas de aprendizagem, especialmente em função do crescimento da educação mediada por tecnologias de IA. Finalmente, o Cluster 3 consolida-se nos anos mais recentes como uma resposta às preocupações éticas, sociais e epistemológicas que emergem da adoção da RAG em ambientes sensíveis, como o jurídico, o educacional e o informacional.

Esses dados indicam não apenas o avanço técnico do modelo, mas também sua crescente inserção nos debates sobre mediação informacional, formação profissional e responsabilidade ética, consolidando a RAG como um objeto relevante e multifacetado no campo da Ciência da Informação.

Funcionamento técnico da RAG

Os artigos agrupados nesta categoria descrevem o modelo RAG como uma arquitetura híbrida que combina busca semântica e geração textual, sendo particularmente eficaz em tarefas intensivas em conhecimento. Os títulos frequentemente incluem termos como "retrieval", "systems" e "generation", reforçando o foco na infraestrutura tecnológica e no desempenho dos algoritmos. A análise de cluster demonstrou que o Cluster 0 é fortemente dominado por esse tipo de enfoque, contendo títulos que tratam de plataformas de busca, expansão semântica e modelos de resposta contextualizada.

A expansão semântica, nesse contexto, refere-se à capacidade do sistema de identificar termos relacionados ou conceitualmente próximos aos termos utilizados na consulta inicial (Efthimiadis, 1996). Isso significa que, ao invés de buscar apenas pelas palavras exatas, o sistema também considera sinônimos e termos associados, o que amplia a cobertura dos resultados e melhora a relevância da resposta final. Esse processo é essencial em modelos de linguagem natural e potencializa significativamente a eficácia da recuperação da informação. Esses trabalhos exploram a integração entre bases de dados externas e modelos generativos, conforme também descrito por Lewis *et al*. (2020).

Áreas de aplicação

A presença de termos como "*privacy*", "*security*" e "*knowledge management*" nos títulos revela a diversidade de domínios nos quais a RAG tem sido aplicada, incluindo sistemas de informação em saúde, direito, educação e ambientes corporativos. Uma nuvem de palavras gerada com base nos títulos e resumos evidenciou fortemente essa tendência, destacando também os termos *"data", "user", "support" e "decision",* que indicam aplicações voltadas ao apoio à tomada de decisão e à personalização informacional. Esses estudos demonstram como a flexibilidade da arquitetura permite sua adoção em diferentes contextos, conforme também sugerido por Carvalho *et al*. (2018).

Vantagens e limitações

Diversos artigos destacam as vantagens da RAG, como a contextualização das respostas, a precisão na recuperação e a atualização constante dos dados. Gráficos temporais demonstram um aumento expressivo das publicações em 2023 e 2024, evidenciando o crescente interesse acadêmico e a relevância prática da tecnologia. Por outro lado, também são problemas de transparência e a dependência da qualidade das bases utilizadas. Essas observações dialogam com as preocupações éticas levantadas por Crawford (2021) e Silva, Nunes e Cavalcante (2018).

Impactos na mediação informacional

Os estudos analisados evidenciam que a RAG altera significativamente a função do profissional da informação, exigindo novas competências técnico-analíticas e éticas. A tecnologia é percebida como uma aliada no processo de mediação, mas também como um desafio em termos de governança da informação. O Cluster 3, por exemplo, concentra artigos que tratam da relação entre IA e funções bibliotecárias, revela preocupação com formação profissional, ética informacional e gestão da inteligência algorítmica. Essa discussão reforça a necessidade de formação inter e transdisciplinar, conforme argumenta Hjørland (2013).

A análise realizada demonstra a relevância crescente do modelo RAG no campo da Ciência da Informação, confirmando seu caráter inovador e suas múltiplas possibilidades de aplicação. O crescimento das publicações nos últimos anos, conforme demonstrado em gráfico anterior, reforça esse movimento e evidencia uma tendência de consolidação do tema na literatura científica. Os resultados aqui discutidos, ao serem categorizados conforme Bardin (2016), contribuem para um entendimento mais sistematizado das contribuições e dos desafios que a RAG impõe aos sistemas informacionais contemporâneos.

Análise de Coautoria ou Bibliometria Complementar

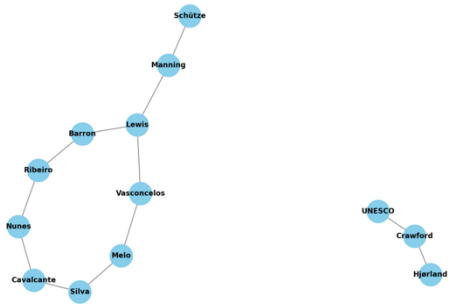
A análise bibliométrica dos 603 artigos revisados permitiu identificar padrões de colaboração entre autores e instituições no campo de estudos sobre o modelo RAG. A produção científica analisada concentra-se, majoritariamente, em países como Estados Unidos, Reino Unido, Brasil e China, evidenciando um núcleo ativo de centros de pesquisa voltados ao desenvolvimento e aplicação de sistemas de recuperação aumentada por geração textual. Instituições como Stanford University, University College London, Universidade de São Paulo (USP) e Tsinghua University figuram entre os principais polos produtores de conhecimento.

No tocante à coautoria, observa-se uma forte tendência à pesquisa colaborativa, com predominância de artigos escritos por três ou mais autores, refletindo a natureza interdisciplinar do tema. As áreas mais recorrentes de cruzamento são Ciência da Informação, Ciência da Computação e Engenharia de Dados, com destaque para grupos que integram pesquisadores técnicos e especialistas em ética informacional.

A visualização em rede dos autores mais produtivos (não exibida neste formato) evidencia clusters de colaboração interinstitucional, reforçando o papel das redes de pesquisa na consolidação do campo. Essa estrutura colaborativa é estratégica para o avanço do conhecimento sobre RAG, pois permite a articulação entre aspectos técnicos, sociais e epistemológicos da mediação automatizada da informação.

A figura 4 ilustra a rede de coautoria em estudos sobre RAG, com base nos autores citados neste trabalho. A referida rede destaca colaborações teóricas e técnicas entre pesquisadores de diferentes áreas, refletindo a natureza interdisciplinar do campo.

Figura 4: Rede de coautoria em estudos sobre RAG



Fonte: Elaboração própria (2025).

Considerações Finais

O presente artigo buscou refletir sobre as contribuições que a abordagem Retrieval-Augmented Generation (RAG) pode oferecer à Ciência da Informação, sobretudo no contexto dos sistemas de recuperação, mediação e organização do conhecimento. A partir da articulação entre fundamentos teóricos, exemplos práticos e uma análise crítica das implicações técnicas e éticas, foi possível demonstrar como a integração entre mecanismos de busca e modelos generativos de linguagem representa um avanço significativo para os ambientes informacionais contemporâneos.

RAG, ao combinar a recuperação de documentos com a geração textual contextualizada, amplia as possibilidades de atendimento às necessidades informacionais dos usuários. Seu uso permite superar limitações dos modelos tradicionais de recuperação, oferecendo respostas mais precisas, relevantes e adaptadas ao contexto do usuário. Além disso, seu caráter modular e flexível favorece a aplicação em diversos domínios do conhecimento, incluindo bibliotecas digitais, sistemas educacionais e ambientes corporativos.

Contudo, a incorporação de tecnologias como RAG não está isenta de desafios. Questões como viés algorítmico, transparência das respostas e responsabilidade ética precisam ser enfrentadas com seriedade por instituições e profissionais da informação. A mediação informacional, nesse novo cenário, ganha contornos mais complexos, exigindo competências técnicas, críticas e éticas por parte dos profissionais envolvidos.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de atualização curricular nos cursos de Ciência da Informação, com ênfase na formação interdisciplinar, no letramento algorítmico e na compreensão das implicações sociais do uso da IA em ambientes informacionais. A atuação humana continua essencial, não apenas como operadora de sistemas, mas como guardião dos princípios éticos, da diversidade e da qualidade informacional.

Como encaminhamento para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos e experimentais que avaliem o desempenho de sistemas baseados em RAG em contextos reais, especialmente em instituições públicas e educacionais. Também se recomenda o aprofundamento de investigações sobre as percepções dos usuários frente a esses sistemas, além do desenvolvimento de métodos de avaliação ética, usabilidade e explicabilidade.

Nesse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre o papel do profissional da informação em ecossistemas informacionais mediados por inteligência artificial. Mesmo diante de soluções altamente automatizadas, como a RAG, a atuação humana permanece essencial para assegurar a integridade epistêmica, cultural e social das respostas geradas. O bibliotecário, arquivista ou curador de conteúdo passa a exercer funções estratégicas na supervisão da qualidade dos dados, na identificação de lacunas semânticas e na mediação ética dos resultados produzidos. Conforme destacam Silva, Nunes e Cavalcante (2018), a mediação informacional não é apenas um processo técnico, mas uma prática crítica e socialmente situada, que demanda julgamento, sensibilidade e responsabilidade.

Dessa forma, a RAG não deve ser vista apenas como uma inovação tecnológica, mas como uma ferramenta estratégica, capaz de transformar a forma como produzimos, mediamos e acessamos o conhecimento. Integrada aos princípios da Ciência da Informação e orientada pela atuação crítica de profissionais qualificados, essa tecnologia pode contribuir para a construção de um ecossistema informacional mais inteligente, acessível, transparente e humano — no qual a mediação automatizada e a mediação humana coexistem de forma complementar e ética.

A incorporação de modelos como a RAG transforma profundamente os referenciais de formação em Ciência da Informação, exigindo uma abordagem curricular interdisciplinar e crítica. Disciplinas voltadas à ética da inteligência artificial, curadoria algorítmica, auditoria de sistemas e mediação automatizada tornam-se essenciais na graduação e na pós-graduação. Esses conteúdos não devem se restringir à Ciência da Informação: cursos de Educação, Biblioteconomia e Arquivologia também precisam incorporar essas dimensões em seus currículos. Como apontam Melo (2023) e Vasconcelos (2021), o novo perfil do profissional da informação exige competências híbridas, que articulem o domínio técnico das ferramentas com a capacidade de interpretar seus impactos sociais e epistêmicos. Essa formação crítica é indispensável para que os profissionais possam atuar como mediadores conscientes, éticos e propositivos em ecossistemas informacionais cada vez mais mediados por IA.

Referências

Livros

Almeida Júnior, O. F. (2008). Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In M. L. P. Valentim (Org.), Gestão da informação e do conhecimento (pp. 41–54). Polis; Cultura Acadêmica.

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Edições 70.

Bawden, D., & Robinson, L. (2012). Introduction to information science. Facet Publishing. https://www.facetpublishing.co.uk/page/detail/introduction-to-information-science-by-david-bawden/?k=9781783304950

Choo, C. W. (2003). A organização do conhecimento: O uso da informação no processo decisório. Senac, São Paulo, 2006.

Crawford, K. (2021). Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence. Yale University Press. https://yalebooks.yale.edu/book/9780300264630/atlas-of-ai/

Manning, C. D., Raghavan, P., & Schütze, H. (2008). Introduction to information retrieval. Cambridge University Press. https://nlp.stanford.edu/IR-book/

Capítulos de Livros

Hjørland, B. (2013). Information science and its core concepts: Levels of disagreement. Information Processing & Management, 49(4), 1050–1063. https://www.researchgate.net/publication/299692534_Information_Science_and_Its_Core_Concepts_Levels_of_Disagreement.

Artigos de Revistas

Belkin, N. J., Oddy, R. N., & Brooks, H. M. (1982). ASK for information retrieval: Part I. Background and theory. Journal of Documentation, 38(2), 61–71. https://doi.org/10.1108/eb026722

Carvalho, F. L. D. S., Barwaldt, R., & Barbosa, J. L. V. (2018). Chatbots na educação: Uma revisão sistemática da literatura. Revista Novas Tecnologias na Educação (RENOTE), 16(2), 21–30. https://doi.org/10.22456/1679-1916.86019

Janaite Neto, J., & Ferneda, E. (2024). O conceito de relevância na recuperação de informação. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, 15(1), e-206701. https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/206701/203555.

Leschanowsky, A., et al. (2025). Transparent NLP: Using RAG and LLM alignment for privacy Q&A. arXiv preprint. https://arxiv.org/abs/2502.06652.

Lewis, P., et al. (2020). Retrieval-augmented generation for knowledge-intensive NLP tasks. Advances in Neural Information Processing Systems. https://arxiv.org/abs/2005.11401.

Marchionini, G. (2006). Exploratory search: From finding to understanding. Communications of the ACM, 49(4), 41–46. https://doi.org/10.1145/1121949.1121979

Minayo, M. C. S. (2006). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde (14ª ed.). Hucitec. https://www.scielo.br/j/csc/a/FgpDFKSpjsybVGMj4QK6Ssv/.

Oliveira, M. C. L. de. (2000). Publish or perish: O papel dos periódicos científicos. Psicologia & Sociedade, 12(1), 1–13. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2000000100001

Saracevic, T. (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação, 1(1), 41–62. https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308

Vaswani, A., et al. (2017). Attention is all you need. Advances in Neural Information Processing Systems (NeurIPS). https://arxiv.org/abs/1706.03762

Silva, F. S. da, Nunes, J. V., & Cavalcante, L. E. (2018). O conceito de mediação na ciência da informação brasileira: Uma análise a partir da BRAPCI. Brazilian Journal of Information Science: Research Trends, 12(2), 33–42. https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n2.05.p33

Ambiente *Web*

Barron, R. C., Gregorowicz, A., Pollock, I., & Zhang, X. (2025). Bridging legal knowledge and AI: Retrieval-augmented generation with vector stores, knowledge graphs, and hierarchical non-negative matrix factorization. arXiv preprint. https://arxiv.org/abs/2502.20364

Vídeos

Efthimiadis, E. N. (1996). Query expansion. Annual Review of Information Science and Technology, 31, 121–187. https://eric.ed.gov/?id=EJ536189

IDC. (2021). Data age 2025: The digitization of the world. Seagate/IDC White Paper. https://www.seagate.com/files/www-content/our-story/trends/files/idc-seagate-dataage-whitepaper.pdf

UNESCO. (2021). Recomendação sobre a ética da inteligência artificial. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por

PODCAST COMO FONTE DE INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DE *PODCASTS* DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Rodrigo Sousa e Sousa, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), 0009-0009-1222-3918, Brasil, *rodrigo.s.sousa@unesp.br*

Carlos Lima da Silva Junior, Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 0000-0003-3265-444X, Portugal, *carlos.lima.junior.contato@gmail.com*

Levi Antonio Faneco Rabelo, Universidade Federal do Amazonas, 0000-0003-4734-3302, Brasil, *levyfaneco@gmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6604

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

As fontes de informação são instrumentos de recuperação de informação, disponibilizados em diversos suportes que visam atender as demandas informacionais de seus usuários. As novas fontes advindas das transformações tecnológicas e dos meios de comunicação, modernizaram o formato em que as informações são disponibilizadas e consultadas. Segundo Cunha (2016) indica o *podcast* como uma ferramenta educacional e científico, facilitando a organização e disponibilização da informação para os interesses especificos de um indivíduo. Sendo assim, o objetivo geral é analisar a confiabilidade dos *podcasts* como fontes de informação a serem consultadas na área da Ciência da Informação. Tendo como objetivos específicos: (i) identificar os *podcasts* de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil; (ii) analisar em suas descrições as informações disponibilizadas; e (iii) Discutir sua relevância e confiabilidade como fontes de informação aos ouvintes.

Referencial Teórico

A informação influencia as atividades humanas, exercendo um papel crucial na democracia e sendo o principal insumo para a ciência. Le Coadic (1996, p. 5) a define como "conhecimento registrado de forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual". Assim, informação pode ser entendida como um dado com significado, capaz de gerar conhecimento para quem a emite ou recebe (Drucker, 1998; Vlaxio, 2018). Ela se manifesta de duas formas: informal, presente no senso comum, e formal, como as informações científicas.

A definição de Fonte de Informação ainda está estritamente associada ao documento. Pode-se entender como fonte de informação todo e qualquer documento, dado ou registro que ofereça uma informação recuperável que atenda às necessidades de um usuário de uma unidade de informação (Inomata, 2022).

As fontes de informação são tradicionalmente divididas em três categorias. As primárias apresentam informações novas ou interpretações originais, sendo consideradas as mais completas e próximas da intenção do autor (Silva, 2008; Cunha, 2001; Christóvão, 1979). As fontes secundárias oferecem tratamento ou análise das informações primárias, facilitando seu uso (Silva, 2008; Pacheco, Valentim, 2010). Por fim, as fontes terciárias atuam como guias ou instrumentos de localização das fontes primárias e secundárias (Silva, 2008; Pacheco, Valentim, 2010).

Cunha (2001, p. 10) discorre sobre as fontes de informações na ciência e tecnologia, o autor apresenta uma ideia similar ao que nos foi apresentado anteriormente, entretanto o autor amplia a noção de fonte quando afirma que elas não se limitam a "manuscritos e publicações impressas ou eletrônicas", podemos considerar "amostra mineral, obras de arte ou peças museológicas", pessoas, programas de rádio, televisão e internet como fontes informacionais. Nesse sentido é válido afirmar que as fontes de informações estão

presentes em diversos meios de comunicação, como por exemplo, os podcasts.

Os *podcast* se originam nos anos 2000's, são em essência programas gravados em formato de áudio ou vídeo que podem ser acessados diretamente através da internet em blogs, sites ou plataformas de streaming, ou baixados diretamente para um dispositivo (Cunha, 2016; Silva Junior, et. Al 2025).

Na Ciência da Informação, a mídia podcast vem sendo utilizada para comunicação científica e divulgação científica. Destaca-se a investigação de Araújo et al. (2023), na qual citam os programas destacados na divulgação científica em Ciência da Informação. Estes incluem: Farol: Conexões da Informação, Biblioteco, CImplifica, Biblioquê? Além das Estantes, e ECCOA.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios, pois busca analisar a confiabilidade dos podcasts como fontes de informação a serem consultadas na área da Ciência da Informação. A abordagem é qualitativa, pois surge como "apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva". […] Rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto" (Triviños, 1987, p. 131).

Para isso, o universo da pesquisa são os *podcasts* da área de Ciência da Informação, e a amostra corresponde a podcasts brasileiros sobre o tema. Foram considerados podcasts ativos com menos de 5 anos e relevantes, ou seja, com números elevados de seguidores.

A metodologia foi elaborada com base no trabalho de Santos, Soares e Cardoso (2024), que propõem uma metodologia de pesquisa para estudos com *podcasts* em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para alcançar os objetivos da pesquisa, a metodologia foi dividida em etapas:

Etapa I: elaboração de critérios para a escolha do agregador de podcasts, os quais foram: estrutura bem definida, layout acessível, acesso aberto e possibilidade de busca por *podcasts* e episódios. **Etapa II**: escolha do agregador com base nos critérios estabelecidos, sendo selecionado o Listen Notes. **Etapa III**: definição de palavras-chave para a recuperação de podcasts da área de Ciência da Informação, como: "ciência da informação", "biblioteconomia", "arquivologia" e "museologia". **Etapa IV**: organização dos dados recuperados em uma planilha do Excel para melhor visualização e análise. Foram analisadas as descrições dos episódios, verificando se há ou não menção às fontes utilizadas. **Etapa V**: realização do diagnóstico final.

A pesquisa se limitou à análise apenas das descrições dos episódios, devido ao tempo reduzido. Portanto, para pesquisas futuras, é importante considerar também as fontes não descritas, mas mencionadas durante a reprodução dos episódios.

Resultados Parciais ou Finais

Foram recuperados 59 *podcasts* sobre Biblioteconomia e Ciência da Informação, porém como critério foram selecionados somente os *podcasts* seriados que continuaram ativos de 2020 a 2025. O Quadro abaixo explanar os *podcasts* selecionados.

Quadro 1: Fontes referenciadas em podcasts da ci

Podcast	**%**
Além das Estantes	35%
Arquipodcast	0%
Biblio do Calmom	100%
BiblioCast	0%
Biblioquê? *Podcast*	15%
Biblioteco *Podcast*	0%
CImplifica	46%
Difundindo Arquivos: Revelando Memórias E Narrando Histórias (ITERPA)	0%
ECCOA	4%
Farol - Conexões da Informação	55%
Foca na Biblio Podcast	81%
Museando	38%
Podcast Informar.É	0%
Transitando na Biblio	0%
Total	**100%**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os *podcasts* com maior percentual de fontes são “Biblio do Calmom” (100%), “Museando” (38%) e “Farol – Conexões da Informação” (55%). Destaca-se a ausência total de fontes nos episódios de *podcasts* como “Arquipodcast”, “BiblioCast”, “Biblioteco” e “Podcast Informar.

Observa-se que uma parcela dos podcasts analisados não disponibilizam em sua descrição as fontes utilizadas na elaboração dos seus roteiros. Dentre a parcela que disponibiliza as fontes, apenas um faz essa descrição em todos os seus episódios, cabe pontuar que boa parte desse conjunto não disponibiliza as fontes seguindo algum padrão técnico, muitas delas são apenas nome de livros e autor ou o nome da obra e link, outro ponto importante é utilização de dicas de textos para complementar o assunto tratado ao invés da fonte utilizada para a sua elaboração.

Considerações Parciais ou Finais

Os estudos sobre o uso da mídia *podcast* como fonte de informação são essenciais para compreender como essa mídia se estrutura e se comporta. Como observa Araújo (2018), “as diferentes mídias (sonora, escrita, imagética, audiovisual) passaram a convergir e formar modelos híbridos. Formatos de informação durante décadas estáveis (revistas, livros, teses, enciclopédias) passaram a se hibridizar e se confundir nos ambientes digitais dos sites, portais, blogs e redes sociais” (pp. 7–8). Nesse contexto de hibridização e transformação dos suportes informacionais, a presente pesquisa contribui para que os *podcasts* da área reavaliem a forma como estão divulgando informações científicas. Além disso, revelou-se necessária para compreender uma lacuna significativa: a falta das fontes utilizadas em *podcasts* da ci em suas descrições.

Referências

Araújo, C. A. Á. (2018). *O que é Ciência da Informação*. KMA Editorial. https://teste.eci.ufmg.br.

Araújo, J. F., Silva, A. K. A., Autran, M. M. M., & Telmo, F. A. (2023). Divulgação Científica e Podcast. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 17. https://doi.org/10.36311/1981-1640.2023.v17.e023046.

Cunha, M. B. (2001). *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Briquet de Lemos.

Cunha, M. B. (2016). *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia* (2a. ed.). Briquet de Lemos.

Christóvão, H. T. (1979). Da comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. *Ciência da Informação*, 8(1), 3-36.

Drucker, P. (1999) *Desafios gerenciais para o século XXI*. Pioneira.

Inomata, D. O. (2022) *Fontes de Informação II*. Capes.

Le Coadic, Y. F. (1996). *A ciência da informação*. Briquet de Lemos.

Pacheco, C. G., & Valentim, M. L. P. (2010). Informação e conhecimento como alicerces para a gestão estratégica empresarial: um enfoque nos fluxos e fontes de informação. In: Valentim, M. L. P. (Org.). *Gestão, mediação e uso da informação* (pp. 319-341.) Cultura Acadêmica.

Rodrigues, C., & Blattmann, U. (2014). Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 19(3), 4–29. https://doi.org/10.1590/1981-5344/1515

Silva, F. C. C. (2008). *Avaliação de fontes de informação na Web: um estudo focado na Wikipédia*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina] Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91392.

Silva Júnior, C. L., Inomata, D. O., Silva, K. P., & Sousa, R. S. (2025). O podcast como instrumento de divulgação científica: o caso Biblioquê?.In: Condurú, M. T., Redigolo, F. M., Silva Sobrinho, T. S., Santos Neto, J. A., Andrade, W. O., & Siqueira, F. A. C. (Orgs). *Percursos da*

Ciência da Informação para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. (pp. 229-243). Editora ICSA.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.

Vlaxio, F. (2018) *A informação internacional em sistemas integrados: reflexões sobre a tríplice fronteira amazônica.* 2018. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM. https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/68.

POLÍTICAS NACIONAIS DE LITERACIA DIGITAL EM PORTUGAL: oportunidades e caminhos para a Inclusão Digital

Ana Carolina Soares Santos, UEPB, https://orcid.org/0009-0005-4585-9147, Brasil, *anacarolinass068@gmail.com*

Eliete Correia dos Santos, UEPB, https://orcid.org/0000-0002-5491-5711, Brasil, *eliete.santos@servidor.uepb.edu.br*

Ana Lúcia Terra, UC, https://orcid.org/0000-0003-1292-2849, Portugal, *anaterra@fl.uc.pt*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6605

Eixo V: Impactos Sociais

Introdução

O desenvolvimento da Literacia Digital revela-se cada vez mais pertinente no contexto da sociedade contemporânea, marcada pela intensa presença das tecnologias da informação e comunicação. Por meio da Literacia Digital, é possível adquirir e aprimorar, de forma contínua e diversificada, um conjunto de competências essenciais para a atuação em ambientes digitais. Esse processo formativo pode ocorrer por diferentes meios, como cursos de capacitação, treinamentos, palestras, oficinas, workshops, entre outros. Um de seus principais objetivos é justamente promover o aperfeiçoamento constante das habilidades digitais, favorecendo uma participação crítica, ética e eficiente no mundo digital.

As políticas nacionais influenciam diretamente esse desenvolvimento e são essenciais para orientar tais práticas. Essas políticas mantêm uma interação direta com o público a que se destinam e oferecem inúmeras possibilidades,

como a normatização de programas e projetos, a criação de instrumentos e recursos, a definição de diretrizes para a execução das ações e a projeção estratégica de iniciativas futuras que respondam às transformações socioeconômicas e tecnológicas. Além disso, essas políticas também impactam os investimentos em capacitação da sociedade, contemplando diferentes faixas etárias. Em virtude disso, observamos que as políticas, quando criadas, resultam em outros registros, ou seja, elas não podem ser vistas de modo isolado, mas sim como uma atuação estratégica que interage com um conjunto de registros que a compõe, não necessariamente esses registros são legislações, mas também podem ser programas, projetos, instrumentos, cursos etc. Agum, Riscado e Menezes (2015); Jardim, Silva e Nharreluga (2009); Mintegui (2021); Durce e Souza (2013); Criado e Gil-García (2013); Secchi (2010) são autores que estudam essas questões.

A inclusão digital é considerada uma política pública por natureza, tendo em vista que é um direito indispensável para a sociedade. Ela garante que os cidadãos, além de garantir o alcance de habilidades digitais, consequentemente, também cumpram o seu papel social, enquanto cidadão participativo, o que está completamente relacionado ao fortalecimento da democracia no país. Existem algumas pesquisas que evidenciam esse direito, tais como a de Coelho (2018); Lucas, Vianna e Mendonça (2020); Comissão Europeia (2022); Silva e Cardoso (2020); Santos e Santos (2023); Gil (2019); Silva (2012); Cerqueira (2022) etc.

Assim, somos levados às questões: quais são as políticas nacionais de Literacia Digital em Portugal? E de que maneira elas inferem na inclusão digital dos cidadãos no país? Diante disso, essa pesquisa aqui representada é um recorte, que faz parte da pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ-UEPB/UFPB). Para esta comunicação, temos como objetivo geral investigar as políticas nacionais de Literacia Digital de Portugal. E, buscamos especificamente: a) Abordar a relevância das políticas públicas para o país e os cidadãos; b) Analisar as principais políticas nacionais de Literacia Digital de Portugal; e Explorar essas políticas públicas, enquanto garantia do direito de inclusão digital, transparência e democracia.

Além desta introdução, o texto é estruturado pelos procedimentos metodológicos que demonstram os critérios seguidos para a condução da pesquisa, ao trazer consigo a ênfase para o Método Quadripolar, visto que ele permite a realização de uma pesquisa dinâmica e holística. Após isso, expomos a fundamentação teórica ligada à Literacia Digital e às políticas públicas para apresentar as políticas nacionais de Literacia Digital, baseadas no contexto português. Além disso, também discutimos a importância dessas políticas para assegurar o direito fundamental de inclusão social. E apresentamos, por fim, as considerações parciais, enquanto fechamento desta produção científica.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento, desta pesquisa, utilizamos a natureza aplicada que consiste em compreender os fenômenos baseados em determinada realidade.

Sobretudo, enfatizamos que o método quadripolar abrangerá toda a pesquisa, pois através dele é possível realizar uma investigação interpolar, dinâmica e holítica, sendo composto, segundo Silva (2014), pelos polos: Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico. A figura seguinte mostrará como ele é aplicado neste estudo.

Figura 1: Método Quadripolar aplicado à pesquisa



Fonte: Ferreira, Dieguez e Terra (2017, com adaptações).

Conforme observamos na figura, o polo **Epistemológico** é marcado por características sócio-históricas, uma vez que as discussões de Literacia Digital estão em torno da inclusão social que está diretamente ligada à participação e democracia dos cidadãos portugueses.

No **Teórico** traremos destaque a contextualização do objeto científico – Literacia Digital, como também a discussão da problemática e a revisão da literatura. Com o intituito de alcançar os objetivos traçados, realizamos uma pesquisa exploratória, pois, conforme Siena *et al.* (2024), pretende-se contribuir na construção de hipótese em estudos posteriores.

Já no **Técnico** se enquadra a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira para fundamentar e aprofundar a investigação teoricamente. À vista disso, fizemos uma pesquisa bibliográfica através de artigos nas bases de dados do *Google Scholar*, *SciELO,* BRAPCI etc. E, a segunda, voltada às políticas de Literacia Digital e aos demais registros (programas, estratégias e movimento) criados a partir delas, pertencentes a Portugal, direcionados e/ou localizados em *sites* do Governo Português. Então, ressaltamos que a consulta é realizada em fontes primárias e secundárias.

Nesse polo também está inserida a abordagem de pesquisa que é a qualitativa que, conforme Guerra (2014), possibilita ao pesquisador a compreenção dos fenômenos que se estuda através das ações de grupos sociais, seu ambiente e contextos sociais, em termos de analisar esses dados subjetivamente, sem quantificá-los.

Além do **Morfológico**, que contempla a discussão dos resultados alcançados inerentes à Literacia Digital e suas implicações para os cidadãos e consequentemente fortalecimento da sociedade democrática, suas contribuições e considerações parciais, como encerramento desta obra científica.

Literacia Digital e Políticas Públicas: contribuições do contexto português

Nesta seção, abordamos os conceitos de Literacia Digital e políticas públicas, bem como suas características e relevâncias para a atuação estratégica do estado em prol da sociedade. Com isso, apresentamos algumas políticas de Literacia Digital que mais se destacam, ao indicar o investimento do governo português com relação ao desenvolvimento da Literacia Digital e, consequentemente, como garantia do direito de inclusão digital.

Literacia Digital

O conceito de Literacia Digital surgiu inicialmente no campo da educação, revela Santos e Santos (2023) que, essa área é a que mais tem debatido o tema até hoje. No entanto, áreas relacionadas à informação, como a Ciência da Informação, também passaram a dedicar-se ao seu estudo.

A Literacia Digital pode ser compreendida como um conjunto de habilidades desenvolvidas ao longo do tempo, que permitem ao indivíduo adquirir uma série de competências digitais, ou seja, a capacidade de utilizar e dominar as tecnologias digitais e os recursos desejados dela. Para Capobianco (2010), muitos estudiosos definem a Literacia Digital como as habilidades voltadas ao uso de computadores e à navegação na internet.

Aires (2015), por sua vez, argumenta que as literacias digitais estão profundamente ligadas às práticas sociais cotidianas, à inserção em diversas comunidades de significado e aos

contextos mediados por diferentes ferramentas, exigindo múltiplas competências. Para a autora, trata-se de um conceito com natureza social, mediada, digital e multimodal.

Esse trecho evidencia que a literacia diz respeito às competências em determinada área e, no caso da Literacia Digital, trata-se de competências voltadas ao universo digital. Nessa mesma linha, Pereira (2011) destaca que tanto as competências digitais quanto sua relação com a Literacia Digital são temas amplamente discutidos em pesquisas internacionais.

De acordo com Aires (2015), existem duas abordagens principais sobre a Literacia Digital: a primeira compreende-a como um conjunto de habilidades técnicas e a segunda como competências cognitivas. As habilidades técnicas dizem respeito ao conhecimento sobre o funcionamento dos meios informacionais e têm um caráter conceitual. Já as cognitivas envolvem aspectos mentais, como memória, reflexão e pensamento, estando ligadas à construção do conhecimento, o que confere a essa abordagem um aspecto mais operacional.

Tanto Pereira (2011) quanto Aires (2015) concordam que a Literacia Digital vai além do simples domínio técnico de equipamentos digitais. É necessário, além de saber utilizá-los, ser capaz de interagir criticamente com essas tecnologias e aplicar os conhecimentos adquiridos de forma eficaz.

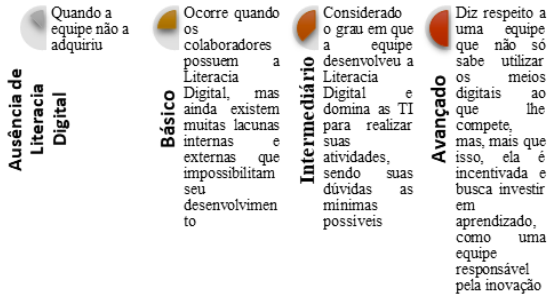
Almeida (2023, p. 70) aprofunda esse entendimento ao afirmar que "a Literacia é mais do que um ato cognitivo, ela tem uma vertente social indissociável." Ou seja, ela está diretamente ligada a ações e necessidades de ordem social.

Nesse sentido, Silva (2012) argumenta que restringir a Literacia Digital às habilidades de uso de ambientes virtuais é uma forma de reducionismo. Para ele, a Literacia Digital diz respeito à capacidade de "aprender a aprender", exigindo do indivíduo uma postura ativa na busca pelo conhecimento. Por isso, defende o uso do termo "literacias", no plural, para refletir melhor a amplitude e a diversidade desse conceito.

Seguindo essa lógica, Almeida (2023) também adota a expressão "literacias digitais", pois considera que o termo expressa melhor sua natureza múltipla. Em sua pesquisa, a autora baseia-se na proposta de Doug Belshaw (2014), que apresenta oito dimensões das literacias digitais: culturais, cognitivas, construtivas, comunicativas, de confiança, criativas, críticas e cívicas. Para Belshaw, o desenvolvimento dessas literacias ocorre de forma não linear, sendo impulsionado pelos interesses e contextos socioculturais de cada indivíduo.

Em sua pesquisa, Santos e Santos (2023) apresentam que a Literacia Digital possui graus e as características de cada um, tais como:

Figura 2: Graus de Literacia Digital



Fonte: Santos e Santos (2023, com adaptações).

Sob essa ótica, é possível estabelecer um grau seja individual ao coletivo da equipe, mas vale salientar que identificar o grau de Literacia Digital exige estudos de alta complexidade para se obter resultados que direcionem a essa definição, conforme explica Santos e Santos (2023).

Outro autor que oferece uma contribuição relevante é Cerqueira (2022), que entende a Literacia Digital como a capacidade de avaliar criticamente informações. Segundo o autor, essas habilidades são essenciais para a tomada de decisões conscientes, o enfrentamento da desinformação e a resistência à manipulação. Essa abordagem aproxima o conceito de Literacia Digital e literacia da informação, ainda que ambas mantenham suas especificidades.

Apesar de a Literacia Digital englobar outras formas de literacia, como destaca Silva (2012), é importante compreender suas características próprias e as inter-relações com outros tipos de literacia, a fim de utilizar os conceitos de forma mais segura, consciente e adequada.

Para que exista a promoção da Literacia Digital à nível nacional é indispensável que se estabeleçam políticas para orientar esses processos e com elas outros instrumentos para garantir que a Literacia Digital seja desenvolvida nos cidadãos que compõem a sociedade.

Diante das múltiplas abordagens apresentadas, torna-se evidente que a Literacia Digital deve ser compreendida não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como uma competência estruturante que possibilita o desenvolvimento de outras literacias, como a da Informação e, mais recentemente, a Arquivística. Ao assumir o papel de "ponte", a Literacia Digital permite o domínio das tecnologias digitais, sendo, portanto, um ponto de partida indispensável no contexto informatizado. Sua ausência pode limitar significativamente o exercício pleno de outras literacias, comprometendo tanto a autonomia dos usuários quanto a eficácia dos serviços informacionais. Nesse sentido, defendê-la como base formativa e estratégica é essencial, especialmente na Arquivologia, onde o domínio dos recursos tecnológicos, aliado à capacidade crítica e cognitiva do sujeito, constitui-se como fator-chave para o acesso qualificado à informação e para o fortalecimento da cidadania digital.

Políticas Públicas

As políticas públicas não são iniciativas recentes; desde os tempos remotos, já se observavam iniciativas governamentais voltadas à resolução de problemas sociais. Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015), sua origem remonta aos Estados Unidos, na metade do século XX. Ainda que não exista uma definição única e consolidada do que são políticas públicas, o conceito tem sido reinterpretado ao longo do tempo.

Na contemporaneidade, observa-se uma ampliação do entendimento sobre políticas públicas. No entanto, conforme argumentam Jardim, Silva e Nharreluga (2009), a produção acadêmica tende a privilegiar a análise das políticas em si, mais do que a abordagem direta das políticas públicas enquanto objeto de estudo. Essa tendência resulta em desafios conceituais, dificultando sua delimitação teórica. Apesar de muitas vezes confundidas com instrumentos normativos, as políticas públicas são compreendidas como fenômenos dinâmicos e em constante transformação, tanto em sua estrutura quanto em seus propósitos.

A imprecisão conceitual também se intensifica quando se assume que políticas públicas se restringem à legislação. Mintegui (2021) enfatiza que, embora a legislação possa estruturar determinadas políticas, ela não se confunde com o próprio conceito. Para o autor, políticas públicas englobam registros diversos – como programas, planos e projetos – que também contribuem para sua estruturação. Nesse sentido, uma política pública pode ou não culminar na criação de normas legais, mas se apoia em registros formais. Ainda segundo Mintegui (2021), essas políticas ultrapassam a esfera da decisão política e assumem o caráter de ações estratégicas.

Dessa maneira, compreendem-se as políticas públicas como estratégias orientadas para a implementação de ações governamentais ou para a análise crítica de intervenções já existentes, visando soluções para demandas sociais (Agum, Riscado & Menezes, 2015). Elas definem competências, atribuições, responsabilidades e estruturas organizacionais, conferindo um caráter jurídico às ações estatais, inclusive, para sua legitimação. Sempre voltadas ao interesse coletivo, essas políticas refletem o compromisso com o bem comum.

Sob outra perspectiva, também podem ser entendidas como articulações de poder e procedimentos voltados à resolução pacífica de conflitos públicos, conforme apontam Durce e Souza (2013). No setor público, contudo, prevalece a centralidade no cidadão, considerando suas demandas como prioridade.

Diante desse cenário, compreende-se que o desenvolvimento da Literacia Digital pode ser orientado e promovido a partir das políticas públicas, que estruturam e estabelecem essas ações estratégicas impulsionando a ampliação da participação social, transparência e democracia.

Nas políticas públicas existem atores tanto para construí-la quanto para fazer com que ela seja cumprida. Durce e Souza (2013, p. 32) abordam a respeito disso, para eles:

> A palavra ator é utilizada, dentro do contexto das políticas públicas para designar todo indivíduo, grupo ou organização que desempenhe algum papel na "arena" política. Entre as várias categorizações desses atores, pode-se destacar a separação de atores governamentais e não governamentais.

A partir dessa colocação, podemos entender que os atores governamentais indicam os que exercem suas funções em instituições públicas, já os não governamentais seriam os que atuam em organizações privadas. É importante também refletirmos que é comum encontrarmos, no âmbito público, empresas privadas que atuam prestando algum tipo de serviço. Nesse caso, os interesses públicos e o bem comum continuam prevalecendo.

Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015) há duas abordagens para a estruturação da política pública voltada ao protagonismo dos atores. A primeira é a Abordagem Estatista que concentra a atuação dos atores estatais, impondo limites à atuação não-estatal. E a segunda é a Multicêntrica que diz respeito à participação ilimitada de atores, contribuindo com várias perspectivas sociais para resolução do problema. É importante ressaltarmos que o resultado da abordagem multicêntrica é mais elevado ao da estatista; contudo, na prática, podemos perceber a utilização da estatista com maior frequência.

Dessa forma, a construção das políticas públicas envolve muitos aspectos, aqueles que precisam ser considerados, como também os que podem interferir no processo de formulação dessas políticas e, consequentemente, em seu resultado após aplicação. Tudo isso a depender dos atores responsáveis pela construção e consolidação.

Durce e Souza (2013) destacam a necessidade do formulador das políticas públicas se afastar do sistema para que seu desenvolvimento seja mais eficaz; ao contrário disso, incidem tradições e costumes que influenciam e geram obstáculos. Podemos refletir que a realidade social, embora tenha algumas situações generalizadas, possui vivências e contextos distintos a depender do grupo e realidade sociais enfrentados. Nesse sentido, construir política pública é se posicionar mediante o problema do outro. Para Criado e Gil-García (2013) não só a capacidade de capturar o problema, mas também de intervir.

As políticas públicas seguem um ciclo composto por várias fases, nas quais elas perpassam, são eles:

Figura 3: Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Agum, Riscado e Menezes (2015, com adaptações).

Os autores explicam que o ciclo das políticas públicas é seguido cronologicamente, ou seja, na conclusão de uma etapa, já segue a sequência da próxima. Na identificação do **problema** busca analisar a realidade existente e o que se pretende fazer com relação a solucioná-lo. O problema pode já fazer parte da sociedade a um tempo, desenvolver aos poucos um alcance maior ou ser um problema decorrente das transformações sociais. Na formulação da **agenda** são descritos os temas mais relevantes para a classe política, ao ser considerada como um instrumento estratégico nos programas governamentais para reconhecimento das políticas. As **alternativas**,

por sua vez, são as possibilidades contempladas para resolução do problema (Agum, Riscado & Menezes, 2015).

Em seguida, a **tomada de decisão** que diz respeito à escolha das alternativas. Já na **implementação** das políticas, os problemas técnicos e administrativos não são os únicos, mas pode se expandir a outras dificuldades, por isso deve possuir um assertivo planejamento e, consequentemente, execução dele. E por último, a **avaliação** que será o momento mais crítico de todo o ciclo, visto que serão analisados por meio de parâmetros de avaliação e medidas de desempenho a fim de saber se a política pública funciona ou não. Ela deveria estruturar um quadro para dar continuação, reestruturar ou extinguir a política pública (Agum, Riscado & Menezes, 2015).

Secchi (2010) acrescenta que também existe a fase da extinção. No entanto, ao considerar que algumas políticas públicas não perpassarão por ela, acreditamos que esse momento pode estar inserido na avaliação, conforme apresentado por Agum, Riscado e Menezes (2015). Em paralelo a isso, Durce e Souza (2013) também acreditam que as políticas e os procedimentos que as envolvem passam por acompanhamento e avaliação em busca de melhorias e, caso elas não sejam mais necessárias, podem ser encerradas. Principalmente as que são encerradas devido às transformações sociais (Agum, Riscado & Menezes, 2015). Assim, acreditamos que elas seriam encerradas durante a avaliação.

Diante dessas discussões, percebemos destacadas algumas características da governança imbricadas nas políticas públicas. Segundo Mintegui (2021), as políticas públicas podem ser compreendidas e planejadas por meio da governança. Sob essa ótica, acreditamos que a governança, por sua vez, ao equilibrar os conflitos de interesses garante resultados mais elevados na construção e cumprimento das políticas públicas.

A governança também pode ser entendida como mecanismo de fortalecimento da democracia, como também as políticas públicas. À vista disso, o governo sinaliza se há ou não democracia e as políticas públicas apresentam o nível de democracia existente (Jardim, Silva & Nharreluga, 2009). A depender delas, podemos identificar como a democracia implica em determinada realidade social.

Com relação ao governo eletrônico, as políticas públicas são um dos pilares para o contexto *e-governo*, pois aprofunda os debates referentes ao assunto, como também indica uma reforma administrativa, ao contemplar importantes administradores do mundo, inclusive, de alguns países da América Latina. E esse movimento está cada vez mais aproximado da dimensão da ação pública (Criado & Gil-García, 2013). Além das políticas públicas cada vez mais inseridas no governo eletrônico, também observamos que as empresas privadas também investem bastante na consolidação desse tipo de política devido às transformações sociais e, consequentemente, no mercado competitivo.

Políticas Nacionais de Literacia Digital em Portugal

Com vistas a conhecer as políticas de Literacia Digital de maneira mais geral, apresentaremos essas políticas no contexto português. Nesse sentido, localizamos algumas políticas públicas voltadas a esse assunto implantadas pelo governo português, como também outras iniciativas de organizações e ambientes de educação. Ressaltamos, sobretudo, que as políticas e/ou registros abordados neste texto não representam a totalidade dos instrumentos existentes no país, mas sim algumas referências selecionadas com fins exemplificativos, conforme ilustrado na figura a seguir.

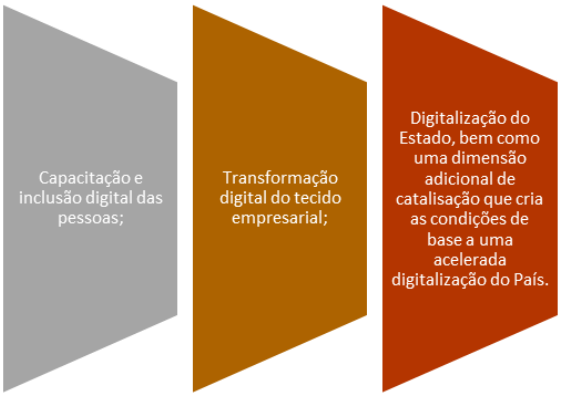
Figura 4: Principais políticas e registros resultantes delas no contexto de Portugal



Fonte: Elaboração própria (2025).

A Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (**INCoDe.2030**) é uma política pública do governo português dedicada ao desenvolvimento da Literacia Digital em escala nacional, com o apoio de entidades públicas e privadas. Sua principal missão é, conforme o *site* Ponto Digital (2023), "[...] melhorar o nível de competências digitais das portuguesas e dos portugueses, colocando assim Portugal ao nível dos países europeus mais avançados nesta dimensão e numa perspetiva dilatada no tempo". Ela contempla alguns pilares no plano de ação, conforme a figura abaixo.

Figura 5: Pilares do Plano de Ação para a Transformação Digital



Fonte: Ponto Digital (2023, com adaptações).

A partir da **Figura 5**, percebemos que o foco dessa iniciativa está para além da capacitação digital, mas também a transformação dos ambientes organizacionais e estado como um todo, não apenas em termos do desenvolvimento de uma Literacia Digital básica, mas sim da básica à acelerada, isso é muito importante para dar ênfase.

Além disso, a iniciativa é composta por cinco eixos de ação que serão apresentados a seguir.

Figura 6: – Eixos de Ação da Iniciativa INCoDe.2030



Fonte: Ponto Digital (2024, com adaptações).

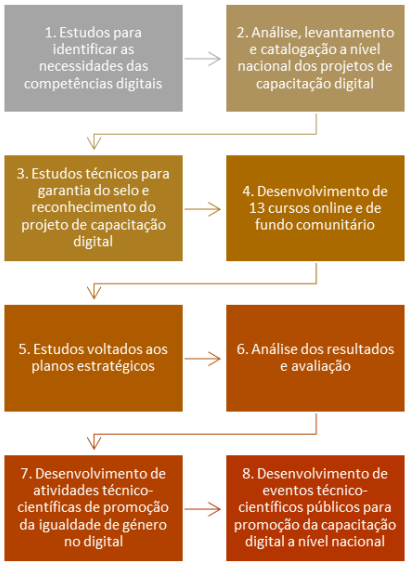
Sobretudo, é possível identificar que esses eixos de ação contemplam os cidadãos que possuam qualquer grau de Literacia Digital (básico, intermediário e avançado), inclusive, na ausência dessa capacidade, conforme abordados na pesquisa de Santos e Santos (2023). Além disso, essas ações estratégicas focam em diversos públicos, ao atender a todos, dos grupos sociais e também organizacionais, com vistas a possibilitar inclusive uma requalificação destes. E ainda proporciona oportunidades de desenvolver novos conhecimentos, tendo em vista construir cidadãos mais participativos.

Outra característica que vale mencionarmos é que, dentro de cada eixo, existem várias atividades referentes àquela área, sejam programas, formações, plataformas específicos, que trazem ao conhecimento cada iniciativa estratégica que o governo dispõe por meio de textos informativos e *hiperlinks*. Por exemplo, no eixo de ação da Educação estão inseridos o Programa de Escola Digital, a Plataforma NAU, Ferramenta de autodiagnóstico de competências digitais,

Jovem Mais Digital e uma vasta gama de iniciativas.

Sob essa linha política, o **roteiro INCoDe.2030 – Capacitação Digital** foi criado na busca de desenvolver estudos, iniciativas e estratégias ao percorrer o território nacional. Ele está apoiado em um plano composto por 8 atividades:

Figura 7: Atividades do Plano INCoDe.2030



Fonte: Portugal (2015, com adaptações).

Na primeira atividade, existem várias fases que possibilitam a identificação dessas necessidades nas organizações principalmente por parte dos profissionais da informação, podendo ser iniciadas pelo Manual metodológico; Priorização de perfis profissionais; Tabela profissões e descritivo e principais setores; Quadro de Referência e Competências; Mapeamento de competências; Perfis e Unidades de Competência; *Template* das 22 Unidades de Competência; Percursos Formativos; Testes Diagnósticos para 22 unidades competências (Portugal, 2022). Esses instrumentos já estruturados no plano, permitem mais facilidade na aplicação.

Na segunda, estão descritos todo o levantamento e resultado da aplicação e abrangência do projeto em escala nacional, bem como os próximos passos a partir daqueles resultados. Já a terceira atividade busca validar com o selo do projeto de capacitação digital, através de um formulário de candidatura e, consequentemente, a avaliação deste. Também existe a quarta função que estão inseridos cursos gratuitos, como Abordagens Inclusivas de Género na Tecnologia, Participação e Igualdade de Género nas TIC, Comunicar e Colaborar através de Tecnologias Digitais, Criadores do Futuro - Criar e Editar Conteúdos Digitais, Desenvolvimento de Soluções em Ambientes Digitais, Privacidade e Segurança em Ambientes Digitais etc. (Portugal, 2022).

Já na atividade cinco, enquadram-se os estudos voltados à gestão e implementação dos planos estratégicos, enquanto na seis, à análise dos resultados e avaliação dessa evolução. Nas sete e oito, estão os eventos, sendo a primeira associada à promoção da igualdade de gênero e, a última, a eventos de modo geral à nível nacional (Portugal, 2022). Entre essas atividades do plano, refletimos nas características de identificar como e se existe a Literacia Digital, validar seu projeto de capacitação digital, promover seu desenvolvimento e avaliar todos os processos. Além disso, o plano oferece o mapeamento dessas ações, ao trazer conhecimento dos projetos em escala nacional, como também dispõe de cursos que possibilitam essa oportunidade de aprendizado.

Alinhado à iniciativa anterior, a **Estratégia Digital Nacional (EDN)** foi construída no intuito de preparar o contexto português para as transformações digitais a longo prazo. Sob essa ótica, ela busca promover o diálogo entre os cidadãos, as organizações e o Estado a fim de fortalecer o desenvolvimento de habilidades digitais que abranjam a todos os cidadãos. Conforme essa Estratégia, Portugal possui profissionais qualificados e infraestruturas computacionais robustas para alcançar os resultados desejados. Outro fator importante é que o governo português enxerga essa iniciativa como impulsionadora da economia e qualidade de vida da sociedade (Portugal, 2025).

Figura 8: Os Princípios Orientadores da Estratégia Digital Nacional



Fonte: Portugal (2025).

Esses princípios são fundamentais, enquanto perspectivas estratégicas, para a iniciativa. Além desses pontos, temos: **Confiança e Transparência** que busca garantir clareza e segurança no uso dos dados, como também possibilitar o acesso à informação perante os cidadãos; **Inclusão e Igualdade**, ao permitir a participação da sociedade nos ambientes digitais; **Sustentabilidade Ambiental** ligada ao uso consciente da tecnologia; **Colaboração** que diz respeito à atuação de distintos seguimentos (cidadãos, órgãos e Estado), mas em um trabalho conjunto e cooperativo; **Eficiência** que é a otimização dos processos e serviços; **Ética**, ao assegurar o respeito aos direitos e valores; e **Segurança e Proteção** que, no contexto digital, é indispensável para defesa contra ameaças digitais.

A estrutura da EDN abrange quatro dimensões, tais como:

Figura 9: As Dimensões da Estratégia Digital Nacional

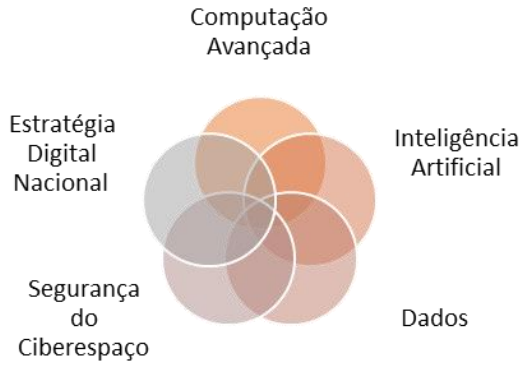


Fonte: Portugal (2025).

Assim, a dimensão que diz respeito às pessoas está associada à Literacia, educação e formação dos cidadãos para os ambientes digitais. Nas empresas, o interesse é apoiar a atração de investimentos para que elas consigam enfrentar as transformações digitais com respostas inovadoras. No caso do Estado, a responsabilidade de liderar esses processos, como também representar esses avanços através de um Estado Digital e moderno. Já as infraestruturas estão voltadas a infraestruturas modernas e seguras, como parte estratégica governamental (Portugal, 2025). Ressaltamos que cada dimensão dessas apresentadas possui seus objetivos, metas e iniciativas, sejam programas e/ou projetos já existentes.

A EDN é uma parte de um todo que abrange outras estratégias, como mostra a figura 10.

Figura 10: Tipos de Estratégias Nacionais de Portugal que envolvem a Literacia Digital



Fonte: Ponto Digital (2023, com adaptações).

Esses tipos de estratégias foram mencionados com o intuito de apontarmos a Estratégia de Computação Avançada, a de Inteligência Artificial, Estratégia de Dados e a de Segurança do Ciberespaço para que reflitamos na preocupação do governo português em ampliar o leque das estratégias adotadas para os cidadãos e em prol deles.

A **Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais (ENILD)**, trata-se de uma política pública ligada, especificamente, ao desenvolvimento da Literacia Digital em Portugal, considerando que ainda existem 30% da população que nunca tiveram acesso à internet. Os objetivos dela são:

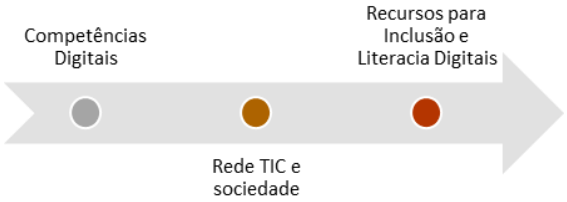
1. Reduzir a percentagem de não utilizadores da Internet;

2. Mobilizar uma infraestrutura operacional que vise formação presencial: espaços, equipamentos e formadores;
3. Incentivar o desenvolvimento de materiais pedagógicos para (auto) formação;
4. Aumentar as competências digitais da população portuguesa;
5. Criar uma rede de intervenção *multistakeholder* (a Rede TIC e Sociedade) e;
6. Incentivar a melhoria da interface entre os serviços online e os cidadãos (acessibilidade e usabilidade).

A partir dos seus objetivos, percebemos o compromisso do governo português com a sociedade no que diz respeito ao desenvolvimento da Literacia Digital, ao fornecer oportunidades para a sociedade até mesmo na utilização dos serviços que o governo dispõe para o cidadão. Outra perspectiva relevante, é a criação de uma rede de intervenção *multistakeholder* que se refere ao que abordamos anteriormente acerca da governança. Esse diálogo de *multistakeholder* permite a resolução de problemas com resultados de maiores proporções, tendo em vista que estão envolvidas muitas partes interessadas que nesse caso são os colaboradores da área de TIC, como também a sociedade, ao abranger múltiplas perspectivas.

A estrutura da **ENILD** é composta por três eixos que são eles:

Figura 11: Eixos da ENILD



Fonte: Portugal (2015, com adaptações).

No Eixo 1, são estabelecidas as **Competências Digitais** analisadas em cinco áreas diferentes, sendo por meio da Informação, Comunicação, Criação de Conteúdo, Segurança e Resolução de Problemas. Essas áreas servem como "ponto de partida" para a intervenção e apoio da ENILD. Já no Eixo 2, encontramos a **Rede TIC e Sociedade**, com essa aproximação, a exclusão digital pode ser reduzida e os nível de Literacia Digital serem elevados, alicerçados em um modelo de *multistakeholders,* com vistas a prevalecer o interesse das partes interessadas e também no incentivo da participação social ativa, em escala nacional. E, por último, o Eixo 3 trata dos **Recursos para a inclusão e literacia digitais** para alcançar o que foi projetado nos eixos anteriores. À vista disso, é preciso ter uma plataforma de recursos digitais, ter os próprios recursos, fazer com que eles sigam às normas de acessibilidade, como também considerar a maneira de distribuí-los, promovendo sua consulta (Portugal, 2015).

É importante considerarmos que as políticas públicas são ações estratégicas como esta, elaborada a partir de uma estrutura e registrada, nesse caso, para combater a exclusão digital e desenvolver a Literacia Digital da população portuguesa. No entanto, é necessário que se construam mecanismo de monitoramento para que as ações estejam realmente apoiadas nas políticas públicas. Por este motivo, nesta Estratégia, o governo português se preocupa em designar um capítulo para tratar essas questões a fim de pontuar as atividades que precisam ser desenvolvidas, tais como:

1. Manter um diagnóstico atualizado;
2. Criar um observatório de acessibilidade / usabilidade web;
3. Criar instrumentos de reconhecimento e de promoção da excelência;
4. Identificar *hotspots* com a chancela TIC e Sociedade;
5. Incentivar o desenvolvimento de estudos sobre o relacionamento das TIC e grupos vulneráveis;
6. Apoiar iniciativas de inclusão e literacia digitais que façam uso de ferramentas de produtividade *opensource*;
7. Promover campanhas de comunicação nos media;

8. Baixar os níveis de exigência de Literacia Digital no uso dos serviços públicos (Portugal, 2015).

Essas ações também podem ser caracterizadas como avaliação das políticas públicas a fim de melhorar o que está sendo realizado. A começar pelo diagnóstico que está presente na dimensão da governança, bem como a criação de instrumentos de gestão para medir a qualidade do serviço executado. Esses pontos também nos indicam a interação e o contato entre a sociedade e os profissionais da TIC.

E por último, a **ENILD** apresenta um modelo de governação para a Literacia Digital, baseado em uma estrutura orgânica relativa à atuação nas seguintes áreas.

Figura 12: Competências do Modelo de Governação



Fonte: Portugal (2015, com adaptações).

Algumas dessas competências foram abordadas nas discussões acima, com exceção da certificação e auditoria. Elas estão muito presentes na governança, independente do assunto específico pelo qual ela está voltada. A certificação é concedida por um terceiro para avaliar se o exercício está em desenvolvimento, conforme os requisitos, já a auditoria se trata de um processo sistemático de avaliação, inclusiva das operações contábeis, tendo em vista promover melhorias para o ambiente organizacional.

No que se refere à governação estratégica, existem três níveis de atuação que são políticos (Comissão Interministerial), de implementação (Conselho Permanente) e técnico (Equipe de Projeto). Há também o Conselho Científico que atua no aconselhamento do Conselho Permanente, constituído por empresa privada, sociedade e representantes acadêmicos que não está inserido nesses níveis.

Ainda conforme a figura 4, que mostramos no início desta seção, com relação aos programas, foram localizados:

- **Jovem+Digital**, que é uma iniciativa do governo português para desenvolver as competências digitais dos jovens. Ao todo são 33 cursos disponíveis, na modalidade online, como também presencial. Também vale ressaltarmos que quase todos os cursos são gratuitos, com exceção de apenas um que é pago. Além disso, os alunos também têm chances de ser indicado ao mercado de trabalho após o término do curso;
- **EU SOU DIGITAL** que é um programa básico do governo associado a outras empresas direcionado a adultos portugueses infoexcluídos. Ele conta com 30.000 profissionais nacionais voluntários e 1.500 ambientes escolares/acadêmico para dar apoio às atividades. O programa também é gratuito. E aplica conteúdos básico como o ensino da utilização do correio eletrônico, dos serviços públicos digitais, consultas e pesquisas na *web*, redes sociais etc;
- **UPskill** também é um programa que envolve parcerias entre o governo, outras empresas e instituições de ensino superior. Ele é voltado a grupos de pessoas desempregadas, no entanto eles precisarão ter concluído o ensino médio e, de preferência, uma licenciatura pós-Bolonha, bem como um bom domínio do inglês (B2). A duração do programa é de 9 meses, com 6 meses dedicados ao curso e 3 meses à experiência empresarial, na modalidade presencial. Os alunos também receberão uma bolsa equivalente a um salário mínimo de Portugal e subsídio de refeição e, quando concluírem o curso se aprovados na empresa receberão entorno

de 1.300 euros (UPskill - Digital Skills & Jobs, 2025); e

- **"Tudo o que precisa de saber sobre banca online"** é um programa de Literacia Digital da Associação Nacional de Bancos (ANB) de Portugal associada a outras instituições empresariais e de ensino. Ele é voltado a um público mais idoso que sente dificuldades em utilizar os serviços do banco digital voltados a transferências, pagamentos, fraudes e outros. Também é uma iniciativa gratuita, assim como as demais.

Encontramos também o **Movimento pela Utilização Digital Ativa (MUDA)** que busca incentivar a participação dos portugueses nos ambientes digitais para se beneficiar dos serviços que o governo oferece aos próprios cidadãos. No *site* do MUDA, é apresentado o lançamento de conferências e as que já são existentes com vistas a partilhar conhecimento e experiências entre as empresas. Ele também dispõe de um *quizz* que avalia o nível de Literacia Digital do internauta e também recomendações para melhoria. Paralelo ao *site*, também é feita a conexão ao programa EUSOUDIGITAL, o qual também faz parte do movimento.

Inclusão Digital: política pública e fortalecimento da democracia

Desde a expansão das TI, busca-se a adequação a esses meios informacionais tanto por parte das empresas, quanto por parte dos trabalhadores e sociedade em geral, como Castells (1999) aponta, remodela a sociedade em várias áreas, porém os ambientes formais são os que mais investem no desenvolvimento da competência digital. Todavia, Gil (2019) destaca que, embora sejam planejadas estratégias para os contextos formais, as competências digitais geralmente são adquiridas por meio de contextos informais. Tais como: grupo social, nas rotinas individuais diárias e até mesmo para lazer. Logo, na vida cotidiana pode-se observar diferentes formas de praticar a Literacia Digital.

Segundo Coelho (2018), por causa das tecnologias digitais o "fazer política" é intensificado para além das organizações, mas também para "o cotidiano das pessoas comuns". Os níveis de participação são pautados pelas redes sociais (os instrumentos de tradicionais de poder mudaram), ou seja, "ativismo digital", principalmente pelos jovens, destaca o autor, que significa "a mobilização política que se dá por meio das redes sociais" (Coelho, 2018, p. 26).

O autor retrata a Primavera Árabe, como exemplo, momento no qual as pessoas reivindicavam democracia através do Twitter e Facebook, ao considerar uma "democracia contemporânea". Outro exemplo foi a greve dos caminhoneiros, no Brasil, em 2018, que também houve divulgações e negociações, tendo como canal a internet. Assim, "[...] o posicionamento no mundo digital se traduz em relações de poder [...]" (Coelho, 2018, p. 33).

A participação social na internet implica em uma **ação democrática**, contemplada no mundo e defendida no texto de Coelho (2018).

Por este motivo, a Literacia Digital é uma estratégia fundamental para elevar a sociedade a um patamar mais democrático e participativo no sentido de desenvolver conhecimento e utilizá-lo para operar as tecnologias digitais, o que não indica necessariamente o uso, seleção e avaliação das informações, que fazem parte da literacia da informação. Mas que, por sua vez, exigirá o uso da cognição para relembrar o que aprendeu e realizar as atividades desejadas no computador/celular, com o domínio da máquina. Assim, o utilizador precisa conhecer como manusear os equipamentos digitais a fim de recordar o que/como foi ensinado para chegar em determinada operação.

Lucas, Vianna e Mendonça (2020) acreditam que a Literacia Digital é considerada uma alternativa para o combate à *fake news* sem que interfira na liberdade de expressão, mas sim ligada à cidadania digital. À vista disso, as pessoas terão habilidades para avaliar e selecionar as informações. Seguindo essa linha, a Comissão Europeia (2022) também defende que a Literacia Digital representa um papel crucial para o pensamento crítico, e os professores podem assegurar o desenvolvimento dele e o combate à desinformação.

À vista disso, a Literacia Digital é considerada um “ponto de partida” para desenvolver outras literacias e, assim, alcançar habilidades cognitivas críticas ao avaliar e selecionar informações, possibilitando uma atuação mais consciente, reflexiva e eficiente no ambiente digital. No entanto, isso não quer dizer que uma pessoa que possua Literacia Digital em um grau básico, por exemplo, tenha essas competências intelectuais avaliativas; por outro lado, a Literacia Digital pode propiciar esse desenvolvimento dialogando com a literacia da informação.

Por estes motivos, a Literacia Digital tem uma tendência à política pública, por natureza. No entanto, ainda que exista investimento em políticas e na seguridade do seu cumprimento, essas ações estratégicas e democráticas precisam ser continuamente revisadas e aprimoradas. Seguindo este contexto de transformações tecnológicas digitais, surgem avanços exponenciais nas funcionalidades, o que podem impedir do cidadão desenvolver a Literacia Digital.

Isso nos leva a considerar que diferentes grupos sociais, com hábitos distintos, podem enfrentar obstáculos variados no processo de aprendizagem relacionado ao uso de novas tecnologias. Na sociedade contemporânea, é possível perceber que muitos jovens demonstram maior facilidade em desenvolver competências ligadas à Literacia Digital. Em contrapartida, adultos e idosos frequentemente enfrentam mais desafios para realizar determinadas atividades ou podem até mesmo não possuir habilidades básicas nessa área.

Esse cenário pode ser explicado, em parte, por fatores histórico-culturais e pelo contexto social ao qual os indivíduos pertencem ou pertenceram ao longo da vida. Os jovens de hoje, por exemplo, já crescem inseridos em um ambiente digital, no qual a interação com uma comunidade conectada é constante — pessoas que não apenas consomem, mas também produzem informação. Dessa forma, esses jovens tendem a desenvolver naturalmente a Literacia Digital.

Então, “Paralelamente, pessoas nascidas e socializadas neste contexto socio-técnico costumam apresentar grande facilidade em lidar com os aparatos tecnológicos, ou seja, são **detentores da Literacia Digital** de forma quase espontânea [...]” (Silva & Cardoso, 2020, p. 18, grifo nosso).

Santos e Santos (2025) refletem também sobre este contexto e afirmam que o uso dos termos "detentores da Literacia Digital" ocorre de forma natural com as pessoas que cresceram com a vivência nessas práticas. No entanto, para as autoras, é fundamental lembrar que uma parcela significativa da população enfrenta dificuldades nesse processo, seja por não ter crescido em um ambiente tecnologicamente integrado, pela ausência de estímulo e motivação, ou mesmo pela exclusão do meio social com acesso à tecnologia. Esses fatores, conforme apontam os estudiosos, contribuem para a exclusão digital — e, por consequência, social — muitas vezes resultante da falta de investimentos em iniciativas que promovam o acesso e o aprendizado dos recursos digitais por parte desses grupos.

A Sociedade da Informação oferece diversas vantagens em múltiplos setores, porém também pode gerar a exclusão de grupos que ainda não conseguiram se adaptar às novas demandas tecnológicas. De acordo com Gil (2019), há uma pressão constante na sociedade atual para que os indivíduos desenvolvam competências em Literacia Digital. Essa exigência pode dificultar o processo de aprendizagem e agravar a exclusão digital. Por isso, promover a Literacia Digital torna-se um elemento essencial e diretamente relacionado à efetiva inclusão digital.

À vista disso, “aqueles que não possuem uma adequada Literacia Digital podem encontrar-se em desvantagem e ter dificuldades para participar plenamente na sociedade atual. É importante que as pessoas adquiram habilidades e conhecimentos em Literacia Digital para poderem beneficiar das oportunidades que o mundo digital oferece” (Cerqueira, 2022, p. 61).

Silva (2012), em sua dissertação, defende o ensino da Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como estratégia de política pública. Nesse sentido, a inclusão digital

também é considerada uma política pública. Segundo Silva (2012), desde 2010, ocupando um marco no país e, a partir disso, foram desenvolvidos projetos voltados à população mais vulnerável, como maneira de reduzir a desigualdade social. Essa colocação demonstra-nos, mais uma vez, que investir na Literacia Digital também implica na busca de democracia voltada à cidadania da sociedade. Dessa forma,

> A inclusão digital é uma política pública e nesse sentido o telecentro deve ser entendido como um equipamento público, com as mesmas características de um posto de saúde, uma creche, um centro de assistência, e outros equipamentos similares. Em sendo assim, a sua implantação e sustento é, portanto, de responsabilidade da esfera governamental. Destinado para uso da população local, deve ter seu produto (inclusão digital) universalizado e acessível para todos os habitantes (Silva, 2012, p. 43).

Levando em conta essa afirmação, como promover a inclusão digital sem que haja uma política bem estruturada e aplicada direcionada ao desenvolvimento da Literacia Digital? Assim, percebemos que esse direito, embora universal e básico, precisa se apoiar nessa política para que haja inclusão digital. A Literacia Digital pode constituir uma modalidade de ação política, com vistas a depender de um planejamento (Coelho, 2018).

Por isso, Silva (2012) retrata que democratizar e também promover inclusão digital é um grande desafio, visto que a sociedade do conhecimento já está consolidada e está "deixando para trás parcela significativa de "excluídos"" (Silva, 2012, p. 42). Trata-se, portanto, de uma questão que precisa ser urgentemente considerada, pois, "uma inclusão digital deficiente tem o efeito perverso não apenas no ambiente digital, mas também — e principalmente — fora dele, uma vez que impacta na própria inserção do indivíduo na sociedade como um todo", alerta Coelho (2018, p. 33). Esses aspectos reforçam a importância do investimento em políticas públicas que promovam a inclusão digital como um direito fundamental do cidadão, ao garantir sua participação ativa na sociedade e nos processos decisórios do governo. Nesse contexto, a Arquivologia está diretamente inserida, uma vez que a principal função dos arquivos é assegurar o acesso à informação, elemento essencial para o exercício da cidadania e a efetivação dos direitos sociais, justificando, assim, a centralidade das práticas arquivísticas nesse cenário.

Com isso, consideramos que é dever do estado promover essas políticas, garantir sua aplicação, como também fiscalizar seu cumprimento e revê-las constantemente para que elas acompanhem, de maneira efetiva, as transformações sócio-tecnológicas que, por sua vez, ocorrem de modo acelerado.

No contexto português, percebemos essa preocupação em oferecer iniciativas para o desenvolvimento da Literacia Digital, tanto por parte de organizações de natureza pública, quanto privadas. Além disso, o governo também enxerga as políticas de Literacia Digital como uma ação estratégica e democrática, inclusive, ao prever sua atuação a longo prazo. Então, observamos instrumentos políticos voltados para o futuro, com vistas em garantir a inclusão digital da sociedade e, consequentemente, um direito fundamental do cidadão.

Sob essa ótica, além das políticas, existem diversos projetos e programas, inclusive, movimentos derivados dessas políticas os que englobam diferentes públicos e faixas-etárias. Em sua maioria, são iniciativas gratuitas que incentivam ainda mais o indivíduo a participar. Destacamos também que, para o desenvolvimento da Literacia Digital, é crucial que ele esteja associado a operações práticas do que foi ensinado. Nesse sentido, a maioria das estratégias, além de trazer enfoque a participação ativa desses indivíduos, direcionam-os a oportunidades de trabalho, ao inserir nesse contexto profissional e, em decorrência disso, assegurar o direito à inclusão digital no ambiente profissional.

Considerações Parciais

Diante do exposto, compreendemos que as políticas de Literacia Digital são fundamentais para o desenvolvimento de um país. Em Portugal, há diversas iniciativas nesse campo; no entanto, destacamos neste texto apresentamos aquelas que consideramos mais relevantes. A partir dessa seleção, procuramos analisá-las em particular e refletir sobre o processo de inclusão digital no país.

Assim, é essencial compreendermos que a Literacia Digital não deve ser encarada apenas como uma habilidade técnica, mas como um direito básico no mundo contemporâneo. Sua ausência pode comprometer a participação cidadã, a inserção no mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania. Portanto, a promoção da Literacia Digital deve estar diretamente ligada à inclusão digital por meio de políticas públicas consistentes, programas de formação continuada e iniciativas voltadas à equidade social. Só assim será possível garantir uma verdadeira inclusão no contexto da sociedade digital.

A Literacia Digital exerce um impacto social significativo, especialmente, quando articulada a políticas públicas que visam à inclusão e à justiça social. Ao garantir o acesso equitativo às tecnologias da informação e ao desenvolvimento de competências digitais, essas políticas fortalecem a cidadania, ampliam as oportunidades educacionais e profissionais, e contribuem para a construção de uma sociedade mais participativa e democrática.

Diante do exposto, é evidente que o contexto português tem demonstrado um compromisso consistente com o fortalecimento da Literacia Digital como meio de promover a inclusão social e reduzir desigualdades perante à cidadania digital. A articulação entre políticas públicas e iniciativas privadas revelam uma visão estratégica e democrática, que compreende a Literacia Digital como um direito fundamental do cidadão.

É importante destacar que os instrumentos relacionados à Literacia Digital são planejados com foco em longo prazo, tanto por instituições públicas quanto privadas. Nesse contexto, o governo português promove a integração entre os cidadãos e o ambiente organizacional, além de oferecer oportunidades para o desenvolvimento da Literacia Digital, desde níveis básicos até os mais avançados. Ao demonstrar preocupação com os resultados alcançados, também assegura avaliações e revisões contínuas das políticas implementadas.

Portanto, destacamos a relevância social e acadêmica desta pesquisa, uma vez que ela se volta à investigação de um objeto científico de grande interesse coletivo, capaz de oferecer respostas a diversos desafios sociais contemporâneos. Uma das limitações da pesquisa está direcionada à excassez de estudos sobre Literacia Digital no cenário institucional, que ainda precisa ser levado à discussão, tendo em vista que os indivíduos podem não ter alcançado o desenvolvimento da Literacia Digital.

Assim, com este estudo, esperamos contribuir para o fortalecimento desses diálogos inerentes às políticas públicas de Literacia Digital, por meio da apresentação das iniciativas desenvolvidas em Portugal, as quais se mostram fundamentais para a promoção da inclusão digital, da participação social e fortalecimento da democracia no país.

Referências

Agum, R., Riscado, P., & Menezes, M. (2015). Políticas públicas: Conceitos e análise em revisão. *Revista Agenda Política*, *3*(2), 12–42. https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63

Aires, L. (2015, janeiro). *Literacias digitais: Texto orientador* (Mód. 1). Curso de Formação para a Docência Online. Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6017/1/Literacias%20Digitais_Texto_Orientador_VF.pdf

Almeida, R. (2023). *A Literacia Digital da geração X em Portugal: As diferenças entre homens e mulheres* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/43708

Belshaw, D. (2014). *The essential elements of digital literacies*. https://dougbelshaw.com/essential-elements-book.pdf

Capobianco, L. (2010). *Comunicação e Literacia Digital na internet:* Estudo etnográfico e *análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital AcessaSP – PONLINE* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16062010-110410/publico/LITERACIADIGITALECOMUNICACAO.pdf

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (R. V. Majer, Trad.; J. Simões, Atual., 6ª ed., Vol. 1). Paz e Terra.

Cerqueira, L. (2022). Literacia Digital: Biblioteca Universitária como recurso auxiliar à Literacia Acadêmica. *Revista PMBA em Foco*, 4(1), 58-67. http://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/index.php/emfoco/article/view/76/33.

Coelho, M. A. N. (2018). Letramento digital: novas perspectivas para a prática cidadã. Grau Zero, *Revista de Crítica Cultural*, 6(2), 17-37. https://revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/6094/3861.

Comissão Europeia. (2022, outubro). *Plano de Ação para a Educação Digital — Ação 7*. https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/digital-education/action-plan/action-7

Criado, J. I., & Gil-García, J. R. (2013). Gobierno electrónico, gestión y políticas públicas: Estado actual y tendencias futuras en América Latina. *Gestión y Política Pública*, *22*(Especial), 3–48. https://www.scielo.org.mx/pdf/gpp/v22nspe/v22nspea1.pdf

Durce, J., & Souza, C. (2013). *Introdução à análise de políticas públicas*. EDUFBA.

Ferreira, O., Dieguez, T., & Terra, A. L. (2017). Uso das tecnologias da informação e comunicação nas bibliotecas de ensino superior: Um estudo de caso. Em E. C. dos Santos, E. T. G. de Carvalho, & A. K. A. da Silva (Orgs.), *Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA: Intercâmbio, cooperação acadêmica e mediações interdisciplinares* (pp. 329-373). EDUEPB.

Gil, Henrique. (2019). A Literacia Digital e as Competências Digitais para a Infoinclusão: por uma inclusão digital e social dos mais idosos. *RE@D - Revista de Educação a Distância e Elearning*, 2(1). 79-96. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8103/1/p.%2079-96.pdf.

Guerra, E. L. de A. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa: Suporte ao trabalho de conclusão de curso (TCC)*. Grupo Ânima Educação. https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf

Jardim, J. M., Silva, J. C. A., & Nharreluga, R. S. (2009). Análise de políticas públicas: Uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, *14*(1), 2–22. https://www.scielo.br/j/pci/a/86sqfsg3NJnCXKFmxfg5C9v/?lang=pt&format=pdf

Lucas, D. C., Vianna, L. O., & Mendonça, M. T. C. (2020). A Literacia Digital frente ao discurso anticiência e às fake news. *Revista UFG*, 20, e20. https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/128501/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Mintegui, E. M. (2021). *Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro: O caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227207/PCIN0258-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y

Pereira, L. M. G. (2011). *Conceções de Literacia Digital nas políticas públicas: Estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação* [Tese de doutorado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19825/1/Lu%c3%ads%20Miguel%20Gon%c3%a7alves%20Pereira.pdf

Ponto Digital. (2023). *Programas nacionais: Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (Portugal INCoDe.2030)*. https://pontodigital.pt/iniciativas-nacionais/

Ponto Digital. (2024). *Eixos de ação*. https://www.incode2030.gov.pt/

Portugal. (2025). *Estratégia Digital Nacional: Onde o digital simplifica*. https://bo.digital.gov.pt/api/assets/etic/c508799d-8731-4a1f-b828-daac504c87e1/

Portugal. (2015). *Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais (2015–2020)*. https://interoperable-europe.ec.europa.eu/sites/default/files/document/2016-06/enild.pdf

Portugal. (2022). *Roteiro INCoDe.2030 – Capacitação Digital*. https://www.incode2030.gov.pt/roteiro/

Santos, A. C. S., & Santos, E. C. dos. (2023). Os impactos da Literacia Digital para a arquivologia contemporânea: A realidade do corpo funcional dos arquivos da CAGEPA, PBPREV e SEAD. *Archeion Online*, 11(Edição Especial-SESA), 20–37. https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/67593/38257

Santos, A. C. S., & Santos, E. C. dos. (2025). A contextualização da Literacia Digital nas práticas sociais e arquivísticas: Uma análise das produções científicas na Arquivologia. *Archeion Online*, 13(Edição Especial: X CNA - Congresso Nacional de Arquivologia), 79–94. https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/72573/41172

Secchi, L. (2010). *Política pública: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.

Siena, O., Braga, A. A., Oliveira, C. M. de, & Carvalho, E. M. de. (2024). *Metodologia da Pesquisa Científica e Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. Em O. Siena, A. A. Braga, C. M. de Oliveira, & E. M. de Carvalho. (Eds.), Editora Poisson. https://doi.org/10.36229/978-65-5866-411-6.

Silva, A. M. da. (2014). O Método Quadripolar e a Pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com*, (26), 27-44. https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1861/1694.

Silva, R. C. de C. e. (2012). *Literacias Digitais: Um framework para avaliação de programas voltados para redução das desigualdades digitais, por meio do ensino das TIC*. [tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. https://bib.pucminas.br/teses/Informatica_SilvaRCC_1.pdf.

Silva, S. A. A. da, & Cardoso, A. M. P. (2020). Literacia informacional: Uma revisão sistemática de literatura. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 18(00). https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660680/23047

UPskill – Digital Skills & Jobs. (2025, janeiro). *Programa UPskill – Digital Skills & Jobs*. https://upskill.pt/

NOÇÃO DE GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL

Ana Carolina Soares Santos, UEPB, https://orcid.org/0009-0005-4585-9147, Brasil, *anacarolinass068@gmail.com*

Eliete Correia dos Santos, UEPB, https://orcid.org/0000-0002-5491-5711, Brasil, *eliete.santos@servidor.uepb.edu.br*

Ana Lúcia Terra, UC, https://orcid.org/0000-0003-1292-2849, Portugal, *anaterra@fl.uc.pt*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6607

Eixo IV: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

A Arquivologia, como ciência responsável pelo estudo dos documentos arquivísticos enfrenta desafios significativos diante das transformações digitais. O avanço digital implica em novas estratégias arquivísticas, organizacionais e governamentais para realizar as atividades e oferecer seus serviços à sociedade, como também para se certificar que esse atuação esteja apoiada nas suas políticas, legislação, programas, projetos etc., tanto como forma de seguridade, quanto de conformidade.

Sobretudo, a Governança está diretamente inserida nesses processos. Os seus primeiros traços foram indicados pelos proprietários de terra, os que conferiam autoridade e controle para um determinado trabalhador. Houve uma aplicação dela, ainda que inconsientemente, no período Weberiano com as estruturas burocráticas institucionais que impulsionaram o desenvolvimento da democracia que é legitimada pela participação social. O processo evolutivo associado às teorias, como a da Agência, levou a consolidação da Governança no patamar corporativo, com o intuito de equilibrar os interesses entre os agentes e os principais. Na realidade de hoje, a Governança está imbricada no universo de distintas instâncias e tipos de Governanças.

A noção de Governança Arquivística é uma delas, sendo bastante explorada nos últimos anos, trata-se de uma temática em fase constitutiva. Autores como Galdino (2018); Ramos (2021); Jardim (2018a; 2018b); Oliveira (2022); Maluf (2023); Silva (2022); Maluf e Silva (2024) aprofundam investigações nesse segmento. Ela diz respeito aos interesses, projeções e ações estratégicas que envolvem os arquivos, sejam eles correspondentes aos ambientes de arquivo, propriamente ditos, e/ou para além dele, ligados aos fatores externos. No entanto, é digno apontar que ambos dialogam entre si e funcionam de forma sistêmica. Os espaços de arquivos dependem de estruturas políticas e estratégicas para que a atuação dos colaboradores estejam apoiadas nelas.

Sob essa ótica, a noção de Governança Arquivística é capaz de elevar as possibilidades de atuação nas organizações, visto que contempla atores internos e externos, da área ou não. Esse diálogo se faz muito pertinente no cenário de transformações tecnológicas digitais nos arquivos, dado que ela resulta em construções que envolvem perspectivas diferenciadas e de contextos distintos e/ou similares para enfrentar os desafios atuais, os quais inibem as tecnologias digitais e os documentos arquivísticos.

À vista disso, fomos levados a questionar de que maneira a noção de Governança Arquivística pode ser compreendida como uma resposta estratégica às transformações digitais que impactam a atuação profissional do arquivista. Assim, essa pesquisa tem como objetivo geral investigar a noção de Governança Arquivística como ferramenta estratégica para o fortalecimento das práticas arquivísticas no contexto da era digital. E, com isso, buscamos especificamente: i) Explorar a

trajetória do Governança e seus avanços quanto aos ambientes corporativos e públicos, ao identificar os conceitos que fundamentam a noção de Governança Arquivística, suas principais características e formas de aplicação no contexto arquivístico; ii) Analisar as contribuições oriundas da aplicação da Governança Arquivística na era digital para as práticas arquivísticas contemporâneas; e iii) Contribuir para o aprofundamento dos estudos teóricos e conceituais sobre a noção de Governança Arquivística, com vistas a ampliar a compreensão de suas bases, implicações e potencial de aplicação no campo arquivístico.

Diante disso, ressaltamos que este texto faz parte da pesquisa, ora em andamento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ-UEPB/UFPB).

Método Quadripolar

Sobretudo, essa pesquisa é de natureza básica, visto que ela busca explorar as discussões teóricas sobre a noção de Governança Arquivística no contexto digital.

Outrossim, basearemos esta investigação no Método Quadripolar, o qual abrangerá toda a pesquisa, tendo em vista que ele reflete vários conhecimentos que podem ser aplicados na pesquisa de modo dinâmico e interpolar, explica Rocha e Terra (2017), a partir dos polos Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico, os quais interagem entre si e permitem uma formulação sistêmica e holística do objeto científico (Silva, 2014).

Com relação a este estudo, o Método Quadripolar se aplicará da seguinte maneira

Figura 1: Aplicação do Método Quadripolar na pesquisa



Fonte: Ferreira, Dieguez e Terra (2017, com adaptações).

No **polo epistemológico**, está inserida a Arquivologia Contemporânea, momento atual que vivenciamos e que exige não só um arquivista voltado à técnica, mas também enquanto profissional estratégico e sua representação social, ética e política.

O **teórico** envolve a compreensão do objeto científico através das concepções teóricas a fim de direcioná-las à resolução da promática que diz respeito às transformações na era digital e o papel do arquivista com as práticas de Governança Arquivística. Então, realizaremos a pesquisa exploratório-descritiva, pois será possível, de acordo com Menezes *et al.* (2019), conhecer o objeto científico e apresentar suas características.

Já o **Técnico** indica os procedimentos de coleta através da pesquisa bibliográfica que para Severino (2014) é realizada por meio de produções publicadas, dentre elas artigos, livros, teses etc. Além da análise dos dados, adotamos a abordagem qualitativa qualitativa, uma vez que, conforme Oliveira (2011), busca focar não na aparência do fenômeno, mas na essência, os motivos e consequências.

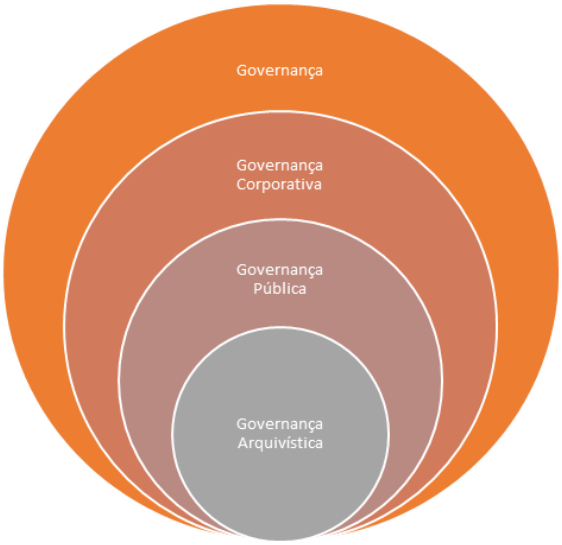
E, por último, o **Morfológico** com os resultados e considerações parciais, como fechamento deste texto, dado que essa pesquisa ainda será

continuada por meio da dissertação de mestrado.

Noção de Governança Arquivística: conceitos e perspectivas

Nesta seção, iremos compreender os conceitos de governança e os seus aspectos macro e, a partir disso, sua tipificação voltada ao ambiente organizacional, como também no âmbito público e por último nas práticas arquivísticas, mediante a figura a seguir.

Figura 2: Áreas da Governança



Fonte: Galdino (2018, com adaptações).

É importante considerarmos que existem várias governanças, porém as que serão tratadas no são aquelas envolvidas na delimitação dessa pesquisa. Sobretudo, precisamos refletir que a governança arquivística não deve ser pensada isoladamente, mas sim como parte constitutiva de outras governanças que também fortalece suas bases teóricas e consequentemente sua aplicação.

Nesse ensejo, também discutiremos os conceitos de políticas, visto que elas são essenciais para o desenvolvimento de projetos, programas e outras estratégias criadas a partir da governança. À vista dessa construção social inicial, no contexto da literacia digital, buscaremos identificar as políticas existentes tanto do Brasil quanto de Portugal. E assimilá-las na dimensão da macroarquivologia e sistêmica. Vale ressaltar que essas políticas, especificamente as nacionais, deveriam ser basilares para as demais políticas do governo federal.

Múltiplos olhares de Governança

Os traços de Governança, ainda que não reconhecidos como tais, na época, eram perceptíveis entre os proprietários de terra e seus bens, ao conferir a autoridade e controle para outra pessoa, como Teixeira e Gomes (2019) relatam em seu texto. Para tanto, a sociedade, ao ampliar as possibilidades de concessão de poder, nessa mesma linha de finalidade ligada à ordem, emprega ações burocráticas necessárias para enfrentar os desafios do contexto atual, que perpassa o passado, ocupando um papel de referência na atualidade, ainda que seja realizada de outras maneiras.

Weber (1982) traz uma perspectiva diferenciada voltada às corporações, para o autor, os primeiros indícios de burocracia surgem no exército, inclusive, existem vários tipos de exércitos constituídos ao longo do tempo para demasiadas atividades. É importante compreender que a burocracia e a criação de grandes empresas capitalistas estão ligadas ao poder que, em se tratando do exército, estava direcionado aos meios materiais aquisitivos para a guerra. Inicialmente, os equipamentos eram fornecidos pelo chefe da companhia, no entanto o Estado burocrático passa a fornecer esses meios e controlar as despesas deles através do orçamento público, o que implica em um domínio maior de administração e gera a criação de empresas capitalistas.

Weber (1982) também explica que as expressões, que até na contemporaneidade são utilizadas, como batalhão (unidade tática), regimento (unidade administrativa) e recrutamento do exército são consideradas as primeiras grandes empresas capitalistas de acentuada burocracia. Além do exército, os campos de pesquisa também iniciaram a concentração de equipamentos nas mãos de um chefe, que era a mesma forma burocrática do exército em seu início de formação.

À vista disso, podemos considerar que a Governança passa a se expandir em ambientes corporativos, como o exército, seguindo essa vertente de Weber. Ainda é possível identificarmos que essas expressões, bem como a própria Governança já era remetida, ainda que timidamente nesse período ao enfatizar características de administrativas direcionadas à gestão.

Ao tratarmos dos governantes, também é preciso direcionarmos o olhar aos governados. Nesse sentido, outra expressão que merece destaque, no sentido de está diretamente ligada à burocracia, é a democracia. Consoante a obra de Weber (1982), elas "andam lado a lado". É importante entendermos que a Governança ou o ato de governar não está ligado somente à esfera pública, mesmo que os termos remetam a seus ideais, mas também à privada, que também é composta por essa linha de entendimento. Inclusive, Weber (1982) cita os partidos democráticos, que possuem caráter privado, cuja organização é burocrática e democrática.

A democracia, para Weber (1982), não implica na participação ativa dos governados, mas passiva por meio do nivelamento dos governados. Com isso, as tendências burocráticas entram em conflito com a democracia devido à luta contra o "Governo dos notáveis". Desse modo, a democracia retratada minimiza a capacidade do Governo, por isso o destaque do "nivelamento dos governados". E o que constitui uma democracia passiva é a substituição do exército burocrático pelo "autoequipado dos notáveis", com vistas a seguir o exército moderno o recrutamento burocrático.

Assim, é importante considerar que a democracia ocorre em detrimento das condições econômicas, pois, para Weber (1982), ela aumenta os gastos em dinheiro. No período Weberiano, essas concepções contemplavam as formas de compreensão da sociedade daquele contexto. Contudo, atualmente, a democracia é considerada como indispensável, ao considerá-la uma ferramenta de cidadania e participação social, isso implica em uma sociedade equitativa e justa. Para Baquero (2008), a democracia contemporânea é pautada na cidadania ativa e o envolvimento popular é essencial para a construção dessa democracia, pois sem essa participação a democracia perde a legitimidade.

Com base nesses posicionamentos e na evolução social em que vivemos, podemos caracterizar a burocracia ligada à democracia como um investimento integrado para a sociedade contemporânea. Assim, a burocracia constitui avanços significativos, ao longo do tempo, mas, de modo relativamente lento, devido a alguns empecilhos de natureza social e política, como os abordados no texto de Weber (1982).

A Governança pode direcionar à ideia de um termo político ou da área administrativa, mas ela pode ser mais abrangente que isso. É importante refletir que a concepção de Governança tem origem longínqua. Ao retomar essa perspectiva, Teixeira e Gomes (2019) explicam que ela surge através de proprietários que tinham seus empreendimentos como fonte de renda e precisavam estabelecer ações de gestão para alcançar os resultados pretendidos que podem ser aplicadas em vários tipos de organização.

Com base nesse ponto de partida, é possível perceber à proporção que a Governança abrange na atualidade e o desenvolvimento da sua atuação nas organizações, ramos políticos e econômicos, áreas científicas etc. Matias-Pereira (2010) retrata que a Governança passou a ser mais enfatizada em 1990 em paralelo às mudanças do Banco Mundial, as quais estão relacionadas a reformas burocráticas e políticas.

No entanto, Gonçalves, Freire e Rei (2021) relatam que, a partir de 1980, o Banco Mundial já considerou ideias da Governança, tendo em vista que os países administrassem o desenvolvimento de projetos, o que ele caracteriza de "boa governança". Segundo os autores, a Organização das Nações Unidas (ONU) se aprofundou no assunto e conceituou em seu relatório a Governança em 1994.

À vista disso, a Governança, impulsionada pelo Banco Mundial, tem a intenção de criar, aplicar e avaliar políticas públicas. Nas últimas décadas, a Governança está em constante

aprofundamento, principalmente, nas organizações, sejam públicas ou privadas (Jardim, 2018a). Na realidade atual, podemos observá-la em variados contextos.

De acordo com Peters (2013, p. 28), "a ênfase na governança reflete, de muitas maneiras, as preocupações públicas sobre a capacidade de seus sistemas políticos agirem efetiva e decisivamente para resolver problemas políticos". Nesse sentido, ela está muito ligada ao controle de atuação e solução de problemas. Peters (2013) destaca que o processo de governança implica na caracterização de metas e alcance delas, o que embora pareça simples, é uma tarefa complexa.

Para Gonçalves, Freire e Rei (2021), a governança é composta pela inovação a fim de solucionar problemas, permitir a participação de mais atores internacionais e a cooperação através dos ambientes institucionais. O que em partes converge com o pensamento de Peters (2013), contudo o conceito elaborado por Gonçalves, Freire e Rei (2021) é mais complexo no sentido de envolver em sua composição as "abordagens inovadoras" que são refletidas através dos regimes políticos seguidos.

Devido à amplitude de interesses envolvidos entre os proprietários e os gestores, surgiram teorias voltadas a solucionar esses conflitos que foram fundamentais para impulsionar o desenvolvimento da Governança.

Teoria da Agência

A Governança abrange várias teorias, entre elas a mais destacada: a teoria da agência. De acordo com Silva e Seibert (2015), "a teoria de agência é o alicerce da governança corporativa para as organizações com fins lucrativos [...]". Ela surge em decorrência aos conflitos entre proprietários e gestores com o intuito de equilibrar os interesses das partes envolvidas.

Sob essa ótica, Maluf e Silva (2024) defendem que a teoria da agência é a mais utilizada entre os autores que estudam a governança. Os autores também apontam que seu surgimento se relaciona com a governança corporativa, que engloba a governança pública e privada, e confirmam que sua origem é resultado dos conflitos entre principal e agentes.

Silva e Seibert (2015) esclarecem que o agente ao ser contratado pelo principal atuaria em prol dos interesses, no entanto o agente possui interesses próprios que pode não estar em concordância e interferir na maximização dos resultados, e, com isso gerar conflitos de interesses entre as partes envolvidas. No entanto, para solucionar esses conflitos são requeridos custos que são precisos para manter a harmonia dos interesses.

Com o avançar dessas teorias, a governança corporativa passou a ser ainda mais introduzida nas organizações, uma vez que está direcionada tanto na esfera pública, quanto na privada. No que diz respeito a essa pesquisa, o enfoque será nos órgãos públicos, com vistas a considerar como principal a sociedade e os agentes aos gestores, diretores e representantes do governo. Conforme Maluf e Silva (2024), a governança, se aplicada no âmbito público, busca reduzir esses conflitos, possibilitando maior participação social nas tomadas de decisão. Embora os autores não tenham mencionado o termo democracia, essa colocação a reflete, como abordamos antecedentemente, principalmente, relacionada à burocracia.

Governança Corporativa

A governança corporativa abrange sua atuação em prol das organizações, embora também conte com diversos atores dentro e fora dela. Ela pode incidir em ações voltadas tanto a empresas privadas quanto públicas, sendo ressalvadas em cada uma delas suas particularidades. A governança corporativa também carrega consigo a identidade da instituição. Por isso, ela "[...] reúne o conjunto de processos, costumes, políticas, leis que afetam a forma como uma corporação é dirigida, administrada ou controlada, incluindo as relações entre os principais envolvidos e a missão institucional" (Silva, 2022, p. 249).

Segundo Fiorini, Alonso Junior e Alonso (2016), a governança corporativa envolve atividades que refletem a maneira que a empresa deve operar, com vistas estabelecer a harmonia dos interesses entre os acionistas e altos executivos. Ela surge para maximizar os resultados, uma vez que preserva seus princípios e objetivos. Nesse sentido, os

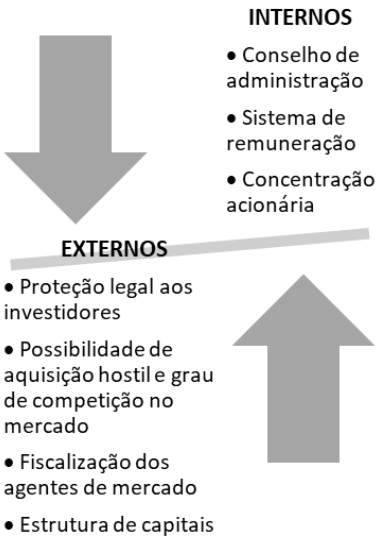
autores nos direcionam ao entendimento de que a governança corporativa proporciona esse equilíbrio sem que exista o favorecimento de uma das partes, mas que suas ações englobem ambos os lados, sempre priorizando a essência da sua instituição. Com a aplicação dessa governança e, consequentemente, a redução desses conflitos. Logo, a empresa será mais suscetível a avançar.

A governança corporativa já é discutida há anos, no entanto percebemos que, atualmente, ela está mais difundida justamente pela necessidade de tomada de decisões mais assertivas a fim de solucionar os problemas organizacionais. Contudo, Fiorini, Alonso Junior e Alonso (2016) apontam que a implantação da governança corporativa gera muitos custos. Ainda assim, com as práticas da boa governança, o crescimento e desenvolvimento das empresas são visíveis e capazes de transformar para além delas, mas também a avanço econômico do país.

Os autores também alertam que a má governança também pode gerar efeitos negativos para a economia do país. E citam exemplos como as crises do mercado emergente no século passado, bem como as desordens corporativas no início dos anos 2000 tanto nos Estados Unidos quanto na Europa (Fiorini, Alonso Junior & Alonso, 2016). Porém, eles não abordam os acontecimentos de forma mais detalhada.

De acordo com Fiorini, Alonso Junior e Alonso (2016), um sistema de governança eficiente precisa combinar mecanismos internos e externos que são: externos que são:

Figura 3: Mecanismos internos e externos de um sistema de governança



Fonte: Fiorini, Alonso Junior e Alonso (2016, com adaptações).

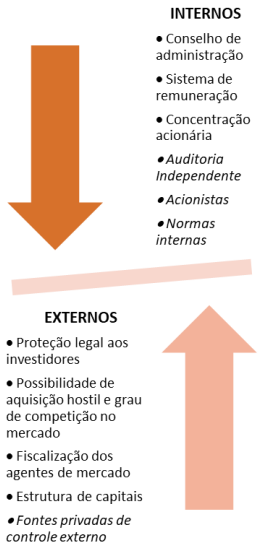
Com relação aos **mecanismos internos**, o **Conselho de Administração** representa o interesse dos acionais através do monitoramento da diretoria, por isso é o principal mecanismo de governança. Além disso, o **Sistema de Remuneração** que está ligado à forma e montante de remuneração e também reduz custos de agência, alinhando interesses de ambos. E ainda, a **Concentração Acionária** que acontece quando um agente concentrador exerce uma maior supervisão e cobrança no desempenho dos executivos. Porém, essa ação pode decorrer a decisões que podem prejudicar os acionistas minoritário. E a dispersão dela pode oferecer mais poder à diretoria executiva. Então, é necessário que haja um certo equilíbrio (Fiorini, Alonso Junior & Alonso, 2016).

Já os **externos**, é a **Proteção legal aos investidores**, tendo em vista proporcionar equilíbrio dos direitos. Enquadram-se também a **Possibilidade de aquisição hostil e grau de competição no mercado**, ao considerar o receio dos executivos de perderem seu emprego devido a uma aquisição. Além da **Fiscalização dos agentes de mercado**, com vistas a trazer maior transparência e aumentar a pressão dos executivos perante a tomada de decisão. E a **Estrutura de capitais**, enquanto instrumento de governança, viabiliza o

controle das operações de financiamento e investimento, que é essencial para equilibrar o capital da empresa, uma vez que evita o endividamento e o risco à falência (Fiorini, Alonso Junior & Alonso, 2016).

Silva e Seibert (2015), baseadas em Gillan (2006), acrescentam alguns pontos importantes, que são os internos Auditoria Independente, Acionistas e Normas Internas e; externos, Fontes Privadas de Controle Externo.externos, Fontes Privadas de Controle Externo.

Figura 4: Mecanismos integralizados de um sistema de governança



Fonte: Fiorini, Alonso Junior e Alonso (2016, com adaptações); Silva e Seibert (2015, com adaptações).

Conforme a figura destaca os mecanismos internos somados aos anteriores, a **Auditoria Independente** seria um elemento de controle para acompanhar as demonstrações contábeis, ligando a empresa ao agente externo. Sob essa linha, os **Acionistas** se referem a atuação dos investidores. E a **Normas Internas**, como o próprio termo aponta, diz respeito aos códigos de ética, políticas, sistemas de controle interno etc (Gillan, 2006 *apud* Silva & Seibert, 2015). Enquanto **externo**, as **Fontes privadas de controle externos** que trata da exposição da empresa em veículos de comunicação, bem como os litígios atribuídos a ela por meio de denúncias, reclamações etc (Gillan, 2006 *apud* Silva & Seibert, 2015).

No caso dessa pesquisa, a ênfase será nas normas internas, contudo esses mecanismos estão ligados sistemicamente e, por este motivo, o resultado de um influencia os outros de modo holístico.

Vale salientar que em todos esses processos a governança corporativa integra quatro princípios que são:

Figura 5: Princípios da Governança Corporativa



Fonte: Fiorini, Alonso Junior e Alonso (2016, com adaptações).

Podemos interpretar que a **transparência** diz respeito ao fornecimento de informação aos acionistas (*shareholders*) e demais interessados (*stakeholders*). Com relação à **equidade**, trata-se de um tratamento justo e igualitário a todos os investidores envolvidos. Já a **prestação de contas**, como o próprio termo reflete, indica a comprovação das ações que os agentes praticaram de forma clara e concisa. E o **respeito às leis** incide na adesão do cumprimento legal.

Conceitos de Governança Pública

A Governança Pública está em um constante processo de desenvolvimento teórico e possui uma representatividade singular quando alinhada às organizações, isso porque ela permite uma otimização dos serviços no âmbito público oferecidos à sociedade. Atualmente, a Governança Pública tem garantido muita visibilidade, e, por isso, conforme Martins e Marini (2014), ela é o termo do "momento" devido à sua atuação

transformadora no Estado em prol da sociedade.

À vista disso, a Governança Pública ainda não tem sua definição delimitada, por este motivo, Dias e Cario (2014) retratam a ela enquanto movimento e não modelo, pois, para eles, a Governança Pública precisa de mais estudos que proporcionem seu amadurecimento. Enquanto isso, Martins e Marini (2014) apresentam a Governança Pública como um novo paradigma, por ser aplicada em novos contextos e possuir escopos mais amplos diferentemente da administração e gestão pública. Os autores revelam que ela pode ocasionar certa confusão entre os termos "governo" e "governar", porém, tem um significado mais abrangente.

Conforme Dias e Cario (2014) o termo "Governança Pública" tem o uso mais explorado no século XX devido aos problemas advindos da Crise do Estado, que demandou uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, os autores consideram a Governança Pública como uma estratégia de desenvolvimento do Estado que utiliza processos democráticos a fim de solucionar os problemas existentes para atender os interesses da sociedade.

Sob esse enfoque, Teixeira e Gomes (2019) abordam que a Governança Pública pode ser aplicada em vários contextos organizacionais, sendo ela voltada principalmente para a esfera pública devido às ações e aos princípios desse tipo de órgão, tendo em vista que os resultados obtidos entre os stakeholders, gestores e proprietários são diferenciados. No caso dos órgãos públicos, o cidadão é o principal e os gestores públicos são os agentes.

Outro conceito relevante é o de Martins e Marini (2014) ao apontarem que,

> [...] governança pública é um processo de geração de valor público a partir de determinadas capacidades e qualidades institucionais; da colaboração entre agentes públicos e privados na coprodução de serviços, políticas e bens públicos e da melhoria do desempenho. Dessa forma, nenhum desses elementos pode ser pensado de forma isolada.

Dessa maneira, a Governança Pública envolve aspectos complexos em diversas esferas sociais, políticas, econômicas, administrativas etc., mas que, quando aplicada, alcança resultados elevados que repercutem positivamente nos órgãos e, como consequência, na sociedade. Ao considerar essa concepção dos autores, conseguimos enxergar os traços da noção de Governança Arquivística, contudo existem algumas particularidades que serão exploradas posteriormente.

Noção de Governança Arquivística

Na Arquivologia, muito se discute acerca de Na Arquivologia, muito se discute acerca de repensar em novas abordagens que viabilizem a solução dos problemas atuais da área que derivam da organização, gestão, tratamento e preservação de documentos arquivísticos digitais. Dessa maneira, a relação da Arquivologia, muito enfatizada por Galdino (2018), com as Ciências da Administração, Políticas e Sociologia das Organizações é bastante evidente. Tendo grande repercussão na atualidade, a Governança Arquivística pode fornecer aos profissionais e pesquisadores da área a resposta para vários questionamentos referentes às transformações tecnológicas digitais.

Ramos (2021) aponta que o papel das instituições arquivísticas com a adoção da governança é: 1. As novas posturas que essas instituições tomam, o que gera mais produção e acesso aos documentos, uma vez que os anseios sociais são cruciais nessas mudanças e; 2. A Governança Arquivística sugere novas ações nesses ambientes. É importante considerarmos que, as instituições buscam se alinhar às evoluções sociais, das quais emergem também muitas dificuldades, sendo elas sanadas por meio da governança.

A Governança Arquivística é uma perspectiva "embrionária" na Arquivologia (Jardim, 2018a). Embora seja essencial para a área, ainda existem poucos estudos direcionados a ela.

Sobretudo, é importante entender que a governança arquivística diz respeito a "[...]

ações transversais ao contexto arquivístico com um forte dinamismo relacional com outras agências, políticas e programas no campo da informação estatal, bem como com setores diversos da sociedade" (Jardim, 2018b, p. 40). Logo, percebemos que a Governança Arquivística se expande em vários contextos que dialogam entre si, com vistas em contribuições mútuas.

Dessa maneira, "a governança arquivística mira a teia de interesses, ações e atores, do Estado e da sociedade, que ultrapassa os limites da autoridade e institucionalidade da administração das instituições arquivísticas" (Jardim, 2018b). Ou seja, ela possibilita um olhar para além do arquivo. Ainda que esses atores sejam de lugares distintos, eles são envolvidos em um contexto de regras e democracia. Esse amparo normativo é necessário para que todo o sistema funcione de maneira correta, quando apoiados nele, conforme Oliveira (2022), resulta em um ambiente transversal e cooperativo que é fundamentado na democracia.

Outra característica importante é que "A governança arquivística precisa estar absolutamente vinculada com a missão institucional, porque é a missão que traduz como a instituição se vê e os seus macro-objetivos, é a fala da instituição sobre si mesma, é o compromisso que assume com a sociedade. É o seu pacto social" (Oliveira, 2022, p. 151). Assim, além de estar ligada à Governança Arquivística, traz consigo a identidade da instituição, pois a missão e os objetivos demonstram as estratégias específicas de cada ambiente em prol de determinada sociedade.

Jardim (2018a) aponta que a Governança Arquivística tem como objeto a Gestão Arquivística. Essa Gestão, no que diz respeito à Arquivologia, implica no planejamento, execução e avaliação nas funções arquivísticas, além de estabelecer um diálogo fundamental com a Administração. A literatura arquivística, por sua vez, concentra-se predominantemente em estudos voltados aos aspectos internos dos arquivos e às funções arquivísticas. No entanto, as discussões sobre gestão arquivística ainda apresentam diversas lacunas, uma vez que essa envolve fatores estratégicos que extrapolam os limites do arquivo. Nesse sentido, o autor explica que, gerenciar os serviços prestados no arquivo ultrapassa as funções arquivísticas e também envolve pessoas, infraestrutura, tecnologias da informação, legislação, orçamento etc.

À vista disso, gerenciar denota gestos de poder através do "governo de arquivos". A Governança Arquivística vai além desse pensamento tradicional, entretanto não o anula, mas sim reforça o papel da gestão arquivística e apresenta estratégias e ações colaborativas a fim de consolidar a gestão arquivística (Jardim, 2018a). De acordo com Jardim (2018b), em uma gestão arquivística vulnerável não se aplica um modelo consistente de governança. Galdino (2018) também acredita que a boa governança incide na "gestão", como também na memória, complementa.

A dimensão da Governança Arquivística é crucial para sua compreensão, estando seu enfoque na macroarquivologia que envolve aspectos para além dos arquivos, conforme apontam Jardim (2018b) e Maluf (2023). Para Ramos (2021), a macroarquivologia trata-se de "pensar o arquivo" de maneira estratégica. Essa concepção de micro e macroarquivologia não é recente, conforme Jardim (2018b), elas foram retratadas, pela primeira vez, em 1970, por José Manuel Mata Castillon. Podemos entender que a microarquivologia, como o próprio nome já remete, engloba as atividades internas do arquivo como organização, tratamento, gestão, preservação de documentos etc,enquanto a macroarquivologia abrange ações que envolve contextos, instrumentos, normas e ambientes para além do arquivo, onde está lotado o arquivista que aplica essa dimensão.

O autor considera mais abordada, pela teoria e prática, a microarquivologia, visto que há uma emergência histórica das necessidades de organização do arquivo em termos de tratamento, descrição, classificação, avaliação, arranjo etc. Enquanto isso, a macroarquivologia é pouco explorada (Jardim, 2018b). Esse olhar apresenta uma lacuna que acreditamos está voltada a aspectos teóricos e,

em virtude disso, práticos, já que um coincide no outro.

Ao considerarmos a noção de Governança Arquivística e a perspectiva macro associada a ela, construímos um arquivista diferenciado que atua também externamente ao arquivo, mantendo conexões com outras esferas e utilizando os meios e instrumentos disponíveis para solucionar problemas referente ao seu arquivo e para além dele.

Silva (2022) e Maluf (2023), por sua vez, trazem uma visão distinta, ao sugerirem uma nova dimensão: a mesoarquivologia. Ao esquematizar, a interpretação se daria da seguinte maneira.

Figura 6: Dimensões da Governança Arquivística



Fonte: Silva (2022, com adaptações).

À vista disso, a Macroarquivologia abrangeria as decisões e ações estratégicas; a Mesoarquivologia seria destinada a "[...] traduzir e interpretar as decisões do planejamento estratégico e os transformar em planos concretos dentro das unidades de informação (Silva, 2022, p. 257) e; a Microarquivologia voltada à atuação de cunho técnico. No texto de Maluf e Silva (2024), são apresentadas as dimensões interpretadas a partir dos agentes arquivísticos ou não e as ações, tais como o estado e sociedade, enquanto macro; entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), meso e; órgãos e entidades como micro.

Ao pensarmos da Mesoarquivologia em termos dos atores (arquivísticos ou não) existem várias dimensões de governança arquivística que podemos estabelecer, para além dessa. No entanto, ao que se refere à perspectiva de atuação do arquivista, defendemos a existência da aplicação das dimensões macro e microarquivologia.

Outro estudo que vale enfatizar é o de Silva (2022), em que é apresentado um modelo matricial da governança arquivística, baseado em quatro estruturas que são:

- Legal ou regulatória (leis e normas que regulam a política pública);
- Administrativa (instituição produtora/receptora e também os serviços arquivísticos);
- Fiscalizadora (instituições que garantem o cumprimento da lei) e;
- Tecnológica (sistema de instalação, equipamentos e serviços para realização das atividades arquivísticas) (Silva, 2022).

Nesse caso, a matriz é voltada para documentos presidenciais, no entanto pode atender (com adaptações) documentações em outros contextos. A autora também reflete as dimensões da macro, meso e microarquivologia, conforme já abordado, só que visualizado a partir das estruturas acima elencadas, tanto voltadas aos atores quanto às ações. Essa pesquisa se mostra muito relevante em termos de contribuição, ainda que tenhamos apresentado todas as dimensões, este texto trará enfoque à macroarquivologia.

Diante dessa discussão, é possível constatar que a governança arquivística engloba várias esferas de atuação e também depende de atores distintos para sua aplicabilidade. Sobretudo, para que haja a execução dela, como também de outros tipos de governança, são necessárias documentações arquivísticas que criem, projetem e delimitem ações e responsabilidades dos atores, sejam em organizações públicas ou privadas. Isso mostra que governança arquivística está presente na aplicação de todos os tipos de governança, como mostraremos na figura posteriormente.

Figura 7: Alguns tipos de Governança que envolvem a Governança Arquivística



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Percebemos, então, que a Governança Arquivística, naturalmente, infere em outros tipos de governança, no sentido dela abranger instrumentos e registros considerados documentos arquivísticos, os que são orientados pela Governança Arquivística. Por essa razão, a Governança Arquivística precisa ter suas concepções estruturais interligadas a outras Governanças da instituição, independentemente do tipo ou assunto que ela abrange, cada uma a cumprir seu papel, constituídas de suas particularidades, mas trabalhando juntas, com vistas nos interesses institucionais e, a depender da natureza jurídica da entidade, sociais e coletivos. Ressaltamos que a Figura 7 apresenta alguns exemplos, com a abrangência da Governança Arquivística em outros contextos.

Ao considerar as especificidades das Governanças, enfatizaremos, ulteriormente, as características que contemplam a Governança Arquivística e da Informação, as quais não podem ser confundidas, nem indissociadas.

Governança Arquivística e da Informação

A governança informacional ou da informação não é recente como destacam Kooper e Lindgreen (2011). Contudo, ela tem se expandido bastante nas práticas sociais, visto que tudo que fazemos e vivemos está em torno da informação. Assim como na sociedade, as organizações também adquirem inúmeros benefícios ao investir na informação. E nesse caso, torna-se necessário uma governança para orientar tais ações tanto da sociedade quanto dos representantes governamentais e executivos. Na Arquivologia Contemporânea não é diferente, existe, inclusive, reflexos da informação na reconstrução do objeto científico da Arquivologia.

Sobretudo, é importante compreendermos que, a Arquivologia e a informação retratada na área constituem uma particularidade por ser arquivística e/ou orgânica. No que diz respeito à Governança Arquivística e da Informação, é importante que analisemos os conceitos isoladamente. A Arquivística trata-se das ações e atores na dimensão da macroarquivologia para criação de políticas, projetos, programas, fortalecimento da rede de contatos e maximização dos resultados para além da instituição, como já abordamos anteriormente. Enquanto a da informação, busca solucionar problemas que envolvam o uso, tratamento, disseminação, qualidade e proteção da informação. Nesse sentido,

> [...] a governança da informação corresponde à estrutura estratégica em que são planificados normas, padrões, processos, funções e métricas que responsabilizam as organizações e os indivíduos a criar, organizar, proteger, manter, usar e eliminar informações de maneira segura e eficiente (Silva, 2022).

Assim, a governança da informação corresponde à criação de um ambiente e oportunidades, com direitos e deveres no que tange à tomada de decisão (Kooper & Lindgreen, 2011). Vale ressaltarmos que a governança da informação não é a mesma que a governança da tecnologia da informação, ambas possuem suas especificidades, contudo elas associadas podem garantir a qualidade e segurança da informação, principalmente as localizadas em ambientes digitais. Ainda que os conceitos se aproximem, a governança da informação é direcionada uma vasta amplitude

de tipos de informação localizadas no ambiente digital ou não.

Com relação a governança arquivística, Silva (2022) traz uma nova nomenclatura "governança arquivística digital" e acredita que ela faz parte da governança da informação, pois a governança da informação passou a ser considerada um termo guarda-chuva que abrange várias finalidades, inclusive, a gestão de documentos. Consideramos, portanto, que a governança da informação abrange a noção de governança arquivística, mas não é suficiente para sua aplicação, pois a informação aqui tratada possui especificidade, tendo que vista que ela reflete características e qualidades arquivísticas. Logo, é essencial entendermos que cada governança é singular, porém não deixam de manter relações entre si, estando juntas certamente maximizam os resultados alcançados.

Contribuições da Governança Arquivística na era digital

A partir de um termo mais ampliado, Silva (2022) traz uma nova nomenclatura "governança arquivística digital" e acredita que ela faz parte da governança da informação, pois a governança da informação passou a ser considerada um termo guarda-chuva que abrange várias finalidades, inclusive, a gestão de documentos.

Consideramos que a governança da informação abrange a noção de governança arquivística, assim como outros tipos de governanças que envolvam a informação, mas ambas possuem suas particularidades, a arquivística como o reflexo de ações transversais no contexto das instancias, características e estratégias arquivísticas, especificamente.

A Governança Arquivística ainda é considerada uma noção, como retratamos no início deste texto. No entanto, podemos refletir na aplicabilidade da Governança ligada à Arquivística, a que sugere novas habilidades ao arquivista da atualidade, uma vez que ela reflete em esferas que ultrapassam o ambiente de arquivo, a partir da dimensão da macroarquivologia, e são elas expandidas através dos interesses de distintos atores (internos e externos) que interagem na contrução, estruturação e avaliação de políticas, projetos, programas, normas etc.

Ao considerar o exponencial avanço e inserção das tecnologias digitais na produção, tramitação, tratamento, organização, uso e preservação de documentos, defendemos que existe uma urgência em possuir estruturas estratégicas que orientem essas atividades nos ambientes digitais. Ao contrário disso, muitas documentações podem ser perdidas, adulteradas e até mesmo não localizadas. Essas consequências são ainda mais possíveis em infraestruturas digitais devido à facilidade de modificar, mover, deletar e disseminar informações.

Sob essa ótica, não podemos creditar que apenas um software adequado é o suficiente para o desenvolvimento das atividades e serviços arquivísticos nos ambientes digitais, mas também um planejamento e estruturação políticos, inerentes ao sistema, que naturalmente geram programas, projetos e outros registros/instrumentos. Isso indica que a Governança Arquivística ocorre de modo complexo, mas, no caso desse exemplo do sistema voltado aos documentos digitalizados, pode estar à frente das seguintes construções, a nível da macroarquivologia.

Figura 8: Exemplo de política e registros decorrentes dela no contexto digital



Fonte: Elaboração Própria (2025).

A partir desse ordenamento, conseguimos planejar e estabelecer as ações, ao passo que, também é possível definir competências, estruturas, normativas, orientações e um maior controle daquilo que é realizado. Além disso, é imprescindível que haja um acompanhamento e avaliação contínua desses registros, uma vez que eles inferem diretamente na prática dos gestores, arquivistas, colaboradores e parceiros.

A Governança Arquivística não é voltada apenas para o ambiente interno – o arquivo, mas também para além dele, em principal. Quando aplicada, possibilitará o diálogo entre os atores de distintos segmentos e instâncias, que resulta em uma maximização dos resultados. À vista disso, a Política de Segurança da Informação, por exemplo, poderá ser construída e/ou desenvolvida em conjunto com outros agentes da área ou não.

Desse modo, o arquivista precisará fortalecer sua rede de contato, dialogar com outros públicos, contribuir mutuamente em órgãos distintos, bem como considerar os aparatos legais e normativos não só para a atuação, mas também ser um indivíduo ativo perante esses processos.

Nesse sentido, existem contribuições mútuas que não se restringem apenas aos registros elencados anteriormente, mas uma amplitude de ações estratégicas como treinamentos, cursos, palestras, *workshops* entre representantes de outras instituições. Os conhecimentos e essas trocas de esperiências estimulam não só as atividades de ordem prática, como também o pensamento crítico e inovador.

Então, temos que a Governança Arquivística proporciona:

- Ressignificação do papel do arquivista;
- Construção e certificação de políticas e instrumentos normativos orientados aos ambientes digitais;
- Estruturação e controle dessas ações arquivísticas;
- Alinhamento entre as tecnologias digitais e os princípios arquivísticos;
- Tomada de decisão baseada em informações confiáveis;
- Amplia possibilidades de inovação;
- Dar maior visibilidade e credibilidade a instituição;
- Promove a articulação e parcerias entre instituições;
- Favorece a transparência etc.

Esses pontos são apenas alguns exemplos dos resultados que podem ser alcançados com a aplicação da Governança Arquivística.

Outro fator digno de ser destacado é que, além das inúmeras possibilidades de estruturação política e fortalecimento entre instituições, essas ações estratégicas, na Governança Arquivística, não podem ser refletidas somente considerando esse universo, mas para além dele. É pertinente que essas construções também estejam fundamentadas em orientações da instância nacional, como leis, normas, políticas, programas, manuais, guias etc., tanto para que a instituição fundamente suas ações voltadas ao digital, quanto para se salvaguardar contra irregularidades. E os espaços de arquivo são diretamente afetados por essa dimensão da macroarquivologia e precisam estar projetados e serem conduzidos para dialogar com a ela.

Conforme essa linha de pensamento, podemos refletir que a Governança Arquivística, a partir da dimensão da macroarquivologia, também interage com a sociedade. Por este motivo, a missão da instituição é significativa para estabelecer o compromisso para com a sociedade, principalmente, refletir isso nos setores de arquivos, pois todas as atividades técnicas/intelectuais nesses ambientes visam à premissa de fornecer o acesso à informação. Quando discutimos sobre os ambientes digital, essa finalidade é ainda mais decisiva, considerando que o cuidado deve ser mais redobrado em termos de segurança da informação, postura ética, transparência e estímulo a participação do cidadão.

Dessa maneira, destacamos as características sistêmicas que envolvem a Governança Arquivística, uma vez que sua utilização implica em ações transversais e dialógicas com o ambiente no qual faz parte e também o contexto externo, estando os setores de arquivo ligados a esses parâmetros e

influenciado por eles. Nesse sentido, as ações realizadas nos arquivos não podem ser definidas isoladamente, mas a considerar um conjunto de partes que compõem um todo.

Considerações Parciais

Com cenário tecnológico digital, essas ações são ainda mais necessárias, tendo em vista que as atividades e serviços arquivísticos são dispostos com mais facilidade, contribuindo para o reforço da transparência e democracia. À vista disso, a atuação arquivística no ambiente digital, ao se apoiar na Governança Arquivística, pode: ampliar as possibilidades de funcionalidades das plataformas digitais; aprimorar fluxos de trabalho; oferecer serviços de qualidade; certificar a aplicação das normas e participar/acompanhar suas atualizações; promover atividades inovadoras para os colaboradores e usuários da informação; possibilitar mais visibilidade ao arquivo; fortaceler parceriais etc.

A estruturação estratégica e política imbricada nas ações dos setores de arquivo permite uma interação entre profissionais, agências, conselhos, instituições, fatores sociais e cidadãos, o que se torna indispensável, principalmente, na construção de instrumentos que visem produzir, gerir, organizar, tratar e preservar documentos arquivísticos digitais.

Sem a Governança Arquivística, é impossível possuir esse olhar e contribuição do externo. Na realidade de alguns arquivos, a Governança Arquivística já pode ser sido adotada de forma inconsiente, mas a Arquivologia carece estabelecer termos mais específicos na área, como também aprofundar os estudos inerentes a utilização da Governança Arquística nos arquivos, a que sugere a ressignificação do papel do arquivista, não estanto ele direcionado apenas às atividades de Gestão Arquivística, mas também ocupando posições estratégicas na instituição e fora dela. É um trabalho dificultoso, no entanto o arquivista é guiado a se reinventar, principalmente, na era digital, pois os documentos arquivísticos digitais dependem do fazer arquivístico e só seremos representados com a nossa inserção em espaços que envolvem a macroarquivologia.

Diante desse cenário, a noção de Governança Arquivística, uma vez efetivamente implementada, tem o potencial de gerar resultados positivos e maximizados para os arquivistas, as organizações, os parceiros institucionais e os usuários dos serviços arquivísticos. Além disso, pode beneficiar diretamente os próprios documentos, ao assegurar melhores práticas de gestão, preservação e acesso.

O impacto científico, técnico e social decorrente desta pesquisa evidencia a relevância de aprofundar a compreensão sobre a Governança Arquivística, especialmente, com o objetivo de contribuir para a consolidação de bases teóricas que sustentem e orientem sua aplicação prática. Trata-se de um campo em desenvolvimento, ainda com escassa produção acadêmica dedicada a investigá-lo de forma sistemática.

Ainda assim, destaca-se a importância estratégica dessa noção tanto nos ambientes arquivísticos quanto em outras esferas organizacionais, sobretudo em um contexto marcado por intensas transformações tecnológicas, sociais e informacionais. Assim, torna-se urgente fomentar estudos, práticas e políticas que incorporem a Governança Arquivística como eixo estruturante da atuação arquivística contemporânea.

Consideramos, portanto, que essa investigação possui um caráter inovador, na medida em que propõe reflexões e contribuições teóricas sobre a Governança Arquivística, com vistas em preencher lacunas existentes na literatura e orientar futuras práticas alinhadas às demandas contemporâneas. Então, certamente, essas contribuições científicas impulsionarão novos estudos e desdobramentos sobre o objeto científico e, consequentemente, fortalecerão as estruturas políticas e ações estratégicas no universo dos arquivos e externamente a eles.

Referências

Baquero, M. (2008). Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública,* 14(2), 380–413. https://www.scielo.br/j/op/a/wBD95CrGznW94tsGgXQ4vgD/?format=pdf&lang=pt

Dias, T., & Cario, S. A. F. (2014). Governança pública: Ensaiando uma concepção. *Contabilidade, Gestão e Governança,* 17(3), 89–108. https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/621/pdf

Ferreira, O., Dieguez, T., & Terra, A. L. (2017). Uso das tecnologias da informação e comunicação nas bibliotecas de ensino superior: Um estudo de caso. Em E. C. dos Santos, E. T. G. de Carvalho, & A. K. A. da Silva (Orgs.), *Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA: Intercâmbio, cooperação acadêmica e mediações interdisciplinares* (pp. 45–58). EDUEPB.

Fiorini, F. A., Alonso Junior, N., & Alonso, V. L. C. (2016). Governança corporativa: Conceitos e aplicações. *XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/19524178.pdf

Galdino, A. C. (2018). Uma reflexão sobre os limites da gestão de documentos na governança dos arquivos públicos. *Revista do Arquivo*, 4(7), 30-41. http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/829835/Uma-reflexao-sobre-os-limites-da-Gestao-de-Documentos-na-governanca-dos-arquivos-publicos.pdf

Gonçalves, A., Freire, D., & Rei, F. (2021). *Governança global: Desafios e complexidade*. Editora Universitária Leopoldianum. https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2021/03/governanca-global-2021-e-book.pdf

Jardim, J. M. (2018a). Governança Arquivística: um território a ser explorado. *Revista do Arquivo*, (7), 12-23. https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/130/79

Jardim, J. M. (2018b). Governança arquivística contornos para uma noção. *Acervo*, 31(3), 31-45. https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994

Kooper, M. N., Maes, R., & Lindgreen, E. E. O. R. (2011). On the governance of information: Introducing a new concept of governance to support the management of information. *International Journal of Information Management, 31*(3), 195–200. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401210000708?via%3Dihub

Maluf, I. M. P. (2023). *Governança Arquivística Pública Institucional como meio de viabilização e melhoria do gerenciamento arquivístico e da gestão de documentos*: *protótipo para a elaboração de modelo para implementação* [tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/64008/3/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20-%20IZABELA%20MIRNA%20PINTO%20MALUF%20-%20arquivo%20final%20repaginado.pdf

Maluf, I. M. P., & Silva, W. A. (2024). A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: Em busca de perspectivas de observação. *Ágora,* 34(68), 1–21. https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1204

Martins, H. F., & Marini, C. (2014). Governança pública contemporânea: Uma tentativa de dissecação conceitual. *Revista do TCU*, maio/ago. https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/40/35

Matias-Pereira, J. (2010). A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *APGS: Revista de Administração Pública e Gestão Social*, 2(1), 109–134. https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4015/2246

Menezes, A. H. N., Duarte, F. R., Carvalho, L. O. R., & Souza, T. E. S. (2019). *Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância*. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Oliveira, L. M. V. de. (2022). *Governança Arquivística em Organizações Públicas e Privadas no Brasil*: teoria e prática. Em F. J. A. P. Cunha, M. T. N. de B. Matos, & G. L. de Q. Lima (Eds.), Governança Arquivística em instituições de memória (pp. 147-159). EDUFBA. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf.

Oliveira, M. F. de. (2011). *Metodologia científica*: *um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Universidade Federal de Goiás.

Peters, B. G. (2013, maio/ago). O que é governança? *Revista do TCU*, 28–33. https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87/85

Ramos, A. P. dos S. (2021). Gestão dos processos administrativos de RH: indícios da

necessidade de adoção da noção de governança arquivística na esfera pública municipal. *Ágora*, 31(63), 1-15. https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/993/969

Rocha, C. F. C. Da, & Terra, A. L. (2017). Mudanças na comunicação organizacional: a gestão do e-mail numa Instituição de Ensino Superior. Em E. C. dos Santos, E. T. G. de Carvalho, & A. K. A. da Silva (Eds.), *Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA Intercâmbio, Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares* (pp. 123-153). EDUEPB.

Severino, A. J. (2014). *Metodologia do trabalho científico.* (1ª ed.). UFRB. https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulgação/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf

Silva, A. M. da. (2014). O Método Quadripolar e a Pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com*, (26), 27-44. https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1861/1694

Silva, A. R. (2022). *Matriz de Modelo Estrutural de Governança Arquivística para Comunicações Presidenciais em Redes Sociais*. [tese de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8f215452-5932-4fe1-84b5-4fcb7ee5e435/content

Silva, R. C. F. da, & Seibert, R. M. (2015). Governança corporativa: História e tendências. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, 9*(3), 76–101. https://www.researchgate.net/publication/280921106_GOVERNANCA_CORPORATIVA_-_HISTORIA_E_TENDENCIAS

Teixeira, A. F., & Gomes, R. C. (2019, out/dez). Governança pública: Uma revisão conceitual. *Revista do Serviço Público*, 519–550. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5422/1/Governan%c3%a7a%20p%c3%bablica%20-%20uma%20revis%c3%a3o%20conceitual.pdf

Weber, M. (1982). Burocracia. Em H. H. Gerth & C. W. Mills (Orgs.), *Max Weber – Ensaios de Sociologia* (5ª ed., pp. 229–282). Guanabara.

SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS (SESA): Inteligência artificial e práticas educativo-decoloniais para a valorização da memória e promoção do pensamento crítico

Eliete Correia dos Santos, UEPB, https://orcid.org/0000-0002-5491-5711, Brasil, *eliete.santos@servidor.uepb.edu.br*

Ana Lúcia Terra, UC, https://orcid.org/0000-0003-1292-2849, Portugal, *anaterra@fl.uc.pt*

Ana Carolina Soares Santos, UEPB, https://orcid.org/0009-0005-4585-9147, Brasil, *anacarolinass068@gmail.com*

Anna Carla Almeida Mariz, UEPB, https://orcid.org/0000-0001-8094-9619 , Brasil, anna.carla@servidor.uepb.edu.br

Gabriela Garcia Londres, UEPB, https://orcid.org/0000-0002-6457-464X, Brasil, gabrielalondres9@gmail.com

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.321

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

O Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA) propõe uma reflexão urgente e necessária sobre os caminhos que a Arquivologia pode trilhar na contemporaneidade, especialmente quando atravessada por tecnologias emergentes e por debates éticos e sociais. Esta investigação se propõe a discutir como os arquivos, longe de serem apenas espaços de guarda e organização documental, podem atuar como territórios de resistência, educação e reconstrução de narrativas. Ao integrar a inteligência artificial às práticas pedagógicas

decoloniais, buscamos não apenas otimizar o acesso e a difusão de acervos, mas também promover a escuta das vozes historicamente silenciadas e o fortalecimento da memória social a partir de múltiplos olhares e saberes.

Este artigo apresenta uma reflexão inicial teórico-metodologógica do projeto de pesquisa, aprovado em 26 de maio de 2025, pela Fapesq-PB (Edital nº 05/2025 – Apoio ao protagonismo científico de mulheres e meninas na ciência). A questão do enfrentamento da problemática local e os benefícios do desenvolvimento de projetos educativos nos arquivos são de grande relevância para a sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito ao papel dos arquivos como espaços vivos de memória e cultura. A investigação visa não apenas preservar e acessar documentos, mas também promover a interação com diferentes comunidades e grupos sociais, criando uma aproximação crítica e reflexiva sobre a história local e as identidades culturais.

O foco crescente no uso de arquivos por parte de comunidades com interesse em história local, genealogia ou temas específicos oferece uma oportunidade única para esses serviços de informação. Os arquivos, tradicionalmente considerados depósitos passivos de documentos, estão se transformando em ativos centros de aprendizado e cultura. Como destacam Craven (2008) e Cook (2015), a missão dos arquivos vai além da custódia de documentos, estendendo-se ao apoio ao ensino e à promoção da história local. Além disso, a capacidade de integrar novas tecnologias e metodologias, como a digitalização e as práticas de arquivística participativa (Freeman, 2016), tem ampliado as possibilidades de envolvimento das comunidades com o patrimônio arquivístico.

Esse movimento, de crescente inclusão dos arquivos em processos educativos e culturais, reflete uma nova compreensão sobre o papel dos arquivos como agentes de transformação social. O enfoque na educação de jovens estudantes, em especial os do ensino básico e médio, tem sido uma estratégia eficaz para estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre a história, permitindo que os alunos interajam diretamente com fontes primárias e artefatos culturais, promovendo o aprendizado de uma maneira inovadora e participativa (Şentürk, 2013). Portanto, não apenas contribui para a preservação do patrimônio cultural, mas também para a construção de uma cidadania crítica e engajada.

Buscamos por meio da investigação, a promoção de práticas educativas e culturais inovadoras nos arquivos, com ênfase em metodologias decoloniais e na ampliação do acesso à memória e ao patrimônio local. A proposta visa não apenas solucionar a falta de interação efetiva das comunidades com os arquivos, mas também criar novos espaços de aprendizagem que fomentem a construção crítica da história local, com uma abordagem inclusiva e participativa. A pertinência científica e técnica desta pesquisa está diretamente relacionada à transformação da prática arquivística tradicional, que se desloca de uma mera função de custódia para uma atuação mais proativa no campo educativo e cultural, alinhada às necessidades contemporâneas da sociedade da informação.

A importância deste estudo se encontra no fato de que os arquivos, enquanto instituições de preservação e difusão da memória, desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento histórico e cultural. A crescente demanda por recursos de informação por parte de diferentes comunidades, com interesses que vão desde a pesquisa genealógica até a história local, aponta para a necessidade de um novo modelo de atuação dos arquivos. Esta mudança implica em uma reconfiguração das práticas arquivísticas, com foco na ampliação do acesso e da divulgação dos documentos, bem como na promoção de uma participação mais ativa dos usuários na construção e utilização dos arquivos (Craven, 2008; Cook, 2015).

Além disso, a integração de metodologias decoloniais no processo educativo dos arquivos é uma questão central desta investigação. Ao incorporar essas metodologias, buscamos questionar as narrativas dominantes e promover uma reflexão crítica sobre as histórias e culturas que tradicionalmente foram marginalizadas.

As epistemologias decoloniais, como discutidas por autores como Santos (2022a) e Batista (2020), reconhecem a pluralidade de saberes e propõem a descolonização do conhecimento, entendendo que o conhecimento histórico e cultural não pode ser restrito a uma única visão de mundo, mas deve refletir a diversidade de experiências e contextos. Esse movimento decolonial se alinha à nossa proposta, que visa desafiar a historiografia tradicional e oferecer um espaço de diálogo para outras narrativas, valorizando o patrimônio local e as identidades culturais.

Uma inspiração para o desenvolvimento desta investigação, especialmente no que diz respeito à valorização das especificidades regionais e locais no processo de construção do conhecimento, é o estudo sobre cultura (Santos, 2013). Baseando-se no pensamento Bakhtiniano, propõe repensar que a história e a cultura de um país devem ser entendidas a partir de suas particularidades, longe das imposições externas e da visão homogênea de progresso, cujo desenvolvimento deveria ser pensado de maneira inclusiva, respeitando as diversidades culturais e históricas das diferentes regiões e comunidades.

Além disso, Santos (2013) defende a relevancia de uma educação que não apenas transmitisse conhecimento, mas que também fosse capaz de transformar a percepção crítica dos indivíduos sobre sua própria história e realidade social. Esta perspectiva encontra eco nas metodologias que buscamos implementar na investigação, que visam utilizar os arquivos como espaços de reflexão e aprendizado crítico, promovendo a construção de uma consciência histórica e cultural mais ampla e plural.

Portanto, a pesquisa se insere no contexto das discussões contemporâneas sobre a democratização do acesso à memória e ao patrimônio, para promover uma reflexão mais ampla sobre o papel da memória e da história na construção de uma sociedade mais justa e consciente de sua diversidade cultural. Diante desse cenário, a questão-problema é: Como a integração de práticas educativas, dialógicas e decoloniais, no contexto arquivístico, pode promover uma maior valorização da memória histórica local, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento do pensamento crítico e cultural nas comunidades, considerando as contribuições teóricas de Bakhtin, os estudos sobre inteligência artificial (IA) associados à difusão em arquivos?

O objetivo geral é investigar como a integração de práticas educativas, dialógicas e decoloniais no contexto arquivístico, aliada ao uso da IA aplicada à difusão em arquivos, pode promover a valorização da memória histórica local e estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e cultural nas comunidades, com foco na justiça social e epistêmica.

Dessa forma, a presente pesquisa propõe-se a construir um diálogo entre memória, tecnologia e justiça epistêmica, reconhecendo os arquivos como espaços educativos e transformadores. Ao articular práticas dialógicas, inteligência artificial e metodologias decoloniais, a investigação contribui para repensar a função social dos arquivos, ampliando sua atuação para além da guarda documental e assumindo seu papel como agente ativo na construção de uma cidadania crítica e plural.

INFORMAÇÃO, SIGILO E ÉTICA: CONFLITOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Rosale de Mattos Souza, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, ORCID 0000-0002-5302-5629, Brasil, rosale.m.souza@unirio.br

Mariana Rodrigues Gomes de Mello, Universidade Federal do Paraná - UFPR, ORCID 0000-0002-5925-8554, Brasil, mellomariana@ufpr.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6609

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

Introdução

Este trabalho visa analisar o conceito de ética, informação e o sigilo, tendo em vista a construção da cidadania e da democracia com a participação social. Existe uma inquietação entre o direito e o acesso à informação versus o direito à privacidade, intimidade, direito à preservação da honra e da imagem. O sigilo também é resguardado como a segurança do Estado. Para tanto, utilizaremos conceitos e reflexões de alguns filósofos que tratam de questões, como informação, moral, ética, verdade e dignidade da pessoa humana.

> [...] A informação não pode ser pensada fora de um contexto social. Ou fora da organização. Ela é essencialmente relacional e, portanto, organizativa e organizadora. Sua mensagem ou sentido dependem da relação entre emissor e receptor. É essa relação, a intenção do emissor e a compreensão do observador que podem atribuir significado, qualidade valor ou alcance à informação. (Almino, 1986, p. 35-36)

A importância desta temática gira em torno da inclusão social dos cidadãos, na cobrança ao governo das prestações de contas (*accountability*), da postura ética dos arquivistas com relação às demandas e acesso à informação pelos usuários, dos tipos de transparência, que podem ser passiva e ativa, sendo a primeira voltada para demandas de cidadãos e a ativa publicadas as informações expontâneamente em sites e em outros meios de comunicação pelos órgãos governamentais, os graus de sigilo no país, ou seja, o estado-da-arte do acesso à informação no Brasil, a partir da ótica histórica e filosófica da legislação.

> [...] A informação é elemento central na disputa pelo poder em qualquer sociedade e a sociedade burguesa não é exceção: informações científicas, informações industriais, informações financeiras, informações comerciais, informações políticas, informações militares são insumos estratégicos e produtos de alto valor agregado. A relação da informação com a ideia de valor (valor moral, valor poder, valor verdade, valor econômico), portanto, não é nova. A novidade está no regime global de informação hegemônico e em sua relativa abertura digitalmente medida – a despeito da forte concentração de controle dos meios de produção das infraestruturas e dos meios de circulação, recuperação, arquivamento e acesso dessas mesmas informações , que socializa excelentes motores de busca e faz circular uma quantidade enorme de informações relevantes, ao mesmo tempo que sandices, mentiras e informações tendenciosas, numa quantidade talvez ainda mais abissal. Em outras palavras, paradoxalmente, nunca tivemos tamanho número de dados e informações acessíveis a um simples toque do teclado ou dos dedos, ao mesmo tempo em que nunca houve formas de vigilância e retóricas mistificadoras tão ubíquas. O regime global de informação hegemônico, neste sentido, é uma espécie de rua de mão dupla: a cela, mas também a chave. (Saldanha;Pimenta, 2018)

Vivemos num país de tradição antidemocrática, no qual o direito e o acesso à Informação são termos pouco conhecidos e até desconhecidos da maior parte dos brasileiros. O direito à informação é um direito de segunda geração, sendo que os direitos básicos são a alimentação, a educação, saúde, habitação. No aspecto econômico da informação em países periféricos como o Brasil (Malin, 1988) os EUA gastam muito mais com os sistemas de informação, visando a transparência pública e do que quanto é gasto no Brasil com a mesma finalidade. Jardim (1999).

Almino (1986, p.7) analisa a informação e o segredo na era pós industrial e discute a noção de verdade.

> [...] A mentira é uma forma de segredo ou vice-versa, pois ela, como o segredo, implica ocultação de uma "verdade de fato", no sentido empregado por Hannah Arendt. Ela não silencia em relação ao outro, como ocorre no ssegredo stricto sensu; ao contrário, busca transmitir-lhe uma informação. Entretanto, mentira e segredo, na política, podem ser tratados de maneira conjunta, embora a primeira tenha sido tradicionalmente objeto de uma reprovação moral maior que o segundo. (Almino, 1986, p.11)

Na concepção de Nietzsche (2010), não há verdades absolutas. Isso não implica que não haja fatos. O grande problema incide na distorção na narrativa dos fatos, mediados pela linguagem, a fim de se justificar ações, que guardam em si vontade de poder, ressentimentos e moralismo. Trata-se da política da linguagem.

Nietzsche (2010) defende que muitas produções científicas e linguísticas (de todos os gêneros) são fruto de um processo de dominação. A ciência substitui, em alguns aspectos, a divindidade judaico-cristã, carregando a carga de verdades inquestionáveis.

A "verdade", aliada ao moralismo, à omissão, à desinformação e à ocultação de documentos constitui um modo extremamente perigoso de julgamento e condenação, fomentado pela moral. Pela "verdade" grandes inocentes foram condenados, tais como Sócrates, Jesus Cristo, Galileu, bem como milhares de outos em tantas passagens históricas, como a Inquisição, e por muitos regimes políticos ditatoriais em diversos contextos histórico-sociais. Um exemplo foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil entre 1964 a 1985.

Atualmente, há uma preocupação de alguns teóricos como Freire (2010), Capurro (2010, 2017) e González de Gomes (2017) com a dificuldade de dar respostas éticas aos dilemas colocados pelas tecnologias da informação e comunicação na sociedade da informação.

> [...] O fato é que não tem sido fácil encontrar respostas morais para os novos e vertiginosos desafios impostos pelos sistemas e tecnologias da informação. A privacidade da informação, a confidencialidade de dados, a segurança das informações, a prática do spamming, o controle da internet por parte de governos em nome dos seus interesses políticos ou da "segurança nacional", a exclusão digital, a desumanização do usuário em razão da impessoalidade ou despersonalização das práticas informacionais virtuais, a divulgação de informações que podem antecipadamente criminalizar um indivíduo suspeito de praticar um delito, são problemas éticos cujas soluções envolvem interdisciplinaridade e transdisciplinaridade em um solo comum de estabelecimento extremamente complexo [...] (FREIRE, 2010, p. 8).

A ética da informação é como uma força motriz para balizar o acesso aos sujeitos (o pensar e agir humanos)" (CAPURRO, 2011). Atualmente, é preciso ter a participação da sociedade na ágora digital, ou seja, configurando *accountabilty* ou a prestação de contas do governo para a sociedade e nas redes sociais.

A Teoria Crítica da Informação, como subárea da Ciência da Informação, influenciada pela Filosofia e pelo Marxismo, analisa o capitalismo

e a informação, a pós-modernidade, a pós-verdade, e as Fake News. Segundo Almino (1986), a informação e o sigilo são marcas da sociedade industrial e pós-industrial, tendo em vista a informação como capital. E ainda questiona se a segurança nacional é argumento plausível para o segredo de Estado e se estende na análise sobre a limitação de acesso à informação, tendo em vista o direito à privacidade dos indivíduos se contrapondo ao direito à informação. Araújo (2009) analisa a hegemonia de informações ditas de países do primeiro mundo com relação aos países periféricos e considera que há má distribuição de informação entre cidadãos. Destaca-se a presença das reflexões desta teoria em países latino-americanos, em particular no Chile e no Brasil.

Referencial Teórico

A Ética e o estado-da-arte na Fiilosofia

Há diferentes concepções acerca do conceito da ética e da moral, embora comumente, sejam utilizadas enquanto palavras sinônimas. No que tange às normas morais, compreendemos os preceitos subjetivos, sob os quais, sem grandes reflexões, o indivíduo segue seus ditames, mais por tradição ou costume. Os valores morais só encontram validade no âmbito familiar ou em pequenas comunidades. Diferente da ética, a moral não pode ser universalizada.

> [...]E o que é a ética senão lidar com a práxis humana? Já para Aristóteles, o objetivo da ética como disciplina filosófica não consiste somente em conhecer o bem, mas em praticá-lo. O mesmo poderia ser dito sobre a ética marxiana, implícita na famosa 11ª Tese sobre Feuerbach: "Os filósofos até então se limitaram a interpretar o mundo de várias maneiras; resta transformá-lo." Mas transformá-lo em que sentido? Rumo ao fim da alienação, da exploração e da reificação dos homens e das mulheres. Nessa perspectiva, a ética em informação aparece como uma das questões teóricas e práticas mais urgentes do nosso tempo. Porque o capitalismo é, mais do que nunca, estruturado com base na apropriação desigual da informação e da competência para lidar com ela, sem as quais nenhum conhecimento sério ou visão de mundo crítica podem ser formados. [...] (Saldanha;Pimenta, 2018)

No que se refere à ética, defendemos que a ética, em linhas gerais, implica na racionalização de aspectos da moral, tendo em vista que, diferente dela, institui princípios ou valores que podem ser universalizados (Valentim, 2004). Portanto, válidos em contextos diversos ante a natureza mais atemporal, objetiva e consciente destes princípios. Sob o ponto de vista da intersubjetividade consciente da ética, Chauí expõe (1995, p. 182) que:

> A ética está referida à recusa da violência à ideia de intersubjetividade consciente e responsável de igualdade e de justiça; de liberdade como criação do possível no tempo e ainda à democracia como invenção, reconhecimento de direitos baseados nos princípios da igualdade e da diferença. (Chauí,1995,p.182)

Para Paulo Freire, a ética é norteada pela liberdade e consciência de classe que somente pode ser fomentada por meio da educação e da sua possibilidade de transformação social. O que requer diálogo, conscientização, empatia e humanização nas práticas pedagógicas. Uma visão da ética alinhada com a ideia de autonomia e de emancipação. O que implica que podemos encontrar direcionamento na nossa própria história pela educação. No entanto, a educação precisa ser emancipatória, inclusiva e, portanto, não apenas técnica.

Logo, a discussão ética remete à dignidade humana, compreendida pela filosofia do direito como o maior princípio ético. Tal fato é ratificado, posteriormente, por constituições e declarações de direito em diversos Estados democráticos.

Muitos filósofos trataram da questão da ética desde a Antiguidade. Todavia, neste trabalho focaremos o imperativo categórico de Kant, o qual auxilia na construção do princípio da dignidade da pessoa humana e também na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que serve

enquanto alicerce à Teoria Crítica da Informação.

Na Idade Moderna, Immanuel Kant foi um dos grandes expoentes do Iluminismo e, dentre outros grandes feitos realizados no âmbito da teoria do conhecimento e da ética, foi o responsável pelo desenvolvimento da racionalidade moral e pela constatação do caráter pessoal da escolha que envolve a liberdade. Na acepção de Kant, a obrigação ética impõe que o próprio sujeito escolha em uma gama de possibilidades a de limitar a realização dos seus anseios em prol da coletividade.

Compreende-se por imperativo categórico o mandamento que vale por si mesmo, sendo, portanto, objetivamente válido. O imperativo categórico implica o entendimento de que as normas são as que revelam a necessidade objetiva de uma conduta, a qual é representada pela fórmula: "Deve ser A". Estes são imperativos que podem ser afirmativos ou negativos: são afirmativos ao imporem uma ação ou conduta como: "Respeite as diferenças"; e são negativos ao imporem uma conduta omissiva ou abstenção, por exemplo: "Não matarás."

Nessa perspectiva, para Reale e Antiseri (1990, p. 908):

> [...] trata-se de mostrar que existe uma razão pura prática, ou seja, que a razão é suficiente por si só (como pura razão, sem auxílio de impulsos sensíveis) para mover a vontade [...] os imperativos são mandamentos ou deveres, ou seja, regras que expressam a necessidade objetiva da ação o que significa que se a razão determinasse completamente a vontade, a ação ocorreria inevitavelmente segundo tal regra (ao passo que, de fato, a intervenção de fatores emocionais e empíricos pode desviar – e frequentemente desviam a vontade dessa regra. (Reale e Antiseri,1990, p. 908)

Kant trata a dignidade, enquanto um imperativo categórico, princípio ético, universalmente válido, o qual reconhece que toda pessoa é um fim em si mesma. Segundo Kant (2007, p. 77):

> [...] No reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela uma dignidade. (Kant, 2007, p. 77):

A concepção jurídica dos direitos humanos é decorrente de um processo histórico-social que deu ensejo às promulgações de declarações de direitos no final do século XVIII nos Estados Unidos da América e Europa. A Declaração Americana de Virgínia, de 1776 e a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 são exemplos dos primeiros dispositivos legais desse processo histórico-social, fruto da grande luta democrata e que se tornou um importante marco jurídico ao contemplar a dignidade da pessoa humana. A introdução do conceito de pessoa à legislação apresentou um sentido revolucionário à condição humana, e passou, paulatinamente, a servir de inspiração às declarações de direito em várias partes do mundo (Silva, 2015).

Porém, na acepção de Becchi (2013), somente depois da Segunda Guerra Mundial, que deparamos com uma plena legitimação jurídica, ou seja, com a justificação legal da dignidade humana. [...] Ela pode ser compreendida, portanto, como um princípio intangível. Sendo assim, respeitá-la e protegê-la incide na obrigação do Estado (Becchi, 2013). Dessa forma, o conceito de dignidade independe de sexo, raça, condições econômicas e sociais, pois é associado ao papel que cada cidadão desenvolve na sociedade e o Estado é o responsável por assegurar o desenvolvimento digno de todos os cidadãos. Assim, a dignidade não é apenas alguma coisa a ser defendida contra comportamentos que poderiam lesá-la, mas algo que deve ser promovido e sobre a qual se expande o crescimento social. (Becchi, 2013).

A dignidade humana pode ser compreendida, portanto, como um princípio intangível. Sendo assim, respeitá-la e protegê-la incide na

obrigação do ordenamento jurídico (Becchi, 2013).

É esperado então "[...] que todo ser humano tenha, antes de tudo, seu valor como pessoa igual a qualquer outra (Becchi, 2013, p. 23). Dessa forma, o conceito de dignidade independe de sexo, raça, condições econômicas e sociais, pois é associado ao papel que cada cidadão desenvolve na sociedade e o Estado é o responsável por assegurar o desenvolvimento digno de todos os cidadãos.

A Ética e a primeira geração da escola de Frankfurt:

A Escola de Frankfurt foi um desdobramento do Instituto de Investigação Social de Frankfurt, estabelecido na Alemanha, em 1923. Um instituto que criado sob a égide marxista com o objetivo de refletir, por meio de investigações científico-sociais e filosóficas, temas relacionados ao sistema capitalista vigente e as perspectivas catastróficas da sua implementação a longo prazo. Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) Walter Benjamin (1892-1940) e Herbert Marcuse (1898-1979) foram os principais filósofos do período e idealizadores de pesquisas, fóruns e congressos realizados em parceria com grandes universidades.

A teoria crítica que, com o decurso do tempo, se desdobra em outras, como a teoria crítica da informação, emana destas reflecções de viés marxista.

A teoria crítica é estabelecida como contraponto ao pensamento clássico, de fundamento cartesiano, propagado no movimento Iluminista, tomando uma proporção ainda maior com o positivismo. A teoria tradicional é "reducionista, fragmentada, técnica, acrítica, e se limita a explicar o fenômeno tal como se apresenta, mediante o olhar distante do observador, que se reduz a observar o objeto, sem emitir um parecer crítico" (Mello; Martínez-Ávila; Araújo; Valentim, 2020).

Na obra "Dialética do Esclarecimento" de Adorno e Horkheimer (1985), podemos constatar que o sistema capitalista se alinhou às teorias tradicionais, de origem burguesa, pois a concepção de felicidade foi moldada à posse e às satisfações materiais. Muito diversa do conceito de bem comum de Aristóteles e Kant, a felicidade, então, depende da técnica e da produção em massa. Independe da reflexão crítica, da empatia e da ideia do bem estar social.

Para Adorno e Horkheimer (1985), a verdadeira racionalidade só pode ser concebida pela reflexão e não pelo domínio tecnológico. Trata-se da razão enquanto ética e autonomia. Somente assim será possível romper os mecanismos da dominação e da alienação social de uma sociedade heterônoma. "Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço do homem" (Adorno, 1995, p. 21).

Portanto, a razão emancipatória está intimamente relacionada à ética, a escolha consciente ao bem comum, a recusa aos movimentos autoritários e ao acesso livre à informação.

Sem a ideia de autonomia e finalismo nas nossas ações, foi possível a construção de um trem que transportava eficazmente seres humanos à Auschwitz (Adorno, 1995). "Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado" (Adorno, 1995, p. 141-142).

Posteriormente, no exílio nos Estados Unidos, Adorno é convidado pela Universidade de Berkey, entre outros pesquisadores, a participar de uma pesquisa ampla para entender os elementos que predispunham as pessoas a compactuarem com regimes nazistas e fascistas. Dessa pesquisa, resultou a obra "Estudos sobre a personalidade autoritária", com prefácio de Horkheimer. Trata-se de uma obra extensa de mais de 1000 páginas. No Brasil foi publicada apenas a parte da pesquisa desenvolvida por Adorno (Mello, 2024).

A metodologia do estudo envolvia algumas entrevistas e questionários, que foram aplicados à 2099 pessoas estadunidenses - que não eram ligadas a partidos políticos e não constituíam parte das minorias marginalizadas. As questões continham afirmações com conteúdo político indireto, mas velado, a fim de conseguir um maior grau de sinceridade nas

respostas. O respondente marcava em escala seu grau de aquiescência ou não com a proposição exposta na questão tiveram uma pontuação maior na escala das respostas, mostrando, portanto, serem muito preconceituosos, com perfil fascista, foram mais homogêneos entre si, tanto na escolha das suas respostas no questionário quanto no que responderam na entrevista. Os que tiveram uma baixa pontuação, inversamente, se fundamentaram diversamente nas suas respostas. Adorno (2019) constatou que os sujeitos que na autorreflexão, que independia da opinião unificada do coletivo (Mello, 2024).

Apesar da pesquisa, a princípio, versar em torno do antissemitismo, Adorno (2019) pode concluir algumas premissas que podem ser levadas à discussão do preconceito, em geral. Verificou, para tanto, que o preconceito em contextos históricos anteriores detinha mais caráter individual ou estava mais vinculado a determinadas instituições. Na sociedade tecnológica industrial, ele assume os ditames injustos e excludentes do sistema socioeconômico capitalista opressor.

No entanto, Adorno (2019) alerta que o sistema capitalista em si não torna o opressor pobre vítima do sistema, à medida que a pesquisa demonstrou que pessoas com alto grau de instrução intelectual também se mostraram preconceituosas. Estes indivíduos, na acepção de Adorno, não poderiam ser completamente manipulados pelo sistema. Há, então, uma certa escolha ao autoritarismo, que perpassa por questões também de natureza psicológicas da censura individual do redimensionar valores e crenças, confrontando-os com outras propostas menos segregadoras e mais altruístas. Isto é, as formulações de ideologias preconceituosas têm suas raízes no sistema econômico, não sendo, portanto, decorrentes da psique individual (Mello, 2024).

Entretanto, ser um sujeito preconceituoso não constitui uma característica diretamente oriunda das forças econômicas. Ela perpassa por fatores subjetivos.

A realidade do capitalismo é si mesma contraditória e excludente. Todavia, alguns sujeitos, mesmo instruídos, continuam repetindo padrões irrefletidos atendendo suas próprias necessidades pulsionais, subjetivas, sem considerar a ideia ética do bem comum.

Na seção Ética, Política e segredo Almino (1986, p. 37) trata das relações entre a educação, receptor e as desigualdades sociais:

> Se partimos do pressuposto de que uma determinada informação existe, a ausência de publicidade, ou seja, o segredo, é o que explica que ela não chegue a um receptor interessado. Cabe contudo, fazer dois esclarecimentos importantes em relação a essa afirmação. [...] O primeiro deles é o de que, não apenas porque existem desigualdades inerentes ao indivíduos, mas também e sobretudo porque a educação é desigualmente repartida na sociedade, uns dispõem e outros não de instrumentos para receber essa informação. O Direito à informação passa, portanto, pela eliminação de clivagens sociais, das desigualdades de renda, das divisões da sociedade que possam gerar graus diferenciados de acesso à educação. A igualdade de condições em relação à educação é elemento básico do direito à informação. (Almino, 1986, p.37-38)

A sociedade capitalista, atualmente neoliberal, exerce uma pressão extrema ao indivíduo, embora se conjugue com uma predisposição individual de uma moral subjetiva e irracional, totalmente oposta da ética, que leva à personalidade autoritária (Mello, 2024).

Normativas de Acesso à Informação

No Brasil a Constituição Cidadã de 1988, a Lei 8.159/91, Lei de Arquivos. Decreto 2.134/97, Lei 11.111 de 2005, Lei Draconiana que tornou os documentos ultrassecretos renováveis indefinidade, típica de países ditadoriais, que foi revogada pela Lei 12.527/de 2011, regulamentada pelo Decreto 7.724/2012. Essas normativas apresentaram uma oscilação de prazos de sigilo, culminando com ultra-secreto por 25 anos, secreto 15 anos e reservado 05 anos, prorrogáveis por iguais períodos.

No ano de 2012 num país de 19 mihões de habitantes, os percentuais de solicitações não eram significativos, após três meses, o quantitativo de 25.565 pessoas, sendo

atendidos 22.562, ou seja, 89,97% segundo a Assessoria de Comunicação da Controlaria Geral da União – CGU.

Na sociedade da informação, o acesso à informação deve ser promovido pelos órgãos públicos, constituindo a regra, vigorando o princípio da publicidade. O sigilo é exceção, de acordo com a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI).

A LAI tem como escopo regulamentar o inciso XXXIII do artigo 5º do Capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos da Constituição Federal de 1988, que garante o direito a todo cidadão ao recebimento de informações dos órgãos públicos. Logo, um avanço em termos arquivísticos dos mais importantes da Constituição Federal brasileira, pois trata de princípios relativos aos direitos e garantias fundamentais (Brasil, 2016).

A LAI tem como as principais diretrizes e objetivos:

> Art. 3o Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública.(Brasil, 2011)

Já com relação ao direito à privacidade, a intimidade, a honra e a dignidade a LAI tem algumas de suas prerrogativas individuais nas normativas nacionais:

> Seção V Das Informações Pessoais Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. § 1o As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. § 2o Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido. § 3o O consentimento referido no inciso II do § 1o não será exigido quando as informações forem necessárias: I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico; II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem; III - ao cumprimento de ordem judicial; IV - à defesa de direitos humanos; ou V - à proteção do interesse público e geral preponderante. § 4o A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância. § 5o Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal. (Brasil, 2011)

Já a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a Lei de Acesso à Informação têm aspectos que se complementam. No que diz respeito à LGPD Já a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é um instrumento legal que se aplica ao tratamento de informações pessoais, o Artigo 1º da LGPD menciona inclusive de forma digital, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. Tem por finalidade assegurar a execução de políticas públicas relacionadas ao tratamento e proteção dos dados pessoais e sensíveis. Destaca-se que a proteção de dados pessoais sensíveis implica em informações sobre postura ou opiniões de religiões, de política partidária, orientações de gênero, questões raciais etc. Existem as figuras do encarregado, do controlador e do operador na implantação e implementação da LGPD em cada órgão público. Observa-se a imbricação desta lei com incisos da Lei de Acesso à Informação.

Atualmente, destaca-se o risco da utilização da LGPD para promover a censura e o acobertamento de dados pelo governo, principalmente do período da Ditadura Civil-Militar de 1964 1985 e de nomes citados no Relatório Final da Comissão da Verdade, que se encontra no Arquivo Nacional. Sob outra perspectiva, a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, visa inovar, aprimorar, desburocratizar, modernizar, forta lecer os serviços digitais do governo, inclusive por dispositivos móveis com a sociedade. Desta forma, visa facilitar seu acesso pelos cidadãos em ambientes digitais, a transparência, disponibilizando documentos digitais, promovendo o monitoramento desses serviços. Conta ainda com o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública, uma rede integrada de informações em órgãos públicos, interoperabilidade de sistemas, promoção de dados abertos, em ambiente seguro e proteção de dados pessoais.

Iremos verificar mais adiante questões que se encontram nos sites, E- Sics, e outras mídias as formas de acesso à informação relativas a órgãos emblemáticos de disseminação de informação e documentos no país.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizou levantamento bibliográfico e de normativas relativas às relações da política arquivística com o acesso à informação, proteção dos dados pessoais, intimidade, privacidade e honra com o processo da ética para respeitar os direitos humanos. Tipo de pesquisa (descritiva; exploratória; bibliográfica; pesquisa documental, voltada para as normativas e legislação; relatórios, sites, etc.) No aspecto empírico a abordagem da pesquisa (qualitativa-quantitativa) considerando a Transparência Ativa no site e Relatório de Acesso à Informação do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT de 2024 e nas informações contidas no Gov-br indiretamente sobre o Arquivo Nacional do Brasil, de 2020 a 2024, e Transparência passiva com número de pedidos e consultas, recursos e procedimentos de análise de dados dessses órgãos.

O IBICT e o Arquivo Nacional no Acesso à Informação

Transparência da Informação no IBICT

A Transparência Ativa no IBICT

É aquela disponibilizada sistematicamente no site do órgão pelo E-Sic sobre informações de interesse da sociedade, tais como, licitações, patrimônio e demais informações divulgadas.

Em matéria publicada em fevereiro de 2025: “Ibict alcança 100% de cumprimento em Transparência Ativa, segundo avaliação da CGU”. O Ibict comemorou um importante marco em sua gestão de transparência pública, atingindo a meta de cumprimento integral dos 49 itens de Transparência Ativa avaliados pela CGU.

Transparência Passiva no IBICT

É aquela disponibilizada aos cidadãos por meio de pedidos de informação, com prazos e níveis de recursos.

No caso do Ibict houve um grande grau de satisfação dos usuários de 4.60, com respostas de fácil compreensão.

> Recebeu no exercício de 2024, 53 pedidos de acesso à informação, com 100% deles respondidos aos solicitantes no prazo legal. Nos anos de 2021 (13), 2022 (16) e 2023 (37) houve um aumento gradativo de pedidos de informação. (IBICT, 2024, p. 6)

O IBICT demonstrou o cumprimento da LAI, promovendo uma cultura da transparência.

O Arquivo Nacional e o Acesso à Informação:

No caso do site do Arquivo Nacional, que então subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2022, naquela ocasião havia uma referência indireta ao acesso à informação no link que remete para GOV.BR, que, por sua vez, remete a outros endereços eletrônicos: Agenda da Direção; Institucional; Governança; Ações e programas; Iniciativas de Participação Social; Convênios; Acordos e Parcerias; Dados Abertos; Informações Classificadas; Auditorias; Receitas e Despesas; Licitações e Contratos; Servidores e Terceirizados; SIC – AN; Protocolo Digital; SEI; e Perguntas Frequentes. Outros links indiretos do Arquivo Nacional levam a produtos e serviços de informação, tais como: Destaques, Relatórios Estatísticos da Lei de Acesso, Serviços e Multimídia. Como exemplo, nos Destaques: Entenda a LAI - Conheça os principais aspectos relacionados à LAI (Abrangência, objetivos e quem pode pedir); Pedidos: Como fazer. Confira os procedimentos para solicitar acesso às informações pela internet ou por um SIC Físico; Recursos passo a passo: Saiba o que fazer - (prazos, processos e instâncias a recorrer) após ter o recurso negado; Serviços - verificamos dados de demandas e pedidos de acesso à informação por diversos órgãos públicos, tais como, busca de pedidos e respostas, Decisões CGU e CMRI, Guias, Manuais e Orientações, Rede e-SIC e Lista de Contatos SIC. Destacam-se no link Multimídia os vídeos de orientação sobre como ter acesso à informação. Quanto ao Plano de Dados Abertos, o Arquivo Nacional (2021) divulgou em link indireto sobre o Plano de Desenvolvimento (PDA), que é o documento para as ações de implementação da Política de Dados Abertos no AN, no período de 2021-2023, que está obedecendo padrões mínimos de qualidade, de maneira a facilitar o reuso das informações e estava em fase final.

Atualmente, o Arquivo Nacional está subordinado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. As informações estão disponíveis dentro da Plataforma do Gov-br.

Existem links indiretos no Acesso à Informação: Institucional, Ações e Programas, Participação Social, Auditorias, Convênios e Transferências, Receitas e Despesas, Licitações e Contratos, Servidores e Empregados Públicos, Informações Classificadas, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), Perguntas Frequentes (desca-se o Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN (por link indireto), Dados abertos, Tratamento de Dados Pessoais, SEI, Protocolo Digital, e Sanções Administrativas.

Em Perguntas Frequentes existem: O que é o Arquivo Nacional- AN; Que documentos podem ser encontrados no AN; Quem pode consultar os documentos do AN; É possivel fazer consultadas pelo telefone; Se existe atendimento à distância, etc. Entre outras perguntas frequentes também existem as relacionadas aos fundos documentais de órgãos de informação e Contrainformação, que tratam sobre os documentos do período da Ditadura Civil-Militar entre 1964-1985:

> **Os documentos do período do regime militar estão disponíveis para consulta?**
>
> Sim. A consulta aos documentos referentes aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação – SISNI, que vigorou de 1964 a 1985, é regulamentada pela Portaria do Ministério da Justiça n.º 417, de 5 de abril de 2011. O acesso a esses documentos requer o preenchimento

de Requerimento e de Termo de Responsabilidade pelo Uso e Divulgação de Informações sobre Pessoas, ambos disponíveis neste portal. (Arquivo Nacional, 2025)

Como faço para pesquisar os documentos do período do regime militar?

A solicitação de pesquisa pode ser feita presencialmente, nas unidades do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro e Brasília), ou enviada por correio postal à Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – COREG, onde os documentos estão depositados, no endereço: Setor de Indústrias Gráficas – SIG / Quadra 06, Lote 800 - Brasília, DF / CEP 70610-460. O interessado deverá preencher e assinar o Requerimento e o Termo de Responsabilidade pelo Uso e Divulgação de Informações sobre Pessoas, e apresentar CPF e documento de identidade com foto. No caso de atendimento a distância, deverão ser enviadas, por correio postal, cópias autenticadas desses documentos (CPF, identidade com foto, Requerimento e Termo de Responsabilidade pelo Uso e Divulgação de Informações sobre Pessoas). O acesso a esses documentos classificados como sigilosos será realizado a partir da expedição de certidões com a transcrição dos seus resumos, sem custo para o requerente. Nessas certidões, o usuário selecionará os documentos que deseja reproduzir. A consulta onomástica (por nome de pessoa) só poderá ser realizada pelo próprio, por portador de procuração ou, no caso de pessoa falecida, por familiar, em ordem de sucessão e comprovado o parentesco, mediante a apresentação de cópia autenticada da certidão de óbito. A consulta temática (por assunto) poderá ser realizada por qualquer usuário, seguindo a legislação vigente [...] (Arquivo Nacional, 2025)

Transparência Ativa no AN:

Informações divulgadas pela instituição sistematicamente pelo Arquivo Nacional, conforme os interesses sociais, políticos, culturais, administrativos, e etc. :

> Arquivo Nacional lança plataforma de dados da gestão de documentos nos órgãos federais; Arquivo Nacional seleciona consultor/a para elaborar instrumento de Mapeamento de Arquivos Comunitários no país; Arquivo Nacional aprova instrumento para gestão de documentos da Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional promove oficina e insere agenda de gestão de documentos no Centro Latino Americano de Administração para o desenvolvimento – CLAD, etc. (Arquivo Nacional, 2025)

Observa-se que algumas informações publicadas pelo AN se encontram desatualizadas, em particular os relatório da instituição. Sendo o último do ano de 2017.

Transparência Passiva no AN:

No periodo de 2020 a 2024 encontramos o quantitativo de 81 demandas com os principais pedidos: Relatórios de Gestão, Orientações para implantação de Códigos de Classificação e Tabela de Temporalidade, dados sobre Maria Odila Fonseca para elaboração de teses, patrimonialização cultural do país, E-Arq Brasil, Serviços de Gestão de Documentos, a 1ª Reunião Interamericana de Arquivos, versão final do Código de Classificação da Caixa, Gestão do Patrimônio Cultural, teses e dissertações vencedoras do prêmio Maria Odila Fonseca, etc

Essas informações não se configuram como sigilosas e nem têm recursos. Todavia, quando há solicitação de busca no site **por recursos de pedidos de informação**, aparecem cerca de 451 resultados; e quando se faz a busca por **recursos de transparência passiva**, aparecem 115 resultados; **pedidos de informação negados** aparecem 94 resultados, entre eles os seguintes itens:

> **[...] Julgamentos políticos da ditadura**20/03/2017 - STF determina acesso irrestrito a julgamentos da ditadura militar;

Julgamentos políticos da ditadura20/03/2017 - STF determina acesso irrestrito a julgamentos da ditadura militar;

Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE21/06/2016;

Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE21/06/2016 (Arquivo Nacional, 2025)

Portanto, caberá em outro momento fazer uma apuração mais aprofundada desses dados referentes aos recursos, níveis de sigilo, prazos de recursos entre 05 a 20 dias, que foram obedecidos a entidades que foram submetidos os recursos em níveis e instâncias superiores, tais como, a Controladoria Geral da União - CGU e a Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, com classificação e reclassificação de documentos sigilosos.

5.Considerações Parciais

O estado democrático de direito vem sendo ameaçado e consequentemente a democracia, o direito e o acesso à informação nos últimos tempos. Houve o restabelecimento do processo democrático recentemente, mas com um custo para a população e para o país.

A pós-verdade diz respeito a um fenômeno político-cultural que obstrui fatos objetivos em prol de apelos emocionais, fundamentados em crenças pessoais de cunho irrefletido e moral, ferindo a ética e o interesse coletivo. Os fatos, portanto, se tornam menos relevantes ante narrativas de quem ratifica as crenças. Implica em alienação em face de ideologias, que se tornam descontextualizadas do real.

Desse modo, a dignidade da pessoa humana é o escopo do Estado Democrático de Direito, isto é, o Estado que tem como princípio basilar o de garantir os direitos fundamentais aos seus cidadãos, inclusive o acesso à informação. O sigilo e a informação dependem de resguardar a imagem, privacidade, intimidade do indivíduo e a segurança do estado (termo que se torna subjetivo diante do contexto político ser autoritário ou discricionário). No caso do IBICT vem atingindo níveis eficazes de transparência e de satisfação de usuários, mas nem todos os órgãos governamentais têm esses resultados satisfatórios.

No caso do Arquivo Nacional apresenta informações ultrapassadas, como o Relatório de 2017, as informações de acesso à Informação são em links indiretos, não existe uniformidade na forma de busca para conseguir chegar aos pedidos de informação e recursos na transparência passiva, que são muitas. Todavia, existem muitas informações sobre a instituição divulgadas sistematicamente na transparência ativa, como patrimônio e licitações, mas foi rebaixado hierarquicamente a departamento do Ministério da Gestão e Inovação, não tendo orçamento próprio, o que dificulta a sua gestão eficiente, como órgão que deve ser referência na área arquivística.

Observamos que os princípios da Constituição Brasileira de 1988, da Lei 12.527, de Acesso à Informação estão relacionados com o Direito à informação, como direito humano fundamental, as mudanças do paradigma do sigilo para o paradigma da informação, e a influência na Lei 8.159 de 1991, que estabeleceu, pelo menos formalmente, a Política de Arquivos, apesar de não ter sido implementada totalmente na prática. Todavia, a consciência e a distribuição de informações pelos cidadãos ainda não são equânimes, necessitando de educação e inclusão digital, que devem ser orientadas por arquivos e arquivistas por meio de manuais, cursos e oficinas, divulgação nos sites e redes sociais. As políticas públicas arquivísticas devem estar imbricadas com as normativas voltadas aos direitos humanos, envolvendo a ética na sociedade da informa ção, o atendimento das demandas sociais, a transparência ativa e passiva, com projetos, programas, metas, ações, objetivos, na melhoria dos serviços e produtos para a sociedade. Essas políticas arquivísticas devem dar visibilidade aos arquivos, com a interatividade dos arquivistas e usuários da informação, promovendo a sua formulação, implementação e a (re)avaliação. No contexto político atual, alguns arquivistas ficam preocupados com a atualiza ção da Lei de Arquivos pelo Projeto de Lei 2.789 de 2021.

É importante a construção da cultura do direito e do acesso à informação, da transparência, da desburocratização, da inovação, de redes integradas, tecnologias facilitadoras de serviços e produtos governamentais. A partir de valores éticos e dos direitos humanos, pode-se almejar uma sociedade mais justa, em que a inclusão digital se insira em um processo democrático, com melhor distribuição de informações na sociedade da informação e do conhecimento. Outro grande conflito também é o confronto do direito e o acesso à informação e o direito à privacidade do individuo, que os indivíduos não podem ter sua intimidade devassada e sua honra desrespeitada.

Assim, a LAI se relaciona diretamente com a ética arquivística na disseminação e no acesso aberto e equitativo da informação inerente aos documentos. A disponibilidade e acessibilidade das informações solicitadas pelos cidadãos, de modo organizado, depende da Arquivologia e da mediação dos arquivistas quanto ao acesso à informação pelos usuários, pesquisadores, enfim cidadãos. Neste processo, a ética profissional dos arquivistas é essencial para assegurar a transparência e segurança da informação, conforme a LAI.

Portanto, todos esses princípios da Lei de Acesso à Informação consagram a primazia dos direitos fundamentais, recuperados e ampliados após 20 anos de Ditadura Civil-militar, de 1964-1985, na justiça de transição, a questão da dignidade humana resgatada e debatida pelo filme brasileiro: “Ainda Estou Aqui”, indicado ao Óscar. Esses direitos foram suprimidos, entre eles a liberdade de expressão e o acesso à informação, que foram restaurados pelas reivindicações em período democrático ao direito à verdade e à memória.

Referências

Adorno, T. (1995) Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Adorno, T; Horkheimer, M (1985) Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar.

Adorno, T (2019). Sobre a personalidade autoritária. São Paulo: UNESP.

Almino, J. (1986) O Segredo e a Informação: Ética e Política no Espaço Público. Brasília: Brasiliense.

ARQUIVO NACIONAL. (2022) Acesso à Informação. Rio de Janeiro. https://www.gov. br/acessoainformacao/pt-br.

Arquivo Nacional. (2025) Acesso à Informação. https//www.gov.br/arquivo nacional/pt-br/acesso-a-informação.

Becchi, P. (2013) O princípio da dignidade humana. Aparecida do Norte: Santuário.

BRASIL. [Constituicao (1988)]. Constituicão da Republica Federativa do Brasil de 1988. Brasilia, DF: Presidência da Republica, 1988 . http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao / ConstituicaoCompilado.htm.

BRASIL Lei 8.159,08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jan. 1991. http://www.planalto. gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm.

BRASIL. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527. htm. Acesso em: 27 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.709, 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 ago. 2018. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.129, 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Go verno Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar. 2021.

Capurro, R. (2017). A Liberdade na era digital. In Gomes, N. G. de.; CIANCONI, Regina de Barros (org.). Ética da Informação: perspectivas e desafios. Niterói: PPGCI/UFF, cap. 2, p. 45-66.

Capurro, R. (2010) Desafios Teóricos e Práticos da Ética Intercultural da Informação. In: Freire, G.H. A.

(Org.) Simpósio Brasileiro de Ética da Informação. Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa, Ideia.

Chaui, M. (1995) Convite à Filosofia. São Paulo: Ática.

Geraldes, E. et al. (2022) Dez Anos da Lei de Acesso à Informação: Limites, Perspectivas e desafios. São Paulo, Intercom.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). 100% de cumprimento em Transparência Ativa, segundo avaliação da CGU. https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). (2025) Relatório de Monitoramento da LAI (Exercício 2024)

Jardim, J.M. (1999) Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Eduff, 1999.

Malin, A. M. (1988) O Mal estar Brasileiro na Sociedade da Informação. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE, 12, (04).

Mello, M. R. G.; Martínez-Ávila.; Araujo, L. Valentim, M. L. P. (2020, out/dez) Entre técnica e reflexão: um estudo das bibliotecas públicas a partir da teoria crítica. Londrina. Informação & Informação, 25, (4), 377 – 401.

Mello, M. R. G. Verdade, pós-verdade e desordem informacional: aportes téoricos e filosóficos à Ciência da Informação. 2024. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

Nietzsche, F. W. (2008) Crepúsculo dos ídolos. São Paulo: Companhia das Letras.

Nietzsche, F. W. (2010) Genealogia da moral, uma polêmica. São Paulo: Masdras.

Nietzsche, F. W. (1974) Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral. In Obras incompletas, São Paulo, Abril Cultural.

Organização das Nações Unidas – ONU. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948. https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index. html.

Reale, G; Antiseri, D. (2005) História da Filosofia: de Spinoza a Kant, 4. São Paulo: Paulus.

Saldanha, G.; Pimenta, R. João Pessoa, Inf. & Soc. (2018, jan/abr), 28, (1), 287-290.

Silva, J. A da. (2015) Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros Editores.

Valentim, M. L. P. (2004) Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004.

AVALIAÇÃO DE TESAUROS: METODOLOGIAS, ABORDAGENS E CLASSIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Letícia dos Santos Miranda, Universidade Federal de Minas Gerais, 0000-0001-8552-1558, Brasil, ***leticiastmiranda@gmail.com***

Célia da Consolação Dias, Universidade Federal de Minas Gerais, 0000-0003-0891-6454, Brasil, ***celiadias@eci.ufmg.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6610

Eixo: Organização da Informação

Introdução

O tesauro é um instrumento composto por um conjunto controlado de termos - os descritores e não descritores - que estão relacionados entre si por meio de relações semânticas. Ele é resultado da modelagem de um domínio específico do conhecimento. Esse domínio, por sua vez, é dinâmico. De tempos em tempos, novos assuntos surgem e precisam ser representados para então serem recuperados por uma comunidade de usuários. Por conta dessa característica, o tesauro deve ser periodicamente avaliado e, se necessário atualizado, para que não se torne obsoleto.

A avaliação de tesauros, foco deste estudo, segundo Lancaster (2004), visa coletar e reunir dados úteis para análise e para a tomada de decisão, resolução e solução de problemas relacionados aos tesauros. Essa avaliação não é feita de forma aleatória e sem regras, mas sim por uma equipe especializada e guiada por metodologias e critérios normativos.

Historicamente, a Ciência da Informação possui uma ampla trajetória no desenvolvimento de metodologias de avaliação de tesauros, fundamentando-se em diferentes tipos de abordagens e direcionadas para os mais variados tipos de avaliação. Embora metodologias de avaliação clássicas, como as de Bermejo, Rubio & Rojo (1989) e Soergel (2002), sejam amplamente reconhecidas, novas propostas têm surgido na literatura nacional e internacional, utilizando diferentes abordagens e tipos de avaliação. No entanto, dois pontos merecem destaque: ainda não há uma definição clara desses tipos, tampouco estudos que sistematizem e organizem os critérios de avaliação. Assim, as perguntas que orientam esta investigação são: De que maneira as metodologias de avaliação de tesauros, identificadas na literatura nacional e internacional, caracterizam-se em termos de abordagens e tipos de avaliação? Como classificar os critérios de avaliação de tesauros de abordagem qualitativa?

Nesse cenário, o objetivo deste estudo compreende propor uma categorização dos critérios de avaliação das metodologias de avaliação de tesauro qualitativas. Para tal, propuseram-se quatro objetivos específicos: 1) Mapear as metodologias de avaliação de tesauros descritas na literatura nacional e internacional; 2) Sintetizar as abordagens e os tipos de avaliação de tesauros; 3) Classificar as metodologias de avaliação conforme a abordagem e tipo; e, 4) Propor categorias de classificação dos critérios presentes nas metodologias de avaliação qualitativas.

Este estudo está estruturado em cinco seções. A seção 1, Introdução, apresentou o tema, contextualizou a relevância da avaliação de tesauros e indicou os objetivos a serem alcançados. A seção 2, Referencial Teórico, discutiu os conceitos fundamentais sobre tesauros e suas metodologias de avaliação, servindo como base argumentativa para a pesquisa. A seção 3, Procedimentos Metodológicos, detalhou a abordagem adotada, o percurso da estratégia de busca, os critérios de seleção e o processo de categorização dos critérios qualitativos. A seção 4, Resultados Finais, apresentou os dados coletados, classificou as metodologias segundo abordagem e tipo de avaliação e expôs a categorização proposta. Por fim, a seção 5, Considerações Finais, retoma as perguntas e os objetivos do estudo, destaca a

resposta às duas questões propostas e os principais resultados encontrados.

Referencial Teórico

A pesquisa científica, segundo Marconi & Lakatos (2013), não parte da estaca zero. Para isso, é preciso identificar na literatura fontes documentais ou bibliográficas que apresentem embasamento para determinados aspectos da pesquisa a ser atendida, e, que situem o trabalho com o universo teórico pesquisado. No trabalho científico, o resultado dessa busca é apresentado no Referencial Teórico.

A fim de verificar o estado da arte do problema a ser estudado, criar um plano de sustentação argumentativo a respeito do tema, e dar subsídios para atender aos objetivos de pesquisa, esta seção se divide em duas partes: Tesauros e Avaliação de Tesauros.

2.1 Tesauros

A palavra Tesauro tem sua origem no grego *Thesaurós*, sendo romanizada para o termo *Thesaurus* que significa tesouro, armazém de algo valioso. Há na literatura uma série de definições para o termo "tesauro": algumas enfatizam sua função, outras sua estrutura (Simões, 2008), e também há aquelas que privilegiam sua dimensão semântica e conceitual, ao enfatizar no fato de permitir o estabelecimento de relações semânticas entre conceitos.

A norma ISO 25964-1 (2011), define os tesauros a partir de sua estrutura e função. Quanto a sua estrutura, o define como um vocabulário controlado e estruturado no qual os conceitos são representados por termos descritores, preferidos e não preferidos, formando assim um sistema de conceitos inter-relacionados. Quanto à função, segundo a norma, o instrumento visa

> guiar tanto o indexador como o pesquisador para selecionar o mesmo termo preferido ou uma combinação de termos preferidos para representar determinado objeto. Por essa razão, um tesauro é otimizado para a navegabilidade humana e para a cobertura terminológica de um domínio (International Organization For Standardization, 2011, tradução nossa).

A norma *The UNISIST Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri* (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, 1973), também define os tesauros conforme sua função e estrutura. Quanto a sua função, o entende como um dispositivo de controle terminológico utilizado para a tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários, para uma linguagem do sistema, que por sua vez, é mais restrita. Em termos de sua estrutura, a norma o define como um vocabulário controlado e dinâmico de termos, que são relacionados semântica e genericamente, e que cobre um domínio do conhecimento.

Currás (1995, p. 88), seguindo a linha de raciocínio da definição da UNISIST (1973), entende os tesauros como

> uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos linguísticos que o compõem – termos, simples ou compostos – encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente.

Nesta definição, a autora apresenta não somente a função e itens da estrutura do instrumento, mas também características dos tesauros.

Quanto a sua dimensão semântica e conceitual, a norma Z39.19-2005 (R2010) define os tesauros como

> um vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida e estruturado de forma que as várias relações entre os termos sejam exibidas claramente e identificadas por indicadores de relacionamento padronizados. Os indicadores de relacionamento devem ser empregados reciprocamente.

Para Simões (2008), o tesauro é constituído por um conjunto de termos, descritores e não descritores, e de relações semânticas que são estabelecidos. Essas relações, para a autora,

especificam o campo semântico do instrumento.

Lima e Maculan (2017), na mesma linha de Simões (2008), afirmam que o tesauro é composto por um conjunto de termos, preferidos e não preferidos, que estão relacionados semanticamente e genericamente entre si. As autoras acrescentam em sua definição a ideia de que o instrumento está organizado em diversos arranjos, dentre eles o alfabético, sistemático e por campos semânticos.

Partindo de todas as definições apresentadas, pode-se concluir que o tesauro é um instrumento dinâmico, arranjado, dentre outros, de forma alfabética e sistemática, formado por um conjunto de termos, preferidos e não preferidos, que por sua vez estão relacionados semanticamente por meio das relações de equivalência, hierárquicas e associativas. É utilizado para a tradução da linguagem natural para a linguagem do sistema e é otimizado para a navegabilidade humana e para a cobertura de um domínio.

2.1.1 Características dos Tesauros

Quanto às suas características, o instrumento pode ser classificado como: linguagem artificial, especializada, normalizada, pós-coordenada e metalinguagem.

Os tesauros são linguagens artificiais, visto que são construídas e resultam de convenções, em outras palavras, de um conjunto de regras explícitas para o uso.

Como uma linguagem especializada, os tesauros se restringem a cobrir de forma exaustiva um domínio específico do conhecimento.

Por serem uma linguagem normalizada, os tesauros, segundo Currás (2010), são criados a partir de normas pré-fixadas, seguindo critérios lógicos e coerentes. Atualmente, as normas vigentes de elaboração de tesauros são a ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) e a ISO 25964-1 (2011). Sendo uma linguagem pós-coordenada, os termos do tesauro são combinados em um processo posterior à sua fixação, tanto na representação quanto na recuperação da informação.

Por fim, é considerado uma metalinguagem a partir da visão de Cintra (1983). Segundo a autora, a metalinguagem é “a linguagem utlizada para falar sobre outra linguagem – a linguagem objeto – ou sobre si mesma”. Neste caso, o tesauro, como uma linguagem artificial, pressupõe a existência de outra linguagem: a linguagem natural do domínio que representa.

2.1.2 Estrutura dos Tesauros

Em relação à sua estrutura, Lapuente (2006) afirma que os tesauros são compostos por dois elementos: as unidades léxicas e as relações semânticas.

As unidades léxicas são os termos que compõem o instrumento. Esses podem ser classificados em descritores e não descritores, modificadores, qualificadores, identificadores e facetas.

Os termos descritores representam os termos escolhidos, no escopo do vocabulário, para representar um conceito e são autorizados para a indexação de documentos. Os termos não descritores, embora também representem conceitos, fazem referência a um ponto de entrada, ou seja, um termo descritor em um tesauro.

Os termos modificadores, para Lapuente (2006), são utilizados em conjunto com os descritores a fim de esclarecer ou delimitar o significado do descritor. Já os qualificadores são utilizados para diferenciar os homógrafos, ou seja, os que têm a mesma grafia, mas significados diferentes. Em geral, aparecem entre parêntesis junto do descritor.

Os termos identificadores representam conceitos que, geralmente, são nomes próprios: pessoas, países e instituições, por exemplo. Já as facetas, para Gomes, Motta & Campos (2006), é um termo genérico que é utilizado para denotar quaisquer componentes de um domínio, ou seja, é a classe mais geral em um universo de ideias.

Outro elemento componente dos tesauros são as relações semânticas entre os termos. Os relacionamentos expressam uma relação entre duas ou mais entidades. As normas ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) e ISO 25964-1 (2011) apresentam recomendações para estabelecer

as relações semânticas em tesauros. Os três tipos principais de relacionamentos semânticos são: relação de equivalência, relação hierárquica e relação associativa.

A relação de equivalência é aquela estabelecida entre os termos descritores e os não descritores que representam o mesmo conceito (American National Standards Institute & National Information Standards Organization, R2010; International Organization for Standardization, 2011). Há a seleção de um termo como preferido, ou seja, o termo que deve ser utilizado para a representação de um assunto. Essa relação ocorre entre termos sinônimos e quase sinônimos. É representada pela sintaxe USE e UP (Usado Para) ou UF (*Used For*). Considerando que A e B representam um mesmo conceito, ao se expressar A USE B significa que o termo B é o termo descritor, não o A. De forma recíproca, na relação B UP A, entende-se que o termo B deverá ser utilizado para descrever o assunto.

A relação hierárquica é estabelecida entre dois conceitos, segundo Moreira (2019) e a ISO 25964-1 (2011), quando o espectro semântico de um deles se encaixa no espectro semântico do outro. Essa relação é baseada em níveis de superordenação e subordinação. No nível de superordenação, o termo superior - termo geral - representa o todo ou uma classe. Já no nível de subordinação, os termos inferiores representam os membros, a parte ou a instância ou suas partes. As normas ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) e ISO 25964-1 (2011) apontam a existência de três tipos de relação hierárquica: a gênero/espécie, todo/parte e de instância. Em relação à sintaxe, a relação hierárquica é representada nos tesauros pelas siglas TG ou BT, termo geral ou *broader term*, respectivamente; e, pelas siglas TE ou NT, termo específico ou *narrower term*, respectivamente. Em alguns casos, para representar as relações todo/parte podem ser utilizados as siglas TGP ou BTP (termo geral partitivo ou *broader term partitive*, respectivamente) e TEP ou NTP (termo específico partitivo ou *narrower term partitive*, respectivamente). Já para representar as relações hierárquicas de instância, podem ser utilizadas as siglas TGI ou BTI (termo geral (instância) ou *broader term instance*, respectivamente) e TEI ou NTI (termo específico (instância) ou *narrower term instance*, respectivamente).

A relação associativa é definida pela ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010), como a relação estabelecida entre termos que não são nem equivalentes nem hierárquicos, mas que estão semanticamente ou conceitualmente associados. A ISO 25964-1 (2011) complementa essa definição ao afirmar que os termos nesta relação estão ligados a tal ponto que a ligação entre eles precisa ser explicitada no tesauro. O estabelecimento da relação entre esses termos se dá “sob o argumento de que este pode sugerir termos adicionais ou alternativos para uso em indexação ou recuperação” (International Organization for Standardization, 2011, pp. 63). A sintaxe utilizada para representar a relação associativa é o TR, termo relacionado, ou RT, *related term*.

Nesta seção, os tesauros foram apresentados conforme sua definição e função, suas características, e segundo seus componentes. A seção a seguir, apresenta um procedimento importante para garantir que o instrumento acompanhe a dinâmica do conhecimento da área que representa: a Avaliação de Tesauros.

2.2 Avaliação de Tesauros

De forma geral, a avaliação implica em acompanhar o andamento de uma atividade e esse rastreamento permite verificar se seu desenvolvimento é realizado, conforme planejado. No geral, os procedimentos de avaliação, conforme afirma Scriven (1991), buscam a “determinação sistemática da qualidade ou valor de alguma coisa”. Essa também mensura, de forma quantitativa ou qualitativa, a efetividade, eficiência e relevância de um serviço. Tais descrições podem ser aplicadas a avaliação dos tesauros.

A avaliação de tesauros visa identificar falhas estruturais e operacionais, além de inconsistências no contexto social, cultural e histórico (Sono & Francelin, 2022). Também busca avaliar sua reutilização ou alinhamento com outros tesauros.

Os procedimentos de avaliação, conforme Lancaster (2004), não são apenas um exercício intelectual, sendo também uma atividade que coleta e reúne dados que serão úteis para analisar e para a tomada de decisão, resolução e solução de problemas relacionados aos tesauros. Para isso, políticas e procedimentos devem ser estabelecidos para avaliar o instrumento.

A norma Z39.19-2005 (R2010) aponta duas razões principais para sua realização: verificar se o tesauro descreve adequadamente os assuntos dos documentos e se corresponde às expectativas dos usuários. Embora a avaliação possa resultar em respostas deterministas (bom ou ruim, eficaz ou ineficaz), sua principal vantagem é fornecer subsídios e uma visão geral, identificando falhas independentemente de sua natureza. Os dois motivos estão relacionados à experiência do usuário, no entanto, no primeiro há um foco maior no instrumento enquanto no segundo há um foco na necessidade desse usuário.

Como resultado, os procedimentos de avaliação de tesauros podem apresentar respostas deterministas, como: bom ou ruim, certo ou errado, eficaz ou ineficaz. No entanto, para além de resultar em tais respostas, conforme Sono & Francelin (2022), a avaliação tem como principal vantagem gerar subsídios e traçar uma visão geral, ou seja, um panorama em que é possível identificar onde estão as falhas, independentemente de sua natureza.

Em relação aos profissionais que devem participar dos procedimentos de avaliação, Correa Uribe (1999) sugere que seja uma equipe interdisciplinar, formada por bibliotecários, documentalistas, terminólogos, além de especialistas da área de cobertura do tesauro.

Para o autor, a melhor maneira de se avaliar um tesauro, após cumprir os requisitos mínimos da metodologia de avaliação escolhida, é colocá-lo em contato direto com o usuário (Correa Uribe, 1999). Esse usuário por meio do uso cotidiano, de seu conhecimento e domínio dos assuntos, determinará a efetividade do instrumento.

As metodologias de avaliação podem ser classificadas segundo abordagens e tipos de avaliação, que serão apresentadas na seção “4 Resultados Finais”.

Diante do exposto, compreende-se que os tesauros são instrumentos fundamentais para a representação da informação em domínios específicos, cuja efetividade depende de sua estrutura, características e capacidade de atender às demandas informacionais dos usuários. A avaliação desses instrumentos, portanto, se configura como uma etapa essencial para garantir sua qualidade, usabilidade e alinhamento com os contextos de aplicação. Considerando esse referencial teórico, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados na realização desta pesquisa, detalhando os critérios de seleção, as estratégias de busca e os métodos utilizados para identificar, analisar e sistematizar os estudos que descrevem metodologias qualitativas de avaliação de tesauros no campo da Ciência da Informação.

Procedimentos Metodológicos

Esta investigação é classificada quanto a sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Em relação à abordagem, a pesquisa em questão é considerada qualitativa. A pesquisa de abordagem qualitativa visa explicar o porquê dos fenômenos e exprimir o que deve ser feito, conforme descrito por Silveira & Córdova (2009). Ao contrário das pesquisas quantitativas, a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão sobre determinado tema. No contexto da pesquisa, busca o aprofundamento da compreensão do tema avaliação de tesauros.

Quanto à sua natureza, é uma pesquisa básica. Esse tipo de pesquisa, segundo Silveira & Córdova (2009), visa gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência. Para Gil (2008), esse tipo de pesquisa busca o progresso da ciência, desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas. No contexto da pesquisa, busca ampliar a compreensão do fenômeno das metodologias de avaliação de tesauros.

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória. Tem por objetivo proporcionar uma visão geral acerca de um fato; desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos, a fim de formular problemas mais precisos para a realização de uma pesquisa futura mais precisa (Gil, 2008; Marconi & Lakatos, 2013). É realizada quando o tema escolhido é pouco explorado, como é o caso da sistematização dos tipos de avaliação de tesauros. Conforme já citado, observou-se que na literatura sobre avaliação de tesauros, segundo a amostra analisada, não está clara a definição de tipos de avaliação de tesauros; e, não foi identificado uma classificação dos critérios qualitativos das metodologias de avaliação de tesauros.

Por fim, quanto aos procedimentos, é uma pesquisa bibliográfica. Segundo Köche (2011, pp. 122), esse tipo de pesquisa

> é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres.

O pesquisador realiza o levantamento do conhecimento disponível na área, identificando, analisando e avaliando a contribuição das teorias para auxiliar a compreender ou explicar o problema de pesquisa. As bases da pesquisa bibliográfica foram utilizadas para a descoberta do estado da arte do tema da pesquisa.

Para atender aos objetivos, foi delimitado um percurso metodológico desenhado em três etapas: 1) Pesquisa bibliográfica, realizada por meio de uma Estratégia de Busca; 2) Proposição das categorias de avaliação; 3) Análise dos resultados.

3.1 Estratégia de Busca

A estratégia de busca, conforme Bates (1987, 1988) citado por Lopes (2002), consiste na arte de escolher onde, quando e com que investigar cuidadosamente uma fonte de informação para alcançar os objetivos do solicitante. Nesse sentido, orientada por tal concepção de estratégia da busca, a seleção das fontes de informação priorizou aquelas que oferecem maior potencial de recuperação de estudos relevantes para os objetivos da pesquisa.

A busca foi executada nas seguintes fontes de informação: Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Acadêmico, *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), ISKO Brasil, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Science Direct*, *Scopus* e *Web of Science*. A seleção dessas bases de dados fundamenta-se em critérios de relevância, cobertura temática, reconhecimento acadêmico e potencial de recuperação de estudos alinhados ao escopo da investigação.

Nesse sentido, os Anais do ENANCIB e a BRAPCI, foram escolhidos por concentrarem a produção científica brasileira na área; o Google Acadêmico, como ferramenta de busca complementar, por sua capacidade de indexar teses, dissertações, anais de eventos e artigos, por vezes não localizados em bases formais, ampliando o alcance da pesquisa; as páginas da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) e de sua seção nacional, ISKO Brasil, foram consultadas por serem referências internacionais no campo da Organização do Conhecimento, reunindo literatura especializada sobre teorias, metodologias e práticas relacionadas a tesauros, ontologias e sistemas classificatórios; A base SciELO, pela representatividade de periódicos científicos de acesso aberto na América Latina e pela ênfase em áreas correlatas à Ciência da Informação; As bases internacionais Science Direct, Scopus e Web of Science, selecionadas por sua ampla cobertura multidisciplinar, alto fator de impacto e rigor nos critérios de indexação.

Após a seleção das fontes de informação, foi definida uma expressão de busca composta pelas palavras-chave “Metodologia” e “Avaliação de Tesauros”, incluindo suas variações terminológicas e idiomáticas, sendo ela: ((Metodologia OR Método OR Diretriz OR *Methodology* OR *Method* OR *Guidelines*) AND ("Avaliação de Tesauros" OR "*Thesauri Evaluation*" OR "*Thesaurus Evaluation*")).

Aos trabalhos recuperados foram aplicados critérios de seleção descritivos e de assunto. Os critérios descritivos buscam selecionar os trabalhos conforme suas características físicas: tipo de documento, período de tempo, idioma, tipo de fonte, ordenação por relevância (bases com retorno acima de 1000), acesso ao texto completo e trabalhos de acesso aberto. Já os critérios de assunto orientam a seleção de trabalhos de acordo com o tema da pergunta de pesquisa, como por exemplo, a área de conhecimento em que se insere e o assunto que é o foco do trabalho. Os critérios de assunto foram aplicados durante o processo de formação da amostra. Vale ressaltar que não foi fixado um corte temporal, a fim de garantir a recuperação do maior número possível de estudos de avaliação de tesauros.

Para definir a amostra seguiu-se quatro etapas:

1) Leitura exploratória dos títulos: no total foram recuperados 2145 trabalhos e selecionados 101 trabalhos candidatos;
2) Remoção de duplicatas: do total de 101 trabalhos candidatos, foram excluídas 53 duplicatas, totalizando 48 trabalhos;
3) Exclusão de trabalhos sem texto completo: foram excluídos 10 trabalhos, totalizando 38 trabalhos candidatos; e,
4) Leitura de resumos: Após a leitura dos resumos, foram excluídos 23 trabalhos e selecionados 15 para compor a amostra.

Desse total de 15 trabalhos, foram analisadas a lista de referências de cada um a fim de identificar possíveis estudos que trouxessem metodologias de avaliação de tesauros diferentes das selecionadas. Nesta análise, foram identificados dois trabalhos candidatos, totalizando 17. Outra adição ao portfólio foi a norma ISO 25964-1 (2011). Ainda que a norma não apresente recomendações explícitas para a avaliação de tesauros, apresenta recomendações para a construção do instrumento que podem ser utilizadas para avaliá-lo. Após a adição da norma foram totalizados 18 trabalhos.

3.2 Processo de criação das categorias

A fim de organizar e classificar os critérios das metodologias de avaliação de tesauros qualitativas (13 metodologias, o que corresponde a 72,22% da amostra), foi proposto um conjunto de categorias de avaliação. A criação dessas categorias obedeceu aos princípios de Categorização de Bardin (2011).

O processo seguiu o método indutivo, reunindo e analisando critérios de avaliação para organizá-los em classes conforme seus atributos (Lima, 2020). A execução ocorreu em cinco etapas, que compreendem a (1) Listagem, (2) Definição, (3) Reunião, (4) Nomeação e Definição, e (5) Categorização dos critérios de avaliação.

Ao fim desse processo, chegou-se a um conjunto formado por cinco categorias criadas pelas autoras do estudo e quatro adaptadas do estudo de Messa (2017), totalizando nove categorias de avaliação, conforme esquematizado na figura 1.

Figura 1: Categorias de avaliação



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Os critérios qualitativos foram classificados nas nove categorias propostas.

Resultados Finais

Foram identificadas na literatura três abordagens de avaliação: quantitativa, qualitativa e qualitativo/cognitiva; doze tipos de avaliação e dezoito metodologias de avaliação de tesauros. As 18 metodologias foram classificadas quanto às abordagens e tipos de avaliação.

4.1 Abordagens de Avaliação de Tesauros

Boccato & Fujita (2006) sugerem três abordagens de avaliação, são elas: a abordagem quantitativa, a qualitativa e a qualitativa/cognitiva.

A abordagem quantitativa, segundo as autoras, possibilita a quantificação e o dimensionamento do universo pesquisado, sendo que os dados coletados são analisados e apresentados estatisticamente.

Já a abordagem qualitativa não se preocupa com a abordagem numérica e possibilita a descrição da complexidade de uma determinada hipótese ou problema, a análise da interação de variáveis, a compreensão e classificação de processos dinâmicos experimentados por grupos sociais.

No escopo dessas propostas surgiram os estudos de abordagem qualitativa/cognitiva. Essa abordagem foi baseada na *Sense-Making*, proposta por Brenda Dervin (1983). Essa abordagem considera as necessidades, opiniões e os problemas dos usuários como fatores importantes e relevantes para o estabelecimento de parâmetros para avaliar um modelo de Sistema de Informação.

A análise das abordagens de avaliação tem por objetivo verificar a quantidade de metodologias que apresentam uma abordagem quantitativa e qualitativa, conforme a classificação de Boccato & Fujita (2006). Cabe ressaltar que não foi feita a busca de metodologias que possuem uma abordagem qualitativa/cognitiva e, portanto, ela não será considerada, neste estudo.

Observou-se a predominância de metodologias qualitativas (13 metodologias, ou seja, 72,22% da amostra) comparado às quantitativas (5 metodologias, ou seja, 28, 78% da amostra). Para este estudo, foram consideradas as metodologias qualitativas.

4.2 Tipos de Avaliação de Tesauros

Para a identificação dos tipos de avaliação de tesauros, foi realizada a leitura analítica das metodologias de avaliação encontradas e dos estudos que as aplicam. Foram encontrados 12 tipos de avaliação na literatura investigada:

1) Avaliação da Atualidade Temática:

A avaliação da atualidade temática analisa como o tesauro representa o domínio de conhecimento do instrumento. Sintetizado e proposto por Messa (2017), esse tipo de avaliação pretende descobrir se os termos existentes no instrumento são suficientes para reproduzir os assuntos dos documentos da instituição que o utiliza.

2) Avaliação da Forma, Conteúdo e Uso:

Proposta por Boccato & Fujita (2006), esse tipo de avaliação analisa o instrumento sob três aspectos: a forma, o conteúdo e o uso. Sono & Francelin (2022) apresentaram definições para esses tipos de avaliação. Para os autores, a avaliação da forma visa analisar a estrutura e as relações semânticas dos sistemas. A avaliação do conteúdo analisa a consistência semântica dos termos que estão incorporados ao vocabulário do instrumento. Por fim, a avaliação do uso concentra-se nos sistemas nas atividades de análise documentária e recuperação da informação.

3) Avaliação da Gestão:

A avaliação da gestão, sintetizada por Ferreira (2020), traz critérios de análise relacionados a aspectos de gestão do instrumento, tais como: a existência ou de equipe formalizada responsável pela gestão do tesauro e a disponibilidade do instrumento para o usuário final.

4) Avaliação da Implementação Tecnológica:

A avaliação da Implementação Tecnológica refere-se à mensuração dos seguintes elementos: software utilizado para implementação e gestão do tesauro, e a fatores que dizem respeito à ambientação do instrumento no meio online e digital. Foi sintetizada por Soergel (2002), International Organization for Standardization (2011) e Ferreira (2020).

5) Avaliação de Eficiência:

A Avaliação de Eficiência, tipo de avaliação proposta por Lara (1993, pp. 9), visa "investigar a eficiência dos instrumentos de intermediação (na fase de análise e na de recuperação) para a recuperação da informação."

6) Avaliação Estrutural:

Esse tipo de avaliação, sistematizada por Gil Urdiciain (1998) e Lancaster (1993), tem por finalidade avaliar a composição estrutural do instrumento.

7) Avaliação Heurística, Modelagem de Afinidade e Teste de Usabilidade:

A norma Z39.19-2005 (R2010) apresenta três tipos de avaliação: Avaliação Heurística, Modelagem de Afinidade e Teste de Usabilidade. Esses, originalmente, são utilizados para a avaliação de sistemas, mas podem ser aplicados para medir a qualidade ou eficácia do instrumento.

A Avaliação Heurística consiste na participação de um especialista, ou conjunto de especialistas, para avaliar um vocabulário controlado. O segundo tipo de avaliação, Modelagem de Afinidade, consiste na avaliação do instrumento por uma amostra representativa de usuários. No Teste de Usabilidade, terceiro tipo de avaliação, é realizada uma avaliação holística do Sistema de Informação e esta, por sua vez, pode fornecer informações sobre a eficácia do vocabulário (ANSI/NISO, R2010, tradução nossa).

8) Avaliação Integral:

A Avaliação Integral, proposta por Correa Uribe (1999), avalia tesauros por meio de atributos globais de avaliação: Planejamento, Estrutura, Organização e Atualização.

9) Avaliação Intrínseca e Extrínseca:

Gil Leiva (2008) apresenta dois tipos de avaliação de tesauros: Avaliação Intrínseca e Extrínseca. Na primeira, o tesauro pode ser avaliado de forma qualitativa, que avalia tópicos como a introdução, o uso de qualificadores e de notas de escopo, a reciprocidade das relações, as formas gramaticais dos termos preferidos, entre outros; ou quantitativa, que consiste na aplicação de indicadores para a análise. Já a Avaliação Extrínseca tem o comportamento do tesauro na indexação e na recuperação da informação como objeto de análise.

10) Avaliação Linguística:

A Avaliação Linguística é um tipo de avaliação proposta por Felipe (2016), que leva em consideração a composição genérica do tesauro e suas dimensões histórica, textual e discursiva. A composição genérica do tesauro diz respeito às unidades linguísticas que o compõem, ou seja, o termo e as relações estabelecidas entre eles.

11) Avaliação por Medidas de Qualidade:

A Avaliação por Medidas de Qualidade, sintetizada por Martínez *et al*. (2009, 2010a, 2010b) utiliza indicadores para mensurar um requisito do tesauro ou de algum aspecto do instrumento avaliado.

12) Avaliação Semântica:

Esse tipo de avaliação diz respeito à parte semântica do instrumento, e nela são avaliados itens referentes aos relacionamentos entre os termos. A estrutura semântica de um tesauro, segundo Bermejo, Rubio & Rojo (1989, pp. 291, tradução nossa) se refere

> à articulação interna dos termos do ponto de vista do seu conteúdo conceitual. Tratar-se-ia de medir até que ponto os termos estão interligados e até que ponto os campos semânticos da área do conhecimento a que se referem estão estruturados, para que todas as áreas sejam incluídas, para que se estabeleça um significado claro para cada um.

Em relação aos Tipos de avaliação, observa-se que não são excludentes, ou seja, podem ser utilizados de forma coincidente (mais de um tipo de avaliação pode ser aplicado a uma mesma metodologia).

Ao se relacionar as abordagens e os tipos de avaliação é possível identificar que as cinco metodologias de abordagem quantitativa apresentam critérios relacionados à Avaliação por medidas de qualidade. As 13 metodologias de abordagem qualitativa apresentam critérios relacionados a sete tipos de avaliação: Avaliação da Atualidade Temática, Avaliação da Gestão, Avaliação da Implementação Tecnológica, Avaliação de Eficiência, Avaliação Estrutural, Avaliação Linguística e a Avaliação Semântica.

4.3 Critérios qualitativos de avaliação de Tesauros

No total, foram contabilizados 141 critérios de avaliação nas metodologias qualitativas,

posteriormente classificados nas nove categorias propostas. A análise foi conduzida em duas etapas: uma análise geral e uma individual de cada categoria.

4.3.1 Análise Geral: Categoria mais ocorrente e Classificação de critério em mais de uma categoria

Na primeira análise, Categoria mais ocorrente, foram identificadas as categorias com maior número de critérios de avaliação.

A categoria "Implementação Tecnológica" reúne 42 dos 141 critérios de avaliação, e estão distribuídos em três metodologias de avaliação:

- Soergel (2002): que reúne 3 critérios relacionados à implementação tecnológica;
- ISO 25964-1 (2011): que reúne 11 critérios relacionados à implementação tecnológica; e,
- Ferreira (2020): que reúne a maior parte dos critérios de implementação, totalizando 28 critérios de avaliação.

A partir desse resultado quantitativo, é possível verificar que entre os anos de 2002, 2011 e 2020 houve um aumento no número de requisitos que se espera que sejam atendidos por um software utilizado para a construção e gestão de um tesauro.

A segunda categoria que classifica mais critérios de avaliação, que reúne 28 dos 141 critérios de avaliação, é a "Unidade Linguística e sua forma de tratamento". Os critérios estão distribuídos em nove metodologias de avaliação:

- Van der Laan (2002) e ISO 25964-1 (2011): apresentam, cada uma, 1 critério que se relaciona a categoria;
- Gil Urdiciain (1998) e Campos (20--): que reúnem 2 critérios, cada uma, relacionados a categoria;
- Bermejo, Rubio & Rojo (1989) e Soergel (2002): que reúnem, cada uma, 3 critérios relacionados a categoria; e,
- Ramirez (2015), Felipe (2016), Messa (2017) e Ferreira (2020): que reúnem, cada uma, 4 critérios relacionados a categoria.

A partir desse resultado quantitativo, é possível inferir que a unidade linguística abordada no tesauro, seja a palavra ou o conceito, é um elemento de avaliação recorrente nas metodologias de avaliação de tesauros, tendo sido considerado entre os anos de 1998 e 2020.

A terceira categoria, "Aspectos Estruturais", reúne 20 dos 141 critérios de avaliação de tesauros. Esses critérios estão relacionados à composição estrutural do tesauro.

Os critérios estão distribuídos em nove metodologias de avaliação:

- Bermejo, Rubio & Rojo (1989), Van der Laan (2002), ISO 25964-1 (2011), Ramirez (2015), e Messa (2017): que reúnem um critério, cada uma, relacionado a categoria;
- Campos (20--): que reúne três critérios relacionados a categoria;
- Gil Urdiciain (1998), Soergel (2002) e Ferreira (2020): que reúnem, quatro critérios, cada uma, relacionados a categoria.

A partir desse resultado quantitativo, é possível inferir que critérios relacionados à composição estrutural do tesauro são elementos recorrentes nas metodologias de avaliação, estando presentes em 9 das 11 metodologias.

Na segunda análise geral, Classificação de critério em mais de uma categoria, observou-se que cinco critérios de avaliação, provenientes de três metodologias distintas, foram classificados em mais de uma categoria. Esse fato contraria o princípio da Exclusividade de Bardin (2011). Apesar da possível inconsistência, a não exclusividade foi

considerada na análise.

Os critérios envolvidos foram:

- "Consistência sintagmática dos descritores" (Bermejo; Rubio & Rojo, 1989), classificado nas categorias "Unidade Linguística e sua forma de Tratamento e na "Relações Semânticas";
- "Estrutura semântica nas relações hierárquicas e associativas" (Bermejo; Rubio & Rojo, 1989), classificado nas categorias "Unidade Linguística e sua forma de Tratamento e na "Relações Semânticas";
- "Informações gerais" (Van der Laan, 2002), classificado nas categorias "Planejamento do Tesauro" e na "Gestão do Tesauro";
- "Informações sobre os descritores" (Van der Laan, 2002), classificado nas categorias "Planejamento do Tesauro", "Unidade Linguística e sua forma de tratamento", e na "Relações Semânticas"; e,
- "Existe um índice de termos on-line ou há a possibilidade de pesquisa por palavra-chave?" (Soergel, 2002), classificado nas categorias "Aspectos Estruturais" e "Implementação Tecnológica".

Os critérios apresentam elementos de duas ou mais categorias diferentes, o que pode ser consequência, nestes cinco casos, da ausência de padrão nas definições e da ausência de clareza das definições (definições gerais que contemplem várias características). Outra consequência que pode ter conduzido a esse cenário é a enunciação do critério. A enunciação subjetiva ou ambígua do critério pode dar espaço para diferentes interpretações.

4.3.2 Análise Individual das Categorias

Na análise individual foi feita a indexação de cada critério incluído nas categorias, a fim de dar visibilidade aos assuntos tratados em cada categoria e melhor agrupá-las. No total foram identificados 120 assuntos representados nos critérios de avaliação de tesauros. Esse resultado demonstra a variedade de assuntos tratados em cada categoria e, consequentemente, a variedade de aspectos passíveis de serem avaliados em um tesauro.

Considerações Finais

O tesauro nasce da necessidade de se modelar e representar um determinado domínio do conhecimento. Estrutura conceitos que, por sua vez, são representados por termos autorizados e termos não autorizados, formando um sistema de conceitos inter-relacionados. Suas principais funções são representar assuntos de determinado domínio, guiar os usuários – indexador e pesquisador – na seleção do melhor termo que represente sua necessidade de informação.

Como um instrumento terminológico, o tesauro reflete a dinâmica do domínio que modela. Esse domínio também é dinâmico, em outras palavras, está em constante atualização e mudança. Esse cenário promove o surgimento de novos assuntos a serem estudados, a produção e atualização de novas fontes de avaliação. Sendo assim, faz-se importante que o instrumento seja periodicamente avaliado e, se necessário, atualizado. Esse procedimento é feito por meio de critérios normativos e guiado por diferentes metodologias de avaliação.

Estas metodologias podem ser classificadas segundo abordagens e tipos. Esta investigação identificou 18 metodologias, 3 abordagens e 12 tipos de avaliação, respondendo à primeira pergunta de pesquisa: "De que maneira as metodologias de avaliação de tesauros, identificadas na literatura nacional e internacional, caracterizam-se em termos de abordagens e tipos de avaliação?".

A falta de definição clara dos tipos na literatura pode comprometer a consistência do processo, destacando a necessidade de maior sistematização e clareza nas metodologias para otimizar a avaliação dos tesauros.

Do total de critérios identificados, 141 estão distribuídos nas metodologias qualitativas. A análise desses critérios resultou na proposição de nove categorias de avaliação. A proposição das categorias dá subsídios para responder à segunda pergunta de pesquisa: "Como classificar os critérios das metodologias qualitativas de avaliação de tesauros?". Essa categorização permite não apenas compreender a diversidade de critérios utilizados nas metodologias qualitativas, como também oferece um instrumento prático de referência para a avaliação contínua e a atualização de tesauros em ambientes digitais e institucionais, contribuindo para sua adequação às necessidades informacionais contemporâneas.

As duas análises gerais propostas evidenciaram aspectos recorrentes nas metodologias qualitativas de avaliação de tesauros. A categoria "Implementação Tecnológica" foi a que mais reuniu critérios, indicando uma crescente preocupação com a compatibilidade dos instrumentos em ambientes digitais. Em seguida, as categorias "Unidade Linguística e sua forma de tratamento" e "Aspectos Estruturais" reforçam a centralidade da terminologia e da organização conceitual na construção e avaliação dos tesauros. A identificação de critérios classificados em mais de uma categoria revelou sobreposição entre dimensões avaliativas, o que pode estar relacionado à falta de padronização e clareza na definição de alguns critérios.

Esses achados demonstram a relevância da categorização proposta, não apenas como forma de organização dos critérios, mas como um recurso útil para orientar avaliações mais sistemáticas e adequadas às exigências atuais da representação da informação.

A partir da análise individual das categorias, foram identificados 120 assuntos representados nesse conjunto. Este resultado demonstra a variedade de aspectos passíveis de avaliação em um tesauro.

O objetivo geral do estudo foi alcançado, com a proposição de uma categorização dos critérios de avaliação presentes em metodologias qualitativas de avaliação de tesauros. Da mesma forma, os objetivos específicos foram atendidos: foi possível mapear as metodologias identificadas na literatura, sintetizar suas abordagens e tipos de avaliação, classificá-las conforme essas abordagens e tipos, e, por fim, organizar os critérios qualitativos em categorias que permitem uma visão mais clara e sistemática do que tem sido considerado na avaliação desses instrumentos. Esses resultados contribuem para a consolidação teórico-metodológica do tema no campo da Ciência da Informação.

Como limitação, destaca-se a concentração em metodologias qualitativas, o que exclui análises comparativas com métodos quantitativos. Para pesquisas futuras, recomenda-se a aplicação da categorização proposta em estudos de caso e em ambientes digitais específicos, a fim de verificar sua efetividade em contextos reais de avaliação de tesauros.

Por fim, a investigação contribui para as áreas de conhecimento estudadas ao construir fundamentos teórico-metodológicos sobre o tema, classificando e organizando as metodologias de avaliação de forma estruturada e sintética, sistematizando as abordagens e tipos de avaliação, e propondo categorias para a classificação dos critérios de avaliação.

Referências

American National Standards Institute, & National Information Standards Organization (2010). *Z39.19-2005. Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies.* National Information Standards Organization.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. ed.rev. at. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70.

Bermejo, C. A., Rubio, A. V., & Rojo, A. S. (1989). Desarrollo de linguajes documentales formalizados em lengua espanola: II. Evaluación de los tesauros em lengua espanola. *Revista Española de Documentación Científica*, 12(2), 283-305.

Bocatto, V. R. C., & Fujita, M. S. L. (2006). Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica. *Perspectivas em Ciência Informação*, 11(2), 267-281.

Campos, M. L. de A.; Gomes, H. E., & Motta, D. F. da. *Tutorial para elaboração de Tesauros*. [Conexão Rio, s.d.].

Cintra, A. M. M. (1983). Elementos de linguística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, 12(1), 5-22.

Correa Uribe, G. (1999). Um modelo para la evaluación integral de tesauros*. Revista Interamericana de Bibliotecologia*, 22, (1), 139-145.

Currás, E. (2010*). Ontologias, taxonomia e tesauros: em teoria de sistemas e sistemática*. Thesaurus.

Currás, E. (1995). *Tesauros, linguagens terminológicas*. IBICT.

Dervin, B. (1983). An overview of Sense-Making research: concepts, methods and results to date. *Proceedings of the Annual Meeting of The International Communication Association*, Dallas, Estados Unidos.

Felipe, A. A. C. (2016). *O Gênero Tesauro: um modelo de avaliação linguística* [Tese de doutorado em Linguística, Centro de Ciências Humanas Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ferreira, A. C. (2020). *Metodologia de revisão e atualização de tesauros aplicada ao Tesauro de Contas de Minas Gerais: abordagem da pesquisa-ação*. [Tese de doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais.

Gil Leiva, I. (2008). *Manual de indización: teoría y práctica.* Ediciones Trea.

Gil Urdiciain, B. (1998). Evaluación semântica y estructural de tesauros. *Revista General de Información y Documentación*, 8(2).

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Atlas.

Gomes, H. E., Motta, D. F., & Campos, M. L. A. (2006, ago). *Revisitando Ranganathan*. Rio de Janeiro.

International Organization for Standardization (2011). *Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval.* The Organization.

Köche, J. C. (2011). *Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Vozes.

Lancaster, F. W. (1996). *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Briquet de Lemos.

Lancaster, F. W. (2004). *Indexação e resumos: teoria e prática.* Briquet de Lemos.

Lapuente, M. J. L. (2006). *Hipertexto: el nuevo concepto de documento en la cultura de la imagen. 2006.* [Tese de doutorado, Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid]. http://www.hipertexto.info/

Lara, M. L. G. (1993). *A representação documentária: em jogo a significação*. [Dissertação de mestrado, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo]. Repositório da Universidade de São Paulo.

Lima, G. A. (2020). Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 25(especial), 57-97.

Lima, G. A., & Maculan, B. C. M. S. (2017). Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, 46(1), 60-72.

Lopes, I. L. (2002). Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, 31(2), 60-71.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2013). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. Atlas.

Martínez, A. M. *et al*. (2009). Indicadores de calidad para la construcción de tesauros. *Anales do Encuentro Nacional de Catalogadores*, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina.

Martínez, Ana M. *et al*. (2010a). Concepto, forma y longitud de los términos preferentes del tesauro: una propuesta de indicadores de calidad. *Anales de Documentación*, 13, 185-195.

Martínez, Ana M. *et al*. Indicadores para evaluar el vocabulario y la estructura sistemática de un tesauro. *Anales de La Jornada de Intercambio y Reflexión Acerca de La Investigación en Bibliotecología*, La Plata, Argentina.

Messa, J. A. F. (2017). *Diretrizes para avaliação de domínios de conhecimento em tesauros: uma análise da atualidade temática do Macrothesaurus Brasileiro de Direito Constitucional*. [Dissertação de mestrado em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense]. Repositório da Universidade Federal Fluminense.

Moreira, W. (2019). Relações conceituais como elementos constitutivos essenciais dos sistemas de organização do conhecimento. *Informação & Informação*, 24(2), 1-30.

Ramirez, J. P. R. (2015). *Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE): uma análise com base em critérios aplicáveis a taxonomias e tesauros*. [Dissertação de mestrado em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina.

Scriven, M. (1991). *Evaluation thesaurus*. 4. ed. Sage Publications.

Silveira, D. T. & Córdova, F. P. (2009). A pesquisa científica. Em Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (orgs). *Métodos de pesquisa*. UF5RGS.

Simões, M. G. (2008). *Da abstração à complexidade formal: relações conceptuais num tesauro*. Almedina.

Soergel, D. (2002, 14th July). Thesauri and Ontologies in Digital Libraries: Tutorial. *Proceedings of the Evaluation of thesauri. Joint Conference on Digital Libraries*, Portland, Estados Unidos.

Sono, R. A. S., & Francelin, M. M. (2022). Avaliação de sistemas de organização do conhecimento: uma análise da literatura da área. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 18, 01-27.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1973). *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*. Unesco.

Van Der Laan, R. H. (2002). *Tesauro e terminologia: uma inter-relação lógica*. [Tese de doutorado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A DESPROFISSIONALIZAÇÃO E A BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

Carlos Cândido de Almeida, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0002-8552-1029, Brasil, *carlos.c.almeida@unesp.br*

Giovanna Teodoro Rosa, Universidade Estadual Paulista (UNESP), https://orcid.org/0000-0003-1620-0261, Brasil, *giovanna.t.rosa@unesp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6611

Eixo: Perspectivas para a Profissão e Contributos das Associações Profissionais

Introdução

A biblioteconomia, como campo ocupacional e de conhecimento, tem enfrentado ao longo de sua história diversos momentos de crise. Muito antes do emprego dos computadores pessoais pelo cidadão comum para agilizar as tarefas rotineiras de busca e uso de informações, na primeira metade do século XX havia o receio de que o aumento da presença dos meios de comunicação de massa, especialmente rádio e cinema, como opção principal de consumo de informações e de lazer, debilitaria a frequência às bibliotecas e diminuiria a leitura de livros e periódicos impressos como a principal opção de acesso a informações precisas.

Na segunda metade do século XX, precisamente na década de 1970, o uso dos computadores na automação dos serviços de bibliotecas causou ainda mais *frisson*. Pensava-se que o trabalho de catalogadores, indexadores e de bibliotecários de referência ficaria em segundo plano e que os próprios computadores ficariam a cargo de todas as

tarefas. Seria, então, o início da desintermediação.

Entre o final do século XX e início do século XXI, com o surgimento dos dispositivos de leitura de livros eletrônicos e o uso de celulares inteligentes, foi a vez dos edifícios das bibliotecas serem o alvo das atenções. Cogitava-se que não seriam mais necessários grandes prédios para abrigar as coleções de livros, uma vez que estes poderiam ser armazenados em um grande banco de dados. Por analogia, o mesmo se pensava da necessidade de profissionais bibliotecários nestes espaços. Com o suposto desaparecimento do atendimento de referência para ajudar a selecionar o material, a desintermediação parecia um processo já consolidado e irreversível, restando aos profissionais ainda em atividade adaptar-se e desenvolver competências agora associadas à conversão do usuário ao cibernauta, da sociedade à humanidade digital.

A êxtase dos apologéticos - ou integrados na linguagem de Eco (2008) – chegou a seu ápice com a internet. O aumento do comércio eletrônico varejista, a compra de livros e outros artigos de primeira necessidade pela internet tornou-se facilitada e os metabuscadores conseguiram traduzir as necessidades de consumo e aproximar o público aos bens e serviços.

As informações utilitárias foram deslocadas das bibliotecas para a internet. Os buscadores com disposição categorial de informação (Altavista, Yahoo) tornavam possível o acesso a informações de interesse geral (telefones, mapas, endereços, sites de empresas, comércio e serviços) sem a ajuda de um bibliotecário para localizar os itens e facilitar o acesso ao conteúdo rapidamente. A inserção recente das ferramentas de inteligência artificial nas atividades diárias das pessoas e dos bibliotecários não mudaria em nada essa tendência, de um lado, de plena euforia e entusiasmo tecnológico, de outro, de uma depressão profunda quanto aos rumos das mais diversas profissões.

Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (2024) aponta que 26 a 38% dos empregos na região da América Latina e do Caribe podem estar expostos à inteligência artificial generativa e que 2 a 5% dos empregos correm risco de total automação.

Essa sucessão de eventos associados ao desenvolvimento tecnológico e os sentimentos antagônicos relacionados à incorporação das ferramentas inteligentes à vida diária, turvam uma leitura crítica da situação da profissão bibliotecária, especialmente no Brasil.

Os processos históricos e as forças políticas e econômicas que levaram a biblioteconomia a instalar-se e desenvolver-se em uma determinada região do planeta têm dependido de diversos fatores, alguns internos que dependem da própria profissão e outros externos, a saber: identidade cultural, projeto de nação, projetos econômicos, industriais e educacionais, recursos financeiros, físicos e humanos disponíveis, nível de leitura de uma população, estágio de educação formal da população, mercado de trabalho, concorrência entre as profissões, nível de organização da *intelligentzia* (grupos de intelectuais), grau de autonomia de suas elites frente a pressões internacionais etc.

Contudo, o processo de profissionalização, isto é, aumento da autonomia relativa do fazer frente a sociedade e a outras profissões, e construção do monopólio sobre o conhecimento técnico e a reprodução dos quadros profissionais e do domínio sobre o sistema de credenciamento e de regulação do exercício da profissão, deve ser constantemente analisado da maneira mais objetiva possível tendo como base o exame de fatores externos e internos. Um desses fatores, que aqui se pretende analisar, é a diminuição das associações profissionais no Brasil, compreendida como fator interno por depender diretamente da organização da profissão. O que se quer não é criticar o desempenho e a atuação das associações ou de seus filiados, mas ao contrário, enseja-se levantar alguns pontos de reflexão sobre o que significa a diminuição das associações para a organização de um campo profissional.

Esta reflexão busca entender os indicadores internos que apontam para o aumento do processo chamado aqui de desprofissionalização. Em outras palavras, a

tendência inversa à profissionalização, a perda de autonomia e de controle sobre o conteúdo do conhecimento privado à profissão e do núcleo de tarefas reconhecidas publicamente como de uma determinada ocupação.

As Profissões e o Conceito de Desprofissionalização

A desprofissionalização em um âmbito específico refere-se à perda ou diminuição da qualificação individual para o trabalho, comprometendo o envolvimento do profissional com a sua categoria. As razões seriam múltiplas: políticas econômicas neoliberais que tendem a neutralizar totalmente ou diminuir a autonomia das profissões, comoditificação dos conhecimentos técnicos devido a transferência de operações intelectuais e manuais às máquinas (como no caso da automação e do uso de ferramentas de inteligência artificial) etc. Para Maubant, Roger e Lejeune (2023, p. 36),

> A desprofissionalização aparece, portanto, como o oposto da profissionalização, na medida em que o que pode contribuir para a profissionalização da atividade laboral e/ou da formação pode, por sua vez, produzir situações ou processos de desprofissionalização.

No caso em questão, considera-se as associações profissionais como elemento organizador de uma profissão, argumentando que seu declínio representaria, pelos mais diversos motivos, um indicador de desprofissionalização, o qual se refere à defesa da autonomia frente a outras profissões e interesses no contexto da ecologia das profissões.

Para Abbott (1988), deve-se compreender o conjunto de profissões como um sistema complexo no qual a ação ou inação de uma profissão representa uma alteração no sistema. Nessa ecologia das profissões, uma determinada profissão não atuaria no vazio, mas interagindo constantemente com o desenvolvimento de outras profissões. Nesse sentido, profissões mais organizadas, tal como em uma associação, podem ter mais sucesso e estender a sua esfera de influência, garantindo assim mais reconhecimento público e autonomia junto à sociedade. Por outro lado, Freidson (1998) argumenta em termos de luta pelo monopólio do saber e da autonomia frente à sociedade e a outras profissões.

Especificamente no caso da biblioteconomia, pode-se aludir a um *macrossistema*, a um *microssistema* e a um *intrassistema*. O macrossistema é o espaço que envolve todas as profissões que interagem indiretamente com o campo da informação. O microssistema é o ambiente representado pelo grupo de profissões que interagem diretamente com a profissão (arquivistas, informáticos, museólogos etc.). Já o intrassistema seria o espaço de atuação dos agentes que atuam no interior da profissão (cientistas, líderes sindicais, representantes de classe, profissionais, suas organizações etc.)

No microssistema da biblioteconomia, representado pelo conjunto de profissões que está próximo, no qual competem e colaboram diversos agentes a depender dos interesses do grupo, quando há ameaças externas que afetam a existência ou o grau de autonomia das profissões de arquivista, bibliotecários, museólogos, documentalistas etc., a tendência correta seria de colaboração e resistência mútua. Internamente, quando se pretende disputar espaço no mercado de trabalho da informação, estes agentes demonstram graus variados de especialização para competir para atender da melhor forma possível à sociedade.

Não obstante, o equilíbrio desse sistema não é uma constante e pode ser que o acirramento da competição interna fragilize os parceiros-concorrentes e limite a compreensão das reais ameaças vindas do macrossistema ou que podem estar no conjunto do sistema, isto é, em outras profissões e na própria sociedade.

A busca por manter e expandir o monopólio do conhecimento técnico pode afetar as profissões vizinhas e comprometer o microssistema, reduzindo a capacidade e a quantidade da força de trabalho no campo da informação para enfrentar ameaças externas.

Denomina-se ameaça externa, mas não é um termo adequado. Neste caso, refere-se a profissões que colaboram e competem com bibliotecários, arquivistas, documentalistas e museólogos, isto é, administradores, informáticos, engenheiros, cientistas sociais etc.

Argumenta-se que as associações profissionais representam o mais elevado grau de organização dos profissionais para enfrentar desafios presentes no sistema das profissão, entre eles: capacitação pré-universitária ou universitária, especialização pós-universitária, regulação do exercício profissional, legislação, questões éticas e deontológicas, representatividade social, autonomia e reserva de mercado etc. Sem uma entidade organizadora, as forças do mercado podem levar mais rapidamente à diminuição do poder da profissão e facilitar o processo de desprofissionalização.

É veiculado nos círculos acadêmicos do campo da biblioteconomia afirmações que asseveram a essencialidade atemporal do campo. Em outras palavras, sustenta-se que "sempre houve bibliotecários e continuará existindo no futuro", "a sociedade sempre precisará de bibliotecários"; "onde há informação, trabalhará um bibliotecário", entre outros tantos mantras. A questão aqui é saber o grau de veracidade dessas afirmações ou se são apenas representações coletivas e ideológicas que ecoam apenas entre os profissionais. É preferível confiar em indicadores e dados objetivos.

Não se sabe ao certo quando uma profissão entra em declínio, mas presume-se que a retirada gradual de suas funções e tarefas possa ser interpretada como um início. Concretamente, a transferência das questões de referência apresentadas antes aos bibliotecários e agora para os sistemas *bots*, metabuscadores e ferramentas de inteligência artificial, pode ser considerado um indicador de que a atividade de referência está aos poucos sendo esvaziada. Assim como a referência, outras atividades e tarefas antes exclusivas de bibliotecários foram automatizadas e atualmente não se identificam com a figura do bibliotecário.

Com isso, a biblioteconomia é desestimulada a empreender especializações e aperfeiçoamentos em áreas já ocupadas por tecnologias (exemplo, buscar de informações utilitárias feitas atualmente ao Google e não mais a bibliotecas) ou outras profissões. Esse processo silencioso de abdicação de tarefas, compromissos e responsabilidade ante o usuário contribui para a desprofissionalização.

> Se a desprofissionalização se manifesta por meio de formas ou processos de desqualificação ou desespecialização, isso afeta diretamente os conhecimentos profissionais, ou seja, os elementos necessários para agir com competência e negociar seu status e sua função na organização social."(Maubant, Roger & Lejeune, 2023, p. 44)

Em contraste, pode ser argumentado que as tecnologias proporcionam um ganho de produtividade e um aumento do número de pessoas atendidas, realizando efetivamente a missão da profissão. Contudo, no mínimo, isto representaria um processo de comoditificação do conhecimento, ou seja, a transferência do saber técnico e sua reprodução externa sem o controle do sujeito. Os casos concretos seriam as tarefas de indexação, catalogação e gerenciamento de sistemas de bibliotecas, facilitados pelas ferramentas de inteligência artificial. É importante sublinhar que não se está negando a utilidade da tecnologia, mas constata-se a existência de um processo de mão dupla: ganha-se agilidade e amplitude de aplicação, mas com isso perde-se o domínio exclusivo sobre o conhecimento que, ao fim e ao cabo, representa o núcleo de qualquer profissão. O processo de comoditificação é silencioso e ocorre gradativamente transformando habilidades intrínsecas ao saber profissional a um conjunto de ações comutáveis e comercializáveis.

> Os processos de desprofissionalização não apenas questionam o significado e as características do conhecimento profissional necessário para o desempenho do trabalho e das tarefas requeridas, mas tendem a modificar a relação com o trabalho

> e a atividade desenvolvida pelos trabalhadores, grupos profissionais e organizações. Essa relação está mudando e leva a considerar que determinadas atividades de trabalho ou determinadas tarefas não dependem mais do conhecimento que até então era considerado necessário, mas requer outros. A desvalorização do conhecimento profissional é consequência dos processos de desprofissionalização. Em tal processo, o trabalhador é desafiado a repensar os fundamentos de sua prática. (Maubant, Roger & Lejeune, 2023, pp.43-44)

Como se pode notar, quando o núcleo ou mesmo a periferia do sistema de conhecimento de uma profissão é desvalorizado pela sociedade, ele entra subjetivamente em um processo de desprofissionalização. Maubant, Roger & Lejeune (2023) apresentam uma ideia de desprofissionalização aplicada à esfera individual.

Por outro lado, deve-se perceber os seus efeitos em termos coletivos, isto é, como a soma da desvalorização do conhecimento ou da *expertise* de diversos profissionais de um campo pode levar à desprofissionalização coletiva. Essa forma de entender a desprofissionalização seria mais adequada para tratar do conjunto do problema da biblioteconomia no Brasil, a qual sofre coletivamente a desvalorização, mas se sustenta, grosso modo, por dispositivos legais que operam na regulação, fiscalização e controle da atuação da profissão.

Em termos individuais, a desprofissionalização representa um tipo de "demissão silenciosa", isto é, falta de engajamento para exercer a profissão que pode ser notada na displicência com compromissos associados ao próprio trabalho.

> Contudo, essa situação tem o efeito de abalar a identidade profissional, que sabemos o quanto se forja em e por uma identificação do trabalhador com os saberes profissionais mobilizados, bem como pela capacidade do trabalhador de dar sentido à aplicação desses saberes na sua atividade laboral." (Maubant, Roger & Lejeune, 2023, pp.43-44)

Voltando ao ponto principal do argumento, as associações devem ser vistas como articuladoras da profissão frente aos desafios colocados pela desprofissionalização coletiva e individual. A ideia central pode ser resumida na seguinte expressão: *quanto mais existirem associações organizadas e preparadas, será mais fácil identificar as ações que levam à desprofissionalização e reverter o processo.*

A falta de associações organizadas e atentas às mudanças na ecologia das profissões – e não apenas atentas à adaptação da profissão ao mercado de trabalho – representa um indicador de desprofissionalização, tal como se defende aqui.

A seguir, tratar-se-á de fornecer um olhar sobre a situação brasileira no campo da biblioteconomia e inferir sobre algumas possíveis causas.

Ascensão e Declínio das Associações de Bibliotecários no Brasil: fator interno e indicador de desprofissionalização

Entende-se que a quantidade de associações não é mais importante que a sua qualidade representada pela capacidade de adesão do corpo de profissionais. O pressuposto básico é que as associações representam um motor crucial entre os fatores internos rumo à profissionalização e que seu declínio representa uma fragilidade que indica o aumento do processo de desprofissionalização. O objetivo da seção é mostrar o quadro atual das associações bibliotecárias no Brasil e entender o que pode ter levado à diminuição de seu papel na construção da profissão.

Para tanto, deve-se compreender que no Brasil, o sistema da profissão de bibliotecário é constituído de camadas de entidades profissionais que atuam, em alguns casos, na mesma esfera.

Almeida Júnior (1997) sistematizou de maneira clara o que se considera aqui a organização do intrassistema da profissão de bibliotecário. Para o autor (Almeida Júnior, 1997, pp. 116-117), o movimento associativo da área está dividido no Brasil em quatro grupos. O primeiro grupo está representado pelos conselhos que fiscalizam o exercício, como exemplos, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB). O segundo grupo é constituído pelas associações que trabalham para a atualização profissional e inovação, como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e as associações de bibliotecários estaduais e municipais. O terceiro grupo é formado pelos sindicatos que defendem a profissão em questões trabalhistas. O quarto grupo é representado por entidades vinculadas à formação profissional, como associações de escolas, organismos associativos de alunos, ex-alunos, centros e diretórios acadêmicos no âmbito das universidades.

À primeira vista, as linhas que dividem as tarefas parecem nítidas, mas na prática não funciona bem assim. Um exemplo foi a parceria do Conselho Federal de Biblioteconomia com a Universidade Aberta do Brasil, do Ministério de Educação, para a criação de cursos de biblioteconomia à distância. Não se trata de uma crítica à iniciativa, mas o reconhecimento de que as questões relacionadas ao ensino e à formação não foram promovidas pelas entidades do segundo grupo ou do quarto grupo, isto é, pelas associações de classe interessadas na qualificação dos profissionais ou pelas associações de escolas. A sobreposição de funções ou a duplicação de tarefas no intrassistema deve ser analisada em outro estudo porque responde à eficácia da organização da profissão.

No que se refere às associações de bibliotecários, no Brasil, pode-se considerá-las fundamentais para a história da profissão no Brasil. A primeira associação foi a Associação Paulista de Bibliotecários, fundada em 1938.

As funções das associações concentram-se em questões decisivas para a existência e a manutenção de uma profissão. Segundo Almeida Júnior (1997), uma associação deve atuar nas seguintes frentes:

- atualização profissional;
- luta e defesa da profissão;
- divulgação da profissão;
- ampliação do mercado de trabalho;
- defesa do profissional em termos de salário, mercado de trabalho, condições de trabalho, status e dignidade do profissional;
- melhoria da profissão com respeito a instrumentos e locais de trabalho: recursos, luta contra censura, desenvolver novas técnicas e criação de grupos de estudo e trabalho;
- integração com outras associações, nacionais ou internacionais (Almeida Júnior, 1997, pp. 118-119).

Nota-se que a luta por salário, condições de trabalho e questões relacionadas ao mercado coincidem com tarefas de sindicatos. Ao passo que a preocupação com a formação profissional também encontra-se entre as razões de existência de associações de escolas.

Tanto as associações profissionais quanto às associações de escolas dependem da existência de cursos e de interessados pela profissão.

Somente para dar a conhecer a situação dos cursos de biblioteconomia no Brasil, foi realizado um levantamento em maio de 2025, através da plataforma E-MEC (https://emec.mec.gov.br/emec/nova), tal sistema o acompanhamento de instituições e cursos de nível superior no Brasil.

A plataforma indica 82 registros associados ao curso de biblioteconomia, sendo 36 cursos de instituições públicas federais, 8 de instituições públicas estaduais, 19 de instituições privadas sem fins lucrativos, e 19 de instituições privadas com fins lucrativos.

Dentre estes cursos, 48 são desenvolvidos em modalidade presencial, enquanto 34 têm seu oferecimento à distância. Por fim, 2 destes cursos encontram-se em processo de extinção, enquanto que 8 estão extintos e 72 ainda estão em atividade.

O primeiro curso de biblioteconomia à distância foi oferecido pela Universidade de

Caxias do Sul - UCS, no ano de 2013. Em outras palavras, em pouco mais de uma década houve o aumento de 3.300% no número de cursos dessa modalidade.

Para compor o quadro das associações profissionais e sindicatos de bibliotecários do Brasil, realizou-se um levantamento em sites dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB-6, 2020; CRB-11, 2022), do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB, 2021), da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB, 2025), e na literatura (Spudeit; Fürh, 2011; Santana; Nunes, 2017; Silva, 2019).

Criada em 1959 como Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), atualmente Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, a FEBAB tem como compromisso reunir as entidades e coordenar as atividades que fomentem as bibliotecas e seus profissionais (FEBAB, 2025).

Tanto a criação da primeira associação da categoria no Brasil, APB, em 1938, quanto a federação de associações, FEBAB, em 1959, podem ser consideradas pioneiras no contexto ibero-americano.

Em levantamento recente junto a FEBAB (2025), foram identificadas 11 associações estaduais vinculadas à federação. Contudo, ao longo da história do movimento associativo brasileiro no campo da biblioteconomia foram registradas 21 associações, sem considerar as associações de escolas (Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal - ABDF, Associação Paulista de Bibliotecários - APB, Associação Rio-Grandense de Bibliotecários - ARB, Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais - ABMG, Associação dos Bibliotecários do Ceará - ABCE, Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul - APBMS, Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba - APBPB, Associação Bibliotecária do Paraná - ABPR, Associação Profissional dos Bibliotecários do Paraná - APBPR, Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí - ABEPI, Associação Catarinense de Bibliotecários - ACB, Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro - APBRJ, Associação dos Bibliotecários do Estado de São Paulo - ABESP, Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte - APBRN, Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe - APBDSE, Associação de Bibliotecários do Espírito Santo - ABES, Associação de Bibliotecários e Documentalistas do Estado da Bahia - ABDEB, Associação dos Bibliotecários em Goiás - ABG, Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco - APBPE, Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia - AAPB, Associação Brasileira de Profissionais da Informação - ABRAINFO).

Como visto, na segunda metade do século XX, viveu-se o apogeu das associações de profissionais bibliotecários alcançando as 21 associações. Agora, pode-se afirmar que se presencia o seu declínio, pelo menos em termos quantitativos, com apenas 11 associações registradas na FEBAB. O contraditório é que o aumento do número de cursos não cessou desde então, isto é, haveria, em tese, mais profissionais entrando no mercado de trabalho, mas esse fenômeno não fomentou o incremento do número de associações. Esse fenômeno deve ser investigado em detalhe em outra pesquisa, isto é, verificar o número de titulados e a taxa de associados.

Como visto, a criação de associações profissionais data da década de 1930 e foi aumentando conforme o Estado brasileiro fazia-se mais presentes em diversas regiões do país, através da instalação física de bibliotecas e de escolas profissionais. O desenvolvimento das associações está intrinsecamente ligado ao fortalecimento das escolas de biblioteconomia. Estas, por sua vez, capacitam os profissionais para atuarem em bibliotecas, qualificam o discurso científico da área e produzem uma massa de interessados que refletem sobre o futuro do campo.

Se há mais escolas e menos associações que no passado, isso poderia ser considerado um fator interno (intrassistema) que contribui para a desprofissionalização. Em resumo, a diminuição da articulação política das associações regionais e o enfraquecimento do

vínculo com a FEBAB, seriam indicadores do complexo processo de desprofissionalização.

O sistema da profissão, cujo centro discursivo para a capacitação deveria estar centrado na FEBAB, caso não seja percebido integralmente, pode levar a desarticulação. As associações estão antes e além dos órgãos de fiscalização, pois caso o sistema de credenciamento assentado nos conselhos federal e regionais seja alterado por decreto, isto é, a desregulamentação da profissão seja forçada externamente via demanda parlamentar, as associações seriam as únicas instituições que restariam para adaptar os profissionais - sejam iniciantes ou já presentes no campo -, a um novo processo de credenciamento e regulação para atestar a qualidade dos serviços profissionais junto à população brasileira. Em outras palavras, não há saída para retardar ou evitar a desprofissionalização que não passe por depositar confiança nas associações.

O processo de desprofissionalização da biblioteconomia no Brasil deve ser ainda investigado, pois envolve diversos fatores. Aqui se apontou apenas para o que se considera um dos indicadores de seu aparecimento: o declínio das associações que representa a descentralização da narrativa sobre intenções da biblioteconomia brasileira frente à sociedade.

Apesar das limitações para desvendar as razões últimas do processo de desprofissionalização, deve-se especular sobre o fenômeno que atinge as associações. No caso brasileira, deve-se reconhecer que esse fenômeno não é novo. Almeida Júnior (1997), em uma publicação de 1985, já fazia a seguinte pergunta: o que faz um bibliotecário não participar (do movimento associativo)? O autor considerava como razões: complexo de inferioridade; descrença na importância da profissão; desconhecimento da real função social; crer numa biblioteconomia unicamente técnica; não pensar em si enquanto agente de transformação; não pensar em si como trabalhador assalariado e; considerar que as associações não podem fazer nada (Almeida Júnior, 1997, pp. 108-109).

A participação individual recorre a um imaginário sobre a profissão, muitas vezes equivocado, bem como um conjunto de representações sociais que afetam a compreensão da profissão, das atividades desempenhadas, dos espaços de trabalho, da organização da profissão e da sociedade.

Nesse sentido, destacam-se quatro possíveis causas da diminuição da articulação das associações bibliotecárias no âmbito brasileiro. Essas hipóteses também foram antecipadas de certa maneira por outros autores (Almeida Júnior, 1997; Souza, 2009), a saber:

a) identidade profissional;

b) ideologia neoliberal;

c) choque geracional;

d) representatividade e reconhecimento social da profissão.

Isso não significa que sejam as únicas explicações, mas deve-se ter um ponto de partida para entender a raiz do processo de desprofissionalização que indica a diminuição na confiança nas associações.

Chama-se a atenção para a identidade profissional porque a ausência de uma consciência de grupo que seja revalidada continuamente com crenças e rituais afeta o sentimento de pertencimento. Quando um bibliotecário enfrenta um problema de censura em sua biblioteca pública no interior do país, outros colegas, cuja posição no sistema é mais abastada, tendem a desconsiderar a situação e não se manifestam com a devida solidariedade.

A fragmentação da identidade profissional proporcionada pela noção pós-moderna de que não há processos de formação de identidade coletiva, de classe, mas opções de identificação colhidas e descartadas de um mostruário aberto. Então, um bibliotecário que atua em uma biblioteca universitária tende a buscar os traços de identidade que o ligue à categoria dos bibliotecários de universidades e o status correspondente, sem se envolver com questões de outro segmento de identidade bibliotecária. Por outro lado, bibliotecários de bibliotecas públicas e escolares procuram construir uma sub identidade e incluir nesta os estigmas decorrentes da falta de reconhecimento social dos atuantes neste setor. O mesmo vale para o bibliotecário que

atua em empresa, que se percebe como bibliotecário moderno, empreendedor e bem sucedido porque materializou o projeto humano neoliberal, isto é, fez tudo por mérito próprio para chegar em tal posição. A fragmentação da identidade tende a desarticular os sujeitos, os quais não se veem comprometidos com grandes projetos ou causas angariados por uma associação que represente a todos. Em resumo, professam que uma associação geral não defenderia a sua identidade particular como bibliotecário. Considera-se que essa questão deve ser revisitada em outro momento.

O choque geracional (conflitos entre Baby Boomers, Geração X, Geração Y e Geração Z) ou a convivência nem sempre amistosa entre velhos e novos bibliotecários tende a diminuir a coesão social. Em um ambiente de trabalho plural como grandes bibliotecas e sistemas de informação é possível perceber a presença de etarismo em ambos grupos. Os mais experientes desconfiam do grau de compromisso e responsabilidade dos neófitos no campo, e os mais jovens tendem a atribuir os problemas da área aos que aqui já estavam quando concluíram a sua graduação, ademais da brecha tecnológica evidente entre eles.

Os conflitos geracionais dentro dos ambientes de trabalho obscurecem a compreensão dos motivos pelos quais bibliotecários mais experientes valorizam supostamente as associações de classe em relação aos mais novos. No caso do Brasil, os profissionais titulados nas décadas de 1970 e 1980 têm a consciência da necessidade de articulação política, porque não podiam se organizar para defender seus direitos no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Como essa memória histórica está ausente ou é reduzida entre os profissionais mais jovens, a ideia de que a articulação política e coletiva pode implementar um projeto de profissão e resultar em mudanças, seria algo exógeno. Supostamente, os mais jovens entendem que o desempenho individual de um bibliotecário é o que fará a diferença para o reconhecimento e a manutenção da profissão na sociedade.

Por outro lado, a questão da representatividade e reconhecimento social é um dos fantasmas que assustam os praticantes. A falta de reconhecimento público é justificada pela pouca atenção dos governantes nos assuntos relacionados à promoção da leitura, no fomento de bibliotecas etc. Contudo, a percepção de uma profissão pelos indivíduos é dada por contatos diretos em situações reais. Nessa situação, quando há bibliotecários qualificados, estes escolhem deliberadamente cargos ou posições que representam prestígio (chefes de bibliotecas, diretores, gestores etc.) delegando aos menos qualificados ou trabalhadores com pouca capacitação a tarefa de estabelecer um contato direto com a população. O atendimento ao público em bibliotecas feito por estagiários ou pessoas sem nenhuma qualificação é a norma em várias bibliotecas.

Não é necessário ir longe para perceber que os currículos profissionais dedicam mais carga horária a disciplinas de classificação, indexação, gestão de sistemas, gestão de pessoas que em disciplinas voltadas ao público externo (atendimento ao público, ação cultural, serviço de referência etc.).

Tal fato adorna uma categoria mental subjacente que assume ser mais importante os cargos e postos de trabalho internos que atender diretamente o público externo. Contudo, a construção lenta da imagem social do bibliotecário depende de uma socialização direta com bibliotecários bem qualificados e não substitutos sem treinamento.

Em síntese, o reconhecimento social não é mero produto de uma propaganda de *marketing* ou peça publicitária bem montada, mas de um processo contínuo que se desenvolve lentamente em relações efetivas com a sociedade.

Como visto, a identidade profissional, a ideologia neoliberal, o choque geracional e o reconhecimento social da profissão, devem ser analisadas para compreender a adesão de bibliotecários às associações. O declínio das associações e a desprofissionalização, precisam observar os fatores internos e externos ao sistema da profissão (macrossistema, microssistema e intrassistema).

Considerações Finais

A despeito da época em que foi proferido, em uma palestra em 1987, o argumento de Almeida Júnior (1997) continua sendo impactante:

> Quando dizemos, então, que a participação do bibliotecário no movimentos associativo é nula, quase inexistente, estamos também afirmando seu total descompromisso com o seu trabalho, com sua ação, com sua atuação. (Almeida Júnior, 1997, p 125).

Em que pese as iniciativas de blogueiros e *youtubers* que romantizam o campo da leitura e das bibliotecas nas redes sociais, o pensamento estratégico da profissão para adaptar-se às mudanças e enfrentar os futuros desafios se dará pela articulação política em associações bem entrosadas com sindicatos, escolas, profissionais e sociedade.

O objetivo do trabalho foi entender os indicadores internos, mais precisamente, o declínio das associações bibliotecárias, como fator que impacta na desprofissionalização. Como percebido, as associações representam uma força fundamental para o planejamento da profissão.

As causas da falta de participação devem ser buscadas na análise do discurso dos praticantes (exemplo: identidade profissional, a ideologia neoliberal, o choque geracional e o reconhecimento social), bem como em diagnósticos da situação da profissão em seu próprio sistema (número de titulados, taxa de ocupação, taxa de filiação, desafios, disputas internas e externas, concorrentes, grau de automação de tarefas etc.).

Espera-se que este trabalho tenha aberto o debate sobre a desprofissionalização e a necessidade de uma análise sociológica mais profunda sobre o tema.

Referências

Abbott, A. (1988). The system of professions: An essay on the division of expert labor. The University of Chicago Press.

Almeida Júnior, O. F. (1997). Sociedade e biblioteconomia. Polis.

CFB, Conselho Federal de Biblioteconomia. (2021). Conselhos regionais. https://cfb.org.br/conselhos-regionais/.

CRB-11, Conselho Regional de Biblioteconomia 11ª Região (2022). Links importantes. https://www.crb11.org.br/link.

CRB-6, Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região (2020). Links importantes. https://crb6.org.br/o-crb-6/links-importantes/.

Cunha, M. V. (2006). As profissões e as suas transformações na sociedade. Em M. V. Cunha, & F. C. Souza (Orgs.), Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da Ciência da Informação (pp.141-150). Autêntica.

Eco, U. (2008). Apocalípticos e integrados. Perspectiva.

FEBAB, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições. (2021-2024). Associações Filiadas. https://febab.org/sobre/associacoes/.

Freidson, R. (1998). Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. Edusp.

Maubant, P., Roger, L., & Lejeune, M. (2023). Desprofissionalização. Em B. O. Bueno (Org.), Formação, profissionalização e desprofissionalização docente (pp. 34-57). FEUSP.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2024, 31 de julho). IA Generativa e Empregos na região da América Latina e do Caribe: o fosso digital é um amortecedor ou um gargalo? https://www.ilo.org/pt-pt/publications/ia-generativa-e-empregos-na-regiao-da-america-latina-e-do-caribe-o-fosso.

Santana, J. A., & Nunes, J. V. (2017). Ética profissional, deontologia e sindicalismo na biblioteconomia brasileira: múltiplas perspectivas históricas de atuação. RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação, 16(1). 56-77. https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8649700.

Silva, R. A. da. (2019). Precarização do trabalho e o papel da organização coletiva do precariado: um olhar sobre a profissão de bibliotecário e o caso do sindicato dos bibliotecários de Minas Gerais. [Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito de Vitória]. Repositório Faculdade de Direito de Vitória. http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/798.

Spudeit, D. F. A. O., & Führ, F. (2011). Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. TransInformação, 23(3). p. 235-249. https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6189.

DE LO DISCIPLINAR A LO TRANSDISCIPLINAR EN LA FORMACIÓN DE PREGRADO Y POSTGRADO SOBRE ESTUDIOS DE INFORMACIÓN. UNIVERSIDAD DE LA SALLE. BOGOTÁ-COLOMBIA

Johann Pirela Morillo, https://orcid.org/0000-0002-1492-6053 , Universidad de La Salle, Colombia, jepirela@unisalle.edu.co

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6612

Eje: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introducción

El giro epistémico y curricular de lo disciplinar a lo transdisciplinar constituye un salto cualitativo necesario para abordar los problemas que permiten desplazamientos desde visiones monolíticas, compartimentadas y atomizadas de la realidad, los objetos de estudio y sus fenómenos estructurales, hacia formas más sistémicas e integrales que consideran las multidimensionalidades y complejidades de Los procesos y contextos que se estudian. En este sentido, se plantea el problema de la investigación, el cual se configura a partir de la ausencia de un ejercicio analítico que integre lo curricular y lo epistémico en la formación de pregrado y postgrado de la Universidad de La Salle, institución de educación superior pionera en la formación bibliotecológica y archivística en la capital de Colombia.

Se trata de mostrar un enfoque crítico y relacional del currículo y las epistemologías en el campo de los Estudios de Información, desde una perspectiva latinoamericana, espacio en el

cual se han generado posturas teóricas para explicar las interacciones y diálogos entre las disciplinas de la Bibliotecología y Archivística, en conexión con áreas como la Gestión Documental, la Gestión de la Información y del Conocimiento, articuladas con el uso de las tecnologías que se han planteado en diferentes momentos históricos, pero que ahora tienen el adjetivo de emergentes para incluir un conjunto de herramientas que pueden dinamizar y hacer más efectivos los procesos de acceso a la información, análisis documental y provisión de servicios de información con valor agregado. Se ha considerado pertinente también interpretar otras perspectivas que se han formulado en otros escenarios académicos, como son los enfoques europeos, principalmente de Alemania, España y Portugal, que sin duda contribuyen con la explicación de la naturaleza y el alcance teórico, epistemológico y metodológico que definen el ser y el hacer de la Ciencia de la Información.

Frente a estas realidades y considerando que el tránsito de los datos a la información y el conocimiento constituyen la tríada en torno a la cual se organizan las estructuras organizacionales y sociales actuales, mediadas por el uso crítico y significativo de las tecnologías digitales, se impone la necesidad de construir un discurso epistemológico que oriente los procesos de formación en Ciencia de la Información, asumiendo como eje articulador el carácter inter y transdisciplinar de este campo de conocimiento. En este marco de argumentos, se ubica el objetivo general de esta ponencia, la cual pretende reconstruir analíticamente las propuestas curriculares de pregrado y postgrado que se han diseñado en la Universidad de La Salle en 54 años de funcionamiento en Bogotá-Colombia.

La importancia que tiene este trabajo consiste en la proyección de un enfoque integrador entre lo epistemológico y lo curricular, como un ejercicio sobre cuya base es posible realizar análisis de las perspectivas teóricas que se han privilegiado en los diferentes momentos históricos y su incorporación en los planes de estudio, lo cual pasa por asumir que el currículo es un espacio de construcción epistemológica en el que se expresan, mediante las secuencias diacrónicas y sincrónicas de los campos de conocimiento, los modos a partir de los cuales se entienden los objetos de estudios y sus áreas conexas.

Sessão 7

TESES E DISSERTAÇÕES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA: 2004-2018

Luísa Alvim, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 0000-0001-9106-1658, Portugal, *mluisa.alvim@gmail.com*

Luiza Baptista, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 0000-0002-8188-1959, Portugal, *luiza.baptista@fmd.ulisboa.pt*

Teresa Costa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 0000-0003-4928-9047, Portugal, *teresa.costa.23@gmail.com*

Margarida Vargues, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 0000-0002-3884-9953, Portugal, *mmargaridav@gmail.com*

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.304

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Património)

de Informação, na Universidade de Évora, ao nível de teses de doutoramento e de dissertações de mestrado, no sentido de consolidar a produção científica que promoveu a partilha de saber e do conhecimento da Ciência de Informação na academia. Realiza-se uma análise, no âmbito dos trabalhos académicos aprovados nos cursos de 2º e 3º ciclos de estudos no ensino superior, entre 2004 e 2018, anos em que a instituição ofereceu formação nesta área.

Utilizam-se métodos qualitativos, com recurso à análise de conteúdo, e quantitativos, com recurso à bibliometria, para análise dos dados recuperados a partir do catálogo bibliográfico e do *Repositório Digital de Publicações Científicas* da Universidade de Évora, no total de 76 trabalhos (59 dissertações de mestrado e 17 teses de doutoramento).

Apresentam-se os dados por ano, áreas de estudo com distribuição por classes e subclasses temáticas, métodos de investigação, afiliação dos orientadores e proveniência geográfica dos alunos. A oferta destes cursos, por parte da Universidade de Évora, revelou-se como algo atrativo para obtenção de formação superior na área da Ciência da Informação, o que fica patente, quer pelo número de trabalhos defendidos, quer pela diversidade na proveniência geográfica dos alunos.

Introdução

Ao longo de três décadas, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora tem revelado uma sólida trajetória na produção científica em várias áreas do conhecimento. Este trabalho pretende realizar uma análise da investigação, na área da Ciência

MAPEAR TERRITÓRIOS E NICHOS: ESTRUTURA RETÓRICA DAS INTRODUÇÕES DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO NO 2.º CICLO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO REALIZADOS NAS BIBLIOTECAS EM PORTUGAL (2015-2024)

Sofia Bettencourt da Silva, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 0000-0003-3358-4842, Portugal, *sbsilva@letras.ulisboa.pt*

L. S. Ascensão de Macedo, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 0000-0001-7251-7314, Portugal, *laureanomacedo@edu.ulisboa.pt*

Jorge Revez, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 0000-0002-3058-943X, Portugal, *jrevez@edu.ulisboa.pt*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6626

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Património)

Resumo:

Este estudo analisa as introduções de 15 relatórios de estágio (RE) elaborados no âmbito de mestrados em Ciência da Informação, com foco em bibliotecas portuguesas entre 2015 e 2024. Utilizando o modelo CaRS de Swales, identificaram-se os movimentos retóricos predominantes, com destaque para o movimento "Ocupar o Nicho" (M3), que evidencia a apresentação dos objetivos, resultados e estrutura do trabalho. As introduções mostram grande variação na complexidade retórica e estilos discursivos, oscilando entre a impessoalidade académica e marcas de subjetividade. O movimento "Estabelecer o Nicho" (M2), que exige maior maturidade crítica, revela-se menos desenvolvido. Os dados indicam ainda uma predominância de RE redigidos por mulheres e uma concentração geográfica na Universidade de Lisboa. Este trabalho contribui para a compreensão da escrita académica em relatórios de estágio e salienta a importância do domínio da comunicação académica, especialmente perante o uso crescente de ferramentas de inteligência artificial na produção textual.

Palavras-chave: retórica académica, relatório de estágio, biblioteconomia, modelo CaRS, introdução académica

Resumen:

Este estudio analiza las introducciones de 15 informes de prácticas (RE) elaborados en el marco de maestrías en Ciencia de la Información, centradas en bibliotecas portuguesas entre 2015 y 2024. Utilizando el modelo CaRS de Swales, se identificaron los movimientos retóricos predominantes, destacando el movimiento "Ocupar el Nicho" (M3), que evidencia la presentación de objetivos, resultados y estructura del trabajo. Las introducciones muestran una gran variación en la complejidad retórica y en los estilos discursivos, oscilando entre la impersonalidad académica y marcas de subjetividad. El movimiento "Establecer el Nicho" (M2), que requiere mayor madurez crítica, se presenta menos desarrollado. Los datos también revelan una mayoría de informes redactados por mujeres y una concentración geográfica en la Universidad de Lisboa. Este trabajo contribuye a la comprensión de la escritura académica en informes de prácticas y subraya la importancia de la alfabetización académica y el dominio de la retórica científica, especialmente ante el creciente uso de herramientas de inteligencia artificial en la producción textual.

Palabras clave: retórica académica, informe de prácticas, biblioteconomía, modelo CaRS, introducción académica

Introdução

A elaboração de um trabalho final de mestrado constitui um desafio significativo para muitos estudantes, sobretudo por tratar-se de um requisito obrigatório para a obtenção do grau académico numa determinada área do saber. Entre as diversas secções que integram este tipo de trabalho, a introdução assume um papel essencial, na medida em que apresenta uma visão geral do tema, justifica a relevância da investigação, delimita o seu âmbito e estabelece o enquadramento teórico e metodológico. Contudo, estes elementos não são organizados de forma arbitrária. Os autores necessitam não só de demonstrar a pertinência do estudo junto da comunidade académica e científica, mas também de evidenciar um conhecimento adequado das normas e convenções da comunicação científica, respeitando as especificidades da comunidade discursiva a que se dirige o trabalho (Bitchener & Basturkmen, 2006).

Para a obtenção do grau de mestre em Portugal, é exigida a realização e defesa pública de uma dissertação, de um trabalho de projeto ou de um relatório de estágio (RE) (Presidência do Conselho de Ministros, 2018). No caso do RE, este tendencialmente deve estar sob a orientação de um docente e da designação de um responsável da instituição de acolhimento.

Considerando que cada um destes géneros académicos está vinculado à comunidade discursiva em que se insere o ciclo de estudos, as investigações preliminares sobre a estruturação do discurso académico no domínio da Ciência da Informação (CI), em particular no âmbito da biblioteconomia em Portugal, revelam-se bastante incipientes (Macedo & Silva, 2024), o que reforça a pertinência do presente estudo. Além disto, com a proliferação de plataformas baseadas em inteligência artificial generativa para a produção de textos académicos, observa-se que essas ferramentas seguem padrões linguísticos e estruturais de natureza estatística, sem aplicar conscientemente movimentos retóricos; no entanto, podem ser treinadas ou orientadas a reproduzir tais estruturas (Kim & Lu, 2024). Nesse contexto, o estudo dos movimentos retóricos torna-se particularmente pertinente, pois permite avaliar a qualidade, a coerência e a eficácia comunicativa dos textos, tanto produzidos por humanos como gerados pela inteligência artificial generativa, contribuindo para uma utilização crítica e informada dessas tecnologias especialmente nas questões de autoria, originalidade e responsabilidade discursiva no meio académico.

Assim, o objetivo deste estudo consiste em analisar os padrões de estruturação das secções introdutórias dos RE produzidos no âmbito da obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação na área das bibliotecas, em instituições de ensino superior em Portugal, entre 2015 e 2024. O RE constitui um género académico específico, no qual os estudantes relatam as atividades desenvolvidas em contexto de estágio supervisionado, distinguindo-se de outras modalidades de trabalho final, como a dissertação ou o trabalho de projeto (Andrade & Mesquita, 2016). Com esta análise, pretende-se compreender de que forma os estudantes organizam os elementos introdutórios do texto, à luz dos movimentos retóricos inicialmente propostos por Swales (1981, 1990), e em que medida respeitam as convenções discursivas da comunidade académica da área. Assim, propõe-se a seguinte questão de investigação: *como se estruturam as secções introdutórias dos RE nos cursos conducentes ao grau de mestre em Ciência da Informação, com especial enfoque nas bibliotecas, em Portugal, entre 2015 e 2024?*

A estrutura do artigo organiza-se em cinco secções principais. Após esta introdução, é apresentado o referencial teórico, centrado na abordagem dos movimentos retóricos proposta por Swales (1990) e suas adaptações ao contexto da Ciência da Informação, particularmente no género RE. Segue-se a descrição dos procedimentos metodológicos, com destaque para a constituição do *corpus*, os critérios de seleção e as técnicas de codificação

aplicadas. A quarta secção apresenta os resultados da análise, distribuídos por padrões de frequência, sequências de movimentos e análise interna das etapas retóricas observadas nos textos. Por fim, na secção de considerações finais, discutem-se as principais implicações dos dados obtidos para a formação em escrita académica.

Referencial Teórico

Para examinar os padrões discursivos predominantes neste género académico específico — o relatório de estágio no contexto do mestrado — adotamos a abordagem proposta por Swales (1981, 1990). Este autor introduziu o conceito de movimento retórico, definido como uma unidade textual com uma função comunicativa específica, fundamental para compreender a organização estrutural dos géneros textuais. Segundo Bhatia (1993), a análise dos movimentos retóricos permite identificar a essência e as características distintivas de um género textual.

O modelo de análise de movimentos e etapas desenvolvido por Swales, conhecido como *CaRS* (*Create a Research Space*), tem sido amplamente aplicado não só a diferentes géneros académicos, como artigos científicos, dissertações e teses, mas também a secções específicas destes textos, tais como introduções, revisões de literatura, metodologia, resultados, conclusões e também nos paratextos (*u. g.* dedicatórias ou agradecimentos) (Bunton, 2002; Cheung, 2012; Prasetyanti & Tongpoon-Patanasorn, 2023; Samraj, 2008; Wuttisrisiriporn, 2017). Embora a maior parte dos estudos sobre este modelo se concentre na pragmática linguística (Soler-Monreal et al., 2011), o seu uso expandiu-se para outras áreas do conhecimento. No contexto da Ciência da Informação, alguns estudos foram produzidos no âmbito dos artigos científicos e nos RE produzidos no âmbito dos arquivos (Kapseon, 2018; Macedo & Silva, 2024).

O modelo CaRS estrutura-se em três movimentos principais, subdivididos em diferentes etapas, permitindo uma análise detalhada da construção discursiva dos textos académicos:

Quadro 1: Modelo CaRS

Movimentos	Etapas
Movimento 1	**Estabelecendo um Território**
Etapa 1	Reivindicar centralidade *e/ou*
Etapa 2	Generalizar o tópico *e/ou*
Etapa 3	Rever itens de pesquisas anteriores
Movimento 2	**Estabelecendo um Nicho**
Etapa 1A	Contrapor argumentos
Etapa 1B	Indicar uma lacuna
Etapa 1C	Levantar questões
Etapa 1D	Continuar uma tradição
Movimento 3	**Ocupando o Nicho**
Etapa 1A	Esboçar propósitos
Etapa 1B	Anunciar a pesquisa atual
Etapa 2	Anunciar descobertas principais
Etapa 3	Indicar a estrutura do artigo

Fonte: adaptado de Swales (1990, p. 141).

Embora o modelo apresente flexibilidade e capacidade de adaptação em diversos géneros, como defende Bunton (2002) e Bhatia (1993), a sua aplicação no domínio da Ciência da Informação ainda é escassa. Aplicações deste modelo neste género em específico têm sido analisadas em Macedo e Silva (2024), cingindo-se aos estágios realizados em arquivos, que conduziu não só à identificação da etapa *Contexto de estágio* no movimento M1 (estabelecer um território) mas também a factores de agência como a entidade onde se realiza o ciclo de estudos e/ou a aspetos estilísticos propostos pelo orientador.

Embora os métodos de análise dos movimentos retóricos em diversos artigos se baseiem frequentemente na anotação manual do modelo de Swales, numa abordagem qualitativa através da codificação, começam a emergir abordagens de natureza quantitativa, com o recurso a ferramentas computacionais (Kim & Lu, 2024; Pendar & Cotos, 2008).

Procedimentos Metodológicos

3.1. Identificação e constituição do *corpus*

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, de natureza documental e descritiva. O universo de investigação incide sobre dissertações de mestrado defendidas na área disciplinar *CNAEF 322 – Biblioteconomia, Arquivo e Documentação* (BAD), com enfoque na temática das bibliotecas, identificável através de ocorrências no título e palavras-chave (Haggan, 2004).

Os dados foram recolhidos a partir da base de dados *RENATES* (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018), considerando dissertações defendidas entre 2015 e 2024 (*n*=367), disponíveis em repositórios públicos e sem restrições de embargo. A amostra restringe-se ao género de RE, com especial atenção à secção introdutória. A amostra restringiu-se a 15 RE (cf. quadro 3).

3.2. Análise de conteúdo e codificação

A codificação dos movimentos e etapas através do modelo CaRS apoiou-se na ferramenta *Atlas.ti Cloud*. Pretende-se, ainda assim, comparar eventuais similaridades e diferenças nos RE desenvolvidos no âmbito dos arquivos por conveniência, conforme o seguinte quadro:

Quadro 2: Movimentos e etapas nos RE em CI

Movimentos	Etapas
Movimento 1	**Estabelecendo um Território**
Etapa 1	Reivindicação de centralidade *e/ou*
Etapa 2	Criação de generalizações / revisão de itens de investigação
Etapa 3	Definição de conceitos
Etapa 4	Revisão de investigações anteriores
Etapa 5	Contexto de estágio
Movimento 2	**Estabelecendo um Nicho**
Etapa 1A	Indicar uma lacuna e/ou
Etapa 1B	Indicar um problema / necessidade *ou*
Etapa 1C	Formular questões *ou*
Etapa 1D	Continuar uma tradição
Movimento 3	**Ocupando o Nicho**
Etapa 1	Delinear objetivos
Etapa 2	Apresentar a investigação
Etapa 3	Explicar os métodos
Etapa 4	Parâmetros de investigação
Etapa 5	Apresentar os principais resultados
Etapa 6	Produto da investigação/modelo proposto
Etapa 7	Significado/Justificação da investigação
Etapa 8	Estrutura do RE

Fonte: adaptado de Macedo e Silva (2024)

Resultados

4.1. Características do *corpus* de RE

Recuperaram-se, dentro dos parâmetros estipulados, 15 relatórios de estágio (RE), correspondendo a 4,1% do total de dissertações, de um total de 367. Tal sugere, que há maior preferência dos discentes em realizar RE no âmbito dos arquivos do que em bibliotecas.

A Universidade de Lisboa lidera com a maior produção, com 11 RE (73,3%), seguida pela Universidade Nova de Lisboa com 2 (13,3%), pela Universidade do Algarve com 1 (6,7%) e, por último, pela Universidade do Porto com 1 (6,7%). Em termos de distribuição por sexos na classe discente, verifica-se uma prevalência de relatórios de estágio produzidos por mulheres (12, ou 80%), em comparação com o sexo masculino (3, ou 20%), revelador da tendência feminizante do sector.

Predominam também os mestrandos de nacionalidade portuguesa (14), com um caso de mestrando do Brasil (1). Quanto aos orientadores, a distribuição é a seguinte: 2 orientadores masculinos (Universidade de Lisboa) e 5 orientadoras femininas (Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Algarve e Universidade do Porto), conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 3: Movimentos e etapas nos RE em CI

Sigla	Título
RE01	Bila, A. S. A. (2015). *Biblioteca de Arte Inclusiva: Informação e Conhecimento Acessíveis aos Leitores com Deficiência Visual* [Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RCAAP. https://run.unl.pt/handle/10362/14767
RE02	Oliveira, S. M. A. (2015). *Tratamento documental e análise bibliométrica do periódico Esmeraldo: Política & humanismo (1954-1956) da*

	colecção da Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência [Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RCAAP. https://run.unl.pt/handle/10362/17980
RE03	Bota, M. I. M. (2016). *Relatório de estágio. Biblioteca da Fundação Manuel Viegas Guerreiro*. [Mestrado, Universidade do Algarve]. RCAAP.http://hdl.handle.net/10400.1/8264
RE04	Coelho, A. A. C. (2016). *Indicadores de desempenho de bibliotecas universitárias de ciências sociais e humanas*. [Mestrado, Universidade do Porto]. RCAAP. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/85232
RE05	Oliveira, J. A. C. P. da L. (2016). *O Brasil na coleção pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal: Cartas do Brasil, 1593-1811* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/26341
RE06	Basílio, R. J. L. (2016). *Uma biblioteca digital de azulejaria e cerâmica* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/26348
RE07	Pinto, A. F. V.-C. (2016). *Oportunidades e desafios do serviço de referência: O caso da biblioteca do Tribunal de Contas* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/26306
RE08	Ilhéu, A. I. (2017). *Planos de emergência para bibliotecas: Um estudo na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/30369
RE09	Cerqueira, M. A. do C. (2017). *A nova biblioteconomia na cidade de Lisboa: Estudo de caso sobre a biblioteca pública de Orlando Ribeiro* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/30431
RE10	Ferreira, S. V. L. (2019). *Estudo sobre os (não) utilizadores idosos da Biblioteca Municipal de Sintra* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/39314
RE11	Duarte, M. L. de C. dos S. (2019). *A Biblioteca Relacional na cidade de Lisboa: Estudo de caso sobre a Biblioteca Pública Palácio Galveias* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/41782
RE12	Nogueira, I. S. C. (2023). *Queer Fear: O lugar da comunidade LGBTI+ na Biblioteca Municipal de Sintra* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP.https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/57988
RE13	Silveira, V. S. S. (2023). *O Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE): Um estudo de caso na Biblioteca Pública Municipal de Setúbal* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/60072
RE14	Afonso, Â. V. M. (2024). *A biblioteca pessoal de Eduardo Lourenço* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/95485
RE15	Portela, D. M. da S. G. (2024). *A integração da biblioteca da Escola Naval na Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional* [Mestrado, Universidade de Lisboa]. RCAAP.https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/97853

Fonte: RENATES (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018).

Comparando com os dados da área de arquivo (Macedo e Silva, 2024), podemos observar que foram analisados 21 relatórios de estágio (5,4%). Na área de biblioteca, esse número é consideravelmente menor, com apenas 15 RE (4,1%). Embora os números sejam mais baixos na área de biblioteca, as tendências de distribuição entre universidades, sexos e nacionalidades são semelhantes às observadas na área de arquivo, sugerindo um crescimento significativo do género académico em ambas as áreas.

A média de extensão dos RE no *corpus* da área de bibliotecas é de 2974,5 palavras (desvio padrão de 4206,4, com maior variação). A introdução mais extensa corresponde ao relatório RE06, com 17 444 palavras, enquanto a mais breve é a do relatório RE13, com apenas 367 palavras. Em comparação com os RE realizados na área de bibliotecas, os da área de arquivos são, em média, mais extensos, com uma diferença de cerca de 800 palavras. As únicas introduções estruturadas por secções são os RE01, RE02, RE04, RE06 e RE07, enquanto as restantes optam por um estilo narrativo ou em fluxo contínuo.

4.2. Padrões da sequência de movimentos

As introduções dos RE selecionadas para este estudo circunscrevem-se aos movimentos e etapas descritas em Macedo e Silva (2024), que se baseiam, por seu turno, no modelo proposto por Bunton (2002). As sequências de movimentos e etapas encontram-se descritas na Tabela 1 com as respetivas distribuições em termos de frequência absoluta e percentagem.

Tabela 1: Movimentos e etapas do *corpus* de RE (*n*=15)

Movimentos/etapas	Frequência absoluta	%

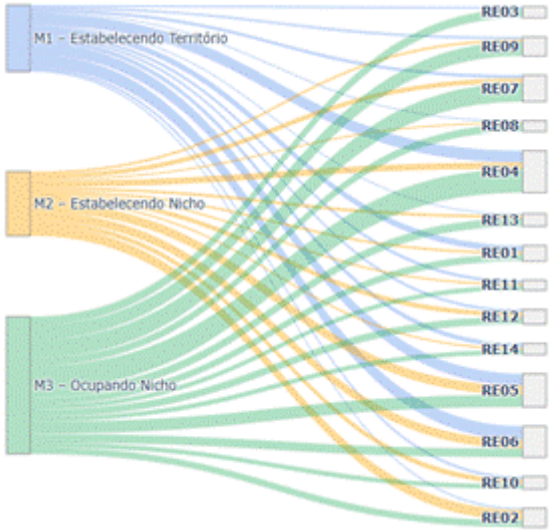
M1		***Estabelecendo um Território***	***101***	***37,00***
	S1	Reivindicação de centralidade *e/ou*	28	10,26
	S2	Criação de generalizações *e / ou*	14	5,19
	S3	Definição de conceitos	9	3,29
	S4	Revisão de investigações anteriores	18	6,59
	S5	Contexto de estágio	32	11,72
M2		***Estabelecendo um nicho***	***49***	***17,95***
	S1A	Indicar uma lacuna *e/ou*	13	4,76
	S1B	Indicar um problema / necessidade *ou*	19	6,96
	S1C	Formular questões *ou*	7	2,56
	S1D	Dar continuidade a uma tradição	10	3,66
M3		***Ocupando um nicho***	***123***	***45,05***
	S1	Delinear objetivos	17	6,23
	S2	Apresentar a investigação	30	10,99
	S3	Explicar os métodos	14	5,13
	S4	Parâmetros de investigação	1	0,37
	S5	Apresentar os principais resultados	27	9,89
	S6	Produto da investigação / modelo proposto	0	0,00
	S7	Significado / Justificação da investigação	11	4,03
	S8	Estrutura do RE	23	8,42

1.1. Fonte: elaboração própria.

O gráfico Sankey abaixo ilustra a distribuição dos movimentos retóricos nas introduções dos RE (n=15), agrupados em três grandes categorias: *M1 – Estabelecendo o Território* (azul), *M2 – Estabelecendo o Nicho* (amarelo) e *M3 – Ocupando o Nicho* (verde).

As linhas indicam o fluxo de ocorrência de cada movimento nos diferentes relatórios, sendo a espessura proporcional ao número de etapas associadas.

Gráfico 1: Representação Sankey dos Movimentos CARS no corpus de RE



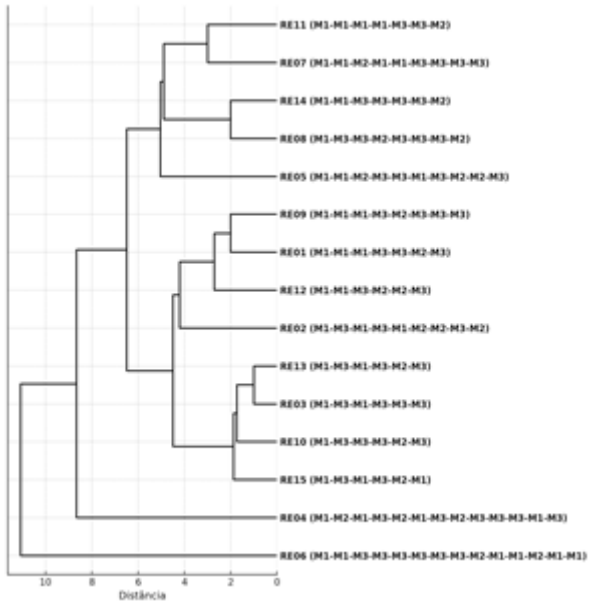
Fonte: elaboração própria.

Observa-se uma clara predominância do movimento M3, o que revela uma forte tendência para a apresentação dos objetivos, estrutura e resultados da investigação.

Em contrapartida, M1 e M2 variam significativamente entre os textos, sendo que alguns relatórios, como o RE04, apresentam uma construção retórica mais completa e equilibrada, enquanto outros, como RE01, RE08 ou RE15, revelam introduções mais concisas, com menor diversidade retórica.

A visualização permite assim identificar padrões e assimetrias na aplicação do modelo CARS, sugerindo que, embora a maioria dos estudantes recorra aos três movimentos, há diferenças na forma como os mobilizam, o que pode refletir distintos estilos de escrita, orientações institucionais ou familiaridade com a retórica científica académica. O dendrograma seguinte detalha como cada RE se manifesta:

Gráfico 2: Dendrograma da sequência de movimentos dos RE em CI por similaridade (Levenshtein)



Fonte: elaboração própria.

A leitura do dendrograma permite identificar agrupamentos distintos entre os RE, que refletem diferentes estratégias de estruturação retórica na introdução. Um primeiro grupo inclui os relatórios RE01, RE05, RE07, RE08 e RE09, os quais apresentam uma sequência relativamente semelhante, marcada por uma forte presença de movimentos M1 (*estabelecer o território*) e M3 (*ocupar o nicho*), por vezes com repetições, indicando uma introdução centrada na explicação do contexto e na descrição do trabalho desenvolvido. Nestes textos, o movimento M2 (estabelecer o nicho) tende a surgir de forma pontual ou mais tardia, revelando uma preocupação menor com a explicitação de lacunas ou problemáticas no estado da arte.

Por sua vez, RE03, RE10, RE13 e RE15 formam um segundo agrupamento, com introduções mais directas e sintéticas, em que a ordem retórica é linear e pouco repetitiva. Nestes casos, os movimentos M3 são frequentemente antecipados, surgindo antes da estabilização do nicho (M2), o que sugere uma abordagem mais pragmática, com foco na exposição dos objetivos e métodos. A presença de M2 é, por vezes, marginal ou limitada a uma única ocorrência.

Num terceiro grupo, RE04 e RE06 destacam-se pela densidade e complexidade retórica das suas introduções. São textos que combinam múltiplas instâncias dos três movimentos retóricos, frequentemente alternando entre M1, M2 e M3 ao longo da introdução. Tal padrão poderá indicar um maior domínio da estrutura argumentativa académica, traduzindo-se numa introdução discursivamente rica, desenvolvida e estrategicamente construída.

Por fim, os relatórios RE02 e RE12 aproximam-se entre si, apresentando uma sequência mista em que M1 e M3 surgem com maior frequência, mas acompanhados de instâncias de M2 que contribuem para a contextualização crítica do estudo. Embora compartilhem certos traços com outros grupos, a ordem dos movimentos é menos canónica, o que os posiciona de forma mais periférica no dendrograma.

No dendrograma acima, RE04 e RE06 já se destacavam como introduções densas e complexas. Este dendrograma confirma isso, posicionando-os isoladamente na base da árvore, com longas e intricadas sequências de alternância entre M1, M2 e M3 (por exemplo, RE06 apresenta a sequência: M1-M1-M3-M3-M3-M3-M3-M3-M2-M3-M3-M1-M2-M1-M1).

4.3. Análise interna aos movimentos e etapas

4.3.1. Estabelecer um território (M1)

A análise das etapas do M1 nos RE evidencia a diversidade de estratégias utilizadas pelos discentes para estabelecer o território da investigação. A etapa *M1S5 – Explicação do contexto institucional ou de estágio curricular* é exemplificada em: "O presente Relatório de Estágio insere-se no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação (...), tendo o estágio sido realizado na Biblioteca Municipal da Sertã" (RE13). Esta elevada frequência (11,7%) confirma a importância que os discentes atribuem ao enquadramento do estágio como parte integrante e legitimadora da investigação apresentada nos RE. Essa tendência é coerente com a natureza aplicada do género textual em questão, em que o vínculo entre a prática

profissional e o conteúdo académico é essencial.

De seguida, a etapa *M1S1 – Reivindicação de centralidade* manifesta-se com 10,3%. A citação que melhor ilustra a etapa *M1S1 – Reivindicação de centralidade* no *corpus* analisado encontra-se no R06: "De todos os conjuntos documentais, devemos destacar a "Coleção Santos Simões"...". Esta passagem sublinha a importância do objeto de estudo no seio da comunidade académica e patrimonial, justificando a centralidade do tema abordado.

De seguida, a etapa *M1S2 – Criação de generalizações*, ocupando 5,19%, por vezes associada a *M1S4 - Revisão de investigações anteriores*, apresenta o tópico de forma abrangente, antes de o delimitar com maior precisão, como neste passo: "Ao Serviço de Referência abre-se, neste contexto, um caminho construído por desafios e possibilidades, em constante movimento, …" (RE07).

4.3.2. Estabelecer um nicho (M2)

Segundo a proposta de Swales, o movimento M2 corresponde à explicitação de lacunas no conhecimento existente ou à identificação de necessidades de investigação, podendo manifestar-se através da crítica a estudos anteriores, do questionamento de argumentos previamente estabelecidos ou da continuidade de investigações já iniciadas. Este tipo de operação retórica exige dos estudantes de mestrado um certo grau de maturidade teórica e espírito crítico, o que pode constituir um desafio particular no contexto dos RE, tendo em conta que muitos dos discentes estão a realizar pela primeira vez uma experiência prática em ambiente profissional. No corpus analisado, o movimento M2 surge de forma modesta, representando apenas 17,95% das ocorrências.

Os dados mostram que os discentes conseguem, em alguns casos, apontar insuficiências no estado da arte ou limitações nas práticas observadas durante o estágio. A etapa *M2S1B – Indicar um problema / necessidade* (6,96%) revela o recurso frequente a dispositivos linguísticos e retóricos que contribuem para a construção de um nicho argumentativo nas introduções dos RE. Uma estratégia recorrente é o uso de estruturas adversativas ou concessivas, como em, onde se lê: "apesar de todos os esforços para acompanhar a mudança constante de mundo tecnológico, as bibliotecas veiculam a visão tradicional do propósito do serviço…" (RE04). Esta formulação permite introduzir uma tensão entre uma expectativa institucional e a realidade observada, criando o espaço para uma justificação do estudo. Também se nota o emprego de formas verbais no presente com valor constatativo, como em: *"*O acesso aos fundos documentais é naturalmente reservado, dado o carácter único dos materiais…*"* (R06). Este tipo de estrutura afirma uma limitação factual de modo objetivo e direto. Além disso, surgem frequentemente perífrases com verbos de intenção ou finalidade, como neste excerto "o problema que se tenciona solucionar com a realização deste estudo…" (RE04), que apontam diretamente para a resposta ao problema enunciado. Por fim, alguns discentes recorrem a generalizações empíricas, extrapolando a situação analisada para uma realidade mais ampla, conferindo relevância acrescida ao estudo.

No âmbito da etapa *M2S1D — Continuar ou ampliar uma tradição —* os textos analisados revelam uma preocupação em situar o relatório de estágio no prolongamento de linhas de investigação ou práticas institucionais pré-existentes, ocupando 3,66% entre os RE analisados. Essa intenção manifesta-se através de dispositivos linguísticos que reiteram continuidade, colaboração e construção a partir de bases já estabelecidas. Por exemplo, um RE menciona "construindo pontes entre a teoria aduzida na revisão da literatura e a realidade observada na BOR" (RE09), o que demonstra um esforço em ligar o novo estudo à tradição teórico-prática. De modo semelhante, o texto assinala que "estivemos em contacto real com profissionais especializados nesta área" (RE05), denotando uma familiaridade prolongada com o campo. Tais construções discursivas evidenciam uma tentativa de legitimar o trabalho apresentado

através da ancoragem em experiências, instituições ou projetos anteriores, reforçando o *ethos* académico do/a discente.

Em menor grau (2,56%), nos excertos codificados como *M2S1C – Formulação de questões*, observam-se diversos dispositivos retóricos e linguísticos que sustentam a construção de um nicho argumentativo, conforme o modelo CARS de Swales. Entre os mais recorrentes estão as interrogativas diretas, como "Esta investigação orienta-se pela pergunta de partida: Qual o lugar da comunidade LGBTI+ na biblioteca de Sintra?" (RE12), que envolvem o leitor no problema a ser explorado. Também se destacam estruturas metadiscursivas como "esta investigação orienta-se pela pergunta de partida" (RE12) ou *"*foram colocadas as seguintes questões*"* (RE08), que organizam o discurso e posicionam o autor enquanto sujeito ativo da pesquisa. O uso de verbos como *orientar*, *aprofundar* ou *emergir* evidencia a construção reflexiva do trabalho, e o vocabulário específico da metodologia científica — termos como *tema*, *questão de investigação* ou *problema* — reforça o rigor e a formalidade da escrita. Estes recursos expressam não só a intencionalidade comunicativa dos autores, mas também o seu alinhamento com as convenções retóricas do discurso académico.

4.3.3. Ocupar um nicho (M3)

Essa etapa tem como objetivo situar o leitor no contexto da pesquisa. Normalmente, isso envolve ações consideradas essenciais, como estabelecer claramente os objetivos do estudo, levantar perguntas de pesquisa, definir os principais conceitos utilizados, apresentar uma síntese do método adotado, indicar os principais achados e descrever como o texto está organizado. O movimento M3 desempenha um papel relevante na construção das introduções dos RE, sendo responsável por 45,05% da estrutura dessas secções.

Nos RE analisados, observam-se diversos dispositivos retóricos e linguísticos utilizados para realizar o movimento retórico *M3S2 – Apresentar a investigação*, que ocupa 10,99% no conjunto dos RE, com destaque para a introdução explícita do objeto de estudo e da delimitação temática. No RE10, por exemplo, lê-se: *"*propõe-se um estudo sobre os utilizadores idosos", enunciado que emprega uma construção impessoal, típica do discurso académico, conferindo distanciamento e objetividade. Ainda no mesmo relatório, a formulação "Mais especificamente, pretende-se identificar…*"* introduz um refinamento do objetivo geral, fazendo uso de um marcador discursivo que orienta o leitor na progressão temática. Por sua vez, o RE08 apresenta: *"assim, este trabalho tem como objeto de estudo…"*, evidenciando uma estrutura sintática que recorre à coesão textual e retoma o tópico anterior para integrar o objetivo do trabalho. No RE09, a frase *"sublinha-se a importância dos dois meses de estágio..."* desloca o foco para o contexto de realização da investigação, usando o verbo pronominal como recurso avaliativo, que atribui valor ao percurso metodológico. Estes exemplos revelam que os discentes empregam estratégias linguísticas como a impessoalidade, marcadores metadiscursivos e verbos de modalidade para legitimar e estruturar a apresentação da investigação de forma coerente e eficaz. Ainda assim, alguns discentes optam por introduzir marcas da primeira pessoa, conferindo maior reflexividade ao discurso. Por exemplo, no RE04, o autor afirma: "Pretendo com este trabalho compreender os principais fatores...", enquanto no RE07 se lê: "O objetivo que me propus foi...", e no RE06: "Neste relatório, apresento o trabalho desenvolvido durante o estágio...". Estes excertos revelam um envolvimento mais pessoal do discente com o processo investigativo, legitimando a sua atuação no contexto do estágio e aproximando o leitor da experiência vivida, aspeto igualmente realçado por Macedo e Silva (2024) no contexto de estágio em arquivos.

Na análise das citações relativas ao movimento retórico *M3S1 - Delinear objetivos*, evidencia-se uma diversidade de dispositivos linguísticos e retóricos usados pelos discentes para enunciar os objetivos das suas investigações, que ocupa 6,23% do *corpus* em estudo.

Predominam formulações de caráter formal e impessoal, com o uso de verbos na voz passiva ou em construções nominais, como no exemplo: "Quanto aos objetivos, numa primeira fase, através da pesquisa documental, pretendemos verificar quais as obras e artigos…" (RE05). Esta construção atribui foco à ação em detrimento do agente, alinhando-se com os padrões de objetividade da escrita académica. Assim, os discentes oscilam entre estratégias mais neutras, frequentemente associadas à norma académica tradicional, e vozes mais personalizadas, que tornam mais evidente o seu papel ativo na condução da investigação. Essa alternância revela uma adaptação discursiva às expectativas da comunidade académica, equilibrando distanciamento e autoria.

No movimento *M3S5 – Apresentar os principais resultados* (presente em 9,89% dos RE analisados), os discentes recorrem frequentemente a estratégias retóricas de natureza informativa e descritiva, adotando uma linguagem predominantemente impessoal e objetiva. É comum o uso de estruturas sintáticas no tempo passado, com verbos de ação e apresentação de factos, como se observa em: "A amostra da pesquisa consistiu em três escolas do concelho de Setúbal…" (RE13), que introduz os dados recolhidos de forma neutra. De igual modo, a frase "Uma das medidas desenvolvidas como resposta foi a criação de redes de bibliotecas…" (RE15) mostra como os resultados são articulados com ações concretas realizadas durante o estágio. Em "tive o privilégio de participar e aplicar um questionário aos 16 professores..." (RE13), destaca-se o encadeamento lógico entre objetivos e métodos, reforçando a coerência argumentativa. Estas estratégias permitem aos autores comunicar os resultados de forma clara, técnica e eficaz, sem recorrer a marcas pessoais ou subjetivas.

No movimento-etapa M3S8 — *Estrutura da dissertação/tese*, que ocupa 8,42% dos RE em estudo, observa-se que os discentes recorrem predominantemente a estratégias discursivas metatextuais e descritivas com função organizacional. São comuns marcadores metadiscursivos como "No primeiro capítulo…", "No segundo capítulo…" (RE01, RE07, RE13), "Este relatório está desenvolvido em quatro momentos…" (RE06), que orientam o leitor sobre a estrutura sequencial do texto, tendencialmente posicionado no fim da introdução. Tais expressões funcionam como sinalizadores textuais que contribuem para a coesão global do discurso e facilitam a navegação pelo documento. Além disso, nota-se o uso frequente da impessoalidade através de construções na voz passiva ou uso do verbo no presente do indicativo de forma neutra, como em "No capítulo da conclusão" (RE14). Estas escolhas visam conferir um tom formal e objetivo, típico da escrita académica. Estas estratégias retórico-discursivas são fundamentais para apresentar de forma clara o plano textual, sendo que o movimento M3S8, ao incidir sobre a estrutura do relatório, tem como propósito antecipar a organização do trabalho e preparar o leitor para a leitura orientada dos capítulos subsequentes.

Com um peso de 6,23% em *M3S1 - Delinear objetivos*, os discentes recorrem a dispositivos retóricos e linguísticos típicos da apresentação clara da intenção investigativa. A utilização da expressão "tem como objetivo realizar um estudo" (RE13), da forma nominalizada "o objetivo deste estudo é avaliar…" (RE13), ou da construção mais direta como "O objetivo geral deste trabalho é, então, estudar…" (RE14), evidencia o uso sistemático de formas impessoais e estruturas assertivas. Essas escolhas linguísticas conferem objetividade e foco ao texto, sendo frequentemente acompanhadas de verbos como "avaliar", "estudar" e "delinear", que conferem direção e finalidade. Este uso denota uma formalização discursiva típica da escrita académica, centrada em metas de pesquisa claramente delineadas.

A análise dos dispositivos retóricos e linguísticos presentes na etapa *M3S3 – Explicar os métodos*, com um peso de 5,13%, revela um conjunto rico de estratégias retóricas e linguísticas para descrever e legitimar as opções metodológicas adotadas. Uma das estratégias recorrentes é o uso da voz ativa e da primeira pessoa do plural ou singular, que confere implicação pessoal e reflexiva ao

percurso investigativo, como se observa em "tive o privilégio de participar e aplicar um questionário aos 16 professores presentes" (R13), evidenciando envolvimento direto na recolha de dados. Em "começámos por fazer uma exploração (...) Interrogámos o ambiente externo…" (R06), a estrutura narrativa confere linearidade e clareza à explicação do processo, reforçada por verbos de ação e conectores temporais. Outro recurso frequente é a nomeação explícita de métodos com fundamentação teórica, como em "optou-se pela aplicação de um inquérito por questionário" (R11), o que introduz objetividade e legitimação científica. A presença de definições metateóricas também serve para clarificar conceitos, como em "por estudo de caso um método que consiste no estudo aprofundado de uma unidade..." (R09), o que revela preocupação com a precisão conceptual. Além disso, o uso de marcadores metadiscursivos como "no início da nossa pesquisa tentámos percorrer os seguintes passos" (R05) guia o leitor na estrutura da argumentação, conferindo coesão textual. Há também recurso à intertextualidade e autoridade científica, visível em "lembra-se as palavras de Robert K. Yin…" (R11), estratégia que reforça a credibilidade metodológica. Em suma, os discentes combinam diferentes recursos linguísticos – da implicação pessoal à impessoalidade formal, da narração cronológica à citação especializada – para construir uma exposição metódica, credível e eficaz da componente investigativa.

Considerações finais

Face aos desafios da elaboração de trabalhos académicos, a introdução assume uma importância crucial, delineando a relevância da investigação e o seu enquadramento teórico. A análise dos movimentos retóricos, especialmente através do modelo CaRS de Swales (1990), revelou padrões e especificidades na estruturação das introduções dos relatórios de estágio na área de biblioteconomia. A amostra de 15 relatórios de estágio, predominantemente elaborados por estudantes do sexo feminino (80%), evidenciou uma concentração de produções nas universidades de Lisboa, Nova de Lisboa e Algarve, com mestrandos, em sua maioria, de nacionalidade portuguesa.

A análise sistemática segundo o modelo CaRS de Swales permitiu identificar não só a presença dos três grandes movimentos retóricos – *Estabelecer um Território* (M1), *Estabelecer um Nicho* (M2) e *Ocupar o Nicho* (M3) – como também a diversidade com que estes são operacionalizados pelos discentes. Verificou-se que o movimento M3 se destaca em termos de frequência, refletindo a forte orientação para a exposição dos objetivos, da estrutura e dos resultados da investigação. Ainda assim, o movimento M1 continua a ocupar um lugar central, sobretudo pela ênfase atribuída à explicitação do contexto de estágio (M1S5), o que está em sintonia com a natureza aplicada e profissionalizante deste género académico. Em contraste, o movimento M2, que implica maior maturidade teórica e crítica, revela-se menos desenvolvido, sugerindo uma possível fragilidade na capacidade dos discentes em identificar lacunas no conhecimento ou em confrontar criticamente o estado da arte. Do ponto de vista linguístico-discursivo, observou-se um equilíbrio entre a impessoalidade típica da escrita académica e o recurso a marcas de subjetividade e implicação pessoal, sobretudo no delineamento dos métodos e na apresentação dos objetivos. A diversidade de estilos retóricos, por vezes mais narrativos e outros mais formais, reflete não só o grau de domínio da retórica académica por parte dos estudantes, mas também a influência de orientações institucionais e individuais. Em suma, os resultados desta investigação contribuem para um melhor entendimento das práticas de escrita científica nos RE em Ciência da Informação realizados no âmbito das bibliotecas, destacando a importância de uma formação específica em literacia académica e retórica científica como apoio fundamental ao desenvolvimento de competências de escrita no ensino superior. Além disso, à luz do crescente uso de ferramentas baseadas em inteligência artificial na produção textual, este estudo oferece subsídios importantes para a avaliação crítica da qualidade e autenticidade dos textos académicos, reforçando a necessidade de orientação pedagógica que promova a consciência retórica e a

responsabilidade discursiva entre os futuros profissionais da informação.

Embora a área de biblioteconomia apresente um número inferior de relatórios (4,1%) em comparação com a área de arquivística (5,4%), as tendências de distribuição entre universidades, sexos e nacionalidades são semelhantes, o que indica um crescimento contínuo deste género académico em Portugal. O uso do modelo CaRS revelou-se uma ferramenta valiosa, não só para a análise de relatórios de estágio, mas também para expandir a investigação noutros géneros académicos na Ciência da Informação.

Referências

Andrade, V., & Mesquita, E. (2016). A introdução do relatório de estágio supervisionado: Uma análise retórica. *Domínios de Lingu@gem*, *10*(1), Artigo 1. https://doi.org/10.14393/DL21-v10n1a2016-4

Bhatia, V. K. (1993). *Analysing Genre: Language Use in Professional Settings*. Routledge.

Bitchener, J., & Basturkmen, H. (2006). Perceptions of the difficulties of postgraduate L2 thesis students writing the discussion section. *Journal of English for Academic Purposes*, *5*(1), 4–18. Scopus. https://doi.org/10.1016/j.jeap.2005.10.002

Bunton, D. (2002). Generic moves in Ph.D. thesis Introductions. Em J. Flowerdew (Ed.), *Academic Discourse* (pp. 67–85). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315838069-11

Cheung, Y. L. (2012). Understanding the Writing of Thesis Introductions: An Exploratory Study. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, *46*, 744–749. https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.05.191

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2018). Renates—Registo Nacional de Teses e Dissertações. Em *Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*. https://renates2.dgeec.mec.pt/

Haggan, M. (2004). Research paper titles in literature, linguistics and science: Dimensions of attraction. *Journal of Pragmatics*, *36*(2), 293–317. https://doi.org/10.1016/S0378-2166(03)00090-0

Kapseon, K. (2018). The Structure of Research Article Conclusions in Library and Information Science Journals. *Journal of Korean Library and Information Science Society*, *49*(3), 111–132. https://doi.org/10.16981/kliss.49.3.201809.111

Kim, M., & Lu, X. (2024). Exploring the potential of using ChatGPT for rhetorical move-step analysis: The impact of prompt refinement, few-shot learning, and fine-tuning. *Journal of English for Academic Purposes*, *71*, 101422. https://doi.org/10.1016/j.jeap.2024.101422

Macedo, L. S. A. de, & Silva, S. B. da. (2024). As introduções dos relatórios de estágio defendidos no 2.º ciclo em Ciência da Informação em Portugal (2015-2023): Uma análise aos movimentos retóricos. *Diálogos na Ciência da Informação – Atas do XIV Encontro EDICIC*, 63–71. https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/97989

Pendar, N., & Cotos, E. (2008). Automatic identification of discourse moves in scientific article introductions. *Proceedings of the Third Workshop on Innovative Use of NLP for Building Educational Applications*, 62–70.

Prasetyanti, D. C., & Tongpoon-Patanasorn, A. (2023). A Move Analysis of Dissertation Introductions Written by Native English Speakers and Indonesian PhD Students across Disciplines. *rEFLections*, *30*(2), 468–487. Scopus.

Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto. Em *Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16* (pp. 4147–4182). Imprensa Nacional - Casa da Moeda. https://data.dre.pt/eli/dec-lei/65/2018/08/16/p/dre/pt/html

Samraj, B. (2008). A discourse analysis of master's theses across disciplines with a focus on introductions. *Journal of English for*

Academic Purposes, *7*(1), 55–67. https://doi.org/10.1016/j.jeap.2008.02.005

Soler-Monreal, C., Carbonell-Olivares, M., & Gil-Salom, L. (2011). A contrastive study of the rhetorical organisation of English and Spanish PhD thesis introductions. *English for Specific Purposes*, *30*(1), 4–17. https://doi.org/10.1016/j.esp.2010.04.005

Swales, J. M. (1981). *Aspects of article introductions*. Language Studies Unit, University of Aston in Birmingham.

Swales, J. M. (1990). *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge University Press.

Wuttisrisiriporn, N. (2017). Comparative Rhetorical Organization of ELT Thesis Introductions Composed by Thai and American Students. *English Language Teaching*, *10*(12), Artigo 12. https://doi.org/10.5539/elt.v10n12p1

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/00019 – Centro de Estudos Clássicos (https://doi.org/10.54499/UIDB/00019/2020).

ALFABETIZACIÓN EN DATOS EN EL CONTEXTO UNIVERSITARIO: UNA PROPUESTA FORMATIVA PARA EL ÁMBITO DE LAS CIENCIAS SOCIALES

Josefa Gallego Lorenzo, Universidad de León (ULE), https://orcid.org/0000-0002-5218-517X, España, jgall.gallego@unileon.es

José Carlos Toro Pascua, Universidad de Salamanca (USAL), https://orcid.org/0000-0002-1783-6395, España, jctoro@usal.es

Yolanda Martín González, Universidad de Salamanca (USAL), https://orcid.org/0000-0002-6353-7644, España, ymargon@usal.es

Azucena Hernández Martín. Universidad de Salamanca (USAL), https://orcid.org/0000-0002-6731-7710, España, azuher@usal.es

Críspulo Travieso Rodríguez, Universidad de Salamanca (USAL), https://orcid.org/0000-0002-0774-0728, España, ctravieso@usal.es

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.318

Eje: Tendencias en la Formación y Educación en Ciencias de la Información (Bibliotecología, Documentación, Archivística y Patrimonio)

Resumen

La alfabetización en datos se ha convertido en una competencia esencial para el profesorado universitario, especialmente en el ámbito de las ciencias sociales, donde el análisis riguroso y ético de la información es indispensable para una docencia adaptada a los retos de la sociedad digital. Este estudio presenta una

propuesta formativa diseñada con el objetivo de fortalecer las capacidades del profesorado en el manejo de datos, partiendo del análisis de la oferta formativa existente a nivel nacional e internacional, así como de los resultados de una encuesta aplicada a 706 docentes universitarios españoles. El curso resultante, concebido en formato virtual, se estructura en cinco módulos que abordan cuestiones clave: protección de datos personales y académicos, confiabilidad y evaluación de fuentes de datos, gestión de datos de investigación, visualización e interpretación gráfica, y estrategias de reutilización y citación. La metodología adoptada se basa en el uso de recursos educativos en abierto, actividades prácticas orientadas a contextos reales y una organización flexible que facilita el aprendizaje autónomo. Esta iniciativa se alinea con las directrices de la ciencia abierta y con las políticas educativas recogidas en la Agenda España Digital 2025. Los resultados del estudio evidencian la necesidad urgente de incorporar la alfabetización en datos como un eje transversal en la formación docente, no solo para mejorar la calidad de la enseñanza, sino también para empoderar al profesorado en la toma de decisiones fundamentadas en evidencias, promoviendo así una educación superior más crítica, inclusiva y eficaz.

Palabras clave: Alfabetización en datos; Escenarios Formativos; Ciencias Sociales; Formación; Docentes; Educación Superior.

COMPETÊNCIA EM DADOS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA A ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Resumo

A competência em dados tornou-se uma competência essencial para o professor universitário, sobretudo no âmbito das ciências sociais, onde a análise rigorosa e ética da informação é indispensável para uma docência adaptada aos retos da sociedade digital. Este estúdio apresenta uma proposta formativa concebida com o objetivo de reforçar as capacidades do professor na gestão de dados, participando na análise da oferta formativa existente a nível nacional e internacional, bem como dos resultados de uma consulta aplicada a 706 professores universitários espanhóis. O curso resultante, concebido em formato virtual, está estruturado em cinco módulos que abordam questões chave: proteção de dados pessoais e académicos, fiabilidade e avaliação de fontes de dados, gestão de dados de investigação, visualização e interpretação gráfica, e estratégias de reutilização e citação. A metodologia adotada baseia-se na utilização de recursos educativos abertos, atividades práticas orientadas para contextos reais e uma organização flexível que facilita a aprendizagem autónoma. Esta iniciativa está alinhada com as diretrizes da ciência aberta e com as políticas educativas reconhecidas na Agenda España Digital 2025. Os resultados do estudo evidenciam a necessidade urgente de incorporar a competência em dados como um exemplo transversal na formação docente, não apenas para melhorar a qualidade da educação, mas também para capacitar o professor na tomada de decisões fundamentadas em evidencias, promovendo assim uma educação superior mais crítica, inclusiva e eficaz.

Palavras-chave: Competência em Dados; Cenários Formativos; Ciências Sociais; Formação; Docentes; Ensino Superior.

DATA LITERACY IN THE UNIVERSITY CONTEXT: A TRAINING PROPOSAL FOR THE FIELD OF SOCIAL SCIENCES

Abstract

Data literacy has become an essential skill for university lecturers, especially in the field of

social sciences, where rigorous and ethical analysis of information is indispensable for teaching that is adapted to the challenges of the digital society. This study presents a training proposal designed to strengthen teachers' data management skills, based on an analysis of existing training programmes at national and international level, as well as the results of a survey of 706 Spanish university teachers. The resulting course, designed in a virtual format, is structured in five modules that address key issues: personal and academic data protection, reliability and evaluation of data sources, research data management, visualization and graphical interpretation, and reuse and citation strategies. The methodology adopted is based on the use of open educational resources, practical activities geared towards real contexts, and a flexible organization that facilitates autonomous learning. This initiative is in line with open science guidelines and the educational policies set out in the Spain Digital 2025 Agenda. The results of the study highlight the urgent need to incorporate data literacy as a cross-cutting theme in teacher training, not only to improve the quality of teaching, but also to empower teachers to make evidence-based decisions, thereby promoting a more critical, inclusive and effective higher education.

Keywords: Data literacy; Training Scenarios; Social Sciences; Training; Teachers; Higher Education

RECONHECIMENTO, (IN)JUSTIÇA EPSTÊMICA E FORMAÇÃO CRÍTICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, Universidade federal de São Carlos-SP, https://orcid.org/0000-0003-1250-3767, Brasil, dmch@ufscar.br

Marcia Regina da Silva, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, https://orcid.org/0000-0001-5852-1026, Brasil, marciaregina@usp.br

Camila Carneiro Dias Rigolin, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil, https://orcid.org/0000-0002-9400-2837, Brasil, diasrigolin@ufscar.br

Julia Fernandes Marcelo, Universidade do Porto, Porto, https://orcid.org/0009-0003-9865-508X, Portugal, juliafmarcelo@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6631

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

No universo acadêmico, certos gestos de reconhecimento passam quase despercebidos, mas carregam profundos significados sobre como a ciência legitima seus protagonistas. Epígrafes cuidadosamente escolhidas para abrir teses e dissertações, agradecimentos posicionados ao final de artigos, obituários publicados em periódicos especializados, nomes próprios transformados em epônimos, coletâneas (festschriften) que homenageiam trajetórias acadêmicas, prêmios concedidos por instituições científicas, assim como entrevistas de pesquisadores e resenhas de obras, revelam mais do que simples deferência ou celebração: expõem, além de relações de

prestígio e pertencimento, também desigualdades presentes no ambiente científico

Esse trabalho inova ao propor que, para além de objetos de estudo, essas manifestações concretas do sistema de recompensas da ciência se constituem em materialidades do reconhecimento científico que podem expressar seus aspectos positivos, como a legitimação e a valorização, e seus aspectos negativos, como a exclusão e o silenciamento de determinados saberes ou trajetórias.

Desse ponto de vista, esta investigação propõe analisar o reconhecimento científico como uma dimensão formativa na Ciência da Informação, enfatizando seus significados epistemológicos e pedagógicos, bem como suas relações com a (in)justiça epistêmica. Busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como integrar criticamente as materialidades que expressam o reconhecimento científico à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, considerando seus vínculos com a (in)justiça epistêmica? Parte-se do pressuposto de que essas manifestaçõees concretas do reconhecimento científico moldam as dinâmicas de prestígio no campo científico e os modos de ensinar, legitimar e transmitir o conhecimento.

Embora frequentemente tratadas como acessórios ou elementos marginais no processo de produção do saber, essas manifestações também “ensinam”, de forma silenciosa, o que é considerado digno de reconhecimento e, por consequência, quem ou o que tende a permanecer à margem da memória científica. É justamente esse caráter formativo que merece análise aprofundada, sobretudo no contexto dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, responsáveis por formar profissionais e pesquisadores que atuarão na mediação de saberes, na preservação da memória e na promoção da justiça epistêmica.

O reconhecimento científico, entendido aqui como um ato carregado de significados sociais, epistemológicos e afetivos, opera como um vetor pedagógico: comunica, ainda que de forma implícita, quais trajetórias, condutas e contribuições são valorizadas, e quais permanecem invisibilizadas. Dessa forma, este estudo se insere no eixo temático “Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação”, por oferecer uma abordagem inovadora sobre conteúdos e práticas formativas que ampliem os repertórios epistemológicos, associados aos modos de conhecer, validar e ensinar o conhecimento científico (Longino, 2002), e simbólicos, vinculados às representações, valores e sentidos compartilhados no campo acadêmico (Geertz, 2015), que influenciam a formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar como as materialidades do reconhecimento científico podem ser integradas criticamente à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, propondo caminhos teórico-metodológicos alinhados à (in)justiça epistêmica

Sob essa perspectiva crítica, as manifestações do reconhecimento científico oferecem subsídios para percursos formativos mais atentos às dinâmicas de (in)justiça epistêmica. O artigo está estruturado em seções que apresentam o referencial teórico, detalham os procedimentos metodológicos e propõem estratégias para integrar essas reflexões aos percursos formativos.

Referencial Teórico

O percurso teórico deste estudo organiza-se em torno de três eixos interligados: as materialidades do reconhecimento científico, as dinâmicas de (in)justiça epistêmica e as implicações formativas desses fenômenos no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Sob essa perspectiva crítica, as manifestações do reconhecimento científico oferecem subsídios para percursos formativos mais atentos às dinâmicas de (in)justiça epistêmica. O artigo está estruturado em seções que apresentam o referencial teórico, detalham os procedimentos metodológicos e propõem estratégias para integrar essas reflexões à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Reconhecimento científico e suas manifestações

No campo científico, o reconhecimento atua como um vetor que confere legitimidade e consagra trajetórias acadêmicas, tradições de pensamento e contribuições intelectuais, operando de modo silencioso e moldando prestígio, mérito e pertencimento. Embora frequentemente associado a métricas quantitativas, como índices de citação, o reconhecimento também se manifesta em materialidades específicas, baseadas em critérios socialmente construídos sobre o que (e quem) merece ser lembrado, celebrado ou esquecido.

Robert K. Merton (1957) foi um dos primeiros autores a sistematizar o reconhecimento como parte do ethos da ciência, articulando-o ao sistema de recompensas que legitima determinadas condutas e realizações. Ao identificar o reconhecimento como um princípio estruturante da prática científica, Merton demonstrou que elementos como autoria, prioridade e reputação exercem papel central na organização da comunidade científica. Sua reflexão sobre o "efeito Matheus" (Merton, 1968) evidencia como o prestígio acumulado tende a gerar ainda mais visibilidade e reconhecimento, reproduzindo desigualdades estruturais entre cientistas.

Complementando essa abordagem, Pierre Bourdieu (1983) interpreta o reconhecimento como uma forma de capital simbólico, fruto da disputa por posições de prestígio no campo científico. Para o autor, o que é socialmente reconhecido como legítimo ou digno de consagração está diretamente ligado à estrutura de poder do campo, envolvendo tanto os agentes quanto as instituições que detêm autoridade para validar trajetórias, ideias e discursos. Nesse contexto, as formas simbólicas de reconhecimento operam simultaneamente como rituais de consagração e como mecanismos de naturalização das hierarquias acadêmicas.

Estudos como os de Silva & Maricato (2023) têm ampliado essa discussão ao evidenciar que, além dos indicadores quantitativos, existem expressões do reconhecimento científico que permanecem invisibilizadas pelas métricas tradicionais, mas que exercem papel fundamental na configuração das hierarquias e das dinâmicas de poder no campo acadêmico.

De outra perspectiva, Souza (2018) propõe uma análise crítica do reconhecimento ao introduzir o conceito de desreconhecimento, entendido como formas de exercício do poder pelas quais grupos privilegiados negam a outros grupos ou indivíduos a possibilidade de participar em condições de igualdade nas esferas institucionais que conferem legitimidade nas sociedades modernas. Embora seu foco não seja especificamente o campo científico, essa reflexão inspira a compreensão de que, também na ciência, manifestações do reconhecimento científico podem funcionar não apenas como consagração, mas como processos normativos e seletivos, potencialmente excludentes e hierarquizantes.

A crítica de Souza (2018) sobre o não reconhecimento como forma de exclusão social inspira a compreensão de que, também na ciência, a ausência ou a negação de certas expressões do reconhecimento científico contribui para delimitar o que é considerado conhecimento legítimo, naturalizando desigualdades e hierarquias. Incorporar essa perspectiva crítica ao debate sobre reconhecimento científico permite não apenas valorizar seus efeitos positivos, mas também repensar as estruturas que sustentam a exclusão acadêmica. Essa visão evidencia que tais expressões não apenas refletem valores da ciência, mas também transmitem, de maneira sutil, normas sobre o que deve ser reconhecido e quais trajetórias ou epistemologias são vistas como exemplares. Nesse sentido, o reconhecimento pode ser entendido como um mecanismo que orienta, mesmo de forma implícita, critérios de pertencimento, excelência e mérito no campo científico.

Essas materialidades do reconhecimento científico passaram, assim, a ser investigadas empiricamente para revelar como operam na dinâmica de inclusão ou exclusão no campo acadêmico. É nesse cenário que se insere a trajetória de pesquisas conduzida por Hayashi e colaboradores, iniciada com a análise dos

agradecimentos. Hayashi & Bello (2014) examinaram agradecimentos publicados em um periódico da área da Saúde, identificando padrões associados a apoio financeiro, técnico, administrativo e intelectual. Posteriormente, Hayashi (2018) investigou a percepção de docentes da UFSCar sobre a prática de formular e ler agradecimentos, revelando que, embora sejam espaços destinados ao reconhecimento, essas práticas também expressam normas tácitas de colaboração, hierarquia e redes de apoio, funcionando como reflexo das regras de engajamento que definem a dinâmica de interdependência entre pesquisadores.

A investigação prosseguiu com o estudo das resenhas e entrevistas. Hayashi (2020) desenvolveu um modelo de análise para identificar atributos simbólicos nesses gêneros textuais, evidenciando como as escolhas sobre quem entrevistar ou resenhar refletem critérios de prestígio e reconhecimento, além de valores acadêmicos que podem tanto consagrar trajetórias quanto silenciar vozes menos hegemônicas.

Na sequência, os obituários acadêmicos e homenagens póstumas tornaram-se objeto de diversos estudos (Hayashi et al., 2021a; Hayashi, 2021b; Hayashi et al., 2021c; Hayashi et al., 2021d; Hayashi et al., 2023), que demonstraram como essas narrativas póstumas funcionam como espaços de consagração simbólica, avaliação post-mortem e construção de memória acadêmica. Esses trabalhos revelaram dimensões como gênero, intergeracionalidade e redes de colaboração, evidenciando que os obituários não apenas homenageiam trajetórias individuais, mas também reafirmam valores, hierarquias e legados científicos do campo acadêmico.

Em relação às epígrafes, Hayashi (2022a) propôs um modelo de análise que identifica tipos, funções e discursos presentes em epígrafes de teses doutorais em Ciência da Informação, demonstrando como essas escolhas textuais sinalizam filiações intelectuais, valores e estratégias de legitimação, funcionando como manifestações simbólicas do sistema de recompensas da ciência.

Quanto aos epônimos, Hayashi (2022b) realizou uma discussão teórica sobre a presença desses termos na linguagem científica, destacando sua função como marcas de consagração autoral e legitimação no campo acadêmico. O estudo abordou temas como a sub-representação feminina entre os epônimos, as controvérsias éticas em áreas como a medicina e a relação entre epônimos e práticas de citação científica, incluindo o fenômeno da obliteração por incorporação, que dificulta o rastreamento da autoria original. Em continuidade, Hayashi (2023) elaborou e aplicou um modelo analítico que identificou epônimos em artigos científicos da área de Bibliometria, revelando tanto leis clássicas (como a de Bradford, Lotka e Zipf) quanto expressões eponímicas oriundas de outras áreas, como Matemática e Estatística. Esses estudos demonstram como os epônimos funcionam como dispositivos simbólicos do sistema de recompensas da ciência, sinalizando prestígio, influência e pertencimento a determinadas comunidades científicas.

Esses estudos, além de aprofundar a compreensão sobre as manifestações simbólicas do reconhecimento científico, oferecem contribuições relevantes para a análise crítica de como tais práticas operam na legitimação de valores, na construção de reputações e na consolidação de memórias acadêmicas. Tais investigações dialogam diretamente com as discussões sobre (in)justiça epistêmica, evidenciando que o reconhecimento não se limita a métricas quantitativas, mas se manifesta também em dimensões simbólicas que carregam implicações formativas, políticas e sociais.

Incorporar essa dimensão crítica ao debate sobre reconhecimento científico permite compreender que não se trata apenas de valorizar trajetórias ou produções exemplares, mas também de refletir sobre as ausências e os silêncios que moldam o campo acadêmico. Omissões como as de epígrafes, exclusão de agradecimentos ou ausência de homenagens e prêmios contribuem para delimitar simbolicamente o que é considerado conhecimento legítimo, naturalizando desigualdades e hierarquias. Analisar essas

formas simbólicas sob uma perspectiva formativa é, portanto, fundamental para construir propostas pedagógicas capazes de promover uma formação mais crítica e reflexiva no campo da Ciência da Informação.

Reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica como dinâmicas de exclusão

O reconhecimento científico, quando analisado a partir de uma perspectiva crítica, revela não apenas aquilo que é celebrado, mas também o que é sistematicamente silenciado. Essa assimetria simbólica permite associar o reconhecimento, ou sua ausência, às formas de (in)justiça epistêmica que permeiam o campo acadêmico e moldam suas dinâmicas de prestígio, autoridade e pertencimento.

No contexto científico, essas formas de injustiça operam tanto nos processos de produção do conhecimento quanto nas dinâmicas de consagração e legitimação. O fato de certos nomes serem continuamente homenageados, premiados ou eternizados como epônimos, enquanto outros são relegados ao esquecimento, evidencia como as hierarquias simbólicas também se constroem por meio do reconhecimento, ou da sua negação. Essa lógica afeta de modo particular os sujeitos historicamente marginalizados na ciência, como mulheres, negros, indígenas e pessoas situadas ou oriundas de contextos geopolíticos subalternizados, cujas trajetórias são frequentemente apagadas, minimizadas ou tratadas como exceções.

A crítica feminista que emergiu nos anos 1980 trouxe questionamentos fundamentais à suposta neutralidade científica, enfatizando que todo saber é situado e politicamente implicado. Nesse contexto, Haraway (1988) introduz o conceito de conhecimento situado, que desafia a pretensão universalista do saber científico e convoca à responsabilidade epistêmica, à escuta e ao engajamento com saberes dissidentes. Essa perspectiva evidencia que as práticas informacionais e científicas também podem operar invisibilidades seletivas, reforçando desigualdades que silenciam determinadas vozes.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990, o debate sobre interseccionalidade, inaugurado por Crenshaw (1989; 1991), aprofunda a compreensão de como múltiplos eixos de opressão, como gênero, raça e classe se interconectam, gerando experiências específicas de marginalização. Essa abordagem contribui para explicar por que certos grupos permanecem invisíveis não apenas nos espaços institucionais, mas também nos regimes simbólicos de reconhecimento e na produção de saber.

Dialogando com essas reflexões, Collins (2000) evidencia como saberes produzidos por mulheres negras, por exemplo, são frequentemente deslegitimados pelas epistemologias dominantes. Para Collins, essa marginalização é tanto social quanto epistêmica, pois se configura como um processo sistemático de exclusão de visões de mundo, narrativas e critérios de validade do conhecimento. Na mesma direção, Harding (1991) propõe uma crítica ao "ponto de vista de ninguém" na ciência, argumentando que todo conhecimento é situado e que as epistemologias dominantes frequentemente silenciam experiências e perspectivas subalternizadas.

Ainda no campo das epistemologias críticas, Smith (1999) denuncia o papel histórico da pesquisa científica na colonização de povos indígenas, questionando metodologias acadêmicas que legitimam esse processo. Smith propõe uma abordagem decolonial da produção do conhecimento, defendendo a valorização das epistemologias locais e a autodeterminação dos povos, o que contribui para pensar práticas pedagógicas e informacionais comprometidas com a justiça cognitiva.

Fricker (2007), por sua vez, oferece um marco teórico sistemático para compreender como tais exclusões operam não apenas no nível institucional, mas também nas interações cotidianas. A autora identifica dois tipos principais de injustiça epistêmica: a testemunhal, quando o saber de determinados indivíduos é desvalorizado em razão de preconceitos estruturais; e a hermenêutica, que ocorre quando grupos não dispõem dos recursos conceituais necessários para

expressar ou interpretar suas próprias experiências.

Esse debate é aprofundado por Medina (2013), que amplia o escopo de Fricker ao destacar que a injustiça epistêmica não se restringe a relações interpessoais, mas está imbricada em dinâmicas estruturais que limitam o reconhecimento de saberes produzidos em contextos periféricos ou subalternizados. Medina propõe a noção de resistência epistêmica, destacando o papel da imaginação crítica e das práticas coletivas na ampliação da pluralidade epistêmica e na construção de espaços acadêmicos mais inclusivos.

Uma abordagem convergente, embora situada no contexto norte-americano, é proposta por Mehra & Gray (2020), que analisam tendências históricas de branquitude e elitismo nas profissões de *Library and Information Science* (LIS). Para esses autores, reconhecer tais legados é essencial para promover transformações autênticas em direção à justiça epistêmica e social. Embora circunscritos ao cenário dos Estados Unidos, seus apontamentos ecoam discussões globais sobre as hierarquias simbólicas que moldam o campo da informação, apontando a necessidade de enfrentar práticas institucionais excludentes.

Nos últimos anos, essa reflexão ganhou novos contornos com estudos que aproximam a teoria do reconhecimento às discussões sobre injustiça epistêmica. Giladi & McMillan (2023) exploram como certos tipos de injustiça epistêmica, opressão e ignorância podem ser compreendidos como distorções ou abusos do reconhecimento, revelando conexões profundas entre epistemologia social crítica e as tradições filosóficas da Escola de Frankfurt. Esses autores questionam se diferentes formas de injustiça epistêmica não seriam, em última instância, expressões de fracassos no reconhecimento legítimo de sujeitos e saberes.

Também inserido nesse debate contemporâneo, Maringe (2023) destaca como a educação superior, historicamente vinculada a projetos coloniais, perpetua injustiças epistêmicas ao marginalizar epistemologias indígenas, africanas e outras tradições não europeias. Sua análise evidencia como o ensino superior ainda responde, em muitos casos, a uma lógica colonial, o que reforça a necessidade de práticas educacionais comprometidas com a decolonização do conhecimento.

Essas discussões teóricas dialogam diretamente com a produção científica brasileira, especialmente no campo da Ciência da Informação, que tem avançado na reflexão sobre injustiça epistêmica.

Diversos estudos abordam, por exemplo, a luta contra o epistemicídio de saberes negros (Silva, Garcêz & Silva, 2022) discutindo estratégias para valorizar epistemologias negras nos currículos e práticas pedagógicas em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Outros trabalhos, como o de Andrade, Alves & Silva (2023), investigam práticas culturais e informacionais, como a Biblioteca Universal Guei, para evidenciar estratégias de resistência simbólica no enfrentamento das injustiças epistêmicas. A denúncia da branquitude como categoria estruturante na Biblioteconomia e na Organização do Conhecimento é abordada no estudo de Silva et al. (2024), enquanto Fernandes (2024) focaliza a centralidade da literatura indígena na promoção da justiça epistêmica e histórica.

No panorama da publicação científica brasileira recente da área de Ciência da Informação, destaca-se o dossiê especial (In)Justiça epistêmica em Biblioteconomia e Ciência da Informação publicado pela revista Encontros Bibli, organizado por Cardona & Silva (2023) reunindo artigos que abordam perspectivas críticas e justiça epistêmica no campo informacional. Entre esses estudos, destacam-se o de Morais & Gracioso (2023) que utilizam as categorias fundamentais propostas por Ranganathan (PMEST) como ferramenta analítica para mapear conceitos e enunciações do feminismo decolonial, e o de Rodrigues & Vargas (2023) que abordam as as invisibilidades relacionadas às sexualidades dissidentes.

O estudo de Alencar, Tognoli & Cervantes (2023) utilizou a análise de domínio para mapear a comunidade editorial arquivística de cunho crítico e decolonial. Os resultados apontaram a predominância de uma comunidade discursiva ainda em construção,

advindas de países com histórico de colonização, com maior predominância na América do Norte, filiados às Universidades, com pesquisas voltadas para os temas que englobam o espectro da dimensão crítica e decolonial (arquivos comunitários, justiça social, história oral, impacto emocional do trabalho arquivístico, arquivos digitais, memória, direitos humanos, entre outros).

Por sua vez, Sousa et al (2023) analisaram se o princípio da ética dos princípios CARE (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics) pode contribuir para promover a justiça epistêmica aos povos indígenas, fortalecendo sua autonomia em relação aos seus próprios dados. O estudo apontou que esses princípios CARE, embora tenham poucos exemplos práticos, visam emancipar e devolver aos povos indígenas sua autonomia epistêmica, reforçam a importância dos saberes ancestrais e destacam a necessidade de os povos indígenas terem controle sobre seus dados e conhecimentos quando utilizados pela ciência. Na visão dos autores esse éum passo significativo para a promoção da justiça epistêmica e o reconhecimento dos saberes indígenas como parte integrante do conhecimento científico.

Em uma chave latino-americana, Egaña-Lagache & Silva (2025) investigaram a presença de autorias afro-uruguaias no Catálogo Online das Bibliotecas (BiuR) e no Repositório Institucional Colibrí, identificando baixa incidência dessas vozes intelectuais, o que sugere a participação da própria instituição universitária na perpetuação de processos de memoricídio e epistemicídio. Na mesma perspectiva, Silva et al. (2025) analisaram o catálogo editorial da EDUFRO (Universidade Federal de Rondônia), mapeando 61 obras publicadas entre 2001 e 2023 que abordam Amazônia, Rondônia, povos indígenas, imigração, gênero e sexualidade. O estudo destaca o papel estratégico da editora universitária na promoção do conhecimento amazônico e da informação étnico-racial, apontando caminhos para combater injustiças epistêmicas no campo editorial brasileiro.

Formação crítica em Biblioteconomia e Ciência da Informação

As reflexões sobre (in)justiça epistêmica no campo científico trazem implicações diretas para a educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Diante disso, a formação de profissionais da informação demanda, cada vez mais, o desenvolvimento de competências que articulem o domínio técnico com a reflexão crítica sobre os valores, dinâmicas e estruturas que permeiam o campo científico. No entanto, os currículos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação ainda tendem a privilegiar abordagens centradas em fundamentos normativos ou instrumentalizados, relegando a segundo plano as dimensões políticas e epistêmicas do conhecimento. Nesse cenário, temas como reconhecimento científico, memória acadêmica e (in)justiça epistêmica permanecem ausentes ou pouco explorados, apesar de sua relevância formativa.

Essa perspectiva de formação se alinha à proposta de uma educação emancipatória, como defendem Freire (1996) e Kincheloe (2008), que enfatizam a importância da consciência crítica, da dialogicidade e da valorização de experiências diversas nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse horizonte, Bell Hooks (1994) amplia a pedagogia crítica ao destacar que o ensino não é apenas um ato intelectual, mas também profundamente vinculado ao engajamento afetivo, à escuta atenta e ao reconhecimento das identidades, elementos essenciais para transformar a sala de aula em um espaço de resistência e libertação.

Giroux (2020) também contribui significativamente para promover a articulação entre conhecimento crítico e formação política, ao propor uma pedagogia voltada para a emancipação dos sujeitos e para a transformação das instituições. Essa perspectiva conecta-se ao campo da Ciência da Informação ao conceber a formação de usuários, bibliotecários e pesquisadores como uma prática crítica de mediação, que vai além da mera transmissão de conteúdos e se compromete com a construção de sujeitos epistêmicos e autônomos.

No campo da Ciência da Informação, essa perspectiva de formação crítica encontra eco

em estudos e propostas da área que concebem a formação de usuários, bibliotecários e pesquisadores como uma prática crítica de mediação, que vai além da mera transmissão de conteúdos e se compromete com a construção de sujeitos epistêmicos e autônomos.

Nesta perspectiva, o estudo de Mehra (2019) denuncia as desigualdades estruturais na educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação nos Estados Unidos, destacando microagressões e barreiras institucionais vividas por pessoas não brancas e LGBTQIA+. A partir de sua experiência pessoal, propõe uma voz alternativa que desafia políticas superficiais de inclusão e defende conversas autênticas para enfrentar preconceitos sutis. Suas reflexões reforçam a necessidade de uma formação crítica comprometida com justiça epistêmica e social.

Uma experiência relevante nesse contexto é apresentada por Campbell e Sich (2023), que relatam o processo de decolonização do programa de instrução em bibliotecas acadêmicas na Western University, no Canadá. Fundamentado na justiça epistêmica, o novo currículo por eles desenvolvido prioriza formas diversas de conhecimento, valoriza seres vivos acima de meramente dados ou informações e propõe resultados de aprendizagem voltados à inclusão e ao respeito às múltiplas epistemologias. Seu trabalho ilustra como ações institucionais podem traduzir princípios teóricos em práticas pedagógicas concretas, reforçando o compromisso das bibliotecas com a transformação social e epistêmica.

Mais recentemente, o estudo de Babu et al (2025) basearam-se na teoria da injustiça epistêmica, incluindo seus diferentes tipos, e na ideia de que o currículo inclui as experiências de criação, verificação e disseminação do conhecimento em sala de aula, ou seja, os professores e alunos participam comunicativamente do processo de criação, verificação e disseminação do conhecimento. Nessa perspectiva, os autores exploram a interface entre a teoria da injustiça epistêmica e as experiências curriculares é explorada para elaborar estratégias de um paradigma inclusivo para experiências curriculares mais equitativas e justas.

No Brasil, a coletânea organizada por Valentim (2002) consolidou-se como referência importante para a discussão da formação do profissional da informação, reunindo diferentes autores que, desde a década anterior, analisavam os currículos dos cursos da área, tanto no Brasil como no exterior (Guimarães, 2002). Como destaca a própria organizadora, tratam-se de questões fundamentais para a reflexão e a proposição de ações que modifiquem o fazer pedagógico nas escolas e cursos da área. Mais recentemente, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, por meio de sua editora, tem publicado coletâneas voltadas ao ensino em BCI, sinalizando tendências e desafios para a atualização curricular (ABECIN, 2024).

A necessidade de ressignificar os percursos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação, por meio da incorporação de dimensões críticas e epistemológicas, vem sendo discutida também a partir da valorização de iniciativas pedagógicas inovadoras. Prudêncio & Rodrigues (2018), ao analisarem publicações do GT-6 da ANCIB e da base BRAPCI, identificaram experiências voltadas à renovação do ensino, com base em metodologias ativas, abordagens interdisciplinares e estratégias de aproximação entre teoria e prática. As autoras apontam que essas iniciativas buscam romper com modelos tradicionais e alinhar a formação às transformações sociais, tecnológicas e culturais em curso.

Outros estudos no campo da Ciência da Informação brasileira vêm propondo estratégias concretas para integrar a reflexão crítica às práticas formativas na área. Esse quadro epistemológico da injustiça epistêmica dialoga com os processos formativos de profissionais da área de Ciência da Informação de uma perspectiva mais ampla visando, como mostra o estudo de Costa & Valério (2023) a formação discente para a comunicação com pessoas surdas e inclusão em unidades de informação. Na mesma perspectiva formativa, o estudo de Doyle & Moura (2023) fundamentado teoricamente nas pedagogias e

teorias feministas críticas, utilizaram o método de prática educativa de bell hooks (1994) para desenvolver um processo de mediação de leitura em um espaço crítico de lazer.

As contribuições teóricas e as experiências pedagógicas desta seção mostram que integrar a injustiça epistêmica à formação crítica amplia o repertório dos cursos e cria caminhos práticos para uma atuação profissional socialmente implicada. Incorporar esses debates fortalece o compromisso político e epistêmico da Biblioteconomia e Ciência da Informação com uma ciência mais inclusiva e engajada.

Procedimentos metodológicos

Esta investigação configura-se como um estudo teórico-conceitual de abordagem qualitativa (Creswell, 2014), de natureza exploratória e descritiva (Gil, 2008). Seu propósito é ampliar a compreensão do reconhecimento científico como dimensão formativa na Ciência da Informação, articulada às discussões sobre justiça epistêmica. Para isso, são analisadas expressões materiais e simbólicas que evidenciam valores institucionais, epistemológicos e suas relações com dinâmicas de inclusão, exclusão e legitimação no campo científico.

São considerados como objetos de estudo diferentes expressões materiais do reconhecimento científico, tais como epígrafes, epônimos, agradecimentos, obituários, homenagens acadêmicas, entrevistas e resenhas. Esses elementos servem como base interpretativa para examinar as dinâmicas de valorização, invisibilização e (in)justiça epistêmica, sobretudo em sua interface com a formação de profissionais da informação.

O desenvolvimento da pesquisa estruturou-se em três etapas principais, que se complementam na busca por compreender o reconhecimento científico como dimensão formativa na Ciência da Informação:

1) Constituição do referencial teórico – consolidada na Seção 2, destaca estudos que abordam perspectivas teóricas e aplicadas sobre reconhecimento científico e justiça epistêmica, com ênfase em suas manifestações e implicações pedagógicas.

2) Elaboração de uma proposta teórico-metodológica – reúne categorias analíticas sobre reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica aos processos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Essa etapa resultou na construção de dois quadros-síntese: o primeiro sistematiza as categorias identificadas e suas descrições conceituais; o segundo organiza estratégias pedagógicas para integrar essas categorias aos percursos formativos da área.

Quadro 1: Materialidades do reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica

Materialidades do reconhecimento	Descrição conceitual
Epígrafes	Citações breves inseridas no início ou em partes de textos acadêmicos, capazes de condensar temas, declarar filiações intelectuais ou reforçar legitimação no campo científico, podendo evidenciar exclusões ao privilegiar certos campos ou tradições do conhecimento.
Epônimos	Atos de nomeação de pessoas ligados a descobertas ou criações científicas, reconhecendo contribuições originais, mas também revelando desigualdades epistêmicas e o apagamento de conceitos, teorias e métodos produzidos fora das tradições hegemônicas.
Obituários acadêmicos	Narrativas textuais que homenageiam acadêmicos falecidos, destacando valores e trajetórias acadêmicas. Funcionam como avaliação póstuma no campo científico e podem expor silenciamentos de identidades ou saberes contra-hegemônicos.
Agradecimentos	Analisar redes de apoio acadêmico-afetivas e hierarquias de contribuição; debater autoria, colaboração e afetos na produção do conhecimento, a partir da análise de agradecimentos.
Entrevistas e resenhas	Gêneros textuais que conferem visibilidade a pesquisadores e obras acadêmicas, valorizando trajetórias e narrativas de autoridade, podendo reforçar cânones e silenciar vozes epistemicamente marginalizadas.

Homenagens acadêmicas e científicas	Práticas institucionais que consagram indivíduos ou trajetórias acadêmicas, influenciando reputação e ampliando a visibilidade no campo científico. Podem consolidar padrões dominantes de reconhecimento ou invisibilizar contribuições historicamente marginalizadas.

Fonte: Elaboração das autoras

Como parte desse percurso metodológico, apresenta-se o Quadro 1, que sistematiza as categorias de estudo relacionadas ao reconhecimento científico e à (in)justiça epistêmica, traduzindo conceitos discutidos na fundamentação teórica. Inclui descrições sintéticas, servindo de base para a reflexão crítica e para o delineamento de propostas pedagógicas.

Essa sistematização reúne aportes conceituais de estudos clássicos sobre o reconhecimento científico e resultados empíricos provenientes de investigações que, ao longo da última década, examinaram suas diversas manifestações. Trata-se de uma síntese que fundamenta as proposições deste trabalho, destacando as implicações formativas do reconhecimento e as dinâmicas associadas à (in)justiça epistêmica.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 2, que organiza sugestões de estratégias pedagógicas destinadas a integrar o reconhecimento científico e a justiça epistêmica aos percursos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Quadro 2: Integração do reconhecimento científico e justiça epistêmica no percurso formativo

Materialidades do reconhecimento	Estratégias pedagógicas de aplicação crítica
Epígrafes	Analisar epígrafes em artigos, teses e dissertações, explorando como escolhas autorais comunicam filiações intelectuais, valores e exclusões; propor que estudantes selecionem epígrafes que expressem diversidade de saberes e perspectivas não hegemônicas.
Epônimos	Investigar epônimos em conceitos e leis científicas, analisando exclusões e apagamentos históricos, e refletindo sobre invisibilização de saberes não hegemônicos à luz da justiça epistêmica.
Obituários acadêmicos	Realizar análises críticas de obituários acadêmicos, destacando padrões de consagração ou silenciamento, discutindo como contribuem para definir quem é lembrado ou esquecido na construção do conhecimento científico.
Agradecimentos	Examinar agradecimentos em produções científicas, debatendo hierarquias e redes de colaboração, e analisar como podem revelar relações de poder ou marginalização no ambiente acadêmico.
Entrevistas e resenhas	Promover análises críticas de entrevistas e resenhas, questionando critérios editoriais e possíveis omissões, para compreender dinâmicas de legitimação ou exclusão na comunicação científica.
Homenagens acadêmicas e científicas	Pesquisar homenagens e prêmios acadêmicos, avaliando critérios de escolha que podem invisibilizar trajetórias epistemicamente marginalizadas.

Fonte: Elaboração das autoras

O Quadro 2 exemplifica como as categorias teóricas sistematizadas podem ser incorporadas às práticas pedagógicas de modo transversal e interdisciplinar, oferecendo possibilidades concretas para integrar a análise crítica do reconhecimento científico e da (in)justiça epistêmica aos percursos formativos. Juntas, essas sistematizações reforçam o caráter aplicado desta investigação e demonstram a relevância de articular reflexão teórica e estratégias práticas na formação nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

3) Análise crítica e interpretativa — voltada a discutir os sentidos atribuídos ao reconhecimento científico e à (in)justiça epistêmica em suas diversas manifestações, bem como a avaliar a pertinência e aplicabilidade pedagógica das estratégias propostas.

Assim, a metodologia adotada neste estudo articula construção teórica, sistematização analítica e proposições pedagógicas, visando

ampliar o debate sobre reconhecimento científico, (in)justiça epistêmica e sua integração à formação crítica em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Resultados

As estratégias pedagógicas desenvolvidas nesta pesquisa foram concebidas para adaptação a diferentes contextos curriculares e níveis de ensino, com o objetivo de fomentar uma atuação crítica, sensível às hierarquias presentes na ciência e alinhada com a justiça epistêmica.

Os resultados aqui apresentados estão integrados a essa perspectiva, impulsionando percursos pedagógicos que conscientizem sobre as assimetrias e desigualdades epistêmicas na construção do conhecimento científico. Para isso, retomam-se análises empíricas desenvolvidas por Hayashi e colaboradores (2014, 2018, 2022a, 2023), que exemplificam como os conteúdos sistematizados nos Quadros 1 e 2 podem fundamentar estratégias pedagógicas voltadas à reflexão crítica e à promoção da (in)justiça epistêmica

No caso das epígrafes, uma análise realizada em teses de doutorado da área de Ciência da Informação (Hayashi, 2022a) revelou o predomínio de autores europeus ou norte-americanos, com escassa presença de referências a saberes indígenas ou afro-brasileiros, o que sugere exclusões simbólicas no repertório acadêmico. Além disso, considerando apenas a classificação binária de gênero, constatou-se que 74,4% das epígrafes foram de autoria masculina e apenas 12,8% feminina, excluídas autorias institucionais, anônimas, de grupos musicais ou divindades religiosas. Surpreendentemente, embora as mulheres predominassem entre as autoras das teses (67 autoras versus 37 autores), apenas três mulheres figuraram entre as trinta pessoas mais epigrafadas: duas escritoras brasileiras – Conceição Evaristo e Cora Coralina – e Aila Spathopoulou, professora de Criminologia e Sociologia na University of Stirling (UK). Esses achados evidenciam que, mesmo quando mulheres ocupam posição majoritária entre as autorias acadêmicas, as vozes masculinas ainda prevalecem nas referências consideradas dignas de citação simbólica, revelando tensões de gênero e padrões de invisibilização que podem ser discutidos pedagogicamente como manifestações de (in)justiça epistêmica.

Nos estudos sobre epônimos em textos científicos (Hayashi, 2023a), observa-se que a esmagadora maioria das nomeações de conceitos, leis ou descobertas recai sobre homens, perpetuando apagamentos históricos das contribuições de mulheres. Na Tabela Periódica, entre os 20 elementos químicos nomeados em homenagem a pessoas, apenas dois remetem a mulheres: Lise Meitner, física que dá nome ao meitnério, e Marie Curie, que, junto com Pierre Curie, é homenageada no cúrio — evidenciando a baixa representatividade feminina mesmo em áreas centrais do conhecimento. Na Medicina, de mais de 3.500 epônimos catalogados, apenas cerca de 4% homenageiam cientistas do sexo feminino, demonstrando como nomes de mulheres permanecem escassos. Esses exemplos ilustram como a eponímia pode ocultar a participação intelectual feminina, alimentando dinâmicas de injustiça epistêmica e sustentando a ideia de neutralidade na história da ciência.

No campo dos agradecimentos, as análises conduzidas por Hayashi e colaboradores ilustram como esse gênero textual pode funcionar não apenas como espaço de reconhecimento, mas também como espelho das hierarquias e valores do campo científico. O estudo de Hayashi e Bello (2014), centrado em publicações da área da Saúde, evidenciou o predomínio de redes institucionais e hierárquicas, enquanto vínculos comunitários, coletivos ou familiares surgem com menor destaque ou de forma superficial, sugerindo exclusões simbólicas e reforçando dinâmicas de (in)justiça epistêmica. Complementarmente, Hayashi (2018) revelou, na percepção de docentes de uma universidade pública, que essas manifestações textuais carregam normas tácitas sobre colaboração, hierarquia e redes de apoio. Um aspecto relevante é a dimensão de gênero, identificada na forma como, em alguns agradecimentos, se atribuem papéis diferenciados aos pais, o pai aparece como

provedor material, enquanto a mãe surge como figura protetora e emocional. Esses exemplos evidenciam como até textos aparentemente espontâneos podem reproduzir estereótipos e desigualdades no campo acadêmico, servindo como objeto fértil para reflexões críticas sobre justiça epistêmica nos percursos formativos.

Estudos longitudinais sobre obituários, publicados entre as décadas de 1980 e 2020 e conduzidos por Hayashi e colaboradores, revelaram padrões de gênero e raça na memória científica em diferentes periódicos. Na revista Scientometrics (Hayashi et al., 2021b), 20 obituários homenageavam homens, e apenas 3, mulheres, padrão que se repetiu na Revista Pesquisa FAPESP (Hayashi et al., 2021c), na qual, dos 131 obituários analisados, 109 eram de homens e 22 de mulheres. Já na Revista Estudos Feministas (Hayashi et al., 2023), os 19 obituários publicados ao longo de 24 anos foram dedicados exclusivamente a mulheres militantes e intelectuais do movimento feminista, nascidas no Brasil e no exterior. Entretanto, chamam a atenção as ausências de obituários dedicados a homens e pessoas trans inseridas no campo dos estudos feministas e de gênero, bem como a ativistas do movimento negro, dos direitos civis e da política, como Lélia Gonzalez, Rosa Parks e Zuleika Alembert, apesar de suas contribuições intelectuais significativas. Esses estudos demonstram que cientistas homens e brancos são majoritariamente homenageados, invisibilizando identidades interseccionais, e indicam que as narrativas póstumas, embora apresentadas como neutras ou celebratórias, podem reproduzir exclusões e reforçar desigualdades epistêmicas, definindo quem merece ou não ocupar lugar na memória hegemônica da ciência.

Entrevistas e resenhas acadêmicas foram analisadas por Hayashi (2020), evidenciando como esses gêneros textuais frequentemente priorizam intelectuais já consagrados, contribuindo para manter cânones estabelecidos ou marginalizar vozes e trajetórias à margem das redes acadêmicas estabelecidas. As escolhas de quem entrevistar ou resenhar refletem critérios de prestígio e reconhecimento, além de valores acadêmicos que podem consagrar trajetórias ou silenciar perspectivas não alinhadas às correntes dominantes. Entre os indicadores de reconhecimento identificados, destacam-se as resenhas de obras de destaque no campo, a atuação de pesquisadores juniores como resenhistas e entrevistadores, a recorrência de nomes de destaque entre resenhados, resenhistas, entrevistados e entrevistadores, e a prática de inserir citações de outras obras para fundamentar esses textos. Sob uma perspectiva bourdieusiana, tais práticas podem sinalizar o aumento do estoque de capital científico dos atores envolvidos, revelando que esses gêneros textuais funcionam como mecanismos de legitimação de obras, temas e métodos, bem como de (auto)legitimação de trajetórias e pertencimentos, desempenhando papel relevante nas dinâmicas de reconhecimento científico e nas desigualdades epistêmicas no campo acadêmico.

Homenagens e prêmios acadêmicos representam práticas institucionais de consagração que, em geral, se concentram em trajetórias alinhadas a paradigmas hegemônicos, enquanto epistemologias contra-hegemônicas raramente alcançam igual reconhecimento. Entre essas expressões de consagração destacam-se os Festschriften, publicações comemorativas que materializam a memória acadêmica e revelam filiações disciplinares e redes de prestígio intelectual. Homenagens póstumas podem aparecer em honrarias diversas, como prêmios acadêmicos que carregam nomes de cientistas, cátedras, bolsas de pesquisa, denominações simbólicas em plataformas científicas (como Lattes e Sucupira), além de logradouros, escolas e edifícios públicos. Medalhas, diplomas de honra ao mérito e prêmios específicos de áreas científicas — incluindo o Prêmio Nobel — reforçam narrativas de excelência frequentemente baseadas em critérios pouco transparentes. Embora legitimem contribuições importantes, tais mecanismos podem também perpetuar exclusões, invisibilizando trajetórias e saberes que desafiam padrões estabelecidos, o que reforça sua relevância para as discussões sobre justiça epistêmica.

Esses exemplos concretos demonstram como as diversas materialidades do reconhecimento científico podem se tornar recursos pedagógicos capazes de estimular análises críticas sobre desigualdades, silenciamentos e dinâmicas de poder no campo científico. Tal abordagem contribui para a formação de profissionais e pesquisadores mais conscientes das estruturas que moldam a produção e a legitimação do conhecimento científico.

As propostas pedagógicas delineadas nesta pesquisa podem ser incorporadas de forma transversal aos currículos, seja em disciplinas e projetos de iniciação científica, seja em atividades de extensão, como rodas de conversa, oficinas temáticas ou cursos de curta duração, que favoreçam a participação crítica e o diálogo interdisciplinar. Além disso, encontram espaço em contextos extra-sala de aula, como bibliotecas universitárias, onde exposições, clubes de leitura ou curadorias digitais podem funcionar como estratégias de mediação e em ambientes virtuais de aprendizagem, que oferecem possibilidades dinâmicas para discussões, análises colaborativas e produção de conteúdos sobre reconhecimento científico e (in)justiça epistêmica.

Recursos digitais contemporâneos, quando mobilizados de forma crítica e pedagógica, enriquecem significativamente essas estratégias. Podcasts, lives, blogs e postagens comentadas têm sido usados para divulgar experiências acadêmicas, dar visibilidade a trajetórias diversas e fomentar debates sobre reconhecimento na ciência. Redes sociais como Instagram, X (antigo Twitter), Facebook e LinkedIn, assim como plataformas acadêmicas como o ResearchGate, possibilitam que docentes e estudantes explorem essas questões de forma interativa e plural, ampliando a reflexão sobre as dinâmicas de reconhecimento e (in)justiça epistêmica no campo científico.

Além disso, ferramentas de inteligência artificial, quando aplicadas com consciência crítica, podem apoiar a mediação do conhecimento, facilitar a curadoria de conteúdos e contribuir para a análise de padrões de visibilidade, autoria e reconhecimento. Essa abordagem está alinhada a autores que defendem o uso responsável da IA na educação, orientado à promoção da autonomia, da inclusão e do desenvolvimento da consciência crítica sobre os próprios processos de ensino e aprendizagem (Selwyn, 2019; Unesco, 2021), sem desconsiderar os vieses algorítmicos (Unesco, 2024) que podem intensificar injustiças epistêmicas ao reforçar tradições hegemônicas.

Assim, acredita-se que as reflexões e propostas consolidadas neste trabalho ofereçam subsídios concretos para a formação acadêmica e profissional capaz de reconhecer, interrogar e transformar as estruturas que moldam a construção do conhecimento científico na área, frequentemente alicerçadas em paradigmas de prestígio, exclusão e dinâmicas de (in)justiça epistêmica.

Considerações Finais

Esta pesquisa teórica buscou evidenciar o potencial formativo do reconhecimento científico na constituição de trajetórias, valores e legitimidades no campo acadêmico. Ao considerar materialidades do reconhecimento científico, como epígrafes, agradecimentos, obituários, epônimos, Festschriften, prêmios científicos, entrevistas e resenhas, argumentou-se que esses elementos atuam como vetores pedagógicos, cuja análise crítica pode ampliar a reflexão sobre justiça epistêmica nos percursos formativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A partir dessa perspectiva, foram sistematizados conteúdos e propostas pedagógicas que podem ser mobilizados de forma transversal na formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ainda que não constituam um modelo fechado, essas proposições buscam oferecer subsídios conceituais e práticos para estimular abordagens pedagógicas mais sensíveis às dinâmicas de reconhecimento e injustiça epistêmica, reconhecendo que os modos de consagrar e lembrar também ensinam e silenciam.

A Ciência da Informação, ao lidar com os mecanismos de seleção, armazenamento,

construção e apropriação do conhecimento, ocupa uma posição estratégica para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à pluralidade epistêmica, à democratização da ciência e à construção de uma cultura informacional comprometida com a justiça epistêmica.

A principal limitação desta pesquisa concentra-se em seu caráter teórico-conceitual, o que restringe a possibilidade de generalização empírica dos resultados e a validação prática das proposições pedagógicas apresentadas. Nesse sentido, sugere-se, para estudos futuros, investigar como docentes e discentes vivenciam práticas formativas já existentes nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, a fim de identificar caminhos para a implementação das ideias aqui discutidas.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para fomentar diálogos sobre os sentidos do reconhecimento científico, seus impactos na justiça epistêmica e sua relevância na formação de sujeitos epistêmicos autônomos e conscientes. A proposta de incluir essa temática nos percursos formativos visa ampliar horizontes curriculares da Biblioteconomia e Ciência da Informação e reafirmar o compromisso da área com a construção de uma ciência plural, crítica e comprometida com a equidade epistêmica.

Referências

ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação. (2024). Publicações da Editora ABECIN. https://portal.abecin.org.br/editora/issue/archive

Alencar, M. F., Tognoli, N. B., & Cervantes, B. M. N. (2024). Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: Em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. Encontros Bibli, 28, e92661.

Andrade, D. R. S., Alves, A. P. M., & Silva, F. C. G. (2023). O conhecimento alternativo da Biblioteca Universal Guei contra a injustiça epistêmica na literatura brasileira. Ciência da Informação, 52(1), 104–114.

Babu, Y., Mishra, P., Kumar, A., Pandey, C. S., & Pandey, S. (2025). Epistemic injustice and curriculum: Strategizing for justice. Social Sciences & Humanities Open, 11, 101220.

Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), Pierre Bourdieu: Sociologia (pp. 122–155). Ática.

Campbell, H., & Sich, D. (2023). Library curriculum as epistemic justice: Decolonizing library instruction programs. Canadian Journal of Academic Librarianship, 9, 1–39. https://doi.org/10.33137/cjalrcbu.v9.40964

Cardona, N., & Silva, F. C. G. (2023). Perspectivas críticas e justiças epistêmicas nos estudos informacionais: Editorial. Encontros Bibli, 28, e93924.

Collins, P. H. (2000). Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment (2nd ed.). Routledge.

Costa, A. C. A., & Valerio, E. D. (2023). Formação acadêmica das/os bibliotecárias/os para a inclusão de pessoas surdas em unidades de informação. Encontros Bibli, 28, e93208.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, 139–167.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, 43(6), 1241–1299.

Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto (3rd ed.). Artmed.

Doyle, A., & Moura, A. C. G. (2023). Leitura reflexiva para igualdade de gênero: Um relato de experiência. Encontros Bibli, 28, e92908.

Egaña Lachaga, F., & Garcês-da-Silva, F. C. (2025). Expressando o memoricídio: Uma análise da produção do conhecimento afrocentrado na Universidad de La República, Uruguai. Revista ACB, 30(1), 1–19.

Fernandes, J. V. de S. (2024). A literatura indígena e o direito à justiça epistêmica: Reflexões a partir das políticas educacionais e de reparação histórica. Revista Criola, 33, 19–43. https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2024.229423

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

Fricker, M. (2007). Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing. Oxford University Press.

Geertz, C. (2015). A interpretação das culturas. LTC.

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6th ed.). Atlas.

Giladi, P., & McMillan, N. (2023). Epistemic injustice and the philosophy of recognition. Routledge.

Giroux, H. A. (2020). On critical pedagogy. Bloomsbury Academic.

Guimarães, J. A. C. (2002). Estudos curriculares em Biblioteconomia no Mercosul: Reflexões sobre uma trajetória. In M. L. P. Valentim (Org.), Formação do profissional da informação (pp. 49–88). Polis.

Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. Feminist Studies, 14(3), 575–599.

Harding, S. (1991). Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives. Cornell University Press.

Hayashi, M. C. P. I., & Bello, S. F. (2014). Presença dos agradecimentos em um periódico da área de saúde. Em Questão, 20(3), 166–193.

Hayashi, M. C. P. I. (2018). Agradecimentos em artigos científicos: O ponto de vista dos pesquisadores. Prisma.com, 37, 55–70.

Hayashi, M. C. P. I. (2020). Evidências bibliométricas do reconhecimento científico em resenhas e entrevistas. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 18, e020037.

Hayashi, M. C. P. I. (2021a). Obituários acadêmicos: Análise de homenagens póstumas da ciência em periódicos científicos. Ciência da Informação, 50, 70–88.

Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2021b). Obituarios académicos y homenajes póstumos: Legados científicos para el campo de la Cienciometría. Revista General de Información y Documentación, 31, 369–394.

Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2021c). Reconhecimento científico e avaliação post-mortem em obituários acadêmicos da Revista Pesquisa FAPESP: Estudo bibliométrico e de conteúdo. Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends, 16, e02118.

Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2021d). In vitam et post-mortem: Expressões de gratidão a Derek de Solla Price em agradecimentos e obituários acadêmicos. Palabra Clave (La Plata), 11(1), e143.

Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2023). Peer-review post-mortem: Análise de obituários acadêmicos publicados na Revista Estudos Feministas. Revista Interamericana de Bibliotecología, 46(3), e345683.

Hayashi, M. C. P. I. (2022a). Epígrafes no sistema de recompensas da ciência: Notas teóricas e modelo de análise. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 20, e022004.

Hayashi, M. C. P. I. (2022b). Epônimos em textos científicos: Apontamentos teóricos. Brazilian Journal of Information Science, 16, 1–19.

Hayashi, M. C. P. I. (2023a). Epônimos em textos científicos: Modelo de análise e aplicação no campo da Bibliotemetria. Em Questão, 29, 125489.

Hooks, B. (1994). Teaching to transgress: Education as the practice of freedom. Routledge.

Kincheloe, J. L. (2008). Critical pedagogy primer (2nd ed.). Peter Lang.

Longino, H. (2002). The fate of knowledge. Princeton University Press.

Maringe, F. (2023). Colonization and epistemic injustice in higher education: Precursors to decolonisation. Routledge.

Medina, J. (2013). The epistemology of resistance: Gender and racial oppression, epistemic injustice, and resistant imaginations. Oxford University Press.

Mehra, B. (2019). The non-white man's burden in LIS education: Critical constructive nudges. Journal of Education for Library and Information Science, 60(3), 198–207.

Mehra, B., & Gray, L. (2020). “Owning up” of White-IST trends in LIS to further real transformations. Library Quarterly, 90(2), 189–239.

Merton, R. K. (1957). Priorities in scientific discovery: A chapter in the sociology of science. American Sociological Review, 22(6), 635–659.

Merton, R. K. (1968). The Matthew effect in science: The reward and communication systems of science are considered. Science, 159(3810), 56–63.

Morais, M. W., & Gracioso, L. de S. (2023). Enunciações do feminismo decolonial a partir das categorias fundamentais ranganathianas. Encontros Bibli, 28, e92696.

Prudencio, D. S., & Rodrigues, M. E. F. (2018). Práticas inovadoras no ensino de Biblioteconomia no Brasil: Análise das publicações do GT-6 da ANCIB e da BRAPCI. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 23(2), 313–331. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1422

Rodrigues, A. I., & Vargas, A. E. A. (2023). Injustiça de gênero e sexualidade LGBTQIA+: A produção de conhecimento à margem na Ciência da Informação na Região Sul. Encontros Bibli, 28, e92370.

Selwin, N. (2019). Should robots replace teachers? AI and the future of education. Polity Press.

Silva, F. C. G., Garcez, D. C., & Silva, R. A. (2022). Conhecimento das margens: Da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 27(1), 1–19.

Silva, F. C. G., Garcez, D. C., Romeiro, N. L., Pizarro, D. C., & Saldanha, G. S. (2024). Branquitude desvelada: Investigando o vocabulário racial nos estudos críticos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais... Vitória-ES.

Silva, F. C. G., Molter, A., Silva, J. P. da, & Gomes, V. S. (2025). O conhecimento amazônico e a informação étnico-racial nas produções da Editora da Universidade Federal de Rondônia (EDUFRO). Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 21, 1–15. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2129

Silva, M. R., & Maricato, J. de M. (2024). Sistema de recompensas da ciência e os meios alternativos de avaliar o impacto social: Percepções de pesquisadores que utilizam o referencial teórico bourdieusiano. Informação & Sociedade: Estudos, 33. https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2023v33.67818

Smith, L. T. (2021). Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples. Zed Books.

Sousa, L. P., Sousa, R. S. C., Löw, M. M., & Barros, T. H. B. (2023). Promovendo a justiça epistêmica: Uma análise dos princípios CARE na gestão de dados de pesquisa em relação aos povos indígenas. Workshop de Informação Dados e Tecnologia, 6.

Souza, L. G. da C. de. (2018). Reconhecimento, desreconhecimento e demarcação simbólica: Uma contribuição conceitual à análise do lado negativo do reconhecimento. Sociologias, 20(49), 294–317. https://doi.org/10.1590/15174522-02004912

UNESCO. (2021). AI and education: Guidance for policy makers. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376709

UNESCO. (2024). Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390241

Valentim, M. L. P. (Org.). (2002). Formação do profissional da informação. Polis.

A FORMAÇÃO DO PESQUISADOR BRASILEIRO: UM OLHAR PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Paulo Roberto Fernandes Junior, (PPGCI/UFS), https://orcid.org/0000-0003-4834-3937, Brasil, ***paulofernandes.bibliotecario@gmail.com***

Martha Suzana Cabral Nunes, (PPGCI/UFS), https://orcid.org/0000-0002-0587-5354, Brasil, ***marthasuzana@hotmail.com***

Rafaela Ferreira Lopes, (PPGCI/UFS), https://orcid.org/0000-0003-2774-5419, Brasil, ***rafaelalopesgcc@gmail.com***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6634

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

Entre os anos de 2015 e 2024, os investimentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) revelam não apenas as oscilações orçamentárias de um país em crise, mas também os impactos estruturais sobre a consolidação de políticas públicas voltadas à formação de pesquisadores no Brasil. O investimento total do período ultrapassa a marca de R$ 18 bilhões, mas sua trajetória é marcada por significativas variações, com períodos de forte retração seguidos por uma retomada recente dos aportes financeiros. Em 2015, o CNPq investiu aproximadamente R$ 2,64 bilhões. Contudo, essa cifra sofreu quedas expressivas nos anos seguintes, atingindo o menor patamar da série em 2021, com apenas R$ 1,18 bilhão — uma redução de mais de 55% em relação ao valor inicial (CNPQ, 2024).

Esse ciclo de queda, que se estende de 2015 a 2021, é marcado por contingenciamentos orçamentários, crises econômicas e o enfraquecimento das políticas de fomento à ciência, afetando diretamente a manutenção de bolsas, o financiamento de pesquisas e a infraestrutura laboratorial do país. A partir de 2022, no entanto, observa-se um movimento de recuperação nos investimentos, com R$ 1,70 bilhão aplicados neste ano, seguido por R$ 2,43 bilhões em 2023 e R$ 2,62 bilhões em 2024 — valores que se aproximam dos níveis de 2015 (CNPQ, 2024). Essa retomada recente pode ser vista como sinal de revalorização institucional da ciência e de recomposição de políticas públicas voltadas à produção de conhecimento e inovação.

Do total investido nesse intervalo de dez anos, a maior parte foi destinada à formação de pesquisadores, que correspondeu a 50,79% dos recursos, seguida por apoio a projetos de pesquisa (47,24%), apoio à cooperação internacional (1,00%) e divulgação científica e popularização da ciência (0,98%) (CNPQ, 2024). Esse número revela, de maneira inequívoca, a centralidade dessa dimensão no projeto nacional de CT&I, sendo seguida por apoio a projetos de pesquisa, cooperação internacional e divulgação científica. Tal distribuição reforça o entendimento de que o fomento à pesquisa está intrinsecamente ligado ao processo de formação científica, especialmente no que diz respeito aos níveis deiniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado — etapas decisivas na trajetória do pesquisador brasileiro.

Nesse contexto, o financiamento público cumpre um papel essencial não apenas na sustentação da infraestrutura de pesquisa, mas também na constituição de ambientes formativos, na permanência de jovens talentos nas universidades e centros de pesquisa e na construção de massa crítica para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A oscilação dos investimentos impacta diretamente essas dimensões, produzindo descontinuidades em projetos, evasão de pesquisadores e perda de competitividade internacional. Assim, a análise dos dados de fomento no período em questão não apenas revela tendências econômicas e políticas, mas

também evidencia os desafios estruturais enfrentados pelo Brasil na consolidação de uma política contínua e sustentável de formação de pesquisadores.

A formação do pesquisador brasileiro é um processo complexo, influenciado por fatores sociais, institucionais e individuais, que se inicia na educação básica e se consolida no ensino superior e pós-graduação. A análise dos dados de investimento do CNPq no período entre 2015 e 2024, apresentada nesta introdução, serve como uma contextualização importante para compreender o cenário do fomento à pesquisa no país. Este estudo, por sua vez, realiza uma análise bibliográfica para compreender como se dá a formação de pesquisadores na área da Ciência da Informação no Brasil, a partir da revisão da literatura científica sobre o tema. Os objetivos específicos incluem investigar os diferentes níveis de ensino envolvidos, os principais agentes formadores e as práticas educacionais associadas à pesquisa. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de identificar estratégias que promovam uma formação equitativa e contínua de pesquisadores, considerando que mais de 50% dos investimentos do CNPq nesse período foram direcionados à formação de pesquisadores, refletindo a importância estratégica desse segmento para o desenvolvimento da Ciência da Informação. Essa contribuição é fundamental para o fortalecimento da área e a inserção social e internacional da Ciência da Informação.

Referencial Teórico

A formação do pesquisador brasileiro é um processo não linear, influenciado por fatores sociais, institucionais e individuais. Embora o ideal seja que esse processo comece na educação básica, ele costuma se consolidar no ensino superior ou na pós-graduação, devido às desigualdades educacionais estruturais do país.

Fialho (2004, 2009) destaca que a formação investigativa juvenil depende da articulação entre família, escola, professores, colegas, biblioteca e projeto pedagógico. A biblioteca escolar é vista como espaço estratégico para o desenvolvimento do pensamento crítico e das habilidades informacionais. Siqueira (2023) reforça essa visão, ao posicionar a biblioteca como espaço de mediação da informação e formação crítica, com o bibliotecário atuando como protagonista no processo educativo.

Assunção e Mattos (2019) sublinham o papel do professor como mediador e produtor de conhecimento, destacando o potencial da divulgação científica na educação básica, desde que esteja ancorada em práticas pedagógicas inclusivas. Já Costa (2013), ao analisar egressos do PIBIC/UFSC, evidencia que a formação na Iniciação Científica fortalece competências metodológicas e incentiva a continuidade da trajetória do pesquisador na pós-graduação.

No campo da Ciência da Informação, Araújo e Valentim (2019) observam que a formação do pesquisador se intensifica na pós-graduação, com papel central dos programas acadêmicos, grupos de pesquisa e eventos como o ENANCIB. Os autores alertam para a necessidade de maior inserção social e internacional da área. Matos (2017) destaca o papel dos orientadores bolsistas do CNPq, cuja atuação influencia temáticas e metodologias de pesquisa, embora a tendência da pesquisa esteja concentrada em grandes centros.

Por fim, Pecegueiro *et al*. (2024) mostram que o uso de tecnologias como *podcasts* pode inovar na formação de pesquisadores, promovendo autonomia e comunicação científica. Como lembra Fialho (2009), essa formação depende de múltiplos fatores, exigindo políticas públicas, práticas comprometidas e ambientes informacionais acessíveis.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória, pois, segundo Nunes (2021), possibilita conhecer a fundo o tema de pesquisa; e descritiva, pois, para a autora, é nesse tipo de pesquisa que se analisa a ocorrência dos fenômenos, sua frequência e características, facilitando a análise das relações entre as variáveis investigadas. Ainda de acordo com Nunes (2021), nesse tipo de pesquisa são adotadas técnicas padronizadas de coleta de dados. Aabordagem da pesquisa é qualitativa, uma vez que, para Nunes (2021), esse tipo de investigação possibilita a análise das subjetividades. Para a autora, “a pesquisa qualitativa tem como objetivo investigar e

entender a natureza dos fenômenos sociais, possibilitando maior nível de profundidade e entendimento" (Nunes, 2021, p. 13).

Nesse sentido, esta pesquisa foi realizada a partir da revisão sistemática integrativa da literatura (RSIL) para a coleta e análise dos dados.

Portanto, trata-se de uma modalidade de pesquisa que permite mapear e sintetizar criticamente os conhecimentos já produzidos sobre determinado tema. Assim, a RSIL se destaca por integrar diferentes perspectivas teóricas, empíricas e metodológicas, contribuindo para a construção de novos referenciais no campo estudado

De acordo com Torraca (2005, p. 356), "a revisão integrativa da literatura é uma forma de pesquisa que revisa, critica e sintetiza a literatura representativa sobre um determinado tema de maneira integrada, de modo que novos modelos e perspectivas sobre o tema sejam gerados". Essa definição reforça o caráter criativo e estruturador da revisão integrativa, pois não se limita a sumarizar dados, mas visa desenvolver novas compreensões e caminhos investigativos.

Ainda segundo a autora,

> A revisão integrativa da literatura desempenha um papel importante ao estimular pesquisas adicionais sobre o tema. O aspecto provocador ou frutífero de uma revisão integrativa da literatura está em sua capacidade de gerar novas ideias e direcionamentos para a área. Esse critério questiona: a contribuição provavelmente estimulará investigações futuras que levem a novos e importantes conhecimentos no campo?" (Torraco, 2005, p. 364, tradução nossa).

Partindo da compreensão de que a revisão integrativa da literatura tem o potencial de gerar novas ideias e direcionamentos para a área, como destaca Torraco (2005), esta investigação foi conduzida a partir da seguinte pergunta norteadora: **como se dá a formação de pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil?** Para ampliar e aprofundar a análise, foram formuladas quatro questões complementares: (4.1) O que é formação de pesquisadores? (4.2) Como ocorre essa formação na área? (4.3) Em que níveis de ensino ela se desenvolve? e (4.4) Quem são os responsáveis por promovê-la?

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e Catálogo Coletivo de Recursos de Informação em Acesso Aberto (Oasisbr). Utilizou-se a combinação dos descritores "formação de pesquisadores" AND "Ciência da Informação", aplicados nos campos "assunto" e "todos os campos", com o intuito de abranger tanto produções com foco temático direto quanto aquelas em que o conteúdo estivesse presente de forma transversal.

Foram incluídos no corpus da revisão os estudos que tratavam especificamente da formação de pesquisadores na área da Ciência da Informação, disponíveis na íntegra e alinhados aos objetivos da pesquisa. Por outro lado, foram excluídos os trabalhos cujo conteúdo, embora apresentassem os descritores nos metadados, não mantinham relação direta com o objeto de investigação.

A busca inicial resultou em **53 documentos**. Após a leitura dos resumos e a análise das palavras-chave, **sete (07)** estudos foram selecionados para análise aprofundada, compondo o portfólio final da revisão.

Resultados Finais

O resultado obtido na revisão sistemática integrativa está apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Pesquisa selecionadas na revisão sistemática integrativa

	Título	Autores	Tipo
01	Bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq e a formação de massa crítica em Ciência da Informação no Brasil: uma análise de domínio	Matos, 2017.	Dissertação
02	A cultura informacional e a formação do jovem	Fialho, 2009.	Tese

	pesquisador brasileiro		
03	A formação do pesquisador juvenil: um estudo sob enfoque da competência informacional	Fialho, 2004.	Dissertação
04	O processo de formação de pesquisadores: análise do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1990 a 2012	Costa, 2013.	Dissertação
05	Construção e divulgação do conhecimento científico na educação básica	Assunção; Mattos, 2019	Artigo
06	A biblioteca e a iniciação científica no ensino médio: contribuições do letramento informacional na formação de jovens pesquisadores	Siqueira, 2023	Dissertação
07	O Podcast como ferramenta de ensino no Projeto de Extensão Formação do Discente Pesquisador	Pecegueiro *et al*., 2024.	Artigo

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nos trabalhos analisados, a expressão "formação de pesquisadores" é recorrente, discutida sob perspectivas variadas conforme o escopo de cada estudo. Ainda assim, as dificuldades e trajetórias enfrentadas pelos pesquisadores apresentam pontos em comum entre os diferentes campos, o que permite inferências relevantes. Na sequência, apresentam-se as respostas e discussões relativas às questões formuladas na RSIL, com base nos objetos de análise desta pesquisa.

4.1 O que é formação de pesquisadores?

A formação de pesquisadores constitui um processo contínuo e multifatorial, que abrange o desenvolvimento de competências investigativas, letramento informacional e uma postura crítica diante da informação e da realidade social. Conforme apontado por Fialho (2004, 2009), essa formação deve iniciar-se já na educação básica, envolvendo a atuação integrada da escola, família e bibliotecas, criando um ambiente propício para o estímulo à curiosidade e ao desenvolvimento da investigação desde os primeiros anos escolares.

A escolarização básica desempenha papel fundamental nesse processo, pois, como destaca Fialho (2004, p. 41):

> [...] a escolarização fundamental básica, com boa infraestrutura de recursos humanos/financeiros e com um projeto pedagógico que privilegie o desenvolvimento da competência informacional e do letramento no aluno, será, certamente, grande aliada na formação do pesquisador juvenil, de forma que ele possa chegar ao ensino superior melhor habilitado para realizar as pesquisas.

Essa formação não deve ser episódica, mas sim contínua, acompanhando o estudante ao longo de toda sua trajetória escolar. Nesse sentido, segundo Fialho (2004), o desenvolvimento das habilidades informacionais no contexto escolar tende a ser mais eficaz quando ocorre de forma contínua, iniciando-se nas séries iniciais do ensino fundamental e utilizando metodologias adequadas a cada etapa. Assim, a formação do pesquisador deixa de ser pontual e passa a acompanhar o estudante ao longo de toda sua trajetória escolar.

Outro aspecto essencial para a formação do pesquisador está relacionado ao desenvolvimento da competência informacional, que consiste em um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitam o indivíduo a interagir eficazmente com a informação, seja para a resolução de

problemas, tomada de decisões ou aprendizagem ao longo da vida. Segundo Fialho (2004, p. 98), "a prática da pesquisa escolar é uma condição essencial para o desenvolvimento da competência informacional". Assim, a formação do pesquisador envolve não apenas o acesso à informação, mas também o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva para utilizá-la de maneira adequada.

O letramento informacional, por sua vez, precisa ser tratado com a mesma importância dada a alfabetização, pois, conforme enfatiza Fialho (2004, p. 98) "não é suficiente apenas o aluno ser alfabetizado, ele precisa estar inserido nas práticas sociais de leitura e de escrita". Fialho (2004) alerta, ainda, para a urgência de uma reforma na educação básica brasileira, uma vez que muitos estudantes apresentam dificuldades significativas em compreensão leitora, análise e interpretação de textos, o que compromete diretamente a formação do pesquisador.

Além dos aspectos cognitivos, a formação de pesquisadores também está intrinsicamente ligada ao desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao contexto social, econômico e político em que o jovem está inserido. Para isso, é necessário que o pesquisador juvenil não seja um mero receptor passivo de informações, mas sim um agente ativo na produção do conhecimento, capaz de questionar e investigar a realidade de forma crítica. Conforme Fialho (2004, p. 104) afirma:

> É necessário formar a consciência crítica do pesquisador juvenil. É importante pensar na formação do pesquisador como um ato contínuo, de forma que ele possa ser alguém que tenha uma visão crítica em relação aos acontecimentos e à realidade social na qual está inserido. O pesquisador juvenil não pode ser apenas um consumidor de ideias alheias, mas alguém que pratica a atividade científica como uma ação privilegiada do ser humano, revelando o pleno significado da atitude de indagação face à realidade. [...] Não é possível desvincular a formação do pesquisador juvenil da realidade social, econômica e política na qual ele está inserido. Nesse aspecto, o Brasil ainda não oferece aos seus adolescentes e jovens um programa sistematizado de incentivo à prática da pesquisa científica.

Ao encontro com essas ideias, Pecegueiro *et al.* (2024) propõem que a formação do pesquisador envolva o desenvolvimento da autonomia e de uma postura ativa por parte do discente. Para isso, os autores destacam a importância da articulação entre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e a prática da oralidade no processo comunicacional de construção do pesquisador. Na experiência prática descrita em sua pesquisa, foi justamente na intersecção dessa articulação que se percebeu o fortalecimento das competências investigativas e comunicacionais dos estudantes, evidenciando o potencial formativo dessa abordagem integrada.

Dessa forma, a formação de pesquisadores deve ser compreendida como um processo integrado que abarca desde o desenvolvimento técnico de habilidades informacionais e investigativas até a construção de uma postura crítica e consciente diante do mundo. O estímulo à curiosidade, o letramento informacional contínuo e a articulação entre diferentes agentes educacionais constituem pilares fundamentais para que esse processo ocorra de forma eficaz, preparando os jovens para atuarem como investigadores ativos e protagonistas do conhecimento.

4.2 A formação do pesquisador na Ciência da Informação

A formação do pesquisador na área da Ciência da Informação é um processo complexo que envolve múltiplas dimensões. Os estudos analisados nesta pesquisa apresentam elementos que contribuem significativamente para compreender como essa formação pode ocorrer no campo da Ciência da Informação.

De acordo com Siqueira (2023), o bibliotecário exerce um papel fundamental na iniciação científica ao atuar como mediador da informação junto aos estudantes, colaborando

com a seleção e avaliação crítica das fontes que melhor atendem às necessidades da pesquisa. Tal mediação não ocorre isoladamente, mas se efetiva por meio de parcerias e cooperações com os professores, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas que promovam o letramento informacional. O autor destaca que "o bibliotecário na escola tem a função de realizar o trabalho de orientar quem precisa na busca e no uso da informação, sendo, portanto, assim como o professor, um mediador do conhecimento, do ensino e da aprendizagem" (Siqueira, 2023, p. 21). Essa articulação contribui para que o processo de pesquisa seja uma oportunidade de aprendizado coletivo, em que o diálogo e o trabalho em grupo são valorizados como formas de desenvolver ideias e construir conhecimento.

Desse modo, a atuação do bibliotecário na iniciação científica ultrapassa a mediação técnica da informação e se insere como uma prática pedagógica que contribui para a formação crítica dos estudantes. Ao articular saberes informacionais com o contexto educacional, esse profissional amplia o potencial formativo da pesquisa escolar, favorecendo a autonomia intelectual e o pensamento investigativo. Tal contribuição se mostra particularmente relevante para a formação de futuros pesquisadores, inclusive na área da Ciência da Informação, ao integrar competências específicas à construção coletiva do conhecimento.

Nesse sentido, Assunção e Mattos (2019) apresentam uma proposta integrada ao ensino básico que visa fortalecer as habilidades de pesquisa de alunos e professores por meio do uso de ferramentas tecnológicas, como os Recursos Educacionais Abertos (*Open Educational Resources* - OER) e o sistema PKP-OCS para gestão de produção científica. Conforme Assunção e Mattos (2019, p. 11) destacam:

> A implantação do PKP-OCS como sistema para gestão de atividades de pesquisa representa uma contribuição tecnológica para a Educação Básica que, associada ao desenvolvimento das habilidades dos professores e alunos em relação ao processo de produção científica, fortalecerá um pensar crítico da ciência brasileira e efetivamente propiciará um avanço no desenvolvimento científico e tecnológico.

Tal iniciativa visa aproximar o processo de produção científica da realidade escolar, incentivando o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento. Além disso, a pesquisa de Assunção e Mattos (2019) aponta que a formação de novos pesquisadores demanda o domínio das TIC, não apenas como ferramentas operacionais, mas como elementos estratégicos para a produção, gestão e disseminação do conhecimento científico. O uso qualificado dessas tecnologias fortalece práticas investigativas mais colaborativas, abertas e críticas, contribuindo para a construção de uma cultura de pesquisa alinhada às exigências contemporâneas da ciência e da sociedade.

Outro aspecto relevante para compreender a formação do pesquisador em Ciência da Informação é a “genealogia investigativa”, conceito apresentado por Matos (2017), que se refere ao estudo das temáticas de pesquisa empreendidas por um pesquisador em sua trajetória acadêmica e à relação dessas temáticas com as investigações dos orientadores ao longo do tempo. Isso permite visualizar a dispersão ou a convergência temática nas orientações e entender como se consolida o campo científico. Como ressalta o autor, “a genealogia investigativa consiste no estudo das temáticas de pesquisa empreendidas por um pesquisador, fazendo relações entre os temas que o pesquisador-orientador se propôs a desenvolver na sua graduação e pós-graduação” (Matos, 2017, p. 15).

Nesse sentido, vale destacar o mapeamento realizado por Araújo e Valentim (2019), que apresenta um panorama da produção científica na área da Ciência da Informação no Brasil, estruturada a partir dos Grupos de Trabalho (GTs) da ANCIB. Esses GTs evidenciam as principais linhas de pesquisa que conformam o campo, entre as quais se destacam: Estudos Históricos e Epistemológicos; Organização e

Representação da Informação; Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Política e Economia da Informação; Informação, Educação e Trabalho; Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação; Informação e Tecnologia; Museu, Patrimônio e Informação; Informação e Memória; e Informação e Saúde. Essas temáticas refletem a diversidade e a complexidade dos objetos de estudo da área, bem como os diferentes enfoques teórico-metodológicos adotados pelos pesquisadores, indicando caminhos múltiplos para a formação e atuação científica.

Além disso, Matos (2017) evidencia que o processo de formação do pesquisador transcende a simples orientação acadêmica, constituindo uma relação dinâmica de parceria científica. O autor explica que, à medida que um pesquisador alcança o doutorado, ele deixa de ser apenas um discípulo para tornar-se um parceiro científico do orientador, colaborando na consolidação de uma massa crítica na área. Nesse contexto, "massa crítica" é entendida como a mentalidade coletiva necessária para estabelecer e sustentar ações e comportamentos científicos, fundamentando o desenvolvimento da área. A concentração dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, especialmente no eixo Rio-São Paulo, e a necessidade de maior internacionalização são elementos destacados como desafios para o fortalecimento dessa massa crítica (Matos, 2017). Corroborando com essa discussão, Araújo e Valentim (2019) ressaltam que a formação e a produção científica na área seguem concentradas nas regiões Sudeste e Sul do país, com destaque para o eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais. Essa concentração geográfica limita a diversidade regional das pesquisas e dificulta a consolidação de uma massa crítica nacional mais equitativa. Os autores também apontam que os esforços de internacionalização ainda são tímidos e desiguais, ocorrendo principalmente entre grupos já consolidados, o que compromete a visibilidade da produção científica brasileira no exterior e o diálogo com outras comunidades acadêmicas globais.

Diante disso, é necessário ampliar a compreensão sobre a formação do pesquisador na Ciência da Informação, considerando que essa formação está intrinsecamente relacionada com a educação. Não se trata apenas de desenvolver habilidades específicas, como a mediação da informação ou a apropriação do conhecimento, mas de promover uma formação integral que relacione teoria e prática, incentive a experimentação ativa e proponha avaliações significativas do processo de aprendizagem. Formar um pesquisador é, portanto, dotá-lo de competências variadas, em uma trajetória formativa crítica, reflexiva e articulada com os desafios da ciência e da sociedade.

Assim, a formação do pesquisador em Ciência da Informação ocorre em um ambiente que valoriza a mediação informacional promovida por bibliotecários e professores, a incorporação de tecnologias educacionais que aproximem a produção científica dos novos pesquisadores, e a construção de redes de colaboração e orientação que sustentam o desenvolvimento temático e institucional do campo. Compreendida em sentido ampliado, essa formação envolve um processo educativo contínuo e coletivo, que vai além da simples aquisição de conhecimentos, configurando-se como uma prática que mobiliza múltiplos saberes e promove o pensamento crítico e autônomo.

4.3 Níveis de ensino na formação de pesquisadores

A formação do pesquisador é um processo que se constrói gradualmente ao longo de toda a trajetória educacional do indivíduo, sendo desenvolvida desde a educação básica até os programas de pós-graduação *Stricto sensu*. Cada etapa da escolarização contribui, a seu modo, para a construção do olhar investigativo, da postura crítica e da competência para produzir conhecimento. Ainda que o ingresso efetivo na prática científica ocorra, geralmente, no ensino superior, o estímulo ao questionamento, à curiosidade e ao uso da informação pode e deve ser cultivado desde os primeiros anos escolares. Fialho (2004, 2009), por exemplo, destaca que a atuação integrada de professores e bibliotecários escolares é fundamental para despertar nas crianças e

jovens uma cultura de pesquisa, favorecendo o contato inicial com fontes informacionais e desenvolvendo habilidades de busca, análise e uso da informação — habilidades estas que formam a base para a formação do futuro pesquisador.

No ensino superior, a Iniciação Científica (IC) representa um marco estruturado na trajetória formativa do pesquisador, introduzindo os estudantes aos métodos, à ética e à prática da investigação científica. Costa (2013) destaca que a iniciação científica não tem, necessariamente, a finalidade de formar pesquisadores, mas busca, sobretudo, familiarizar o estudante com o processo investigativo, sendo, por isso, um passo inicial relevante e estruturante. Essa fase constitui, portanto, um momento de transição entre a postura de aprendiz e a postura de produtor de conhecimento.

Além disso, a IC proporciona o desenvolvimento de competências fundamentais para a continuidade na carreira acadêmica. Costa (2013) aponta que sua relevância está na criação de uma articulação contínua e produtiva entre a graduação e a pós-graduação, o que fortalece a integração entre ensino e pesquisa e oferece aos estudantes uma preparação mais sólida para os níveis seguintes. O autor também observa que os estudantes que participaram de programas de IC tendem a apresentar melhor desempenho em processos seletivos para a pós-graduação, maior agilidade na obtenção de títulos acadêmicos e mais desenvoltura em atividades como apresentações orais e trabalho em equipe.

Costa (2013) ressalta que a Iniciação Científica busca antecipar uma preparação adequada do estudante de graduação para a pós-graduação, por meio de uma formação concreta e segura que envolve instrumentalização, capacitação e orientação, preparando o aluno para gerar novos conhecimentos e até mesmo formar outros pesquisadores.

Essa preparação se consolida na pós-graduação *stricto sensu*, especialmente nos cursos de mestrado e doutorado. Além disso, Costa (2013) distingue os dois níveis da pós-graduação, explicando que os cursos *lato sensu,* voltados ao aperfeiçoamento e à especialização, funcionam como uma extensão da graduação, enquanto a pós-graduação *Stricto sensu* representa, de fato, a formação do pesquisador, marcada pelo aprofundamento teórico e pela produção de novos conhecimentos. Assim, vale destacar o papel estratégico da pós-graduação para o avanço do conhecimento científico no país. Araújo e Valentim (2019) apontam que a maior parte da produção científica brasileira, na Ciência da Informação, provém dos programas de pós-graduação, que vêm se esforçando para ampliar sua visibilidade internacional e consolidar uma base sólida de pesquisa na área. Esse dado reforça a ideia de que o ponto culminante da formação do pesquisador se dá nos programas *Stricto sensu*, embora sua trajetória deva ser iniciada, idealmente, desde os primeiros níveis de ensino.

Essa perspectiva também está presente em estudos sobre a trajetória de bolsistas da IC, como o realizado por Costa (2013), que demonstrou que 50,19% dos bolsistas do PIBIC/UFSC avançaram para a pós-graduação, evidenciando que a IC cumpre um papel decisivo na construção da carreira científica. Segundo o mesmo autorCosta (2013), a Iniciação Científica contribui, a médio prazo, para o desenvolvimento da ciência e para o aumento das publicações, e, a longo prazo, para a formação de futuros doutores. Assim, quanto mais rapidamente os ex-bolsistas do PIBIC ingressam na pós-graduação e concluem seus doutorados, mais claramente os objetivos da IC são atingidos.

No entanto, apesar da importância da IC e da pós-graduação na formação do pesquisador, é necessário reconhecer que, no Brasil, esse processo ocorre de forma relativamente tardia. Costa (2013) observa que, conforme análise de dados de sua pesquisa, as instituições de ensino superior funcionam como principais instâncias de recrutamento e formação de pesquisadores, sendo a pós-graduação uma etapa fundamental nesse processo. Ainda assim, o autor destaca que essa formação investigativa poderia ser iniciada ainda durante a educação básica, como parte de um processo contínuo que vai além das etapas institucionais tradicionais.

Dessa forma, a formação do pesquisador revela-se como um processo longitudinal, que se estende por diferentes níveis educacionais,

cada qual com funções específicas. Desde a educação básica, passando pela graduação e pela iniciação científica — que introduzem os fundamentos da pesquisa — até a pós-graduação — onde se estrutura e se consolida a prática investigativa e o pensamento crítico — o desenvolvimento da identidade do pesquisador exige uma articulação sistêmica e intencional de todos os níveis de ensino.

4.4 Atores responsáveis no processo de formação de pesquisadores

Família, professores, bibliotecas, orientadores, programas institucionais e associações cientificas são os principais agentes. Fialho (2004, 2009) e Assunção e Mattos (2019) destacam sua importância na educação básica. No ensino superior, os orientadores e o PIBIC ganham centralidade, segundo Pecegueiro *et al*. (2024). Para Araújo e Valentim (2019), nesse nível de formação as associações científicas potencializam a formação do pesquisador, destacando o uso das TIC como ferramentas inovadoras no processo formativo. A seguir, optou-se por categorizar os agentes envolvidos na formação de pesquisadores e analisar as contribuições dos estudos selecionadas a partir da RSIL para essa temática.

4.4.1 Bibliotecários e professores

A compreensão sobre a formação do pesquisador brasileiro demanda uma análise que ultrapasse os níveis avançados da trajetória acadêmica e considere também as etapas iniciais desse processo. A pesquisa escolar, frequentemente introduzida ainda na educação básica, configura-se como um espaço relevante para o desenvolvimento de habilidades investigativas. Embora a formação científica sistematizada se consolide, sobretudo, na graduação e na pós-graduação, é no ambiente escolar que se iniciam os primeiros estímulos à curiosidade intelectual, à autonomia crítica e ao uso qualificado da informação. Refletir sobre a atuação de professores e bibliotecários escolares na mediação do conhecimento e no desenvolvimento da competência informacional contribui, portanto, para compreender como se estruturam, desde os primeiros anos da educação formal, as bases que sustentam a formação do pesquisador no Brasil, especialmente à luz das contribuições da Ciência da Informação.

A partir dessa perspectiva, a formação do pesquisador juvenil não é responsabilidade isolada de uma única figura pedagógica, mas compreende um processo que exige a ação colaborativa de múltiplos atores escolares. Entre esses, o professor e o bibliotecário escolar se destacam como pilares fundamentais. Ambos ocupam posições estratégicas na mediação do conhecimento, sendo capazes de impulsionar a construção da competência informacional dos alunos. Segundo Fialho (2004, p. 82), “o bibliotecário e o professor ocupam importância fundamental na tarefa de desenvolver as habilidades informacionais, tornando-se as figuras centrais no discurso da competência informacional”.

Essa formação requer mais do que o domínio de conteúdos: é necessário fomentar a capacidade crítica, a autonomia investigativa e a reflexão sobre o uso da informação. A atuação conjunta desses profissionais pode proporcionar um ambiente mais fértil para a aprendizagem significativa, como destaca Fialho (2009, p. 19): “o trabalho colaborativo entre professores e bibliotecários escolares pode contribuir para um processo de formação mais crítico”, especialmente quando ambos planejam, implementam e avaliam em parceria o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, Pecegueiro *et al*. (2024) apontam o uso das TIC como ferramenta para a formação do discente como pesquisador autônomo e ativo. Em sua pesquisa, os autores descrevem uma experiência em que os professores atuaram como mediadores no uso pedagógico do *podcast*, favorecendo a articulação entre linguagem, tecnologia e investigação. Essa prática evidencia o potencial das TIC para promover a autonomia estudantil e diversificar estratégias de mediação da informação, quando utilizadas de forma crítica e integrada ao currículo.

A prática da pesquisa escolar, muitas vezes reduzida à mera coleta e reprodução de dados, adquire outra dimensão quando os profissionais da escola atuam de maneira articulada. No entanto, há entraves estruturais e pedagógicos que dificultam essa integração.

Um dos principais problemas observados por Fialho (2004) diz respeito à falta de comunicação entre os professores e os bibliotecários. Segundo a autora:

> Os professores reclamam que os alunos copiam trechos de enciclopédias; os bibliotecários alegam que, por não conhecerem antecipadamente os temas das pesquisas solicitadas, não têm tempo suficiente para se prepararem para atender os alunos que buscam informação, geralmente uma classe inteira buscando um único assunto. Os professores não orientam efetivamente os alunos e não estabelecem, com clareza, os objetivos do trabalho; como consequência, os alunos se mostram confusos quando chegam à biblioteca (Fialho, 2004, p. 18).

Esse cenário revela não apenas uma falha de planejamento pedagógico, mas também a ausência de uma cultura escolar que valorize o bibliotecário como educador. Em muitos casos, o bibliotecário é visto como mero guardião de livros ou localizador de fontes, o que restringe drasticamente seu papel. Como explica Fialho (2009, p. 165), mesmo entre os próprios estudantes prevalece a visão limitada de que o bibliotecário escolar é apenas um "localizador de fontes de informação". Entretanto, a autora argumenta que o bibliotecário escolar pode desempenhar um papel fundamental nos momentos críticos do processo de pesquisa dos alunos, atuando de forma diferenciada conforme o estágio em que cada estudante se encontra (Fialho, 2009).

O papel do professor, por sua vez, é decisivo para garantir o encadeamento das etapas da pesquisa e a orientação metodológica dos alunos. A presença do professor orientador é fundamental para esclarecer objetivos, propor prazos, discutir metodologias e promover a interdisciplinaridade. Fialho (2009, p. 29-30) destaca que "por meio do acompanhamento do professor orientador, estabelece-se uma data limite para a entrega da pesquisa, estimula-se o trabalho integrado entre as disciplinas e orientam-se os alunos sobre os diversos aspectos da pesquisa", tornando o processo mais estruturado e menos improvisado.

Além disso, o professor é, muitas vezes, o principal mediador entre o aluno e a informação. Ele influencia diretamente nas fontes consultadas e no tipo de conhecimento valorizado. Fialho (2004, p. 60) afirma que "a influência do professor é uma realidade quando se trata do uso das fontes na pesquisa escolar, o que pode ser aproveitado com o objetivo de formar no aluno uma consciência crítica em relação ao uso desses meios".

No entanto, a atuação do bibliotecário escolar, quando valorizada e integrada ao currículo, pode ampliar significativamente o alcance pedagógico da escola. Fialho (2009, p. 74) observa que "bibliotecários escolares que trabalham em parceria com os professores podem ajudar os estudantes a alcançar níveis melhores de compreensão de leitura, solução de problemas e habilidades de pesquisa", o que só é possível quando há condições adequadas de trabalho, formação continuada e infraestrutura. A autora também menciona um estudo realizado no Colorado, segundo o qual os ganhos no processo educativo são significativos em contextos onde há mais tempo dedicado aos alunos, coleções bem desenvolvidas, investimentos financeiros e planejamento conjunto entre professores e bibliotecários (Fialho, 2009).

A abordagem da cultura informacional, que engloba o letramento e o desenvolvimento de habilidades críticas, exige um bibliotecário preparado pedagogicamente. Contudo, esse preparo ainda é incipiente no Brasil. Fialho (2009) observa, com base em dados analisados em sua pesquisa, que o bibliotecário brasileiro ainda não tem sido suficientemente capacitado para atuar no desenvolvimento da cultura informacional, o que aponta para a urgência de reformas curriculares nos cursos de Biblioteconomia, a fim de contemplar com mais ênfase a dimensão educativa da profissão.

Apesar das dificuldades enfrentadas — como falta de clareza nas funções, ausência de planejamento conjunto e resistência à mudança —, há um consenso crescente de que a parceria entre professores e bibliotecários é a chave para transformar a pesquisa escolar

em uma experiência formadora. Como afirma Fialho (2004, p. 82):

> Ao desenvolver um trabalho em parceria, inteiramente articulado, eles estarão perseguindo um objetivo comum: o de promover, nos alunos, o desenvolvimento de habilidades de uso da informação, que são inerentes ao processo de formação do pesquisador juvenil.

Esse cenário exige comprometimento institucional e formação contínua. O desenvolvimento das habilidades informacionais não deve ser uma tarefa acidental ou espontânea, mas um projeto pedagógico estruturado, com papel ativo do bibliotecário como mediador e do professor como orientador de conteúdo e metodologia. Ambos são indispensáveis para que os alunos superem a mera coleta de informações e passem a produzir conhecimento.

Portanto, a formação do pesquisador juvenil, longe de ser apenas uma questão metodológica ou curricular, é um desafio ético, institucional e pedagógico. Ela se fortalece quando os profissionais da informação e da educação se reconhecem mutuamente como parceiros e compartilham a responsabilidade pela aprendizagem crítica, autônoma e transformadora.

4.4.2 Família

A formação do pesquisador não se inicia apenas no ambiente escolar ou universitário, tampouco pode ser atribuída exclusivamente à ação de professores e instituições formais de ensino. Ainda que muitas vezes invisibilizada nos estudos sobre o desenvolvimento da competência investigativa, a família ocupa um papel estruturante e indispensável neste processo. A influência exercida no âmbito doméstico, por meio do acompanhamento das atividades escolares, do diálogo e da oferta de recursos, pode gerar impactos significativos no desenvolvimento do jovem pesquisador.

Fialho (2004) enfatiza que a família, ao se constituir como instituição de socialização primária, é também um dos primeiros núcleos formadores da criança em valores, hábitos e formas de compreender o mundo. Como destaca a autora:

> Os estudiosos compartilham a idéia de que a família é, por excelência, a instituição de socialização primária das crianças, isto é, 'o processo mediante o qual elas apreendem os valores, as normas, os hábitos, os esquemas de representação do mundo, etc., socialmente sancionados e assumidos pela família' [...] Assim, a partir da família, a criança é iniciada no processo de socialização, sendo educada para se relacionar com o mundo, num processo que se dá por etapas bem definidas (Fialho, 2004, p. 71).

É nesse espaço doméstico, permeado por afetos, rotinas e interações cotidianas, que se plantam as sementes da curiosidade e da autonomia intelectual. A presença dos pais ou responsáveis, quando comprometida com a escuta e o estímulo, favorece uma postura investigativa nas crianças e adolescentes. Fialho (2004, p. 103) destaca que a família pode ser "uma instituição ativa na formação e no desenvolvimento do pesquisador, acompanhando sua vida escolar, possibilitando acesso aos recursos necessários, discutindo ideias, propondo alternativas e instigando seu senso crítico."

Porém, essa atuação nem sempre se concretiza de forma equilibrada entre diferentes grupos sociais. As desigualdades socioeconômicas e a falta de tempo para o acompanhamento das tarefas escolares são barreiras frequentes. Os dados coletados por Fialho (2004) em sua pesquisa apontam que "os alunos da escola pública demonstraram pouco envolvimento da família em relação ao auxílio em suas pesquisas escolares. A principal variável apontada pelos alunos diz respeito à falta de tempo dos pais, ocupados em suas atividades habituais" (Fialho, 2004, p. 72–73). Essa ausência, embora naturalizada pelos próprios alunos, gera impactos na forma como esses jovens se relacionam com o processo de investigação, tornando-o mais solitário e, por vezes, mecânico.

As dificuldades de ordem social e econômica surgem, assim, como elementos centrais para se compreender os limites da atuação familiar.

Fialho (2004) aponta que a condição financeira da família é um fator decisivo para a disponibilização de recursos informacionais e, consequentemente, para o engajamento do aluno com a pesquisa escolar. A autora destaca que “as diferenças de acesso aos recursos informacionais ficaram evidenciadas em ambas as escolas; a condição financeira da família é um fator preponderante” (Fialho, 2004, p. 101). O acesso a livros, revistas, enciclopédias e equipamentos como o computador é mais frequente entre os alunos da escola particular, o que revela um cenário desigual, onde a pesquisa escolar, que deveria ser um instrumento democrático de aprendizado, acaba por reproduzir as desigualdades sociais.

Já entre os estudantes da escola particular, a autora observa um cenário distinto, no qual há maior entrosamento familiar, sobretudo no que diz respeito ao acesso a recursos informacionais e apoio prático. Um dos alunos entrevistados relatou que o simples fato de seus pais possibilitarem acesso aos materiais já é percebido como uma importante forma de participação (Fialho, 2004). Além disso, foi constatado que “as famílias dos alunos da escola particular disponibilizam fontes variadas de acesso à informação, dentro dos próprios lares”, incluindo revistas, livros, enciclopédias e, em alguns casos, computadores (Fialho, 2004, p. 75). Esse acesso é facilitado tanto pela estrutura da escola quanto pelas condições socioeconômicas familiares, o que revela uma importante desigualdade de base.

Mais do que recursos materiais, a autora chama atenção para a importância do diálogo entre pais e filhos durante a atividade de pesquisa escolar. Apesar de sua relevância, essa dimensão aparece como uma das principais lacunas a serem preenchidas. Fialho observa que:

> Oferecer ao filho uma educação de boa qualidade, assim como possibilitar o acesso às fontes de informação são maneiras importantes de participação das famílias. No entanto, o diálogo com o filho, durante a atividade de pesquisa escolar, parece ser a principal lacuna a ser preenchida (Fialho, 2004, p. 102)

É nesse contexto que a formação do pesquisador juvenil se vê atravessada por múltiplos desafios. A ausência de diálogo e de reflexão conjunta sobre os temas de interesse não apenas empobrece a experiência investigativa, mas também distancia o jovem de uma compreensão mais crítica e significativa da pesquisa. O papel da família, portanto, não se esgota no fornecimento de materiais e suporte técnico: ele deve se estender ao campo simbólico da troca de ideias, do estímulo ao questionamento e da construção conjunta de sentido.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas por algumas famílias — seja pela falta de tempo, pela baixa escolaridade ou pelo desconhecimento dos objetivos das atividades escolares —, é necessário reconhecer sua função educativa e formadora. Conforme ressalta Fialho:

> A participação, com responsabilidade, da família na educação dos filhos está, portanto, amparada pela legislação educacional do país. Como instituição de socialização primária da criança, a família está dotada de uma função educativa e formadora. A educação de uma criança, bem antes de ela entrar para a escola, está a cargo da família, pois nesse espaço familiar é que serão adquiridos os primeiros valores pessoais e culturais (Fialho, 2004, p. 78).

Dessa forma, a família não é apenas um elemento coadjuvante, mas sim matriz fundamental na formação do pesquisador. Sua atuação, quando consciente e engajada, pode transformar a experiência escolar em um espaço de descobertas partilhadas. É importante que a escola, reconhecendo essa potência, busque formas de envolver os responsáveis no processo investigativo, promovendo eventos, rodas de conversa, feiras de conhecimento e atividades de socialização que integrem família e escola. Como sugere Fialho (2004), tais estratégias podem incentivar o diálogo e fomentar

ambientes mais propícios à construção do saber.

Por fim, ao compreender a família como um organismo dinâmico, sujeito a constantes movimentos de (des)organização, é possível respeitar suas limitações sem perder de vista seu imenso potencial. Para a autora:

> A família é um organismo dinâmico, é preciso entendê-la como um grupo social em constante movimento de organização-desorganização-reorganização, movimento este que se processa em estreita relação com o contexto sócio-cultural. A família sofre pressões, mas também gera cultura e proporciona a formação de vínculos." (Fialho, 2004, p. 70)

Considerar essa complexidade é o primeiro passo para valorizar a contribuição familiar na formação do pesquisador, respeitando seus limites, mas também reconhecendo suas possibilidades. Com isso, abre-se caminho para que o ato de pesquisar se constitua não apenas como tarefa escolar, mas como prática viva e partilhada, enraizada nas relações cotidianas e familiares.

4.4.3 Associações cientificas

Outro ator relevante na formação do pesquisador é representado pelas associações científicas. Conforme apontado por Araújo e Valentim (2019), essas entidades exercem um papel central na consolidação da identidade científica do campo, ao promoverem espaços de interlocução entre pesquisadores experientes e iniciantes, incentivarem a produção e disseminação do conhecimento e estruturarem agendas temáticas por meio dos Grupos de Trabalho (GT). No caso da Ciência da Informação, destacam-se a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), voltada à articulação da pesquisa acadêmica a nível de pós-graduação, e a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), com foco na formação e no ensino em nível de graduação na área. Ambas as associações contribuem para o fortalecimento de comunidades acadêmicas, promovendo eventos, periódicos, debates e redes de colaboração que ampliam as oportunidades de formação crítica, ética e científica.

Dessa forma, além de bibliotecários, professores, família e instituições formais de ensino, é fundamental reconhecer o papel das associações científicas como ambientes formativos privilegiados, que contribuem significativamente para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da inserção dos novos pesquisadores nas redes colaborativas de produção de conhecimento.

Considerações Finais

A formação do pesquisador brasileiro, com foco especial na área da Ciência da Informação, configura-se como um processo multifacetado e contínuo, que idealmente se inicia nos primeiros anos da educação básica, intensifica-se durante a graduação e se consolidando na pós-graduação. Embora os trabalhos analisados nesta pesquisa não tratem exclusivamente da formação de pesquisadores na Ciência da Informação, seus achados revelam informações transversais e aplicáveis, que fornecem importantes pontos de baliza para a compreensão desse fenômeno no contexto específico da CI.

No cenário brasileiro, os primeiros contatos estruturados com a pesquisa científica frequentemente ocorrem apenas na graduação por meio dos programas formais de Iniciação Científica, como o PIBIC, evidenciando uma lacuna entre o potencial da educação básica para fomentar a cultura investigativa e a efetiva prática de pesquisa vivenciada pelos estudantes. A pós-graduação, principalmente os cursos *Stricto sensu*, exerce papel decisivo no amadurecimento do pesquisador, promovendo o aprofundamento teórico, metodológico e a produção de conhecimento científico que contribuem para o desenvolvimento da Ciência da Informação como campo de estudo e atuação.

No entanto, esse percurso formativo está permeado por desigualdades estruturais — socioeconômicas, culturais e políticas — que afetam o acesso, a permanência e o desempenho no processo de formação de pesquisadores, também no âmbito da Ciência

da Informação. Essas desigualdades se manifestam tanto em recursos materiais e infraestrutura quanto na articulação entre os agentes educacionais e instituições, tais como escolas, universidades e bibliotecas, que desempenham papéis fundamentais na mediação da informação e no estímulo à pesquisa.

Diante desse contexto, esta pesquisa reforça a necessidade de estratégias integradas que articulem esses agentes, valorizando o papel do bibliotecário e do professor como mediadores ativos do conhecimento desde os níveis iniciais de escolarização. A incorporação de tecnologias digitais, como *podcasts* e recursos educacionais abertos, apresenta-se como um recurso inovador para fortalecer a autonomia investigativa e a comunicação científica dos estudantes, aspectos diretamente relacionados à formação de pesquisadores na Ciência da Informação.

Os objetivos desta investigação foram atendidos ao identificar e analisar as concepções de formação de pesquisadores, compreender suas manifestações específicas na área da Ciência da Informação, mapear os níveis de ensino envolvidos nesse processo e reconhecer os responsáveis por promovê-lo. A revisão sistemática integrativa permitiu perceber que, mesmo com a escassez de produções específicas na CI, os conceitos encontrados são aplicáveis e enriquecem o entendimento do processo formativo na área. Além disso, a análise destacou o papel dos programas de Iniciação Científica, da pós-graduação, dos mediadores informacionais, da família e das associações científicas como agentes essenciais para o desenvolvimento da cultura investigativa.

Em síntese, a formação do pesquisador brasileiro na Ciência da Informação deve ser compreendida não apenas a partir do desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também da construção de uma postura crítica, reflexiva e socialmente responsável diante da informação e do conhecimento. Essa perspectiva integral é fundamental para preparar pesquisadores capazes de contribuir com a transformação social e o avanço científico, especialmente em uma área que se situa no cerne da mediação informacional e da gestão do conhecimento.

Referências

Araújo, C. A. Á., & Valentim, M. L. P. (2019). A Ciência da Informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional. *Anales de Investigación*, 15(2), 232-259. http://revistas.bnjm.sld.cu/index.php/BAI/article/view/131

Assunção, Y. B., & Mattos, M. C. de. (2020). Construção e divulgação do conhecimento científico na educação básica: A formação de jovens pesquisadores. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, 9(2). https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19128

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2024. https://painel.cnpq.br.

Costa, A. (2013). *O processo de formação de pesquisadores: análise do programa de iniciação científica da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 1990 a 2012* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Fialho, J. F. (2004). *A formação do pesquisador juvenil: um estudo sob o enfoque da competência informacional* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-67FJ59

Fialho, J. (2009). *A cultura informacional e a formação do jovem pesquisador brasileiro* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-7VYQNZ

Matos, D. F. O. (2017). *Bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq e a formação de massa crítica em Ciência da Informação no Brasil: uma análise de domínio* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Nunes, M. S. C. Metodologia Científica Universitária em 3 Tempos. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2021. https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14940Acesso em: 03 nov. 2024

Pecegueiro, C. M. P. A., Vetter, S. M. J., Marinho, R. R., Freitas, G. L., & Alencar, M. G. S. P. (2024). O Podcast como ferramenta de ensino no

Projeto de Extensão Formação do Discente Pesquisador. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, 1–16. https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/403 (Acesso em: 28 abr. 2025).

Siqueira, M. S. S. (2023). *A biblioteca e a iniciação científica no ensino médio: contribuições do letramento informacional na formação de jovens pesquisadores* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Torraco, R. J. Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. Human Resource Development Review, 4, (3), 356-367, 2005.

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: NARRATIVAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS, REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FORMAÇÃO

Daniele Achilles1, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3648-7282, Brasil, *e-mail:* daniele.achilles@unirio.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6636

Eixo: Tendencias en la Formación y Educación en Ciencias de la Información (Bibliotecología, Documentación, Archivística y Patrimonio)

Introdução

As bibliotecas públicas desempenham um papel essencial na preservação e promoção da cultura e na manutenção da memória coletiva de uma sociedade. Desse modo, trabalhar com narrativas e reconhecer suas potencialidades enquanto ferramentas valiosas para o registro e compartilhamento das experiências e vivências das comunidades, contribui para a constatação das diferenças que compõem as identidades sociais. Essa pesquisa é resultado parcial do Projeto de Extensão *"Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas: trajetórias teórico-práticas para a construção das narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares junto às comunidades do Município de Niterói–RJ*", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Busca fortalecer a relação entre as bibliotecas e comunidades, promovendo a valorização das histórias locais, fomentando a construção de narrativas que reforcem a identidade coletiva junto às instituições.

Nos últimos anos, o desenvolvimento de projetos de pesquisa-extensionista tem crescido no Brasil, especialmente aqueles que

incentivam a coleta de dados junto às comunidades em situação de vulnerabilidade social. A utilização da história oral aplicada tem se mostrado uma estratégia eficaz para afirmar o *ethos* comunitário por meio das narrativas de memória, revelando elementos e aspectos que estão presentes nos vínculos entre as instituições e as comunidades atendidas.

Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e identitárias, contribuindo para o fortalecimento do senso de pertencimento e valorização das experiências locais para a construção de identidades. Contudo, a aplicação da história oral aplicada enfrenta desafios (a escassez de recursos, a necessidade de capacitação especializada, resistência de alguns grupos em compartilhar suas histórias, experiências e vivências, por exemplo). Fatores influem na realização de entrevistas e coleta de narrativas, exigindo estratégias e metodologias específicas para superar tais barreiras.

O problema que orienta a pesquisa é: *Como são elaboradas formações com vistas nas trajetórias metodológicas que fundamentam o percurso teórico-prático na construção de narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares do município de Niterói–RJ?* Essa reflexão suscita uma questão secundária: qual é a importância das narrativas de memória na atualidade, especialmente no contexto das bibliotecas públicas?

O objetivo geral é apresentar um ensaio acadêmico com reflexões teórico-metodológicas sobre informação e narrativas em bibliotecas públicas, destacando a impotância de processos formativos, com o Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPB). Os objetivos específicos são: discutir o conceito de memória e experiência; refletir sobre os sentidos da narração em Benjamin e Han; articular argumentos teóricos-metodológicos unindo os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa-extensionista.

A pesquisa se justifica por trabalhar componentes que alinham informação, memória, narrativa, analisadas pelo Protocolo COPB, considerando a história oral aplicada às práticas informacionais. Esse movimento teórico fortalece a interação dialógica entre o campo da Memória Social e da Ciência da Informação.

Referencial Teórico

A presente pesquisa extensionista tem como foco maior investigar de que maneira os registros das experiências e vivências, por meio da aplicação do Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPB) – História Oral Aplicada, podem promover novas formas de compreensão, formação e posicionamento das bibliotecas públicas.

Foi necessário também desenvolver uma Política de Memória para as bibliotecas. O modelo teórico-metodológico desenvolvido com base no conceito de Comunidade de Práticas de Wenger (2002; 2010); Snyder, Wenger e Sousa Briggs (2003); Wenger, McDermott e Snyder (2002). O conceito de COP, aliado à perspectiva das práticas informacionais, destacam-se: Savolainen (1995), Cox (2008), Isah (2012), Harlan (2012), Gandra (2017) e Tanus, Berti e Rocha (2022). Dessa forma, o referido texto aborda a fundamentação teórica, a metodologia; os elementos que compõem as relfexões teórico-metodológicas e as considerações possíveis decorrentes do estudo.

A fundamentação teórica estrutura-se nas seguintes concepções: a) a Memória como campo transdisciplinar e como fenômeno social; b) a Memória em seu sentido produtivo; c) a Memória como experiências, vivências e criação de si; d) a Memória como história oral. Para alicerçar as discussões e reflexões foi necessário utilizar essas quatro marcações que delimitam um dos recortes presentes no aporte teórico da pesquisa extensionista como um todo. O quadro teórico apresenta as perspectivas sobre a memória de Jô Gondar (2005); Gilles Deleuze (1997; 1999; 2006); Melo (2015); Deleuze e Guattari (2010); as perspectivas sobre narração expostas na obra de Walter Benjamin (2012) e Byung-Chul Han (2023); as indicações sobre história oral aplicada enfatizada por Meihy e Seawright (2021).

O enquadramento teórico orienta o projeto e, com isso, é importante destacar que a

Memória Social, enquanto campo de estudos, é transdisciplinar por excelência, conforme defende Gondar (2005, pp. 11):

> A memória é um campo de estudos multidisciplinar, visto que produz diversos entrecruzamentos dialogando com outros campos do conhecimento. Compreender a importância da Memória Social [na atualidade] exige atenção especial aos diferentes modos de abordá-la, e, isso envolve o manejo teórico, político e ético.

De acordo com Gondar (2005), esse manejo teórico, político e ético se manifesta tanto no significado atribuído às narrativas de memória quanto na maneira de tratá-las e selecioná-las. A autora também nos ensina que a memória está intrinsecamente relacionada ao par lembrança e esquecimento; ou seja, toda seleção de memórias implica, inevitavelmente, esquecimento. O campo da Memória Social ao qual nos referimos aqui é visto como um território dinâmico, cujas fronteiras são marcadas por diversidades e que acolhem uma multiplicidade de definições (Gondar, 2005, pp. 11). Além disso...

> O campo da Memória Social é polissêmico e pode ser compreendido a partir de duas vertentes: de uma lado, podemos admitir que a memória se comporta diversas significações; de outro, que ela se abre a uma variedade de sistemas de signos. Tantos signos simbólicos (palavras orais e escritas) quanto signos icônicos (imagens desenhadas e esculpidas), e mesmo os signos indiciais (marcas temporais, por exemplo), podem servir de suporte para a construção de uma memória (Gondar, 2005, pp. 12).

Nesse sentido, a polissemia da memória é como um terreno incerto, segundo a autora, onde há controvérsias. Assim, para trabalhar com formação e narrativas de memória é necessário, cuidadosamente, refletir sobre o posicionamento ético-político, visando garantir a afirmação de diferentes vozes.

Mas, como podemos compreender isso nos processos de coleta de memórias por meio do método de história oral aplicada, especialmente no contexto de bibliotecas públicas?

Esse questionamento orienta a importância de revelar os registros que ressignificam as experiências e vivências das pessoas que utilizam as seis bibliotecas populares. No contexto de seleção de memórias, Gondar (2005, pp. 18) afirma que a memória é uma construção, o que reforça a ideia de que ela não representa uma simples reconstrução do passado, mas uma elaboração contínua, sempre influenciada por novidades e perspectivas que tornam a memória um processo produtivo, conforme nos ensinou Michel Foucault. Essa abordagem também está relacionada à forma como os indivíduos constroem suas relações subjetivas e intersubjetivas, seus laços e práticas sociais, evidenciando a memória como um fenômeno dinâmico e socialmente situado.

A abordagem teórica proposta, que abrange a memória com experiência e destaca uma via benjaminiana de entendimento. O teórico nos adverte que a memória, individual ou coletiva advém das experiências e vivências singulares ou plurais, afinal elas encontram-se imbricadas aos processos e dinâmicas de organização social. Benjamin (2012) articulava, em seus fragmentos, o passado, o presente e o futuro, ele propôs uma teoria crítica por via de fragmentos, que juntamente com outros formam mosaicos sempre inacabados (imagens de memória). Essa é a forma recuperada para pensar nos registros de memória e das narrativas das pessoas em contato com as 06 bibliotecas populares de Niterói (RJ), utilizando o método de história oral aplicada como procedimento.

Para Gilles Deleuze (2006), a memória é uma força que retarda o caos da matéria e sempre faz emergir algo novo, assim, a memória na perspectiva deleuziana se coloca como uma condição para o processo de criação. Com base nisso, Achilles e Gondar (2016, pp. 181) afirmam:

> O caráter fragmentário e aberto [da obra de Benjamin] nos obriga a realizar determinadas escolhas para extrair análises sobre as questões relativas ao lembrar a ao esquecer que constituem a memória, bem como o conceito de experiência. Por isso, optamos por trabalhar com fragmentos que possam nos servir de base teórica para configurar a memória enquanto experiência. Dito

> isto, escolhemos alguns fragmentos como ‘coleção’, por exemplo, que nos conduz ao conceito de ‘experiência’ e, consequentemente ao conceito de ‘informação’. Esses mosaicos compostos por fragmentos, ruínas, cacos carregam um caráter surrealista em sua escrita e em sua disposição (organização).

Arriscamo-nos a afirmar que toda coleção composta por fragmentos, ruínas, vestígios ou cacos diversos carrega um sentido próprio, configurando um mosaico que expressa significados muitas vezes invisíveis à primeira vista. A cada fragmento de memória que se revela, abre-se a possibilidade de novas leituras, imagens, representações e compreensões, sempre parciais e em constante transformação.

Ou melhor: a cada narrativa de memória revelada pela história oral, fragmentos subjetivos e intersubjetivos são retirados do esquecimento, dando foco a novas imagens, como nos ensina Deleuze. Assim, as experiências e as vivências de cada narrador de suas memórias, bem como daqueles que registram as memórias deles encontram-se presentes na construção das memórias coletivas que definem e redefinem o sentido da biblioteca pública para as pessoas.

Byung-Chul Han, em sua obra *A crise da narração*, publicada em português em 2023, apresenta uma reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea, apontando a perda progressiva da capacidade de criar e, até mesmo, de apreciar narrativas significativas. Retomando as teorias de Walter Benjamin, Han amplia o debate ao articular os impactos desse fenômeno nas esferas da cultura, da política e da tecnologia, convidando-nos a refletir sobre a possibilidade de vivermos em uma era pós-narrativa. A inserção de Han (2023) nesta pesquisa extensionista tem como propósito provocar questionamentos sobre as formas de narração a que nos referimos — e que, cotidianamente, estamos construindo — dentro e sobre as bibliotecas públicas. Que narrativas, capazes de evocar memórias, desejamos fortalecer nesses espaços? E quais formas de narração ainda fazem sentido ou podem ser reinventadas no contexto das bibliotecas públicas?

Segundo Han (2023), as narrações criam uma comunidade. Na atualidade, sao muitas vezes expressadas como informações pontuais e instântaneas, como os *storytelling*. Han (2023, pp. 13) aponta:

> As narrações criam uma comunidade. O *storytelling*, por sua vez,só cria uma comunidade na forma de mercadoria. A *Community* é formada por consumidores. Nenhum *storytelling* seria capaz de reacender a fogueira em torno da qual as pessoas se reúnem e narram histórias umas às outras. A fogueira já foi extinta faz tempo. Ela está sendo substituída pela tela digital que isola as pessoas na forma de consumidores. Consumidores são solitários. Não formam uma comunidade. Os *stories* das plataformas sociais não são capazes de eliminar o vácuo narrativo. Eles nada mais são do que autopromoções pornográficas ou anúncios. Postar, curtir e compartilhar como prática consumista intensificam a crise da narrativa.
>
> [...]
>
> Através do *storytelling*, o capitalismo se apropria da narração. Ela a submete ao consumo. O *Storytelling* produz narrações na forma de consumo. Com sua ajuda, os produtos ficam carregados de emoções. Eles prometem vivências especiais. E assim que compramos, vendemos e consumimos narrativas e emoções. *Story sell. Storytelling* é *Storytelling.*

Narramos o quê? Para quem? Que narrativas compramos? Que narrativas vendemos? Quem lucra com isso enquanto o sujeito padece em meio a vazios?

Han (2023) deixa claro que a narração e informação são forças opostas. Desse modo, ser e informação também são vistos como categorias excludentes.

> [...] Assim, é inerente à sociedade da informação uma carência de ser, um esquecimento do ser. A informação é aditiva e cumulativa. Ela não é portadora de sentido, enquanto a narração, por sua vez, transporta o sentido. Originariamente, sentido significa direção. **Estamos, hoje, portanto, muito bem-informados, mas desorientados** (grifo nosso). Além disso, a informação fragmenta o tempo em uma simples sequência do presente. A narração, por

> outro lado, produz um contínuo temporal, ou seja, a história.
> [...]
> Histórias conectam as pessoas umas com as outras, na medida em que fomentam a capacidade de empatia. Elas criam comunidades.

Bibliotecas públicas são espaços de sociabilidade, de construção de histórias, narrativas e memórias. Han (2023, pp. 17) ao se referir a narração através da perspectiva de Walter Benjamin, afirma: "o olhar longo, lento e demorado se perdeu". Aí reside a crítica: somos uma sociedade que estamos nos tornando incapazes de criar e apreciar narrativas significativas. Segundo Benjamin a narração não se esgota em si mesma, como a informação, afinal a temporalidade entra nesse meio. A aceleração do tempo, em virtude do modo de produção e do sistema econômico vai transformando a construção dos modos de existência (de lembrar, de narrar, de informar e de esquecer). Enquanto a narração é formadora de comunidade, a informação, e, mais tarde, o *storytelling* geral a solidão e o isolamento social. Segundo Han (2023, pp. 25):

> Narrar e escutar atentamente histórias se condicionam mutuamente. A comunidade narrativa é uma comunidade de ouvintes atentos. Uma atenção especial é inerente à escuta cuidadosa. Quem escuta atentamente, esquece de si mesmo e se afunda naquilo que escuta: 'quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Estamos perdendo cada vez mais o dom da escuta. Nós nos produzimos, ouvimos secretamente, em vez de nos entregarmos à escuta atenta.
> [...]
> A sociedade da informação está dando início a uma época de alta *tensão espiritual*, pois o estímulo da surpresa é a essência da informação. O tsunami de informações garante que nossos órgãos de percepção estejam permanentemente estimulados. Eles não são mais capazes de passar para um modo contemplativo. O tsunami de informações fragmenta a atenção. Ele impede o demorar-se contemplativo que é constitutivo do ato de narrar e escutar.

Han (2023) vai além: afirma que a realidade passou a ser modulada pelas informações e dados, não é à toa que presencialmente o uso da inteligência artificial por todas as partes e um *boom* de tendências, onde já se fala em novos termos, como bibliotecário de dados, por exemplo. A informatização, a digitalização da vida conduzem um definhamento das experiências e vivências. Se no século passado, Benjamin apontava para uma nova forma de ser centrado na informação. Han (2023) admite que essa nova forma de ser também é uma forma de dominação. A informação como dominação, o neoliberalismo como uma configuração política e econômica que estabelece os meandros dos regimes de informação e o modo *smart* de ser, de existir imperando sobre nossos corpos e mentes.

Santos, Gregório e Rosa (2021), no artigo intitulado "A solidão na contemporaneidade: uma reflexão sobre as relações sociais", discutem aspectos relacionados aos afetos na sociedade contemporânea, destacando a solidão como sintoma social. O ensaio crítico realizado de forma não convencional realiza articulações entre afeto, solidão, manifestações sociais, consumismo, individualismo, vida virtual e solidão positiva. Os autores enfatizam:

> num contexto social que reforça a autonomia individual e incentiva o consumismo exagerado em busca da satisfação imediata, pode-se perceber uma tendência à dissolução de certezas, na medida em que crenças e valores são colocados em dúvida, e frequentemente o indivíduo se questiona sobre aquilo em que acredita. Nesse mesmo sentido, há um caminhar em direção à relativização da ética, que tem como preceito delimitar racionalmente "os direitos da sociedade contra o indivíduo, os direitos do indivíduo contra a sociedade, e os dos indivíduos uns contra os outros" (Freud, 2006, p. 78 apud Santos, Gregório, Rosa, 2021, pp.1).

O condicionamento do comportamento humano foi explicado por Freud, em 1930, na obra "O mal-estar da civilização". Freud analisou o conflito entre os desejos individuais e as exigências da vida em sociedade. O autor parte do princípio de que os seres humanos buscam, por natureza, o prazer e a satisfação

de seus impulsos, mas essa busca entra inevitavelmente em choque com as regras e restrições impostas pela civilização. Santos, Gregório e Rosa (2021, pp.1) indicam...

> A esse sentimento de ser insuficiente, o sociólogo francês Alain Ehrenberg deu o nome de vergonha. Podemos depreender desse quadro descrito que as pessoas experimentam uma contínua sensação de desamparo, mediada pela relação que se faz entre expectativas e frustrações, sensação de vazio, de incompletude, falta de suporte, estabilidade e segurança emocional.

"Solidão. Solidão, nada mais que um vagar na incerteza do insólito da existência humana. Solidão. Simplesmente solidão" (Angerami-Camon, 1990, pp. 2). A solidão como ausência do outro que vem ganhando cada vez mais espaço portando-se como um fenômeno crescente relacionado com a sensação de desamparo, vazio e islamento social, conforme marcam Santos, Gregório e Rosa (2021).

O fenômeno da solidão na contemporaneidade, como discutido por Santos, Gregório e Rosa (2021), revela-se não apenas como uma condição individual, mas como um sintoma social profundamente relacionado às estruturas e exigências da sociedade atual. O incentivo ao individualismo, à autonomia exacerbada e ao consumismo como promessa de satisfação imediata contribui para a fragmentação dos vínculos sociais e para o enfraquecimento dos espaços coletivos de convivência e pertencimento.

Essa dissolução de certezas e a relativização de valores éticos e sociais, apontadas pelos autores, associam-se ao que Freud (1930) descreveu como o mal-estar na civilização: o inevitável conflito entre os desejos individuais e as imposições sociais que regulam o convívio coletivo. Nesse contexto, a solidão não é apenas um estado emocional, mas consequência direta do esvaziamento dos espaços públicos que tradicionalmente serviam como mediadores entre o indivíduo e a sociedade.

É justamente nesse cenário de desamparo, vazio e sensação de isolamento que a **biblioteca pública emerge como um espaço de resistência e reconstrução do senso de pertencimento (grifo nosso)**. Longe de ser apenas um local de acesso à informação, a biblioteca pública funciona como um espaço de sociabilidade onde as pessoas podem se reconhecer como parte de algo maior, como pertencentes a uma comunidade.

Ao promover encontros, acesso à cultura, espaços de diálogo e acolhimento, a biblioteca pública se configura como um refúgio contra o individualismo e o isolamento. Nela, o sujeito encontra a possibilidade de romper com o sentimento de invisibilidade e vazio social, construindo vínculos, trocando experiências e, sobretudo, sendo reconhecido como alguém que pertence, que existe para além das lógicas do consumo e do isolamento digital.

Portanto, diante do mal-estar e da solidão contemporânea, a biblioteca pública representa um espaço concreto de afetividade, suporte social e construção de identidade coletiva, por via de movimentos, ações e atividades que tem como foco a construção e acesso às memórias, preenchendo lacunas deixadas por uma sociedade que frequentemente fragiliza os vínculos humanos em nome da autonomia e do consumo.

Diante do cenário contemporâneo de solidão e fragmentação dos vínculos sociais, tornou-se fundamental o resgate e a valorização das memórias coletivas que conferem sentido aos espaços de convivência e pertencimento, como a biblioteca pública. Nesse processo, o método de história oral emerge como ferramenta essencial para acessar, registrar e dar visibilidade às narrativas individuais e comunitárias, muitas vezes dispersas ou silenciadas pelo esvaziamento das relações sociais e pela precarização dos espaços públicos.

A história oral, ao privilegiar o relato direto dos sujeitos, permite reconstruir memórias comunitárias fragmentadas, revelando os sentidos e significados atribuídos à biblioteca pública por aqueles que dela se apropriam ou, muitas vezes, a ela recorrem em busca de acolhimento, pertencimento e reconhecimento social. Por meio das narrativas coletadas, é possível compreender como as experiências vividas na biblioteca contribuem para a recomposição simbólica dos laços sociais e para o fortalecimento da identidade

local, tonando-as lugar antropológico como alerta Silva, Achilles e Sabbag (2022).

Assim, em um contexto em que a solidão e o sentimento de desamparo se consolidam como sintomas sociais, a escuta qualificada e o registro das memórias dos sujeitos, proporcionados pela história oral, não apenas recuperam trajetórias pessoais e comunitárias, mas também revelam a potência da biblioteca pública como espaço de resistência, sociabilidade e construção coletiva de memórias. A aplicação dessa metodologia, portanto, se apresenta como estratégia concreta para compreender e valorizar a biblioteca enquanto território de afetos, encontros e pertencimento, em oposição à lógica do isolamento e da fragmentação social predominante.

5 Procedimentos Metodológico

Trata-se de uma pesquisa extensionista social de abordagem mista, com delineamento exploratório, descritivo e qualitativo. Como procedimentos técnicos, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, a triangulação metodológica, a história oral aplicada, a abordagem de Comunidade de Práticas (CoP) e o modelo teórico-metodológico que integra Comunidade de Práticas e Práticas Informacionais, conforme proposto por Achilles e Rocha (2025).

A pesquisa bibliográfica adota o método de revisão sistemática da literatura, com o objetivo de garantir a atualização e a consistência dos aportes teóricos que fundamentam o estudo. A triangulação metodológica articula três dimensões fundamentais: história, teoria e prática, sendo aplicada de modo a aprofundar a compreensão do conceito e das práticas associadas à biblioteca pública, considerando o contexto sócio-histórico situacional, abordado a partir do levantamento de dados sociais, econômicos, demográficos, educacionais, culturais, políticos etc. do território no qual a biblioteca está localizada.

A história oral aplicada constitui-se como um dos principais procedimentos empíricos, sendo operacionalizada por meio de um roteiro voltado às entrevistas que são gravadas, cujas narrativas foram transcritas, decupadas e analisadas com base em critérios previamente definidos. Por fim, a articulação entre Comunidade de Práticas e Práticas Informacionais, conforme o modelo teórico-metodológico de Achilles e Rocha (2025), orienta os processos formativos investigados, contribuindo para a compreensão e o fortalecimento das práticas sociais e informacionais no contexto das bibliotecas públicas.

Figura 1 –Esquema imagético do modelo teórico-metodológico de práticas informacionais em comunidade de práticas em bibliotecas públicas



Fonte: Achilles; Rocha (2025).

Os processos formativos previstos na pesquisa são concebidos e planejados com base no modelo teórico-metodológico adotado, sendo estruturados nas seguintes fases: investigação do contexto situacional; escutatório; planejamento e desenvolvimento da formação; realização da formação; conversatório e avaliação.

Entende-se por *escutatório* a etapa em que são identificadas e ouvidas as demandas, necessidades e expectativas da comunidade, fornecendo subsídios essenciais para o planejamento, o desenvolvimento e a execução da formação.

O *conversatório*, por sua vez, configura-se como o espaço de diálogo e devolutiva, no qual a comunidade participante compartilha percepções, experiências e sugestões após a conclusão da formação.

Por fim, a fase de *avaliação* é conduzida sob a perspectiva das práticas informacionais, buscando compreender os efeitos e as transformações promovidas pela formação no contexto social e informacional da comunidade envolvida.

Resultados Parciais

O trabalho com as narrativas, usando o método história oral aplicada começou a ser visto a partir da interação dialógica, da interdisciplinaridade,da interprofissionalidade, visando garantir a articulação entre o ensino,

pesquisa e extensão, voltada ao impacto na formação de agentes envolvidos com as bibliotecas. Quando trabalhamos com história oral, estamos acessando histórias vivas, dotadas de complexidades, subjetividades, singularidades, movimento, fluidez e experiências vivenciadas, assim como silenciadas também, se considerarmos o contexto da colonização e suas heranças. Como afirmam Meihy e Seawright (2021, pp. 41). Ademais, por tratar de história viva:

> [..] os projetos em história oral são mais vulneráveis porque padecem da necessidade de mudanças ou atualizações. Por isso, diferem dos projetos feitos com base em documentações escritas [...] Por remeter às pessoas vivas, dispostas a narrar suas percepções e experências, é conveniente supor projetos que partam do pressuposto de fragilidades [...] As possibilidades de surpresas distinguem os projetos que podem abrigar novidades fundamentadas na emersão de lances subjetivos, versões que merecem cuidados e que são motivos dos projetos de memória de expressão oral (Meihy e Seawright, 2021, pp. 41).

As indicações teórico-metodológicas nos colocam diante de diversas reflexões que podem ser pensadas à luz da Memória Social e da Ciência da Informação. A memória como experiência, desvela das histórias vivas, traz à tona informações, saberes e conhecimentos. O espaço das bibliotecas públicas próprios à sociabilidades funcionam como territórios seguros de pertencimento propícios a narração da memória individual e coletiva, que nunca foram registradas formalmente. Mas, qual a importância dessas histórias e memórias na atualidade?

Enquanto Han (2023) aponta criticamente para os *storytellings*, denunciando o esvaziamento da percepção e da própria existência provocado pela superficialidade e efemeridade dessas narrativas, a pesquisa aqui desenvolvida, ao articular informação e narrativa por meio do Protocolo COPB, propõe o caminho oposto: um fazer comunitário que contribui para preencher os vazios da existência e fortalecer os laços sociais.

Essa abordagem manifesta-se concretamente nas ações realizadas nas bibliotecas populares do município de Niterói (RJ), campo de aplicação da pesquisa. Por meio de 03 processos formativos voltados para as temáticas de história, memória e identidade em bibliotecas públicas, foram desenvolvidas atividades com os profissionais das seis bibliotecas participantes, possibilitando a aplicação prática do Protocolo COPB, estruturado nas seguintes etapas: investigação do contexto situacional, escutatório, planejamento, formação, conversatório e avaliação.

Os processos formativos tiveram como objetivo central compreender as percepções e significados atribuídos às bibliotecas públicas tanto pelos profissionais quanto pela comunidade. Os profissionais dedicaram um ano e meio à realização de ações de mediação da informação junto às comunidades, promovendo a valorização das histórias de vida, das memórias individuais e coletivas e dos processos de construção da identidade. Essas ações, fundamentadas no respeito à pluralidade, contribuíram para o reconhecimento do pertencimento, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva, no contexto dos espaços públicos, neste caso, das bibliotecas públicas.

Diante disso, as entrevistas, dotado de um roteiro, pensado cuidadosamente, constituíram-se como um dos principais procedimentos técnicos, voltadas para captar os sentidos e significados que as bibliotecas públicas representam para as pessoas. As narrativas coletadas serão socializadas por meio do canal do YouTube, na websérie *Memórias Comunitárias Fragmentadas*, contribuindo para dar visibilidade às memórias e às vivências da comunidade em torno desses espaços.

Dentre os resultados parciais da pesquisa, destacam-se os múltiplos sentidos e significados atribuídos pelas comunidades ao espaço das seis bibliotecas públicas envolvidas. As bibliotecas foram reconhecidas como: lugar de acolhimento, espaço de cura, ambiente de paz, ponto de encontro, espaço de acesso ao conhecimento, lugar de segurança, espaço para desintoxicação emocional, ambiente de troca, espaço de empoderamento, lugar para

existir e espaço de atuação política, entre outros.

Essas e tantas outras representações evidenciam a pluralidade de significados que as bibliotecas públicas podem assumir na vida das pessoas, especialmente quando se consolidam como *terceiro lugar*, conforme o conceito de Oldenburg (1999), ou seja, como uma extensão da vida cotidiana e um espaço de convivência, pertencimento e construção social.

Conclui que a aplicação do método de história oral aplicada, aliada às práticas informacionais e às COP, cria nova abordagem teórico-metodológica, valorizando a diversidade e experiências, promovendo uma memória viva e sempre em construção. A pesquisa reforça a relevância no investimento em formações específicas, com estratégias de sensibilização e cuidados metodológicos para garantir a sustentabilidade e o impacto dessas ações, fortalecendo o papel social das bibliotecas públicas na promoção da memória, identidade e cidadania.

Considerações Finais

Os resultados parciais da presente pesquisa-extensionista apontam para a relevância da biblioteca pública como espaço de resistência diante dos processos contemporâneos de fragmentação social, solidão e enfraquecimento dos vínculos comunitários. A partir da articulação teórico-metodológica entre o conceito de Comunidade de Práticas, as Práticas Informacionais e a História Oral Aplicada, foi possível constatar o potencial da biblioteca enquanto território de construção de memórias, afetos e pertencimento.

A investigação inicial, amparada pelo Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPB), evidencia que, ao escutar as narrativas das pessoas que frequentam ou se relacionam com as seis bibliotecas populares de Niterói-RJ, emergem fragmentos de experiências e memórias que, ao serem registrados, revelam sentidos e significados invisíveis ou silenciados no cotidiano. Essas narrativas, coletadas a partir do método de história oral aplicada, não apenas acessam fragmentos do passado, mas também contribuem para a construção contínua e produtiva das identidades coletivas associadas a esses espaços.

Os vinte relatos coletados até o momento permitem observar que a biblioteca pública não se reduz a um local de acesso à informação, mas se configura como um espaço antropológico, de encontro, acolhimento, reconhecimento e pertencimento, especialmente em contextos marcados pela exclusão social, pelo individualismo e pelo isolamento. Em consonância com as críticas de Byung-Chul Han (2023) e Walter Benjamin (2012), a pesquisa demonstra que, enquanto a sociedade da informação e o consumo de narrativas superficiais reforçam o distanciamento e o vazio existencial, as bibliotecas públicas, por meio da escuta atenta e da partilha de histórias significativas, oferecem alternativas concretas para a recomposição dos laços comunitários.

Do ponto de vista metodológico, os desafios enfrentados na aplicação da história oral aplicada, como as barreiras ao compartilhamento de memórias, a necessidade de qualificação dos pesquisadores e as limitações de recursos, também se mostraram elementos fundamentais para a reflexão crítica sobre o fazer extensionista e o compromisso ético-político que envolve o trabalho com memória, narrativa e identidade.

As evidências parciais sugerem que os processos formativos mediados pelo Protocolo COPB têm o potencial de fortalecer as práticas sociais e informacionais nas bibliotecas, ao promover espaços de escuta, de construção coletiva de conhecimentos e de valorização das histórias locais. Contudo, reconhece-se que tais processos são contínuos, exigindo tempo, sensibilidade, responsabilidade e um olhar atento para as complexidades que envolvem a memória como fenômeno dinâmico e politicamente situado.

Como considerações finais, destaca-se que, em um cenário de mal-estar civilizatório, conforme analisado por Freud (1930), e de solidão estruturada socialmente, conforme discutido por Santos, Gregório e Rosa (2021), a biblioteca pública se reafirma como espaço de enfrentamento desses sintomas sociais. Por meio das narrativas coletadas e ressignificadas com o suporte da história oral, é possível

transformar as bibliotecas em territórios vivos de memória, afeto e pertencimento, rompendo com as lógicas do isolamento e da fragmentação, e contribuindo para o fortalecimento de comunidades mais coesas, críticas e conscientes de suas histórias e identidades, promovendo, assim, mudanças no *ethos* comunitário.

Por fim, o percurso teórico-prático desenvolvido até aqui reforça a necessidade de consolidar políticas de memória para as bibliotecas públicas, reconhecendo nelas não apenas o acesso à informação, mas o direito à memória, à escuta e à construção coletiva de narrativas que humanizam e potencializam os sujeitos e os territórios aos quais pertencem, tornando as bibliotecas patrimônio comunitário.

Referências

Achilles, D. (2024). Comunidade de práticas em bibliotecas: programa de extensão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Achilles, D. (2022). Comunidade de práticas em bibliotecas públicas: trajetórias teórico-práticas para a construção das narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares junto das comunidades do município de Niterói (rj): projeto de extensão. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Achilles, D., & Gondar, J. (2017). A memória sob a perspectiva da experiência. *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social*, *9*(16), 174–196. https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/6055

Achilles, D., & Aparecida P. R. J. (2025). Um olhar para a comunidade de práticas em bibliotecas públicas pelas lentes das práticas informacionais. *Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação*, *21*, 1–20. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1998.

Angerami-Camon, V. A. (1990). Solidão: a ausência do outro. Pioneira.

Benjamin, W. (2012). Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. rev. Brasiliense (p. 213-240.).

Cox, A. M. (2012). An exploration of the practice approach and its place in information science. Journal of Information Science, 38, (2) 176-188.

Deleuze, G. (1999). O Bergsonismo. Editora 34.

Deleuze, G. (1997). A imanência: uma vida. Em: Vasconcellos, J.; Rocha Fragoso, E. (Orgs.). Gilles Deleuze: Imagens de um filósofo da imanência. Ed. UEL.

Deleuze, G. (2006). Diferença e Repetição. Editora Graal.

Deleuze, G.; Guattari, F. (2010). O que é filosofia. Editora 34.

Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. Imago [2006].

Gandra, T. K. (2017). Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.

Gondar, J. (2005). Cinco proposições sobre memória social. Revista Morpheus:estudos Interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, 9 (15), 19-40.

Han, B.-C. (2023). A crise da narração. Editora Vozes.

Harlan, M. A. (2012). Information practices of teen content creators: the intersection of action and experiences - a Grounded Theory study. 2012. 232f. Thesis (Doctor of Philosophy) – School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology.

Isah, E. E. (2012). Physicians' information practices: a case study of a medical team at a

Teaching Hospital. 2012. 453 f. Thesis (Doctor of Philosophy in Library and Information Science) – Swedish School of Library and Information Science, University of Borås.

Lave, J. (1998). Cognition in Practice: mind, mathematics, and culture in everyday life. Cambridge Univ.

Lave, J.; Wenger, E. (1991). Situated learning: legitimate peripheral participation. Cambridge University Press.

Melo, D. A. S (2015). A memória entre o caos e a recognição: considerações sobre arte e criação na filosofia de Gilles Deleuze**.** Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência. 8(2), 73-85.

Meihy, J. C. S. B.; Seawright, L. (2021). Memórias e narrativas: história oral aplicada, Editora Contexto.

Oldenburg, R. (1999). The Great Good Place: Cafés, Coffee Shops, Bookstores, Bars, Hair Salons, and Other Hangouts at the Heart of a Community. Marlowe.

Santos, J. D. L. B; Gregório, S. R.; Rosa, C. M. (2021). A solidão na contemporaneidade: uma reflexão sobre as relações sociais. Percursos, 22 (49).

Savolainen, R. (1995). Everyday life information seeking approaching information seeking in the context of “way of life”. Library & Information Science Research, Amsterdam, 17(3), 259-294.

Savolainen, R. (2007). Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. Library Quarterly, 77(2),109-132.

Silva, R. O. De.; Achilles, D.; Sabbag, D. M. A. (2022). Biblioteca pública como lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não lugar? Palabra Clave, La Plata, 11, (2), e158.

Snyder, W. M.; Wenger, E.; Sousa Briggs, X. (2003). Communities of practice in government: leveraging knowledge for performance. The publicmanage, 32(4), 17-21.

Tanus, G. F. de. S. C.; Berti, I. C. L. W; Rocha, J. A. P. (2022) Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 27, (4), 146-166.

Silva, R. O. A Biblioteca como terceiro lugar e valor social: uma análise teórica sobre a função social da biblioteca pública (2024). Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Wenger, E. (2010)**.** Communities of practice and social learning systems: the career of a concept. In: BLACKMORE, C. Social learning systems and communities of practice. Springer.

Wenger, E. (2002). Cultivating communities of practice: a quick start-up guide for communities of practice.

BIBLIOTECÁRIOS EM AÇÃO: UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA

Ana Paula Lima dos Santos, Universidade Federal Fluminense (UFF), orcid.org/0000-0001-5238-4454, Brasil, ***ap_lima@id.uff.br***

Dayanne da Silva Prudencio, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), orcid.org/0000-0001-8346-2160, Brasil, ***dayanneprudencio@ibict.br***

Fabiana de Melo Amaral Gonçalves Pinto, Universidade Federal Fluminense (UFF), orcid.org/0000-0002-8118-3165, Brasil, ***fabianamelo@id.uff.br***

Ruth Maria Mariani Braz, Universidade Federal Fluminense (UFF), orcid.org/0000-0003-2224-9643, Brasil, ***ruthmariani@id.uff.br***

Arnaldo Faustino, Universidade Óscar Ribas (UÓR), orcid.org/0000-0003-3197-5348, Angola, ***arnaldo.faustino19@gmail.com***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6639

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

Esta proposta de ação é um projeto em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) da Universidade Federal Fluminense (UFF) visando implementar atividades de formação biblioteconômica em Angola com vistas a promover a sensibilização de gestores de educação superior no país africano para o potencial e benefícios da implantação de um curso superior em Biblioteconomia no citado, bem como, de fortalecimento de uma cultura institucional de valorização das bibliotecas como dispositivos de transformação social.

Angola é um país em desenvolvimento, e como muitos outros também enfrenta escassez de mão de obra qualificada em diversas áreas do conhecimento. No Campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, essa carência é ainda mais evidente, à medida que se tem um quantitativo até 2019 de apenas 64 bibliotecas, como mostra o relatório da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) (IFLA, 2024) e há uma escassez de bibliotecários formados e preparados para lidar com os desafios informacionais contemporâneos, como a Ciência Aberta, Acessibilidade e Inclusão e Competência Informacional.

Angola assim como o Brasil são países signatários do acordo internacional do Tratado de Marraqueche que tem como objetivo facilitar o acesso a obras publicadas por pessoas com deficiência visual, bem como outras dificuldades de leitura que foi reafirmado no Brasil pelo Decreto 9.522 de 08 de outubro de 2018 (Brasil, 2018).

No Brasil no ano de 2015 a Lei Brasileira de Inclusão entrou em vigor trazendo mudanças significativas no país, como, por exemplo, as instituições públicas e privadas tiveram que se adequar com rampas, pisos táteis e uma série de mudanças para que a pessoa com deficiência (PcD) tivesse seus direitos garantidos. Nesse sentido, as bibliotecas têm sido um lugar onde as pessoas com deficiência encontram acolhimento e condições físicas e tecnológicas para promoção do acesso à informação aos discentes com deficiência. Em Angola, a Lei de Inclusão entrou em vigor no ano de 2016 (a Lei n.º 10/16), no entanto, o país ainda encontra-se atrasado sob o entendimento do que seja pessoa com deficiência, seu entendimento ainda se dá equivocadamente em uma estrutura médica e capacitista (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017).

Como dito antes, outra questão enfrentada por Angola é a existência de demanda por bibliotecários e por profissionais da área da

Biblioteconomia e Ciência da Informação capacitados. As poucas bibliotecas existentes funcionam improvisadamente, sem políticas estruturadas e pessoal com competência para atuar e enfrentar os desafios de organizar e disponibilizar a informação (Fekayamãle, 2025).

Diante deste cenário podemos afirmar que existe um Regime de Informação no país onde há uma ausência de capacitação profissionais na área da Biblioteconomia, Ciência da Informação e consequentemente bibliotecas que não estão cumprindo o propósito de sua missão social.

Logo, se nos pautamos na defesa de igualdade de direitos, a biblioteca deve superar esses desafios impostos, efetivando o acesso à informação às pessoas com deficiência por meio de seus serviços e produtos, ampliando as políticas informacionais e as integrando às políticas institucionais das universidades, que devem ter práticas e ações inclusivas, pois a acessibilidade não é um favor ou caridade, é um direito garantido por lei. O acesso à informação é um elemento fundamental para promover a inclusão e a participação ativa na sociedade, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência (Santos, 2024).

Como observamos, Angola possui legislação, embora as normas sejam uma importante ferramenta, é a formação e a conscientização dos profissionais, especialmente os bibliotecários e as pessoas que atuam nas bibliotecas, como os auxiliares e técnicos, que garantem a aplicação prática dessas leis nos ambientes de informação.

Portanto, a capacitação desses profissionais é imprescindível para estarem preparados para implementar práticas inclusivas, promovendo a igualdade de acesso à informação, e garantir que todos os usuários, independentemente de suas condições físicas ou habilidades, possam usufruir plenamente dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Nossa proposta é a criação de um ambiente de sensibilização do tema com a formação e capacitação profissional no Campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, com um forte enfoque na acessibilidade, para capacitar profissionais que possam implementar práticas biblioteconômicas inclusivas.

Com a capacitação, espera-se aumentar o interesse dos profissionais que trabalham em bibliotecas e não possuem a formação para tal e assim poderem de fato prover o acesso à informação para toda a população, fortalecendo o desenvolvimento do capital humano e intelectual do país. Dessa forma, esta proposta se alinha com as metas de inclusão e acessibilidade estabelecidas internacionalmente, promovendo o desenvolvimento de Angola em áreas essenciais para o avanço social e educacional.

A proposta se dará com a parceria da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil com a Universidade Óscar Ribas (UÓR) em Angola, no âmbito da internacionalização da ciência e tem a pretensão de promover um curso prático voltado a Gestão de bibliotecas e a construção do conhecimento através da pesquisa por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inclusão da UFF.

Essa iniciativa tem o vislumbre de que os gestores de bibliotecas angolanas possam entender e reconhecer a complexidade e a dinâmica do fazer em Biblioteconomia, essa constatação pode contribuir na procura de cursos de graduação no Campo da Biblioteconomia, uma vez que no país a profissão ainda é exercida sem a formação qualificada para a gestão da informação.

E assim, indagamos: Como a capacitação de profissionais atuantes em bibliotecas nos temas de acessibilidade e inclusão social, alinhada às políticas públicas de inclusão, pode contribuir para a implementação de práticas inclusivas nas bibliotecas de Angola, garantindo o acesso igualitário à informação para pessoas com deficiência, além de incentivá-los a se capacitarem e se interessarem pela formação em Biblioteconomia?

O objetivo dessa proposta é desenvolver e implementar um curso de capacitação para profissionais que atuam em bibliotecas em

Angola, com foco em suprir a lacuna de formação específica na área, visando melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, promover a inclusão de pessoas com deficiência e alinhar as práticas do campo da Biblioteconomia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Dito isso, é imperativo criar ambientes e formar pessoas capacitadas no campo informacional para enfrentar a questão da acessibilidade e inclusão, para tanto se faz necessário ampliar instituições como bibliotecas e profissionais capacitados para atuarem nela e assim promoverem a organização da informação, em especial, a questão do acesso aos conteúdos informacionais.

A seguir apresentaremos uma breve contextualização sobre o cenário de Angola.

Breve contextualização sobre a formação profissional em Angola

Para Djalo (2021), ao fazer uma análise comparativa de modelos de formação na África, conclui-se que o atual cenário de escassez de mão de obra técnica e científica no continente remonta a um período anterior à criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Segundo o autor, nessa época, a educação na região ainda estava em um estágio inicial ou sequer havia começado em muitos países que conquistaram a independência na década de 1960. Durante esse período, esses países passaram por profundas transformações sociais, políticas e econômicas.

A partir de então, foi elaborado um plano de ação para os anos seguintes na África, que, entre outros aspectos, priorizava a promoção e a criação de bibliotecas, bem como a formação de profissionais da área de Biblioteconomia e Arquivologia. Nos discursos políticos e acadêmicos, a expressão "sociedade da informação" vem sendo gradualmente substituída por "sociedade do conhecimento", e essa mudança reverbera no sistema educativo, impactando o mundo todo (Djalo, 2021).

Nesse novo contexto global, surgem desafios educacionais que impõem a necessidade de profissionais qualificados. Diante desse cenário, e com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), foi criado, em 1963, o Centro Regional de Formação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas na Universidade de Dakar, com o objetivo de capacitar profissionais dos países francófonos da África. Posteriormente, em 1967, essa iniciativa deu origem à Escola de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (EBAD), que, até 2003, já havia formado mais de dois mil profissionais (Gaye, 2008 *apud* Djalo, 2021).

Assim, a grande maioria dos países lusófonos da África foi devastada por guerras decorrentes da independência e por conflitos internos no período pós-independência. Esses acontecimentos explicam a ausência de políticas voltadas à promoção e criação de instituições, como redes de bibliotecas, diferentemente do que ocorreu em outros países de ex-colônias (Djalo, 2021).

Nesse sentido, entre 1975 e 1980, Angola iniciou um relevante processo de reorganização de bibliotecas públicas, bem como a implementação de cursos na área de Biblioteconomia e Documentação, conforme aponta Santos Júnior (2014). No entanto, apesar dos esforços para estruturar as bibliotecas públicas, a formação profissional permaneceu insuficiente, resultando em uma carência de mão de obra no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que persiste até os dias atuais.

Nossas pesquisas livres em metabuscadores recuperou raras intervenções formativas[1] para o desenvolvimento do quadro de recursos humanos das bibliotecas angolanas. Outrossim, o estado nação não dispõe de curso superior de bacharelado ou licenciatura em Biblioteconomia nos moldes de outros países do Sul global. Desta forma, os profissionais que atuam nas bibliotecas do país, comumente possuem formação em áreas afins a Educação, Letras e Ciências Sociais. Isto posto e salvaguardando a adequação à realidade local, há oportunidades para o desenvolvimento de atividades educacionais como a que se coloca.

Dessa forma, um programa de capacitação pode incentivar mudanças estruturais,

estimulando os futuros bibliotecários a desenvolverem práticas informacionais alinhadas às necessidades da população e promovendo um regime de informação mais equitativo em Angola.

A seguir discutiremos alguns aspectos que nos levam a essa proposta como o clamor mundial pelo desenvolvimento sustentável.

Agenda 2030 e a promoção do acesso à informação nas bibliotecas de Angola

Em 2015, foi estabelecido um plano por 193 países membros da ONU, entre eles, Brasil e Angola. A Agenda 2030 reverbera esse plano de ação global da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) para promoção do desenvolvimento sustentável até 2030 (ONU, 2016). Nesse sentido, a Agenda é um dispositivo que verbaliza o desejo, as aspirações e as prioridades estabelecidas pela comunidade internacional para os próximos anos, empoderando as pessoas através da ênfase na promoção de uma vida mais digna e igualitária, em que se destaca o acesso à informação. A IFLA advoga o acesso público à informação, entendendo que este é um dos recursos a permitir que as pessoas tomem decisões sobre as questões que as afetam e, assim, possam melhorar suas vidas. Nesse processo, as bibliotecas são instituições vitais para que a proposta da Agenda seja alcançada.

Assim, nessa parceria, a UNESCO e a IFLA entendem que as comunidades que têm acesso a informações relevantes sobre situações que as afligem têm melhores condições para erradicar a pobreza e a desigualdade social, resolvendo problemas básicos nas áreas de agricultura, saúde, educação, etc. garantindo a todos melhor qualidade de vida (Ferrari, 2021). Entender os propósitos que cercam esse debate e de que forma o tema da inclusão da pessoa com deficiência se insere nele é um dos aspectos que motivou esta pesquisa.

Dessa forma, Angola e Brasil, como signatários dessa agenda, têm o compromisso de promover o acesso universal a direitos fundamentais, como a educação e a informação, sem discriminação. Nesse contexto, os bibliotecários desempenham um papel relevante ao garantirem que as bibliotecas se tornem espaços acessíveis a todos, inclusive às pessoas com deficiência, conforme estabelecido pelas leis nacionais de inclusão. Portanto, a capacitação desses profissionais é imprescindível para estarem preparados ao implementar práticas inclusivas, promovendo a igualdade de acesso à informação, e garantir que todos os usuários, independentemente de suas condições físicas ou habilidades, possam usufruir plenamente dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Consideramos que esta proposta de capacitação de profissionais em biblioteconomia, com foco na inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, e seu impacto nas bibliotecas de Angola, é relevante tanto para a área acadêmica quanto para o contexto social. Melhorar o acesso à informação e garantir uma gestão eficiente de dados e recursos informacionais pode transformar positivamente a educação e a pesquisa no país.

O foco recai sobre uma necessidade real: a qualificação dos profissionais que atuam nas bibliotecas, incentivando-os a buscar formação no ensino superior, fundamental para a organização e disseminação da informação e do conhecimento. A formação de bibliotecários e o incentivo à educação são aspectos essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico. Vale lembrar que o Brasil desde 1911 nos porões da biblioteca nacional, foi o terceiro curso de Biblioteconomia do mundo e o primeiro da América do Sul, dando ao Brasil tradição e reconhecimento internacional no ensino da área, conforme observa Souza (1990).

Na história da Biblioteconomia e Ciência da Informação, as discussões em torno do acesso e recuperação da informação, na maioria das vezes, não se atenta para a questão que nem todos os sujeitos reúnem as mesmas condições para usufruir plenamente dos sistemas de informação. Além das questões sociais e econômicas que envolvem a questão, há outras, como as deficiências sensório-motoras, como mobilidade física, audição e visão, para acessar e manusear os catálogos e ler os documentos. Raros são os casos em que há preocupação em traduzir os catálogos para

braile ou de treinar intérprete em libras para auxiliar as pessoas com deficiências auditivas em suas pesquisas e consultas bibliográficas (Stroparo, 2014).

No âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o acesso equitativo à informação é reconhecido como um componente essencial para alcançar objetivos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Pois, "a falta de informação vincula-se profundamente à falta de autonomia, sobretudo na tomada de decisões. Uma de suas consequências é uma das formas mais extremas de violência sofrida por muitas mulheres com deficiência: a esterilização" (Oriti, p. 31, 2021).

González de Gómez (2002, p. 34), ao discutir os novos cenários políticos para a informação designa regime de informação como “modo de produção informacional dominante em uma formação social”, entendendo como formação social o modo de produção e as relações sociais nas quais se movem o Estado e a sociedade civil. Um espaço de disputa que envolve sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, que mobiliza meios, recursos, padrões, diretrizes de avaliação/seleção, organização, processamento, preservação e distribuição da informação (González de Gómez, 2002).

Frohmann (2006) contribuiu com as análises ao chamar a atenção para as questões sociais ao entender que um regime de informação tem como marca as linhas das forças que dominam o regime. Ou seja, o Estado é um sujeito que cria as regras, os padrões, dita os modelos de uma organização e nesse sentido se configura as relações de poder.

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a questão da acessibilidade e da inclusão social integra os debates sobre os regimes e políticas de informação. No Brasil a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), com o propósito de cumprir metas estabelecidas pela Agenda 2030 criou em 2018, o grupo de trabalho – Access, um grupo de acessibilidade em bibliotecas empenhado na busca pela inclusão de pessoas com deficiência (Ferrari, 2021).

Um dos aspectos imprescindíveis para o acesso à informação é a organização de ferramentas bibliográficas, como catálogos e repositórios, que viabilizem o acesso aos documentos. Dentre os problemas que envolvem a questão está o tratamento bibliográfico e temático da informação por meio da atividade da catalogação, que durante décadas vem se comportando tradicionalmente, pouco aberta à incorporação de tecnologias que proporcionem maior acessibilidade a seus catálogos e bases bibliográficas (Santos, 2024).

As bibliotecas são espaços sociais onde se dá a mediação da informação e do conhecimento por meio das ferramentas bibliográficas - catálogos e repositórios - de modo a torná-las mais acessíveis às pessoas com deficiência.

Entendemos que abordar a acessibilidade e a inclusão, aliadas ao acesso aberto e à competência informacional, temas esses que serão abordados no curso proposto com a expectativa de incluir um conhecimento emergente que vem sendo discutido no âmbito da Agenda 2030 no Brasil, significa fornecer ferramentas essenciais para a sobrevivência em um cenário global de muitos desafios. Iniciar a formação com essa perspectiva representa uma ação inovadora, capaz de transformar não apenas a gestão da informação, mas também seu uso estratégico em benefício dos indivíduos e do país.

Um exemplo bem-sucedido dessa abordagem ocorreu em Moçambique, onde a proposta de inclusão da competência informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia reverberou a importância desses conteúdos nos currículos, pois a pesquisa demonstrou que a ausência de disciplinas com conteúdos específicos compromete o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o planejamento e a implementação de projetos informacionais nas bibliotecas (Manhique; Casarin, 2025). Nesse contexto, as bibliotecas desempenham um papel central, sendo espaços estratégicos para a promoção de mudanças e transformações sociais.

No campo do ensino, seja, básico ou superior, essa questão se potencializa, pois as bibliotecas são recursos imprescindíveis para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e

extensão. Discutir a questão da organização da informação na perspectiva crítica considerando os debates sobre inclusão social de pessoas com deficiências, responsabilidade social das bibliotecas, acessibilidade e direito à informação é o pressuposto que norteia a proposta desta pesquisa.

A seguir veremos o caminho metodológico para esta proposta.

Procedimentos Metodológicos

Esta proposta será desenvolvida a partir do paradigma indiciário, é um método de pesquisa desenvolvido pelo historiador Carlo Ginzburg em 1979, que consiste em um modelo epistemológico baseado na busca por indícios. No campo científico, o paradigma supracitado propõe um aspecto metodológico para o pesquisador poder usá-lo em seu caminho metodológico, seguindo uma intuição empírica e também racional, em um trabalho de rastrear sinais, como um caçador (Ginzburg, 1989).

O paradigma indiciário se aproxima do arcabouço teórico e metodológico de regime de informação, no sentido que nos permite utilizá-lo como uma interessante ferramenta "para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação" (González de Gómez, 2012, p. 43-44).

O paradigma indiciário nessa proposta será aplicado da seguinte forma:

- com a coleta dos indícios, identificando os fragmentos de informação, como documentos, relatos, leis, estatísticas, imagens, discursos e práticas culturais, valorizando detalhes que, em um primeiro momento, podem parecer irrelevantes, mas que ajudam a compreender um fenômeno maior.

- interpretação e conexão dos indícios, comparação entre os indícios coletados, buscando **padrões**, **correlações** e **pistas**, considerando o **contexto histórico** e social para compreender o significado das informações.

- formulação de hipóteses, desenvolvimento de hipóteses a partir da análise dos indícios, sem a necessidade de um modelo teórico fechado no início da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa avança conforme os **sinais** são encontrados e vão indicando novos caminhos de investigação.

- validação da análise, com o cruzamento dos indícios com outras fontes para verificar sua confiabilidade, utilização de métodos como história oral, análise documental, observação participante, etc.

Para esta proposta a identificação de práticas e estratégias informais utilizadas por trabalhadores de bibliotecas sem formação universitária, serão essenciais para reconstrução do seu aprendizado a partir de depoimentos, rotinas e registros documentais.

Somado a uma pesquisa exploratória e de análise descritiva e analítica, buscando identificar como os profissionais que trabalham nas bibliotecas de Angola podem se tornar agentes de transformação social na promoção da inclusão por meio da capacitação. A metodologia será dividida nas seguintes etapas:

Fase 1: Diagnóstico e Levantamento de Necessidades

- Realizar uma análise situacional das bibliotecas em Angola, mapeando desafios e necessidades relacionadas à acessibilidade e a formação profissional.

Fase 2: Desenvolvimento da proposta da capacitação

- Criação de um curso de capacitação direcionado às pessoas que trabalham em bibliotecas, como os auxiliares e técnicos ou que queiram atuar em bibliotecas. O curso será no formato presencial e oferecerá 40 vagas, obedecendo à ordem de inscrição. O curso abordará as práticas inclusivas, a aplicação das leis de inclusão, e a promoção do acesso igualitário à informação.

- Proposição de diretrizes para a inclusão de disciplinas relacionadas à acessibilidade e inclusão de Pessoas com deficiência, nos currículos dos cursos superiores em Angola.

Fase 3: Composição da equipe docente

- A equipe se dará com 3 bibliotecárias (cada uma focará na sua especialidade: inclusão e acessibilidade, acesso aberto e competência

em informação), doutoras e professoras atuantes no Brasil, para elaborar e ministrar os conteúdos dos cursos com ênfase nas práticas inclusivas.

Fase 4: Implementação do Curso Piloto

- Oferecer a primeira turma do curso em formato remoto, mediado pela Universidade Oscar Ribas em Angola de, monitorando e avaliando os resultados para melhorias contínuas.

Fase 5: Avaliação e Expansão

- Avaliar os resultados, aplicando um questionário aos participantes ao final do curso piloto e identificar áreas para ajustes.

- Expandir o curso para outras regiões do país, aumentando o número de profissionais capacitados. Continuaremos a parceria com a Universidade Óscar Ribas para poder futuramente oferecer um curso técnico ou de graduação em Biblioteconomia.

Além do curso remoto, para dar continuidade e institucionalizar o curso, vamos fazer a versão presencial em formato de oficinas temáticas, assim a universidade além do formato remoto poderá disponibilizá-lo também no formato presencial alcançando um público maior promovendo uma capacitação duradoura.

Resultados Esperados

Iniciaremos a capacitação com palestras remotas por meio de um evento remoto para divulgação e alcance do público angolano.

Esperamos que este projeto transforme o Regime de Informação reverberado pela ausência de profissionais capacitados nas bibliotecas em Angola, oferecendo capacitação profissional para promover a acessibilidade informacional em um contexto de inclusão social. Espera-se que a formação desses profissionais gere impactos relevantes, como o aumento ao acesso à informação para pessoas com deficiência e outras populações marginalizadas, melhora da qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas em Angola, e o estabelecimento do país como referência em acessibilidade informacional na região.

Espera-se que sejam realizados ajustes nos currículos acadêmicos do país, com a inclusão de disciplinas sobre inclusão social, acessibilidade e diversidade nos cursos de nível superior, promovendo uma formação mais voltada à inclusão. Além disso, espera-se que o projeto inspire a implantação de práticas inclusivas nas bibliotecas, como políticas e estratégias alinhadas às normas de inclusão e às diretrizes da Agenda 2030.

Outra ação esperada é o aumento da conscientização sobre o papel dos bibliotecários, auxiliares e técnicos, e de outros profissionais, na promoção da inclusão, competências informacionais e gestão da informação, destacando sua responsabilidade social, além do cumprimento das obrigações legais.

A capacitação desses profissionais contribuirá para consolidar o Campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, melhorando a organização e os serviços das bibliotecas, o que facilitará o acesso ao conhecimento e à informação. O projeto também contribuirá para o desenvolvimento do capital humano, formando profissionais qualificados e impactando positivamente a educação e o mercado de trabalho, ao promover habilidades e competências essenciais para o crescimento do setor.

Além disso, bibliotecas bem gerenciadas e com profissionais qualificados são fundamentais para o avanço da pesquisa científica e tecnológica, ao facilitarem o acesso a informações e publicações relevantes, acelerando a inovação no país. O projeto também vislumbra o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à preservação de informações e ao acesso à educação, essenciais para o avanço científico e tecnológico.

A colaboração internacional entre Brasil e Angola permitirá a troca cultural e de conhecimentos, ampliando as perspectivas dos profissionais angolanos e integrando boas práticas internacionais. Dessa forma, promoverá o acesso equitativo ao conhecimento, ajudando no empoderamento de populações que, de outra forma, poderiam

ter acesso limitado a recursos educacionais e informativos.

Considerações Parciais

Este projeto busca reforçar o papel fundamental da formação dos bibliotecários como agentes de inclusão social, que não apenas cumprem as obrigações legais das Leis de Inclusão, mas também assumem uma postura proativa em garantir o acesso equitativo à informação, além de transformar um regime de informação marcado pela ausência de capacitação técnica e acadêmica em Angola. A capacitação desses profissionais e a inclusão de temas de diversidade, acessibilidade e inclusão social e uma gestão do conhecimento estratégica associados a competência informacional nos currículos acadêmicos são passos essenciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária, conforme preconizado pela Agenda 2030 da ONU.

A proposta de capacitação de profissionais em biblioteconomia, com ênfase na inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, representa uma importante ação para o fortalecimento das bibliotecas em Angola. Além de atender a uma necessidade urgente de qualificação desses profissionais, o projeto visa transformar a gestão da informação e promover a educação e a pesquisa no país, fortalecendo a cooperação acadêmica entre Brasil e Angola. Ao incentivar a busca por formação superior e ao focar no desenvolvimento de competências essenciais, a proposta contribuirá consideravelmente para o avanço científico, tecnológico e social, gerando impactos duradouros tanto para os profissionais envolvidos quanto para o sistema educacional e econômico angolano como um todo.

Dessa forma, vislumbra-se uma oportunidade de promover os campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em Angola como áreas estratégicas para o desenvolvimento de práticas informacionais essenciais à gestão política, social e educacional do país. A proposta inclui a abordagem de temas atuais, amplamente debatidos por instituições nacionais e internacionais, em resposta a demandas sociais que essas áreas vêm buscando atender por meio de seus métodos teóricos e metodológicos.

Os desafios são inúmeros, destacando-se a própria capacitação em um país onde a educação pública ainda não é uma realidade consolidada e a maioria das instituições de ensino pertence à rede privada, dificultando o acesso da população mais carente à educação. Por outro lado, a possibilidade de promover a Biblioteconomia e a Ciência da Informação por meio de uma proposta inovadora, com potencial para gerar uma transformação social relevante, torna essa iniciativa ainda mais instigante.

Salientamos ser uma proposta que se encontra em seu estágio inicial e durante o desenvolvimento do projeto pretendemos divulgar os resultados por meio de artigos, compartilhando com a comunidade científica os resultados desse projeto.

Referências

Angola. Lei nº 10/16 de 27 de julho de 2016. Estabelece as normas gerais, condições e critérios de acessibilidades para as pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. Diário da República de Angola: I série, Luanda, n. 125, p. 3137-3206, 27 jul.DiFonzo, N., & Bordia, P. (2007). Psicologia do rumor: Abordagens sociais e organizacionais. American Psychological Association.

Brasil. Decreto n. 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 195, p. 1-4, 9 out. https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=09/10/2018&totalArquivos=118.

Brasil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

Djalo, I. (2021). Formação bibliotecária no contexto africano: olhares de Guiné-Bissau. Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação.

Belo Horizonte, MG. https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39919.

Ferrari, A. C. (2021). Agenda 2030: o que as bibliotecas têm a ver com isso? FEBAB, São Paulo, 11 mar. Seção Fala FEBAB!. Online. https://febab.org/2021/03/11/agenda-2030-bibliotecas/.

Fekayamãle, L. (2025?). Bibliotecas Comunitárias em Angola: espaços de cultura, aprendizagem e esperança para além do centro! Revista 8. Narrativas: Angola. https://mundocritico.org/revista/bibliotecas-comunitarias-em-angola-espacos-de-cultura-aprendizagem-e-esperanca-para-alem-do-centro/.

Frohmann, B. (2006). O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M. S. ; Marteleto, R. M.; Lara, M. L. G. de. A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Fundep. E-Book. p. 1-13. http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/829/O%20car%c3%a1ter%20social%2c%20material%20e%20p%c3%bablico%20da%20informa%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1.

Ginzburg, C. (1989). Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras.

González de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. Ci. Inf., Brasília, DF, 31, (1), 27-40. http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf.

González de Gómez, M. N. (2012). Regime de Informação: construção de um conceito. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376/8576.

IFLA (2024). Mapa da biblioteca do mundo. https://librarymap.ifla.org/map/Metric/Number-of-libraries/LibraryType/National-Libraries,Academic-Libraries,Public-Libraries,Community-Libraries,School-Libraries,OtherLibraries/Country/Angola/Weight/Totals-by-Country.

Manhique,I. L. E.; Casarin, H. de. C. S. C. (2025). Inserção da competência em informação no currículo dos cursos de graduação de Biblioteconomia em Moçambique. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. 23, Campinas, SP.

ONU (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas. https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-s.pdf.

ONU (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. [S.l.]: Organização das Nações Unidas. https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por.

ONU (2018). Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. Jornal da ONU, [S.l.], 3 dez. Direitos Humanos. Online. https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881.

ONU (2016). Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tradução: Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil. [S.l.]: Organização das Nações Unidas. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf.

Oriti, C. (2021). Aceitando o desafio, mulheres com deficiência: por uma vida livre de violência. Um olhar inclusivo e transversal. Organização das Nações Unidas. https://encurtador.com.br/dBDSZ.

Stroparo, E. M. (2014). Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Santos Junior, R. L. dos. (2014). Análise histórica sobre o desenvolvimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, Moçambique e Etiópia. Em Questão, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./Dez. seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/48850/32120.

Santos, A. P. L. dos. (2024). Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias: discussão à luz do conceito de regime de

informação. [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Niterói, RJ. https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/34274/Tese%20Ana%20Paula%20versao%20final%20-%20Posdefesa.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Souza, F. das. C. de. (1990). O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro. Florianópolis: Ed. UFSC.

[1] http://www.embaixadadeangola.pt/ministra-da-cultura-destaca-formacao-continua-de-quadros-bibliotecarios/

A COMPETÊNCIA EDITORIAL DOS EDITORES CIENTÍFICOS DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Rafaela Ferreira Lopes[1], Universidade Federal de Sergipe, https://orcid.org/0000-0003-2774-5419, Brasil, *rafaelaflufs@gmail.com*

Martha Suzana Cabral Nunes[2], Universidade Federal de Sergipe, https://orcid.org/0000-0002-0587-5354, Brasil, *marthasuzana@hotmail.com*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6642

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A competência editorial dos editores científicos é essencial para garantir a qualidade na gestão de periódicos acadêmicos. No contexto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), essa competência é vital para a disseminação do conhecimento científico. Este artigo aborda as competências editoriais e o perfil dos editores do Portal de Periódicos da UFS no uso do *Open Journal Systems* (OJS).

Nas últimas décadas, o ecossistema da comunicação científica no Brasil vem se transformando, impulsionado pelo Movimento de Acesso Aberto e pela adoção de plataformas digitais como o OJS, que se consolidaram como ferramentas fundamentais para a automação e a transparência dos processos editoriais. Os portais de periódicos institucionais desempenham papel estratégico ao fomentar a visibilidade internacional da produção científica, a preservação digital dos acervos e o acesso público à informação, consolidando-se como alicerces da política de ciência aberta e democratização do conhecimento. Nesse contexto, surgem também desafios inéditos para os editores, que precisam desenvolver não apenas domínio técnico, como também competências de gestão, comunicação, curadoria, além de ter atitude ética diante de demandas cada vez mais complexas e multidisciplinares.

A crescente importância dos periódicos científicos exige editores bem preparados. A competência editorial envolve habilidades técnicas no uso do OJS e competências interpessoais e gerenciais. Em instituições como a UFS, a capacitação contínua dos editores é fundamental para manter a integridade das publicações científicas.

Considerando esse cenário, torna-se premente analisar de forma sistemática os desafios enfrentados pelos editores científicos, atentando para as especificidades institucionais, bem como buscar estratégias e ferramentas que promovam sua qualificação. Tal análise é indispensável para garantir não apenas a sustentabilidade das revistas acadêmicas, mas também a confiança da comunidade científica e da sociedade nos resultados publicados.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as competências editoriais e o perfil dos editores científicos que atuam no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Sergipe, com foco no uso do *Open Journal Systems* na administração de periódicos científicos. De forma específica, busca-se identificar quais são as competências essenciais para o exercício da função editorial; compreender as habilidades dos editores na gestão dos periódicos e mapear tanto o perfil desses profissionais quanto a sua formação em comunicação científica.

Os resultados são fundamentais para compreender as competências editoriais no Portal de Periódicos da UFS. Eles fornecem *insights* sobre as habilidades necessárias e as lacunas na formação dos editores. A identificação dessas competências é essencial para desenvolver programas de capacitação que aprimorem a qualidade da editoração científica na UFS.

Em suma, investigar as competências editoriais dos editores do Portal de Periódicos da UFS é crucial para fortalecer a comunicação científica. Esta pesquisa delineia o perfil dos editores investigados e aponta caminhos para o desenvolvimento contínuo das competências editoriais.

Competência em informação no contexto da editoração científica

A Competência em Informação (CoInfo), entendida como a capacidade de reconhecer quando há necessidade de informação, localizar, avaliar, usar e comunicar informações de modo eficaz, tem raízes históricas e conceituais que evoluíram paralelamente aos avanços tecnológicos e sociais.

O termo foi cunhado por Zurkowski em 1974, momento em que a sociedade vivenciava uma transição significativa impulsionada pela intensificação do fluxo informacional e pela consolidação da chamada sociedade da informação. Desde então, estudiosos e organismos internacionais como a UNESCO e a American Library Association (ALA), passaram a debater e promover padrões de competência em informação, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento individual e coletivo.

Nesse contexto, a CoInfo passou a ser vista não apenas como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, mas como um pilar para a cidadania, o desenvolvimento educacional e a participação ativa na produção e utilização do conhecimento.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, com a democratização do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e a emergência dos ambientes digitais, a CoInfo ampliou seu escopo, tornando-se elemento central, também, para a gestão acadêmica e científica.

Os primeiros referenciais, ainda focados no domínio de recursos bibliográficos e ferramentas de busca, foram sendo complementados por abordagens que valorizam o uso crítico, ético e criativo da informação. Essa evolução contribuiu para consolidar a competência em informação como dimensão estratégica em ambientes cada vez mais dinâmicos, nos quais a abundância de dados exige discernimento, curadoria e habilidade para validar fontes - elementos fundamentais para a qualidade da comunicação científica contemporânea.

A CoInfo desempenha um papel essencial, favorecendo tanto a construção quanto o aprimoramento do conhecimento dos indivíduos. Segundo Vitorino e Piantola (2010), a CoInfo possui uma dimensão social que ultrapassa a simples reunião de habilidades, funcionando como um recurso fundamental para a estruturação e manutenção da sociedade. Além disso, contribui para o fortalecimento da democracia ao permitir escolhas mais conscientes.

A CoInfo na editoração científica envolve a capacidade dos editores de gerenciar a busca, avaliação, organização e disseminação da informação para garantir a qualidade e acessibilidade da produção acadêmica. Essencial no universo dos periódicos científicos, essa competência abrange a curadoria de conteúdos, a mediação no diálogo com autores e na revisão por pares e a adoção de boas práticas editoriais, contribuindo para a eficiência do fluxo editorial e a integridade das publicações.

A gestão de periódicos exige que os editores possuam conhecimento sobre processos informacionais e TIC. Desde a submissão de artigos até a indexação em bases de dados internacionais, os editores devem mobilizar habilidades informacionais para garantir a correta avaliação e disseminação da informação. Segundo Belluzzo (2017), a variedade de abordagens na competência em informação reforça a importância de aplicar padrões que permitam a construção de periódicos mais qualificados e alinhados às diretrizes acadêmicas.

Além da questão técnica, a CoInfo também envolve uma dimensão ética na editoração científica. Os editores precisam lidar com desafios como a identificação de plágio, a transparência da avaliação por pares e a conformidade com diretrizes de repositórios de acesso aberto. De acordo com Vitorino e Piantola (2011), a dimensão ética da CoInfo está relacionada ao uso responsável da informação, incluindo o respeito aos direitos autorais e aos princípios da ciência aberta. Assim, desenvolver a competência em informação em um ambiente editorial significa garantir que as publicações adotem critérios éticos e confiáveis, promovendo a credibilidade das revistas científicas.

Outro ponto fundamental é o uso das TIC no ambiente editorial. A adoção de plataformas como o *Open Journal Systems* (OJS) facilita a gestão do fluxo editorial, desde a submissão até a publicação dos artigos. No entanto, a eficiência no manuseio dessas ferramentas depende da CoInfo dos editores, pois é necessário compreender a configuração do sistema, a indexação de metadados e a interoperabilidade com bancos de dados e identificadores digitais como o DOI (*Digital Object Identifier*). Segundo Dudziak (2003), a alfabetização em TIC está diretamente relacionada à competência em informação, sendo indispensável para o trabalho editorial moderno.

A disseminação do conhecimento científico também se configura em um dos pilares da CoInfo na editoração científica. Por meio das bases indexadoras, a informação científica se torna mais acessível à comunidade global. De acordo com Vitorino (2020), a organização das informações por meio de metadados padronizados e a utilização de identificadores digitais são estratégias essenciais para ampliar a visibilidade e o impacto dos periódicos. Dessa forma, a CoInfo aplicada à editoração não se restringe apenas à produção dos periódicos, mas também ao desenvolvimento de estratégias eficazes de divulgação científica.

Outro aspecto relevante é a formação dos editores científicos, que muitas vezes assumem essa função sem a devida capacitação. Segundo Silva (2014), grande parte dos editores de periódicos no Brasil são docentes universitários que acumulam essa responsabilidade sem preparo específico. A carência de capacitação pode comprometer a qualidade do trabalho editorial, e nesse aspecto a CoInfo pode ser vista como um diferencial para a profissionalização da editoração científica. Dessa forma, programas de formação continuada e oficinas específicas sobre competência em informação podem auxiliar os editores a aprimorarem suas práticas editoriais e garantir a excelência dos periódicos científicos.

Targino e Garcia (2008) complementam ao afirmar que “os editores são professores e geralmente não possuem experiência e competências e recorrem ao ‘treino em serviço’”. Tal lacuna formativa pode ser agravada pelas mudanças tecnológicas constantes, que desafiam os editores a desenvolverem novas habilidades, especialmente diante de atualizações de softwares de gerenciamento editorial como o OJS (Salgado; Clares, 2017). Ademais, Gomes

(2010) destaca que o espaço formativo para editores “é quase inexistente no âmbito da graduação e pós-graduação”, resultando na atuação de pesquisadores que ingressam na atividade editorial sem a preparação adequada.

Diante desse panorama, é imprescindível que as instituições promovam ações de formação contínua e específica para editores científicos, valorizando tanto as dimensões técnicas quanto pedagógicas e éticas do processo editorial. A falta de ambientes estruturados para capacitação impacta negativamente a qualidade e a sustentabilidade das publicações, exigindo estratégias de desenvolvimento institucional que contemplem os desafios tecnológicos, a profissionalização das equipes e o fortalecimento das políticas de acesso aberto.

A gestão do conhecimento no ambiente editorial também passa pela competência informacional dos editores e suas equipes. O planejamento de políticas editoriais, a definição de periodicidade e a organização dos fluxos de trabalho demandam habilidades informacionais sólidas. Como apontado por Farias (2014), o desenvolvimento de competências metodológicas para estruturar processos educacionais baseados na CoInfo pode ser um modelo pedagógico adequado para a capacitação, no estudo das equipes editoriais. Assim, ao estruturar programas de treinamento com base nos padrões da competência em informação, é possível otimizar a gestão dos periódicos e fortalecer sua inserção no cenário acadêmico internacional.

Com base no que foi apresentado, a competência em informação no âmbito da editoração científica exerce uma função fundamental na organização, curadoria e divulgação da informação científica. Seu impacto vai além da mera operacionalização de processos editoriais, influenciando diretamente a ética, a acessibilidade e a gestão eficiente dos periódicos científicos. Para que a comunicação científica alcance padrões elevados de qualidade, é imprescindível que editores e suas equipes desenvolvam habilidades informacionais robustas, permitindo a construção de processos editoriais cada vez mais eficazes, sustentáveis e alinhados aos princípios da ciência aberta.

Portal de periódicos científicos da UFS

Os portais de periódicos ocupam um papel central na disseminação do conhecimento científico, sendo responsáveis por ampliar significativamente a visibilidade das instituições de ensino e pesquisa. Segundo Rodrigues e Fachin (2010), esses portais colaboram não apenas para o acesso amplo aos resultados das pesquisas, mas também para a preservação dos periódicos científicos neles hospedados, reforçando a importância desses ambientes digitais como instrumentos de apoio tanto aos editores quanto à comunidade acadêmica.

No contexto das competências editoriais, os periódicos científicos e seus portais representam um espaço de convergência entre práticas tradicionais de editoração e exigências contemporâneas ligadas à gestão, curadoria e disseminação da informação científica. Como ressaltam Araújo e Lopes (2021), o desenvolvimento dessas competências depende do reconhecimento dos periódicos como meios de difusão do saber, mas também de formação, inovação e democratização do acesso ao conhecimento. Dessa forma, o universo do periódico científica demanda não apenas habilidades técnicas, mas competências ampliadas de análise crítica, liderança, comunicação, flexibilidade e constante aprendizado.

No Brasil, o desenvolvimento dos portais de periódicos está intrinsicamente associado ao Movimento de Acesso Aberto, evidenciado

pela adoção do *Open Journal Systems* (OJS) no âmbito das universidades e institutos federais. Como relatam Márdero Arellano *et al*. (2006), a primeira implementação do OJS no país ocorreu na revista Ciência da Informação do IBICT em 2003, ano em que também foi lançada a versão em português do sistema no IX Encontro Nacional de Editores Científicos (ABEC). A partir desse momento, o interesse dos editores científicos pela instalação e uso do *software* se intensificou, impulsionando a modernização dos processos editoriais.

Silveira (2016) discorre sobre quatro funções essenciais dos portais de periódicos: educativa, tecnológica, social e política. A função educativa refere-se ao papel dos portais em promover a formação e ampliação da competência informacional das equipes editoriais, especialmente quanto à editoração científica e aos princípios do acesso aberto. A função tecnológica destaca a necessidade contínua de aprimoramento dos recursos disponíveis, acompanhando os avanços sociais e tecnológicos. Já a função social e política engloba o compromisso dos portais em assegurar o direito ao acesso às informações públicas, além de articular o desenvolvimento de uma conscientização na comunidade científica sobre os benefícios do acesso aberto.

Nesse sentido, os portais de periódicos também atuam como agentes de padronização e qualificação editorial, ao promoverem treinamentos para as equipes, orientações para o cumprimento de critérios de indexação e acompanhamento constante das mudanças regulatórias no cenário da comunicação científica (Araújo; Lopes, 2021). Tais movimentos vêm contribuindo para o crescimento qualitativo das publicações brasileiras, garantindo maior adesão a práticas internacionalmente reconhecidas, como o uso de identificadores digitais (DOI), metadados normatizados e políticas de ciência aberta.

Dentro dessa ambiência, em 2009 foi criado o Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com o objetivo de centralizar e disponibilizar as publicações acadêmicas da instituição. A iniciativa surgiu em resposta à crescente necessidade de fomentar as pesquisas realizadas no âmbito nacional e internacional. Utilizando o *software Open Journal Systems* (OJS), o portal oferece uma plataforma robusta para a gestão do fluxo editorial, desde a submissão até a publicação dos artigos.

Desde sua implantação, o portal tem desempenhado um papel crucial na promoção da comunicação científica. A utilização do OJS facilita o trabalho dos editores, garantindo um processo editorial eficiente e transparente. Além disso, o *software* permite a padronização das práticas editoriais, promovendo a qualidade das publicações. A adoção do OJS também assegura a integridade e a confiabilidade dos dados, aspectos fundamentais para a credibilidade das revistas científicas.

O portal abriga atualmente 32 periódicos ativos, cobrindo uma ampla gama de áreas do conhecimento. Entre essas áreas estão as Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, entre outras. Essa diversidade reflete a amplitude da produção científica, promovendo a interdisciplinaridade e a troca de saberes. A política de acesso aberto adotada pelo portal garante que os resultados das pesquisas estejam disponíveis para a comunidade científica e o público em geral, sem custos para autores e leitores.

Os periódicos disponíveis no portal são avaliados e incluídos em renomadas bases de dados e diretórios, como *o Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e o *Latindex*, dentre outras. Essa indexação é essencial para aumentar a visibilidade e o impacto das publicações, possibilitando que as pesquisas

sejam acessadas por pesquisadores globalmente. Além disso, a inclusão em reconhecidas bases de dados fortalece a credibilidade e a reputação das revistas científicas da instituição.

Dessa maneira, o Portal de Periódicos Científicos da UFS desempenha um papel vital na comunicação científica, promovendo a visibilidade e a acessibilidade das pesquisas. A utilização do OJS, a diversidade de periódicos e a política de acesso aberto são aspectos fundamentais que garantem a qualidade e o impacto das publicações.

No centro desse processo estão os editores científicos, cuja atuação abrange não apenas a gestão técnica do fluxo editorial, mas também a mediação da informação e editorial, a liderança de equipes multidisciplinares e a responsabilidade pela atualização permanente de conhecimentos e práticas (Araújo; Lopes, 2021; Silveira, 2016). Para responder às demandas atuais, os editores precisam mobilizar competências variadas que incluem desde habilidades em comunicação, negociação e decisão, até o domínio de ferramentas tecnológicas e compreensão das tendências da ciência aberta.

Portanto, é fundamental reconhecer que as atribuições dos portais de periódicos ultrapassam o simples atendimento especializado. Pereira (2019) argumenta que tais portais devem desenvolver estratégias eficazes de divulgação científica, de modo a atingir públicos diversos e ampliar o impacto das pesquisas publicadas. Nesse cenário, Rodrigues e Fachin (2008) ressaltam a importância da institucionalização de setores dedicados à gestão dos portais, dotados de equipes qualificadas e capazes de desenvolver atividades que garantam tanto a sustentabilidade quanto a excelência dos serviços prestados à comunidade científica.

Enfim, considerando os desafios contemporâneos, é essencial que sejam fortalecidos programas institucionais de capacitação e redes colaborativas entre portais, editoras e associações científicas, de modo a promover o desenvolvimento continuado das competências editoriais (Araújo; Lopes, 2021). Assim, o papel transformador dos portais de periódicos se concretiza não só no apoio à divulgação da produção científica institucional, mas também na valorização e aprimoramento dos profissionais envolvidos em toda a cadeia editorial.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, utilizando uma abordagem metodológica mista e o delineamento de estudo de caso para investigar o universo dos editores do Portal de Periódicos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Tal definição fundamenta-se no propósito deste estudo, cuja intenção primordial é mapear e detalhar as competências editoriais envolvidas na atuação dos editores científicos deste contexto institucional específico.

A coleta de dados foi realizada entre maio e julho de 2024 por meio da aplicação de questionários emiestruturados, contemplando questões fechadas e abertas, direcionados exclusivamente aos editores vinculados ao Portal de Periódicos da UFS. Tal estratégia metodológica visa captar tanto dados objetivos quanto subjetivos a respeito da formação, experiência, competências, percepções, desafios enfrentados e necessidades atuais desses profissionais. O instrumento foi elaborado considerando a revisão bibliográfica fundamentada em operadores booleanos e

palavras-chave como 'editoração científica', ‘competência editorial’, ‘Open Journal Systems’, entre outras, pesquisadas nas bases Brapci, SciELO, Periódicos Capes, a fim de garantir a abrangência e relevância teórica do levantamento.

A abordagem metodológica mista adotada combina técnicas quantitativas e qualitativas, com o objetivo de proporcionar uma compreensão multifacetada da realidade estudada. “A combinação de dados quantitativos e qualitativos confere solidez à análise e possibilita a triangulação necessária para validar os achados” (Martins; Theóphilo, 2020).

As técnicas quantitativas permitiram desenhar o perfil dos editores, utilizando recursos de estatística descritiva para apresentar frequências, proporções, médias e distribuições dos dados coletados. Por outro lado, os dados qualitativos foram examinados mediante análise de conteúdo, à luz do referencial de Bardin (2011), que recomenda um percurso metodológico em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esse procedimento possibilitou identificar categorias emergentes relativas às práticas editoriais, competências percebidas e desafios enfrentados, capturando nuances, experiências subjetivas e dinâmicas institucionais não reveladas por métricas quantitativas.

A justificativa para a opção pelo estudo de caso reside, conforme Yin (2015), na necessidade de aprofundar o exame de fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto real, sobretudo quando os limites entre fenômeno e contexto não são claramente definidos. Nessa perspectiva, o Portal de Periódicos da UFS configura-se como campo propício para uma análise detalhada das práticas editoriais e operacionais, proporcionando subsídios para intervenções futuras na formação continuada dos editores.

Além do rigor no desenho metodológico, a pesquisa primou pela validade e confiabilidade do instrumento, submetendo-o à apreciação e revisão de especialistas da área de editoração científica, como preconiza Gil (2019). O cumprimento dos princípios éticos da pesquisa científica também foi assegurado, pois a pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, garantindo o anonimato, o consentimento livre e esclarecido dos participantes e a confidencialidade das informações coletadas, conforme estabelecido pelas Resoluções vigentes do Conselho Nacional de Saúde.

A articulação dos diferentes procedimentos metodológicos permitiu a triangulação dos dados coletados: A triangulação consiste no uso de múltiplos métodos ou fontes de dados na investigação de um fenômeno, visando ampliar o rigor, a amplitude e a profundidade da compreensão (Flick, 2009).

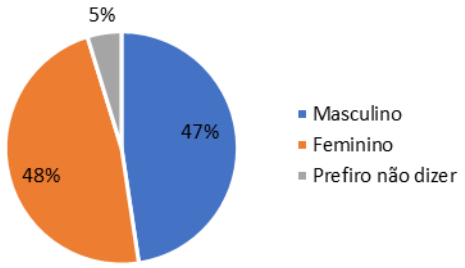
Com isso, consolidaram-se os achados, reforçando a confiabilidade dos resultados e possibilitando a ampliação do entendimento sobre as lacunas, potencialidades e recomendações relacionadas ao desenvolvimento de competências editoriais dos gestores científicos no âmbito do Portal de Periódicos da UFS. Esta abordagem estruturada oferece não apenas uma cartografia rigorosa do cenário atual, mas também subsídios valiosos para intervenções educativas, melhorias institucionais e futuras pesquisas na área.

Resultados Finais

O instrumento de coleta de dados forneceu informações sobre 21 editores(as) de um total de 32 periódicos hospedados no Portal de Periódicos da UFS. Com essa amostra, foram coletados e analisados dados sobre o gênero dos participantes, sua área de formação

acadêmica e o tempo de experiência na gestão editorial. Na análise inicial, buscou-se identificar o perfil dos editores que responderam ao questionário, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Gênero dos editores científicos dos periódicos do Portal de periódicos da UFS



Fonte: Lopes (2025).

No gráfico apresentado a distribuição de gênero entre os respondentes é equilibrada, com dez respondentes identificando-se como do gênero masculino e a outra metade (dez) respondentes do gênero feminino. Apenas uma pessoa optou por não declarar o gênero. Tal equilíbrio evidencia um contexto de gestão editorial relativamente igualitário no portal analisado, aspecto ainda incomum em muitas instituições científicas nacionais e internacionais.

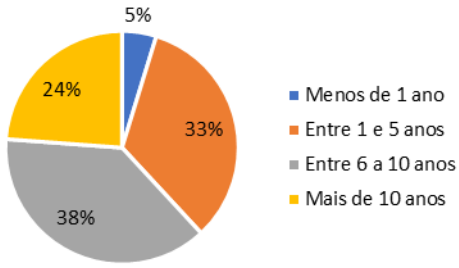
Em 2018, a UNESCO relatou que 28% dos pesquisadores globais eram mulheres, com o Brasil se destacando na América Latina com 46% (UNESCO, 2018). Contudo, há uma disparidade de gênero na trajetória acadêmica, especialmente no pós-doutorado, onde muitas mulheres não continuam em seus campos de estudo. Ao se considerar o universo editorial, esse dado revela avanços, porém também aponta para desafios contínuos na promoção da equidade em todos os níveis da carreira acadêmica.

Para promover a equidade de gênero, o SciELO estabeleceu diretrizes que exigem uma composição editorial mínima de 25% de homens e 25% de mulheres para a admissão na coleção SciELO Brasil (SciELO, 2022). A partir de 2025, políticas explícitas de equidade de gênero serão obrigatórias nos periódicos. Essa exigência impõe aos periódicos científicos um compromisso mais efetivo com políticas de diversidade e inclusão, incentivando a pluralização dos espaços de decisão e o aperfeiçoamento da governança editorial.

Essa iniciativa está alinhada com os princípios da Ciência Aberta, garantindo acesso igualitário à informação científica para mulheres e outras minorias. Embora haja uma participação equilibrada de gêneros na gestão dos periódicos da UFS, essas publicações podem promover ainda mais a equidade de gênero. Projetos de mentoria, incentivo à liderança feminina e estímulo à participação de grupos sub-representados podem aprofundar ainda mais a atuação equitativa e inovadora no âmbito dos periódicos institucionais.

Os respondentes também foram questionados sobre o tempo de atuação na gestão de periódicos científicos, com os resultados apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Tempo de atuação dos editores no gerenciamento de periódicos científicos



Fonte: Lopes (2025).

Os dados relativos ao tempo de atuação dos editores possibilitam uma análise detalhada da experiência acumulada no exercício da função editorial. Nota-se que a maior proporção dos respondentes, equivalente a 38%, consiste em oito editores que gerenciam periódicos há um período de seis a dez anos, indicando um nível

substancial de experiência na área. Em seguida, sete editores (33%) possuem entre um e cinco anos de atuação, representando profissionais que estão na fase inicial de aprendizado e adaptação às dinâmicas editoriais.

Além disso, verificou-se que cinco editores (24%) possuem mais de dez anos de experiência, indicando uma expertise consolidada e um entendimento amplo das mudanças no campo da publicação científica. Em contraste, apenas um editor (5%) tem menos de um ano na função, destacando a necessidade de suporte e formação específica para facilitar sua adaptação às exigências editoriais. Essa distribuição demonstra um quadro de profissionais que combina perspectivas inovadoras de recém-ingressos e o saber acumulado de editores veteranos, formando um ambiente fértil para processos colaborativos, troca de experiências e engajamento em ações de capacitação compartilhada.

A análise desses dados mostra que a diversidade no tempo de experiência dos editores contribui para um ambiente editorial heterogêneo, equilibrando conhecimento consolidado e novas perspectivas. No entanto, também enfatiza a importância de iniciativas de treinamento e capacitação contínua, garantindo que todos os profissionais, independentemente do tempo de atuação, estejam preparados para os desafios da gestão editorial de periódicos científicos. Essa necessidade é ainda mais relevante diante do contexto dinâmico do cenário científico, onde mudanças tecnológicas, requisitos de indexação e fluxos de trabalho cada vez mais complexos demandam atualização constante.

Antes das primeiras publicações científicas, os editores eram copistas eruditos responsáveis por preparar e reproduzir manuscritos. Com o tempo, essa função evoluiu e os editores passaram a desempenhar um papel central na gestão de periódicos científicos. Devido à crescente complexidade do campo, é essencial a formação contínua e a atualização profissional para atender às novas demandas do setor (Gomes, 2010).

Nesse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de competências específicas para a editoração científica. Assim, este estudo busca compreender as percepções dos editores sobre suas atribuições e, a partir dessas percepções, identificar as habilidades necessárias para o exercício eficaz dessa função.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a atuação do editor, foi formulada a seguinte questão aberta: “Como você se tornou editor(a)?”. Esse questionamento visou identificar as trajetórias percorridas e as motivações subjacentes, considerando os percursos profissionais vivenciados e os diferentes contextos institucionais. Para ilustrar essa diversidade de experiências, foram selecionadas algumas respostas dos participantes, apresentando os distintos motivos que conduziram à assunção dessa função editorial (quadro 1).

Quadro 1: Respostas dos participantes que responderam sobre como se tornaram editor(a)

Participante 6	Sou líder de um grupo de pesquisa e decidi, com apoio dos membros do grupo, fundar uma revista científica que contemplasse os temas e conteúdos ligados à formação do leitor. Verificamos, na época, a dificuldade em publicar artigos dessa temática, assim como na questão da diversificação de fontes, protagonismo dos leitores, preservação das produções culturais e acesso às produções regionais e discursos minoritários.
Participante 12	Por desejo e vontade de editar uma revista bem indexada. As revistas que edito nasceram de grupos de pesquisa com fins acadêmicos.
Participante 13	Através de um convite da antiga editora chefe da Revista. Aceitei e fui buscando na Internet algumas

	formações online e participando do fórum de editores de revistas em Educação Norte e Nordeste.
Participante 17	Convite da coordenação do programa de pós-graduação em que atuo.
Participante 21	Auxiliei um colega que era editor responsável de periódico, assumi a posição quando ele foi redistribuído para outra instituição. Antes disso, durante a minha pós-graduação, já havia atuado como editor em outra revista.

Fonte: Lopes (2025).

As respostas coletadas evidenciam uma multiplicidade de motivações, resultado tanto das conexões estabelecidas em redes profissionais quanto das aspirações individuais dos editores. Observou-se que predominaram relatos de ingresso decorrentes de convites, sejam provenientes de colegas, de editores anteriores ou oriundos de vínculos estabelecidos em ambientes de contato profissional. Esses dados demonstram a relevância significativa das redes profissionais no processo de seleção e indicação de novos editores.

É importante destacar que o papel do editor científico, segundo Brito e Rossi (2020), exige não apenas conhecimentos técnicos, mas o desenvolvimento de competências interpessoais e organizacionais, já que esses profissionais atuam como mediadores no fluxo de comunicação científica e acadêmica. Complementando essa perspectiva, Dias e Santos (2017) afirmam que a seleção e permanência de editores estão frequentemente relacionadas às oportunidades criadas dentro dos próprios circuitos acadêmicos – sejam elas por convite, sucessão entre colegas ou engajamento contínuo em atividades editoriais, como identificado nas respostas dos participantes.

Além disso, é possível observar que o interesse em atuar na editoria, o desejo de contribuir com a área de conhecimento e a percepção de lacunas na publicação científica são fatores que motivam o ingresso nessa função. Isso se alinha à análise de Weller (2017), que aponta que muitos editores ingressam na função ao identificar “necessidades não atendidas” na sua comunidade acadêmica, sendo impulsionados pelo senso de responsabilidade coletiva e pelo compromisso com a disseminação do conhecimento científico de qualidade.

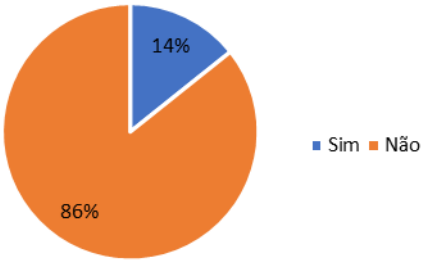
Com base no exposto, verifica-se que o percurso para ocupar o cargo de editor resulta de uma interação entre fatores de ordem profissional e pessoal. A recorrência de convites destaca a importância das relações profissionais no processo de indicação, ao passo que as motivações pessoais e as experiências prévias evidenciam a complexidade e as múltiplas dimensões envolvidas na função editorial. Tal diversidade contribui para a riqueza do campo das publicações científicas e aponta para oportunidades de desenvolvimento profissional, favorecendo a formação de novos editores e promovendo a melhoria contínua na comunicação científica.

Nesse contexto, a literatura recomenda que programas de formação e capacitação, bem como espaços colaborativos como fóruns e grupos de discussão, sejam continuamente estimulados para fortalecer o perfil dos editores científicos e proporcionar suporte institucional ao desempenho dessa função ((Brito; Rossi, 2020; Dias; Santos, 2017). Dessa forma, as trajetórias individuais se transformam em elementos-chave para a construção de uma comunidade editorial mais qualificada, diversificada e comprometida com os princípios éticos e técnicos da editoração científica.

Dando continuidade na discussão, foi incluída no questionário uma questão sobre a participação dos editores em cursos preparatórios voltados ao uso do *Open Journal*

Systems (OJS), cujos resultados são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3: Se os editores científicos possuem capacitação OJS



Fonte: Lopes (2025).

A análise dos dados evidencia que a maioria dos editores, totalizando 18 (dezoito) respondentes, não possui formação específica para a utilização do *software* OJS. Essa lacuna representa um fator preocupante, uma vez que o OJS é uma ferramenta essencial para a gestão dos periódicos hospedados no Portal de Periódicos da UFS.

Destaca-se, assim, a necessidade de programas institucionais de capacitação, voltados tanto ao domínio técnico-funcional da ferramenta quanto ao desenvolvimento das competências informacionais e éticas associadas à atividade editorial. A ausência de formação estruturada pode impactar diretamente a eficiência dos fluxos editoriais, a conformidade com exigências técnicas e a qualidade final das publicações, reforçando a urgência na implementação de ações que contemplem a inclusão tecnológica e a formação continuada dos editores da UFS.

Em contraste, apenas três participantes indicaram ter recebido algum tipo de capacitação específica para o uso do *software*, detalhando, em respostas abertas, os tipos de formação realizados, conforme apresentado no Quadro 2. Esses relatos evidenciam que as iniciativas de capacitação ainda são pontuais e, muitas vezes, dependem do interesse ou recursos individuais dos editores, o que pode gerar disparidades de preparo dentro do próprio portal.

Quadro 2: Respostas dos participantes que responderam que já fizeram curso preparatório sobre OJS

Participante 13	Fiz um curso *online* da UFSM.
Participante 16	Fiz alguns cursos pela ABEC e também com a Profa Suely de Brito Clemente por meio da *Contend Mind*.
Participante 21	Curso de OJS promovido pela Suely de Brito Clemente, na *Content Mind*.

Fonte: Lopes (2025).

Dado o número reduzido de editores que relataram possuir alguma qualificação nessa área, constata-se um elevado índice de ausência de formação específica. Esse cenário ressalta a importância de iniciativas voltadas à capacitação desses profissionais, pois a oferta de treinamentos direcionados pode desempenhar um papel crucial na ampliação das habilidades necessárias para o gerenciamento eficiente dos periódicos.

Dessa forma, investir na qualificação contínua dos editores contribui para o fortalecimento do ambiente editorial, tornando-o mais estruturado e preparado para os desafios da publicação científica. Além disso, programas institucionais de capacitação podem padronizar procedimentos, promover o intercâmbio de experiências e estimular o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas internacionais de editoração científica.

Para entender as competências editoriais, foram feitas duas perguntas abertas aos(às) editores(as), permitindo que expressassem suas percepções sobre a função editorial. As respostas qualitativas obtidas (Quadro 3) foram analisadas para compreender como os editores concebem seu papel na gestão dos

periódicos e quais habilidades consideram essenciais para um desempenho eficaz. Vale destacar que, ao abordar suas vivências, os editores também revelaram desafios enfrentados no dia a dia, como sobrecarga de tarefas, necessidade de atualização constante e a busca pelo equilíbrio entre rigor técnico e flexibilidade diante das demandas do periódico.

Quadro 3: Percepção dos editores sobre quais são as competências usadas na função de editor

Participante 2	Comunicação, gestão de pessoas e técnicas, comprometimento, relacionamento interpessoal, planejamento.
Participante 6	Capacidade analítica, comunicação, gestão, resolução de problemas, organização de processos, uso de tecnologias, comunicação.
Participante 9	Leitura em inglês para encontrar soluções para problemas; busca online em fóruns para entender determinado problema.
Participante 15	Eu entendo que para essa tarefa mobilizo minhas habilidades com Tecnologias, ferramentas do pacote Office, mediação, redação, e também habilidades em redes sociais. Competências: editoração de periódicos, comunicação científica, popularização da ciência.
Participante 17	É necessário possuir acuidade, senso crítico, organização pessoal e capacidade de planejamento. As funções inerentes à editoração são: gestão do comitê científico, fluxo de processos de organização, produção e tradução, gestão de marketing. O principal problema é a questão do voluntariado (todas as funções são voluntárias na editoração científica, até que seja possível a obtenção de fomentos.
Participante 19	Imparcialidade, cumprimento de prazos, conhecer a plataforma na qual a revista está vinculada, conhecimento sobre indexadores, conhecimento dos critérios de Qualis CAPES.

Fonte: Lopes (2025).

As respostas dos editores destacaram competências utilizadas para a função, como a comunicação eficaz, que é crucial para interagir com autores e avaliadores, promover os periódicos e incentivar a participação acadêmica. Competências técnicas, especialmente o domínio do OJS, também foram consideradas fundamentais, com estudos mostrando que o uso do OJS é essencial na gestão editorial. Portanto, é importante que os editores adquiram essas habilidades para otimizar o fluxo de trabalho. Em muitos depoimentos, ficou claro que a facilidade na utilização de diferentes funcionalidades da plataforma pode impactar diretamente na agilidade da tramitação dos manuscritos e na atualização das informações do periódico.

A gestão do tempo foi outra competência destacada, considerando que muitos editores conciliam essa função com atividades acadêmicas. Werlang e Blattmann (2022) ressaltam que essa sobrecarga exige uma organização eficaz. Dessa forma, administrar bem o tempo é essencial para equilibrar responsabilidades editoriais e acadêmicas. A alocação de períodos específicos para tarefas relacionadas ao periódico e a utilização de ferramentas digitais de produtividade foram apontadas como estratégias para minimizar a fragmentação do tempo e aumentar o desempenho na função.

Varela-Briceño (2023) identificou que editores da Universidade da Costa Rica realizam a gestão dos periódicos em horários fragmentados. Essa realidade reforça a necessidade de estratégias eficientes de

organização do tempo. O estabelecimento de metas e prioridades ajuda a lidar com as múltiplas demandas da editoração científica.

Com o objetivo de explorar as competências editoriais dos editores(as), foram formuladas duas perguntas abertas, possibilitando que os participantes compartilhassem suas percepções acerca do exercício da função editorial. A partir da análise das respostas qualitativas registradas no Quadro 4, busca-se compreender a visão dos editores(as) sobre seu papel na gestão dos periódicos, bem como identificar as habilidades que consideram essenciais para a execução eficiente das atividades editoriais.

Quadro 4: Percepções dos editores sobre as competências necessárias para a função editorial no OJS

Participante 2	Ter uma ótima relação interpessoal, assumir o compromisso, ser organizado, boas estratégias de marketing.
Participante 4	Saber utilizar a internet, conhecer o sistema, saber as normas da ABNT, conhecer os tipos de pesquisa, estar acostumado a submeter pesquisa também.
Participante 10	Conhecimento teórico do campo em que a revista está inserida. Habilidades de informática. Conhecimentos sobre regras da escrita acadêmica. Competências organizacionais. Conhecimentos sobre acesso e utilização de dados gerados pelo sistema.
Participante 12	Organização e dedicação.
Participante 15	Habilidades com tecnologias, ferramentas do pacote Office, mediação, redação, e também habilidades em redes sociais. Competências: editoração de periódicos, comunicação científica, popularização da ciência.
Participante 19	No entanto, acredito que saber o inglês é importante; estar constantemente informado sobre as políticas de editoração; as políticas de plágio e autoplágio; a comercialização de periódicos predatórios.

Fonte: Lopes (2025).

As respostas dos participantes mostram uma diversidade de percepções sobre as competências necessárias para a função editorial, destacando habilidades como comunicação, gestão do tempo e conhecimento técnico. Essas competências são fundamentais para a atuação eficiente dos editores.

Ressalte-se que tais competências se tornam mais evidentes quando os editores precisam decidir sobre situações complexas, como pedidos de retratação de artigos, adequação às normas éticas e interlocução com redes internacionais de publicação.

Além dessas habilidades como capacidade analítica e crítica foram ressaltadas como essenciais para a avaliação rigorosa dos manuscritos. O editor precisa de uma abordagem reflexiva para decidir quais artigos devem ser revisados, garantindo a qualidade científica. O domínio de procedimentos de revisão por pares e o entendimento aprofundado dos critérios de seleção foram citados como diferenciais no exercício dessa responsabilidade.

O conhecimento aprofundado na área de atuação também foi considerado importante, facilitando a curadoria de conteúdos relevantes. Werlang e Blattmann (2022) indicam que editores geralmente possuem doutorado e reconhecimento acadêmico. Essa qualificação contribui para a credibilidade editorial do periódico e auxilia na definição de políticas que atendam tanto à comunidade científica local quanto aos padrões internacionais de divulgação.

Flexibilidade e resiliência foram citadas como qualidades essenciais para lidar com desafios editoriais. Gulka (2023) enfatiza que essas características ajudam os editores a enfrentarem mudanças inesperadas e dilemas éticos. Em um ambiente em constante transformação, adaptar-se às novas

plataformas, políticas de indexação e diretrizes éticas requer disposição para atualização contínua e tomada de decisões rápidas e fundamentadas.

As respostas indicam que a função editorial exige competências além dos conhecimentos técnicos, incluindo habilidades interpessoais e organizacionais. A capacidade de adaptação e gerenciamento eficiente é crucial para o trabalho editorial. O trabalho em equipe, a liderança e a empatia na condução de processos colaborativos com avaliadores e autores são frequentemente mencionados como determinantes para atingir a excelência editorial.

A diversidade de percepções sugere que não há um perfil único para editores, mas uma combinação de habilidades que variam conforme as demandas. Isso reforça a importância de capacitação abrangente, contemplando aspectos técnicos e interpessoais. O investimento em atualização constante e em iniciativas de formação multifacetada pode contribuir significativamente para um ambiente editorial mais preparado, inovador e alinhado com os desafios contemporâneos da publicação científica.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as competências editoriais, o perfil e percepções dos editores científicos do Portal de Periódicos da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no uso do *Open Journal Systems* (OJS). A partir da análise dos dados coletados, foi possível alcançar uma compreensão abrangente sobre as habilidades necessárias e as lacunas na formação dos editores, bem como mapear o perfil desses profissionais.

A investigação permitiu identificar não apenas as competências diretamente associadas ao desempenho das funções editoriais, mas também aspectos relacionados ao contexto institucional em que os editores atuam. Observou-se que fatores como o apoio da universidade, a disponibilização de recursos tecnológicos e a existência de políticas institucionais de valorização do trabalho editorial influenciam significativamente o engajamento dos editores e o desenvolvimento de suas habilidades. Adicionalmente, percebe-se que a atuação em rede e a participação em comunidades de editores favorecem a troca de experiências e promovem o aprimoramento das práticas editoriais, tornando o ambiente local mais dinâmico e adaptável às tendências internacionais da comunicação científica.

O estudo proporcionou uma visão detalhada não apenas das características individuais dos editores, mas também das dinâmicas institucionais que influenciam o desempenho e a atuação desses agentes-chave na comunicação científica. Foram observadas variações significativas no tempo de experiência editorial, indicando que tanto editores iniciantes quanto experientes compartilham desafios e necessidades de formação, ainda que em níveis distintos. Além disso, o levantamento de áreas de formação revelou a presença de profissionais das mais diversas disciplinas, o que amplia o enfoque interdisciplinar e enriquece o repertório de práticas adotadas pelos periódicos do portal. A distribuição equilibrada de gênero entre os respondentes revela um aspecto positivo relacionado à diversidade, estando em sintonia com diretrizes de equidade propostas por organismos internacionais, como a UNESCO e o SciELO.

Os resultados obtidos revelam uma diversidade significativa nas percepções dos editores sobre as competências essenciais para o exercício da função editorial. Entre as habilidades destacadas, a comunicação eficaz, a gestão do tempo e o conhecimento técnico, especialmente no uso do OJS, foram

amplamente mencionadas. Além disso, competências analíticas, críticas e o conhecimento aprofundado na área de atuação foram considerados fundamentais para a avaliação criteriosa dos manuscritos e a curadoria de conteúdos relevantes.

No que diz respeito à tomada de decisão, muitos editores relataram que a habilidade de analisar criticamente manuscritos, identificar potenciais conflitos de interesse e assegurar o atendimento às normas éticas são aspectos cada vez mais cobrados das equipes editoriais. O domínio de fundamentos de ciência aberta, de indexação internacional e de critérios de avaliação de periódicos foi citado como diferencial para a modernização e o reconhecimento das revistas da UFS no cenário nacional e global.

Outro ponto relevante refere-se ao papel das competências interpessoais, como a colaboração e a liderança, que também emergiram nas falas dos editores como fatores determinantes para o bom andamento das atividades editoriais. É importante notar que a atuação editorial exige constante equilíbrio entre múltiplas tarefas, como gestão de prazos, mediação de conflitos entre autores e avaliadores, tomada de decisões éticas e acompanhamento das tendências tecnológicas na editoração científica. Nesse sentido, a habilidade para trabalhar em equipe, gerir processos colaborativos e liderar iniciativas inovadoras mostrou-se essencial para responder às demandas crescentes do setor.

A pesquisa também evidenciou a importância da flexibilidade e resiliência para lidar com os desafios editoriais, como mudanças inesperadas no fluxo de trabalho e dilemas éticos. Essas características são essenciais para garantir a continuidade e a qualidade do processo editorial, mesmo diante de adversidades. Os relatos mostraram que, diante de recursos limitados, atualizações frequentes nas plataformas de publicação e crescimento das demandas de indexação, editores resilientes conseguem adaptar práticas e buscar soluções inovadoras.

A análise dos dados revelou, ainda, uma carência significativa de formação específica entre os editores, com a maioria não possuindo capacitação formal para o uso do OJS. Esse cenário destaca a necessidade urgente de programas de treinamento e desenvolvimento profissional que abordem tanto os aspectos técnicos quanto os interpessoais, contribuindo para o aprimoramento contínuo das práticas editoriais. Investir em capacitação estruturada não só aprimora o uso da plataforma e agiliza procedimentos, mas também estimula a definição de práticas padronizadas e promove maior integração entre as equipes editoriais.

Esse avanço pode impactar diretamente indicadores de eficiência, como redução de tempo de tramitação, melhoria na satisfação de autores e avaliadores, além da ampliação do alcance e credibilidade dos periódicos junto a bases internacionais de indexação. Esse movimento é fundamental para elevar a qualidade, a confiabilidade e o alcance internacional dos periódicos da UFS.

Em suma, a investigação das competências editoriais dos editores do Portal de Periódicos da UFS é crucial para fortalecer a comunicação científica e assegurar que as publicações mantenham altos padrões de excelência. Os *insights* obtidos a partir desta pesquisa fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de programas de capacitação direcionados, que podem contribuir significativamente para a profissionalização da editoração científica na UFS e, por extensão, para o avanço da ciência.

Espera-se que os dados apresentados sirvam de subsídio para o planejamento estratégico institucional e inspirem outras universidades a adotarem iniciativas semelhantes, consolidando uma cultura de valorização e

qualificação dos editores científicos em todo o país. Além disso, essa análise serve de subsídio para outras instituições que enfrentam desafios similares, estimulando discussões sobre políticas institucionais de formação e valorização do editor científico no cenário nacional e regional.

Agradecimento

Essa pesquisa foi fomentada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

Referências

Araújo, C., & Lopes, P. M. (2021). Compreensão do editor científico sobre a ciência aberta: Estudo do programa editorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 26(Especial), 1–22. https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78660

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70.

Belluzzo, R. C. B. (2017). O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13, 47–76. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648

Brito, R. M. F., & Rossi, D. (2020). Competências e desafios dos editores científicos em periódicos brasileiros. Em Questão, 26(3), 374–395.

Dias, R. A., & Santos, M. J. S. (2017). Redes de colaboração e a dinâmica da produção editorial em revistas científicas. Ciência da Informação, 46(2), 201–213.

Dudziak, E. A. (2003). Information literacy: princípios, filosofia e prática. Ciência da Informação, 32(1), 23–35. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071

Farias, G. B. (2014). Competência em informação no ensino de biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista]. http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17908

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa (3ª ed.). Artmed.

Gil, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.). Atlas.

Gomes, V. P. (2010). O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. Informação & Informação, 15(1), 147–172. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5579

Gulka, J. A. (2023). Tornar-se editor: trajetória, formação, perfil e atuação de professores universitários em periódicos científicos da educação [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Santa Catarina]. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254487

Lopes, R. F. (2025). Competência editorial dos editores de periódicos científicos: um estudo no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Sergipe (UFS) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/21394

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). Fundamentos de metodologia científica (8ª ed.). Atlas.

Márdero Arellano, M. A., Santos, R., & Fonseca, R. (2006). SEER: disseminação de um sistema eletrônico para editoração de revistas científicas no Brasil. Arquivistica.net, 1(2), 75–82. http://eprints.rclis.org/17598/

Martins, G. de A., & Theóphilo, C. R. (2020). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas (3ª ed.). Atlas.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura. (2018). Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). UNESCO.

Pereira, P. C. (2019). Avaliação da usabilidade do Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da

UNICAMP (Dissertação de mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas). https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636189

Rodrigues, R. S., & Fachin, G. R. B. (2010). Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. TransInformação, 22(1), 33–45. http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/14073

Rodrigues, R., & Fachin, G. R. B. (2008). A comunicação científica e o uso de portais: Estudo. In Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. ECA-USP; ANCIB.

Salgado, L. S., & Clares, L. M. (2017). Mediação editorial em artigos científicos: Um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades. Revista do GEL, 14(3), 29–58. https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1886

Scientific Electronic Library Online (Brasil). (2022). Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil. SciELO. https://www.scielo.br/about/criterios-scielo-brasil

Silva, M. (2014). Periódicos científicos eletrônicos: o fazer do editor [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39653

Silveira, L. (2016). Portais de periódicos das universidades federais brasileiras: Documentos de gestão (Dissertação de mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina). https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178706

Targino, M. G., & Garcia, J. C. R. (2008). O editor e a revista científica: Entre “o feijão e o sonho”. In S. M. S. P. Ferreira & M. G. Targino (Orgs.), Mais sobre revistas científicas: Em foco a gestão (pp. 41–72). Editora Senac São Paulo; Cengage Learning.

Varela-Briceno, M. (2023). Necesidades de formación de las personas editoras de la Universidad de Costa Rica. E-Ciencias de la Información, 13(1), 44–70. http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-41422023000100044&lng=en&nrm=iso

Vitorino, E. V. (2020). Construindo significados para a competência em informação. In E. V. Vitorino & D. M. de Lucca (Orgs.), As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política (pp. 13-35). EDUFRO. https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Livros%20Novos%202020/As%20dimens%20da%20comp%20em%20inf.pdf

Vitorino, E. V., & Piantola, D. (2010). Competência informacional - bases históricas e conceituais: construindo significados. Ciência da Informação, 38(3). https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236

Vitorino, E. V., & Piantola, D. (2011). Dimensões da competência informacional (2). Ciência da Informação, 40(1), 99–110. https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/#

Weller, A. C. (2017). Editorial peer review: Its strengths and weaknesses. Routledge.

Werlang, E., & Blattmann, U. (2022). Aporte institucional das instituições de ensino superior aos editores de periódicos científicos. Perspectivas em Ciência da Informação, 27(4), 81–107. https://www.scielo.br/j/pci/a/TyVTc69ZMSwHH7z7hbnfgJs/

Yin, R. K. (2015). Estudo de caso: planejamento e métodos (5ª ed.). Bookman.

Zurkowski, P. G. (1974). The information service environment: relationships and priorities. Related paper no.5. Washington, DC: National Commission on Libraries and Information Science.

ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO PORTUGUESA DA ESCALA DE PERCEÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM LITERACIA DA INFORMAÇÃO – PILS

Carlos Lopes, APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Ispa-Instituto Universitário, ORCID 0000-0002-6440-4739, Portugal, *clopes@ispa.pt*

Maria Luz Antunes, Instituto Politécnico de Lisboa (ESTeSL), ORCID 0000-0003-0942-7601, Portugal, mluz.antunes@essl.ipl.pt

Tatiana Sanches, UIDEF – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, ORCID 0000-0002-4902-2628, Portugal, *tsanches@fpie.ulisboa.pt*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6646

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

O projeto NÃO TE DEIXES ENGANAR! (BE CAREFUL!), PROJETO DE LITERACIA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR, é um projeto aprovado pelo APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion (UIDB/05299, 2023-2026).

O objetivo principal do Projeto BE CAREFUL é desenvolver uma reflexão fundamentada e apresentar considerações e recomendações para que profissionais da informação, professores e investigadores do ensino superior possam capacitar e contribuir significativamente para a aprendizagem dos estudantes acerca desta matéria. Descrevendo estratégias bem-sucedidas, a investigação em curso pretende apresentar recursos valiosos para os estudantes do ensino superior que procuram enfrentar ativamente os desafios colocados pela desinformação e promover a literacia da informação nas suas comunidades de aprendizagem. Alguns dos objetivos específicos são:

1. Traduzir, aplicar e validar a escala PILS – *Student Perceptions of Information Literacy Skills* para a aquisição e desenvolvimento de competências de literacia da informação no combate à desinformação.

2. Estabelecer as necessidades fundamentais dos estudantes do ensino superior em matéria de competências de informação no combate à desinformação.

Referencial Teórico

Ao longo do seu percurso académico é expectável que os estudantes desenvolvam competências fundamentais para a sua vida profissional. Estas competências incluem a proficiência com novas tecnologias, a comunicação verbal, a escrita, a capacidade de análise e síntese, o pensamento crítico, a capacidade de trabalhar de forma independente e colaborativa, a integração em equipas multidisciplinares, o foco na qualidade, o potencial de liderança, bem como outras competências relacionadas.

A aquisição de competências em matéria de literacia da informação é igualmente considerada essencial. Tratam-se de competências que permitem aos estudantes aceder, processar, avaliar e comunicar a informação relevante no seu domínio, de forma precisa e eficaz, utilizando fontes de informação adequadas (Gross et al., 2009; Lopes et al., 2013, 2016; Pinto, 2010; Pinto et al., 2021). O ensino superior valoriza cada vez mais a promoção e a aquisição de competências de gestão da informação entre os estudantes, em particular as relacionadas

com o ambiente digital. Estas competências incluem a pesquisa, a avaliação, o tratamento e a comunicação eficaz da informação. Enquanto base de aprendizagem ao longo da vida, a literacia da informação capacita os estudantes – neste caso, do ensino superior e futuros profissionais – a navegar em diversos cenários, a avaliar criticamente a informação e a criar novos conhecimentos, quando necessário, numa abordagem prática. Este paradigma apoia programas educativos concebidos para cultivar o pensamento crítico, uma competência também ela indispensável para qualquer perfil profissional pós-graduado (Basili, 2011).

Neste cenário, o Projeto BE CAREFUL pretende explorar os desafios e implicações práticas do *Referencial para a Literacia da Informação no Ensino Superior* (ACRL, 2022; Julien et al., 2020) no domínio da desinformação, incluindo a adaptabilidade e adequação face a potenciais enganos, considerações de confidencialidade, direitos de autor e manipulação de informação, entre outros fenómenos que influenciam as crenças na informação. O Projeto BE CAREFUL salienta o papel evolutivo no ensino superior do profissional da informação, professores e dos investigadores como colaboradores cruciais no combate à desinformação, através de instrumentos pedagógicos e iniciativas práticas (Gross, 2005; Gross et al., 2009; Pinto et al., 2021).

Neste contexto, a *Student Perceptions of Information Literacy Skills* (PILS) (Doyle et al., 2019) é uma escala desenvolvida para avaliar a perceção que os estudantes têm sobre as suas competências em literacia da informação. A escala PILS pretende avaliar o desempenho objetivo em competências de informação, mas também a autoavaliação e a confiança dos estudantes em pesquisar, avaliar e utilizar a informação de forma eficaz – competências essenciais em contexto educacional, especialmente no ensino superior.

A escala PILS é composta por 36 itens ou afirmações distribuídas por sete dimensões, inspiradas nos quadros conceptuais da *Framework for Information Literacy for Higher Education*, da ACRL (2016), a saber:

i. A Autoridade é construída e contextual
ii. Criação de informação como um processo
iii. A Informação tem valor
iv. Investigação como questionamento
v. Comunicação académica como diálogo
vi. Pesquisa como exploração estratégica: ferramentas e tarefas
vii. Pesquisa como exploração estratégica: atitude.

Uma das grandes diferenças da escala PILS é o facto de o quadro conceptual dedicado à pesquisa de informação ter sido convertido em duas dimensões independentes: a componente técnica e a componente comportamental.

A avaliação dos 36 itens ou afirmações permite aos estudantes identificar e avaliar os seus próprios níveis de habilidade numa escala Likert de sete pontos: (1) Principiante; (2) Principiante Avançado; (3) Emergente; (4) Emergente Avançado; (5) Em Desenvolvimento; (6) Em Desenvolvimento Avançado; (7) Especialista. Para cada um destes níveis existe um conjunto de comportamentos com os quais se espera que o utilizador se identifique, aferindo o grau de confiança dos estudantes em cada item (Doyle et al., 2019). Apresentam-se, de seguida, alguns exemplos de comportamentos:

(1) Principiante. Confia em ferramentas de pesquisa gerais (como o Google) e demonstra pouco à-vontade com as técnicas básicas de pesquisa.

(2) Principiante Avançado. Começa a compreender a pesquisa, mas não sabe como utilizar a informação existente para criar nova informação.

(3) Emergente. Começa a compreender o poder da informação como uma ferramenta e um produto; utiliza as funções básicas das ferramentas específicas de recuperação de informação da sua área de estudos.

(4) Emergente Avançado. É um membro passivo da comunicação académica da sua área, mas está interessado em tornar-se um membro ativo; utiliza a informação de forma legal e ética, mas ocasionalmente plagia de forma não intencional.

(5) Em Desenvolvimento. Utiliza várias ferramentas para pesquisar informação, embora possa ser menos provável que procure pesquisar com ferramentas novas; é um criador ativo de informação e um colaborador na sua área de estudos, mas pode sentir alguma ansiedade ou desconforto ao longo da sua evolução.

(6) Em Desenvolvimento Avançado. É capaz de utilizar a informação de forma ética e legal; desenvolve a capacidade de sintetizar múltiplas fontes e perspetivas em nova informação.

(7) Especialista. Utiliza as funções avançadas das ferramentas específicas, multidisciplinares e interdisciplinares das várias disciplinas para encontrar informação; é um contribuinte para a comunicação académica da sua área de estudos; avalia a informação no seu contexto e na sua relação com outros recursos de informação (Dreyfus, 2004).

O questionário termina com uma breve (e opcional) identificação dos inquiridos, que inclui o género, idade e nível/curso.

Procedimentos Metodológicos

A escala PILS foi traduzida para o Português Europeu. A versão traduzida foi posteriormente retrovertida para o Inglês em dois momentos e por dois investigadores independentes: um nativo de Inglês e o outro fluente em Inglês. As três versões foram seguidamente analisadas e comparadas com a versão original para chegar ao documento final (DeVellis, 2017).

A versão traduzida da escala PILS foi posteriormente submetida ao estudo-piloto e convertida num formulário *online* da Microsoft e distribuído por um grupo restrito de estudantes (Anexo A).

Participantes

Em linha com a abordagem dos autores da escala foi selecionada uma amostra exploratória de estudantes de psicologia do primeiro ano (*N*=100) do ISPA-Instituto Universitário (Lisboa, Portugal) e da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), que preencheram o questionário. A amostra foi constituída por 80 mulheres (80%), com uma idade média de *M*=21,94 anos (entre 17–52 anos), e 20 homens (20%), com uma idade média de *M*=21,91 anos (entre 18–41 anos). Setenta por cento da amostra era composta por estudantes com idades compreendidas entre os 17 e os 20 anos.

Procedimentos

Os estudantes foram contactados depois de obtida a autorização da instituição universitária e dos professores. No início das aulas solicitava-se aos professores que disponibilizassem os dez minutos finais para a aplicação *online* da escala PILS, fornecendo um código QR aos estudantes. Estes eram então informados acerca dos objetivos do preenchimento da escala. Garantiu-se que as respostas eram anónimas e confidenciais e que a sua participação era voluntária. Explicou-se que a participação dos estudantes era importante para o estudo e que, caso estivessem interessados, teriam acesso ao documento final. Foi igualmente previsto um momento para o esclarecimento de dúvidas antes do preenchimento da escala.

Resultados & Discussão

Apresenta-se uma visão geral dos resultados obtidos na aplicação da escala PILS, tendo em conta as suas sete dimensões (Tabela 1). Observa-se que as medidas de tendência central (média) apresentam valores médios semelhantes ligeiramente abaixo de 1 ponto numa escala de 1 a 7, e percebe-se uma dispersão variável nas respostas.

As pontuações médias foram calculadas para as sete subescalas, através da média dos seus itens correspondentes (Tabela 2). Os valores médios variaram entre 4,85 e 5,53, mostrando que, em média, os estudantes se classificaram como utilizadores de informação «emergentes avançados», «em desenvolvimento» e «em desenvolvimento avançado». As pontuações médias mais altas registam-se nas dimensões "Pesquisa como Exploração Estratégica – Atitude" e "Comunicação Académica como Diálogo"; enquanto as pontuações médias mais baixas registam-se nas dimensões "A Informação tem valor" e "A Autoridade é construída e contextual".

A fiabilidade da escala do questionário foi testada, calculando o coeficiente alfa de Cronbach globalmente e para cada dimensão da PILS. Todos os valores excederam o mínimo recomendado de 0,7, o que indica um nível credível de fiabilidade e consistência interna. Na presente amostra a escala PILS revelou uma boa consistência interna, com um valor alfa de Cronbach de 0,98. A escala PILS pode ser utilizada para medir as perceções de literacia da informação de estudantes de pós-graduação e os resultados podem ser usados como uma ferramenta de divulgação para criar um diálogo entre estudantes de pós-graduação, professores e profissionais da informação. Quando considerada à luz da tendência dos estudantes para sobrestimar as suas próprias capacidades de literacia da informação (Gross et al., 2018; Julien et al., 2020), a escala PILS pode ser particularmente útil como uma ferramenta de autorreflexão.

Relativamente à validade de conteúdo (Tabela 2), a matriz de correlação apresenta relações positivas estatisticamente significativas entre as sete dimensões da PILS e a faceta geral da literacia da informação. Estas correlações, que variam de moderadas a fortes, indicam que as variáveis tendem a aumentar em conjunto. As associações mais fortes são observadas entre ITV e ICQ, ITV e PEE_FT e entre CIP e ICQ. Embora estes resultados destaquem ligações significativas não implicam causalidade.

A escala PILS é, assim, frequentemente utilizada em ambiente académico para diagnosticar as necessidades formativas dos estudantes, articulando a literacia da informação com o desempenho académico, de modo a delinear programas de melhoria da qualidade de ensino (Chura-Quispe et al., 2025; Doyle et al., 2019; Gross et al., 2009).

Considerações Finais

A literacia da informação é uma competência-chave do século XXI e é essencial para a formação crítica dos estudantes do ensino superior. Com a ampla disponibilização de informação no mundo digital é fundamental que estes saibam navegar com discernimento, evitando a desinformação, aplicando o raciocínio crítico e respeitando os princípios éticos nas pesquisas de informação.

A escala PILS não mede diretamente o desempenho técnico dos estudantes, mas a perceção subjetiva das suas competências, a qual pode associar-se a maior motivação para aprender. Neste âmbito, o processo de adaptação e validação da versão portuguesa da PILS funciona de forma semelhante à original. Significa, assim, que a escala pode ser usada para medir a autoavaliação e a confiança dos estudantes em pesquisar, avaliar e utilizar a informação de forma eficaz.

Porém, é ainda necessária muita reflexão sobre este instrumento, como mede o que realmente se pretende (validade), se os resultados são

consistentes ao longo do tempo (fidelidade) e se consegue mostrar mudanças nas competências essenciais em contexto educacional, especialmente no ensino superior (responsividade). Novos estudos devem ser equacionados para atingir este objetivo e clarificar melhor as suas características psicométricas (sensibilidade dos itens, validade convergente e de construto e fiabilidade).

No que concerne a estudos futuros pretende-se realizar um estudo longitudinal utilizando a escala PILS em diferentes etapas (entre o primeiro e o terceiro ciclos) do percurso académico dos estudantes, permitindo acompanhar as mudanças na autoperceção de literacia da informação ao longo do tempo e determinar se as alterações correspondem a intervenções instrucionais direcionadas ou a um aumento da maturidade académica em competências de informação. Este instrumento proporcionará uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento da literacia da informação, apoiando melhorias baseadas em evidências tanto nas práticas de ensino quanto nos serviços prestados pelos profissionais da informação.

Conclui-se com a determinação do combate à desinformação do Projeto NÃO TE DEIXES ENGANAR! (BE CAREFUL!) nas palavras de Jorge Palma (2010): "Enquanto houver estrada pra andar / A gente vai continuar / Enquanto houver estrada pra andar / Enquanto houver ventos e mar / A gente não vai parar / Enquanto houver ventos e mar".

Referências

Association of College & Research Libraries. (2016). *Framework for information literacy for higher education*. American Library Association. https://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/framework1.pdf

Association of College & Research Libraries. (2022). *Referencial da literacia da Informação para o ensino superior: versão portuguesa, 2022* (Translators: T. Sanches, M. L. Antunes, & C. Lopes). Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais da Informação e Documentação. https://bad.pt/wp-content/uploads/2022/11/relatorioreferencial.pdf

Basili, C. (2011). *Report on current state and best practices in information literacy*. Education, Audiovisual & Culture Executive Agency.

Chura-Quispe, G., Flores-Rosado, C. B., Valenzuela-Romero, A. A., Herrera-Pérez, E. I., Herrera-Chura, A. E., & Collazos Alarcón, M. A. (2025). Self-perceived information literacy skills in Peruvian university students: A metric and descriptive-comparative study. *Contemporary Educational Technology, 17*(1), ep560. https://doi.org/10.30935/cedtech/15776

Dreyfus, S. E. (2004). The five-stage model of adult skill acquisition. *Bulletin Science Technology Soc. 24*, 177–181. https://doi.org/10.1177/0270467604264992

DeVellis, R. F. (2017). Scale development: Theory and applications (4th ed.). SAGE.

Doyle, M., Foster, B., & Yukhymenko-Lescroart, M. A. (2019). Initial development of the Perception of Information Literacy Scale (PILS). *Communications in Information Literacy, 13*(2), 205-227. https://doi.org/10.15760/comminfolit.2019.13.2.5

Gross, M. (2005). The impact of low-level skills on information-seeking behavior: Implications of competency theory for research and practice. *Reference & User Services. Quarterly, 45*(2), 155–162.

Gross, M., & Latham, D. (2009). Undergraduate Perceptions of Information Literacy: Defining, Attaining, and Self-Assessing Skills. *College & Research Libraries, 70*(4), 336-350. https://doi.org/10.5860/0700336

Gross, M., Latham, D., & Julien, H. (2018). What the framework means to me: Attitudes of academic librarians toward the ACRL framework for information literacy for higher education. Libr Inf Sci Res. 40, 262–268. https://doi.org/10.1016/j.lisr.2018.09.008

Julien, H. E., Gross, M., Latham, D., & Baer, A. (2020). *The information literacy framework: Case studies of successful implementation*. Rowman & Littlefield

Lopes, C., & Pinto, M (2013). Desenho e construção do questionário de literacia da informação no ensino superior – IL-HUMASS: Estudo qualitativo (Parte I). *Cadernos BAD, (1/2).* https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1035

Lopes, C. A., & Pinto, M. (2016). Autoavaliação das competências de informação em estudantes universitários – IL-HUMASS: estudo quantitativo (Parte II). *Cadernos BAD*, (1), 41–68. https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1510

Pinto, M. (2009). Design of the IL-HUMASS survey on information literacy in higher education: A self-assessment approach. *Journal of* Information Science, 36(1), 86-103. https://doi.org/10.1177/0165551509351198

Pinto, M., Fernández-Pascual, R., Lopes, C., Antunes, M.L., Sanches, T. (2021). Perceptions of information literacy competencies among future psychology professionals: A comparative study in Spain and Portugal. *Aslib Journal of Information Management, 73*(3), 345–366. https://doi.org/10.1108/AJIM-04-2020-0103

COLABORAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS EM EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE

Maria Luz Antunes, Instituto Politécnico de Lisboa (ESTeSL), ORCID 0000-0003-0942-7601, Portugal, mluz.antunes@essl.ipl.pt

Carlos Lopes, APPsyCI – Applied Psychology Research Center Capabilities & Inclusion, Ispa-Instituto Universitário, ORCID 0000-0002-6440-4739, Portugal, *clopes@ispa.pt*

Maria Manuel Borges, Univ. de Coimbra, CEIS20, FLUC, Coimbra, ORCID 0000-0002-7755-6168, Portugal, *mmb@fl.uc.pt*

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.305

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

Ao longo das últimas três décadas constata-se, na área da saúde, o crescimento, a renovação, a adaptação, mas também a aquisição de novas competências pelo bibliotecário da saúde. A estas novas exigências não é estranha a pressão sobre as bibliotecas académicas e de investigação para demonstrar como podem contribuir para a missão institucional. Este cenário tem sido crescentemente analisado relativamente à satisfação das necessidades dos profissionais de saúde, mas também na intervenção colaborativa do bibliotecário no ensino de competências de literacia da informação e no planeamento de programas de formação.

Uma das formas de assegurar a visibilidade do bibliotecário e demonstrar um compromisso com os valores institucionais é através da sua

produção científica (Folk, 2014). O bibliotecário, especialmente aquele que trabalha em instituições de investigação e do ensino superior, tende a publicar artigos sobre literacia da informação, muitas vezes em resultado da colaboração conjunta de professores e bibliotecários.

Na procura de mais estratégias a adotar para as bibliotecas se manterem relevantes é necessário reposicionar e incorporar os conhecimentos do bibliotecário especializado nas iniciativas de ensino, aprendizagem, mas também de investigação (Lewis, 2007). Para alcançar este objetivo, um dos caminhos é a colaboração do bibliotecário em projetos de investigação em parceria com professores e investigadores.

Com base nestes pressupostos formulou-se a pergunta de investigação: Como implementar a colaboração entre bibliotecários e investigadores em equipas de investigação em saúde em Portugal?

Para responder a esta pergunta desenharam-se quatro objetivos, a saber:

1. Identificar a perceção das competências dos bibliotecários sobre a sua colaboração em equipas de investigação em saúde.

2. Identificar as perceções dos investigadores sobre as competências dos bibliotecários enquanto colaboradores em equipas de investigação em saúde.

3. Identificar as competências que os bibliotecários devem possuir para colaborar com as equipas de investigação em saúde.

4. Redigir um conjunto de recomendações e/ou orientações para a formação de bibliotecários tendo em vista a colaboração com equipas de investigação em saúde.

A VISUALIZAÇÃO DE DADOS NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO: PANORAMA CURRICULAR

Tainá Regly, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 0000-0002-5127-7013, Brasil, taina.regly@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6652

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

A visualização de dados tornou-se uma competência essencial em um mundo orientado por dados, onde interpretar e comunicar informações complexas é fundamental. As bibliotecas de pesquisa, tradicionalmente provedoras de informação e apoio científico, têm se destacado ao incentivar o desenvolvimento de competências em visualização e análise de dados. Segundo Borgman (2010), as bibliotecas auxiliam a comunidade científica no compartilhamento de dados reutilizáveis por seu conhecimento em metadados, ontologias, ferramentas e políticas de acesso.

Apesar desse papel, há necessidade de redefinir abordagens tradicionais, especialmente para o desenvolvimento de habilidades em gestão, curadoria, visualização e mediação de dados de pesquisa (Semeler e Pinto, 2019). Essa transformação é fundamental para garantir que os dados sejam reutilizáveis, compartilháveis e preservados.

Segundo Regly (2022), a mudança no suporte ofertado por bibliotecas e bibliotecários devido ao aumento expressivo do uso de dados que, por sua vez, afetou significativamente as estruturas que sustentam o avanço científico. Nesse contexto, os dados são gerados em grande quantidade por meio de instrumentos

ou simulações computacionais e são processados com o auxílio de softwares. Isso torna absolutamente necessário o exercício de novas atividades e abordagens para lidar com o armazenamento, acesso, análise, visualização e preservação dos dados resultantes de pesquisas científicas.

Nesse cenário, os serviços de visualização de dados ganham destaque por seu papel crucial em iniciativas tecnológicas que promovem o avanço científico. Esses serviços proporcionam benefícios substanciais, como a melhoria no acesso à informação, o apoio à análise e interpretação de dados de pesquisa e o fortalecimento da colaboração interdisciplinar.

As bibliotecas de pesquisa brasileiras ainda estão em um estágio inicial no desenvolvimento de serviços de visualização de dados, uma das áreas mais emergentes e menos exploradas no país. Conforme apontado por Bonetti (2019), esses espaços enfrentam desafios significativos, como a falta de competências técnicas e colaborações necessárias para oferecer serviços que atendam às demandas contemporâneas da pesquisa científica. Esses obstáculos evidenciam a necessidade de estratégias voltadas para a capacitação, a colaboração e o aprimoramento das bibliotecas, de modo a transformá-las em agentes relevantes.

Somado a isso, a literatura aponta uma lacuna na integração dessas competências na formação dos bibliotecários. Assim, esta comunicação explora a integração do ensino de visualização de dados no currículo de formação de bibliotecários no Brasil, buscando compreender a abrangência desse conhecimento e identificar lacunas ou oportunidades de aprimoramento. Essa análise é essencial para adaptar a formação às demandas emergentes da Ciência da Informação e das novas tecnologias, garantindo suporte adequado aos cientistas na gestão e visualização de dados.

Competência em visualização de dados

A obtenção de conhecimento sobre as competências relacionadas a dados é fundamental para que indivíduos estejam aptos a empregar essas habilidades tanto no âmbito pessoal como profissional de maneira multifuncional e eficiente. No entanto, a maioria dos cidadãos comuns possui habilidades limitadas em visualização de dados, e enfrentam desafios na compreensão e interpretação delas (Reis, 2019).

Os autores Womack (2014) e Börner, Bueckle e Ginda (2019) são considerados referências no que concerne aos estudos sobre competência em visualização de dados e discutem a sua importância para uma cultura visuocêntrica orientada a dados. Womack argumenta que essa competência tornou-se essencial nessa nova geração informacional, destacando a necessidade de incorporá-la nos esforços direcionados ao desenvolvimento da competência informacional dos alunos de diferentes níveis acadêmicos. O ensino dessas práticas possui o potencial de aprimorar as habilidades analíticas dos indivíduos, resultando em uma compreensão mais aprofundada do ambiente ao seu redor. Ele também destaca o papel dos bibliotecários de dados e outros profissionais na liderança das habilidades referentes à avaliação, crítica e utilização da visualização de dados.

Assim como outras, a competência em visualização de dados visa promover uma melhor comunicação, colaboração, compreensão do mundo, autoeficácia individual e tomada de decisões embasadas (Börner; Bueckle; Ginda, 2019), “afinal, a visualização de dados é apenas outra forma de apresentar, interpretar e utilizar informações” (Womack, 2014, p.12, tradução nossa).

De acordo com Börner *et al*. (2016, p. 200, tradução nossa) a competência em visualização de dados corresponde à “capacidade de extrair significado e interpretar padrões, tendências e correlações em representações visuais de dados”. Para Boy *et al*. (2014) essa competência envolve a capacidade de criar e interpretar representações visuais de dados com confiança. Mais especificamente, eles o descrevem como a habilidade de utilizar uma visualização de dados de forma segura para traduzir questões específicas do domínio de dados em consultas visuais, além de interpretar padrões visuais como propriedades no domínio de dados.

Já Lee, Kim e Kwon (2016, p. 552, tradução nossa), numa tentativa de refinar essas definições, declaram que a competência em visualização de dados "é a capacidade e habilidade de ler e interpretar dados representados visualmente e extrair informações de visualizações de dados". Carlson *et al.* (2011) ainda destacam a importância do uso habilidoso das ferramentas voltadas para a construção de visualização de dados devido à facilidade de gerar representações falsas ou ambíguas na apresentação de um conjunto de dados.

Sendo a visualização de dados uma poderosa ferramenta para comunicar resultados das diversas complexidades de dados, a capacidade de construir e interpretar visualizações de maneira crítica vem se tornando uma competência essencial para indivíduos letrados na era da informação governada por dados. Assim, a capacidade de ler, construir e interpretar visualizações torna-se tão essencial quanto a habilidade de ler e escrever textos (Regly, 2021; Womack, 2014; Börner; Bueckle; Ginda, 2019).

Tal como mencionado anteriormente, Womack (2014) considera a visualização de dados uma maneira diferente de apresentar, utilizar e interpretar informações. Posto isso, segundo o autor, as habilidades que envolvem a manipulação de dados e suas representações estão diretamente ligadas à competência em informação. Inicialmente centrada na leitura e interpretação de textos, a competência em informação se expandiu ao longo dos anos e passou a abarcar habilidades referentes às competências midiática, numérica, em dados, visualização de dados, entre outras, à medida que surgiram.

Partindo da compreensão sobre a diversidade e extensão da competência em informação através dos estudos de Womack (2014), ao explorar de maneira mais aprofundada a literatura, verificou-se a partir de autores como Cairo (2012), Lee *et al*. (2019) e Tønnessen (2020), que, além de representar um rol de habilidades especializadas da competência em informação, a competência em visualização de dados faz uso direto de fundamentos e práticas oriundas das competências visual, numérica, midiática, digital e computacional.

Já no âmbito das bibliotecas, Hattwig, Bussert, Medaille e Burgess (2013) apontam que os bibliotecários também precisam ampliar suas competências para apoiar o desenvolvimento dos usuários, incorporando novas áreas ao seu conhecimento e transmitindo múltiplas habilidades informacionais. O crescente uso da tecnologia representa uma das principais fontes geradoras de dados de pesquisa. É imperativo que os bibliotecários concentrem seus esforços na adaptação de atividades tradicionais de seu trabalho, integrando esses dados no contexto da criação de produtos e no oferecimento de serviços especializados (Semeler; Pinto; Rozados, 2019).

Atualmente, a ênfase na Biblioteconomia de dados está voltada para a criação de serviços e produtos que envolvem a utilização e o aproveitamento dos dados de pesquisa, conforme abordado por Rice e Southall (2016), Koltay (2017) e Tenopir *et al*. (2017). Essa abordagem reflete a crescente valorização dos dados como recursos essenciais, demandando conhecimentos especializados para assegurar a adequada organização, acessibilidade e preservação dos mesmos.

Diante dessa valorização dos dados como recurso estratégico, a competência em visualização de dados passa a ocupar um papel central também nas práticas bibliotecárias. À medida que os profissionais da informação são chamados a integrar dados em seus serviços e produtos, torna-se essencial desenvolver habilidades visuais que sustentem a interpretação crítica e a comunicação eficaz desses dados. Assim, o aprofundamento no ensino e na aprendizagem de tais competências visuais representa um desdobramento necessário das transformações que atravessam a Biblioteconomia de dados.

O desenvolvimento de habilidades visuais

Diante da emergência da competência em visualização de dados para os profissionais da informação, é necessário refletir sobre como essas habilidades podem ser lecionadas, pois

mudanças no ensino de competências específicas são essenciais em uma sociedade guiada pela informação. Ao integrar competências informacionais, em dados, visual, digital e midiática, forma-se o indivíduo multicompetente, capaz de buscar, interpretar e avaliar informações, mantendo autonomia mesmo diante de constantes inovações tecnológicas.

Quando se trata de ensinar visualização de dados, é crucial tomar decisões sobre quais visualizações devem ser priorizadas e quais subconjuntos de dados e etapas do processo merecem destaque. Quanto mais práticos e úteis são os *insights* obtidos, mais relevante se torna capacitar os indivíduos para construir e interpretar essas visualizações adequadamente. Börner, Bueckle e Ginda (2019) relatam que pesquisas anteriores sobre o tema demonstram que as pessoas enfrentam dificuldades para ler a maioria dos tipos de visualizações, especialmente as redes. Além disso, estudos realizados em laboratório, que examinam a precisão da recuperação de dados relacionais utilizando visualizações de mapas e redes, descobriram que as visualizações de mapas são mais fáceis de interpretar e promovem uma melhor memorização pelos indivíduos.

A obtenção de conhecimento sobre as competências relacionadas a dados é fundamental para que indivíduos estejam aptos a empregar essas habilidades tanto no âmbito pessoal como profissional de maneira multifuncional e eficiente. No entanto, a maioria dos cidadãos comuns possui habilidades limitadas em visualização de dados, e enfrentam desafios na compreensão e interpretação delas (Reis, 2019).

D'Ignazio e Bhargava (2020) declaram que para desenvolver essa competência em indivíduos, deve-se levar em consideração as relações sociais e os impactos produzidos e reproduzidos através dos dados. Os autores defendem uma educação de cunho humanístico, citando, inclusive, o livro Pedagogia do Oprimido, publicado por Paulo Freire (2013), para tratar da escolha de um educador entre incorporar seus alunos no funcionamento do sistema vigente ou educá-los para serem agentes na transformação de seu mundo baseado em dados.

Seguindo essa mesma corrente de ideias, a partir de uma análise da literatura, Cruz (2023) ressaltou a importância de alunos em idade escolar serem expostos aos fundamentos da visualização de dados desde os anos iniciais de sua educação. Essa afirmação vai ao encontro da pesquisa de Shreiner (2017) cujas conclusões apontam para o fato de que os alunos irão, cada vez mais, se deparar com visualizações de dados à medida que avançarem em nível acadêmico. Assim, para que não lhes falte habilidades e críticas com representações de dados, é de suma importância que esses discentes sejam devidamente instruídos de modo que lhes seja oportunizado o desenvolvimento de competências básicas em dados.

A partir dos estudos empreendidos anteriormente, Tønnessen (2020) identificou três pilares principais que fundamentam o desenvolvimento de competências em um indivíduo: reconhecimento, ação e reflexão. O reconhecimento é essencial para compreender o significado de elementos relevantes nos mais diversos contextos. A ação se refere à prática, à experiência adquirida após a realização de uma atividade por diversas vezes. Já a reflexão, aqui também entendida como crítica, envolve a capacidade de refletir, analisar e investigar. Na construção da competência em visualização de dados, o reconhecimento envolve a identificação de elementos semióticos utilizados em gráficos, tais como linhas, cores e rótulos. A ação se dá através da leitura de várias e diferentes visualizações de dados, de modo que seja possível identificar nuances que as diferenciam umas das outras. Por fim, a reflexão envolve o questionamento sobre as práticas de uma sociedade e seus valores. Compreende a contestação de escolhas e leituras, a crítica a fontes e a contextualização de descobertas.

Tendo isso em vista, D'Ignazio e Bhargava (2020) defendem que o desenvolvimento da competência em visualização de dados não deve ser iniciada a partir de habilidades técnicas, tal como a criação e interpretação de um gráfico de barras. Um indivíduo deve

começar a partir de princípios críticos que envolvem habilidades relacionadas aos aspectos sociais e políticos nos quais os dados foram produzidos. Com vistas a possibilitar o desenvolvimento de habilidades relacionadas a dados de forma humanística, D'Ignazio e Klein (2016) elaboraram seis princípios de visualização de dados que levam em consideração estudos feministas, interação humano-computador, Humanidades Digitais e cartografia. Os princípios são:

- Repensar o binarismo: a abordagem feminista para visualização de dados desafia distinções binárias tradicionais, como gênero, natureza/cultura, sujeito/objeto, razão/emoção e corpo/mundo. Em vez disso, enfatiza estratégias de representação baseadas na multiplicidade, reconhecendo os limites das visões binárias. Repensar essas representações não apenas desafia a fase de visualização da pesquisa, mas também questiona como os processos de coleta, classificação e exibição de dados podem considerar uma variedade de categorias múltiplas e fluidas;

- Abraçar o pluralismo: se refere a desafiar a ideia de objetividade e universalismo, destacando como o conhecimento é sempre construído a partir de uma posição subjetiva específica. Na visualização de dados, considerar a posição subjetiva do designer pode revelar as decisões que moldam o processo de criação de uma visualização. A prática da autorrevelação e o abraço ao pluralismo podem promover alternativas à visão predominante, permitindo que múltiplas verdades sejam consideradas em vez de uma única perspectiva. Isso representa um afastamento da ênfase na objetividade para designs que reconheçam e respeitem a diversidade de perspectivas;

- Examinar o poder e aspirar ao empoderamento: consiste em reconhecer as assimetrias de poder historicamente enfrentadas por mulheres e grupos marginalizados. Ao buscar reverter essas hierarquias a partir da promoção de sistemas horizontais de transmissão de conhecimento, fortalece o empoderamento a nível social, uma vez que considera o impacto, as necessidades, a capacitação e o acesso do design das visualizações às comunidades envolvidas.

- Considerar o contexto: considera que todo conhecimento é influenciado pelos contextos social, cultural e material nos quais é produzido. Na abordagem feminista da visualização de dados é considerado como diversos contextos podem afetar a produção e recepção das informações apresentadas por visualizações de dados. A conscientização sobre a importância do contexto pode levar ao desenvolvimento de visualizações mais ricas e informativas aos cidadãos médios e, muitas vezes, marginalizados no acesso a informações;

- Legitimar o afeto e a personificação: a teoria feminista reconhece que experiências afetivas e personificadas, baseadas em sensações e emoções, são formas de conhecimento e experimentação do mundo tão importantes quanto os métodos mais quantitativos. Mesmo as visualizações de dados mais objetivas possuem o poder de gerar impacto emocional, seja na comunicação de seu propósito ou na criação de um vínculo com quem a interpreta. Essas respostas emocionais exercem influência na interpretação de representações visuais e podem ser utilizadas como

indicadores de eficácia de visualizações de dados;

- Tornar o trabalho visível: se trata da importância de reconhecer e creditar os esforços humanos por trás dos dados, identificando os atores individuais e institucionais envolvidos na geração, coleta, digitalização, limpeza e manutenção dos dados. Uma vez que a maioria das pesquisas que utilizam dados focam nos aspectos técnicos ao invés dos aspectos humanos, tornar esse trabalho visível impacta diretamente na atribuição de crédito adequado aos colaboradores, principalmente ao se considerar a exclusão histórica de minorias políticas no âmbito científico.

Enquanto D'Ignazio e Klein propõem uma abordagem crítica e feminista para o ensino de visualização, Briney (2018) sugere um modelo mais prático baseado na Taxonomia de Bloom, adaptado às atividades desenvolvidas por bibliotecários.

Visando buscar mais estratégias para o letramento em visualização de dados, mas, dessa vez, considerando a prestação de serviços realizados por bibliotecários, Briney (2018) realizou a adaptação dos fundamentos cognitivos presentes na Taxonomia de Bloom. Na realidade da visualização de dados, as seis categorias de Bloom — lembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e criar — poderiam ser adaptadas e reduzidas a quatro tarefas voltadas para o trabalho do bibliotecário: ler, praticar, criticar e criar. Na figura 10, a seguir, é demonstrada a adaptação proposta por Briney.

Na proposta por Briney (2018), as atividades da Taxonomia de Bloom referentes a "lembrar" e "compreender" tornam-se "ler", o que remete ao processo de aprendizado sobre a história e teoria da visualização de dados. Nessa etapa, os bibliotecários poderiam adquirir conhecimentos básicos acerca da visualização de dados através da leitura sobre a historiografia da área e sobre a teoria gráfica.

Em seguida, a atividade "aplicar" se converte em "prática" e envolve a construção de gráficos variados em uma ferramenta escolhida. Tendo como base os conhecimentos relacionados à história e teoria da visualização de dados, os bibliotecários podem, enfim, aprimorar suas habilidades de visualização de forma prática com a criação de gráficos. Nessa etapa, não é esperado que o foco seja o design visual, mas no processo de manuseio de um software que construa visualizações de dados. Com isso, é esperado que os profissionais da informação iniciem com conhecimentos básicos e progredirem até conseguirem orientar os usuários na criação de visualizações ou na resolução de dúvidas relacionadas ao software utilizado.

Já as tarefas "analisar" e "avaliar" se tornam a "crítica", nas quais o indivíduo deve avaliar as visualizações existentes a partir das lições aprendidas nos processos de leitura e prática. Com o intuito de aperfeiçoar as habilidades relacionadas à visualização de dados, é fundamental que representações visuais sejam analisadas criticamente a partir de perguntas como: "o design visual é eficaz?", "por quê?" e "de que forma poderia ser melhorado?". Exercer a crítica aos materiais já existentes é uma etapa avançada no processo de aprendizagem, por ter como base as melhores práticas aprendidas ao longo da atividade de "ler".

Por fim, a categoria "criar" da Taxonomia de Bloom se torna a tarefa

"criar", em que o indivíduo reúne os novos conhecimentos e habilidades adquiridos nas atividades anteriores para construir visualizações de dados apropriadas e eficientes. Consiste na síntese de todas as atividades anteriores com o intuito de criar boas visualizações de dados considerando elementos como cores, formas, conteúdo, tipo visual, entre outros.

Assim, de acordo com Briney (2018), ao seguir essas atividades, bibliotecários que oferecem serviços de visualização de dados de pesquisa estariam aptos a desenvolver um maior rol de estratégias para desenvolver sua competência em visualização de dados. O aprimoramento das habilidades relacionadas à representação visual de dados permite que esse profissional atenda as mais variadas demandas de seus usuários, além de colocá-lo numa posição de referência na unidade de informação em que atua.

Tendo em vista os aportes teóricos oferecidos pela revisão de literatura, o desenvolvimento da competência em visualização de dados não advém de um processo simples e óbvio. Para um indivíduo ser emancipado e aprimore suas habilidades com representações visuais, é necessário serem considerados diversos fatores que, juntos, fomentam a construção de um raciocínio crítico e consideram a multiplicidade de variáveis existentes na sociedade.

Essas variáveis citadas consistem em: desenvolvimento de habilidades oriundas das competências em informação, dados, numérica, midiática, digital e computacional (Cairo, 2012; Womack, 2014; Lee *et al.*, 2019; Tønnessen, 2020); ter em consideração as etapas de reconhecimento, ação e reflexão em prol do aprimoramento de um letramento efetivo (Tønnessen, 2020); apropriação de princípios feministas que levam em consideração o empoderamento humano, o contexto e a diversidade que o cerca (D'ignazio; Klein, 2016); dar importância aos processos cognitivos humanos básicos com o intuito de desenvolver atividades de leitura, prática, crítica e criação com intuito no desenvolvimento de fluência e confiança na realização de cada uma das etapas necessárias para a construção de visualizações de dados eficientes (Briney, 2018).

Seguindo a linha de raciocínio empregada até o momento, entende-se que antes de se partir para a construção de visualizações de dados, é importante compreender os princípios básicos de teorias que concernem à percepção e estímulo visuais. Além desse viés científico, Schwabish (2021) argumenta em prol da consideração de diferentes níveis de interesse ou envolvimento com o próprio visual do público a que a visualização se destina.

Não devemos partir do pressuposto de que os leitores prestarão atenção a tudo em nosso visual, mesmo que utilizemos um tipo de gráfico comum e familiar. Sejamos honestos: as pessoas veem gráficos de barras, de linhas e de pizza o tempo todo, e esses gráficos costumam ser enfadonhos. Gráficos enfadonhos são esquecíveis. Diferentes formas e formas incomuns que ultrapassam as fronteiras da nossa experiência típica de visualização de dados podem atrair os leitores. Ler um gráfico não é como a compreensão espontânea de ver uma fotografia. Em vez disso, ler um gráfico envolve mais processos cognitivos complexos do que ler um parágrafo. Isso não quer dizer que não devemos nos preocupar com a percepção visual ou permitir que nossos leitores façam comparações mais precisas, mas o objetivo do engajamento pode valer muito por si

só (Schwabish, 2021, p. 17, tradução nossa).

> Conforme relatado pelo autor, os gráficos também consistem em um meio de comunicação e devem ser interessantes para quem o analisa. Assim, entender como a percepção visual humana funciona é essencial para comunicar informações com eficácia. A aplicação dos fundamentos de teorias que levam em consideração esses fatores visuais auxilia diretamente na construção de visualizações de dados e permite que seja previsto o modo com que leitores verão os gráficos.

Procedimentos Metodológicos

Para analisar a integração e abrangência do ensino sobre visualização de dados no currículo básico da formação de bibliotecários no contexto brasileiro, foram realizadas uma série de atividades que se iniciaram com o levantamento dos cursos de Biblioteconomia — e suas derivações — no Brasil. O acesso à listagem desses cursos de graduação foi realizado a partir da plataforma Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC).

No processo de busca foram admitidos, além dos de Biblioteconomia, os cursos relacionados à Ciência da Informação e Gestão de Unidades de Informação, por se entender que os profissionais formados nessas áreas correlatas, muitas vezes, possuem formação semelhante e atuam nas mesmas funções que os bacharéis em Biblioteconomia.

Assim, após a remoção dos registros duplicados da planilha recuperada, foram identificados 76 códigos de cursos oriundos de 59 instituições. Do montante de graduações, havia cursos em atividade (n=66, 87%), extintos (n=7, 9%) e em extinção (n=3, 4%). Dos cursos que se mantinham ativos, foram identificados o de Biblioteconomia (n=57, 75%), Biblioteconomia e Ciência da Informação (n=3, 4%), Biblioteconomia e Documentação (n=3, 4%), Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (n=2, 2.6%) e Ciência da Informação (n=1, 1.3%). Além disso, ainda havia cursos em formato presencial (n=47, 62%), à distância (n=1, 1.3%), bacharelado (n=65, 85.5%) e licenciatura (n=1, 1.3%).

Tendo em posse o nome dos 66 cursos e suas respectivas 51 instituições, foi criada uma planilha para a realização da coleta dos dados. Nessa planilha constam os campos: Sigla da Instituição, Nome da Instituição, Grau, Modalidade, Nome da Disciplina, Ementa, Plano de ensino, Link e Tipo.

Foram conferidas as grades curriculares de todos esses cursos de graduação e todas as ementas foram analisadas. Quando não se tinha acesso a esse conteúdo, foi realizado contato por e-mail com a coordenação do curso ou o professor responsável com o intuito de ter acesso à informação. Dessa forma, foram identificadas 31 disciplinas com potencial de tratar sobre a visualização de dados.

A etapa seguinte consistiu em buscar acesso ao conteúdo programático dessas disciplinas no site dos cursos ou através do e-mail. Ao final do processo, não foi possível ter acesso à tanto a ementa e ao plano de ensino de um curso a distância e 4 planos de aula de disciplinas referentes ao campo da Estatística.

Por fim, após a realização de todos os passos anteriormente descritos, foi selecionado um montante de 27 disciplinas que abordam a visualização de dados oriundos de 18 universidades. Os resultados dessa análise são apresentados na próxima seção.

Resultados Finais

Esta seção possui como objetivo analisar a integração e abrangência do ensino sobre visualização de dados no currículo básico dos cursos de graduação referentes à formação de bibliotecários no contexto brasileiro, a fim de compreender a extensão desse conhecimento e identificar possíveis lacunas ou oportunidades de aprimoramento.

A partir do entendimento da relevância e aplicabilidade da instrução sobre a temática da visualização, será proposta a aplicação de um método que possibilite a compreensão e adaptação do serviço de visualização de dados nas bibliotecas acadêmicas do Brasil.

Após a realização dos procedimentos metodológicos explicitados na seção anterior, foram identificados 66 cursos em atividade relacionados à Biblioteconomia no Brasil. Desse total, 42 cursos não possuíam disciplinas que, ao menos, abordassem algum assunto concernente ao âmbito da visualização de dados. Os demais 24 cursos tiveram, por si só, 27 disciplinas relacionadas à temática.

Apenas três universidades ofertam — no mesmo curso — mais de uma disciplina que trata da visualização. São elas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Já as Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) possuem mais de um curso de Biblioteconomia, onde cada graduação dispõe de ao menos uma disciplina que tange a visualização de dados. O montante de disciplinas é proveniente de um curso de Ciência da Informação, dois de Biblioteconomia e Documentação, dois de Biblioteconomia e dois de Gestão de unidades de Informação.

A região Sudeste aparece como a região que mais possui universidades que ofertam cursos de Biblioteconomia, sendo seguida pelas regiões Sul e Nordeste. É importante ser considerada a densidade demográfica de cada uma dessas regiões antes que conclusões precipitadas sejam realizadas. Proporcionalmente, as universidades localizadas nas regiões Sul e Norte ofertam mais disciplinas que tocam o campo da visualização de dados, tendo ambas mais de 60% de seus respectivos cursos tratando da temática.

As 27 disciplinas identificadas previamente foram classificadas em três categorias segundo os tópicos apontados em suas respectivas ementas e planos de ensino. Assim, as disciplinas foram divididas em Estatística, as que citam/abordam brevemente a visualização e as que tratam especificamente da temática da visualização de dados. Essas categorias podem ser vislumbradas na figura 1, localizada no final do documento.

A partir da análise dessa figura, é interessante notar que as três disciplinas que são especificamente voltadas para a visualização de dados são eletivas. Ou seja, o estudo mais aprofundado sobre essa temática é opcional para os futuros profissionais da informação no Brasil, o que pode representar uma lacuna em suas formações em um mercado de trabalho cada vez mais amplo e exigente.

Com a crescente demanda por especialistas que dominem ferramentas de visualização de dados, tanto para a análise quanto para a apresentação de grandes volumes de informação, os bibliotecários que buscam se destacar precisam estar preparados para oferecer soluções inovadoras e eficientes, atendendo às expectativas das instituições acadêmicas e do setor privado.

Em relação às disciplinas, a soma das demais categorias demonstra que existe obrigatoriedade no que concerne o ensino de disciplinas que abordam, mesmo que minimamente, a temática visualização de dados. Embora esses números ainda sejam tímidos, diante dos dados apresentados na figura 50, é possível observar que existe uma movimentação em prol da construção das competências em visualização de dados nos bibliotecários em formação.

Deve-se considerar a resistência demonstrada por muitos acadêmicos de incluir na grade curricular disciplinas que fujam do caráter técnico e tradicional dos bibliotecários. Assim, vislumbrar o início de um movimento que tem se demonstrado relevante e imprescindível fora do Brasil, constata sua pertinência e potencial.

Para analisar as ementas das 27 disciplinas selecionadas, optou-se por utilizar a ferramenta Voyant Tools empregando o conteúdo integral das ementas sem a inserção de stopwords. Dentre as diversas visualizações proporcionadas pelo sistema, a representação na forma de links (figura 2) foi a que melhor permitiu perceber os principais tópicos abordados nas disciplinas relacionadas à

visualização de dados nos cursos de Biblioteconomia.

Como exposto na figura supracitada, as disciplinas abordam três assuntos fundamentais cujas derivações demonstram os tópicos básicos no que se refere ao ensino da manipulação e análise de dados. Esses assuntos são:

Estatística: introdução, informação, dados, noções e técnicas;

Medidas: variabilidade, central, moda e tendência;

Dados: descrição, visualização, estatística, análise e tratamento.

A temática da estatística é tratada de forma introdutória, na qual são discutidas as principais noções e técnicas utilizadas no tratamento de dados. Esse fato por si só demonstra o desenvolvimento de habilidades que são oriundas da competência numérica, essencial para o desenvolvimento da competência em visualização de dados..

O tópico Medidas demonstra um aprofundamento do ensino da disciplina Estatística. O que antes era introdutório e teórico começa a se tornar prático e essencial para a manipulação e análise de dados.

Já a categoria Dados traz consigo a visualização — enfoque dessa exploração — e assuntos diretamente relacionados à manipulação, tratamento e análise de dados temática. A partir da visualização da figura 2 e do referencial teórico abordado até então, é de comum consenso que a Estatística é essencial no que concerne à geração de *insights* a partir de dados. Assim, pode-se inferir que esta disciplina é essencial para serem desenvolvidas habilidades que possibilitem o crescimento e aperfeiçoamento da competência em visualização de dados dos bibliotecários.

Também entende-se que, provavelmente, assuntos relacionados ao campo da Estatística tenham se manifestado em duas categorias na visualização da figura 2 pelo fato de que, de todas as disciplinas selecionadas, mais de 65% são especificamente voltadas para o referido campo disciplinar. Mas, apesar disso, justamente pelo fato de a literatura ter demonstrado a relevância dessa temática para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à visualização, é possível perceber que tanto a literatura quanto o empírico das disciplinas ministradas seguem constâncias similares.

Uma vez realizada uma análise geral das 27 disciplinas que abordam a temática da visualização de dados nos cursos de Biblioteconomia no Brasil, a análise foi delimitada pelas três disciplinas que tratam exclusivamente de questões relacionadas ao tema. São elas: Visualização de dados, da UFRGS; Visualização da Informação, da UFSC; e Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da Informação — Seminários em Visualização de Dados, da Universidade de Brasília (UnB). A seguir foram elencados as ementas e os objetivos de cada uma das três disciplinas:

1 - UFRGS - Visualização de dados

- Ementa: Visualização de dados. Objetivos e regras básicas para o desenvolvimento de visualização. Storytelling com dados. Infografias. Lei de acesso à informação.
- Objetivo: O objetivo da disciplina "Visualização de Dados" é ensinar aos alunos os fundamentos da comunicação visual por meio de gráficos estatísticos, mapas e diagramas, que podem aumentar a atratividade das histórias por trás de um conjunto de dados, capacitando-os a visualizar e comunicar informações complexas de forma clara e eficaz.

2- UFSC - Visualização da Informação

- Ementa: Percepção visual. Técnicas de visualização de dados. Ferramentas de visualização de dados. Visualização interativa.
- Objetivo: desenvolver a capacidade de elaborar projetos de visualização da informação. Objetivos Específicos: conhecer técnicas de visualização da informação; elaborar representações gráficas adequadas a partir de tipos de dados e de informações.

3 - UnB - Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da Informação — Seminários em Visualização de Dados

- Ementa: Estudo analítico dos problemas e/ou responsabilidades das bibliotecas no mundo contemporâneo. Revisão das realizações, contribuições, limitações e tendências atuais da biblioteconomia mundial.
- Objetivo: Ao final da disciplina, os (as) discentes estarão aptos(as) a: (a) compreender e aplicar as principais teorias, métodos e técnicas relacionadas à visualização de dados e informações, bem como elementos básicos da comunicação visual; (b) aplicar técnicas e operar ferramentas específicas para geração de visões a partir de dados estatísticos, textuais, bibliográficos, processuais e sociométricos.

A partir da análise dessas informações, é possível perceber pontos em comum e divergentes entre as ementas e objetivos das três disciplinas. Em relação às ementas, o que mais chama a atenção é que a disciplina da UnB parece ser demasiadamente genérica, sendo mais proveitosa para uma disciplina dotada de uma boa carga de leitura e discussão em sala de aula. Característica essa que se diferencia das demais disciplinas, cuja principal diferença reside no emprego de temas como o storytelling com dados (UFRGS) e a percepção visual (UFSC).

Em relação aos objetivos dispostos nos planos de ensino das disciplinas, foram identificados três principais pontos de convergência:

- Fundamentos da visualização de dados: ensinar os fundamentos e as principais teorias da comunicação visual;
- Técnicas de visualização: capacitar os alunos a conhecer e aplicar técnicas específicas de visualização de dados, bem como a elaborar representações gráficas adequadas para diferentes tipos de dados;
- Ferramentas de visualização: desenvolver a capacidade de a operar ferramentas específicas para criar visualizações a partir de diferentes tipos de dados;

Essa análise preliminar demonstra os primeiros avanços no que concerne ao desenvolvimento de competências relacionadas à visualização de dados em bibliotecários em formação. As três disciplinas destacadas buscam capacitar os alunos desde a teoria até a prática no que diz respeito à comunicação de informações complexas de maneira clara, eficaz e visualmente atraente.

Os aspectos comuns entre as disciplinas, juntamente com o referencial teórico sobre o desenvolvimento de competências em visualização de dados, fundamentaram o estabelecimento de categorias que permitiram um maior detalhamento na análise dos planos de ensino de cada uma das disciplinas. Assim, foram elencados sete pontos a serem analisados:

1. Aplicação e bibliografia que aborda a visualização em contextos CI;
2. Teoria da percepção visual e visualização;
3. Técnicas de visualização de dados;
4. Ferramentas;
5. Incentivo à crítica e reflexão;
6. Teoria e manipulação de dados;
7. Exercícios práticos de criação de visualizações.

Para cada um desses aspectos essenciais foram atribuídos rótulos cujo objetivo consistiu em demonstrar sua aderência e aplicação em cada plano de ensino. Os rótulos foram classificados em inexistente, aplicado quando não houve utilização; breve, para quando o tópico é abordado sucintamente, mas não suficiente; satisfatório, quando o aspecto é abordado de

maneira adequada; e exemplar, utilizado quando o tópico é explorado para ser referenciado e servir como modelo para o desenvolvimento de disciplinas de visualização de dados no âmbito da biblioteconomia.

Na figura 3, localizada no final do documento, é demonstrada a atribuição dos rótulos qualificadores aos sete aspectos analisados em cada uma das três disciplinas de visualização presentes nos cursos de biblioteconomia no Brasil. A partir da conferência de cada uma das categorias pôde-se identificar os pontos fortes e fracos das disciplinas individualmente. Assim, será possível extrair os tópicos mais pertinentes e utilizá-los como modelo para o aperfeiçoamento das disciplinas existentes ou como parâmetros de qualidade para desenvolver novos métodos de ensino de visualização.

A disciplina de Visualização de dados oferecida pela UFRGS foi a que melhor demonstrou excelência e aderência aos critérios essenciais adotados para realizar a análise nos planos de ensino. O conteúdo abordado na Universidade localizada no Rio Grande do Sul apresentou equilíbrio entre teoria e prática no que concerne a elaboração de visualizações de dados. Aulas introdutórias a cada tema eram ministradas e, em seguida, eram realizados exercícios que, além de promover a fixação do conteúdo, impulsionam a discussão mediante dúvidas que não emergiram na explanação teórica, possibilitou que os alunos praticassem.

Essa disciplina representa um modelo no que concerne ao desenvolvimento de competências em visualização de dados em futuros bibliotecários. Traz consigo a contextualização e a importância da visualização de dados na Ciência da Informação, porém sua bibliografia carece de autores seminais do campo visual para fundamentar ainda melhor as discussões e as práticas realizadas em sala de aula.

Um dos pontos mais fortes identificados nessa disciplina foi o incentivo à reflexão e crítica sobre as visualizações que eram construídas em sala de aula. Os alunos não apenas eram convidados a analisar as visualizações feitas por seus colegas, como também lhes era ensinado a como melhorar suas próprias visualizações. A demonstração de exemplos de visualizações eficazes e ineficazes também proporcionou arcabouço teórico para que os estudantes pudessem estabelecer parâmetros que os permitiam oferecer feedbacks sobre visualizações de dados mesmo sem ter experiência empírica para tal.

Assim como demonstrado por Briney (2018) e Tønnessen (2020), a reflexão é um dos principais fundamentos para a construção de uma competência. Juntamente com a leitura, o reconhecimento, a prática e o aperfeiçoamento, a atividade crítica não foi abordada pelas outras duas disciplinas, porém constitui uma etapa essencial no que se refere ao processo de aprendizagem e aperfeiçoamento das habilidades relacionadas à visualização de dados.

Ainda que não se tenha notícias de serviços de visualização de dados sendo oferecidos por bibliotecas de pesquisa brasileiras, é possível notar uma movimentação que pode fundamentar o seu desenvolvimento nos próximos anos. As disciplinas relacionadas aos dados e à sua visualização poderão fazer-se presentes e ganhar destaque nas universidades e centros de pesquisa conforme o potencial e a relação desses serviços com as bibliotecas for discutido e requerido pelos usuários.

As 27 disciplinas que abordam a visualização de dados representam representam uma mudança incipiente, mas significativa, no fazer do profissional bibliotecário e demonstram a capacidade que esses profissionais possuem de se reinventar e de aderir às intempéries e mudanças no âmbito informacional.

O Brasil pode não representar a vanguarda no oferecimento de serviços de visualização de dados quando comparado à realidade de outros países. Porém, deve-se considerar as diferenças presentes na formação dos profissionais e a disparidade de estímulos e financiamento para a construção e desenvolvimento não só de serviços, mas também para as competências dos profissionais e usuários que carecem de habilidades para desenvolver suas pesquisas e analisar seus dados com melhor infraestrutura.

A análise dos programas de formação dos bibliotecários brasileiros evidencia uma lacuna significativa na integração de competências voltadas à visualização de dados, crucial para o desenvolvimento profissional na era digital. A escassez de disciplinas específicas e a superficialidade com que o tema é tratado nas grades curriculares indicam a necessidade de reformulação e atualização dos cursos de Biblioteconomia. Assim, torna-se imperativo não apenas reconhecer essas deficiências, mas também agir de maneira proativa para suprir essas necessidades.

Como apontado por Bawden e Robinson (2012), as demandas tecnológicas exigem a requalificação contínua dos profissionais da informação. Andrade e Fonseca (2016) reforçam a necessidade de capacitação constante para acompanhar as mudanças no ambiente informacional. Além disso, Tenopir *et al*. (2017) destacam a crescente importância da gestão de dados, que requer uma reformulação urgente dos currículos em Biblioteconomia.

A análise da formação dos bibliotecários brasileiros no que se refere à visualização de dados evidencia importantes lacunas e oportunidades de desenvolvimento nas práticas educacionais. Esses resultados reforçam a necessidade de adaptações curriculares e capacitações contínuas para que esses profissionais possam atender às demandas emergentes numa ciência orientada por dados.

Considerações Parciais ou Finais

A análise preliminar realizada neste estudo destaca os primeiros avanços e desafios na integração de competências relacionadas à visualização de dados no currículo de formação de bibliotecários no Brasil. A investigação revelou que, dos 66 cursos de Biblioteconomia em atividade, apenas 24 incluem disciplinas que abordam, de alguma forma, a visualização de dados. Este número indica uma movimentação inicial em direção à incorporação de habilidades essenciais para a prática profissional contemporânea.

Os resultados da análise das ementas e planos de ensino das disciplinas indicam que apenas três cursos oferecem disciplinas especificamente voltadas para a visualização de dados, todas elas de caráter eletivo. Este fato ressalta a necessidade de tornar obrigatória a formação em visualização de dados, garantindo que todos os futuros bibliotecários adquiram essas competências.

Apesar dos progressos observados, é evidente a existência de uma lacuna significativa na formação dos bibliotecários, especialmente no que tange à integração de disciplinas que vão além do caráter técnico e tradicional. Para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais orientado por dados, é crucial que as instituições de ensino adaptem seus currículos, promovendo uma educação que inclua a gestão, análise e visualização de dados como componentes centrais.

Em suma, a formação em visualização de dados deve ser ampliada e fortalecida para preparar os bibliotecários para as demandas emergentes da ciência da informação e das novas tecnologias. A continuidade e expansão desse movimento são fundamentais para garantir que os profissionais da informação possam desempenhar plenamente seu papel no suporte à pesquisa científica e à gestão de dados, contribuindo de maneira significativa para o avanço do conhecimento.

Diante da importância teórica e prática da visualização de dados discutida ao longo deste trabalho, fica claro que sua presença nos currículos de formação de bibliotecários não pode ser apenas pontual ou marginal. Ao contrário, trata-se de um eixo central, que conecta o domínio técnico à mediação informacional e ao pensamento crítico. Desenvolver essa competência é fundamental para que o bibliotecário atue de forma ativa e qualificada na leitura, interpretação e produção de visualidades informacionais nos diversos contextos digitais.

Referências

Andrade, V., & Fonseca, A. (2016). Formação continuada do bibliotecário: a importância da capacitação na área da informática para o profissional da informação. Encontros Bibli:

Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 21(47), 124–144.

Bawden, D., & Robinson, L. (2012). Introduction to information science. Facet Publishing.

Bonetti, L. G. (2019). Serviços de gestão de dados de pesquisa em bibliotecas universitárias brasileiras (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília).

Börner, K., Bueckle, A., & Ginda, M. (2019). Data visualization literacy: Definitions, conceptual frameworks, exercises, and assessments. Proceedings of the National Academy of Sciences, 116(6), 1857–1864.

Börner, K., et al. (2016). Investigating aspects of data visualization literacy using 20 information visualizations and 273 science museum visitors. Information Visualization, 15(3).

Borgman, C. (2010). Research data: Who will share what, with whom, when, and why? In Proceedings of the 5th China-North American Library Conference (Beijing, 2010).

Boy, J., et al. (2014). A principled way of assessing visualization literacy. IEEE Transactions on Visualization and Computer Graphics, 20(12), 1963–1972.

Briney, K. A. (2018). Gaining competency: Learning to teach data visualization. Journal of eScience Librarianship, 7(1).

Cairo, A. (2012). The functional art: An introduction to information graphics and visualization. New Riders.

Carlson, J., et al. (2011). Determining data information literacy needs: A study of students and research faculty. Portal: Libraries and the Academy, 11(2), 629–657.

Cruz, M. (2023). Analysis of sociodemographic factors influencing students' data visualization literacy (Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa).

D'Ignazio, C., & Bhargava, R. (2020). Data visualization literacy: A feminist starting point. In M. Engebretsen & H. Kennedy (Eds.), Data visualization in society. Amsterdam University Press.

D'Ignazio, C., & Klein, L. (2016). Feminist data visualization. In Workshop on Visualization for the Digital Humanities (VIS4DH). IEEE.

Freire, P. (2013). Pedagogia do oprimido. Paz e Terra.

Hattwig, D., Bussert, K., Medaille, A., & Burgess, J. (2013). Visual literacy standards in higher education: New opportunities for libraries and student learning. Portal: Libraries and the Academy, 13(1).

Koltay, T. (2017). Data literacy for researchers and data librarians. Journal of Librarianship and Information Science, 49(1), 3–14.

Lee, S., Kim, S., & Kwon, B. C. (2016). Vlat: Development of a visualization literacy assessment test. IEEE Transactions on Visualization and Computer Graphics, 23(1), 551–560.

Lee, S., et al. (2019). The correlation between users' cognitive characteristics and visualization literacy. Applied Sciences, 9(3), 488.

Regly, T. (2021). Visualização de dados governamentais abertos: aportes para análise de plataformas (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Regly, T. (2022). Literacia visual no rol de competências do bibliotecário: um levantamento bibliográfico acerca das habilidades de mediação desenvolvidas a partir dos dados de pesquisa. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 18(2), 1–15.

Reis, M. J. (2019). Ciência de dados e ciência da informação: guia para alfabetização de dados para bibliotecários (Dissertação de Mestrado Profissional, Universidade Federal de Sergipe).

Rice, R., & Southall, S. (2016). The data librarian's handbook. Facet Publishing.

Schwabish, J. (2021). Better data visualizations: A guide for scholars, researchers, and wonks. Columbia University Press.

Semeler, A. R., & Pinto, A. L. (2019). Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. Ciência da Informação, 48(1), 130–129.

Semeler, A. R., Pinto, A. L., & Rozados, H. B. F. (2019). Data science in data librarianship: Core competencies of a data librarian. Journal of Librarianship and Information Science, 51(3), 771–780.

Shreiner, T. L. (2017). Data literacy for social studies: Examining the role of data visualizations in K–12 textbooks. Theory & Research in Social Education, 46(2).

Tenopir, C., et al. (2017). Research data services in European academic research libraries. LIBER Quarterly, 27(1), 23–44.

Tønnessen, E. S. (2020). What is visual-numeric literacy, and how does it work? In M.

CIÊNCIA ABERTA EM ANGOLA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA À LUZ DO ACESSO ABERTO

João Evangelista Huvi, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal, Orcid: 0000-0003-2072-5693, joao.e.huvi@campus.ul.pt

Maria Manuel Borges, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, CEIS20, Portugal, Orcid: 0000-0002-7755-6168, mmb@fl.uc.pt

Jorge Revez, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, Portugal, Orcid: 0000-0002-3058-943X, jrevez@edu.ulisboa.pt

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6657

Introdução

A ciência, enquanto empreendimento humano coletivo, encontra-se em constante transformação. No contexto africano, particularmente em Angola, a produção científica enfrenta desafios históricos estruturais, dos quais destacam-se as limitações de acesso a infraestruturas, escassez de financiamento, défices na formação de quadros e uma reduzida cultura científica. No entanto, perante tais dificuldades, o movimento pelo Acesso Aberto (AA) emerge como uma via estratégica para democratizar o conhecimento científico, mitigar desigualdades epistémicas e reposicionar os países do Sul Global no cenário da ciência mundial. O presente trabalho resulta de uma investigação de doutoramento em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra, que visa o estudo exploratório da Ciência aberta em África, com

particular ênfase na realidade angolana. O objetivo geral é refletir sobre os principais desafios e oportunidades associados à produção científica em Angola, problematizando a sua relação com as dinâmicas da ciência aberta.

O estudo procura atingir os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o atual estado da produção científica em Angola, à luz de uma análise sobre o acesso, a visibilidade e o impacto da investigação produzida localmente;

- Identificar os principais desafios estruturais, económicos e políticos que afetam a adoção do Acesso Aberto no país;

- Analisar as oportunidades emergentes a partir das dinâmicas da ciência aberta, com destaque para os repositórios institucionais, redes de cooperação científica e políticas públicas;

- Contribuir, a partir de uma abordagem crítica, para a construção de um ecossistema científico angolano mais inclusivo e justo.

Referencial Teórico

A Ciência Aberta representa um novo paradigma que visa tornar a produção científica acessível, colaborativa e transparente ((UNESCO, 2021). Na sua essência, o Acesso Aberto propõe a democratização da informação científica através da eliminação de barreiras económicas e legais. A Ciência Aberta representa a ideia de publicação rápida, que permite a difusão dinâmica da informação produzida (Jomier, 2017). Outros autores (Grand et al., 2012) prosseguem nesta linha, defendendo que, com a abertura e a disponibilização de todo o processo de investigação, a Ciência Aberta abre espaço para o alcance destes resultados, pois aquelas comunidades teriam dificuldades em alcançá-la, por falta de recursos ou ferramentas de divulgação da informação. Para que se cumpra, oi modelo FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable) reforça este propósito (Chiware & Skelly, 2022), ao sugerir princípios que assegurem que os dados científicos sejam partilháveis e reutilizáveis. No contexto africano, o AA é também um instrumento de descolonização do saber, oferecendo aos países do Sul Global a possibilidade de partilhar, preservar e valorizar a sua própria produção intelectual (Gungula, 2022b). Em Angola, iniciativas como a parceria com a UNESCO e o projeto AmeliCA visam consolidar infraestruturas de apoio à ciência aberta e fomentar a criação de um repositório digital nacional. Estas iniciativas, embora incipientes, mostram um caminho promissor na direção da visibilidade científica global (UNESCO et al., 2020).

Saliente-se que o referencial teórico que fundamenta esta investigação assenta em autores que discutem o AA em África e Angola sob diferentes perspetivas — políticas públicas (Chiware & Skelly, 2022), práticas académicas e infraestruturais (AmeliCA et al., 2021); (UNESCO et al., 2020), redes regionais (Mwelwa et al., 2020), e estratégias de inserção científica (Gungula, 2022a) — compondo um quadro crítico e propositivo para a transformação do ecossistema científico nacional angolano

Procedimentos Metodológicos

Para a elaboração do nosso trabalho, foi desenhada uma metodologia que consiste na análise documental/revisão de literatura, inquéritos por questionário e por entrevista. Partimos da identificação do tipo de pesquisa que, para este trabalho, será centrado numa pesquisa qualitativa de cunho exploratório e descritiva, que procura descrever as características do objeto de estudo; é também exploratória no sentido de termos de partir da recolha de dados a partir de páginas Web das bibliotecas, sites das universidades, centros de investigação, bases de dados especializadas, com vista a uma melhor familiaridade com a temática em questão. A opção pela pesquisa exploratória nesta investigação é motivada pela pouca literatura disponível sobre a temática na realidade angolana.

A análise documental constituirá a base fundamental e o ponto de partida da presente investigação, ajudando a compreender o universo da pesquisa e o estado atual da Ciência Aberta em Angola.

O inquérito por questionário constituirá a técnica de auditoria e auscultação da população que compõe o nosso universo de análise, de forma síncrona e assíncrona. As duas modalidades prendem-se com a necessidade de se obter um universo mais amplo de inquiridos, tendo em conta a realidade nacional e a dificuldade de alcançar determinados investigadores, promotores de instituições ou membros do governo, delegados ao apoio às iniciativas da ciência aberta, como é o caso dos funcionários do Ministério do Ensino Superior angolano.

Com as entrevistas, pretendemos caracterizar, em detalhe, as experiências individuais da familiaridade dos participantes com a Ciência Aberta, com o objetivo de compreender, como os indivíduos, ainda que de forma involuntária, se apropriam das iniciativas da Ciência Aberta, nas suas atividades académico-científicos; e o valor que estas iniciativas representam na comunidade.

Resultados Parciais

Produção científica em Angola

Apesar do crescimento da produção científica nacional, esta não é suficiente para satisfazer as exigências de um país em processo de consolidação académica. A predominância da investigação na Universidade Agostinho Neto é sintomática de um sistema concentrado e pouco diversificado. A ausência de políticas públicas robustas, a falta de incentivos à publicação científica, a precariedade tecnológica e a fraca literacia informacional representam entraves significativos à consolidação do AA. A inexistência de um repositório nacional, aliado à baixa adesão ao auto-armazenamento e às revistas de acesso aberto, resulta numa visibilidade internacional limitada da produção científica angolana.

As limitações tecnológicas são particularmente preocupantes. O acesso à internet, condição sine qua non para a inserção no movimento do AA, continua a ser escasso e desigual no território angolano. Esta carência impede a plena participação das instituições e investigadores na rede global do conhecimento. Além disso, verifica-se uma fragmentação de esforços entre universidades e centros de investigação, que, apesar de algumas iniciativas isoladas, carecem de uma estratégia nacional articulada e sustentada.

O quadro, embora desafiante, não é desprovido de sinais de esperança. Angola tem participado em redes regionais como a African Open Science Platform e beneficiado de projetos como o AmeliCA, que promovem a ciência aberta no contexto ibero-americano e africano. Em colaboração com a Universidade Autónoma do Estado do México, a UNESCO e o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), têm sido promovidas formações, seminários e propostas para a criação de infraestruturas digitais de suporte ao AA. Estas iniciativas, embora limitadas, representam oportunidades concretas para impulsionar o desenvolvimento científico nacional.

Destaca-se também o papel da Redalyc e do projeto AmeliCA, que oferecem alternativas sustentáveis para a publicação académica, com base na não mercantilização do conhecimento. A implementação de uma política nacional de Acesso Aberto e de um Repositório Digital Nacional poderá incrementar o património científico e tecnológico angolano e garantir a sua preservação e disseminação. Como assinala Gungula (2022), a articulação entre o Projeto de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (PDCT), o Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE) e outras instituições formativas será fundamental para promover a qualidade e visibilidade das publicações científicas angolanas.3.4. O papel das universidades e das bibliotecas universitárias.

O Repositório Angolano de Acesso Aberto (RANAA)[1] foi oficialmente lançado a 12 de junho de 2024, durante a I Conferência sobre Ciência Aberta da CPLP, com apoio do MESCTI, Binary.ao, UNESCO e Redalyc. O objetivo da plataforma é reunir e disponibilizar toda a produção intelectual científica angolana num único ponto de acesso centralizado, alinhado com princípios FAIR e de ciência aberta (CPLP, 2024)

Entretanto, um ano após o lançamento, o raNAA ainda **não está funcional**, por falta de domínio público ativo e ausência de estatísticas

de utilização visíveis (RANAA, 2024CPLP, 2024) Além disso, menos de 25 % das IES angolanas adotaram políticas institucionais de AA.

Barreiras ao Acesso Aberto em Angola

A inexistência de infraestruturas digitais adequadas, como rede estável de internet, representa uma limitação severa à participação plena das instituições angolanas no movimento global da Ciência Aberta (Quadro 1).

Quadro 1 - Barreiras identificadas ao AA em Angola

Dimensão	Barreiras identificadas
Tecnológica	Conectividade fraca; ausência de domínio ativo e operacional do raNAA
Financeira	Recursos limitados para revistas, formação e manutenção técnica
Institucional	Políticas de AA fracas ou inexistentes nas IES
Cultural	Baixo nível de literacia informacional; resistência institucional à partilha

Iniciativas de Ciência Aberta em Angola

Angola tem-se integrado em redes como AmeliCA/Redalyc, LIBSENSE e African Open Science Platform, com o propósito de fortalecer as capacidades técnico-científicas e fomentar colaborações internacionais. O avanço institucional inclui o Decreto 67/19 e a criação da FUNDCIT em 2021, essenciais para o apoio institucional ao desenvolvimento científico. O RANAA, ainda que com limitações operacionais, simboliza uma plataforma potencial para articular toda a produção científica nacional sob o princípio do AA.

Iniciativas relevantes no contexto da Ciência Aberta em Angola

O Quadro 2 sistematiza algumas iniciativas promotoras do Acesso Aberto em Angola.

Quadro 2 - Iniciativas para o AA em Angola

Iniciativa	Descrição
RANAA (2024–)	Repositório Angolano de Aceso Aberto, ainda com funcionamento limitado
AmeliCA / Redalyc	Rede ibero-americana de revistas em AA (parceria com MESCTI, UNESCO)
LIBSENSE / African OSP	Capacitação técnica e institucional para AA nas IES
Decreto 67/19 / FUNDCIT	Estrutura legal e mecanismos de financiamento à investigação científica

Estas iniciativas representam potenciais instrumentos de superação dos obstáculos detetados, mas até ao momento operam sem uma estratégia nacional coerente e articulada.

Consciência Institucional sobre Acesso Aberto

Dados colhidos indicam que cerca de 65 % das Instituições de ensino superior (IES), entrevistadas em 2021, tinham conhecimento moderado a elevado sobre AA; contudo, apenas sete publicavam revistas institucionais em acesso aberto. Essa discrepância entre conhecimento e prática revela uma lacuna entre intenção e operacionalização.

Recursos Humanos e Formação Académica

Os dados do MESCTI (2016–2021) evidenciam crescimento no número de doutores (639 → 1 543) e mestres (1 814 → 2 906), ainda que a predominância de licenciados se mantenha, sobretudo nas IES privadas. Essa composição reflete uma insuficiente formação de quadros avançados, o que afeta a produção de investigação de qualidade (MESCTI, 2019; MESCTI, 2020).

O Quadro 3 apresenta os Investigadores por grau académico (2016–2021):

Quadro 3 - Investigadores por grau académico (2016–2021)

Ano	Doutores	Mestres	Licenciados	Total
2016	639	1 814	4 473	6 926
2021	1 543	2 906	4 504	8 953

Políticas Públicas e Financiamento

O Decreto 67/19 e a FUNDCIT[2], criada em 2021, representam marcos legislativos e institucionalização da política científica em Angola. No entanto, a execução prática dos programas de financiamento, incentivo à publicação em AA e fortalecimento institucional continua insuficiente. A inexistência de políticas internas robustas dentro das IES e a fragmentação das ações mantêm o acesso aberto como um ideal ainda por consolidar.

Apesar do crescimento quantitativo na produção científica, sobretudo pelos esforços de capacitação de doutores e mestres, essa evolução ainda está aquém das exigências de consolidação académica. A centralização da investigação na Universidade Agostinho Neto expõe a concentração e falta de diversificação. A ausência de políticas públicas robustas, associada à carência de literacia informacional e de infraestruturas tecnológicas, impede a consolidação do AA e limita significativamente a visibilidade internacional da produção científica angolana.

A integração progressiva em redes internacionais e programas como AmeliCA, LIBSENSE e a colaboração com a UNESCO e Redalyc constituem oportunidades concretas para fortalecer o sistema nacional. É essencial articular esforços institucionais, como o PDCT, INAGBE e as universidades, para promover qualidade e visibilidade às publicações nacionais (Gungula, 2022a).

A implementação e a operacionalização plena do RANAA, acompanhada de políticas institucionais obrigatórias, formação contínua e incentivos reais para publicação em AA, revela-se urgente e estratégica.

Discussão dos Resultados à Luz dos Objetivos

No que respeita ao primeiro objetivo — compreender o atual estado da produção científica em Angola — os dados apresentados nos anuários estatísticos do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) evidenciam um crescimento modesto, mas progressivo, do número de investigadores doutores e mestres entre 2016 e 2021. Realçamos que, embora a presença de mestres tenha aumentado, a proporção de doutores permanece insuficiente para sustentar uma produção científica robusta e de impacto internacional.

Relativamente ao segundo objetivo — identificar os principais desafios estruturais, económicos e políticos à adoção do Acesso Aberto — as respostas dos investigadores confirmam a existência de múltiplas barreiras. Destacam-se a fragilidade das infraestruturas tecnológicas, o reduzido financiamento público e a limitada formação em literacias informacionais. A ausência de políticas institucionais claras sobre Acesso Aberto e a inexistência de orientações técnicas para submissão e partilha de dados científicos agravam o cenário. Tais lacunas são corroboradas pelos relatos obtidos nos inquéritos aplicados aos docentes e pelas estatísticas sobre o investimento nacional em ciência.

No tocante ao terceiro objetivo — analisar as oportunidades emergentes decorrentes da Ciência Aberta — o estudo revela sinais encorajadores. O lançamento de repositórios institucionais, como os promovidos por algumas universidades angolanas, e a adesão parcial ao movimento LIBSENSE constituem passos significativos. Adicionalmente, os decretos presidenciais que regulamentam o sistema científico nacional, a criação da FUNDCIT e a elaboração de planos como o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) e a ENCTI 2025, demonstram a existência de uma arquitetura normativa favorável à transformação. Contudo, é urgente operacionalizar estas iniciativas e garantir mecanismos de avaliação contínua e incentivos efetivos à publicação em acesso aberto.

Considerações Parciais ou Finais

É imperativo que Angola desenvolva políticas públicas sólidas e sustentáveis de apoio à ciência aberta, promova a formação contínua de investigadores, e invista na criação de infraestruturas digitais. A participação ativa em redes internacionais e regionais deve ser encorajada como estratégia de integração e cooperação científica. O Acesso Aberto não é apenas uma oportunidade de desenvolvimento

académico, mas também um instrumento de justiça cognitiva e social.

Este trabalho defende que o futuro da produção científica angolana depende da capacidade de articulação entre os diversos atores — governo, instituições de ensino, sociedade civil e parceiros internacionais — para tornar o conhecimento científico verdadeiramente acessível, inclusivo e útil para o desenvolvimento do país.

Referências Bibliográficas

AmeliCA, Redalyc, & UAN. (2021). *Angola e o Acesso Aberto*. http://amelica.org/index.php/pt/2021/08/09/a-parceria-entre-a-redalyc-uaem-a-universidade-oscar-ribas-da-angola-e-amelica-dirigida-pela-unesco-busca-promover-a-adocao-de-uma-estrategia-nacional-de-acesso-aberto-e-dados-abertos-na-angola/

Chiware, E. R. T., & Skelly, L. (2022). Open Science in Africa: What policymakers should consider. *Frontiers in Research Metrics and Analytics*, *7*. https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/frma.2022.950139

CPLP. (2024, junho 12). *Conferência sobre Ciência Aberta na CPLP*. FCCN INDICO (Indico). https://indico.fccn.pt/event/40/

Grand, A., Wilkinson, C., & Winfield, A. F. T. (2012). *Ciência Aberta: Uma Nova "Tecnologia de Confiança"? - Ann Grand, Clare Wilkinson, Karen Bultitude, Alan FT Winfield, 2012*. https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1075547012443021

Gungula, E. W. (2022a). Editorial: A pertinência da promoção do acesso aberto à informação científica de Angola. *SAPIENTIAE*, *7*(2), Artigo 2. https://doi.org/10.37293/sapientiae72.01

Gungula, E. W. (2022b). Editorial: A relevância da colaboração do sul global no fortalecimento do acesso aberto: os sinais desse processo em Angola. *SAPIENTIAE: Revista de Ciencias Sociais, Humanas e Engenharias*, *8*(1), 2–3. https://www.redalyc.org/journal/5727/572773664001/

Jomier, J. (2017). Open science – towards reproducible research. *Information Services & Use*, *37*(3), 361–367. https://doi.org/10.3233/ISU-170846

MESCTI, A. (2019). *Anuário Estatístico do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação-Junho 2019 Anuário*. https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTUyODc=

MESCTI, A. (2020, 2021). *Publicação do Ensino Superior 2020—2021-Janeiro 2025 Anuário*. https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MzUzMzc=

Mwelwa, J., Boulton, G., Wafula, J. M., & Loucoubar, C. (2020). Developing Open Science in Africa: Barriers, Solutions and Opportunities. *Data Science Journal*, *19*(1), 31. https://doi.org/10.5334/dsj-2020-031

RANAA. (2024). *Repositório Angolano de Acesso Aberto*. https://ranaa.gov.ao/home. https://ranaa.gov.ao/home

UNESCO. (2021). *Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta—UNESCO Digital Library*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por

UNESCO, Redalyc, MESCTI, UAEM, & UÕR. (2020). *Acesso Aberto e Dados Abertos para Angola*. http://e-learning.amelica.org/

[1] Repositório angolano de Acesso Aberto. Disponível em: https://ranaa.gov.ao/statistics .
[2] FUNDECIT: Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: https://fundecit.ao/ .

TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DA EDUCAÇÃO BIBLIOTECOLÓGICA EM CUBA: CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DO SCOPUS

Eduardo Alejandro Hernández Alfonso, Universidad Nacional Autónoma de México – Universidad de Granada, 0000-0002-6446-1653, México - España, eahernandez1990@gmail.com

Luis Ernesto Paz Enrique, Universidad Nacional Autónoma de México – Universidad de Granada, México - España, 0000-0001-9214-3057, México - España, luisernestopazenrique@gmail.com

DOI:https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6864

Resumo expandido

A presente comunicação inscreve-se no esforço de visibilizar e compreender o desenvolvimento científico da educação biblioteconômica em Cuba, por meio da análise de sua produção acadêmica registrada na base de dados Scopus. Em um contexto em que a circulação do conhecimento, sua indexação e visibilidade internacional tornaram-se parâmetros dominantes para avaliar a maturidade dos campos disciplinares, torna-se necessário interrogar os modos pelos quais a ciência cubana se insere nesses circuitos de reconhecimento global, particularmente em uma área como a biblioteconomia, caracterizada por sua hibridação teórico-metodológica e vocação social.

A educação biblioteconômica em Cuba possui uma trajetória institucional que remonta à metade do século XX, inicialmente vinculada a modelos formativos de natureza técnica e, posteriormente, a processos de profissionalização universitária. A Universidade de Havana, por meio de sua Faculdade de Comunicação e do Departamento de Ciências da Informação, tem sido o principal espaço de articulação acadêmica e científica na área. Apesar dessa continuidade institucional, o exame sistemático de sua produção científica a partir de plataformas bibliométricas internacionais tem sido escassamente desenvolvido, o que constitui uma lacuna no conhecimento sobre as formas pelas quais o saber biblioteconômico cubano é construído, legitimado e projetado na esfera internacional.

Este estudo tem como objetivo caracterizar a produção científica cubana no campo da educação biblioteconômica a partir dos documentos indexados na Scopus, considerando indicadores como a evolução temporal das publicações, os autores mais produtivos, as instituições de afiliação, os periódicos selecionados, os idiomas de publicação e as principais temáticas abordadas. Essa cartografia do conhecimento não apenas oferece uma visão quantitativa, como também possibilita uma interpretação crítica das lógicas de visibilidade, das hierarquias do saber e dos mecanismos de inclusão/exclusão que operam nos sistemas internacionais de avaliação científica.

A metodologia adotada inscreve-se no campo da bibliometria, com uma abordagem descritiva que reconhece tanto o valor informativo dos indicadores quanto suas limitações em captar a complexidade dos processos acadêmicos em contextos periféricos. A busca foi realizada mediante termos-chave em três idiomas, filtrando por afiliação institucional cubana e por áreas temáticas relacionadas à educação, biblioteconomia e ciência da informação. Selecionou-se o período entre os anos 2000 e 2024, com o objetivo de captar uma série histórica suficiente que permita observar tendências sustentadas e rupturas significativas.

Os resultados revelam uma produção moderada, com picos de maior produtividade em determinados períodos coincidentes com eventos acadêmicos regionais ou chamadas editoriais internacionais. Observa-se uma concentração institucional em torno da Universidade de Havana, embora também haja contribuições de outras universidades provinciais e centros de pesquisa. Em termos

de autoria, destacam-se pesquisadores com trajetória consolidada, cujas publicações lograram articular continuidade temática com abertura a novas linhas de investigação.

Um dos achados mais relevantes é a persistência de uma matriz temática centrada na formação por competências, na alfabetização informacional, na gestão do conhecimento em ambientes educacionais e na aplicação de tecnologias digitais. Essa focalização responde a necessidades concretas do sistema educacional cubano e, ao mesmo tempo, dialoga com debates internacionais sobre renovação curricular, inclusão digital e mediação pedagógica. Também se identificam estudos sobre desenvolvimento de coleções, comportamento informacional, preservação digital e avaliação de serviços bibliotecários, o que indica uma diversificação progressiva do campo.

No que diz respeito aos periódicos de publicação, observa-se uma preferência por revistas ibero-americanas indexadas na Scopus, especialmente do Brasil, Colômbia, Espanha e México. A presença em periódicos de língua inglesa é menor, o que evidencia certas barreiras linguísticas e editoriais à internacionalização. No entanto, a escolha de revistas em espanhol com ampla difusão regional permite estabelecer pontes com comunidades acadêmicas afins e reforçar a circulação de saberes no Sul Global. Em relação aos idiomas de publicação, o predomínio do espanhol é nítido, embora existam contribuições em inglês e português, sugerindo uma incipiente abertura multilíngue.

A colaboração internacional é limitada. Identificam-se coautorias com pesquisadores da América Latina e da Espanha, mas a articulação com redes globais permanece incipiente. Essa situação reflete tanto restrições materiais quanto lógicas de legitimação acadêmica que tendem a reproduzir desigualdades centro-periferia. Todavia, as experiências de colaboração regional evidenciam uma potencialidade que poderia ser explorada para fortalecer a presença internacional do campo biblioteconômico cubano.

A análise dos resultados permite também identificar certas tensões entre os marcos institucionais de formação e as expectativas de produção científica. A consolidação de linhas de pesquisa nem sempre se traduz em uma estratégia de publicação internacional sustentada, o que evidencia um descompasso entre a investigação como prática formativa e sua tradução em resultados publicáveis segundo critérios internacionais. Esse descompasso também pode ser interpretado como uma forma de resistência às lógicas hegemônicas da ciência global.

O contexto político cubano tem incidido de forma significativa nos processos de produção e socialização científica, afetando negativamente a visibilidade internacional do conhecimento gerado no país. As restrições à livre circulação de ideias, as limitações para estabelecer vínculos sustentados com redes acadêmicas estrangeiras e a concentração do controle editorial em instituições estatais têm restringido a diversidade e a competitividade do campo biblioteconômico. Além disso, a ausência de políticas estáveis de avaliação científica e o limitado acesso a recursos tecnológicos e financeiros aprofundaram a desconexão com os padrões internacionais. Em conjunto, essas condições estruturais contribuíram para o atraso relativo da pesquisa em biblioteconomia em Cuba, não por ausência de talento acadêmico, mas pelas barreiras sistêmicas que desestimulam a inovação e a colaboração global.

LITERACIA DIGITAL: desafios e conquistas da comunidade sénior do Município de Valongo

Alice Santos, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), Portugal, 2210736@iscap.ipp.pt

Inês Braga, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), ORCID: 0000-0001-5278-9363, Portugal, inesbraga@iscap.ipp.pt

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6750

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Património)

Resumo

A transformação digital tem vindo a alterar profundamente o modo de vida e de interação social, colocando novos desafios às comunidades mais vulneráveis, entre as quais, a população sénior, grupo geralmente afastado do universo tecnológico, correndo o risco de exclusão no acesso à informação, aos serviços públicos, à comunicação e à vida cívica, áreas essenciais para a sua integração na sociedade e para o exercício pleno de cidadania.

Como pressuposto desta investigação, está a ideia de que a baixa literacia digital na população sénior pode ser explicada através da combinação de fatores socioculturais, educacionais e emocionais, onde, por exemplo, a falta de oportunidades de formação ao longo da vida, o medo de errar no que respeita ao uso das novas tecnologias, ou mesmo as crenças culturais que associam a perda de capacidades ao envelhecimento natural dos indivíduos são fatores importantes (Bastos,2018, p. 72). Neste contexto, a biblioteca pública assume um papel crucial na mitigação da infoexclusão (Gómez-Hernández, 2002, pp. 229-237).

De acordo com a UNESCO (s.d), a literacia digital é entendida como a capacidade de aceder, gerir, compreender, integrar, comunicar, avaliar e criar informação de forma segura e adequada através de tecnologias digitais, algo essencial para acompanhar a evolução digital do séc. XXI. Perante o preocupante aumento da desinformação, sobretudo digital, a necessidade crescente de formação de indivíduos autónomos e com capacidade crítica no uso da informação, é cada vez mais premente.

Num contexto herdeiro da sociedade em rede (Castells, 1996, pp. 21-22) onde a informação circula em rede e em tempo real, a um ritmo e quantidades vertiginosos, ter literacia digital é fundamental para qualquer cidadão. O envelhecimento populacional, aliado à rápida evolução tecnológica, tem vindo a evidenciar um fosso geracional no acesso às TIC. Tal facto cria barreiras que dificultam a plena integração dos seniores na sociedade que se quer cada vez mais dinâmica e interventiva socialmente, pelo que importa trabalhar nessa área. De acordo com Bastos (2018, pp. 66, 72), a idade, o declínio cognitivo, o medo do erro e a falta de motivação estão entre os principais fatores que limitam a inclusão digital dos mais velhos.

Para dar resposta a este problema, as bibliotecas, como espaços abertos a todos os cidadãos, devem ser inclusivas, atrair públicos geralmente menos contemplados na sua ação, tais como os seniores, e dar resposta às suas necessidades, enfim, tal como afirmam Gomez-Hernández, (2002, pp. 229-231), não se devem preocupar só com os leitores reais, mas também com os potenciais. É que, no contexto atual, as bibliotecas públicas, enquanto instituições formativas e democráticas, têm sido chamadas a assumir novas funções, nomeadamente a de espaços facilitadores da inclusão digital, onde o Profissional da Informação (PI) atua como mediador, educador e agente de transformação (Braga, 2013).

Feito este enquadramento, os objetivos desta investigação realizada na Biblioteca Municipal de Valongo (BMV) são identificar o grau de literacia digital da população sénior do concelho e propor ações formativas que

promovam a sua inclusão digital, respeitando as especificidades e necessidades próprias dos idosos.

A abordagem metodológica é quantitativa e descritiva e a técnica de recolha de dados é um questionário ministrado à referida população sénior com vista a analisar a sua relação com as tecnologias digitais e o domínio das mesmas. Para o efeito recorreu-se ao *Microsoft Forms*, tendo sido assegurada a recolha ética dos dados fornecidos pelos inquiridos, incluindo a disponibilização de um termo de consentimento informado. Os dados foram organizados e analisados com recurso ao *Microsoft Excel*, permitindo o cruzamento de variáveis como a escolaridade, os hábitos de utilização tecnológica, o nível de autonomia, o interesse na formação e as perceções sobre a utilidade da literacia digital.

Os resultados dos questionários revelaram que a baixa escolaridade e a ausência de hábitos tecnológicos constituem fortes entraves à literacia digital da população inquirida. No entanto, observou-se um uso expressivo de redes sociais, com uma maioria a usar o *Facebook* e uma minoria o *WhatsApp*, sendo utilizados maioritariamente para comunicação com familiares. Muitos participantes indicaram dificuldades de navegação em portais oficiais, havendo cerca de 32% que afirma não utilizar qualquer *site* e sendo o do Serviço Nacional de Saúde 24 o mais procurado, ainda assim, por uma minoria de cerca de 22% dos inquiridos. Os participantes também referiram desconhecimento de práticas básicas de segurança digital, nomeadamente o uso de palavras-passe seguras. De referir ainda que, embora reconheçam a importância da formação em TIC, apenas uma minoria demonstrou disponibilidade efetiva para frequentar ações de formação. Os dados apontam para uma resistência emocional à aprendizagem digital, confirmando a necessidade de abordagens formativas mais empáticas, ajustadas aos ritmos, motivações e vivências da comunidade em estudo.

Com base nos resultados dos inquéritos, foi elaborada uma proposta de ação de formação intitulada *Sénior Digital: Ativo e Seguro*, adequada ao perfil da população-alvo, prática, acessível e interativa, com conteúdos orientados para as necessidades concretas da população sénior do Concelho de Valongo. A formação está estruturada em 5 módulos temáticos, visando promover a inclusão digital, incentivar a aprendizagem contínua e, simultaneamente, contribuir para a segurança e a autonomia digital da população sénior. Os conteúdos abrangem desde a utilização básica de computadores e telemóveis até à navegação segura na *internet* e nas redes sociais, bem como o acesso a serviços públicos *online*, privilegiando a experiência direta dos formandos, a repetição e o acompanhamento individual.

Concluindo, a investigação confirma que é importante que as bibliotecas municipais conheçam o perfil dos seus utilizadores para melhor os servirem, se assumam como espaços de aprendizagem contínua, fundamentais para combater a infoexclusão e fomentar a literacia digital como direito fundamental de faixas da população mais desprotegidas. Assim, o papel do PI, neste contexto, sairá reforçado enquanto agente de mudança social, com impacto direto na qualidade de vida e na cidadania ativa da população sénior.

Palavras-chave: Literacia digital, seniores, Biblioteca Municipal Valongo, Formação, Profissional da Informação

Digital Literacy: Challenges and Achievements of the Senior Community in Valongo Municipality

Abstract

The digital transformation has profoundly changed the way of life and social interaction, posing new challenges to the most vulnerable communities, including the elderly population, a group generally excluded from the technological universe, running the risk of exclusion in access to information, public services, communication and civic life, areas essential for their integration into society and for the full exercise of citizenship.

The premise of this research is the idea that low digital literacy in the elderly population can be explained by the combination of

sociocultural, educational and emotional factors, where, for example, the lack of opportunities for training throughout life, the fear of making mistakes regarding the use of new technologies, or even cultural beliefs that associate the loss of capabilities with the natural aging of individuals are important factors (Bastos, 2018, p. 72). In this context, the public library assumes a crucial role in mitigating information exclusion (Gómez-Hernández, 2002, pp. 229-237).

According to UNESCO (Sd), digital literacy is understood as the ability to access, manage, understand, integrate, communicate, evaluate and create information in a safe and appropriate manner through digital technologies, something essential to keep up with the digital evolution of the 21st century. Given the worrying increase in misinformation, especially digital misinformation, the growing need to train autonomous individuals with critical capacity to use information is increasingly pressing.

In a context inherited from the networked society (Castells, 1996, pp. 21-22) where enormous amounts of information circulate online and in real time at a dizzying pace, having digital literacy is essential for any citizen. The aging population, combined with rapid technological evolution, has been highlighting a generational gap in access to ICT. This fact creates barriers that hinder the full integration of the elderly into a society that seeks to be increasingly dynamic and socially active, which is why it is important to work in this area. According to Bastos (2018, pp. 66, 72), age, cognitive decline, fear of making mistakes and lack of motivation are among the main factors that limit the digital inclusion of older people.

To address this problem, libraries, as spaces open to all citizens, must be inclusive, attract audiences that are generally less considered in their activities, such as seniors, and respond to their needs. In short, as stated by Gomez-Hernández (2002, 229-231), they should not only be concerned with actual readers, but also with potential ones. In the current context, public libraries, as educational and democratic institutions, have been called upon to take on new roles, namely that of spaces that facilitate digital inclusion, where the Information Professional (IP) acts as a mediator, educator and agent of transformation (Braga, 2013).

Given this framework, the objectives of this research carried out at the Valongo Municipal Library are to identify the level of digital literacy of the elderly population of the municipality and to propose training actions that promote their digital inclusion, respecting the specificities and needs of the elderly.

The methodological approach is quantitative and descriptive and the data collection technique is a questionnaire administered to the aforementioned elderly population with a view to analyzing their relationship with digital technologies and their mastery of them. To this end, Microsoft Forms was used, ensuring the ethical collection of the data provided by the respondents, including the provision of an informed consent form. The data were organized and analyzed using Microsoft Excel, allowing the cross-referencing of variables such as education, technological usage habits, level of autonomy, interest in training and perceptions about the usefulness of digital literacy.

The results of the questionnaires revealed that low education and the lack of technological habits constitute major obstacles to the digital literacy of the population surveyed. However, there was significant use of social networks, with the majority using Facebook and the minority using WhatsApp, which were used mainly to communicate with family members. Many participants reported difficulties in navigating official portals, with around 32% stating that they did not use any website and the National Health Service 24 being the most frequently used, although this was still used by a minority of around 22% of those interviewed. Participants also reported a lack of knowledge of basic digital security practices, namely the use of secure passwords. It is also worth noting that, although they recognize the importance of ICT training, only a minority demonstrated effective availability to attend training actions. The data point to an emotional resistance to digital learning, confirming the need for more empathetic training approaches, adjusted to

the rhythms, motivations and experiences of the community under study.

Based on the research results, a proposal for a training action entitled Digital Senior: Active and Safe was developed, adapted to the profile of the target population, practical, accessible and interactive, with content oriented to the specific needs of the elderly population of the Municipality of Valongo. The training is structured in 5 thematic modules, aiming to promote digital inclusion, encourage continuous learning and, simultaneously, contribute to the safety and digital autonomy of the elderly population. The content covers everything from the basic use of computers and cell phones to safe browsing on the internet and social networks, in addition to access to online public services, prioritizing the direct experience of the trainees, repetition and individual monitoring.

In conclusion, the research confirms that it is important for municipal libraries to know the profile of their users in order to better serve them, and to act as spaces for continuous learning, which are essential to combating information exclusion and promoting digital literacy as a fundamental right for the most vulnerable segments of the population. Thus, the role of IP, in this context, will be strengthened as an agent of social change, with a direct impact on the quality of life and active citizenship of the elderly population.

Key-words: Digital literacy, Seniors, Valongo Municipal Library, Training, Information Professional.

Introdução

A crescente digitalização das sociedades contemporâneas tem reconfigurado a forma como os indivíduos comunicam, acedem à informação, exercem cidadania e interagem com serviços essenciais. Neste contexto, a literacia digital torna-se uma competência fundamental para a inclusão social, económica e cívica. A capacidade de aceder, compreender, avaliar de modo crítico e utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) influencia diretamente o nível de participação dos cidadãos na sociedade contemporânea (Livingstone, Van Couvering & Thumim, 2005, pp. 8, 13).

A literacia digital, no entanto, não se encontra distribuída de forma equitativa na sociedade. Há grupos mais vulneráveis, como a população sénior, que enfrentam barreiras específicas, como limitações físicas e cognitivas, baixos níveis de escolaridade, receio da tecnologia e ausência de formação adequada. Estes fatores contribuem para um fenómeno de exclusão digital, que pode acentuar desigualdades já existentes (Agwenyi, 2024, p. 2665).

A exclusão digital da população sénior é particularmente preocupante quando se considera a crescente digitalização de serviços essenciais como saúde, banca, segurança social e administração pública. A dificuldade ou impossibilidade de aceder autonomamente a estes serviços compromete a autonomia dos idosos e aumenta o risco de isolamento social.

Neste contexto, as bibliotecas públicas assumem um papel central como agentes de inclusão digital. Além de promoverem o acesso gratuito à informação, constituem espaços privilegiados de aprendizagem ao longo da vida, de convivência intergeracional e de capacitação comunitária.

A presente investigação resulta de um estágio curricular realizado na Biblioteca Municipal de Valongo (BMV), enquadrado no curso de Ciência da Informação do ISCAP. A experiência teve como objetivo central diagnosticar o nível de literacia digital da população sénior do Município, compreender as suas necessidades e expectativas e desenhar uma proposta formativa adequada, com base nos princípios da inclusão, equidade e aprendizagem significativa.

Pretende-se, assim, contribuir para uma maior compreensão dos desafios e oportunidades associados à literacia digital em contexto local, propondo estratégias de atuação concretas e sustentadas que valorizem o papel das bibliotecas públicas na promoção da cidadania digital entre os mais velhos.

Este é um estudo pioneiro, sendo, até ao momento, o único conhecido que investiga a literacia digital da população sénior no concelho de Valongo, colmatando uma lacuna

relevante na investigação local e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias específicas de inclusão digital.

Referencial Teórico

A literacia digital tem-se afirmado como um campo transdisciplinar essencial para a compreensão da integração dos cidadãos no mundo atual. Mais do que o domínio técnico das ferramentas, trata-se de um conjunto de competências cognitivas, sociais, críticas e éticas que permitem que os indivíduos operem os ambientes digitais de modo responsável e eficaz (Eshet-Alkalai, 2004, p. 93). Ng (2012) propõe uma abordagem tripartida da literacia digital em que são considerados os domínios técnico, cognitivo e sociocultural, pondo em evidência a complexidade do processo de aquisição de literacia digital.

O Quadro Europeu de Competência Digital – DigComp 2.2 (Vuorikari et al., 2022, p. 4) organiza estas competências em cinco áreas: (1) literacia informacional e de dados; (2) comunicação e colaboração; (3) criação de conteúdos digitais; (4) segurança digital; e (5) resolução de problemas. Este modelo fornece um referencial normativo útil para o desenho de programas formativos, especialmente em contextos de exclusão digital como o da população sénior.

De acordo com a UNESCO (s.d.), a literacia digital consiste na "capacidade de aceder, gerir, compreender, integrar, comunicar, avaliar e criar informação de forma segura e adequada", utilizando tecnologias digitais. Esta definição aponta para a necessidade de competências técnicas e, simultaneamente, críticas, sendo fundamentais num mundo onde o aumento da desinformação, o volume massivo de dados e as exigências crescentes de autonomia cívica e económica são uma constante.

No caso dos cidadãos mais velhos, o acesso às TIC é mediado por múltiplas barreiras, não apenas de ordem física e cognitiva, mas também cultural e emocional. Segundo Bastos (2018, p. 72), a baixa literacia digital entre os seniores pode ser explicada pela combinação de fatores como a ausência de formação ao longo da vida, o medo de errar, e crenças enraizadas que associam envelhecimento a perda de capacidade. Este quadro está de acordo com a noção de infoexclusão proposta por Castells (1996, pp. 21-22), segundo a qual o acesso desigual à informação gera novas formas de exclusão social.

Estudos recentes como os de Seifert, Cotten e Xie (2021, p. e100) revelam que a exclusão digital é cumulativa e interseccional, dado que acentua as desigualdades e vulnerabilidades de quem já se encontra em situações precárias, sejam elas sociais, económicas ou de saúde.

Autores como Vaportzis, Clausen e Gow (2017, p. 4) e Neves e Vetere (2019) reforçam que a inclusão digital nos idosos não depende apenas do acesso às tecnologias. Fatores múltiplos, como o *design* acessível e intuitivo, a linguagem técnica, a literacia digital, o suporte social, o recurso a estratégias que respeitem o contexto socioeconómico, os ritmos de aprendizagem e as motivações de cada indivíduo foram identificados como influenciadores da inclusão.

Mais recentemente, Charness e Boot (2022, p. 189), além de corroborarem as necessidades apontadas pelos autores citados anteriormente, salientam que a confiança, a motivação pessoal e o apoio são fundamentais para a aprendizagem digital dos idosos.

Complementarmente, estudos recentes destacam que o desenvolvimento de tecnologias de apoio e inclusivas devem centrar-se no utilizador, dando prioridade à usabilidade, personalização, suporte técnico e considerações éticas, para garantir que essas soluções sejam efetivamente adaptadas às necessidades específicas de todo o tipo de utilizadores (Paice, Biallas & Andrushevich, 2025).

Neste sentido, as bibliotecas públicas aparecem como espaços privilegiados de ação. Como refere Gómez-Hernández (2002, pp. 229–231), estas instituições devem pensar e preocupar-se não apenas com os seus utilizadores reais, mas também com os potenciais, promovendo uma ação inclusiva e orientada para o desenvolvimento de competências.

Ribeiro (2010, p. 64) destaca o papel relevante que desempenha o profissional da informação enquanto mediador e educador, especialmente no "contexto da sociedade em rede ou digital". A sua atuação, faz de si um agente ativo na mediação entre o utilizador e a informação, promovendo o acesso crítico e equitativo ao conhecimento — um papel particularmente significativo em cenários de desigualdade digital.

Em Portugal, programas como "Nós e (A)vós" e "Eu Sou Digital" INCoDe2030 (2022.), têm procurado responder a estas necessidades, valorizando abordagens intergeracionais e centradas na prática.

Estes programas promovem a inclusão digital através do contacto direto entre gerações, o que facilita a transmissão de conhecimentos digitais em contextos de proximidade afetiva e social, propiciando um ambiente de aprendizagem mais motivador e eficaz (Incode2030, 2022).

Segundo o INCoDe2030 (2022), o projeto "Nós e (A)vós" promove sessões de literacia digital dirigida à população sénior, dinamizadas por estudantes e supervisionadas por voluntários e/ou professores e visa combater o isolamento social dos idosos. Por sua vez, de acordo com o INCoDe2030 (2022), o programa "Eu sou digital" insere-se no Eixo 3 – Inclusão, está direcionado para o acesso a redes sociais, a utilização de serviços públicos digitais, promovendo competências digitais básicas junto de adultos com baixo nível de literacia digital.

Além das iniciativas nacionais, também a nível internacional há projetos com os mesmos objetivos – combater a infoexlusão dos idosos, com abordagens centradas nas suas experiências e necessidades.

Destacamos o projeto ACT – Ageing + Communication + Technologies, liderado pela Concordia University (Canadá) entre 2014 e 2021, sob coordenação da investigadora Kim Sawchuk. Este projeto reuniu investigadores, estudantes, ativistas e artistas e envolveu múltiplos parceiros internacionais com o objetivo de analisar de modo crítico as implicações no envelhecimento numa sociedade em rede, marcada pela comunicação digital em constante transformação. Foi valorizada a participação intergeracional reconhecendo-se que as vivências dos mais velhos são fundamentais para o desenvolvimento de competências digitais e para a inclusão tecnológica. O projeto explorou estratégias para combater o idadismo digital (digital ageism) e promover a literacia digital (ACT Project, n.d.). Após o término desse período, em 2021, a iniciativa passou para **ACT Lab**, um laboratório de investigação que dá continuidade ao trabalho desenvolvido, mantendo o foco na inclusão digital e no combate ao ageísmo tecnológico, agora enquanto estrutura permanente da Concordia University (ACT Lab, n.d.). Ao escutar as necessidades e respeitar os ritmos e experiências dos seniores, tal metodologia contribui para a existência de espaços de aprendizagem colaborativos, em que a tecnologia e o humano coexistem de modo a garantir que as reais necessidades dos idosos são tidas em consideração e atendidas.

Estas abordagens práticas, que refletem uma preocupação holística para com os idosos, alinham-se com a revisão da literatura, segundo a qual a literacia digital vai além da componente técnica, abrangendo também aspetos sociais e emocionais, como a confiança, o receio de falhar e a autonomia.

Assim, os programas de literacia digital devem incluir estratégias que promovam o diálogo intergeracional e valorizem as experiências individuais, criando ambientes inclusivos e acessíveis.

A literacia digital deve, portanto, ser encarada como um direito de todos e uma condição essencial para a cidadania plena. As bibliotecas, enquanto agentes de inclusão, desempenham um papel crucial na capacitação digital dos cidadãos seniores, devendo facilitar o acesso às tecnologias e o desenvolvimento de competências digitais significativas.

Procedimentos Metodológicos

Sendo o objetivo deste estudo identificar o grau de literacia digital da população sénior do concelho de Valongo e propor ações formativas que promovam a inclusão digital, a

abordagem metodológica adotada é quantitativa e descritiva, sendo a técnica de recolha de dados um questionário estruturado dirigido a essa comunidade. O questionário foi concebido especificamente para este estudo, tendo como objetivo recolher dados sobre os níveis de literacia digital, hábitos de utilização tecnológica, perceções e necessidades formativas deste grupo.

O questionário foi elaborado com base em revisões bibliográficas e na experiência prática obtida durante o estágio curricular na Biblioteca Municipal de Valongo. Incluiu questões fechadas e de escala *Likert* para facilitar a análise quantitativa, abrangendo temas como frequência de uso das TIC, tipos de dispositivos utilizados, dificuldades encontradas, motivação para a aprendizagem digital e conhecimentos de segurança *online*. Para além destas, foram elaboradas perguntas abertas que, quando respondidas, permitem uma abordagem qualitativa mais abrangente e rica do ponto de vista informacional.

A recolha de dados decorreu através da plataforma *Microsoft Forms*, garantindo acessibilidade e facilidade de resposta. Foram assegurados os princípios éticos da investigação, com a obtenção do consentimento informado dos participantes e o anonimato das respostas.

A amostra foi selecionada por conveniência e composta por participantes pertencentes a associações do concelho de Valongo que responderam ao questionário. Inicialmente, foram contactadas 113 associações, no entanto, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídas no estudo 23 associações, com um total de 137 respostas válidas. Estes dados refletem a disponibilidade dos participantes para colaborarem na investigação.

Posteriormente, os dados foram organizados e analisados com recurso ao *Microsoft Excel*, permitindo o cruzamento de variáveis sociodemográficas (ex. escolaridade) com os padrões de uso e perceções dos participantes. Esta análise possibilitou identificar perfis distintos de literacia digital, bem como barreiras e oportunidades para a inclusão digital da população sénior.

Definida a abordagem metodológica, segue-se a apresentação e análise dos resultados obtidos que permitem compreender melhor o perfil da população sénior do concelho de Valongo no que respeita à literacia digital. Os resultados demonstram as principais tendências, dificuldades e oportunidades identificadas através do questionário aplicado, constituindo a base para a elaboração das propostas formativas que visam promover a inclusão digital deste grupo.

Resultados Parciais ou Finais

A análise dos dados revelou perfis importantes, desafios e necessidades da população sénior em relação à literacia digital no concelho de Valongo e a disponibilidade para a frequência de ações de formação.

A amostra, composta por 137 participantes, todos com 65 ou mais anos, permitiu traçar o perfil sociodemográfico dos inquiridos. Verificamos que é constituída maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (81). Verificamos que 45 têm entre 76 e 80 anos de idade (32,8 %), 37 estão entre os 65 e os 70 anos (27 %) e apenas 1 tem mais de 90 (0,7 %). Do total, mais de 50% (71) têm entre 1 e 4 anos de escolaridade, sendo que apenas 1 é possuidor de mestrado e nenhum tem doutoramento. Da análise ressalta que o número de indivíduos sem escolaridade, aqueles que frequentaram a escola entre 7 e 9 anos e os entre 10 e 12anos, são muito semelhantes (13, 15 e 14, ou seja, 9,5 %, 10,9% e 10,2 %, respetivamente).

O elevado número de indivíduos do sexo feminino que frequenta associações de apoio à comunidade sénior revela que há uma sobrelotação de população feminina nas instituições. Já a baixa escolaridade da maioria dos inquiridos é um dado relevante, pois níveis baixos de escolaridade estão associados a uma menor capacidade digital como demonstrado no estudo de Seifert et al. (2021), que também destaca a autoconfiança reduzida e o receio de cometer erros como barreiras comuns enfrentadas pelos seniores no uso das tecnologias.

No que diz respeito ao uso de dispositivos eletrónicos, verificamos que apenas 1 dos 137

respondentes não usa telemóvel e que o computador fixo e o portátil são usados de forma quase igual, 39 (28,5 %) e 34 (24,8 %), respetivamente, ficando o tablet nos 17,5 %. Isto significa que 99,3% dos respondentes usa o telemóvel. Estes valores mostram, também, que há idosos que utilizam mais do que um dispositivo, no entanto, fica comprovado o uso massivo do telemóvel, quando analisamos o uso efetivo que os seniores fazem da tecnologia.

Quanto às habilidades relativas ao uso das tecnologias, foi possível apurar que uma maioria de 54,7% responderam "Aceder à *internet*", enquanto a habilidade que menos respondentes detêm é "Elaborar tabelas, gráficos, etc. com recurso ao *Excel*" (13,1%) (Quadro 1).

Quadro 1: Habilidades no uso das tecnologias

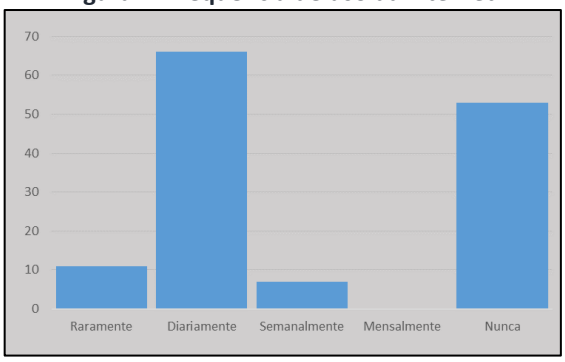
Habilidades no Uso das Tecnologias	Quantidade	%
Processamento de texto, usando programas como o *Word*	50	36,5
Elaborar tabelas, gráficos, etc. com recurso ao *Excel*	18	13,1
Criar postais, posters, etc. através de programas de imagem	21	15,3
Armazenar e organizar documentos em pastas	36	26,3
Aceder à *internet*	75	54,7
Outro	68	49,6

Fonte: Elaboração própria (2025).

Verificamos, também, que 68 dos respondentes dizem usar as tecnologias para outras habilidades, sendo a sua maioria (51) "fazer e receber chamadas", 11 referem as mensagens e apenas 1 dos indivíduos diz usar os dispositivos para jogar.

Em relação ao acesso à *internet*, foi possível apurar que o telemóvel é o dispositivo preferido da maioria dos respondentes (70), havendo 51 que mencionam não usar e 6 que preferem não responder. Constatamos que o computador fixo, o portátil e o tablet também são usados, (14, 7 e 14, respetivamente). Dos 137, disseram usar o computador, sem especificar o tipo, 22 indivíduos. Mais uma vez se verifica o uso de mais do que um tipo de dispositivo por respondente. A maioria dos respondentes diz aceder à *internet* diariamente (66) por oposição a mensalmente que não foi referido por qualquer indivíduo. Apurámos que 11 o fazem raramente e 7 semanalmente. Contudo, 53 indivíduos dizem nuca usar a *internet*, como demonstra o gráfico (Figura 1).

Figura 1: Frequência de uso da *internet*

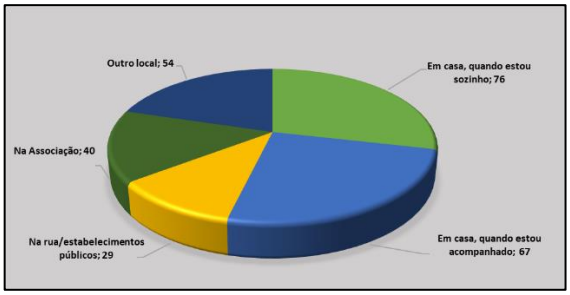


Fonte: Elaboração própria (2025).

O acesso à *internet* é feito em locais diversos e com fins vários.

O uso da *internet* acontece maioritariamente em casa (76 indivíduos acedem quando estão sozinhos e 67 quando estão acompanhados). Das 54 respostas que referem "outro local", 6 indicam o local exato (a associação), 1 "férias" e as restantes 47 referem-se a "não uso". "Na rua/estabelecimentos públicos" foi a opção de 29 idosos e apenas 40 acedem à *internet* quando estão na associação (aqui não estão incluídas as pessoas que optaram por dizer o nome da associação em "outro local") (Figura 2).

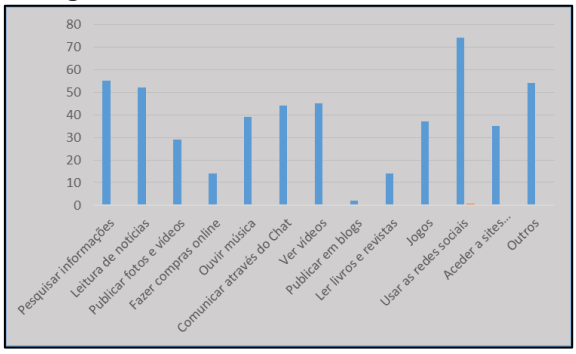
Figura 2: Locais de uso da *internet*



Fonte: Elaboração própria (2025).

Quanto às atividades realizadas ao acederem à *internet*, vemos que o uso das redes sociais é a principal, com 74 respostas, estando "pesquisar informações", "outros" e "leitura de notícias" distantes da primeira, mas semelhantes entre si (55, 54 e 52, respetivamente). As opções "ver vídeos" e "comunicar através do *chat*" foram escolhidas por 45 e 44 pessoas, respetivamente. Podemos ver, também, que a opção menos escolhida é "publicar em blogs" e as opções escolhidas em penúltimo lugar são "ler livros e revistas" e "fazer compras *online*" com 14 respostas. "Aceder a *sites* governamentais/oficiais (Finanças, SNS, EDP, BANCO, etc)" foi a opção escolhida por 35 indivíduos. Das 54 respostas a "outros", 1 corresponde a "Faço perguntas ao *ChatGPT* quase todos os dias", 1 a "Só vejo na presença dos meus filhos" e as restantes 52 a "Não uso" e "Nenhuma", (Figura 3).

Figura 3: Atividades realizadas na *internet*

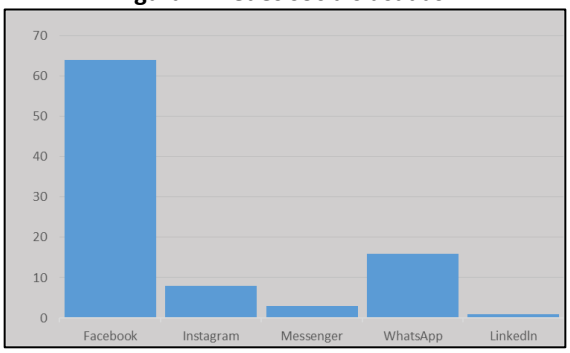


Fonte: Elaboração própria (2025).

Questionados quanto à forma como comunicam e com quem, com recurso às tecnologias, foi possível apurar que a opção mais referida foi a SMS, com 131 respostas, seguida de *chat* nas redes sociais (53 respostas) e do *email* (51 respostas). A videochamada, por sua vez, foi a opção menos utilizada, sendo assinalada apenas por 40 respondentes. A família foi referida por 132 idosos, como sendo o principal destinatário da comunicação, tendo 83 referido que comunicam com amigos e somente 9 dizem fazê-lo com "outros".

Ao aprofundarmos o estudo sobre o uso da *internet* pelos idosos do concelho de Valongo, constatamos que 76 indivíduos têm uma conta em redes sociais e 61 não usam as redes. Há, contudo, quem tenha conta em mais do que uma rede social, incluindo o *WhatsApp* (considerado como tal neste estudo). Foi permitido verificar que 44 dos 137 inquiridos usam apenas o *Facebook*, 12 têm conta no *Facebook* e no *Whatsapp*, 4 além do *Facebook* usam o *Instagram*, outros 4 dizem não usar redes sociais. Com apenas 1 ocorrência temos outras combinações de redes como "*Facebook, Instagram, Messenger", "Facebook, Instagram, WhatsApp", "Facebook, Whatsapp, Messenger, Linkedin", "Instagram*, *Whatsapp*" e "*WhatsApp, Messenger, Instagram, Facebook* e outros". Se olharmos para o gráfico com as redes sociais de modo individualizado, confirmamos que o *Facebook* é, de longe, a preferida dos respondentes e que o *Linkedin* é mencionado apenas por um indivíduo (Figura 4).

Figura 4: Redes sociais usadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

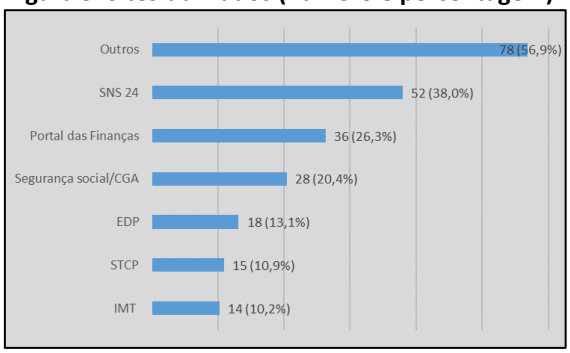
Esta tendência demonstra a valorização da dimensão relacional da tecnologia por parte da população sénior. O uso expressivo do *Facebook*, sobretudo para manter contacto com familiares e amigos, revela um predomínio da competência "comunicação e colaboração" do modelo europeu DigComp 2.2 (Vuorikari et al., 2022), em contraste com níveis reduzidos nas restantes áreas de competência, como a criação de conteúdos, segurança digital ou resolução de problemas.

O estudo procurou averiguar se os inquiridos utilizavam regularmente plataformas como o Serviço Nacional de Saúde 24 (SNS 24), o Portal das Finanças, a Segurança Social/Caixa Geral de Aposentações, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), a EDP – Gás Natural, Eletricidade e Serviços Energéticos, e a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP). A opção "outros" foi também incluída devido a existência de inúmeros organismos com presença digital, permitindo aos participantes indicar *sites* não mencionados ou

mesmo mencionar que não utilizam nenhuma plataforma.

Os resultados obtidos indicam-nos que 78 (32 %) indivíduos não utilizam qualquer *site*. Entre os que referiram utilização, destaca-se o SNS 24 como o mais procurado com 52 indivíduos (22%), seguido do Portal da Finanças com 36 indivíduos (15%). "Segurança social/Caixa Geral de Aposentações", "IMT" e "EDP", foram as plataformas que registaram níveis de utilização mais baixos, sendo referidas apenas por 6% dos respondestes cada uma (Figura 5).

Figura 5: *Sites* utilizados (número e percentagem)



Fonte: Elaboração própria (2025).

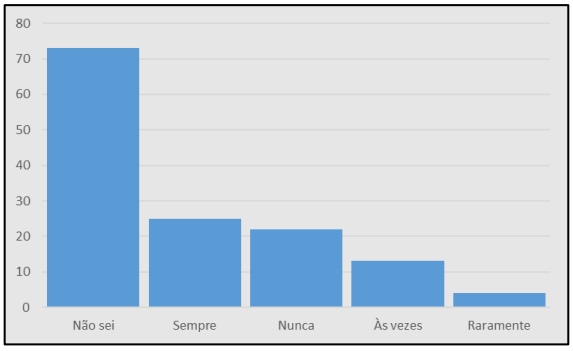
Com o intuito de compreender o modo como os seniores interagem com os *sites*, foi solicitado que indicassem as funcionalidades que mais utilizam em cada um. A maioria indicou não utilizar ou não realizar tarefas específicas nos *sites*, pelo que a opção "Outras" (que inclui respostas como "Não uso" "Nenhuma") foi a mais escolhida em todas as plataformas incluídas. Mesmo assim, foi possível, identificar algumas funcionalidades usadas mais frequentemente. Assim, no SNS 24, destacam-se tarefas como *consultar receitas médicas* (21,8%), *consultar exames* (16,7%) e *marcar ou aceder ao histórico de consultas* (16%). No caso do Portal das Finanças, embora a maioria dos inquiridos não o utilize, entre os que o fazem, surgem menções à utilização do *e-Fatura*, da área de *autenticação de contribuinte* e outras tarefas pontuais como *arrendamento* ou *pagamentos*. Consultar e Entregar declaração de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) é referida por 28 indivíduos (13,5 %), tornando-se a tarefa mais comum. Quanto à Segurança Social Direta, a funcionalidade mais mencionada é *consultar informação registada no sistema (SISS)*, com 14% das respostas, sendo as restantes opções muito pouco expressivas.

Estes dados demonstram que, apesar da baixa adesão por parte dos inquiridos, existe alguma familiaridade com funcionalidades específicas relacionadas com a área da saúde e, em menor grau, com a gestão das finanças e da área da segurança social.

Apesar de alguns inquiridos manifestarem alguma autonomia em tarefas pontuais, os dados revelam dificuldades significativas no domínio das competências digitais mais avançadas. A fraca utilização dos portais oficiais e a elevada percentagem de respostas associadas a "não uso" ou "nenhuma" funcionalidade refletem níveis reduzidos de literacia digital, sobretudo nas áreas de navegação informacional, avaliação crítica e resolução de problemas, tal como definidas no modelo DigComp 2.2 (Vuorikari et al., 2022).

No que diz respeito à segurança *online*, com a pergunta "Usa senhas fortes e diferentes para contas *online*?" procurou-se perceber se os inquiridos adotam boas práticas no uso de senhas. Os resultados, apresentados na figura 6, revelam que mais de metade dos respondentes (53%) afirmam não saber se as senhas (*passwords*) que utilizam são seguras e distintas para cada *site* (Figura 6).

Figura 6: Uso de *passwords*



Fonte: Elaboração própria (2025).

As respostas dos 18% que referem usá-las sempre e dos 16% que afirmam nunca o fazer revelam uma distribuição equilibrada entre os extremos. As restantes opções foram menos frequentes, com 10% a responderem "às vezes" e apenas 3% "raramente".

Verifica-se uma lacuna significativa nas áreas 4 e 5 do Quadro Europeu de Competência Digital (DigComp 2.2), no que toca à segurança digital

e à resolução de problemas. O desconhecimento sobre práticas básicas de proteção de dados, como a utilização de palavras-passe seguras, ilustra a dificuldade em garantir uma navegação segura e autónoma no mundo digital. Esta fragilidade expõe os utilizadores em causa a riscos concretos — desde fraudes até ao uso indevido de dados, evidenciando a necessidade urgente de formação digital orientada para a prevenção e a autonomia *online*. Esta situação não resulta apenas de falhas técnicas, mas também de barreiras emocionais e cognitivas. Tal como referem Bastos (2018) e Charness e Boot (2022), fatores como o medo de errar, a baixa autoconfiança e a falta de apoio contínuo limitam a aprendizagem digital nas idades mais avançadas.

O uso de dispositivos e da *internet* implica a realização de tarefas, pelo que se tornou pertinente perceber quais as tarefas que os idosos realizam com maior à-vontade.

Tarefas relacionadas com as redes sociais, como "bloquear o perfil de alguém" (43,8 %), seguido de "fazer publicações numa rede social" com 40,9 %, são aquelas em que se sentem mais à-vontade. No extremo oposto temos "criar um blogue" com apenas 1,5 %. Atividades como "ligar-se a uma rede *Wi-Fi*" (32,8%), "bloquear publicidade indesejada" (27,7%) e consultar exames médicos no *site* do SNS (25,5%) também mostram percentagens relevantes (Quadro 2).

Quadro 2: Atividades realizadas com à-vontade

Atividades	Ocorrência	(%)
Bloquear o perfil de alguém com quem não se quer conversar	60	43,8
Fazer publicações numa rede social	56	40,9
Outras	58	42,3
Ligar-se a uma rede *Wi-fi*	45	32,8
Bloquear publicidade indesejada	38	27,7
Consultar os seus exames médicos no *site* do SNS	35	25,5
Aceder à sua conta bancária através da *internet*	32	23,4
Utilizar um editor de texto (Ex.: *Word*)	30	21,9
Proteger o telemóvel/computador com uma palavra-passe	29	21,2
Atualizar as suas senhas	28	20,4
Ter a agenda no computador	19	13,9
Organizar álbuns de fotos	22	16,1
Consultar os seus dados na Segurança Social (Ex.: pensão)	21	15,3
Utilizar uma folha de cálculo (Ex: *Excel*)	17	12,4
Utilizar um editor de imagens (Ex.: *Paint, PowerPoint*)	17	12,4
Entregar o IRS	13	9,5
Publicar comentários em *blogs*, *sites* ou fóruns	6	4,4
Criar um blogue	2	1,5
Total de participantes	**137**	-

Fonte: Elaboração própria (2025).

Essas diferenças indicam níveis variados de familiaridade e confiança com as diferentes tarefas digitais entre os participantes.

Para colmatar as fragilidades na literacia digital da comunidade em causa, ações de formação são essenciais, pelo que foram questionados quanto à disponibilidade para a sua frequência.

Do total, 76 (55 %) responderam que não estão disponíveis para tal, 37 (27%) que talvez e 24 (18 %) indivíduos mostraram-se recetivos a possíveis ações de formação.

Também se indagou a comunidade sénior sobre sugestões que tinha a propor para obstar às dificuldades sentidas no uso das tecnologias.

No entanto, apenas 45 dos 137 indivíduos deram sugestões e a realização de ações de formação foi dada pela esmagadora maioria, 37, sendo que 3 disseram não saber o que pode ajudar a resolver o problema de iliteracia digital e o mesmo número apontou "divulgação e sensibilidade" como fatores importantes. O acesso à tecnologia foi referido por apenas 1 respondente, tal como o apoio individualizado.

A análise dos dados obtidos revela um paradoxo no contexto da inclusão digital dos

seniores que importa referir. Por um lado, verifica-se que um número considerável de elementos da população sénior possui acesso a dispositivos móveis, o que, em princípio, poderia indicar uma integração tecnológica satisfatória. Por outro lado, o uso que fazem das tecnologias está, de modo geral, restrito a funções básicas, como chamadas telefónicas, mensagens de texto ou navegação simples na *internet*. Esta limitação no uso avançado das TIC pode ser interpretada como consequência da insuficiência de competências digitais específicas, que se manifestam através do receio de cometer erros, a ansiedade perante a tecnologia e uma autoconfiança reduzida, bem como pouco domínio de termos técnicos.

A infoexclusão não pode ser analisada isoladamente. É um fenómeno que está profundamente enraizado em fatores estruturais e sociais que ultrapassam o simples acesso a dispositivos. Entre esses fatores destacam-se os baixos níveis de escolaridade de muitos seniores, o que limita a sua capacidade de aprender e adaptar-se às novas tecnologias. A estes fatores acresce o envelhecimento demográfico, com o consequente aumento da população idosa. Tal impõe desafios adicionais em termos de políticas públicas, estratégias adequadas e recursos dedicados à inclusão digital. A insuficiência e/ou ausência de políticas públicas robustas e contínuas voltadas para a alfabetização digital dos idosos agrava ainda mais essa situação, o que faz perpetuar um ciclo de exclusão que prejudica a participação plena e ativa destes cidadãos na sociedade contemporânea cada vez mais digital.

Neste sentido, autores como Vaportzis et *al*. (2017) salientam a necessidade de intervenções pedagógicas e sociais que promovam a participação ativa dos idosos, permitindo superar barreiras emocionais e técnicas, e contribuindo para uma inclusão digital mais efetiva e sustentável,

Perante este cenário desafiador, torna-se imprescindível desenvolver estratégias que respondam de forma pedagógica e eficaz ao problema.

Aqui as bibliotecas públicas surgem como espaços privilegiados para a promoção da inclusão digital, podendo ser polos centrais de formação, orientação e apoio tecnológico. Para além de disponibilizar recursos e acesso à *internet*, as bibliotecas têm um papel crucial na dinamização de programas intergeracionais que incentivem a troca de conhecimentos entre gerações, podendo valorizar os saberes e potencialidades dos idosos enquanto "alunos ativos".

Promovendo modelos pedagógicos participativos e inclusivos, as bibliotecas contribuem para o desenvolvimento de competências digitais, fortalecem vínculos sociais, reduzem o isolamento e contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população idosa.

Pode concluir-se que a superação da infoexclusão da comunidade sénior exige uma abordagem multifacetada, em que as equipas permitam combinar desenvolvimento de competências técnicas através do apoio social e emocional, sustentadas por políticas e estratégias consistentes e pela dinamização de espaços comunitários como é o caso das bibliotecas.

Só assim será possível garantir uma inclusão digital que respeite as especificidades deste grupo etário, promovendo a sua integração e plena cidadania na sociedade do conhecimento.

Tendo em consideração os resultados obtidos e as dificuldades identificadas pelos inquiridos, tornou-se evidente a necessidade de dar uma resposta prática que contribua para reforçar a literacia digital dos seniores de forma eficaz.

Neste sentido, e tal como previsto, foi desenhada uma ação de formação específica, orientada para as reais dificuldades e potencialidades expostas pela comunidade, com o objetivo de promover competências digitais básicas, desenvolver as já existentes, aumentar a autoconfiança no uso das tecnologias e reduzir o risco de infoexclusão.

As ações de formação a implementar podem passar por abordagens menos convencionais, interativas e acessíveis (que não intimidem), que não sejam somente dizer como se faz, sem colocar em prática, e permitindo que os idosos mexam nos dispositivos e usem os programas

sem medo de falhar. A elaboração de tutoriais que sejam fáceis de acompanhar é uma boa opção.

Assim, com base nos resultados dos inquéritos, foi desenhada uma ação de formação intitulada *Sénior Digital: Ativo e Seguro*, orientada pelo referencial europeu **DigComp** e por abordagens intergeracionais promovidas pelos programas *Nós e (A)vós* e *Eu Sou Digital.* Este modelo fornece uma base estruturada para o desenvolvimento de competências digitais essenciais à cidadania ativa, permitindo ajustar os conteúdos aos diferentes níveis de proficiência da população-alvo.

A proposta formativa foi adequada ao perfil dos séniores do Concelho de Valongo, privilegiando conteúdos orientados para as suas necessidades concretas e considerando a acessibilidade, a componente prática e a interatividade.

O seu desenvolvimento teve em consideração o ritmo, as motivações e a experiência prévia dos participantes, em conformidade com Charness e Boot (2022), que destacam a importância do apoio emocional e da construção de confiança na aprendizagem tecnológica em contextos de envelhecimento.

Esta formação visa capacitar os participantes com competências digitais básicas, promover a utilização segura do telemóvel e da *internet*, facilitar o acesso a serviços públicos *online* e incentivar uma maior participação digital e social.

A formação encontra-se estruturada em cinco módulos temáticos — introdução às tecnologias, utilização do telemóvel, navegação e segurança *online*, acesso a serviços governamentais e redes sociais — e privilegia uma abordagem prática, interativa e adaptada ao ritmo de aprendizagem dos formandos. As sessões têm a duração de 45 minutos, com turmas reduzidas (máximo de 10 participantes), para permitir acompanhamento individualizado. O espaço formativo deverá dispor de computadores com acesso à *internet*, projetor e materiais didáticos impressos e digitais, podendo decorrer na Biblioteca Municipal de Valongo, nas associações locais ou em outros equipamentos municipais com acessibilidade adequada ao grupo, devido à faixa etária e dificuldades associadas – a sala deve ser de acesso fácil para pessoas com mobilidade reduzida.

A metodologia baseia-se num modelo de educação de adultos, que valoriza a aprendizagem pela experiência, o reforço positivo e a criação de um ambiente acolhedor, e ministrada por técnicos qualificados em informática e, de preferência, com especialização na vertente de ensino de adultos. A proposta contempla ainda a distribuição de certificados e a realização de um momento de convívio final, fortalecendo a dimensão relacional da formação.

Considerações Finais

Com este estudo, o primeiro realizado no concelho de Valongo sobre literacia digital da população sénior, foi possível traçar um retrato detalhado das práticas, dificuldades e necessidades digitais de um grupo etário frequentemente negligenciado e, até, excluído das políticas e estratégias de inclusão digital.

A investigação confirma que os desafios vão muito além do mero acesso aos dispositivos tecnológicos, demonstrando que embora exista uma taxa elevada de uso de telemóveis entre os seniores respondentes, o domínio das tecnologias digitais continua limitado a funcionalidades básicas. Tal reflete as fragilidades na literacia digital e na autoconfiança no uso das TIC, o que se torna particularmente evidente nos grupos com baixa escolaridade e com idade avançada, reforçando a importância de tais grupos serem considerados nas ações concretas e direcionadas para capacitação tecnológica.

Os resultados mostraram também um paradoxo relevante: por um lado, existe familiaridade com as redes sociais e com o acesso à *internet*; por outro, persistem as barreiras técnicas, emocionais e sociais que dificultam uma utilização mais autónoma, segura e crítica das tecnologias. Esta infoexclusão, como demonstrado, está profundamente enraizada em fatores estruturais — como os níveis de escolaridade e o isolamento social — e não pode ser

combatida apenas com o fornecer de equipamentos ou acesso à rede.

Podemos concluir que o estudo evidencia o quão importante é a biblioteca como centro de aprendizagem, formação e inclusão digital. As atividades desenvolvidas e os resultados apurados e discutidos, realçam a necessidade de investir em programas de educação contínua que permitam a formação e atualização tecnológica para responder às necessidades da comunidade.

Assim, e de acordo com o panorama apresentado, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas e iniciativas locais que promovam a inclusão digital da população idosa.

A ação de formação "Sénior Digital: Ativo e Seguro", aqui proposta, constituiu uma resposta pedagógica, prática e adaptada ao perfil dos participantes, que reúne as condições para promover o desenvolvimento de competências essenciais, a confiança no uso das TIC e a aproximação dos idosos aos serviços digitais com maior impacto no seu quotidiano.

O facto deste estudo se centrar apenas no concelho de Valongo e a amostra ser por conveniência, demonstra que tem algumas limitações. No entanto, fornece pistas relevantes para que se construam programas formativos inclusivos e passiveis de serem replicados noutros concelhos e noutros contextos.

Investigações futuras poderão aprofundar a eficácia da ação formativa proposta, avaliar a evolução das competências digitais ao longo do tempo e explorar mais detalhadamente o potencial das abordagens intergeracionais no combate à iliteracia e promovendo a desejável infoinclusão e o bem-estar da comunidade sénior.

Referências

ACT Lab. (n.d.). About ACT. Concordia University. https://actlab.ca/about-act/

ACT Project. (n.d.). Ageing, Communication & Technologies: About the project. Concordia University. https://communicationchange.net/en/act-project/

Agwenyi, C. (2024). The deepening digital divide: Inequality in the information society. International Journal of Science and Research Archive, 13(02), 2664–2667. https://doi.org/10.30574/ijsra.2024.13.2.2105

Bastos, C. F. A. A. (2018). *Demasiado velho para o digital? Envelhecimento ativo e os usos das TIC por pessoas mais velhas no Brasil e em Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa]. http://hdl.handle.net/10362/51779

Braga, M. I. P. (2013). *A literacia da informação no ensino politécnico: Competências e práticas numa escola superior* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/76099

Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Blackwell Publishers. URL:https://deterritorialinvestigations.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/manuel_castells_the_rise_of_the_network_societybookfi-org.pdf

Charness, N., & Boot, W. R. (2022). A Grand Challenge for Psychology: Reducing the Age-Related Digital Divide. Current Directions in Psychological Science, 31(2), 187-193. https://doi.org/10.1177/09637214211068144

Charness, N., & Boot, W. R. (2022). Technology, gaming, and social aging. In K. W. Schaie & S. L. Willis (Eds.), *Handbook of the Psychology of Aging* (9th ed., pp. 325–340). Academic Press. https://doi.org/10.1016/B978-0-323-85713-1.00021-0

Eshet-Alkalai, Y. (2004). Digital literacy: A conceptual framework for survival skills in the digital era. *Journal of Educational Multimedia and Hypermedia, 13*(1), 93-106. Retrieved from https://www.proquest.com/scholarly-journals/digital-literacy-conceptual-framework-survival/docview/205852670/se-2

European Commission, Joint Research Centre. (2022). *The Digital Competence Framework 2.2: DigComp 2.2 – The digital competence framework for citizens with new examples of*

knowledge, skills and attitudes. Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2760/115376

Gómez-Hernández, J. (2002). Los usuarios. In L. Orera (Ed.), *Manual de biblioteconomía* (pp. 229–237). Editorial Síntesis.

INCoDe2030. (2022, 9 de agosto). *Literacia Digital – Nós e (A)vós*. https://www.incode2030.gov.pt/2022/08/09/literacia-digital-nos-e-avos/

INCoDe2030. (2022, January 16). *Programa Eu Sou Digital*. https://www.incode2030.gov.pt/en/2022/01/16/programa-eu-sou-digital/

Livingstone, S., Van Couvering, E., & Thumim, N. (2005). *Adult media literacy: A review of the research literature*. London School of Economics and Political Science. https://eprints.lse.ac.uk/13912/

Neves, B. B., Vetere, F. (2020). Introduction: Ageing and digital technology – Interdisciplinary and international perspectives. Em B. B. Neves & F. Vetere (Eds.), Ageing and digital technology: Designing and evaluating emerging technologies for older adults (pp. 1–12). Springer. https://bbneves.com/wp-content/uploads/2020/06/AgeingDigitalTechnology_Intro.pdf

Ng, W. (2012). Can we teach digital natives digital literacy? *Computers & Education, 59*(3), 1065–1078. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2012.04.016.

Paice, A., Biallas, M., Andrushevich, A. (2025). Assistive and Inclusive Technology Design for People with Disabilities (Special Needs). In Malakhatka, E., Wiberg, M. (eds) Human-Technology Interaction. Springer Series in Adaptive Environments. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-78357-9_11

Ribeiro, F. (2010). Da mediação passiva à mediação pós-custodial: O papel da ciência da informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: Estudos*, *20*(1), 63–70. https://hdl.handle.net/10216/39370

Seifert, A., Cotten, S. R., & Xie, B. (2021). A double burden of exclusion? Digital and social exclusion of older adults in times of COVID-19. J Gerontol B Psychol Sci Soc Sci 76(3), e99–e103. https://doi.org/10.1093/geronb/gbaa098

UNESCO. (s.d.). *Literacy and digital skills*. UNESCO Institute for Lifelong Learning. https://uil.unesco.org/

Vaportzis, E., Clausen, M. G., & Gow, A. J. (2017). Older adults' perceptions of technology and barriers to interacting with tablet computers: A focus group study. *Frontiers in Psychology, 8*, 1687. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01687

Vuorikari, R., Kluzer, S., & Punie, Y. (2022). DigComp 2.2: The Digital Competence Framework for Citizens – With new examples of knowledge, skills and attitudes. Publications Office of the European Union. https://publications.jrc.ec.europa.eu/reposito

RECOMENDAÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: uma proposta dialógica com a Competência Científica baseada no Ensino, Pesquisa e Extensão

Marcus Vinícius de Albuquerque Guimarães[1], Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), https://orcid.org/0000-0002-4271-0778, Brasil, ***marcus.guimaraes@facc.ufrj.br***

Gustavo Henrique de Araujo Freire[2], Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), https://orcid.org/0000-0002-9296-2340, Brasil, ***gustavofreire@facc.ufrj.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6751

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio).

Introdução

Para que a sociedade compreenda de forma satisfatória a intenção por trás do uso do conhecimento científico — seja na aplicação para tratar enfermidades, na mitigação de desafios impostos por desastres naturais ou na garantia da segurança pública frente a conflitos territoriais e guerras — é essencial um entendimento aprofundado dos impactos que podem surgir da utilização de avanços científicos.

A capacidade de discernir entre propósitos benéficos e prejudiciais torna-se, assim, fundamental, reforçando a urgência de uma compreensão ampla dos efeitos da produção científica no cotidiano. Além disso, a apropriação coletiva desse conhecimento permite que toda a sociedade participe de maneira consciente e informada das constantes decisões que precisam ser tomadas, o que nos leva aos benefícios da Divulgação Científica e da Competência Científica e seus efeitos na sociedade.

A Divulgação Científica é uma área de estudo que envolve a contribuição de diversos campos do conhecimento, como a Ciência da Informação. Um de seus principais propósitos é sensibilizar a comunidade científica para a importância de tornar acessível o conhecimento que produz. Ou seja, os pesquisadores devem exercer sua responsabilidade social ao compartilhar publicamente seu saber técnico-científico, utilizando uma linguagem clara e acessível ao público geral. Dessa forma, busca-se possibilitar que a sociedade adquira e se aproprie desse conhecimento. Para isso, ocorre a adaptação da linguagem especializada para um formato mais compreensível, caracterizado por um estilo de comunicação menos técnico e mais informal.

A divulgação científica traz inúmeros benefícios à sociedade, permitindo a compreensão dos fenômenos naturais. Esse entendimento pode auxiliar na prevenção de desastres, na contenção de epidemias e na redução da transmissão de doenças. Contribui, também, para a disseminação de práticas sustentáveis tais como o consumo consciente de energia, alimentos e bens duráveis, assim como também promove a conscientização para a diminuição do crédito de carbono e também promove a qualidade de vida, o bem-estar social e a redução das desigualdades, incentivando uma consciência crítica na tomada de decisões diárias.

A Competência Científica pode ser entendida como a habilidade das pessoas em compreender conceitos científicos, interpretar e empregar corretamente as terminologias específicas das áreas científica e tecnológica, assimilar as bases conceituais da ciência e da tecnologia e compreender sua interação com a sociedade. Além disso, envolve a percepção das influências entre ciência e fatores políticos, econômicos, culturais e sociais, que coexistem e moldam seu desenvolvimento (Kemp, 2002).

Este estudo busca responder às seguintes questões de pesquisa: quais são as relações entre a Divulgação Científica e a Competência Científica no processo de alfabetização científica e na democratização do acesso à informação científica e tecnológica? Além disso, de que maneira as recomendações propostas a partir da interseção entre Divulgação Científica e Competência Científica podem substanciar a compreensão pública da ciência e da tecnologia, considerando o tripé universitário indissociável de Ensino, Pesquisa e Extensão?

O trabalho justifica-se na medida em que a Divulgação Científica, aliada às habilidades e capacidades advindas da Competência Científica, pode contribuir para a formação de uma sociedade mais crítica e alfabetizada cientificamente. Esse processo favorece o desenvolvimento de um ecossistema de ciência democrática, holística e aberta, no qual se tornam visíveis as interseções e conexões entre a Divulgação Científica, a Competência Científica e a própria Ciência da Informação. Esse cenário reflete a idealização de um corpo científico capacitado para atuar em debates públicos políticos, sociais, econômicos e culturais, defendendo os interesses da área e fortalecendo-a por meio da obtenção de mais recursos.

A hipótese deste estudo sugere que as recomendações propostas podem contribuir para a formação de cientistas e pesquisadores comprometidos com a realização adequada de ações de divulgação científica voltadas à sociedade. Essas recomendações têm como propósito apoiar, por meio da articulação do tripé universitário Ensino, Pesquisa e Extensão, a qualificação de uma nova geração de pesquisadores que perpasse os limites acadêmicos, promovendo a compreensão pública da ciência. Tal iniciativa torna-se ainda mais relevante diante do atual cenário marcado pela disseminação de notícias falsas, desinformação e pós-verdade.

Tem como objetivo traçar as relações conceituais entre Divulgação Científica e Competência Científica, sobretudo para elucidar as semelhanças entre seus propósitos, sendo um objetivo comum a contribuição para a democratização do acesso à informação. Além disso, busca propor recomendações baseadas nos conceitos mencionados, considerando o tripé universitário indissociável de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O estudo visa, também, contribuir para a discussão teórica sobre a compreensão dos principais conceitos epistemológicos aplicados na Divulgação Científica e na Competência Científica no contexto da Ciência da Informação. Com isso, pretende-se descrever como essas noções fundamentais se interconectam, e influenciam a produção, circulação e apropriação do conhecimento científico e informacional contribuindo para a democratização do acesso à ciência e tecnologia. Ao articular essas abordagens, o presente estudo pretende contribuir para a discussão atual acerca da educação científica por meio da Divulgação Científica e Competência Científica.

No que tange aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica, de caráter qualitativo, permitindo uma análise aprofundada das relações entre Divulgação Científica e Competência Científica, bem como das possíveis recomendações para fortalecer a interação entre ciência e sociedade.

O trabalho, devidamente atualizado, é proveniente de uma das etapas do texto de dissertação de mestrado acadêmico[3], defendido e aprovado no ano de 2025, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Referencial Teórico

A divulgação científica cumpre um papel importante na democratização do acesso ao conhecimento, proporcionando condições para a alfabetização científica. Ao tornar informações especializadas mais acessíveis, contribui para a participação dos cidadãos em debates sobre temas como transgênicos, células-tronco, mudanças climáticas e energias renováveis, assuntos que impactam

diretamente a sociedade e o cotidiano, por exemplo. Além disso, a divulgação científica busca aproximar o público não especializado ao universo acadêmico, permitindo que compreenda, ainda que de forma introdutória, o mundo em que vive e as novas descobertas científicas. Dessa maneira, fortalece a educação científica e a capacidade crítica da população, promovendo maior engajamento com o progresso da ciência e sua relevância social (Bueno, 2019, pp. 107).

A *Royal Society*, fundada em 1660, no Reino Unido, e primeiramente chamada como *The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge*, é considerada uma das mais prestigiadas instituições de ciência no mundo, sendo responsável por exercer uma contribuição significativa às discussões à respeito da educação científica no século XX. A partir do *Bodmer Report*, um relatório intitulado *"The Public of Understanding of Science"*, publicado em 1985, a instituição ampliou a importância da comunidade científica ao debruçar-se sobre ações que visassem divulgar a ciência à sociedade, e destacou com veemência a importância da sociedade moderna em apropriar-se do conhecimento científico. Nesse sentido , já havia preocupação com o desenvolvimento educacional de indivíduos que fossem suficientemente capazes de compreender e se apropriar do conhecimento científico, isto é, à época, já ressaltava a relevância da alfabetização científica para a idealização de uma população mais crítica. Nesse documento, por exemplo, uma das ênfases dadas foi a formação em educação científica para líderes políticos. Para os dirigentes da *Royal Society*, os políticos tinham a incumbência de serem letrados a ponto de compreenderem sem dificuldade a importância da ciência e tecnologia para uma sociedade que busca o desenvolvimento social de forma sustentável (Miller, 2005).

Lima & Giordan (2021) acrescentam que a divulgação científica tem sido cada vez mais incentivada na sociedade contemporânea tendo em vista a revolução comunicacional promovida pelas tecnologias digitais de comunicação e, por meio desses novos ambientes, as ações de divulgação científica podem ser veiculadas, geralmente em meios de comunicação de massa como nas mídias sociais digitais e nos demais ambientes de circulação de informação no meio digital. Os autores pontuam que existem duas origens motivacionais para o incentivo à divulgação científica atualmente, quer seja a pressão social de setores da sociedade que exigem a disseminação do conhecimento técnico-científico, e a comunidade científica, com a busca da legitimação, reconhecimento e valorização de sua prática social, além da ampliação das formas de interlocução com a sociedade.

Assim, a finalidade da divulgação científica é a de possibilitar a comunicação entre cientistas e sociedade, tornando o conhecimento acessível por meio de uma linguagem clara, objetiva e adaptada ao público não especializado, e nesse sentido, contribui diretamente para o processo de alfabetizar o público com conteúdos sobre ciência – aqui se encontra a relação com a Competência Científica, que será explorada a seguir –. Esse processo – o da alfabetização científica por meio da divulgação – exige a eliminação de termos excessivamente técnicos e a adoção de uma retórica simplificada, sem comprometer a precisão das informações transmitidas. Para isso, diversos formatos podem ser utilizados, como rádios, televisão, jornais, revistas, eventos de ciências em museus e centros de ciências, palestras, folhetos, campanhas publicitárias e outros meios que facilitem o compartilhamento do conhecimento científico (Albagli, 1996).

A adaptação da linguagem técnica e especializada deve ser feita com cuidado pelos pesquisadores, garantindo que a essência do conhecimento seja preservada, isto é, assegurar a verossimilhança da informação codificada ao não sofrer ônus significativo que empobreça ou invalide a cientificidade do conhecimento a ser divulgado. É importante, portanto, que a mensagem transmitida mantenha sua veracidade sem sofrer alterações que afetem sua precisão ou a legitimidade da informação científica divulgada.

Em uma concepção contemporânea acerca da ação da divulgação científica, Valério e Takata

(2025) indicam que a divulgação científica pode ser legitimada em diversas manifestações culturais, desde que representem como fonte de coleta o ensino formal ou sistematizado, e sejam originadas da ciência acadêmica, se dirijam a públicos não especializados; que adaptem a linguagem científica para torná-la acessível e tenham como propósito a ampliação da racionalidade e da cultura científica na sociedade. Não cabe considerar atividades que não estejam situadas ou vinculadas ao conhecimento científico institucionalizado, mesmo aos comunicadores sociais, os jornalistas especializados e demais profissionais engajados na ação de divulgar a ciência devem, sobretudo, consultar fontes em que estejam relacionadas com o contexto de produção do conhecimento científico formal e institucionalizado.

Quanto ao discurso da divulgação científica, conforme Bueno (2019) o discurso que constrói a divulgação científica trata da recodificação do texto de comunicação científica para a transposição de uma linguagem não especializada; isto é, um texto em que o objetivo não é a comunicação por pares científicos, e sim que o conteúdo esteja acessível a uma ampla audiência. Ressalta-se que a divulgação científica é realizada, na maioria das vezes, através de assuntos e objetos que já passaram pelo crivo da revisão pelos pares, isto é, produções científicas avaliadas, testadas e certificadas mediante os pares científicos. Nesse contexto, a avaliação fornece a validade, credibilidade, confiabilidade e a legitimidade ética na investigação científica, pela qual se encontra implicitamente a competência que os avaliadores possuem para conferir a fidedignidade ao cumprimento dos procedimentos inerentes ao método científico em que se constrói a Ciência (Lima; Giordan, 2021).

No que concerne ao compartilhamento do conhecimento produzido pela comunidade científica, a divulgação científica, quando realizada corretamente, pode efetivar uma maior compreensão pública sobre os avanços e impactos da ciência. Segundo Massarani & Dias (2018), essa prática possibilita que a sociedade perceba a importância da ciência no desenvolvimento social, político e cultural, fortalecendo seu valor e reconhecimento. Além disso, a divulgação científica contribui para as mais diversas instituições e organizações, públicas e privadas, mistas, órgãos governamentais e outras esferas sociais possam reconhecer e valorizar a manutenção dos investimentos nas pesquisas científicas.

A responsabilidade social, teorizada por Wersig e Nevelling (1975), abrange a divulgação científica, pois é parte essencial da finalidade de tal ação. A implementação de ações de divulgação científica para a sociedade, possibilita a construção de um senso coletivo, uma compreensão pública a respeito da ciência. A comunicação pública pode ser compreendida como a busca do bem comum por meio de um debate inclusivo e participativo, no qual a construção de consensos ocorre a partir da livre expressão plural dos cidadãos. Essa forma de comunicação pressupõe tolerância e respeito mútuo, ainda que envolva conflitos e embates no campo das ideias e dos discursos. Além disso, estabelece uma relação direta com os princípios democráticos, na medida em que todos possuem voz, são ouvidos e têm a possibilidade de participar ativamente na escolha das melhores propostas e argumentos, configurando-se como uma verdadeira "democracia comunicacional" (Matos, 2021).

Conforme Souza & Freire (2022) apontam, durante a pandemia de COVID-19, ações de divulgação científica foram promovidas por diversos cientistas e bibliotecários divulgadores científicos, além de instituições de prestígio no campo da saúde pública, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Segundo os autores, as ações ajudaram a promover a conscientização sobre a importância das recomendações científicas para a redução da transmissibilidade do vírus e na campanha de vacinação, o que decorre da função social do divulgador científico em contribuir para o combate à desinformação e ao negacionismo científico.

No que concerne à abrangência das formas de se realizar ações de divulgação científica, contempla diferentes modelos de comunicação pública, como o modelo de

déficit cognitivo/cultural, o modelo contextual, o modelo de experiência leiga e o modelo de participação pública. O Quadro 1, a seguir, descreve as principais características de cada modelo de comunicação pública da ciência, de acordo com diversos autores do campo.

Quadro 1: Os modelos de comunicação pública da ciência

Modelo de comunicação pública	Descrição
Modelo de *déficit* cognitivo ou cultural	No modelo de *déficit*, o cientista é percebido como superior à comunidade não especializada, que é considerada carente de conhecimento científico e tecnológico. Nesse contexto, a comunicação ocorre de forma linear e unidirecional, com o cientista simplesmente transmitindo informações sem estabelecer um diálogo efetivo com o público. Como consequência, há uma alta taxa de desvio na recepção da informação, uma vez que essa abordagem não favorece a interação horizontal entre especialistas e sociedade (Fares, Navas & Marandino, 2007).
Modelo contextual	O modelo de comunicação pública conextual é caracterizado pela transmissão unidirecional do conhecimento, sem priorizar a troca horizontal entre emissores e receptores. Embora a abordagem considere aspectos sociais e psicológicos na difusão da informação, ela não parte do pressuposto de que o receptor seja completamente deficitário de conhecimento (Costa, Sousa & Mazocco, 2010).
Modelo de experiência leiga	Diferentemente dos modelos anteriores, o modelo de comunicação pública de experiência leiga é caracterizado por uma comunicação dialógica e bidirecional. Nesse modelo, os conhecimentos da comunidade e do senso comum são considerados tão relevantes quanto o conhecimento científico na resolução de problemas, evitando hierarquizações que possam desqualificar um saber em detrimento de outro (Costa; Sousa; Mazocco, 2010).
Modelo de participação pública	O modelo de participação pública na comunicação pública busca estabelecer um diálogo igualitário entre cientistas e a sociedade, concedendo uma interação bidirecional na qual os conhecimentos do senso comum e da ciência se complementam na construção do entendimento sobre diversas questões. Há um incentivo à cultura científica, visando à democratização do acesso à informação e ao fortalecimento do engajamento social e político em pautas relacionadas à ciência e tecnologia. Os cientistas, com a consciência de que não são "figuras superiores", reconhecem o valor dos saberes locais e das experiências das comunidades, incluindo aquelas historicamente marginalizadas e esquecidas, propiciando assim uma escuta ativa para compreender suas necessidades e demandas informacionais (Kunsch, 2019).

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os diferentes modelos de comunicação pública apresentados refletem as formas de interação das ações de divulgação científica. Uns reforçam um estilo de comunicação hierarquizada, numa transmissão unilateral, enquanto outros propõem abordagens mais dialógicas e inclusivas, ao reconhecer a relevância do conhecimento do senso comum. Isto posto, os modelos participativos e horizontais são os mais comumente utilizados no cenário contemporâneo a fim de contribuir para a democratização da ciência, nos mais diversos veículos provenientes das tecnologias de informação e de comunicação. Ainda assim, no entanto, coexistem os modelos unidirecionais e verticalizados.

Outros termos são comumente utilizados para se referir à ação de divulgar a ciência, como aponta Moura (2018), no caso o jornalismo científico, visto como um profissional capacitado para a compreensão de conteúdos científicos e o desenvolvimento da expertise em saber comunicá-los de forma eficiente ao público não especializado. Outra característica que destaca é que a divulgação científica é um processo que engloba diversas formas de comunicação, desde manifestações culturais, como cinema e teatro, até espaços

institucionais, como museus, congressos e feiras.

Termos como difusão científica, divulgação científica, comunicação pública da ciência e popularização da ciência, entre outros, são comumente utilizados. Segundo Massarani (2021), ambos os termos são amplamente utilizados, apesar de não serem sinônimos e de existir uma ausência de definição consensual que estabeleça as diferenças entre cada termo de maneira completa.

A popularização da ciência consiste no ato de difundir o conhecimento científico para toda a sociedade, especialmente diante dos diversos desafios contemporâneos, como questões sociais, ambientais, econômicas e tecnológicas. Nesse contexto, torna-se essencial promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, visando ao bem-estar social. O fortalecimento das ciências interdisciplinares e transdisciplinares pode contribuir significativamente para a concretização de objetivos definidos socialmente, como no caso da divulgação científica ou popularização da ciência (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024).

Destarte, no cenário do século XXI, com uma sociedade apoiada sobre o pilar da tecnologia da informação e comunicação, o ciberespaço e a *internet*, é mister a apropriação desses espaços de compartilhamento da informação e do conhecimento pelos cientistas. Nesse sentido, Freire & Guimarães (2025), consideram que as tecnologias digitais estão profundamente integradas ao processo de popularização da informação em ciência e tecnologia na sociedade contemporânea. Um dos exemplos citados pelos autores é o periódico científico, uma das formas de comunicação científica mais impactadas pela digitalização. A versão eletrônica desses periódicos amplia a visibilidade da ciência no contexto da comunicação científica e tecnológica. Nesse sentido, acredita-se que a crescente produção científica nos meios eletrônicos da internet e do ciberespaço pode favorecer a democratização do acesso ao conhecimento científico. E, através da aplicação de ações de divulgação científica, tais conhecimentos podem ultrapassar os ambientes eletrônicos acadêmicos para um cenário em que não há mais como definir público, pois a sua abrangência tende às mais diversas possíveis, no caso das mídias sociais digitais, por exemplo.

No que tange às relações da Competência Científica com a Divulgação Científica, é importante conceituar, primeiramente, o que se entende por competência.

Segundo Zarifian (2001), a competência corresponde à articulação de diversos atributos, como inteligência, conhecimento, iniciativa e responsabilidade, que se manifestam na prática por meio da mobilização de saberes prévios para a execução eficiente de uma ação. Essa habilidade envolve não apenas a aplicação técnica do conhecimento, mas também a capacidade crítica e emocional do indivíduo, permitindo-lhe organizar seus pensamentos e traduzi-los em ações competentes.

Dessa forma, cada pessoa dispõe de competências e habilidades que podem ser aprimoradas e adquiridas em diferentes áreas da vida, seja na execução de tarefas diárias ou na gestão de atividades profissionais.

A Competência Científica refere-se à habilidade de compreender, reconhecer e valorizar o conhecimento científico, permitindo a análise de seus impactos nas esferas social, política, cultural e econômica. Além de envolver a aptidão para leitura e escrita de textos mais técnicos, essa competência possibilita a compreensão das interações entre ciência e tecnologia e a resolução de desafios contemporâneos, como a crise climática. O conceito, também chamado de Literacia Científica, surgiu na década de 1950, introduzido por Paul Hurd, que defendia a universalização do ensino de ciências, tornando-o acessível a toda a sociedade, e não apenas a uma elite restrita (Kemp, 2002).

O conceito de competência científica surgiu para atender aos desafios educacionais nas escolas americanas, mas, ao longo das décadas, expandiu-se para abranger a capacidade de comunicação eficiente entre especialistas da área (Laugksch, 2000). Isto posto, a competência científica desempenha

um papel importante na sociedade, permitindo que indivíduos distingam discursos falsos e compreendam a diferença entre conhecimento científico e cultural. Por meio da alfabetização científica, eles são capazes de reconhecer pesquisas validadas, aplicar o pensamento crítico e utilizar ciência e tecnologia para promover transformações sociais. Além disso, essa competência envolve aspectos éticos e morais que orientam a conduta científica e sua integração na vida cotidiana (Hurd, 1998).

Em uma abordagem mais recente, Domènech-Casal (2018) argumenta que a Competência Científica pode ser entendida como uma dimensão composta por significados para uma intitulada cidadania científica, isto é, a capacidade analítica do sujeito não se limita à compreensão de conteúdos científicos, e engloba o senso crítico no processo decisório para a participação em contextos sociais diversos ao exercer a dimensão entre direitos e deveres imputados aos cidadãos. A Competência Científica converge, portanto, às dimensões educativas, políticas, sociais e culturais de um sujeito à medida em que a compreensão e aplicação do conhecimento técnico científico amplia a sua capacidade de compreensão do meio em que se está inserido e contribui para o desenvolvimento de capacidades cognitivas e habilidades interpessoais como uma comunicação eficaz, boa oratória e retórica, resolução de problemas em equipe, senso de empatia e resiliência nas interações sociais. Essa última dimensão pontuada está ligada mais à função social inererente à Ciência e ao seu ecossistema, aos cientistas e pesquisadores, com a necessidade constante de amparar as necessidades de desenvolvimento da sociedade e de serem igualmente reconhecidos e valorizados por tal prática. Assim, as dimensões que abrangem a Competência Científica podem ser propícias para a concepção de uma Ciência Cidadã, com a busca por uma sociedade em que a apropriação da informação científica e tecnológica surtam efeitos positivos em prol da redução das desigualdades e da desinformação no contexto contemporâneo.

Em diversos países, a Competência Científica é referida por diferentes nomenclaturas, sendo a alfabetização científica um dos termos mais utilizados. Para Chassot (2003), a alfabetização constitui um elemento primordial para a consolidação de uma educação de qualidade, especialmente nos níveis fundamental, médio e superior. A alfabetização científica possibilita ao indivíduo interpretar e compreender os fenômenos naturais, desenvolvendo uma leitura crítica do mundo. Em contrapartida, a ausência dessa competência limita a capacidade de percepção e análise da realidade, dificultando o entendimento dos processos científicos e tecnológicos que impactam a sociedade.

Conforme Hurd (1998), a Competência Científica traz benefícios significativos para a sociedade, permitindo que as pessoas desenvolvam a capacidade de identificar discursos enganosos e reconhecer os desafios da desinformação e da pós-verdade na atualidade. Assim, a Competência Científica decorre de uma educação científica sólida, que possibilita distinguir teorias fundamentadas em métodos científicos de conhecimentos culturais, como mitos e folclores. Dessa forma, as pessoas cientificamente competentes sabem avaliar a validade de uma pesquisa por meio da revisão por pares, aplicando senso crítico e conhecimentos em ciência e tecnologia na vida cotidiana. Dessa forma, a alfabetização científica contribui para a transformação social, fortalecendo a consciência ética e moral tanto na pesquisa científica quanto em diversas áreas da vida.

Nesse contexto, não se trata, necessariamente, de operacionalizar o conhecimento técnico-científico, mas conhecer a existência de instrumentos, ferramentas e dos métodos que certificam qualidade, confiabilidade e veracidade àquela informação veiculada, pois a pessoa que sabe, por exemplo, do processo de revisão pelos pares, não nutrirá confiança em quaisquer tipos de informação que circula na internet ou em outros ambientes em que demanda da resolução de uma necessidade informacional.

No sentido da contribuição da Competência Científica (ou Literacia Científica) para a compreensão do conhecimento científico e a sua aplicação no cotidiano das pessoas, Bybee

(1997) sugere cinco níveis da Literacia Científica, representados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Os cinco níveis da Literacia Científica

Níveis propostos para a Literacia Científica	Descrição
Literacia científica e tecnológica nominal	Grau em que a pessoa possui aptidões e capacidades críticas quanto aos assuntos ligados à ciência e tecnologia, associações podem ser realizadas para relacionar conceitos científicos e tecnológicos, todavia, não há propriedade para uma compreensão sólida em C&T.
Literacia científica e tecnológica funcional	A pessoa é capaz de usar vocabulários sobre C&T em contextos específicos como na interpretação de uma reportagem, contudo, não há a compreensão aprofundada ou o domínio sobre o tema, mas é capaz de associar os termos com as áreas disciplinares.
Literacia científica e tecnológica conceitual e processual	A pessoa é capaz de associar conceitos numa disciplina científica, e os relaciona com conceitos mais abrangentes, além disso, é capaz de desenvolver novos conhecimentos a partir do conhecimento da estrutura das disciplinas e os métodos científicos experimentais. No quesito processual, é capaz de aplicar o conjunto de conhecimentos aprendidos para a resolução de problemas, com a aplicação de metodologia científica.
Literacia científica e tecnológica multifuncional	A pessoa é capaz de relacionar e desenvolver questionamentos filosóficos e históricos, e realiza associações sobre C&T e sociedade.
Iliteracia científica	Não há uma compreensão sobre assuntos científicos, há a ausência da capacidade crítica de relacionar assuntos sobre ciência e tecnologia, e pode ocorrer em diferentes faixas etárias.

Fonte: Bybee (1997).

Os cinco níveis da Literacia Científica descrevem os diferentes graus de profundidade da educação científica de uma pessoa, incluindo até mesmo sua completa ausência. Tais níveis contribuem para a compreensão da formação em educação científica, destacando a progressão do conhecimento necessário para fundamentar, de fato, a capacitação de uma pessoa como competente cientificamente, garantindo uma adequada compreensão crítica dos empreendimentos científicos e tecnológicos na sociedade contemporânea.

Ressalta-se, igualmente, que um cidadão dotado de competências científicas deve ser capaz de reconhecer a importância de outros tipos de conhecimento, como crenças, folclores e manifestações culturais, cada um em suas respectivas medidas e searas. Embora todas essas formas de conhecimento tenham seu valor, apenas a ciência é sistematizada por meio de um conjunto de métodos que busca a comprovação baseada em evidências científicas.

É mister apresentar as diferenças conceituais e práticas de outro termo que dialoga com a Competência Científica, que é a Competência em Informação. Dudziak (2003) define a Competência em Informação, também denominada alfabetização informacional, literacia, letramento ou fluência informacional, como uma habilidade que envolve a mobilização, integração e transferência de conhecimentos, recursos e capacidades. Essa competência visa agregar valor e permitir o uso responsável da informação dentro de seu amplo universo, tornando a pessoa apta a agir de forma consciente e estratégica no acesso e na aplicação do conhecimento.

Isto posto, a fim de não causar possíveis confusões nas proximidades conceituais da

Competência Científica e a Competência em Informação, ressalta-se que, enquanto a Competência Científica está voltada para a alfabetização científica, substanciando o entendimento dos princípios e métodos da ciência, a Competência em Informação diz respeito à capacidade de acessar, avaliar e utilizar recursos informacionais de maneira autônoma e crítica para a tomada de decisões.

Ao aliar o conjunto de competências científicas e informacionais, tais habilidades ampliam a consciência sobre ciência e tecnologia, o que permite à sociedade a adequada apropriação e aplicação do conhecimento nos mais diversos contextos da vida. Assim, uma pessoa que domina ambas as competências se tornam mais preparadas para exercerem seus direitos e deveres como cidadãos. Advém, então, a consciência coletiva na defesa do valor da ciência na sociedade e a participação ativa ao debate público para investimentos a partir de políticas científicas e tecnológicas.

Ademais, a Divulgação Científica e a Competência Científica estabelecem uma relação de finalidades conceituais e pragmáticas, pois estão interligadas a partir do processo de democratização do conhecimento, no objetivo de tornar a ciência mais acessível e compreensível à sociedade. Enquanto a divulgação foca na comunicação clara para diversos públicos, eliminando barreiras técnicas, a competência científica refere-se à capacidade de interpretar, analisar e aplicar esse conhecimento de forma crítica. Juntas, essas áreas promovem a educação científica, o engajamento social e a valorização da ciência na tomada de decisões, fortalecendo a participação dos cidadãos em debates sobre tecnologia e inovação.

A Divulgação Científica, quando integrada às dimensões teóricas e práticas da Competência Científica dentro do contexto da Ciência da Informação, pode substanciar a construção de uma Ciência Cidadã. A junção das finalidades de ambas, da Divulgação Científica e da Competência Científica, envolvem não apenas a popularização do conhecimento produzido pela comunidade científica, mas também a formação de pessoas capacitadas para compreender, avaliar e utilizar informações de maneira crítica e autônoma. Nesse contexto, uma sociedade munida de senso crítico e devidamente alfabetizada cientificamente é capaz de interpretar dados, avaliar discursos, enfrentar os desafios contemporâneos e compreender implicações éticas, sociais e políticas provenientes dos empreendimentos científicos.

A partir dessa junção – das finalidades e objetivos da Divulgação Científica e Competência Científica –, o seguinte esquema a seguir apresenta, pelo Quadro 3, a compreensão das competências necessárias a um divulgador científico.

Quadro 3: As competências de um divulgador científico

Competência	Descrição
Domínio da comunicação científica	É necessário, para uma efetiva prática de divulgação científica, que o comunicador disponha satisfatoriamente do conhecimento necessário da área em que atua, para que então possa simplificá-la, posteriormente, numa linguagem de fácil compreensão ao público. Competências científicas e informacionais ampliam o repertório do cientista na própria representação do conhecimento em suas pesquisas, na comunicação científica, e no empenho de empreendimentos direcionados às práticas de divulgação da ciência.
Competência tecnológica (ou midiática)	O divulgador deve dispor de competências técnicas para o manejo de ferramentas e aplicativos tecnológicos, redes de comunicação da informação tais como *Facebook, Blogs, Instagram, WhatsApp, Telegram*, e outras mídias sociais digitais, ferramentas de gestão de dados, ferramentas de *Business Intelligence* (BI), e demais *softwares* de gerenciamento de dados.
Flexibilidade na adaptação da linguagem técnica	O divulgador deve dispor de uma flexibilidade, de um vocabulário diverso para adaptação da linguagem técnica a uma linguagem funcional à audiência dialogará com tal conhecimento.
Criatividade midiática	O divulgador que possui um senso criativo apurado é capaz de criar e ofertar práticas de divulgação científica utilizando recursos como o audiovisual, desenhos, e outros formatos de representação da

	informação e do conhecimento, para propiciar um melhor grau de interação do público com os conteúdos sobre ciência.
Senso crítico	Um dos atributos importantes ao divulgador científico é a disposição de senso crítico para a tomada de decisões, para a interação com o público, que, em uma comunicação dialógica, poderá somar conhecimentos e encontrar novas perspectivas que versam sobre ciência e tecnologia ao assunto relacionado.
Consciência cidadã	No exercício da comunicação da ciência, o divulgador científico deve dispor da consciência cidadã no sentido de saber o impacto que a sua comunicação pode causar à comunidade. O tipo de audiência e as suas especificidades distinguirão a forma como o comunicador irá transmitir o conhecimento. A consciência cidadã ressalta o respeito à diversidade, aos diferentes tipos de público, especialmente àquele marginalizado e carente de informação em C&T. Suscita uma educação científica acessível e inclusiva.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A concepção e a formação de um divulgador científico, como descrito no esquema acima, requerem um conjunto de competências que assegurem tanto a comunicação eficaz da ciência quanto o uso adequado dos recursos informacionais. No Brasil, embora ainda não exista um decreto que regulamente essa profissão, diversas iniciativas vinculadas aos ministérios e secretarias vêm promovendo ações voltadas à divulgação científica, visando à democratização do acesso à ciência, tecnologia e inovação.

O Programa Nacional de Popularização da Ciência, criado em outubro de 2023 pelo Decreto n.º 11.754, conhecido como Pop Ciência, possui o propósito de fomentar a cultura científica, bem como incentivar a prática da ciência, tecnologia e inovação para ampliar a inclusão social e reduzir desigualdades. Uma das atribuições do Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia, é a de atuar como órgão consultivo vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, contribuindo para a definição das ações do programa. Entre os objetivos propostos pela iniciativa, destaca-se a promoção da alfabetização e do letramento científicos da sociedade brasileira, assim como o fortalecimento da diversidade, equidade e inclusão, incentivando a participação de grupos historicamente sub-representados, por meio do estímulo à participação de meninas e mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, pessoas negras, comunidades tradicionais e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras - LGBTQIA+, conforme determina o Decreto n.º 11.471, de 6 de abril de 2023. O programa também busca valorizar saberes tradicionais e respeitar a diversidade regional e cultural, além de estabelecer a cooperação nacional e internacional na área da popularização da ciência, em conformidade com as diretrizes do Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 2023).

Destarte, a Competência Científica e a Competência em Informação, unidas, são importantes aliadas no processo da popularização da ciência, pois garantem que os cientistas possuam não apenas o domínio sólido sobre os conteúdos que pretendem divulgar, mas também habilidades para planejar e executar práticas de divulgação científica de maneira clara e acessível. Nesse sentido, a Ciência da Informação contribui significativamente para a consolidação de uma comunicação pública da ciência, alinhada ao objetivo de tornar a produção científica mais democrática, acessível e inclusiva, e fortalecendo o papel dos divulgadores científicos na sociedade - o que mostra a relevância da área em investir na formação de cientistas da informação que possuem a consciência da importância da divulgação científica, isto é, de se tornarem divulgadores científicos.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização deste estudo, adotou-se uma pesquisa descritiva com o objetivo de observar e interpretar o tema no campo da Ciência da Informação, especialmente em contextos nos quais há poucos trabalhos específicos sobre a temática supracitada. Esse tipo de investigação contribui para a identificação de conceitos e

relações entre os termos estudados – neste caso, a Divulgação Científica e a Competência Científica – bem como para o desenvolvimento de hipóteses, novas perspectivas e entendimentos sobre o assunto, além de recomendações preliminares, o que fomenta a oportunidade de uma discussão acerca da evolução temática na atualidade.

Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar a rede conceitual do estudo, propiciando uma fundamentação teórica consistente e atual. A abordagem qualitativa foi empregada para compreender os elementos subjetivos, os contextos e as relações entre os conceitos investigados. Por fim, a pesquisa propõe um conjunto de recomendações que baseiam-se na metodologia do tripé universitário Ensino, Pesquisa e Extensão, o que amplia a articulação do conhecimento acadêmico e o seu impacto na sociedade.

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão decorre da interpretação do Artigo 207 da Constituição Federal Brasileira, que estabelece a necessidade de integração entre essas atividades, tornando-as complementares e interdependentes para o desenvolvimento pleno da universidade e da sociedade (Brasil, 1988).

Além disso, a Lei nº 9.394, no capítulo IV, ao tratar do Ensino Superior, reforça essa concepção ao determinar que as instituições devem promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que compõem o patrimônio da humanidade. Essa disseminação deve ocorrer por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação, garantindo a participação da população nas atividades de extensão. O objetivo é ampliar o impacto das descobertas e avanços científicos, difundindo os benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa acadêmica e tecnológica desenvolvida pelas instituições (Brasil, 1996).

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão redefine o conceito de "sala de aula", expandindo-o para todos os espaços, dentro e fora da universidade, onde ocorre a construção do conhecimento e a transformação histórico social, para a democratização do acesso à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). A Extensão universitária promove a participação ativa de estudantes e comunidades, deixando de lado a ideia de que o aluno é apenas um receptor do saber validado pelo professor. Fundamentada em metodologias investigativas e participativas, como a pesquisa-ação, a Extensão busca integrar saberes e práticas não sistematizados, fortalecendo valores de justiça, solidariedade e democracia.

Essa política enfatiza dois eixos na vida acadêmica: a inclusão de estudantes de pós-graduação em atividades extensionistas, promovendo a qualificação da pesquisa e das ações de extensão, e a valorização da produção acadêmica resultante dessas atividades, por meio de publicações, eventos e produções culturais, ampliando o impacto do conhecimento gerado na universidade.

Resultados Finais

Recomendações podem ser compreendidas como um conjunto estruturado de proposições, metas e princípios que orientam a formulação de procedimentos específicos. As recomendações representam um modelo sistematizado que estabelece critérios para assegurar um direcionamento adequado na implementação de determinadas ações. Nesse contexto, a elaboração das recomendações envolve um planejamento estratégico que define importantes elementos de um serviço destinado à comunidade, assegurando padrões de qualidade na sua concepção e desenvolvimento.

Assim, as recomendações visam aprofundar os temas da Divulgação e Competência Científicas no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, sugerindo medidas a serem tomadas a partir da aplicação do princípio de indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, veja a seguir no Quadro 4, a proposição de tais recomendações.

Quadro 4: Recomendações para a para a Divulgação Científica com interseções da Competência Científica

Princípio da Indissociabilidade: Ensino, Pesquisa e Extensão
Incentivar a criação de cadeiras/disciplinas que tratem diretamente o ensino da Divulgação Científica, com

todas as suas particularidades, relações conceituais e práticas acerca da compreensão pública da ciência.
Propor ementas que relacionem a Divulgação Científica com temas subjacentes como Informação Científica e Tecnológica em Arte, Cultura, Sustentabilidade, Decolonialidade, Gênero e Sexualidade, Competência Científica, Competência em Informação, Ciberespaço, Inteligência Artificial, Acesso Aberto, Ciência Aberta e Ciência Cidadã.
Propor reciclagem/atualização profissional/acadêmica periódica a fim de manter atualizado o ensino da Divulgação Científica no campo da Ciência da Informação.
Fortalecer o debate acerca do papel editorial nas atividades de divulgação científica.
Criar um programa ou plano de ações de Divulgação, Educação e Popularização de CT&I no Programa de Pós-Graduação, com objetivos e metas definidos para estimular a Pós-Graduação em projetos que envolvam a comunidade local.
Criar pontes para o debate, nas entidades políticas que estruturam o sistema de desenvolvimento científico nacional, a criação de indicadores científicos que pontuem os cursos de Pós-Graduação que estiverem envolvidos com a elaboração de ações de popularização da ciência.
Estimular a comunidade acadêmica a gerar novos conhecimentos a partir da metodologia de participação ativa em projetos de extensão, por meio da pesquisa-ação.
Gerar estudos de percepção pública da ciência com projetos de divulgação e popularização da ciência em comunidades locais que são privilegiadas por tais iniciativas.
Requisitar recursos públicos e/ou financiamentos de entidades privadas ou doações que visam o investimento em ações de divulgação científica, promovendo o conhecimento científico por diferentes meios e modelos de divulgação pública, principalmente as que utilizam a efetiva participação pública.
Estimular a criação de Grupos de Pesquisa que dialoguem diretamente com os aspectos e as nuances da Divulgação e da Competência Científica no contexto da Ciência da Informação brasileira.
Integrar ações de educação e popularização de C&T em PPG que possuam afinidades quanto à Área de Concentração, Objetivos e Escopo, o que incentiva a integração, colaboração e cooperação científica.
Promover a participação dos PPG em ações de educação e popularização de C&T em museus, bibliotecas, centros de pesquisa e centros de ciências, seja de forma presencial e/ou remota.
Incentivar a participação da comunidade acadêmica da Ciência da Informação em iniciativas de Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo o intercâmbio de ideias e a colaboração científica com diferentes cursos de Graduação e Pós-Graduação. Essas ações incluem palestras, *workshops* e oficinas voltadas para escrita científica, letramento científico e ao desenvolvimento de competências informacionais e científicas, por meio de treinamentos e uso de ferramentas para manipulação de dados, bases de dados, repositórios institucionais e busca avançada.
Estimular a internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão em ações de divulgação científica para a América Latina e para as mais diversas partes do mundo.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Esse conjunto de recomendações podem substanciar a formação em Divulgação Científica no campo da Ciência da Informação, contribuindo, dessa forma, para uma sociedade que caminhe cada vez mais para uma consciência crítica quanto à importância da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável e a redução de desigualdades sociais presentes na estrutura social atual.

Entende-se que as nuances pragmáticas da Divulgação e da Competência Científica dialogam e se entrecruzam num mesmo objetivo comum: o de promover a ciência para a democratização e o maior acesso à literacia/educação científica da sociedade. As recomendações sugeridas visam, como resultados esperados, contribuir para novas metodologias e abordagens, com o objetivo de democratizar o acesso à CT&I por meio da divulgação científica.

Considerações Finais

O presente estudo teve como finalidade a proposição de recomendações para a Divulgação Científica com interseções da Competência Científica, pelo qual utilizou como base o Princípio da Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão descritos na legislação brasileira no âmbito do Ensino Superior. A relação entre Divulgação Científica e Competência Científica foi analisada a partir de uma rede conceitual e pelo relacionamento entre os termos, entendendo-os como disciplinas interdisciplinares, e destacando a relevância do emprego de ambos para a alfabetização científica e ao fortalecimento da interação entre a comunidade científica e a sociedade.

A pesquisa, um estudo teórico de delineamento bibliográfico clássico, com abordagem qualitativa, se fundamentou na revisão de literatura e na proposição de recomendações que possam contribuir para a

formação de pesquisadores comprometidos com o compartilhamento do conhecimento à sociedade. Foram apresentadas recomendações que enfatizam a necessidade da interdisciplinaridade e colaboração, estimulando iniciativas que ampliam o intercâmbio de ideias e fortaleçam a relação entre diferentes áreas do saber.

Como ressaltado, este estudo foi ampliado e atualizado a fim de promover uma discussão teórica e pragmática acerca da Divulgação Científica e Competência Científica. Por se tratar de uma das etapas de produção de uma dissertação de mestrado acadêmico, este estudo se baseia, sobretudo, numa proposta mais teórica em que proposições futuras poderão trazer a concepção prática da aplicação das recomendações e os efeitos que delas são advindos às instituições científicas. Assim, constatou-se que a proposta de promover uma discussão teórica e epistemológica sobre os termos em estudo foi devidamente atendida. Como se trata de uma pesquisa descritiva, um de seus objetivos foi alcançado conforme o delineamento inicial, contribuindo para a ampliação do entendimento e das reflexões acerca do tema.

Este trabalho destaca que a produção acadêmica, oriunda das atividades de ensino, pesquisa e extensão, deve ser valorizada e articulada com diversos atores sociais, incluindo entidades públicas e privadas, organizações mistas e instituições sem fins lucrativos. Essa integração fortalece o impacto do conhecimento gerado, ampliando sua disseminação para além do ambiente acadêmico e promovendo transformações na contemporaneidade.

Isto posto, as principais estratégias apontadas nas recomendações, destaca-se a inclusão de disciplinas específicas sobre Divulgação Científica nos currículos acadêmicos, relacionando-a a temas emergentes como Ciência Aberta, Competência Científica, Inteligência Artificial e Sustentabilidade. Além disso, incentiva-se a participação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em atividades de popularização da ciência em espaços como museus e bibliotecas, bem como a realização de estudos sobre percepção pública da ciência, ampliando seu impacto na sociedade.

As recomendações também reforçam a importância da pesquisa-ação como metodologia para a produção de conhecimento e da criação de indicadores científicos que reconheçam cursos de Pós-Graduação engajados na divulgação científica. O fortalecimento do debate editorial, o estímulo à colaboração interdisciplinar e o incentivo à internacionalização da ciência são aspectos essenciais para consolidar uma ciência aberta, acessível e socialmente responsável, promovendo sua integração com diversos atores sociais e garantindo sua valorização no meio acadêmico e na sociedade.

Para pesquisas futuras, vislumbra-se investigar a aplicação prática das recomendações propostas com base no princípio da indissociabilidade. Para tal, dar prosseguimento a uma pesquisa qualitativa, tendo como base a aplicação de indicadores a fim de mensurar o impacto das recomendações, como a participação da comunidade científica e acadêmica na relação Ensino, Pesquisa e Extensão.

Acrescenta também a necessidade da continuidade da pesquisa, relacionando as proximidades teóricas e pragmáticas da Divulgação Científica e da Competência Científica no cenário da sociedade do algoritmo, em que os regimes de informação vigentes na lógica algorítmica possivelmente interferem nas tomadas de decisão da sociedade conectada em rede. Assim, as recomendações propostas e as competências do divulgador científico são necessárias no embate de forças informacionais promovidas na concepção da cultura do algoritmo em curso na sociedade digital, sobretudo para verificar as possíveis influências no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão do conhecimento científico.

Referências

Albagli, S. (1996). Divulgação científica: informação científica para cidadania. Ciência da Informação, 25 (3), 396-404. http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639/643.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 207. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil. (2023). Decreto nº 11.754, de 25 de outubro de 2023: Institui o Programa Nacional de Popularização da Ciência e o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.754-de-25-de-outubro-de-2023-518991101

Bueno, W. da C. (2019). A comunicação e a divulgação científicas: revisitando conceitos e compromissos. Em C. F. Musse (Org.), Comunicação e universidade: reflexões críticas (1ª ed.). Curitiba: Appris.

Bybee, R. (1997). Achieving scientific literacy: From purposes to practices. Heinemann. https://eric.ed.gov/?id=ED461491

Chassot, A. (2003). Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. Revista Brasileira de Educação, 22, 89–100. https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gZX6NW4YCy6fCWFQdWJ3KJh/?lang=pt&form#.

Costa, A. R. F. da, Sousa, C. M. de, & Mazocco, F. J. (2010). Modelos de comunicação pública da ciência: Agenda para um debate teórico-prático. Conexão - Comunicação e Cultura, 9(18). https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/01/624-2199-1-PB.pdf

Domènech-Casal, J. (2018). Comprender, decidir y actuar: una propuesta-marco de competencia científica para la ciudadanía. Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias, 15.

Dudziak, E. A. (2003). Information literacy: Princípios, filosofia e prática. Ciência da Informação, 32(1), 23–35. https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016

Fares, D. C., Navas, A. M., & Marandino, M. (2007). Qual a participação? Um enfoque CTS sobre os modelos de comunicação pública da ciência nos museus de ciência e tecnologia. In 10ª Reunión de la Red de Popularización de la Ciencia y la Tecnología en América Latina y Caribe, San José, Costa Rica. https://www.researchgate.net/publication/273758692_NAVAS_A_M_CONTIER_D_MARANDINO_M_2007_Controversia_cientifica_comunicacao_publica_da_ciencia_e_museus_no_bojo_do_movimento_CTS_In_Ciencia_Ensino_Online_v1_1-12

Freire, G. H. de A., & Guimarães, M. V. de A. (2025). Padrões editoriais para políticas de informação em divulgação científica nos periódicos de Ciência da Informação. Ciência Da Informação Express, 6. https://doi.org/10.60144/v6i.2025.143

Hurd, P. D. (1998). Scientific literacy: New minds for a changing world. Science Education, 82(3), 407-416. https://nuwrite.northwestern.edu/communities/science-writing-community/docs/science-writing-assignments-grading/general-science-writing-skills/pedagogical-articles-research-studies/on-science-literacy/Hurd_scientific%20literacy.pdf.

Kemp, A. C. (2002). Science educators' competing views on the goal of scientific literacy (Tese de doutorado). Universidade de Georgia. https://esploro.libs.uga.edu/esploro/outputs/doctoral/Science-educators-competingviews-on-the-goal-of-scientific-literacy/9949334593002959.

Kunsch, M. (2019). Prefácio. In C. F. Musse (Org.), Comunicação e Universidade: Reflexões críticas (1ª ed.). Appris.

Laugksch, R. (2000). Scientific literacy: A conceptual overview. Science Education, 84(1), 71-94.

Lima, G. da S., & Giordan, M. (2021). Da reformulação discursiva a uma práxis da cultura científica: Reflexões sobre a divulgação científica. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 28(2), 375–392.

Massarani, L. (2021). Divulgação científica. In J. Szwako & J. L. Ratton (Orgs.), Dicionário dos negacionismos no Brasil. Pernambuco CEPE.

Massarani, L., & Dias, E. M. de S. (Orgs.). (2018). José Reis: Reflexões sobre a divulgação científica. Fundação Oswaldo Cruz: Casa de Oswaldo Cruz. http://portal.sbpcnet.org.br/livro/ebook_reflexoes_divulgacao_cientifica_press.pdf

Matos, H. (2021). Comunicação pública é democracia comunicacional. Entrevista concedida a Silmara Helena. Em J. Duarte (Org.), Comunicação pública na prática:

depoimentos. São Paulo: Aberje: ABCPública. https://escolaaberje.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Comunicacao_Publica_na_Pratica_Depoimentos.pdf

Miller, S. (2005). Os cientistas e a compreensão pública da ciência. In L. Massarani, J. Turney, & I. Moreira (Orgs.), Terra incógnita: A interface entre ciência e público. Casa da Ciência, Museu da Vida e Vieira & Lent.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2024). Popularização da ciência. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/popciencia

Moura, M. (2018). Mariluce Moura: "Redes sociais são fundamentais na disseminação de informação, formatos e experimentação". Entrevista concedida a C. Medeiros. In C. Vogt, M. Gomes, & R. Muniz (Orgs.), ComCiência e divulgação científica. BCCL/UNICAMP.

Souza, C. B. dos S. de, & Freire, G. H. de A. (2022). Divulgação científica, uma vacina para combater fake news em tempos de pandemia de covid-19 no Brasil. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 36(1). https://doi.org/10.14295/biblos.v36i1.14124

Valério, M., & Takata, R. (2025). Afinal, o que é divulgação científica? Explanação e proposição de uma definição plural. Proposições, 36, e2025c0502BR. https://doi.org/10.1590/1980-6248-2024-0047BR

Wersig, G., & Neveling, U. (1975). The phenomena of interest to Information Science. Information Scientist, 9(4), 127-140.

Zarifian, P. (2001). Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo, SP: Atlas.

Notas

[1] Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Substituto pela UFRJ. Especialista em Divulgação e Popularização da Ciência pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela UFRJ.

[2] Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Professor Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ.

[3] O presente estudo passou por atualizações significativas, e incorporou novas perspectivas teórico e pragmáticas a fim de aprimorar a relevância da pesquisa e o diálogo com os desafios contemporâneos da área da Ciência da Informação. Integra os resultados provenientes do texto original da dissertação de mestrado acadêmico, defendido e aprovado no ano de 2025, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ.

Dimensões da Competência em Informação nos Currículos de Biblioteconomia da UFF e da UNAM: uma Análise Comparativa

Mayke Machado Santos, Universidade Federal Fluminense, 0009-0000-4638-7720, Brasil, *maykesantos@id.uff.br*

Marielle Barros de Moraes, Universidade Federal Fluminense, 0000-0002-8848-5799, Brasil, *mariellemoraes@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6752

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A Competência em Informação (CoInfo) é uma disciplina que se localiza no âmbito da Ciência da Informação e refere-se às relações entre as fontes de informação e os usuários, com vistas a que estes se tornem autônomos no seu processo de busca até o uso e reuso da informação de que necessitam, de forma ética e socialmente responsável. Nesse contexto, autores como Belluzzo (2005), abordam o conceito CoInfo onde a competência em informação constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida.

Vitorino (2011) delineou quatro dimensões para a CoInfo, a saber: técnica, estética, ética e política, as quais devem estar em harmonia para o desenvolvimento da CoInfo. Essas dimensões, conforme discutido por Vitorino e Piantola (2009), não se apresentam de forma isolada, mas sim interdependentes, compondo-se de um arcabouço que fornece uma sustentação do exercício ético e autônomo da informação no mundo atual.

A *dimensão técnica* refere-se à uma habilidade requerida para a realização de uma determinada ação ou para executar um ofício. Farias & Belluzzo (2017) evidenciam que, a dimensão técnica quando separada das demais dimensões, tende a privilegiar a promoção de uma formação com caráter exclusivamente operacional, gerando uma carência que suprime a intencionalidade pedagógica e a criticidade. Por sua vez, a *dimensão estética* é aquela relacionada à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com a informação e a forma como ele a expressa e age no âmbito coletivo.

Por sua vez, a *dimensão ética* refere-se a que um sujeito competente em informação é capaz de assumir uma postura crítica diante das informações, o que para Vitorino (2011) requer um juízo de valor. Trata-se, portanto, de ir além do domínio técnico e incorporar reflexão sobre intenções, consequências e contextos sociais de cada dado acessado, interpretado ou compartilhado , ou seja, é a utilização da informação de forma responsável, visando o bem comum. Nessa perspectiva, a responsabilidade ética abrange respeito a direitos autorais e privacidade, promoção da acessibilidade, combate à desinformação e incentivo a práticas informacionais que fortaleçam a cidadania e a justiça social (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106). Por fim, a dimensão política refere-se a que indivíduos competentes em informação estão mais aptos a participar das decisões e das transformações referentes à vida social, a saber possuem maiores condições de exercer a sua cidadania. Moraes, Aymonin e Reyes (2021) observam que, apesar de avanços pontuais, "muito ainda há a ser feito, pois a existência de uma disciplina no fluxo curricular, ou de um conteúdo programático de CoInfo em alguma disciplina do currículo, não nos fornece elementos suficientes para afirmar que a formação dos bibliotecários […] é suficiente" (MORAES; AYMOMIN; REYES, 2021, p. 20). De modo convergente, Moraes (2017) conclui que o conceito de mediação, embora possua

potencial estratégico para criar modos alternativos de construção curricular, de atuação dos profissionais da informação, ainda se encontra pouco presente na práxis dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. Essas citações reforçam a necessidade de incluir, de forma articulada, teoria crítica, mediação informacional e ações extensionistas nos currículos, a fim de consolidar a dimensão política da Competência em Informação.

Por outro lado, destaca-se que a CoInfo não deve ser pautada na compreensão como um conteúdo isolado, mas como uma competência transversal que deve permear todos os diferentes eixos da formação. Essa perspectiva necessita de uma demanda na reformulação curricular que vise e favoreça a integração das quatro dimensões da CoInfo que são: técnica, estética, ética e política , ao longo das disciplinas do currículo, por meio de estratégias pedagógicas que sejam intencionais, pautas avaliativas e projetos que tenham a função de gerar impactos sociais.

Dessa forma, esta pesquisa teve como foco central responder ao seguinte questionamento: Em quais dimensões estão delineadas as disciplinas relacionadas à Competência em Informação dos cursos de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Nacional Autónoma de México?

A seleção dessas instituições de ensino se deu em função de que a UFF possui os cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia no âmbito do mesmo departamento e, também, por ser a universidade onde estudam e trabalham os autores deste artigo. A UNAM foi selecionada por possuir o curso de Arquivologia e de Biblioteconomia na instituição e por ser uma das maiores universidades da América Latina. Este trabalho tem como objetivo geral analisar em quais dimensões estão delineadas as disciplinas dos cursos de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Nacional Autónoma do México. Os objetivos específicos são: Identificar as disciplinas que se relacionam com a Competência em Informação nos cursos de Biblioteconomia da Universidade Nacional Autónoma do México e da Universidade Federal Fluminense. Comparar as disciplinas relacionadas à Competência em Informação da Universidade Nacional Autónoma do México e da Universidade Federal Fluminense.

Esta pesquisa realizou um levantamento das disciplinas e conteúdos disciplinares sobre Competência em Informação nos currículos dos cursos de Biblioteconomia da UFF e da UNAM, analisando em quais dimensões da CoInfo elas se encontram.

Referencial Teórico

A Competência em Informação consiste em um amplo espectro de capacidades e não se limita ao manejo pontual ou meramente técnico de recursos informacionais. Belluzzo (2005, p. 39) a define como um processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas, que possibilitam a criação de conhecimento inédito e sua efetiva aplicação no cotidiano. Essa abordagem integradora e progressiva só faz sentido quando se abrangem, de forma simultânea, os valores pedagógicos e sociais da informação. Na literatura já há uma identificação de mais de 30 padrões internacionais (SCONUL, ACRL, IFLA, CAUL) que deslocam a CoInfo do “saber fazer” para o “saber por quê” (Belluzzo, 2018). A autora caracteriza esse cenário como novo paradigma tecnoeconômico, em que a mera oferta de dados é insuficiente; exige-se leitura crítica e ação transformadora (BELLUZZO, 2020, p. 12). Os conteúdos técnicos e debates sobre cidadania digital, desinformação e inclusão precisam atender este paradigma tecnoeconômico.

Belluzzo (2005; 2018; 2020) aprofunda esse entendimento ao conceituar a CoInfo como uma competência — ou seja, uma competência de ordem superior, transversal a outras competências e capaz de catalisar aprendizagens em diferentes esferas da vida acadêmica e social. Sua proposta se ancora em uma crítica à visão tecnicista predominante nos currículos, propondo que a CoInfo seja concebida como diretriz epistemológica e não como conteúdo isolado. Para a autora, desenvolver a CoInfo é formar sujeitos reflexivos, críticos e criativos, capazes de atuar

com responsabilidade em contextos informacionais complexos. Essa competência se efetiva por meio de práticas pedagógicas intencionais, como o uso de rubricas, experiências integradoras e mediação cultural. Belluzzo contribui de modo singular ao evidenciar que a Competência em Informação exige tanto domínio procedimental quanto sensibilidade ética, estética e política — dimensões que precisam estar planejadas desde a formulação dos projetos pedagógicos até sua implementação em sala.

Nesse "processo contínuo de interação e internalização", as três dimensões — habilidades, atitudes e conhecimentos — atingem seu pleno potencial apenas quando integradas umas às outras, num fluxo contínuo de aprendizagem ao longo da vida. Fundamentando-se na premissa de Rios (2006) acerca das habilidades profissionais (dimensões técnica, estética, ética e política), pesquisadores da área (Vitorino; Piantola, 2009) identificam que a CoInfo também pode ser interpretada com base nesses quatro aspectos, os quais se entrelaçam na prática. Assim, a Competência em Informação envolve, tanto as habilidades voltadas à busca e à avaliação da informação, quanto aquelas voltadas à sensibilidade criativa, responsabilidade social e consciência política no uso da informação. Os autores Vitorino & Piantola sistematizam quatro dimensões (técnica, estética, ética, política) e afirmam que desenvolvê-las em equilíbrio é condição para formar sujeitos criativos e socialmente responsáveis (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 5). Os Planos de ensino devem prever experiências sensíveis para além dos exercícios técnicos tradicionais.

Vitorino (2011; 2020), ao sistematizar as quatro dimensões da CoInfo, subsidia uma importante ampliação conceitual ao campo da ciência da informação, pois sua proposta ultrapassa o plano funcional da informação, propondo uma leitura integral do sujeito informado. A dimensão estética, por exemplo, não é apenas uma variável criativa, mas um elemento formador da subjetividade e da empatia, condição essencial para fomentar a mediação cultural. Já a dimensão ética envolve o juízo de valor diante das fontes e dos contextos de uso, enquanto a dimensão política evidencia o papel transformador da informação na construção da cidadania. A proposta de Vitorino é, portanto, complementar à de Belluzzo: enquanto esta propõe a transversalidade como diretriz pedagógica, aquela oferece os eixos que sustentam essa integração na prática.

A adoção dessa visão integradora de Competência em Informação entendida como "visão integradora – compreende, além de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para exercer certa atividade, mas também o desempenho da pessoa em determinado contexto" (BELLUZZO, 2018, p. 36) gera impactos práticos significativos, sobretudo no desenvolvimento profissional dos bibliotecários e na concepção de programas de educação de usuários, destacando-se: *Formação inicial:* currículos que integrem habilidades técnicas (busca e recuperação) a discussões sobre ética, consciência social e mediação criativa; *Formação continuada:* espaços permanentes de troca e atualização, reconhecendo a necessidade de aprendizagem ao longo da vida; *Mediação de informações:* atuação que vai além do treinamento instrumental, fomentando senso crítico, inovação e responsabilidade no uso das fontes. Farias & Belluzzo (2017) estruturam uma Modelagem Pedagógica de Desenvolvimento da CoInfo (MPDCoInfo) em cinco fases, a saber: analisar, desenhar, organizar, realizar. As autoras alertam: "sem modelagem intencional, a ética vira nota de rodapé" (FARIAS; BELLUZZO, 2017, p. 57). Cada plano de ensino deve possuir, além dos conteúdos e metodologias, formas de indicar em qual fase e dimensão contribui, usando rubricas alinhadas à MPDCoInfo, detalhando, por exemplo, se a atividade se situa nas etapas de analisar, desenhar, organizar, realizar ou avaliar, e especificando se desenvolve a dimensão técnica, cognitivo-lógica, estética, ética, política ou metacognitiva.

A MPDCoInfo proposta por Farias e Belluzzo (2017) é especialmente relevante por traduzir os pressupostos teóricos da CoInfo em práticas

pedagógicas concretas. As cinco fases — análise, desenho, organização, realização e avaliação — permitem o acompanhamento da contribuição de cada disciplina às dimensões da CoInfo. Com isso, o currículo deixa de ser apenas reativo ou fragmentado e passa a ser estruturado com intencionalidade formativa. Além disso, as autoras defendem que cada unidade curricular identifique sua principal contribuição (técnica, ética, estética ou política), promovendo equilíbrio e evitando sobrecarga em uma só dimensão. Essa abordagem fortalece o elo entre a proposta de Belluzzo e a sistematização de Vitorino, oferecendo o "como fazer" para as diretrizes conceituais.

Para Belluzzo (2005), embora a Competência em Informação seja compreendida por um conjunto de habilidades, não podemos restringir o seu desenvolvimento ao mero aprender a encontrar e utilizar a informação em qualquer forma e possivelmente produzir informação básica como objeto. Temos que tratá-la na amplitude do conceito da informação e das exigências da Era Digital e suas funções nas sociedades humanas. A autora mostra que a Competência em Informação não se restringe a um conjunto de habilidades com o intuito de ser úteis, mas valores, atitudes e modos de pensar que têm impacto tanto na vida acadêmica, quanto na profissional, assim como na sociedade em um âmbito geral. Assim, desenvolver competências em informação é habilitar os sujeitos não apenas com ferramentas para lidar com a informação, mas visões que fundamentam mentalidades que possibilitem transformações, na formação de cidadãos conscientes, criativos e prontos a intervir de modo promissor em seu meio. Esse processo contínuo, que integra as dimensões técnica, estética, ética e política é que torna a Competência em Informação tão relevante e desafiadora nos contextos profissionais, sociais e formativos. Belluzzo (2005) classifica a CoInfo como competência integradora, catalisadora de outras aprendizagens em contextos formais, informais e não-formais. A autora reforça que "competência é modo de pensar crítico-criativo", não mero domínio de fontes. As avaliações precisam medir não só desempenho procedural, mas também pensamento crítico e participação social.

Rios (2006), embora não trate exclusivamente de Competência em Informação, contribui teoricamente ao destacar o papel da sensibilidade estética na prática docente. Sua ênfase na imaginação, empatia e experiência afetiva reforça a importância da dimensão estética como um componente indispensável à formação ética e cidadã. Sua teoria educacional dialoga fortemente com a proposta de Vitorino e é resgatada por Farias e Belluzzo (2017) como justificativa para ampliar os horizontes pedagógicos da CoInfo, defendendo uma prática docente que vá além do racional-instrumental.

Dessa compreensão ampliada surge a necessidade de reflexão sobre suas implicações e atuações para a formação acadêmica. É justamente nessa situação que os trabalhos de Belluzzo (2018) e Farias & Belluzzo (2017) oferecem um alicerce teórico robusto ao reforçar o caráter de que engloba a competências informacionais e é nesse ponto que Moraes (2017) acrescenta uma contribuição crítica, apesar de uma ampla aceitação teórica da CoInfo como prática transformadora, sua efetivação nos currículos dos cursos universitários em Biblioteconomia ou afins na América Latina ainda é pontual e técnica. A autora defende que uma abordagem freireana, em que a biblioteca atua como núcleo de reflexão crítica e a mediação, poderia se tornar eixo do currículo. A autora mostra que o potencial político e cultural da CoInfo só se realiza quando há intencionalidade institucional e envolvimento coletivo dos docentes. Essa análise fecha o ciclo iniciado por Belluzzo (2005), ampliado por Vitorino (2011) e operacionalizado por Farias & Belluzzo (2017), ao analisar que sem engajamento prático e articulação interdisciplinar, os princípios da CoInfo permanecem retóricos. As autoras demonstram que o desenvolvimento de habilidades informacionais não pode ficar limitado a um único módulo ou disciplina, mas deve estar permeado em todo o currículo. Nessa perspectiva, Farias & Belluzzo (2017) defendem que, em vez de concentrar a

formação para a Competência em Informação como único componente curricular, por exemplo, “Educação de Usuários” ou “Bases de Dados”, tem que se promover uma “modelagem pedagógica” que permita a adoção da Competência em Informação em diversos eixos. Com essa vertente, disciplinas de Fundamentos de Biblioteconomia, Tecnologias da Informação, Gestão de Serviços ou mesmo Metodologia de Pesquisa passariam a trabalhar, cada uma sob sua visão, atividades que forneçam: Competências técnicas; Competências reflexivas; Competências criativas; Competências voltadas ao engajamento social. Na MPDCoInfo, cada disciplina pode priorizar uma dimensão sem perder a integralidade; Belluzzo sublinha que “transversalidade exige planejar metas de informação desde a matriz curricular” (BELLUZZO, 2018, p. 9).

Com a proposta de transversalidade, Belluzzo (2018) fortifica que o vínculo com o currículo deve ser planejado desde o desenho do projeto pedagógico até a formulação dos planos de ensino de cada disciplina. Em outras palavras, é preciso que as matrizes curriculares especifiquem objetivos formativos em informação, vinculados às habilidades, atitudes e valores que se desejam desenvolver nos alunos. Diante disso, cada docente encontra aberturas para inserção, em suas disciplinas, atividades que envolvam os discentes no uso crítico de diversas fontes e na reflexão sobre a função da informação no contexto acadêmico e social.

Farias e Belluzzo (2017) direcionam que essa inserção não se faz sem intencionalidade. É necessária disposição, por parte do corpo docente, e consciência de que cada disciplina tem condições de trabalhar a Competência em Informação sob um ângulo particular: uma disciplina de “Gestão da Informação” pode privilegiar a dimensão técnica; já uma disciplina de “Ética e Legislação” pode enfatizar as implicações éticas e legais do uso de bases de dados e documentos. Quando esse movimento é realizado de forma unificada e ordenada, o resultado tende a ser uma formação mais consistente, na qual os discentes percebem na prática que usar a informação de maneira competente vai além de uma habilidade pontual e trata-se de uma competência social, cidadã e emancipadora.

Contudo, como enfatiza Moraes (2017) em sua análise dos conteúdos programáticos dos currículos de Ciências da Informação no Brasil e no México, o conceito de mediação, embora possua potencial estratégico para criar modos alternativos de construção curricular, de atuação dos profissionais da informação, ainda se encontra pouco presente na práxis dos currículos analisados (MORAES, 2017, p. 13). Assim, a Competência em Informação entendida como processo voltado à mediação para apropriação crítica da informação pelas pessoas permanece subexplorada na formação: há uma lacuna tanto de disciplinas específicas sobre Mediação da Informação quanto sobre Competência em Informação, pois os currículos pouco formam o bibliotecário para ser um educador em informação, inclusive pela falta de disciplinas que contemplem os conhecimentos relativos à information literacy (MORAES, 2017, p. 110) . Estudos recentes confirmam essa lacuna. Conforme Moraes, Doyle e Morán Reyes (2021), os resultados da pesquisa que empreenderam revelam que a Competência em Informação está cada vez mais presente em formato de disciplinas nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Brasil e do México. No entanto, não há uma normalização no uso do termo Competência em Informação e nem no fato de ela ser uma disciplina ou um conteúdo presente em uma disciplina relacionada. No mesmo levantamento, dos 62 cursos brasileiros examinados, apenas dez oferecem uma disciplina específica de CoInfo e outros quinze a abordam de modo pontual, perpetuando um viés técnico-operacional dependente de iniciativas isoladas de docentes. Para enfrentar esse cenário, Moraes (2017) propõe “uma perspectiva transdisciplinar, inspirada em Paulo Freire, na qual a biblioteca se torne polo de reflexão crítica e a mediação assuma o papel de eixo articulador do currículo”. Tal panorama evidencia que, embora a relevância da mediação para a efetivação da CoInfo seja amplamente reconhecida, sua materialização requer um esforço intencional e coletivo capaz

de encurtar a distância entre o potencial transformador do conceito e sua aplicação prática.

Em síntese, partindo das reflexões de Belluzzo (2018) e Farias e Belluzzo (2017), vê-se que a transversalidade das habilidades informacionais fornece subsídios para garantir uma formação integral. A informação não está confinada a um único espaço ou conteúdo, mas está inserida em toda a prática social, acadêmica e profissional. Logo, incluir a Competência em Informação em todos os eixos de formação, que vão desde aulas introdutórias até disciplinas mais avançadas, tem o significado e o intuito de fortalecer o desenvolvimento de sujeitos que, ao final do curso, não apenas dominem técnicas de busca e de gestão de informação, mas também compreendam o valor social, cultural e ético de seu uso. A competência em informação (Belluzzo), equilíbrio dimensional (Vitorino), modelagem pedagógica (Farias & Belluzzo) e mediação crítica (Moraes) convergem: os currículos que privilegiam apenas a dimensão técnica inviabilizam a cidadania informacional, pois cidadãos sem competências no uso da informação sentem dificuldades no exercício da sua cidadania. A adoção deliberada das quatro dimensões acompanhada de métricas, rubricas e projetos sociais são um dos requisitos para formar profissionais capazes de transformar informação em ação.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica. Nessa modalidade de investigação, tem como propósito principal adquirir uma aproximação inicial com o objeto de estudo, levantamento de dados e informações com a identificação de categorias com âmbito analítico e formulando caminhos possíveis para direcionamentos para futuros estudos. A pesquisa de cunho exploratória se demonstra apropriada quando o tema de estudo se baseia em análise que possui um grau de complexidade ou ainda possui pouca investigação no campo científico ou literatura, como exemplo com os estudos comparativos sobre a inserção da Competência em Informação nos currículos de Biblioteconomia.

De acordo com Gil (2010), este tipo de pesquisa busca familiarizar o leitor com o problema, a fim de torná-lo mais claro e, frequentemente, formular hipóteses futuras. A natureza bibliográfica, determina a forma como são coletados os dados: com início de materiais publicados, como exemplos livros, artigos científicos, teses, dissertações, anais de eventos, documentos oficiais e diversas fontes secundárias com disponibilidade em bibliotecas físicas ou digitais. Tal procedimento se diferencia de outros métodos empíricos , como entrevistas, questionários ou observações de campo, por se apoiar essencialmente na sistematização e análise de produções teóricas e documentais. Para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica se constitui como um verificador sistemático da literatura existente sobre determinado fenômeno ou estudo, sendo de muita importância para a delimitação do estado da arte e o estabelecimento das bases conceituais do estudo.

Além disso, a pesquisa bibliográfica permite a inclusão do diálogo entre distintos autores e correntes teóricas, contribuindo com o enriquecimento da construção do referencial e facilitando abordagens críticas e contextualizadas. No âmbito da área que tange Ciência da Informação, esse levantamento se torna fundamental para realização da identificação das formas pelas quais os conceitos-chave , como Competência em Informação, mediação e formação crítica, têm sido tratados nos estudos acadêmicos. No presente trabalho, a bibliografia analisada contribui diretamente para fundamentar a escolha metodológica da Análise de Conteúdo, para realizar a estruturação das categorias de análise das dimensões da CoInfo e sustentar a interpretação dos dados documentais como exemplo as ementas curriculares.

Um aspecto de alta relevância na pesquisa exploratória bibliográfica consta na sua flexibilidade metodológica , por não exigir hipóteses enrijecidas ou com delimitação experimental, ela favorece em muito para

muito processo de uma construção progressiva do conhecimento, sendo útil em estudos iniciais, comparativos ou interinstitucionais, como é o caso desta investigação. Sua validade científica, no entanto, depende da qualidade das fontes consultadas, da clareza nos critérios de seleção documental e da consistência na organização e análise do material bibliográfico. Por isso, foram utilizadas neste estudo bases reconhecidas na área da Ciência da Informação, como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de documentos institucionais oficiais.

Em síntese, a pesquisa exploratória e bibliográfica, realizada neste estudo, viabilizou a definição do conceito de Competência em Informação e suas diversas dimensões. Além disso, permitiu a elaboração do embasamento teórico-metodológico que norteou a análise. Desse modo, a abordagem metodológica se mostrou adequada aos objetivos da pesquisa e à natureza qualitativa da análise proposta.

O conjunto deste estudo é composto pelos programas das disciplinas dos cursos de Biblioteconomia e Documentação da UFF e do curso de Bibliotecología y Estudios de la Información da UNAM. Na UFF, foram examinadas as disciplinas obrigatórias "Serviços de Referência e Informação I", "Serviços de Referência e Informação II" e "Fontes de Informações Gerais e Especializadas"; na UNAM, analisou-se a disciplina "Usuarios de la Información". Os programas das disciplinas foram obtidos diretamente nas plataformas institucionais na UFF através do banco de ementas, e pela UNAM pelo site institucional do curso de Bibliotecología y Estudios de la Información ambas foram acessadas em março de 2025 . Foi selecionado disciplinas obrigatórias para assegurar comparabilidade entre currículos, representatividade da formação comum.

A escolha por disciplinas obrigatórias é justificada porque elas formam o coração do aprendizado em qualquer curso. Elas mostram diretamente o que a instituição de ensino valoriza e quais habilidades são consideradas cruciais para quem se forma.

A análise dos dados fundamentou-se na técnica de Análise de Conteúdo. Para responder à questão de pesquisa, aplicou-se inicialmente a Análise Categorial que, segundo Bardin (2016), consiste em decompor o texto em unidades agrupadas por analogia. O sistema de categorias adotado ancorou-se nas quatro dimensões da Competência em Informação propostas por Vitorino (2011): técnica, estética, ética e política. De forma complementar, realizou-se uma pesquisa exploratória de natureza bibliográfica nas bases BRAPCI e SciELO. Utilizaram-se os descritores "competência em informação", "mediação" e "currículo de Biblioteconomia".

Esta etapa buscou, teoricamente, embasar a análise documental, fornecendo elementos para entender a inserção da CoInfo em contextos educacionais e possibilitando a interlocução com a literatura científica recente da área. A articulação entre os dados observados (ementas), a estrutura de análise (categorias de Vitorino) e as referências bibliográficas reforça a solidez do estudo. A análise dos dados fundamentou-se na técnica de Análise de Conteúdo. Para responder à questão de pesquisa, aplicou-se, inicialmente, a Análise Categorial, que, segundo Bardin (2016), consiste em decompor o texto em unidades agrupadas analogicamente. O sistema de categorias adotado ancorou-se nas quatro dimensões da Competência em Informação propostas por Vitorino (2011): técnica, estética, ética e política.

É importante notar que a abordagem qualitativa permitiu uma compreensão interpretativa e contextualizada de todas as representações da Competência em Informação (CoInfo) presente nos currículos. Os Métodos puramente quantitativos não conseguiriam captar essa profundidade. A metodologia utilizada buscou, portanto, valorizar os significados profundos e a complexidade dos conteúdos analisados. A escolha da Análise de Conteúdo também se alinha com os princípios da pesquisa em Ciência da Informação, que entende o discurso institucional como uma construção simbólica rica em intenções formativas e ideológicas. Assim, a análise deste estudo não se restringe

ao que é explícito nas ementas, mas também explora as ausências, os silêncios e as potencialidades pedagógicas nelas presentes.

Resultados Parciais

A análise comparativa das ementas dos cursos da Universidade Federal Fluminense e da Universidad Nacional Autónoma de México revelou uma tendência para uma predominância da dimensão técnica nas duas instituições. As três ocorrências 'Alta' e 0 menções às dimensões estética e política no Quadro 1, conforme observa Vitorino (2011), a técnica é 'condição necessária; porém, Belluzzo (2018) adverte que a competência só se realiza quando 'transcende o procedimental e integra valores e atitudes'. Logo, cada disciplina deve acrescentar pelo menos uma meta ética, estética ou política, com atividades avaliadas (p. ex. debates sobre viés informacional ou projetos de mediação cultural)."

Na Universidade Federal Fluminense, a disciplina Serviços de Referência e Informação I apresenta um grau elevado de ênfase técnica, centrada na "compreensão dos princípios e fundamentos do serviço de referência, do processo de referência e da orientação ao usuário" (UFF, 2023a, p. 1), com menções indiretas à dimensão ética ligada à avaliação dos serviços, mas sem referências explícitas às dimensões estética e política. Tal ausência confirma o valor *Ausente* para estética no Quadro 1. Para Rios (2006), o silenciamento estético limita a imaginação profissional; sugere-se, portanto, a inserção de módulos de mediação cultural dentro da própria disciplina, avaliados por portfólios criativos.

No currículo da disciplina Serviços de Referência e Informação II, mantém-se uma abordagem fortemente prática, centrada em "estudos de uso e usuários da informação, avaliação de serviços de referência e marketing em unidades de informação" (UFF, 2023b, p. 1). Há potencial ético-político quando se analisam impactos dos serviços e estratégias de disseminação, embora a dimensão estética permaneça ausente. Apesar de o currículo enfatizar avaliação e uso, o nível ético continua classificado como *Baixo*. Farias e Belluzzo (2017, p. 57) alertam que, sem "modelagem pedagógica intencional, a ética vira nota de rodapé"; propõe-se, então, criar rubricas de impacto social (privacidade, acessibilidade, inclusão) para cada atividade de referência.

A disciplina Fontes de Informações Gerais e Especializadas reforça o perfil técnico ao abordar "conceitos, tipologias, avaliação e seleção de fontes de informação, incluindo obras de referência e bases de dados" (UFF, 2023c, p. 1), sem referências às demais dimensões; desse modo, o Quadro 1 registra ética, estética e política como *Ausente*.

Esse panorama da UFF contrasta com indícios de abertura ética-política na UNAM. Na Universidad Nacional Autónoma de México, o enfoque técnico também é determinante, especialmente nas disciplinas voltadas para catalogação, classificação e bases de dados. É possível uma tendência ético-política mais explícita em disciplinas como "Bibliotecologia Social", "Usuarios de la Información" e "Evaluación de Unidades de Información". Há possibilidades implícitas da dimensão estética em disciplinas como "Lectura, Lectores y Bibliotecas" e da dimensão política nas disciplinas "Bibliotecología en México" e "Historia del Libro y de las Bibliotecas", embora essas abordagens não sejam detalhadas explicitamente nas ementas analisadas. Em resumo, ambas as universidades apresentam um forte componente técnico, com a Universidad Nacional Autónoma de México revelando uma maior abertura para dimensões éticas e políticas, dependendo amplamente da forma como a prática docente será conduzida. Mesmo com valores 'Média' em política, o aprofundamento não é garantido. "Moraes (2021) alerta para a distância entre potencial e prática se não houver diálogo problematizador.

Com base nas ementas e planos de estudo, apresenta-se abaixo um quadro-síntese (em escala qualitativa: Alta / Média / Baixa / Ausente) para cada dimensão (Técnica, Estética, Ética, Política) identificada nas disciplinas:

Quadro 1: Dimensões nas Disciplinas da UFF

Disciplina	Técnica	Estética	Ética	Política

Serv. Ref. e Inf. I	Alta	Ausente	Baixa	Baixa
Serv. Ref. e Inf. II	Alta	Ausente	Baixa	Baixa
Fontes Inf. Gerais e Especializadas	Alta	Ausente	Ausente	Ausente
Total de Menções por Dimensão	3	0	2	2

Fonte: Elaboração própria (2025).

A dimensão técnica apresenta-se sempre em evidência, já que as ementas abordam de maneira contínua o uso de fontes, processos e mecanismos de busca, além do estudo dos serviços de informação. Já a perspectiva estética não é incluída, pois não são citadas formas que evidenciam a criatividade, a expressão sensível ou o contato afetivo com a informação. Já a dimensão ética, sua presença é baixa e até escassa; embora as disciplinas "Serviços de Referência e Informação I e II" permitam abordar tópicos como responsabilidade, confiabilidade e respeito ao usuário, tais questões não aparecem explícitas nas ementas. Por fim, a dimensão política é classificada como baixa ou ausente, dependendo da disciplina, pois há apenas algumas referências superficiais à função educativa e à formação de usuários, sem relatos ou evidências de conteúdos mais encorpados relacionados ao engajamento sociopolítico.

Quadro 2: Dimensões por disciplinas da UNAM

Área / Disciplinas Exemplo	Técnica	Estética	Ética	Política
Organización Bibliográfica y Documental	Alta	Ausente	Baixa	Ausente
Administración de Servicios de Información	Alta	Ausente	Baixa	Baixa
Recursos Bibliográficos y de Información (p.ex. Historia del Libro...)	Média/Alta	Baixa/ Média	Média	Média
Servicios Bibliotecarios (p.ex. Bibliotecología Social, Usuarios de la Información)	Média/Alta	Baixa	Média	Média
Tecnología de la Información	Alta	Ausente	Baixa	Ausente
Investigación y Docencia	Média	Baixa	Baixa	Baixa

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em geral, a dimensão técnica aparece com potência em toda a estrutura curricular estudada (UNAM. Programa “Fundamentos de la Organización Documental”, 2014, p. 2). Disciplinas específicas, como "Bibliotecología Social", "Lectura, Lectores y Bibliotecas" e "Usuarios de la Información", possibilitam a integração das dimensões ética e política, sobretudo abordando temas como inclusão social, consciência cidadã e promoção da leitura junto a minorias (UNAM. Programa “Bibliotecología Social”, 2019, p. 1-2; UNAM. Programa “Usuarios de la Información”, 2022, p. 1); entretanto, a profundidade dessas discussões estará diretamente relacionada à metodologia adotada pelo professor responsável pela disciplina. A dimensão estética, relacionada à criatividade, sensibilidade e experiência cultural, embora não seja de forma explícita declarada nas ementas, pode ser trabalhada por meio de oportunidades específicas encontradas principalmente no currículo referente à disciplina "Lectura, Lectores y Bibliotecas" (UNAM. Programa “Lectura, Lectores y Bibliotecas”, 2017, p. 1). Essas possibilidades ou lacunas incluem: realização de análises sensíveis de textos, promoção de reflexões relativas à mediação cultural e ao desenvolvimento de projetos culturais para estimular criatividade, empatia e apreço estético. Por sua vez, o aspecto ético se manifesta de maneira mais evidente em

disciplinas como "Bibliotecología Social" e "Evaluación de Unidades de Información", sobretudo ao incentivar reflexões sobre princípios e valores na análise de impactos (UNAM. Programa “Evaluación de Unidades de Información”, 2018, p. 3-4). Já a vertente política poderia surgir de forma orgânica em debates sobre políticas de leitura, inclusão e o direito à informação; no entanto, tal enfoque não se encontra explicitamente desenvolvido nas ementas analisadas.

De maneira geral, tanto na UNAM quanto na UFF, prevalece com ênfase a dimensão técnica, focada na organização da informação, nas tecnologias de recuperação e na identificação de fontes e serviços. Esse viés instrumental é característico dos currículos tradicionais em Biblioteconomia, que privilegiam competências como catalogação, classificação, indexação e atendimento técnico. As dimensões estética, ética e política são visivelmente menos desenvolvidas. A vertente estética é praticamente ausente, embora haja potencial latente em disciplinas como "Lectura, Lectores y Bibliotecas" e "Bibliotecología Social" da UNAM; na UFF, a perspectiva criativa ou cultural é ainda menos presente. Por sua vez, a dimensão ética aparece apenas de forma secundária, vinculada a princípios gerais ou à concepção da biblioteca como espaço de educação permanente, sem referência explícita a valores, direitos de acesso ou responsabilidade socioambiental. A dimensão política é tratada de maneira superficial na UNAM, presente em algumas disciplinas com foco social, porém sem aprofundamento conceitual; na UFF, limita-se a alusões pontuais ao papel educativo das bibliotecas, sem articulação com temas como cidadania ou desenvolvimento social. Comparativamente, a UNAM reúne uma maior diversidade de componentes curriculares que potencialmente poderiam abarcar aspectos ético-políticos e socioculturais — como "Bibliotecología Social", "Usuarios de la Información", "Historia del Libro" e "Bibliografía Mexicana". No entanto, a documentação oficial não esclarece se tais temas são, de fato, aprofundados para além da dimensão técnica. Na UFF, os componentes curriculares mantêm um perfil majoritariamente técnico-operacional, com menções breves à orientação ao usuário e à educação continuada, sem explicitação de conteúdos políticos ou estéticos. Contudo, essa lacuna nos documentos curriculares não implica, necessariamente, na ausência dessas dimensões na prática pedagógica. Assim se confirma a transversalidade ‘declarada, mas não vivida’ denunciada por Belluzzo. A superação requer revisão colegiada dos planos, redistribuindo técnica, estética, ética e política ao longo do currículo. Isso ressalta a relevância das entrevistas fenomenológicas, como estratégia para verificar se os docentes de fato integram essas abordagens em suas práticas de ensino.

Considerações Parciais

O estudo fez uma análise comparativamente como as dimensões da Competência em Informação (CoInfo) se manifestam nos currículos de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Utilizamos o referencial teórico que vê a CoInfo como uma metacompetência com quatro dimensões: técnica, estética, ética e política, propostas por Vitorino (2011). Para isso, aplicamos a Análise de Conteúdo, categorizando as ementas das disciplinas obrigatórias relacionadas à CoInfo em ambas as instituições. Os resultados mostraram uma predominância da dimensão técnica nos dois currículos, o que sugere a necessidade de reformular a abordagem pedagógica para incluir perspectivas mais amplas, transversais e formativas.

Ainda que a CoInfo seja vista como uma competência-chave para o bibliotecário, o currículo foca mais no lado prático e técnico. As disciplinas da UFF, como “Serviços de Referência e Informação I” e “Fontes de Informações Gerais e Especializadas”, e da UNAM, como “Organización Bibliográfica y Documental” e “Tecnología de la Información”, priorizam o “saber fazer” informacional, ou seja, a busca, uso, validação e organização da informação. Na UNAM, a disciplina "Fundamentos de la Organización Documental" tem como objetivo principal: desvendar os conceitos, modelos, princípios,

normas e processos técnicos que regem a organização e a representação da informação e do conhecimento.

No entanto, conforme alertam Belluzzo (2018) e Farias & Belluzzo (2017), a CoInfo só se realiza de forma plena quando "transcende o procedimental e integra valores e atitudes". Nesse sentido, a análise evidenciou lacunas relevantes no tratamento das outras dimensões. A dimensão estética, que compreende a sensibilidade, a criatividade e o engajamento subjetivo com a informação, é praticamente ausente nos documentos curriculares da UFF. Já na UNAM, identificou-se potencial de manifestação estética em "Lectura, Lectores y Bibliotecas", cujo objetivo geral afirma: "Elaborar propuestas que involucren a la institución bibliotecaria en la socialización de la lectura, la formación de prácticas lectoras y la promoción de la lectura" (UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO, 2023, p. 1), o que indica práticas leitoras e mediação cultural como vetores estético-formativos, articulados à compreensão do fenômeno da leitura e a fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e tecnológicos.

Quanto à dimensão ética, sua presença é limitada. Na UFF, disciplinas como "Serviços de Referência e Informação II" apresentam menções superficiais à responsabilidade social e à confiabilidade, mas sem explorar aprofundadamente os dilemas éticos contemporâneos da informação — como privacidade, desinformação, acesso equitativo e impactos socioambientais. Na UNAM, há uma presença um pouco mais significativa, especialmente em componentes como "Bibliotecología Social" e "Evaluación de Unidades de Información", que abrem espaço para reflexões sobre valores e impactos.No programa "Evaluación de Unidades de Información", o objetivo geral é a analisar os princípios, normas e políticas de avaliação dos processos e serviços bibliotecários e de informação. Além disso, em "Usuarios de la Información" lê-se que os alunos elaborem um programa de formação de usuários a partir do desenvolvimento e aplicação de um estudo de usuários.

A dimensão política, por sua vez, encontra-se igualmente fragilizada. Na UFF, há referências pontuais ao papel educativo das bibliotecas, mas não se observa articulação efetiva com temas como cidadania informacional, justiça social, inclusão e transformação social. Na UNAM, disciplinas como "Bibliografía Mexicana" e "Historia del Libro y de las Bibliotecas" poderiam abordar a dimensão política, mas não se verifica clareza quanto ao aprofundamento dessas discussões nas ementas. De forma geral, a presença dessa dimensão ainda depende fortemente da interpretação e iniciativa do corpo docente, o que, embora valioso, não garante a consistência formativa desejada**.** No que diz respeito à organização de documentos da UNAM, ao invés de focar apenas na parte técnica, destaca a importância da tônica técnico-operacional. "sistemas de recuperación de la información; normalización bibliográfica; [e] clasificación y categorización"

Essa tendência de invisibilização das dimensões estética, ética e política corrobora os achados de Moraes (2017), que já denunciava a distância entre o potencial transformador da mediação informacional e sua efetiva presença nos currículos. A pesquisa também reafirma o diagnóstico de Belluzzo (2018) ao apontar que currículos que privilegiam apenas a dimensão técnica inviabilizam o desenvolvimento de uma cidadania informacional crítica, criativa e participativa.

Com base nesses achados, é possível discutir com mais clareza a centralidade da pergunta de pesquisa que guiou este estudo: *Em quais dimensões estão delineadas as disciplinas relacionadas à Competência em Informação dos cursos de Biblioteconomia da UFF e da UNAM?* A resposta, como demonstrado, é que há um predomínio quase absoluto da dimensão técnica, com sinais tímidos e inconsistentes das demais dimensões. Isso implica que os currículos analisados ainda estão longe de materializar a CoInfo como competência integradora, tal como preconizado por Belluzzo (2005), Vitorino (2011) e Farias & Belluzzo (2017).

Do ponto de vista dos objetivos específicos, foram atingidos. Houve uma identificação nas disciplinas com relação à CoInfo nas duas as instituições, e se realizou uma análise comparativa de suas dimensões. Contudo é importante ressaltar que esse sucesso é limitado pelo fato de que os currículos que foram analisados não fornecem informações detalhadas e pertinentes sobre como as metodologias docentes são efetivamente aplicadas em sala de aula. Isso ressalta a importância em futuras abordagens metodológicas que visem a integração e também perspectivas qualitativas, como entrevistas com professores e alunos.

Esta pesquisa apresenta importantes contribuições para a área da Ciência da Informação e, mais especificamente, para os estudos sobre formação em Biblioteconomia. Primeiramente, ao realizar uma comparação internacional, entre instituições brasileiras e mexicanas, oferece um panorama latino-americano da implementação da CoInfo nos currículos, algo ainda pouco explorado na literatura. A análise em torno das quatro dimensões — técnica, estética, ética e política — também oferece um modelo analítico robusto que pode ser replicado por outras pesquisas na área.

Adicionalmente, o estudo contribui ao propor uma leitura crítica sobre os limites dos currículos tradicionais, indicando que o predomínio técnico, embora importante, não é suficiente para formar profissionais capazes de atuar em contextos marcados por complexidades sociais, tecnológicas e culturais. Ao destacar as fragilidades na articulação das dimensões estética, ética e política, o trabalho convida à revisão de projetos pedagógicos que adotem uma abordagem mais intencional e integrada da CoInfo, conforme defendido por Belluzzo (2018), Farias & Belluzzo (2017) e Moraes (2021).

Outro mérito do estudo reside na utilização de uma metodologia clara, replicável e transparente. A aplicação da Análise de Conteúdo com base nas categorias propostas por Vitorino (2011) permite tanto uma avaliação qualitativa quanto comparativa, além de oferecer subsídios para futuras análises sobre a efetividade formativa dos componentes curriculares. O uso de quadros-síntese com indicadores qualitativos de presença das dimensões amplia a capacidade de visualização crítica dos dados.

Se concluir que se ao enaltecer a importância da CoInfo como metacompetência formativa, o estudo reforça e amplifica a necessidade de se reestruturar as matrizes curriculares para que a formação em Biblioteconomia não se limite à técnica e que englobe outras competências, e também inclua a formação cidadã, criativa e ética, que é peça fundamental para um enfrentamento dos desafios contemporâneos da sociedade da informação. Embora a pesquisa tenha alcançado seus objetivos, é importante reconhecer algumas limitações que impactaram o escopo e a profundidade dos resultados. A principal limitação está relacionada à disponibilidade e detalhamento das ementas curriculares. As informações disponíveis nos sites institucionais, embora públicas, muitas vezes são resumidas ou desatualizadas, o que dificulta uma análise mais profunda sobre os conteúdos efetivamente trabalhados nas disciplinas. Assim, é possível que existam práticas docentes inovadoras ou abordagens ético-estéticas significativas que não estejam refletidas nos documentos oficiais.

Outra limitação importante é a restrição metodológica de se trabalhar exclusivamente com análise documental. A ausência de entrevistas com professores, estudantes e coordenadores de curso impede compreender em profundidade como as dimensões da CoInfo são experienciadas no cotidiano das aulas. Tal abordagem permitiria verificar a possível existência de transversalidade não registrada formalmente, mas presente na prática docente.

Além disso, o número de disciplinas analisadas ainda que representativo no contexto obrigatório dos cursos é limitado, o que pode não abarcar a totalidade das oportunidades de inserção das dimensões da CoInfo. A escolha de disciplinas obrigatórias, embora metodologicamente justificável para fins

comparativos, também pode excluir experiências relevantes desenvolvidas em disciplinas optativas, projetos de extensão ou atividades complementares.

Por fim, a pesquisa se concentrou em duas universidades específicas. Embora relevantes e representativas em seus contextos nacionais, os achados não podem ser generalizados para todos os cursos de Biblioteconomia do Brasil e do México, tampouco para outras realidades latino-americanas. Diante das limitações e dos resultados obtidos, recomenda-se o desenvolvimento de estudos futuros que ampliem e aprofundem as questões aqui levantadas. Uma primeira sugestão é a realização de entrevistas qualitativas com professores e estudantes, com o objetivo de compreender como as quatro dimensões da CoInfo são efetivamente incorporadas nas práticas pedagógicas, para além do que está explicitado nas ementas.

Outra linha de pesquisa promissora seria o estudo de disciplinas optativas e projetos de extensão universitária, os quais frequentemente são espaços privilegiados para o desenvolvimento das dimensões estética, ética e política. Tais atividades podem incluir oficinas de mediação cultural, círculos de leitura, laboratórios de inovação social e clubes de ética da informação.

Sugere-se também a criação de instrumentos de avaliação curricular baseados em rubricas multidimensionais, que permitam aferir o grau de desenvolvimento da CoInfo nos diferentes componentes de formação. A sistematização dessas rubricas pode apoiar núcleos docentes estruturantes (NDEs) na formulação de propostas pedagógicas mais equilibradas e intencionais. Estudos comparativos com outras instituições latino-americanas, incluindo países como Argentina, Colômbia, Chile e Peru, também são necessários para ampliar o escopo da análise e consolidar um panorama regional da CoInfo na formação em Biblioteconomia. Tal abordagem pode contribuir significativamente para o fortalecimento de políticas públicas educacionais voltadas à qualificação cidadã e crítica dos profissionais da informação.

Por fim, destaca-se a necessidade de investigações que articulem a CoInfo com novas competências emergentes, como cidadania digital, pensamento computacional, ética algorítmica e inteligência artificial. Em um cenário de rápidas transformações tecnológicas, compreender como essas dimensões se integram ao currículo de Biblioteconomia será essencial para garantir a relevância e atualidade da formação oferecida pelas universidades.

Referências

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Belluzzo, R. C. B. (2005a). Competência em informação: Um desafio para a formação e o exercício profissional em biblioteconomia. In R. C. B. Belluzzo, E. A. N. Cerchiari, & D. C. Paula (Orgs.), *Competência em informação: Dimensões e implicações* (pp. 37–52). Ressel.

Belluzzo, R. C. B. (2005b). Competências na era digital: Desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. *ETD – Educação Temática Digital, 6*(2), 30–50.

Belluzzo, R. C. B. (2005c). O uso de mapas conceituais para o desenvolvimento da competência em informação. In R. Passos & G. C. Santos (Orgs.), *Competência em informação na sociedade da aprendizagem* (pp. 29–49). Kayrós.

Belluzzo, R. C. B. (2018). Competência em informação: Cenários e espectros. *Memória e Informação, 2*(1), 29–50. https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/47

Belluzzo, R. C. B. (2020). Competência em informação: Das origens às tendências. *Informação & Sociedade: Estudos, 30*(4), 1–28. https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57045

Farias, G. B., & Belluzzo, R. C. B. (2017). Competência em informação: Perspectiva didático-pedagógica. *Informação & Informação, 22*(3), 112–135.

https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n3p112

Gil, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (6ª ed.). Atlas.

Moraes, M. B. (2017). *Mediação, cultura e tecnologia nos currículos dos cursos de ciências da informação na Ibero-América: Repensando diálogos disciplinares* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/

Moraes, M. B., Doyle, A., & Morán Reyes, A. A. (2021). Cenário da competência em informação nos cursos de Biblioteconomia do Brasil e do México. In *Anais do 21º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)* (pp. 1–12). ANCIB. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/225962

Moraes, M. B., Aymonin, A. D. L. M., & Reyes, A. A. M. (2021). Análise da inserção da competência em informação nos currículos de Biblioteconomia na América Latina. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 14*(1), 15–33. https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/571/516

Rios, C. R. (2006). *Competência profissional em Biblioteconomia: Dimensões técnica, estética, ética e política* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].

Rios, T. A. (2006). *Compreender e ensinar: Por uma docência de melhor qualidade* (6ª ed.). Cortez.

Universidad Nacional Autónoma de México. (2022). *Programa de la asignatura: Bibliotecología social*. Facultad de Filosofía y Letras. https://servicios-galileo.filos.unam.mx/uploads/temarios/2022 2202332260022/RVCA_Bibliotecologia_social.pdf

Universidad Nacional Autónoma de México. (2023a). *Programa de la asignatura: Fundamentos de la organización documental*. Facultad de Filosofía y Letras. https://servicios-galileo.filos.unam.mx/uploads/temarios/2023 1202331261101/GMGE_FundamentosdeOrganizacionDocumental.pdf

Universidad Nacional Autónoma de México. (2023b). *Programa de la asignatura: Lectura, lectores y bibliotecas*. Facultad de Filosofía y Letras. https://servicios-galileo.filos.unam.mx/uploads/temarios/2023 1202333280022/NRE_LecturaLectoresyBibliotecas.pdf

Universidad Nacional Autónoma de México. (2023c). *Programa de la asignatura: Usuarios de la información*. Facultad de Filosofía y Letras. https://servicios-galileo.filos.unam.mx/uploads/temarios/2023 1202337290021/GVA_Usuarios_de_la_Información.pdf

Universidad Nacional Autónoma de México. (2023d). *Programa de la asignatura: Evaluación de unidades de información*. Facultad de Filosofía y Letras. https://servicios-galileo.filos.unam.mx/uploads/temarios/2023 1202337260021/AVI_Evaluación_de_Unidades_de_Información.pdf

Universidade Federal Fluminense. (2023a). *Programa da disciplina: Serviços de Referência e Informação I*. Departamento de Ciência da Informação. https://app.uff.br/ementas

Universidade Federal Fluminense. (2023b). *Programa da disciplina: Serviços de Referência e Informação II*. Departamento de Ciência da Informação. https://app.uff.br/ementas

Universidade Federal Fluminense. (2023c). *Programa da disciplina: Fontes de Informações Gerais e Especializadas*. Departamento de Ciência da Informação. https://app.uff.br/ementas

Vitorino, E. V. (2011). *Competência em informação: Construção social da realidade sob o olhar do profissional bibliotecário* [Tese de

doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Vitorino, E. V., & Lucca, D. M. de (Eds.). (2020). *As dimensões da competência em informação: Técnica, estética, ética e política*. EDUFRO. https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00009f/00009f74.pdf

Vitorino, E. V., & Piantola, D. (2009). Competência informacional – bases históricas e conceituais: Construindo significados. *Ciência da Informação, 38*(3), 130–141.

Vitorino, E. V., & Piantola, D. (2011). Dimensões da competência informacional. *Ciência da Informação, 40*(1), 99–110. https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/?lang=pt

O CONCEITO DE COMPETÊNCIA NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL (2000-2010): IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA

Marielle Barros de Moraes, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0002-8848-5799, Brasil, *mariellemoraes@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6753

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

O conceito de competência vem assumindo centralidade no âmbito de todos os níveis de ensino no Brasil. No campo da Biblioteconomia esse conceito vem permeando os documentos curriculares, desde as Diretrizes Curriculares Nacionais, elaboradas no ano de 2001 para o campo da Biblioteconomia, até os Projetos Político-Pedagógicos e os programas de disciplinas. Desde então, o conceito vem ganhando bastante espaço no âmbito da Biblioteconomia brasileira a ponto de, por exemplo, o termo *Information Literacy* ter sido traduzido no Brasil em um Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação como Competência em Informação. Originalmente cunhado por Paul Zurkowski (1974) o termo referia-se à capacitação dos cidadãos no uso das ferramentas de informação e na aplicação dos recursos de informação para o seu trabalho. Ou seja, inicialmente foi utilizado de maneira economicista, o que é explicado pelo fato de Zurkowski à época ser representante das indústrias de informação dos Estados Unidos.

O primeiro artigo sobre *Information Literacy* no Brasil é de autoria de Sonia Caregnato (2000) que utilizou o termo Habilidades Informacionais para abordar a *Information Literacy* e, a partir de então, várias traduções podem ser encontradas na literatura brasileira. Porém, o termo que vem se consolidando e nomeando fóruns, a exemplo do Fórum sobre Competência em Informação, que está em sua 10° edição, temas de eventos, título de disciplinas, etc. é o termo Competência em Informação. Diante desse contexto que surge a seguinte pergunta: que conceito de competência foi utilizado nos artigos científicos sobre Competência em Informação na primeira década de produção sobre esse tema na literatura brasileira de Ciência da Informação? O objetivo deste trabalho é evidenciar o conceito de competência utilizado nos artigos científicos sobre Competência em Informação na primeira década da literatura brasileira de Ciência da Informação, refletindo sobre as implicações para o ensino de Biblioteconomia.

Esta pesquisa levantou um referencial fundamental à compreensão da noção de competência utilizada nesses primeiros artigos sobre o tema no Brasil e possibilita refletir sobre a inserção desse conhecimento no ensino de Biblioteconomia.

Espera-se que este estudo possa contribuir para o debate sobre o conceito de competência, pois a clareza conceitual acerca desta temática facilita o entendimento do próprio conceito de Competência em Informação e os objetivos desse campo de estudos. Além disso, este estudo pode contribuir com a reflexão sobre a inserção do conceito de competência no âmbito da formação de bibliotecários, mas de forma crítica. No entanto, para isso, é necessário que se compreenda esse conceito e como o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação vem adotando esse termo no âmbito das traduções do *Information Literacy* para o português brasileiro.

O conceito de competência e seu deságue na Biblioteconomia e Ciência da Informação

O conceito de competência assumiu protagonismo nos mais diversos documentos de ensino, desde a Educação Básica à Superior, adentrando nos documentos curriculares do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e nomeando campo de estudos a exemplo da Competência em Informação.

O conceito de competência: aspectos históricos

O conceito de competência é permeado por uma polissemia que, muitas vezes, dificulta o seu entendimento. Essa polissemia é ainda mais complexa quando da sua tradução para a língua portuguesa, uma vez que possui vários significados. Já na literatura da língua inglesa existem dois termos para representá-la: *competence* e *competency* e que ambos possuem significados diferentes. Wilcox e King (2013) afirmam que a *competence* está frequentemente associada aos conhecimentos, habilidades ou atitudes que permitem uma pessoa desempenhar eficazmente uma ocupação. Ou seja, são os conhecimentos que, por exemplo, um bibliotecário assimila durante a sua formação que o permite exercer a função de bibliotecário em diversas instituições informativas-documentais. Por sua vez, *competency* é um conceito mais concreto e inclui um conhecimento específico, uma habilidade e é a qualidade de ser adequadamente ou bem qualificado, seja física ou intelectualmente. Por exemplo, um bibliotecário que é competente faz de forma bem feita os processos técnicos do campo da Biblioteconomia no local onde trabalha.

Esse conceito passou a ser bastante utilizado nas últimas décadas para se referir às competências que se deseja que determinado trabalhador ou estudante adquira nos seus ambientes de trabalho ou estudo. No entanto, ele tem origens bem mais remotas.

A origem do conceito de competência, conforme Wilcox (2012), teve origem na China há 3000 mil anos, quando os chineses passaram a optar por exames escritos para o serviço público. Esta afirmação já havia sido feita por Anastasi (1968 citado em Hoge, Tondora & Marrelli, 2005) o qual menciona que, nesse período, o império chinês reconheceu as diferenças nas habilidades individuais ao empregar exames de serviço civil na seleção para empregos no governo. Já na época medieval, buscava-se desenvolver nos aprendizes as habilidades específicas para um desempenho eficaz no trabalho aprendendo com um mestre artesão nas guildas medievais.

Foi no limiar do século XX que a eficiência social se tornou ideia dominante nos Estados Unidos. O principal nome em torno dessa ideia é Frederick Winslow Taylor, considerado o pai da administração científica, e que propôs uma maior divisão do trabalho, com a simplificação dos empregos, uma extensão do controle gerencial sobre todos os elementos do local de trabalho e contabilidade de custos com base em um estudo sistemático de tempo e movimento. Conforme Wilcox (2012) todos esses elementos estão relacionados ao conceito de competência. Foi neste século que as ideias de competência começaram a permear com mais intensidade os discursos de empresas, governos e da sociedade.

No campo da Administração, Zarifian (2008), publicado originalmente em 2003, afirma que quatro grandes momentos se destacam na recente história do modelo de competência. O primeiro compreende o *início dos anos de 1970* com o tema da autonomia individual e, embora a palavra competência não tenha sido utilizada nesse contexto pós-maio de 68, destaca-se dois primeiros significados da noção de competência. O primeiro como uma ocupação especialista do espaço de autonomia devolvido (reconhecido) ao assalariado e o segundo como a expressão de capacidades individuais, singulares, no seio de um conjunto coletivo. O segundo momento compreende de *meados dos anos de 1980 e a saída da crise econômica* nesse período. Aqui dois elementos-chave irão intervir e deslocar o eixo da motivação na economia: as questões de estratégia e desempenho nas empresas estarão ligadas às mudanças na sociedade e à uma pressão social. O primeiro elemento-chave é sair da crise pelo alto, ou seja, pela alta qualidade dos produtos, uma personalização na relação com os clientes, etc. Nesse contexto, competência significa delegar uma parte do poder de decisão às equipes de base, para que elas possam responder ao aumento da complexidade do

desempenho. O segundo elemento-chave é enfrentar o crescimento da incerteza: da incerteza da retomada econômica, da evolução dos mercados, etc. A definição complementar de competência se esclarece: assumir uma reponsabilidade local, em dada situação; saber tomar a decisão certa num prazo curto, num ambiente de incerteza.

O terceiro momento se destaca na recente história do modelo de competência teve início na *primeira metade da década de 1990*, conhecido como período da racionalização. Neste momento, a prioridade é dada à redução dos custos e efetivos, bem como ao aumento da rentabilidade, com a financeirização da economia. Zarifian (2008) afirma que é neste período que a temática da competência pouco progride, encerrando-se nos dispositivos burocráticos de gestão prévia. Por fim, o quarto período tem início no *final dos anos 1990* e toma uma nova dimensão, pois se trata de um novo modelo e que tem referência no nível social, ou seja, o desenvolvimento e a mobilização das competências (e não das tecnologias, nem das estruturas organizacionais ou dos níveis de salários) farão diferença no seio da competição.

Outro autor que se debruçou sobre o tema foi Horton (2000) que menciona dois movimentos sobre o desenvolvimento das competências. O primeiro é o *movimento estadunidense*, que teve início nos anos de 1990, com as iniciativas nacionais de educação com vistas a aumentar a competitividade econômica. O objetivo era desenvolver projetos voltados à identificação de comportamentos, competências e resultados de aprendizado específicos que atendiam às necessidades da sociedade e da economia. No ano de 1994, o governo Clinton nomeou o *National Skills Satandards Board* (NSSB) para incentivar o desenvolvimento de um sistema nacional de padrões e habilidades que pudessem ser avaliados e certificados. Já o segundo é o *movimento britânico*, o qual surgiu do mesmo contexto dos Estados Unidos. Como o histórico de treinamento no Reino Unido era ruim, o governo instruiu a *Manpower Services Commission* a implementar um sistema para definir padrões em todos os setores da indústria. Assim, foram criados órgãos líderes do setor para desenvolver novos padrões. Neste contexto, o *National Council for Vocational Qualifications* (NCVQ) foi nomeado para coordenar o trabalho em uma estrutura nacional composta por cinco níveis que iam desde habilidades operacionais básicas até habilidades de gerenciamento estratégico. Em seguida, na mesma linha dos Estados Unidos, o Reino Unido reformou a formação de professores e introduziu os *Standard Attainment Tests*[i] (SAT), juntamente com um currículo nacional e avaliação de resultados em todo o sistema escolar.

Com um ambiente cada vez mais competitivo, as ideias acerca de competências, que eram oriundas dos Estados Unidos e do Reino Unido, passam a ser aceitas pelos governos e instituições privadas em boa parte do mundo. Com isso, surge a ideia de educação baseada em competências, a qual é um fenômeno que vem se desenvolvendo, inclusive no Brasil, desde o início dos anos de 1990, alterando diversos documentos curriculares nacionais.

Se no âmbito das políticas institucionais e governamentais o conceito de competência surge no início dos anos de 1990, em países como Estados Unidos e Inglaterra, no âmbito epistemológico, os estudos sobre competência estão relacionados à eficiência do professor. Foi dos estudos sobre a eficiência do professor que, segundo Dias & Lopes (2003), surgiram os modelos denominados Formação do Professor Baseada em Competências, originalmente denominado de *Competency-Based Teacher Education* (CBTE) e Educação do Professor Baseada em Desempenho, originalmente denominada *Performance-Based Teacher Education (*PBTE), que influenciaram a formação de professores em muitos estados dos Estados Unidos da América por pelo menos 15 anos (de meados dos anos de 1960 a início dos anos de 1980) e impactaram de forma decisiva a formação de professores.

É nesse contexto que o conceito de competência adentra o mundo da educação no Brasil. O conceito de competência é inserido na organização dos currículos, em todos os níveis de ensino, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, sendo apresentado como um novo paradigma educacional (Brasil, 1996). No

Artigo 9º da LDB o Inciso IV, é possível identificar o termo competências como responsabilidade que cabe à União: [...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996).

No âmbito da LDB, afirma-se no Art. 4º que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas (Brasil, 1996). Ou seja, a lei que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional contempla os aspectos do letramento digital, de modo que os alunos desenvolvam suas competências digitais para atuar num mundo cada vez mais digital.

Ainda no âmbito da LDB, o conceito de competência aparece em relação ao mundo digital em alterações mais recentes da lei. Por exemplo, no artigo 26, § 11, onde se afirma que a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio (Brasil, 2023). Deste modo, no movimento de transformação da educação do Brasil, especialmente na década de 1990, com a promulgação da LDB, o conceito de competência ganhou cada vez mais espaço.

No Brasil, esse fenômeno ganhou força com a promulgação da LDB de 1996, bem como com o cenário de reformas curriculares que o país passava, as quais possuíam por objetivo atender às demandas do mercado de trabalho.

Foi nesse período que, os documentos curriculares do Brasil passaram a inserir a temática das competências, como por exemplo na mencionada LDB. Por sua vez, o campo da Biblioteconomia brasileira foi afetada, tanto em suas áreas de estudos, a exemplo do *Information Literacy*, que no Brasil optou-se por traduzir oficialmente como Competência em Informação, quanto nos documentos curriculares, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais delinearam as competências e habilidades que a formação dos bibliotecários deveria fomentar nos egressos dos cursos.

O conceito de Competência na Biblioteconomia e Ciência da Informação

O conceito de competência vem ganhando cada vez mais espaço no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a partir dos anos 2000, sobretudo, a partir da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Biblioteconomia no ano de 2001 (Brasil, 2001), documento em que as Competências e Habilidades desejadas na formação do bibliotecário são declaradas. Essas DCN são oriundas da redefinição do ensino superior no Brasil, realizada a partir da implementação da LDB sancionada no ano de 1996 e que proporcionou aos cursos universitários brasileiros não mais se guiarem pelos currículos mínimos, mas sim, por Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e pelo respectivo Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada curso no âmbito de cada universidade.

No âmbito da Biblioteconomia brasileira, a elaboração das DCN contou, segundo Souza (2012), com a então Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD). A ABEBD, denominação que tinha até o ano de 1979, foi depois denominada de Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia e Documentação, com a mesma sigla. Foi somente no ano de 2001 que a ABEBD foi extinta de fato, mas não de direito. Suas lideranças políticas decidiram dar continuidade às ações da antiga ABEBD constituindo no mesmo ano de 2001 a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), existente até os dias de hoje.

A então ABEBD teve uma importante participação nas discussões sobre a harmonização curricular na América Latina nos anos de 1990. Essa participação foi tão intensa que motivou a Secretaria de Educação Superior do MEC (SESU/MEC) a consultar a ABEBD e outras entidades profissionais do campo biblioteconômico brasileiro acerca da educação superior em Biblioteconomia. Desta feita, no final dos anos de 1990, uma comissão de estudos foi constituída para elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Biblioteconomia. No entanto, em pesquisa de Souza (2012), afirma-se que não foi possível recuperar o nome dos membros dessa comissão.

No início do século XXI, as DCN para os cursos de Biblioteconomia, dentre outros cursos superiores no país, foram publicadas. Elas mencionam as competências e habilidades que, ao final do curso, devem possuir os graduados em Biblioteconomia. Todas elas, em maior ou menor grau, estão relacionadas ao que se denomina como Competência em Informação, a exemplo da seguinte competência e habilidade a ser adquirida pelos graduados em Biblioteconomia: "Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação" (BRASIL, 2001).

Além dos documentos curriculares, foi no ano 2000 que a Biblioteconomia brasileira passou a publicar sobre *Information Literacy*, cuja termo, somente no ano de 2004, foi traduzido oficialmente para Competência em Informação, fazendo o termo competência cada vez mais presente no cenário biblioteconômico brasileiro.

O primeiro artigo sobre Competência em Informação do Brasil foi publicado no limiar do século XX e é de autoria de Caregnato (2000) intitulado: *O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede*. Neste artigo, de autoria de Sonia Caregnato, são mencionados novos termos que estavam sendo usados para denominar o serviço educacional oferecido pelas bibliotecas a seus leitores, como por exemplo, desenvolvimento de habilidades informacionais (*Information Skills Development*) e a tradução que a autora usa é alfabetização informacional (*Information Literacy*). Para a autora, as habilidades informacionais (a qual incluem as habilidades no uso da biblioteca, de estudo e cognitivas necessárias para a manipulação da informação) são um das competências a serem adquiridas nos programas de alfabetização informacional (acessar, avaliar e sintetizar informação), os quais são mais complexos.

Além das DCN para os cursos de Biblioteconomia brasileiros, publicadas no ano de 2001, e do artigo da pesquisadora Sonia Caregnato, publicado no ano 2000, foi no ano de 2004 que a tradução oficial do *Information Literacy* para Competência em Informação foi realizada no XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e consolidada no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD), de 2011, sendo a tradução registrada na "Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação"- documento resultado do evento. Assim, o conceito de competência passa a ser chave nos estudos que optam pela tradução do Information Literacy para Competência em Informação e, é nesse cenário, que buscamos identificar o conceito de competência utilizado nos artigos científicos sobre Competência em Informação na primeira década de produção sobre esse tema na literatura brasileira de Ciência da Informação.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho possui uma natureza qualitativa e se trata de uma pesquisa exploratória de abordagem bibliográfica, pois levantou na literatura brasileira de Ciência da Informação os artigos sobre Competência em Informação do período de 2000 a 2010. O levantamento foi realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A escolha pela BRAPCI deu-se em virtude de ela abranger uma ampla gama de publicações, incluindo artigos de periódicos, trabalhos de eventos, livros e capítulos de livros, principalmente de fontes brasileiras e da América Latina. No entanto, para o contexto deste trabalho optamos por investigar apenas os artigos de periódicos

científicos do campo da Biblioteconomia no Brasil.

Para realizar a pesquisa bibliográfica, utilizamos os seguintes parâmetros de busca: termo de busca- "Competência em Informação", entre os anos de 2000 a 2010, artigos em língua portuguesa e publicados por autores brasileiros em revistas brasileiras. Foi utilizado apenas o termo "Competência em Informação", dentre os vários sinônimos que a literatura brasileira oferece, porque além de ser a tradução oficial do termo *Information Literacy* para o Brasil, as outras traduções possuem cada uma um termo específico que se volta a outros aspectos da *Information Literacy*, a saber Letramento Informacional, Habilidades Informacionais, etc., os quais não são objetos desta pesquisa. Após a inserção dos parâmetros de busca na base de dados, foi gerada uma planilha de Excel com os dados dos artigos recuperados. A busca foi realizada no dia 05/05/2025 e refeita no dia 05/07/2025 e, ambos, retornaram 58 resultados, os quais foram importados para uma tabela de Excel que continha as seguintes colunas: ano, autor, artigo, título, revista, palavras-chave, resumo, definição de competência.

De posse dos artigos procedemos à leitura dos mesmos em busca do conceito de competência utilizado e realizamos a Análise de Conteúdo a partir da técnica da Análise Categorial, de Bardin (2011). Em um primeiro momento, realizamos a pré-análise, ou seja, escolhemos os documentos que compuseram o corpus da pesquisa *a priori*, formulamos as hipóteses e os objetivos da análise, e, por fim, preparamos o material, ou seja, o organizamos em tabelas de Excel para melhor visualização dos dados.

Os artigos recuperados foram lidos na íntegra em busca do conceito de competência e sua definição. Assim, apenas 13 compuseram o corpus de análise, pois traziam em seu interior qual conceito de competência foi utilizado.

Em seguida, elaboramos um quadro para realizar o processo de categorização e subcategorização contendo as seguintes colunas: categorias iniciais, conceito norteador, categorias intermediárias, conceito norteador e categoria final, analisando as definições de competência encontradas, com base nas categorias de Zarifian (2008): processo, técnica, organizacional, serviço e social.

As categorias de competência utilizadas para a análise dos dados foram elaboradas a partir de Zarifian (2008), a saber: a) *Competências sobre processos:* os conhecimentos do processo de trabalho; b) *Competências técnicas:* conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado; c) *Competências sobre a organização:* saber organizar os fluxos de trabalho; d) *Competências de serviço:* aliar à competência técnica à pergunta: qual o impacto que este produto ou serviço terá sobre o consumidor final? e) *Competências sociais:* saber ser, incluindo atitudes que sustentam os comportamentos das pessoas. Portanto, essas categorias foram estudadas a fundo nesta pesquisa, para realizar a análise categorial dos artigos selecionados. Conforme Bardin (2011, p. 147), "as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos". Portanto, a Análise Categorial foi realizada a fim de identificar o significado do conceito de competência presente nos artigos científicos sobre Competência em Informação nos primeiros artigos científicos sobre Competência em Informação, publicados em periódicos brasileiros de Ciência da Informação, com vistas a caracterizá-lo.

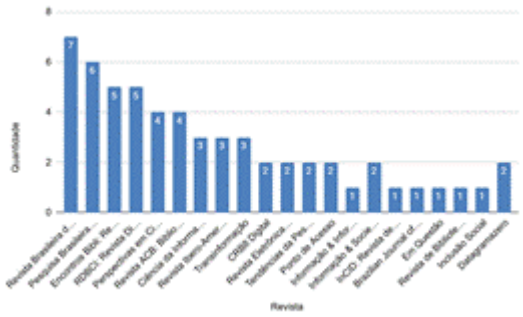
Resultados Finais

Conforme mencionamos anteriormente, foram analisados um total de 58 itens recuperados na BRAPCI, mas compuseram o corpus da pesquisa 13 artigos. Desses 58 itens recuperados, mesmo inserindo na base que recuperasse apenas artigos científicos em língua portuguesa, ela recuperou outros tipos de itens, tais como recessões, resumos de teses e etc.

Podemos perceber a partir do Gráfico 1, abaixo que, dentre o universo de 58 itens, a maioria, o que corresponde 7 itens, foi publicado na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* (RBBD), seguida do periódico Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Esses dados evidenciam que

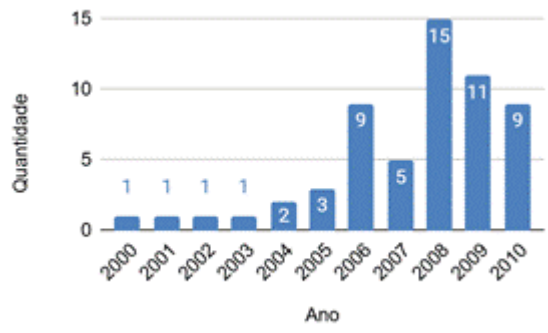
o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (CBBD), nesse período, foi terreno fértil de discussões sobre a Competência em Informação, haja vista que os melhores trabalhos desse evento são publicados na RBBD. Este achado é compatível com o fato de o CBBD, desde o início das discussões sobre Competência em Informação no Brasil, ter se mostrado terreno fértil das publicações e das diretrizes sobre o tema.

Gráfico 1- Revistas que publicaram sobre Competência em Informação no Brasil (2000-2010).



Os anos de maior publicação dos artigos sobre Competência em Informação no Brasil no período de 2000 a 2010 foram os anos de 2008 com 15 artigos, 2009 com 11 artigos e 2006 e 2010 com 9 artigos ambos. Esses dados demonstram que é uma temática que vem crescendo em termos de publicação, sobretudo a partir do ano de 2006, conforme Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2- Anos de maior publicação sobre Competência em Informação entre 2000 e 2010.



Dentre os artigos recuperados, apenas 13 foram analisados, pois não entraram no corpus da pesquisa os seguintes itens recuperados: 6 em espanhol, 2 resenhas de livros, 3 não estavam relacionados a CoInfo, 2 eram do contexto de Portugal, 1 recessão, 1 resumo de tese, 1 do contexto do Uruguai e 29 artigos que, mesmo analisando a Competência em Informação, não mencionava o conceito de competência.

Os treze artigos analisados possuíam os seguintes autores e títulos: 1) Regina Célia Baptista Belluzzo. *O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação*. 2) Regina Célia Baptista Belluzzo; Glória Georges Feres. *Competência em informação: um diferencial da qualidade em publicações científicas*. 3) Regina Célia Baptista Belluzzo. *Como desenvolver a competência em informação (ci): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola*. 4) Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque. *Arcabouço conceitual do letramento informacional. 5)* Elizete Vieira Vitorino. *Competência informacional do profissional da informação bibliotecário: construção social da realidade.* 6) Leandro dos Santos Nascimento; Vera Silvia Marão Beraquet. *A competência informacional e a graduação em biblioteconomia na PUC-Campinas: uma analise de 2008*. 7) Gabriela Farias; Clediane de Araújo Guedes Marques. *Information literacy: uma análise nas bibliotecas escolares da rede privada em Natal/RN*. 8) Elisabeth Adriana Dudziak. *O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social*. 9) Rose Cristiani Liston; Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos. *Representando a Information Literacy: competências informacionais na Biblioteconomia*. 10) Isa Maria Freire. *Informação e educação: parceria para inclusão social.* 11) Regina Célia Baptista Belluzzo. *Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da Information Literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento*. 12) Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar; Rafaela Carolina da Silva; Regina Célia Baptista Belluzzo; Aparecida

Maciel da Silva Shikida. *A Competência em Informação (CoInfo) como um fator fundamental para a educação no Brasil*. 13) Elmira Luzia Melo Soares Simeão; Cristiano Oliveira de Melo. Alfabetização em informação para a capacitação do agente comunitário de saúde no Brasil: proposta de mediação baseada no modelo extensivo e colaborativo.

Após a extração das definições de competências existentes nesses artigos, os dados coletados foram analisados por meio da análise categorial de Bardin (2011). Antes de passar pelo processo de construção das categorias analisamos se alguma definição era repetida, assim, descartamos uma, pois estava repetida. Assim, ficaram 12 para análise. O processo de construção das categorias foi realizado antes da seleção do material e da leitura flutuante, ou seja, as categorias foram construídas de maneira apriorística. A codificação se deu de forma não-apriorística, ou seja, ocorreu após a leitura do material empírico, a saber as definições de competência encontradas.

A codificação foi elaborada em função da repetição das palavras, as quais foram trianguladas com os resultados, em seguida se constituíram unidades de registros e, logo após, foram realizadas as categorizações.

Foram encontradas 25 *categorias iniciais* nos artigos científicos a saber: Categorias iniciais: 1. Saberes e Habilidades, 2. Visão crítica, 3. Qualificação, 4. Resultados, 5. Desempenhar um papel, 6. Resolução de problemas, 7. Eficácia, 8. Fazer frente aos desafios, 9. Mobilizar recursos, 10. Organizar, 11. Dirigir, 12. Trabalho em equipe, 13. Utilizar tecnologias, 14. Saber fazer, 15. Aprendizado ao longo da vida, 16. Recursos humanos, 17. Produtividade, 18. Organização do trabalho, 19. Agir eficazmente, 20. Situações complexas, 21. Atualização de saberes, 22. Habilidades cognitivas, 23. Habilidades intrapessoais, 24. Habilidades interpessoais, 25. Recursos internos pessoais. Essas categorias foram elaboradas após a leitura do material empírico desta pesquisa. Para cada categoria foi utilizado um conceito norteador.

Os *conceitos norteadores* para a elaboração das categorias iniciais foram retirados das unidades de registro, ou seja, dos trechos dos artigos que continham a definição de competência. Os conceitos norteadores são aqueles que, analisados, serão classificados nas subcategorias, as intermediárias e as finais oriundas de Zarifian (2008). Assim, os conceitos norteadores das categorias iniciais estão descritos abaixo. Os trechos encontrados nos artigos estarão entre aspas e os trechos em itálico referem-se ao conteúdo encontrado que está relacionado a uma categoria.

1. Saberes e Habilidades e 2. Visão crítica. O conceito norteador para a elaboração desta categoria foi um trecho de Beluzzo (2006) quando esta afirma que a "[...] a competência, de modo geral, é um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um *domínio de saberes e de habilidades* de diversas naturezas, permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma *visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas* que emergem e caracterizam o atual contexto social". Portanto, não há como pensar em competências sem também se refletir sobre os saberes e as habilidades que os profissionais devem possuir para serem competentes. Assim, os primeiros escritos sobre Competência em Informação no Brasil refletia sobre a dimensão técnica desse conceito e esse fato se reflete quando analisamos as definições de CoInfo nos primeiros artigos científicos sobre o tema no Brasil, quando boa parte deles busca delinear quais competências e habilidades devem possuir os bibliotecários.

Para a categoria 3. Qualificação, o conceito norteador é o de Zarifian (2003 apud MIRANDA, 2004) quando este afirma que "a competência é uma *nova forma de qualificação*, uma nova maneira de qualificar". (LISTON; SANTOS, 2008). Portanto, o conceito de Zarifian está relacionado à qualificação para o mundo do trabalho, ou, conforme afirmaram Wilcox e King (2013) está relacionado àquilo que os trabalhadores necessitam para desempenhar eficazmente uma ocupação. Essa categoria está presente nos primeiros artigos sobre CoInfo demonstrando o quão a área buscou compreender de que maneira os bibliotecários poderiam atuar a fim de letrar os

cidadãos em informação de modo a que eles se tornem competentes em informação.

Para as categorias: 4. Resultados e 5. Desempenhar um papel, o conceito norteador é o de "*Fernandez Valdez et al. (2008) que consideram competência como a posse de qualificações intelectuais, físicas e condutas suficientes para realizar uma tarefa ou desempenhar um papel de maneira adequada para alcançar um resultado desejado"*. (SIMEÃO; MELO, 2009). Assim, competência como um conjunto de qualificações que um trabalhador deve ter para realizar eficazmente uma tarefa no mercado de trabalho. Note-se que a qualificação para o mercado de trabalho estava presente desde as primeiras produções sobre o tema da Competência em Informação no Brasil e, isso está relacionado com o fato de a área também ter adotado a tradução do *Information Literacy* para Competência em Informação no Brasil, bem como de todo o movimento da Educação e, também da Biblioteconomia brasileira de formar para as competências que se exigem dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Para a categoria 6. Resolução de problemas, o conceito norteador encontrado nos artigos científicos foram: "Vale lembrar que a questão do desenvolvimento de competências como diferencial na sociedade contemporânea tem sua origem na concepção de que toda competência é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que juntos permitem a *resolução de uma situação-problema*. Competência é uma palavra comumente utilizada para definir a *qualificação de uma pessoa para a realização de determinada coisa*. Para Perrenoud (2000), de modo geral, a competência compreende a faculdade de mobilizar um *conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações*. (OTTONICAR; SILVA; BELLUZZO; SHIKIDA, 2006). Aqui percebe-se a noção de competência também voltada para o mundo do trabalho e para a resolução de problemas do mundo do trabalho.

Já as categorias 7. Eficácia e 8. Fazer frente aos desafios foi delineada a partir do seguinte conceito norteador: "[…] destaca-se a questão do desenvolvimento de competências para *fazer frente aos novos desafios* decorrentes de ambiência de grandes inovações que, de acordo com Perrenoud (1999), devem ser entendidas como a capacidade de *agir eficazmente* em determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles" (BELLUZZO, 2004). Nesse artigo percebe-se que o conceito de competência utilizado está relacionado à eficácia e a fazer frente aos novos desafios do mundo do trabalho que estava se transformando, especialmente com as Tecnologias de Informação e de Comunicação e que necessitava de trabalhadores treinados para o uso dessas tecnologias.

Por sua vez, a categoria 9. Mobilizar recursos foi delineada a partir dos seguintes conceitos norteadores: "A definição de "competência" na área de educação visa como referencial é a do sociólogo Philippe Perrenoud: competência em educação é a faculdade de *mobilizar* um conjunto de *recursos* cognitivos – como saberes, habilidades e informações – para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. (GENTILE, 2000, p.13). Assim, comenta Belluzzo (2005a) que, para Perrenoud, as competências utilizam, integram, *mobilizam conhecimentos* para enfrentar um conjunto de situações complexas. No dicionário Aurélio, a definição encontrada é: "qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade" (FERREIRA, 2004, p. 508). (FARIAS; MARQUES, 2007). Essa categoria mobilizar recursos foi delineada a partir desses conceitos norteadores e está relacionada com as demandas da Sociedade da Informação para os trabalhadores no mercado de trabalho que estava se delineando, especialmente no Brasil. Foi nesse momento que, no Brasil, começa-se a elaborar políticas de Estado para buscar inserir o país na Sociedade da Informação.

Para a elaboração das categorias 10. Organizar, 11. Dirigir, 12. Trabalho em equipe e 13. Utilizar tecnologias foi utilizado o conceito norteador de Perrenoud que é um dos autores mais utilizados para pensar acerca da noção de competência nos estudos sobre Competência em Informação no Brasil no Brasil, ao lado de

Zarifian. Competência, para o autor, refere-se "à capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações" (PERRENOUD, 2000, p. 101). As competências propostas por Perrenoud são *organizar e dirigir* situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho; *trabalhar em equipe*; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; *utilizar novas tecnologias*; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; administrar sua própria formação contínua (PERRENOUD, 2000). (FREIRE, 2007).

Já as categorias 14. Saber fazer e 15. Aprendizado ao longo da vida foram elaboradas a partir do conceito norteador elaborado por Dudziak (2007, p. 93): "No senso comum a competência é entendida como saber algo, *saber fazer ou saber ser* alguma coisa bem. Entretanto, mais que um conjunto de atributos, a competência envolve mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes. Na realidade, a competência é construída pelo olhar do outro, a percepção que os outros têm sobre nossas ações. A construção da competência nunca termina, pois é um processo dinâmico de auto-renovação e transformação pessoal proporcionado pelo aprender a aprender e pelo *aprendizado ao longo da vida*. (DUDZIAK, 2007). A categoria aprendizado ao longo da vida está bem presente quando se fala sobre o conceito de competência, bem como sobre o de Competência em Informação, pois na sociedade contemporânea, também predicada, "da informação", para manter-se atualizado acerca dos processos de trabalho, os trabalhadores devem buscar a atualização permanente. Assim, concluir os níveis de ensino já não é mais suficiente, o que faz com que os sujeitos, desde a idade escolar até a idade para ingressar no mercado de trabalho tenha que desenvolver um aprendizado autônomo ao longo da vida, o que implica no aprender a aprender.

Para a elaboração das categorias 16. Recursos humanos, 17. Produtividade e 18. Organização do trabalho, o conceito norteador foi da autora Gasque, para quem "o conceito de competência surgiu do campo empresarial e financeiro com o objetivo de buscar, por meio de programas de '*capacitação dos recursos humanos*', 'reengenharia' ou 'qualidade total', alternativas para *melhorar a produtividade e a competitividade* em decorrência especialmente do processo de *substituição tecnológica* que produz *novas formas de organização do trabalho*" (GASQUE, 2003). (GASQUE, 2010).

Por sua vez, as categorias 19. Agir eficazmente, 20. Situações complexas, 21. Atualização de saberes foram elaboradas a partir dos seguintes conceitos norteadores. O primeiro foi: Nessa área, tem sido referência Perrenoud (1999, p.7) que afirmou ser uma "competência como uma capacidade de *agir eficazmente em um tipo de situação*, capacidade que se apóia em conhecimentos, mas não se reduz a eles". (BELLUZZO; FÈRES, 2009). Já o segundo: "Um conceito básico de competência é uma capacidade de *agir eficazmente* em um tipo de situação, capacidade esta que se apóia em conhecimentos, mas não se reduz a eles, pois as competências utilizam, integram, mobilizam conhecimentos para enfrentar um conjunto de *situações complexas* e o mais importante: implicam também em uma capacidade de *atualização de saberes***"** (VITORINO, 2007).

As últimas categorias foram: 22. Habilidades cognitivas, 23. Habilidades intrapessoais, 24. Habilidades interpessoais e 25. Recursos internos pessoais. Essas categorias foram elaboradas a partir do seguinte conceito norteador: "Competências seriam características que proporcionam resultados efetivos-incluindo *habilidades cognitivas* ou intelectuais- *habilidades intrapessoais* e *habilidades interpessoais*. […]. É também, a iniciativa sob a condição de autonomia, pressupondo a *mobilização dos recursos internos pessoais* (adquiridos, solicitados e desenvolvidos pelos indivíduos em dada situação)". Miranda (2006). (SANTOS; BERAQUET, 2009).

Refinando a análise dos dados, foi realizado um agrupamento progressivo das categorias iniciais, mencionadas e detalhadas acima, e inserindo-as dentro das categorias

intermediárias que foram elaboradas a partir de Zarifian (2001), a saber: *Competências sobre processos*; *Competências técnicas*; *Competências sobre a organização*; *Competências de serviço e Competências sociais.*

Os conceitos norteadores das categorias intermediárias foram retiradas de Zarifian (2001).

Competências sobre processos: significa dominar uma ou grande parte do fluxo de fabricação em uma linha inteira de produção. Organização em equipe e em rede, responsável por uma linha inteira.

Competências técnicas: Integração dos métodos e ferramentas específicos de mensuração e de comando do desempenho.

Competências organizacionais: Conhecimento sobre os parâmetros e princípios de funcionamento da organização produtiva na qual trabalha. Refere-se à participação dos trabalhadores em projetos (de otimização de funcionamento, de mudança pontual de organização, etc.). Também significa participar da redefinição da organização produtiva quando o contexto exige.

*Competências de serviço: s*aber e prever que impacto terão, direta ou indiretamente, no modo como o produto (bem ou serviço) que se executará trará benefícios úteis aos seus destinatários. Proceder nas suas relações com os outros com civilidade, ou seja, com atenção, respeito e generosidade em face do outro. Conhecer e compreender os problemas ligados à utilização desse serviço e ao modo de vida dos clientes e usuários dele.

Competência social: enfatiza o comportamento e as atitudes, ou seja, a maneira como um indivíduo apreende seu ambiente "em situação", a maneira "como se comporta". A sua consequência é a autonomia (saber conduzir-se de maneira autônoma). É aquela cujos comportamentos manifestam-se nos campos da autonomia, tomada de responsabilidade e da comunicação. Inserir-se ativamente nas relações de comunicação, ou seja, é a forma como os indivíduos se desenvolvem profissionalmente nas redes de sociabilidade.

Todas essas definições acima analisadas foram inseridas na tabela e passada pelo processo de subcategorização. Quando classificamos as 12 definições nas categorias intermediárias cada definição, tivemos os seguintes achados: 3 definições se encaixavam na categoria de processos, 5 na categoria técnica, 1 na organizacional, 2 na de serviço e 1 na social, o que evidencia que as definições estão mais voltadas aos aspectos técnicos da competência.

Os artigos científicos sobre Competência em Informação publicados em periódicos no Brasil utilizaram como principal conceito de competência aqueles voltados aos aspectos técnicos. Este fato evidencia que essas publicações buscavam localizar a própria Competência em Informação no mundo do trabalho e para atender às demandas não apenas do mundo do trabalho como categoria mais ampla, mas sobretudo, ao mercado de trabalho tal qual ele estava se moldando. Este achado pode ser explicado pelo fato de, no Brasil, as discussões, bem como algumas políticas de governos estarem voltadas à buscar fazer o Brasil entrar na tão proclamada Sociedade da Informação. Este cenário, aliado ao fato de a Biblioteconomia brasileira também ser uma área com uma presença técnica e às vezes tecnicista bem forte, possibilitou o delineamento da *Information Literacy* no Brasil de forma técnica, inclusive, o que pode ser percebido pela opção de se traduzir o *Information Literacy* para Competência em Informação. Portanto, não é de se estranhar que o conceito de competência utilizado é mais voltado para os aspectos técnicos.

As categorias finais de cada uma das categorias intermediárias são: 1) conhecimentos do processo de trabalho; 2) conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado; 3) saber organizar os fluxos de trabalho, 4) aliar à competência técnica ao impacto que o produto ou serviço terá sobre o consumidor final e 5) saber ser, incluindo atitudes que sustentam os comportamentos das pessoas.

Os resultados demonstram que o conceito de competência nos primeiros artigos científicos sobre competência em informação no Brasil pouco foi discutido nas publicações do período de 2000 a 2010, pois apenas 13 artigos dos 58 que compuseram o corpus da pesquisa discutiram ou trouxeram o conceito de

competência de outros autores. Este fato revela que a tradução do termo *Information Literacy* para Competência em Informação no Brasil careceu de maiores reflexões sobre a adoção do conceito.

O conceito de competência utilizado estava mais voltado aos aspectos técnicos da competência, ou seja, sobre a integração dos métodos, das ferramentas específicas sobre a competência como um saber fazer para o mundo do trabalho visando a mensuração dessa competência e possibilitando construir comandos de desempenho do trabalhador, que no caso é o bibliotecário. Assim, o conceito de competência utilizado tem a ver com conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado. Não à toa os autores que dão embasamento teórico para as reflexões sobre o conceito de competência nos artigos científicos sobre competência em informação no Brasil são Phillipe Perrenoud e Philippe Zarifian, que são do campo da Educação e da Administração respectivamente.

Considerações Finais

O conceito de competência é um daqueles que vem ganhando cada vez mais status desde as conversas cotidianas até os altos escalões do mercado educacional. Essa cultura de mercado faz com que a educação passe a ser um fator de atratividade dos capitais que deseja cada vez mais que a educação seja técnica e forme profissionais competentes tecnicamente para as organizações. Em razão disso, as escolas, as universidades alteraram seus programas de ensino adequando-se às competências e habilidades que os alunos devem possuir ao sair de uma disciplina, ou de um curso. Isso fez com que, inclusive, o campo da Biblioteconomia assimilasse esse modelo das competências e inserisse o conceito em seus documentos curriculares, em um movimento que já estava sendo feito, inclusive, no âmbito do Ministério da Educação do Brasil, desde a promulgação da LDB, e depois das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação do país.

Foi nesse contexto que o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil decidiu pela adoção do conceito de competência para a tradução do *Information Literacy* para o Brasil. Percebemos que, nessa primeira década, os artigos se pautaram no uso do conceito de competência mais voltado para a vertente técnica, refletindo sobre o como fazer para que os sujeitos se tornassem competentes em informação. Assim, os primeiros artigos científicos sobre CoInfo no Brasil pouco ou nada refletiram sobre o conceito de competência e quando o refletiram foi no sentido da adoção do conceito de forma mais técnica e às vezes tecnicista. É importante que as reflexões se pautem no histórico do conceito de competência, bem como no seu desague em outras áreas, a exemplo da Educação e como esse conceito pode contribuir com a formação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação.

A partir dos resultados desta pesquisa, percebemos que o uso do termo competência para a tradução do Information Literacy, bem como de uma conceituação mais técnica desse termo, traz implicações tanto na prática da Information Literacy quanto no ensino de Biblioteconomia. Ou seja, quando se inserem disciplinas que visam ao ensino da Information Literacy, a tradução desse conceito para Competência em Informação no Brasil pode possibilitar que a disciplina contribua para aprofundar o caráter técnico e tecnicista da formação do bibliotecário. Claro, que este fato só será verdade se o docente que ministrar esta disciplina não inserir os aspectos da historicidade do conceito de competência e nem mencione que é necessário que os bibliotecários atuem no mundo do trabalho de forma crítica e que as práticas da CoInfo só fazem sentido se se aliar a teoria à prática.

A inserção da temática da Competência em Informação, bem como uma discussão sobre o conceito de competência, de forma crítica, na formação de bibliotecários poderia contribuir com uma formação mais crítica para os futuros profissionais.

Referências

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. *Edições 70.*

Brasil (2001). Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares para os cursos de biblioteconomia*. Parecer CNE/CES 492/2001.

Brasil (2023). Presidência da República. Lei n° 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a política nacional de educação digital e altera as Leis n°s 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm

Brasil (1996). Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

Caregnato, E. (2000). O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*, 8, 47-55. http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf

Dias, R., Lopes, A. C. (2003). Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. *Educ Soc*, 25(85), 1155-1177. http://www.cedes.unicamp.br

Hoge, M. A., Tondora, J., Marrelli, A. F. (2005). The fundamentals of workforce competency: implications for behavioral health. *Adm Policy Ment Health*, 32(5-6), 509-31. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16082795/

Horton, S. (2000). Introduction: the competency movement: Its origins and impact on the public sector. *The International Journal of Public Sector Management*, 13(4), 306-318. https://www.proquest.com/docview/234414774?sourcetype=Scholarly%20Journals

Souza, F. C. (2012). A contribuição da ABEBD para a configuração política e ideológica das Diretrizes Curriculares Nacionais [DCN] do Curso de graduação em Biblioteconomia implantadas a partir de 2001. *Relatório de Pesquisa* (Processo CNPq n° 400228/2009-2. Florianópolis, 2012. https://core.ac.uk/download/pdf/16292278.pdf

Wilcox, Y. (2012). *An initial study to develop instruments and validate the essential competencies for program evaluators (ECPE).* [Dissertação de doutoramento, University of Minnesota].

Wilcox, Y.; King, J. A. (2014). A professional grounding and history of the development and formal use of evaluator competencies. *The Canadian Journal of Program Evaluation,* 28 (3), 1–28.

Zarifian, P. (2008). *Objetivo Competência:* por uma nova lógica. Atlas.

Zurkowski, P. G. (1974). *The Information Service Environment Relationships and Priorities:* report 5. National Commission on Libraries and Information Science, Nov. http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf

[i] Os exames SAT avaliam leitura em inglês, matemática, ortografia, pontuação e gramática, a fim de avaliar o desempenho e o progresso dos alunos em relação aos padrões do currículo nacional.

Gamificação no ensino da Classificação Decimal de Dewey:desafios e possibilidade na formação de bibliotecários

Nina Gomes Sobral Barcellos D'Almeida, Universidade Federal Fluminense, ORCID: 0000-0002-4681-0303 , Brasil, ***ninagsbdalmeida@gmail.com***

Sofia Frahlich Cavalleiro, Universidade Federal Fluminense, ORCID: 0000-0002-1284-6586, Brasil, ***sofiafrahlich@id.uff.br***

Michely Jabala Mamede Vogel, Universidade Federal Fluminense, ORCID: 0000-0002-0311-3161, Brasil, ***michelyvogel@id.uff.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6754

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

A classificação pode ser considerada como um processo e como instrumento que permite organizar a informação e representar o conhecimento usando símbolos (numéricos, linguísticos e/ou gráficos), que se integram a um sistema de classificação específico. Assim, descrevem o conteúdo dos documentos de maneira mais abrangente, otimizando sua recuperação futura (Vogel; Pazos, 2024).

Um desses sistemas é a Classificação Decimal de Dewey (CDD), um instrumento que possibilita a classificação de recursos de informação, abrangendo os múltiplos tópicos e facetas dos documentos. Dessa forma, ele é crucial para estruturar e organizar acervos de maneira sistemática (Braz; Carvalho, 2017).

Na Biblioteconomia, o ensino sobre Sistemas de Classificação apresenta desafios, já que costuma envolver códigos com a aplicação de diferentes regras e com a linguagem técnica, característica de manuais. No caso da Classificação Decimal de Dewey (CDD), ainda há a barreira linguística (o documento oficial é em inglês), questões relativas à estrutura classificatória oferecida e o custo envolvido para comprar edições mais atualizadas ou assinar a versão eletrônica. Adicionalmente, a crescente interdisciplinaridade dos documentos informacionais dificulta a aplicação linear da CDD, exigindo dos bibliotecários maior flexibilidade interpretativa e domínio de abordagens classificatórias complexas. Essa realidade demanda uma formação crítica e adaptativa por parte dos estudantes, que devem ser capazes de operar com sistemas que muitas vezes não contemplam plenamente a diversidade temática e epistêmica dos conteúdos atuais.

O problema deste trabalho advém da dificuldade observada no aprendizado de Sistemas de Classificação, devido à natureza abstrata e técnica do conteúdo. Além dos desafios relacionados ao instrumento em si, mudanças tecnológicas e transformações sociais na forma pela qual buscamos, acessamos, processamos e organizamos a informação também impactam o processo de ensino-aprendizagem desse sistema. Nesse sentido, questiona-se: Diante da dificuldade intrínseca ao aprendizado de Sistemas de Classificação, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), caracterizada por sua natureza abstrata e técnica, e considerando os desafios adicionais impostos pelas transformações tecnológicas e sociais na organização da informação, como o processo de ensino-aprendizagem pode ser aprimorado para aumentar o engajamento, a compreensão e a retenção de conhecimento dos estudantes de Biblioteconomia?

Diante dos desafios de ensino-aprendizagem de sistemas de classificação, este artigo objetiva identificar possíveis benefícios da gamificação na aprendizagem da Classificação Decimal de Dewey (CDD), explorando suas contribuições para o engajamento dos estudantes e para a compreensão dos princípios classificatórios, e para potencializar a retenção do conhecimento. A escolha por investigar a gamificação parte da observação de que métodos expositivos tradicionais têm se

mostrado insuficientes para garantir a consolidação das competências classificatórias. Ao incorporar elementos de jogos, o processo de ensino-aprendizagem pode se tornar mais próximo da realidade dos estudantes, habituados a ambientes interativos e digitais. Essa estratégia também permite diversificar os estilos de aprendizagem, acomodando diferentes perfis cognitivos e promovendo inclusão pedagógica.

Assim, o presente trabalho se alinha com a oportunidade e com a crescente necessidade de formular e reformular métodos e práticas de ensino da Classificação Decimal de Dewey (CDD) incorporando estratégias inovadoras das Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA), como a gamificação, justificando a pesquisa realizada. Investiga-se o uso desta abordagem no que tange seu potencial de tornar o aprendizado mais dinâmico e interativo, aumentando o engajamento dos estudantes e facilitando a compreensão de conceitos. A escolha pela CDD como objeto central da pesquisa se dá pelo fato de ser o sistema de classificação mais amplamente utilizado no mundo (Online Computer Library Center, 2025), tornando, assim, sua compreensão essencial para a formação de profissionais da informação.

Após esta primeira seção introdutória, a Seção 2, "Referencial Teórico", estabelece a base conceitual, explorando os desafios do ensino de sistemas de classificação e da CDD na formação de bibliotecários, ressaltando sua natureza abstrata e técnica. Em seguida, a mesma seção detalha as Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA), com foco na gamificação, diferenciando-a da aprendizagem baseada em jogos e explicando seus elementos centrais como dinâmicas, mecânicas e componentes, e como estes podem ser aplicados para engajar os alunos e desenvolver habilidades específicas. Ainda, a seção 2, traz um breve exemplo de utilização da gamificação, analisando os elementos de jogos aplicados no Dewey Quizz, jogo de tabuleiro criado para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem da CDD em uma disciplina da Universidade Federal Fluminense. A Seção 3, "Procedimentos Metodológicos", descreve a abordagem da pesquisa como bibliográfica e qualitativa, detalhando a coleta de dados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Google Acadêmico, além da estratégia de "cultivo das pérolas". A Seção 4, "Resultados", apresenta as descobertas, destacando que a gamificação pode colaborar efetivamente com o desenvolvimento de habilidades como abstração, flexibilidade interpretativa e domínio de regras, além de oferecer ferramentas para a fixação de conteúdo e criação de exercícios lúdicos e técnicos. Por fim, as "Considerações Finais", na Seção 5, sistematizam os benefícios da gamificação no ensino da CDD, enfatizando que ela torna o processo mais dinâmico e envolvente, estimula a participação ativa, desenvolve habilidades essenciais e ajuda a superar barreiras cognitivas ao transformar o estudo em algo desafiador e divertido.

Referencial Teórico

Nesta seção, abordamos o ensino da classificação (mais especificamente da CDD), o uso de metodologias ativas de aprendizagem como a gamificação, e comentamos sobre a experiência com o Dewey Quis.

Ensino de sistemas de classificação e da Classificação Decimal de Dewey na formação de bibliotecários

A formação de bibliotecários, em particular no que diz respeito ao ensino de sistemas de classificação, enfrenta desafios consideráveis, dado que esta área frequentemente envolve níveis elevados de abstração, domínio técnico rigoroso de tabelas, códigos e de conjuntos de regras específicas, além de compreensão de estruturas conceituais próprias da organização do conhecimento, como a identificação de assuntos, conceitos e das relações entre eles.

A organização do conhecimento (OC), segundo Brascher e Café (2008), distingue-se da organização da informação (OI). Enquanto a OC se concentra na sistematização e estruturação de conceitos, a OI tem como foco possibilitar o acesso ao conteúdo informacional presente nos documentos, através da descrição física e temática dos objetos informacionais.

Nesse contexto, o processo de OI origina um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um item

específico. Já a OC envolve a modelagem conceitual, dando origem a diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC), como tesauros, taxonomias, sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade e glossários.

Entre esses instrumentos, os sistemas de classificação assumem papel fundamental na organização temática dos acervos. Seu uso requer domínio técnico, capacidade de abstração, lógica analítica e interpretação dos conteúdos tratados. Um dos sistemas mais utilizados internacionalmente é a Classificação Decimal de Dewey (CDD), desenvolvida em 1876, cuja estrutura é composta por dez classes principais, cada uma dedicada a uma área do saber, como Filosofia, Ciências Sociais, Literatura etc., que se ramificam progressivamente em assuntos mais específicos por meio de subdivisões e notações numéricas.

A CDD, conforme Braz e Carvalho (2017, p. 2498), se constitui em um "instrumento que viabiliza a classificação de recursos informacionais, englobando diversos domínios e facetas de que tratam os assuntos contidos nos documentos, possibilitando a formação e organização de acervos em ordem sistemática." Enquanto produto da OC, ela é aplicada diretamente no processo de OI, atuando como ferramenta essencial para a descrição temática e a organização sistemática dos acervos bibliográficos.

No âmbito da formação em Biblioteconomia, é fundamental que os estudantes compreendam os princípios da organização do conhecimento para que possam aplicar de forma coerente os instrumentos classificatórios no processo de descrição temática, habilitando-os para estruturar acervos coerentes, acessíveis e semanticamente organizados.

Os Sistemas de Classificação podem ser considerados sistemas de organização do conhecimento notacionais que são desenvolvidos para o tratamento temático da informação. A CDD, tem objetivo de padronizar a classificação de materiais em bibliotecas, permitindo uma organização lógica para a recuperação dos itens informacionais de acordo com seu assunto principal. Como um sistema hierárquico de organização do conhecimento, a CDD é baseada em estrutura disciplinar, com um desenvolvimento de notações por números decimais. Para sua utilização como instrumento de classificação é necessário o desenvolvimento de habilidades específicas como compreensão abstrata, flexibilidade interpretativa frente à necessidade de interpretar informações em contextos diferentes, constante atualização e interpretação de conceitos, domínio das regras e princípios para aplicação da CDD, capacidade de tomada de decisão frente a ambiguidade que pode ocorrer nas decisões que envolve o processo de classificação e sensibilidade para conhecer e identificar o público alvo e suas necessidades de informação em diferentes unidades de informação.

Segundo Sánchez-Tarragó, Vale e Marques (2022), além de familiarizar os alunos com as tabelas, regras de uso e as lógicas de síntese para formação de notação, também é necessário o desenvolvimento de visão crítica, fundamentada em valores éticos "com relação às limitações do próprio sistema de classificação e possíveis alternativas de solução" (pp.4).

Esta subseção apontou a classificação como um processo, que pode utilizar, por sua vez, um sistema de classificação como instrumento visando a sistematização da informação e representação do conhecimento por meio da atribuição de notação, ou seja, de símbolos (numéricos, linguísticos e/ou gráficos) integrados por um sistema específico, otimizando a recuperação futura de documentos. A CDD é apresentada como um desses sistemas de classificação, sendo um dos mais utilizados do mundo para a classificação de recursos de informação e organização sistemática de acervos.

Entre os desafios para o ensino da CDD no contexto de formação de bibliotecários envolve, por exemplo: 1) dificuldade de compreensão da relação entre a CDD e os princípios da organização do conhecimento, comprometendo a capacidade de aplicar a CDD de forma crítica e contextualizada; 2) a dificuldade de muitos estudantes em identificar o assunto principal de um

documento para a aplicar a notação mais adequada ao contexto (Araújo et al, 2018); 3) interpretação e domínio dos manuais para a correta aplicação das regras, que muitas vezes esbarra na dificuldade dos alunos para a fixação do conteúdo técnico; 4) o ensino da CDD costuma ser teórico com exercícios que embora contextualizados, não expressam as dificuldades de aplicação do instrumento em contextos reais, trazendo insegurança no momento de uso em ambiente profissional.

Além disso, mudanças tecnológicas e transformações sociais na forma como a informação é buscada, acessada, processada e organizada também impactam o processo de ensino-aprendizagem da CDD, como por exemplo, a crescente digitalização dos acervos, que exige adaptação da lógica classificatória para bibliotecas digitais, catálogos online e ambientes integrados ou a mudança nos perfis e necessidades informacionais, onde hoje, é esperado acesso rápido, intuitivo e personalizado para a recuperação e acesso à informação, muitas vezes sem a mediação consciente de sistemas classificatórios tradicionais como a CDD por parte dos usuários. Além das mudanças que se relacionam diretamente com o uso de sistemas de classificação, como a CDD, existem aquelas que modificam o comportamento do próprio estudante, hoje em dia, muito mais habituado ao ambiente digital e à popularização das tecnologias da informação e comunicação. Nesse contexto, há estudos que já identificam uma modificação na capacidade de concentração, principalmente no que tange o modelo de aulas expositivas, tradicionais no processo de ensino-aprendizagem (Lima, 2025).

Segundo Lima (2025), diante da popularização das novas tecnologias, o modelo educacional tradicional, onde entende-se que o professor detém o conhecimento e transmite aos alunos, que o absorve de forma passiva, torna-se insuficiente diante da era digital. Esse cenário demanda práticas pedagógicas que articulem o domínio técnico da classificação com uma compreensão crítica e contextualizada das novas tecnologias e dinâmicas informacionais.

Diante dos desafios identificados no ensino da CDD que, como visto, envolvem desde barreiras linguísticas e alto nível de abstração até limitações didáticas na aplicação prática, simulando os desafios e contextos reais de aplicação do instrumento, torna-se necessário buscar alternativas pedagógicas que tornem esse processo mais acessível, dinâmico e significativo para os estudantes. É nesse contexto que a gamificação desponta como uma estratégia promissora, capaz de transformar o aprendizado classificatório em uma experiência interativa e engajadora, despertando o raciocínio crítico e a tomada de decisão contextualizada, ajudando a desenvolver ou aprimorar habilidades específicas nos alunos e colaborando para a fixação de conteúdo, como domínio técnico de tabelas, códigos e de conjuntos de regras específicas.

Metodologias Ativas de Aprendizagem - Gamificação

Os diversos avanços tecnológicos ocorridos no século XXI e as suas mudanças sociais decorrentes abriram discussões para novas metodologias de ensino, tanto nas escolas como nas universidades (Nascimento, Santos & Mata, 2024). O uso de Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA) se alinha a uma proposta onde o processo de ensino–aprendizagem desloca o foco do educador, como detentor do conhecimento, e o redireciona a favor do aluno, como protagonista de seu processo de desenvolvimento de competências e aprendizagem. Paulo Freire (2011) e Robinson (2019) defendem a participação ativa e o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem, destacando que a motivação é um aspecto fundamental para uma aprendizagem autônoma e significativa.

A utilização de metodologias ativas proporciona experiências para o desenvolvimento do conhecimento por meio da investigação, descoberta ou resolução de problemas contextualizados (Souza & Tanus, 2021). Entre as metodologias ativas de aprendizagem, a gamificação propõe a utilização de elementos de jogos em diferentes contextos, como aqueles de ensino–aprendizagem. A gamificação se diferenciaria

da aprendizagem baseada em jogos que faz o uso de jogos educativos para ensino sobre determinado assunto (Nascimento; Mata & Santos, 2024).

A gamificação, de forma ampliada, utiliza elementos ou mecânicas de jogos em contextos de não-jogos (Nascimento; Mata & Santos, 2024). Dessa forma, "pressupõe a utilização de elementos tradicionalmente encontrado nos games, como narrativa, sistema de feedback, sistema de recompensas, conflito, cooperação, competição, objetivos e regras claras, níveis, tentativa e erro, diversão, interação, interatividade, entre outros" (Fardo, 2013, pp.2). A aplicação desses elementos em contextos de não-jogo tem a finalidade de obter o grau de envolvimento e motivação que podem ser encontrados em jogadores quando da prática de diferentes jogos (*games*) (Fardo, 2013).

Fardo (2013) expõe o que considera linhas gerais para a utilização da gamificação como estratégia para o processo de ensino-aprendizagem: Disponibilizar diferentes experimentações, o que de forma geral, implica em propiciar diferentes caminhos para alcançar a solução de um problema, incluir ciclos rápidos de feedback, possibilitando rápida visualização por parte dos estudantes sobre o efeito de suas ações, estimulando a busca por novos caminhos para atingir os objetivos e capacidade de redirecionar estratégias, adequar a dificuldade de acordo com a habilidade, o que se desdobra em proporcionar diferentes níveis de dificuldade para os desafios propostos, de acordo com a habilidade naquele momento, avançando a dificuldade de forma proporcional a habilidade adquirida, possibilitando um senso de crescimento e avanço nos estudantes, dividir tarefas complexas em outras menores, construindo o conhecimento de forma gradual, proporcionando maior motivação e preparo para resolução de problemas, promover competição e colaboração, potencializado a interação e a flexibilidade interpretativa, incorporar narrativas, contextualizando a aprendizagem.

Werbach e Hunter (2012) identificaram dinâmicas, mecânicas e componentes como categorias válidas de elementos de jogos a serem implementadas quando do objetivo de gamificação. Costa e Marchiori (2016) destacam que é importante diferenciar o uso de sistemas de pontuação da implementação da estratégia de gamificação, nas palavras das autoras:

> Primeiramente, ao se colocar o termo "jogo" (*game*) como prefixo de *gamification* há um reforço de que toda a atividade vai se tornar uma experiência envolvente quando, na realidade, a *gamification* normalmente utiliza apenas a parte menos interessante de um jogo como, por exemplo, o sistema de pontuação (Costa; Marchiori, pp.47)

Assim, as autoras ponderam que a gamificação requer a utilização da forma de jogo, com objetivos e estrutura, enquanto a gamificação baseada apenas em sistemas de pontuação "se concentra apenas nos objetivos, ignorando o próprio jogo" (Costa; Marchiori, pp. 47).

A tríade proposta por Werbach e Hunter (2012), dinâmica, mecânica e componentes, oferece uma estrutura para se pensar a estratégia de gamificação na prática. Organizada em ordem decrescente de abstração, cada mecânica pode se relacionar com uma ou mais dinâmicas e cada componente com uma ou mais mecânicas e dinâmicas (Costa; Marchiori, 2016). Assim, as dinâmicas de jogos representam o nível mais alto de abstração de elementos de jogos, se constituem nos "temas em torno do qual o jogo se desenvolve, assim como aspectos do quadro geral do sistema de jogo levados em consideração, mas que não fazem parte diretamente do jogo" (Costa; Marchiori, p. 48). Elas representam as interações entre o jogador e as mecânicas de jogo, compondo os aspectos do quadro geral da gamificação e nem sempre são explicitadas no jogo (Werbach; Hunter, 2012).

Como exemplos das dinâmicas de jogo, de acordo com Costa e Marchiori (2016), temos: emoções, narrativa, progressão, relacionamentos e restrições. Assim, entre os elementos de jogos que compõem a iniciativa de gamificação, então despertar diferentes

tipos de emoções, como e principalmente a diversão. A narrativa é o elemento responsável por tornar o jogo coerente, não precisa ser explícita mas oferece a sensação de que toda experiência tem um propósito. A progressão oferece aos jogadores a sensação de avançar no jogo, enquanto os relacionamentos proporcionam diferentes interações entre os jogadores, como companheiros ou adversários. As restrições, por fim, se referem às restrições de liberdade dentro do jogo.

As mecânicas se referem aos elementos que especificam as ações dos jogadores em uma direção desejada, especificando o que pode ou não ser feito e como fazer. Nesses elementos, Costa e Marchiori (2016) exemplificam: aquisição de recursos, como coletar itens que ajudam a atingir objetivos; avaliação ou feedback, que permite que os jogadores vejam como estão progredindo; chance, que são os resultados das ações que criam sensação de surpresa ou incerteza; cooperação e competição, criando um sentimento de vitória ou derrota; os desafios, ou seja, os objetivos que o jogo traz para os jogadores; e, as recompensas, os benefícios dados aos jogadores a partir de suas conquistas. Além destas, ainda estão listadas as transações, como compra, venda e troca permitidas entre os jogadores, os turnos, que estipulam a vez de cada jogador de jogar, e a vitória, descrita como o "estado" que define ganhar o jogo.

Dessa forma, as mecânicas viabilizam o funcionamento do jogo, enquanto a dinâmica, as interações do jogador com o jogo. Vários mecanismos podem estar relacionados a uma única dinâmica, e "cada mecânica é uma forma de atingir uma ou mais das dinâmicas" (Costa; Marchiori (2016, p. 50).

Por fim, os componentes de jogo estão no nível mais concreto dos elementos e podem se combinar para fazerem parte de uma mecânica. As autoras descrevem quinze (15) componentes, entre eles: avatar, que é a representação visual do personagem que o jogador usa pra jogar; os bens virtuais, que são os itens do jogo que os jogadores podem coletar, comprar ou trocar; boss, geralmente um desafio final de um nível, relativamente mais difícil de superar para avançar no jogo; coleções, que são os itens aculumados ao longo do jogo; conteúdos desbloqueáveis, que se refere a possibilidade de desbloquear conteúdos a partir de pré-requisitos; missão; níveis; pontos; entre outros.

A elucidação das três categorias de elementos de jogos a serem utilizadas em estratégias de gamificação oferecem alternativas para para a criação de iniciativas de acordo com a demanda de determinado contexto. A combinação de dinâmicas, mecânicas e componentes de forma consistente para possibilitar atingir um objetivo é a tarefa central de um projeto de gamificação (Costa; Marchiori, 2016).

No que diz respeito ao processo de ensino, aprendizagem da CDD na formação de bibliotecários, o uso da gamificação como estratégia pode colaborar na mudança de perspectiva, colocando os alunos no centro do processo de ensino-aprendizagem e deslocando o professor para o lugar de mediador, orientador e facilitador do processo. Assim, a gamificação pode ser estratégia para guiar ao aluno, durante o fazer das atividades de uma disciplina, à reflexão contínua sobre o que está fazendo, sintetizando um dos princípios das MAA e instigando a turma a interagir, ouvir, perguntar, discutir, debater e traçar estratégias coletivas para a obtenção de resultados, melhorando a fixação de conteúdo e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida profissional, como o trabalho em equipe.

Para que a gamificação no ensino da CDD seja efetivamente aliada do processo de ensino-aprendizagem é necessário o planejamento prévio das atividades, a fim de determinar quais elementos de jogos serão utilizados, sempre tendo em vista o objetivo geral da disciplina e as habilidades que se pretende desenvolver ou refinar nos alunos. Embora o sistema de pontuação e a obtenção de recompensas possam ser o que vem à mente em primeiro momento, outros elementos de jogos podem ser eficientes para o ensino na CDD, tendo em vista as habilidades requeridas aos bibliotecários em sua vida profissional. A combinação de elementos de jogos pode, por exemplo, simular situações reais do ambiente

de trabalho que requerem o domínio das tabelas, regras de uso e das lógicas de síntese para formação de notação na CDD, ou então, simular situações onde é necessário utilizar a compreensão abstrata e flexibilidade interpretativa para interpretar informações em contextos diferentes, ou ainda, a capacidade de tomada de decisão frente a ambiguidade que pode estar presente no processo de classificação. As possibilidades são inúmeras e o cerne aqui parece estar na definição precisa das competências e comportamentos que se desejam encorajar nos alunos, criatividade e estratégia para implementar os fundamentos da gamificação, concebendo projetos que não só engajam profundamente os estudantes, tornando-os protagonistas do seu próprio processo de aprendizagem, mas que estejam verdadeiramente alinhados com as necessidades de sala de aula.

Para exemplificar o uso dos elementos de jogos em contexto de aplicação da gamificação como estratégia para ensino da CDD em sala de aula, a Tabela 1 a seguir, traz elementos das dinâmicas de jogo e possíveis habilidades desenvolvidas a partir de suas aplicações.

Tabela 1: Elementos de jogos e possíveis habilidades desenvolvidas

Elemento de dinâmica	Descrição	Possíveis habilidades desenvolvidas
Emoção	Experiência afetiva no jogo – emoções como diversão, frustração, superação	Busca de motivação, engajamento, resiliência, busca de caminhos para o sucesso
Narrativa	Contextualização com o propósito	Pensamento crítico, compreensão de contexto, senso de propósito
Progresso	Sensação de avanço e conquista	Planejamento, perseverança, autorregulação
Relacionamento	Interação entre jogadores	Trabalho em equipe, empatia, comunicação
Restrições	Limites de tempo, regras ou recurso	Tomada de decisão, criatividade, ação sob pressão, gestão de recursos

Fonte: Elaboração dos autores.

Esta seção destaca como os avanços tecnológicos e as mudanças sociais abriram discussões para novas metodologias de ensino. As MAA são apresentadas como uma proposta que desloca o foco do educador para o aprendiz, tornando-o protagonista do seu processo de aprendizagem e de desenvolvimento de competências, com destaque à importância da participação ativa e do protagonismo do aluno, sendo a motivação fundamental para uma aprendizagem autônoma e significativa. Dessa forma, a gamificação é introduzida como uma das MAA, propondo a utilização de elementos de jogos em diferentes contextos, como o de ensino-aprendizagem.

A tríade de Werbach e Hunter (2012) apresenta-se, portanto, como estrutura para a implementação da estratégia de gamificação. A gamificação é investigada então no que tange o ensino da CDD, colocando os alunos no centro do processo e o professor como mediador e facilitador, possivelmente melhorando a fixação de conteúdo e o desenvolvimento de habilidades profissionais.

Experiência com Dewey Quiz

Para a investigação acerca da gamificação para o ensino da CDD na formação de bibliotecários foi utilizado o Dewey Quiz, um jogo de tabuleiro elaborado como estratégia de ensino-aprendizagem no contexto da disciplina de Laboratório de Representação Notacional da graduação em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense.

A criação de um jogo de tabuleiro com regras específicas e objetivos claros incorpora vários elementos da gamificação, dinâmicas, mecânicas e componentes, que visam tornar o processo de aprendizagem mais envolvente e eficaz. O objetivo da gamificação é aplicar elementos de design de jogos em contextos não-jogos para influenciar o comportamento, motivar e engajar os participantes. No caso do ensino de temas complexos como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), um jogo de tabuleiro pode ser uma ferramenta estratégica para a fixação de conteúdo e para o desenvolvimento de habilidades específicas.

O Dewey Quiz foi elaborado como um jogo de tabuleiro, onde o tabuleiro em si já incorpora um elemento central da gamificação, dividido em três grupos de casas (amarelas, vermelhas e azuis), assim, cada grupo de casa atua como níveis ou missões com dificuldades específicas. Eles segmentam o conteúdo e a experiência do aluno, permitindo uma progressão gradual na complexidade das regras e da aplicação da CDD, materializada em perguntas específicas para cada nível de dificuldade.

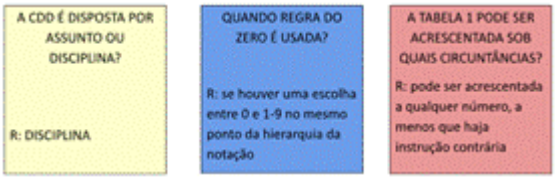
Cada jogador avança no tabuleiro a partir da utilização de dados ou roleta, introduzindo o elemento de sorte/chance e despertando emoções específicas no aluno jogador, como diversão, expectativa e esperança de avançar bem no jogo. O avanço no jogo também pode ser através das cartas do baralho, que são elementos de jogos que geram aleatoriedade ou especificidade em relação ao conteúdo da CDD. Cada carta possui uma pergunta e o acerto ou erro na resposta corresponde ou ao avanço no jogo ou o regresso de casas. Assim, as cartas de baralho atuam como um conteúdo desbloqueável, abrindo possibilidades para novas missões.

A condição de avanço ou retorno pelas casas do jogo ao acertar ou errar uma pergunta traz a noção de feedback imediato, incentivando a correção e o aprendizado contínuo através de tentativa e erro, onde quem melhor dominar as regras e os princípios de aplicação da CDD avança mais rápido. O avanço pelas casas do tabuleiro e a sequência crescente de dificuldade proporcionam uma clara sensação de progressão, um elemento motivador central para o processo de gamificação.

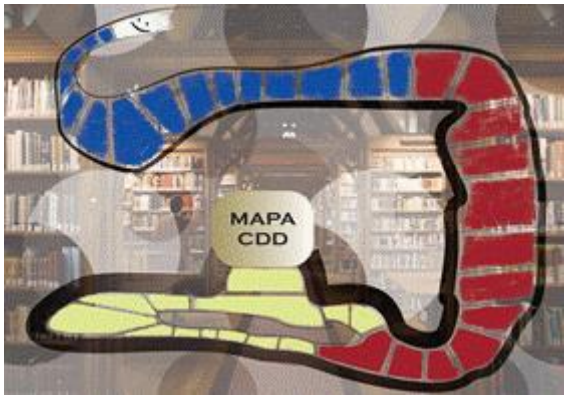
O elemento da narrativa, ainda que implícito, se coloca presente na estrutura do jogo, com diferentes fases, representadas pelos diferentes grupos de casas, que precisam ser superadas para o objetivo final do jogo, tornando a experiência coerente e envolvente de uma forma clara para os alunos jogadores. As emoções, como dinâmicas de jogos, também está presente durante todo o processo de jogo, materializada por exemplo na pressão do tempo das perguntas, a busca pela vitória, a surpresa da pergunta a cada carta tirada, a incerteza dos dados ou roleta, gerando diversão, excitação, envolvimento ativo e até certa adrenalina, que colaboram profundamente para o engajamento não só no jogo, como também nos conteúdos centrais da disciplina, ou seja, o domínio das regras e dos princípios de aplicação da CDD.

Por fim, a noção implícita no jogo de que ganha quem acertar mais perguntas implica um sistema de recompensas e conquistas, colaborando com o engajamento dos alunos na fixação das regras e no pensamento crítico sobre situações específicas para os capacitar a acertar mais perguntas e assim, avançar no jogo.

Cada grupo de cartas corresponde a um conjunto de perguntas que podem ser retiradas. A Imagem 1 a seguir exemplifica uma carta de cada um dos três grupos, amarelo, vermelho e azul.



O tabuleiro do jogo está exposto na Imagem 2 a seguir.



O Dewey Quiz, como jogo de tabuleiro, ao incorporar intencionalmente os elementos descritos, transforma um processo que pode ser árduo e difícil, como o domínio técnico complexo de sistemas de classificação e das regras da CDD, em uma atividade mais dinâmica, interativa e divertida. Ele permite que os alunos desenvolvam habilidades essenciais como a compreensão abstrata, a flexibilidade interpretativa e a capacidade de tomada de decisão frente à ambiguidade, não por memorização passiva, mas através da experimentação e reflexão contínua.

Em essência, o Dewey Quiz simula um campo de batalha do conhecimento, onde cada casa e cada carta são desafios estratégicos. Os dados ou a roleta decidem seu avanço, mas o domínio do conteúdo e a capacidade de decisão determinam a vitória. No final, não é apenas sobre ganhar, mas sobre a jornada de aprendizado e as habilidades que os alunos jogadores refinam ao longo do caminho, como um verdadeiro explorador do saber.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, de natureza qualitativa, a fim de atingir seus objetivos (Gil, 2002). Em relação aos objetivos, o trabalho será desenvolvido por pesquisa exploratória (Gerhardt; Silveira, 2009).

Realizamos uma coleta na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), por ser uma das mais importantes da área em língua portuguesa. Buscamos, em abril de 2025, com os seguintes termos e operadores booleanos: 1) Ensino AND Biblioteconomia: 1.005 resultados, então foi utilizado o intervalo temporal de 2000 a 2025 e com essas palavras no campo de título: 132 resultados; 2) Gamificação AND Ensino: 20 resultados; 3) Gamificação AND Biblioteconomia: 14 resultados. Também foi realizada uma busca no Google Acadêmico com os termos: gamificação AND ensino de Classificação Decimal de Dewey, resultando em 67 resultados; gamificação AND ensino superior, resultando 15.800 resultados. Por conta do alto número de resultados recuperados, foi aplicado o filtro temporal utilizando apenas o ano corrente, 2025, resultando em 1.140 resultados e a ordem de relevância para a apresentação dos itens recuperados. Assim, foram selecionados os primeiros 20 para análise.

Além dessa coleta, analisamos também outros trabalhos dos autores dos trabalhos coletados e as próprias referências desses textos, verificando o que poderia ser utilizado de acordo com a estratégia de cultivo das pérolas (Hadfield, 2019).

Foi realizada a leitura dos resumos e palavras-chave dos trabalhos, para fosse possível a seleção do que seria aproveitado para a pesquisa. A análise de conteúdo (Bardin, 2011) também foi utilizada, embasando o estabelecimento de categorias para análise e interpretação dos resultados da pesquisa bibliográfica e da análise do Dewey Quizz.

Resultados

A utilização de gamificação como estratégia de ensino-aprendizagem da CDD colabora com o **desenvolvimento de habilidades**, como alto grau de abstração, flexibilidade interpretativa, domínio de regras e princípios de aplicação, além da capacidade de conhecer e identificar o público alto. Oferece ferramentas para a **fixação de conteúdo**, facilitando o domínio das regras e princípios necessários para a aplicação da CDD, espaço para criação de exercícios lúdicos e técnicos aplicados que estimulam nos estudantes a abstração teórica, flexibilidade interpretativa e a **capacidade de tomada de decisão** frente à problemas informacionais contextualizados em diferentes ambientes.

A pesquisa revela que as habilidades, essenciais para futuros bibliotecários, que são potencialmente desenvolvidas com a

gamificação no ensino-aprendizagem da Classificação Decimal de Dewey (CDD), são notoriamente desafiadoras de serem cultivadas por métodos tradicionais de ensino. A natureza abstrata e técnica do conteúdo da CDD, somada à barreira linguística de seu manual oficial, historicamente impõe dificuldades significativas no aprendizado, tornando o processo de classificação distante e complexo para os estudantes. Contudo, ao incorporar elementos de jogos em contextos de não-jogo, a gamificação atua como uma ponte entre a complexidade teórica e a aplicação prática e intuitiva, tornando o aprendizado mais dinâmico e interativo.

A compreensão abstrata e a flexibilidade interpretativa são habilidades inerentes e cruciais para a aplicação da CDD, dada a necessidade de os bibliotecários interpretarem informações em contextos diversos e lidarem com a ambiguidade que pode surgir no processo classificatório. O ensino tradicional, muitas vezes focado na memorização de códigos e regras, nem sempre propicia o ambiente para o desenvolvimento dessas capacidades. A gamificação, por sua vez, oferece um espaço para a criação de exercícios lúdicos e técnicos aplicados que estimulam a abstração teórica. Isso pode ser alcançado através da aplicação de elementos de jogos, como narrativas envolventes que contextualizam problemas de classificação em cenários reais ou hipotéticos. Por exemplo, um jogo pode apresentar um "desafio" onde os alunos devem classificar documentos com temas interdisciplinares, exigindo que eles apliquem as regras da CDD de forma não-linear e pensem "fora da caixa" para determinar a notação mais apropriada, desenvolvendo assim a capacidade de interpretar informações em diferentes contextos.

A mecânica de tentativa e erro, comum em jogos, aliada a ciclos rápidos de feedback, é particularmente eficaz aqui. Em vez de uma única avaliação final, os estudantes podem tentar classificar um item, receber feedback imediato sobre a correção ou inconsistência de sua escolha, e então ajustar sua estratégia. Isso não apenas reforça o aprendizado de forma contínua, mas também permite que experimentem diferentes abordagens para um mesmo problema, aprimorando sua capacidade de redirecionar estratégias. A gamificação permite que as tarefas complexas de classificação sejam divididas em outras menores, com níveis de dificuldade ajustados à habilidade do estudante, garantindo um senso de progressão e sucesso que motiva a superação de desafios abstratos gradualmente.

O ensino da CDD é notório por envolver a aplicação de diferentes regras e uma linguagem técnica, características de manuais que podem ser intimidadoras. A gamificação, no entanto, oferece ferramentas robustas para a fixação de conteúdo, facilitando o domínio das regras e princípios necessários para a aplicação da CDD. Ao invés de uma leitura passiva de manuais, os alunos são convidados a interagir ativamente com o sistema, por meio de missões e desafios que exigem a aplicação direta das tabelas, regras de uso e lógicas de síntese para a formação de notação.

A capacidade de tomada de decisão frente à ambiguidade é outra habilidade crucial que a gamificação pode desenvolver. O processo de classificação raramente é preto e branco, e os bibliotecários frequentemente se deparam com escolhas onde a melhor notação não é imediatamente óbvia. Jogos podem simular essas situações reais, apresentando aos estudantes problemas informacionais contextualizados em diferentes ambientes onde a decisão correta requer não apenas o conhecimento das regras, mas também discernimento e julgamento. A inclusão de sistemas de recompensas e pontos por classificações corretas e eficientes, ou a aquisição de recursos que auxiliam na decisão, pode motivar os alunos a aprofundarem seu entendimento e aprimorar suas escolhas. A gamificação transcende a simples pontuação, integrando uma estrutura e objetivos que simulam o processo de decisão profissional, onde as consequências das escolhas são visíveis e incentivam a reflexão contínua.

A sensibilidade para conhecer e identificar o público-alvo e suas necessidades de informação em diferentes unidades de informação é uma competência fundamental para o bibliotecário. Embora não

explicitamente detalhado nas mecânicas da gamificação nas fontes, este aspecto pode ser integrado através de dinâmicas de relacionamento e cooperação, bem como por narrativas bem elaboradas. Por exemplo, cenários de jogo podem exigir que os alunos classifiquem materiais para diferentes tipos de bibliotecas (acadêmica, pública, especializada), onde as necessidades de usuários específicos influenciam as decisões classificatórias. Projetos colaborativos ou desafios de equipe podem promover a discussão e a troca de perspectivas sobre como as escolhas de classificação afetam a recuperação da informação pelo usuário final, potencializando a interação. Isso permite que os estudantes internalizem a importância da perspectiva do usuário, uma habilidade prática crucial para a vida profissional.

Um dos benefícios mais notáveis da gamificação é o seu potencial para aumentar o engajamento dos estudantes. Diante da natureza abstrata e técnica da CDD, que pode gerar barreiras cognitivas e emocionais, a gamificação introduz um elemento lúdico que transforma o estudo em algo desafiador e divertido. Isso se alinha diretamente às Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA), que buscam deslocar o foco do educador como detentor do conhecimento para o aprendiz como protagonista de seu processo de desenvolvimento de competências. Paulo Freire (2011) e Robinson (2019) já defendiam o protagonismo e a participação ativa do aluno, com a motivação sendo um aspecto fundamental para a aprendizagem autônoma e significativa.

A gamificação, ao incorporar elementos como narrativa, sistema de feedback, sistema de recompensas, conflito, cooperação, competição, objetivos e regras claras, níveis, tentativa e erro, diversão e interação, visa replicar o grau de envolvimento e motivação encontrados em jogadores. No contexto da CDD, isso significa que, em vez de apenas ouvir e ler sobre regras de classificação, os estudantes as experimentam por meio de diferentes estímulos que lhes oferecem múltiplos caminhos para solucionar problemas. O senso de progressão através de níveis de dificuldade ajustados à habilidade individual dos alunos, por exemplo, oferece um feedback contínuo sobre seu crescimento e avanço, o que é altamente motivador.

Além disso, a gamificação promove a interação e a colaboração. Os desafios podem ser estruturados para promover tanto a competição saudável quanto a cooperação entre os alunos, incentivando a troca de conhecimentos, o debate e a formulação de estratégias coletivas para a resolução de problemas de classificação. Essa dinâmica não só melhora a fixação do conteúdo da CDD, mas também desenvolve habilidades fundamentais para a vida profissional, como o trabalho em equipe e a comunicação eficaz. Ao se tornarem protagonistas, os alunos são guiados à reflexão contínua sobre o que estão fazendo, sintetizando um dos princípios das MAA e internalizando o conhecimento de forma mais profunda e significativa. O Dewey Quiz, conforme apresentado na seção anterior, materializa as questões aqui pontuadas através de sua estrutura e das experiências que oferece aos alunos.

A Classificação Decimal de Dewey, como um sistema hierárquico de organização do conhecimento, é baseada em estrutura disciplinar e desenvolvimento de notações por números decimais. Sua natureza altamente técnica e a necessidade de domínio de códigos complexos tornam o ensino um desafio particular. A pesquisa destaca que jogos e seus elementos se encaixam bem tanto no ambiente acadêmico quanto no profissional, funcionando como alternativas ou complementos eficazes, especialmente para lidar com conteúdos técnicos. Na tabela 2 a seguir são sistematizados alguns dos elementos de jogos apresentados, suas descrições e possíveis habilidades desenvolvidas a partir de sua aplicação especificamente no contexto de ensino-aprendizagem da CDD.

Tabela 2: Elementos de jogos e habilidades no ensino de CDD

Elemento de jogo	Descrição	Habilidades desenvolvidas no âmbito do ensino da CDD

Narrativa	Elemento que torna o jogo coerente, circunscreve o contexto	Coerência contextual, análise de assunto de acordo com contextos diferentes
Relacionamentos	Interações no jogo	Trabalho em equipe
Restrições	Restrições de liberdade no jogo	Uso de regras específicas, ação de acordo com parâmetros pré-estabelecidos
Feedback	Retorno imediato sobre decisões classificatórias	Aperfeiçoamento da aplicação das regras da CDD
Desafios	Objetivos que o jogo traz para os jogadores	Simulação de situações de ambientes reais de aplicação da CDD, uso de regras específicas
Boss	Desafio final de um nível, relativamente mais difícil	Simulação de todo o ciclo necessário para a classificação de um item, em um contexto específico; aplicação integrada de conhecimento
Coleções	Itens acumulados ao longo do jogo	Pode-se utilizar itens como recompensa quando um desafio é atingido com sucesso
Conteúdos desbloqueáveis	Possibilidade de desbloquear conteúdos a partir de pré-requisitos	Colocar o ensino de forma sequencial, desbloqueando progressivamente novos níveis de complexidade a partir da fixação de conteúdos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, a gamificação permite a simulação de situações reais do ambiente de trabalho que exigem o domínio das tabelas, regras e lógicas de síntese da CDD. Isso significa que os alunos podem praticar a classificação em contextos que mimetizam os desafios que encontrarão em uma biblioteca ou centro de informação, sem as consequências dos erros nestes ambientes reais. A possibilidade de dividir tarefas complexas em outras menores, construindo o conhecimento de forma gradual, prepara os estudantes para a resolução de problemas complexos que são característicos do ambiente profissional de classificação.

Ao proporcionar experiências para o desenvolvimento do conhecimento por meio da investigação, descoberta ou resolução de problemas contextualizados, a gamificação prepara os futuros bibliotecários para aplicar a CDD de forma eficaz em sua carreira. O feedback contínuo e a capacidade de experimentar diferentes abordagens no ambiente gamificado reforçam a adaptabilidade e a capacidade de resolução de problemas, qualidades indispensáveis em um campo que está em constante evolução devido a mudanças tecnológicas e transformações sociais na forma de buscar e organizar informações. A abordagem lúdica não apenas torna o aprendizado mais palatável, mas também constrói uma base sólida de competências práticas que serão diretamente aplicáveis na atuação profissional do bibliotecário, onde a CDD continua sendo o sistema de classificação mais amplamente utilizado no mundo.

Ao incorporar elementos de jogos a gamificação pode favorecer a construção do raciocínio classificatório, o domínio conceitual e a aplicação lógica dos princípios da CDD de forma mais eficaz e participativa, alinhando-se às demandas contemporâneas do ensino superior e às novas dinâmicas necessárias para o refinamento do processo de ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

A gamificação no ensino-aprendizagem da Classificação Decimal de Dewey oferece inúmeros benefícios, tornando o processo mais dinâmico, envolvente e variado, estimulando a participação ativa dos estudantes. Entre diferentes benefícios identificados por esta pesquisa, o desenvolvimento de habilidades específicas, fixação de conteúdo e capacidade de tomada de decisão se destacam.

Além disso, os jogos e as suas mecânicas se encaixam bem tanto no ambiente acadêmico quanto no profissional, funcionando como alternativas ou complementos eficazes, especialmente para lidar com conteúdos técnicos.

Transformar o estudo da CDD em algo desafiador e divertido sustenta que o elemento lúdico é um forte aliado na superação das barreiras cognitivas e emocionais que alguns conteúdos acadêmicos podem gerar.

A pesquisa reafirma que a gamificação no ensino-aprendizagem da Classificação Decimal de Dewey oferece inúmeros benefícios, transformando um processo que pode ser percebido como árduo em algo mais dinâmico, envolvente e variado, e estimulando a participação ativa dos estudantes. Os desafios intrínsecos ao ensino de Sistemas de Classificação, como a densidade de códigos, a complexidade de regras e a linguagem técnica dos manuais, além da barreira linguística da CDD, têm historicamente dificultado a aprendizagem. Contudo, a gamificação emerge como uma estratégia inovadora e eficaz para superar essas barreiras.

A capacidade da gamificação de simular ambientes e problemas reais permite que os alunos desenvolvam alto grau de abstração, flexibilidade interpretativa, domínio das regras e princípios de aplicação da CDD, e a sensibilidade para identificar as necessidades do público-alvo – habilidades que são cruciais para a formação profissional e para a prática da Biblioteconomia. Além disso, a aplicação de elementos de jogos, como narrativas envolventes, ciclos rápidos de feedback, e a progressão por níveis de dificuldade, contribui para um engajamento profundo e uma motivação sustentada nos alunos, posicionando-os como protagonistas de sua própria jornada de aprendizagem.

A adoção da gamificação no currículo de Biblioteconomia não se limita a tornar o aprendizado mais atraente; ela representa uma mudança de paradigma pedagógico, alinhando-se às Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA) que priorizam a participação ativa e o protagonismo do aluno. Ao passar de uma abordagem passiva para uma experiência interativa e imersiva, os estudantes não apenas memorizam informações, mas constroem o conhecimento de forma gradual e significativa, desenvolvendo um senso de pertencimento e realização. A interação, o debate e a colaboração incentivados pela gamificação também aprimoram habilidades sociais e de trabalho em equipe, essenciais no ambiente profissional contemporâneo.

Apesar do sistema de pontuação e recompensas ser o primeiro a vir à mente ao se pensar em gamificação, como dito anteriormente, a pesquisa ressalta que o verdadeiro valor reside na combinação inteligente e consistente de dinâmicas, mecânicas e componentes de jogos para atingir objetivos de aprendizagem específicos. Isso exige um planejamento prévio cuidadoso, com a definição precisa das competências e comportamentos que se deseja encorajar nos alunos, e uma dose de criatividade e estratégia para conceber projetos que não só engajem profundamente, mas que estejam verdadeiramente alinhados com as necessidades da sala de aula e os requisitos da profissão.

A gamificação pode ser vista, não apenas como uma "tendência", mas também como uma resposta estratégica às transformações sociais e tecnológicas que impactam a forma como buscamos, acessamos, processamos e organizamos a informação. Ao preparar bibliotecários com habilidades aprofundadas e flexíveis em sistemas de classificação como a CDD, a gamificação contribui para a formação de profissionais mais competentes, adaptáveis e engajados, prontos para os desafios de um mundo da informação em constante mudança.

Os resultados deste trabalho sublinham a importância de continuar explorando e implementando a gamificação no ensino de Sistemas de Classificação. Uma das implicações mais relevantes é a necessidade de as instituições de ensino superior em Biblioteconomia reformularem seus métodos e práticas de ensino para incorporar estratégias inovadoras como a gamificação. Isso requer investimento em formação docente e recursos tecnológicos para o desenvolvimento e implementação de jogos e atividades gamificadas que sejam pedagogicamente sólidas e alinhadas aos objetivos de aprendizagem.

Futuras pesquisas poderiam aprofundar-se na avaliação quantitativa e qualitativa do impacto da gamificação em turmas específicas de CDD, utilizando métricas de desempenho acadêmico e percepção dos alunos sobre o engajamento e a compreensão. Seria valioso investigar quais combinações específicas de dinâmicas, mecânicas e componentes de jogos são mais eficazes para o ensino de diferentes aspectos da CDD (e.g., tabelas auxiliares vs. tabelas principais, construção de notação vs. interpretação de assunto). Além disso, a exploração de plataformas digitais ou aplicativos dedicados à gamificação da CDD poderia oferecer insights sobre a escalabilidade e acessibilidade dessa abordagem.

A gamificação tem o potencial não apenas de aprimorar a aquisição de conhecimento técnico, mas também de cultivar uma visão crítica e fundamentada em valores éticos com relação às limitações do próprio sistema de classificação e possíveis alternativas de solução, conforme apontado por Sánchez-Tarragó, Vale e Marques (2022). Futuras implementações poderiam integrar dilemas éticos ou vieses presentes nos sistemas de classificação como desafios do jogo, incentivando uma reflexão mais profunda por parte dos estudantes sobre o papel da classificação na sociedade e a responsabilidade do bibliotecário.

Em suma, a gamificação não é meramente uma ferramenta para tornar o aprendizado da CDD mais atraente; ela é uma estratégia transformadora que aborda as raízes das dificuldades de aprendizagem, promove o desenvolvimento de habilidades essenciais e prepara os futuros profissionais para um cenário informacional cada vez mais complexo e dinâmico. A sua implementação criteriosa e baseada em princípios pedagógicos sólidos promete revolucionar a forma como a CDD é ensinada e aprendida na formação de bibliotecários.

Referências

Araújo, C. A. V.; Alves, M. de. F. F.; Lourenço, C. de. A.; Aganette, E. C., & Maculan, B. C. M. dos. S. (2018). Uso de recursos educacionais na aprendizagem significativa das disciplinas CDD e CDU do curso de biblioteconomia. Brazilian Journal of Development, 5(1), 516-532. https://doi.org/10.34117/bjdv5n1-954.

Braz, M. I., & Carvalho, E. S. de (2017). Práticas em tratamento temático da informação: interfaces de ensino e aprendizagem. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13, 2496–2509. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/975.

Fardo, M. L. (2013). A gamificação em ambientes de aprendizagem. Renote, 11(1), 1-9. https://doi.org/10.22456/1679-1916.41629.

Freire, P. (2011). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz & Terra.

Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. (orgs.) (2009). Métodos de pesquisa. Editora da UFRGS.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas.

Hadfield, R. (2019). Pearl growing as a strategy in systematic literature searches. Mediwrite.

Lima, E. D. S. (2025). A influência da cultura digital no comportamento e aprendizagem dos alunos. Revista Mais Educação, 8(3), 36-46. https://doi.org/10.51778/2595-9611.v8i3

Marconi, M. de. A., & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. Atlas.

Nascimento, A. C.; Santos, J. S. J. dos.; & Mata, M. L. da. (2024). Gamificação: uma estratégia para desenvolver a competência em informação em instituições de ensino. Revista Brasileira de Biblioteconomia e

Documentação, 20, 1-27. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2060.

Online Computer Library Center (2025). Dewey Services. https://www.oclc.org/en/dewey/resources.html.

Robinson, K. (2019). Escolas Criativas: a revolução que está transformando a educação. Penso Editora.

Souza, L. do. N. de.; & Tanus, G. F. de. S. C. (2021, outubro, 25-29). Metodologias ativas de aprendizagem no ensino da biblioteconomia: uma revisão sistemática da literatura [sessão da conferência]. 21 Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. https://brapci.inf.br/v/192932.

Vogel, M. J. M.; & Pazos, J. de. M. (2024). Classificação Decimal de Dewey: aplicação das regras de construção de notação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 20, 1-22. https://doi.org/10.58876/rbbd.2024.2011890.

A EDUCAÇÃO PARA A INFORMAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DA ABORDAGEM CENTRADA NAS COMPETÊNCIAS

Lucas Corrêa da Cunha Silva, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0009-0000-7742-9161, Brasil, *lucas-correa.silva@unesp.br*

Marcos Paulo de Passos, Universidade Estadual Paulista (Unesp), http://orcid.org/0000-0003-3959-0127, Brasil, *mp.passos@unesp.br*

Carlos Cândido de Almeida, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0002-8552-1029, Brasil, *carlos.c.almeida@unesp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6755

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Resumo

Inscrita na sociedade da informação, a information literacy é uma abordagem que se ocupa da problemática e reflexões acerca das aprendizagens informacionais na contemporaneidade. Na literatura da ciência da informação as discussões da information literacy ganharam extensões geográficas globais e encontram termos correlatos em diversos idiomas. Tendo em vista a diversidade terminológica, com características próprias, este trabalho pretende refletir sobre os limites da abordagem centrada nas competências e as proposições de uma abordagem voltada à educação para a informação, abrindo caminho para perspectiva educacional integral e culturalmente situada. Para isso, discute as

projeções e limites da cultura informacional, centrada na promessa da conexão digital por meio da evolução tecnológica. Resgata a história da information literacy nos Estados Unidos, as terminologias que foram utilizadas em diversos países seguindo essa proposta e as diferentes teorias utilizadas no Brasil. Critica o desenvolvimento de competências como metodologia educacional que impõe ajustes que perdem de vista o diálogo dos sujeitos com sua realidade. Como conclusão apresenta aspectos a serem considerados no quadro de aprendizagens informacionais, tendo em vista que a educação para a informação visa reconhecer sujeitos em contextos culturais específicos e plurais, com foco nos processos de construção de relações conscientes com a informação enquanto componente social, criando um intercâmbio próprio de significados.

Palavras-chave: Information Literacy. Competência em informação. Educação para informação.

Abstract

As part of the information society, information literacy is an approach that deals with problems and reflections on information learning in contemporary times. In the literature of information science, discussions of information literacy have gained global geographical extensions and find correlated terms in several languages. In view of this terminological diversity, with its own characteristics, this paper aims to reflect on the limits of the approach centered on competencies and the proposals for an approach focused on information education, paving the way for an integral and culturally situated educational perspective. To this end, it discusses the projections and limits of information culture, centered on the promise of digital connection through technological evolution. It recounts the history of information literacy in the United States, the terminologies that have been used in various countries following this proposal and the different theories used in Brazil. It criticizes the development of competencies as an educational methodology that imposes adjustments that lose sight of the subjects' dialogue with their reality. In conclusion, it presents aspects to be considered within the framework of information learning, bearing in mind that information education aims to recognize subjects in specific and plural cultural contexts, focusing on the processes of building conscious relationships with information as a social component, creating its own exchange of meanings.

Keywords: Information Literacy. Information competence. Information education.

Introdução

Inscrita no quadro de reflexões e preceitos da chamada Sociedade da Informação, caracterizada pelos grandes fluxos informacionais entre indivíduos e comunidades mediados pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, a *Information Literacy* é uma abordagem que se ocupa da problemática e das reflexões acerca das aprendizagens informacionais na contemporaneidade. Como forma de preparar os sujeitos para a cultura informacional, figuram estudos sobre as aprendizagens informacionais voltadas ao manejo de ferramentas, identificação de recursos informacionais e uso eficaz nas decisões e resoluções de problemas.

Sob influência da *American Library Association* (ALA) e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), as discussões e iniciativas acerca da *Information Literacy* ganharam extensões geográficas globais (Perrotti & Pieruccini, 2013). Atualmente é possível identificar quatro estágios de seu desenvolvimento: aparecimento na década de 1970; expansão na década de 1980; consolidação como imperativo na década de 1990; e internacionalização a partir dos anos 2000 (Nascimento, 2018, p. 79).

Na literatura da Ciência da Informação encontram-se termos correlatos à *Information Literacy,* tanto no âmbito internacional quanto no Brasil, as quais serão aprofundadas. Para além da diversidade terminológica cujas traduções carregam perspectivas teóricas próprias, o debate acerca do modo de inserir nos estudos e nas práticas uma metodologia centrada em competências apresenta limitações.

O histórico do surgimento do campo aliado aos trabalhos desenvolvidos coloca em debate a extensão da teoria e a forma de se considerar o sujeito nesse processo. Assim, pretende-se com este trabalho refletir sobre os limites da abordagem centrada nas competências, que se tornou modelar no ensino em ciência da informação no Brasil, para, então, abrir caminho a uma perspectiva educativa integral e culturalmente situada.

A cultura informacional

Símbolo da economia globalizada, o advento e a popularização da internet nos anos 1990 constituiu-se alicerce para a disseminação de uma integração social por meio das redes de conexão digital. Essa proposta de integração construiu-se em torno da ideia de conectividade global, da partilha de conhecimento e da reparação de desigualdades sociais e econômicas historicamente construídas entre os diferentes povos e nações do mundo (Cornu *et. al*, 2005).

A cultura que se projeta nas relações impactadas pelo desenvolvimento tecnológico e informacional requer novas práticas com o mundo, com os outros e consigo (Martí Lahera, 2007). A crescente produção de dispositivos tecnológicos mais sofisticados, plataformas e ambientes diversos, documentos digitais de novos formatos, bem como os dispositivos e fontes informacionais socialmente pré-existentes (livros, bibliotecas, pessoas etc.) formam um arcabouço de instrumentos utilizados na relação com o mundo em constante expansão.

As transformações nas práticas interpessoais afetam os conjuntos de valores, normas, símbolos que representam o mundo para os sujeitos e pelos quais eles se representam e interagem com o mundo. Com isso, a ação social impactada pelo aspecto digital nas formas de socialização, no modo de relacionar-se com o mundo, com os dispositivos e com as redes, transforma-se, pois os sujeitos estão no mundo em constante relação, alterando o espaço que coabitam e constroem.

As formas de interações sociais são impactadas em quase todas as suas esferas, marcadas pela aceleração de acesso a informações dispostas de forma massiva e crescente e pela evolução constante das configurações e utilidades das tecnologias digitais. Esse impacto, atrelado a outros fatores sociais, pode sugerir conclusões que levem a crer que se sucede o desenvolvimento dito "natural" dessas transformações sociais, da defesa da transformação das culturas, resultando em uma global "cultura da informação", pertencente a todos os sujeitos que compartilham da vida social, que, por consequência dessa transformação, é nomeada "sociedade da informação". Argumenta-se, por meio desse pressuposto, que os sujeitos:

> [...] a partir da maior convivência com os recursos tecnológicos, mudam sua forma de ser e agir, como num processo de adaptação natural ao meio no qual o próprio mercado se vê também obrigado a inovar suas estratégias de se relacionar com o trabalho e suas tendências contemporâneas (Negreiros & Amaral, 2021, p. 591).

Contudo, se a conexão virtual por meio da internet se espalhou vertiginosamente como "oásis" de um novo momento histórico para a humanidade, a sua pretensão de converter-se em universal ainda é passível de contestação. A International Telecommunication Union (ITU)[1] publicou em 2021 relatório que apontou que apenas 63% da população mundial possui acesso à Internet. A promessa de um mundo completamente conectado ainda não se concretizou, e encontra-se longe de consolidar-se em uma sociedade integrada. O chamado fosso digital (*digital divide*), relação de inclusão ou exclusão à conectividade, não apenas espelha desigualdades como atua para

mantê-las e ampliá-las, na medida em que as redes digitais apresentam-se como condição para oportunidades de trabalho, educação e acesso à informação (Israel, 2019). Outra questão implicada no quadro contemporâneo é o reconhecimento da inclusão digital como direito fundamental, porém pode conduzir ao equívoco de situar tais desigualdades apenas em nível técnico, solucionável apenas pelo acesso à Internet e a dispositivos de conexão (Israel, 2019). Diante de um contexto em que as desigualdades são mantidas, mesmo os novos desenvolvimentos tecnológicos e digitais permanecem como condição de reprodução do atual sistema político-econômico (Demo, 2007; Van Dijk, 2020).

Outra conclusão que se segue às formas de relações sociais impactadas pelo desenvolvimento tecnológico e informacional, é ver essa relação dialógica de transformação social não a partir dos sujeitos como pertencentes da "cultura informacional" e que meramente se relacionam com a informação, mas considerá-los como sujeitos diversos, possuidores de culturas variadas, que interagem com a informação e com os dispositivos tecnológicos. Essa interação se estabelece por meio da construção de novos saberes, a partir do intercâmbio de significados entre as culturas por meio da participação dos sujeitos, na relação e na transformação das ações sociais, e na apropriação dos conhecimentos gerados por essa interação.

Partindo desse pressuposto, olhar as práticas de relação dentro da cultura da informação requer olhar para o espaço da informação, real ou digital, como um espaço estranho à cultura do sujeito, que possui uma cultura exterior à essa "cultura da informação", e estabelecer relações proximais de significado para a apropriação desse espaço e da cultura ofertada. O grau de familiaridade com essa cultura por parte do sujeito, portanto, passa a ter peso para essa relação, não se podendo assumir total desconhecimento ou naturalidade com ela. A relação que se estabelece a partir daí é uma relação de intercâmbio e trocas culturais, uma produção de significados recíproca, visando a comunicabilidade entre a cultura subjetiva do sujeito e a cultura da informação.

O sujeito social é produzido nas relações que estabeleceu e estabelece, encontra-se nelas inserido e guarda suas diferenças em relação aos outros. Pode-se dizer que o sujeito constitui-se na relação que faz com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Para estabelecer com os sujeitos uma relação dialógica deve-se ter proximidade com suas subjetividades, as quais motivam e dão materialidade às suas práticas no cotidiano com essas dimensões. Tomasi (2004, p. 11) resume que "[...] perder de vista o contexto no qual se encontra o indivíduo, não manter esse diálogo, é perdê-lo de vista mesmo que dele acreditem estar muito próximos".

A partir dessa relação dialógica entre culturas, sujeitos e dispositivos, exige-se novas formas de mediar esse contato. O desenvolvimento de aprendizagens para a interação com esses meios passa pela diferenciação da aprendizagem que envolve a apropriação de instâncias relacionais e de significados e da aprendizagem que envolve a apropriação de instâncias tecnológicas e de gestão da informação ou documental. Essas aprendizagens, apesar de se atravessarem, lidam com diferentes saberes e diferentes instrumentos, que podem ser melhor detalhados em cada abordagem para formar um todo satisfatório.

A apropriação de instâncias relacionais e de significados envolve a mediação no contato com a informação e a produção de saberes. A partir do contato com a informação, a significação dos espaços e dos documentos é dialogada, em um movimento em direção à apropriação dos significados propostos e a produção de conhecimento. Nessa mediação, outro movimento é o diálogo com os conhecimentos possuídos pelos sujeitos em direção à produção de novas informações, que podem retornar ao ciclo e serem apropriadas por outros sujeitos.

A apropriação de instâncias tecnológicas e de gestão da informação envolve conhecimentos técnicos de acesso aos dispositivos tecnológicos e digitais, a relação social que se estabelece com e por meio deles e a utilização desses dispositivos para um fim específico. Nessa aprendizagem mediada, desenvolvem-

se aptidões para o uso, e conhecimentos que auxiliam na utilização consciente dos dispositivos, com atitudes críticas quanto à produção, disseminação, acesso e uso da informação.

Do mesmo modo, entendemos como equivocada a promoção de programas dirigidos para o ensino de competências informacionais na sua formulação mais difundida e restrita como garantia de criticidade e autonomia face o emaranhado de informação produzida na atualidade e a diversidade cultural dos sujeitos.

História da Information Literacy

Na obra "O que é Ciência da Informação", Araújo (2018) classifica como "estudos sobre sujeitos" as pesquisas sobre "estudos de usuários", "comportamento informacional", "práticas informacionais", "mediação da informação", as quais buscam analisar necessidades de informação presentes no cotidiano social, principalmente decorrentes e potencializadas pelo impacto das mudanças tecnológicas próprias de nosso tempo, sobretudo, no campo formativo institucional. Segundo Araújo (2018), é dentro da subárea "estudos sobre sujeitos" que as discussões sobre o conceito de *Information Literacy* se desenvolveram no campo.

O marco inicial da *Information Literacy*, o relatório "*The Information Service Environment Relationships and Priorities*", de autoria de Paul Zurkowski, publicado em 1974, apontava a necessidade de programas federais que visassem o desenvolvimento de aprendizagens informacionais relacionadas às fontes de pesquisa e informação oferecidas pela indústria de informação. Nesse sentido, o presidente da *Information Industry Association* (Associação da Indústria da Informação dos Estados Unidos) postulava que "[...] políticas que ampliassem o número de trabalhadores ligados à pesquisa e ao desenvolvimento deveriam constituir o *modus operandi* para a manutenção e aumento do progresso econômico dos Estados Unidos" (Zurkowski, 1974 apud Siqueira, 2011, p. 483).

Assim, em princípio, a *Information Literacy*, formulada no contexto dos Estados Unidos, relacionou-se com o ambiente empresarial, como competência para o uso da ampla variedade de recursos informacionais disponíveis para a solução de problemas no âmbito do trabalho (Araújo, 2018; Dudziak, 2003).

A proposta de *Information Literacy*, teorizada por Zurkowski, previa tornar os cidadãos americanos *information literates* em uma década. Ele acreditava que tais programas para aprendizagens informacionais trariam dividendos políticos e economia de recursos à nação, e estabelecia sua aplicação para além de uma esfera educacional, defendendo uma estratégia política. (Nascimento, 2018, pp. 61). Essa estratégia, assumida como principal alavanca do desenvolvimento da tecnologia e dos fluxos informacionais incessantes, preconizava um modelo político, social e cultural de feições globalizantes, destinado a manter sua supremacia diante das nações, que iniciavam um estágio de interconexão em escala planetária (Nascimento, 2018, p. 62). Nesse contexto, a participação dos sujeitos na Sociedade da Informação implicaria uma aptidão generalizada no manejo de ferramentas e na transformação do seu insumo principal, a informação, em conhecimento aplicado.

Posteriormente ao relatório de Zurkowski, o relatório *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*, produzido pela *American Library Association* (ALA), indicou que dentro do programa da *Information Literacy*

> Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. [...] Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (American Library Association, 1989, não paginado, tradução nossa).

O relatório da ALA ressalta a importância da *Information Literacy* para indivíduos,

trabalhadores e cidadãos. As recomendações concentram-se na implantação de um novo modelo de aprendizado, com a diminuição da lacuna existente entre a sala de aula e a biblioteca. Segundo Dudziak (2003), essa definição proposta pela ALA é largamente a mais reproduzida e disseminada na literatura especializada sobre a temática.

À medida que a temática da *Information Literacy* ganhou espaço dentro da literatura da ciência da informação pelo mundo, encontram-se termos correlatos em diversos idiomas e países. Como exemplos pode-se citar *alfabetización informacional* (ALFÍN), em espanhol (Calzada-Prado & Marzal, 2007; Uribe Tirado, 2010); em francês, *éducation à l'information*, *maîtrise de l'information*, *competence informationelle*, *culture de l'information*, são denominações que vêm coexistindo ou sendo utilizadas no lugar de *éducation documentaire* (Perrotti & Pieruccini, 2013); em português, "literacia informacional" é empregada em Portugal (Silva; Fernández Marcial; Martins, 2007) enquanto no Brasil temos "alfabetização informacional", inicialmente empregada como "habilidades informacionais" (Caregnato, 2000), "letramento informacional", "competência informacional" e "competência em informação", que historicamente receberam redefinições conceituais (Campello, 2002; Dudziak, 2003; Belluzzo, 2005; Vitorino, 2008).

Na mesma linha, diferentes expressões apresentam a noção de competência no cerne de suas formulações, por exemplo, "*Informationskompetence*" na Dinamarca, "*Informaatiokompetenssi*" na Finlândia, "*Informasjonskompetanse*" na Noruega, "*Informationskompetens*" na Suécia, "*Informationskompetenz*", na Alemanha (Santos; Maia, 2021). Na França, um caso particular, a depender da região, as expressões *maîtrise de l'information* e *compétences informationnelles* são tidas como correlatas à *Information Literacy*.

Dos anos 2000 em diante, surgiram abordagens que não se alinharam totalmente às anteriores, embora o interesse pela problemática em questão as correlacionem. Assim*, Éducation à l´Information* e *Culture de l'Information,* utilizadas no lugar de *Éducation Documentaire* (Perrotti; Pieruccini, 2013), além de *Culture Informationnelle e Translittératie,* que constituem abordagens mais amplas que as anteriores (Le Deuff, 2009; Serres, 2012) na França, e *Critical Information Literacy* (Tewell, 2015), nos Estados Unidos.

No Brasil, "competência crítica em informação" (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019), vertente brasileira decorrente da estadunidense, Infoeducação (Perrotti & Pieruccini, 2007) e, mais recentemente, "educação em informação" (Zattar; Barbosa; Borges, 2023) buscam tratar a problemática das aprendizagens informacionais de maneira mais ampla, considerando aspectos socioculturais mais complexos, para além de um conjunto de domínios técnicos presentes em sistemas de informação. Diante do exposto, explicitamos em linhas gerais cada uma das abordagens que postulam-se críticas da information literacy e correntes no país.

Historicamente, o conceito de *critical information literacy* surgiu no contexto das bibliotecas estadunidenses como forma de crítica à definição institucional da *information literacy* de caráter instrumental, que converte o aprendizado da dita competência em algo operacional. No Brasil, os estudos colocam em perspectiva a influência da pedagogia freireana na competência crítica em informação, apontada nos trabalhos de Tewell (2015, 2025), acentuadas nos estudos de Bezerra (2015), Bezerra e Beloni (2019), Manhique, Casarin e Ançanello (2023), Gomes e Tanus (2024). Em suas pesquisas, Bezerra (2015) procura explicitar a contribuição sociológica e filosófica para competência crítica em informação, bem como apropriação crítica das tecnologias digitais por parte dos usuários. Nesse sentido, sugere uma aproximação à sociologia de Bourdieu e à filosofia marxista da chamada Escola de Frankfurt. Em suma, assinala que esses pensadores compartilham, dentre outras ideias, "[...] a sensibilidade para observar as desigualdades sociais que conformam a estrutura social em grupos dominantes e grupos dominados" (Bezerra, 2015, pp. 8-9).

A infoeducação (Perrotti & Pieruccini, 2007, 2016) é campo de estudos interessado nas relações entre Educação e Informação, que se materializam em projetos ligados à cultura letrada, levadas a efeito, especialmente, em bibliotecas educativas (escolares, públicas). Sua orientação epistemológica sustenta-se no paradigma da transdisciplinaridade (Freitas, Morin & Nicolescu, 1994) articulados ao princípio dialógico tomado como ponto-chave das relações significativas entre mediadores, dispositivos e sujeitos.

Os estudos da infoeducação são decorrentes de pesquisas iniciadas na década de 1990, no Brasil, na ECA-USP, a partir do reconhecimento da existência de um hiato – cisão histórica – entre biblioteca e sociedade no país (Pieruccini & Perrotti, 2012). As pesquisas levadas a efeito pelo grupo de pesquisadores da infoeducação procuram atacar tal problemática, com intuito de desenvolverem arcabouço teórico e metodológico que permitam o enfrentamento da situação e a formação de sujeitos protagonistas nos diferentes quadros socioculturais do país. Para tanto, tomam como pressuposto o "protagonismo cultural" como conceito orientador (Perrotti, 2017) e a constituição de "dispositivos culturais dialógicos" (Pieruccini, 2004), considerando quadros socioculturais específicos, sem perder de vista aspectos marcantes da sociedade contemporânea, tendo em vista o diálogo com a memória cultural.

Em suma, infoeducação difere-se das demais na medida em que desenvolve metodologias colaborativas, princípios dialógicos e concepções freireanas de educação nos contextos reais de bibliotecas dialógicas. Essa abordagem estrutura-se numa perspectiva transdisciplinar, não apenas interdisciplinar; compreende os sujeitos como protagonistas culturais, produtores e agentes culturais, não meros usuários de serviços de informação.

Por sua vez, a educação em informação decorre da colaboração entre três grupos de pesquisa – InfoCom[2], LabCoInfo[3] e OCADCi[4] (Zattar; Barbosa; Borges, 2023) – e apresenta-se como alternativa conceitual incipiente no país, buscando alicerce e lastro epistemológico na "educação de usuários". Filia-se aos estudos sobre a dimensão formativa da informação e procura avançar seus pressupostos na medida em que postula vinculações com sujeitos que não apenas consomem conteúdos, mas que também produzam, rejeitam e remixam esses conteúdos. Desse modo, assinala também que a opção pela expressão "educação" em detrimento de outras opções – como "competência", "alfabetização" ou "letramento" – e vincula-se ao reconhecimento da complexidade que a formação diante do contexto informacional requer na atualidade.

Segundo as autoras Zattar, Barbosa e Borges, (2023), a "educação em informação" não se refere a uma mera capacitação quanto ao uso de fontes de informação ou avaliação de conteúdos em bibliotecas, mas ao conjunto formativo que passa por uma capacitação, e que avança para a compreensão do papel da informação na sociedade e as possibilidades de mudança a partir da educação do sujeito informacional. Em suma, as autoras indicam que a educação em informação assume uma perspectiva social da informação. Além disso, as autoras frisam que a educação em informação possui afinidades com pressupostos debatidos pela infoeducação, alfabetização informacional e competência em informação. Trata-se, portanto, de uma perspectiva englobante das diferentes abordagens correlacionadas com a *information literacy*, mas sem limitar-se à sua dimensão técnica (Zattar; Barbosa; Borges, 2023).

As abordagens críticas da *information literacy*, no contexto brasileiro, ampliam reflexões sobre aprendizagens informacionais e quadros de análise. Contudo, não desconsideram sua verve instrumental, mas a superam para incorporação de outros aspectos e impactos não postos em perspectiva pela abordagem estadunidense.

Historicamente, a expressão *Information Literacy*, no Brasil, podia ser encontrada tanto no original ou traduzida como habilidades informacionais, letramento informacional, alfabetização informacional, competência informacional e competência em informação (CoInfo), entre outros. Algumas destas expressões popularizaram-se durante décadas

até o consenso terminológico adotado pela comunidade acadêmica e profissional no XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), ocorrido em Maceió, em 2011 (Declaração de Maceió Sobre a Competência Informacional, 2011). Esse consenso estabeleceu o conceito "Competência em Informação" e sua importância no desenvolvimento político-pedagógico dos cursos de graduação e nas ações institucionais no campo.

Vale dizer que no contexto nacional seguiram-se outros documentos endossando a mobilização em favor da *Information Literacy* no país como o Manifesto de Florianópolis (Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias, 2013), a Carta de Marília (Carta de Marília, 2014) e, recentemente, o Manifesto Político sobre Competência em Informação (Grupo de Trabalho de Competência em Informação, 2022), todos seguindo recomendações internacionais da ALA, da *Association of College & Research Libraries* (ACRL), da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

Nesse sentido, nota-se que há uma hegemonia sobre o pensamento teórico, conceitual e pedagógico relativo ao campo da Information Literacy com pouca margem para contestação de sua eficiência e ideologia.

Da concepção à crítica da educação centrada em competências

Observa-se que, historicamente, diferentes expressões e definições surgiram em decorrência da problemática das aprendizagens informacionais na contemporaneidade, sendo as mais correntes derivadas da proposta primeva de Zurkowski (1974). A apropriação dos estudos de *Information Literacy* na ciência da informação brasileira, no início dos anos 2000, encontrou dificuldade para estabelecer um consenso sobre o termo a ser utilizado. O objetivo desta seção é aprofundar a análise da concepção de *Information Literacy* e trazer elementos para a reflexão de sua metodologia.

Alves, Macedo e Galindo (2023) estabelecem um histórico dos termos utilizados no Brasil, com a primeira tradução do termo como "alfabetização informacional" por Caregnato, em 2000, mas mantendo em seu artigo a expressão "habilidades informacionais". Ainda segundo Alves, Macedo e Galindo (2023), embora tenham utilizado o termo em inglês, Dudziak e Belluzzo, em 2001, e Hatschbach, em 2002, já sinalizavam sua preferência pela expressão "competência em informação". De acordo com Alves (2024), "competência informacional" é uma das traduções de *Information Literacy*, cunhada inicialmente por Bernadete Campello no Brasil, sendo essa competência, segundo a autora, uma forma de letramento. A expressão "letramento informacional", por sua vez, também sendo uma tradução de *Information Literacy* foi utilizada pela primeira vez por Campello em um artigo publicado no ano seguinte (Alves, 2024), sendo utilizada também, a partir de 2008, por Gasque (Alves; Macedo; Galindo, 2023; Alves, 2024).

De acordo com Gasque (2010, pp. 84) "os termos 'competências', 'habilidades', 'letramento', 'literacia' e 'alfabetização' pertencem a categorias de ideias similares" e, portanto, "precisam ser bem definidos para que reflitam com exatidão determinada ação, evento ou processo" no qual se referem. Para a autora, a alfabetização informacional vincula-se ao domínio básico do código da língua, abrangendo conhecimentos e destrezas variados, como a memorização das convenções existentes entre letras/sons, a comparação entre palavras e significados, o conhecimento do funcionamento do alfabeto, o domínio do traçado das letras e a aprendizagem de instrumentos específicos, como lápis, canetas, papeis, cadernos e computador (Gasque, 2010, pp. 85).

O letramento informacional envolve o conceito de alfabetização, transcendendo a decodificação para situações em que há o uso efetivo da língua nas práticas de interação em um contexto específico (Gasque, 2010). Dito de

outra maneira, trata-se de um processo que propicia o aprendizado ativo, independente e contextualizado, exercitando o pensamento reflexivo e o aprendizado ao longo da vida (Gasque, 2013). De acordo com a autora, "[...] as pessoas letradas têm capacidade de tomar melhores decisões por saberem selecionar e avaliar as informações e transformá-las em conhecimento aplicável" (Gasque, 2013). Além disso, a autora indica que uma analogia entre alfabetização e letramento, no contexto da informação – "alfabetização informacional" – envolveria o conhecimento básico dos suportes de informação, como noção da organização de dicionários e enciclopédias, a compreensão de conceitos relacionados às práticas de busca e uso de informação, tais como números de chamada, classificação, índice, sumário, autoria, banco de dados, bem como o domínio das funções básicas do computador, o uso do teclado, habilidade motora para usar o mouse, dentre outros. Por abranger os contatos iniciais com as ferramentas, produtos e serviços informacionais, a alfabetização informacional requer o desenvolvimento dessas competências desde a educação infantil (Gasque, 2010). Pensado de outra maneira, poder-se-ía afirmar que a analogia acompanha os programas de instrução bibliográfica do final do século XIX (Caires, 2014; Maury & Serres, 2010).

Com relação à competência em informação, Gasque (2013) a correlaciona com a capacidade do aprendiz mobilizar o próprio conhecimento, aspecto que o ajuda a agir em determinada situação. Segundo a autora, ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos (Gasque, 2013, pp. 6). Tal observação da autora nos remete ao quadro de origem da *Information Literacy* que, situada no campo empresarial e financeiro, tinha por objetivo a busca, por meio de programas de 'capacitação dos recursos humanos', 'reengenharia' ou 'qualidade total', alternativas para melhorar a produtividade e a competitividade do mercado, em decorrência do processo de substituição tecnológica que produziria novas formas de organização do trabalho (Gasque, 2013).

Habilidades informacionais, por sua vez, decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do "saber-fazer". Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências (Gasque, 2010). De acordo com a autora, para o aprendiz ser competente em identificar as próprias necessidades de informação é necessário desenvolver habilidades para formulação de questões sobre o que deseja pesquisar, exploração de fontes gerais de informação para ampliar o conhecimento sobre o assunto, delimitação do foco, identificação de palavras-chave que descrevessem a necessidade de informação, dentre outras (Gasque, 2010).

Por fim, Gasque (2010) aponta que na literatura da ciência da informação no Brasil, 'competência' é frequentemente empregada como sinônimo de letramento informacional. Todavia, competência refere-se àquilo que se deseja construir e desenvolver ao longo de um processo, no caso o de letramento informacional. Nesse sentido, a autora propunha que "competência" fosse utilizada como expressão do "saber-fazer", derivada das relações entre o conhecimento que o sujeito detém, a experiência adquirida pela prática e a reflexão sobre a ação, ou seja, que "habilidade" seria a realização de cada ação específica e necessária para alcançar determinada competência (Gasque, 2010). Naquele contexto histórico, precedente ao referido Congresso de Maceió em 2011, a autora se baseia em Caldas Aulette para afirmar que o conceito ou termo mais adequado no Brasil e que derivaria do inglês *literacy* seria "letramento", de uso relativamente recente no campo da pedagogia e da educação (Gasque, 2010).

Nascimento (2018) indica que a tradução, tal como agenciada no país, trata-se de uma adaptação às exigências da globalização econômica e assimilação a padrões culturais de origem norte-americana. Em mesmo sentido, competência, na origem, aparece relacionada a

contextos estruturados, com fluxos definidos, sobretudo, ligados a situações formais de trabalho. Desse modo, trata-se de abordagem inscrita na herança do pensamento positivista e funcionalista, que tem no produtivismo a chave de interpretação das relações sociais, da cultura e da educação. O conhecimento é reduzido a meio de produção (sociedade da informação/do conhecimento) e perde sua autonomia como categoria essencial à existência, ou seja, priva os sujeitos de um diálogo constante e dinâmico com várias outras dimensões que constituem nossa humanidade.

Para além disso, considerando que a *Information Literacy* foi implementada no plano educativo das nações filiadas, é importante questioná-la, uma vez que os educandos não são iguais, não têm idênticas possibilidades de aprender nem se interessam pelos mesmos conteúdos (García Canclini, 2005).

Diante do exposto, é preciso se atentar ao fato que o termo *literacy* ter sido traduzido por competência não se dá de forma unívoca, podendo implicar a presença mobilizações ideológicas, sob influências intelectuais, que buscam adequar os sujeitos à cultura informacional por meio de uma aprendizagem homogênea e padronizada. Silva e Cardoso (2020) citam Andrade e outros para uma definição de literacia informacional:

> Literacia informacional é o conjunto de capacidades integradas que englobam a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e a utilização da informação na criação de novos conhecimentos e na participação ética nas comunidades de aprendizagem. (Andrade et al., 2015 citado por Silva & Cardoso, 2020, pp. 15-16).

Nessa perspectiva, aprendizagem, literacia ou competência informacional busca fornecer aos indivíduos habilidades, conhecimentos e valores para a cultura informacional (Martí Lahera, 2007). Por meio dessas competências, os "*information literates*" (Zurkowski, 1974) conhecem técnicas e habilidades para usar ferramentas informacionais, identificando, localizando, avaliando e utilizando a informação necessária para a resolução de problemas (Silva & Cardoso, 2020).

Essa necessidade de competências surge principalmente pela disponibilidade crescente de informações acompanhada pelos avanços das ferramentas e recursos tecnológicos. Martí Lahera (2007) reúne, até o momento de sua definição, na convergência de vários elementos, fatores que moldaram o surgimento do conceito atual do que ela chama de "formação em habilidades de informação". Como fatores fundamentais, citando Sherlley-Robinson, ela pontua:

> [...] os desafios criados pela era da informação, a necessidade de adquirir certas habilidades para o manejo de informação complexa, investigações recentes sobre o comportamento de busca da informação, e a renovada ênfase no rol de pensamento crítico em educação. (Martí Lahera, 2007, pp. 33, tradução nossa)

Entretanto, apesar desse avanço, esse ritmo não é acompanhado pelos sujeitos em sua relação com a informação (Silva & Cardoso, 2020). Ainda conceituando a aprendizagem informacional no desenvolvimento de pensamento crítico e competências informacionais, Martí Lahera (2007) cita Christine Bruce para trazer as características presentes nos "*information literates*" (alfabetizados informacionalmente/competentes em informação): aquela que acompanha o ritmo dos avanços tecnológicos e informacionais da cultura da informação. Segundo a autora, um indivíduo, enquanto alfabetizado informacional, seria alguém que

- está comprometido a aprender independentemente, em um aprendizado autodirigido e autorregulado;
- utiliza processos de informação;
- utiliza uma variedade de tecnologias e sistemas de informação;
- tem interiorizado os valores que promovem o uso da informação;
- tem conhecimento profundo do mundo da informação;
- se aproxima da informação criticamente;
- tem um estilo de desempenho pessoal que facilita sua interação com o mundo da informação. (Martí Lahera, 2007, pp. 34, tradução nossa)

Essa definição dos sujeitos inseridos na cultura informacional, entretanto, encontra diversos contrapontos. Se de um lado a criatividade e a curiosidade são atributos essenciais para uma pessoa “competente” no uso da informação, de outro lado é igualmente necessário que ela possua autoeficácia em suas práticas (Endrizzi, 2006).

Negreiros e Amaral (2021) recorrem a Frigotto ao pontuar que a lógica da competência coloca o indivíduo em uma educação que pressupõe o que elas chamam de "qualidade total", ou seja, um cidadão produtivo munido de um leque de competências, prontamente adaptável e que produza "em tempo mínimo, qualidade máxima e cuja mercadoria ou serviço se realizem no mercado imediatamente" (Negreiros & Amaral, 2021, pp. 588). O objetivo comum de um programa de competências informacionais é produzir um sujeito proativo, instrumentalizado, que saiba identificar demandas informacionais e forneça rapidamente uma resposta com base nas informações disponibilizadas pelos meios tecnológicos.

A inserção da competência informacional, defendida enquanto método para a cidadania (Martí Lahera, 2007), perpassa por outro problema, dessa vez político. A estratégia de competência, que coloca no indivíduo a responsabilidade de sua autoformação e adaptação ao contexto, em especial o contexto do não emprego (Negreiros & Amaral, 2021), retira da responsabilidade educacional a formação dos sujeitos e oculta a participação das políticas públicas na vida social e na formação da sociedade.

Não apenas a pedagogia da competência informacional encontra problemas, o acompanhamento da evolução das tecnologias e da produção de informação não estão sincronizadas. No oceano crescente de dados disponíveis nas fontes de informação possíveis de serem acessadas, as informações necessárias para determinada busca feita por parte do pesquisador não serão completamente satisfeitas, seja pela fragmentação da informação passível de se tornar relevante, seja pelo volume de outros resultados que podem ser retornados, o volume de documentos disponíveis para a pesquisa em função do tempo.

As arquiteturas dos espaços informacionais constituem-se de formas variadas, quanto à disposição e ordenamento das informações, que influem na busca e navegação dentro desses espaços. Esses fatores não são dependentes das habilidades do pesquisador em contato com as fontes de informação, mas, antes, são determinados pela produção e disponibilização dos dados para o público, bem como, de programas de educação para informação que deem conta de que seja necessário ultrapassar a dimensão instrumental posta.

Em síntese, a literatura sobre *information literacy* apresenta os seguintes pressupostos:

1. Na origem, competência aparece relacionada a contextos estruturados, com fluxos definidos, sobretudo, ligados a situações formais de trabalho (saber-fazer);
2. O conceito está situada no campo empresarial e financeiro e tem por objetivo a busca, por meio de programas de ‘capacitação dos recursos humanos’, ‘reengenharia’ ou ‘qualidade total’, alternativas para melhorar a produtividade e a competitividade do mercado, em decorrência do processo de substituição tecnológica que produziria novas formas de organização do trabalho, em atendimento às exigências da globalização econômica e assimilação a padrões culturais de origem norte-americana;
3. A competência é desenvolvida para o uso da ampla variedade de recursos informacionais disponíveis para a solução de problemas no âmbito do trabalho;
4. A competência representa manejo de ferramentas e na transformação do seu insumo principal, a informação, em conhecimento aplicado;
5. O modelo de aprendizado, com a diminuição da lacuna existente entre a

sala de aula e a biblioteca; conjunto de domínios técnicos presentes em sistemas de informação; postula aprendizagem homogênea e padronizada; desenvolvimento de técnicas e habilidades para usar ferramentas informacionais, identificando, localizando, avaliando e utilizando a informação necessária para a resolução de problemas;

6. O sujeito competente em informação é uma designação padronizada sobre uma ideia de pessoa capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e, portanto, deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação;
7. A competência em informação, nesse sentido, é conhecimento reduzido ao meio de produção (sociedade da informação/do conhecimento) e perde sua autonomia como categoria essencial à existência, ou seja, priva os sujeitos de um diálogo constante e dinâmico com várias outras dimensões que constituem nossa humanidade;
8. A competência supõe um programa de fomento de competências informacionais que visa produzir um sujeito proativo, instrumentalizado, que saiba identificar demandas informacionais e forneça rapidamente uma resposta com base nas informações disponibilizadas pelos meios tecnológicos; ou seja, pautada na "qualidade total" tem em perspectiva um cidadão produtivo, munido de um leque de competências, prontamente adaptável e que produza "em tempo mínimo, qualidade máxima e cuja mercadoria ou serviço se realizem no mercado imediatamente";
9. As estratégias de ensino atribuem ao indivíduo a responsabilidade de sua autoformação e adaptação ao contexto;
10. Por fim, os programas de competência caracterizam-se como abordagem inscrita na herança do pensamento funcionalista, que tem no produtivismo a chave de interpretação das relações sociais, da cultura e da educação.

A metodologia de competência informacional, portanto, fornece um serviço social de integração nas relações que se transformam com a informação e com o ambiente digital interconectado que essa proporciona. A utilização da competência informacional não pode se restringir somente aos treinamentos operacionais e procedimentais. Embora os treinamentos sejam importantes, há limitações quanto à inserção dos sujeitos na cultura de forma criativa e afirmativa (Nascimento, 2018).

Mesmo como uma ferramenta para a educação, a competência informacional não pode definir-se como um conjunto de práticas a ser aplicada de modo padronizado a todos os indivíduos. Por ser uma ferramenta para a cultura informacional, ou seja, de acordo com o dito anteriormente, uma cultura ensinada, é necessário que ela se desenvolva dialogicamente com a cultura dos sujeitos aos quais se oferece.

Com a identificação de suas limitações, é possível remodelar seu percurso, ajustar suas proposições e utilizá-la como ferramenta para uma pedagogia mais ampla, que busque o desenvolvimento das apropriações relacionais e tecnológicas.

Considerações Finais

A cultura da informação não pode ser tratada como um efeito inevitável do avanço tecnológico de reorganização das práticas sociais, mas como uma nova cultura, que se associa paralelamente às múltiplas culturas existentes, estabelecendo com elas uma relação. Para que essa relação aconteça além de apenas um contato, ou seja, para que ela produza significações, é preciso que a educação para a cultura informacional situe o conhecimento no contexto vivo. Esse contexto compreende os indivíduos, as subjetividades, as intencionalidades, os conhecimentos que compõem os sujeitos, sua cultura e realidade.

Em contraposição às abordagens orientadas exclusivamente pela noção de *competência*,

entende-se que que a educação para informação possa ser refletida conforme as seguintes proposições:

1. A educação para informação não deve ser reduzida à dimensão da produtividade;
2. A educação para a informação deve agir direcionada a proporcionar a construção da autonomia do sujeito;
3. A educação para informação precisa ir além do "saber-fazer", criando maneiras de atuar de forma consciente e transformadora e de desenvolver relações intra e interpessoais mais justas;
4. A educação da informação deve incentivar os indivíduos, não apenas a utilizarem de maneira eficiente as tecnologias e as informações disponíveis, mas desenvolverem consciência das limitações que a elas são impostas e de que modo elas afetam na sua busca e construção de saberes;
5. A educação para a informação deve estimular o aprendizado para a autonomia, para além da utilização da informação na resolução de um problema existente, mas a relação consciente com a informação enquanto componente social, que pode ser utilizada ou não, de modo pessoal, de acordo com suas significações prévias, criando, a partir disso, um intercâmbio próprio de significados.
6. A educação para a informação deve entender os sujeitos como não nativos da cultura informacional, mesmo estando em constante contato com ela. Assim, considerar que não há um entendimento automático e padronizado das formas da cultura nas quais se opera, mas que esse entendimento estabelece-se no diálogo firmado entre a cultura trazida pelo sujeito, e na qual ele faz parte, e a cultura da informação existente nos dispositivos informacionais que se oferece.
7. A educação para a informação deve construir vínculos entre sujeitos e dispositivos culturais numa perspectiva dialógica.

De outro modo, a abordagem de competências tem reduzido o valor da educação e da formação, a respostas pontuais de demandas operacionais da produção e uso da informação. A “educação para informação” indica e explicita em linhas gerais, aspectos a serem considerados no quadro das aprendizagens informacionais, ainda não incorporados de forma adequada nas abordagens e teorias no contexto brasileiro.

Referências

Alves, M. S., Macedo, M. S. A. N., Galindo, M. (2023). A chegada da Information literacy no Brasil: apropriação conceitual e implicações para as traduções. *Páginas a&b*, 3(20), 302-334. https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13468

Alves, M. S. (2024). Elaboração terminológico-conceitual do letramento informacional no Brasil: uma análise das obras de Bernadete Campello e de Kelley Gasque. *Biblios*, (87), 1-24. https://doi.org/10.5195/biblios.2024.1320

American Library Association. (1989). *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*. Association of College & Research Libraries. https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential

Araújo, C. A. A. (2018). *O que é ciência da informação*. KMA.

Belluzzo, R. C. B. (2005). O uso de mapas conceituais para o desenvolvimento da competência em informação. In: Rosemay Passos & Gildenir Carolino Santos (org.). *Competência em informação na sociedade da aprendizagem*. (pp. 29-49). Kayrós.

Bezerra, A. C. (2015). Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação [sessão da conferência]. *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*, João Pessoa, Brasil.

Bezerra, A. C.; Beloni, A. (2019). Os sentidos da "crítica" nos estudos de competência em informação. *Em Questão*, 25(2), 208-228.

Bezerra, A. C., Schneider, M., Saldanha, G. S. (2019). Competência crítica em informação como crítica a competência em informação. *Informação & Sociedade-Estudos*, 29(3), 5-22. https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337/27363.

Caires, F. M. (2014). *Biblioteca na educação: práticas colaborativas e apropriação cultural*. [Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes]. Universidade de São Paulo.

Calzada-Prado, J. & Ángel Marzal, M. (2007). 15 años de Alfabetización en Información: investigación internacional recogida en LISA, ERIC y SSCI entre 1990 y 2005. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, 22(86-87), 15-27.

Campello, B. (2002). A competência informacional na educação para o século XXI. In: Bernadete Campello et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. (pp. 9-11). Autêntica.

Caregnato, S. E. (2000). O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das universidades no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia e Documentação*, 8, 47-55.

Carta de Marília. (2014). [sessão da conferência]. *Seminário De Competência Em Informação: Cenários E Tendências*, Marília, São Paulo, Brasil. https://ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=546.

Cornu, B. et al. (2005). Vous avez dit « société de l'information » ? In: Commission Nationale Française pour l'UNESCO. *La « société de l'information » : glossaire critique*. (pp. 9-38). La Documentation Française.

Declaração de Maceió Sobre a Competência Informacional. (2011). FEBAB. http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf

Demo, P. (2007). Marginalização Digital: Digital Divide. *Boletim Técnico do Senac*, 33(2), 5-19.

Dudziak, E. A. (2003). Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, 32(1).

Endrizzi, L. (2006). L'éducation à l'information. *La lettre d'information*, (17), 1-8.

Freitas, L., Morin, E; Nicolescu, B. (1994). *Carta da transdisciplinaridade*. http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/textos/carta.pdf.

García Canclini, N. (2005). Sociedades do Conhecimento: a construção intercultural do saber. In: García Canclini, N. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. (pp. 227-241). Ed. UFRJ.

Gasque, K. C. G. D. (2010). Arcabouço conceitual do letramento informacional. *Ciência da Informação*, 39(3), 83-92.

Gasque, K. C. G. D. (2013). Competência em Informação: conceitos, características e desafios. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 2, 5-9.

Gomes, M. V. S. J. & Tanus, G. F. S. C. (2025). Um diálogo entre a competência crítica em informação e as teorias anticoloniais a partir de Dussel, Quijano e Fanon. *Palabra Clave*, 14(1), 1-19.

Grupo de Trabalho de Competência em Informação. (2022). *Manifesto Político sobre a Competência em Informação*. http://repositorio.febab.org.br/items/show/6255

Israel, C. B. (2019). *Redes digitais, espaços de poder: sobre conflitos na reconfiguração da internet e as estratégias de apropriação civil*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo.

Le Deuff, O. (2009). *La culture de l'information en reformation*. [Tese de Doutoramento, Ecole Humanités et sciences de l'homme]. Université de Rennes 2.

Manhique, I. L. E., Casarín, H. C. S. & Ançanello, J. V. (2023). Cartografia da Competência Crítica em Informação: estudo da literatura indexada nas bases Scopus e WoS. *Encontros Bibli*, 28(1195) 1-21.

Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias. (2013). Repositório - FEBAB. http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554

Martí Lahera, Y. (2007). *Alfabetización Informacional: análisis y gestión*. Alfagrama.

Maury, Y. & Serres, A. R. (2010). Présentation. In: Françoise Chapron, Éric Delamotte (dir.).

L'éducation à la culture informationnelle. (pp. 26-39). Presses de l'Enssib.

Nascimento, L. S. (2018). *Informação e Educação: as origens da Information Literacy - um estudo do relatório "The Information Service Environment Relatioships and Priorities", de Paul Zurkowski*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Universidade de São Paulo.

Negreiros, T. C. G. C., Amaral, A. S. (2021). Aprendizagem flexível como o novo princípio educativo para a classe trabalhadora. *Revista Katálysis*, 24(3), 585-594. https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79747

Perrotti, E., Pieruccini, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. Em Lara, M. L. G., Fujino, A., Noronha, D. P. (orgs.) *Informação e contemporaneidade: perspectivas*. (pp. 46-97). Néctar.

Perrotti, E., Pieruccini, I (2013). Novos saberes para a educação do século XXI. In: Mendonça, R. H., Martins, M. F. (org.). *Salto para o futuro: tv, educação e formação de professores*. (v. 4. pp. 9-25). Salto para o Futuro/TV Escola/SEB-MEC. https://colabori.eca.usp.br/documentos/vol_4_salto_para_o_futuro_20_anos.pdf

Pieruccini, I. (2004). *A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação*. [Tese de Doutoramento, Escola de Comunicações e Artes]. Universidade de São Paulo.

Pieruccini, I. & Perrotti, E. (2012) . Biblioteca escolar: da superação do empirismo à Infoeducação [sessão da conferência]. (pp. 9-27). *Fórum de Pesquisa em Biblioteca Escolar*, Belo Horizonte.

Santos, A. & Maia, L. (2021). O que há num nome? information literacy e a Coinfo. *Ciência da Informação*, 50(2), 125-140.

Serres, A. (2012). Repères sur la translittératie. In : *La translittératie en débat : regards croisés des cultures de l'information (infodoc, médias, informatique) et des disciplines*. Groupe de Recherche sur la Culture et la Didactique de l'Information . https://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_01476798v1

Silva, S. A. A., Cardoso, A. M. P. (2020). Literacia informacional: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 18, 1-24. https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i0.8660680

Silva, A. M., Fernández Marcial, V. & Martins, F. (2007). A Literacia Informacional no Espaço Europeu de Ensino Superior: Fundamentos e objectivos de um projecto em várias fases [sessão da conferência]. *Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Ponta Delgada, Portugal.

Siqueira, I. C. P. (2011). Pressupostos para um programa nacional de competências informacionais. *Ciência da Informação*, 40, 478-491.

Tewell, E. (2015). A decade of critical information literacy. *Communications in Information Literacy*, 9(1), 24-43. https://doi.org/10.15760/comminfolit.2015.9.1.174

Tewell, E. (2025). *Two decades of critical information literacy: A review of the literature.* In D. M. Mueller (Ed.), *Democratizing knowledge + access + opportunities: Conference proceedings* (pp. 483–497). Association of College and Research Libraries.

Tomasi, A. (2004). Introdução. In A. Tomasi, Antônio (org.), *Da qualificação à competência: pensando o século XX*. (pp. 9-18). Papirus.

Uribe-Tirado, Alejandro (2010). *La Alfabetización Informacional em Iberoamérica*. Ibersid. Disponível em: eprints.rclis.org/ bitstream/.../IBERSID-AlfinIberoamérica.UribeTirado,A.pdf .

Van Dijk, J. (2020). *The Digital Divide*. Polity Press.

Vitorino, E. V. & Piantola, D. (2009). Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, 38(3), 130-141.

Zattar, M., Barbosa, M. F. S. O., Borges, J. (2023). Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. *Informação & Sociedade-Estudos*, 33. https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2023v33.67651

Zurkowski, P. G. (1974). *The Information Service Environment Relationships and Priorities: report 5*. National Commission on Libraries and Information Science. http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf

NOTAS

[1] Disponível em: https://www.itu.int/itu-d/reports/statistics/facts-figures-2021/

[2] Grupo de Pesquisa em Competências Infocomunicacionais (InfoCom); mais informações em https://www.ufrgs.br/infocom/

[3] Laboratório de Competência em Informação e Prática Informacional (LabCoInfo); mais informações em http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/676333

[4] Organização do Conhecimento e Análise (Crítica) do Discurso nas Ciências (OCADCi); mais informações em http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/755382

ÉTICA, COMPETÊNCIA E PRESERVAÇÃO DIGITAL: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO SÉCULO XXI

Alex Pereira de Holanda, Arquivo Nacional; Universidade Federal Fluminense, 0000-0002-1213-8360, Brasil, *alex_holanda@id.uff.br*

Clarissa Schmidt, Universidade Federal Fluminense, 0000-0003-1555-4594., Brasil,

Margareth da Silva, Universidade Federal Fluminense, 0000-0002-4343-8390, Brasil, margarethsilva@id.uff.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6756

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A sociedade contemporânea exige que o arquivista do século XXI esteja preparado para atuar em ambientes digitais, conectados em pequenas e grandes redes, utilizando tecnologias de informação e comunicação (TIC), algo amplamente empregado em instituições públicas e privadas. A formação adequada deste profissional deve contemplar tanto fundamentos teóricos quanto habilidades práticas, conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Arquivologia[i]. Estudos realizados na Universidade Federal da Bahia mostram que, embora os currículos dos cursos de Arquivologia abordem o tema dos documentos digitais, é fundamental ampliar as atividades práticas para proporcionar melhores oportunidades de trabalho e qualificação aos recém-formados[ii].

Essa necessidade torna-se ainda mais crítica dado progressivo processo de transformação

digital das instituições, tornando irreversível a produção, tramitação, avaliação e destinação de documentos arquivísticos digitais. Assim, o arquivista é convocado a compreender como atuar no ciclo de vida e na preservação dos documentos, e os requisitos que garantem autenticidade, integridade e acessibilidade de longo prazo.

O Decreto nº 8.539/2015, que regulamenta o uso do meio eletrônico nos processos administrativos do setor público brasileiro, é um exemplo que reforça a necessidade de domínio das tecnologias digitais por parte dos arquivistas.

A preservação de documentos arquivísticos digitais tem se consolidado como um dos maiores desafios contemporâneos da Arquivologia. No cerne desse desafio encontra-se não apenas a complexidade técnica, mas, sobretudo, uma dimensão ética e deontológica que demanda formação específica por parte dos profissionais da área. Assim, o presente artigo parte do entendimento de que o arquivista, ao assumir seu papel como guardião da autenticidade dos documentos, deve estar qualificado para atuar tecnicamente na preservação digital, em consonância com os princípios expressos no Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos (ICA, 1996). O problema central da investigação reside na ausência de formação sistemática e estruturada em preservação digital para arquivistas, o que compromete o cumprimento do dever ético frente aos documentos arquivísticos digitais. Considerando que a autenticidade e a acessibilidade são fundamentos éticos que sustentam a credibilidades dos documentos, torna-se essencial questionar: é possível e recomendado garantir esses atributos sem formação especializada?

A justificativa para a presente pesquisa repousa no imperativo ético-profissional de alinhar a formação de arquivistas às exigências do ambiente digital. Como demonstram as reflexões de Grimard (2002), a preservação de documentos não é apenas uma função técnica, mas um compromisso moral e institucional com a memória social, o controle social do estado, a eficiência administrativa, a transparência pública e os direitos dos cidadãos.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a ausência do desenvolvimento de competências relacionadas à preservação de documentos arquivístico digitais compromete o cumprimento das obrigações éticas do arquivista, os objetivos gerais deste artigo são: discutir a relação entre ética profissional e formação em preservação digital; e defender a inclusão estruturada dessa temática na formação em Arquivologia como condição para o exercício pleno da profissão. Como objetivos específicos, buscamos: (1) examinar os fundamentos éticos relacionados à preservação de documentos arquivísticos digitais; (2) apresentar os principais frameworks internacionais de formação em preservação digital; e (3) demonstrar a importância da adoção desses referenciais para a qualificação do arquivista brasileiro.

Referencial Teórico

A preservação de documentos arquivísticos digitais constitui um dos maiores desafios contemporâneos da Arquivologia, exigindo uma base teórica robusta que una princípios arquivísticos tradicionais às demandas tecnológicas emergentes (Duranti, 2009; Ribeiro & Marcondes, 2017). O avanço da sociedade da informação e a crescente digitalização dos processos institucionais impõem aos arquivistas a necessidade de atualização constante e domínio de metodologias específicas para garantir a autenticidade, integridade, confiabilidade e acessibilidade dos documentos digitais ao longo do tempo (International Council on Archives [ICA], 2016).

A fundamentação teórica deste estudo ancora-se nas contribuições do projeto InterPARES (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems), iniciativa internacional coordenada por Luciana Duranti que visa estabelecer os requisitos teóricos e metodológicos para a preservação da autenticidade de documentos arquivísticos digitais ao longo do tempo. O InterPARES fornece uma abordagem arquivística baseada nos princípios da diplomática e da teoria arquivística clássica, adaptada aos desafios contemporâneos dos ambientes digitais.

A Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais

A preservação digital é um campo interdisciplinar que envolve técnicas e políticas para garantir o acesso contínuo a documentos digitais ao longo do tempo. No entanto, a premissa deste trabalho é que a preservação de documentos arquivísticos digitais se difere da preservação digital geral, pois sua principal preocupação recai sobre a manutenção das características e atributos diretamente ligados à natureza do documento arquivístico como prova de uma ação. Conforme afirma Eastwood (1994, p. 125):

> O primeiro objeto da teoria arquivística é a natureza dos documentos ou registros arquivísticos. A disciplina arquivística consiste em construir conhecimento sobre os documentos arquivísticos e agir sobre eles de maneiras metódicas para proteger as propriedades que eles possuem. Assim, a grande questão teórica é quais são essas propriedades que precisam ser protegidas e por quê. [iii](tradução nossa)

Essa distinção é importante, pois o objetivo não é apenas manter o conteúdo legível, mas garantir que o documento continue a servir como evidência autêntica e íntegra de uma transação ou atividade.

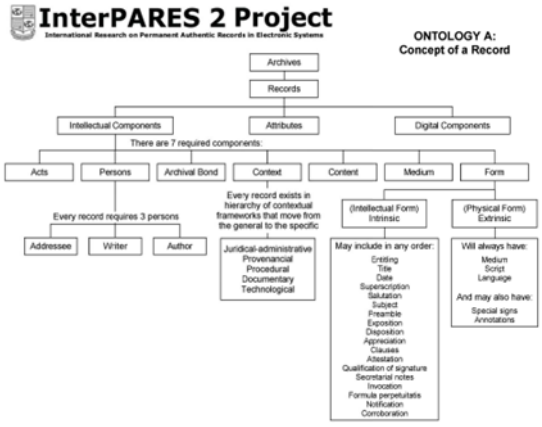
Por sua vez, de acordo com Duranti (1994), a autenticidade de um documento arquivístico está diretamente relacionada à sua proveniência, à cadeia de custódia contínua, à manutenção de seus elementos contextuais e estruturais, e sua integridade. Essa perspectiva foi ampliada nas diversas fases do Projeto InterPARES, que tratam de questões que vão da conceituação, características e atributos dos documentos arquivísticos digitais, sua gestão e preservação, sua confiabilidade em ambientes distribuídos (cloud computing) e inteligência artificial, preservação digital e confiabilidade sistêmica.

O Arcabouço Teórico do Projeto InterPARES

A iniciativa internacional InterPARES, coordenada por Luciana Duranti, estabeleceu os requisitos teóricos e metodológicos para a preservação da autenticidade de documentos arquivísticos digitais. O projeto fornece uma abordagem arquivística, baseada nos princípios da Diplomática e da teoria arquivística, adaptada aos desafios dos ambientes digitais.

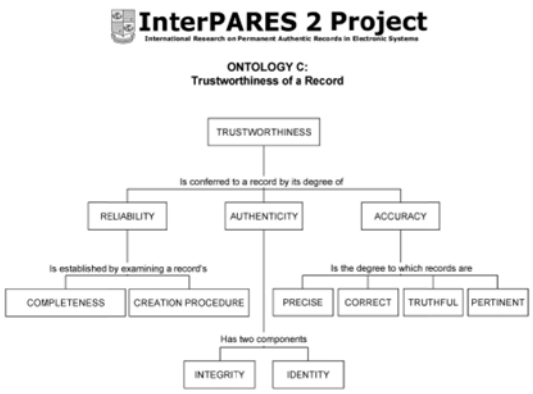
A pesquisa do InterPARES partiu da definição tradicional de que "um documento arquivístico é um documento criado (feito ou recebido) como um instrumento ou subproduto de uma dada atividade e que é guardado para ação ou referência" (INTERPARES 2 PROJECT, 2008, p. 65). A partir dessa base, o projeto desenvolveu uma complexa ontologia para o documento arquivístico digital, detalhando seus atributos e componentes essenciais, como ilustrado nas Figuras 1 e 2.

Figura 1: Ontology A: Concept of a Record



Fonte: InterPARES 2 Project Book, Apêndice 22, p. 729.

Figura 2: Ontology A: Concept of a Record



Fonte: InterPARES 2 Project Book, Apêndice 22, p.731.

Consideramos que não seja possível o cumprimento do dever ético de proteção moral (jenkinson, 1922) sem o conhecimento aprofundado sobre os conceitos que dão o contorno aos principais objetos, a saber, os arquivos e os documentos arquivísticos, e as teorias que definem a perspectiva do campo arquivístico (eastwood, 1994).

De acordo com Duranti, Rogers e Thibodeau (2022 p. 198)[iv]

> A pesquisa de preservação digital investiga a natureza dos objetos digitais, incluindo os documentos arquivísticos, e as propriedades que podem apoiar a presunção de sua autenticidade.
>
> Embora muitas pesquisas tenham sido e continuem a ser conduzidas sobre a proteção do documento arquivístico autêntico no contexto dos requisitos de preservação digital, pouca pesquisa foi feita sobre a prática e as crenças dos profissionais de arquivo. Evidências sugerem uma aparente desconexão entre as descobertas das principais iniciativas de pesquisa sobre os meios de estabelecer e proteger a autenticidade e a prática e as crenças de muitos profissionais de arquivo.

Essa citação evidencia a necessidade de compreender a natureza dos documentos arquivísticos, uma vez que a preservação de documentos digitais arquivísticos tem como objetivo primordial assegurar que suas propriedades essenciais sejam mantidas ao longo do tempo.

Conforme apontam os autores, existe uma distância entre os avanços teóricos e a prática cotidiana dos profissionais, o que reforça a importância de aprofundar o conhecimento sobre os elementos que caracterizam os documentos arquivísticos digitais e de alinhar as ações práticas à teoria arquivística, garantindo assim a autenticidade, a confiabilidade e o cumprimento das funções e obrigações inerentes à atuação do arquivista.

A Definição dos Atributos Essenciais

Pode-se afirmar que os principais conceitos que norteiam o desenvolvimento deste artigo são:

Autenticidade - refere-se à garantia de que um documento é genuíno, ou seja, que ele é o que afirma ser produzido ou enviado por quem diz ter produzido ou enviado, e que não sofreu alterações não autorizadas desde sua criação.

Segundo Duranti (1998), a autenticidade é um atributo essencial dos documentos arquivísticos para que possam ser considerados provas confiáveis em processos administrativos, jurídicos ou históricos:

> O conceito de autenticidade é definido como "a qualidade de ser autêntico ou ter direito à aceitação". – 2. Estabelecido pela avaliação da identidade e integridade do documento. Deve ser possível averiguar a todo momento o que é um documento, quando foi criado, por quem, em que ação ou matéria participou e quais foram seus contextos jurídicos/administrativos, culturais e documentais. Também deve ser possível verificar a totalidade e a solidez do documento: se está intacto ou, se não, o que está faltando. – 3. O julgamento de que algo é genuíno, com base em evidências internas e externas, incluindo suas

> características físicas, estrutura, conteúdo e contexto. (Dicionário IP2)

Integridade: diz respeito à manutenção da completude e da exatidão do conteúdo do documento, assegurando que ele não foi alterado, corrompido ou mutilado. Hedstrom (1998) destaca que a integridade é fundamental para preservar o valor probatório e informacional dos documentos digitais ao longo do tempo[v]:

> A integridade de um documento refere-se à sua integridade e solidez: um documento tem integridade quando está completo e incorrupto em todos os seus aspectos essenciais. (Dicionário IP2)

Credibilidade - é a qualidade que assegura que o documento é confiável para representar fielmente as transações, atividades ou fatos que registra, sem alterações indevidas ou perda de contexto, e que foi produzido e mantido de acordo com normas e práticas reconhecidas[vi]:

> A precisão, confiabilidade e autenticidade de um documento. – 2. Confiabilidade, confiabilidade, honestidade e veracidade. (Dicionário IP2)

A preservação digital de documentos arquivísticos exige a aplicação de técnicas e ferramentas específicas e um profundo entendimento da natureza e dos atributos essenciais desses documentos. A autenticidade, a integridade e a credibilidade são pilares fundamentais que orientam as práticas de preservação, garantindo que os documentos continuem a cumprir sua função probatória e informacional ao longo do tempo. Assim, o referencial teórico aponta para a necessidade de uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos tecnológicos quanto os princípios arquivísticos, assegurando que os documentos digitais mantenham seu valor e significado originais.

Fundamentos Éticos da Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais

Os desafios técnicos da preservação digital estão intrinsecamente ligados a um arcabouço deontológico que orienta a prática arquivística. O Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), adotado em 1996, embora concebido antes da massificação do ambiente digital, estabelece princípios atemporais cuja relevância é amplificada no contexto dos documentos digitais. A análise deste código revela que as tarefas técnicas da preservação digital são, na verdade, a materialização de deveres éticos fundamentais. O dever expresso nos Artigos 1 e 3, é o de manter a integridade e a autenticidade dos arquivos para que se constituam em "testemunho permanente e digno de fé do passado". No ambiente digital, onde a manipulação, a dissimulação ou a deformação dos fatos podem ocorrer sem deixar vestígios evidentes, esta obrigação ética exige do arquivista uma vigilância técnica redobrada. A implementação de checksums, trilhas de auditoria e assinaturas digitais deixa de ser uma mera opção técnica para se tornar um imperativo ético, a fim de resistir a pressões e garantir que o valor arquivístico dos "documentos eletrônicos ou informáticos" não seja diminuído.

Da mesma forma, o Artigo 2 do Código de Ética do ICA estabelece o dever de preservar o contexto e a proveniência dos documentos, respeitando suas "interrelações originais". Em meio digital, o contexto é frágil, frequentemente encapsulado em metadados que podem ser facilmente dissociados do conteúdo.

A obrigação ética do arquivista, portanto, traduz-se na competência técnica de gerir metadados de forma robusta, garantindo que o vínculo arquivístico não se perca durante migrações ou outras ações de preservação. Já a luta contra a obsolescência tecnológica encontra seu fundamento ético no Artigo 4, que determina que os arquivistas devem assegurar "permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos". Um documento digital inacessível por falta de software ou hardware compatível representa uma falha no cumprimento deste dever. A responsabilidade ética, portanto, impulsiona a necessidade de planejar e executar estratégias de preservação, como a migração e a emulação, para garantir

que a memória não se torne refém da tecnologia. Finalmente, o Código de Ética estabelece uma visão proativa e dinâmica da profissão, que se alinha perfeitamente às exigências do mundo digital. Nesse sentido, o Artigo 5 estipula que os arquivistas devem cooperar com os gestores "de maneira que, nos sistemas de informação e arquivamento digital, sejam levados em conta, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção de documentos de valor permanente". Isso transforma o arquivista de um agente passivo em um participante ativo no ciclo de vida documental, com a responsabilidade ética de influenciar o design de sistemas para garantir a preservabilidade. Este papel proativo é sustentado pelo Artigo 9, que impõe o dever de "renovar, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos".

No campo da preservação digital, em constante desenvolvimento, a educação continuada não é apenas um diferencial profissional, mas uma obrigação ética para que o arquivista possa cumprir todos os outros deveres. Dessa forma, o Código de Ética do ICA fornece a bússola moral para os desafios da preservação digital, transformando tarefas técnicas em responsabilidades profissionais essenciais para a salvaguarda da memória e da prova em formato digital.

Procedimentos Metodológicos

Adotamos um enfoque qualitativo, de caráter exploratório-descritivo, e direcionamos nossa investigação à análise das diretrizes para produtores e preservadores de documentos digitais formuladas pelo projeto **InterPARES** e traduzidas pelo Conselho Nacional de Arquivos **(CONARQ).** Escolhemos esse *corpus documental* por sintetizar orientações essenciais para a produção e a preservação de documentos arquivísticos digitais, assegurando a manutenção de sua natureza arquivística. Assim, compreender os modos de implementação dessas diretrizes integra o cerne de nossa prática profissional diante dos documentos digitais. Empregamos, como método, a análise documental, utilizando como fonte principal os documentos **“Diretrizes do Produtor” e “Diretrizes do Preservador”**[vii], anexo à Resolução nº 38 do CONARQ, complementado por literatura especializada em Arquivologia e preservação digital. Optamos por esse método para examinar, em profundidade, os conceitos, princípios e práticas recomendadas para a gestão e a preservação de documentos arquivísticos digitais.

Resultados

A análise documental revela como a teoria do InterPARES foi materializada nas normativas brasileiras e, a partir delas, quais competências se tornam importantes para o arquivista.

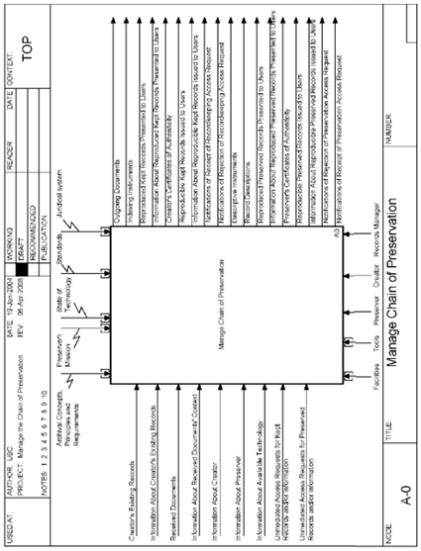
A versão brasileira das Diretrizes do Produtor e das Diretrizes do Preservador resulta da tradução e adaptação, pelo Arquivo Nacional e pela Câmara dos Deputados, dos instrumentos produzidos pelo projeto internacional InterPARES (1999-2007). Esses textos foram anexados à Resolução n.º 38/CONARQ com o propósito de oferecer orientação normativa aos diferentes elos da cadeia de preservação[viii] de documentos arquivísticos digitais.

Do ponto de vista teórico, ambos os documentos partem da premissa de que a confiabilidade, a acurácia e a autenticidade, atributos necessários à credibilidade dos documentos arquivísticos digitais, dependem de decisões coerentes tomadas desde a criação até o acesso de longo prazo. Para isso:

- definem conceitos-chave (confiabilidade, forma fixa, conteúdo estável, autenticidade, integridade);
- identificam riscos técnicos e administrativos associados à produção, manutenção e migração de objetos digitais;
- propõem boas práticas cumulativas, ou seja, quanto mais recomendações forem aplicadas, maior será a presunção de autenticidade do acervo.

A elaboração seguiu o modelo da Cadeia de Preservação (CoP) (Figura 3) do InterPARES, que articula produção, manutenção, avaliação, transferência, preservação e acesso, permitindo ao leitor localizar cada recomendação dentro do fluxo documental

Figura 3: Chain of Preservation (CoP)



Fonte: InterPARES 2 Project Book Appendix 14

Mapeando as Competências Essenciais a partir das Diretrizes do CONARQ

A análise das diretrizes do produtor e do preservador permite delinear um conjunto de competências mínimas que o arquivista deve desenvolver para atuar de forma ética e eficaz.

A. Competências Relacionadas às Diretrizes do Produtor:

1. **Garantir Fixidez e Conteúdo Estável:** O profissional deve ser capaz de assegurar a imutabilidade do conteúdo e da forma documental, compreendendo formatos de arquivo e prevenindo alterações não autorizadas.
2. **Gerenciar Metadados de Identidade e Integridade:** É importante a competência para definir e gerenciar os metadados que estabelecem a identidade e a integridade do documento.
3. **Organizar e Classificar os documentos:** O arquivista precisa ser competente para aplicar planos de classificação, garantindo a manutenção do vínculo arquivístico.
4. **Aplicar Técnicas de Autenticação e Proteção:** A competência para implementar mecanismos como assinaturas digitais e trilhas de auditoria é crucial para mitigar riscos.
5. **Planejar contra a Obsolescência Tecnológica:** O profissional deve ter a capacidade de antecipar riscos, escolhendo formatos abertos e planejando a migração de dados.

B. Competências Relacionadas às Diretrizes do Preservador:

1. **Desenvolver e Gerenciar um Programa de Preservação Digital:** Competência para definir políticas, objetivos e gerenciar recursos de forma sustentável.
2. **Realizar a Avaliação para Preservação:** Habilidade para conduzir o processo de avaliação, verificando o valor, a autenticidade e a viabilidade técnica da preservação.
3. **Executar a Transferência e o Recebimento de Acervos:** Competência para planejar e executar a transferência de documentos digitais, aplicando procedimentos padronizados para manter a cadeia digital de custódia.
4. **Aplicar Estratégias de Preservação:** Conhecimento técnico para aplicar estratégias como migração ou emulação e avaliar suas implicações.
5. **Gerenciar o Acesso:** Capacidade de desenvolver procedimentos de acesso aos documentos preservados, garantindo a transparência do processo.

Frameworks Internacionais de Formação como Referenciais

A lacuna entre a teoria e a prática, evidenciada por pesquisadores como Duranti, Rogers e Thibodeau (2022), demonstra a necessidade urgente de estruturar a formação do arquivista para os desafios contemporâneos. A ausência de um currículo nacional padronizado e a rápida evolução das tecnologias e dos riscos associados tornam imperativo o estudo de modelos de competências e programas de formação consolidados internacionalmente. Essas estruturas, desenvolvidas por consórcios de especialistas e instituições de vanguarda, definem o que um profissional de preservação digital precisa saber e oferecem um roteiro para que instituições de ensino e programas de educação continuada possam desenvolver currículos que sejam, ao mesmo tempo, robustos, relevantes e alinhados com as melhores práticas globais. A análise desses

referenciais é, portanto, um passo metodológico para fundamentar a proposta de uma trilha de formação adequada ao contexto brasileiro.

A definição de uma trilha de formação eficaz requer a análise de modelos de competências consolidados internacionalmente. Entre os mais influentes, destacam-se:

- **Digital Preservation Coalition (DPC) Competency Framework[ix]:** Este é o modelo mais abrangente, estruturado em cinco áreas de competência de alto nível e 28 elementos de habilidade. As áreas são: (1) Governança, Recursos e Gestão; (2) Comunicação e Advocacia; (3) Tecnologia da Informação; (4) Responsabilidades Legais e Sociais; e (5) Domínio Específico de Preservação Digital. O framework demonstra que a preservação digital transcende a visão tecnicista, exigindo um profissional híbrido, capaz de navegar desde o planejamento estratégico e a gestão de riscos até a aplicação de padrões de metadados e a compreensão de implicações legais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O modelo também define cinco níveis de proficiência (Novato, Iniciante, Intermediário, Avançado e Especialista) e é acompanhado pelo

  Competency Audit Toolkit (DPC CAT), uma ferramenta prática para que indivíduos e organizações possam realizar auditorias de competências, identificar lacunas e planejar o desenvolvimento profissional.

- **Digital Archives Specialist (DAS) da Society of American Archivists (SAA)[x]:** O programa DAS oferece um currículo estruturado que leva a uma certificação profissional, organizado em quatro níveis de estudo que refletem diferentes estágios de implementação e responsabilidade institucional. Conforme descrito pela SAA (2025):

  Cursos Fundamentais focam nas habilidades essenciais que os arquivistas precisam para gerenciar arquivos digitais. [...] **Cursos Táticos e Estratégicos** focam nas habilidades que os arquivistas precisam para fazer mudanças significativas em suas organizações [...]. **Cursos de Ferramentas e Serviços** focam em ferramentas e serviços específicos que os arquivistas precisam usar em seu trabalho com arquivos digitais. [...] **Cursos Transformacionais** focam nas habilidades que os arquivistas precisam para mudar drasticamente suas vidas profissionais e transformar suas instituições em arquivos digitais completos.

  Este modelo em camadas permite que os profissionais construam seu conhecimento progressivamente, alinhando a formação com suas necessidades de carreira e as demandas de suas instituições.

- **Digital Records Pathways do InterPARES/ICA[xi]:** Desenvolvido em colaboração entre o projeto InterPARES e o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), este programa foi concebido especificamente para ser aplicado em contextos com recursos limitados. O material do programa afirma que seu objetivo é "apoiar profissionais de documentos arquivísticos que trabalham em países com poucos recursos em uma variedade de tipos de organização" (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2024, p. 7). O programa oferece oito módulos independentes para a capacitação de arquivistas, cobrindo desde a introdução à preservação digital e o desenvolvimento de políticas até temas como cultura organizacional, metadados e computação em nuvem, tornando-o um referencial de grande relevância para a realidade de muitas instituições brasileiras.

A análise conjunta desses frameworks, embora apresentem abordagens distintas — um modelo de competências (DPC), um currículo certificado e escalonado (SAA) e um programa modular para contextos específicos (InterPARES/ICA) —, revela um forte consenso internacional sobre a natureza multidisciplinar da preservação digital. Todos convergem para a necessidade de uma formação holística que integre habilidades técnicas, gerenciais, legais, éticas e de comunicação. Este alinhamento global valida a premissa de que as competências exigidas para a aplicação das diretrizes do CONARQ não são arbitrárias, mas refletem um padrão de excelência profissional reconhecido mundialmente. Portanto, a adoção desses referenciais é uma recomendação e uma necessidade estratégica para elevar o nível da formação arquivística no Brasil e capacitar os profissionais a cumprirem plenamente seu mandato ético na sociedade digital.

Proposta de Trilha de Formação

Para desenvolver sistematicamente as competências delineadas, propõe-se uma trilha de formação estruturada em quatro módulos progressivos, adaptável tanto para a graduação quanto para a educação continuada.

- **Módulo 1: Fundamentos Conceituais, Éticos e Normativos**
  - **Objetivo:** Construir a base teórica e deontológica da preservação digital arquivística.
  - **Conteúdo:** Teoria Arquivística e Diplomática aplicadas ao digital; arcabouço normativo brasileiro (CONARQ); modelos de referência internacionais (InterPARES, OAIS); ética profissional.
- **Módulo 2: Competências Técnicas e Instrumentais**
  - **Objetivo:** Capacitar o profissional no uso de padrões e ferramentas essenciais.
  - **Conteúdo:** Gestão de formatos de arquivo (PRONOM); metadados para preservação (PREMIS); técnicas de garantia de integridade (checksums); princípios de segurança da informação; introdução a ferramentas de preservação (DROID, Archivematica).
- **Módulo 3: Gestão, Governança e Planejamento Estratégico**
  - **Objetivo:** Desenvolver habilidades gerenciais para a implementação de programas de preservação.
  - **Conteúdo:** Desenvolvimento de políticas de preservação; análise e gestão de riscos; modelos de sustentabilidade; Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq); gestão de direitos autorais e privacidade de dados.
- **Módulo 4: Prática Aplicada e Estudos de Caso**
  - **Objetivo:** Consolidar o conhecimento por meio da aplicação prática.
  - **Conteúdo:** Desenvolvimento de um plano de preservação digital completo; uso prático de ferramentas de preservação; análise de estudos de caso de sucesso e insucesso; elaboração de um plano de advocacia para a preservação digital.

A eficácia desta trilha depende da adoção de abordagens pedagógicas ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos[xii] e o Estudo de Caso, que promovem o pensamento crítico e a resolução de problemas. Além disso, a rápida evolução tecnológica torna a educação continuada um pilar essencial a atualização constante dos profissionais.

Considerações Finais

Este estudo partiu da premissa de que a preservação de documentos arquivísticos digitais é, fundamentalmente, um dever ético e deontológico do arquivista. O problema central investigado foi como a ausência de uma formação sistemática em preservação digital compromete a capacidade dos profissionais de cumprir seu mandato de garantir a autenticidade e a acessibilidade dos documentos arquivísticos digitais. A análise das Diretrizes do CONARQ, que traduzem o

arcabouço teórico do projeto InterPARES para o contexto normativo brasileiro, permitiu mapear um conjunto de competências essenciais. Este exercício demonstrou que as habilidades necessárias não são arbitrárias, mas sim profundamente enraizadas nos princípios arquivísticos adaptados ao ambiente digital, abrangendo desde conhecimentos técnicos sobre formatos e metadados até capacidades estratégicas de gestão de políticas e riscos. Ao comparar essas competências com frameworks de formação internacionais consolidados — como os da Digital Preservation Coalition (DPC), da Society of American Archivists (SAA) e do próprio InterPARES/ICA —, constatou-se um forte consenso global. Essa convergência valida a necessidade de uma formação holística e multidisciplinar, que integre habilidades técnicas, gerenciais, legais e comunicacionais, e reforça a pertinência da trilha de formação proposta como uma resposta estruturada e relevante aos desafios enfrentados pelos arquivistas brasileiros. Para superar a lacuna entre a teoria acadêmica e a prática profissional, é imperativo reestruturar a formação dos arquivistas. É preciso abandonar abordagens fragmentadas em favor de um modelo educacional contínuo e integrado, como o delineado nas reflexões propostas. A adoção de tal percurso representa uma atualização curricular e a condição essencial para que os arquivistas possam exercer plenamente sua profissão no século XXI. Ao se capacitarem, esses profissionais responderão a uma demanda tecnológica e, sobretudo, reafirmando seu compromisso ético como guardiões da memória, da transparência e dos direitos dos cidadãos na sociedade digital. O desenvolvimento contínuo de competências, amparado por diretrizes claras e atualizadas, configura-se, assim, como um imperativo profissional para a gestão responsável, ética e sustentável dos documentos arquivísticos digitais.

Referências

Conselho Nacional de Arquivos. (2013) Resolução nº 38. Dispõe sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações".

Digital Preservation Coalition. (2024). The Bit List 2024: Global list of endangered digital species. https://doi.org/10.7207/twgn24-01

Jenkinson, H. (1922). *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making*. Oxford University Press.

MacNeil, H. (2000). Trusting records: Legal, historical, and diplomatic perspectives. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. ISBN 0-7923-6599-2.

InterPARES Project. (2002). The Long-Term Preservation of Authentic Electronic Records: Findings of the InterPARES Project. San Miniato: Archilab. (Editor: Luciana Duranti).

InterPARES Project. (2007). InterPARES 2 Project Book: Experiential, Interactive and Dynamic Records. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana.

Duranti, L. (2005). *Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do Projeto InterPARES* (J. G. de Araújo, Trad.). R. Téc. R. C. Rondinelli (Rev.). *Arquivo & Administração*, 4(1), 1–[última página do artigo].

Duranti, L., & MacNeil, H. (1996). The protection of the integrity of electronic records: An overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, (42), 46–67. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12153

Duranti, L. (2009). Concepts and Principles for the Management of Electronic Records. *The Information Society*, 24(5), 373–392.

Ribeiro, F. M., & Marcondes, C. H. (2017). Preservação digital: fundamentos e práticas. *Ciência da Informação*, 46(3), 1–22

Eastwood, T. (1994). What is archival theory and why is it important? *Archivaria*, (37), 122–130. https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11991

Côrtes, L. G., & Souza, M. S. de. (2022). Arquivistas e documentos digitais: Formação na Universidade Federal da Bahia. *Archeion Online*, 10(2), 127–146. https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2022v10n2.63546

Crestani Carlos Eduardo; Machado, Márcio Bender (2023). Aprendizagem baseada em projetos na educação profissional e tecnológica como proposta ao ensino remoto forçado. Rev. Bras. Educ., 28. https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280048

Notas

[i] Côrtes, L. G., & Souza, M. S. de. (2022)

[ii] Côrtes, L. G., & Souza, M. S. de. (2022)

[iii] The first object of archival theory is the nature of record. The archival discipline consists of building knowledge about record and acting on them in methodical ways to protect the properties they own. Thus, the big theoretical question is what are these properties that need to be protected and why.

[iv] Digital preservation research investigates the nature of digital objects, including record, and the properties that can support the presumption of their authenticity. While much research has been and continues to be conducted on the protection of the authentic record in the context of digital preservation requirements, little research has been done on the practice and beliefs of records professionals. Evidence suggests an apparent disconnect between the findings of major research initiatives on the means of establishing and protecting authenticity and the practice and beliefs of many records professionals.

[v] The integrity of a record refers to its wholeness and soundness: a record has integrity when it is complete and uncorrupted in all its essential respects. (IP2 Dictionary)

[vi] The accuracy, reliability and authenticity of a record. – 2. Dependability, reliability, honesty, and truthfulness. (IP2 Dictionary)

[vii] Disponíves em https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_produtor_preservador_resolucao_38.pdf

[viii] a Preservation Task Force do projeto InterPARES 1 propôs a criação de uma nova "cadeia" complementar a cadeia de custódia. Enquanto a cadeia de custódia se concentra em rastreabilidade de posse e responsabilidade (de ordem jurídica e administrativa), a cadeia de preservação preocupa-se nos registros de atuação e interferência sofridos pelo documento arquivístico digital ao longo de seu ciclo de vida, algo como uma rastreabilidade operacional. A proposta do InterPARES é que os documentos arquivísticos digitais devem passar por processos específicos de armazenamento, processamento e preservação em um fluxo predefinido conforme o modelo estabelecido, em todo o seu ciclo de vida, como apresentado no diagrama proposto pelo projeto. A cadeia de preservação nada mais é que a incorporação de procedimentos específicos para os documentos arquivísticos digitais em seu ciclo de vida.

[ix] https://www.dpconline.org/news/dpcfv2-now-available

[x] https://www2.archivists.org/prof-education/das

[xi] https://www.ica.org/resource/digital-records-pathways-topics-in-digital-preservation-modules-1-3/

[xii] A metodologia baseada em problemas ou projetos consiste em utilizar situações reais, relativas ao contexto e à vida. Os estudantes são confrontados com um problema aberto, mal estruturado e do mundo real, identificando as necessidades de aprendizagem para desenvolver uma solução viável. https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280048

REFLEXÕES SOBRE ARQUIVO E PODER: UM OLHAR SOBRE SERVIÇOS E AÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DO ARQUIVO NACIONAL

Ana Beatriz Colombo, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0002-3775-968, Brasil, *ana.colombo@unesp.br*

Marcos Paulo de Passos, Universidade Estadual Paulista (Unesp), http://orcid.org/0000-0003-3959-0127, Brasil, *mp.passos@unesp.br*

Carlos Cândido de Almeida, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0002-8552-1029, Brasil, *carlos.c.almeida@unesp.br*

Sonia Maria Troitiño, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0002-7204-3283, Brasil, *sonia.troitino@unesp.br*

DOI:
https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6757

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Resumo

O presente trabalho se propõe a relacionar arquivos públicos e biopoder, através da temática da violência extrema. Dando enfoque a violência extrema, buscamos refletir sobre o exercício de poder dos arquivos públicos, dando ênfase nas atividades culturais e educativas promovidas pelo Arquivo Nacional. A partir de um estudo de caso no AN, realizamos um levantamento das atividades realizadas e buscamos refletir acerca das atividades promovidas e a presença ou falta de atividades voltadas a violência extrema. Constatamos que o AN promove inúmeras atividades culturais e educativas, contudo, os episódios de violência extrema são, em geral, excluídos da programação de atividades.

Palavra-chave: Arquivos Públicos; Violência Extrema; Biopoder; Difusão.

Abstract

This work aims to relate public archives and biopower, through the theme of extreme violence. Addressing extreme violence, we seek to reflect on the exercise of the power of public archives, placing emphasis on cultural and educational activities promoted by the National Archives. Based on a case study in AN, we carried out a survey of the activities carried out and sought reflections on the activities promoted and the presence or lack of activities external to extreme violence. We found that the AN promotes numerous cultural and educational activities, however, episodes of extreme violence are, in general, excluded from the activity schedule.

Keyword: Public Archives; Extreme Violence; Biopower; Diffusion.

Introdução

Nos últimos séculos, a modernidade alcançou lugares onde a natureza e a condição humana voltam a ser questionados. Referimo-nos aqui à política da violência extrema e o lugar que ocupa nos Estados contemporâneos. Desde o século XIV podemos observar que as expedições marítimas não apenas ampliaram o mapa do conhecimento como provocaram horrores, violência, expropriações de diferentes aspectos a diferentes povoamentos. Assim, tornando-se meios para ‘‘civilizar’’, possibilitar o progresso no "novo mundo"e colocar em marchas o projeto de expansão territorial e de exploração de recursos.A colonização implicou cultura de saberes e técnicas de violência aprimorados e colocados em prática durante séculos que se

seguiram. Do colonialismo ao imperialismo e do imperialismo aos governos totalitários, as práticas de violência extrema ocupam muitos discursos e espaços políticos nos Estados contemporâneos.

Diante do exposto, pretendemos refletir acerca da violência extrema que se fixou no modo de fazer política da modernidade e, de forma complementar, como a lógica de violência pode ser percebida nos serviços realizados em arquivos públicos. Com intuito de delimitarmos o tema, nos debruçamos sobre as atividades culturais e educativas.

Para tanto, partimos do pressuposto de que a própria concepção de Arquivo Público, transplantada dos moldes franceses, foi estruturada com características de violência extrema, negação de direitos e da própria existência do outro.

Esta reflexão será mais bem desenvolvida na seção *Arquivos Públicos e sua dimensão política de poder*. Em *Serviços e ações culturais e educativas em arquivos e no Arquivo Nacional do Brasil*, apresentaremos um estudo de caso realizado no Arquivo Nacional, situado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Nessa perspectiva, pretendemos identificar e refletir sobre os serviços realizados pela instituição. Buscaremos ainda relacionar o estudo de caso às reflexões teóricas, observadas nossas considerações sobre violência extrema, negação de direitos, entre outros aspectos que regulam o acesso. Por fim, apresentamos reflexões aludidas sobre o objeto proposto.

Para desenvolvimento deste trabalho, utilizamos os seguintes procedimentos: (1) Levantamento bibliográfico não sistemática sobre a relação entre arquivo e poder, e sobre a dimensão política dos arquivos; (2) Estudo de caso aplicado ao Arquivo Nacional (AN) do Brasil a partir do site da instituição.

Para coleta de dados utilizamos o site do AN, coletando todas as informações disponíveis sobre as atividades culturais e educativas. Todas as páginas de programas permanentes existentes no site oficial do AN foram analisadas, em busca de informações sobre as atividades. Devido a grande quantidade de notícias sobre ações isoladas, estabelecemos um recorte de 2024 a 2025 para análise das notícias divulgadas pelo arquivo, onde buscamos identificar a existência de atividades culturais e educativas relacionadas à violência extrema a fim de identificar se o AN busca compreender, conscientizar e difundir sobre a fragmentação cultural promovida nos períodos e episódios de violência extrema no Brasil.

A partir da coleta do site, foram selecionadas todas as ações e atividades que se encontram em cultura ou educação e, posteriormente, tais atividades foram organizadas em três segmentos: Formativo, Educativo e Divulgação (ver anexo 1), como explicaremos com mais detalhes na seção quatro.

Biopoder e violência extrema

É necessário conceituarmos o entendimento acerca de violência extrema. Como visto, entende-se esta com um ato de impor poder e/ou força com o objetivo de ferir e/ou provocar sofrimento.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault (2013) nos apresenta uma genealogia da punição que partiria do poder do soberano sobre o direito de morte, sendo um dos atributos fundamentais de sua soberania. A partir do suplício, o soberano não apenas condena a morte do acusado, mas transforma-a em um ato simbólico. Quanto mais significativo são seus crimes, mais significativa seria a morte, e essa significação seria alcançada através do sofrimento do condenado.

Com o avanço da modernidade, e das ditas ‘‘sociedades civilizadas’’, o suplício se torna bárbaro e cruel, mas a ideia de punir, a partir do sofrimento se materializa em novas formas. Formas essas entendidas como mais civilizadas, que deveriam, de certa forma, romper com a crueldade da violência extrema e da teatralização da dor e da morte. Do poder soberano, passamos para o poder disciplinar - com o nascimento das prisões - que passará ao biopoder (Foucault, 1999).

Nas ideias de Foucault, a partir do biopoder, o Estado adquire poder sobre a vida - e não mais sobre a morte, como no poder soberano - interferindo sobre os fenômenos sociais, através da superação da própria morte (Mbembe, 2016), a partir de políticas de controle populacional.

Segundo Foucault (1999), o exercício sobre a morte que os Estados modernos exercem, está na intenção de fazer morrer ou de deixar morrer. Por exemplo, um massacre para matar as "forças inimigas" (fazer morrer), ou então a partir da não existência de políticas públicas que garantam a sobrevivência de um determinado grupo social fragilizado (deixar morrer).

A partir da exposição das ideias até aqui apresentadas, compreendemos que a violência extrema, ganha uma dimensão no biopoder do Estado moderno sendo a partir desses mecanismos que a função aniquiladora do Estado se coloca em prática (Foucault, 1999). Há, portanto, na administração dos Estados modernos, mecanismos destrutivos em pleno funcionamento, governando a vida e a morte.

Para melhor compreensão da função destrutiva do Estado e o uso da violência extrema na modernidade, faz-se importante observarmos como as "origens do totalitarismo" (Arendt, 2004) é construída, justificada e legitimada socialmente. Arendt (2004) aponta que a modernidade, sem a colonização e a escravidão, não teria se realizado. Segundo a autora, o colonialismo e a escravidão foram as ''grandes escolas'' para o surgimento do totalitarismo. As experiências de dominação, violência e extermínio serão aprendidas e aprimoradas.

Para algumas pessoas, a realidade dos governos totalitaristas parecem distantes. A Alemanha nazista foi diluída, países do leste europeu acobertam o fascismo. Em países da América do Sul, ditaduras militares foram, em sua maioria, suplantadas por governos democráticos e, no continente africano, o estado democrático é incipiente, na região do Oriente Médio o imperativo é a guerra permanente.

Cenas de genocídios e massacres, como por exemplo o que passaram os povos Yanomami, ou ainda os constantes ataques a periferias do estado de São Paulo, perseguições a grupos étnicos, religiosos e raciais configuram-se como objeto de violência extrema permanente.

Arendt (2004) argumenta que isso se deve a um discurso que justifica e legitima a função aniquiladora do Estado, cujo poder de regular a vida e à sociedade, nos termos foucaultianos, o biopoder. Em suma, ações violentas ou de negação de direitos são justificadas socialmente e burocraticamente aceitas pelos Estados.

Sendo os arquivos a materialização das ações governamentais, e sendo ele também uma instituição de Estado, como as práticas relacionadas ao biopoder do Estado brasileiro podem ser conhecidas através dos serviços e de atividades educativas em arquivos?

Arquivos Públicos e a dimensão política de poder

Historicamente, os arquivos estão ligados às classes dirigentes das comunidades e organizações populacionais - onde há organizações coletivas, há registros administrativos - (Mastropierro, 2007), que na modernidade, no entanto, ganham um novo contorno.

O final do século XVIII culmina com a Revolução Francesa (1789-1799). A definição de uma revolução passa, necessariamente, pela rejeição de uma realidade anterior - que no caso da Revolução Francesa seria o governo absolutista - à afirmação de uma nova ideia - que no exemplo mencionado, seria o Estado-Nação. Logo, indagamos o lugar e a função dos arquivos no meio desse acontecimento histórico.

Compreendemos que o entendimento dos arquivos públicos teria sido retirado dos moldes influenciados pela Revolução Francesa, destinado a garantir os direitos dos cidadãos, nas dimensões simbólica e material -

pois, nesses lugares guardam-se todas as leis - (Mastropierro, 2007).

Contudo, o que não discutimos são os acontecimentos anteriores à formação dessa instituição. O Arquivo Nacional da França, criado após a Revolução Francesa, teria sido construído e idealizado a partir de uma tentativa de afirmação do Estado-Nação francês, de criar uma identidade nacional francesa e de estabelecer a garantia dos direitos dos cidadãos. No entanto, só seria possível afirmar algo ao negar o diferente.

Assim, para que fosse possível a construção do Arquivo Nacional da França, os documentos antes produzidos e armazenados pelo poder absolutista, aqueles que garantiam os direitos dentro desse sistema, foram destruídos. Não somente os documentos foram destruídos, mas, também, as pessoas que a esse poder pertenciam. Nesse momento, houve a aniquilação de toda uma classe social para que uma nova configuração social fosse possível. A ideologia burguesa criou meios para legitimar a aniquilação de pessoas a fim de defender a ideia de um Estado-Nação.

Em meio a essa relação de negar e afirmar, surge o Arquivo Nacional da França que destrói, apaga e aniquila uma classe social, para criar, instituir e garantir a existência de uma nova forma de governo. O Arquivo Nacional é, portanto, gestado com base no exercício da violência extrema.

Não longe disso, os governos modernos tornaram os arquivos públicos instituições de importância estratégica e de governança. Todas as informações necessárias para uma tomada de decisão ou para a criação de uma política pública estão sob a custódia de um arquivo público, toda e qualquer informação que um governo precisa para funcionar encontra-se nesse espaço (Tavares, Loureiro, 2020). Salientamos que essa relevância atribuída aos arquivos públicos tem relação com a criação de um mecanismo de compreensão social que ganhou força no século XVIII.

Entre o século XVII e XVIII, os Estados modernos, a fim de organizar as massas populacionais, buscaram meios de entender fenômenos sociais coletivos, como por exemplo, as taxas de natalidade e de mortalidade da população. Nesse sentido, os documentos de controle populacional permitiram uma compreensão de diferentes fenômenos, onde podemos, também, observar padrões de comportamento, dando início ao conceito que Foucault chamou de biopolítica. A datificação da vida, a partir desses documentos de controle populacional foi, nos séculos seguintes, aprovada, utilizada e aprimorada em larga escala em diferentes setores sociais (Foucault, 1999).

Daí são decorrentes os mecanismos de controle populacional que estamos familiarizados. Surgem o seguro-saúde, seguro-velhice, políticas públicas de higiene, entre tantas outras coisas que possibilitam maior longevidade e estabilidade social (Foucault, 1999). E não há de se negar que os documentos arquivísticos são parte integrante desse processo - sendo eles a própria fonte dessas informações -, de forma que a biopolítica, sem eles, não seria possível.

De fato, a ideia de uma vida longeva não nos parece ameaçadora. Contudo, a biopolítica não funciona apenas para tornar possível a longevidade, mas para gerenciar a própria vida. Nesse processo de administração da vida, é necessário também gerir a morte. Para Foucault (1999), a biopolítica é o ‘‘corte entre o que deve viver e o que deve morrer’’. Em sua argumentação, o filósofo dirá que o racismo surge exatamente com esse mecanismo, o de decidir quem vive e quem morre, quais vidas são passíveis de luto e quais não são (Butler, 2020).

Em meio a esse exercício de poder, os documentos arquivísticos são, em certo sentido, a materialidade das decisões sobre a vida tomadas pelos governos. Se há uma política pela vida e uma política pela morte, essas também passam pelos arquivos públicos.

Na dimensão da história, da cultura material, ou seja, patrimônio documental, os arquivos públicos realizam a seleção daquilo que recebe o status de histórico: as fontes históricas, os documentos históricos etc. A historiografia é construída a partir de documentos que são custodiados por essas instituições. Mais

diretamente, os arquivos públicos exercem a função de formar parte da cultura material, definindo o que será entendido como histórico, isto é, daquilo que será reconhecido como memória. Nesse sentido, constituem parte da herança deixada pelas sociedades anteriores, assim também como a que deixaremos para a posterioridade (Duarte, 2018).

Logo, o arquivo se encontra dentro do jogo das disputas de memória, da relação entre lembrar e esquecer (Pollak, 1989). Esquecer é ser apagado da história, é como estar morto. Assim como no livro "1984" (1949), de George Orwell, as pessoas mortas pelo partido eram apagadas completamente da história, riscadas até mesmo dos registros materiais. Nas palavras de Primo Levi ''para exorcizar o passado, tendemos a esquecê-lo'' (Levi, 1986, p. 90).

Considerando essas três dimensões, a do direito, a da governança e a da história, os arquivos públicos exercem poder e fazem parte do fazer política dos Estados modernos.

Serviços e ações culturais e educativas em arquivos e no Arquivo Nacional do Brasil

Para iniciarmos essa seção, partimos do seguinte questionamento: Como o exercício desse poder afetará os serviços e ações desenvolvidas pelo Arquivo Nacional do Brasil? Trataremos dos serviços e ações voltados à cultura e à educação, chamando-as de "atividades culturais" e "atividades educativas", seguimento de atividades desenvolvidas pelos arquivos voltadas aos usuários e potenciais usuários.

Em uma das obras mais tradicionais da arquivologia brasileira, "Arquivos Permanentes", Bellotto (2008) apresenta a dimensão cultural dos arquivos. De acordo com a autora, diferentes atividades educativas e culturais podem ser pensadas pelas instituições arquivísticas. As atividades propostas pela autora são, até os dias atuais, as mais desenvolvidas pelas instituições arquivísticas, sendo elas: exposições, aulas de história, visitas ao acervo, divulgação de documentos e materiais do arquivo, entre outras.

Nas pesquisas em arquivologia e nos arquivos públicos, o termo adotado para se referir ao setor responsável pelas atividades culturais e educativas é o "setor de difusão". O termo não é utilizado com frequência por bibliotecas e outras unidades de informação, a difusão permanece de uso do campo dos arquivos.

A difusão consiste em atividades voltada aos usuários ou usuários em potencial e tem como objetivo publicizar os acervos e serviços existentes e atrair novos usuários. De acordo com Silva e Barbosa (2012, p. 12)

> É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor [...] Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende.

Com efeito, a difusão em arquivos visa dar visibilidade aos acervos da instituição, e facilitar o acesso às informações, incentivando a utilização das mesmas e valorizando as instituições arquivísticas e seus documentos. Perez (2008, p. 32) nos apresenta uma visão objetiva da função da difusão, de acordo com o autor

> Disponibilizar as informações para o maior número de pessoas é o objetivo principal em um processo de difusão. Isso já está implícito nas atividades desenvolvidas dentro da maioria das instituições arquivísticas. Não basta tratar a documentação, devemos também disponibilizá-las. Quanto maior o número de usuários acessando as informações, maior será o êxito obtido.

O compromisso de dar acesso e disponibilizar as informações disponíveis nas instituições

arquivísticas fica a cargo da atividade de difusão, objetivando, segundo Perez (2008), o alcance do maior número de pessoas possível. Menezes (2012, p. 52) concorda com a afirmação de Perez ao dizer que ‘‘A difusão é uma das funções arquivísticas essenciais para que se cumpra o acesso à informação, que deve promover a divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental’’.

Dentro da atividade de difusão há uma divisão entre três ramos: Difusão Cultural, que consiste na divulgação dos documentos de arquivo por meio de atividades culturais; Difusão Editorial, que acontece a partir de publicação de materiais bibliográficos produzido pelos arquivos; Difusão Educativa, que ocorre a partir do desenvolvimento de atividade pedagógicas desenvolvida pelo arquivo (Santos Neto; Bortolin, 2020).

No AN, as atividades culturais e educativas são parte das atividades rotineiras do arquivo, e estão presentes inclusive na estrutura organizacional na “Coordenação-Geral de Acesso e Difusão” (Arquivo Nacional, 2025).

As atividades culturais e educativas do AN estruturam-se da seguinte forma:

- **Formativo**: Atividade de formação voltada a profissionais e especialistas - arquivistas, historiadores, professores, servidores - (cursos, minicursos, workshops, oficinas, visitas guiadas, publicações, eventos);

- **Educativo**: Atividade pedagógica voltada ao público geral (oficinas, visitas guiadas, exposições, eventos);

- Divulgação: Atividade voltada a dar visibilidade a determinadas ações ou temas (eventos, prêmios, publicações).

As atividades realizadas no AN se repetem em cada segmento e, determinadas atividades, podem pertencer a mais de um segmento. Diante disso, estabelecemos uma categorização para sistematização dos dados coletados. Assim, as atividades realizadas pelo AN serão apresentadas a partir dos três segmentos indicados. Cada segmento é estabelecido através do que interpretamos como a intencionalidade por detrás de cada atividade, analisando seus objetivos e público dirigido ou pressuposto.

Tratando-se do AN, há duas frentes de ações que precisam ser ressaltadas: primeiro, o AN é a instituição de maior referência no campo técnico da arquivologia no país, sendo um de seus objetivos a institucionalização de determinadas práticas arquivísticas em todo o território brasileiro, através de políticas arquivísticas. O segundo ponto, é seu caráter de órgão público não-especializado, oferecendo serviços públicos a população geral, dentre esses, o serviço de consulta a documentos, emissão de certificados e ações educativas e culturais.

Essas duas frentes de ações combinam-se em meio às atividades culturais e educativas desenvolvidas pelo AN, sendo que ora essas atividades são voltadas para especialistas, ora para o público geral. Em razão dessas duas frentes de ação, buscamos diferenciar dois tipos de atividades educativas promovidas pelo AN: o segmento “1 Formativo” engloba atividades educativas voltadas a especialistas e profissionais da área; o segmento “2 Educativo” engloba atividades voltadas ao público geral não especializado (Ver anexo 1) (Arquivo Nacional, 2025).

O primeiro segmento - **Formativo -** apresenta cinco categorias de atividades: (1) Cursos; (2) Oficinas; (3) Eventos; (4) Visitas; (5) Publicações. Tais atividades visam alcançar profissionais do campo arquivístico - arquivistas e servidores de arquivos - e profissionais no campo da história - historiadores e professores de história. Entre os cursos oferecidos estão: noções básicas de arquivo, capacitação em gestão documental, identificação documental, avaliação de documentos, entre outros. Tais cursos destinam-se a servidores de arquivos e acontecem de forma permanente, desde 2013 mais de mil servidores realizaram os cursos promovidos pelo AN. As oficinas oferecidas acontecem de forma esporádica e destinam-se a professores de história, arquivistas e historiadores, podemos citar como exemplo: oficina de paleografia, oficina para professores de história com documentos da ditadura, oficina de preservação.

Com relação aos eventos destacam-se a Semana Nacional dos Arquivos, que já está na sua oitava edição, e outros eventos que ocorrem de maneira esporádica, destinados a arquivistas, historiadores e técnicos de área de preservação. A visita é oferecida e destinada a profissionais de arquivos e consiste em uma visita às áreas técnicas do AN. As publicações são variadas e concentram-se na revista Acervo, que se destina a pesquisas acadêmicas dos campos das humanidades - com ênfase na arquivologia e na história -, e em publicações de livros esporádicas, que podem ser técnicos, destinado ao campo dos arquivos, ou pesquisas acadêmicas desenvolvidas a partir de documentos do AN, principalmente na área da história (Arquivo Nacional, 2025).

No segundo segmento, o **Educativo**, destacam-se cinco categorias de atividades: (1) Oficinas; (2) Visitas; (3) Exposições; (4) Sites temáticos; (5) Eventos. Estas atividades misturam-se entre ações culturais e formativas e são direcionadas a um público mais abrangente, incluindo a população geral, e enfatizando os estudantes.

As oficinas “Lanterninha mágica” e “Película viva” acontecem dentro de uma ação maior, “Arquivo em cartaz”, direcionada a estudantes, onde as propostas consistem em atividades voltadas à produção cinematográfica. As visitas são de dois tipos: a “visita cultural” é direcionada a população geral e consiste em uma visita ao prédio do AN; a “visita educativa” é direcionada a estudantes e consiste em uma visita ao prédio do AN e em atividades pedagógicas, como por exemplo, contação de histórias. As exposições são atividades periódicas do AN e contemplam diferentes temas, com ênfase em temas históricos, como por exemplo, a “exposição 190 anos de Ministério da Justiça”, “Nação Brasília: 180 anos de Independência”, “Estado Novo: 1937-1945”, “Jango: A nossa breve história”, “O Brasil na guerra”, entre outras.

O AN também conta com dez sites temáticos, todos direcionados ao campo da história, dentre os quais podemos citar o site “Mapa: Memória da administração pública”, ou ainda, o “Glossário de História Luso-Brasileira”.

Todos os eventos encontrados fazem parte da ação “Arquivos em Cartaz” e são direcionados a estudantes e público em geral e consistem em amostras cinematográficas em diferentes localidades do país (Arquivo Nacional, 2025).

No terceiro segmento de **Divulgação** foram encontradas três categorias de atividades: (1) Prêmios; (2) Eventos; (3) Publicações. O AN possui cinco prêmios diferentes, um para trabalhos acadêmicos produzidos no campo da arquivologia e quatro no campo da história. O “Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas” já premiou doze trabalhos produzidos sobre a ditadura militar brasileira; o “Prêmio Thomas Skidmore” teve duas edições e premiou duas pesquisas produzidas em língua inglesa sobre a história contemporânea brasileira; o “Prêmio D. João VI” premiou três trabalhos, em sua única edição, que tratavam sobre o período joanino; o “Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa” está em seu décimo oitava ano e já premiou mais de quarenta e cinco pesquisas feitas a partir de documentos pertencentes ao AN; o “Prêmio Maria Odila Fonseca” teve sua terceira edição em 2021 e já premiou oito trabalhos no campo da arquivologia.

O evento “Com a palavra, o usuário” convida pesquisadores de diferentes áreas científicas, que se utilizam de fontes do AN para apresentarem sua pesquisa. Com relação às palestras podemos citar as últimas: “Cronologia do Fundo OVNI no Arquivo Nacional”; “Quatro décadas de pesquisa no Arquivo Nacional”; “Ensino de matemática na série Educação de Boulder”; “Imperial Instituto dos surdos-mudos: escolarização das meninas surdas”; “De volta ao universo das polacas”; “A importância da pesquisa no Arquivo Nacional para obtenção de outra cidadania”, entre outras. As publicações voltam-se aos instrumentos de pesquisas de seus acervos (Arquivo Nacional, 2025).

O AN possui uma vasta agenda de atividades voltadas à cultura e educação, que consistem em cursos, oficinas, visitas guiadas, eventos, publicações, exposições e sites temáticos que exploram principalmente o campo da história, e da arquivologia (Anexo 1).

A partir do estudo de caso no AN, pudemos identificar uma agenda ativa de atividades culturais e educativas, com ações permanentes e esporádicas.

A primeira observação é em relação ao público-alvo da maioria das atividades educativas desenvolvidas pelo AN, estas são voltadas principalmente para arquivistas, servidores, historiadores e professores de história. Todos os cursos oferecidos são voltados aos servidores e objetivam formação especializada para colocar em prática a gestão documental em todos os setores públicos. Esses cursos fazem parte de uma política pública nacional de arquivos que está em busca de construir uma gestão nacional de documentos. Uma gestão documental concreta é indispensável para a datificação e controle pleno do governo sobre as informações produzidas.

Nas atividades voltadas ao público geral, há uma preferência por atividades que estejam relacionadas a temas históricos, sempre tratando de acontecimentos passados, sem construir necessariamente uma relação concreta com o presente. A relação arquivo e história foi construída em conjunto com a própria consolidação do campo arquivístico, contudo, sabe-se que essa não é a única dimensão a ser explorada pelos arquivos. As informações contidas nessas instituições retratam um passado já longínquo, mas também retratam um presente latente que precisa ser colocado em pauta.

Além disso, o maior público potencial do AN, e isso pode ser observado a partir das atividades desenvolvidas, dos trabalhos publicados, dos temas de exposições, dos sites temáticas e dos temas dos eventos, são historiadores. O AN possui uma vasta gama de ações que são de grande interesse desse público em específico, exercendo um papel fundamental na difusão do conhecimento histórico produzido através de seus documentos.

Tanto nas atividades promovidas para o público especialista, quanto nas atividades promovidas para o público geral, a temática violência extrema não aparece em grande quantidade. Contudo o AN mantém o programa “Memórias Reveladas” que trata da ditadura militar brasileira, palco de muitos atos de violência extrema. No entanto, outros episódios como o extermínio de populações negras, de indígenas e outras populações vulnerabilizadas não são retratados em atividades permanentes promovidas pelo AN. Além disso, episódios de guerras nacionais onde ocorreram atos de violência extrema também não são lembrados, com exceção da segunda guerra, que aparece em algumas atividades.

Neste cenário, as atividades culturais e educativas promovidas pelo AN são estritas em termos de retratar e promover a conscientização sobre os episódios de violência extrema, cuja história brasileira está cheia de exemplos. Não podemos afirmar que tal tema não é retratado, mas quando é retratado, costuma privilegiar determinados episódios.

São poucas as atividades que são desenvolvidas para o público jovem, com exceção do programa “Arquivo em Cartaz” que conta com a grande parte das atividades direcionadas a esse público.

A partir disso, compreende-se que o AN tem como foco principal de usuários os arquivistas, servidores e historiadores, deixando o público em geral em segundo plano na agenda de atividades culturais e educativas. As atividades desenvolvidas são em sua maioria de interesse de especialistas da área, e despertam pouco interesse do público leigo e que não possuem uma familiaridade com o campo científico da história.

Essa prática já é estabelecida por Schellenberg (1974). A utilização dessas instituições pelo público externo - aqueles que não estão vinculados ao governo - restringe-se aos pesquisadores, e a atividade cultural e educativa dos arquivos fica, em geral, em segundo plano de prioridade nas atividades exercidas pelos arquivos.

Como órgão de governo, o AN é uma instituição indispensável para fazer funcionar a lógica dos Estados modernos, da datificação e da governança a partir do biopoder. Sua relação com o biopoder está no exercício de suas atividades que pretendem consolidar uma prática de gestão que facilite o exercício pleno do governo brasileiro.

No campo da história, o AN prende-se, em algumas de suas atividades, a uma visão da

história oficial, voltada à história dos governos, de seus órgãos e dos "grandes nomes heroicos nacionais".

Considerações Finais

A relação entre arquivo e poder se constrói a partir de diferentes elementos. Como dispositivo de poder e afirmação dos Estados nacionais modernos, os arquivos encontram-se em meio às disputas políticas de diferentes grupos sociais, perpassando por questões relacionadas à apresentação e afirmação de direitos, de memórias e de histórias. Além disso, sua importância em requisitos operacionais para os Estados modernos é explorada em certa medida, mas ainda pouco explorada quando nos deparamos com as possibilidades de utilização dessas instituições.

As atividades culturais e educativas devem ser empregadas por arquivos para fortalecer a conscientização sobre fatos da história brasileira cuja linguagem foi a violência. Um dos exemplos de atividades seria o uso de documentos de arquivos pessoais pelo Museo Casa de la Memoria em Medellín, Colômbia, que procura desenvolver atividades educativas e culturais para fomentar a compreensão da longa história de violência no referido país.

O AN mantém seu pleno funcionamento enquanto instituição que funciona de acordo com a lógica dos governos modernos, e por isso, trabalha em favor de uma gestão em pleno funcionamento. E por isso, o AN funciona como instituição que afirma os poderes estatais e suas lógicas de dominação.

Além disso, ao privilegiar determinadas narrativas históricas, outras tantas narrativas são caladas e deixam de ocupar tais espaços. Histórias violentas, que tratam um Estado autoritário e violento, em geral, são silenciadas. Contudo, contar tais histórias nos lembram das diferentes faces que um Estado pode assumir e de que horrores são legitimados e cometidos todos os dias, e por isso, não deveriam ser esquecidos. O AN, embora não seja um museu ou centro cultural dedicado à memória de períodos autoritários, pode articular atividades educativas com esse interesse dentro de seu âmbito de atividades.

Assim, entendemos que os serviços e ações desenvolvidos pelos arquivos permanecem ainda fechados em uma visão tradicional dos arquivos, que não possibilita pensarmos essas instituições como instituições de exercício de poder político, e não meramente como dispositivo da burocracia estatal nacional.

Referências

Arendt, H. (2004). Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.

Arquivo Nacional. Págiina inivial - Arquivo Nacional (site oficial) 2025. https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br

Bellotto, H. L. (2008). Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro. Ed. FGV.

Butler, J. (2020). Corpos que importam: os limites discursivos do 'sexo'. 1 edição.

Duarte, R. C. (2018). Arquivos pessoais: instituicionalização e trajetórias. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 220 f..

Dutra, L. F., & Porto, R. M. A. B. *(2020).* Alternativas inteligentes para a preservação do patrimônio cultural no contexto das smart cities. RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 13*(1), 1378–1396.

Foucault, M. (1999). Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

Levi, P. (1986) Se questo è un uomo. Torino: Einaudi, 1986.

Mastropierro, M. del C. (2007). El porqué de los archivos privados. 1a ed, Buenos Aires: Alfagrama.

Menezes, P. l. (2012). O processo de difuão desenvolvido pelos arquivos pblicos estaduais da região sul do Brasil. Ponto de Acesso, 6, (3). 47-71. https://doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v6i3.6164

Mbembe, A. (2018). Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceço e poltica da morte. São Paulo: n-1 edições

Orwell, G. (1949). 1984. London: Secker e Warburg.

Perez, C. (2008). Marketing e difusão. In Marketing aplicado aos arquivos. Santa Maria. p. 30-38.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silencia. Estudos históricos. Rio de Janeiro, 2, (3), 3-15.

Santos Neto, J. A. dos; Bortolin, S. (2020). Mediação e difusão em arquivos: inter-relações teóricas. Informação em Pauta, Fortaleza, 5, (1), 144-161. https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v5i1.2020.43289

Schellenberg, T. R. (1973) Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV.

Silva, H. R. K.; Barbosa, A. C. O. (2012). Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no arquivo público do estado de São Paulo. Acevo: Revista do Arquivo Nacional, 25, (1), 45-66.

Tavares, D. W. S.; Loureiro, J. M. M. A. (2020). Biopolítica nos arquivos: vigilância e risco. Informação & Sociedade: Estudos, 30, (3).

Anexo

Anexo 1: Relação de atividades culturais e educativas oferecidas pelo AN.

1	**Formação**
1.1	*Cursos*
1.1.1	Capacitação em gestão documental
1.1.2	Classificação de documentos
1.1.3	Procedimentos de protocolo
1.1.4	Avaliação de documentos
1.1.5	Gestão e preservação de documentos digitais
1.1.6	RDC-Arq
1.1.7	Identificação de documentos digitais
1.1.8	Noções básicas de arquivo
1.1.9	Permanência digital
1.1.10	Archivematica
1.1.11	Elaboração de instrumentos de gestão
1.1.12	Procedimentos de eliminação de documentos
1.1.13	Uso de sistemas informatizados
1.1.14	Arquivos atingidos por inundação
1.1.15	Análise de requisitos do e-arq
1.2	*Oficinas*
1.2.1	Oficina para professores de história
1.2.2	Oficina para professores com documentos da ditadura
1.2.3	Oficina de paleografia
1.2.4	Oficina de preservação
1.2.5	Oficina lanterna mágica
1.3	*Eventos*
1.3.1	Semana Nacional de Arquivos
1.3.2	Seminário Internacional de Procedimento Técnico e Preservação de Acervos em Arquivos

1.3.3	Mesas redondas, rodas de conversas, tarde de diálogo, palestras (temas da arquivologia e da história
1.3.4	Encontro de pesquisadores
1.4	*Visitas*
1.4.1	Visita Técnica
1.5	*Publicações*
1.5.1	Livros técnicos (arquivologia)
1.5.2	Livros de pesquisas
1.5.3	Material de apoio do Seminário Internacional de Processamento Técnico e Preservação de Acervos em Arquivos
1.5.4	Acervo: Revista do Arquivo Nacional
1.5.5	Revista: Arquivo em Cartaz
2	**Educativo**
2.1	*Oficinas*
2.1.1	Oficina lanterninha mágica
2.1.2	Oficina Pelicula viva
2.2	*Visitas*
2.2.1	Visita educativa
2.2.2	Visita cultural
2.3	*Exposições*
2.3.1	Drama e euforia
2.3.2	Feminismo, ciência e política
2.3.3	Viagens italiana
2.3.4	O Brasil na guerra
2.3.5	Japão, Brasil
2.3.6	França
2.3.7	O mundo luso-brasileiro
2.3.8	O Rio em movimento

2.3.9	A imprensa alternativa no acervo do SNI (1964-1989)
2.3.10	Jango
2.3.11	Capitais da Bossa Nova
2.3.12	190 anos do Ministério da Justiça
2.3.13	A história em preto e branco
2.3.14	Brasil
2.3.15	Nas águas do mesmo lago
2.3.16	Rio 1908
2.3.17	Razão, memória e imaginação
2.3.18	Estado novo
2.3.19	Estampas do Rio
2.3.20	Nação Brasílica
2.3.21	Imagens da mulher brasileira
2.3.22	50 anos do desenvolvimento nacional
2.3.23	RE Cine
2.3.24	O Rio do morro ao mar
2.3.25	Mudanças de hábitos
2.3.26	A marcha para o leste
2.3.27	O Samba faz história
2.3.28	Força Expedicionária Brasileira
2.3.29	Itinerários Indígenas
2.3.30	História do Maracanã antigo
2.3.31	Pontos de vista
2.3.32	Trajetória de uma coleção
2.4	*Sites Temáticos*
2.4.1	O AN e a História Luso-Brasileira

2.4.2	Roteiro de fontes do AN para a HIstória Luso-Brasileira
2.4.3	Glossário de História Luso-Brasileira
2.4.4	Mapa: Memória da administração pública
2.4.5	Que República é essa?
2.4.6	Cadernos de Marc Ferrez
2.4.7	Brasiliana Fotográfica
2.4.8	Memórias Reveladas
2.4.9	Temas do Brasil Oitocentista
2.4.10	Centro de Referência de Acervos Presidenciais
2.5	*Eventos*
2.5.1	Amostra Arquivos do amanhã
2.5.2	Mostra competitiva
2.5.3	Filmes na rede EBC
3	**Divulgação**
3.1	*Prêmios*
3.1.1	Pesquisa Memórias Reveladas
3.1.2	Arquivologia Nacional de Pesquisa
3.1.3	Maria Odila Fonseca
3.1.4	Thomas Skidmore
3.1.5	D. João VI
3.2	*Eventos*
3.2.1	Com a palavra, o usuário
3.3	*Publicações*
3.3.1	Instrumentos de pesquisa

Fonte: Elaborada pelos autores.

Sessão 8

O WHATSAPP COMO FERRAMENTA PARA COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO NO CONTEXTO DA MONITORIA ACADÊMICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emily Iada Pantaleão Vilar, mestranda na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), https://orcid.org/0009-0006-8384-4488 , Brasil, *emily.vilar@usp.br*

Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos, Profª Drª da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), https://orcid.org/0000-0003-3782-3820, Brasil, *cibeleac@usp.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6758

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

O *WhatsApp* é utilizado hoje por mais de 2 bilhões de pessoas em mais de 180 países. Além de gratuito, permite o envio de mensagens e realização de chamadas, conectando pessoas a qualquer momento e em qualquer local de forma simples, segura e confiável. A ferramenta, cujo nome é oriundo do trocadilho inglês What's up? que significa e aí? nasceu como alternativa ao tradicional SMS. Atualmente comporta não só mensagens de texto, mas fotos, vídeos, documentos, localização, áudio, chamada de voz e vídeo. É também multiplataforma, podendo ser acessada em diversos sistemas operacionais como Mac, IOS, Windows e Android, através de computadores, dispositivos móveis ou tablets. (WhatsApp, 2024)

Em estudo realizado por Ruediger & Grassi (2023, p.14) sobre o consumo brasileiro de mídias digitais, o *WhatsApp* e o Google "foram apontados como as mídias mais utilizadas diariamente pelos respondentes independentemente da faixa de idade, do sexo, da escolaridade e da religião dos respondentes". Diante disso, em nível nacional, o *WhatsApp* é a ferramenta preferida da população para envio de mensagens rápidas.

No âmbito da educação, o *WhatsApp* tem sido utilizado de forma exitosa como ferramenta de apoio às ações do ensino superior.

Valerio (2020, p.122), por exemplo, realizou aplicação da ferramenta em 5 disciplinas na escola de *Biblioteconomia* e *Ciência da Informação* da universidade da Costa Rica e conclui que é uma importante aliada para mediação e apoio nos processos de ensino e aprendizagem. Sua maior vantagem é que em geral os estudantes já possuem um aparelho celular e já utilizam o *WhatsApp* para fins acadêmicos, mesmo que não tenha sido solicitado pelo docente; seja para executar trabalhos em grupo, comunicar-se com os colegas de sala e compartilhar informações. Assim, a familiaridade dos estudantes com a ferramenta abre espaço para que os docentes explorem possibilidades de aplicação para fins acadêmicos.

Além do papel do *Whatsapp*, destaca-se também a figura do(a) aluno(a) que, durante a prática da monitoria acadêmica, é elemento benéfico na intercomunicação discente-docente.

De acordo com Santos & Silva (2025, p.7), em entrevista realizada com discentes cursando medicina, "84,06% responderam que o monitor é um elo com o professor facilitando a comunicação entre alunos e professor", colaborando, portanto, na intercomunicação entre os participantes da disciplina.

O aluno-monitor também auxilia os discentes frente às suas dificuldades em sala. Araujo e Costa (2021) explicam que, no contexto de disciplinas como a "Metodologia do Trabalho Científico" os alunos enfrentam dificuldades no aprendizado e continuamente se esforçam para se adaptarem à cientificidade e normalização de trabalhos de pesquisa, uma

vez que não estavam acostumados a isso no ensino fundamental e médio.

Nesse sentido, é notável certo desânimo, desistência do curso, da disciplina ou atrasos no trabalho de conclusão de curso. Porém, em disciplinas como esta o aluno monitor desempenha um papel fundamental no apoio destes estudantes. Pois, dentre outras incumbências didáticas pedagógicas, rastreia lacunas e dificuldades de aprendizado dos discentes por meio de acompanhamento (presencial ou pelo *WhatsApp)*, amparando-os na compreensão do conteúdo da disciplina, por exemplo, e procurando estabelecer uma relação dialógica com estes. (Araujo & Costa, 2021, p.23)

A prática da monitoria acadêmica, por sua vez, é ofertada pelas instituições de ensino superior as quais viabilizam e permitem que o aluno de pós-graduação tenha contato com a docência. Juridicamente, foi expressa pela primeira vez em 1968 na Lei nº. 5540 que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior, dentre outras providências. Especificamente o art. 41 da lei ressaltava que as universidades deveriam ofertar a função "aluno-monitor" aos alunos de graduação que se submetessem às provas específicas, nas quais demonstrassem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina. Sequencialmente, foram publicados diversos decretos que trouxeram atualizações e alterações a esta lei; explicitando, por exemplo, detalhes relacionados à prática da monitoria nas universidades, como o método de ingresso, funções exercidas pelo aluno-monitor, valor da remuneração, carga horária, acompanhamento e supervisão etc. Todavia, somente em 1996 com a publicação da nova Lei nº 9.394 de Diretrizes e Base da Educação Nacional, criou-se o art. 84º dedicado à monitoria novamente. De acordo com este artigo, os alunos de educação superior poderiam ser aproveitados pelas instituições para realização de tarefas de ensino e pesquisa, ou seja, para a monitoria, a depender de seu rendimento e plano acadêmico. (Silveira & Sales, 2016, pp.133-134).

Portanto, a prática ocorre de forma legal há mais de 50 anos nas universidades, mas ganhou destaque em um artigo próprio somente em 1996.

Na Universidade de São Paulo, por exemplo, a experiência de monitoria acadêmica é ofertada aos alunos de pós-graduação por meio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE; em vigor desde maio de 2005. (Pró-reitoria de pós-graduação da Universidade de São Paulo, 2024).

A disciplina introdutória do programa PAE aborda conceitos pedagógicos e didáticos para criação de materiais educativos, propõem tipos de experiências para que os alunos apliquem durante o estágio, disponibiliza e indica bases teóricas para o planejamento e criação de cursos e planos de aulas. Mas vai além, permitindo que o(a) aluno(a)-monitor(a) ouça relatos/vivências de outros alunos(as), participe de palestras de bem-estar e se conscientize de questões desafiadoras para a docência na contemporaneidade.

Diante do contexto apresentado, e sob a perspectiva da aluna monitora, o objetivo deste relato de experiência é descrever como ocorreu e quais benefícios foram alcançados na combinação entre (1) a prática da monitoria acadêmica e (2) o uso do *WhatsApp* em disciplina do curso de graduação em *Biblioteconomia.* Outrossim, objetiva-se divulgar a experiência para incentivar futuras aplicações no ambiente de ensino superior e ampliar as discussões em torno da prática da monitoria e da ferramenta em questão.

Os benefícios verificados no âmbito da comunicação e da inclusão dos estudantes na disciplina, foram os principais motivadores para a escrita deste relato.

Este trabalho, portanto, torna-se relevante à medida que contribui para reflexões acerca da prática em monitoria acadêmica e das ferramentas digitais como o *WhatsApp* aplicadas ao ensino superior; em vistas de facilitar o processo de intercomunicação docente-discentes e de construção de ambientes educacionais interativos, inclusivos e estimulantes.

Procedimentos Metodológicos

Esta seção descreve o tipo de estudo realizado, o período de realização, o local onde a atividade foi desenvolvida, o foco central da experiência, as características da ação, o perfil do público participante, os recursos utilizados, as ações implementadas, o instrumento de coleta e análise das informações, além dos cuidados éticos observados ao longo do processo. Cada um desses aspectos contribui para contextualizar e fundamentar a experiência compartilhada.

Tipologia do estudo

Optou-se, neste estudo, por uma abordagem qualitativa-descritiva orientada pela metodologia do relato de experiência que,

> é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica (Mussi et al., 2021, p.65)

Ainda de acordo com o autor, experiências que compõem um relato podem ser originadas em decorrência de pesquisas, ensino, projetos de extensão universitária, dentre outras.

Compreende-se também a importância de apresentar o relato de experiência sob uma perspectiva acadêmica, enquanto modalidade de redação crítica-reflexiva.

Segundo Mussi et al. (2021, p.64) o relato de experiência "em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação critica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante)". Sob esta visão, acadêmica-científica e teórica-metodológica o relato de experiência pode contribuir significativamente na produção do conhecimento científico, pois deixa de ser uma simples descrição e passa a cooperar para futuras aplicações e estudos.

Estruturalmente, um relato de experiência pode ser elaborado com base no roteiro sugerido por Mussi et al. (2021, p. 66), que compreende as seguintes seções:

- Introdução: nesta seção o campo teórico da pesquisa deve ser descrito de forma **referenciada,** expondo ao leitor os conceitos-chave do tema, a importância do relato, o motivo para escrevê-lo e se este adveio de algum problema. Também deve ser descrito o objetivo principal do relato, de maneira **informativa**.

- Procedimentos metodológicos ou Materiais e métodos: nesta seção devem ser descritos de modo **informativo** o período temporal, a descrição do local, o eixo da experiência, a caracterização da atividade relatada, o tipo da vivência, o público da ação interventiva, os recursos utilizados, e aspectos éticos ligados à pesquisa**.** Enquanto a ação, isto é a descrição da experiência, os instrumentos, e os critérios de análise, devem ser descritos de forma **referenciada.**

- Resultados: nesta seção devem ser descritos de modo **informativo** os resultados advindos da experiência, e também quais foram as principais experiências.

- Discussão: uma parte desta seção deve ser descrita de forma **dialogada**, apresentando um diálogo entre o relato e a literatura, apresentando também alguns comentários sobre as informações do relato. Outra parte deve ser descrita de forma **crítica,** apresentando análises sobre as informações do relato. E outra parte, ainda, deve ser descrita de forma **informativa** de modo que sejam apresentadas as dificuldades e as potencialidades encontradas no estudo.

- Considerações finais ou conclusão: nesta seção deve-se descrever de modo informativo a finalidade do

relato, isto é, se o intuito dele foi alcançado. Igualmente, é necessário apresentar proposições, ou seja, o que poderia ter sido feito além daquilo que consta no relato.

As palavras em destaque nos tópicos anteriores referem-se a 4 tipos de descrição (informativa, referenciada, dialogada e crítica) as quais podem se relacionar com as seções de um relato de experiência.

As descrições então, possuem dupla importância pois tornam-se relevantes tanto para o meio acadêmico quanto para o meio profissional. Se por um lado auxiliam os discentes a compreenderem fenômenos das possibilidades interventivas da área e lhes trazem amadurecimento acadêmico, por outro lado - acessando tais descrições - os profissionais podem verificar propostas que lhes beneficiem na ação laboral (Mussi et al., 2021, pp.71 e 72). Portanto, os tipos de descrição são:

- Descrição informativa: visa caracterizar e contextualizar o cenário do estudo, proporcionando uma compreensão clara da vivência.
- Descrição referenciada: visa fundamentar o estudo em literatura científica, garantindo que o conhecimento produzido seja embasado.
- Descrição dialogada: visa a discussão, de um lado os comentários sobre as informações do relato e do outro lado o diálogo entre o relato e a literatura.
- Descrição crítica: visa estabelecer uma análise reflexiva sobre as ações realizadas no trabalho, buscando revelar nuances, potencialidades e contribuir para a melhoria da prática futura no campo acadêmico e profissional.

Assim, os tipos de descrição - apresentados acima para compor um relato de experiência - colaboram positivamente para produção e difusão de conhecimentos científicos e, por isso, foram aplicados neste estudo.

Considerando que as áreas de *Biblioteconomia* e *Ciência da Informação* valorizam e se encarregam de questões metodológicas e de normalização de trabalhos científicos, encontrou-se na sistematização proposta por Mussi et al. (2021) boa base de teórica para construção crítica-reflexiva de relatos de experiência. E cuja relevância alinha-se, sobremaneira, à proposta central do evento EDICIC 2025: “Formação e Investigação em Ciência da Informação: oportunidades e desafios”.

Período temporal da experiência

A experiência relatada neste artigo diz respeito à monitoria realizada durante o segundo semestre de 2024 (agosto à dezembro) no período noturno durante a disciplina “Organização e Representação da Informação em Saúde”. A monitoria acadêmica teve carga horária total de 60h, sendo as aulas no modelo presencial, uma vez por semana.

Descrição do local

A experiência relatada ocorreu no estado de São Paulo capital, local onde está situado o campus Butantã da Universidade de São Paulo -USP.

Aulas foram ministradas em salas do prédio central da Escola de comunicações e artes – ECA, no Departamento de Informação e Cultura - CBD.

Além das salas, o laboratório foi utilizado também conforme a programação, para que os alunos tivessem acesso aos computadores e pudessem realizar as atividades práticas propostas.

O prédio central conta ainda com segurança na portaria e acessibilidade por elevadores.

Eixo da experiência

O eixo central deste relato é a possibilidade e benefícios de uso combinado entre a ferramenta *WhatsApp* e a prática da monitoria em sala de aula; visando criar ambientes educacionais inclusivos, interativos e estimulantes.

Caracterização da atividade relatada

A quantidade total de participantes presencialmente nas aulas foi de 17 pessoas, e de participantes no grupo da ferramenta *WhatsApp* foi de 16 pessoas (excluindo a docente e monitora da contagem). Portanto, relata-se neste estudo uma ação coletiva, de natureza acadêmica, à nível de graduação, na área de *Biblioteconomia.*

Tipo da vivência

Trata-se de uma monitoria acadêmica do Projeto de Aperfeiçoamento de Ensino - PAE da Universidade de São Paulo, cujo objetivo central é aprimorar a formação de alunos da pós-graduação para atividade didática de graduação.

Esta monitoria foi realizada na disciplina de graduação CBD-311 "Organização e Recuperação da Informação em Saúde", que é oferecida aos alunos do curso de *Biblioteconomia* e de outros curso e será detalhada na sequência.

No contexto da Informação em Saúde, a produção informacional é volumosa, impossibilitando que os profissionais da área consultem a literatura científica de forma exaustiva. Consequentemente, o profissional bibliotecário é altamente requisitado para atender a demanda de pesquisas em saúde; especialmente porque os profissionais de saúde precisam estar constantemente atualizados. Diante do panorama desafiador da informação em saúde, é necessário garantir padrões de confiabilidade, agilidade e sobretudo exatidão nos resultados de buscas; intentando que as pesquisas sejam bem direcionadas e completas. Diante disso, a disciplina - que possui aportes teóricos da área "Organização e Recuperação da Informação" - tem se mostrado eficaz e competente através de métodos, processos e ferramentas para recuperação da informação científica em Saúde.

Em suma, a disciplina aborda: as principais fontes de informação em saúde nacionais e internacionais; a origem e histórico destas fontes informacionais, como estão organizadas as informações nestas fontes; quais os sistemas de organização da informação disponíveis para uso no contexto da saúde; como realizar buscas avançadas e como organizar o conteúdo recuperado. Também são discutidos, o papel do bibliotecário na área da saúde e suas possibilidades de atuação frente às pesquisas em saúde. E, muito embora os assuntos estejam voltados aos alunos de *Biblioteconomia,* a disciplina abrange aspectos informacionais proveitosos também aos alunos de outros cursos/institutos, especialmente aqueles da área de saúde.

Público da ação

Presencialmente e ativos nas aulas, foram contabilizados 17 discentes, sendo 10 do curso de *Biblioteconomia*, 2 de Farmácia, 1 de Fisioterapia, 1 de Nutrição, 1 de Saúde Pública, 1 de Estatística e 1 ouvinte (não-matriculado). Configura-se, portanto, um grupo misto entre institutos da universidade.

No grupo de *WhatsApp*, porém, totalizou-se 16 discentes, sendo que um aluno se comunicava apenas por e-mail devido à falta de dispositivo móvel.

Além dos discentes, estava no grupo a monitora para mediá-lo e posteriormente a docente foi adicionada também; somando assim 18 participantes no grupo de *WhatsApp*.

Recursos

As aulas da disciplina ocorreram em sala de aula (equipada com telão, projetor, computador, webcam, lousa) com assentos dispostos em formato de círculo. Outra parte das aulas foi ministrada em laboratório (equipado com computadores, telão projetor, webcam, lousa) para que os discentes pudessem realizar exercícios práticos.

Remotamente utilizou-se o ambiente do grupo de *WhatsApp,* bem como os recursos disponíveis nesta ferramenta. Optou-se, inicialmente, em manter o grupo na configuração "aberta" para mensagens, justamente para que os discentes pudessem interagir entre si, com a monitora e com a docente. Por se tratar de um grupo interunidades, isto é, não apenas de estudantes do curso de Biblioteconomia; esta opção visava beneficiar o aprendizado e

proporcionar a inclusão dos alunos externos ao curso.

Ação

O relato abaixo descreve conjuntamente a prática da monitoria e o uso da ferramenta *WhatsApp*. Ressalta-se que esta foi a primeira vez, tanto da docente quanto da monitora, utilizando esta ferramenta.

Com antecedência ao início das aulas, a monitora propôs a utilização da ferramenta para a docente e esta de imediato concordou. Assim, um grupo chamado O.R.I.S. foi criado pela monitora com o intuito inicial de enviar informativos sobre o conteúdo e programação das aulas, além de responder dúvidas dos discentes ao longo do semestre. Optou-se pela ferramenta porque era acessível e amplamente conhecida e utilizada pelos estudantes.

Inicialmente, a monitora utilizou o campo "descrição" deste grupo para inserir informações introdutórias como: o objetivo da disciplina, os principais temas a serem abordados nas aulas e uma mensagem de boas-vindas. Desta forma o discente teria clareza das "regras do jogo" desde o início do semestre, facilitando seu planejamento acadêmico.

Além de reunir as informações básicas sobre a disciplina, a monitora utilizou o campo "descrição" para reforçar as informações transmitidas em sala como prazos de entrega, formatos de atividades/trabalhos, visitas externas e algum detalhe específico da programação geral do semestre, a fim de centralizá-las e agilizar futuras consultas.

Logo no primeiro dia de aula foi disponibilizado aos alunos um *QRcode* de acesso ao grupo de *WhatsApp,* e um *link* também foi postado no ambiente de aprendizagem E-disciplinas. Nesse sentido, mesmo os alunos que não estavam presentes podiam entrar automaticamente no grupo. Esta diversidade nas formas de acesso é um recurso importante da ferramenta, pois reúne os participantes de maneira instantânea e otimiza o tempo que se levaria para anotar todos os números/contatos e depois inserir manualmente no grupo.

O grupo foi útil para que a monitora pudesse enviar lembretes com as indicações de leitura e tema da aula seguinte. E isso era feito sempre ao final de cada aula. Apesar do ambiente e-disciplinas contar com a programação completa, os informativos pelo *WhatsApp* informavam o que seria abordado na semana seguinte e davam a ideia de continuidade, de ligação entre os assuntos. Além disso, outros lembretes também foram enviados, para informar: as datas em que não haveria aula; urls importantes mencionadas durante as aulas (cursos, treinamentos, vídeos, notícias, eventos da área etc); mudanças no conteúdo do semestre; local da aula (sala ou laboratório) e a participação especial de algum palestrante, dentre outros.

O recurso de "fixar a mensagem" também foi utilizado pela monitora e docente. Existe a possibilidade de fixar uma mensagem por 7, 14 ou até 30 dias, de forma que a primeira linha da mensagem apareça em destaque no topo da conversa e fique fixa durante o período estipulado. Eventualmente, havendo a necessidade de consulta, basta clicar nesta linha prévia da mensagem e ela se abre no contexto da data de envio e em seu inteiro teor. Desta forma o lembrete não se perde em meio ao volume de mensagens.

Em alguns momentos foi utilizado o recurso "enquete" para realizar votações. Uma das enquetes realizadas ao longo do semestre consistia em opções de textos propostos para leitura. Cada discente poderia escolher uma opção, isto é, um texto para leitura que posteriormente seria discutido em roda de conversa na aula seguinte. Isso permitia que os textos fossem distribuídos/escolhidos conforme o interesse dos discentes, mas também para que monitora e docente soubessem por quais temas os alunos tinham mais preferência, já que um texto poderia ser escolhido por mais de um aluno. A utilização deste recurso também permitia que, monitora e docente, verificassem quem ficou responsável por cada texto e se todos tinham realizado uma escolha; agilizando o procedimento para realização da dinâmica da aula seguinte e verificando a participação da turma.

A votação foi importante, em outro momento também, para confirmar a disponibilidade dos discentes em uma visita externa em grupo; pois visava-se a inclusão de todos os participantes na atividade. No início do semestre, como foi feito em anos anteriores, a docente preparou a programação didática e incluiu uma visita em grupo a ser realizada em instituição de informação em saúde (biblioteca, arquivo ou centro de informações). Porém, a partir da votação por enquete, verificou-se que a maioria dos alunos não poderia comparecer pois realizavam estágio/trabalho no período agendado para a visita (períodos preestabelecidos pelas instituições contatadas). Por outro lado, as instituições também não forneciam as visitas no período noturno para que estes participassem em sua maioria. Depreendeu-se da votação que, dada a realidade e particularidade do grupo, a visita seria inviável no período da manhã e da tarde. Nesta ocasião, a ferramenta foi essencial para identificar esta particularidade dos discentes da disciplina. Por fim, ficou decidido pela docente e monitora que a programação seria reajustada, a visita não seria realizada e outra atividade seria proposta para composição da nota final. O conhecimento da realidade discente nesse caso, por meio da votação, permitiu que a alteração fosse feita democraticamente, já que nenhum deles poderia participar fora do horário de aula.

Outro recurso importante que vale ser destacado, foi o de "mídia, *links* e *docs*" permitindo que as informações enviadas ao grupo em diversos formatos fossem centralizadas, recuperadas e acessadas rapidamente sem a necessidade de procurá-las ao longo das mensagens. Além disso, a ferramenta suporta diferentes formatos de documentos, sendo possível o envio de planilhas, imagens, áudios, vídeos, arquivos de texto como *.pdf* e *.doc.*, por exemplo. Houve ocasião da monitora enviar uma planilha editável no formato Excel, e *link* de compartilhamento, para que os alunos pudessem editá-la remotamente.

Nesta planilha constavam instituições, centros de informação referência em saúde e Bibliotecas em saúde no Estado de São Paulo, bem como seus respectivos endereços, email para contato, dias e horários para visitação e nome do atendente local. Estas informações foram coletadas, organizadas e enviadas pela monitora com antecedência, para que os discentes pudessem eleger uma instituição para realizar o trabalho final (entrevista e visitação local) de acordo com suas disponibilidades. Assim, do ponto de vista do discente, com auxílio da ferramenta era possível acessar a planilha, selecionar um local preferido para realização do trabalho e ainda contribuir adicionando mais locais que se conhecesse ou descobrisse; aumentando a lista e as possibilidades de visitação aos outros alunos.

Outro ponto de destaque no uso da ferramenta é que, dada sua natureza instantânea, permitia uma comunicação rápida entre os participantes, sobretudo quando precisavam justificar suas faltas de última hora (em mensagem no grupo, ou em mensagem particular com a monitora ou docente). Observou-se que os discentes se sentiam à vontade para tais justificativas e conversas, e esta visão antecipada sobre presenças e ausências permitia que docente e monitora estimassem o total de participantes do dia, além de indicar aos faltantes algum conteúdo complementar a ser acompanhado no ambiente e-disciplinas. Quando a justificativa se dava por atestados médicos, alguns discentes enviavam seus documentos em particular para a docente, o que sem dúvida facilitou a comunicação e justificativa.

É relevante mencionar que a ferramenta ainda permitiu, por meio de seus recursos, a aproximação com os discentes e o conhecimento de suas realidades. Diante das dificuldades ou contratempos, foi possível flexibilizar a programação do semestre, tomar decisões rápidas, mitigar e gerenciar riscos.

Por exemplo, foi realizada uma votação para definição do melhor dia/horário para os discentes participarem de um treinamento. Após a votação, e com a melhor opção elegida pela maioria foi possível reagendar o palestrante e horário, garantindo maior presença dos discentes no treinamento; uma vez que o horário antes previsto seria inviável para a turma. De forma democrática, e quase

instantânea, foi resolvido o impasse com auxílio do *WhatsApp.*

Outro exemplo, foi que um dos palestrantes agendados teve um contratempo e notificou de última hora que não compareceria. No entanto, uma enquete havia sido realizada anteriormente para alinhar com os discentes um determinado horário (à tarde), e eles já haviam se organizado para comparecer nesse período.

Diante disso, utilizando a ferramenta foi possível conversar e esclarecer o contratempo. Porém, durante a conversa uma parte dos discentes relatou que já estava a caminho e outra parte, por compromisso com o estágio, só viria a noite. Diante das justificativas, realidades e dificuldades que os discentes expuseram no grupo de *WhatsApp,* docente e monitora puderam compreender de perto a situação e flexibilizar novamente a programação do dia. Nesta ocasião, optou-se por oferecer duas aulas seguidas e garantir que todos os alunos tivessem acesso ao conteúdo didático apesar do contratempo. Diante disso, a comunicação pela ferramenta permitiu que docente e monitora tomassem uma decisão em tempo hábil.

Outro exemplo de benefício proveniente do uso da ferramenta foi: Por ocasião das fortes chuvas no mês de outubro e novembro houve apagões que perduraram por mais de 24h na cidade de São Paulo e quedas de árvores em diversas regiões, inclusive na cidade universitária. A falta de energia elétrica perdurou por até 1 semana em algumas regiões da cidade afetando a mobilidade e segurança dos discentes. Assim, devido as intempéries, estes relataram no grupo a insegurança que já estavam enfrentando na semana e que enfrentariam na noite da aula para retornarem às suas moradias - com falta de energia e dificuldades no transporte. Diante disso, novamente a comunicação no grupo também foi imprescindível para gerenciar e mitigar riscos. Consequentemente, a monitora orientou aqueles que não conseguissem estar presentes na aula, que não se arriscassem, mas que acompanhassem tópicos e slides do ambiente e-disciplinas sobre a aula em questão.

Observou-se ainda que, para esta disciplina, a utilização da ferramenta conjuntamente com a prática da monitoria significou a construção de um ambiente saudável e seguro aos discentes; permitindo que estes expressassem suas realidades, participassem ativamente da programação, ora marcando presença nos eventos propostos, ora justificando suas ausências. Sobretudo, gerando um ambiente motivador especialmente àqueles que durante o semestre enfrentaram urgências na família sendo pais ou mães, pois eram ouvidos e acolhidos também. Quando foi possível, tanto a docente quanto a monitora, buscaram alternativas para flexibilizar a programação, para indicar materiais complementares de estudo; atentando sempre para uma escuta ativa e para ponderações, o que certamente favoreceu a permanência de muitos discentes na disciplina.

Referente à configuração “aberta” para o envio de mensagens no grupo, esta permaneceu no início ao fim do semestre. Observou-se que as interações ocorreram de forma gradual pois, até meados do terceiro mês não houve, por parte dos discentes, interações longas, conversas em demasiado nem envio de spam ao ponto de sobrecarregar o grupo. Os discentes enviavam perguntas bem direcionadas ao trabalho final, programação, justificativa de faltas, eventuais notícias pertinentes ao curso ou questionamentos sobre o local de aula. Já nos últimos dois meses, observou-se que os discentes estavam mais à vontade para interagir com a docente, monitora e demais colegas em sala de aula para conversas mais longas e informais, sendo que as interações permaneceram com bom senso, rápidas e pontuais no grupo. E, portanto, não foi necessário em nenhum momento configurar o grupo como “Fechado” para mensagens.

Grandes dificuldades por parte dos discentes, no entendimento do conteúdo didático, não foram expressas nas interações por *WhatsApp*, muito embora sempre que as dúvidas pontuais surgiam eram respondidas com acolhimento e prontidão (tanto pela monitora quanto pela docente). No entanto, observou-se que a sala de aula também foi um ambiente acolhedor diante das dificuldades. Os alunos do curso de

Biblioteconomia eram presentes e solícitos para explicação de conceitos quando os alunos de outras unidades faziam algum questionamento. Exemplo disso foi quando um deles perguntou sobre um conceito muito próprio da *Biblioteconomia*, e antes que a docente ou monitora elaborasse uma explicação; de imediato uma aluna de *Biblioteconomia* se pôs a explicar de forma simplificada, porém satisfatória, e sanou a dúvida do colega. Este, por sua vez, esboçou reação positiva de entendimento e, certamente, a questão foi esclarecida com naturalidade aos demais discentes que porventura também estivessem com a mesma dificuldade. Assim, entre outras oportunidades observadas, percebeu-se hospitalidade entre os alunos para com os alunos externos ao curso. Sem dúvidas, um ambiente leve e acolhedor é eficaz para o aprendizado.

Observou-se, em outro momento, surpresa por parte dos alunos externos ao curso de *Biblioteconomia* frente aos textos propostos na disciplina, pela docente e monitora quando montaram o plano de aula. Os textos discorriam sobre a atuação dos bibliotecários no contexto da saúde, seus principais desafios, demandas e oportunidades. Houve manifestação positiva e de surpresa na turma após as leituras, pois segundo eles desconheciam a complexidade do trabalho e das demandas informacionais dos profissionais bibliotecários no contexto da saúde, chegando a mencionar o seguinte: "Eu achava que os bibliotecários só realizavam os empréstimos das obras na biblioteca!" e ainda, "Eu não sabia que vocês faziam isso!". Depois deste episódio, docente e monitora ficaram cientes da importância de divulgar o papel do profissional da informação no contexto da saúde, sobretudo, da importância da disciplina que auxilia nesta divulgação.

Cabe enfatizar que finalmente que, por ser a primeira vez realizando a monitoria, inevitavelmente surgiram dúvidas de como proceder durante as aulas, o que propor, como contribuir ativamente para o aprendizado da turma, quais tipos de auxílio deveriam ser oferecidos aos discentes e à docente supervisora. E mais especificamente, quais limites de horário deveriam ser impostos (ou não) para o uso da ferramenta *WhatsApp?*. Apesar do programa de aperfeiçoamento de ensino – PAE abordar questões pertinentes à docência e contar com um preparo teórico e prático relevante, cada experiência é única, assim como cada turma e cada docente. Isso demandará do aluno-monitor atenção e ajustes constantes frente as demandas/lacunas percebidas, próprias da turma, da disciplina, do grau de dificuldade dos temas propostos ou do docente supervisor. Além disso, o bom relacionamento e diálogo entre aluno-monitor e docente é essencial; pois este certamente poderá indicar boas direções às práticas da monitoria e aconselhar sobre a carreira docente.

Instrumento utilizado para coleta e análise de informações

Como instrumento para coleta das informações, optou-se pela observação-participante a fim de captar dos discentes e docente, por exemplo, comportamentos, emoções e reações relacionadas às interações no ambiente presencial da sala de aula e também no ambiente virtual da ferramenta. Em geral, pode-se afirmar que o método de observação,

> ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (MARCONI & LAKATOS, 1993, pp.190)

Mais estritamente, a observação-participante se caracteriza pela "participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste." (Marconi & Lakatos, 1993, pp.194). Além disso, observa de maneira natural, ou seja, uma "observação do comportamento da forma como ele acontece em seu ambiente natural" (Malhotra, 2012,

pp.156), e nesse caso foram os ambientes da sala de aula e do grupo de *WhatsApp.*

Nesse sentido, ao longo do semestre as informações coletadas foram organizadas cronologicamente em um diário de pesquisa, onde a monitora relatou as observações sobre o andamento das aulas e das interações/recursos utilizados no grupo do *whatsApp* durante a semana. Esta prática foi repetida semanalmente e ao final do mês era feito um resumo mensal. Até o último mês da monitoria, foram 5 relatos mensais elaborados pela monitora.

Compreende-se que a pesquisa possui natureza qualitativa e as informações coletadas são do tipo não-estruturadas, ou seja, "que envolve o monitoramento, por um pesquisador, de todos os aspectos do fenômeno, sem especificar antecipadamente os detalhes." (Malhotra, 2012, pp.156) Bem por isso, as análises aqui descritas não tem finalidade de estabelecer métricas ou pressupostos estatísticos.

Eticidade

Com relação à eticidade, nenhum participante foi exposto individualmente ou nomeado na descrição deste relato. Segundo Mussi et al. (2021, pp.69-70) "o relato de experiência refere-se à intervenção de quem vivenciou (autores) e quando houver a presença de forma específica de participantes no texto, por imagem e/ou fala, é relevante que a proposta seja avaliada previamente por um CEP." Em suma, não houve identificação dos participantes de maneira individual.

Referencial Teórico

Em diferentes áreas do ensino superior, a ferramenta *WhatsApp* tem sido utilizada por alunos-monitores para: criação de grupos, envio de mensagens em tempo real, esclarecimento de dúvida, apoio em atividades síncronas e assíncronas, engajamento nas atividades propostas, compartilhamento de insights e assuntos expostos em aula, organização de atividades e otimização do tempo. Seu uso promove maior dinâmica para a disciplina e atua como um canal direto de comunicação e interação. (Cisne & Ponte, 2024; Nascimento & Barbosa, 2021; Oliveira & Brito, 2023)

Segundo Valerio (2020) no âmbito universitário de disciplinas de *Biblioteconomia* e *Ciência da Informação,* o *WhatsApp* é um recurso capaz de promover o aprendizado e facilitar a comunicação; oferecendo vantagens que devem ser aproveitadas pelos docentes do ensino superior. Todavia salienta que, é necessário pensar e organizar a implementação da ferramenta considerando os objetivos do curso/disciplina e o contexto educativo.

Como relatado, antes mesmo do início letivo das aulas, docente e monitora decidiram que a ferramenta seria utilizada, expectanto apenas a comunicação rápida com os discentes; sendo que esta seria a primeira vez de uso durante a monitoria da disciplina. No entanto, a ferramenta abriu um leque de oportunidades e cenários de aprendizados, os quais poderiam certamente ser mais explorados conforme afirma a autora acima. De encontro com a afirmação de Cisne & Ponte (2024, p.1353) a ferramenta superou as expectativas iniciais.

Dentre as possibilidades da ferramenta, Cisne & Ponte (2024, p.1352) destacam que durante a monitoria o "WhatsApp serviu como um canal para comunicação assíncrona, permitindo aos alunos esclarecer dúvidas e compartilhar insights fora do horário das sessões programadas". Esta característica da ferramenta, permite que o aluno consiga tirar suas dúvidas em maior tempo hábil, sem precisar esperar pela aula seguinte para obter algum esclarecimento, ou aguardar o tempo de uma resposta por email. Durante a experiência, graças ao caráter assíncrono da ferramenta, as dúvidas podiam ser respondidas até mesmo fora dos horários de aula, ora pela monitora ora pela docente.

Tanto Nascimento & Barbosa (2021) quanto Oliveira & Brito (2023), em contexto de monitoria acadêmica remota, também destacam que a ferramenta é útil para atender os alunos e responder dúvidas. Pois,

> uso do Whatsapp e a criação de grupos de interação neste aplicativo foram de suma importância, pois era possível interagir com os alunos por

> meio de envio de imagens sobre o conteúdo das aulas e tirar as dúvidas deles, tornando assim a disciplina de botânica mais dinâmica. Inclusive esta era a forma como alguns alunos procuravam a monitora com o objetivo de tirar dúvidas sobre algum conteúdo ou alguma questão das atividades que eram passadas durante as aulas. Assim, esta ferramenta mostrou-se fundamental para aproximar os alunos da disciplina e a monitora, certamente é um aplicativo que pode ser utilizado mesmo após o retorno da aulas presenciais, como uma ferramenta para marcar reunião e garantir uma maior comunicação (Oliveira & Brito, 2023, p.267)

Notou-se também que, durante a experiência relatada, a ferramenta promoveu esta aproximação entre os alunos, uma vez que expondo suas dúvidas e questionamentos seus pares são capazes de reconhecer-se também. Sendo possível que destas interações, empatia e proximidade, sejam geradas entre os estudantes.

Não somente entre os estudantes, mas também frente à figura do professor. Valerio (2020, p.122) conclui que o *WhatsApp* é um meio que transcende a formalidade da universidade, e de certa forma permite uma comunicação mais horizontal, inspirando confiança para o estudante.

Porém, diferente do que relata Oliveira & Brito (2023, p.268) sobre intensa interação do grupo com o envio de mensagens e imagens, e da preocupação de Valerio (2020, p.120) com spams, levando a autora criar mecanismos de moderação e envio de listas individuais; durante a experiência não foram observados problemas como o excesso de mensagens, ou mensagens não condizentes ao objetivo do grupo. Pelo contrário, o grupo restringiu-se à assuntos pertinentes à disciplina, foi usado com moderação e de forma respeitosa entre os integrantes.

Sobre o aluno- monitor, este,

> tem um papel que vai além de apoiar o professor, assumindo também o papel de refletir e perceber as necessidades dos discentes que não tenham sido atendidas pelo professor. Esse papel do monitor pode refletir de forma positiva em sua formação, servindo como aprendizagem e sendo aplicado na sua futura vida profissional. (Oliveira & Brito, 2023, p.268)

A percepção das necessidades dos discentes foi algo presente durante toda a experiência. Por meio do resultado de enquetes, pela troca de mensagens/áudios no grupo ou pelas mensagens privadas, a ferramenta *WhatsApp* auxiliou na compreensão da realidade e demandas dos discentes, permitindo flexibilizações e democratização na programação sempre que possível.

A monitoria também pode ser vista como uma estratégia de acolhimento aos discentes no ambiente acadêmico. De acordo com Abreu et al. (2022, p.47) no contexto de um curso de graduação EAD, os calouros em geral não sabem por onde iniciar seus estudos nem como se organizar para tanto. Nesse caso o aluno-monitor é essencial para o acolhimento e orientação dos ingressantes, atuando como uma ponte entre estes e o curso de graduação.

Reconhece-se que o aluno-monitor pode atuar na identificação de dificuldades e no acolhimento dos discentes.

Os benefícios oriundos da monitoria, na verdade, impactam não só os discentes da disciplina e o docente supervisor, mas também o próprio aluno-monitor. A proposta do programa de monitoria é benéfica ao aluno-monitor já que o permite ampliar seus conhecimentos em dada disciplina, bem como despertar interesse para atuação na docência e desenvolver habilidades e aptidões referente ao campo de ensino. (Gonçalves & Gonçalves, 2021, p.8) De modo que o aluno-monitor reveja temáticas e conteúdos que certamente serão válidos para compor sua dissertação ou tese, mas também se sinta estimulado para seguir a carreira docente.

Abreu et al. (2022, p.47), por exemplo, concorda que existem resultados benéficos a todos os envolvidos pois verificou que, “os monitores criaram um sentimento de pertencimento com a instituição e com programa de monitoria, o que, certamente,

trará resultados positivos a todos os envolvidos".

Conforme afirma Oliveira & Vosgerau (2021, p.16), a monitoria é uma experiência que requer acompanhamento e dedicação constante por parte dos docentes e dos alunos-monitores, por isso não é uma estratégia de ensino fácil de ser implementada e mantida em uma instituição de ensino superior; e até mesmo o papel do aluno-monitor precisa ser estudado em profundidade para ser melhor compreendido.

Em consonância com o autor, apesar de todo preparo prévio oferecido pelo PAE, questionamentos quanto ao tipo e nível de contribuição, isto é, funções a serem desempenhadas durante a monitoria, surgiram durante a experiência relatada. O que sem dúvida demonstra a urgência de mais estudos sobre o papel do aluno monitor.

Por fim destacam-se abaixo, de forma crítica e informativa, algumas limitações da experiência vivenciada. Como por exemplo, a falta de aparelho celular ou conexão à internet que certamente impossibilita o estudante de receber informativos, oportunidades, indicações de leituras, participar de votações e demais interações do grupo.

Outro ponto a ser destacado é, que em alguns casos, a presença do docente no grupo pode inibir a interação dos discentes, por isso a importância do aluno-monitor estar atento a situações como esta. Vale lembrar também que a participação é espontânea e os alunos podem sair se desejarem, nesse caso havendo baixa adesão de discentes na participação do grupo a experiência pode ser prejudicada.

Há que se considerar também, como limitação, que a experiência relatada está relacionada às tecnologias da informação e comunicação (TICs). Inevitavelmente, a depender da faixa etária dos alunos, pode ocorrer destes não serem adeptos ao uso da ferramenta no cotidiano ou não se adaptarem por falta de familiaridade/instrução (o mesmo pode ocorrer com o docente e aluno-monitor). Nesse caso, apesar das mensagens por e-mail parecerem uma alternativa, isso pode ser na verdade um retrabalho. Além da comunicação tornar-se lenta, pois o acesso ao email em geral é deixado para um momento específico do dia; as informações enviadas no grupo também precisarão ser reenviadas por email, gerando um trabalho a mais para verificação e controle – em duas ferramentas distintas.

Referente às potencialidades da experiência, tem-se que a comunicação no grupo do *WhatsApp* permite que os discentes de diferentes institutos se conheçam, troquem experiências e ajudem uns aos outros (tanto presencial quanto remotamente); em questões pertinentes ao conteúdo até mesmo naquelas mais rotineiras como localizar uma sala de aula, laboratório, andar, locais para refeição etc.

Além da comunicação entre discentes, a comunicação com o docente através da ferramenta *WhatsApp* é um ponto favorável, mas que merece atenção e limites para não o sobrecarregar no atendimento/respostas ao longo do dia; lembrando que o docente pode delegar ou dividir os atendimentose as respostas com o aluno-monitor quando necessário.

Ressalta-se que as votações realizadas pelo *WhatsApp* além de proporcionar flexibilidade na programação, alinhando melhores datas e horários dos participantes, também fazem com que o aluno seja participante ativo nas decisões ao longo do semestre. Isso traz democratização ao ambiente da ferramenta e pode estimular os estudantes a permanecerem na disciplina. Além do mais, cria-se um vínculo entre os discentes e o aluno-monitor e estes sentem-se à vontade para justificar faltas, relatar experiências acadêmicas, solicitar ajuda frente às dificuldades. Assim, a atuação do aluno-monitor funciona como elo entre o discente e o docente, intensificando-se com a utilização de ferramentas como o *WhatsApp*.

Resultados Finais

Com o objetivo de transmitir visualmente a experiência descrita na seção 2.9, sintetizou-se no quadro a seguir os principais resultados da combinação entre monitoria acadêmica em graduação e o uso da ferramenta:

Quadro 1: Resultados obtidos da combinação entre monitoria acadêmica e utilização da ferramenta *WhatsApp*

Recursos	Ações do aluno-monitor	Resultados observados
Grupo	- Monitoramento do grupo - Esclarecimento de dúvidas - Atenção às dificuldades - Prontidão às solicitações	- Comunicação rápida - Auxilio na Tomada de decisão -Mitigação e gerenciamento de riscos -Flexibilizações - Estímulo para permanência na disciplina
Descrição do grupo	Inserção do objetivo da disciplina, atividades e prazos de entrega	Contexto e planejamento
QR code e *link*	Inserção dos discentes no grupo	Otimização de tempo
Fixação de lembretes	Inserção de lembretes	Destaque de informações importantes
Mídia, *links* e docs	Envio de materiais complementares	Centralização e recuperação de arquivos em diversos formatos
Enquete	Elaboração e monitoramento de enquetes	-Proximidade entre discente, docente e monitora - Democratização - Aumento da presença nos eventos - Otimização de tempo

Fonte: Elaboração própria (2025).

O Quadro 1 sumariza os recursos da ferramenta *WhatsApp* utilizados durante a monitoria da disciplina CBD 0311 "Organização e Recuperação da Informação em Saúde", elencando as ações experienciadas pelo aluno-monitor e os resultados observados no decorrer do semestre.

A hipótese inicial, com relação à ferramenta, apontava apenas para a comunicação rápida. No entanto, verificou-se que o uso do grupo do *WhatsApp* superou as expectativas e proporcionou um ambiente mais inclusivo e participativo entre discentes, docente, monitora e atividades da disciplina. O grupo foi imprescindível para tomada de decisões, mitigação e gerenciamento de riscos, flexibilizações na programação e um estímulo à permanência na disciplina.

O Campo de Descrição do Grupo foi utilizado estrategicamente para fornecer clareza inicial sobre a disciplina, seus objetivos e programação, bem como para centralizar e reforçar informações cruciais, como prazos e formatos de atividades.

O recurso de acesso via *QR code* e *link* mostrou-se eficaz na integração instantânea dos participantes ao grupo, eliminando a morosidade da inclusão manual de contatos.

O recurso de Fixar Mensagem, por sua vez, foi essencial para destacar informações relevantes no topo da conversa, prevenindo que lembretes importantes se perdessem no fluxo de mensagens.

As Enquetes se destacaram como um recurso interativo e facilitador para que docente e monitora pudessem tomar decisões rápidas referente às aulas e ao conteúdo didático. Empregou-se enquetes para a escolha de textos de leitura, permitindo identificar preferências temáticas e verificar a participação dos alunos. Mais significativamente, a enquete foi crucial para avaliar a disponibilidade dos discentes em visita externa e aulas com palestrantes convidados em horários diferentes, que revelaram a inviabilidade dos períodos propostos e permitiram o alinhamento com a turma e o reajuste ágil da programação.

O recurso Mídia, *Links* e *Docs* centralizou e facilitou o acesso a uma variedade de materiais em diferentes formatos.

Considerações Finais

Os resultados apresentados e analisados neste relato de experiência sintetizam os principais benefícios, advindos da combinação entre a ferramenta *WhatsApp* e a prática da monitoria, para a disciplina de graduação do curso de *Biblioteconomia* da Universidade de São Paulo.

Depreende-se que a ação conjunta entre os recursos da ferramenta e a prática da monitoria acadêmica contribuíram para um bom andamento da disciplina, resultando em: maior comunicação e proximidade entre discentes, docente e monitora; maior participação e presença nas aulas; visão antecipada por parte da docente e monitora favorecendo a tomada de decisão, bem como a mitigação e o gerenciamento de riscos; Flexibilizações na programação; estímulo à permanência na disciplina; otimização de tempo; destaque de informações importantes; centralização e recuperação de arquivos em diversos formatos; democratização; flexibilizações e proximidade com a realidade discente os quais permitiram um ambiente seguro e inclusivo aos participantes do grupo.

Conclui-se que os objetivos deste relato foram alcançados à medida que se descreveu e divulgou a experiência vivenciada pela aluna-monitora; no intuito de incentivar futuras aplicações, estudos e reflexões sobre a ferramenta *WhatsApp* no ambiente da monitoria acadêmica de ensino superior.

Entende-se também que as temáticas e reflexões pontuadas aqui, não se esgotam, mas merecem aprofundamento em trabalhos futuros; em prol do ensino superior, dos programas de monitoria, da formação de novos docentes e de melhores métodos e ferramentas que facilitem a comunicação entre discentes e docentes.

Além disso, em experiências próximas, será possível lançar mão de instrumentos de coleta de informações (como entrevistas e questionários) para verificar, bem como ampliar os resultados sintetizados até o momento.

Referências

Abreu, D. V. da S. M., Pinheiro, E. A. dos S., Filho, E. P., & Silva, R. Â. da. (2022). Monitoria como estratégia de acolhimento para alunos de administração na educação à distância (EAD). Caderno Organização Sistêmica, Curitiba, 2(1), 40–47. https://www.cadernosuninter.com/index.php/organizacao-sistemica/article/view/2324/1732

Araujo, J. F., & Costa, L. F. (2021). Monitoria acadêmica na disciplina metodologia do trabalho científico no curso de graduação em biblioteconomia da ufpb. Revista folha de rosto; 7(2). https://www.brapci.inf.br/v/164532

Barbosa, V. N., Amorim, R. M., Jesus, P. R. B., Silva, W. P., Silva, R. P., & Costa, C. P. (2023). O uso das tecnologias da informação e comunicação na monitoria acadêmica de enfermagem com base na metodologia ativa. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, *13*, 1–10.https://doi.org/10.19175/recom.v13i0.4971

Cisne , M. A., Ponte , R. M. A., Ponte , A. V. R., Coutinho, C. C. C., Parente , C. C., Caetano , J. V. de M., Fales, L. T. de C. C., Feitosa , L. A. M., Silva , P. V. T. S., Guimarães , R. V. G., Albuquerque , V. M. evangelista R. de, & Ponte , G. M. M. (2024). Monitoria de Farmacologia Clínica: Uma Jornada Além dos Livros. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 6(4), 1347–1359. https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n4p1347-1359

Gonçalves, M. F., Gonçalves, A. M., Fialho, B. F., & Gonçalves, I. M. F. (2021). A importância da monitoria acadêmica no ensino superior. *Revista do PEMO, 3*(1), 1–12. https://doi.org/https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.3757

Malhotra, N. K. (2012). Parte II: Formulação da concepção de pesquisa. In Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada (p. 156). Bookman. https://dokumen.pub/pesquisa-de-marketing-uma-orientaao-aplicada-6nbsped-978-85-407-0062-8.html

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). Observação direta intensiva. In Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M., *Fundamentos de metodologia científica* (5 ed). (pp.190-194). Editora Atlas S. A. https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/discipli

nas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view

Medeiros, L. G. C., & Diniz, A. V. S. (2016, 5 a 7 de outubro). Ensino Superior: a Monitoria como um Programa de Iniciação à Docência. *III Congresso nacional de educação - CONEDU*, 10.https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20935

Mussi, R. F. de F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. de. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional, *17*(48), 60–77. https://doi.org/https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010

Nascimento, M. A. dos R. ., Santos, S. M. da S. ., Silva , T. B. da ., Lima, E. A. de ., Nascimento, I. M. A. L. ., Lima, A. de G. T. ., & Barbosa, L. U. . (2021). Health education monitoring in remote education: An experience report. Research, Society and Development, 10(8), e29110817337. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17337

Oliveira, J. de, & Vosgerau, D. S. R. (2021). Práticas de monitoria acadêmica no contexto brasileiro. *Educação: Teoria e Prática*, 31(64). https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s14492

Oliveira, M. J. S., & Brito, S. F. (2023). Relato de experiência de monitoria no Ensino de Botânica durante a pandemia da COVID-19. Revista Educar Mais, 7, 263–275. https://doi.org/10.15536/reducarmais.7.2023.3096

Pró-reitoria de pós-graduação da Universidade de São Paulo. (s.d). O que é PAE. https://prpg.usp.br/pt-br/pae/o-que-pae

Ruediger, M. A., & Grassi, A. (2023). Consumo de mídias digitais no Brasil: um mapeamento das dietas informacionais e dos usos de plataformas digitais no contexto nacional. (p.15) FGV ECMI. https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/4871b320-f4ce-4636-a472-d9e8deab74db/content

Santos, T. S. P., & Silva, I. S. (2025). A importância da monitoria acadêmica no processo ensino-aprendizagem do monitor. Caderno Pedagógico, 22(5), e14553. https://doi.org/10.54033/cadpedv22n5-024

Silveira, E., & Sales, F. (2016). A importância do Programa de Monitoria no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, 7(1), 131–149. https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7i1p131-149

Valerio, D. R. (2020). Más allá de la mensajería instantánea: whatsapp como una herramienta de mediación y apoyo en la enseñanza de la bibliotecología. Información, cultura y sociedad (argentina), (42). https://www.brapci.inf.br/v/347450

WhatsApp. (s.d). Sobre nós. https://www.whatsapp.com/about/.

Figuras

Figura 1 - Sugestão de roteiro para construção do Relato de Experiência

SEÇÃO DO ARTIGO	ELEMENTOS DA SEÇÃO	PERGUNTA FACILITADORA PARA DESCRIÇÃO.	TIPOS DE CATEGORIAS (DESCRIÇÃO)
Introdução	1. Campo teórico	- Quais são os conceitos chaves do tema? - Qual a importância deste relato? - Por que escrever este relato? -Advoto de qual problema?	Referenciada
	2. Objetivo	Qual o objetivo deste relato?	Informativa
Materiais e Métodos / Procedimentos metodológicos	3. Período temporal	Quando (data)? Quanto tempo (horas, dias ou meses)?	Informativa
	4. Descrição do local	Quais são as características do local e onde fica situado geograficamente (cidade, estado e país)?	Informativa
	5. Eixo da experiência	Do que se trata a experiência?	Informativa
	6. Caracterização da atividade relatada	Como a atividade foi desenvolvida?	Informativa
	7. Tipo da vivência	Qual foi o tipo da intervenção realizada?	Informativa
	8. Público da ação interventiva	Qual o perfil ou característica destas pessoas?	Informativa
	9. Recursos	O que foi usado como material na intervenção?	Informativa
	10. Ação	O que foi feito? E como foi feito?	Referenciada
	11. Instrumentos	Quais foram as formas e materiais utilizados para coletar as informações?	Referenciada
	12. Critérios de análise	Como ocorreu a análise das informações obtidas?	Referenciada
	13. Eticidade	De quais formas houve o cuidado ético?	Informativa
Resultados	14. Resultados	Quais foram os resultados advindo da experiência? Quais foram as principais experiências vivenciadas?	Informativa
Discussão	15. Diálogo entre o relato e a literatura	Quem (na literatura) pode dialogar com minhas informações do relato?	Dialogada
	16. Consentâneo acerca das informações do relato	Quais novos complementares podem ser feito com os dados da experiência?	Dialogada
	17. Análise das informações do RE	Quais reflexões críticas o texto faz? Como os resultados desta experiência podem ser explicados por outros estudos? (artigos, outros RE, dentre outros)	Crítica
	18. Dificuldades	Quais foram os aspectos que dificultaram o processo? (Limitações) O que foi feito perante essas limitações?	Informativa
	19. Potencialidades	Quais foram os aspectos que potencializaram o processo?	Informativa
Considerações finais ou conclusão	20. Finalidade	O intuito do relato foi alcançado?	Informativa
	21. Proposições	Além do que foi realizado, o que mais poderia ser feito?	Informativa
Referências	22. Citação	Quais estudos foram usados para a construção do RE?	Informativa

Fonte:http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso (2021)

DIRETRIZES DE PREPARAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO DE OBJETOS DIGITAIS AUDIOVISUAIS EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Noemi Andreza da Penha 1, Universidade Estadual Paulista, https://orcid.org/0000-0002-3573-8123, Brasil, ***noemiandreza10@gmail.com***

Telma Campanha de Carvalho Madio 2, Universidade Estadual Paulista, https://orcid.org/0000-0002-7031-2371, Brasil, ***telma.madio@unesp.br***

Luiz Antonio Santana da Silva 3, Universidade Federal do Amazonas, https://orcid.org/0000-0001-5080-4603, Brasil, ***luizsantana@ufam.edu.br***

Bruno Henrique Machado 4, Universidade Federal do Rio Grande, https://orcid.org/0000-0002-3034-3122, Brasil, ***machadobrunohenrique@furg.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6759

Eixo: Organização da Informação

Introdução

Na conjuntura política, econômica e sociotécnica contemporânea, apontada como Sociedade da Informação e do Conhecimento (Mattelart, 2002; Castells, 2003, 2005), engendrada pelo binômio informação e comunicação, essa nova configuração é estruturada pelo ambiente digital e o uso inerente das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Essas tecnologias se integram em uma gama de bases tecnológicas que possibilitam, a partir de equipamentos, programas e das mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos (FIOCRUZ, 2010). O conceito de Sociedade da Informação e do Conhecimento é utilizado para caracterizar o novo padrão de acumulação capitalista que assume maior relevância e significado a partir dos anos 1990 e, de acordo com Werthein (2000, p. 71), foi usado como substituto do conceito complexo de "sociedade pós-industrial". Assim, as novas formas de comunicação, de informação e modo de vida humanos emergem e exigem novas reflexões e novos aparatos teórico-metodológicos, conforme já pontuava Machado (2000), em se tratando do ambiente digital. Grosso modo, tudo que permeia o ambiente *web* é composto por código/linguagem binária que é usado para representar todos os tipos de dados em computadores e outros dispositivos eletrônicos, incluindo números, letras, símbolos e instruções para o dispositivo executar tarefas específicas (Dicionário Houaiss de Comunicação e Multimídia, 2013). Como apontam Bruno, Cardoso e Kanashiro (2021), os vetores mais contundentes dessas transformações são as tecnologias implicadas na criação e na circulação de imagens digitais: câmeras acopladas a telefones celulares, aplicativos, algoritmos, sensores, sistemas de realidade virtual e de inteligência artificial. Todas essas transformações atravessam o *modus operandi* das organizações (1º, 2º e 3º setores), refletindo em suas ações, atividades e tarefas. Os fluxos informacionais, comunicacionais, isto é, a comunicação administrativa, são embebidos inerentemente pelo processo de transição tecnológica, saindo de uma realidade analógica consolidada para uma realidade instantânea digital que afeta diretamente os procedimentos administrativos, principalmente os registros documentais desses procedimentos. A maioria das informações administrativas, gerenciais, operacionais, organizacionais, etc., de uma instituição no contexto contemporâneo têm sido produzidas, majoritariamente, de forma nativo-digital, seja nos formatos de áudio, imagem, texto, vídeo etc. Nesse contexto, os arquivos audiovisuais, sejam tais conjuntos analógicos ou digitais, são instrumentos fundamentais não apenas para o registro de

informações orgânicas, mas também elementos centrais na construção, evocação e representação da memória institucional, no apoio a estratégias de resistência e valorização das memórias locais diante de ameaças ambientais e socioculturais, como pontua (Edmondson, 2017). Isso implica compreender que os documentos audiovisuais, após cumprirem sua função probatória – ou seja, após deixarem de ser registros de atos administrativos, contratuais ou operacionais de uma organização, podem adquirir valores secundários, de pesquisa e informativos. Desse modo, torna-se imprescindível pensar em estratégias arquivísticas que garantam sua permanência, assegurando o acesso no ambiente digital, de forma adequada.

Assim, para essa abordagem neste trabalho, parte-se da prerrogativa do ambiente digital - (espaço composto por linguagem binária) e do pressuposto da gestão e acesso dos objetos digitais em formato de vídeo. Dentro dessa perspectiva, um objeto digital pode ser definido como "unidade de informação em formato digital composta de uma ou mais cadeias de *bits* e de metadados que a identificam e descrevem suas propriedades" (Brasil, 2020 a, p. 37). No que tange à organização prévia desses objetos digitais, esse processo deveria se dar pela aplicabilidade dos instrumentos de gestão documental, responsáveis pela organização, classificação e descrição arquivística desses objetos digitais em formato de vídeo.

Nestes termos, a definição mais aceita de audiovisual é qualquer material, comunicação, mensagem, recurso, método etc. que busca estimular, simultaneamente, a audição e a visão (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2025). A especificidade de ter som e elementos visuais em um mesmo documento traz particularidades no momento de seu tratamento técnico, pois temos que ter um entendimento maior de todos os seus componentes. De acordo com a Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais (IASA, 2017), os documentos arquivísticos contêm vários tipos de informação que podem ser primária ou secundária. No caso dos audiovisuais arquivísticos, as primárias são o conteúdo audível ou visível, ou seja, os sinais capturados de som e imagem. As informações secundárias desempenham um papel contextual ou de depoimento em relação à informação primária.

> [...] desempenham um papel contextual ou depoimento em relação à informação primária. Isso pode incluir, por exemplo, a informação sobre os conteúdos (escrita talvez sobre um suporte físico), a informação sobre o próprio suporte, ou no caso de vídeo, o timecode embutido na própria faixa do vídeo. (IASA, 2017, p. 6)

Dessa forma, todos esses elementos, informações primárias e secundárias, devem ser identificados na produção e nas etapas posteriores do tratamento documental. Dessa maneira, emerge o questionamento: Mas como garantir que essas informações não se percam, e, estejam disponíveis continuamente para pesquisas futuras? Assim, partindo dessas premissas, este trabalho se debruça sobre a seguinte etapa: a preparação desses objetos digitais para inserção em plataformas digitais destinadas ao acesso, uso e difusão desses conjuntos arquivísticos documentais. Sendo assim, o problema de pesquisa proposto neste estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: como preparar objetos digitais em formato de vídeo dentro dos padrões arquivísticos para disponibilização e acesso em plataformas digitais? A partir do problema identificado, estabelece-se como objetivo geral abordar a preparação de objetos digitais em formato de vídeo para acesso em plataformas digitais, compreendendo essa preparação como um conjunto de procedimentos técnicos e conceituais alinhados aos princípios da Arquivologia. Para alcançar esse objetivo geral, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar o documento audiovisual, considerando suas particularidades enquanto objeto digital e informacional; 2) Mapear em algumas instituições brasileiras os requisitos mínimos para a preparação de objetos digitais em formato de vídeo, com foco no detalhamento dos metadados; 3) Pontuar a necessidade das instituições proporem diretrizes e estabelecer intercâmbio interinstitucional de informações técnicas para a implementação do acesso aos

objetos digitais em formato de vídeo em plataformas digitais. Por isso, a relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade crescente de adequação dos objetos digitais em formato de vídeo às exigências técnicas e conceituais das plataformas digitais, assegurando não apenas o acesso, mas as informações intrínsecas e extrínsecas a estes documentos. Observa-se, que o formato de vídeo nas plataformas digitais é no formato de acesso, compreendido como "documento digital convertido para fins de acesso, podendo ser diferente daquele definido para fins de preservação." (Brasil, 2016, p. 30).

No campo da Ciência da Informação, da Arquivologia e do Audiovisual, essa discussão contribui para o avanço teórico e prático das estratégias de gestão documental e difusão da informação, especialmente em um contexto em que a digitalização, a inserção de metadados, a produção e a disponibilização dos documentos em ambientes digitais são cada vez mais recorrentes e inerentes nos contextos institucionais plurais.

Quando são implementadas as estratégias de gestão documental, especialmente quando se refere à classificação dos documentos e à avaliação de documentos. A classificação de documentos identifica e agrupa os documentos de arquivo produzidos e acumulados pelo órgão, seguindo o princípio da proveniência e o contexto orgânico, bem como as funções e atividades. E a avaliação de documentos refere-se à atribuição de valor aos documentos e destinação final, sendo recolhido ao arquivo (documentos analógicos) ou repositório institucional (documentos digitais) os documentos que já cumpriram os prazos legais e possuem um caráter permanente (valor secundário e informativo). E neste contexto de gestão documental, resulta na elaboração do plano de classificação e tabela de temporalidade, que reúnem informações que acompanham os documentos, portanto, os metadados primordiais para recuperação da informação na plataforma digital. O texto, em última análise, busca apresentar à discussão uma perspectiva necessária para a adequação dos objetos digitais em formato de vídeo disponibilizados nas plataformas digitais, cuja presença, nas instituições plurais, se faz presente. Ademais, o texto não tem a pretensão de encerrar as discussões a respeito do tema, porém busca contribuir para novas reflexões e debates sobre a temática.

Referencial Teórico

A fotografia, de acordo com Machado (2000), é a base tecnológica, conceitual e ideológica de todas as mídias contemporâneas (...) e, por essa razão, compreendê-la, defini-la é um pouco também compreender e definir as estratégias semióticas, os modelos de construção e percepção, as estruturas de sustentação de toda a produção contemporânea de signos visuais e auditivos, sobretudo daquela que se faz por meio de mediação técnica. O que essa afirmação contundente quer dizer ao campo do saber e do fazer da Ciência da Informação e da Ciência da Comunicação? Talvez seja uma resposta um tanto quanto desafiadora de responder, mas o que se nota de forma cabal é o chamamento posto às áreas em questão, aos seus profissionais e aos seus processos, uma vez que ambos envolvidos nesse novo meandro paradigmático estão sob a égide do aparato tecnológico, conceitual da imagem e do ambiente digital. Por isso, faz-se necessário retomar Walter Benjamin (1931 e 1934) - que discutiu teoricamente em seus ensaios o uso da fotografia e o momento em que surgiu na sociedade (1839 oficialmente) - o filósofo da Escola de Frankfurt traça o caminho do desenvolvimento dessa técnica, seus principais representantes, seus usos e seus efeitos no contexto social, político e ideológico. Ainda, Benjamin (1994) faz questão de destacar a fotografia e o cinema como os meios técnicos, massivos, mais representativos do real e objetivos na reprodução da realidade e as consequências do uso desses para a sociedade.

Já com o advento do novo paradigma imagético, isto é, a imagem digital que é uma evolução da técnica fotográfica, atrelado ao desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, a produção, uso e circulação das informações através dos diversos meios de comunicação tornou-se mais latente, dinâmica e veloz. "A imagem, presente e percebida desde a Antiguidade, é agora redescoberta e publicizada pelos suportes

tecnológicos" (Souza, 2001, p. 10). A facilidade com que os indivíduos, os grupos sociais, as organizações, dentre outros atores sociais, produzem, usam, compartilham conteúdos midiáticos digitais, tendo a imagem digital como insumo, é sobremaneira impactante. Santaella (2007) pontua que o mundo da produção da imagem é dividido em três paradigmas: Pré-fotográfico, Fotográfico e Pós-fotográfico. As pinturas, desenhos e gravuras pertencem ao paradigma pré-fotográfico; a fotografia, cinema, televisão, vídeo pertencem ao paradigma fotográfico, pois derivam da técnica fotográfica; (imagens tecnológicas); e as imagens voláteis ou digitais pertencem ao paradigma pós-fotográfico. Nesse sentido, de acordo com Schaeffer (1996, p. 13), "a identidade da imagem só pode ser captada partindo de sua gênese". Ora, conforme muda o dispositivo e o modo de produção da imagem, quer dizer, conforme muda sua morfogênese, muda também seu regime de visualidade, muda sua natureza e a maneira pela qual ela nos dá a conhecer a realidade. Mais do que isso, cada nova tecnologia da imagem nos obriga a repensar o estatuto do próprio conhecimento (Santaella, 2007, p. 353). Agora, destaca Machado (2000), o processamento digital e a modelação direta da imagem no computador colocam novos problemas e nos fazem olhar retrospectivamente, no sentido de rever as explicações que até então sustentavam nossas práticas e teorias. Logo, estabelecer novos paradigmas sobre o contexto digital e suas imbricações se torna necessário, pois, sem essa compreensão baseada em uma análise pregressa, é, de certa forma, criar sedimentos arenosos para sustentação do arcabouço teórico-metodológico das áreas do conhecimento científico.

Mediante o avanço, desenvolvimento e uso das TDIC, principalmente no âmbito institucional, para desempenho de suas atividades, as instituições têm se cercado cada vez mais da tecnologia digital, tendo em vista a transformação dos processos operacionais. Desse modo, grande parte da produção documental institucional, resultante dessas atividades, têm sido nativa digital. Para compreensão dessa abordagem, considera-se arquivo,

> [...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991).

Logo, entendemos que os documentos produzidos em ambiente digital, seja em formato de texto, áudio, imagem, vídeo, isto é, independentemente do suporte da informação, são documentos de arquivos e, por isso, carecem da inserção nos programas e processos de gestão documental, tendo em vista tais especificidades. Entre os diferentes gêneros documentais que devem ser contemplados pelo processo de gestão documental no âmbito digital

> [...] encontra-se o audiovisual, que possui características e complexidade muito particulares. Em comparação aos documentos tradicionais em papel, os documentos audiovisuais são mais vulneráveis a danos causados por manuseio inadequado, equipamentos mal conservados e armazenamento precário (Buarque, Machado & Pontes, 2020, p.733).

Para tanto, a gestão de documentos pode ser definida

> [...] como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991).

Para promover o acesso e a difusão dos documentos de seus acervos às instituições, estabeleceram diálogos com outros campos do conhecimento para disseminação de informação e dos documentos, que visem à acessibilidade, transparência para atingir determinado público, além de proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por

meio de vários canais de comunicação, conforme Rockembach (2015), principalmente com aportes interdisciplinares entre a Ciência da Computação, Ciência da Informação, Biblioteconomia e Comunicação. Retomando, observa-se que o uso das plataformas digitais têm impulsionado estratégias voltadas à garantia de acesso aos documentos e informações pelos usuários dos sistemas de informação em arquivos, visando atender às demandas de pesquisa. Essa prática contribui significativamente para que o serviço arquivístico esteja disponível para a sociedade, fortalecendo a disseminação da informação e o cumprimento da função social dos arquivos.

A literatura arquivística aborda a difusão, como a disseminação de informação e o acesso aos documentos, dados e informações. O acesso diz respeito à possibilidade de consultar documentos existentes no acervo, que pode ocorrer por demanda do usuário da informação utilizando o serviço de arquivo para acessá-los, caso não haja nenhuma restrição de acesso. Outra forma de acesso pode ser pelas plataformas digitais, catálogos, inventários, listagens, índices. O acesso por meio da plataforma digital pode possibilitar a visualização dos documentos digitalizados (representante digital), geralmente em baixa resolução. Caso o usuário precise do objeto digital em alta resolução, tem que entrar em contato com a instituição para solicitá-lo. Este tipo de serviço pode ser pago ou gratuito, isto vai depender de diretrizes internas de cada instituição, que será explicitado no sítio na descrição dos serviços oferecidos para a população.

Na literatura arquivística brasileira, o acesso é frequentemente compreendido como uma ação integrante da difusão em arquivos, onde as estratégias e ferramentas voltadas a promover, ampliar e facilitar o acesso são desenvolvidas. Rockembach (2015) afirma que,

> [...] a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem à acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (Rockembach, 2015, p. 113).

A difusão e acesso em arquivos são conceitos interligados, mas não são sinônimos, portanto cada um possui objetivos e estratégias distintas, embora complementares. O acesso refere-se à consulta aos documentos e informações. Já a difusão estabelece o conjunto de estratégias para promover, estimular e facilitar o acesso. Na perspectiva de Sousa, Vitoriano e Penha (2024), a difusão em arquivos deve agregar outros conhecimentos e saberes para inclusão social.

> Ao considerar a abordagem pós-custodial, compreende-se que a discussão sobre difusão em Arquivos não deve ser regrada exclusivamente pelas dimensões técnicas arquivísticas, as aplicações de métodos da Administração ou do Marketing que tratam os usuários como consumidor de um produto/serviço ou a emergência do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para difundir o acervo e ampliar a quantidade de usuários dos arquivos, mas também conjecturar sobre o papel da difusão frente às funções sociais dos Arquivos, principalmente se utilizando das ações educativas e culturais como mecanismos de inclusão e de propagação dos valores de direitos humanos (Sousa, Vitoriano & Penha, 2024, p 1200).

A plataforma digital como ferramenta tecnológica para o acesso deve seguir as escolhas apontadas pela política de gestão e preservação, onde precisa articular os aspectos técnicos, operacionais e organizacionais, garantindo a autenticidade, confiabilidade, acessibilidade e a preservação ao longo do ciclo vital dos documentos, sobretudo dos documentos no ambiente digital.

Nesse sentido, a plataforma digital é compreendida como "a tecnologia fundamental que se assenta em um sistema de computador" (Dicionário Houaiss de Comunicação e Multimídia, 2013, p. 432). Neste contexto, as diretrizes e decisões visam estabelecer os planos de ação para o desenvolvimento das metas e objetivos institucionais, seguindo procedimentos e normas, incluindo a preparação do conjunto documental para acesso aos objetos digitais em formato de vídeo, por meio dos repositórios digitais, que se configura em uma

> Plataforma tecnológica que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos. (CONARQ, 2014).

Desta forma, a plataforma digital realiza o gerenciamento dos objetos digitais para armazenar, descrever e permitir o acesso remoto, porém não pode ser denominado um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), que se caracteriza por ser uma plataforma tecnológica estruturada com políticas institucionais para preservação digital, estabelecendo os parâmetros para garantir a autenticidade, integridade, confiabilidade, acesso e preservação. O RDC-Arq recebe, armazena, preserva e promove o acesso aos documentos de arquivo. Pode também ser interoperável com o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD),

> É uma solução informatizada que visa o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos. Pode compreender um software particular ou um determinado número de softwares integrados (e-ARQ Brasil, 2022, p. 20).

O SIGAD deve estar em consonância com a gestão documental, garantindo a cadeia de custódia dos documentos, bem como manter a relação orgânica dos documentos de arquivo. Schellenberg (2006) apresenta o conceito e teoria do ciclo vital dos documentos, que refere-se aos documentos de arquivo divididos em três fases: a) fase corrente (documentos de uso frequente no dia a dia da organização e armazenados junto ao produtor do documento), b) fase intermediária (documentos com uso reduzido, que são guardados por razões administrativas, legais ou financeiras e aguardam o cumprimento dos prazos para destinação final) e c) fase permanente (documentos de guarda definitiva com valor secundário). Em relação à preparação dos arquivos, uma das etapas é a inserção de metadados, que se torna atividade essencial. Entende-se por metadados,

> [...] dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo (e-ARQ Brasil, 2022, p. 213).

Os metadados podem ser classificados em descritivos, técnicos (ou estruturais) e administrativos. Os técnicos são as informações que descrevem as características técnicas de um objeto digital, como: 1) formato, 2) tamanho, 3) data de criação e 4) software. Já os metadados administrativos são informações que descrevem o contexto administrativo de um documento, como: o processo de produção, tramitação e responsabilidades. (e-ARQ Brasil, 2022). Os metadados descritivos, segundo Sayão (2010, p. 5), são a face mais conhecida dos metadados, são eles que descrevem um recurso com o propósito de descoberta e identificação. A Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional preconiza um número mínimo de metadados descritivos: 1) autor; 2) destinatário; 3) produtor; 4) data de criação; 5)

data de recebimento; 6) âmbito e conteúdo; 7) código de referência original; 8) título e 9) dimensão. (Brasil, 2016, p. 17). Os três tipos de metadados são obrigatórios.

Portanto, os metadados são termos que possuem uma "relação orgânica" e indexadores produzidos tanto na gestão quanto na descrição, permitindo a recuperação da informação.

Para definição dos metadados, existem dispositivos normativos, como, por exemplo, a Norma ABNT NBR ISO 23081-1:2019 – Metadados para documentos de arquivo – Parte 1: Princípios, a Norma ABNT NBR ISO 23081-2:2020 – Gerenciamento de metadados para documentos de arquivo – Parte 2: Problemas conceituais e implementação, visando atender essa demanda específica. Deste modo, entendemos que os objetos digitais, nomenclatura técnica dada à produção documental em ambiente digital, devem ser passíveis de princípios e técnicas da gestão documental, resguardadas suas especificidades técnicas. Sendo assim, os objetos digitais em formato de vídeo, a saber, aquele formato de arquivo específico no qual um vídeo gravado (áudio e imagem) deve apresentar todas as informações associadas e armazenadas, inclusive os metadados, pois detêm caráter arquivístico por serem produtos de atividades administrativas, institucionais. Contudo, antes de abordar as especificidades dos formatos de vídeo digital e suas características, faz-se importante estabelecer pontos conceituais e técnicos sobre o vídeo digital, de acordo com LBK (2025):

- **Vídeo Digital:** é um tipo de mídia que consiste em imagens em movimento e som que são codificados em formato digital. Isso significa que as informações visuais e sonoras são convertidas em dados binários, que podem ser armazenados, transmitidos e reproduzidos por dispositivos eletrônicos.
- **Formatos:** existem diversos formatos de vídeo digital, sendo os mais comuns o MP4 (*MPEG-4 Part 14*), AVI (*Audio Video Interleaved*), MOV (*QuickTime File Format*) e WMV *(Windows Media Video).* Cada formato possui características específicas em relação à qualidade de imagem, tamanho do arquivo e compatibilidade com diferentes dispositivos.
- **Produção:** a produção de vídeos digitais envolve a captação de imagens e áudio por meio de câmeras e microfones digitais, a edição do material bruto em *softwares* específicos e a exportação do produto final em um formato digital adequado.
- **Transmissão:** os vídeos digitais podem ser transmitidos pela internet, por meio de plataformas de *streaming*, redes sociais, sites e aplicativos. Eles também podem ser armazenados em dispositivos de armazenamento, como discos rígidos, pendrives e cartões de memória.
- **Aplicações:** o vídeo digital é amplamente utilizado em diversas áreas, como entretenimento, educação, comunicação, publicidade e marketing. Ele pode ser utilizado para transmitir informações, contar histórias, ensinar conceitos, promover produtos e serviços, entre outras finalidades.
- **Vantagens:** as principais vantagens do vídeo digital incluem a facilidade de produção e distribuição, a possibilidade de alcance de um grande público, a interatividade com os espectadores, a possibilidade de mensuração de resultados e o baixo custo em comparação com outras formas de mídia.
- **Desafios:** apesar das vantagens, a produção de vídeos digitais também apresenta desafios, como a necessidade de equipamentos e softwares específicos, a competição acirrada por atenção do público, a constante evolução tecnológica e a necessidade de se adaptar às preferências e comportamentos dos espectadores.
- **Tendências:** algumas tendências atuais no mercado de vídeo digital incluem o aumento do consumo de vídeos em dispositivos móveis, a popularização de vídeos ao vivo, a utilização de realidade virtual e aumentada em

vídeos, a personalização de conteúdo e a integração de vídeos em estratégias de marketing digital.

Mesmo em meio a tantas características, usos e especificidades, existe um consenso para os formatos, ou extensão de vídeo digital, mais comuns e adequados para plataformas digitais, de acordo com a Adobe (2025), Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (2019), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2017), sendo eles: o MP4 (*MPEG-4 Part 14*), MOV (*QuickTime File Format*), AVI (*Audio Video Interleaved*), WMV (*Windows Media Video*), FLV (*Flash Video File*) e MKV (*Matroska Video File*). Dentre esses, o MP4 é geralmente recomendado por ser o mais acessível, versátil e compatível com diversas plataformas de *streaming*, além de oferecer um bom equilíbrio entre qualidade e tamanho de arquivo. Tais características são inerentes aos objetos digitais, sejam os natos digitais, ou aos representantes digitais, documentos analógicos que passaram pelo processo de digitalização (Brasil, 2020).

Destaca-se que, para ser um objeto digital de alta qualidade, deve preservar maior fidelidade à imagem e ao som original, apresentando maior resolução, resultando em vídeos mais nítidos, portanto com melhor definição de cores e som. Em contrapartida, eles ocupam mais espaço. Já um objeto digital em baixa qualidade apresenta uma resolução reduzida, o que pode acarretar perda de detalhes visuais, distorções na imagem e áudio. São arquivos menores, otimizados para carregamento rápido. A escolha entre a alta e baixa qualidade depende do objetivo do uso, sendo a alta qualidade preferida para preservação e a baixa para distribuição rápida e acessível.

Embora encontre-se em algumas políticas de gestão e preservação, bem como nos atos normativos de instituições arquivísticas no contexto brasileiro, não há uma diretriz clara e declaratória que define o formato adequado para o acesso, ficando cada uma responsável pelo formato que melhor atenda aos seus objetivos e funções. Ainda a respeito dos formatos de vídeo, a política de preservação do Arquivo Nacional apresenta um quadro com as seguintes especificações: tipo de documento, formato original, formato de preservação e formato de acesso. Para os compostos por linguagem audiovisual, os formatos originais identificados são AVI (*Audio Video Interleave*); MOB (*Mobipocket*); MOV (*QuickTime File Format*); MPEG (*Moving Picture Experts Group*); MPEG4; WMV (*Windows Media Video*); OGG (*Ogg Vorbis Compressed Audio File*); OGA (*Ogg Vorbis Audio*) e MKV (*Matroska Video File*), o formato de preservação é o MOV e formato de acesso MPEG-2. (Brasil, 2016, p. 27). A plataforma digital definida pelo Arquivo Nacional para acesso é o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

A ausência de uma orientação norteadora pode gerar dificuldade na padronização e acesso nas plataformas digitais. Neste viés, foi possível notar que o Arquivo Nacional, em sua política de preservação, menciona o formato para documentos audiovisuais, indicando o uso do *QuickTime File Format* (MOV) para fins de acesso. Essa referência demonstra uma preocupação com a acessibilidade dos objetos digitais em sua plataforma digital. No entanto, observa-se que não há um padrão referencial em normativas que estabeleça diretrizes gerais para determinadas plataformas digitais ou mesmo conversão para formatos abertos e não proprietários. Portanto, é fundamental que as plataformas digitais adotem o uso de

formatos não proprietários para garantir acessibilidade. Os formatos abertos permitem que os arquivos possam ser acessados, independentemente de fornecedores de tecnologias, o que reduz o risco de obsolescência e perda de informação. Além disso, o uso de formatos abertos democratiza o acesso à informação.

As plataformas digitais também têm sido frequentemente utilizadas pelas instituições para promover acesso ágil às informações, uma vez que o princípio da transparência pública e o acesso à informação são direitos dos cidadãos garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988, expresso no artigo 5º, inciso XXXIII, onde diz que:

> [...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988).

Importante ressaltar que, antes do uso das plataformas digitais, o acesso às informações e aos documentos era garantido e acontecia por meio de divulgação dos instrumentos de pesquisa e pelo atendimento presencial nas instituições, resguardando o direito constitucional dos cidadãos. Posteriormente, a Lei de Arquivos, nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, menciona o acesso e o sigilo dos documentos públicos (foi revogada e é objeto da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 de 2011) e acesso aos arquivos privados, mediante autorização de seu proprietário ou possuidor. Já a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 de 2011, dispõe sobre o direito de acesso à informação nos órgãos públicos e diz que o acesso à informação, dados e documentos deve possuir uma linguagem clara e de fácil compreensão, além da transparência na administração pública. Porém, neste artigo, buscou-se conhecer quais são os procedimentos técnicos adotados por instituições, visando garantir o acesso aos objetos digitais em formato de vídeo, após o tratamento técnico, tornando-os disponíveis para a sociedade, caso não tenha sigilo ou restrição de acesso (direitos de imagem, de uso etc.).

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa possui natureza qualitativa e, quanto ao tipo, caracteriza-se como exploratória e descritiva. De acordo com Severino (2017), esse modelo de pesquisa permite a sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise para a compreensão do problema de pesquisa. Como ferramenta para coletas de dados, foi utilizado questionário de pesquisa, com perguntas semi-abertas, visando coletar informações de instituições brasileiras que trabalham com a disponibilização e acesso de objetos digitais em formato de vídeo em suas plataformas de acesso. É necessário pontuar que o objetivo do formulário não é realizar uma análise comparativa, mas apenas coletar informações sobre o processo de preparação de objetos digitais em formato de vídeo. Para tanto, foi feito uso da técnica de análise interpretativa para a compreensão objetiva das informações coletadas, problematizando o texto lido para obter uma posição pessoal, conforme pensamento de Prodanov e Freitas (2013, p. 145).

Dessa maneira, no dia 03 de julho de 2025, foi encaminhado via e-mail, grupos de *WhatsApp*, grupos de discussões, um questionário produzido no *Google Forms*, direcionado ao público de interesse: instituições que detêm acervos audiovisuais, profissionais e pesquisadores do audiovisual, da preservação, seja no âmbito arquivístico, cinematográfico, emissoras de televisão, para preenchimento até o dia 10 de julho do mesmo ano, com sete perguntas, a saber:

1- Informe o nome da sua instituição?

2- Qual *software* é utilizado para o acesso do audiovisual?

3- Quais extensões são usadas para o acesso do audiovisual?

4- Os documentos audiovisuais disponibilizados pelo software estão em alta ou baixa resolução?

5- Qual o padrão dos metadados utilizados para a descrição do audiovisual?

6- Quais foram os parâmetros teóricos para definição do uso das extensões e metadados?

7- A instituição possui vocabulário controlado?

Das instituições selecionadas para pesquisa, apenas duas responderam às perguntas, porém optou-se por não as identificar, sendo nomeadas como instituição A e B. Esta decisão visa não comprometer a instituição durante a análise dos dados e procedimentos de acesso do acervo, promovendo a discussão sobre o tema proposto nesta pesquisa de preparação e disponibilização dos objetos digitais em formato de vídeo.

Resultados Finais

Como resultados alcançados, mediante a aplicação do formulário de pesquisa e as reflexões teóricas, obtivemos os seguintes resultados que convergem com a proposta desta pesquisa:

A instituição A apresentou um detalhamento em relação aos procedimentos e fundamentos para preparação para promover o acesso em repositório digital, utilizando o Digital Space (DSPACE, *software* livre e de código aberto), conhecido como Repositório ARCA e o Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde (BRAVS). Para o acesso aos objetos digitais em formato de vídeo utilizados, a extensão em H264 é um padrão de compressão de vídeo de alta qualidade e considerada a matriz, já a extensão em MP4 é a compressão do vídeo, reduzindo a qualidade, considerada uma derivada de acesso, sendo usada para acesso online em plataformas. A respeito da disponibilização dos objetos digitais para visualização na plataforma digital, aderiram ao arquivo em baixa resolução e para disponibilização (download) é em alta resolução.

Em relação aos metadados para descrição dos objetos digitais em formato de vídeo, é o *Dublin Core*[1], complementado pelo padrão *Encoded Archival Description* (EAD), utilizado para a codificação de instrumentos de descrição documental arquivística, ou seja, um padrão para inventário de arquivos. Os parâmetros para preparação dos objetos digitais em formato de vídeo na plataforma de acesso seguem a Norma ISO 14721:2012, que define o modelo de referência para um sistema de informação arquivística aberto OAIS (*Open Archival Information System*). E, por fim, a instituição A possui vocabulário controlado.

A instituição B faz uso do repositório digital *Visualization in Real-Time* ou *Visual Artist* (VIZRT, código fechado-proprietário), que atua na produção, gerenciamento e distribuição de empresas de mídia digital, portanto, utilizado por empresas privadas. A extensão *Material Exchange Format* (MXF) é um padrão de vídeo usado em produção profissional, considerado um arquivo de alta qualidade. Já a definição dos metadados para descrição dos documentos audiovisuais está em fase de estudo para padronização. Em relação aos parâmetros teóricos, mencionam que fazem uso dos princípios arquivísticos e do uso cotidiano, além disso possuem vocabulário controlado.

Em síntese, a instituição A se destaca pela aplicação dos padrões reconhecidos e consolidados para preparação dos documentos audiovisuais, envolvendo a descrição e acesso, enquanto a instituição B atua de forma pragmática e flexível, se adaptando às demandas da comunidade de usuários. Ambas demonstram preocupação com o vocabulário controlado e com a organização da informação, embora em estágios distintos, uma já implementada e outra em elaboração. A instituição A utiliza a extensão MP4 como formato de vídeo para acesso, a sua escolha contribui para o uso e reprodução dos objetos digitais. Por outro lado, a instituição B faz uso do formato proprietário, o que significa que seu acesso e manipulação podem depender de softwares específicos que suportam esse padrão. Essa característica pode limitar o acesso aos arquivos e informações.

Destaca-se que, para garantir o acesso contínuo dos vídeos, é necessário utilizar

programas que realizem a leitura e conversão dos arquivos em formato aberto e não proprietário. Essa prática ajuda a evitar problemas de obsolescência tecnológica e assegura maior autonomia no acesso aos objetos digitais, alinhando-se às práticas de preservação e garantia de acesso a longo prazo. A decisão de disponibilizar os objetos digitais em baixa resolução pela instituição A permite que o usuário tenha acesso ao conteúdo audiovisual de forma rápida, facilitando a visualização e o compartilhamento dos documentos audiovisuais.

O acesso aos objetos digitais em formato de vídeo dependerá sempre do compromisso que a plataforma, onde estão inseridos, assume, ou seja, compromisso com os princípios institucionais, organizacionais, técnicos e com as necessidades do público que tem relação direta e indireta com as instituições.

Porém, a especificidade e a profusão de etapas na produção deste documento propiciam um detalhamento pormenorizado que, na maioria das vezes, não é compartilhado. Torna-se relevante a disponibilização mínima das informações - organizacionais, técnicas e legais - para garantir suas características arquivísticas. Percebe-se que há uma urgência nas discussões e consensos para a padronização de campos para acesso de objetos digitais em formato de vídeo, ainda que pesem as especificidades das instituições de guarda.

Considerações Finais

Este trabalho destacou a importância da preparação dos objetos digitais em formato de vídeo, especialmente no que tange à gestão documental em ambientes digitais, visando sua inserção em plataformas digitais de acesso. A natureza complexa do vídeo — que envolve imagem, som, metadados e, muitas vezes, contextos institucionais específicos — requer um tratamento técnico que transcende a simples descrição temática. Destacamos que a preparação e disponibilização de objetos digitais em plataformas digitais requer diretrizes que contemplem tanto o aspecto técnico, quanto os princípios arquivísticos, incluindo o acesso aos objetos digitais em formato de vídeo. A partir da análise das instituições pesquisadas, entende-se que o uso de plataforma digital é um recurso tecnológico que organiza, armazena e disponibiliza documentos para acesso. Outro aspecto observado sobre as plataformas digitais foi o fato de uma das instituições adotar uma plataforma com código fechado de empresa privada norueguesa, portanto fora do território brasileiro, o que implica uma certa vulnerabilidade e dependência de contratos, consequentemente de recurso financeiro para execução deste serviço e sua manutenção ao longo do tempo.

Observa-se o uso de plataformas para acesso ao acervo nas instituições estudadas, buscando os padrões estabelecidos pela Arquivística, seguindo as normas e padrões para plataformas digitais. Foi possível perceber que as instituições analisadas realizaram estudos para padronização dos metadados, vocabulário controlado e definição de formatos para viabilizar o acesso aos objetos digitais em formato de vídeo, de acordo com suas necessidades e padrões. A democratização do acesso aos documentos em plataforma digital é um passo fundamental para garantir o direito à informação e à memória coletiva. Ao disponibilizar conteúdo em formato de vídeo de maneira padronizada e acessível, independentemente das especificidades de cada instituição, amplia-se o alcance de diversos públicos, promovendo inclusão social. Essa padronização não apenas facilita a interoperabilidade entre sistemas e acervos, mas também assegura que usuários possam acessar e utilizar os objetos digitais disponíveis. Assim, as plataformas digitais tornam-se ferramentas para o acesso e difusão do acervo.

Portanto, a preparação adequada e o intercâmbio interinstitucional de informações sobre esse processo garantem não só a qualidade técnica destes documentos, mas também a especificação do contexto original, sua organização, descrição e padronização necessárias para sua inserção em plataformas digitais, respeitando princípios arquivísticos, necessidades institucionais e demais critérios indispensáveis ao âmbito digital. Por fim, assume-se que os resultados obtidos não representam uma totalidade das instituições

detentoras de acervos audiovisuais brasileiros, porém, são apresentadas novas agendas de pesquisa, tais como o estudo e o compartilhamento dos padrões dos metadados utilizados para a difusão, as metodologias utilizadas para a elaboração de vocabulários controlados, a elaboração de ontologias, e também a utilização promissora da inteligência artificial para impulsionar a difusão.

Referências

Livros

Arquivo Nacional (Brasil) (2016). *Política de preservação digital: versão 2*. http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2019). *Informação e documentação — Gestão de documento*s — Parte 1: Princípios (ISO 23081-1). Rio de Janeiro: ABNT.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2020). *Informação e documentação — Gestão de documentos* — Parte 2: Diretrizes (ISO 23081-2). Rio de Janeiro: ABNT.

Benjamin, W. (1994). *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade.* Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE. (2020a). *Glossário* (versão 8.0). Rio de Janeiro: CONARQ. https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. (2020 b acesso em 16/07/2025). *Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014: Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR*. https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (2022). e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1 MB). – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional. https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf

Bruno, F. Cardoso, B. (Org.) Kanashiro, M (Org.); Albuquerque, L. S. G (Org.) (2018). *Tecnopolíticas da vigilância:* perspectivas da margem. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial - Coleção Estado de Sítio. v. 1. 422p

Edmondson, R. (2017). *Arquivística audiovisual: filosofia e princípios* (C. R. R. de Souza, Trad.). UNESCO.

Machado, A. (2000). A televisão levada a sério. São Paulo: Editora SENAC.

Mattelart, A. (2002). História da Sociedade da Informação. SP. Loyola.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2ª ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

Santaella, L. (2007). *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. Paulus

Schaeffer, J. M. (1996). *A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico*. Campinas: Papirus.

Schellenberg, T. R. (2006). *Arquivos modernos: Princípios e técnicas* (6ª ed., Trad. N. T. Soares). Editora FGV.

Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.

Souza, M. W. (2001). *Novas linguagens*. São Paulo: Editora Salesiana.

Capítulo de Livro

Castells. M. (2005). A sociedade em rede do conhecimento à política. In: Castells, M., Cardoso, G. (Orgs). A sociedade em rede do conhecimento à açção política. Imprensa Nacional: Casa da Moeda.

Castells, M. (2003). Internet e sociedade em rede. In: Moraes, D. de (org.). Por uma outra comunicação. Rio: Record. p. 255-287.

Artigos de Revistas

Buarque, M. D., Machado, J. G. N., & Pontes, E. B. (2020). Plano de Preservação Digital da VideoSaúde: estratégias para a gestão de documentos audiovisuais. *RECIIS*, 14(3). https://doi.org/10.29397/reciis.v14i3.2100

Rockembach, M. (2015). Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, 4, 1. https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41739

Sayão, L. F. (2010)**.** *Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital*. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, *15*(30), 1–20. https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Uma%20outra%20face%20dos%20metadados.pdf

Sousa, A. & Vitoriano, M. & Penha, N. (2024). *Ação educativa e cultural para propagação dos valores* de direitos humanos: entre a difusão documental e a ampliação da representação social dos arquivos. Lisboa: Diálogos na Ciência da Informação.

Werthein. J. (2000). A sociedade da informação e seus desafios. Ciência da Informação, Brasília, 29, (2), 71-77. https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf.

Teses e Dissertações

Grácio, J. C. A. (2002). Metadados para a descrição de recursos da Internet: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Universidade Estadual Paulista.

Ambiente Web

Adobe. (2025). *Noções básicas sobre formatos de arquivos de vídeo e codecs*. https://www.adobe.com/pt/creativecloud/video/discover/best-video-format.html

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1991). *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991: Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados*. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm

Brasil. Presidência da República. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/

Brasil. Arquivo Nacional. (2016). *Política de preservação digital: versão 2*. http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf

Brasil, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2017). *Rede Cariniana: Lista de formatos preservados*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. https://cariniana.ibict.br/listas-2/

Fiocruz. (2025). *Glossário de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz, 2010. Recuperado em 16 de junho de 2025, de https://www.tdics.epsjv.fiocruz.br/

Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Programa de preservação digital de acervos da Fiocruz*. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44220/4/prog_preservacao_digital_acervos_fiocruz.pdf

Instituto Antônio Houaiss. (2013). *Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia* (p. 432). Objetiva.

International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA). (2017). *A salvaguarda do patrimônio audiovisual: Ética, princípios e estratégia de preservação* (IASA-TC 03, 4ª ed., W. Prentice & L. Gaustad, Eds.). https://www.iasa-web.org/tc03-pt/etica-principios-e-estrategia-de-preservacao

ISO - International Organization for Standardization (2012). *Space Data System Practices — Reference model for an open archival information system* (OAIS) - ISO Standard No. 14721:2012.

LBK, Escola (2025). *Glossário*. https://escolalbk.com.br/glossario/o-que-e-video-

digital/#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o,e%20reproduzidos%20por%20dispositivos%20eletr%C3%B4nicos.

Library of Congress. (2019). Recommended formats statement 2019–2020. https://www.loc.gov/preservation/resources/rfs/TOC.html

Magix. (2025). *Formatos de vídeo: entenda a diferença entre eles e saiba como usar*. https://www.magix.com/br/edicao-de-video/formatos-de-video/

Michaelis. (2025). *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. https://michaelis.uol.com.br/

[1] Segundo, Grácio (2002, p, 43), o Dublin Core é o "desenvolvimento de padrões de metadados para a recuperação de informações nos domínios da Internet."

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA TAPIOQUEIROS

Eli Lopes da Silva, Instituto Federal de Santa Catarina, https://orcid.org/0000-0002-2950-8938, Brasil, *eli.lopes@ifsc.edu.br*

Nadi Helena Presser, Universidade Federal de Pernambuco, https://orcid.org/0000-0002-1585-117X, Brasil, *nadi.helena@ufpe.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6760

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

O Grupo de Pesquisa "Prospecção e Práxis em Gestão da Informação", da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Região Nordeste do Brasil, iniciou, em 2018, um projeto de pesquisa sobre inovação inclusiva, tendo como público-alvo os trabalhadores autônomos da economia informal de produção e venda de tapioca[1], nas ruas da cidade de Recife/Pernambuco, Brasil.

Esse projeto originou um conjunto expressivo de pesquisas acadêmicas que vêm se desdobrando ao longo dos anos: três dissertações de mestrado — "Práticas informacionais no contexto do comércio informal de tapioca da cidade do Recife – PE: Um diagnóstico visando à inovação inclusiva" (Medeiros, 2020), "Inovação inclusiva: Sistematização conceitual e abordagens teóricas para construção de uma taxonomia a partir de análise da literatura internacional" (Almeida, 2021) e "Em busca de um modelo de associação aos trabalhadores autônomos da economia informal de produção e venda de tapioca" (Silva, 2024). Além disso, 10 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 12 pesquisas de iniciação científica. Há ainda uma tese de doutorado em andamento, intitulada

“Produção de informação e conhecimento: O ofício dos tapioqueiros e tapioqueiras do Nordeste como patrimônio cultural do Brasil”.

Com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), o grupo lançou o projeto “Acesso às Tecnologias Digitais para o Combate à Exclusão Digital do Setor Informal de Produção e Venda de Tapioca em Recife”. No escopo do projeto, o grupo criou a marca “Tapioca no Ponto”, buscando atender quatro objetivos de inclusão social e tecnológica dos trabalhadores autônomos da economia informal de produção e venda de tapioca: 1. O desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis (em plataformas IOS e Android) para venda da tapioca; 2. Capacitações dos trabalhadores autônomos; 3. Criação e fortalecimento da associação dos tapioqueiros; 4. Estratégias de comunicação dos produtos e da marca (dentre as quais está a construção de um *site* para divulgação do projeto).

Este artigo centra-se no primeiro objetivo: o desenvolvimento de um aplicativo voltado à digitalização do processo de comercialização da tapioca. A proposta surge como uma resposta prática aos desafios enfrentados pelos vendedores autônomos diante da crescente digitalização das relações comerciais e da necessidade de soluções que respeitem sua informalidade, mas que também possibilitem avanços em termos de organização, visibilidade e acesso ao mercado.

A implementação de um sistema de autoatendimento digital apresenta vantagens práticas e simbólicas. Do ponto de vista da saúde pública e da segurança alimentar, o aplicativo reduz o manuseio de dinheiro em espécie, o que garante mais higiene no manuseio dos produtos e menor risco de contaminação. Do ponto de vista da experiência do consumidor, o sistema confere maior autonomia ao cliente, que poderá selecionar o produto desejado e realizar o pagamento de forma intuitiva, ágil e segura. Trata-se de uma inovação que, enquanto adota as tendências da transformação digital global, é sensível às realidades locais e às limitações estruturais do setor informal.

O advento dos dispositivos móveis inteligentes criou um panorama no atendimento ao cliente. As novas gerações, acostumadas com o uso de aplicativos, mostra uma crescente aceitação no uso de serviços digitais de autoatendimento, incluindo o pagamento de produtos e serviços.

A emergência dos dispositivos móveis inteligentes e a popularização dos aplicativos criaram um paradigma para o consumo e para a prestação de serviços. No Brasil, o crescimento exponencial do uso de *smartphones* entre a população das classes C, D e E demonstra o potencial inclusivo das tecnologias digitais, desde que adaptadas às condições e aos contextos desses públicos (CGI.br, 2023). Jovens e adultos, cada vez mais familiarizados com soluções digitais, passaram a valorizar a conveniência e a rapidez no atendimento, mesmo em contextos informais de compra. Neste cenário, a economia informal não deve ser compreendida como avessa à inovação, mas sim como um campo de experimentação, onde soluções de baixo custo e alta funcionalidade podem gerar impacto direto na renda e nas condições de trabalho dos pequenos empreendedores urbanos.

Por meio do desenvolvimento de um aplicativo próprio, pensado a partir das necessidades reais dos tapioqueiros e com base em uma escuta ativa e participativa, o projeto “Tapioca no Ponto” não apenas moderniza a atividade de venda de tapioca, mas também legitima a cultura alimentar local como expressão de um saber tradicional com potencial de articulação econômica. A valorização do ofício de fazer tapioca, especialmente no contexto do Recife, extrapola os aspectos econômicos, alcançando também dimensões simbólicas, patrimoniais e políticas, que dizem respeito à resistência e à autoafirmação dos trabalhadores autônomos frente a uma lógica urbana muitas vezes excludente.

Diante disso, este artigo apresenta o percurso metodológico, os desafios enfrentados e os resultados obtidos até o momento no desenvolvimento do aplicativo, com ênfase nas interfaces entre tecnologia, inclusão social e valorização da cultura popular. A proposta é

refletir sobre os limites e as possibilidades de se produzir inovação tecnológica a partir da escuta ativa dos sujeitos envolvidos e da apropriação crítica das ferramentas digitais por parte dos trabalhadores da economia informal.

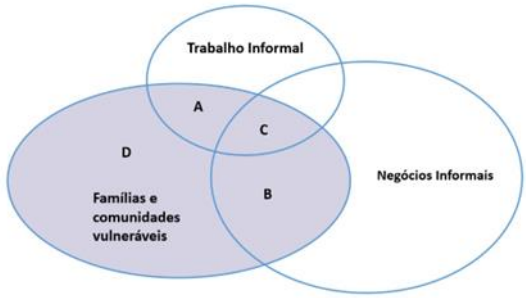
Referencial Teórico

Esta seção apresenta o referencial teórico que subsidia o desenvolvimento do aplicativo.

Economia informal

As economias formal e informal representam um *continuum* de atividades inter-relacionadas, em vez de esferas separadas, e as famílias e comunidades vulneráveis ganham a vida em ambas (Cozzens & Sutz, 2012). Utilizamos a expressão "economia informal" para incluir um conjunto de locais onde as pessoas vivem, nomeadamente famílias e comunidades vulneráveis, bem como um conjunto de locais onde trabalham.

Figura 1 – A abrangência da economia informal



Fonte: Adaptado de Cozzens & Sutz (2012, p. 12).

A economia informal compreende grupos que não são vulneráveis e, consequentemente, não são foco deste estudo: o emprego informal, que pode ser tanto para estabelecimentos informais como formais; o trabalho informal, como exemplo dos programadores de computação que fazem um segundo trabalho como consultores, aparece fora da área sombreada na Figura 1; e os negócios informais que colocam seus proprietários bem acima da linha de pobreza, também fora da área sombreada.

A economia informal não é um fenômeno novo, mas sua visibilidade aumentou significativamente nos últimos anos em virtude das transformações no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva e da intensificação das desigualdades sociais. Segundo Castells e Portes (1989), a informalidade está enraizada nas contradições do capitalismo contemporâneo, funcionando como um "refúgio" para populações marginalizadas da economia formal.

Nesta pesquisa, nos concentramos no estudo do perfil socioeconômico da parte da economia informal constituída das famílias e comunidades vulneráveis, a área D da Figura 1, onde incluímos os trabalhadores autônomos, que é o caso dos tapioqueiros e das tapioqueiras que atuam no setor informal de produção e venda de tapioca. É esse contingente de pessoas que se encontra fora da força de trabalho formal, que optou por um negócio próprio, e que atinge rendimentos para sobreviver, na sua grande maioria, sem o atendimento de suas condições básicas de vida. Os ambientes informais, assim, constituem um agrupamento importante, porque ali se concentram as vidas dessas pessoas.

Tecnologias na economia informal

Embora as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) sejam catalisadoras de grandes e modernos negócios no mundo, elas podem assumir um papel de liderança também no setor informal. O ambiente informacional está mudando com a realidade do mercado digital, que demanda tecnologias de informação e novas formas de oferta, compra e venda de produtos e serviços, incluindo plataformas digitais. Esse cenário também requer novas habilidades e competências para organizar, armazenar e gerenciar as informações (Choo, 1998) produzidas nos negócios informais.

Assim, iniciativas como a criação de aplicativos para o setor informal precisam ser sensíveis ao grau de letramento digital dos usuários, suas experiências prévias e, sobretudo, seus modos próprios de organização. Em outras palavras, a tecnologia precisa ser moldada a partir do cotidiano e das necessidades concretas dos sujeitos, e não apenas replicar modelos do setor formal.

No âmbito da Ciência da Informação, essa situação levanta questões relativas à competência em informação. Trata-se do desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, comportamentos e atitudes que otimizam a capacidade das pessoas de responder a eventos digitais, sejam eles relacionados à saúde, negócios ou outras necessidades informacionais. Gasque (2013) argumenta que uma pessoa com competência em informação pode desenvolver sentimentos de segurança, otimismo e confiança, contribuindo para atitudes mais autônomas e proativas.

Nesse cenário, o desenvolvimento de aplicativos móveis voltados ao setor informal representa não apenas uma ferramenta operacional, mas uma estratégia de intervenção social e informacional, capaz de ampliar o alcance dos produtos, oferecer meios de pagamento seguros e rastreáveis, facilitar o relacionamento com os clientes e gerar dados relevantes para a tomada de decisão. Além disso, aplicativos bem desenhados e contextualizados podem funcionar como ambientes de aprendizagem digital, contribuindo para o desenvolvimento de competências informacionais e a autonomia das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos. Não se trata apenas de disponibilizar tecnologia, mas de criar soluções com base na realidade e nas capacidades dos usuários finais, reconhecendo suas práticas, limitações e potenciais.

Considerando essa realidade, a escolha pela criação de um aplicativo de vendas integrado com funcionalidades de cadastro, visualização de cardápios e geolocalização surge como resposta estratégica à precarização do setor informal. O uso da tecnologia precisa ser pensado de forma situada: deve dialogar com o ritmo de vida dos tapioqueiros, com sua capacidade de adaptação e com os recursos disponíveis no seu cotidiano. Com isso, o aplicativo não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de mediação sociotécnica, capaz de gerar valor tanto para quem vende quanto para quem consome.

A partir dessas premissas, torna-se fundamental refletir sobre a estrutura tecnológica mais adequada ao desenvolvimento da aplicação. Quando se trata do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), utilizamos a palavra framework para nos referirmos a uma estrutura pré-definida composta por ferramentas computacionais, diretrizes e componentes estruturais que orientam o desenvolvimento de sistemas como os aplicativos móveis. Dois *frameworks* despontam no que diz respeito ao desenvolvimento de aplicativo para celulares: React Native e Flutter. Ambos permitem a criação para multiplataformas, ou seja, para sistemas operacionais Android, IOS, Windows, macOS e Linux. O primeiro, React Native, utiliza linguagem de domínio dos especialistas em desenvolvimento, como Javascript, HTML e CSS. O segundo, Flutter, utiliza uma linguagem própria nomeada Dart. Este documento é o resultado de pesquisas que visam comparar as duas plataformas, mas, sobretudo, fazer a escolha daquela que mais se adapta ao projeto, às competências da equipe e ainda ao prazo de execução.

Joshi (2022) lembra que ambos os *frameworks* foram desenvolvidos pelos gigantes da tecnologia no mundo: o React Native pelo Facebook e o Flutter pelo Google. Sobre o comparativo de utilização, em 2021, havia 38% de desenvolvedores com React Native e 42% com o Flutter, de acordo com Statista (2021, citado em Joshi, 2022).

O Flutter, segundo Cheles (2022), tem três atrativos principais: “a expansão enorme da sua comunidade no Brasil, o fácil acesso a linguagem de programação (Dart) pelo *site* oficial e a curva de aprendizado relativamente curta se comparado ao React Native.”. Ainda, segundo o autor, os mesmos aplicativos que exigem conhecimento de mais linguagens no React Native, em Flutter há que se dominar somente a linguagem própria do *framework*, que é Dart. Sobre as desvantagens, Cheles (2022) aponta o tamanho do projeto, com arquivos maiores; ainda sugere que o ciclo de vida curto pode ser um problema, mas as empresas assumem o risco pela performance que é muito boa. Por outro lado, Montano (2022) afirma que o ciclo de vida dos

componentes no Flutter é muito similar ao que existe no React Native.

O Reactive Native, segundo Cheles (2022), tem como atrativos a popularidade da linguagem utilizada – Javascript, o que facilita a contratação de desenvolvedores, quando for o caso. A plataforma possui ainda suporte a *widgets*[2] nativos. Sobre as desvantagens, o autor aponta a documentação ruim e problemas de compatibilidade de pacotes.

Diante desse contexto, sabe-se que a escolha de um *framework* para desenvolvimento de um aplicativo deve levar em conta elementos como: a curva de aprendizado dos desenvolvedores, a facilidade de uso da ferramenta tanto pelos programadores quanto pelos usuários e, tão importante quanto esses aspectos, a comunidade de desenvolvedores, porque é onde se pode tirar dúvidas, esclarecer problemas encontrados no desenvolvimento ou uso do *software* ou até mesmo obter consultorias durante e após o desenvolvimento.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, com o objetivo de compreender o processo de desenvolvimento de um aplicativo móvel voltado ao setor informal de produção e venda de tapioca, tendo como foco central os trabalhadores autônomos que atuam nesse segmento. A abordagem qualitativa é a mais apropriada para este estudo, por permitir a apreensão dos significados subjetivos e das dinâmicas sociais e culturais envolvidas no cotidiano desses trabalhadores (Minayo, 2001). Conforme Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que a realidade social é construída, interpretada e negociada continuamente, o que demanda metodologias que acolham a complexidade dos contextos e das experiências vividas pelos sujeitos.

A escolha pela metodologia qualitativa justifica-se também pelo fato de que o objeto de estudo – o desenvolvimento de uma solução digital – se articula com práticas e percepções informais, que não podem ser plenamente capturadas por abordagens quantitativas. Nesse caso, o foco não está em mensurar comportamentos, mas em compreender as representações, limitações, expectativas e experiências dos usuários finais – neste caso, os tapioqueiros e tapioqueiras de Recife, inseridos em um contexto de vulnerabilidade social e com diferentes níveis de familiaridade com o uso de tecnologias digitais.

O universo de pesquisa é composto por cerca de 60 trabalhadores do setor informal de tapioca, já acompanhados pelo grupo de pesquisa desde etapas anteriores do projeto. Para a fase de testes do aplicativo, no entanto, foi adotado o critério de amostragem intencional, com a seleção de 11 participantes. A amostragem intencional, segundo Flick (2009), é adequada quando o objetivo é selecionar sujeitos que apresentem maior disposição, acessibilidade ou experiência relevante para os objetivos do estudo. Neste caso, a escolha recaiu sobre aqueles que se mostraram dispostos e disponíveis para participar ativamente da etapa de testagem e *feedback*. No decorrer do processo, por questões logísticas e de compatibilidade de horários, o número de participantes foi reduzido para sete tapioqueiras e tapioqueiros, que acompanharam todo o ciclo de testes e interações com o aplicativo.

O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em quatro etapas principais, que permitiram uma abordagem progressiva e integrativa entre teoria, prática e retorno dos sujeitos envolvidos:

a) Análise do contexto social e produtivo

Na primeira etapa, buscou-se aprofundar a compreensão sobre o contexto da economia informal na cidade do Recife, com foco específico nos modos de organização, comercialização e uso da informação pelos tapioqueiros. Foram utilizados dados secundários já coletados em fases anteriores do projeto, como entrevistas abertas, observação participante e registros fotográficos das bancas e locais de venda. Esta etapa permitiu compreender a dinâmica sociotécnica da atividade – seus fluxos, gargalos, redes de apoio, limites de infraestrutura, bem como os diferentes perfis de letramento digital dos participantes.

b) Definição da tecnologia e escolha do *framework*

A segunda etapa envolveu a análise técnica e estratégica das ferramentas de desenvolvimento disponíveis. A equipe de pesquisa avaliou os principais *frameworks* de desenvolvimento de aplicativo multiplataforma, como React Native e Flutter, levando em conta critérios como curva de aprendizado, compatibilidade com Android (principal sistema utilizado pelo público-alvo), suporte técnico, documentação disponível e facilidade de manutenção futura. Como resultado, optou-se pelo uso do Flutter, por apresentar uma curva de aprendizado acessível, boa performance e uma comunidade crescente de desenvolvedores no Brasil. Além disso, a linguagem Dart, utilizada pelo Flutter, mostrou-se mais apropriada às competências da equipe.

c) Processo de desenvolvimento do aplicativo

O desenvolvimento do aplicativo foi realizado de forma incremental, com base em ciclos curtos de desenvolvimento e testes internos. A equipe técnica atuou em articulação com pesquisadores da área de Ciência da Informação, priorizando funcionalidades essenciais para o público-alvo, como interface amigável, menus com ícones ilustrativos, linguagem acessível e etapas simplificadas de cadastro, pedido e pagamento. A proposta foi seguir princípios de usabilidade (Nielsen, 1994) adaptados à realidade de usuários com baixo letramento digital.

d) Testes com usuários reais no Google Play Store

A última etapa consistiu na disponibilização de uma versão beta do aplicativo na plataforma Google Play Store, exclusivamente para os participantes selecionados. Durante o período de testes, foram registradas dificuldades, sugestões e percepções por meio de observações diretas, conversas informais e formulários simplificados. A equipe de desenvolvimento fez ajustes contínuos, com base no *feedback* recebido. Essa etapa evidenciou a importância de considerar os ritmos e repertórios tecnológicos dos usuários, reafirmando a necessidade de uma abordagem participativa na concepção de soluções digitais inclusivas.

Resultados

O desenvolvimento do aplicativo do projeto "Acesso às Tecnologias Digitais para o Combate à Exclusão Digital do Setor Informal de Produção e Venda de Tapioca em Recife" foi realizado por uma equipe multidisciplinar composta por três bolsistas da área de tecnologia – um pesquisador de pós-doutorado em Ciência da Informação e dois graduandos em Gestão da Informação. Desde o início, o processo foi estruturado como um espaço de aprendizagem coletiva, com forte ênfase em autonomia, experimentação e troca de saberes entre os integrantes da equipe. Tal dinâmica operou como um microcosmo do próprio espírito do projeto: a valorização do conhecimento situado e da construção colaborativa de soluções tecnológicas com base na realidade social.

O bolsista de pós-doutorado assumiu a função de coordenar a equipe de desenvolvimento e o trabalho se conformou em um processo de aprendizagem em grupo.

Inicialmente, a equipe dedicou-se à análise comparativa entre duas tecnologias concorrentes no desenvolvimento de aplicativo móvel multiplataforma: o React Native, que utiliza a linguagem JavaScript, e o Flutter, que adota a linguagem Dart. A escolha do Flutter foi pautada por critérios técnicos e estratégicos: a curva de aprendizado mais curta da linguagem, a qualidade da interface gráfica (UX/UI), a existência de uma comunidade ativa de suporte no Brasil e a ampla disponibilidade de *widgets*. A decisão, portanto, levou em conta não apenas aspectos técnicos, mas também as capacidades da equipe e o cronograma de execução do projeto, refletindo uma escolha consciente baseada na adequação ao contexto de trabalho (Joshi, 2022; Cheles, 2022).

No ano de 2023 a equipe se concentrou na definição dos principais recursos para o desenvolvimento do aplicativo. Portanto, decidiu investigar detalhadamente a melhor plataforma de desenvolvimento para, posteriormente, criar um Produto Mínimo

Viável, que a área de informática conhece em inglês como *Minimum Viable Product* (MVP), que pudesse ser apresentado aos trabalhadores informais de produção e venda de tapioca. Os bolsistas de graduação foram matriculados em um curso sobre a tecnologia Flutter, financiados pelos recursos do projeto. Isso exigiu solicitar autorização da Facepe, pois o curso não estava previsto no planejamento do projeto. Com o objetivo de aprofundar seus conhecimentos na linguagem de programação Dart, o coordenador da equipe iniciou em paralelo um curso avançado da tecnologia envolvida, de forma voluntária.

Seguindo com o desenvolvimento do aplicativo, de julho até dezembro de 2023, a equipe realizou as seguinte atividades: a) decisão da equipe de não utilizar *templates* de outros aplicativos; b) construção das telas iniciais do aplicativo, telas de "categorias", "mais pedidos" e "tapiocas"; c) definição da paleta de cores; d) construção da página da loja; e) seleção das tapioqueiras e tapioqueiros e dos produtos que vendem; f) definição do banco de dados a ser utilizado Mysql, com uma API construída em PHP para acesso ao banco; g) integração do banco de dados MySQL com a linguagem PHP; h) criação das telas no Figma; i) integração do PHP com Flutter; j) implementação do banco de dados com MySQL para ser integrado com o *site*; k) inclusão das marcas reais de alguns tapioqueiros; l) criação das funcionalidades das telas de produtos e preços; m) construção das telas do vendedor (cadastro dos tapioqueiros), integrando Flutter e o banco de dados Mysql; n) implementação de geolocalização.

No início de 2024, de janeiro a maio, foi iniciado um sistema *web* para cadastro de tapioqueiros e de seus cardápios. O aplicativo desenvolvido para Android e iOS atua como interface de integração com o cliente, permitindo o cadastramento de usuários/clientes e a exposição dos cardápios e dos trabalhadores informais de produção e venda de tapioca, facilitando as vendas. Até então, seriam três subsistemas integrados:

a) **um *site*,** criado com uso do WordPress projeto, com acesso ao público em geral;

b) **o aplicativo para vendas**, desenvolvido com linguagem de programação Dart e o *framework* Flutter, para ser a parte de vendas com interação pelo cliente, com acesso ao público em geral;

c) **um sistema *web*** para cadastro de tapioqueiros e dos cardápios, desenvolvido na linguagem de programação PHP e com acesso ao banco de dados MySQL. Este último, teria a permissão de acesso somente para os tapioqueiros, sem envolver o cliente.

Essa separação modular do sistema revela uma estratégia tecnológica cuidadosa: preserva a segurança e a simplicidade da experiência do usuário final, enquanto cria um ambiente administrativo acessível aos produtores, permitindo-lhes controlar seus próprios dados, cardápios e perfis. Em termos de inclusão digital, esse modelo atua não apenas como uma interface de consumo, mas como uma ferramenta de empoderamento informacional (Gasque, 2013), permitindo aos trabalhadores maior visibilidade e autonomia sobre seus negócios.

Além disso, o fato de o projeto ter incluído nomes reais dos tapioqueiros e elementos gráficos autênticos reforça a valorização da identidade dos trabalhadores informais, indo ao encontro da perspectiva de inovação inclusiva (Cozzens & Sutz, 2012), que entende a tecnologia não como um fim em si mesmo, mas como um meio para ampliar capacidades sociais e econômicas em contextos vulneráveis.

Como resultado, o desenvolvimento do aplicativo revelou-se não apenas como uma tarefa técnica, mas como um processo formativo, colaborativo e cultural. Ele traduziu em código uma experiência coletiva de escuta, mediação e invenção, em que a tecnologia se coloca a serviço das práticas populares e dos saberes cotidianos.

O impacto social da Ciência da Informação no desenvolvimento do aplicativo pode ser evidenciado em várias dimensões, entre elas, na organização e disseminação de informações de forma acessível, fortalecendo a inclusão digital e o empoderamento comunitário. O processo colaborativo de desenvolvimento do

aplicativo mostra como a Ciência da Informação fortalece identidades culturais e promove justiça cognitiva, reconhecendo que o saber não está apenas em instituições formais, mas também nas práticas cotidianas. No que diz respeito à formação cidadã e à participação social, o caráter formativo do projeto revela que a tecnologia não é neutra: ela é construída a partir de processos dialógicos e de engajamento social.

O aplicativo é um exemplo de inovação social e de como a Ciência da Informação pode fomentar redes de cooperação, unindo técnicos, usuários e mediadores em um mesmo ecossistema. Ao traduzir "escuta e invenção coletiva" em código, o aplicativo mostra como a Ciência da Informação reconfigura relações sociais, seja na educação ou nos processos de construção coletiva de conhecimento.

Problemas no desenvolvimento

Apesar dos avanços significativos no processo de desenvolvimento do aplicativo, a equipe enfrentou limitações técnicas durante a fase de integração entre os diferentes subsistemas do projeto. Embora o *site* institucional estivesse praticamente concluído, a integração entre o aplicativo de vendas e o sistema *web*, desenvolvido em PHP com banco de dados MySQL, mostrou-se uma etapa mais complexa do que o previsto inicialmente. Essa limitação técnica levou à reavaliação do escopo do projeto, resultando na contratação de uma consultoria especializada, mediante remanejamento do orçamento.

A decisão de buscar suporte externo foi pautada não apenas pela dificuldade de integração, mas principalmente pelas questões de segurança da informação envolvidas. A consultoria apontou que a arquitetura proposta inicialmente – com APIs em PHP intermediando a comunicação entre o banco de dados e o aplicativo – expunha dados sensíveis, especialmente informações pessoais e financeiras dos usuários. Em um contexto onde a confiança do cliente é essencial para a adoção de soluções digitais, qualquer brecha de segurança poderia comprometer a credibilidade do aplicativo e afetar diretamente a sua aceitação entre os tapioqueiros e consumidores.

O aplicativo e tecnologias envolvidas

Diante desse cenário, a equipe optou por uma reformulação total da arquitetura do sistema, eliminando o subsistema *web* inicialmente previsto para o cadastro de tapioqueiras e tapioqueiros e transferindo todas essas funcionalidades para o próprio aplicativo. Essa decisão trouxe não apenas ganhos em segurança, mas também em eficiência operacional e simplificação da experiência de uso. O novo modelo, integralmente desenvolvido em Flutter e Dart, passou a concentrar, em um único ambiente, as funcionalidades de cadastramento, gerenciamento de produtos, visualização de cardápios, geolocalização e integração com meios de pagamento.

A reformulação implicou também na adoção de novas tecnologias e parcerias estratégicas. Para o *backend* do aplicativo, foi escolhida a plataforma Back4App, que fornece um ambiente seguro e escalável para armazenamento de dados, funções em nuvem e arquivos multimídia. A escolha pelo Back4App se deu pela facilidade de uso, integração nativa com o Flutter, suporte técnico ativo e plano gratuito suficiente para as fases iniciais de teste. Quando o aplicativo for lançado em produção, será necessário contratar o plano básico da plataforma, o que traz um custo anual previsível e acessível, especialmente em comparação com soluções proprietárias mais robustas.

A integração com sistemas de pagamento foi outra etapa crítica. Para permitir o pagamento via Pix e cartão de crédito, foi firmada parceria com o Banco Efí, instituição financeira que oferece APIs bem documentadas, com baixo custo de transação e suporte a microempreendedores. A escolha do Efí também reforça o compromisso do projeto com soluções adaptadas à realidade econômica dos trabalhadores informais, que muitas vezes enfrentam barreiras para utilizar plataformas financeiras tradicionais.

Outro elemento importante foi a preparação para disponibilizar o aplicativo na loja oficial da Google (Play Store). A criação de uma conta dedicada e institucionalizada (oficialtapiocanoponto@gmail.com), associada

ao pagamento da taxa única de US$ 25,00, garantiu a conformidade com as exigências da plataforma e promoveu a autonomia da equipe sobre a gestão do aplicativo. Esse passo é simbólico, pois marca a transição do aplicativo de um projeto experimental para um produto com potencial de uso real e escalável.

Por fim, a funcionalidade de geolocalização foi incorporada ao aplicativo por meio da integração com os serviços da Cloud Google Platform, em conjunto com o banco de dados Firebase. O recurso permite que os consumidores localizem, em tempo real, os pontos de venda de tapioca cadastrados no sistema, promovendo a visibilidade e o acesso aos trabalhadores informais. Esse componente é estratégico não apenas do ponto de vista funcional, mas também como elemento de empoderamento digital (Gasque, 2013), ao colocar os tapioqueiros no mapa da economia local – literalmente e simbolicamente.

A decisão de desvincular o aplicativo do *site* institucional, mantendo este último como plataforma de divulgação e comunicação externa, reforça a compreensão de que os canais digitais devem ser pensados com finalidades distintas, otimizando a experiência tanto do consumidor quanto dos empreendedores informais. Essa separação evita sobrecargas no sistema, aumenta a segurança das transações e garante maior controle sobre os dados sensíveis.

A reconfiguração tecnológica do projeto, embora não prevista inicialmente, mostrou-se um movimento fundamental para garantir a sustentabilidade, segurança e escalabilidade do aplicativo. Mais do que uma escolha técnica, foi uma resposta estratégica à complexidade do contexto em que se insere o projeto: um ambiente social marcado por baixa conectividade, uso predominante de dispositivos móveis, fragilidade financeira dos empreendedores e ausência de apoio técnico continuado. Nesse sentido, a experiência da equipe reafirma o princípio de que a inovação inclusiva demanda flexibilidade, escuta contínua e capacidade de adaptação, mais do que a adoção de tecnologias de ponta.

Telas do aplicativo

Com o grande auxílio da consultoria, os bolsistas do projeto conseguiram entregar o aplicativo dos tapioqueiros. O administrador do banco de dados, na plataforma Back4app, precisa alterar o campo da tabela *User* nomeado como *allowStoreCreation* de *false* para *true*. Após esta alteração, o aplicativo vai apresentar ao usuário a opção de cadastrar uma loja, conforme a Figura 1 a seguir.

Figura 1: Tela inicial



Fonte: dados da pesquisa (2025).

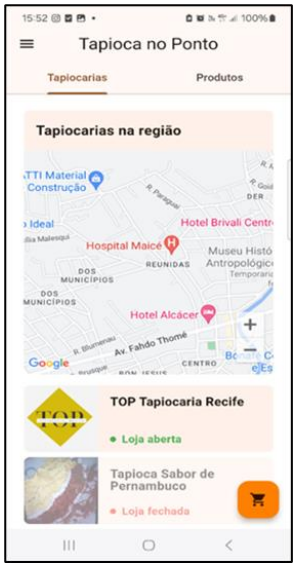
A seguir são apresentadas outras telas do aplicativo.

Figura 2: Cardápio



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Figura 3: Geolocalização



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Figura 4: Carrinho de compras



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Testes do aplicativo

A etapa de testes do aplicativo foi iniciada seguindo as diretrizes estabelecidas pela plataforma Google Play Console, que determina a realização de um teste fechado com pelo menos 12 participantes ativos por um período mínimo de 14 dias antes da liberação para o público geral (Play Console Google, 2025). Essa exigência visa assegurar que o aplicativo esteja funcional, seguro e minimamente validado por usuários reais antes de sua publicação oficial.

Para cumprir essas condições, foram realizadas reuniões *online* e visitas presenciais aos locais de trabalho e residência das tapioqueiras e tapioqueiros participantes do projeto. A proximidade entre os desenvolvedores (bolsistas do projeto) e os trabalhadores possibilitou uma abordagem mais acessível e sensível à realidade desses usuários, respeitando seus tempos, rotinas e limitações de letramento digital.

A partir dessas interações, observou-se que o sucesso dos testes não dependia apenas da estabilidade técnica do aplicativo, mas também de ações de mediação informacional e pedagógica. Por essa razão, a equipe elaborou um manual impresso e digital, com linguagem simples e ilustrativa, para orientar o público-alvo na utilização do aplicativo – desde o cadastro até a criação dos cardápios e o registro das vendas. A construção do manual foi pensada com o objetivo de empoderamento, que amplia a autonomia dos trabalhadores no uso da tecnologia, alinhando-se à perspectiva de competência em informação (Gasque, 2013).

Figura 5: Capa do manual do aplicativo



Fonte: dados da pesquisa (2025).

O teste foi concluído com êxito: o aplicativo passou por todas as etapas exigidas pela Google e está aprovado para publicação pública. Esse marco representa um avanço técnico e simbólico, pois legitima a solução criada dentro dos parâmetros de qualidade exigidos pelo mercado de tecnologia, enquanto reforça a viabilidade de desenvolvimento de soluções digitais voltadas para populações historicamente excluídas dos processos de inovação.

No entanto, até julho de 2025, o aplicativo ainda não havia sido disponibilizado ao público final. A principal razão para essa decisão está relacionada à necessidade de adequação da titularidade da conta financeira vinculada ao aplicativo. Atualmente, a conta de recebimento de pagamentos está registrada em nome do coordenador do projeto (pessoa física), o que se apresenta como um entrave ético e jurídico, considerando que os dados financeiros – como o nome do recebedor – ficam visíveis aos consumidores no momento do pagamento.

Para viabilizar o lançamento oficial, a equipe avalia a criação de uma pessoa jurídica representativa (como uma associação formalizada), capaz de assumir a titularidade das contas financeiras vinculadas ao aplicativo. Essa etapa está diretamente conectada a um dos pilares do projeto: a organização coletiva dos trabalhadores informais por meio de uma associação, que poderá não apenas viabilizar juridicamente a operação do aplicativo, mas também fortalecer o poder de negociação, acesso a crédito e visibilidade pública do grupo.

Essa decisão reforça um aspecto central da proposta: o aplicativo não é apenas uma ferramenta de vendas, mas um instrumento de organização sociotécnica. A inclusão digital, nesse contexto, não pode ser reduzida ao acesso a dispositivos ou à conexão com a Internet. Ela exige também estruturação institucional, segurança jurídica e sustentabilidade econômica, elementos fundamentais para que o uso da tecnologia se converta, de fato, em ganhos de autonomia e reconhecimento social.

Por fim, é importante destacar que, mesmo durante a fase de testes, o projeto demonstrou a eficácia de sua abordagem participativa, em que os usuários finais não foram apenas objetos objeto de estudo, mas atores centrais no processo de desenvolvimento, validação e refinamento do aplicativo. Isso reafirma a importância das metodologias colaborativas no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a populações vulneráveis, e oferece evidências concretas de que a inovação pode – e deve – ser pensada a partir das margens.

Custos para manter o aplicativo no ar

Os custos para manter o aplicativo funcionando estão listados a seguir:

Geolocalização – Google Maps: Conforme informações da Google Maps Platform, o valor é de $ 2,00 (dois dólares) para cada 1.000 (mil) requisições. Estimamos 10.000 requisições no ano, visto que a cobrança se dá somente quando acessada a área de mapa, no valor total de $ 20,00 (vinte dólares) no ano.

Banco de dados Back4app: O valor é de $ 180,00 (cento e oitenta dólares por ano) para a versão paga, que atualmente ainda não está sendo utilizada.

Os demais custos são as taxas que os tapioqueiros pagarão à instituição financeira pelas transações.

Na expectativa de que o projeto alcance 60 (sessenta) tapioqueiros, o valor rateado fica em torno de $ 4,98 (quatro dólares e noventa e oito *cents*) por tapioqueiro ($ 299,00 / 60). No câmbio de abril/2025 (1 dólar = R$ 6,05350), o valor aproximado anual por tapioqueiro é de R$ 30,15 (trinta reais e quinze centavos). Para que um usuário possa criar uma loja os procedimentos são: 1. Enviar *e-mail* para contato@tapiocanoponto.com.br. 2. Participar das capacitações. 3. Ter um *e-mail*, no Gmail. 4. Baixar o App “Tapioca no Ponto” na Play Store. 5. Cadastrar-se no App como usuário comum (cliente). 6. Abrir conta na instituição financeira banco Efi. 7. Solicitar cadastramento na app pelo *e-mail* suporte@tapiocanoponto.com.br.

Indicadores de gestão do aplicativo

Para o uso do aplicativo, os desenvolvedores criaram indicadores de gestão. Os indicadores utilizam o padrão que adaptamos de Trzesniak (2014). Como mostram os Quadros 1, 2 e 3.

Inicialmente é definido o nome do indicador. Em seguida, o propósito: explicita qual a informação de interesse acerca do processo ou do sistema que esse indicador monitora; a forma de apuração define como o indicador será calculado; os metadados: são as variáveis e outras informações que precisam ser conhecidas para encontrar o seu valor; a unidade de medida: é a maneira (referência) pela qual medimos e expressamos quantitativamente o valor de um indicador.

Quadro 1: Validação do aplicativo

Indicador	Validação do aplicativo
Propósito	Aprovar a fase de testes na Google
Forma de apuração	Teste com indicativo de aprovado
Metadados	Console da Play Store
Origem dos Metadados	Console da Play Store
Unidade de Medida	Não se aplica
Resultados obtidos	**Aprovado**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 2: Participação na validação

Indicador	Participação na validação
Propósito	Apurar o percentual de tapioqueiros que participaram da validação do aplicativo
Forma de apuração	Participação na validação do aplicativo = (tapioqueiros que participaram dos testes / tapioqueiros interessadas)*100
Metadados	Nr. de tapioqueiros que participaram dos testes; Nr. de tapioqueiros interessadas
Origem dos Metadados	Banco de dados do aplicativo: back4app.com
Unidade de Medida	%
Resultados obtidos	**100%, ou seja, 7 tapioqueiras se inscreveram e as 7 participaram**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 3: Treinamento no aplicativo

Indicador	Treinamento no aplicativo
Propósito	Apurar o percentual de tapioqueiros que participaram do treinamento no aplicativo
Forma de apuração	Treinamento no aplicativo = (tapioqueiros que participaram do treinamento / tapioqueiros interessadas)*100
Metadados	Nr. de tapioqueiros que participaram do treinamento; nr. de tapioqueiros interessadas
Origem dos Metadados	Banco de dados do aplicativo: back4app.com
Unidade de Medida	%
Resultados obtidos	**100%, ou seja, 7 tapioqueiros se inscreveram e as 7 participaram**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Exemplos de alguns indicadores que virão a ser apurados após as tapioqueiros que estão nos testes aprovarem o uso para o público em geral, juntamente com a equipe gestora do projeto.

- % de aumento nas vendas após o uso do aplicativo (em faturamento e em quantidade de tapiocas vendidas).
- *Ranking* dos tipos de tapiocas mais vendidos (o que diferencia os tipos de tapioca é o recheio).
- Horários de pico nas vendas.
- Vendas combinadas (tapioca com suco; tapioca com café, etc.).
- Pontos de vendas mais competitivos (Com maior faturamento. Aqui queremos saber a localização.).
- % de tapioqueiras e tapioqueiros que utilizam, de fato, o aplicativo.
- % dos clientes que fazem suas compras pelo aplicativo.
- % de tapioqueiras e tapioqueiros usuários do aplicativo que são filiados à Associação das Tapioqueiras de Recife Maria de Oliveira.

O monitoramento contínuo desses indicadores será essencial não apenas para ajustes técnicos na ferramenta, mas principalmente para orientar ações formativas, estratégias de expansão do projeto e negociações com parceiros institucionais. Mais do que números, esses dados permitirão compreender o papel da tecnologia como promotora de inclusão produtiva e social no setor informal da economia.

Relação com a economia informal

Os trabalhadores da economia informal – categoria que inclui as tapioqueiras e

tapioqueiros deste projeto – enfrentam desafios que vão muito além da adoção de tecnologias. Conforme já discutido por Cozzens e Sutz (2012), a informalidade está enraizada em um conjunto de vulnerabilidades socioeconômicas, de acesso precário a direitos básicos, infraestrutura e oportunidades. Esse contexto ficou evidente ao longo do desenvolvimento e da aplicação do projeto.

Um dos principais obstáculos encontrados foi a logística dos encontros presenciais para formação e testes. Os pontos de venda e residências das tapioqueiras e tapioqueiros estão espalhados por diversas regiões de Recife e área metropolitana, muitas vezes distantes entre si. Já os bolsistas responsáveis pelo suporte técnico e pedagógico dependem de transporte público, o que limita a mobilidade e restringe os horários possíveis para agendamento das atividades. Os horários disponíveis pelos trabalhadores geralmente coincidem com momentos fora do expediente acadêmico – como noites, finais de semana e feriados –, o que resultou em frequentes adiamentos e reestruturações de agenda.

Apesar dessas dificuldades, o processo revelou muito mais do que obstáculos técnicos: ele trouxe à tona as dimensões humanas, sociais e culturais que estruturam a exclusão digital. Em diversos encontros, relatos dos participantes revelaram problemas de saúde, dificuldades financeiras, instabilidades familiares e insegurança em relação ao futuro. Esses elementos demonstram que qualquer iniciativa de inclusão digital que ignore essas dimensões corre o risco de ser apenas superficial, reforçando barreiras em vez de superá-las.

Além disso, o projeto mostrou que a exclusão digital não está apenas relacionada ao acesso físico às tecnologias – como possuir um *smartphone* ou estar conectado à Internet – mas também à capacidade efetiva de usá-las com autonomia e significado. Essa abordagem está em sintonia com autores como Gasque (2013), que reforçam a importância de desenvolver não apenas habilidades técnicas, mas também disposições, confiança e senso de pertencimento ao mundo digital.

Outro ponto crucial diz respeito à valorização simbólica da atividade dos tapioqueiros. Muitas vezes invisibilizados nas políticas públicas, esses trabalhadores não apenas vendem tapiocas: eles carregam consigo saberes tradicionais, modos próprios de organização do trabalho, redes de solidariedade e uma cultura alimentar profundamente enraizada na identidade nordestina. Por isso, um dos desdobramentos esperados do projeto – ainda pendente de novos investimentos – é o fortalecimento da identidade visual nos pontos de venda (como carrocinhas e barracas), que funcione como estratégia de valorização e reconhecimento cultural.

Nesse sentido, a negociação com a prefeitura e com instituições de cultura deve ser uma agenda permanente, buscando a legitimação dos tapioqueiros e tapioqueiras como parte integrante da economia criativa e do patrimônio cultural da cidade. O aplicativo pode ser um ponto de entrada importante, mas o reconhecimento efetivo dependerá de ações articuladas em múltiplas frentes – técnica, política, social e simbólica.

Por fim, ainda que os resultados estejam em processo de consolidação, a experiência do projeto nos proporcionou uma lente ampliada sobre a exclusão digital. Ela não pode ser explicada apenas em termos técnicos, como ausência de dispositivos ou conectividade. A exclusão digital, neste contexto, é uma extensão da exclusão social e histórica vivida por esses trabalhadores. Superá-la exige ir além das soluções tecnológicas e considerar as múltiplas camadas de vulnerabilidade que moldam o cotidiano dos tapioqueiros – e, com isso, pensar em formas mais inclusivas, sensíveis e duradouras de inovação social.

Os trabalhadores da economia informal (Cozzens & Sutz, 2012), da qual fazem parte os tapioqueiros e tapioqueiras deste projeto, enfrentam grandes desafios não somente em relação ao uso de tecnologias. As residências das tapioqueiras e tapioqueiros e seus pontos de venda estão geograficamente distantes, e o tempo disponível deles é à noite, durante as aulas dos estudantes, ou nos sábados e domingos pela manhã. Os estudantes

designados para os treinamentos dependem do transporte público, o que dificulta a mobilidade. A coordenação desses encontros é complexa, com cancelamentos frequentes de última hora.

Também necessitaremos desenvolver uma versão aprimorada do banco de dados e garantir a análise e gestão efetiva das informações geradas pelo aplicativo, conforme apresentados nos quadros dos indicadores, são desafios a serem enfrentados.

Novos projetos deverão investir nos pontos de venda, priorizando a identidade visual de novas carrocinhas e barracas, além de uma negociação mais eficaz com a prefeitura. Os tapioqueiros devem ser integradas à cidade, não excluídos, sendo reconhecidos como manifestações artísticas e culturais de Recife. Além disso, suas atividades contribuem para a alimentação de muitos trabalhadores e amantes da tapioca.

Para finalizar, alguns comentários. Alguns tapioqueiros enfrentam problemas físicos, financeiros, profissionais e pessoais. Os encontros coletivos retratavam essa situação.

Ainda que limitada, a exclusão social dos tapioqueiros nos forneceu lentes teóricas e práticas mais abrangentes para entender a exclusão digital. Entendemos as barreiras ao acesso, em termos de habilidades e disposições que são exigidas dessas pessoas para explorar as tecnologias de informação e comunicação, e suas motivações para uso, em vez de focar apenas no acesso físico. Daí a exclusão digital.

Considerações Parciais

A experiência relatada neste artigo reforça que o desenvolvimento de um aplicativo de autoatendimento para o setor informal de produção e venda de tapioca não pode se limitar à simples transposição de modelos tecnológicos já consolidados no mercado formal. É preciso considerar, de forma crítica e contextualizada, as especificidades socioculturais e econômicas dos sujeitos envolvidos, tanto do lado da oferta (tapioqueiras e tapioqueiros) quanto da demanda (clientes).

Muitos desses atores não estão familiarizados com os modos digitais de transação comercial, como pagamentos por Pix ou cartão de crédito, tampouco com práticas como geolocalização, cadastramento de produtos ou interação por meio de interfaces gráficas. Por isso, o desenvolvimento da solução tecnológica precisa aliar acessibilidade, clareza visual e simplicidade na navegação. Um *design* limpo, com contraste adequado, linguagem acessível e ações intuitivas, contribui significativamente para a adoção e o uso cotidiano da ferramenta.

Além disso, ficou evidente ao longo do projeto que a tecnologia, por si só, não é suficiente para promover inclusão digital. A adoção efetiva de um aplicativo desse tipo requer ações contínuas de formação e acompanhamento, centradas no letramento digital. Não se trata apenas de ensinar a "mexer no aplicativo", mas de fomentar a compreensão mais ampla sobre os processos informacionais envolvidos – cadastramento, escolha de meios de pagamento, atualização de cardápios, interação com clientes, entre outros.

Essas ações formativas devem estar sensíveis à realidade desses trabalhadores, considerando sua disponibilidade de tempo, limitações de infraestrutura, condições sociais e emocionais. Dessa forma, o aplicativo deixa de ser apenas um instrumento funcional e passa a atuar como vetor de empoderamento e autonomia econômica, dentro de uma lógica de inovação inclusiva.

Portanto, as soluções tecnológicas voltadas ao setor informal devem ser desenhadas com base em princípios de equidade digital, escuta ativa dos usuários e construção colaborativa. O sucesso de ferramentas como esta não depende apenas do código ou do *design*, mas da capacidade de gerar sentido, pertencimento e transformação para os sujeitos que a utilizam.

Referências

Almeida, V. B. (2021). Inovação inclusiva : sistematização e abordagens teóricas para construção de uma taxonomia a partir de análise da literatura internacional. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-

Graduação em Ciencia da Informação]. Universidade Federal de Pernambuco.

Castells, M. & Portes, A. (1989). World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy. Em Portes A.; Castells, M. E Benton (Orgs.) The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries (pp. 11-37). The Johns Hopkins University Press.

Cheles, P. (2022). Flutter x React Native em 2022: vantagens, desvantagens e comparativo. https://uds.com.br/blog/flutter-vs-react-native/.

Cgi.br. (2023). Classes C e DE impulsionam crescimento da conectividade à Internet nos lares brasileiros, mostra TIC Domicílios 2023. https://cgi.br/noticia/releases/classes-c-e-de-impulsionam-crescimento-da-conectividade-a-internet-nos-lares-brasileiros-mostra-tic-domicilios-2023/.

Choo, C. W. (1998) Information management for the intelligent organization: the art of scanning the environment (2ª ed.).ASIS Monograph Series.

Cozzens, S. & Sutz, J. (2012). Innovation in informal settings: Reflections and proposals for a research agenda. Innovation and Development, 4(1), 5-31.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). O planejamento da pesquisa qualitativa. Artmed.

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. Bookman.

Gasque, K. C. G. D. (2013). Competência em Informação: conceitos, características e desafios. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, 2(1), p. 5-9.

Joshi, M. (2022,nov, 11). Flutter vs Reactive Native: a comparison. https://www.browserstack.com/guide/flutter-vs-react-native#:~:text=React%20Native%20is%20based%20on,which%20also%20requires%20JavaScript%20bridging.

Medeiros, G.G. (2020). Práticas informacionais no contexto do comércio informal de tapioca da cidade do Recife – PE: um diagnóstico visando à inovação inclusiva. 2020. , [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciencia da Informação]. Universidade Federal de Pernambuco.

Minayo, M. C. S. (2001). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec.

Montanto, L. (2022). Escolhendo as tecnologias de um projeto de Software. Disponível em: https://pingback.com/olympus/escolhendo-as-tecnologias-de-um-projeto-de-software-porque-escolhemos-o-flutter.

Nielsen, J. (1994). Usability Engineering. Morgan Kaufmann.

Play Console Google. (2025). Requisitos de teste de apps para novas contas de desenvolvedor pessoais. Disponível em: https://support.google.com/googleplay/android-developer/answer/14151465?hl=pt-BR#:~:text=No%20m%C3%ADnimo%2012%20testadores%20precisam,participando%20continuamente%20h%C3%A1%2014%20dias.

Trzesniak, P. (2014). Indicadores quantitativos: como obter, avaliar, criticar e aperfeiçoar. Navus: Revista de Gestão e Tecnologia. Florianópolis, SC, 4(2), 05-18.

Silva, K.U.A. (2024). Em busca de um modelo de associação aos trabalhadores autônomos da economia informal de produção e venda de tapioca. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciencia da Informação]. Universidade Federal de Pernambuco.

NOTAS

[1] Os vendedores de tapioca são as tapioqueiras e tapioqueiros que são como os vendedores ambulantes em Portugal, mas, em vez de venderem castanhas assadas ou bifanas, a especialidade deles é a tapioca, uma espécie de crepe fininho, feito com fécula de mandioca. A massa da tapioca é neutra, então, o cliente pode escolher o recheio que quiser. O recheio pode ser doce: como coco ralado com leite condensado, chocolate, doce de leite ou frutas; ou salgado: com queijo, presunto, frango desfiado, carne seca, legumes... As combinações são imensas!

[2] Um *widget* é como uma pequena janela interativa no celular (telemóvel) ou computador que mostra informações rápidas ou permite fazer coisas sem abrir um programa completo.

USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS POR GRUPOS DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

Gabriela Belmont de Farias, Universidade Federal do Ceará, ORCID - 0000-0001-5743-4422, Brasil, *e-mail: gabriela_belmont@ufc.br*

Marta Lígia Pomim Valentim, Universidade Estadual Paulista, ORCID - 0000-0003-4248-5934, Brasil, *e-mail: valentim@valentim.pro.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6761

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

Entre as temáticas que integram estudos e pesquisas no campo da Ciência da Informação (CI) encontra-se a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), considerada um tema estratégico para a construção de competências e habilidades no uso e comunicação da informação em ambiências tradicionais e virtuais. A AMI é alicerce essencial para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e melhorar a qualidade da educação. AMI se constitui em conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para valorizar as funções das mídias e de outros provedores de informação, incluindo os relativos a Internet, bem como para encontrar, avaliar e produzir informações e conteúdos midiáticos.

O propósito da AMI é transmitir o conhecimento por meio de recursos e canais direcionados aos usuários. As mídias e outros provedores de informação, como bibliotecas, arquivos e a própria rede Internet, são amplamente reconhecidos como ferramentas essenciais para auxiliar os cidadãos a tomarem decisões assertivas. São também os meios pelos quais as sociedades aprendem sobre elas mesmas, mantêm discursos públicos e constroem um sentido de comunidade.

Os canais de mídia e demais Tecnologias e Informação e Comunicação (TIC) podem propiciar um impacto significativo sobre a comunicação científica e, por isso, os pesquisadores precisam de um conhecimento básico sobre as funções das mídias e de outros provedores de informação, sobre como acessá-los e como produzir conhecimento. As mídias representam um sistema multifacetado de fluxos de informações.

O fortalecimento da AMI entre os pesquisadores requer que os próprios sejam alfabetizados em mídia e informação. Os pesquisadores alfabetizados desenvolvem conhecimentos e habilidades midiáticas e informacionais e, assim, aprimoram suas capacidades e se empoderam em relação a aprender a aprender, a aprender de maneira autônoma e a buscar a educação continuada.

Nessa perspectiva, sendo os membros dos grupos de pesquisa competentes em mídia e informação, estariam respondendo, em primeiro lugar, a seu papel como defensores de uma cidadania bem-informada e crítica; e, em segundo lugar, estariam respondendo a mudanças em seu papel de pesquisadores, uma vez que a pesquisa desloca seu foco central de produção de conhecimento para a compartilhamento e divulgação da Ciência.

Referencial Teórico

Divulgação Científica

A divulgação científica pode ser entendida como a comunicação de informações científicas ao público em termos simples e acessíveis, explicando processos, princípios e metodologias. Inicialmente focada em relatar descobertas revolucionárias, ela passou a abordar

também questões sociais relacionadas à ciência (LORDELO; PORTO, 2012)

Segundo José Reis, decano do jornalismo científico no Brasil, a divulgação científica visa simplificar e tornar compreensíveis os conhecimentos científicos para o público leigo, permitindo que este compreenda novas descobertas e o progresso científico, além de entender melhor o mundo em que vive (Reis, 2006). Bueno (2010 p.5) reforça essa perspectiva, destacando que a "divulgação científica facilita o debate sobre temas especializados que impactam a vida das pessoas, promovendo a inclusão e a democratização do conhecimento". Porto (2009 p. 117) também considera a "divulgação científica um meio de democratizar o saber, levando fatos e pressupostos científicos ao público geral, o que é crucial para garantir o acesso igualitário à informação e a participação pública nos debates científicos". Os autores evidenciam o papel essencial da divulgação científica no fortalecimento da cidadania e na integração da ciência à sociedade.

Ademais, a divulgação científica não apenas informa, mas também desperta o interesse e a curiosidade das pessoas, incentivando a busca por novas informações e o desenvolvimento de soluções para problemas complexos. Ela complementa a educação formal ao fornecer informações acessíveis que ajudam a contextualizar conceitos científicos, contribuindo para a alfabetização e o desenvolvimento de uma cultura científica sólida. Lordelo e Porto (2012) afirmam que a divulgação científica constrói uma ponte entre a ciência acadêmica e o público geral, tornando o conhecimento mais acessível e compreensível. Dessa forma, ela se insere no campo da educação informal e utiliza diferentes meios de comunicação, o que amplia seu alcance e impacto social; a divulgação científica não apenas compartilha o conhecimento, mas também gera novos entendimentos para ajudar a reconfigurar a perspectiva do mundo, revelando novas descobertas e conseguindo ser um instrumento para a democratização do acesso ao saber (Capozoli, 2002).

Historicamente, a divulgação científica no Brasil passou por várias transformações, moldadas por fatores políticos, sociais e culturais, as autoras Moreira e Massarani (2002) ressaltam que o estudo dessas transformações é essencial para compreender as formas contemporâneas da divulgação científica, que variam conforme os pressupostos filosóficos sobre a ciência e os interesses políticos e econômicos. Embora a ciência tenha tido um início tardio no Brasil, como observa Capozoli (2002), desde o século XVIII já havia cientistas empenhados em popularizar o conhecimento.

Nas últimas décadas, houve um aumento significativo na mídia dedicada à divulgação científica, com a proliferação de jornais, revistas, programas televisivos e sites vinculados a universidades e institutos de pesquisa (Gonçalves, 2013). Esse crescimento destaca a importância de uma divulgação mais acessível, acompanhando as mudanças na sociedade e promovendo a inclusão de mais pessoas nesse debate; reflete tanto o aumento do interesse público quanto a consolidação da divulgação científica como prática essencial para democratizar o conhecimento e fortalecer a cultura científica no Brasil. Moreira (2006) destaca que a difusão da ciência é tão antiga quanto a própria prática científica e, hoje, sua expansão continua sendo importante para promover a alfabetização científica no país. Moreira e Massarani (2002) enfatizam que a divulgação científica no Brasil possui uma trajetória histórica marcada por diferentes fases e objetivos, que refletem o contexto sociopolítico de cada período, como apontam em:

> A divulgação científica no Brasil, em que pese sua real fragilidade ao longo do tempo, tem pelo menos dois séculos de história. A exemplo do que ocorreu em outros países, apresentou fases distintas, com finalidades e características peculiares que refletiam o contexto e os interesses da época. (Moreira e Massarani, 2002. p.43).

Esse contexto histórico evidencia como a divulgação científica no Brasil passou por diferentes fases, moldadas pelos desafios e interesses de cada período. No país, os primeiros passos da divulgação científica ocorreram entre os séculos XVI e XVIII, embora sua presença tenha sido quase inexistente nesse período, devido à baixa taxa de alfabetização e ao caráter exploratório da colônia (Moreira & Massarani, 2002). Com o ensino controlado pelos jesuítas, as poucas ações relacionadas à ciência estavam associadas ao militarismo. Apenas no final do século XVIII surgiram as primeiras tentativas de organização científica, como a criação da Academia Científica do Rio de Janeiro, em 1772, e da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Esta última, apesar de ter sido fechada em 1794 por razões políticas, demonstrou o interesse inicial pela ciência no país (Moreira & Massarani, 2002).

Com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, o cenário científico começou a se transformar. A abertura dos portos e a fundação da Imprensa Régia em 1810 possibilitaram a disseminação de textos científicos. Surgiram as primeiras entidades voltadas para o ensino superior e a ciência, como a Academia Real Militar (1810) e o Museu Nacional (1818), sinalizando o início de uma fase mais estruturada na divulgação científica, ainda que restrita a uma pequena elite.

Na segunda metade do século XIX, a divulgação científica no Brasil se expandiu, impulsionada pela Segunda Revolução Industrial. Nesse período, surgiram publicações científicas e aumentou o interesse pela aplicação prática da ciência nas artes industriais. Revistas como a Revista Brazileira (1857) e a Revista do Rio de Janeiro (1876) publicaram artigos científicos, refletindo o crescimento do interesse pela ciência. Eventos como as Conferências Populares da Glória, que começaram em 1873, marcaram a entrada da ciência no ambiente público, aumentando o interesse popular. Do início do século XX em diante, a criação da Sociedade Brasileira de Ciências em 1916, que posteriormente se tornou a Academia Brasileira de Ciências, foi um marco importante para a ciência no Brasil. Nesse período, foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923, a primeira rádio brasileira voltada para a disseminação de conhecimentos científicos, intensificando o engajamento dos cientistas em conferências e publicações, consolidando, assim, uma comunidade científica mais estruturada no Brasil.

Entre as décadas de 1930 e 1970, a ciência no Brasil continuou a se desenvolver. O Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) produziu filmes educativos voltados para a popularização da ciência. Autores como Monteiro Lobato e José Reis desempenharam papéis importantes na divulgação científica por meio de livros, artigos e programas de rádio. As reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tornaram-se um veículo importante para a difusão científica, especialmente a partir dos anos 1970.

Nas décadas de 1980 e 1990, surgiram novas iniciativas, como a criação da revista Ciência Hoje em 1982, que buscava aproximar a ciência do público em geral. Revistas como Superinteressante e Galileu também ganharam popularidade, alcançando um público mais amplo. Esse período também foi marcado pela criação de museus e centros de ciência em várias partes do país, como a Estação Ciência em São Paulo e o Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), ambos contribuindo para a popularização do conhecimento científico.

No século XXI, a divulgação científica no Brasil continuou a se expandir, com o surgimento de novas plataformas e a consolidação de instituições dedicadas a essa área. A SBPC e outras organizações continuam a desempenhar um papel fundamental na difusão da ciência, buscando tornar o conhecimento científico mais acessível e promover uma cultura científica mais sólida no país.

Assim, a cultura científica pode ser entendida como o conjunto de práticas, saberes e processos que envolvem a

produção, o ensino e a disseminação do conhecimento científico na sociedade. De acordo com Vogt (2006), arte e ciência compartilham a mesma finalidade: criar e gerar conhecimento, seja por meio da demonstração lógica, no caso da ciência, ou pela sensibilização metafórica, no caso da arte. Nesse contexto, a cultura científica atua como um elo entre a produção de saber científico e sua inserção no cotidiano das pessoas, abrangendo atividades como a alfabetização científica, a popularização do conhecimento e a compreensão pública da ciência. A divulgação científica (DC) é parte fundamental desse processo, pois permite que o cidadão comum tenha acesso ao conhecimento científico e participe ativamente da sociedade, cuja vida cotidiana é cada vez mais influenciada pela ciência e pela tecnologia.

Lévy-Leblond (2006) sugere que o problema da divulgação científica vai além da simples compreensão do conhecimento, pois envolve questões de poder sobre quem detém e dissemina esse saber (apud Ferraz, 2007.). Nesse sentido, a cultura científica não apenas se restringe ao público leigo, mas abrange também os próprios cientistas, que são leigos em áreas fora de sua especialidade. Vogt (2006) visualiza esse processo como uma espiral, começando pela produção científica nas universidades e centros de pesquisa, passando pelo ensino e formação de cientistas, e culminando na divulgação científica para o público geral. A DC, portanto, é parte de um sistema complexo que visa democratizar o acesso ao conhecimento científico e integrar a ciência ao cotidiano da sociedade. As práticas contemporâneas de divulgação científica, como o uso de mídias sociais, blogs e podcasts, ampliaram o alcance das informações, permitindo que diferentes públicos tenham acesso a conteúdo antes restritos a círculos acadêmicos. Esses novos meios oferecem oportunidades para aprofundar o debate sobre como as ferramentas digitais e tradicionais podem se complementar no fortalecimento da cultura científica.

A divulgação científica, nos últimos anos, tem se beneficiado enormemente do avanço das tecnologias digitais e do crescimento das redes sociais, como o *Facebook*, no intuito de aproximar a ciência do público em geral. Plataformas como essa possibilitam uma interação direta e imediata entre os produtores de conhecimento e os consumidores de informação, favorecendo a disseminação de descobertas científicas de maneira acessível e rápida. O uso dessas redes sociais na divulgação científica aproveita a grande abrangência que elas proporcionam, permitindo que instituições de pesquisa alcancem tanto especialistas quanto o público leigo. Nesse sentido, as redes sociais digitais se apresentam como um instrumento valioso para o compartilhamento de conhecimento, reduzindo barreiras entre os cientistas e a sociedade (Bueno, 1984, p. 45; Recuero, 2009, p. 129).

De acordo com Grillo (2013, p. 87), atualmente, as formas de divulgação científica variam de acordo com os meios e os públicos-alvo. A mídia tradicional, como jornais e revistas, continua a ser um meio importante, oferecendo uma plataforma para a disseminação de informações científicas de forma acessível e confiável. No entanto, a ascensão das redes sociais e das plataformas digitais têm revolucionado o alcance da ciência, permitindo que as informações sejam compartilhadas de maneira rápida e interativa com audiências globais. Ademais, espaços como museus e eventos públicos desempenham um papel significativo na promoção de uma cultura científica, oferecendo oportunidades de aprendizado interativo e engajamento direto com o público.

Os diferentes meios de comunicação, sendo eles: digital, impresso e audiovisual, contribuem de maneiras distintas para a disseminação do conhecimento científico. As plataformas digitais, como redes sociais e blogs, proporcionam um alcance imediato e democratizado, permitindo que um maior número de pessoas tenha acesso a conteúdos científicos. Por outro lado, o meio impresso, como livros e revistas

científicas, permite uma abordagem mais detalhada e analítica, oferecendo profundidade para aqueles que buscam um conhecimento mais aprofundado. Já o audiovisual, como documentários e programas televisivos, alcança uma audiência ampla e heterogênea, facilitando a compreensão de conceitos complexos por meio de imagens e sons (Grillo, 2013).

Os conteúdos desenvolvidos para a divulgação científica são variados, abrangendo artigos, vídeos, postagens interativas e o uso de *hiperlinks*, que direcionam o leitor para materiais mais detalhados. Cada formato é pensado para maximizar o impacto da comunicação e facilitar a compreensão do público-alvo, que pode variar entre estudantes, formadores de opinião, agentes de políticas públicas e o público em geral. A multimídia, por exemplo, contribui significativamente para a simplificação de conceitos complexos, uma vez que o uso de imagens e vídeos explicativos torna as informações mais palpáveis e compreensíveis para audiências menos familiarizadas com o jargão científico. Além disso, o uso estratégico de postagens nas redes sociais permite que a divulgação científica aconteça em tempo real, mantendo a sociedade atualizada sobre avanços importantes (Bueno, 1984).

Os objetivos da divulgação científica estão intrinsecamente relacionados ao compromisso de educar e conscientizar a população sobre temas relevantes para o desenvolvimento social e tecnológico. A divulgação não se limita a informar; busca também mobilizar a população, engajando-a nas discussões sobre ciência e tecnologia, especialmente em áreas que afetam diretamente a sociedade, como saúde, meio ambiente e inovação tecnológica. Outro objetivo crucial é promover a cidadania digital, estimulando a participação ativa dos cidadãos nas discussões científicas, fortalecendo o vínculo entre ciência e sociedade. Dessa forma, a ciência é democratizada, tornando-se uma ferramenta acessível para a resolução de problemas coletivos (Recuero, 2011; Bueno, 1984).

Entretanto, o processo de divulgação científica enfrenta diversos desafios. O primeiro deles é a necessidade de garantir a qualidade e a veracidade das informações disseminadas. Em plataformas como o Facebook, onde a velocidade da circulação de conteúdo é altíssima, a validação prévia das informações é muitas vezes comprometida, o que pode resultar na divulgação de dados errôneos ou mal interpretados. Em adição, há o problema da fragmentação do conteúdo, pois as redes sociais tendem a difundir postagens curtas e simplificadas, o que pode dificultar a compreensão de pesquisas mais complexas. Outro desafio relevante é a concorrência com o entretenimento, uma vez que o público dessas plataformas é amplamente atraído por conteúdos de lazer, o que diminui a visibilidade de temas científicos. Superar esses desafios exige estratégias de comunicação criativas e inovadoras, que consigam captar a atenção do público sem perder a precisão científica (Lima, 2011; Bueno, 1984).

Contribuição da AMI à Divulgação Científica

O termo competência, desde a década de 1970, é foco de análises acadêmicas e empresariais em diferentes instâncias de compreensão, em termos da pessoa (as competências do indivíduo), das organizações (as core competences) e dos países (sistemas educacionais e formação de competências) (Fleury; Oliveira Junior, 2001). Seguindo as perspectivas propostas por esses estudos, Fleury e Fleury (2001, p. 183-196) destacam que “O conceito de competência é pensado como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (...) das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos que o indivíduo detém”. Na esfera da educação e da pesquisa, esses requisitos são estabelecidos como de capital importância para os docentes, pesquisadores e alunos que necessitam ter competências específicas no trato da

informação. Incluem-se nesse processo os próprios documentos e repositórios de informação onde estão disponíveis, e também as formas de articulação construídas quanto ao tratamento e a organização das informações e do corpus documental produzido durante os estudos e pesquisas. A competência em informação é relevante para a análise e interpretação de qualquer informação, inclusive aquelas de origem duvidosa. As fontes de informação são analisadas a partir de suas ideologias, assim o indivíduo compreende que um texto não é neutro, mas carrega opiniões próprias do autor. Não apenas textos, mas também cabe ao indivíduo compreender as mensagens emitidas pelos demais veículos de comunicação emitidos por diversas mídias.

Segundo a Unesco (2016, p.17) "A alfabetização midiática e informacional (AMI) reúne as habilidades informacional e a midiática, além das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a alfabetização digital, como novo construto da alfabetização que ajuda a empoderar pessoas, e também permite que comunidades e nações participem e contribuam para as sociedades do conhecimento globais".

Conforme documento da IFLA (2011, tradução nossa), a AMI engloba conhecimento, atitudes e a soma de habilidades necessárias para saber quando a informação é necessária, onde e como obter a informação, como avaliá-la criticamente e organizá-la uma vez encontrada; e como usá-la de maneira ética.

Os estudos sobre AMI no Brasil têm como precursores os pesquisadores da área da Ciência da Informação e Biblioteconomia que iniciaram as pesquisas no ano 2000, tendo como objeto a competência em informação (CoInfo). Assim, desde 2000, o movimento pela concretização da CoInfo vem se tornando cada vez mais forte, em virtude das várias manifestações públicas realizadas, como: os eventos organizados pela IFLA e outras organizações profissionais, várias declarações publicadas por diversos países, sobre CoInfo, entre outras. No Brasil, o movimento pela consolidação da CoInfo somada às habilidades midiáticas está sendo realizado mediante o desenvolvimento de atividades com o propósito de informar e formar profissionais conscientes da aplicabilidade da competência informacional e midiática em suas atividades biblioteconômicas, acadêmicas e social. (Farias, 2017). Assim, o pesquisador necessita ser competente no uso das mídias, competência conhecida como midiática. Nesse sentido a competência midiática, juntamente com a competência em informação, contribui para que o pesquisador saiba lidar com as demandas do século XXI e utilize as potencialidades de ambas competências para geração de oportunidade de crescimento, desenvolvimento e criação de novos conhecimentos. Desta forma, a competência midiática está baseada na: [...] compreensão e o uso das mídias de massa de maneira incisiva ou não, incluindo um entendimento bem informado e crítico das mídias, das técnicas que elas empregam e dos seus efeitos. Incluindo a capacidade de ler, analisar, avaliar e produzir a comunicação em uma série de formatos de mídias. (Farias, 2017, p. 163). A AMI é um conceito composto, unificando a competência em informação (CoInfo) e a competência midiática, além de considerar a liberdade de expressão e o acesso à informação por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Esse conceito composto oferece uma abordagem harmonizada, que, por sua vez, permite incorpora conhecimentos essenciais sobre: a) as funções da mídia, das bibliotecas, dos arquivos e de outros provedores de informação em sociedades democráticas; b) as condições sob as quais as mídias de notícias e os provedores de informação podem cumprir efetivamente essas funções; e c) como avaliar o desempenho dessas funções pela avaliação dos conteúdos e dos serviços que são oferecidos. (Grizzle, 2016, p.12). Esse conhecimento, por sua vez, deveria

permitir que os pesquisadores se engajassem junto às mídias e aos canais de informação de uma maneira significativa. As competências adquiridas pela competência midiática e informacional podem equipar os pesquisadores com habilidades de raciocínio crítico, permitindo que eles fomentem e demandem serviços de alta qualidade das mídias e de outros provedores de informação. As informações são disseminadas por meio da mídia, ferramentas de difusão da informação para as pessoas. O pesquisador consciente sabe como usar tais ferramentas e 3 conhece a cadeia produtiva, além disso, o próprio pesquisador pode compartilhar suas ideias e pensamentos por meio de sites, blogs, redes sociais e outras ferramentas criadas para dar visibilidade às pessoas na rede. A matriz conceitual da AMI, apresentada por (Grizzle, 2016) na figura 1, reconhece a importância de todas as formas de mídia (incluindo mídias comunitárias) e de todos os outros provedores de informação, incluindo bibliotecas, acervos, museus, editoras e aqueles na internet. O conceito se baseia na convergência entre telecomunicação e radiodifusão e entre as muitas formas de mídia e provedores de informação. É importante notar que o conceito não está limitado às TIC, pois inclui também as tradições orais.

As habilidades e capacidades relacionadas ao pesquisador competente em informação e midiático possibilitarão o desenvolvimento de padrões e indicadores que norteiam as pesquisas nesta área. Os padrões foram criados internacionalmente e são flexíveis, pois se adaptam aos contextos de cada país. A AMI aprimora a capacidade das pessoas de usufruírem de seus direitos humanos fundamentais à liberdade de opinião e expressão. Neste aspecto, Belluzzo (2013), aborda que a consolidação da competência em informação e midiática necessita de sustentação, visando atender três requisitos fundamentais: cidadania, crescimento econômico e empregabilidade. A cidadania abrange o uso crítico tanto de dados como de informação; o crescimento econômico abrange o uso de forma criativa e intensa do conhecimento combinado à eficiência dos serviços de informação; e por fim a empregabilidade que abrange o desenvolvimento contínuo dos indivíduos, que utilizam-se de estratégias necessárias para alcançar o sucesso econômico. A complexidade de estabelecer uma conexão da filosofia da competência informacional e midiática e os ambientes educacionais e corporativos é desafiadora, pois a compreensão dessa filosofia, muitas vezes, é limitada, prejudicando o desenvolvimento de programas educacionais ou de capacitação.

A AMI segundo Wilson et al (2013) vai além daquilo que as terminologias significam individualmente, alcançando uma noção unificada que incorpora elementos tanto da competência midiática quanto da CoInfo. Na obra “Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores”, o Wilson et al, apresenta três principais benefícios da AMI, que aqui iremos dimensionar para a divulgação científica, estão expressos a seguir: no processo de pesquisa, os pesquisadores terão um conhecimento aprimorado em relação ao uso do meio de comunicação midiática capazes de contribuir com o empoderamento dos cidadãos, além de transmite conhecimentos cruciais sobre as funções das mídias e dos canais de informação nas sociedades democráticas. Bem como habilidades para avaliar o desempenho das mídias e dos provedores de informação à luz das funções esperadas. E por fim promover o desenvolvimento de mídias livres, independentes e pluralistas, e de sistemas abertos de informação. Para tanto é necessário que a AMI deva ser considerada como um todo e deve incluir uma combinação de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes). A divulgação científica deve prover conteúdos teóricos práticos essenciais para que haja engajamento junto às mídias e aos canais de informação a fim de ter conhecimentos sobre a localização e o

consumo de informações, bem como sobre a produção de informações e que essa produção de informação e conhecimento seja acessada de maneira igualitária às mulheres, homens e a grupos marginalizados, como as pessoas com deficiências, os povos indígenas ou as minorias étnicas. Pois a AMI deve ser vista como uma ferramenta essencial para facilitar o diálogo intercultural, a compreensão mútua e a compreensão cultural entre os povos. (Wilson et al, 2013). É necessário alinharmos a estrutura do ciclo de pesquisa, as recomendações do grupo de especialistas da UNESCO sobre AMI, em consonância com as três áreas temáticas centrais e inter-relacionadas. São elas: 1ª Área temática - o conhecimento e a compreensão das mídias e da informação para os discursos democráticos e para a participação social. O objetivo desta área temática é desenvolver a compreensão crítica de como as mídias e a informação podem aprimorar a capacidade dos pesquisadores engajarem-se às mídias e usarem os recursos disponíveis nas bibliotecas, arquivos e outros provedores de informação como ferramentas para a liberdade de expressão, o pluralismo, o diálogo e a tolerância intercultural que contribuam para o debate democrático e a boa governança. 2ª Área temática - a avaliação dos textos de mídia e das fontes de informação. O objetivo é aumentar a capacidade do pensamento critico, dos pesquisadores para avaliar as fontes e acessar informações a partir de funções específicas do serviço público, normalmente atribuídas à mídia, às bibliotecas, aos arquivos e a outros provedores de informação. Além de propiciar o conhecimento das ações que podem ser realizadas quando esses sistemas desviam-se de seus papéis esperados. Os pesquisadores devem estar em condições de analisar e entender como o conteúdo das mídias e outras informações são produzidos, como as informações apresentadas por esses sistemas podem ser avaliadas e como as mídias e a informação podem ser usadas para diferentes propósitos. Os pesquisadores devem estar em condições de explorar a questão da representação em diversos sistemas de mídia e em relação às TICs, bem como as maneiras como a diversidade e a pluralidade são abordadas tanto nas mídias locais quanto nas globais. Por fim, os pesquisadores devem desenvolver a capacidade de avaliar como os usuários interpretam as mensagens de mídia e as informações de uma série de fontes. 3ª Área temática - a produção e o uso das mídias e da informação. Os pesquisadores devem desenvolver as competências necessárias para que eles engajem-se junto às mídias e às plataformas de informação, para que possam comunicar-se de maneira significativa e alcançar a autoexpressão. Isso envolve o conhecimento de ética nas mídias e infoética com base nos padrões internacionais, incluindo o campo das competências interculturais. Além disso, os discentes devem desenvolver habilidades que lhe permita auxiliarem os usuários na aplicação dessas ferramentas e fontes em sua aprendizagem, especialmente em relação à busca de informação e à produção de conteúdo. À medida que os pesquisadores desenvolvem competências e tornam-se confiantes para produzir e usar mídias e informações para práticas instrutivas, eles passam a serem líderes na promoção da AMI. O ponto de partida deve ser a compreensão das políticas nacionais de educação, permitindo as leis sobre liberdade de expressão e liberdade de informação, além de outros instrumentos internacionais relacionados às liberdades e suas intersecções com as políticas de competência informacional e midiática.

Grupos de Pesquisa

Os grupos de pesquisa são fundamentais para o avanço científico, atuando como espaços organizados onde pesquisadores trabalham em colaboração para desenvolver investigações em diversas áreas do conhecimento. Segundo Mainardes (2022), os grupos de pesquisa promovem a interdependência das tarefas, o compartilhamento de responsabilidades e a

cooperação entre os seus membros para a solução de questões complexas. Essa estrutura de colaboração é essencial para o aumento da produtividade científica, além de contribuir para o desenvolvimento profissional dos pesquisadores envolvidos (Degn *et al*., 2018).

Formalmente, um grupo de pesquisa é definido como uma coletividade organizada em torno de uma ou duas lideranças, geralmente escolhidas com base em sua experiência e destaque no campo científico ou tecnológico. Esses grupos compartilham instalações e equipamentos e se organizam em torno de linhas de pesquisa comuns, que orientam suas atividades de investigação (CNPq, 2017). Segundo Kyvik e Reymert (2017), a formalização dos grupos de pesquisa, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais, ainda é um processo relativamente recente, porém fundamental para fortalecer a liderança científica e aumentar a captação de financiamento.

A principal função dos grupos de pesquisa é promover o desenvolvimento do conhecimento científico. Esses coletivos não apenas facilitam investigações mais robustas, mas também contribuem significativamente para o aumento da produtividade acadêmica e para a formação de novos pesquisadores (Kyvik; Reymert, 2017). De acordo com André (2007), os grupos de pesquisa desempenham um papel crucial na socialização dos novos pesquisadores em uma cultura de investigação científica, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas por meio da prática colaborativa. Essa formação se dá através de um processo de aprendizado em "comunidades de prática", no qual os estudantes são integrados ao ambiente acadêmico por meio de atividades de pesquisa, orientados por cientistas mais experientes.

Esses grupos desempenham funções estratégicas, como a formação de novos pesquisadores e o fomento à produção científica de qualidade. Segundo López-Yáñez e Altopiedi (2015), os grupos de pesquisa não apenas são os espaços onde as teorias consistentes são desenvolvidas, mas também onde ocorre a socialização dos cientistas, sendo o local onde são transmitidos valores, comportamentos e regras sociais que regem uma determinada disciplina.

A estrutura dos grupos de pesquisa pode variar dependendo da área do conhecimento. Kyvik e Reymert (2017) apontam que, em áreas como a medicina e saúde, os grupos de pesquisa são centrais para a organização das atividades científicas. Já nas ciências naturais, a participação em redes internacionais desempenha um papel mais relevante. Esse aspecto evidencia que, embora a pesquisa colaborativa em grupos seja amplamente necessária, as formas de organização e a relevância dos grupos podem variar significativamente entre os campos acadêmicos.

No que tange à contribuição social, os grupos de pesquisa são peças-chave na sociedade do conhecimento. Os autores López-Yáñez e Altopiedi (2015) observam que esses grupos constituem as "jóias da coroa" da ciência moderna, responsáveis por grande parte da criatividade e inovação que impactam diretamente a qualidade de vida da sociedade. Eles proporcionam um espaço para o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias, além de impulsionar o progresso científico em diversas áreas que afetam diretamente a sociedade, como saúde, educação e meio ambiente.

A relevância dos grupos de pesquisa também está intrinsecamente ligada à forma como eles consolidam a ciência colaborativa. Feldman *et al*. (2013) os definem como “comunidades de prática” e “comunidades epistêmicas”, onde há tanto o desenvolvimento de habilidades práticas quanto a criação e disseminação de conhecimento científico. Essas comunidades são locais de criação intelectual e metodológica, onde os membros trocam informações, desenvolvem teorias e fortalecem a prática científica.

Os Grupos de Pesquisa no Brasil

Os grupos de pesquisa no Brasil têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico e científico do país, sendo fortemente influenciados pela legislação e pelas políticas de órgãos governamentais como a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A estruturação desses grupos está intimamente ligada à expansão da pós-graduação e à consolidação da pesquisa científica no país, particularmente a partir da década de 1970.

A CAPES, ao implementar diretrizes para a pós-graduação, estabeleceu a necessidade de Programas de Pós-Graduação (PPGs) organizarem-se em áreas de concentração e linhas de pesquisa, o que incentivou a criação e consolidação dos grupos de pesquisa como forma de definir a identidade acadêmica e científica dessas instituições (Vinha, 2015). A Resolução n. 5, de 1983, reforçou a importância dos grupos, exigindo comprovação de experiência em pesquisa como requisito para o credenciamento de novos cursos de pós-graduação stricto sensu (CAPES, 1983).

Em 1992, o CNPq criou o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), uma iniciativa que sistematizou as informações sobre os grupos de pesquisa no país, contribuindo para a institucionalização desses grupos e facilitando o planejamento estratégico tanto acadêmico quanto político-administrativo (CNPQ, s.d.). Esse diretório promove a interação entre grupos de diferentes regiões e áreas do conhecimento, incentivando colaborações nacionais e internacionais.

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) também foram cruciais para o fortalecimento dos grupos de pesquisa. Desde o I PNPG (1975-1979), foi enfatizada a necessidade de formar doutores e criar núcleos de pesquisa como parte do desenvolvimento científico do país (CAPES, 1975). Com o passar dos anos, os PNPGs reforçaram a importância da criação de grupos interdisciplinares e do apoio a grupos emergentes em áreas estratégicas e regiões com menor densidade de pesquisa, como mencionado no IV PNPG (2005-2010) (CAPES, 2004).

O VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que teve vigência de 2011 a 2020, foi elaborado em um contexto de grande otimismo econômico, com o Brasil consolidando-se como a quinta maior economia mundial. Em virtude disso, o plano enfatizou a formação de recursos humanos qualificados para atuar em setores estratégicos, focando no desenvolvimento sustentável e na internacionalização da pesquisa e da pós-graduação. A estruturação do plano foi centrada em cinco eixos principais: a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a criação de uma nova agenda de pesquisa vinculada à pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação, o incentivo à interdisciplinaridade e o apoio à educação básica. No entanto, apesar de seu caráter prescritivo e das recomendações estratégicas, o plano não previu os cortes orçamentários e as crises econômicas que comprometem a continuidade de algumas de suas diretrizes, principalmente em relação ao crescimento das matrículas e ao financiamento de programas de pesquisa.

As chamadas editais de fomento, como a Chamada CNPq n. 22/2016 e a Chamada CNPq n. 09/2020, mostram a crescente importância dada à interação entre grupos de pesquisa e à formação de redes colaborativas, tanto no Brasil quanto no exterior. Esses editais incentivam a cooperação interinstitucional e a formulação de políticas públicas fundamentadas em pesquisas de alta qualidade (CNPQ, 2016; CNPQ, 2020).

Dessa forma, os grupos de pesquisa no Brasil evoluíram de iniciativas isoladas para uma parte essencial da estrutura científica nacional, sendo reconhecidos por sua contribuição à geração de conhecimento e formação de recursos humanos qualificados. A criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento desses grupos reflete o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento sustentável e a competitividade científica do país.

Diretório de Grupos de Pesquisa

O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), configura-se como uma ferramenta central para o mapeamento e a gestão da

atividade científica, tecnológica e inovadora no país. Por meio dessa plataforma, são catalogados os grupos de pesquisa em atividade, permitindo um levantamento detalhado das linhas de pesquisa, produção científica, parcerias e dados relacionados aos pesquisadores, estudantes e técnicos envolvidos.

O DGPB é um inventário composto por grupos de pesquisa ativos em diversas áreas do conhecimento no Brasil, com foco em instituições como universidades, institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo. Para que uma instituição possa participar do Diretório, é necessário que já desenvolvam atividades contínuas de pesquisa ou inovação, de modo que o cadastro no DGPB reflete um estágio avançado de consolidação dessas atividades (BRASIL, 2019) .

O Diretório é formado por sua base corrente, cujas informações podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos. Além disso, são realizados Censos DGPB, que são o recolhimento de informações cadastradas na base corrente em momento determinado, com posterior atualização e divulgação de Súmulas Estatísticas e Séries Históricas. A partir de sua retomada, no ano de 2023, o Censo DGPB terá frequência bianual. O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica, tecnológica e inovadora em atividade no País. Assim, o exercício permanente de atividades de pesquisa e/ou inovação numa instituição é condição prévia para participação dela no DGPB. Em outras palavras, o início de processo de criação ou implantação de atividades de pesquisa ou inovação em uma instituição não se inicia pela participação no Diretório. (Brasil, 2019).

Cada grupo de pesquisa é organizado em torno de uma liderança, geralmente composta por pesquisadores de destaque, sendo que a organização interna desses grupos seguem uma hierarquia de experiência e produção científica. A plataforma permite que os líderes de grupo atualizem os dados continuamente, garantindo que o Diretório sempre reflita a situação atual das atividades de pesquisa no Brasil (Brasil, 2019). Além da base de dados corrente, que é continuamente atualizada, o DGPB realiza censos periódicos, atualmente com frequência bianual, que permitem a geração de séries históricas. Essas séries são essenciais para estudos temporais sobre a evolução da ciência no país, bem como para o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico (Santos, 2023).

Os dados mais recentes do DGPB, referentes ao ano de 2023, apontam a existência de 42.852 grupos de pesquisa cadastrados em todo o país. A Tabela 1 apresenta a distribuição desses grupos por região, demonstrando uma concentração significativa nas regiões Sudeste e Sul, que juntas abrigam mais de 60% dos grupos de pesquisa ativos. Essa concentração de grupos nas regiões Sudeste e Sul reflete uma maior infraestrutura acadêmica e de pesquisa nessas áreas, o que pode ser associado ao número expressivo de universidades e institutos de pesquisa localizados nessas regiões. Por outro lado, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam um número menor de grupos, destacando a necessidade de políticas de incentivo para o desenvolvimento científico nessas localidades (Ferreira, 2022).

Grupos de Pesquisa na Área da Ciência da Informação

No Brasil, os grupos de pesquisa na área de Ciência da Informação desempenham um papel central na produção e disseminação do conhecimento científico. De acordo com o Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq, atualmente existem 295 grupos de pesquisa registrados nessa área, com milhares de participantes entre pesquisadores e estudantes. Esses grupos são responsáveis por impulsionar o desenvolvimento da Ciência da Informação, concentrando-se em temas como gestão do conhecimento, tecnologias de informação e comunicação, e políticas de acesso à informação.

Regionalmente, o Sudeste do Brasil se destaca por concentrar quase metade dos grupos de pesquisa da área, o que reflete o maior desenvolvimento econômico e social da região. No entanto, o Nordeste também tem uma

participação expressiva, sendo a segunda região com o maior número de grupos de pesquisa em Ciência da Informação, apesar das diferenças socioeconômicas. Segundo o DGP/CNPq, essa atuação regional é essencial para a formação de redes colaborativas, facilitando a troca de conhecimento entre pesquisadores e promovendo estudos conjuntos que ampliam o impacto científico e social das pesquisas realizadas.

Os temas abordados pelos 338 grupos de pesquisa cadastrados no DGP são amplos e englobam áreas fundamentais para o avanço da sociedade da informação. Entre os principais focos estão o uso da tecnologia para gestão da informação, a mediação do conhecimento, estudos de usuários e políticas públicas de acesso à informação. Essa diversidade temática reflete a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, frequentemente dialogando com outras áreas para promover inovações que beneficiam a sociedade. Ademais, os grupos de pesquisa desempenham um papel crucial na capacitação de novos pesquisadores, garantindo a continuidade e renovação da produção científica no país.

Procedimentos Metodológicos

A proposta ora apresentada faz parte de um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que busca investigar a relação e a possibilidade de contribuição da competência em informação e midiática às ações de divulgação científica que, por sua vez, podem influenciar positivamente na visibilidade de grupos de pesquisa, bem como de seus membros participantes no contexto brasileiro, ao apropriar-se da competência em informação e midiática, colocando-a em prática por meio de intervenções comunicacionais.

Sendo assim, estabeleceu-se a partir do exposto as seguintes questões norteadoras: a competência em informação e midiática contribui para a divulgação científica e tecnológica? Os grupos de pesquisa da área da Ciência da Informação brasileiros se utilizam de plataformas digitais para divulgar a Ciência e se relacionar com a sociedade? Da mesma maneira, estabeleceu-se algumas hipóteses: H-1: A competência em informação e midiática são elementos básicos para a divulgação científica e tecnológica; H-2: A competência em informação e midiática são elementos básicos para a visibilidade do papel social dos grupos de pesquisa à sociedade.

No intuito de responder à questão norteadora considerou-se como objetivo geral: investigar a relação da competência em informação e midiática para a divulgação científica e tecnológica. Como objetivo específico: identificar o uso das plataformas digitais de grupos de pesquisas da área de Ciência da Informação brasileira.

No que tange aos procedimentos metodológicos, caracteriza-se a pesquisa, como de natureza aplicada, cuja abordagem é qualiquantitativa, do tipo descritiva-exploratória. Este tipo de pesquisa se justifica, na medida que objetiva proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, desenvolvendo, esclarecendo e modificando conceitos e ideias. Objetiva a descrição de características de determinada população ou fenômeno (Gil, 2008), de modo que apresenta alinhamento com a questão problema e objetivos da pesquisa anteriormente mencionados.

O método de pesquisa aplicado é o Estudo de Caso Múltiplo que é uma investigação empírica de casos, ou seja, fatos que se apoiam em experiências vivenciadas, na observação de coisas e do conhecimento adquirido em um contexto (Yin, 2015). O delineamento da pesquisa teve como alicerce inicial uma revisão bibliográfica. De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021), é por meio dela que o pesquisador começa a conhecer o assunto a ser desenvolvido, assim, "[…] as considerações não podem ser apenas um resumo" (Fonseca, 2002, p.32), mas refletir criticamente as informações postas, reinterpretando-as sob novos olhares e sob o crivo do fenômeno central do estudo,

além de ser essencial para embasar as análises dos dados coletados.

A coleta de dados foi realizada a partir do Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de um formulário enviado aos líderes dos grupos de pesquisa da área da Ciência da Informação.

Para o tratamento dos dados, seguiu-se os pressupostos da abordagem qualiquantitativa. No que se refere a análise dos dados aplicou-se a triangulação de dados e do estabelecimento de categorias de análise, o que possibilitou a descrição dos resultados, a interpretação e as inferências alicerçadas na fundamentação teórica. A categorização dos dados seguiu os critérios semântico (categorias temáticas), de acordo com Marconi e Lakatos (2017).

Resultados

Os dados proporcionaram tanto análises qualitativas quanto quantitativas sobre determinados aspectos estudados. Os resultados da pesquisa evidenciam que a região sudeste do Brasil possui maior concentração de grupos de pesquisa em Ciência da Informação em relação as demais região do país, seguido da região nordeste, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – GP em CI por Região

Quant. GP em CI	Região
39 (41,9%)	Sudeste
22 (23,7%)	Nordeste
17 (18,3%)	Sul
9 (9,7%)	Centro-Oeste
6 (6,5%)	Norte

Fonte: Dados da pesquisa

Foi perguntado aos líderes dos grupos de pesquisa se as plataformas digitais permitiam aproximação do conhecimento científico, ou seja da ciência, para com a sociedade os líderes (91) participantes da pesquisa responderam que as plataformas digitais são instrumentos que permitem a aproximação da ciência com a sociedade. Entretanto ao pergutarmos se o grupo de pesquisa que eles lideram possuem plataformas digitais para comunicar e divulgar ciência à sociedade (42) líderes repoderam que não possuem canais na internet e (49) líderes disseram possuir canais na internet para se comunicar com a sociedade. O resultado evidência que há um esforço dos grupos de pesquisa em urilizar as plataformas digitais para divulgar a ciência, entretanto observa-se que o uso das plataformas digitais ainda é secundário no ambiente de pesquisa. A ausência de uso pode está associada também a falta de recursos do proprio grupo de pesquisa. Das mídias sociais mais utilizadas pelos grupos de pesquisa os lideres sinalizaram quatro mídias usual, são elas: facebook, instagram, whatsapp e youtube.

Perguntamos a temporalidade do uso das mídias sociais, a maior parte dos grupos que utiliza as mídias, já usam em média 3 anos, de acordo com o quadro 2.

Quadro 2 – Tempo de uso da mídia social pelo GP em CI no Brasil

Temporalidade das mídias	Quant. de GP
1 ano e 4 anos	31
5 anos e 10 anos	10
Mais de 10 anos	3
Menos de 1 anos	7
Não responderam	40

Fonte: Dados da pesquisa

Perguntamos aos líderes quais são as divulgações que eles fazem na mídia social utilizadas pelos grupos de pesquisa, conforme o quadro 3, evidência que os grupos de pesquisa divulgam a produção e pesquisa científica gerada pelos membros do grupo, além de eventos, reuniões e ações; dão dica de leitura; divulga premiaçõess, editais ; apresentam novos integrantes e notícias e curiosidade relacionada aos temas de pesquisa.

Quadro 3 - Divulgação na mídia social pelo GP em CI no Brasil

Divulgação	Quant. de GP
Produção científica oriunda dos membros do GP	41 (80,4%)
Pesquisa em desenvolvimento	39 (76,5%)
Produtos e Serviços do GP (eventos, ações de divulgação, reuniões, revistas)	28 (54,95) + 6
Dicas de leitura	26 (51%)
Parcerias constituídas pelo GP	23 (45,1%)
Prêmios	19 (37,3%)
Novos integrantes do GP – Editais	16 (31,4%)
Aquisição de Material	3 (5,9%)
Notícias e curiosidades relacionadas aos temas de pesquisa	1 (2%)

Fonte: Dados da pesquisa

Os lideres apresentam os fatores que impedem a utilização da mídia social pelo grupo de pesquisa, são elas: Ausência de capacitação do uso da mídia social para comunicação/divulgação da ciência. – 11(13,1%); Desconhecimento de como usar a mídia social como canal de informação científico/Tecnológico. – 5(6%); Falta de recurso (pessoal, tempo e financeiro) no grupo para gerenciar a comunicação da mídia social. -66(78%); Não tinha pensado na possibilidade do uso da mídia social como canal de comunicação para a sociedade. - 6 (7,1%); Não tenho desejo de utilizar a mídia social para divulgar informação científico/Tecnológico. – 1(1,2%)

Considerações Parciais ou Finais

O maior numero dos grupos de pesquisas respondentes, fazem uso de *websites* para divulgar a Ciência e se comunicar com a sociedade, bem como acreditam que o uso das plataformas digitais é um canal que possibilita aproximação da Ciência com a sociedade.

Identificou-se diferentes tipos de comunicação gerados pelos grupos de pesquisa pesquisados, no que tange a divulgação da Ciência, como também os desafios enfrentados para manter a comunicação com a sociedade nas plataformas digitais.

Conclui-se, ao analisar os dados, a importância de as instituições de ensino e pesquisa desenvolverem melhorias no processo de comunicação e divulgação da Ciência gerado no âmbito dos grupos de pesquisa do campo da Ciência da Informação. As equipes de pesquisa necessitam se capacitarem no que tange ao desenvolvimento da competência em informação e midiática com foco na divulgação cientifica.

Referência

IFLA. (2011) *Recomendaciones IFLA sobre Alfabetización Informacional y Mediática*. Olhanda. https://www.ifla.org/wpcontent/uploads/

2019/05/assets/information-literacy/publications/media-infolit-recommend-es.pdf

UNESCO.(2016) *Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional*: disposição e competências do país. Brasília: UNESCO; Cetic.br. 138p. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398.

Belluzzo, R. C. B.(2013) Competência em Informação: vivências e aprendizado. In: Regina Celia Baptista Belluzzo; Glória Georges Feres. (Org.). Competência em Informação: das reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB.

Brereton, P. et al. (2007) Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. Journal of Systems and Software, 80, (4), 571-583.

Farias, G. B. de. (2017) Competência Informacional e Midiática no Ensino de Biblioteconomia: Apontamentos para o Contexto Brasileiro. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 13, 111-135.

Fleury, Maria Tereza Leme; Fleury, Afonso. (2001) Construindo o conceito de competência. Revista de Administração Contemporânea, Edição Especial, 183-196.

Fleury, M. T. L.; Oliveira Jr. M. M. (Orgs.)(2008) Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas.

Grizzle, A. et al. (2016). A alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégicas – resumo sobre as políticas da AMI. Paris: UNESCO; Brasília: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Jesus, A. F.; Castro, F. F. (2019) Dados bibliográficos para o linked data: uma revisão sistemática de. Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends, 13, (1), 45-55.

Wilson, C. et al. (2013) Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores . Brasília: UNESCO, UFTM.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Base censitária ou Censo do DGP. Brasília. 2019c. https://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Censos realizados. Brasília. 2024c. http://lattes.cnpq.br/web/dgp/ censos-realizados/.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Consulta parametrizada. Brasília, 2024c. http://dgp.cnpq.br/dgp/ faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Grupo de pesquisa. Brasília, 2024c. https://bit.ly/2Cg4BuD.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Líder de grupo de pesquisa. Brasília, 2024c. https://bit.ly/31Sp2ZE.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Linhas de pesquisa. Brasília, 2024c. https://bit.ly/3gAU8Js.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Painel DGP. Brasília, 2016. https://bit.ly/31OJr1s/.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Produção C, T&A. Brasília, 2016. https://bit.ly/38wGyDW.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Objetivo. Brasília, 2024c. https://bit.ly/3e06lFG.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E

TECNOLÓGICO (CNPq). O que contêm as bases. Brasília, 2024c. https://bit.ly/3e0tZlj/.

Ferreira, G. C. (2011, set) Redes Sociais de Informação: uma história e um estudo de caso. Perspectivas em Ciência da Informação, [*S.L.*], 16, (3), 208-231. FapUNIFESP (SciELO).

Kyvik, S. ; Reymert, I. (2017) Research collaboration in groups and networks: differences across academic fields. Scientometrics, 113, 951-967.

https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-017-2497-5.

INSTAGRAM E DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Gabriela Belmont de Farias, Universidade Federal do Ceará, ORCID - 0000-0001-5743-4422, Brasil, *e-mail: gabriela_belmont@ufc.br*

Victória Késsia Pinheiro Freire, Universidade Federal do Ceará, ORCID, Brasil, *e-mail: vickessia@alu.ufc.br*

Vitoria de Oliveira Forte, Universidade Federal do Ceará, ORCID, Brasil, *e-mail: vitoriaforte@alu.ufc.br*

DOI:https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6762

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

Com o avanço das tecnologias digitais e a popularização das redes sociais, a disseminação do conhecimento passou por transformações significativas. A internet e suas múltiplas plataformas tornaram-se espaços fundamentais para a divulgação científica, permitindo que informações acadêmicas alcancem um público mais amplo e diversificado. Nesse contexto, os grupos de pesquisa desempenham um papel essencial ao compartilhar seus estudos e descobertas de forma acessível, promovendo o diálogo entre cientistas e sociedade.

A ascensão das mídias sociais como canais de comunicação científica tem gerado impactos diretos na forma como a informação é consumida e disseminada. Entre essas plataformas, o Instagram se destaca por sua natureza visual e interativa, permitindo a criação de conteúdos dinâmicos que facilitam a aproximação do público com o universo da pesquisa acadêmica.

A relevância das redes sociais para a divulgação científica pode ser explicada pela necessidade crescente de aproximar a ciência da sociedade, combatendo a desinformação e promovendo o acesso ao conhecimento de forma mais democrática. No entanto, é fundamental compreender quais estratégias são adotadas pelos grupos de pesquisa para tornar a divulgação científica mais eficiente e quais são os níveis de interação alcançados com o público. Nesse sentido, este trabalho investiga como os grupos de pesquisa do estado do Ceará utilizam o Instagram para divulgar suas pesquisas e interagir com a sociedade.

Diante dessa problemática, este estudo tem como objetivo geral analisar como os grupos de pesquisa da Universidade Federal do Ceará utilizam o *Instagram* para divulgar suas pesquisas e interagir com o público. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os grupos de pesquisa da Universidade Federal do Ceará que possuem perfis ativos no *Instagram*; b) Examinar as estratégias de divulgação científica utilizadas por esses grupos na plataforma; c) Avaliar o tipo de interação entre os grupos de pesquisa e o público no Instagram.

Referencial Teórico

A divulgação científica pode ser entendida como a comunicação de informações científicas ao público em termos simples e acessíveis, explicando processos, princípios e metodologias. Inicialmente focada em relatar descobertas revolucionárias, ela passou a abordar também questões sociais relacionadas à ciência (Lordelo; Porto, 2012)

Segundo José Reis (2006), a divulgação científica visa simplificar e tornar compreensíveis os conhecimentos científicos para o público leigo, permitindo que este compreenda novas descobertas e o progresso científico, além de entender melhor o mundo em que vive (Reis, 2006). Bueno (2010 p.5) reforça essa perspectiva, destacando que a "divulgação científica facilita o debate sobre temas especializados que impactam a vida das pessoas, promovendo a inclusão e a democratização do conhecimento". Porto (2009 p. 117) também considera a "divulgação científica um meio de democratizar o saber, levando fatos e pressupostos científicos ao público geral, o que é crucial para garantir o

acesso igualitário à informação e a participação pública nos debates científicos". Os autores evidenciam o papel essencial da divulgação científica no fortalecimento da cidadania e na integração da ciência à sociedade.

A cultura científica pode ser entendida como o conjunto de práticas, saberes e processos que envolvem a produção, o ensino e a disseminação do conhecimento científico na sociedade. De acordo com Vogt (2006), arte e ciência compartilham a mesma finalidade: criar e gerar conhecimento, seja por meio da demonstração lógica, no caso da ciência, ou pela sensibilização metafórica, no caso da arte. Nesse contexto, a cultura científica atua como um elo entre a produção de saber científico e sua inserção no cotidiano das pessoas, abrangendo atividades como a alfabetização científica, a popularização do conhecimento e a compreensão pública da ciência. A divulgação científica (DC) é parte fundamental desse processo, pois permite que o cidadão comum tenha acesso ao conhecimento científico e participe ativamente da sociedade, cuja vida cotidiana é cada vez mais influenciada pela ciência e pela tecnologia.

Mídias Sociais Digitais

A história das redes sociais remonta ao início da civilização, quando os seres humanos buscavam criar laços de afinidade e interesse entre os membros de um grupo. Desde então, as interações sociais têm sido essenciais para a formação de comunidades. Com o avanço da tecnologia e o surgimento da internet, essas interações foram potencializadas, permitindo que as redes sociais assumissem um novo formato no ambiente digital. Ferreira (2011) define as redes sociais como um conjunto de pessoas conectadas por padrões de interação que compartilham diferentes tipos de relações. A globalização das interações foi facilitada pela internet, permitindo a conexão em tempo real entre indivíduos de diferentes partes do mundo.

O surgimento da internet trouxe uma revolução na comunicação humana, criando novas formas de interação. Nos anos 1990, a internet começou a ser amplamente utilizada fora dos meios acadêmicos e militares, tornando-se um espaço de conexão e compartilhamento de informações. As mídias sociais surgiram como uma consequência natural da evolução da internet e da Web 2.0, que promoveu maior interação entre os usuários (Coutinho, 2014). De acordo com Barbosa e Sousa (2017), já se fala da Web 3.0, conhecida como a web da semântica e dos significados, que visa conectar não apenas pessoas, mas também informações, promovendo um uso mais inteligente dos dados disponíveis na internet. Nesse contexto, a internet se estabelece como a base fundamental para os conceitos e novas relações que sustentam a sociedade em rede, ou cibercultura. Segundo Lévy (1999), o ciberespaço configura-se como um espaço de comunicação global interconectado, facilitando novas formas de convivência e socialização. O autor explica essa concepção ao afirmar que:

O novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam esse universo. (Levy, 1999, p.17).

Com a consolidação desse ambiente digital, a evolução das redes sociais digitais tornou-se um fenômeno que reflete mudanças profundas na comunicação e nas interações sociais. As primeiras plataformas digitais, como SixDegrees (1997), permitiram que os usuários criassem perfis e se conectarem com amigos, estabelecendo as bases para as redes sociais modernas (Moura *et al*., 2024). Em seguida, Friendster (2002) e MySpace (2003) ampliaram essas funcionalidades, popularizando a ideia de conexões sociais online (Costa *et al*., 2022). O lançamento do Facebook em 2004 marcou um ponto de virada significativo, transformando-se rapidamente na maior rede social do mundo e introduzindo recursos como o feed de notícias e o compartilhamento de fotos (Pinheiro *et al*., 2022). Outras plataformas, como *Youtube* (2005) que revolucionou a forma de apresentar e consumir conteúdo no ambiente digital com os vídeos, e os *Twitter,* agora chamado de *X* (2006) e I*nstagram* (2010), surgiram, cada uma contribuindo para a diversificação das interações sociais digitais

(Silva *et al*., 2022). Com a chegada do *TikTok* em 2016, focado em vídeos curtos, observou-se uma nova tendência que atraiu especialmente o público jovem e impulsionou a cultura digital contemporânea (Gomes, 2022). Assim, as redes sociais evoluíram de simples plataformas de comunicação para complexos ecossistemas que moldam a maneira como nos relacionamos e interagimos na sociedade atual. A Figura 1 esquematiza a linha temporal da evolução das Redes Sociais Digitais.

Figura 1 - A evolução das redes sociais



Fonte: Elaborada pela autora de acordo com Moura *et al*., (2024).

Tipos de Redes Sociais e Mídias Sociais

As redes sociais podem ser classificadas em dois tipos principais: redes tradicionais e redes virtuais. As redes tradicionais sempre existiram, baseadas em interações físicas e sociais entre indivíduos. Já as redes virtuais surgiram com o avanço da internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), permitindo que essas interações ocorressem em plataformas digitais, como Facebook, Twitter e Instagram. Segundo Valério e Pinheiro (2008), as TICs abriram novos territórios de conhecimento, possibilitando o acesso livre a uma variedade de temas e informações. Assim, as redes sociais passaram a ser vistas como novos espaços de interação, onde pessoas de diferentes culturas podem se conectar e compartilhar conhecimentos. Conforme Recuero (2009), uma rede social é composta por dois elementos principais: atores (pessoas, instituições ou grupos) e conexões (interações ou laços sociais). Essas redes conectam indivíduos em torno de interesses e valores compartilhados. No ambiente digital, as redes sociais podem ser divididas em redes emergentes e redes de filiação. As redes emergentes são formadas por interações contínuas e recíprocas, como fóruns ou blogs, enquanto as redes de filiação são constituídas por listas de amigos ou seguidores, onde o envolvimento direto não é um requisito. Marteleto (2001) define essas redes como um sistema de nodos e elos que une indivíduos em torno de valores e interesses comuns.

As mídias sociais, como *YouTube*, *Instagram* e *TikTok*, ampliaram ainda mais a função das redes sociais, permitindo que os usuários não apenas interajam, mas também criem e compartilhem conteúdos multimídia. Barbosa (2018) destaca que as redes sociais virtuais ganharam enorme popularidade devido à sua facilidade de uso e alcance global.

Mídias Sociais Digitais e a Divulgação Científica

Nos últimos tempos, as redes sociais passaram a desempenhar um papel crucial na divulgação científica, facilitando o acesso ao conhecimento de forma democrática. A internet permitiu que tanto cientistas quanto divulgadores de ciência alcançassem um público mais amplo, utilizando plataformas como Instagram, *Twitter* e *YouTube* para compartilhar suas descobertas e pesquisas. Essas interações rápidas e imediatas ampliam a visibilidade das informações científicas. Segundo Azevedo (2017), a internet tem sido uma aliada na socialização do conhecimento científico, incentivando tanto especialistas quanto leigos a compartilhar informações e promover discussões sobre ciência. Sobre essas transformações, Ferraz (2007, p. 63) destaca que

O advento da internet proporcionou mudanças sem precedentes para a prática da DC. A consulta dos dados tornou-se mais acessível, levando os jornalistas e divulgadores da ciência às inúmeras possibilidades de fontes científicas. Ao contrário do que costumava acontecer, o pequeno número de fontes que dominavam o cenário da DC, agora, abriu

espaço para a busca frenética por informações da esfera científica. (Ferraz, 2007, p.63).

Essas mudanças impactaram significativamente a forma como o conhecimento científico é compartilhado, tornando-o mais acessível e descentralizado.

A divulgação científica nas redes sociais tem ganhado crescente importância no contexto das TICs, promovendo profundas mudanças na forma como ciência e tecnologia (C&T) são compartilhadas e discutidas. Oliveira (2012) aponta que as plataformas digitais possibilitam que a ciência atinja tanto leigos quanto especialistas, por meio de fóruns, blogs e sites específicos, permitindo uma disseminação ampla e acessível da informação. Isso contribui para a popularização do conhecimento científico, aproximando a ciência do público geral, que pode se informar e engajar por meio das redes.

Bueno (2010) afirma que é essencial que os divulgadores da ciência utilizem essas mídias digitais para alcançar um público maior e promover o conhecimento científico de maneira mais acessível. O uso de redes sociais para a divulgação científica também tem o potencial de combater a desinformação, uma vez que especialistas podem utilizar esses canais para esclarecer o público sobre questões complexas e científicas (Delmazo; Valente, 2018)

Com o advento das redes sociais, a divulgação científica tornou-se mais interativa e acessível, aproximando a ciência do cotidiano das pessoas. Fernandes e Santos (2013) afirmam que as redes sociais criam um espaço de intercâmbio multicultural, permitindo que pessoas de diferentes partes do mundo se conectem e troquem conhecimentos, promovendo a democratização do saber científico. A interatividade e o engajamento são favorecidos nessas plataformas, onde a comunicação se torna dinâmica e imediata. Os usuários podem comentar, compartilhar e discutir conteúdos científicos em tempo real, aumentando o envolvimento e facilitando a construção de uma comunidade em torno de temas científicos (Azevedo, 2017).

Outro aspecto importante é o uso de recursos visuais. Redes sociais como Instagram e *YouTube* utilizam fotos, vídeos e infográficos que tornam o conhecimento científico mais acessível e atraente. Essa abordagem facilita a compreensão de conceitos complexos e aumenta o interesse do público por temas científicos (Costa; Glück, 2021). Nesse contexto, a democratização da ciência se destaca como um benefício fundamental, pois a divulgação científica nas redes sociais ajuda a reduzir a distância entre a ciência e o público em geral. Ao tornar as informações científicas mais acessíveis, essas plataformas promovem o acesso ao conhecimento, permitindo que pessoas sem acesso direto à academia se informem sobre pesquisas e descobertas (Fernandes; Santos, 2013).

Ademais, as redes sociais servem como uma plataforma para a educação informal, onde os usuários podem aprender sobre ciência de maneira descontraída e interativa. Essa abordagem contribui para a alfabetização científica da população, ajudando as pessoas a entender melhor os conceitos científicos e suas aplicações no cotidiano (Lemes *et al*., 2021). A promoção da visibilidade pública da ciência é um benefício importante, uma vez que a presença de cientistas e instituições de pesquisa nas redes sociais aumenta essa visibilidade, atraindo novos interesses e colaborações, além de incentivar jovens a seguir carreiras científicas (Suess, 2014). A facilidade de compartilhamento é um fator crucial; as redes sociais permitem que conteúdos científicos sejam facilmente compartilhados, ampliando seu alcance sem a necessidade de intermediários tradicionais, como revistas científicas ou conferências. Isso democratiza o acesso à informação científica, permitindo que todos tenham a oportunidade de se envolver e aprender (Coutinho, 2020).

A divulgação científica nas redes sociais não apenas facilita o acesso à informação, mas também promove a interação e o engajamento do público com a ciência. À medida que as redes sociais continuam a evoluir, o potencial para a disseminação de informações científicas se torna ainda mais promissor, criando novas oportunidades para o diálogo entre cientistas e o público.

Os grupos de pesquisa desempenha um papel fundamental na exploração da dinâmica da divulgação científica, enfatizando a importância de compartilhar o conhecimento acadêmico além das fronteiras institucionais e científicas. Nesse contexto, os grupos de pesquisa estuda como essas ferramentas podem ser otimizadas para alcançar públicos mais amplos, promovendo uma maior interação entre a academia e a sociedade. Segundo Santana e Presser (2024), embora haja reconhecimento da importância das redes sociais como canais estratégicos para a divulgação científica, ainda existe uma lacuna significativa em estudos que explorem o impacto dessas plataformas, especialmente o *Facebook* (Barbosa; Sousa, 2017), no processo de comunicação científica. Assim, é necessário ampliar as pesquisas nesse campo, utilizando as redes sociais não apenas para promover a ciência, mas também para fortalecer políticas públicas voltadas para esse propósito.

Ao explorar a relação entre divulgação científica, Orrico (2009) observa que, devido à sua natureza interdisciplinar, dos grupos de pesquisa expandiu suas interfaces com outras áreas do conhecimento, suscitando reflexões sobre como comunicar a ciência da informação de forma acessível a um público leigo. Nesse sentido, a divulgação científica é vista como uma recriação do conhecimento científico, tornando-o compreensível e acessível não apenas para especialistas, mas também para o público em geral. No entanto, apesar da crescente importância da divulgação científica, ainda existe uma lacuna entre o reconhecimento de sua relevância e a produção acadêmica sobre esse tema, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Segundo Orrico (2009), o papel da divulgação científica na sensibilização social sobre ciência e tecnologia é inegável, mas a produção acadêmica nessa área, especialmente nos programas de pós-graduação em ciência da informação, ainda é limitada, indicando a necessidade de maior atenção e investimento nesse campo.

Grupos De Pesquisa

Os grupos de pesquisa são fundamentais para o avanço científico, atuando como espaços organizados onde pesquisadores trabalham em colaboração para desenvolver investigações em diversas áreas do conhecimento. Segundo Mainardes (2022), os grupos de pesquisa promovem a interdependência das tarefas, o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação entre os seus membros para a solução de questões complexas. Essa estrutura de colaboração é essencial para o aumento da produtividade científica, além de contribuir para o desenvolvimento profissional dos pesquisadores envolvidos (Degn *et al*., 2018).

Formalmente, um grupo de pesquisa é definido como uma coletividade organizada em torno de uma ou duas lideranças, geralmente escolhidas com base em sua experiência e destaque no campo científico ou tecnológico. Esses grupos compartilham instalações e equipamentos e se organizam em torno de linhas de pesquisa comuns, que orientam suas atividades de investigação (CNPq, 2017). Segundo Kyvik e Reymert (2017), a formalização dos grupos de pesquisa, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais, ainda é um processo relativamente recente, porém fundamental para fortalecer a liderança científica e aumentar a captação de financiamento.

A principal função dos grupos de pesquisa é promover o desenvolvimento do conhecimento científico. Esses coletivos não apenas facilitam investigações mais robustas, mas também contribuem significativamente para o aumento da produtividade acadêmica e para a formação de novos pesquisadores (Kyvik; Reymert, 2017). De acordo com André (2007), os grupos de pesquisa desempenham um papel crucial na socialização dos novos pesquisadores em uma cultura de investigação científica, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas por meio da prática colaborativa. Essa formação se dá através de um processo de aprendizado em "comunidades de prática", no qual os estudantes são integrados ao ambiente acadêmico por meio de atividades de pesquisa, orientados por cientistas mais experientes.

Esses grupos desempenham funções estratégicas, como a formação de novos

pesquisadores e o fomento à produção científica de qualidade. Segundo López-Yáñez e Altopiedi (2015), os grupos de pesquisa não apenas são os espaços onde as teorias consistentes são desenvolvidas, mas também onde ocorre a socialização dos cientistas, sendo o local onde são transmitidos valores, comportamentos e regras sociais que regem uma determinada disciplina.

A estrutura dos grupos de pesquisa pode variar dependendo da área do conhecimento. Kyvik e Reymert (2017) apontam que, em áreas como a medicina e saúde, os grupos de pesquisa são centrais para a organização das atividades científicas. Já nas ciências naturais, a participação em redes internacionais desempenha um papel mais relevante. Esse aspecto evidencia que, embora a pesquisa colaborativa em grupos seja amplamente necessária, as formas de organização e a relevância dos grupos podem variar significativamente entre os campos acadêmicos.

No que tange à contribuição social, os grupos de pesquisa são peças-chave na sociedade do conhecimento. Os autores López-Yáñez e Altopiedi (2015) observam que esses grupos constituem as "jóias da coroa" da ciência moderna, responsáveis por grande parte da criatividade e inovação que impactam diretamente a qualidade de vida da sociedade. Eles proporcionam um espaço para o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias, além de impulsionar o progresso científico em diversas áreas que afetam diretamente a sociedade, como saúde, educação e meio ambiente.

A relevância dos grupos de pesquisa também está intrinsecamente ligada à forma como eles consolidam a ciência colaborativa. Feldman *et al*. (2013) os definem como “comunidades de prática” e “comunidades epistêmicas”, onde há tanto o desenvolvimento de habilidades práticas quanto a criação e disseminação de conhecimento científico. Essas comunidades são locais de criação intelectual e metodológica, onde os membros trocam informações, desenvolvem teorias e fortalecem a prática científica.

Os Grupos de Pesquisa no Brasil

Os grupos de pesquisa no Brasil têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico e científico do país, sendo fortemente influenciados pela legislação e pelas políticas de órgãos governamentais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A estruturação desses grupos está intimamente ligada à expansão da pós-graduação e à consolidação da pesquisa científica no país, particularmente a partir da década de 1970.

A CAPES, ao implementar diretrizes para a pós-graduação, estabeleceu a necessidade de Programas de Pós-Graduação (PPGs) organizarem-se em áreas de concentração e linhas de pesquisa, o que incentivou a criação e consolidação dos grupos de pesquisa como forma de definir a identidade acadêmica e científica dessas instituições (Vinha, 2015). A Resolução n. 5, de 1983, reforçou a importância dos grupos, exigindo comprovação de experiência em pesquisa como requisito para o credenciamento de novos cursos de pós-graduação stricto sensu (CAPES, 1983).

Em 1992, o CNPq criou o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), uma iniciativa que sistematizou as informações sobre os grupos de pesquisa no país, contribuindo para a institucionalização desses grupos e facilitando o planejamento estratégico tanto acadêmico quanto político-administrativo (CNPQ, s.d.). Esse diretório promove a interação entre grupos de diferentes regiões e áreas do conhecimento, incentivando colaborações nacionais e internacionais.

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) também foram cruciais para o fortalecimento dos grupos de pesquisa. Desde o I PNPG (1975-1979), foi enfatizada a necessidade de formar doutores e criar núcleos de pesquisa como parte do desenvolvimento científico do país (CAPES, 1975). Com o passar dos anos, os PNPGs reforçaram a importância da criação de grupos interdisciplinares e do apoio a grupos emergentes em áreas estratégicas e regiões com menor densidade de pesquisa, como

mencionado no IV PNPG (2005-2010) (CAPES, 2004).

O VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que teve vigência de 2011 a 2020, foi elaborado em um contexto de grande otimismo econômico, com o Brasil consolidando-se como a quinta maior economia mundial. Em virtude disso, o plano enfatizou a formação de recursos humanos qualificados para atuar em setores estratégicos, focando no desenvolvimento sustentável e na internacionalização da pesquisa e da pós-graduação. A estruturação do plano foi centrada em cinco eixos principais: a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a criação de uma nova agenda de pesquisa vinculada à pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação, o incentivo à interdisciplinaridade e o apoio à educação básica. No entanto, apesar de seu caráter prescritivo e das recomendações estratégicas, o plano não previu os cortes orçamentários e as crises econômicas que comprometem a continuidade de algumas de suas diretrizes, principalmente em relação ao crescimento das matrículas e ao financiamento de programas de pesquisa.

As chamadas editais de fomento, como a Chamada CNPq n. 22/2016 e a Chamada CNPq n. 09/2020, mostram a crescente importância dada à interação entre grupos de pesquisa e à formação de redes colaborativas, tanto no Brasil quanto no exterior. Esses editais incentivam a cooperação interinstitucional e a formulação de políticas públicas fundamentadas em pesquisas de alta qualidade (CNPQ, 2016; CNPQ, 2020).

Dessa forma, os grupos de pesquisa no Brasil evoluíram de iniciativas isoladas para uma parte essencial da estrutura científica nacional, sendo reconhecidos por sua contribuição à geração de conhecimento e formação de recursos humanos qualificados. A criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento desses grupos reflete o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento sustentável e a competitividade científica do país.

O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB), coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), configura-se como uma ferramenta central para o mapeamento e a gestão da atividade científica, tecnológica e inovadora no país. Por meio dessa plataforma, são catalogados os grupos de pesquisa em atividade, permitindo um levantamento detalhado das linhas de pesquisa, produção científica, parcerias e dados relacionados aos pesquisadores, estudantes e técnicos envolvidos.

O DGPB é um inventário composto por grupos de pesquisa ativos em diversas áreas do conhecimento no Brasil, com foco em instituições como universidades, institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo. Para que uma instituição possa participar do Diretório, é necessário que já desenvolvam atividades contínuas de pesquisa ou inovação, de modo que o cadastro no DGPB reflete um estágio avançado de consolidação dessas atividades (BRASIL, 2019) .

O Diretório é formado por sua base corrente, cujas informações podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos. Além disso, são realizados Censos DGPB, que são o recolhimento de informações cadastradas na base corrente em momento determinado, com posterior atualização e divulgação de Súmulas Estatísticas e Séries Históricas. A partir de sua retomada, no ano de 2023, o Censo DGPB terá frequência bianual. O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica, tecnológica e inovadora em atividade no País. Assim, o exercício permanente de atividades de pesquisa e/ou inovação numa instituição é condição prévia para participação dela no DGPB. Em outras palavras, o início de processo de criação ou implantação de atividades de pesquisa ou inovação em uma instituição não se inicia pela participação no Diretório. (Brasil, Diretório de Grupos de Pesquisa, 2019).

Cada grupo de pesquisa é organizado em torno de uma liderança, geralmente composta por pesquisadores de destaque, sendo que a organização interna desses grupos seguem uma hierarquia de experiência e produção científica. A plataforma permite que os líderes de grupo atualizem os dados continuamente,

garantindo que o Diretório sempre reflita a situação atual das atividades de pesquisa no Brasil (Brasil, 2019). Além da base de dados corrente, que é continuamente atualizada, o DGPB realiza censos periódicos, atualmente com frequência bianual, que permitem a geração de séries históricas. Essas séries são essenciais para estudos temporais sobre a evolução da ciência no país, bem como para o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico (Santos, 2023)

Os dados mais recentes do DGPB, referentes ao ano de 2023, apontam a existência de 42.852 grupos de pesquisa cadastrados em todo o país.

Essa concentração de grupos nas regiões Sudeste e Sul reflete uma maior infraestrutura acadêmica e de pesquisa nessas áreas, o que pode ser associado ao número expressivo de universidades e institutos de pesquisa localizados nessas regiões. Por outro lado, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam um número menor de grupos, destacando a necessidade de políticas de incentivo para o desenvolvimento científico nessas localidades (Ferreira, 2022).

O estudo aqui apresetnado enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada e holística da competência midiática dos grupos de pesquisas, que vá além do mero domínio técnico das ferramentas de mídia, e destaca a importância de capacitar os indivíduos para participarem ativamente na cultura midiática contemporânea. Com esta noção, utilizar-se dos meios de comunicação para a divulgação científica é uma ferramenta educativa que possibilita atingir os mais diversos públicos, além disso, a divulgação científica destaca funções primordiais, dentre elas:

[...] democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho, a exemplo de transgênicos, células-tronco, mudanças climáticas, energias renováveis e outros itens. (Bueno, 2002, p. 5)

Assim, é fundamental que o conhecimento científico seja acessível a todos, pois o acesso a ele amplia as oportunidades para que as pessoas se envolvam com temas importantes e compreendam as descobertas e debates científicos que impactam suas vidas. Ao fornecer esse acesso, a divulgação científica capacita os cidadãos a participarem ativamente do debate público sobre questões científicas. Isso é especialmente significativo em temas complexos e controversos, em que o entendimento da população pode influenciar políticas, regulamentações e práticas sociais.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa trata-se de um estudo que adota uma abordagem quali-quantitativa, combinando a análise qualitativa dos conteúdos postados nos perfis investigados com a mensuração quantitativa da presença e do engajamento desses perfis na plataforma. Segundo Marconi e Lakatos (2003). O estudo também se enquadra como descritivo e exploratório. Conforme Gil (2008), a pesquisa descritiva visa detalhar as características de um fenômeno, enquanto a pesquisa exploratória tem o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre um tema ainda pouco investigado.
Para a categorização dos perfis analisados, foi utilizado a proposta de Gomes e Flores (2016), que estabelece duas categorias principais: "Cientista Blogueiro Divulgador" e "Cientista Blogueiro Protagonista". Essa categorização nos permite uma análise mais detalhada sobre os papéis assumidos pelos grupos de pesquisa na divulgação científica por meio do Instagram.

A coleta de dados foi realizada no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, com foco nos grupos pertencentes à Universidade Federal do Ceará, identificando os grupos cadastrados e verificando sua presença e atividade no Instagram. O Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq apresentou 399 grupos de pesquisa ativos.
Após o levantamento do quantitativo de grupos de pesquisa, iniciou-se a busca para identificar quais desses grupos possuem perfis ativos no Instagram. Para isso, foi realizada uma busca manual na plataforma, utilizando diferentes estratégias.

Dos 151 perfis encontrados, foi realizado um recorte para análise final utilizando cinco critérios de seleção, sendo eles: a) Pertencentes a grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq; b) Grupos de pesquisa com perfis no Instagram; c) Perfis públicos, com conteúdo acessível para análise; d) Perfis ativos, com pelo menos uma postagem nos últimos seis meses; e e) Análise das últimas nove postagens de cada perfil. Ficando uma amostra de 54 perfis de grupos de pesquisa selecionados de acordo com o quadro 1.

Quadro 1 – Quantitativo de perfis de GPs (UFC) analisados por Área do Conhecimento

Quadro geral de Grupos de Pesquisa da UFC

Área do Conhecimento (AC)	Total de GPs	Instagram identificados	Para análise
Ciências Agrárias	29	10	3
Ciências Ambientais	1	0	0
Ciências Biológicas	32	3	1
Ciências da Saúde	78	34	14
Ciências Exatas e da Terra	46	13	2
Ciências Humanas	82	35	17
Ciências Sociais Aplicadas	49	25	9
Engenharias	31	7	1
Linguísticas; Letras e Artes	50	24	7
Robótica	1	0	0
→	**399**	**151**	**54**

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os perfis selecionados foram analisados com base na proposta de Gomes e Flores (2016) e na categorização de blogs, adaptada para o contexto dos perfis no Instagram.

Resultados Parciais ou Finais

Dentre os pontos que integram esta pesquisa, proponha-se investigar a competência midiática dos Grupos de Pesquisa (GPs) da UFC por meio do perfil do Instagram. Dessa maneira, a partir dos 151 GPs com perfis do Instagram identificados, foram selecionados 54 para passarem pela análise.

Atribuindo as características das postagens de acordo com o Quadro 1 de categorização, foi levantado o quantitativo de cada perfil, reunido numericamente no Quadro 10 por Área do Conhecimento. Assim, é possível identificar o maior somatório na categoria Agenda Mural (895) em que sua função exerce caráter informativo e neutro.

Quadro 2 – Quantitativo das categorias a partir das Áreas do Conhecimento

QUADRO DO QUANTITATIVO POR CATEGORIAS

Área do Conhecimento	MDC	AM	AV	C	D	P
Ciências Agrárias	21	53	70	0	7	12
Ciências Biológicas	5	81	46	18	3	15
Ciências da Saúde	52	155	334	2	29	11
Ciências Exatas e da Terra	9	17	34	3	0	9
Ciências Humanas	7	271	130	15	0	7
Ciências Sociais Aplicadas	15	155	82	13	11	8
Engenharias	4	35	45	0	9	4
Linguísticas, Letras e Artes	9	128	27	0	0	5

→	122	895	768	51	59	71

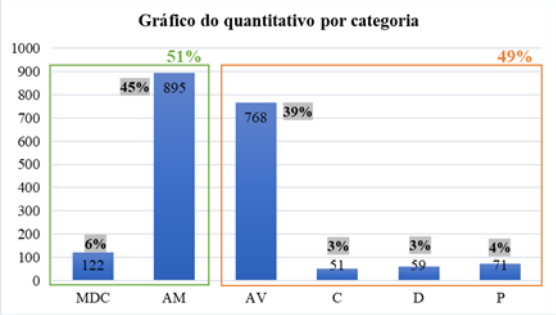
Fonte: elaborado pelas autoras.

É notado uma proeminência nas duas Agendas (Mural e Vitrine), o que indica que os GPs estão ativamente envolvidos na divulgação de eventos, atividades planejadas, prazos importantes, parcerias e colaborações. Categorias cruciais para manter o público informado sobre as atividades do GP, compartilhar conquistas, recapitular eventos passados, mostrar engajamento com a comunidade (acadêmica e externa), e promover a participação geral.

No entanto, apesar de serem fatores significativos na construção de uma relação com o público, também aponta que os perfis têm maior percentual em MDC (6%) e AM (45%), — totalizando 51% — na posição "cientista divulgador", que, como discorrido anteriormente, o enunciador não é o centro do enunciado. Ou seja, há um distanciamento, pois a linguagem utilizada é caracterizada por registros mais neutros e objetivos, buscando transmitir informações de forma clara e direta, sem muitos elementos subjetivos, pessoais e críticos.

Ainda, não é ignorado que AV é a segunda categoria com maior percentual (39%), junto a isto, a soma dos 10% que as demais categorias adicionam, cuja tal visão reflete que os GPs estão no caminho para demonstrar o papel social dos cientistas, com estratégias de envolvimento e utilizando os espaços das mídias para autopromoção e registros opinativos. Esta perspectiva argumenta quanto à defesa de causas pró ciência e exploram as competências críticas tanto dos cientistas, quanto da população.

Gráfico 1 – Quantitativo por categoria



Fonte: elaborado pelas autoras.

No geral, a análise do quadro e os dados estatísticos mostram que os GPs da UFC estão bastante ativos na divulgação de eventos e atividades (AM e AV), mas poderiam aproveitar mais as categorias Crítica (C), Diário (D), e Pessoal (P) para enriquecer o conteúdo dos seus perfis no Instagram e promover uma maior interação com o público interessado em suas áreas de pesquisa.

À avanço do estudo, o objetivo desta é identificar quais as competências midiáticas e informacionais desses grupos de pesquisa estão aprimorando a fim de serem capazes de engajar seus perfis. Nisso, selecionou-se algumas postagens que demonstram as categorias do Quadro 1, junto a análise dos demais atributos dos perfis.

Matéria de Divulgação Científica (MDC):

É uma categoria com pouco percentual, o que pode indicar que os GPs estão menos focados na divulgação de resultados de pesquisa e publicações científicas diretamente no Instagram. Entretanto, é uma categoria importante para demonstrar o trabalho acadêmico, e poderia ser explorada de maneira mais ampla para aumentar a visibilidade das pesquisas realizadas. A área de Ciências da Saúde teve a maior contagem nesta categoria, a exemplo dos perfis @neppss e @gruppocom, é sempre colocado o título da pesquisa, os autores e um breve resumo da temática principal.

Imagem 01 – Exemplos de postagens MDC



Fonte: perfis de Instagram neppss (Ciências da Saúde) e gruppocom (Ciências Sociais Aplicadas).

Alguns dos perfis utilizam aspectos diferenciais como legendas em duas línguas (português e inglês), hiperlinks para acesso mais rápido, ou não utilizam o feed para essa divulgação, às vezes o material científico é posto nos destaques.

Agenda Mural (AM)

Nesta categoria há destaque para área de Ciências Humanas, que utiliza o feed, os reels e as marcações para fazer anúncios de eventos e colaborações. Os dois perfis no imagem 2 utilizam artifícios diferentes para engajamento, @libsufc com uma sequência de posts de linguajar acessível a respeito de um assunto específico, com objetivo ter a atenção do público e sanar dúvidas, e o @geadufc com indicação de uma leitura relevante. A distinção das postagens é identificada pelos atributos gráficos e manejo na linguagem.

Imagem 2 – Exemplos de postagens AM



Fonte: perfis de Instagram libsufc (Ciências da Saúde) e geadufc (Ciências Humanas).

Nos demais perfis ver-se postagens indicando outros elementos midiáticos, seja de livros, séries ou podcasts, em que, dialogando com temáticas das áreas, conseguem apontar pautas importantes com títulos populares e pertinentes. Também, há presença de variados anúncios de reuniões abertas, seminários, convites, defesas e prazos de inscrições, antes da data de realização. Ademais, é visto conexão com outros grupos e atualizações das atividades realizadas.

Agenda Vitrine (AV)

Ciências da Saúde novamente sobressai nesta categoria, utilizando registros de oficina e laboratório para alimentar a visibilidade do grupo. Junto a isso, salienta-se que esta categoria é bastante usada para recapitular a presença de eventos passados, divulgar conquistas e parcerias. Isso é visto nas publicações de @farmaciavivaufc e @hidrosed, cujas ambas têm o propósito de registrar acontecimentos relevantes para seus grupos.

Imagem 3 – Exemplo de postagens AV



Fonte: perfis de Instagram farmaciavivaufc (Ciências da Saúde) e hidrosed (Ciências Agrárias).

Logo, como sendo umas das categorias mais utilizadas pelos perfis, fica claro que se têm mais empenho no ganho de visibilidade a partir dos feitos dos grupos.

Crítica (C):

A categoria Crítica possibilita que os GPs engajem o público em debates científicos e contribuem para a popularização da ciência. Apesar de ter um número menor de postagens nos perfis, é uma categoria significativa para promover não só o grupo, mas para iniciar discussões críticas sobre a sociedade, a política, a ciência e questões polêmicas.
A área de Ciências Biológicas obteve destaque nessa categoria que, como demonstrado, usou a plataforma para desmentir fake news quanto às vacinas contra o COVID-19, um tópico popular. Já o perfil @grupoagoraufc, da área de Ciências Sociais Aplicadas, mostrou-se fortemente engajado na causa da igualdade de gêneros. Seus reels de 2023 são voltados para o 8 de março (Dia Internacional da Mulher), na qual realizaram o projeto "Um caminho ainda

por trilhar: as mulheres em todos os espaços de poder", que visou difundir conhecimentos, eventos e dicas durante o mês acerca da participação das mulheres na política. Em um dos seus posts (Imagem 4) expõe um infográfico que crítica a pequena participação de mulheres em cargos de poder jurídico, mesmo que o número de estudantes de direito, em sua maioria, sejam mulheres. Um post analítico, provocativo e de fato atual.

Imagem 4 – Exemplos de postagens C



Fonte: perfis de Instagram libsufc (Ciências Biológicas) e grupoagoraufc (Ciências Sociais Aplicadas).

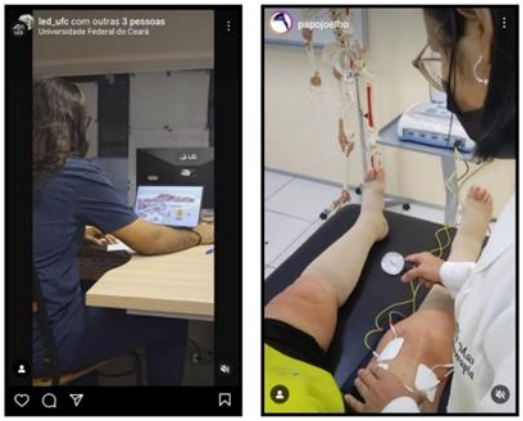
De maneira concisa, esta categoria não recebe muita dedicação dos perfis, visto que o máximo observado são notas de repúdio ou de apoio, e posicionamentos a favor de causas. Tais publicações não são recorrentes em nenhum dos perfis analisados.

Diário (D):

Diário não é uma categoria muito utilizada em várias áreas, pois muitos têm dificuldade de manter postagens regulares sobre o processo e o progresso dos projetos, também porque boa parte das áreas têm direções empíricas. No entanto, continua sendo um formato interessante para compartilhar o trajeto acadêmico de pesquisa, registrar experiências, desafios enfrentados, e oferecer reflexões pessoais dos cientistas e pesquisadores, uma profissão considerada solitária.

É com esta perspectiva que as postagens nesta categoria podem ajudar a humanizar os GPs, mostrando o lado mais pessoal, emocional e dinâmico do trabalho acadêmico. A área de Ciências da Saúde mais uma vez teve ênfase, pois utilizou-se de vídeos para mostrar as atividades rotineiras, como no caso do perfil @papojoelho. Não somente, perfis como @led_ufc conseguiu mostrar o passo-a-passo de modelos planejados por alunos, testes e experiências imersivas. Acredita-se que essa escolha de formato seja melhor utilizada por conta do caráter prático da área.

Imagem 5 – Exemplos de postagens D



Fonte: perfis de Instagram led_ufc (Ciências Sociais Aplicadas) e papojoelho (Ciências da Saúde).

Assim, é notório a falta da categoria Diário nos perfis, postagens que registrem reflexões dos membros do grupo sobre a jornada profissional.

Pessoal (P):

Assim como a categoria anterior, a categoria P contribui para humanização dos perfis e estabelece uma conexão mais próxima com o público. Embora também tenha um número menor de postagens (71), ela oferece um formato capaz de apresentar os membros da equipe de pesquisa, compartilhar momentos descontraídos e interesses pessoais dos pesquisadores.

Perfis como @libsufc e @nucomufc dividem com seus seguidores a experiência de suas rotinas, pequenos momentos e encontros dos dias, e como é fazer parte de um grupo. Essa dinamização tem potencial de chamar atenção do público, pois assim como se é acompanhado o dia-a-dia de *influencers*, pelo fator natural e espontâneo, a população também pode ter interesse nos hábitos e praxes dos pesquisadores.

Imagem 6 – Exemplo de postagens P



Fonte: perfis de Instagram libsufc (Ciências Biológicas) e nucomufc (Ciências Humanas).

Esta concepção capta a essência das pessoas por trás do perfil e conquista semelhantes a partir desses ideais. Dessa maneira, apesar de não ser instigado que os pesquisadores se ponham à frente da sua pesquisa, é uma atitude capaz, por meio das mídias, de criar vínculo com o público através do que existe em comum.

A análise realizada permitiu uma compreensão aprofundada sobre como os grupos de pesquisa que utilizam o Instagram para a divulgação científica. Os dados coletados revelam suas estratégias de comunicação na plataforma, permitindo uma reflexão sobre os desafios e potencialidades dessa prática.

Os resultados indicam que, nem todos os grupos cadastrados no Diretório do CNPq, possuem perfil no Instagram. Evidência que a manutenção de uma presença ativa e consistente no ambiente digital ainda é um desafio.

A categorização das postagens revelou que a estratégia predominante entre os grupos de pesquisa enquadra-se na categoria Cientista Blogueiro Divulgador, com ênfase nas subcategorias Divulgação Científica e Agenda/Mural.

A análise também indica que há uma ampla oportunidade para ampliação da presença dos grupos de pesquisa nas redes sociais. A adoção de estratégias mais dinâmicas e interativas, como transmissões ao vivo, uso de linguagem acessível e maior diálogo com o público, poderia contribuir para um engajamento mais expressivo. Ademais, a colaboração entre grupos de pesquisa e influenciadores acadêmicos poderia ser explorada como uma forma de ampliar o alcance das postagens e tornar a ciência mais acessível ao grande público.

Considerações Parciais ou Finais

Os resultados obtidos permitiram compreender o papel das redes sociais digitais na disseminação do conhecimento acadêmico, evidenciando tanto as potencialidades quanto os desafios desse processo.

Dentre os principais achados, observou-se que a maioria dos grupos de pesquisa ainda não está presente no Instagram e, entre os que possuem perfis, muitos não mantêm uma frequência consistente de postagens. Além disso, as estratégias de comunicação adotadas estão predominantemente voltadas à disseminação de informação de forma tradicional, com pouca exploração de elementos interativos e engajadores, como postagens mais humanizadas, transmissões ao vivo ou diálogo direto com o público.

Os desafios identificados nesta análise evidenciam a necessidade de aprimorar as estratégias de divulgação científica no Instagram. A baixa adesão da plataforma pelos grupos de pesquisa, aliada à utilização limitada de estratégias de engajamento, sugere que a comunicação científica ainda está em um estágio inicial de desenvolvimento. Para ampliar o impacto e a visibilidade das pesquisas, é essencial que os grupos adotem abordagens mais interativas, incentivando a participação ativa do público e tornando o conteúdo mais acessível e envolvente.

Com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que, embora haja um potencial significativo no uso do Instagram como ferramenta de divulgação científica, os grupos de pesquisa ainda não exploram plenamente as possibilidades oferecidas pela plataforma. Para ampliar o impacto de suas comunicações, recomenda-se que esses grupos invistam em estratégias mais dinâmicas, como a utilização de recursos multimídia, linguagem acessível e maior interação com o público.

Referências

Bueno, W. C. (2010) Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & informação, 15, (1esp), 1-12.

https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585.
GIL, Antonio Carlos.(208). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Atlas SA: São Paulo.
Gomes, I. ; Flores, N. (2016). Categorização de blogs escritos por cientistas: uma proposta. Revista FAMECOS, [*S. l.*], 23, (2), ID22090. https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/22090.
Lordêlo, F. S.; Magalhães, C. P. De. (2012) Divulgação científica e cultura científica: conceito e aplicabilidade. Revista Ciência em Extensão, 8, (1), 18-34.
https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/515/632.
Moreira, I. de. C.; Massarani, L. (2002) Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. *In*: Massarani, L. ; Moreira, I. de. C.; Brito, F. (org.). Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. p. 43-64.
https://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/cienciaepublico.pdf
Porto, C. de. M. (2009) Difusão e cultura científica: alguns recortes. EDUFBA: Salvador. 228
Reis, J. (2006). 'Divulgação Científica'. Revista Espiral — Revista Eletrônica de Divulgação Científica 7 (27).
Vogt, C. (org).(2006) Cultura científica: desafios. São Paulo: Edusp. 232 p.

INFODIVERSIDADE: Ações afirmativas na extensão universitária

Gabriela Belmont de Farias, Universidade Federal do Ceará, 0000-0001-5743-4422, Brasil, *e-mail: gabriela_belmont@ufc.br*

Mariana Da Silva Gomes, Universidade Federal do Ceará, 0000-0001-5508-4844, Brasil, *e-mail: marianasgomes*@alu.ufc.br

Emanoel Freire Oliveira, Universidade Federal do Ceará, 0009-0007-8119-0457, Brasil, *e-mail: emanoelfreire*@alu.ufc.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6763

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

A luta pelos direitos humanos demanda transformação social a fim de que cada pessoa possa exercer, em sua plenitude, suas potencialidades, sem violência e discriminação. Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de pessoas pertencentes a grupos que tenham sido subordinados ou excluídos em determinados ambientes sociais. Neste contexto, dialogar sobre a equidade, diversidade e inclusão de todas as formas, como a racial, de gênero e sexual e pessoas com deficiência no Brasil não é uma tarefa simples.

Considerando os estigmas enraizados na sociedade contra as minorias de origens dissidentes, que se traduz no preconceito e na dificuldade de reconhecer a importância dessas temáticas, falar sobre problemáticas que acometem as comunidades de mulheres, de pessoas de cor e pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+ é muito desafiador e complexo, pois demanda conhecimento técnico, histórico e social, além de representatividade de locais de fala. Se por um lado vivemos em uma

sociedade heteronormativa, machista e racista que reforça padrões de violência e que marginaliza e invisibiliza essas pessoas, o que dificulta a criação de políticas públicas de enfrentamento, reconhecimento e afirmação, por outro, tem-se uma infodemia de preconceitos que desinforma e estigmatiza quando essas pessoas conseguem visibilidade, por meio de um esforço solitário somado à escassez de oportunidades. As vozes que hoje ecoam nas lutas por direitos, respeito e sobrevivência, falam pelas vozes que foram silenciadas no passado e continuam sendo apagadas diariamente. É diante disso que iniciativas que buscam trazer destaque para essas comunidades precisam partir também de ambientes onde o conhecimento e a ciência são fomentados, como a universidade.

Foi a partir de uma conversa entre os três autores desta pesquisa que notou-se a necessidade de abordar esses conceitos dentro das salas de aula do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC), de modo a fomentar um debate enriquecedor que integrasse alunos, professores e comunidade no geral, justamente promovendo a pluralidade de discursos a serem narrados, caminhando para uma via de conhecimento diversificado e interseccional e ainda proporcionar um ambiente de acolhimento e escuta para todos. Dos três alicerces que fazem uma universidade, a extensão é a que maior cumpre os requisitos necessários por viabilizar a conexão com a comunidade externa ao ambiente acadêmico, levando conhecimentos científicos ao diálogo com a população, de forma direta, trazendo a ocupação dos espaços universitários e reforçando o protagonismo dos indivíduos.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência da ação extensionista InfoDiversidade, apresentar a importância da inclusão dos debates relacionados às ações afirmativas no âmbito acadêmico, apontar a ação extensionista como uma prática pedagógica potente e inovadora e integrar temáticas emergentes, as diversidades e a sociedade em geral às práticas do curso de Biblioteconomia, bem como de seus profissionais.

Referencial Teórico

A ética emancipatória vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas, de forma livre, autônoma e plena (Piovesan, 2008).

No Brasil o termo ação afirmativa carrega uma diversidade de sentidos, segundo Moehlecke (2002), a expressão tem origem nos anos 60 nos Estados Unidos, local que ainda hoje se constitui como importante referência no assunto, entretanto a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Nesses diferentes contextos, a ação afirmativa assumiu desenhos diferentes que envolveu práticas, como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. Em um enquadramento histórico brasileiro, os argumentos que mais se destacaram são os da reparação e da diversidade, desconsiderando de certa forma a justiça social, que demanda um destaque justamente por sua abrangência e necessidade no contexto contemporâneo (Feres Júnior, 2005). Pontuando também discussões sobre as concepções de diversidade e da autodeclaração no país e, por último, a justiça social como um argumento que pode ser estendido a outros grupos e facilmente combinado aos demais, tendo a virtude de não demandar nenhuma essencialização identitária. De acordo com Venturini e Barreto (2023, p. 7), a expressão concerne a políticas públicas e privadas que têm como principal objetivo estimular, acrescentar e viabilizar a promoção de benefícios, recursos, oportunidades e direitos civis, políticos e culturais às categorias sociais que são objeto de discriminação na sociedade, de quaisquer características como etnia, gênero, condição econômica, casta, local de moradia, região de origem, religião, deficiência e outros.

Ainda em contexto brasileiro, tivemos como marco dessas ações afirmativas a Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº

14.723/2023, que reserva 50% das vagas em universidades e institutos federais para alunos oriundos de escolas públicas, alunos com deficiência, alunos de baixa renda e de raça/etnia preta, parda, indígenas e quilombolas, conhecida amplamente como Lei de Cotas, sendo considerada essencial para as políticas públicas de acesso ao ensino superior, e que atualmente também é válida para cursos de pós-graduação.

Ainda assim, é necessário pontuar que existem preconceitos, estigmas e vieses enraizados na sociedade brasileira que são cerne da necessidade das ações afirmativas em ambientes considerados de privilégio, justamente por significarem manutenção de espaços de poder que geram desigualdade, das quais pontuamos o Racismo, o Machismo e a Misoginia, a LGBTfobia, o Capacitismo e as interseccionalidades entre esses e outros, os quais, apesar de não serem os únicos desvios preconceituosos da história brasileira, são raízes importantes que serão abordadas nas seções seguintes.

Racismo: raiz brasileira

As questões referentes ao racismo são sentidas em todos os âmbitos da sociedade, relacionadas ao tom da pele mas amplificadas para comportamentos culturais e preconceitos contra pessoas negras, ligando-se a casos de violência e brutalidade policial, intolerância religiosa e até negação de direitos básicos. Sendo fruto do processo colonial da escravização, inferiorização e genocídio de pessoas negras, principalmente vindas do continente africano e mercantilizadas no Brasil, em um comércio que significou por muito tempo lucro para pessoas brancas e sofrimento a qualquer outra etnia. Diante disso que para o autor Silvio Almeida se trata, na verdade, de uma engrenagem indispensável para a manutenção de nossa sociedade. O autor explica que

> O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 27).

Reiterando a pervasividade do racismo, de forma a reiterar o teor histórico-social desse tipo de opressão que se agarra a todas as formas de comportamento social até que medidas sejam tomadas de forma a incluir a população socialmente excluída e marginalizada. Cida Bento (2022) aponta a existência de um pacto narcísico da branquitude, uma herança histórica escravocrata que se ocupa de todos os espaços, públicos ou privados, promovendo e mantendo o privilégio de pessoas brancas em detrimento de pessoas negras.

Para Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista do movimento negro, o racismo é um dispositivo de poder como apresentou Foucalt, ou seja, a raça é estrutura determinante de vivência, portanto instrumento de dominação que segundo ela “busca legitimizar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou” (Carneiro, 2023, p. 20). Estes privilégios definem o racismo como determinante para exploração e exclusão social contemporâneas e suas manutenções, e que como observado por Silvio, têm uma relação ainda maior com a estrutura motriz da sociedade, movendo também quesitos econômicos e políticos da mesma.

Pontuamos ainda que o racismo é crime inafiançável no Brasil desde 1989, segundo a Lei n° 7.716, atualizada pela lei n° 14.532 de 2023. No entanto, em 2024 foram registrados 11.610 boletins de ocorrência do crime referido no país, sendo 347 no estado do Ceará, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Números estes que evidenciam que, mesmo com os esforços de reparação feitos por meio de políticas públicas federais e estatais, ainda existe necessidade de reafirmação, reconhecimento e profundidade num problema tão raiz de nossa sociedade.

O Movimento Negro, como aponta Gonzalez (2022), tem sua atuação histórica destacada no que concerne à luta contra o racismo e suas consequências, principalmente a brutalidade policial, o encarceramento em massa, a marginalização dos negros e a promoção da Educação Antirracista. Este segue ativo dentro

das novas formas de organização da sociedade, como as redes sociais, promovendo debates acerca do letramento racial, da heteroidentificação e do avanço de políticas públicas voltadas à reparação histórica e da vida negra, como também da apropriação cultural e da valorização da identidade negra, onde muitas das conquistas citadas são frutos dos esforços do movimento negro brasileiro.

Machismo: Também estruturante

As discussões sobre os direitos das mulheres não datam do século XXI, visto que a primeira onda do feminismo ocorreu nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, justamente na busca do direito ao voto. (PINTO, 2010 p. 15). Pode-se dizer, então, que as mulheres estão há pelo menos um século tentando conquistar espaços onde as suas vozes são reconhecidas, valorizadas e ampliadas, buscando condições para viabilizar suas vidas, seu bem estar social e sua segurança. Justamente por conta de um histórico de apagamento, silenciamento e tendências agressivas contra pessoas alinhadas ao feminino.

A violência contra a mulher desgasta e corrói a vida das mulheres e suas relações, e de acordo com o atlas da violência de 2024, em 2022, foram 3.806 vítimas, representando uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres. Ao passo que segundo a 5ª edição do relatório Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil, realizado pelo instituto Datafolha, 40% das agressões sofridas por mulheres tem como autor seu cônjuge, companheiro, namorado ou marido e 26,8% seu ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-namorado.

O machismo estrutural entrelaçado à sociedade brasileira faz parte de instituições que a integram, que de certa forma se retroalimentam dos próprios comportamentos e tradições machistas presentes na mesma, reproduzindo-as (Gersoni, Fontanella, 2024, p. 171). Isto viabiliza situações de violência física, violência patrimonial, violência psicológica, a cultura do estupro, pressão estética e outros fatores que favorecem o patriarcado contra mulheres.

É importante pontuar que machismo não é o contrário de feminismo, segundo o dicionário priberam de língua portuguesa: o primeiro se trata de uma visão onde a mulher seria inferior ao homem em aspectos físicos, culturais e intelectuais e o segundo do movimento pelos direitos políticos e civis das mulheres, já misoginia significa o ódio à mulher, aversão e repressão de tudo relacionado à feminilidade.

Segundo Tiburi, 2020 p.11 “o feminismo nos leva à luta por direitos de *todas*, *todes* e *todos*.” Pontuando dessa forma que a luta das mulheres confere um caráter libertario as expressões de gênero e que os homens também devem se empenhar em um processo realmente democrático. Portanto, apontamos a importância de, mesmo dentro do feminismo, ser necessário reconhecer as outras formas de opressão, que assola todas as esferas sociais, como exploraremos a frente, no conceito de interseccionalidade.

O patriarcado não afeta somente as mulheres, mas a todos os que convivem em uma sociedade performática masculina, que rejeita e marginaliza o feminino, o diferente e o sensível, castigando-os com consequências letais.

LGBTfobia: prejudicial a todas as letras

Para a comunidade LGBTQIAPN+, essas consequências também são severas, pois de 4.241 crimes de homofobia e/ou transfobia que se enquadram nas leis de racismo, foram registrados lesão corporal dolosa, homicídio doloso e estupro em todo o país, como aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024.

Estes tipos de violências contra pessoas de sexualidades dissidentes, muitas vezes, passam pelo crivo do estigma e culminam em outras formas de agressividades mais veladas, desde tentativas de cura da homossexualidade e/ou transgeneridade, que mesmo depois de terem sido desconsideradas como patologias na Classificação Internacional de Doenças (CID) desde 1990 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ainda tem-se ocorrências de casos deste tipo no Brasil, a investidas que visam deslegitimar o casamento homoafetivo, como visto em 2023 com um projeto de lei (PL) que tramitava pela Câmarara dos Deputados, visando criar uma outra modalidade de união civil para casais homossexuais. Ressalta-se que o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi

reconhecido em solo brasileiro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 com a equiparação às uniões estáveis entre homens e mulheres, e posteriormente formalizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013 com a garantia da realização da cerimônia de casamento civil.

De acordo com Trevisan (2018), houveram diversas iniciativas para formalizar a cura em corpos homossexuais, como o PL 4931/16, que foi apresentado na Câmara Federal pelo ex-deputado Ezequiel Teixeira, no qual a ementa evidenciava que o plano era dispor o direito a homossexuais de mudarem a sua sexualidade em conformidade com a dignidade humana. Ainda segundo a proposta, profissionais da psicologia teriam liberdade para oferecer esse tipo de tratamento, mesmo que isso fosse contra a norma redigida pelo Conselho Federal de Psicologia em 1999, que despatologiza as homossexualidades.

Em julho de 2025, este assunto ocasionou um debate entre dois deputados baianos, Hilton Coelho e Diego Castro, onde o primeiro apresentou na Assembleia Legislativa da Bahia um projeto de lei que busca proibir mecanismos de convertimento de homossexuais e outros membros da comunidade no estado, enquanto o segundo criticou este PL sob a premissa de que a proposta coibiria entidades religiosas de realizar atendimentos para pessoas que quisessem mudar de sexualidade.

Assim como para Goffman (2013) o estigma pode ser entendido como uma particularidade depreciada, isto pode ser refletido da mesma forma pelas condutas heteronormativas que enxergam as sexualidades dissidentes como deformidades que precisam ser convertidas e curadas. Para o autor, quem possui um estigma pouco se abala ou mostra arrependimento por adquiri-lo, uma vez que considera-se um ser humano normal como qualquer outro, mesmo que isso o deixe em uma circunstância de minoria marginalizada na sociedade.

Isso pode acabar condicionando muitas pessoas que tentam assumir suas sexualidades ao retraimento, principalmente quando, por diversas vezes elas se encontrarem diante de tantos preconceitos que empenham-se em invalidar suas existências.

Para Trevisan (2018), as homossexualidades dentro dos contextos sociais nascem cercadas de conflitos resultantes, em algumas vezes, do medo gerado pela intolerância historicamente direcionada a sexualidades dissidentes, o que faz com que algumas pessoas internalizem esse fato e entrem em um atrito interno contra a sua identidade sexual.

Outro tipo de ataque contra a dignidade dessas pessoas acontece por meio de uma falsa representatividade dentro dos campos de consumo, onde a ideia do que representa a comunidade acaba sendo posta e publicizada por via de uma figura estereotipada que pouco condiz com a diversidade de letras contidas na sigla.

Para Quinalha (2023), esse movimento que acontece normalmente uma vez por ano, especificamente em junho, quando se celebra o orgulho, consiste em nada mais que um tipo de tokenismo, feito por empresas apenas para ceder ao posicionamento de um grupo sub-representado que cada vez mais cobra e necessita de representatividade e igualdade de direitos. Essa alegoria da diversidade, ainda para o autor, evidencia que esta pauta acaba recaindo na banalidade, deixando de haver, por exemplo, uma criticidade perante estes formadores de desigualdades e preconceitos.

A partir destas perspectivas que os grupos subalternizados se reorganizam e lutam diariamente para combater a LGBTfobia, reconhecendo que embora tenham tido algum progresso no alcance pleno da liberdade de poder existir, seja institucionalmente ou socialmente, ainda existe quem queira silenciar e invisibilizar as suas necessidades, vozes e vidas.

De acordo com Quinalha (2023), o fato de homossexuais terem direitos negados e outros direitos conquistados sob muito custo e entraves e demandas de lutas, foi outro fator que fez com que muitas empresas convertessem a falta de garantias em proveito com a potencialidade de consumo dessas pessoas, o que faz com que estas marcas ganhem grandes margens de lucro com o *pink money*, um dinheiro cor-de-rosa.

Este comportamento simpatizante de empresas com a comunidade gera uma fantasia de que todos possuem os mesmos direitos e deveres, quando na realidade,

mesmo dentro da sigla existem conjunturas de vida diferentes que impedem, por exemplo, que todos consigam ter o poder de consumir os produtos que lhes foram ofertados sem distingui-los por classe, cor ou gênero, o que corrobora com o ponto de vista de Quinalha (2023) de que sequer podemos acreditar na utopia de um meio social pautado na igualdade de direitos e oportunidades entre todas as pessoas.

Algumas letras que representam a sigla deste grupo, mais especificamente a T, para transgêneros, como travestis e transexuais, acabam sofrendo mais preconceito e desigualdade que outras, e isso ecoa na renda, na moradia, no trabalho etc. Para estas pessoas tem-se uma expectativa de vida muito baixa, uma vez que o Brasil lidera como o que mais mata travestis e transexuais no mundo, enquanto muitas, para sobreviver, precisam optar pelo trabalho sexual nas ruas, colocando-se em perigo e, de forma despropositada, aumentando os estigmas que atravessam suas vidas.

Acaba que de pouco adianta, mesmo que sejam importantes progressos, ter casais homoafetivos em filmes e novelas, publicidades ou mercadores voltadas e feitas sob medida para este grupo, quando ainda impera o descaso com necessidades basilares para sua sobrevivência.

Em consonância com Quinalha (2023), para uma ampla liberdade sexual, precisa-se que estas lutas estendam a sua performance de maneira interseccional com outros campos de luta, como aqueles que combatem o capacitismo, o racismo e a misoginia.

Capacitismo: engrenagem social

O capacitismo, outro tipo de violência velada no Brasil, abrange formas minuciosas de preconceito contra pessoas com deficiência (PcD), desde projetos arquitetônicos a maus tratos verbais e físicos. Para Feminella (2024), este se configura como um paradigma de corpos padronizados que rejeita aqueles que fogem desse modelo corporal socialmente aceito.

Baseado em intolerâncias e violências enraizadas na sociedade, o capacitismo se relaciona ainda com outras práticas discriminatórias.

> Partimos do pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser, Block e Mello, 2020).

Para que o capacitismo possa ser contornado dentro de locais de convivência coletivos, necessita-se que instâncias governamentais tomem medidas que eliminem os estigmas presentes dentro dos ambientes, independente da presença de pessoas com deficiência, viabilizando seu acesso, a exemplo de instituições e transportes públicos, assim como iniciativas que trabalhem aberturas para que possam fazer parte de onde bem quiserem estar.

Do mesmo modo, de acordo com Goffman (2013), muitos estigmatizados acabam por tentar reabilitar de outras formas a sua particularidade enquanto uma pessoa com deficiência, investindo suas habilidades, dentro das suas capacidades, a partir dos limites circunstanciais que foram impostos por pensamentos capacitistas de outras pessoas.

Em ambientes acadêmicos, existem detalhes que devem ser ponderados pensando em diferentes tipos de deficiência, como materiais em Braille para pessoas cegas ou diferentes problemas oculares, equipamentos como rampas e elevadores para cadeirantes e pessoas com a mobilidade reduzida, entremeando com as individualidades humanas que precisam ser estudadas para que se amplifiquem discussões sobre inclusão e acessibilidade.

Em conformidade com a NBR 9050, acessibilidade pode ser definida como

> possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e

> autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida [ou…] que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa (ABNT, 2020, p. 2).

Uma biblioteca, por exemplo, pode contemplar um determinado tipo de acessibilidade mas acabar esquecendo de alguma outra.

Para pessoas com nanismo, exemplificando, conforme o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2021), as bibliotecas precisam ter balcões de atendimento com duas alturas diferentes, com o menor medindo 75 cm e mesas e cadeiras adaptadas para elas, pois ademais, segundo a Lei nº 10.098, para que se tenha infraestruturas acessíveis para pessoas com deficiência, nenhuma barreira pode ser mantida dentro da arquitetura de prédios públicos e privados.

A inclusão de pessoas com deficiência é um debate que vem avançando em nossa sociedade, e muitos dos direitos citados se devem à luta anticapacitista.

De acordo com Lopes, Solvalagem e Busse (2020), no combate ao capacitismo, não basta não ser capacitista, mas precisamos ser anticapacitistas, aludindo ao evidente preceito de Angela Davis sobre racismo e o antirracismo, o que, para as autoras, evidencia como as lutas devem ser aliadas umas das outras, pois consideram que muitos dos atravessamentos estruturais mencionados anteriormente, engendram muitas vivências inseridas no apagamento social.

Para Gesser, Block e Mello (2020), colocar a deficiência dentro de um olhar interseccional ajuda a emancipar as pessoas com deficiência na conjuntura das lutas anticapacitistas, o que traz visibilidade para os seus lugares no interior dessas buscas por direitos de acesso e respeito.

Estas diretrizes garantem, pelo menos no âmbito constitucional, que atitudes capacitistas possam ser cessadas, no entanto, mesmo com tais garantias, existe muito preconceito contra as Pessoas com Deficiência, em parte, infelizmente, pelo pressuposto de incapacidade relacionado a elas, baseado ainda em um tratamento infantilizado que recebem de outrem.

Assim como as demais categorias de violências praticadas na sociedade, entende-se que o capacitismo, junto a elas, acontece tanto pelo preconceito com o diferente, como pela marginalização das pautas relativas à diversidade, onde o interesse por excluir se sobressai ao de compreender.

Interseccionalidade: mudança social

Todos os conceitos discutidos ganham ponto de ressonância quando entram na perspectiva da interseccionalidade, termo descrito por Kimberlé Crenshaw, em crítica ao feminismo e sua tendência em singularizar vivências de gênero e raça separadamente, excluindo portanto, mulheres negras, que para ela é imprescindível relevar as diferentes fontes de discriminação encarando-as como soma de intersecções complexas que geram desigualdades relativas.

Pontua-se ainda a contribuição de Sojourner Truth, principalmente em 1851, durante a convenção dos direitos da mulher, em seu inesquecível discurso "*Ain't A Woman*", ou em português "E eu não sou uma mulher?" onde a escritora apontou questões relacionadas à vivência de mulheres negras, evidenciando essa intersecção entre gênero e raça (Ribeiro, 2019, p. 18).

Vale salientar que segundo Rodrigues e Freitas (2021), ainda que o termo interseccionalidade tenha sido concebido por Crenshaw em 1989 com enfoque na racialidade e no gênero, o sentido de violências entrecruzadas, independente de quais fossem, era de conhecimento das mulheres negras brasileiras a partir dos anos 1970 e 1980, tendo um lugar, inclusive, em seus discursos, uma vez que muitas delas eram partes de movimentos de mulheres e de negros no Brasil.

Akotirene (2019, p. 14) aponta que "a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que produz racismo." Logo, pontuar as intersecções entre minorias onde as pessoas

habitam é extremamente necessário para compreender suas vivências enquanto indivíduos e, dessa forma, viabilizar suas vidas e sua presença em ambientes de poder, inclusive por políticas públicas.

Ainda para Akotirene (2019, p. 27), a interseccionalidade não se trata somente da soma das discriminações sofridas por uma pessoa de diferentes identidades dissidentes, mas de uma análise total da matriz colonial que atravessa todo e qualquer corpo, visto que ampliando os preconceitos, que como já vimos, são raízes da sociedade brasileira, estes assolam a todos que dela fazem parte, ou seja, todos podem ser reprodutores de violências que estigmatizam os corpos alheios de forma a corroborar com as opressões e violências e, portanto, inviabilizar a hierarquização de opressões, já que todas são estruturais.

A pluralidade pautada na interseccionalidade parte de uma premissa sensível, de reafirmar as diferenças e considerá-las como variáveis que resultam na experiência de indivíduos dissidentes, analisando seus diferentes pontos de vulnerabilidade gerados através da tendência capitalista do mundo e do contexto histórico-político-social-cultural brasileiro.

Nesse sentido, para Quinalha (2023), a interseccionalidade pode produzir debates sobre grupos que, embora marginalizados dentro da sociedade heteronormativa, acabam sendo privilegiados em detrimento de outros grupos, assim como podem ser desprivilegiados perante a outros, como os homens homossexuais brancos, que mesmo diante da suscetibilidade de sofrerem homofobia, ainda possuem uma aceitabilidade maior dentro de ambientes conservadores, bem como uma prioridade nas conquistas das demandas da comunidade como um todo.

No que diz respeito a isso, Quinalha (2023) ressalta os trabalhos precursores de Lélia Gonzalez, com o desenvolvimento de Racismo e sexismo na cultura brasileira, de 1984, e o de Sueli Carneiro, com o Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, de 2003.

Procedimentos Metodológicos

A iniciativa de criar uma ação extensionista com o propósito de proporcionar ao público acadêmico, especificamente alunos do curso de Biblioteconomia e ao público externo, ciclos de debates com uma proposta pedagógica de potencializar e multiplicar a reflexão sobre os temas relacionados às ações afirmativas no Brasil, com distintas perspectivas e abordagens. A ação teve como identidade o termo InfoDiversidade.

O objetivo foi debater temáticas relacionadas às mulheres, igualdade de gênero; identidade de gênero e diversidade; raça, racismo e preconceito e diversidade e inclusão. De forma que palestrantes foram selecionados com base na temática geral decidida entre os organizadores e sugeridas entre os participantes, cada um tendo uma fala expositiva de em média 25 minutos, e um tempo de discussão, debate e exposição por parte dos participantes de 30 minutos.

Partindo de perspectivas de compartilhamento de conhecimento e experiências, contando com a presença de vários especialistas na área, como também de pessoas com vivências pessoais sobre as temáticas e órgãos públicos, a exemplo de secretarias do estado, como a Secretaria de Igualdade Racial (SEIR) e a Secretaria da Diversidade (SEDIV). A partir da proposta pedagógica de rodas de conversas, buscou-se potencializar e multiplicar a reflexão sobre os temas relacionados às ações afirmativas no Brasil, com distintos pontos de vistas e abordagens.

Resultados Parciais ou Finais

A ação extensionista caracteriza-se como um processo educativo e dinâmico que favorece a junção entre o ensino em sala de aula e o aprendizado, conforme proposto no planejamento pedagógico de curso, e no cotidiano social, por meio da vivência do cenário da realidade (Síveres, 2013; Minetto et al., 2016). Ao observarmos o Plano Nacional de Extensão Universitária, fomentado no início dos anos 2000, evidenciamos que as ações extensionistas são realizadas por várias áreas do conhecimento, apresentando diferentes estratégias. Essas atividades constituem-se em um dos pilares da tríade ensino-pesquisa-extensão, favorecendo que discentes e docentes adquiram habilidades, competências e atitude crítica-reflexiva para atuarem junto à comunidade (Oliveira; Almeida Júnior, 2015; Alves et al., 2016).

A Roda de Conversa foi a proposta pedagógica utilizada para potencializar e multiplicar a reflexão sobre os temas relacionados às ações afirmativas no Brasil, com distintas abordagens. A programação teve quatro rodas de conversas, sendo: 11 de abril – Igualdade de Gênero; 25 de abril – Identidade de Gênero e Diversidade; 23 de maio – Raça, Racismo e Preconceito; e 18 de set. – Diversidade e Inclusão. No primeiro encontro, com a temática "60 anos de Biblioteconomia na UFC: Mulheres na ciência e a igualdade de gênero na contemporaneidade" onde, em ocasião festiva ao sessentenário, contamos com a presença da Profa. Dra. Virginia Bentes Pinto, do Departamento de Ciências da informação da UFC, ao qual o curso está vinculado. A palestrante tratou sobre seu trabalho em relação à visibilidade de mulheres na Ciência da Informação com enfoque em cientistas do Norte e Nordeste, promovendo uma discussão rica sobre as mulheres como pesquisadoras e os papéis de gênero impostos na ciência como um todo, destacando inclusive as interseccionalidades das mulheres cientistas como suas neuro-divergências, cor da pele, a maternidade, idade e outras mais. Na Figura 1, a primeira publicação convocatória e reveladora das informações sobre o primeiro encontro da ação.

Figura 1 - Design de chamada ao primeiro encontro



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Foi neste encontro onde realizou-se, também, um diagnóstico com o objetivo de conhecer o público participante da ação, e com intuito também de buscar respostas para perguntas relacionadas às motivações, pautas de identificação e quais as sugestões para as próximas rodas de conversas, além da faixa etária e gênero dos participantes. Observamos portanto, uma maior participação de mulheres cisgênero entre 19 e 22 anos. A motivação foi a curiosidade de entender melhor as temáticas, como também a identificação pelo tema.

Evidenciou-se a necessidade de debates e espaços acolhedores para a discussão destes temas com uma abordagem introdutória e acessível. Os temas indicados pelos participantes tiveram como predominância as palavras relacionadas a "Gênero", "Raça/Racial", "Colorismo", "Mulher" e "Orientação/Identidade Sexual". Na Figura 2, a primeira foto oficial dos coordenadores ao final do primeiro encontro com a tipografia visual utilizada para guiar o projeto durante todo o ano de 2024.

Figura 2 - Coordenadores e tipografia



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Munidos dessas informações, partimos para o segundo encontro que aconteceu no dia 25 de abril de 2024 com a temática "Identidade de Gênero e Diversidade: A importância das políticas de ações afirmativas dentro do ensino, pesquisa e extensão", que contou com a presença de três convidados marcantes, sendo a Profa. Me. Êmy Virginia Oliveira da Costa, primeira professora trans do Instituto Federal do Ceará (IFCE), que foi desligada em janeiro de 2024 por motivações transfóbicas, mas que após pressão popular e estudantil

retornou às suas atividades em março do mesmo ano por ordem da Controladoria Geral da União (CGU), tendo sua fala voltada para o que é a transfobia e análise de discurso, contribuindo com sua experiência na docência com referências culturais e empíricas à sua formação em Letras, além da indicação de teóricos no assunto.

Também presente o Prof. Dr. Marcos Antonio Almeida Campos, do Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES/UFC), que investiga assuntos relacionados à dança, folclore, gênero/sexualidade, estigmas e história da Educação Física, que usou de seu tempo expositivo para pontuar questões sobre o que é estigma e suas diferenças com os termos "preconceito" e "discriminação", além de questões sobre exploração e dominação que recaem sobre corpos LGBTQIAPN+, ampliando a discussão nos estudos de sua área.

Além da participação da advogada Elisa Ivna Pinheiro Costa, Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC, representando a coordenadoria jurídica da Secretaria da Diversidade (SEDIV), pontuando a atuação da SEDIV no estado do Ceará, os desafios para compreender e atender as pessoas da comunidade em todo o território cearense e a necessidade de coleta e mapeamento de dados sobre a comunidade que ainda engatinhava na época, estando voltada para servidores dos órgãos e ferramentas estatais. Assim, tivemos um encontro frutífero que, para além de partilhar vivências e conceitos chave para a compreensão da comunidade como em geral, fomentou o debate de como o estado do Ceará planeja encarar as questões relacionadas aos direitos de pessoas LGBTQIAPN+, assim como reiterar os anseios da ocupação por lugares de poder por parte dessa população, como em governos, gabinetes, secretarias e direções. Abaixo, na Figura 3, a arte enunciativa da temática, contendo as informações sobre o encontro citado.

Figura 3 - Design de chamada do segundo encontro

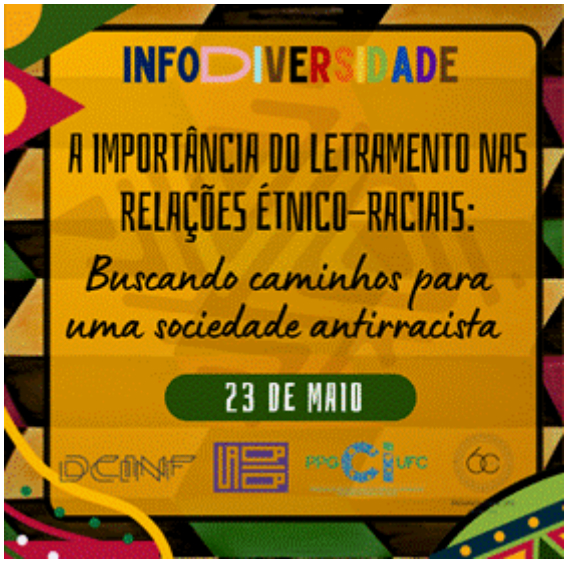


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A este ponto, no ano de 2024 instituições federais e estaduais, incluindo a UFC, entraram em estado de greve em virtude da reivindicação de técnicos, servidores e docentes sobre condições salariais, de trabalho e de suas carreiras, que foi acompanhada pela movimentação estudantil, sendo assim o InfoDiversidade continuou sua ação como atividade grevista em apoio à mobilização e à ocupação dos espaços da universidade.

Em nosso terceiro encontro, abordamos a temática "A importância do letramento nas relações étnico-raciais: buscando caminhos para uma sociedade antirracista", marcado por muitas vivências compartilhadas e a presença de vários docentes do Departamento de Ciências da Informação , na Figura 3 abaixo, a identidade visual escolhida para o encontro, bem como o anúncio da data planejada.

Figura 4 - Design de chamada ao terceiro encontro



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Neste encontro, foram convidados a Profa. Dra. Sandra Haydee Petit, significativa figura do movimento negro cearense, escritora e docente da Faculdade de Educação (FACED/UFC), que compartilhou em sua fala contribuições de seus estudos e pesquisas como a Pretagogia, além de suas experiências pessoais como mulher negra retinta de origem caribenha e professora da universidade há mais de 20 anos, onde leciona disciplinas como "Cosmovisão africana e a história dos afrodescendentes no Brasil".

A Profa. Dra. Stephanie Menezes Pinto, docente do Instituto Federal do Ceará, pesquisadora na temática das danças e práticas do corpo indígena, a primeira colocada no concurso para professor da área de Educação Física do IFCE nas cotas raciais, tendo pesquisas amplamente voltadas para as práticas do corpo indígena, e na ocasião compartilhou sobre o racismo contra indígenas, apresentando termos do vocabulário cotidiano que devem ser repensados, como "índio", e os estereótipos reproduzidos como "fantasias" e hipersexualização.

Presente também a assessora Nádia Amaro, representante da Secretaria de Igualdade Racial do Ceará (SEIR/CE), assistente social, pesquisadora e doutoranda em Sociologia, que utilizou de seus minutos de exposição para pontuar a grande atuação da SEIR que vem desenvolvendo atividades relacionadas à promoção da igualdade racial em todo o estado, compartilhando sobre iniciativas como a Caravana Juventude Negra, parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Selo Município Sem Racismo e o Festival Afrocearensidades, além de reafirmar o compromisso do estado para com a promoção da equidade e da justiça social.

Percebeu-se nesse encontro a necessidade de fomentar o debate quanto ao letramento e autodeclaração racial, além de enriquecer o diálogo com a presença de pessoas negras, indígenas, quilombolas e de comunidades ciganas na universidade, nos equipamentos do estado e na educação como um todo, ressaltando a importância de docentes negras no ensino superior até mesmo como forma de manutenção e autoestima de discentes negres.

Em nosso último encontro, ocorrido no dia 18 de setembro de 2024, a temática foi "Diversidade e Inclusão: Entender para promover", buscando pautar quesitos de acessibilidade, neurodivergência, pessoas com deficiência e capacitismo. Ilustra-se na Figura 4 a publicação feita para anunciar a temática do último encontro.

Figura 5 - Design de chamada ao quarto encontro



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Neste derradeiro encontro, iniciamos com a convidada bibliotecária do Sistema de Bibliotecas (SiBi/UFC), Clemilda dos Santos Sousa, chefe da Divisão de Acessibilidade à Pessoa com Deficiência (DAPD), Mestre em políticas públicas e gestão da educação superior, que no encontro apontou palavras,

gestos e atitudes que excluem as pessoas com deficiência, como frases capacitistas e o desrespeito a deficiências não visíveis; a convidada também indicou ações de combate ao capacitismo no dia a dia, valorizando o lugar de fala de pessoas com deficiência, evitando comparações e buscando transpor barreiras físicas ou comunicacionais.

Também presente a servidora pública Luzimar Araújo de Oliveira, diretora da Divisão de Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI/UFC), criada em agosto de 2023, com a missão de valorizar a diversidade e promover a igualdade dentro da instituição. Em sua participação, destacou as atividades desenvolvidas pela EDI, os esforços para capacitar servidores, docentes e colaboradores terceirizados de todos os campus da UFC em ações afirmativas para a inclusão de pessoas diversas, presentes em todas as áreas e segmentos internos que constroem a universidade, salientando a importância de ações formativas para fortalecer a compreensão, para depois promover de forma direta atuações de inclusão verdadeira.

Destacamos nesse encontro um ponto essencial que além de fomentar o debate já iniciado pelas convidadas, deu ao momento uma sensibilidade ímpar, enxergada dos olhos da mãe de Clemilda, que narrou um relato baseado em seu recorte na maternidade de pessoas com deficiência, demonstrando emoção e aprofundando a conversa para âmbitos essenciais, de forma que reiteramos novamente a necessidade da participação do público externo na academia nos momentos proporcionados por ações extensionistas.

Considerações Parciais ou Finais

A ação extensionista é uma ferramenta factível que gera maior expressão na promoção das ações afirmativas por meio das práticas educativas e da reformulação de saberes na junção do conhecimento técnico-científico e popular. Considerou-se que a vivência da extensão universitária propicia a interação sociocultural à comunidade acadêmica, fator que parece contribuir para o aprendizado e favorecer a percepção do processo necessário para reconhecimento das ações afirmativas como meio de promoção da equidade, diversidade e inclusão.

Pôde-se verificar que a ação InfoDiversidade fortaleceu a tríade ensino-prática-pesquisa, o que pode impulsionar o desenvolvimento de estudos em outras áreas de formação acadêmica, como as Ciências Humanas e Saúde. Considerando a ação extensionista como estratégia de formação e promoção de saberes, percebeu-se a necessidade de maior incentivo político e econômico para seu fortalecimento e efetivação de sua proposta na academia e na comunidade.

Destacamos ainda que, em consonância com o conceito de ação extensionista, tivemos a participação de várias esferas da sociedade, desde discentes a docentes, servidores, pesquisadores e público em geral, tendo ainda participações de órgãos do governo estadual como convidados, o que suscitou um debate mais exigente no que concerne à fiscalização cidadã, de forma que as representantes das secretarias, além de terem tido a preocupação de mostrar onde o órgão executivo estava agindo dentro de suas alçadas legais, destacaram o estabelecimento de um diálogo direto com a população, esta que inclusive se utilizou do espaço para fazer questionamentos, tirar dúvidas e se apropriar de espaços e informações antes desconhecidas, advindas diretamente de pessoas especialistas nos assuntos debatidos e nas políticas oferecidas para cada público.

Ressaltamos ainda, a importância da interseccionalidade presente nas falas dos próprios convidados em todos os encontros, preocupação que foi ponto chave para compreender este conceito na prática, de forma a intensificar suas contribuições partindo de pontos de vista diversificados em suas próprias experiências e observações, ressaltados pelas contribuições dos ouvintes durante os momentos de discussão após as exposições e em comentários e conversas.

As discussões fomentadas em cada encontro foram se enriquecendo a partir da contribuição dos participantes, que ao partilharem suas próprias vivências, perspectivas e reflexões, tornavam a roda de conversa ainda mais plural, demonstrando a necessidade e o anseio de aprofundamento em desdobramentos das temáticas como o colorismo, a maternidade, a multirracialidade, relacionamentos interraciais, os estigmas, a presença de pessoas

queer na ciência, a não-binariedade, a inclusão de pessoas com deficiência e muitos outros que foram porta de saída durantes os encontros, mas que podem ser portas de entrada para o aperfeiçoamento de discussões centrais.

Apontamos que para desdobramentos futuros, esses assuntos sejam considerados de forma a terem enfoque próprio, preferencialmente com especialistas nestes temas. Pontuamos ainda o sucesso da proposta pedagógica das rodas de conversa como incentivadoras de partilha, geradoras de espaços acolhedores e fomentadoras de curiosidade, permitindo interação dinâmica, diálogos espontâneos e inspiradores, além de um aprendizado capaz de propiciar um conhecimento prático.

Por fim, tanto a Biblioteconomia como a Ciência da Informação, vêm cada vez mais se integrando às questões das ações afirmativas, de forma a ganhar um espaço pragmático em eventos, revistas, pesquisas e publicações, reforçando seu papel social e interdisciplinar, a exemplo de autores como Aquino (2013), Silva (2023), Santos (2020), Gomes (2023) e tantos outros dispostos a pautar a equidade dentro das áreas citadas, de forma que seus esforços são sentidos na compreensão e no sentimento de pertencimento para com os usuários, mas também dos próprios profissionais. Inclusive, em políticas públicas de acesso à pós-graduação, por exemplo, onde atualmente a política de cotas também é aplicável.

No entanto, vale reforçar que para afirmar pessoas de identidades dissidentes em todos os espaços e mais ainda em locais de produção de conhecimento, é necessário conhecê-las e estar aberto ao aprendizado conjunto, de maneira a considerar as possíveis violências, silenciamentos e apagamentos históricos reproduzidos nesses locais, dando e reconhecendo o nome dessas dores tal como são, a exemplo do racismo institucional, a apropriação cultural, o capacitismo e a LGBTfobia, reforçando um compromisso com a inclusão não somente formalizado, mas prático, diário e combativo às opressões.

Referências

Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. Pólen.

Almeida, S. (2019). Racismo Estrutural. Pólen.

Amorozo, M. (2023). Comissão da Câmara aprova projeto de lei que proíbe casamento homoafetivo. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-casamento-homoafetivo/

Aquino, M. de A. (2013). A inclusão afrodescendente na era da informação. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 11 (2), 61-75. https://doi.org/10.20396/rdbci.v11i2.1638.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2020). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 9050:2020. ABNT. https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NBR9050_20.pdf

Bahia Notícias. (2025). Deputado bolsonarista defende manutenção de “cura gay” e critica projeto que proíbe cultos de conversão sexual na Bahia. https://www.bahianoticias.com.br/noticia/306564-deputado-bolsonarista-defende-manutencao-de-cura-gay-e-critica-projeto-que-proibe-cultos-de-conversao-sexual-na-bahia

Bento, C. (2022). Pacto da Branquitude. Companhia das letras.

Carneiro, S. (2023). Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989 (8), 139-167. http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8

Feres Júnior, J., Zoninsein, J. (Eds.). (2005). Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. Em J. Feres Júnior (Ed.), Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas (pp. 46-62). Editora Universidade de Brasília.

Gesser, M., Böck, G. L. K., & Lopes, P. H. (Eds.). (2020). Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: Crv.

Goffman, E. (2013). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (4ª ed.). LTC.

Gomes, M. [@biblio.mari]. (2024, 19 de abril). *A segunda roda de conversa do InfoDiversidade irá promover reflexões sobre identidade de gênero e diversidade na sociedade*. [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/C59jrSqthnb/

Gomes, M. [@biblio.mari]. (2024, 16 de maio). *Em nosso terceiro encontro, o InfoDiversidade buscará debater as estratégias que nós, enquanto pessoas plurais, devemos ter no combate ao racismo.* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/C7C0oiKPjJY/

Gomes, P. (2023). A construção de tesauros em contextos de complexidade cultural, social e política: uma proposta para Justiça de Transição. [Tese de Doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais]. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/57606/1/Tese%20-%20Vers%c3%a3o%20Final.pdf

Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. Zahar.

Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (2000, 19 de dezembro). Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

Oliveira, E. [@emanoelcomo]. (2024, 10 de abril). *É amanhã! Nossa primeira roda de conversa, contamos com a presença de vocês. Não perca!* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/C5latd6rMHu/

Pinto, C. R. J. (2010). FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. Revista de Sociologia e Política, 18 (36), 15–23. https://doi.org/10.5380/rsp.v18i36.31624

Quinalha, R. (2023). Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Autêntica.

Ribeiro, D. (2019). Lugar de fala. Pólen.

Rodrigues, C., Freitas, V. G. (2021). Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política, 34, 1-54. https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917

Santos, R.N. R. dos. (2020). Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. [Tese de doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba]. http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52012

Silva, F. C. G. da. (2023). Epistemologias negro-africanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação: um olhar a partir da Teoria Crítica Racial. 2023. [Tese de doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais]. http://hdl.handle.net/1843/52076

Silva, C. B. da, Kantorski, K. J. C., Motta, M. da G. C. da, & Pedro, E. N. R. (2017). Atividades de Educação em Saúde Junto ao Ensino Infantil: relato de experiência. Revista de Enfermagem UFPE online, 11(12), 5455. https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a22772p5455-5463-2017

Síveres, L. (Ed.). (2013). Extensão Universitária como um Princípio de Aprendizagem. Brasília: Liber Livro.

Tiburi, M. (2020). Feminismo em comum: para todas, todes e todos (14° ed.) Rosa dos tempos.

Trevisan, J. S. (2018). Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade (4ª ed.). Objetiva.

Venturini, A. C., Barreto, P. A. (2018) Ações afirmativas. Em F. Rios & M. Santos (orgs.), Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas (pp. 7–17). Perspectiva.

ESTÁGIO DE DOCÊNCIA ORIENTADA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Mônica Cristiane Cabral Neri, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0009-0001-4249-8201, Brasil, monelipe2@gmail.com

Filipe Vinícius Cabral Neri, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0009-0004-5385-8112, Brasil, filiperexxar@gmail.com

Jonas Aron Cardoso Diniz, Universidade Federal de Minas Gerais, https://orcid.org/0000-0003-3080-5005, Brasil, jonasacd@gmail.com

Edivanio Duarte de Souza, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0000-0002-7461-828X, Brasil, edivanio.duarte@ichca.ufal.br

Andrew Beheregarai Finger, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0000-0002-1023-8632, Brasil, andrew.finger@feac.ufal.br

Dalgiza Andrade Oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, https://orcid.org/0000-0002-0814-6325, Brasil, dalgizamg@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6764

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

Embora existam diferenças entre Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil, majoritariamente, a estrutura curricular dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que ofertam cursos de mestrado e doutorado, são, em grande medida, composta por disciplinas, estágios, qualificação de projeto e defesa de dissertação ou tese, respectivamente. Essa é uma orientação que consta nas normas gerais orientadoras de submissão de propostas de programas de pós-graduação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2023), agência governamental nacional responsável pelo credenciamento, pelo acompanhamento, pela avaliação e pelo descredenciamentos dos programas brasileiros desta natureza.

Na área de Avaliação Comunicação, Informação e Museologia, o Estágio de Docência Orientada (EDO) ou simplesmente Estágio de Docência, como é mais conhecido, é considerado um elemento fundamental na formação e na qualificação do pós-graduando (Capes, 2023), pois permite que os discentes identifiquem vários aspectos inerentes ao exercício da docência, os quais não teriam as mesmos desempenho sem a experiência em sala de aula. De acordo com a Portaria n° 76/2010 da Capes, "o estágio de docência é parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para a docência, e a qualificação do ensino de graduação" (Brasil, 2010, pp. 32).

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL), tem como um dos seus componentes curriculares obrigatórios o EDO para todos os pós-graduandos, quer seja bolsista ou não. Este viabiliza a interação entre pós-graduação e graduação, no escopo do ensino, além das atividades de pesquisa, extensão e inovação, que podem ser desenvolvidas também de forma relativamente colaborativa. Conforme estabelece o Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Ufal e o Regimento do PPGCI/UFAL, o EDO deve ser realizado com o acompanhamento de um professor, colaborador, permanente ou visitante, credenciado ao programa de pós-graduação (Ufal, 2022, Ufal, 2023). Assim, esses estágios são realizados nos cursos de graduação em Administração, Biblioteconomia, Jornalismo e Relações

Públicas, em que professores do programa atuam.

Este tipo de estágio é uma atividade que contribui com a aprendizagem dos pós-graduandos, na formação e na qualificação de práticas profissionais docentes, e possibilita aos graduandos um despertamento para uma trajetória profissional na docência, mesmo que se desconheçam os impactos dessa prática junto à comunidade discente. Assim, têm-se como questão central: quais impactos da experiência docente na formação da pós-graduação?

Este trabalho visa discutir sobre experiências em sala de aula pelos estagiários de docência, sendo produto também de reflexões posteriores, além de descrever as atividades desenvolvidas pelos discentes dentro e fora da sala de aula. Com efeito, trata-se de registros de processos e de interpretações, localizado espaço-temporalmente, de indivíduo ou de grupo (Ludke & Cruz, 2010), no horizonte da pesquisa-ação. Em decorrência de suas características do objeto estudado, este trabalho possui caráter descritivo-analítico das atividades realizadas junto ao estágio docência, ocorrido no segundo semestre de 2024, no curso de graduação em Biblioteconomia da Ufal, na disciplina História da Cultura e dos Registros do Conhecimento.

Esta abordagem pode ser observada no relato de experiência do estágio de docência de Bernardi e Ramos (2020), que buscaram relatar a experiência do estágio docência realizado no segundo semestre do ano de 2019, realizando junto à disciplina Fundamentos de Organização da Informação, no curso de Biblioteconomia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). A estruturação do trabalho é baseada na proposta de Mussi, Flores e Almeida (2021) de elaboração de relato de experiência para a construção de conhecimento científico, com o fim de tratar da importância do estágio de docência para a formação e a qualificação na pós-graduação.

Este trabalho se encontra estruturado em sete seções. Além desta introdução, com a contextualização temática, a delimitação do objeto, a definição do problema de pesquisa e o objetivo, é composto por cinco seções textuais e pelas referências. Na segunda e na terceira seções, dedicadas aos referenciais teórico-conceituais, são discutidas algumas condições e possibilidades do EDO para o desenvolvimento de uma práxis didático-pedagógica e a produção colaborativa de conhecimento em informação, tomando como referências, respectivamente, a integração entre teoria e prática e as condições multidisciplinares na Ciência da Informação. Na quarta seção, é caracterizada a pesquisa e apresentada a descrição dos procedimentos metodológicos. Na quinta seção, são apresentados os resultados compostos por análises e discussões do planejamento, da organização e da realização do estágio docência. Na sexta seção, são apresentadas as considerações finais sobre os principais elementos da pesquisa. E, por fim, na sétima seção são apresentadas as fontes de pesquisa que serviram de base para a elaboração deste trabalho.

O Estágio de Docência Orientada como práxis didático-pedagógica

O educador Paulo Freire (1996) define que o processo educativo está concentrado na relação educador-educando, na medida em que os saberes são expostos pelos educandos a partir de estímulos feitos pelo educador. Com efeito, esta deve ser uma das primeiras atividades, pois mostrará ao discente que ele tem informações importantes e que estas, por se encontrarem desorganizadas, não lhes fornecem a percepção do conhecimento acumulado.

É nessa perspectiva que, na práxis pedagógica, a observação, a reprodução e a reelaboração dos modelos considerados bons se encontram presentes no aprendizado da profissão (Lima & Pimenta, 2006). E, mais que isso, ao promover o diálogo entre discentes e docentes, pautado em experiências e modelos, constata-se que o estágio de docência é uma atividade prática, dialógica e relacional, que complementa a formação teórica, introspectiva e de modo geral individualista exigida em um programa de pós-graduação (Joaquim; Villas Boas; Carrieri, 2013).

O estágio de docência é um processo que ocorre em conjunto, envolvendo o discente-

estagiário e docente-supervisor, por um lado, no planejamento, na organização e na realização de atividades didático-pedagógicas, materiais para as turmas, e, por outro, entre os estagiários e os discentes, no desenvolvimento conjunto de atividades didáticas e de aprendizados. É por meio da construção de saberes entre diferentes partes que se ensina e se aprende, não de modo dissociado, pois todos os envolvidos vivem simultaneamente uma constante troca de conhecimentos (Souza, 2022).

A literatura, no entendimento de Conte e Gutierre (2019), é de fundamental importância, pois serve como base para a compreensão acerca da docência assistida ou orientada como o exercício necessário de uma interação entre o docente responsável pela disciplina e o discente estagiário, com o intuito de promover um ambiente colaborativo na construção de novos conhecimentos. A colaboração mútua, entre esses dois atores, nos processos de ensino e aprendizagem, permite uma amplitude nas discussões quanto aos conteúdos trabalhados em sala de aula; abre perspectivas de didáticas inovadoras; promove os ajustes no planejamento das atividades, no decorrer do período de estágio; e também fortalece a relação triádica docente-estagiário-graduando.

Bastos (2017) esclarece que a didática, sendo um caminho programado pela teoria, tem sido vista como uma vasta e indispensável indicadora na aplicabilidade dos conteúdos que fazem parte do programa que o docente utiliza para ministrar as aulas dele. No entanto, não se deve esperar que a prática da didática seja algo inflexível, como se já existisse algo definido, delimitado e com garantias de alcançar resultados esperados e eficazes. O fato é que cada pessoa possui capacidades próprias de aprendizagem, levando em consideração suas condições de aprendizado, que, além das questões mais próximas ao ambiente educacional, inclui a história de vida dele, que influi, em maior ou menor medida, no seu aprendizado. Portanto, é da responsabilidade do docente inteirar-se sobre as diversas possibilidades e escolher aquelas maneiras mais adequadas para mediar o conhecimento, na medida em que cada pessoa e cada conjunto de pessoas têm condições e capacidades intelectuais próprias, exigindo, portanto, práticas didático-pedagógicas diferenciadas.

Conforme Libâneo (1994), a didática investiga os fundamentos, as condições e os modos de realização da instrução e do ensino. Sendo assim:

> A instrução se refere ao processo e ao resultado da assimilação sólida de conhecimentos sistematizados e ao desenvolvimento de capacidade cognitiva. O núcleo da instrução são os conteúdos das matérias. O ensino consiste no planejamento, organização, direção e avaliação da atividade didática, concretizando as tarefas de instrução; o ensino inclui tanto o trabalho do professor (magistério) como a direção da atividade de estudo dos alunos. Tanto a instrução como o ensino se modificam em decorrência da sua necessária ligação com o desenvolvimento da sociedade e com as condições reais em que ocorre o trabalho docente. Nessa ligação é que a Didática se fundamenta para formular diretrizes orientadoras do processo de ensino (Libâneo, 1994, pp. 53).

Para Freire (1987), a autoridade do docente deve estar comprometida concomitantemente com a liberdade, proporcionando desta forma, autonomia aos estudantes, pois a maneira como o professor, exerce essa autoridade, deliberará uma conscientização e consequentemente promover a humanização dos sujeitos, que por sua vez devem desenvolver senso crítico, a partir dos processos educativos que irão participar dos pilares na construção da autonomia dos graduandos. Afirma Libâneo (1994, pp. 251) que:

> Na sala de aula o professor exerce uma autoridade, fruto de qualidades intelectuais, morais e técnicas. Ela é um atributo da condição do professor e é exercida como um estímulo e ajuda para o desenvolvimento independente dos alunos. [...] A autoridade deve fundar a relação educativa e não cerceá-la.

> Autoridade e autonomia são dois pólos do processo pedagógico.

Sendo assim, pode-se inferir que ambas; autoridade e autonomia se correlacionam, pois, na medida que a autoridade natural intrínseca do educador, direciona estímulos externos no educando, este por sua vez, através destes estímulos, exterioriza uma autonomia que o fará avançar e descobrir novos formas de aprender.

> A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. [...] ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. [...] A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade (Freire, 1996, p. 107).

Segundo o autor, o processo de amadurecer para o exercício da autonomia é um processo que acontece ao longo da vida, pode acontecer através de experiências e não é algo instantâneo ou previsível.

Moreira (1986) esclarece que o processo ensino-aprendizagem compõe-se do docente, do do discente, do conteúdo e do ambiente e que cada um destes exerce maior ou menor influência nos demais. Ao analisar os quatro elementos, o autor identificou que as principais variáveis do processo ensino-aprendizagem para o professor são a dimensão do relacionamento docente-discente e a dimensão cognitiva, que envolvem aspectos intelectuais e técnico-didáticos; a atitude do educador, que compreende a boa comunicação, a ética e a autonomia; e a capacidade inovadora e o comprometimento com o processo de ensino-aprendizagem. As principais variáveis para o discente são a inteligência e a velocidade de aprendizagem; a experiência anterior, ou seja, os conhecimentos prévios; a disposição e a boa vontade em sala de aula; o interesse; a estrutura socioeconômica e a saúde. No domínio do conteúdo, consideram-se com variáveis a adequação às dimensões do discente; o significado ou o valor do conteúdo; e a aplicabilidade prática deste conteúdo. E, por fim, as principais variáveis no contexto da instituição educacional referem-se ao sistema de crenças da instituição; e o entendimento da essência do processo educacional, que inclui o projeto pedagógico.

Aliado ao projeto pedagócico do curso, o estágio em docência, é também, um ambiente para o planejamento dos conteúdos que serão passados em sala de aula. Para Maculan *et al.* (2022), projetar conteúdos que desenvolvam um pensamento crítico e reflexivo por parte dos discentes para auxiliá-los em atividades teórico-conceituais, constituem em um dos maiores desafios da educação superior. Portanto, planejar é o melhor caminho para a qualidade e a eficiência em qualquer atividade que se pretende fazer, racionalizando o tempo na busca de resultados pretendidos. Assim sendo, o desenvolvimento, a organização e o planejamento didático-pedagógico do conteúdo que será ministrado em sala de aula pelos discentes constitui-se em uma atividade essencial à prática docente.

Ainda no contexto do planejamento didático-pedagógico, Oliveira (2011) considera o plano de aula um dispositivo que contém o escopo, os conteúdos, os objetivos, os procedimentos metodológicos, os recursos utilizados, as avaliações e o cronograma da disciplina como essenciais para o planejamento das atividades a serem realizadas.

O estágio em docência revela desafios como a necessidade de elaborar conteúdos que desenvolvam e provoquem o pensamento crítico nos discentes. Conforme Maculan et.al. (2022), para se alcançar esses objetivos, deve-se fazer uso de práticas inovadoras metodológicas. Assim, o esse tipo de estágio deve se pautar por abordagens verdadeiramente reflexivas, críticas e contextualizadas, superando soluções genéricas em prol de um ensino mais significativo.

O Estágio de Docência Orientada como ambiente de produção colaborativa de conhecimento em informação

No rol de experiências a que se refere na seção anterior, outra questão que merece destaque, na realização de EDO, no escopo da Ciência da Informação, diz respeito à multidisciplinaridade presente na formação da comunidade acadêmico-científica (discentes, docentes e pesquisadores), que condiciona o desenvolvimento de práticas interdisciplinares nos domínios do ensino, da pesquisa e da extensão (Souza, 2021). É, nesse contexto, importante destacar a epistemologia interdisciplinar como a produção colaborativa de conhecimento na Ciência da Informação (Souza, 2015), que historicamente apontam a Administração, a Biblioteconomia e a Comunicação (contemplando Jornalismo, Relações Públicas, e Publicidade e Propaganda), entre outras, como áreas com as quais a Ciência da Informação mantém relações disciplinares em diferentes níveis, no horizonte da produção interdisciplinar (Saracevic, 1996, Souza, 2021).

Além de promover a interação entre a pós-graduação e a graduação, o EDO têm uma importância sublinhada nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação justamente por possibilitar contribuições externas, partindo dos cursos de graduação, no horizonte da produção interdisciplinar. Ocorre que, além da pluralidade de áreas de conhecimento de que se reveste a composição das turmas de mestrado e doutorado - Administração, Arquitetura, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Jornalismo, Letras, e Relações Públicas, entre outras (Borko, 1968, Pinheiro, 2018, Saracevic, 1996, Souza, 2021) -, o estágio condiciona a participação ativa de atores de outras áreas nos diálogos interdiscursivos, inclusive em ambientes exógenos.

Em que pesem as discordâncias em torno dos níveis de integração na Ciência da Informação – multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar -, não se pode perder de vista que:

> A interdisciplinaridade se apresenta atualmente como principal instrumento teórico-metodológico do processo de integração do conhecimento que caracteriza o modelo de ciência contemporânea. (Souza, 2021, pp. 125).

Sem desconsiderar as relações dinâmicas entre ensino, pesquisa e extensão, não se pode perder de vista que o ensino é um ambiente complexo em que se encontram e se formam linguagens, identidades e humanidades. Com efeito, a interdisciplinaridade é resultado de relações de reciprocidade e de mutualidade, que requer uma atitude unitária do ser humano diante do problema abordado. (Fazenda, 1994).

Procedimentos Metodológicos

O relato da pesquisa-ação tem por base as aulas ministradas, presencialmente, para 11 discentes do 3º semestre do curso de graduação Biblioteconomia na disciplina História da Cultura e dos Registros do Conhecimento (BIBL 079), às quintas-feiras na sala LTI-II, no bloco de Biblioteconomia, da UFAL, no período de agosto a novembro de 2024.

Consoante a Portaria n° 76/2010 da Capes, “a duração mínima do estágio de docência será de um semestre para o mestrado e dois semestres para o doutorado e a duração máxima para o mestrado será de dois semestres e três semestres para o doutorado” (Brasil, 2010, p. 32). A participação dos estagiários ocorreu de forma integral, com a orientação por parte do docente a cargo da disciplina concentrada no fornecimento da bibliografia base para as aulas e no cronograma a ser seguido.

Previamente à execução das aulas, os estagiários se encarregaram da leitura e fichamento da bibliografia base, juntamente com a pesquisa de uma bibliografia complementar. A partir disso, construíram os slides para as aulas, aplicaram atividades e estudos dirigidos, e desenvolveram as avaliações levando em consideração estes elementos.

Entre outros aspectos, é necessário compreender que o ensino exige as ações de planejar e organizar, e que incorpora não apenas o trabalho do professor em desenvolver e ministrar aulas, mas também a responsabilidade de dirigir e orientar os alunos em suas atividades de estudo e aprendizado,

ainda que tendo em mente sua autonomia para tal (Libâneo, 1994).

A formulação das avaliações foi feita pelos estagiários. A impressão de listas de presença e das avaliações também ficou a cargo dos estagiários, que se utilizaram de impressora pessoal.

As análises feitas neste trabalho tiveram base exploratório-descritiva e qualitativa, considerando os principais elementos do estágio docente, a saber, o planejamento do estágio, os elementos da disciplina (conteúdos, objetivos, metodologias de ensino, avaliações e referências) e as experiências discentes (graduandos e pós-graduandos) nas atividades acadêmicas.

A organização das experiências e a estruturação do relato em trabalho seguiram de forma relativa o modelo de Mussi, Flores e Almeida (2021) levando em conta aspectos descritivos informativos e que estabelecem um diálogo com a literatura sobre o assunto.

Resultados Finais

Além de outras experiências realizadas no PPGCI/UFAL, uma vez que todos os discentes do Programa são obrigados a realizar o EDO, antes da defesa da dissertação, discutem-se aqui os resultados alcançados junto à disciplina História da Cultura e dos Registros do Conhecimento, ofertada no curso de graduação em Biblioteconomia da Ufal. Trata-se de um componente obrigatório, parte do 'Eixo 1: Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação", cuja ementa aborda:

> Ementa: Delimitação dos campos científicos e profissionais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Produção, registro e comunicação da informação e do conhecimento. Formação e atuação profissional. (Ufal, 2019, pp. 56).

A partir da análise da ementa do eixo temático, já é possível identificar que o EDO foi realizado num domínio bastante estratégico para a qualificação dos discentes pós-graduandos, na medida em que sua ementa contempla a produção, o registro e a comunicação da informação e do conhecimento, nas possíveis relações disciplinares entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, tanto na conformação dos campos científicos e profissionais, quanto na formação e na atuação profissional dos discentes. Aqui, contata-se, conforme Pinheiro (2018), Saracevic (1996) e Souza (2021), um domínio multidisciplinar com fortes orientações à produção interdisciplinar.

A disciplina "História da Cultura e dos Registros do Conhecimento" faz parte de um rol composto por "Biblioteca e Sociedade" (eletiva), "História do Pensamento Filosófico e Científico", "Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação", e "Seminários de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação" (eletiva), entre outras (Ufal, 2019).

Nesse conjunto, a disciplina objeto de estágio se caracteriza como componente curricular obrigatório, com carga horária semestral de 54 horas/aulas, sendo 36 horas dedicadas a atividades teóricas (leituras, reflexões e discussões) e 18 horas, a atividades práticas (estudos dirigidos, exercícios de verificação de aprendizagem e produção de trabalhos acadêmicos). Do ponto de vista do conteúdo, em consonância com o eixo temático geral, a disciplina também se destaca pelas potencialidades de diálogos na conformação dos campos científicos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, como pode ser visto abaixo:

> Ementa: Conceito de cultura. Evolução dos registros do conhecimento humano. Aspectos das tecnologias utilizadas na produção dos vários tipos de suportes do conhecimento. (Ufal, 2019, pp. 69).

Então, em conformidade com o eixo temático, a ementa da disciplina aborda questões sobre artefatos, atores, produtos, fontes, recursos, serviços, tecnologias e processos relativos à informação, ao conhecimento e à cultura, que também são, em grande medida, contempladas em diferentes componentes curriculares do PPGCI/UFAL, em sentido estrito, e na Ciência da Informação, em sentido amplo.

Os objetivos da disciplina, a organização dos conteúdos e os referencias, básicos e complementares, adotados na realização das

atividades foram planejados com o intuito de promover o referido ambiente multidisciplinar orientado a práticas interdisciplinares. Com efeito, a disciplina teve como objetivos:

- Discutir os aspectos conceituais de cultura, informação e memória nos contextos local, regional, nacional e transnacional;
- Abordar a evolução do registro do conhecimento e da preservação da cultura;
- Conhecer as particularidades de diferentes formatos de registro de conhecimento e preservação da cultura.

Nessa perspectiva, operacionalmente, o conteúdo programático da disciplina foi distribuído em três unidades, "Informação, Cultura e Memória", "Fontes de Informação e de Cultura" e "Registros de Informação e Preservação da Cultura". Além disso, o conteúdo foi sistematizado conforme a carga horária disponível e o conjunto de atividades teve como base leituras e discussões de textos constantes nas referências básicas e/ou complementares, com o uso de instrumentos auxiliares na realização das atividades.

Na exposição teórica das aulas, foram utilizados recursos auxiliares diversos, tais como bases de dados, projetor multimídia disponibilizado pela instituição, computador, notebook dos estagiários, um ponteiro retrátil e outras ferramentas auxiliares também por conta destes.

Os conteúdos das aulas tiveram como fonte as referências bibliográficas da disciplina, fornecida pelo docente responsável, sendo três básicas e cinco complementares, todos no formato de livro, conforme orientações do Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia (Ufal, 2019), conforme Quadro 1 e Quadro 2.

Quadro 1: Bibliografias Básicas

Nº	Referência
1	Burke, P. (2003) Uma história social do conhecimento I: de Gutemberg a Diderot. Editora Jorge Zahar.
2	Lyons, M. (2011) Livro: uma história viva. Editora do Serviço Nacional do Comércio (Senac).
3	Martins, W. (1998). A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca (3ª. ed.), Editora Ática.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia (Ufal, 2019).

É importante registrar que todas as fontes que compõem as bibliografias básicas e complementares se encontram na língua portuguesa, o que facilita a leitura e a compreensão dos discentes que se encontram no início de um curso de graduação.

Quadro 2: Bibliografias Complementares

Nº	Referência
1	Burke, P. (2012). Uma história social do conhecimento: II: da Enciclopédia à Wikipédia. Editora Jorge Zahar.
2	Cardoso, C. F. S. (2007). Sociedades do antigo Oriente próximo (4ª. ed.). Editora Ática.
3	Chartier, R. & Lebrun, J. (1998). A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Editora da Universidade Estadual Paulista (EDUNESP).
4	Darnton, R. (2010). A questão dos livros: passado, presente e futuro. Editora Companhia das Letras.
5	Poulot, D. (2009). Uma história do patrimônio no ocidente: século XVIII-XXI: do monumento aos valores. Editora Estação Liberdade.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia (Ufal, 2019).

Além das referências que constam no Quadro 2, foram também utilizadas outras bibliografias complementares, selecionadas exclusivamente

com o objetivo de trazer a discussão para um contexto atual, auxiliando os discentes em situar e compreender sua formação não apenas em relação ao passado, mas também no presente. É importante considerar que, conforme Souza (2022), uma das responsabilidades do estágio docente corresponde justamente à atualização das referências utilizadas, o que se aplica parcialmente neste caso. Conforme Libâneo (1994), para que haja efetivas relações com a sociedade e as condições reais, externas e internas, em que se exerce a docência e que ocorre a formação do discente, é necessário que a instrução e o ensino sejam modificados e se adequem. Houve também sugestões e recomendações de leituras e materiais audiovisuais como documentários, sobre assuntos relacionados aos conteúdos das aulas, da disciplina em geral e da formação em Biblioteconomia.

É preciso considerar, contudo, que, inobstante essas indicações de leituras extras, por assim dizer, sobretudo, no momento da realização de atividades práticas, não se pode perder de vista as orientações do Ministério da Educação (MEC), em sentido amplo, e do Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia (Ufal, 2019), em sentido estrito, quanto à necessidade de manter as bibliografias básicas e complementares. Os principais fundamentos que justificam a manutenção das referências que constam naquele documento dizem respeito a duas questões, a saber, a implementação do planejamento pedagógico realizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia e a garantia de indicação de obras que estejam disponíveis para os discentes, em quantidade e qualidade suficientes, no Sistema de Bibliotecas, especialmente, na Biblioteca Central da Ufal.

As aulas, cada uma, tiveram duração de 2 horas, ocorrendo no período noturno, das 19h00 às 21h00. Os estagiários docentes chegavam com antecedência, às 17h30, com o intuito de preparar antecipadamente a sala de aula e conferir qualquer problema técnico ou de outra natureza que pudesse interferir nas atividades programadas para as aulas. Os estagiários docentes foram também orientados pelo docente responsável pela disciplina a aguardar 10 minutos na ausência de um ou mais discentes, iniciando a aula às 19h10. O fato é que, como o curso de Biblioteconomia é ofertado apenas no Campus A. C. Simões, na cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, há discentes que residem em outras cidades e, por conseguinte, necessitam se locomover até a sede do curso.

A primeira aula ocorreu, conforme Quadro 3, no dia 08 de agosto e teve como ferramenta auxiliar um mapa-múndi, que serviu para localizar geográfica e temporalmente o assunto abordado, que dizia respeito às Sociedades do Antigo Oriente Próximo, sua cultura e suas formas de registro. Esse contexto formado por grandes civilizações como o Egito e a Mesopotâmia é muito rico para a compreensão das condições em que surgiram os primeiros artefatos dedicados ao registro e à organização da informação, do conhecimento e da cultura no mundo antigo.

Cardoso (2007) descreve o mundo antigo, especificamente a região chamada de Oriente Próximo ou Oriente Médio, a partir de duas regiões importantes: o Egito e a Mesopotâmia, que compunham o Crescente Fértil, com suas particularidades em relação às suas geografias, ao modo de organização social e à forma de governo, dentre outros aspectos que as diferenciavam, tais como os rios que banhavam estas regiões; os povos que as habitavam, considerando suas características físicas e vestimentas; a forma de subsistência e o comércio; e as maneiras que realizavam e deixavam os seus registros. Neste conjunto de elementos, o último, ou seja, as formas de registros da informação, do conhecimento e da cultura recebeu mais ênfase em sala de aula, considerando que a disciplina tem como centralidade esta temática. Enquanto na Mesopotâmia a escrita era cuneiforme, abstrata e feita em tabuletas de argila, utilizada para registrar, principalmente, assuntos relacionados à administração de templos e palácios, sendo as tabuletas armazenadas em bibliotecas, no Egito os registros eram feitos utilizando a escrita iconográfica, ocorrendo em murais, paredes e colunas, ou por meio de papiros, estando estes entre os materiais mais utilizados.

Na segunda aula, no dia 15 de agosto, foi iniciado o assunto História do Patrimônio no Ocidente, que durou três aulas no total, sendo finalizado no dia 29 de agosto. O patrimônio, material e imaterial, foi definido como uma realidade física de seus objetos, pelo valor estético, documental, ilustrativo e sentimental, que lhes atribui o saber comum. A compreensão do conceito de patrimônio não foi apenas tratada como forma de registro, mas também como fundamental para a identidade de um povo, com a memória de seu passado e a representação de seus ideais e valores.

Poulot (2009) aborda sobre o patrimônio, focando, especialmente, no contexto da Revolução Francesa, época em que a identidade nacional da França passou por uma crise junto aos acontecimentos sociais e políticos. Com efeito, essas condições apontaram para a necessidade de se discutir a preservação e a destruição dos patrimônios nacionais materiais e imateriais. O fato é que a fragilidade dos registros que tomam forma física pôde ser observada nessa época em que muitos monumentos foram destruídos ou danificados, pois a memória da antiguidade contida nestes era caracterizada, para os ideais da Revolução, como um resquício do Antigo Regime, e que, portanto, não deveriam permanecer. Por outro lado, notou-se também o esforço por parte de alguns direcionado à conservação dos patrimônios materiais imateriais, bem como dos significados neles contidos, contribuindo, assim, com o surgimento dos primeiros ambientes que podem ser considerados e denominados de "museus", uma vez que foram criados com este fim.

Ao final da aula, foi solicitado aos discentes, como atividade extra e pontuada, que pesquisassem sobre algum patrimônio histórico em sua cidade de residência, do Estado de Alagoas ou do Brasil. Além de esta atividade compor a carga horária prática da disciplina, é relevante destacar que, a partir dela, foi possível constatar que muitos discentes não conheciam o patrimônio cultural local, o que gerou, dentro do ambiente de sala de aula, discussões sobre a importância de conhecer e preservar o patrimônio em um momento de aprendizado e de compartilhamento de conhecimento.

No contexto desta aula, emergem as discussões sobre a diversidade de registros da informação, do conhecimento e das culturas, que, além de compreender fontes tradicionais de informação estudadas na história do livro e da biblioteca, contempla outros elementos que abrem o diálogo com outras disciplinas, tais como Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e História, tais como jardins, fachadas de prédios, jardins, ferramentas de trabalho e utensílios.

Quadro 3: Cronograma do Estágio de Docência Orientada

Data	Conteúdo	Ferramentas
08/08/2024	Apresentação dos estagiários à turma pelo docente Aula - Sociedades do Antigo Oriente Próximo	Slides; Mapa-múndi; Discussão
15/08/2024	Aula - Uma História do Patrimônio no Ocidente Trabalho para casa	Slides; Discussão
22/08/2024	Aula - Uma História do Patrimônio no Ocidente Recebimento dos trabalhos	Slides; Discussão
29/08/2024	Aula - Uma História do Patrimônio no Ocidente	Slides; Discussão
05/09/2024	Estudo dirigido	-
12/09/2024	Aplicação da 1ª avaliação bimestral (AVB)	-
19/09/2024	Discussão das questões da prova aplicada	Slides; Discussão
26/09/2024	Aula - A Palavra Escrita: História do Livro da Imprensa e da Biblioteca	Slides; Discussão
03/10/2024	Aula - A Palavra Escrita: História do Livro da Imprensa e da Biblioteca	Slides; Discussão
17/10/2024	Aula - A Palavra Escrita: História do Livro da Imprensa e da Biblioteca	Slides; Discussão

24/10/2024	Roda de conversa; Estudo dirigido	-
31/10/2024	Aula - A Questão dos Livros: Passado, Presente, Futuro	Slides; Discussão
07/11/2024	Aula - A Questão dos Livros: Passado, Presente, Futuro	Slides; Discussão
14/11/2024	Aula - A Questão dos Livros: Passado, Presente, Futuro	Slides; Discussão
21/11/2024	Aplicação da 2ª avaliação bimestral (AVB2)	-

Fonte: Elaboração própria (2025).

O assunto seguinte tratado em sala de aula, iniciado no dia 26 de setembro e finalizado em 17 de outubro, contemplou, de modo geral, a história do livro, da imprensa e da biblioteca. Nessa perspectiva, Martins (1998) aborda a evolução das formas de registrar informação através da escrita em diferentes contextos geográficos, históricos e sociais. De modo específico, aborda os materiais e os instrumentos utilizados; os elementos e as formas de estruturação e de organização de um texto, abarcando também o surgimento de invenções e de inovações significativas e de seus impactos, tais como o papel e a imprensa; e as instituições como as bibliotecas, cuja existência antecede o próprio livro, conforme aludido brevemente na aula sobre Sociedades do Antigo Oriente Próximo. É importante registar que está também implícita nessas etapas da evolução da palavra escrita, do livro e da biblioteca, a história da função de bibliotecário, considerando a relevância desse profissional no passado e no presente.

O último conteúdo abordado na disciplina foi a evolução do registro da informação, do conhecimento e da cultura, considerando as tecnologias digitais de informação e comunicação. Darnton (2010) pondera sobre a situação em que se encontra o livro físico, considerando o crescimento do meio digital, como forma de preservação da informação, destacando as vantagens e as desvantagens dos diferentes formatos. O diálogo em torno dessa problemática possibilitou uma discussão com os discentes da graduação sobre o presente e o futuro da própria formação de bibliotecário, e como os possíveis impactos de uma mudança como essa poderiam influenciá-la.

Além das aulas expositivas, foram realizados dois estudos dirigidos em sala de aula, tendo como finalidade estimular a capacidade de assimilação pelos discentes do conteúdo estudado, refletido e debatido, em sala, assim como encarregá-los da agência no que tange à construção de seu próprio conhecimento. A realização dessa atividade prática considerou, sobretudo, que:

> O Estudo Dirigido é uma técnica de aprendizagem que consiste em direcionar o estudo de determinado assunto de forma autônoma e organizada. Nesse método, o estudante é responsável por planejar, estruturar e conduzir o seu próprio processo de aprendizagem, com o objetivo de aprofundar seus conhecimentos em uma determinada área. (Guia Universitário, 2024).

A partir dos estudos dirigidos, os estagiários docentes tiveram a oportunidade de avaliar a assimilação do assunto por parte dos discentes da disciplina, e, a partir daí, puderam compreender o que e como suas aulas estavam sendo recebidas, o que os possibilitou também adequar ou adaptar as atividades didática e as estratégias metodologias para tornar a mediação do conhecimento mais efetiva, bem como melhor auxiliar os discentes em seus aprendizados.

No decorrer do semestre letivo, foram aplicadas duas avaliações, no formato de exercício de verificação (prova), elaboradas pelos estagiários, sob a supervisão do docente da disciplina, cada uma construída com seis questões, sendo quatro de múltipla escolha (objetivas) e duas dissertativas (subjetivas). É importante registrar que, conforme orientações, todas as questões foram elaboradas baseadas nos conteúdos apresentados durante as aulas expositivas, especialmente, aqueles contidos no material discutido extensivamente em sala de aula, incluindo os slides, que foram disponibilizados ao fim de cada aula respectiva, juntamente com a bibliografia base da disciplina que foi utilizada em sua construção.

Embora, em meio às discussões em sala, outros assuntos pertinentes ao conteúdo e relevantes à formação fossem abordados, pelos discentes ou pelos próprios estagiários docentes, por este não fazer parte da centralidade dos conteúdos apresentados nos slides apresentados, não foram considerados para a elaboração das questões objetivas, ou mesmo grande parte das subjetivas.

Além disso, cabe destacar que antes da aplicação das avaliações, as instruções, escritas na própria avaliação, foram explicadas oralmente, como a proibição de quaisquer consultas a qualquer tipo de conteúdo, em material impresso (livros e anotações) ou outras fontes, tais como aparelhos celulares e computadores. Complementarmente, foram destacados os valores atribuídos a cada uma das questões objetivas e subjetivas. Nas questões subjetivas, foram observados para fins de pontuação, além da pertinência e da relevância do conteúdo, a clareza, a coesão, a organização do conteúdo redigido e a correção ortográfica.

Na aula subsequente à primeira avaliação, houve uma discussão sobre as questões, apresentando a resposta com a opção correta para cada questão objetiva e os critérios considerados para a pontuação das questões subjetivas, permitindo aos discentes a oportunidade de argumentar em relação às suas respostas, bem como estabelecer um diálogo em torno das temáticas. Durante esta discussão, os apontamentos das aulas que foram utilizados para a construção das questões foram apresentados, assim como identificadas e localizadas as respostas corretas.

Uma das aulas não foi dada devido à realização do IV Seminário Internacional de Informação Tecnologia e Inovação (SITI), que aconteceu no período de 07 a de outubro de 2024, e que, por ser um evento dentro do campo da Ciência da Informação, inclusive com relações expressar com temática do curso de Biblioteconomia, foi incentivada a presença dos discentes, assim como a apresentação de trabalhos por parte destes. Aqui, observa-se claramente uma aderência ao disposto na Portaria n° 76/2010 da Capes, ao considerar que “as atividades do estágio de docência deverão ser compatíveis com a área de pesquisa do programa de pós-graduação realizado pelo pós-graduando.” (Brasil, 2010, pp. 32).

No dia 24 de outubro, foi aplicado o segundo estudo dirigido, feito em pares ao invés de individualmente, com o intuito de potencializar a participação e a produção colaborativa. Neste horizonte, antes do início do estudo dirigido, foi realizada uma roda de conversa com o objetivo de identificar a percepção de cada discente a respeito da disciplina, do curso e das intenções acadêmicas e profissionais futuras.

Resta relevante mencionar que as atividades foram contempladas com a criação de um grupo em aplicativo de mensagens instantâneas para facilitar a comunicação e a troca de informações entre os estagiários docentes e os discentes. Neste grupo, dúvidas foram esclarecidas e questionamento foram respondidos, bem como realizados lembretes acerca da entrega de atividades, das datas de prova e do cancelamento de aulas, além de servir como meio para disponibilizar os slides das aulas e a bibliografia base da disciplina. Também houve diálogos pertinentes aos assuntos abordados em sala, com o compartilhamento de informações de interesse e notícias, comunicações sobre eventos da área, por parte dos discentes e dos estagiários docentes. A criação de canais de comunicação entre os estagiários e os discentes da graduação, sejam formais ou informais, segundo Souza (2022), é uma das responsabilidades do estágio docente.

A interação final dos estagiários docentes com os discentes, dentro do contexto da disciplina História da Cultura e dos Registros do Conhecimento, se deu na última aula programada, no dia 14 de novembro. A segunda avaliação foi aplicada pelo docente responsável pela turma, estando os estagiários ausentes durante este momento.

A correção da segunda avaliação também ficou a cargo do docente, com os estagiários docentes providenciando para este o gabarito das questões de múltipla escolha, sendo os critérios para questões dissertativas dessa segunda avaliação a capacidade dos discentes

de discorrer de forma satisfatória sobre os tópicos mais abrangentes acerca de sua formação e do contexto social atual que a envolve, além dos conteúdos abordados em sala de aula.

A presença do docente, durante a execução das aulas por parte dos estagiários docentes, se deu menos com a característica de constante interferência, e mais como a de observar e interferir em momentos oportunos, e, mesmo assim, ocorreu de forma a permitir o desenvolvimento de autonomia por parte dos pós-graduando no exercício da docência. Ocorre que a autonomia relativa na dedicação dos estagiários permitiu, conforme entendimento de Joaquim, Villas Boas e Carrieri (2013), que estes pudessem adquirir, durante o período da docência orientada, capacidades de agência e de tomada decisão em relação à realização do ensino, o que é difícil de ocorrer em casos onde o estagiário docente apenas acompanha o professor.

A contínua comunicação entre os estagiários e os discentes tornou o processo de aprendizado e a experiência do exercício da docência colaborativos e participativos (Souza, 2022). O estabelecimento de relações dialógicas com os discentes possibilitou, ainda segundo Joaquim, Villas Boas e Carrieri (2013), aos estagiários a vivenciarem na prática o desenvolvimento de competências próprias da docência, ajudando-os a desenvolver uma percepção crítico-reflexiva.

Considerações Finais

O estágio de docência na disciplina “História da Cultura e dos Registros do Conhecimento”, no curso de graduação em Biblioteconomia da UFAL, de agosto a novembro de 2024, foi um período no qual os pós-graduandos tiveram a oportunidade de experimentar e vivenciar a rotina de trabalho dos professores universitários, experienciando em grau relativo das exigências e das responsabilidades do docente universitário.

A interação entre o docente responsável pela disciplina e os estagiários e sua colaboração ao longo do período de docência orientada é uma etapa fundamental, como destacado por Conte e Gutierre (2019), que foi de grande importância no decorrer do estágio de docência para determinação e consolidação das medidas e dos conhecimentos a serem aplicados, preparando os discentes para as situações práticas que podem ocorrer em sala de aula, ainda que levando em consideração a autonomia relativa dos estagiários.

A interação direta dos estagiários docentes com os discentes da graduação, também foi proveitosa, considerando que a relação educador-educando é o ponto central do processo educativo, com o educador providenciando os estímulos, orientando e guiando, para que o educando exponha, desenvolva e adquira os saberes (Freire, 1996).

Uma melhor compreensão da correlação entre autoridade e autonomia tanto no fundamento da relação educador-educando, por meio do contato entre os estagiários e os discentes, como entre o docente e os estagiários também pôde ser alcançada. O entendimento de que esses dois elementos são contrastantes, porém complementares, como afirma Libâneo (1994), e que devem existir em equilíbrio, foram noções que puderam ser constatadas e aplicadas pelos estagiários docentes.

Por meio dessas interações, foi possível também, para os estagiários, o aprimoramento de suas capacidades didáticas, além de compreender esse conceito na prática, sendo estimulados a observar sua aplicabilidade e flexibilidade, já que, segundo Bastos (2017), não pode ser esta considerada como algo definido. As características únicas e diferentes capacidades da turma e de cada discente individualmente levaram os estagiários a buscar adequar sua didática para tornar mais fácil a compreensão dos conteúdos, na tentativa de mediar o conhecimento. Buscou-se empregar, nesse sentido, uma boa comunicação para a compreensão dos conteúdos apresentados em sala de aula, criando assim, um ambiente favorável para a discussão e o aprendizado.

Considera-se que o EDO é imprescindível para os pós-graduandos, pois, em certa medida, os prepara para um futuro exercício da docência, oferecendo outras oportunidades, como a integração entre graduação e pós-graduação, que permite construir um conhecimento

colaborativo, além de ampliar as habilidades dos estagiários na capacidade de reflexão sobre os aspectos inerentes à área da docência.

Referências

Bastos, M. de J. (2017). A Importância da Didática na Formação Docente. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. 1(14), 64-70.

Bernardi, M. C. & Ramos, F. B. (2020). Estágio docência: relato de experiência no curso de Biblioteconomia (EAD) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 25(3), 766–777. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1690.

BORKO, H. (1968). Information Science: whats is it? American documentation, 19(1), 3-5.

Brasil. (2010). Portaria CAPES nº 76 de 14 de abril de 2010. Estágio de Docência Conforme o Art. 18 do Regulamento da CAPES para bolsistas Portaria. http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_076_.

Brasil (2023). Portaria nº 173, de 5 de Setembro de 2023. Dispõe sobre a avaliação de entrada de curso novo dos programas de pós-graduação stricto sensu. https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=12903#anchor.

Cardoso, C. F. S. (2007). Sociedades do antigo Oriente próximo (4ª. ed.). Editora Ática.

Conte, E. & Gutierre, L. S. (2021). Estágio docente em questão: formação e implicações. Revista Internacional de Educação Superior, 8, 1-24. https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8656631.

Darnton, R. (2010). A questão dos livros: Passado, presente e futuro. Companhia das Letras.

Fazenda, I. (1994). Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Papirus.

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

Freire, P. (1987). Pedagogia do oprimido. (17ª ed.). Paz e Terra.

Guia do Universitário. (2024). https://guiadouniversitario.com.br/.

Joaquim, N. F. Villas Boas, A. A. & Carrieri, A. P. (2013). Estágio docente: formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário? Educação e Pesquisa, 39(2), 351-365. https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000200005.

Libâneo, J. C. (1994). Didática. (6ª. ed.). Cortez.

Lima, M. S. L. & Pimenta, S. G. (2006). Estágio e Docência: Diferentes Concepções. Poíesis Pedagógica, Catalão, 3(3/4), 5–24. https://doi.org/10.5216/rpp.v3i3e4.10542.

Lüdke, M. & Cruz, G. B. (2010). Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, 2(3), 86-107. https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/20.

Maculan, B. C. M. dos S., Dias, C. da C., Lima, G. Â. de, Aganette, E. C., & Lourenço, C. de A. (2022). Estratégias avaliativas no ensino de organização da informação no curso de Biblioteconomia. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 18, 1–22. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1697.

Moreira, D. A. (1986). Elementos para um plano de melhoria do ensino universitário ao nível de instituição. Revista IMES, São Caetano do Sul, 3(9), 28-32.

Martins, W. (1998). A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca (3ª. ed.), Editora Ática.

Mussi, R. F. F., Flores, F. F. & Almeida, C. B. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional, 17(48), 60-77. https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010.

Oliveira, M. C. (2011). Plano de aula: ferramenta pedagógica da prática docente. Revista Pergaminho, (2), 121–129.

Pinheiro, L. V. R. (2018). Mutações na ciência da informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. Informação & sociedade: estudos; 28(3). https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/43317/22019.

Poulot, D. (2009). Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade.

Saracevi, T. (1996). Ciência da informação: origem, evolução e relações. Ciência da Informação, 1(1), 41-62. https://periodicos-des.cecom.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916.

Souza, C. B. S. (2022). Percepções sobre o estágio de docência do mestrado em ciência da informação. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, São Paulo, 9 (esp.), 1–10. https://doi.org/10.24208/rebecin.v9.317.

Souza, C. B. S. & Valentim, M. L. P. (2023). Estágio docência na formação docente em ciência da informação no brasil: relato de experiência. Revista EDICIC, 3(4), 1–14. https://doi.org/10.62758/re.v3i4.232.

Souza, E. D. (2021). A Ciência da Informação: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo.Edufal.

Souza, E. D. (2015). A epistemologia interdisciplinar: uma introdução à produção colaborativa de conhecimento científico. Edufal.

Universidade Federal de Alagoas (2019). Curso de Biblioteconomia: bacharelado. https://ichca.ufal.br/pt-br/graduacao/biblioteconomia/documentos/projeto-pedagogico/biblioteconomia-bacharelado-2019.pdf/view.

Universidade Federal de Alagoas (2022). Resolução nº 37/2022-Consuni/Ufal, de 07 de junho de 2022. Aprova o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Ufal. https://ufal.br/resolucoes/2022/rco-n-37-de-07-06-2022.pdf.

Universidade Federal de Alagoas (2023). Regimento do Programa de Pósgraduação em Ciência Da Informação: Mestrado Acadêmico. Regimento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas, aprovado pelo Conselho Universitário (Consuni), nos termos da Resolução nº 37/2022-Consuni/Ufal, de 07 de junho de 2022. https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao/documentos/normas-e-procedimentos/regimento-interno-do-ppgci-ufal.pdf/view.

NOTAS

[1] Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.

TECNOFEUDALISMO: RECONFIGURAÇÕES DO PODER NA ERA DIGITAL E IMPLICAÇÕES PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dielly Marie Melo de Sousa Gomes, PPGCI UFAL, https://orcid.org/0009-0001-8260-7732,Brasil, diellymarie@gmail.com
Maytê Luanna Dias de Melo, PPGCI UFAL, https://orcid.org/0000-0002-7310-2572, Brasil, mayte.melo@ichca.ufal.br
Jonas Aron Cardoso Diniz, PPGCI UFAL, https://orcid.org/0000-0003-3080-5005, Brasil, jonasacd@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6765

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

A sociedade contemporânea vivencia uma profunda reconfiguração em sua organização econômica, social e informacional. Este novo cenário é caracterizado pela centralização de poder, dados e recursos nas mãos de um pequeno número de corporações tecnológicas, como *Amazon, Google, Meta e Apple*. Inicialmente vistas como catalisadoras da inovação e da democratização do acesso à informação, essas empresas passaram a operar como centros de controle, regulação e monetização dos fluxos informacionais em escala global. O que se observa, portanto, é uma subversão da promessa libertadora da internet, cujos ideais originais de descentralização, colaboração e acesso aberto são progressivamente substituídos por mecanismos de vigilância contínua, controle algorítmico e exploração de dados pessoais como o principal ativo da economia digital.

Nesse contexto, emerge o conceito de tecnofeudalismo como uma metáfora crítica e um arcabouço teórico para analisar a nova dinâmica de poder, que se baseia na extração de dados, na vigilância constante e na dependência dos usuários em relação às plataformas digitais. Autores como Evgeny Morozov e Shoshana Zuboff oferecem interpretações que expõem a contradição entre as narrativas de inovação e livre mercado e a realidade de um sistema fundamentado na extração assimétrica de valor, análogo a formas de dominação pré-capitalistas. O tecnofeudalismo, portanto, não significa um regresso ao passado, mas aponta para um novo regime socioeconômico onde o controle sobre as infraestruturas informacionais se torna mais decisivo do que a posse dos meios de produção tradicionais.

Essa conjuntura revela uma reordenação da estrutura sociopolítica e econômica, na qual a promessa de um ciberespaço livre e participativo é suplantada por relações de servidão e exploração digital, semelhantes às do feudalismo medieval. No feudalismo clássico, os senhores detinham o controle da terra, oferecendo proteção em troca da lealdade e do trabalho dos servos. De forma análoga, as plataformas digitais contemporâneas fornecem serviços, conectividade e acesso — muitas vezes de forma gratuita — em troca da coleta massiva de dados, do rastreamento dos usuários e da submissão a algoritmos e termos de serviço sobre os quais os indivíduos não possuem controle efetivo. Assim como os camponeses estavam atrelados à terra, os usuários hoje se encontram cada vez mais dependentes das infraestruturas digitais para se comunicar, trabalhar, consumir e participar da vida social.

Este novo modelo de poder informacional levanta questões urgentes sobre o papel da informação na sociedade. A centralização tecnológica desafia diretamente noções de soberania, privacidade, cidadania e democracia, posicionando a informação como o epicentro de disputas políticas e econômicas. As grandes empresas de tecnologia, ao controlarem as infraestruturas digitais como redes sociais, mecanismos de busca e dispositivos inteligentes, tornam-se as mediadoras das experiências humanas. Elas determinam o que é visto, por quem e quando, ao mesmo tempo em que podem invisibilizar conteúdos, criar bolhas de filtro e silenciar vozes dissidentes. A ideia de "neutralidade da rede" é substituída por estratégias

corporativas que visam à maximização do lucro, enquanto os algoritmos, funcionando como "caixas-pretas", reforçam desigualdades informacionais e epistemológicas.

Diante desse panorama, a Ciência da Informação é convocada a refletir criticamente sobre o impacto dessas mudanças. Como um campo dedicado à mediação, organização, acesso e uso ético da informação, seus princípios fundamentais estão no centro das disputas atuais. A atuação das plataformas desafia a diversidade de fontes e a autonomia do sujeito, tornando urgente a necessidade de análises que transcendam a dimensão puramente técnica da informação para abranger seus aspectos políticos, éticos e socioculturais. A complexidade dos sistemas atuais exige abordagens críticas e transdisciplinares capazes de expor assimetrias de poder e promover uma cidadania informacional ativa.

Adicionalmente, a ascensão do tecnofeudalismo apresenta desafios diretos à formulação de políticas públicas de informação. Questiona-se até que ponto os marcos regulatórios existentes conseguem coibir os abusos das grandes corporações. Como assegurar a proteção de dados pessoais, a transparência algorítmica e a neutralidade da rede em um cenário de forte assimetria de poder entre Estados e empresas transnacionais? Qual o papel da Ciência da Informação na criação e avaliação dessas políticas? Tais perguntas exigem diagnósticos precisos e propostas de ação baseadas na justiça informacional, na equidade e na soberania tecnológica.

Este estudo parte, assim, da seguinte problemática: como o tecnofeudalismo se estabelece como uma nova estrutura de poder e quais são suas implicações para a política de informação e para a Ciência da Informação? A análise se fundamenta no entendimento de que a informação não é um recurso neutro, mas um elemento estratégico nas disputas por poder no século XXI. O objetivo geral é analisar criticamente o conceito de tecnofeudalismo e suas consequências para a regulação, a organização social e o papel da Ciência da Informação frente às novas dinâmicas de controle e desigualdade na era digital. Os objetivos específicos são: (i) contextualizar o surgimento do tecnofeudalismo na economia digital e na cultura algorítmica; (ii) examinar os impactos dessa lógica nos direitos informacionais, na privacidade e na cidadania digital; e (iii) discutir as contribuições e os desafios da Ciência da Informação diante desse cenário.

A relevância deste trabalho se justifica pela necessidade de compreender os mecanismos pelos quais o poder informacional se consolida na era digital, especialmente frente à manipulação informacional e à mercantilização de dados pessoais. A análise crítica do tecnofeudalismo permite desvelar os interesses econômicos e políticos que sustentam a arquitetura atual da internet, desafiando discursos hegemônicos de neutralidade tecnológica. Ao mesmo tempo, o estudo busca oferecer subsídios para a formulação de alternativas baseadas na transparência, no acesso universal, na proteção de dados e na soberania digital.

Ao aprofundar essa discussão, busca-se contribuir para uma compreensão crítica do cenário atual e para a construção de alternativas que priorizem a justiça informacional, a ética e a soberania dos sujeitos no ambiente digital. Com isso, pretende-se reforçar o papel da Ciência da Informação como um campo estratégico para a construção de sociedades mais justas, democráticas e conscientes do papel central que a informação desempenha nas estruturas de poder contemporâneas. A informação, enquanto bem comum, deve ser objeto de disputas legítimas por equidade e acesso, e não um instrumento de dominação monopolística. É nesse horizonte que este estudo se inscreve, propondo-se a tensionar as fronteiras entre conhecimento, poder e liberdade na era do tecnofeudalismo.

Referencial Teorico

O enquadramento teórico desta investigação fundamenta-se em uma constelação de autores e correntes críticas que analisam as profundas reconfigurações do poder, da economia e da subjetividade na sociedade da informação. O conceito de tecnofeudalismo emerge como uma potente chave

interpretativa para compreender o atual regime econômico-informacional, no qual o controle monopolista das infraestruturas digitais e a apropriação massiva de dados pessoais se consolidam como os principais ativos de dominação e acumulação. Embora seja uma noção em debate, ela tem sido explorada por diversos pensadores que denunciam o esvaziamento do ideal democrático e libertário da internet, sinalizando o surgimento de novas e sofisticadas formas de dependência sociotécnica e servidão algorítmica.

Um dos autores que antecipam essa virada analítica é o filósofo italiano Franco "Bifo" Berardi. Em sua obra Depois do Futuro, ele examina a emergência de relações de servidão digital, nas quais os indivíduos, imersos em um fluxo incessante de informação e comunicação, tornam-se sujeitos a um regime contínuo de conexão, produtividade e vigilância. Para ele, o sonho iluminista de uma esfera pública digital livre deu lugar a estruturas de exploração invisível, onde o acesso à informação, ao trabalho e à própria sociabilidade é mediado e condicionado pelas grandes corporações tecnológicas. "O tempo foi capturado pelas máquinas de valorização, e a subjetividade foi colonizada pela lógica financeira" (BERARDI, 2019, p. 112), afirma o autor ao descrever o esgotamento psicossocial e a precarização existencial do sujeito permanentemente conectado.

De modo complementar, Evgeny Morozov, em seu livro O Delírio Digital: O Lado Sombrio da Liberdade na Internet, desfere uma crítica contundente ao otimismo tecnocêntrico que marcou o início do século XXI. Morozov denuncia o que chama de "solucionismo tecnológico", a crença ingênua de que a tecnologia, por si só, é capaz de resolver problemas sociais complexos. Segundo o autor, o discurso utópico sobre a liberdade informacional serviu como um véu para ocultar o crescimento de estruturas de poder autoritárias e corporativas que instrumentalizam a tecnologia para fins de controle e dominação (MOROZOV, 2018). Empresas como Amazon, Google, Meta e Apple, argumenta, concentram um poder transnacional sem precedentes, impactando não apenas o mercado, mas as próprias estruturas políticas, culturais e cognitivas da sociedade contemporânea.

Shoshana Zuboff, em sua obra monumental A Era do Capitalismo de Vigilância, amplia essa crítica ao detalhar o modelo econômico que sustenta esse novo poder. Ela define o capitalismo de vigilância como um sistema fundado na extração massiva e unilateral dos dados comportamentais dos usuários, que são declarados como propriedade das empresas. Segundo a autora, "a lógica do capitalismo de vigilância transforma a experiência humana em matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração, previsão e venda" (ZUBOFF, 2019, p. 23). Esses dados, processados por algoritmos de inteligência artificial, são transformados em produtos preditivos e negociados em mercados especializados — os "mercados de futuros comportamentais" —, onde o objetivo é antecipar e moldar o comportamento humano. Zuboff alerta que, nesse modelo, "a privacidade é abolida como uma condição humana e substituída por um novo regime de poder informacional que mina a autonomia, a cidadania e a liberdade de decisão" (ZUBOFF, 2019, p. 58).

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, por sua vez, aprofunda a análise dos efeitos subjetivos desse novo regime de poder. Em obras como Psicopolítica: O Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder e Sociedade da Transparência, Han demonstra como o discurso da liberdade, da auto-realização e da transparência, promovido pelas plataformas, mascara formas sofisticadas de dominação que operam pelo consentimento e pelo autoengajamento. A máxima neoliberal, segundo ele, não é mais a da disciplina, mas a do desempenho. Han afirma que "o sujeito do neoliberalismo não é mais um sujeito obediente, mas um sujeito de desempenho que explora a si mesmo voluntariamente, acreditando estar se realizando" (HAN, 2018, p. 12). A vigilância, nesse modelo, é internalizada, e os indivíduos tornam-se cúmplices de sua própria exposição, transformando a liberdade em uma eficiente ferramenta de controle.

Na perspectiva da Economia Política da Informação, autores seminais oferecem fundamentos para compreender a estrutura material e o funcionamento desse novo poder

informacional. Herbert Schiller, um de seus pioneiros, já denunciava em Information Inequality que o chamado "capitalismo informacional" era, na verdade, uma continuação e aprofundamento do projeto neoliberal de concentração de poder. Para ele, "a retórica da abundância digital serve como cortina de fumaça para práticas de dominação econômica e exclusão social" (SCHILLER, 1996, p. 37), sustentando que as redes tecnológicas, longe de serem neutras, reforçam desigualdades estruturais sob o disfarce da liberdade de escolha.

Vincent Mosco, em A Economia Política da Comunicação, avança ao propor a ideia de fetichismo das tecnologias, demonstrando como o conhecimento, a cultura e a própria comunicação são transformados em mercadorias (commodities), processo que molda subjetividades e fortalece a hegemonia das corporações de mídia e tecnologia. Para Mosco, "a mercantilização do saber compromete a capacidade crítica dos sujeitos e enfraquece os fundamentos democráticos da sociedade da informação" (MOSCO, 2009, p. 145), destacando o papel central das indústrias informacionais na naturalização da ideologia tecnocrática e na erosão do espaço público.

Manuel Castells, com sua trilogia A Era da Informação, propõe que vivemos em uma "sociedade em rede", na qual o poder se estrutura a partir de fluxos informacionais distribuídos globalmente. Embora reconheça o potencial descentralizador e democratizante das tecnologias, Castells alerta enfaticamente para o surgimento de novas e profundas formas de exclusão social. Para o autor, em um mundo onde a conectividade é o principal recurso de poder e oportunidade, a "exclusão digital é a nova e decisiva forma de exclusão social" (CASTELLS, 2016, p. 451), pois as redes não são neutras, e sim moldadas por interesses econômicos, políticos e culturais que determinam quem está incluído e quem é deixado para trás.

Nesse mesmo campo, a teórica italiana Tiziana Terranova, em seu influente ensaio Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy, contribui para o entendimento da produção de valor nas redes. Ela desenvolve o conceito de trabalho gratuito (free labor), referindo-se ao conjunto de atividades e interações espontâneas dos usuários nas plataformas — curtir, comentar, postar, compartilhar, produzir conteúdo — que são sistematicamente capturadas e apropriadas economicamente pelas empresas. Para a autora, "as redes funcionam como ecologias biopolíticas nas quais os sujeitos são capturados por dispositivos que exploram suas capacidades cognitivas, emocionais e relacionais" (TERRANOVA, 2004, p. 74), transformando o lazer e a sociabilidade em trabalho não remunerado. Inspirada em Foucault, Negri e Lazzarato, Terranova argumenta que o capitalismo digital opera por meio de biopoder e trabalho imaterial, atuando sobre a vida como um todo e revelando a contradição central entre o discurso de autonomia e a realidade da extração de valor.

No âmbito da Ciência da Informação, Sandra Braman, em Change of State: Information, Policy, and Power, defende que a política de informação se tornou um elemento central que redefine os três poderes clássicos do Estado — estrutural, simbólico e instrumental. Ela argumenta que "a informação passou de recurso estratégico a elemento constitutivo do próprio Estado" (BRAMAN, 2006, p. 3), afetando diretamente as formas de regulação, o exercício da soberania e a própria definição de cidadania no século XXI. Sua análise sublinha a centralidade dos fluxos informacionais na formulação de políticas públicas, na segurança nacional, na economia e na cultura.

No Brasil, Maria Nélida González de Gómez (2015) propõe uma leitura crítica da política de informação, tratando-a como um campo de disputa ideológica e material. Para a autora, a informação jamais é neutra, mas sim atravessada por interesses, conflitos e lutas sociais. A partir dessa premissa, as políticas informacionais devem ser analisadas à luz das relações de poder que moldam sua produção, circulação e apropriação, uma perspectiva fundamental para compreender o papel do Estado e das instituições no enfrentamento das profundas assimetrias que caracterizam o regime tecnofeudal.

Apesar da força analítica do conceito de tecnofeudalismo, correntes críticas propõem termos alternativos ou complementares, como

capitalismo de plataforma ou capitalismo cognitivo, que destacam a continuidade com a lógica de acumulação capitalista. Nick Srnicek, em seu livro Platform Capitalism, recusa a ideia de que vivemos uma regressão feudal. Para ele, as plataformas representam uma engenhosa resposta capitalista às crises de rentabilidade do século XXI, baseando-se na extração de dados e na intermediação de interações sociais como novo motor de acumulação. “O poder das plataformas não decorre de sua ruptura com o capitalismo, mas de sua plena adaptação ao neoliberalismo global” (SRNICEK, 2017, p. 48).

Contudo, o conceito de tecnofeudalismo mantém sua relevância por iluminar aspectos que outras abordagens podem subestimar: o caráter monopolista e infraestrutural das plataformas, que operam como senhores de feudos digitais; a perda de autonomia dos sujeitos, que se tornam vassalos digitais; e a emergência de novas formas de servidão algorítmica, que operam não apenas pela exploração do trabalho, mas pela captura total da atenção, dos dados e da vida cotidiana. Assim, esta investigação adota o termo como uma chave interpretativa estratégica que se soma — e não se opõe — às abordagens críticas do capitalismo digital e de vigilância.

Ao integrar as contribuições de autores da ciência da informação, economia política, sociologia da tecnologia e filosofia crítica, este referencial teórico constrói uma base analítica robusta e multifacetada para compreender os impactos do modelo tecnofeudal sobre a organização do saber, a circulação da informação e as dinâmicas de poder na era digital. Trata-se de mapear criticamente os mecanismos que sustentam a nova ordem informacional, seus efeitos sobre os sujeitos e as possibilidades de resistência e regulação democrática.

Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos, esta investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com fundamentação teórico-conceitual e orientação crítica. Optou-se por uma metodologia que privilegia a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e informacionais em seu contexto histórico e político, em detrimento da mensuração quantitativa ou da busca de generalizações. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela natureza complexa, dinâmica e multidimensional do conceito de tecnofeudalismo, que exige uma leitura interpretativa e contextualizada das relações entre tecnologia, poder, informação e sociedade.

Trata-se de uma pesquisa centrada na revisão bibliográfica e documental, com ênfase na análise crítica do conceito de tecnofeudalismo, suas origens teóricas, influências ideológicas e desdobramentos sociotécnicos, políticos, culturais e econômicos no contexto da sociedade da informação. A investigação se ancora em um referencial interdisciplinar, articulando contribuições da Economia Política da Informação e da Comunicação (EPIC), dos Estudos Críticos da Informação, da Filosofia Política, dos Estudos de Mídia e da própria Ciência da Informação, a fim de construir um arcabouço analítico robusto para examinar o objeto em questão.

A metodologia empregada segue os pressupostos da análise de conteúdo, conforme delineado por Bardin (2011), que propõe três fases principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Essa técnica se mostrou adequada à proposta da pesquisa por possibilitar a identificação de categorias temáticas emergentes, recorrências discursivas, contradições internas e tendências analíticas, preservando a densidade interpretativa dos materiais examinados. A análise de conteúdo foi aplicada tanto à literatura especializada quanto a documentos institucionais selecionados, permitindo a articulação entre teoria e empiria.

Na etapa de pré-análise, realizou-se o levantamento, organização e leitura flutuante de um corpus diversificado de textos teóricos e documentos técnicos. Esse processo envolveu a seleção de fontes primárias e secundárias com base em critérios de relevância temática, diversidade disciplinar, atualidade e impacto acadêmico e social. Foram priorizados textos que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa, com atenção especial a autores que

oferecem contribuições críticas para a compreensão do papel das plataformas digitais e da reorganização do poder no capitalismo contemporâneo.

Entre os autores selecionados, destacam-se:

- Shoshana Zuboff, com sua obra A era do capitalismo de vigilância (2018), por oferecer uma análise seminal sobre o uso comercial de dados comportamentais, a lógica da extração de valor informacional e os novos regimes de poder algorítmico;
- Dan Schiller e Vincent Mosco, pela abordagem crítica sobre a informatização da economia, o papel do Estado e das corporações na estruturação de regimes comunicacionais hegemônicos;
- Manuel Castells, cuja teoria da sociedade em rede (1996) permite compreender os fluxos informacionais globais, a reconfiguração do espaço-tempo e as novas formas de sociabilidade mediadas por redes digitais;
- Tiziana Terranova, cuja reflexão sobre economia do conhecimento, trabalho imaterial, biopoder e redes distribuídas amplia a compreensão da lógica sistêmica das plataformas digitais;
- Herbert Schiller, por seu papel precursor na crítica à concentração da mídia e à colonização informacional por interesses corporativos;
- Sandra Braman, que articula os campos da política da informação, regulação estatal e controle social, oferecendo importantes insights sobre os regimes normativos que moldam o ambiente informacional;
- Autores latino-americanos como Maria Nélida González de Gómez, que contribuem com uma leitura situada da informação como mediação simbólica, cultural e política, sobretudo em contextos de desigualdade estrutural e colonialidade epistêmica.

Na etapa de exploração do material, o corpus textual foi submetido a uma leitura analítica sistematizada, com codificação de trechos relevantes, identificação de categorias conceituais e construção de mapas analíticos preliminares. Essa etapa permitiu estruturar a análise em torno de eixos temáticos interdependentes, como: a plataformização da vida social; os regimes de extração de dados; a reconfiguração do trabalho; os dispositivos de vigilância algorítmica; e os impactos na governança da informação. A análise foi orientada pela busca de conexões críticas entre teoria e prática, considerando os efeitos das transformações tecnossociais sobre os sujeitos, as instituições e as estruturas sociais.

O tratamento dos resultados envolveu a sistematização das categorias identificadas e sua articulação com os casos empíricos selecionados. A inserção de exemplos concretos cumpre a função de ilustrar e tensionar os conceitos teóricos debatidos, evidenciando como o tecnofeudalismo se manifesta de maneira concreta no cotidiano informacional da sociedade brasileira. Os casos analisados foram escolhidos por sua relevância social, potencial de impacto, representatividade nacional e articulação direta com as categorias teóricas discutidas.

Dentre os casos empíricos analisados, destacam-se:

1. A lógica algorítmica e a precarização do trabalho por aplicativos: examinou-se a atuação de plataformas como *iFood, Uber* e 99, com base em relatórios do *Fairwork* Brasil, entrevistas com entregadores e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise revelou como os algoritmos de gerenciamento impõem jornadas extensas, pagamentos variáveis e vigilância constante, configurando um ambiente de trabalho assimétrico e exploratório. A ausência de regulação clara e a fragilidade dos direitos trabalhistas aprofundam a vulnerabilidade desses trabalhadores.
2. Uso de dados pessoais na publicidade programática e microdirecionamento político: foram analisados os relatórios da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), denúncias do *Data Privacy* Brasil e estudos sobre o uso de dados de eleitores durante campanhas eleitorais. A coleta massiva de dados em redes sociais como *Facebook*, Instagram e *WhatsApp* viabilizou práticas de manipulação comportamental e desinformação, com efeitos deletérios para a transparência democrática. O caso da eleição presidencial de 2018 e a disseminação de *fake news* via *WhatsApp* ilustram essa dinâmica.
3. Desinformação e impactos na saúde pública e processos políticos: investigaram-se campanhas de desinformação durante a

pandemia de COVID-19, com base em estudos do *NetLab* (UFRJ) e relatórios da Fiocruz. Identificaram-se estratégias coordenadas de disseminação de conteúdos falsos sobre vacinas e políticas sanitárias, com impactos concretos na adesão às medidas de saúde pública e no agravamento da crise de confiança institucional.

Além do material bibliográfico e dos estudos de caso, foram incorporados documentos técnicos e institucionais, selecionados com base em sua autoridade institucional, abrangência temática e relevância para o debate público contemporâneo. Entre eles, destacam-se relatórios e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Comissão Europeia, da *Electronic Frontier Foundation* (EFF) e do *Data & Society Research Institute*. Esses documentos subsidiaram a análise das políticas de regulação digital, direitos informacionais, governança algorítmica e colonialismo de dados.

Ao integrar teoria crítica e análise empírica contextualizada, esta pesquisa busca oferecer uma leitura aprofundada e situada do tecnofeudalismo como fenômeno emergente. A metodologia adotada permite não apenas mapear o estado da arte do debate, mas também contribuir para o desenvolvimento de um arcabouço conceitual capaz de enfrentar os desafios contemporâneos da Ciência da Informação no contexto do capitalismo digital e da plataformização da vida social.

Resultados Parciais ou Finais

A análise realizada permitiu identificar que o tecnofeudalismo não se limita a uma metáfora ilustrativa, mas se configura como uma nova arquitetura de poder informacional, cuja base se sustenta na vigilância massiva, na extração e comercialização de dados pessoais e na intermediação compulsória das plataformas digitais em praticamente todas as dimensões da vida social. Tais plataformas assumem o papel de novos “senhores feudais” digitais, impondo regras unilaterais e opacas sobre o acesso, a visibilidade, o uso e a monetização das informações, o que aprofunda relações de dependência estrutural e compromete significativamente a autonomia informacional dos indivíduos. Ao controlar as infraestruturas tecnológicas, os dados e os algoritmos que regem o funcionamento do ambiente digital, essas corporações moldam não apenas o comportamento dos usuários, mas também a própria lógica de funcionamento das instituições democráticas e dos sistemas de produção simbólica.

Verificou-se que a lógica do plataformismo transforma atividades cotidianas — como trabalho, lazer, consumo, socialização e até mesmo práticas políticas — em insumos para modelos de negócio orientados pela mineração e capitalização de dados. Nesse processo, o cotidiano dos indivíduos é convertido em fluxo constante de informações monetizáveis, o que aprofunda desigualdades e cria um ambiente de controle social algorítmico. A transformação das práticas sociais em dados quantificáveis alimenta um sistema em que cada ação é registrada, avaliada e, posteriormente, utilizada para retroalimentar os mecanismos de poder informacional. A analogia com o regime de vassalagem do feudalismo se materializa na medida em que os usuários, embora aparentemente livres, encontram-se subordinados às infraestruturas digitais que concentram o poder sobre os recursos essenciais à sua existência comunicacional e econômica.

No campo do trabalho, observa-se a precarização acelerada das relações laborais mediadas por plataformas. Setores como transporte e entrega são emblemáticos dessa transição. Em Maceió e em Arapiraca, por exemplo, o número de trabalhadores vinculados a aplicativos como Uber e iFood cresceu exponencialmente desde a pandemia da Covid-19. A informalidade e a ausência de direitos trabalhistas são mascaradas por uma retórica de autonomia e flexibilidade que, na prática, esconde a submissão a sistemas algorítmicos de avaliação, ranqueamento e punição. Esses sistemas operam sob lógicas opacas e inquestionáveis, voltadas à maximização do lucro empresarial, transferindo os riscos da atividade laboral para os próprios trabalhadores. Ao invisibilizar os

vínculos empregatícios e naturalizar a intermediação digital como única alternativa de subsistência, essas plataformas reforçam uma estrutura de exploração que lembra o sistema de obrigações e servidão do feudalismo, agora digitalmente mediado.

Além da precarização econômica, constata-se também uma reorganização simbólica e cultural da esfera pública, profundamente impactada pela concentração do poder de visibilidade nas mãos das plataformas digitais. Algoritmos, operando sob critérios comerciais e interesses corporativos, determinam quais discursos ganham alcance e quais são silenciados. Isso compromete a pluralidade informacional, impacta diretamente a construção da opinião pública e enfraquece o direito à comunicação como dimensão fundamental da cidadania. Episódios recentes de desinformação durante processos eleitorais, como os ocorridos nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022, evidenciam o papel das plataformas na disseminação de conteúdos manipulados, muitas vezes impulsionados artificialmente para gerar engajamento e lucro. Esse processo não apenas compromete a integridade do debate público, como também mina a confiança nas instituições democráticas, ao permitir que interesses privados moldem os limites do aceitável, do visível e do discutível.

Essa lógica de modulação algorítmica da realidade também se reflete na desigualdade de acesso à informação. Em Alagoas, dados recentes da PNAD Contínua TIC indicam que aproximadamente 27% da população ainda não utiliza a internet, com índices de exclusão mais acentuados entre idosos, mulheres, populações negras e residentes em áreas rurais. Além disso, o CGI.br aponta que cerca de 36% da população rural no estado não tem acesso à internet com qualidade mínima. Tal cenário reforça a exclusão informacional e impede o pleno exercício da cidadania digital, criando um abismo entre os incluídos e os excluídos da esfera pública digital. A ausência de políticas públicas efetivas de inclusão digital, aliada à precariedade das infraestruturas tecnológicas em regiões periféricas, evidencia o aprofundamento de desigualdades históricas sob uma roupagem tecnificada.

A intermediação obrigatória das plataformas também impõe impactos significativos sobre instituições públicas de produção, preservação e mediação da informação, como universidades, bibliotecas e arquivos. No contexto alagoano, observa-se a crescente dependência de ferramentas digitais corporativas por parte de instituições públicas de ensino, como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que utiliza soluções de empresas como *Google* e *Microsoft* para viabilizar suas atividades acadêmicas e administrativas. Essa dependência tecnológica, muitas vezes naturalizada, coloca em risco a autonomia institucional, a soberania dos dados educacionais e a segurança das informações sensíveis. Além disso, há um movimento crescente de privatização de repositórios de pesquisa, bases de dados científicas e ambientes virtuais de aprendizagem, o que compromete o acesso universal e equitativo ao conhecimento produzido com financiamento público.

Bibliotecas públicas, que tradicionalmente desempenham um papel central na democratização da informação, enfrentam uma crise estrutural de financiamento, infraestrutura e reconhecimento político. Em muitas cidades do interior de Alagoas, há bibliotecas com acervos desatualizados, sem acesso à internet e com equipe reduzida. Arquivos públicos, por sua vez, enfrentam dificuldades ainda maiores: muitas instituições não contam com políticas de digitalização, preservação digital ou sistemas arquivísticos adequados. A ausência de investimentos nessa área representa uma ameaça à memória institucional, à transparência pública e ao acesso a informações de interesse coletivo.

Apesar desse cenário preocupante, é necessário reconhecer que há críticas importantes ao conceito de tecnofeudalismo enquanto categoria analítica. Diversos autores argumentam que a noção de tecnofeudalismo pode obscurecer continuidades fundamentais do capitalismo contemporâneo, ao sugerir uma ruptura histórica que, de fato, não ocorre. Pesquisadores como Evgeny Morozov, por exemplo, apontam que as plataformas digitais não substituem a lógica capitalista, mas a intensificam. Segundo essa perspectiva, o que se observa não é o retorno a um modelo

feudal, mas a consolidação de um capitalismo digital de vigilância, conforme proposto por Shoshana Zuboff, no qual a acumulação se dá pela captura comportamental e pela previsão algorítmica do comportamento humano.

Outros estudiosos preferem o termo "capitalismo de plataforma", como Nick Srnicek, para indicar que as práticas de extração de dados, concentração de poder e controle sobre infraestruturas digitais são expressões atualizadas do próprio capitalismo, e não de um sistema alternativo. Ao reforçar a ideia de tecnofeudalismo, corre-se o risco de romantizar ou simplificar a complexidade das transformações em curso, sem considerar que o sistema continua movido por interesses de lucro, concorrência, financeirização e acumulação desigual — características centrais do capitalismo, ainda que sob novas formas.

Esses contrapontos não invalidam a potência crítica do conceito de tecnofeudalismo, mas apontam para a necessidade de um uso cuidadoso e situado da terminologia. A proposta de tecnofeudalismo pode ser mais eficaz como um diagnóstico provocador do deslocamento do poder social e político para atores privados globais que operam infraestruturas digitais monopolistas. Ela ajuda a visibilizar relações de dominação que escapam aos instrumentos clássicos de regulação e controle estatal. Contudo, a complexidade do fenômeno exige abordagens interdisciplinares e articuladas, que considerem as interações entre dimensões econômicas, políticas, jurídicas, informacionais e culturais.

Frente a esse contexto, torna-se evidente que o tecnofeudalismo não representa apenas uma mutação da lógica capitalista, mas uma mudança paradigmática na forma como a informação é produzida, circula e é controlada. Ele redefine os fundamentos da soberania informacional, compromete a equidade no acesso ao conhecimento e tensiona os limites da democracia no século XXI. Nesse cenário, a política de informação emerge como instrumento estratégico de resistência e transformação. No entanto, sua efetividade depende da articulação entre conhecimento técnico, mobilização social e vontade política, para reverter o processo de captura da informação por interesses corporativos e recolocar a informação como um bem comum, acessível, plural e orientado pelo interesse público.

Essa rearticulação exige o fortalecimento das instituições públicas de informação, o investimento em infraestruturas tecnológicas soberanas, a promoção de uma cultura digital crítica e a elaboração de marcos regulatórios adaptados à complexidade do ambiente informacional contemporâneo. Ao reconhecer a informação como dimensão estratégica da cidadania, torna-se possível enfrentar as assimetrias impostas pelo modelo tecnofeudal e construir alternativas baseadas em justiça informacional, transparência e participação democrática.

Considerações Parciais ou Finais

A presente análise permitiu cartografar os contornos de uma reconfiguração estrutural do poder na era digital, aqui compreendida sob a lente crítica do tecnofeudalismo. Este conceito não designa uma simples evolução tecnológica, mas uma profunda mutação paradigmática em que a vigilância sistêmica, o extrativismo massivo de dados e a intermediação algorítmica se tornam os princípios organizadores das dinâmicas sociais, culturais, econômicas e, fundamentalmente, políticas. Ao se consolidar como um novo e hegemônico regime sociotécnico, este modelo opera uma subsunção total da experiência humana, convertendo todas as suas manifestações — o trabalho e o lazer, o consumo e a criação, a comunicação interpessoal e a ação política coletiva — em insumos brutos para um ecossistema de plataformas digitais. Estas, por sua vez, operam como os novos “senhores feudais digitais”, concentrando um poder infraestrutural sem precedentes, detendo o controle absoluto sobre os fluxos de informação e sobre os mecanismos invisíveis de visibilidade, recompensa, punição e exclusão que governam a vida contemporânea. A lógica intrínseca da plataformização da vida, longe de cumprir as promessas utópicas de uma sociedade mais conectada e equitativa, funciona como um potente acelerador de desigualdades históricas, ao mesmo tempo que gera novas formas de vulnerabilidade e

dominação. No plano do trabalho, o impacto é devastador e multifacetado. Assiste-se a uma precarização programada das relações laborais, visível de forma explícita em setores como transporte, entregas e serviços sob demanda — a chamada *gig economy* —, mas que se espalha de forma insidiosa por diversas outras áreas, incluindo o trabalho criativo e intelectual. Os trabalhadores, reclassificados como "parceiros" ou "microempreendedores", são na verdade subordinados a sistemas de gestão algorítmica inteiramente opacos, que governam sua conduta por meio de avaliações constantes, métricas de desempenho e sistemas de pontuação. Esta arquitetura de controle atomiza a força de trabalho, impede a organização coletiva, transfere todos os riscos empresariais para os indivíduos e, na prática, anula direitos sociais e trabalhistas arduamente conquistados ao longo de décadas. A autonomia do sujeito é corroída e substituída por uma nova forma de servidão maquínica, onde a obediência a um código invisível se torna a condição para a sobrevivência econômica.

Para além da esfera laboral, este regime impõe um profundo impacto na subjetividade. O sujeito do tecnofeudalismo é o sujeito do desempenho, compelido a uma auto-otimização contínua, transformando sua própria vida em um projeto empresarial a ser gerenciado. A vigilância não é apenas externa, mas internalizada: somos incentivados a monitorar a nós mesmos, a quantificar nossas atividades, a performar uma identidade atraente nas redes e a nos engajarmos voluntariamente em nossa própria exposição. Este processo gera um estado de ansiedade e esgotamento permanentes, dissolvendo as fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, entre a esfera pública e a intimidade. A saúde mental emerge como um dos campos de batalha centrais deste novo regime, com o aumento exponencial de transtornos como o burnout e a ansiedade, diretamente ligados à pressão por conexão e produtividade ininterruptas.

No plano simbólico e cultural, o que se observa é uma concentração alarmante do poder discursivo nas mãos de um oligopólio de corporações transnacionais. Estas empresas não apenas controlam os canais de distribuição da informação, mas definem ativamente, por meio de seus algoritmos e políticas de moderação, o que pode e o que não pode ser visto, dito e debatido no espaço público digital. Este poder de censura privada e de promoção seletiva de conteúdos compromete radicalmente a pluralidade informacional, o contraditório e o próprio direito à comunicação. A construção da realidade passa a ser mediada por algoritmos cujo objetivo primário não é o esclarecimento público ou a qualidade do debate, mas a maximização do engajamento e da rentabilidade publicitária. A atenção humana, recurso finito e precioso, é capturada e mercantilizada, configurando o epicentro de uma economia da atenção que prospera com a polarização, a desinformação e o sensacionalismo. Este processo aprofunda o que pode ser chamado de colonialismo de dados, um sistema em que as nações e comunidades do Sul Global são frequentemente reduzidas a meras fontes de dados brutos e mercados consumidores de tecnologias desenvolvidas e controladas pelo Norte Global, perpetuando padrões históricos de dependência e extração.

As consequências deste modelo extrapolam, portanto, o campo da economia para invadir e corroer profundamente a esfera política e os alicerces da democracia. O persistente vazio normativo em torno da regulação das tecnologias digitais, a fragilidade sistêmica na proteção de dados pessoais e a privatização galopante de espaços que deveriam ser públicos revelam a urgência crítica de reposicionar o papel da política de informação. Ela deve ser vista não como um campo técnico ou setorial, mas como uma ferramenta estratégica central para o enfrentamento das assimetrias de poder que definem nosso tempo. A ausência de marcos legais robustos e eficazes concede um poder quase soberano às plataformas, dificultando severamente o exercício de direitos fundamentais como a privacidade, a liberdade de expressão, a não discriminação e o acesso equitativo à informação, que são as condições de possibilidade para uma cidadania plena.

Neste cenário complexo e desafiador, a Ciência da Informação (CI) é convocada a assumir um papel de protagonismo intelectual e social. A área dispõe de um arcabouço teórico-

metodológico robusto para, em primeiro lugar, diagnosticar criticamente os mecanismos de poder, controle e exclusão que sustentam o tecnofeudalismo. Em segundo lugar, e de forma ainda mais crucial, a CI pode e deve contribuir ativamente para a formulação de políticas públicas de informação que sejam explicitamente orientadas para a justiça social, a regulação democrática das tecnologias e a promoção da soberania informacional. Para tal, é imperativo que sua agenda de pesquisa e ensino incorpore de forma central e transversal temas urgentes como o já mencionado colonialismo de dados, a ética da inteligência artificial, a governança algorítmica, a vigilância automatizada em espaços públicos e privados, e a busca por uma justiça digital que vá além do mero acesso.

Um pilar fundamental desta atuação é o desenvolvimento e a disseminação de uma alfabetização informacional crítica. Este conceito precisa ser radicalmente expandido para além de uma visão instrumental focada em habilidades técnicas de busca e avaliação de fontes. Em um contexto tecnofeudal, a alfabetização informacional crítica deve ser compreendida como o desenvolvimento de uma consciência política e epistemológica sobre o funcionamento das infraestruturas digitais. Isto implica formar sujeitos capazes de: 1) compreender a lógica e os vieses dos sistemas algorítmicos que moldam suas interações; 2) identificar e questionar os interesses econômicos e políticos que estruturam as plataformas; e 3) participar ativamente e de forma criativa na construção de ecossistemas informacionais alternativos. Esta proposta alinha-se diretamente com o objetivo de formar sujeitos informacionalmente autônomos, aptos a exercer sua cidadania de forma plena e reflexiva em um ambiente sociotécnico de crescente complexidade.

A viabilização dessa formação crítica exige um esforço coordenado para repensar e fortalecer o papel de instituições-chave como as escolas, as universidades, as bibliotecas públicas e os espaços comunitários de informação. Estes devem se posicionar como núcleos de resistência, reflexão e produção de saberes emancipatórios. A Ciência da Informação pode liderar este processo ao colaborar na formulação de estratégias pedagógicas inovadoras e interdisciplinares, que articulem o letramento digital com a ética informacional, a educação para os direitos humanos e o fomento à participação cidadã. Trata-se de equipar as bibliotecas, por exemplo, não apenas com computadores, mas com programas de "desintoxicação de dados", oficinas sobre privacidade e segurança digital, e clubes de debate sobre o impacto social das tecnologias.

Paralelamente à formação, é fundamental investigar, propor e fomentar modelos alternativos de governança da informação. A hegemonia do modelo extrativista das big techs não é uma fatalidade tecnológica, mas o resultado de escolhas políticas e econômicas. Experiências concretas baseadas em cooperativismo de plataforma, software livre, soberania de dados, infraestruturas públicas, redes descentralizadas e cooperativas de dados (*data commons*) apontam para caminhos viáveis e sustentáveis. Essas alternativas visam descentralizar o poder informacional, desafiar a lógica da concentração corporativa e devolver às comunidades o controle sobre suas narrativas, seus dados e seus processos decisórios, abrindo espaço para a construção de uma economia da informação mais justa, resiliente e orientada ao bem comum. Exemplos como as redes de comunicação comunitária (Guifi.net na Catalunha), as bibliotecas digitais autogeridas, ou os projetos de data trusts que permitem a gestão coletiva e democrática de dados, demonstram que outras arquiteturas informacionais são tecnicamente possíveis e socialmente desejáveis.

Do ponto de vista regulatório, a inação não é uma opção. Torna-se urgente avançar na discussão e implementação de políticas públicas robustas. Iniciativas como o Digital *Services Act* (DSA) e o *AI Act* na União Europeia, ainda que passíveis de críticas, representam passos importantes ao estabelecerem princípios de transparência algorítmica, responsabilidade das plataformas, limitação de práticas abusivas e mecanismos de reparação para os usuários. No Brasil, o debate em torno de legislações como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) deve ser contínuo e aprofundado, visando não

apenas sua aplicação efetiva, mas também seu aprimoramento para lidar com os desafios emergentes da inteligência artificial e da plataformização. Cabe à Ciência da Informação contribuir ativamente nesse processo, fornecendo subsídios teóricos e empíricos para o debate público, assessorando a formulação de políticas e construindo pontes entre o conhecimento científico, os movimentos sociais e os formuladores de políticas.

Ampliar a capacidade crítica da área, articular ciência, política e engajamento social, e propor alternativas sociotécnicas inclusivas são, portanto, caminhos urgentes e inadiáveis. Este compromisso exige a superação definitiva de visões tecnocêntricas ou meramente funcionalistas da informação, que a reduzem a um recurso neutro ou a um problema de eficiência. É preciso abraçar abordagens críticas, interdisciplinares e eticamente comprometidas com a transformação social, que compreendam a informação como um campo de poder e disputa.

Em última análise, a compreensão do tecnofeudalismo não deve se esgotar em um diagnóstico pessimista. Ele é um passo analítico necessário para desnaturalizar a vigilância, o extrativismo e a concentração de poder. Contudo, seu valor reside principalmente em sua capacidade de abrir espaço para a imaginação política e para o desenho de futuros possíveis onde a informação seja efetivamente tratada como um bem comum, e não como uma mercadoria privada. A valorização de infraestruturas públicas, o fortalecimento de instituições democráticas, o fomento a uma cultura de governança participativa e a promoção da justiça informacional — em suas dimensões distributiva, processual e epistêmica — são tarefas coletivas que exigem coragem política, sensibilidade ética e um profundo compromisso epistêmico.

O tecnofeudalismo não é um destino inevitável, mas uma construção histórica, política e econômica. Ele é sustentado por escolhas, investimentos, leis e narrativas que podem e devem ser contestadas. Cabe à Ciência da Informação, em diálogo permanente e solidário com outras áreas do saber e com os movimentos sociais, assumir sua responsabilidade histórica e participar ativamente da desconstrução desse modelo, oferecendo não apenas diagnósticos, mas também alternativas, mobilizando saberes e protagonizando a construção de uma nova e radicalmente democrática ecologia informacional, fundada na equidade, na diversidade e na soberania coletiva dos povos.

Referências

Livros

Berardi, F. (2012) After the Future. Oakland: AK Press.

Braman, S. (2006) Change of State: Information, Policy, and Power. Cambridge: MIT Press.

Castells, M. (1996) A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

Gómez, M. N. G. de. (2015) Política de informação: um olhar a partir da Ciência da Informação. In Silva, E. L. da; Freitas, L. M. de (org.). Ciência da Informação em pauta. Belo Horizonte: Autêntica, 91–106.

Jardim, J. M.; Silva, A. M. P.; Nharreluga, A. C. (2009) Política de informação: conceitos e questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA.

Morozov, E. (2011) The net delusion: The dark side of internet freedom. New York: PublicAffairs.

Mosco, V. (2009) A economia política da comunicação. São Paulo: Paulus.

Schiller, H. I. (1996) Information Inequality: The Deepening Social Crisis in America. New York: Routledge.

Terranova, T. (2004) Network Culture: Politics for the Information Age. London: Pluto Press.

Zuboff, S. (2019) The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs.

Ambiente *Web*

AMA/IBGE. (2023, 10 de novembro). Cresce número de idosos conectados em AL: mais da metade acessou a internet em 2022. https://ama-al.com.br/ibge-cresce-numero-de-idosos-conectados-em-al-mais-da-50-acessou-a-internet-em-2022/?utm_source=chatgpt.com

CETIC.br. (2024). TIC Domicílios 2023 – Destaques. Comitê Gestor da Internet no Brasil. https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2023/destaques/

IBGE. (2023). PNAD Contínua TIC 2022: 27% dos brasileiros ainda não utilizam a internet. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38250-pnad-continua-tic-27-dos-brasileiros-ainda-nao-usam-a-internet

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). PNAD Contínua TIC 2023 e 2024: Dados sobre uso da internet por região, sexo, cor/raça https://www.ibge.gov.br/indicadores

Tribuna Hoje. (2025, 25 de julho). Internet chega a 1,1 milhão de domicílios alagoanos em 2024. https://tribunahoje.com/noticias/ciencia-e-tecnologia/2025/07/25/162429-internet-chega-a-11-milhao-de-domicilios-alagoanos-em-2024

Wikipédia. (2024). Lista de unidades federativas do Brasil por acesso à Internet. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_acesso_%C3%A0_Internet?utm_source=chatgpt.com

NOTAS

1 Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.

A PROMOÇÃO DE CONHECIMENTO PELO MOVIMENTO ASSOCIATIVO: MEMÓRIA DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

Katia Isabelli Melo, Universidade de Brasília, 0000-0002-0559-3891, Brasil, *isabelli@unb.br*

Clarissa Schmidt, Universidade Federal Fluminense, 0000-0003-1555-4594, Brasil, *clarissaschmidt@id.uff.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6766

Eixo: Perspectivas para a Profissão e Contributos das Associações Profissionais

Introdução

No Brasil, o desenvolvimento tanto do *fazer* quanto do *saber*, no campo dos arquivos, acontece a partir do século XIX. Embora arquivos minimamente organizados já existissem desde o período colonial — majoritariamente sob responsabilidade da Igreja Católica —, foi somente com a Independência do país em relação a Portugal, em 1822, que as novas exigências burocrático-administrativas possibilitaram a criação do Arquivo Nacional, em 1838. Já nas primeiras décadas do século XX, a reconfiguração da ordem social e política, impulsionada pela abolição do trabalho e comércio escravistas e pela consolidação de um sistema de classes, favoreceu uma abordagem racionalista das questões sociais e catalisou o desenvolvimento do pensamento científico brasileiro. Nesse contexto de mudanças e intensa produção de conhecimento, houve expressivo crescimento documental, refletindo nos arquivos. A partir da década de 1920, com a fundação das universidades, inicia-se o processo de institucionalização do *saber,* o que contribui substancialmente com o avanço da ciência no país — ainda que esta permanecesse, em

grande parte, subordinada às influências europeias e norte-americanas. (Schmidt, 2015).

Os anos 1970 reforçam a consolidação do capitalismo no Brasil e esta realidade demanda novos profissionais para os arquivos, estimulando significativamente a área com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, a lei que regulamentou a profissão de arquivista em 1978, a criação dos cursos de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 1977, e na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1978, embora os cursos profissionalizantes já existissem há muitos anos no âmbito do Arquivo Nacional. Frente a esse breve cenário histórico do desenvolvimento da Arquivologia, podemos indicar dois fatores que estimularam seu crescimento no Brasil; as questões pertinentes à administração pública e a dos profissionais que trabalhavam com documentos nos arquivos e precisavam aperfeiçoar seu *fazer*. (Schmidt, 2015).

É nesse contexto que, em 1971, inicia-se, no país, o movimento associativo, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), no Rio de Janeiro. Como bem pontuou Raul do Rego Lima em 1971, então diretor do Arquivo Nacional,

> Um dos fatos significativos que ocorreram, nos últimos tempos, em matéria de arquivos foi a iniciativa de arquivistas de se associarem, contribuindo assim para a valorização da profissão que tem, nos quadros do serviço público, um tratamento nada lisonjeiro. (Lima, 1971, p. 3).

O primeiro Estatuto da entidade registra, em seu artigo 2º, que a criação da AAB pauta-se em "dignificar socialmente a profissão", cumprindo oito principais objetivos, a saber:

> a) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural do arquivista; b) cooperar com o Governo e organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas ou privadas, em tudo que se relacione com Arquivos e documentos; c) promover por todos os meios a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de Arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, certames, exposições, cursos, seminários e mesas redondas; d) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; e) participar de todos os eventos que se relacionem com suas atividades; f) manter e estreitar os vínculos de amizade e sociabilidade entre seus membros; g) enaltecer os méritos de seus associados e de pessoas que, sem pertencer a AAB, tenham realizado trabalhos em seu favor e/ou da profissão; h) pugnar por uma legislação nacional sobre arquivos, tendo em vista a sua importância administrativa e cultural.

Pode-se dizer que a AAB era uma

> reunião de vontades, colaborativa e voluntária, o ponto médio, o ponto de encontro, e ao mesmo tempo a novidade entre os profissionais que atuavam em arquivos, sobretudo, arquivos de instituições públicas. (Gomes, 2011, p. 93).

As condições de trabalho, as experiências vivenciadas por esses profissionais que atuavam nos arquivos públicos brasileiros, a situação dos arquivos, a falta de investimento na área e a necessidade de articular o desenvolvimento profissional, foram apenas algumas das questões que contribuíram para que emergisse uma organização que buscava reivindicações para a área. As atividades corporativistas não eram as únicas que a associação defendia e, portanto, ela não deveria

> ser confundida com uma associação de classe, buscando melhorias para um grupo profissional, e sim um ideal e uma força em prol do desenvolvimento material e intelectual do país. (Esposel, 1994, p. 58).

Outras associações surgiram, concomitante à AAB, inclusive com propostas similares

relacionadas ao reconhecimento do arquivista e da Arquivologia, contudo com duração efêmera, conforme assinalado por Melo e Estevão (2025).

Como já apresentamos, a promoção de ciclos de estudos, conferências, ou seja, eventos que visavam a produção do conhecimento no campo dos arquivos, estava dentre os principais objetivos registrados no Estatuto de criação da AAB.

No campo científico, ainda em atendimento às atribuições estatutárias, a AAB publicou a revista Arquivo & Administração, periódico impresso, que teve circulação de 1972 a 2014. O periódico constituiu um marco referencial da literatura arquivística no Brasil ao reproduzir a tradução de textos teóricos, de autores estrangeiros. Em complemento, a revista também publicou os resultados das investigações de pesquisadores brasileiros que embasaram novos estudos.

Na esteira dessa discussão, entende-se que a concepção de campo científico é subjacente a uma lógica própria do mundo científico, que vai além dos textos e seus contextos de produção ou ainda das pessoas que dele fazem parte,

> o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (Bourdieu, 2004, p. 20).

Ainda nessa perspectiva de campo científico, outra importante contribuição da Associação foi a criação daquele considerado o primeiro evento científico da Arquivologia no Brasil, qual seja, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, (I CBA). Segundo Lima (1971, p. 3),

> [...] A AAB, sob a presidência do Prof. José Pedro Esposel, da Universidade Federal Fluminense e do nosso Curso de Arquivo, teve tão boa receptividade, por seu programa de defesa de interesses profissionais, que logo se viu encorajada a promover um congresso.

O I CBA aconteceu entre os dias 15 e 20 de outubro de 1972, sob a presidência de José Pedro Pinto Esposel, nas dependências do Hotel Serrador, situado no território que então correspondia ao Estado da Guanabara, hoje integrado ao Estado do Rio de Janeiro. Justamente por ser o pioneiro, há diversas pesquisas que o discutem, a exemplo de Schmidt (2015), Marques, Rodrigues e Santos (2014), Silva (2013), dentre outros.

No período em que esteve operante, a AAB promoveu dezessete edições do CBA. Com proposta bienal, o evento reuniu especialistas da área, arquivistas, estudantes dos cursos de graduação em Arquivologia, profissionais de áreas afins do Brasil e do exterior. Várias edições ocorreram no mês de outubro, ocasião em que se comemora, no dia 20, o dia do arquivista.

Algumas edições revelaram uma periodicidade distinta da proposta inicial, sendo a IV, V e a VI. Um maior espaço temporal foi registrado no XIV CBA, ocorrido com, aproximadamente, seis anos após a realização do XIII CBA. O evento constitui um marco na história da Arquivologia brasileira[i]. Entretanto, a última edição, XVII CBA, ocorreu em 2012, conforme indicado a seguir.

O material apresentado nos congressos, tanto nas conferências quanto nas sessões plenárias e de temas livres, era reproduzido no formato de Anais impressos e, posteriormente no formato CD-ROM.

Em relação às temáticas, as duas primeiras edições do Congresso não tiveram assuntos centrais para orientar a programação e funcionar como o fio condutor que une os participantes em torno de um objetivo comum.

Já no III CBA, realizado em outubro de 1976, no Centro de Tecnologia da UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, o tema foi “O arquivo como fator de desenvolvimento cultural". Na quarta edição do Congresso, que aconteceu em outubro de 1979 nas dependências da UERJ, também na cidade do Rio de Janeiro, a temática escolhida foi "Os arquivos e sua utilização". Três anos depois, em 1982, o V CBA aconteceu novamente na cidade do Rio de Janeiro, no mês de outubro, e teve como tema “A Arquivologia e a realidade brasileira".

Diferente das edições anteriores, o sexto CBA aconteceu em abril de 1986, no Copacabana Palace, município do Rio de Janeiro, com a temática "Arquivos: política, administração, cultura". Dois anos depois, em junho de 1988, na cidade de Brasília (DF), ocorreu o VII Congresso Brasileiro de Arquivologia, com o tema central "Nova arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação". Com o tema "Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas", acontece em outubro de 1990, em Salvador (Bahia), o VIII Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Por sua vez, em setembro de 1992, na cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul), foi realizado o IX Congresso Brasileiro de Arquivologia, cuja temática central foi "O arquivista na era da informação". Dois anos depois, em novembro de 1994, ocorreu em São Paulo, entre os dias 27 de novembro e 2 de dezembro, o X Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento teve como tema "Rumos e consolidação da Arquivologia". Em 1996, no mês de outubro, acontece no Rio de Janeiro, o XI Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento teve como tema "Dimensões emergentes da Arquivologia no Brasil". Finalizando a década de 1990, em João Pessoa (Paraíba), entre os dias 15 e 19 de junho de 1998, foi realizado o XII Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento apresentou como temática "Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio".

Em outubro de 2000, em Salvador (Bahia), foi realizado o XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento teve como tema "Os arquivos e o descobrimento de um novo Brasil". É apenas seis anos depois, em abril de 2006, na cidade do Rio de Janeiro, sob a temática "A Arquivologia e a construção social do conhecimento", que acontece o XIV CBA. Já no fim do mês de junho de 2008, entre 30 de junho e 04 de julho, na cidade de Goiânia (GO), ocorre o XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, cujo tema foi “A Arquivologia no Brasil: Diversidade, Desigualdade e Perspectivas”.

A penúltima edição do evento, o XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, aconteceu em agosto de 2010, na cidade de Santos (São Paulo), e teve como temática “O lugar do arquivo”. Por fim, a última edição, o XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia, abordou a temática “Preservação, Acesso, Difusão: Desafios para as instituições arquivísticas no século XXI”, sendo realizado de 18 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Como a Associação foi extinta em fevereiro de 2015, não foram realizadas outras edições do Congresso. Porém, não apenas o Fundo da AAB como os direitos à realização do CBA e sobre a Revista Arquivo & Administração foram transferidos ao Arquivo Nacional do Brasil, que em dez anos sequer digitalizou e disponibilizou on-line os documentos da AAB.

A história do movimento associativo apresenta uma lacuna em relação, especificamente, à edição do II CBA. Não encontramos, na produção da área, pesquisas efetivas sobre essa edição do Congresso, assim como os anais, que não foram publicados. A partir desta constatação, essa investigação tem como problema buscar conhecer quais foram os temas e as discussões apresentados durante o II CBA.

À vista disso, o objetivo geral da pesquisa é resgatar a memória do II Congresso Brasileiro de Arquivologia destacando as principais reflexões apresentadas na ocasião. Como objetivos específicos busca-se conhecer os diferentes períodos de estruturação do movimento associativo no Brasil e quais foram as discussões e contribuições do II CBA.

Sendo assim, entende-se que esse estudo é original e justifica-se para compreender quais conhecimentos estavam sendo debatidos e produzidos à época, além de quais ideias e inovações circulavam entre pesquisadores, acadêmicos, estudantes e profissionais da Arquivologia. Cabe lembrar que as duas primeiras edições do Congresso não tiveram temática, sendo necessário analisá-las para conhecer os interesses que uniam a comunidade arquivística. Porém, além da

primeira edição do CBA já ter sido amplamente estudada e ter tido seus anais publicados, o II CBA não teve publicação e, tampouco, foi objeto de estudos.

Referencial Teórico

O associativismo, de acordo com Luchmann (2014, p. 165), é um elemento importante na medida em que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo – ou sistêmico –, requisito essencial para o desencadeamento de um movimento social. Assim, em associação, as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão individual e pessoal.

Entende-se, deste modo, que as redes associativas, ou ainda, as associações, aproximam atores e instituições que organizam seus campos de atuação. São iniciativas que fortalecem os laços identitários e permitem o diálogo entre diversos atores. Vale lembrar que um campo não existe e nem se norteia por acaso;

> os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas (Bourdieu, 2004, p. 27).

Ao problematizar o papel de associações de arquivistas, Louise Gagnon-Arguin (1998, p. 54) ressalta que

> [...] as associações profissionais, cuja criação remonta a meados do século, asseguram o aperfeiçoamento dos seus membros, portanto de uma boa parte dos arquivistas que exercem a profissão num determinado país, numa província ou num estado. Apesar de haver programas de formação institucional, é sempre preciso contar com o papel indispensável que desempenham estas associações para assegurar a atualização dos conhecimentos.

No Brasil, conforme exposto por Souza (2011), o movimento associativo dos arquivistas estruturou-se em dois períodos distintos: um anterior e outro posterior a 1998. Inicialmente, a partir da década de 1970, os precursores da profissão envidaram esforços conjuntos para solidificar e ampliar o movimento associativo, consolidado pelas representações regionais da AAB, os denominados Núcleos.

Com a extinção desses Núcleos Regionais a partir de 1998, desponta um segundo período marcado pelo surgimento de novas associações profissionais, que passaram a integrar, em 2014, o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia no Brasil (FNArq).

No âmbito da primeira entidade associativa, a AAB, as Diretorias eram constituídas por profissionais provenientes de diversas áreas de formação, como Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, Direito e História, entre outras disciplinas.

O associativismo de arquivistas representa um segmento relevante na história da Arquivologia brasileira, o que pode ser constatado nas pesquisas de Souza (2011), Crivelli e Bizello (2012), Silva (2013), Marques, Rodrigues e Santos (2014), Melo e Esteves (2023) e Melo e São Paio (2025).

No que se refere aos eventos científicos, a AAB, como vimos, promoveu as edições do CBA. Entretanto, as pesquisas realizadas até então revelavam uma enorme lacuna no que se refere ao II CBA, realizado em 1974. A obra de Bottino (2014) apresenta o histórico dos congressos brasileiros de Arquivologia, contemplando o período de 1971 a 2000. Entretanto, constata-se a ausência de informações do II CBA. Posteriormente, Melo e Cardoso (2018), analisaram as edições de dois eventos científicos promovidos no Brasil, o Congresso Brasileiro de Arquivologia e o Congresso Nacional de Arquivologia, a fim de identificar o protagonismo do arquivista. De igual modo, as autoras salientaram a inexistência de dados sobre o II CBA.

Como resultado da pesquisa, indicamos que foram identificados registros que preenchem a lacuna até então existente, do histórico do CBA, especificamente da II edição, ampliando e consolidando a história da Arquivologia no Brasil.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é de caráter descritivo, bibliográfico e documental, cuja abordagem é qualitativa.

O horizonte metodológico da pesquisa foi delineado por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada com base na análise crítica de fontes primárias e secundárias.

A investigação fundamentou-se na análise documental, tendo como *corpus* os fundos José Pedro Pinto Esposel e o fundo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), sob a custódia da Coordenação do Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense e do Arquivo Nacional, respectivamente.

Os documentos que integram os fundos investigados são complementares e possibilitaram o resgate das informações originais e únicas referentes ao II CBA.

De acordo com a programação do evento foram identificados alguns dos artigos apresentados. Ainda em relação aos documentos textuais, os textos promocionais também se inserem no conjunto analisado.

Além disso, as informações obtidas nos fundos pesquisados possibilitaram a identificação de documentos que refletem as principais discussões debatidas no II CBA.

II Congresso Brasileiro de Arquivologia

Os poucos registros identificados até então, indicam que o II CBA foi realizado em São Paulo e a alternância de local em relação à primeira edição deveu-se, dentre outros fatores, para fomentar o associativismo aos profissionais de outras áreas do saber. Ainda que a AAB revelava-se como uma instituição que contemplava os arquivistas e profissionais que atuavam nos arquivos, as ações estendiam-se aos especialistas das áreas afins, sobretudo como maneira efetiva no sentido de integrar administradores, historiadores, bibliotecários e outros, conforme referendado por Melo e São Paio (2025).

Além disso, o fato da segunda edição ter sido realizada em São Paulo pode significar a tentativa em ampliar os espaços de discussão e atuação dos profissionais que atuavam em arquivos, uma vez que o I CBA ocorreu no Rio de Janeiro. Todavia, um olhar retrospectivo às 17 edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia demonstra que oito delas aconteceram na cidade do Rio de Janeiro, possivelmente por ser o município sede da AAB.

Voltando ao II CBA, objeto desta pesquisa, cumpre dizer que aconteceu na Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo, de 24 a 29 de novembro de 1974. Nos meses anteriores, a Diretoria da AAB elaborou cartas endereçadas à comunidade arquivística informando sobre a organização do Congresso. Talvez essa iniciativa buscou repetir o feito do I CBA, isto é, contar com cerca de 1.300 participantes, como pode ser visto na Circular do II CBA, publicada em setembro de 1974:

> A Associação de Arquivistas Brasileiros, no cumprimento de seus objetivos estatutários, faz realizar periodicamente um congresso para estudo e análise dos problemas relacionados com a matéria arquivística. O primeiro deles, realizados nesta capital, em outubro de 1972, reuniu cerca de 1.300 profissionais e interessados (historiadores, professores, administradores, bibliotecários, documentalistas, homens de empresa, médicos, etc.), que debateram amplamente questões da maior relevância, tanto para os negócios públicos como para a iniciativa particular.

Sem que apresentasse uma abordagem principal, ou ainda, uma temática específica, foram propostas seis Sessões Plenárias para o II CBA, pautadas em cinco grandes temáticas: (i) Conservação e restauração de documentos, (ii) Critérios de eliminação de documentos, (iii) A importância do arquivo na empresa, (iv) Arquivos hospitalares, e um tema especial: (v) Arquivos de imprensa. A sexta sessão foi destinada aos temas livres.

Três mesas redondas completaram a programação do evento e pautaram-se nas seguintes abordagens: Organização de arquivos de imprensa, Sistemas nacionais de

informação, e Arquivos de Prefeituras: sua técnica e dinamização.

Diferindo da primeira edição (I CBA) e das subsequentes, a organização do evento coube a uma empresa terceirizada, chamada GRUNASE — Grupo Nacional de Serviços. A participação dos congressistas no evento precedia ao preenchimento da Ficha de inscrição, com indicação de dados pessoais e institucionais, conforme registrado na Figura 1.

Figura 1 – Ficha de inscrição do II CBA



II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
LOCAL: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
RUA MONTE ALEGRE, Nº 961
SÃO PAULO – CAPITAL
DATA: 24 a 29 de novembro de 1974

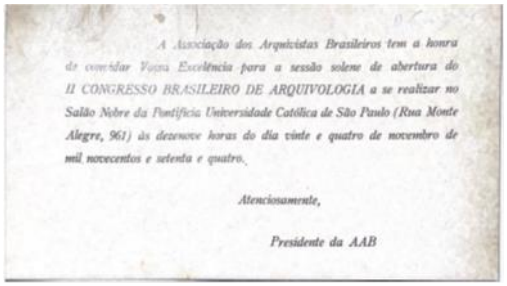
FICHA DE INSCRIÇÃO

INDIVIDUAL: NOME:
CARGO:
INSTITUIÇÃO EM QUE TRABALHA:
ENDEREÇO: Nº APº
CIDADE: ESTADO: CEP:
TELEFONE:
PRETENDE TRAZER ACOMPANHANTE?
APRESENTARÁ TRABALHO?
INSTITUIÇÃO: NOME:
ENDEREÇO:
CIDADE: ESTADO: CEP:

Fonte: Acervo José Pedro Esposel.

A AAB participou ativamente da divulgação do evento com informes registrados na revista Arquivo & Administração. Para a sessão solene de abertura foram elaborados convites pelo então Presidente da AAB, José Pedro Pinto Esposel, indicados na Figura 2.

Figura 2 – Convite do II CBA



A Associação dos Arquivistas Brasileiros tem a honra de convidar Vossa Excelência para a sessão solene de abertura do II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA a se realizar no Salão Nobre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Rua Monte Alegre, 961) às dezenove horas do dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e setenta e quatro.

Atenciosamente,

Presidente da AAB

Fonte: Acervo José Pedro Esposel.

A ausência de relatórios inviabilizou uma análise mais precisa acerca do aspecto quantitativo da assistência presente ao evento. Nenhuma estimativa pode ser realizada, sobretudo considerando a participação de 1.300 congressistas no I CBA, indicado anteriormente. Igualmente, desconhecemos as instituições participantes e as unidades da federação com maior indicativo de congressistas.

Contribuições do II CBA

De acordo com a programação do II CBA, a conferência de abertura foi proferida por um convidado, o Prof. Aurelio Tanodi, um arquivista croata radicado na Argentina, que discorreu sobre *Hacia un universalismo archivístico*. Diante das mudanças ocorridas à época, com a introdução de novos formatos de documentos, o palestrante enfatizou o papel do arquivista como gestor de documentos, ao se ocupar dos documentos produzidos no passado e no presente,

> ... o arquivista deve voltar seu olhar para o passado, mas ali não termina sua responsabilidade: precisa olhar também para o presente, sem esquecer o futuro, consciente de que o documento de arquivo é, em certo aspecto, a ponte entre o passado, presente e o futuro. (1974, p. 3, tradução nossa).

Em continuidade, assinalou o papel do Arquivo Nacional, que posiciona o Brasil em nível de destaque na comunidade arquivística. As ações desempenhadas pela AAB e por sua Diretoria também foram ressaltadas, inclusive o alto nível científico do I CBA.

No II CBA houve uma tentativa de promover, conjuntamente, o I Congresso Brasileiro de Arquivo Médico. Inclusive, um modelo da identidade visual do evento registrava a promoção dos dois congressos, concomitantemente. Contudo, abriu-se um espaço para a realização de uma Sessão Plenária de Arquivos Hospitalares, com a indicação de cinco palestrantes convidados. Como contribuição científica, nas edições subsequentes do CBA, os arquivos médicos ocuparam a pauta dos debates, constituindo um tema recorrente.

Salienta-se que, por ocasião do congresso, a arquivística brasileira estava em processo de sistematização. As temáticas abordadas mostraram-se como contribuições teóricas e práticas para o nivelamento do conhecimento dos profissionais que atuavam nos espaços de trabalho. Foram apresentados procedimentos

para conservação e restauração de documentos, e os relatos enfatizaram a necessidade da adoção de medidas aplicadas em âmbito internacional, inclusive com unificação da terminologia.

Algumas instituições contribuíram para a amplificação das reflexões sobre avaliação de documentos, tema ainda pouco explorado por ocasião do evento.

Os arquivos de imprensa foram objeto de estudo e, segundo alguns dos relatos, mostravam-se carentes na estruturação do espaço a ser destinado para a preservação dos documentos em seus variados suportes.

Em atendimento às normas estatutárias, a AAB empenhava-se na capacitação de profissionais, com a promoção de cursos e palestras. Conforme indicado na programação foram realizados cursos, ministrados por diversos profissionais, com enfoque sobre a organização e administração de arquivos.

O evento mostrou-se como uma oportunidade de diálogo dos representantes das instituições arquivísticas públicas. A agenda indicou uma reunião da direção do Arquivo Nacional e os representantes dos arquivos estaduais. Em outro momento ocorreu uma mesa-redonda contemplando os representantes dos arquivos municipais.

Desde 1968, a microfilmagem foi legitimada, no Brasil, sendo aplicada aos documentos oficiais, conforme estabelece a Lei n° 5.433, de 8 de maio. Com amparo legal, nos anos 1970, o procedimento obteve uma ampla aceitação nas instituições públicas, constituindo um dos temas abordados no evento.

Ao término do II CBA foram aprovadas as seguintes recomendações[ii]:

1. Insistir na campanha para criação do Sistema Nacional de Arquivos, visando torná-lo um subsistema do Sistema Nacional de Informações, recomendado pela UNESCO, como fator preponderante do desenvolvimento sócio-econômico dos países membros dessa organização.
2. Instar junto às autoridades competentes para que a implantação dos Cursos de Arquivo, já devidamente estruturados, não sejam alcançados pela recente recomendação do MEC ao CFE, proibindo a instalação de todo e qualquer curso até que se proceda ao levantamento das necessidades dos distritos geo-educacionais. Tal medida, se de aplicação indiscriminada impediria a imediata formação de profissionais no campo da arquivologia, profundamente carente de recursos humanos necessários ao seu pleno desenvolvimento.
3. Que sejam envidados esforços para a regulamentação da profissão do técnico de arquivo, em nível médio, assim como do profissional de arquivo, em nível universitário.
4. Que se deflagre uma campanha a fim de que as entidades, públicas ou privadas, conscientizem-se da necessidade da adoção de critérios adequados de avaliação de documentos, evitando-se assim as eliminações indesejáveis, bem como da adoção de técnicas modernas de restauração de documentos de valor tēcnico, científico, cientifico e cultural.
5. Que se elabore documento dirigido ao INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÂO MUNICIPAL (IBAM) com sede no Rio de Janeiro, no qual sejam destacados os beneficios que advirão para as administrações locais, se no trabalho de prestar assistência as Prefeituras, se incluir, também, a da área de ARQUIVO, como base documental para as opções fundamentadas no presente, preservando, ao mesmo tempo, as fontes históricas do Município brasileiro.
6. Que os órgãos de imprensa criem condições para instalação de Centros de Documentaçao e/ou racionalização dos arquivos já existentes, de forma a atender, com rapidez a eficiência, as exigencias caracteristicas de suas atividades.
7. Que a classe empresarial seja sensibilizada para a importância dos arquivos como fator de desenvolvimento técnico-cientifico.
8. Que sejam intensificados os estudos e pesquisas sobre a aplicaçao, adequada e criteriosa, das técnicas modernas, tais como microfilmagem e computador, aos arquivos.
9. Que a Associação dos Arquivistas Brasileiros expresse ao Conselho Internacional dos Arquivos congratulações e votos de êxito à iniciativa de criação do Fundo Internacional de Desenvolvimento dos Arquivos, a ser lançado na Conferência Internacional para planificação dos

arquivos dos paises do 3º mundo, que se realizará em Dacar de 25 a 28 de janeiro de 1975, sob os auspícios do Presidente Leopold Senghor, do Senegal.

10. Concitar a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no sentido de promover, tão logo lhe seja possível, o Ano Internacional dos Arquivos.
11. Que a Associação dos Arquivistas Brasileiros dê também conhecimento da Resolução anterior ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e ao Conselho Internacional de Arquivos, pedindo-lhes o apoio à iniciativa.

Observamos que parte das recomendações foram consolidadas, ainda que as implantações tenham ocorrido em anos posteriores. Contudo, constituem reflexo do amadurecimento das discussões e reivindicações protagonizadas pela AAB, como representante oficial do movimento associativo.

Salienta-se que, em 1974, o contexto da Arquivologia mostrava-se ainda embrionário no Brasil. No que se refere à formação, somente o curso ministrado pelo Arquivo Nacional capacitava os profissionais para atuarem nos arquivos. Posteriormente, em 1977, o curso obteve mandato universitário e passou a ser oferecido na atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sendo considerado um dos primeiros do país.

A busca pelo reconhecimento profissional do arquivista constituía um dos pilares da AAB e o tema se mantinha frequente, sobretudo por ocasião dos debates promovidos nos espaços de discussão científica. Como desdobramento, em 1978, ocorreu o reconhecimento da profissão de arquivista e de técnico de arquivo, por meio da Lei nº 6.546, de 4 de julho, regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978.

No que se refere à política nacional de arquivos e a criação do Sistema Nacional de Arquivos, indicados nas recomendações, a consolidação efetuou-se somente em 1991, com a Lei 8.159, de 8 de janeiro.

Considerações Finais

Ao identificar uma parcela da memória do II CBA, resgata-se e consolida-se a história da Arquivologia no Brasil sob o ponto de vista científico. Constata-se que o pensamento científico da época aproximava-se mais de uma vertente da práxis arquivística, onde impera a operacionalização, as diretrizes a serem implantadas institucionalmente.

O foco das abordagens esteve representado pelas discussões referentes aos arquivos de imprensa, ao sistema nacional de arquivos e à preservação de documentos.

As discussões sobre gestão de documentos ainda mostravam-se incipientes. No entanto, o enfoque relacionava-se à política de avaliação de documentos e ao estabelecimento de critérios para eliminação. No cerne dos debates discutiu-se sobre a necessidade de criação de arquivos para preservar a história dos municípios.

As contribuições do evento apresentaram reflexos na sequência. A AAB consolidou-se e, por décadas, manteve-se como instituição hegemônica representativa dos profissionais que atuavam nos arquivos.

Constata-se que o evento proporcionou a ampliação de discussões que revelaram desdobramentos significativos. A Arquivologia obteve mandato universitário a partir de 1972, pelo Conselho Federal de Educação, e em 1977 consolida-se como curso de formação. Em 1978 ocorre o reconhecimento legal da profissão.

Outros atos normativos contribuíram para consolidar os arquivos como espaços de gestão e de preservação da memória.

A identificação dos fundos pesquisados facultou uma análise ampla sobre o II CBA. Contudo, registram-se algumas limitações como a ausência de determinados textos complementares. Outros documentos que poderiam integrar os fundos inexistem, o que impediu-nos de elaborar dados quantitativos dos participantes, por exemplo.

Ressaltamos que a maior contribuição obtida com a pesquisa foi o preenchimento da lacuna da história da Arquivologia no Brasil. Outro contributo apresenta-se como o resgate da

trajetória completa do Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Os relatos apresentados no II CBA, em formato de artigos científicos, estão cadastrados e disponíveis sem qualquer ônus, na Base de Dados em Arquivística (BDA), disponível em http://arquivistica.fci.unb.br/.

Referências

Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Estatuto. 1971.

Base de Dados em Arquivística (BDA). (2020). http://arquivistica.fci.unb.br/.

Bottino, M. (2014). O Legado dos congressos brasileiros de Arquivologia: 1971-2000. Editora FGV.

Bourdieu, P. (2004). Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP.

Crivelli, R. & Bizello, M. L. (2012). A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). FUENTES, La Paz, 6(21), p. 44-56. http://www.revistasbolivianas.ciencia.bo/pdf/fdc/v6n21/v6_n21_a05.pdf.

Esposel, J. P. (1994) Arquivos: uma questão de ordem. Rio de Janeiro: Muiraquitã.

Gagnon-Arguin, L. (1998). Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: Rousseau, J.; Couture, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Gomes, Y. Q. (2011). Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Lima, Raul do R. (1972). União e valorização profissional do arquivista. ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO, Rio de Janeiro, p. 3.

Luchmann**,** Lígia Helena Hahn (2014). Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 69–87, jun. 2014.

Marques, A. A. C., Rodrigues, G. M., & Santos, P. R. E. (2014). História da Arquivologia no Brasil: Instituições, Associativismo e Produção Científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Melo, K. I. (2021). Base de Dados em Arquivística: a produção científica brasileira. [comunicações livres]. Simpósio Internacional de Arquivos, São Paulo, SP, Brasil. https//www.even3.com.br/anais/simposio internacionaldearquivos/292347- BASE-DE-DADOS-EM-ARQUIVISTICA--A-PRODUCAO-CIENTIFICA-BRASILEIRA.

Melo, K. I. & Cardoso, A. C. (2018). Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. Páginas a&b. 3(10), 71-91. https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a6

Melo, K. I. & Esteves, R. C. S. P. A. (2023). História da arquivologia no Brasil à luz do movimento associativo de arquivistas. In: Lousada, M.; Pazin, M. & Elian, P. (org.). Arquivos, Democracia e Justiça Social: VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (VII Reparq). São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP).

Melo, K. I. & São Paio, R. C. (2025). Movimento associativo no Brasil: arquivistas em movimento. Associação de Arquivistas de São Paulo.

Melo, K. I., Souza, S. & Paiva, D. (2023). Construção da base de dados em arquivística: uma ferramenta de pesquisa. Participação, Brasília, 1, (38), 22-31. https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/46805.

Silva, E. P. (2013). Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978). [Tese de doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro].

Schmidt, C. M. S., Cougo Júnior, F. A., & Marques, A. A. C. (Orgs.). (2024). História dos Arquivos e da Arquivologia brasileira: contribuições para o debate. Pimenta Cultural.

Schmidt, C. M. S. (2015). A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Souza, K. I. M. (2011). Arquivista, visibilidade professional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Starprint.

NOTAS

[1] As edições dos CBA foram publicadas nos formatos de Anais e de resumos, sobretudo impressos. Os textos estão disponíveis na Base de Dados em Arquivística (BDA), disponível no endereço eletrônico http://arquivistica.fci.unb.br

2 A grafia das recomendações foram mantidas na íntegra.

Humanidades Digitais na Fundação Nacional de Artes: o papel do AtoM

Natália Bolfarini Tognoli, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0002-0609-498X, Brasil, nataliatognoli@id.uff.br

Renato de Mattos, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0001-7993-8672, Brasil, renato_mattos@id.uff.br

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Universidade Federal Fluminense, https://orcid.org/0000-0003-1555-4594, Brasil, clarissaschmidt@id.uff.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6767

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

A revolução digital provocou transformações profundas na forma como as sociedades contemporâneas preservam, acessam e difundem seus patrimônios culturais. Nesse contexto, as Humanidades Digitais emergem como campo interdisciplinar que conecta a tradição das ciências humanas às possibilidades tecnológicas, criando novas estratégias para a conservação, organização e disseminação do conhecimento.

A utilização de ferramentas digitais em arquivos e instituições de memória assume fundamental importância para o processo de democratização do acesso à informação, bem como a valorização da diversidade cultural e a garantia da preservação de documentos em formatos que resistam ao tempo e à obsolescência tecnológica. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta essa dinâmica a partir da experiência da Fundação Nacional de Artes, no Brasil, que empregou a plataforma AtoM (*Access to Memory*) para descrever os

documentos e difundir informações dos fundos e coleções privadas custodiadas pelo seu Centro de Documentação (Cedoc)[i].

Os resultados evidenciam o AtoM do Centro de Documentação como uma plataforma de acesso e difusão do patrimônio artístico do país, notadamente ao oferecer um espaço de curadoria de exposições que articula a representação arquivística à mediação cultural. Tal funcionalidade, ao ampliar o papel tradicional dos arquivos, transforma a experiência do usuário, fortalecendo a função social dos acervos, contribuindo para o processo de patrimonialização. Fruto de uma cooperação interinstitucional técnico-científica entre a Fundação Nacional de Artes e a Universidade Federal Fluminense (UFF), a experiência descrita a seguir envolveu a participação ativa de docentes e discentes do cursos de graduação em Arquivologia e Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação , além de uma dedicada equipe técnica composta por servidores públicos. Todos estiveram empenhados na preservação, organização e divulgação de um conjunto significativo de registros que documentam a história da cultura e das artes brasileiras.

Humanidades Digitais e as plataformas de acesso e difusão

O campo das Humanidades Digitais é resultado da convergência entre as tecnologias digitais e as disciplinas das ciências humanas e sociais. Mais do que uma simples aplicação de ferramentas tecnológicas em processos tradicionais de pesquisa, trata-se de uma área que propõe novas formas de produção, organização, visualização, preservação e disseminação do conhecimento, com implicações diretas para arquivos, bibliotecas, museus, centros de memória e instituições culturais.

Conforme Asundi et al. (2023), as Humanidades Digitais constituem uma área que explora o uso de ferramentas computacionais para criar formas inovadoras de organização do saber, pesquisa colaborativa, representação e difusão do patrimônio cultural. Para a *Association of Research Libraries* (ARL), trata-se de "um campo emergente que emprega tecnologias baseadas em computador para explorar novas áreas de investigação nas humanidades" (Asundi et al., 2023, p. 276). Em outras palavras, é uma abordagem que transforma tanto os objetos quanto os métodos das ciências humanas, promovendo um novo paradigma epistemológico.

O surgimento e a consolidação das Humanidades Digitais não podem ser dissociados do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que reconfiguraram profundamente a maneira como a informação é produzida, armazenada, processada e compartilhada. Bibliotecas, arquivos e museus, instituições tradicionalmente responsáveis pela custódia e mediação do patrimônio documental, bibliográfico e museológico, passaram a incorporar soluções digitais para ampliar o acesso e garantir a preservação de seus acervos. Como bem apontam Castro e Pimenta (2018, p. 525),

> [...] as Humanidades Digitais surgem para dar conta de uma realidade contemporânea de presença tecnológica no âmbito das fontes tradicionais de informação, antes usufruídas apenas em seu formato físico, além da produção documental já nascida digital.

No campo arquivístico, essa transformação gerou importantes desdobramentos. A incorporação das tecnologias digitais às práticas arquivísticas não se resume à digitalização de documentos ou à informatização de sistemas de gestão. Ela implica repensar o próprio papel social dos arquivos, que deixam de ser vistos apenas como espaços de guarda para se tornarem plataformas de mediação, participação e produção cultural. A digitalização, nesse contexto, não é fim, mas meio: um recurso que permite ampliar o acesso, multiplicar os usos e democratizar o conhecimento sobre a história e a memória social.

Nesse novo cenário, a Arquivologia dialoga com as Humanidades Digitais ao incorporar ferramentas computacionais à organização e à descrição de documentos, à construção de repositórios digitais, à curadoria de exposições temáticas[ii], à visualização de dados e à mediação cultural. Tais práticas têm sido

progressivamente adotadas por instituições arquivísticas no Brasil e no mundo, como forma de ampliar a visibilidade de seus acervos e facilitar o acesso a públicos mais amplos e diversos. No âmbito arquivístico, destaca-se o papel dos *softwares* de descrição e representação do conhecimento arquivístico, que se tornaram centrais na transição das instituições físicas para os ambientes digitais. Um dos principais exemplos dessa nova geração de plataformas é o *Access to Memory* (AtoM), um *software* livre desenvolvido segundo os padrões internacionais da área e amplamente adotado por instituições públicas e privadas em diversos países.

O AtoM foi concebido como uma plataforma orientada pela norma ISAD(G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística), o que garante a padronização e interoperabilidade das descrições. Todavia, o AtoM não se limita à ISAD(G), atendendo também outras normas internacionais, como a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias –ISAAR (CPF), a Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico –ISDIAH, e a Norma Internacional para Descrição de Funções –ISDF.

A aplicação desses padrões permite que diferentes instituições descrevam seus acervos com consistência, facilitando a recuperação da informação, a compreensão do contexto de produção documental e a integração de repositórios em redes colaborativas.

Além disso, o AtoM adota os princípios da descrição multinível, garantindo que os documentos sejam descritos a partir do contexto de seus fundos e coleções, respeitando a organicidade e a proveniência, princípios fundamentais da Arquivologia. Ao alinhar-se a esses fundamentos, o AtoM permite que o processo de descrição não apenas organize a informação, mas represente as relações arquivísticas de maneira fiel e compreensível para o usuário.

Outra característica importante do AtoM é sua interface amigável e responsiva, que permite ao público acessar os acervos de forma intuitiva, por meio de mecanismos de busca, filtros temáticos, visualização hierárquica e recursos multimídia. Isso amplia o potencial de difusão dos arquivos, especialmente quando associado a estratégias de curadoria digital e à criação de exposições temáticas no ambiente virtual.

Nesse sentido, práticas como a digitalização de acervos, a criação de plataformas de acesso e difusão interativas e a curadoria digital de exposições são exemplos de ações arquivísticas que dialogam diretamente com as Humanidades Digitais. No contexto da Fundação Nacional de Artes (Fundação Nacional de Artes), tais práticas vêm sendo desenvolvidas de forma articulada no âmbito do projeto “Acesso e Difusão no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes”.

O projeto, voltado à preservação, organização e difusão dos acervos culturais e artísticos sob a guarda do Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes, parte da premissa de que o acesso à informação é um direito fundamental e que os arquivos devem cumprir um papel ativo na democratização da cultura e da memória social. Para isso, adotou-se o AtoM como plataforma tecnológica principal, permitindo a construção de um repositório digital aberto, gratuito e acessível ao público.

A partir da organização dos acervos em séries documentais e da descrição baseada na ISAD(G), foi possível não apenas garantir a consistência técnica dos registros, mas também possibilitar que os documentos fossem reutilizados em exposições digitais temáticas, enriquecidas com textos curatoriais, fotografias, vídeos e áudios. Esses recursos tornam a navegação mais envolvente e transformam a plataforma em um espaço de mediação cultural ativa, capaz de promover o engajamento de diferentes públicos com o patrimônio documental da Fundação Nacional de Artes.

A curadoria digital, nesse contexto, não é um apêndice do trabalho arquivístico, mas uma estratégia fundamental para dar sentido social aos documentos e conectar os usuários às histórias, trajetórias e manifestações culturais representadas nos acervos. Trata-se de uma prática que articula os princípios da Arquivologia com os aportes das Humanidades Digitais, favorecendo uma abordagem mais crítica, inclusiva e participativa da memória.

A interseção entre Humanidades Digitais e Arquivologia traz à tona uma questão fundamental: qual é o papel social dos arquivos na sociedade contemporânea? A resposta a essa pergunta passa pela compreensão de que os arquivos não são apenas repositórios do passado, mas instrumentos de cidadania, ferramentas de educação e espaços de disputa simbólica.

Com efeito, a partir de novas tecnologias é possível ampliar a difusão do potencial informativo dos documentos custodiados pela instituição. Tal tarefa, conforme destaca Heloísa Liberalli Bellotto (2014), é indispensável aos arquivos e arquivistas:

> Mas, além disso, a sociedade faz dos arquivos públicos usos multifacetados, valendo-se dos seus documentos como registros fidedignos, necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, assim como lhe permitindo melhor compreender a identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história, e o desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado. Nesse sentido, às funções básicas dos arquivos é possível agregar funções secundárias, ou, preferivelmente, paralelas, relacionadas com sua aproximação ao público em geral, e não somente com os administradores, juristas e historiadores. As novas funções têm a ver com a cidadania, com a aproximação da população de sua identidade cultural e de seu patrimônio histórico, e podem ser corporificadas em inúmeras ações: palestras, visitas, exposições, eventos, comemorações, atividades de teatro e de turismo relacionadas com os documentos do arquivo, tanto quanto em suas ações junto aos ensinos fundamental e médio. Trata-se do uso popular do arquivo, especificamente, o do arquivo histórico, como detentor que é do patrimônio documental comum da sociedade na qual se insere. Não mais só as buscas que um cidadão pode fazer nos arquivos em torno de seus direitos e de seus deveres, mas também o papel de mediação cultural que o arquivo pode exercer em seu benefício. (Bellotto, 2014, p. 135)

No contexto das Humanidades Digitais, essa dimensão crítica ganha força. A possibilidade de mapear relações, cruzar documentos, construir exposições participativas e abrir os arquivos à colaboração e ao reuso desafia as lógicas tradicionais de controle e promove a pluralização dos discursos sobre o passado. Arquivos digitais, quando bem estruturados, permitem que diferentes grupos sociais se reconheçam nos registros e apropriem-se da documentação como forma de reivindicar sua presença na história.

Nesse sentido, práticas como a curadoria digital participativa, a criação de metadados colaborativos, a inclusão de narrativas contra-hegemônicas e a adoção de políticas de dados abertos são estratégias que traduzem os princípios das Humanidades Digitais em ações concretas no campo arquivístico. Tais estratégias não apenas ampliam o acesso, mas transformam a relação entre os cidadãos e os documentos de arquivo, promovendo o uso crítico, criativo e cidadão do patrimônio documental.

A convergência entre Humanidades Digitais e Arquivologia representa um dos movimentos mais relevantes para o futuro da preservação, do acesso e da mediação da memória cultural. No Brasil, iniciativas como o projeto “Acesso e Difusão no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes” demonstram que é possível articular os fundamentos técnicos da descrição arquivística com práticas inovadoras de curadoria, uso de plataformas abertas e produção de narrativas digitais.

Ainda no âmbito das relações entre a Arquivologia e as Humanidades Digitais, é importante ressaltar o papel que a descrição arquivística ocupa.

Na ISAD (G), a descrição arquivística é definida como

> A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar,

> gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (Conselho Internacional de Arquivos, 2000, p. 4)

Ainda em relação à descrição, segundo Camargo & Bellotto (1996, p. 36), entende-se como sendo "o conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa". Por sua vez, Heredia Herrera (1991, p. 300) pontua que

> A descrição é a ponte que conecta o documento aos usuários. Na cabeceira dessa ponte está o arquivista, que realiza uma tarefa de análise que envolve identificação, leitura, resumo e indexação, os quais são transmitidos ao usuário para que este possa iniciar a recuperação [...]

Entendemos que é propósito da descrição arquivística garantir "a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram" (Lopez, 2002, p.12). Portanto, o AtoM, nessa perspectiva, deve ser utilizado como ferramenta facilitadora não apenas de disponibilização do acervo como também da compreensão de seu conteúdo.

Além disso, ao adotar o AtoM como instrumento de descrição e difusão, e ao promover exposições digitais que contextualizam e valorizam os documentos sob sua guarda, a Fundação Nacional de Artes reafirma o compromisso com a função social dos arquivos: garantir que a memória cultural do país seja preservada, interpretada e, sobretudo, compartilhada com a sociedade.

Esse movimento não é apenas tecnológico, mas ético e político. Conforme sublinhou Jimerson:

> Os arquivos não somente auxiliam na transparência legal e fiscal; eles também auxiliam na transparência dos líderes e das instituições de ontem, tanto moral quanto efetivamente. A acessibilidade dos arquivos e essencial para servir à necessidade da sociedade de justiça e na preservação de direitos e valores (Jimerson, 2008, p. 40)

Com efeito, ao tornarem os arquivos mais acessíveis, inteligíveis e socialmente relevantes, as instituições arquivísticas se alinham a uma perspectiva democrática da memória, contribuindo para a formação crítica de cidadãos, o fortalecimento da cultura e a construção de uma sociedade mais justa, plural e informada.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de compreender o papel da plataforma AtoM (*Access to Memory*) no processo de acesso, difusão e patrimonialização dos acervos culturais e artísticos custodiados pelo Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes. A escolha por essa abordagem deve-se à natureza do objeto de estudo, que envolve práticas de mediação cultural e informacional, organização do conhecimento, políticas de acesso e estratégias de visibilidade de acervos no ambiente digital — temas que demandam análise contextual, compreensão de sentidos e interpretação de práticas sociais em torno dos arquivos.

A investigação foi estruturada em duas etapas principais: a revisão de literatura e a análise empírica dos procedimentos adotados pelo Centro de Documentação para a customização e o uso da plataforma AtoM, com ênfase na criação de exposições virtuais e no desenvolvimento de recursos de acessibilidade e mediação. A primeira etapa metodológica consistiu na realização de uma revisão bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente a análise e contextualizar a pesquisa em relação ao estado da arte nos campos das Humanidades Digitais, Curadoria Digital, Difusão em Arquivos, Arquivos Pessoais e Descrição Arquivística. A etapa empírica da pesquisa teve como objeto de estudo o processo de implementação e customização da plataforma AtoM pelo Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes. Optou-se pelo estudo de caso como estratégia metodológica, tendo em vista a possibilidade de investigar de maneira aprofundada um fenômeno específico dentro

de seu contexto real, conforme proposto por Braga (2007). O estudo de caso permitiu observar como a plataforma é apropriada institucionalmente, quais desafios foram enfrentados, e quais estratégias foram mobilizadas para garantir o acesso, a acessibilidade e a difusão dos acervos culturais e artísticos sob a guarda da instituição. Um dos focos principais da etapa empírica foi a análise da metodologia adotada pelo Centro de Documentação para a criação de exposições digitais dentro da plataforma AtoM.

A curadoria dessas exposições seguiu princípios de organização temática e narrativa, tendo como diretriz a valorização da diversidade dos acervos, a contextualização dos documentos e a ampliação da sua inteligibilidade para diferentes públicos. Foi priorizada a criação de textos curatoriais, legendas ampliadas e recursos de contextualização histórica, de forma a facilitar a leitura crítica dos documentos e a articulação entre os documentos arquivísticos e as dimensões culturais, artísticas e políticas dos acervos.

A difusão na Fundação Nacional de Artes

A Fundação Nacional de Artes foi criada em 1975 com o objetivo de estimular, desenvolver e divulgar as atividades artísticas no Brasil, abrangendo inicialmente música e artes plásticas. Desde sua criação, a Fundação Nacional de Artes se insere no conjunto de instituições federais voltadas à formulação e à implementação de políticas públicas de cultura, tendo como missão a promoção do acesso democrático à produção artística e o fortalecimento da memória cultural brasileira. Sua atuação está intrinsecamente relacionada aos princípios constitucionais que reconhecem a cultura como direito de todos e dever do Estado, conforme previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988.[iii]

De acordo com Lopes (2020), no âmbito da administração pública federal, a Fundação Nacional de Artes é o órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Soma-se a essas relevantes atribuições a preservação da memória das artes do Brasil. Segundo a autora:

> Essa atividade é desempenhada pelo Centro de Documentação, que tem como finalidade reunir, organizar, disponibilizar e disseminar documentos e informações que incentivem a produção artística e cultural, as pesquisas em arte e cultura, além de apoiar atividades desenvolvidas pela própria instituição. Seu acervo originou-se, em grande parte, das ações das extintas instituições culturais que se dedicavam à área do teatro e demais artes cênicas: Serviço Nacional do Teatro (SNT), Instituto Nacional das Artes Cênicas (Inacen) e Fundação Nacional das Artes Cênicas (Fundacen). Esta útlima foi extinta em 1990, no início do governo de Fernando Collor de Mello, juntamente com outras fundações e empresas vinculadas ao Ministério da Cultura. (Lopes, 2020, pp. 19)

A Fundação Nacional de Artes tem desempenhado um papel estratégico na execução de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio imaterial e à valorização da diversidade cultural, colaborando com diretrizes estabelecidas por documentos como o Plano Nacional de Cultura (PNC) e os planos setoriais de cultura. Essas políticas reconhecem a centralidade dos arquivos, museus e bibliotecas na constituição da memória coletiva e na garantia do direito à cultura. Nesse sentido, a Fundação Nacional de Artes não apenas fomenta a produção artística contemporânea, mas também atua como "guardiã" de acervos que testemunham a trajetória das artes no país, colocando-se como elo entre as políticas de fomento e as de preservação. Ao investir na preservação e na difusão de documentos ligados às artes, a Fundação Nacional de Artes reforça o papel dos arquivos como instrumentos de cidadania, espaços de construção da identidade nacional e meios de valorização das narrativas culturais plurais que compõem o Brasil.

Em sua estrutura, destaca-se o Centro de Documentação, responsável por reunir, conservar, organizar e disseminar o patrimônio documental relacionado às artes cênicas, música, artes visuais e circo no Brasil. O Centro

de Documentação abriga um acervo singular, composto por livros, periódicos, documentos textuais, fotografias, cartazes, partituras, desenhos, áudios e vídeos. Entre suas coleções, encontram-se arquivos pessoais de importantes figuras da cultura nacional, como Fernanda Montenegro[iv], Sérgio Britto[v], Maria Della Costa[vi], Walter Pinto[vii], além de registros de companhias teatrais, grupos musicais e movimentos culturais relevantes. Parte significativa desse acervo resulta de campanhas de doação iniciadas ainda na década de 1970, no âmbito do Projeto Memória do Teatro e do Projeto Memória das Artes Cênicas, conduzidos pelas instituições antecessoras da Fundação Nacional de Artes, como o Serviço Nacional de Teatro (SNT).

Esse perfil diversificado exige abordagens especializadas de tratamento documental e descrição, respeitando a complexidade dos suportes e a singularidade das expressões artísticas representadas nos acervos. A pluralidade dos tipos documentais — como fotografias, cartazes, partituras, correspondências, roteiros, gravações audiovisuais, desenhos e registros sonoros — impõe desafios tanto técnicos quanto conceituais à Arquivologia. Cada tipo documental demanda conhecimentos específicos quanto à sua preservação, manuseio, digitalização e descrição, exigindo uma formação técnica interdisciplinar e sensível às particularidades materiais e simbólicas dos documentos.

Do ponto de vista técnico, os diferentes suportes requerem procedimentos de acondicionamento, conservação preventiva e digitalização que respeitem suas especificidades físicas e químicas. Documentos textuais manuscritos, por exemplo, demandam cuidados distintos daqueles exigidos por suportes fotográficos ou por registros magnéticos como fitas VHS ou rolos de áudio. Além disso, os objetos natos digitais— como registros audiovisuais produzidos diretamente em mídias digitais — desafiam os modelos tradicionais de preservação, exigindo soluções que envolvam a gestão de formatos, a migração periódica de arquivos e o armazenamento em repositórios digitais confiáveis.

No plano conceitual, os desafios se aprofundam na medida em que a diversidade documental exige um olhar atento às dimensões simbólicas e sociais dos acervos. A descrição arquivística de documentos de natureza artística não se reduz à simples categorização de conteúdos; ela envolve a mediação entre o documento, o contexto de sua produção e os múltiplos sentidos que ele pode adquirir ao longo do tempo. Isso exige abordagens sensíveis à historicidade dos documentos e à trajetória das pessoas e coletivos a eles vinculados, bem como ao papel desses registros na constituição da memória cultural.

A adoção de instrumentos normativos como a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) favorece a padronização e a interoperabilidade das descrições, mas é a interpretação crítica e contextualizada dos documentos que garante sua plena inteligibilidade e acessibilidade. Assim, o tratamento arquivístico de acervos como os do Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes não pode ser pensado como um conjunto de operações técnicas descontextualizadas, mas como uma prática cultural que envolve escolhas éticas, epistemológicas e políticas. Organizar, descrever e difundir esses acervos significa contribuir para a construção de uma memória plural, inclusiva e representativa da diversidade das manifestações artísticas brasileiras. Significa também assumir o compromisso com a função social dos arquivos, entendidos como espaços de produção de sentido, de disputa de narrativas e de democratização do conhecimento.

De modo a compreendermos o projeto de difusão de acervos na Funarte é fundamental refletirmos acerca da difusão, considerada uma das oito funções arquivísticas, segundo a perspectiva de Couture (2000), e pode ser definida como "a ação de fazer conhecer, de avaliar, de transmitir e/ou tornar acessível as informações contidas nos documentos de arquivo aos seus usuários (pessoas ou órgãos) para responder às suas necessidades específicas" (Couture, 2000, p. 22). Nesse sentido, a difusão em arquivos é uma função essencial que transcende a mera disponibilização de documentos, envolvendo

estratégias que promovem a mediação cultural e educativa.

Para Rockembach (2015), a difusão deve ser compreendida como uma função arquivística, informacional e comunicacional, que busca ampliar o acesso à informação contida nos arquivos, considerando as transformações na sociedade e o papel do arquivista. Segundo o autor:

> [...] a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e de-mais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comporta-mento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (Rockembach, 2015, p. 105).

Da mesma forma, Chaves (2020) destaca que a difusão contribui para o fortalecimento da identidade dos arquivos, promovendo a visibilidade institucional e a valorização do patrimônio documental. Por sua vez, Parrela (2020) enfatiza a importância das ações educativas e culturais como práticas de difusão, que possibilitam a mediação entre os arquivos e a sociedade, ampliando a representação social dos arquivos e promovendo a inclusão social. De modo semelhante, Charbonneau destaca a relevância da difusão como um instrumento fundamental para ampliar o acesso aos arquivos, aproximando-os de públicos para além dos habituais frequentadores, como gestores e pesquisadores acadêmicos:

> [...] a difusão é a ação de fazer conhecer, de pôr em valor, de transmitir ou de deixar acessíveis uma ou várias informações contidas em documentos de arquivos a seus usuários (pessoas ou organismos) conhecidos ou potenciais para responder a suas necessidades específicas. A difusão dos arquivos é ainda uma atividade de múltiplos aspectos, pois compreende todas as relações mantidas pelo pessoal do centro de arquivos com sua clientela interna ou externa, e isso, nas três idades dos documentos (Charbonneau citado em Martendal, 2018, p. 55).

Assim, as práticas de acesso e difusão em arquivos desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática e participativa por sensibilizar:

> [...] a los ciudadanos del carácter patrimonial de los archivos, de la necesidad de garantizar su preservación para el futuro y de su utilidad en el legítimo proceso de recuperación y fortalecimiento de las identidades locales y nacionales (Alberch i Fugueras, 2011, p. 475).

A partir disso, o projeto desenvolvido na Fundação Nacional de Artes estruturou-se em diferentes etapas integradas. Primeiramente, foi realizado um levantamento das coleções e fundos documentais passíveis de tratamento e disponibilização digital, priorizando os conjuntos mais demandados por pesquisadores ou mais vulneráveis do ponto de vista da preservação. A seguir, conduziu-se a análise da situação física dos documentos, com a identificação das necessidades de conservação, digitalização e acondicionamento, respeitando os critérios estabelecidos pelas normas da área.

Em paralelo, foram definidos os parâmetros de descrição arquivística, com base nos padrões internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), assegurando a interoperabilidade dos dados e a consistência entre os registros. A

equipe envolvida foi composta por profissionais da arquivologia, biblioteconomia, museologia e história, além de bolsistas em formação, promovendo uma abordagem interdisciplinar e colaborativa. A metodologia adotada combinou os princípios arquivísticos da proveniência e da ordem original com os aportes da diplomática contemporânea, dos estudos culturais e da teoria da descrição, permitindo interpretações mais amplas e sensíveis dos documentos.

A fase de digitalização envolveu a captura dos documentos com equipamentos adequados, assegurando a qualidade da imagem e a integridade física dos materiais originais. Os arquivos digitais gerados foram armazenados em formatos abertos e preserváveis (como TIFF e PDF/A), respeitando os requisitos de longevidade e segurança da informação. Paralelamente, os metadados foram inseridos na plataforma AtoM (*Access to Memory*), vinculando os objetos digitais às descrições arquivísticas. Esse processo integrou as etapas de descrição, digitalização e disponibilização de forma contínua e articulada.

Com a plataforma AtoM, a Fundação Nacional de Artes passou a oferecer acesso remoto e gratuito aos acervos, reforçando seu papel social e educativo. Além da disponibilização dos documentos, o projeto incluiu a curadoria de exposições virtuais que contextualizam os acervos e promovem experiências narrativas para o público. As exposições foram organizadas tematicamente, com base na análise de contextos históricos, trajetórias artísticas e movimentos culturais, promovendo um olhar crítico e reflexivo sobre os documentos.

Essas exposições virtuais, ao articularem recursos visuais, sonoros e textuais, ampliam a função educativa dos arquivos e engajam novos públicos, como estudantes, professores e interessados em cultura, que passam a acessar os documentos de forma mediada, compreensiva e atrativa. As práticas curatoriais assumem, assim, um papel central nas estratégias de difusão, funcionando como ponte entre os acervos e a sociedade.

Outro aspecto metodológico relevante foi a atenção à acessibilidade digital. O novo layout da plataforma AtoM da Fundação Nacional de Artes inclui ferramentas de acessibilidade, como tradução em Libras, contraste de cores e leitura automatizada, permitindo que pessoas com deficiência visual ou auditiva possam usufruir do conteúdo disponibilizado. Essa preocupação evidencia o compromisso do projeto com a inclusão social e com os princípios de justiça informacional.

A avaliação do impacto do projeto também fez parte da metodologia. Foram aplicados formulários de *feedback* aos usuários, realizadas entrevistas com pesquisadores e monitoradas métricas de acesso à plataforma, visando aprimorar continuamente a experiência do usuário e orientar futuras ações. A análise desses dados subsidia tanto a formulação de novas estratégias de difusão quanto o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à memória e à cultura.

O AtoM da Fundação Nacional de Artes (https://AtoM.funarte.gov.br/) é um exemplo significativo da aplicação das Humanidades Digitais na difusão de acervos arquivísticos. Desenvolvido entre 2022 e 2023 como resultado do projeto "Acesso e difusão no Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes (CEDOC/Funarte): promovendo a patrimonialização dos acervos privados e de uma plataforma digital em software livre como lugar de memória a partir do AtoM", fruto da parceria entre a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), a plataforma reúne as descrições realizadas pelo projeto de aproximadamente 35.000 representantes digitais, de fundos e coleções privadas.

Em suma, a metodologia adotada pelo Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes articula as dimensões técnicas, conceituais e sociais do trabalho arquivístico, promovendo não apenas a preservação dos documentos, mas sua reinterpretação e valorização enquanto patrimônio cultural vivo. Essa abordagem evidencia o potencial das Humanidades Digitais para transformar os arquivos em espaços dinâmicos de produção de conhecimento, diálogo cultural e exercício da cidadania.

Considerações Parciais

Diante do exposto e com base nos resultados alcançados pelo projeto “Acesso e Difusão no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes”, é possível afirmar que a integração entre práticas arquivísticas tradicionais e as potencialidades das Humanidades Digitais tem promovido avanços significativos na patrimonialização dos acervos culturais brasileiros. A incorporação de recursos tecnológicos, quando articulada a fundamentos teóricos e metodológicos da Arquivologia, não apenas contribui para a preservação dos documentos, mas também redefine a maneira como esses patrimônios são percebidos, acessados e utilizados pela sociedade.

A adoção do *software* livre AtoM, aliado a estratégias de curadoria digital e à criação de exposições temáticas, tem possibilitado não apenas a organização, preservação e representação dos documentos, mas também a sua ampla disseminação e valorização social. Esse movimento traduz-se em uma ação concreta de democratização do acesso à informação, garantindo que documentos relevantes para a história e a cultura do Brasil não permaneçam restritos a espaços físicos ou a públicos especializados, mas sejam disponibilizados em ambientes digitais acessíveis a diferentes perfis de usuários. Essa ampliação do acesso fortalece o papel social dos arquivos enquanto instrumentos de cidadania, memória e educação.

Os arquivos, tradicionalmente percebidos como espaços de custódia e guarda, assumem, nesse contexto, uma função social ampliada, atuando como agentes de transformação cultural e política. Tornar públicos acervos documentais que registram a trajetória das artes e da cultura nacional significa assegurar o direito à memória, fomentar a diversidade cultural e possibilitar a construção de narrativas plurais sobre a história do país. Nesse sentido, a difusão digital de acervos culturais não é apenas uma ação técnica, mas um compromisso ético e político com a inclusão e a transparência. Conforme sublinhado por Barbosa e Silva:

> Assim, entendemos que a função principal dos arquivos não é servir à administração – como no século XIX –, mas à sociedade. Ele deve sim auxiliar a administração, auxiliar o Estado a garantir os direitos de cidadania. Proteger a memória pública é dever do Estado; conhecê-la, um direito do cidadão. Se é a partir de políticas de difusão que um arquivo faz chegar ao cidadão sua riqueza documental; se é por meio da difusão, [...], que o cidadão interage com o patrimônio documental de um arquivo; se é a difusão o elo do arquivo com a sociedade, entendemos que deve haver uma política institucional comprometida com as ações que envolvem essa faceta da instituição arquivística [...] (Barbosa & Silva, 2012, p. 62).

O AtoM da Fundação Nacional de Artes exemplifica como plataformas digitais podem funcionar como verdadeiros “lugares de memória” no sentido proposto por Pierre Nora[viii], assegurando a preservação e a circulação ampliada de bens culturais em consonância com os princípios da inclusão e da acessibilidade. Ao permitir que os documentos sejam descritos, contextualizados e disponibilizados em um ambiente digital aberto, a plataforma amplia as condições para que cidadãos, pesquisadores, educadores, artistas e demais interessados tenham acesso a informações que antes estavam limitadas a consultas presenciais, muitas vezes restritivas por questões logísticas, geográficas ou administrativas.

As exposições digitais, ao contextualizarem e narrarem as trajetórias de artistas, companhias e movimentos culturais, configuram-se como poderosas ferramentas de mediação cultural, promovendo um diálogo entre o patrimônio documental e os públicos contemporâneos. Essa mediação não apenas enriquece a experiência informacional, mas também confere sentido social aos documentos, possibilitando que eles sejam apropriados criticamente pelos usuários e incorporados a novos processos de criação, pesquisa e educação. Ao apresentar os acervos de forma interativa e interpretativa, as exposições digitais ampliam a inteligibilidade dos documentos e estimulam a participação

social, fortalecendo a dimensão pública dos arquivos.

Além disso, a utilização de uma plataforma de *software* livre garante a autonomia tecnológica e reduz barreiras econômicas, o que reforça a ideia de que a preservação e difusão do patrimônio cultural devem estar orientadas por princípios democráticos e inclusivos. Essa prática vai ao encontro das políticas públicas que preconizam a universalização do acesso à cultura e à informação, em conformidade com diretrizes internacionais, os compromissos de "assegurar o acesso público à informação" e "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural" (ONU, 2015), reiterando o papel social dos arquivos na construção de uma sociedade mais informada, crítica e participativa.

Assim, os avanços proporcionados pela integração entre Arquivologia e Humanidades Digitais evidenciam que os arquivos não se limitam a guardar documentos; eles produzem significados, constroem identidades e fortalecem a cidadania. No caso do Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes, a experiência com o AtoM demonstra que a tecnologia, quando orientada por valores éticos e compromissos sociais, pode ser uma aliada estratégica para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão documental, assegurando a preservação e, sobretudo, a democratização do acesso aos acervos que testemunham a riqueza da história cultural brasileira.

Referências

Alberch i Fugueras, R. (2011). Difusión y acción cultural. Em: J. R. Cruz Mundet (Dir.). *Administración de documentos y archivos*. Textos fundamentales. (pp. 473-488). Editora Coordinadora de Asociaciones de Archiveros.

Asundi, A. Y., Reddy, B. S., & Krishnamurthy, M. (2023). Digital humanities: Concepts, tools and applications. *DESIDOC Journal of Library & Information Technology, 43*(4), 276–281. https://doi.org/10.14429/djlit.43.4.19207:contentReference[oaicite:0]{index=0}.

Barbosa, A. C. O.; Silva, H. R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional, 25, (1), 45-66. https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/337.

Bellotto, H. L., & Camargo, A. M. de A. (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo.

Bellotto, H. L. (2014) Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. Em H. L. Bellotto (Ed.), *Arquivo*: estudos e reflexões (pp. 132-143). Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em S. P. M. Mueller (Ed.), *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação* (pp. 17-38). Thesaurus.

Brasil (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Castro, R. M. de, & Pimenta, R. M. (2018). Novas práticas informacionais frente às humanidades digitais: a construção de acervos digitais como suporte para as digital humanities. *Informação & Informação*, *23*(3), 523–543. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n3p523

Chaves, M. A. (2020). O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo. *Revista do Arquivo*, (6), 80–85. https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/173714/172384/495077

Conselho Internacional de Arquivos. ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística*: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

Couture, C. (2000). *Les fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec.

Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. (2025). https://enciclopedia.itaucultural.org.br/.

Fundação Nacional de Artes. (2023). Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC. https://www.gov.br/funarte/pt-br/acesso-a-informacao-lai/institucional/cedoc.

Fundação Nacional de Artes. (2024). AtoM do Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC. https://AtoM.funarte.gov.br/#null.

Herrera, Antonia Heredia. *Archivistica general*: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991.

Jimerson, R. C. (2008). Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade, 7 (2), 27-44. https://bdan.an.gov.br/items/c02e6381-05e4-4cbe-91fb-f87118a7c619.

Lopes, C. C. (2020). *Guardar para todos a memória de muitos*: projetos e políticas para a preservação da memória das artes cênicas no Brasil. [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO]. Programa de Pós-Graduação em História (Patrimônio, Ensino de História e Historiografia). chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/teses-de-doutorado-e-egressos-pasta/arquivos/CAROLINECANTANHEDELOPESPPGHUNIRIOT.pdf.

Lopez, A. P. A. (2002). *Como descrever documentos de arquivo*: Elaboração de instrumentos de pesquisa. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial.

Martendal, F. F. (2018). Difusão na Arquivologia e suas expressões nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186800.

Nora, P. (1992) Comment écrire l'historie de France? Em: P. Nora (Ed.), Les Lieux de Mémoire III: Les France 1 conflits et partages (pp. 11-32). Gallimard.

Organização das Nações Unidas. (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf

Parrela, I. D. (2020). Difusão no e do arquivo: comunicação, mediação e ações educativas e culturais. *Revista do Arquivo*, (6), 10–13. https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/182

Rockembach, M. (2015). Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, 4(1), 98–118. https://aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/60

[i] De acordo com o texto de apresentação do sítio eletrônico da Fundação Nacional de Artes (2023): "O Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC) é o setor responsável por preservar, organizar e dar acesso ao patrimônio documental da Funarte. O CEDOC foi inicialmente formado pela reunião da documentação das instituições culturais extintas, em 1990 (Fundação Nacional de Artes Cênicas, Fundação Nacional de Arte e Funarte e Fundação do Cinema Brasileiro), e hoje já conta com mais de 1 milhão de itens entre livros, periódicos, fotografias, registros sonoros, cartazes, programas de espetáculos, peças teatrais, fitas de vídeos, além de documentos administrativos da Instituição. As áreas técnicas do CEDOC, responsáveis pelo tratamento da documentação são, a Biblioteca Edmundo Moniz, Acervo Iconográfico e Audiovisual, Arquivos Privados e Arquivo Institucional. A Biblioteca Edmundo Moniz é a porta de entrada para o cidadão que deseja consultar o patrimônio documental da Funarte."

[ii] Na página do AtoM da Fundação Nacional de Artes, estão disponíveis diversas exposições temáticas que destacam a riqueza e a diversidade do acervo custodiado pelo CEDOC/Funarte. Entre elas, destacam-se: *Espetáculos da Sala Funarte Sidney Miller*, *Casais do Teatro Brasileiro*, *Oscarito & Grande Otelo*, *Companhias de Teatro na Funarte*, *Teatro de Revista*, *Walter Pinto*, *Na Memória do Mundo* e *Arquivos de Mulheres no CEDOC*. Esta última, dedicada à presença e à atuação das mulheres nas artes, é apresentada como uma homenagem à contribuição notável de artistas como Eva Wilma, Tônia Carrero, Ruth de Souza, Myriam Pérsia, Neila Tavares, Fernanda Montenegro, Dina Sfat, Maria Della Costa e Margot Louro. Conforme destaca o texto curatorial, "a mostra dedicada às mulheres na Funarte é uma homenagem à notável contribuição de figuras como Eva Wilma, Tônia Carreiro, Ruth de Souza, Myriam Persa, Neila Tavares, Fernanda Montenegro, Dina Sfat, Maria Della Costa e Margot Louro. Esses acervos exclusivos, custodiados pelo Centro de Documentação da Funarte, revelam a riqueza das trajetórias artísticas dessas mulheres, símbolos da cultura brasileira, por meio de fotografias que capturam momentos marcantes de espetáculos e telenovelas. Ao explorar esses acervos, somos convidados a reconhecer o impacto significativo que essas artistas tiveram, não apenas como

intérpretes talentosas, mas como pioneiras que abriram caminho para as gerações futuras. Esta exposição é um convite para celebrar a história, a arte e a resiliência das mulheres que moldaram e continuam a moldar o panorama cultural das artes no Brasil" (Fundação Nacional de Artes, 2024)

[iii] De acordo com o artigo 215 da Constituição Federal do Brasil de 1988, "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Ainda segundo as alíneas I, II e IV do referido artigo, o Estado brasileiro se compromete a defender e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, produzir, promover e difundir os bens culturais da nação e democratizar o acesso aos bens de cultura. (Brasil, 1988).

[iv] Fernanda Montenegro, nome artístico de Arlette Pinheiro Esteves da Silva (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1929). Atriz. Uma das fundadoras do Teatro dos Sete, interpreta suas personagens com a sinceridade e o vigor que a tornam uma das artistas mais destacadas no campo das artes cênicas, tanto no teatro, quanto no cinema e na televisão. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

[v] Sérgio Pedro Corrêa de Britto (Rio de Janeiro RJ 1923 - 2011). Ator, diretor e produtor. Um dos fundadores do Teatro dos Sete nos anos 1950, participa ativamente de importantes realizações cênicas dos anos 1960 e 1970. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

[vi] Gentile Maria Marchioro Della Costa Polloni (Flores da Cunha, RS, 1926 - Rio de Janeiro, RJ, 2015). Atriz e produtora. Intérprete de rara beleza que desponta nos palcos dos anos 1940, musa e mentora de uma das primeiras companhias modernas, o Teatro Popular de Arte (TPA), que no futuro levará seu nome, como companhia Teatro Maria Della Costa. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

[vii] Walter Pinto (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1913 -1994). Produtor e autor. Produtor dos maiores espetáculos de teatro de revista brasileiro, é responsável pela reformulação do gênero, nos anos 1940 e 1950. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

[viii] "O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os simbólicos sobre a base de que possuam "qualquer coisa" em comum. Esta qualquer coisa é que o faz ser o caso. É espontânea e faz mais ou menos sentido para todos. Ao historiador cabe analisar está "qualquer coisa", desmontar-lhe o mecanismo, estabelecer-lhe os estratos, distinguir-lhe as sedimentações e as correntes, isolar-lhe o núcleo duro, denunciar as falsas semelhanças (...). A identificação não é indiferente a conter a exumação, mas não é o principal trabalho do historiador. O que importa para ele não é a identificação do lugar, mas o desdobramento de que este lugar é a memória. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história. Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer". (Nora, 1992, pp. 20-21, tradução nossa).

EDUCAÇÃO MIDIÁTICO-INFORMACIONAL CRÍTICA EM REGIÕES PERIFÉRICAS NO BRASIL: SOBRE A APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS LÚDICAS

Priscila Seixas da Costa, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, https://orcid.org/0000-0001-9840-7367, Brasil, ***seixasburburinho@gmail.com***

Pedro Henrique Conceição dos Santos, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, https://orcid.org/0000-0002-2921-9861, Brasil, ***pedrohenrique.cdossantos@gmail.com***

Juliana Campos de Aguiar Mattos Ribeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, https://orcid.org/0000-0003-1103-4671, Brasil, ***jcampos.juridico@gmail.com***

DOI:
https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6768

Eixo: Impactos Sociais

Introdução

Um dos principais desafios da sociedade contemporânea tem sido formar cidadãos com reflexão crítica para lidar com o crescente fluxo de dados, principalmente quando se pensa em jovens residentes de regiões periféricas do Sul Global. A título de exemplo, o trabalho de Aragão (2022) aponta os efeitos dos fenômenos do *big data* e das *fake news* — ou "notícias falsas", dito de outra forma, uma prática de desinformação representada por "mentiras apresentadas como notícias" (Pinto, 2018, p. 7) — no contexto do Facebook no Sul Global. Entre os principais males apresentados ao final de sua pesquisa, é indicada "a crescente falta de confiança nas instituições públicas causada pela propagação de desinformação" (Aragão, 2022, p. 57), principalmente no que diz respeito a questões atreladas aos processos eleitorais, uma vez que a "coesão social sofre ao ver suas brechas amplificadas por discursos de ódio propagados e amplificados pelos *bots* e demais formas e atividade inautêntica nas redes sociais" (Aragão, 2022, p. 58).

É importante ressaltar que o acesso à informação é um direito fundamental. Assim como indicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) indica em sua página eletrônica e através de publicações, entre elas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como "o acesso à informação é fundamental para capacitar o público a tomar decisões, responsabilizar os governos, [...] e facilitar a participação pública efetiva (UNESCO, s.d.). O ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes apresenta como proposta "promover sociedade pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis" (Organização das Nações Unidas no Brasil, s.d.). A meta 10 deste objetivo está intimamente ligada à questão do acesso à informação: "Assegura o acesso público à informação e proteger liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais" (Organização das Nações Unidas no Brasil, s.d.).

No contexto brasileiro, existem legislações específicas que garantem, minimamente, o direito à informação aos seus cidadãos. De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 5º, inciso XIV,

> "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional" (Brasil, 1988). Além disso, de acordo com o inciso XXXIII do mesmo artigo: todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja

> imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (Brasil, 1988)

Ainda, citamos a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Brasil, 2018) que estrutura as questões atreladas ao tratamento de dados pessoais e corrobora com o Marco Civil da Internet, legislação anterior que "estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes par atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria" (Brasil, 2014). Mesmo diante de um repertório jurídico que fundamenta o exercício da cidadania no contexto digital, respeitando diretrizes internacionais — inclusive, importante destacar que a LGPD se inspirou na General Data Protection Regulation (GDPR) (European Union, 2016) europeia, conforme indicam Aime e Obregón (2020), que destacam como a GDPR tornou-se "a principal fonte normativa sobre o tema [das leis referentes ao direito à informação] em âmbito europeu e até mesmo global" (Aime e Obregón, 2020, s.p.). Para além de qualquer questão normativa, os autores atentam para o fato dela se estabelecer como uma das legislações pioneiras e de grande visibilidade que "colaborou para a aceleração do processo legislativo" (Aime e Obregón, 2020, s.p.) no Brasil.

É notória a necessidade em pensar sobre estratégias que sejam capazes de combater processos de desinformação e as *fake news*. Em um trabalho que tem como foco a análise qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas em profundidade com 13 jovens entre 16 e 22 anos de idade do Brasil, residentes nos estados de São Paulo e Bahia, Ayres e Brites (2019) afirmam como as "preocupações crescente com a desinformação têm levado investigadores a promoverem capacidades críticas entre os mais jovens (Buckingham, 2017), o que também se encontrou nos discursos de alguns destes jovens entrevistados que mesclam desinformação com *fake news*" (Ayres & Brites, 2019, p. 53-54).

Enquanto isso, em uma pesquisa sobre a urgência da educação midiática — "conjunto de práticas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades para acessar e analisar criticamente informações, produzir conteúdos com responsabilidade e participar de maneira mais consciente e equilibrada do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos" (EducaMídia, s.d.), Scarcella (2024) realiza um estudo de caso na periferia da cidade de São Paulo (SP) a partir do Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT) do Itaim Paulista como *locus* de sua investigação. Foram realizados grupos focais com 21 participantes que indicaram lacunas quanto ao processo de alfabetização midiática. Um dado interessante é que a grande maioria dos entrevistados (91%) indicou interesse na discussão sobre educação midiática, dado que revela a necessidade do exercício da cidadania digital, ainda mais em contextos periféricos, promovendo uma cidadania digital que seja realmente ativa e capaz de combater os processos de desinformação, conforme indica Scarcella (2024).

Neste contexto, questiona-se: quais estratégias podem ser úteis para o desenvolvimento de um letramento midiático-informacional crítico desse público? Para responder esta pergunta, este estudo de caso leva em consideração a aplicação de dois jogos no contexto do projeto *Criar Jogos*[1] realizado na cidade satélite de Ceilândia-DF. Entendemos que a ludicidade é um lugar importante para promover processos em que os afetos e a cultura são mobilizados em prol de uma educação que seja transformadora, algo que se aproxima do estudo de Ayres e Brites (2019) que indicam a necessidade de uma pedagogia engajada e transformadora que seja capaz de empoderar para exercer um local de autonomia por parte de estudantes de processos educacionais relativos ao campo da literacia midiática — termo que iremos utilizar em nosso artigo e que será explicado de maneira mais detida em outro momento.

O Criar Jogos é um projeto cultural idealizado pela organização Burburinho Cultural que capacita jovens em desenvolvimento de jogos digitais. Desde 2022, o curso tem promovido, gratuitamente e na maior parte das vezes em instituições públicas de ensino, ações por todo o país, atingindo um público de 12 até 25 anos, jovens que estão entre a idade escolar e se

iniciando no mercado de trabalho. O curso já passou por seis estados brasileiros — Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo mais o Distrito Federal —, com mais de vinte polos presenciais. Em 2025, por meio da parceria com a Escola Nacional de Informação (Enacin) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a iniciativa se tornou um curso de extensão e inaugurou um novo módulo sobre *Integridade da Informação*[2]. A aplicação dessa mudança ocorreu em Brasília-DF, especificamente na região periférica de Ceilândia, no Centro de Ensino Médio 11 – QNP 13 – P Norte.

A partir dessa nova realidade do projeto, que já tinha uma proposta político-pedagógica de empoderamento tecnológico dos estudantes através do exercício de criar um jogo com sua própria narrativa, utilizando referências que poderiam não ser comumente reproduzidas em um contexto de jogos digitais que são comercializados no mainstream, sendo uma oportunidade de promover diálogos entre o momento vivido pelos alunos e as possibilidade de viver e ser oferecidas pela potência que é produzir a própria história.

O curso é organizado em nove módulos, divididos em: 1) alfabetização digital, 2) cultura de jogos; 3) roteiro e narrativas; 4) programação, 5) edição de som; 6) game design; 7) arte e interface; 8) protótipos; 9) integridade da informação. Com uma plataforma de ensino gamificada disponível no site Mentora[4], a formação é oferecida tanto presencial quanto remotamente no formado de Educação à Distância (EAD). Para a formação voltada ao ensino presencial, o material digital disponibilizado através da plataforma gamificada é acompanhada por atividades presenciais que vão além do virtual. Pensando em expandir as ações do ambiente digital, foram desenvolvidas duas atividades que marcaram a atuação do Criar Jogos na região de Brasília-DF. Os jogos analisados são *Jogo da Desinformação*, iniciativa do Canal Ciência[3] (Ibict) que foi inserida durante a inauguração do Criar Jogos em Ceilândia-DF, e *Detetive de Boatos*, jogo produzido no contexto do laboratório social, ambos trabalhando com a questão da desinformação.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de se fortalecer capacidades críticas em contextos marcados por desigualdades de acesso à informação de qualidade e pelo alto potencial de disseminação de desinformação. Como já apresentamos através de pesquisas recentes que dialogam sobre a questão informacional e a necessidade da educação midiática, gostaríamos de destacar a necessidade de atuações pedagógicas que consigam, através da mobilização afetiva por meio da cultura, promover a literacia midiática. Além disso, este estudo propõe inovações metodológicas no campo da educação midiática, ao utilizar jogos como instrumentos ativos de ensino-aprendizagem, e busca contribuir para o desenvolvimento de práticas replicáveis em políticas públicas e projetos educacionais.

O objetivo geral deste estudo é entender o impacto social da inserção de jogos dentro do processo de letramento midiático-informacional. De forma mais específica, pretende-se: 1) realizar revisão sobre letramento midiático-informacional e sobre educação crítica; 2) avaliar, a partir de dados e observação, a efetividade da aplicação das ferramentas pedagógicas lúdicas e de que maneira isso reverbera no processo de ensino-aprendizagem.

Referencial Teórico

Inicialmente, recorremos ao trabalho de Belluzzo (2017) que destaca a necessidade do desenvolvimento de competências em informação para melhorar as condições de vida das pessoas, apontando para uma adequada gestão da informação. Neste sentido, fala-se sobre práticas que precisam de um processo mais consciente em sua realização, como compartilhamento e verificação de informações. Algo que tem se tornado cada vez mais comum é o compartilhamento de informações e dados sem a devida verificação. Através de grupos em diversos sites de redes sociais e aplicativos de comunicação — como WhatsApp, Facebook, X (antigo Twitter), Telegram — são disseminadas uma infinidade de dados que carecem de fontes seguras.

Sobre essa proliferação exacerbada de dados no meio digital, existe uma relação de

características que auxiliam no processo de infodemia, como é o caso da desinformação, da economia da atenção, neoliberalismo e a crise do sistema de peritos, pontos indicados por Gonçalves *et al.* (2024) como as faces da infodemia. Resgatamos esse conceito que é utilizado pela Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, WHO) como "o excesso de informação, incluindo informações falsas ou enganosas, em ambientes digitais e físicos durante um surto de doença"[5] (WHO, 2025). O conceito de infodemia é importante para compreender o processo de aceleração dos processos atrelados aos fenômenos da desinformação e da propagação de *fake news*, principalmente durante e após a pandemia de Covid-19, entre os anos de 2020 e 2022. Neste momento, ao nos isolarmos espacialmente, as conexões eram mediadas, em sua grande maioria, através de aplicativos ou em ambiente digital. Inúmeras pessoas que ainda não estavam inseridas adequadamente ao contexto virtual tiveram suas vidas profundamente alteradas diante daquela realidade.

No contexto brasileiro, os desafios são maiores diante de uma população que ainda não foi totalmente alfabetizada e que não consegue ter acesso pelo às tecnologias de informação e comunicação (TICs), conforme indica o estudo de Ferreira (2003). Assim, além da barreira do desenvolvimento de habilidades para lidar com o universo midiático e informacional, há o impedimento de acesso por conta do analfabetismo. Quando falamos no contexto de alfabetização digital, conceito mobilizado por Brasão, Correia & Vaz (2024), que conceituam como "o processo de capacitação das pessoas para usar as tecnologias digitais com tranquilidade e com eficácia" (Brasão, Correia & Vaz, 2024, p. 77). Em sua busca por compreender os desafios da implementação de uma alfabetização digital, atrelada à Prática de Ensino de Línguas, os autores enxergam que a utilização de recursos digitais pode tornar o ensino mais interessante, eficiente e prazeroso aos alunos, sendo uma forma criativa, desde que a tecnologia seja utilizada de maneira "correta e eficaz" (Brasão, Correia & Vaz, 2024, p. 82).

Nesse sentido, gostaríamos de falar sobre como a gamificação é crucial no processo de aprendizagem. Conforme Costa e Conceição dos Santos (2024), "a gamificação tem o objetivo de tornar processos e estruturas notadamente estáticas em um movimento complexo que envolve a relação de tarefas e recompensa" (Costa & Conceição dos Santos, 2024, p. 19). Para além de sua visão prática, na teoria a gamificação é uma metodologia que consegue unir tecnologia, ludicidade, e inovação, ampliando repertórios e acionando uma perspectiva crítica. É importante assinalar que os "jogos permitem contato com realidades distintas, a ponderação de regras e sua negociação e a representação de causas e consequências dentro de sistemas de relações" (Farbiarz *et al*., 2019, p. 241). Assim, processos gamificados possuem a criatividade como base para a promoção de uma educação que ao mesmo tempo que é mais lúdica, divertida e interessante, mobiliza sentimentos e sensações capazes de multiplicar formas de mobilização da atenção que vão além de um ensino formal.

Tal interação, que se dá de maneira inovadora, faz com que estudantes consigam experienciar o ambiente escolar de outra forma. Conforme Costa (2022), "uma das lacunas das abordagens de ensino utilizadas atualmente assenta num deficiente relacionamento entre alunos e professores", sendo que a "implementação de novas estratégias" pode "minimizar este défice de relacionamento" (Costa, 2022, p. 63). Quando levamos em consideração o contexto digital, é necessário aprofundar as relações entre o ambiente escolar tradicional e as novas tecnologias de informação e comunicação. Piacenti e Araújo (2025) apontam para a necessidade de uma relação mais integral entre o letramento informacional e o digital. No entanto, a desigualdade no acesso à tecnologia e a falta de políticas públicas que sejam capazes de lidar com essa realidade, ainda mais no contexto de jovens que precisam ser estimulados, principalmente com práticas inovadoras, atrapalha seu desenvolvimento.

Para que tal relação mais integral seja efetiva, é preciso uma série de mudanças nas estruturas que conhecemos nos dias de hoje. A

a título de exemplo, há um abismo entre as realidades vividas entre jovens e adultos no ambiente on-line. Existe uma distância entre jovens e adultos que foi bem explorada na série *Adolescência* (Netflix, 2025). Na série, a falta de compreensão dos responsáveis sobre os termos utilizados por seus filhos em sites de redes sociais digitais demonstra um ponto que precisa ser contornado urgentemente. Historicamente, são desenvolvidos termos e gírias que são mais conhecidas entre os jovens do que adultos, mas no caso do mundo digitalizado essa separação se aprofunda diante das habilidades, ou pela falta delas, vinculadas ao uso de ferramentas digitais. Desse modo, para além de uma "alfabetização do linguajar" jovem de cada época, existem as barreiras do mundo virtual.

Um instrumento que pode ser acionado é o letramento midiático e informacional. Em busca de uma definição, recorre-se ao trabalho de Felix e Morais (2023) que entendem como a capacidade que os indivíduos têm de interpretar de forma autônoma os discursos presentes na mídia e no fluxo de dados. Utilizando um termo semelhante, "literacia midiático-informacional" ("media and information literacy", ou simplesmente MIL), a UNESCO compreende a necessidade dessa formação para sustentar democracias por todo o planeta.

Dentro de uma nova ecologia da mídia, conforme indicado por Carlsson (2019), estruturada em plataformas e serviços disponíveis na internet, houve alterações socioeconômicas dentro do corpo social. Nesse sentido, cada vez mais a esfera pública e os valores participativos da população são incluídos no âmbito do digital. Por essa razão, de acordo com Carlsson (2019, p. 12-13) a MIL é crucial para o desenvolvimento da democracia e ocupa um lugar de um conhecimento essencial para o exercício da cidadania, por reunir inúmeros conhecimentos e habilidades relacionados os usos dos meios de comunicação e cultura.

Para alcançar esse lugar do letramento midiático e informacional de maneira crítica, utilizamos o repertório da Competência Crítica em Informação (CCI) A CCI é, segundo Schneider (2019), uma habilidade que precisamos para lidar com o fluxo constante de informações diante da complexidade da sociedade informacional contemporânea. Ela é utilizada para, entre outros usos, combater a desinformação. Além disso, conforme apontam Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017), a competência crítica em informação é uma forma de credibilizar as informações adquiridas no contexto de grande circulação de dados, fenômeno que facilita a manipulação de informações.

Trata-se, então, de uma ferramenta que orienta indivíduos neste contexto de profusão de dados, permitindo uma leitura crítica capaz de fazer refletir sobre possíveis efeitos negativos de correntes de processos de desinformação ou de propagação de *fake news*. Entre suas formas de análise, apontamos a partir de Schneider (2019): 1) o reconhecimento de que precisamos de informação para nossas vidas; 2) elaborar maneiras de buscar informação; 3) pensar em formas adequadas para acessar informações; 4) saber usar as informações adquiridas; 5) combinar informações para um objetivo; 6) aplicar de maneira adequadas as informações; e 7) avaliar todo o processo para aprimorar o processo.

Dessa forma, entendemos a complexidade que envolve um processo de letramento midiático e informacional crítico, proposta visada pelo Criar Jogos. Por se tratar de um projeto cultural, é necessário acionar um conceito mobilizador de reflexões sobre o lugar da cultura para a Ciência da Informação: mediação cultural. Segundo Silva e Cavalcante (2023), a perspectiva da mediação cultural para a Ciência da Informação pode ser um caminho para o letramento midiático e informacional crítico que o Criar Jogos busca alcançar. Na produção de sentidos "a Mediação Cultural aponta para um processo em que a relação entre os sujeitos e as manifestações culturais e imateriais sejam significativas de maneira que facilite aos sujeitos a possibilidade de serem protagonistas" (Silva & Cavalcante, 2023, p. 246) e, diante da Ciência da Informação, conforme indicam os pesquisadores, a mediação cultural pode ser uma ferramenta que amplia o acesso à informação. Nossa

contribuição é que, através desta investigação, apresentar como a ludicidade pode ser um instrumento que permite a visão mais amplificada sobre o mundo que pode ser apreendido de maneira crítica pelos estudantes beneficiados pelo projeto.

O que é almejado, então, é conseguir alterar a estrutura formal e tradicional de ensino, pensando sobre processos lúdicos, gamificados em que a cultura é um pilar essencial para o desenvolvimento de uma outra educação, uma pedagogia engajada e transformadora. Para isso, é importante desenvolver uma educação crítica. A grande contribuição na reflexão sobre este assunto é Freire (2021), pedagogo brasileiro que trouxe a perspectiva da educação bancária, como aquela que trata o estudante como um depósito do conhecimento do professor, e a educação crítica, que parte da complexificação do cotidiano para extrapolar a relação de ensino-aprendizagem tradicional da educação bancária. Tais ideias estão embasadas em uma proposta de transformação social que deriva da teoria crítica. De acordo com Horkheimer (1983), e de maneira simplificada, a teoria crítica busca a superação de relações de opressão, aniquilando as desigualdades socialmente estabelecidas, promovendo a alteração da realidade social vigente.

Em vista disso, Freire (2021) propõe uma pedagogia do oprimido. De acordo com Conceição dos Santos (2023), a pedagogia do oprimido em Freire (2021) inspira movimentos sociais em mudar seu lugar de opressão ao se conscientizarem de sua situação, por meio de um engajamento que implica na reflexão do cotidiano. Neste sentido, Brisola (2022) realiza um estudo sobre as bases epistemológicas no contexto da competência crítica em informação (CCI). A CCI reúne inúmeras ferramentas para superar questões atreladas às competências em informação em prol da transformação social. Conforme afirma a pesquisadora, "Freire pretende uma aproximação entre os sujeitos e suas realidades, na intenção de mudar o mundo" (Brisola, 2022, pp.27) e, dentro do contexto da CCI, através das reflexões de Freire, temos que "o cidadão [que] não se dá conta de sua cidade, não se apodera dela, não transmuta conhecimento em agir" (Brisola, 2022, pp.32).

Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, este estudo se organiza como uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza aplicada, que se estrutura como um estudo de caso que se baseia na observação participante da aplicação do *Jogo da Desinformação* do Canal Ciência do Ibict na inauguração do projeto Criar Jogos em Ceilândia-DF, em março de 2025, e da análise de relatório da aplicação do jogo *Detetive de Boatos* no decorrer do projeto. O público-alvo do projeto são jovens de 12 até 25 anos, sendo que a maior parte dos estudantes também são alunos da escola onde é realizado o projeto. A partir de registros realizados no dia da inauguração e do *feedback* realizado pelos profissionais responsáveis pela parte pedagógica, analisa-se a repercussão das atividades lúdicas.

Importante identificar que no dia da inauguração, o método escolhido foi da observação participante, como membros da iniciativa que verificaram a recepção das atividades pelos estudantes, durante o período de 31 de março e 01º de abril de 2025, sendo que a inauguração o polo em Ceilândia ocorreu no dia 31 de março de 2025. Em relação à aplicação do jogo *Detetive de Boatos*, foram realizadas reuniões entre o consultor para conteúdo técnico e desenvolvimento do jogo e as equipes de produção e formação locais, que estavam em contato direto com os alunos do curso. Tanto através de reuniões como aplicação de formulários, foi possível diagnosticar como se deu a relação do jogo entre professores/tutores e alunos. Por se tratar da primeira experiência de aplicação do jogo. Detalharemos na próxima seção sobre os jogos e a recepção por parte dos estudantes e o retorno obtido.

Resultados e Discussão

No caso do *Jogo da Desinformação*, um jogo de tabuleiro humano em que os participantes andam e devem completar certos objetivos, o trabalho sobre desinformação é estimulado a partir de questões atreladas ao repertório adquirido em sala de aula. Percebe-se que a

partir do estímulo à participação, os estudantes sentem-se desafiados, principalmente por conta do sistema de recompensas, uma vez que o jogo dá e tira pontos conforme a performance dos participantes.

O *Jogo da Desinformação* é uma iniciativa do Ibict a partir de um de seus braços, o Canal Ciência. Tal iniciativa é utilizada para estimular o combate à desinformação. Inicialmente, os estudantes estavam tímidos para participar da atividade. A partir da ativação realizada por meio do desafio de participar ou não, diversos alunos solicitaram a participação, criando uma situação inusitada: o jogo pode ser jogado em até seis jogadores, mas foi adaptado para ser jogado em seis duplas. Esta característica indica como os jogos, apesar de suas regras, consegue ser flexível e adaptável. Fugindo dos aspectos mais rígidos da educação formal e tradicional, o lúdico consegue mobilizar certos afetos que trazem a atenção de estudantes para aquele momento de troca que ocorre no momento de brincadeira e diversão.

A equipe sob coordenação de Leda Cardoso Sampson Pinto realizou a atividade no final da inauguração, sendo uma das atividades de encerramento da inauguração no dia 31 de março de 2025. Além dos 12 estudantes que participaram do *Jogo da Desinformação*, os demais alunos interagiam com os jogadores, reagindo às respostas certas ou erradas diante das perguntas e das informações colocadas. Aqui reside outro ponto importante sobre a utilização de jogos: sua capacidade de reunir e agregar pessoas que, mesmo que ainda não estejam necessariamente inseridas na prática, ocupa um lugar convidativo diante das mobilizações do lúdico. Quem está de fora, pode entrar na brincadeira e, dessa forma, há um processo de inclusão.

O *Jogo da Desinformação* funciona de maneira muito simples: a partir de situações cotidianas, informações amplamente divulgadas, principalmente no mundo digital, os jogadores devem afirmar quais dados são verdadeiras e quais são falsos. Através de um sistema de recompensas através de pontuações e com um mecanismo de sorteio de questões por meio de um dado, os jogadores seguem uma trilha cheia de desafios. No final, o grupo com o maior número de pontos é declarado vencedor. Conforme matéria publicada no site do Ibict,

> As perguntas e dinâmicas do jogo foram pensadas para entreter o público em eventos de divulgação científica, onde a atmosfera permite uma interação mais próxima e algum aprofundamento de temas de ciência e tecnologia. Pretende-se, ao final, que os participantes compreendam melhor o fenômeno da desinformação e se apropriem de formas de combatê-lo, contribuindo para o aumento do seu letramento midiático e informacional e para a diminuição do seu grau de vulnerabilidade frente ao enorme volume de informações que circulam atualmente na internet e nas mídias sociais. (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2024)

Nos momentos decisivos, a cada acerto ou erro das duplas que estavam jogando, os demais estudantes que não estavam no tabuleiro humano reagiram com gritos e risadas, reações que indicavam o conhecimento dos demais alunos presentes nessa dinâmica. Assim, temos que a aplicação do *Jogo da Desinformação* foi capaz de reunir diversos estudantes em uma dinâmica que mobilizou, de um lado, os afetos — com os sentimentos reproduzindo o conhecimento dos estudantes e a ludicidade como um lugar de comunhão —; e de outro, a capacidade de trabalhar criticamente com a relação de dados e informações na conjuntura contemporânea em que a desinformação tem ocupado um lugar de desafios a ser superado.

A criação desse espaço que estimula a participação ativa tanto dos jogadores quanto dos demais que assistem de forma não passivo auxilia na fixação de conhecimentos que, trabalhados tanto anterior quanto posteriormente, podem compor o pensamento desses jovens. Ainda, trazer a realidade vivida no cotidiano aproxima estes estudantes de um conjunto de conceitos e ideias que, diante de suas complexidades, poderiam afastar este público. Não se trata da simplificação de temas difíceis, mas de transformar um conteúdo que está formatado dentro de uma lógica tradicional, vinculado ao espectro da educação

bancária freiriana, em um conteúdo apreensível.

Em relação à aplicação do jogo *Detetive de Boatos*, um baralho com inúmeras perguntas que discutem sobre o universo da tecnologia e também lida com informação e desinformação, foi semelhante a repercussão positiva. A partir de certa competitividade, os alunos se engajam a participar, ainda que percam o interesse ao longo do tempo.

Em primeiro lugar, o *Detetive de Boatos* foi formulado a partir de um jogo prototípico idealizado pelo consultor para conteúdo técnico e desenvolvimento do jogo do projeto Criar Jogos, Matheus Barcellos. Já com o nome de *Detetive de Boatos*, o jogo foi apresentado em uma reunião com membros da Escola Nacional de Informação do Ibict e do Instituto Burburinho Cultural para definir as ações do projeto. Foi decidido que seriam fabricadas sessenta cartas que apresentariam afirmações sobre o universo da tecnologia, sendo informações verdadeiras ou falsas.

De acordo com o relatório de Barcellos (2025),

> O jogo educativo *Detetive de Boatos* é desenvolvido com o foco no combate à desinformação entre adolescentes, especialmente para ser usado em sala de aula, utilizando uma dinâmica lúdica baseada em perguntas e respostas. Criado dentro do projeto CRIAR JOGOS, sua proposta é promover o pensamento crítico, trabalho em equipe e o reconhecimento de como boatos e *fake news* afetam o cotidiano. Dessa forma, utilizando um jogo onde precisam reconhecer o que é verdadeiro ou falso, utilizamos o ambiente do jogo como aprendizado. Além disso, cada carta possui um QR code que encaminha diretamente à fonte da notícia, recurso útil para validar mais ainda a informação presente na carta. (Barcellos, 2025).

As dinâmicas aconteciam no ambiente presencial, em diferentes momentos do curso, com o objetivo de fixar conteúdos trabalhados, principalmente, no módulo de Integridade da Informação.

Como um dado importante, gostaríamos de explicar um pouco sobre o módulo desenvolvido para o polo de Brasília, sobre Integridade da Informação. Intitulado “Quem é você nas redes?”, a partir da formação de um grupo de estudo que reuniu a equipe pedagógica e outros membros que auxiliaram no processo de desenvolvimento do módulo, com o objetivo de definir quais seriam os temas trabalhados.

A partir do levantamento de informações extraídas no Canal Ciência, curadoria dos possíveis dados (levantamento bibliográfico) e validação da equipe do Ibict, foram adicionados os seguintes temas: 1) a presença da tecnologia no nosso cotidiano; 2) que é desinformação; 3) problemas causados pelo compartilhamento de notícias falsas; 4) importância da checar as informações recebidas; 5) Dicas para o uso seguro da internet; 6) Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); 7) Inteligência Artificial: mitos e verdades; 8) Inteligência Artificial nos jogos. Após o módulo de “Alfabetização Digital”, o primeiro módulo acessado pelos alunos, os estudantes de Brasília tiveram aulas no módulo “Quem é você nas redes?”, sobre Integridade da Informação.

Dito isto, retomando o *Detetive de Boatos*, a aplicação do jogo se deu de maneira complexa, sendo acionado em diversos momentos, principalmente para suprir problemas específicos que ocorreram durante o curso na escola em Ceilândia. A principal questão foi a greve que acabou desestimulando os alunos de participarem de maneira mais ativa, por conta da falta de aulas formais. Além disso, problemas de conectividade impediram certas aulas utilizando o material presente na plataforma da Mentora do Criar Jogos. Como um trunfo, o *Detetive de Boatos* serviu como uma forma bem-sucedida de engajamento e desenvolvimento das questões atreladas ao curso.

Com a aplicação do primeiro formulário, que teve a partir de 9 alunos e 2 tutores como respondentes, os dados revelam um bom engajamento inicial. Alguns dos dados levantados e analisados por Barcellos (2025) indicam que o aprendizado de algo novo a partir das dinâmicas com o jogo, que o tempo de duração é adequado e houve a manifestação de interesse por outras versões

do *Detetives de Boatos*, todos com mais de 70% dos respondentes indicando cada um desses pontos.

Em um segundo formulário, aplicado por Barcellos (2025), com uma participação maior de estudantes, dessa vez contado com 1 tutor e 17 alunos como respondentes, os resultados demonstraram manutenção sobre aprendizado de algo novo (acima de 80% dos respondentes afirmando que haviam aprendido algo novo) e com a ampla maioria (95% dos respondentes) afirmando terem ampliado sua compreensão sobre desinformação na área da Tecnologia. A principal dificuldade apontada foi a insegurança de responder sobre algumas perguntas, indicativo sobre as possibilidades de revisão dos desafios em propor uma dificuldade mais adequada em outras oportunidades (Barcellos, 2025).

Assim como o *Jogo da Desinformação*, o *Detetive de Boatos* proporcionou um ambiente lúdico e participativo entre os estudantes e tutores do Criar Jogos.

> O "Detetive de Boatos" se ancora nesse entendimento ao criar um ambiente em que o estudante, ao assumir o papel de investigador, engaja voluntariamente em uma estrutura de regras lúdicas para examinar e validar informações. Isso transforma o ato de aprender em uma experiência significativa, onde o conhecimento é construído por meio da interação, da escuta ativa e da argumentação. (Barcellos, 2025)

Os processos que ocorrem em ambos os jogos indicam como o uso do lúdico pode oferecer a oportunidade aos estudantes de protagonizar e agir ativamente em prol da aquisição dos conhecimentos. Diferentemente de uma relação passivamente estabelecida em uma pedagogia bancária, em que o estudante é apenas um depósito do conhecimento dos professores, usar jogos estimula uma prática que se assemelha aos pontos indicados por Schneider (2019) sobre a CCI.

Assim, “o jogo, portanto, não é apenas uma ferramenta didática, mas um espaço cultural de construção crítica, onde os alunos experimentam formas de pensar e agir diante da desinformação, o que confere autenticidade e solidez à proposta pedagógica do projeto” (Barcellos, 2025). Através da mediação cultural, é possível tornar os estudos sobre Ciência da Informação um campo assimilável. Ocorre, então, um processo que se assemelha ao que Ayres & Brites (2019) indicam em sua pesquisa: uma proposta pedagógica transformadora, capaz de promover o processo de conscientização e que possibilite a participação para combater a desinformação.

Algo que é importante de notar é que esses jogos e os respectivos conteúdos foram inseridos no desenvolvimento desse laboratório social na região de Ceilândia. Falar sobre “informação” e conseguir auxiliar em um processo de letramento midiático-informacional precisa passar por meios que consigam realizar certa aproximação entre o universo dos estudantes com o conteúdo pretendido, algo que através de atividades lúdicas se torna possível.

O *Criar Jogos* surgiu em 2022 e o laboratório social de Ceilândia-DF, em andamento em 2025, demonstra como este é um projeto que possui adaptabilidade. Este é outro ponto que gostaríamos de destacar: a cada experiência, o Criar Jogos adquire novas experiências capazes de promover redefinições e indicar possíveis avanços que podem ser realizados em atualizações futuras. Dessa maneira, o Criar Jogos pode ser implementado em diferentes realidades e pode incorporar novos assuntos, como o caso da Integridade da Informação, tema discutido em realidades em todo o mundo.

Considerações Finais

Os dados parciais desta pesquisa indicam que o uso de jogos como o *Jogo da Desinformação* e o *Detetive de Boatos* no projeto *Criar Jogos* tem se mostrado eficaz na promoção do letramento midiático-informacional crítico. As atividades lúdicas despertaram engajamento e reflexão, aproximando os conteúdos trabalhados do cotidiano dos estudantes e favorecendo uma aprendizagem mais significativa. Os resultados reforçam a importância de metodologias

inovadoras e dialógicas e apontam para o potencial da ludicidade como ferramenta de mediação pedagógica em contextos marcados por desigualdade informacional.

Em relação aos objetivos indicados inicialmente em nossa investigação acreditamos que a realização da revisão sobre letramento midiático-informacional e sobre educação crítica contribuiu para definir caminhos reflexivos sobre a aplicação dos jogos na escola selecionada para ser o laboratório social em Ceilândia, foi um propósito alcançado através da revisão bibliográfica. Enquanto isso, a avaliação a partir de dados e observação, sobre a efetividade da aplicação das ferramentas pedagógicas lúdicas e de que maneira isso reverbera no processo de ensino-aprendizagem também foi explicada através da reflexão dos resultados obtidos.

As limitações deste estudo estão presentes em alguns pontos que precisam ser aprofundados, sistematizados ou revistos em investigações futuras. Em primeiro lugar, indicamos a falta de uma averiguação mais detida e aprofundada sobre os resultados levantados pelos diversos grupos de ação do projeto, que ainda precisam ser profundamente refletidos e analisados para informações mais consolidadas. Em segundo lugar, os dados foram adquiridos com pequenos grupos de amostragem, sendo necessária uma pesquisa mais ampla, mobilizando um número maior de participantes, para uma menor margem de erro sobre as informações levantadas. Ainda, é necessário abordar de maneira mais detida a característica "periférica", para além de apontar o lugar, como também outros aspectos que podem compor o local que parte o perfil desse tipo de estudante, com todas as suas particularidades. Por fim, em relação à análise do *Jogo da Desinformação* é necessária uma pesquisa através, por exemplo, de questionários, que consiga ter dados mais tangíveis para, então, conseguir consolidar dados.

Entretanto, percebemos contribuições, principalmente através do lugar que ocupa um estudo de caso. Em primeiro lugar, a mediação cultural no contexto da Ciência da Informação é demonstrada de maneira empírica e de um caso que, segundo as informações indicadas em questionários e observação participante, foi bem-sucedido. Ademais, a experiência de aplicar a ludicidade de maneira crítica em um contexto de um curso presente em ambiente escolar entre jovens periféricos. Inclusive, pensando sobre a questão periférica, o relato apresentado da maneira como o projeto foi aplicado demonstra uma fração dos desafios que podem ser enfrentados com esse tipo de atividade cultural. Por fim, a articulação conceitual em prol da compreensão de um letramento midiático-informacional crítico demonstra a aplicação do pensamento na prática.

É possível pensarmos em encaminhamentos deste estudo. Em primeiro lugar, averiguar de maneira comparativa, entre diferentes regiões do país, como que a questão do acesso à informação se apresenta. As desigualdades informacionais vão além do acesso à internet, que por si só já é uma questão pertinente, e envolve questões como o ambiente informacional. Outro ponto importante é a reformulação do jogo *Detetive de Boatos* a partir das impressões dos estudantes do curso Criar Jogos em Brasília-DF. A partir dessa reformulação, realizar um novo estudo para perceber possíveis avanços, inclusive propondo novos temas para além da tecnologia, ainda que se trate de um tema de grande relevância.

Referências

Aime, L. S. & Obregón, M. F. Q. (2020). Inspiração internacional: influências da General Data Protection Regulation na Lei Geral de Proteção de Dados brasileira. Revista DCS, 17(60). https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/2624.

Aragão, M. de A. G. (2022). O Impacto do Facebook Sobre o Sul Global: o que Acontece Quando não se Importa o Suficiente. Fronteira: Revista de iniciação científica em Relações Internacionais, 21(41), 43–60. https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/26210.

Ayres, C. & Brites, M. J. (2019). Vigilância, hostilidade e desinformação: as críticas de jovens brasileiros aos meios digitais e as contribuições das literacias críticas. In S.

Pereira (Ed.), Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 5.º congresso (pp. 44-56). Braga: CECS.

Barcellos, M. (2025). Relatório de avaliação do jogo “Detetive de Boatos”. Acesso restrito.

Belluzzo, R. C. B. (2017). Bases teóricas de gestão da informação: das origens aos desafios na sociedade contemporânea. Palabra Clave (La Plata), 7(1), e027. https://doi.org/10.24215/18539912e027.

Brasão, H. J. P., Correia, P. R., & Vaz, L. R. (2024). Caminhos para a alfabetização digital: enfrentando desafios e aproveitando oportunidades. Cadernos da Fucamp, 33, 76–83. https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3615.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil. (2014). Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014: Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

Brasil. (2018). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

Brisola, A. C. (2022). Forjando em Freire as bases epistemológicas e de práxis da competência crítica em informação. Em Bezerra, A. C., & Schneider, M. Competência crítica em informação: Teoria, consciência e práxis (pp. 21-33). Garamond.

Brisola, A. C., Schneider, M. A. F., & Silva Júnior, J. F. (2017). Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: Fundamentos e complementaridades. In Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (pp. 1–16). Unesp. https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105022.

Carlsson, U. (2019). MIL in the cause of social justice and democratic rule. In Carlsson, U. (Ed.), Understanding media and information literacy (MIL) in the digital age: A question of democracy (pp. 11-24). University of Gothenburg.

Santos, P. H. C. dos. (2023). O mito da publicidade antirracista ou sobre o capital de representatividade: por outra ética publicitária [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. https://app.uff.br/riuff/handle/1/33333

Costa, R. F. (2022). Gamificação em ensino: Estudo preparatório em duas turmas de ensino profissional: Satisfação e sucesso escolar na educação [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa]. Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa.

Costa, P. S. & Conceição dos Santos, P. H. (2024). Aplicação do design thinking em projetos culturais: o caso Criar Jogos (1ª e 2ª edições). In Costa, L. & Rocha, R. (Orgs.), Anais de textos completos e resumos expandidos do I Seminário de Avaliação de Políticas e Indicadores Culturais (pp. 17-24). UFBA.

EducaMídia. (s.d.). O que é educação midiática?. https://educamidia.org.br/educacao-midiatica/.

European Union. (2016). Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data (General Data Protection Regulation). https://gdpr-info.eu.

Farbiarz, A., Xavier, G., Dias, C. M., & Farbiarz, J. L. (2020). A gamificação como processo metodológico na formação crítica contemporânea: uma experiência aliando tecnologia, inovação e ludicidade no Ensino Superior. Logos, 26(2), 229. https://doi.org/10.12957/logos.2019.45676.

Felix, C. B., & Morais, L. (2023). Juventude conectada? Atravessamento e mediações da comunicação e cultura nos processos de letramento midiático e informacional. Em Tavares, D., Farbiarz, A., & Alves, W. (Orgs.), Mídia e Cotidiano na educação básica: Olhares sobre o letramento midiático (pp. 240-261). EdUFF e Gênio Editorial.

Ferreira, R. S. (2003). A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. Ciência da Informação, 32(1), 1–12.

https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000100004.

Freire, P. (2021). Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra.

Gonçalves, L., Castro, L., Rachid, R., & Fornazin, M. (2024). As múltiplas faces da Infodemia. RECIIS, 18(3), 716–735. https://doi.org/10.29397/reciis.v18i3.3796.

Horkheimer, M. (1983). Teoria tradicional e teoria crítica. In Benjamin, W. *et al.* (Orgs.), Textos escolhidos (pp. 125–162). Abril Cultural.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2024, 12 de julho). Canal Ciência do IBICT estreia Jogo de Combate à Desinformação na 76ª SBPC. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/julho/canal-ciencia-do-ibict-estreia-jogo-de-combate-a-desinformacao-na-76a-sbpc.

Organização das Nações Unidas no Brasil. (s.d.). Objetivo 16: Paz, justiça e instituições eficazes. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16.

Piacenti, M. R., & Araújo, C. H. dos S. (2025). A relação do letramento informacional e digital no contexto educacional. Revista DELOS, 18(65), e4547. https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n65-138.

Pinto, P. J. R. (2018). Fake news e social media em Portugal: conceitos, realidades e hipóteses. [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/119799.

Scarcella, C. (2024). La urgencia de la educación mediática en la era de la desinformación: un estudio de caso en la periferia de São Paulo. MLS Communication Journal, 2, (2). https://doi.org/10.69620/mlscj.v2i1.3300.

Schneider, M. (2019). CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In Bezerra, A. B. *et al.* (Orgs.), iKritika: Estudos críticos em informação (pp. 73-116). Garamond.

Silva, C. R. S., & Cavalcante, L. F. B. (2023). Mediação cultural da informação: Por uma relação entre informação, cultura e mediação na produção de sentidos e significados sobre o real. Informação em Pauta, 8(Esp.), 237-251. http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/89241.

Thorne, J., & Graham, S. (Criadores). (2025). Adolescência [Série]. Netflix. https://www.netflix.com/title/81756069.

UNESCO. (s.d.). Right to access information. https://www.unesco.org/en/right-access-information.

World Health Organization. (s.d.). Infodemic. WHO. https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1

NOTAS

[1] Burburinho Cultural (2025). Criar Jogos – criando conexões. https://www.criarjogos.com.br/.

[2] Enacin (2025). Escola de Games CRIAR JOGOS. https://enacin.ibict.br/extensao/.

[3] Canal Ciência (2025). Canal Ciência – Portal de Divulgação Científica e Tecnológica. https://canalciencia.ibict.br.

[4] Mentora – Criar Jogos (2025). Registre-se na conta Criar Jogos. https://criarjogos.mentoranow.app/users/new_public.

1 No texto original: “An infodemic is too much information including false or misleading information in digital and physical environments during a disease outbreak”.

VÍNCULOS NECESARIOS ENTRE LA FORMACIÓN PEDAGÓGICA Y DIDÁCTICA DE LO PROFESIONAL DE LA INFORMACIÓN Y EL COMBATE A LOS PROCESOS DE DESINFORMACIÓN

Lucía Alonso Varela, Facultad de Información y Comunicación-Universidad de la República, https://orcid.org/0000-0001-7373-0053 , Uruguay, lucia.alonso@fic.edu.uy

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6769

Eje: Tendencias en formación y educación en ciencias de la información (Biblioteconomía, Documentación, Archivística y Patrimonio)

Introducción

Los procesos de desinformación y la propagación de noticias falsas o *fake news* (por el uso extensivo del sintagma en idioma inglés), constituyen un fenómeno que requiere de un abordaje multidisciplinario desde la información y la comunicación. Si bien este fenómeno no es producto del siglo XXI ni de la sociedad de la información, ya que existe desde que se constituyeron los primeros medios de comunicación o se entablaron los primeros canales o convenciones para la comunicación formal, es indudable que la infraestructura tecnológica y el ecosistema informacional-comunicacional actual generan nuevos escenarios que potencian la desinformación, complejizando el proceso de detección de noticias falsas o de discriminación de información verídica por sobre información engañosa o fabicada por humanos exclusivamente o con el uso de inteligencia artificial.

Las lógicas de generación y comunicación de información han modificado la hegemonía de los medios de comunicación, cada persona puede consumir información y también la produce y comparte, redundando en que se adopte carácter de prosumidores. A su vez, cada vez hay disponible nuevas herramientas que posibilitan a cada persona la gestión, creación o diseminación de información en diferentes espacios.

Esto torna evidente la necesidad de trabajar en políticas orientadas al control y la regulación de medios de comunicación tradicionales, al tiempo que se regulan las nuevas plataformas de información-comunicación (redes sociales, inteligencia artificial, etc.). Es imprescindible contar con marcos legales y regulatorios para garantizar los derechos ciudadanos frente a estos nuevos fenómenos y que las herramientas hoy disponible sean utilizada con fines adecuados.

Por otro lado, es necesario profundizar los estudios informacionales de los procesos de desinformación y, particularmente, analizar cuáles son las competencias y herramientas que desarrollan las personas en el marco del sistema educativo formal e informal así como en diferentes instancias de su vida, para enfrentar y combatir estos procesos. Posicionando como un elemento central la necesidad de consolidar procesos de formación en alfabetización en información desde una perspectiva multialfabetizadora (alfabetización digital, alfabetización mediática, alfabetización visual, alfabetización académica, etc.) para que las personas puedan detectar y combatir los procesos de desinformación.

En la actualidad, las personas se encuentran en permanente contacto con las tecnologías de la información y la comunicación y con una diversidad de espacios dónde acceder a la información. Por otro lado, los contextos educativos o de formación se encuentran cada vez más permeados por la tecnología educativa (uso de espacios virtuales de aprendizaje, e-learning, repositorios digitales de materiales didácticos, uso de tecnología en el aula, etc.) lo que se sustenta en la ampliación de la cobertura de Internet, en la relevancia del acceso a Internet para el desarrollo de las actividades sociales y en la generación de políticas públicas asociadas (programas one laptop per child, entre otros).

En consonancia con esto y evidenciando la relevancia creciente que tienen las tecnologías en la vida cotidiana de las personas y en el desarrollo de los países, el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD (2022) indica:

> La transformación digital es fundamental para el desarrollo verde, resiliente e inclusivo de América Latina y el Caribe. La Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT) estimó que un aumento del 10 por ciento en la penetración de la banda ancha fija puede conducir a un aumento del 1,48 por ciento del PIB regional de América Latina y el Caribe en 2021.

A su vez, sobre el crecimiento de la cobertura y la penetración de internet y las tecnologías, establecen que siguen existiendo aún brechas de acceso a la tecnología y a conectividad de calidad aunque aumenta el acceso. Recientemente, la CEPAL (202) lanzó un nuevo observatorio de desarrollo digital donde se propuso como uno de sus objetivos estudiar la conectividad e inclusión digital en América Latina y el Caribe. En esta línea, marca el crecimiento de la cobertura que en algunos países alcanza altos porcentajes. No obstante, esta realidad no es homogénea. Plantean una brecha entre las zonas urbanas y las rurales, brechas de género (el porcentaje de mujeres que acceden a internet es menor al de los hombres), brechas económicas, en dónde los hogares más pobres acceden significativamente menos a internet que los hogares de mayores recursos. Sin embargo, sigue creciendo el porcentaje de hogares con acceso a las nuevas tecnologías y a internet, superando en la actualidad y, particularmente, el acceso a internet personal mediante dispositivos móviles que es cada vez más alto.

Tomando esto como partida, esta ponencia se propone estudiar el rol que deben asumir los profesionales de la información en contextos educativos para desarrollar programas de formación para que las personas construyan competencias que les permitan desarticular los procesos de desinformación. Vinculado a esto, se defiende la necesidad de incorporar y/o fortalecer los contenidos sobre pedagogía y didáctica en los procesos de formación profesional bibliotecológica para que dichos profesionales puedan diseñar y liderar programas de alfabetización en información con énfasis en el uso de la tecnología en centros educativos y en el manejo de información en contextos analpogicos y digitales.

Para que los profesionales de la información, en diferentes ámbitos de ejercicio profesional (bibliotecas, centros educativos) adopten un rol protagónico en el estudio de los procesos de desinformación, así como en la formación de los actores involucrados en dichos procesos, es necesario que desarrollen competencias profesionales que fortalezcan su rol educativo.

Los bibliotecólogos deben liderar diferentes procesos educativos vinculados a los procesos de desinformación: formación para profesionales de la comunicación sobre buenas prácticas del uso de información (alfabetización en información, alfabetización mediática, legislación en acceso a la información y la protección de datos personales, etc); formación de docentes (uso ético de la información para el desarrollo de recursos educativos y materiales didácticos); formación de estudiantes (formación para evaluar y seleccionar información que consumen en redes sociales apuntando a una alfabetización digital, mediática y ciudadana); ciudadanía en general (formación para la detección de noticias falsas y entendimiento del ecosistema de medios).

Liderar estos procesos de formación implica que tengan competencias para diseñar actividades educativas y que puedan posicionarse en un rol de formadores, desarrollando diferentes estrategias pedagógicas y didácticas. Tomando esto como una de las tendencias de desarrollo disciplinar, se hace cada vez más necesario fortalecer la formación pedagógico-didáctica de los profesionales de la información para que puedan desplegar acciones educativas en diferentes escenarios.

Competencias en información y alfabetización en información

Las competencias en información y la alfabetización en información son dos conceptos estrechamente relacionados en

tanto las primeras son resultado del proceso de alfabetización. La alfabetización en información, como proceso en el marco de la ciencia de la información, cuenta con décadas de abordaje y discusiones teóricas. En estos debates teóricos se han alcanzado, por un lado, algunos consensos teórico-prácticos y, por otro lado, algunas bifurcaciones de perspectivas.

En principio, como se recupera de la literatura, la alfabetización en información es un concepto que surge en el año 1974, cuando Paul Zurkowsky describió un proceso de adquisición de competencias en el manejo de información para hacer frente al crecimiento de las fuentes de información y a los cambios tecnológicos en los inicios de la sociedad de la información (Zurkowsky, 1974). Desde ese momento en adelante las definiciones se han diversificado y complejizado con el crecimiento de la temática como un área del conocimiento dentro de la ciencia de la información.

Recientemente, el CILIP ha problematizado las primeras definiciones del concepto proporcionando una nueva conceptualización. En este nuevo concepto, la alfabetización en información se entiende como:

> la capacidad de pensar críticamente y hacer juicios equilibrados sobre cualquier información que encontremos y usemos...Nos permite a los ciudadanos alcanzar y expresar opiniones informadas y participar activamente en la sociedad... refiere a la aplicación de las competencias, los atributos y la confianza necesarios para hacer el mejor uso de la información y para interpretarla con criterio. Incorpora el pensamiento crítico y la conciencia, y una comprensión de los problemas éticos y políticos asociados con el uso de la información (CILIP, 2018. Traducido)

El proceso de enseñanza y aprendizaje de la alfabetización en información implica, entonces, el desarrollo de competencias que le permiten a la persona hacer un mejor uso de la información a partir del pensamiento crítico y reflexivo y de un entendimiento y apropiación sobre el ecosistema de información-comunicación.

Entender los nuevos ecosistemas de información y comunicación es imprescindible en el proceso de adquisición de competencias en información. La información dejó de tener canales hegemónicos de transmisión, acceso y comunicación. Los formatos, los canales y las herramientas disponibles para acceder a la información, gestionarla, crearla y comunicarla son cada vez más heterogéneos; las tecnologías, la inteligencia artificial, los nuevos medios de comunicación, exigen nuevos conocimientos, habilidades y competencias en clave de alfabetizaciones múltiples.

Comprender a la alfabetización en información como un concepto paraguas que incluye alfabetizaciones múltiples (digital, multimedia, mediática, estadística, visual, etc.) contribuye a sistematizar procesos y generar políticas que permitan el desenvolvimiento de programas de formación para el desarrollo de competencias en información.

Sobre esto López Falcón y Ramos Serpa (2021, p. 351) indican:

> [...] se parte de la comprensión de la alfabetización en información como el "sistema de conocimientos, habilidades y valores necesarios para identificar, localizar, organizar, evaluar y comunicar la información de modo crítico en formato tanto impreso como digital" (López, 2005, 37). A su vez, se considera que la misma se encuentra integrada en su contenido esencial por la alfabetización bibliotecaria, la alfabetización en medios, la alfabetización en tecnología de la información, y la alfabetización crítica.

De esta manera, el proceso de adquisición de competencias en el manejo de la información y las competencias informacionales en sí mismas son de gran importancia y devienen de un proceso de alfabetización múltiple. La alfabetización en información posibilita la formación de ciudadanos críticos, autónomos y capaces de enfrentarse a los desafíos de la sociedad de la información, logrando el empoderamiento ciudadano.

Las competencias en el manejo de información pueden definirse, en términos generales, como el conjunto integrado de habilidades, conocimientos, actitudes y capacidades que facultan a las personas para gestionar la información de manera eficiente y efectiva. Este conjunto de competencias no solo abarca la capacidad técnica de manejar datos, sino también la habilidad de transformar esa información en conocimientos aplicables y útiles para resolver problemas en diversos contextos. En particular, en el ámbito educativo, estas competencias cobran una relevancia especial, ya que permiten a los individuos no solo acceder a la información de manera crítica, sino también interpretar y utilizarla de manera que favorezca su proceso de aprendizaje y el desarrollo de soluciones en situaciones de enseñanza-aprendizaje. Así, el manejo adecuado de la información no se limita a una simple tarea técnica, sino que se convierte en una herramienta esencial para la toma de decisiones y la resolución de desafíos tanto en el ámbito personal como profesional.

Si desagregamos el sintagma “competencia en información”, el Diccionario de la Real Academia Española (2025), competencia es la “pericia, aptitud o idoneidad para hacer algo o intervenir en un asunto determinado”. En el mismo sentido, Perrenoud (2008 citado por Behar, Araújo Da Silva, Díaz, Da Rosa, 2022) considera que competencias son aquellas que le permiten a la persona identificar, interpretar, argumentar y resolver determinados problemas de su entorno con ética y certeza, integrando el saber ser, el saber hacer y el saber conocer.

> Las competencias podrían ser definidas como una actuación integral capaz de articular, activar, integrar, sintetizar, movilizar y combinar los saberes (conocer, hacer y ser) con sus diferentes atributos. Su desarrollo tiene que ver también con actuar, ejercer una profesión, realizar una actividad o una tarea. Además, permiten identificar, interpretar, argumentar y resolver problemas, actualizando lo que se sabe y poniendo en práctica lo aprendido para lograr los objetivos planteados, respondiendo a las exigencias individuales o sociales (Gómez, 2016 citado por Behar, Araújo Da Silva, Díaz, Da Rosa, 2022, p.5).

Teniendo en cuenta estas definiciones, trasladar esta concepción al área de la información y específicamente al vínculo que generan las personas con el acceso, el manejo y la comunicación de información deriva en los que conocemos como “competencias en información”.

Oliveira Santos y De Jesus Sousa Barreira (2019, p. 43), al revisar y comentar las consideraciones de autores clave en el ámbito de la información, reflexionan sobre el concepto de competencia informacional, destacando la creciente necesidad de habilidades y conocimientos en un contexto de constante aceleración en los procesos de producción y difusión de la información. En este sentido, los autores subrayan que, para poder desenvolverse de manera independiente en el uso de la información, los individuos deben contar con un conjunto de aptitudes, actitudes y conocimientos que les permitan navegar eficazmente en el vasto universo informacional.

Lecardelli y Prado (2006, p. 27 citado por Oliveira Santos y De Jesus Sousa Barreira, 2019) refuerzan esta idea, afirmando que “[...] el uso y dominio de la información, independientemente de su formato, se ha convertido en un aspecto esencial dentro de la sociedad de la información y el conocimiento”. Esto implica que, en un entorno caracterizado por una "explosión informativa", las personas deben ser capaces de seleccionar, evaluar, interpretar y utilizar de manera efectiva las fuentes de información disponibles, lo que incluye el dominio de sus diversos soportes y formatos. De acuerdo con Campello (2008 Oliveira Santos y De Jesus Sousa Barreira, 2019), estas competencias son comúnmente conocidas como alfabetización informacional, un concepto clave para abordar las demandas del siglo XXI en cuanto a la gestión y el uso de la información.

Siguiendo esta línea de pensamiento, el papel central que ha adquirido la información como recurso para el desarrollo en todos los ámbitos de la vida humana ha obligado a una revisión y

reformulación de los procesos de enseñanza y aprendizaje. Estos procesos deben centrarse en la formación de nuevas competencias informacionales, especialmente aquellas que capaciten a las personas para manejar, interpretar y utilizar información de manera eficiente. Este enfoque no solo apunta a la adquisición de conocimientos, sino a la integración de habilidades críticas que permitan a los individuos enfrentarse de forma competente a los desafíos impuestos por el entorno informacional contemporáneo.

Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque (2012, p. 5) define a la competencia en información como:

> la capacidad del aprendiz de movilizar su propio conocimiento que le ayuda a actuar en una situación dada. A lo largo del proceso de alfabetización informacional, los educandos desarrollan habilidades para identificar la necesidad de información, evaluarla, buscarla y utilizarla con eficacia y eficiencia, considerando aspectos éticos, legales y económicos (Traducción propia).

La competencia en información puede definirse como el conjunto integral de conocimientos, habilidades y destrezas que una persona adquiere y pone en práctica para manejar de manera efectiva la información. Esto implica no solo la capacidad para identificar y comprender sus necesidades informacionales, sino también la habilidad para evaluar, seleccionar, aplicar, transformar y comunicar dicha información de manera adecuada. Todo este proceso tiene como objetivo principal resolver problemas de manera eficiente, y se enmarca dentro de un desarrollo continuo y transversal de la persona, que abarca tanto su crecimiento intelectual como su capacidad crítica y creativa en diversos contextos. De esta manera, la competencia en información no solo se limita a una habilidad técnica, sino que se convierte en una herramienta esencial para el desarrollo personal y profesional en un mundo cada vez más complejo y dinámico.

Ahora bien, si las competencias en información como resultado de un proceso multialfabetizador de la alfabetización en información permite a las personas manejar información en diferentes formatos, mediante diferentes canales y utilizando diferentes herramientas resulta evidente que pueden tener un impacto sobre los procesos de desinformación y propagación de fake news en tanto pueden aportar un pienso crítico y un conjunto de marcos de evaluación para discriminar la información verídica de la información falsa.

Desinformación, fake news y nuevos ecosistemas de información-comunicación: las competencias en información como herramienta

En el apartado anterior se estableció el concepto de competencia en información y el de alfabetización en información. A su vez, se entiende que mejorar los procesos de búsqueda, evaluación, selección y comunicación de información son competencias imprescindibles para afrontar la resolución de problemas en el contexto de la sociedad de la información, en la cual ha tenido lugar un vertiginoso desarrollo de los nuevos canales y herramientas de gestión de la información y su comunicación.

Desde que existen las sociedades se han comenzado a configurar ecosistemas de información y comunicación en donde se estipulan lógicas para la comunicación de información mediante medios tradicionales y no tradicionales. Estas lógicas han estado siempre supeditadas a intereses y fuerzas políticas, económicas, sociales, culturales que influyen sobre qué información se comunica y cómo se comunica.

Dentro de estas lógicas encontramos también los procesos de desinformación y noticias falsas o fake news. Estos procesos no son nuevos, nacen con los puntos neurálgicos de los sistemas de información y comunicación, sin embargo, la realidad actual de desarrollo tecnológico, inteligencia artificial, pluralidad de medios de comunicación no tradicionales, redes sociales, monopolios y hegemonías de medios de comunicación tradicionales, etc. han exacerbado y diversificado las maneras en las que se generan noticias falsas y se propagan cimentando nuevas formas de desinformación.

La desinformación, en concreto, puede definirse como un:

> Fenómeno en el que el emisor tiene el firme propósito de ejercer algún tipo de influencia y control sobre sus receptores para que éstos actúen conforme a sus deseos. Es un acto de mentira intencional, porque se busca tergiversar un hecho y presentarlo como veraz… Es un conjunto de engaños sistemáticos y organizados en un contexto… (Rodríguez Andrés, 2018)

Figueroa Alcántara (2021, p.240), profundizando en estas ideas, indica que en los procesos de desinformación:

> Se crea o difunde información falsa, que responde parcialmente a los hechos o que no aprueba procesos sistemáticos de verificación para influir en la opinión, las creencias o los conocimientos para que modifiquen su percepción de la realidad en múltiples esferas de la actividad humana: política, ideología, cultura, arte, educación, economía, ciencia, tecnología, medicina.

Las noticias falsas son uno de los tipos de desinformación que existen y el que mayor impacta en la formación de opinión en el marco de la sociedad actual. Se comprende a las fake news como:

> Toda aquella información fabricada y publicada deliberadamente para engañar e inducir a terceros a creer falsedades o poner en duda hechos verificables. Esta definición debería permitirnos diferenciar más fácilmente el periodismo de la propaganda, de los "hechos alternativos" y de las mentiras malévolas (White, 2017, p. 10).

Cabe señalar que, como se mencionaba anteriormente, si bien se considera que la desinformación es un fenómeno de larga data, lo que sí representa un problema nuevo es la capacidad de viralización y propagación que posee este tipo de información o de noticias en la actualidad. Por lo que, cada vez más las personas, al consumir y compartir información en la web, en sus redes sociales, en sus comunidades, se encuentran y vinculan con información falsa que intentan desvirtuar la realidad. Las fake news buscan inducir al error y desinformar a partir de información falsa o alterada para lograr ciertos objetivos.

Dados los cambios en las dinámicas que conforman el mundo de la información y la comunicación, se torna cada vez más difícil identificar la información veraz de la información falsa. Es aquí cuando las competencias en información toman un rol protagónico. Las personas que cuenten con competencias en información que les permitan realizar un análisis crítico de las fuentes de información, los medios de comunicación y las noticias que consume serán menos propensas a consumir informaciones falsas o a contribuir en procesos de desinformación compartiendo información falsa.

Por otro lado, teniendo en cuenta que los profesionales de la información son quienes tienen el conocimiento especializado del mundo informacional y de los procesos de alfabetización en información, resulta inevitable posicionarlos como actores que deben liderar los procesos de formación de competencias en información. En consonancia con esto, López-Borrull, Vives-Gràcia y Badell (2018) consideran que el contexto de desinformación y propagación de las fake news representa una nueva oportunidad para el trabajo de los profesionales de la información.

A su vez, dada la afectación que tienen los procesos de desinformación y el consumo de fake news a través de medios digitales y, particularmente, de las redes sociales, es imprescindible pensar en fortalecer el abordaje de estos contenidos en los procesos de educación formal e incluirlos como contenidos curriculares en el marco de los sistemas educativos. De esta manera, se aborda la problemática desde las infancias y las adolescencias generando un uso más crítico y consciente de las tecnologías y un consumo de información con base en el pensamiento crítico.

Para incluir formación en competencias en información en contextos educativos es necesario pensar en la implementación de programas de alfabetización en información. En este sentido, los profesionales de la

información deben enfrentarse al desafío de diseñar, planificar e implementar programas de formación de competencias en información o programas de alfabetización en información desarrollando un conjunto de competencias profesionales que les permitan articular estas iniciativas. Esto nos lleva a preguntarnos ¿de qué manera formamos en competencias en información?, ¿qué son los programas de alfabetización en información? y ¿cuáles son las competencias que tienen los profesionales de la información para diseñar, planificar e implementar programas de alfabetización en información en contextos educativos?.

Los programas de Alfabetización en Información en el contexto educativo

Un Programa de Alfabetización en información es un medio o instrumento desarrollado en el marco de una institución educativa para garantizar el proceso de adquisición de competencias en información. Implica la articulación de un conjunto de recursos, instrucciones y actividades establecidas de forma lógica y en coordinación interdisciplinaria entre el bibliotecólogo y los demás agentes educativos del centro educativo. El objetivo de este programa es que las personas adquieran las competencias necesarias para definir sus necesidades de información, buscarla, evaluarla, utilizarla y comunicarla éticamente, fomentando el pensamiento crítico. En otras palabras, es el instrumento que permite a una persona convertirse en un usuario crítico y autónomo en el manejo de la información, capaz de aplicar los conocimientos adquiridos a diversas situaciones de su vida cotidiana.

Son una herramienta para la construcción y el desarrollo de competencias en información. González Estrada (2021 citado por Dominguez y Ramirez, 2024)

> La creación de habilidades en el acceso y uso de la información se consigue a partir del diseño e implementación de acertados programas de ALFIN, que tienen en cuenta, no solamente las necesidades específicas del sector potencial al que van dirigidos, sino también la contribución de agentes externos que pueden contribuir a la calidad de este. Lo anterior no es alcanzable si no se logra inculcar la importancia de la información como recurso que mueve a la sociedad, y el respeto hacia esta que debe primar en todo momento.

Este mismo autor, a su vez, indica que las bibliotecas representan el mayor y más pertinente escenario para que se desarrollen los procesos y programas de alfabetización en información. Indica que este elemento ha condicionado la evolución de las bibliotecas de tal forma que éstas "han perfilado las estrategias a seguir y se ha normado su práctica, siguiendo estándares que posibilitan, a partir de las características propias de cada contexto, desarrollar las acciones de ALFIN necesitadas" (González Estrada, 2021 citado por Dominguez y Ramirez, 2024).

Los programas de alfabetización en información que se encuentran cada vez más extendidos en la biblioteca y/o fuera de ella pero liderados por los profesionales de la información tienen características específicas, según el Institute for Information Literacy de la Association of College and Research Libraries (ACRL, 2003; ACRL, 2025), una de las primeras organizaciones en realizar esfuerzos para normalizar la implementación de programas de alfabetización en información, deben contar con las siguientes características:

Misión, metas y objetivos: Para crear un programa viable, es esencial una declaración clara de su misión, que incluya la definición de los conceptos fundamentales. Debe referirse, si existen, a documentos anteriores similares para mantener una coherencia. La misión del programa debe alinearse con la misión de la institución que lo desarrolla, optimizando así su éxito y reflejando su contribución y beneficios esperados. Las metas y objetivos permiten la integración de la Alfabetización en Información en el plan de la institución. Deben establecer resultados medibles para evaluar el programa.

Planificación: En esta etapa se articulan la misión, metas, objetivos y fundamentación pedagógica del programa. Se determinan los medios para su ejecución y adaptación, así como los recursos humanos, tecnológicos y financieros, incluyendo el apoyo administrativo e institucional. La planificación debe estar diseñada para conducir el programa hacia los objetivos planteados.

Apoyo administrativo e institucional: Las autoridades y el cuerpo administrativo deben apoyar la implementación del programa, incluyendo la Alfabetización en Información en la misión, el plan estratégico, las políticas y los procedimientos institucionales. El programa debe identificar o asignar el liderazgo y las responsabilidades para su ejecución.

Secuenciación de programas: En instituciones educativas, es importante integrar el programa con el plan de estudios, identificando y especificando la profundidad, complejidad y resultados de aprendizaje esperados. Así como generar una secuenciación del programa en el marco del currículum educativo.

Colaboración: La colaboración entre el profesorado, los profesionales de la información (bibliotecólogos) y otros implicados es esencial para el éxito del programa, permitiendo una articulación entre la Alfabetización en Información y el contenido disciplinar.

Pedagogía: Es crucial adoptar un enfoque diverso y multidisciplinario en el proceso de enseñanza/aprendizaje, fomentando el pensamiento crítico y reflexivo de los estudiantes.

Comunicación y promoción: Identificar interesados y tender puentes con ellos, identificar posibles sinergias con otros programas dentro del currículum, utilizar medios de comunicación formal e información para difundir y promover.

Personal: El personal debe ser multidisciplinario, incluyendo bibliotecólogos, profesores, administradores, coordinadores de programas y especialistas en docencia y aprendizaje, en número y profesionalismo acorde a las necesidades de cada curso.

Extensión: El programa debe comunicarse claramente, describiendo su valor para la institución. Esto incluye la participación en la formación para el desarrollo profesional, ofreciendo seminarios y programas relacionados con la Alfabetización en Información para profesores y personal.

Valoración/Evaluación: Es imprescindible evaluar el programa para medir su rendimiento y comparar resultados con las metas y objetivos, utilizando estos datos como instrumento de control de su eficiencia.

Este aporte de la Association of College and Research Libraries sirvió de base para que, con el correr de los años se vaya actualizando y contextualizando el diseño de los programas de alfabetización en información. Tomando como punto de referencia estas primeras indicaciones, los profesionales de la información bibliotecólogos pueden realizar diseños situados, incluyendo nuevos componentes y adaptando las características básicas a las condiciones existentes en su contexto.

Estas características representan una guía y no una norma estricta, siendo algunas más relevantes que otras según el entorno y contexto del programa de alfabetización en Información.

Diseñar y fortalecer la implementación de los programas de alfabetización en información en contextos educativos fortalecería el desarrollo de competencias en información, del pensamiento crítico, el uso ético de la información y de las tecnologías así como favorecería el proceso de aprendizaje en general y, particularmente, posicionaría a las personas en mejores condiciones y con mayores herramientas para el discernimiento crítico en el consumo de información verídica, desestimulando los procesos de desinformación y de usos no éticos de datos e información.

La implementación de estos programas en los entornos educativos depende de las características de los centros educativos y de los equipos profesionales disponibles. Así como también de la articulación interdisciplinaria entre bibliotecólogos y

equipos docentes y de apoyo tecnológico. No obstante, se considera necesario evaluar 3 mecanismos de implementación de los programas: 1. Considerar el espacio biblioteca escolar como centro y eje rector para la coordinación y el desarrollo de las actividades en el marco del programa. Esto implica que las actividades se realicen por fuera del currículo. 2. Incluir el programa como una unidad didáctica, que se considere un curso en el marco del plan de estudio. Incluyendo evaluación, calificación y acreditación curricular. 3. Implementación de manera transversal en el currículo; esto implica que el bibliotecólogo realice actividades en coordinación con el docente de aula para que existan actividades didácticas sistematizadas y periódicas en el contexto áulico que integren contenidos curriculares con actividades que fomenten la adquisición de competencias en información.

Todas estas modalidades de implementación requieren de un diseño pedagógico-didáctico del programa de alfabetización en información que posibilite la articulación con la propuesta educativa del centro de enseñanza y, a su vez, necesitan de un posicionamiento del bibliotecólogo desde su rol educativo.

En este sentido, los profesionales de la información deben posicionarse como gestores y líderes de los programas de alfabetización en información

Peres Lores (2015 citado por Dominguez y Ramirez, 2024) indica sobre el vínculo de los profesionales de la información y su rol educativo:

> El nuevo profesional de la información es un eslabón esencial dentro del proceso docente educativo, debe involucrarse en la adquisición de habilidades docentes, estar consciente que la interacción con el usuario se convierte en una experiencia de enseñanza, ayudar a resolver problemas complejos relacionados con la gestión de información utilizando para ello las mejores evidencias existentes.

Este vínculo entre el rol que tienen los profesionales de la información en diseño y desarrollo de programas de alfabetización en información para la adquisición de competencias en información que contribuyan al combate de la diseminación y distribución de información nos obliga a volver a sobre la pregunta y ¿cuáles son las competencias que tienen los profesionales de la información para diseñar, planificar e implementar programas de alfabetización en información en contextos educativos?.

Formación de los profesionales de la información: el rol educativo

Los profesionales de la información han contribuido desde las unidades de información a la alfabetización bibliotecaria y la alfabetización en información de las personas posicionando el énfasis en el espacio biblioteca y las fuentes de información tradicionales. Sin embargo, el actual ecosistema de información y comunicación así como las nuevas dinámicas de propagación de noticias falsas y desinformación exige ampliar el alcance de las propuestas de formación.

En esta línea, se torna cada vez más central el rol educativo de los profesionales de la información en general y, en particular, en contextos educativos (centros educativos y centros de formación). Es necesario entender el espacio de la biblioteca como un espacio educativo y, apropiarse de la agencia educativa que tienen los profesionales de la información dentro y fuera del espacio biblioteca a la hora de favorecer procesos de enseñanza y aprendizaje para la formación de competencias en información.

Ahora bien, los programas de alfabetización en información constituyen acciones educativas e instancias de formación, ya sea en contextos de educación formal o informal, por tanto, requieren de diseño y planificación didáctica desde una corriente pedagógica específica. No es posible disociar las corrientes pedagógicas y didácticas de los programas de formación en competencias en información ya que todo espacio de formación nace desde una concepción pedagógica-didáctica.

Diseñar y planificar los programas de alfabetización en información exige de los profesionales de información competencias profesionales en dos dimensiones:

- dimensión específica del área de la información. Los profesionales deben contar con competencias profesionales y conocimientos propios del área de la ciencia de la información que los transformen en especialistas en el mundo de la información. Poder ser solventen en conocimientos sobre cómo son y cómo se desarrollan las fuentes de información, cuáles son los criterios de evaluación de la información, los criterios de selección de información, las dinámicas y los flujos de transmisión y movimiento de información en los nuevos ecosistemas informacionales y comunicacionales, conocer las lógicas de propagación de noticias falsas, el impacto de las tecnologías de la información y la comunicación en la creación, consumo y distribución de información así como el desarrollo de la inteligencia artificial para la creación y gestión de datos e información, entre otros conocimientos, es imprescindible para poder desempeñarse como profesionales de la información en general y, en particular, para liderar los programas de alfabetización en información..
- dimensión educativa, pedagógica-didáctica. Para diseñar e implementar programas de alfabetización en información en general y, específicamente, en contextos educativos, el profesional de la información debe desarrollar competencias profesionales de índole educativa o de enseñanza. Conocer las corrientes pedagógicas para encuadrar propuestas de formación, conocer estratégias didácticas para favorecer espacios de aprendizaje, adquirir conocimientos para la planificación didáctica, la gestión de habilidades humanas para orientar equipos y procesos de aprendizaje, entre otros conocimientos, es excluyente para lograr buenos procesos de formación en competencias en información.

Estas dos dimensiones de competencia profesional son indispensables para diseñar programas de alfabetización en información que se adecúen a las necesidades de los contextos educativos. Para alcanzar el desarrollo de estas competencias profesionales es necesario fomentar y fortalecer el rol educativo de los profesionales de la información e integrar ambas dimensiones en la formación de los profesionales de la información.

Si bien los bibliotecólogos han tenido siempre orientación o formación de usuarios desde la biblioteca, es necesario reconocer como una tendencia en la formación y educación en ciencia de la información el fortalecimiento de las competencias pedagógicas y didácticas de los profesionales de la información para liderar procesos y programas de alfabetización en información que contribuyan a que las personas realicen un uso crítico y ético de la información.

Reflexiones finales

Por último, a modo de reflexión final, destacar la relevancia de abordar la intersección temática entre: programas de alfabetización en información, procesos de desinformación y formación del rol del profesional de la información en contextos educativos.

La escalada de infraestructura tecnológica y de nuevas lógicas de manejo de información, agudiza la existencia de procesos de desinformación y de noticias falsas o fake news. Esto torna cada vez más necesario que se conciban a las competencias en información como una herramienta que contribuye a combatir el consumo y la propagación de información falsa. Es necesario considerar a las competencias en información como capacidades imprescindibles para hacer frente a la desinformación y para fomentar el pensamiento crítico frente a las nuevas dinámicas que interpelan al ecosistema informacional-comunicacional.

A su vez, el rol de los profesionales de la información debe acompasarse con estas

realidades. Si bien desde los inicios de la ciencia de la información se han realizado esfuerzos por contribuir a la búsqueda, la evaluación y la selección de fuentes de información, el exponencial desarrollo de las tecnologías de la información y la comunicación, las redes sociales, la inteligencia artificial, etc. obliga a repensar muchas de estas herramientas para que se adapten a la sociedad de la información y sean herramientas apropiadas para que las personas sean capaces de manejar y usar de buena forma la información en un contexto de multialfabetización. Por otro lado, es necesario profundizar los análisis y discusiones de la incorporación e implementación de los programas de alfabetización en información en los centros educativos y en contexto de educación formal e informal como estrategia para fomentar estas competencias desde los inicios de la vida en sociedad.

En esta línea, en relación a estos profesionales, debe establecerse la importancia de que desarrollen un rol o una agencia educativa que estimule competencias específicas para la búsqueda, evaluación, selección, comunicación ética y análisis crítico-reflexivo de la información así como paara el diseño pedagógico y didáctico de propuestas de formación que se adecúen a las lógicas actuales de enseñanza y aprendizaje. Diseñar, planificar e implementar programas de alfabetización en información desde una perspectiva educativa para favorecer espacios de formación para la ciudadanía.

Para que los profesionales de la información puedan adoptar un papel educativo con agencia educativa deben contar con herramientas profesionales que les permitan liderar procesos de enseñanza y aprendizaje. Esto implica repensar en primera instancia en cómo estamos formando a los profesionales de la información y qué herramientas les estamos otorgando para ejercer un rol educativo e implementar propuestas atendiendo su dimensión pedagógica y didáctica.

Referencias

ACRL (2003). Características de los programas de alfabetización informacional que ilustran las mejores prácticas: una guía.

ACRL (2025). Características de los programas de alfabetización informacional que ilustran las mejores prácticas: una guía. Revisión junio 2025. https://www-ala-org.translate.goog/acrl/standards/characteristics?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=es&_x_tr_hl=es&_x_tr_pto=tc

Behar, P., Araújo da Silva, K., Díaz, A., & Da Rosa, G. (2022). La trazabilidad del concepto de competencias en información dentro de los marcos de referencia digitales docentes. Informatio. Revista del Instituto de Información de la Facultad de Información y Comunicación, 27(2), 218–236. https://doi.org/10.35643/Info.27.2.10

CEPAL (2025). Observatorio de Desarrollo Digital. https://desarrollodigital.cepal.org

CILIP. (2018). New definition of information literacy. CILIP.

Dias Gasque, K. C. G. (2012). *Letramento informacional: Pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Faculdade de Ciência da Informação. http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf

Domínguez, I. & Ramírez, M. (2024) Programa de Alfabetización Informacional diseñado para los especialistas del Policlínico Pedro Díaz Coello por WhatsApp. En: XXIV Jornada Científica Provincial en Ciencia de la Información en Salud. https://redinfohol.sld.cu/index.php/2024/rd2024/paper/viewFile/69/71

Figueroa Alcántara, H. A. (2018). La verificación digital como método para contrarrestar la desinformación: Perspectivas desde las bibliotecas. En E. M. Morales Campos (Ed.), *Información, desinformación, bibliotecas y usuarios del siglo XXI*. https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/135

Lopez-Borrull, A., Vives-Gràcia, J., & Badell, J.-I. (2018). Fake news, ¿amenaza u oportunidad para los profesionales de la información y la documentación? *El Profesional de la Información, 27*(6), 1346. https://doi.org/10.3145/epi.2018.nov.17

López Falcón, A., & Ramos Serpa, G. (2021). Evaluación y mejora de la alfabetización en información en estudiantes universitarios. Revista Conrado, 17(S1), 349-356.

Oliveira Santos, J., & de Jesus Sousa Barreira, M. I. (2019). Competência em informação: O bibliotecário e o processo de definição das necessidades informacionais. *Biblios, 74*, 42–60. http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1562-47302019000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt

PNUD - Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (2022). *Desarrollo humano en América Latina y el Caribe: Una oportunidad digital para avanzar hacia sociedades más equitativas y sostenibles.* PNUD.

Real Academia Española. (2025). *Diccionario de la lengua española*. https://dle.rae.es

Rodríguez Andrés, R. (2018). Fundamentos del concepto de desinformación como práctica manipuladora en la comunicación política y las relaciones internacionales. *Historia y comunicación social, 23*(1). https://repositorio.comillas.edu/xmlui/handle/11531/26906

White, A. (2017). Información falsa: La opinión de los periodistas. *Correo de la Unesco, 2*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252318

Zurkowski, P. (1974). The Information Service Environment: Relationships and Priorities. Related Paper No. 5.

¿ES POSIBLE PENSAR EL MUNDO 3 PARA LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN? UNA PERSPECTIVA CRÍTICA

Ignacio Saraiva, Facultad de Información y Comunicación, https://orcid.org/0000-0002-7227-927X , Uruguay, ignacio.saraiva@fic.edu.uy

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6770

Eje: Perspectivas epistemológicas

Introducción

A lo largo del siglo XX y del XXI, la ciencia de la información ha presentado distintas perspectivas epistemológicas para presentarse como una disciplina científica. En este marco, se han presentado distintas discusiones sobre su estatus de conocimiento científico. Posicionar un campo como "ciencia" (ciencia de la información) supone un compromiso epistemológico muy fuerte. Al igual que el resto de las ciencias sociales, la ciencia de la información, a mediados del siglo XX, ha intentado legitimar su estatus cognitivo partiendo de una concepción de ciencia proveniente de las ciencias naturales (Budd, 1995; Hjorland, 2000; Morales López, 2015). En buena parte de estas discusiones, se ven involucrados diversos problemas epistemológicos, así como también la clarificación de los límites disciplinares.

De igual forma, las discusiones y los debates han girado en torno a dilucidar si las disciplinas que se ocupan de la información han resuelto su estatus científico, así como en identificar cuáles son los requisitos que deben cumplir a la hora de consolidarse como una ciencia. Sobre esta base, buena parte de estas discusiones han partido de la idea de que adecuar la teoría de conocimiento objetivo y la teoría de los 3 mundos de Karl Popper al desarrollo de la disciplina supone un elemento indispensable para ofrecer un mejor estatus científico y una mejor comprensión de la información.

Sobre este entendido, se presenta la teoría de los 3 Mundos de Popper y sus principales características. A su vez, se realiza una revisión de literatura acerca de las distintas perspectivas que han articulado la noción de Mundo 3 con la ciencia de la información. También, se presentan algunas de las críticas más relevantes que han surgido dentro del campo a la hora de postular a la información como una entidad objetiva y autónoma. Por otro lado, se introducen las críticas realizadas por Richard Rorty a la filosofía moderna, específicamente a los problemas mente-cuerpo, la concepción del conocimiento como representación exacta o a la existencia de conocimiento objetivo. Así es que, el presente trabajo tiene por objetivo discutir y criticar la noción del Mundo 3 y la función de mediación del Mundo 2 presentado por Popper a partir de argumentos vertidos por Rorty. Por último, se ofrecen un conjunto de reflexiones finales, orientadas a analizar y criticar la perspectiva objetiva y autónoma de la información.

Los tres mundos Popper

Como se mencionó anteriormente, algunos de los debates epistemológicos en ciencia de la información se han articulado bajo la perspectiva epistemológica de Karl Popper, particularmente la teoría de los tres mundos. En su obra *Conocimiento objetivo: un enfoque evolucionista* (1992), con la pretensión de escapar al dualismo mente-cuerpo y ofrecer una mejor reconstrucción sobre los procesos mentales, el conocimiento y la relación con el mundo exterior, divide el mundo en tres categorías: Mundo 1, comprende al mundo de los objetos; Mundo 2, en donde se llevan adelante los procesos mentales y las experiencias; y Mundo 3, en donde se encuentra el conocimiento objetivo. Es en este marco que, desde la ciencia de la información, rápidamente se identificó la posibilidad de fundamentar la disciplina en el Mundo 3 puesto que, la información como objeto de estudio, es una entidad presente en ese Mundo.

Popper, al comenzar su análisis menciona que han existido distintas propuestas para

abandonar el dualismo cuerpo y mente. Entre estos intentos menciona la postulación del mundo platónico en donde se podrían encontrar realidades superiores, un mundo objetivo y autónomo que es distinto al mundo físico y el de la mente. Menciona que en la propuesta de Platón las formas e ideas que se encuentran en el mundo inteligible son distintas a los cuerpos y las mentes así como también diferentes a las ideas que están en la mente. En este marco, el mundo de las ideas de Platón se encuentra compuesto por elementos objetivos y es superadora del dualismo mente-cuerpo. Para avanzar en el análisis, Popper presenta los postulados de la filosofía pluralista, aquellas que han intentado superar la visión dualista, quienes parten de la noción de que el mundo está compuesto por tres divisiones ontológicas: el primero, el mundo físico; el segundo, el mundo de los estados mentales; y el tercero, el mundo de las ideas en sentido objetivo o de las teorías científicas. Para Popper, una de las dificultades de esta filosofía es la relación entre estos tres mundo y refiere que tanto los dos primeros como los dos últimos se pueden relacionar entre sí, es decir que el mundo de los estados mentales se relaciona con el primero y el tercero, mientras que estos se vinculan a través del mundo de las experiencias subjetivas. A partir de ello, Popper intenta dar cuenta de las relaciones causales entre los tres mundos y apunta que el segundo mundo es el mediador entre los otros dos y menciona que:

> la mente humana puede ver un cuerpo físico en el sentido literal de la palabra... La mente también puede "ver" o "captar" un objeto geométrico o aritmético, un número o una figura geométrica. Ahora bien, en este sentido, "ver" o "captar" se usan de modo metafórico, pero de todos modos denotan una relación real entre la mente y el objeto inteligible, el objeto aritmético o geométrico, siendo esta relación en gran medida análoga a la de "ver" en sentido literal (Popper, 1992, p. 149).

Para Popper, la mente puede conectar los objetos presentes en el primer mundo así como también los objetos que se encuentran en el tercer mundo. La mente, por tanto, se convierte en un nexo indirecto. En tal sentido, el mundo de las experiencias subjetivas es fundamental para captar los objetos del tercer mundo. Uno de los ejemplos que coloca es el aprendizaje del lenguaje, en donde los sujetos captan los contenidos de pensamiento objetivo. A su vez, aporta que la mente interactúa con los objetos del tercer mundo para poder estudiarlos y utilizarlos activamente en el mundo físico. También, existen casos especiales como lo es el del lenguaje que puede considerarse como presente en los tres mundos. Se puede hallar en el mundo físico puesto que refiere a acciones o símbolos físicos; también se puede encontrar en el segundo mundo, puesto que puede expresar un estado mental o una comprensión subjetiva; mientras que también puede estar presente en el tercer mundo ya que puede describir, por ejemplo, una teoría científica. Más allá de eso, se puede considerar que el tercer mundo es objetivo y que es necesario poder determinar cada uno de los mundos. Al respecto Popper apunta que: "el tercer mundo o, mejor dicho, los objetos que pertenecen a él, las formas o ideas objetivas… se han confundido muy a menudo con las ideas subjetivas o procesos que pertenecen al segundo…" (p. 150). Tal confusión se ha prestado, por ejemplo, en la noción de comprensión puesto que se la ha entendido en términos de estados mentales subjetivos, pero desde una perspectiva popperiana el acto subjetivo de comprensión está relacionado con el tercer mundo y comprender el proceso de comprender es identificar relaciones de objetos en el mundo tres.

Esta separación ontológica de los mundos responde a que, como se mencionó, se puede postular la objetividad del tercer mundo. Es decir, el mundo del conocimiento objetivo es autónomo al resto, en el entendido de que es un producto de la actividad humana que trasciende a aquellos que lo producen. Para Popper, en la interacción y creación de los objetos que serán parte del mundo tres, surgen y aparecen problemas que son descubiertos. No son producidos por los sujetos sino que existen autónomamente y están presentes antes de ser descubiertos. Un ejemplo de ello

son los problemas no resueltos de los números primos. En virtud de ello, mencionar que:

> el tercer mundo (una de cuyas partes está constituida por el lenguaje humano) es un producto del hombre, del mismo modo que la miel es producida por las abejas o las telas de araña, por las arañas. Aunque puedan constituir soluciones a problemas biológicos o de otro tipo, grandes regiones del tercer mundo, entre las que se encuentra el lenguaje humano, son, como el lenguaje (y como la miel), productos de actividades humanas que no están específicamente diseñadas para ello (Popper, 1992, p. 152-153).

Sobre estos términos, los objetos que pueblan el mundo tres son el resultado del pensamiento crítico de los sujetos que se ven influenciados por nociones y teorías ya presentes en este mundo . Una vez producidas estas nuevas ideas, se autonomiza de sus creadores y poseen una condición ontológica objetiva, por ejemplo las teorías científicas, los números, etc. Esto explica que los sujetos deben interactuar constantemente con este mundo y sus objetos. Por ende, se puede decir que a la hora de conocer este proceso se lleva adelante en la medida en que señalamos o descubrimos objetos del mundo tres y sus relaciones con otros objetos.

En términos popperianos, el mundo tres es un mundo objetivo y autónomo que se relaciona con los otros dos, en la medida de que también se nutre de objetos que son descubiertos por los sujetos, como las teorías y leyes científicas (corroboradas o no), elementos culturales, el lenguaje o la información producida en el quehacer de los sujetos.

La ciencia de la información y el Mundo 3 de Popper

La ciencia de la información, como disciplina con pretensiones de cientificidad, ha llevado adelante diversos debates sobre su estatus cognitivo (Ávila Araújo, 2024; Columbié, 2021; Bates, et all, 2021). En la actualidad, estas discusiones se instalan como imprescindibles a la hora de comprender el rol que debe jugar la disciplina. Algunos de estos debates se han articulado bajo la perspectiva epistemológica de Karl Popper, particularmente la teoría de los tres mundos. Distintos autores han caracterizado esta perspectiva para ofrecer una fundamentación al área.

Swanson (1979), analiza la relación entre las bibliotecas y el conocimiento, considera que la práctica científica consiste en la resolución de problemas a través del ensayo-error. Repara en que es necesario realizar una crítica y resolver problemas relacionados con los servicios bibliotecarios que aporten al crecimiento del conocimiento. Menciona que la tarea de los científicos genera obras que contribuyen al Mundo 3 y que la bibliotecología debe comprender los problemas que subyacen a la producción de estas obras. Puntualiza que:

> La tarea de la ciencia es la búsqueda del conocimiento verdadero sobre el mundo real... Los científicos publican, entre otras razones, para crear. Crean objetos en lo que Popper denomina el «Mundo 3» (el mundo de los problemas y las teorías), con los que ellos y otros pueden interactuar... La naturaleza de la obra creada depende del estado previo del conocimiento y puede ser reconfigurada por la argumentación crítica poco después de su creación. El científico que publica suele citar trabajos relacionados para dotar al suyo de un contexto inteligible... Es una tarea importante de la bibliotecología comprender los problemas que subyacen a este proceso y crear herramientas adecuadas para organizarlo y facilitarlo (Swanson, 1979, p. 6).

No solo asume que el Mundo 3 es objetivo y que la creación de las teorías y artefactos creados por las comunidades científicas se depositan en él, sino que también sustenta que la ciencia funciona a través de conjeturas y refutaciones o de ensayo y error. La ciencia de la información, en tanto disciplina científica, debe asumir esa dinámica metodológica popperiana. Por lo que, a través de conjeturas y refutaciones y solución de problemas el campo debe comprender los procesos de creación que aportan al Mundo 3.

Por otro lado, Bertram Brookes (1980) al estudiar los aspectos filosóficos del campo

repara en que una forma de delimitarlo es proclamar como propio el mundo del conocimiento objetivo o Mundo 3, ya que ninguna otra disciplina lo ha designado como suyo. La labor disciplinar es explorar este mundo, recopilar y organizar sus registros. Su propuesta determina que la interacción entre el Mundo 2 y 3 son parte del dominio de la ciencia de la información. Estos aportes representan un antes y un después en el análisis de los fundamentos del área, puesto que no solamente postula un dominio de trabajo objetivo sino que intentan matematizar la interacción entre mundos a partir de su ecuación fundamental. Brookes (1980) apunta que:

> El Mundo 3 de Popper debería ser recomendable para los bibliotecólogos y los científicos de la información porque, por primera vez, ofrece una justificación para sus actividades profesionales que puede expresarse en términos más allá de los puramente prácticos... el trabajo práctico de los bibliotecólogos y los científicos de la información consiste ahora en recopilar y organizar para su uso los registros del Mundo 3. Y la tarea teórica consiste en estudiar las interacciones entre los Mundos 2 y 3, describirlas y explicarlas si es posible, y así ayudar a organizar el conocimiento (p. 128).

A su vez, considera que es necesario que la ciencia de la información cuente con una base filosófica para su desarrollo y que la teoría del conocimiento objetivo es la correcta para su funcionamiento, ya que aborda los problemas científicos objetivamente y no subjetivamente. Sobre esta perspectiva asume que el conocimiento posee una estructura de conceptos unidos por sus relaciones, en donde la información es una parte de ella. Estas relaciones se pueden representar mediante su ecuación.

A pesar de ello, Neill (1982) considera que los aportes de la filosofía popperiana no se limitan a medir mediante una ecuación, sino que es necesario profundizar en el concepto de conocimiento objetivo y que su epistemología es útil a los efectos de fundamentar el campo. Al igual que Swanson (1979), repara en que es indispensable avanzar en la solución de problemas informacionales. Añade que el desarrollo de la ciencia de la información reside en el problema y solución de indexar y clasificar el conocimiento del Mundo 3 y comprender los procesos informacionales del Mundo 2, y menciona:

> Existen otras áreas de la bibliotecología y la documentación en las que el concepto de conocimiento objetivo de Popper puede ser útil como fundamento filosófico... Parece obvio que el proceso de resolución de problemas, así como sus resultados, son totalmente relevantes para nuestro campo. Necesitamos comprender cómo piensa la gente, así como ser capaces de encontrar los «productos» del pensamiento. El desarrollo teórico de la bibliotecología y la ciencia de la información radica en la problemática de (1) indexar y clasificar el conocimiento objetivo del mundo 3 y (2) comprender los procesos de cuestionamiento y resolución de problemas humanos del mundo 2 (Neill, 1982, p. 38).

Al igual que otras posturas, Neil (1982) estima necesario partir de una noción de conocimiento objetivo, indispensable para obtener una base filosófica para la ciencia de la información. Esto es útil en el entendido de que la organización y clasificación del conocimiento es una de las funciones primordiales de la disciplina, es decir organizar los objetos presentes en el Mundo 3 es parte de la labor que da sentido al campo. Cabe mencionar que, hasta aquí, buena parte de las perspectivas en ciencia de la información que basan su análisis en la teoría de los mundos popperianos sustentan que una noción de conocimiento objetivo es necesario para la disciplina, y que también que el Mundo 3 se encuentra poblado por objetos objetivos, entre ellos la información, pasibles de ser descritos.

Por otro lado, Rudd (1983) realiza una seria crítica a la utilización del Mundo 3 popperiano, ya que esta noción no permite comprender el contenido y el contexto en el cual se genera la información. Estos aspectos no aportan a la consolidación del área como una disciplina

seria, en el entendido de que es una noción que no permite comprender el contexto de producción de la información y la aleja de disciplinas sociales similares a ella como la educación. Rudd (1983) aporta que:

> espero haber logrado dos cosas. En primer lugar, demostrar que el tercer mundo de Popper es filosóficamente cuestionable; e incluso si se demuestra que no es así, sigue siendo inútil en el mundo real de la ciencia de la información. En segundo lugar, que debemos ampliar el alcance de la ciencia de la información para que sea una disciplina valiosa… En otras palabras, observar el contexto social de la información para ver cómo se desarrolla y se mantiene. El tercer mundo de conocimiento objetivo de Popper parece particularmente restrictivo en este caso, ya que reifica la información; es decir, la separa de sus productores, de modo que se le atribuye poder sobre ellos (p. 104).

Más allá de eso, un elemento relevante a destacar en Rudd (1983) es el cuestionamiento que coloca sobre la viabilidad filosófica del Mundo 3 popperiano y su articulación con la ciencia de la información. Es decir, estima que hay elementos filosóficos para poner en cuestionamiento la idea de que exista el conocimiento objetivo y un mundo autónomo que los contenga. A su vez, la idea de que para comprender correctamente tanto la información como el conocimiento es necesario dar cuenta del contexto de producción y utilización, supone abandonar una perspectiva objetiva.

Estas críticas, junto con la noción de que no es posible identificar un mundo objetivo de las ideas, se extendieron durante la década del 90 y llevaron a nuevos planteos así como también a analizar la información y sus procesos en el marco de comunidades discursivas determinadas (Frohmann, 1992; Hjorland, 1992; Ingwersen, 1992). Al respecto, Frohmann (1992) a partir de un análisis del discurso del punto de vista cognitivo, estima que tal punto de vista coloca a la información como un elemento objetivo y que es pasible de representarla, dejando de lado los elementos sociales y de producción de la información. Por otro lado, Hjorland (1992) propone analizar el concepto de sujeto para comprender su utilización en el marco de la ciencia de la información. Indica que en las búsquedas de la información es necesario comprender a los sujetos para determinar la indización, los sistemas de clasificación y estrategias de recuperación. A su vez, Ingwersen (1992), a partir de un recorrido histórico del campo, realiza una revisión de la ecuación fundamental de Brookes y propone un concepto consolidado de información desde una perspectiva cognoscitiva que sea útil tanto para el emisor como para el receptor, pero apuntando que es necesario comprender el contexto social y cognitivo, sin estimar la objetividad de la información.

Más allá de estas críticas, la idea de que pueda existir un mundo objetivo y de que la ciencia de la información se encarga de sus entidades sigue presente. Miranda (2002) refiere a que la disciplina realiza su labor con el contenido informacional del Mundo 3 y que se trata de una ciencia popperiana, puesto que debe estudiar las entidades informacionales autónomas objetivas y menciona que:

> En el sentido popperiano propuesto en este análisis, la Ciencia de la Información es un área de investigación típica del Mundo 3, es decir, de la metaciencia como actividad que estudia el fenómeno de los registros de conocimiento y trabaja para mejorar las formas de producción, almacenamiento y uso (es decir, de todo el ciclo informacional) del conocimiento registrado (Miranda, 2002, p. 6).

Para Miranda (2002) la disciplina debe encargarse de los objetos que se encuentran en el Mundo 3 y que la teoría del conocimiento objetivos es un buen fundamento para la ciencia de la información. A su vez menciona que los documentos que contienen información son documentos autónomos, y que el documento en sí como registro objetivo requiere un abordaje desde las ciencias popperianas dentro de las cuales se encuentra la ciencia de la información.

Recientemente, Gnoli (2018; 2019) analiza a la ciencia de la información a partir de la teoría de

niveles de la realidad e identifica lo que denomina como mentefactos (entidades abstractas creadas por la mente) como elemento básico para la disciplina. Considera que este nivel de la realidad es asimilable al Mundo 3. Parte del debate presente en ciencia de la información y en la organización del conocimiento entre la perspectiva cognitiva y la sociológica e intenta aportar un modelo más general y que integre distintos niveles de la realidad. Para ello, se debe partir de una teoría que integre niveles psíquicos, sociales y culturales. El nivel cultural, que refleja elementos objetivados, se asimila al mundo 3 y se puede analizar con mayor profundidad a partir de la noción de mentefactos. Gnoli (2018) acota que:

> Así, las teorías de niveles como las de Hartmann y Popper son relevantes para LIS-KO de dos maneras: para evaluar el estado de la información y el conocimiento como objetos de estudio, y para ordenar todos los objetos de estudio en sistemas de organización del conocimiento (KOS) (p. 5).

Por otro lado, Matos (2022) examina la idea de Mundo 3 y concluye que es posible identificarlo con la cultura humana y con la información comprendida como un proceso evolutivo, y que el campo debe modelar y organizar la información generada. A su vez, repara en que la teoría de conocimiento objetivo de Popper puede ser interpretada en términos de la infoesfera propuesta por Floridi en el entendido de que el Mundo 3 posee cierta autonomía pero que ha sido creado por la comunicación humana, y que el espacio del conocimiento objetivo se encuentra compuesto por documentos con información con sentido de contenido semántico registrado en un soporte. Matos (2022) refiere que:

> La tesis de la autonomía del mundo 3 es fundamental para la propuesta de que éste corresponde al mundo de la información... Por lo tanto, el mundo 3 de Popper está habitado por información, tal como se encuentra disponible para la gente en libros, programas de computadora, obras de arte y otros artefactos presentes en la cultura (p. 468).

En base a la revisión de literatura realizada, la noción de los 3 mundos de Popper se encuentra presente en la ciencia de la información, en donde la idea de que existe un mundo objetivo y autónomo al resto es una base indispensable para el trabajo disciplinar. Buena parte de estas discusiones no ponen en tela de juicio cuál es la relevancia de postular un mundo de este estilo y deja de lado el contexto y las dinámicas de producción de la información en la sociedad.

Rorty y la mente como espejo

Como se puede observar, buena parte de las discusiones epistemológicas en ciencia de la información se articulan en función de la existencia y autonomía del Mundo 3. Por lo que, se tiene por objetivo discutir y criticar la noción del Mundo 3 y la función de mediación del Mundo 2 presentado por Popper. Para ello, se introducen las críticas realizadas por Richard Rorty a la filosofía moderna, específicamente a los problemas mente-cuerpo, la concepción del conocimiento como representación exacta o a la existencia de conocimiento objetivo. En su obra, *La filosofía y el espejo de la naturaleza* (1995), ataca estas nociones dualistas, puesto que son divisiones que no representan la realidad. Gran parte de la obra gira en torno a la crítica de que la mente no puede reflejar la realidad y representarla correctamente.

En este entendido, Rorty señala que el desarrollo realizado por Descartes, Locke y Kant terminan de colocar una perspectiva acerca de la filosofía en donde el conocimiento ocupa un lugar central, centralidad que dominará al trabajo de la filosofía moderna. Sobre este marco, la noción de que la mente posee la capacidad de examinar representaciones que se presentan frente a ella será de gran relevancia y dará paso a metáforas oculares como lo son el ojo de la mente que analiza ideas o la mente como espejo que refleja la naturaleza. La mente es un espacio interior que puede representar exactamente la naturaleza, en la medida de que la mente obtenga estas representaciones se conocerá adecuadamente la naturaleza. La consolidación de esta perspectiva llevó a que la filosofía como disciplina se concibiera como particularmente enfocada a analizar el

conocimiento y ofrecer una teoría del conocimiento que fuera capaz de dar cuenta de las representaciones exactas. Para Rorty este programa filosófico que coloca a la filosofía como la encargada de examinar el conocimiento se denomina filosofía epistemológicamente centrada, puesto que es esta área del saber la que se debe encargar de pulir el espejo de la mente y obtener las representaciones exactas, aporta que:

> La imagen que mantiene cautiva a la filosofía tradicional es la de la mente como un gran espejo, que contiene representaciones diversas —algunas exactas, y otras no— y se puede estudiar con métodos puros, no empíricos. Sin la idea de la mente como espejo, no se habría abierto paso la noción del conocimiento como representación exacta (Rorty, 1995, p. 20).

En la reconstrucción histórica que ofrece Rorty, la invención de la mente como un espacio interior privilegiado que posee la capacidad de analizar las representaciones que se enfrentan es deudora de Descartes y la noción de sustancia mental opuesta al mundo material y que terminan de determinar el dualismo cartesiano. Esta concepción cartesiana orientó buena parte de la filosofía moderna, lo que se encuentra en el espacio interno de la mente son representaciones que deben ser analizadas por el ojo interior y determinar su correspondencia con la naturaleza. Tal es así que el objetivo de este análisis es obtener mejores representaciones alcanzadas a partir de inspeccionar, reparar y limpiar el espejo. La finalidad de Rorty es cuestionar la perspectiva dualista cartesiana que afirma que la división de lo físico y mental es intuitivo y que existe un abismo ontológico entre ambas y menciona:

> en el modelo cartesiano, el entendimiento examina entidades que tienen como modelo a las imágenes de la retina... En la concepción cartesiana --que llegó a ser la base de la epistemología «moderna»— lo que hay en la «mente» son representaciones. El Ojo Interior examina estas representaciones con la esperanza de encontrar alguna señal que sea testimonio de su fidelidad (Rorty, 1995, p. 50-51).

La metáfora ocular en donde se coloca a la mente como un espejo y el proyecto de la filosofía epistemológicamente centrada dieron lugar a considerar que las representaciones mentales exactas eran la base para el conocimiento, es decir son representaciones privilegiadas y el fundamento que poseen algún tipo de conexión especial con la naturaleza. Al respecto, para Rorty, la mente como espacio interior posee un lugar central en la consolidación de este proyecto, mientras que la filosofía se convierte en una herramienta metodológica para dar con las representaciones exactas. Buena parte del problema mente-cuerpo se encuentra entramado en la noción de la mente como espejo de la naturaleza. Al respecto estipula que:

> El problema mente-cuerpo, podemos decir ahora, fue simplemente resultado de un error desafortunado de Locke sobre la forma en que las palabras reciben significado, junto con el intento suyo y de Platón de hablar sobre los adjetivos como si fueran nombres (Rorty, 1995, p. 39).

Por lo que, la idea de que nuestras creencias pueden ser comparadas con la naturaleza directamente a través de nuestra mente ofrece un marco para el problema mente-cuerpo, en el entendido de que se coloca a la mente como un espacio interno capaz de llevar a cabo este proceso y la filosofía la metodología adecuada para dar con las representaciones exactas. Hasta aquí, en base a lo aportado, se pueden realizar algunas consideraciones en cuanto a los tres mundos Popper. La crítica que Rorty realiza a la filosofía moderna se centra en el dualismo, dualismo al que Popper también intenta superar. Pero, una cuestión interesante a considerar es que las relaciones causales que Popper intenta colocar entre el Mundo 1 y el Mundo 2 y la noción de mediación del mundo de los procesos mentales, no deja de lado las críticas que realiza Rorty direccionadas a la mente como un espacio interno que confronta los objetos de la naturaleza y refleja la realidad. En el Mundo 2 popperiano, la mente puede obtener representaciones, exactas o no, de la

naturaleza y aportar al Mundo 3. Popper afirma que la mente puede ver o captar distintos tipos de objetos y esto supone una relación entre la mente y el objeto observado, sea inteligible o legible. Si bien intenta desligarse del dualismo mente-cuerpo, su perspectiva sostiene que existe un mundo objetivo que debe ser captado por la mente. Por lo que, el papel mediador que Popper ofrece a la mente se ajusta a las críticas que se realizan a la metáfora de la mente como espejo y a la idea de búsqueda de representaciones exactas como justificación de nuestras creencias. Para abandonar esta perspectiva, Rorty considera que no existen representaciones ni fundamentos privilegiados así como no tiene ningún sentido la búsqueda de este tipo de justificación para el conocimiento, aporta que:

> la justificación no es cuestión de una relación especial entre ideas (o palabras) y objetos, sino de conversación, de práctica social. La justificación conversacional, por así decirlo, es naturalmente holística, mientras que la idea de justificación incrustada en la tradición epistemológica es reductiva y atomista... La premisa fundamental de este argumento es que entendemos el conocimiento cuando entendemos la justificación social de la creencia, y, por tanto, no tenemos ninguna necesidad de considerarlo como precisión en la representación. Una vez que la conversación sustituye a la confrontación, se puede descartar la idea de la mente como Espejo de la Naturaleza (Rorty, 1995, p. 161-162).

En función de la perspectiva rortiana, se considera que se puede colocar la justificación sobre nuestras creencias en un plano distinto. Si se quita del medio la metáfora ocular de la mente como espejo, ya no tiene sentido sustentar que la capacidad de conocer es la adecuación entre representaciones mentales privilegiadas y la naturaleza. La justificación de una creencia hace referencia a la comprensión de una práctica social, inserta en una comunidad determinada. Entender de esta forma la actividad del conocimiento es situarlo como un ejercicio de conversación entre practicantes que comparten un conjunto de reglas. El emplazamiento de la confrontación por la conversación, es a lo que Rorty denominó conductismo epistemológico.

El conductismo epistemológico explica que la autoridad epistemológica de una comunidad se encuentra en su interior y depende de las resoluciones y la autodeterminación de sus practicantes. Así es que, cuando se habla de justificación, no se hace referencia a una relación especial entre la mente y los objetos o una relación entre el Mundo 1 o Mundo 2 popperiano, sino que se hace referencia a una conversación, a una práctica social. Es decir, lo que se puede mencionar acerca de la naturaleza se encuentra justificado en la sociedad y en la práctica social y no en representaciones privilegiadas, obtener conocimiento se vuelve más un entendimiento acerca de la comprensión de las reglas de juego de la práctica y no la búsqueda reflejos de la naturaleza en el espejo de la mente. Rorty menciona que:

> El explicar la racionalidad y autoridad epistemológica por referencia a lo que la sociedad nos permite decir, y no lo segundo por lo primero, constituye la esencia de lo que designaré con el nombre de «conductismo epistemológico»... La mejor forma de entender esta clase de conductismo es considerarlo como una especie de holismo... Afirma que si entendemos las reglas de un juego lingüístico, entendemos todo lo que hay que entender sobre las causas por las que se hacen los movimientos en ese juego lingüístico… (Rorty, 1995, p. 165).

Rorty aporta que el conocimiento refiere a una interacción y consolidación entre integrantes de una comunidad y que entendemos el conocimiento cuando entendemos la justificación social de la creencia, y, por tanto, no tenemos ninguna necesidad de considerarlo como precisión en la representación (1995, p. 162). Por lo que, el conocimiento es un proceso contingente y conversacional y no un Mundo con entidades autónomas que son captadas por la mente. Rorty considera que es imposible que el conocimiento, y la mente como espejo, refleje una realidad o mundo externo. En tal sentido, la noción de Mundo 3, autónomo y

objetivo, no es una perspectiva posible en el entendido de que no refleja las prácticas sociales ni sus productos. Comprender la producción de conocimiento y sus diferentes artefactos responde a que su autoridad se encuentra en las relaciones que se pueden establecer entre los practicantes, sus términos y lenguajes y las reglas aceptadas, y no a una relación privilegiada con la naturaleza. La cuestión se encuentra en estimar que el conocimiento no cuenta con algún tipo de justificación privilegiada o de fundamento así como tampoco parece tener sentido ofrecer una perspectiva en donde el conocimiento posee algún tipo de base.

Consideraciones finales

Buena parte de lo analizado hasta aquí permite observar que la utilización de la teoría del conocimiento objetivo y de los tres mundos de Popper se encuentra presente en la ciencia de la información y forma parte de sus debates epistemológicos. En base a la revisión de literatura, se estima que la utilización de la noción de Mundo 3 se presenta como un elemento ya dado y no sometido a cuestionamientos filosóficos o prácticos para el trabajo en ciencia de la información. Su utilización parece responder a una necesidad de obtener algún fundamento o base filosófica que dé sustento al desarrollo disciplinar. Asumir el marco popperiano supone considerar que la labor disciplinar se basa en la relación con entidades autónomas y objetivas del Mundo 3. Si bien Popper no lo plantea en estos términos, la idea de un mundo objetivo y autónomo despoja a la información de su contexto de producción y de práctica social.

Por otro lado, las críticas realizadas por Rorty a la posibilidad de que la mente refleje la naturaleza están direccionadas a la imposibilidad de obtener representaciones exactas y privilegiadas. Esto conlleva a cuestionar la función mediadora del Mundo 2, en el entendido de que la metáfora ocular de la mente como espejo que refleja la naturaleza es inconducente. En tal sentido, si la función mediadora de la mente frente a entidades objetivas pierde sentido porque no es posible obtener representaciones privilegiadas, también pierde sentido postular un mundo objetivo. Postular la existencia del Mundo 3 supone considerar que existen representaciones privilegiadas que dan fundamento y justifican nuestro conocimiento. Frente a esto, la perspectiva rortiana propone el abandono de estas metáforas, y el conductismo epistemológico se presenta como una alternativa sugerente para la ciencia de la información y para la comprensión de la información. Estos argumentos permiten comprender la labor disciplinar y a la información centrada en un contexto social y al conocimiento como un ejercicio de conversación entre practicantes. Es decir la autoridad epistemológica sobre lo que consideramos como información no se encuentra justificado en un mundo objetivo sino que responde a prácticas sociales de producción y a reglas de lenguajes de una comunidad determinada. Esto no supone sustituir el mundo popperiano por una noción conductista, sino que supone afirmar que no tienen sentido considerar que los procesos de generación de conocimiento se fundamentan en algún tipo de relación privilegiada con entidades objetivas que se reflejan en nuestra mente.

Referencias

Ávila Araújo, C. A. (2024). Uma Nova Proposta de Sistematização da Ciência da Informação: rediscutindo os paradigmas do campo. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 17. https://ancib.org/revistas/index.php/tpbci/article/view/684

Bates, M. J., et al. (2021). Foundations of Information Science. Proceedings of the Association for Information Science and Technology, 58(1), 570-572. https://doi.org/10.1002/pra2.500

Brookes, B. C. (1980). The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. Journal of Information Science, 2(3-4), 125-133. https://doi.org/10.1177/016555158000200302

Budd, J. M. (1995). An epistemological foundation for library and information science. The library quarterly, 65(3), 295-318. https://doi.org/10.1086/602799

Columbié, R. L. (2021). El Positivismo en la Bibliotecología y la Ciencia de la Información: notas para una aproximación. Bibliotecas. Anales de investigación, 16(2), 157-163. http://revistas.bnjm.cu/index.php/BAI/article/view/40

Frohmann, B. (1992). The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. Journal of documentation, 48(4), 365-386. https://doi.org/10.1108/eb026904

Gnoli, C. (2018). Mentefacts as a missing level in theory of information science. Journal of Documentation, 74(6), 1226-1242. https://doi.org/10.1108/JD-04-2018-0054

Gnoli, C. (2019). Levels of information and library and information science as a science of mentefacts. Information research, 24(4). https://informationr.net/ir/24-4/colis/colis1903.html

Hjorland, B. (1992). The concept of 'subject'in information science. Journal of documentation, 48(2), 172-200. https://doi.org/10.1108/eb026895

Hjorland, B. (2000). Library and information science: practice, theory, and philosophical basis. Information processing & management, 36(3), 501-531. https://doi.org/10.1016/S0306-4573(99)00038-2

Ingwersen, P. (1992). Information and information science in context. Libri, 42(2). doi.org/10.1515/libr.1992.42.2.99

Matos, J. C. (2022). Informação no 'mundo 3'de Popper: epistemologia do conhecimento objetivo e ciência da informação. Logeion: Filosofia da Informação, 9, 463-481. https://doi.org/10.21728/logeion.2022v9nesp.p463-481

Miranda, A. (2002). A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. En Aquino, Mirian de Albuquerque et al. O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 9-24.

Morales López, V. (2015). El concepto de metodología en la bibliotecología y la ciencia de la información. Revista CODICES, 11(I). https://cnb.gov.co/ojs/index.php/codices/article/view/90

Neill, S. D. (1982). Brookes, Popper, and objective knowledge. Journal of Information Science, 4(1), 33-39. https://doi.org/10.1177/016555158200400105

Popper, K. (1992). Conocimiento objetivo: un enfoque evolucionista. Madrid: Tecnos.

Rorty, R. (1995). La filosofía y el espejo de la naturaleza. Madrid: Cátedra.

Rudd, D. (1983). Do we really need World III? Information science with or without Popper. Journal of information science, 7(3), 99-105. https://doi.org/10.1177/016555158300700301

Swanson, D. R. (1979). Libraries and the Growth of Knowledge. The Library Quarterly, 49(1), 3-25. https://doi.org/10.1086/600898

PERSPECTIVA DISCENTE ACERCA DOS CONTEÚDOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CURRÍCULO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

Julianne Teixeira e Silva, Universidade Federal da Paraíba, ORCID, Brasil, ***julianne.teixeira@gmail.com***

Josemar Henrique de Melo, Universidade Estadual da Paraíba, ORCID 0000-0002-8586-518X, Brasil, ***josemarhenrique@gmail.com***

Kíssia Danielly Nunes, Universidade Federal da Paraíba, ORCID 0009-0001-5714-7623, Brasil, ***kissiadaniellynunes@hotmail.com***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6771

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

Introdução

A inserção das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no contexto arquivístico exige que os arquivistas, desde a sua graduação, dominem competências técnicas dessa natureza. No entanto, a literatura apresenta lacunas sobre estudos que identifiquem como os discentes da pós-graduação percebem a efetividade desses conteúdos em sua formação. Assim, esta investigação se justifica pela necessidade de permanente avaliação, autoavaliação e dispositivos de planejamento estratégico do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), com vistas à atualização curricular, no sentido de identificar as necessidades reais e alinhamento das pesquisas com o mercado de trabalho. Além disso, busca também possibilitar a participação e protagonismo dos seus pós-graduandos.

Esta investigação também emergiu das reflexões desenvolvidas no âmbito da linha de pesquisa "Ensino-Aprendizagem de Conteúdos Arquivísticos no Entorno Digital", vinculada ao grupo de pesquisa brasileiro, Estudos Arquivísticos de Documentos e Registros Digitais (EADRD)[i]. Tem como objeto de pesquisa a percepção dos discentes do PPGDARQ, acerca dos conteúdos de tecnologia da informação no currículo do referido programa de pós-graduação, que é um mestrado profissional (MP) associado entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O mercado de trabalho para o arquivista, seja ele em instituição pública ou privada, está demandando conhecimentos específicos sobre sistemas informatizados para gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos produzidos em ambientes digitais. Desta forma, é fundamental que os cursos de formação e de educação continuada, como os programas de pós-graduação estejam estruturados para repassar estes conhecimentos aos discentes. Isto posto, nos leva a pensar que o problema que conduz essa pesquisa está orientado em conhecer como os discentes do PPGDARQ percebem a adequação, a profundidade e a aplicabilidade dos conteúdos de TI em sua formação, frente aos desafios impostos pela transformação digital?

Para responder ao problema posto, temos como objetivo geral: Analisar a percepção dos discentes do PPGDARQ sobre adequação, profundidade e aplicabilidade dos conteúdos de TI no currículo do programa em que estão vinculados.

A partir desse objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

a) Mapear quais disciplinas de TI são ofertadas no PPGDARQ e como são avaliadas pelos discentes.

b) Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos discentes na assimilação e aplicação prática desses conteúdos.

c) Propor diretrizes para a atualização curricular e para o planejamento estratégico, com base nas expectativas e necessidades

discentes, visando uma formação mais interdisciplinar e transversal da TI com a Arquivologia.

A presente investigação caracteriza-se como exploratória, de natureza aplicada, adotando uma abordagem qualitativa sob a ótica fenomenológico-descritiva. Esta perspectiva, conforme Husserl (2020), transcende a mera descrição, possibilitando a revelação e interpretação de múltiplas camadas de significados. Os dados foram coletados por meio de questionário online, grupo de discussão e levantamento documental.

A análise dos dados foi baseada nos estudos da percepção baseados na fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), que enfatiza a natureza simbiótica entre percepção e pensamento e a construção total e dinâmica dos sentidos vividos, transcendendo a dicotomia sujeito - objeto. Complementarmente, a investigação incorpora a perspectiva da complexidade de Morin (2000; 2020), que preconiza um pensamento integrador capaz de reconhecer as interdependências entre partes e todo, examinar fenômenos multidimensionais e tratar realidades que são simultaneamente solidárias e conflitantes, em oposição a abordagens reducionistas e fragmentadas tendo como foco a análise a respeito da incursão transversal de temáticas das tecnologias digitais nos componentes curriculares do PPGDARQ.

A pesquisa revelou que, embora o currículo inclua disciplinas de TI, há uma percepção por parte dos discentes de que esses conteúdos precisam de mais profundidade e aplicabilidade prática. A fragmentação disciplinar e a falta de transversalidade dificultam a integração dos conhecimentos tecnológicos com as práticas arquivísticas. Para qualificar a formação dos pós-graduandos e prepará-los para a era digital, é fundamental fortalecer a interdisciplinaridade entre Arquivologia e Ciência da Computação e áreas congêneres.

Esperamos que este trabalho seja o incremento para que outras pesquisas sejam realizadas e que tragam novos subsídios para ampliar os conhecimentos sobre a percepção dos discentes dos programas de pós-graduação no Brasil, bem como levantar outros elementos para melhoria dos programas de pós.

Referencial Teórico

A criação de programas de pós-graduação no Brasil teve seu início a partir de 1951, pelo Decreto nº 29.741 que criou a Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, tendo entre seus objetivos promover a instalação e expansão da pós-graduação no território nacional.

Entretanto, os cursos de mestrado na modalidade profissional (MP) foram criados e fundamentados nos objetivos estabelecidos pela Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009, do Ministério da Educação, posteriormente revogada pela Portaria MEC nº 389, de 23 de março de 2017. Essa modalidade foi institucionalizada como política pública voltada à qualificação profissional, com foco na aplicação prática do conhecimento e visa integrar competências dos setores produtivos público e privado com os saberes acadêmicos, promovendo a aproximação entre teoria e prática por meio da formação de profissionais capacitados em nível de pós-graduação (Brasil, 2009).

Mesmo antes da institucionalização dos Mestrados Profissionais (MP), Ribeiro (2005) discutia o papel estratégico do MP na política educacional brasileira, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ressaltando sua relevância na articulação entre a academia, o setor produtivo e as demandas sociais.

O autor enfatizava a importância dos programas de pós-graduação profissionais diante das transformações sociais e da crescente necessidade de formação especializada. Destacou, ainda, o aumento do número de mestres e doutores atuando fora da docência superior, o que reforça a demanda por programas voltados a essa realidade e contribui para o resgate da dívida social brasileira.

Além disso, Ribeiro (2005) salientou o papel da transferência de conhecimento de impacto social, defendendo que os mestrados profissionais devem atender não apenas às exigências do mercado, mas também às necessidades dos movimentos sociais e dos setores público e privado, promovendo transformações concretas nas comunidades.

> A Capes não tem preconceito algum contra a transferência de conhecimento científico para as empresas ou para o mercado, porém esclarece que também é relevante, para a sociedade, que o setor público e os movimentos sociais sejam alvos dessa transferência. Ribeiro (2005, p.11)

Um mestrado profissional deve, portanto, priorizar a obtenção de resultados específicos, notadamente aplicados. Diferentemente dos mestrados acadêmicos, em que as dissertações possuem um caráter teórico. Para isso, as pesquisas e trabalhos finais devem, obrigatoriamente, envolver a aplicação prática do conhecimento científico no ambiente profissional ao qual o MP se destina. No caso específico deste trabalho, o foco é o campo da arquivística.

Outra das vertentes fundamentais para um estudo deste porte é entendermos a Teoria dos Currículos. Campo da Educação que visa compreender as funções e perspectivas da elaboração e ação do currículo no contexto educacional. Considerando que a aproximação entre o campo de especialização, a arquivologia no nosso caso, com as Teorias do Currículo, possibilitam elaborar currículos mais críticos e não meras reproduções de modelos irreais, descontextualizados e excludentes. Isto posto, reforça a idea de Hornburg e Silva (2007, p. 61) que entende o currículo como:

> [...] diretamente relacionado a nós mesmos, a como nos desenvolvemos e ao que nos tornamos. Também envolve questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos.

Desta forma, a construção de currículos, seja para graduação, seja para pós, não deve ser entendida de maneira neutra ou muito descontextualizada de sua realidade (Silva e Melo, 2023).

Sob esse aspecto, uma das diretrizes institucionais que corroboram com a construção curricular é o planejamento estratégico (PE) para cursos de graduação e pós-graduação. Em universidades públicas brasileiras, o PE dos cursos deve, obrigatoriamente, alinhar-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), cujas métricas globais impactam diretamente as decisões institucionais. Assim, cabe aos mestrados e doutorados associados entre duas ou mais instituições, a observância sobre a prerrogativa, devendo ser considerados os PDI de todas as instituições associadas. Isso se traduz na necessidade de uma abordagem colaborativa no ambiente universitário, envolvendo professores, alunos, técnicos administrativos e gestores. Juntos, eles devem construir planos que respondam eficazmente a questões do sucesso discente, da infraestrutura disponível e da atualidade/atualização dos currículos.

Planejamento estratégico (PE) é um processo sistemático que define objetivos de longo prazo e as ações necessárias para alcançá-los, levando em conta os recursos e o ambiente. Embora tenha surgido na administração empresarial, o conceito foi adaptado para diversas áreas, como a educação. Como afirma Rezende (2008, p. 2), a administração estratégica é um processo contínuo e interativo que busca integrar a organização ao seu ambiente. O PE vai além de simplesmente criar planos; ele envolve a análise crítica de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (SWOT) para que as organizações possam prever desafios e alinhar suas metas com a realidade.

Nesse sentido, outro balizador para os programas de pós-graduação são as autoavaliações baseadas nas metas do planejamento estratégico. Em sua essência, a autoavaliação promove uma reflexão profunda e contínua sobre as próprias práticas e resultados, indo além de uma mera verificação externa. São procedimentos de autoavaliação que corroboram para a melhoria contínua do programa de pós-graduação. São também necessárias na tomada de decisões para a alocação de recursos, aprimorar a formação dos pós-graduandos, corrigir rumos. Ademais, propicia condição adequada à gestão do Programa e subsidia avaliações externas com maior segurança.

Refletir sobre a qualidade das disciplinas, sobre a estrutura curricular, a orientação e o desenvolvimento das pesquisas é parte desse processo autoavaliativo. A prática contínua da autoavaliação ajuda a desenvolver uma cultura de reflexão crítica e de busca pela excelência dentro do programa. Isso significa que a avaliação deixa de ser vista apenas como uma obrigação externa e passa a ser uma ferramenta interna de gestão e aprendizado.

Pós-Graduação em Arquivologia no Brasil: Breves Comentários

É importante destacar que no Brasil a formação de graduação em Arquivologia é recente. Sendo o primeiro curso criado em 1977, mesma década em que o movimento Associativo teve início, com a Associação Brasileira de Arquivologia - ABA (1971). Entretanto, a pós-graduação específica para arquivistas estava restrita a programas em outras áreas do conhecimento, como por exemplo: Ciência da Informação ou História. A partir de 2012, surge o primeiro programa *stricto sensu* na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Perceba-se que a pós-graduação para a Arquivologia enquadra-se nas necessidades apontadas para a criação dos programa de pós-graduação no Brasil:

> 1) formar professorado competente que possa atender a expansão quantitativa do nosso ensino superior;
> 2)incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;
> 3)proporcionar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional de todos os setores. (Silva, Oliveira e Gomes, 2024, p.9)

O programa de pós-graduação em Gestão Arquivística (PPGARQ), também na modalidade profissional, passou a atender a demanda de egressos em Arquivologia e de outros interessados de áreas afins, em todo o território nacional, o que muitas vezes tornava a possibilidade de fazer um mestrado em arquivística impossível para muitos graduados.

O PPGARQ, da Unirio, é uma experiência exitosa. Segundo Lousada, Indolfo & Garcia (2022), é resultado do desenvolvimento e amadurecimento da pesquisa em Arquivologia no Brasil e, já formou mais de 80 mestres desde sua criação até o ano de publicação do artigo das autoras. E os trabalhos de conclusão demonstram forte alinhamento com a área de concentração e as linhas de pesquisa do programa, os quais buscam responder a questões arquivísticas contemporâneas, gerando um impacto direto na sociedade. Ressalte-se que a pesquisa em Arquivologia também continua acontecendo em outros programas de pós-graduação no Brasil e no exterior.

A partir da primeira década do século XXI, o governo federal brasileiro lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que ampliou o número de cursos de graduação e dentre eles os de Arquivologia. Na Paraíba, foram criados dois cursos, um na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2006 e outro na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2008, gerando, desde então, um significativo número de egressos no estado. A justificativa para a criação de um programa de pós-graduação na capital, João Pessoa, fazia-se fundamental para a ampliação da cultura de pesquisa e desenvolvimento da área, principalmente voltada para atender às demandas das instituições públicas e privadas. Este aspecto está fartamente apontado na maioria dos eventos, bem como na literatura da área (APCN, 2022).

Em 2023 foi aprovado o segundo programa de pós-graduação em Arquivística no Brasil, associado entre a UEPB e a UFPB. Este programa visa atender toda uma demanda, principalmente na região do nordeste brasileiro, ainda hoje carente de iniciativas de estudos e investigações voltadas para os arquivos, a gestão documental e a preservação da memória institucional tanto para os documentos digitais como não digitais.

Os cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia, também foram profundamente impactados pelas transformações trazidas pelas TDICs. E que, de acordo com Flores (2015), está sendo contemplado, porém de maneira muito lenta, na formação dos

arquivistas, em contraponto com as demandas da sociedade, para a atuação deste profissional nas instituições. Aponta este autor que a especificidade do ambiente digital exige uma formação voltada aos aspectos tecnológicos, complementando toda uma instrução já historicamente estabelecida.

Essas mudanças têm influenciado sua estrutura, os processos de formação, as práticas profissionais e o próprio papel social da área. Tendo em vista, fundamentalmente, o avanço de sistemas informatizados para a produção, tramitação, classificação, avaliação, uso, preservação e acesso aos documentos em ambientes digitais. Principalmente nos dias atuais, com o avanço de tecnologias como o blockchain, criptografia/computadores quânticos e a inteligência artificial (IA).

Rocco e Brito (2018) abordam os efeitos dessas tecnologias na vida das pessoas, destacando temas emergentes, como a relação entre memória e tecnologias de informação e comunicação, bem como a maneira como os indivíduos se conectam com essa dualidade entre tecnologia e memória.

Diante desse cenário, torna-se necessária uma nova integração dos conhecimentos do arquivista com a área da Ciência da Computação (Souto, 2006; Silva Neto, 2009). Um dos elementos que contribuem para compreender o ensino na pós-graduação é sua concepção como um processo de formação continuada, porém deve estar conectada com esses processos de transformação social.

Síntese conceitual sobre disciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade

A Arquivística, no cenário contemporâneo, marcada pela constante evolução tecnológica e pela complexidade das demandas sociais, é sempre convocada a repensar suas bases formativas e metodológicas. A formação dos profissionais da área não pode se restringir aos fundamentos tradicionais, devendo incorporar elementos como a inovação, as humanidades e, especialmente, as tecnologias digitais. Esses aspectos não apenas enriquecem o conteúdo formativo, mas impõem uma nova lógica de articulação entre saberes, evidenciando a necessidade de compreender os contextos socioculturais em que a informação é produzida, armazenada e utilizada.

Essa reconfiguração exige a superação de modelos pedagógicos estanques e fragmentados, promovendo a adoção de abordagens interdisciplinares e, sobretudo, transversais. Mais do que integrar conteúdos de diferentes áreas, é necessário estruturar práticas pedagógicas que possibilitem a construção de conhecimentos em rede, em que a Tecnologia da Informação não seja apenas uma disciplina complementar, mas um componente formativo essencial e transversal às atividades de ensino-aprendizagem, especialmente em cursos de pós-graduação. Trata-se, portanto, da necessidade de (re)pensar o ensino da Arquivística como um campo dinâmico, que se reinventa ao dialogar com outros saberes e práticas, respondendo de forma crítica e criativa aos desafios contemporâneos.

O ensino da Arquivística, comprometido com as demandas sociais contemporâneas, deve integrar de forma indissociável, dentre outras abordagens, os fundamentos da área, a inovação, os objetivos do desenvolvimento sustentável, as humanidades e as tecnologias digitais. Isso implica reconhecer os efeitos dos contextos socioculturais na formação acadêmica, valorizando os recursos tecnológicos não apenas como ferramenta, mas como componente essencial para a formação discente e para o desenvolvimento da área. Esses recursos articulam saberes técnicos de diferentes campos do conhecimento. Contudo, ao que cabe à mescla entre TI e Arquivologia, nos espaços de aprendizagens talvez seja necessário um passo para além da ideia da interdisciplinaridade, assumindo uma postura de transversalidade em que a TI e a Arquivística estejam melhor amalgamados para alcançar sucesso nas práticas de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, ao analisarem os cursos de graduação, Silva e Melo (2023) destacam que a literatura demonstra uma preocupação em incluir disciplinas voltadas à Tecnologia da Informação (TI) nas grades curriculares da Arquivologia, seja na graduação, seja na pós-graduação ou em cursos de curta duração, com o objetivo de aprimorar a formação dos futuros profissionais da área.

No entanto, os autores ressaltam a importância de considerar as questões relacionadas, além, da disciplinaridade. Os currículos devem também inserir elementos de interdisciplinaridade e transversalidade envolvidos nesse processo.

> [...] a disciplinarização estanque e a fragmentação dos saberes nos projetos pedagógicos dos cursos, como grades-curriculares lineares e fracionadas não colaboram com o entendimento de ensino como processo e dificulta as conexões dos conteúdos de TI aplicados à Arquivologia (Silva e Melo, 2023, pp. 816).

Estes autores apontam a necessidade de uma discussão aprofundada nos conceitos de disciplinaridade, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transversalidade no processo de estruturação dos currículos, seja no âmbito da graduação, seja na pós-graduação, pois ambos são impactados pelas transformações da sociedade, principalmente na área da Arquivologia que lida diretamente com a informação/ documento registrado organicamente.

Para essa pesquisa está sendo utilizado os seguintes conceitos:

Quadro 1 - Quadro Conceitual

TERMO	CONCEITO
Disciplinaridade	Exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, isto é, o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos do ensino, da formação, dos métodos e das matérias (JAPIASSU, 1976, p. 72).
Multidisciplinaridade	Evoca uma justaposição, num trabalho determinado, dos recursos de várias disciplinas, sem implicar necessariamente um trabalho de equipe e coordenado(...) só exige informações tomadas de empréstimo duas ou mais especialidade ou setores de conhecimento, sem que as disciplinas levadas a contribuírem por aquela que as utiliza sejam modificadas ou enriquecidas" (JAPIASSU, 1976, p. 72-73).
Interdisciplinaridade	Nível em que a colaboração entre as disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a uma certa reciprocidade nos intercâmbios de tal forma que no final do processo interativo, cada disciplina, saia enriquecida" (JAPIASSU, 1976, p. 75).
Transversalidade	O conceito de transversalidade, nesse aspecto, refere-se à metodologia que organiza e promove conceitos, atitudes e procedimentos. [...] Assim, a escola promove a transversalidade dos temas em seu currículo por meio de atividades diversas, vivenciadas, experienciadas e avaliadas durante a aprendizagem (GÓMEZ, 2009, p. 6).

Fonte: baseada em Japiassu, 1976 e Gómez, 2009)

Outro fator imprescindível é o comprometimento do corpo docente com as mudanças curriculares. Neste aspecto, Silva e Melo (2023) destacam:

> É preciso deixar claro, que propostas interdisciplinares e transversais não são apenas designadas pelo que fica

> determinado e documentado nos PPCs, nas ementas ou nos programas das disciplinas. É preciso envolvimento docente e discente no processo de ensino aprendizagem. Cabe aos sujeitos a intencionalidade pela transversalidade, o que se configura como um traço fundamental para que tal proposta saia da pauta e vire ação. (Silva e Melo, 2023, p. 816)

Dessa forma, torna-se urgente que os discentes de pós-graduação em Arquivologia no Brasil tenham também, nos currículos desses cursos, um contato maior e melhor consubstanciado com temas relacionados ao contexto arquivístico e à Tecnologia da Informação, notadamente nos sistemas de produção de documentos arquivísticos digitais, sistemas de preservação digital e sistemas de acesso à informação.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa ora em tela é uma investigação exploratória e descritiva, possuindo natureza aplicada e abordagem qualitativa a partir de uma perspectiva fenomenológico-descritiva, tendo em vista que, para alguns autores, como Husserl (2020), considerado pai da fenomenologia, defendem que a descrição fenomenológica é mais que descritiva, é interpretativa, pois este tipo de abordagem é capaz de revelar diversas camadas de significados.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de Grupo de Discussão, que segundo Callejo Gallego (2002, pp.418) é

> Es tal proceso de reconstrucción discursiva del grupo social, ante un fenómeno determinado que es básicamente el objetivo de la investigación, lo que constituye el principal material para el análisis.

A pesquisa tem como sujeitos os discentes do mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Governança Arquivística (PPGDARQ).

Também utilizou-se do levantamento documental tais como: a Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) do PPGDARQ e da estrutura curricular do referido programa, em que se buscou os componentes curriculares e as respectivas ementas.

Para o processo de análise dos dados, será utilizado o método analítico da percepção de Merleau Ponty (1999). Alkimim (2016, p.258), defende a tese de que

> [...] a percepção e o pensamento se estruturam de maneira simbiótica, sendo ambos evidências claras de que o corpo é algo indissociável à consciência e vice-versa.

Neste sentido, essa pesquisa, em consonância com o referencial teórico e a metodologia estabelecida, entende que a realidade que vivenciamos não pode ser reduzida a um simples agrupamento de objetos ou a dados sensoriais isolados, como se a soma dessas partes pudesse, por si só, gerar um significado coerente para à totalidade da nossa experiência perceptiva. O mundo, tal como o percebemos, é sempre mais do que a justaposição de seus elementos: é um construto de sentidos vividos, onde a percepção se constitui como um todo indiviso e dinâmico, anterior à distinção sujeito-objeto. Para completar e ampliar este enquadramento, trazemos também a perspectiva da complexidade de Morin (2020), em oposição ao conhecimento reducionista e hiperfragmentado em que são apresentados em algumas estruturas curriculares. Desta forma, concordamos com a seguinte assertiva:

> Há, efetivamente, necessidade de um pensamento:
> – que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;
> – que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar; de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões;
> – que reconheça e trate as realidades, que são, concomitantemente, solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula);
> – que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade. É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no

> sentido originário do termo complexus: o que é tecido junto. (MORIN, 2000, p. 88-89)

Em síntese, a abordagem metodológica delineada visa conferir evidências e confiabilidade à investigação ao integrar uma perspectiva fenomenológico-descritiva com técnicas de coleta de dados qualitativas, como o Grupo de Discussão e o levantamento documental. A análise, fundamentada na percepção de Merleau-Ponty e na Teoria da Complexidade de Morin, permite uma compreensão aprofundada e multifacetada das percepções dos discentes do PPGDARQ. Essa combinação metodológica não apenas possibilita uma análise descritiva, mas também viabiliza a interpretação de significados complexos considerando interconexões inerentes ao fenômeno estudado, alinhando-se à busca por uma compreensão do "todo" e não-reducionista da realidade.

Resultados

Para iniciarmos a análise dos dados levantados nesta pesquisa, consideramos fundamental para o desenvolvimento de um curso de graduação ou pós-graduação a correta interrelação entre a disciplinaridade e a transversalidade. Não basta apresentar conteúdos segmentados e/ou fragmentados, mas, conforme o pensamento complexo, é imprescindível compreender as partes, o todo e as dinâmicas das conexões estabelecidas em cada um dos nós dessa rede educacional.

Desta forma, a partir dos objetivos específicos lançados no início deste texto, a análise se constituiu, primeiramente, a partir do levantamento e análise dos componentes curriculares do PPGDARQ, como se observa a seguir:

Quadro 3: TI nos Componentes Curriculares

Componente Curricular	Análise
Estudos e Perspectivas da Arquivologia Contemporânea	A TI está na ementa de modo transversal.
Metodologia Científica	Não menciona TI.
Governança e Política Arquivística	A TI está na ementa de modo transversal.
Ética no Campo Arquivístico	Não menciona TI.
Gestão e Preservação da Informação Arquivística para a Governança.	A TI está na ementa de modo transversal.
Ações Educativo - Culturais em Arquivos.	Não menciona TI.
Arquivologia, Linguagem e Documento.	Não menciona TI.
Diálogos Interdisciplinares em Arquivologia.	A TI está na ementa de modo transversal.
Sociologia do Fenômeno Informacional Arquivístico.	Não menciona TI.
Arquivologia, Memória e História do Tempo Presente: discursos e fontes.	Não menciona TI.
Arquivos Pessoais.	Não menciona TI.
Arquivo, Memória e Patrimônio.	Não menciona TI
Serviços Arquivísticos.	Não menciona TI
Representação da Informação Arquivística	A TI está na ementa de modo transversal.
Governança e Gerenciamento Arquivístico.	Não menciona TI.
Usos e Usuários da Informação Arquivística.	A TI está na ementa de modo transversal.
Gestão de Projetos Arquivísticos.	Não menciona TI.
Instrumentos e Aplicações Digitais para Gestão de Documentos.	A TI está na ementa de modo transversal.
Inovação e Transformação Digital Orientada à Arquivística.	A TI está na ementa de modo transversal.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A ideia básica para compreender a construção do conjunto de componentes curriculares do PPGDARQ inicia-se com a ementa de cada uma das linhas que estruturam o programa. São elas: Arquivologia e suas Relações Interdisciplinares (linha 1) e Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança (linha 2).

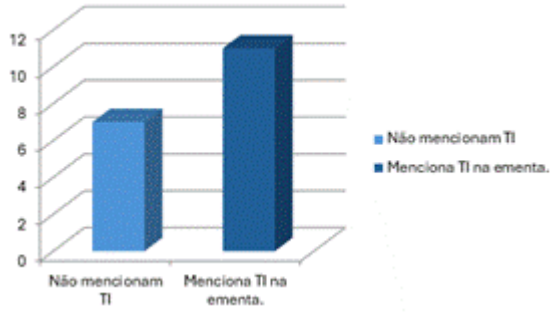
Ao observarmos as ementas destas duas linhas de pesquisa, podemos identificar a intenção de uma construção multi e interdisciplinar, como se vê abaixo:

> Ementa da linha 1 - Contempla a gestão da informação arquivística nas suas dimensões interdisciplinares com áreas como Ciência da Informação, História, Administração, Sociologia, Ciência Política, Filosofia, Linguística etc. Enfatiza os diálogos com os estudos de linguagem, gestão, registro de memória e do patrimônio, Ciência Política, Antropologia, Políticas Públicas, Informática, Educação e Ética. Esse diálogo favorece o desenvolvimento tecnológico, científico e inovador da teoria e da prática profissional arquivística mediante estudos associados às experiências e funções administrativas das instituições públicas e privadas ou à gestão de instituições memoriais, responsáveis pela preservação do patrimônio documental da sociedade.
>
> Ementa da linha 2 - Contempla a Arquivologia na sua construção histórica e os seus aspectos teóricos e metodológicos, focando nas discussões epistemológicas e conceituais do campo arquivístico e seus processos, objetos, atores, interfaces e dinâmicas. Analisa as diversas facetas do fazer e da gestão arquivística, da governança em serviços e instituições arquivísticas, considerando os seus mais variados contextos histórico-cultural, tecnológico e social. Estuda modelos de gestão de documentos com vista à inovação e desenvolvimento de serviços e novos produtos técnico-científicos e tecnológicos para as organizações do Estado e da Sociedade. (PPGDARQ, 2025).

Denota-se, principalmente para a linha 1, a preocupação de construir relações interdisciplinares com campos do conhecimento que são correlatos ou que podem relacionar-se com a Arquivologia. Entretanto, o foco nas Tecnologias de Informação é reduzido, inclusive nos componentes curriculares.

Ao observarmos os títulos dos componentes curriculares, apenas dois deles contêm termos que indicam discussões sobre TI. Destarte, ao procurarmos nas ementas elementos de TDIC o quantitativo aumenta para sete (07) componentes curriculares que tangenciam ou mesmo discutem nos seus conteúdos a Tecnologia da Informação, conforme apresentado no gráfico da Figura 1.

Figura 1: Gráfico da Presença de TI nos Componentes curriculares



Fonte: Elaboração própria (2025).

É significativo reforçar que não é apenas com a criação de componentes curriculares, ou seja, a disciplinaridade, voltados exclusivamente para a TI que podemos melhorar a qualificação dos mestrandos. Mas, faz-se necessário, que os componentes propostos pelo Programa possam ampliar suas discussões específicas e sobretudo, trabalhar de maneira transversal com os conteúdos de TI que dialoguem com a Arquivologia.

Ao se analisar os componentes curriculares e suas ementas, buscou-se identificar quais faziam menção, no título ou na ementa, sobre aspectos da Tecnologia da Informação em sua redação. As análises evidenciam que 61% das ementas abordam, de alguma forma, mesmo que minimamente, algum aspecto das tecnologias digitais. Enquanto 39% das ementas não fazem qualquer menção ao ensino de conteúdos relacionados ao entorno digital.

Necessário considerar que a Arquivologia, ao romper com paradigmas tradicionais e consolidar seus fundamentos e metodologias em um patamar de cientificidade, avança sob o impulso das tecnologias digitais. Essa evolução permite uma investigação dos arquivos integrada às diversas práticas humanas, compreendendo-os como elementos de um processo dinâmico, social, histórico e cultural. Nesse contexto relacional, emergem elementos que configuram os fenômenos arquivísticos, permitindo que a Arquivologia seja percebida não meramente como uma

técnica, mas como uma ciência investigativa em suas dimensões social, tecnológica e científica.

Dessa feita, é interessante observar que existe uma contradição no documento que institui a diretriz curricular do PPGDARQ e que se faz necessário ser corrigida, pois a proposta desse programa de pós-graduação aponta e descreve a importância da Tecnologia da Informação. Dentre os trechos do referido documento, pode ser citado:

> Assim, o quadro da Arquivologia, marcado fortemente pelo novo cenário das tecnologias da informação e comunicação, no qual aconteceram rupturas e quebras de paradigmas, parece oportuno institucionalizar o próprio campo da pesquisa científica com a oferta de programa de pós-graduação stricto sensu na área (APCN, 2022, p. 13).

Por conseguinte, ao se analisar o conjunto dos componentes curriculares, percebeu-se a pouca aderência às questões tecnológicas, elemento que precisa de posto para o processo de autoavaliação do referido programa.

Para atender ao segundo objetivo específico da pesquisa ora em tela, apresentaremos uma análise detalhada dos dados coletados, por meio de grupo de discussão (com 8 discentes) e questionário enviado a todos os discentes para compreender como percebem os conteúdos relacionados à Tecnologia da Informação (TI) no currículo do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ).

Em um universo de 36 discentes, um questionário, via *Google Forms*, foi aplicado em junho de 2025 e contou com 23 respostas válidas.

Os 23 discentes estavam distribuídos entre as duas linhas de pesquisa do programa:

Linha 1 – Arquivologia e suas Dimensões Interdisciplinares: com a maioria dos respondentes, 69,6%. Nessa linha de pesquisa estão as disciplinas que menos abordam as tecnologias de informação. Foi interessante observar um maior número de participantes dessa linha de pesquisa. Por uma limitação do escopo deste trabalho, não foi possível apurar os motivos dessa maior participação, o que salienta a necessidade de maior aprofundamento a esse respeito.

Linha 2 – Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança: a participação dos alunos dessa linha foi de 30,4%, ressaltando que essa linha possui maior número de disciplinas com conteúdos de TI.

Figura 2: Gráfico das Linhas de Pesquisa

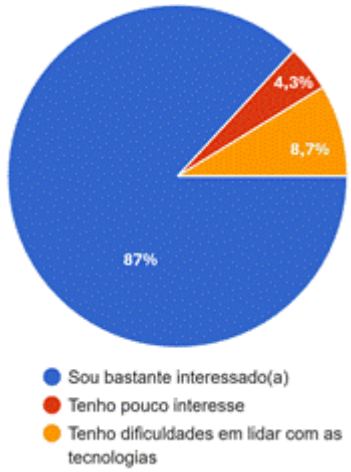


Fonte: Elaboração própria (2025).

Também foi perguntado aos participantes sobre o interesse e disposição em relação às tecnologias digitais. Os resultados demonstram um perfil altamente interessado, tendo em vista as demandas das instituições serem diretamente sobre documentos digitais nas suas variações de: sistemas de produção/gestão de documentos, preservação e acesso em ambientes digitais.

Desta forma, de acordo com a Figura 3 a seguir, observa-se que 87% dos respondentes declararam-se bastante interessados por conteúdos relacionados às tecnologias digitais. Nessa amostra, 8,7% disseram ter dificuldades com as tecnologias e apenas 4,3% revelaram ter pouco interesse.

Figura 3: Gráfico sobre o interesse dos discentes em abordagens tecnológicas.

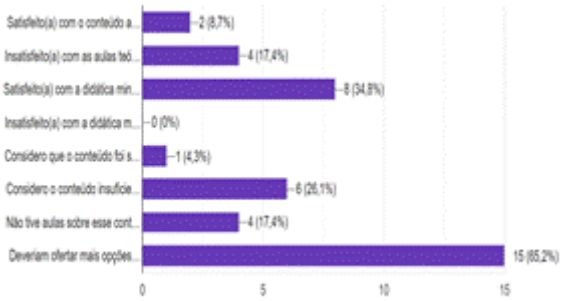


Fonte: Elaboração própria (2025).

A alta taxa de interesse sinaliza que há demanda para que se tenha maior oferta e aprofundamento desses conteúdos no currículo por parte do programa de pós-graduação. Considerando, o atual cenário de pervasividade das tecnologias digitais na sociedade, é possível predizer que os temas para as futuras dissertações devem perpassar, necessariamente, pelo escopo das tecnologias digitais da informação, sem, é claro, deixar de lado os documentos em suporte analógico, que ainda existem, espalhados nos mais diversos espaços de armazenamento.

Quanto à avaliação da estrutura curricular no que tange às disciplinas com conteúdos de TI, as percepções revelam satisfação moderada, mas com lacunas significativas.

Figura 4: Gráfico sobre o contato dos discentes com disciplinas de TI.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Com referência a figura 4 temos: percentualmente 65,2% dos respondentes acreditam que deveriam ser ofertadas mais disciplinas com ênfase em TI. Neste mesmo sentido, 26,1% consideram o conteúdo insuficiente para as exigências contemporâneas da área. Por outro lado, 17,4% relatam não terem tido aulas sobre o tema, e outros 17,4% estão insatisfeitos com a abordagem das aulas.

Essas respostas indicam um alinhamento entre interesse discente e a percepção de insuficiência da oferta de conteúdos relacionados às tecnologias digitais da informação e comunicação aplicados à Arquivística, especialmente no que se refere à carga horária, profundidade temática e atualização das disciplinas. Estes números também apontam para necessidade de o PPGDARQ, em seu processo de autoavaliação, reveja o seu conjunto de componentes curriculares.

No intuito de melhor captar a percepção dos discentes, foi solicitado, no grupo de discussão, que se manifestassem, de forma livre, sobre como eles percebiam a oferta dos conteúdos pelo PPGDARQ, frente às suas expectativas pessoais e às demandas do mercado de trabalho do qual a maioria está inserida. Desse modo, destacamos algumas das respostas que consideramos mais expressivas, trazendo-as de forma literal:

Alguns discentes expressaram sobre a relevância estratégica da TI para o campo arquivístico e que seria pertinente o programa de pós-graduação despender maior atenção a essa questão:

“Uma temática que anda ao lado da Arquivologia, para não dizer à frente, deveria ter mais peso no Mestrado.”

“Considero fundamental uma maior articulação entre os conteúdos das disciplinas tecnológicas e a prática arquivística.”

“O conteúdo apresentado foi excelente. Devido a isso, acredito ser necessário um ‘segundo módulo’ com mais conteúdo e prática em laboratório.”

Tais percepções e observações reforçam três pontos cruciais: primeiro, que a TI aplicada à Arquivologia é vista como estratégica e transversal na formação arquivística. Segundo, que há uma defasagem, seja por disciplinaridade, seja por transversalidade no currículo; e o terceiro ponto diz respeito ao

fato de que os discentes esperam uma atualização curricular alinhada à realidade digital aplicada aos temas da arquivística.

A análise dos dados evidencia que:

Há um alto interesse e reconhecimento da importância das Tecnologias de Informação aplicadas à Arquivologia pelos discentes do PPGDARQ. Embora o programa seja recente, denota-se uma evidente insatisfação quanto à infraestrutura e percepção de insuficiência dos componentes curriculares voltados à TI.

No mesmo aspecto, é possível observar que a estrutura curricular atual não atende plenamente às expectativas formativas no tocante às competências digitais, uma vez que os estudantes demandam uma articulação mais concreta entre teoria e prática, bem como uma ampliação da carga horária e da diversidade de conteúdos tecnológicos.

Esses resultados são cruciais para o planejamento estratégico do PPGDARQ e para a política interna de avaliação contínua do Programa, no sentido de trazer dados concretos para refletir a respeito do percurso e modificações da estrutura curricular desse programa de pós-graduação, que certamente acolherá essas percepções dos discentes e os dados dessa pesquisa para a reformulação de seus componentes e conteúdos curriculares, adotando as tecnologias de modo interdisciplinar e transversal, sem perder de vista o caráter social e das humanidades que também são caros e necessários à formação dos pós-graduandos em Gestão de Documentos e Governança Arquivística.

Ressalte-se que essa percepção dos discentes vai em sentido oposto ao objetivo I estabelecido pelo programa:

> Formar recursos humanos qualificados do **ponto de vista técnico e tecnológico** para o atendimento de demandas da governança e gestão documental e informacional de qualidade, principalmente nas regiões Nordeste e Norte (APCN, 2023, p, 51. Negrito nosso)

A importância da tecnologia faz-se presente também no perfil do egresso estabelecido pela APCN (2023). Desta forma, a correção aqui apontada deve ser tratada como atividade primordial ao PPGDARQ.

Ao compreendermos que o processo de ensino-aprendizagem é uma estrada de 'mão dupla' é importante lançarmos um aviso e um convite ao corpo docente para também empreender as mudanças necessárias percebidas pelos discentes. Nesse sentido, corroboramos com a seguinte assertiva:

> Cabe aos sujeitos a intencionalidade pela transversalidade, o que se configura como um traço fundamental para que tal proposta saia da pauta e vire ação. (Silva e Melo, 2023, p. 816)

É importante salientar que o PPGDARQ, apesar de ser um programa de mestrado profissional recente no panorama das pós-graduações, deverá estar aberto, não só para essa correção de rota, como também para estabelecer no seu planejamento toda e qualquer possibilidade de transformação para melhorar a formação discente.

Considerações Finais

As transformações impulsionadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) exigem dos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) um domínio técnico apurado para lidar com processos de produção, preservação e acesso aos acervos, sejam eles nato digitais ou mediados pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação.

O ambiente digital proporciona não só uma ampliação do escopo do profissional que lida com os documentos administrativos, mas também desafios em compreender que suas ações agora precisam ser compartilhadas com outros profissionais, principalmente os informáticos.

A análise da percepção dos discentes do referido mestrado profissional traz novos indicadores sobre a importância de um alinhamento mais estreito entre a formação arquivística e as demandas tecnológicas emergentes, e que precisa estar bem representado nas ementas e conteúdos programáticos.

Os achados desta pesquisa apontam que, embora o currículo do PPGDARQ contemple disciplinas relacionadas à TI, há um reconhecimento por parte dos discentes sobre a necessidade de maior profundidade e

aplicabilidade prática desses conteúdos. Essa percepção reflete um cenário em que a disciplinarização fragmentada e a escassa transversalidade dificultam a integração dos saberes tecnológicos às práticas arquivísticas.

Nesse sentido, fortalecer a interdisciplinaridade e a transversalidade entre Arquivologia e Ciência da Computação, para esse mestrado profissional, torna-se essencial para o qualificar à formação dos profissionais, preparando-os para os desafios da era digital.

Desta forma, os programas de pós-graduação profissionais em Arquivologia devem também estar comprometidos, permanentemente, em aferir qualidade aos cursos ofertados. Desse modo, o programa pesquisado apresenta em seu escopo instrumentos de autoavaliação que podem e devem ser utilizados para sanar os problemas aqui elencados.

Assim, e com base na pesquisa desenvolvida, evidencia-se que o ensino da Arquivística, para responder de maneira efetiva às exigências da contemporaneidade, deve estar alinhado às transformações tecnológicas e às dinâmicas socioculturais emergentes. Considerando o PPGDARQ, tal alinhamento pressupõe não apenas a incorporação de disciplinas relacionados às tecnologias da Informação na matriz curricular, mas também uma reformulação epistemológica que promova a transversalidade desses saberes, superando a abordagem disciplinar fragmentada ainda presente em muitos projetos pedagógicos tanto na graduação quanto nos programas de pós-graduação. Nesse contexto, a articulação entre os fundamentos da Arquivologia e os recursos tecnológicos deve ser pensada como parte integrante da formação acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, críticas e éticas na formação continuada dos profissionais que atuam na área.

A análise das propostas curriculares e das reflexões teóricas discutidas no texto aponta para a urgência de se compreender a TI não como um conteúdo acessório, mas como um eixo estruturante das práticas arquivísticas no cenário digital. Para isso, é fundamental o comprometimento dos sujeitos envolvidos no processo educativo, sobretudo o corpo docente, cuja atuação deve ir além do cumprimento formal dos projetos pedagógicos, assumindo uma postura ativa e reflexiva diante dos desafios da formação profissional. A intencionalidade na adoção de práticas interdisciplinares e transversais revela-se, assim, um fator decisivo para que tais propostas saiam do plano teórico e se concretizem como ações efetivas nos processos de ensino-aprendizagem.

Destarte, a integração entre Arquivologia e Tecnologia da Informação, orientada pelos princípios da transversalidade, representa uma estratégia formativa indispensável à consolidação de uma formação arquivística contemporânea, crítica e comprometida com a realidade social e tecnológica em constante transformação. Essa perspectiva requer uma revisão contínua do currículo do PPGARQ, metodologias e práticas pedagógicas, de modo a garantir que a formação no nível da pós-graduação acompanhe a complexidade dos contextos informacionais atuais e futuros.

Portanto, sugere-se a revisão curricular do PPGDARQ, com vistas a ampliar o contato dos discentes com temas estratégicos, como preservação digital, curadoria digital, computação em nuvem, inteligência artificial e gestão de sistemas de informação arquivísticos, dentre outras temáticas de TI. Essa atualização não apenas contribuirá para uma formação mais robusta e alinhada ao contexto contemporâneo, mas também promoverá o protagonismo dos discentes no desenvolvimento de competências essenciais para a governança arquivística em um ambiente digital.

Referências

Alkimim, A. F. (2016). A fenomenologia de Merleau-Ponty. Pensar-Revista Eletrônica da FAJE, 7(2), 255-266.

APCN Apresentação de Proposta para Novo Curso (2022). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística. Universidade Estadual e Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

BRASIL. Decreto Federal nº 29.741 de 11 de julho de 1951. Dispõe sobre uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

BRASIL. Ministério da Educação (2009). Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no

âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Callejo Gallego, J. (2002). Observación, entrevista y grupo de discusión: el silencio de tres prácticas de investigación. *Revista española de salud pública*, 76, 409-422.

Flores, D. (2015). Desafios Contemporâneos dos Currículos de Arquivologia: a questão dos documentos arquivísticos digitais e suas relações interdisciplinares da arquivologia. *In*: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira da; SILVA, Patrícia. Cartografia da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil. João Pessoa: EDUFPB, 91-118.

Gómez, M. V. (2009). A transversalidade como abertura máxima para a didática e a formação contemporâneas. Revista Iberoamericana de Educación, 3 (48), 1-12.

Hornburg, N.; Silva, R. da. TEORIAS SOBRE CURRÍCULO Uma análise para compreensão e mudança. (2007). Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, Florianópolis, 3 (10), 61-66.

Husserl, E. (2020). A ideia da fenomenologia: cinco lições. Petrópolis: Editora Vozes.

Japiassu, H. (1976). Interdisciplinaridade e patologia do saber. Imago editora.

Lousada, M., Indolfo, A. C., & Garcia, C. (2022). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Balanço dos 10 anos da produção científica dos egressos. *Informação Arquivística*, *7*(1), 3-17.

Merlau-Ponty, M. (1999). Fenomenologia da percepção. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Morin, E.(2000). A cabeça bem-feita. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

PPGDARQ (2025). Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística Linhas de pesquisa. [site]. https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdarq/linhas-de-pesquisa/

Ribeiro, R. J. (2005). O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, *2*(4).

Rocco, B. C. de B.; Brito, B. C. de (2018). Documentos Arquivísticos em ambientes digitais: da produção de documentos à formação de memória. Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos [...] Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, 6 (n. especial).

Souto, S. M. de O. (2006). O profissional da informação frente às tecnologias do novo milênio e as exigências do mundo do trabalho. *In:* IV CINFORM: Encontro Nacional de Ciência da Informação, IV. Anais… Salvador: UNICAMP.

Silva, E. P. da; Oliveira, L. da C.; Gomes, P. R. (2024). Desafios e perspectivas na implementação da gestão de documentos em programas de pós-graduação. Ágora: Arquivologia em Debate, Florianópolis, 34(69), 01-16.

Silva, J. T. e; Melo, J. H. de (2023). Relações disciplinares da tecnologia da informação nos cursos de arquivologia. *In*: Lousada, M.; Pazin, M.; Elian, P. Arquivos, Democracia e Justiça Social. São Paulo: ARQ-SP, 809-819.

Neto, C. E. da S.; Lima, J. S.; Maciel, J. W. G. (2009). Letramento digital: um novo desafio acadêmico para o arquivista. PontodeAcesso, Salvador, 3(3), 385-406.

Notas

[i] O grupo de pesquisa EADRD é reconhecido pelo Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde de 2020. http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/719393

ALÉM DOS DADOS: A ATUAÇÃO DO CIENTISTA DA INFORMAÇÃO NA MEDIAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Willian Lima Melo, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0000-0001-9298-1333, Brasil, willian.melo@delmiro.ufal.br

Izadora Lopes Garcia Nascimento, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0009-0004-8949-4314, Brasil, izadora.nascimento@ascom.ufal.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6772

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação

Introdução

A divulgação científica trata das ações dedicadas à disseminação da ciência para audiências mais abrangentes e, consequentemente, parcial ou totalmente não-especializadas (Bueno, 2010). Em um contraponto às ações da comunicação científica, é possível afirmar que a divulgação se atém a decodificar a linguagem técnico-acadêmica, promovendo uma adaptação do nível do discurso, com o intuito de capilizarir as produções científicas.

De acordo com Targino e Torres (2014), a ciência e a tecnologia (C&T) possuem um caráter intrinsecamente ligado ao social. Dessa forma, pesquisadores e agentes científicos não devem encarar suas atividades apenas sob a ótica da produção do conhecimento especializado, mas também se reconhecerem como atores fundamentais no processo de democratização do saber formal.

Nesse sentido, as autoras defendem que as práticas de pesquisa científica e de divulgação do conhecimento produzido não são ações separadas ou secundárias, mas sim dimensões complementares e indissociáveis de uma mesma atividade. Sendo assim, papel dos pesquisadores pensar em soluções para disseminar suas produções de forma acessível ao público geral, seja de maneira autônoma ou recorrendo a divulgadores científicos especializados. Esse compromisso é essencial no enfrentamento do analfabetismo científico, que representa um dos principais obstáculos à participação crítica e informada da sociedade nas questões que envolvem ciência, tecnologia e suas implicações éticas, políticas e sociais (Targino & Torres, 2014).

Albagli (1996), de maneira convergente, afirma que a divulgação científica se orienta para três dimensões principais, alinhadas à responsabilidade social dos agentes científicos: a educacional, a cívica e a de mobilização popular. Ao considerar tais aspetos, é possível afirmar que a prática se distancia de uma apresentação genérica de dados, se consolidando como uma ação voltada, especialmente, à cidadania e a emancipação dos indivíduos.

Ao contrastar as características da divulgação e comunicação científica, Bueno (2010) afirma que as principais diferenças entre as duas práticas se concentram nos objetivos, no perfil do público, no nível do discurso e nos canais de veiculação. Por ser voltada para uma audiência mais abrangente, a divulgação científica precisa se concentrar em canais com maior poder de capilarização, como os meios de comunicação de massa tradicionais e mídias sociais, e em uma linguagem menos técnica e rebuscada.

Considerando esses aspectos, é possível afirmar que as variações nos níveis de discurso, de *background* sociocultural, bem como as estratégias para manejar demandas informacionais presentes em públicos tão heterogêneos se constituem como um dos principais entraves para uma prática efetiva da divulgação científica. Isso acontece porque para que se estabeleça uma comunicação efetiva, é necessário adaptar a informação de acordo com o que os receptores já conhecem ou serão capazes de deduzir (Djik, 2020) sobre um determinado assunto ou temática.

Nesse sentido, a elaboração de um texto, especialmente no contexto da divulgação científica, não pode ser compreendida de forma dissociada dos fundamentos linguísticos que o sustentam. Os aspectos conceituais que estruturam o texto dependem, de maneira direta, das concepções de comunicação e da constituição dos sujeitos. Nesse sentido, adota-se, neste trabalho, a perspectiva proposta por Koch (2020), que entende o texto não apenas como uma simples materialização verbal de ideias, mas como uma atividade discursiva complexa, voltada, prioritariamente, para a realização das interações sociais. Assim, o texto é concebido como prática comunicativa situada, que se realiza em contextos específicos e que mobiliza, em sua constituição, diversos elementos linguísticos, cognitivos e sociais.

Entendem-se, desta forma, os textos voltados à disseminação de conteúdo científico como espaços dialógicos (Koch, 2015) nos quais interlocutores devem se relacionar de maneira efetiva. Nesse sentido, os profissionais da informação, em especial os cientistas da informação, estão aptos para atuar no processo de decodificação da linguagem científica, promovendo a integração entre os diversos agentes que compõem o sistema ciência-sociedade. Desde que, como afirma Moraes (2019), o processo formativo destes agentes sejam recorrentemente atualizado para abarcar perspectivas modelares de divulgação científica, em especial no contexto do surgimento de novas Tecnologias da Informação (TICs).

Considerando tais fatores, define-se como problema a seguinte questão: como se configura a atuação dos cientistas da informação enquanto mediadores do processo sociocognitivo de divulgação científica em equipes profissionais multidisciplinares?

A divulgação científica, por sua natureza interdominial, configura-se como um campo de estudo transversal que dialoga com distintas áreas do conhecimento, entre elas, de forma especialmente relevante, a Ciência da Informação. Essa interdisciplinaridade permite abordagens teóricas diversificadas, possibilitando análises que contemplam tanto os aspectos comunicacionais quanto os informacionais envolvidos na mediação do saber científico.

A relevância de pesquisas que investigam essa temática justifica-se por seus potenciais impactos sociais, especialmente no que tange ao fortalecimento do pensamento crítico, na ampliação do acesso qualificado à informação científica e na promoção de uma cultura voltada para a valorização e defesa da ciência.

Nesse contexto, destaca-se a importância de delinear modelos de atuação voltados à divulgação científica que possam ser incorporados, de forma sistemática, ao escopo profissional e ao proesso formativo dos cientistas da informação. Isso se deve ao papel estratégico que esses profissionais exercem na organização, mediação e disseminação do conhecimento, tornando-se agentes fundamentais para a construção de um bom relacionamento entre instituições científicas, seus pesquisadores e diferentes públicos.

Assim, ao centralizar a divulgação científica como objeto de estudo e de intervenção prática, contribui-se não apenas para o avanço da pesquisa na área, mas também para a consolidação de uma atuação socialmente comprometida e epistemologicamente fundamentada do cientista da informação.

O objetivo do presente estudo é refletir sobre os contextos cognitivos presentes na divulgação científica a partir das perspectivas de ação do cientista da informação em equipes multidisciplinares de divulgadores da ciência.

Trata-se de um estudo exploratório com perspectivas pautadas em análises qualitativas. Recorreu-se a pesquisa bibliográfica.

Referencial Teórico

O conceito de divulgação científica assumiu diversos significados, contextualizados de acordo com os períodos históricos em que estavam inseridos (Nascimento, 2024). Em uma das definições mais aceitas no Brasil, ela é tratada como a prática de capilarizar a produção acadêmica para uma audiência não-especializada (Bueno, 2010), tendo objetivos, natureza dos canais, níveis de discurso e perfis de público que a diferenciam da comunicação

científica entre pares e da divulgação de dados sem o devido tratamento informacional.

Para Targino e Torres (2014), a divulgação científica pode assumir diferentes pbjetivos voltados a questões e demandas sociais, dentre os quais se destacam as dimensões educacional, cívica e de mobilização popular. A dimensão educacional está diretamente relacionada ao processo de ampliação e aprofundamento do conhecimento científico por parte dos indivíduos, contribuindo para a formação de uma cultura científica que permita à população compreender, interpretar e aplicar conceitos científicos no cotidiano.

Já a função cívica refere-se ao papel da ciência na promoção de uma opinião pública crítica e bem informada, capaz de refletir sobre os impactos, benefícios e riscos das inovações científicas e tecnológicas no contexto social, ambiental e econômico. Essa dimensão envolve o desenvolvimento da capacidade de argumentação racional e fundamentada, fortalecendo o exercício da cidadania.

Por fim, a dimensão de mobilização popular diz respeito ao incentivo à participação ativa da sociedade nos processos de tomada de decisão, especialmente na formulação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. Tal participação deve ocorrer com base em escolhas informadas e orientadas por evidências científicas, ampliando a legitimidade das decisões coletivas e promovendo a corresponsabilidade entre os diversos atores sociais envolvidos.

Para tentar alcançar, ainda que parcialmente, tais objetivos, é necessário compreender que essa construção de textos de divulgação científica (em suas diferentes naturezas e gêneros), voltada para um público heterogêneo, demanda habilidades, canais, ferramentas e atividades planejadas (Burns, O'Connor & Stocklmayer, 2003) para dialogar, efetivamente, com indivíduos de diferentes níveis de instrução. Uma das principais dificuldades nesse processo, se constitui em apresentar massivamente informações, relativamente complexas, de forma inteligível, mas também útil e aplicável, para indivíduos que apresentam contextos cognitivos variados.

Segundo Vanoye (2007), a variação dos níveis de linguagem é um fenômeno relativamente comum, no qual, dentro de um mesmo contexto idiomático, influências sociais, econômicas, regionais, profissionais e ambientais constituem perturbações que podem afetar, dificultar ou até mesmo impedir o estabelecimento de uma comunicação efetiva.

Para que se estabeleça a compreensão entre interactantes (quem comunica e quem é comunicado) é preciso que seus contextos sociocognitivos sejam semelhantes ou que se tornem compatíveis através da mediação (Koch, 2015). Esses contextos, envolvem aspectos como o entorno sociocultural, conhecimentos prévios e o próprio nível de domínio da linguagem, sendo compartilhados por comunidades epistêmicas comuns.

A divulgação científica, compreendida como uma prática simultaneamente social e discursiva, exerce um papel fundamental na promoção do aprendizado e na circulação do conhecimento, ao tornar acessíveis os conteúdos produzidos no âmbito científico para públicos mais amplos e não especializados. Ao atuar como mediadora entre diferentes comunidades epistêmicas, essa prática requer a adoção de estratégias específicas que envolvam tanto a gestão do conhecimento quanto a mediação dos diversos contextos sociocognitivos envolvidos na comunicação. Isso significa reconhecer que os sujeitos participantes desse processo possuem repertórios culturais, níveis de letramento científico e esquemas de compreensão distintos (Bueno, 2010) o que exige um trabalho discursivo cuidadoso, voltado à adaptação conceitual e linguística das informações científicas. Dessa forma, a eficácia da divulgação científica está diretamente relacionada à capacidade de administrar as assimetrias cognitivas entre os interlocutores, promovendo um diálogo que, embora fundado em saberes especializados, seja acessível, contextualizado e socialmente significativo.

Nesse sentido, estratégias de construção textual embasadas nas teorias da cognição e da sociolinguística permitem o entendimento do texto como um lugar de interação no qual

existe um esforço mútuo estabelecido entre quem o produz e quem lê (Koch, 2015). Essas estratégias passam pelo tratamento da informação, seleção lexical, análise de público, emprego de analogias ou recursos de apoio textual/imagéticos, adequação ao gênero e à natureza dos canais (Nascimento, 2024). Um trabalho com demandas de natureza multidisciplinar, mas que exije curadoria centralizada em um profissional com expertise em mediação.

Convergências entre a mediação e a divulgação científica

A mediação, por sua vez, pode ser compreendida como uma intervenção, realizada pelo profissional da informação, que auxilia no processo de aprendizagem e na satisfação de uma necessidade informacional (Cabral & Souza, 2022). Ela se configura como um processo complexo que envolve a atuação de um agente facilitador capaz de promover a interação entre sujeitos com distintos níveis de competência informacional e os diversos ambientes e plataformas de acesso à informação.

Tal processo compreende múltiplas dimensões, como o uso, a circulação, a disseminação, o fluxo e o acesso à informação, além da articulação de ações intencionais voltadas à promoção da interação entre os usuários e os conteúdos informacionais disponíveis.

Nesse contexto, para Martinês, Pascoal & Veronez Júnior (2022), o profissional da informação assume um papel central não apenas na organização, representação e sistematização dos dados, mas também na identificação das necessidades informacionais e na facilitação do acesso qualificado ao conhecimento. Assim, sua atuação ultrapassa as funções técnicas tradicionais, integrando a mediação como prática orientada ao desenvolvimento do conhecimento e à ampliação das capacidades cognitivas e críticas dos sujeitos envolvidos no processo.

De acordo com Almeida Júnior & Santos Neto (2014), o profissional que desempenha funções situadas na interface entre a informação e o usuário, atuando de forma a facilitar o acesso, a compreensão e, sobretudo, a promover a reflexão crítica sobre os conteúdos informacionais disponibilizados, pode ser caracterizado como um mediador da informação. Nesse contexto, o cientista da informação emerge como ator-chave ao facilitar a interação entre usuários com distintos níveis de competência informacional e os diversos recursos técnicos e digitais de acesso à informação.

Durante o processo de mediação, o cientista da informação desempenha o controle do fluxo informacional, contribuindo para a formação de estoques informacionais e para a seleção e representação de conteúdos relevantes aos usuários (Fachin, 2013). Essa atuação vai além da simples disponibilização de dados, uma vez que ela consiste em promover o acesso qualificado e a apropriação consciente do conhecimento.

Nesse sentido, é possível afirmar que que processos de mediação estão implícitos nas práticas de divulgação científica, uma vez que existem elementos comuns, como a presença de um agente de mediação, o emprego de técnicas discursivas prórpias e o uso de retóricas alinhadas à forma como se almeja apresentar o conteúdo científico. (Azevedo, Aires & Couto, 2005). Bem como é possível compreender a forma como instrumentos de mediação afetam a apropriação dos conhecimentos científicos pelos interlocutores.

O papel do cientista da informação em equipes multidisciplinares de divulgação científica

No contexto de uma equipe multidisciplinar de divulgação científica, o mediador é o indivíduo responsável pela triagem dos públicos que serão atingidos, pelo diagnóstico das necessidades informacionais, pelo estabelecimento de estratégias a serem empregadas nesse processo de decodificação da linguagem científica. Enquanto os demais profissionais podem se ater a questões operacionais da produção.

O jornalísta científico é o profissional que trabalha na construção dos textos: seleção de léxico, da variante linguística e do gênero

textual adequados (Nascimento, 2024). Ilustradores científicos, por sua vez, são responsáveis pelas representações gráficas das informações, como infográficos, desenhos, esquemas, diagramas e mapas.

Suas ações são complementares à produção textual, ajudando a explicar ou a visualizar conceitos, bem como a destacar pontos importantes. Para Johnsen (2022), o uso cada vez mais massivo de mídias sociais para divulgar ciência aumentou o interesse na comunicação visual e nas ferramentas do design voltados à ciência.

Já o relações públicas científico é quem se ocupa do relacionamento entre os diversos atores que compõem o sistema ciência-sociedade. Ele deve interagir com a audiência, promover o feedback das ações de comunicação e assessorar a construção de um relacionamento de confiança (Borchelt, 2014).

Nesse sentido, é possível visualizar agências, escritórios ou assessorias voltadas à divulgação científica. Nesses espaços, a presença de um cientista da informação com perfil de mediação se faz extremamente necessário para atuar, especialmente, na mediação sociocognitiva das iniciativas voltadas para a disseminação de conteúdos científicos.

Para a divulgação científica, o mediador da informação desempenha funções estratégicas fundamentais que contribuem significativamente para a circulação social do conhecimento. Uma das principais atribuições desse profissional diz respeito à intermediação e à filtragem do conhecimento. Nessa função, o cientista da informação atua na identificação, seleção e curadoria de conteúdos relevantes, considerando as necessidades cognitivas, os níveis de letramento informacional e os contextos socioculturais dos diferentes públicos aos quais esses conteúdos se destinam (Cabral & Souza, 2022). Tal atividade requer sensibilidade interpretativa e capacidade analítica para assegurar que o conhecimento seja transmitido de forma pertinente e eficaz.

Outra função essencial exercida por esse mediador é a articulação entre os saberes especializados e os públicos leigos. Nesse sentido, sua atuação envolve a adaptação do conhecimento técnico-científico para formatos e linguagens acessíveis, facilitando a compreensão e promovendo a reflexão crítica sobre os temas tratados (Nascimento, 2024). Ao promover essa ponte entre os espaços acadêmicos e a sociedade, o mediador contribui para a democratização da ciência e para o fortalecimento de uma cultura científica mais inclusiva e participativa.

Além disso, o cientista da informação atua como facilitador de fluxos informacionais dinâmicos, promovendo a circulação contínua de conhecimento em diferentes esferas da comunicação. Isso envolve a mediação de processos formais, como publicações científicas, relatórios técnicos e eventos acadêmicos e de processos informais, como redes sociais, mídias digitais e espaços colaborativos (Nascimento, 2024). Essa atuação é fundamental para garantir a legitimidade, a permanência e a renovação dos saberes em circulação.

O mediador também exerce um papel pedagógico importante ao fomentar o desenvolvimento de competências informacionais. Sua atuação estimula a alfabetização científica e promove a capacidade crítica dos indivíduos no que se refere à busca, avaliação e uso ético da informação. (Cabral & Souza, 2022). Ao capacitar os sujeitos para lidar com grandes volumes de dados e para discernir entre fontes confiáveis e desinformação, esse profissional contribui diretamente para a autonomia cognitiva e para o fortalecimento da cidadania informacional.

A linguística e a mediação sociocognitiva da divulgação científica

Para tanto, o apoio em princípios sociolinguísticos da construção textual pode ser utilizado pelos cientistas da informação para delinear estratégias de mediação nas ações de divulgação científica.

Para que a compreensão efetiva se concretize no processo comunicativo entre interlocutores, isto é, entre quem enuncia e quem interpreta a mensagem, é fundamental que haja uma relativa proximidade entre seus

contextos sociocognitivos. Como aponta Koch (2015), a similaridade entre esses contextos é condição essencial para que os sentidos sejam construídos de forma convergente. Tais contextos envolvem uma variedade de elementos, como o repertório de conhecimentos prévios, as experiências acumuladas, o grau de domínio linguístico e o pertencimento a determinadas comunidades epistêmicas. Essas comunidades, por sua vez, compartilham um conjunto de saberes, valores e práticas que orientam a interpretação dos discursos produzidos em seu interior.

Nesse sentido, é indispensável a ativação e a representação de modelos cognitivos complexos, os quais não se limitam, embora os incluam, a elementos linguísticos como o léxico e as estruturas sintáticas. A construção de sentido, por parte do leitor, exige o acionamento de sistemas de conhecimento previamente armazenados em sua memória, tanto de curto quanto de longo prazo, constituídos por domínios cognitivos diversos que são mobilizados na interação com o texto (Koch, 2020).

Nesse contexto, a compreensão não é resultado apenas da decodificação linguística, mas da articulação entre o que é dito e o que já é conhecido pelo sujeito. Ao produtor do texto, por sua vez, cabe o papel de estabelecer uma relação dialógica com seu interlocutor, adotando estratégias discursivas que possibilitem a aproximação entre os conhecimentos compartilhados e aqueles que se pretende introduzir (Koch, 1996). Tal adequação entre os sistemas de conhecimento do emissor e do receptor constitui uma condição essencial para a eficácia comunicativa da interação textual.

Assim, a construção textual destinada a públicos que compartilham uma base cognitiva comum tende a adotar como estratégia discursiva a não explicitação de certas informações. Van Dijk (2020) destaca que, em situações de comunicação entre membros de um mesmo grupo epistêmico, parte significativa do conteúdo pode permanecer implícita, uma vez que se presume que os interlocutores possuem competência suficiente para preencher lacunas a partir de conhecimentos linguísticos (como regras gramaticais e organização textual), situacionais (relacionados ao contexto de enunciação) e enciclopédicos (ligados ao conhecimento de mundo). A omissão intencional de determinadas informações, nesse caso, não compromete a eficácia comunicativa, pois ativa mecanismos inferenciais baseados em padrões já familiarizados pelo público.

Entretanto, quando se trata da divulgação científica — compreendida como uma prática social e discursiva voltada à mediação do conhecimento entre diferentes comunidades epistêmicas —, tal pressuposição de homogeneidade cognitiva não pode ser mantida. Pelo contrário, torna-se necessário adotar estratégias que considerem as disparidades nos contextos sociocognitivos entre produtores e receptores da informação. Conforme argumenta van Dijk (2020), essas estratégias envolvem procedimentos sistemáticos de administração do conhecimento, que buscam adaptar conteúdos especializados a linguagens, formatos e referências acessíveis ao público leigo. Assim, o papel da divulgação científica não se limita à disseminação de informações, mas envolve também uma cuidadosa mediação que visa possibilitar a construção de sentidos, promover o aprendizado e fomentar o pensamento crítico em contextos socialmente diversos.

Do ponto de vista da linguística, existem dois modelos principais de divulgação científica (Moirand; Reboul-Touré; Ribeiro, 2016): o modelo a duas-vozes consiste na transmissão direta da informação entre o pesquisador e o grande público. Nesse caso, o discurso-fonte (conteúdo da produção científica). No modelo a três-vozes há um agente intermediário responsável pela recontextualização. Nesse modelo, é que se encaixa a presença do profissional da informação especializado em mediação.

A divulgação científica, os gêneros textuais e seus domínios discursivos

A noção de gênero discursivo, conforme proposta por Bakhtin (2020), refere-se à relativa estabilidade formal dos enunciados, os quais são concebidos como unidades concretas

da comunicação, sejam eles orais ou escritos, resultantes da atividade de produção do discurso. De acordo com Marcuschi (2008), os gêneros se configuram como práticas sociais e textual-discursivas, funcionando como mediadores entre o discurso, compreendido como atividade comunicativa de caráter mais abstrato e universal, e o texto, entendido como sua materialização empírica e observável. Nesse sentido, os gêneros são considerados modelos socialmente reconhecíveis, moldados pelas condições e exigências das situações comunicativas em que ocorrem.

A complexidade dos discursos está diretamente relacionada à necessidade de elaboração de estratégias textuais para sua produção e compreensão. Para Bakhtin (2020), a linguagem permeia todas as esferas da atividade humana, sendo, portanto, utilizada de maneira multifacetada. Essa multiplicidade se expressa por meio de diferentes graus de formalidade, intencionalidade e organização composicional, o que exige dos sujeitos competências específicas para lidar com essas variações.

Considerando a heterogeneidade das esferas de uso da linguagem, os gêneros do discurso também se apresentam de forma diversificada, abrangendo desde formas simples, como piadas e conversas informais, até formas complexas, como artigos científicos, teses acadêmicas ou reportagens investigativas (Koch, 2015). Bakhtin (2020) propõe uma classificação entre gêneros primários — associados à comunicação imediata, cotidiana — e gêneros secundários — mais elaborados, surgidos em contextos culturais complexos. Koch (2015), com base nessa perspectiva, ressalta que os gêneros são estruturados por três elementos principais: o plano composicional, o conteúdo temático e o estilo. Além disso, sua escolha está diretamente vinculada a fatores como a necessidade temática, o conjunto de participantes envolvidos e a intenção do locutor.

Desse modo, o processo de produção textual não ocorre de maneira aleatória ou absolutamente livre. A escolha de um gênero implica em restrições e condicionamentos estruturais e linguísticos que afetam desde o vocabulário empregado até o grau de formalidade e o tipo de organização textual mais adequado (Marcuschi, 2021). A utilização consciente de um gênero textual contribui para a inteligibilidade da mensagem e para a eficácia comunicacional, uma vez que oferece ao interlocutor uma expectativa de forma e conteúdo alinhada às suas necessidades informacionais.

Os domínios discursivos, por sua vez, constituem esferas sociais e institucionais que organizam práticas comunicativas específicas. Cada domínio comporta diversos gêneros textuais e regula seu uso por meio de normas e convenções contextualmente determinadas (Marcuschi, 2008). A divulgação científica se insere no domínio discursivo instrucional, compartilhando esse espaço com práticas de natureza acadêmica e educacional. Como observa Bueno (2010), esse domínio se caracteriza por aspectos como o perfil do público-alvo, o nível de tecnicidade do discurso, os canais utilizados para a transmissão da informação e a multiplicidade de intenções comunicativas envolvidas.

Nesse contexto, considerando a concepção bakhtiniana de que os gêneros do discurso são definidos pela articulação entre intenção comunicativa, contexto social e composição textual (Bakhtin, 2020), é possível afirmar que as práticas de divulgação científica se materializam em gêneros específicos. Esses gêneros são estrategicamente selecionados a partir do intertexto socialmente compartilhado, entendido como "um conjunto de gêneros de texto elaborado por gerações anteriores e que podem ser utilizados, numa situação específica, com eventuais transformações" (Koch, 2015, p. 65). Tais transformações são fundamentais para a adequação do gênero às necessidades particulares de uma dada situação comunicativa, podendo, inclusive, resultar na criação de novos formatos discursivos.

A construção de ações eficazes de divulgação científica exige, portanto, a escolha de gêneros textuais que sejam sensíveis às especificidades do público e ao objetivo da comunicação. Isso inclui o uso de recursos metacomunicativos —

como metáforas e analogias —, elementos multimodais — como imagens, gráficos e infográficos —, uma linguagem acessível e não técnica, e o emprego de argumentos de autoridade — como dados de pesquisa e citações de especialistas. Diversos gêneros textuais podem cumprir essa função, desde matérias jornalísticas e entrevistas até vídeos educativos, publicações em redes sociais, peças teatrais ou programas de rádio e televisão.

Esses discursos, apesar de se manifestarem por meio de múltiplas linguagens e suportes, compartilham entre si o compromisso com a função instrucional e formativa, típica da divulgação científica. Nesse sentido, Moirand, Reboul-Touré e Ribeiro (2016) apontam que os gêneros utilizados nesse campo se caracterizam por uma hibridez linguageira, resultante da combinação entre elementos de diferentes tradições discursivas e linguísticas. Essa hibridez reflete, por um lado, a necessidade de tornar o conhecimento acessível e atraente a públicos diversos; por outro, reafirma a exigência de que a estrutura composicional do gênero seja coerente com os objetivos educativos e informativos da divulgação científica.

Novas perspectivas de formação para cientistas na divulgação científica, novas TICs e na linguística

Para que o cientista da informação esteja apto a atuar como mediador nos processos de divulgação científica, linhas de pequisa e de ensino prático voltadas à mediação e a técnicas de produção textual também devem ser integralizadas como uma tendência curricular. Da mesma forma, novas perspectivas da formação devem abarcar as mais recentes tecnologias de informação e comunicação (TICs), bem como o uso de mídias sociais, principalmente, no que diz respeito a divulgação e disseminação da ciência.

O conceito de midiatização, introduzido por Väliverronen (2008), refere-se à crescente onipresença da mídia como instância central em todas as esferas sociais (políticas, religiosas, econômicas e científicas), transformando-se em um agente decisivo na visibilidade pública e no financiamento da produção científica. Essa mediação midiática altera tanto a dinâmica de priorização de recursos quanto a própria lógica de produção do conhecimento, impondo critérios de repercussão pública e "marketability" dos resultados. Embora os esforços de popularização da ciência existam desde os primórdios da esfera pública mediada, práticas contemporâneas, como o marketing institucional e jornalismo científico, consolidaram o papel da mídia tradicional (telejornais, revistas, programas educativos) como pontes entre ciência e sociedade (Mendes & Maricato, 2020).

Com a intensificação desse processo midiático, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) promoveram transformações decisivas no acesso e na circulação da informação. A crise de confiança nos meios tradicionais elevou o protagonismo de plataformas digitais, principalmente redes sociais. O compartilhamento de achados científicos em redes como Instagram, YouTube, TikTok e Twitter tornou-se imperativo para pesquisadores e instituições, reforçando uma cultura de divulgação científica rápida ou perecer ("publish or perish") (Väliverronen, 2008). Esse movimento também estimulou adaptações discursivas e visuais específicas de cada mídia, gerando novos gêneros de divulgação científica digital, com características multimodais: uso de imagens, animações, hiperlinks, estilo conversacional e linguagem acessível (Moirand; Reboul-Touré; Ribeiro, 2016).

A circulação de conteúdos em ambientes digitais expõe a construção de narrativas híbridas: texto, áudio, vídeo e elementos visuais se fundem, ampliando a superestrutura textual dos formatos tradicionais. Tais mudanças, entretanto, são ambíguas: embora possam ampliar o alcance e promover o pensamento crítico social, também geram riscos de desinformação e infoxicação. Comunidades virtuais tornam-se palco de engajamento espontâneo por parte de amadores sem formação especializada — tanto divulgação espontânea quanto comentários públicos alteram a textura discursiva dos conteúdos e potencializam ambientes informacionais instáveis (Oliveira & Oliveira, 2023). Segundo Moirand, Reboul-Touré e

Ribeiro (2016), em contexto de crise, especialmente das sanitárias, esse fenômeno se acentua.

As NTICs e as redes sociais reconfiguraram o processo de mediação informacional, colocando o cientista da informação como agente central. Esse mediador assume a responsabilidade de selecionar, organizar, adaptar e disseminar conteúdos científicos de modo acessível, responsivo e contextualizado. Em ambientes digitais, ele também precisa mapear públicos virtuais, entender métricas de visibilidade e engajamento, modular linguagens e aparatos visuais, quais sejam: infográficos, stories, lives, posts interativos e vídeos curtos. No caso do Instagram, por exemplo, o uso do formato "reels" ou "stories" exige síntese, narrativa visual e linguagem acessível ao público geral (Farias; Vavassori; Araújo, 2021).

Paralelamente, plataformas como Facebook e YouTube permitem feedback imediato da audiência, gerando ciclos discursivos que demandam moderação, curadoria e participação ativa do mediador. Oliveira (2018) ressalta que, embora essas redes não constituam canais formais de comunicação científica, elas vêm sendo empregadas como extensão dos processos formais, antecipando resultados, promovendo discussões preliminares e ampliando a transparência da ciência. Essa lógica também se materializou na adoção de eventos acadêmicos digitais em redes sociais, como conferências transmitidas ao vivo no YouTube.

Para formar profissionais adequados ao cenário contemporâneo, a formação dos cientistas da informação deve incluir competências voltadas ao uso estratégico das NTICs e redes sociais. O currículo deve contemplar habilidades como: produção de conteúdo multimodal (vídeo, áudio, imagem), elaboração de roteiros para narrativas digitais, entendimento das métricas de engajamento, análise de públicos online, utilização de ferramentas de SEO, gestão de perfis institucionais e pessoais, e compreensão da ética digital (desinformação, privacidade, direitos autorais). Laboratórios ou disciplinas voltadas à prática de mediação digital são recomendáveis, com estágios em portais de divulgação, assessorias de comunicação ou canais científicos. Assim, o profissional não será apenas um mediador textual tradicional, mas também um estrategista de comunicação digital capaz de promover ciência de forma responsiva, inclusiva e tecnicamente fundamentada.

A fundamentação em linguística aplicada é igualmente essencial para formar mediadores da informação aptos a operar com eficácia no ambiente digital da divulgação científica. O conhecimento linguístico permite compreender como diferentes gêneros discursivos (como posts, tweets, transcrições de vídeos, narrativas audiovisuais) se estruturam, quais recursos lexicais e pragmáticos empregam, e como modular a linguagem para variados públicos. Estudos sobre gêneros, enunciação, coerência textual, rede discursiva e mediação intertextual são especialmente relevantes.

Além disso, a compreensão dos mecanismos de persuasão discursiva, linguagem argumentativa e uso de analogias ou metáforas contribuem para produzir conteúdo claro, envolvente e confiável. A formação linguística também instrumentaliza os profissionais para problematizar e prevenir efeitos de desinformação, fake news e sensacionalismo na comunicação digital científica.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa exploratória com perspectiva de discussão do referencial teórico em conssonância com as indagações propostas. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática, utilizando descritores relacionados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI).

Resultados e Discussões

Os dados teóricos e conceituais apresentados evidenciam a crescente importância da atuação do cientista da informação como mediador do processo sociocognitivo de divulgação científica, especialmente em contextos digitais e multidisciplinares. A análise da literatura revela a necessidade urgente de reformulação curricular nos programas de pós-graduação em Ciência da

Informação, visando atender às novas demandas comunicacionais impostas pelas mídias digitais e pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Apesar de sua relevância estratégica, a presença do cientista da informação em equipes de divulgação científica ainda é incipiente e pouco quantificada. Não há dados oficiais, métricas institucionais ou relatórios que apontem o número de profissionais atuando em agências, núcleos de divulgação ou assessorias de comunicação científica. Essa ausência estatística não só compromete a visibilidade da área, como dificulta sua consolidação como campo essencial na mediação do conhecimento. O problema da pesquisa — como se configura a atuação dos cientistas da informação enquanto mediadores do processo sociocognitivo de divulgação científica em equipes profissionais multidisciplinares? — encontra, assim, resposta em duas frentes complementares: por um lado, o reconhecimento da centralidade de sua função; por outro, a constatação da subutilização de seu potencial em espaços institucionais voltados à popularização da ciência.

Neste cenário, a formação profissional precisa incorporar, formalmente, disciplinas voltadas à divulgação científica como parte integrante da mediação da informação. A abordagem dessa temática deve ser teórica, técnica e aplicada, contemplando tópicos como: fundamentos da divulgação científica, mediação sociocognitiva, linguagens multimodais, gêneros discursivos digitais, curadoria de conteúdos, avaliação de públicos e alfabetização científica. É imprescindível também o treinamento prático para o uso das TICs (ferramentas de edição de vídeo, infográficos, softwares de design, plataformas de automação) e para o manejo estratégico de mídias sociais (Instagram, TikTok, YouTube, X/Twitter), com vistas à produção e análise de conteúdos científicos em ambientes de interação digital.

Nesse sentido, uma revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) torna-se indispensável. Embora alguns programas contemplem disciplinas voltadas à mediação da informação, são raras as iniciativas que associam diretamente mediação e divulgação científica em sua dimensão prática. Essa lacuna revela uma dissonância entre a formação oferecida e as necessidades do campo profissional, especialmente frente à midiatização crescente da ciência e à cultura de circulação de conhecimento via redes digitais.

Paralelamente, as entidades de classe, como a FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições), o IBICT e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, precisam assumir um papel mais ativo na defesa e ampliação do campo de atuação desses profissionais, tanto em espaços institucionais quanto em políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. Isso inclui a promoção de eventos, publicações, fóruns e campanhas de valorização do profissional da informação como mediador da divulgação científica, bem como o estímulo à criação de cargos específicos para essa função em universidades, centros de pesquisa, museus de ciência e agências públicas.

Os resultados indicam que a atuação do cientista da informação em equipes multidisciplinares de divulgação científica é caracterizada por funções estratégicas como: diagnóstico de públicos, identificação de necessidades informacionais, curadoria e filtragem de conteúdos, adaptação linguística, mediação sociocognitiva, articulação entre saberes técnicos e públicos leigos, e fomento à alfabetização científica. Sua atuação não se sobrepõe, mas se complementa à de jornalistas científicos, ilustradores e relações públicas científicos, oferecendo uma visão sistemática do ciclo informacional e dos desafios da apropriação do conhecimento por diferentes segmentos sociais.

Todavia, para que esse profissional exerça tais funções com excelência, é imprescindível que a formação oferecida nos programas de pós-graduação não se restrinja ao domínio técnico-operacional da informação, mas inclua também fundamentos de linguística aplicada, teorias do discurso, cognição e práticas de produção textual adaptadas aos meios digitais. A mediação eficaz em contextos de divulgação científica requer, além da seleção e

organização da informação, a capacidade de transformar complexidade em compreensão, ajustando conteúdos especializados às realidades socioculturais dos públicos.

A importância da linguística nesse processo se dá por meio da compreensão dos mecanismos de produção de sentido em contextos de assimetria cognitiva. O domínio de estratégias discursivas adaptadas — como uso de analogias, narrativas, metáforas, linguagem acessível e modulação de registros — permite ao mediador construir pontes entre o saber científico e a experiência cotidiana do público. Além disso, os modelos de divulgação científica descritos por Moirand, Reboul-Touré e Ribeiro (2016), especialmente o de três vozes, reforçam a necessidade de um agente de recontextualização, papel que o cientista da informação pode e deve ocupar de maneira qualificada.

Por fim, os dados discutidos nesta seção apontam para uma necessária inflexão no campo da Ciência da Informação: a consolidação do cientista da informação como mediador sociocognitivo da ciência depende de uma revisão formativa, de uma valorização profissional ampliada e de políticas institucionais que reconheçam seu papel no ecossistema da comunicação científica contemporânea. Sem isso, a democratização do conhecimento e a construção de uma cultura científica ampla seguirão comprometidas.

Também pretende-se avaliar seu papel como mediador dessa informação específica, fazendo correlação com as teorias cognitivas e sociointeracionais de construção textual.

Considerações Finais

No atual cenário de midiatização e digitalização da ciência, a atuação do cientista da informação com foco em mediação revela-se não apenas relevante, mas estrategicamente indispensável para o fortalecimento de uma cultura científica plural, democrática e socialmente engajada. Sua contribuição na interface entre o conhecimento científico e a sociedade é ampla, estruturante e multifacetada. Ao mediar o acesso aos conteúdos produzidos pela ciência, esse profissional não apenas facilita a circulação qualificada da informação, mas atua como um agente transformador da relação entre os sujeitos e o saber, promovendo uma apropriação crítica e reflexiva dos conhecimentos.

Nesse sentido, a mediação da informação voltada à divulgação científica ultrapassa a função técnica de organizar e disponibilizar dados. Ela adquire uma dimensão política e pedagógica, pois envolve o compromisso ético com a democratização do conhecimento, com a ampliação da autonomia cognitiva dos cidadãos e com o fortalecimento de uma opinião pública crítica e informada. O mediador da informação não atua apenas como um "intérprete" entre o saber especializado e o público leigo, mas como um facilitador das condições que permitem a construção coletiva de sentidos e a emancipação intelectual dos indivíduos diante da complexidade da ciência.

Esse papel é ainda mais relevante frente ao aumento exponencial de dados e à fragmentação dos espaços de circulação da informação, especialmente nas redes sociais digitais. Se, por um lado, essas plataformas ampliaram o acesso e democratizaram os meios de produção de conteúdo, por outro, criaram ambientes informacionais sobrecarregados e muitas vezes caóticos, onde desinformações, pseudociências e simplificações indevidas encontram terreno fértil. Diante disso, o cientista da informação atua como curador e orientador crítico do fluxo informacional, contribuindo para construir filtros sociais e cognitivos que possibilitem aos sujeitos navegar, avaliar e interpretar adequadamente os dados disponíveis.

Nesse contexto, a construção de ambientes informacionais mais democráticos depende diretamente da presença de profissionais preparados para pensar e agir sobre os processos de mediação de forma estratégica e interdisciplinar. O cientista da informação com esse perfil atua na criação de ecossistemas comunicativos capazes de estabelecer diálogos horizontais entre ciência e sociedade, respeitando os saberes prévios, os repertórios culturais e os contextos de vida dos diferentes

públicos. Trata-se de uma abordagem que rompe com a lógica verticalizada e transmissiva da informação científica, promovendo, em seu lugar, interações dialógicas e inclusivas, onde o conhecimento é construído e apropriado coletivamente.

Outro aspecto fundamental da atuação desse profissional diz respeito à adaptação linguística e discursiva dos conteúdos científicos. O sujeito que assume o papel de divulgador científico deve dominar procedimentos de recontextualização, ou seja, técnicas de tradução conceitual, modulação de linguagem, uso de metáforas, analogias, recursos visuais e narrativos, de forma a possibilitar a compreensão sem incorrer em reducionismos ou paternalismos. Essa tarefa exige uma sensibilidade sociolinguística e cognitiva refinada, que permita identificar e sanar lacunas prejudiciais à compreensão, sem tornar a comunicação repetitiva, superficial ou condescendente. O objetivo central é garantir que a ciência seja comunicada com clareza, sem abrir mão da complexidade que a caracteriza, respeitando tanto os limites do público quanto os princípios epistemológicos do conhecimento científico.

Para alcançar tais objetivos de maneira consistente, é urgente que os currículos dos cursos de graduação e, especialmente, dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação sejam reformulados para incluir de forma sistemática e estruturada linhas de pesquisa e disciplinas práticas voltadas à mediação da informação em contextos de divulgação científica. Atualmente, embora existam discussões isoladas e iniciativas pontuais, a formação dos profissionais da informação ainda carece de integração entre teoria, prática e interdisciplinaridade, aspectos fundamentais para uma atuação efetiva no campo da comunicação científica.

Essa reformulação curricular deve contemplar, entre outros temas: fundamentos da divulgação científica; gêneros e formatos textuais voltados à popularização da ciência; teorias da linguagem aplicadas à mediação; estratégias discursivas em ambientes digitais; competências informacionais críticas; curadoria de conteúdo; e uso estratégico de novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), especialmente aquelas relacionadas à produção de conteúdo para redes sociais. Plataformas como Instagram, TikTok, YouTube e X (antigo Twitter) já são utilizadas por cientistas e instituições como ferramentas de diálogo com a sociedade. No entanto, sua utilização de forma profissional e com objetivos pedagógicos ainda é subaproveitada. Cabe à formação preparar os futuros profissionais para atuar nesse universo de forma ética, reflexiva e eficaz.

É igualmente importante que os cursos estimulem a participação dos estudantes em experiências práticas, como laboratórios de comunicação científica, projetos de extensão voltados à popularização da ciência, desenvolvimento de produtos informacionais multimídia e atuação em equipes multidisciplinares. Essas vivências promovem a integração entre teoria e prática, permitindo que os futuros mediadores compreendam os desafios reais da comunicação científica e desenvolvam competências que vão além do domínio técnico da informação.

Ainda assim, apesar de seu papel fundamental, a presença de cientistas da informação em equipes especializadas de divulgação científica ainda é tímida e pouco reconhecida institucionalmente. Não existem dados sistematizados sobre a participação desses profissionais em assessorias de imprensa, agências de comunicação científica, museus, centros de ciência ou unidades de divulgação em instituições públicas e privadas. Essa ausência estatística reflete uma invisibilização estrutural da profissão, agravada pela falta de políticas públicas e de diretrizes institucionais que reconheçam o mediador da informação como ator central no ecossistema da ciência aberta e da comunicação pública do conhecimento.

Neste contexto, as entidades de classe e representações profissionais — como a FEBAB, os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, a ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação), entre outras — precisam assumir um papel mais propositivo e combativo na luta pela ampliação do campo de atuação dos profissionais da

informação. Isso inclui ações como: articulação com agências de fomento e órgãos governamentais; proposição de políticas públicas voltadas à inclusão desses profissionais em espaços de comunicação científica; campanhas de valorização da profissão; estímulo à criação de linhas de pesquisa e programas de formação continuada; e articulação com outras áreas para fortalecer a multidisciplinaridade da divulgação científica.

Outro aspecto central para a consolidação da mediação da informação como campo estratégico na divulgação científica é a aproximação teórica e metodológica com os estudos linguísticos. Como já mencionado, a eficácia comunicativa em contextos de divulgação depende da capacidade de reconhecer e administrar os diferentes contextos sociocognitivos dos interlocutores, o que exige conhecimento profundo sobre mecanismos de produção e recepção textual, sobre variações linguísticas, gêneros discursivos e processos inferenciais. O domínio dessas competências linguísticas permite ao cientista da informação adaptar conteúdos especializados de forma acessível, mantendo sua integridade conceitual, e construir pontes comunicativas entre comunidades epistêmicas distintas.

A mediação sociocognitiva, nesse sentido, torna-se o eixo integrador entre as dimensões técnica, linguística e ética da divulgação científica. Trata-se de uma mediação que não se limita a traduzir conteúdos, mas que atua na gestão dos saberes, na reconfiguração discursiva e na promoção de uma cultura de participação ativa na construção do conhecimento. O cientista da informação, preparado para esse tipo de intervenção, passa a ser não apenas um intermediário entre ciência e sociedade, mas um agente de transformação cultural, com capacidade de incidir na forma como o conhecimento é produzido, divulgado e apropriado pela coletividade.

Dessa forma, é possível afirmar que o futuro da divulgação científica depende, em grande medida, do reconhecimento institucional, acadêmico e social da importância dos profissionais da informação com perfil de mediação. Para que isso se concretize, é necessário promover uma convergência de esforços entre universidades, entidades de classe, instituições de pesquisa, políticas públicas e a própria sociedade. Somente assim será possível construir um campo de divulgação científica verdadeiramente democrático, inclusivo, crítico e voltado à promoção do bem comum.

Em síntese, o cientista da informação com foco em mediação não é apenas um técnico do dado, mas um gestor do sentido, um curador do saber, um articulador do diálogo social. Sua atuação promove a apropriação qualificada dos conteúdos científicos, o fortalecimento da cidadania informacional e a construção de uma sociedade mais crítica, participativa e capaz de tomar decisões fundamentadas em conhecimento. Preparar esse profissional para os desafios do século XXI exige ousadia curricular, compromisso político e visão interdisciplinar. A mediação da informação, nesse novo cenário, deixa de ser uma competência periférica para se tornar um eixo estruturante da comunicação científica e da própria prática social da ciência.

O sujeito que assume o papel de divulgador científico deve dispor de procedimentos que possibilitem a adequação dos conhecimentos socioculturais, de forma a atender ao interlocutor e estabelecer o entendimento, evitando uma comunicação repetitiva ou condescendente e, ao mesmo tempo, sanando lacunas prejudiciais ao entendimento.

Para tanto, linhas de pequisa e de ensino prático voltadas à mediação e a técnicas de produção textual também devem ser integralizadas como uma tendência curricular para que esses profissionais estejam cada vez mais habilitados a atuar nesse sentido.

Referências

Albagli, S. (1996). Divulgação científica: Informação científica para cidadania. Ciência da Informação, 25(3). https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639

Almeida Júnior, O. F., & Santos Neto, J. A. D. (2014). Mediação da informação e a organização do conhecimento: Interrelações.

Informação & Informação, 19(2), 98–116. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p98

Azevedo, J., Aires, L., & Couto, A. I. (2005). Os processos de mediação de ciência em televisão: Efeitos sobre a sua eficácia comunicativa. Prisma.com.

Borchelt, R. E. (2014). Public relations in science: Managing the trust portfolio. In M. Bucchi & B. Trench (Eds.), Routledge handbook of public communication of science and technology (2nd ed., pp. 147–157). Routledge.

Bueno, W. C. (2010). Comunicação científica e divulgação científica: Aproximações e rupturas conceituais. Informação & Informação, 15(Esp.), 1–12. https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585

Burns, T. W., O'Connor, J., & Stocklmayer, S. M. (2003). Science communication: A contemporary definition. Public Understanding of Science, 12(2), 183–202. https://www.researchgate.net/publication/237778208_Science_Communication_A_Contemporary_Definition

Cabral, T. D. S., & Souza, E. D. (2022). A mediação da informação na divulgação científica: Abordagem crítica no contexto das tecnologias digitais. Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 8(2), 322–341. https://doi.org/10.56837/fr.2022.v8.n2.890

Fachin, J. (2013). Mediação da informação na sociedade do conhecimento. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 8(2). https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2013v8n2.18699

Johnsen, H. B. (2022). Graphical abstract? Reflections on visual summaries of research [Master's thesis, Aalto University]. Aalto University Repository.

Koch, I. G. V. (1996). Cognição e processamento textual. Revista da ANPOLL, (2), 35–44. https://doi.org/10.18309/anp.v1i2.239

Koch, I. G. V. (2015). Desvendando os segredos do texto (8ª ed.). Cortez.

Koch, I. G. V. (2020). O texto e a construção de sentidos (10ª ed.). Contexto.

Marcuschi, L. A. (2008). Gêneros textuais: Teoria, método e pesquisa. Parábola.

Marcuschi, L. A. (2021). Gêneros textuais e ensino (9ª ed.). Parábola.

Mendes, C. F., & Maricato, J. (2020). Divulgação científica e mídia: Uma análise do discurso sobre a ciência no jornalismo. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, 11(2), 44–63. https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v11i2p44-63

Moirand, S., Reboul-Touré, S., & Ribeiro, M. P. (2016). A divulgação científica no cruzamento de novas esferas de atividade linguageira. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, 11(2), 137–163. https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/23847

Moraes, M. B. de. (2019). Mediação informativo-cultural: E a formação dos mediadores? Ciência da Informação em Revista, 6(2), 69–89. https://doi.org/10.28998/cirev.2019v6n2e

Nascimento, I. L. G. (2023). A divulgação científica sobre a Covid-19 no Instagram: Análise sociointeracionista no perfil institucional da Universidade Federal de Alagoas [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. Repositório da UFAL.

Oliveira, L. F. M. (2018). Ciência na rede: Divulgação científica nas mídias sociais digitais [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. https://hdl.handle.net/11449/156382

Oliveira, L. F. M., & Oliveira, A. M. R. (2023). Ambientes informacionais e cultura digital: Desafios para a mediação da informação. Perspectivas em Ciência da Informação, 28(1), 182–198. https://doi.org/10.1590/1981-5344/7006

Van Dijk, T. A. (2020). Discurso e conhecimento: Uma abordagem sociocognitiva. Contexto.

Vanoye, F. (2007). Usos da linguagem: Problemas e técnicas na produção oral e escrita (13ª ed.). Martins Fontes.

Väliverronen, E. (2008). Communicating political science: A survey of political scientists in Finland. European Political Science, 7(3), 299–309. https://doi.org/10.1057/eps.2008.21

REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: análise semiótica dos emojis nas biografias e tweets de usuários que compartilharam pesquisas sobre COVID-19 no Brasil

Ronaldo Ferreira de Araújo, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0000-0003-0778-9561, Brasil, *ronaldo.araujo@ichca.ufal.br*

Willian Lima Melo, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0000-0001-9298-1333, Brasil, willian.melo@delmiro.ufal.br

Izadora Lopes Garcia Nascimento, Universidade Federal de Alagoas, https://orcid.org/0009-0004-8949-4314, Brasil, izadora.nascimento@ascom.ufal.br

Karlson Tellicio Bezerra de Lima, Laboratório de Estudos Métricos da Informação na Web, https://orcid.org/0000-0003-4995-2144, Brasil, ktellicio@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6773

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

A pandemia de COVID-19 impulsionou o compartilhamento de pesquisas científicas em mídias sociais, expondo o público à ciência em tempo real, mas também gerando desafios relacionados à desinformação e à interpretação dos resultados por não especialistas.

A rápida disseminação de pesquisas, pré-prints e dados sobre o vírus e suas consequências sanitárias, sociais e econômicas representou um avanço no acesso aberto ao conhecimento científico. No entanto, esse cenário também evidenciou fragilidades na mediação e recepção das informações, especialmente diante da dificuldade de interpretação por parte do público não especializado e da crescente circulação de desinformação. Assim, o espaço digital tornou-se um terreno fértil tanto para o engajamento científico quanto para disputas simbólicas e ideológicas que extrapolam a ciência em si, atravessando campos políticos, culturais e afetivos.

Nesse contexto, múltiplas estratégias discursivas foram empregadas por usuários e instituições para dar visibilidade a conteúdos científicos, sendo o uso de emojis uma dessas formas de comunicação que, embora não linguística, apresenta elevada carga expressiva e simbólica. Os emojis são signos visuais que sintetizam ideias, emoções e posicionamentos em ícones gráficos compactos e amplamente interpretáveis. Emergindo nas últimas décadas como um fenômeno comunicacional global, os emojis vêm sendo incorporados de maneira crescente às interações digitais mediadas por computador, atuando como marcadores afetivos, identitários e argumentativos. Segundo Das (2020), os padrões de uso dos emojis variam conforme fatores como idade, gênero e diversidade de plataformas, mas também respondem a contextos culturais e históricos específicos — como o vivido durante a pandemia. A intensificação do uso dessas expressões visuais em momentos de crise revela sua capacidade de condensar significados complexos e subjetivos em formas acessíveis e rapidamente reconhecíveis.

Nesse sentido, compreendê-los exige uma abordagem que vá além de sua superfície visual. A semiótica peirceana, especialmente nas leituras contemporâneas propostas por autores como Lúcia Santaella (2018), oferece uma base teórica robusta para interpretar os emojis não apenas como ícones decorativos, mas como signos em constante negociação de sentidos, operando nos níveis da primeiridade, secundidade e terceiridade. Tais signos podem funcionar como índices (relacionados a efeitos

e contiguidade), ícones (por semelhança) ou símbolos (por convenção e hábito interpretativo), dependendo da relação que estabelecem com os contextos de enunciação e recepção. No caso das biografias e postagens em mídias sociais, os emojis podem tanto expressar emoções momentâneas quanto representar valores estáveis e ideologias internalizadas, participando ativamente da constituição do sujeito digital e da dinâmica de pertencimento a grupos sociodiscursivos.

Ao mesmo tempo, a altmetria, campo de estudo que se debruça sobre os impactos e métricas alternativas da ciência na web, tem avançado para além de indicadores quantitativos, como o altmetric score, propondo uma abordagem qualitativa e interpretativa da circulação de informações científicas. Conforme aponta Araújo (2020), é necessário investigar não apenas "quem" compartilha, mas também "como" e "com que sentidos" os conteúdos são apropriados no espaço social digital. Isso implica olhar para os signos, os afetos e as representações que circulam com a ciência, o que inclui o uso de emojis como dispositivos de expressão e posicionamento simbólico.

Nesse sentido, esta pesquisa parte da seguinte questão central: como os emojis utilizados nas biografias e nos tweets de usuários que compartilham pesquisas sobre COVID-19 no X (Twitter) podem representar alinhamentos simbólicos e identitários, e de que modo essas representações contribuem para a compreensão do debate público da ciência durante a pandemia? Para responder a essa pergunta, propõe-se analisar as representações sociais e simbólicas expressas por emojis nas biografias e nos tweets de usuários de mídias sociais que compartilharam pesquisas sobre COVID-19 no Brasil entre os anos de 2020 e 2022.

A proposta visa entender como esses símbolos visuais refletem e reforçam identidades sociais, valores e alinhamentos ideológicos, constituindo práticas discursivas que tensionam o espaço público digital e influenciam a recepção da ciência em contextos de crise. A análise se apoia em categorias semióticas derivadas de Peirce, articuladas às discussões sobre redes sociais, desinformação, identidades digitais e comunicação científica. Essas categorias permitem observar como a linguagem visual se insere nos modos de subjetivação e na produção de sentido em contextos marcados por incertezas, polarização e disputas epistêmicas.

A relevância do estudo reside na necessidade de aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas simbólicas que permeiam o debate público da ciência, especialmente em momentos de instabilidade social e sanitária. Ao investigar como elementos visuais — como os emojis — participam da construção de sentidos, identidades e posicionamentos no ambiente digital, espera-se oferecer subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento das estratégias de comunicação científica, contribuindo para o enfrentamento da desinformação e para a promoção de uma circulação mais qualificada, crítica e equitativa do conhecimento nas mídias sociais.

Entre as diversas estratégias de comunicação empregadas, o uso de emojis se destacou como uma forma de expressão não linguística amplamente utilizada na comunicação digital. Segundo Das (2020), fatores como idade, sexo e diversidade de plataforma influenciam os padrões de uso de emojis.

A altmetria tem avançado na análise do impacto das pesquisas, indo além do score altmétrico para investigar como os conteúdos circulam e geram engajamento nas mídias sociais (Araújo, 2020). Diante desse cenário, surge a questão: como os emojis utilizados nas biografias de usuários que compartilham pesquisas sobre COVID-19 refletem alinhamentos simbólicos e identitários, e como essas representações contribuem para o debate público da ciência durante a pandemia?

Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, inserida no campo da altmetria, que estuda as interações com pesquisas científicas em ambientes da web social. A partir de um estudo mais amplo que analisou a circulação de pesquisas sobre COVID-19 no X (Twitter) no Brasil, foi possível identificar comportamentos discursivos relacionados à apropriação simbólica da ciência. Esses dados foram

agrupados por meio de análise de clusterização, originando quatro clusters de usuários com perfis de interesse distintos. Para esta etapa da investigação, foram analisados os emojis presentes nas biografias dos usuários e nos tweets compartilhados, visando compreender como esses elementos visuais participam da construção simbólica e identitária no contexto do debate público sobre ciência.

A extração e quantificação dos emojis foram realizadas com uso de expressões regulares e da biblioteca Python de emojis, permitindo avaliar frequência e diversidade por tweet e por usuário, com os resultados apresentados em gráficos. A análise interpretativa foi orientada pela semiótica peirceana, buscando identificar como os emojis atuam como mecanismos de identificação, diferenciação e expressão de emoções e posicionamentos ideológicos. O recorte temporal abrangeu o período de março de 2020 a dezembro de 2022, visando captar os usos e sentidos atribuídos aos emojis durante a crise sanitária e sua função na mediação simbólica da ciência nas redes sociais. Esse recorte permite observar mudanças nos padrões de representação ao longo das diferentes fases da pandemia, refletindo alterações nos regimes de sensibilidade e nas narrativas públicas sobre o saber científico.

Referencial Teórico

A representação social, conforme Moscovici (1984), permite compreender como grupos processam, reinterpretam e compartilham informações, fenômeno intensificado e amplificado pelas mídias sociais durante a pandemia de COVID-19. Nesse cenário, os emojis se consolidam como elementos multissemióticos potentes, capazes de expressar emoções, identidades sociais e afiliações ideológicas, refletindo, muitas vezes, crenças, valores e posicionamentos políticos relacionados à ciência, à saúde pública e às dinâmicas de convivência em tempos de crise global.

Partindo do princípio de que a linguagem constitui um elemento essencial para a sociabilidade humana, torna-se necessário examinar os sistemas de signos que nela se articulam. Contudo, como salienta Blikstein (2020), para além dessa dimensão vital, o ser humano, em sua trajetória de existência e sobrevivência, recorre a mecanismos de identificação e diferenciação que moldam os sentidos de pertencimento e exclusão. No contexto das interações na rede social X (Twitter), os emojis emergem como signos em constante negociação de sentido, atuando como elementos de multissemiose capazes de operar em vários níveis: afetivo, estético, político e cultural. Durante a pandemia, seu uso reiterado refletiu não apenas emoções momentâneas, mas também crenças persistentes e atitudes ideológicas diante da ciência, das políticas públicas e dos discursos em circulação.

Em termos gerais, os emojis podem atuar como pictogramas, representando diretamente ideias, ações ou conceitos; ou como ideogramas, quando agregam sentidos por meio de associações simbólicas (Paiva, 2016). Cabe destacar que, mesmo quando se fazem presentes em mensagens digitais aparentemente universais, essas unidades gráficas não escapam às variações culturais da linguagem estabelecida entre os interlocutores. Assim, os emojis constituem fenômenos de multimodalidade comunicativa, sendo integrados a outras formas de linguagem verbal e não verbal em uma prática comunicacional híbrida e dinâmica, típica das redes digitais contemporâneas.

Bateman (2008) oferece uma contribuição decisiva ao discutir a noção de multimodalidade como princípio estruturante da comunicação contemporânea. Para o autor, a construção de sentido nas práticas discursivas digitais exige a articulação integrada de diferentes modos semióticos — texto, imagem, layout, gesto, som. Os emojis, nesse sentido, não podem ser entendidos como simples complementos ou adornos visuais, mas como elementos ativos e estratégicos na produção de sentido. Eles operam tanto como unidades semióticas autônomas quanto como extensões que reconfiguram ou intensificam o conteúdo textual, alterando o ritmo, a entonação e a intenção discursiva. Sua presença modifica a estrutura enunciativa, redefine o tom da

mensagem e insere nuances interpretativas que vão além da literalidade do texto escrito.

Ao se direcionar uma análise semiótica à linguagem praticada no Twitter, percebe-se a existência de camadas complexas de representação. Considerando que o signo é aquilo que representa algo, é pertinente questionar quais elementos são convocados nessas representações marcadas pela recorrência dos emojis, especialmente em tempos de acirramento ideológico e polarização discursiva.

Segundo a semiótica de Charles Sanders Peirce, qualquer coisa pode funcionar como signo, dada a multiplicidade de propriedades das coisas. Santaella (2018) sintetiza esse entendimento ao afirmar:

> [...] entre as infinitas propriedades materiais, substanciais etc. que as coisas têm, há três propriedades formais que lhe dão capacidade para funcionar como signo: sua mera qualidade, sua existência, quer dizer, o simples fato de existir, e seu caráter de lei. Na base do signo, estão, como se pode ver, as três categorias fenomenológicas (Santaella, 2018, pp.12).

Essa visão conduz à compreensão do signo como uma entidade relacional e triádica: não há signo sem objeto nem sem interpretante. Esse tripé é essencial para compreender os efeitos comunicativos dos emojis, que não operam de forma isolada, mas em meio a contextos, intenções e inferências sociais e culturais.

A aplicação do modelo tricotômico de Peirce (2005) — estruturado nas dimensões do signo em si, do objeto representado e do efeito interpretativo — contribui para a compreensão dos fenômenos comunicacionais observados na linguagem do Twitter durante a pandemia. Assim, o signo pode ser examinado segundo três eixos: i) sua própria natureza (qualisigno, sinsigno, legisigno); ii) sua relação com o objeto (ícone, índice, símbolo); e iii) seu impacto no interpretante (rema, dicente, argumento).

O uso dos emojis na autorrepresentação dos usuários da plataforma e sua significação nas interações comunicativas se destacam como aspectos reveladores das diferenças sociais e identitárias. Esses signos, em uma leitura inicial, se apresentam sob a tríade que corresponde ao nível da secundidade (sinsigno / índice / dicente), por conta de sua manifestação concreta e direta em um contexto específico.

Os emojis podem ser classificados como sinsignos, pois se tratam de ocorrências singulares e materiais. Como lembra Santaella (2018), tudo que existe pode ser considerado signo, pois:

> Todo existente, qualquer existente é multiplamente determinado, é uma síntese de múltiplas determinações, pois existir significa ocupar um lugar no tempo e no espaço, significa reagir em relação a outros existentes, significa conectar-se (Santaella, 2018, pp.12-13).

Eles também funcionam como índices, na medida em que estabelecem relações de contiguidade com os objetos que representam. O emoji "😃", por exemplo, está diretamente relacionado à expressão de um rosto sorridente, evocando sentimentos de alegria e entusiasmo — uma relação de semelhança icônica que, ao ser decodificada, produz um efeito interpretativo imediato.

Na dimensão do interpretante, os signos icônicos despertam no receptor um efeito energético — exigem algum tipo de esforço cognitivo para serem compreendidos. Santaella (2018) destaca que:

> Índices tendem a produzir esse tipo de interpretante com mais intensidade, pois os índices chamam nossa atenção, dirigem nossa retina mental ou nos movimentam na direção do objeto que eles indicam (Santaella, 2018, pp.25).

Dessa forma, entende-se que os emojis, ao provocarem uma leitura com base em sua aparência referencial, funcionam como signos dicentes — sua estrutura simbólica aponta diretamente para um objeto reconhecível e, nesse percurso, conduz o destinatário à compreensão.

Nas redes sociais, o uso de emojis como marcadores de pertencimento a grupos sociais específicos acrescenta camadas de sentido às postagens. Em certos contextos, os emojis ultrapassam a função de índice e se convertem em símbolos, adquirindo significados culturais e ideológicos próprios, desvinculados da mera representação visual de origem. O símbolo,

nesse caso, exige um repertório partilhado: seu sentido não está mais na semelhança ou na contiguidade com o objeto, mas em convenções e hábitos interpretativos consolidados.

Hall (1997) argumenta que a linguagem é o principal meio pelo qual os significados são produzidos e negociados na cultura. Não se trata apenas de refletir o mundo, mas de construí-lo simbolicamente. Aplicando essa perspectiva à análise dos emojis, pode-se compreendê-los como signos que participam ativamente da construção de significados sociais e culturais. Eles não apenas representam sentimentos ou ideias, mas constroem narrativas, reforçam estereótipos, simbolizam valores e estruturam o pertencimento a grupos. O emoji "🤢", por exemplo, em um contexto de crítica a uma figura pública, não apenas expressa repulsa, mas aciona códigos ideológicos que posicionam o emissor dentro de um campo de disputas simbólicas.

Esse fenômeno interfere no modo como os usuários interagem — tanto os que produzem quanto os que consomem conteúdo nas mídias digitais. A interpretação dessas mensagens exige o acionamento de regras gramaticais convencionais (Koch, 2020), bem como o recurso a experiências individuais e ao repertório sociocultural dos leitores. Ou seja, há um componente inferencial essencial na decodificação do emoji como signo: ele ativa o contexto, estimula relações intertextuais e convida à construção do sentido em níveis múltiplos e sobrepostos.

No caso dos emojis, muitas vezes a interpretação antecede até mesmo a leitura do texto explícito da postagem. Como aponta van Dijk (2013), é realizada uma análise de contexto que orienta a recepção das mensagens. Assim, quando empregados para marcar posicionamentos ideológicos, os emojis operam como índices discursivos estratégicos, organizando sentidos e orientando os leitores para uma determinada leitura do conteúdo.

Dentro da perspectiva da secundidade peirceana, o emoji pode funcionar como um signo que mantém relação factual com seu objeto, estabelecendo uma ligação física ou causal. Um exemplo disso é o uso isolado do emoji 😡 como reação a uma postagem política — ele atua como um índice de uma emoção autêntica, revelando o estado afetivo do emissor. Nesses casos, sua interpretação não requer convenções complexas. O vínculo se dá por uma experiência vivida, direta e espontânea.

Entretanto, quando os emojis são usados enquanto símbolos — signos de terceiridade — , eles remetem à mediação, à lógica social e à construção interpretativa compartilhada. É o caso do emoji 🔥 utilizado em frases como "esse look tá 🔥", cujo significado é construído culturalmente como elogio, expressão de estilo ou sucesso.

A perspectiva de Lotman (1996) amplia essa discussão ao introduzir o conceito de "semiosfera" — o espaço cultural no qual os signos se organizam, interagem e produzem sentido. A semiosfera é heterogênea, dinâmica e multifacetada, composta por sistemas de signos que ora dialogam, ora conflitam entre si. Os emojis, como elementos dessa semiosfera digital, atuam na fronteira entre diferentes linguagens (verbal, visual, corporal), promovendo uma constante tradução entre códigos. O signo 🔥, por exemplo, pode significar sucesso, atratividade ou algo "em alta", dependendo da cultura discursiva do grupo que o utiliza. Sua interpretação exige, portanto, competência semiótica e sensibilidade cultural.

Além disso, ao serem dispostos em sequência, os emojis também podem sintetizar argumentos. Um exemplo: "💸 + 🛍️ = 😩" — aqui, há uma construção discursiva que expressa crítica ao consumo e suas consequências financeiras. Trata-se de um signo simbólico com função argumentativa e valor comunicativo amplificado.

Esse processo interpretativo depende de um código cultural. O emoji é aprendido, inserido em sistemas de sentido e, muitas vezes, integrado a discursos mais complexos (Peirce, 2005; Santaella, 2018). Em suma, um mesmo emoji pode transitar entre diferentes categorias — secundidade ou terceiridade — a depender: (i) do contexto (Dijk, 2013; Koch,

2020); (ii) da intencionalidade comunicativa (Peirce, 2005; Santaella, 2018; Blikstein, 2020); e (iii) da interpretação do destinatário (Peirce, 2005; Santaella, 2018).

Goffman (1959; 2008), ao tratar da construção da identidade nas interações sociais, propõe o conceito de "apresentação de si" como performance. Os sujeitos, ao interagirem, constroem fachadas sociais que buscam controlar a impressão que causam nos outros. Na lógica das redes sociais, essas fachadas são atualizadas por meio de imagens, textos, curtidas e, especialmente, emojis. Esses signos atuam como ferramentas performativas que compõem a encenação do eu digital. A escolha de um emoji, a frequência de seu uso ou sua combinação com outras formas simbólicas indicam estratégias identitárias: o emoji se torna parte do figurino, do roteiro e da cenografia com que o sujeito se apresenta em um palco social virtual.

Essa versatilidade revela a ambiguidade e riqueza dos signos. Emojis não são meros adornos visuais — são signos multifacetados, capazes de condensar afeto, ironia, crítica, identidade e raciocínio. Eles representam uma linguagem viva, performática e em constante mutação, cujo estudo, à luz da semiótica e da teoria social, revela dinâmicas complexas de comunicação, cultura e subjetividade.

A emergência da altemetria, ou altmetrics, como campo de estudo e prática de mensuração do impacto social da informação digital, tem ampliado as possibilidades de análise no contexto das mídias sociais. Inicialmente voltada para avaliar o impacto de produções científicas em ambientes digitais, a altemetria hoje permite mapear os fluxos de atenção, compartilhamento e recepção de conteúdos em tempo real, inclusive no X (Twitter) (Priem *et al*., 2010; Sugimoto *et al*., 2017). Essa métrica alternativa não apenas quantifica menções, curtidas e retuítes, mas revela a repercussão simbólica e a circulação de discursos que emergem desses ambientes.

No contexto dos emojis, os dados altmétricos funcionam como objetos/indicadores semióticos secundários: expressam não apenas a presença de um determinado signo, mas sua relação social e afetiva com os públicos que o consomem. Isso é especialmente relevante quando o emoji é utilizado para representar ou marcar posições ideológicas — como no caso do uso do emoji de seringa 💉 para simbolizar apoio à vacinação, ou da carinha com olhos lacrimejantes 🥹 para evocar empatia e sofrimento coletivo durante a pandemia.

Segundo Priem *et al*. (2010), a altemetria busca rastrear não só o impacto acadêmico tradicional, mas também o engajamento social e emocional em ambientes online. Nesse sentido, os emojis funcionam como marcadores ideológicos e afetivos cujos efeitos podem ser quantificados e interpretados à luz das métricas sociais. Por exemplo, a alta frequência de uso de determinados emojis em tweets sobre temas sanitários pode indicar a construção de narrativas coletivas que ultrapassam o texto e se ancoram em representações simbólicas compartilhadas.

Haustein (2016) argumenta que os dados altmétricos, ao refletirem práticas comunicativas em tempo real, revelam mais do que visibilidade: mostram as formas pelas quais o conteúdo é apropriado, ressignificado e mobilizado nas redes. Assim, a análise altmétrica dos emojis utilizados em tweets pandêmicos permite identificar os signos mais recorrentes, os contextos de uso, as redes de compartilhamento e os públicos envolvidos — elementos fundamentais para uma leitura semiótica que considere os aspectos ideológicos e identitários.

Bornmann (2014) reforça que a altemetria não substitui as métricas tradicionais, mas complementa a compreensão do impacto simbólico da comunicação contemporânea. Isso é crucial em estudos como este, em que a presença de emojis, sua frequência e seu contexto de uso constituem indícios importantes da construção de sentidos sociais.

Além disso, a análise altmétrica pode ser aplicada como um recurso metodológico complementar à semiótica, pois permite visualizar graficamente o alcance, a intensidade e a ressonância de signos específicos no ambiente digital. Os mapas de calor, nuvens de palavras e gráficos de engajamento são exemplos de visualizações que traduzem, quantitativamente, processos

qualitativos de circulação simbólica, como propõem Sugimoto *et al*. (2017).

Assim, os estudos altmétricos não apenas auxiliam na compreensão da difusão dos emojis enquanto signos, mas também na mensuração de seu valor comunicacional e político no ecossistema digital. Trata-se, portanto, de uma ferramenta potente para ampliar a análise da significação nas redes sociais, ancorando a semiótica peirceana em evidências empíricas derivadas da interação social.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva desenvolvida no âmbito dos estudos de altmetria, termo guarda-chuva para o campo que analisa métricas geradas a partir de interações com pesquisas em fontes da web social (Barcelos & Maricato, 2023).

Como afirmado anteriormente, a altmetria tem se consolidado como uma área essencial na avaliação do impacto das pesquisas científicas, permitindo compreender não apenas citações acadêmicas, mas também o impacto social e comunicacional das descobertas científicas.

A pesquisa partiu de dados de um estudo maior que analisou a atenção online dada a pesquisas sobre Covid-19 compartilhadas no Brasil durante a pandemia, especialmente no X (Twitter) (Araújo & Costas, 2024).

Os autores identificaram 17.600 pesquisas compartilhadas por 62.979 usuários e 234.346 tweets e procederam uma análise de clusterização dos usuários, a partir das interações obtendo quatro clusters principais que apresentam grupos de interesse distintos (Araújo & Lima, 2024).

Para caracterização dos usuários, as 62.979 contas tiveram o conteúdo da descrição da bio analisadas para verificação das palavras e expressões mais frequentes e nesta comunicação foram analisados os emojis utilizados nos compartilhamentos dos diferentes grupos identificados. O mesmo procedimento foi feito para o conteúdo dos 234.346 tweets.

O uso de emojis foi analisado por meio da extração de caracteres dos textos dos tweets utilizando expressões regulares (caracteres) e a biblioteca Python de emojis. A frequência e a diversidade de emojis foram quantificadas nos níveis de tweet e usuário, com as distribuições visualizadas em gráficos de barras indicando os agrupamentos que pertencem.

A análise semiótica segue o modelo de Peirce (2005). O estudo da tríade em nível de secundidade (sinsigno / índice / dicente) ocorrerá nas constatações materializadas por meio do uso de emojis nas autorrepresentações dos usuários da rede social X (Twitter) no período de março de 2020 a dezembro de 2022.

Identificam-se como categorias de análise dos elementos de multissemiose (emojis) entre interlocutores da rede social: i) mecanismos de identificação entre interlocutores (percepção do uso do objeto/emoji que provoca); ii) mecanismos de diferenciação e/ou aproximação entre interlocutores (identificação dos objetos/emojis indiciais que localizam autor e receptor no breve discurso de autorrepresentação); iii) percepção de expressões de emoções, identidades e afiliações ideológicas no uso de emojis (indicação de camadas de interpretantes dicentes contidas nas autorrepresentações).

A proposta metodológica desenvolvida neste estudo apresenta caráter original e inovador ao articular ferramentas computacionais com fundamentos da semiótica peirceana na análise de signos digitais, especificamente os emojis, em ambientes de rede social. Diferentemente de abordagens mais frequentes nas ciências sociais e humanas — que tendem a tratar os emojis como elementos acessórios ou exclusivamente comunicativos —, este trabalho os concebe como signos multissemióticos complexos, cuja significação é examinada a partir da tríade de Charles Sanders Peirce, em nível de secundidade (2005), considerando o modo como se manifestam nos discursos de autorrepresentação dos usuários.

O procedimento técnico-científico aplicado consiste na extração de emojis diretamente dos tweets, utilizando expressões regulares e a biblioteca Python emoji, permitindo a quantificação da frequência e diversidade

desses signos tanto no nível individual (usuário) quanto coletivo (tweet). Trata-se de uma estratégia computacional que garante objetividade e replicabilidade, mas que se destaca por ser ancorada em categorias interpretativas de base semiótica, o que raramente ocorre em estudos automatizados de mídias sociais.

A conjugação entre o tratamento automatizado de dados linguístico-visuais e a interpretação qualitativa baseada na teoria dos signos é o que confere originalidade ao método. O estudo evita tanto o reducionismo estatístico das abordagens puramente quantitativas quanto as limitações de escopo de análises exclusivamente hermenêuticas, optando por uma via híbrida, que reconhece o emoji como sinsigno indexical e dicente, e não apenas como ícone emotivo ou decorativo.

As categorias analíticas construídas — i) mecanismos de identificação entre interlocutores; ii) mecanismos de diferenciação/aproximação discursiva; e iii) percepção de emoções, identidades e afiliações ideológicas — emergem do próprio fenômeno empírico em articulação com o arcabouço teórico semiótico e comunicacional, reforçando o caráter indutivo-construtivista da proposta. Tais categorias não foram apenas transpostas de modelos prévios, mas elaboradas especificamente para este estudo, o que reforça o caráter autoral da metodologia.

Além disso, o recorte temporal — abrangendo o período crítico da pandemia de COVID-19 (março de 2020 a dezembro de 2022) — e o foco na plataforma X (antigo Twitter), intensamente marcada por discursos polarizados e manifestações simbólicas condensadas, oferecem um contexto singular em que o método ganha pertinência e profundidade.

Em síntese, a originalidade desta metodologia reside em três pontos principais: i) integração inédita entre linguagens computacionais (Python) e análise semiótica peirceana, respeitando as especificidades de ambas as abordagens; ii) construção própria de categorias interpretativas, baseadas nos conceitos de sinsigno, índice e dicente, aplicadas a signos gráficos efêmeros mas densos em conteúdo ideológico, como os emojis; iii) aplicação contextualizada a uma situação de crise informacional e sanitária global, permitindo observar como signos não verbais se tornam centrais na construção discursiva da identidade, da emoção e da ideologia.

Dessa forma, a metodologia não apenas respondeu aos objetivos do estudo, mas também avança na proposição de caminhos investigativos próprios para o estudo da multissemiose em ambientes digitais.

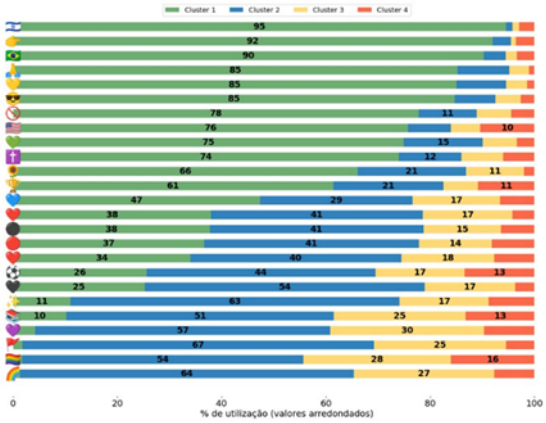
Resultados

Os resultados aqui expostos foram divididos em duas seções: análise identitária e representação social dos usuários; análise de representações simbólicas nas estratégias de compartilhamento.

Os dados analisados revelam que os emojis desempenharam um papel expressivo como marcadores de identidade, pertencimento e alinhamento ideológico no contexto das interações digitais sobre a pandemia.

No Cluster 1, observa-se a predominância de símbolos nacionais e religiosos, como bandeiras e cruzes, sugerindo uma possível vinculação com grupos de perfil conservador. Essa tendência confirma a proposição de Moscovici (1984), segundo a qual as representações sociais atuam como mecanismos de estruturação, circulação e consolidação de informações no interior dos grupos sociais, promovendo coesão em torno de valores partilhados e sustentando alinhamentos ideológicos consistentes (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição dos emojis presentes na descrição da bio dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Do ponto de vista semiótico, a linguagem utilizada por esses usuários em suas biografias e tweets revela a recorrência de signos que operam não apenas em níveis de secundidade (como sinsignos, índices e dicentes), mas também em níveis mais complexos de terceiridade, como símbolos e argumentos. Essa elevação semiótica indica uma operação discursiva que vai além da simples indicação de algo imediato ou experiencial. Trata-se de uma linguagem simbólica em que o signo representa seu objeto por meio de convenções e regras culturalmente estabelecidas — ou seja, símbolos no sentido peirceano (Peirce, 2005). Tal uso é legitimado pela própria comunidade discursiva da rede, conforme discutem van Dijk (2013) e Koch (2020), uma vez que se apoia em um repertório interpretativo comum e compartilhado entre os interlocutores.

Um exemplo evidente dessa dinâmica é o uso da bandeira nacional como símbolo que ultrapassa seu valor meramente representativo de um território. A bandeira do Brasil, nesse contexto, pode operar como emblema de uma identidade ideológica, funcionando como marcador de posição política no espaço digital. Da mesma forma, a bandeira de Israel ou dos Estados Unidos, o emoji de cruz, ou o dedo indicador apontando para a direita, são acionados como dispositivos de diferenciação e aproximação simbólica, articulando visões de mundo, crenças e valores. Tais usos funcionam como marcadores semióticos identitários, contribuindo para a construção de fronteiras ideológicas no interior das comunidades virtuais.

Pode-se afirmar, assim, que os discursos simbólicos presentes nas biografias de usuários da rede X (Twitter), mediados por emojis, expressam não apenas emoções ou afiliações momentâneas, mas um complexo sistema de signos que articula afetos, identidades e narrativas ideológicas. Como indicam Peirce (2000) e Blikstein (2020), a potência dos símbolos reside justamente na sua capacidade de projetar interpretações mais abstratas e persuasivas — extrapolando a dimensão indicial que os gerou e transformando-se em representações consolidadas e culturalmente legitimadas.

No Cluster 2, por outro lado, predomina o uso de emojis associados à resistência política e às causas sociais, sinalizando uma atuação discursiva mais alinhada a pautas progressistas. Aqui se destacam ícones como o punho cerrado ✊, bandeiras do arco-íris 🏳️‍🌈, e outros símbolos ligados à justiça social e à diversidade. Tal cenário reforça a leitura de Blikstein (2020), que vê nos sistemas de signos instrumentos de distinção e pertencimento nos grupos sociais. Neste caso, o uso simbólico dos emojis transcende a esfera da autoexpressão individual, assumindo uma função coletiva: reforçar identidades partilhadas e sustentar posições discursivas em disputas de sentido no espaço público digital.

A atuação desses signos não apenas comunica, mas delimita territórios discursivos e fronteiras ideológicas, organizando os sentidos que circulam sobre temas como pandemia, ciência, Estado e cidadania. O emoji, aqui, converte-se em síntese visual de um discurso político, funcionando como um enunciado condensado que representa narrativas sociais mais amplas.

O Cluster 3 revela uma configuração mais heterogênea, marcada por uma mescla de referências simbólicas diversas, sem uma polarização ideológica tão evidente. Neste grupo, observa-se uma convivência de discursos múltiplos, sugerindo uma apropriação dos emojis menos orientada por alinhamentos ideológicos rígidos e mais aberta a nuances individuais ou contextuais. O Cluster 4, por sua vez, apresenta uma distribuição

equilibrada entre símbolos nacionais, políticos e sociais, o que pode indicar a presença de usuários com perfis híbridos ou de interlocutores que adotam uma postura discursiva mais moderada.

A análise dos quatro clusters indica a existência de vetores de polarização simbólica nas interações online em torno da pandemia, especialmente em relação às temáticas da ciência, do governo e da saúde pública. Verifica-se que o debate público foi profundamente atravessado por disputas semióticas nas quais os emojis atuaram como operadores discursivos e instrumentos de posicionamento social.

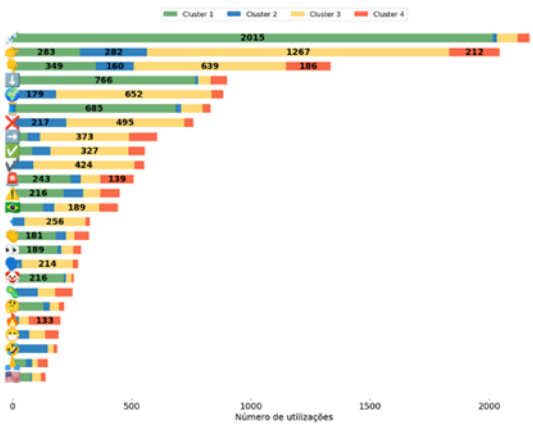
Dessa forma, é possível afirmar que os emojis, enquanto signos no nível da terceiridade, consolidaram-se como elementos simbólicos de representação ideológica. Sua presença não apenas adorna o discurso, mas desempenha papel fundamental na estruturação de posicionamentos, no reforço de identidades coletivas e na organização dos sentidos que circulam no espaço público digital.

Ao comparar os termos mais recorrentes na drescrição da bio das contas analisadas entre os agrupamentos de 1 a 4, Araújo e Costas (2024) observaram disparidades na caracterização dos usuários, com aspectos mais pessoais, religiosos e políticos por um lado, e mais profissionais e acadêmicos por outro. As palavras-chave do cluster 1, por exemplo, são coerentes com o slogan do discurso de posse do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” e os emojis encontrados nesse cluster confirmam esse alinhamento.

Conforme evidencia a análise da distribuição dos emojis nos tweets de usuários brasileiros durante a pandemia (ver Gráfico 2), tais signos visuais assumem um protagonismo expressivo nas disputas simbólicas e discursivas travadas nas plataformas digitais contemporâneas.

O Gráfico 2 apresenta a análise da distribuição dos emojis utilizados nos tweets de usuários do Twitter(X) no Brasil durante a pandemia de COVID-19.

Gráfico 2: Distribuição dos emojis presentes nos tweets



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os resultados obtidos apontam que os usuários da rede social X (Twitter) recorreram aos emojis como recursos semióticos estratégicos, mobilizando-os para a elaboração e reforço de discursos com potencial teor ideológico ao longo da crise sanitária. Em meio ao cenário pandêmico, marcado por incertezas e disputas narrativas, os signos visuais atuaram como ferramentas expressivas capazes de condensar sentidos, provocar reações e configurar identidades discursivas.

No Cluster 1, observou-se a predominância de discursos de cunho alarmista e crítico, marcadamente expressos pelo uso recorrente de emojis como 💉 (seringa) e 🚨 (sinal de alerta). Tais signos funcionam como índices visuais, evocando diretamente no receptor a percepção de urgência, risco e ameaça. De acordo com Santaella (2018), os índices visuais tendem a gerar efeitos energéticos nos interlocutores, uma vez que exigem um tipo de atenção e resposta imediata por parte do receptor, ativando processos interpretativos com forte carga emocional. Assim, é possível inferir que os usuários vinculados a este cluster mobilizaram tais signos com a intenção de acentuar o senso de perigo, ao mesmo tempo em que reforçavam argumentações políticas e ideológicas relacionadas à pandemia e às políticas de enfrentamento adotadas.

O Cluster 2, por sua vez, apresenta uma orientação discursiva voltada para dimensões globais e sanitárias da crise. Emojis como 🌎 (globo terrestre) e 😷 (rosto com máscara)

aparecem com frequência, funcionando como indicadores de um discurso mais voltado à coletividade, à proteção e à responsabilidade sanitária. Nesse grupo, os signos visuais assumem papel referencial, mas também simbólico, ao representarem valores como solidariedade, cuidado com o outro e reconhecimento da pandemia como um fenômeno de escala planetária. A escolha desses emojis sugere uma tentativa de construir sentidos voltados à empatia e ao engajamento coletivo.

O Cluster 3 diferencia-se por enfatizar a validação da informação e a circulação de conteúdos considerados confiáveis, destacando-se pelo uso mais contido e racional dos signos visuais. Aqui, observa-se uma estratégia discursiva que visa reforçar a credibilidade dos conteúdos compartilhados, em oposição à desinformação amplamente disseminada em outras esferas discursivas. É possível supor que o uso dos emojis nesse grupo esteja menos orientado pela expressão emocional e mais pela função pragmática e argumentativa do signo, como forma de conferir clareza, organização ou reforço retórico aos enunciados.

O Cluster 4, por fim, revela uma configuração híbrida, combinando elementos de alerta, como emojis de sirenes ou exclamativos, com outros que sugerem análise, ironia ou crítica implícita. Esse grupo apresenta um perfil discursivo mais ambíguo e multifacetado, no qual convivem diferentes modos de engajamento: tanto emocional quanto racional, tanto simbólico quanto indicial.

De modo geral, a distribuição e o uso dos pictogramas evidenciam que a pandemia não apenas impulsionou o uso de emojis como ferramentas comunicativas, mas também acentuou a polarização discursiva, refletindo distintos modos de posicionamento e participação no espaço digital. Os emojis, nesse contexto, funcionam como operadores discursivos, condensando significados complexos em formas sintéticas, visuais e altamente interpretáveis.

A análise dos termos mais utilizados nos mensagens dos usuário pode nos direcionar ao conteúdo discursivo e, em certos casos, também sugerir ênfases, focos ou estilos de comunicação. Conforme Araújo e Costas (2024) todos os agrupamentos compartilham da narrativa científica, o que indica que diversos grupos de interesse adotaram esse tipo de narrativa como estratégia comunicacional. Percebemos isso reforçado no uso de emojis carregam elementos científicos.

Um aspecto importante a ser destacado refere-se à distinção entre o uso dos emojis nas biografias dos usuários e sua presença nos tweets. Enquanto nas biografias os emojis são empregados de modo mais simbólico — atuando como marcadores identitários e ideológicos duradouros, inseridos em camadas de interpretação mais profundas (nível da terceiridade, segundo Peirce) —, nas publicações, a recorrência aos emojis tende a se apresentar de forma mais literal e indicial. Nessa configuração, os signos visuais mantêm relação direta e contingente com os eventos, representando aquilo que os gerou, como expressões de medo, alerta ou posicionamento momentâneo.

Ou seja, enquanto nas biografias os emojis projetam um sistema de valores e crenças mais estável e representativo do “eu digital”, nas postagens eles operam em função das circunstâncias comunicativas imediatas, atuando como instrumentos de ênfase, comentário ou reação frente aos acontecimentos. Essa diferença sugere uma variação semiótica relevante: do símbolo ideológico fixado ao índice emocional efêmero, do signo argumentativo ao sinal de presença afetiva.

Portanto, a análise dos clusters evidencia que o uso dos emojis durante a pandemia não foi aleatório ou meramente decorativo: ao contrário, representou uma prática discursiva intencional, inserida em lógicas socioculturais e semióticas que operam tanto na estruturação de discursos quanto na constituição de identidades sociais e ideológicas. Trata-se de uma linguagem visual dotada de densidade semiótica, capaz de condensar discursos complexos e posicionamentos múltiplos em poucos caracteres — ou, neste caso, em pequenos ícones.

Considerações Finais

A análise dos emojis utilizados tanto nas biografias quanto nos tweets durante a pandemia de COVID-19 revela o papel significativo desses pictogramas como marcadores sociais, ideológicos e discursivos no ambiente da Web Social. Os dados obtidos indicam que os usuários não se limitaram ao simples compartilhamento de pesquisas científicas; ao contrário, mobilizaram esses signos gráficos como instrumentos de diferenciação simbólica e de afirmação identitária, reforçando discursos em torno da pandemia e do posicionamento frente à ciência. O caráter polarizado que emergiu da análise entre os clusters aponta para uma apropriação estratégica dos emojis, que extrapola o uso meramente ornamental e inscreve-se em um campo semiótico complexo, onde significações políticas, afetivas e ideológicas são articuladas.

No cruzamento entre as informações presentes nas biografias dos usuários e os conteúdos postados, observa-se uma diversidade de padrões discursivos. O Cluster 1 apresenta uma narrativa caracterizada por forte apelo ao nacionalismo, à religiosidade e ao alarmismo, fazendo uso de emojis que intensificam tais marcas (como 🚨 e 💉), produzindo um discurso visualmente impactante e mobilizador. O Cluster 2, por sua vez, demonstra um engajamento progressista, com ênfase em pautas sociais, diversidade e ciência, utilizando emojis como 🌈, ✊ e 🙄 para expressar valores de solidariedade e defesa da saúde pública. Já o Cluster 3 se destaca pelo foco na circulação de informações verificadas, com uma prática comunicativa mais estruturada e tecnicamente orientada, enquanto o Cluster 4 configura-se como um perfil híbrido, combinando elementos de alerta e argumentação, sem uma predominância ideológica clara, o que pode indicar uma tentativa de neutralidade ou ambivalência discursiva.

Tais resultados confirmam que os emojis operam como signos de multissemiose (Santaella, 2018), atuando simultaneamente como índices (por sua relação com a experiência concreta da pandemia), ícones (por sua forma visual reconhecível) e, em determinados contextos, como símbolos (ao adquirirem valor convencionado nos discursos ideológicos dos usuários). Em contextos de crise, como o da pandemia de COVID-19, essas camadas semióticas ganham ainda mais densidade e complexidade, contribuindo para a construção de narrativas, o reforço de identidades e a estruturação de comunidades discursivas.

É necessário destacar, de forma crítica, que a interpretação dos emojis depende fortemente do contexto sociocultural e das competências midiáticas dos interlocutores. Isso significa que o mesmo emoji pode ter significados radicalmente diferentes em contextos distintos, sendo passível de ambiguidade ou apropriação estratégica. Tal constatação reforça a importância de análises qualitativas e interpretativas — como a proposta neste estudo — que considerem o contexto enunciativo, a intencionalidade do emissor e as possíveis leituras pelo receptor. Os emojis, assim, não apenas complementam o conteúdo textual, mas moldam a recepção e a circulação de sentidos nas plataformas digitais, configurando modos particulares de engajamento com a ciência e com o debate público.

Para pesquisas futuras, propõe-se o aprofundamento das análises por meio de ferramentas de processamento de linguagem natural e de métodos computacionais capazes de capturar as nuances semânticas e pragmáticas dos emojis em diferentes contextos sociocomunicacionais. Estudos comparativos entre distintas plataformas, culturas ou eventos de crise também podem ampliar a compreensão sobre como esses signos visuais operam na mediação simbólica da ciência. Compreender essas dinâmicas é crucial para o aprimoramento das estratégias de comunicação científica, sobretudo em momentos de crise sanitária e informacional, em que a disputa por atenção, confiança e legitimidade torna-se ainda mais intensa. Além disso, pensar os emojis como parte de um repertório discursivo digital exige avançar nas discussões sobre letramento midiático e semiótico, promovendo maior criticidade na produção e recepção de conteúdos científicos nas redes sociais.

Referências

Araújo, R. F. (2020). Communities of attention networks: introducing qualitative and conversational perspectives for altmetrics. Scientometrics, 124, 1-17.

Araújo, R. F., & Costas, R. (2024). Communities of attention networks around COVID-19 papers in Brazil: A preliminary study. In 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (EBBC), 9. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Araújo, R. F.; Lima, K. T. B. Caracterizando a atenção online de pesquisas sobre Covid-19 no Brasil: grau de exposição, gênero e localização dos usuários no Twitter (X). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. Anais [...] XXIV ENANCIB, AMCIB/PPGCI/UFES, Vitória, 2024.

Barcelos, J., &Maricato, J. M. (2023) Altmetria: uma análise de seus termos, expressões, conceitos e definições. Em Questão, 29, e–129518. https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.129518.

Bateman, J. A. (2008). Multimodality and genre: A foundation for the systematic analysis of multimodal documents. Palgrave Macmillan.

Blikstein, I. (2020). Semiótica e totalitarismo. São Paulo: Contexto.

Bornmann, L. (2014). Do altmetrics point to the broader impact of research? An overview of benefits and disadvantages of altmetrics. Journal of Informetrics, 8(4), 895–903. https://doi.org/10.1016/j.joi.2014.09.005

Das, A. (2020). How has the coronavirus (COVID-19) pandemic affected global emoji usage? Journal of Human Behavior in the Social Environment, 31(1–4), 425–434. https://doi.org/10.1080/10911359.2020.1838383

Dijk, T. A. (2013). Cognição, discurso e interação. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Goffman, E. (1959). The Presentation of Self in Everyday Life. Anchor Books.

Goffman, E. (2008). A representação do eu na vida cotidiana. Vozes.

Hall, S. (1997). Representation: Cultural Representations and Signifying Practices. Sage/Open University.

Haustein, S. (2016). Grand challenges in altmetrics: Heterogeneity, data quality and dependencies. Scientometrics, 108(1), 413–423. https://doi.org/10.1007/s11192-016-1910-9

Koch, I. G. V. (2020). O texto e a construção de sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto.

Lotman, Y. (1996). La semiosfera I: Semiótica de la cultura y del texto. Cátedra.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), Social representations (pp. 3–69). Cambridge University Press.

Paiva, V. L. M. O. (2016, maio/ago). A linguagem dos emojis. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, 55, (2), 379-339.

Pierce, C. S. (2005). Semiótica. 3 ed. São Paulo: Perspectiva.

Priem, J., Taraborelli, D., Groth, P., & Neylon, C. (2010). Altmetrics: A manifesto. Retrieved from http://altmetrics.org/manifesto.

Santaella, L. (2018). Semiótica aplicada. São Paulo: Cengage Learning.

Sugimoto, C. R., Work, S., Larivière, V., & Haustein, S. (2017). Scholarly use of social media and altmetrics: A review of the literature. Journal of the Association for Information Science and Technology, 68(9), 2037–2062. https://doi.org/10.1002/asi.23833

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

Samantha Andrade da Rosa, Ibict, https://orcid.org/0000-0002-2384-3655, Brasil, *samantha.rosa07@gmail.com*

Victor Soares Rosa, Ibict, https://orcid.org/0000-0002-8387-4410, Brasil, *victor.soares.rosa@gmail.com*

Luciane de F. B. Cavalcante, Ibict, https://orcid.org/0000-0002-3314-003X, Brasil, lucianecavalcante@ibict.br

***DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.*6863**

Eixo: Género, pós-colonialismo e multiculturalidade

1 Introdução

A Ciência da informação e a Biblioteconomia vêm se debruçando em estudos dos fenômenos dessas áreas sob a perspectiva do enfrentamento à violência contra grupos sociais historicamente oprimidos e inferiorizados, tais como mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Verifica-se isso em pesquisas como as de Cavalcante (2022) e Côrtes, Alves e Silva (2015). No âmbito das bibliotecas, seus serviços e seus produtos, por seu turno, encontra-se, igualmente, ações pontuais realizadas por pessoas bibliotecárias destinadas ao ensino e à conscientização dos usuários no que toca a tal objetivo, repita-se: enfrentar essas mesmas formas de violência (Cavalcante, 2023). Sublinha-se, outrossim, que a violência causada a esses grupos sociais, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, está circunscrita no domínio da violência baseada no gênero (VBG), isto é, qualquer ação ou comportamento que cause dano físico, psicológico, sexual, patrimonial ou moral a uma pessoa em função de seu gênero ou de sua orientação sexual.

Neste estudo, por sua vez, pretende-se discutir a responsabilidade social do bibliotecário diante desse cenário no qual a violência baseada no gênero é uma realidade e produz efeitos significativos no tecido social. Ainda, busca-se identificar ações nesse mérito, o combate a tais formas de violência, oriundas dos órgãos de classe profissionais da área da Biblioteconomia, notadamente os conselhos regionais de Biblioteconomia (CRB) da região sudeste do Brasil, a saber: CRB-6, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; CRB-7, do estado do Rio de Janeiro; e CRB-8, do estado de São Paulo. Realiza-se uma busca nos sítios eletrônicos e nos perfis da rede social Instagram desses órgãos selecionados de postagens e/ou eventos promovidos que tenham como tema o enfrentamento à violência contra a mulher e pessoas LGBTQIAPN+.

Desta feita, no plano metodológico, esta pesquisa é qualitativa, descritiva e documental. O material coletado nos sítios e nas redes sociais consiste, evidentemente, em fontes primárias. No que toca à técnica de análise, utiliza-se a análise de conteúdo categorial, também denominada análise de conteúdo temática, a qual permite categorizar os dados obtidos. No plano teórico-conceitual, por seu turno, opera-se com as categorias de mediação da informação e de responsabilidade social bibliotecária, não obstante com os estudos e a legislação sobre gênero e violência baseada em gênero.

Justifica-se a relevância de tal investigação na medida em que a violência contra tais grupos é uma realidade concreta no tecido social brasileiro. De acordo com os dados apresentados pela décima edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher do Senado Federal e do Observatório da Violência Contra a Mulher (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023), 30% das mulheres brasileiras relatam já ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Desse número, 76% sofreram

violência física (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023). Não obstante, as taxas de feminicídio são alarmantes: em 2023, a cada seis horas um caso foi registrado. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou, em 2023, 1.463 casos de feminicídio, com aumento em relação ao ano anterior (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Pela via das comunidades LGBTQIAPN+, o Grupo Gay da Bahia, que anualmente produz um relatório com tais informações, indica que o Brasil é o país que mais mata homossexuais, travestis e pessoas trans no mundo, por homicídio ou por fazer com que tirem as suas próprias vidas (Mott; Domingos; Reis, 2023). Evidentemente, esse cenário se mostra triste e preocupante.

Este texto, por fim, além desta Introdução, está estruturado em outras quatro seções principais, a saber: no Referencial teórico, apresenta-se duas seções secundárias. A primeira trata da responsabilidade social, da ética profissional bibliotecária e dos instrumentos normativos do campo biblioteconômico no Brasil, por exemplo o juramento do bibliotecário e o código de ética do profissional. Temas como compromisso social, igualdade e bem público atravessam esse debate. Na segunda, por seu turno, aborda-se como tema central a mediação da informação. Interessa, notadamente, circunscrever a mediação como um processo e uma ação pelas quais se pode disseminar informações sobre o fenômeno da violência baseada no gênero, além de direcionar para a importância da promoção da apropriação da informação sobre esse fenômeno pelos sujeitos do tecido social. Tal informação sobre VBG, que se quer disseminada e apropriada, pode ser conformada como uma informação do tipo social, isto é, que trata de um evento urgente da sociedade e é relevante para o desenvolvimento pessoal, social e político de grupos sociais e de localidades. Em seguida, na seção de Procedimentos metodológicos, esta pesquisa é classificada em relação aos seus tipos - ela é qualitativa, descritiva e documental - e às suas técnicas - apropria-se da análise de conteúdo categorial e/ou temática. Na sequência, apresenta-se os resultados da busca nos sítios eletrônicos e nas redes sociais dos conselhos regionais de Biblioteconomia eleitos como campo empírico de análise na seção Resultados finais. Encerra-se com as Considerações finais.

2 Referencial teórico

Inicialmente, parte-se das funções e responsabilidades sociais demonstradas pela Biblioteconomia. A partir de Mostafa (1985), sublinha-se que a Biblioteconomia deve consistir em prática social e, portanto, em prática educativa. Dessa forma, o bibliotecário, mais do que ser um profissional com competência técnica, deve atuar como um difusor crítico de informações cuja atuação política é orientada às necessidades dos usuários, sem assumir nessa atuação postura de neutralidade científica, tampouco atitude classista. Nesse sentido, pode-se considerar a prática da mediação da informação uma prática social bibliotecária, inclusive uma ação educativa. Tem-se em vista os objetivos potenciais da mediação da informação de conscientizar os sujeitos sobre os fenômenos sociais que circundam o seu entorno, como a violência. Ainda, em que pese as necessidades concretas dos usuários, no âmbito do atendimento à pessoa que passa por uma situação de violência baseada no gênero, o bibliotecário realiza essa ponte entre a necessidade de informação da pessoa agredida e os recursos informacionais que podem orientá-la em uma atuação que é, evidentemente, humana, solidária e, além disso, política.

O social das práticas biblioteconômica e informacional, não obstante, aparece na defesa da informação social de Cardoso (1994), na Biblioteconomia Social advogada na contemporaneidade (Lindemann; Spudeit; Corrêa, 2016), na responsabilidade social bibliotecária de Moraes (2021) e na responsabilidade social da informação de Girard, Fernandes, Santana, Cruz e Martins (2023). Em síntese, tais correntes buscam destacar a função social de um campo, de um conceito e de uma profissão pela via de sua atenção às demandas sociais do coletivo e das situações adversas que afetam a sociedade.

2.1 Responsabilidade social, ética bibliotecária e atuação dos conselhos profissionais na Biblioteconomia

Comumente associada à área da Administração, a responsabilidade social ganha relevância na segunda metade do século XX, a partir das divulgações das ações de filantropia das empresas pelo marketing social, com o objetivo de eliminar impostos (Santos; Targino; Freire, 2017). Nota-se, no entanto, que além dessa perspectiva mercadológica de responsabilidade, como elemento de diminuição de impostos sobre empresas, outra perspectiva emerge. Trata-se da responsabilidade social como uma condição das instituições sociais e dos seus agentes sociais diante das necessidades básicas da sociedade. Tem-se, assim, por exemplo, estudos que abordam o papel, a responsabilidade ou o compromisso da escola (Costella, 2012; Santos; Macedo, 2022), do professor (Costa Júnior; Oliveira; Sousa; Santos; Silva; Gomes; Torres Júnior; Amorim, 2023; Severino, 2011) ou da educação (Freire, 2017; Freire, 2018). Tais ideias de papel, responsabilidade ou compromisso emergem, igualmente, em outros campos do saber, como a Saúde.

A ideia de responsabilidade social, ademais, tem origem no conceito filosófico de responsabilidade, como afirma Moraes (2021) em trabalho sobre a responsabilidade social na Biblioteconomia, mas tal origem costuma ser pouco abordada na área. Ainda segundo a autora, as primeiras discussões sobre responsabilidade social na Biblioteconomia remontam ao final do século XIX e início do século XX, a partir dos esforços da American Library Association (ALA) para compreender o papel das bibliotecas na sociedade estadunidense da época, o que evidencia a preocupação não apenas com o acervo ou com o espaço das bibliotecas, mas com como os serviços e a atuação dos bibliotecários podem contribuir com o desenvolvimento da sociedade (Moraes, 2021).

Milani, Tognoli e Moraes (2023, pp. 8-9) indicam que, no plano da responsabilidade social bibliotecária, esse tema "[...] está relacionado com a resolução de problemas da sociedade a partir dos serviços e produtos ofertados pelas bibliotecas às comunidades de usuários, incluindo os cuidados com os acervos e sua gestão, relações interpessoais no trabalho e questões ambientais [...]". As autoras, não obstante, apropriam-se de um documento da ALA que apresenta os valores essenciais da Biblioteconomia na visão dessa instituição. Nessas diretrizes, em relação ao cenário dos Estados Unidos, dois valores centrais são, precisamente, a igualdade (equity, no original) e o bem público (public good, no original), ou bem comum em outra possível tradução (American Library Association, 2019). Cabe ao campo, à profissão e à biblioteca, conforme a ALA (2019) desenvolver uma consciência, não obstante ações práticas, para diminuir e erradicar barreiras, além de construir um espaço e uma atuação seguras e acolhedoras que beneficiem a todas as pessoas, sem distinções. Ainda, deve-se considerar a importância da biblioteca no fortalecimento da democracia e a sua contribuição na melhoria da sociedade (American Library Association, 2019).

Atualmente, os estudos sobre responsabilidade social continuam buscando pensar o papel da Biblioteconomia e da Ciência da Informação na promoção da democracia, no combate à desinformação e no enfrentamento à violência. Um exemplo é a Biblioteconomia Social proposta por Lindemann, Spudeit, Corrêa (2016). Surgida das inquietações das autoras a respeito da importância da Biblioteconomia para a sociedade diante da cultura digital e das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, a Biblioteconomia Social é uma proposta de atuação que vai além das paredes e dos muros das bibliotecas, de forma a disponibilizar a informação a todos, sem exceção. Valendo-se, ainda, da afirmação de Civallero (2013, p. 157, tradução nossa), de que "A Biblioteconomia progressista pode ser definida como uma corrente de pensamento e uma ação que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática", cabe considerar efetivamente o compromisso social biblioteconômico em uma sociedade desigual

que impõe inúmeras adversidades aos sujeitos, não obstante as violências perpetradas.

A responsabilidade e o compromisso social da Biblioteconomia podem ser materializados em diferentes eixos de reflexão e, sobretudo, de ação.

> A Biblioteconomia pode ser estabelecida como disciplina social a partir de vários aspectos entre os quais é salutar a ênfase: 1) estímulo ao livre acesso, democratização e partilha da informação (construção sócio epistemológica da informação); 2) foco nos sujeitos da informação; 3) mediação da informação agregada à mediação da leitura e mediação cultural; 4) políticas de informação (políticas públicas e privadas de informação; programas, projetos, eventos, cursos vinculados e compreendidos como ações de informação); 5) proposição / criação / elaboração / execução de serviços e produtos de informação; 6) criação, dinamização e uso das tecnologias nas práticas informacionais de cunho educacional, cultural, ambiental etc. (Silva, 2018, p. 35).

A partir dos destaques de Silva (2018), evidencia-se a possibilidade de articulação entre a práxis bibliotecária e o enfrentamento à violência baseada no gênero em diferentes eixos. Trata-se de uma atuação que pode, por um lado, comunicar os dados concernentes à violência contra a mulher e à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ - afinal, é fundamental que os cidadãos conheçam esses números atualizados e possam refletir sobre eles. Por outro lado, haja vista o tópico das políticas de informação, é possível considerar como ações concretas realizadas por bibliotecários: o desenvolvimento de políticas institucionais com o foco do enfrentamento à violência; 2) o desenvolvimento de programas e cursos destinados aos usuários de informação, reais e potenciais, também no plano dessa reflexão. Ainda, a atividade de mediação resvala numa ação central que pode auxiliar nessa proposta de educação e conscientização operada por uma biblioteca.

Tais temas - responsabilidade, compromisso, atuação social ou função social - e atitudes tocam sobremaneira num debate que concerne à ética profissional e às boas práticas. No que tange ao bibliotecário, especificamente, o Código de Ética e Deontologia indica que se trata de profissional de natureza sociocultural que tem a informação como objeto de trabalho e cujas características principais estão na "[...] prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos [...]" (Resolução…, 2018, [p. 1]). Nessa linha, considera-se fundamental ter uma visão ampliada desse escopo de atuação no âmbito da prestação de serviços de informação à sociedade. Entende-se que o bibliotecário deve, conforme os seus deveres para com os usuários, "[...] aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo [...]" (Resolução…, 2018, [p. 3]). Indica-se, no entanto, que o seu exercício profissional deve, sempre que possível (afinal é imprescindível considerar que a atuação do bibliotecário pode ser atravessada por diversos fatores burocráticos, administrativos, políticos, entre outros), levar em conta as questões críticas da sociedade em um modo mais amplo. Os seus deveres profissionais, igualmente, permitem essa preocupação, afinal cabe ao bibliotecário "[...] contribuir para o desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país [...]" e, ainda, preservar o cunho humanista de sua profissão, fundamentado na dignidade da pessoa humana (Resolução…, 2018, [p. 2])".

Para Girard, Fernandes, Santana, Cruz e Martins (2023) a responsabilidade social da informação localiza-se na interseção entre responsabilidade social e informação e opera em três perspectivas: da Biblioteconomia, das bibliotecas e dos bibliotecários. Os Conselhos Regionais atuariam, através do trabalho das comissões, em duas dessas perspectivas, a da Biblioteconomia e do bibliotecário.

Nesse sentido, é relevante buscar as ações realizadas pelos órgãos de classe uma vez que conduzem o fazer profissional bem como repercutem as preocupações da categoria profissional. Sublinha-se, mais uma vez, que, não obstante se tratar de um dever seu, o bibliotecário também tem como juramento a promessa de "[...] tudo fazer para preservar o

cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana [...]" (Resolução…., 1966, [p. 1]). Concorda-se aqui que a violência retira toda a dignidade da pessoa agredida. Trata-se de uma situação que mancha a sociedade e que se quer erradicar. Esse tema, aliás, compõe as metas de diferentes objetivos para o desenvolvimento sustentável arrolados pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo, as metas do quinto objetivo "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" (Nações Unidas Brasil, 2025?a, não paginado) e do décimo sexto "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (Nações Unidas Brasil, 2025?b, não paginado).

A responsabilidade social, no âmbito da Ciência da Informação, consiste, então, nessa intersecção entre informação, acesso, uso e ação, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos (Targino; Santana; Garcia; Souza, 2019). Pensando-se, pois, nesta função social que circunscreve o campo, a informação e a profissão e, considerando-se o papel fundamental dos CRBs no desenvolvimento da profissão, empreende-se a procura por essa mediação da informação nos sítios eletrônicos e no Instagram. Ressalta-se, nessa linha, a afirmação notável de Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016, p. 709) de que "[...] a responsabilidade social na Biblioteconomia deixa de ser centrada na organização do acervo para dar subsídios, cada vez mais, dos processos de mediação da informação [...]". Por isso, tendo em vista a discussão elaborada sobre o social do campo, sobre a responsabilidade social bibliotecária e sobre os deveres em Biblioteconomia, discorre-se sobre o processo e a ação de mediação da informação no tópico a seguir.

2.2 Mediação da informação no domínio do ético, do formativo e do político para o enfrentamento a violência baseada no gênero

A responsabilidade social bibliotecária pode ser materializada em algumas práticas, quais sejam: 1) nos serviços e produtos oferecidos por bibliotecas, independentemente do seu tipo; 2) nas políticas informacionais - inclui-se aqui as normas que regem a atuação profissional e os espaços e que determinam a oferta de serviços, bem como os programas diversos das unidades de informação (programas de competência em informação ou de mediação da informação, por exemplo); e 3) na atuação profissional de modo concreto - no serviço de referência, no diálogo com os usuários reais ou potenciais. No que toca à tal discussão, empreende-se um debate que versa, fundamentalmente, sobre a mediação da informação.

Esta consiste, conforme a definição de Almeida Júnior (2009, p. 92), em

> toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

O autor reformula essa definição em 2015. As modificações que opera consistem no reconhecimento de que a mediação é uma ação de interferência "[...] realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais [...]" (Almeida Júnior, 2015, p. 25). Outro acréscimo é realizado na medida em que a satisfação da necessidade informacional não precisa ser plena, tampouco se encerra em si própria. Essa satisfação, conforme Almeida Júnior (2015, p. 25), pode ser parcial e ocorrer de maneira momentânea "[...] gerando conflitos e novas necessidades informacionais [...]". Dessa definição, ressalta-se os seguintes elementos-chave: 1) a mediação é ação e processo; 2) ela é ação de um profissional da informação no contexto de atuação em equipamentos informacionais (e considera-se neste texto que essa perspectiva de equipamento informacional deve ser apreciada em sentido amplo); 3) ela pode ser indireta e até mesmo inconsciente, não obstante plural e/ou coletiva; 4) ela visa a apropriação da informação, isto é, a construção e a internalização de um saber informacional; visa o ato de se apoderar de uma informação, de

torná-la propriamente sua; e 5) a satisfação de uma necessidade informacional pode ser momentânea, mas, de modo mais notável e relevante, deve produzir conflitos e novas necessidades informacionais.

Nesse quadro interpretativo a partir da definição de Almeida Júnior (2009; 2015), sublinha-se os contextos da mediação. Situa-se aqui, conforme o autor, que se trata de uma ação de interferência no domínio de qualquer necessidade de informação de um indivíduo. Ainda, nota-se que a mediação da informação pode corresponder a necessidades sociais urgentes. Há no conceito de mediação esse espaço para considerá-la uma forma de atuação entre uma demanda social e a própria sociedade interessada na resolução dessa demanda.

Gomes, portanto, é substancial nesse debate haja vista as suas contribuições que situam dimensões da mediação da informação, quais sejam: dialógica, estética, formativa, ética e política (Gomes, 2020; 2021; Fidelis; Gomes, 2022). A autora, ainda, mobiliza nesses e em outros textos (Gomes, 2019; 2022; 2023) a categoria protagonismo social. Trata-se, para a autora, do objetivo do trabalho informacional e, para atingi-lo, tem a mediação da informação como ação central. Nessa linha, cabe dialogar com tais perspectivas para conformar o tipo de mediação da informação que se almeja aqui, que pretende somar ao enfrentamento da violência contra a mulher e da violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

A autora defende que a ação mediadora tem maior efetividade quando é consciente, além de, dessa forma, assegurar o processo de problematização e a tomada de consciência (Gomes, 2020). Concorda-se com tal afirmação de que a mediação consciente pode produzir efeitos mais significativos no seu público almejado, haja vista se tratar de uma mediação intencional e, acredita-se, planejada. Os elementos de problematização e conscientização, ademais, são relevantes a uma mediação que visa o combate das formas de violência.

> Na medida em que a problematização e o debate são intensificados no encontro com novas informações, que permitem o contraditório e a reflexão que engendra ressignificações ou novas interpretações, a ação mediadora estará favorecendo as condições de superação dos conflitos cognitivos e de consolidação da apropriação da informação.
>
> Pode-se afirmar que na experiência do encontro com uma informação nova, com um conhecimento novo colocado em compartilhamento, o sujeito vive um momento de conflito cognitivo que, na mediação, deve ser trabalhado para o adensamento do debate. Se por um lado esse tensionamento gera desconforto, por outro ele pode representar a oportunidade de redimensionamento do arcabouço de conhecimentos e saberes dos sujeitos, situação em que ocorre a apropriação da nova informação. (Gomes, 2020, p. 16).

Tal situação é característica da dimensão formativa da mediação da informação considerada por Gomes (2020). Com efeito, cabe refletir sobre essa intencionalidade da ação de mediação de levar os sujeitos à construção e apropriação de uma nova informação. Reafirma-se, por isso, o papel da ação mediadora biblioteconômica de somar às lutas já encampadas por organizações civis, organizações sociais, instituições públicas e políticas públicas. Tem-se em mente que esse redimensionamento do arcabouço de conhecimentos e saberes dos indivíduos os leva a chave já esboçada por Gomes da tomada de consciência. Em perspectiva freiriana é notável compreender tal categoria. Freire (2018) considera a conscientização como o processo de tomada de consciência. Nessa linha, há possibilidades de passagens da consciência, quais sejam, de uma consciência intransitiva para uma consciência transitiva-ingênua para uma consciência transitiva-crítica (Freire, 2018), que, evidentemente, é a objetivada por uma ação mediadora consciente. Trata-se, a bem da verdade, de um aspecto formativo notável e, conforme Gomes, calcado na dialogia.

Se há formação na mediação, há também ética e política, categorias que também circunscrevem tal ação. Indica-se, além do mais, que na perspectiva de Gomes (2020; 2021), as dimensões da mediação da

informação se complementam, isto é, não atuam de modo isolado sobre o processo, a ação e o agente mediador. A autora, contudo, reconhece a dimensão ética como o eixo articulador das demais dimensões (Gomes, 2021).

No tocante à dimensão ética, Gomes (2020, p. 17) posiciona a mediação na "[...] valorização do coletivo, dos interesses do coletivo, dos valores e princípios inclusivos e de justiça social [...]". Nesse plano, retoma-se o diálogo da mediação com a responsabilidade social e os deveres do bibliotecário. Reforça-se, uma vez mais, o notável contributo da ação mediadora ao enfrentamento a violência baseada no gênero. Combater a violência contra a mulher e contra pessoas LGBTQIAPN+ é ação central de valorização de um interesse social, portanto coletivo - afinal, ninguém deseja viver em uma sociedade que tem qualquer forma de violência como sua marca -; bem como é ação central na busca por princípios fraternos e por justiça social. Pela dimensão política, por seu turno, a mediação alcança o autoconhecimento, pelas pessoas, da sua condição de sujeitos políticos. Ainda, o alcance da dimensão política proporciona aos indivíduos as condições para a tomada de consciência, situação fundamental conforme a exposição aqui elaborada, e, ainda, fortalece o protagonismo social (Gomes, 2020; 2021).

Protagonismo social é outra categoria mobilizada por Gomes, bem como a noção de comum. Ambas resvalam na responsabilidade da ação mediadora consciente que visa a conscientização sobre a violência baseada no gênero. O comum, segundo Gomes (2023), consiste em uma forma de resistência. Trata-se de uma perspectiva que visa os interesses coletivos em um mundo marcado por desigualdade, por violência, pela catástrofe climática, entre outros fenômenos. De acordo a autora, "A perspectiva dos comuns implica na construção e no fortalecimento de políticas e normas, capazes de instaurar um colocar em comum orientado à equidade e justiça social [...]" (Gomes, 2023, p. 231). Nessa linha, Gomes (2023) defende a existência dos comuns do conhecimento e da informação, essencialmente, os interesses coletivos que são produtos do campo e que podem, por isso, operar em favor dos comuns tradicionais. Mais importante, é fundamental reconhecer que a informação e o conhecimento também são comuns, isto é, que devem ser de interesse de todas as pessoas e que desempenham, por extensão, função essencial na luta por uma sociedade marcada pela equidade e pela justiça social.

A compreensão da mediação da informação nesse escopo permite delinear as formas de seu desenvolvimento no plano do enfrentamento à violência contra a mulher e contra pessoas LGBTQIAPN+. Estudos nessa linha estão sendo realizados. Verifica-se, por exemplo, Côrtes, Alves e Silva (2015) que articulam os dois fenômenos ao criarem um banco de dados no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes e ao disseminarem esses dados quantitativos às mulheres que passaram por violência doméstica, algo que potencializa a resistência dessas mulheres. No plano do combate a violência contra travestis e transexuais, Côrtes, Silva, Silva e Soares (2017) consideram a mediação na organização, disseminação e acesso aos dados quantitativos sobre violência contra essas pessoas no Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba. Cavalcante (2022), em outro cenário, analisa o potencial mediador de uma exposição artística que conta histórias de mulheres que passaram por situação de violência, a exposição Retratos Relatos. Cavalcante (2023), por seu turno, indica a biblioteca como um espaço de desenvolvimento de ações de mediação que visam o combate à violência. Na visão da autora, inclusive, isso evidencia a função social desse espaço e também rompe com o estigma tecnicista do campo (Cavalcante, 2023), o que, retomando Mostafa (1985) reafirma a Biblioteconomia como prática social.

Algumas ações, no plano do enfrentamento a violência contra a mulher, são

> [...] palestras, rodas de conversa com grupo de mulheres, elaboração de material informativo em linguagem acessível, disponível tanto em meio impresso quanto digital, desenvolvimento de programas informacionais e culturais de acolhimento às mulheres em colaboração com outros

> profissionais tais como psicólogos, assistentes sociais e advogados, ações culturais e lúdicas que impulsionem o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo sobre a construção social das mulheres. (Cavalcante, 2023, não paginado).

Essas ações podem ser fortalecidas com o apoio dos órgãos de classe. Os conselhos profissionais, evidentemente, consistem em um celeiro de ideias nesse sentido, seja recomendando que as bibliotecas produzam políticas e programas para o enfrentamento a violência baseada no gênero, seja divulgando as boas práticas realizadas por bibliotecas e bibliotecários.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta investigação se caracteriza como descritiva e tem natureza qualitativa. Pesquisas qualitativas, conforme esclarece Minayo (2016, p. 20), se preocupam "[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...]". Assim, é fundamental circunscrever este estudo nesse campo de preocupações, sobretudo com valores e atitudes. Ressalta-se que a investigação aqui esboçada almeja a identificação de uma atitude bibliotecária diante de um cenário social de violência baseada em gênero. Ainda, compreende-se essa atitude como a materialização de valores profissionais e pessoas, naturalmente, os quais são marcados pelos elementos da responsabilidade, do compromisso e da ética.

A pesquisa qualitativa, explicam Deslauriers e Kérisit (2014, p. 130), pode buscar descrever situações sociais: "[...] Uma pesquisa descritiva colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o 'como' e o 'o quê' dos fenômenos); por meio da precisão de detalhes [...]". Esta investigação está preocupada com o "o quê", por isso se caracteriza como descritiva. Esse o quê é a atuação concreta dos conselhos regionais de Biblioteconomia do sudeste brasileiro diante do fenômeno violência baseada no gênero, aqui circunscrito pela violência contra a mulher e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Precisamente por isso o objetivo que norteia esta reflexão é identificar as publicações desses órgãos em seus sítios eletrônicos e redes sociais.

Tendo em vista que o campo empírico de análise consiste nestes dois produtos em linha - repita-se: sítios eletrônicos e a rede social Instagram dos CRBs - essa pesquisa também se classifica como documental. Segundo Oliveira (2016), a pesquisa documental se caracteriza pela operação com um tipo de material que não recebeu nenhum tratamento científico como relatórios, reportagens de jornais, cartas, filmes, matérias de divulgação, entre outros. Assim, publicações em sítios eletrônicos e em redes sociais consistem, notadamente, em documentos desse tipo. Reafirma-se que não foram produzidos com a finalidade de receber tratamento científico e que possuem outra característica fundamental da documentação que compõe uma pesquisa do tipo documental, a saber: são fontes primárias, isto é, apresentam dados originais, o que provoca uma relação direta do pesquisador com o dado analisado.

Foram analisados os sítios eletrônicos e os perfis da rede social Instagram dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia supracitados, os da região sudeste do Brasil: CRB-6, de Minas Gerais e do Espírito Santo, CRB-7, do Rio de Janeiro e CRB-8, de São Paulo. Buscou-se identificar ações que abordassem questões de gênero e/ou de combate a violência contra a mulher. Justifica-se o recorte para os CRBs do sudeste brasileiro em função das limitações deste estudo, na medida em que este consiste em um primeiro exercício de comunicar os resultados de uma pesquisa que ainda está em andamento. Nesse sentido, providenciou-se, inicialmente, a busca nos órgãos de classe da região sudeste por esta ser a mais populosa do Brasil, não obstante consistir no principal polo econômico do país.

O levantamento dos dados levou em consideração as publicações feitas nas páginas de notícias e no Instagram dos Conselhos Regionais entre os anos de 2022 e 2024. O recorte se justifica em função do aumento da violência doméstica durante o período pandêmico (Carvalho, 2021; Vieira; Garcia; Maciel, 2020). Isso se deveu à necessidade de

isolamento social que se deu em função do contágio pelo vírus que causa a Covid-19 em situações de aglomeração. Com muitas pessoas vivendo o dia-a-dia diretamente em suas residências, mulheres se viram tendo que conviver com os seus agressores o dia todo. O mesmo se dá no plano das pessoas LGBTQIAPN+ que precisaram se isolar e, muitas vezes, isso também se deu com aqueles que eram seus agressores, entre eles membros do núcleo familiar. Pois justamente pela identificação desse aumento de casos violência no ano de 2021, ano central do isolamento social, estabeleceu-se 2022 como ano inicial do recorte. Considerando-se os dados produzidos sobre violência no ano de 2021 e a sua publicização em 2022, acreditou-se que os CRBs pudessem ter realizado publicações sobre esses temas.

Os dados obtidos foram analisados por meio de análise de conteúdo de Bardin (2016), especificamente a análise categorial, que permite a delimitação de categorias a partir da forma de comunicação explorada. Conforme explicado pela autora (Bardin, 2016, p. 201), a análise categorial funciona por meio do desdobramento do texto em unidades e, nisso, a análise temática "[...] é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos [...] e simples [...]". Nota-se que o tipo de documento analisado, sendo texto ou iconografia, compõe esse âmbito do discurso direto. No plano de uma pesquisa descritiva, a técnica de análise de conteúdo permite uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo presente em uma comunicação - publicações em redes sociais ou em sítios eletrônicos, por exemplo.

Sobre essa técnica de coleta e análise de dados, Gomes (2016) acrescenta esclarecimentos ao original de Bardin (2016) aqui apropriados. No âmbito das unidades de registro e das unidades de contexto, nessa linha, esclarece-se que as unidades de contexto, isto é, o contexto das mensagens analisadas (Gomes, 2016), consistiram nesta pesquisa em datas que constituem marcos da luta de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+. Nesse sentido, diante do universo de publicações nos sítios eletrônicos e na rede social Instagram, os dias selecionados para localizar publicações foram:

a) 29 de janeiro: Dia da Visibilidade Trans;

b) 8 de março: Dia Internacional da Mulher;

c) 17 de maio: Dia Internacional contra a homofobia, a transfobia e a bifobia;

d) 28 de junho: Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+;

e) 10 de outubro: Dia Nacional de Luta contra a violência a mulher;

f) 20 de novembro: Dia Internacional da Memória Trans;

g) 25 de novembro: Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres.

Essas datas determinaram as unidades de contexto. Notadamente, esses dias evidenciaram um cenário no qual artigos ou postagens poderiam ser potencialmente publicados. Em relação às unidades de registro, Bardin (2016) e Gomes (2016) tratam das formas de proceder em relação à palavras, frases ou expressões.

> [...] essas unidades se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem. Podemos utilizar a palavra como uma unidade, trabalhando com todas as palavras de um texto ou com apenas algumas que são destacadas de acordo com a finalidade de um estudo. A frase e a oração também são outros exemplos de unidade de registro. (Gomes, 2016, pp. 78-79).

Nesse sentido, por fim, indica-se que na execução desta pesquisa, as unidades de registro abrangeram palavras ou expressões (como violência, violência doméstica, violência contra a mulher, violência de gênero, entre outras), não obstante frases. Os resultados da coleta foram analisados à luz de inferências, procedimento também adotado nas análises de conteúdo categoriais. Explica-se, por fim, que, de acordo com Gomes (2016, p. 76), as inferências "[...] partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para se chegar a dimensões que vão para além da mensagem [...]". Isto é, "[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos

manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado [...]" (Gomes, 2016, p. 76).

4 Resultados finais

Na análise dos sítios eletrônicos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, o do CRB-8, de São Paulo, não possui páginas de notícias, apresentando apenas informações institucionais e profissionais sobre registro profissional, fiscalização, legislação, entre outras. No sítio do CRB-7, do estado do Rio de Janeiro, as últimas notícias publicadas são de 2022 e tratam das eleições gerais e do trabalho de articulação política junto aos candidatos. Acredita-se que, para além das questões usuais da profissão, é necessário que os mesmos mantenham também informações atualizadas, bem como divulguem em suas páginas o que a classe bibliotecária tem feito em suas instituições nas mais diversas esferas informacionais.

Já no sítio do CRB-6, de Minas Gerais e Espírito Santo, na página denominada comunicação, existe a seção Saiu na Mídia, que divulga notícias publicadas sobre a área nos meios de comunicação, os números da revista CRB-6 Informa, oportunidades de emprego e o blog. Neste, encontramos postagens diversas, como divulgação de eventos, oportunidades de empregos, vagas preenchidas e fiscalizações realizadas, para citar algumas. A página referente ao blog é atualizada regularmente, o que permitiu o levantamento dos dados. Em relação ao período pesquisado identificamos apenas duas publicações que se inserem na temática das questões de gênero: 1) em 2022, uma entrevista concedida por uma delegada regional do conselho sobre o reconhecimento da mulher na literatura; e 2) em 2024, uma entrevista sobre o direito de travestis e transexuais incluírem o nome social na carteira profissional do bibliotecário.

Cabe ressaltar que ainda não aconteça com a frequência que as temáticas exigem, tais entrevistas são uma forma de mediação da informação que pode alcançar o público que interage com, bem como fomentar o debate e ações concretas. Nesse sentido se faz necessária a mediação consciente da informação, pois para Fidelis e Gomes (2022) é por meio da tomada da consciência do papel social da mediação que é possível refletir sobre as intencionalidades da sua ação de interferência, suas práticas e contextos.

Quanto aos perfis do Instagram, as publicações são semelhantes no que tange ao conteúdo, com postagens sobre eventos, oportunidades de emprego, dados sobre as fiscalizações, datas comemorativas, entre outras.

No âmbito das datas comemorativas (Quadro 1), nos três perfis foram encontradas publicações referentes ao Dia Internacional da Mulher (8 de março) e às datas relacionadas às pessoas LGBTQIAPN+, como o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), o Dia Internacional contra a homofobia, a transfobia e bifobia (17 de maio) e o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ (28 de junho). Em apenas um dos perfis dos Conselhos Regionais, do CRB-8, foram encontradas publicações em datas referentes ao combate à violência contra a mulher, o Dia Nacional de Luta contra a Violência contra a Mulher (10 de outubro) e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (28 de novembro).

Quadro 1: Distribuição das postagens em datas comemorativas nos perfis do Instagram dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Datas comemorativas	CRB-6	CRB-7	CRB-8
Dia da Visibilidade Trans	x	*x*	x
Dia Internacional da Mulher	x	x	x
Dia Internacional contra a homofobia, a transfobia e bifobia	x		x
Dia do Orgulho LGBTQIAPN+	x	x	x
Dia Internacional da Memória Trans		x	
Dia Nacional de Luta contra a violência a mulher			x
Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres			x

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ainda sobre as datas comemorativas, identificamos que, no período analisado, apenas no Dia Internacional da Mulher houve publicação nos perfis de todos os conselhos regionais analisados.

Além das postagens apresentadas no Quadro 1, identificamos, no perfil do CRB-6, uma postagem sobre o concurso de projetos voltados para a igualdade e inclusão de gênero. No perfil do CRB-7 foi identificada uma divulgação de publicação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre diversidade e inclusão.

A partir dos dados expostos ressalta-se a relevância de cada vez mais ações voltadas a mediar informações sobre as questões de gênero e consequentemente as diversas formas de intolerância e violência, visto que, como argumentam Côrtes, Silva, Silva e Soares (2017), pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais têm os seus direitos humanos violados por diferentes preconceitos, discriminações e violências. Cabe destacar que para além das datas comemorativas, o debate e ações sobre as questões que abarcam a violência de gênero devem ser algo presente na rotina da atuação da pessoa bibliotecária.

5 Considerações finais

Neste estudo, buscou-se identificar ações dos conselhos regionais de Biblioteconomia no domínio de gênero, sobretudo voltadas ao enfrentamento à violência baseada no gênero, notadamente, violência contra a mulher e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Para isso, discutiu-se, primeiramente, a responsabilidade social bibliotecária, considerando-a uma forma de compromisso ético-político da classe e do campo disciplinar para com a igualdade e o bem comum, não obstante um tipo de ação que objetiva a conscientização dos sujeitos sobre as questões críticas da sociedade. Em seguida, realizou-se uma busca nos sítios eletrônicos e na rede social Instagram dos CRBs de publicações sobre os temas da violência baseada no gênero. Por meio da análise de conteúdo temática, definiu-se um conjunto de datas que simbolizam a luta de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ por direitos e igualdade como unidades de contexto. Buscou-se nestes dias publicações diversas, selecionadas e categorizadas a partir de palavras específicas e frases.

Essas ações foram consideradas práticas de mediação da informação. Nos termos em que foi possível caracterizá-las, consistem, evidentemente, em interferências diretas, conscientes, plurais e coletivas. Compõem um processo e um determinado equipamento informacional, qual seja, o próprio conselho profissional, órgão de classe biblioteconômica. Essas publicações almejam a apropriação da informação e têm como público, precisamente, o profissional de Biblioteconomia, que, acredita-se, é o principal usuário dos sítios eletrônicos e das redes sociais dos CRBs. Em que pese tal situação, o profissional de um campo como usuário dos ambientes digitais de um conselho de representação, a realização de publicações desse tipo pode auxiliar, nesses profissionais que atuam e/ou administram bibliotecas e outras unidades de informação, a construção de ideias para também desenvolverem ações de mediação em seus ambientes de trabalho. Trata-se da compreensão dessas publicações como um incentivo, isto é, um estímulo à criação de ações por mais bibliotecários que visem o enfrentamento à violência baseada no gênero.

Ademais, como destacado, ações de mediação podem acarretar no desenvolvimento do protagonismo social. Nessa linha, é fundamental circunscrever a mediação a partir das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política. O tecido social é marcado por situações de violência. Trata-se de um fenômeno crítico, o qual precisa ser combatido por todos os meios sociais, sem exceção. Nesse sentido, as dimensões ética, formativa e política fundamentam, sobremaneira, uma ação de mediação que visa o enfrentamento a tal mal. É ética porque mobiliza a responsabilidade social do bibliotecário e ressalta o seu compromisso ético e juramentado de tudo fazer para preservar a dignidade da pessoa humana. É formativa porque permite a apropriação e a consciência da informação pela categoria profissional sobre um fenômeno que talvez não seja o objeto imediato de sua preocupação. Ainda, pode inspirar os profissionais, em um ciclo, produzir outras ações de mediação para o

enfrentamento da violência. É política porque, repita-se, toca em uma ferida aberta no tecido social. Conforme os dados apontados na Introdução, 30% das mulheres brasileiras relatam já ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Desse número, 76% sofreram violência física. Evidencia-se o horror das taxas de feminicídio: a cada seis horas, um caso é registrado. Ainda, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Uma ação de mediação que objetiva o enfrentamento a essa realidade - pela conscientização, pela reflexão e pela tentativa de diminuição de tais números - se enquadra, evidentemente, no domínio do político.

Ainda que a coleta de dados tenha identificado algumas notícias sobre as temáticas destacadas na proposta do trabalho, é preciso que os sítios oficiais e as redes sociais dos órgãos de classe da Biblioteconomia promovam de fato o debate a temas sensíveis e urgentes de modo efetivo. Essa promoção pode acontecer por meio de cursos, palestras, oficinas e outras atividades que promovam a reflexão crítica e o desenvolvimento de multiplicadores para a discussão de tais questões nos espaços das bibliotecas. Pela via da Biblioteconomia Social, retomando-se a consideração de que consiste em uma corrente de pensamento e em ação, e pela via da definição de mediação, essa atuação deve se dar de múltiplas formas e, de modo significativo, gerar conflitos e novas necessidades informacionais nos bibliotecários e, por extensão, nos leitores de bibliotecas. Importante destacar, precisamente, que essas ações não se esgotam nas atividades supracitadas e, ainda, como os dados sobre violência mudam a cada ano, que devem ser sempre atualizadas.

Essa discussão foi produzida a partir de dois recortes, quais sejam: 1) um temporal, de 2022 a 2024, tendo em vista certas datas que são marcos da luta por direitos de mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+; e 2) um geográfico, pois considera os conselhos da região sudeste do Brasil. Esses recortes indicam as limitações do estudo. Nesse sentido, como considerações para pesquisas futuras, espera-se realizar a análise dos conselhos de outras regiões do Brasil com o alargamento do recorte temporal. Além disso, pretende-se operar não somente com uma pesquisa documental, mas também com outros instrumentos de coleta de dados, tais como entrevistas, com os responsáveis pela veiculação de informações. É salutar considerar o papel que os órgãos de classe desempenham e o exemplo que produzem ao incentivarem, pela sua própria ação de representação e normatização da profissão, outros bibliotecários a realizarem ações como essa, com foco, notadamente, para a mediação da informação tendo em vista a sua potencialidade de promover a apropriação da informação para o enfrentamento da violência baseada no gênero.

6 Referências

Almeida Júnior, O. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 2(1), pp. 89-103. https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170/170

Almeida Júnior, O. (2015) Mediação da informação: um conceito atualizado. Em S. Bortolin; J. A. Santos Neto; R. J. Silva (Org.). Abecin.

American Library Association (2019). Core Values of Librarianship. https://www.ala.org/advocacy/advocacy/intfreedom/corevalues

Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. Edições 70.

Cardoso, A. M. P. (1994). Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 23(2), pp. 107-114. https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/38274/29814

Carvalho, J. (2021, 13 dezembro). Violência contra a mulher cresceu na pandemia, indica pesquisa do DataSenado. https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/12/violencia-contra-a-mulher-cresceu-na-pandemia-indica-pesquisa-do-datasenado

Cavalcante, L. (2022). A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição

"Retratos relatos". Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 18(2), 1-19. https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1806/1363.

Cavalcante, L. (2023). Reflexões sobre bibliotecas e mediação cultural da informação no enfrentamento à violência contra as mulheres. Divulga-CI: Revista de divulgação científica em Ciência da Informação 1(10). https://www.divulgaci.labci.online/v-1-n-10-dez-2023/reflexoes-sobre-bibliotecas-e-mediacao-cultural-da-informacao-no-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-por-luciane-de-fatima-beckman-cavalcante/

Civallero, E. (2013). Aproximación a la bibliotecología progresista. El profesional de la información, 22 (2), 155-162. https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2013.mar.10/17822

Cortes, G. R., Alves, E.C., Silva, L.K.R. Da (2015). Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 18(2), 59-79. https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/351/351.

Cortes, G.R., Silva, L. F. da, Silva, L.K.R. da, Soares, G. S. (2017). Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço LGBT. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, 10 (2). https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/429

Costa Júnior, J.F., Oliveira, C. C. de; Sousa, F. F. de, Santos, K. T. dos, Silva, M. I. da, Gomes, N. C., Torres Júnior, J. H., Amorim, T. F. de. (2023). Os novos papéis do professor na educação contemporânea. Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, 6, 124-149. https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/99

Costella, R. Z. (2012). Escola: espaço de responsabilidade social. Revista Trajetória Multicursos, 3 (7), 77-90. http://www.facos.edu.br/publicacoes/revistas/trajetoria_multicursos/agosto_2012/pdf/escola_-_espaco_de_responsabilidade_social.pdf

Deslauriers, J. P.; Kérisit, M. (2014). O delineamento da pesquisa qualitativa. Em J. Poupart; J. P. Deslauriers; L. H. Groulx; A. Laperrière; R. Mayer; A. P. Pires. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. (4ª ed.). Vozes.

Fidelis, M.B.; Gomes, H.F. (2022). Mediação da informação e ação comunicativa Habermasiana. Logeion, 9(1), 91-111. https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6104/5631

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024). Anuário Brasileiro de Segurança pública. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253.

Freire, P. (2017). Pedagogia do Oprimido. (63ª ed.). Paz & Terra.

Freire, P. (2018). Educação como prática da liberdade. (43ª ed.). Paz & Terra.

Girard, C. D. T., Fernandes, M. de S., Santana, S. R. de, Cruz, A. P. L. M., & Martins, E. E. (2023). Responsabilidade social da Biblioteconomia, das bibliotecas e dos(as) bibliotecários(as): pensando sobre a intersecção no contexto da pandemia e infodemia. Ciência Da Informação Em Revista, *10*(1/3), 1–20. https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/13927

Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), Pesquisa social: teoria, método e criatividade (pp. 72-95). Vozes.

Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. Logeion: Filosofia Da Informação, 5(2), 10-21. https://doi.org/10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21

Gomes, H. F. (2020). Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. Informação e Sociedade, 30 (4), 1-23. https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516

Gomes, H. F. (2021). Dimensão ética da mediação da informação: eixo articulador das demais dimensões o desafio do intelectual orgânico em favor do protagonismo social. The International Review of Information Ethics, 30 (1), 1-14. https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/393/425

Gomes, H. F. (2022). Mediação da informação, perspectiva dos comuns e protagonismo social. Revista Edicic, 2 (1), 1-14. https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/186/113

Gomes, H. F. (2023). O comum, a mediação da informação e o protagonismo social: interdependências para um mundo de preservação, igualdade e fraternidade. Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 9 (2), 226-241. https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/982/821

Instituto de Pesquisa DataSenado (2023). Pesquisa Nacional de violência contra a mulher. https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023.

Lindemann, C.; Spudeit, D.; Côrrea, E.C.D (2016) Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 21(3), 707-723. https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211/pdf.

Milani, S. O., Tognoli, N. B., & Moraes, M. B. de. (2024). Estudos sobre Responsabilidade Social, Justica Social e Ética em Arquivos e Bibliotecas. Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação, 16. https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/607

Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), Pesquisa social: teoria, método e criatividade (pp. 9-28). Vozes.

Moraes, M. B. De (2021). Responsabilidade social em biblioteconomia: caminhos históricos e possibilidades no ensino. Informação e Informação, 26 (1), 112-135. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39927/pdf

Mostafa, S.P (1985). Epistemologia da Biblioteconomia. [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Mott, L; Domingos, M.; Reis, T. (2023). Observatório 2023 de mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Grupo Gay da Bahia. https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf.

Nações Unidas Brasil (2025?a). Igualdade de gênero. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5

Nações Unidas Brasil (2025?b). Paz, justiça e instituições eficazes. https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16

Oliveira, M. M. (2016). Como fazer pesquisa qualitativa. (7ª ed.). Vozes.

Resolução CFB nº 6, de 13 de julho de 1966. Dispõe sobre o juramento profissional do Bibliotecário. Conselho Federal de Biblioteconomia (Brasil). https://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/64

Resolução CFB nº 207, de 7 de novembro de 2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades. Conselho Federal de Biblioteconomia (Brasil). https://crb6.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf

Santos, R. N. R. dos, Targino, M. das G., Freire, I. M. (2017). A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. Rebecin, 4(1), 114-135. https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/57

Santos, M, Macedo, E. (2022). Da responsabilidade ética do responder para que serve a escola. Educar em Revista, 38.

http://educa.fcc.org.br/pdf/er/v38/1984-0411-educar-38-e85999.pdf

Silva, J. L. C. (2018). Perspectivas sociais em Biblioteconomia: percepções e aplicações. Em D. Spudeit, M. de Moraes (Org.), Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o século XXI. (pp. 25-47). Abecin. https://marielledemoraes.com.br/wp-content/uploads/2022/04/216-Texto-do-artigo-993-1-10-20200905.pdf

Severino, F. E. S. (Org.). (2011). Ética e formação de professores: política, responsabilidade e autoridade em questão. Cortez.

Targino, M. das G; Santana, S. R. de; Garcia, J. C. R.; Souza, E. D. de. (2019) Do sujeito empático ao sujeito informacional: relações epistemológicas acerca da responsabilidade social na Ciência da Informação. Revista FSA, 16 (3), 265-282. http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1807

Vieira, P. R., Garcia, L. P., Maciel, E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? Revista Brasileira de Epidemiologia, 23, p. https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/

EQUIDADE E RESPONSABILIDADE NA PESQUISA AGRÍCOLA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA EMBRAPA

Daniela Maciel Pinto, Universidade Estadual de Campinas e Embrapa, ORCID 0000-0003-0539-622X, Brasil, ***daniela.maciel@embrapa.br***

Fabio Lima Cordeiro, Universidade Federal da Bahia e Embrapa, ORCID 0000-0001-9298-3451, Brasil, ***fabio.cordeiro@embrapa.br***

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6775

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

Introdução

A pesquisa agrícola ocupa um papel estratégico no enfrentamento de desafios globais contemporâneos, como segurança alimentar, crise climática, conservação ambiental, e promoção da justiça social (Midmore, 2017). Esses temas estão no centro da Agenda 2030 da ONU e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e exigem não apenas soluções tecnológicas inovadoras, mas também transformações institucionais que alinhem a ciência às demandas da sociedade (FAO, 2023).

É nesse contexto que os paradigmas da *Responsible Research and Innovation* (RRI) e da *Responsible Research Assessment* (RRA) ganham relevância. A RRI propõe que os processos de pesquisa e inovação sejam conduzidos de forma ética, transparente, participativa e inclusiva, promovendo, entre outros aspectos, diversidade e equidade de gênero (Felt, 2018; Owen et al., 2020). Já a RRA contribui com a revisão dos sistemas de avaliação científica, para que reconheçam não apenas métricas quantitativas, mas também valores como impacto social, colaboração e

integridade (Himanen, 2023; Schönbrodt et al., 2022).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, é uma instituição pública de ciência e tecnologia voltada para o desenvolvimento da agricultura e da agropecuária no Brasil (Embrapa, 2025). Fundada nos anos 70, tem papel central na formulação e execução de estratégias de inovação com presença em todo o território nacional e forte atuação em redes internacionais. Diante dos desafios atuais e das expectativas crescentes de que a pesquisa pública contribua de forma mais direta para a justiça social, a equidade e a sustentabilidade, torna-se fundamental que instituições como a Embrapa avancem na incorporação dos princípios da RRI e da RRA. Isso implica, por exemplo, repensar como os projetos são concebidos, quem ocupa posições de liderança, quais vozes são ouvidas nos processos decisórios e como os resultados são avaliados e comunicados à sociedade.

Este trabalho se insere nessa perspectiva, tendo como objetivo analisar a participação de mulheres na pesquisa agrícola realizada pela Embrapa. Essa participação é entendida como um elemento essencial de uma ciência mais responsável, equitativa e orientada para a transformação social e o foco sobre gênero não se dá como um recorte isolado, mas como um dos pilares da RRI, necessário para garantir que os processos e resultados da pesquisa reflitam a diversidade de perspectivas e ampliem seu alcance e relevância social.

A abordagem metodológica adotada considera duas bases de dados complementares: projetos institucionais e publicações técnico-científicas (Medeiros, 2025a, 2025b). Entende-se que os projetos refletem diretamente a operacionalização da estratégia institucional, já que representam a principal via pela qual os objetivos da organização se materializam em ações concretas. Assim, analisar quem lidera os projetos permite observar quem está à frente das decisões estratégicas e da condução das agendas prioritárias de pesquisa. Por outro lado, as publicações técnico-científicas constituem a principal forma de comunicação e validação do conhecimento científico, sendo fundamentais para compreender quem está produzindo e divulgando ciência dentro da instituição.

Finalmente, este estudo está estruturado em quatro seções e duas subseções, além desta introdução. A próxima seção apresenta uma fundamentação teórica e o contexto institucional, onde são apresentados os princípios que orientam os paradigmas da RRI e RRA, bem como uma breve análise da agenda estratégica da Embrapa. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada para a análise da participação de mulheres em projetos e publicações científicas. Na sequência, são apresentados e discutidos os principais resultados encontrados e, por fim, as considerações finais, com reflexões sobre os achados e suas implicações para a adoção de práticas mais responsáveis e inclusivas na pesquisa agrícola.

Fundamentação teórica e contextualização institucional

O conceito de RRI começou a ser discutido nos anos 2000, mas ganhou visibilidade institucional a partir de 2011, quando foi incorporado como eixo estruturante do programa europeu Horizon 2020, promovido pela Comissão Europeia, e suas raízes conceituais remontam a programas anteriores como ELSA (Ethical, Legal and Social Aspects), aos estudos de avaliação tecnológica e aos debates sobre ciência pós-normal (Felt, 2018). O RRI emergiu como uma resposta à necessidade de reconectar ciência e sociedade, promovendo uma inovação mais democrática, ética e orientada a valores públicos. Ele busca enfrentar os riscos sociais e éticos da ciência tecnocentrada, promover maior envolvimento público e assegurar que os processos de pesquisa estejam alinhados às necessidades da sociedade. Von Schomberg (2011) é amplamente reconhecido como um dos primeiros autores a propor uma definição estruturada de RRI, caracterizando-o como um processo interativo e transparente entre atores sociais e inovadores, com vistas à aceitabilidade ética, sustentabilidade e desejabilidade social das inovações. Ao mesmo tempo, o RRI enfatiza a importância de incorporar valores públicos na governança da

ciência, deslocando o eixo das decisões dos mecanismos de mercado para processos deliberativos, participativos e orientados ao impacto social. Nesse sentido, a adoção dos princípios do RRI busca assegurar que a pesquisa científica seja conduzida de forma a produzir efeitos transformadores na sociedade, ampliando sua relevância e legitimidade pública.

Felt (2018), por sua vez, contribui para a consolidação do RRI ao resgatar sua trajetória institucional e destacar seus fundamentos epistemológicos e práticos. Em sua análise, o RRI não representa uma ruptura radical, mas uma rearticulação de esforços anteriores em integrar ciência e sociedade sob novas condições político-institucionais. A autora sistematiza os quatro pilares operacionais do RRI - antecipação, reflexividade, inclusão e responsividade - como elementos centrais para orientar práticas científicas mais alinhadas ao bem comum. Essa abordagem propõe uma mudança de paradigma, exigindo que a responsabilidade na pesquisa deixe de ser um complemento periférico e passe a ser uma dimensão constitutiva do processo científico. Ao fazer isso, Felt (2018) também chama atenção para os desafios institucionais de implementação do RRI, como a tensão entre ideais colaborativos e a lógica competitiva do sistema acadêmico contemporâneo.

Já o conceito de RRA surgiu como resposta crítica aos sistemas tradicionais de avaliação da pesquisa científica, marcados pelo uso excessivo de métricas quantitativas como fator de impacto, número de publicações e citações. Embora questionamentos sobre os efeitos distorcidos dessas métricas já existissem desde os anos 1990, o movimento ganhou força a partir da Declaração de São Francisco (DORA, 2012), que propõe diretrizes para avaliações mais justas, transparentes e contextuais. Na mesma linha, mais tarde, o Leiden Manifesto (Hicks et al., 2015) aprofundou a crítica às métricas descontextualizadas e reforçaram a necessidade de considerar a diversidade de contribuições científicas. O RRA, como paradigma, emergiu desse movimento internacional e se consolidou como uma proposta para reformular práticas institucionais de avaliação, promovendo critérios que valorizem equidade, integridade, impacto social, colaboração, relevância local e diversidade epistemológica (Himanen, 2023; Schönbrodt et al., 2022).

O RRA propõe uma mudança cultural nas formas de reconhecer, recompensar e promover a produção científica, em que a avaliação deixa de ser apenas um mecanismo de controle para se tornar um recurso e um instrumento de apoio ao desenvolvimento da pesquisa. Em vez de restringir o valor da ciência à sua produtividade ou visibilidade internacional, o RRA busca fortalecer modelos avaliativos que reconheçam o papel transformador da pesquisa no enfrentamento de desafios complexos, na promoção da equidade e na produção de impactos sociais relevantes. Essa perspectiva está alinhada a princípios de ciência aberta, responsabilidade institucional e valorização de contextos diversos, especialmente relevantes para instituições públicas e pesquisas voltadas ao interesse coletivo. Ao incorporar os princípios da RRA, instituições de pesquisa são convidadas a revisar seus critérios de excelência e a adotar modelos avaliativos mais alinhados a finalidades sociais, contribuindo para um sistema científico mais justo, ético e relevante.

Agenda Estratégica da Embrapa

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), criada em 7 de dezembro de 1972 pela Lei nº 5.851. Sua fundação foi motivada pela necessidade de investir em ciência e tecnologia para equilibrar o crescimento da demanda nacional por alimentos e fibras com a capacidade de oferta do país, além de ampliar a competitividade brasileira nos mercados internacionais (Embrapa, 2025). Desde então, a Embrapa tornou-se referência nacional e internacional em pesquisa agropecuária, com presença em todas as regiões do Brasil por meio de 43 centros de pesquisa - denominados Unidades Descentralizadas (UD) - articuladas entre si e com a Sede da Embrapa, localizada em Brasília (DF).

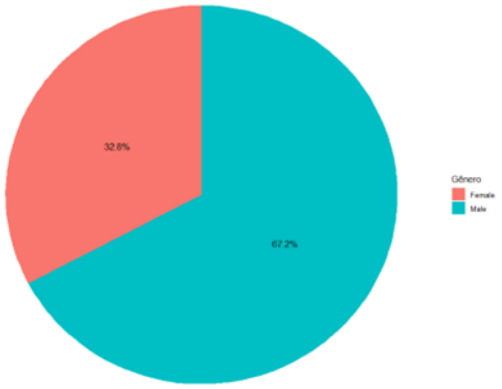
Desde sua criação, a Embrapa pauta sua atuação por uma visão estratégica de longo

prazo. Para isso, promove periodicamente processos participativos com atores internos e externos, com o objetivo de identificar gargalos críticos para o setor agropecuário e orientar a formulação de linhas de pesquisa capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável do país. Nos últimos três anos, esse esforço culminou na elaboração do Plano Diretor 2024–2030, que reafirma o papel da instituição como agente do Estado comprometido com a geração de conhecimento, tecnologias e soluções voltadas a uma agricultura sustentável, inovadora e conectada às demandas da sociedade. O plano destaca, entre outras diretrizes, o uso intensivo de ciência de dados, a transformação digital, o fortalecimento de parcerias estratégicas e o enfrentamento das mudanças climáticas, organizando a atuação institucional em torno de quatro missões e três eixos estratégicos: ciência e tecnologia, articulação e parcerias, e gestão e governança.

Neste aspecto, os objetivos estratégicos elencados são: (1) promover a sustentabilidade e competitividade da agropecuária nacional; (2) contribuir para a segurança alimentar e a saúde única (humana, animal e ambiental); (3) gerar tecnologias que atendam às novas tendências de consumo; (4) fomentar a bioeconomia e a economia circular; (5) enfrentar os efeitos das mudanças climáticas com uso racional dos recursos naturais; (6) promover inclusão socioprodutiva e digital; (7) desenvolver tecnologias emergentes e disruptivas; (8) fortalecer a transformação digital institucional; e (9) modernizar a governança e ampliar a capacidade de inovação da Embrapa.

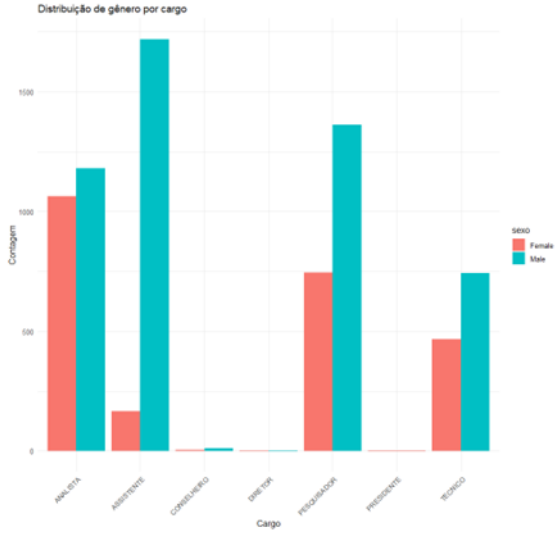
Para operacionalizar esses objetivos, a Embrapa conta, atualmente, com 7.478 empregados, dos quais 67,2% são homens e 32,8% são mulheres, conforme ilustra o Figura 1. A distribuição de gênero (Figura 2), no entanto, não é homogênea entre os diferentes cargos ocupados dentro da instituição.

Figura 1: Percentual de empregados por gênero



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 2: Percentual de empregadose total por cargo e gênero



Fonte: Elaboração própria (2025).

Entre os pesquisadores, por exemplo, categoria que compõe o núcleo técnico-científico da empresa, as mulheres representam 35,4% (745 de 2.106 pesquisadores). Já nos cargos de analista, a participação feminina é ligeiramente inferior à masculina: 47,4% (1.064 de 2.243). O mesmo ocorre em posições como assistente e técnico, onde observa-se uma maior concentração masculina, com mulheres representando apenas 8,9% dos assistentes (167 de 1.886) e 38,6% dos técnicos (467 de 1.210). Nos cargos de alta gestão, a disparidade também se expressa: embora exista uma mulher na presidência da empresa na atualidade, os

homens ocupam a maioria das posições de diretor (2 dos 4) e de conselheiro (11 de 15).

Método

Esta pesquisa utilizou dados secundários provenientes do Repositório de Dados de Pesquisa da Embrapa (Redape), acessados em 08 de maio de 2025. Os conjuntos de dados analisados foram: (i) "Projetos de pesquisa da Embrapa" (Medeiros, 2022a) e (ii) "Publicações disponíveis para baixar no Portal Embrapa" (Medeiros, 2022b). Ambos os conjuntos de dados estão diretamente conectados aos dados organizados e publicados no portal institucional da Embrapa (www.embrapa.br).

Os dados brutos de projetos contempla 3.060 registros e inclui variáveis como título, resumo, data de início e de finalização, unidade responsável, nome do(a) líder do projeto e sexo. Já o conjunto de dados de publicações reúne 168.497 registros, contendo informações como título, tipo de publicação, ano de publicação, unidade de origem, nomes dos autores e palavras-chave. Abaixo, segue a estrutura resumida de ambas as bases:

- Projetos: id, titulo, resumo, mes_ano_de_inicio, mes_ano_de_finalizacao, unidade_lider, lider_do_projeto, palavras_chave e situacao.
- Publicações: id, titulo, resumo, ano_de_publicacao, tipo_de_publicacao, unidade, autores e palavras_chave.

Nenhuma das bases apresentava a informação sobre gênero. Neste aspecto, para a identificação, foi utilizado o pacote genderBR, baseado em nomes próprios em português e indicado para predição de nomes nessa língua (Meireles, 2018). Como o método automatizado apresenta limitações, principalmente em nomes ambíguos ou compostos, foi realizada uma revisão manual complementar para garantir maior acurácia na classificação.

Ressalta-se que a identificação do gênero dos autores das publicações apresentou maior complexidade metodológica em comparação aos dados de liderança de projetos. Isso se deve ao fato de que os nomes dos autores são, em grande parte, registrados conforme sua assinatura bibliográfica, geralmente no formato abreviado (ex: PINTO, D. M.), o que dificulta a associação direta com os nomes completos dos empregados. Essa limitação exige um processamento adicional, incluindo desambiguação de nomes e padronização, o que impacta a completude da base. Diante disso, este estudo concentrou-se na análise das publicações do período de 2022 a 2024, para o qual foi possível estabelecer com maior segurança a correspondência entre autorias e gênero. Neste caso, o volume total de dados foi reduzido a 5523 publicações.

As análises foram conduzidas na linguagem R, utilizando os seguintes pacotes: readxl, dplyr, tidyverse, genderBR, tidytext, ggplot2, stringr, wordcloud, igraph, ggraph, forcats e scales. Foram aplicadas estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão) e testes de significância estatística, como o teste qui-quadrado, teste exato de Fisher e regressão logística, de acordo com o tipo e distribuição das variáveis envolvidas. A abordagem buscou examinar a distribuição de gênero em projetos (com foco em liderança) e publicações (com foco em autoria), como forma de avaliar a equidade de participação de gênero na pesquisa agrícola institucional.

Resultados

Após os processos de normalização, padronização e tratamento das bases, foram consolidados 2.963 projetos de pesquisa e 5.509 publicações científicas. A partir desse conjunto, buscou-se identificar a participação dos empregados por sexo, considerando os diferentes cargos ocupados institucionalmente. O Quadro 1 apresenta, em números absolutos, os empregados que atuaram como autores de publicações e como líderes de projetos, classificados por sexo e cargo. Observa-se que, embora a maior parte das participações esteja concentrada no cargo de pesquisador - tanto em autoria quanto em liderança -, há registros de engajamento em outras funções, como analistas e técnicos, com destaque para uma maior participação masculina nas lideranças em cargos não diretamente científicos. Chama atenção a presença feminina como autoras (1.374) e

líderes (961) pesquisadoras. Em contrapartida, em cargos como assistente e técnico, a participação feminina na liderança é nula. Importa ressaltar que a liderança de projetos, na Embrapa, tem sido reservada para corresponder apenas ao cargo de pesquisador.

Quadro 1: Número de empregados que atuaram como autores e líderes de projetos por sexo

Gênero	Cargo	Qtd Autores	Qtd Líderes
Mulheres	Analista	406	52
	Assistente	7	0
	Diretora	3	0
	Pesquisadora	1374	961
	Técnica	37	0
	Conselheira	1	1
Homens	Analista	608	127
	Assistente	15	3
	Diretor	2	0
	Pesquisador	2549	1744
	Técnico	62	4
	Conselheiro	0	0

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao normalizarmos o número de projetos e publicações por gênero, pelo número total de empregados, no Quadro 2 identificamos que as mulheres têm maior engajamento proporcional na liderança de projetos e na autoria de publicações, apesar de representarem um terço do total de empregados da instituição. No caso dos projetos, dos 5.026 homens empregados, 810 (16,1%) lideraram ao menos um projeto, enquanto que entre as 2.452 mulheres, 462 (18,8%) ocuparam essa posição. A diferença é ainda mais expressiva no campo das publicações: 35,7% dos homens empregados publicaram no período analisado, frente a 42,7% das mulheres.

Quadro 2: Percentual de empregados líderes e autores, por sexo

Gênero	Total - Empregados	Projetos (n)	Líderes Únicos	% Líderes	Publicações (n)	Autores Únicos	% Autores
Homens	5.026	1.878	810	16,10%	3.492	1.795	35,70%
Mulheres	2.452	1.014	462	18,80%	2.017	1.048	42,70%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Esses dados indicam que, embora em número absoluto haja mais homens liderando projetos e assinando publicações, as mulheres estão proporcionalmente mais presentes nas atividades de pesquisa, tanto na coordenação de projetos quanto na produção científica. Contudo, ao analisar as estatísticas de posição para esses dois tipos de atuação na pesquisa, identifica-se no Quadro 3 que mulheres e homens apresentam desempenhos médios muito semelhantes, tanto na autoria de publicações quanto na liderança de projetos. As medianas coincidentes e os desvios padrão moderadamente maiores entre os homens sugerem, no entanto, maior variabilidade na atuação masculina, possivelmente associada a uma maior concentração de projetos e publicações em subgrupos específicos.

Quadro 3: Estatísticas de posição para projetos e publicações

Tipo	Sexo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Publicações	Mulheres	1,92	2	0,74
	Homens	1,94	2	0,75
Projetos	Mulheres	2,27	2	1,62
	Homens	2,35	2	1,79

Fonte: Elaboração própria (2025).

A distribuição de publicações é bastante semelhante entre homens e mulheres, com médias próximas de 2 publicações por autor no período analisado. A mediana igual a 2 para ambos os grupos indica que metade das pessoas de cada sexo publicou duas vezes ou

menos. O desvio padrão relativamente baixo (~0,75) sugere baixa dispersão e padrão estável de participação, sem grandes diferenças de engajamento entre os grupos. Isso pode indicar que, uma vez envolvidas com a atividade de publicação, mulheres e homens têm desempenho semelhante em termos de volume de produção individual.

Na liderança de projetos, a média de projetos por pessoa também é semelhante entre mulheres e homens, com medianas iguais. No entanto, o desvio padrão mais alto (1,62 para mulheres e 1,79 para homens) indica uma maior variabilidade no número de projetos liderados, especialmente entre os homens. Isso sugere que, embora a média geral seja próxima, existe uma maior concentração de lideranças recorrentes entre homens, ou seja, homens tendem a liderar múltiplos projetos com mais frequência do que mulheres, o que pode refletir aspectos como distribuição de oportunidades ou redes de confiança institucional.

Participação de mulheres com destaque em projetos e publicações

Ao considerar o total de empregados por sexo, a proporção de mulheres que lideraram projetos na Embrapa foi de 18,8%, enquanto entre os homens essa proporção foi de 16,1%. O teste de igualdade de proporções indicou que essa diferença é estatisticamente significativa ($\chi^2(1) = 8,48$, $p = 0,0036$), com um intervalo de confiança de 95% para a diferença entre os grupos variando entre 0,84 e 4,61 pontos percentuais. Isso indica que, apesar de representarem uma parcela menor do quadro funcional, as mulheres apresentam maior engajamento proporcional na liderança de projetos institucionais.

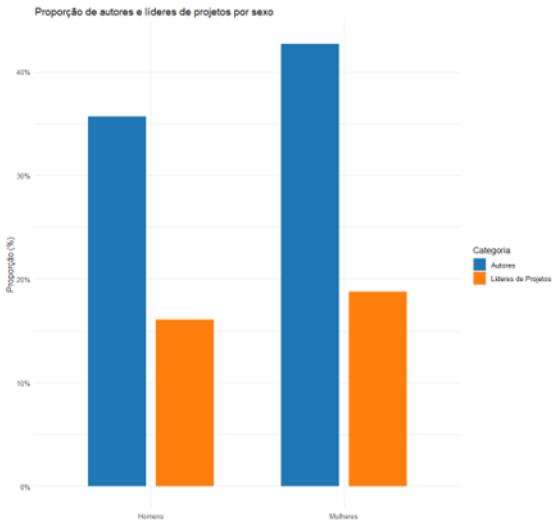
Da mesma forma, a proporção de mulheres que publicaram foi de 42,7% (1.048 de 2.452), enquanto entre os homens essa proporção foi de 35,7% (1.795 de 5.026). O teste de igualdade de proporções indicou que essa diferença é estatisticamente significativa ($\chi^2(1) = 34,23$, $p < 0,001$), com um intervalo de confiança de 95% para a diferença entre as proporções de 4,63 a 9,42 pontos percentuais.

Os valores estimados foram:

- Mulheres: $\hat{p} = 0,427$
- Homens: $\hat{p} = 0,357$

Esses resultados são visualmente apresentados na Figura 3, que compara as proporções de autores e líderes de projetos por sexo, evidenciando o maior engajamento proporcional feminino nas duas dimensões analisadas.

Figura 3: Proporções de mulheres e homens que atuaram como autores ou líderes de projetos



Fonte: Elaboração própria (2025).

A Figura 3 reforça a evidência de que, apesar de estarem em menor número na instituição, as mulheres apresentam maior engajamento proporcional tanto na liderança de projetos quanto na produção científica. Esses achados suscitam reflexões importantes sobre as oportunidades institucionais, os padrões de reconhecimento e os possíveis mecanismos de valorização da contribuição feminina na pesquisa agropecuária.

Considerações Finais

Os resultados obtidos indicam que, embora as mulheres representem uma parcela menor do corpo de empregados da Embrapa, elas demonstram um engajamento proporcional superior ao dos homens tanto na liderança de projetos quanto na autoria de publicações. Essa evidência foi sustentada pelos testes de proporção e pelas estatísticas de posição, que revelaram níveis semelhantes de produtividade individual entre os sexos, uma vez inseridos nas atividades de pesquisa.

Contudo, os dados também mostram que as posições de gestão ainda permanecem majoritariamente ocupadas por homens, o que pode refletir barreiras institucionais ou dinâmicas estruturais de gênero que não se revelam apenas nos indicadores de produção. Além disso, uma limitação metodológica importante diz respeito à identificação de gênero nas publicações, especialmente em virtude do uso de assinaturas abreviadas. Esse aspecto será tratado em etapas futuras da pesquisa, com o objetivo de ampliar a série histórica e fortalecer a qualidade analítica da base de dados.

Outro desdobramento necessário diz respeito à normalização da análise por UD da Embrapa, a fim de identificar possíveis padrões de concentração ou exclusão por gênero em determinadas regiões, centros de pesquisa ou áreas temáticas. Para isso, será fundamental cruzar os dados de autores e líderes com a composição de gênero de cada unidade.

De maneira geral, os resultados sugerem que a Embrapa apresenta uma trajetória institucional compatível com os princípios de RRI e RRA, ao promover, mesmo que indiretamente, um ambiente de pesquisa onde as mulheres têm se destacado proporcionalmente na produção científica e na liderança de projetos. No entanto, uma análise verdadeiramente alinhada a esses paradigmas exige ir além dos indicadores quantitativos.

A RRI destaca a importância de considerar valores como inclusão, diversidade, equidade e responsabilidade social nos processos científicos e institucionais. Já a RRA propõe uma revisão crítica das formas de avaliar a ciência, valorizando o impacto societal, a integridade e a colaboração - em vez de se basear exclusivamente em métricas tradicionais de produtividade.

Nesse sentido, compreender a participação das mulheres na pesquisa científica exige também uma abordagem mais qualitativa e interseccional, que leve em conta as diferentes jornadas, papéis e obstáculos enfrentados, e que esteja sensível à complexidade das trajetórias de carreira, aos espaços de tomada de decisão e aos critérios implícitos de reconhecimento e valorização institucional. Uma agenda de avaliação e inovação verdadeiramente responsável deve, portanto, considerar quem participa, como participa e em que condições, promovendo não apenas a presença, mas a permanência, a voz e o protagonismo de mulheres na ciência pública brasileira.

Referências

DORA. (2012). Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa. https://sfdora.org/wp-content/uploads/2020/12/DORA_Brazilian-Portuguese.pdf

Embrapa. (2020). VII Plano Diretor da Embrapa 2020-2030. http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1126091

Embrapa. (2025). Portal Embrapa. https://www.embrapa.br/

FAO. (2023). FAO and the Sustainable Development Goals. https://doi.org/10.4060/cc2063en

Felt, U. (2018). Responsible research and innovation. Em Handbook of genomics, health and Society (capítulo 14). Routledge. https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=X3dZDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT184&dq=Responsible+Research+and+Innovation&ots=nBvV5rI3JF&sig=JbRQTppsqOopNw3w1ytXnJwHv0k

Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., De Rijcke, S., & Rafols, I. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. Nature, 520 (7548), Artigo 7548.

Himanen, L. (2023). Responsible research assessment principles for research informa on management. https://dspacecris.eurocris.org/bitstream/11366/2468/2/MM2023Brussels_CSC-proposal-Responsible-research-assessment-principles_LHimanen.pdf

Medeiros, D. N. (2025a). Projetos de pesquisa da Embrapa (Versão 23) [Dataset]. Redape. https://doi.org/10.48432/EZDXWF

Medeiros, D. N. (2025b). Publicações disponíveis para baixar no Portal Embrapa (Versão 22) [Dataset]. Redape. https://doi.org/10.48432/TRBT0S

Meireles, F. (2018). GenderBR: Predict gender from Brazilian first names. genderBR: Predict Gender from Brazilian First Names.

Midmore, P. (2017). The Science of Impact and the Impact of Agricultural Science. Journal of Agricultural Economics, 68(3), 611–631. https://doi.org/10.1111/1477-9552.12242

Owen, R., Macnaghten, P., & Stilgoe, J. (2020). Responsible research and innovation: From science in society to science for society, with society. Em Emerging Technologies (p. 117–126). Routledge.

Schomberg, R. (2011). Towards Responsible Research and Innovation in the Information and Communication Technologies and Security Technologies Field. https://doi.org/10.2139/ssrn.2436399.

Schönbrodt, F., Gärtner, A., Frank, M., Gollwitzer, M., Ihle, M., Mischkowski, D., Phan, L. V., Schmitt, M., Scheel, A. M., & Schubert, A.-L. (2022). Responsible Research Assessment I: Implementing DORA for hiring and promotion in psychology. https://psyarxiv.com/rgh5b/download?format=pdf

Epistemología Feminista en Ciencias de la Información: Análisis Crítico para la transformación de la disciplina

Rosa San Segundo, Universidad Carlos III, 0000-0002-1449-8175, España, rosa.sansegundo@uc3m.es

Carlos Cândido de Almeida, Universidad Estatal Paulista, UNSP 0000-0002-8552-1029, Brasil, carlos.c.almeida@unesp.br

Blanca Serrano, UNIE-The Core School, 0009-0007-9595-2352, España, bserranos@professor.thecoreschool.com

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.320

Eje: Perspectivas Epistemológicas

Introducción

Las Ciencias de la Información han experimentado un profundo cambio en las últimas décadas, no solo sobre objeto de estudio y sus métodos de investigación, sino también en su concepción epistemológica. La epistemología tradicional, basada en la noción de objetividad y neutralidad, ha sido cuestionada por diversas corrientes de pensamiento, entre ellas la epistemología feminista.

La epistemología feminista surge como corriente de pensamiento que cuestiona los cimientos tradicionales del conocimiento científico, exponiendo cómo estos han sido construidos desde una perspectiva masculina y androcéntrica. En el ámbito de las Ciencias de la Información, esta corriente ha cobrado relevancia en las últimas décadas, impulsando un análisis crítico de los paradigmas, metodologías y prácticas de investigación que han dominado la disciplina.

Se analizan sus principales postulados, corrientes de pensamiento y autoras relevantes. Asimismo, se exploran las implicaciones de esta epistemología para la transformación de la disciplina, incluyendo la necesidad de replantear los objetos de estudio, las metodologías de investigación y las prácticas profesionales.

Se analizan conceptos como la objetividad, el conocimiento situado, la metodología feminista y la ética del posicionamiento científico, loque incide en áreas como las ciencias de la organización de la información, recuperación de información, alfabetización informacional y ética de la información.

Se proponen estrategias para incorporar la epistemología feminista en las prácticas de las Ciencias de la Información, fomentando una praxis reflexiva y crítica que contribuya a una sociedad más justa e inclusiva. La epistemología feminista no solo es una crítica, sino también una herramienta para la transformación, ofreciendo nuevas posibilidades para la construcción de conocimiento y la práctica profesional en las Ciencias de la Información.

O SUJEITO INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS A PARTIR DA RELAÇÃO SUJEITO-INFORMAÇÃO-REALIDADE

Eliany Alvarenga de Araújo, Universidade Federal de Goiás-UFG, https://orcid.org/0000-0001-9812-9707, Brasil, eliany.alvarenga@ufg.br

Rubem Borges Teixeira Ramos, Universidade Federal de Goiás-UFG, https://orcid.org/0000-0002-0866-7673, Brasil, rubemborges@ufg.br

NOTA: Este trabalho foi publicado na Revista EDICIC e poderá ser consultado na integra aqui:

DOI: https://doi.org/10.62758/re.306

Eixo: Perspectivas Epistemológicas

Introdução

A relação entre os indivíduos e a informação sempre foi um dos interesses de estudos desenvolvidos no âmbito da Ciência da Informação. Entretanto, neste século XXI, se registra uma gradual transformação nas perspectivas e na literatura referentes a este tema. Essa transformação tem conduzido a um esforço de reflexão conceitual, que opera sobre décadas de estudos promovidos junto a esta área do conhecimento, na tentativa de melhor se entender como as pessoas se relacionam com as informações, desde os primeiros 'estudos de usos e usuários', datando do final dos anos 1940 do século XX, culminando no conceito contemporâneo de 'sujeito informacional'. (Araújo & Ramos, 2023). Esta transformação conceitual reflete um pensamento central ainda mais complexo, tendo por base tanto o paradigma social de Capurro (2003, 2010), que evoca a necessidade de se considerar o meio, as influências e os diferentes papéis que os indivíduos desempenham juntamente com as informações de que necessitam para lograrem êxito junto aos problemas que enfrentam, quer seja em ambientes profissionais ou pessoais, como também Savonlainen (1995, 2007, 2008) e seu conceito de práticas informacionais, em que defende o fato de que as relações que o sujeito estabelece com a informação não devem ser oriundas exclusivamente de contextos acadêmicos ou profissionais, se estendendo também a sua presença e participação ativa enquanto membro da sociedade, vivenciando e experimentando nuances, contextos e experiências sociais e culturais, alinhada a reflexão epistemológica estruturada a partir do paradigma social de Capurro (2003, 2010). Conforme este autor, todo sistema de informação deve ser concebido dentro da estrutura de um grupo social específico e para áreas específicas. (Capurro, 2010). Citando Cornelius (1996), Capurro (2010) considera que "cada pedaço de informação só é informação se for entendido no contexto cultural em que está embalado, o que nos permite interpretá-lo". (pp. 260). Desta forma, a principal pergunta que a Ciência da Informação deve indagar na atualidade é: a informação se destina ou serve para quem? "Em uma sociedade globalizada, onde todos aparentemente comunicam tudo a todos, essa questão se torna crucial". (Capurro, 2010, pp. 261). A partir destas considerações, se combinando os preceitos de Capurro (2003, 2010) e de Savolainen (1995, 2007, 2008), é possível se questionar: Que perspectivas epistemológicas podem ser visualizadas para o campo de estudos de práticas informacionais, a partir da adoção do conceito 'sujeito informacional'? Considera-se que as reflexões provocadas por esta indagação podem revelar aspectos contemporâneos sobre a caracterização do indivíduo não apenas como um usuário da informação, mas sendo encarado neste século XXI como um sujeito informacional, bem como das possibilidades e limites da informação como recurso válido para a geração de conhecimento crítico e responsável e de uma ética da informação

que estimule tais dinâmicas. Visando responder a este indagação, este estudo tem por objetivo identificar pressupostos conceituais sobre o sujeito informacional em pesquisas brasileiras da área de Ciência da Informação.

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PROCESSOS DE PRESERVAÇÃO DE ARQUIVOS DIGITAIS

Gigliolla de Lourdes Batista Moura,
Universidade Federal de Pernambuco,
https://orcid.org/0000-0001-9343-8412,
Brasil, *gigliolla.moura@ufpe.br*

Sandra de Albuquerque Siebra,
Universidade Federal de Pernambuco,
https://orcid.org/0000-0002-0078-6918,
Brasil, *sandra.siebra@ufpe.br*

DOI:
https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6868

Eixo: Impacto das Tecnologias e Informação e Comunicação

Introdução

A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, ocasionou medidas como a necessidade de isolamento social, fazendo com que empresas, instituições e organizações, em escala global, precisassem acelerar seu processo de transformação digital, a fim de sobreviver a esse contexto. O que provocou a intensificação tanto a produção de arquivos digitais, quanto a realização de processos de digitalização (Nitahara, 2021).

Neste cenário, o problema da gestão e preservação de arquivos em meio digital se tornou um desafio ainda mais latente em empresas, instituições e organizações, a fim de evitar a perda de dados e garantir o acesso a eles a longo prazo (Lira & Siebra, 2021; Formenton, Castro, Gracioso, Furnival, & Simões, 2017). Especialmente porque, de acordo com Gouveia (2021), os processos relacionados à gestão de arquivos em meio digital recebem um impacto profundo das tecnologias e de sua evolução. Com isso, há sempre o risco da obsolescência tecnológica

inerente ao hardware, ao software e ao próprio formato dos arquivos digitais, o que requer a aplicação de estratégias de preservação digital (Formeton & Gracioso, 2020)(Ferreira, 2006).

Nesse cenário, a inteligência artificial (IA) emerge como ferramenta que pode contribuir com as iniciativas de preservação digital. A IA é "um ramo da ciência da computação que se propõe a desenvolver sistemas que simulem a capacidade humana de percepção de um problema, identificando seus componentes para, com isso, resolver problemas e propor/tomar decisões" (Lobo, 2017, p. 188). E ela pode possibilitar "a utilização e desenvolvimento de sistemas informáticos capazes de aprender e adaptar-se sem seguir instruções explícitas, utilizando algoritmos e modelos estatísticos para analisar e extrair inferências a partir de padrões nos dados" (Gouveia, 2021, p. 36).

O uso da IA tem potencial para repercutir na mediação entre homem e máquina. De fato, os modelos de Inteligência Artificial podem desenvolver comportamentos similares à inteligência humana, à medida que são alimentados com dados, que remetam ao desempenho desejado. O que é destacado por Neves (2020, p. 187), quando pontua que "o uso de dispositivos inteligentes, IA e da computação cognitiva nos espaços de construção do conhecimento vem avançando paulatinamente, proporcionando novas formas de interação com os sujeitos".

Também, o uso de IA tem potencial para otimizar os procedimentos envolvidos nas práticas de preservação digital, como endossado por Teel (2024), quando afirma que há uma tendência emergente de incorporar a tecnologia de IA nas práticas de preservação.

De acordo com Teel (2024), algoritmos de IA podem auxiliar na categorização automática, etiquetagem e criação de metadados para conteúdos digitais, facilitando a gestão e a recuperação de informações. Modelos de aprendizado de máquina podem contribuir para a identificação e mitigação da deterioração ou obsolescência digital e atuar como ferramentas para compreender, localizar, resumir e sintetizar o conhecimento preservado.

Colavizza et al. (2021, p. 14) destaca que "em termos de organização, a IA ajuda os arquivos a superar as limitações das unidades arquivísticas tradicionais, mantendo ao mesmo tempo os seus pontos fortes, por exemplo, em termos de proveniência". Os modelos e ferramentas de IA são técnicas que auxiliam o arquivo e o arquivista, assim como os demais profissionais da informação que lidam com massas documentais, porquanto, "a integração da IA muda os fundamentos teóricos da prática arquivística" (Colavizza et al. 2021, p. 14).

Em decorrência, os profissionais de arquivo precisam estar atentos às mudanças tecnológicas, pois trazem desafios, mas também oportunidades de melhorias para a gestão, organização, preservação e acesso a longo prazo de documentos arquivísticos digitais. Pois a incorporação de novas tecnologias, como a IA[1] no contexto arquivístico requerem atualização de conhecimentos, capacitação periódica e desenvolvimento de novas competências.

Isso é essencial para que, não só o arquivista, mas todos os profissionais da informação conheçam melhor o ferramental que pode ser utilizado nas suas atividades cotidianas. Assim, endossamos o posto por Neves (2020, p. 187) "que toda reflexão é bem-vinda quando se trata de novas tecnologias no contexto social".

Neste cenário, esta pesquisa tem como objetivo apresentar aplicações da inteligência artificial (IA) em processos relacionados à preservação de arquivos digitais, com base na produção científica encontrada na base de dados SCOPUS (Elsevier).

Este artigo está dividido em sessões, as quais são: "sessão 2, "A inteligência artificial no contexto informacional e na preservação de arquivos digitais", a qual compõe boa parte da literatura desta pesquisa, apresentando os conceitos de IA e suas aplicações como ferramentas tecnológicas e explana a temática deste estudo; sessão 3, "Procedimentos Metodológicos", descreve a metodologia utilizada para elaboração desta pesquisa; sessão 4, intitulada "Panorama Bibliométrico da Produção Analisada" apresenta os resultados obtidos a partir da seleção de artigos identificados na coleta de dados, pontuando as publicações por ano, os tipos de autoria e co-autoria e as publicações por países, a partir de uma elucidação dos autores com mais artigos publicados e dos periódicos

que tiveram mais destaque, neste estudo. A sessão "Considerações Finais" destaca a importância da utilização das ferramentas de Inteligência Artificial, apontando a relevância dessas tecnologias aplicadas em arquivos, para gerir e aperfeiçoar processos de gestão documental, com o objetivo de proporcionar preservação a longo e acesso aos documentos digitais.

Espera-se que este artigo colabore nas reflexões sobre as possíveis aplicações da IA no contexto das práticas da Ciência da Informação.

A Inteligência Artificial no Contexto Informacional e na Preservação de Arquivos Digitais

A Inteligência Artificial pode trazer contribuições para o aprimoramento das funções arquivísticas, em especial, este estudo foca em contribuições que possam agilizar ou aprimorar processos relacionados à preservação de arquivos digitais ou que apresentem contribuições no contexto de unidades de informação. Jaillant e Rees (2022, p. 573, tradução nossa) coadunam com esta perspectiva, afirmando que consideram "a IA como um conjunto abrangente de abordagens computacionais utilizadas para tomar decisões e executar tarefas". Os autores também alegam que, o desempenho das tecnologias de IA em tornar arquivos nato-digitais acessíveis e úteis é apontado como uma importante estratégia para gestores e pesquisadores interessados nos usos de materiais arquivísticos (Jaillant & Rees, 2022, tradução nossa).

A IA possibilita a reprogramação do modo como a ciência e os pesquisadores operam os **processos de digitalização de acervos e de conjuntos documentais de arquivos**. Pode possibilitar o **reconhecimento de texto, após a digitalização**, tal como é feito na plataforma Transkribus ou permitir a criação de registros auto-descritivos.

Neste sentido, a plataforma *Transkribus*, criada pela READ-COOP, uma cooperativa "baseada na diretiva da UE sobre a Sociedade Cooperativa Europeia (SCE)" (READ-COOP, 2024), "foi desenvolvida no âmbito do projeto "READ" da UE Horizonte 2020 por um consórcio de grupos de investigação líderes de toda a Europa, liderado pela Universidade de Innsbruck" (READ-COOP, 2024). Esta plataforma opera com o reconhecimento de texto de documentos pertencentes à era medieval, através da IA. "Os mecanismos HTR processam a imagem inteira de uma palavra ou linha, digitalizando-a em várias direções e, em seguida, colocando esses dados em uma sequência" (Seaward & Kallio, 2017, p. 1).

As autoras complementam que "os motores HTR são baseados em algoritmos de aprendizado de máquina. A tecnologia precisa ser treinada sendo mostrado exemplos de pelo menos 30 páginas de material transcrito. Isso ajuda a entender os padrões que compõem palavras e os caracteres" (Seaward; Kallio, 2017, p. 2).

Outro exemplo de transcrição de documentos medievais, através de reconhecimento de texto manuscrito, é o projeto *In Codice Ratio*, que visa desenvolver novos métodos e ferramentas para conduzir estudos baseados em dados sobre grandes fontes históricas. O projeto é direcionado para as coleções do Arquivo Secreto do Vaticano (In Codice Ratio, 2025). Ammirati et al. (2019), afirmam que "a maioria desses documentos é digitalizada como imagens, a transcrição automática é um facilitador do aplicativo de técnicas de descoberta de conhecimento, bem como uma ferramenta útil para o paleógrafo por acelerar o processo de transcrição" (2019, p. 185, tradução nossa).

Nesse sentido, Jaillant et al (2022, p. 288, tradução nossa), enfatiza que "uma vez que o problema do acesso aos arquivos foi superado, novas ferramentas computacionais podem ser desenvolvidas para ajudar a explorar esses arquivos ou completar a digitalização por conta própria. Jaillant e Rees (2022), reiteram que, a classificação automática de documentos governamentais antes da disponibilização de acesso à informação ou transferência para arquivos nacionais, assim como, experimentos para aperfeiçoamento de descobertas de coleções arquivísticas visuais e ferramentas de busca algorítmica, são alguns tipos de ferramentas de Inteligência Artificial para ampliação de acesso e uso a arquivos digitais. Os autores também ressaltam que, "além disso, redes acadêmicas e de pesquisa, como

AURA, AEOLIAN e AI4LAM, reúnem diversos agentes interessados na aplicação da IA a acervos arquivísticos" (Jaillant & Rees, 2022, p. 573).

Desta forma, a disponibilidade das ferramentas de IA para acesso e usabilidade tornam possíveis as aplicações desses métodos em documentos arquivísticos e unidades de informação, como veremos a seguir nesta pesquisa, exemplos de uso de IA, distribuídos nos Quadros. Gouveia (2021) pontua as possibilidades de uso da IA no **contexto da organização e acesso a arquivos**, conforme resumido no Quadro 1.

Quadro 1 – Uso da IA para Organização e Acesso à Arquivos

Fonte: Adaptado de Gouveia (2021).

Martins (2010) destaca que a IA pode ser empregada para a **classificação automática de conteúdos**, de forma lógica e semanticamente coerente, o que pode facilitar a recuperação da informação. Ou seja, pode auxiliar com a organização dos arquivos, contribuindo para automação de sistemas de informação arquivística, preservação digital dos documentos e acesso. Com relação às atividades do campo da organização da informação, Rockembach (2021) explana que,

> as questões da organização do conhecimento, das classificações, taxonomias e ontologias, encontram-se diretamente relacionadas as aplicações de aprendizagem de máquina, ou *Machine Learning*, com o uso de modelos que podem aprender com os dados, sendo que esta aprendizagem pode acontecer de forma supervisionada, semi-supervisionada e não supervisionada (Rockembach, 2021, p. 239).

As ferramentas de IA podem **simplificar e otimizar os processos de classificação, organização e análise arquivística**, atividades estas mapeadas no Quadro 2, a partir de práticas que possibilitem a utilização de "novas ferramentas de mediação homem máquina, como também novos métodos na utilização e análise de arquivos como o uso e exploração de (ciência dos dados) (Gouveia, 2021, p. 36).

Quadro 2 – Uso de IA na Automatização de Processos

Organização e acesso a arquivos
A quantidade crescente de materiais de arquivo digitalizados e de base digital exige a automatização e mesmo a reinvenção da organização e do acesso aos registos. A abordagem tradicional pode agora ser complementada por outros meios, centrados principalmente no conteúdo dos registros. Esta mudança não só permite aos utilizadores dar sentido a materiais de arquivo em escalas e complexidade maiores, como o fazer de formas inovadoras.
• Extração e indexação automática de conteúdos
• Registros de arquivo para leitura/aquisição de modo remoto
• Pesquisa e recuperação
Automatizar processos e decisões de manutenção de registos
O potencial de tecnologias de IA promete automatizar partes do fluxo de trabalho dos arquivos. As expectativas relacionadas com este potencial estão predominantemente situadas na Captura e Diversidade dos conteúdos associados. A curadoria manual, de alta qualidade e colaborativa de dados continua a ser uma abordagem bem-sucedida em muitas situações.
Avaliação: os profissionais de manutenção de registros são confrontados com volumes cada vez maiores de registos não estruturados e não categorizados. A IA tem potencial para ajudar a gerir volumes tão grandes e a literatura reporta inúmeras experiências e casos de sucesso.
Tratamento de informação sensível: as instituições devem evitar que a incapacidade de identificar informação sensível torne virtualmente impossível conceder liberdade de acesso e pedidos de informação ou de permitir a investigação arquivística.
Metadados: questões de descrição e extração de metadados para auxiliar os criadores de registos do fornecimento de metadados(classificação), aumentando a qualidade dos metadados existentes (catálogos).

Fonte: Adaptado de Gouveia (2021).

A IA também pode ser **utilizada para a recolha de dados em fontes diversas**, dando origem a novas formas de arquivo (Gouveia, 2021), conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Arquivos digitais em novos formatos

Novas formas de arquivos digitais
Facilitar novos tipos de recolha de dados, como nos sistemas integrados, sistemas inteligentes, com recurso à Internet das Coisas (IoT). A informação resultante é capturada e organizada, de acordo com a conformidade a leis, regulamentos e expectativas relativamente à privacidade e outros valores públicos. Os princípios de manutenção de registros, geralmente aceitos para arquivo (responsabilidade, transparência, integridade, proteção, conformidade, disponibilidade, retenção e

disposição), fornecem um referencial para a organização destas novas formas de arquivo digital.

Fonte: Adaptado de Gouveia (2021).

Neves (2020), com base na análise da literatura científica internacional, pontua algumas das perspectivas de uso da IA nas unidades de informação que vem transformando a forma de trabalho dos profissionais da informação. A autora destaca as possibilidades de "melhoria do processamento de informações, o apoio à pesquisa, técnicas do aprendizado de máquina incorporados aos sistemas de automação" (Neves, 2020, p. 200). Ela também menciona o uso que pode ser feito da IA na **criação de assistentes inteligentes, que podem ser utilizados na interação dos usuários** com as unidades de informação. O que já era pontuado por Bohle (2018) e Williams (2019) quando destacaram que as técnicas e recursos de IA, como a computação cognitiva[2] podem servir de apoio à pesquisa dos usuários e como formas alternativas de interação automatizada.*O National Archives and Records Administration* (NARA) *dos Estados Unidos vem se empenhando em produzir uma solução fundamentada em Inteligência Artificial e aprendizagem de máquina, para* ***disponibilização de documentos digitalizados e nato-digitais*** *em seu Catálogo, a partir do registro de metadados, fazendo uso de* ***pesquisa personalizada*** *(vide Quadro 4) e* ***registros auto descritivos*** *(vide Quadro 5) (NARA, 2021).*

Quadro 4 – *Uso de IA/Aprendizagem de Máquina para Pesquisa Personalizada*

Pesquisa Personalizada
● À medida que cresce o volume de conteúdo disponível para pesquisa em nosso Catálogo, torna-se cada vez mais difícil para os usuários encontrarem o que procuram
● A NARA procura explorar o fornecimento aos usuários dos Arquivos Nacionais Catálogo com uma experiência de pesquisa personalizada para fornecer informações relevantes resultados de pesquisa e faz recomendações para registros relacionados com base sobre o comportamento e interesses do usuário
● Identificar e resolver problemas de qualidade de dados, como preconceitos
● Anonimização versus personalização da pesquisa fácil de usar
● Algoritmos, estruturas e/ferramentas para criar soluções de IA para os casos de uso acima, indicando o resultado, abordando os pontos fortes e as limitações.
● Comparação de recursos fornecidos por diferentes provedores de nuvem, como AWS, Azure, IBM, Google etc.
● COTS ou SaaS/PaaS/IaaS baseado em nuvem versus ferramentas não baseadas em nuvem ou estruturas. Custos de licenciamento relacionados, capacidades operacionais e requisitos apoiar.
● Capacidades de armazenamento e indexação independentes de formato/tipo de dados.
● Projeto de pipeline para desenvolvimento e entrega de solução de IA/ML para produção
● Atividade de pós-produção (atividade operacional) necessária, como infraestrutura monitoramento, depuração, orquestração de trabalhos, etc.
● Áreas para considerações de custos

Fonte: Adaptado de NARA, Arquivos Nacionais Catálogo (2021)

É importante mencionar que os documentos precisam de sistemas que organizem os metadados dos registros pós digitalização. Jaillant e Caputo (2022), declaram que, "esses arquivos de metadados apresentam informações contextuais, incluindo a data em que o item foi digitalizado, os dados técnicos, material usado para capturar as imagens e o método usado para transcrições (Jaillant & Caputo, 2022, p. 828, tradução nossa)".

Quadro 5 – *Uso de IA/Aprendizagem de Máquina para criação de Registros/Metadados Auto descritivos*

Registros Autodescritivos
● As agências transferem registros digitalizados e eletrônicos, para os quais os arquivistas atualmente precisam descrever manualmente para o Catálogo
● O NARA busca explorar o processamento de objetos de arquivo brutos, como PDFs, imagens e e-mails (também conhecidos como "objetos digitais") para automaticamente produzir metadados descritivos para acesso público com o mínimo de intervenção arquivista

Fonte: Adaptado de NARA, Arquivos Nacionais Catálogo (2021)

O NARA apresenta alguns casos de uso de IA e aprendizagem de máquina, conforme especificado no Quadro 6.

Quadro 6 – *Abordagem utilizada para os usos de caso para IA/Aprendizagem de Máquina*

● Identificar e resolver problemas de qualidade de dados, como preconceitos
● Anonimização versus personalização da pesquisa fácil de usar
● Algoritmos, estruturas e/ferramentas para criar soluções de IA para os casos de uso acima, indicando o resultado, abordando os pontos fortes e as limitações.
● Comparação de recursos fornecidos por diferentes provedores de nuvem, como AWS, Azure, IBM, Google etc.
● COTS ou SaaS/PaaS/IaaS baseado em nuvem versus ferramentas não baseadas em nuvem ou estruturas. Custos de licenciamento relacionados, capacidades operacionais e requisitos apoiar.
● Capacidades de armazenamento e indexação independentes de formato/tipo de dados.
● Projeto de pipeline para desenvolvimento e entrega de solução de IA/ML para produção
● Atividade de pós-produção (atividade operacional) necessária, como infraestrutura monitoramento, depuração, orquestração de trabalhos, etc.
● Áreas para considerações de custos

Fonte: Adaptado de NARA (2021)

Do Quadro 6 destaca-se que, quanto aos documentos digitalizados, o NARA especifica que "está usando IA para **encontrar e remover automaticamente informações pessoais sensíveis** de seus registros históricos digitalizados, ou seja, realizar a anonimização de dados. Isso tornará o processo mais rápido, mais preciso e protegerá melhor a privacidade, ao mesmo tempo em que permitirá maior acesso público a esses registros" (NARA, 2025). Jaillant (2022, p. 433, tradução nossa, grifo nosso), aponta que,

> Outro uso de IA/ML em coleções de arquivos é prever tipos de arquivos. Santhilata Venkata (Especialista em Preservação Digital, The National Archives UK) observa que sua instituição geralmente recebe registros de dados corrompidos, que são arquivos de texto. A Inteligência artificial pode examinar automaticamente o conteúdo do arquivo e, em seguida, fazer previsões em tipos de arquivos – o que é útil no contexto de preservação e acesso digital (Venkata 2021). Melhorar os metadados e prever os tipos de arquivos são, obviamente, muito importantes, mas **talvez a aplicação mais importante de IA/ML em arquivos seja sua capacidade de identificar materiais sensíveis**.

Além das práticas e técnicas já citadas que contribuem para a preservação digital dos arquivos digitais, outros métodos e procedimentos através da IA estão sendo desenvolvidos e aplicados em acervos documentais, como no caso do Projeto *Sphaera*, do Instituto Max Plank de História da Ciência, na Alemanha. Este projeto possui um banco de dados de acesso aberto, que permite acesso a mais de 320 livros, dos períodos de 1472 à 1650, a estimativa é que demais obras sejam adicionadas à coleção.

O projeto tem a pretensão de percorrer o sistema científico entre os séculos XIII e XVII, quando as pesquisas eram mais centradas em conhecimentos cosmológicos, no intuito de compartilhar a identidade científica da Europa (*Center for Science and Society, Columbia University*, 2024). Os textos são digitalizados e interpretados através de um sistema computacional que recebe os dados dos conjuntos de documentos, "esses dados foram então colocados em um gráfico, o qual incorporou automaticamente essas conexões individuais em uma rede contendo todos os registros. O intuito era treinar um método de *machine learning* que conseguisse **sugerir conexões entre textos**" (MIT Technology Review, 2023).

No contexto digital, é necessário que sejam aplicados protocolos de segurança, mantendo os documentos em ambientes seguros, para que possam ser acessíveis. Nesse sentido, a Inteligência Artificial pode **contribuir para a segurança e manutenção dos dados, assegurando que a integridade e a veracidade das informações** estejam inalteráveis.

As práticas de IA estão em desenvolvimento em diversos seguimentos e áreas do conhecimento, incluindo a Ciência da Informação A utilização dos métodos, técnicas e ferramentas de IA tem potencial para aprimorar a maneira como os arquivos digitais são gerenciados e preservados, além de possibilitar maior agilidade na recuperação da informação e na execução de processos (como os de anonimização), garantindo qualidade arquivística aos documentos, mantendo sua integridade e autenticidade, contribuindo com a preservação digital e o acesso a longo prazo.

Porém, Hernandez, Fewster e Penniman (2024), ressaltam que,

> embora a IA e tecnologias semelhantes tenham amplas aplicações no domínio arquivístico, existem lacunas na transformação de experiências com IA em práticas e infraestruturas de arquivo duradouras. Nós discutimos que a colmatação destas lacunas virá de pelo menos três fontes: (1) profissionais de arquivo competentes o suficiente para integrar IA em seu fluxo de trabalho; (2) tecnologias comerciais de arquivamento e manutenção de registros que efetivamente incorporem IA em seus produtos; e (3) pesquisadores que contribuem com estudos relevantes e críticos para a ética e co-modelação eficaz da IA e da ciência e prática arquivística (Hernandez, Fewster, &

> Penniman 2024, p. 36, tradução nossa).

Assim, endossamos que, nesse cenário de uso de tecnologias avançadas como a IA, é preciso ter profissionais qualificados e atualizados, o que exige atualização constante de conhecimentos; é preciso ter a infraestrutura necessária; e que se intensifiquem as pesquisas sobre o uso da IA, assim como sobre as questões morais e éticas de sua utilização, em âmbito acadêmico e profissional.

Lorenz e Konečný (2023, p. 338, tradução nossa), relatam que, "com a inserção da inteligência artificial nos arquivos e nas práticas curatoriais, a importância dos aspectos éticos da curadoria de dados — especialmente ao lidar com materiais sensíveis ou controversos — vem sendo cada vez mais reconhecida". Nesses aspectos, estão incluídos a privacidade, consentimento e vieses, elementos os quais necessitam ser considerados, para tornar um arquivo confiável, respeitando assim os direitos da sociedade, a qual possui seus dados representados em arquivos (Lorenz & Konečný, 2023, tradução nossa).

Por fim, vale mencionar nas indicações de uso e práticas de IA o trabalho realizado pela Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA)[3]. Ela produz estudos e aplicações com foco em bibliotecas, mas também aborda usos e práticas para arquivos digitais. A IFLA também possui a Seção de Preservação e Conservação (PRESCONS), que trata sobre a disponibilidade à longo prazo das coleções de patrimônios documentais em formatos físico e digitais. A PRESCONS juntamente com outras organizações como a International Council on Archives (ICA), trabalham para conservar e preservar coleções patrimoniais.

Neste seguimento, o projeto InterPARES[4] mantém em desenvolvimento pesquisas voltadas às tecnologias de IA e suas interpretações e aplicações em instituições de arquivo, discutindo desafios, riscos e benefícios da utilização responsável de ferramentas de IA.

Pesquisas recentes realizadas nesse contexto apontam para possibilidades de **visualização de imagens de arquivo com Inteligência Artificial**, construção de **IA confiáveis em sistemas de gerenciamento de registros e arquivamento**, digitalização e IA para arquivos de documentos patrimoniais, dentre outras vertentes de aplicação. Consequente, os principais usos da IA encontrados na literatura foram, a visualização de imagens de arquivo com Inteligência Artificial e ferramentas de IA confiáveis para sistemas de gerenciamento de registros e arquivamento. Estes processos de Inteligência Artificial em arquivos viabiliza a usabilidade da informação e da organização do acervo em instituições de arquivo, servindo de auxílio para ajudar os profissionais da informação, no entanto, os mesmos precisam estar capacitados e preparados para trabalhar com as tecnologias que essas ferramentas exigem.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo teve como base a abordagem bibliográfica, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54), é aquela "elaborada a partir de material já publicado, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa".

A pesquisa é exploratória, porque "tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa" (Prodanov & Freitas, 2013, p. 51-52).

Possui natureza quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa "considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las" (Prodanov & Freitas, 2013, p. 69). E a pesquisa qualitativa, "considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números" (Prodanov & Freitas, 2013, p. 70).

A coleta de dados foi realizada na base de dados SCOPUS (Elsevier), a partir de um recorte usando os termos de busca "Inteligência Artificial", "Arquivos Digitais", "Arquivos em Meio Digital", em português e inglês, no período de 2020 à 2024, a fim de considerar os últimos cinco anos de produções. Uma vez que,

desde a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, tanto houve uma maior produção de arquivos em meio digital, quanto como se intensificaram as pesquisas relacionadas à IA e suas ferramentas (Chenrui et al., 2024). Ressalta-se que primeiramente se combinou o termo "Inteligência Artificial" com "documentos digitais", porém, curiosamente, os resultados recuperados tinham mais relação com ações dentro de bibliotecas. Ao substituir por "arquivos digitais", foram recuperadas mais ações no contexto de Arquivos.

Foram recuperados 48 (quarenta e oito) trabalhos sobre os termos utilizados. Destes, 18 (dezoito) focavam em outras temáticas relacionadas a Biblioteconomia, Museologia, Internet das Coisas (IoT), Código Aberto, Infraestruturas de Dados, Gestão de Qualidade, entre outras, sem descrever necessariamente usos e técnicas de IA aplicadas a arquivos digitais para contribuir nos processos de preservação digital. Adicionalmente, havia uma publicação do ano de 2021 que possuía falhas em sua legitimidade e precisou ser retratado pela instituição que o publicou, desta forma e, por este motivo, também foi retirado desta pesquisa, totalizando 29 (vinte e nove) artigos completos em periódicos ou eventos, a serem analisados.

Os artigos foram lidos na íntegra para proporcionar o alcance do objetivo, como também foram analisados utilizando o método bibliométrico, para que fosse possível fazer a mensuração e dar um panorama da produção científica sobre Inteligência Artificial e arquivos digitais analisada. Estes resultados deram origem tato ao que foi apresentado na seção 2, como ao que será apresentado na seção 4.

Ressalta-se que, para complementação dos usos e técnicas de IA identificados no recorte de produção analisado, foram também lidos e utilizados, livros, artigos que faziam parte das referências dos artigos analisados e sites específicos dos projetos citados nos artigos.

Panorama Bibliométrico da Produção Analisada

Para dar um panorama das 29 (vinte e nove) publicações analisadas, no gráfico 1 é possível ver como elas se distribuíram por ano.

É possível observar que o gráfico 1 apresenta um crescimento das publicações, a partir do ano de 2022, pós-pandemia, constando de 11 (onze) publicações, sendo Jaillant, L. a autora que mais publicou nesse referido ano. Houve um declínio na produção no ano seguinte, 2023, constando de 7 (sete) artigos, respectivamente, para depois ocorrer um novo aumento das publicações no ano de 2024, com um total de 10 publicações. Percebe-se que, nesta base de dados, a temática praticamente não teve produções no período pandêmico (2020-2021). Sendo a única produção do período a intitulada *Eurasian Latin Archive*, do autor Carbé, E., do *Dipartimento di Filologia e Critica delle Letterature Antiche e Moderne*, da Universidade de Siena.

Colavizza et al. (2021) pontuam que, ao longo dos anos, as pesquisas relacionadas à IA aplicada aos processos de manutenção de registros de arquivos tendiam a aumentar, o que foi observado nos resultados obtidos. Também, o quantitativo de produções, denotam os avanços nas pesquisas relacionando IA e arquivos digitais destes países, podendo ser citados como exemplo os estudos sobre a IA aplicada ao Arquivo Nacional dos Estados Unidos; os estudos na Europa sobre os avanços da plataforma *Transkribus*, relacionados à digitalização de acervos e reconhecimento de textos manuscritos; o trabalho do projeto *In Codice Ratio*, direcionado ao Arquivo Secreto do Vaticano; além das pesquisas realizadas no contexto dos projetos *Iron Mountain*, do Reino Unido e da rede AURA, do Reino Unido e Irlanda.

O gráfico 2 apresenta o tipo de co-autoria de publicação das produções analisadas.

É possível observar neste gráfico que a maioria dos trabalhos analisados neste estudo foram publicados em dupla (11 (onze) produções) ou de forma individual (9 (nove) produções). Tanto em dupla (com co-autores variados), quando individualmente, a autora Jaillant, L. se destaca como a mais produtiva, tendo três publicações em dupla e três individuais. Observou-se uma variedade de autores publicando sobre o tema, mas todos como autor individual ou em coautoria em apenas uma única publicação. Sendo as exceções apenas Jaillant, L. (com o total de seis

publicações, como já mencionado) e Modiba, M. (com o total de duas publicações em coautoria).

Lise Jaillant é professora associada em Humanidades Digitais, na Universidade de Loughborough. A autora lidera desde 2020 quatro projetos com temáticas associadas à IA, dentre estes, o projeto rede AURA (Arquivos no Reino Unido/República da Irlanda e IA). Suas 3 publicações individuais, são: *Introduction to the Special Issue: Using Visual AI Applied to Digital Archives; More Data, Less Process: A User-Centered Approach to Email and Born-Digital Archives;* e *How can we make born-digital and digitised archives more accessible?* Identifying obstacles and solutions.

Suas 3 publicações em dupla, são uma com Aske, k, intitulada: *Are Users of Digital Archives Ready for the AI Era? Obstacles to the Application of Computational Research Methods and New Opportunities*; uma com o autor Caputo, A, com o título de: *Unlocking digital archives: cross-disciplinary perspectives on AI and born-digital data* e, por fim, uma com Rees, A, intitulada: *Applying AI to digital archives: trust, collaboration and shared professional ethics.*

O autor Mashilo Modiba atua como professor no Departamento de Ciência da Informação da Universidade da África do Sul e aparece em duas publicações em coautoria. Uma com Shekgola, M., denominada: *Artificial Intelligence Embedded Cloud Computing Technology for the Management of Digital Archives in the Fifth Industrial Revolution in South Africa*; e outra com Schellnack-Kelly, I., intitulada: *Developing smart archives in society 5.0: Leveraging artificial intelligence for managing audiovisual archives in Africa.*

A maioria dos periódicos onde as publicações ocorreram são originários dos Estados Unidos da América, como pode ser observado no Gráfico 3. Eles tiveram um quantitativo de 6 produções científicas, distribuídas nos seguintes periódicos americanos: *Journal on Computing and Cultural Heritage, Journal of Social Archaeology, American Archivist, Archival Science, Digital Humanities Quarterly, Information Development.*

O segundo país com mais produções foi a Inglaterra, totalizando 4 (quatro) publicações, dispostas nos periódicos britânicos: *AI and Society, Digital Scholarship in the Humanities, Asian Journal of Law and Society e na Conferência Internacional ICENIT 2022*. Adicionalmente observa-se que houve publicação em periódicos de quatro continentes: Europeu, Americano, Asiático e Africano.

Observou-se nos achados que os periódicos que mais tiveram publicações sobre a temática pesquisada foram: AI and Society, Journal on Computing and Cultural Heritage (JOCCH) e Archival Science, com duas publicações cada. Diversos outros periódicos foram encontrados com apenas uma publicação cada.

O periódico AI and Society, "se concentra em questões sociais, incluindo o design, uso, gerenciamento e política de informação, comunicações e novas tecnologias de mídia, com ênfase particular em implicações culturais, sociais, cognitivas, econômicas, éticas e filosóficas" (AI and Society, 2025). O periódico possui abordagem voltada às tecnologias digitais e suas vertentes, e é uma revista do grupo *Springer Nature*, com alta classificação.

A revista *Journal on Computing and Cultural Heritage* (JOCCH), têm suas publicações voltadas para a área de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Abrange subáreas distintas como o patrimônio tangível, como documentação, organização, interpretação e comunicação de artefatos e coleções (incluindo arquivos digitais, catálogos e bibliotecas); e patrimônio intangível, como música, performance, narrativa e mitologia (ACM, 2025). O JOCCH é indexado na base de dados SCOPUS (Elsevier) e na Web of Science, sendo abordado nas principais coleções desta última.

Por fim, a *Archival Science* é um periódico que "promove o desenvolvimento da ciência arquivística como uma disciplina científica autônoma. Ele abrange todos os aspectos da teoria, metodologia e prática da ciência arquivística. Possui abordagem integrada, interdisciplinar e intercultural (Archival Science, 2025). O periódico também pertence ao grupo Springer Nature.

Uma curiosidade é que a autora mais produtiva, Lise Jaillant, tem publicações nestes três periódicos que se destacaram.

Com relação às palavras chaves empregadas pelos autores dos artigos analisados, nota-se uma grande ramificação de palavras utilizadas uma única vez. O termo "Artificial Intelligence" é o mais utilizado aparecendo em todas as 29 (vinte e nove) produções.

O termo "Digital Archives" é colocado nas palavras chaves de 19 (dezenove) produções, sendo o segundo mais citado, por fazer parte do contexto onde a IA é aplicada.

Em terceiro estão 3 (três) termos empatados com cinco ocorrências: Machine Learning, Digital Libraries e Deep Learning.

A aprendizagem de máquina ou *Machine Learning (ML)* pode ser considerada um subconjunto da IA (Neves, 2022) e se caracteriza como o uso de "[...] programas de computador e algoritmos que podem extrair/derivar significado e padrões de dados" (Bourg apud Boman, 2019). A autora afirma que, "o aprendizado de máquina é mais ou menos definido como um subconjunto de IA" (Neves 2022, p. 28). O aumento do acesso a esses termos nos últimos anos sinaliza o interesse de indivíduos e instituições na aplicação e desenvolvimento de novos métodos e técnicas, que podem influenciar bastante e consideravelmente no processo de atividades de rotina. Algumas das experiências e usos relatados nos artigos fazem uso da ML, por isso, ela encontra-se entre as palavras chaves.

Bibliotecas digitais ou Digital Libraries, está entre as mais citadas por ser um dos ambientes onde as técnicas de IA podem ser aplicadas. E, finalmente, a aprendizagem profunda ou Deep Learning, que é tida como uma subárea do ML, e segundo Bengio et al. (2017) refere-se ao uso do ML em uma grande quantidade de dados para, após várias etapas de processamento com algoritmos, conseguir um computador aprenda por si mesmo e possa executar tarefas de forma semelhante aos seres humanos, como, por exemplo, a identificação de imagens.

Considerações Finais

A utilização dos métodos de inteligência artificial tem potencial para aprimorar a maneira como os documentos arquivísticos digitais são gerenciados e preservados, assim como aperfeiçoar subprocessos relacionados à estas atividades. Além de cooperar com a segurança, manutenção e anonimização de dados, assegurando que a integridade e a veracidade das informações estejam inalteráveis. Adicionalmente, a inteligência artificial pode contribuir na interação com os usuários e na mediação do acesso à informação por eles.

Vale destacar que ferramentas de IA também podem ser utilizadas para auxiliar na pesquisa científica, especialmente na parte de levantamento de dados e organização do material coletado, o que pode agilizar o trabalho dos pesquisadores. Porém, para tudo isso, a aplicação de métodos e boas práticas informacionais é fundamental, além de um uso ético das ferramentas disponíveis.

Esta pesquisa revelou dados sobre aplicações de inteligência artificial em arquivos meio digital, abordando diversos ramos da Ciência da Informação e da Tecnologia, a partir de trabalhos encontrados na base de dados SCOPUS (Elsevier). Tais pesquisas foram produzidas em diversos países, constatando que os Estados Unidos da América foi o país que mais realizou estudos sobre a temática, sendo publicados em diferentes periódicos. No entanto, como limitação deste estudo, é importante ressaltar que os resultados refletem o conteúdo das produções consultadas e que o uso de outras bases de dados ou outros intervalos de tempo poderiam trazer resultados diversos.

Por fim, a inteligência artificial pode, entre outras funções, proporcionar o monitoramento de documentais digitais, por meio de atribuições de comando, programadas para execução de tarefas de gestão documental e análise de dados estruturados assegurando que a integridade e a veracidade das informações estejam inalteráveis.

Como trabalhos futuros pretende-se estender a discussão dos usos das ferramentas de inteligência artificial para novos desdobramentos nas pesquisas na área de arquivologia, aplicada a documentos digitais e digitalizados. Pretende-se trabalhar principalmente com a preservação de patrimônios digitais em instituições de arquivo, através de boas práticas de curadoria digital. O DCC (2025), alega que "a curadoria digital envolve manter, preservar e adicionar valor

aos dados de pesquisa digital durante todo o seu ciclo de vida", deste modo, mantendo os arquivos aplicados a uma gestão documental arquivística. "A gestão ativa de dados de pesquisa reduz as ameaças ao seu valor de longo prazo e mitiga o risco de obsolescência digital" (DCC, 2025). O DCC, também enfatiza que a curadoria digital atua como um processo de redução de "duplicação de esforços na criação de dados de pesquisa, a curadoria aumenta o valor de longo prazo dos dados existentes, tornando-os disponíveis para futuras pesquisas de alta qualidade" (DCC, 2025), visando a preservação a longo prazo e o acesso.

Referências

AI & Society: Knowledge, Culture and Communication. (n.d.). Springer. https://link.springer.com/journal/146/aims-and-scope.

ACM Journal on Computing and Cultural Heritage (JOCCH). (n.d.). ACM Digital Library. https://dl.acm.org/journal/jocch/about.

Ammirati, S., Merialdo, P., & Pascucci, A. (2019). In codice ratio: Machine transcription of medieval manuscripts. In M. Agosti, F. Esuli, & G. Faggioli (Eds.), Digital libraries: Supporting open science. 15th Italian Research Conference on Digital Libraries, IRCDL 2019, Pisa, Italy, January 31–February 1, 2019, Proceedings (15, 85–192). Springer International Publishing.

Archival Science: International Journal on Recorded Information. (n.d.). Springer. https://link.springer.com/journal/10502.

Bengio, Y., Goodfellow, I., & Courville, A. (2017). Aprendizado profundo. Cambridge, MA: MIT Press.

Bohle, S. (2018). "plutchik": Artificial intelligence chatbot for searching NCBI databases. Journal of the Medical Library Association, 106(4), 501–503.

Boman, C. (2019). An exploration of machine learning in libraries. Library Technology Reports, 55(1).

Colavizza, G., Beretta, D., Giannone, D., & Blanke, T. (2021). Archives and AI: An overview of current debates and future perspectives. ACM Journal on Computing and Cultural Heritage (JOCCH), 15(1), 1–15. https://dl.acm.org/doi/10.1145/3479010.

Digital Curation Centre (DCC). (2025). Porque uma boa pesquisa precisa de bons dados. Recuperado em 2025, de https://www.dcc.ac.uk/about/digital-curation#:~:text=Curadoria%20digital%20%C3%A9%20o%20gerenciamento,futuras%20pesquisas%20de%20alta%20qualidade.

Ferreira, M. (2006). Introdução à preservação digital: Conceitos, estratégias e actuais consensos (88 p.). Escola de Engenharia da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf.

Formenton, D., Costa, S. M. S., & Ferreira, C. E. R. (2017). Os padrões de metadados como recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital. Biblios, (68), 82–95. http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2017.414.

Formenton, D., & Gracioso, L. de S. (2020). Preservação digital: Desafios, requisitos, estratégias e produção científica. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 18(0), e020012. https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i0.8659259.

Gouveia, L. B. (2021). Explorar o potencial da inteligência artificial no contexto do arquivo. In V Colóquio REVIS-ARQ.

Hernandez, R. A., Fewster, K., & Penniman, S. (2024). Artificial intelligence and machine learning competencies for the archival professions. Proceedings of the Association for Information Science and Technology, 61(1), 36–43. https://doi.org/10.1002/pra2.1006.

In Codice Ratio. (n.d.). Università degli Studi Roma Tre. https://www.inf.uniroma3.it/db/icr/index.html

International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). (n.d.). IFLA repository. https://repository.ifla.org/home.

International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). (n.d.). IFLA. https://www.ifla.org/.

InterPARES Trust AI. (n.d.). InterPARES Trust AI. https://interparestrustai.org/.

Jaillant, L. (2022). How can we make born-digital and digitised archives more accessible? Identifying obstacles and solutions. Archival Science, 22(3), 417–436. https://doi.org/10.1007/s10502-022-09390-7.

Jaillant, L., & Caputo, A. (2022). Unlocking digital archives: Cross-disciplinary perspectives on AI and born-digital data. AI & Society, 37(3), 823–835. https://doi.org/10.1007/s00146-021-01367-x.

Jaillant, L., & Rees, A. (2023). Applying AI to digital archives: trust, collaboration and shared professional ethics. Digital Scholarship in the Humanities, 38(2), 571–585. https://doi.org/10.1093/llc/fqac073.

Jaillant, L., Aske, K., Goudarouli, E., & Kitcher, N. (2022). Introduction: Challenges and prospects of born-digital and digitized archives in the digital humanities. Archival Science, 22(3), 285–291. https://doi.org/10.1007/s10502-022-09396-1.

Lira, J., & Siebra, S. A. (2021). Preservação digital: Revisitando o essencial. In S. A. Siebra & V. R. Borba (Orgs.), Preservação digital e suas facetas (pp. 31-83). São Carlos: Pedro & João Editores.

Lobo, L. C. (2017). Inteligência artificial e medicina. Revista Brasileira de Educação Médica, 41, 185–193. https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n2esp.

Lorenz, M., & Konečný, M. (2023). Digital archives as research infrastructure of the future. Acta Informatica Pragensia, 12(2), 327–341. https://doi.org/10.18267/j.aip.219.

Martins, A. L. (2010). Potenciais aplicações da inteligência artificial na ciência da informação. Informação & Informação, 15(1), 1–16.

MIT Technology Review. (2023, 28 abril). Como a inteligência artificial está ajudando os historiadores a entender melhor o nosso passado. MIT Technology Review Brasil. https://mittechreview.com.br/como-a-inteligencia-artificial-esta-ajudando-os-historiadores-a-entender-melhor-o-nosso-passado/

National Archives and Records Administration (NARA). (2025). National Archives. https://www.archives.gov/ai.

National Archives and Records Administration (NARA). (2021). National Archives and Records Administration: Artificial Intelligence (AI) / Machine Learning (ML) Virtual Information Day.

Neves, B. C. (2020). Inteligência artificial e computação cognitiva em unidades de informação: Conceitos e experiências. Logeion: Filosofia da Informação, 7(1), 186–205.

Neves, B. C. (2020). Inteligência artificial na ciência da informação: Introdução. (2022). Salvador, BA: Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital.

Nitahara, A. (2021, 11 novembro). Estudo mostra que pandemia intensificou uso das tecnologias digitais. Agência Brasil. https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2ª ed.). Novo Hamburgo: Feevale.

READ-COOP. (2024). Read-coop, Transkribus. https://readcoop.eu/.

Rockembach, M. (2021). Ciência da informação e inteligência artificial: Um caminho para arquivos e bibliotecas inteligentes. In Congresso ISKO Espanha-Portugal (5, 2021, Lisboa), Organização do conhecimento no horizonte 2030: Desenvolvimento sustentável e saúde. Atas [Recurso eletrônico]. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Seaward, L., & Kallio, M. (2017). Translation: Handwritten text recognition technology for historical documents. In Proceedings of the Digital Humanities 2017 Conference. https://dh2017.adho.org/abstracts/649/649.pdf.

Teel, Z. A. (2024). Artificial intelligence's role in digitally preserving historic archives. Preservation, Digital Technology & Culture, 53(1). https://doi.org/10.1515/pdtc-2023-0050.

Williams, R. (2019, may/june). Assistentes de inteligência artificial na biblioteca: Siri, Alexa e beyond. Online Searcher.

NOTAS

[1] Coaduna-se com o posto por Rockembach (2021, p. 238) que "como campo de pesquisa, a Inteligência Artificial não se trata de uma área nova, pois seu conceito remonta 1956, na conferência Dartmouth Summer *Research Project on Artificial Intelligence*", porém, sua aplicação nos processos de preservação digital faz parte de estudos mais recentes.

[2] É uma disciplina que integra conceitos da neurobiologia, da psicologia cognitiva, da ciência da

informação e da inteligência artificial. Considerando a classificação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o campo das discussões que envolvem tal temática dialoga com os elementos conceituais no eixo da Educação e Comunicação e de acordo com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib) no eixo que trata de Informação e Tecnologia.

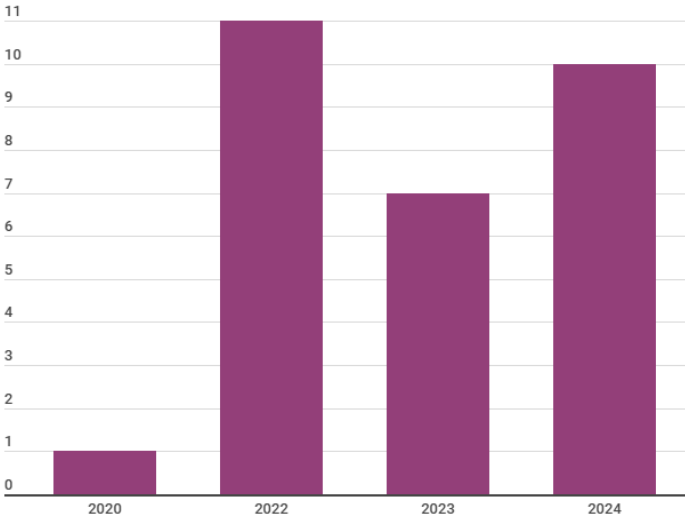
[3] A Federação é uma organização independente, internacional, não governamental, sem fins lucrativos e de benefício público que promove os interesses de bibliotecas e associações de informação, bibliotecas e serviços de informação, bibliotecários e as comunidades que atendem em todo o mundo (IFLA, 2025).

[4] **O InterPARES Trust AI (2021-2026)** é um projeto interdisciplinar multinacional que visa projetar, desenvolver e alavancar a Inteligência Artificial para dar suporte à disponibilidade e acessibilidade contínuas de registros públicos confiáveis, formando uma parceria sustentável e contínua, produzindo pesquisas originais, treinando alunos e outros profissionais altamente qualificados (HQP) e gerando um círculo virtuoso entre a academia, instituições de arquivo, profissionais de registros governamentais e a indústria, um ciclo de feedback que reforça o conhecimento e as capacidades de cada parte (InterPARES, 2025).

Gráficos

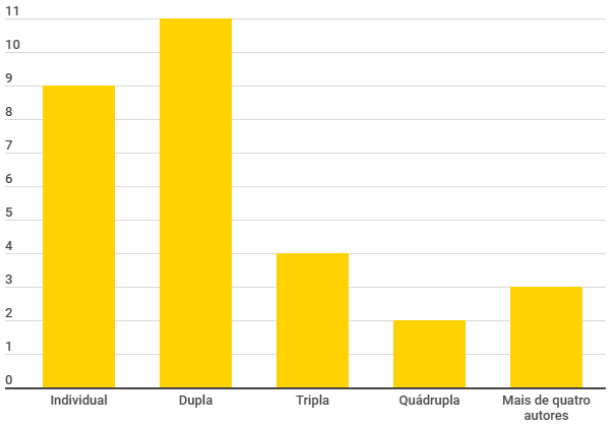
Destacam-se neste espaço os gráficos comentados no capítulo 4: Paranorama bibliográfico da produção analisada.

Gráfico 1 – Publicações por ano



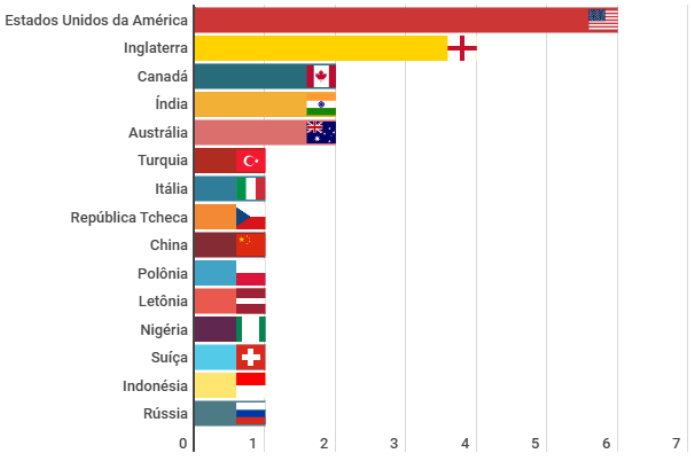
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Gráfico 2 – Tipos de autoria e co-autoria



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Gráfico 3 – Publicações por países



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Indicadores de Produtividade e Popularidade de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro no domínio da Clínica Médica

Felipe Silva Izidoro da Fonseca, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/IBICT, https://orcid.org/0009-0000-1093-207X, Brasil, *fsi.fonseca@gmail.com*
Thamires Anelli Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0009-0001-2481-2009, Brasil, *thamiresanelli@gmail.com*
Vânia Lisbôa da Silveira Guedes, Universidade Federal do Rio de janeiro e Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/IBICT, https://orcid.org/0000-0001-5854-5677, Brasil, *vanialisboa@facc.ufrj.br*
Maria José Veloso da Costa Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/IBICT, https://orcid.org/0009-0008-4103-0018, Brasil, *msantos1402@facc.ufrj.br*

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6869

Eixo: Gestão da informação e do conhecimento

Introdução

Os estudos métricos da informação científica e seu uso como metodologia para avaliação do desempenho científico e fenômenos correlatos a atividade adquiriram relevância nas últimas décadas ante a interseção do conhecimento científico com processos de produção e desenvolvimento econômico. (Gingras, 2016; Leta, 2011).

Conforme Velho (2011) o desenvolvimento de indicadores de *output* relaciona-se a mudança de paradigma científico por força das políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento científico. Políticas de fomento à pesquisa utilizam a objetividade dos indicadores quantitativos para medir a atividade científica de países, regiões e instituições, fundamentando a gestão e alocação de recursos (Prado; Castanha, 2020).

A criação e o uso de métodos para medir o fluxo de informações e diferentes fenômenos que englobam a produção e a comunicação científica é um esforço contínuo que destaca os desafios de acessar e avaliar o conhecimento publicado em um cenário em constante mudança. Nesse âmbito, a cientometria e a bibliometria constituem subáreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação. São focos do estudo desenvolvido os indicadores bibliométricos de produtividade científica, citação e internacionalização da ciência.

No Brasil, as instituições públicas de ensino superior concentram parte significativa da produção científica tornando-se essencial a análise, avaliação e o acompanhamento dessas instituições para a consecução de políticas públicas de fomento e atividades de pesquisa e desenvolvimento. (Souza, Filippo, Casado, 2018).

São publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil os Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) que, a partir dos dados agregados de diversas fontes, permitem dimensionar e retratar aspectos da produção científica e desenvolvimento tecnológico no âmbito nacional (MCTI, 2025).

Os indicadores apontam a importância estratégica da área do conhecimento de Ciências da Saúde para a política de desenvolvimento nacional. Segundo dados publicados a área de Ciências da Saúde apresenta a segunda maior concentração de programas de pós-graduação no Brasil com 736 programas, bem como a área com maior quantidade de bolsas de pós-graduação com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

alcançando o montante de 15.620 bolsas no ano de 2023 (MCTI, 2025).

Conforme preceituam Souza, Filippo e Casado (2018), o avanço da CT&I relaciona-se com a expansão, consolidação e acesso à ensino de qualidade e crescimento dos programas de pós-graduação motivados por políticas públicas e planos de ação voltados para o ensino superior. Esses esforços são vislumbrados por meio de dados sobre produção científica indexada em bases internacionais. Dentre os indicadores publicados pelo MCTI, os relacionados à produção científica possuem como foco o número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus e as citações recebidas. Atualizados em 2025, os dados confirmam o crescimento da produção científica brasileira no período de 1996-2024, com a publicação de 86.822 artigos em 2024, dos quais 27.870 (32%) foram em periódicos científicos da área de Medicina (MCTI, 2025).

O panorama traçado por Castioni, Melo e Afonso (2020) sobre o sistema de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos brasileiros ilustram o significativo aumento da titulação de mestrados e doutorados e os reflexos nos editais das principais agências de fomento CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo os autores, no cenário brasileiro o incentivo a pesquisadores é exclusivo ao CNPq o financiamento a pesquisa, sendo um dos principais apoios a modalidade Produtividade em Pesquisa (PQ) destinada aos pesquisadores que se destacam entre seus pares segundo critérios de avaliação estabelecidos em editais como forma de valorizar a produção científica destes pesquisadores (Castioni, Melo e Afonso, 2020).

De acordo com informações do Painel Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq, foram distribuídas cerca de 15 mil bolsas de PQ para pesquisadores na linha de fomento Bolsa de Formação e de Pesquisadores representando uma dotação orçamentária de aproximadamente 229 milhões de reais (CNPq, 2025). Considerando somente a área do conhecimento de Ciências da Saúde verifica-se que cerca de 1.692 bolsas de produtividade foram disponibilizadas em 2024.

As bolsas de produtividade do CNPq dividem-se em diferentes modalidades como: Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), Produtividade em Pesquisa (PQ) e Produtividade em Pesquisa Sênior (PQ-Sr). Ademais, as Bolsas PQ são divididas em categorias denominadas níveis, os quais sofreram recente modificação pela Resolução 12/2024 do CNPq com a reestruturação da classificação anterior substituindo a divisão de cinco níveis para a atual em três níveis A, B e C (CNPq, 2024). Os pesquisadores contemplados são classificados de forma comparativa entre os seus pares considerando os critérios especificados na resolução que abrangem indicadores como a produtividade, mérito e relevância, internacionalização, coordenação de grupos de pesquisa e o lapso temporal de sua atuação.

Com efeito, a pesquisa busca responder: como se configuram os indicadores de produtividade e popularidade dos docentes bolsistas vinculados ao Programa de Pós-graduação em Clínica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

A hipótese da pesquisa é que pesquisadores contemplados com bolsas de produtividade concentram indicadores mais elevados de produção científica e alcançam maiores índices de popularidade de seus trabalhos e de internacionalização do conhecimento.

O PPGCM/UFRJ, que obteve nota máxima (7) na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na área de avaliação Medicina I, destaca-se nacionalmente por sua excelência, o que justifica sua seleção no âmbito do projeto. A pesquisa insere-se no âmbito do Projeto de Pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFRJ, intitulado “Análise cientométrica da produtividade e popularidade de autores da UFRJ, em domínios científicos especializados”.

Criado em 1978, o PPGCM oferece cursos de Mestrado e Doutorado “*stricto sensu”*, sendo ligado academicamente à Faculdade de

Medicina da UFRJ, tendo como ênfase uma ampla linha de pesquisa dentro do domínio de Clínica Médica, inserindo-se na área de avaliação de Medicina 1 orientada pela CAPES (UFRJ, 2025).

A partir da perspectiva exposta, objetiva-se neste trabalho investigar a produtividade dos docentes bolsistas de produtividade do PPGCM/UFRJ. Identificar a internacionalização do conhecimento a partir das relações de colaboração nacionais e internacionais e discutir os índices de popularidade dos artigos que compõem a amostra.

Referencial Teórico

O crescente desenvolvimento científico no século XX, aliado ao aumento dos investimentos públicos direcionados pelo Estado ao sistema de ciência, tecnologia e inovação, bem como à ampliação das atividades científicas, tornou necessária a adoção de mecanismos capazes de avaliar os resultados alcançados. Segundo Mattedi e Spiess (2017), a avaliação científica diferencia-se em duas estratégias, a abordagem qualitativa fundamentada no formato *peer review*, considerando a avaliação por pares, e a abordagem quantitativa associada ao desenvolvimento da bibliometria e avaliação da produtividade. A mudança de paradigma da avaliação decorre, segundo os autores, com a transformação da organização científica a partir do estabelecimento de uma visão sociológica da ciência como uma atividade social acompanhada da massificação da produção do conhecimento de forma coletiva impulsionada com o investimento de recursos.

Para Sancho (2001), a avaliação científica pode ser compreendida como um processo sistemático e objetivo que verifica a relevância, a eficiência e efetividade das políticas e dos projetos de pesquisa considerando o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Ressalta-se que na definição de Pedro e Castanha (2020) indicadores são recursos e medidas que se aplicam à diversas finalidades cujos objetivos direcionam-se a processos de mensuração.

Nesse contexto, a avaliação científica com apoio de indicadores métricos se revela como uma das estratégias adotadas para nortear a distribuição dos recursos por parte de gestores de políticas científicas e de agências de fomento de maneira mais eficiente (Van Raan, 2004). Conforme afirma Gingras (2016) os estudos bibliométricos são utilizados desde a década de 1990 como uma ferramenta principal para analisar tanto pesquisas como pesquisadores, a partir de indicadores.

Com efeito, a ênfase na quantificação da ciência a partir do binômio avaliação e financiamento motivaram a adoção de indicadores bibliométricos para avaliação da produção científica, em particular aqueles voltados a produtividade e citação para mensurar o impacto científico, sendo utilizados por agências de fomento e órgãos governamentais para concessão de bolsas e financiamentos de pesquisa, bem como por instituições de ensino e pesquisa para avaliação da progressão na carreira de um pesquisador (Davyt; Velho, 2000; Cintra; Costa, 2018).

Nessa esteira, Freire e Garcia (2010) ponderam que a produção de indicadores métricos é fundamental para: i) mapeamento da atividade científica em âmbito nacional e institucional; ii) indicação de setores para investimento em pesquisa; iii) mensuração de níveis de produtividade para a hierarquização de instituições de pesquisa quanto à alocação de recursos; iv) identificação das tendências de pesquisa desenvolvidas por pesquisadores em determinada área do conhecimento.

De acordo com Oliveira e Grácio (2011, pp. 19), definem-se como estudos métricos da informação o conjunto de estudos relacionados à avaliação da informação produzida, em particular a científica, em diferentes suportes considerando recursos quantitativos como ferramentas de análise. Desta feita, os autores (2011) ponderam que os estudos métricos se fundamentam em diversas áreas do conhecimento como a sociologia da ciência, a ciência da informação, a matemática, estatística e se caracterizam de natureza teórico-conceitual ao se debruçar sobre a produção de novos conceitos, indicadores ou reflexões e análises, bem com natureza

metodológica ao fundamentar trabalhos de caráter teórico em áreas que são aplicados.

As abordagens estudos métricos da informação abarcam as áreas da Bibliometria, Cientometria, Informetria, Webmetria e Altmetria, considerando-se que a Bibliometria se revela a base fundamental, porquanto as demais áreas e suas interseções e sobreposições utilizam técnicas e métodos bibliométricos para a investigação do objeto de pesquisa de cada subárea (Santos, 2016; Cronin, Sugimoto, 2014).

Tague-Sutcliffe (1992, pp. 1) afirma que a Cientometria estuda os aspectos quantitativos da ciência como disciplina ou atividade econômica, sendo parte da sociologia da ciência e possuindo aplicação na formulação de políticas científicas.

A Bibliometria pode ser definida como uma ciência composta por leis e princípios estatísticos empíricos que contribuem para estabelecer a fundamentação teórica do campo da Ciência da Informação (Guedes, 2012). Essa definição avança sobre a clássica conceituação por parte de Pritchard (1969) ao propor o termo Bibliometria que se refere a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos em livros e outros meios de comunicação. Por sua vez, nas palavras de Robredo e Brascher (2010, pp. 186) a Bibliometria é a "a aplicação de métodos a um corpus de informações estruturadas com a finalidade de extrair relações significativas entre seus diversos elementos.", exemplificando por registros bibliográficos ou patentes tipos de informações textuais estruturadas. Vanti (2002) argumenta que a bibliometria ao se concentrar na avaliação da produção científica intelectual de um determinado campo do conhecimento aproxima-se da cientometria.

Na visão de Spinak (1998) a Cientometria considera a ciência como uma disciplina ou atividade econômica, portanto não se limita a aplicação de técnicas bibliométricas a ciência, seja físicas e naturais e sociais, dado que examina o desenvolvimento e as políticas científicas (Alvarez, Caregnato, 2017).

Isto posto, cumpre ressalvar que a aplicação dos estudos métricos se relacionam a princípios positivistas e análise pura do objeto pautando-se a análise quantitativa com a finalidade da previsibilidade de um comportamento (Saldanha, Bezerra, 2013). Araújo (2006, pp. 25) enfatiza que os indicadores quantitativos devem ser considerados à "[...] luz de elementos do contexto sócio-histórico em que a atividade científica é produzida.". Nessa esteira, Gingras (2016) igualmente destaca o uso impróprio de indicadores quantitativos bibliométricos de isoladamente, ou seja, quando se desconsidera a influência de outros fatores como aspectos sociológicos da atividade científica.

Os estudos bibliométricos que se concentram em bases de dados de publicação mais abrangentes como a *Web of Science* (WoS) ou a *Scopus*, são fortemente influenciados pela cobertura temática da base escolhida eis que as métricas são calculadas a partir das fontes indexadas. (Roemer; Borchardt, 2015). Uma das limitações para a análise do indicador de produtividade é apontada por Mattedi e Spiess (2018) ao afirmarem que a validade dos dados pode ser questionada pela adequação das bases de dados como fontes de informação para a avaliação da pesquisa, posto que os indicadores de produtividade não identificam e subestimam aqueles que não são reconhecidos pelas comunidade científica como, por exemplo, trabalhos publicados em outros idiomas em campos reduzidos do conhecimento.

Diferentes esquemas de agrupamento de indicadores bibliométricos e definições são propostos por autores como Guedes e Borschiver (2005) ou Maricato e Noronha (2012), considerando os elementos básicos, as unidades e a função desses indicadores. Os indicadores básicos de produção se baseiam na contabilização de publicações de pesquisadores, grupos, instituições ou países refletindo o impacto na comunidade analisada à luz daqueles mais produtivos e as temáticas mais relevantes de determinada área (Oliveira, 2018). Para Marshakova (1981, pp. 13) a análise de dados estatísticos e matemáticos permite a produção de indicadores

bibliométricos para estimar a eficiência científica de autores e a popularidade.

A popularidade é mensurada pela quantidade e análise das citações recebidas, refletindo o impacto e reconhecimento do autor (Marshakova, 1981). A autora estabelece que (1981, p. 3) as citações são usadas como uma ferramenta adicional para a recuperação de informações e como uma métrica para avaliar a produtividade científica dos autores, bem como o status das revistas científicas, destacando a ligação conceitual entre os artigos.

Logo, os métodos bibliométricos, como a análise de citações, permitem a produção de diferentes indicadores de grande relevância para o tratamento e a gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de recuperação de informação, comunicação e avaliação científica. Esses indicadores de dados bibliométricos podem ser usados para analisar o comportamento e a evolução do campo científico a partir de diferentes perspectivas e escalas, considerando domínios importantes como histórico, sociológico, econômico e político (Gingras, 2016).

Para Maricato e Noronha (2012) os indicadores de colaboração permitem a análise de redes sociais colaborativas existentes entre pesquisadores, instituições ou países por meio da análise de coautoria, co-invenção e co-propriedade. Por seu turno, os indicadores de coocorrência auxiliam na investigação da relação entre temas, palavras-chave, assuntos, documentos através das técnicas de co-classificação ou co-palavras.

A colaboração científica pode ser definida como dois ou mais cientistas trabalhando juntos, em articulação, em um projeto de pesquisa, compartilhando recursos econômicos, físicos e intelectuais. (Bordon; Gómez, 2000). De igual modo, a colaboração científica revela-se de importância significativa para e o progresso científico, bem como o crescimento profissional do pesquisador considerando que o compartilhamento de recursos materiais e informacionais com a finalidade de produção de novas ideias contribui para o desenvolvimento do conhecimento (Grácio, 2018). O uso desses indicadores permite a investigação das relações entre diferentes atores, grupos e instituições, cartografando redes de colaboração.

Em estudo publicado em 1965, o pesquisador Solla Price demonstrou a possibilidade de delinear topologicamente estruturas de um campo científico a partir de redes de citação com base em padrões de citação para a identificação de frentes de pesquisa. Segundo Vanz e Stumpf (2010), a pioneira pesquisa de Smith (1958) que sugere o crescimento na incidência de artigos em co-autoria no âmbito da Psicologia como medida aproximada para estudo da colaboração entre grupos de pesquisadores permite a cartografia da ciência. Nesse sentido, mapas científicos são uma representação espacial da relação de disciplinas, campos, especialidades, autores e produções científicas de acordo com a proximidade e localização nesta representação (Small, 1999).

Bollen *et al.* (2009) pondera que mapas científicos gerados com base em dados de citação são ferramentas valiosas para a visualização e exploração da estrutura científica e evolução de campos do conhecimento, além de interações entre publicações científicas e disciplinas. Os indicadores relacionais de co-autoria, coocorrência de citação e coocorência de palavras-chave e as análises de conteúdo decorrente permitem o estudo de diferentes fenômenos e aspectos do fluxo informacional e comunidade científica (Mattedi, Spiess, 2018). A criação de programas computacionais que permitem a representação visual do mapeamento científico a partir dos registros de informação, atuam em complemento a estudos de redes sociais da comunicação científica com a análise de estruturas colaborativas e os relacionamentos que compõem (Oliveira, 2018). Outrossim, no contexto dos estudos métricos a análise de redes sociais permite retratar, mensurar e descrever as relações em um conjunto de entidades sociais possibilitando sua caracterização e análise da estrutura vigente (Grácio, Oliveira, 2020).

A análise de redes de coautoria, ou de cocitação, se debruçam sobre as relações existentes entre autores, os quais podem ser pesquisadores, instituições ou países. Segundo Fonseca, Fernandes e Fonseca (2016) a análise de coautoria tem sido utilizada para o planejamento e avaliação de políticas públicas de fomento e gestão de redes para a inovação e pesquisa.

Leydesdorff (2014) preceitua que é de interesse na representação visual na análises de redes a intensidade das relações e as distâncias em um mapa. Destarte, dois autores com publicações frequentes em coautoria devem estar posicionados de forma próxima em mapas de coautoria dado a relação entre os nós da rede durante o mapeamento.

A internacionalização, em sua dimensão avaliativa, envolve a disseminação científica, colaborações internacionais, convênios entre universidades e citações, que refletem o impacto global da produção e os fluxos de conhecimento na comunicação científica (Santin, Vanti e Stumpf, 2016). Conforme aponta Oliveira (2018), a internacionalização das atividades científicas são de forte interesse de políticas públicas e estratégias de planos governamentais considerando o papel central das instituições de ensino superior na produção e difusão do conhecimento. Deste modo, a inserção dessas instituições e seus pesquisadores no âmbito internacional à luz da colaboração internacional em co-autorias para publicação, intercâmbio de professores, acordos e visibilidade são medidas de interesse para a ciência nacional.

Os estudos métricos da informação constituem uma importante ferramenta de pesquisa para novas abordagens de pesquisa, dentre elas a Análise de Domínio proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995). Com efeito, Hjorland (2002, pp.34) define que a análise de domínio é:

> [...] o estudo do campo (domínio de conhecimento) como um pensamento ou comunidade de discurso. Centra-se em temas tais como a organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação e critérios relevantes, como uma maneira de entender essa comunidade.

Denota-se a mudança de paradigma para a dimensão social por parte desta abordagem deslocando o objeto de pesquisa à luz do contexto e comunidades de discursos (Hjørland, 2002), afastando-se da abordagem cognitiva.

Segundo Martines, Rosa e Almeira (2023), o domínio pode se referir a um campo especializado ou uma área do conhecimento, abrangendo comunidades de práticas e discursivas, sendo esta científica, ocupacional ou pertencente à comunidade em geral.

Hjørland (2002), ao se referir aos estudos métricos, defende que a Bibliometria pode ser usada de diversas formas como ferramenta e método para a análise de domínio como, por exemplo, na criação de mapas para a visualização de disciplinas científicas ou domínios institucionais mediante as técnicas de cocitação e coautoria. Assim, Hjørland (2013) compreende que a Bibliometria permite a criação de sistemas de organização do conhecimento de natureza social representados pela modelagem gráfica de redes sociais. Para mais, a abordagem de domínio permitiria a compreensão do contexto dos objetos existentes analisados e, portanto, a representação e organização do conhecimento daquele domínio.

Neste cenário, a análise do domínio especializado de Clínica Médica a partir do Programa de Pós-graduação da UFRJ, permite a investigação e análise de diferentes fenômenos da comunicação e informação científica, revelando a estruturação do campo científico e as interações entre os atores e elementos que o compõem.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se caracteriza como quantitativa, descritiva e exploratória utilizando a abordagem bibliométrica de análise de citações para a construção dos indicadores de produtividade e popularidade do domínio selecionado.

Nesse sentido, o campo de estudo os docentes do PPGCM/UFRJ que constituem a comunidade

deste domínio especializado, tendo como recorte temporal o quinquênio de 2018/2022. As unidades de análise são a produção científica listada pelos docentes no currículo Lattes no período determinado e, posteriormente, a produção científica indexada em base internacional e as métricas relacionadas a estes registros. A base de dados Web of Science foi selecionada para a coleta de dados, considerando a sua abrangência temática, cobertura temporal, diversidade de metadados indexados e facilidade para a exportação dos registros (Costas, 2017).

O sistema de Currículo Lattes é uma base de informações curriculares de profissionais de nível superior no Brasil, sendo mantida e administrada pelo CNPq. O currículo é preenchido pelo pesquisador e contempla o registro da produção científica nacional e internacional, produção intelectual, extensão e atividades, bem como áreas temáticas, linhas de pesquisa, grupos e projetos.

As consultas na base de dados Web of Science e currículo Lattes ocorreram durante os meses de setembro e outubro de 2024, com a data final da exportação dos registros no dia 14 de outubro de 2024.

Para tanto, os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados:

(i) Identificação dos docentes vinculados ao Programa de Pós-graduação em Clínica Médica da UFRJ;
(ii) Consulta ao currículo Lattes de cada docente para o levantamento de informações sobre bolsas de produtividade e a produção científica de artigos de periódico no quinquênio 2018-2022. A estratégia de busca empregada foi a busca pelo nome completo dos docentes na plataforma.
(iii) Tabulação dos dados coletados em planilha para a verificação dos cinco docentes mais produtivos no período. A tabela foi organizada com as seguintes informações: Nome, Nível da Bolsa, Artigos Publicados;
(iv) Pesquisa por meio da opção de perfil do autor na base Web of Science para a recuperação da produção científica indexada. Para tanto adotou-se como estratégia de busca o nome e sobrenome dos docentes mais produtivos, conforme constam no currículo Lattes. Os perfis recuperados foram analisados para a confirmação da identidade dos docentes com base em dados complementares cadastrados ou presença do identificador digital persistente *Open Research and Contributor ID* (ORCID);
(v) Em cada perfil do autor foi ordenada a produção científica de acordo com o número de citações identificando os dois artigos mais populares de cada docente analisado;
(vi) As citações aos dois artigos mais citados de cada docente foram exportadas a partir da ferramenta disponibilizada pela Web of Science. Os arquivos exportados no formato *txt* e *csv* contemplam todos os metadados que constituem o registro bibliográfico disponibilizado pela base.
(vii) Análise dos dados no software *Excel* para investigação da tipologia, afiliação, autores e idioma dos documentos citantes;
(viii) Geração de mapas para a visualização das redes de colaboração pelo *VosViewer*. Foi efetuado a construção de um tesauro para o efetivo processamento dos dados, após normalização. O software é um programa gratuito de visualização de redes desenvolvido pelo *Center for Science and Technology Studies (CWTS)*, da Universidade de Leiden.

Os dados dos docentes que compõem a amostra de pesquisa foram preservados por codificação, dado sua sensibilidade conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), n° 13.709/2018, em vigor no Brasil. Assim, os docentes foram codificados (D01, D02…), além da não inclusão das referências aos artigos mais citados.

Resultados

No decorrer da coleta de dados foram identificados 49 docentes com vínculo ao

PPGCM/UFRJ. Todos os docentes possuem currículo Lattes cadastrado na plataforma, cumprindo o pré-requisito para a análise e confirmando a importância da plataforma para a coleta de informações sobre profissionais do nível superior no Brasil.

O Quadro 1 apresenta os resultados da produtividade dos 49 docentes analisados no período de 2018-2022. Verificou-se que 25 (51%) docentes possuem Bolsa de Produtividade entre os níveis 1A - 2, conforme a classificação vigente à época, enquanto 24 (49%) docentes não são contemplados com bolsas de pesquisa. Observa-se que apesar do equilíbrio entre docentes bolsistas e não bolsistas é notável a diferença entre a produtividade dos docentes.

Os 25 docentes bolsistas foram responsáveis pela publicação de 1.226 artigos entre 2018-2022, representando 70,4% da produção do PPGCM/UFRJ. No mesmo período, os 24 docentes não bolsistas publicaram 516 artigos, representando 29,6%. A distribuição da produção científica do PPGCM/UFRJ indica a importância deste auxílio. A média anual do PPGCM/UFRJ no quinquênio foi de 348,4 artigos.

Quadro 1: Produtividade dos docentes do PPGCM/UFRJ (2018-2022)

Docentes	Bolsa	Artigos publicados
D01	Nível 1A	166
D02	Nível 1B	91
D03	Nível 1D	87
D04	Nível 1B	81
D05	Nível 2	75
D06	Nível 1B	73
D07	Nível 1C	59
D08	Nível 2	50
D09	Não possui	47
D10	Nível 1B	43
(...)	(...)	(...)
D49	Não possui	0
Total		**1742**

Fonte: elaboração própria (2025)

De acordo com os critérios de classificação vigentes à época, os pesquisadores bolsistas de produtividade foram enquadrados de acordo com a categoria e, posteriormente, níveis observando a comparação entre os pares. O nível A é reservado para aqueles que continuamente demonstraram excelência na produção científica e na formação de recursos humanos (CNPq, 2015).

Verifica-se que o pesquisador mais produtivo, contemplado com bolsa de nível 1A, atesta por sua elevada produção um dos critérios até então analisados para o enquadramento. Os 166 artigos publicados no quinquênio representam um crescimento de 82% em relação ao segundo docente mais produtivo.

Dentre os dez docentes mais produtivos apenas um não é contemplado com a bolsa PQ, caracterizando o elitismo na produção científica por parte dos docentes bolsistas. Ademais, os dados revelam que os 5 (20%) docentes bolsistas mais produtivos (D01, D02, D03, D04, D05), totalizam 500 artigos, aproximando-se da produção dos docentes não-bolsistas. O docente codificado D49 não apresentou produção no período de 2018-2022 analisado, contudo a análise do currículo Lattes revela que não houve atualização recente das informações por parte do pesquisador. Isso pode apontar para uma limitação ao estudo, porquanto a produtividade científica dos autores é uma variável condicionada aos esforços pessoais dos docentes para o preenchimento.

Não obstante, considerando a importância do currículo Lattes para fins de avaliação profissional e editais de fomento, bem como para a avaliação quadrienal do PPGCM/UFRJ entende-se que a limitação não representa um impacto significativo que impeça a análise de produtividade.

Para mais, a análise da popularidade dos cinco docentes mais produtivos encontra-se disposta no Quadro 2.

Quadro 2: Artigos mais citados dos docentes na base WoS

Docentes	Título	Ano	Citações
D01	Artigo 1	2015	247

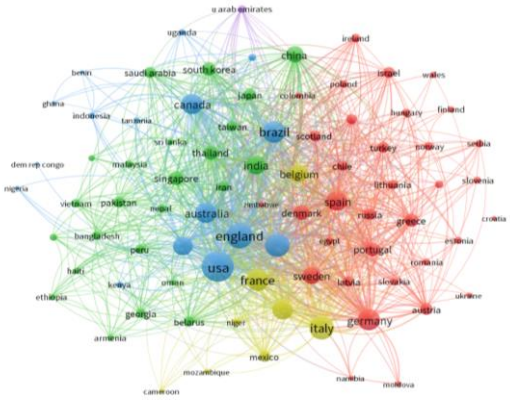
	Artigo 2	2015	176
D02	Artigo 1	2018	430
	Artigo 2	2018	241
D03	Artigo 1	2020	236
	Artigo 2	2021	125
D04	Artigo 1	2008	172
	Artigo 2	2011	106
D05	Artigo 1	2021	98
	Artigo 2	2021	83
Total			**1914**

Fonte: elaboração própria (2025)

Do total de 1.914 citações analisadas, constata-se que os docentes apresentaram diferentes magnitudes de popularidade. Apesar de o DO1 apresentar a maior produção no período, seus indicadores de popularidade ficaram abaixo do número de citações do D02. A distribuição da popularidade dos docentes teve a seguinte ordenação: D02 - 671 (35,05%), D01 - 423 (22,10%), D03 - 361 (18,86%), D04 - 278 (14,53%), D05 - 181 (9,46%).

A rede de coautoria por países, com limite mínimo de cinco documentos, a partir do total de 1.914 documentos citantes resultou em uma rede composta por 83 nós, conforme figura 1.

Figura 1: Rede de coautoria por país

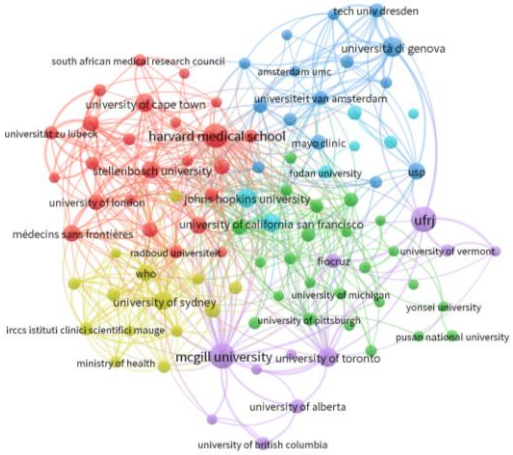


O grafo foi construído segundo o método de força associação, medida de similaridade probabilística que visa mensurar a associação entre itens coocorridos (Van Eck et al, 2010). Os itens foram agrupados em cinco *clusters* e 2.008 *links*, com força total de ligação de 8.581. O Brasil encontra-se no terceiro maior agrupamento, de cor azul, junto a outros 15 países. O levantamento aponta que os autores brasileiros citantes atuaram em coautoria com 71 países, representando pela quantidade de conexões entre nós. Ademais, observa-se que o agrupamento de cor azul está localizado no centro da rede e em interface com os dois maiores agrupamentos de cores vermelha, composto por 34 países, e verde, composto por 24 países.

Os cinco países com maior quantidade de documentos citantes são: os Estados Unidos, com 624 documentos; a China, com 237 documentos; o Brasil, com 211 documentos; a Itália, com 205 documentos; e o Canadá, com 189 documentos.

Desta feita, a rede de coautoria por instituição dos cinco docentes mais produtivos, baseada nas 1.914 citações e com limite mínimo de 15 documentos por instituição, resultou em uma rede de 95 nós, conforme figura 2.

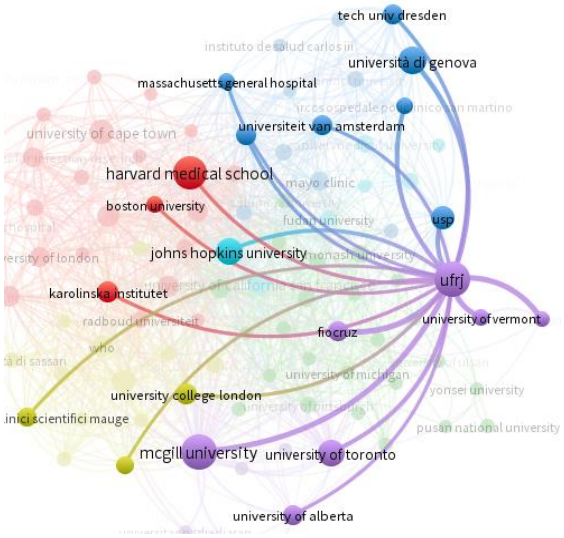
Figura 2: Rede de coautoria por instituição



Foram identificados 13.775 autores em 3.186 afiliações, das quais 141 são nacionais, com ao menos um documento publicado. Compõem a rede seis clusters e 2.402 links, com a força total de ligação de 5.558. A densidade dos nós apontam a centralidade das instituições *McGill University* e *Harvard Medical School*, tendo produzido, respectivamente, 91 e 83 documentos. Nacionalmente a UFRJ se destaca com a produção de 90 documentos e forte vínculo com instituições internacionais, vide figura 3. A UFRJ constitui o agrupamento 5, de cor lilás, sendo composto por instituições de pesquisa e ensino superior brasileiras, canadenses, americanas e indianas: Fiocruz, Inct-Regenera, *McGill University*, *Universitas Padjadjaran*, *University Health Network*,

University of Alberta, *University of British Columbia*, *University of Ottawa*, *University of Toronto* e *University of Vermont*.

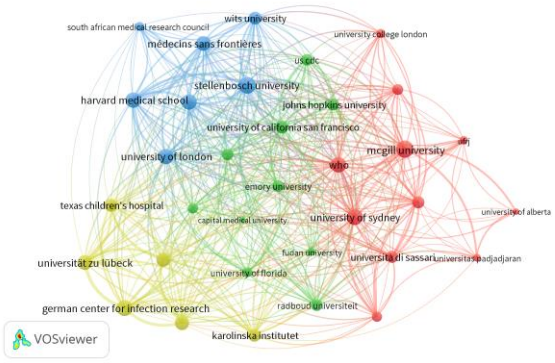
Figura 3: Rede de colaboração institucional – UFRJ



A internacionalização da produção científica do PPGCM/UFRJ é evidenciada pela rede de colaborações em coautoria dos pesquisadores citantes vinculados às instituições. A proximidade entre os nós UFRJ e instituições internacionais, como a *University of Vermont* e instituições nacionais, como a Universidade de São Paulo (USP) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) atestam os esforços colaborativos e sua internacionalização. As colaborações nacionais concentram-se em instituições como USP e Fiocruz, com 38 e 27 documentos, respectivamente.

As análises individualizadas das citações de cada autor igualmente indicam forte padrão de colaboração internacional. A figura 4 apresenta a rede de colaboração entre instituições considerando apenas os documentos citantes ao D02, autor mais citado, manteve-se a escolha do mínimo de 15 documentos para a geração do grafo.

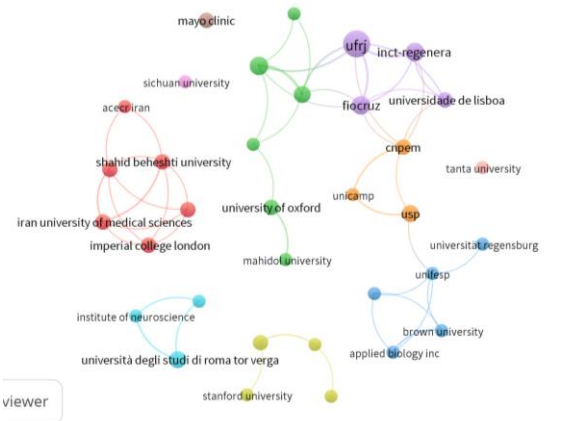
Figura 4: Rede de colaboração institucional – D02



A rede é composta por 34 nós agrupados em quatro *clusters*, com 442 *links* e uma força de ligação de 1.453. Pesquisadores vinculados à UFRJ constam em 19 documentos citantes e não figuram outras instituições nacionais neste recorte. A UFRJ compõem o agrupamento com a maior quantidade de itens (11), de cor vermelha, em proximidade com a *McGill University* e organizações de saúde como a *International Union Against Tuberculosis and Lung Disease*.

Com efeito, a análise da rede de colaboração entre instituições considerando apenas os documentos citantes de D05, o qual apresentou menor índice de popularidade, demandou a alteração dos parâmetros para geração do grafo no *Vosviewer*. Assim, considerou-se o limite mínimo de três documentos por cada instituição resultando em uma rede com 34 nós, porém somente 18 nós apresentaram a maior conexão possível na rede, indicando nós isolados de produção.

Figura 5: Rede de colaboração institucional – D05



Os 34 nós que compõem a rede estão agrupados em 10 *clusters* e 50 *links, apresentando* uma força de ligação de 80. A UFRJ encontra-se presente em 12 documentos e como pode ser observado constitui o agrupamento com maior grau de interações, bem como proximidade com instituições nacionais e internacionais como a *Università di Genova* e Universidade de Lisboa.

A respeito da tipologia dos documentos citantes observou-se a seguinte distribuição, conforme ilustra o quadro 3:

Quadro 3: Tipologia dos documentos citantes

Tipologia	Quantidade	%
Artigo	1279	66,82
Artigo de Revisão	411	21,44
Editorial	115	6,00
Carta	72	3,77
Artigo em *Early Access*	21	1,09
Anais de Evento	10	0,52
Capítulo de Livro	2	0,1
Expression of Concern	1	0,05
Artigo Retratado	1	0,05
Reprint	1	0,05
Meeting Abstract	1	0,05
Total	**1914**	**100%**

Fonte: elaboração própria (2025)

Tem-se, então, a predominância do gênero científico em artigos de periódicos, que considerando a soma artigo e artigos de revisão, correspondem a 88,26% do total de documentos citantes. Os resultados apontam para a preferência por parte dos pesquisadores integrantes deste domínio por esta forma de comunicação científica caracterizada por ser um canal formal.

A respeito dos idiomas dos documentos citantes, foi observada forte concentra do inglês. A universalidade do idioma para a comunicação científica pode explicar essa predominância, contudo deve-se considerar que a possibilidade de viés na amostra coletada, porquanto a cobertura linguística dos títulos indexados nas coleções principais da Web of Science tende a ser composta majoritariamente por este idioma (Vera-Baceta, Thelwall, Kousha, 2019).

Observou-se o seguinte padrão de distribuição da cobertura de idiomas, como demonstra o quadro 4:

Quadro 4: Idioma dos documentos citantes

Tipologia	Quantidade	%
Inglês	1883	98,39
Alemão	15	0,78
Espanhol	9	0,47
Francês	5	0,26
Português	1	0,05
Japonês	1	0,05
Total	**1914**	**100%**

Fonte: elaboração própria (2025)

Considerações Finais

Considerando a questão de pesquisa que norteou o presente estudo, entende-se que os dados levantados sobre os indicadores de produtividade e popularidade contribuíram para o alcance do objetivo geral.

A análise da produção científica dos docentes do PPGCM/UFRJ (2018–2022) identificou 1.742 artigos, sendo 70,4% oriundos de bolsistas de produtividade comprovando a hipótese inical da pesquisa. Os números ainda apontam que os cinco docentes mais produtivos apresentam produção científica semelhante ao dos 24 docentes não bolsistas no recorte temporal adotado para a investigação. Os resultados indicam a importância da bolsa de PQ a atestam a observância dos objetivos estabelecidos para a concessão do auxílio.

Das 1.914 citações analisadas, verifica-se a predominância de autores afiliados a instituições internacionais. A estrutura do domínio ilustrada no nível macro pelas colaborações em coautoria entre os países revelam a internacionalização do conhecimento produzido no âmbito do PPGCM/UFRJ. Ademais, os 13.775 autores citantes distribuem-se em 3.188 instituições, sendo 141 nacionais, sendo notável a primazia de instituições e organizações de saúde internacionais na amostra, o que pode ser explicado como reflexo da base de dados

selecionada para a realização da pesquisa. Nos mapas de rede de colaboração de instituições, constata-se a aproximação da UFRJ a instituições internacionais e seu agrupamento em clusters de maior produção científica.

Verificou-se a partir da análise das citações recebidas pelos docentes bolsistas e focalizada na produção individual, a presença de padrões de colaboração internacional da UFRJ com a predominância de instituições e organizações de saúde norte-americanas e da união europeia. Nacionalmente, foi observada a predominância da colaboração concentrada na forma interinstitucional com USP e Fiocruz.

No domínio analisado, o artigo de periódico figura como principal meio de comunicação científica entre os atores da comunidade de discurso analisada. Outrossim, o inglês revela-se como o idioma predominante para a comunicação, evidenciando a universalidade da produção indexada em bases internacionais e, em contrapartida, a tendência ao apagamento de produções em outras línguas.

Referências

Alvarez, G. R., & Caregnato, S. E. (2017). A ciência da informação e sua contribuição para a avaliação do conhecimento científico. *BIBLOS - Revista Do Instituto De Ciências Humanas E Da Informação* , 31(1), 09–26. https://doi.org/10.14295/biblos.v31i1.5987

Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: Evoluções históricas e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11–32. https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5

Bollen J., Van de Sompel H, Hagberg A, Bettencourt L, Chute R, et al. (2009) Clickstream Data Yields High-Resolution Maps of Science. *PLOS ONE* 4(3): e4803. http://doi.org/10.1371/journal.pone.0004803

Bordon, M., & Gómez, I. (2000). Collaboration networks in science. *In* B. Cronin & H. B. Atkins (Eds.), *The web of knowledge: A festschrift in honor of Eugene Garfield* (pp. 197–214). Information Today.

Castioni, R., Melo, A. A. S., & Afonso, M. C. L. (2020). Bolsa produtividade do CNPq na área de Educação: uma análise com foco na Educação Básica. Educação e Pesquisa, 46. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221210.

Cintra, P. R., & Costa, J. O. P. (2018). Altmetria: questionamentos ao paradigma vigente para avaliação da produção científica. *Informação & Informação*, 23(3), 160-176.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2015). Resolução normativa nº 28, de 2015. http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2024). Resolução normativa nº 12, de 2024. http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/21801223

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (2025). Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação. http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/

Costas, R. (2017). Discussões gerais sobre as características mais relevantes de infraestruturas de pesquisa para a cientometria. In R. Mugnaini, A. Fujino, & N. Y. Kobashi (Orgs.), *Bibliometria e cientometria no Brasil: Infraestrutura para avaliação da pesquisa científica na era do Big Data* (pp. 167–185). ECA/USP. https://doi.org/10.11606/9788572051705

Cronin, B., & Sugimoto, C. R. (Eds.). (2014). Beyond bibliometrics: Harnessing multidimensional indicators of scholarly impact. The MIT Press. https://doi.org/10.7551/mitpress/9445.001.0001

Davyt, A., & Velho, L. (2000). A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 7(1), 93-116.

Fonseca, B. P. F., Fernandes, E., & Fonseca, M. V. A. (2017). Collaboration in science and technology organizations of the public sector: A network perspective. Science and Public Policy, 44(1), 37–49. https://doi.org/10.1093/scipol/scw013

Freire, G. H., & Garcia, J. C. R. (2002). Avaliação científica: a visão do pesquisador. *Informação & Sociedade*: Estudos, 12(2). https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_a545bb2c5e_0013358.pdf

Gingras, Y. (2016). Bibliometrics and research evaluation: Uses and abuses. MIT Press. https://doi.org/10.7551/mitpress/10719.001.0001

Grácio, M. C. C. (2018). Colaboração científica: indicadores relacionais de coautoria. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 12(2). https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n2.04.p24

Grácio, M. C. C.; Oliveira, E. F. T. (2020). Análise de redes sociais para visualização do comportamento científico. *In* Grácio, M. C. C. *et al*. Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica (pp. 163-190). https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/187.

Guedes, V. L. S. (2012). A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: Uma revisão da literatura. *Ponto de Acesso, 6*(2), 74–109. https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaci/article/view/5695/4591

Guedes, V. L. S., & Borschiver, S. (2005). Bibliometria: Uma ferramenta estatística para a gestão da informação e conhecimento, em sistema de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In *Anais do 5º Encontro Nacional de Ciência da Informação* (Bahia, UFBA)

Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science, 46*(6), 400–425.

Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science: Eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58(4), 422–462

Hjørland, B. (2013). Citation analysis: a social and dynamic approach to knowledge organization. Information Processing & Management, 49 (6), 1313-1325.

Leydesdorff, L. (2014). Science visualization and discursive knowledge. In Cronin, B. & Sugimoto, C. R. (Eds.) B*eyond bibliometrics: Harnessing multidimensional indicators of scholarly impact* (pp. 167–185). Springer

Maricato, J. M., & Noronha, D. P. (2012). Indicadores bibliométricos e cientométricos em CT&I: Apontamentos históricos, metodológicos e tendências de aplicação. In M. C. P. I. Hayashi & J. Leta (Orgs.), *Bibliometria e cientometria: Reflexões teóricas e interfaces* (Vol. 1, pp. 21–41). Pedro & João Editores.

Marshakova, I.V. (1981). Citation networks in information science. Scientometrics, 3, 13-25. https://doi.org/10.1007/BF02021861.

Martines, A. R., Rosa, G. T. R., & Almeida, C. C. de. (2023). La relación pragmática entre dominio y documento en la representación de la información. *Revista EDICIC*, 3(2), 1-15. https://doi.org/10.62758/re.v3i2.221

Mattedi, M. A., & Spiess, M. R. (2017). A avaliação da produtividade científica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 24(3), 623–643. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000300005

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (2025). Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores

Leta, J. (2011). Indicadores de desempenho, ciência brasileira e a cobertura das bases informacionais. *Revista USP*, (89), 62–77.

Prado, M. A. R., & Castanha, R. C. G. (2020). Indicadores: conceitos fundamentais e importância em CT&I. In M. C. C. Grácio, D. Matínez-Ávila, E. F. T. Oliveira, & F. S. Rosas (Eds.), *Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias* (pp. 50–71). Cultura Acadêmica. https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-91-0.p50-71

Roemer, R. C.; Borchardt, R. (2015). Meaningful metrics: a 21st century librarian's guide to bibliometrics, altmetrics, and research impact. Chicago: Association of College & Research Libraries.

Robredo, J., & Bräscher, M. (Orgs.). (2010). Passeios no bosque da informação: Estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. IBICT.

Saldanha, G., & Bezerra, A. (2013). Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: O papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In S. Albagli (Org.), Fronteiras da ciência da informação (pp. 36–55). IBICT.

Sancho, R. (2001). Medición de las actividades de Ciencia y Tecnología, estadísticas e indicadores empleados. *Revista Española de Documentación Científica*, 24(4), 382–404. https://doi.org/10.3989/redc.2001.v24.i4.68

Santin, D. M., Vanz, S. A. de S., & Stumpf, I. R. C. (2016). Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. *Revista Brasileira De Pós-Graduação*, 13(30). https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.923.

Santos, M. J. V. C. (2016). *Adolpho Lutz e a Medicina Tropical*: análise bibliométrica de cartas como gênero do discurso científico (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro). http://objdig.ufrj.br/10/teses/878421.pdf

Small, H. (1999). Visualizing science by citation mapping. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 50(9), 799–813.

Smith, M. (1958). The trend toward multiple authorship in psychology. *American Psychologist*, 13, 596–599.

Spinak, E. (1998). Indicadores cienciométricos. *Ciência da Informação*, 27(2), 141–148. https://www.scielo.br/j/ci/a/LXSkMHSNcxDcMsBVC53TkLf/?format=pdf&lang=es

Souza, C. D., Filippo, D. D., & Casado, E. S. (2018). Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 23(1), 126–156. https://doi.org/10.1590/s1414-40772018000100008

Oliveira, E. F. T. (2018). *Estudos métricos da informação no Brasil*: Indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica

Oliveira, E. F. T., Grácio, M. C. C. (2011). Indicadores bibliométricos em ciência da informação: uma análise dos pesquisadores mais produtivos no tema estudos métricos na base Scopus. *Perspectivas em Ciências da Informação*, 16(4), 16–28

Pritchard, A. (1969). Statistical bibliography or bibliometrics. *Journal of Documentation*, 25(4), 348–349

Tague-Sutcliffe, J. (1992). An introduction to informetrics. *Information Processing & Management,* 28(1), 1–3. https://doi.org/10.1016/0306-4573(92)90087-G

Universidade Federal do Rio de Janeiro (2025). Sobre o programa de Pós-graduação em Clínica Médica. https://ppgcm.medicina.ufrj.br/index.php/pt/institucional/sobre-o-programa

Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, 84(2), 523–538. https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3

Van Raan, A. F. (2004). Measuring science. In H. Moed, W. Glänzel, & U. Schmoch (Eds.), *Handbook of quantitative science and technology research*: The use of publication and patent statistics in studies of S&T systems (pp. 19–50). Kluwer Academic Publishers

Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria à webometria: Uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, 31(2), 152–162.

Vanz, S., & Stumpf, I. (2010). Colaboração científica: Revisão teórico-conceitual. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15(2)

Velho, L. (2011). Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. *Sociologias, 13*(26), 128–153.

Vera-Baceta, M.-A., Thelwall, M., & Kousha, K. (2019). Web of Science and Scopus language coverage. *Scientometrics*, 121(3), 1803–1813. https://doi.org/10.1007/s11192-019-03264-z

CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DIGITAL

Vagner Domingues da Silva, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0003-2571-5232, Brasil, vagner.domingues@unesp.br

José Carlos Abbud Grácio, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0001-7620-1309, Brasil, jose.gracio@unesp.br

Marta Lígia Pomim Valentim, Universidade Estadual Paulista (Unesp), https://orcid.org/0000-0003-4248-5934, Brasil, marta.valentim@unesp.br

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.6901

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Introdução

A crescente produção de informações em ambientes digitais impõe novos desafios às instituições no que se refere à sua preservação, acesso e reutilização a longo prazo. Nesse contexto, a preservação digital emerge como um campo estratégico, voltado à garantia da integridade, autenticidade e usabilidade dos objetos digitais diante da obsolescência tecnológica e da volatilidade dos suportes informacionais.

No entanto, a efetividade das práticas de preservação digital não depende apenas de soluções técnicas, mas também da compreensão e gestão dos processos que envolvem a criação, organização, compartilhamento e retenção do conhecimento.

É nesse cenário que a Gestão do Conhecimento (GC) se apresenta como uma aliada essencial, ao propor métodos e abordagens que favorecem a identificação, a sistematização e o aproveitamento do saber organizacional, contribuindo para a construção de políticas sustentáveis de preservação.

É importante destacar como a integração entre essas duas áreas pode fortalecer a capacidade institucional de manter, ao longo do tempo, o valor informacional e o contexto dos documentos digitais. A Ciência da Informação é uma Ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamentos da informação, bem como as forças que direcionam seu fluxo e uso. Segundo Borko (1968), a Ciência da Informação busca entender as técnicas de processamento da informação necessárias para seu armazenamento, recuperação e disseminação.

Capurro e Hjorland (2007) afirmam que a informação não se restringe aos fatos, visto que depende do contexto e das limitações impostas. Nessa perspectiva, evidenciam um paradigma social e não individual, sendo portanto cultural.

Diante disso, a pesquisa origina-se do seguinte problema de pesquisa: como as práticas da GC podem contribuir para os processos de preservação digital, garantindo autenticidade, integridade e acesso e a longo prazo?

Como objetivo geral, pretende-se investigar as contribuições da GC para aprimorar os processos de preservação digital em organizações e instituições.

Quanto aos objetivos específicos: a) mapear práticas e metodologias de GC aplicadas em projetos de preservação digital; b) identificar os desafios enfrentados na integração da GC com a preservação digital; c) propor recomendações para otimizar o uso da GC em iniciativas de preservação digital.

Gestão do Conhecimento

A GC tem se consolidado com uma área estratégica no ambito organizacional, voltada para a criação, desseminação, aplicação e retenção do conhecimento, com o objetivo de melhorar o desempenho e a capacidade de inovação das instituições. Diversos autores têm contribuido para o desenvolvimento teórico e prático desta área, cada qual com enfoques distintos, mas complementares. Alguns pesquisadores do campo da Ciência da

Informação apresentam distintas definições para o conceito de conhecimento, os quais são apresentados a seguir.

Para Dahberg (1995) o conhecimento pode ser adquirido, por meio da própria reflexão do indivíduo, contando com as informações que ele dispõe, sendo um processo individual que não pode ser transferido.

Para Santos e Sant'Ana (2002), o conhecimento pode ser compreendido como um conjunto de informações contextualizadas sobre o agente que o detém, seja na mente humana ou não, e do seu conteúdo que se dará em função do conjunto de informações que estarão interligadas com as unidades de seu conhecimento e de sua contextualização.

Nesse contexto, pode-se considerar que o conhecimento está atrelado à visão de mundo do indivíduo e à sua percepção do que o rodeia. Isso é essencial para que ele consiga realizar sua contextualização, além de externar suas ideias e registrá-las no papel.

Para Valentim (2005) o sujeito cognoscente consegue socializar e partilhar seu conhecimento, a partir da interação com o outro, sendo que desta construção é possível gerar novos conhecimentos.

O conhecimento pode ser dividido em dois tipos: tácito e explícito. Existem diferenças entre eles, que são discutidas por diversos autores, entre eles destacam-se Nonaka e Takeuchi (1997).

Para os autores supracitados, o conhecimento tácito é pessoal e está na mente das pessoas, é subjetivo, e está inter-relacionado a experiência pessoal, modo de ser e de pensar do indivíduo, são informações que são acumuladas ao longo da vida.

Nonaka e Takeuchi são autores amplamente reconhecidos por introduzirem o modelo SECI (Socialização, Externalização, Combinação e Internalização) no livro The Knowledge-Creating Company (1995). O modelo descreve os processos dinâmicos de conversão do conhecimento tácito e explícito e vice-versa, enfatizando a criação contínua do conhecimento nas organizações. Além disso, estes autores introduzem o conceito de "Ba", entendido como o espaço compartilhado que favorece a criação do conhecimento organizacional.

O conhecimento tácito é aquele que não tem como ser totalmente convertido em conjunto de códigos ou sinais, não possibilitando sua transmissão completa e, portanto, não podendo ser registrado em meios artificiais, tendo sua existência, ligada diretamente às pessoas que o detêm. "O conhecimento tácito é pessoal, específico ao contexto e, assim, difícil de ser formulado e comunicado" (Nonaka 1997, p.65).

Do mesmo modo, Zack (1999) afirma que o conhecimento tácito é compreendido e aplicado subconscientemente desenvolvido a partir da experiência e ação direta, o que dificulta a sua articulação e, geralmente, só pode ser compartilhado através de conversação altamente interativa e ou experiências compartilhadas.

Por outro lado, o conhecimento explícito corresponde à parte do conhecimento que pode ser convertido em um conjunto de informações e, portanto, ser transmitido e, consequentemente, registrado em suportes artificiais, e representa apenas uma pequena parte de todo o conhecimento, aquela que pode ser formalmente articulada de maneira mais precisa. Ele pode ser facilmente codificado, documentando, transferido ou compartilhado. O conhecimento explícito está ocupando um papel cada vez mais importante nas organizações, e vem sendo considerado o mais importante fator de produção na economia do conhecimento.

Dessa maneira, o conhecimento tácito é pessoal e está na mente das pessoas, é subjetivo, esse conhecimento esta ligado a experiência pessoal, modo de ser e de pensar do indivíduo, são informações que estão acumuladas ao longo da vida.

Os autores anteriormente mencionados definem o conhecimento explícito, como aquele registrado em algum suporte, sendo estruturado de modo a ser explicitado e corroborado em forma de uma linguagem formal e tornando acessível o seu acesso, por meio de planilhas, textos, sons, imagens etc.

Pode-se observar que a organização do conhecimento desempenha um papel relevante no acesso à informação, pois busca fornecer subsídios teóricos para a questão do tratamento da informação.

Conforme Choo (2003), as organizações do conhecimento estão relacionadas à capacidade de integrar os processos de criação de significado, construção do conhecimento e de tomada de decisão, com o objetivo de gerar uma ação.

De acordo com Valentim (2003), a gestão do conhecimento

> atua essencialmente nos fluxos informacionais de informação e no conhecimento tácito, resgatando informações internas fragmentadas e transformando-as em representações estruturadas e significativas (conhecimento explícito) capazes de auxiliar o processo de inteligência competitiva, assim como corrigir ações em situações críticas, identificar oportunidades e gerar atividades antecipativas frente à concorrência.

Sendo assim, a GC está relacionada à organização, bem como aos sujeitos, seja individualmente ou o próprio coletivo organizacional.

Preservação Digital

Para Margaret Hedstrom (1996) a preservação digital é "o planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável", onde essa informação pode estar, por exemplo, em um documento.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.75) documento digital é o "documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional" e o eletrônico "é um gênero documental, integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, com cartões perfurados, disquetes e documentos digitais".

Para Bodê (2016, p. 1),

> o documento digital é um artefato bastante novo em nosso mundo e sua presença proeminente ocorreu somente nas últimas décadas. Estamos aqui nos referindo tanto a documento digital que nasce nesta forma, como também aos documentos digitais oriundos de processos de digitalização a partir de outros documentos em suportes documentais tradicionais, como o papel comum ou o fotográfico. Os antecessores mais próximos do que, atualmente, chamamos de documento digital são os chamados documentos eletrônicos, ainda que os documentos digitais também possam ser chamados, a rigor, de documentos eletrônicos.

A preservação do documento digital e do tradicional exige formas diferenciadas de tratamento. O documento convencional ou tradicional necessita de ações específicas voltadas aos agentes da degradação do papel, químicos, físicos e biológicos, entre outros.

Para Arellano (2004) existe uma ampla produção e disseminação de informação com a natureza dos documentos digitais, ou seja, esse aumento evidencia a predileção da sociedade em geral ao digital. Por outro lado, há uma lacuna significativa na preservação desses documentos para acesso no longo prazo, e nesse sentido, é importante entender o conceito de objeto digital na preservação digital.

Para Márdero Arellano (2004, p.16) "um objeto digital é aquele que foi criado em computador, podendo ser original ou uma versão depois de haver sido convertido (ou digitalizado)". Este autor destaca que "objeto digital são: tipos de arquivos encontrados em meio digital, compostos de conjuntos de sequências de *bits* sobre conteúdos informacionais, metadados e identificadores" (Márdero Arellano, 2008, pp.355).

O Consultative Committee for Space Data Systems (2012, p.21), informa que o objeto

digital é: “um objeto composto de um conjunto de sequências de dígitos binários”.

Observa-se que os conceitos e questionamentos referentes ao objeto digital, ressalta que o mesmo deve nascer no ambiente em que as informações contidas nele e sua representação devem ser em bits (dígitos binários). Ademais, o objeto digital pode também ser criado através da digitalização em que o documento pode ser convertido do físico para o digital.

Sayão (2010) salienta que os objetos digitais pelo fato de serem suscetíveis a alterações, bem como à problematização de fragilidade das mídias quando deterioradas ou obsoletas, podem acarretar perda parcial ou total das informações. Até mesmo as ações de preservação podem alterar a forma e a função de um objeto digital, por isso é de suma importância documentar suas características, sua história, inclusive as alterações sofridas por eles.

Para Arellano (2004) existe uma ampla produção e disseminação de informação com a natureza dos documentos digitais. E com esse aumento evidencia-se a aquisição ao digital. Ao invés de pensar na preservação e, até mesmo, no acesso a longo prazo.

Diante do aumento da produção de informação no formato digital, evidencia-se o quanto é importante de se ter a garantia da sua disponibilização e preservação no longo prazo. E essa informação pode preocupar tanto os produtores de dados quanto os detentores da informação.

Pode-se também verificar que no início essas práticas de preservação digital estavam relacionadas apenas com a ideia de longevidade dos arquivos, entretanto, com o passar do tempo a preocupação se deslocou para as estratégias de preservação digital e o que isso poderia impactar na longevidade dos arquivos ou documentos digitais.

Além disso, verifica-se que em nível mundial as iniciativas estão se multiplicando e, diante disso, algumas instituições (NLNZ 2003), deram início a testar novas soluções para os seus acervos, demonstrando a relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico de seus países de origem. Alguns projetos e iniciativas têm conseguido estabelecer algumas metodologias e estratégias.

Discutir preservação digital é importante, principalmente quando se pensa na constituição de memórias. Pensar o usuário, para que este possa ter acesso no futuro aos conteúdos que são produzidos hoje. Além disso, sabe-se que existe um investimento elevado para a implantação das ações voltadas a preservação digital, pois as mesmas envolvem pessoas, infraestrutura e equipamentos. Deve-se ressaltar que esses investimentos são essenciais para proteger os documentos e garantir que possam ser acessados no futuro com as características que deve possuir, ou seja, autêntico e fidedigno.

A organização que não pensa em preservação digital corre o risco de ser impactada negativamente pela rápida obsolescência tecnológica, podendo haver perda da sua memória organizacional e, consequentemente, ter perdas de outras naturezas.

Pensando na preservação digital e no documento que está registrado em papel, Arellano (2004) menciona que tanto no âmbito da preservação de documentos digitais, quanto de documentos em papel é necessário ferramentas para garantir a manutenção para proteger e garantir o acesso. De que maneira essas ferramentas preservam os conteúdos que foram protegidos prevenindo os riscos e os danos (preservação prospectiva), bem como restaurando o que foi danificado (preservação retrospectiva).

A adoção desses métodos e tecnologias que integrem a preservação física, lógica e intelectual dos objetos digitais, seriam as condições básicas para a preservação digital (Figura 1).

Figura 1: Relevancia dos requisitos de preservação dos documentos impressos e digitais

Requisitos	Documentos impressos	Documentos digitais
Preservação física	Relevante	Relevante
Preservação lógica	Pouco relevante	Relevante
Preservação intelectual	Não relevante	Relevante

Fonte: Arellano (2004, p.17).

A preservação física inclui os conteúdos que estão armazenados em mídia magnética (fitas cassete de áudios e rolo, fitas VHS e DAT etc.) e discos óticos que são os (CD-ROM, WORM, discos óticos regraváveis). No entanto, a preservação lógica busca na tecnologia formatos atualizados para adição de dados (correio eletrônico, material de áudio e audiovisual, material em rede etc.), *software* e *hardware* que possam estar vigentes seus *bits*, para conservar a capacidade de leitura. Na preservação intelectual, o cerne se refere a integridade e autenticidade, mecanismos que garantam a informação nos documentos eletrônicos.

O Quadro 1 mostra que a preservação física continua relevante na mídia eletrônica, por mais que o seu armazenamento tenha mostrado necessidade de uma contínua migração para os novos materiais (disquete, fita VHS, CD-ROM, DVD etc.).

Verifica-se que nos materiais impressos, a preservação lógica é pouco relevante, devido estar no formato em que foram publicados (periódico, livro etc.) A preservação lógica na publicação digital está filiada à conversão dos formatos digitais que tem se tornado obsoletos.

Pode-se também verificar que o Quadro 1 mostra o quanto a preservação intelectual é maior no caso dos materiais digitais, isso ocorre principalmente no que tange a capacidade de o objeto digital ser passível de modificação. Segundo Arellano (2004) este último requisito pode envolver a preservação da propriedade intelectual Intelectual Proprity Rigths [Direitos de Propriedade Intelectual] (IPR). Diante disso o IPR, pode considerar não apenas o conteúdo, assim como qualquer ato relacionado ao *software* (cópias, encapsulamento de conteúdo, emulação de *software* e migração).

De acordo com Bullock (1999), um elemento que pode afetar a preservação dos objetos digitais é a questão dos IPR. Ele também uma lista sobre quais são os principais requisitos para garantir a preservação desses objetos digitais.

- fixar os limites do objeto a ser preservado;
- preservar a presença física;
- preservar o conteúdo;
- preservar a apresentação;
- preservar a funcionalidade;
- preservar a autenticidade;
- localizar e rastrear o objeto digital;
- preservar a proveniência;
- preservar o conteúdo.

Esses requisitos asseguram a preservação eficaz dos elementos integrantes das séries de bens técnicos de informação que serão posteriormente recuperados. Dentre tais requisitos, destaca-se a capacidade de acesso a conteúdos dinâmicos, independentemente do modo como são apresentados, bem como a incorporação de componentes multimídia, hipertextuais e interativos.

Ao considerar essas características, torna-se possível identificar o objeto digital tanto pela sua origem, quanto pelas dependências de *hardware* e *software* exigidas para seu pleno funcionamento.

Além disso, ressaltam-se os métodos recomendados por Arellano (2004), para a preservação de objetos digitais, classificados como estruturais e operacionais (Figura 2).

Figura 2: Métodos de Preservação Digital

Métodos Estruturais	Métodos Operacionais
Adoção de padrões	Conservação de *software*/ *hardware*
Elaboração de normas	Migração de suporte
Metadados de preservação digital	Conversão de formatos
Montagem de infra-estrutura	Emulação
Formação de consórcios	Preservação do conteúdo

Fonte: Arellano (2004, p.18).

Os investimentos estruturais envolvem as ações iniciais das instituições que estão se preparando para realizar processos de preservação, adotando ou ajustando algum dos modelos de metadados disponíveis. Por outro lado, as medidas operacionais são as ações concretas aplicadas aos objetos digitais. Destaca-se que as estratégias operacionais incluem cuidados como atender aos novos requisitos de preservação, realizar a migração do suporte e o *refresh* do meio (preservação

física), converter os formatos, fazer a emulação (preservação lógica) e garantir a preservação do conteúdo intelectual.

Desde a metade do Século XX as questões afetas à preservação digital são mencionadas, mas é no Século XXI que as reflexões críticas e as práticas se tornam mais efetivas. Este fato acaba sendo impulsionado pelas necessidades e complexidades que os documentos digitais possuem. Cunha e Lima (2007, pp.15),

> as preocupações acerca da preservação digital partiram de um trabalho realizado no International Concil on Archives (ICA), em 1970. No Brasil, apesar de contar com representantes no Commitee on Automation do ICA, na área de arquivologia, os eventos da área na mesma década pouco abordaram a temática. Somente a partir da década de 90, começaram a surgir publicações que abordavam o tema da tecnologia da informação e dos documentos eletrônicos no Brasil.

Pensando no âmbito nacional, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) que faz parte do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), é o órgão responsável pela gestão e a preservação de documentos arquivísticos no Brasil, o Grupo de Documentos Eletrônicos (GDAE) que auxilia na produção do Glossário de Termos, Carta de Preservação Digital, duas resoluções e o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ) (CONARQ, 2009).

O e-ARQ Brasil,

> é uma especificação de requisitos que estabelece um conjunto de condições a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documento, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos a fim de garantir a sua confiabilidade e autenticidade, assim como seu acesso. Além disso, o e-ARQ-Brasil pode ser usado para orientar a identificação de documentos arquivísticos digitais (CONARQ, 2009).

O e-ARQ Brasil estabelece requisitos mínimos para um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), independentemente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido ou implantado. Os requisitos dirigem-se a todos que fazem uso de sistemas informatizados como parte do seu trabalho rotineiro de produzir, receber, armazenar e acessar documentos arquivísticos.

Um SIGAD pode incluir um sistema de protocolo informatizado, entre outras funções da gestão arquivística de documentos. Ele especifica todas as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos. Todas essas atividades podem ser desempenhadas pelo SIGAD, o qual tendo sido desenvolvido em conformidade com os requisitos do e-ARQ Brasil, propicia credibilidade à produção e à manutenção de documentos arquivísticos.

A partir de um trabalho realizado no *International Council on Archives* (ICA), em 1970, surgiu esta preocupação com a preservação digital.

No ano de 2004, foi aberta uma consulta pública pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Arquivo Nacional para o anteprojeto de uma Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. Segundo Arellano (2004, pp.24):

> O objetivo do conteúdo da Carta era conscientizar as comunidades que possuem arquivos de documentos digitais a adotar práticas padronizadas de preservação digital. A carta coloca a necessidade de que sejam criadas políticas, estratégias e ações sobre o tema. Ela define o que é um documento arquivístico digital e propõe que todos os arquivos adotem algum sistema de gerenciamento arquivístico de documentos digitais.

Esta carta teve embasamento em projetos internacionais como o *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* (InterPARES, 2009) e, também, na carta da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A carta apresenta algumas práticas e conscientiza as

instituições arquivísticas a atentarem para a preservação digital, além de observar os padrões e normas, bem como as políticas, estratégias e ações.

No contexto em que a Carta foi apresentada, existia uma preocupação especial com os arquivos correntes. Nesse momento, não estava sendo tão discutida a questão dos custos para manter as estratégias de preservação digital. Contudo, a Carta foi um avanço que proporcionou estruturar e ser um modelo para as instituições começarem a criar uma cultura de preservação digital.

Verifica-se que as entidades no Brasil passaram a ter uma maior preocupação com a preservação de documentos eletrônicos, entre elas o próprio Arquivo Nacional, que pensando na recuperação, manutenção e também no acesso futuro, baseou-se no modelo *Open Archive Information System* (OAIS) ou Sistema Aberto para Arquivamento de Informação (SAAI), para seus projetos.

O modelo OAIS, transformado em norma internacional, mais especificamente a norma ISO 14721:2003, foi desenvolvido com o propósito de estabelecer um sistema de arquivamento de informações. Tal sistema baseia-se em um esquema organizacional composto por indivíduos responsáveis pela preservação de dados, com o objetivo de disponibilizá-los à comunidade designada.

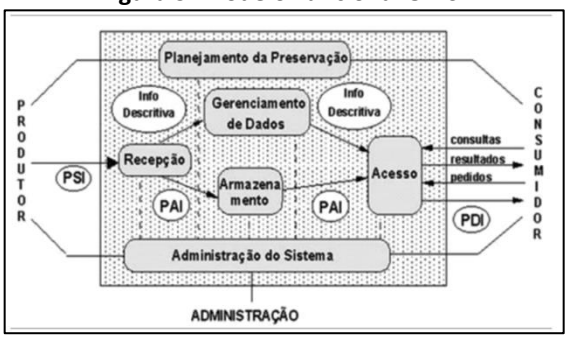
De acordo com Márdero Arellano (2008, pp.89), o modelo tem sido adotado por diversas comunidades interessadas em fomentar iniciativas de cooperação em diferentes áreas do conhecimento.

Segundo Thomaz e Soares (2004), o modelo foi concebido para apoiar processos de aquisição, preservação e disseminação de conteúdo digital, tendo como público-alvo organizações preocupadas com o acesso à informação a longo prazo. Para estes autores, o modelo OAIS, enquanto modelo de referência, pode ser considerado um tipo específico de arquivo, devendo atender às seguintes responsabilidades fundamentais:

- negociar e aceitar a informação dos produtores de informação;
- manter o controle da informação a fim de garantir a preservação por longo prazo;
- determinar por si mesmo ou em conjunto com os parceiros, que comunidades devem torna-se comunidade algo e, portanto, devem ser capazes de entender a informação fornecida;
- seguir políticas e procedimentos documentados, garantindo que a informação seja preservada contra todas as contingências cabíveis e possibilitando que seja disseminada como cópias autênticas do original ou rastreável até o original.
- tornar a informação disponível para a comunidade alvo.

Para entender as características do modelo de gestão de preservação digital, é também preciso compreender seu fluxo (Figura 3).

Figura 3: Modelo Funcional OAIS



Fonte: Thomaz & Soares (2004).

Os produtores, consumidores, administração e o arquivo, são as quatro entidades no esquema conceitual OAIS. No que se refere às entidades funcionais, pode-se observar que são seis: recepção, armazenamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso (Márdero Arellano, 2008).

Cada grupo é responsável por algum dos processos do sistema no ambiente OAIS, isto é, o sistema cliente ou a pessoa pode ser considerada o produtor que produz a informação; o consumidor é aquele que quer obter o material arquivado ou versão transformado do conteúdo e a comunidade em si irá se referir aos usuários em potenciais.

A entidade recepção atua recebendo os Pacotes de Submissão de Informação (PSI), (que é entregue pelo produtor com o objetivo de criar ou atualizar os Pacotes de Arquivamento de Informação (PAI) ou suas informações descritivas associadas, advindos dos produtores e no tratamento do conteúdo do que será armazenado.

Desse modo, irá gerar os PAI que consiste nas informações do conteúdo a serem preservadas e suas descrições de preservação, de modo a transferir os novos PAI e as informações descritivas associadas para a entidade armazenamento e para a entidade gerenciamento de dados, na devida ordem (Thomaz & Soares, 2004).

Mardero Arellano (2008, pp.93) descreve a admistração do PSI como:

> fundamental para a geração de informações descritivas (metadados) que facilitarão a recuperação dos PAI e sua atualização deverá ser coordenada para uma correta transferência de informações novas dos PAI para a etapa de armazenamento de gerenciamento de dados. O armazenamento envolve a manutenção e recuperação dos PAI e sua incorporação na área de arquivamento permanente.

O planejamento de preservação supervisiona o ambiente OAIS em que irá fornecer recomendações para garantir o acesso no longo prazo da informação armazenada para o usuário, mesmo que o ambiente computacional original torne-se absoleto (Thomaz & Soares, 2004).

Referente ao acesso, Thomaz e Soares (2004) ressaltam que essa entidade apoia os consumidores no uso dos mecanismos e da disponibilidade da informação armazenada em um ambiente OAIS. No entanto, por meio do controle é possível restringir ou limitar o acesso de determinado conjunto.

O gerenciador da rotina operacional no arquivo com um todo, desde a negociação de acordos de submissão com produtores, chegando nos testes e auditorias dos pacotes de informação, para garantir que estão atendendo aos padrões do arquivo é descrita pela entidade administração do sistema (Thomaz & Soares, 2004).

Em suma, conforme apresentado pelo modelo OAIS, necessitam implementar as seis entidades funcionais de modo similar, tanto em soluções de preservação digital quanto centralizadas ou descentralizadas (Thomaz & Soares, 2004).

A gestão e preservação de documentos digitais exige atenção cuidadosa e planejamento estratégico, sendo imprescindível a formulação de políticas que garantam a eficácia desse processo. Organizações que desenvolvem e implementam políticas específicas de gestão documental tendem a alcançar melhores resultados em comparação com aquelas que não possuem diretrizes relacionadas ao seu contexto organizacional.

A preservação de documentos está intimamente relacionada ao comprometimento com as políticas públicas, uma vez que os acervos devem ser protegidos e armazenados adequadamente, assegurando sua longevidade e acessibilidade. O cenário atual reforça a relevância da preservação digital, tornando essencial o desenvolvimento de políticas bem estruturadas que viabilizem o acesso contínuo à documentação institucional.

Para Grácio (2020, pp.7),

> Uma política de preservação digital pode ser compreendida como o documento que define os objetivos e diretrizes de uma instituição para a implantação de um programa de preservavação de seus registros e objetos digitais. Essa política deve ser alinhada com com os objetivos e com as outras políticas institucionais em vigor e ser revista ao longo do tempo, abrangendo todos os elementos relacionados à preservação digital, inclusive aqueles relacionados à cultura organizacional e as mudanças nas TIC. Dessa forma, constitui um compromisso institucional para gantantir o acesso e a integridade de um acervo, como no caso dos documentos de arquivos digitais.

Por meio da adoção de uma política de preservação digital, a instituição estabelece diretrizes claras e abrangentes para a manutenção e integridade dos documentos digitais. A política deve ser integrada a todos os setores e níveis da gestão institucional, desde o planejamento estratégico, passando pelo nível tático até o operacional, assegurando sua efetiva aplicação.

Destaca-se, nesse contexto, o papel da cultura organizacional como elemento essencial para que os envolvidos compreendam os objetivos da preservação digital e contribuam para sua implementação. É por meio da cultura que se fomenta o engajamento e o comprometimento necessários à consolidação da política.

Grácio (2020) enfatiza que "uma política de preservação digital envolve cultura organizacional, mudança nas TIC, elementos organizacionais, elementos legais e elementos técnicos". Tais componentes são fundamentais para garantir tanto a autenticidade quanto o acesso contínuo e de longo prazo aos documentos digitais (Figura 4; Figura 5).

Figura 4: Política de Preservação Digital



Fonte: Grácio (2012, pp.75).

Figura 5: Elementos para Preservação Digital



Fonte: Grácio (2012, pp.76).

Ao destacar a importância da cultura organizacional no contexto da preservação digital, Grácio (2020) enfatiza o envolvimento coletivo de todos os membros da instituição na construção e implementação da política correspondente.

A participação integrada dos setores promove o alinhamento necessário para que todos expressem uma linguagem comum e compreendam os objetivos da preservação documental. Nesse sentido, conforme ressalta o autor, "buscam dar sustentenção organizacional com o objetivo de dar continuidade às atividades de preservação digital [...]", demonstrando que a política só se torna efetiva quando há compromisso compartilhado entre os indivíduos e os setores institucionais. A consolidação dessa cultura organizacional é, portanto, um fator essencial para garantir a permanência, autenticidade e acessibilidade dos documentos digitais no longo prazo.

No Brasil, têm-se observado algumas iniciativas relevantes que contribuem para a disseminação da preservação digital. Entre elas, destaca-se a Rede de Serviços de Preservação Digital Cariniana, que utiliza a ferramenta 'Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas' (SEER), como forma de salvaguardar o conteúdo publicado. Esse projeto é apoiado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

A Rede Cariniana surgiu da necessidade de criar um sistema de preservação digital para documentos eletrônicos brasileiros, cujo objetivo é garantir o acesso contínuo e de longo prazo a esses tipos de materiais. O projeto de implantação da Rede foi concebido com base em uma infraestrutura descentralizada, utilizando recursos de computação distribuída (Cariniana, 2025).

Uma rede de preservação digital distribuída requer a participação das instituições detentoras dos documentos digitais, bem como o uso de suas respectivas infraestruturas. Para isso, é fundamental a adoção de um ambiente padronizado e seguro, que assegure tanto o acesso permanente quanto o

armazenamento monitorado desses documentos.

Em janeiro de 2013, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Ibict aderiu ao programa LOCKSS da Stanford University. O sistema LOCKSS, criado em 1988, foi inicialmente desenvolvido com o propósito de auxiliar bibliotecários na preservação de documentos publicados na Internet, visando à continuidade do acesso a esses materiais (Lockss, 2008b).

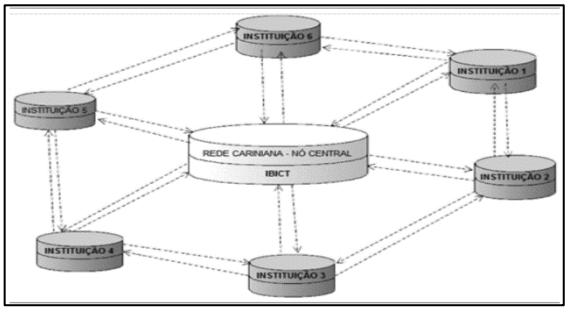
Desde sua origem, o sistema foi concebido para resolver o problema da preservação digital, ao garantir a integridade e a disponibilidade do conteúdo intelectual de documentos dos mais diversos gêneros e formatos, em meio digital. Trata-se de uma iniciativa internacional, de caráter colaborativo e sem fins lucrativos, cuja missão consiste em "[...] criar ferramentas e oferecer suporte às bibliotecas de pesquisas para que estas possam facilmente e de maneira acessível criar, preservar, e arquivar coleções eletrônicas locais" (Reich, 2002).

Conforme destaca Schneider (2007), o objetivo inicial do LOCKSS era apenas preservar periódicos eletrônicos em bibliotecas acadêmicas. Contudo, com o passar do tempo, o sistema foi adaptado para abranger outros tipos de materiais em formato digital. Seu desenvolvimento possibilitou que os bibliotecários pudessem adquirir, preservar e disponibilizar cópias de artigos de periódicos eletrônicos, ampliando significativamente seu escopo de atuação.

A implantação da Rede Cariniana começou com a criação de uma metodologia específica que orientou o desenvolvimento e a organização da rede. Esse processo envolveu definir estratégias estruturadas e planejadas para garantir a eficácia e o alcance desejado. Foi a partir dessa fórmula inicial que as ações foram direcionadas para consolidar a rede, promovendo a integração entre os seus diferentes componentes e facilitando a implementação dos objetivos traçados. Em outras palavras, a Rede Cariniana foi estabelecida a partir da formulação de um plano ou modelo que serviu de base para seu funcionamento, conduzindo uma série de etapas organizadas para que pudesse funcionar de forma efetiva e alinhada com as metas previstas.

A Figura 6 ilustra uma rede de preservação digital distribuída em que se verifica a existência de um nó central para gerenciamento descentralizado de toda a rede. O nó central tem o papel de garantir o gerenciamento, o funcionamento e a troca de informações dos conteúdos presentes na rede de preservação digital, facilitando a recuperação da informação. Caso ocorra algum incidente em algum nó, os outros nós podem assumir automaticamente a responsabilidade, sem que exista perda de informações e acesso (Souza *et al.* 2012).

Figura 6: Estrutura da Rede Cariniana



Fonte: Souza et al. (2012).

Outro ponto que não deve ser negligenciado são os metadados. Para se trabalhar com a preservação digital, é fundamental compreender a importância dos metadados, pois são eles que possibilitam, inclusive, o resgate dos documentos, além de contribuirem significativamente para a disseminação e o acesso à informação. A partir da reflexão e observação é possível perceber que diversos objetos utilizados e/ou armazenados já contêm metadados incorporados, embora muitas vezes não é dada a devida atenção. No entanto, é importante compreender que um metadado não se resume apenas a dado sobre dado, sua função e significado vão além dessa definição.

Um recurso deve ser armazenado de maneira segura para evitar que seja modificado por descuido. Uma soma de verificacão armazenada como metadado pode ser usada para comprovar se um arquivo sofreu alguma

alteração em um determinado intervalo de tempo.

Arquivos devem ser armazenados em mídias que possam ser lidas por computadores atuais. Se as mídias estiverem danificadas ou obsoletas, pode ser difícil ou impossível restaurar os dados. Os metadados podem dar apoio ao gerenciamento das mídias de armazenamento registrando seu tipo e idade e as datas em que os arquivos foram refrescados pela última vez. Com o passar do tempo, mesmo os formatos de arquivo mais populares podem se tornar obsoletos, impedindo que os sistemas correntes possam renderizá-los.

O termo metadados pode apresentar distintas definições e interpretações dependendo do contexto de seu emprego ou serventia. Embora a conceituação de metadados conhecida como dados sobre dados tenha-se enraizado em certas áreas do conhecimento, essa definição passou a ser muito limitada defronte à multiplicidade das finalidades e das atividades designadas aos metadados nos domínios vigentes de gerência da informação, como os ambientes digitais. As imposições advindas das problemáticas do meio digital e eletrônico possibilitaram uma reconfiguração da concepção básica meramente descritiva de metadados, ampliando as suas conceitualizações de modo a contemplar novas ocupações e utilidades (Sayão, 2010; Thomaz, 2004).

A concepção de metadados está fundamentada na tradicional atividade de catalogação em bibliotecas, cuja principal característica é descrever um recurso informacional de forma única, multidimensionando suas formas de acesso, garantindo sua recuperação pelo usuário final. No campo bibliográfico, temos o padrão ou formato de metadados MARC 21. Por outro lado, no domínio da *Web* destaca-se o Dublin Core (DC), que possui a finalidade de localizar recursos na *Web*.

Para Grácio (2012), os metadados referem-se a "um conjunto de dados , chamados 'elementos', cujo número varia de acordo com o padrão adotado, e que descreve o recurso, possibilitando a um usuário ou a um mecanismo de busca acessar e recuperar esse recurso".

Para Barbedo, Corujo e Sant'Ana (2011), no âmbito da preservação digital, os metadados são dados, estruturados e padronizados, que descrevem e documentam as propriedades de um recurso provendo-lhe sentido, ação e sistematização, compondo-se da catalogação ou indexação de informações para produção, localização, identificação, gestão, utilização e preservação de recursos no decorrer do tempo em diversos domínios.

Segundo Sayão (2010), os metadados podem ser classificados em três categorias conceituais: metadados descritivos, metadados estruturais e metadados administrativos.

Os metadados descritivos têm como finalidade descrever um recurso informacional com vistas à sua descoberta e identificação. Exemplos comuns incluem título, autor, resumo e palavras-chave.

Os metadados estruturais referem-se às informações que indicam como os recursos complexos, formados por diversos componentes, devem ser reconstituídos e organizados. Um exemplo prático é a maneira como as páginas de um relatório digitalizadas separadamente são organizadas e relacionadas entre si para compor um único título.

Por fim, os metadados administrativos fornecem informações que auxiliam na gestão do ciclo de vida dos recursos informacionais. Eles incluem dados sobre o modo como o recurso foi produzido, suas motivações ou justificativas, além de aspectos relacionados aos direitos autoriais e às características técnicas do recurso. Nessa categoria, estão inseridos também os metadados técnicos, que descrevem particularidades e dependências tecnológicas associadas ao recurso.

No entanto, são observadas múltiplas categorias funcionais de metadados, as quais, segundo Barbedo, Corujo e Sant'Ana (2011), podem ser classificadas da seguinte forma:

- Metadados descritivos ou de identificação: têm como finalidade a pesquisa,

recuperação e identificação dos objetos digitais. Podem conter elementos como título, autor, assunto e palavras-chave.

- Metadados estruturais: estabelecem vínculos hierárquicos entre diferentes objetos digitais (textos, imagens, áudios etc) que compõem um mesmo documento ou recurso informacional.
- Metadados administrativos: fornecem informações que apoiam a gestão dos recursos arquivísticos eletrônicos. Incluem dados sobre a forma e a ocasião em que os recursos foram gerados, o tipo de ficheiro ou arquivo digital, bem como demais informações técnicas e referentes aos titulares de direitos ou permissões de acesso .
- Metadados técnicos: especificam os aspectos técnicos dos arquivos e de seus respectivos formatos.
- Metadados de preservação: abrangem informações necessárias ao arquivamento e à salvaguarda dos objetos digitais ao longo do tempo.

Os metadados de preservação são essenciais para a preservação digital. De acordo com Sayão (2010, pp.10), estes tipos de metadados são conceituados "de uma forma simples e direta, como a informação que apoia e documenta a preservação de longo prazo de materiais digitais". Para Arellano (2008) tratam-se daqueles associados ao conteúdo do recurso, seu contexto e estrutura de criação/produção, além das alterações ocorridas em todo o seu ciclo de vida.

Também é o registro do histórico, do *hardware*, *software* e outras dependências técnicas, das estruturas e das mudanças (custódia legal e física ou de natureza tecnológica, social etc.), suportadas por recursos pelos recursos/objetos digitais, no decurso de todo o seu ciclo de vida (isto é, criação, seleção e descarte identificação persistente, descrição e acesso, armazenamento e preservação) (Formenton *et al.,* 2017, pp.4).

Documentação das tomadas de decisão e atos de preservação, dos métodos de preservação e seus resultados, das ações de gestão de coleções e direitos, além dos próprios metadados, de modo a apoiar os processos ou as atividades correntes e vindouras de preservação digital. Suporte à descoberta, localização, recuperação, referência única e persistente, preservação, acesso, utilização, comprovação de autenticidade e integridade, bem como gestão de direitos de propriedade intelectual de objetos arquivísticos e museológicos digitais ou eletrônicos.

Assistência à uma ideal gerência dos objetos digitais, dos sistemas de informação (registros de correspondência e de documentos, registros de funcionamento dos sistemas e seus acessos por intermédio de práticas de auditorias mantidas pelos serviços de TIC, por exemplo), da comunidade usuária e das funcionalidades a serem oferecidas (Formenton *et al*. 2017, pp.4).

Uma especificação processavelmente por máquinas que define a estrutura, a codificação de sintaxe, regras e formatos para um conjunto de elementos de metadados em uma linguagem formal em um esquema. Na literatura o termo "*metadata schema*" usualmente refere-se ao conjunto de elementos na sua totalidade, assim como a codificação dos elementos e a estrutura com uma linguagem de marcação (Formenton *et al*., 2017, pp.4).

Dentre os padrões de metadados, temos o PREMIS que é um padrão de metadado de preservação. O PREMIS denota o nome de um grupo de trabalho internacional patrocinado pela RLG e OCLG, no período de 2003 a 2005. Tal grupo de trabalho produziu um relatório final chamado "PREMIS Data Dictionary for Preservation Metadata", que define um conjunto de metadados básicos, implementáveis e de ampla aplicação, para apoiar a preservação digital em sistemas de repositórios. O Dicionário de Dados PREMIS, atualmente na versão 3.0, propicia orientações para o preenchimento e o gerenciamento dos

metadados de preservação (Formenton *et al*. 2017, pp.5).

Com base em Barbedo *et al.* (2007), Campos e Saramago (2007), Caplan (2009) e Sayão (2010), o Dicionário de Dados PREMIS organiza-se de acordo com um modelo de dados que correlaciona cinco tipos de entidades compreendidas nos processos de preservação digital. Promovido pela LC, o PREMIS Maintenance Activity oferece um esquema XML que corresponde diretamente ao Dicionário de Dados, permitindo a descrição de objetos, eventos, agentes e direitos, assim como a utilização do PREMIS representado em XML para a gerência e o intercâmbio de metadados entre sistemas de preservação.

Procedimentos Metodológicos

Para embasar o estudo, a pesquisa configurou-se em qualitativa do tipo pesquisa bibliográfica. Gil (1991) explica que "A pesquisa bibliográfica é feita por um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Marconi e Lakatos (2016) afirmam que "A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde de publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monografias, teses, material cartográfico e etc.". Manzo (1971) destaca sua importância, pois "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente".

A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e análise crítica do que foi publicado em relação ao objeto de estudo, proporcionando ao pesquisador compreender o estado da arte do tema, identificar lacunas do conhecimento e fundamentar teoricamente sua investigação.

Como técnica de coleta de dados foi efetuada uma revisão narrativa da literatura em bases de dados acadêmicas como SCOPUS, *Web of Science* (WoS), Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Resultados Finais

Com base na literatura, verificou-se que a partir do mapeamento de práticas e metodologias de GC utilizadas na preservação digital foi possível identificar estratégias que tem se mostrado eficazes na manutenção do conhecimento institucional e na garantia de acesso contínuo à informação digital. Pode-se citar as práticas mais recorrentes e eficazes, entre elas: a) adoção de repositórios institucionais com estrutura de metadados padronizados, que facilitam tanto o acesso quanto a interoperabilidade dos dados ao longo do tempo; b) capacitação contínua de equipes técnicas e administrativas, promovendo a retenção e o compartilhamento de saberes tácitos essenciais para a preservação; c) criação de comunidades de prática e redes internas de conhecimento, que atuam como mecanismos informais de troca de experiências e desseminação de soluções para desafios técnicos e organizacionais.

Um dos principais obstáculos observados refere-se à ausencia de políticas institucionais integradas que ariticulem de maneira clara e sistemática a GC com os objetivos e diretrizes de preservação digital. Outra desafio recorrente reside na fragmentação dos processos entre áreas técnicas e administrativas, o que resulta em ações isoladas, desarticulação entre equipes e duplicidade de esforços. E, por último, com base na análise téorica ao longo da pesquisa, foi possível identificar um conjunto de recomendações estratégicas voltadas a integração da GC com a preservação digital. Dentre elas, pode-se citar o estabelecimento de estratégias de políticas institucionais integradas que articulem diretrizes de preservação digital com práticas de GC.

Mapeamento e valorização do conhecimento tácito dos profissionais envolvidos nas atividades de preservação, por meio de iniciativas como comunidades de prática, entrevistas estruturadas e registros sistematizados de experiências. Criação de repositórios organizacionais de conhecimento, que agregam não apenas objetos digitais, mas também informações sobre processos,

decisões e contextos de produção e preservaçao desses materais.

Por último, a capacitação contínua de equipes técnicas e administrativas em temáticas relacionadas a GC e à preservação digital, incentivando uma cultura organizacional voltada ao compartilhamento e à retenção do conhecimento.

Considerações Finais

Ao realizar a revisão bibliográfica, evidenciou-se que ainda há muito a ser discutido e explorado sobre a GC e sua contribuição para a preservação digital. Em qualquer tipo de organização, seja arquivística, biblioteconômica ou museológica, a GC está intrinsecamente relacionada à preservação digital, sendo imprescindível o trabalho conjunto entre ambas. A preservação de objetos digitais exige não apenas o domínio de ferramentas e metodologias técnicas, mas também a valorização do conhecimento tácito presente nas práticas institucionais, muitas vezes invisibilizado nos registros formais.

Os fluxos informacionais informais, constituídos por práticas, rotinas e interações cotidianas, estão fortemente inter-relacionados a processos que envolvem pessoas, conhecimentos e experiências específicas de contexto. Nesse cenário, a GC desempenha um papel fundamental ao proporcionar meios para que os indivíduos externalizem seus saberes, por meio de práticas colaborativas, como comunidades de prática, redes de compartilhamento e mecanismos de retenção do conhecimento organizacional. Essa dinâmica não apenas favorece a continuidade do conhecimento essencial para a preservação digital, como também contribui para o fortalecimento de uma cultura organizacional voltada para a memória institucional e a sustentabilidade informacional.

Assim, a integração entre GC e preservação digital torna-se estratégica para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à longevidade da informação digital. A compreensão de que o conhecimento é um ativo organizacional crítico amplia a perspectiva da preservação, extrapolando a dimensão técnica e incorporando os aspectos humanos, culturais e processuais. Promover essa articulação significa reconhecer que preservar não é apenas manter acessível um recurso digital, mas garantir que ele continue inteligível, contextualizado e útil ao longo do tempo, apoiando-se no saber coletivo e institucional construído e compartilhado continuamente.

Referências

Arellano, M. (2004). Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação,* 33(2). http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/305.

Barbedo, F.; Corujo, L.; & Sant'Ana, M. (2011) *Recomendações para a produção de planos de preservação digital*. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB),111 p. http://arquivos.dglab.gov.pt/wpcontent/uploads/sites/16/2014/02/Recomend_producao_PPD_V2.1.pdf.

Borko, H. (1968). Information science: What is it? *American Documentation, 19*(1).

Camargo, A. M. de A., & Bellotto, L. H. (2005). *Dicionário de terminologia arquivística.* São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Cariniana - Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital. (2025). https://cariniana.ibict.br/institucional/.

Capurro, R., Hjørland, B., Cardoso, A. M. P., Trad., M. G. A. F., & Azevedo, M. A. (2007). O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação,* 12(1). http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/331.

Consultative Committee for Space Data Systems. (2012) Reference model for an Open Archival Information System (OAIS):recommended practice. Washington: Magenta Books. <http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf>.

Conselho Nacional de Arquivos. (2009). *Modelos de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ.* Rio de Janeiro: UNESCO. http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm.

Conselho Nacional de Arquivos. (2022) *Modelos de Requisitos para Sistemas Informatizados de*

Gestão Arquivística de Documentos: e-ARQ, Rio de Janeiro: UNESCO, p. 178. http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm.

Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.* Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Senac.

Cunha, J. de A.; & Lima, M. G. (2007). Preservação digital: o estado da arte. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*,* 8, 28-31, Salvador. Anais do VIII ENANCIB. Salvador: UFBA/PPGCI; Ancib. http:www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2–043.pdf.

Dahlberg, I. (1995). Current trends in knowledge organization. In *Organización del conocimiento en sistemas de información: Actas del I Encuentro de ISKO* (Vol. 1, pp. 7–25). Madrid: [s.n.].

Formenton, D. (2015). Identificação de padrões de metadados para preservação digital. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7221.

Formenton, D., Castro, F. F. de, Gracioso, L. de S., Furnival, A. C. M., & Simões, M. da G. de M. (2017). Os padrões de metadados como recursos tecnológicos para a garantia da preservação digital*.* Biblios (Peru), 68, 82-95. 10.5195/biblios.2017.414

Grácio, J. C. A. (2012) *Preservação digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica. 214 p. http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Preservacao_digital_na_gestao_da_informacao-WEB_v2.pdf.

Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa.* São Paulo: Atlas.

InterPARES. (2009). International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES) 2: Experiential, interactive and dynamic records. *Records Management Journal, 19*(1). https://doi.org/10.1108/rmj.2009.28119aae.003.

Lockss*. Formal statement Of Conformance to* (2004) ISO 14721:2003. Stanford, CA. http://www.lockss.org/locksswp/wp-content73uploads/2011/11/OAIS-LOCKSS-Conformance.pdf.

_____.Home. In: _____. (2008b) Stanford, CA. http://www.lockss.org/lockss/Home.

Márdero A. M. Á. (2008). *Critérios para a preservação digital da informação científica.* Tese [Doutorado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília] http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547.

Manzo, A. J. (1971). *Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis.* Buenos Aires: Humanistas.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M**.** (2016). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação.* Rio de Janeiro: Campus.

Reich, V. A. (2002*).* Lots of copies keep stuff safe as a cooperative archiving solution for ejournals*. Issues in Science and Technology Librarianship*, [S.l.:s.n.] http://www.istl.org/02-fall/article1.html

Santos, P. L. V. A. C., & Sant'Ana, R. C. G. (2002). Transferência da informação: análise para valoração de unidades de conhecimento. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação,* 3(2). http://www.dgzero.org/abr02/Art_02.htm.

Sayão, L. F. (2008*) Preservação de revistas eletrônicas*. In Targino, M. das G.; Ferreira, S. M. S. P. Mais sobre revistas científicas. São Paulo: SENAC. p. 167-214.

Sayão, L. F. (2010, dez) *Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos.* PontodeAcesso, Salvador, 4, (3), 68-94. http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br.

Sayão, L. F. (2010b) *Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital.* Encontros Bibli, 15, (30), 1-31.

Sayão, L. F. (2007*) Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes* -URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. Transinformação,19, (1), 65-82.

Schneider, K. G. (2007*).* Lots of librarians can keep stuff safe. *Library Journal*, 30-31. http://wilsontxt.hwwilson.com/pdffull/01872/p76ee/6f6.pdf .

Thomaz, K. P.; Soares, A. J. (2004). A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). *DataGramaZero*, 5, (1) http://www.dgz.org.br/fev04/Art_01.htm.

Valentim, M. L. P., & Gelinski, J. V. V. (2005). Gestão do conhecimento como parte do processo de inteligência competitiva organizacional. *Informação & Sociedade: Estudos, 15*(2), 1–22. http://www.informacaoesociedade.ufpb.br.

Valentim, M. L. P. (2003). O processo de inteligência competitiva em organizações. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, 4*(3). http://www.dgz.org.br/jun03/Art_03.htm

Zack, M. (1999*)* Management codified Knowledge. *Sloan Mangement Review*, 40, (4), summer. https://web.cba.neu.edu/.

CONVERGÊNCIA, DESAFIOS E QUESTÕES EM TORNO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

Pedro Penteado, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, ORCID 0000-0001-6579-6028, Portugal, pedro.penteado@dglab.gov.pt

DOI: https://doi.org/10.34630/xiedicic.vi.7145

Tema geral e objetivos

A convergência entre Bibliotecas, Arquivos e Museus (BAM) representa um campo de reflexão central na Ciência da Informação (CI), especialmente no contexto da transformação digital. A palestra de encerramento a cargo do autor aborda as dificuldades e desafios associados à implementação de cenários colaborativos e convergentes nas BAM, com foco no setor público português, a partir da sua experiência e conhecimento da área.

Para o efeito, analisa alguns dos principais estudos que definem o estado da arte relativo ao tema, identifica as principais experiências do país com vista à convergência, os desafios que se colocam para atingir esse objetivo e as oportunidades geradas pelas políticas e estratégias públicas, quer no contexto europeu, quer nacional. Termina interrogando-se se é possível uma política de Informação orientada para a convergência, apresentando uma proposta de intervenção e os contributos que a CI pode dar nesse contexto.

Os objetivos principais consistem em identificar as fases e os fatores favoráveis e desfavoráveis à convergência BAM, avaliar o atual posicionamento sobre o tema em Portugal, analisar oportunidades políticas e propor uma política de informação orientada para essa finalidade. Pretende-se contribuir para o debate sobre políticas públicas que promovam colaboração interdisciplinar, interoperabilidade e acesso integrado ao

património cultural digital, alinhando-se com normativos europeus e nacionais.

Pressupostos e quadro teórico

Entre os pressupostos destaca-se que a CI, na definição de Silva (2006), cruzada com a Análise de Políticas Públicas (APP), em abordagem interdisciplinar, oferece o campo reflexivo adequado. Adianta-se que convergência em CI não se restringe às BAM, abrangendo disciplinas como Gestão da Informação, Ciência dos Dados, Comunicação, entre outras.

Realça-se ainda que a análise assume uma perspetiva dupla do autor: académica (o seu perfil como docente e investigador em CI e Gestão da Informação) e institucional (no Ministério da Cultura e na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), órgão coordenador do sistema nacional de arquivos).

O quadro teórico parte do modelo *Collaboration Continuum* de Zorich et al. (2008), que propõe cinco fases progressivas: contacto (diálogo inicial), cooperação (partilha de informação), coordenação (organização de esforços), colaboração (criação partilhada) e convergência (integrada na missão institucional), implicando investimentos crescentes em risco e benefício.

Apresentam-se também os fatores favoráveis e desfavoráveis à convergência, baseados em Warren, E., e Matthews, G. (2019); idem (2020); adaptados e complementados pelo autor.

Metodologia

Adota-se uma abordagem exploratória qualitativa, integrando uma revisão bibliográfica onde se destacam os autores referidos, uma análise de conteúdos de sites web institucionais com referência a projetos relevantes e normas de referência e modelos ontológicos facilitadores da convergência. A referida abordagem centra-se ainda na análise documental de políticas, estratégias, planos e projetos nacionais e europeus (2012-2025).

Parte da hipótese que as políticas de informação setoriais e as políticas culturais têm dificuldade em abandonar a "abordagem de silo" e que algumas estratégias e projetos substituem a ausência de políticas para a convergência. Destaca o projeto Rossio e o Repositório do Município de Ponte de Lima ou o Projeto Continuidade Digital da DGLAB, de preservação digital comum, entretanto substituído pelo retorno a uma estratégia setorial. Refere ainda as políticas organizacionais de "ziguezagues", sem estratégia consistente, dependente de atores concretos e de recursos financeiros instáveis e de sustentabilidade duvidosa, como sucedeu na Secretaria-Geral (SG) da Educação e pode vir a ocorrer na SG da Justiça.

Resultados

Os resultados revelam um posicionamento intermédio na convergência: persistem políticas setoriais e silos (ex.: reformas institucionais sem planos integrados de digitalização e acesso), mas emergem estratégias pontuais, como portais federados (ROSSIO com 7,8 milhões de conteúdos; contribuições portuguesas para a Europeana), usufruindo de normas técnicas facilitadores da convergência.

Apresentam-se políticas e estratégias europeias (Diretiva UE 2019/1024 – Dados Abertos; Digital Europe Programme 2021-2027) e nacionais (Estratégia digital nacional) que oferecem oportunidades, mas constata-se que faltam planos integrados para as BAM. A convergência progride via interoperabilidade semântica/tecnológica (LOD, Inteligência artificial (IA) ética), mas depende de atores e projetos concretos para progredir.

Conclusões

Conclui-se que alguns dos atuais desafios passam por superar fronteiras disciplinares, formar competências transversais e ativar fóruns interdisciplinares para a convergência e que entre as oportunidades para tal estão políticas e programas como o Digital Compass 2030 e os seus congéneres de âmbito nacional.

Defende-se que uma política de informação orientada para a convergência pode ser viável,

propondo-se um conjunto de etapas para o efeito, associadas ao ciclo das políticas públicas: definição do problema (silos BAM), inclusão na agenda, formulação (num cenário participativo, com definição clara de objetivos e financiamento), implementação e avaliação.

Por outro lado, a CI pode contribuir procurando respostas para questões-chave: modelos de governação, interoperabilidade, preservação e serviços integrados, articulação com políticas de Cultura, Educação e Ciência, etc.

Propõe-se, assim, um caminho para atingir a disponibilização de grandes quantidades de dados abertos, o acesso integrado e a preservação digital comum, potenciando a IA e um amplo impacto social das BAM.

Considera-se que futuros trabalhos devem testar esta proposta em contextos empíricos.

Referências

Revez, J; Corujo, L. (2024). Efeitos sistémicos da integração tecnológica de arquivos, bibliotecas e museus: a perspetiva dos responsáveis por projetos de agregação de recursos em Portugal. Em Duarte, Z; Cerveira, E. (eds.), O futuro digital em instituições de Informação e Cultura. CITCEM.

Silva, A. M. (2006). A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Afrontamento.

Subirats, J. et al. (2008). Análisis y gestión de políticas públicas. Ariel.

Warren, E.; Mattews, G. (2020). Public libraries, useums and physical convergence: Context, issues, opportunities: A literature review Part 2. Journal of Librarianship and Information Science [Em linha]. 52(1), p. 54-66 [consult. 2025-10-25]. https://doi. org/10.1177/0961000618769721.

Warren, E.; Mattews, G. (2019). Public libraries, museums and physical convergence: Context, issues, opportunities: A literature review Part 1. Journal of Librarianship and Information Science [Em linha]. 51(4), 1120-1133 https://doi. org/10.1177/0961000618769720

Zorich et al. (2008). Beyond the silos of the LAMs: Collaboration among libraries, archives and museums [Em linha]. OCLC Research https://doi.org/10.25333/X187-3W53


EDICIC
P.PORTO
ISCAP
CEOS.PP
CENTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIAIS DO POLITÉCNICO DO PORTO
CTDI
CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA